Senato della Repubblica
XVII Legislatura

Fascicolo Iter
DDL S. 1699

Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017

15/04/2020 - 07:15

Indice

1. DDL S. 1699 - XVII Leg. . . . 1
1.1. Dati generali . . . 2
1.2. Testi . . . 3
1.2.1. Testo DDL 1699 . . . 4
1.2.2. Testo correlato 1699/bis . . . 5
1.2.3. Testo correlato 1699 (TABELLA 1) . . . 6
1.2.4. Testo correlato 1699/1-bis . . . 7
1.2.5. Testo correlato 1699 (TABELLA 2) . . . 8
1.2.6. Testo correlato 1699/2-bis . . . 9
1.2.7. Testo correlato 1699 (TABELLA 2 - ANNESSO 1) . . . 10
1.2.8. Testo correlato 1699 (TABELLA 2 - ANNESSO 2) . . . 11
1.2.9. Testo correlato 1699 (TABELLA 2 - ANNESSO 3) . . . 12
1.2.10. Testo correlato 1699 (TABELLA 2 - ANNESSO 5) . . . 13
1.2.11. Testo correlato 1699 (TABELLA 2 - ANNESSO 6) . . . 14
1.2.12. Testo correlato 1699 (TABELLA 2 - ANNESSO 7) . . . 15
1.2.13. Testo correlato 1699 (TABELLA 2 - ANNESSO 8) . . . 16
1.2.14. Testo correlato 1699 (TABELLA 2 - ANNESSO 10) . . . 17
1.2.15. Testo correlato 1699 (TABELLA 2 - ANNESSO 12) . . . 18
1.2.16. Testo correlato 1699 (TABELLA 2 - ANNESSO 13) . . . 19
1.2.17. Testo correlato 1699 (TABELLA 2 - ANNESSO 15) . . . 20
1.2.18. Testo correlato 1699 (TABELLA 2 - ANNESSO 17) . . . 21
1.2.19. Testo correlato 1699 (TABELLA 2 - ANNESSO 19) . . . 22
1.2.20. Testo correlato 1699 (TABELLA 2 - ANNESSO 20) . . . 23
1.2.21. Testo correlato 1699 (TABELLA 2 - ANNESSO 21) . . . 24
1.2.22. Testo correlato 1699 (TABELLA 2 - ANNESSO 22) . . . 25
1.2.23. Testo correlato 1699 (TABELLA 2 - ANNESSO 23) . . . 26
1.2.24. Testo correlato 1699 (TABELLA 2 - ANNESSO 24) . . . 27
1.2.25. Testo correlato 1699 (TABELLA 3) . . . 28
1.2.26. Testo correlato 1699/3-bis . . . 29
1.2.27. Testo correlato 1699 (TABELLA 3 - ANNESSO 1) . . . 30
1.2.28. Testo correlato 1699 (TABELLA 3 - ANNESSO 2) . . . 31
1.2.29. Testo correlato 1699 (TABELLA 3 - ANNESSO 3) . . . 32
1.2.30. Testo correlato 1699 (TABELLA 4) . . . 33

1.2.31. Testo correlato 1699/4-bis . . . 34
1.2.32. Testo correlato 1699 (TABELLA 4 - ALLEGATO) . . . 35
1.2.33. Testo correlato 1699 (TABELLA 4 - ANNESSO 2) . . . 36
1.2.34. Testo correlato 1699 (TABELLA 4 - ANNESSO 3) . . . 37
1.2.35. Testo correlato 1699 (TABELLA 4 - ANNESSO 4) . . . 38
1.2.36. Testo correlato 1699 (TABELLA 5) . . . 39
1.2.37. Testo correlato 1699/5-bis . . . 40
1.2.38. Testo correlato 1699 (TABELLA 5 - ANNESSO 1) . . . 41
1.2.39. Testo correlato 1699 (TABELLA 6) . . . 42
1.2.40. Testo correlato 1699/6-bis . . . 43
1.2.41. Testo correlato 1699 (TABELLA 6 - ALLEGATO) . . . 44
1.2.42. Testo correlato 1699 (TABELLA 7) . . . 45
1.2.43. Testo correlato 1699/7-bis . . . 46
1.2.44. Testo correlato 1699 (TABELLA 7 - ANNESSO 1) . . . 47
1.2.45. Testo correlato 1699 (TABELLA 7 - ANNESSO 2) . . . 48
1.2.46. Testo correlato 1699 (TABELLA 7 - ANNESSO 3) . . . 49
1.2.47. Testo correlato 1699 (TABELLA 7 - ANNESSO 4) . . . 50
1.2.48. Testo correlato 1699 (TABELLA 7 - ANNESSO 5) . . . 51
1.2.49. Testo correlato 1699 (TABELLA 7 - ANNESSO 7) . . . 52
1.2.50. Testo correlato 1699 (TABELLA 7 - ANNESSO 8) . . . 53
1.2.51. Testo correlato 1699 (TABELLA 7 - ANNESSO 9) . . . 54
1.2.52. Testo correlato 1699 (TABELLA 7 - ANNESSO 10) . . . 55
1.2.53. Testo correlato 1699 (TABELLA 7 - ANNESSO 11) . . . 56
1.2.54. Testo correlato 1699 (TABELLA 7 - ANNESSO 12) . . . 57
1.2.55. Testo correlato 1699 (TABELLA 7 - ANNESSO 14) . . . 58
1.2.56. Testo correlato 1699 (TABELLA 7 - ANNESSO 15) . . . 59
1.2.57. Testo correlato 1699 (TABELLA 7 - ANNESSO 16) . . . 60
1.2.58. Testo correlato 1699 (TABELLA 7 - ANNESSO 17) . . . 61
1.2.59. Testo correlato 1699 (TABELLA 7 - ANNESSO 18) . . . 62
1.2.60. Testo correlato 1699 (TABELLA 7 - ANNESSO 19) . . . 63
1.2.61. Testo correlato 1699 (TABELLA 7 - ANNESSO 20) . . . 64
1.2.62. Testo correlato 1699 (TABELLA 7 - ANNESSO 21) . . . 65
1.2.63. Testo correlato 1699 (TABELLA 7 - ANNESSO 22) . . . 66
1.2.64. Testo correlato 1699 (TABELLA 8) . . . 67
1.2.65. Testo correlato 1699/8-bis . . . 68
1.2.66. Testo correlato 1699 (TABELLA 8 - ANNESSO 2) . . . 69
1.2.67. Testo correlato 1699 (TABELLA 8 - ANNESSO 3) . . . 70
1.2.68. Testo correlato 1699 (TABELLA 9) . . . 71
1.2.69. Testo correlato 1699/9-bis . . . 72

1.2.70. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 1) . . . 73
1.2.71. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 2) . . . 74
1.2.72. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 3) . . . 75
1.2.73. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 4) . . . 76
1.2.74. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 5) . . . 77
1.2.75. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 6) . . . 78
1.2.76. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 7) . . . 79
1.2.77. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 8) . . . 80
1.2.78. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 9) . . . 81
1.2.79. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 10) . . . 82
1.2.80. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 12) . . . 83
1.2.81. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 13) . . . 84
1.2.82. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 14) . . . 85
1.2.83. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 15) . . . 86
1.2.84. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 16) . . . 87
1.2.85. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 17) . . . 88
1.2.86. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 18) . . . 89
1.2.87. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 19) . . . 90
1.2.88. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 20) . . . 91
1.2.89. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 21) . . . 92
1.2.90. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 22) . . . 93
1.2.91. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 23) . . . 94
1.2.92. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 24) . . . 95
1.2.93. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 25) . . . 96
1.2.94. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 26) . . . 97
1.2.95. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 27) . . . 98
1.2.96. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 28) . . . 99
1.2.97. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 29) . . . 100
1.2.98. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 30) . . . 101
1.2.99. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 31) . . . 102
1.2.100. Testo correlato 1699 (TABELLA 10) . . . 103
1.2.101. Testo correlato 1699/10-bis . . . 104
1.2.102. Testo correlato 1699 (TABELLA 10 - ANNESSO 1) . . . 105
1.2.103. Testo correlato 1699 (TABELLA 10 - ANNESSO 2) . . . 106
1.2.104. Testo correlato 1699 (TABELLA 10 - ANNESSO 3) . . . 107
1.2.105. Testo correlato 1699 (TABELLA 10 - ANNESSO 4) . . . 108
1.2.106. Testo correlato 1699 (TABELLA 10 - ANNESSO 5) . . . 109
1.2.107. Testo correlato 1699 (TABELLA 10 - ANNESSO 6) . . . 110
1.2.108. Testo correlato 1699 (TABELLA 10 - ANNESSO 7) . . . 111

1.2.109. Testo correlato 1699 (TABELLA 10 - ANNESSO 8) . . . 112
1.2.110. Testo correlato 1699 (TABELLA 10 - ANNESSO 9) . . . 113
1.2.111. Testo correlato 1699 (TABELLA 10 - ANNESSO 10) . . . 114
1.2.112. Testo correlato 1699 (TABELLA 10 - ANNESSO 11) . . . 115
1.2.113. Testo correlato 1699 (TABELLA 10 - ANNESSO 12) . . . 116
1.2.114. Testo correlato 1699 (TABELLA 10 - ANNESSO 13) . . . 117
1.2.115. Testo correlato 1699 (TABELLA 10 - ANNESSO 14) . . . 118
1.2.116. Testo correlato 1699 (TABELLA 10 - ANNESSO 15) . . . 119
1.2.117. Testo correlato 1699 (TABELLA 10 - ANNESSO 16) . . . 120
1.2.118. Testo correlato 1699 (TABELLA 10 - ANNESSO 17) . . . 121
1.2.119. Testo correlato 1699 (TABELLA 10 - ANNESSO 18) . . . 122
1.2.120. Testo correlato 1699 (TABELLA 10 - ANNESSO 19) . . . 123
1.2.121. Testo correlato 1699 (TABELLA 10 - ANNESSO 20) . . . 124
1.2.122. Testo correlato 1699 (TABELLA 10 - ANNESSO 21) . . . 125
1.2.123. Testo correlato 1699 (TABELLA 10 - ANNESSO 22) . . . 126
1.2.124. Testo correlato 1699 (TABELLA 10 - ANNESSO 23) . . . 127
1.2.125. Testo correlato 1699 (TABELLA 10 - ANNESSO 24) . . . 128
1.2.126. Testo correlato 1699 (TABELLA 10 - ANNESSO 25) . . . 129
1.2.127. Testo correlato 1699 (TABELLA 10 - ANNESSO 26) . . . 130
1.2.128. Testo correlato 1699 (TABELLA 10 - ANNESSO 28) . . . 131
1.2.129. Testo correlato 1699 (TABELLA 10 - ANNESSO 29) . . . 132
1.2.130. Testo correlato 1699 (TABELLA 11) . . . 133
1.2.131. Testo correlato 1699/11-bis . . . 134
1.2.132. Testo correlato 1699 (TABELLA 11 - ANNESSO 2) . . . 135
1.2.133. Testo correlato 1699 (TABELLA 11 - ANNESSO 3) . . . 136
1.2.134. Testo correlato 1699 (TABELLA 12) . . . 137
1.2.135. Testo correlato 1699/12-bis . . . 138
1.2.136. Testo correlato 1699 (TABELLA 12 - ANNESSO 1) . . . 139
1.2.137. Testo correlato 1699 (TABELLA 12 - ANNESSO 2) . . . 140
1.2.138. Testo correlato 1699 (TABELLA 12 - ANNESSO 3) . . . 141
1.2.139. Testo correlato 1699 (TABELLA 12 - ANNESSO 5) . . . 142
1.2.140. Testo correlato 1699 (TABELLA 12 - ANNESSO 6) . . . 143
1.2.141. Testo correlato 1699 (TABELLA 13) . . . 144
1.2.142. Testo correlato 1699/13-bis . . . 145
1.2.143. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 1) . . . 146
1.2.144. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 2) . . . 147
1.2.145. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 3) . . . 148
1.2.146. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 4) . . . 149
1.2.147. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 5) . . . 150

1.2.148. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 7) . . . 151
1.2.149. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 8) . . . 152
1.2.150. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 9) . . . 153
1.2.151. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 10) . . . 154
1.2.152. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 11) . . . 155
1.2.153. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 12) . . . 156
1.2.154. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 13) . . . 157
1.2.155. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 14) . . . 158
1.2.156. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 15) . . . 159
1.2.157. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 16) . . . 160
1.2.158. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 17) . . . 161
1.2.159. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 18) . . . 162
1.2.160. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 19) . . . 163
1.2.161. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 20) . . . 164
1.2.162. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 22) . . . 165
1.2.163. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 23) . . . 166
1.2.164. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 24) . . . 167
1.2.165. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 25) . . . 168
1.2.166. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 26) . . . 169
1.2.167. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 27) . . . 170
1.2.168. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 28) . . . 171
1.2.169. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 30) . . . 172
1.2.170. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 31) . . . 173
1.2.171. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 32) . . . 174
1.2.172. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 33) . . . 175
1.2.173. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 34) . . . 176
1.2.174. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 35) . . . 177
1.2.175. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 36) . . . 178
1.2.176. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 37) . . . 179
1.2.177. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 38) . . . 180
1.2.178. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 39) . . . 181
1.2.179. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 40) . . . 182
1.2.180. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 41) . . . 183
1.2.181. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 42) . . . 184
1.2.182. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 43) . . . 185
1.2.183. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 44) . . . 186
1.2.184. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 46) . . . 187
1.2.185. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 47) . . . 188
1.2.186. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 48) . . . 189

1.2.187. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 49) . . . 190
1.2.188. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 50) . . . 191
1.2.189. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 51) . . . 192
1.2.190. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 52) . . . 193
1.2.191. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 53) . . . 194
1.2.192. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 54) . . . 195
1.2.193. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 55) . . . 196
1.2.194. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 56) . . . 197
1.2.195. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 57) . . . 198
1.2.196. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 58) . . . 199
1.2.197. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 59) . . . 200
1.2.198. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 60) . . . 201
1.2.199. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 61) . . . 202
1.2.200. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 62) . . . 203
1.2.201. Testo correlato 1699 (TABELLA 14) . . . 204
1.2.202. Testo correlato 1699/14-bis . . . 205
1.2.203. Testo correlato 1699 (TABELLA 14 - ANNESSO 1) . . . 206
1.2.204. Testo correlato 1699 (TABELLA 14 - ANNESSO 2) . . . 207
1.2.205. Testo correlato 1699 (TABELLA 14 - ANNESSO 3) . . . 208
1.2.206. Testo correlato 1699 (TABELLA 14 - ANNESSO 4) . . . 209
1.2.207. Testo correlato 1699 (TABELLA 14 - ANNESSO 5) . . . 210
1.2.208. Testo correlato 1699 (TABELLA 14 - ANNESSO 6) . . . 211
1.2.209. Testo correlato 1699 (TABELLA 14 - ANNESSO 7) . . . 212
1.2.210. Testo correlato 1699 (TABELLA 14 - ANNESSO 8) . . . 213
1.2.211. Testo correlato 1699 (TABELLA 14 - ANNESSO 11) . . . 214
1.2.212. Testo correlato 1699 (TABELLA 14 - ANNESSO 12) . . . 215
1.2.213. Testo correlato 1699 (TABELLA 14 - ANNESSO 13) . . . 216
1.2.214. Testo correlato 1699 (TABELLA 14 - ANNESSO 14) . . . 217
1.2.215. Testo correlato 1699 (TABELLA 14 - ANNESSO 15) . . . 218
1.2.216. Testo correlato 1699 (TABELLA 14 - ANNESSO 21) . . . 219
1.2.217. Testo correlato 1699 (TABELLA 14 - ANNESSO 23) . . . 220
1.2.218. Testo correlato 1699 (TABELLA 14 - ANNESSO 26) . . . 221
1.2.219. Testo approvato 1699 (Bozza provvisoria) . . . 222
1.3. Trattazione in Commissione . . . 223
1.3.1. Sedute . . . 224
1.3.2. Resoconti sommari . . . 225
1.3.2.1. 5^ Commissione permanente (Bilancio) . . . 226
1.3.2.1.1. 5ª Commissione permanente (Bilancio) - Seduta n. 324 (ant.) del 04/12/2014 . . . 227
1.3.2.1.2. 5ª Commissione permanente (Bilancio) - Seduta n. 325 (ant.) del 09/12/2014 . . . 237

1.3.2.1.3. 5ª Commissione permanente (Bilancio) - Seduta n. 326 (pom.) del 09/12/2014 246
1.3.2.1.4. 5ª Commissione permanente (Bilancio) - Seduta n. 327 (ant.) dell'11/12/2014 254
1.3.2.1.5. 5ª Commissione permanente (Bilancio) - Seduta n. 328 (pom.) dell'11/12/2014 474
1.3.2.1.6. 5ª Commissione permanente (Bilancio) - Seduta n. 329 (ant.) del 12/12/2014 713
1.3.2.1.7. 5ª Commissione permanente (Bilancio) - Seduta n. 330 (pom.) del 12/12/2014 907
1.3.2.1.8. 5ª Commissione permanente (Bilancio) - Seduta n. 331 (ant.) del 13/12/2014 1129
1.3.2.1.9. 5ª Commissione permanente (Bilancio) - Seduta n. 332 (pom.) del 15/12/2014 1138
1.3.2.1.10. 5ª Commissione permanente (Bilancio) - Seduta n. 333 (pom.) del 16/12/2014 1371
1.3.2.1.11. 5ª Commissione permanente (Bilancio) - Seduta n. 334 (ant.) del 17/12/2014 1653
1.3.2.1.12. 5ª Commissione permanente (Bilancio) - Seduta n. 335 (pom.) del 17/12/2014 1667
1.3.2.1.13. 5ª Commissione permanente (Bilancio) - Seduta n. 336 (ant.) del 18/12/2014 1710
1.4. Trattazione in consultiva 1721
1.4.1. Sedute 1722
1.4.2. Resoconti sommari 1723
1.4.2.1. 1^ Commissione permanente (Affari Costituzionali) 1724
1.4.2.1.1. 1ªCommissione permanente (Affari Costituzionali) - Seduta n. 228 (pom.) del 09/12/2014 1725
1.4.2.1.2. 1ªCommissione permanente (Affari Costituzionali) - Seduta n. 229 (pom.) del 10/12/2014 1730
1.4.2.2. 2^ Commissione permanente (Giustizia) 1742
1.4.2.2.1. 2ªCommissione permanente (Giustizia) - Seduta n. 168 (pom.) del 09/12/2014 1743
1.4.2.3. 3^ Commissione permanente (Affari esteri, emigrazione) 1754
1.4.2.3.1. 3ªCommissione permanente (Affari esteri, emigrazione) - Seduta n. 62 (pom.) del 09/12/2014 . . . 1755
1.4.2.3.2. 3ªCommissione permanente (Affari esteri, emigrazione) - Seduta n. 63 (pom.) del 10/12/2014 . . . 1760
1.4.2.4. 4^ Commissione permanente (Difesa) 1766
1.4.2.4.1. 4ªCommissione permanente (Difesa) - Seduta n. 105 (ant.) del 09/12/2014 1767
1.4.2.4.2. 4ªCommissione permanente (Difesa) - Seduta n. 106 (ant.) del 10/12/2014 1772
1.4.2.4.3. 4ªCommissione permanente (Difesa) - Seduta n. 107 (ant.) dell'11/12/2014 1778
1.4.2.5. 5^ Commissione permanente (Bilancio) 1786
1.4.2.5.1. 5ªCommissione permanente (Bilancio) - Seduta n. 337 (ant.) del 19/12/2014 1787
1.4.2.6. 6^ Commissione permanente (Finanze e tesoro) 1791
1.4.2.6.1. 6ªCommissione permanente (Finanze e tesoro) - Seduta n. 164 (pom.) del 09/12/2014 1792
1.4.2.6.2. 6ªCommissione permanente (Finanze e tesoro) - Seduta n. 165 (ant.) del 10/12/2014 1797
1.4.2.7. 7^ Commissione permanente (Istruzione pubblica, beni culturali) 1804
1.4.2.7.1. 7ªCommissione permanente (Istruzione pubblica, beni culturali) - Seduta n. 147 (ant.) del 10/12/2014 1805
1.4.2.7.2. 7ªCommissione permanente (Istruzione pubblica, beni culturali) - Seduta n. 148 (pom.) del 10/12/2014 1815
1.4.2.7.3. 7ªCommissione permanente (Istruzione pubblica, beni culturali) - Seduta n. 149 (ant.) dell'11/12/2014 1838
1.4.2.8. 8^ Commissione permanente (Lavori pubblici, comunicazioni) 1853

1.4.2.8.1. 8ªCommissione permanente (Lavori pubblici, comunicazioni) - Seduta n. 116 (pom.) del 09/12/2014 . . . 1854
1.4.2.8.2. 8ªCommissione permanente (Lavori pubblici, comunicazioni) - Seduta n. 117 (ant.) del 10/12/2014 . . . 1868
1.4.2.8.3. 8ªCommissione permanente (Lavori pubblici, comunicazioni) - Seduta n. 118 (pom.) del 10/12/2014 . . . 1873
1.4.2.9. 9^ Commissione permanente (Agricoltura e produzione agroalimentare) . . . 1890
1.4.2.9.1. 9ªCommissione permanente (Agricoltura e produzione agroalimentare) - Seduta n. 94 (pom.) del 09/12/2014 . . . 1891
1.4.2.9.2. 9ªCommissione permanente (Agricoltura e produzione agroalimentare) - Seduta n. 95 (ant.) del 10/12/2014 . . . 1896
1.4.2.9.3. 9ªCommissione permanente (Agricoltura e produzione agroalimentare) - Seduta n. 96 (pom.) del 10/12/2014 . . . 1903
1.4.2.10. 10^ Commissione permanente (Industria, commercio, turismo) . . . 1912
1.4.2.10.1. 10ªCommissione permanente (Industria, commercio, turismo) - Seduta n. 113 (pom.) del 09/12/2014 . . . 1913
1.4.2.10.2. 10ªCommissione permanente (Industria, commercio, turismo) - Seduta n. 114 (ant.) del 10/12/2014 . . . 1920
1.4.2.11. 11^ Commissione permanente (Lavoro, previdenza sociale) . . . 1934
1.4.2.11.1. 11ªCommissione permanente (Lavoro, previdenza sociale) - Seduta n. 121 (pom.) del 09/12/2014 . . . 1935
1.4.2.11.2. 11ªCommissione permanente (Lavoro, previdenza sociale) - Seduta n. 122 (ant.) del 10/12/2014 1942
1.4.2.11.3. 11ªCommissione permanente (Lavoro, previdenza sociale) - Seduta n. 123 (pom.) del 10/12/2014 . . . 1948
1.4.2.12. 12^ Commissione permanente (Igiene e sanita') . . . 1966
1.4.2.12.1. 12ªCommissione permanente (Igiene e sanita') - Seduta n. 182 (ant.) del 04/12/2014 . . . 1967
1.4.2.12.2. 12ªCommissione permanente (Igiene e sanita') - Seduta n. 183 (pom.) del 04/12/2014 . . . 1971
1.4.2.12.3. 12ªCommissione permanente (Igiene e sanita') - Seduta n. 184 (pom.) del 04/12/2014 . . . 1973
1.4.2.12.4. 12ªCommissione permanente (Igiene e sanita') - Seduta n. 185 (pom.) del 09/12/2014 . . . 1981
1.4.2.12.5. 12ªCommissione permanente (Igiene e sanita') - Seduta n. 186 (ant.) del 10/12/2014 . . . 1986
1.4.2.13. 13^ Commissione permanente (Territorio, ambiente, beni ambientali) . . . 2023
1.4.2.13.1. 13ªCommissione permanente (Territorio, ambiente, beni ambientali) - Seduta n. 110 (pom.) del 09/12/2014 . . . 2024
1.4.2.13.2. 13ªCommissione permanente (Territorio, ambiente, beni ambientali) - Seduta n. 111 (pom.) del 10/12/2014 . . . 2031
1.4.2.14. 14^ Commissione permanente (Politiche dell'Unione europea) . . . 2046
1.4.2.14.1. 14ªCommissione permanente (Politiche dell'Unione europea) - Seduta n. 94 (pom.) del 10/12/2014 . . . 2047
1.5. Trattazione in Assemblea . . . 2058
1.5.1. Sedute . . . 2059
1.5.2. Resoconti stenografici . . . 2060

1.5.2.1. Seduta n. 364 (ant.) del 03/12/2014 2061
1.5.2.2. Seduta n. 366 (ant.) del 16/12/2014 2213
1.5.2.3. Seduta n. 367 (ant.) del 18/12/2014 2335
1.5.2.4. Seduta n. 368 (ant.) del 19/12/2014 2437

1. DDL S. 1699 - XVII Leg.

1.1. Dati generali

collegamento al documento su www.senato.it

Non e' stato possibile includere la seguente risorsa:
http://www.senato.it/versionestampa/stampa.jsp?url=/leg/17/BGT/Schede/Ddliter/45047.htm&thispage

1.2. Testi

1.2.1. Testo DDL 1699

collegamento al documento su www.senato.it

Non e' stato possibile includere la seguente risorsa:
http://www.senato.it/japp/bgt/showdoc/17/DDLPRES/814738/index.html?stampa=si&spart=si&toc=no

1.2.2. Testo correlato 1699/bis

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.3. Testo correlato 1699 (TABELLA 1)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.4. Testo correlato 1699/1-bis

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.5. Testo correlato 1699 (TABELLA 2)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.6. Testo correlato 1699/2-bis

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.7. Testo correlato 1699 (TABELLA 2 - ANNESSO 1)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.8. Testo correlato 1699 (TABELLA 2 - ANNESSO 2)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.9. Testo correlato 1699 (TABELLA 2 - ANNESSO 3)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.10. Testo correlato 1699 (TABELLA 2 - ANNESSO 5)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.11. Testo correlato 1699 (TABELLA 2 - ANNESSO 6)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.12. Testo correlato 1699 (TABELLA 2 - ANNESSO 7)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.13. Testo correlato 1699 (TABELLA 2 - ANNESSO 8)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.14. Testo correlato 1699 (TABELLA 2 - ANNESSO 10)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.15. Testo correlato 1699 (TABELLA 2 - ANNESSO 12)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.16. Testo correlato 1699 (TABELLA 2 - ANNESSO 13)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.17. Testo correlato 1699 (TABELLA 2 - ANNESSO 15)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.18. Testo correlato 1699 (TABELLA 2 - ANNESSO 17)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.19. Testo correlato 1699 (TABELLA 2 - ANNESSO 19)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.20. Testo correlato 1699 (TABELLA 2 - ANNESSO 20)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.21. Testo correlato 1699 (TABELLA 2 - ANNESSO 21)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.22. Testo correlato 1699 (TABELLA 2 - ANNESSO 22)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.23. Testo correlato 1699 (TABELLA 2 - ANNESSO 23)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.24. Testo correlato 1699 (TABELLA 2 - ANNESSO 24)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.25. Testo correlato 1699 (TABELLA 3)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.26. Testo correlato 1699/3-bis

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.27. Testo correlato 1699 (TABELLA 3 - ANNESSO 1)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.28. Testo correlato 1699 (TABELLA 3 - ANNESSO 2)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.29. Testo correlato 1699 (TABELLA 3 - ANNESSO 3)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.30. Testo correlato 1699 (TABELLA 4)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.31. Testo correlato 1699/4-bis

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.32. Testo correlato 1699 (TABELLA 4 - ALLEGATO)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.33. Testo correlato 1699 (TABELLA 4 - ANNESSO 2)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.34. Testo correlato 1699 (TABELLA 4 - ANNESSO 3)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.35. Testo correlato 1699 (TABELLA 4 - ANNESSO 4)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.36. Testo correlato 1699 (TABELLA 5)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.37. Testo correlato 1699/5-bis

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.38. Testo correlato 1699 (TABELLA 5 - ANNESSO 1)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.39. Testo correlato 1699 (TABELLA 6)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.40. Testo correlato 1699/6-bis

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.41. Testo correlato 1699 (TABELLA 6 - ALLEGATO)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.42. Testo correlato 1699 (TABELLA 7)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.43. Testo correlato 1699/7-bis

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.44. Testo correlato 1699 (TABELLA 7 - ANNESSO 1)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.45. Testo correlato 1699 (TABELLA 7 - ANNESSO 2)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.46. Testo correlato 1699 (TABELLA 7 - ANNESSO 3)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.47. Testo correlato 1699 (TABELLA 7 - ANNESSO 4)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.48. Testo correlato 1699 (TABELLA 7 - ANNESSO 5)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.49. Testo correlato 1699 (TABELLA 7 - ANNESSO 7)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.50. Testo correlato 1699 (TABELLA 7 - ANNESSO 8)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.51. Testo correlato 1699 (TABELLA 7 - ANNESSO 9)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.52. Testo correlato 1699 (TABELLA 7 - ANNESSO 10)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.53. Testo correlato 1699 (TABELLA 7 - ANNESSO 11)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.54. Testo correlato 1699 (TABELLA 7 - ANNESSO 12)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.55. Testo correlato 1699 (TABELLA 7 - ANNESSO 14)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.56. Testo correlato 1699 (TABELLA 7 - ANNESSO 15)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.57. Testo correlato 1699 (TABELLA 7 - ANNESSO 16)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.58. Testo correlato 1699 (TABELLA 7 - ANNESSO 17)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.59. Testo correlato 1699 (TABELLA 7 - ANNESSO 18)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.60. Testo correlato 1699 (TABELLA 7 - ANNESSO 19)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.61. Testo correlato 1699 (TABELLA 7 - ANNESSO 20)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.62. Testo correlato 1699 (TABELLA 7 - ANNESSO 21)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.63. Testo correlato 1699 (TABELLA 7 - ANNESSO 22)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.64. Testo correlato 1699 (TABELLA 8)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.65. Testo correlato 1699/8-bis

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.66. Testo correlato 1699 (TABELLA 8 - ANNESSO 2)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.67. Testo correlato 1699 (TABELLA 8 - ANNESSO 3)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.68. Testo correlato 1699 (TABELLA 9)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.69. Testo correlato 1699/9-bis

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.70. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 1)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.71. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 2)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.72. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 3)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.73. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 4)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.74. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 5)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.75. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 6)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.76. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 7)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.77. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 8)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.78. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 9)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.79. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 10)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.80. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 12)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.81. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 13)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.82. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 14)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.83. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 15)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.84. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 16)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.85. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 17)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.86. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 18)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.87. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 19)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.88. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 20)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.89. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 21)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.90. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 22)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.91. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 23)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.92. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 24)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.93. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 25)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.94. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 26)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.95. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 27)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.96. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 28)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.97. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 29)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.98. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 30)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.99. Testo correlato 1699 (TABELLA 9 - ANNESSO 31)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.100. Testo correlato 1699 (TABELLA 10)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.101. Testo correlato 1699/10-bis

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.102. Testo correlato 1699 (TABELLA 10 - ANNESSO 1)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.103. Testo correlato 1699 (TABELLA 10 - ANNESSO 2)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.104. Testo correlato 1699 (TABELLA 10 - ANNESSO 3)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.105. Testo correlato 1699 (TABELLA 10 - ANNESSO 4)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.106. Testo correlato 1699 (TABELLA 10 - ANNESSO 5)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.107. Testo correlato 1699 (TABELLA 10 - ANNESSO 6)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.108. Testo correlato 1699 (TABELLA 10 - ANNESSO 7)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.109. Testo correlato 1699 (TABELLA 10 - ANNESSO 8)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.110. Testo correlato 1699 (TABELLA 10 - ANNESSO 9)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.111. Testo correlato 1699 (TABELLA 10 - ANNESSO 10)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.112. Testo correlato 1699 (TABELLA 10 - ANNESSO 11)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.113. Testo correlato 1699 (TABELLA 10 - ANNESSO 12)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.114. Testo correlato 1699 (TABELLA 10 - ANNESSO 13)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.115. Testo correlato 1699 (TABELLA 10 - ANNESSO 14)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.116. Testo correlato 1699 (TABELLA 10 - ANNESSO 15)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.117. Testo correlato 1699 (TABELLA 10 - ANNESSO 16)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.118. Testo correlato 1699 (TABELLA 10 - ANNESSO 17)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.119. Testo correlato 1699 (TABELLA 10 - ANNESSO 18)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.120. Testo correlato 1699 (TABELLA 10 - ANNESSO 19)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.121. Testo correlato 1699 (TABELLA 10 - ANNESSO 20)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.122. Testo correlato 1699 (TABELLA 10 - ANNESSO 21)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.123. Testo correlato 1699 (TABELLA 10 - ANNESSO 22)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.124. Testo correlato 1699 (TABELLA 10 - ANNESSO 23)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.125. Testo correlato 1699 (TABELLA 10 - ANNESSO 24)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.126. Testo correlato 1699 (TABELLA 10 - ANNESSO 25)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.127. Testo correlato 1699 (TABELLA 10 - ANNESSO 26)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.128. Testo correlato 1699 (TABELLA 10 - ANNESSO 28)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.129. Testo correlato 1699 (TABELLA 10 - ANNESSO 29)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.130. Testo correlato 1699 (TABELLA 11)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.131. Testo correlato 1699/11-bis

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.132. Testo correlato 1699 (TABELLA 11 - ANNESSO 2)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.133. Testo correlato 1699 (TABELLA 11 - ANNESSO 3)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.134. Testo correlato 1699 (TABELLA 12)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.135. Testo correlato 1699/12-bis

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.136. Testo correlato 1699 (TABELLA 12 - ANNESSO 1)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.137. Testo correlato 1699 (TABELLA 12 - ANNESSO 2)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.138. Testo correlato 1699 (TABELLA 12 - ANNESSO 3)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.139. Testo correlato 1699 (TABELLA 12 - ANNESSO 5)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.140. Testo correlato 1699 (TABELLA 12 - ANNESSO 6)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.141. Testo correlato 1699 (TABELLA 13)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.142. Testo correlato 1699/13-bis

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.143. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 1)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.144. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 2)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.145. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 3)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.146. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 4)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.147. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 5)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.148. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 7)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.149. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 8)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.150. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 9)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.151. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 10)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.152. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 11)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.153. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 12)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.154. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 13)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.155. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 14)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.156. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 15)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.157. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 16)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.158. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 17)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.159. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 18)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.160. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 19)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.161. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 20)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.162. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 22)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.163. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 23)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.164. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 24)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.165. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 25)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.166. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 26)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.167. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 27)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.168. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 28)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.169. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 30)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.170. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 31)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.171. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 32)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.172. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 33)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.173. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 34)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.174. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 35)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.175. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 36)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.176. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 37)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.177. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 38)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.178. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 39)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.179. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 40)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.180. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 41)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.181. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 42)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.182. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 43)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.183. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 44)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.184. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 46)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.185. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 47)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.186. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 48)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.187. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 49)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.188. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 50)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.189. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 51)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.190. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 52)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.191. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 53)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.192. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 54)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.193. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 55)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.194. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 56)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.195. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 57)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.196. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 58)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.197. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 59)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.198. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 60)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.199. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 61)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.200. Testo correlato 1699 (TABELLA 13 - ANNESSO 62)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.201. Testo correlato 1699 (TABELLA 14)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.202. Testo correlato 1699/14-bis

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.203. Testo correlato 1699 (TABELLA 14 - ANNESSO 1)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.204. Testo correlato 1699 (TABELLA 14 - ANNESSO 2)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.205. Testo correlato 1699 (TABELLA 14 - ANNESSO 3)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.206. Testo correlato 1699 (TABELLA 14 - ANNESSO 4)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.207. Testo correlato 1699 (TABELLA 14 - ANNESSO 5)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.208. Testo correlato 1699 (TABELLA 14 - ANNESSO 6)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.209. Testo correlato 1699 (TABELLA 14 - ANNESSO 7)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.210. Testo correlato 1699 (TABELLA 14 - ANNESSO 8)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.211. Testo correlato 1699 (TABELLA 14 - ANNESSO 11)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.212. Testo correlato 1699 (TABELLA 14 - ANNESSO 12)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.213. Testo correlato 1699 (TABELLA 14 - ANNESSO 13)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.214. Testo correlato 1699 (TABELLA 14 - ANNESSO 14)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.215. Testo correlato 1699 (TABELLA 14 - ANNESSO 15)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.216. Testo correlato 1699 (TABELLA 14 - ANNESSO 21)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.217. Testo correlato 1699 (TABELLA 14 - ANNESSO 23)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.218. Testo correlato 1699 (TABELLA 14 - ANNESSO 26)

collegamento al documento su www.senato.it

1.2.219. Testo approvato 1699 (Bozza provvisoria)

collegamento al documento su www.senato.it

Non e' stato possibile includere la seguente risorsa:
http://www.senato.it/japp/bgt/showdoc/17/DDLMESS/826221/index.html?stampa=si&spart=si&toc=no

1.3. Trattazione in Commissione

1.3.1. Sedute

collegamento al documento su www.senato.it

Non e' stato possibile includere la seguente risorsa:
http://www.senato.it/versionestampa/stampa.jsp?url=/leg/17/BGT/Schede/Ddliter/comm/45047_comm.htm&thispage

1.3.2. Resoconti sommari

1.3.2.1. 5^ Commissione permanente (Bilancio)

1.3.2.1.1. 5ª Commissione permanente (Bilancio) - Seduta n. 324 (ant.) del 04/12/2014

collegamento al documento su www.senato.it

BILANCIO (5ª)

GIOVEDÌ 4 DICEMBRE 2014
324ª Seduta

Presidenza del Presidente
AZZOLLINI

Interviene il vice ministro dell'economia e delle finanze Morando.

La seduta inizia alle ore 9,05.

SUL CALENDARIO DEI LAVORI DELLA SESSIONE DI BILANCIO

Il presidente AZZOLLINI fa presente che nella giornata odierna il Presidente del Senato aprirà formalmente la sessione di bilancio. Propone pertanto di fissare un programma dei lavori della Commissione che tenga conto del calendario approvato dalla Conferenza dei Presidenti dei gruppi, al riguardo. Già nella giornata odierna potrebbero essere svolte le relazioni e la discussione generale, così da poter disporre di maggior tempo per la redazione degli emendamenti e la loro discussione. Il termine per la presentazione degli emendamenti potrebbe essere fissato nella giornata di sabato, tenuto conto che, come ricordato, la Conferenza dei Presidenti dei gruppi parlamentari ha fissato l'inizio della trattazione del provvedimento in Assemblea per la giornata del 16 dicembre prossimo. Tale termine potrebbe essere più ampio per il Governo e per i relatori.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*), dato che non sono previste sedute d'Assemblea per la settimana prossima, considera non condivisibile la prospettiva di un termine per gli emendamenti nella giornata di sabato, che considera lesiva delle prerogative dell'opposizione. A tal proposito si domanda se vi sia un atteggiamento costruttivo rispetto alle possibili proposte migliorative dei parlamentari di minoranza o se, al contrario, sia più conveniente concentrarsi su eventuali proposte di subemendamento alle iniziative governative, nel presupposto che gli emendamenti di minoranza verrebbero solo formalmente esaminati. Preannuncia, peraltro, che il proprio Gruppo chiederà un rigido rispetto del Regolamento e delle prerogative dei singoli parlamentari nel corso dei lavori della legge di stabilità.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) fa presente come vi sia la necessità, per tutti i Gruppi, di ascoltare le istanze che vengono dal Paese in un momento così complesso, per fissarle in emendamenti alla legge di stabilità, quale momento di sintesi cruciale per l'anno a venire. Anche considerazioni sulla qualità del lavoro che dev'essere svolto in Commissione lo inducono a proporre un termine per gli emendamenti senza dubbio successivo alla giornata di sabato.

La senatrice LEZZI (*M5S*) considera, a sua volta, non proponibile un termine per il deposito degli emendamenti a sabato. Invita, quindi, ad escludere termini anteriori alle giornate di martedì o mercoledì della settimana prossima.

Il senatore MILO (*GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI)*) stigmatizza la scarsa chiarezza nell'atteggiamento della maggioranza parlamentare. La contemporanea trattazione della legge elettorale, normativa la cui importanza è a tutti chiara, sta rendendo difficile l'esercizio delle prerogative della minoranza e la presenza su entrambi i fronti della legge di stabilità e quella elettorale. Ritiene, quindi, necessario un chiarimento più generale, prodromico alla fissazione di un termine per gli emendamenti.

Il PRESIDENTE, nel sottolineare che la Commissione dovrà disporre di adeguati spazi per la discussione degli emendamenti, al fine di evitare che i tempi oggettivamente stretti vadano a detrimento delle proposte migliorative del Senato all'impianto della legge di stabilità, stante l'imminente avvio dei lavori dell'Assemblea, sospende la seduta avvertendo fin d'ora che essa riprenderà al termine degli stessi.

La seduta, sospesa alle ore 9,30, riprende alle 16,35.

Il PRESIDENTE, preso atto che il Presidente del Senato ha dichiarato l'apertura della sessione di bilancio, ritiene che si possa pervenire a una definizione del calendario dei lavori della Commissione per l'esame dei disegni di legge di stabilità e bilancio. Anche in considerazione del trascorrere della giornata odierna, propone di avviare la sessione di bilancio nella giornata di martedì 9 prossimo, con le relazioni sul disegno di legge di bilancio affidata alla senatrice Chiavaroli e su quello di stabilità, affidata al senatore Santini. Il termine per la presentazione di emendamenti sarà fissato nella stessa giornata di martedì 9, alle ore 18. Invita, poi, il Governo ed i relatori, cui può essere consentita l'attività emendativa oltre i termini, a presentare proposte di modifica su temi non precedentemente trattati entro la serata di giovedì 11. Nella stessa giornata di giovedì 11 e nelle successive la Commissione potrà procedere alla illustrazione e votazione degli emendamenti, fermo restando che i lavori dovranno concludersi entro la prima metà della giornata di martedì 16 dicembre, quando il provvedimento giungerà all'attenzione dell'Assemblea.

La Commissione conviene.

La senatrice BULGARELLI (*M5S*) chiede se sia possibile garantire la pubblicità dei lavori attraverso la trasmissione audiovisiva di tutte le sedute dedicate alla legge di stabilità. Chiede inoltre se sia pervenuta la relazione tecnica aggiornata con le modifiche intervenute presso l'altro ramo del Parlamento.

Il PRESIDENTE ricorda che la pubblicità dei lavori è assicurata attraverso il resoconto stenografico integrale di tutte le sedute e che il Regolamento non consente la trasmissione televisiva dei lavori.

Il vice ministro MORANDO conferma che è disponibile la relazione tecnica, che sarà messa a disposizione della Commissione.

Il vice ministro MORANDO, riprendendo la proposta di calendario del Presidente, assicura che vi è disponibilità del Governo ad aderire all'invito a limitare gli emendamenti su temi sostanzialmente nuovi alla giornata di giovedì prossimo, pur non potendo assumere tale impegno a nome di tutto l'Esecutivo. Propone, per parte sua, di ripetere quanto sperimentato con successo durante l'esame presso la Camera dei deputati, ossia una concentrazione delle sedute di Commissione nelle ore diurne, con contestuale svolgimento di riunioni informali per la preparazione dei testi durante la notte. Ciò ha consentito, tra l'altro, nel corso della prima lettura, di dare continuità alla fase deliberativa senza impegnare inutilmente il tempo dei parlamentari.

La senatrice LANZILLOTTA (*SCpI*), nel condividere l'invito del Presidente ad una ordinata presentazione degli emendamenti, aggiunge l'auspicio che l'Esecutivo non proceda alla presentazione di proposte per il tramite dei relatori o di altri senatori: si tratta di una prassi a suo avviso non commendevole ancorché ampiamente praticata in precedenti occasioni, che rende frammentario il quadro politico dell'intervento governativo.

La senatrice COMAROLI (*LN-Aut*) ringrazia il rappresentante del Governo per l'impegno politico che ha preso ad evitare la presentazione di emendamenti rilevanti all'ultimo momento. Invita, però, la Presidenza a concedere un congruo spazio di tempo per la redazione di proposte subemendative, cosa non sempre avvenuta in passato.

Il PRESIDENTE assicura che si farà carico di dare i tempi necessari all'attività di modifica delle proposte dell'Esecutivo.

SUL REGIME DI AMMISSIBILITA' DEGLI EMENDAMENTI AI DOCUMENTI DI BILANCIO

Il PRESIDENTE avverte che, per la sessione di bilancio in corso, sono confermate, in conformità con l?apposita circolare del Presidente del Senato diramata nel 2003, le regole di ammissibilità degli emendamenti finalizzate al perseguimento dei saldi finanziari definiti nella risoluzione di approvazione del Documento di economia e finanza 2014 - come integrato dalla Nota di aggiornamento e dalla Relazione di variazione - con riferimento al saldo netto da finanziare, al saldo di cassa delle pubbliche amministrazioni e all?indebitamento netto delle pubbliche amministrazioni.

Tenendo conto delle novità introdotte dalla legge n. 196 del 2009, riguardo al contenuto del disegno di legge di stabilità, non sono ammissibili emendamenti aggiuntivi privi di effetti finanziari; emendamenti contenenti norme di delega (ivi comprese le modifiche a norme di delega già in vigore) o di carattere ordinamentale ovvero organizzatorio oppure interventi di natura localistica o microsettoriale (articolo 11, comma 3, alinea, della citata legge n. 196 del 2009); emendamenti di modifica delle norme di contabilità generale dello Stato (articolo 128, comma 6, del Regolamento); emendamenti volti a introdurre disposizioni di per sé stesse prive di effetti finanziari o con effetto

neutrale. Restano ammissibili, in ogni caso, emendamenti introduttivi di norme che rientravano già nel contenuto proprio della legge di stabilità, come, ad esempio, i maggiori oneri correnti di personale riconducibili all?attuazione degli istituti contrattuali e ai rinnovi contrattuali (ai sensi dell?articolo 11, comma 3, lettera *g)*, della legge n. 196 del 2009), con le eccezioni più avanti riportate. Per quanto riguarda le misure normative con effetto di riduzione dei saldi, sono ammissibili emendamenti sostitutivi nel rispetto della compensazione finanziaria e dei vincoli generali di contenuto proprio di cui sopra (divieto di deleghe, di norme di carattere ordinamentale od organizzatorio oppure di natura localistica o microsettoriale). Sono ammissibili emendamenti aggiuntivi, purché con esclusivo contenuto ed effetto di miglioramento, nonché emendamenti sostitutivi, nel rispetto della compensazione e del contenuto proprio, e soppressivi, a condizione della compensazione. Sono inammissibili le proposte emendative che dispongono l?uso parziale di risparmi, a meno che non siano destinati all?attuazione degli istituti contrattuali e ai rinnovi contrattuali. Non sono ammesse norme di sostegno all?economia mediante nuove o maggiori spese, così come norme volte ad introdurre nuove agevolazioni fiscali ovvero a modificare la disciplina fiscale, senza limitarsi dunque a variazioni meramente quantitative. Infine, sono ammissibili, ai sensi dell?articolo 11, comma 3, lettera *l)*, della legge n. 196 del 2009, emendamenti recanti misure correttive degli effetti finanziari delle leggi in vigore, ovvero, sotto il vincolo della compensazione, emendamenti di copertura di ulteriori oneri a legislazione vigente. Sono inammissibili gli emendamenti relativi alla materia di cui all'articolo 11, comma 3, lettera *m)*, della legge n. 196 del 2009 (Patto di stabilità interno e Patto di convergenza), in contrasto con i requisiti di contenuto di cui al citato articolo 11, comma 3, alinea, della legge di contabilità.

In linea generale, sotto il profilo della compensazione finanziaria, gli emendamenti che comportano conseguenze finanziarie peggiorative dei saldi debbono essere costruiti a doppia voce, di cui la seconda è costituita dalla copertura; la compensazione deve riguardare gli effetti sul saldo netto da finanziare di competenza del bilancio dello Stato, sul saldo di cassa delle pubbliche amministrazioni e sull?indebitamento netto delle pubbliche amministrazioni; per il secondo e il terzo aspetto, occorre tener conto degli effetti, come quantificati nella relazione tecnica, nonché nel prospetto riepilogativo di cui all'articolo 11, comma 4, della legge n. 196 del 2009, in relazione ai vari obiettivi e quindi considerando gli eventuali coefficienti di realizzazione assunti dal Governo. La compensazione deve riferirsi agli effetti dell?emendamento per tutta la durata della loro vigenza e deve garantire, dunque, mezzi di copertura di durata e quantità almeno uguale rispetto all'onere. Poiché il provvedimento non presenta in sé margini utilizzabili, tutti gli emendamenti con conseguenze finanziarie debbono essere compensati; non possono essere usati mezzi di parte capitale per coprire oneri correnti; è vietato lo scavalco tra disegno di legge di bilancio e disegno di legge di stabilità; non possono essere utilizzate per copertura variazioni nella stima delle entrate.

Per quanto riguarda l?emendabilità della parte tabellare del disegno di legge di stabilità, le riduzioni di spesa corrente possono essere utilizzate per finanziare tutti gli incrementi; le riduzioni di spesa di conto capitale possono compensare solo gli incrementi di spese della stessa natura. La tabella E, che riassume tutte le rimodulazioni, gli incrementi e le riduzioni delle leggi pluriennali in conto capitale, può essere rimodulata, previa compensazione sia sui singoli esercizi finanziari che nel complesso. Ove siano riportate nel testo una o più indicazioni circa la componente dovuta a rimodulazione, riduzione o incremento, l'emendamento deve fare, inoltre, riferimento a quale di tali componenti intende riferirsi, nel senso che deve indicare se la sua finalità è di apportare una riduzione, un incremento o una rimodulazione rispetto al testo. Per definanziare una legge di parte corrente precedentemente disposta occorre usare la tabella D; per la tabella C sono inammissibili emendamenti aggiuntivi, in quanto non trovino esplicito fondamento in apposito rinvio operato dalla legislazione vigente ovvero si riferiscano a spesa classificata come obbligatoria, soppressivi o modificativi (in questo ultimo caso di elementi non numerici). Sono ammissibili, altresì, emendamenti aggiuntivi di un finanziamento triennale nella tabella E, previa compensazione. Ancorché non più previsto dalla legge di contabilità, per un motivo di ragionevolezza la condizione necessaria per l?ammissibilità per un rifinanziamento annuale nella tabella E è la previsione di uno stanziamento di competenza (quindi non è sufficiente la sussistenza di

residui) nell?ultimo esercizio finanziario, sempre, ovviamente, che si tratti di una legge di spesa di conto capitale. In linea generale, in caso di approvazione, le compensazioni superflue si intendono per non apposte, quelle esuberanti sono computate per il necessario, ove possibile, quelle incerte vengono adeguate, salva la congruità. Gli emendamenti dovranno essere formulati in modo da garantire un chiaro e reciproco collegamento tra la portata della disposizione onerosa e la parte compensativa. Occorre tener conto, comunque, della maggiore formalità delle procedure di Assemblea, soprattutto in relazione alle coperture normative multiple e ripetitive.

Per quanto riguarda le regole di ammissibilità degli emendamenti al bilancio, gli emendamenti debbono essere riferiti al programma, che costituisce la nuova unità elementare ai fini dell'approvazione parlamentare. Gli emendamenti non possono contenere riferimenti a capitoli, neanche sotto forma di specificazione interna al programma; pertanto, gli emendamenti formulati con riferimento esclusivo a capitoli di bilancio sono inammissibili, mentre da quelli formulati con riferimento al programma sarà espunto ogni eventuale riferimento anche a capitoli. Le previsioni di cassa sono emendabili senza restrizioni nei limiti della massa spendibile (somma di competenza più residui), salvo l?obbligo di compensazione. Quanto alle previsioni di competenza, possono essere oggetto di emendamento i programmi dei diversi stati di previsione per gli importi corrispondenti alle spese rimodulabili, ivi incluse quelle determinate direttamente dalla legge sostanziale (ai sensi dell'articolo 21, comma 7, lettera *a)*, della legge n. 196 del 2009). Sono, altresì, ammissibili emendamenti solo incrementativi di programmi per gli importi corrispondenti alle spese non rimodulabili, naturalmente previa compensazione. Poiché le varie tabelle della legge di stabilità, in particolare le tabelle C, D ed E, recano già l?indicazione dei programmi e dei capitoli di riferimento, prima di variare gli importi iscritti in un programma di bilancio è opportuno controllare che gli stessi non siano già direttamente stabiliti dalle tabelle C, D ed E della legge di stabilità. Trattandosi di seconda lettura, sono più in generale inammissibili (articolo 129, comma 3, secondo periodo, del Regolamento) emendamenti al bilancio correlati a disposizioni del disegno di legge di stabilità. Mentre i programmi, per gli importi la cui dotazione è rimessa al bilancio (spesa rimodulabile), possono essere, in generale, emendabili in senso riduttivo (con conseguente miglioramento dei saldi), il loro utilizzo come mezzo di copertura, sia pure nel solo ambito del bilancio, è soggetto a numerose restrizioni. Non possono essere utilizzati come mezzo di copertura: gli importi relativi alle previsioni di entrata; gli importi relativi alle spese per interessi; gli importi relativi alle spese per il trattamento economico del personale in servizio e in quiescenza; gli importi afferenti alle spese non rimodulabili, indicate nella scheda programma negli allegati alle tabelle.

La Commissione prende atto.

IN SEDE CONSULTIVA

(1385) ***Disposizioni in materia di elezione della Camera dei deputati***, approvato dalla Camera dei deputati previo stralcio, deliberato dall'Assemblea l'11 marzo 2014, in un testo risultante dall'unificazione di un disegno di legge d'iniziativa popolare e dei disegni di legge d'iniziativa dei deputati Cirielli; Pisicchio; Bersani ed altri; Francesco Saverio Romano; Migliore ed altri; Donata Lenzi; Sandra Zampa e Michela Marzano; Sandra Zampa e Manuela Ghizzoni; Martella; Francesco Sanna; Bobba ed altri; Giachetti ed altri; Giorgia Meloni ed altri; Rigoni ed altri; Rigoni ed altri; Nicoletti ed altri; Martella ed altri; Vargiu; Burtone ed altri; Balduzzi ed altri; Laffranco ed altri;

Vargiu; Toninelli ed altri; Porta ed altri; Zaccagnini ed altri; Valiante ed altri; Lauricella; Michele Bordo; Marco Meloni ed altri; Di Battista ed altri

(Parere al Presidente del Senato, ai sensi dell'articolo 126, comma 11, del Regolamento. Esame. Parere non ostativo)

La relatrice ZANONI (*PD*), illustra il disegno di legge in titolo, confermando, per quanto di competenza, che il disegno di legge in questione rientra tra quelli che possono essere esaminati durante la sessione di bilancio in quanto non comporta alcun effetto sui saldi di finanza pubblica, in conformità a quanto prescritto dall'articolo 126, comma 11, del Regolamento.

Si apre il dibattito.

Il senatore CALDEROLI (*LN-Aut*) dissente rispetto alle conclusioni della relatrice, mettendo in evidenza che il testo in discussione presso la Commissione competente nel merito prevede lo svolgimento di un doppio turno elettorale, con evidente aumento dei costi per la finanza pubblica. Non esclude che le maggior spese possano essere coperte con il bilancio a legislazione vigente ma considera l'innovazione legislativa comunque foriera di maggiori oneri. Chiede, con l'occasione, al Governo di fornire una stima del maggior costo derivante da un turno elettorale supplementare.

Il PRESIDENTE precisa che, nella costante interpretazione, le spese per elezioni devono ritenersi sempre eventuali e comunque scontate a bilancio. Lo svolgimento di tornate elettorali rappresenta un fondamento del sistema democratico, direttamente tutelato dalla Costituzione e non potrebbe in alcun caso essere limitato dai vincoli di cui all'articolo 81 della stessa Carta fondamentale.

La senatrice BONFRISCO (*FI-PdL XVII*) dichiara di condividere le preoccupazioni del senatore Calderoli, ed aggiunge il timore che la contemporaneità dei lavori della Commissione affari costituzionali e della Commissione bilancio si ripercuota sulla qualità della legislazione prodotta.

La senatrice LANZILLOTTA (*SCpI*) interviene per confermare la risposta fornita dal Presidente al senatore Calderoli e per aggiungere che lo svolgimento di consultazioni elettorali è finanziariamente sempre coperto tramite un fondo istituito presso il Ministero dell'interno e, in caso di esaurimento, anche mediante il fondo per le spese obbligatorie di pertinenza del Dicastero dell'economia e delle finanze.

La senatrice COMAROLI (*LN-Aut*) chiede di chiarire come mai si sia assegnato il disegno di legge alla Commissione bilancio in sede consultiva se si reputa così evidente l'assenza di oneri.

Il PRESIDENTE considera opportuna in ogni caso l'assegnazione in sede consultiva, stante la necessità di verificare l'assenza di oneri dall'intero disegno di legge, ancorché sia appurato che la modalità di organizzazione del sistema elettorale è in sé neutra dal punto di vista finanziario.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) lamenta l'impossibilità di partecipare agli importanti lavori riguardanti il sistema elettorale in caso di contemporaneità con l'esame della manovra finanziaria. Condanna, più in generale, l'atteggiamento della maggioranza che ritiene vessatorio delle opposizioni e dei piccoli Gruppi in particolare, privandoli della possibilità di garantire la presenza a tutte le sedute.

Il senatore Giovanni MAURO (*GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI)*) sottolinea a sua volta

l'importanza fondamentale della legge elettorale e invita a promuovere la massima partecipazione ai relativi lavori. Considera quindi improprio impedire anche ai soli componenti la Commissione bilancio tale intervento. Invita quindi a una riconsiderazione del parere richiesto, in un'ottica di economia complessiva dei lavori.

La senatrice DE PETRIS (*Misto-SEL*) rammenta che la legge di stabilità è già inserita nel calendario dell'Assemblea, diversamente dalla legge elettorale, e perciò stesso dovrebbe avere priorità. Aggiunge una preoccupazione per l'ordinato svolgimento dei lavori della Commissione bilancio stessa, la quale sarà certamente chiamata a interrompere l'esame della legge di stabilità per dare parere su tutti gli emendamenti alla legge elettorale, che si prevede siano parecchi. Conclude facendo presente che anche il disegno di legge in materia di reati ambientali rientra tra le normative prive di conseguenze finanziarie e che pertanto si aspetta un parere altrettanto favorevole alla sua prosecuzione durante la sessione di bilancio.

La senatrice BULGARELLI (*M5S*) rimarca la necessità di tutelare il ruolo della Commissione bilancio, che deve risultare preposta alla difesa dell'istituzione Senato e non degli interessi del Governo. Occorre quindi evitare la creazione di prassi e precedenti elusivi del dettato regolamentare. Risulta altresì molto discutibile che, in un momento di grave tensione sociale come questo, si forzino i tempi dei lavori parlamentari per giungere all'approvazione di una legge, come quella di riforma del sistema elettorale che, secondo le intenzioni dichiarate dal Presidente del consiglio, dovrà rimanere bloccata nella sua applicazione sino al 2016.

Infine, questa modalità di organizzazione dei lavori lede la prerogativa dei senatori di poter seguire l'esame di due provvedimenti di importanza strategica quali, per l'appunto, la legge di stabilità e la legge elettorale.

Il senatore CERONI (*FI-PdL XVII*) evidenzia la propria preoccupazione per una condotta della maggioranza e del Governo che tende a calpestare le regole che dovrebbero presidiare la corretta dialettica dei rapporti tra maggioranza ed opposizione. Ciò risulta ancor più paradossale se si considera l'elevato livello di drammaticità in cui versa il Paese, come confermano le stime odierne della Banca centrale europea. Nel merito, condivide le osservazioni formulate dal senatore Calderoli circa la necessità di rivedere l'impianto della copertura finanziaria della legge elettorale.

Interviene incidentalmente la senatrice COMAROLI (*LN-Aut*) per proporre di rinviare alla giornata di martedì prossimo, 9 dicembre, l'espressione del parere del disegno di legge in esame, per un approfondimento dei temi connessi all'espressione del parere.

Il PRESIDENTE assicura che tale proposta verrà messa in votazione al termine della discussione generale.

Il senatore CRIMI (*M5S*) ritiene contraddittorio accelerare in questo momento l'*iter* di una riforma approvata dalla Camera dei deputati in prima lettura lo scorso marzo, senza che sussistano esigenze come particolari come quella verificatasi lo scorso anno, quando si era in attesa dell'emanazione della sentenza della Corte costituzionale che ha poi dichiarato incostituzionali parti della legge n. 270 del 2005.

In relazione al parere da esprimere, rimarca, poi, i profili di onerosità di un provvedimento che determina un costo non solo in relazione allo svolgimento del doppio turno, ma anche in termini tanto di attività delle strutture ministeriali che della diversa articolazione degli uffici elettorali circoscrizionali.

Il senatore MANDELLI (*FI-PdL XVII*) ritiene che la grave situazione di sofferenza in cui versa il Paese implichi una priorità dei provvedimenti legislativi che non vede, in cima alla lista, la riforma del sistema elettorale. Peraltro, tale accelerazione risulta contraddittoria rispetto all'intenzione più volte palesata dal Presidente del consiglio di proseguire la legislatura fino alla scadenza naturale.

Il senatore CANDIANI (*LN-Aut*) associandosi alla richiesta di rinvio dell'espressione del parere formulata dalla senatrice Comaroli, rimarca la necessità che la 5ª Commissione possa affrontare in maniera ponderata i documenti di bilancio, senza essere pressata dall'esame di un provvedimento, quale la riforma elettorale, che merita di essere affrontato in tempi ragionevoli e in un'altra fase dell'attività parlamentare.

Il senatore ENDRIZZI (*M5S*) rileva preliminarmente che gli effetti della sentenza della Corte costituzionale n. 1 del 2014, che ha annullato parte della legge n. 270 del 2005, implicano un'attività di normazione secondaria indispensabile a rendere immediatamente applicativo il cosiddetto *consultellum*. Per fare ciò sarebbero sufficienti pochi giorni di lavoro e questa sarebbe una scelta lungimirante; la maggioranza, invece, tende a forzare i tempi di approvazione di una legge elettorale totalmente differente, benché, nelle intenzioni dichiarate, questa legislatura dovrebbe terminare nel 2018 e nonostante la riforma costituzionale che trasforma il Senato in camera di rappresentanza delle istituzioni territoriali.

Ritiene poi del tutto infondata l'argomentazione circa il carattere ordinamentale della legge elettorale, visto che il turno di ballottaggio avrà forti probabilità di essere svolto con l'innalzamento della soglia per la ripartizione dei seggi al primo turno, con conseguente aumento della spesa pubblica.

Il PRESIDENTE dichiara, quindi, conclusa la discussione generale.

La relatrice ZANONI (*PD*) propone quindi l'approvazione del seguente parere: " La Commissione programmazione economica, bilancio, esaminato il disegno di legge in titolo, rileva che non comporta variazioni di spese o di entrate.".

Il PRESIDENTE rammenta che prima di votare la proposta di parere testé avanzata, verrà posta in votazione la proposta precedentemente formulata dalla senatrice Comaroli di rinviare il voto a martedì prossimo.

Il senatore CALDEROLI (*LN-Aut*) intervenendo in dichiarazione di voto per entrambe le proposte, preannuncia il sostegno alla proposta della senatrice Comaroli e il voto contrario alla proposta di parere avanzata dalla relatrice. Ribadisce che sarebbe stato più lungimirante adottare un provvedimento volto a rendere immediatamente applicativo il cosiddetto *consultellum*, integrato dalla preferenze. Inoltre, sottolinea la necessità che il disegno di legge di riforma elettorale sia affiancato da una clausola di salvaguardia che ne condizioni l'entrata in vigore all'efficacia della riforma costituzionale, posto che il cosiddetto *italicum* non può attagliarsi ad un sistema parlamentare di bicameralismo perfetto.

Il senatore ENDRIZZI (*M5S*) annuncia il voto contrario del suo Gruppo sulla proposta di parere della relatrice rimarcando i forti costi connessi alle operazioni elettorali e favorevole al rinvio dell'espressione del parere.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*), nel preannunciare il proprio voto favorevole sulla proposta di

rinvio della votazione, ritiene paradossale che in un momento di grande tensione sociali e di drammatica crisi economica, invece di affrontare la legge di stabilità e altri provvedimenti di maggiore urgenza e che potrebbero dare sollievo al Paese, il Parlamento, e in particolare il Senato, si abbassino ad attuare in maniera supina i programmi del solo partito di maggioranza relativa, esaminando la legge elettorale in spregio dei divieti regolamentari. Dichiara, quindi, il voto contrario al parere proposto dalla relatrice.

La senatrice BONFRISCO (*FI-PdL XVII*) ritiene opportuno addivenire ad una proposta di parere condivisa tra maggioranza e opposizioni, che subordini la valutazione non ostativa all'invarianza degli oneri connessi al provvedimento in esame, rispetto alla legislazione vigente. Tale scelta peraltro consentirebbe di salvaguardare il ruolo di questa Commissione. Auspica, in ogni caso, un rinvio dell'espressione del parere.

Il senatore Giovanni MAURO (*GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI)*) esprime un forte rammarico per il fatto che il parere proposto dalla relatrice ha del tutto ignorato le argomentazioni dei Gruppi di minoranza. Tale forzatura rischia di trasformare questa Commissione in un inutile orpello, che non rende un buon servizio né al Paese né all'Istituzione di cui è parte. Auspica, pertanto, un rinvio dell'espressione del parere.

La senatrice BULGARELLI (*M5S*) interviene incidentalmente per chiedere al Presidente di valutare la possibilità di non partecipare al voto, per salvaguardare la propria posizione di terzietà.

Il PRESIDENTE ritiene di non poter accedere a tale richiesta, dal momento che solo in Assemblea vige la prassi per la quale il Presidente non partecipa alle votazioni.

Verificata la presenza del prescritto numero legale, la Commissione respinge quindi la proposta della senatrice Comaroli di rinviare l'espressione del parere a martedì 9 dicembre.

Con successiva votazione, viene poi approvata la proposta di parere non ostativo sul provvedimento in titolo avanzata dalla relatrice.

CONVOCAZIONE DI UNA SEDUTA DELLA SOTTOCOMMISSIONE PER I PARERI

Il PRESIDENTE avverte che al termine dei lavori della Commissione è immediatamente convocata una seduta della Sottocommissione per i pareri.

La Commissione prende atto.

La seduta termina alle ore 19,30.

1.3.2.1.2. 5ª Commissione permanente (Bilancio) - Seduta n. 325 (ant.) del 09/12/2014

collegamento al documento su www.senato.it

BILANCIO (5ª)

MARTEDÌ 9 DICEMBRE 2014
325ª Seduta (antimeridiana)

Presidenza del Presidente
AZZOLLINI
indi della Vice Presidente
LEZZI

Interviene il vice ministro dell'economia e delle finanze Morando.

La seduta inizia alle ore 11,35.

IN SEDE REFERENTE

(1699 **e** 1699-*bis* **)** ***Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017 e relativa Nota di variazioni***, approvato dalla Camera dei deputati

- (Tabb. 1 e 1-*bis*) Stato di previsione dell'entrata per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017 *(limitatamente alle parti di competenza)*
- (Tabb. 2 e 2-*bis*) Stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017 *(limitatamente alle parti di competenza)*

(1698) ***Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)***, approvato dalla Camera dei deputati

(Esame congiunto e rinvio)

La relatrice CHIAVAROLI (*NCD*) illustra il disegno di bilancio per il 2015, ricordando che l'articolo 21 della legge n. 196 del 2009 stabilisce l'obbligo della presentazione annuale del bilancio di previsione, redatto secondo il criterio della "legislazione vigente", elaborato tenendo, altresì, conto dei parametri indicati dal Documento di economia e finanza, come aggiornati con la relativa Nota di aggiornamento. In premessa, appare, altresì, utile rammentare che l'esercizio finanziario 2015

dovrebbe essere l'ultimo nel quale si avranno i due distinti strumenti della legge di bilancio e della legge di stabilità, in quanto l'articolo 15 della legge n. 243 del 2012, che si applica a decorrere dal 1° gennaio 2016, prevede l'unificazione nell'unico disegno di legge di bilancio delle disposizioni ora distinte nelle due leggi di stabilità e di bilancio. Nel confronto con l'anno scorso anno, sono confermate le 34 missioni, che rappresentano le funzioni principali della spesa pubblica, esplicitandone il raccordo con gli obiettivi strategici. Il disegno di legge presenta una significativa revisione dei programmi macroaggregati, sia nell?articolazione che nel numero, dal momento che il documento in esame espone, infatti, 181 programmi di spesa, a fronte dei 176 dello scorso anno. La rinnovata articolazione delle statuizioni di bilancio riflette la riorganizzazione effettuata da diversi ministeri, sulla base del processo attuativo dell'articolo 2, comma 10-*ter*, del decreto-legge n. 95 del 2012, come implementato ai sensi del comma 4 dell'articolo 16 del decreto-legge n. 66 del 2014.

Il disegno di legge di bilancio per il 2015 è pienamente coerente con lo scenario macroeconomico illustrato nella Nota di aggiornamento del Documento di economia e finanza del settembre scorso, nel senso della continuazione del percorso di risanamento dei conti pubblici che ha contraddistinto tutti gli ultimi esercizi. Il documento recepisce, ovviamente, tutti gli interventi modificativi della legislazione vigente entrati in vigore nel corrente anno e, in particolare, quelli riconducibili all'attuazione dell'articolo 49 del decreto-legge n. 66 del 2014, in cui si prevede un programma straordinario di riaccertamento dei residui passivi, al fine di consentire la cancellazione dalla contabilità finanziaria di quelli ormai non più esigibili con il versamento all'entrata dei relativi importi e la destinazione a nuovi stanziamenti. Il bilancio di previsione in esame sconta, inoltre, le rimodulazioni proposte dalle amministrazioni in base alla flessibilità degli stanziamenti, nei limiti consentiti dalla normativa vigente. In particolare, nella costruzione delle dotazioni finanziarie ivi previste, hanno, infatti, inciso le rimodulazioni proposte dalle amministrazioni sulla base dei criteri di flessibilità previsti ai sensi dell?articolo 23, commi da 1 a 3, della legge n. 196 del 2009, come ampliati dall?articolo 9, comma 10, del decreto-legge n. 150 del 2013, che ha prorogato la possibilità di proporre variazioni compensative anche tra programmi appartenenti a missioni di spesa diverse, sia pure esclusivamente nell?ambito di ciascuno stato di previsione, e dall?articolo 6, commi 15 e 16, del decreto-legge n. 95 del 2012, che, invece, consente rimodulazioni nel tempo degli stanziamenti di competenza delle leggi pluriennali di spesa, nei limiti dell?ammontare complessivo. Da ultimo, è da segnalare la flessibilità introdotta dall'articolo 50, comma 2, del decreto-legge n. 66 del 2014, che consente variazioni compensative nell'ambito degli stanziamenti dei capitoli di bilancio dei consumi intermedi e degli investimenti fissi lordi, essenzialmente volta a prevenire la formazione di debiti fuori bilancio e a contrastare il ritardo nei pagamenti dei debiti commerciali. In merito alle risultanze, il quadro generale riassuntivo del bilancio di previsione a legislazione vigente, come integrato dalla I Nota di variazione approvata all'esito delle modifiche predisposte in prima lettura, al netto delle regolazioni contabili e dei rimborsi IVA, evidenzia i seguenti importi di sintesi per gli anni 2015-2017: per il 2015, in termini di competenza, si prevedono entrate finali per 515,7 miliardi di euro e spese finali per 569,3 miliardi. Il saldo netto da finanziare, corrispondente alla differenza tra le entrate finali e le spese finali, risulta pari, nel 2015, a -53,6 miliardi di euro. Per il biennio 2016-2017, il disegno di legge evidenzia, invece, un miglioramento del saldo netto da finanziare, in termini di competenza, indicato pari, rispettivamente, a -25,5 miliardi di euro nel 2016 e a -13,5 miliardi di euro nel 2017. In termini di cassa, il saldo netto da finanziare è previsto pari a -113,2 miliardi di euro nel 2015, a -83,5miliardi di euro nel 2016 e a -71,5 miliardi di euro nel 2017. La differenza rispetto al corrispondente valore in termini di competenza dipende essenzialmente dal fisiologico scostamento tra i valori degli accertamenti di entrata e i corrispondenti importi degli incassi. Il risparmio pubblico, in termini di competenza, è atteso negativo nel 2015 e pari a -17,8 miliardi di euro, mentre torna su valori positivi nel biennio successivo e, precisamente, a +6,6 miliardi del 2016 e a +18,3 miliardi nel 2017. Il miglioramento atteso è spiegato sia dall?incremento previsto per le entrate tributarie sia dall'attesa riduzione delle spese correnti. In termini di cassa, lo stesso saldo segna, invece, una previsione di -75,4 miliardi di euro nel 2015, -50,8 miliardi nel 2016 e -39 miliardi nel 2016.

Per quanto concerne le modifiche all'articolato operate nel corso dell'esame in prima lettura si

segnalano, poi, in particolare, quella all'articolo 2 (Stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze e disposizioni relative), per cui gli importi di compensazione monetaria riscossi negli scambi fra gli Stati membri dell'Unione europea sono versati nell'ambito della voce «Accisa e imposta erariale su altri prodotti» dello stato di previsione dell'entrata, per cui, corrispondentemente, la spesa per contributi da corrispondere all'Unione europea in applicazione del regime delle risorse proprie, nonché per importi di compensazione monetaria, è imputata al programma «Partecipazione italiana alle politiche di bilancio in ambito UE», nell'ambito della missione «L'Italia in Europa e nel mondo» dello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno finanziario 2015, sul conto di tesoreria denominato: «Ministero del tesoro-FEOGA, Sezione garanzia» e all'articolo 15 (Totale generale della spesa), per cui sono stati rideterminati, in termini di competenza e di cassa, i totali generali della spesa dello Stato per il triennio 2015-2017 .

Circa la struttura del documento, nell'articolazione degli stati di previsione, le unità di voto complessive sono state portate, come precedentemente accennato, da 174 a 181, attraverso l?individuazione di 16 nuovi programmi di spesa e la soppressione di altri 9, principalmente a ragione dell'incremento dei centri di responsabilità, i quali sono passati da 93 a 118, anche per effetto delle ristrutturazioni di alcuni ministeri, che hanno scelto di organizzarsi in direzioni generali e non più in dipartimenti.

Il relatore SANTINI (*PD*) illustra il disegno di legge di stabilità per il 2015, segnalando che lo stesso è stato trasmesso al Senato esponendo, nel prospetto riepilogativo degli effetti finanziari (Allegato 3), un effetto peggiorativo dell?indebitamento netto nel 2015 pari complessivamente a 5.935,9 milioni di euro, derivante dagli effetti finanziari recati dall?articolato del disegno di legge e dalle tabelle. Per gli anni successivi il saldo della manovra ritorna in positivo.

L'articolo 1 indica i risultati differenziali del bilancio, reca disposizioni per la crescita, l'occupazione e altre esigenze; si compone di 143 commi, di seguito si illustrano i più significativi dal punto di vista finanziario. Ai sensi del comma 1 che richiama l'allegato 1, il saldo netto da finanziare è fissato in 54 miliardi nel 2015, 27 miliardi nel 2016 e 15 miliardi nel 2017. I commi 4 e 5 istituiscono nello stato di previsione del Ministero dell?istruzione, dell?università e della ricerca un fondo denominato «Fondo "La buona scuola"», con la dotazione di un miliardo di euro per l?anno 2015 e di 3 miliardi di euro annui a decorrere dall?anno 2016, finalizzato, in via prioritaria, alla realizzazione di un piano straordinario di assunzioni, al potenziamento dell?alternanza scuola-lavoro e alla formazione dei docenti e dei dirigenti scolastici. I commi 9, 10 e 12 rendono strutturale il credito d?imposta IRPEF introdotto dall?articolo 1 del decreto-legge n. 66 del 2014 in favore dei lavoratori dipendenti e dei percettori di taluni redditi assimilati (cosiddetto "*bonus* 80 euro"), originariamente introdotto per il solo anno 2014. Il comma 16 introduce all?articolo 11 del decreto legislativo n. 446 del 1997 il comma 4-*octies* il quale, in sostanza, concede la possibilità a taluni soggetti IRAP di ridurre la base imponibile IRAP di un importo pari alla differenza tra il costo complessivo sostenuto per il personale dipendente con contratto a tempo indeterminato e l?importo di alcune spese già deducibili *ex lege*. I commi da 21 a 29 introducono la possibilità, per i lavoratori dipendenti del settore privato, di liquidazione nella retribuzione mensile, in via sperimentale, per il periodo 1° marzo 2015-30 giugno 2018, delle quote del trattamento di fine rapporto (TFR) maturate nel medesimo periodo. In relazione alla conseguente riduzione di liquidità per i datori di lavoro, si prevedono alcune forme di compensazione o di finanziamento. I commi 30 e 31 dell'articolo 1 in esame modificano la disciplina del credito di imposta a favore delle imprese che investono in attività di ricerca e sviluppo. I commi da 32 a 40 introducono un regime opzionale di tassazione agevolata (cosiddetta *patent box*), consistente nell?esclusione dal reddito del 50 per cento dei redditi derivanti dall?utilizzazione di alcune tipologie di beni immateriali (marchi e brevetti) nonché delle plusvalenze derivanti dalla loro cessione, se il 90 per cento del corrispettivo è reinvestito. Il comma 42 prevede la proroga delle detrazioni per gli interventi di ristrutturazione edilizia e di riqualificazione energetica, mantenendo anche per il 2015 le attuali misure. I commi da 44 a 79 dell'articolo 1 istituiscono, per gli esercenti attività d?impresa e arti e

professioni in forma individuale, un regime forfetario di determinazione del reddito da assoggettare a un?unica imposta sostitutiva di quelle dovute con l?aliquota del 15 per cento. Il comma 83istituisce un fondo presso il Ministero del lavoro e delle politiche sociali, con una dotazione di 2,2 miliardi di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016 e di 2 miliardi annui a decorrere dal 2017, al fine di consentire la copertura finanziaria per i provvedimenti normativi in materia. I commi da 90 a 94 introducono uno sgravio contributivo per le assunzioni con contratto a tempo indeterminato nel 2015 e sopprimono altri benefici previsti dall?art. 8, comma 9, della legge 29 dicembre 1990, n. 407. A copertura di una quota degli oneri finanziari sono reperiti 1 miliardo di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017 e500.000 euro per il 2018 a valere sulle risorse del Fondo di rotazione per l?attuazione delle politiche comunitarie. I commi da 95 a 99 prevedono, per ogni figlio nato o adottato nel periodo 1° gennaio 2015-31 dicembre 2017, un assegno di durata triennale e di importo annuo pari a 960 euro, per i nuclei familiari in una condizione economica corrispondente a un valore dell?ISEE non superiore a 25.000 euro annui. Il comma 112, autorizza la spesa di 250 milioni di euro per l?anno 2015 per interventi in favore del settore dell?autotrasporto. Il comma 115 prevede la stabilizzazione della disciplina dell?istituto del 5 per mille IRPEF. In tema di politiche sociali, il comma 117 incrementa il Fondo per la cosiddetta carta acquisti ordinaria, nella misura di 250 milioni di euro annui; il comma 118 incrementa la dotazione del Fondo nazionale per le politiche sociali nella misura di 300 milioni di euro annui; il comma 119 incrementa la dotazione del Fondo per le non autosufficienze nella misura di 400 milioni per il 2015 e di 250 milioni annui a decorrere dal 2016. Il comma 121 dell?articolo 1 autorizza, dal 2015, la spesa di 200 milioni di euro annui, da destinare in favore delle scuole paritarie. Il comma 124 incrementa di 850 milioni di euro per il 2015 e il 2016 la dotazione del Fondo per le missioni internazionali. Il comma 143 posticipa di un anno gli effetti della clausola di salvaguardia introdotta dalla legge di stabilità 2014, volta a diminuire le detrazioni e le agevolazioni vigenti qualora la revisione della spesa non realizzi i risparmi prospettati. Tale clausola prevede che debbano essere assicurate maggiori entrate pari a 3 miliardi di euro per l?anno 2015, 7 miliardi di euro per l?anno 2016 e 10 miliardi di euro a decorrere dal 2017. Il comma elimina l'obbligo per il 2015 e ridetermina quello per il 2016 in 3,272 miliardi e quello per il 2017 in 6,272 miliardi. L'articolo 2 contiene misure di razionalizzazione e di riduzione della spesa e si compone di 272 commi. I commi da 22 a 24 dispongono la proroga fino al 31 dicembre 2015 del blocco economico della contrattazione nel pubblico impiego. Il comma 45 dispone la riduzione delle dotazioni di bilancio dei singoli Ministeri, per i seguenti importi: 1.017,7 milioni nel 2015, per 1.167,3 milioni nel 2016 e per 1.305,6 milioni nel 2017 e anni successivi, come specificato nell?elenco n. 2 al disegno di legge. I commi da 54 a 69 recano riduzioni delle spese e interventi correttivi del Ministero del lavoro e delle politiche sociali, tra i quali il comma 67 dispone una riduzione pari a 238 milioni di euro per il 2015 ed a 200 milioni annui a decorrere dal 2016 del Fondo per il finanziamento di sgravi contributivi per incentivare la contrattazione di secondo livello. I commi da 70 a 75 recano le riduzioni delle spese e interventi correttivi del Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale. I commi da 76 a 102 recano riduzioni delle spese e interventi correttivi del Ministero dell?istruzione, dell?università e della ricerca. I commi da 109 a 126 recano riduzioni delle spese e interventi correttivi del Ministero della difesa, tra i quali si segnala il comma 120 che computa entrate per 220 milioni di euro nel 2015 e 100 milioni nei successivi due anni grazie alla dismissione di immobili. I commi da 127 a 132 recano riduzioni delle spese e interventi correttivi del Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali. I commi 133-134 dispongono il trasferimento del Fondo per l?ammortamento dei titoli di Stato dalla Banca d?Italia alla Cassa Depositi e Prestiti; i commi 136-139 prevedono l?assoggettamento delle camere di commercio, industria, artigianato e agricoltura al sistema di tesoreria unica; il comma 140 estende fino al 31 dicembre 2017 il mantenimento del regime di tesoreria unica per regioni, enti locali, enti del comparto sanità, autorità portuali e università. I commi da 141 a 153 stabiliscono un contributo aggiuntivo delle Regioni alla finanza pubblica per ciascuno degli anni dal 2015 al 2018, pari complessivamente a 4 miliardi di euro, ripartito tra le Regioni a statuto ordinario per 3.452 milioni e le Regioni a statuto speciale e le Province autonome per 548 milioni. Le norme estendono inoltre all'anno 2018, il concorso alla finanza pubblica delle regioni già previsto dal decreto legge n. 66 del 2014 per

gli anni dal 2015 al 2017 (per le regioni a statuto ordinario pari a 750 milioni in termini di indebitamento netto e di saldo netto da finanziare, e per le autonomie speciali pari a 703 milioni in termini di indebitamento netto e di 300 milioni in termini di saldo netto da finanziare). I commi da 154 a 156 definiscono il concorso delle province e delle città metropolitane al contenimento della spesa pubblica, attraverso una riduzione della loro spesa corrente, nell?importo complessivo di 2.200 milioni per il 2015, 3.200 milioni per il 2016 e 4.200 milioni a decorrere dall?anno 2017. Il comma 157 riduce la dotazione del Fondo di solidarietà comunale di 1.200 milioni di euro a decorrere dall?anno 2015. Il comma 160 estende all?anno 2018 il contributo alla finanza pubblica richiesto alle province e le città metropolitane nonché ai comuni dall?articolo 47 del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, pari a 1.149,1 milioni. I commi da 162 a 179 introducono per le regioni a statuto ordinario, in luogo del patto di stabilità, l'obbligo del pareggio di bilancio. I commi da 185 a 195 recano alcune modifiche alla disciplina del patto di stabilità interno per gli enti locali volte a ridurre, nel periodo 2015-2018, il contributo richiesto agli enti locali mediante il patto, per complessivi 3.350 milioni annui, di cui 3.095 milioni ai comuni e 255 milioni alle province. I commi da 224 a 263 recano norme per l'attuazione del Patto per la salute 2014-2016 ed altre disposizioni in materia sanitaria.

L'articolo 3 reca disposizioni per il contrasto dell'evasione fiscale e altre disposizioni in materia di entrate e si compone di 83 commi. I commi da 1 a 5 prevedono l?innalzamento dell?aliquota di tassazione dall?11 al 20 per cento per le forme pensionistiche complementari (cosiddetti fondi pensione) e dall?11 al 17 per cento per la rivalutazione del trattamento di fine rapporto. Le disposizioni dei commi da 7 a 11 intendono incrementare il numero delle ipotesi di applicazione del meccanismo di inversione contabile (*reverse charge)* a fini IVA, in particolare estendendo tale sistema anche ad ulteriori ambiti del settore edile, del settore energetico e del settore della grande distribuzione, e introdurre il cosiddetto meccanismo di "*split payment*", ovvero speciali modalità di versamento dell?imposta sul valore aggiunto, per le operazioni effettuate nei confronti di enti pubblici che non risultano debitori d?imposta. Viene espressamente prevista la necessaria acquisizione dell?autorizzazione da parte degli organismi europei e, in caso di mancato rilascio di apposita deroga alla disciplina comunitaria dell?IVA, si dispone un aumento dell?aliquota dell?accisa sui carburanti tale da determinare maggiori entrate nette non inferiori a 988 milioni di euro a decorrere dal 2015. I commi da 12 a 19 intervengono sulla disciplina dei rapporti tra Amministrazione fiscale e contribuenti, al fine di individuare nuove forme di cooperazione tra gli stessi ed accrescere l?adempimento spontaneo degli obblighi tributari. Nelle more del riordino della relativa disciplina, una serie di disposizioni si occupano di giochi pubblici. In particolare, il comma 21 disciplina l'attività delle agenzie di scommesse, collegate tramite i c.d. totem (terminale da gioco collegato a internet su siti esteri) a *bookmakers* e casinò *off-shore*, con sedi all?estero (sia in paesi UE che in paradisi fiscali). Il comma 22 interviene in relazione agli apparecchi e congegni da gioco denominati *newslot* (AWP) e *videolottery* (VLT), aumentando il prelievo unico erariale (PREU). Il comma 23 destina le maggiori entrate conseguenti all?aumento del PREU disposto dal comma 21, determinate annualmente a consuntivo al Fondo per la riduzione della pressione fiscale. Il comma 28 innalza dal 4 all?8 per cento l'aliquota della ritenuta, operata da banche o da Poste italiane S.p.A., sugli accrediti dei pagamenti, a mezzo bonifici, disposti dai contribuenti per beneficiare di oneri deducibili o in relazione ai quali spettano detrazioni fiscali. Il comma 65 riduce l?autorizzazione di spesa relativa al Fondo destinato alla concessione di benefici economici a favore dei lavoratori dipendenti di 2.685 milioni di euro per l?anno 2015, di 4.680 milioni per il 2016 e di 4.135 milioni per il 2017. Il comma 66 riduce la dotazione del Fondo per la riduzione della pressione fiscale di 331,5 milioni di euro per l?anno 2015 e 18,5 milioni a decorre dall?anno 2016. Il comma 67 dispone l'incremento delle aliquote IVA ordinaria e ridotta di 2 punti percentuali, a decorrere dal 1° gennaio 2016, di un ulteriore punto percentuale dal 1° gennaio 2017 e, solamente per l'aliquota ordinaria, di ulteriore 0,5 punti percentuali dal 1° gennaio 2018, nonché l'aumento delle accise su benzina e gasolio in misura tale da determinare maggiori entrate non inferiori a 700 milioni di euro a decorrere dal 1° gennaio 2018. Il comma 68 afferma che tali aumenti possono essere sostituiti da provvedimenti che assicurino gli stessi effetti positivi attraverso maggiori entrate o risparmi di spesa mediante interventi di revisione della spesa pubblica.

I commi da 75 a 79 indicano gli importi da iscrivere nelle tabelle A, B, C, D ed E. In particolare, gli importi della tabella A (fondo speciale destinato alle spese correnti) ammontano a 196,2 milioni per il 2015, 230,2 milioni per il 2016 e 286,9 milioni per il 2017; gli importi della tabella B (fondo speciale destinato alle spese in conto capitale) sono 125,7 milioni per il 2015, 374,8 milioni per il 2016 e 515,1 milioni per il 2017; la tabella C, le dotazioni finanziarie da iscrivere in bilancio in relazione alle leggi di spesa permanente la cui quantificazione è rinviata alla legge di stabilità, prevede stanziamenti pari a 4.167 milioni per il 2015, 3.614 milioni per il 2016 e 3.616 milioni per il 2017; la tabella E, che determina le quote per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017 per le leggi che dispongono spese a carattere pluriennale in conto capitale, riporta autorizzazioni di spesa che ammontano a 23.358 milioni per il 2015, 19.852 milioni per il 2016, 19.154 milioni per il 2017 e 98.825 milioni per il 2018 e anni successivi. Infine, la Tabella D, che determina le riduzioni delle autorizzazioni legislative di spesa di parte corrente, reca riduzioni di spesa per 37,3 milioni per il 2015, 35,6 milioni per il 2016 e 35,3 milioni per il 2017.

Il presidente AZZOLLINI dichiara aperta la discussione generale congiunta.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) apre il proprio intervento auspicando l'individuazione delle soluzioni di cui il Paese necessita affinché la legge di stabilità comporti effetti significativi sul sistema economico. A suo parere, infatti, occorrono interventi sul testo di diverso segno: in primo luogo sottolinea che l'alleggerimento sull'IRAP, così come il beneficio degli 80 euro in busta paga, non sono di per sé sufficienti alla ripresa della domanda interna. Ritiene al contrario, anche interpretando la visione del proprio Gruppo, che interventi diretti in termini di incentivo alle imprese, di lotta al dissesto idrogeologico e di tutela dell'ambiente avrebbero un'efficacia immediatamente percepibile ed una maggiore coerenza con una idea di sviluppo generale del Paese. Nella legge di stabilità come oggi è formulata ci sono, invece, solo misure modeste, che è facile prevedere non avranno effetti anti recessivi apprezzabili. La parte politica che rappresenta manterrà il consueto apporto costruttivo, disponibile a sostenere gli interventi positivi nel merito ma vigile rispetto ai tentativi di incidere in maniera negativa sui diritti individuali e sulle conquiste sociali. Auspica che le modifiche introdotte al Senato siano nel segno della centralità del lavoro, ma anche di una valorizzazione delle vere risorse del Paese, a partire dal patrimonio naturale e immateriale, oltre al cosiddetto capitale umano. Invita poi a focalizzare gli interventi anche sulla digitalizzazione della pubblica amministrazione, sulle misure di trasparenza e sull'individuazione di forme di controllo preventivo compatibili con la celerità dei procedimenti amministrativi. Ciò anche al fine di contrastare un fenomeno aggravatosi nel corso degli ultimi anni, consistente in un progressivo irrigidimento dei processi decisionali pubblici, tutti dominati dagli aspetti della comunicazione politica anziché dall'efficacia degli interventi.

Il presidente AZZOLLINI (*NCD*), nell'offrire la propria valutazione alla discussione generale, riporta una forte preoccupazione per i possibili effetti, anche di finanza pubblica, di una perdurante assenza di crescita dell'economia reale. Già con il Documento di economia e finanza si è ottenuto, anche in sede europea, un maggiore spazio di manovra per l'attuazione di politiche espansive. È dunque necessario garantire che la manovra di finanza pubblica, che pure deve garantire la tenuta del bilancio, minimizzi gli effetti recessivi insiti in taluni interventi. Si chiede, peraltro, se le manovre finanziarie (numerose negli ultimi anni) siano di per sé sufficienti a garantire la ripresa delle grandezze macroeconomiche e dell'economia reale; quelle messe in atto nel recente passato non sono compiutamente riuscite in tale sforzo, mentre alcuni parametri molto significativi quale l'indice di competitività sono rimasti in terreno negativo. La domanda interna si rivolge per buona parte verso prodotti, ad esempio quelli tecnologici per le telecomunicazioni, integralmente di importazione, minimizzando così gli effetti positivi sul ciclo economico interno. Tali premesse inducono a ritenere necessario un forte orientamento delle politiche pubbliche verso l'economia reale e industriale, preso atto che lo spostamento delle sole leve finanziarie ha rilevato tutti i suoi limiti. Cita ad esempio il

settore energetico, che da solo vale percentuali rilevanti del prodotto interno lordo: da notizie pervenute pare che le prospezioni marittime per la ricerca di idrocarburi siano bloccate da perplessità in ambito ministeriale nonostante le recenti norme di incentivo, così come in difficoltà appare il processo di realizzazione del gasdotto TAP. Analoga rilevanza rivestono il caso dei rigassificatori, inspiegabilmente osteggiati solo in alcune aree del Paese, come quello assai rilevante del polo siderurgico di Taranto, il cui peso strategico ed economico va perdendosi di giorno in giorno, nel perdurare delle note incertezze rispetto al futuro dello stabilimento. Invita, quindi, a considerare come priorità queste ed altre vicende che, se risolte in modo stabile, garantirebbero una fonte di crescita assai più solida rispetto a misure finanziarie *una tantum*. Esprime in seguito preoccupazione per le clausole di salvaguardia di aumento dell'IVA e delle accise, indicando la convinzione sua propria e della maggioranza che si farà tutto quanto possibile per evitare che tali appesantimenti fiscali vengano effettivamente posti in essere nelle scadenze previste. Interviene poi su alcune specifiche questioni che potrebbero formare oggetto di interventi emendativi. Cita in primo luogo la questione del TFR anticipato: la norma attuale comporterebbe sacrifici difficilmente sostenibili per le piccole e medie imprese; occorrerebbe inoltre intervenire quantomeno sull'entità della tassazione per garantire una convenienza per gli interessati. Sarebbe, al contrario, controindicato licenziare al momento una norma carente, con la conseguente necessità di intervenire a breve per una sua correzione. Ricorda, poi, il pesante definanziamento delle zone franche urbane disposto nell'attuale articolato: con l'istituto si sono finora agevolate, nella sola regione Puglia, più di 4.000 imprese, che salgono a più di 20.000 sul piano nazionale. Auspica, pertanto, un ripensamento, in considerazione degli effetti evidentemente restrittivi della formulazione attuale. Analogamente, l'appesantimento del trattamento fiscale dei fondi pensione inciderebbe inevitabilmente sulle aspettative di reddito futuro dei contribuenti, con la possibilità che essi pongano in essere comportamenti di maggiore cautela negli investimenti e nei consumi attuali. Cita, poi, il caso delle fondazioni, che vanno messe in grado di investire su attività di interesse pubblico, anche per sostituire lo stato in settori che non riesce più a finanziare. Andrà, dunque, individuato un livello di tassazione compatibile con la normativa europea, ma che eviti un attacco alla capacità di investimento di questi enti, sia per quelli di origine bancaria, sia per tutti gli altri che operano a vario titolo sul territorio. Le norme sulla remunerazione dei patronati dovrebbero essere a loro volta oggetto di un affinamento significativo - meglio la loro cancellazione -, dal momento che una riduzione della capacità assistenziale di tali enti si ripercuoterebbe, con buona probabilità, sugli strati più disagiati della popolazione e sulla loro stessa capacità di adempiere alle scadenze fiscali. Conclude auspicando, dunque, la realizzazione di proposte emendative puntuali e capaci di apportare correttivi mirati e coerenti con l'impianto complessivo della manovra in esame.

Il senatore TOSATO (*LN-Aut*) considera, per parte propria, la manovra finanziaria tutt'altro che espansiva. Se, infatti, da un lato, le agevolazioni sull'IRAP e sul cuneo fiscale si sono rivelate del tutto ininfluenti rispetto alla ripresa della domanda, le norme inserite nel disegno di legge di stabilità aggravano il quadro dell'indebitamento pubblico, peraltro in un contesto di previsioni future poco credibilmente ottimistiche. Le misure messe in atto appaiono, a suo parere, volte a raccogliere un facile ed immediato consenso, a tutto scapito di una visione prudente e coerente del futuro. Considerando la norma sul TFR in busta paga, si può apprezzare come essa comporti un sacrificio insostenibile per l'impresa, senza alcuna convenienza per il lavoratore, che dovrà sopportare un carico fiscale assai più elevato rispetto a quello del momento di fine rapporto. Ecco, dunque, che la norma avrà un mero effetto di cassa che comporterà l'adesione solo di coloro che accetteranno un pregiudizio economico per far fronte alle proprie difficoltà di bilancio familiare. Altrettanto miope appare l'inasprimento della tassazione sulla raccolta dei contributi previdenziali, che incide direttamente sulla qualità di vita futura dei lavoratori per una mera esigenza di introiti immediati, peraltro modesti. Sottolinea poi come gli interventi di riduzione della spesa si prospettino come scelta obbligata, ma attuati nel testo in modo del tutto squilibrato, ponendo a carico degli enti locali contributi difficilmente sostenibili e comunque assai superiori rispetto a quelli addossati alle amministrazioni centrali. I tagli ai trasferimenti a comuni, province e regioni si pongono a valle di precedenti riduzioni già molto

significative di tali grandezze: è dunque del tutto evidente che l'effetto finale di tale ulteriore decurtazione sarà il peggioramento qualitativo dei servizi essenziali ed il ricorso inevitabile degli enti alla leva della fiscalità locale. A ciò si aggiunge la presenza di clausole salvaguardia assai pericolose, che verosimilmente scatteranno, comportando aumenti dell'IVA e delle accise talmente rilevanti da far seriamente dubitare del relativo extra gettito. Conclude con un riferimento alla ventilata introduzione di un'imposta unica per i servizi locali: il timore del proprio Gruppo è che si tratti di un ulteriore cambiamento della denominazione del tributo, con un nuovo aumento della pressione fiscale complessiva. Sintetizza un giudizio negativo sul complesso della manovra, preannunciando proposte emendative tendenti a limitare gli effetti negativi della medesima.

Il senatore GUERRIERI PALEOTTI (*PD*) ritiene utile, in via preliminare, rammentare il contesto europeo ed internazionale in cui si colloca il disegno di legge di stabilità e i vincoli che, conseguentemente, ne derivano. Paradossalmente, infatti, il contesto internazionale si caratterizza per una ripresa in corso di consolidamento, dell'economia degli Stati Uniti, mentre, di contro, il contesto europeo versa in una situazione di peggioramento, con la ripresa economica che si sta indebolendo.

Dinanzi a questo scenario, sia la proposta di uscire dall'Unione monetaria sia quella analoga di adottare una soluzione cooperativa per l'uscita dall'euro rappresentano ipotesi di scuola totalmente avulse dalla realtà che getterebbero il Paese in una situazione non più difficile dell'attuale per molti anni.

Il nostro Paese è in una situazione di obiettiva difficoltà con prezzi che continuano a stagnare. L'ulteriore riduzione dei prezzi determinerebbe un gravissimo rischio, dal momento che la nostra crescita nominale sarebbe inferiore ai tassi di interesse a medio-lungo termine, con un ulteriore peggioramento della prospettiva di rientro dall'elevato debito pubblico. Ne consegue, pertanto, la grande utilità delle misure di *quantitative easing* preannunciate dalla Banca centrale europea, imperniate sull'ampliamento del proprio bilancio, attraverso l'acquisto non solo di obbligazioni private, ma anche di titoli del debito pubblico. Altresì, il *Piano Juncker* sugli investimenti pubblici rappresenta un passo positivo, seppure non ancora sufficiente, nella direzione giusta.

Resta, tuttavia, fuori di dubbio il fatto che il nostro Paese debba rafforzare i proprio interventi, cercando di rilanciare la crescita secondo due prospettive: la prima basata sul rafforzamento della competitività, ossia della capacità di offerta; la seconda imperniata su un incremento della domanda aggregata adeguato a reggere l'incremento della capacità di offerta. E' evidente come la politica economica del Governo, non da ora, si muova tra queste due ineludibili esigenze, cercando di raggiungere una sintesi efficace. Il disegno di legge di stabilità contiene misure importanti sul piano delle politiche dell'offerta. Infatti, la stabilizzazione del credito di imposta sui cosiddetti "80 euro", a prescindere dalla classificazione contabile, risulta utile a diminuire quel cuneo fiscale e contributivo che vede l'Italia disallineata rispetto alla media europea. Nello stesso senso, si muovono altre misure quali la deduzione dalla base imponibile Iva della componente rappresentata dal costo del lavoro e la decontribuzione per le nuove assunzioni a tempo indeterminato. E' pur vero che tali provvedimenti non hanno un impatto particolarmente significativo sul piano macroeconomico. Tuttavia, essi determinano una ricomposizione a livello macroeconomico che, ampliando la capacità produttiva del Paese, contribuisce ad un aumento della ricchezza nazionale.

Dal punto di vista delle politiche della domanda, è altresì chiaro che tali misure produrranno un effetto modesto, stante anche i limiti derivanti dalla scelta del Governo di rispettare le regole poste a presidio della *governance* economica europea, prima fa tutte il vincolo del tre per cento nel rapporto *deficit*-PIL. Ricorda, però, come il rispetto di tale parametro sia necessario a mantenere la fiducia, da parte degli investitori stranieri, circa l'intenzione del nostro paese di adottare politiche per la crescita, mantenendo una rigorosa gestione dei conti della finanza pubblica. E' vero, quindi, che il vincolo del tre per cento del rapporto *deficit*-PIL limita le misure in favore della domanda, ma occorre comunque rispettarlo, per evitare che sui mercati si ingenerino quelle tensioni che, nel 2011, condussero rapidamente lo *spread* tra i titoli di Stato italiani e quelli tedeschi da un livello analogo a quello di

questi giorni, intorno ai 120 punti base, a quasi 600 punti base.

Auspica, quindi, che un'accorta sintesi tra politica monetaria, politica fiscale e misure per gli investimenti consenta al Paese di uscire dalla fase recessiva in cui si colloca, agganciando la ripresa, sia pure debole, che caratterizza il contesto europeo. Pone, infine, l'accento sulla necessità di correggere l'efficacia di misure quali l'anticipo del trattamento di fine rapporto e l'imposizione fiscale sui fondi di previdenza integrativa, sottolineando, tuttavia, l'opportunità che il confronto in Commissione e in Assemblea, pur nella differenza delle posizioni, si caratterizzi per una base comune rappresentata dall'esigenza di non ignorare quei vincoli europei la cui elusione renderebbe del tutto irrealistica ogni ipotesi emendativa.

Il presidente AZZOLLINI, nel ringraziare i senatori finora intervenuti, avverte che la discussione generale congiunta sui disegni di legge in esame proseguirà nella seduta pomeridiana già convocata per le ore 14,30.

Il seguito dell'esame congiunto è quindi rinviato.

La seduta termina alle ore 13,20.

1.3.2.1.3. 5ª Commissione permanente (Bilancio) - Seduta n. 326 (pom.) del 09/12/2014

collegamento al documento su www.senato.it

BILANCIO (5ª)

MARTEDÌ 9 DICEMBRE 2014
326ª Seduta (pomeridiana)

Presidenza della Vice Presidente
LEZZI
indi del Presidente
AZZOLLINI

Intervengono il vice ministro dell'economia e delle finanze Morando e il sottosegretario di Stato per lo stesso dicastero Baretta.

La seduta inizia alle ore 14,40.

IN SEDE REFERENTE

(1699 **e** 1699-*bis* **)** ***Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017 e relativa Nota di variazioni***, approvato dalla Camera dei deputati

- (Tabb. 1 e 1-*bis*) Stato di previsione dell'entrata per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017 *(limitatamente alle parti di competenza)*
- (Tabb. 2 e 2-*bis*) Stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017 *(limitatamente alle parti di competenza)*

(1698) ***Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)***, approvato dalla Camera dei deputati

(Seguito dell'esame congiunto e rinvio)

Prosegue l'esame congiunto, sospeso nella seduta antimeridiana, con il seguito della discussione generale.

La senatrice COMAROLI (*LN-Aut*) esprime preoccupazione per le clausole di salvaguardia contenute nel disegno di legge di stabilità, soprattutto in riferimento all'innalzamento delle aliquote IVA, ordinaria e agevolata, con gli inevitabili riflessi sui temi dei consumi - anche in riferimento ai beni prodotti in Italia - e dell'evasione fiscale. La preoccupazione è accentuata anche per il funzionamento regressivo dell'IVA, che colpisce i redditi dei cittadini meno abbienti.

Un secondo elemento di criticità è costituito dai tagli dei trasferimenti alle regioni e agli enti locali, anche in considerazione di analoghe misure già disposte in precedenti provvedimenti normativi. Tutto ciò non può non comportare ricadute sui servizi ai cittadini, e in primo luogo sui servizi sanitari. Al riguardo, con un diverso approccio si sarebbe potuta valorizzare la procedura dei costi *standard*, a sua volta utilmente fruibile anche per gestire il problema del personale delle società partecipate dagli enti locali. Inoltre, non appare riscontrato appieno il lavoro del Commissario straordinario per la *spending review,* che aveva invece predisposto alcune proposte di tagli selettivi.

Un terzo elemento di criticità riguarda la tassazione dei fondi pensione. Le continue modifiche al sistema pensionistico, e la conseguente situazione di incertezza che viene a gravare sui lavoratori, avrebbe dovuto comportare una maggiore valorizzazione, e non una penalizzazione, delle forme di previdenza complementare.

Si sofferma infine in senso critico su alcune disposizioni specifiche, tra le quali quelle che profilano riduzioni dei contributi per le persone non vedenti, nonché sulla problematica generale delle politiche d'ingresso per gli immigrati, relativamente ai quali auspica un approccio maggiormente attento alle reali ed effettive possibilità di inserimento lavorativo degli stessi nel contesto produttivo italiano.

Il senatore MANDELLI (*FI-PdL XVII*) evidenzia come nel Paese vi sia un disagio diffuso, con aumento del clima di sfiducia. La manovra finanziaria in discussione ha un approccio espansivo, anche se non è detto che ciò si rifletta necessariamente in un aumento del prodotto interno lordo.

Si sofferma quindi su alcuni punti specifici. Innanzitutto, i provvedimenti di riduzione della spesa pubblica effettuati a livello di regioni ed enti locali impattano molto negativamente su prestazioni essenziali per il cittadino, quali quelle in materia di sanità pubblica e di trasporti; al contrario, andrebbe effettuata una riduzione di spesa importante al livello nazionale. In secondo luogo, pone il problema del trattamento di fine rapporto in busta paga, che sconta le difficoltà per le imprese di finanziare l'erogazione e lo scarso interesse dei lavoratori per l'ottenimento. In terzo luogo, ritiene importante effettuare una riflessione attenta sul tema delle Casse di previdenza.

Formula infine al Vice ministro una richiesta di chiarimento in merito alla correzione del disavanzo pubblico richiesta nei giorni scorsi dalle Istituzioni europee.

Il senatore LAI (*PD*) sottolinea l'importanza della manovra di bilancio, che utilizza i margini di flessibilità previsti dalla disciplina europea. Essa, tra l'altro, si iscrive in un contesto europeo che aveva sì richiesto agli Stati membri un maggiore impegno di consolidamento fiscale, ma che si era impegnato a sua volta a effettuare interventi concreti sull'economia reale. Il piano di investimenti della Commissione europea deve quindi ora concretizzarsi in azioni puntuali.

Sul tema della competitività, evidenzia che gli interventi proposti in sede europea, che agiscono sostanzialmente sui contratti di lavoro, devono essere controbilanciati da misure volte a rilanciare la competitività. Queste devono tradursi in forti investimenti infrastrutturali, in incentivazione delle attività di ricerca e sviluppo, anche da parte pubblica, in istituzioni efficienti.

Nella manovra in esame sono, peraltro, presenti alcune scelte importanti nella direzione indicata, come le agevolazioni previste per le assunzioni nelle imprese, la disciplina del cosiddetto *patent box*, il credito d'imposta per le attività di ricerca di sviluppo, l'*ecobonus*. Segnala, ancora, il tema delle disuguaglianze, che potrebbero essere generate da alcune misure previste nella manovra, come l'impatto dell'esclusione del costo del lavoro dall'IRAP, che potrebbe favorire maggiormente le imprese del Nord, la stabilizzazione degli ottanta euro, che non saranno tutti destinati ai consumi,

nonché il tema del trattamento di fine rapporto, con la possibile distinzione tra i lavoratori delle aziende grandi e piccole. Al riguardo, per rispondere ad una richiesta di chiarimenti del vice ministro MORANDO, precisa che le aziende più piccole avrebbero difficoltà a reperire le risorse per erogare le anticipazioni del trattamento di fine rapporto preconizzate dalla normativa in esame. Si sofferma, infine, sulle riduzioni di spesa previste per le regioni e per gli enti locali, che non devono incidere sul livello dei servizi garantiti ai cittadini, nonché sul tema del pareggio di bilancio, per il quale auspica una riflessione più matura.

Il senatore DEL BARBA (*PD*) sottolinea il carattere espansivo della manovra che va ad incidere su un contesto di carattere macroeconomico non positivo per l'Europa e per l'Italia. La situazione è particolarmente preoccupante soprattutto per l'alto livello di disoccupazione raggiunto e, al riguardo, evidenzia la correttezza dell'impostazione del Governo volta, con il credito degli ottanta euro e con il taglio dell'IRAP, a ridurre il cuneo fiscale, incentivando di conseguenza le politiche di offerta in grado di costituire un forte incentivo alla riduzione della disoccupazione.

Al miglioramento delle politiche di offerta si aggiungono le misure di potenziamento della domanda interna attraverso il meccanismo di anticipazione del trattamento di fine rapporto, istituto che appare in grado di mettere in circolo preziose risorse aggiuntive, così confermando l'espansività della manovra.

La manovra contiene anche importanti incentivi agli investimenti, con strumenti di semplificazione ed efficientamento che rendono il sistema italiano maggiormente competitivo. Si sofferma infine sul tema dell'immigrazione, che merita un approccio globale per quanto concerne la sua regolamentazione e la sua gestione.

La senatrice BONFRISCO (*FI-PdL XVII*) ritiene che il ripetersi di pesanti manovre finanziarie negli ultimi anni confermi come le stesse non riescano a raggiungere gli obiettivi perseguiti. In effetti, le speculazioni a suo tempo compiute a danno dell'Italia sui mercati finanziari hanno determinato una risposta politica tradottasi in ripetute manovre di consolidamento fiscale che hanno inciso in maniera sostanziale sull'economia reale, determinando le conseguenze oggi visibili.

Il problema principale dell'economia italiana è quindi oggi da individuare nella complessiva competitività delle sue imprese, soffocate da una stratificazione normativa e da un eccesso di burocrazia che ne frena le istanze modernizzatrici e di tenuta sui mercati globali. Gli oneri amministrativi che, attraverso una eccessiva regolazione normativa del sistema, hanno finito per gravare sulle imprese non sono stati preceduti da una adeguata valutazione di impatto, soprattutto in materia fiscale. Inoltre, la costante produzione di norme fiscali in svariati provvedimenti normativi produce la perdita di coerenza del sistema, che sarebbe invece assicurato dalla trattazione delle questioni fiscali in sede di attuazione della delega recentemente approvata, nel pieno rispetto altresì dello Statuto del contribuente.

È importante anche il tema delle privatizzazioni che avrebbe meritato un'attenzione maggiore, con un coinvolgimento più effettivo della Cassa depositi e prestiti, ente che potrebbe agevolare la ripresa del Paese con interventi a favore dell'intermodalità, dell'energia e del digitale, e che andrebbe garantito in maniera più efficace nello svolgimento delle sue attività.

Ricorda, infine, il tema delle piccole e medie imprese, che sono eccessivamente penalizzate dall'adozione del modello centralizzato di aggiudicazione dei contratti pubblici tramite la società CONSIP. La necessità di assicurare trasparenza alle procedure di gara e una effettiva concorrenzialità per le imprese nell'ottenimento delle commesse pubbliche sono i principi che devono guidare tutte le amministrazioni pubbliche, in modo da evitare fenomeni di chiusura del mercato per le piccole e medie imprese e un aggravio di costi per la finanza pubblica.

La senatrice LANZILLOTTA (*SCpI*) giudica corretta, pur con alcuni limiti, l'impostazione generale del disegno di legge di stabilità, in quanto orientata al rilancio della crescita, nel rispetto di una

rigorosa gestione dei conti pubblici. Osserva, peraltro, come, anche in sede europea, si sottovaluti il rischio insito in un indebolimento dell'economia italiana, in quanto tale evento rischierebbe di compromettere seriamente la tenuta dell'intero mercato europeo.

All'interno di questa cornice di riferimento, sono apprezzabili le misure a sostegno della domanda interna, come la stabilizzazione del *bonus* degli 80 euro, sebbene tale misura possa non riverberarsi, nell'immediato, in un aumento dei consumi, stante la difficile situazione in cui versano molte famiglie. Altresì, risulta positivo lo spostamento del carico fiscale dai redditi di lavoro e di impresa alle rendite. Tuttavia, sarebbe opportuno correggere le misure che tendono a penalizzare, a livello tributario, quelle istituzioni che investono una quota degli utili in finalità sociali. Del pari, appare positivo lo sgravio contributivo in favore dei contratti di lavoro a tempo indeterminato, al fine di combattere la segmentazione del mercato del lavoro.

Per quanto riguarda, poi, gli investimenti, anche di carattere pubblico, il cosiddetto *piano Juncker* è indubbiamente positivo, anche se del tutto insufficiente rispetto alla gravità della situazione. A tale riguardo, è necessario, quando si affronta il tema degli investimenti, sia sul piano nazionale sia su quello europeo, individuare le priorità strategiche per rilanciare la crescita, rivedendo il concetto di "mercato rilevante", sul quale calibrare il divario di competitività che penalizza le imprese italiane. Ulteriori priorità sono rappresentate dalle reti telematiche di nuova generazione e dall'implementazione delle misure per ammodernare il mercato del lavoro, la giustizia e la pubblica amministrazione.

Pone, quindi, l'accento sull'urgenza di predisporre misure contro la corruzione, tornate di stretta attualità alla luce delle recenti indagini giudiziarie che hanno coinvolto il comune di Roma Capitale. Risulta, pertanto, necessario affrontare questioni più volte rimandate, come il riordino delle società partecipate e le misure attuative del decreto cosiddetto "Salva-Roma": a quest'ultimo riguardo, non è compatibile con l'urgenza degli interventi, il rinvio di un triennio delle dismissioni di quote azionarie o incrementi di spesa non giustificati, come quelli rivolti a generiche finalità di sostegno ai cittadini extracomunitari. Inoltre, devono essere resi trasparenti, non solo per il Comune di Roma ma per tutto il Paese, i meccanismi di affidamento di commesse pubbliche al sistema cooperativo, evitando che tali assegnazioni assumano un carattere spartitorio. Infine, risulta inaccettabile la pratica dei debiti fuori bilancio degli enti comunali, che si risolve in una sorta di trattativa privata sugli impegni di spesa dei comuni, con conseguente inasprimento della tassazione locale.

Il senatore VERDUCCI esprime apprezzamento per il disegno di legge di stabilità, che risulta improntato alla crescita economica, al rilancio degli investimenti pubblici e ad un approccio positivo, finalizzato a risollevare il Paese da una grave congiuntura economica, caratterizzata dalla polverizzazione del ceto medio e dalla perdita, anche per persone con una anzianità di servizio avanzata, delle prospettive occupazionali. Nelle sue linee strategiche, quindi, il disegno di legge di stabilità riveste un'importanza fondamentale, in quanto in netta discontinuità con il passato e caratterizzato da un carattere espansivo, come testimoniato dal posticipo al 2017 dell'obiettivo di medio-termine, rappresentato dal pareggio strutturale di bilancio. Sottolinea, altresì, l'importanza del collegamento tra il disegno di legge di stabilità e le altre riforme strutturali che il Governo sta portando avanti con grande determinazione. Risultano, inoltre, apprezzabili misure quali la stabilizzazione del credito d'imposta degli 80 euro, la deduzione dalla base imponibile IRAP della componente sul costo del lavoro e gli sgravi contributivi per le assunzioni a tempo indeterminato. Nel 2015, l'attenzione del Governo e del Parlamento dovrà, inoltre, incentrarsi sulla riforma scolastica e sull'attuazione della nuova normativa sul mercato del lavoro, secondo i principi del *welfare* universalistico, e dell'estensione degli ammortizzatori sociali.

Dopo aver formulato un giudizio positivo su ulteriori norme, come il rifinanziamento del fondo per il *made in Italy*, il *bonus* bebé e le misure per gli asili nido, si sofferma su alcune criticità meritevoli di correzione, come la tassazione del lavoro autonomo, che deve ispirarsi ad un approccio organico, evitando che l'eccessivo aumento di contributi previdenziali penalizzi le partite IVA più

giovani. Appare, poi, doveroso ridurre la tassazione proposta sui fondi pensione, nonché allentare i tagli ai patronati, che rischierebbero di penalizzare le fasce sociali più deboli. Ravvisa, infine, l'esistenza di margini di intervento in favore dell'imprenditoria del Mezzogiorno, dell'internazionalizzazione delle imprese e, da ultimo, del cosiddetto "rammendo urbanistico" delle periferie, in linea con un modello di stato sociale incentrato sui servizi municipali e di prossimità territoriale.

La senatrice SERRA (*M5S*) formula un giudizio di forte preoccupazione per i numerosi tagli alla scuola contenuti nel disegno di legge di stabilità. Infatti, benché il Governo preannunci immissioni in ruoli di decine di migliaia di precari, il provvedimento in esame si caratterizza per pesanti decurtazioni a scapito dei supplenti, degli insegnanti di sostegno, del personale di diretta collaborazione del Ministero dell'istruzione, università e ricerca e degli insegnanti fuori ruolo. Inoltre, non viene affrontata la situazione incresciosa, rappresentata, a livello di pensionamento degli insegnanti e del personale scolastico, dalla cosiddetta "quota 96", introdotta con la riforma Fornero, che richiederebbe, invece, un'urgente soluzione. Pertanto, preannuncia, da parte del proprio Gruppo, la presentazione di emendamenti e ordini del giorno volti a correggere le storture indicate.

La senatrice DE PIN (*Misto*) stigmatizza l'impianto del disegno di legge di stabilità, ritenendolo del tutto inadeguato a frenare la spirale recessiva che attanaglia il Paese. Si sofferma, al riguardo, sulle coperture finanziarie del provvedimento, ritenendole deboli e assistite da clausole di salvaguardia nel merito discutibili. Denuncia, poi, i tagli al sistema sanitario e la misura sul trasferimento in busta paga di parte del trattamento di fine rapporto che rischia di penalizzare la previdenza integrativa e la liquidità delle piccole e medie imprese. Rimarca, inoltre, l'inefficacia del *bonus* degli 80 euro ai fini del rilancio dei consumi e le storture insite nel nuovo regime fiscale dei "minimi" che produrrà effetti penalizzanti per le giovani partite IVA. Tale quadro risulta ancor più aggravato dal fatto che il tanto decantato *piano Juncker*, risulta limitato a soli 21 miliardi di euro, per l'intero continente europeo, con un effetto leva molto basso in termini di ritorno degli investimenti.

La senatrice ZANONI giudica positive alcune norme sulle regioni e gli enti locali, contenute nel disegno di legge di stabilità, che rappresentano un'indubbia inversione di tendenza rispetto alla politica dei tagli lineari.

In particolare, risulta apprezzabile la riduzione della quota di compartecipazione degli enti locali al Patto di stabilità interno, sebbene i relativi coefficienti siano stati lievemente ritoccati, nel corso dell'esame presso la Camera dei deputati. Sono, poi, positive le misure di incentivazione delle unioni e fusioni di comuni, stante la necessità di accelerare tali processi di integrazione. Altresì, è apprezzabile la tendenza ad una graduale armonizzazione dei bilanci degli enti territoriali, parimenti risultano positive le misure sulla rinegoziazione dei mutui e sulle quote delle somme recuperate all'evasione fiscale da destinare agli enti locali.

Rileva tuttavia alcune criticità, da affrontare nel corso dell'esame in Senato, come la continua sovrapposizione di modifiche normative, anche di carattere fiscale, a ridosso delle scadenze di pagamento, nonché la questione dell'IMU, gravante sui terreni agricoli e, più in generale, il dibattito sulla cosiddetta *local tax*. Individua, infine, come ulteriori punti di approfondimento, la questione del finanziamento delle città metropolitane, oltre a quella del riordino delle società partecipate, che richiederebbe un approccio organico che superi la frammentarietà dei precedenti interventi normativi.

Non essendovi ulteriori richieste di intervento, la presidente LEZZI dichiara conclusa la discussione generale congiunta sui documenti di bilancio.

La senatrice CHIAVAROLI, relatrice per il disegno di legge di bilancio, rinuncia all'intervento

di replica e si rimette alle considerazioni sul disegno di legge di stabilità, che verranno svolte dal senatore Santini.

Il senatore SANTINI, relatore per il disegno di legge di stabilità, rileva come dal dibattito svolto in discussione generale siano emersi utili contributi per rafforzare l'impianto del disegno di legge di stabilità in una funzione orientata alla crescita, pur nel rispetto dei vincoli finanziari europei.

Evidenzia, quindi, la necessità che il Senato, nel corso del proprio esame, si focalizzi su tre grandi aree tematiche: in primo luogo il rafforzamento dell'efficacia delle misure incentrate sulla domanda e sull'offerta. E' necessario, a titolo esemplificativo, salvaguardare le strutture produttive di base e rimodulare il credito d'imposta per la ricerca, focalizzandolo sugli investimenti da parte delle università e dei centri di ricerca. Altresì, vanno migliorate le misure sulla tassazione dei lavoratori autonomi e sui cosiddetti "minimi", nonché le modalità di erogazione dei fondi strutturali per il Mezzogiorno.

In secondo luogo, risulta necessario un affinamento delle misure socio-assistenziali, alleviando la tassazione dei fondi pensione, i tagli ai patronati e alle fondazioni, nonché approntare misure per l'inserimento lavorativo delle persone diversamente abili.

In terzo e ultimo luogo, occorre adottare, nei riguardi del tema della riduzione della spesa pubblica, un approccio calibrato sull'impatto da questi prodotto nei confronti delle regioni e degli enti locali, evitando di peggiorare la qualità dei servizi erogati ai cittadini e affrontando tematiche urgenti, come il ricollocamento dei dipendenti delle provincie.

Infine, si riserva di valutare le proposte emendative, alla luce delle linee di intervento sopra illustrate, in modo da rafforzare l'impianto anticiclico del disegno di legge di stabilità il quale che deve essere analizzato in un'ottica integrata con le riforme strutturali, come la delega fiscale in corso d'attuazione, la riforma dell'amministrazione pubblica, il riordino delle società partecipate e le modalità di gestione della spesa da parte degli enti intermedi.

Il vice ministro MORANDO interviene in sede replica, premettendo che i contributi offerti dai senatori nel corso della discussione generale si rivelano particolarmente utili per comprendere i temi più sentiti, che possono costituire validamente oggetto di confronto.

Sempre in via di premessa intende rispondere a quanti hanno chiesto chiarimenti sulla prospettiva, ventilata da organi di stampa, di una manovra aggiuntiva volta ad una ulteriore correzione degli andamenti di finanza pubblica. Sottolinea, al riguardo, come l'entità e la direzione della manovra siano stati determinati all'esito di un confronto specifico con le istituzioni europee, in uno spirito di piena collaborazione e senza alcun elemento di sudditanza, diversamente da quanto descritto da alcuni articoli giornalistici. Il testo attuale è, infatti, prodotto di un compromesso volto a coniugare le esigenze di rientro verso il pareggio di bilancio strutturale con lo spazio finanziario necessario all'attuazione di politiche favorevoli alla crescita dell'economia reale. Sottolinea pertanto con forza che non vi sia in prospettiva una nuova ed aggiuntiva manovra finanziaria.

Con l'occasione, sottolinea che la collaborazione con le istituzioni europee è volta alla soluzione non tanto e non solo dei problemi specifici del bilancio italiano, quanto piuttosto all'individuazione di metodiche condivise per far fronte alle difficoltà complessive dei Paesi aderenti all'Unione, principalmente alle discrepanze tra le bilance commerciali da un lato e al divario di competitività dall'altro. Nell'ottica del Governo le intenzioni della nuova Commissione sono incoraggianti ma l'attuazione pratica appare ancora allo stadio iniziale, mentre l'obiettivo finale apprezzabile potrebbe essere la realizzazione di veri e propri *project bonds*, con i quali si sfrutti il merito di credito dell'Unione per il finanziamento di importanti infrastrutture, non solo fisiche.

Volendo rispondere a coloro che hanno criticato il disegno di legge in relazione al presunto scarso contributo sul lato della domanda, fa osservare che l'impianto del testo mira all'effetto combinato di più elementi di valore considerevole, ed in particolare il sostegno al reddito dei lavoratori dipendenti,

l'agevolazione ai lavoratori autonomi (che può essere valutata in almeno 900 milioni di euro in termini di effetti finanziarî), il *bonus* per i nuovi nati e l'intervento sull'IRAP. Quanto precede potrà fortunatamente combinarsi con una sensibile riduzione del prezzo del petrolio, la quale ha sua volta si ripercuote in modo considerevole e positivo sui bilanci familiari.

Invita, poi, a considerare l'effetto derivante dal finanziamento delle importanti riforme messe in cantiere dall'Esecutivo: sia per la riforma del mercato del lavoro, sia per quella della scuola sono state apprestate rilevantissime risorse economiche (pari in totale a 5 miliardi di euro), prima dell'entrata in vigore delle riforme medesime. Ciò innova in modo positivo ad una precedente negativa tradizione, che consisteva nel rinviare, in sede di sessione di bilancio, a riforme di merito che, però, rimanevano poi prive dei mezzi finanziari necessari. La pronta attuazione della riforma del mercato del lavoro e la celere conclusione degli interventi sulla pubblica istruzione si rivelano, a tal proposito, essenziali per la buona riuscita di questo investimento complessivo.

Si sofferma quindi sulle clausole di salvaguardia, molto criticate non solo dai *mass media*: esse non rivelano affatto la volontà del Governo di un appesantimento fiscale, dal momento che è ferma intenzione dell'Esecutivo che esse non entrino mai in funzione. Sono spia, invece, di una mancanza di una programmazione pluriennale efficace delle misure, poiché indicano sostanzialmente che le rimodulazioni di spesa per gli anni 2016 e 2017 devono essere ancora identificate: anche a questo limite metodologico si cercherà di porre rimedio nel prossimo futuro.

Sulle disposizione riguardante i fondi pensione, evidenzia poi che impropriamente si è detto trattarsi di una tassazione della previdenza; in realtà si tratta dell'allineamento fiscale dei guadagni finanziari realizzati dai fondi pensione, che non avevano seguito l'adeguamento della tassazione che ha interessato tutti gli altri investitori. Il Governo è, comunque, disponibile al confronto per ridare vantaggio comparativo agli enti previdenziali, nella consapevolezza che ciascun punto percentuale di riduzione dell'onere fiscale va compensato per circa 38 milioni di euro.

Analogamente affronta le critiche alle disposizioni in tema di fondazioni: certamente vi è un trattamento più oneroso per tali soggetti, fa tuttavia notare che il depauperamento patrimoniale di molte fondazioni è dovuto alle loro autonome scelte finanziarie degli ultimi anni e non anche ad un trattamento fiscale deteriore.

Ritiene, per altro verso, ingenerose le censure alle norme sull'anticipo del trattamento di fine rapporto. Esse non mettono affatto in difficoltà le piccole imprese, dal momento che consentono il ricorso al credito bancario garantito dalla Stato, e, d'altro canto, non comportano una maggior tassazione significativa del percepito, considerato che si passa dall'aliquota media a quella marginale, grandezze per moltissimi lavoratori molto vicine.

Quanto alle disposizioni sul contributo alla finanza pubblica degli enti locali, precisa che alla Camera si è trovata un'intesa con i rappresentanti dei Comuni, sfociata nella presentazione ed approvazione di emendamenti condivisi. Rimane, quindi, al momento passibile di aggiustamenti significativi solo la parte normativa riguardante le regioni e le province, sulla quale invita i senatori a concentrare le proprie proposte. In ogni caso annuncia che è in atto un confronto anche con tali livelli di governo per giungere ad una soluzione condivisa entro la giornata di giovedì, ossia entro il termine entro il quale il Governo si è politicamente impegnato a presentare le proprie proposte emendative. Dissente, invece, rispetto alla richiesta del senatore Tosato, peraltro politicamente curiosa per un partito secessionista fino all'altro ieri, di individuare più specificamente i capitoli di bilancio che gli enti locali dovrebbero ridurre, dal momento che ciò rappresenterebbe un'indebita ingerenza nella sfera di autonomia degli stessi enti.

Conclude con un'osservazione di metodo, vertente sulla circostanza che durante l'esame presso l'altro ramo del Parlamento si sono scientemente lasciati alcuni articoli del disegno di legge senza modifiche, rinviandone al Senato l'esame nel merito in sede di seconda lettura. Tale collaborazione tra le Camere appare costituire un modello di collaborazione virtuosa, che presuppone però un pari riguardo del Senato per le soluzioni di fondo individuate dalla Camera nelle parti della manovra esaminate più nel dettaglio e modificata rispetto al testo originale.

Il PRESIDENTE comunica che, in relazione al protrarsi dei lavori nel corso del pomeriggio, il termine per la presentazione degli emendamenti, già fissato per le 18 di oggi, è posticipato alle ore 20.

La Commissione prende atto.

SCONVOCAZIONE DELL'ODIERNA SEDUTA NOTTURNA E POSTICIPAZIONE DELLA SEDUTA ANTIMERIDIANA DI GIOVEDI' 11 DICEMBRE

Il PRESIDENTE informa la Commissione che, avendo esaurito la fase della discussione generale e delle repliche, la seduta notturna, già convocata per le 20,30 odierne, non risulta più necessaria e pertanto non avrà più luogo.

Comunica, altresì, che la seduta della Commissione, già convocata per le ore 9 del prossimo giovedì 11 dicembre, è posticipata alle ore 9,30.

La Commissione prende atto.

La seduta termina alle ore 17,50.

1.3.2.1.4. 5ª Commissione permanente (Bilancio) - Seduta n. 327 (ant.) dell'11/12/2014

collegamento al documento su www.senato.it

BILANCIO (5ª)

GIOVEDÌ 11 DICEMBRE 2014
327ª Seduta (antimeridiana)

Presidenza del Presidente
AZZOLLINI
indi della Vice Presidente
LEZZI

Intervengono il vice ministro dell'economia e delle finanze Morando e il sottosegretario di Stato per lo stesso dicastero Baretta.

La seduta inizia alle ore 9,50.

IN SEDE REFERENTE

(1699) ***Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017 e relativa Nota di variazioni***, approvato dalla Camera dei deputati

- (Tabb. 1 e 1-*bis*) Stato di previsione dell'entrata per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017 *(limitatamente alle parti di competenza)*
- (Tabb. 2 e 2-*bis*) Stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017 *(limitatamente alle parti di competenza)*

(1698) ***Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)***, approvato dalla Camera dei deputati

(Seguito dell'esame congiunto e rinvio)

Prosegue l'esame congiunto, sospeso nella seduta pomeridiana del 9 dicembre.

Il presidente AZZOLLINI propone di passare all'illustrazione degli emendamenti riferiti al disegno di legge di stabilità e di posporre l'esame delle proposte al disegno di legge di bilancio.

Conviene la Commissione.

Il PRESIDENTE sottolinea preliminarmente l'esigenza, in una prospettiva di razionalizzazione dei lavori della Commissione, di concentrare lo sforzo di approfondimento istruttorio soprattutto sulle proposte emendative al disegno di legge di stabilità per le quali i presentatori chiedono l'accantonamento e su cui la Commissione conviene (alla luce della particolare rilevanza attribuita alle stesse).

Dopo una richiesta della senatrice COMAROLI (*LN-Aut*) di sospendere la seduta per consentire ai Gruppi di selezionare le proposte emendative su cui richiedere l'accantonamento, la senatrice BULGARELLI (*M5S*) fa presente che il Gruppo 5 Stelle ha già operato a monte una selezione degli emendamenti rilevanti. Chiede pertanto che vengano accantonate tutte le proposte emendative presentate dal proprio Gruppo.

La senatrice BONFRISCO (*FI-PdL XVII*) sottolinea l'esigenza che il Governo fornisca, sul piano politico, un'indicazione di massima sulle tematiche sulle quali intenda concentrare l'approfondimento e il confronto dialettico.

Il PRESIDENTE fa presente che si attiverà affinché possa svolgersi un incontro informale tra il rappresentante del Governo e le forze politiche di opposizione, finalizzato proprio all'individuazione delle tematiche principali oggetto di confronto politico nell'ambito del procedimento relativo ai disegni di legge in titolo.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) chiede chiarimenti circa l'articolazione dei lavori della Commissione per la prossima settimana.

Il PRESIDENTE precisa che nelle giornate di lunedì e martedì continuerà l'esame dei disegni di legge in titolo, nella prospettiva di completare lo stesso in tempi utili per il successivo *iter* in Assemblea.

Relativamente agli emendamenti riferiti ai commi da 1 a 20 dell'articolo 1 del disegno di legge n. 1698, il Presidente dichiara inammissibili, per materia, le proposte emendative 1.44, 1.45, 1.46, 1.47, 1.48, 1.53, 1.65 e 1.66.

Si riserva di dichiarare successivamente le inammissibilità per questioni di copertura.

Ritiene di accogliere poi la richiesta, della senatrice Comaroli di sospendere la seduta per consentire ai Gruppi di selezionare le proposte emendative più rilevanti ai fini di disporne l'accantonamento.

La seduta, sospesa alle ore 9,45, riprende alle ore 10,50.

Il presidente AZZOLLINI avverte che si passa all'illustrazione degli emendamenti riferiti all'articolo 1 (pubblicati in allegato).

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) rinuncia ad illustrare e chiede l'accantonamento dell'emendamento 1.1.

La senatrice BULGARELLI (*M5S*) rinuncia ad illustrare e chiede l'accantonamento dell'emendamento 1.2.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) rinuncia ad illustrare e chiede l'accantonamento dell'emendamento 1.4.

Il senatore MALAN (*FI-PdL XVII*) illustra l'emendamento 1.6 che affronta la problematica dei lavoratori cosiddetti "esodati" e tende a equiparare i dipendenti pubblici a quelli privati. Ne chiede, poi, l'accantonamento.

La senatrice BULGARELLI (*M5S*) rinuncia ad illustrare e chiede l'accantonamento dell'emendamento 1.7, che viene accantonato dalla Commissione.

La senatrice BONFRISCO (*FI-PdL XVII*) illustra l'emendamento 1.8. Sottolinea che la proposta, di cui è prima firmataria, affronta l'importante tema del credito di imposta alle imprese che investono in ricerca e innovazione. Tale materia rappresenta un elemento fondamentale per consentire il recupero di competitività dell'economia nazionale. Auspica che sul punto possa instaurarsi un dialogo costruttivo tra maggioranza e opposizione.

La senatrice DE PIETRO (*Misto*) rinuncia ad illustrare e chiede l'accantonamento dell'emendamento 1.13.

La senatrice BULGARELLI (*M5S*) rinuncia ad illustrare e chiede l'accantonamento dell'emendamento 1.16, che viene, quindi, accantonato.

La senatrice CHIAVAROLI (*NCD*) interviene incidentalmente per annunciare che si riserva di presentare successivamente, anche a nome del proprio Gruppo parlamentare, l'elenco delle proposte emendative, riferite al disegno di legge di stabilità, di cui chiedere l'accantonamento.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) chiede chiarimenti sui lavori della Commissione, poiché le richieste di accantonamento dovrebbero a suo avviso essere formulate una volta individuato il percorso per giungere a definire i temi di cui rinviare la discussione a un momento successivo.

La senatrice CHIAVAROLI (*NCD*) chiarisce che i componenti del Gruppo parlamentare del Nuovo Centrodestra, pur riservandosi di individuare successivamente le richieste di accantonamento, procederanno da subito all'illustrazione degli emendamenti di maggiore rilievo.

La senatrice BULGARELLI (*M5S*) rinuncia ad illustrare e chiede l'accantonamento degli emendamenti 1.19, 1.20 e 1.23.

La senatrice COMAROLI (*LN-Aut*) fa presente che anche i componenti del Gruppo parlamentare della Lega Nord e Autonomie si riservano di segnalare in un momento successivo gli emendamenti di cui chiedere l'accantonamento.

Il vice ministro MORANDO sottopone all'attenzione dei componenti della Commissione l'esigenza, da parte del Governo, di poter disporre di un numero limitato di emendamenti accantonati di particolare rilevanza sui quali concentrare l'attenzione. L'obiettivo è naturalmente quello di giungere a un testo quanto maggiormente condiviso nel corso dei lavori in sede referente. In tale ottica, invita i proponenti già nella fase illustrativa a segnalare le proposte emendative più importanti. Fa notare inoltre che un numero eccessivo di richieste di accantonamento vanificherebbe tale intento: pertanto, qualora i

Gruppi parlamentari avessero necessità di un maggiore lasso temporale per vagliare le proposte emendative, sarebbe a suo avviso preferibile posticipare lo svolgimento della seduta.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) fa presente che non è possibile per il proprio Gruppo parlamentare effettuare le segnalazioni degli emendamenti più importanti con immediatezza. Ciò in virtù dell'esigenza di acquisire contezza anche degli emendamenti presentati dagli altri Gruppi parlamentari e di definire quali proposte vertano sui medesimi argomenti.

Ritiene, peraltro, preferibile proseguire con l'illustrazione della seduta in corso.

Il senatore TOSATO (*LN-Aut*) fa presente che non è intenzione del proprio Gruppo parlamentare chiedere l'accantonamento di tutti gli emendamenti presentati, ma solo di una parte. I ristretti tempi a disposizione, peraltro, non hanno consentito di individuare con immediatezza gli stessi, ragion per cui occorre permettere una segnalazione successiva, ovvero sospendere la seduta e riprenderla una volta svolta tale attività.

Il senatore GUERRIERI PALEOTTI (*PD*) ritiene che, nella seduta odierna, l'illustrazione degli emendamenti debba accompagnarsi anche alla selezione dei temi prioritari da sottoporre all'attenzione della Commissione e del Governo.

Il vice ministro MORANDO ricorda che la definizione dei temi prioritari è già avvenuta nel corso della discussione generale e delle repliche. Si tratta ora di selezionare gli emendamenti di maggiore rilievo.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) sottolinea che sono state presentate da parte dei Senatori di maggioranza un maggior numero di proposte emendative rispetto a quelli di minoranza. Per tale motivo, è essenziale per il Gruppo parlamentare Misto che la segnalazione degli emendamenti avvenga già nella fase illustrativa, onde consentire un proficuo confronto all'interno della Commissione e con il rappresentante del Governo. Assicura comunque che la propria parte politica segnalerà le proposte emendative da valutare con maggiore attenzione con la finalità di migliorare la manovra di finanza pubblica, anche a fronte dei rilievi avanzati dalla Commissione europea, rilievi a suo avviso non condivisibili.

La senatrice BULGARELLI (*M5S*) riterrebbe utile una sospensione della seduta per consentire non solo al proprio, ma a tutti i Gruppi parlamentari, di confrontarsi sugli emendamenti da segnalare.

Il senatore MILO (*GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI)*), alla luce degli interventi sinora svolti sull'ordine dei lavori, sottolinea a sua volta come sia il consistente numero di emendamenti presentati dai Gruppi di maggioranza a evidenziare la necessità di individuare con maggiore chiarezza i temi da approfondire. Tale opera è a suo avviso prioritaria rispetto alla deliberazione di sospendere o meno la seduta in corso.

Il senatore GUALDANI (*NCD*) riterrebbe preferibile sospendere la seduta e consentire ai Gruppi di riunirsi per individuare con precisione gli emendamenti da segnalare e procedere quindi successivamente con maggiore speditezza.

Il senatore FRAVEZZI (*Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE*) si associa alle considerazioni già svolte del senatore Guerrieri nel suggerire una sospensione della seduta per consentire ai Gruppi di definire gli emendamenti da considerare prioritari.

Il presidente AZZOLLINI chiarisce che la fase dell'illustrazione degli emendamenti deve svolgersi necessariamente. Qualora i Gruppi parlamentari non abbiano ancora individuato gli emendamenti da segnalare all'attenzione della Commissione e del Governo, possono farlo anche in sede di voto delle singole proposte. Ove possibile, invece, le segnalazioni sono effettuate già dal momento dell'illustrazione dei contenuti.

Invita quindi a proseguire nell'illustrazione degli emendamenti.

Il senatore Luigi MARINO (*PI*) aggiunge la firma all'emendamento 1.28, rinuncia ad illustrarlo e ne richiede l'accantonamento.

Il senatore GUERRIERI PALEOTTI (*PD*) aggiunge la firma all'emendamento 1.31, rinuncia ad illustrarlo e ne richiede l'accantonamento.

Il senatore CERONI (*FI-PdL XVII*) illustra l'emendamento 1.32, volto a prevedere l'esclusione dal patto di stabilità interno per gli enti locali delle spese destinate a interventi per l'edilizia scolastica.

La senatrice BULGARELLI (*M5S*) aggiunge la firma all'emendamento 1.35, rinuncia ad illustrarlo e ne richiede l'accantonamento.

Il senatore Luigi MARINO (*PI*) rinuncia ad illustrare e chiede l'accantonamento dell'emendamento 1.38.

La senatrice DE PIETRO (*Misto*) illustra l'emendamento 1.40, in materia di aggiornamento informatico delle pubbliche amministrazioni, e ne chiede l'accantonamento.

La senatrice BONFRISCO (*FI-PdL XVII*) illustra l'emendamento 1.41. Fa presente che la proposta tende a introdurre nell'ordinamento una definizione più precisa di piccole e medie imprese, individuandole in quelle con un numero di dipendenti non superiore a 499. Si tratta di un intervento che mira a contrastare la dimensione eccessivamente ridotta delle aziende produttive nazionali, connessa anche alla normativa giuslavoristica, e che tende ad allineare la disciplina nazionale a quella europea.

Il senatore GUERRIERI PALEOTTI (*PD*) aggiunge la firma all'emendamento 1.43, rinuncia ad illustrarlo e ne richiede l'accantonamento.

La senatrice BULGARELLI (*M5S*) aggiunge la firma all'emendamento 1.49, rinuncia ad illustrarlo e ne richiede l'accantonamento.

Conviene la Commissione.

Il senatore GUERRIERI PALEOTTI (*PD*) aggiunge la firma all'emendamento 1.52, rinuncia ad illustrarlo e ne richiede l'accantonamento.

La Commissione dispone, quindi, l'accantonamento della proposta 1.52.

La senatrice MUSSINI (*Misto-MovX*) illustra l'emendamento 1.55, volto ad assegnare un

finanziamento al Teatro regio di Parma. Richiama l'accoglimento di un apposito atto di indirizzo in tal senso e l'importanza della misura.

Il senatore GUERRIERI PALEOTTI (*PD*) chiede di aggiungere la firma all'emendamento 1.57, rinuncia ad illustrarlo e ne richiede l'accantonamento.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) chiede di aggiungere, a sua volta, la firma all'emendamento 1.57, condividendone le finalità di sostegno delle fondazioni lirico-sinfoniche e auspicando che dette misure possano essere estese anche ai Teatri di tradizione.

Il senatore MANDELLI (*FI-PdL XVII*) chiede di aggiungere la propria firma all'emendamento 1.57.

Viene disposto, poi, l'accantonamento della proposta 1.60.

Il senatore MALAN (*FI-PdL XVII*) illustra l'emendamento 1.61, volto a prevedere il coinvolgimento delle Commissioni parlamentari competenti in materia di cultura quanto all'utilizzo del nuovo Fondo per la tutela del patrimonio culturale.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) illustra l'emendamento 1.62, di portata simile alla proposta testé illustrata dal senatore Malan. Fa presente che l'emendamento a sua firma introduce la trasmissione preventiva alle Commissioni parlamentari del Programma triennale del Ministro dei beni e delle attività culturali sull'utilizzo delle risorse dell'istituendo Fondo per la tutela del patrimonio culturale, eliminando altresì la presa d'atto del Comitato interministeriale per la programmazione economica.

La senatrice MUSSINI (*Misto-MovX*) chiede di aggiunge la propria firma al testé illustrato emendamento 1.62.

Il senatore Luigi MARINO (*PI*) rinuncia ad illustrare e chiede l'accantonamento dell'emendamento 1.64.

Conviene la Commissione.

La senatrice BULGARELLI (*M5S*) aggiunge la firma agli emendamenti 1.82 e 1.83. Rinuncia quindi ad illustrare e chiede l'accantonamento degli emendamenti 1.68, 1.77, 1.81, 1.82, 1.83, 1.84, 1.85, 1.86, 1.87, 1.88 e 1.89.

Il senatore MANDELLI (*FI-PdL XVII*) illustra l'emendamento 1.92, che tende a distinguere la natura, dal punto di vista reddituale, dei compensi percepiti dai soci professionisti delle società tra professionisti dagli utili derivanti dalla partecipazione al capitale sociale.

Il senatore MALAN (*FI-PdL XVII*) illustra l'emendamento 1.93, relativo alla quota dei buoni pasto non sottoposta a tassazione, ampliando l'elevazione della quota esente, indipendentemente dalla forma elettronica.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) illustra l'emendamento 1.94 che è volto a tutelare, con misure adeguate, i lavoratori dipendenti sia del settore privato che del settore pubblico affetti da patologie di

particolare gravità.

La senatrice BONFRISCO (*FI-PdL XVII*) illustra l'emendamento 1.96 avente ad oggetto l'individuazione di una disciplina giuridica idonea per regolamentare la professione del consulente finanziario indipendente. Tale figura professionale, a differenza degli altri promotori finanziari, non presta la propria attività lavorativa a favore degli istituti bancari ma a tutela dei risparmiatori. Pertanto la costituzione di un organismo unitario all'interno del quale far confluire la figura del promotore finanziario e quella del consulente finanziario indipendente è volta a disciplinare quest'ultima figura pur mantenendone la distinzione con quella degli altri consulenti finanziari.

La senatrice BULGARELLI (*M5S*) chiede l'accantonamento dell'emendamento 1.103.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) illustra l'emendamento 1.108 - al quale appongono la propria firma le senatrici MUSSINI (*Misto-MovX*) e DE PIETRO (*Misto*) e di cui si chiede l'accantonamento - in una materia ritenuta particolarmente sensibile.

Con tale emendamento si intende apportare le necessarie modificazioni agli edifici scolastici al fine di poter eliminare le scorie di amianto ove presenti e di tutelare così la salute in particolare degli studenti.

La senatrice BONFRISCO (*FI-PdL XVII*) illustra l'emendamento 1.120 che è volto alla riduzione del costo del lavoro in materia di IRAP indipendentemente dalla tipologia contrattuale. A tale riguardo sottolinea l'esigenza che il Governo indichi i testi sui quali è possibile individuare una condivisione con il proprio Gruppo parlamentare ma anche con gli emendamenti similari presentati dagli altri Gruppi. A titolo esemplificativo cita l'emendamento 1.130 presentato dal senatore Tomaselli ed altri che ritiene del tutto condivisibile.

Il senatore RUTA (*PD*) illustra l'emendamento 1.137 - di cui chiede l'accantonamento - che estende le agevolazioni fiscali di cui all'articolo 1 comma 16 capoverso 4-*octies* anche ai lavoratori a tempo determinato assunti per lo svolgimento di attività stagionali.

La senatrice BULGARELLI (*M5S*) chiede l'accantonamento degli emendamenti 1.148, 1.150, 1.151, 1.152 e 1.156.

La senatrice BONFRISCO (*FI-PdL XVII*) illustra l'emendamento 1.157 - di contenuto analogo all'emendamento 1.155 presentato dal senatore Gasparri - che concerne l'aumento del taglio delle aliquote IRAP a decorrere dal periodo di imposta successivo a quello in corso nel 2014.

Il senatore MANDELLI (*FI-PdL XVII*) illustra l'emendamento 1.170 con il quale si intende innalzare la franchigia IRAP a favore delle imprese di ridotte dimensioni.

La senatrice BONFRISCO (*FI-PdL XVII*) aggiunge la firma ed illustra l'emendamento 1.172 in materia di definizione dell'imposta IRAP a favore delle imprese. Sottolinea l'importanza di individuare coperture finanziarie idonee agli emendamenti presentati al fine di evitare che gli effetti finanziari di tale attività non determinino l'incremento dell'onere fiscale a carico dei contribuenti.

Il senatore GUERRIERI PALEOTTI (*PD*) chiede l'accantonamento dell'emendamento 1.179.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) illustra gli emendamenti 1.184, 1.185, 1.186 e 1.187 che presentano contenuto analogo. Tali emendamenti sono volti a tutelare fiscalmente i soggetti IRAP che investano in ricerca, sviluppo ed innovazione tecnologica nei settori delle energie rinnovabili e della tutela del patrimonio ambientale. In tal modo si intende favorire una maggior ridistribuzione del reddito e un riequilibrio tra imprese e mondo del lavoro.

La senatrice DE PIN (*Misto*) chiede che venga accantonato l'emendamento 1.203.

La senatrice BULGARELLI (*M5S*) chiede l'accantonamento dell'emendamento 1.206.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) aggiunge la firma all'emendamento 1.209.

Il senatore MANDELLI (*FI-PdL XVII*) illustra gli emendamenti 1.210 e 1.211 con cui si chiede la soppressione della disposizione in materia di liquidazione diretta mensile del TFR in busta paga.

La senatrice BULGARELLI (*M5S*) chiede l'accantonamento degli emendamenti 1.213 e 1.214.

Il senatore MANDELLI (*FI-PdL XVII*) illustra l'emendamento 1.215 volto a tutelare le imprese in materia di TFR.

La senatrice BULGARELLI (*M5S*) chiede l'accantonamento dell'emendamento 1.216.

Il senatore GUERRIERI PALEOTTI (*PD*) chiede l'accantonamento dell'emendamento 1.217.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) illustra l'emendamento 1.220, di contenuto analogo ad emendamenti presentati da altri Gruppi parlamentari a favore dei lavoratori in materia di TFR.

La senatrice BULGARELLI (*M5S*) chiede l'accantonamento degli emendamenti 1.224, 1.225, 1.226, 1.227, 1.228, 1.229, 1.232.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) sottoscrive l'emendamento 1.234, che si intende illustrato.

La senatrice BULGARELLI (*M5S*) chiede l'accantonamento degli emendamenti 1.235, 1.242, mentre la presidente LEZZI dispone l'accantonamento del proprio emendamento 1.245.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) illustra l'emendamento 1.248 volto ad estendere i benefici del credito di imposta per le attività di ricerca e sviluppo delle imprese che operano nelle regioni Campania, Puglia, Basilicata e Sicilia.

Il senatore MANDELLI (*FI-PdL XVII*) illustra l'emendamento 1.249 che è volto a tutelare con vantaggi fiscali le aziende che investiranno nei prossimi anni in innovazione e ricerca.

La senatrice BULGARELLI (*M5S*) chiede l'accantonamento dell'emendamento 1.250.

La senatrice BERTOROTTA (*M5S*) illustra l'emendamento 1.252 - di cui chiede

l'accantonamento - che è volto a tutelare con misure di credito di imposta le piccole imprese che investono in attività di ricerca e sviluppo.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) illustra l'emendamento 1.253 - che presenta contenuti analoghi agli emendamenti 1.255 e 1.256 - volto a riconoscere il credito di imposta per le imprese che investono in attività di ricerca e innovazione anche nel campo della comunicazione.

Il senatore GUERRIERI PALEOTTI (*PD*) chiede l'accantonamento dell'emendamento 1.257.

La senatrice BULGARELLI (*M5S*) chiede l'accantonamento degli emendamenti 1.259, 1.262, 1.266 e 1.275.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) illustra gli emendamenti 1.276 e 1.277. Con il primo si intende procedere al blocco del *turn over* per le amministrazioni di cui all'articolo 1 comma 523 della legge n. 296 del 2006 ad eccezione dei corpi di Polizia e dei corpi nazionali dei Vigili del fuoco. Con il secondo si intende tutelare le imprese che vantino crediti nei confronti della pubblica amministrazione.

La senatrice DE PIN (*Misto*) chiede l'accantonamento dell'emendamento 1.282.

La senatrice BONFRISCO (*FI-PdL XVII*) illustra l'emendamento 1.284, in materia di compensazioni di crediti verso le pubbliche amministrazioni. Tale emendamento recepisce l'esigenza - già espressa dal proprio Gruppo parlamentare nell'ambito della discussione generale del disegno di legge in titolo - di un ragionevole bilanciamento tra le finalità impositive dello Stato in materia tributaria e la tutela del contribuente a non subire una tassazione eccessivamente elevata. La ricerca di un corretto equilibrio in materia fiscale, oltre ad essere prevista nella legge n. 212 del 2000 (disposizioni in materia di statuto dei diritti del contribuente) rappresenta un'esigenza inderogabile.

I senatori Luigi MARINO (*PI*), DE POLI (*PI*) e DI BIAGIO (*PI*) appongono la propria firma all'emendamento 1.287, di cui il senatore TOMASELLI (*PD*) chiede l'accantonamento.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) illustra l'emendamento 1.291 - al quale la senatrice MUSSINI (*Misto-MovX*) chiede di poter apporre la propria firma e di cui si chiede l'accantonamento - con il quale si intende rispettare le scadenze prescritte dall'ordinamento comunitario in materia di compensazione di crediti verso le pubbliche amministrazioni. Con l'occasione chiede quali siano le strategie che il Governo intende adottare in questa materia.

La senatrice BULGARELLI (*M5S*) chiede l'accantonamento degli emendamenti 1.303, 1.304, 1.305 e 1.309.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) sottoscrive ed illustra l'emendamento 1.310 volto a favorire la sostituzione delle coperture degli edifici contenenti amianto con impianti di generazione elettrica da fonti rinnovabili.

Il senatore CERONI (*FI-PdL XVII*) illustra l'emendamento 1.312 relativo ad interventi analoghi sui manufatti di eternit o contenenti amianto. Di analogo contenuto l'emendamento 1.314 che il senatore Ceroni sottoscrive e di cui ne chiede l'accantonamento.

Il senatore GUERRIERI PALEOTTI (*PD*) chiede l'accantonamento dell'emendamento 1.315 (testo 2), pubblicato in allegato.

La senatrice BULGARELLI (*M5S*) chiede l'accantonamento dell'emendamento 1.316.

Viene poi disposto l'accantonamento dell'emendamento 1.318.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) appone la propria firma all'emendamento 1.319.

La senatrice BULGARELLI (*M5S*) chiede l'accantonamento dell'emendamento 1.320.

Il senatore VACCARI (*PD*) chiede l'accantonamento dell'emendamento 1.333.

La senatrice BULGARELLI (*M5S*) chiede l'accantonamento degli emendamenti 1.334 e 1.336.

Si dispone poi l'accantonamento degli emendamenti 1.337 e 1.342

Il senatore TOMASELLI (*PD*) chiede l'accantonamento dell'emendamento 1.344.

La senatrice BULGARELLI (*M5S*) chiede l'accantonamento dell'emendamento 1.349.
Si dispone altresì l'accantonamento degli emendamenti 1.354, 1.356 e 1.359.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) sottoscrive gli emendamenti 1.361 e 1.362 chiedendo chiarimenti al Governo in materia di depenalizzazione delle fattispecie di reato per le occupazioni abusive di beni altrui.

Viene poi disposto l'accantonamento dell'emendamento 1.365.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) illustra l'emendamento 1.368 - al quale la senatrice DE PIN (*Misto*) aggiunge la propria firma e del quale viene chiesto l'accantonamento - al fine di tutelare anche con risarcimento del danno le imprese ed i privati coinvolti negli eventi calamitosi occorsi nella Regione Sardegna. Con tale proposta si chiede di avere il medesimo trattamento ottenuto per fattispecie analoghe da altre regioni.

Il senatore GUERRIERI PALEOTTI (*PD*) chiede l'accantonamento dell'emendamento 1.369, al quale la senatrice DE PIETRO (*Misto*) appone la propria firma.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) chiede l'accantonamento dell'emendamento 1.371.

Con riferimento all'emendamento 1.372 i senatori GUERRIERI PALEOTTI (*PD*), URAS (*Misto-SEL*) e Cristina DE PIETRO (*Misto*) appongono la propria firma e ne chiede l'accantonamento.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) appone la propria firma anche agli emendamenti 1.373, 1.374, 1.375 - ai quali appone la propria firma anche la senatrice DE PIETRO (*Misto*) - 1.377, 1.379 e 1.380.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) sottoscrive ed illustra l'emendamento 1.376 volto a autorizzare la spesa di 300 milioni di euro a favore del comune di Genova a seguito dell'evento alluvionale verificatosi quest'anno. Corrispondentemente si propone di ridurre i trasferimenti al comune di Roma capitale.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) chiede l'accantonamento dell'emendamento 1.385 e chiede di aggiungere la firma alle proposte di analogo tenore 1.372, 1.373, 1.374, 1.375, 1.377, 1.379 e 1.380.

Il senatore GUERRIERI PALEOTTI (*PD*) chiede l'accantonamento dell'emendamento 1.390.

Viene, poi, disposto l'accantonamento dell'emendamento 1.398.

La senatrice BULGARELLI (*M5S*) chiede l'accantonamento dell'emendamento 1.399.

La senatrice DE PIN (*Misto*) chiede l'accantonamento dell'emendamento 1.403.

Il senatore MANDELLI (*FI-PdL XVII*) illustra l'emendamento 1.405 in materia di energia elettrica, gas e servizio idrico che considera un tema di rilievo sensibile per il proprio Gruppo parlamentare.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) sottoscrive ed illustra l'emendamento 1.416 - al quale il senatore MANDELLI (*FI-PdL XVII*) chiede di apporre la propria firma - che è volto ad innalzare il valore soglia di ricavi previsti per il regime forfettario al fine di consentire la fruizione di sostanziali semplificazioni in questa materia.

La presidente LEZZI dispone l'accantonamento del proprio emendamento 1.417.

La senatrice BERTOROTTA (*M5S*) illustra l'emendamento 1.427 - di cui chiede l'accantonamento - anch'esso volto ad incrementare i valori della soglia ricavi compensi in regime forfettario.

La presidente LEZZI dispone, poi, l'accantonamento del proprio emendamento 1.439.

La senatrice BULGARELLI (*M5S*) chiede l'accantonamento degli emendamenti 1.441 e 1.442.

La presidente LEZZI dispone l'accantonamento del proprio emendamento 1.444.

Viene poi disposto l'accantonamento degli emendamenti 1.454 e 1.461.

La presidente LEZZI dispone, poi, l'accantonamento dei propri emendamenti 1.464, 1.465 e 1.466.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) sottoscrive ed illustra l'emendamento 1.475 che prevede l'esenzione TASI sulla prima casa.

Il senatore CERONI (*FI-PdL XVII*) illustra l'emendamento 1.476 che prevede la soppressione dell'imposta per i servizi indivisibili TASI sull'abitazione principale.

Viene poi disposto l'accantonamento dell'emendamento 1.478, su richiesta del senatore FRAVEZZI (*Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE*)

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) sottoscrive ed illustra l'emendamento 1.479, che prevede l'esenzione dell'IMU sui terreni agricoli. Tiene a sottolineare l'importanza della tematica per il proprio Gruppo parlamentare ed invita il Governo ad adottare determinazioni sul punto senza procedere a rinvii.

La senatrice GRANAIOLA (*PD*) interviene per chiedere l'accantonamento dell'emendamento 1.481.

Il senatore GUERRIERI PALEOTTI (*PD*) chiede l'accantonamento degli emendamenti 1.483 e 1.484.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) illustra l'emendamento 1.490 - di contenuto analogo ad altri emendamenti presentati - volto a tutelare i lavoratori a progetto e categorie assimilate iscritti alla gestione separata al fine di estendere loro il sistema di protezione per malattia e previdenziale previsto per gli altri lavoratori del settore privato.

Il senatore GUERRIERI PALEOTTI (*PD*) chiede l'accantonamento dell'emendamento 1.491.

La senatrice BULGARELLI (*M5S*) illustra l'emendamento 1.492 - di cui si chiede l'accantonamento - che è volto a favorire le imprese di *start up* innovativo.

Il senatore MALAN (*FI-PdL XVII*) illustra l'emendamento 1.497 - al quale la senatrice ZANONI (*PD*) appone la propria firma - che è volto a ripristinare gli uffici di tribunale e di procura già soppressi di Pinerolo, Bassano del Grappa, Chiavari, Lucera e Rossano Calabro.

La senatrice BULGARELLI (*M5S*) illustra l'emendamento 1.498 - al quale appone la propria firma la senatrice BERTOROTTA e di cui si chiede l'accantonamento - volto all'assunzione di personale afferente le figure professionali di cancellieri e ufficiali giudiziari, al fine di migliorare il funzionamento dell'apparato giudiziario.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) illustra l'emendamento 1.499 - che è volto a supportare l'attività giudiziaria di smaltimento dell'arretrato civile attraverso la stipula di contratti di lavoro a tempo determinato per lavoratori cassaintegrati.

La senatrice BULGARELLI (*M5S*) chiede l'accantonamento dell'emendamento 1.500.

Il senatore GUERRIERI PALEOTTI (*PD*) chiede l'accantonamento dell'emendamento 1.503.

La senatrice BULGARELLI (*M5S*) chiede l'accantonamento degli emendamenti 1.508, 1.509, 1.511 e 1.513.

Il senatore FRAVEZZI (*Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE*) chiede l'accantonamento dell'emendamento 1.516, mentre il senatore GUERRIERI PALEOTTI (*PD*) chiede l'accantonamento della proposta 1.518.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) illustra gli emendamenti 1.519 e 1.520 che sono volti ad incrementare

le risorse da destinare ai lavoratori disoccupati anche con riferimento agli ammortizzatori sociali in deroga.

La senatrice BULGARELLI (*M5S*) chiede l'accantonamento dell'emendamento 1.530.

La senatrice DE PIN (*Misto*) chiede l'accantonamento dell'emendamento 1.533.

Il senatore GUERRIERI PALEOTTI (*PD*) chiede l'accantonamento degli emendamenti 1.540 e 1.541.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) appone la propria firma all'emendamento 1.546.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) illustra gli emendamenti 1.548 e 1.549 a favore dei lavoratori impegnati in lavori socialmente utili ed invita il Governo ad intervenire sul punto.

Si intendono illustrati tutti i restanti emendamenti, fino all'emendamento 1.562, al disegno di legge di stabilità.

Il PRESIDENTE fa presente, quindi, che i seguenti emendamenti sono accantonati: 1.1, 1.2, 1.4, 1.6, 1.7, 1.13, 1.16, 1.19, 1.20, 1.23, 1.28, 1.31, 1.35, 1.38, 1.40, 1.43, 1.49, 1.52, 1.57, 1.60, 1.64, 1.68, 1.77, 1.81, 1.82, 1.83, 1.84, 1.85, 1.86, 1.87, 1.88, 1.89, 1.103, 1.108, 1.137, 1.148, 1.150, 1.151, 1.152, 1.156, 1.179, 1.203, 1.206, 1.213, 1.214, 1.216, 1.217, 1.224, 1.225, 1.226, 1.227, 1.228, 1.229, 1.232, 1.235, 1.242, 1.245, 1.250, 1.252, 1.257, 1.259, 1.262, 1.266, 1.275, 1.282, 1.287, 1.291, 1.303, 1.304, 1.305, 1.309, 1.314, 1.315 (testo 2), 1.316, 1.318, 1.320, 1.333, 1.334, 1.336, 1.337, 1.342, 1.344, 1.349, 1.354, 1.356, 1.359, 1.365, 1.368, 1.369, 1.371, 1.372, 1.385, 1.390, 1.398, 1.399, 1.403, 1.417, 1.427, 1.439, 1.441, 1.442, 1.444, 1.454, 1.461, 1.464, 1.465, 1.466, 1.478, 1.481, 1.483, 1.484, 1.491, 1.492, 1.498, 1.500, 1.503, 1.508, 1.509, 1.511, 1.513, 1.516, 1.518, 1.530, 1.533, 1.540 e 1.541.

POSTICIPAZIONE DELLA SEDUTA POMERIDIANA DELLA COMMISSIONE

Il PRESIDENTE avverte che l'odierna seduta pomeridiana della Commissione, già convocata per le ore 14,30, è posticipata alle ore 15,30.

La Commissione prende atto.

La seduta termina alle ore 13,35.

EMENDAMENTI AL DISEGNO DI LEGGE

N. 1698

1.1

DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 1, capoverso 1-bis*, sopprimere le parole:* «con esclusione di quelli indicati nel comma 2, lettera a)».

Conseguentemente: All'articolo 3, dopo il comma 74, aggiungere il seguente:

«74-*bis*. La quota parte degli oneri derivanti dall'articolo 1 comma 9, pari a circa 7 miliardi di euro annui a decorrere dell'anno 2015, si provvede fino a concorrenza del fabbisogno:

1) mediante i maggiori introiti derivanti dall'istituzione, a partire dal periodo d'imposta 2015, di un'imposta patrimoniale ordinaria sulle grandi ricchezze, pari allo 0,5 per cento per una base imponibile di valore compreso tra 3 milioni euro e 4 milioni di euro, e una pari all'1 per cento per le basi imponibili di valore superiore a 4 milioni di euro. Per base, imponibile dell'imposta s'intende la ricchezza netta delle famiglie superiore a 3 milioni di euro, costituita dalla somma delle attività reali e delle attività finanziarie al netto delle passività finanziarie compreso il patrimonio non strumentale delle società.

2) mediante i maggiori introiti derivanti dalle seguenti disposizioni:

all'articolo 3, apportare le seguenti modificazioni:

dopo il comma 6 aggiungere il seguente:

6-*bis*. I commi 48, 49 e 49-*bis,* dell'articolo 2, del decreto-legge n. 262 del 2006, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 286 del 2006, sono sostituiti dai seguenti:

"48. I trasferimenti di beni e diritti per causa di morte sono soggetti all'imposta di cui al comma 47 con le seguenti aliquote sui valore complessivo netto dei beni:

a) devoluti a favore del coniuge e dei parenti in linea retta sul valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 500.000 euro: 5 per cento;

a-bis) devoluti a favore dei fratelli e delle sorelle sui valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 100.000 euro; 8 per cento;

b) devoluti a favore degli altri parenti fino al quarto grado e degli affini in linea retta, nonché degli affini in linea collaterale fino al terzo grado: 8 per cento;

c) devoluti a favore di altri soggetti: 10 per cento;

49. Per le clonazioni e gli atti di trasferimento a titolo gratuito di beni e diritti e la costituzione cui vincoli di destinazione di beni l'imposta è determinata dall'applicazione delle seguenti aliquote al valore globale dei beni e dei diritti al netto degli oneri da cui è gravato il beneficiario diversi da quelli indicati dall'articolo 58, comma 1, del citato testo unico di cui al decreto legislativo 31 ottobre 1990, n. 346, ovvero, se la dotazione è fatta congiuntamente a favore di più soggetti o se in uno stesso atto sono compresi più atti di disposizione a favore di soggetti diversi, al valore delle quote dei beni o diritti attribuiti:

a) a favore del coniuge e dei parenti in linea retta sui valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 500.000 euro: 5 per cento;

a-bis) a favore dei fratelli e delle sorelle sui valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 100.000 euro: 8 per cento;

b) a favore degli altri parenti fino al quarto grado e degli affini in linea retta, nonché degli affini in linea collaterale fino al terzo grado; 8 per cento;

c) a favore di altri soggetti: 10 per cento.

49-*bis*. Se il beneficiario dei trasferimenti ?di cui ai commi 48 e 49 è una persona portatrice di *handicap* riconosciuto grave ai sensi della legge 5 febbraio 1992, n. 104, l'imposta si applica esclusivamente sulla parte del valore della quota o del legato che supera l'ammontare di 1.000.000 euro".

Dopo il comma 19, aggiungere i seguenti:

19-*bis*. Entro sessanta giorni dal termine per la presentazione della comunicazione dei dati dell'IVA stabilito dall'articolo 8-*bis* del regolamento di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 luglio 1998, n. 322, il contribuente presenta l'elenco dei soggetti nei cui confronti sono state emesse fatture nell'anno cui si riferisce la comunicazione nonché, in relazione al medesimo periodo, l'elenco dei soggetti titolari di partita IVA da cui sono effettuati acquisti rilevanti ai fini dell'applicazione dell'imposta. Per ciascun soggetto sono indicati il codice fiscale e l'importo complessivo delle operazioni effettuate, al netto delle relative note di variazione, con l'evidenziazione dell'imponibile e dell'imposta, nonché dell'importo delle operazioni non imponibili e di quelle esenti. Con provvedimento del Direttore dell'Agenzia delle entrate, da pubblicare nella *Gazzetta Ufficiale:*

a) sono individuati gli elementi informativi da indicare negli elenchi previsti dall'alinea, nonché le modalità per la presentazione, esclusivamente in via telematica, degli stessi;

b) il termine di cui all'alinea può essere differito per esigenze di natura esclusivamente tecnica, ovvero per particolari tipologie di contribuenti, anche in considerazione della dimensione dei dati da trasmettere.

19-*ter.* In caso di omissione della comunicazione di cui al comma precedente, ovvero di invio della stessa con dati incompleti o non veritieri, si applicano le disposizioni dell'articolo Il del decreto legislativo 18 dicembre 1997, n. 471, e successive modificazioni.

19-*quater*. Entro un mese dalla data di entrata in vigore della presente legge, il Governo provvede ad apportare le modifiche necessarie all'articolo 8-bis dei regolamento di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 luglio 1998, n. 322, al fine di adeguarlo a quanto stabilito dai commi 3 e 4 del presente articolo.

19-*quinquies*. Dopo il comma 29 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2006, n. 296, sono inseriti i seguenti;

"*29-bis.* Al fine di contrastare l'indebita effettuazione delle compensazioni previste dal decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, i titolari di partita IVA, entro il quinto giorno precedente quello in cui intendono effettuare l'operazione di compensazione per importi superiori a 5.000 euro, comunicano all'Agenzia delle entrate, in via telematica, l'importo e la tipologia dei crediti oggetto della successiva compensazione. La mancata comunicazione da parte dell'Agenzia delle entrate al contribuente, entro il terzo giorno successivo a quello di comunicazione, vale come silenzio assenso.

29-*ter.* Con provvedimento del Direttore dell'Agenzia delle entrate sono definite le modalità, anche progressive, per l'attuazione delle disposizioni del comma 29-*bis* e, in particolare, sono stabilite le procedute di controllo volte ad impedire l'utilizzo indebito di crediti"».

19-*sexies*. All'articolo 2, comma 1, del decreto-legge n. 16 del marzo 2014, come convertito dalla legge n. 68 del 2 maggio 2014, la lettera *a)* è soppressa.

19-*septies*. A decorrere dal gennaio 2015 sono abrogate le seguenti disposizioni:

a) i commi 10, 11 e 12 dell'articolo 15 del decreto-legge n. 185 del 2008, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 gennaio 2009, n. 2;

b) il comma 47 dell'articolo 1, della legge 24 dicembre 2007, n. 244;

c) il comma 137 dell'articolo l della legge 27 dicembre 2006, n. 296;

d) gli articoli 15, 16, 17, 18 e 20 del decreto del Presidente della Repubblica del 29 settembre 1973 n. 601.

Dopo il comma 42 aggiungere il seguente:

42-*bis*. L'articolo 11, comma 1, del decreto del Presidente della Repubblica n. 917 del 1986, è sostituito dal seguente:

«1. L'imposta lorda è determinata applicando al reddito complessivo, al netto degli oneri deducibili indicati nell'articolo 10, le seguenti aliquote per scaglioni di reddito:

a) 15.000 euro, 23 per cento;

b) oltre 15.000 euro e fino a 28.000 euro, 27 per cento;

c) oltre 28.000 euro e fino a 55.000 euro, 38 per cento;

d) oltre 55.000 euro e fino a 75.000 euro, 41 per cento;

e) oltre 75.000 euro e fino a 100.000 euro, 43 per cento;

f) oltre 100.000 euro e fino a 150.000 euro, 45 per cento;

g) oltre 150.000 euro, e fino a 200,000 euro, 47 per cento;

h) oltre 200.000 euro 49 per cento».

1.2

BULGARELLI, MANGILI, LEZZI, CATALFO, PAGLINI, PUGLIA, AIROLA

Dopo il comma 2, aggiungere il seguente:

«2-*bis*. All'articolo 6 della legge 638 dell'11 novembre 1983 e successive modificazioni, dopo il comma 11 è aggiunto il seguente:

"12. Ai soggetti titolari di unico trattamento pensionistico o di più trattamenti pensionistici la cui somma degli importi percepiti, a prescindere dal requisito anagrafico, non superi la soglia di seicento euro, viene comunque corrisposto un rateo integrato nella misura minima di 600 euro per dodici mensilità».

Conseguentemente al comma 9, capoverso «1-*bis*», *i numeri 1) e 2) sono sostituiti dai seguenti:*

«1) 480 euro, se il reddito complessivo non è superiore a 24.000 euro;

2) 480 euro, se il reddito complessivo è superiore a 24.000 euro ma non a

26.000 euro. il credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra l'importo di 26.000 euro, diminuito del reddito complessivo, e l'importo di 2.000 euro».

1.3

MILO, GIOVANNI MAURO

Sostituire i commi 3 e 4, con i seguenti:

3. Al fine di dotare il Paese di un sistema d'istruzione scolastica che si caratterizzi per il rafforzamento del pluralismo educativo e dell'offerta formativa e persegua la valorizzazione dell'autonomia scolastica nello stato di previsione del Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca è istituito un Fondo con la dotazione di 1.000 milioni di euro per l'anno 2015 e di 3.000 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016. Il Fondo è finalizzato prioritariamente:

a) a procedere ad assumere a tempo indeterminato personale docente ed educativo a copertura di tutti i posti vacanti e disponibili nell'organico di diritto di cui alle dotazioni organiche del personale nei limiti di quanto previsto dal comma 7 dell'articolo 19 del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111;

b) a procedere ad assumere a tempo indeterminato personale docente ed educativo finalizzato alla costituzione di un organico dell'autonomia, utilizzato dalle istituzioni scolastiche anche in rete tra loro, ovvero dalle articolazioni del Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca. Detto organico è chiamato tra l'altro a far fronte alle necessità di potenziamento dell'offerta formativa, di inclusione degli alunni con bisogni educativi speciali, di valorizzazione delle eccellenze, di individuazione di figure in esonero o semi esonero per i compiti connessi alla valorizzazione della predetta autonomia e alla formazione iniziale e continua del personale scolastico, di sostituzione del personale assente.

4. In prima applicazione di quanto previsto al comma 1, all'esito di una specifica sezione negoziale, il ministero è autorizzato ad assumere personale docente sino all'esaurimento delle graduatorie di merito in essere di cui all'articolo 400 del decreto legislativo 16 aprile 1994, n. 297 e delle graduatorie permanenti di cui all'articolo 401 del decreto legislativo 16 aprile 1994, n. 297. Ad integrazione di quanto previsto dal comma 7 dell'articolo 19 del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, a decorrere dall'anno scolastico 2015/2016 le dotazioni organiche del personale docente ed educativo sono determinate sulla base delle assunzioni disposte a seguito dell'attuazione dell'articolo 3, comma 1. A decorrere dal predetto anno, le assunzioni sono disposte attraverso concorsi biennali per titoli ed esami a copertura di tutti i posti vacanti e disponibili. A decorrere dal secondo concorso bandito ai sensi delle presenti disposizioni, l'accesso è limitato ad aspiranti in possesso del titolo di abilitazione, ivi compresi i possessori di diploma di maturità magistrale. Restano ferme, per il primo bando concorsuale, le disposizioni di cui

al decreto interministeriale 24 novembre 1998, n. 460, al fine di consentire ai possessori dei titoli di studio ivi contemplati un tempo ragionevole per l'acquisizione dell'abilitazione.

Per l'attuazione di quanto disposto al comma 2 si procede con uno o più regolamenti da adottare entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, ai sensi dell'articolo 17. comma 2, della legge 23 agosto 1988, n. 400, su proposta del Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca, anche modificando le disposizioni legislative vigenti.

Le risorse residue dall'attuazione dei commi 3 e 4 sono prioritariamente finalizzate: a) a implementare il sistema di valutazione di cui al decreto del Presidente della Repubblica 28 marzo 2013, n. 80;

b) a rafforzare l'alternanza scuola-lavoro e l'apprendistato nell'ottica di un sistema duale.

1.4

DE PETRIS, URAS

Dopo il comma 3, inserire il seguente:

«3-*bis*. A partire dal 1º gennaio 2015 è introdotta un'imposizione straordinaria per i prossimi cinque anni sulla ricchezza finanziaria (al netto delle passività), con un'aliquota progressiva dello 0,5% a partire da 350.000 fino 1.500.000 euro, dell'1% da 1.500.001 a 3.000.000 euro, dell'1,5% da 3.000.001 a 8.000.000 euro e dell'1,8% oltre gli 8.000.001. Le risorse rivenienti sono destinate al finanziamento di una Agenzia Nazionale per un Piano straordinario per l'occupazione, soprattutto giovanile femminile, finalizzata, In primo luogo, al risanamento ambientate e territoriale e per il sostegno dei servizi utili socialmente».

1.5

LAI, BROGLIA, SANGALLI

Dopo il comma 3, inserire il seguente:

«3-*bis*. Al comma 6-*bis,* dell'articolo 4, del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al primo periodo, sono soppresse le parole: "In attesa di armonizzare, a decorrere dal 2015", e le parole: "relativi al periodo dal 1º luglio al 31 dicembre 2014" sono sostituite con le seguenti: "per ciascun anno fiscale";

b) al terzo periodo le parole: "per il 2014" sono sostituite con le seguenti: "per ciascun anno fiscale"».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 40,000.000;

2016: ? 40.000.000;

2017: ? 40.000.000.

1.6

MALAN

Dopo il comma 3, aggiungere il seguente:

«3-*bis*. Alla legge 10 ottobre 2014, n. 147, articolo 2, lettera *a)* le parole: "cessati dal rapporto di lavoro entro il 30 settembre 2012" sono sostituite dalle seguenti: "cessati dal rapporto di lavoro entro il 31 dicembre 2014"».

1.7

CATALFO, PUGLIA, PAGLINI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Dopo il comma 3, aggiungere i seguenti:

«*d*-bis. I trattamenti pensionistici obbligatori, integrativi e complementari, i trattamenti erogati da forme pensionistiche che garantiscono prestazioni definite in aggiunta o ad integrazione del trattamento pensionistico obbligatorio, ivi comprese quelle di cui ai decreti legislativi 20 novembre 1990, n. 357, 16 settembre 1996, n. 563, e 5 dicembre 2005, n. 252, nonché i trattamenti che assicurano prestazioni definite per i dipendenti delle regioni a statuto speciale e degli enti di cui alla legge 20 marzo 1975, n. 70, ivi compresi quelli derivanti dalla gestione speciale ad esaurimento di cui

all'articolo 75 del decreto del Presidente della Repubblica 20 dicembre 1979, n. 761, e quelli erogati dalle gestioni di previdenza obbligatorie presso l'istituto nazionale della previdenza sociale (INPS) per il personale addetto alle imposte di consumo, per il personale dipendente dalle aziende private del gas e per il personale già addetto alle esattorie e alle ricevitorie delle imposte dirette, con esclusione delle prestazioni di tipo assistenziale, degli assegni straordinari di sostegno del reddito, delle pensioni erogate alle vittime del terrorismo e delle rendite erogate dall'istituto nazionale per l'assicurazione contro gli infortuni sul lavoro, alla data di entrata in vigore della presente legge, anche in caso di cumulo di più trattamenti pensionistici, non possono essere erogati in misura superiore all'importo netto di euro 5.000. Per il medesimo triennio, la contribuzione accreditata e utilizzata fini della determinazione del montante contributivo individuale non è soggetta a rivalutazione ai sensi dell'articolo 1, comma 8, della legge 8 agosto 1995, n. 335.

3-*ter*. I risparmi di spesa conseguiti attraverso l'applicazione delle disposizioni di cui al comma 1 sono destinati a misure di perequazione dell'integrazione al trattamento minimo de1l'INPS, dell'assegno sociale e dei trattamenti corrisposti ai sensi della legge 12 giugno 1984, n. 222».

1.8

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Sostituire il comma 4 con i seguenti:

«4. A decorrere dall'anno 2015 per il periodo di imposta successivo al 31 dicembre 2015 e fino alla chiusura del periodo d'imposta in corso al 31 dicembre 2017, è istituito un credito di imposta riservato a tutte le imprese che affidano attività di ricerca e innovazione a università, enti pubblici di ricerca o organismi di ricerca, nonché alle imprese che realizzano direttamente investimenti in ricerca e innovazione.

4-*bis*. Sono destinatari del credito di imposta tutti i soggetti titolari di reddito di impresa, indipendentemente dalla forma giuridica assunta e possono fruirne. anche le imprese che effettuano le attività di ricerca in forma associata o aggregata. In questi casi, l'agevolazione è ripartire secondo criteri proporzionali, che tengano conto della partecipazione di ciascuna impresa alle spese di ricerca.

4-*ter*. Il credito d'imposta si applica nella misura del 10 per cento sull'ammontare dei costi ammissibili, che non possono, in ogni caso, superare l'importo di 50 milioni di euro per impresa e per ciascun periodo d'imposta.

4-*quater*. Il credito d'imposta deve essere indicato nella dichiarazione dei redditi. Esso non concorre alla formazione del reddito, né della base imponibile dell'imposta regionale sulle attività produttive; non rileva ai fini del rapporto di cui agli articoli 61 e 109, comma 5, del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, e successive modificazioni; è utilizzabile ai fini dei versamenti delle imposte sui redditi e dell'imposta regionale sulle attività produttive dovute per il periodo d'imposta in cui le spese di cui ai seguenti commi sono state sostenute.

4-*quinquies*. L'eventuale eccedenza è utilizzabile in compensazione ai sensi dell'articolo 17 del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, a decorrere dal mese successivo al termine per la presentazione della dichiarazione dei redditi relativa al periodo d'imposta con riferimento al quale il credito è concesso. Non si applica il limite annuale previsto dal comma 53 dell'articolo 1 della legge 24 dicembre 2007, n. 244.

4-*sexies*. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, da adottarsi entro 30 giorni dalla data di entrata in vigore del presente decreto, di concerto con il Ministro dell'istruzione e dell'università e con il Ministro dello sviluppo economico, sono Individuate le tipologie di intervento agevolabili e i costi ammissibili, nonché le modalità di accertamento delle spese effettivamente sostenute e di verifica della conformità delle stesse alla disciplina comunitaria.

4-*septies*. Per l'attuazione degli interventi di cui ai commi precedenti, è autorizzata la spesa di 1.000 milioni di euro per l'anno 2014, 3.000 milioni di euro per l'anno 2015 e 3.000 milioni di euro per

l'anno 2016.

4-*octies*. Con provvedimento del Direttore dell'Agenzia delle entrate, da adottare entro 30 giorni dalla, data di entrata in vigore della presente legge, sono stabiliti criteri e modalità di attuazione dell'agevolazione di cui al presente articolo, anche al fine di assicurare il rispetto del limite di risorse stanziate.

4-*novies*. Nel caso di richieste superiori alle risorse annue stanziate, si procede a una distribuzione pro quota. Le risorse annuali non integralmente utilizzate nel periodo d'imposta vanno a incrementare quelle rese disponibili per il periodo di imposta successivo.

4-*decies*. Sono abrogati i commi 95, 96 e 97 dell'articolo 1, della legge 24 dicembre 2012, n. 228.».

Conseguentemente sopprimere il comma 5.

1.9

MILO, GIOVANNI MAURO

Al comma 4 sostituire le parole da: «AI fine di dotare il Paese di un sistema d'istruzione scolastica che si caratterizzi per il rafforzamento dell'offerta formativa e della continuità didattica, e per la valorizzazione dei docenti e dell'autonomia scolastica» *con le seguenti:* «AI fine di dotare il Paese di un sistema d'istruzione scolastica che si caratterizzi per il rafforzamento del pluralismo educativo, dell'offerta formativa e della continuità didattica, e per la valorizzazione dei docenti, dell'autonomia scolastica e della libertà di scelta educativa dei genitori».

1.10

LIUZZI

Al comma 4, sostituire le parole: «AI fine di dotare il Paese di un sistema d'istruzione scolastica che si caratterizzi per il rafforzamento dell'offerta formativa e della continuità didattica, e per la valorizzazione dei docenti e dell'autonomia scolastica» *con le seguenti:* «Al fine di dotare il Paese di un sistema d'istruzione scolastica che si caratterizzi per il rafforzamento del pluralismo educativo, dell'offerta formativa e della continuità didattica, e per la valorizzazione dei docenti, dell'autonomia scolastica e della libertà di scelta educativa dei genitori».

1.11

MILO, GIOVANNI MAURO

Al comma 4, dopo le parole: «per il rafforzamento» *aggiungere le seguenti:* «del pluralismo educativo» *e, dopo le parole:* «piano straordinario di assunzioni di docenti» *aggiungere le seguenti:* «nel sistema nazionale di istruzione, previsto dalla legge 10 marzo 2000, n. 62, che garantisca l'attuazione di un sistema integrato di istruzione e la libertà di scelta educativa delle famiglie».

1.12

LIUZZI

Al comma 4, dopo le parole: «Al fine di dotare il Paese di un sistema d'istruzione scolastica che si caratterizzi per il rafforzamento» *aggiungere le seguenti:* «del pluralismo educativo» *e, dopo le parole:* «piano straordinario di assunzioni di docenti» *aggiungere le seguenti:* «nel sistema riazionale di istruzione, previsto dalla legge 10 marzo 2000, n. 62, che garantisca l'attuazione di un sistema integrato di istruzione e la libertà di scelta educativa delle famiglie».

1.13

DE PIETRO, URAS, CASALETTO, MASTRANGELI

Al comma 4, dopo le parole: «dell'offerta formativa e della continuità didattica» *aggiungere le seguenti:* «inclusiva di proposte didattiche e formative rivolte agli studenti disabili».

1.14

FASIOLO

Al comma 4, dopo la parola: «docenti» *inserire le seguenti:* «e personale ATA».

Conseguentemente,

? *all'art. 3, comma 21, lettera* g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quintuplo»;

? *alla Tabella A, voce* Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in*

diminuzione:

2015: ? 15.000.000;

2016: ? 15.000.000;

2017: ? 15.000.000.

1.15

ZIN, ROMANO, PANIZZA, LANIECE, BATTISTA

Al comma 4, le parole: «Fondo "La buona scuola"», ovunque ricorrano, sono sostituite dalle seguenti: «Fondo "La buona scuola sia in Italia che all'estero"».

1.16

MONTEVECCHI, BLUNDO, SERRA, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Al comma 4, sostituire le parole: «1.000 milioni di euro per l'anno 2015 e di 3.000 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2016» *con le seguenti:* «2.000 milioni di euro per l'anno 2015 e di 4.000 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2016»

Conseguentemente, sostituire il comma 5 con il seguente: «Il Fondo è finalizzato all'attuazione di interventi in materia di istruzione con particolare riferimento: ad un piano straordinario di assunzioni di docenti e personale ATA, al contrasto della dispersione scolastica, al potenziamento degli interventi relativi al diritto allo studio, all'edilizia scolastica, all'incremento del tempo pieno, all'innovazione didattica e degli ambienti di apprendimento, a nuovi progetti di ampliamento delle metodologie e pratiche per l'innovazione dell'offerta formativa, nonché al potenziamento dell'alternanza scuola-lavoro».

E Conseguentemente ancora:

Al comma 9, al capoverso1-*bis*, i numeri 1) e 2) sono sostituiti dai seguenti:

«1) 840 euro, se il reddito complessivo non è superiore a 24.000 euro;

2) 840 euro, se il reddito complessivo è superiore a 24.000 euro ma non a 26.000 euro. Il credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra l'importo di 26.000 euro, diminuito del reddito complessivo, e l'importo di 2.000 euro».

1.17

PETRAGLIA, DE PETRIS, URAS

Al comma 4 sostituire le parole: «1.000 milioni» *con le seguenti:* «2.100 milioni» *e le parole:* «3.000 milioni» *con le seguenti:* «5.100 milioni» *e al comma 5 dopo le parole:* «di assunzione» *inserire le seguenti:* «dei docenti e del personale ATA titolari di contratti a tempo determinato che hanno svolto servizio di supplenza per un periodo superiore ai trentasei mesi anche non continuativi, alla data del 31 agosto 2015, di cui alla sentenza della Corte di giustizia dell'Unione europea del 26 settembre 2014».

Conseguentemente sopprimere i commi da 16 a 20.

1.18

RUVOLO, MILO, MARIO FERRARA

Dopo il comma 4, aggiungere il seguente:

«4-*bis*. La dotazione del Fondo per il finanziamento ordinario delle università è incrementata per l'anno 2015 di 100 milioni di euro, nonché di 50 milioni per l'anno 2016 e di 50 milioni per l'anno 2017. A valere su quota parte delle risorse di cui al primo comma del presente comma, con decreto del Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca, da emanare entro il 31 gennaio di ciascun anno, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, è approvato un piano straordinario per la chiamata di professori di prima fascia per ciascuno degli anni 2015-2017».

Conseguentemente alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 100.000.000;

2016: ? 50.000.000;

2017: ? 50.000.'000.

1.19

LEZZI, BULGARELLI, MANGILI, MONTEVECCHI, SERRA, BLUNDO

Dopo il comma 4, aggiungere il seguente:

«4-*bis*. Al fine di migliorare l'offerta formativa e garantire la continuità e la qualità didattica, il comma 1 dell'articolo 64 del decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 agosto 2008, n. 133, è sostituito dal seguente: "Ai fini di una migliore qualificazione del servizi scolastici e di una piena valorizzazione professionale del personale docente, a decorrere dall'anno scolastico 2015/2016, sono adottati interventi e misure volti a diminuire gradualmente di un punto il rapporto alunni/docente, da realizzare comunque entro l'anno scolastico 2018/2019"».

Conseguentemente, al medesimo articolo 1, comma 9, capoverso 1-bis*, i numeri 1) e 2) sono sostituiti dai seguenti:*

1) 920 euro per l'anno 2015, 840 euro per l'anno 2016 e 780 euro a decorrere dall'anno 2017, se il .reddito complessivo non è superiore a 24.000 euro;

2) 920 euro per l'anno 2015, 840 euro per l'anno 2016 e 780 euro a decorrere dall'anno 2017, se il reddito complessivo è superiore a 24.000 euro ma non a 26.000 euro. Il credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra l'importo di 26.000 euro, diminuito del reddito complessivo, e importo di 2.000 euro.

1.20

SERRA, BLUNDO, MONTEVECCHI, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Dopo il comma 4 aggiungere il seguente:

«4-*bis*. Al fine di migliorare l'offerta formativa e garantire la continuità e la qualità didattica, il comma 1 dell'articolo 64 del decreto-legge n. 112/2008 è sostituito dal seguente: "Ai fini di una migliore qualificazione dei servizi scolastici e di una piena valorizzazione professionale del personale docente, a decorrere dall'anno scolastico 2015/2016, sono adottati interventi e misure volti a diminuire gradualmente di un punto il rapporto alunni/docente, da realizzare comunque entro l'anno scolastico 2018/2019"».

Conseguentemente:

Al comma 9, al capoverso1-*bis*, i numeri 1) e 2) sono sostituiti dai seguenti:

«1) 920 euro per l'anno 2015, 840 euro per l'anno 2016 e 780 euro a decorrere dall'anno 2017, se il reddito complessivo non è superiore a 24.000 euro;

2) 920 euro per l'anno 2015, 840 euro per l'anno 2016 e 780 euro a decorrere dall'anno 2017, se il reddito complessivo è superiore a 24.000 euro ma non a 26.000 euro. Il credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra l'importo di 26.000 euro, diminuito del reddito complessivo, e l'importo di 2.000 euro».

1.21

BOCCHINO, MUSSINI, BENCINI, CAMPANELLA, MASTRANGELI, DE PIN

Sostituire il comma 5 con il seguente:

«5. Il Fondo di cui al comma 4 è finalizzato alla attuazione degli interventi di cui al medesimo comma 4, con riferimento alla realizzazione di un piano straordinario di assunzioni prioritariamente di docenti titolari di contratti a tempo determinato che hanno svolto servizio su posti vacanti e disponibili per un periodo superiore ai 36 mesi, anche non continuativi, computati alla data del 31 agosto 2015.

Il Fondo di cui al comma 4 è altresì finalizzato al potenziamento dell'alternanza scuola-lavoro e alla formazione dei docenti e dei dirigenti.

1.22

LANZILLOTTA

Al comma 5, dopo le parole: «assunzioni» *inserire le seguenti:* «da realizzare previa verifica dell'idoneità dei soggetti interessati sulla base di una valutazione dell'attività svolta da parte dei Direttori scolastici delle scuole presso le quali essi hanno prestato servizio».

1.23

BULGARELLI, LEZZI, MANGILI, MONTEVECCHI, SERRA, BLUNDO

Al comma 5, dopo le parole: «formazione dei docenti»*, inserire le seguenti:* «iscritti nelle graduatorie ad esaurimento, istituite.ai sensi della legge 27 dicembre 2006 n. 296, articolo 1, comma 605, lettera *c)*

e successive modificazioni».

Conseguentemente, dopo il comma 5, inserire il seguente:

5-*bis*. Al fine di valorizzare la professionalità del personale docente provvisto di abilitazione e di ampliarne le prospettive lavorative, a decorrere dall'anno scolastico 2016-2017 è disposta l'immissione in ruolo di un numero di docenti almeno corrispondente a quello delle cessazioni di servizio verificatesi nell'anno precedente. L'immissione, in ruolo dei nuovi assunti avverrà per scorrimento delle graduatorie della seconda fascia d'istituto.

1.24

FALANGA

Dopo il comma 5, aggiungere i seguenti:

«5-*bis*. Per il triennio 2015-2017, lo stanziamento sul capitolo 1694 dello stato di previsione della spesa del Ministero dell'università e della ricerca è incrementato di 10 milioni di euro per ciascun anno. Tale maggiore spesa, da attribuire al Fondo per il Finanziamento Ordinario delle Università, di cui all'articolo 5, della legge 24 dicembre 1993, n. 537 e successive modificazioni, è destinata alle Università non statali legalmente riconosciute, aventi numero di iscritti non superiore a quattromila studenti, escluse le Università telematiche, con sede legale in una delle Regioni obiettivo convergenza, proporzionalmente al numero di iscritti nella misura massima di 3500 euro a studente, per il sostegno delle spese generali di funzionamento, e alle università italiane non statali legalmente riconosciute limitatamente al numero di studenti che alla data del 31 dicembre 2014 risultino iscritti a corsi di laurea e laurea magistrale di primo e di secondo livello che si svolgono stabilmente nelle medesime regioni obiettivo convergenza,..

5-*ter*. Nel caso in cui le somme stanziate annualmente siano eccedenti rispetto a quanto erogato nei confronti delle Università benefici arie di cui al comma 5-*bis*, la residua parte sarà ripartita tra le stesse per il potenziamento delle infrastrutture materiali e immateriali e dei servizi agli studenti»

Conseguentemente alla Tabella A, voce: «Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti modifiche:

2015: ? 10.000 (milioni);
2016: ? 10.000 (milioni);
2017: ? 10.000 (milioni).

1.25

GUALDANI

Dopo il comma 5, aggiungere il seguente:

«5-*bis*. Il Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca, anche attraverso i propri uffici periferici, nei limiti di spesa previsti dall'elenco 1 allegato alla legge 23 dicembre 2009, n. 191, è autorizzato a prorogare per l'anno 2015, in deroga all'articolo 1, comma 449, della legge 27 dicembre 2006, n. 296, i rapporti convenzionali in essere, attivati dall'ufficio scolastico provinciale di Palermo e prorogati ininterrottamente, per l'espletamento di funzioni corrispondenti ai collaboratori scolastici, a seguito del subentro dello Stato, ai sensi dell'articolo 8 della legge 3 maggio 1999 n. 124, nei compiti degli enti. locali.

1.26

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 5, aggiungere il seguente:

«5-*bis*. A partire dal 2016, il reclutamento dei dirigenti scolastici si realizza mediante un corso concorso selettivo di formazione, indetto dagli Uffici Scolastici Regionali, svolto nelle sedi regionali con cadenza periodica, per la scuola elementare e media e per la scuola secondaria superiore. Ai corsi concorsi è ammesso il personale docente delle istituzioni statali, residente da almeno 5 anni nelle regioni per i cui ambiti è indetto il concorso, che abbia maturato, dopo la nomina in ruolo, un servizio effettivamente prestato di almeno cinque anni con possesso di laurea, nei rispettivi settori formativi. Con decreto del Ministro della pubblica istruzione sono definiti i criteri e le modalità del nuovo sistema di reclutamento. Agli oneri derivanti dall'attuazione del presente comma, valutati in 5 milioni

di euro per il 2016, si provvede mediante corrispondente riduzione dello stanziamento del Fondo rifugiati e richiedenti Asilo di cui all'articolo 17 comma 13 della presente legge».

1.27

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 5, aggiungere il seguente:

«5-*bis*. Per il reclutamento del personale docente il Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca, con cadenza triennale, indice concorsi a gestione regionale, sulla base delle cattedre vacanti e disponibili in ogni regione, a mezzo di procedure curate dagli uffici scolastici provinciali e con la formazione di graduatorie distinte per ciascun ordine e per ciascuna classe di specializzazione, a livello regionale. Il Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca, con proprio decreto determina le modalità di svolgimento del nuovo sistema di reclutamento. Agli oneri derivanti dall'attuazione del presente comma, valutati in 20 milioni di euro per il 2017, si provvede mediante corrispondente riduzione dello stanziamento del Fondo nazionale per le politiche e i servizi dell'asilo, di cui all'articolo 17, comma 13».

1.28

DI BIAGIO

Dopo il comma 5, inserire il seguente:

«5-*bis*. Il Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca è autorizzato, In via straordinaria, ad adottare, con proprio decreto, l'aggiornamento anticipato delle graduatorie ad esaurimento degli insegnanti per consentire l'inserimento nella prima fascia di tali graduatorie per le seguenti categorie: docenti che hanno 'conseguito l'abilitazione attraverso i percorsi abilitanti istituiti ai sensi del decreto del ministero 10 settembre 2010, n. 249, del Ministro dell'Istruzione, dell'Università e della Ricerca; docenti inseriti nelle graduatorie di merito del concorso a cattedra di cui al DDG 24 settembre 2012, n. 82; docenti in possesso di laurea in Scienze delta Formazione Primaria. È altresì consentita la presentazione della domanda con riserva a coloro che, pur non avendo ancora concluso il percorso abilitante, risultino iscritti ad uno dei percorsi abilitanti di cui al citato DM249/2010 al DDG. n. 58 del 25 luglio 2013, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* IV serie speciale concorsi n. 60 del 30 luglio 2013. La misura non comporta nuovi oneri a carico della finanza pubblica».

1.29

PADUA

Dopo il comma 5, inserire il seguente:

«5-*bis*. In vista del piano di assunzioni per l'anno scolastico 2015/2016, all'articolo 14, comma 2-*ter*, della legge 24 febbraio 2012, n. 12, è aggiunto, in fine, il seguente periodo: "Per l'atto Senato n. 2015/2016, con decreto del ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca, da emanarsi entro il 30 giugno 2015" sono inseriti nella suddetta fascia aggiuntiva tutti i docenti esclusi in possesso di abilitazione, e con riserva tutti i docenti che frequentano un corso universitario attivato ai sensi del Decreto ministeriale del 10 settembre 201q, n. 249, e successive modificazioni. Lo scioglimento della riserva è disposto entro il 30 giugno dell'anno successivo».

1.30

GUALDANI

Dopo il comma 5, aggiungere il seguente:

«5-*bis*. Ai soggetti utilizzati in convenzione, in applicazione dell'articolo 10 comma 3 del decreto legislativo 1º dicembre 1997, n. 468 e s.m.i. e prorogati ininterrottamente dall'articolo 1 comma 745 della legge 27 dicembre 2013, n. 147 a seguito del subentro dello Stato, al sensi dell'articolo 8 della legge 3 maggio 1999 n. 124, nei compiti degli enti locali, si applica il comma 550 dell'articolo 2 della legge 24 dicembre 2007, n. 244, limitatamente all'estensione dei benefici e degli incentivi previsti per i lavoratori socialmente utili.».

1.31

ZAVOLI, DE PETRIS

Dopo il comma 5, inserire il seguente:

«5-*bis*. Al fine di valorizzare l'attività culturale, di ricerca e alta formazione svolta dall'Istituto italiano per gli studi filosofici nonché di tute lame il patrimonio bibliografico, una quota del fondo di cui al comma 4, pari a 13 milioni di euro, è assegnata per l'anno 2015 al predetto Istituto a copertura delle somme dallo stesso dovute in relazione al bando di cui al decreto direttoriale 9 ottobre 2002 del Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca.».

1.32

CERONI, RAZZI

Dopo il comma 5 aggiungere il seguente:

«5-*bis*. All'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n. 183, dopo il comma 14-*ter* inserire il seguente:

"14-*quater*. Per gli anni 2015 e 2016 nel saldo finanziario espresso in termini di competenza mista, individuato ai sensi del comma 3, rilevante ai fini della verifica del rispetto del patto di stabilità interno, non sono considerate le spese sostenute dalle province per interventi di edilizia scolastica. In caso di incompleto utilizzo delle risorse da parte dei comuni di cui al comma 14-*ter*, per l'anno 2015, l'eventuale somma residua viene assegnata alle province. Le province beneficiarie dell'esclusione dal parto di stabilità interno delle spese sostenute per interventi di edilizia scolastica e l'importo dell'esclusione stessa sono individuati, sentita la Conferenza Stato-Città ed autonomie locali con decreto del Presidente del Consiglio dei Ministeri".».

1.33

ZANONI, DEL BARBA, LO MORO, PEZZOPANE, BROGLIA, PAGLIARI, MARGIOTTA, BERTUZZI

Dopo il comma 5 inserire il seguente:

«5-*bis*. All'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n. 183, dopo il comma 14-*ter* è inserito il seguente:

"14-*quater*. Per gli anni 2015 e 2016 nel saldo finanziario espresso in termini di competenza mista, individuato ai sensi del comma 3, rilevante ai fini della verifica del rispetto del patto di stabilità interno, non sono considerate le spese sostenute dalle province per interventi di edilizia scolastica. In caso di incompleto utilizzo delle risorse da parte dei comuni di cui al comma 14-*ter*, per l'anno 2015, l'eventuale somma residua viene assegnata alle province. Le province beneficiarie dell'esclusione dal patto di stabilità interno delle spese sostenute per interventi di edilizia scolastica e l'importo dell'esclusione stessa sono individuati, sentita la Conferenza Stato-Città ed autonomie locali, con decreto del Presidente del Consiglio dei Ministeri"».

Conseguentemente all'articolo 3:

al comma 21, lettera g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quadruplo»;

dopo il comma 21 inserire il seguente:

«21-*bis*. A decorrere dalla data di entrata in vigore della presente legge, le misure dell'imposta fissa di bollo attualmente stabilite in euro 2,00 e in euro 16,00, ovunque ricorrano, sono rideterminate, rispettivamente, in euro 2,20 e in euro 17,50».

1.34

LANGELLA

Dopo il comma 5 inserire il seguente:

«5-*bis)* All'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n. 183, dopo il comma 14-*ter* inserire il seguente:

"14-*quater*. Per gli anni 2015 e 2016 nel saldo finanziario espresso in termini di competenza mista, individuato ai sensi del comma 3, rilevante ai fini della verifica del rispetto del patto di stabilità interno, non sono considerate le spese sostenute dalle province per interventi di edilizia scolastica. In caso di incompleto utilizzo delle risorse da parte dei comuni di cui al comma 14-*ter*, per l'anno 2015, l'eventuale somma residua viene assegnata alle province. Le province beneficiarie dell'esclusione dal patto di stabilità interno delle spese sostenute per interventi di edilizia scolastica e l'importo dell'esc1usione stessa sono individuati, sentita la Conferenza Stato-Città ed autonomie locali, con

decreto del Presidente del Consiglio dei Ministeri"».

1.35

LEZZI

Al comma 6, lettera a), *sostituire le parole:* «composte da almeno 15 individui» *con le seguenti:* «fino a quindici individui».

Conseguentemente, all'articolo 2, sopprimere il comma 207.

1.36

CERONI

Al comma 6, lettera a)*, sostituire le parole:* «o reti di impresa aventi soggettività giuridica e fornite di partita IVA (reti-soggetto)» *con le seguenti:* «o reti di impresa».

1.37

TOMASELLI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA

Al comma 6, lettera a), *sopprimere le seguenti parole:* «aventi soggettività giuridica e fornite di partita IVA (reti-soggetto)».

1.38

DI BIAGIO, LUIGI MARINO

Al comma 6, lettera a)*, sopprimere le seguenti parole:* «aventi soggettività giuridica e fornite di partita IVA (reti-soggetto)».

1.39

GUALDANI

Al comma 6, lettera a)*, sopprimere le seguenti parole:* «aventi soggettività giuridica e fornite di partita IVA (reti-soggetto)».

1.40

DE PIETRO, URAS, CASALETTO, MASTRANGELI

Al comma 6, la lettera b) *è sostituita dalla seguente:*

«*b)* il comma 57 è sostituito dal seguente:

"57. Le risorse del fondo sono erogate ai soggetti di cui al comma 56, ammessi attraverso procedure selettive indette dal Ministero dello sviluppo economico, tenute a valorizzare le collaborazioni con istituti di ricerca pubblici, università e istituzioni scolastiche autonome, sulla base di progetti della durata di almeno due anni, volti a sviluppare i seguenti princìpi e contenuti:

a) creazione di centri di sviluppo di *software* e *hardware* a codice sorgente aperto per la crescita e il trasferimento di conoscenze alle scuole, alla cittadinanza, agli artigiani e alle microimprese anche in collaborazione con il Centro nazionale di cui al punto *f)*;

b) creazione di centri per l'incubazione di realtà innovative nel mondo dell'artigianato digitale;

c) creazione di centri per servizi di fabbricazione digitale rivolti ad artigiani e a microimprese;

d) messa a disposizione di tecnologie di fabbricazione digitale da parte dei soggetti di cui al comma 56;

e) creazione di nuove realtà artigianali o reti manifatturiere incentrate sulle tecnologie di fabbricazione digitale;

f) è istituito un ?Centro nazionale per lo sviluppo *software* e *hardware*' che opera sotto il controllo del Ministero delle attività produttive, con lo scopo di fornire gratuitamente consulenza, servizi e infrastrutture tecnologiche ai Comuni, alle Province e alle Città metropolitane, alle Regioni, allo Stato in termini di digitalizzazione, sviluppo *software* a codice sorgente aperto e *hardware*, definizione di protocolli di scambio dati e quanto necessario all'armonizzazione del sistema informatico e gestionale della pubblica amministrazione italiana. La Pubblica amministrazione dovrà sottoporre al Centro qualsiasi necessità di sviluppo *software*. Le aziende private potranno rivolgersi al Centro per la proposta di fornitura di sistemi informatici. Il centro cura anche l'anagrafica dei sistemi e dei servizi resi dalla P.A. su scala nazionale, anche con lo scopo di armonizzare nel tempo l'esistente. Sono sciolti o annessi al suddetto Centro nazionale tutti gli altri organismi che svolgono anche parzialmente funzioni analoghe al fine di evitare sovrapposizioni;

g) il Centro nazionale di cui al punto *f)* sarà finanziato anche con le risorse del fondo di cui al comma 4"».

1.41

BONFRISCO

Dopo il comma 6, aggiungere i seguenti:

«6-*bis*. All'articolo 39, comma 4, del decreto-legge n. 201 del 6 dicembre 2011 convertito dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, le parole "a piccole e medie imprese" sono sostituite dalle seguenti "alle imprese con un numero di dipendenti non superiore a 499".

6-*ter*. La garanzia di cui al comma precedente è concessa nell'ambito delle disponibilità finanziarie del Fondo, come determinate dal decreto di cui all'articolo 39, comma 4, del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214».

1.42

GUALDANI

Dopo il comma 6, aggiungere i seguenti:

«6-*bis*. All'articolo 39, comma 4, del decreto-legge n. 201 del 6 dicembre 2011 convertito dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, le parole "a piccole e medie imprese" sono sostituite dalle seguenti "alle imprese con un numero di dipendenti non superiore a 499".

6-*ter*. La garanzia di cui al comma precedente è concessa nell'ambito delle disponibilità finanziarie del Fondo, come determinate dal decreto di cui all'articolo 39, comma 4, del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214».

1.43

DEL BARBA, TOMASELLI

Dopo il comma 6, aggiungere il seguente:

«6-*bis*. AI comma 55, dell'articolo 1, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, il primo periodo è sostituito dal seguente: "Una somma fino a 70 milioni di euro per ciascuno degli anni 2014, 2015 e 2016, può essere destinata dal sistema delle camere di commercio, industria, artigianato e agricoltura al sostegno dell'accesso al credito delle piccole e medie imprese attraverso il rafforzamento del confidi, ivi compresi quelli non sottoposti alla vigilanza della Banca d'Italia, tenuto conto dell'articolo 28, del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90, convertito, con modificazioni dalla legge 11 agosto 2014, n. 114" e l'ultimo periodo è soppresso».

1.44

MARGIOTTA, FILIPPI, BORIOLI, CANTINI, CARDINALI, STEFANO ESPOSITO, RANUCCI, SONEGO, LAI

Dopo il comma 6, aggiungere il seguente:

«6-*bis*. All'articolo 26-*ter* del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 agosto 2013, n. 98, al primo periodo, le parole "e fino al 31 dicembre 2014" sono sostituite dalle parole "e fino al 31 dicembre 2016"».

1.45

MARGIOTTA, FILIPPI, BORIOLI, CANTINI, CARDINALI, STEFANO ESPOSITO, STEFANO, RANUCCI, SONEGO, LAI

Dopo il comma 6, aggiungere il seguente:

«6-*bis*. All'articolo 26-*ter* del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 agosto 2013 n. 98, al primo periodo, le parole: "e fino al 31 dicembre 2014" sono soppresse.

1.46

MARGIOTTA, FILIPPI, BORIOLI, CANTINI, CARDINALI, STEFANO ESPOSITO, STEFANO, RANUCCI, SONEGO, LAI

Dopo il comma 6, aggiungere il seguente:

«6-*bis*. All'articolo 357 del D.P.R. 5 ottobre 2010, n. 207, dopo il comma 30 è inserito il seguente comma:

"30-*bis*. In relazione all'articolo 194, in deroga a quanto previsto al comma 1, fino al 31 dicembre 2016, il direttore dei lavori redige lo stato di avanzamento dei lavori nei termini specificati nel contratto e, comunque, con cadenza bimestrale, che deve essere esplicitata nel contratto. La disposizione si applica ai contratti stipulati successivamente alla data di entrata in vigore del presente decreto"».

1.47

FILIPPI, MARGIOTTA, BORIOLI, CANTINI, CARDINALI, STEFANO ESPOSITO, STEFANO, RANUCCI, SONEGO, LAI

Dopo il comma 6, aggiungere il seguente:

«6-*bis*. All'articolo 38 del decreto legislativo 12 aprile 2006, n. 163, il comma 2-*bis* è cosi sostituito:

"2-*bis*. la mancanza o l'incompletezza delle dichiarazioni sostitutive di cui al comma 2, costituendo un'irregolarità essenziale, obbliga il concorrente che intenda regolarizzarle al pagamento, in favore della stazione appaltante, di una sanzione pecuniaria, stabilita dal bando di gara in un'unica somma di importo non superiore allo 0,1 per mille e comunque fino ad un massimo di dieci mila euro. In tal caso, la stazione appaltante assegna al concorrente un termine, non superiore a dieci giorni, perché siano rese o Integrate le dichiarazioni necessarie, indicandone il contenuto e i soggetti che le devono rendere. Nei casi di irregolarità non essenziali ma afferenti ad elementi indispensabili, la stazione appaltante ne richiede la regolarizzazione entro il medesimo termine, senza irrogare alcuna sanzione pecuniaria. In caso di irregolarità non essenziali, ovvero di mancanza o incompletezza di dichiarazionl non indispensabili, la stazione appaltante non ne richiede la regolarizzazione, né applica alcuna sanzione. In caso di inutile decorso del termine di cui al secondo e terzo periodo ovvero di mancato versamento nello stesso termine della sanzione, ove prevista, il concorrente è escluso dalla gara"».

1.48

FILIPPI, MARGIOTTA, BORIOLI, CANTINI, CARDINALI, STEFANO ESPOSITO, STEFANO, RANUCCI, SONEGO, LAI

Dopo il comma 6, aggiungere il seguente:

«6-*bis*. All'articolo 38 del decreto legislativo 12 aprile 2006, n. 163, il comma 2-*bis* è cosi sostituito:

"2-*bis*. In caso di mancanza o incompletezza delle dichiarazioni sostitutive di cui al comma 2, la stazione appaltante assegna al concorrente un termine, non superiore a dieci giorni, perché siano rese, integrate o regola rizzate le dichiarazioni necessarie, indicandone il contenuto ed i soggetti che le devono rendere; in caso di inutile decorso del termine, il concorrente è escluso dalla gara. Nei casi di irregolarità non essenziali, la stazione appaltante non ne richiede la regolarizzazione"».

1.49

MARTELLI, MORONESE, NUGNES, MANGILI, LEZZI, CATALFO

Dopo il comma 6 aggiungere i seguenti:

«6-*bis*. AI fine di valorizzare sul territorio nazionale le risorse energetiche derivate dalla radiazione solare e al fine di garantire la sicurezza energetica nazionale, rivestono carattere di interesse strategico e di pubblica utilità le seguenti attività: copertura fotovoltaica degli immobili, risparmio energetico, riqualificazione energetica degli edifici, creazione di reti intelligenti, riqualificazione dell'infrastrutture idroelettriche, ripristino dei sistemi di pompaggio, ricerca e sviluppo di sistemi di accumulo energetico.

6-*ter*. Il Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, di concerto con il Ministero dello sviluppo economico, il Ministero dell'Università e della ricerca e il Ministero dell'economia e delle finanze, procede, entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, all'istituzione dell'Agenzia italiana delle energie rinnovabili che, di concerto con l'Istituto Superiore Protezione e la ricerca ambientale (ISPRA) e l'Agenzia Nazionale per le nuove tecnologie, l'energia e lo sviluppo economico sostenibile (ENEA), promuove le attività di cui al

comma 6-*bis*.

6-*quater*. All'onere derivante dall'attuazione del comma 6-*ter* relativo all'istituzione e al funzionamento dell'Agenzia italiana delle Energie Rinnovabili, valutato nel limite massimo di 5.000.000 di euro anni, a decorrere dal 2015, si provvede mediante l'utilizzo del "Fondo per l'energia rinnovabile Italiana" appositamente istituito nello stato di previsione del Ministero dell'ambiente, con dotazione pari a 5 milioni di euro annui a decorrere dal 2015. Il predetto fondo è altresì alimentato mediante i canoni annui di cui all'articolo 81 del decreto legislativo n. 625 del 1996.

6-*quinquies*. Entro sessanta giorni dalla sua costituzione l'Agenzia italiana per le energie rinnovabili provvede a, definire il programma degli obiettivi per l'anno in corso in relazione alle attività di cui al comma 6-*bis* e lo trasmette ai ministeri competenti».

Conseguentemente, alla Tabella A, alla Voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 5.000.000;
2016: ? 5.000.000;
2017: ? 5.000.000.

1.50

PETRAGLIA, URAS, DE PETRIS

Al comma 7, sostituire le parole: «100 milioni di euro per ciascuno degli anni dal 2016 al 2020» *con le seguenti:* «100 milioni di euro per ciascuno degli anni dal 2015 al 2020».

Conseguentemente: al comma 112 sostituire le parole: «di 250 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015» *con le seguenti:* «di 150 milioni di curo per l'anno 2015 e di 250 milioni annui a decorrere dall'anno 2016».

1.51

PEGORER, MARTINI, LAI

Al comma 7, dopo le prole: «con una dotazione iniziale di» *aggiungere le seguenti:* «20 milioni di euro per l'anno 2015 e di».

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 20.000.000;
2016: ? 0;
2017: ? 0.

1.52

MARCUCCI

Al comma 7, dopo le parole: «dotazione iniziale» *inserire le seguenti:* «di 5 milioni di euro per l'anno 2015 e di».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 5.000.000.

1.53

URAS, DE PETRIS

Dopo il comma 7, aggiungere i seguenti:

«7-*bis*. Entro il 3 mesi dalla approvazione della presente legge, è istituito, su iniziativa del competente Ministero dei Beni Culturali un Comitato di coordinamento Ministero ? Regione ? Comune di Cagliari con la finalità di definire un Piano organico di interventi di tutela e valorizzazione della "Necropoli punico-romana di Cagliari". In tale ambito, fatte salve le competenze amministrative e operative di ciascuno dei predetti soggetti istituzionali, sono unitariamente valutate le necessarie misure funzionali alla salvaguardia della Necropoli e alla Istituzione, ai fini della sua valorizzazione, di un "Parco Archeologico" alla cui gestione si provvede sulla base di specifica normativa regionale, adottata dalla Giunta Regionale previa intesa con il Ministero e con il Comune di Cagliari. Alle spese relative al funzionamento del Comitato di Coordinamento si provvede nell'ambito delle risorse

assegnate, dei rispettivi Bilanci, alle ordinarie attività di ciascuna delle Amministrazioni coinvolte.

7-*ter*. Il sistema costituito dei nuraghi presenti nel territorio della Regione Autonoma della Sardegna è considerato un unico bene culturale, pertanto è sottoposto a tutela ai sensi delle vigenti disposizioni di legge. Le risorse destinate dalla Regione sarda nel proprio Bilancio per le misure di tutela e valorizzazione del sistema nuragico, previa intesa con il Ministeri dei Beni Culturali e dell'Economia, non computabili per il calcolo dei limiti di spesa ai sensi del patto di stabilità e crescita.

7-*quater*. La Regione è autorizzata, in deroga alle vigenti disposizioni in materia di assunzioni nelle PP.AA., ad attivare, ai fini della attuazione del presento articolo, un progetto occupazionale a tempo determinato di durata triennale per giovani laureati fino a 35 anni. Il presente progetto opera nell'ambito degli stanziamenti previsti dal Bilancio regionale e non comporta oneri aggiuntivi per il Bilancio dello Stato».

1.54

MUSSINI, MONTEVECCHI, PETRAGLIA, ORELLANA, MAURIZIO ROMANI, BIGNAMI, BENCINI, GAETTI, PEPE

Dopo il comma 7, aggiungere il seguente:

«7-*bis*. Alla legge 20 dicembre 2012, n. 238, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) l'articolo 2 è sostituito dal seguente:

"Art. 2. ? *(Contributo straordinario) ? 1*. Al fine di sostenere e valorizzare i festival musicali e operistici italiani di assoluto prestigio internazionale è assegnato, a decorrere dal 2014, un contributo di un milione di euro ciascuna a favore, della Fondazione Rossini Opera Festival, della Fondazione Festival dei due Mondi, della Fondazione Ravenna Manifestazioni e della Fondazione Festival Pucciniano Torre del Lago e a decorrere dal 2015 un contributo di un milione di euro a favore del Teatro Regio di Parma«.

b) il comma 1 dell'articolo 3 è sostituito dal seguente:

"1. All'onere derivante dall'attuazione dell'articolo 2, quanto a 4 milioni di euro a decorrere dal 2013, e pari a 1 milione di euro a decorrere dal 2015, si provvede mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 1, comma l, lettera *a)*, del decreto-legge 31 marzo 2011, n. 34, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 maggio 2011, n. 75"».

Conseguentemente al comma 121 sostituire la parola: «200» *con la seguente:* «199».

1.55

MUSSINI, MONTEVECCHI, PETRAGLIA, ORELLANA, MAURIZIO ROMANI, BIGNAMI, BENCINI, GAETTI, PEPE

Dopo il comma 7, aggiungere il seguente:

«17-*bis*. All'articolo 2, comma l, della legge 20 dicembre 2012, n. 238, dopo le parole: "un milione di euro ciascuna a favore", inserire le seguenti: "del Teatro Regio di parma,"».

Conseguentemente all'articolo 3, comma 75, Tabella A allegata, voce «Ministero dell'economia e delle finanze», *apportare le seguenti modifiche:*

2015:

? CP: ? 1.000.000;
CS: ? 1.000.000.

2016:

? CP: ? 1.000.000;
CS: ? 1.000.000.

2017:

? CP: ? 1.000.000;
CS: ? 1.000.000.

1.56

BORIOLI, FORNARO, VACCARI, STEFANO ESPOSITO, SPILABOTTE, D'ADDA, MANASSERO, GIANLUCA ROSSI, FABBRI, CARDINALI, SCALIA, PEGORER, PUPPATO, PEZZOPANE, MIRABELLI, MATTESINI, RUSSO, DIRINDIN, CUOMO, FASIOLO, FILIPPI,

ELENA FERRARA

Dopo il comma 7, aggiungere il seguente:

«7-*bis*. Del patrimonio tutelato dal Fondo di cui al comma 7, fanno parte i repertori bibliotecari, archivistici, museali, audiovisivi conservati presso gli Istituti storici federati nella rete dell'Istituto nazionale per la storia del movimento di liberazione in Italia».

1.57

MARCUCCI

Dopo il comma 7 inserire il seguente:

«7-*bis*. All'articolo 1 del decreto-legge 31 maggio 2014, n. 83, convertito con modificazioni dalla legge 29 luglio 2014, n. 106, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) dopo le parole: "di appartenenza pubblica e" sono aggiunte le seguenti: "delle fondazioni lirico-sinfoniche e";

b) conseguentemente dopo le parole: "di quelle esistenti" le parole: "delle fondazioni lirico-sinfoniche o" sono soppresse».

1.58

ZIZZA, IURLARO

Dopo il comma 7, aggiungere il seguente:

«7-*bis*. Considerato che le Chiese in Italia rappresentano parte integrante del patrimonio culturale, storico e turistico è riservato il 10 per cento del fondo della tutela del patrimonio culturale previsto: nel comma 7 istituito nello stato di previsione dal Ministero dei beni e delle attività culturali».

1.59

MILO, GIOVANNI MAURO

Dopo il comma 7, è aggiunto il seguente:

«7-*bis*. All'articolo 1, comma 58, della legge 24 dicembre 2012, n. 228 dopo le parole: "sono fatti salvi" sono inserite le seguenti: ", anche per l'anno scolastico 2015-2016,". Al relativo onere si provvede, con una quota delle entrate di cui all'articolo 7, comma 39, del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, per un importo pari a 3,3 milioni di euro, di cui 1,1 milioni di euro per l'anno 2015 e 2,2 milioni di euro per l'anno 2016».

1.60

DE BIASI

Dopo il comma 7, aggiungere il seguente:

«7-*bis*. All'articolo 2, comma 16-*ter*, del decreto legge 29 dicembre 2010, n. 225, convertito con modificazioni dalla legge 26 febbraio 2011, n. 10, le parole: "31 dicembre 2015" sono sostituite dalle seguenti: "31 dicembre 2017" e le parole: "annui" con le seguenti: "per gli anni 2013 e 2014, a 4 milioni di euro per l'anno 2015 e a 3 milioni di euro per ciascuno degli anni 2016 e 2017".».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 1.000.000;
2016: ? 3.000.000;
2017: ? 3.000.000.

1.61

MALAN

Al comma 8, primo periodo, dopo le parole: «il Ministro dei beni e delle attività culturali e del turismo trasmette», inserire le eseguenti: «alle competenti Commissioni di Camera e Senato e».

Al comma 8, terzo periodo, dopo le parole: «Entro il 31 gennaio di ciascun anno è trasmesso», *inserire le seguenti:* «alle competenti Commissioni di Camera e Senato e».

1.62

D'ALÌ

Al comma 8, dopo la parola: «trasmette» *inserire le seguenti:* «, previo parere delle competenti Commissioni parlamentari,» *e sopprimere le parole:* «per una presa d'atto».

1.63

BORIOLI, FORNARO, VACCARI, STEFANO ESPOSITO, SPILABOTTE, D'ADDA, MANASSERO, GIANLUCA ROSSI, FABBRI, CARDINALI, SCALIA, PEGORER, PUPPATO, PEZZOPANE, MIRABELLI, MATTESINI, RUSSO, DIRINDIN, CUOMO, FASIOLO, FILIPPI, ELENA FERRARA

Dopo il comma 8, aggiungere i seguenti:

«8-*bis*. In occasione del settantesimo anniversario della Liberazione, è istituito presso la Presidenza del Consiglio dei ministri, un fondo con una dotazione di 50 milioni di euro per l'anno 2015 finalizzato alla valorizzazione dei luoghi in cui è conservata la memoria della Resistenza italiana e alla promozione delle attività degli Istituti storici federati all'Istituto nazionale per la storia del movimento di liberazione in Italia.

8-*ter*. La Presidenza del Consiglio dei ministri, d'intesa con il Ministero per i beni e le attività culturali, determina i criteri e le modalità per l'assegnazione delle risorse, in base ai progetti, realizzabili entro il 2105, presentati dalle Regioni o dagli Istituti di cui al comma 8-*bis*».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 50.000.000;
2016: ? ;
2017: ? .

1.64

DI BIAGIO, LUIGI MARINO

Dopo il comma 8, aggiungere il seguente:

«8-*bis*. All'articolo 2 della legge 30 marzo 2004, n. 92, dopo il comma 3, aggiungere il seguente:

"4. Con riguardo all'Archivio museo storico di Fiume, in aggiunta ai vigenti stanziamenti di bilancio, è altresì autorizzato un finanziamento di 70.000 euro per l'anno 2015, di 70.000 euro per l'anno 2016 e di 70.000 euro per l'anno 2017 alla Società di studi fiumani. All'onere derivante dall'attuazione del presente articolo si provvede mediante corrispondente utilizzo del Fondo per la compensazione degli effetti finanziari non previsti a legislazione vigente conseguenti all'attualizzazione di contributi pluriennali, di cui all'articolo 6, comma 2, del decreto-legge 7 ottobre 2008, n. 154, convertito, con modificazioni, dalla legge 4 dicembre 2008, n. 189, e successive modificazioni"».

1.65

MARINELLO, GUALDANI, MANCUSO

Dopo il comma 8, aggiungere il seguente:

«8-*bis*. Nel rispetto di quanto stabilito al comma 401 della legge 29 dicembre 2012, n. 228, al fine di ridurre gradualmente e portare ad esaurimento gli attuali incarichi di collaborazione di cui al decreto ministeriale n. 66 del 2001 nell'ambito dell'amministrazione scolastica, per una graduale assunzione a tempo indeterminato nell'ambito dei piani annuali previsti per l'assunzione di personale scolastico fino ad esaurimento del bacino dei lavoratori in esso presenti, nel rispetto dell'invarianza finanziaria, nel rispetto dei programmati saldi di finanza pubblica e nell'ambito delle, risorse disponibili, i lavoratori di cui al decreto ministeriale n. 66 del 2001 attualmente in servizio ininterrotto dal 2001 ad oggi, partecipano di diritto alle procedure concorsuali secondo i criteri e le modalità previstè dal testo unico n. 297 del 1994».

1.66

STEFANI, BELLOT, BISINELLA, MUNERATO, TOSATO, ARRIGONI, CROSIO, COMAROLI

Dopo il comma 8, aggiungere il seguente:

«8-*bis*. Le installazioni e i rimessaggi dei mezzi mobili di pernottamento, anche se collocati permanentemente, per l'esercizio dell'attività, entro il perimetro delle strutture turistico-ricettive regolarmente autorizzate, purché ottemperino alle specifiche condizioni strutturali e di mobilità stabilite dagli ordinamenti regionali, non costituiscono in alcun caso attività rilevanti ai fini

paesaggistici».

1.67

BERTUZZI

Dopo il comma 8, aggiungere il seguente:

«8-*bis*. Nell'ambito del programma triennale di cui al comma 8, il Ministero dei beni e delle attività culturali individua, tra gli interventi prioritari da realizzare, un programma volto a favorire la tutela e lo sviluppo delle attività e delle manifestazioni del Carnevale, definendo le riorse ad esso destinate ed il relativo cronoprogramma».

1.68

LEZZI, BULGARELLI, MANGILI

Sopprimere i commi 9, 10, 12, 105, 112, 116 e 121.

Conseguentemente, all'articolo 3, apportare le seguenti modifiche:

a) dopo il comma 66, aggiungere il seguente:

«66-*bis*. All'articolo 1 della legge 27 dicembre 2013, n. 147, il comma 430 è soppresso»;

b) al comma 10, sostituire le parole: «1.716 milioni» *con le seguenti:* «2.916 milioni»;

c) dopo il comma 24, aggiungere il seguente:

«24-*bis*. Il Ministero dell'economia e delle finanze ? amministrazione autonoma dei monopoli di Stato, con propri decreti dirigenziali da emanarsi entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, adotta le disposizioni in materia di giochi pubblici al fine di incrementare ulteriormente la misura del prelievo erariale unico, la percentuale dell'ammontare complessivo delle giocate destinate a montepremi ovvero a vincite in denaro, nonché la percentuale del compenso per le attività di gestione o dei punti vendita, al fine di assicurare, anche con riferimento ai rapporti negoziali in essere alla data di entrata in vigore della presente legge, ulteriori maggiori entrate in misura non inferiore a 400 milioni di euro annui a decorrere dal 2015. Nell'ambito di tali misure può essere disposto l'incremento ulteriore ? entro il limite dell'1 per cento ? del prelievo erariale unico sugli apparecchi da intrattenimento di cui all'articolo 110, comma 6, lettere *a)* e *b)*, del regio decreto 18 giugno 1931, n. 773»;

d) al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 600 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016, 2017».

1.69

GASPARRI

Sostituire il comma 9 con il seguente:

«9. Il comma 1-*bis* dell'articolo 13 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, è sostituito dal seguente:

"1-*bis*. Qualora l'imposta lorda determinata sui redditi di cui agli articoli 49, con esclusione di quelli indicati nel comma 2, lettera *a)*, e 50, comma 1, lettere *a)*, *b)*, *c)*, *c-bis)*, *d)*, *h-bis)* e *l)*, sia di importo superiore a quello della detrazione spettante ai sensi del comma 1, compete un credito rapportato al periodo di lavoro nell'anno che non concorre alla formazione del reddito di importo pari a:

1) 720 euro, se il reddito complessivo non è superiore a 24.000 euro;

2) 720 euro, se il reddito complessivo è superiore a 24.000 euro ma non a 26.000 euro. Il credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra l'importo di 26.000 euro, diminuito del reddito complessivo, e l'importo di 2.000 euro.

1-*ter*. Gli importi di cui ai numeri 1) e 2) del comma 1-*bis* sono aumentati per una somma di euro 240 se l'avente diritto ha un solo familiare a carico e di euro 120 per ciascun ulteriore familiare a carico. In caso di più familiari a carico il limite di reddito per beneficiare del credito è aumentato di un importo di euro 5.000 per ciascun familiare a carico"».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: «Ministero dell'economia e delle finanze», *apportare le*

seguenti variazioni:

2015:

? 100.000.000;

2016:

? 100.000.000;

2017:

? 100.000.000.

Ridurre del 5 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente della allegata Tabella C.

1.70

FORMIGONI

Sostituire il comma 9 con il seguente:

«9. Il comma 1-*bis* dell'articolo 13 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, è sostituito dal seguente:

"1-*bis*. Qualora l'imposta lorda determinata sui redditi di cui agli articoli 49, con esclusione di quelli indicati nel comma 2, lettera *a)*, e 50, comma 1, lettere *a)*, *b)*, *c)*, *c-bis)*, *d)*, *h-bis)* e *l)*, sia di importo superiore a quello della detrazione spettante ai sensi del comma 1, compete un credito rapportato al periodo di lavoro nell'anno che non concorre alla formazione del reddito di importo pari a:

1) 720 euro, se il reddito complessivo non è superiore a 24.000 euro;

2) 720 euro, se il reddito complessivo è superiore a 24.000 euro ma non a 26.000 euro. Il credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra l'importo di 26.000 euro, diminuito del reddito complessivo, e l'importo di 2.000 euro.

1-*ter*. Gli importi di cui ai numeri 1) e 2) del comma 1-*bis* sono aumentati per una somma di euro 240 se l'avente diritto ha un solo familiare a carico e di euro 120 per ciascun ulteriore familiare a carico. In caso di più familiari a carico il limite di reddito per beneficiare del credito è aumentato di un importo di euro 5.000 per ciascun familiare a carico"».

1.71

GIOVANARDI, GUALDANI

Sostituire il comma 9 con il seguente:

«9. Il comma 1-*bis* dell'articolo 13 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, è sostituito dal seguente:

"1-*bis*. Qualora l'imposta lorda determinata sui redditi di cui agli articoli 49, con esclusione di quelli indicati nel comma 2, lettera *a)*, e 50, comma 1, lettere *a)*, *b)*, *c)*, *c-bis)*, *d)*, *h-bis)* e *l)*, sia di importo superiore a quello della detrazione spettante ai sensi del comma 1, compete un credito rapportato al periodo di lavoro nell'anno che non concorre alla formazione del reddito di importo pari a:

1) 720 euro, se il reddito complessivo non è superiore a 24.000 euro;

2) 720 euro, se il reddito complessivo è superiore a 24.000 euro ma non a 26.000 euro. Il credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra l'importo di 26.000 euro, diminuito del reddito complessivo, e l'importo di 2.000 euro.

1-*ter*. Gli importi di cui ai numeri 1) e 2) del comma 1-*bis* sono aumentati per una somma di euro 240 se l'avente diritto ha un solo familiare a carico e di euro 120 per ciascun ulteriore familiare a carico. In caso di più familiari a carico il limite di reddito per beneficiare del credito è aumentato di un importo di euro 5.000 per ciascun familiare a carico"».

1.72

RICCHIUTI, LO GIUDICE, CASSON, MINEO

Sostituire il comma 9 con il seguente:

«1. Il comma 1-*bis* dell'articolo 13 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, è sostituito dai seguenti;

"1-*bis*. Ai percettori dei redditi di cui agli articoli 49, con esclusione di quelli indicati nel comma

2, lettera *a)*, e 50, comma 1, lettere *a)*, *b)*, *c)*, *c-bis)*, *d)*, *h-bis)* e *l)*, compete un credito rapportato al periodo di lavoro nell'anno che non concorre alla formazione del reddito di importo pari a:

a) 960 euro, per i percettori di reddito appartenenti a nuclei familiari il cui indicatore della situazione economica equivalente (ISEE) è non superiore a 15.000 euro;

b) 480 euro, per i percettori di reddito appartenenti a nuclei familiari il cui indicatore della situazione economica equivalente (ISEE) è superiore a 15.000 euro ma non a 16.000 euro"».

Conseguentemente, sostituire la rubrica con la seguente: «Misure di sostegno a favore dei contribuenti a basso reddito».

Conseguentemente, sostituire il comma 117 con il seguente:

«117. Il Fondo di cui all'articolo 81, comma 29, del decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 agosto 2008, n. 133, è incrementato di 750 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015. Una quota pari a 500 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015 è finalizzata alla progressiva estensione su tutto il territorio nazionale della sperimentazione di cui all'articolo 60 del decreto-legge 9 febbraio 2012, n. 5, convertito, con modificazioni, dalla legge 4 aprile 2012, n. 35, intesa come sperimentazione di un apposito programma di sostegno per l'inclusione attiva, volto al superamento della condizione di povertà, all'inserimento e al reinserimento lavorativi e all'inclusione sociale».

1.73

GUALDANI

Sostituire il comma 9 con il seguente:

«9. Il comma 1-*bis* dell'articolo 13 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, è sostituito dal seguente:

"1-*bis*. Qualora l'imposta lorda determinata sui redditi di cui agli articoli 49, con esclusione di quelli indicati nel comma 2, lettera *a)*, e 50, comma 1, lettere *a)*, *b)*, *c)*, *c-bis)*, *d)*, *h-bis)* e *l)*, sia di importo superiore a quello della detrazione spettante ai sensi del comma 1, compete un credito rapportato al periodo di lavoro nell'anno che non concorre alla formazione del reddito di importo pari a:

1) 720 euro, se il reddito complessivo non è superiore a 24.000 euro;

2) 720 euro, se il reddito complessivo è superiore a 24.000 euro ma non a 26.000 euro. Il credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra l'importo di 26.000 euro, diminuito del reddito complessivo, e l'importo di 2.000 euro.

1-*ter*. Gli importi di cui ai numeri 1) e 2) del comma 1-*bis* sono aumentati per una somma di euro 240 se l'avente diritto ha un solo familiare a carico e di euro 120 per ciascun ulteriore familiare a carico. In caso di più familiari a carico il limite di reddito per beneficiare del credito è aumentato di un importo di euro 5.000 per ciascun familiare a carico"».

1.74

DI BIAGIO

Il comma 9 è sostituito con il seguente:

9. Il comma 1-*bis* dell'articolo 13 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, è sostituito dal seguente:

«1-*bis*. Qualora l'imposta lorda determinata sui redditi di cui agli articoli 49, con esclusione di quelli indicati nel comma 2, lettera *a)*, e 50, comma 1, lettere *a)*, *b)*, *c)*, c-*bis)*, *d)*, h-*bis)* e *l)*, sia di importo superiore a quello della detrazione spettante ai sensi del comma 1, compete un credito rapportato al periodo di lavoro nell'anno che non concorre alla formazione del reddito di importo pari a:

1) 720 euro, se il reddito complessivo non è superiore a 24.000 euro;

2) 720 euro, se il reddito complessivo è superiore a 24.000 euro ma non a 26.000 euro. Il credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra l'importo di 26.000 euro, diminuito del reddito complessivo, e l'importo di 2.000 euro.

1-*ter*. Gli importi di cui alle lettere 1 e 2 del comma 1-*bis* sono aumentati per una somma di euro

240 se l'avente diritto ha un solo familiare a carico e di euro 120 per ciascun ulteriore familiare a carico. In caso di più familiari a carico il limite di reddito per beneficiare del credito è aumentato di un importo di euro 5000 per ciascun familiare a carico».

1.75

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

*Al comma 9 sostituire il capoverso comma 1-*bis*, con i seguenti:*

1-*bis*. Qualora l'imposta lorda determinata sui redditi di cui agli articoli 49, con esclusione di quelli indicati nel comma 2, lettera *a)*, e 50, comma 1, lettere *a)*, *b)*, *c)* e *l)*, sia di importo superiore a quello della detrazione spettante ai sensi del comma 1, compete un credito rapportato al periodo di lavoro nell'anno che non concorre alla formazione del reddito di importo pari a:

1) 960 euro, se il reddito complessivo comprensivo di eventuali redditi soggetti a tassazione separata non è superiore a 24.000 euro;

2) 960 euro, se il reddito complessivo comprensivo di eventuali redditi soggetti a tassazione separata è superiore a 24.000 euro ma non a 26.000 euro. il credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra l'importo di 26.000 euro, diminuito del reddito complessivo, e l'importo di 2.000 euro.

2-*bis*. Qualora l'imposta lorda determinata sui medesimi redditi di cui al comma precedente, sia di importo inferiore o uguale a quello della detrazione spettante ai sensi del comma 1, è riconosciuta un ulteriore detrazione, che non concorre alla formazione del reddito ai fini della rideterminazione dell'imposta di importo pari a 960 euro. Tale citeriore detrazione compete in misura piena per ciascun periodo di lavora svolto nell'anno solare ed è riconosciuta anche ai lavoratori percettori di misure di sostegno del reddito, inclusa la mobilità.

Conseguentemente: All'articolo 3, dopo il comma 74, aggiungere il seguente:

74-*bis*. La quota parte degli oneri derivanti dall'articolo 1 comma 9, pari a circa 4 miliardi di euro annui a decorrere dell'anno 2015, si provvede fino a concorrenza del fabbisogno:

1) mediante i maggiori introiti derivanti dall'istituzione, a partire dal periodo d'imposta 2015, di un'imposta patrimoniale ordinaria sulle grandi ricchezze, pari allo 0,5 per cento per una base imponibile di valore compreso tra 3 milioni euro e 4 milioni di euro, e una pari all'1 per cento per le basi imponibili di valore superiore a 4 milioni di euro. Per base, imponibile dell'imposta s'intende, la ricchezza netta delle famiglie superiore a 3 milioni di euro, costituita dalla somma delle attività reali e delle attività finanziarie al netto delle passività finanziarie compreso il patrimonio non strumentale delle società.

2) mediante i maggiori introiti derivanti dalle seguenti disposizioni:

all'articolo 3, apportare le seguenti modificazioni:

dopo il comma 6 aggiungere il seguente:

6-*bis*. I commi 48, 49 e 49-*bis*, dell'articolo 2, del decreto-legge n. 262 del 2006, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 286 del 2006, sono sostituiti dai seguenti:

«48. I trasferimenti di beni e diritti per causa di morte sono soggetti all'imposta di cui al comma 47 con le seguenti aliquote sui valore complessivo netto dei beni:

a) devoluti a favore del coniuge e dei parenti in linea retta sul valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 500.000 euro: 5 per cento;

a-bis) devoluti a favore dei fratelli e delle sorelle sui valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 100.000 euro; 8 per cento;

b) devoluti a favore degli altri parenti fino al quarto grado e degli affini in linea retta, nonché degli affini in linea collaterale fino al terzo grado: 8 per cento;

c) devoluti a favore di altri soggetti: 10 per cento;

49. Per le clonazioni e gli atti di trasferimento a titolo gratuito di beni e diritti e la costituzione cui vincoli di destinazione di beni l'imposta è determinata dall'applicazione delle seguenti aliquote al valore globale dei beni e dei diritti al netto degli oneri da cui è gravato il beneficiario diversi da quelli indicati dall'articolo 58, comma 1, del citato testo unico di cui al decreto legislativo 31 ottobre 1990, n. 346, ovvero, se la dotazione è fatta congiuntamente a favore di più soggetti o se in uno stesso atto sono

compresi più atti di disposizione a favore di soggetti diversi, al valore delle quote dei beni o diritti attribuiti:

a) a favore del coniuge e dei parenti in linea retta sui valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 500.000 euro: 5 per cento;

a-bis) a favore dei fratelli e delle sorelle sui valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 100.000 euro: 8 per cento;

b) a favore degli altri parenti fino al quarto grado e degli affini in linea retta, nonché degli affini in linea collaterale fino al terzo grado; 8 per cento;

c) a favore di altri soggetti: 10 per cento.

49-*bis*. Se il beneficiano dei trasferimenti di cui ai commi 48 e 49 è una persona portatrice di *handicap* riconosciuto grave, ai sensi della legge 5 febbraio 1992, n. 104, rimposta si applica esclusivamente sulla parte del valore della quota o del legato che supera l'ammontare di 1.000.000 euro».

Dopo il comma 19, aggiungere i seguenti:

19-*bis*. Entro sessanta giorni dal termine per la presentazione della comunicazione dei dati dell'IVA stabilito dall'articolo 8-*bis* del regolamento di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 luglio 1998, n. 322, il contribuente presenta l'elenco dei soggetti nei cui confronti sono state emesse fatture nell'anno cui si riferisce la comunicazione nonché, in relazione al medesimo periodo, l'elenco dei soggetti titolari di partita IVA da cui sono effettuati acquisti rilevanti ai fini dell'applicazione dell'imposta. Per ciascun soggetto sono indicati il codice fiscale e l'importo complessivo delle operazioni effettuate, al netto delle relative note di variazione, con l'evidenziazione dell'imponibile e dell'imposta., nonché dell'importo delle operazioni non imponibili e di quelle esenti. Con provvedimento del Direttore dell'Agenzia delle entrate, da pubblicare nella *Gazzetta Ufficiale*:

a) sono individuati gli elementi informativi da indicare negli elenchi previsti dall'alinea, nonché le modalità per la presentazione, esclusivamente in via telematica, degli stessi;

b) il termine di cui all'alinea può essere differito per esigenze di natura esclusivamente tecnica, ovvero per particolari tipologie di contribuenti, anche in considerazione della dimensione dei dati da trasmettere.

19-*ter*. In caso di omissione della comunicazione di cui al comma precedente, ovvero di invio della stessa con dati incompleti o non veritieri, si applicano le disposizioni dell'articolo 11 del decreto legislativo 18 dicembre 1997, n. 471, e successive modificazioni.

19-*quater*. Entro un mese dalla data di entrata in vigore della presente legge, il Governo provvede ad apportare le modifiche necessarie all'articolo 8-*bis* dei regolamento di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 luglio 1998, n. 322, al fine di adeguarlo a quanto stabilito dai commi 3 e 4 del presente-articolo.

19-*quinquies*. Dopo il comma 29 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2006, n. 296, sono inseriti i seguenti;

«29-*bis*. Al fine di contrastare l'indebita effettuazione delle compensazioni previste dal decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, i titolari di partita IVA, entro il quinto giorno precedente quello in cui intendono effettuare l'operazione di compensazione per importi superiori a 5.000 euro, comunicano all'Agenzia delle entrate, in via telematica, l'importo e la tipologia dei crediti oggetto della successiva compensazione. La mancata comunicazione da parte dell'Agenzia delle entrate al contribuente, entro il terzo giorno successivo a quello di comunicazione, vale come silenzio assenso.

29-*ter*. Con provvedimento del Direttore dell'Agenzia delle entrate sono definite le modalità, anche progressive, per l'attuazione delle disposizioni del comma 29-*bis* e, in particolare, sono stabilite le procedute di controllo volte ad impedire l'utilizzo indebito di crediti».

19-*sexies*. All'articolo 2, comma 1, del decreto-legge n. 16 del marzo 2014, come convertito dalla legge n. 68 del 2 maggio 2014, la lettera *a)* è soppressa.

19-*septies*. A decorrere dal gennaio 2015 sono abrogate le seguenti disposizioni;

a) i commi 10, 11 e 12 dell'articolo 15 del decreto-legge n. 185 del 2008, convertito, con

modificazioni; dalla legge 28 gennaio 2009, n. 2;

b) il, comma 47 dell'articolo 1, della legge 24 dicembre 2007, n. 244;

c) il comma 137 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2006, n. 296;

d) gli articoli 15, 16, 17, 18 e 20 del decreto del Presidente della Repubblica del 29 settembre 1973 n. 601.

Dopo il comma 42 aggiungere il seguente:

42-*bis*. L'articolo 11, comma 1, del decreto del Presidente della Repubblica n. 917 del 1986, è . sostituito dal seguente:

«1. L'imposta lorda è determinata applicando al reddito complessivo, al netto degli oneri deducibili indicati nell'articolo 10, le seguenti aliquote per scaglioni di reddito:

a) 15.000 euro, 23 per cento;

b) oltre 15.000 euro e fino a 28.000 euro, 27 per cento;

c) oltre 28.000 euro e fino a 55.000 euro, 38 per cento;

d) oltre 55.000 euro e fino a 75.000 euro, 41 per cento;

e) oltre 75.000 euro e fino a 100.000 euro, 43 per cento;

f) oltre 100.000 euro e fino a 150.000 euro, 45 per cento;

g) oltre 150.000 euro, e fino a 200,000 euro, 47 per cento;

h) oltre 200.000 euro 49 per cento,».

1.76

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

*Al comma 9, sostituire il capoverso comma 1-*bis*, con i seguenti:*

1-*bis*. Qualora l'imposta lorda determinata sui redditi di cui agli articoli 49 e 50, comma 1, lettere *a)*, *b)*, *c)*, c-*bis)* e *l)* e 53, sia di importo superiore a quello della detrazione spettante ai sensi del comma 1, compete un credito rapportato al periodo di lavoro nell'anno che non concorre alla formazione del reddito di importo pari a;

1) 960 euro, se il reddito complessivo, comprensivo di eventuali redditi soggetti a tassazione separata, non è superiore a 24.000 euro;

1-*bis)* 960 euro, se, limitatamente ai redditi di cui all'articolo 53, il reddito complessivo non è superiore a 19.000 euro;

2) 960 euro, se il reddito complessivo, comprensivo di eventuali redditi soggetti a tassazione separata, è superiore a 24.000 euro ma non a 26.000 euro. Il credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra l'importo di 26.000 euro, diminuito del reddito complessivo, e l'importo di 2000 euro.

2-*bis*. Qualora l'imposta lorda determinata sui medesimi redditi di cui al comma precedente, sia di importo inferiore o uguale a quello della detrazione spettante ai sensi del comma 1, è riconosciuta un'ulteriore detrazione, che non concorre alla formazione del reddito ai fini della rideterminazione dell'imposta, di importo pari a 960 euro. Tale ulteriore detrazione compete in misura piena per ciascun periodo di lavoro svolto nell'anno solare ed è riconosciuta anche ai lavoratori percettori di misure di sostegno del reddito, inclusa la mobilità».

Conseguentemente: All'articolo 3, dopo il comma 74, aggiungere il seguente:

74-*bis*. La quota parte degli oneri derivanti dall'articolo 1 comma 9, pari a circa 11 miliardi di euro annui a decorrere dell'anno 2015, si provvede fino a concorrenza del fabbisogno:

1) mediante i maggiori introiti derivanti dall'istituzione, a partire dal periodo d'imposta 2015, di un'imposta patrimoniale ordinaria sulle grandi ricchezze, pari allo 0,5 per cento per una base imponibile di valore compreso tra 3 milioni euro e 4 milioni di euro, e una pari all'1 per cento per le basi imponibili di valore superiore a 4 milioni di euro. Per base, imponibile dell'imposta s'intende la ricchezza netta delle famiglie superiore a 3 milioni di euro, costituita dalla somma delle attività reali e delle attività finanziarie al netto delle passività finanziarie compreso il patrimonio non strumentale delle società.

2) mediante i maggiori introiti derivanti dalle seguenti disposizioni:

all'articolo 3, apportare le seguenti modificazioni:

dopo il comma 6 aggiungere il seguente:

6-*bis*. I commi 48, 49 e 49-*bis*, dell'articolo 2, del decreto-legge n. 262 del 2006, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 286 del 2006, sono sostituiti dai seguenti:

«48. I trasferimenti di beni e diritti per causa di morte sono soggetti all'imposta di cui al comma 47 con le seguenti aliquote sui valore complessivo netto dei beni:

a) devoluti a favore del coniuge e dei parenti in linea retta sul valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 500.000 euro: 5 per cento;

a-*bis)* devoluti a favore dei fratelli e delle sorelle sui valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 100.000 euro; 8 per cento;

b) devoluti a favore degli altri parenti fioo al quarto grado e degli affini in linea retta, nonché degli affini in linea collaterale tino al terzo grado: 8 per cento; *c)* devoluti a favore di altri soggetti: 10 per cento;

49. Per le clonazioni e gli atti di trasferimento a titolo gratuito di beni e diritti e la costituzione cui vincoli di destinazione di beni l'imposta è determinata dall'applicazione delle seguenti aliquote al valore globale dei beni e dei diritti al netto degli oneri da cui è gravato il beneficiario diversi da quelli indicati dall'articolo 58, comma 1, del citato testo unico di cui al decreto legislativo 31 ottobre 1990, n. 346, ovvero, se la dotazione è fatta congiuntamente a favore di più soggetti o se in uno stesso atto sono compresi più atti di disposizione a favore di soggetti diversi, al valore, delle quote dei beni o diritti attribuiti:

a) a favore del coniuge e dei parenti in linea retta sui valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 500.000 euro: 5 per cento;

a-*bis)* a favore dei fratelli e delle sorelle sui valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 100.000 euro: 8 per cento;

b) a favore degli altri parenti fino al quarto grado è degli affini in linea retta, nonché degli affini in linea collaterale fino al terzo grado; 8 per cento;

c) a favore di altri soggetti: 10 per cento.

49-*bis*. Se il beneficiario dei trasferimenti di cui ai commi 48 e 49 è una persona portatrice di *handicap* riconosciuto grave ai sensi della legge 5 febbraio 1992, n. 104, l'imposta si applica esclusivamente sulla parte del valore della quota o del legato che supera l'ammontare di 1.000.000 euro».

Dopo il comma 19, aggiungere i seguenti:

19-*bis*. Entro sessanta giorni dal termine per la presentazione della comunicazione dei dati dell'IVA stabilito dall'articolo 8-*bis* del regolamento di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 luglio 1998, n. 322, il contribuente presenta l'elenco dei soggetti nei cui confronti sono state emesse fatture nell'anno cui si riferisce la comunicazione nonché, in relazione al medesimo periodo, l'elenco dei soggetti titolari di partita IVA da cui sono effettuati acquisti rilevanti ai fini dell'applicazione dell'imposta. Per ciascun soggetto sono indicati il codice fiscale e l'importo complessivo delle operazioni effettuate, al netto delle relative note di variazione, con l'evidenziazione dell'imponibile e dell'imposta, nonché dell'importo delle operazioni non imponibili e di quelle esenti. Con provvedimento del Direttore dell'Agenzia delle entrate, da pubblicare nella *Gazzetta Ufficiale*:

a) sono individuati gli elementi informativi da indicare negli elenchi previsti dall'alinea, nonché le modalità per la presentazione, esclusivamente in via telematica, degli stessi;

b) il termine di cui all'alinea può essere differito per esigenze di natura esclusivamente tecnica, ovvero per particolari tipologie di contribuenti, anche in considerazione della dimensione dei dati da trasmettere.

19-*ter*. In caso di omissione della comunicazione di cui al comma precedente, ovvero di invio della stessa con dati incompleti o non veritieri, si applicano le disposizioni dell'articolo 11 del decreto legislativo 18 dicembre 1997, n. 471, e successive modificazioni.

19-*quater*. Entro un mese dalla data di entrata in vigore della presente legge, il Governo provvede ad apportare le modifiche necessarie all'articolo 8-*bis* dei regolamento di cui al decreto del Presidente

della Repubblica 22 luglio 1998, n. 322, al fine di adeguarlo a quanto stabilito dai commi 3 e 4 del presente articolo.

19-*quinquies*. Dopo il comma 29 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2006, n. 296, sono inseriti i seguenti;

«29-*bis*. Al fine di contrastare l'indebita effettuazione delle compensazioni previste dal decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, i titolari di partita IVA, entro il quinto giorno precedente quello in cui intendono effettuare l'operazione di compensazione per importi superiori a 5.000 euro, comunicano all'Agenzia delle entrate, in via telematica, l'importo e la tipologia dei crediti oggetto della successiva compensazione. La mancata comunicazione da parte dell'Agenzia delle entrate al contribuente, entro il terzo giorno'successivo a quello di comunicazione, vale come silenzio assenso.

29-*ter*. Con provvedimento del Direttore dell'Agenzia delle entrate sono definite le modalità, anche progressive, per l'attuazione delle disposizioni del comma 29-*bis* e, in particolare, sono stabilite le procedute di controllo volte ad impedire l'utilizzo indebito di crediti».

19-*sexies*. All'articolo 2, comma 1, del decreto-legge n. 16 del marzo 2014, come convertito dalla legge n. 68 del 2 maggio 2014, la lettera *a)* è soppressa.

19-*septies*. A decorrere dal gennaio 2015 sono abrogate le seguenti disposizioni;

a) i commi 10, 11 e 12 dell'articolo 15 del decreto-legge n. 185 del 2008, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 gennaio 2009, n. 2;

b) il comma 47 dell'articolo 1, della legge 24 dicembre 2007, n. 244;

c) il comma 137 dell'articolo l della legge 27 dicembre 2006, n. 296;

d) gli articoli 15, 16, 17, 18 e 20 del decreto del Presidente della Repubblica del 29 settembre 1973 n. 601.

Dopo il comma 42 aggiungere il seguente:

42-*bis*. L'articolo 11, comma 1, del decreto del Presidente della Repubblica n. 917 del 1986, è sostituito dal seguente:

«1. L'imposta lorda è determinata applicando al reddito complessivo, al netto degli oneri deducibili indicati nell'articolo 10, le seguenti aliquote per scaglioni di reddito: *a)* 15.000 euro, 23 per cento;

b) oltre 15.000 euro e fino a 28.000 euro, 27 per cento;

c) oltre 28.000 euro e fino a 55.000 euro, 38 per cento;

d) oltre 55.000 euro e fino a 75.000 euro, 41 per cento;

e) oltre 75.000 euro e fino a 100.000 euro, 43 per cento;

f) oltre 100.000 euro e fino a 150.000 euro, 45 per cento;

g) oltre 150.000 euro, e fino a 200,000 euro, 47 per cento;

h) oltre 200.000 euro 49 per cento,».

All'articolo 1, sopprimere i commi 16, 17, 18 e 19.

1.77

MANGILI, LEZZI, BULGARELLI

Al comma 9, sostituire il capoverso 1-bis con il seguente:

«1-*bis*. Sui redditi di cui agli articoli 49, con esclusione di quelli indicati nel comma 2, lettera *a)*, e 50, comma 1, lettere *a)*, *b)*, *c)*, c-*bis)*, *d)*, *h*-bis) e *l)* del testo unico delle imposte sui redditi di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, compete un credito rapportato al periodo di lavoro nell'anno che non concorre alla formazione del reddito di importi pari a:

1) 960 euro, se l'indicatore della situazione reddituale equivalente (ISRE), definito come rapporto tra l'indicatore della situazione reddituale e la scala di equivalenza come individuati dal decreto del Presidente del consiglio dei ministri 5 dicembre 2013, n. 159 non è superiore a 18.000 euro;

2) 960 euro, se l'indicatore della situazione reddituale equivalente (ISRE), definito come rapporto tra l'indicatore della situazione reddituale e la scala di equivalenza come definiti dal decreto del Presidente del consiglio dei ministri 5 dicembre 2013, n. 159 non è superiore a 21.000 euro. Il credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra l'importo di 21.000 euro, diminuito dell'ISRE, e

l'importo di 3.000 euro».

Conseguentemente dopo il comma 9, aggiungere il seguente:

«9-*bis*. Per beneficiare dell'erogazione del credito di cui all'articolo 13, comma 1-*bis*, del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986. n. 917, il beneficiario deve presentare al datore di lavoro il certificato I.s.e.e. attestante l'indicazione della situazione economica equivalente del nucleo familiare, affinché questi possa derivare l'indicatore della situazione reddituale equivalente e di conseguenza la spettanza del credito».

1.78

MILO, BONFRISCO

Apportare le seguenti modificazioni:

a) al comma 9, capoverso «1-*bis*» sostituire le parole da: «Qualora l'imposta» fino a: «comma 1» con le seguenti: «Qualora l'imposta lorda determinata sui redditi di cui agli articoli 49 e 50, comma 1, lettere *a)*, *b)*, *c)*, c-*bis)*, *d)*, *h*-bis) e *l)*, sia di importo superiore a quello della detrazione spettante ai sensi dei commi 1 e 3»;

b) al comma 9 dopo il capo verso «1-*bis*», aggiungere il seguente:

«1-*ter*. Qualora l'imposta lorda determinata sui redditi di cui all'articolo 53 sia di importo superiore a quello della detrazione spettante ai sensi del comma 5, è riconosciuto un credito d'imposta di importo pari a quello di cui al comma 1-*bis*.;

c) dopo il comma 12 inserire i seguenti:

«12-*bis*. Il credito di imposta di cui all'articolo 13, comma 1-*ter* del decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, come introdotto dalla presente legge, deve essere indicato nella dichiarazione dei redditi relativa al periodo di imposta di maturazione del credito e nelle dichiarazione dei redditi relative ai .periodi di imposta nei quali lo stesso è utilizzato. Esso non concorre alla formazione del reddito né della base imponibile dell'imposta regionale sulle attività produttive non rileva ai :fini del rapporto di cui agli articoli 61 e,109, comma 5, del testo unico delle imposte sui redditi di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, e successive modificazioni ed è utilizzabile esclusivamente in compensazione ai sensi dell'articolo 17 del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, e successive modificazioni.

12-*ter*. Con decreto di natura non regolamentare del Ministro dell'economia e delle finanze, adottato entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della legge di conversione del presente decreto, sono stabilite le modalità applicative delle disposizioni di cui al comma 1-*ter* dell'articolo 13, del decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, come introdotto dalla presente legge, ivi incluse quelle relative ai controlli e alla revoca del beneficio conseguente alla sua indebita fruizione. Per fruire del contributo, i contribuenti presentano un'istanza, secondo le modalità che saranno individuate con il decreto di cui al primo periodo, all'Agenzia delle entrate.

12-*quater*. Entro il 30 giugno 2015 è avviato, ad opera del Ministero dello sviluppo economico, di concerto con il Ministero dell'economia e delle finanze, il procedimento per l'alienazione di quote della partecipazione dello Stato in aziende e società. La vendita dell'intera partecipazione e di tutte le quote deve concludersi entro e non oltre il 31 dicembre 2015. Da tale vendita deve derivare un introito non inferiore a 450 milioni di euro per il 2015 e di 900 milioni per i120l6».

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente del 3 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

1.79

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 9, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al capoverso 1-bis*, sostituire le parole:* «e 50, comma 1, lettere *a), b), c), c*-bis), *d), h*-bis) e 1)», *con le seguenti:* «50, comma 1, lettere *a), b), c), c*-bis), *e* 1), e 53;

b) al capoverso 1-bis*, dopo il numero 1) aggiungere il seguente:*

1-*bis)* 960, se, limitatamente ai redditi di cui all'articolo 53, il reddito complessivo non è superiore a 19.000 euro.

Conseguentemente: All'articolo 3, dopo il comma 74, aggiungere il seguente:

«74-*bis.* La quota parte degli oneri derivanti dall'articolo 1 comma 9, pari a circa 11 miliardi di euro annui a decorrere dell'anno 2015, si provvede fino a concorrenza del fabbisogno:

1) mediante i maggiori introiti derivanti dall'istituzione, a partire dal periodo d'imposta 2015, di un'imposta patrimoniale ordinaria sulle grandi ricchezze, pari allo 0,5 per cento per una base imponibile di valore compreso tra 3 milioni euro e 4 milioni di euro, e una pari all'1 per cento per le basi imponibili di valore superiore a 4 milioni di euro. Per base, imponibile dell'imposta s'intende la ricchezza netta delle famiglie superiore a 3 milioni di euro, costituita dalla somma delle attività reali e delle attività finanziarie al netto delle passività finanziarie compreso il patrimonio non strumentale delle società;

2) mediante i maggiori introiti derivanti dalle seguenti disposizioni:

all'articolo 3, apportare le seguenti modificazioni:

dopo il comma 6 aggiungere il seguente:

«6-*bis*. I commi 48, 49 e 49-*bis*, dell'articolo 2, del decreto-legge n. 262 del 2006, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 286 del 2006, sono sostituiti dai seguenti:

"48. I trasferimenti di beni e diritti per causa di morte sono soggetti all'imposta di cui al comma 47 con le seguenti aliquote sul valore complessivo netto dei beni:

a) devoluti a favore del coniuge e dei parenti in linea retta sul valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 500.000 euro: 5 per cento;

a-bis) devoluti a favore dei fratelli e delle sorelle sui valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 100.000 euro; 8 per cento;

b) devoluti a favore degli altri parenti fino al quarto grado e degli affini in linea retta, nonché degli affini in linea collaterale fino al terzo grado: 8 per cento;

c) devoluti a favore di altri soggetti: 10 per cento.

49. Per le donazioni e gli atti di trasferimento a titolo gratuito di beni e diritti e la costituzione cui vincoli di destinazione di beni l'imposta è determinata dall'applicazione delle seguenti aliquote al valore globale dei beni e dei diritti al netto degli oneri da cui è gravato il beneficiario diversi da quelli indicati dall'articolo 58, comma 1, del citato testo unico di cui al decreto legislativo 31, ottobre 1990, n. 346, ovvero, se la dotazione è fatta congiuntamente a favore di più soggetti o se in uno stesso atto sono compresi più atti di disposizione a favore di soggetti diversi, al valore delle quote dei beni o diritti attribuiti:

a) a favore del coniuge e dei parenti in linea retta sui valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 500.000 euro: 5 per cento;

a-bis) a favore dei fratelli e delle sorelle sui valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 100.000 euro: 8 per cento;

b) a favore degli altri parenti fino al quarto grado e degli affini in linea retta, nonché degli affini in linea collaterale fino al terzo grado; 8 per cento;

c) a favore di altri soggetti: 10 per cento.

49-*bis.* Se il beneficiario dei trasferimenti di cui ai commi 48 e 49 è una persona portatrice di handicap riconosciuto grave ai sensi della legge 5 febbraio 1992, n. 104, l'imposta si applica esclusivamente sulla parte del valore della quota o del legato che supera l'ammontare di 1.000.000 euro».

Dopo il comma 19, aggiungere i seguenti:

«19-*bis.* Entro sessanta giorni dal termine per la presentazione della comunicazione dei dati dell'IVA stabilito dall'articolo 8-*bis* del regolamento di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 luglio 1998, n. 322, il contribuente presenta l'elenco dei soggetti nei cui confronti sono state emesse fatture nell'anno cui si riferisce la comunicazione nonché, in relazione al medesimo periodo, l'elenco dei soggetti titolari di partita IVA da cui sono effettuati acquisti rilevanti ai fini dell'applicazione dell'imposta. Per ciascun soggetto sono indicati il codice fiscale e l'importo complessivo delle operazioni effettuate, al netto delle relative note di variazione, con l'evidenziazione dell'imponibile e

dell'imposta, nonché dell'importo delle operazioni non imponibili e di quelle esenti. Con provvedimento del Direttore dell'Agenzia delle entrate, da pubblicare nella *Gazzetta Ufficiale:*

a) sono individuati gli elementi informativi da indicare negli elenchi previsti dall'alinea, nonché le modalità per la presentazione, esclusivamente in via telematica, degli stessi;

b) il termine di cui all'alinea può essere differito per esigenze di natura esclusivamente tecnico ovvero per particolari tipologie di contribuenti, anche in considerazione della dimensione dei dati da trasmettere.

19-*ter.* In caso di omissione della comunicazione di cui al comma precedente, ovvero di invio della sfessa con dati incompleti o non veritieri, si applicano le disposizioni dell'articolo 11 del decreto legislativo 18 dicembre 1997, n 471, e successive modificazioni.

19-*quater*. Entro un mese dalla data di entrata in vigore della presente legge, il Governo provvede ad apportare le modifiche necessarie all'articolo 8-bis dei regolamento di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 luglio 1998, n. 322, al fine di adeguarlo a quanto stabilito dai commi 3 e 4 del presente articolo.

19-*quinquies*. Dopo il comma 29 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2006, n. 296, sono inseriti i seguenti:

«29-*bis*. Al fine di contrastare rindebita effettuazione delle compensazioni previste dal decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, i titolari di partita IVA, entro il quinto giorno precedente quello in cui intendono effettuare l'operazione di compensazione per importi superiori a 5.000 euro, comunicano all'Agenzia delle entrate, in via telematica, l'importo e la tipologia dei crediti oggetto della successiva compensazione. La mancata comunicazione da parte dell'Agenzia delle entrate al contribuente, entro il terzo giorno successivo a quello di comunicazione, vale come silenzio assenso.

29-*ter.* Con provvedimento del Direttore dell'Agenzia delle entrate sono definite le modalità, anche progressive, per l'attuazione delle disposizioni del comma 29-bis e, in particolare, sono stabilite le procedute di controllo volte ad impedire l'utilizzo indebito di crediti».

19-*sexies*. All'articolo 2, comma 1, del decreto-legge n. 16 del marzo 2014, come convertito dalla legge n. 68 del 2 maggio 2014, la lettera *a)* è soppressa.

19-*septies*. A decorrere dal gennaio 2015 sono abrogate le seguenti disposizioni:

a) i commi 10, 11 e 12 dell'articolo 15 del decreto-legge n. 185 del 2008, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 gennaio 2009, n. 2;

b) il comma 47 dell'articolo 1, della legge 24 dicembre 2007, n. 244;

c) il comma 137 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2006, n. 296;

d) gli articoli 15, 16, 17, 18 e 20 del decreto del Presidente della Repubblica del 29 settembre 1973 n. 601.

Dopo il comma 42 aggiungere il seguente:

«42-*bis.* L'articolo 11, comma 1, del decreto del Presidente della Repubblica n. 917 del 1986, è sostituito dal seguente:

"1. L'imposta lorda è determinata applicando al reddito complessivo, al netto degli oneri deducibili indicati nell'articolo 10, le seguenti aliquote per scaglioni di reddito:

a) 15.000 euro, 23 per cento;

b) oltre 15.000 euro e fino a 28.000 euro, 27 per cento;

c) oltre 28.000 euro e fino a 55.000 euro, 38 per cento;

d) oltre 55.000 euro e fino a 75.000 euro, 41 per cento;

e) oltre 75.000 euro e fino a 100.000 euro, 43 per cento;

f) oltre 100.000 euro e fino a 150.000 euro, 45 per cento;

g) oltre 150.000 euro, e fino a 200,000 euro, 47 per cento;

h) oltre 200.000 euro 49 per cento"».

1.80

URAS, BAROZZINO, DE PETRIS, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 9, capoverso 1-bis*, dopo le parole:* «nell'anno» *aggiungere le seguenti:* «riconosciuto anche

ai lavoratori percettori di misure di sostegno del reddito, inclusa la mobilità».

1.81

BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Al comma 9, capoverso comma 1-bis*, sostituire i numeri 1) e 2) con i seguenti:*

«1) 480 euro, se il reddito complessivo non è superiore a 24.000 euro;

2) 480 euro, se il reddito complessivo è superiore a 24.000 euro ma non a 26.000 euro. Il credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra l'importo di 26.000 euro, diminuito del reddito complessivo, e l'importo di 2.000 euro».

Conseguentemente, all'articolo 3, dopo il comma 45 aggiungere il seguente:

«45-*bis*. All'articolo 1, della legge 27 dicembre 2013, n. 147 sono apportate le seguenti modifiche:

a) al comma 639, le parole: "di una componente riferita al servizi, che si articola nel tributo per i servizi indivisibili (TASI), a carico sia del possessore che dell'utilizzatore dell'immobile, e nella" sono sostituite dalle seguenti: "della";

b) il comma 640 è abrogato;

c) i commi da 669 a 679 sono abrogati;

d) il comma 681 è abrogato;

e) al comma 682, la lettera *b)* è soppressa;

j) al comma 683 le parole da: "e le aliquote della TASI" fino a: "destinazione degli immobili" sono soppresse;

g) il comma 687 è abrogato;

h) al comma 688 le parole: "e della TASI" e le parole: "e alla TASI" sono soppresse;

i) al comma 730, capoverso comma 380-*ter*, lettera *b),* n. 2, le parole: "e dell'istituzione della TASI" sono soppresse;

j) al comma 731 le parole: "e della TASI" sono soppresse"».

1.82

LEZZI

Al comma 9, capoverso comma 1-bis*, sostituire i numeri 1) e 2) con i seguenti:*

«1) 480 euro, se il reddito complessivo non è superiore a 24.000 euro;

2) 480 euro, se il reddito complessivo è superiore a 24.000 euro ma non a 26.000 euro. Il credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra l'importo di 26.000 euro, diminuito del reddito complessivo, e l'importo di 2.000 euro».

*Conseguentemente, al medesimo articolo 1, al comma 90 dopo le parol:*e «contributi previdenziali» *aggiungere le seguenti:* «e assistenziali (INPS ed INAIL)» *e conseguentemente sopprimere le parole:* «con esclusione dei premi e contributi dovuti all'INAIL».

1.83

LEZZI

Al comma 9, capoverso comma 1-bis*, sostituire i numeri 1) e 2) con i seguenti:*

«1) 480 euro, se il reddito complessivo non è superiore a 24.000 euro;

2) 480 euro, se il reddito complessivo è superiore a 24.000 euro ma non a 26.000 euro. li credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra l'importo di 26.000 euro, diminuito del reddito complessivo, e l'importo di 2.000 euro».

Conseguentemente, sopprimere i commi 17 e 18.

1.84

LEZZI, BULGARELLI, MANGILI

Al comma 9, capoverso comma 1-bis*, sostituire i numeri 1) e 2) con i seguenti:*

1) 720 euro, se il reddito complessivo non è superiore a 24.000 euro;

2) 720 euro, se il reddito complessivo è superiore a 24.000 euro ma non a 26.000 euro. il credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra l'importo di 26.000 euro, diminuito del reddito complessivo, e l'importo di 2.000 euro.

Conseguentemente, dopo il comma 45 aggiungere il seguente:

«45-*bis* All'articolo 1 della legge 27 dicembre 2013, n. 147, i commi da 641 a 668 sono sostituiti dai seguenti:

641. Il presupposto della TARI è la produzione di rifiuti.

642. La TARI è dovuta da chiunque produca rifiuti urbani.

643. In caso di detenzione temporanea di durata non superiore a sei mesi nel corso dello stesso anno solare, fa TARI è dovuta soltanto dal possessore dei locali e delle aree a titolo di proprietà, usufrutto, uso, abitazione o superficie, in misura corrispondente alla quantità dei rifiuti conferita allo smaltimento finale.

644. Nel caso di focali in multiproprietà e di centri commerciali integrati il soggetto che gestisce i servizi comuni è responsabile del versamento della TARI dovuta per la quantità di rifiuti urbani prodotti e destinata allo smaltimento finale, fermi restando nei confronti di questi ultimi gli altri obblighi o diritti derivanti dal rapporto tributario riguardante i locali e le aree in uso esclusivo. Per l'applicazione della TAR! si considerano le quantità dei rifiuti destinate allo smaltimento finale. 645. Per l'applicazione della TARI si considerano le quantità di rifiuti destinati allo smaltimento finale accertate ai fini dei precedenti prelievi sui rifiuti. Relativamente all'attività di accertamento, il comune, per le unità immobiliari iscritte o iscrivibili nei catasto edilizio urbano, può considerare come quantità assoggettabile alla Tari quella determinata secondo i criteri stabiliti dal regolamento di cui al decreto del Presidente della Repubblica 27 aprile 1999, n. 158.

646. Per le unità immobiliari diverse da quelle a destinazione ordinaria iscritte o iscrivibili nel catasto edilizio urbano la quantità assoggettabile alla TARI rimane quella effettivamente prodotta o desumibile dalle quantità medie dei rifiuti.

647. Nella determinazione della TARI non si tiene conto dei rifiuti speciali, al cui smaltimento sono tenuti a provvedere a proprie spese i relativi produttori, a condizione che ne dimostrino l'avvenuto trattamento in conformità alla normativa vigente. Per i rifiuti speciali assimilati che si producono nei magazzini di materie prime e di prodotti finiti la TAR! è dovuta nella misura del 40 per cento. Sono assimilabili i rifiuti prodotti negli uffici, nelle mense, negli spacci, nei bar e nei locali al servizio dei lavoratori o comunque aperti al pubblico, le cui superfici sono soggette alla TARI per intero. Non sono assimilabili i rifiuti che si formano nelle aree produttive.

648. La TARI è corrisposta in base a tariffa commisurata ad anno solare coincidente con un'autonoma obbligazione tributaria.

649. Il comune, nella commisurazione della tariffa, applica i criteri determinati con il regolamento di cui al decreto del Presidente della Repubblica 27 aprile 1999, n. 158, in particolare quanto stabilito agli articoli 4, 5 e 6.

650. In fase di prima applicazione ed, in ogni caso, non oltre un anno dalla data di entrata in vigore della presente legge, il comune, in alternativa ai criteri di cui al comma precedente e nel rispetto del principio "chi inquina paga", sancito dall'articolo 14 della direttiva 2008/98/CE del Parlamento europeo e del Consiglio, del 19 novembre 2008, relativa ai rifiuti, può commisurare la tariffa alle quantità e qualità medie ordinarie di rifiuti prodotti per unità di superficie, in relazione agli usi e alla tipologia delle attività svolte nonché al costo del servizio sui rifiuti. Le tariffe per ogni categoria o sottocategoria omogenea sono determinate dai comune moltiplicando il costo del servizio per unità di superficie imponibile accertata, previsto per l'anno successivo, per uno o più coefficienti di produttività quantitativa e qualitativa di rifiuti.

651. A partire dal 2016, nella determinazione dei costi di cui al comma 455, il comune deve avvalersi anche delle risultanze dei fabbisogni *standard*.

652. In ogni caso deve essere assicurata la copertura integrale dei costi di investimento ? e di esercizio relativi al servizio, ricomprendendo anche i ? costi di cui all'articolo 15 del decreto legislativo 13 gennaio 2003, n. 36, ad esclusione dei costi relativi ai rifiuti speciali al cui smaltimento provvedono a proprie spese i relativi produttori comprovandone l'avvenuto trattamento in conformità alla normativa vigente.

653. Resta ferma la disciplina del tributo dovuto per il servizio di gestione dei rifiuti delle istituzioni scolastiche, di cui all'articolo 33-*bis* del decreto-legge 31 dicembre 2007, n. 248, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 febbraio 2008, n. 31, il costo, relativo alla gestione dei rifiuti delle istituzioni scolastiche è sottratto dal costo che deve essere coperto con il tributo comunale sui rifiuti.

654. La TARI non è dovuta in caso di mancato svolgimento del Servizio di gestione dei rifiuti, ovvero è dovuta nella misura massima del 20 per cento della tariffa, in caso di effettuazione del servizio di gestione dei rifiuti in grave violazione della disciplina di riferimento, nonché di interruzione del servizio per motivi sindacali o per imprevedibili impedimenti organizzativi che abbiano determinato una situazione riconosciuta dalle autorità sanitaria di danno o pericolo di danno alle persone o all'ambiente. Le mancate entrate dovute a tali disservizi sono realizzate attraverso le penali previste o da prevedere nei rispettivi contratti di servizio stipulati tra ente locale e società affidataria del servizio stesso.

655. Nelle zone in cui non è effettuata la raccolta, la TARI si applica quanto disposto dal comma precedente.

656. Nella modulazione della tariffa sono assicurate riduzioni per la raccolta differenziata riferibile alle utenze domestiche.

657. TI tributo non è dovuto in relazione alle quantità di rifiuti assimilati che il produttore dimostri di aver avviato al riciclaggio di cui all'articolo 183, comma 1, lettera *u)*, del decreto legislativo 3 aprile 2006, n. 152.

658. Per il servizio di gestione dei rifiuti assimilati prodotti da soggetti che occupano o detengono temporaneamente locali od aree pubbliche o di uso pubblico, i comuni stabiliscono con il regolamento le modalità di applicazione della TARI, in base a tariffa giornaliera L'occupazione o la detenzione è temporanea quando si protrae per periodi inferiori a 60 giorni nel corso dello stesso anno solare.

659. L'obbligo di presentazione della dichiarazione è assolto con il pagamento della TARI da effettuare con le modalità e nei termini previsti per la tassa di occupazione temporanea di spazi ed aree pubbliche ovvero per l'imposta municipale secondaria di cui all'articolo Il del decreto legislativo 14 marzo 2011, n. 23, a partire dalla data di entrata in vigore della stessa.

660. Per tutto quanto non previsto dai commi da 459 e 460 si applicano in quanto compatibili le disposizioni relative alla TARI annuale.

661. È fatta salva l'applicazione del tributo provinciale per l'esercizio delle funzioni di tutela, protezione ed igiene dell'ambiente di cui all'articolo 19 del decreto legislativo 30 dicembre 1992, n. 504. Il tributo provinciale, commisurato alla quantità di rifiuti destinati allo smaltimento finale, è applicato nella misura percentuale deliberata dalla provincia sull'importo del tributo.

662. Con regolamento da emanare entro 30 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, ai sensi dei dell'articolo 17, comma 1, della legge 23 agosto 1988, n. 400, e successive modificazioni, su proposta del Ministro dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, sentita la Conferenza Stato-città ed autonomie locali, sono stabiliti criteri, le modalità e le tecnologie per la realizzazione da parte dei comuni di sistemi di misurazione puntuale della quantità di rifiuti conferiti al servizio pubblico e di sistemi di gestione caratterizzati dall'utilizzo di correttivi ai criteri di ripartizione del costo del servizio, finalizzati ad attuare un effettivo modello di tariffa commisurata al servizio reso a copertura integrale dei costi relativi al servizio di gestione dei rifiuti urbani e dei rifiuti assimilati, svolto nelle forme ammesse dal diritto dell'Unione europea».

1.85

MANGILI, LEZZI, BULGARELLI

*Al comma 9, al capoverso comma 1-*bis*, sostituire i numeri 1) e 2) con i seguenti:*

«1) 720 euro, se il reddito complessivo non è superiore a 24.000 euro;

2) 720 euro, se il reddito complessivo è superiore a 24.000 euro ma non a 26.000 euro. il credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra l'importo di 26.000 euro, diminuito del reddito complessivo, e l'importo di 2.000 euro».

Conseguentemente all'articolo 3, dopo il comma 45 aggiungere il seguente:

«45-*bis*. Con provvedimento del Direttore dell'agenzia delle entrate, da approvare entro 60 giorni dalla data di entrata'in vigore della presente legge, sono indicati i nuovi criteri di redazione dei modelli relativi alla dichiarazione dei redditi al fine di prevedere, per la destinazione dell'8 per mille allo Stato, la facoltà del dichiarante di destinare l'8 per mille ad una delle cinque sottocategorie di destinazione».

1.86

MANGILI, LEZZI, BULGARELLI, CATALFO, PAGLINI, PUGLIA

Al comma 9, capoverso «1-*bis*», *sostituire i numeri 1) e 2) con i seguenti:*

«1) 840 euro, se il reddito complessivo non è superiore a 24.000 euro;

2) 840 euro, se il reddito complessivo è superiore a 24.000 euro ma non a 26.000 euro. Il credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra l'importo di 26.000 euro, diminuito del reddito complessivo, e l'importo di 2.000 euro».

Conseguentemente, al medesimo articolo 1, sostituire il comma 118 con il seguente:

«118. Lo stanziamento del Fondo nazionale per le politiche sociali di cui all'articolo 20, comma 8, della legge 8 novembre 2000, n. 328, è incrementato di 600 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015».

1.87

BERTOROTTA, MANGILI, MORRA, CRIMI, BULGARELLI

Al comma 9, al capoverso «1-*bis*», i numeri 1) e 2) sono sostituiti dai seguenti:

«1) 855 euro per i12015, 755 euro per il 2016 e 655 euro a decorrere dal2017, se il reddito complessivo non è superiore a 24.000 euro;

2) 855 euro per i12015, 755 euro per i12016 e 655 euro a decorrere dal 2017, se il reddito complessivo è superiore a 24.000 euro ma non a 26.000 euro. Il credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra l'importo di 26.000 euro, diminuito del reddito complessivo, e l'importo di 2.000 euro;».

Conseguentemente, all'articolo 2, il comma 154 è soppresso.

1.88

BERTOROTTA, MANGILI, MORRA, CRIMI, BULGARELLI

Al comma 9, al capoverso «1-*bis*», *i numeri 1) e 2) sono sostituiti dai seguenti:*

«1) 905 euro per il 2015, 855 euro per il 2016 e 805 euro a decorrere dal 2017, se il reddito complessivo non è superiore a 24.000 euro;

2) 905 euro per il 2015, 855 euro per il 2016 e 805 euro a decorrere dal 2017, se il reddito complessivo è superiore a 24.000 euro ma non a 26.000 euro. Il credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra l'importo di 26.000 euro, diminuito del reddito complessivo, e l'importo di 2.000 euro;».

Conseguentemente, all'articolo 2, al comma 154, sostituire le seguenti parole: «di 1.000 milioni di euro per l'anno 2015, di 2.000 milioni di euro per l'anno 2016 e di 3.000 milioni di euro a decorrere dall'anno 2017» *con le seguenti:* «di 500 milioni di euro per l'anno 2015, di 1.000 milioni di euro per l'anno 2016 e di 1.500 milioni di euro a decorrere dall'anno 2017».

1.89

CATALFO, PUGLIA, PAGLINI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Al comma 9, capoverso «1-*bis*», i numeri 1) e 2) sono sostituiti dai seguenti:

«1) 920 euro per l'anno 2015, 840 euro per l'anno 2016 e 780 euro a decorrere dall'anno 2017, se il reddito complessivo non è superiore a 24.000 euro;

2) 920 euro per l'anno 2015, 840 euro per l'anno 2016 e 780 euro a decorrere dall'anno 2017, se il reddito complessivo è superiore a 24.000 euro ma non a 26.000 euro. il credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra l'importo di 26.000 euro, diminuito del reddito complessivo, e importo di 2.000 euro;».

Conseguentemente, al medesimo articolo 1, sopprimere il comma 91.

1.90

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 9, capoverso «1-*bis*», *numeri 1) e 2), dopo le parole:* «se il reddito complessivo» *aggiungere le seguenti:* «comprensivo di eventuali redditi soggetti a tassazione separata».

1.91

COLLINA, TOMASELLI

Dopo il comma 11, aggiungere i seguenti:

«11-*bis*. In relazione ai finanziamenti agevolati già concessi, con risorse provenienti dal Fondo rotativo per il sostegno alle imprese e gli investimenti in ricerca di cui all'articolo 1, comma 354, della legge 30 dicembre 2004, n. 311, ai sensi del decreto-legge 22 ottobre 1992, n. 415, convertito con modificazioni dalla legge 19 dicembre 1992, n. 488, e degli articoli 14 e seguenti. della legge 17 febbraio 1982, n. 46 può essere disposta per una sola volta, su istanza dell'impresa alla banca concessionaria e subordinatamente alla valutazione positiva del soggetto finanziatore, una sospensione di dodici mesi del pagamento della quota capitale delle rate con scadenza non successiva al 31 dicembre 2015, traslando in avanti il piano di ammortamento delle quote agevolata e bancaria del finanziamento per un periodo di dodici mesi. Gli interessi relativi alle rate sospese sono corrisposti alle scadenze originarie ovvero, ove le rate risultino già scadute alla data di concessione del beneficio, entro sessanta giorni dalla predetta data, in tal caso maggiorati degli interessi di mora di cui al comma 11-*ter* da corrispondere a Cassa depositi e prestiti S.p.A.. Il conteggio degli interessi da corrispondere a Cassa» depositi« e prestiti S.p.A. durante il periodo di sospensione, sarà effettuato sul residuo debito effettivo tempo per tempo vigente.

l1-*ter*. Ai fini di cui al comma l1-*bis*, l'impresa invia l'istanza alla banca concessionaria entro quarantacinque giorni precedenti la scadenza della rata della quale si richiede la sospensione. La banca concessionaria inoltra specifica richiesta, corredata da valutazione positiva del soggetto finanziatore per la quota bancaria del finanziamento e relazione istruttoria che attesti la sussistenza dei requisiti nonché le condizioni di sostenibilità finanziaria del rimborso delle rate da parte dell'impresa, al Ministero dello sviluppo economico e alla Cassa depositi e prestiti S.p.A. affinché quest'ultima provveda a comunicare l'importo degli oneri per interessi, determinati ai sensi del decreto del Ministro dell'economia e delle finanze emanato ai sensi dell'articolo l, comma 358, della legge 30 dicembre 2004, n. 311, corrispondenti alla sospensione di dodici mesi del pagamento della quota capitale delle rate. La Cassa depositi e prestiti S.p.A., entro 30 giorni dal ricevimento della richiesta, comunica il predetto importo alla banca concessionaria, che provvede tempestivamente ai conseguenti adempimenti nei confronti dell'impresa

11-*quater*. Ove l'impresa non corrisponda a Cassa depositi e prestiti S.p.A. gli interessi relativi alle rate sospese alle scadenze di cui al comma 11-*bis*, la sospensione di dodici mesi del pagamento della quota capitale è revocata.

11-*quinquies*. La garanzia dello Stato di cui al decreto del Ministro dell'economia e delle finanze emanato ai sensi del comma 359 dell'articolo l della legge 30 dicembre 2004, n. 311, assiste i finanziamenti agevolati oggetto della sospensione di cui al comma 11-*bis*.

11-*sexies*. In relazione ai medesimi finanziamenti agevolati di cui al comma 11-*bis*, è possibile accedere, su istanza dell'impresa alla banca concessionaria e subordinatamente alla valutazione positiva del soggetto finanziatore, alla rinegoziazione delle modalità di rimborso del finanziamento, con rimodulazione del piano di rimborso e relativa rideterminazione della durata complessiva del piano di rimborso. La rinegoziazione è ammissibile per finanziamenti in fase di ammortamento da almeno due anni e comporta la rimodulazione del piano di rimborso, per un periodo stabilito in funzione della residua durata dello stesso e comunque non superiore a quattro anni, nonché la definizione di modalità di restituzione graduale di eventuali interessi di mora dovuti alle imprese, ferma restando l'invarianza dei tassi di interesse previsti dal piano di rimborso originario.

11-*septies*. In relazione ai finanziamenti di cui al comma 11-*bis* per i quali sia stata disposta la revoca delle agevolazioni in ragione della morosità nella restituzione delle rate, su istanza dell'impresa alla banca concessionaria e subordinatamente alla valutazione positiva del soggetto finanziatore, è

possibile procedere alla definizione di piani di restituzione graduale degli importi dovuti per effetto del provvedimento di revoca fino a un massimo di sei anni, a un tasso di interesse pari al tasso di riferimento di cui all'articolo 2, comma 2, del decreto legislativo 31 marzo 1998, n. 123, maggiorato dell'l per cento e comunque non inferiore a quello agevolato e non superiore a quello applicato per le dilazioni di pagamento di cui all'articolo 19 del decreto del Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, n. 602. La mancata corresponsione alla data di scadenza di una delle rate previste dal piano di rateizzazione comporta la decadenza automatica dal beneficio della rateizzazione e l'iscrizione a ruolo delle somme ancora dovute maggiorate dell'l per cento. Il presente comma si applica anche alle imprese che abbiano beneficiato della moratoria e delle modalità di restituzione graduale delle agevolazioni di cui al decreto del Ministro dello sviluppo economico 9 agosto 2012.

11-*octies*. Dall'attuazione dei commi da 11-*bis* a 11-*septies* non devono derivare nuovi o maggiori oneri per la finanza pubblica».

1.92

SCIASCIA

Dopo il comma 12, aggiungere i seguenti:

«12-*bis*. All'articolo 53, comma 2, del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, dopo la lettera *f)* è aggiunta la seguente:

"*g)* i compensi per l'attività professionale svolta, nonché quelli derivanti dall'incarico di amministratore, percepiti da persone fisiche che esercitino arti e professioni per il tramite delle società di cui all'articolo 10 della legge 12 novembre 2011, n. 183, da loro stesse partecipate.".

«12-*ter*. All'articolo 5, comma 2, del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633, dopo le parole: "ai sensi della legge 12 giugno 1973, n. 349," è soppressa la parola: "nonché"; dopo le parole: "di cui al regio decreto-legge 26 settembre 1935, n. 1952", sono aggiunte le seguenti: "nonché le prestazioni svolte dai soci professionisti per il tramite delle società di cui all'articolo 10 della legge 12 novembre 2011, n. 183, da loro stessi partecipate, ivi incluse quelle derivanti dallo svolgimento degli incarichi di amministratori delle medesime società".».

1.93

MALAN

Al comma 13, sopprimere le parole: «nel caso in culle stesse siano rese in forma elettronica».

1.94

BAROZZINO, URAS

Dopo il comma 13, aggiungere il seguente:

«13-*bis*. I lavoratori dipendenti dei settori pubblico e privato, portatori di patologie gravi e/o sottoposti a cure post-operatori o a terapia salvavita, certificate annualmente da strutture sanitarie pubbliche, sono esclusi dal computo dei limiti massimi di assenza per malattia, previsti dalla contrattazione collettiva o individuale.

13-*ter*. Il lavoratore di cui al comma 1 ha diritto alla conservazione del posto di lavoro, indipendentemente dalla durata del decorso della malattia e dei giorni di assenza dovute alle terapie salvavita.

13-*quater*. Il lavoratore ha diritto alla conservazione del trattamento economico per il periodo e con le modalità previste dalla contrattazione collettiva o individuale.

13-*quinquies*. Le disposizione di cui ai commi precedenti si applicano a tutti i datori di lavoro, indipendentemente dal numero dei lavoratori occupati.

13-*sexies*. Ai soggetti di cui al comma 1 è riconosciuto un assegno mensile, che non concorre alla formazione del reddito imponibile ai fini delle imposte e dei contributi. di importo pari a 600 euro.

13-*septies*. L'assegno di cui al comma 5 è riconosciuto a decorrere dal lº gennaio 2015 e verrà erogato dalle sedi periferiche dell'INPS.

13-*octies*. A copertura degli oneri finanziari di cui ai precedenti commi è istituito, presso il Ministero dell'economia e delle finanze, il "Fondo per patologie gravi", di seguito denominato "Fondo". Le maggiori entrate derivanti dalle previsioni di cui ai successivi commi 8, 9, 10 accertate

annualmente con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, affluiscono nel Fondo per essere riassegnate all'INPS per le finalità di cui al presente articolo.

13-*novies*. A partire dal periodo d'imposta 2015, è istituita un'imposta patrimoniale ordinaria sulle grandi ricchezze, pari allo 0,5 per cento per una base imponibile di valore compreso tra 3 milioni euro e 4 milioni di euro, e una pari all'1 per cento per le basi imponibili di valore superiore a 4 milioni di euro. Per base imponibile dell'imposta s'intende la ricchezza netta delle famiglie superiore a 3 milioni di euro, costituita dalla somma delle attività reali e delle attività finanziarie al netto delle passività finanziarie compreso il patrimonio non strumentale delle società.

13-*decies*. Sono soppressi a decorrere dal 1º gennaio 2015:

a) i commi 10, 11 e 12 dell'articolo 15 del decreto-legge n. 185 dei 2008, convertito con modificazioni, dalla legge 28 gennaio 2009, n. 2;

b) il comma 47 dell'articolo 1, della legge 24 dicembre 2007, n. 244;

c) il comma 137 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2006, n. 296;

d) gli articoli 15, 16, 17, 18 e 20 del decreto del Presidente della Repubblica del 29 settembre 1973, n. 601.

13-*undecies*. L'articolo 11, comma 1 del decreto del Presidente della Repubblica n. 917 del 1986, è sostituito dal seguente:

"1. L'imposta lorda è determinata applicando al reddito complessivo, al netto degli oneri deducibili indicati nell'articolo lO, le seguenti aliquote per scaglioni di reddito:

a) 15.000 euro, 23 per cento;

b) oltre 15.000 euro e fino a 28.000 euro, 27 per cento;

c) oltre 28.000 euro e fino a 55.000 euro, 38 per cento;

d) oltre 55.000 euro e fino. a 75.000 euro, 41 per cento;

e) oltre 75.000 euro e fino a 100.000 euro, 43 per cento;

f) oltre 100.000 euro e fino a 150.000 euro, 45 per cento;

g) oltre 150.000 euro, e fino a 200.000 euro, 47 per cento;

h) oltre 200.000 euro 49 per cento».

1.95

MILO, GIOVANNI MAURO

Dopo il comma 13, aggiungere il seguente:

«13-*bis*. Ai fini della predisposizione di un piano di revisione dell'utilizzo del personale comandato e nelle more della definizione delle procedure di mobilità, sono fatti salvi, anche per l'anno scolastico 2015-2016, i provvedimenti di collocamento fuori ruolo di cui all'articolo 1, comma 58, della legge 24 dicembre 2012, n. 228».

Conseguentemente: «al relativo onere si provvede, con una quota delle entrate di cui all'articolo 7, comma 39, del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, per un importo pari a 3,3 milioni di euro, di cui 1,1 milioni di euro per l'anno 2015 e 2,2 milioni di euro per l'anno 2016».

1.96

BONFRISCO

Dopo il comma 14, aggiungere i seguenti:

«14-*bis*. Alla tariffa di cui all'articolo 22 del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972 n. 641, dopo il punto 8), aggiungere il seguente punto 9): "iscrizione nell'albo di cui all'articolo 31, comma 4, del decreto legislativo 24 febbraio 1998 n. 58". La tassa è dovuta per le iscrizioni successive all'entrata In vigore della presente disposizione.

14-*ter*. A tal fine, le funzioni di vigilanza sul promotori finanziari attribuite alla Consob dal citato decreto legislativo n. 58 del 1998 sono trasferite all'Organismo di cui all'articolo 31, comma 4, del medesimo decreto, che assume anche le funzioni dell'Organismo di cui agli articoli 18-*bis*, comma 6 e 18-*ter*, comma 3 nonché la denominazione di "Organismo di Vigilanza e Tenuta dell'Albo unico dei Consulenti finanziari". Tale Organismo, i cui organi statutari alla data di entrata in vigore della

presente legge, restano in carica fino al 30 aprile 2019 al fine di assicurare la massima stabilità al nuovo assetto organizzativo, opera nel rispetto del principi e dei criteri stabiliti dalla Consob con proprio regolamento e sotto la vigilanza della medesima. I riferimenti all'Organismo di Tenuta dell'Albo dei promotori finanziari nonché alla Consob, contenuti agli articoli 18-*bis*, comma 6, 31 comma 7, 55 e 196, comma 2 del predetto decreto legislativo n. 58 del 1998, si intendono riferiti all'Organismo di cui al primo periodo. Sono abrogati i commi 2, 3,4 e 5, dell'articolo 18-*bis* del medesimo decreto legislativo n. 58 del 1998.

14-*quater*. L'albo unico dei promotori finanziari di cui al citato articolo 31, comma 4, del decreto legislativo n. 58 del 1998, assume la denominazione di "albo unico dei consulenti finanziari", nel quale sono iscritti in tre distinte sezioni i consulenti finanziari abilitati all'offerta fuori sede, i consulenti finanziari indipendenti e le società di consulenza finanziaria.

14-*quinquies*. I "promotori finanziari" di cui all'articolo 31 del predetto decreto legislativo n. 58 del 1998 assumono la denominazione di "consulenti finanziari abilitati all'offerta fuori sede" e i "consulenti finanziari" di cui all'articolo 18-*bis* del citato decreto assumono la denominazione di «consulenti finanziari indipendenti». Agli articoli 30, 31, 55, 166, 187-*quater*, 190, 191 e 196 del predetto decreto legislativo n. 58 del 1998, le parole: "promotori finanziari" o "promotore finanziario" ovunque ricorrenti sono sostituite dalle seguenti: "consulenti finanziari abilitati all'offerta fuori sede" o "consulente finanziario abilitato all'offerta fuori sede" e negli articoli 18-*bis* e 190 del medesimo decreto legislativo n. 58 del 1998 le parole: "consulenti finanziari" sono sostituite dalle seguenti: "consulenti finanziari indipendenti".

14-*sexies*. L'Organismo si avvale del proprio personale e di un contingente di personale anche con qualifica

dirigenziale posto in posizione di distacco, comando o altro analogo istituto, da amministrazioni pubbliche incluse le Autorità amministrative indipendenti. L'Organismo rimborsa alle amministrazioni di appartenenza gli oneri relativi al citato personale, restando a carico dell'Organismo anche l'eventuale attribuzione di un compenso aggiuntivo. AI termine del periodo di distacco, comando o altro analogo istituto e degli eventuali rinnovi, il predetto personale rientra nell'amministrazione di appartenenza, salvo che, a richiesta del personale interessato, l'Organismo non lo immetta nel proprio organico a tempo indeterminato. A tal fine le disposizioni occorrenti per l'attuazione della disposizione di cui al primo periodo dell'articolo 29-*bis* della legge 28 dicembre 2005 n. 262 sono stabilite, in coerenza con il provvedimento di cui al quarto periodo del citato articolo 29-*bis* della legge n. 262 del 2005, con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri da adottare entro i successivi 60 giorni. Si applica l'articolo 17, comma 14, della legge 15 maggio 1997, n.127.

14-*septies*. Entro sei mesi dall'adozione del regolamento di cui al comma 14-*ter* la Consob e l'Organismo per la tenuta dell'albo unico del promotori finanziari stabiliscono con protocollo di intesa le modalità operative ed i tempi del trasferimento delle funzioni, gli adempimenti occorrenti per dare attuazione al nuovo assetto statutario ed organizzativo, nonché le attività propedeutiche connesse all'iscrizione con esonero dalla prova valutativa delle persone fisiche consulenti finanziari Indipendenti e delle società di consulenza finanziaria. Con successive delibere da adottarsi, anche disgiuntamente, in conformità al preregolamento di cui al comma 14-*ter* ed al protocollo d'intesa la consob stabilisce:

a) alla data di avvio operatività dell'»albo unico dei consulenti finanziari»;

b) la data di avvio di operatività dell'»Organismo di Vigilanza e Tenuta dell'Albo dei consulentii finanziari«.

14-*octies*. le maggiori entrate derivanti dalla disposizione di cui al comma 14-*bis*, nei limiti di 0,2 milioni di euro per l'anno 2016, affluiscono ad un apposito fondo da istituire presso il Ministero dell'economia e delle finanze da .....

1.97

BONFRISCO

Dopo il comma 14, aggiungere i seguenti:

«14-*bis*. Alla tariffa di cui all'articolo 22 del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre

1972 n. 641, dopo il punto 8), aggiungere il seguente punto 9): "Iscrizione nell'albo di cui all'articolo 31, comma 4, del decreto legislativo 24 febbraio 1998 n. 58". la tassa è dovuta per le iscrizioni successive all'entrata in vigore della presente disposizione.

14-*ter*. A tal fine, le funzioni di vigilanza sui promotori finanziari attribuite alla Consob dal citato decreto legislativo n. 58 del 1998 sono trasferite all'Organismo di cui all'articolo 31, comma 4, del medesimo decreto, che assume anche le funzioni dell'Organismo di cui agli articoli 18-*bis*, comma 6 e 18-*ter*, comma 3 nonché la denominazione di "Organismo di Vigilanza e Tenuta dell'Albo unico dei Consulenti finanziari". Tale Organismo, i cui organi statutari alla data di entrata In vigore della presente legge, restano in carica fino al 30 aprile 2019 al fine di assicurare la massima stabilità al nuovo assetto organizzativo, opera nel rispetto dei principi e dei criteri stabiliti'dalla Consob con proprio regolamento e sotto la vigilanza della medesima. I riferimenti all'Organismo di Tenuta dell'Albo dei promotori finanziari nonché alla Consob, contenuti agli articoli 18-*bis*, comma 6, 31 comma 7, 55 e 196, comma 2 del predetto decreto legislativo n. 58 del 1998, si intendono riferiti all'Organismo di cui al primo periodo. Sono abrogati i commi 2, 3, 4 e 5, dell'articolo 18-*bis* del medesimo decreto legislativo n. 58 del 1998.

14-*quater*. L'albo unico dei promotori finanziari di cui al citato articolo 31, comma 4, del decreto legislativo n. 58 del 1998, assume la denominazione di "albo unico dei consulenti finanziari", nel quale sono iscritti in tre distinte sezioni i consulenti finanziari abilitati all'offerta fuori sede, i consulenti finanziari indipendenti e le società di consulenza finanziaria.

14-*quinquies*. I "promotori finanziari" di cui all'articolo 31 del predetto decreto legislativo n. 58 del 1998 assumono la denominazione di "consulenti finanziari abilitati all'offerta fuori sede" e i "consulenti finanziari" di cui all'articolo 18-*bis* del citato decreto assumono la denominazione di "consulenti finanziari indipendenti", Agli articoli 30, 31, 55, 166, 187-quater, 190, 191 e 196 del predetto decreto legislativo n. 58 del 1998, le parole: "promotori finanziari" o "promotore finanziario" ovunque ricorrenti sono sostituite dalle seguenti: "consulenti finanziari abilitati all'offerta fuori sede" o "consulente finanziario abilitato all'offerta fuori sede" e negli articoli 18-*bis* e 190 del medesimo decreto legislativo n. 58 del 1998 le parole: "consulenti finanziari" sono sostituite dalle seguenti: "consulenti finanziari indipendenti".

14-*sexies*. l'Organismo si avvale del proprio personale e di un contingente di personale anche con qualifica

dirigenziale posto in posizione di distacco, comando o altro analogo istituto, da amministrazioni pubbliche incluse le Autorità amministrative indipendenti. L'Organismo rimborsa alle amministrazioni di appartenenza gli oneri relativi al citato personale, restando a carico dell'Organismo anche l'eventuale attribuzione di un compenso aggiuntivo, Al termine del periodo di distacco, comando o altro analogo istituto e degli eventuali rinnovi, il predetto personale rientra nell'amministrazione di appartenenza, salvo che, a richiesta del personale interessato, l'Organismo non lo immetta nel proprio organico a tempo indeterminato. A tal fine le disposizioni occorrenti per l'attuazione della disposizione di cui al primo periodo dell'articolo 29-*bis* della legge 28 dicembre 2005 n. 262 sono stabilite, in coerenza con il provvedimento di cui al quarto periodo del citato articolo 29-bis della legge n. 262 del 2005, con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri da adottare entro I successivi 60 giorni. Si applica l'articolo 17, comma 14, della legge 15 maggio 1997, n. 127.

14-*septies*. Entro sei mesi dall'adozione del regolamento di cui al comma 14-*ter* la Consob e l'Organismo per la tenuta dell'albo unico del promotori finanziari stabiliscono con protocollo di intesa le modalità operative ed i tempi del trasferimento delle funzioni, gli adempimenti occorrenti per dare attuazione al nuovo assetto statutario ed organizzativo, nonché le attività propedeutiche connesse all'iscrizione con esonero dalla prova valutativa delle persone fisiche consulenti finanziari indipendenti e delle società di consulenza finanziaria. Con successive delibere da adottarsi, anche disgiuntamente, in conformità al predetto regolamento di cui al comma 14-*ter* ed al protocollo d'intesa, la Consob stabilisce:

a) la data di avvio di operatività dell'"albo unico del consulenti finanziari";

b) la data di avvio di operatività dell'"Organismo di Vigilanza e Tenuta dell'Albo unico dei Consulenti finanziari"».

1.98

MAURO MARIA MARINO

Dopo il comma 14, aggiungere i seguenti:

«14-*bis*. Alla tariffa di cui all'articolo 22 del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 641, dopo il punto 8), aggiungere il seguente punto 9): "iscrizione nell'albo di cui all'articolo 31, comma 4, del decreto legislativo 24 febbraio l 998 n. 58". La tassa è dovuta per le iscrizioni successive all'entrata in vigore della presente disposizione.

14-*ter*. A tal fine, le funzioni di vigilanza sui promotori finanziari attribuite alla Consob dal citato decreto legislativo n. 58 del 1998 sono trasferite all'Organismo di cui all'articolo 31, comma 4, del medesimo decreto, che assume anche le funzioni dell'Organismo di cui agli articoli 18-*bis*, comma 6 e 18-*ter*, comma 3 nonché la denominazione di "Organismo di Vigilanza e Tenuta dell'Albo unico dei Consulenti finanziari". Tale Organismo, i cui organi statutari alla data di entrata in Vigore della presente legge, restano in carica fino al 30 aprile 2019 al fine di assicurare la massima stabilità al nuovo assetto organizzativo, opera nel rispetto dei principi e dei criteri stabiliti dalla Consob con proprio regolamento e sotto la vigilanza della medesima. I riferimenti all'Organismo di Tenuta dell'Albo dei promotori finanziari nonché alla Consob, contenuti agli articoli 18-*bis*, comma 6,31 comma 7,55 e 196, comma 2 del predetto decreto legislativo n. 58 del 1998, si intendono riferiti all'Organismo di cui al primo periodo. Sono abrogati i commi 2, 3,4 e 5, dell'articolo 18-*bis* del medesimo decreto legislativo n. 58 del 1998.

l4-*quater*. L'albo unico dei promotori finanziari di cui al citato articolo 31, comma 4, del decreto legislativo n. 58 del 1998, assume la denominazione di "albo unico dei consulenti finanziari", nel quale sono iscritti in tre distinte sezioni i consulenti finanziari abilitati all'offerta fuori sede, i consulenti finanziari indipendenti e le società di consulenza finanziaria.

14-*quinquies*. I "'promotori finanziari" di cui all'articolo 31 del predetto decreto legislativo n. 58 del 1998 assumono la denominazione di "consulenti finanziari abilitati all'offerta fuori sede" e i "consulenti finanziari" di cui all'articolo 18-*bis* del citato decreto assumono la denominazione di "consulenti finanziari indipendenti". Agli articoli 30, 31, 55, 166, 187-*quater*, 190, 191 e 196 del predetto decreto legislativo n. 58 del 1998, le parole: "promotori finanziari" o "promotore finanziario" ovunque ricorrenti sono sostituite dalle seguenti: "consulenti finanziari abilitati all'offerta fuori sede" o "consulente finanziario abilitato all'offerta fuori sede" e negli articoli 18-*bis* e 190 del medesimo decreto legislativo n. 58 del 1998 le parole: "consulenti finanziari" sono sostituite dalle seguenti: "consulenti finanziari Indipendenti".

14-*sexies*. L'Organismo si avvale del proprio personale e di un contingente di personale anche con qualifica dirigenziale posto in posizione di distacco, comando o altro analogo istituto, da amministrazioni pubbliche incluse le Autorità amministrative indipendenti. L'Organismo rimborsa alle amministrazioni di appartenenza gli oneri relativi al citato personale, restando a carico dell'Organismo anche l'eventuale attribuzione di un compenso aggiuntivo. Al termine del periodo di distacco, comando o altro analogo istituto e degli eventuali rinnovi, il predetto personale rientra nell'amministrazione di appartenenza, salvo che, a richiesta del personale interessato, l'Organismo non lo immetta nel proprio organico a tempo indeterminato. A tal fine le disposizioni occorrenti per l'attuazione della disposizione di cui al primo periodo dell'articolo 29-*bis* della legge 28 dicembre 2005 n. 262 sono stabilite, in coerenza con il provvedimento di cui al quarto periodo del citato articolo 29-*bis* della legge n. 262 del 2005, con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri da adottare entro i successivi 60 giorni. Si applica l'articolo 17, comma 14, della legge 15 maggio 1997, n. 127.

14-*septies*. Entro sei mesi dall'adozione del regolamento di cui al comma 14-*ter* la Consob e l'Organismo per la tenuta dell'albo unico dei promotori finanziari stabiliscono con protocollo di intesa le modalità operative ed i tempi del trasferimento delle funzioni, gli adempimenti occorrenti per dare attuazione al nuovo assetto statutario ed organizzativo, nonché le attività propedeutiche connesse

all'iscrizione con esonero dalla prova valutativa delle persone fisiche consulenti finanziari indipendenti e delle società di consulenza finanziaria. Con successive delibere da adottarsi, anche disgiuntamente, in conformità al predetto regolamento di cui al comma 14-ter ed al protocollo d'intesa, la Consob stabilisce:

a) la data di avvio di operatività dell'"albo unico dei consulenti finanzi";

b) la data di avvio di operatività dell'"Organismo di Vigilanza e Tenuta dell'Albo unico dei Consulenti finanziari".

14-*octies*. Le maggiori entrate derivanti dalla disposizione di cui al comma 14-*bis*, nei limiti di 0,2 milioni di euro per l'anno 2016, affluiscono ad un apposito fondo da istituire presso il Ministero dell'economia e delle finanze da destinare alla copertura di quota parte degli oneri occorrenti per il funzionamento, per il medesimo anno 2016, dell'organismo istituto, ai sensi del quarto periodo, a seguito della revisione del sistema, disciplinato dalla Consob, di risoluzione stragiudiziale delle controversie con la clientela. Alla copertura della restante parte degli oneri per l'anno 2016 si provvede con le risorse di cui all'articolo 40, comma 3, della legge 23 dicembre 1994, n. 724 e successive modificazioni nonché con gli importi posti a carico degli utenti delle procedure medesime. A decorrere dall'anno 2017 alla copertura delle relative spese di funzionamento si provvede con le risorse di cui all'articolo 40, comma 3, della legge 23 dicembre 1994, n. 724 e successive modificazioni nonché con gli importi posti a carico degli utenti delle procedure medesime. A tal fine, con Regolamento adottato dalla Consob sono disciplinate le modalità di attuazione delle disposizioni di cui al presente comma in modo da assicurare:

a) l'introduzione di meccanismi di risoluzione stragiudiziale delle controversie, rimesse alla decisione di un organo i cui componenti sono nominati dalla Consob, a partecipazione obbligatoria;

b) l'efficienza, la rapidità, l'economicità della soluzione delle controversie, il contraddittorio tra le parti e l'effettività della tutela;

c) l'assenza di nuovi o maggiori oneri per la finanza pubblica. A decorrere dalla data di entrata in vigore del regolamento di cui al presente comma sono abrogati l'articolo 32-*ter* del decreto legislativo 24 febbraio 1998, n. 58 e il Capo I del decreto legislativo 8 ottobre 2007, n. 179 e all'articolo 5, comma l-*bis*, del decreto legislativo 4 marzo 2010, n. 28, le parole "il procedimento di conciliazione previsto dal decreto legislativo 8 ottobre 2007, n. 179" sono sostituite dalle seguenti: "il procedimento di risoluzione stragiudiziale delle controversie a partecipazione obbligatoria disciplinato dalla Consob" nonché all'articolo 190, comma 2 del decreto legislativo 24 febbraio 1998, n. 58, dopo la lettera *d*-sexies) è aggiunta la seguente:

"*d*-septies): ai soggetti che svolgono funzioni di amministrazione o di direzione nell'ambito delle società previste dalla disciplina sul sistema di risoluzione stragiudiziale delle controversie a partecipazione obbligatoria disciplinato dalla Consob, nonché alle persone fisiche previste dalla medesima disciplina, in caso di mancata adesione al citato sistema di risoluzione stragiudiziale delle controversie ivi previste".».

1.99

GUALDANI

Dopo il comma 14, aggiungere i seguenti:

«14-*bis*. Alla tariffa di cui all'articolo 22 del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972 n. 641, dopo il punto 8), aggiungere il seguente punto 9): "iscrizione nell'albo di cui all'articolo 31, comma 4, del decreto legislativo 24 febbraio 1998 n. 58". La tassa è dovuta per le iscrizioni successive all'entrata in vigore della presente disposizione.

14-*ter*. A tal fine, le funzioni di vigilanza sui promotori finanziari attribuite alla Consob dal citato decreto legislativo n. 58 del 1998 sono trasferite all'Organismo di cui all'articolo 31, comma 4, del medesimo decreto, che assume anche le funzioni dell'Organismo di cui agli articolo 18-*bis*, comma 6 e 18-*ter*, comma 3 nonché la denominazione di «Organismo di Vigilanza e Tenuta dell'Albo unico dei Consulenti finanziari». Tale Organismo, i cui organi. statutari alla data di entrata in vigore della presente legge, restano in carica fino al 30 aprile 2019 al fine di assicurare la massima stabilità al

nuovo assetto organizzativo, opera nel rispetto dei principi e dei criteri stabiliti dalla Consob con proprio regolamento e sotto la vigilanza della medesima. I riferimenti all'Organismo di Tenuta dell'Albo dei promotori finanziari nonché alla Consob, contenuti agli articoli 18-*bis*, comma 6, 31 comma 7, 55 e 196, comma 2 del predetto decreto legislativo n. 58 del 1998, si intendono riferiti all'Organismo di cui al primo periodo. Sono abrogati i commi 2, 3, 4 e 5, dell'articolo 18-*bis* del medesimo decreto legislativo n. 58 del 1998.

14-*quater*. L'albo unico dei promotori finanziari di cui al citato articolo 31, comma 4, del decreto legislativo n. 58 del 1998, assume la denominazione di "albo unico dei consulenti finanziari", nel quale sono iscritti in tre distinte sezioni i consulenti finanziari abilitati all'offerta fuori sede, i consulenti finanziari indipendenti e le società di consulenza.

14-*quinquies*. I "promotori finanziari" di cui all'articolo 31 del predetto decreto legislativo n. 58 del 1998 assumono la denominazione di "consulenti finanziari abilitati all'offerta fuori sede" e i "consulenti finanziari" di cui all'articolo 18-*bis* del citato decreto assumono la. denominazione di "consulenti finanziari indipendenti". Agli articoli 30, 31, 55, 166, 187-*quater*, 190, 191 e 196 del predetto decreto legislativo n. 58 del 1998, le parole: "promotori finanziari" o "promotore finanziario" ovunque ricorrenti sono sostituite dalle seguenti: "consulenti finanziari abilitati all'offerta fuori sede" o "consulente finanziario abilitato all'offerta fuori sede" e negli articoli 18-*bis* e 190 del medesimo decreto legislativo n. 58 del 1998 le parole: "consulenti finanziari" sono sostituite dalle seguenti: "consulenti finanziari".

14-*sexies*. L'Organismo si avvale del proprio personale e di un contingente di personale anche con qualifica dirigenziale posto in posizione di distacco, comando o altro analogo istituto, da amministrazioni pubbliche incluse le Autorità amministrative indipendenti. L'Organismo rimborsa alle amministrazioni di appartenenza gli oneri relativi al citato personale, restando a carico dell'Organismo anche l'eventuale attribuzione di un compenso aggiuntivo. AI termine del periodo di distacco, comando o altro analogo istituto e degli eventuali rinnovi, il predetto personale rientra nell'amministrazione di appartenenza, salvo che, a richiesta del personale interessato, l'Organismo non lo immetta nel proprio organico a tempo indeterminato. A tal fine le disposizioni occorrenti per l'attuazione della disposizione di cui al primo periodo dell'articolo 29-*bis* della legge 28 dicembre 2005 n. 262 sono stabilite, in coerenza con il provvedimento di cui al quarto periodo del citato articolo 29-*bis* della legge n. 262 del 2005, con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri da adottare entro i successivi 60 giorni. Si applica l'articolo 17, comma 14, della legge 15 maggio 1997, n. 127.

14-*septies*. Entro sei mesi dall'adozione del regolamento di cui al comma 14-*ter* la Consob e l'Organismo per la tenuta dell'albo unico dei promotori finanziari stabiliscono con protocollo di intesa le modalità operative ed i tempi del trasferimento delle funzioni, gli adempimenti occorrenti per dare attuazione al nuovo assetto statutario ed organizzativo, nonché le attività propedeutiche connesse all'iscrizione con esonero dalla prova valutativa delle persone fisiche consulenti finanziari indipendenti e delle società di consulenza finanziaria. Con successive delibere da adottarsi, anche disgiuntamente, in conformità al predetto regolamento di cui al comma 14-*ter* ed al protocollo d'intesa, la Consob stabilisce:

a) la data di avvio di operatività dell'"albo unico dei consulenti finanziari";

b) la data di avvio di operatività dell'"Organismo di Vigilanza e Tenuta dell'Albo unico dei Consulenti finanziari".

14-*octies*. Le maggiori entrate derivanti dalla disposizione di cui al comma 14-*bis*, nei limiti di 0,2 milioni di euro per l'anno 2016, affluiscono ad un apposito fondo da istituire presso il Ministero dell'economia e delle finanze da destinare alla copertura di quota parte degli oneri occorrenti per il funzionamento, per il medesimo anno 2016, dell'organismo istituto, ai sensi del quarto periodo, a seguito della revisione del sistema, disciplinato dalla Consob, di risoluzione stragiudiziale delle controversie con la clientela. Alla copertura della restante parte degli oneri per l'anno 2016 si provvede con le risorse di cui all'articolo 40, comma 3, della legge 23 dicembre 1994, n: 724 e successive modificazioni nonché con gli importi posti a carico degli utenti delle procedure medesime. A decorrere

dall'anno 2017 alla copertura delle relative spese di funzionamento si provvede con le risorse di cui all'articolo 40, comma 3, della legge 23 dicembre 1994, n. 724 e successive modificazioni nonché con gli importi posti a carico degli utenti delle procedure medesime. A tal fine, con Regolamento adottato dalla Consob sono disciplinate le modalità di attuazione delle disposizioni di cui al presente comma in modo da assicurare:

a) l'introduzione di meccanismi dì risoluzione stragiudiziale delle controversie, rimesse alla decisione di un organo i cui componenti sono nominati dalla Consob, a partecipazione obbligatoria;

b) l'efficienza, la rapidità, l'economicità della soluzione delle controversie, il contraddittorio tra le parti e l'effettività della tutela;

c) l'assenza di nuovi o maggiori oneri per la finanza pubblica. A decorrere dalla data di entrata in vigore del regolamento di cui al presente comma sono abrogati l'articolo 32-*ter* del decreto legislativo 24 febbraio 1998, n. 58 e il Capo I del decreto legislativo 8 ottobre 2007, n. 179 e all'articolo 5, comma 1-*bis*, del decreto legislativo 4 marzo 2010, n. 28, le parole: "il procedimento di conciliazione previsto dal decreto legislativo 8 ottobre 2007, n. 179" sono sostituite dalle seguenti: "il procedimento di risoluzione stragiudiziale delle controversie a partecipazione obbligatoria disciplinato dalla Consob" nonché all'articolo 190, comma 2 del decreto legislativo 24 febbraio 1998, n. 58, dopo la lettera *d*-sexies) è aggiunta la seguente:

"*d*-septies): ai soggetti che svolgono funzioni di amministrazione o di direzione nell'ambito delle società previste dalla disciplina sul sistema di risoluzione stragiudiziale delle controversie a partecipazione obbligatoria disciplinato dalla Consob, nonché alle persone fisiche previste dalla medesima disciplina, in caso di mancata adesione al citato sistema di risoluzione stragiudiziale delle controversie ivi previste".«.

1.100

MAURO MARIA MARINO

Dopo il comma 14, aggiungere i seguenti:

«l4-*bis*. Alla tariffa di cui all'articolo 22 del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 641, dopo il punto 8), aggiungere il seguente punto 9): "iscrizione nell'albo di cui all'articolo 31, comma 4, del decreto legislativo 24 febbraio 1998 n. 58". La tassa è dovuta per le iscrizioni successive all'entrata in vigore della presente disposizione.

l4-*ter*. A tal fine, le funzioni di vigilanza sui promotori finanziari attribuite alla Consob dal citato decreto legislativo n. 58 del 1998 sono trasferite all'Organismo di cui all'articolo 31, comma 4, del medesimo decreto; che assume anche le funzioni dell'Organismo di cui agli articoli 18-*bis*, comma 6 e 18-*ter*, comma 3 nonché la denominazione di "Organismo di Vigilanza e Tenuta dell'Albo unico dei Consulenti finanziari". Tale Organismo, i cui organi statutari alla data di entrata in vigore della presente legge, restano in carica fino al 30 aprile 2019 al fine di assicurare la massima stabilità al nuovo assetto organizzativo, opera nel rispetto dei principi e dei criteri stabiliti dalla Consob con proprio regolamento e sotto la vigilanza della medesima. I riferimenti all'Organismo di Tenuta dell'Albo dei promotori finanziari nonché alla Consob, contenuti agli articoli 18-*bis*, comma 6,31 comma 7, 55 e 196, comma 2 del predetto decreto legislativo n. 58 del 1998, si intendono riferiti all'Organismo di cui al primo periodo. Sono abrogati i commi 2, 3,4 e 5, dell'articolo 18-bis del medesimo decreto legislativo n. 58 del 1998.

14-*quater*. L'albo unico dei promotori finanziari di cui al citato articolo 31, comma 4, del decreto legislativo n. 58 del 1998, assume la denominazione di "albo unico dei consulenti finanziari", nel quale sono iscritti in tre distinte sezioni i consulenti finanziari abilitati all'offerta fuori sede, i consulenti finanziari indipendenti e le società di consulenza finanziaria.

14-*quinquies*. I "promotori finanziari" di cui all'articolo 31 del predetto decreto legislativo n. 58 del 1998 assumono la denominazione di "consulenti finanziari abilitati all'offerta fuori sede" e i "consulenti finanziari" di cui all'articolo 18-*bis* del citato decreto assumono la denominazione di "consulenti finanziari indipendenti". Agli articoli 30, 31, 55, 166, l87-*quater*, 190, 191 e 196 del predetto decreto legislativo n. 58 del 1998, le parole: "promotori finanziari" o "promotore finanziario"

ovunque ricorrenti sono sostituite dalle seguenti: "consulenti finanziari abilitati all'offerta fuori sede" o "consulente finanziario abilitato all'offerta fuori sede" e negli articoli 18-*bis* e 190 del medesimo decreto legislativo n. 58 del 1998 le parole: "consulenti finanziari" sono sostituite dalle seguenti: "consulenti finanziari

Indipendenti"«.

14-*sexies*. L'Organismo si avvale del proprio personale e di un contingente di personale anche con qualifica dirigenziale posto in posizione di distacco, comando o altro analogo istituto, da amministrazioni pubbliche incluse le Autorità amministrative indipendenti. L'Organismo rimborsa alle amministrazioni di appartenenza gli oneri relativi al citato personale, restando a carico dell'Organismo anche l'eventuale attribuzione di un compenso aggiuntivo. Al termine del periodo di distacco, comando o altro analogo istituto e degli eventuali rinnovi, il predetto personale rientra nell'amministrazione di appartenenza, salvo che, a richiesta del personale interessato, l'Organismo non lo immetta nel proprio organico a tempo indeterminato. A tal fine le disposizioni occorrenti per l'attuazione della disposizione di cui al primo periodo dell'articolo 29-*bis* della legge 28 dicembre 2005 n. 262 sono stabilite, in coerenza con il provvedimento di cui al quarto periodo del citato articolo 29-*bis* della legge n. 262 del 2005, con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri da adottare entro i successivi 60 giorni. Si applica l'articolo 17, comma 14, della legge 15 maggio 1997, n. 127.

14-*septies*. Entro sei mesi dall'adozione del regolamento di cui al comma 14-*ter* la Consob e l'Organismo per la tenuta dell'albo unico dei promotori finanziari stabiliscono con protocollo di intesa le modalità operative ed i tempi del trasferimento delle funzioni, gli adempimenti occorrenti per dare attuazione al nuovo assetto statutario ed organizzativo, nonché le attività propedeutiche 'connesse all'iscrizione con esonero dalla prova valutati va delle persone fisiche consulenti finanziari indipendenti, e delle società di consulenza finanziaria. Con successive delibere da adottarsi, anche disgiuntamente, in conformità al predetto regolamento di cui al comma 14-*ter* ed al protocollo d'intesa, la Consob stabilisce:

a) la data di avvio di operatività dell'"albo unico dei consulenti finanziari";

b) la data di avvio di operatività dell'"Organismo di Vigilanza e Tenuta dell'Albo unico dei Consulenti finanziari,"».

1.101

GUALDANI

Dopo il comma 14, aggiungere i seguenti:

«14-*bis*. Alla tariffa di cui all'articolo 22 del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972 n. 641, dopo il punto 8), aggiungere il seguente punto 9): "iscrizione nell'albo di cui all'articolo 31, comma 4, del decreto legislativo 24 febbraio 1998 n. 58." La tassa è dovuta per le iscrizioni successive all'entrata in vigore della presente disposizione.

14-*ter*. A tal fine, le funzioni di vigilanza sui promotori finanziari attribuite alla Consob dal citato decreto legislativo n. 58 del 1998 sono trasferite all'Organismo di cui all'articolo 31, comma 4, del medesimo decreto, che assume anche le funzioni dell'Organismo di cui agli articoli 18-*bis*, comma 6 e 18-*ter*, comma 3 nonché la denominazione di "Organismo di Vigilanza e Tenuta dell'Albo unico dei Consulenti finanziari". Tale Organismo, i cui organi statutari alla data di entrata in vigore della presente legge, restano in carica fino al 30 aprile 2019 al fine di assicurare la massima stabilità al nuovo assetto organizzativo, opera nel rispetto dei principi e dei criteri stabiliti dalla Consob con proprio regolamento e sotto la vigilanza della medesima. I riferimenti all'Organismo di Tenuta dell'Albo dei promotori finanziari nonché alla Consob, contenuti agli articoli 18-bis, comma 6, 31 comma 7, 55 e 196, comma 2 del predetto decreto legislativo n. 58 del 1998, si intendono riferiti all'Organismo di cui al primo periodo. Sono abrogati i commi 2. 3, 4 e 5, dell'articolo 18-*bis* del medesimo decreto legislativo n. 58 del 1998.

14-*quater*. L'albo unico dei promotori finanziari di cui al citato articolo 31, comma 4, del decreto legislativo n. 58 del 1998, assume la denominazione di "albo unico dei consulenti finanziari", nel quale sono iscritti in tre distinte sezioni i consulenti finanziari abilitati all'offerta fuori sede, i consulenti

finanziari indipendenti e le società di consulenza finanziaria.

14-*quinquies*. I "promotori finanziari" di cui all'articolo 31 del predetto decreto legislativo n. 58 del 1998 assumono la denominazione di "consulenti finanziari abilitati all'offerta fuori sede" e i "consulenti finanziari" di cui all'articolo 18-*bis* del citato decreto assumono la denominazione di "consulenti finanziari indipendenti". Agli articoli 30, 31, 55, 166, 187-*quater*, 190, 191 e 196 del predetto decreto legislativo n. 58 del 1998, le parole: "promotori finanziari" o "promotore finanziario" ovunque ricorrenti sono sostituite dalle seguenti: "consulenti finanziari abilitati all'offerta fuori sede" o "consulente finanziario abilitato all'offerta fuori sede" e negli articoli 18-*bis* e 190 del medesimo decreto legislativo n. 58 del 1998 le parole: "consulenti finanziari" sono sostituite dalle seguenti: "consulenti finanziari indipendenti".

14-*sexies*. L'Organismo si avvale del proprio personale e di un contingente di personale anche con qualifica dirigenziale posto in posizione di distacco, comando o altro analogo istituto, da amministrazioni pubbliche incluse le Autorità amministrative indipendenti. L'Organismo rimborsa alle amministrazioni di appartenenza gli oneri relativi al citato personale, restando a carico dell'Organismo anche l'eventuale attribuzione di un compenso aggiuntivo. Al termine del periodo di distacco, comando o altro analogo istituto e degli eventuali rinnovi, il predetto personale rientra nell'amministrazione di appartenenza, salvo che, a richiesta del personale interessato, l'Organismo non lo immetta nel proprio organico a tempo indeterminato. A tal fine le disposizioni occorrenti per l'attuazione della disposizione di cui al primo periodo dell'articolo 29-*bis* della legge 28 dicembre 2005 n. 262 sono stabilite, in coerenza con il provvedimento di cui al quarto periodo del citato articolo 29-*bis* della legge n. 262 del 2005, con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri da adottare entro i successivi 60 giorni. Si applica l'articolo 17, comma 14, della legge 15 maggio 1997, n. 127.

14-*septies*. Entro sei mesi dall'adozione del regolamento di cui al comma 14-*ter* la Consob e l'Organismo per la tenuta dell'albo unico dei promotori finanziari stabiliscono con protocollo di intesa le modalità operative ed i tempi del trasferimento delle funzioni, gli adempimenti occorrenti per dare attuazione al nuovo assetto statutario ed organizzativo, nonché le attività propedeutiche connesse all'iscrizione con esonero dalla prova valutativa delle persone fisiche consulenti finanziari indipendenti e delle società di consulenza finanziaria. Con successive delibere da adottarsi, anche disgiuntamente, in conformità al predetto regolamento di cui al comma 14-*ter* ed al protocollo d'intesa, la Consob stabilisce: *a)* la data di avvio di operatività dell'"albo unico dei consulenti finanziari"; *b)* la data di avvio di operatività dell'"Organismo di Vigilanza e Tenuta dell'Albo unico dei Consulenti finanziari"».

1.102

CONTE, GUALDANI

Dopo il comma 14 inserire il seguente:

«14-*bis*. All'articolo 51, comma 4 del decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, le parole: "a lire 500.0OO" sono sostituite con le seguenti: "a euro 500"».

Ai maggiori oneri derivanti dalla presente disposizione, si provvede mediante corrispondente riduzione lineare delle dotazioni finanziarie disponibili, iscritte a legislazione vigente in termini di competenza e cassa, nell'ambito delle spese rimodulabili 4i parte corrente delle missioni di spesa di ciascun Ministero di cui all'articolo 21, comma 5, lettera *b)*, della legge 31 dicembre 2009, n. 196.

1.103

LEZZI, BULGARELLI, MANGILI

Al comma 15, dopo le parole: «nell'anno 2015»*, aggiungere: «, 2016 e 2017».*

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 600 milioni di euro per ciascuno degli anni 2016 e 2017».

1.104

BAROZZINO, URAS, DE PETRIS, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 15, aggiungere il seguente:

15-*bis*. Al fine combattere la povertà estrema rappresentata da soggetti disoccupati e da soggetti fiscalmente incapienti, e nella prospettiva che tale misura porti a effetti macroeconomici significativi ai fini della ripresa economica, ai soggetti che percepiscono redditi di cui all'articolo 13 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto dei Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, lettere *a)* dei commi 1, 3 e 4, (nonché ai soggetti disoccupati, come definiti dalle lettere *c)*, *d)*, *e)* ed *f)* del comma 2 dell'articolo 1 dei decreto legislativo 21 aprile 2000, n. 181, è riconosciuto un assegno mensile, che non concorre alla formazione del reddito, di importo pari a 80 euro.

15-*ter*. L'assegno di cui al comma 1 è riconosciuto a decorrere dal 1º gennaio 2015 e verrà erogato dalle sedi INPS.

l5-*quater*. A copertura degli oneri finanziari di cui ai precedenti commi è istituito, presso il Ministero dell'economia e delle finanze, il «Fondo per l'equità», di seguito denominato «Fondo». Le maggiori entrate derivanti dalle previsioni di cui ai successivi commi 5, 6, 7 accertate annualmente con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, affluiscono nel Fondo per essere riassegnate all'INPS per le finalità di cui al presente articolo.

15-*quinquies*. A partire dal periodo d'imposta 2015, è istituita un'imposta patrimoniale ordinaria sulle grandi ricchezze, pari allo 0,5 per cento per una base imponibile di valore compreso tra 3 milioni euro e,4 milioni di euro, e una pari all'1 per cento per le basi imponibili di valore superiore a 4 milioni di euro. Per base imponibile dell'imposta s'intende la ricchezza netta delle famiglie superiore a 3 milioni di euro, costituita dalla somma delle attività reali e delle attività finanziarie al netto delle passività finanziarie compreso il patrimonio non strumentale delle società.

15-*sexies*. Sono soppressi a decorrere dallo gennaio 2015:

a) i commi 10, 11 e 12 dell'articolo 15 del decreto-legge n. 185 dei 2008, convertito con modificazioni, dalla legge 28 gennaio 2009, n. 2;

b) il comma 47 dell'articolo 1, della legge 24 dicembre 2007, n. 244;

c) il comma 137 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2006, n. 296;

d) gli articoli 15, 16, 17, 18 e 20 del decreto del Presidente della Repubblica del 29 settembre 1973, n. 601.

15-*septies*. L'articolo 11, comma 1 del decreto del Presidente della Repubblica n. 917 del 1986, è sostituito dal seguente:

«1. L'imposta lorda è determinata applicando al reddito complessivo, al netto degli oneri deducibili indicati nell'articolo 10, le seguenti aliquote per scaglioni di reddito:

a) 15.000 euro, 23 per cento;

b) oltre 15.000 euro e fino a 28.000 euro, 27 per cento;

c) oltre 28.000 euro e fino a 55.000 euro, 38 per cento;

d) oltre 55.000 euro e fino a 75.000 euro, 41 per cento;

e) oltre 75.000 euro e fino a 100.000 euro, 43 per cento;

f) oltre 100.000 euro e fino a 150.000 euro, 45 per cento;

g) oltre 150.000 euro, e fino a 200.000 euro, 47 per cento;

h) oltre 200.000 euro 49 per cento.

1.105

MARINELLO, MANCUSO, GUALDANI

Dopo il comma 15 inserire il seguente:

«15-*bis*. All'articolo 37 del decreto legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito in legge, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014,. n. 89, dopo il comma 7-*quater* è aggiunto il seguente:

"7-*quinquies*. All'atto della certificazione dei crediti certi, liquidi ed esigibili maturati nei confronti delle pubbliche amministrazioni di cui all'articolo 1, comma 2, del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165, le banche o intermediari finanziari autorizzati cessionari inseriscono nella piattaforma elettronica di cui all'articolo 7, comma 1, del decreto legge n. 35 del 2013, sia copia della scrittura privata relativa alla cessione, sia copia aggiornata del Documento Unico di regolarità contributiva consegnato dall'impresa cedente dal quale si rilevi la regolarità contributiva dell'impresa

stessa. All'atto del pagamento dei crediti certificati oggetto di cessione, le pubbliche amministrazioni possono richiedere il Documento unico di regolarità contributiva esclusivamente nei confronti del cessionario"».

1.106

ROMANO, PANIZZA, BATTISTA, ZIN, FAUSTO GUILHERME LONGO

Dopo il comma 15, aggiungete il seguente:

«15-*bis*. Al comma 1 dell'articolo 34 della legge 23 dicembre 2000, n. 388 è aggiunto il seguente comma:

"1-*bis*. il limite previsto dal comma che precede non si applica nell'ipotesi di compensazione orizzontale in caso di accertata situazione di difficoltà del contribuente per carenza di liquidità da destinare a scopi aziendali primari (retribuzioni, materie prime e utenze)"»

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 25.000.000;
2016: ? 25.000.000;
2017: ? 25.000.000.

1.107

MANCUSO, GUALDANI

Dopo il comma 15 inserire il seguente:

«15-*bis*. All'articolo 1 della legge n. 147 del 2013 sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al comma 618 la parola: "2013" è sostituita con la seguente: "2014";
b) al comma 620 la parola: "2014" è sostituita con la seguente: "2015";
c) al comma 621 la parola: "2014" è sostituita con la seguente: "2015";
d) al comma 622 la parola: "2014" è sostituita con la seguente: "2015";
e) al comma 623 la parola: "2014", ovunque ricorra è sostituita con la seguente: "2015";
f) al comma 624 parola: "2013" è sostituita con la seguente: "2014"».

Ai maggiori oneri derivanti dalla presente disposizione si provvede mediante corrispondente riduzione lineare delle dotazioni finanziarie disponibili, iscritte a legislazione vigente in termini di competenza e cassa, nell'ambito delle spese rimodulabili di parte corrente delle missioni di spesa di ciascun Ministero di cui all'articolo 21, comma 5,lettera *b)*, della legge 31 dicembre 2009, n. 196.

1.108

PETRAGLIA, URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Sopprimere i commi 16 e 19 e dopo il comma 20 aggiungere il seguente:

«20-*bis*. Al fine di accelerare gli interventi di bonifica da amianto e di messa in sicurezza degli edifici scolastici, il Fondo unico per l'edilizia scolastica, di cui all'articolo 11, comma 4-*sexies* del decreto-legge 18 ottobre 2012, n. 179, convertito, con modificazioni, dalla legge 17 dicembre 2012, n. 221, è incrementato di 5 miliardi di euro nell'anno 2015 e di 4,3 miliardi di euro per ciascuno degli anni 2016 e 2017, i criteri di assegnazione e di ripartizione delle risorse, sono analoghi e proporzionali a quelli previsti dai commi 8-*quater*, e 8-*quinquies*, articolo 18, del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 agosto 2013, n. 98.

Conseguentemente alla tabella E, Missione Competitività e sviluppo delle imprese, *Programma* Promozione e attuazione di politiche di sviluppo, competitività, di responsabilità sociale d'impresa e movimento cooperativo, *voce* Ministero sviluppo economico, decreto-legge n. 321 del 1996, art. 5 comma 2 punto a: sviluppo tecnologico del settore aeronautico, interventi diversi (1.1 ? cap. 7420/p) *apportare le seguenti variazioni:*

Riduzione

2015:
CP: ? 40.000.000;
CS: ? 40.000.000.
2016:

CP: ? 40.000.000;
CS: ? 40.000.000.
2017:
CP: ? 40.000.000;
CS: ? 40.000.000.

Conseguentemente alla medesima tabella E, Missione Competitività e sviluppo delle imprese, *Programma* Promozione e attuazione di politiche di sviluppo, competitività, di responsabilità sociale d'impresa e movimento cooperativo, *voce* Ministero sviluppo economico, decreto-legge n. 321 del 1996, art. 5 comma 2 punto b: sviluppo tecnologico del settore aeronautico, interventi diversi (1.1 ? cap. 7420/p) *apportare le seguenti variazioni:*

Riduzione
2015:
CP: ? 40.000.000;
CS: ? 40.000.000.
2016:
CP: ? 80.000.000;
CS: ? 80.000.000.
2017:
CP: ? 60.000.000;
CS: ? 60.000.000.

Conseguentemente alla medesima tabella E, Missione Competitività e sviluppo delle imprese, *Programma* Promozione e attuazione di politiche di sviluppo, competitività, di responsabilità sociale d'impresa e movimento cooperativo, *voce* Ministero sviluppo economico, decreto-legge n. 321 del 1996, art. 5 comma 2 punto c: sviluppo tecnologico del settore aeronautico, interventi diversi (1.1 ? cap. 7420/p) *apportare le seguenti variazioni:*

Riduzione
2015:
CP: ? 40.000.000;
CS: ? 40.000.000.
2016:
CP: ? 70.000.000;
CS: ? 70.000.000.
2017:
CP: ? 155.000.000;
CS: ? 155.000.000.

Conseguentemente alla medesima tabella E, Missione Competitività e sviluppo delle imprese, *Programma* Promozione e attuazione di politiche di sviluppo, competitività, di responsabilità sociale d'impresa e movimento cooperativo, *voce* Ministero sviluppo economico Legge finanziaria n. 266 del 2005, art. 1 comma 95 punto 3: contributo per il proseguimento del *Programma* di sviluppo per l'acquisizione delle unità navali FREEM, interventi a favore delle imprese industriali (1.1 ? cap. 7485) *apportare le seguenti variazioni:*

Riduzione
2015:
CP: ? 778.000.000;
CS: ? 778.000.000.
2016:
CP: ? 526.000.000;
CS: ? 526.000.000.
2017:
CP: ? 470.000.000;

CS: ? 470.000.000.

Conseguentemente alla medesima tabella E, Missione Competitività e sviluppo delle imprese, *Programma* Promozione e attuazione di politiche di sviluppo, competitività, di responsabilità sociale d'impresa e movimento cooperativo, *voce* Ministero sviluppo economico, Legge finanziaria n. 244 del 2007, art. 2 comma 179 punto a: programmi europei aeronautici, interventi a favore delle imprese industriali (1.1 ? cap. 74211p) *apportare le seguenti variazioni:*

Riduzione

2015:

CP: ? 20.000.000;

CS: ? 20.000.000.

2016:

CP: ? 20.000.000;

CS: ? 20.000.000.

2017:

CP: ? 20.000.000;

CS: ? 20.000.000.

Conseguentemente alla medesima tabella E, Missione Competitività e sviluppo delle imprese, *Programma* Promozione e attuazione di politiche di sviluppo, competitività, di responsabilità sociale d'impresa e movimento, cooperativo, *voce* Ministero sviluppo economico, Legge finanziaria n. 244 del 2007, art. 2 comma 179 punto b: programmi europei aeronautici, interventi a: favore delle imprese industriali (1.1 ? cap. 7421/p) *apportare le seguenti variazioni:*

Riduzione

2015:

CP: ? 25.000.000;

CS: ? 25.000.000;

2016:

CP: ? 25.000.000;

CS: ? 25.000.000.

2017:

CP: ? 25.000.000;

CS: ? 25.000.000.

Conseguentemente alla medesima tabella E, Missione Competitività e sviluppo delle imprese, *Programma* Promozione e attuazione di politiche di sviluppo, competitività, di responsabilità sociale d'impresa e movimento cooperativo, *voce* Ministero sviluppo economico, Legge finanziaria n. 244 del 2007, art. 2 comma 179 punto c: programmi europei aeronautici, interventi a favore delle imprese industriali (1.1 ? cap. 7421/p) *apportare le seguenti variazioni:*

Riduzione

2015:

CP: ? 25.000.000;

CS: ? 25.000.000.

2016:

CP: ? 25.000.000;

CS: ? 25.000.000.

2017:

CP: ? 25.000.000;

CS: ? 25.000.000.

Conseguentemente alla medesima tabella E, Missione Competitività e sviluppo delle imprese, *Programma* Promozione e attuazione di politiche di sviluppo, competitività, di responsabilità sociale d'impresa e movimento cooperativo, *voce* Ministero sviluppo economico, Legge finanziaria n. 244 del 2007, art. 2 comma 180: programmi europei aeronautici, interventi a favore delle imprese industriali

(1.1 ? cap. 7421/p) *apportare le seguenti variazioni:*

Riduzione

2015:

CP: ? 925.000.000;

CS: ? 925.000.000.

2016:

CP: ? 757.000.000;

CS: ? 757.000.000;

2017:

CP: ? 717.000.000;

CS: ? 717.000.000.

Conseguentemente alla medesima tabella E, Missione Competitività e sviluppo delle imprese, *Programma* Promozione e attuazione di politiche di sviluppo, competitività, di responsabilità sociale d'impresa e movimento cooperativo, *voce* Ministero sviluppo economico, decreto-legge n.215 del 2011, art. 5 comma 4: finanziamento dello sviluppo tecnologico del settore aeronautico, interventi a favore delle imprese industriali (1.1 ? cap. 7420/p) *apportare le seguenti variazioni:*

Riduzione

2015:

CP: ? 25.000.000;

CS: ? 25.000.000.

2016:

CP: ? 25.000.000;

CS: ? 25.000.000.

2017:

CP: ? 125.000.000;

CS: ? 125.000.000.

Conseguentemente alla medesima tabella E, Missione Competitività e sviluppo delle imprese, *Programma* Promozione e attuazione di politiche di sviluppo, competitività, di responsabilità sociale d'impresa e movimento cooperativo, *voce* Ministero sviluppo economico, Legge di stabilità n. 147 del 2013, art. 1 comma 37 punto 1: contributi ventennali settore marittimo ? difesa nazionale, interventi a favore delle imprese industriali (1.1 ? cap. 7419/p) *apportare le seguenti variazioni:*

Riduzione

2015:

CP: ? 37.113.953;

CS: ? 37.113.953.

2016:

CP: ? 37.553.291;

CS: ? 37.553.291.

2017:

CP: ? 37.444.305;

CS: ? 37.444.305.

Conseguentemente alla medesima tabella E, Missione Competitività e sviluppo delle imprese, *Programma* Promozione e attuazione di politiche di sviluppo, competitività, di responsabilità sociale d'impresa e movimento cooperativo, *voce* Ministero sviluppo economico, Legge di stabilità n. 147 del 2013, art. 1 comma 37 punto 2: contributi ventennali settore marittimo ? difesa nazionale, interventi a favore delle imprese industriali (1.1 ? cap. 7419/p) *apportare le seguenti variazioni:*

Riduzione

2015:

CP: ? 102.063.371;

CS: ? 102.063.371.

2016:
CP: ? 103.271.550;
CS: ? 103.271.550.
2017:
CP: ? 102.971.838;
CS: ? 102.971.838.

Conseguentemente alla medesima tabella E, Missione Competitività e sviluppo delle imprese, *Programma* Promozione e attuazione di politiche di sviluppo, competitività, di responsabilità sociale, d'impresa e movimento cooperativo, *voce* Ministero sviluppo economico, Legge di stabilità n. 147 del 2013, art. 1 comma 37 punto 3: contributi ventennali settore marittimo ? difesa nazionale, interventi a favore delle imprese industriali (1.1. ? cap. 7419/p) *apportare le seguenti variazioni:*
Riduzione
2015:
? CP: ? ;
CS: ? .
2016:
CP: ? 331.620.406;
CS: ? 331.620.406.
2017:
CP: ? 551.783.857;
CS: ? 551.783.857.

1.109
URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO
Sopprimere i commi 16 e 19.

1.110
DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO
Sostituire i commi da 16 a 19 con i seguenti:

«16. Il Fondo per il Piano triennale straordinario per il lavoro di cui all'articolo 1, comma 90, della presente legge, è finanziato, oltre che con le maggiori entrate ed i risparmi determinati dalle disposizioni di cui ai commi da 95 a 22, con il trasferimento da parte dell'erario a tale Fondo di 5 miliardi di euro per l'anno 2015 e di 4,3 miliardi per ciascuno degli anni 2016 e 2017.

16-*bis*. Al fine di fare fronte all'emergenza lavorativa tramite un Piano triennale straordinario per il lavoro per gli anni 2015-2017, viene istituito presso il ministero del lavoro e delle politiche sociali un Fondo per il Piano straordinario per il lavoro alimentato come stabilito dalle disposizioni di cui al presente articolo.

16-*ter*. Per definire le modalità di attuazione del Piano triennale per il lavoro e per contribuire alla realizzazione di un Programma triennale di interventi urgenti ai fini ecologici e sociali, il Governo adotta, su proposta dei Ministri del lavoro e delle politiche sociali, dello sviluppo economico dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, della pubblica istruzione dell'università e della ricerca e delle politiche agricole alimentari e forestali, entro tre mesi dall'entrata in vigore della presente legge, uno o più regolamenti ai sensi dell'articolo 17, comma 2, della legge 23 agosto 1988, n. 400.

16-*quater*. I regolamenti di cui al comma 2 si attengono ai seguenti principi e criteri direttivi:

a) costituzione di una Agenzia per lo sviluppo dell'occupazione con il compito di assumere disoccupati con contratti a tempo determinato per la realizzazione del Programma triennale di interventi urgenti ai fini ecologici e sociali le cui spese annue non possono superare il limite massimo di 3 milioni di euro;

b) previsione nel programma triennale di azioni di contrasto del dissesto idrogeologico, di un piano per la messa in sicurezza degli edifici scolastici, della realizzazione dell'autonomia e dell'efficientamento energetici degli edifici pubblici, di un piano straordinario per la creazione di asili

nido pubblici;

c) ripartizione regionale e per aree di particolare disagio occupazionale delle risorse e dei disoccupati da avviare alle attività;

d) previsione delle modalità per la presentazione di progetti attinenti al Programma;

e) previsione delle modalità di presentazione della domanda e dei criteri per stabilire le priorità nell'avvio dei disoccupati alle attività;

j) previsione delle modalità di espletamento dell'attività dei disoccupati assunti, inclusi la previsione di attività formative;

g) previsione delle modalità per il vaglio da parte dell'Agenzia dei progetti presentati dando priorità alle ricadute occupazionali, ma anche a quelle produttive in termini di nuovi processi, prodotti o servizi;

h) previsione di forme di collaborazione per la realizzazione dei progetti con università, dipartimenti, centri di ricerca dipartimentali e/o interdipartimentali;

i) definizione delle modalità con le quali l'Agenzia rendiconta annualmente dei risultati conseguiti nella realizzazione dei singoli programmi e piani di cui al comma 2;

j) definizione delle modalità per la partecipazione dei cittadini interessati all'elaborazione ed al controllo dell'attuazione dei progetti di cui alla lettera *d)*.

16-*quinquies*. Sugli schemi di regolamenti di cui ai comma 2 è acquisita l'intesa della Conferenza unificata di cui all'articolo 8 del decreto legislativo 28 agosto 1997, n. 281, e il parere del Consiglio di Stato e delle competenti Commissioni parlamentari. I pareri sono espressi entro trenta giorni dalla ricezione. Decorso tale termine, i regolamenti sono comunque emanati.

16-*sexies*. Al Fondo di cui al comma 1, oltre ai maggiori introiti ed ai maggiori risparmi derivanti dalle disposizioni di cui all'articolo 5-*bis* e dalle modifiche all'articolo 26, comma 11, della presente legge, confluiscono le maggiori entrate ed i risparmi determinati dalle disposizioni di cui ai commi da 6 a 22, il Ministro del lavoro e delle politiche sociali, sentito il Ministro dell'economia e delle finanze, provvede con proprio decreto ad autorizzare le spese per i diversi programmi del Piano per il lavoro sulle base delle risorse del Fondo stesso.

16-*septies*. Al finanziamento del fondo di cui al comma 1 si provvede anche, quanto a un miliardo di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, a valere sulla corrispondente riprogrammazione delle risorse del fondo di rotazione di cui all'articolo 5 della legge 16 aprile 1987, n. 183, già destinate agli interventi del Piano di azione coesione, ai sensi dell'articolo 23, comma 4, della legge 12 novembre 2011, n. 183, che, dal sistema di monitoraggio del Dipartimento della Ragioneria generale dello Stato del Ministero dell'economia e delle finanze, risultano non ancora impegnate alla data del 30 settembre 2014.

16-*octies*. Entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, il Gruppo di azione coesione di cui al decreto del Ministro della coesione territoriale 1º agosto 2012 provvede all'individuazione delle specifiche linee di intervento oggetto di riprogrammazione ai sensi del comma 6. Le predette risorse sono versate all'entrata del bilancio dello Stato e restano acquisite all'Erario.

16-*nonies*. I benefici contributivi di cui all'articolo 8, comma 9, della legge 29 dicembre 1990, n. 407, e successive modificazioni, sono soppressi con riferimento alle assunzioni dei lavoratori ivi indicati decorrenti dal 1º gennaio 2015. Le maggiori entrate contributive derivanti da tale soppressione confluiscono nel Fondo di cui al comma 1.

16-*decies*. regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale, di cui all'allegato C-*bis* del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, sono ridotti, con l'esclusione delle disposizioni a tutela dei redditi di lavoro dipendente e autonomo, dei redditi da pensione, della famiglia, della salute, delle persone economicamente o socialmente svantaggiate, del patrimonio artistico e culturale, della ricerca e dell'ambiente, in misura tale da determinare effetti positivi, ai fini dell'indebitamento netto, non inferiori a 500 milioni di euro per l'anno 2015, a 1.500 milioni di euro per l'anno 2016 e a 1.700 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2017. Con uno o più decreti dei Ministro dell'economia e delle finanze, da emanare ai sensi dell'articolo 17 della legge 23 agosto 1988, n. 400, sono stabilite le

modalità tecniche per l'attuazione dei presente comma con riferimento ai singoli regimi interessati.

17. Le spese sostenute dalle amministrazioni pubbliche inserite nel conto economico consolidato della pubblica amministrazione, come individuate dall'istituto nazionale di statistica (ISTAT) ai sensi dell'articolo 1 della legge 31 dicembre 2009, n. 196, incluse le autorità indipendenti, per l'acquisto, la manutenzione, il noleggio e l'esercizio di autovetture, nonché per l'acquisto di buoni taxi, sono ridotte in misura tale da assicurare almeno 200 milioni per ciascuno degli anni 2015 e 2016 e almeno 250 milioni di euro a decorrere dal 2017. La presente disposizione non si applica alle autovetture utilizzate dal Corpo nazionale dei vigili del fuoco o per i servizi istituzionali di tutela dell'ordine e della sicurezza pubblica. I contratti di locazione o noleggio in corso alla data di entrata in vigore della presente legge possono essere ceduti, anche senza l'assenso del contraente privato, alle Forze di polizia, con il trasferimento delle relative risorse finanziarie sino alla scadenza del contratto, fermi restando i limiti di cui al decreto del Presidente del Consiglio dei ministri 3 agosto 2011, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* n. 214 del 14 settembre 2011, l'utilizzo delle autovetture di servizio e di rappresentanza assegnate in uso esclusivo è concesso per le sole esigenze di servizio del titolare. La violazione delle disposizioni di cui alla presente lettera è valutabile ai fini della responsabilità amministrativa e disciplinare dei dirigenti. Al fine di garantire flessibilità e razionalità nella gestione delle risorse, in conseguenza della riduzione del parco auto il personale già adibito a mansioni di autista o di supporto alla gestione del parco auto ove appartenente ad altre amministrazioni, è restituito con decorrenza immediata alle amministrazioni di appartenenza. Il restante personale è conseguentemente assegnato a mansioni differenti, con assegnazione di un profilo professionale coerente con le nuove mansioni, fermi restando l'area professionale di appartenenza ed il trattamento economico fondamentale in godimento.

17-*bis*. L'aliquota dell'addizionale di cui al comma 16 dell'articolo 81 del decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito con modificazioni dalla legge 6 agosto 2008, n. 133, è aumentata di 1 punto percentuale.

17-*ter*. All'articolo 96 del testo unico delle imposte sui redditi approvato con decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, al comma 5-*bis*, primo periodo, le parole "nei limiti del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti "nei limiti del 95 per cento".

17-*quater*. Al decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, sono apportate le seguenti modifiche: *a)* all'articolo 6, comma 8, le parole "nella misura del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti "nella misura del 95 per cento"; *b)* all'articolo 6, comma 9, le parole "nella misura del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti "nella misura del 95 per cento"; *c)* all'articolo 7, comma 2, le parole "nella misura del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti "nella misura del 95 per cento".

17-*quinquies*. All'articolo 3, comma 1, del decreto-legge 26 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, le parole: "nella misura del 26 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nella misura del 35 per cento".

18. All'articolo 1 della legge 24 dicembre 2012, n. 228, sono apportate le seguenti modifiche:

a) al comma 491, primo periodo premettere le parole: "In attesa dell'introduzione di una normativa europea, in via transitoria";

b) al medesimo comma 491, sostituire le parole: "Per valore della transazione si intende il valore dei saldo netto delle transazioni regolate giornalmente relative al medesimo strumento fInanziario e concluse nella stessa giornata operativa da un medesimo soggetto, ovvero il corrispettivo versato." con le seguenti: "Per valore della transazione si intende il valore della singola operazione.", e sostituire le parole: "Sono altresì esclusi dall'imposta i trasferimenti di proprietà di azioni negoziate in mercati regolamentari o sistemi multilaterali di negoziazione emesse da società la cui capitalizzazione media nel mese di novembre dell'anno precedente a quello in cui avviene il trasferimento di proprietà sia inferiore a 500 milioni di euro" con le seguenti: "Sono altresi escli dall'imposta i trasferimenti di proprietà di azioni emesse da società la cui capitalizzaziolle media nel mese di novembre dell'anno precedente a quello in cui avviene il trasferimento di proprietà sia inferiore a 500 milioni di euro";

c) dal comma 492, eliminare le parole: "che abbiano come sottostante prevalentemente uno o

più strumenti finanziari di cui al comma 491, o il cui valore dipenda prevalentemente da uno o più degli strumenti finanziari di cui al medesimo comma,", ", che permettano di acquisire o di vendere prevalentemente uno o più strumenti finanziari di cui al comma 4910 che comportino un regolamento in contanti determinato con riferimento prevalentemente a uno o più strumenti finanziari indicati al precedente comma" e sostituire le parole "ad imposta in misura fissa, determinata con riferimento alla tipologia di strumento e al valore del contratto, secondo la tabella 3 allegata alla presente legge" con le parole "ad imposta con aliquota dello 0,05 per cento sul valore della transazione";

d) dopo il comma 499, aggiungere il seguente:

"499-*bis*. Nella nota 3-*ter* all'articolo 13 della tariffa allegata al decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 642, è aggiunto, in fine, il seguente periodo: ?Non sono altresì soggette all'imposta le comunicazioni relative ai depositi di titoli emessi con modalità diverse da quelle cartolari e comunque oggetto di successiva dematerializzazione, il cui complessivo valore nominale o di rimborso posseduto presso ciascuna banca sia pari o inferiore a mille euro,'";

e) al comma 500, aggiungere, in fine, il seguente periodo: "Quanto previsto in via transitoria nei commi dal 491 al presente deve essere adeguato alla normativa europea in fase di definizione (proposta di direttiva COM (2013) 71), entro sei mesi dall'entrata in vigore di quest'ultima, prevedendo, in particolare l'introduzione del principio di emissione a complemento dei più generale principio di residenza onde limitare quanto più possibile i fenomeni di delocalizzazione degli istituti finanziari".

18-*bis*. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, da emanare entro trenta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono stabilite le modalità di applicazione delle modifiche introdotte all'imposta sulle transazioni finanziarie dal precedente comma 15.

18-*ter*. All'articolo 2, comma 1, del decreto-legge n. 16 del 6 marzo 2014, come convertito dalla legge n. 68 del 2 maggio 2014, la lettera *a)* è soppressa.

18-*quater*. A decorrere dalla data di entrata in vigore della presente legge sono abrogate le seguenti disposizioni:

a) articolo 37, comma 4-*bis* del decreto del Presidente della Repubblica n. 917 del 1986 (TUIR), ultimo periodo;

b) articolo 90, comma 1 del decreto del Presidente della Repubblica n. 917 del 1986 (TUIR) il terzo ed il quarto periodo; articolo 144, comma 1, del decreto del Presidente della Repubblica n. 917 del 1986 (TUIR) il terzo periodo ed il quarto periodo.

18-*quinquies*. A partire dal periodo d'imposta 2015 è istituita un'imposta patrimoniale ordinaria sulle grandi ricchezze, la cui base imponibile è costituita dalla ricchezza, netta delle famiglie superiore ad 800.000 euro risultante dalla somma delle attività reali e delle attività finanziarie al netto delle passività finanziarie incluso il patrimonio non strumentale delle società, nella misura dello 0,7 per cento per un imponibile da 800.000 euro a 2 milioni, e nella misura dell'1 per cento per ricchezze, di valore superiore ai 2 milioni.

18-*sexies*. Ai fini dell'accertamento del valore patrimoniale da assoggettare all'imposta di cui al comma 19 precedente, si ricorre all'utilizzo delle informazioni desunte dai pubblico registro dei beni mobili registrati e dei dati trasmessi dai soggetti emittenti nello Stato valori mobiliari.

18-*septies*. Al fine di evitare la doppia imposizione, dall'imposta determinata ai sensi dei precedenti commi 19 e 20 si detrae un importo pari all'imposta netta già pagata sulle medesime attività.

18-*octies*. L'articolo 11, comma 1, del decreto del Presidente della Repubblica n. 917 del 1986, è sostituito dal seguente:

"1. L'imposta lorda è determinata applicando al reddito complessivo, al netto degli oneri deducibili indicati nell'articolo 10, le seguenti aliquote per scaglioni di reddito:

a) fino a 15.000 euro, 23 per cento;

b) oltre 15.000 euro e fino a 28.000 euro, 27 per cento;

c) oltre 28.000 euro e fino a 55.000 euro, 38 per cento;

d) oltre 55.000 euro e fino a 75.000 euro, 41 per cento;
e) oltre 75.000 euro, e fino a 100.000 euro, 43 per cento;
f) oltre 100.000 euro e fino a 150.000 euro, 45 per cento;
g) oltre 150.000 euro, e fino a 200.00 euro, 47 per cento;
h) oltre 200.000 euro 49 per cento.

18-*nonies*. Per finanziare gli interventi contro il dissesto idrogeologico e gli interventi integrati finalizzati alla riduzione del rischio, alla tutela e al recupero degli ecosistemi e della biodiversità e che integrino gli obiettivi della Direttiva 2000/60/CE, che istituisce il quadro per razione comunitaria in materia di acque, e della Direttiva 2007/60/CE, relativa alla valutazione e alla gestione dei rischi di alluvioni, è autorizzata una spesa annua per il triennio 2015-2017 pari al 10 per cento delle risorse del Fondo di cui al comma 1.

18-*decies*. Per il finanziamento e l'implementazione dei servizi socio educativi per la prima infanzia al fine di incrementare la presa in carico degli utenti di detti servizi, sono stanziati finanziamenti pari al 5 per cento delle risorse del fondo di cui al comma 1 per ciascun anno del triennio 2015-2017 per la realizzazione di nuovi asili nido pubblici, nonché per la manutenzione e la messa in sicurezza degli asili nido pubblici esistenti. Con decreto del Ministero delle infrastrutture e trasporti di concerto con il Ministero del lavoro e delle politiche sociali, da emanare entro novanta giorni dalla data di approvazione della presente legge, previa intesa in sede di Conferenza unificata di cui all'articolo 8 del decreto legislativo 28 agosto 1997, n. 281, sono stabiliti i criteri e le modalità di attuazione delle disposizioni di cui al presente comma, e le modalità di ripartizione delle risorse tra le regioni e le province autonome di Trento e Bolzano.

19. Per gli anni 2015, 2016 e 2017, nel saldo finanziario in termini di competenza mista rilevate ai fini della verifica del rispetto del patto di stabilità interno, non sono considerate le spese in conto capitale collegato ai progetti di cui al comma 3 sostenute dalle regioni, dalle province e dai comuni, per un importo complessivo annuo pari al 15 per cento del Fondo di cui al comma 2 per ciascun anno del triennio 2015-2017. Ai fini della distribuzione della predetta esclusione tra i singoli enti territoriali, gli enti locali e le regioni comunicano all'Agenzia gli spazi finanziari di cui necessitano per sostenere i pagamenti di cui al presente comma.

19-*bis*. Con decreto del ministero dell'economia e delle finanze, sulla base di una relazione dell'Agenzia in riferimento alle comunicazioni degli enti territoriali di cui al comma 25, sono individuati su base proporzionale, gli importi dei pagamenti da escludere dal patto di stabilità interno.

19-*ter*. Per la prosecuzione degli interventi per la messa in sicurezza di edifici scolastici è autorizzato lo stanziamento di una somma annua pari al15 per cento del Fondo di cui al comma 1, per ciascun anno del triennio 2015-2017.

19-*quater*. Al fine di favorire gli interventi per incrementare l'efficienza e la prestazione energetica negli edifici pubblici e la riduzione del consumo di energia dei medesimi edifici, anche nei rispetto degli obiettivi e delle disposizioni di cui al decreto-legge 4 giugno 2013, n. 63, convertito, con modificazioni, nella legge 3 agosto 2013, n. 90, per una transizione verso gli edifici a energia quasi zero, sono stanziate risorse pari al 5 per cento del Fondo di cui al comma 1 per ciascun anno del triennio 2015-2017. Con decreto del Minitero dello sviluppo economico sentito, il Ministero dell'economia, da emanare entro sessanta giorni dalla data di approvazione della presente legge, previo parere della Conferenza unificata di cui all'articolo 8 del decreto legislativo 28 agosto 1997, n. 281, sono stabiliti i criteri e le modalità di attuazione delle disposizioni di cui al presente comma.

Conseguentemente, all'articolo 2, comma 67, sostituire le parole: «è ridotta di 238 milioni di euro per l'anno 2015 e di 200 milioni di euro a decorrere dal 2016» *con le seguenti:* «è ridotta di 638 milioni di euro per l'anno 2015 e di 600 milioni a decorrere dal 2016».

1.111

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Sostituire i commi da 16 a 19 con i seguenti:

«16. A decorrere dal periodo di imposta successivo a quello in corso al 31 dicembre 2013, i

commi 1 e 4 dell'articolo 2 del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, sono abrogati.

17. Sono fatti salvi gli effetti del comma 2 dell'articolo 2 del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, ai fini della determinazione dell'acconto relativo al periodo di imposta successivo a quello in corso al31 dicembre 2013 secondo, il criterio previsionale, di cui all'articolo 4 del decreto-legge 2 marzo 1989, n. 69, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 aprile 1989, n. 154.

18. Le risorse rinvenienti dall'applicazione dei commi 1 e 2 del presente articolo, opportunamente rendicontate, sono versate all'entrata del bilancio dello Stato per essere riassegnate, fino all'importo massimo di 7 miliardi di euro per l'anno 2015 e 5 miliardi di euro a decorrere dall'anno 2016, ad un apposito fondo istituito nello stato di previsione del Ministero dello sviluppo economico finalizzato:

1) all'erogazione di finanziamenti a tasso agevolato a soggetti privati che investono in ricerca e sviluppo nei settori:

a) delle energie rinnovabili, del risparmio energetico e dei servizi collettivi ad alto contenuto tecnologico, nonché nell'ideazione di nuovi prodotti che realizzano un significativo miglioramento della protezione dell'ambiente per la salvaguardia dell'assolto idrogeologico e le bonifiche ambientali, nonché nella prevenzione dei rischio sismico;

b) dell'incremento dell'efficienza negli usi finali dell'energia nei settori civile, industriale e terziario, compresi gli interventi di *social housing*;

c) dei processi di produzione o di valorizzazione di prodotti, processi produttivi od organizzativi ovvero servizi che, rispetto alle alternative disponibili, comportino una riduzione dell'inquinamento e dell'uso delle risorse nell'arco dell'intero ciclo di vita;

d) della piaillficazione di interventi nell'ambito della gestione energetica, attraverso lo sviluppo di soluzioni *hardware* e *software* che consentano di ottimizzare i consumi, e della demotica;

e) dello sviluppo di soluzioni per la gestione del ciclo dei rifiuti, con particolare riferimento ai modelli di raccolta, trattamento e recupero, e per la gestione idrica, attraverso la progettazione di strumenti che garantiscano un monitorando più attento della rete idrica;

j) progettazione di nuovi sistemi di mobilità ecologici e sostenibili, anche attraverso la definizione di processi che possano ottimizzare la logistica dell'ultimo miglio e le attività di trasporto proprie delle compagnie private in aree urbane, tenendo in considerazione il traffico generato la congestione, l'inquinamento e il dispendio energetico;

2) a sostenere la nascita di imprese operanti nei settori delle tecnologie innovative e lo sviluppo delle imprese operanti in settori a tecnologia avanzata, con particolare riferimento alle piccole e medie imprese, nonché a favorire la valorizzazione e il trasferimento del patrimonio di conoscenza scientifica e tecnologica presente nel sistema della ricerca pubblica e privata per incrementare lo sviluppo economico, compresi gli *spin off* accademici, al fine di sviluppare processi di ricerca comuni tra imprese, università e centri di ricerca pubblici.

19. Con decreto del Ministero dell'economia e delle finanze, di concerto con il Ministro dello sviluppo economico, sono disciplinate le modalità di funzionamento del fondo di cui al comma 3. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio».

1.112

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Sostituire i commi da 16 a 19 con i seguenti:

«16. A decorrere dal periodo di imposta successivo a quello in corso al 31 dicembre 2013, i commi 1 e 4 dell'articolo 2 del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, sono abrogati.

17. Sono fatti salvi gli effetti del comma 2 dell'articolo 2 del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, ai fini della determinazione dell'acconto relativo al periodo di imposta successivo a quello in corso al 31 dicembre 2013 secondo il

criterio previsionale, di cui all'articolo 4 del decreto-legge 2 marzo 1989, n. 69, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 aprile 1989, n. 154.

18. Le risorse rinvenienti dall'applicazione dei commi 1 e 2 del presente articolo, opportunamente rendicontate, sono versate all'entrata del bilancio dello Stato per essere Rassegnate, fino all'importo massimo di 7 miliardi di euro per l'anno 2015 e 5 miliardi di euro a decorrere dall'anno 2016, ad un apposito fondo istituito nello stato di previsione del Ministero dell'ambiente, finalizzato:

a) a un Piano pluriennale di investimenti per l'adattamento ai cambiamenti climatici e per la messa in sicurezza del territorio e il contrasto al dissesto idrogeologico;

b) alla riduzione del rischio idrogeologico attraverso misure volte a favorire la delocalizzazione di immobili e di infrastrutture potenzialmente pericolosi e situati in aree a rischio idrogeologico;

c) a un piano straordinario di risanamento delle risorse fluviali, lacuali e marine;

d) a interventi finalizzati alla tutela del territorio, del patrimonio naturalistico, e per il contenimento del consumo di suolo;

e) al finanziamento delle attività di bonifica e di ripristino dei siti inquinati, con particolare priorità per l'inquinamento da amianto.

19. Agli interventi di cui alla lettera *a)* del precedente comma, è destinato non meno del 50 per cento delle risorse complessive del Fondo.

19-*bis*. Le risorse sono ripartite d'intesa con la Conferenza unificata Stato-Regioni, città e autonomie locali, e previ accordi di programma con gli enti territoriali e locali interessati, che individuano gli interventi prioritari necessari e i soggetti che vi provvedono».

1.113

CERVELLINI, URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Sostituire i commi da 16 a 18 con i seguenti:

«16. A decorrere dal periodo di imposta successivo a quello in corso al 31 dicembre 2013, i commi 1 e 4 dell'articolo 2 del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, sono abrogati.

17. Sono fatti salvi gli effetti del comma 2 dell'articolo 2 del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, ai fini della determinazione dell'acconto relativo al periodo di imposta successivo a quello in corso al 31 dicembre 2013 secondo il criterio previsionale, di cui all'articolo 4 del decreto legge 2 marzo 1989, n. 69, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 aprile 1989, n. 154.

18. Le risorse rinvenienti dall'applicazione dei commi 1 e 2 del presente articolo, opportunamente rendicontate, sorto versate all'entrata del bilancio dello Stato per essere riassegnate, fino all'importo massimo di 7 miliardi di euro per l'anno 2015 e 5 miliardi di euro a decorrere dall'anno 2016, al Fondo nazionale per il concorso finanziario dello Stato agli oneri del trasporto pubblico locale nelle Regioni a statuto ordinario, ai sensi dell'articolo 16-*bis*, comma 1 del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito dalla legge 7 agosto 2012, n. 135. Tali risorse sono finalizzate esclusivamente al miglioramento e all'incremento del trasporto ferroviario regionale di pendolari e per sostenere piani per la mobilità sostenibile».

1.114

URAS, DE PETRIS

Al comma 16, capoverso «4-*octies*»*, sostituire il primo periodo con il seguente:* «Di fronte ad un aumento degli investimenti, superiore alla media degli ultimi tre anni, o ad un aumento netto della occupazione a tempo indeterminato, fermo restando quanto stabilito dal presente articolo ed in deroga a quanto stabilito negli articoli precedenti, per i soggetti che determinano la produzione netta ai sensi degli articoli da 5 a 9, è ammessa in deduzione la differenza tra costo complessivo per il personale dipendente a tempo indeterminato e le deduzioni spettanti ai sensi dei commi 1, lettera a)*, 1-bis*, 4-*bis* .1 e 4-*quarter* del presente articolo».

1.115

BAROZZINO, URAS, DE PETRIS, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 16, capoverso 4-octies, *dopo le parole:* «5 a 9», *aggiungere le seguenti*: «e che non abbiano avviato nell'ultimo triennio procedure di licenziamento a carico di nessun dipendente o procedure di delocalizzazione dell'attività con conseguente riduzione dei livelli occupazionali,».

1.116

BAROZZINO, URAS, DE PETRIS, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 16, capoverso 4-octies, *dopo le parole:* «5 a 9», *aggiungere le seguenti:* «e che non abbiano avviato nell'ultimo triennio procedure di licenziamento a carico di nessun dipendente».

1.117

BAROZZINO, URAS, DE PETRIS, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 16, capoverso 4-octies, *dopo le parole:* «5 a 9», *aggiungere, le seguenti:* «che non abbiano avviato nell'ultimo triennio procedure di delocalizzazione dell'attività con conseguente riduzione dei livelli occupazionali,».

1.118

RICCHIUTI, LO GIUDICE, CASSON, MINEO

Al comma 16, capoverso comma 4-octies, *sostituire le parole:* «è ammessa in deduzione la differenza» *con le seguenti:* «è ammessa in deduzione una quota pari al 90 per cento della differenza».

Conseguentemente:

dopo 11 comma 19, aggiungere i seguenti:

"19-*bis*. All'articolo 11, comma 4-*bis*, del decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446 la lettera *d-bis*) è sostituita dalla seguente:

"*d-bis*) per i soggetti di cui all'articolo 3, comma 1, lettere *b)* e *c)*, l'importo delle deduzioni indicate nelle lettere da *a)* a *d)* è aumentato, rispettivamente, di euro 7.000, di euro 5.250, di euro 3.500 e di euro 1.750.

19-*ter*. Agli effetti del versamenti in acconto dell'imposta regionale sulle attività produttive dovuti per il periodo d'imposta in corso al 31 dicembre 2015 non si tiene conto delle disposizioni di cui al comma 4-*bis*.

19-*quater*. Per l'anno 2015 gli importi di cui al comma 4-*bis* sono ridotti della metà.";

all'articolo 2, dopo il comma 12, aggiungere Il seguente:

"12-*bis*. l'articolo 2, comma 8, del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 agosto 2013, n. 98, è sostituito dal seguente:

"8. L'importo massimo del finanziamenti di cui al comma 1 è di 5 miliardi di euro. Per far fronte agli oneri derivanti dalla concessione dei contributi di cui al comma 4, è autorizzata la spesa di 7,5 milioni di euro per l'anno 2014, di 42 milioni di euro per l'anno 2015, di 70 milioni di euro per ciascuno degli anni dal 2016 al 2019, di 34 milioni di euro per l'anno 2020 e di 12 milioni di euro per l'anno 2021"».

1.119

GIANLUCA ROSSI, MAURO MARIA MARINO, SANGALLI, FORNARO, GIACOBBE, GUERRA, MOSCARDELLI, RICCHIUTI, TURANO

Al comma 16, capoverso comma 4-octies, *sostituire le parole:* «è ammessa in deduzione la differenza» *con le seguenti:* «ammessa in deduzione una quota pari al 90 percento della differenza».

Conseguentemente, dopo il comma 20, aggiungere i seguenti:

«20-*bis*. All'articolo 11, comma 4-*bis*, del decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446 la lettera *d-bis*) è sostituita dalla seguente:

"*d-bis*) per i soggetti di cui all'articolo 3, comma 1, lettere *b)* e *c)*, l'importo delle deduzioni indicate nelle lettere da *a)* a *d)* è aumentato, rispettivamente, di euro 7.000, di euro 5.250, di euro 3.500 e di euro 1.750".

20-*ter*. Agli effetti del versamenti in acconto dell'imposta regionale sulle attività produttive dovuti per il periodo d'Imposta in corso al 31 dicembre 2015 non si tiene conto delle disposizioni di cui al comma 20-*bis*.

20-*quater*. Per l'anno 2015 gli importi di cui al comma 20-*bis* sono ridotti della metà».

1.120

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Al comma 16, capoverso comma 4-octies *sopprimere le parole:* «con contratto a tempo indeterminato».

Conseguentemente, all'articolo 2, sostituire il comma 226 con il seguente:

«226. I risparmi ottenuti in seguito all'applicazione dei costi *standard* in ambito sanitario conseguente all'individuazione delle 3 Regioni *benchmark* da parte della Conferenza Stato-Regioni, nella seduta del5 dicembre 2013, determinano a decorrere dall'anno 2015 una riduzione del livello del finanziamento del Servizio sanitario nazionale cui concorre ordinariamente lo Stato pari a 2.000 milioni di euro. Con decreto del Ministro della Salute, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, previa intesa in sede di Conferenza Stato Regioni, la quota di risparmi è imputata a ciascuna Regione In misura inversamente proporzionale al livello di applicazione dei costi *standard*, come verificato dai tavoli tecnici di cui all'intesa Stato-Regioni del 23 marzo 2005.».

1.121

BONFRISCO, BRUNI, PERRONE, LIUZZI, ZIZZA, IURLARO, FALANGA, EVA LONGO, D'ANNA, ARACRI, PAGNONCELLI, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Al comma 16, capoverso comma 4-octies *sopprimere le parole:* «con contratto a tempo indeterminato».

Conseguentemente, all'articolo 2, sostituire il comma 226 con il seguente:

«226. I risparmi ottenuti in seguito all'applicazione dei costi *standard* in ambito sanitario conseguente all'individuazione delle 3 Regioni *benchmark* da parte della Conferenza Stato-Regioni, nella seduta del 5 dicembre 2013, determinano a decorrere dall'anno 2015 una riduzione del livello del finanziamento del Servizio sanitario nazionale cui concorre ordinariamente lo Stato pari a 2.000 milioni di euro. Con decreto del Ministro della Salute. di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze. previa intesa in sede di Conferenza Stato Regioni, la quota di risparmi è imputata a ciascuna Regione in misura inversamente proporzionale al livello di applicazione dei costi standard. come verificato dai tavoli tecnici di cui all'intesa Stato-Regioni del 23 marzo 2005».

1.122

GASPARRI

Al comma 16, capoverso «4-*octies*», *sopprimere le parole:* «con contratto a tempo indeterminato», *ed aggiungere dopo:* «dipendente» *le seguenti parole:* «e assimilato ai sensi dell'art. 50 del TUIR».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 105.000.000;
2016: ? 105.000.000;
2017: ? 105.000.000.

Ridurre dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente della allegata tabella C.

1.123

GASPARRI

Al comma 16, capoverso «4-*octies*», *dopo le parole:* «a tempo indeterminato», *aggiungere le seguenti:* «e a tempo determinato ai sensi del decreto legislativo 6 settembre 2001, n. 368».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 105.000.000;
2016: ? 105.000.000;
2017: ? 105.000.000.

Ridurre del 3 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente della allegata tabella C.

1.124

GALIMBERTI

Al comma 16, capoverso 4-octies *dopo le parole:* «con contratto a tempo indeterminato» *aggiungere le seguenti:* «e con contratto a tempo determinato».

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente del 1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

1.125

BOCCA, D'ALÌ, PELINO, MANDELLI, FABBRI, LANGELLA

Al comma 16, capoverso 4-octies, *dopo le parole:* «a tempo Indeterminato» *aggiungere le seguenti parole:* «nonché per il personale assunto con contratto a tempo determinato per lo svolgimento di attività stagionali di cui all'articolo 5, comma 4-*ter* del decreto legislativo 6 settembre 2001, n. 368.».

Conseguentemente, alla allegata tabella A, ridurre gli importi relativi al Ministero dell'Economia e delle Finanze per 25 milioni di euro.

1.126

CASSON

Al comma 16, capoverso 4-octies, *dopo le parole:* «a tempo indeterminato» *aggiungere le seguenti parole:* «nonché per il personale assunto con contratto, a tempo determinato per lo svolgimento di attività stagionali di cui all'articolo 5, comma 4-*ter* del decreto legislativo 6 settembre 2001, n. 368.».

Conseguentemente, alla allegata tabella A, ridurre gli importi relativi al Ministero dell'Economia e delle Finanze per 25 milioni di euro.

1.127

DE POLI

Al comma 16, capoverso 4-octies*, dopo le parole:* «a tempo indeterminato» *aggiungere le seguenti parole:* «nonché per il personale assunto con contratto a tempo determinato per lo svolgimento di attività stagionali di cui all'articolo 5, comma 4-*ter* del decreto legislativo 6 settembre 2001, n. 368».

Conseguentemente, alla allegata tabella A, ridurre gli importi relativi al Ministero dell'Economia e delle Finanze *per 25 milioni di euro.*

1.128

DALLA TOR, GUALDANI

Al comma 16, capoverso 4-octies*, dopo le parole:* «a tempo indeterminato» *aggiungere le seguenti parole:* «nonché per il personale assunto con contratto a tempo determinato per lo svolgimento di attività stagionali di cui all'articolo 5, comma 4-*ter* del decreto legislativo 6 settembre 2001, n. 368.».

Conseguentemente, alla allegata tabella A, ridurre gli importi relativi al Ministero dell'Economia e delle Finanze *per 25 milioni di euro.*

1.129

GUALDANI

Al comma 16, capoverso 4-octies*, dopo le parole:* «a tempo indeterminato» *aggiungere le seguenti:* «nonché per il personale assunto con contratto a tempo determinato per lo svolgimento di attività stagionali di cui all'articolo 5, comma 4-*ter* del decreto legislativo 6 settembre 2001, n. 368».

Conseguentemente, alla allegata tabella A, ridurre gli importi relativi al Ministero dell'Economia e delle Finanze *per 25 milioni di euro.*

1.130

TOMASELLI, LAI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA

Al comma 16, capoverso comma 4-octies*, dopo le parole:* «a tempo indeterminato» *aggiungere le seguenti parole:* «e per il personale assunto per lo svolgimento delle attività stagionali di cui all'articolo 5, comma 4-*ter* del decreto legislativo 6 settembre 2001, n. 368».

Conseguentemente nella tabella A, allegata al decreto legislativo 26 ottobre 1995, n. 504, sopprimere il punto n. 12.

1.131

GUALDANI

Al comma 16, copoverso «4-*octies*» *dopo le parole:* «a tempo indeterminato» *aggiungere le seguenti:*

«e per il personale assunto per lo svolgimento delle attività stagionali di cui all'articolo 5; comma 4-*ter* del Decreto legislativo 6 settembre 2001, n. 368,».

Conseguentemente, nella tabella A allegata al decreto legislativo 26 ottobre 1995, n. 504, sopprimere il punto n. 12.

1.132

DI BIAGIO, LUIGI MARINO

Al comma 16, capoverso «4-*octies*» *dopo le parole:* «a tempo indeterminato» *aggiungere le seguenti:* «e per il personale assunto per lo svolgimento delle attività stagionali di cui all'articolo 5, comma 4-*ter* del Decreto Legislativo 6 settembre 2001, n. 368,».

Conseguentemente, nella tabella A, allegata al decreto legislativo 26 ottobre 1995, n. 504, sopprimere il punto n.12.

1.133

COMAROLI, TOSATO

Al comma 16, capoverso 4-octies*, dopo le parole:* «con contratto a tempo indeterminato» *aggiungere le seguenti:* «, nonché con contratto di lavoro a tempo determinato stipulato ai sensi dell'articolo 5, comma 4-*ter*, del decreto legislativo 6 settembre 2001, n. 368,».

Conseguentemente:

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 500 milioni di euro a decorrere dal 2015.

1.134

BONFRISCO, CERONI, D'ALÌ, MANDELLI, MILO

Al comma 16, capoverso 4-octies *dopo le parole:* «con contratto a tempo indeterminato» *aggiungere le seguenti:* «e con contratto a tempo determinato stipulato ai sensi dell'articolo 5, comma 4-*ter*, del disegno legislativo 368/2001».

1.135

LUIGI MARINO, DI BIAGIO

Al comma 16, capoverso 4-octies *dopo le parole:* «con contratto a tempo indeterminato» *aggiungere le seguenti:* «e con contratto a tempo determinato stipulato ai sensi dell'articolo 5, comma 4-*ter*, del disegno legislativo 368/2001».

1.136

GASPARRI

Al comma 16, capoverso «4-*octies*», *dopo le parole:* «a tempo indeterminato» *aggiungere le seguenti:* «e a tempo determinato assunti per lo svolgimento delle attività stagionali di cui al decreto del Presidente della Repubblica 7 ottobre 1963, n. 1525, nonché di quelle così definite dagli avvisi comuni e dai contratti collettivi nazionali dalle organizzazioni dei lavoratori e dei datori di lavoro comparativamente più rappresentative,».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 105.000.000;
2016: ? 105.000,000;
2017: ? 105.000.000.

Ridurre de1 3 per cento tutti gli stanziamenti di part corrente della allegata tabella c).

1.137

RUTA, ALBANO, BERTUZZI, FASIOLO, GATTI, PIGNEDOLI, SAGGESE, VALENTINI

Al comma 16, capoverso «4-*octies*», *dopo le parole:* «e a tempo indeterminato» *inserire le seguenti:* «e a tempo determinato assunti per lo svolgimento delle attività stagionali di cui al decreto del Presidente della Repubblica 7 ottobre 1963, n. 1525, nonché di quelle così definite dagli avvisi comuni e dai contratti collettivi nazionali dalle organizzazioni dei lavoratori e dei datori di lavoro

comparativamente più rappresentative,».

Conseguentemente, alla tabella A, ridurre gli importi relativi al Ministero dell'economia e delle finanze *per 25 milioni di euro*.

1.138

BONFRISCO, CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Al comma 16, capoverso comma «4-*octies*» *dopo le parole:* «a tempo indeterminato aggiungere le seguenti: «e a tempo detenni nato assunti per lo Svolgimento delle attività stagionali di cui al decreto del Presidente della Repubblica 7 ottobre 1963, n. 1525, nonché di quelle così definite dagli avvisi comuni e dai contratti collettivi nazionali dalle organizzazioni dei lavoratori e dei datori di lavoro comparativamente più rappresentative,.».

Conseguentemente, alla tabella A, ridurre gli importi relativi al Ministero dell'economia e delle finanze per 25 milioni di euro.

1.139

TOMASELLI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA, GUERRIERI PALEOTTI, BROGLIA, DEL BARBA, LAI, SANGALLI, SPOSETTI, VERDUCCI, ZANONI, GIANLUCA ROSSI, FORNARO, GUERRA, MOSCARDELLI, RICCHIUTI, TURANO

Al comma 16, capoverso comma «4-*octies*», *dopo le parole:* «e a tempo indeterminato aggiungere le seguenti: e a tempo determinato assunti per lo svolgimento delle attività stagionali di cui al decreto del Presidente della Repubblica 7 ottobre 1963, n. 1525, nonché di quelle così definite dagli avvisi comuni e dai contratti collettivi nazionali dalle organizzazioni dei lavoratori e dei datori di lavoro comparativamente più rappresentative».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 25.000.000;
2016: ? 25.000.000;
2017: ? 25.000.000.

1.140

COMAROLI, TOSATO

Al comma 16, capoverso «4-*octies*», *dopo le parole:* «con contratto a tempo indeterminato» *aggiungere le seguenti:* «e con contratto di lavoro stagionale secondo le disposizioni vigenti in materia per il settore del turismo».

Conseguentemente:

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 500 milioni di euro a decorrere dal 2015».

1.141

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, MILO, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Al comma 16, capoverso comma «4-*octies*», *aggiungere, in fine, il seguente periodo:* «La predetta deduzione si applica anche ai soggetti di cui al citato comma 1.1. per ogni lavoratore agricolo dipendente a tempo determinato alle condizioni e nella misura ivi previste. Agli oneri derivanti dall'attuazione della presente disposizione, pari a 11 milioni di euro annui a decorrere dal 2015, si provvede mediante corrispondente riduzione dei fondo per gli interventi strutturali di politica economica di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni dalla legge 27 dicembre 2004 n. 307.».

1.142

BOCCA, D'ALÌ, PELINO, MANDELLI, FABBRI, LANGELLA

Al comma 16, capoverso «4-*octies*», *aggiungere, in fine, il seguente periodo:* «La deduzione di cui al presente comma spetta unicamente ai soggetti che applicano contratti collettivi nazionali di lavoro stipulati da organizzazioni sindacali dei datori di lavoro e dei lavoratori comparativamente più rappresentative».

1.143

CASSON

Al comma 16, capoverso «4-*octies*», *aggiungere il seguente periodo:* «La deduzione di cui al presente comma spetta unicamente ai soggetti che applicano contratti collettivi nazionali di lavoro stipulati da organizzazioni sindacali dei datori di lavoro e dei lavoratori comparativamente più rappresentative».

1.144

DALLA TOR, GUALDANI

Al comma 16 capoverso «4-*octies*», *aggiungere il seguente periodo:* «La deduzione di cui al presente comma spetta unicamente ai soggetti che applicano contratti collettivi nazionali di lavoro stipulati da organizzazioni sindacali dei datori di lavoro e dei lavoratori comparativamente più rappresentative».

1.145

GUALDANI

Al comma 16, capoverso «4-*octies*», *aggiungere, in fine, il seguente periodo:* «La deduzione di cui al presente comma spetta unicamente ai soggetti che applicano contratti collettivi nazionali di lavoro stipulati da organizzazioni sindacali dei datoti di lavoro e dei lavoratori comparativamente più rappresentative».

1.146

DE POLI

Al comma 16, capoverso 4-octies, *aggiungere il seguente periodo:* «La deduzione di cui al presente comma spetta unicamente ai soggetti che applicano contratti collettivi nazionali di lavoro stipulati da organizzazioni sindacali dei datori di lavoro e dei lavoratori comparativamente più rappresentative».

1.147

RUSSO

Al comma 16, capoverso «Art. 4-*octies*» *dopo le parole:* «al comma 1.1 del presente articolo» *è inserito il seguente periodo:* «Per le società sportive professionistiche di cui alla legge 23 marzo 1981, n. 91, la deduzione di cui al presente comma è ammessa anche per ogni lavoratore sportivo professionista a tempo determinato».

1.148

BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Dopo il comma 16, aggiungere i seguenti:

«16-*bis*.A decorrere dall'anno 2015 sono escluse dall'ambito d'applicazione dell'imposta regionale sulle attività produttive, di cui al decreto legislativo 15 dicembre 1997, n, 446, le imprese che hanno meno di dieci occupati e un fatturato annuo o un totale di bilancio annuo non superiore a 2 milioni di euro.

16-*ter*. Dalla data di entrata in vigore dei regolamenti di cui al comma 16-*quater*, sono abrogate le disposizioni che determinano trasferimenti a imprese, di parte corrente o in. conto capitale, non giustificati. da una situazione di fallimento di mercato.

16-*quater*. Con uno o più regolamenti, da adottare entro il 30 aprile 2015 ai sensi dell'articolo 17, comma 2, della legge 23 agosto 1988, n. 400, e successive modificazioni, sono individuate le disposizioni di legge e regolamentari che sono abrogate ai sensi del comma 16-*ter*, in modo da determinare risparmi pari a 2 miliardi di euro annui a partire dal 2015.

16-*quinquies*. Sono escluse dall'abrogazione disposta ai sensi del comma 16-*quater* le disposizioni che prevedono incentivi:

a) finanziabili con fondi europei;

b) diretti a compensare l'adempimento di obblighi di servizio pubblico, con particolare

riferimento, ai settori dell'istruzione e della ricerca, della sanità, dell'assistenza sociale e dei trasporti, nel rispetto dei criteri stabiliti dal diritto dell'Unione europea.

16-*sexies*. Possono essere altresì escluse all'abrogazione disposta ai sensi del comma 16-*quater* le disposizioni che prevedono incentivi destinati a:

a) promuovere la realizzazione di importanti progetti di comune interesse europeo;

b) promuovere la cultura nonché la conservazione e la valorizzazione del patrimonio artistico, paesaggistico o ambientale.

16-*septies*. Ai fini dell'individuazione delle disposizioni da abrogare ai sensi del comma 16-*quater* e degli incentivi da ammettere ai sensi dei commi 16-*quinquies* e 16-*sexies,* il Governo si avvale del parere di un apposito comitato tecnico, che procede a verificare la loro necessità e idoneità in caso di una situazione di fallimento di mercato. Il comitato è istituito, senza maggiori oneri a carico della finanza pubblica, con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri».

1.149

GUALDANI

Dopo il comma 16, inserire i seguenti:

«16-*bis*. All'articolo 11, comma 4-*bis*, del decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446 sostituire la lettera *d*-bis) con la seguente:

"*d*-bis) per i soggetti di cui all'articolo 3, comma 1, lettere *b)* e *c),* l'importo delle deduzioni indicate nelle lettere da *a)* a *d)* è aumentato, rispettivamente, di euro 12.000, di euro 9.000, di euro 6.000 e di euro 3.000".

16-*ter*. Agli effetti dei versamenti in acconto dell'imposta regionale sulle attività produttive dovuti per il periodo d'imposta in corso al 31 dicembre 2015 non si tiene conto delle disposizioni di cui al comma 4*bis*«.

Conseguentemente al comma 143 del medesimo articolo, alle lettere d) *ed* e), *le parole:* «3.272 milioni» *e:* «116.272 milioni» *sono, rispettivamente, sostituite dalle seguenti:* «4.162 milioni» *e:* «7.162 milioni».

1.150

LEZZI, BULGARELLI, MANGILI

Dopo il comma 16, aggiungere il seguente:

«16-*bis*. Nei limiti di spesa di 100 milioni di euro in caso di *startup* innovative è escluso dall'imposizione sul reddito d'impresa il 50 per cento del valore degli investimenti in nuovi beni strumentali fatti a decorrere dalla data di entrata in vigore della presente legge e fino al 30 giugno 2020. L'agevolazione di cui al presente comma può essere fruita esclusivamente in sede di versamento del saldo delle imposte sui redditi dovute per il periodo d'imposta di effettuazione degli investimenti ed è revocata se la startup innovativa cede a terzi o destina i beni oggetto degli investimenti a finalità estranee all'esercizio d'impresa prima del secondo periodo d'imposta successivo alloro acquisto. L'agevolazione di cui al presente comma è altresì revocata se i beni oggetto degli investimenti sono ceduti a soggetti aventi stabile organizzazione in Paesi non aderenti allo Spazio economico europeo».

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 100 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016, 2017».

1.151

LEZZI, BULGARELLI, MANGILI

Dopo il comma 16, aggiungere il seguente:

«16-*bis*. Nei limiti di spesa pari a 70 milioni di euro per gli anni 2015, 2016 e 2017 le imprese fornitrici dei soggetti titolari di attività commerciali, artigianali, turistiche, aventi sede o unità produttive nei territori colpiti di eventi calamitosi, possono dedurre interamente dal reddito imponibile le perdite dovute dal mancato pagamento delle forniture in conseguenza dell'evento calamitoso».

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le

variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 70 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016, 2017».

1.152

MANGILI, LEZZI, BULGARELLI

Dopo il comma 16, aggiungere il seguente:

«16-*bis*. All'articolo 29 del decreto-legge 18 ottobre 2012, n. 179, convertito, con modificazioni, dalla legge 17 dicembre 2012, n. 221, e successive modificazioni, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al comma 1:

1) le parole: "e 2016" sono sostituite dalle seguenti: ", 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020";

2) le parole: "19 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "30 per cento";

b) al comma 4:

1) le parole: "e 2016" sono sostituite dalle seguenti: "2016, 2017, 2018, 2019 e 2020";

2) le parole: "20 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "30 per cento";

c) il comma 5 è sostituito dal seguente:

"5. L'eventuale cessione, anche parziale, dell'investimento prima del decorso del termine previsto, comporta la decadenza dal beneficio ed il recupero a tassazione dell'importo dedotto, maggiorato degli interessi legali";

d) i commi 6 e 7 sono abrogati«.

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 80.000.000;

2016: ? 80.000.000;

2017: ? 80.000.000.

1.153

BERGER, ZELLER, PANIZZA, LANIECE, BATTISTA, ROMANO, FAUSTO GUILHERME LONGO

Dopo il comma 16, inserire il seguente:

«16-*bis*. Al comma 1 dell'articolo 9 del decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, dopo le parole: "tra l'ammontare dei corrispettivi" inserire le seguenti: ", ad esclusione delle cessioni di beni ammortizzabili e aree edificabili"».

Conseguentemente agli oneri derivanti dal comma 16-bis, *pari a 5.700.000 di euro a decorrere dal 2015, si provvede a valere sul Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalia legge 27 dicembre 2004, n. 307«.*

1.154

COMAROLI, TOSATO

Sopprimere i commi 17 e 18.

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 16, paragrafo 4-octies, *sostituire dalle parole:* «i soggetti» *fino a:* «9», *con le seguenti:* «le imprese con numero dipendenti inferiore o uguale a 250».

1.155

GASPARRI

Sopprimere i commi 17 e 18.

1.156

BERTOROTTA, MOLINARI, VACCIANO, BOTTICI, MANGILI, BULGARELLI

Sopprimere il comma 17.

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 30 milioni di

euro per ciascuno degli anni 2015, 2016, 2017».

1.157

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Sostituire il comma 17, con i seguenti:

«17. Dopo il comma 1 dell'articolo 2 del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 69, è inserito il seguente:

"17-*bis*. A decorrere dal periodo d'imposta successivo a quello in corso al 31 dicembre 2014, al decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 16, comma 1, le parole: "l'aliquota del 3,50 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "l'aliquota del 2,70 per cento";

b) all'articolo 16, comma 1-*bis*, sono apportate le seguenti modificazioni:

1) alla lettera *a)*, le parole: "l'aliquota del 3,80 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "l'aliquota del 3 per cento";

2) alla lettera *b)*, le parole: "l'aliquota del 4,20 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "l'aliquota del 3,25 percento";

3) alla lettera *c)*, le parole: "l'aliquota del 5,30 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "l'aliquota del 4,10 per cento";

c) all'articolo 45, comma 1, le parole: "nella misura dell'1,70 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nella misura dell'1,30 per cento"»;

2-*bis*. AI comma 4 dell'articolo 2 del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 69, le parole: "dal comma 1" sono sostituite dalle seguenti: "dai commi 1 e 1-bis.""».

Sopprimere il comma 18.

Conseguentemente all'articola 3, dopo il comma 66 inserire il seguente:

«66-*bis*. Con decreto del Ministro dell'economia è delle finanze i regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale di cui all'allegato A della nota integrativa al bilancio di previsione relativa alta Tabella 1 dello Stato di previsione delle entrate prevista ai sensi dell'articolo 21, comma 11, lettera *a)*, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, che appaiono, in tutto o in parte, ingiustificati o superati alla luce delle mutate esigenze sociali o economiche ovvero che costituiscono una duplicazione, sono modificati, soppressi o ridotti, a decorrere dall'anno 2015, al fine di assicurare maggiori entrate pari a 10.200 milioni di euro. Nei casi in cui la disposizione del primo periodo del presente comma non sia suscettibile di diretta e immediata applicazione, con uno o più decreti del Ministro dell'economia e delle finanze sono stabilite le modalità tecniche per l'attuazione del presente comma con riferimento ai singoli regimi interessati».

1.158

SUSTA

Sostituire il comma 17 con il seguente:

«17. A decorrere dal periodo d'imposta successivo a quello in corso al 31 dicembre 2013, al decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 16, comma 1, le parole "l'aliquota del 3,9 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "l'aliquota del 3,62 per cento";

b) all'articolo 16, comma 1-*bis*, sono apportate le seguenti modificazioni:

1) alla lettera *a),* le parole "l'aliquota del 4,20 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "l'aliquota del 3,92 per cento";

2) alla lettera *b),* le parole "l'aliquota del 4,65 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "l'aliquota del 4,33 per cento";

3) alla lettera *c)*, le parole "l'aliquota del 5,90 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "l'aliquota del 5,48 per cento";

c) all'articolo 45, comma 1, le parole "nella misura dell'1,9 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nella misura del 1,76 per cento";

d) All'articolo 16, comma 3, del decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, le parole "fino ad un massimo di un punto percentuale" sono sostituite dalle seguenti: "fino ad un massimo di 0,94 punti percentuali"«.

Conseguentemente sostituire l'allegato n. 5 di cui all'articolo 2, comma 1, con il seguente:

Allegato 5

(articolo 19, comma 1)

Riduzione di autorizzazioni di spesa concernenti trasferimenti correnti e in conto capitale in favore di imprese

Ministero	**Autorizzazione di spesa**	**c/k**	**Riduzione (in migliaia di euro)**		
			2015	**2016**	**2017 e a successi**
Economia e finanze	legge n. 311 del 2004 art. 1, comma 361	c	50.000,0	25.000,0	0,0
Economia e finanze	legge n. 448 del 2001 art. 52, comma 21	k	703,8	742,1	815,7
Economia e finanze	decreto-legge n. 138 del 2002 art. 4, comma 1	k	1.200,0	1.200,0	1.200,0
Sviluppo economico	legge n. 549 del 1995 art. 1, comma 43	c	2.039,6	2.039,6	2.039,6
Sviluppo economico	decreto-legge n. 66 del 2014 art. 22 bis, comma 1	k	0,0	50.000,0	0.0
Lavoro e politiche sociali	legge n. 147 del 2013 art. 1, comma 22	c	2.000,0	2.000,0	0.0
Lavoro e politiche sociali	decreto legislativo n. 198 del 2006 art. 44	c	150,8	87,8	97,4
Infrastrutture e trasporti	legge n. 388 del 2000 art. 145, comma 40	c	97,1	100,0	100,0
Infrastrutture e trasporti	legge n. 147 del 2013 art. 1, comma 38 punto D	k	4.369,2	4.694,2	4.680,5
Politiche agricole, alimentarie e forestali	legge n. 267 del 1991 art. 1, comma 1, punto 5	c	1.000,0	1.000,0	1.000,0
Politiche agricole, alimentarie e forestali	DL n. 182 / 2005 art. 2, comma 5		190,7	193,4	192,9
Politiche agricole, alimentarie e forestali	decreto legislativo n. 226/2001 art. 10, comma 1 bis	c	550,0	557,9	556,3
Politiche agricole, alimentarie e forestali	legge n. 244 del 2007 art. 3, comma 34	c	2.063,2	2.048,7	2.047,1
Politiche agricole, alimentarie e forestali	legge n. 267 del 1991 art. 1, punto 5	k	1.914,9	1.733,5	1.727,0
Politiche agricole, alimentarie e forestali	legge n. 423 del 1998 art. 3, comma 1	k	989,3	944,7	941,0
Beni e attività culturali e turismo	legge n. 662 del 1996 art. 3, comma 83	k	1.000,0	2.295,9	2.295,9
Sviluppo economico	DL n. 215/2011, art. 5, sub art. 0, comma 4, sub comma 0, punto 0, sub punto 0		9.148,74	9.148,74	9.148,74
Sviluppo economico	DL n. 321/1996, art. 5, sub art. 0, comma 2, sub comma 0, punto A, sub punto 0		14.637,99	14.637,99	14.637,9

Sviluppo economico	DL n. 321/1996, art. 5, sub art. 0, comma 2, sub comma 0, punto B, sub punto 0		14.637,99	14.637,99	14.637,9
Sviluppo economico	L n. 140/1999, art. 1, sub art. 0, comma 4, sub comma 0, punto A, sub punto 0		18.843	18.843	18.843
Sviluppo economico	L n. 140/1999, art. 2, sub art. 0, comma 5, sub comma 0, punto A, sub punto 0		16.027	16.027	16.027
Sviluppo economico	L n. 140/1999, art. 2, sub art. 0, comma 5, sub comma 0, punto B, sub punto 0		6.615	6.615	6.615
Sviluppo economico	L n. 28/2000, art. 12, sub art. 0, comma 1, sub comma 0, punto 0, sub punto 0		529.66	529.66	529.66
Sviluppo economico	LF n. 191/2009, art. 2, sub art. 0, comma 237, sub comma 0, punto 0, sub punto 0		5.186,23	5.186,23	5.186,23
Sviluppo economico	LF n. 244/2007, art. 2, sub art. 0, comma 296, sub comma 0, punto 0, sub punto 0		1.872,54	1.872,54	1.872,54
Sviluppo economico	LF n. 289/2002, art. 80, sub art. 0, comma 35, sub comma 0, punto 0, sub punto 0		1.372,83	1.372,83	1.372,83
Sviluppo economico	LF n. 311/2004, art. 1, sub art. 0, comma 213, sub comma 0, punto 0, sub punto 0		274,57	274,57	274,57
Sviluppo economico	LF n. 350/2003, art. 4, sub art. 0, comma 5, sub comma 0, punto 0, sub punto 0		800,30	800,30	800,30
Sviluppo economico	LF n. 388/2000, art. 145, sub art. 0, comma 18, sub comma 0, punto 0, sub punto 0		701,79	701,79	701,79
Sviluppo economico	LF n. 488/1999, art. 27, sub art. 0, comma 10, sub comma 0, punto 0, sub punto 0		472,62	472,62	472,62
Sviluppo economico	LS n. 147/2013, art. 1, sub art. 0, comma 262, sub comma 0, punto 0, sub punto 0		10.980,63	10.980,63	10.980,6
Sviluppo economico	L n. 549/1955, art. 1, sub art. 0, comma 43, sub comma 0, punto 0, sub punto 0		11.805,38	11.805,38	11.805,3
Sviluppo economico	L n. 549/1955, art. 1, sub art. 0, comma 43, sub comma 0, punto B, sub punto 0		255,00	255,00	255,00
Sviluppo economico	DPR n. 318/1997, art. 3, sub art. 0, comma 11, sub comma 0, punto 0, sub punto 0		7.951,57	7.951,57	7.951,57
Sviluppo economico	L n. 808/1985, art. 1, sub art. 0, comma 0, sub comma 0, punto 0, sub punto 0		10.952,98	10.952,98	10.952,9
Sviluppo economico	L n. 808/1985, art. 3, sub art. 0, comma 0, sub comma 0, punto A, sub punto 0		11.914,56	11.914,56	11.914,5

Sviluppo economico	LF n. 244/2007, art. 2, sub art. 0, comma 179, sub comma 0, punto A, sub punto 0		4.765,83	4.765,83	4.765,83
Sviluppo economico	LF n. 244/2007, art. 2, sub art. 0, comma 179, sub comma 0, punto B, sub punto 0		5.957,28	5.957,28	5.957,28
Sviluppo economico	LF n. 244/2007, art. 2, sub art. 0, comma 179, sub comma 0, punto C, sub punto 0		5.957,28	5.957,28	5.957,28
Sviluppo economico	LF n. 244/2007, art. 2, sub art. 0, comma 180, sub comma 0, punto 0, sub punto 0		239.244,42	239.244,42	239.244,
Sviluppo economico	LF n. 296/2006, art. 1, sub art. 0, comma 883, sub comma 0, punto A, sub punto 0		10.213,16	10.213,16	10.213,1
Sviluppo economico	LF n. 296/2006, art. 1, sub art. 0, comma 883, sub comma 0, punto B, sub punto 0		9.694,64	9.694,64	9.694,64
Sviluppo economico	LF n. 296/2006, art. 1, sub art. 0, comma 883, sub comma 0, punto C, sub punto 0		10.463,85	10.463,85	10.463,8
Sviluppo economico	LF n. 296/2006, art. 1, sub art. 0, comma 884, sub comma 0, punto A, sub punto 0		208,74	208,74	208,74
Sviluppo economico	LF n. 296/2006, art. 1, sub art. 0, comma 884, sub comma 0, punto B, sub punto 0		2.676,73	2.676,73	2.676,73
Sviluppo economico	LF n. 350/2003, art. 4, sub art. 0, comma 176, sub comma 0, punto 5, sub punto 0		2.382,91	2.382,91	2.382,91
Sviluppo economico	LF n. 350/2003, art. 4, sub art. 0, comma 176, sub comma 0, punto 6, sub punto 0		7.148,74	7.148,74	7.148,74
Sviluppo economico	LF n. 388/2000, art. 144, sub art. 0, comma 1, sub comma 0, punto 0, sub punto 0		4.922,69	4.922,69	4.922,69
Sviluppo economico	LF n. 388/2000, art. 144, sub art. 0, comma 3, sub comma 0, punto 1, sub punto 0		5.168,82	5.168,82	5.168,82
Sviluppo economico	LF n. 388/2000, art. 144, sub art. 0, comma 3, sub comma 0, punto 2, sub punto 0		6.153,36	6.153,36	6.153,36
Sviluppo economico	LS n. 147/2013, art. 1, sub art. 0, comma 38, sub comma 0, punto A, sub punto 0		7.148,74	7.148,74	7.148,74
Sviluppo economico	LS n. 220/2010, art. 1, sub art. 0, comma 57, sub comma 0, punto 0, sub punto 0		10.408,56	10.408,56	10.408,5
Sviluppo economico	LF n. 266/2005, art. 1, sub art. 0, comma 95, sub comma 0, punto 3, sub punto 0		199.582,67	199.582,67	199.582,
Economia e Finanze	LF n. 296/2006, art. 1, sub art. 0, comma 272, sub comma 0, punto 0, sub punto 0		140.904,86	140.904,86	140.904,

Economia e Finanze	DL n. 69/2013, art. 11, sub art. 0, comma 1, sub comma 0, punto 0, sub punto 0		17.921,16	17.921,16	17.921,1
Economia e Finanze	DL n. 91/2013, art. 8, sub art. 0, comma 1, sub comma 0, punto 0, sub punto 0		25.886,12	25.886,12	25.886,1
Economia e Finanze	DL n. 138/2002, art. 11, sub art. 0, comma 1, sub comma 0, punto 0, sub punto 0		55.139,53	55.139,53	55.139,5
Economia e Finanze	LF n. 296/2006, art. 1, sub art. 0, comma 1088, sub comma 0, punto A, sub punto 0		466,23	466,23	466,23
Economia e Finanze	LF n. 244/2007, art. 1, sub art. 0, comma 56, sub comma 0, punto 0, sub punto 0		3.594,44	3.594,44	3.594,44
Economia e Finanze	DL n. 179/2012, art. 11, sub art. 2, comma 1, sub comma 0, punto 0, sub punto 0		7.709,68	7.709,68	7.709,68
Economia e Finanze	LF n. 448/2001, art. 60, sub art. 0, comma 0, sub comma 0, punto 0, sub punto 0		1.474,84	1.474,84	1.474,84
Economia e Finanze	DL n. 91/2013, art. 7, sub art. 0, comma 1, sub comma 0, punto 0, sub punto 0		3.469,35	3.469,35	3.469,35
Economia e Finanze	LF n. 388/2000, art. 13, sub art. 0, comma 0, sub comma 0, punto 0, sub punto 0		785,25	785,25	785,25
Economia e Finanze	DL n. 201/2011, art. 15, sub art. 0, comma 0, sub comma 0, punto 0, sub punto 0		290.173,79	290.173,79	290.173,
Economia e Finanze	DL n. 262/2006, art. 2, sub art. 0, comma 58, sub comma 0, punto 0, sub punto 0		6.401,52	6.401,52	6.401,52
Economia e Finanze	DL n. 34/2011, art. 1, sub art. 0, comma 4, sub comma 0, punto 0, sub punto 0		19.062,30	19.062,30	19.062,3
Economia e Finanze	DL n. 98/2011, art. 23, sub art. 0, comma 50, sub comma 4, punto 0, sub punto 0		87.060,67	87.060,67	87.060,6
Economia e Finanze	DLG n. 26/2007, art., sub art. 0, comma 0, sub comma 4, punto 0, sub punto 0		16.131,83	16.131,83	16.131,8
Economia e Finanze	LS n. 183/2011, art. 34, sub art. 0, comma 1, sub comma 0, punto 0, sub punto 0		3.812,46	3.812,46	3.812,46
Economia e Finanze	LS n. 228/2012, art. 1, sub art. 0, comma 487, sub comma 0, punto 0, sub punto 0		60.373,45	60.373,45	60.373,4
Economia e Finanze	LF n. 203/2008, art. 2, sub art. 0, comma 12, sub comma 0, punto 0, sub punto 0		14.899,78	14.899,78	14.899,7
Economia e Finanze	LF n. 296/2006, art. 1, sub art. 0, comma 1066, sub comma 0, punto 0, sub punto 0		2.413,68	2.413,68	2.413,68

Economia e Finanze	LF n. 388/2000, art. 29, sub art. 0, comma 0, sub comma 0, punto 0, sub punto 0		1.939,76	1.939,76	1.939,76
Economia e Finanze	LF n. 203/2008, art. 2, sub art. 0, comma 2, sub comma 0, punto 0, sub punto 0		11.999,33	11.999,33	11.999,3
Economia e Finanze	DL n. 324/1997, art. 1, sub art. 0, comma 0, sub comma 0, punto 0, sub punto 0		966,15	966,15	966,15
Economia e Finanze	DLG n. 60/1999, art. 20, sub art. 0, comma 1, sub comma 4, punto 0, sub punto 0		1.616,30	1.616,30	1.616,30
totale			**1.519.819,8**	**1.545.918,9**	**1.468.97**

1.160

SUSTA

Dopo il comma 17, aggiungere il seguente:

«17-*bis*. Per il periodo di imposta immediatamente successivo a quello in corso al 31 dicembre 2013, la misura di cui al comma precedente può essere sostituita da provvedimenti che, attraverso il conseguimento di risparmio di spesa mediante razionalizzazione dei trasferimenti statali alle imprese pubbliche e private, consentano l'applicazione delle aliquote previste dal comma 1 dell'articolo 2 del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89».

1.161

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 18, inserire i seguenti:

«18-*bis*. Dopo il comma 10 dell'articolo 24 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, è inserito il seguente:

"10-*bis*. Ai fini del godimento del diritto di cui all'articolo 1, comma 9, della legge 23 agosto 2004, n. 243, non si applicano le disposizioni in materia di decorrenza del trattamento pensionistico e di adeguamento dei requisiti di accesso al sistema pensionistico agli incrementi della speranza di vita ai sensi dell'articolo 12 del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 luglio 2010, n. 122".

18-*ter*. All'articolo 24, comma 14, del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, e successive modificazioni, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'alinea, sono apportate le seguenti modificazioni:

1) dopo le parole: "e successive modificazioni e integrazioni", sono inserite le seguenti: ", ai soggetti rientranti nelle deroghe dall'articolo 2, comma 3, lettera *a)*, del decreto legislativo 30 dicembre 1992, n. 503,";

2) le parole: "che maturano i requisiti entro il 31 dicembre 2011" sono sostituite dalle seguenti: "che maturano i requisiti entro il31 dicembre 2018";

3) le parole: "ai soggetti di cui all'articolo 1, comma 9, della legge 23 agosto 2004, n. 243" sono sostituite dalle seguenti: "ai soggetti di cui all'articolo 1, commi 8 e 9, della legge 23 agosto 2004, n. 243";

b) la lettera *a)* è sostituita dalla seguente:

"*a)* ai lavoratori collocati in mobilità ai sensi degli articoli 4 e 24 della legge 23 luglio 1991, n. 223, e successive modificazioni, sulla base di accordi sindacali stipulati anteriormente al 31 dicembre 2011 o, in caso di fallimento dell'impresa, in mancanza dei predetti accordi, e che maturano i requisiti per il pensionamento entro trentasei mesi dalla fine del periodo di fruizione dell'indennità di mobilità di cui all'articolo 7, commi 1 e 2, della legge 23 luglio 1991, n. 223, a prescindere dalla data di conclusione della procedura di mobilità e dalla data di effettivo collocamento in mobilità,

eventualmente preceduto da un periodo di fruizione di cassa integrazione guadagni o seguito da un periodo di sostegno al reddito o di prolungamento della mobilità in deroga; i versamenti volontari eventualmente necessari al raggiungimento dei requisiti pensionistici di cui alla presente lettera, anche in deroga alle disposizioni di cui all'articolo 6, comma 1, del decreto legislativo 30 aprile 1997, n. 184, possono riguardare anche periodi precedenti la domanda di autorizzazione alla contribuzione volontaria Ai fini della concessione dei benefici di cui alla presente lettera non rileva l'eventuale prestazione di un'altra attività lavorativa di natura temporanea dopo la sottoscrizione degli accordi individuali o la stipulazione degli accordi collettivi di incentivo all'esodo ai sensi del periodo precedente.";

c) alle lettere *b), c)* ed *e)* le parole: "4 dicembre 2011", ovunque ricorrono, sono sostituite dalle seguenti: "31 dicembre 2011";

d) alla lettera *b)* sono aggiunte, in fine, le parole: ", a prescindere dall'effettivo collocamento in mobilità entro tale data";

e) la lettera *d)* è sostituita dalla seguente:

"*d)* ai lavoratori che siano stati autorizzati alla prosecuzione volontaria della contribuzione e che abbiano presentato la relativa domanda alla data del 31 gennaio 2012, a condizione che perfezionino i requisiti utili alla decorrenza del trattamento pensionistico entro il 31 dicembre 2018. Ai fini della fruizione dei benefici di cui alla presente lettera non rilevano l'eventuale prestazione lavorativa successiva all'autorizzazione alla prosecuzione volontaria della contribuzione né l'eventuale mancato versamento, alla data di entrata in vigore del presente decreto, di almeno un contributo volontario accreditato o accreditabile".

18-*quater*. L'alinea del comma 15-*bis* dell'articolo 24 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, è sostituito dal seguente: "In via eccezionale, per tutti i lavoratori le cui pensioni sono liquidate a carico dell'assicurazione generale obbligatoria e delle forme sostitutive, esclusive ed esonerative della. medesima, ancorché non titolari di un rapporto di lavoro alla data di entrata in vigore della legge di conversione del presente decreto:".

18-*quinquies*. Al comma 2-*ter* dell'articolo 6 del decreto-legge 29 dicembre 2011, n. 216, convertito, con modificazioni, dalla legge 24 febbraio 2012, n. 14, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) le parole: "il cui rapporto di lavoro si sia risolto entro il 31 dicembre 2011, in ragione di accordi individuali sottoscritti anche ai sensi degli articoli 410, 411 e 412-*ter* del codice di procedura civile, o in applicazione di accordi collettivi di incentivo all'esodo stipulati" sono sostituite dalle seguenti: "il cui rapporto di lavoro si risolva unilateralmente o in conseguenza di fallimento dell'impresa o in ragione di accordi individuali sottoscritti entro il 31 dicembre 2011 o in applicazione di accordi collettivi di incentivo all'esodo stipulati entro la medesima data del 31 dicembre 2011";

b) le parole: "la decorrenza del trattamento medesimo entro un periodo di ventiquattro mesi" sono sostituite dalle seguenti: "la maturazione del diritto al trattamento pensionistico entro un periodo di trentasei mesi".

18-*sexies*. Il comma 2-*quater* dell'articolo 6 del decreto-legge 29 dicembre 2011, n. 216, convertito, con modificazioni, dalla legge 24 febbraio 2012, n. 14, è sostituito dal seguente:

"2-*quater*. All'articolo 24, comma 14, lettera *c)*, del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, le parole: "di almeno 59 anni di età" sono sostituite dalle seguenti: "di almeno 60 anni di età". Le disposizioni dell'articolo 24, comma 10, terzo e quarto periodo, del citato decreto-legge n. 201 del 2011, in materia di riduzione percentuale dei trattamenti pensionistici, non trovano applicazione, limitatamente ai soggetti che maturano il previsto requisito di anzianità contributiva entro il 31 dicembre 2017"».

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117, 124 125, 132, 139;

all'articolo 2, sopprimere il comma 207;

all'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le seguenti parole: «, ivi comprese le variazioni

di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1.200 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

1.162

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 18, inserire il seguente:

«8-*bis*. All'articolo 1, comma 1, lettera *b)*, della legge n.147 del 2014, le parole: "30 dicembre 2016" sono sostituite dalle seguenti: "30 dicembre 2018"».

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117, 124, 125, 132, 139;

all'articolo 2, sopprimere il comma 207;

all'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le seguenti parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1.200 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

1.163

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 18, inserire i seguenti:

«18-*bis*. Al comma 41 dell'articolo 1 della legge 8 agosto 1995, n. 335, le parole: "Gli importi dei trattamenti. pensionistici ai superstiti sono cumulabili con i redditi del beneficiario, nei limiti di cui all'allegata tabella F. Il trattamento derivante dal cumulo dei redditi di cui al presente comma con la pensione ai superstiti ridotta non può essere comunque inferiore a quello che spetterebbe allo stesso soggetto qualora il reddito risultasse pari al limite massimo delle fasce immediatamente precedenti quella nella quale il reddito posseduto si colloca. I limiti di cumulabilità non si applicano qualora il beneficiario faccia parte di un nucleo familiare con figli di minore età, studenti ovvero inabili, individuati secondo la disciplina di cui al primo periodo del presente comma" sono sostituite dalle seguenti: "Gli importi dei trattamenti pensionistici ai superstiti. sono cumulabili con i redditi del beneficiario, applicando all'importo complessivo derivante dalla loro sommatoria, in quota parte, le relative riduzioni percentuali per ciascuno degli scaglioni di reddito indicati nell'allegata tabella F, ferma restando la corresponsione totale del trattamento ai superstiti per gli importi derivanti dalla sommatoria del reddito diretto del beneficiario con il trattamento medesimo inferiori a cinque volte il trattamento minimo lNPS".

18-*ter*. La tabella F allegata alla legge 8 agosto 1995, n. 335, è sostituita dalla tabella F di cui all'allegato 1 annesso alla presente legge».

Allegato 1 ? Tabella F

Tabella relativa agli importi dei trattamenti pensionistici
ai superstiti e redditi del beneficiario

Pensione di reversibilità/indiretta + ReddIto diretto = importo inferiore a 5 volte il trattamento minimo annuo del fondo pensioni lavoratori dipendenti, calcolato in misura pari a 13 volte l'importo in vigore al 1º gennaio	Trattamento ai superstiti corrisposto in misura integrale
Pensione di reversibilità/indiretta + Reddito diretto = importo superiore a 5 ed inferiore a 7 volte il trattamento minimo annuo del fondo pensioni lavoratori dipendenti, calcolato in misura pari a 13 volte l'importo in vigore al 1º gennaio	Percentuale del trattamento di reversibilità pari all'85 per cento sulla quota che concorre nella sommatoria ad eccedere 5 volte Il trattamento minimo

Pensione di reversibilità/indiretta + Reddito diretto = Importo superiore a 7 volte ed inferiore a 9 volte il trattamento minimo annuo del fondo pensioni lavoratori dipendenti, calcolato in misura pari a 13 volte l'importo In vigore al 1º gennaio	Percentuale del trattamento di reversibilità pari al 75 per cento sulla quota che concorre nella sommatoria ad eccedere 7 volte il trattamento minimo
Pensione di reversibilità/indiretta + Reddito diretto = importo superiore oltre 9 volte il trattamento minimo annuo del fondo pensioni lavoratori dipendenti, calcolato in misura pari a 13 volte l'importo in vigore al 1º gennaio	Percentuale del trattamento di reversibilità pari al 50 per cento sulla quota che concorre nella sommatoria ad eccedere 9 volte il trattamento minimo

Conseguentemente:
all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117, 124, 125, 132, 139;

all'articolo 2, sopprimere il comma 207;

all'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le seguenti parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1.200 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

1.164

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 18, inserire i seguenti:

«18-*bis*. I commi 12-*sexies*, 12-*septies*, 12-*octies*, 12-*novies*, 12-*decies* e 12-*undecies* dell'articolo 12 del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 luglio 2010, n. 122, sono abrogati. Le disposizioni abrogate o modificate dai commi 12-*sexies*, 12-*octies*, 12-*novies* , 12-*decies* e 12-*undecies* del medesimo articolo 12 del decreto-legge n. 78 del 2010, convertito, con modificazion4 dalla legge n. 122 del 2010, riacquistano efficacia nel testo vigente il giorno antecedente alla data di entrata in vigore della citata legge n. 122 del 2010.

18-*ter*. L'Istituto nazionale della previdenza sociale provvede alla restituzione agli interessati delle somme versate per le finalità di cui ai commi da 12-*sexies* a 12-*undecies* dell'articolo 12 del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito, con modificazioni dalla legge 30 luglio 2010, n. 122, nel periodo dal 30 luglio 2010 alla data di entrata in vigore della presente legge».

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117, 124, 125, 132 e 139;

all'articolo 2, sopprimere il comma 207;

all'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le seguenti parole: «, Ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1.200 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

1.165

ZELLER, PALERMO, PANIZZA, LANIECE, BATTISTA, ROMANO, FAUSTO GUILHERME LONGO

Dopo il comma 18, inserire il seguente:

«18-*bis*. Dopo il comma 2 dell'articolo 11 del Decreto-Legge del 24 aprile 2014, n. 66 convertito, con modificazioni dalla Legge 23 giugno 2014, n. 89, è inserito il seguente:

"2-*bis*. Le disposizioni di cui al comma 2 non si applicano ai contributi previdenziali di pertinenza INPS dovuti dai Coltivatori diretti, coloni, mezzadri e impiegati agricoli nonché ai premi e contributi dovuti dai datori di lavoro agricolo per gli operai agricoli a tempo determinato e inderminato"«.

1.166

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 18, inserire il seguente:

«18-*bis*. All'articolo 24, comma 14, del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, e successive modificazioni, è aggiunta, in fine, la seguente lettera:

"*e*-quater) ai lavoratori mobilitati ordinari privi di accordi di mobilità che alla data del 4 dicembre 2011 sono stati collocati in mobilità direttamente dal curatore fallimentare della propria azienda fallita, eventualmente anche a seguito di accordi di conciliazione sulla non opposizione al licenziamento seguiti da periodi di cassa integrazione guadagni straordinaria;

e-quinquies) ai lavoratori contributori volontari, purché siano stati autorizzati alla contribuzione in data antecedente al 4 dicembre 2011 e non abbiano più lavorato in data successiva;

e-sexies) ai lavoratori in mobilità con accordo di esodo precedente al 4 dicembre 2011 e, sulla base di esso, cessati dal servizio in data successiva al 30 settembre 2012;

e-septies) ai lavoratori mobilitati edili con accordi di incentivo all'esodo sottoscritti in data antecedente al4 dicembre 2011"».

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117,124, 125, 132, 139;

all'articolo 2, sopprimere il comma 207;

all'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le seguenti parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1.200 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

1.167

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 18, inserire il seguente:

«18-*bis*. All'articolo 24, comma 18, ultimo periodo, del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, le parole: "al presente articolo" sono sostituite dalle seguenti: "al presente comma" e le parole: "ai lavoratori iscritti al Fondo speciale istituito presso l'INPS ai sensi dell'articolo 43 della legge 23 dicembre 1999, n. 488." sono sostituite dalle seguenti: "ai lavoratori operanti nelle imprese ferroviarie e nelle imprese dei gestori delle infrastrutture ferroviarie con mansioni di addetto alla condotta dei treni, addetto alla scorta treni, addetto alla manovra, traghettamento, formazione treni, ai lavoratori del settore di macchina e agli addetti del settore di coperta della categoria dei marittimi"».

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117, 124, 125, 132, 139;

all'articolo 2, sopprimere il comma 207;

all'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le seguenti parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1.200 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

1.168

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 18, inserire il seguente:

«18-*bis*. All'articolo 6, comma 2-*quater*, del decreto-legge 29 dicembre 2011, n. 216, convertito, con modificazioni, dalla legge 24 febbraio 2012, n. 14, dopo le parole: "includendo" inserire le seguenti: "i periodi di cui al capo IV, articolo 13, comma 8, della legge 27 marzo 1992, n. 257, nonché"».

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117, 124 e 125, 132;

all'articolo 2, sopprimere il comma 207;

all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le seguenti parole: «, ivi comprese le variazioni di

cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1.200 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

1.169

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 18, inserire il seguente:

«18-*bis*. A decorrere dall'entrata in vigore della presente legge l'articolo 24 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n.201, convertito con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n.214 è abrogato. Dalla medesima data, trovano applicazione per tutti gli aventi diritto le disposizioni in materia di requisiti di accesso e di regime delle decorrenze previgenti alla data di entrata in vigore del predetto articolo 24».

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117, 124, 125, 132 e 139;

all'articolo 2, sopprimere il comma 207;

all'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le seguenti parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1.200 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

1.170

MANDELLI, PICCOLI, BRUNI, BONFRISCO, CERONI, D'ALÌ, MILO

Dopo il comma 19, inserire i seguenti:

«19-*bis*. All'articolo 11, comma 4-*bis*, del decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446 sostituire la lettera *d-bis)* con la seguente: "*d-bis)* per i soggetti di cui all'articolo 3, comma 1, lettere *b)* e *c)*, l'importo delle deduzioni indicate nelle lettere da *a)* a *d)* è aumentato, rispettivamente, di euro 7.000, di euro 5.250, di euro 3.500 e di euro 1.750".

19-*ter*. Agli effetti dei versamenti in acconto dell'imposta regionale sulle attività produttive dovuti per il periodo d'imposta in corso al.3l dicembre 2015 non si tiene conto delle disposizioni di cui al comma 19-bis.«.

conseguentemente all'articolo 1, comma 143, lettere d) *ed* e)*, le parole:* «3.272 milioni» *e* «6.272 milioni» *sono, rispettivamente, sostituite dalle seguenti:* «3. 712 milioni» *e* «6.712 milioni».

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

1.171

DE POLI

Dopo il comma 19, inserire i seguenti:

«19-*bis*. All'articolo 11, comma 4-*bis*, del decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446 sostituire la lettera *d-bis)* con la seguente: "*d-bis)* per i soggetti di cui all'articolo 3, comma 1, lettere *b)* e *c)*, l'importo delle deduzioni indicate nelle lettere da *a)* a *d)* è aumentato, rispettivamente, di euro 7.000, di euro 5.250, di euro 3.500 e di euro 1.750".

19-*ter*. Agli effetti dei versamenti in acconto dell'imposta regionale sulle attività produttive dovuti per il periodo d'imposta in corso al 31 dicembre 2015 non si tiene conto delle disposizioni di cui al comma 19-*bis*.«.

conseguentemente all'articolo 1, comma 143, lettere d) *ed* e)*, le parole:* "3.272 milioni" *e* "6.272 milioni" *sono, rispettivamente, sostituite dalle seguenti:* "3.712 milioni" e "6.712 milioni"«.

1.172

GALIMBERTI

dopo il comma 19, inserire i seguenti:

«19-*bis*. All'articolo 11, comma 4-*bis*, del decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446 sostituire la lettera *d-bis)* con la seguente: "*d-bis)* per i soggetti di cui all'articolo 3, comma 1, lettere *b)* e *c)*, l'importo delle deduzioni indicate nelle lettere da *a)* a *d)* è aumentato, rispettivamente, di euro 7.000, di

euro 5.250, di euro 3.500 e di euro 1.750".

19-*ter*. Agli effetti dei versamenti in acconto dell'imposta regionale sulle attività produttive dovuti per il periodo d'imposta in corso al 31 dicembre 2015 non si tiene conto delle disposizioni di cui al comma 19-*bis*.«.

conseguentemente all'articolo 1, comma 143, lettere d) *ed* e)*, le parole:* «3.272 milioni» *e* «6.272 milioni» *sono, rispettivamente, sostituite dalle seguenti:* «3.712 milioni» *e* «6.712 milioni».

1.173

GAMBARO

Dopo il comma 19, inserire i seguenti:

«19-*bis*. All'articolo 11, comma 4-*bis*, del decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446 sostituire la lettera *d-bis)* con la seguente: "*d-bis)* per i soggetti di cui all'articolo 3, comma 1, lettere b) e *c)*, l'importo delle deduzioni indicate nelle lettere da *a)* a *d)* è aumentato, rispettivamente, di euro 7.000, di euro 5.250, di euro 3.500 e di euro 1.750".

19-*ter*. Agli effetti dei versamenti in acconto dell'imposta regionale sulle attività produttive dovuti per il periodo d'imposta in corso al31 dicembre 2015 non si tiene conto delle disposizioni di cui al comma 19- bis.«.

conseguentemente all'articolo 1, comma 143, lettere d) *ed* e)*, le parole:* «3.272 milioni» *e* «6.272 milioni» *sono, rispettivamente, sostituite dalle seguenti:* « 3. 712 milioni» *e* «6.712 milioni».

1.174

TOMASELLI, COLLINA, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRU', SCALIA, PAGLIARI, CALEO, MAURO MARIA MARINO, VACCARI

Dopo il comma 19, inserire i seguenti:

«19-*bis*. All'articolo 11, comma 4-*bis*, del decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446 sostituire la lettera *d-bis)* con la seguente: "*d-bis)* per i soggetti di cui all'articolo 3, comma 1, lettere *b)* e *c)*, l'importo delle deduzioni indicate nelle lettere da *a)* a *d)* è aumentato, rispettivamente, di euro 7.000, di euro 5.250, di euro 3.500 e di euro 1.750".

19-*ter*. Agli effetti dei versamenti in acconto dell'imposta regionale sulle attività produttive dovuti "per il periodo d'imposta in corso al 31 dicembre 2015 non si tiene conto delle disposizioni di cui al comma 19-*bis*.«.

Conseguentemente all'articolo 1, comma 143, lettere d) *ed* e)*, le parole:* «3.272 milioni» *e* «6.272 milioni» *sono, rispettivamente, sostituite dalle seguenti:* «3.712 milioni» *e «6.712 milioni».*

1.175

TOMASELLI, SANGALLI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA, COLLINA

Dopo il comma 19, inserire i seguenti:

«19-*bis*. All'articolo 11, comma 4-*bis*, del decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446 sostituire la lettera *d*bis) con la seguente:

"*d*-bis) per i soggetti di cui all'articolo 3, comma l, lettere *b)* e *c)*, l'importo delle deduzioni indicate nelle lettere da *a)* a *d)* è aumentato, rispettivamente, di euro 7.000, di euro 5.250, di euro 3.500 e di euro 1.750".

19-*ter*. Agli effetti dei versamenti in acconto dell'imposta regionale sulle attività produttive dovuti per il periodo d'imposta in corso al 31 dicembre 2015 non si tiene conto delle disposizioni di cui al comma 19-*bis*».

Conseguentemente all'articolo 1, comma 143, lettere d) *ed* e)*, le parole:* «3.272 milioni» *e* «6.272 milioni» *sono, rispettivamente, sostituite dalle seguenti:* «3.712 milioni» *e* «6.712 milioni».

1.176

CONTE

Dopo il comma 19, inserire i seguenti:

«19-*bis*. All'articolo 11, comma "4-*bis*", del decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446 sostituire la lettera *d*-bis) con la seguente:

"*d*-bis) per i soggetti di cui all'articolo 3, comma l, lettere *b)* e *c)*, l'importo delle deduzioni indicate nelle lettere da *a)* a *d)* è aumentato, rispettivamente, di euro 7.000, di euro 5.250, di euro 3.500 e di euro 1.750".

19-*ter*. Agli effetti dei versamenti in acconto dell'imposta regionale sulle attività produttive dovuti per il periodo d'imposta in corso al 31 dicembre 2015 non si tiene conto delle disposizioni di cui al comma 19-*bis*"».

Conseguentemente all'articolo 1, comma 143, lettere d) *ed* e), *le parole:* «3.272 milioni» *e* « 6.272 milioni» *sono, rispettivamente, sostituite dalle seguenti:* «3. 712 milioni» *e* «6.712 milioni».

1.177

CARIDI

Dopo il comma 19, inserire i seguenti:

«19-*bis*. All'articolo 11, comma "4-*bis*", del decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446 sostituire la lettera *d*-bis) con la seguente:

"*d*-bis) per i soggetti di cui all'articolo 3, comma 1, lettere *b)* e *c)*, l'importo delle deduzioni indicate nelle lettere da *a)* a *d)* è aumentato, rispettivamente, di euro 7.000, di euro 5.250, di euro 3.500 e di euro 1.750".

19-*ter*. Agli effetti dei versamenti in acconto dell'imposta regionale sulle attività produttive dovuti per il periodo d'imposta in corso al 31 dicembre 2015 non si tiene conto delle disposizioni di cui al comma 19-*bis*».

Conseguentemente all'articolo 1, comma 143, lettere d) *ed* e), *le parole:* «3.272 milioni» *e* «6.272 milioni» *sono, rispettivamente, sostituite dalle seguenti:* «3.712 milioni» *e* «6.712 milioni».

1.178

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, CROSIO

Dopo il comma 19, inserire i seguenti:

«19-*bis*. All'articolo 11, comma "4-*bis*", del decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446 sostituire la lettera *d*-bis) con la seguente:

"*d*-bis) per i soggetti di cui all'articolo 3, comma 1, lettere *b)* e *c)*, l'importo delle deduzioni indicate nelle lettere da *a)* a *d)* è aumentato, rispettivamente, di euro 7.000, di euro 5.250, di euro 3.500 e di euro 1.750".

19-*ter*. Agli effetti dei versamenti in acconto dell'imposta regionale sulle attività produttive dovuti per il 'periodo d'imposta in corso al 31 dicembre 2015 non si tiene conto delle disposizioni di cui al comma 19-*bis*».

Conseguentemente:

All'articolo 1, sopprimere i commi 116 e 117.

All'articolo 2, sopprimere il comma 207.

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 553.818 migliaia di euro di euro a decorrere dal 2015».

1.179

GIANLUCA ROSSI, TOMASELLI, FORNARO, GIACOBBE, GUERRA, MOSCARDELLI, RICCHIUTI, TURANO, GUERRIERI PALEOTTI, BROGLIA, DEL BARBA, LAI, SANGALLI, SPOSETTI, VERDUCCI, ZANONI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, ORRÙ, SCALIA

Dopo il comma 19, inserire i seguenti:

«19-*bis*. A decorrere dal periodo d'imposta successivo a quello in corso al 31 dicembre 2014, per i soggetti di cui all'articolo 3, comma 1, lettere *b)* e *c)* del decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446 che:

a) non beneficiano della deduzione prevista dall'articolo 11, comma 4-*octies* del decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446;

b) non usufruiscono delle disposizioni di cui ai commi da 44 a 79 del presente articolo

l'importo delle deduzioni indicate nelle lettere da *a)* a *d)* del comma 4-*bis* dell'articolo 11 del decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446 è aumentato, rispettivamente, di euro 7.000, di euro 5.250, di euro 3.500 e di euro 1.750.».

Conseguentemente:

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 85.000.000;
2016: ? 85.000.000;
2017: ? 85.000.000.

Alla Tabella A, voce Ministero delle politiche agricole, alimentari e forestali, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 5.000.000;
2016: ? 5.000.000;
2017: ? 5.000.000.

Alla Tabella A, voce Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 5.000.000;
2016: ? 5.000.000;
2017: ? 5.000.000.

All'artcolo 1, comma 132, sostituire le parole: « 6,1 milioni di euro per l'anno 2015, di 22,8 milioni per l'anno 2016, di 212,7 milioni di euro per Patina 2017» *con le seguenti:* « l,l milioni di euro per l'anno 2015, di 17,8 milioni per l'anno 2016, di 207,7 milioni di euro per l'anno 2017».

1.180

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Dopo il comma 19 inserire il seguente:

«19-*bis*. Al comma "4-*bis*", dell'articolo 11 del decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, la lettera *d*-bis) è sostituita dalla seguente:

d-bis) per i soggetti di cui all'articolo 3, comma 1, lettere *b)* e *c)*, l'importo delle deduzioni indicate nelle lettere da *a)* a *d)* del presente comma è aumentato, rispettivamente, di euro 9.500, di euro 12.125, di euro 14.750 e di euro 17.375»;

all'articolo 3, dopo il comma 66 inserire il seguente:

«66-*bis*. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze i regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale di cui all'allegato A della nota integrativa al bilancio di previsione relativa alla Tabella 1 dello Stato di previsione delle entrate prevista ai sensi dell'articolo 21, comma 11, lettera *a)*, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, che appaiono, in tutto o in parte, ingiustificati o superati alla luce delle mutate esigenze sociali o economiche ovvero che costituiscono una duplicazione, sono modificati, soppressi o ridotti, a decorrere dall'anno 2015, al fine di assicurare maggiori entrate pari a 2.000 milioni di euro. Nei casi in cui la disposizione dei primo periodo del presente comma non sia suscettibile di diretta e immediata applicazione, con uno o più decreti del Ministro dell'economia e delle finanze sono stabilite le modalità tecniche per l'attuazione del presente comma con riferimento ai singoli regimi interessati.».

1.181

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 19 è aggiunto il seguente:

«19-*bis*. Le deduzioni di cui al comma 1 non rilevano ai fini della determinazione della base imponibile IRAP ai fini dell'applicazione delle eventuali variazioni in aumento dell'aliquota adottate dalle Regioni in conformità all'articolo 16, comma 3, del decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446.».

1.182

TOMASELLI, LAI

Dopo il comma 19, è inserito il seguente:

«19-*bis*. Le deduzioni di cui al comma 16 non rilevano ai fini della determinazione della base imponibile IRAP ai fini dell'applicazione delle eventuali variazioni in aumentò dell'aliquota adottate dalle Regioni in conformità'all'articolo 16, colIIIÌ1 3, del decreto legislativo 15 dicembre 1997, n 446.».

1.183

LUIGI MARINO, DI BIAGIO

Dopo il comma 19 inserire il seguente:

«19-*bis*. All'articolo 11, comma 3-*bis*, del decreto-legge 31 agosto 2013, n, 101 convertito dalla legge 30 ottobre 2013, n. 125, le parole: "Fino al 31 dicembre 2014" sono sostituite dalle seguenti: "Fino al 31 dicembre 2015"».

1.184

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 19, aggiungere il seguente:

«19-*bis*. Entro il limite massimo di spesa di 500 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016, in via preferenziale e sperimentale, nei confronti dei soggetti sottoposti a IRAP che hanno avviato procedure di mobilità nei confronti di più di 100 lavoratori in zone territoriali in cui il tasso di disoccupazione supera la media nazionale, quali il Mezzogiorno, purché tali soggetti presentino un piano industriale che assicuri la tutela e la protezione sociale dei livelli occupazionali di riferimento precedente all'avvio di messa in mobilità dei lavoratori concordato dai Governo con le parti sociali, è altresì riconosciuto un credito di imposta pari alla maggiore IRES che i predetti soggetti sostengono in virtù delle deduzioni di cui al presente articolo. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, sentiti i Ministri dello sviluppo economico e del lavoro e delle politiche sociali, sono determinate entro tre mesi dall'entrata in vigore della presente legge, le modalità applicative del presente comma in modo tale da non comportare un peggioramento dei saldi programmatici di finanza pubblica concordati in sede europea.

Conseguentemente al comma 124, sostituire le parole: «850 milioni di euro» *con le seguenti:* «350 milioni di euro»».

1.185

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 19, aggiungere il seguente:

«19-*bis*. Entro il limite massimo di spesa di 500 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016, in via sperimentale e preferenziale, nei confronti dei soggetti sottoposti a IRAP che investono in ricerca e sviluppo ed innovazione tecnologica nei settori delle energie rinnovabili, dei risparmio energetico e dei servizi collettivi ad alto contenuto tecnologico, nonché nell'ideazione di nuovi prodotti che realizzano un significativo miglioramento della protezione dell'ambiente per la salvaguardia dell'assetto idrogeologico e le bonifiche ambientali, è, altresì, riconosciuto un credito di imposta pari alla maggiore IRES che i predetti soggetti sostengono in virtù delle deduzioni di cui al presente articolo. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, sentiti i Ministri dello sviluppo economico e del lavoro e delle politiche sociali, sono determinate, entro tre mesi dall'entrata in vigore della presente legge, le relative modalità applicative in modo tale da non comportare un peggioramento dei saldi programmatici di finanza pubblica concordali in sede europea.

Conseguentemente, al comma 124 sostituire le parole: «850 milioni di euro» *con le seguenti:* «350 milioni di euro»».

1.186

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 19, aggiungere il seguente:

«19-*bis*. Entro il limite massimo di spesa di 150 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015,

2016 e 2017, in via sperimentale e preferenziale, nei confronti dei soggetti sottoposti a IRAP che investono in ricerca e sviluppo ed innovazione tecnologica nei settori delle energie rinnovabili, del rispannio energetico e dei servizi collettivi ad alto contenuto tecnologico, nonché nel l'ideazione di nuovi prodotti che realizzano un significativo miglioramento della protezione dell'ambiente per la salvaguardia dell'assetto idrogeologico e le bonifiche ambientali, è, altresì, riconosciuto un eredito di imposta pari alla maggiore IRES che i predetti soggetti sostengono in virtù delle deduzioni di cui al presente articolo. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, sentiti i Ministri dello sviluppo economico e del lavoro e delle politiche sociali, sono determinate, entro tre mesi dall'entrata in vigore della presente legge, le relative modalità applicative in modo tale da non comportare un peggioramento dei saldi programmatici di finanza pubblica concordati in sede europea».

Conseguentemente all'articolo 3, al comma 75, Tabella A allegata, voce Ministero dell'economia e delle finanze apportare le seguenti modifiche:

2015
? CP: ? 150.000.000;
CS: ? 150.000.000.
2016
? CP: ? 150.000.000;
CS: ? 150.000.000.
2017
? CP: ? 150.000.000;
CS: ? 150.000.000.

1.187

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 19 aggiungere il seguente:

«19-*bis*. Entro il limite massimo di spesa di 150 milioni di euro per ciascuno del triennio 2015 , 2016 e 2017, in via preferenziale e sperimentale, nei confronti dei soggetti sottoposti a IRAP che hanno avviato procedure di mobilità nei confronti di più di 100 lavoratori in zone territoriali in cui il tasso di disoccupazione supera la media nazionale, quali il Mezzogiorno, purché tali soggetti presentino un piano industriale che assicuri la tutela e la protezione sociale dei livelli occupazionali di riferimento precedente all'avvio di messa in mobilità dei lavoratori concordato dal Governo con le parti sociali, è, altresì riconosciuto un credito di imposta pari alla maggiore IRES che i predetti soggetti sostengono in virtù delle deduzioni di cui al presente articolo. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, sentiti i Ministri dello sviluppo economico e del lavoro e delle ,politiche sociali, sono determinate, entro tre mesi dall'entrata in vigore della presente legge, le modalità applicative del presente comma in modo tale da non comportare un peggioramento dei saldi programmatici di finan7.8pubblica concordati in sede europea».

Conseguentemente all'articolo 3, al comma 75, tabella A allegata voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti modifiche:

2015
? CP: ? 150.000.000;
CS: ? 150.000.000.
2016
CP: ? 150.000.000;
CS: ? 150.000.000.
2017
? CP: ? 150.000.000;
CS: ? 150.000.000.

1.188

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 19, aggiungere il seguente:

«19-*bis*. A valere sulle risorse di cui ai commi da 16 a 19, in via preferenziale e sperimentale, nei confronti dei soggetti sottoposti a IRAP che hanno avviato procedure di mobilità nei confronti dì più di 100 lavoratori in zone territoriali in cui il tasso dì disoccupazione supera la media nazionale, quali il Mezzogiorno, purché tali soggetti presentino un piano industriale che assicuri la tutela e la protezione sociale dei livelli occupazionali di riferimento precedente all'avvio di messa in mobilità dei lavoratori concordato dal Governo con le parti sociali, è, altresì, riconosciuto un credito di imposta pari alla maggiore IRES che i predetti soggetti sostengono in virtù delle deduzioni dì cui al presente articolo. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, sentiti i Ministri dello sviluppo economico e del lavoro c delle politiche sociali, sono determinate, entro tre mesi dall'entrata in vigore della presente legge, le modalità applicative del presente comma in modo tale da non comportare un peggioramento dei saldi programmatici di finanza pubblica concordati, in sede europea».

1.189

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 19, aggiungere il seguente:

«19-*bis*. A valere sulle risorse di cui dai commi da 16 a 19, in via sperimentale e preferenziale, nei confronti dei soggetti sottoposti a IRAP che investono in ricerca e sviluppo ed innovazione tecnologica nei settori delle energie rinnovabili, del risparmio energetico e dei servizi collettivi ad alto contenuto tecnologico, nonché nell'ideazione di nuovi prodotti che realizzano un significativo miglioramento della protezione dell'ambiente perla salvaguardia dell'assetto idrogeologico c te bonifiche ambientali, è, altresì, riconosciuto un credito di imposta pari alla maggiore IRES che i predetti soggetti sostengono in virtù delle deduzioni di cui al presente articolo. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, sentiti i Ministri dello sviluppo economico e del lavoro e delle politiche sociali, sono determinate, entro tre mesi dall'entrata in vigore della presente legge, le relative modalità applicative in modo tale da non comportare un peggioramento dei saldi programmatici di finanza pubblica concordati ln sede europea».

1.190

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 19, aggiungere il seguente:

«19*bis*. A valere sulle risorse di cui ai commi da 16 a 19, in via sperimentale e preferenziale, nei confronti dei soggetti sottoposti a IRAP che investono in ricerca e sviluppo ed innovazione tecnologica nei settori delle energie rinnovabili, del risparmio energetico e dei servizi collettivi ad alto contenuto tecnologico, nonché nell'ideazione di nuovi prodotti che realizzano un significativo miglioramento della protezione dell'ambiente per la salvaguardia dell'assetto idrogeologico e le bonifiche ambientali, può essere riconosciuto un credito di imposta pari alla maggiore IRES che i predetti soggetti sostengono in virtù delle deduzioni di cui al presente articolo. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, sentiti i Ministri dello sviluppo economico e del lavoro e delle politiche sociali, sono determinate, entro tre mesi dall'entrata in vigore della presente legge, le relative modalità applicative in modo tale da non comportare un peggioramento dei saldi programmatici di finanza pubblica concordati in sede europea».

1.191

COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI

Dopo il comma 20, inserire il seguente:

20-*bis*. «Per le imposte dirette, indirette non versate in tutto o in parte e risultanti da dichiarazioni fiscali presentate alla data del 31.12.2012, per le quali sono stati emessi ruoli da uffici statali e affidati ai concessionari del servizio nazionale della riscossione fino al 31.12.2013, i contribuenti possono estinguere il debito corrispondente al capitale, sanzioni ed interessi, senza dover corrispondere gli interessi di mora, con il pagamento:

a) di una somma pari al 25 per cento dell'importo iscritto al ruolo e delle somme dovute al concessionario a titolo di rimborso per le spese sostenute per le procedure esecutive eventualmente effettuate dallo stesso.

b) di una somma pari al 10 per cento dell'importo iscritto al ruolo e delle somme dovute al concessionario a titolo di rimborso per le spese sostenute per le procedure esecutive eventualmente effettuate dallo stesso, purché ricorrano le seguenti condizioni:

? che il contribuente persona fisica sia proprietario su tutto il territorio nazionale di un solo immobile adibito ad abitazione principale gravata da mutuo ipotecario in corso di pagamento alla data di adesione a detto provvedimento e abbia un reddito lordo nell'ultimo periodo d'imposta ai fini fiscali inferiore a Euro 24.000.

c) di una somma pari al 6 per cento dell'importo iscritto al ruolo e delle somme dovute al concessionario a titolo di rimborso per le spese sostenute per le procedure esecutive eventualmente effettuate dallo stesso, purché ricorrano le seguenti condizioni:

? che il contribuente persona fisica non sia proprietario di immobili su tutto il territorio nazionale, abbia un reddito lordo nell'ultimo periodo d'imposta ai fini fiscali inferiore a Euro 18.000 e nell'ultimo anno un componente del proprio nucleo familiare abbia cessato l'attività lavorativa a seguito di licenziamento o attività d'impresa arti o professioni svolta in forma individuale.

Per avvalersi delle disposizioni in oggetto oltre al pagamento delle somme dovute agli sportelli dei concessionari, o con bollettino postale, è necessario sottoscrivere e spedire a mezzo posta, via pec o via fax al competente concessionario apposito modello che verrà emanato con apposito provvedimento del direttore dell'Agenzia delle Entrate».

1.192

COMAROLI, TOSATO, BELLOT, ARRIGONI

Dopo il comma 20, aggiungere il seguente:

«20-*bis*. Dopo il comma 3 dell'articolo 4 del decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, è aggiunto il seguente:

"3-*bis*. A decorrere dall'anno 2015, per tutti gli immobili ad uso produttivo è stabilita la detraibilità in misura del 35% dalle basi imponibili dell'imposta".

1. Dopo il comma 3 dell'articolo 56 del Decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 971, è inserito il seguente:

"3 -*bis)* Gli immobili ad uso produttivo si detraggono dalla base imponibile dell'imposta in misura del 35%"».

Conseguentemente:

All'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117 e 125. All'articolo 2, sopprimere il comma 207.

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le seguenti parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1.303.078 migliaia di euro di euro a decorrere dal 2015».

1.193

COMAROLI, TOSATO, BELLOT, ARRIGONI

Dopo il comma 20, aggiungere il seguente:

«20-*bis*. Dopo il comma 3 dell'articolo 4 del decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, è aggiunto il seguente:

"3-*bis* A decorrere dall'anno 2015, per tutti gli immobili ad uso produttivo è stabilita la detraibilità totale dalle basi imponibili dell'imposta".

1. Al comma 3 dell'articolo 56 del Decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 971, è inserita la seguente lettera:

"*b*-bis*)* gli immobili ad uso produttivo"».

Conseguentemente:

All'articolo 1; sopprimere i commi 116, 117 e 125. All'articolo 2, sopprimere il comma 207.

All 'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1.303.078 migliaia di euro di euro a decorrere dal

2015».

1.194

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 20, aggiungere il seguente:

«20-*bis*. All'articolo 10 del regio decreto-legge del 13 aprile 1939, n. 652, dopo il comma 1 è aggiunto il seguente:

"1-*bis*. Ai fini della determinazione della rendita catastale per gli immobili ad uso produttivo, per l'individuazione delle componenti che concorrono a formare l'investimento di natura immobiliare, è esclusa la valutazione degli impianti fissi, intesi quali macchinari ed impianti installati all'interno dell'immobile, incorporati nelle opere murarie, fissati al suolo o installati in via transitoria"».

Conseguentemente:

All'articolo 1, abrogare il comma 125.

All'articolo 3, comma 76 aggiungere, infine, le seguenti parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 553.818 milioni di euro a decorrere dal 2015».

1.195

TOMASELLI, LAI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA

Dopo il comma 20, inserire i seguenti:

«20-*bis*. All'articolo 11, comma 4-*bis*, del decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, la lettera *d*-bis*)*, è sostituita dalla seguente:

"*d*-bis*)* per i soggetti di cui all'articolo 3, comma 1, lettere *b)* e *c)*, l'importo delle deduzioni indicate nelle lettere da *a)* a *d)* è aumentato, rispettivamente, di euro 12.000, di euro 9.000, di euro 6.000 e di euro 3.000".

20-*ter*. Agli effetti dei versamenti in acconto dell'imposta regionale sulle attività produttive dovuti per il periodo d'imposta in corso al 31 dicembre 2015 non si tiene conto delle disposizioni di cui al comma 2-*bis*».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 143, alle lettere d) *e* e) *sostituire le parole:* «3.272 milioni e 6.272 milioni» *rispettivamente con le seguenti:* «4.162 milioni e 7.162 milioni».

1.196

MOSCARDELLI, SANGALLI

Dopo il comma 20, aggiungere il seguente:

«20-*bis*. All'articolo 11 del decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446 e successive modificazioni, è apportata la seguente modifica: il comma 4-*bis* è sostituito dal seguente:

"4-*bis*. Per i soggetti di cui all'articolo 3, comma 1, lettere da *a)* ad *e)*, sono ammessi in deduzione, fino a concorrenza, i seguenti importi: *a)* euro 9.000 se la base imponibile non supera euro 180.759,91; *b)* euro 6.750 se la base imponibile supera euro 180.759,91 ma non euro 180.839,91; *c)* euro 4.500 se la base imponibile supera euro 180.839,91 ma non euro 180.919,91; *d)* euro 2.250 se la base imponibile supera euro 180.919,91 ma non euro 180.999,91; d-*bis)* per i soggetti di cui all'articolo 3, comma 1, lettere *b)* e *c)*, l'importo delle deduzioni indicate nelle lettere da *a)* a *d)* del presente comma è aumentato, rispettivamente, di euro 2.850, di euro 2.125, di euro 1.450, di euro 725".

Conseguentemente, all'articolo 3, dopo il comma 64 aggiungere il seguente:

«64-*bis*. All'articolo 10, comma 1, del decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917 e successive modificazioni, è apportata la seguente modifica: la lettera *e)* è sostituita dalla seguente:

«*e)* i contributi previdenziali ed assistenziali versati in ottemperanza a disposizioni di legge, nonché quelli versati facoltativamente alla gestione della forma pensionistica obbligatoria di appartenenza, Ivi compresi quelli per la ricongiunzione di periodi assicurativi, nelle seguenti percentuali: *a)* 100 per cento delle somme versate fino ad un reddito complessivo di euro 15.000,00; *b)*

95 per cento delle somme versate quando il reddito complessivo non è superiore ad euro 28.000,00; *c)* 90 per cento delle somme versate quando il reddito complessivo non è superiore ad euro 55.000,00; *d)* 85 per cento delle somme versate quando il reddito non è superiore ad euro 75.000,00; *e)* 80 per cento delle somme versate quando il reddito è superiore ad euro 75.000,00. Sono altresì deducibili i contributi versati al fondo di cui all'articolo 1 del decreto legislativo 16 settembre 1996, n. 565. I contributi di cui all'articolo 30, comma 2, della legge 8 marzo 1989, n. 101, sono deduci bili alle condizioni e nei limiti ivi stabiliti».

1.197

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 20, inserire il seguente:

«20-*bis*. Ai fini del contenimento della spesa pubblica, a decorrere dall'anno 2015, la spesa annua per aspettative, distacchi e permessi sindacali nei confronti delle amministrazioni di cui agli articoli 1, comma 2 e 70, comma 4 del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165, in base ai contingenti fissati dagli accordi quadro di cui all'articolo 50 del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165, e dai contratti collettivi di cui al comma 4 dell'articolo 70 del medesimo decreto legislativo, non può essere superiore, rispettivamente, al 30 per cento per i distacchi sindacali ed al 70 per cento per i permessi sindacali di quella sostenuta nell'anno 2013».

1.198

RUSSO

Dopo il comma 20, inserire il seguente:

«20-*bis*. All'articolo 5, comma 1, del decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, sono aggiunti, in fine, i seguenti periodi: «Per le società sportive professionistiche, dal valore della produzione sono escluse le plusvalenze realizzate sulla cessione di diritti pluriennali alle prestazioni sportive degli atleti di cui all'articolo 86/ comma 4/ primo periodo del decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986/ n. 917. Per le medesime società sono, altresì, escluse dalla base imponibile le minusvalenze realizzate sulla cessione di diritti pluriennali alle prestazioni sportive degli atleti di cui all'articolo 101, comma 1 del medesimo decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986/ n. 917. Le disposizioni di cui ai precedenti periodi si applicano anche nel caso in cui l'accertamento della base imponibile sia oggetto di contenzioso alla data di entrata in vigore della presente legge. Ove i relativi contenziosi attualmente pendenti riguardino solo le plusvalenze e/o le minusvalenze di cui ai precedenti periodi gli stessi vengono estinti d'ufficio».

1.199

COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI

Dopo il comma 20, aggiungere, in fine, il seguente:

«20-*bis*. Qualora il reddito d'impresa ovvero di lavoro autonomo ecceda quello dichiarato nel periodo d'imposta precedente, l'eccedenza concorre alla formazione del reddito imponibile complessivo nella misura del cinquanta per cento. La disposizione si applica per il periodo d'imposta successivo a quello in corso al 31 dicembre 2014 e per i due successivi.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 100.000.000;
2016: ? 100.000.000;
2017: ? 100.000.000.

1.200

COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI

Dopo il comma 20, aggiungere infine il seguente:

«20-*bis*. Qualora il reddito d'impresa ovvero di lavoro autonomo ecceda quello dichiarato nel periodo d'imposta precedente, alla parte di reddito eccedente quello dichiarato l'anno precedente è applicata una aliquota fiscale fissa pari al 15%. La disposizione si applica per il periodo d'imposta successivo a quello in corso al 31 dicembre 2014 e per i due successivi.

Conseguentemente, alla Tabella A. voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 150.000.000;
2016: ? 150.000.000;
2017: ? 150.000.000.

1.201

MARINELLO, MANCUSO, GUALDANI

All'articolo 1, dopo il comma 20 è inserito il seguente:

«20-*bis*. All'articolo 4, comma 5-*bis*, del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16, convertito, con modificazioni, dalla legge 26 aprile 2012, n. 44, le parole: "sulla base dell'altitudine riportata nell'elenco dei comuni italiani predisposto dall'Istituto nazionale di statistica (ISTAT)" sono sostituite dalle seguenti: "sulla base della classificazione montana o parzialmente montana, nonché per i restanti comuni non montani sulla base dell'altitudine riportata nell'elenco dei comuni italiani predisposto dall'Istituto nazionale di statistica (ISTAT)"».

1.202

DI GIORGI, SANGALLI, LEPRI

Dopo il comma 20, aggiungere il seguente

«20-*bis*. Non costituiscono base imponibile per il pagamento dell'imposta regionale sulle attività produttive ai sensi del decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, i costi sostenuti per il personale delle università e degli enti di ricerca di cui all'articolo 6 del decreto legislativo 5 giugno 1998, n. 204, ivi compresi quelli per il predetto personale sostenuti da consorzi tra imprese costituiti per la realizzazione di programmi comuni di ricerca e sviluppo».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 20.000.000;
2016: ? 20.000.000;
2017: ? 20.000.000.

1.203

DE PIN, MASTRANGELI, BOCCHINO, CAMPANELLA

Sopprimere i commi da 21 a 29.

Conseguentemente, al comma 112, sostituire le parole: « a decorrere dal 2015» *con le seguenti:*: «nel 2015 e nel 2016, 169 milioni di euro nel 2017, 190 milioni di euro nel 2018 e 250 milioni di euro a decorrere dal 2019»; *al comma 121, sostituire le parole:* «a decorrere dal 2015» *con le seguenti:* «nel 2015 e ne12016, 100 milioni di euro ne1 2017, 100 milioni di euro nel 2018 e 200 milioni di euro a, decorrere dal 2019»; *al comma 124 sostituire la parola:* «850 milioni di euro per ciascuno degli anni 20152016» *con le seguenti:* «707 milioni di euro per il 2015 e di 592 milioni di euro per il20 16».

1.204

GAMBARO

Sopprimere i commi da 21 a 29.

Conseguentemente, al comma 112, sostituire le parole: «a decorrere dal 2015» *con le seguenti:* «nel 2015 e nel 2016, 169 milioni di euro nel 2017, 190 milioni di euro nel 2018 e 250 milioni di euro a decorrere dal 2019»; *al comma 121, sostituire le parole:* «a decorrere dal 2015» *con le seguenti:* «ne1 2015 e nel 2016, 100 milioni di euro nel 2017, 100 milioni di euro nel 2018 e 200 milioni di euro a decorrere dal 2019»; *al comma 124 sostituire la parola:* «850 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015-2016» *con le seguenti:* «707 milioni di euro per il 2015 e di 592 milioni di euro per il 2016».

1.205

CENTINAIO, COMAROLI, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, TOSATO

Sopprimere i commi 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 29.

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere i commi 116,117 e 125.

All'articolo 2, sopprimere il comma 207.

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole:

«, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1.303.078 migliaia di euro di euro a decorrere dal 2015».

1.206

CATALFO, PUGLIA, BERTOROTTA, PAGLINI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Sopprimere i commi da 21 a 29.

1.207

DE POLI

Sopprimere i commi da 21 a 29.

1.208

FRAVEZZI, LANIECE, FAUSTO GUILHERME LONGO, PANIZZA, PUPPATO

Sopprimere i commi da 21 a 29.

1.209

BIGNAMI, PEPE, MAURIZIO ROMANI, MUSSINI

Sopprimere i commi da 21 a 29.

1.210

MANDELLI, PICCOLI, BRUNI

Sopprimere i commi da 21 a 29.

1.211

MANDELLI

Sopprimere i commi da 21 a 29.

1.212

CARIDI

Sopprimere i commi da 21 a 29.

1.213

PUGLIA, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Sostituire il comma 21 con il seguente:

«21. Al decreto legislativo 5 dicembre 2002 n. 252, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 8, comma 7, la lettera *b)* è sostituita con la seguente:

«*b)* modalità tacite: nel caso in cui il lavoratore nel periodo di tempo indicato alla lettera *a)* non esprima alcuna volontà, a decorrere dal mese successivo alla scadenza dei sei mesi ivi previsti, il datore di lavoro trasferisce il TFR maturando alla forma pensionistica complementare istituita presso l'INPS»;

b) all'articolo 9, comma 1, primo periodo, le parole: «, n. 3)» sono abrogate».

Conseguentemente:

a) sopprimere i commi da 22 a 28.

E Conseguentemente, ancora, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 150 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

1.214

CATALFO, PUGLIA, PAGLINI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Al comma 21, lettera a) *capoverso* «756-*bis*», *apportare le seguenti modificazioni:*

a) dopo le parole: «che abbiano un rapporto di lavoro», inserire le seguenti: «instauratosi successivamente all'entrata in vigore della presente legge»;

b) le parole: «è assoggettata a tassazione ordinaria», sono sostituite dalle seguenti: «è assoggettata a tassazione separata, determinata mediante l'applicazione del medesimo regime fiscale

applica bile in caso di accantonamento delle quote»;

c) le parole: «Resta in ogni caso fermo quanto previsto al comma 756.», sono sostituite dalle seguenti: «Alla predetta parte integrativa della retribuzione non si applica il contributo di cui al comma precedente.».

1.215

MANDELLI, PICCOLI, BRUNI, BONFRISCO, CERONI, D'ALÌ, MILO

Al comma 21, lettera a), *capoverso* «756-*bis*», *primo periodo, dopo le parole:* «possono richiedere al datare di lavoro medesimo», *aggiungere le seguenti:* «previo accordo».

1.216

CATALFO, PUGLIA, PAGLINI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Al comma 21, lettera a), *capoverso* «756-*bis*» *apportare le seguenti modificazioni:*

a) al primo periodo sopprimere le parole: «compresa quella eventualmente destinata ad una forma pensionistica complementare di cui al decreto legislativo 5 dicembre 2005, n. 252»;

b) aggiungere, in fine, le seguenti parole: «Le disposizioni di cui al presente comma si applicano anche ai lavoratori che hanno aderito ad una forma di previdenza integrativa ai sensi del decreto legislativo 5 dicembre 2005, n. 252».

1.217

TONINI, FEDELI, MICHELONI, GUERRIERI PALEOTTI, BROGLIA, DEL BARBA, LAI, SANGALLI, SPOSETTI, VERDUCCI, ZANONI, TOMASELLI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA, GIANLUCA ROSSI, FORNARO, GUERRA, MOSCARDELLI, RICCHIUTI, TURANO

Al comma 21, lettera a), *capo verso* «756-*bis*», *al primo periodo, sostituire le parole:* «tramite liquidazione diretta mensile della medesima quota maturanda come parte integrativa della retribuzione» *con le seguenti:* «tramite ,liquidazione diretta nel mese di marzo di ciascun anno della medesima quota maturanda come parte integrativa della retribuzione» *e al secondo periodo, sostituire le parole:* «a tassazione ordinaria, non rileva ai fini dell'applicazione delle disposizioni contenute nell'articolo 19» *con le seguenti:* «alla stessa tassazione delle anticipazioni dell'indennità di fine rapporto secondo quanto disposto dagli articoli 17 e 19».

Conseguentemente, al medesimo articolo 1, apportare le seguenti modificazioni:

a) al comma 21, sopprimere lo lettera *b)*.

b) al comma 23, sopprimere le seguenti parole: «abbiano alle proprie dipendenze meno di 5O addetti e»;

c) al comma 24, sopprimere le seguenti parole: «abbiano alle proprie dipendenze meno di 5O addetti, i quali»;

d) al comma 25, sostituire le parole: «possono accedere» con le seguenti: «accedono»;

e) al comma 25, aggiungere, in fine, il seguente periodo: «Ai datori di lavoro che accedono al finanziamento assistito di cui al presente comma spetta uno sgravio contributivo pari al 15 per cento delle quote maturande liquidate nel limite del finanziamento ricevuto. I datori di lavoro che accedono al finanziamento assistito di cui al presente comma possono posporre, senza alcun onere a loro carico, la corresponsione al lavoratore della quota maturanda richiesta fino alla data di effettiva liquidazione del finanziamento»;

f) al comma 27, sopprimere le parole: «per le imprese aventi alle dipendenze un numero di addetti inferiore a 50» e sostituire le parole: «100 milioni» con le seguenti: «200 milioni»;

g) al comma 28, dopo le parole: «di ultima istanza» aggiungere le seguenti: «, e di accesso al finanziamento di cui al comma 25, »;

h) dopo il comma 28, aggiungere i seguenti: «28-*bis*. All'articolo 5, del decreto del Presidente della Repubblica 5 gennaio 1950, n. 180, alla fine del primo periodo, sono aggiunte le seguenti parole: «nonché con cessione della quota maturanda del trattamento di fine rapporto di cui al comma 21, lettera *a)*».

1.218

COMAROLI, BELLOT, BISINELLA, TOSATO

Al comma 21, lettera a), *capoverso* «756-*bis*», *sostituire il secondo periodo con il seguente:*

«La predetta parte integrativa non costituisce reddito per la formazione della base imponibile, secondo quanto disposto dall'articolo 3 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, e non è imponibile ai fini previdenziali. La predetta parte integrativa è assoggettata alla tassazione separata, secondo quanto stabilito dagli articoli 17 e 19 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917. Con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze e con il Ministro del lavoro e delle politiche sociali, da emanare entro trenta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, si disciplinano le modalità di attuazione delle disposizioni di cui al presente articolo relativamente al calcolo dell'imposta applicata al trattamento di fine rapporto secondo i parametri contenuti nell'articolo 19 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917».

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117 e 125.

All'articolo 2, sopprimere il comma 207.

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole:

«, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1.303.078 migliaia di euro di euro a decorrere dal 2015».

1.219

BAROZZINO, URAS, DE PETRIS, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 21, lettera a) *capoverso* «756-*bis*», *sostituire il secondo periodo con il seguente:*

«La predetta parte integrativa è assoggettata al trattamento fiscale di cui agli articoli 17 e 19 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917.

All'onere derivante dalla seguente disposizione, pari a circa 1,5 miliardi per ciascuno degli anni 2015,2016,2017 e 2018, si provvede fino a completa copertura del relativo fabbisogno, dai maggiori introiti derivanti dalla seguente disposizione:

Conseguentemente il comma 16, ed al comma 19, in fondo sopprimere le parole: «sono aggiunte le seguenti: «e 4-*octies*».

1.220

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, MILO, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

All'articolo 1, comma 21, lettera a), *capoverso* «756-*bis*» *secondo periodo, sostituire le parole:* «è assoggettata a tassazione ordinaria, non rileva ai fini dell'applicazione delle disposizioni contenute nell'articolo 19 del testo unico delle imposte sui redditi di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, con le seguenti: è assoggettata a tassazione secondo le disposizioni contenute nell'articolo 19 del testo unico delle imposte sui redditi di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917».

Conseguentemente, all'articolo 3, dopo il comma 66, inserire il seguente:

«66-*bis*. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze i regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale di cui all'allegato A della nota integrativa al bilancio di previsione relativa alla Tabella 1 dello Stato di previsione delle entrate prevista ai sensi dell'articolo 21, comma 11, lettera *a)*, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, che appaiono, in tutto o in parte, ingiustificati o superati alla luce delle mutate esigenze sociali o economiche ovvero che costituiscono una duplicazione, sono modificati, soppressi o ridotti, a decorrere dall'anno 2015, al fine di assicurare maggiori entrate pari a 2.500 milioni di euro. Nei casi in cui la disposizione dei primo periodo del presente comma non sia suscettibile di diretta e immediata applicazione, con uno o più decreti del Ministro dell'economia e

delle finanze sono stabilite le modalità tecniche per l'attuazione del presente comma con riferimento ai singoli regimi interessati».

1.221

SUSTA

Al comma 21, lettera a)*, capoverso* «756-*bis*»*, sostituire le parole:* «è assoggettata a tassazione ordinaria, non rileva ai fini dell'applicazione delle disposizioni contenute nell'articolo 19 del testo unico delle imposte sui redditi di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917,» *con le seguenti:* «è assoggettata a tassazione secondo le disposizioni contenute nell'articolo 19 del testo unico delle imposte sui redditi di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917».

Conseguentemente all'articolo 1, comma 143:

sopprimere le lettere a) *e* b);

sostituire la lettera c) *con la seguente:* «*c)* le parole: "3.000 milioni" sono sostituite dalle seguenti "2.500 milioni"»;

alla lettera d)*, sostituire le parole:* «3.272 milioni» *con le seguenti:* «4.250 milioni»;

alla lettera e)*, sostituire le parole:* «6.272 milioni» *con le seguenti:* «7.230 milioni».

1.222

SUSTA

Al comma 21, lettera a)*, capoverso* «756-*bis*»*, sostituire le parole:* «è assoggettata a tassazione ordinaria, non rileva ai fini dell'applicazione delle disposizioni contenute nell'articolo 19 del testo unico delle imposte sui redditi di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917,» *con le seguenti:* «è assoggettata a tassazione secondo le disposizioni contenute nell'articolo 19 del testo unico delle imposte sui redditi di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917».

Conseguentemente sono ridotte in misura corrispondente all'onere derivante dell'attuazione della presente disposizione le dotazioni di bilancio dei Ministeri di cui all'elenco n. 3 allegato alla presente legge.

1.223

URAS

Al comma 21, capoverso «756-*bis*» *secondo periodo, sostituire le parole:* «a tassazione ordinaria» *con le seguenti:* «la specifica tassazione separata».

Conseguentem.ente sopprimere i commi da 16 a 19.

1.224

CATALFO, PUGLIA, PAGLINI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Al comma 21, lettera a)*, capoverso* «756-*bis*»*, aggiungere, in fine, le seguenti parole:* «In relazione ai periodi di paga decorrenti dal 1º marzo 2015, i lavoratori dipendenti, esclusi i lavoratori domestici e i lavoratori del settore agricolo, che abbiano un rapporto di lavoro in essere da almeno sei mesi presso il medesimo datore di lavoro, possono richiedere di revocare il consenso espresso ai sensi dell'articolo 8, comma 7, lettera *b)*, del decreto legislativo 5 dicembre 2005, n. 252, entro i termini definiti con il decteto del Presidente del Consiglio dei ministri, che stabilisce le modalità di attuazione della presente disposizione, e di conferire l'intero importo del TFR maturando presso il proprio datore di lavoro ovvero presso il Fondo per l'erogazione del trattamento di fine rapporto denominato Fondo di Tesoreria istituito dalla legge n. 296 del 2006 presso l'INPS. Al TFR maturando si applica la disciplina dell'articolo 2120 del codice civile».

1.225

CATALFO, PUGLIA, PAGLINI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Dopo il comma 21, aggiungere il seguente:

«21-*bis.* All'articolo 11, comma 3, del decreto legislativo 5 dicembre 2005, n. 252, sopprimere le parole: "Nel computo dell'importo complessivo erogabile in capitale sono detratte le somme erogate a titolo di anticipazione per le quali non si sia provveduto al reintegro"».

1.226

CATALFO, PUGLIA, PAGLINI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Dopo il comma 21, aggiungere il seguente:

«21-*bis*. All'articolo 11 del decreto legislativo 5 dicembre 2005, n. 252, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al comma 4, le parole: "48 mesi" sono sostituite dalle seguenti: "12 mesi" e le parole: "5 anni" sono sostituite dalle seguenti: "6 anni";

b) al comma 7, lettera *c)*, le parole: "30 per cento," sono sostituite dalle seguenti: "50 per cento"».

Conseguentemente, agli oneri derivanti dalle presenti disposizioni, stimati in 100 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, si provvede mediante corrispondente riduzione lineare degli importi di parte corrente di cui alla tabella C allegata al presente disegno di legge.

1.227

CATALFO, PUGLIA, PAGLINI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Dopo il comma 21, aggiungere il seguente:

«21-*bis*. All'articolo 11, comma 4, del decreto legislativo 5 dicembre 2005, n. 252, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) le parole: "48 mesi" sono sostituite dalle seguenti: "12 mesi";

b) le parole: "5 anni" sono sostituite dalle seguenti: "6 anni"».

Conseguentemente, agli oneri derivanti dalle presenti disposizioni, stimati in 50 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, si provvede mediante corrispondente riduzione lineare degli importi di parte corrente di cui alla tabella C allegata al presente disegno di legge.

1.228

CATALFO, PUGLIA, PAGLINI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Dopo il comma 21, aggiungere il seguente:

«21-*bis*. All'articolo 11, comma 7, lettera *c)*, del decreto legislativo 5 dicembre 2005, n. 252, le parole: "30 per cento," sono sostituite dalle seguenti: "50 per cento"».

Conseguentemente, agli oneri derivanti dalle presenti disposizioni, stimati in 50 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, si provvede mediante corrispondente riduzione lineare degli importi di parte corrente di cui alla tabella C allegata al presente disegno di legge.

1.229

CATALFO, PUGLIA, PAGLINI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Dopo il comma 21, aggiungere il seguente:

«21-*bis*. All'articolo 14 del decreto legislativo 5 dicembre 2005, n. 252, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al comma 2, lettera *a)*, dopo le parole: "trasferimento ad altra forma pensionistica" aggiungere le segueni: "o, su richiesta esplicita dello stesso lavoratore, trasferimento al sistema previdenziale pubblico";

b) al comma 6, aggiungere, in fine, il seguente periodo: "In caso di esercizio della predetta facoltà di trasferimento della posizione individuale verso il sistema previdenziale pubblico, il lavoratore ha diritto al versamento del TFR maturando con cessazione degli eventuali contributi volontari e a carico del datore di lavoro ai sensi della presente legge applicandosi la normativa di settore relativa"».

1.230

COMAROLI, TOSATO

Al comma 25 aggiungere, in fine, il seguente periodo: «Il finanziamento assistito di cui al presente comma è erogato senza alcun onere aggiuntivo da parte degli intermediari finanziari a carico dei datori di lavoro».

1.231

SUSTA

Al comma 26 dopo il secondo periodo aggiungere il seguente: «Nelle more della conclusione del suddetto accordo, i datori di lavoro hanno facoltà di presentare richiesta di finanziamento presso un istituto bancario nazionale, avvalendosi del fondo di garanzia INPS di cui al successivo comma 7 quale strumento di garanzia di solvibilità. Detta facoltà si considera estinta a seguito dell'entrata in vigore dell'accordo quadro».

1.232

PUGLIA, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Dopo il comma 26, inserire i seguenti:

«26-*bis*. A decorrere dalla data di entrata in vigore della presente legge, i vitalizi conseguenti a funzioni pubbliche elettive nonché i trattamenti pensionistici a carico dell'assicurazione generale obbligatoria e delle forme sostitutive ed esclusive della medesima di importo complessivo superiore a 6 volte il trattamento minimo dell'istituto nazionale della previdenza sociale (INPS) non sono cumulabili con i redditi da lavoro autonomo, dipendente, o libero professionale.

26-*ter*. Qualora l'importo totale del trattamento pensionistico o vitalizio e del redditi da lavoro autonomo, dipendente o libero professionale superi la somma di cui al comma 1, la differenza è decurtata, nella misura del 50 per cento, a valere sul trattamento pensionistico o sul vitalizio.

26-*quater*. A decorrere dallo stesso termine di cui al comma 1, l'articolo 19 del decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 agosto 2008, n. 133 è abrogato».

1.233

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 29, inserire i seguenti:

«29-*bis*. All'alinea del comma 14 dell'articolo 24 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 20 Il, n. 214, dopo le parole: «ad applicarsi» sono inserite le seguenti: «al personale della scuola che abbia maturato i requisiti entro l'anno scolastico 2011/2012, ai sensi dell'articolo 59, comma 9, della legge 27 dicembre 1997, n. 449, e successive modificazioni.

29-*ter*. In considerazione della procedura di ricognizione delle dichiarazioni ai fini del collocamento in quiescenza del personale della scuola che abbia maturato i requisiti entro l'anno scolastico 2011/2012, attivata dal Ministero dell'istruzione; dell'università e della ricerca nel mese di ottobre 2013, il beneficio di cui al comma 1 è riconosciuto, con decorrenza dalla data dello settembre 2014, nel limite massimo di 4.000 soggetti e nei limiti dell'autorizzazione di spesa di cui al comma 4. L'INPS prende in esame le domande di pensionamento, inoltrate secondo modalità telematiche, in deroga alla normativa vigente, entro quindici giorni dalla data di entrata in vigore della legge di conversione del presente decreto, dai lavoratori di cui al comma 1 che intendono avvalersi dei requisiti di accesso e del regime delle decorrenze vigenti prima della data di entrata in vigore del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214. L'INPS provvede al monitoraggio delle domande presentate, definendo un elenco numerico delle stesse basato, ai fini di cui all'ultimo periodo del presente comma e del relativo ordine di priorità, su un criterio progressivo risultante dalla somma dell'età anagrafica e dell'anzianità contributiva vantate dai singoli richiedenti alla data del 31 dicembre 2012. Qualora dal monitoraggio risulti il raggiungimento del limite numerico delle domande di pensione determinato ai sensi del primo periodo del presente comma, l'INPS non prende in esame ulteriori domande di pensionamento finalizzate ad usufruire dei benefici previsti dalla disposizione di cui al medesimo comma 1.

29-*quater*. Per i lavoratori che accedono al beneficio di cui al comma 1, il trattamento di fine rapporto, comunque denominato, è corrisposto al momento in cui il soggetto avrebbe maturato il diritto alla corresponsione dello stesso secondo le disposizioni di cui all'articolo 24 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, e sulla base di quanto stabilito dall'articolo 1, comma 22, del decreto-legge 13 agosto 2011, n. 138, convertito, con modificazioni, dalla legge 14 settembre 20 Il, n. 148, nonché secondo le modalità previste a legislazione vigente».

Conseguentemente:

All'articolo 1, comma 125, le parole: «187,5 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015» *sono sostituite dalle seguenti:* «152,7 milioni per l'anno 2015 e 86 milioni di euro a decorrere dal 2016».

1.234

RIZZOTTI, MARIAROSARIA ROSSI

Dopo il comma 29, aggiungere il seguente:

«29-*bis*. Dopo il comma 3 dell'articolo 31 della legge 20 maggio 1970 n. 300 aggiungere il seguente:

"3-*bis*. Per poter usufruire dei benefici di cui al comma 3 l'interessato dovrà avere svolto, in modo continuativo, per almenj d anni la propria attività lavorativa"».

1.235

CATALFO, PAGLINI, PUGLIA, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Dopo il comma 29, aggiungere i seguenti:

«29-*bis*. AI fine di dare piena ed effettiva attuazione alle disposizioni di cui all'articolo 36 della Costituzione è istituito il salario minimo orario (SMO).

29-*ter*. Lo SMO non può essere inferiore all'importo definito ai sensi del presente articolo. Nessun contratto di lavoro può essere stipulato con una retribuzione inferiore allo SMO. 29-*quater*. « valore orario dello SMO per il 2015 è di 9 euro lordi. La retribuzione è calcolata sulla base del predetto importo, da applicare alle ore di lavoro mensili previste dal contratto. 29-*quinquies*. Lo SMO è incrementato al 1º gennaio di ogni anno in base alla variazione dell'indice dei prezzi al consumo per le famiglie di operai e impiegati definita dall'lstat. 29-*sexies*. Per i contratti di lavoro in essere alla data di entrata in vigore della presente legge, fatte salve le condizioni di miglior favore, lo SMO si applica al livello retributivo inferiore e si procede altresì alla riparametrazione dei livelli superiori fino ai successivi rinnovi.

29-*septies*. Le eventuali indennità ovvero i rimborsi spese spettanti al lavoratore per il lavoro distaccato non sono considerate componente dello SMO.

29-*octies*. Non possono in alcun modo confluire nella determinazione dello SMO gli emolumenti non monetari percepiti dal lavoratore.

29-*novies*. Lo SMO non può essere in alcun modo impiegato nell'interesse del datore di lavoro. È nullo ogni patto contrario.

29-*decies*. Lo SMO è impignorabile.

29-undecies. Le disposizioni relative allo SMO si applicano a tutti i lavoratori, subordinati e parasubordinati, sia nel settore privato, ivi incluso quello dell'agricoltura, sia in quello pubblico laddove si ricorra a contratti di, lavoro di cui al capo I del titolo VII del decreto legislativo 10 settembre 2003, 276. In ogni caso tali disposizioni debbono essere rispettate per tutte le categorie di lavoratori e settori produttivi 'in cui la retribuzione minima non sia fissata dalla contrattazione collettiva. I contratti collettivi non possono fissare minimi salariali inferiori allo SMO.

29-*terdecies*. Per i soggetti praticanti, presso studi professionali al fine dell'abilitazione all'esercizio della professione, la retribuzione oraria non può essere inferiore a quella stabilita ai commi da 29-*ter* a 29 sexies.

29-*quaterdecies*. Il datore di lavoro che, in violazione delle disposizioni in materia di SMO di cui ai commi 29-*ter* a 29-*decies*, corrisponda al lavoratore compensi inferiori a quelli legali, è soggetto alla sanzione amministrativa da euro 5.000 ad euro 15.000.

29-*quinquiesdecies*. La pena di cui all'articolo 646 del codice penale è aumentata sino alla metà se il reato è commesso dal datore di lavoro in danno del prestato re d'opera mediante la violazione delle norme della presente legge.

29-*sexiesdecies*. All'onere derivante dall'attuazione dei commi da 29-*bis* a 29-*quinquiesdecies*, valutato in 2.300 milioni di euro per l'anno 2015 e in 2.600 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016, si provvede ai sensi del comma 29-*septiesdecies*.

29-*septiesdecies*. I regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale, di cui all'allegato C-*bis* al decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, sono ridotti, con l'esclusione delle disposizioni a tutela dei redditi di lavoro dipendente e autonomo, dei redditi di pensione, della famiglia, della salute, delle persone economicamente o socialmente svantaggiate, del patrimonio artistico e culturale, della ricerca e dell'ambiente, in misura tale da determinare risparmi per una somma complessiva non inferiore, a 2.300 milioni di euro per l'anno 2015 e a 2.600 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016. Con uno o più regolamenti del Ministro dell'economia e delle finanze, da emanare ai sensi dell'articolo 17, comma 3, della legge 23 agosto 1988, n. 400, sono stabilite le modalità'tecniche per l'attuazione del presente comma con riferimento ai singoli regimi interessati.

29-*octiesdecies*. A decorrere dall'anno 2015, le maggiori entrate derivanti dall'attuazione delle disposizioni di cui al comma 29-*septiesdecies*, accertate annualmente con decreto del Ministero dell'economia e delle finanze, sono riassegnate al fondo di cui all'articolo 1, co'mma 235, della legge 24 dicembre 2012, n. 228, per essere destinate alle finalità di cui al presente articolo.

29-*noviesdecies*. Qualora, in ragione delle deroghe introdotte al sistema previdenziale di cui all'articolo 24 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, e successive modificazioni, risulti il raggiungimento del limite delle risorse per esse stanziate dalla presente e da altre leggi, per soddisfare le ulteriori domande relative ai soggetti inclusi tra i beneficiari delle deroghe, si procede a riduzioni ulteriori dei regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale ai sensi del comma 29*septiesdecies*».

1.236

TOMASELLI, GUERRIERI PALEOTTI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA

Sostituire i commi da 30 a 40 con i seguenti:

«30. L'articolo 3 del decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito, con modificazioni, dalla legge 21 febbraio 2014, n. 9, è sostituito dal seguente:

"Art. 3. - *(Credito d'imposta per attività di ricerca e sviluppo). ? 1*. A tutte le imprese indipendentemente dalla forma giuridica, dal settore economico in cui operano, nonché dal regime contabile adottato, che effettuano investimenti in attività di ricerca e sviluppo, a decorrere dal periodo di imposta successivo a quello in corso al 31 dicembre 2014 e fino a quello in corso al 31 dicembre 2019, è attribuito un credito d'imposta calcolato sulle spese sostenute in eccedenza rispetto alla media dei medesimi investimenti realizzati nei tre periodi di imposta precedenti a quello in corso al 31 dicembre 2015, nella misura del 25 per cento per le spese di cui alla lettera *b)* e *d)* del comma 6 del presente articolo e dei 50 per cento per le spese di cui alla lettera *a)* e *c)* n. 2 del comma 6 del presente articolo.

2. Per le imprese in attività da meno di tre periodi di imposta, la media degli investimenti in attività di ricerca e sviluppo da considerare per il calcolo della spesa incrementale è calcolata sul minor periodo a decorrere dal periodo di costituzione.

3. Il credito d'imposta di cui al comma 1 è riconosciuto, fino ad un importo massimo annuale di euro 5 milioni per ciascun beneficiario, a condizione che siano sostenute spese per attività di ricerca e sviluppo almeno pari a euro 30.000.

4. Sono ammissibili al credito d'imposta le seguenti attività di ricerca e sviluppo:

a) lavori sperimentali o teorici svolti aventi quale principale finalità l'acquisizione, di nuove conoscenze sui fondamenti di fenomeni e di fatti osserva bili, senza che siano previste applicazioni o utilizzazioni pratiche dirette;

b) ricerca pianificata o indagini critiche miranti ad acquisire nuove conoscenze, da utilizzare per mettere a punto nuovi prodotti, processi o servizi o permettere un miglioramento dei prodotti, processi o servizi esistenti ovvero la creazione di componenti di sistemi complessi, necessaria per la ricerca industriale, ad esclusione dei prototipi di cui alla lettera *c)*;

c) acquisizione, combinazione, strutturazione e utilizzo delle conoscenze e capacità esistenti di

natura scientifica, tecnologica e commerciale allo scopo di produrre piani, progetti o disegni per prodotti, processi o servizi nuovi, modificati o migliorati. Può trattarsi anche di altre attività destinate alla definizione concettuale, alla pianificazione e alla documentazione concernenti nuovi prodotti, processi e servizi; tali attività possono comprendere l'elaborazione di progetti, disegni, piani e altra documentazione, purché non siano destinati a uso commerciale; realizzazione di prototipi utilizzabili per scopi commerciali e di progetti pilota destinati a esperimenti tecnologici o commerciali, quando il prototipo è necessariamente il prodotto commerciale finale e il suo costo di fabbricazione è troppo elevato per poterlo usare soltanto a fini di dimostrazione e di convalida;

d) produzione e collaudo di prodotti, processi e servizi, a condizione che non siano impiegati o trasformati in vista di applicazioni industriali o per finalità commerciali.

5. Non si considerano attività di ricerca e sviluppo le modifiche ordinarie o periodiche apportate a prodotti, linee di produzione, processi di fabbricazione, servizi esistenti e altre operazioni in corso, anche quando tali modifiche rappresentino miglioramenti.

6. Ai fini della determinazione del credito d'imposta sono ammissibili le spese relative a:

a) personale impiegato nelle attività di ricerca e sviluppo, compresi i ricercatori altamente qualificati impiegati nelle attività di ricerca e sviluppo di cui al comma 4, in possesso di un titolo di dottore di ricerca, ovvero iscritto ad un ciclo di dottorato presso una università italiana o estera, ovvero in possesso di laurea magistrale in discipline di ambito tecnico o scientifico come da classificazione Unesco Isced (International Standard Classification of Education) o di cui all'allegato 1 del presente decreto e i tecnici di ricerca;

b) quote di ammortamento delle spese di acquisizione o utilizzazione di strumenti e attrezzature di laboratorio, nei limiti dell'importo risultante dall'applicazione dei coefficienti stabiliti con decreto del Ministro delle finanze 31 dicembre 1988, pubblicato nel supplemento ordinario alla *Gazzetta Ufficiale* n. 27 del 2 febbraio 1989, in relazione alla misura e al periodo di utilizzo per l'attività di ricerca e sviluppo e comunque con un costo unitario non inferiore a 2.000 euro al netto dell'imposta sul valore aggiunto, nonché le spese del materiale utilizzato nell'attività di ricerca e sviluppo;

c) spese relative a contratti di ricerca stipulati con:

1. università, enti di ricerca ed organismi equiparati;

2. altre imprese comprese le *start-up* innovative di cui all'articolo 25 del decreto-legge 18 ottobre 2012, n. 179, convertito, con modificazioni, dalla legge 17 dicembre 2012, n. 221;

d) competenze tecniche e privative industriali relative a un'invenzione industriale, biotecnologica, a una topografia di prodotto a semiconduttori o a una nuova varietà vegetale, anche acquisite da fonti esterne.

7. Per le spese di cui alla lettera *c)* n. 1 del comma 6 del presente articolo, il credito d'imposta del 50 per cento spetta sulle spese sostenute in ciascuno dei periodi d'imposta di cui al comma 1.

8. Il credito d'imposta deve essere indicato nella relativa dichiarazione dei redditi, non concorre alla formazione del reddito, né della base imponibile dell'imposta regionale sulle attività produttive, non rileva ai fini del rapporto di cui agli articoli 61 e 109, comma S, del testo unico di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, e successive modificazioni, ed è utilizzabile esclusivamente in compensazione ai sensi dell'articolo 17 dei decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, e successive modificazioni.

9. Al credito d'imposta di cui al presente articolo non si applicano i limiti di cui all'articolo 1, comma 53, della legge 24 dicembre 2007, n. 244, e di cui all'articolo 34 della legge 23 dicembre 2000, n. 388, e successive modificazioni.

10. Qualora, a seguito dei controlli, si accerti l'indebita fruizione, anche parziale, del credito d'imposta per il mancato rispetto delle condizioni richieste ovvero a causa dell'inammissibilità dei costi sulla base dei quali è stato determinato ('importo fruito, l'Agenzia delle entrate provvede al recupero del relativo importo, maggiorato di interessi e sanzioni secondo legge.

11. I controlli sono svolti sulla base di apposita documentazione contabile certificata dal soggetto incaricato della revisione legale o dal collegio sindacale o da un professionista iscritto nel Registro dei

revisori legali, di cui al decreto legislativo 27 gennaio 2010, n. 39. Tale certificazione deve essere allegata al bilancio. Le imprese non soggette a revisione legale dei conti e prive di un collegio sindacale devono comunque avvalersi della certificazione di un revisore legale dei conti o di una società di revisione legale dei conti iscritti quali attivi nel registro di cui all'articolo 6 del citato decreto legislativo n. 39 del 2010. Il revisore legale dei conti o il professionista responsabile della revisione legale dei conti, nell'assunzione dell'incarico, osserva i principi di indipendenza elaborati ai sensi dell'articolo 10 del citato decreto legislativo n. 39 del 2010, e, in attesa della loro emanazione, dal codice etico dell'*lnternational Federation of Accountants* (IFAC). Le spese sostenute per l'attività di certificazione contabile da parte delle imprese di cui al periodo precedente sono ammissibili entro il limite massimo di euro 5.000. Le imprese con bilancio certificato sono esenti dagli obblighi previsti dal presente comma.

12. Nei confronti del revisore legale dei conti o del professionista responsabile della revisione legale dei conti che incorre in colpa grave nell'esecuzione degli atti che gli sono richiesti per il rilascio della certificazione di cui al comma 11 si applicano le disposizioni dell'articolo 64 del codice di procedura civile.

13. le agevolazioni di cui all'articolo 24 del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 134, e quelle previste dall'articolo 1, commi da 95 a 97, della legge 24 dicembre 2012, n. 228, cessano alla data dei 31 dicembre 2014. Le relative risorse sono destinate al credito d'imposta previsto dal presente decreto. Nel caso di richieste superiori alle risorse annue stanziate si procederà ad una distribuzione pro quota, Qualora la dotazione annuale non dovesse essere completamente fruita, anche per effetto di revoca e rinuncia, le risorse non utilizzate andranno ad incrementare la dotazione dell'anno successivo;

14. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, di concerto con il Ministro dello sviluppo economico, da emanarsi entro 30 giorni dalla data di approvazione della presente legge, sono adottate le disposizioni applicative necessarie, nonché le modalità di verifica e controllo dell'effettività delle spese sostenute, le cause di decadenza e revoca dei beneficio, le modalità di restituzione del credito d'imposta di cui l'impresa ha fruito indebitamente.

15. Il Ministero dell'economia e delle finanze effettua il monitoraggio delle fruizioni del credito d'imposta di cui al presente articolo, ai fini di quanto previsto dall'articolo 17, comma 13, della legge 31 dicembre 2009, n. 196.

16. Possono accedere ai benefici di cui al presente articolo:

a) le imprese che effettuano le attività di ricerca in forma associata o aggregata, anche avvalendosi dei contratti di rete di cui all'articolo 3, commi 4-*ter*, 4-*quater*, 4-*quinquies*, della legge n. 9 aprile 2009, n. 33, di *joint venture* e di altre forme di associazioni di imprese. In tale ipotesi, l'agevolazione dovrà essere ripartita tra le imprese secondo criteri proporzionali che tengano conto della partecipazione delle singole imprese alle spese di ricerca;

b) i soggetti residenti e quelli non residenti con stabile organizzazione in Italia, che eseguono le attività di ricerca e sviluppo attraverso contratti con imprese residenti o localizzate negli Stati della Comunità europea, negli Stati aderenti all'accordo sullo Spazio economico europeo ovvero in Stati o territori che sono inclusi nella lista di cui al decreto del Ministro delle finanze 4 settembre 1996, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* n. 220 del 19 settembre 1996;»

31. AI decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito, con modificazioni, dalla legge 21 febbraio 2014, n. 9, è aggiunto, in fine, l'allegato 1 di cui all'allegato n. 3 annesso alla presente legge.

32. I soggetti titolari di reddito d'impresa possono optare per l'applicazione delle disposizioni di cui ai successivi commi l'opzione ha durata per cinque esercizi sociali ed è irrevocabile.

33. I soggetti di cui all'articolo 73, comma 1, lettera *d)*, del testo unico di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, e successive modificazioni, possono esercitare l'opzione di cui al comma 3 del presente articolo a condizione di essere residenti in Paesi con i quali è in vigore un accordo per evitare la doppia imposizione e con i quali lo scambio di informazioni sia effettivo.

34. I redditi dei soggetti indicati al comma 32 derivanti dal l'utilizzo di opere dell'ingegno, da brevetti industriali, da marchi d'impresa funzionalmente equivalenti ai brevetti, nonché da processi, formule e informazioni relativi ad esperienze acquisite nel campo industriale, commerciale o scientifico giuridicamente tutelabili, non concorrono a formare il reddito complessivo in quanto esclusi per il 50 per cento del relativo ammontare. In caso di utilizzo diretto dei beni indicati il contributo economico di tali beni alla produzione del reddito complessivo beneficia dell'esclusione di cui al presente comma a condizione che lo stesso sia determinato sulla base di un apposito accordo conforme a quanto previsto dall'articolo 8 del decreto-legge 30 settembre 2003, n. 269, convertito, con modificazioni, dalla legge 24 novembre 2003, n. 326, e successive modificazioni. In tali ipotesi la procedura di *ruling* ha ad oggetto la determinazione in via preventiva ed in contraddittorio con l'Agenzia delle entrate dell'ammontare dei componenti positivi di reddito impliciti e dei criteri per l'individuazione dei componenti negativi riferibili ai predetti componenti positivi. Nel caso in cui i redditi siano realizzati nell'ambito di operazioni intercorse con società che direttamente o indirettamente controllano l'impresa, ne sono controllate o sono controllate dalla stessa società che controlla l'impresa, l'agevolazione spetta a condizione che gli stessi siano determinati sulla base di un apposito accordo conforme a quanto previsto dai citato articolo 8 del decreto-legge n. 269 del 2003, e successive modificazioni.

35. Non concorrono a formare il reddito complessivo in quanto escluse dalla formazione del reddito le plusvalenze derivanti dalla cessione dei beni di cui al comma S, a condizione che almeno il 90 per cento del corrispettivo derivante dalla cessione dei predetti beni sia reinvestito, prima della chiusura dei secondo periodo di imposta successivo a quello nel quale si è verificata la cessione, nella manutenzione o nello sviluppo di altri beni immateriali di cui al comma 34. Si applicano le disposizioni relative al *ruling* previste dal terzo periodo del comma 34.

36. le disposizioni dei commi da 32 a 35 si applicano a condizione che i soggetti che esercitano l'opzione di cui al comma 33 svolgano le attività di ricerca e sviluppo, anche mediante contratti di ricerca stipulati con università o enti di ricerca ed organismi equiparati, finalizzate alla produzione dei beni di cui al comma 35.

37. la quota di reddito agevolabile è determinata sulla base del rapporto tra i costi di attività di ricerca e sviluppo sostenuti per il mantenimento, l'accrescimento e lo sviluppo del bene immateriale di cui al comma 35 e i costi complessivi sostenuti per produrre tale bene.

38. l'esercizio dell'opzione di cui al comma 33 rileva anche ai fini della determinazione del valore della produzione netta di cui al decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446.

39. Con decreto di natura non regolamentare del Ministero dello sviluppo economico, di concerto con il Ministero dell'economia e delle finanze, sono adottate le disposizioni attuati ve dei commi da 31 a 38, anche al fine di individuare le tipologie di marchi escluse dall'ambito di applicazione del comma 35 e di definire gli elementi del rapporto di cui al comma 38.

40. Le disposizioni di cui ai commi da 31 a 39 del presente articolo si applicano a decorrere dal periodo di imposta successivo a quello in corso al 31 dicembre 2014, Per tale periodo di imposta e per quello successivo, la percentuale di esclusione dal concorso alla formazione dei reddito complessivo di cui al comma 35 è fissata, rispettivamente, in misura pari al 30 e al 40 per cento.

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 50.000.000;
2016: ? 60.000.000;
2017: ? 70.000.000.

1.237

GUALDANI

Sostituire il comma 30 con il seguente:

«30. L'articolo 3 del decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito, con modificazioni, dalla legge 21 febbraio 2014, n. 9, è sostituito dal seguente:

"Art. 3. - *(Credito d'imposta per attività di ricerca e sviluppo). ? 1.* A tutte le imprese indipendentemente dalla forma giuridica, dal settore economico in cui operano, nonché dal regime contabile adottato, che effettuano investimenti in attività di ricerca e sviluppo, a decorrere dal periodo di imposta successivo a quello in corso al 31 dicembre 2014 e fino a quello in corso al 31 dicembre 2019, è attribuito un credito d'imposta nella misura del 25 per cento delle spese.

2. Il credito d'imposta di cui al comma 1 è riconosciuto, fino ad un importo massimo annuale di euro 5 milioni per ciascun beneficiario, a condizione che siano sostenute spese per attività di ricerca é sviluppo almeno pari a euro 30.000.

3. Sono ammissibili al credito d'imposta le seguenti attività di ricerca e sviluppo:

a) lavori sperimentali o teorici svolti aventi quale principale finalità l'acquisizione di nuove conoscenze sui fondamenti di fenomeni e di fatti osservabili, senza che siano previste applicazioni o utilizzazioni pratiche dirette;

b) ricerca pianificata o indagini critiche miranti ad acquisire nuove conoscenze, da utilizzare per mettere a punto nuovi prodotti, processi o servizi o permettere un miglioramento dei prodotti, processi o servizi esistenti ovvero la creazione di componenti di sistemi complessi, necessaria per la ricerca industriale, ad esclusione dei prototipi di cui alla lettera *c*;

c) acquisizione, combinazione, strutturazione e utilizzo delle conoscenze e capacità esistenti di natura scientifica, tecnologica e commerciale allo scopo di produrre piani, progetti o disegni per prodotti, processi o servizi nuovi, modificati o migliorati. Può trattarsi anche di altre attività destinate alla definizione concettuale, alla pianificazione e alla documentazione concernenti nuovi prodotti, processi e servizi; tali attività possono comprendere l'elaborazione di progetti, disegni, piani e altra documentazione, purché non siano destinati a uso commerciale; realizzazione di prototipi utilizzabili per scopi commerciali e di progetti pilota destinati a esperimenti tecnologici o commerciali, quando il prototipo è necessariamente il prodotto commerciale finale e il suo costo di fabbricazione è troppo elevato per poterlo usare soltanto a fini di dimostrazione e di convalida;

d) produzione e collaudo di prodotti, processi e servizi, a condizione che non siano impiegati o trasformati in vista di applicazioni industriali o per finalità commerciali.

4. Non si considerano attività di ricerca e sviluppo le modifiche ordinarie o periodiche apportate a prodotti, linee di produzione, processi di fabbricazione, servizi esistenti e altre operazioni in corso, anche quando tali modifiche rappresentino miglioramenti.

5. Ai fini della determinazione del credito d'imposta sono ammissibili le spese relative a:

a) personale altamente qualificato impiegato nelle attività di ricerca e sviluppo di cui al comma 4, in possesso di un titolo di dottore di ricerca, ovvero iscritto ad un ciclo di dottorato presso una università italiana o estera, ovvero in possesso di laurea magistrale in discipline di ambito tecnico o scientifico come da classificazione UNESCO Isced (*lnternationa/ Standard Classification of Education* o di cui all'allegato 1 annesso al presente decreto;

b) quote di ammortamento delle spese di acquisizione o utilizzazione di strumenti e attrezzature di laboratorio, nei limiti dell'importo risultante dall'applicazione dei coefficienti stabiliti con decreto del Ministro delle finanze 31 dicembre 1988, pubblicato nel supplemento ordinario alla *Gazzetta Ufficiale* n. 27 del 2 febbraio 1989, in relazione alla misura e al periodo di utilizzo per l'attività di ricerca e sviluppo e comunque con un costo unitario non inferiore a 2.000 euro al netto dell'imposta sul valore aggiunto;

c) spese relative a contratti di ricerca stipulati con Università statali e non statali, Istituti Universitari statali e non statali legalmente riconosciuti, gli Enti pubblici di ricerca, nonché l'Agenzia Spaziale Italiana (ASI), gli istituti di ricovero e cura a carattere scientifico e gli Organismi di Ricerca definiti dalla lettera d) del paragrafo 2.2 della comunicazione della Commissione n; 2006/C 323/01;

d) spese relative a contratti di ricerca stipulati con altre imprese comprese le start-up innovative di cui all'articolo 25 del decreto-legge 18 ottobre 2012, n. 179, convertito, con modificazioni, dalla legge 17 dicembre 2012, n. 221;

e) competenze tecniche e privative industriali relative a un'invenzione industriale,

biotecnologica, a una topografia di prodotto a semiconduttori o a una nuova varietà vegetale, anche acquisite da fonti esterne.

6. Per le spese relative alle lettere *a)* e *c)* del comma 5 il credito d'imposta spetta nella misura del 60 per cento delle medesime.

7. Il credito d'imposta deve essere indicato nella relativa dichiarazione dei redditi, non concorre alla formazione del reddito, né della base imponibile dell'imposta regionale sulle attività produttive, non rileva ai fini del rapporto di cui agli articoli 61 e 109, comma 5, del testo unico di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, e successive modificazioni, ed è utilizzabile esclusivamente in compensazione ai sensi dell'articolo 17 del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, e successive modificazioni.

8. Al credito d'imposta di cui al presente articolo non si applicano i limiti di cui all'articolo 1, comma 53, della legge 24 dicembre 2007, n. 244, e di cui all'articolo 34 della legge 23 dicembre 2000, n. 388, e successive modificazioni.

9. Qualora, a seguito dei controlli, si accerti l'indebita fruizione, anche parziale, del credito d'imposta per il mancato rispetto delle condizioni richieste ovvero a causa dell'inammissibilità dei costi sulla base dei quali è stato determinato l'importo fruito, l'Agenzia delle entrate provvede al recupero del relativo importo, maggiorato di interessi e sanzioni secondo legge.

10. I controlli sono svolti sulla base di apposita documentazione contabile certificata dal soggetto incaricato della revisione legale o dal collegio sindacale o da un professionista iscritto nel Registro dei revisori legali, di cui al decreto legislativo 27 gennaio 2010, n. 39. Tale certificazione deve essere allegata al bilancio. Le imprese non soggette a revisione legale dei conti e prive di un collegio sindacale devono comunque avvalersi della certificazione di un revisore legale dei conti o di una società di revisione legale dei conti iscritti quali attivi nel registro di cui all'articolo 6 del citato decreto legislativo n. 39 del 2010. Il revisore legale dei conti o il professionista responsabile della revisione legale dei conti, nell'assunzione dell'incarico, osserva i princìpi di indipendenza elaborati ai sensi dell'articolo 10 del citato decreto legislativo n. 39 del 2010, e, in attesa della loro emanazione, dal codice etico dell'*International Federation of Accountants* (IFAC). Le spese sostenute per l'attività di certificazione contabile da parte delle imprese di cui al periodo precedente sono ammissibili entro il limite massimo di euro 5.000. Le imprese con bilancio certificato sono esenti dagli obblighi previsti dal presente comma.

11. Nei confronti del revisore legale dei conti o del professionista responsabile della revisione legale dei conti che incorre in colpa grave nell'esecuzione degli atti che gli sono richiesti per il rilascio della certificazione di cui al comma 10 si applicano le disposizioni dell'articolo 64 del codice di procedura civile.

12. *Le agevolazioni di cui all'articolo 24 del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 134, e quelle previste dall'articolo 1, commi da 95 a 97, della legge 24 dicembre 2012, n. 228, cessano alla data del 31 dicembre 2014. Le relative risorse sono destinate al credito d'imposta previsto dal presente decreto.*

13. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, di concerto con il Ministro dello sviluppo economico, da emanare entro novanta giorni, sono adottate le disposizioni applicative necessarie, nonché le modalità di verifica e controllo dell'effettività delle spese sostenute le cause di decadenza e revoca del beneficio, le modalità di restituzione del credito d'imposta di cui l'impresa ha fruito indebitamente.

14. Il Ministero dell'economia e delle finanze effettua il monito raggio delle fruizioni del credito d'imposta di cui al presente articolo, ai fini di quanto previsto dall'articolo 17, comma 13, della legge 31 dicembre 2009, n. 196».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: «Ministero dell'economia e delle finanze», *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 100.000.000;
2016: ? 130.000.000;

2017: ? 180.000.000.

1.238

MANDELLI, SERAFINI

Al comma 30, capoverso «Art. 3», *comma 1, dopo le parole:* «di ricerca e sviluppo» *aggiungere le seguenti:* «nonché in spese per la comunicazione strettamente connesse alla suddetta attività di ricerca e sviluppo».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 1.000.000;
2016: ? 1.000.000;
2017: ? 1.000.000.

1.239

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, MILO, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Al comma 30, capoverso «Art. 3, comma 1» *dopo le parole:* «di ricerca e sviluppo» *aggiungere le seguenti:* «nonché in spese per la comunicazione strettamente connesse alla suddetta attività di ricerca e sviluppo,».

1.240

COMAROLI, TOSATO

Al comma 30, capoverso «Art. 3, comma 1» sopprimere dalla parole: «a decorrere dal periodo di imposta» fino a: «dicembre 2019» e sostituire la parola: «25» con la seguente: «15».

Conseguentemente:

All'articolo 1, sopprimere i commi 117 e 125. All'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di conto corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 500 milioni di euro per ciascuno a decorrere dal 2015.

1.241

COMAROLI, TOSATO

Al comma 30, capoverso «Art. 3, comma 1», *sopprimere dalle parole:* «a decorrere dal periodo di imposta» *fino a:* «dicembre 2019».

Conseguentemente:

All'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117, 125 e 139.

All'articolo 2, sopprimere il comma 207.

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di conto corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 500 milioni di euro per ciascuno a decorrere dal 2015».

1.242

CASTALDI, GIROTTO, BULGARELLI, CIOFFI, CATALFO

Al comma 30, capoverso «Art. 3», *apportare le seguenti modificazioni:*

a) al comma 1, sostituire le parole: «misura del 25 per cento» con le seguenti: «misura del 50 per cento»;

b) sopprimere il comma 7.

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 350 milioni di euro a decorrere dal 2015».

1.243

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA

Al comma 30, capoverso «Art. 3», *apportare le seguenti modifiche:*

«*a)* al comma 1, sostituire le parole: "25 per cento" con le seguenti: "50 per cento";

b) al comma 7, sostituire le parole: "50 per cento" con le seguenti: "75 per cento"».

Conseguentemente, al comma 112, sostituire, le parole: «250 milioni di euro» con le seguenti: «150 milioni di euro e al comma 121 del medesimo articolo 1», sostituire le parole: «200 milioni di euro» con le seguenti: «100 milioni di euro».

1.244

LANZILLOTTA, ICHINO

Al comma 30, capoverso «Art. 3», *sostituire le parole:* «25 per cento» *con le seguenti:* «40 per cento».

Conseguentemente alla tabella A, stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze, *variare gli importi come segue:*

2015 ? 100.000.000

2016 ? 42

2017 ? 150.000.

1.245

LEZZI

Al comma 30, al capoverso «Art.3», *al comma 1, dopo le parole:* «25 per cento delle spese sostenute» *sopprimere le parole:* «in eccedenza rispetto alla media dei medesimi investimenti realizzati nei tre periodi di imposta precedenti a quello in corso al 31 dicembre 2015.» *e conseguentemente, al medesimo capoverso Art. 3, sopprimere il comma 2.*

Conseguentemente, al medesimo articolo, l, apportare le seguenti modificazioni.

a) Sopprimere il comma 105;

b) al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni» con le seguenti: «70 milioni»;

c) al comma 116, sostituire le parole: «100 milioni» con le seguenti: «50 milioni»;

d) al comma 121, sostituire le parole: «200 milioni» con le seguenti: «80 milioni».

1.246

MUCCHETTI, BONFRISCO

Al comma 30, capoverso «Art. 3» *al comma 1, le parole:* «alla media dei medesimi investimenti realizzati» *sono sostituite dalle seguenti:* «al minor valore dei medesimi investimenti realizzati».

Conseguentemente agli oneri derivanti dal comma precedente si fa fronte riducendo proporzionalmente le voci in Tabella C.

1.247

TOMASELLI, GUERRIERI PALEOTTI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA

Al comma 30, capoverso «Art. 3», *comma 1, aggiungere infine i seguenti periodi:* «Possono accedere ai benefici di cui al presente articolo le imprese che effettuano le attività di ricerca in forma associata o aggregata, anche avvalendosi dei contratti di rete di cui all'articolo 3, commi 4-*ter*, 4-*quater*, 4-*quinquies*, della legge n. 9 aprile 2009, n. 33, di *joint venture* e di altre forme di associazioni di imprese. In tale ipotesi, l'agevolazione dovrà essere ripartita tra le imprese secondo criteri proporzionali che tengano conto della partecipazione delle singole imprese alle spese di ricerca».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 35.000.000;

2016: ? 50.000.000;

2017: ? 50.000.000.

1.248

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, MILO, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Al comma 30, capoverso «Art. 3», *comma 1, aggiungere infine il seguente periodo:* «Alle imprese che

operano nelle regioni Campania, Calabria, Puglia, Basilicata e Sicilia è attribuito un credito di imposta pari ai 50 per cento delle spese sostenute in eccedenza rispetto alla media dei medesimi investimenti realizzati nei tre periodi di imposta precedenti a quello in corso al 31 dicembre 2015.».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 300 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016, 2017.».

1.249

MANDELLI, SERAFINI

Al comma 30, capoverso «Art. 3», *comma 2, dopo le parole:* «di ricerca e sviluppo» *aggiungere le seguenti:* «nonché in spese per la comunicazione strettamente connesse alla suddetta attività di ricerca e sviluppo,».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 1.000.000;
2016: ? 1.000.000;
2017: ? 1.000.000.

1.250

DONNO, GAETTI, FATTORI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Al comma 30, capoverso «Art. 3», *dopo il comma 2, aggiungere i seguenti:*

«2-*bis*. A decorrere dall'anno 2015 è concesso un credito di imposta nella misura del 40 per cento delle spese per gli acquisti sostenuti, e comunque non superiore a 5.000 euro, per l'acquisto da parte delle imprese agricole di prodotti fitosanitari ammessi in agricoltura biologica, di cui all'articolo 5, Reg. (CE) 5 settembre 2008 il. 889/2008, della Commissione recante modalità. di applicazione del Regolamento (CE) il. 834/2007 del Consiglio relativo alla produzione biologica e all'etichettatura dei prodotti biologici, per quanto riguarda la produzione biologica, l'etichettatura e i controlli.

2-*ter*. Il credito d'imposta di cui al comma 2-*bis* è utilizzabile esclusivamente in compensazione ai sensi dell'articolo 17 del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, e successive modificazioni.

2-*quater*. Ai fini dell'attuazione delle disposizioni di cui al comma 2-*bis*, è autorizzata la spesa di 3 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015.

2-*quinquies*. Per la verifica della corretta fruizione del credito d'imposta di cui al comma 2-*bis*, il Ministero delle politiche agricole, alimentari e forestali e l'Agenzia delle entrate effettuano controlli nei rispettivi ambiti di competenza secondo le modalità individuate dal decreto di cui al comma 2-*sexies*.

2-*sexies*. Con decreto del Ministro delle politiche agricole alimentari e forestali, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, sono adottate le disposizioni applicative necessarie del comma 2-*bis* e 2-*ter*, ivi comprese le modalità di verifica e controllo delle spese sostenute e della coerenza delle stesse con le previsioni di cui ai precedenti commi 2-*bis* e 2-*ter*, nonché le cause di decadenza e revoca del beneficio e le modalità di restituzione dell'importo di cui l'impresa ha fluito indebitamente.

2-*septies*. Il Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali effettua gli adempimenti conseguenti ai regolamenti dell'Unione europea in materia di aiuti compatibili con il mercato interno.»

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 3.000.000;
2016: ? 3.000.000;
2017: ? 3.000.000.

1.251

VACCARI, VERDUCCI, TOMASELLI, FABBRI

Al camma 30, capoverso «Art. 3», *dopo il comma 2, aggiungere i seguenti:* «2-*bis*. «Per le imprese del settore tessile e abbigliamento, calzaturiero e degli articoli in pelle identificati dai codici ATECO 2007

C.13, C.14, C.15 le quali in ragione del settore merceologico di appartenenza sostengono annualmente, ovvero ciclicamente costi connessi alla realizzazione di campionari con specifico riferimento alle spese relative alla ricerca e ideazione estetica, ovvero alla realizzazione di prototipi, è attribuito un credito d'i imposta, nel limite massimo di spesa complessiva annua di 15 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015, nella misura del 15 per cento per tali categorie di spesa, elevabile al20 per cento qualora i costi siano riferiti a contratti stipulati con Università e Enti Pubblici di ricerca. È fatta salva, per le categorie di imprese di cui al presente comma, la possibilità di optare per il regime di cui ai precedenti commi 1 e 2.

2-*ter*. Le modalità attuative del comma 2-*bis* sono identificate con Decreto del Ministero dello Sviluppo Economico di concerto con il Ministero dell'Economia e delle Finanze».

Conseguentemente:

Al medesimo capoverso Art. 3, al comma 3, dopo le parole: «di cui al comma 1» aggiungere le seguenti: «e al comma 2-*bis*»;

Al medesimo capoverso Art. 3, al comma 4, dopo le parole: «tecnologica e commerciale» aggiungere le seguenti: «ovvero connesse all'ideazione estetica»;

Al medesimo capoverso Art. 3, al comma 5, dopo le parole: «rappresentino miglioramenti» aggiungere le seguenti: «fatto salvo quanto disposto dal comma 2-*bis*»;

alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 15.000.000;
2016: ? 15.000.000;
2017: ? 15.000.000.

1.252

BERTOROTTA, MOLINARI, VACCIANO, BOTTICI, MANGILI, BULGARELLI

Al comma 30, al capoverso «Art. 3» *(Credito d'imposta per attività di ricerca e sviluppo), comma 3, sostituire le parole:* «5 milioni» *con le seguenti:* «1 milione», *nonché, sostituire le parole:* «30.000» *con le seguenti:* «15.000».

1.253

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 30, capoverso «Art. 3», *comma 3, aggiungere infine i seguenti periodi:* «Sono destinatari del credito di imposta di cui al presente articolo anche i consorzi e le reti di impresa che effettuano le attività di ricerca, sviluppo e innovazione. In questi casi, l'agevolazione è ripartita secondo criteri proporzionali, che tengono conto della partecipazione di ciascuna impresa alle spese stesse».

Conseguentemente, al comma 112, dell'articolo 1 sostituire, le parole: 250 milioni di euro con le seguenti: 150 milioni di euro e al comma 121 del medesimo articolo 1 sostituire le parole: 200 milioni di euro con le seguenti: 100 milioni di euro.

1.254

MANDELLI, SERAFINI

Al comma 30, capoverso «Art. 3», *dopo il comma 4 aggiungere il seguente:*

«4-*bis*. A valere sulle risorse di cui al presente articolo, sono ammissibili al credito di imposta le attività di comunicazione relative alle attività di ricerca e sviluppo di cui al comma 4, lettere *a), b), c)* e *d)*, nonché le attività di comunicazione relative ai prodotti, processi o servizi messi a punto, modificati o migliorati a seguito delle attività di cui al comma 4, lettere *b)* e *c)*».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 5.000.000;
2016: ? 5.000.000;
2017: ? 5.000.000.

1.255

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 30, capoverso «Art. 3», *comma 5, aggiungere, in fine, le seguenti parole:* «ad esclusione dello attività che si concretizzino nella creazione di nuovi brevetti».

1.256

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 30, capoverso «Art. 3», *comma 5, aggiungere, in fine, il seguente periodo:* «Ai fini dell'applicazione del credito di imposta di cui al presente articolo non si considerano attività di ricerca e sviluppo le attività svolte nell'ambito dell'industria militare».

1.257

TOMASELLI, GUERRIERI PALEOTTI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA

Al comma 30, al capoverso «Art. 3», *al comma 6, sostituire la lettera* c) *con lo seguente:* «*c)* spese relative a contratti di ricerca stipulati con:

1. università, enti di ricerca ed organismi equiparati;

2. altre imprese comprese le *start-up* innovative di cui all'articolo 25 del decreto-legge 18 ottobre 2012, n. 179, convertito, con modificazioni, dalla legge 17 dicembre 2012, n. 221;».

Conseguentemente,

? al capoverso «Credito d'imposta per attività di ricerca e sviluppo», al comma 1, sostituire le parole da: «nella misura del» a: «31 dicembre 2015» con le seguenti: «, calcolato sulle spese sostenute in eccedenza rispetto alla media dei medesimi investimenti realizzati nei tre periodi di imposta precedenti a quello in corso al 31dicembre 2015, nella misura del 25 per cento per le spese di cui alla lettera *b)* e *d)* del comma 6 del presente articolo e del so per cento per le spese di cui alla lettera *a)* e *c)* n. 2 del comma 6 del presente articolo.»;

? al capoverso «Credito d'imposta per attività di ricerca e sviluppo», dopo il comma 6, inserire il seguente: «6-*bis*. Per le spese di cui alla lettera *c)* n. 1 del comma 6 del presente articolo, il credito d'imposta del 50 per cento spetta sulle spese sostenute in ciascuno dei periodi d'imposta di cui al comma 1»;

? ai maggiori oneri derivanti dal comma 6-*bis* si provvede, attraverso la seguente rideterminazione dell'aliquota di accisa agevolata di cui al punto 5 della Tabella A allegata al decreto legislativo 26 ottobre 1995:

? per il 2015, riduzione del 2 per cento dell'aliquota agevolata sul gasolio e del 3 per cento dell'aliquota agevolata sulla benzina;

? per il 2016, riduzione di un ulteriore 1 per cento dell'aliquota agevolata sul gasolio e sulla benzina; per il 2017, riduzione di un ulteriore 1 per cento dell'aliquota agevolata sul gasolio e sulla benzina;

? al capoverso «Credito d'imposta per attività di ricerca e sviluppo», al comma 6, sostituire lo lettera *a)* con la seguente: «*a)* personale impiegato nelle attività di ricerca e sviluppo, compresi i ricercatori altamente qualificati impiegati nelle attività di ricerca e sviluppo di cui al comma 4, in possesso di un titolo di dottore di ricerca, ovvero iscritto ad un ciclo di dottorato presso una università italiana o estera, ovvero in possesso di laurea magistrale in discipline d'ambito tecnico o scientifico come da classificazione Unesco Isced o di cui all'allegato 1 del presente decreto e i tecnici di ricerca» e alla lettera *b)* dopo le parole: «dell'imposta sul valore aggiunto» aggiungere le seguenti: «, nonché le spese del materiale utilizzato nell'attività di ricerca e sviluppo»;

? al capoverso «Credito d'imposta per attività di ricerca e sviluppo» sopprimere il comma 7;

? al capoverso «Credito d'imposta per attività di ricerca e sviluppo» al comma 13, aggiungere, in fine, il seguente periodo: «Nel caso di richieste superiori alle risorse annue stanziate si procederà ad una distribuzione pro quota. Qualora la dotazione annuale non dovesse essere completamente fruita, anche per effetto di revoca e rinuncia, le risorse non utilizzate andranno ad incrementare la dotazione dell'anno successivo.»;

? al capoverso «Credito d'imposta per attività di ricerca e sviluppo» al comma 14 dopo le parole «Ministro dello sviluppo economico» inserire le seguenti: «da emanarsi entro 30 giorni

dall'approvazione della presente legge»;

? al capoverso «Credito d'imposta per attività di ricerca e sviluppo» dopo il comma 15 inserire il seguente: «15-*bis*. Possono accedere ai benefici di cui al presente articolo:

1. le imprese che effettuano le attività di ricerca in forma associata o aggregata, anche avvalendosi dei contratti di rete di cui all'articolo 3, commi 4-*ter*, 4-*quater*, 4-*quinquies*, della Legge n. 9 aprile 2009, n. 33, di *joint venture* e di altre forme di associazioni di imprese. In tale ipotesi, l'agevolazione dovrà essere ripartita tra le imprese secondo criteri proporzionali che tengano conto della partecipazione delle singole imprese alle spese di ricerca;

2. i soggetti residenti e quelli non residenti con stabile organizzazione in Italia, che eseguono le attività di ricerca e sviluppo attraverso contratti con imprese residenti o localizzate negli Stati della Comunità europea, negli Stati aderenti all'accordo sullo Spazio economico europeo ovvero in Stati o territori che sono inclusi nella lista di cui al decreto del Ministro delle finanze. 4 settembre 1996, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* n. 220 del 19 settembre 1996.».

1.258

GUALDANI

All'articolo 1, comma 30 apportare le seguenti modifiche:

? al capo verso «Art. 3», al comma 6, sostituire la lettera *c)* con la seguente:

«*c)* spese relative a contratti di ricerca stipulati con:

1. università, enti di ricerca ed organismi equiparati;

2. altre imprese comprese le *start-up* innovative di cui all'articolo 25 del decreto-legge 18 ottobre 2012, n. 179, convertito, con modificazioni, dalla legge 17 dicembre 2012, n. 221;».

Conseguentemente,

? al capo verso «Credito d'imposta per attività di ricerca e sviluppo», al comma 1, sostituire le parole da: «nella misura del» a «31 dicembre 2015» con le seguenti: «, calcolato sulle spese sostenute in eccedenza rispetto alla media dei medesimi investimenti realizzati nei tre periodi di imposta precedenti a quello in corso al 31 dicembre 2015, nella misura del 25 per cento per le spese di cui alla lettera *b)* e *d)* del comma 6 del presente articolo e del 50 per cento per le spese di cui alla lettera *a)* e *c)* n. 2 del comma 6 del presente articolo.»;

? al capoverso «Credito d'imposta per attività di ricerca e sviluppo», dopo il comma 6, inserire il seguente: «6-*bis*. Per le spese di cui alla lettera *c)* n. 1 del comma 6 del presente articolo, il credito d'imposta del 50 per cento spetta sulle spese sostenute in ciascuno dei periodi d'imposta di cui al comma 1»;

? ai maggiori oneri derivanti dal comma 6-*bis* si provvede, attraverso la seguente rideterminazione dell'aliquota di accisa agevolata di cui al punto 5 della Tabella A allegata al decreto legislativo 26 ottobre 1995:

per il 2015, riduzione del 2 per cento dell'aliquota agevolata sul gasolio e del 3 per cento dell'aliquota agevolata sulla benzina;

per il 2016, riduzione di un ulteriore 1 per cento dell'aliquota agevolata sul gasolio e sulla benzina;

? per il 2017, riduzione di un ulteriore 1 per cento dell'aliquota agevolata sul gasolio e sulla benzina;

? al capoverso «Credito d'imposta per attività di ricerca e sviluppo», al comma 6, sostituire la lettera *a)* con la seguente: «al personale impiegato nelle attività di ricerca e sviluppo, compresi i ricercatori altamente qualificati impiegati nelle attività di ricerca e sviluppo di cui al comma 4, in possesso di un titolo di dottore di ricerca, ovvero iscritto ad un ciclo di dottorato presso una università italiana o estera, ovvero in possesso di laurea magistrale in discipline di ambito tecnico o scientifico come da classificazione Unesco Isced o di cui all'allegato 1 del presente decreto e i tecnici di ricerca» e alla lettera *b)* dopo le parole «dell'imposta sul valore aggiunto» aggiungere le seguenti: «, nonché le spese del materiale utilizzato nell'attività di ricerca e sviluppo»;

? al capoverso «Credito d'imposta per attività di ricerca e sviluppo» sopprimere il camma 7;

? al capoverso «Credito d'imposta per attività di ricerca e sviluppo» al comma 13, aggiungere, in fine, il seguente periodo: «Nel caso di richieste superiori alle risorse annue stanziate si procederà ad una distribuzione pro quota. Qualora la dotazione annuale non dovesse essere completamente fruita, anche per effetto di revoca e rinuncia, le risorse non utilizzate andranno ad incrementare la dotazione del!'anno successivo.»;

? al capoverso «Credito d'imposta per attività di ricerca e sviluppo» al comma 14 dopo le parole «Ministro dello sviluppo economico» inserire le seguenti: «da emanarsi entro 30 giorni dall'approvazione della presente legge»;

? al capoverso «Credito d'imposta per attività di ricerca e sviluppo» dopo il comma 15 inserire il seguente: «15-*bis*: Possono accedere ai benefici di cui al presente articolo:

1. le imprese che effettuano le attività di ricerca in forma associata o aggregata, anche avvalendosi dei contratti di rete di cui all'articolo 3, commi 4-*ter*, 4-*quater*, 4-*quinquies*, della Legge n. 9 aprile 2009, n. 33, di *joint venture* e di altre forme di associazioni di imprese. In tale ipotesi, l'agevolazione dovrà essere ripartita tra le imprese secondo criteri proporzionali che tengano conto della partecipazione delle singole imprese alle spese di ricerca;

2. i soggetti residenti e quelli non residenti con stabile organizzazione in Italia, che eseguono le attività di ricerca e sviluppo attraverso contratti con imprese residenti o localizzate negli Stati della Comunità europea, negli Stati aderenti all'accordo sullo Spazio economico europeo ovvero in Stati o territori che sono inclusi nella lista di cui al decreto del Ministro delle finanze 4 settembre 1996, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* n. 220 del 19 settembre 1996.».

1.259

DONNO, GAETTI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Al comma 30, capoverso «Art. 3», *comma 6, lettera* d), *aggiungere, in fine, le seguenti parole:* «e/o prendendo in considerazione l'utilizzo della permacultura.».

1.260

MANDELLI, SERAFINI

Al comma 30, capoverso «Art. 3», *dopo il comma 7, aggiungere il seguente:*

«*7-bis*. Ai fini della determinazione del credito d'imposta per le attività di cui al comma 4-*bis*, sono ammissibili nei limiti di copertura finanziaria di cui al presente articolo, le spese relative all'acquisto di spazi su mezzi audiovisivi, radiofonici e altri mezzi di comunicazione di massa di imprese iscritte al registro degli operatori di comunicazione di cui all'articolo 1, comma 6, lettera *a)* numero 5 legge 31 luglio 1997, n. 249, nonché all'acquisto di spazi di pubblicità esterna, pubbliche affissioni e su circuiti cinematografici».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

? 2015: ? 5.000.000;
? 2016: ? 5.000.000;
? 2017: ? 5.000.000.

1.261

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 30, capoverso «Art. 3», *dopo il comma 9, aggiungere il seguente:*

«*9-bis*. Per fruire del contributo le imprese possono presentare un'istanza telematica mediante modalità tecniche predisposte dal Ministero dello sviluppo».

1.262

BERTOROTTA, MOLINARI, VACCIANO, MANGILI, BULGARELLI

All'articolo 1, al comma 30, capoverso «Art. 3», *sopprimere i commi 11 e 12.*

1.263

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 30, capoverso «ART. 3», *comma 13, aggiungere in fine, il seguente periodo:* «Ove sussistano soggetti beneficiari della normativa che cessa alla data del 31 dicembre 2014, le relative

posizioni giuridiche soggettive sono tenute in considerazione al fine di poter costituire criterio preferenziale nel decreto previsto dal successivo comma 14».

1.264

FORNARO

Al comma 30, capoverso Art. 3, dopo il comma 13, aggiungere il seguente:

«13-*bis*. A tutte le imprese indipendentemente dalla forma giuridica, dal settore economico in cui operano, nonché dal regime contabile adottato, che hanno effettuato investimenti in attività di ricerca e sviluppo a decorrere dal periodo di imposta successivo a quello in corso al 31 dicembre 2012, e fino a quello in corso al 31 dicembre 2014, è attribuito un credito d'imposta, con le medesime modalità e termini previsti dall'articolo 3 del decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito con modificazioni dalla legge 21'febbraio 2014, n. 9, così come sostituito dalla presente legge. Per gli investimenti effettuati nel periodo d'imposta successivo a quello in corso al 31 dicembre 2013, e fino a quello in corso al 31 dicembre 2014, il credito d'imposta si calcola sulle spese sostenute in eccedenza rispetto alla media dei medesimi investimenti realizzati nei tre periodi d'imposta precedenti a quello in corso al 31 dicembre 2014».

Conseguentemente:

? *all'articolo 3, comma 21, lettera* g) *sostituire la parola:* «triplo»*, con la seguente:* «quintuplo».

? *alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione*:

2015: ? 85.000.000;
2016: ? 85.000.000;
2017: ? 85.000.000.

1.265

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 30, capoverso «ART. 3»*, dopo il comma 15, aggiungere il seguente:*

«15-*bis*. Le disposizioni di cui al presente articolo non trovano applicazione in favore delle imprese italiane od estere operanti nel territorio nazionale che abbiano delocalizzato la propria produzione a uno Stato, anche appartenente all'Unione europea, con conseguente riduzione o messa in mobilità del personale».

1.266

CASTALDI, GIROTTO, BULGARELLI, CIOFFI, CATALFO

Dopo il comma 30, inserire i seguenti:

«30-*bis*. Ai fini della promozione dell'occupazione nel settore della green economy e della ricerca tecnologica nel settore delle *smart cities*, a decorrere dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono concessi finanziamenti a tasso agevolato a soggetti privati che operano nei seguenti settori:

a) protezione del territorio e prevenzione del rischio idrogeologico e sismico;

b) incremento dell'efficienza negli usi finali dell'energia nei settori civile, industriale e terziario, compresi gli interventi di *social housing*;

c) processi di produzione o valorizzazione di prodotti, processi produttivi od organizzativi o servizi che, rispetto alle alternative disponibili, comportino una riduzione dell'inquinamento e dell'uso delle risorse nell'arco dell'intero ciclo di vita;

d) pianificazione di interventi nell'ambito della gestione energetica, attraverso lo sviluppo di soluzioni hardware e software che aiutino ad ottimizzare i consumi, e della domotica;

e) sviluppo di soluzioni per la gestione del ciclo dei rifiuti, con particolare riferimento ai modelli di raccolta, trattamento e recupero, e per la gestione idrica, attraverso la progettazione di strumenti che garantiscono un monito raggio più attento della rete;

f) progettazione di nuovi sistemi di mobilità ecologici e sostenibili, anche attraverso la definizione di processi che possano ottimizzare la logistica dell'ultimo miglio e le attività di trasporto proprie delle compagnie private in aree urbane, tenendo in considerazione il traffico generato, la congestione, l'inquinamento e il dispendio energetico.

30-*ter*. Per accedere ai finanziamenti di cui al comma 30-*bis*, i progetti di investimento presentati dalle imprese ricadenti nei settori di cui al comma precedente devono prevedere occupazione aggiuntiva a tempo indeterminato di giovani con età non superiore a 35 anni alla data di assunzione. Nel caso di assunzioni superiori a tre unità, almeno un terzo dei posti è riservato a giovani laureati con età non superiore a 28 anni. Per singola impresa richiedente, le nuove assunzioni devono essere aggiunti ve rispetto alla media totale degli ultimi 12 mesi.

30-*quater*. Le modalità di presentazione delle domande e le modalità di erogazione dei finanziamenti sono disciplinate nei modi previsti dall'articolo 2, lettera *s)*, del decreto 25 novembre 2008, prevedendo procedure semplificate e informatizzate di accesso al beneficio.

30-*quinquies*. I finanziamenti a tasso agevolato, concessi nei settori di cui al comma 30-*bis*, hanno durata non superiore a settantadue mesi».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le seguenti parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 300 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016, 2017».

1.267

SUSTA

Dopo il comma 30 aggiungere i seguenti:

«30-*bis*. Al comma 4 dell'articolo 4, del decreto legge 101/2014 convertito con modificazioni dalla legge aggiungere "per gli enti pubblici di ricerca l'efficacia delle graduatorie è prorogata fino al 31 dicembre 2014".

30-*ter*. All'articolo 36 del decreto legislativo n. 165 del 2001 dopo il comma 2 aggiungere il seguente:

"2-*bis*: Gli enti pubblici di ricerca possono assumere personale di ricerca, anche di cittadinanza straniera, con contratto a termine di durata non superiore a quella del programma scientifico e, comunque, non superiore a cinque anni, secondo le modalità di selezione stabilite dai rispettivi statuti e regolamenti, entro le disponibilità del bilancio ordinario, nel rispetto dei vincoli vigenti per le spese di personale. Gli enti pubblici ?di ricerca possono altresì assumere con chiamata diretta, con contratto a tempo determinato, per specifici progetti di ricerca, per la durata del progetto e, comunque, non superiore a cinque anni, ricercatori o tecnologi, anche di cittadinanza straniera, con documentata attività scientifica di eccellenza in enti di ricerca o imprese private o atenei, italiani o stranieri, a valere su fondi non ordinari".

30-*quater*. Il comma 4 dell'articolo 12 del decreto legislativo 31 dicembre 2009, n. 213 è così sostituito:

"4. Gli statuti e i regolamenti prevedono inoltre procedure di valutazione comparativa per l'individuazione dei direttori degli organi di ricerca, misure organizzative volte a potenziare la professionalità e l'autonomia dei ricercatori e tecnologi, disposizioni specifiche per il conferimento di incarichi di direzione tecnica, gestionale e amministrativa a tecnologi e ricercatori, senza nuovi o maggiori oneri per la finanza pubblica in un ottica di semplificazione, adeguata organizzazione e vantaggi economici, norme anti-discriminatorie tra donne e uomini nella composizione degli organi, nonché specifiche disposizioni agevolative per la mobilità dei dipendenti tra gli enti di ricerca, con le istituzioni internazionali di ricerca e le imprese, senza nuovi o maggiori oneri a carico della finanza pubblica, anche al fine di ottenere azioni di interscambio di competenze ed esperienze tra pubblico e privato. Per gli incarichi direttivi degli organi di ricerca e di direzione tecnica, gestionale e amministrativa, gli statuti e i regolamenti possono prevedere l'attribuzione di indennità previste da altre norme vigenti e dalla contrattazione collettiva".

1.268

TOMASELLI, LAI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA

Dopo il comma 30, aggiungere il seguente:

«30-*bis*. AI fine di accrescere la competitività dei crediti al sistema produttivo, il plafond di

provvista di cui all'articolo 2, comma 2, del decreto legge 21 giugno 2013, n. 69, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 agosto 2013, n. 98 è elevato, secondo quanto disposto dal comma 8 della stessa disposizione, fino a 5 miliardi di euro. Per far fronte agli oneri derivanti dalla concessione dei contributi di cui al comma 4, dell'articolo 2 del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 agosto 2013, n. 98, è autorizzata la spesa di 7,5 milioni di euro per l'anno 2015, di 21 milioni di euro per l'anno 2016, di 35 milioni di euro per ciascuno degli anni dal 2017 al 2020, di 17 milioni per l'anno 2021 e di 6 milioni per l'anno 2022. AI finanziamento dei contributi previsti dal presente comma si provvede a valere sui Fondo di cui all'articolo 10, comma 5 dei decreto-legge 29 novembre 2004 n. 282, rifinanziamento dall'articolo 17, comma 21 della presente legge».

Conseguentemente; dopo il comma 41, aggiungere il seguente:

«41-*bis*. All'articolo 2, comma 2 del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 agosto 2013, n. 98, le parole: «entro il 31 dicembre 2016» sono sostituite dalle seguenti: «31 dicembre 2017».

1.269

COMAROLI, TOSATO

L'allegato n. 3 dell'articolo 1, comma 31 è sostituito con il seguente:

«Credito di imposta per attività di ricerca e sviluppo

ALLEGATO 3

(articolo 1, comma 31)

«ALLEGATO 1

(articolo 3, comma 6, lettera *a)*

- LMO1 Antropologia Culturale ed Etnologia
- LM02 Archeologia
- LM03 Architettura del Paesaggio
- LM04 Architettura e Ingegneria Edile-Architettura
- LM05 Archivistica e Biblioteconomia
- LM06 Biologia
- LM07 Biotecnologie Agrarie
- LM08 Biotecnologie Industriali
- LM09 Biotecnologie Mediche, Veterinarie e Farmaceutiche
- LM10 Conservazione dei Beni Architettonici e Ambientati
- LM11 Conservazione e Restauro dei Beni Culturali
- LM12 Design
- LM13 Farmacia e Farmacia Industriale
- LM14 Filologia Moderna
- LM15 Filologia, Letterature e Storia dell'Antichità
- LM16 Finanza
- LM17 Fisica
- LM18 Informatica
- LM19 Informazione e Sistemi Editoriali
- LM20 Ingegneria Aerospaziale e Astronautica
- LM21 IngegneriaBiomedica
- LM22 Ingegneria Chimica
- LM23 Ingegneria Civile
- LM24 Ingegneria dei Sistemi Edilizi
- LM25 Ingegneria dell'Automazione
- LM26 Ingegneria della Sicurezza
- LM27 Ingegneria delle Telecomunicazioni
- LM28 Ingegneria Elettrica
- LM29 Ingegneria Elettronica

? LM30 Ingegneria Energetica e Nucleare
? LM31 Ingegneria Gestionale
? LM32 Ingegneria Informatica
? LM33 Ingegneria Meccanica
? LM34 Ingegneria Navale
? LM35 Ingegneria per l'Ambiet:lte e il Territorio
? LM36 Lingue e Letterature dell'Africa e dell'Asia
? LM37 Lingue e Letterature Moderne Europee e Americane
? LM38 Lingue Moderne per la Comunicazione e la Cooperazione Internazionale
? LM39 Linguistica
? LM40 Matematica
? LM41 Medicina e Chirurgia
? LM42 Medicina Veterinaria
? LM43 Metodqlogie Informatiche per le Discipline Umanistiche
? LM44 Modellistica Matematico-Fisica per l'Ingegneria
? LM45 Musicologia e Beni Culturali
? LM46 Odontoiatria e Protesi Dentaria
? LM47 Organizzazione e Gestione dei Servizi per lo Sport e le Attività Motorie
? LM48 Pianificazione Territoriale Urbanistica e Ambientale
? LM49 Progettazione e Gestione dei Sistemi Turistici
? LM50 Programmazione e Gestione dei Servizi Educativi
? LM5l Psicologia
? LM52 Relazioni Internazionali
? LM53 Scienza e Ingegneria'dei Materiali
? LM54 Scienze Chimiche
? LM55 Scienze Cognitive
? LM56 Scienze dell'Economia
? LM57 Scienze dell'Educazione degli Adulti e della Formazione Continua
? LM58 Scienze dell'Universo
? LM59 Scienze della Comunicazione Pubblica, d'Impresa e Pubblicità
? LM60 Scienze della Natura
? LM61 Scienze della Nutrizione Umana
? LM62 Scienze della Politica.
? LM63 Scienze delle Pubbliche Amministrazioni
? LM64 Scienze delle Religioni
? LM65 Scienze dello Spettacolo e Produzione Multimediale
? LM66 Sicurezza Informatica
? LM67 Scienze e Tecniche delle Attività Motorie Preventive e Adattate
? LM68 Scienze e Tecniche dello Sport
? LM69 Scienze e Tecnologie Agrarie
? LM70 Scienze e Tecnologie Alimentari
? LM71 Scienze e Tecnologie della Chimica Industriale
? LM72 Scienze e Tecnologie della Navigazione (801M)
? LM73 Scienze e Tecnologie Forestali ed Ambientali
? LM74 Scienze e Tecnologie Geologiche
? LM75 Scienze e Tecnologie per l'Ambiente e il Territorio
? LM76 Scienze Economiche per l'Ambiente e la Cultura
? LM77 Scienze Economico-Aziendali
? LM78 Scienze Filosofiche
? LM79 Scienze Geofisiche

- LM80 Scienze Geografiche
- LM8l Scienze per la Cooperazione allo Sviluppo
- LM82 Scienze Statistiche
- LM83 Scienze Statistiche Attuariali e Finanziarie
- LM84 Scienze Storiche
- LM85 Scienze Pedagogiche
- LM86 Scienze Zootecniche e Tecnologie Animali
- LM87 Servizio Sociale e Politiche Sociali
- LM88 Sociologia e Ricerca Sociale
- LM89 Storia dell'Arte
- LM90 Studi Europei
- LM91 Tecniche e Metodi per la Società dell'Informazione
- LM92 Teorie della Comunicazione
- LM93 Teorie e Metodologie dell'*E-Leaming* e della *Media Education*
- LM94 Traduzione Specialistica e Interpretariato"»

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117 e 125;

all'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di conto corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 500 milioni di euro per ciascuno a decorrere dal 2015».

1.270

GUALDANI

Dopo il comma 31, aggiungere il seguente:

«31-*bis*. Al comma 1 dell'articolo 18 del decreto legge 24 giugno 2014, n, 91, convertito in legge, con modificazioni, dalla Legge 11 agosto 2014, n. 116, sostituire le parole: "fino al 30 giugno 2015" con le seguenti: "fino al 31 dicembre 2015"»,

*Conseguentemente, l'articolo 34 del decreto del Presidente della Repubblica 25 ottobre 1973, n. 533 è abrogato a decorrere dalle operazioni di cessione effettuate a partire dal 1 o gennaio 2017. Relativamente ai passaggi dei prodotti di cui ai commi 7 e 8 dell'abrogando articolo 34 del decreto del Presidente della Repubblica 25 ottobre 1973, n. 633, le disposizioni dello stesso articolo continuano ad applicarsi alle cessioni dei prodotti conferiti fino al 31 dicembre 2015, ancorché effettuate successivamente a tale dat*a.

1.271

DI BIAGIO, LUIGI MARINO

Dopo il comma 31, aggiungere il seguente:

«31-*bis*. Al comma 1 dell'articolo 18 del decreto legge 24 giugno 2014, n. 91, convertito in legge, con modificazioni, dalla legge 11 agosto 2014, n. 116, sostituire le parole: "fino al 30 giugno 2015" con le seguenti: "fino al 31 dicembre 2015"».

Conseguentemente, l'articolo 34 del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1973, n. 633 è abrogato a decorrere dalle operazioni di cessione effettuate a partire dal 1° gennaio 2017. Relativamente ai passaggi dei prodotti di cui ai commi 7 e 8 dell'abrogando articolo 34 del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1973, n. 633, le disposizioni dello stesso articolo continuano ad applicarsi alle cessioni dei prodotti conferiti fino al31 dicembre 2016, ancorché effettuate successivamente a tale data.

1.272

TOMASELLI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA

Dopo il comma 31, aggiungere il seguente:

«31-*bis*. Al comma 1 dell'articolo 18 del decreto legge 24 giugno 2014, n. 91, convertito in legge, con modificazioni, dalla legge 11 agosto 2014, n. 116, sostituire le parole: "fino al 30 giugno 2015"

con le seguenti: "fino al 31 dicembre 2015"».

1.273

GUALDANI

All'articolo 1, dopo il comma 31 inserire il seguente:

«31-*bis*. Per il triennio 2015-2017 è stanziata una dotazione di 4 milioni di euro annui per il funzionamento di base del Fondo di cui all'articolo 13-*bis* del decreto legge n. 159 del 2007, convertito in legge, con modificazioni dalla legge 222/2007, con modalità analoghe, ed a sostegno di attività infrastrutturali di trasferimento tecnologico, di ricerca e formazione».

Conseguentemente alla Tabella C, alla missione Ricerca scientifica e tecnologica di base applicata Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca ? decreto legislativo n. 204 del 1988 (3.4 ? cap. 7236) *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 4.000.000;
2016: ? 4.000.000;
2017: ? 4.000.000.

1.274

PUGLISI, MARCUCCI, DI GIORGI, IDEM, FASIOLO, ELENA FERRARA, MARTINI, MINEO, TOCCI, ZAVOLI

Dopo il comma 31, inserire il seguente comma:

«31-*bis*. Al comma 12, dell'articolo 6 del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito in legge 30 luglio 2010, n. 122 e successive modificazioni, dopo le parole "ovvero da soggetti privati nonché" aggiungere le seguenti: "da risorse proprie o"».

1.275

BERTOROTTA, MOLINARI, VACCIANO, BOTTICI, MANGILI, BULGARELLI

Sopprimere il comma 33.

1.276

D'ALÌ

Dopo il comma 36, aggiungere i seguenti:

«36-*bis*. In deroga a quanto previsto dall'articolo 3 del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90, convertito, con modificazioni, dalla legge Il agosto 2014, n. 114, per il triennio 2015-2017, le amministrazioni di cui all'articolo 1, comma 523, della legge 27 dicembre 2006, n. 296, ad eccezione dei Corpi di polizia e del Corpo nazionale dei vigili del fuoco, non possono procedere ad assunzione di personale di alcun tipo.

36-*ter*. Entro il 30 marzo del 2015, il Governo provvede alla soppressione di enti intermedi, ivi compresi gli IACP, per un risparmio sulla spesa pubblica non inferiore a 250 milioni, e definisce le procedure di mobilità del personale dei medesimi enti verso le amministrazioni di cui al comma 36-*bis* , per la ricostituzione dei loro organici in deroga alla normativa sul blocco delle assunzioni. Entro la medesima data, pubblica altresì l'elenco del patrimonio immobiliare degli enti soppressi con le specifiche di cui al comma 36-*quater*.

36-*quater*. Il patrimonio immobiliare indisponibile degli enti da sopprimere è assegnato ai Comuni nei quali lo stesso è ubicato. Il patrimonio disponibile è messo a disposizione delle normative di riduzione del debito pubblico.

36-*quinquies*. I risparmi derivanti dal comma 36-ter sono destinati ad incrementare il Fondo per le fusioni dei comuni».

1.277

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Dopo il comma 40, inserire i seguenti:

«40-*bis*. All'articolo 28-*quinquies* del decreto del Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, n. 602, dopo il comma 2 è inserito il seguente: "2-*bis.* La compensazione di cui al comma 1 del

presente articolo si applica, su richiesta del creditore, con riferimento a tutti i crediti non prescritti, certi, liquidi ed esigibili maturati nei confronti dello Stato, degli enti pubblici nazionali, delle regioni, degli enti locali e degli enti del Servizio sanitario nazionale per somministrazioni, forniture e appalti, a tutte le somme dovute dalla medesima data a titolo di tributi e imposte, con l'utilizzo del sistema previsto dall'articolo 17, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, ed esclusivamente attraverso i servizi telematici messi a disposizione dall'Agenzia delle entrate. Si applicano, in quanto compatibili, le previsioni del predetto comma 1".

40-*ter*. Il decreto del Ministro dell'economia e delle finanze di cui al comma 2 dell'articolo 28-*quinquies* del decreto dei Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, n. 602, è emanato entro il 15 gennaio 2015.»,

Conseguentemente, all'articolo 3, dopa il camma 66, inserire il seguente:

«66-*bis*. Con decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri, da emanare entro il 30 settembre 2015, su proposta del Ministro dell'economia e delle finanze, previa deliberazione del Consiglio dei Ministri e previo parere delle Commissioni parlamentari competenti per i profili finanziari, è disposta una riduzione delle dotazioni finanziarie, iscritte a legislazione vigente nell'ambito delle spese rimodulabili di cui all'articolo 21, comma 5, lettera *b)*, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, delle missioni di spesa di ciascun Ministero, tale da assicurare minori spese in termini di indebitamente netto pari a 1.300 milioni di euro a decorrere dal 2015. Le misure di cui al periodo precedente non sono adottate o sono adottate per importi inferiori a quelli indicati ove, entro la data ivi indicata, siano approvati provvedimenti normativi che assicurino, in tutto o in parte, i predetti importi attraverso interventi di razionalizzazione e revisione della spesa pubblica,».

1.278

COMAROLI, TOSATO

All'articolo 1 dopo il comma 40 aggiungere i seguenti:

40-*bis*. Al fine di armonizzare il riordino complessivo della tassazione derivante dall'attribuzione dei saldi attivi di rivalutazione con le previsioni, di cui al comma 1 dell'articolo 47 del decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986 «Testo unico delle imposte sui redditi (TUIR»), sono abrogati:

l'ultimo periodo del comma 3 dell'articolo 24 della legge n. 576 del 1975;
il comma 3 dell'articolo 8 della legge n. 72 del 1983;
il comma 4 dell'articolo 4 della legge n. 408 del 1990;
il comma 4 dell'articolo 26 della legge n. 413 del 1991;
il comma 4 dell'articolo 13 della legge n. 342 del 2000.

40-*ter*. Il comma 6 dell'articolo 47 del decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986 (TUIR) è sostituito dal seguente: «6. In caso di aumento del capitale sociale mediante passaggio di riserve o altri fondi a capitale le azioni gratuite di nuova emissione e l'aumento gratuito del valore nominale delle azioni o quote già emesse non costituiscono utili per i soci. Tuttavia se e nella misura in cui l'aumento è avvenuto mediante passaggio a capitale di riserve o fondi diversi da quelli indicati nel comma 5, per la quota di essi non accantonata in sospensione d'imposta, la riduzione del capitale subentrante successivamente deliberata è considerata distribuzione di utili; la riduzione si imputa con precedenza alla parte dell'aumento complessivo di capitale derivante dai passaggi a capitale di riserve o fondi diversi da quelli indicati nel comma 5 e diversi da quelli accantonati in sospensione di imposta, a partire dal meno recente».

Le modifiche si applicano altresì nei casi di riduzione della riserva legale che si sia formata anche con saldi di rivalutazione monetaria.

Conseguentemente All'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 500 milioni di euro a decorrere dal 2015.

1.279

PAGLIARI

Dopo il comma 40, aggiungere il seguente:

40-*bis*. All'articolo 3 del decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito, con modificazioni, dalla legge 21 febbraio 2014, n. 9, al comma 6, dopo la lettera *a)* aggiungere la seguente: «a-*bis)* per le piccole e medie imprese secondo la definizione Comunitaria, personale laureato, diplomato ovvero la persona di cultura pratica equivalente in grado di svolgere un lavoro autonomo di ricerca e progettazione, di eseguire esperimenti, prove, controlli, o costruisce parti prototopiche».

1.280

CONSIGLIO, COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI

Dopo il comma 40, aggiungere il seguente:

«40-*bis*. Le agevolazioni di cui ai commi da 32 a 39 sono concesse alle imprese che non delocalizzano la produzione al di fuori dei Paesi membri de dello Spazio Economico Europeo e che si impegnano al mantenimento o all'incremento della forza lavoro locale, nonché all'assegnazione di lavori e all'eventuale esternalizzazione di processi produttivi ad imprese appartenenti all'indotto in cui esse operano».

1.281

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 40, aggiungere il seguente:

«40-*bis*. Sono esclusi dall'applicazione delle disposizioni di cui ai commi da 32 a 39 del presente articolo le imprese italiane ed estere operanti nel territorio nazionale che abbiano de1ocalizzato la propria produzione a uno Stato, anche appartenente all'Unione europea, con conseguente riduzione o messa in mobilità del personale».

1.282

DE PIN, MASTRANGELI, BOCCHINO, CAMPANELLA

All'articolo 1, dopo il comma 41 inserire il seguente:

«41-bis. Al decreto del Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, n. 602, dopo l'articolo 28-*quater*, è aggiunto il seguente:

"Art. 28-*quinquies. - (Compensazioni di crediti verso pubbliche amministrazioni). ? 1.* I crediti non prescritti, certi, liquidi ed esigibili, per somministrazione, forniture e appalti, nei confronti delle Amministrazioni e degli enti individuati con le modalità di cui al successivo comma 2, possono essere compensati con l'utilizzo del sistema previsto dall'articolo 17, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, ed esclusivamente attraverso i servizi telematici messi a disposizione dall'Agenzia delle entrate con le somme dovute a titolo tributario, previdenziale e assistenziale. La compensazione è trasmessa immediatamente con flussi telematici dall'Agenzia delle entrate alla piattaforma elettronica per la gestione del rilascio delle certificazioni, predisposta dal Ministero dell'economia e delle finanze ? Dipartimento della ragioneria generale dello Stato, con modalità idonee'a garantire l'utilizzo univoco del credito certificato. Qualora l'amministrazione debitrice non versi sulla contabilità speciale numero 1778 'Fondi di bilancio' l'importo compensato entro sessanta giorni dalla richiesta dell'Agenzia delle entrate, la struttura di gestione di cui all'articolo 22, comma 3, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, trattiene l'importo compensato mediante riduzione delle somme dovute all'amministrazione debitrice a qualsiasi titolo, a seguito della ripartizione delle somme riscosse ai sensi dell'articolo 17, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241. Nel caso in cui il recupero .non sia possibile, la suddetta struttura di gestione ne dà comunicazione al Ministeri dell'interno ed al Ministero dell'economia e delle finanze e l'importo è recuperato mediante riduzione delle somme dovute dallo Stato all'Amministrazione debitrice a qualsiasi titolo, incluse le quote dei fondi di riequilibrio o perequativi e le quote di gettito relative alla compartecipazione a tributi erariali.

2. I termini e le modalità di attuazione delle disposizioni di cui al comma 1, sono stabiliti con provvedimento del Direttore dell'Agenzia delle Entrate da emanarsi entro 30 giorni dall'entrata in vigore della presente legge"».

Conseguentemente alla Tabella A, voce «Ministero dell'economia e delle finanze», *apportare le*

seguenti modifiche:

2015

? CP: ? 100.000.000;

CS: ? 100.000.000;

2016

? CP: ? 100.000.000;

CS: ? 100.000.000;

2017

? CP: ? 100.000.000;

CS: ? 100.000.000;

1.283

GALIMBERTI

Dopo il comma 41 inserire il seguente:

«41-*bis*. Al decreto del Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, n. 602, dopo l'articolo 28-*quater*, è aggiunto il seguente:

"Art. 28-*quinquies*. - *(Compensazioni di crediti verso pubbliche amministrazioni). ? 1*. I crediti non prescritti, certi, liquidi ed esigi bili, per somministrazione, forniture e appalti, nei confronti delle Amministrazioni e degli enti individuati con le modalità di cui al successivo comma 2, possono essere compensati con l'utilizzo del sistema previsto dall'articolo 17, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, ed esclusivamente attraverso i servizi telematici messi a disposizione dall'Agenzia delle entrate con le somme dovute a titolo tributario, previdenziale e assistenziale. la compensazione è trasmessa immediatamente con flussi telematici dall'Agenzia delle entrate alla piattaforma elettronica per la gestione del rilascio delle certificazioni, predisposta dal Ministero dell'economia e delle finanze Dipartimento della ragioneria generale dello Stato, con modalità Idonee a garantire l'utilizzo univoco del credito certificato. Qualora l'amministrazione debitrice non versi sulla contabilità speciale numero 1778 'Fondi di bilancio' l'importo compensato entro sessanta giorni dalla richiesta dell'Agenzia delle entrate, la struttura di gestione di cui all'articolo 22, comma 3, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, trattiene l'importo compensato mediante riduzione delle somme dovute all'amministrazione debitrice a qualsiasi titolo, a seguito della ripartizione delle somme riscosse ai sensi dell'articolo 17, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241. Nel caso in cui il recupero non sia possibile, la suddetta struttura di gestione ne dà comunicazione al Ministeri dell'interno ed al Ministero dell'economia e delle finanze e l'importo è recuperato mediante riduzione delle somme dovute dallo Stato all'Amministrazione debitrice a qualsiasi titolo, incluse le quote dei fondi di riequilibrio o perequativi e le quote di gettito relative alla compartecipazione a tributi erariali.

2. I termini e le modalità di attuazione delle disposizioni di cui al comma 1, sono stabiliti con provvedimento del Direttore dell'Agenzia delle Entrate da emanarsi entro 30 giorni dall'entrata in vigore della presente legge"».

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente del 1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

1.284

MANDELLI, PICCOLI, BRUNI

Dopo il comma 41 inserire il seguente:

«41-*bis*. Al decreto del Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, n. 602, dopo l'articolo 28-*quater*, è aggiunto il seguente:

"Art. 28-*quinquies*. - *(Compensazioni di crediti verso pubbliche amministrazioni). ? 1*. I crediti non prescritti, certi, liquidi ed esigibili, per somministrazione, forniture e appalti, nei confronti delle Amministrazioni e degli enti individuati con le modalità di cui al successivo comma 2, possono essere compensati con l'utilizzo del sistema previsto dall'articolo 17, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, ed esclusivamente attraverso i servizi telematici messi a disposizione dall'Agenzia delle entrate con le somme dovute a titolo tributario, previdenziale e assistenziale. La compensazione è trasmessa

immediatamente con flussi telematici dall'Agenzia delle entrate alla piattaforma elettronica per la gestione del rilascio delle certificazioni, predisposta dal Ministero dell'economia e delle finanze Dipartimento della ragioneria generale dello Stato, con modalità idonee a garantire l'utilizzo univoco del credito certificato. Qualora l'amministrazione debitrice non versi sulla contabilità speciale numero 1778 'Fondi di bilancio' l'importo compensato entro sessanta giorni dalla richiesta dell'Agenzia delle entrate, la struttura di gestione di cui all'articolo 22, comma 3, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, trattiene l'importo compensato mediante riduzione delle somme dovute all'amministrazione debitrice a qualsiasi titolo, a seguito della ripartizione delle somme riscosse ai sensi dell'articolo 17, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241. Nel caso in cui il recupero non sia possibile, la suddetta struttura di gestione ne dà comunicazione al Ministeri dell'interno ed al Ministero dell'economia e delle finanze e l'importo è recuperato mediante riduzione delle somme dovute dallo Stato all'Amministrazione debitrice a qualsiasi titolo, incluse le quote dei fondi di riequilibrio o perequativi e le quote di gettito relative alla compartecipazione a tributi erariali.

2. I termini e le modalità di attuazione delle disposizioni di cui al comma 1, sono stabiliti con provvedimento del Direttore dell'Agenzia delle Entrate da emanarsi entro 30 giorni dall'entrata in vigore della presente legge"».

1.285

DE POLI

Dopo il comma 41 inserire il seguente:

«41-*bis*. Al decreto del Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, n. 602, dopo l'articolo 28-*quater*, è aggiunto il seguente:

"Art. 28-*quinquies*. - *(Compensazioni di crediti verso pubbliche amministrazioni). ? 1.* I crediti non prescritti, certi, liquidi ed esigibili, per somministrazione, forniture e appalti, nei confronti delle Amministrazioni e degli enti individuati con le modalità di cui al successivo comma 2, possono essere compensati con l'utilizzo del sistema previsto dall'articolo 17, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, ed esclusivamente attraverso i servizi telematici messi a disposizione dall'Agenzia delle entrate con le somme dovute a titolo tributario, previdenziale e assistenziale. La compensazione è trasmessa immediatamente con flussi telematici dall'Agenzia delle entrate alla piattaforma elettronica per la gestione del rilascio delle certificazioni, predisposta dal Ministero dell'economia e delle finanze Dipartimento della ragioneria generale dello Stato, con modalità idonee a garantire l'utilizzo univoco del credito certificato. Qualora l'amministrazione debitrice non versi sulla contabilità speciale numero 1778 'Fondi di bilancio' l'importo compensato entro sessanta giorni dalla richiesta dell'Agenzia delle entrate, la struttura di gestione di cui all'articolo 22, comma 3, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, trattiene l'importo compensato mediante riduzione delle somme dovute all'amministrazione debitrice a qualsiasi titolo, a seguito della ripartizione delle somme riscosse ai sensi dell'articolo 17, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241. Nel caso in cui il recupero non sia possibile, la suddetta struttura di gestione ne dà comunicazione al Ministeri dell'interno ed al Ministero dell'economia e delle finanze e l'importo è recuperato mediante riduzione delle somme dovute dallo Stato all'Amministrazione debitrice a qualsiasi titolo, incluse le quote dei fondi di riequilibrio o perequativi e le quote di gettito relative alla compartecipazione a tributi erariali.

2. I termini e le modalità di attuazione delle disposizioni di cui al comma 1, sono stabiliti con provvedimento del Direttore dell'Agenzia delle Entrate da emanarsi entro 30 giorni dall'entrata in vigore della presente legge"».

1.286

LUIGI MARINO, DI BIAGIO

Dopo il comma 41, inserire il seguente:

«41-*bis*. AI decreto del Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, n. 602, dopo l'articolo 28-*quater*, è aggiunto il seguente:

"Art. 28-*quinquies*. - *(Compensazioni di crediti verso pubbliche amministrazioni). ? 1.* I crediti non prescritti, certi, liquidi ed esigibili, per somministrazione, forniture e appalti, nei confronti delle

Amministrazioni e degli enti individuati con le modalità di cui al successivo comma 2, possono essere compensati con l'utilizzo del sistema previsto dall'articolo 17, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, ed esclusivamente attraverso i servizi telematici messi a disposizione dall'Agenzia delle entrate con le somme dovute a titolo tributario, previdenziale e assistenziale. La compensazione è trasmessa immediatamente con flussi telematici dall'Agenzia delle entrate alla piattaforma elettronica per la gestione del rilascio delle certificazioni predisposta dal Ministero dell'economia e delle finanze ? Dipartimento della ragioneria generale dello Stato, con modalità idonee a garantire l'utilizzo univoco del credito certificato. Qualora l'amministrazione debitrice non versi sulla contabilità speciale numero 1778 'Fondi di bilancio' l'importo compensato entro sessanta giorni dalla richiesta dell'Agenzia delle entrate, la struttura di gestione di cui all'articolo 22, comma 3, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, trattiene l'importo compensato mediante riduzione delle somme dovute all'amministrazione debitrice a qualsiasi titolo, a seguito della ripartizione delle somme riscosse ai sensi dell'articolo 17, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241. Nel caso in cui il recupero non sia possibile, la suddetta struttura di gestione ne dà comunicazione al Ministeri dell'interno ed al Ministero dell'economia e delle finanze e l'importo è recuperato mediante riduzione delle somme dovute dallo Stato all'Amministrazione debitrice a qualsiasi titolo, incluse le quote dei fondi di riequilibrio o perequativi e le quote di gettito relative alla compartecipazione a tributi erariali.

2. I termini e le modalità di attuazione delle disposizioni di cui al comma 1, sono stabiliti con provvedimento del Direttore dell'Agenzia delle Entrate da emanarsi entro 30 giorni dall'entrata in vigore della presente legge"».

1.287

TOMASELLI, SANGALLI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA, COLLINA

Dopo il comma 41 inserire il seguente:

«41-*bis*. AI decreto del Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, n. 602, dopo l'articolo 28-*quater*,è aggiunto il seguente:

"Art. 28-*quinquies*. - *(Compensazioni di crediti verso pubbliche amministrazioni). ? 1.* I crediti non prescritti, certi, liquidi ed esigibili, per somministrazione, forniture e appalti, nei confronti delle Amministrazioni e degli enti individuati con le modalità di cui al successivo comma 2, possono essere compensati con l'utilizzo del sistema previsto dall'articolo 17, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, ed esclusivamente attraverso i servizi telematici messi a disposizione dall'Agenzia delle entrate con le somme dovute a titolo tributario, previdenziale e assistenziale. la compensazione è trasmessa immediatamente con flussi telematici dall'Agenzia delle entrate alla piattaforma elettronica per la gestione del rilascio delle certificazioni, predisposta dal Ministero dell'economia e delle finanze Dipartimento della ragioneria generale dello Stato, con modalità idonee a garantire l'utilizzo univoco del credito certificato. Qualora l'amministrazione debitrice non versi sulla contabilità speciale numero 1778 'Fondi di bilancio' l'importo compensato entro sessanta giorni dalla richiesta dell'Agenzia delle entrate, la struttura di gestione di cui all'articolo 22, comma 3, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, trattiene importo compensato mediante riduzione delle somme dovute all'amministrazione debitrice a qualsiasi titolo, a seguito della ripartizione delle somme riscosse ai sensi dell'articolo 17, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241. Nel caso in cui il recupero non sia possibile, la suddetta struttura di gestione ne dà comunicazione al Ministeri dell'interno ed al Ministero dell'economia e delle finanze e l'importo è recuperato mediante riduzione delle somme dovute dallo Stato all'Amministrazione debitrice a qualsiasi titolo, incluse le quote dei fondi di riequilibrio o perequativi e le quote di gettito relative alla compartecipazione a tributi erariali.

2. I termini e le modalità di attuazione delle disposizioni di cui al comma 1, sono stabiliti con provvedimento del Direttore dell'Agenzia delle Entrate da emanarsi entro 30 giorni dall'entrata in vigore della presente legge"».

1.288

TOMASELLI, COLLINA, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA,

PAGLIARI, VACCARI

Dopo il comma 41, inserire il seguente:

«41-*bis*. Al decreto del Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, n. 602, dopo l'articolo 28-*quinquies*, è inserito il seguente:

"Art. 28-*sexies*. - *(Compensazioni di crediti verso pubbliche amministrazioni). ? 1.* I crediti non prescritti, certi, liquidi ed esigibili, per somministrazione, forniture e appalti, nei confronti delle Amministrazioni degli enti individuati con le modalità di cui al successivo comma 2, possono essere compensati con l'utilizzo del sistema previsto dall'articolo 17, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, ed esclusivamente attraverso i servizi telematici messi a disposizione dall'Agenzia delle entrate con le somme dovute a titolo tributario, previdenziale e assistenziale. La compensazione è trasmessa immediatamente con flussi telematici dall'Agenzia delle entrate alla piattaforma elettronica per la gestione del rilascio delle certificazioni, predisposta dal Ministero dell'economia e delle finanze Dipartimento della ragioneria generale dello Stato, con modalità idonee a garantire l'utilizzo univoco del credito certificato. Qualora l'amministrazione debitrice non versi sulla contabilità speciale numero 1778 'Fondi di bilancio' l'importo compensato entro sessanta giorni dalla richiesta dell'Agenzia delle entrate, la struttura di gestione di cui all'articolo 22, comma 3, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, trattiene l'importo compensato mediante riduzione delle somme dovute all'amministrazione debitrice a qualsiasi titolo, a seguito della ripartizione delle somme riscosse ai sensi dell'articolo 17, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241. Nel caso in cui il recupero non sia possibile, la suddetta struttura di gestione ne dà comunicazione al Ministeri dell'interno ed al Ministero dell'economia e delle finanze e l'importo è recuperato mediante riduzione delle somme dovute dallo Stato all'Amministrazione debitrice a qualsiasi titolo, incluse le quote dei fondi di riequilibrio o perequativi e le quote di gettito relative alla compartecipazione a tributi erariali.

2. I termini e le modalità di attuazione delle disposizioni di cui al comma 1, sono stabiliti con provvedimento del Direttore dell'Agenzia delle entrate da emanarsi entro 30 giorni dall'entrata in vigore della presente legge"».

1.289

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, CROSIO

Dopo il comma 41 inserire il seguente:

«41-*bis*. Al decreto del Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, n. 602, dopo l'articolo 28-*quater*, è aggiunto il seguente:

"Art. 28-*quinquies*. - *(Compensazioni di crediti verso pubbliche amministrazioni). ? 1.* I crediti non prescritti, certi, liquidi ed esigibili, per somministrazione, forniture e appalti, nei confronti delle Amministrazione degli enti individuati con le modalità di cui al successivo comma 2, possono essere compensati con l'utilizzo del sistema previsto dall'articolo 17, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, ed esclusivamente attraverso i servizi telematici messi a disposizione dall'Agenzia delle entrate con le somme dovute a titolo tributario, previdenziale e assistenziale. La compensazione è trasmessa immediatamente con flussi telematici dall'Agenzia delle entrate alla piattaforma elettronica. per la gestione del rilascio delle certificazioni, predisposta dal Ministero dell'economia e delle finanze Dipartimento della ragioneria generale dello Stato, con modalità idonee a garantire l'utilizzo univoco del credito certificato. Qualora l'amministrazione debitrice non versi sulla contabilità speciale numero 1778 'Fondi di bilancio' l'importo compensato entro sessanta giorni dalla richiesta dell'Agenzia delle entrate, la struttura di gestione di cui all'articolo 22, comma 3, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, trattiene l'importo compensato mediante riduzione delle somme dovute all'amministrazione debitrice a qualsiasi titolo, a seguito della ripartizione delle somme riscosse ai sensi dell'articolo 17, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241. Nel caso in cui il recupero non sia possibile, la suddetta struttura di gestione ne dà comunicazione al Ministeri dell'interno ed al Ministero dell'economia e delle finanze e l'importo è recuperato mediante riduzione delle somme dovute dallo Stato all'Amministrazione debitrice a qualsiasi titolo, incluse le quote dei fondi di riequilibrio o perequativi e le quote di gettito relative alla compartecipazione a tributi erariali.

2. I termini e le modalità di attuazione delle disposizioni di cui al comma 1, sono stabiliti con provvedimento del Direttore dell'Agenzia delle entrate da emanarsi entro 30 giorni dall'entrata in vigore della proposta della presente legge"».

1.290

CARIDI

All'articolo 1, dopo il comma 41 inserire il seguente:

«41-*bis*. Al decreto del Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, n. 602, dopo l'articolo 28-*quater*, è aggiunto il seguente:

"Art. 28-*quinquies*. - *(Compensazioni di crediti verso pubbliche amministrazioni). ? 1.* I crediti non prescritti, certi, liquidi ed esigibili, per somministrazione, forniture e appalti, nei confronti delle Amministrazioni e degli enti individuati con le modalità di cui al successivo comma 2, possono essere compensati con l'utilizzo del sistema previsto dall'articolo 17, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, ed esclusivamente attraverso i servizi telematici messi a disposizione dall'Agenzia delle entrate con le somme dovute a titolo tributario, previdenziale e assistenziale. La compensazione è trasmessa immediatamente con flussi telematici dall'Agenzia delle entrate alla piattaforma elettronica per la gestione del rilascio delle certificazioni, predisposta dal Ministero dell'economia e delle finanze Dipartimento della ragioneria generale dello Stato, con modalità idonee a garantire l'utilizzo univoco del credito certificato. Qualora l'amministrazione debitrice non versi sulla contabilità speciale numero 1778 'Fondi di bilancio' l'importo compensato entro sessanta giorni dalla richiesta dell'Agenzia delle entrate, la struttura di gestione di cui all'articolo 22, comma 3, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, trattiene l'importo compensato mediante riduzione delle somme dovute all'amministrazione debitrice a qualsiasi titolo, a seguito della ripartizione delle somme riscosse ai sensi dell'articolo 17, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241. Nel caso in cui il recupero non sia possibile, la suddetta struttura di gestione ne dà comunicazione al Ministeri dell'interno ed al Ministero dell'economia e delle finanze e l'importo è recuperato mediante riduzione delle somme dovute dallo Stato all'Amministrazione debitrice a qualsiasi titolo, incluse le quote dei fondi di ti equilibrio o perequativi e le quote di .gettito relative alla compartecipazione a tributi erariali.

2. I termini e le modalità di attuazione delle disposizioni di cui al comma 1, sono stabiliti con provvedimento del Direttore dell'Agenzia delle entrate da emanarsi entro 30 giorni dall'entrata in vigore della presente legge"».

1.291

DE PETRIS, URAS, CASALETTO, MASTRANGELI

Dopo il comma 41, aggiungere il seguente:

«41-*bis*. Al decreto del Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, n. 602, dopo 1'articolo 28-*quater*, è aggiunto il seguente:

"Art. 28-*quinquies*. - *(Compensazioni di crediti verso pubbliche amministrazioni). ? 1.* I crediti non prescritti, certi, liquidi ed esigibili, per somministrazione, forniture e appalti, nei confronti delle Amministrazioni e degli enti individuati con le modalità di cui al successivo comma 2, possono essere compensati con l'utilizzo del sistema previsto dall'articolo 17, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, ed esclusivamente attraverso i servizi telematici messi a disposizione dall'Agenzia delle entrate con le somme dovute a titolo tributario, previdenziale e assistenziale. La compensazione è trasmessa immediatamente con flussi telematici dall'Agenzia delle entrate alla piattaforma elettronica per la gestione del rilascio delle certificazioni, predisposta dal Ministero dell'economia e delle finanze ? Dipartimento della ragioneria generale dello Stato, con modalità idonee a garantire l'utilizzo univoco del credito certificato. Qualora l'amministrazione debitrice non versi sulla contabilità speciale numero 1778 'Fondi di bilancio' l'importo compensato entro sessanta giorni dalla richiesta dell'Agenzia delle entrate, la struttura di gestione di cui all'articolo 22, comma 3, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, trattiene l'importo compensato mediante riduzione delle somme dovute all'amministrazione debitrice a qualsiasi titolo, a seguito della ripartizione delle somme riscosse ai sensi dell'articolo 17, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n, 241. Nel caso in cui il recupero non sia possibile, la suddetta

struttura di gestione ne dà comunicazione al Ministeri dell'interno ed al Ministero dell'economia e delle finanze e l'importo è recuperato mediante riduzione delle somme dovute dallo Stato all'Amministrazione debitrice a qualsiasi titolo, incluse le quote dei fondi di riequilibrio o perequativi e le quote di gettito relative alla compartecipazione a tributi erariali.

2. I termini e le modalità di attuazione delle disposizioni di cui al comma 1, sono stabiliti con provvedimento del Direttore dell'Agenzia delle entrate da emanarsi entro 30 giorni dall'entrata in vigore della presente legge"».

1.292

CONTE

Dopo il comma 41 inserire il seguente:

«41-*bis*. Al decreto del Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, n. 602, dopo l'articolo 28-*quater*, è aggiunto il seguente:

"Art. 28-*quinquies*. - *(Compensazioni di crediti verso pubbliche amministrazioni). ? 1.* I crediti non prescritti, certi, liquidi ed esigibili, per somministrazione, forniture e appalti, nei confronti delle Amministrazioni e degli enti individuati con le modalità di cui al successivo comma 2, possono essere compensati con l'utilizzo del sistema previsto dall'articolo 17, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, ed esclusivamente attraverso i servizi telematici messi a disposizione dall'Agenzia delle entrate con le somme dovute a titolo tributario, previdenziale e assistenziale. La compensazione è trasmessa immediatamente con flussi telematici dall'Agenzia delle entrate alla piattaforma elettronica per la gestione del rilascio delle certificazioni, predisposta dal Ministero dell'economia e delle finanze Dipartimento della ragioneria generale dello Stato, con modalità idonee a garantire l'utilizzo univoco del credito certificato. Qualora l'amministrazione debitrice non versi sulla contabilità speciale numero 1778 'Fondi di bilancio' l'importo compensato entro sessanta giorni dalla richiesta dell'Agenzia delle entrate, la struttura di gestione di cui all'articolo 22, comma 3, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, trattiene l'importo compensato mediante riduzione delle somme dovute all'amministrazione debitrice a qualsiasi titolo, a seguito della ripartizione delle somme riscosse ai sensi dell'articolo 17, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241. Nel caso in cui il recupero non sia possibile, la suddetta struttura di gestione ne dà comunicazione al Ministeri dell'interno ed al Ministero dell'economia e delle finanze e l'importo è recuperato mediante riduzione delle somme dovute dallo Stato all'Amministrazione debitrice a qualsiasi titolo, incluse le quote dei fondi di riequilibrio o perequativi e le quote di gettito relative alla compartecipazione a tributi erariali.

2. I termini e le modalità di attuazione delle disposizioni di cui al comma 1, sono stabiliti con provvedimento del Direttore dell'Agenzia delle entrate da emanarsi entro 30 giorni dall'entrata in vigore della presente legge"».

1.293

GAMBARO

Dopo il comma 41, inserire il seguente:

«41-*bis*. Al decreto del Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, n. 602, dopo l'articolo 28-*quater*, è aggiunto il seguente:

«Art. 28-*quinquies*. - *(Compensazioni di crediti verso pubbliche amministrazioni). ? 1.* I crediti non prescritti, certi, liquidi ed esigibili, per somministrazione, forniture e appalti, nei confronti delle Amministrazioni e degli enti individuati con le modalità di cui al successivo comma 2, possono essere compensati con l'utilizzo del sistema previsto dall'articolo 17, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, ed esclusivamente attraverso i servizi telematici 'messi a disposizione dall'Agenzia delle entrate con le somme dovute a titolo tributario, previdenziale e assistenziale. La compensazione è trasmessa immediatamente con flussi telematici dall'Agenzia delle entrate alla piattaforma elettronica per la gestione del rilascio delle certificazioni,. predisposta dal Ministero dell'economia e delle finanze Dipartimento della ragioneria generale dello Stato, con modalità idonee a garantire l'utilizzo univoco del credito. certificato. Qualora l'amministrazione debitrice non versi sulla contabilità speciale numero 1778 'Fondi di bilancio' l'importo compensato entro sessanta giorni dalla richiesta dell'Agenzia delle

entrate, la struttura di gestione di cui all'articolo 22, comma 3, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, trattiene l'importo compensato mediante riduzione delle somme dovute all'amministrazione debitrice a qualsiasi titolo, a seguito della ripartizione delle somme riscosse ai sensi dell'articolo 17, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241. Nel caso in cui il recupero non sia possibile, la suddetta struttura di gestione ne dà comunicazione al Ministeri dell'interno ed al Ministero dell'economia e delle finanze e l'importo è recuperato mediante riduzione delle norme dovute dallo Stato all'Amministrazione debitrice a qualsiasi titolo, incluse le quote dei fondi di riequilibrio o perequativi e le quote di gettito relative alla compartecipazione a tributi erariali.

2. I termini e le modalità di attuazione delle disposizioni di cui al comma 1, sono stabiliti con provvedimento del Direttore dell'Agenzia delle Entrate da emanarsi entro 30 giorni dall'entrata in vigore della presente legge"».

1.294

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 41 aggiungere il seguente:

«41-*bis*. La società Cassa depositi e prestiti Spa è autorizzata ad assolvere ai compiti di istituzione finanziaria per lo sviluppo della "*green economy*".

41-*ter*. il Ministero dello sviluppo economico può stipulare apposita convenzione con la società Cassa depositi e prestiti Spa al fine di avvalersi della medesima e delle società da essa partecipate per l'istruttoria e la gestione dei profili finanziari delle iniziative di investimenti relativi ad operazioni ed interventi di sostegno finanziario diretto ed indiretto e dei quali deve essere garantita una redditività adeguata dei capitale investito, a favore delle imprese di piccole e medie dimensioni, nonché degli enti locali, ivi comprese le società da essi controllate e/o partecipate, per investimenti nel campo della «green economy», con particolare riferimento a quelli interessanti i territori montani e rurali italiani, e con peculiare riguardo per il sostegno agli investimenti nel campo dell'innovazione, della ricerca e dello sviluppo nei territori a cosiddetto «fallimento di mercato» al fine di ammortizzare e annullare i deficit strutturali permanenti di tali territori, perseguendo, in particolare, i seguenti obiettivi:

a) favorire la patrimonializzazione delle imprese di piccole e medie dimensioni per permettere un più facile accesso al credito e sostenere progetti di sviluppo a medio-lungo termine, comprendendo in essi anche il sostegno ad aggregazioni di imprese che mettono in comune *knowhow*, brevetti e innovazioni a beneficio dello sviluppo del territorio, nonché costituzione di *label* (brand o marchi), e-commerce e piattaforme di distribuzione/acquisto specialmente al fine di favorire una più ampia presenza sui mercati esteri;

b) incentivare il processo di aggregazione tra imprese di piccole e medie dimensioni (i) appartenenti allo stesso settore od operanti nello stesso distretto industriale; (ii) appartenenti a settori adiacenti (integrazione c.d. orizzontale); (iii) operanti a monte e a valle di un medesimo processo produttivo o di servizi (integrazione c.d. verticale), permettendo la nascita di realtà caratterizzate da una dimensione più significativa, in grado di rafforzare la propria competitività nei rispettivi settori e di indirizzarsi sempre più verso i mercati internazionali.

41-*quater*. La società Cassa depositi e prestiti Spa può destinare, nel limite massimo annuo di 500 milioni di euro, come da convenzione stipulata tra la medesima Cassa e il Ministero dell'economia e delle finanze, risorse proprie ad iniziative rispondenti alle finalità del presente articolo, anche in regime di cofinanziamento con soggetti privati e pubblici.

41-*sexies*. Con la convenzione di cui al comma 41-ter sono definite le modalità di attuazione del presente articolo».

Conseguentemente:

al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni», con le parole: «50 milioni»;

al comma 121, sostituire le parole: «200 milioni», con le parole: «50 milioni».

All'articolo 2 comma 67 sostituire le parole: «238 milioni di euro per l'anno 2015 e di 200 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016» con le seguenti« 388 milioni di euro per l'anno 2015 e di 350 milioni a decorrere dal 2016.

1.295

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 41, aggiungere il seguente:

«41-*bis*. La Cassa dei depositi e prestiti Spa è autorizzata ad istituire un apposito Fondo speciale, denominato «Fondo *venture capital* per l'industria», con una dotazione iniziale di 1 miliardo di euro annuo a valere sulle disponibilità del Fondo strategico italiano istituito nell'ambito della medesima Cassa, destinato all'integrazione di ulteriori fondi di investimento privati di venture capital tesi a dotare di maggiore capitale di rischio i progetti imprenditoriali che hanno come oggetto lo sviluppo di nuove tecnologie ad elevato potenziale di crescita elaborati attraverso il coinvolgimento di università e centri di ricerca pubblica Tali progetti presentano le seguenti caratteristiche:

a) elevato contenuto tecnologico (high tech);

b) progetto imprenditoriale in fase precompetitiva;

c) elevato rischio connesso allo sviluppo della tecnologia in progetto;

d) incertezza. relativa alla connessione tra contenuto tecnologico e mercato;

e) periodo di rientro dell'investimento iniziale esclusivamente nel lungo periodo.

41-*ter*. Il finanziamento erogato dalla Cassa depositi e prestiti Spa, mediante il Fondo di cui al comma 41-*bis*, ad uno o più fondi di investimento privati di venture capital non deve superare l'ammontare del 50 per cento del totale del patrimonio del fondo da integrare.

41-*quater*. La durata del finanziamento di ciascun fondo di cui al comma 41-*ter*, da parte della Cassa depositi e prestiti Spa, non può essere superiore a dieci anni.

41-*quinquies*. La remunerazione riconosciuta alla Cassa depositi e prestiti Spa per il finanziamento di cui al comma 41-*ter* non può essere superiore a quella corrispondente al tasso Euribor rilevato alla data della concessione del finanziamento più 2 punti percentuali per ciascun anno di durata del finanziamento.

41-sexies; Con decreto del Ministro dello sviluppo economico da emanare, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze e del Ministro dell'istruzione, del l'università e della ricerca, entro tre mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono le modalità di attuazione dici presente articolo ed individuati i fondi di 'investimento privati di venture capital da integrare. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare le occorrenti variazioni di bilancio».

1.296

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Dopo il comma 41, aggiungere il seguente:

«41-*bis*. In attuazione dell'articolo 9 della Costituzione, al fine di assicurare risorse stabili alla tutela del patrimonio culturale, è istituito nello stato di previsione della spesa del Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo il «Fondo per la tutela del patrimonio culturale», con una dotazione iniziale di 700 milioni euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016 e di 200 milioni di euro per l'anno 2017. A decorrere dal 2016, con la legge di stabilità il Fondo è alimentato con una quota almeno pari al tre per cento delle risorse destinate annualmente dalla medesima legge ad interventi infrastrutturali e iscritte negli stati di previsione dei Ministeri; per gli anni 2016 e 2017, la predetta quota è assegnata al Fondo nella sola parte eccedente la dotazione iniziale di cui al primo periodo del presente comma.

41-*ter*. È abrogato il comma 4 dell'articolo 60 della legge 27 dicembre 2002, n. 289.

41-*quater*. Le finalità e le relative risorse di cui ai commi 4-*bis* e 4-*ter* dell'articolo 60 della legge 27 dicembre 2002, n. 289, sono assicurate a decorrere dal 2015 a valere sulle risorse Fondo di cui al comma l del presente articolo. A decorrere dal 2017 con il medesimo Fondo si provvede anche per le finalità di cui all'articolo 7 comma 1 penultimo periodo del decreto-legge 31 maggio 2014, n. 83, convertito con modifiche dalla legge 29 luglio 2014, n. 106.

41-*quinquies*. Le risorse del Fondo sono utilizzate nell'ambito di un programma triennale che il Ministro dei beni e delle attività culturali e del turismo trasmette al CiPE, per una presa d'atto, entro sessanta giorni dall'entrata in vigore della presente legge. Il programma, da attuarsi in coerenza con i decreti legislativi n. 228 e n. 229 del 2011, individua gli interventi prioritari da realizzare, le risorse

agli stessi destinate e il relativo cronoprogramma, definendo altresì le modalità di definanziamento in caso di mancata attuazione degli interventi programmati. Entro il 31 gennaio di ciascun anno viene trasmesso al CIPE: il programma aggiornato, corredato del puntuale stato di attuazione degli interventi, in termini di avanzamento fisico e finanziario.

E, di conseguenza, sopprimere il comma 121 ed al comma 124 del medesimo articolo l sostituire le parole: «850 milioni» con le parole: «50 milioni», e, dopo le parole: «alle missioni internazionali di pace», aggiungere le parole: con esclusione delle missioni a direzione NATO, quali «Join Enterprise», «Multinational Specialized Unit (MSU)», «Active Endeavour», «ISAF Afghanistan» e ,«Ocean Shield,».

1.297

D'ALÌ

Dopo il comma 41, aggiungere il seguente:

«41-*bis*. Al fine di promuovere la digitalizzazione del turismo, degli istituti e dei luoghi di cultura, dei cinema, dei teatri e di tutti gli eventi, è consentito l'acquisto dei relativi biglietti con le modalità previste dall'articolo 8, comma 3 del decreto-legge 18 ottobre 2012, n. 179, convertito, con modificazioni, dalla legge 17 dicembre 2012, n. 221».

1.298

COMAROLI, TOSATO

All'articolo 1 dopo il comma 41 inserire il seguente:

«41-*bis*. Al fine di realizzare una più ampia collaborazione tra centri di ricerca pubblici e privati e mondo delle imprese attraverso la garanzia di strumenti di finanziamento aggiuntivi per i progetti e le attività che determinano una stretta collaborazione tra gli organismi di ricerca e i raggruppamenti di imprese e prevedere, nelle norme regionali e nei bandi di finanziamento dei progetti di innovazione, che anche i costi relativi al titolare della azienda, nonché quelli relativi alla realizzazione dei campionari, possono essere contabilizzati tra i costi della ricerca e sviluppo ai fini normativi e fiscali.

Entro 60 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, con Decreto del Ministro dello sviluppo economico, di concerto con il ministero dell'Istruzione, Università e Ricerca, è istituito il Fondo per il brokeraggio tecnologico con la finalità di favorire l'incontro tra la domanda e l'offerta di innovazione tecnologica e per la diffusione di nuove forme di collaborazione tra gli organismi di ricerca presenti sul territorio nazionale e il mondo imprenditoriale rappresentato dalle micro e piccole imprese.

Il Fondo ha una dotazione pari a 100 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, destinato alla copertura dei costi del personale degli enti di ricerca o delle associazioni nazionali di categoria a supporto dei progetti e delle attività finalizzate al trasferimento tecnologico all'interno delle piccole e medie imprese italiane, nonché per il rilascio di *voucher* individuali per l'innovazione.

Le attività, oggetto del finanziamento del Fondo, dovranno essere dirette ai seguenti obiettivi:

a) distacco funzionale del personale degli Organismi di Ricerca presso le micro e piccole imprese per lo sviluppo di progetti per il trasferimento tecnologico;

b) promozione di attività e progetti da parte delle associazioni di rappresentanza delle imprese artigiane e delle piccole imprese con lo scopo di individuare competenze specializzate di supporto ai processi di innovazione delle micro e piccole imprese.

Il contributo a carico del suddetto Fondo è previsto nella misura del 10% per ciascuna attività progettuale svolta presso singole imprese e nella misura del 50 % per le attività progettuali svolte per conto di aggregazioni di impresa riconosciute giuridicamente e comunque costituite in forma di contratto di rete di imprese, ATI, ATS, consorzi e società consortili, distretti territoriali, GEIE».

1.299

CUOMO, SANGALLI

Dopo il comma 41, aggiungere il seguente:

«41-*bis*. AII'articolo 2, comma 162, lettera *b)*, della legge del 23 dicembre 2009, n. 191, dopo le parole: «a sostenere le iniziative imprenditoriali maggiormente meritevoli di credito» sono aggiunte le

seguenti: «in particolare finalizzate all'innovazione».

1.300

CUOMO, SANGALLI

Dopo il comma 41, aggiungere il seguente:

«41-*bis*. All'articolo 2, comma 169, della legge del 23 dicembre 2009, n. 191, sostituire il secondo periodo con il seguente: «Il sostegno deve essere prioritariamente indirizzato alle imprese focalizzate sulla ricerca e sulla innovazione con particolare riferimento alla nascita di nuove imprese e all'imprenditorialità giovanile e femminile al fine di creare maggiore occupazione».

1.301

CUOMO, GUERRIERI PALEOTTI

Dopo il comma 41, aggiungere il seguente:

«41-*bis*. All'articolo 2, della legge del 23 dicembre 2009, n. 191, dopo il comma 171, aggiungere il seguente:

"171-*bis*. A fronte del monitoraggio effettuato sui risultati generati dalla Banca nei suoi primi anni di vita e al fine di accelerare lo sviluppo economico e occupazionale del Mezzogiorno d'Italia, l'intera partecipazione azionaria attualmente posseduta dalla società Poste italiane Spa viene trasferita alla società Cassa Depositi e Prestiti Spa con l'obiettivo di mettere a disposizione della Banca quota parte delle disponibilità finanziarie ottenute con la raccolta del risparmio postale"».

1.302

CUOMO, LAI

Dopo il comma 41, aggiungere il seguente:

«41-*bis*. All'articolo 2, della legge del 23 dicembre 2009, n. 191, dopo il comma 171, aggiungere il seguente:

"171-*bis*. «È previsto il trasferimento della sede legale e della principale sede operativa della Banca dalla Citta di Roma alla Città di Napoli"».

1.303

BULGARELLI, LEZZI, MANGILI, CIOFFI, SCIBONA

Dopo il comma 41, aggiungere il seguente:

«41-*bis*. Ai fini dell'imposta sul reddito delle persone fisiche, per le spese sostenute entro il 31 dicembre 2015 per l'acquisto degli abbonamenti ai servizi di trasporto pubblico locale, regionale e interregionale spetta una detrazione dall'imposta lorda, fino alla concorrenza del suo ammontare, nella misura del 19 per cento per un importo delle spese stesse non superiore a 250 euro. La detrazione spetta sempreché le spese stesse non siano deducibili nella determinazione dei singoli redditi che concorrono a formare il reddito complessivo. La detrazione spetta anche se la spesa è stata sostenuta nell'interesse delle persone indicate nell'articolo 12 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917el comma 2 del medesimo articolo 12».

Conseguentemente, al medesimo articolo 1, apportare le seguenti variazioni:

a) Al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni» con le seguenti: «200 milioni»;

b) Al comma 116, sostituire le parole: «100 milioni» con le seguenti: «50 milioni»;

c) Al comma 121, sostituire le parole: «200 milioni» con le seguenti: «100 milioni».

1.304

CATALFO, PUGLIA, PAGLINI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Dopo il comma 41, aggiungere il seguente:

«41-*bis*. Ai fini de1rincentivazione di iniziative rivolte alla partecipazione dei lavoratori al capitale e agli utili delle imprese e per la diffusione dei piani di azionariato rivolti a lavoratori dipendenti, è istituito, presso il Ministero del lavoro e delle politiche sociali un apposito fondo cui sono assegnati 20 milioni euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, le cui modalità e criteri di utilizzo sono determinati con decreto del Ministro del lavoro e delle politiche sociali, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, da adottare, sentite le competenti Commissioni parlamentari,

entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge. Ai maggiori oneri derivanti dalla disposizione di cui al presente comma, si provvede per l'anno 2015, a valere sulle risorse di cui all'articolo 1, comma 482, della legge 24 dicembre 2012, n. 228, per gli anni 2016 e 2017, a carico del Fondo di cui all'articolo 1, comma 7, decreto-legge 20 maggio 1993, n. 148, convertito, con modificazioni, dalla legge 19 luglio 1993, n. 236, la cui dotazione è incrementata di 40 milioni di euro».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo, le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 40 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

1.305

PUGLIA, CATALFO, PAGLINI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Dopo il comma 41, è inserito il seguente:

«41-*bis*. Al fine di sostenere il capitale sociale impiegato dai lavoratori in mobilità, che associatesi in forma cooperativa, abbiano rilevato l'azienda presso cui prestavano servizio, sono stanziati 50 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, a valere sulle risorse di cui all'articolo 1 della legge 27 febbraio 1985, n. 49».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 50 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015,2016 e 2017».

1.306

VERDUCCI, MATURANI, STEFANO ESPOSITO, FABBRI, VACCARI, GIANLUCA ROSSI, CAPACCHIONE, FISSORE, ELENA FERRARA, ZANONI, CARDINALI, ANGIONI, TOMASELLI, FILIPPI

Dopo il comma 41, aggiungere il seguente:

«41-*bis*. All'articolo 1, comma 744, della legge 27 dicembre 2013 n. 147, le parole: "Per l'anno 2014", sono sostituite dalle seguenti; "A decorrere dall'anno 2014"».

Conseguentemente:

all'articolo 3, comma 21, lettera *g)* sostituire la parola: «triplo» con la seguente: «quadruplo».

alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 50.000.000;

2016: ? 50.000,000;

2017: ? 50.000.000.

1.307

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 42, apportare le seguenti modifiche:

alla lettera *a)*, punto 1), sopprimere le parole: «al 31 dicembre 2015»;

alla lettera *a)*, punto 2), sopprimere le parole: «al 31 dicembre 2015»;

Conseguentemente, al comma 1:

al comma 112, sostituire le parole: 250 milioni, con le parole: 100 milioni;

sopprimere il comma 121.

Conseguentemente, all'articolo 3:

dopo il comma 28, aggiungere i seguenti:

«28-*bis*. Al comma 5-*bis* dell'articolo 96 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, le parole: "nei limiti del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nei limiti del 95 per cento".

28-*ter*. Al decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 6:

1) al comma 8, le parole: "nella misura del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nella

misura del 95 per cento";

2) ai comma 9, le parole: "nella misura del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nella misura del 95 per cento";

b) all'articolo 7, comma 2, le parole: "nella misura dei 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nella misura del 95 per cento"».

1.308

COMAROLI, TOSATO

Al comma 42, apportare le seguenti modifiche:

a) Alla lettera *a)* n. 1), sostituire le parole 2015 con le parole: «2017»;

b) Alla lettera *a)* n. 2), sostituire le parole 2015 con le parole: «2017»;

c) Alla lettera *b)* n. 1), sostituire le parole 2015 con le parole: «2017».

1.309

GIROTTO, CASTALDI, BULGARELLI, CIOFFI, CATALFO

Al comma 42, lettera a), numero 2), capoverso «2», dopo la lettera *b)* aggiungere la seguente:

«h-*bis)* per gli interventi di sostituzione delle coperture o degli involucri degli edifici contenenti amianto con impianti di generazione elettrica da fonti rinnovabili, sostenute dal 10 gennaio 2015 al 31 dicembre 2015, fino ad un valore massimo della detrazione di 30.000 euro».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 75, alla Tabella A ivi richiamata, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 20.000.000.

1.310

BONFRISCO

Al comma 42, lettera a)*, numero 2, dopo la lettera* b) *aggiungere la seguente:*

b-*bis)* per gli interventi di sostituzione delle coperture o degli involucri degli edifici contenenti amianto con impianti di generazione elettrica da fonti rinnovabili. All'onere derivante, valutato in 150 milioni di euro per ciascuno degli anni del triennio 2015-2017, si provvede mediante riduzione proporzionale pari all'1 per cento di tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata Tabella C.

1.311

FRAVEZZI, BATTISTA, LANIECE, FAUSTO GUILHERME LONGO, PALERMO, PANIZZA, DI GIACOMO, FORNARO, CONTE

Al comma 42, lettera a)*, punto 2), al capoverso:* «2» *aggiungere la seguente lettera:*

«b-*bis)* per interventi relativi alla rimozione di manufatti di eternit o contenenti amianto, sostenute dal 1º gennaio 2015 a1 31 dicembre 2015».

Conseguentemente, ridurre di 5 milioni di euro la rubrica del MEF della allegata Tabella A.

1.312

CERONI

Al comma 42, al punto 2), è aggiunta la seguente lettera:

«*e)* per interventi relativi alla rimozione di manufatti di eternit o contenenti amianto, sostenute dal 1º gennaio 2015 al 31 dicembre 2015».

1.313

SUSTA

All'articolo 1, punto 2 del comma 42 è aggiunta una nuova lettera c)*:*

«*c)* per interventi relativi alla rimozione di manufatti di eternit o contenenti amianto, sostenute dal 1º gennaio 2015 al 31 dicembre 2015».

1.314

FUCKSIA

Al comma 42, lettera a)*, numero 2), aggiungere la seguente lettera:*

«*c)* per tutti gli interventi mirati all'abbattimento delle barriere architettoniche su qualsiasi immobile».

1.315 (testo 2)

FABBRI, BORIOLI, FAVERO, VERDUCCI, FEDELI

Al comma 42, apportare le seuenti modificazioni:

Alla lettera a), numero 2), dopo il capoverso "2-*bis*", dopo la lettera b) inserire il seguente: "2-*ter*) La detrazione di cui al comma 1 si applica altresì alle spese sosenute per gli interventi di bonifica e rimozione di manufatti in amianto dal patrimonio edilizio esistente";

Alla lettera b) premetter al numero 1) il seguente: "01) al comma 1, dopo le parole "interventi indicati nel comma 1 del citato articolo 16-*bis*" sono inserite le seguenti: "nonchè per gli interventi di bonifica e rimozione di manufatti in amianto dal patrimonio edilizio";

Conseguentemente:

dopo il comma 122, inserire il seguente:

"122-bis. Una quota non inferiore al 40 per cento delle risrose del fondo di cui all'articolo 11, comma 4-*sexies*, del decreto-lege 18 ottobre 2012, n. 179, convertito, con modificazioni, dalla legge 17 dicembre 2012, n. 221, è destinato alle attività di bonifica e rimozione di manufatti in amianto dagli immobili adibiti all'uso scolastico."

*All'articolo 3, comma 21, lettera g) sostituire la parola: "*triplo*" con la seguente: "*quadruplo*".*

1.315

FABBRI, BORIOLI, FAVERO, D'ADDA, COLLINA, FASIOLO, SILVESTRO, FEDELI, VERDUCCI

Al comma 42, apportare le seguenti modificazioni:

a) alla lettera *a)*, numero 2), dopo il capo verso «2-*bis*», inserire il seguente: «2.*ter.* La detrazione di cui al comma 1 si applica altresì alle spese sostenute per gli interventi di bonifica e rimozione di manufatti in amianto dal patrimonio edilizio esistente»;

b) alla lettera *b)*, premettere al numero 1) il seguente:

«01) al comma 1, dopo le parole: «interventi indicati nel comma 1 del citato articolo 16-*bis*» sono inserite le seguenti: «nonché per gli interventi di bonifica e rimozione di manufatti in amianto dal patrimonio edilizio».

Conseguentemente all'articolo 3, comma 21, lettera g) *sostituire la parola:* «triplo»*, con la seguente:* «quadruplo».

1.316

GIROTTO, CASTALDI, BULGARELLI, CIOFFI, MANGILI, LEZZI, CATALFO

Al comma 42, lettera a)*, numero 2), aggiungere il seguente capoverso:*

«2-*bis.1.* Al fine di raggiungere l'obiettivo di efficienza energetica per il 2020, le detrazioni di cui ai commmi da 1 a 2-*bis*, si applicano nella misura del:

a) 55 per cento per le spese sostenute dal 1º gennaio 2016 al 31 dicembre 2016;

b) 50 per cento per le spese sostenute dal 1º gennaio 2017 al 31 dicembre 2017;

c) 45 per cento per le spese sostenute dal 1º gennaio 2018 al 31 dicembre 2020».

Conseguentemente,

? *al comma 10, sostituire le parole:* «1.716 milioni» *con le seguenti*: «1.816 milioni»;

? *al comma 76, aggiungere, in fine, le seguenti parole:* «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 420 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016, 2017».

1.317

FILIPPI, SANGALLI, BORIOLI, CANTINI, CARDINALI, STEFANO ESPOSITO, MARGIOTTA, RANUCCI, SONEGO

Al comma 42, lettera a), dopo il numero 2-bis) aggiungere il seguente:

«2-ter. La detrazione di cui al comma 1 si applica altresì alle spese sostenute per gli interventi di riqualificazione energetica attuati sul patrimonio di edilizia residenziale pubblica gestito in locazione

dagli Istituti autonomi per le case popolari (IACP) o dagli enti di edilizia residenziale pubblica, comunque denominati, aventi le stesse finalità degli IACP, istituiti in attuazione dell'articolo 93 del decreto del Presidente della Repubblica 24 luglio 1977, n. 616».

Conseguentemente:

? *Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000;
2016: ? 40.000;
2017: ? 70.000.

? *all'articolo 1, comma 132, sostituire le parole:* «di 191 milioni di euro per l'anno 2018, di 199,5 milioni di euro per l'anno 2019, di 211,4 milioni di euro per l'anno 2020, di 289,65 milioni di euro per l'anno 2021, di 304,05 milioni di euro per l'anno 2022, di 306,75 milioni di euro per l'anno 2023, di 307,25 milioni di euro per l'anno 2024, di 310,25 milioni di euro per l'anno 2025»*, con le seguenti:* «di 151 milioni di euro per l'anno 2018, di 159,5 milioni di euro per l'anno 2019, di 271,4 milioni di euro per l'anno 2020, di 249,65 milioni di euro per l'anno 2021, di 264,05 milioni di euro per l'anno 2022, di 266,75 milioni di euro per l'anno 2023, di 267,25 milioni di euro per l'anno 2024, di 270,25 milioni di euro per l'anno 2025».

1.318

MIRABELLI, CALEO, DALLA ZUANNA, MORGONI, SOLLO, VACCARI

Al comma 42, lettera a)*, dopo il numero 2, aggiungere il seguente:*

«2-*bis)* dopo il comma 2 è inserito il seguente:

"2-*bis*. la detrazione di cui al comma 1 si applica altresì alle spese sostenute per gli interventi di riqualificazione energetica attuati sul patrimonio di edilizia sociale, sia gestita dagli Istituti autonomi per le case popolari (IACP) o dagli enti di edilizia residenziale pubblica, comunque denominati, aventi le stesse finalità degli IACP, istituiti in attuazione dell'articolo 93 del decreto del Presidente della Repubblica 24 luglio 1977, n. 616, sia dalle cooperative a proprietà indivisa"».

Conseguentemente;

? *All'articolo 1, comma 132, sostituire, le parole:* «191 milioni di euro per l'anno 2018, di 199,5 milioni per l'anno 2019, di 211,4 milioni di euro per l'anno 2020, di 289,65 milioni di euro per l'anno 2021, di 304,05 milioni di euro per l'anno 2022, di 306,75 milioni di euro per l'anno 2023, di 307,25 milioni di euro per l'anno 2024, di 310,25 milioni di euro per l'anno 2025 e 319,85 milioni di euro annui a decorrere dal 2026.»*, con le seguenti:* «141 milioni di euro per l'anno 2018, di 149,5 milioni per l'anno 2019, di 161,4 milioni di euro per l'anno 2020, di 239,65 milioni di euro per l'anno 2021, di 254,05 milioni di euro per l'anno 2022, di 256,75 milioni di euro per l'anno 2023, di 257,25 milioni di euro per l'anno 2024, di 260,25 milioni di euro per l'anno 2025 e 309,85 milioni di euro annui a decorrere dal 2026».

? *Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione;*

2015: ? 10.000.000;
2016: ? 40.000.000;
2017: ? 70.000.000.

1.319

DE PETRIS, STEFANO

Al comma 42, dopo la lettera a) *inserire la seguente:*

a-bis*)* dopo l'articolo 14 inserire il seguente:

«Art. 14-*bis*.

1. Per le spese documentate, sostenute a partire dall'anno 2015, relative agli interventi di sostituzione delle coperture in amianto con impianti fotovoltaici, che utilizzano esclusivamente componentistica principale di provenienza europea (made in *VE)*, spetta una detrazione dall'imposta sul reddito delle società (IRES) pari al 55 per cento, fino ad un ammontare complessivo delle stesse

non superiore a 100.000 euro per intervento».

Conseguentemente al comma 112 sostituire le parole: «di 250 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015» *con le seguenti* «di 247 milioni di euro nel 2015, di 232 milioni di euro nel 2016 e di 238 milioni a decorrere dall'anno 2017».

1.320

MANGILI, LEZZI, BULGARELLI

Al comma 42, dopo la lettera a)*, inserire la seguente:*

«*a*-bis*)* all'articolo 15 il comma 1 è sostituito con il seguente:

"1. Nelle more della definizione di misure ed mcentivi selettivi di carattere strutturale, si applicano le disposizioni inerenti le detrazioni fiscali e gli incentivi di cui agli articoli 14 e 16 per tutte le seguenti attività:

1) interventi per il miglioramento e la messa iri. sicurezza degli edifici esistenti e l'incremento del rendimento energetico;

2) interventi per la sistemazione e per il consolidamento di versanti, argini e sponde, che garantiscano la riduzione delle frana nonché per interventi di manutenzione straordinaria e ordinaria delle opere che permettano il regolare deflusso delle acque nonché favoriscano la stabilità del terreno, e in generale per tutti gli interventi che contrastano l'erosione del suolo"».

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le seguenti parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 70 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016, 2017».

1.321

CONSIGLIO, BISINELLA, COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI

Al comma 42, lettera b)*, capoverso 1, e parole:* «dal 26 giugno 2012 al 31 dicembre 2015», *sono sostituite dalle seguenti:* «a decorrere dal 26 giugno 2012».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le seguenti parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1,2 miliardi di euro a decorrere dall'anno 2015».

1.322

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 42, lettera b)*, punto 1), sopprimere le parole:* «al 31 dicembre 2015».

Conseguentemente al comma 112:

? *sostituire le parole:* «250 milioni», *con le seguenti*: «100 milioni»;

? *sopprimere il comma 121.*

Conseguentemente all'articolo 3 dopo il comma 28, aggiungere i seguenti:

«28-*bis*. Al comma 5-*bis* dell'articolo 96 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, le parole: «nei limiti del 96 per cento» sono sostituite dalle seguenti: «nei limiti del 95 per cento.

28-*ter*. Al decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 6:

1) al comma 8; le parole: «nella misura del 96 per cento» sono sostituite dalle seguenti: «nella misura del 95 per cento»;

2) al comma 9, le parole: «nella misura del 96 per cento» sono sostituite dalle seguenti: «nella misura del 95 per cento»;

b) all'articolo 7, comma 2, le parole: «nella misura del 96 per cento» sono sostituite dalle seguenti: «nella misura del 95 per cento».

1.323

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 42, lettera b)*, dopo il punto 1), aggiungere il seguente:*

«1-*bis*). Al comma 1-*bis*, sostituire dalle parole: "detrazione dall'imposta lorda" fino alla fine del comma, con le parole: "detrazione dall'imposta lorda nella misura del 65 per cento".

Conseguentemente al comma 112, sostituire le parole: "250 milioni", con le parole: "100 milioni" e al comma 121, sostituire le parole: "200 milioni", con le parole: "50 milioni"».

Conseguentemente all'articolo 3, dopo il comma 28, aggiungere i seguenti:

«28-*bis*. Al comma 5-*bis* dell'articolo 96 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, le parole: "nei limiti del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nei limiti del 95 per cento"».

«28-*ter*. Al decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 6:

1) al comma 8, le parole: "nella misura del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nella misura del 95 per cento";

2) al comma 9, le parole: "nella misura del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nella misura del 95 per cento";

b) all'articolo 7, comma 2, le parole: "nella misura del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nella misura del 95 per cento"».

1.324

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 42, lettera b), *dopo il punto 1), aggiungere la seguente:*

«1-*bis*) al comma 1-*bis*, sostituire dalle parole: "detrazione dall'imposta lorda fino alla fine del comma", con le parole: "detrazione dall'imposta lorda nella misura del 65 per cento per le spese sostenute fino al 31 dicembre 2015"».

Conseguentemente:

al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni», con le parole: «50 milioni»; al comma 121, sostituire le parole: «200 milioni», con le parole: «50 milioni».

1.325

GUALDANI

Al comma 42, lettera b), *sostituire il punto 2) con il seguente:*

«2) al comma 1-*bis*, dopo le parole: "dopo la data di entrata in vigore della legge di conversione dei presente decreto", aggiungere le seguenti: "ivi comprese le spese per l'installazione di sistemi salvavita passivi antisismici";

Conseguentemente, le parole da: "nella misura" *fino alla fine del comma sono sostituite dalle seguenti:* "nella misura del 65 per cento per le spese sostenute sino al 31 dicembre 2015"».

Conseguentemente, ai maggiori oneri derivanti dalla presente disposizione si fa fronte mediante corrispondente riduzione dell'importo previsto alla Tabella A, voce «Ministero dell'economia e delle finanze» per l'anno 2015.

1.326

DIVINA, COMAROLI, TOSATO

Al comma 42, lettera b), *numero 2), dopo le parole:* «dicembre 2015» *inserire le seguenti parole:* «le parole: "10.000 euro" sono sostituite dalle seguenti: "20.000 euro"».

Conseguentemente:

all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole:

«, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 550 milioni di euro di euro a decorrere dal 2015».

1.327

CONSIGLIO, BISINELLA, COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI

Al comma 42, lettera b), *dopo il secondo capoverso, inserire il seguente:*

«2-*bis*. Dopo il comma 1-*bis*, è inserito il seguente:

"1-*ter*. Per le spese sostenute per gli interventi di cui all'articolo 16-bis, comma 1, lettera l), del testo unico di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, è pari al 65 per cento senza limiti di spesa per le spese documentate, sostenute a decorrere dalla data di entrata in vigore della presente legge"».

Conseguentemente, all'articolo 3, Comma 76, aggiungere, in fine, le parole:

«, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1,2 miliardi di euro a decorrere dall'anno 2015».

1.328

CONSIGLIO, BISINELLA, COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI

Al comma 42, lettera b), *capoverso 3, le parole:* «al 31 dicembre 2015», *sono sostituite dalle seguenti: «a decorrere dal 31 dicembre 2014».*

Conseguentemente. all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole:

«, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1,2 miliardi di euro a decorrere dall'anno 2015».

1.329

CONSIGLIO, COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI

Al comma 42, lettera b), *dopo il terzo capoverso, aggiungere il seguente:*

3-*bis)* dopo il comma 2, è aggiunto il seguente:

«2-*bis*. All'articolo 3, comma 1, lettera *b)* del decreto del Presidente delle Repubblica 6 giugno 2001, n.380 è aggiunto infine il seguente periodo: "ivi compresi mobili e le parti in legno montati fissi su misura".

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole:

", ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1,2 miliardi di euro a decorrere dall'anno 2015"».

1.330

CONSIGLIO, COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI

Al comma 42, lettera b), *dopo il terzo capoverso, aggiungere il seguente: 37-bis)* dopo il comma 2, è aggiunto il seguente:

«2-*bis*. Al fine di favorire il rilancio del settore legno arredo e per il riavvio delle attività nell'ambito dell'edilizia abitativa, nel decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972 n.633, alla TABELLA A Parte II, "Beni e servizi soggetti all'aliquota del 4 per cento", dopo il numero 24 è inserito il seguente: "24-*bis)* arredi forniti in sede di costruzione, anche in economia, dei fabbricati di cui all'articolo 13 della legge 2 luglio 1949, n. 408, e successive modificazioni, e delle costruzioni rurali di cui al numero 21-*bis)*.

87-*ter*. La misura si applica limitatamente agli anni 2015, 2016 e 2017 ed è subordinata all'autorizzazione della Commissione Europea ai sensi della normativa comunitaria in materia di aiuti di Stato di cui all'articolo 167, comma 2 lettera *b)* del Trattato che adotta una Costituzione per l'Europa, ratificato con la legge 7 aprile 2005, n. 57.

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole:

", ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 500 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017"».

1.331

CONSIGLIO, COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI

Al comma 42, lettera b), *dopo il terzo capoverso, aggiungere il seguente:*

«2-*bis)* dopo il comma 2, è aggiunto il seguente:

"2-*bis*. All'articolo 13-*bis* del decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917,

al comma 1, dopo la lettera *g)* è aggiunta la seguente:

g-*bis*) le spese sostenute dal 1 gennaio 2015 e fino al 1 gennaio 2016 da coppie che hanno contratto matrimonio dal 1 gennaio 2014, per l'acquisto dei mobili destinati all'arredo della unità immobiliare adibita ad abitazione principale. Tali spese sono riconosciute nella misura massima di 2.500 euro, purché relative ad acquisti effettuati nell'anno di costituzione del nucleo familiare e nel successivo. La detrazione spetta una sola volta per nucleo familiare ed è ripartita in quote costanti nell'anno in cui sono state sostenute le spese e nei due periodi d'imposta successivi"».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole:

«, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 50 milioni di euro per l'anno 2015, 110 milioni di euro per l'anno 2016, 80 milioni di euro per ciascuno degli anni 2017 e 2018».

1.332

CONSIGLIO, COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI

Al comma 42, lettera b), *dopo il terzo capoverso, aggiungere il seguente:*

«31-*bis)* dopo il comma 2, è aggiunto il seguente:

"2-*bis*. A decorrere dal 1 gennaio 2015, la percentuale di ammortamento di cui alle tabelle annesse al decreto del Ministro delle finanze 31 dicembre 1988, attuativo dell'articolo 67 del decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, con riferimento ai mobili di ufficio è elevata dal 12 al 20 per cento, tenuto conto di quanto prescritto dall'articolo 6 del decreto legge 1 luglio 2009, n. 78, convertito con modificazioni, dalla legge 3 agosto 2009, n. 102, a condizione che le attrezzature rispondano ai criteri di certificazione UNI, individuati con decreto del Ministro della salute, di concerto con il Ministro del lavoro, da emanare entro 30 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge ai sensi dell'articolo 17, comma 3 della legge 23 agosto n. 400"».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole:

«, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 500 milioni di euro a decorrere dal 2015».

1.333

VACCARI

Al comma 42, dopo la lettera b) *inserire la seguente:*

«*b-bis)* dopo l'articolo 16 inserire il seguente:

"Art. 16-*bis*. - *(Estensione delle detrazioni concernenti il settore abitativo ai sepolcri) ?* 1. Per le spese documentate, sostenute dalla data di entrata in vigore della presente legge relative agli interventi indicati nel comma 1 dell'articolo 16-*bis* del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, effettuati su tombe, cappelle, sepolcri e manufatti cimiteriali in genere, spetta una detrazione dall'imposta lorda pari al 36 per cento fino ad un ammontare complessivo delle stesse non superiore a 16.000 euro per unità sepolcrale. Restano ferme le ulteriori disposizioni contenute nel predetto articolo 16-*bis*.

2. Ai contribuenti che fruiscono della detrazione di cui al comma 1 è altresi riconosciuta una detrazione dall'imposta lorda, fino a concorrenza del suo ammontare, per le ulteriori spese documentate sostenute per l'acquisto di arredi finalizzati all'unità sepolcrale. La detrazione di cui al presente comma, da ripartire tra gli aventi diritto in dieci quote annuali di pari importo, spetta nella misura del 36 per cento delle spese sostenute nei dodici mesi successivi all'entrata in vigore della presente legge ed è calcolata su un ammontare complessivo non superiore a 3.000 euro.

3. Il soggetto ammesso alla detrazione è il concessionario della sepoltura, intendendosi per tale l'originario concessionario o gli aventi titolo subentrati nella concessione a causa del decesso degli originari concessionari. Tale titolo è certificato dal gestore del cimitero sulla base delle registrazioni in suo possesso.

4. Per unità sepolcrale si intende una tomba, una cappella, un sepolcro o un insieme di nianufarti

in genere destinato all'accoglimento delle spoglie mortali in cimitero, iri cui si possano seppellire un minimo di due feretri o un minimo di 8 urne cinerarie.

5. I lavori di cui al comma 1 devono essere autorizzati dal sindaco, secondo quanto specificato all'articolo 94 del regolamento di polizia mortuaria approvato con decreto del Presidente della Repubblica 10 settembre 1990, n. 285"».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: + 4.820.100;
2016: + 14.404.100;
2017: + 25.904.800.

1.334

GIROTTO, CASTALDI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI, CIOFFI, CATALFO

Dopo il comma 42, inserire i seguenti:

«42-*bis*. Al fine di favorire gli investimenti in edilizia sostenibile e in risparmio energetico, è istituito presso il Ministero per lo sviluppo economico il Fondo per l'ecoprestito, di seguito denominato "Fondo", con una dotazione iniziale di 50 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017. Il Fondo provvede ad erogare anticipazioni di durata decennale, senza pagamento di interessi a carico del beneficiario, fino ad un importo massimo di 20.000 euro, per interventi di riqualificazione energetica di cui all'articolo 14 del decreto-legge 4 giugno 2013, n. 63, convertito con modificazioni, dalla legge 3 agosto 2013, n. 90, e per interventi di ristrutturazione edilizia di cui all'articolo 16 del medesimo decreto-legge 4 giugno 2013, n. 63, convertito con modificazioni, dalla legge 3 agosto 2013, n. 90.

42-*ter*. Possono beneficiare delle anticipazioni di cui al comma 42-*bis*, con riferimento all'articolo 14 del decreto-legge 4 giugno 2013, n. 63, convertito con modificazioni, dalla legge 3 agosto 2013, n. 90, i contribuenti destinatari delle detrazioni di cui all'articolo 1, commi da 344 a 347, della legge 27 dicembre 2006, n. 296, e, con riferimento all'articolo 16 del medesimo decreto-legge, i proprietari, i conduttori o i comodatari di unità immobiliari adibite ad abitazione principale, nonché gli ex istituti autonomi per le case popolari, comunque denominati, per gli alloggi di edilizia residenziale pubblica in proprietà o in gestione degli enti medesimi, nonché gli inquilini assegnatari degli alloggi di edilizia residenziale pubblica, per interventi realizzati in base a un progetto autorizzato dall'ente proprietario o gestore, asseverato da un tecnico abilitato.

42-*quater*. Il Ministro dello sviluppo economico, di concerto con il Ministro delle infrastrutture e dei trasporti, d'intesa con la Conferenza unificata di cui all'articolo 8 del decreto legislativo 28 agosto 1997, n. 261, e successive modificazioni, con proprio decreto, provvede alla ripartizione delle risorse del Fondo tra le regioni sulla base delle domande di anticipazione presentate per interventi di ristrutturazione e di riqualificazione energetica di immobili situati nel territorio regionale. Con il medesimo decreto sono altresì stabiliti i requisiti e le condizioni per l'accesso alle anticipazioni di cui al comma 42-*bis*, nonché le modalità di rimborso dell'anticipazione stessa».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le seguenti parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 200 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

1.335

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 42, aggiungere il seguente:

«42-*bis*. Al decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972 n. 633, dopo la Tabella A, Parte n, aggiungere la seguente Parte:

"Tabella A ? Parte II-*bis* ? (Beni e servizi soggetti ad aliquota ridotta). ? Parte II-*bis* ? Beni e servizi soggetti all'aliquota del 5 per cento:

1) interventi di riqualificazione energetica degli edifici di cui ai commi da 344 a 349, articolo

1, della legge n. 296 del 2006, e successive modifiche e integrazioni;

2) interventi di ristrutturazione e di recupero del patrimonio edilizio (indicati nel comma 1 dell'articolo 16-*bis* del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917);

3) prodotti energetici risultanti da impianti di produzione di energia elettrica da fonti rinnova bili, con esclusione delle energie prodotte da fonti assimilate alle rinnovabili e dagli impianti di recupero energetico dei rifiuti».

Conseguentemente al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni», con le seguenti: «50 milioni»; sopprimere il comma 121.

Conseguentemente, all'articolo 2 comma 67, le parole: «ridotta di 238 milioni di euro a decorrere dal 2015 e di 200 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016», *sono sostituite dalle seguenti:* «ridotta di 638 milioni di euro a decorrere dal 2015 e di 600 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016».

Conseguentemente, all'articolo 3 dopo il comma 28 aggiungere i seguente:

«27-*bis*. All'articolo 19, comma 6, del decreto-legge n. 201 del 2011, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 214 del 2011, aggiungere, in fine il seguente periodo: "A decorrere dall'anno 2015 l'aliquota è stabilita nella misura del 13,5 per mille".

27-*ter*. L'aliquota dell'addizionale di cui al comma 16 dell'articolo 81 del decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito con modificazioni dalla legge 6 agosto 2008, n. 133, è aumentata di 2 punti percentuali.

27-*quater*. In deroga all'articolo 3 della legge 27 luglio 2000, n. 212, la disposizione di cui al precedente comma si applica a decorrere dal periodo d'imposta successivo a quello in corso alla data del 31 dicembre 2013.

27-*quinquies*. Al comma 5-*bis* dell'articolo 96 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, le parole: "nei limiti del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nei limiti del 95 per cento".

27-*sexies*. Al decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 6:

1) al comma 8, le parole: "nella misura del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nella misura del 94 per cento";

2) al comma 9, le parole: "nella misura del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nella misura dei 94 per cento";

b) all'articolo 7, comma 2, le parole: "nella misura del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nella misura del 94 per cento"».

1.336

BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Dopo il comma 42, aggiungere i seguenti:

«42-*bis*. Ferme restando le disposizioni più favorevoli di cui all'articolo 10 del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633, e delle tabelle ad esso allegate, è soggetta all'imposta sul valore aggiunto con l'aliquota del 4 per cento: le prestazioni aventi per oggetto interventi di recupero del patrimonio edilizio di cui all'articolo 31, primo comma, lettere *a), b), c)* e *d)*, della legge 5 agosto 1978, n. 457, realizzati su fabbricati a prevalente destinazione abitativa privata.

42-*ter*. L'applicazione delle disposizioni del comma 42-*bis* è subordinata alla previa autorizzazione della Commissione dell'Unione europea ai sensi dell'articolo 108, paragrafo 3, del Trattato sul funzionamento dell'Unione europea».

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 350 milioni di euro a decorrere dal 2015».

1.337

FUCKSIA

Dopo il comma 42, è aggiunto il seguente:

«42-*bis*. Al decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, è inserito il seguente articolo:

"Art. 15-*bis*. ? 1. I Comuni con regolamento prevedono, per un periodo non inferiore ai dieci anni, una riduzione tariffaria della TARES fino alla sua completa esenzione, in proporzione all'entità della spesa, per persone fisiche o giuridiche che certificano la realizzazione di interventi fmalizzati a:

a) abbattimento barriere architettoniche;

b) riqualificazione urbana di aree degradate;

c) riqualificazione edilizia ed architettonica;

d) riqualificazione energetica;

e) miglioramento ed adeguamento sismico.

2. Le riduzioni di cui al primo comma sono stabilite:

a) del trenta per cento fino a 10 mila euro di interventi;

b) del quaranta per cento fino a 30 mila euro di interventi;

c) esenzione del tributo se gli interventi superano i 30 mila euro"».

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 90 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

1.338

MILO, GIOVANNI MAURO

Dopo il comma 42, aggiungere il seguente:

«42-*bis*. Alle cessioni di immobili abitativi poste in essere da cedenti che non siano soggetti passivi IVA a favore di società che abbiano per oggetto esclusivo o prevalente dell'attività la costruzione, il recupero e la rivendita di beni immobili, si applicano l'imposta di registro e le imposte ipotecaria e catastale in misura fissa, a condizione che nell'atto l'acquirente dichiari che intende trasferire l'immobile entro cinque anni dall'ultimazione degli interventi di recupero di cui alle lettere *o)* e *d)* dell'articolo 3, primo comma, del decreto del Presidente della Repubblica 6 giugno 2001, n. 380, con il conseguimento della certificazione energetica che attesti un miglioramento del fabbisogno di energia primaria pari almeno al 50 per cento rispetto alla situazione antecedente gli interventi di recupero.

2. Il beneficio di cui al comma 1 si applica altresì al trasferimento di case di abitazione effettuato nei confronti di imprese di costruzione a titolo di permuta per l'acquisto di fabbricati o porzioni di fabbricati oggetto degli interventi di recupero di cui al comma 1.

3. Agli acquirenti dei fabbricati, o porzioni di fabbricati, incisivamente recuperati, di cui al precedente comma spetta una detrazione dall'imposta sul reddito delle persone fisiche pari al 50 per cento delle spese sostenute per l'acquisto, da assumere entro il limite massimo di 150.000 euro. La detrazione è ripartita in dieci quote di pari importo a decorrere dall'anno in cui sono sostenute le spese».

1.339

DIVINA, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 42, inserire il seguente:

«42-*bis*. Le disposizioni dell'articolo 16 del decreto-legge 4 giugno 2013, n. 63, convertito, con modificazioni, dalla legge 3 agosto 2013, n. 90, come modificate ai densi del comma 42, si interpretano nel senso che le detrazioni ivi previste si applicano anche su edifici che per necessità, per convenienza economica o per sicurezza sismica devono essere parzialmente o totalmente demoliti e ricostruiti secondo quanto previsto ai fini della definizione degli "interventi di ristrutturazione edilizia" di cui alla lettera *d)*, del comma 1, dell'articolo 3, del decreto del Presidente della Repubblica 6 giugno 2001, n. 380».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 40.000.000;

2016: ? 50.000.000;

2017: ? 50.000.000.

1.340

PICCOLI, CERONI, AMIDEI

Dopo il comma 42, aggiungere il seguente:

«42-*bis.* Al fine di dare continuità alle politiche di sostegno alla produzione di energia da fonti rinnovabili e così di consentire anche una efficace valorizzazione degli impianti da fonte rinnovabile per i quali è stata già presentata istanza di accèsso ai meccanismi di incentivazione ai sensi degli articoli 9 e 10 del decreto interministeriale del Ministro dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare di concerto con il Ministro delle politiche agricole alimentari e forestali del 6 luglio 2012, il GSE pubblica entro il 31 gennaio 2015 il bando relativo alla procedura di iscrizione ad un nuovo registro informatico straordinario relativo alla fonte e alla tipologia di appartenenza dell'impianto, definendo il contingente di potenza disponibile per ciascuna fonte. La durata del periodo di presentazione delle domande di accesso al registro è di 60 giorni consecutivi decorrenti dal trentesimo giorno successivo alla pubblicazione del predetto bando. Fatto salvo quanto previsto nei commi successivi del presente articolo, le graduatorie degli impianti iscritti a ciascun registro saranno formate dal GSE sulla base dei principi vigenti come normati dal decreto interministeriale del 6 luglio 2012 e saranno pubblicate sul sito del GSE entro 60 giorni dalla chiusura del termine di cui al precedente comma. Anche al fine di procedere con una razionalizzazione delle graduatorie fissate con i registri costituiti per l'anno 2014 e di dare un effettivo sostegno alle iniziative ivi comprese e di più possima implementazione, si dispone che gli impianti iscritti al registro per l'anno 2014 e, ad esito del bando del 29 marzo 2014, risultati in posizione tale da non rientrare nel contingente di potenza previsto (Tabella "C") siano ammessi mediante scorrimento alla Tabella "A" del nuovo registro straordinario per l'anno 2015, a condizione che essi siano dotati del definitivo titolo autorizzativo alla costruzione e all'esercizio dell'impianto di cui all'articolo 12 del decreto legislativo n. 387 del 2003, nonché del preventivo di connessione del gestore di rete accettato in via definitiva dal Soggetto Responsabile. Al fine di non alterare il contingente di potenza previsto per ciascuna fonte, la procedura di scorrimento di cui al precedente comma sarà attuata sino al soddisfacimento del contingente di potenza liberato mediante corrispondente declassamento nella Tabella "C" (impianti non ammessi) degli impianti di cui alla Tabella "A" del registro per l'anno 2014, i quali alla data di scadenza del termine di cui al primo comma risultino ancora privi del titolo autorizzativo di cui al comma precedente, nonché del preventivo di connessione accettato in via definitiva. Al fine di consentire al GSE di procedere con la formazione delle graduatorie del registro straordinario per l'anno 2015, tutti gli impianti di cui al presente articolo, vale a dire quelli rientranti nella Tabella "C" del registro per l'anno 2014 e quelli rientranti nella Tabella "A" del medesimo registro, se ivi iscritti senza il definitivo titolo autorizzativo richiesto con le presenti disposizioni, dovranno essere oggetto di nuova istanza di accesso ai sensi dell'articolo 9 del decreto interministeriale del 6 luglio 2012. La mancata presentazione di nuova istanza sarà ritenuta equivalente a rinuncia. Nella formazione delle graduatorie di ciascun registro straordinario per l'anno 2015 sono fatti salvi eventuali criteri di priorità fissati con il decreto interministeriale del 6 luglio 2012, fermo restando il generale e preordinato criterio di priorità stabilito con il presente articolo in favore degli impianti già oggetto di istanza per l'anno 2014 e inseriti rispettivamente nella Tabella "A" degli impianti ammessi e nella Tabella "C" degli impianti non ammessi alle relative graduatorie. Per l'anno 2015 sono confermati i valori di incentivazione fissati con la Tabella 1.1 di cui all'Allegato 1 del decreto interministeriale del Ministro dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare di concerto con il Ministro delle politiche agricole alimentari e forestali del 6 luglio 2012».

1.341

COMAROLI, TOSATO

All'articolo 1 dopo il comma 42 inserire il seguente:

«42-*bis*. Al decreto legislativo 102/2014 dopo il comma 1 dell'articolo 8 è inserito il seguente comma:

1-*bis*. Per i gruppi aziendali con più siti produttivi che svolgono analoga attività su almeno 3 diverse regioni, l'obbligo di cui al comma 1, s'intende ottemperato anche qualora siano state svolte diagnosi energetiche a campione con costruzione di profili di carico tipo su base regionale. Analogamente, i sistemi di gestione conformi EMAS e alle norme ISO 50001 o EN ISO 14001 possono essere realizzati sulla base dello stesso principio. Sono esclusi dagli obblighi di cui al comma l i siti di grandi aziende con consumo annuale inferiore a 1 milione di KWh».

1.342

BERGER, PANIZZA, ZELLER, PALERMO, LANIECE, BATTISTA, ROMANO, FAUSTO GUILHERME LONGO

Dopo il comma 42 aggiungere i seguenti:

«42-*bis*. All'elenco 2 allegato all'articolo 1, comma 577 della legge 27 dicembre 2013, n. 147 sopprimere la voce "legge 22 dicembre 2008, n. 203, articolo 2, comma 12 ? Credito d'imposta agevolazione sulle reti di teleriscaldamento".

42-*ter*. Con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri, su proposta del Ministro dell'economia e delle finanze, da adottare entro trenta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono rideterminate le quote percentuali di fruizione dei crediti d'imposta, al fine di mantenere invariati gli effetti positivi derivanti dalla riduzione dei restanti crediti d'imposta di cui all'elenco 2 allegato all'articolo 1, comma 577 della legge 27 dicembre 2013, n. 147, come modificato dal comma 1-*bis*».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 45.000.000;
2016: ? 45.000.000;
2017: ? 45.000.000.

1.343

MAURO MARIA MARINO, SANGALLI, GIANLUCA ROSSI, FORNARO, GIACOBBE, GUERRA, MOSCARDELLI, RICCHIUTI, TURANO

Dopo il comma 42, inserire i seguenti:

«42-*bis*. All'articolo 16-*bis*, del decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, e successive modificazioni, dopo il comma 1, è inserito il seguente: «1-*bis*. A decorrere dall'anno d'imposta 2014 la detrazione spetta anche alle spese per gli interventi di cui alla lettera a) del comma 1 effettuate per conto di contribuenti per i quali la detrazione spettante è superiore alla imposta lorda dai figli non conviventi per la quota di spesa effettivamente rimasta a carico».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 25.000.000;
2016: ? 25.000.000;
2017: ? 25.000.000.

1.344

TOMASELLI, LAI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRU', SCALIA, GUERRIERI PALEOTTI, BROGLIA, DEL BARBA, SANGALLI, SPOSETTI, VERDUCCI, ZANONI, GIANLUCA ROSSI, FORNARO, GUERRA, MOSCARDELLI, RICCHIUTI, TURANO

Dopo il comma 42, aggiungere il seguente: «42-*bis*. All'articolo 16-*bis*, comma 3, del decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917 le parole: "entro sei mesi" sono sostituite dalle seguenti: "entro diciotto mesi"».

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in*

diminuzione:

2015: ? 2.000.000;
2016: ? 10.000.000;
2017: ? 15.000.000.

1.345

MAURO MARIA MARINO, LAI, GIANLUCA ROSSI, FORNARO, GIACOBBE, GUERRA, MOSCARDELLI, RICCHIUTI, TURANO

Dopo il comma 42, inserire i seguenti:

«42-*bis*. All'articolo 16-*bis*, comma 7, del decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, e successive modificazioni, è aggiunto in fine il seguente periodo: "Per i soggetti, proprietari o titolari di un diritto reale sull'immobile oggetto dell'intervento edilizio, di età non inferiore a 75 e a 80 anni, la detrazione può essere ripartita, rispettivamente, in cinque e tre quote annuali costanti di pari importo";

42-*ter*. La disposizione di cui al comma 1 ha efficacia per le spese effettuate nel corso dell'anno di imposta successivo a quello della data di entrata in vigore della presente legge».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 25.000.000;
2016: ? 25.000.000;
2017: ? 25.000.000.

1.346

SUSTA, DI BIAGIO

Dopo il comma 42, inserire i seguenti:

«42-*bis*. Al testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, e successive modificazioni, dopo l'articolo 16-*bis* inserire il seguente:

"16-*ter. (Detrazione delle spese per interventi di implementazione e riqualificazione di aree verdi private)* ? A decorrere dal periodo di imposta successivo a quello in corso al 31 dicembre 2014, dall'imposta lorda si detrae un importo, pari al 20 per cento, degli oneri sostenuti dal contribuente per le spese documentate relative ad interventi su aree scoperte di edifici esistenti, di unità immobiliari, pertinenze o recinzioni di proprietà volti a implementare e riqualificare zone verdi, fino ad un importo massimo complessivo di 30.000 euro annui, limitatamente alla parte che eccede euro 5.000.";

42-*ter*. Ai sensi dell'articolo 17, comma 12, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, il Ministro dell'economia e delle finanze provvede al monitoraggio degli oneri derivanti dal comma 42-*bis*, valutati in 80 milioni di euro annui. Nel caso in cui si verifichino o siano in procinto di verificarsi scostamenti rispetto alle previsioni di cui al precedente periodo, il Ministro dell'economia e delle finanze provvede, con proprio decreto, alla riduzione, nella misura necessaria alla copertura finanziaria del maggior onere risultante dall'attività di monitoraggio, delle dotazioni finanziarie di parte corrente iscritte, nell'ambito delle spese rimodulabili di cui all'articolo 21, comma 5, lettera *b)*, della citata legge n. 196 del 2009, nel programma «Programmazione economico-finanziaria e politiche di bilancio» della missione «Politiche economico-finanziarie e di bilancio» dello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze. Il Ministro dell'economia e delle finanze riferisce inoltre senza ritardo alle Camere con apposita relazione in merito alle cause degli scostamenti e all'adozione delle misure di cui al secondo periodo».

Conseguentemente alla Tabella A voce Ministero dell'Economia e delle Finanze, *apportare le seguenti variazioni*

2015: ? 80.000.000;
2016: ? 80.000.000;
2017: ? 80.000.000.

1.347

SUSTA, DI BIAGIO

Dopo il comma 42, inserire i seguenti:

«42-*bis*. Per le spese documentate, sostenute entro il 31 dicembre 2016, relative ad interventi su aree scoperte di edifici esistenti, di unità immobiliari, pertinenze o recinzioni di proprietà volti a implementare e riqualificare gli spazi verdi, spetta una detrazione dall'imposta lorda per una quota pari al 20 per cento degli importi a carico del contribuente, fino a un valore massimo complessivo di 30.000 euro, limitatamente alla parte che eccede euro 5.000, da ripartire in tre quote annuali di pari importo.

42-*ter*. Le detrazioni di cui al comma 42-*bis* si applicano anche alle spese sostenute per interventi relativi a parti comuni esterne degli edifici condominiali di cui agli articoli 1117 e 1117-*bis* del codice civile, fino a un valore massimo complessivo di 50.000 euro, limitatamente alla parte che eccede euro 8.000 delle spese sostenute.

42-*quater*. Ai sensi dell'articolo 17, comma 12, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, il Ministro dell'economia e delle finanze provvede al monitoraggio degli oneri derivanti dai commi 42-*bis* e 42-*ter* , valutati in 200 milioni di euro annui. Nel caso in cui si verifichino o siano in procinto di verificarsi scostamenti rispetto alle previsioni di cui al precedente periodo, il Ministro dell'economia e delle finanze provvede, con proprio decreto, alla riduzione, nella misura necessaria alla copertura finanziaria del maggior onere risultante dall'attività di monitoraggio, delle dotazioni finanziarie di parte corrente iscritte, nell'ambito delle spese rimodulabili di cui all'articolo 21, comma 5, lettera *b)*, della citata legge n. 196 del 2009, nel programma «Programmazione economico-finanziaria e politiche di bilancio» della missione «Politiche economico-finanziarie e di bilancio» dello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze. Il Ministro dell'economia e delle finanze riferisce inoltre senza ritardo alle Camere con apposita relazione in merito alle cause degli scosta menti e all'adozione delle misure dì cui al secondo periodo».

Conseguentemente all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le seguenti parole: , ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo, le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 200 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015.

1.348

SUSTA, DI BIAGIO

Dopo il comma 42, inserire i seguenti:

«42-*bis*. I comuni con regolamento di cui all'articolo 52 del decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, possono prevedere riduzioni tariffarie di specifici tributi locali, per coloro che realizzano interventi su aree esterne di edifici esistenti, di unità immobiliari, pertinenze o recinzioni di proprietà volti a implementare e riqualificare gli spazi verdi, anche al fine di valorizzare il territorio urbano ed extraurbano. In ogni caso deve essere assicurata l'invarianza del gettito complessivo annuo stimato. Con apposita delibera sono individuati dettagliatamente gli interventi di cui al primo periodo nonché definiti i criteri e le condizioni per la loro realizzazione».

1.349

NUGNES, MORONESE, MARTELLI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI, CATALFO

Dopo il comma 42 aggiungere il seguente:

«42-*bis*. All'articolo 16-*bis* del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, in materia di detrazione delle spese per interventi di recupero del patrimonio edilizio e di riqualificazione energetica degli edifici, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) dopo il comma l è inserito il seguente: "1-*bis*. Per gli interventi di cui alla lettera *l)* del comma 1, eseguiti entro il 31 dicembre 2019, anche su capannoni agricoli e strutture montane, dall'imposta lorda si detrae un importo pari al 72 per cento delle spese documentate, fino a un ammontare complessivo delle spese non superiore a 96.000 euro per unità immobiliare";

b) al comma 7 sono aggiunte in fine, le seguenti parole: ", fatte eccezione per i lavori di bonifica dall'amianto, di cui al comma 1-*bis*, per quali la detrazione è ripartita in cinque quote annuali

costanti e, in caso di sostituzione dei pannelli in eternit con impianti fotovoltaici, in tre quote annuali costanti"».

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 130 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016, 2017.

1.350

LAI, ANGIONI, CUCCA

Dopo il comma 42 inserire i seguenti commi:

«42-*bis*. All'articolo 221, comma 3, lett. *a)* d.lgs. 3 aprile 2006, n. 152 le parole: "sull'intero territorio nazionale" sono soppresse. Dopo il comma 3, e prima del comma 4, è inserito il seguente comma: "3-*bis* I produttori che intendano dar vita al sistema di gestione autonomo di cui alla lettera *a)* del precedente comma 3 sono chiamati a raggiungere gli obiettivi di riciclaggio e di recupero previsti dalla normativa attraverso la gestione dei propri rifiuti di imballaggio, o di rifiuti di imballaggio equivalenti per quantità e qualità"».

1.351

LAI, ANGIONI, CUCCA

Dopo il comma 42 inserire i seguenti commi:

«42-*bis*. All'articolo 221, comma 5, decreto legislativo 3 aprile 2006, n. 152 le parole: ",permanendo fino a tale momento l'obbligo di corrispondere il contributo ambientale di cui all'articolo 224, comma 3, lettera *h)*" sono soppresse.

Dopo le parole: "Il recesso è, in ogni caso, efficace solo dal momento in cui, intervenuto il riconoscimento, l'Osservatorio accerti il funzionamento del sistema e ne dia comunicazione al Consorzio" e prima delle parole: "Per ottenere il riconoscimento i produttori devono dimostrare (. ..)» è inserito il seguente periodo: "L'obbligo di corrispondere il contributo ambientale di cui all'articolo 224, comma 3, lettera *h)* è sospeso a seguito dell'intervenuto riconoscimento del progetto sulla base di idonea documentazione e sino al provvedimento definitivo che accerti il funzionamento o il mancato funzionamento del sistema e ne dia comunicazione al Consorzio».

1.352

LAI, ANGIONI, CUCCA

Dopo il comma 42 inserire i seguenti commi:

«42-*bis*. All'articolo 221, comma 5, decreto legislativo del 3 aprile 2006, n. 152 le parole: "acquisiti i necessari elementi di valutazione forniti dal Consorzio nazionale imballaggi" sono soppresse».

1.353

MARGIOTTA

Dopo il comma 42 aggiungere il seguente:

«42-*bis*. Il comma 3, dell'articolo 38 del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito con modificazioni dalla legge 11 novembre 2014, n. 164, è cosi sostituito:

"3. All'articolo 26 del decreto legislativo n. 152/2006, dopo il comma 2-*bis* è aggiunto il comma:

2-*ter*. Per i progetti di ricerca e coltivazione di idrocarburi liquidi e gassosi in terraferma, salvo quando previsto dall'articolo 24 l'autorità competente conclude il procedimento di V.I.A. perentoriamente nei 150 giorni richiamati al precedente comma 1. Trascorso tale termine, senza l'emissione dei provvedimento di V.I.A, la competenza è trasferita in sede statale e la Regione trasmette la relativa documentazione al Ministero dell'Ambiente e della Tutela del Territorio e del Mare per i seguiti istruttori di competenza, dandone notizia al Ministero dello Sviluppo Economico"».

1.354

STEFANO ESPOSITO, BORIOLI, FORNARO, VACCARI, SPILABOTTE, D'ADDA, MANASSERO, GIANLUCA ROSSI, FABBRI, CARDINALI, SCALIA, RUTA, DE BIASI, PARENTE, PEGORER, PUPPATO, PEZZOPANE, MIRABELLI, MATTESINI, RUSSO,

DIRINDIN, CUOMO, FASIOLO, FILIPPI, ELENA FERRARA

Dopo il comma 42, aggiungere i seguenti:

«42-*bis*. Al fine di proseguire le bonifiche dei siti di interesse nazionale contaminati dall'amianto, Casale Monferrato e Bagnoli, sono stanziati 20 milioni per ciascuno degli anni 2015, 2016, 2017 a valere sui fondi di cui all'articolo 1, comma 6, della legge 27 dicembre 2013, n. 147.

42-*ter*. Le spese sostenute dalle pubbliche amministrazioni per tale attività sono escluse dai vincoli del patto di stabilità interno».

Conseguentemente,

a) all'articolo 3, comma 21, lettera *g)*, sostituire la parola: «triplo» con la seguente: «quintuplo»;

b) alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 105.000.000;

2016: ? 105.000.000;

2017: ? 105.000.000.

voce Ministero delle politiche agricole, alimentari e forestali, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 5.000.000;

2016: ? 5.000.000;

2017: ? 5.000.000.

voce Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 5.000.000;

2016: ? 5.000.000;

2017: ? 5.000.000.

voce Ministero della giustizia, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 5.000.000;

2016: ? 5.000.000;

2017: ? 5.000.000.

1.355

STEFANO ESPOSITO, BORIOLI, FORNARO, VACCARI, SPILABOTTE, D'ADDA, MANASSERO, GIANLUCA ROSSI, FABBRI, CARDINALI, SCALIA, RUTA, DE BIASI, PARENTE, PEGORER, PUPPATO, PEZZOPANE, MIRABELLI, MATTESINI, RUSSO, DIRINDIN, CUOMO, FASIOLO, FILIPPI, ELENA FERRARA

Dopo il comma 42, aggiungere i seguenti:

«42-*bis*. Al fine di proseguire le bonifiche dei siti di interesse nazionale contaminati dall'amianto, è autorizzata la spesa di 10 milioni per ciascuno degli anni 2015, 2016, 2017. Le spese sostenute dalle pubbliche amministrazioni per tale attività sono escluse dai vincoli del patto di stabilità interno».

Conseguentemente,

a) ali 'articolo 3, comma 21, lettera *g)* sostituire la parola: «triplo» con la seguente: «quintuplo»;

b) alla Tabella A,

voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 105.000.000;

2016: ? 105.000.000;

2017: ? 105.000.000.

voce Ministero delle politiche agricole, alimentari e forestali, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 5.000.000;

2016: ? 5.000.000;

2017: ? 5.000.000.

voce Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 5.000.000;

2016: ? 5.000.000;

2017: ? 5.000.000.

voce. Ministero della giustizia, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 5.000.000;

2016: ? 5.000.000;

2017: ? 5.000.000.

1.356

DI BIAGIO, LUIGI MARINO

1. All'articolo 1, dopo il comma 42, inserire il seguente:

«42-*bis*. All'articolo 10 del regio decreto-legge del 13 aprile 1939, n. 652, dopo il comma 1 è aggiunto il seguente:

"1-*bis*. Ai fini alla determinazione della rendita catasta le degli immobili ad uso produttivo non concorrono gli impianti e i macchinari che, indipendentemente dal mezzo di unione con il quale siano connessi al suolo, sono suscettibili di essere separati dal suolo, smontati e ricollocati in luogo diverso conservando la propria funzione economica.

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui a periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 25 milioni di euro per ciascun anno a decorrere dal 2015.».

1.357

GUALDANI

All'articolo 11 dopo il comma 42, inserire il seguente:

«42-*bis*. All'articolo 10 del regio decreto-legge del 13 aprile 1939, n. 652, dopo il comma 1 è aggiunto il seguente:

"1-*bis*. Ai fini alla determinazione della rendita catastale degli immobili ad uso produttivo non concorrono gli impianti e i macchinari che, indipendentemente dal mezzo di unione con il quale siano connessi al suolo, sono suscettibili di essere separati dal suolo, smontati e ricollocati in luogo diverso conservando la propria funzione economica».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui a periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 25 milioni di euro per ciascun anno a decorrere dal 2015.».

1.358

TOMASELLI, GIANLUCA ROSSI, LAI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, ORRÙ, SCALIA, FORNARO, GIACOBBE, GUERRA, MOSCARDELLI, RICCHIUTI, TURANO

Dopo il comma 42, inserire il seguente:

«42-*bis*. All'articolo 10 del regio decreto-legge del 13 aprile 1939, n. 652, dopo il comma 1 è aggiunto il seguente: "1-*bis.* Ai fini alla determinazione della rendita catastale degli immobili ad uso produttivo non concorrono gli impianti e i macchinari che, indipendentemente dal mezzo di unione con il quale siano connessi al suolo, sono suscettibili di essere separati dal suolo, smontati e ricollocati in luogo diverso conservando la propria funzione economica.».

Conseguentemente Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 25.000.000;

2016: ? 25.000.000;

2017: ? 25.000.000.

1.359

DI BIAGIO, LUIGI MARINO

1. All'articolo 1, dopo il comma 42, inserire il seguente:

«42-*bis*. A decorrere dal periodo di imposta in corso al 31 dicembre 2015, il comma 1 dell'articolo 14 del decreto legislativo del.14 marzo 2011, n. 23, è sostituito dal seguente: "L'imposta municipale propria relativa agli immobili strumentali è deducibile ai fini della determinazione del reddito di impresa e del reddito derivante dall'esercizio di arti e professioni, nonché ai fini dell'imposta regionale sulle attività produttive, con le seguenti percentuali:

a) nella misura del 40 per cento per il periodo di imposta in corso al 31 dicembre 2015;

b) nella misura del 60 per cento per il periodo di imposta in corso al 31 dicembre 2016;

c) nella misura del 80 per cento per il periodo di imposta in corso al 31 dicembre 2017; d nella misura del 100 per cento dal periodo di imposta in corso al 31 dicembre 2018».

1.360

GUALDANI

All'articolo 1, dopo il comma 42, inserire il seguente:

«42-*bis*. A decorrere dal periodo di imposta in corso al 31 dicembre 2015, il comma 1 dell'articolo 14 del decreto legislativo del 14 marzo 2011, n. 23, è sostituito dal seguente: "L'imposta municipale propria relativa agli immobili strumentali è deducibile ai fini della determinazione del reddito di impresa e del reddito derivante dall'esercizio di arti e professioni, nonché ai fini dell'imposta regionale sulle attività produttive, con le seguenti percentuali:

a) nella misura del 40 per cento per il periodo di imposta in corso al 31 dicembre 2015;

b) nella misura del 60 per cento per il periodo di imposta in corso al 31 dicembre 2016;

c) nella misura del 80 per cento per il periodo di imposta in corso al 31 dicembre 2017;

d) nella misura del 100 per cento dal periodo di imposta incorso al 31 dicembre 2018"».

1.361

RIZZOTTI, MARIAROSARIA ROSSI

Dopo il comma 42 aggiungere il seguente:

«42-*bis*. All'articolo 2, comma 3, della legge 28 aprile 2014, n. 67, sopprimere il punto n. 4».

1.362

RIZZOTTI, MARIAROSARIA ROSSI

Dopo il comma 42 aggiungere il seguente:

«42-*bis*. All'articolo 2, comma 3, della legge 28 aprile 2014, n. 67, il punto 4 è sostituito dal seguente:

4) articoli 631, 632, escluse le ipotesi di cui all'articolo 639-*bis*».

1.363

MARGIOTTA

Dopo il comma 42, aggiungere il seguente:

«42-*bis*. Al terzo periodo dell'articolo 2, comma 1, lettera *d)*, del decreto del Presidente della Repubblica 6 giugno 2001, n. 380, eliminare le parole: "con la stessa volumetria", e "purché sia possibile accertarne la preesistente consistenza».

1.364

GUALDANI

Dopo il comma 42, inserire il seguente:

«42-*bis*. Per "unità immobiliare a destinazione residenziale, di nuova costruzione, invendute", di cui all'articolo 21, comma 1, del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 novembre 2014, n. 164, s'intendono le unità ultimate, nonché quelle per le quali sia stato già rilasciato titolo abilitativo edilizio comunque denominato».

1.365

LAI, STEFANO ESPOSITO, CUCCA, PEGORER

Dopo il comma 42 inserire il seguente:

«42-*bis*. All'articolo 1 della legge 24 dicembre 2007, n. 244, aggiungere il seguente comma

"243-*bis*. Il Fondo di cui al comma 241 eroga, nell'ambito della propria dotazione finanziaria, le proprie prestazioni, dirette o in favore dei superstiti, anche a favore dei cittadini che hanno contratto il mesotelioma, certificato dai registri dei mesotelioma del Servizio sanitario nazionale, e che non usufruiscono di altra indennità assicurativa pubblica".

All'articolo 1 della legge 24 dicembre 2007, n. 244, aggiungere il seguente comma:

"246-*bis*. il Ministro del lavoro e della previdenza sociale, di concerto con il Ministero dell'economia e delle finanze, aggiorna con periodicità quinquennale il regolamento di cui al comma 246, sentito il comitato amministratore del Fondo di cui al comma 245"».

1.366

MATTEOLI

Dopo il comma 42 aggiungere il seguente:

«42-*bis*. All'articolo 3, comma 6, del decreto del Presidente della Repubblica 9 giugno 2000, n. 277, dopo le parole: "con facoltà di compera" aggiungere le seguenti: ", di comodato d'uso"».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 4.000.000;
2016: ? 4.000.000;
2017: ? 4.000.000.

1.367

GIBIINO

Dopo il comma 42 aggiungere il seguente:

«42-*bis*. All'articolo 37 del decreto legislativo 12 aprile 2006, n. 163, dopo il comma 7 è aggiunto il seguente:

"7-*bis*. I consorzi di cui all'articolo 34, comma 1, lettera *b)*, possono indicare in sede di gara, quali aftidatari dei lavori, eventuali consorzi della stessa natura ma di minore dimensione. Quest'ultimi debbono indicare, sempre in sede di gara, l'impresa consorziata che materialmente eseguirà i lavori. Anche in questo caso è fatto divieto di partecipare, in qualsiasi altra forma, alla medesima gara. In caso di violazione sono esclusi dalla gara sia i consorzi e sia il consorziato che materialmente eseguirà i lavori. In caso di inosservanza di tale divieto si applica l'articolo 353 del codice penale e successive modificazioni"».

1.368

LAI, URAS, CUCCA, ANGIONI

Al comma 43, aggiungere, in fine, il seguente periodo: «Una quota pari a 20 milioni delle risorse assegnate al Fondo per le emergenze nazionali ai sensi del precedente periodo sono destinate alle finalità di cui all'articolo 1, comma 118 e commi 122-124 della legge 27 dicembre 2013, n. 147, nonché al risarcimento dei danni subiti dalle imprese e dai privati nello stesso evento calamitoso».

1.369

AMATI, VALENTINI, VATTUONE, PAGLIARI, COTTI, AIELLO, ALBANO, ASTORRE, AUGELLO, BARANI, BERNINI, BERTUZZI, BIANCONI, BONFRISCO, CALEO, CARDINALI, CARRARO, CERONI, CHIAVAROLI, CIRINNÀ, COLLINA, CUCCA, DALLA ZUANNA, D'AMBROSIO LETTIERI, DE POLI, DI MAGGIO, FABBRI, FASIOLO, FEDELI, ELENA FERRARA, FILIPPI, FILIPPIN, FISSORE, FLORIS, FORNARO, FUCKSIA, GASPARRI, GENTILE, GINETTI, GRANAIOLA, GUERRIERI PALEOTTI, IDEM, LATORRE, LAI, LANZILLOTTA, LO GIUDICE, LO MORO, MALAN, MANASSERO, MARGIOTTA, MARTINI, MATTESINI, MATURANI, MERLONI, MICHELONI, MIGLIAVACCA, MINZOLINI, MORGONI , NACCARATO, PARENTE, PEZZOPANE, PIGNEDOLI, PUGLISI, PUPPATO, RANUCCI, REPETTI, GIANLUCA ROSSI, SIMEONI, SPILABOTTE, SUSTA, TARQUINIO, TOCCI, TOMASELLI, VALDINOSI, VERDUCCI, ZANONI

Dopo il comma 43, aggiungere i seguenti:

«43-*bis*. Una quota pari a 175 milioni di euro delle risorse disponibili di cui agli articoli 2, comma 2, e 3, commi 3 e 4, del decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri del 28 ottobre 2014, adottato in attuazione dell'articolo 2, comma 1-*bis*, del decreto-legge 12 maggio 2014, n. 74, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 93 del 2014 è destinata al Fondo per le Emergenze nazionali di cui all'articolo 5, comma 5-*quinquies*, della legge 24 febbraio 1992, n. 225, specificamente per l'avvio dell'attuazione delle prime misure volte a far fronte alle esigenze urgenti di cui alla lettera *d)*, del comma 2, dell'articolo 5, della medesima legge n. 225 del 1992 per quanto concerne i danni subiti dalle abitazioni private e dalle attività economiche e produttive, relativamente agli eventi calamitosi per i quali il previsto percorso di quantificazione dei fabbisogni sia stato completato e verificato dal Dipartimento della protezione civile entro il 31 dicembre 2014, ed a tal fine rimane acquisita al bilancio della Presidenza del Consiglio dei Ministri nell'anno 2015.

43-*ter*. Al comma 121, dell'articolo 1, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, le parole: "Per le medesime finalità di cui al comma 120", sono sostituite dalle seguenti: "Per l'avvio dell'attuazione delle prime misure per far fronte alle esigenze di cui alla lettera *d)*, del comma 2, dell'articolo 5, della legge 24 febbraio 1992, n. 225, e s.m.i. per quanto concerne gli interventi più urgenti conseguenti ai danni subiti dalle strutture e infrastrutture pubbliche, relativamente agli eventi calamitosi per i quali il previsto percorso di quantificazione dei fabbisogni sia stato completato e verificato dal Dipartimento della protezione civile entro il 31 dicembre 2014"».

1.370

BELLOT, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 43, inserire il seguente:

«43-*bis*. Per le finalità del Fondo per le emergenze nazionali, istituito ai sensi del comma 5-*quinquies* dell'articolo 5, della legge 24 febbraio 1992, n. 225, e successive modificazioni, è autorizzata la spesa di 30 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 30.000.000;
2016: ? 30.000.000;
2017: ? 30.000.000.

1.371

DE PIETRO, URAS, CASALETTO, MASTRANGELI

Al comma 43, dopo le parole: «nell'anno 2015» sono aggiunte le seguenti:

«I risultati degli interventi finanziati dal Fondo per le emergenze nazionali nonché l'ammontare delle risorse destinate a ciascun intervento sono pubblicati sul sito della Presidenza del Consiglio e resi disponibili in formato dati di tipo aperto».

1.372

CALEO, VATTUONE

Dopo il comma 43, aggiungere il seguente:

«43-*bis*. Le somme residue conseguenti alla completa attuazione della programmazione relativa all'erogazione dei contributi a privati, prime abitazioni ed attività economiche, previsti dall'Ordinanza del Presidente del Consiglio dei Ministri n. 3903 del 4 ottobre 2010, quantificate in complessivi euro 8 milioni sono versate, in deroga a quanto previsto dal penultimo periodo di comma 5-*bis* dell'articolo 5 della legge 24 febbraio 1992, n. 225, e successive modifiche e integrazioni, alla contabilità speciale in corso di apertura per fronteggiare le conseguenze degli eventi atmosferici del 9-13 ottobre 2014 per i quali il Consiglio dei Ministri ha deliberato lo stato di emergenza nella seduta del 30 ottobre 2014. Alla disciplina dell'impiego delle risorse di cui al presente articolo, ai fini, della corresponsione di primi contributi a fronte delle medesime tipologie di danni di cui alla richiamata Ordinanza n. 3903 del 2010, si provvede con Ordinanza del Capo del Dipartimento della Protezione Civile ai sensi di quanto previsto dai commi 2 e 2-*bis* del citato articolo 5 della legge n. 225 del 1992».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del

mare, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 8.000.000;

2016: ? 0;

2017: ? 0.

1.373

CALEO, VATTUONE

Dopo il comma 43, aggiungere il seguente:

«43-*bis*. Le somme residue conseguenti alla completa attuazione della programmazione relativa all'erogazione dei contributi a privati, prime abitazioni ed attività economiche, previsti dall'Ordinanza del Presidente del Consiglio dei Ministri n. 3903/2010, quantificate in complessivi euro 8 milioni sono versate, in deroga a quanto previsto dal penultimo periodo del comma 5-*bis* dell'articolo 5 della legge 24 febbraio 1992, n. 225, e successive modifiche e integrazioni, alla contabilità speciale in corso di apertura per fronteggiare le conseguenze degli eventi atmosferici del 9-13 ottobre 2014 per i quali il Consiglio dei Ministri ha deliberato lo stato di emergenza nella seduta del 30 ottobre 2014. Alla disciplina dell'impiego delle risorse di cui al presente articolo, ai fini della corresponsione di primi contributi a fronte delle medesime tipologie di danni di cui alla richiamata Ordinanza n. 3903/2010, si provvede con Ordinanza del Capo del Dipartimento della Protezione Civile ai sensi di quanto previsto dai commi 2 e 2-*bis* del medesimo articolo 5.».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 8.000.000;

2016: ? 0;

2017: ? 0.

1.374

CALEO, VATTUONE

Dopo il comma 43, aggiungere il seguente:

«43-*bis*. Per l'anno 2015 è stanziata la spesa di 20 milioni di euro, in favore dei Comuni colpiti dall'alluvione del 2014 per la concessione di agevolazioni, nella forma di contributo a ristoro dei tributi locali o di contributo in conto interessi, alle imprese con sede o unità locali ubicate nelle zone colpite dagli eventi meteorologici dell'ottobre-novembre 2014, in relazione ai danni effettivamente subiti. I Comuni, con proprio atto devono stabilire l'ammontare massimo del contributo concedibile, le spese ammesse, i criteri di valutazione, i documenti istruttori, la procedura e le condizioni per l'accesso, ai fini dell'erogazione e dell'eventuale revoca dei contributi, unitamente alle modalità di controllo e di rendicontazione».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 20.000.000;

2016: ? 0;

2017: ? 0.

1.375

CALEO, VATTUONE

Dopo il comma 43, aggiungere il seguente:

«43-*bis*. AI fine di facilitare la ripresa delle attività economiche nelle zone dei Comuni colpiti dagli eventi alluvionali del 2014, per il triennio 2015-2017, il Fondo di garanzia di cui all'articolo 2, comma 100, lettera *a)*, della legge 23 dicembre 1996, n. 662 è esteso alle in favore delle micro, piccole e medie imprese, con unità locali ubicate nelle predette zone e che abbiano subito danni in conseguenza di tali eventi, con priorità sugli altri interventi e a titolo gratuito, per un importo massimo per singola impresa di duecentomila euro. Con decreto del Ministro dello Sviluppo Economica, di concerto con il Ministero dell'Economia e delle Finanze, da emanarsi entro trenta giorni dall'entrata in vigore del presente provvedimento, sono determinate le modalità di attuazione dell'intervento di cui al

periodo precedente.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 10.000.000;

2016: ? 10.000.000;

2017: ? 10.000.000.

1.376

MINZOLINI, MAURIZIO ROSSI

Dopo il comma 43, aggiungere i seguenti:

«43-*bis*. A seguito dell'evento alluvionale verificatosi nei mesi di ottobre e novembre 2014, è autorizzata la spesa di 200 milioni di euro per il 2015 in favore del Comune di Genova, per la realizzazione di un piano per la messa in sicurezza del torrente Bisagno.

43-*ter*. Per l'esercizio finanziario 2015 tutti i trasferimenti a qualsiasi titolo al Comune di Roma Capitale, provenienti dal bilancio dello Stato e dalla Regione Lazio, sono ridotti fino a concorrenza dell'importo di 200 milioni di euro. Roma Capitale provvede a compensare le minori entrate di cui al presente comma mediante apposite misure di riduzione strutturale della spesa per acquisti di beni e servizi e mediante una revisione straordinaria degli oneri per appalti di beni, servizi e lavori».

1.377

MINZOLINI, MAURIZIO ROSSI

Dopo il comma 43, aggiungere i seguenti:

«43-*bis*. A seguito dell'evento alluvionale verificatosi nei mesi di ottobre e novembre 2014, è autorizzata la spesa di 100 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016 in favore del Comune di Genova, per la realizzazione di un piano per la messa in sicurezza del torrente Bisagno».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 125, sostituire le parole: «187,5 milioni» *con le seguenti:* «87,5 milioni».

1.378

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma43, il seguente comma 43 bis:

«43 *bis*. Le risorse finanziarie, ulteriori alla dotazione di euro 5.500.000,00, a valere sul Fondo di riserva per le spese impreviste di cui all'articolo 28 della legge 31 dicembre 2009, n. 196, destinata dalla Deliberazione del Consiglio dei Ministri del 30 ottobre 2014 all'attuazione dei primi interventi di emergenza in conseguenza delle eccezionali avversità atmosferiche che hanno colpito il territorio della regione Lombardia tra il 7 luglio e il 31 agosto 2014, provenienti dalla regione Lombardia e dai comuni, sono escluse, fino alla spesa massima di euro 2.000.000,00, in attuazione del comma 8-*bis* dell'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n.183, dal saldo finanziario rilevante ai fini della verifica del rispetto del patto di stabilità interno».

1.379

ARRIGONI, CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 43 inserire il seguente:

«43-*bis*. È autorizzata la spesa di 110 milioni di euro per l'anno 2015 in favore della Regione Lombardia, allo scopo di permettere il completamento degli interventi di ricostruzione dei territori e di ripristino degli immobili e delle attività produttive danneggiati dalle eccezionali avversità atmosferiche che hanno colpito il territorio della medesima regione nei mesi di giugno, luglio e agosto 2014, a condizione che sia stato dichiarato lo stato di emergenza entro 60 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge».

Conseguentemente, all'articolo 2, al comma 207 sostituire le parole: «A decorrere dall'anno 2015» *con le seguenti:* «A decorrere dall'anno 2016».

1.380

ARRIGONI, CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 43 inserire il seguente:

«43-*bis*. Al fine di permettere il completamento degli interventi di ricostruzione dei territori e di ripristino degli immobili e delle attività produttive danneggiati dalle eccezionali avversità atmosferiche che hanno colpito il territorio della Regione Lombardia nei mesi di giugno, luglio e agosto 2014 è autorizzata la spesa in conto capitale in favore della Regione medesima di 80 milioni di euro per l'anno 2015, a condizione che sia stato dichiarato lo stato di emergenza ai sensi dell'articolo 2, comma 1, lettera *c)* della legge 24 febbraio 1992, n. 225, entro 60 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge. Le relative spese sono escluse dai saldi di cui alle lettere *a)* e *b)* del comma 165 dell'articolo 2».

Conseguentemente, al comma 125, sostituire le parole: «187,5 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015» *con le seguenti:* «107,5 milioni di euro per l'anno 2015 e 187,5 milioni di auro annui a decorrere dall'anno 2016».

1.381

BELLOT, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 43, inserire il seguente:

«43-*bis*. Ai fini del ripristino territoriale e infrastrutturale delle aree colpite dalle avversità atmosferiche dei mesi Ottobre-Dicembre 2014 nella provincia di Belluno, è autorizzata la spesa di 20 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, in favore dell'ANAS, ai fini della realizzazione della Galleria di Coltrondo, nel territorio di Comelico».

Conseguentemente,

? alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 20.000.000;

? *alla Tabella B, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2016: ? 20.000.000;

2017: ? 20.000.000.

1.382

STEFANI, BELLOT, BISINELLA, MUNERATO, TOSATO, ARRIGONI, CROSIO, COMAROLI

Dopo il comma 43 inserire il seguente:

«43-*bis*. È autorizzata la spesa di 80 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, in favore della regione Veneto, quale contributo dello Stato ai fini della realizzazione del canale scolmatore per la diversione delle piene del sistema Brenta-Bacchiglione, sul tracciato del vecchio progetto di idrovia Padova-Venezia, quale opera strategica per la sicurezza idraulica, in attuazione del Piano generale di messa in sicurezza idrogeologica del territorio veneto predisposto a seguito degli eventi alluvionali dell'anno 2010».

Conseguentemente:

all'articolo 2, al comma 207, sostituire le parole: «di 110 milioni di euro annui»*, con le seguenti:* «di 30 milioni annui per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017 e di 110 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2018».

1.383

STEFANI, BISINELLA, MUNERATO, BELLOT, TOSATO, ARRIGONI, CROSIO, COMAROLI

Dopo il comma 43 inserire il seguente:

«43-*bis*. È autorizzata la spesa di 50 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015, quale contributo dello Stato ai fini della realizzazione dei bacini di laminazione da parte della regione Veneto, in attuazione del Piano generale di messa in sicurezza idrogeologica del territorio veneto predisposto a seguito degli eventi alluvionali dell'anno 2010».

Conseguentemente,

al comma 125, sostituire le parole: «187,5 milioni»*, con le seguenti:* «132,5 milioni».

1.384

ARRIGONI, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 43, inserire il seguente:

«43-*bis*. Ai fini del finanziamento degli interventi contro il dissesto idrogeologico previsti dagli accordi di programma di cui al comma 111 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2013, n. 147, è autorizzata la spesa di 110 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015».

Conseguentemente,

all'articolo 2, sopprimere il comma 207.

1.385

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 43, aggiungere il seguente:

«43-*bis*. È autorizzata la spesa di 70 milioni di euro per ciascuno dei seguenti anni 2015, 2016 e 2017 per la messa in sicurezza e bonifica dei siti (SIN) di classe di priorità 1 a maggiore rischio e con priorità decrescenti: 4 impianti industriali attivi o dismessi, 319 pubblici o privati a partire da 37 ospedali case di cura, case di riposo; 116 scuole di ogni ordine e grado, istituti di ricerca, 86 uffici della pubblica amministrazione, 27 impianti sportivi, 8 biblioteche, nonché per incentivazione di installazione di impianti fotovoltaici in sostituzione delle coperture in cemento amianto. Sono fatte salve le responsabilità degli autori della contaminazione e del proprietario delle aree in conformità alle leggi vigenti, e fatto salvo il dovere della autorità competenti di procedere alla ripetizione delle spese sostenute per gli interventi di caratterizzazione e messa in sicurezza, nonché per gli ulteriori interventi di bonifica e riparazione del danno ambientale nelle forme e nei modi previsti dalla legge.

Conseguentemente all'articolo 3 al comma 75, Tabella A allegata, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti modifiche:

2015:

CP: ? 70.000.000; CS: ? 70.000.000.

2016:

CP: ? 70.000.000; CS: ? 70.000,000.

2017:

CP: ? 70.000,000; CS: ? 70.000.000.

1.386

SAGGESE

Dopo il comma 43, aggiungere il seguente:

«43-*bis*. L'incarico del Commissario delegato, nominato ai sensi dell'articolo 1, comma 123, della legge 27 dicembre 2013, n. 147 e successive modificazioni ed integrazioni, prosegue fino al completamento degli interventi di ripristino, in Sardegna, della viabilità nelle strade statali e provinciali interrotte o danneggiate dall'alluvione del 2013 e, comunque, non oltre il 31 dicembre 2015. Restano ferme le disposizioni di cui all'Ordinanza del Capo del Dipartimento della Protezione Civile n. 144 del 6 febbraio 2014, n. 144, come integrata dall'Ordinanza n. 164 dell'Il aprile 2014».

1.387

PEZZOPANE

Dopo il comma 43 inserire i seguenti:

«43-*bis*. Il Comune dell'Aquila è autorizzato ad attuare la previsione di cui all'articolo 4, commi 6, 6-*quater*, 7 e 8 della Legge 125 del 30/10/2013 avviando procedure pubbliche con riserva fino al 50 ero dei posti messi a concorso a favore di coloro che siano in possesso dei requisiti prescritti dalla norma, anche per profili professionali e categorie di inquadramento inferiori a quelle del precedente servizio prestato a tempo determinato e in ogni caso afferenti a profili non ricoperti con il c.d. concorso »Ripam Abruzzo«, di cui all'articolo 67-*ter* del decreto-legge n. 83 del 2012 convertito con Legge n. 134 del 2012.

Le procedure selettive di cui al presente comma possono essere avviate ? per le sole annualità 2015 e 2016 ? in deroga al limite della spesa corrispondente «alle cessazioni dell'anno di cui al decreto-legge n. 90 del 24/06/2014, fermo restando il rispetto del limite di cui all'articolo 1, comma 557, legge 296/2006 nonché nei limite della dotazione organica dell'Ente.

Conseguentemente:

? *all'articolo 3, comma 21, lettera* g) *sostituire la parola:* «triplo», *con la seguente:* «quadruplo».

? *alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 50.000.000;

2016: ? 50.000.000;

2017: ? 50.000.000.

1.388

PEZZOPANE, CHIAVAROLI, TOMASELLI, ALBANO, MANASSERO, FASIOLO, SOLLO, STEFANO ESPOSITO, D'ADDA, BORIOLI, SPILABOTTE

Dopo il comma 43 inserire il seguente:

«43-*bis*. Al fine di garantire la massima trasparenza e tracciabilità nell'attività di riparazione o ricostruzione degli edifici privati danneggiati dal sisma del 6 aprile 2009 si applicano le seguenti disposizoni:

a) Al comma 9 dell'articolo 67-*quater* del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 134, sono apportate le seguenti modifiche:

1) al primo periodo, dopo le parole: «è istituito» sono inserite le seguenti: «, presso le prefetture-uffici territoriali del Governo competenti»;

2) al secondo periodo, la parola: «volontaria» è soppressa;

3) al terzo periodo, dopo le parole: «nell'elenco è» sono inserite le seguenti: «obbligatoria ed e»;

4) le parole: «Gli aggiornamenti periodici delle verifiche sono comunicati dalle prefetture uffici territoriali del Governo agli uffici speciali ai fini della cancellazione degli operatori economici dall'elenco». sono sostituite dalle seguenti: «Con uno o più decreti del Presidente del Consiglio dei ministri, su proposta del Ministro dell'interno e dell'autorità politica delegata alla ricostruzione sono definite le modalità attuative del presente comma»;

b) I decreti di cui al medesimo comma 9 dell'articolo 67-*quater* citato, sono adottati sessanta giorni dalla data di entrata in vigore del presente provvedimento.

c) i beneficiari dei contributi di cui all'articolo 3, comma 1, lettere *a)*, *e)* ed e-*bis)*, decreto-legge 28 aprile 2009, il. 39, convertito, con modificazioni, dalla legge 24 giugno 2009, n. 77, il cui importo superi la soglia di euro 500.000, una volta determinato il contributo massimo concedibile, devono scegliere l'impresa a cui affidare i lavori tra quelle iscritte nell'elenco degli operatori economici istituito ai sensi dell'articolo 67-*quater*, comma 9, decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 134».

Conseguentemente:

? *all'art. 3, comma 21, lettera* g) *sostituire la parola:* «triplo», *con la seguente:* «quadruplo».

? *Alla Tabella A, voce* Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 50.000.000;

2016: ? 50.000.000;

2017: ? 50.000.000.

1.389

PEZZOPANE, CHIAVAROLI, TOMASELLI, ALBANO, MANASSERO, FASIOLO, SOLLO, STEFANO ESPOSITO, D'ADDA, BORIOLI, SPILABOTTE

dopo il comma 43 inserire il seguente:

«43-*bis*. In materia di risorse stanziate e non utilizzate per la ricostruzione del Comune dell'Aquila, della Provincia e dei comuni del cratere si applicano le seguenti disposizioni:

a) le eventuali economie accertate alla conclusione dell'intervento di riparazione/ricostruzione sulla base dei dati di m:onitoraggio di cui al decreto ministeriale del Ministero delle economia e finanze 29 ottobre 2012 restano comunque destinate alla ricostruzione privata per il:finanziamento di

ulteriori interventi. Tali somme vengono direttamente trasferite dagli istituti di credito ai comuni competenti per il finanziamento degli interventi sopra richiamati, previa autorizzazione del Ministero dell'Economia e delle Finanze;

b) le economie ottenute dalla differenza tra le somme stanziate ed i costi effettivi degli interventi gestiti direttamente dai Comuni, restano nella disponibilità degli stessi Comuni per il finanziamento di ulteriori interventi, previa autorizzazione del Ministero dell'Economia e delle Finanze;

c) per la gestione delle risorse correlate al sisma e delle economie di cui alle lettere precedenti ovvero in relazione agli adempimenti derivanti dal decreto legislativo 23 giugno 2011 in tema di armonizzazione dei bilanci, è autorizzata l'apertura di una contabilità speciale intestata al Sindaco del Comune dell'Aquila, ai sensi del comma 585, del Regio Decreto n. 827 del 23 maggio 1924, presso la quale far confluire tutte le risorse pubbliche correlate alle attività della rico-struzione;

d) le somme già assegnate al Comune dell'Aquila per detti scopi e non utilizzate sono attribuite alla contabilità speciale.

e) il titolare della contabilità speciale con il supporto e l'asseverazione del collegio dei revisori interno all'Ente rendiconta le somme assegnate secondo quanto previsto dal richiamato 'Regio decreto e dalle direttive impartite dal Ministero dell'Economia e Finanze».

Conseguentemente all'articolo 3, comma 21, lettera g) *sostituire la parola:* «triplo»*, con la seguente:* «quintuplo».

1.390

PEZZOPANE, FEDELI, CHIAVAROLI, TOMASELLI, ALBANO, MANASSERO, FASIOLO, SOLLO, STEFANO ESPOSITO, D'ADDA, BORIOLI, SPILABOTTE

Dopo il comma 43 inserire i seguenti:

«43-*bis*. Nell'ambito delle 'risorse annualmente destinate alla ricostruzione privata, a partire dall'anno 2015, una quota fino ad un massimo dell'l per cento delle suddette risorse, confluisce in un fondo istituito presso la Presidenza del Consiglio dei ministri, Struttura di missione per il coordinamento dei processi di ricostruzione e sviluppo nei territori colpiti dal sisma del 6 aprile 2009, di cui al decreto del Presidente del Consiglio dei ministri del l o giugno 2014».

«44-*bis*. Al fine di assicurare la continuità delle attività di ricostruzione e di recupero del tessuto urbano e sociale dei territori abruzzesi colpiti dal sisma, nell'ambito delle risorse destinate alla ricostruzione privata e pubblica, una quota fino ad un massimo dell'l per cento sull'ammontare di contributi privati già assegnati ai sensi dell'art 7-*bis*, comma 1 della Delibera Cipe 23 marzo 2012 n. 43 come rifinanziato con la presente norma, nonché sull'importo impegnato su edilizia pubblica tramite ob»"Jligazioni giuridicamente vincolanti risultanti dal monitoraggio di cui al Decreto Ministeriale del Ministero dell'economia delle finanze del 29 ottobre 2012 relative all'anno precedente possono essere utilizzate, per provvedere ai fabbisogni di prestazioni e servizi di natura tecnica e di assistenza qualificata, in qualunque forma resi, dagli enti locali e dagli uffici statali istituzionalmente preposti alle attività della ricostruzione nell'ambito delle risorse a ciascuno assegnate. Per il 2015 l'assegnazione da parte del CIPE ai comuni del cratere, ad eccezione del comune di L'Aquila, è pari all'1,5% dei contributi concessi l'anno precedente con il successivo riassorbimento delle risorse eccedenti la quota dell'1 % sulle assegnazioni relative ai tre anni successivi».

Conseguentemente:

? *all'articolo 3, comma 21, lettera* g) *sostituire la parola:* «triplo»*, con la seguente:* «quadruplo».

? *Alla Tabella A, voce* Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 50.000.000;
2016: ? 50.000.000;
2017: ? 50.000.000.

1.391

PEZZOPANE, FEDELI, CHIAVAROLI, TOMASELLI, ALBANO, MANASSERO, FASIOLO, SOLLO, STEFANO ESPOSITO, D'ADDA, BORIOLI, SPILABOTTE

Dopo il comma 43 inserire il seguente:

«43-*bis.* Al fine di assicurare la continuità delle attività di ricostruzione e di recupero del tessuto urbano e sociale dei territori abruzzesi colpiti dal sisma, nell'ambito delle risorse destinate alla ricostruzione privata e pubblica, una quota fino ad un massimo dell'1 per cento sull'ammontare di contributi privati già assegnati ai sensi dell'articolo 1-*bis,* comma 1 del decreto-legge n. 43 del 2012, come rifinanziato con la presente norma, nonché sull'importo impegnato su edilizia pubblica tramite obbligazioni giuridicamente vincolanti risultanti dal monitoraggio di cui al DM MEF del 29 ottobre 2012 relative all'anno precedente possono essere utilizzate, per provvedere ai fabbisogni di prestazioni e servizi di natura tecnica e di assistenza qualificata, in qualunque forma resi, dagli enti locali e dagli uffici statali istituzionalmente preposti alle attività della ricostruzione nell'ambito delle risorse a ciascuno assegnate. Per il 2015 l'assegnazione da parte del CIPE ai comuni del cratere, ad eccezione del comune di L'Aquila, è pari all'1,5% dei contributi concessi l'anno precedente con il successivo riassorbimento delle risorse eccedenti la quota dell'1% sulle assegnazioni relative ai tre anni successivi».

Conseguentemente: all'articolo 3, comma 21, lettera g) sostituire la parola: «triplo» *con la seguente:* «quadruplo»;

alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 50.000.000;
2016: ? 50.000.000;
2017: ? 50.000.000.

1.392

PEZZOPANE, FEDELI, CHIAVAROLI, TOMASELLI, ALBANO, MANASSERO, FASIOLO, SOLLO, STEFANO ESPOSITO, D'ADDA, BORIOLI, SPILABOTTE

Dopo il comma 43 inserire i seguenti:

«43-*bis.* Al fine di completare le attività finalizzate alla fase di ricostruzione del tessuto urbano, sociale e occupazionale della città dell'Aquila a seguito del sisma delraprile 2009, il Comune dell'Aquila è autorizzato a prorogare e/o rinnovare entro e non oltre il 31 dicembre 2016 i contratti a tempo determinato, stipulati sulla base della normativa emergenziale, nel limite di spesa di 2,2 milioni di euro per ciascuna annualità (2015-2016). È altresì ammessa per le medesime annualità la possibilità di stipulare contratti per la copertura di massimo tre posizioni dirigenziali di Settori connessi alle attività di ricostruzione all'interno dei limiti di spesa come sopra definiti.

La proroga e/o il rinnovo dei contratti a tempo determinato e la stipula dei contratti per la copertura delle posizioni dirigenziali è consentita anche in deroga alle vigenti normative in materia di vincoli alle assunzioni a tempo determinato presso le amministrazioni pubbliche, di cui al decreto legislativo 6 settembre 2001, n. 368, al decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito, con modifIcazioni, dalla legge 30 luglio 2010, n. 122, al testo unico di cui al decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, e al decreto legislativo 30 marzo 2001, n.165, anche con riferimento all'articolo 19 di quest'ultimo decreto, e di rispetto del patto di stabilità e di spesa del personale di cui alla legge 27 dicembre 2006, n. 296, e al decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 agosto 2008, n. 133. Le risorse per le annualità 2015-2016 trovano copertura sulle economie accertate nelle risorse destinate all'Ufficio speciale della città dell'Aquila e dell'Ufficio speciale dei restanti comuni del cratere per l'assunzione di personale a tempo indeterminato, ai sensi dell'articolo 67-*ter*, comma 5, del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 134, dell'anno 2013 sul capitolo n. 1358 del Ministero dell'interno ovvero sulle economie accertate dal Titolare dell'Ufficio Speciale della citta dell'Aquila sull'OPCM n. 4013/99».

Conseguentemente: all'articolo 3, comma 21, lettera g) sostituire la parola: «triplo» *con la seguente:* «quadruplo»;

alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 50.000.000;
2016: ? 50.000.000;
2017: ? 50.000.000.

1.393

PEZZOPANE

Dopo il comma 43 inserire i seguenti:

«43-*bis.* Ai fini della gestione del personale assunto ai sensi dell'articolo 67-*ter*, comma 5, del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito dalla legge 7 agosto 2012, n. 134, le risorse trasferite dallo Stato ai sensi dell'articolo 67-*sexies* del medesimo decreto-legge per la remunerazione del personale di cui trattasi, si intendono destinate alla copertura finanziaria del costo complessivo del personale assunto, ivi compreso il servizio sostitutivo mensa, e all'incremento del fondo delle risorse decentrate in misura corrispondente alle assunzioni effettuate.

Nei limiti delle risorse già trasferite ai sensi dell'articolo 67-*ter*, comma 5, e dell'articolo 67-*sexies* del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito dalla legge 7 agosto 2012, n. 134, è consentito utilizzare le somme destinate all'incremento del fondo per la remunerazione del trattamento accessorio del personale e per tutti gli istituti contrattuali finanziati dal fondo medesimo.

È altresì riconosciuta la possibilità di destinare una quota parte delle risorse di cui al comma 1 alla copertura degli adempimenti obbligatori, a carico del datore di lavoro in caso di adesione dei dipendenti assunti ai sensi della normativa di cui al comma 1 al Fondo Pensione "Perseo".

In considerazione delle specifiche esigenze connesse alla fase di ricostruzione del tessuto urbano, sociale e occupazionale della città dell'Aquila a seguito degli eventi sismici dell'aprile 2009, nei limiti delle somme già destinate ai sensi dell'articolo 67-*ter*, comma 5, e dell'articolo 67-*sexies* del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito dalla legge 7 agosto 2012, n. 134, e senza ulteriori stanziamenti a carico dello Stato, è riconosciuta la facoltà di destinare una quota parte delle risorse di cui al comma 1 all'integrazione del fondo del lavoro straordinario in deroga ai limiti sanciti dalla contrattazione collettiva ed in misura proporzionale al numero dei dipendenti assunti ai sensi dell'articolo 67-*ter*, comma 5, del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito dalla legge 7 agosto 2012, n. 134 in rapporto al fondo dello straordinario dell'Ente come determinato ai sensi dell'articolo 14 del CCNL dell'01-04-1999».

Conseguentemente: all'articolo 3, comma 21, lettera g) sostituire la parola: «triplo» *con la seguente:* «quadruplo»;

alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 50.000.000;
2016: ? 50.000.000;
2017: ? 50.000.000.

1.394

MIRABELLI, SANTINI, VERDUCCI

Dopo il comma 43 inserire il seguente:

«43-*bis.* All'articolo 21, comma 1, del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito con modificazioni dalla legge 11 novembre 2014, n. 164, le parole: "di nuova costruzione", sono sostituite dalle seguenti: "ultimate" e dopo le parole: "n. 380," sono inserite le seguenti: "ovvero per le quali sia stato rilasciato titolo abilitativo edilizio comunque denominato, nonché sottoscritta, entro la predetta data, convenzione o altro atto necessario ai fini del rilascio del titolo abilitativo edilizio comunque denominato tra il comune e il soggetto attuatore, purché ultimate alla data del 31 dicembre 2017"».

Conseguentemente: all'articolo 3, comma 21, lettera g) sostituire la parola: «triplo» *con la seguente:* «quadruplo»;

alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in*

diminuzione:

2015: ? 25.000.000;
2016: ? 25.000.000;
2017: ? 25.000.000.

1.395

MARGIOTTA

Dopo il comma 43 inserire il seguente:

«43-*bis*. Per "unità immobiliari, a destinazione residenziale, di nuova costruzione, invendute alla data di entrata in vigore della legge di conversione del presente decreto", di cui all'articolo 21, comma 1, del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito con modificazioni nella legge 11 novembre 2014, n. 164, s'intendono le unità immobiliari che, alla suddetta data, siano ultimate, ovvero quelle per le quali sia stato già rilasciato il titolo abilitativo edilizio comunque denominato, ovvero sia stata sottoscritta tra il comune e il soggetto attuatore la convenzione o altro atto assimilabile, necessario ai fini del rilascio del titolo abilitativo edilizio comunque denominato».

1.396

PANIZZA, FAUSTO GUILHERME LONGO, LANIECE, BATTISTA, ZIN

Dopo il comma 43, inserire il seguente:

«43-*bis*. Ai contribuenti che fruiscono della detrazione di cui all'articolo 11, comma 1, del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 134, è inoltre riconosciuta una detrazione dall'imposta lorda, fino a concorrenza del suo ammontare, nella misura del 30 per cento delle ulteriori spese documentate per interventi di manutenzione ordinaria sugli immobili residenziali. La detrazione di cui al presente comma, da ripartire tra gli aventi diritto in cinque quote annuali, è calcolata su un ammontare complessivo non superiore a 5.000 euro. Nel caso di spese documentate di manutenzione ordinaria, fino ad un ammontare massimo di 5.000 euro, relative ad immobili non oggetto di ristrutturazione la detrazione è riconosciuta nella misura del 20 per cento, da ripartire tra gli aventi diritto in tre quote annuali di pari importo».

*Conseguentemente, ai maggiori oneri, valutati in 50 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015, si provvede mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa prevista all'articolo 7-*quinquies*, comma 1, del decreto-legge 10 febbraio 2009, n. 5, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 aprile 2009, n. 33, relativa al Fondo per interventi urgenti ed indifferibili, come integrata, da ultimo, dall'articolo 33, comma 1, della legge 12 novembre 2011, n. 183.*

1.397

LANIECE, ZELLER, PANIZZA, FRAVEZZI

Dopo il comma 43, aggiungere il seguente:

«43-*bis*. AI comma 1, lettera i-sexies)*, dell'articolo 15 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, e successive modificazioni, le parole: "100 chilometri" sono sostituite con le seguenti: "50 chilometri"».*

Conseguentemente alla Tabella A, voce Ministero delle politiche agricole, alimentari e forestali, *ridurre come segue gli stanziamenti previsti:*

2015: ? 30.000.000;
2016: ? 30.000.000;
2017: ? 30.000.000.

1.398

VACCARI, BROGLIA, GUERRA, LO GIUDICE, SANGALLI

Dopo il comma 43 inserire il seguente:

«43-*bis*. All'articolo 11, del decreto-Iegge 6 giugno 2012, n. 74, convertito, con modificazioni, dalla legge 1º agosto 2012, n. 122, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al comma 1-*bis*, dopo le parole: "Al fine di sostenere la ripresa e lo sviluppo del tessuto produttivo," sono inserite le seguenti: "ovvero garantire la continuità produttiva delle microimprese,";

b) al comma 1-*bis*, dopo le parole: "ovvero nei territori elencati dall'Allegato 1 al presente

decreto, integrati dai territori individuati dall'articolo 67-*septies* del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 134, e successive modificazioni," sono inserite le seguenti: "ovvero possono essere utilizzati per sovvenzioni alle microimprese ubicate nei centri urbani dei suddetti territori, che abbiano subito un calo di fatturato o reddito, anche negli anni 2013 e 2014, direttamente riconducibili agli eventi sismici del 20 e 29 maggio 2012.";

c) al comma 1-*ter*, le parole: "Le agevolazioni per gli investimenti produttivi" sono sostituite dalle seguenti: "Le agevolazioni e sovvenzioni" e dopo le parole: "agli aiuti *de minimis* nel settore della produzione dei prodotti agricoli," sono inserite le seguenti: "ovvero, per le agevolazioni e sovvenzioni cmcesse successivamente al 30 giugno 2014, secondo, quanto stabilito dal Regolamento (UE) N. 1407/2013 della Commissione del 18 dicembre 2013 relativo all'applicazione degli articoli 107 e 108 del trattato sul funzionamento dell'Unione europea agli aiuti *de minimis*"».

1.399

PUGLIA, CIOFFI, SCIBONA, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Dopo il comma,43, inserirei seguenti:

«43-*bis*. Ai fini dell'imposta sul reddito delle persone fisiche, per le spese sostenute entro il 31 dicembre 2014 per l'acquisto degli abbonamenti ai servizi di trasporto pubblico locale, regionale e interregionale spetta una detrazione dall'imposta lorda, fino alla concorrenza del suo ammontare, nella misura del 19 per cento per un importo delle spese stesse non superiore a 250 euro. La detrazione spetta sempreché le spese stesse non siano deducibili nella determinazione dei singoli redditi che concorrono a formare reddito complessivo. La detrazione spetta anche se la spesa è stata sostenuta nell'interesse delle persone indicate nell'articolo 12 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, e successive modificazioni, che si trovino nelle condizioni indicate nel comma 2 del medesimo articolo 12».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 300 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017 (o a decorrere dal2015)».

1.400

MOSCARDELLI, SCALIA, ORRÙ

Dopo il comma 43 sono aggiunti i seguenti:

«43-*bis)*. Al fine di promuovere la realizzazione di nuove opere pubbliche immediatamente cantierabili, processi di riqualificazione e ammodernamento urbano nonché di sostegno al settore edilizio, le amministrazioni comunali, con riferimento agli atti unilaterali d'obbligò e alle convenzioni di urbanizzazione stipulate per la realizzazione a scomputo delle opere di urbanizzazione primaria e secondaria ai sensi dei commi 2 e 2-*bis* dell'articolo 16 del Decreto del Presidente della Repubblica n. 380 del 06 giugno 2001 e successive modifiche ed integrazioni, predispongono entro 30 giorni dall'entrata in vigore della presente legge una proposta di accordo di programma da sottoscrivere con il titolare del corrispondente permesso di costruire, per la realizzazione di quanto disposto nei commi successivi.

43-*ter)*. L'amministrazione comunale con l'accordo di programma di cui al comma 43-*bis* definisce l'ammontare iniziale degli oneri di urbanizzazione dovuti a scomputo totale o parziale, la quota eventualmente già corrisposta attraverso le opere realizzate e la quota ancora da corrispondere da parte del titolare del permesso a costruire o del soggetto attuatore del piano attuativo e si impegna a realizzare le opere di urbanizzazione primarie e secondarie già individuate nell'atto d'obbligo unilaterale e nella convenzione di urbanizzazione e non ancora realizzate nel rispetto delle norme dettate dal Decreto Legislativo 12 aprile 2006, n. 163.

43-*quater)*. La realizzazione dell'accordo di programma di cui al comma 42-*bis* può avvenire attraverso l'utilizzo:

a) di risorse proprie derivanti da entrate correnti, avanzo di parte corrente ed entrate derivanti dall'alienazione di beni e diritti patrimoniali;

b) di risorse derivanti dalla concessioni di mutui da parte della Cassa Depositi e Prestiti o da altri istituti bancari;

43-*quinques)*. Il titolare del permesso a costruire o il soggetto attuatore del piano di attuazione con la sottoscrizione dell'accordo di programma di cui al comma 43-*bis* si impegna alla restituzione delle somme dovute a titolo di opere di urbanizzazione primarie e secondarie attraverso un piano di ammortamento quindicennale o ventennale. Nell'ipotesi di finanziamento dell'accordo di programma attraverso la concessione di mutui da parte della Cassa Depositi e Prestiti o da altri istituti bancari, il titolare del permesso a costruire o il soggetto attuatore del piano di attuazione interviene nella sottoscrizione del contratto di mutuo quale debitore principale con oneri del debito a suo carico e con relativo subentro da parte dell'ente mutuante nella titolarità delle polizze fideiussorie già allegate all'atto d'obbligo unilaterale e nella convenzione di urbanizzazione;

43-*sexies)*. Coerentemente con le linee di indirizzo definite con l'accordo di partenariato per l'utilizzo dei fondi comunitari nel periodo di programmazione 2014/2020, che inseriscono le politiche per la riqualificazione delle città nelle tre opzione strategiche per l'utilizzo delle risorse comunitarie, nella definizioni degli accordi di programma di cui al comma 43-*bis* l'amministrazione comunale individua le possibili sinergie e complementarità tra l'intervento proposto e l'impiego dei fondi al fine di individuare una strategia di sviluppo della città che passi attraverso la riqualificazione, l'ammodernamento urbano e il potenziamento delle infrastrutture comunali.

1.401

DE POLI

Dopo il comma 43 aggiungere il seguente:

«43-*bis*. Il comma 19 dell'articolo 30 della Legge n. 99 del 2009 è abrogato».

Conseguentemente l'Autorità per l'energia elettrica, il gas e il servizio idrico garantisce che in occasione dell'aggiornamento dei corrispettivi del dispacciamento per il mese successivo all'entrata in vigore della presente legge siano adeguati al ribasso i suddetti corrispettivi.

1.402

GAMBARO

Dopo il comma 43 aggiungere il seguente:

«43-*bis*. Il comma 19 dell'articolo 30 della Legge n. 99 del 2009 è abrogato».

Conseguentemente l'Autorità per l'energia elettrica, il gas e il servizio idrico garantisce che in occasione dell'aggiornamento dei corrispettivi del dispacciamento per il mese successivo all'entrata in vigore della presente legge siano adeguati al ribasso i suddetti corrispettivi.

1.403

DE PIN, MASTRANGELI, BOCCHINO, CAMPANELLA

Dopo il comma 43 aggiungere il seguente:

«43-*bis*. Il comma 19 dell'articolo 30 della Legge n. 99 del 2009 è abrogato».

Conseguentemente l'Autorità per l'energia elettrica, il gas e il servizio idrico garantisce che in occasione dell'aggiornamento dei corrispettivi del dispacciamento per il mese successivo all'entrata in vigore della presente legge siano adeguati al ribasso i suddetti corrispettivi.

1.404

CARIDI

Dopo il comma 43 aggiungere il seguente:

«43-*bis*. Il comma 19 dell'articolo 30 della Legge n. 99 del 2009 è abrogato».

Conseguentemente l'Autorità per l'energia elettrica, il gas e il servizio idrico garantisce che in occasione dell'aggiornamento dei corrispettivi del dispacciamento per il mese successivo all'entrata in vigore della presente legge siano adeguati al ribasso i suddetti corrispettivi.

1.405

MANDELLI, PICCOLI, BRUNI, BONFRISCO, CERONI, D'ALÌ, MILO

Dopo il comma 43 aggiungere il seguente:

«43-*bis*. Il comma 19 dell'articolo 30 della Legge n. 99 del 2009 è abrogato. L'Autorità per

l'energia elettrica, il gas e il servizio idrico garantisce che in occasione dell'aggiornamento dei corrispettivi del dispacciamento per il mese successivo all'entrata in vigore della presente legge siano adeguati al ribasso i suddetti corrispettivi».

1.406

TOMASELLI, COLLINA, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA, PAGLIARI, CALEO, MAURO MARIA MARINO, VACCARI

Dopo il comma 43 inserire i seguenti:

«43-*bis*. Il comma 19 dell'articolo 30 della legge 23 luglio 2009, n. 99 è soppresso. L'Autorità per l'energia elettrica, il gas e il servizio idrico garantisce che in occasione dell'aggiornamento dei corrispettivi del dispacciamento per il mese successivo all'entrata in vigore della presente legge siano adeguati al ribasso i suddetti corrispettivi».

1.407

URAS

Al comma 44 apportare le seguenti modificazioni:

a) al comma 1, sostituire la lellera a) *con la seguente:*

«*a)* hanno conseguito ricavi ovvero compensi in misura superiore a 45.000 euro;

b) al comma 2 sopprimere la lettera *b)*;

c) sostituire il comma 11 con il seguente:

"11. Il reddito di impresa o di lavoro autonomo è costituito dalla differenza tra l'ammontare dei ricavi o compensi percepiti nel periodo di imposta e quello delle spese sostenute nel periodo stesso nell'esercizio dell'attività di impresa o dell'arte o della professione; concorrono, altresì, alla formazione del reddito le plusvalenze e le minusvalenze dei beni relativi all'impresa o all'esercizio di arti o professione.

Se il reddito così determinato è:

? pari o inferiore a curo 15.000 si applica un'imposta sostitutiva dell'imposta sui redditi, delle addizionali regionali e comunali e dell'imposta regionale sulle attività produttive di cui al decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, pari al 5 per cento;

? compreso tra 15.001 e 30.000 curo si applica un'imposta sostitutiva dell'imposta sui redditi, delle addizionali regionali e comunali e dell'imposta regionale sulle attività produttive di cui al decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, pari al 10 per cento;

? compreso tra 30.001 e 45.000 euro si applica un'imposta sostitutiva dell'imposta sui redditi, delle addizionali regionali e comunali e dell'imposta regionale sulle attività produttive di cui al decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, pari al 15 per cento.

Nel caso di imprese familiari di cui all'articolo 5, comma 4, del citato TUIR, l'imposta sostitutiva, calcolata sul reddito al lordo delle quote assegnate al coniuge e al collaboratori familiari, è dovuta dall'imprenditore. I contributi previdenziali versati in ottemperanza a disposizioni di legge, compresi quelli corrisposti per conto dei collaboratori dell'impresa familiare fiscalmente a carico, ai sensi dell'articolo 12 del citato TUIR, ovvero, se non fiscalmente a carico, qualora il titolare noi abbia esercitato il diritto di rivalsa sui collaboratori stessi, si deducono dal reddito determinato ai sensi del presente comma; l'eventuale eccedenza è deducibile dal reddito complessivo ai sensi dell'articolo 10 del TUIR. Si applicano le disposizioni in materia di versamento dell'imposta sui redditi delle persone fisiche».

Conseguentemente alla Tabella A, voce «Ministero dell'economia e delle finanze», *apportare le seguenti modifiche:*

2015:

? CP: ? 100.000.000;

CS: ? 100.000.000.

2016:

? CP: ? 100.000.000;

CS: ? 100.000.000.

2017:

? CP: ? 100.000.000;

CS: ? 100.000.000.

1.408

MAURO MARIA MARINO, GIANLUCA ROSSI, GUERRIERI PALEOTTI, FORNARO, GIACOBBE, GUERRA, MOSCARDELLI, RICCHIUTI, TURANO

Al comma 44, sostituire la lettera a) *con la seguente:*

«*a)* hanno conseguito ricavi ovvero hanno percepito compensi, ragguagliati ad anno, non superiori a 45.000 euro».

Conseguentemente:

al comma 54, sostituire il primo è il secondo periodo con i seguenti: «Il reddito di impresa o di lavoro autonomo è costituito dalla differenza tra l'ammontare dei ricavi o compensi percepiti nel periodo di imposta e quello delle spese sostenute nel periodo stesso nell'esercizio dell'attività di impresa o dell'arte o della professione; concorrono, altresì, alla formazione del reddito le plusvalenze e le minusvalenze dei beni relativi all'impresa o all'esercizio di arti o professione.

Se il reddito così determinato è:

? pari o inferiore a euro 15.000 si applica un'imposta sostitutiva dell'imposta sui redditi, delle addizionali regionali e comunali e dell'imposta regionale sulle attività produttive di cui al decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, pari al 5 per cento;

? compreso tra 15.001 e 30.000 euro si applica un'imposta sostitutiva dell'imposta sui redditi, delle addizionali regionali e comunali e dell'imposta regionale sulle attività produttive di cui al decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, pari alla per cento.

? compreso tra 30.001 e 45.000 euro si applica un'imposta sostitutiva dell'imposta sui redditi, delle addizionali regionali e comunali e dell'imposta regionale sulle attività produttive di cui al decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, pari al15 per cento».

Conseguentemente:

? *all'articolo 3, comma 21, lettera* g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quadruplo»;

? *Alla Tabella A, voce* Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 50.000.000;

2016: ? 50.000.000;

2017: ? 50.000.000.

1.409

SUSTA, DI BIAGIO

Al comma 44, lettera a), *sostituire le parole:* «ai limiti indicati nell'allegato 4 annesso alla presente legge, diversi a seconda del codice ATECO che contraddistingue l'attività esercitata» *con le parole:* «a 30.000 euro».

Conseguentemente:

a) sopprimere la lettera b) *del comma 45*;

b) al comma 54, secondo periodo, sostituire le parole: «15 per cento» *con le seguenti:* «5 per cento»;

c) sopprimere il comma 55;

d) al comma 67 sostituire le parole: «non trova applicazione il livello minimo imponibile previsto ai fini del versamento dei contributi previdenziali» *con le seguenti:* «è abbattuto nella misura del 50 per cento il livello minimo imponibile previsto ai fini del versamento dei contributi previdenziali».

e) sopprimere il comma 78.

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le seguenti parole: «, ivi

comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 3 00 milioni di euro a decorrere dal 2015».

1.410

SUSTA, DI BIAGIO

Al comma 44, lettera a), *sostituire le parole:* «ai limiti indicati nell'allegato 4 annesso alla presente legge, diversi a seconda del codice A TECO che contraddistingue l'attività esercitata» *con le parole:* «a 30.000 euro».

Conseguentemente:

a) sopprimere la lettera b) *del comma 45*;

b) al comma 54, secondo periodo, sostituire le parole: «15 per cento» *con le seguenti:* «5 per cento»;

c) sopprimere il comma 55;

d) sopprimere il comma 67;

e) sopprimere il comma 78.

1.411

SUSTA, DI BIAGIO

Al comma 44, lettera a), *sostituire le parole:* «ai limiti indicati nell'allegato 4 annesso alla presente legge, diversi a seconda del codice ATECO che contraddistingue l'attività esercitata» *con le parole:* «a 30.000 euro».

Conseguentemente:

a) sopprimere la lettera b) del comma 45;

b) al comma 54, secondo periodo, sostituire le parole: «15 per cento» *con le seguenti:* «7 per cento»;

c) sopprimere il comma 55;

d) sopprimere il comma 67;

e) sopprimere il comma 78.

1.412

SUSTA, DI BIAGIO

Al comma 44, lettera a), *sostituire le parole:* «ai limiti indicati nell'allegato 4 annesso alla presente legge, diversi a seconda del codice ATECO che contraddistingue l'attività esercitata» *con le parole:* «a 30.000 euro».

Conseguentemente:

a) sopprimere la lettera b) *del comma 45*;

b) al comma 54, secondo periodo, sostituire le parole: «15 per cento» *con le seguenti:* «7 per cento».

c) sopprimere il comma 55;

d) sopprimere il comma 67.

1.413

GUALDANI

Al comma 44, lettera a).

Sostituite la tabella di cui all'Allegato 4 con la seguente:

Progressivo	Gruppo di settore	Codici attività ateco 2007	Valore soglia redditività dei ricavi/compensi	Redditività
1	Industrie alimentari e delle bevande	(10-11)	45.000	40%
2	Commercio all'ingrosso e al dettaglio	45 - (da 46.2 a 46.9) - (da 47.1 a 47.7) - 47.9	50.000	40%

3	Commercio ambulante di prodotti alimentarti e bevande	47.81	40.000	40%
4	Commercio ambulante di altri prodotti	47.82 - 47.89	30.000	54%
5	Costruzioni e attività immobiliari	(41 - 42 - 43) - 68	25.000	86%
6	Intermediari del commercio	46.1	25.000	62%
7	Attività dei Servizi di alloggio e di ristorazione	55-56	50.000	40%
8	Attività Professionali, Scientifiche, Tecniche, Sanitarie, di Istruzione, Servizi Finanziari ed Assicurativi	(64 - 65 - 66) - (69 - 70 - 71 - 72 - 73 - 74 - 75) - (85) - (86 - 87 - 88)	25.000	78%
9	Altre Attività economiche	(01 - 02 - 03) - (05 - 06 - 07 - 08 - 09) - (12 - 13 - 14 - 15 - 16 - 17- 18 - 19 - 20 - 21- 22 - 23 - 24 - 25 - 26 - 27 - 28 - 29 - 30 - 31 - 32 - 33) - (35) - (36 - 37 - 38 - 39) - (49 - 50 - 51 - 52 - 53) - (58 - 59 - 60 - 61 - 62 - 63) - (77 - 78 - 79 - 80 - 81 - 82) - (84) - (90 - 91 - 92 - 93) - (94 - 95 - 96) - (97 - 98) - (99)	30.000	67%

Conseguentemente all'articolo 1, comma 143, alle lettere d) *ed* e)*, le parole:* «3.272 ìnilioni» *e* «6.272 milioni» *sono, rispettivamente, sostituite dalle seguenti:* «4,300 milioni» *e* «7.300 milioni».

1.414

GUALDANI

Al comma 44 lettera a).

Sostituire la tabella di cui all'Allegato 4 con la seguente:

PROGRESSIVO	GRUPPO DI SETTORE	CODICI ATTIVITA' ATECO 2004	VALORE SOGLIA DEI RICAVI/COMPENSI	REDDITIVITA'
1	Industrie alimentari e delle bevande	(10-11)	45.000	40%
2	Commercio all'ingrosso e al dettaglio	45 - (da 46.2 a 46.9) - (da 47.1 a 47.7) - 47.9	50.000	40%

3	Commercio ambulante di prodotti alimentarti e bevande	47.81	40.000	40%
4	Commercio ambulante di altri prodotti	47.82 - 47.89	30.000	54%
5	Costruzioni e attività immobiliari	(41 - 42 - 43) - 68	25.000	86%
6	Intermediari del commercio	46.1	25.000	62%
7	Attività dei Servizi di alloggio e di ristorazione	55-56	50.000	40%
8	Attività Professionali, Scientifiche, Tecniche, Sanitarie, di Istruzione, Servizi Finanziari ed Assicurativi	(64 - 65 - 66) - (69 - 70 - 71 - 72 - 73 - 74 - 75) - (85) - (86 - 87 - 88)	25.000	78%
9	Altre Attività economiche	(01 - 02 - 03) - (05 - 06 - 07 - 08 - 09) - (12 - 13 - 14 - 15 - 16 - 17- 18 - 19 - 20 - 21- 22 - 23 - 24 - 25 - 26 - 27 - 28 - 29 - 30 - 31 - 32 - 33) - (35) - (36 - 37 - 38 - 39) - (49 - 50 - 51 - 52 - 53) - (58 - 59 - 60 - 61 - 62 - 63) - (77 - 78 - 79 - 80 - 81 - 82) - (84) - (90 - 91 - 92 - 93) - (94 - 95 - 96) - (97 - 98) - (99)	30.000	67%

Conseguentemente al comma 143 del medesimo articolo, alle lettere d) *ed* e)*, le parole:* «3.272 milioni» *e* «6.272 milioni» *sono, rispettivamente, sostituite dalle seguenti:* «3.572 milioni» *e* «6.572 milioni».

1.415

TOMASELLI, SANGALLI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA, COLLINA

Al comma 44, sostituire la tabella di cui all'Allegato 4 con la seguente:

PROGRESSIVO	GRUPPO DI SETTORE	CODICI ATTIVITA' ATECO 2004	VALORE SOGLIA DEI RICAVI/COMPENSI	REDDITIVITA'

1	Industrie alimentari e delle bevande	(10-11)	45.000	40%
2	Commercio all'ingrosso e al dettaglio	45 - (da 46.2 a 46.9) - (da 47.1 a 47.7) - 47.9	50.000	40%
3	Commercio ambulante di prodotti alimentarti e bevande	47.81	40.000	40%
4	Commercio ambulante di altri prodotti	47.82 - 47.89	30.000	54%
5	Costruzioni e attività immobiliari	(41 - 42 - 43) - 68	25.000	86%
6	Intermediari del commercio	46.1	25.000	62%
7	Attività dei Servizi di alloggio e di ristorazione	55-56	50.000	40%
8	Attività Professionali, Scientifiche, Tecniche, Sanitarie, di Istruzione, Servizi Finanziari ed Assicurativi	(64 - 65 - 66) - (69 - 70 - 71 - 72 - 73 - 74 - 75) - (85) - (86 - 87 - 88)	25.000	78%
9	Altre Attività economiche	(01 - 02 - 03) - (05 - 06 - 07 - 08 - 09) - (12 - 13 - 14 - 15 - 16 - 17- 18 - 19 - 20 - 21- 22 - 23 - 24 - 25 - 26 - 27 - 28 - 29 - 30 - 31 - 32 - 33) - (35) - (36 - 37 - 38 - 39) - (49 - 50 - 51 - 52 - 53) - (58 - 59 - 60 - 61 - 62 - 63) - (77 - 78 - 79 - 80 - 81 - 82) - (84) - (90 - 91 - 92 - 93) - (94 - 95 - 96) - (97 - 98) - (99)	30.000	67%

Conseguentemente all'articolo 1 comma 143, alle lettere d) *ed* e)*, le parole:* «3.272 milioni» *e* «6.272 milioni» *sono, rispettivamente, sostituite dalle seguenti:* «3.572 milioni» *e «6.572 milioni».*

1.416

GALIMBERTI

Al comma 44, lettera a), *sostituire la tabella di cui all'Allegato 4 con la seguente:*

PROGRESSIVO	GRUPPO DI SETTORE	CODICI ATTIVITA' ATECO 2004	VALORE SOGLIA DEI RICAVI/COMPENSI	REDDITIVITA'
1	Industrie alimentari e delle bevande	(10-11)	45.000	40%
2	Commercio all'ingrosso e al dettaglio	45 - (da 46.2 a 46.9) - (da 47.1 a 47.7) - 47.9	50.000	40%
3	Commercio ambulante di prodotti alimentarti e bevande	47.81	40.000	40%
4	Commercio ambulante di altri prodotti	47.82 - 47.89	30.000	54%
5	Costruzioni e attività immobiliari	(41 - 42 - 43) - 68	25.000	86%
6	Intermediari del commercio	46.1	25.000	62%
7	Attività dei Servizi di alloggio e di ristorazione	55-56	50.000	40%
8	Attività Professionali, Scientifiche, Tecniche, Sanitarie, di Istruzione, Servizi Finanziari ed Assicurativi	(64 - 65 - 66) - (69 - 70 - 71 - 72 - 73 - 74 - 75) - (85) - (86 - 87 - 88)	25.000	78%
9	Altre Attività economiche	(01 - 02 - 03) - (05 - 06 - 07 - 08 - 09) - (12 - 13 - 14 - 15 - 16 - 17- 18 - 19 - 20 - 21- 22 - 23 - 24 - 25 - 26 - 27 - 28 - 29 - 30 - 31 - 32 - 33) - (35) - (36 - 37 - 38 - 39) - (49 - 50 - 51 - 52 - 53) - (58 - 59 - 60 - 61 - 62 - 63) - (77 - 78 - 79 - 80 - 81 - 82) - (84) - (90 - 91 - 92 - 93) - (94 - 95 - 96) - (97 - 98) - (99)	30.000	67%

Conseguentemente all'articolo 1 comma 143, alle lettere d) *ed* e), *le parole:* «3.272 milioni» *e* «6.272 milioni» *sono, rispettivamente, sostituite dalle seguenti:* «3.572 milioni» *e* «6.572 milioni».

1.417

LEZZI

Al comma 44, lettera a), *all'allegato 4, per ciascun* «GRUPPO DI SETTORE», *sostituire le colonne:* «VALORE SOGLIA DEI RICAVI/COMPRESI» *e* «REDDITIVITÀ» *come segue*:

Allegato 4

PROGRESSIVO	GRUPPO DI SETTORE	VALORE SOGLIA DEI RICAVI/COMPENSI	REDDITIVITA'
1	Industrie alimentari e delle bevande	50.000	25%
2	Commercio all'ingrosso e al dettaglio	60.000	25%
3	Commercio ambulante di prodotti alimentarti e bevande	50.000	25%
4	Commercio ambulante di altri prodotti	50.000	25%
5	Costruzioni e attività immobiliari	50.000	30%
6	Intermediari del commercio	50.000	50%
7	Attività dei Servizi di alloggio e di ristorazione	50.000	30%
8	Attività Professionali, Scientifiche, Tecniche, Sanitarie, di Istruzione, Servizi Finanziari ed Assicurativi	50.000	30%
9	Altre Attività economiche	50.000	25%

Conseguentemente, al medesimo articolo 1, apportare le seguenti modificazioni:

a) Sopprimere il comma 105;

b) al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni» *con le seguenti:* «50 milioni»;

c) al comma 116, sostituire le parole: «100 milioni» *con le seguenti:* «30 milioni»;

d) al comma 121, sostituire le parole: «200 milioni» *con le seguenti:* «80 milioni».

E conseguentemente ancora, all'articolo 2, sopprimere il comma 207.

1.418

COMAROLI, TOSATO, BELLOT

Al comma 44, lettera a), *allegato 4, alla colonna:* «Valore soglia dei ricavi compensi» *sostituire tutte le cifre con la seguente:* «50.0001» ;

Conseguentemente:

All'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117 e 125. All'articolo 2, sopprimere il comma 207.

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 553.818 migliaia di euro di euro a decorrere dal 2015».

1.419

COMAROLI, TOSATO, BELLOT

Al comma 44, lettera a), *allegato 4, apportare le seguenti modificazioni:*

a) alla colonna: «Valore soglia dei ricavi compensi» *sostituire tutte le cifre con la seguente:* «40.0001»;

b) alla colonna: «Redditività»:

1) alla quarta riga sostituire la cifra: «54» *con* «40»;

2) alla quinta riga sostituire lo cifra: «86» *con* «62»;

3) all'ottava riga sostituire lo cifra: «78» *con* «62»;

4) alla nona riga sostituire la cifra: «67» *con* «62».

Conseguentemente:

All'articolo 1, sopprimere i commi 116,117 e 125.

All'articolo 2, sopprimere il comma 207.

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 553.818 migliaia di euro di euro a decorrere dal 2015».

1.420

COMAROLI, TOSATO, BELLOT

Al comma 44, lettera a), *allegato 4, alla colonna:* «Valore soglia dei ricavi compensi» *sostituire tutte le cifre con la seguente:* «40.0001».

Conseguentemente:

All'articolo 1, sopprimere i commi 116,117 e 125.

All'articolo 2, sopprimere il comma 207.

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 553.818 migliaia di euro di euro a decorrere dal 2015».

1.421

GIANLUCA ROSSI, MAURO MARIA MARINO, SANGALLI, FORNARO, GIACOBBE, GUERRA, MOSCARDELLI, RICCHIUTI, TURANO, GATTI, PEGORER

Al comma 44, lettera a), *allegato n. 4, alla colonna valore soglia dei ricavi/compensi sostituire le parole:* «15.000» *e* «20.000» *ovunque ricorrano, con le seguenti:* «25.000».

Conseguentemente, alla tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 50.000.000;

2016: ? 50.000.000;

2017: ? 50.000.000.

1.422

COMAROLI, TOSATO, BELLOT

Al comma 44, lettera a), *allegato 4, alla colonna* «Redditività», *apportare le seguenti modificazioni:*

a) alla quarta riga sostituire lo cifra: «54» *con* «40»;

b) alla quinta riga sostituire la cifra: «86» *con* «62»;

c) all'ottava riga sostituire la cifra: «78» *con* «62»;

d) alla nona riga sostituire lo cifra: «67» *con* «62».

Conseguentemente:

All'articolo 1, sopprimere i commi 116,117 e 125.

All'articolo 2, sopprimere il comma 207.

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 553.818 migliaia di euro di euro a decorrere dal 2015».

1.423

URAS, DE PETRIS

Al comma 44, lettera a), *allegato 4, apportare le seguenti modificazioni:*

1) al numero 5:

a) sostituire la cifra: «15.000» *con la seguente:* «30.000»;

b) sostituire la cifra: «86 per cento» *con la seguente:* «62 per cento»;

2) al numero 6, sostituire la cifra: «15.000» *con la seguente:* «30.000»;

3) al numero 8:

a) sostituire la cifra: «15.000» *con la seguente:* «30.000»;

b) sostituire la cifra: «78 per cento» *con la seguente:* «62 per cento».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 9, al capoverso «1-*bis*», *i numeri 1) e 2) sono sostituiti dai seguenti:*

1) 720 euro, se il reddito complessivo non è superiore a 24.000 euro;

2) 720 euro, se il reddito complessivo è superiore a 24.000 euro ma non a 26.000 euro. II credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra importo di 26.000 euro, diminuito del reddito complessivo, e l'importo di 2.000 euro.

1.424

COMAROLI, TOSATO, BELLOT

Al comma 44, lettera a), *allegato 4, apportare le seguenti modificazioni:*

1) alla quinta riga:

a) sostituire la cifra: «15.000» *con la seguente:* «30.000»;

b) sostituire la cifra: «86 per cento» *con la seguente:* «62 per cento»;

2) alla sesta riga, sostituire la cifra: «15.000» *con la seguente:* «30.000»;

3) all'ottava riga:

a) sostituire la cifra: «15.000» *con la seguente:* «30.000»;

b) sostituire la cifra: «78 per cento» *con la seguente:* «62 per cento».

Conseguentemente:

All'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117 e 125.

All'articolo 2, sopprimere il comma 207.

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 553.818 migliaia di euro di euro a decorrere dal 2015,».

1.425

COMAROLI, TOSATO, BELLOT

Al comma 44, lettera a), *allegato 4, apportare le seguenti modificazioni:*

1) *alla quinta riga:*

a) sostituire la cifra: «15.000» *con la seguente:* «30.000»;

b) sostituire la cifra: «86 per cento» *con la seguente:* «62 per cento».

Conseguentemente:

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 553.818 migliaia di euro a decorrere dal 2015».

1.426

COMAROLI, TOSATO, BELLOT

Al comma 44, lettera a), *allegato 4, alla sesta riga, sostituire la cifra:* «15.000» *con la seguente:* «30.000».

Conseguentemente:

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 553.818 migliaia di euro a decorrere dal 2015».

1.427

BERTOROTTA, MOLINARI, VACCIANO, BOTTICI, MANGILI, BULGARELLI

Al comma 44, lettera a)*, all'allegato 4 ivi richiamato, ai valori della soglia dei ricavi/compensi dei progressivi n. 5, 6 e 8, sostituire le parole:* «15.000» *con le seguenti:* «20.000».

Conseguentemente, al medesimo articolo 1, al comma 121, sostituire le parole: «200 milioni» *con le seguenti:* «80 milioni».

1.428

URAS, DE PETRIS

Al comma 44, lettera a)*, allegato 4, apportare le seguenti modificazioni:*

? *al numero 8: sostituire la cifra:* «15.000» *con la seguente:* «30.000»;

? *sostituire la cifra:* «78 per cento» *con la seguente:* «62 per cento».

Conseguentemente, all'articolo 4, comma 1, al capoverso 1-bis*, i numeri 1) e 2) sono sostituiti dai seguenti:*

«1) 720 euro, se il reddito complessivo non è superiore a 24.000 euro;

2) 720 euro, se il reddito complessivo è superiore a 24.000 euro ma non a 26.000 euro. il credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra l'importo di 26.000 euro, diminuito del reddito complessivo, e l'importo di 2.000 euro»

1.429

COMAROLI, TOSATO, BELLOT

Al comma 44, lettera a)*, allegato 4, all'ottava riga sostituire la cifra:* «15.000» *con la seguente:* «30.000» *e la cifra:* «78%» *con la seguente:* «62%».

Conseguentemente:

All 'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 553.818 migliaia di euro a decorrere dal 2015».

1.430

URAS, DE PETRIS

Apportare le seguenti modifiche:

Al comma 44, allegato n. 4 della presente legge, Riquadro 8, Valore soglia ricavi e compensi, sostituire il valore: «15.000» *con* «30.000».

al comma 54, alla fine del primo periodo, sostituire le parole: «pari al 15 per cento» *con le seguenti:* «pari al 5 per cento per i cinque anni successivi all'entrata in vigore del regime forfetario, con un aumento progressivo annuale di un punto percentuale a partire dal sesto anno fino al raggiungimento del 10 per cento nel decimo anno di attività».

al comma 55, sostituire le parole: «per i due successivi» *con le seguenti:* «per i quattro successivi».

sopprimere il comma 67.

al comma 72, sopprimere il terzo periodo.

dopo il comma 73, aggiungere il seguente:

«73-*bis*. Al decreto legislativo 10 settembre 2003, n. 276, dopo l'art. 6-*bis* aggiungere il seguente: "69-*ter*. il compenso corrisposto ai soggetti titolari di lavoro autonomo di cui all'articolo 53, comma 1, del testo unico delle imposte sui redditti, approvato con decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, deve essere proporzionato alla quantità e alla qualità del lavoro eseguito e non può essere inferiore ai minimi stabiliti in modo specifico per ciascun settore di attività, eventualmente articolati per i relativi profili professionali tipici ed in ogni caso sulla base dei minimi salariali applicati nel settore medesimo alle mansioni equiparabili svolte dai lavoratori subordinati, doi contratti collettivi sottoscritti dalle organizzazioni sindacali dei lavoratori e dei datori di lavoro comparativamente più rappresentative sul piano nazionale."».

dopo il comma 73, aggiungere il seguente:

«73-*ter*. Aifini dell'obbligo previsto dall'articolo 2, comma 26; della legge 8 agosto 1995, n. 335, i soggetti titolari di redditi di lavoro autonomo di cui all'articolo 53, comma 1, del testo unico delle tmposte sui redditi, approvato con decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, e successive modificazioni, hanno diritto ad addebitare ai committenti, in via definitiva, una percentuale nella misura:

del 20,48 per cento dei compensi lordi con effetto dal 1º gennaio 2015;
del 21,15 per cento dei compensi lordi con effetto dal 1º gennaio 2016;
del 21,81 per cento dei compensi lordi con effetto dal 1 gennaio 2017;
del 23,09 per cento dei compensi lordi con effetto dal 1 gennaio 2018.».

1.431

COMAROLI, TOSATO, BELLOT

Al comma 44, lettera a), *allegato 4, all'ottava riga sostituire la cifra:* «15.000» *con la seguente:* «30.000».

Conseguentemente:

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 553.818 migliaia di euro a decorrere dal 2015».

1.432

DI BIAGIO

Al comma 44, lettera a)*, allegato n. 4 alla colonna denominata* «valore soglia dei ricavi/compensi» *riga n. 8 denominata* «attività professionali, scientifiche, tecniche, Sanitarie, di Istruzione, Servizi Finanziari ed Assicurativi», *il valore soglia dei ricavi/compensi, sostituire la cifra:* «15.000», *con la seguente:* «30.000».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 50.000.000;
2016: ? 50.000,000;
2017: ? 50.000.000.

1.433

URAS, DE PETRIS

Al comma 44, lettera a)*, allegato n. 4 alla colonna denominata* «valore soglia dei ricavi/compensi» *riga n. 8 denominata* «attività professionali, scientifiche, tecniche, Sanitarie, di Istruzione, Servizi Finanziari ed Assicurativi», *il valore soglia dei ricavi/compensi, sostituire la cifra:* «15.000», *con la seguente:* «30.000».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 50.000.000;
2016: ? 50.000,000;
2017: ? 50.000.000.

1.434

VERDUCCI, MATURANI, STEFANO ESPOSITO, FABBRI, VACCARI, GIANLUCA ROSSI, CAPACCHIONE, FISSORE, ELENA FERRARA, ZANONI, CARDINALI, ANGIONI, TOMASELLI, FILIPPI

Al comma 44, lettera a)*, allegato n. 4 alla colonna denominata* «valore soglia dei ricavi/compensi» *riga n. 8 denominata* «attività professionali, scientifiche, tecniche, Sanitarie, di Istruzione, Servizi Finanziari ed Assicurativi» *il valore soglia dei ricavi/compensi, sostituire lo cifra* «15.000»*, con lo seguente:* «30.000».

Conseguentemente:

all'articolo 3, comma 21 lettera g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quadruploli».

Alla tabella A, *voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 50.000.000;

2016: ? 50.000,000;

2017: ? 50.000.000.

1.435

MANASSERO

Al comma 44, lettera a), *allegato n. 4, progressivo punto 8, alla colonna valore soglia dei ricavi/compensi sostituire le parole:* «15.000», *con le seguenti:* «30.000».

Conseguentemente:

? *all'articolo 3, comma 21, lettera* g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quintuplo».

? *Alla Tabella* A, *voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 50.000.000;

2016: ? 50.000.000;

2017: ? 50.000.000.

1.436

SUSTA

Al comma 44, lettera a), *allegato n. 4 alla colonna denominata* «Valore soglia dei ricavi/compensi» *riga n. 8 denominata* «attività professionali, scientifiche, tecniche, Sanitarie, di Istruzione, Servizi Finanziari ed Assicurativi», *il valore soglia dei ricavi/compensi, sostituire la cifra:* «15.000», *con la seguente:* «30.000».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 50.000.000;

2016: ? 50.000,000;

2017: ? 50.000.000.

1.437

COMAROLI, TOSATO, BELLOT

Al comma 44, lettera a), *allegato 4, alla nona riga sostituire la cifra:* «20.000» *con la seguente:* «30.000» .

Conseguentemente:

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole:

«, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 553.818 migliaia di euro a decorrere dal 2015».

1.438

COMAROLI, TOSATO, BELLOT

Al comma 44 lettera b) *sostituire le parole:* «euro 5.000» *con le seguenti:* «euro 10.000».

Conseguentemente:

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole:

« ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 150 milioni di euro di euro a decorrere dal 2015».

1.439

LEZZI

Al comma 44 lettera c), *sostituire le parole:* «20.000» *con le seguenti:* «50.000»

Conseguentemente, al medesimo articolo 1, apportare le seguenti modificazioni:

a) *Sopprimere il comma 105;*

b) *al comma 112, sostituire le parole:* «250 milioni» *con le seguenti:* «100 milioni»

c) *al comma 116, sostituire le parole:* «100 milioni» *con le seguenti:* «50 milioni»;

d) *al comma 121, sostituire le parole:* «200 milioni» *con le seguenti:* «100 milioni»

E conseguentemente ancora, all'articolo 2, sopprimere il comma 207.

1.440

MILO

Al comma 44, dopo il punto 5), aggiungere il seguente:

«6). Il comma 1 dell'articolo 14 del decreto legislativo 41 marzo 2011, n. 23, è sostituito dal seguente:

"1. L'imposta municipale propria relativa agli immobili strumentali è deducibile ai fini della determinazione del reddito d'impresa e del reddito di arti e professioni. La medesima imposta è indeducibile ai fini dell'imposta regionale sulle attività produttive.

2. La disposizione di cui al comma 40-bis ha effetto a decorrere dal periodo d'imposta in corso al31 dicembre 2014"».

1.441

LEZZI, BULGARELLI, MANGILI

Dopo il comma 44, inserire i seguenti:

«44-*bis*. Nei limiti di spesa di 50 milioni di euro ai soci delle imprese di *start-up* innovative non si applica il contributo minimale di cui al comma 3 dell'articolo 1 della legge 2 agosto 1990, n. 233, e al comma 7 dell'articolo 6 della legge 31 dicembre 1991, n. 415.

44-*ter*. Il Ministro dello sviluppo economico, entro novanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, stabilisce, con proprio decreto, la misura dei contributi e le modalità per il loro pagamento e la loro riscossione da parte dei soggetti di cui al comma 44-*bis*, iscritti alla gestione artigiani e commercianti».

Conseguentemente, alla tabella A*, voce Ministero dell'economia e finanze, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 50.000.000;
2016: ? 50.000.000;
2017: ? 50.000.000.

1.442

BERTOROTTA, MOLINARI, VACCIANO, BOTTICI, MANGILI, BULGARELLI

All'articolo 1, al comma 45, alla letto a) *sopprimere la parola* «non».

1.443

GUALDANI

Dopo il comma 48 aggiungere il seguente:

«48-*bis*. All'articolo 17 del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633, e successive modificazioni, dopo il comma 1, è inserito il seguente:

"1-*bis*. In tutte le operazioni di pagamento intermediate tramite Poste Italiane S.p.A., banche, istituti di pagamento o di moneta elettronica per il tramite del quale, ai sensi dell'articolo 49 del decreto legislativo 21 novembre 2007, n. 231, è stato eseguito il trasferimento di denaro, l'imposta sul valore aggiunto è versata direttamente dagli stessi intermediari, in nome e per conto del cedente o fornitore. L'IVA, calcolata secondo l'aliquota prevista per le singole categorie merceologiche dovrà essere versata, nella misura del 70 per cento dell'aliquota di riferimento, direttamente allo Stato nel medesimo giorno in cui il cedente o fornitore riceverà l'incasso dalla banca, da Poste Italiane S.p.A., dall'istituto di pagamento o di moneta elettronica, decurtandola dal medesimo versamento. Il restante 30 per cento dell'aliquota di riferimento dovuto dal cedente/fornitore seguirà l'attuale normativa in vigore per il riversamento dell'IVA di cui al Decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, da emanare entro trenta giorni dalla data di entrata in vigore della presente disposizione, saranno determinate le modalità di applicazione del presente comma"».

1.444

LEZZI

Al comma 54, secondo periodo, in fine, sostituire le parole: «pari al 15 per cento» *con le seguenti:* «pari al 5 per cento».

Conseguentemente, al medesimo articolo 1, apportare le seguenti modificazioni:

a) sopprimere il comma 105;

b) al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni» *con le seguenti:* «100 milioni»;

c) al comma 116, sostituire le parole: «100 milioni» *con le seguenti:* «50 milioni»;

d) al comma 121, sostituire le parole: «200 milioni» *con le seguenti:* «100 milioni».

E conseguentemente ancora, all'articolo 2, sopprimere il comma 207.

1.445

COMAROLI, TOSATO, BELLOT

Al comma 54, secondo periodo, sostituire le parole: «15 per cento» *con le seguenti:* «5 per cento».

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117 e 125;

all'articolo 2, sopprimere il comma 207;

all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1.303.078 migliaia di euro a decorrere dal 2015».

1.446

COMAROLI, TOSATO, BELLOT

Al comma 54, secondo periodo, sostituire le parole: «15 per cento» *con le seguenti:* «5 per cento».

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117 e 125;

all'articolo 2, sopprimere il comma 207;

all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 553.818 migliaia di euro a decorrere dal 2015».

1.447

COMAROLI, TOSATO, BELLOT

Al comma 54, secondo periodo, sostituire le parole: «15 per cento» *con le seguenti:* «10 per cento».

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117 e 125;

all'articolo 2, sopprimere il comma 207;

all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1.303.078 migliaia di euro a decorrere dal 2015».

1.448

COMAROLI, TOSATO, BELLOT

Al comma 54, secondo periodo, sostituire le parole: «15 per cento» *con le seguenti:* «10 per cento».

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117 e 125;

all'articolo 2, sopprimere il comma 207;

all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 553.818 migliaia di euro a decorrere dal 2015».

1.449

CERONI

Dopo il comma 59, inserire il seguente:

«59-*bis*. All'articolo 54, comma 5, del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, e successive modificazioni, l'ultimo periodo è sostituito dal seguente: "le spese sostenute per la partecipazione a convegni, congressi e simili o a corsi

di aggiornamento professionale, comprese quelle di viaggio e quelle di soggiorno, queste nel limite massimo di 250,00 euro al giorno, ai fini degli obblighi minimi di formazione e/o aggiornamento professionale, sono integralmente deducibili; in tutti gli altri casi, sono deducibili nella misura del 50 per cento del loro ammontare, compresa la parte eccedente 250,00 al giorno per le spese di soggiorno. Al raggiungimento del pieno soddisfacimento del debito formativo, cosi come individuato, si ha diritto a un'ulteriore deduzione di 500,00 euro"».

Conseguentemente, alla Tabella C, le dotazioni riferite al finanziamento dell'attività di formazione professionale di cui all'articolo 1, comma 1163, della legge finanziaria n. 296/2006 sono ridotte del 10 per cento per ciascun anno a decorrere dal 2015. Da tali condizioni si evincono le ragioni della proposta di prevedere un'integrale deducibilità delle suddette spese. Relativamente alla copertura finanziaria, le minori entrate stimate sono compensate da una riduzione del 10 per cento, a decorrere dal 2015, delle dotazioni relative al finanziamento dell'attività di formazione professionale di cui alla Tabella C, allegata alla legge di Stabilità.

1.450

BIANCO

Dopo il comma 59, inserire il seguente:

«59-*bis*. All'articolo 3 del decreto legislativo 21 novembre 2014, n. 175, sono apportate le seguenti modifiche:

a) al comma 3, sopprimere le seguenti parole: "e gli iscritti all'Albo dei medici chirurghi e degli odontoiatri";

b) dopo il comma 3, aggiungere il seguente: "3-*bis*. Gli iscritti all'albo dei medici chirurghi e degli odontoiatri sono invece tenuti ad inviare lo spesometro con i dati delle fatture emesse ai pazienti nei tempi utili affinché l'amministrazione finanziaria provveda a ricavare i dati per la precompilazione del modello 730, da stabilirsi secondo quanto previsto dal comma 4 del presente articolo"».

1.451

CERONI

Dopo il comma 59, inserire il seguente:

«59-*bis*. All'articolo 3 del decreto legislativo 21 novembre 2014, n. 175, sono apportate le seguenti modifiche:

a) al comma 3, sopprimere le seguenti parole: "e gli iscritti all'Albo dei medici chirurghi e degli dontoiatri";

b) dopo il comma 3, aggiungere il seguente: "3-*bis*. Gli iscritti all'albo dei medici chirurghi e degli odontoiatri sono invece tenuti ad inviare lo spesometro con i dati delle fatture emesse ai pazienti nei tempi utili affinché l'amministrazione finanziaria provveda a ricavare i dati per la precompilazione del modello 730, da stabilirsi secondo quanto previsto dal comma 4 del presente articolo"».

1.452

SUSTA

Dopo il comma 64 è aggiunto il seguente:

«64-*bis*. Tutte le sanzioni, penali o pretese risarcitorie comunque applicate ovvero irrogate in rapporti commerciali e concessori di rilievo pubblicistico, devono essere improntate a princìpi di proporzionalità ed adeguatezza e debbono essere ricomprese in un valore oscillante tra il 5 per cento ed il 10 per cento del valore del fatturato netto derivante dall'esecuzione del contratto».

Conseguentemente all'articolo 3, comma 76 aggiungere, in fine, le seguenti parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Ai maggiori oneri derivanti dalla disposizione di cui all'articolo 1, comma 64-*bis*, si provvede mediante corrispondente riduzione delle dotazioni di parte corrente relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C a decorrere dal 2015».

1.453

MILO

Dopo il comma 64, aggiungere il seguente:

«64-*bis*. Con riferimento agli adempimenti tributari e di registrazione relativi agli acquisti di beni

o servizi mediante il meccanismo dell'inversione contabile, l'imposta di cui al primo periodo dell'articolo 6, comma 9-*bis*, del decreto legislativo 18 dicembre 1997, n. 471, deve intendersi come imposta dovuta e da versare.»

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 2.000.000;
2016: ? 2.000.000;
2017: ? 2.000.000.

1.454

PANIZZA, BERGER, FRAVEZZI, PALERMO, FAUSTO GUILHERME LONGO, BATTISTA, ZIN , LANIECE

Dopo il comma 65, aggiungere i seguenti:

«65-*bis.* All'articolo 10, comma 4, del decreto legislativo 14 marzo 2011, n. 23, sono aggiunte, in fine, le seguenti parole: li, nonché, limitatamente ai coltivatori diretti di età inferiore ai quaranta anni, delle disposizioni di cui all'articolo 9, comma 2, del decreto del Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, n. 601.

65-*ter.* All'articolo 1, comma 1, della tariffa I, parte prima, allegata al testo unico delle disposizioni concernenti l'imposta di registro, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 26 aprile 1986, n. 131, dopo le parole "Se il trasferimento ha per oggetto terreni agricoli e relative pertinenze a favore di soggetti diversi dai coltivatori diretti e dagli imprenditori agricoli professionali, iscritti nella relativa gestione previdenziale ed assistenziale", le parole: "12 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "14 per cento"».

1.455

DI BIAGIO

1. Dopo il comma 65, inserire il seguente comma:

65-*bis.* «All'articolo 1, comma 1324, della legge 27 dicembre 2006, n. 296, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) le parole: «e 2014» sono sostituite dalle seguenti: «,2014 e 2015»;

b) è aggiunto, in fine, il seguente periodo: «La detrazione relativa all'anno 2015 non rileva ai fini della determinazione dell'acconto IRPEF per l'anno 2016».

Alla copertura finanziaria degli oneri derivanti dal comma 1, pari a 1 milione di euro per l'anno 2015 e a 3 milioni di euro per l'anno 2016, si provvede mediante corrispondente riduzione dello stanziamento del fondo speciale di parte corrente iscritto, ai fini del bilancio triennale 2015-2017, nell'ambito del programma «Fondi di riserva e speciali» della missione «fondi da ripartire» dello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno 2015, allo scopo parzialmente utilizzando l'accantonamento relativo al Ministero del lavoro e delle politiche sociali.

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 1.000.000 euro;
2016: ? 3.000.000 euro;

1.456

DI BIAGIO

1. Dopo il comma 65, inserire il seguente comma:

65-*bis.* «All'articolo 1, comma 1324, della legge 27 dicembre 2006, n. 296, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) le parole: «e 2014» sono sostituite dalle seguenti: «, 2014 e 2015»;

b) è aggiunto, in fine, il seguente periodo: «La detrazione relativa all'anno 2015 non rileva ai fini della determinazione dell'acconto IRPEF per l'anno 2016».

Alla copertura finanziaria degli oneri derivanti dal comma 1, pari a 1 milione di euro per l'anno 2015 e a 3 milioni di euro per l'anno 2016, si provvede mediante corrispondente riduzione dello

stanziamento del fondo speciale di parte corrente iscritto, ai fini del bilancio triennale 2015-2017, nell'ambito del programma «Fondi di riserva e speciali» della missione «fondi da ripartire» dello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno 2015, allo scopo parzialmente utilizzando l'accantonamento relativo al Ministero del lavoro e delle politiche sociali.

1.457

DI BIAGIO

1. Dopo il comma 65, inserire il seguente comma:

65-*bis.* «All'articolo 1, comma 1324, della legge 27 dicembre 2006, n. 296, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) le parole: «e 2014» sono sostituite dalle seguenti: «,2014 e 2015»;

b) è aggiunto, in fine, il seguente periodo: «La detrazione relativa all'anno 2015 non rileva ai fini della determinazione dell'acconto IRPEF per l'anno 2016».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 1.000.000;

2016: ? 3.000.000;

1.458

DI BIAGIO

1. Dopo il comma 65, inserire il seguente comma:

65-*bis.* «All'articolo 1, comma 1324, della legge 27 dicembre 2006, n. 296, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) le parole: «e 2014» sono sostituite dalle seguenti: «,2014 e 2015»;

b) è aggiunto, in fine, il seguente periodo: «La detrazione relativa all'anno 2015 non rileva ai fini della determinazione dell'acconto IRPEF per l'anno 2016».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero degli Esteri, apportare le seguenti variazioni:

2016: ? 3.000.000;

1.459

PANIZZA, FRAVEZZI, FAUSTO GUILHERME LONGO, LANIECE, BATTISTA, ZIN

Dopo il comma 65, inserire il seguente:

«65-*bis.* All'articolo 8, della legge 11 agosto 1991, n. 266, al comma 1, dopo le parole: "di cui all'articolo 3", sono inserite le seguenti: "nonché delle associazioni".

Conseguentemente, all'onere derivante dall'attuazione del presente comma, pari a 2,5 milioni di euro per tanno 2015, a 3,5 milioni di euro per l'anno 2016 e a 4 milioni di euro per l'anno 2017, si provvede mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa prevista all'articolo 7-quinquies, comma 1, del decreto-legge 10 febbraio 2009, n. 5, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 aprile 2009, n. 33, relativa al Fondo per interventi urgenti ed indifferibili, come integrata, da ultimo, dall'articolo 33, comma 1, della legge 12 novembre 2011, n. 183. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio.

1.460

PANIZZA, FAUSTO GUILHERME LONGO, LANIECE, BATTISTA, ZIN

Dopo il comma 65, inserire il seguente:

«65-*bis.* All'articolo 4 del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16, convertito, con modificazioni, dalla legge 26 aprile 2012, n. 44, al comma 1-*bis,* dopo le parole: "alla fideiussone", sono aggiunte le seguenti: "e ad altra garanzia".

Conseguentemente, agli eventuali oneri derivanti dall'attuazione del presente comma si provvede, per il triennio 2015-2017, mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa relativa al Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio.

1.461

PANIZZA, FRAVEZZI, FAUSTO GUILHERME LONGO, LANIECE, BATTISTA, ZIN

Dopo il comma 65, inserire il seguente:

«65-*bis*. All'articolo 10 del decreto-legge 31 maggio 2014, n. 83, convertito, con modificazioni, dalla legge 29 luglio 2014, n. 106, al comma 1, dopo le parole: "alle imprese alberghiere" sono inserite le seguenti: ", nonché alle strutture ricettive all'aria aperta, quali i campeggi, i villaggi turistici e le aree attrezzate per la sosta temporanea".

Conseguentemente, all'onere derivante dall'attuazione del presente comma, valutato in 10 milioni di euro annui, si provvede, per il triennio 2015-2017, mediante corrispondente riduzione della dotazione del Fondo di cui all'articolo 2, comma 616, della legge 24 dicembre 2007, n. 244, relativo allo stato di previsione del Ministero dello sviluppo economico.

1.462

FILIPPI, FAVERO, PAGLIARI

Dopo il comma 65, aggiungere il seguente:

«65-*bis*. Gli istituti di patronato esistenti alla data di entrata in vigore della presente legge possono richiedere al Ministero del lavoro e delle politiche sociali l'autorizzazione per lo svolgimento dell'attività in forma consortile per un periodo non superiore a tre anni. Ai consorzi si applicano le disposizioni di cui all'art. 16 della legge 152 del 2001 qualora entro il periodo transitorio di tre anni non si pervenga alla costituzione di un unico patronato.»

1.463

DI BIAGIO

Dopo il comma 65, aggiungere il seguente:

«65-*bis*. All'articolo 12, comma 2 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente delIa Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, le parole: "2.840,51 euro" sono sostituite dalle seguenti: "5.000 euro"».

1.464

LEZZI

Sopprimere il comma 67.

Conseguentemente, al medesimo articolo 1, apportare le seguenti modificazioni.

a) Sopprimere il comma 105;

b) al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni» *con le seguenti:* «100 milioni»;

c) al comma 116, sostituire le parole: «100 milioni» *con le seguenti:* «50 milioni»;

d) al comma 121, sostituire le parole: «200 milioni» *con le seguenti:* «100 milioni».

1.465

LEZZI

Sopprimere il comma 73 e conseguentemente al comma 74, sostituire le parole: «l'Agenzia delle entrate e l'INPS stabiliscono», *con le seguenti:* «l'Agenzia delle entrate stabilisce».

1.466

LEZZI

Sopprimere il comma 75.

Conseguentemente, al medesimo articolo 1, apportare le seguenti modificazioni:

a) al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni» *con le seguenti:* «240 milioni»;

b) al comma 116, sostituire le parole: «100 milioni» *con le seguenti:* «50 milioni»;

c) al comma 121, sostituire le parole: «200 milioni» *con le seguenti:* «100 milioni».

1.467

COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI

Dopo il comma 79, aggiungere il seguente:

«79-*bis*. Nel caso di carichi iscritti a ruolo, fino alla data di entrata in vigore della presente legge e relativi a imposte regolarmente dichiarate, il contribuente può richiedere, entro il 30 giugno 2015, di pagare l'imposta dovuta che può, con apposita istanza, essere rateizzata secondo le disposizioni di cui

all'art. 19 del decreto del Presidente della Repubblica, 29 settembre 1973, n. 602. Non sono dovute le sanzioni, gli interessi, anche di mora, e gli aggi di riscossione.

2. Nel caso di carichi iscritti a ruolo, fino alla data di entrata in vigore della presente legge e diversi da quelli di cui al comma precedente, il contribuente può richiedere, entro il 30 giugno 2015, di pagare l'imposta dovuta che può, sulla base di apposita istanza, essere rateizzata secondo le disposizioni di cui all'art. 19 del decreto del Presidente della Repubblica, 29 settembre 1973, n. 602. Le sanzioni, gli interessi, anche di mora, e gli aggi di riscossione sono ridotti nella misura del cinquanta per cento.

3. All'art. 8, comma 2, del D.Lgs. 19 giugno 1997, n. 218, le parole: "Le somme dovute possono essere versate anche ratealmente in un massimo di otto rate trimestrali di pari importo o in un massimo di dodici rate trimestrali se le somme dovute superano i cento milioni di lire" sono sostituite con le parole: "Le somme dovute possono ssere versate anche ratealmente in un massimo di dodici rate trimestrali di pari importo o in un massimo di venti rate trimestrali se le somme dovute superano i 50.000 euro".

4. All'art. 48, comma 3, secondo periodo, del D.Lgs. 31 dicembre 1992, n. 546, le parole: "Il processo verbale costituisce titolo per la riscossione delle somme dovute mediante versamento diretto in un'unica soluzione ovvero in forma rateale, in un massimo di otto rate trimestrali di pari importo, ovvero in un massimo di dodici rate trimestrali se le somme dovute superano i 50.000 euro" sono sostituite con le parole: "Il processo verbale costituisce titolo per la riscossione delle somme dovute mediante versamento diretto in un 'unica soluzione ovvero in forma rateale, in un massimo di dodici rate trimestrali di pari importo, ovvero in un massimo di venti rate trimestrali se le somme dovute superano i 50.000 euro".

5. Le disposizioni di cui ai commi 3 e 4 si applicano, previa presentazione di apposita istanza all'Agenzia delle Entrate, anche alle rateazioni di pagamento in corso alla data di entrata in vigore della presente legge, con riferimento ai residui importi da versare. L'Agenzia delle Entrate, cui è rivolta l'istanza, provvede alla rideterminazione degli importi relativi al nuovo piano di rateazione».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 25.000.000;
2016: ? 25.000.000;
2017: ? 25.000.000.

1.468

COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI

Dopo il comma 79, aggiungere il seguente:

«79-*bis*. 1. Qualora il contribuente non congruo agli studi di settore sia invitato al contraddittorio dall'Agenzia delle Entrate e non addivenga alla definizione, lo stesso può chiedere un parere all'osservatorio regionale per gli studi di settore.

2. L'osservatorio, nella prima riunione utile, che non può essere fissata in data successiva a sessanta

giorni dalla richiesta, analizza la problematica sottoposta al suo esame e, se ritiene fondate le ragioni del contribuente, volte alla disapplicazione degli studi di settore, emette un parere cui l'Agenzia delle Entrate deve uniformarsi.

3. Qualora il contribuente, nelle more del procedimento dinanzi all'osservatorio, abbia prodotto ricorso agli organi della giustizia tributaria e successivamente alla proposizione dello stesso sia intervenuto il parere di cui al comma precedente, l'Agenzia deve rinunciare al contenzioso.

4. La composizione dell'osservatorio regionale per gli studi di settore, di cui alla legge 8 maggio 1998, n. 146 e successive modiflcazioni e integrazioni, è così determinata: un presidente di sezione della Commissione Tributaria Regionale, nominato dal presidente della commissione medesima, con funzioni di presidente; un dirigente dell'Agenzia delle Entrate, con funzioni di vice presidente; un rappresentante per ciascuna Direzione provinciale della medesima Agenzia; i rappresentanti di

associazioni di categoria dell'industria, del commercio e dell'artigianato e i rappresentanti degli ordini professionali degli esercenti arti e professioni economiche e giuridiche, tecniche e sanitarie; un rappresentante dell'Associazione Nazionale dei Comuni Italiani.

I componenti dell'osservatorio regionale, che non provengono dall'Agenzia delle Entrate, devono essere numericamente pari a quelli appartenenti alla medesima Agenzia. Con decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri, da emanare entro 30 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono costituiti gli osservatori regionali per gli studi di settore nella nuova composizione».

Conseguentemente,

all'articolo 1, comma 83, sostituire le parole: «2.200 milioni di euro», *con le seguenti:* «2.188 milioni di euro», *e le parole:* «2.000 milioni di euro» *con le seguenti:* «1.988 milioni di euro».

1.469

MARINELLO, MANCUSO, GUALDANI

Dopo il comma 79, inserire il seguente:

«79-*bis*. All'articolo 54, comma 5, del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, e successive modificazioni, le parole: "le spese di partecipazione a convegni, congressi e simili o a corsi di aggiornamento professionale, incluse quelle di viaggio e soggiorno sono deducibili nella misura del 50 per cento del loro ammontare" sono sostituite dalle seguenti: "le spese sostenute per la partecipazione a convegni, congressi e simili o a corsi di aggiornamento professionale, comprese quelle di viaggio e quelle di soggiorno, queste nel limite massimo di 250,00 euro al giorno, ai fini degli obblighi minimi di formazione e/o aggiornamento professionale, sono integralmente deducibili; in tutti gli altri casi, sono deducibili nella misura del 50 per cento del loro ammontare, compresa la parte eccedente 250,00 al giorno per le spese di soggiorno. Al raggiungimento del pieno soddisfacimento del debito formativo, cosi come individuato, si ha diritto a un'ulteriore deduzione di 500,00 euro"».

Conseguentemente, alla Tabella C, missione Politiche attive del lavoro, i servizi per il lavoro e la formazione ? Ministero del Lavoro e delle politiche socialii- Legge n. 296 del 2006 ? Art. 1, co. 1163: Finanziamento dell'attività di formazione professionale (1.9 ? cap. 7682) le dotazioni sono ridotte del 10 per cento per ciascun anno a decorrere dal 2015.

1.470

MARINELLO, MANCUSO, GUALDANI

Dopo il comma 79, inserire il seguente:

«79-*bis*. All'articolo 3 del decreto legislativo 21 novembre 2014, n. 175, sono apportate le seguenti modifiche:

a) al comma 3, sopprimere le seguenti parole: "e gli iscritti all'Albo dei medici chirurghi e degli odontoiatri";

b) dopo il comma 3, aggiungere il seguente: "3-*bis*. Gli iscritti all'albo dei medici chirurghi e degli odontoiatri sono invece tenuti ad inviare lo spesometro con i dati delle fatture emesse ai pazienti nei tempi utili affinché l'amministrazione finanziaria provveda a ricavare i dati per la precompilazione del modello 730, da stabilirsi secondo quanto previsto dal comma 4 del presente articolo"».

1.471

LAI, BROGLIA

Dopo il comma 79, aggiungere il seguente:

«79-*bis*. Il regime fiscale di cui al presente articolo si applica altresì alla categoria degli operatori dei servizi educativi domiciliari aventi un fatturato non superiore a 40.000 euro. Ai ricavi o compensi percepiti dai predetti soggetti nel periodo d'imposta di riferimento è applicato un coefficiente di redditività del 40 per cento. Con decreto del Ministero dell'Economia e delle Finanze sono determinate le modalità di attuazione del presente comma e sono altresl apportate le opportune modifiche all'allegato 4 della presente legge».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'Economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 100.000.000;
2016: ? 100.000.000;
2017: ? 100.000.000.

1.472

MAURO MARIA MARINO, LAI, GIANLUCA ROSSI, FORNARO, GIACOBBE, GUERRA, MOSCARDELLI, RICCHIUTI, TURANO

Dopo il camma 79, aggiungere i seguenti:

«79-*bis*. I soci delle cooperative agricole in stato di accertata insolvenza alla data del 31 dicembre 1999, ai fini dell'accollo statale delle garanzie rilasciate in favore delle cooperative stesse, ai sensi dell'articolo 1, comma 1-*bis*, del decreto-Iegge 20 maggio 1993, n. 149, convertito, con modificazioni, dalla legge 19 luglio 1993, n. 237, rifinanziata dall'articolo 126 della legge 23 dicembre 2000, n. 388, possono presentare domanda entro il termine perentorio di sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge. Le garanzie devono riguardare crediti ancora in essere nei confronti dei soci garantiti all'atto dell'adozione del provvedimento di pagamento e saranno inserite in coda all'elenco n. 1 allegato al decreto ministeriale del 18 dicembre 1995, secondo l'ordine di presentazione delle domande e si procederà all'accollo nei limiti dei fondi già stanziati per l'attuazione del citato decreto-legge 20 maggio 1993, n. 149».

1.473

MAURO MARIA MARINO, LAI, GIANLUCA ROSSI, FORNARO, GIACOBBE, GUERRA, MOSCARDELLI, RICCHIUTI, TURANO

Dopo il comma 79, aggiungere I seguenti:

«79-*bis*. Alla lettera *b)*, del comma 3, dell'articolo 25 del decreto-legge 12 settembre 2013, n. 104, convertito, con modificazioni, dalla legge 8 novembre 2013, n. 128, alla lettera *b)*, sostituire le parole: "a decorrere dal 1º gennaio 2015" con le seguenti: "a decorrere dal 1º gennaio 2016".

79-*ter*. Agli oneri derivanti dall'attuazione comma 23, pari a 130 milioni di euro annui per l'anno 2015, si provvede mediante corrispondente riduzione dei regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale di cui all'allegato A della nota integrativa alla Tabella 1 del bilancio dello Stato, relativa allo stato di previsione dell'entrata, prevista ai sensi dell'articolo 21, comma il, lettera *a)*, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, che appaiono, in tutto o in parte, ingiustificati o superati alla luce delle mutate esigenze sociali o economiche.

79-*quater*. Al comma 2, dell'articolo 15 del decreto-legge 8 agosto 2013, n. 91, convertito, con modificazioni dalla legge 7 ottobre 2013, n. 112, la lettera *e-ter)* è sostituita dalla seguente:

"*e-ter)*. per le finalità di cui all'articolo 8, quanto a 20 milioni di euro, a decorrere dal 2015 si provvede mediante corrispondente rimodulazione del Fondo interventi strutturali di politica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307».

1.474

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 79, inserire il seguente:

«79-*bis*. In via sperimentale i lavoratori cassaintegrati inoccupati che intraprendono un'attività imprenditoriale sono esenti dalle imposte sui redditi per i primi due periodi di imposta, elevato a quattro anni nel caso di assunzione di almeno tre dipendenti a tempo indeterminato entro un anno dall'avvio dell'attività. Le modalità di attuazione della presente disposizione sono affidate ad un decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, da emanarsi entro 60 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge».

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117, 124, 125, 132;

all'articolo 2, sopprimere il comma 207;

all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le seguenti parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella

C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1.000 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

1.475

BONFRISCO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, D'ANNA, ARACRI, PAGNONCELLI, SCAVONE, RUVOLO

Dopo il comma 80, inserire il seguente:

«80-*bis* ? *(Abolizione della TASI sulla prima casa). ?* 1. All'articolo 1 della legge 27 dicembre 2013, n. 147, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al comma 639, dopo le parole: "a carico sia del possessore che dell'utilizzatore dell'immobile," sono inserite le seguenti: "escluse le abitazioni principali e le relative pertinenze, ad eccezione delle abitazioni di lusso aventi le caratteristiche individuate dal decreto del Ministro per i lavori pubblici 2 agosto 1969, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* n. 218 del 27 agosto 1969, e comunque dei fabbricati classificati nelle categorie catastali A/8 e A/9";

b) al comma 669, le parole: "ivi compresa l'abitazione principale," sono soppresse;

c) al comma 677, le parole da: "a condizione" fino alla fine del comma sono soppresse».

Conseguentemente, all'articolo 3, dopo il comma 74 inserire il seguente:

«74-*bis*. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze i regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale di cui all'allegato A della nota integrativa al bilancio di previsione relativa alla Tabella l dello Stato di previsione delle entrate prevista ai sensi dell'articolo 21, comma 11, lettera a), della legge 31 dicembre 2009, n. 196, che appaiono, in tutto o in parte, ingiustificati o superati alla luce delle mutate esigenze sociali o economiche ovvero che costituiscono una duplicazione, sono modificati, soppressi o ridotti, a decorrere dall'anno 2015, al fine di assicurare maggiori entrate pari a 4.000 milioni di euro. Nei casi in cui la disposizione del primo periodo del presente comma non sia suscettibile di diretta e immediata applicazione, con uno o più decreti del Ministro dell'economia e delle finanze sono stabilite le modalità tecniche per l'attuazione del presente comma con riferimento ai singoli regimi interessati L'emendamento prevede l'esenzione TASI sulla prima CASA.».

1.476

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Dopo il comma 80, aggiungere il seguente:

«80-*bis*. All'articolo 1 della legge 27 dicembre 2013, n. 147, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al comma 639, dopo le parole: "a carico sia del possessore che dell'utilizzatore dell'immobile," sono inserite le seguenti: "escluse le abitazioni principali e le relative pertinenze, ad eccezione delle abitazioni di lusso aventi le caratteristiche individuate dal decreto del Ministro per i lavori pubblici 2 agosto 1969, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* n. 218 del 27 agosto 1969, e comunque dei fabbricati classificati nelle categorie catastali A/8 e A/9,";

b) al comma 669, le parole: "ivi compresa l'abitazione principale," sono soppresse;

c) al comma 677, le parole da: "a condizione" fino alla fine del comma sono soppresse».

Conseguntemente, all'articolo 3, dopo il comma 66 inserire il seguente:

«66-*bis*. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze i regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale di cui all'allegato A della nota integrativa al bilancio di previsione relativa alla Tabella 1 dello Stato di previsione delle entrate prevista ai sensi dell'articolo 21, comma 11, lettera *a)*, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, che appaiono, in tutto o in parte, ingiustificati o superati alla luce delle mutate esigenze sociali o economiche ovvero che costituiscono una duplicazione, sono modificati, soppressi o ridotti, a decorrere dall'anno 2015, al fine di assicurare maggiori entrate pari a 4.000 milioni di euro. Nei casi in cui la disposizione del primo periodo del presente comma non sia suscettibile di diretta e immediata applicazione, con uno o più decreti del Ministro dell'economia e delle finanze sono stabilite le modalità tecniche per l'attuazione del presente comma con riferimento ai

singoli regimi interessati.».

1.477

TOMASELLI, GIANLUCA ROSSI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA

Dopo il comma 80, aggiungere il seguente:

«80-*bis*. Relativamente alle cartelle di pagamento, alle Ingiunzioni fiscali, agli avvisi di accertamento esecutivi, nonché, agli accertamenti con adesione emessi per tributi di uffici statali, agenzie fiscali, regioni province e comuni, il debitore può presentare, entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, domanda di rateazione in modo semplificato, senza allegare alcuna documentazione comprovante la situazione di temporanea obiettiva difficoltà, fino a un massimo di centoventi rate mensili, anche in deroga alle disposizioni dell'articolo 3-*bis*, comma l, del decreto legislativo 18 dicembre 1997, n. 462, e successive modificazioni, con un piano di ammortamento a rate costanti o a rate di importo crescente per ciascun anno a scelta del contribuente. L'importo minimo di ciascuna rata non può essere inferiore a 100 euro. Il debitore che propone istanza ai sensi del primo periodo del presente comma è tenuto al pagamento, oltre che dell'importo originario iscritto a ruolo o di quello residuo, di un interesse con un tasso annuo lordo pari al 3,69 per cento, decorrente dalla data di notifica della cartella di pagamento, dell'ingiunzione fiscale dell'avviso di accertamento esecutivo o dalla data di definizione dell'accertamento con adesione, con esclusione degli interessi di mora previsti dall'articolo 30 del decreto del Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, n. 602, e successive modificazioni, degli Interessi per ritardata iscrizione a ruolo previsti dall'articolo 20 del medesimo decreto del Presidente della Repubblica, n. 602 del 1973, e successive modificazioni, delle sanzioni previste dall'articolo 13 del decreto legislativo 18 dicembre 1997, n. 471 e successive modificazioni, nonché, dalle sanzioni previste dall'articolo 2, comma 5, e dall'articolo 8, comma 3-*bis*, del decreto legislativo del 9 giugno 1997, n. 218. Le disposizioni di cui al presente comma si applicano, anche in deroga all'articolo 19, comma 3, del decreto del Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, n. 602, ai contribuenti già decaduti dalla rate alla data di entrata in vigore della presente legge».

1.478

PANIZZA, FRAVEZZI, FAUSTO GUILHERME LONGO, BATTISTA, ZIN

Dopo il comma 80, inserire il seguente:

«80-*bis*. All'articolo 25, della legge 13 maggio 1999, n. 133, dopo il comma 2 è aggiunto il seguente:

«Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)

Emendamento

Articolo l

"2-*bis*. Per le associazioni sportive dilettantistiche e le associazioni *pro loco* che si avvalgono dell'opzione di cui all'articolo 1 della legge 16 dicembre 1991, n. 398, e successive modificazioni ed integrazioni, non concorrono a formare il reddito imponibile i proventi relativi alla gestione di impianti sportivi di proprietà di enti pubblici, alla cui gestione partecipano in convenzione una pluralità di Comuni e affidati in gestione sulla base di convenzione che regola, almeno parzialmente, il regime tariffario, per un importo non superiore a 250.000 euro.».

Conseguentemente, all'onere derivante dall'attuazione del presente comma, valutato in 3 milioni di euro annui, si provvede, per il triennio 2015-2017, mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa relativa al Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio.

1.479

BONFRISCO, BRUNI, PERRONE, LIUZZI, ZIZZA, IURLARO, FALANGA, EVA LONGO, D'ANNA, ARACRI, PAGNONCELLI, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Dopo il comma 80, inserire il seguente:

«80-*bis*. A decorrere dal 2014 i terreni agricoli, di cui all'articolo 13, comma 5, del decreto-legge n. 201 del 2011, sono esentati dal pagamento dell'imposta municipale propria di cui all'articolo 13 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214».

Conseguentemente, all'articolo 3, dopo il comma 74 inserire il seguente:

«74-*bis*. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze i regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale di cui all'allegato A della nota integrativa al bilancio di previsione relativa alla Tabella 1 dello Stato di previsione delle entrate prevista ai sensi dell'articolo 21, comma 11, lettera *a)*, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, che appaiono, in tutto o in parte, ingiustificati o superati alla luce delle mutate esigenze sociali o economiche ovvero che costituiscono una duplicazione, sono modificati, soppressi o ridotti, a decorrere dall'anno 2015, al fine di assicurare maggiori entrate pari a 350 milioni di euro. Nei casi in cui la disposizione del primo periodo del presente comma non sia suscettibile di diretta e immediata applicazione, con uno o più decreti del Ministro dell'economia e delle finanze sono stabilite le modalità tecniche per l'attuazione del presente comma con riferimento ai singoli regimi interessati».

L'emendamento prevede l'esenzione dell'IMU sui terreni agricoli.

1.480

CONTE, GUALDANI, AUGELLO

Dopo il comma 80 aggiungere i seguenti:

«80-*bis*. Allo scopo di assicurare l'esercizio unitario delle relative funzioni amministrative e la ordinata applicazione sul territorio nazionale del pagamento dei contributi ai beneficiari che svolgono attività diformazione professionale finanziata o cofinanziata attraverso il Fondo Sociale Europeo o, comunque, attraverso finanziamenti pubblici, il Governo è delegato ad adottare, entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, su proposta del Ministro dell'Economia e Finanze, di concerto, per i profili di rispettiva competenza, con il Ministro del lavoro e Politiche sociali, previa intesa in sede di Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le Regioni e le province autonome di Trento e di Bolzano, ai sensi dell'articolo 3 del decreto legislativo 28 agosto 1997, n. 281, un decreto legislativo finalizzato alla determinazione del trattamento fiscale in materia di imposta sul valore aggiunto applicabile alle spese sostenute dagli operatori che svolgono corsi e attività di formazione professionale finanziati, in tutto o in parte attraverso il Fondo sociale europeo o con altri finanziamenti pubblici. In mancanza dell'intesa nel termine di cui all'articolo 3 del citato decreto legislativo 28 agosto 1997, n. 281, il Consiglio dei ministri provvede con deliberazione motivata ai sensi del medesimo articolo 3. Le disposizioni del presente comma e quelle del decreto legislativo emanato in attuazione dello stesso si applicano nelle province autonome di Trento e di Bolzano in conformità a quanto previsto dallo statuto speciale per il Trentino-Alto Adige e dalle relative norme di attuazione.

80-*ter*. Nell'esercizio della delega di cui al comma 3 il Governo si attiene ai seguenti principi e criteri direttivi:

a) Individuazione in armonia con il diritto comunitario, anche in via di interpretazione autentica delle norme vigenti, dei soggetti beneficiari e delle tipologia di spesa per i quali è ammessa l'esenzione o la detraibilità dell'imposta sul valore aggiunto per l'acquisto di beni e servizi necessari allo svolgimento delle attività formative ammesse a contributo pubblico e finanziate con il Fondo Sociale Europeo o da altri finanziamenti pubblici, in considerazione del trattamento fiscale applicato agli operatori afferenti al terzo settore e a quelli che svolgono attività, in tutto o prevalentemente, classificate come commerciali.

b) Definizione in armonia con il diritto comunitario, anche in via di interpretazione autentica delle norme vigenti, delle fattispecie e dei soggetti ai quali non è applicabile l'esenzione dell'imposta o la sua detraibilità, ancorché in via integrale, e la conseguente qualificazione dei costi derivanti da oneri fiscali relativi all'applicazione dell'imposta sul valore aggiunto per gli acquisti di beni e servizi

necessari allo, svolgimento dell'attività formativa.

c) Determinazione del periodo di applicazione del regime fiscale dell'imposta sul valore aggiunto relativo ai pagamenti per l'attività di formazione professionale e sua armonizzazione con la disciplina comunitaria in considerazione dell'applicazione del Fondo Sociale Europeo per il periodo 2014-2020.

80-*quater*. Resta ferma la detrazione dell'imposta assolta dagli organismi di formazione professionale in relazione alle operazioni effettuate, ai sensi del Decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633, per gli acquisti e/o importazioni di beni e/o di servizi impiegati per realizzare attività formative, finanziati mediante contributi a fondo perduto provenienti dal Fondo sociale europeo o da altro contributo pubblico concorrente con detto fondo, anteriormente all''entrata in vigore della presente legge. Non si fa luogo, in ogni caso, al rimborso dell'imposta non detratta».

1.481

GRANAIOLA

Dopo il comma 80 aggiungere i seguenti:

«80-*bis*. Nelle more della presentazione del provvedimento di riordino della materia delle concessioni demaniali marittime e dei relativi canoni, al fine di evitare l'insorgere di ulteriori contenziosi, il pagamento dei canoni di cui all'articolo 1, comma 251, del decreto-legge n. 296 del 27 dicembre 2006, anche in riferimento ai contenziosi in atto alla data del 30 novembre 2014 è sospeso e la definizione dei canoni stessi è attuata sulla base della disciplina dettata dal provvedimento di riordino dicui la presente comma.

80-*ter*. In previsione del riordino di cui al comma 1, il Ministro dei beni e delle attività culturali e del turismo emana con proprio decreto, linee guida per le Soprintendenze regionali volte a consentire il permanere, nelle aree del demanio in concessione, dei manufatti amovibili di cui alla lettera e.5) del comma 1 dell'articolo 3 del testo unico delle disposizioni legislative e regolamentari in materia edilizia, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 6 giugno 2001, n. 380, secondo le modalità previste dalle Regioni.»

1.482

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, MILO, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Dopo il comma 80, aggiungere i seguenti:

«80-*bis*. I veicoli a motore nuovi immatricolati a decorrere dallo gennaio 2015 sono esenti dalle tasse automobilistiche nell'anno della prima immatricolazione e nei due anni successivi. L'esenzione di cui al primo periodo si applica fino al quarto anno successivo a quello della prima immatricolazione per i veicoli nuovi alimentati, anche o esclusivamente, a gas di petrolio liquefatto, a metano o ad alimentazione ibrida.

80-*ter*. A decorrere dal 1º gennaio 2015, i veicoli a motore sono assoggettati alle tasse automobilistiche in base al livello delle emissioni del veicolo, come certificato dal produttore. Restano ferme la riduzione prevista per i veicoli alimentati esclusivamente con gas di petrolio liquefatto o con gas metano, di cui all'articolo 17, comma 5, della legge 27 dicembre 1997, n. 449, per gli anni successivi al periodo di esenzione di cui al comma 1 del presente articolo, l'esenzione in favore dei soggetti portatori di handicap prevista dall'articolo 8, comma 7, della legge 27 dicembre 1997, n. 449, nonché l'esenzione prevista per i veicoli elettrici dall'articolo 20 del testo unico delle leggi sulle tasse automobilistiche, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 5 febbraio 1953, n. 39, e successive modificazioni.

80-*quater*. Con decreto del Ministro delle infrastrutture e dei trasporti, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, da emanare entro novanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono stabilite le nuove tariffe delle tasse automobilistiche in applicazione dei criteri di cui al comma 2, nonché le relative disposizioni di attuazione. La facoltà di cui al comma 1 dell'articolo 24 del decreto legislativo 30 dicembre 1992, n. 504, può essere esercitata a decorrere dall'anno successivo a quello di applicazione delle nuove tariffe.

80-*quinquies*. All'articolo 164, comma 1, del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, come modificato, da ultimo, dall'articolo 1, comma 510, della legge 24 dicembre 2012, n. 228, dopo la lettera *b)* è inserita la seguente: "b.1) per i veicoli di cui al primo e al terzo periodo della lettera *b)*, qualora rispettino i requisiti di cui all'articolo 17-*bis*, comma 2, lettera *b)*, del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 134, la percentuale di deducibilità indicata alla medesima lettera *b)* è elevata al 40 per cento per il periodo d'imposta in cui è avvenuta la prima immatricolazione e per i tre periodi d'imposta successivi".

80-*sexies*. La disposizione di cui al comma 4 si applica ai veicoli nuovi immatricolati per la prima volta dopo la data di entrata in vigore della presente legge e ha, efficacia a decorrere dal periodo d1imposta in corso alla data di entrata in vigore della presente legge, in deroga all'articolo 3, comma 1, della legge 27 luglio 2000, n. 212.

80-*septies*. La perdita di gettito derivante, a carico delle regioni, dall'applicazione del presente articolo è compensata attraverso trasferimenti annuali da corrispondere ai predetti enti, il cui ammontare è determinato con decreti del Ministro dell'economia e delle finanze, adottati previa intesa in sede di Conferenza unificata di cui all'articolo 8 del decreto legislativo 28 agosto 1997, n. 281, e successive modificazioni.

80-*octies*. Agli oneri derivanti dall'attuazione dei commi 4 e 6 del presente articolo, pari a 600 milioni di euro annui a decorrere dal 2015, si provvede a valere sulle maggiori entrate derivanti dal comma 8 del presente articolo.

80-*novies*. Con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri, da emanare entro il 30 settembre 2015, su proposta del Ministro dell'economia e delle finanze, previa deliberazione del Consiglio dei ministri e previo parere delle Commissioni parlamentari competenti per i profili finanziari, è disposta una riduzione delle dotazioni finanziarie, iscritte a legislazione vigente nell'ambito delle spese rimodulabili di cui all'articolo 21, comma 5, lettera *b),* della legge 31 dicembre 2009, n. 196, delle missioni di spesa di ciascun Ministero, tale da assicurare minori spese in termini di indebitamente netto pari a 600 milioni di euro a decorrere dal 2015, Le misure di cui al periodo precedente non sono adottate o sono adottate per importi ihferiori a quelli indicati ove, entro la data ivi indicata, siano approvati provvedimenti normativi che assicurino, in tutto o in parte, i predetti importi attraverso interventi di razionalizzazione e revisione della spesa pubblica.

80-*decies*. Qualora le misure di cui ai commi 1, 2, 3 e 4 del presente articolo generino maggiori entrate, l'importo di cui al comma 8 del presente articolo è conseguentemente ridotto.

80-*undecies*. Il Ministro dell'economia e delle finanze è, autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio».

1.483

MICHELONI, TURANO, GIACOBBE, TONINI, PEGORER, DI BIAGIO, EVA LONGO, PAGANO, DALLA TOR, SPILABOTTE, MUSSINI

Dopo il comma 80 inserire il seguente:

«80-*bis*. L'articolo 55 del decreto-legge 21 giugno 2013 n.69, convertito dalla legge 9 agosto 2013, n. 98, è sostituito dal seguente:

"«L'articolo 74-*ter*, terzo comma del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633, si interpreta nel senso che le disposizioni ivi contenute si applicano altresì ai soggetti extracomunitari registrati ai fini IVA anche in assenza di operazioni attive soggette ad IVA in Italia, fatti salvi i servizi resi da agenzie con sede fuori dall'Unione Europea, a soggetti anche essi residenti fuori dall'Unione Europea".

80-*ter*. Le disposizioni di cui al comma 80-*bis* si applicano a partire dal 1º gennaio 2014 restando salvo il diritto al rimborso per gli anni precedenti».

Conseguentemente, Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;

2016: ? 5.000.000;
2017: ? 5.000.000;

1.484

DI BIAGIO, GIACOBBE, TURANO, MICHELONI, EVA LONGO, PAGANO, DALLA TOR, SPILABOTTE, MUSSINI

Dopo il comma 80, inserire i seguenti commi:

«80-*bis*. All'articolo 24 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, e successive modificazioni, dopo il comma 3 bis è aggiunto il seguente comma:

"3-*ter.* In deroga alle disposizioni contenute nel comma 1, nei confronti dei soggetti residenti all'estero, in uno stato non facente parte dell'Unione europea né aderente all'Accordo sullo Spazio economico europeo, che assicuri comunque un adeguato scambio di informazioni, l'imposta dovuta e' determinata sulla base delle disposizioni contenute negli articoli da 1 a 23, a condizione che il reddito prodotto dal soggetto nel territorio dello Stato italiano sia pari almeno al 75 per cento del reddito dallo stesso complessivamente prodotto e che il soggetto non goda di agevolazioni fiscali analoghe nello Stato di residenza. Con decreto di natura non regolamentare del Ministro dell'economia e delle finanze sono adottate le disposizioni di attuazione del presente comma".

80-*ter*. Le disposizioni di cui al comma 80-*bis* si applicano a decorrere dal 2015.

8-*quater.* La lettera *b)* del comma 99 dell'articolo 1 della legge 24 dicembre 2007, n. 244, e' sostituita dalla seguente: "*b)* i soggetti non residenti, ad eccezione dei soggetti residenti in uno Stato che assicuri un adeguato scambio di informazioni, i cui redditi siano prodotti nel territorio dello Stato italiano in misura pari almeno al 75 per cento del reddito complessivamente prodotto"».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 2.000.000;
2016: ? 2.000.000;
2017: ? 2.000.000.

1.485

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, MILO, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Dopo il comma 80, inserire i seguenti:

«80-*bis*. Al fine di promuovere la diffusione e la conoscenza delle opere dell'arte contemporanea e dei giovani artisti anche attraverso l'cquisizione delle stesse da parte di musei, gallerie nazionali d'arte, Istituzioni pubbliche, associazioni riconosciute o fondazioni operanti nei settori della promozione di beni artistici e culturali, ai sensi e per gli effetti dell'articolo 102 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, e successive modificazioni, recante norme per l'ammortamento dei beni materiali, l'acquisto di opere d'arte di artisti viventi da parte di soggetti titolari di reddito di impresa è ammortizzabile per l'80 per cento in quote costanti nell'esercizio in cui sono state sostenute e nei nove esercizi successivi fino a concorrenza del 2 per cento del giro di affari per ciascun esercizio.

80-*ter*. Ai fini del comma 1, le cessioni gratuite di opere d'arte di artisti viventi effettuate entro dodici mesi dalla loro acquisizione da soggetti privati anche non titolari di partita dell'imposta sul valore aggiunto (IVA) costituiscono credito di imposta, ai fini dell'imposta sul reddito delle persone fisiche (lRPEF), per un valore pari a quattro volte l'IVA pagta per l'acquisizione dell'opera d'arte di artisti viventi ceduta per importi fino a 10.000 euro; per importi superiori a 10.000 euro, il valore è stabilito dal decreto di cui all'articolo 7. 3. All'onere derivante dall'attuazione del presente articolo si prowede nel limite massimo di 500.000 euro annui».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla

predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 500 milioni di euro a decorrere dal 2015».

1.486

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 80 inserire i seguenti:

«80-*bis*. Al numero 1), lettera *a)*, comma 96, articolo 1, della legge 24 dicembre 2007, n. 244, sono aggiunte, in fine, le seguenti parole: ", e non si considerano ricavi, ai fini del predetto limite, la rivalsa di cui al comma 212, articolo 1, della legge 23 dicembre 1996, n. 662";

80-*ter*. Alla lettera *c)*, comma 2, articolo 27, del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, sono aggiunte in fine le seguenti parole: ", nei limiti previsti dal numero 1), lettera *a)*, comma 96, articolo 1, della legge 24 dicembre 2007, n. 244"».

Conseguentemente all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 500 milioni di euro a decorrere dal 2015».

1.487

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 80, inserire il seguente:

«80-*bis*. Al numero 1), lettera *a)*, comma 96, articolo 1, della legge 24 dicembre 2007, n. 244, sono aggiunte, in fine, le seguenti parole: ", e non si considerano ricavi, ai fini del predetto limite, la rivalsa di cui al comma 212, articolo 1, della legge 23 dicembre 1996, n. 662;"».

Conseguentemente all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 500 milioni di euro a decorrere dal 2015».

1.488

PANIZZA, FRAVEZZI, FAUSTO GUILHERME LONGO, LANIECE, BATTISTA, ZIN

Dopo il comma 80, inserire il seguente:

«80-*bis*. All'articolo 1, della legge 16 dicembre 1991, n. 398, è aggiunto, in fine, il seguente periodo: "Tale limite è elevato di ulteriori 250.000 euro nel caso in cui le associazioni sportive dilettantistiche o associazioni *pro loco* gestiscono impianti sportivi di proprietà di enti pubblici, alla cui gestione partecipano in convenzione una pluralità di Comuni e che sono affidati in gestione sulla base di convenzione che regola, almeno parzialmente, il regime tariffario"».

Conseguentemente, all'onere derivante dall'attuazione del presente comma, valutato in 3 milioni di euro annui, si provvede, per il triennio 2015-2017, mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa relativa al Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio.

1.489

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 80, inserire il seguente:

«80-*bis*. Alla lettera *c)*, comma 2, articolo 27, del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, sono aggiunte infine le seguenti parole: ", come previsto dal numero 1), lettera *a)*, comma 96, articolo 1, della legge 24 dicembre 2007, n. 244"».

Conseguentemente All'articolo 3, comma 76 aggiungere, infine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 500 milioni di euro a decorrere dal 2015».

1.490

URAS, DE PETRIS

dopo il comma 80, aggiungere i seguenti:

«80-*bis*. A decorrere dal 1º gennaio 2015, nel limite massimo di 50 milioni di euro annui, ai lavoratori iscritti in via esclusiva alla gestione separata di cui all'articolo 2, comma 26, della legge 8 agosto 1995, n. 335, le percentuali per la prestazione indennitaria previste dall'articolo 2 del decreto del ministero del lavoro ? 12 gennaio 2001 sono sostituite dalle seguenti:

? 12 per cento nell'ipotesi di accredito di contribuzione, fino a quattro mensilità, anche non continuativa, nei dodici mesi precedenti la data di inizio del ricovero;

? 16 per cento nell'ipotesi di accredito di contribuzione, da cinque ad otto mensilità, anche non continuativa, nei dodici mesi precedenti la data di inizio del ricovero;

? 20 per cento nell'ipotesi di accredito di contribuzione, da nove a dodici mensilità, anche non continuativa, nei dodici mesi precedenti la data di inizio del ricovero.

I suddetti periodi sono altresì coperti da contribuzione previdenziale figurativa.

80-*ter*. Il primo e il secondo periodo dell'articolo 1 comma 788 della legge 27 dicembre 2006 n. 296 sono sostituiti dal seguente: "A decorrere dal 1º gennaio 2015, ne limite massimo di 50 milioni di euro annui, ai lavoratori a progetto e categorie assimilate iscritti alla gestione separata di cui all'articolo 2, comma 26, della legge 8 agosto 1995, n. 335, non titolari di pensione e non iscritti ad altre forme previdenziali obbligatorie, è corrisposta un'indennità giornaliera di malattia a carico dell'INPS entro il limite massimo di giorni previsto in caso di degenza ospedaliera. L'indennità è corrisposta a partire dal primo giorno dell'evento morboso e per la predetta prestazione si applicano le percentuali e i requisiti contributivi e reddituali previsti per la corresponsione dell'indennità di degenza ospedaliera a favore dei lavoratori iscritti alla gestione separata. I suddetti periodi di malattia sono altresì coperti da contribuzione previdenziale figurativa".».

Conseguentemente al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni di euro » *con le seguenti:* «150 milioni di euro».

1.491

MAURO MARIA MARINO, GUERRIERI PALEOTTI, GIANLUCA ROSSI, FORNARO, GIACOBBE, GUERRA, MOSCARDELLI, RICCHIUTI, TURANO

Dopo il comma 80, aggiungere i seguenti:

«80-*bis*. Al decreto legislativo 24 febbraio 1998, n. 58, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) L'articolo 100-*ter* è sostituito dal seguente:

"100-*ter. 1.* Le offerte al pubblico condotte esclusivamente attraverso uno o più portali per la raccolta di capitali possono avere ad oggetto soltanto la sottoscrizione di strumenti finanziari emessi dalle *start-up* innovative e devono avere un corrispettivo totale inferiore a quello determinato dalla Consob ai sensi dell'articolo 100, comma 1, lettera *c)*.

2. La Consob determina la disciplina applicabile alle offerte di cui al comma precedente, anche in conformità a quanto previsto dai commi successivi, al fine di assicurare la sottoscrizione da parte di investitori professionali o particolari categorie di investitori dalla stessa individuate di una quota degli strumenti finanziari offerti, quando l'offerta non sia riservata esclusivamente a clienti professionali, e di tutelare gli investitori diversi dai clienti professionali nel caso in cui i soci di controllo della *start-up* innovativa cedano le proprie partecipazioni a terzi successivamente all'offerta.

3. In alternativa a quanto stabilito dall'articolo 2470, secondo comma, del codice civile e dall'articolo 36, comma 1-*bis*, del decreto-legge 25.6.2008 n. 112, convertito, con modificazioni, dalla legge 6.8.2008 n. 133, per la sottoscrizione o l'acquisto, e per la successiva alienazione di quote rappresentative del capitale di *start-up* innovative costituite in forma di società a responsabilità limitata è previsto il seguente regime:

a) la sottoscrizione o l'acquisto possono essere effettuati per il tramite di intermediari abilitati alla resa di uno o più dei servizi di investimento previsti dall'articolo 1, comma quinto, lettere *a)*, *b)*, *e)* . Gli intermediari abilitati effettuano la sottoscrizione o l'acquisto delle quote in nome proprio e per conto dei sottoscrittori o acquirenti che abbiano aderito all'offerta tramite portale;

b) entro i trenta giorni successivi alla chiusura dell'offerta gli intermediari abilitati comunicano al Registro delle imprese la loro titolarità di soci per conto terzi sopportando il relativo costo. Allo scopo le condizioni di adesione pubblicate sul portale dovranno espressamente prevedere che l'adesione all'offerta, in caso di buon fine della stessa e qualora l'investitore decida di avvalersi del regime alternativo di cui al presente comma 3, comporti il contestuale e obbligatorio conferimento di mandato agli intermediari incaricati affinché i medesimi:

1) effettuino l'intestazione delle quote in nome proprio e per conto dei sottoscrittori o degli acquirenti tenendo adeguata evidenza dell'identità degli stessi e delle quote possedute;

2) rilascino, a richiesta del sottoscrittore o dell'acquirente, un attestato di conferma comprovante la titolarità delle quote, fermo restando che tale attestato di conferma rivestirà natura di puro titolo di legittimazione per l'esercizio dei diritti sociali, sarà nominativamente riferito al sottoscrittore o all'acquirente, non sarà trasferibile, neppure in via temporanea e a qualsiasi titolo, a terzi e non potrà costituire valido strumento per il trasferimento di proprietà delle quote;

3) consentano ai sottoscrittori e agli acquirenti che ne facciano richiesta di alienare le quote secondo quanto specificato al successivo punto 3.3;

4) accordino ai sottoscrittori e agli acquirenti la facoltà di richiedere, in ogni momento, l'intestazione diretta in capo a se stessi delle quote di loro pertinenza.

c) La successiva alienazione delle quote da parte di un sottoscrittore o acquirente di cui alla lettera *b.iii)* avviene mediante semplice annotazione del trasferimento nei registri tenuti dall'intermediario. La scritturazione e il trasferimento non comportano costi o oneri né per l'acquirente né per l'alienante. La successiva certificazione effettuata dall'intermediario, ai fini dell'esercizio dei diritti sociali, sostituisce ed esaurisce le formalità di cui all'articolo 2470, secondo comma del codice civile.

4. Il regime alternativo di trasferimento delle quote di cui al comma 3 deve essere chiaramente indicato sul portale dove sarà altresì prevista apposita casella o altra idonea modalità per esercitare l'opzione ovvero indicare l'intenzione di applicare il regime ordinario *ex* articolo 2470, secondo comma, del codice civile e dall'articolo 36, comma 1-*bis*, del decreto-legge 25.6.2008 n. 112, convertito, con modificazioni, dalla legge 6.8.2008 n. 133.

5. Ferma ogni altra disposizione della Parte II, Titolo II, Capo II, l'esecuzione di sottoscrizioni, acquisti e alienazioni di strumenti finanziari emessi da *start-up* innovative ovvero di quote rappresentative del capitale delle medesime, effettuate secondo le modalità previste al precedente comma 3, punti 3.2. e 3.3. non necessitano della stipulazione di un contratto scritto a norma dell'articolo 23, comma 1, T.U.F. Ogni corrispettivo, spesa o onere gravanti sul sottoscrittore, acquirente o alienante deve essere indicato nel portale dell'offerta con separata e chiara evidenziazione delle condizioni praticate da ciascuno degli intermediari coinvolti, nonché in apposita sezione del sito *Internet* di ciascun intermediario. In difetto nulla è dovuto agli intermediari.

6. Trascorsi due anni dal momento in cui la società interessata abbia cessato di essere una start-up innovativa per decorso del termine previsto dall'articolo 25, comma secondo, lettera *b)* e comma terzo del decreto-legge 18 ottobre 2013, n. 179, convertito in legge 17 dicembre 2013, n. 221, gli intermediari provvedono a intestare le quote detenute per conto dei sottoscrittori e degli acquirenti direttamente agli stessi. L'intestazione ha luogo mediante comunicazione al Registro delle imprese dell'elenco dei titolari delle partecipazioni sconta un diritto di segreteria unico, a carico dell'intermediario. Nel caso si sia optato per il regime di cui al comma 3, la successiva registrazione effettuata dal Registro delle Imprese sostituisce ed esaurisce le formalità di cui all'articolo 2470, secondo comma del codice civile".

80-*ter*. Entro trenta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, la Consob apporta al regolamento approvato con delibera 26 giugno 2013 n. 18592 le variazioni necessarie per l'adeguamento della disciplina di cui al comma 80-*bis*».

1.492

BULGARELLI, MANGILI, LEZZI, CATALFO, PAGLINI, PUGLIA, AIROLA

Dopo il comma 80, inserire i seguenti:

«80-*bis*. Nei limiti di spesa di 50 milioni di euro ai i soci delle imprese di *start-up* innovative non si applica il contributo minimale di cui al comma 3 dell'articolo 1 della legge 2 agosto 1990, n. 233, e al comma 7 dell'articolo 6 della legge 31 dicembre 1991, n. 415.

80-*ter*. Il Ministro dello sviluppo economico, entro novanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, stabilisce, con proprio decreto, la misura dei contributi e le modalità per il loro pagamento e la loro riscossione da parte dei soggetti di cui ai comma 80-*bis*, iscritti alla gestione artigiani e commercianti».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 50.000;
2016: ? 50.000;
2017: ? 50.000.

1.493

AMIDEI, PICCOLI, BERTACCO

Dopo il comma 80, aggiungere il seguente:

«80-*bis*. All'articolo 45 della legge 23 luglio 2009, n. 99, il comma 2 è sostituito dal seguente:

"2. Nello stato di previsione del Ministero dello sviluppo economico è istituito il Fondo preordinato alla riduzione del prezzo alla pompa dei carburanti per i residenti nelle regioni interessate dalla estrazione di idrocarburi liquidi e gassosi, nonché dalle attività di rigassificazione anche attraverso impianti fissi *off-shore*"».

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

1.494

SONEGO, LAI

Dopo il comma 80, aggiungere il seguente:

«80-*bis*. Dal primo gennaio 2015 la quota parte che non deriva da fonti riferibili a trattenute effettuate al percettore già assoggettate a ritenute fiscali di cui all'articolo 52, comma 1, lettera *b)*, della legge 22 dicembre 1986, n. 917, vigente alla data del 1º gennaio 2015, è confermata nella misura vigente alla data del primo gennaio 2011».

1.495

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 80, aggiungere il seguente:

«80-bis. All'articolo 13, comma 8, del decreto-legge 30 settembre 2003, n. 269, convertito, con modificazioni, dalla legge 24 novembre 2003, n. 326, aggiungere, infine, il seguente periodo: "In via residuale possono far parte dei confidi anche persone fisiche".».

1.496

SUSTA

Dopo il comma 80 è aggiunto il seguente:

«80-*bis*. All'art. 3, comma 35, del decreto Legislativo 9 luglio 1997 n. 241, dopo le parole: "del D.p.R 22 luglio 1998, n. 322" sono inserite le parole: "e gli avvocati iscritti al Registro dei Revisori Contabili,"».

1.497

MALAN

Al comma 81, aggiungere, al termine, il seguente periodo: «Attingendo a tale fondo, e senza superarne i limiti, sono ripristinati gli uffici di Tribunale e di Procura della Repubblica già soppressi di Pinerolo, Bassano del Grappa, Chiavari, Lucera e Rossano Calabro».

1.498

BUCCARELLA, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Dopo il comma 81, aggiungere il seguente:

«81-*bis*. A valere sulle risorse di cui al comma 1, il Ministero della giustizia provvede nell'anno 2015, in aggiunta alle facoltà assunzionali previste dalla normativa vigente, a indire un concorso pubblico per esami per l'assunzione di personale afferente le figure professionali di 350 cancellieri e di 150 ufficiali giudiziari per le posizioni economiche B3, C1 e C2».

1.499

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 81, inserire i seguenti:

«81-*bis*. In considerazione della grande mole di arretrato di civile, è autorizzata, a supporto dell'attività giudiziaria di smaltimento dell'arretrato, per gli anni 2015, 2016 e 2017, la stipula di contratti a tempo determinato, per quei lavoratori cassaintegrati in mobilità, impegnati in lavori socialmente utili, disoccupati o inoccupati, che abbiano svolto il tirocinio formativo presso il Ministero della giustizia.

81-*ter*. in conseguenza di quanto previsto dal comma 1-*bis*, all'articolo 1, comma 25, lettera *c)*, legge del 24 dicembre 2012, alla fine di aggiungere le parole: "autorizzata la spesa di 50 milioni di euro annui per gli anni 2015,2016 e 2017 per la stipula di 2.900 contratti a tempo determinato, per quei lavoratori cassaintegrati, in mobilità, impegnati in lavori socialmente utili, disoccupati o inoccupati, che abbiano svolto il tirocinio formativo presso il Ministero della giustizia".».

Conseguentemente, all'articolo 2, comma 67, sostituire le parole: «è ridotta di 238 milioni di euro per l'anno 2015 e di 200 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016 con le seguenti: è ridotta di 318 milioni di euro annui per gli anni 2015, 2016 e 2017, e di 200 milioni di euro annui a decorrere dal 2018».

1.500

CRIMI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Dopo il comma 81, aggiungere il seguente:

«81-*bis*. Al fine di garantire la funzionalità dell'ufficio del processo e per contribuire ai progetti di smaltimento dell'arretrato degli uffici giudiziari, sono stipulati contratti a tempo determinato per l'anno 2015 per tutti coloro che abbiano svolto il perfezionamento del tirocinio formativo con il Ministero della Giustizia ai sensi dell'art. 1 comma 344 della legge 27 dicembre 2013, n. 147. All'onere derivante dal presente comma, valutato in 40 milioni di euro per l'anno 2015, si provvede mediante utilizzo di quota parte delle risorse del fondo unico giustizia di cui all'articolo 2 comma 7, del decreto legge 16 settembre 2008, n. 143, convertito, con modificazioni, dalla legge 13 novembre 2008, n. 181».

1.501

LO GIUDICE, LUMIA, LO MORO, CAPACCHIONE, CASSON, CIRINNÀ, FILIPPIN, GINETTI, PEZZOPANE, AMATI, RICCHIUTI

Dopo il comma 81 inserire il seguente:

«81-*bis*. Per garantire la funzionalità degli uffici giudiziari e contribuire ai progetti di smaltimento dell'arretrato, sono stipulati contratti a tempo determinato parttime per ranno 2015, ai sensi dell'art. 35 del decreto legislativo 30 marzo 2001, 165 da effettuarsi per coloro che abbiano svolto il perfezionamento del tirocinio formativo con il Ministero della Giustizia ai sensi dell'art. 1 comma 344, della legge 27 dicembre 2013, n. 147».

Conseguentemente, nella Tabella A, voce Ministero dell'Economia e delle finanze *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 35.000.000;
2016: 0;
2017: 0.

1.502

SCALIA

Dopo il comma 81 inserire il seguente:

«81-*bis*. Per garantire la funzionalità degli uffici giudiziari e contribuire ai progetti di smaltimento dell'arretrato, sono stipulati contratti a tempo determinato part-time per l'anno 2015; ai sensi dell'art.

35 del decreto legislativo 30 marzo 2001, 165 da effettuarsi per coloro che abbiano svolto il perfezionamento del tirocinio formativo con il Ministero della Giustizia ai sensi dell'art. 1 comma 344, sella legge 27 dicembre,2013, n. 147».

Conseguentemente, nella Tabella A, voce Ministero dell'Economia e delle finanze *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 35.000.000;
2016: 0;
2017: 0.

1.503

LO GIUDICE, RICCHIUTI

Dopo il comma 81 inserire il seguente:

«81-*bis*. Per garantire la pie funzionalità del Dipartimento per la giustizia minorile del Ministero della Giustizia e fare fronte alle speciali esigenze poste dall'art. 5, comma 1, decreto legge 26 giugno 2014, ,n. 92, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 agosto 2014, n. 117, laddove prevede che le disposizioni dettate in materia di esecuzione dei provvedimenti limitativi della libertà personale nei confronti dei minorenni si eseguono secondo le nonne e con le modalità previste per i minorenni anche nei confronti di coloro che nel corso dell'esecuzione abbiano compiuto il diciottesimo ma non il venticinquesimo anno di età, e non più il ventunesimo, è autorizzata la spesa di 10.000.000 di euro annui a decorrere dal 2015».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 10.000.000;
2016: ? 10.000.000;
2017: ? 10.000.000.

1.504

SCALIA

Dopo il comma 81 inserire il seguente:

«81-*bis*. Per il solo anno 2015, nella prospettiva di migliorare l'efficienza degli uffici giudiziari e per consentire a coloro che hanno completato il tirocinio formativo presso gli uffici giudiziari a norma dell'articolo 1, comma 25, della legge 24 dicembre 2012, n. 228, lo svolgimento di un periodo di perfezionamento da completare entro il 30 giugno 2015, è autorizzata la spesa di 7,5 milioni di euro».

Conseguentemente, nella Tabella A, voce Ministero dell'Economia e delle finanze apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 7.500.000;
2016: 0;
2017: 0.

1.505

LO GIUDICE, LO MORO, LUMIA, PEZZOPANE, CAPACCHIONE, CASSON, CIRINNÀ, FILIPPIN, GINETTI, AMATI, RICCHIUTI

Dopo il comma 81, inserire il seguente:

81-*bis*. Per il solo anno 2015, nella prospettiva di migliorare l'efficienza degli uffici giudiziari e per consentire a coloro che hanno completato il tirocinio formativo presso gli uffici giudiziari a norma dell'articolo 1, comma 25, della legge 24 dicembre 2012, n. 228, lo svolgimento di un periodo di perfezionamento da completare entro il 30 giugno 2015, è autorizzata la spesa di 7,5 milioni di euro.

Conseguentemente, nella Tabella A, voce Ministero dell'Economia e delle finanze apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 7.500.000
2016: 0
2017: 0

1.506

COMAROLI, TOSATO

All'articolo 1, dopo il comma 81 sono aggiunti i seguenti commi:

«81-*bis*. Dopo il numero 5) dell'articolo 61 del codice penale è inserito il seguente:

5-*bis)* l'avere commesso il fatto contro una persona che ha compiuto il sessantacinquesimo anno di età;»

81-*ter*. Al secondo comma dell'articolo 640 del codice penale è aggiunto, in fine, il seguente numero:

2-*ter)* se il fatto è commesso in presenza della circostanza di cui all'articolo 61, numero 5-*bis)*.

1.507

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 81, è aggiunto il seguente comma:

«81-*bis*. All'articolo 490 del codice di procedura civile, dopo le parole: "forme della pubblicità commerciale" viene aggiunto il seguente periodo: "Il giudice dispone infine che l'avviso sia inserito almeno quarantacinque giorni prima del termine per la presentazione delle offerte o della data dell'incanto sulle televisioni locali in digitale terrestre specializzate in vendite e aste giudiziarie aventi maggiori ascolti certificati Auditel (ascolto medio e contatti netti, media mensile)"».

1.508

CAPPELLETTI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Dopo il comma 81 inserire i seguenti:

81-*bis*. AI fine di favorire il completamento del processo telematico e la digitalizzazione della giustizia al codice di procedura civile sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 136 il terzo comma è sostituito dal seguente: «Salvo che la legge disponga diversamente, se non è possibile procedere ai sensi del comma che precede, Il biglietto è trasmesso a mezzo di posta elettronica certificata».

b) all'articolo 149-*bis*, il primo comma è sostituito dal seguente: «Salvo che la legge disponga diversamente, la notificazione si esegue a mezzo posta elettronica certificata, anche previa estrazione di copia informatica del documento cartaceo».

c) all'articolo 170, il, primo comma sostituito dal seguente: «Dopo la costituzione In giudizio tutte le notificazioni e le comunicazioni si fanno al procuratore costituito a mezzo di posta elettronica certificata, salvo che la legge disponga altrimenti».

d) all'articolo 330, primo comma, è aggiunto, in fine, il seguente periodo: «Le notificazioni presso il procuratore costituito o domiciliatario sono comunque eseguite mediante consegna a mezzo di posta elettronica certificata».

e) all'articolo 370, Il primo comma è sostituito dal seguente: «La parte contro la quale Il ricorso è diretto, se intende contraddire, deve farlo mediante contrari corso a mezzo di posta elettronica certificata da notificarsi al ricorrente o, in mancanza, presso il domicilio eletto entro venti giorni dalla scadenza del termine stabilito per il deposito del ricorso. In mancanza di tale notificazione, essa non può presentare memorie, ma soltanto partecipare alla discussione orale».

81-*ter*. All'articolo 157 del codice di procedura penale, il comma 8-*bis* è sostituito dal seguente:

«8-*bis*. Le notificazioni successive, In caso di nomina di difensore ai sensi dell'articolo 96 e di imputato non detenuto, sono sempre eseguite mediante consegna ai difensori a mezzo di posta elettronica certificata. SI utilizza a tal fine l'Indirizzo di posta elettronica certificata Indicato dal difensore nel primo scritto difensivo utile, presso cui dichiara di voler ricevere le comunicazioni, comunicato al proprio ordine. Le notificazioni e gli avvisi al difensori a mezzo di posta elettronica si Intendono notificati al momento della ricezione, da parte dell'ufficio notificatore, della ricevuta di consegna dell'atto da parte del sistema Informatico. In caso di Impossibilità di procedere mediante posta certificata le comunicazioni e le notificazioni sono effettuate presso la cancelleria».

81-*quater*. Entro trenta giorni dalla data di entrata In vigore della presente legge, con decreto del Ministro della giustizia, sentiti I consigli dell'ordine forense, sono apportate alla normativa attuativa vigente le modificazioni necessarie ai fini dell'applicazione di quanto previsto in materia di giustizia,

digitale e processo telematica, con particolare riferimento alla necessità di assicurare che tutti gli uffici e le amministrazioni pubbliche di cui all'articolo 1, comma 2, del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165, I periti e I consulenti tecnici di parte dispongano di Indirizzo di posta elettronica certificata, all'uopo utilizzando le risorse di cui al comma 81.

1.509

BUCCARELLA, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Dopo il comma 81, aggiungere il seguente:

81-*bis.* Al fine di ridurre gli oneri derivanti dalle procedure di notificazione, si provvede come segue:

a) all'articolo 1 della legge 20 gennaio 1992, n. 55, il comma 1 è sostituito dal seguente: «1. La notificazione del ricorso, del controricorso e del ricorso incidentale dinanzi alla Corte di Cassazione può essere effettuata anche dall'ufficiale giudiziario del luogo ove ha sede il giudice che ha pronunziato il provvedimento impugnato, a mezzo del servizio postale»;

b) all'articolo 149 del codice di procedura civile è aggiunto, in fine, il seguente comma : «Se il soggetto notificante non è ancora in possesso dell'avviso di ricevimento, può provare la data di perfezionamento della notificazione producendo una certificazione postale relativa alla consegna, ovvero copia dell'attestazione di consegna del servizio di monitoraggio della corrispondenza rilevabile dal sito internet delle poste. È fatta salva la prova contraria»

1.510

SCALIA

Dopo il comma 81, inserire il seguente:

81-*bis.* All'art. 3, comma 2, del Decreto legislativo 156/2012 sostituire le parole: «Entro sessanta giorni dalla pubblicazione di cui al comma 1» con le parole: «Entro 60 giorni dall'entrata in vigore della presente legge».

1.511

BUCCARELLA, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Sopprimere il comma 82

Conseguentemente, al comma 121, sostituire le parole: «200 milioni», *con le seguenti:* «100 milioni»

1.512

FRAVEZZI, LANIECE, BATTISTA, PANIZZA, PUPPATO, FAUSTO GUILHERME LONGO

Al comma 82, sostituire le parole: «dopo il comma 1 è aggiunto il seguente:» *con le seguenti:* «apportare le seguenti modificazioni:

a) al comma 1, dopo la parola: «valore», sono inserite le seguenti: «senza tener conto degli interessi»

b) dopo il comma 1 è aggiunto il seguente:

Conseguentemente, ridurre di 6 milioni di euro la rubrica del MEF della allegata tabella A.

1.513

BUCCARELLA, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Al comma 82, capoverso 1-bis, *primo periodo, aggiungere, infine, le seguenti parole:* «, salvo che l'attore o l'istante sia una persona fisica.»

Conseguentemente, al medesimo articolo 1, al comma 121, sostituire le parole: «200 milioni», *con le seguenti:* «150 milioni»

1.514

MOSCARDELLI, SCALIA, ORRU', GUERRIERI PALEOTTI

Dopo il comma 82, sono aggiunti i seguenti commi:

82-*bis)* è istituito un credito di imposta a favore delle imprese che effettuano acquisti di beni di investimento di cui al comma 82-*ter*, nel limite complessivo di euro 500.000.000,00 per ciascuno degli anni 2015, 2016, 2017 fruibile secondo le modalità di cui ai commi da 82-*ter* a 82-*novies*.

82-*ter)* il credito d'imposta di cui al comma ss è riconosciuto tutte le imprese, indipendentemente

dalla forma giuridica, dalle dimensioni aziendali, dal settore economico in cui operano, nonché dal regime contabile adottato, che effettuano investimenti in: *a)* beni immateriali classificabili nell'attivo dello stato patrimoniale di cui al primo comma, dalla voce B.I.1. a B.I.4.; b) macchinari, impianti, diversi da quelli infissi al suolo, e attrezzature varie, classificabili nell'attivo dello stato patrimoniale di cui al primo comma, voci B.II.2 e B.ll.3 dell'articolo 2424 del codice civile;

82-*quater)* il credito d'imposta spetta per una quota pari al 50 per cento degli investimenti effettuati a decorrere dal periodo successivo a quello in corso al 31 dicembre 2014 e fino alla data del 30 giugno 2015 ai sensi del comma 82-*ter*, fino ad un valore massimo annuale di euro 1.000.000, da ripartire in cinque quote annuali di pari importo;

82-*quinquies)* Il credito d'imposta deve essere indicato nella dichiarazione dei redditi relativo al periodo d'imposta nel corso del quale il beneficio è maturato e nelle dichiarazioni dei redditi relative ai periodi d'imposta successivi nei quali il credito è utilizzato. Esso non concorre alla formazione del reddito, né della base imponibile dell'imposta regionale sulle attività. produttive, non rileva ai fini del rapporto di cui agli articoli 61 e 109, comma 5, del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, e successive modificazioni, ed è utilizzabile esclusivamente in compensazione ai sensi dell'articolo 17 del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, e successive modificazioni e non è soggetto ai limiti di cui al comma 53 dell'articolo 1 della legge 24 dicembre 2007, n. 244. I soggetti titolari di attività industriali a rischio di incidenti sul lavoro, individuate ai sensi del decreto legislativo 17 agosto 1999, n. 334, come modificato dal decreto legislativo 21 settembre 2005, n. 238, possono usufruire del credito d'imposta solo se è documentato l'adempimento degli obblighi e delle prescrizioni di cui al citato decreto.

82-*sexies)* Per fruire del contributo le imprese presentano un'istanza telematica mediante le modalità tecniche predisposte dal Ministero dell'Economia e delle Finanze secondo quanto previsto al successivo comma 82-*novies.* Per la verifica della corretta fruizione del credito d'imposta di cui ai commi precedenti, il Ministero dell'Economia e delle Finanze e l'Agenzia delle entrate effettuano controlli nei rispettivi ambiti di competenza secondo le modalità. individuate dal decreto di cui al comma 82-*novies*;

82-*septies)* Il credito d'imposta è revocato: *a)* se l'imprenditore cede a terzi o destina i beni oggetto degli investimenti a finalità estranee all'esercizio di impresa primaa del secondo periodo di imposta successivo all'acquisto; *b)* se i beni oggetto degli investimenti sono trasferiti, entro il termine di cui all'articolo 43, comma 1, del decreto del Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, n. 600, in strutture produttive situate al di fuori dello Stato, anche appartenenti al soggetto beneficiario dell'agevolazione.

82-*octies)* Il credito d'imposta indebitamente utilizzato ai sensi del comma 82-*septies* è versato entro il termine per il versamento a saldo deurimposta sui redditi dovuta per il periodo d'imposta in cui si verificano le ipotesi ivi indicate.

82-*novies)* Con successivo decreto del Ministero dell'Economia e delle finanze, da emanarsi entro 30 giorni dall'entrata in vigore della presente disposizione, sono adottate le disposizioni applicative necessarie, ivi comprese le modalità di verifica e controllo dell'effettività delle spese sostenute, della coerenza delle stesse con l'obiettivo di stimolare gli investimenti produttivi, nonché le cause di decadenza e revoca del credito d'imposta, le modalità di restituzione dell'importo di cui l'impresa ha fruito indebitamente e le eventuali relative maggiorazioni.

82-*decies)* il credito d'imposta di cui ai commi da 82 bis a 82-*decies* non è cumulabile con le misure di cui all'articolo 18 del decreto legge 24 giugno 2014, n. 91 convertito con modificazioni dalla Legge Il agosto 2014, n. 116.

All'articolo 3 «Disposizioni per il contrasto dell'evasione fiscale e altre disposizioni in materia di entrate. Fondi speciali e tabelle. Entrata in vigore» dopo il comma 67 è aggiunto il seguente comma:

67-*bis).* Al comma 2, dell'articolo 2 del Decreto-Legge 13 agosto 2011, n. 138, convertito, con modificazioni, dalla legge 14 settembre 2011, n. 148 sono apportate le seguenti modifiche: *a)* le parole «di importo superiore a 300.000 euro lordi annui» sono sostituite dalle parole «di importo superiore a

100.000 euro lordi annui»; *b) le parole «è dovuto un contributo di solidarietà del 3 per cento sulla parte eccedente il predetto importo» sono sostituite dalle parole «è dovuto un contributo di solidarietà del 7 per cento sulla parte eccedente il predetto importo».*

1.515

DE CRISTOFARO, URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 82, inserire il seguente:

«82-*bis*. All'articolo 76, comma 1, del decreto del Presidente della Repubblica 30 maggio 2002, n. 115, Testo unico delle disposizioni legislative regolamentari in materia di spese di giustizia, le parole: "non superiore a euro 9.296,22" sono sostituite dalle seguenti: «non superiore a euro 12,000».

Conseguentemente all'articolo 2, comma 67, sostituire le parole: «è ridotta di 238 milioni di euro per l'anno 2015 e di 200 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016 con le seguenti è ridotta di 388 milioni di euro per l'anno 2015 e di 350 milioni di euro annui a decorrere dal 2016».

1.516

FRAVEZZI, LANIECE, PANIZZA, BATTISTA, PUPPATO, FAUSTO GUILHERME LONGO

Dopo il comma 82, inserire il seguente:

«82-*bis*. All'articolo 424 del codice civile è aggiunto, in fine, il seguente comma:

"3-*bis*. Fermo quanto previsto dal primo comma, le disposizioni in materia di contabilità dell'amministrazione di cui all'articolo 380 del codice civile non si applicano qualora tutore dell'interdetto sia uno dei genitori"».

1.517

MUNERATO, CANDIANI, STEFANI, COMAROLI, TOSATO

Al comma 83, dopo le parole: «di tutela e conciliazione delle esigenze di cura, di vita e di lavoro,» *inserire le seguenti:* «di sostegno ai lavoratori ed alle lavoratrici affetti. da malattie oncologiche ovvero genitori di minori affetti da malattie oncologiche,».

1.518

PARENTE, FEDELI, ANGIONI, D'ADDA, FAVERO, LEPRI, MANASSERO, PEZZOPANE, SPILABOTTE

Al comma 83, sostituire le parole: «2.200 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016» *con le seguenti:* «2.600 milioni di euro per l'anno 2015, di 2.200 milioni di euro per l'anno 2016».

Conseguentemente,

a) *all'articolo 3, comma 21, lettera* g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quintuplo»;

b) *all'articolo 3, dopo il comma 66, aggiungere il seguente:* «66-*bis*. A decorrere dal primo gennaio 2015 sono ridotti i regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale, di cui all'allegato C-bis del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, con l'esclusione delle disposizioni a tutela dei redditi di lavoro dipendente e autonomo, dei redditi da pensione, della famiglia, della salute, delle persone economicamente o socialmente svantaggiate, del patrimonio artistico e culturale, della ricerca e dell'ambiente. Con uno o più decreti del Ministro dell'economia e delle finanze, da emanare ai sensi dell'articolo 17 della legge 23 agosto 1988, n. 400, sono stabilite le modalità tecniche per l'attuazione della presente disposizione con riferimento ai singoli regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale interessati. Dai decreti di cui al presente comma devono derivare risparmi almeno pari a 130 milioni di euro a decorrere dal 2015».

b) alla Tabella A,

voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 105.000.000;

2016: ? 105.000.000;

2017: ? 105.000.000.

voce Ministero delle politiche agricole, alimentari e forestali, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 5.000.000;

2016: ? 5.000.000;

2017: ? 5.000.000.

voce Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 5.000.000;

2016: ? 5.000.000;

2017: ? 5.000.000.

voce Ministero della giustizia,-apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 5.000.000;

2016: ? 5.000.000;

2017: ? 5.000.000.

1.519

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 83 sostituire le parole: «di 2.200 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016 e di 2.000 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2017» *con le seguenti:* «di 4.000 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015, dei quali 1.000 milioni destinati agli ammortizzatori sociali in deroga».

Conseguentemente, sopprimere i commi 16, 17, 18 e 19

1.520

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 83 sostituire le parole: «di 2.200 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016 e di 2.000 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2017» *con le seguenti:* «di 3.000 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015,2016 e 2017, nonché di 2.500 milioni di euro per l'anno 2018 e di 2.000 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2019».

Conseguentemente, sopprimere i commi 90 e 91 e al comma 92 sostituire le parole: «al finanziamento degli incentivi di cui al presente articolo» *con le seguenti:* «al finanziamento degli incrementi di cui all'ultimo periodo del comma 83 dell'articolo l della presente legge».

1.521

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 83 sostituire le parole: «di 2.200 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016 e di 2.000 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2017» *con le seguenti:* «di 2.700 milioni di euro per l'anno 2015, 3.400 milioni di euro per l'anno 2016, 3.500 milioni di euro per l'anno 2017, 2.800 milioni di euro per l'anno 2018 e 2.000 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2019.

Conseguentemente, sostituire il comma 90 con i seguenti:

«90. Al fine di promuovere forme di occupazione stabile, ai datori di lavoro privati, con esclusione del settore agricolo, che incrementano il numero dei lavoratori dipendenti con contratto. di lavoro a tempo indeterminato, con esclusione dei contratti di apprendistato e dei contratti di lavoro domestico, decorrenti dal 1º gennaio 2015 con riferimento a contratti stipulati non oltre il 31 dicembre 2015, è riconosciuta, per un periodo massimo di 36 mesi, ferma restando l'aliquota di computo, delle prestazioni pensionistiche, l'esonero del versamento dei complessivi contributi previdenziali a carico dei datori di lavoro, con esclusione dei premi e contributi dovuti all'Istituto nazionale per l'assicurazione contro gli infortuni sul lavoro (INAIL), nel limite massimo di un importo di esonero pari a 8.060 euro su base annua. L'esonero di cui al presente comma spetta ai datori di lavoro in presenza delle nuove assunzioni di cui al primo periodo, con esclusione di quelle relative a lavoratori che nei sei mesi precedenti siano risultati occupati a tempo indeterminato presso qualsiasi datore di lavoro e non spetta con riferimento a lavoratori per i quali il beneficio di cui al presente comma sia già stato usufruito in relazione a precedente assunzione a tempo indeterminato. L'esonero di cui al presente comma non è cumulabile con altri esoneri o riduzioni delle aliquote di finanziamento previsti dalla normativa vigente. L'esonero di cui al presente comma non spetta ai datori di lavoro in presenza di assunzioni relative a lavoratori in riferimento ai quali i datori di lavoro, ivi considerando società controllate o collegate ai sensi dell'articolo 2359 del codice civile o facenti capo, anche per interposta

persona, allo stesso soggetto, hanno comunque già in essere un contratto a tempo indeterminato nei tre mesi antecedenti la data di entrata in vigore della presente legge, l'INPS provvede, con le risorse umane, strumentali e finanziarie disponibili a legislazione vigente, al monitoraggio del numero di contratti incentivanti ai sensi del presente comma e delle conseguenti minori entrate contributive, inviando relazioni mensili al Ministero del lavoro e delle politiche sociali e al Ministero dell'economia e delle finanze.

90-*bis*. il beneficio di cui al comma 1 spetta per ogni unità lavorativa risultante dalla differenza tra il numero dei lavoratori con contratto a tempo indeterminato rilevato in ciascun mese e il numero dei lavoratori con contratto indeterminato mediamente occupati nei dodici mesi precedenti la data di assunzione. Per le assunzioni di dipendenti con contratto di lavoro a tempo parziale, il credito d'imposta spetta in misura proporzionale alle ore prestate rispetto a quelle del contratto nazionale».

1.522

TONINI, FEDELI, MICHELONI, GUERRIERI PALEOTTI, BROGLIA, DEL BARBA, LAI, SANGALLI, SPOSETTI, VERDUCCI, ZANONI, TOMASELLI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA, GIANLUCA ROSSI, FORNARO, GUERRA, MOSCARDELLI, RICCHIUTI, TURANO

Al comma 83 sostituire le parole: «2.200 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016 e di 2.000 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2017» *con le seguenti:* «2.500 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016 e di 2.300 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2017».

Conseguentemente, dopo il comma 87 aggiungere il seguente:

«87-*bis*. All'articolo 19 del decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 agosto 2008, n. 133, e successive modifiche e integrazioni, dopo il comma 1, sono aggiunti i seguenti: "1-*bis*. A decorrere dal 1º gennaio 2015, i trattamenti pensionistici a carico dell'assicurazione generale obbligatoria e delle forme sostitutive ed esclusive della medesima nonché i vitalizi di importo complessivo superiore a sette volte il trattamento minimo dell'Istituto nazionale della previdenza sociale (INPS), liquidati con il sistema retributivo o misto, e corrisposti a soggetti con età inferiore a quella della pensione di vecchiaia del rispettivo regime, non sono cumulabili con i redditi da lavoro autonomo, dipendente, o libero professionale.

1-*ter*. Le disposizioni di cui al comma 1-*bis* non si applicano qualora sia versato un apposito Fondo istituito presso l'INPS, un contributo di solidarietà, di natura volontaria, in misura pari al 20 per cento del complesso dei trattamenti pensionistici"».

1.523

SUSTA, MARAN

Al comma 83 sostituire le parole: «2.200 milioni di euro» *con le seguenti:* «2.700 milioni di euro», *e le parole:* «2.000 milioni» *con le seguenti:* «2.500 milioni».

Conseguentemente all'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le seguenti parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 500 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015, ad eccezione delle spese relative alle Missioni "Soccorso Civile", "Agricoltura, politiche agroalimentari e pesca", "Commercio internazionale ed internazionalizzazione del sistema produttivo", Ricerca e Innovazione, "Tutela e valorizzazione dei beni e attività culturali e paesaggistici", "Istruzione scolastica", "Istruzione universitaria e formazione postuniversitaria", "Diritti sociali, politiche e famiglia"».

1.524

RICCHIUTI, LO GIUDICE, CASSON, MINEO

Al comma 83, sostituire le parole: «di 2.000 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015» *con le seguenti:* «2.700 milioni di euro per l'anno 2015, 3.400 milioni di euro per l'anno 2016, 3.500 milioni di euro per l'anno 2017, 2.800 milioni di euro per l'anno 2018 e 2.000 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2019».

Conseguentemente, sostituire il comma 90 con i seguenti:

«1. Al fine di promuovere forme di occupazione stabile, ai datori di lavoro privati, con esclusione del settore agricolo, che incrementano il numero dei lavoratori dipendenti con contratto di lavoro a tempo indeterminato, con esclusione dei contratti di apprendistato e dei contratti di lavoro domestico, decorrenti dal 1º gennaio 2015 con riferimento a contratti stipulati non oltre il 31 dicembre 2015, è riconosciuto, per un periodo massimo di trentasei mesi, ferma restando l'aliquota di computo delle prestazioni pensionistiche, l'esonero dal versamento dei complessivi contributi previdenziali a carico dei datori di lavoro, con esclusione dei premi e contributi dovuti all'Istituto nazionale per l'assicurazione contro gli infortuni sul lavoro (INAlL), nel limite massimo di un importo di esonero pari a 8.060 euro su base annua. L'esonero di cui al presente comma spetta ai datori di lavoro in presenza delle nuove assunzioni di cui al primo periodo, con esclusione di quelle relative a lavoratori che nei sei mesi precedenti siano risultati occupati a tempo indeterminato presso qualsiasi datore di lavoro e non spetta con riferimento a lavoratori per i quali il beneficio di cui al presente comma sia già stato usufruito in relazione a precedente assunzione a tempo indeterminato. L'esonero di cui al presente comma non è cumulabile con altri esoneri o riduzioni delle aliquote di finanziamento previsti dalla normativa vigente. l'esonero di cui al presente comma non spetta ai datori di lavoro in presenza di assunzioni relative a lavoratori in riferimento ai quali i datori di lavoro, ivi considerando società controllate o collegate ai sensi dell'articolo 2359 del codice civile o facenti capo, anche per interposta persona, allo stesso soggetto, hanno comunque già in essere un contratto a tempo indeterminato nei tre mesi antecedenti la data di entrata in vigore della presente legge. L'INPS provvede, con le risorse umane, strumentali e finanziarie disponibili a legislazione vigente, al monitoraggio del numero di contratti incentivati ai sensi del presente comma e delle conseguenti minori entrate contributive, inviando relazioni mensili al Ministero del lavoro e delle politiche sociali e al Ministero dell'economia e delle finanze.

1-*bis*. Il beneficio di cui al comma 1 spetta per ogni unità lavorativa risultante dalla differenza tra il numero dei lavoratori con contratto a tempo indeterminato rilevato in ciascun mese e il numero dei lavoratori con contratto a tempo indeterminato mediamente occupati nei dodici mesi precedenti alla data di assunzione. Per le assunzioni di dipendenti con contratto di lavoro a tempo parziale, il credito d'imposta spetta in misura proporzionale alle ore prestate rispetto a quelle del contratto nazionale».

1.525

LANZILLOTTA, ICHINO

Al comma 83, aggiungere infine il seguente periodo: «All'Istituto nazionale per l'assicurazione contro gli infortuni sul lavoro (INAIL) sono attribuite le competenze, da esercitare in raccordo con l'Agenzia nazionale per l'occupazione, in materia di promozione del reinserimento e della integrazione lavorativa delle persone con disabilità da lavoro, da realizzare anche mediante il finanziamento con oneri a carico dell'lNAIL, a valere sulle risorse finanziarie già disponibili a legislazione vigente, di progetti personalizzati mirati alla conservazione del posto di lavoro e/o alla ricerca di nuova occupazione, di interventi formativi di riqualificazione professionale, di progetti per il superamento e per l'abbattimento delle barriere architettoniche sui luoghi di lavoro, di interventi di adeguamento e di adattamento delle postazioni di lavoro».

1.526

URAS, BAROZZINO, DE PETRIS, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 83, aggiungere, infine, il seguente periodo: «Tale dotazione è incrementata di 1.000 milioni di euro annui per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, nonché di 500 milioni di euro per l'anno 2018».

Conseguentemente:

a) sopprimere i commi 90 e 91;

b) al comma 3 sostituire le parole: "Al finanziamento degli incentivi di cui ai commi 90 e 91" con le seguenti: "Al finanziamento degli incrementi di cui all'ultimo periodo del comma 83 della presente legge.

1.527

D'ADDA, PARENTE, ANGIONI, FAVERO, LEPRI, MANASSERO, PEZZOPANE, SPILABOTTE, FASIOLO, CUOMO, LAI

Dopo il comma 83 aggiungere il seguente:

«83-*bis*. Al fine di fronteggiare la necessità di prevenzione e di controllo del territorio, vista la carenza di organico, l'amministrazione è autorizzata ad assumere nel corpo di Polizia di Stato, a decorrere dal 1º gennaio 2015, tutti i vincitori e idonei del concorso indetto con decreto ministeriale del 7 marzo 2014 e pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* del 14 marzo 2014».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 85.000.000;
2016: ? 85.000.000;
2017: ? 85.000.000.

1.528

MARIO MAURO

Dopo il comma 83, aggiungere i seguenti:

«83-*bis*. Le disposizioni di cui all'articolo 35, comma 8, del decreto-legge 30 dicembre 2008, n. 207, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 febbraio 2009, n. 14, si interpretano nel senso che ai fini, della liquidazione o della ricostituzione delle prestazioni previdenziali ed assistenziali collegate al reddito in presenza di prestazioni per le quali sussiste l'obbligo di comunicazione al Casellario centrale dei pensionati di cui al decreto del Presidente della Repubblica 31 dicembre 1971, n. 1388, e successive modificazioni e integrazioni, il reddito da lavoro conseguito dal beneficiario nell'anno solare precedente rileva ai fini della definizione del reddito di riferimento solo in misura proporzionale al periodo nel quale esso è stato effettivamente conseguito anche nell'anno di riferimento antecedentemente all'erogazione della prestazione per la quale sussiste l'obbligo di comunicazione al Casellario centrale dei pensionati.

83-*ter*. Le disposizioni dell'articolo 13, terzo comma, del regio decreto-legge 14 aprile 1939, n. 636, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 luglio 1939, n. 1272, e successive modificazioni, si interpretano nel senso che si considerano frequentanti l'Università anche i figli superstiti che nell'anno della morte del pensionato o dell'assicurato siano stati iscritti a corsi di laurea precedentemente e successivamente alla morte del pensionato o dell'assicurato, ancorché alla data della morte stessa non risultino iscritti ad alcun corso.

83-*quater*. I redditi derivanti da trattamenti pensionistici ai superstiti conseguiti dai figli superstiti non concorrono alla determinazione del limite di reddito di cui all'articolo 12, comma 2, del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, e successive modificazioni».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 50.000;
2016: ? 10.000;
2017: ? 10.000.

1.529

PARENTE, ANGIONI, D'ADDA, FAVERO, LEPRI, MANASSERO, PEZZOPANE, SPILABOTTE

Dopo il comma 83 aggiungere il seguente:

«83-*bis*. In materia di calcolo dell'orario di lavoro del personale turnista del comparto "Regioni Autonomie locali" sono fatte salve le diverse interpretazioni finora intervenute da parte degli Enti in sede di applicazione della normativa di legge e contrattuale, i cui atti non costituiscono danno erariale e non comportano obblighi di restituzione e obblighi di riconoscimento per nessuna delle parti del rapporto di lavoro"».

1.530

MANGILI, LEZZI, BULGARELLI

Dopo il comma 83, aggiungere il seguente:

«83-*bis.* Al fine di adottare un livello di tassazione più elevato per i redditi di pensione superiori ai 90.000 euro annui e destinare il maggior gettito alla riduzione del carico fiscale dei redditi di pensioni meno elevati e all'aumento delle pensioni minime, è introdotta, con decreto del Presidente della Repubblica da adottare ai sensi dell'articolo 17, comma 1 della legge 23 agosto 1988, n. 400, a decorrere dal 2015, una imposta sostitutiva per redditi di pensione, caratterizzata da un maggior numero di aliquote fiscali progressive.»

1.531

TOMASELLI, COLLINA, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA, PAGLIARI, CALEO, MAURO MARIA MARINO, VACCARI

Dopo il comma 83, aggiungere i seguenti:

«83-*bis.* Per l'anno 2015 nella dotazione individuata nel precedente comma 83 è compresa la quota pari a 400 milioni di euro destinata al rifinanziamento degli ammortizzatori sociali in deroga di cui all'articolo 2, commi 64, 65 e 66, della legge 28 giugno 2012, n. 92 e successive modificazioni e integrazioni e dei contratti di solidarietà di cui all'articolo 5, del decreto legge 20 maggio 1993, n. 148, convertito in legge, con modificazioni, dall'art. 1, comma 1, della legge n. 236/1993.

83-*ter.* Nella dotazione individuata dal comma 83 è altresì compresa la quota destinata al finanziamento strutturale dei Fondi di Solidarietà Bilaterali, costituiti ai sensi art. 3, commi 14 e seguenti, della legge 28 giugno 2012, n. 92».

1.532

GAMBARO

Dopo il comma 83, aggiungere i seguenti:

«83-*bis.* Per l'anno 2015 nella dotazione individuata nel precedente comma 1 è compresa la quota pari a 400 milioni di euro destinata al rifinanziamento degli ammortizzatori sociali in deroga di cui all'articolo 2, commi 64, 65 e 66, della legge 28 giugno 2012, n. 92 e successive modificazioni e integrazioni e dei contratti di solidarietà di cui all'articolo 5, della legge n. 236/1993.

83-*ter*. Nella dotazione individuata dal comma 1 è altresì compresa la quota destinata al finanziamento strutturale dei Fondi di Solidarietà Bilaterali, costituiti ai sensi della legge 28 giugno 2012, n. 92, art. 3, commi 14 e ss.».

1.533

DE PIN, MASTRANGELI, BOCCHINO, CAMPANELLA

Dopo il comma 83, aggiungere i seguenti:

«83-*bis.* Per l'anno 2015 nella dotazione individuata nel precedente comma 1 è compresa la quota pari a 400 milioni di euro destinata al rifinanziamento degli ammortizzatori sociali in deroga di cui al!'articolo 2, commi 64, 65 e 66, della legge 28 giugno 2012, n. 92 e successive modificazioni e integrazioni e dei contratti di solidarietà di cui all'articolo 5, della legge n. 236/1993.

83-*ter.* Nella dotazione individuata dal comma 1 è altresì compresa la quota destinata al finanziamento strutturale dei Fondi di Solidarietà Bilaterali, costituiti ai sensi della legge 28 giugno 2012, n. 92, art. 3, commi 14 e ss».

1.534

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, CROSIO

Dopo il comma 83, aggiungere i seguenti:

«83-*bis*. Per l'anno 2015 nella dotazione individuata nel precedente comma 1 è compresa la quota pari a 400 milioni di euro destinata al rifinanziamento degli ammortizzatori sociali in deroga di cui all'articolo 2, commi 64, 65 e 66, della legge 28 giugno 2012, n. 92 e successive modificazioni e integrazioni e dei contratti di solidarietà di cui all'articolo 5, della legge n. 236/1993.

83-*ter*. Nella dotazione individuata dal comma 1 è altresì compresa la quota destinata al finanziamento strutturale dei Fondi di Solidarietà Bilaterali, costituiti ai sensi della legge 28 giugno 2012, n. 92, art. 3, commi 14 e ss.».

1.535

GALIMBERTI

Dopo il comma 83, aggiungere i seguenti:

«83-*bis*. Per l'anno 2015 nella dotazione individuata nel precedente comma 1 è compresa lo quota pari a 400 milioni di euro destinata al rifinanziamento degli ammortizzatori sociali In deroga di cui all'articolo 2 commi 64, 65 e 66, della legge 28 giugno 2012, n. 92 e successive modificazioni e integrazioni e dei contratti di solidarietà di cui all'articolo 5, della legge n. 236/1993.

83-*ter*. Nella dotazione individuata dal comma 1 è altresl compresa la quota destinata al finanziamento strutturale dei Fondi di Solidarietà Bilaterali, costituiti ai sensi della legge 28 giugno 2012, n. 92, art. 3, commi 14 e ss.».

1.536

MANDELLI, PICCOLI, BRUNI, BONFRISCO, CERONI, D'ALÌ, MILO

Dopo il comma 83, aggiungere i seguenti:

«83-*bis*. Per l'anno 2015 nella dotazione individuata nel precedente comma 1 è compresa la quota pari a 400 milioni di euro destinata al rifinanziamento degli ammortizzatori sociali in deroga di cui all'articolo 2, commi 64, 65 e 66, della legge 28 giugno 2012, n. 92 e successive modificazioni e integrazioni e dei contratti di solidarietà di cui all'articolo 5, della legge n. 236/1993.

83-*ter*. Nella dotazione individuata dal comma 1 è altresì compresa la quota destinata al finanziamento strutturale dei Fondi di Solidarietà Bilaterali, costituiti ai sensi dell'articolo 3 della legge 28 giugno 2012, n. 92.»

1.537

TOMASELLI, LAI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA, COLLINA

Dopo il comma 83, aggiungere i seguenti:

«83-*bis*. Per l'anno 2015 nella dotazione individuata nel precedente comma 1 è compresa la quota pari a 400 milioni di euro destinata al rifinanziamento degli ammortizzatori sociali in deroga di cui all'articolo 2, commi 64, 65 e 66, della legge 28 giugno 2012, n. 92 e successive modificazioni e integrazioni e dei contratti di solidarietà di cui all'articolo 5, della legge n. 236/1993.

83-*ter*. Nella dotazione individuata dal comma 1 è altresì compresa la quota destinata al finanziamento strutturale dei Fondi di Solidarietà Bilaterali, costituiti ai sensi della legge 28 giugno 2012, n. 92, art. 3, commi 14 e ss.».

1.538

DE POLI

Dopo il comma 83, aggiungere i seguenti:

«83-*bis*. Per l'anno 2015 nella dotazione individuata nel precedente comma 1 è compresa la quota pari a 400 milioni di euro destinata al rifinanziamento degli ammortizzatori sociali in deroga di cui all'articolo 2, commi 64, 65 e 66, della legge 28 giugno 2012, n. 92 e successive modificazioni e integrazioni e dei contratti di solidarietà di cui alrarticolo 5, della legge n. 236/1993.

83-*ter*. Nella dotazione individuata dal comma 1 è altresì compresa la quota destinata al finanziamento strutturale dei Fondi di Solidarietà Bilaterali, costituiti ai sensi della legge 28 giugno 2012, n. 92, art. 3, commi 14 e ss.».

1.539

CARIDI

Dopo il comma 83, aggiungere i seguenti:

«83-*bis*. Per l'anno 2015 nella dotazione individuata nel precedente comma 1 è compresa la quota pari a 400 milioni di euro destinata al rifinanziamento degli ammortizzatori sociali in deroga di cui all'articolo 2, commi 64, 65 e 66, della legge 28 giugno 2012, n. 92 e successive modificazioni e integrazioni e dei contratti di solidarietà di cui all'articolo 5, della legge n. 236/1993.

83-*ter*. Nella dotazione individuata dal comma 1 è altresì compresa la quota destinata al finanziamento strutturale dei Fondi di Solidarietà Bilaterali, costituiti ai sensi della legge 28 giugno 2012, n. 92, art. 3, commi 14 e ss.».

1.540

LEPRI, ANGIONI, CANTINI, COCIANCICH, COLLINA, CUOMO, DALLA ZUANNA, D'ADDA, DEL BARBA, DI GIORGI, STEFANO ESPOSITO, FATTORINI, FAVERO, FEDELI, MANASSERO, MAURO MARIA MARINO, MORGONI, MOSCARDELLI, PAGLIARI, PARENTE, PEZZOPANE, SCALIA, SPILABOTTE

Dopo il comma 83 aggiungere il seguente:

«83-*bis*. Per l'anno 2015, una quota del fondo di cui al comma 83, pari a 100 milioni di euro, è destinata al finanziamento dei contratti di solidarietà di cui all'articolo 5, commi 5 e 8, del decreto-legge 20 maggio 1993, n. 148, convertito, con modificazioni, dalla legge 191ugo 1993, n. 236.».

1.541

LEPRI, ANGIONI, CANTINI, COCIANCICH, COLLINA, CUOMO, DALLA ZUANNA, D'ADDA, DEL BARBA, DI GIORGI, STEFANO ESPOSITO, FATTORINI, FAVERO, FEDELI, MANASSERO, MAURO MARIA MARINO, MORGONI, MOSCARDELLI, PAGLIARI, PARENTE, PEZZOPANE, SCALIA, SPILABOTTE

Dopo il comma 83 aggiungere il seguente:

«83-*bis*. Per l'anno 2015, una quota del fondo di cui al comma 83, pari a 100 milioni di euro, è destinata al finanziamentodei contratti di solidarietà di cui all'articolo 2 del decreto-legge 30 ottobre 1984, n. 726, convertito, conmodificazioni, dalla legge 19 dicembre 1984, n. 863.».

1.542

LANGELLA

Dopo il comma 83 inserire il seguente:

«83-*bis*. In attesa della completa attuazione della riforma del lavoro e dell'istituzione dell'Agenzia nazionale per il lavoro, dal 1º gennaio 2015, i centri per l'impiego provinciali e il relativo personale sono trasferiti in via transitoria all'Istituto nazionale della previdenza sociale».

1.543

CERONI, RAZZI

Dopo il comma 83 inserire il seguente:

«83-*bis*. In attesa della completa attuazione della riforma dellavoro e dell'istituzione dell'Agenzia nazionale per il lavoro, dal 1º gennaio 2015, i centri per l'impiego provinciali e il relativo personale sono trasferiti in via transitoria all'Istituto nazionale della previdenza sociale.».

1.544

ZANONI, DEL BARBA, LO MORO, PEZZOPANE, BROGLIA, PAGLIARI, MARGIOTTA, BERTUZZI

Dopo il comma 83 inserire il seguente:

«83-*bis*. In attesa della completa attuazione della riforma del lavoro e dell'istituzione dell'Agenzia nazionale per il lavoro, dal 1º gennaio 2015 i centri per l'impiego provinciali e il relativo personale sono trasferiti in via transitoria all'Istituto nazionale della previdenza sociale.»

1.545

LIUZZI

Dopo il comma 83 aggiungere il seguente:

«83-*bis*. In attesa della completa attuazione della riforma del lavoro e dell'istituzione dell'Agenzia nazionale per il lavoro, dal 1º gennaio 2015, i centri per l'impiego provinciale e il relativo personale sono trasferiti in via transitoria all'Istituto nazionale della previdenza sociale».

1.546

MARINELLO, MANCUSO, GUALDANI

Dopo il comma 83 inserire il seguente:

«83-*bis*. Nell'ambito delle risorse del fondo di cui al comma 83, una somma di 30 milioni di euro è riservata al finanziamento della cassa integrazione guadagni in deroga per il settore pesca per l'anno 2015.»

1.547

GUALDANI

Dopo il comma 83 aggiungere il seguente:

«83-*bis*. In attesa dell'istituzione dell'Agenzi nazionale per l'occupazione e della riforma della normativa in materia di servizi per il lavoro, al fine di garantire le esigenze di continuità dei servizf, una quota del Fondo di cui al comma 83 è destinata alla proroga fino al 31 dicembre 2016 dei contratti di lavoro a termine con scadenza 31 dicembre 2014 del personale dei Centri per l'impiego, nel rispetto della vigente normativa di contenimento della spesa complessiva di personale e dei limiti massimi della spesa annua per la stipula dei contratti a tempo determinato».

1.548

URAS, BAROZZINO, DE PETRIS, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 84, aggiungere il seguente:

«84-*bis*. È istituito presso il Ministero del lavoro e delle politiche sociali un Fondo per il sostegno ai lavoratori impegnati nei lavori socialmente utili. Per la costituzione di tale Fondo è autorizzata la spesa di 200 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015. il Ministro del lavoro e delle politiche sociali ripartisce annualmente tale somma con proprio decreto dando priorità alte finalità di cui all'articolo 3, comma 1, del decreto-legge 25 marzo 1997, n. 67, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 maggio 1997, n. 135».

Conseguentemente, all'articolo 2, comma 67, sostituire le parole: «è ridotta di 238 milioni di euro per l'anno 2015 e di 200 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016» *con le seguenti:* «è ridotta di 438 milioni di euro per l'anno 2015 e di 400 milioni a decorrere dal 2016».

1.549

URAS, BAROZZINO, DE PETRIS, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 84, aggiungere il seguente:

«84-*bis*. È istituito presso il Ministero del lavoro e delle politiche sociali un Fondo per il sostegno ai Lavoratori impegnati nei lavori socialmente utili. Per la costituzione di tale Fondo è autorizzata la spesa di 100 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015. li Ministro del lavoro e delle politiche sociali ripartisce annualmente tale somma con proprio decreto dando priorità alle finalità di citi all'articolo 3, comma 1, del decreto legge 25 marzo 1997, n. 67, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 maggio 1997, n. 135».

Conseguentemente, all'articolo 2, comma 67, sostituire le parole: «è ridotta di 238 milioni di euro per l'anno 2015 e di 200 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016» *con le seguenti:* «è ridotta di 338 milioni di euro per l'anno 2015 e di 300 milioni a decorrere dal 2016».

1.550

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 84, inserire i seguenti:

«84-*bis*. All'articolo 13 della legge 27 marzo 1992, n. 257, dopo il comma 2 è aggiunto il seguente: "2-*ter*. In deroga a quanto disposto dall'articolo 24 del decreto-legge 6 dicembre 2011 n. 201, convertito con modificazioni dalla legge 22 dicembre 20 Il n. 214 le disposizioni di cui al precedente comma 2, si applicano anche agli ex lavoratori occupati nelle imprese che hanno svolto attività di coibentazione e bonifica, che hanno cessato il loro rapporto di lavoro per effetto della chiusura, dismissione o fallimento della impresa presso cui erano occupati e il cui sito è interessato da Piano di Bonifica da parte dell'ente Territoriale che non abbiano maturato i requisiti anagrafici e contributivi previsti dalla normativa vigente, che risultano ammalati con patologia asbesto correlata accertata e riconosciuta ai sensi dell'articolo 13 comma 7"».

Conseguentemente, all'articolo 2, comma 11, sostituire le parole: «ridotta di 200 milioni» *con le seguenti:* «ridotta di 600 milioni».

1.551

PARENTE, ANGIONI, D'ADDA, FAVERO, FEDELI, LEPRI, MANASSERO, PEZZOPANE, SPILABOTTE, PAGLIARI

Dopo il comma 84 aggiungere i seguenti:

«84-*bis*. Al fine di consentire il completamento dei piani di gestione degli esuberi di personale

relativi all'anno 2014, il finanziamento di cui all'articolo 1, comma 183, della legge 27 ottobre 2013, n. 147, previsto per le proroghe dei trattamenti di cui all'articolo 1, comma 1, del decreto-legge 5 ottobre 2004, convertito, con modificazioni, nella legge 3 dicembre 2004, n. 291 e successive modificazioni, è aumentato di 200 milioni di euro per l'anno 2015.

84-*ter*. Agli oneri derivanti dall'attuazione del comma 84-*bis* si provvede:

a) quanto a 100 milioni di euro per l'anno 2015, mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 32, comma 1, del decreto-legge del 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89;

b) quanto a 100 milioni di euro per l'anno 2015, mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 36, comma 2, del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni dalla legge 23 giugno 2014, n. 89.».

1.552

RUTA

Dopo il comma 84, inserire il seguente:

«84-*bis*. All'Istituto nazionale per l'assicurazione contro gli infortuni sul lavoro (INAIL) sono attribuite le competenze, da esercitare in raccordo con l'Agenzia nazionale per l'occupazione, in materia di promozione del reinserimento. e della integrazione lavorativa delle persone con disabilità da lavoro, da realizzare anche mediante il finanziamento con oneri a carico dell'INAIL, a valere sulle risorse finanziarie già disponibili a legislazione vigente, di progetti personalizzati mirati alla conservazione del posto di lavoro e/o alla ricerca di nuova occupazione, di interventi formativi di riqualificazione professionale, di progetti per il superamento e per l'abbattimento delle barriere architettoniche sui luoghi di lavoro, di interventi di adeguamento e di adattamento delle postazioni di lavoro».

1.553

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 84, aggiungere il seguente:

«84-*bis*. Ai fini del conseguimento delle prestazioni pensionistiche da parte dei lavoratori attualmente in servizio, con effetto dal 1º gennaio 2015 non si tiene conto dei provvedimenti di annullamento delle certificazioni rilasciate dall'istituto Nazionale per l'assicurazione contro gli infortuni sul lavoro per il conseguimento dei benefici di cui all'articolo 13, comma 8, della legge 27 marzo 1992, n. 257, salvo il caso di dolo dell'interessato accertato in via giudiziale con sentenza definitiva. Gli oneri di cui al presente comma sono valutati in 6 milioni di euro per l'anno 2015, in 16,5 milioni per l'anno 2016, in 21,5 milioni per l'anno 2017, in 21,5 milioni di euro per l'anno 2018, in 20,5 milioni di euro per l'anno 2019, in 16 milioni di euro per l'anno 2020, in 11 milioni di euro per l'anno 2021, in 6,2 milioni di euro per l'anno 2022, in 3,5 milioni di euro per l'anno 2023 e in 3 milioni di euro per l'anno 2024».

Conseguentemente alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 6.000.000;

2016: ? 16.500.000;

2017: ? 21.500.000.1.554.

1.554

ICHINO, SUSTA, LANZILLOTTA

Dopo il comma 84, inserire il seguente:

«84-*bis*. All'articolo 10, comma 1, del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633, dopo il numero 20), è aggiunto il seguente:

"20-*bis*) i *voucher* destinati alla remunerazione degli operatori specializzati accreditati presso la Regione per l'erogazione di servizi oggetto dei contratti e accordi di ricollocazione di cui all'articolo 1, comma 215, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, nonché all'articolo 1, comma 4, lettera *p)*, della legge recante deleghe in materia di riforma degli ammortizzatori sociali, dei servizi per il lavoro e

delle politiche attive, nonché in materia di riordino della disciplina dei rapporti di lavoro e dell'attività ispettiva e di tutela e conciliazione delle esigenze di cura, di vita e di lavoro, e ai successivi decreti attuativi, quando detti contratti e accordi siano stipulati, in funzione dello svolgimento del servizio di collocamento delle persone inoccupate o disoccupate, con l'amministrazione pubblica competente"».

Conseguentemente:

all'articolo 1 sopprimere il comma 139;

alla Tabella A voce Ministero dell'Economia e delle Finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 40.000.000;

2016: ? 70.000.000;

2017: ? 70.000.000.

1.555

ICHINO, SUSTA, LANZILLOTTA

Dopo il comma 84, inserire il seguente:

«84-*bis*. All'articolo 10, comma 1, del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633, dopo il numero 20), è aggiunto il seguente:

"20-*bis*) i *vaucher* destinati alla remunerazione degli operatori specializzati accreditati presso la Regione per l'erogazione di servizi oggetto dei contratti e accordi di ricollocazione di cui all'articolo 1, comma 215 della legge 27 dicembre 2013, n. 147, nonché all'articolo 1, comma 4, lettera *p)*, della legge recante deleghe in materia di riforma degli ammortizzatori sociali, dei servizi per il lavoro e delle politiche attive, nonché in materia di riordino della disciplina dei rapporti di lavoro e dell'attività ispettiva e di tutela e conciliazione delle esigenze di cura, di vita e di lavoro, e ai successivi decreti attuativi, quando detti contratti e accordi siano stipulati, in funzione dello svolgimento del servizio di collocamento delle persone inoccupate o disoccupate, con l'amministrazione pubblica competente"».

Conseguentemente all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le seguenti parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 250 milioni di euro per l'anno 2015, e 280 milioni di euro a decorrere dal 2016, ad eccezione delle spese relative alle Missioni "Soccorso Civile", "Agricoltura, politiche agroalimentari e pesca", "Commercio internazionale ed internazionalizzazione del sistema produttivo", "Ricerca e Innovazione", "Tutela e valorizzazione dei beni e attività culturali e paesaggistici", "Istruzione scolastica", "Istruzione universitaria e formazione postuniversitaria", "Diritti sociali, politiche e famiglia"».

1.556

DE CRISTOFARO, URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 84, aggiungere il seguente:

«1-*bis*. L'autorizzazione di spesa per le finalità di cui all'articolo 3, comma 1, del decreto-legge 25 marzo 1997, n. 67, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 maggio 1997, n. 135, è resa permanente a decorrere dall'anno 2015 e la sua quantificazione è rinviata alla legge di stabilità, ai sensi dell'articolo il, comma 3, lettera *d)*, della legge 31 dicembre 2009, n. 196».

Conseguentemente:

a) all'articolo 2, comma 67, sostituire le parole: «è ridotta di 238 milioni di euro per l'anno 2015 e di 200 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016» con le seguenti: «è ridotta di 408 milioni di euro per l'anno 2005 e 370 milioni di euro a decorrere dal 2015»;

b) alla Tabella C, Missione Politiche per il lavoro, Programma Politiche attive del lavoro, i servizi per il lavoro e la formazione, aggiungere la voce: «decreto- legge 25 marzo 1997, n. 67, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 maggio 1997, n. 135».

Articolo 3, comma 1- LSU di Napoli e Palermo:

2015:

CP: + 100.000,000;

CS: + 100.000.000.

2016:
CP: + 100.000.000;
CS: + 100.000.000.
2017:
CP: + 100.000.000;
CS: + 100.000.000.

1.557

SUSTA

Dopo il comma 84, aggiungere il seguente:

«84-*bis*. Le disposizioni dell'articolo 13, terzo comma, del regio decreto-legge 14 aprile 1939, n. 636, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 luglio 1939, n. 1272, e successive modificazioni, si interpretano nel senso che si considerano frequentanti l'Università anche i figli superstiti già in possesso di un titolo di laurea di primo livello, che al momento del decesso non siano iscritti ad alcun corso, ma che si iscrivano a corsi di laurea specialistica, a *master* o altri percorsi di specializzazione universitaria entro un anno dal conseguimento della laurea di primo livello».

Conseguentemente alla tabella A, stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze, variare gli importi come segue:

2015:? 10.000.000.
2016: ? 10.000.000.
2017: ? 10.000.000.

1.558

BAROZZINO, URAS, DE PETRIS

Dopo il comma 84, aggiungere il seguente:

«84-*bis*. Per l'anno 2015, l'ammontare del trattamento di integrazione salariale per i contratti di solidarietà di cui all'articolo 1 del decreto-legge 30 ottobre 1984, n. 726, convertito, con modificazioni, dalla legge 19 dicembre 1984, n. 863, e successive modificazioni, è aumentato nella misura del 10 per cento della retribuzione persa a seguito della riduzione di orario, nel limite massimo di 50 milioni di euro per lo stesso anno 2015».

Conseguentemente al comma 112 la parola: «250» *è sostituita dalla parola:* «200».

1.559

URAS, BAROZZINO, DE PETRIS, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 84, aggiungere il seguente:

«84-*bis*. In attesa della completa attuazione della riforma del lavoro e dell'istituzione dell'Agenzia nazionale per il lavoro, dal 10 gennaio 2015, i centri per l'impiego provinciali e il relativo personale sono trasferiti in via transitoria all'Istituto nazionale della previdenza sociale».

1.560

ICHINO, SUSTA, LANZILLOTTA

Dopo il comma 84, inserire il seguente:

«Nella Tabella A, parte II, allegata al decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633, dopo il numero: "41-*quater*)" è aggiunto il seguente:

"41-*quinquies*). Prestazioni, fornite dagli operatori specializzati accreditati presso la Regione per l'erogazione di servizi oggetto dei contratti e accordi di ricollocazione di cui all'articolo 1, comma 215 della legge 27 dicembre 2013, n. 147, nonché all'articolo 1, comma 4, lettera *p)*, della legge recante deleghe in materia di riforma degli ammortizzatori sociali, dei servizi per il lavoro e delle politiche attive, nonché in materia di riordino della disciplina dei rapporti di lavoro e dell'attività ispettiva e di tutela e conciliazione delle esigenze di cura, di vita e di lavoro, e ai successivi decreti attuativi, quando detti contratti e accordi siano stipulati, in funzione dello svolgimento del servizio di collocamento delle persone inoccupate o disoccupate, con l'amministrazione pubblica competente"».

Conseguentemente, all'articolo 1 sopprimere il comma 139.

1.561

ICHINO, SUSTA, LANZILLOTTA

Dopo il comma 84, inserire il seguente:

«84-*bis*. Nella Tabella A, parte II, allegata al decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633, dopo il numero 41-*quater)* è aggiunto il seguente:

"41-*quinquies)* prestazioni, fornite dagli operatori specializzati accreditati presso la Regione per l'erogazione di servizi oggetto dei contratti e accordi di ricollocazione di cui all'articolo 1, comma 215 della legge 27 dicembre 2013, n. 147, nonché all'articolo 1, comma 4, lettera *p)*, della legge recante deleghe in materia di riforma degli ammortizzatori sociali, dei servizi per il lavoro e delle politiche attive, nonché in materia di riordino della disciplina dei rapporti di lavoro e dell'attività ispettiva e di tutela e conciliazione delle esigenze di cura, di vita e di lavoro, e ai successivi decreti attuativi, quando detti contratti e accordi siano stipulati, in funzione dello svolgimento del servizio di collocamento delle persone inoccupate o disoccupate, con l'amministrazione pubblica competente"».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le seguenti parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 150 milioni di euro per l'anno 2015, e 180 milioni di euro a decorrere dal 2016, ad eccezione delle spese relative alle Missioni "Soccorso Civile", "Agricoltura, politiche agroalimentari e pesca", "Commercio internazionale ed internazionalizzazione del sistema produttivo", "Ricerca e Innovazione", "Tutela e valorizzazione dei beni e attività culturali e paesaggistici", "Istruzione scolastica", "Istruzione universitaria e formazione postuniversitaria", "Diritti sociali, politiche e famiglia"».

1.562

CENTINAIO, MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 85, inserire il seguente:

«85-*bis*. A decorrere dall'entrata in vigore della presente legge sono riaperti i termini per presentare domanda agli enti previdenziali da parte dei lavoratori esposti all'amianto che intendano ottenere il riconoscimento dei benefici di cui al comma 1 dell'articolo 47 del decreto-legge 30 settembre 2003, n. 269, convertito, con modificazioni, dalla legge 24 novembre 2003, n. 326. I lavoratori affetti da patologie asbesto-correlate di origine professionale, possono accedere al pensionamento anticipato, senza rinunciare alle altre provvidenze vigenti. Le domande per il commissariamento dei benefici per l'esposizione all'amianto per le quali sono decorsi tre anni e trecento giorni, anche in seguito a rigetto dell'azione giudiziaria per decadenza di cui al comma 7, possono essere ripresentate entro dodici mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge. Il lavoratore può agire in giudizio per l'accertamento dei benefici per l'esposizione all'amianto anche in costanza di rapporto di lavoro. Ai lavoratori *ex* esposti all'amianto, compresi i militari, collocati in trattamento di quiescenza prima della data di entrata inÍ vigore della legge 27 marzo 1992, n. 257, che si ammalano di una patologia correlata all'amianto successivamente al pensionamento è riconosciuto il beneficio previsto dall'articolo 6, comma 7, della medesima legge n. 257 del 1992, e successive modificazioni. In caso di decesso per malattia professionale di un lavoratore *ex* esposto all'amianto, il diritto alla rendita del suddetto superstite decorre, ai fini della prescrizione, da quando i titolari del diritto hanno avuto conoscenza del diritto medesimo. Il diritto ai benefici contributivi è riconosciuto anche ai lavoratori esposti o *ex* esposti all'amianto che sono stati collocati in pensione prima dell'entrata in vigore della legge 27 marzo 1992, n. 257».

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117, 124, 125, 132;

all'articolo 2, sopprimere il comma 207;

all'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le seguenti parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1.200 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

1.585 (testo 2)
LEPRI, CANTINI, COCIANCICH, COLLINA, CUOMO, DALLA ZUANNA, DEL BARBA, DI GIORGI, FATTORINI, FAVERO, MAURO MARIA MARINO, MORGONI, MOSCARDELLI, PAGLIARI, PEZZOPANE, SCALIA
Dopo il comma 89 aggiungere il seguente:
"89-*bis*. I soggetti espulsi dall'attività produttiva, senza tutele per disoccupazione o mobilità e con almeno sessantadue anni di età e trentacinque di contribuzione, nonché i soggetti già autorizzati a presentare istanza di accesso alla contribuzione volontaria ai fini del trattamento pensionistico possono accedere allo stesso senza versamento dei contributi volontari, purché ridotto di una trattenuta mensile comprensiva della quota di rateizzazione dei contributi volontari anticipati e degli interessi dovuti. I suddetti soggetti possono inoltre utilizzare il trattamento di fine rapporto per pagare i contributi volontari. La rateizzazione dei contributi volontari anticipati deve concludersi entro e non oltre dieci anni. Il provvedimento avviene senza oneri per gli enti gestori di forme di previdenza obbligatoria. Il Ministro del lavoro e delle politiche sociali, con proprio decreto da adottare entro sessanta giorni dall'entrata in vigore della presente legge, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, definisce le modalità di attuazione del presente comma."
Conseguentemente, all'articolo 3, dopo il comma 63 aggiungere il seguente:
"63-*bis*. A decorrere dal Io gennaio 2015, sugli importi dei trattamenti pensionistici di cui al D.P.R. 29 dicembre 1973, n. 1092, corrisposti da enti gestori di forme di previdenza obbligatorie secondo il metodo retributivo, è dovuto un contributo di solidarietà a favore delle gestioni previdenziali obbligatorie pari al 10 per cento della parte eccedente la pensione integrata al trattamento minimo. Il contributo di solidarietà non è dovuto sugli importi dei suddetti trattamenti pensionistici non superiori al doppio della pensione minima di percettori con età superiore ai 67 anni. A questi ultimi, se tenuti al suindicato contributo di solidarietà, è comunque garantito un trattamento non inferiore al doppio della pensione minima, qualora ne abbiano titolo per un importo superiore. Il Ministro del lavoro e delle politiche sociali, con proprio decreto da adottare entro sessanta giorni dall'entrata in vigore della presente legge, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, definisce le modalità di attuazione del presente comma.

1.930 (testo corretto)
CIOFFI
Dopo il comma 114, inserire il seguente:
«114-*bis*. Le disposizioni di cui all'articolo 32, comma 1, del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 novembre 2014, n. 164, sono prorogate per l'anno 2015.
»
Conseguentemente, all'articolo 3, comma 75, alla Tabella A ivi richiamata, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:
2015: -12.000.000

1.998 (testo 2)
VERDUCCI, MATURANI, STEFANO ESPOSITO, FABBRI, VACCARI, GIANLUCA ROSSI, CAPACCHIONE, FISSORE, ELENA FERRARA, ZANONI, CARDINALI, ANGIONI, TOMASELLI, FILIPPI
Dopo il comma 120, aggiungere i seguenti:
« 120-*bis*. L'Autorità per l'energia elettrica, il gas e il sistema idrico, al fine di garantire l'accesso universale all'acqua, assicura alle famiglie in condizioni economico-sociali disagiate e con reddito ISEE non superiore a 12.500 euro annui, titolari di utenza domestica del servizio idrico integrato, l'accesso alla fornitura della quantità di acqua necessaria per il soddisfacimento dei bisogni fondamentali, sentiti gli enti di ambito nelle loro forme rappresentative, sulla base dei princìpi e dei criteri individuati con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri, su proposta del Ministro dello sviluppo economico, di concerto con il Ministro dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare e

con il Ministro dell'economia e delle finanze, sentite le competenti commissioni parlamentari, da emanare entro centoventi giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge. Al fine di assicurare la copertura degli oneri derivanti dal presente comma, l'Autorità per l'energia elettrica, il gas e il sistema idrico definisce le necessarie modifiche all'articolazione tariffaria per fasce di consumo o per uso, determinando i criteri e le modalità per il riconoscimento delle agevolazioni di cui al presente comma.

« 121-*ter*. Il ricorso da parte dei Comuni, al fine di contrastare l'emergenza abitativa, all'applicazione dell'articolo 1, comma 3, della legge 9 dicembre 1998, n. 431, costituisce titolo di preferenza nell'assegnazione di contributi pubblici per qualsiasi tipo di edilizia economica e popolare".»

1.3.2.1.5. 5ª Commissione permanente (Bilancio) - Seduta n. 328 (pom.) dell'11/12/2014

collegamento al documento su www.senato.it

BILANCIO (5ª)

GIOVEDÌ 11 DICEMBRE 2014
328ª Seduta (pomeridiana)

Presidenza del Presidente
AZZOLLINI
indi della Vice Presidente
LEZZI

Interviene il vice ministro dell'economia e delle finanze Morando.

La seduta inizia alle ore 15,55.

IN SEDE REFERENTE

(1699) ***Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017 e relativa Nota di variazioni***, approvato dalla Camera dei deputati

- (Tabb. 1 e 1-*bis*) Stato di previsione dell'entrata per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017 *(limitatamente alle parti di competenza)*
- (Tabb. 2 e 2-*bis*) Stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017 *(limitatamente alle parti di competenza)*

(1698) ***Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)***, approvato dalla Camera dei deputati

(Seguito dell'esame congiunto e rinvio)

Prosegue l'esame congiunto, sospeso nella seduta antimeridiana.

Il presidente AZZOLLINI ricorda che nella precedente seduta sono stati illustrati gli emendamenti da 1.1 a 1.562, riferiti al disegno di legge di stabilità.

Preliminarmente, alla ripresa dell'illustrazione dei restanti emendamenti all'articolo 1, pubblicati

in allegato, il presidente AZZOLLINI dichiara l'inammissibilità per estraneità di materia degli emendamenti 1.225, 1.340, 1.361, 1.362 e 1.363 e dichiara poi inammissibili per copertura finanziaria gli emendamenti 1.2, 1.6, 1.23, 1.29, 1.32, 1.34, 1.54, 1.59, 1.64, 1.78, 1.80, 1.90, 1.93, 1.95, 1.108, 1.122, 1.123, 1.124, 1.134, 1.135, 1.147, 1.150, 1.155, 1.160, 1.165, 1.183, 1.186, 1.187, 1.188, 1.189, 1.190, 1.191, 1.200, 1.217, 1.219, 1.220, 1.222, 1.235, 1.236, 1.237, 1.239, 1.243, 1.244, 1.246, 1.257, 1.258, 1.267, 1.269, 1.270, 1.271, 1.272, 1.274, 1.275, 1.277, 1.278, 1.279, 1.282, 1.283, 1.285, 1.286, 1.287, 1.288, 1.289, 1.290, 1.291, 1.292, 1.293, 1.298, 1.301, 1.308, 1.312, 1.314, 1.320, 1.321, 1.325, 1.327, 1.328, 1.329, 1.333, 1.336, 1.337, 1.338, 1.348, 1.349, 1.359, 1.360, 1.364, 1.378, 1.395 e 1.396 (pubblicati in allegato al resoconto della seduta antimeridiana dell'11 dicembre). Su richiesta della senatrice COMAROLI (*LN-Aut*) a nome del Gruppo della Lega Nord dispone poi l'accantonamento degli emendamenti 1.27, 1.199, 1.200, 1.192, 1.194, 1.218, 1.230, 1.240, 1.278, 1.280, 1.384, 1.370, 1.419, 1.467 e 1.468 (pubblicati in allegato al resoconto della seduta antimeridiana dell'11 dicembre). Dispone, altresì, l'accantonamento di tutti gli emendamenti relativi all'articolo 1, presentati dal Gruppo del Movimento 5 Stelle.

La senatrice COMAROLI (*LN-Aut*) chiede altresì di accantonare gli emendamenti 1.632, 1.693, 1.698, 1.696, 1.705, 1.734, 1.755, 1.885, 1.883, 1.917, 1.940, 1.949, 1.948, 1.961, 1.956, 1.955, 1.976, 1.978, 1.979, 1.1028, 1.1005, 1.1052, 1.1087, 1.1148, 1.1187 e 1.1282.

Il PRESIDENTE avverte che si passa all'illustrazione degli emendamenti successivi alla proposta 1.562 (pubblicati in allegato) riferiti al disegno di legge di stabilità.

Il senatore GUERRIERI PALEOTTI (*PD*) sottoscrive l'emendamento 1.570, che chiede di accantonare insieme all'emendamento 1.571.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) chiede che l'emendamento 1.576 venga valutata congiuntamente ad una analoga proposta emendativa a sua firma riferita ad altri commi non ancora esaminati.

Il senatore GUERRIERI PALEOTTI (*PD*) sottoscrive gli emendamenti 1.585 (testo 2), 1.587, 1.588, 1.589, 1.593 e 1.599 e ne chiede l'accantonamento.

Il presidente LEZZI (*M5S*) dispone poi l'accantonamento delle proposte 1.594 e 1.597.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) chiede di accantonare gli emendamenti 1.595 e 1.598.

Il senatore DI BIAGIO (*PI*) chiede di accantonare l'emendamento 1.596.

Viene, poi, disposto l'accantonamento della proposta 1.599.

Il senatore BOCCHINO (*Misto-ILC*) chiede di accantonare gli emendamenti 1.604, 1.605 e 1.609.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) illustra gli emendamenti 1.610 e 1.613, rilevando che la previsione degli sgravi contributivi inserita nel disegno di legge di stabilità pregiudica gli stanziamenti non impegnati di risorse finalizzate al recupero degli squilibri territoriali nel Sud d'Italia. Ciò rappresenta, oltre ad una evidente iniquità, un nodo politico cruciale che il suo Gruppo intende

affrontare con decisione.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) illustra l'emendamento 1.614, sottolineando che le politiche economiche di austerità recessiva non possono essere criticate nelle dichiarazioni televisive per poi essere praticate nella legge di stabilità. Sottrarre risorse ai fondi strutturali per il riequilibrio territoriale incrementa gli squilibri già esistenti e penalizza ancora di più le Regioni del Mezzogiorno del Paese. Chiede di accantonare l'emendamento 1.614 e 1.621 e sottoscrive gli emendamenti 1.616 e 1.618.

Il senatore BOCCHINO (*Misto-ILC*) chiede di accantonare gli emendamenti 1.616, 1.618 e 1.648.

Il senatore CERONI (*FI-PdL XVII*) illustra l'emendamento 1.620, che mira a consentire anche ai datori di lavoro del settore agricolo la possibilità di usufruire degli sgravi contributivi per le assunzioni a tempo indeterminato previsti dai commi da 90 a 94 dell'articolo 1.

Il senatore DI BIAGIO (*PI*) sottoscrive gli emendamenti 1.628 (testo 2) e 1.629 (testo 2) e ne chiede l'accantonamento.

Viene poi disposto l'accantonamento della proposta 1.632.

Il senatore GUERRIERI PALEOTTI (*PD*) sottoscrive l'emendamento 1.642 e ne chiede l'accantonamento.

Il senatore MANDELLI (*FI-PdL XVII*) illustra l'emendamento 1.646, volto ad estendere gli sgravi contributivi alle imprese che assumono disoccupati o cassaintegrati.

La senatrice BERTOROTTA (*M5S*) illustra l'emendamento 1.664, che intende reperire le risorse necessarie per gli sgravi contributivi per le assunzioni a tempo indeterminato senza pregiudicare le politiche di coesione territoriale.

Ne chiede, poi, l'accantonamento.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) sottolinea la rilevanza dell'emendamento 1.667, attestata dalla presentazione di diverse proposte emendative di analogo contenuto sostenendo la necessità di non pregiudicare le politiche di coesione.

Il senatore DI BIAGIO (*PI*) chiede di accantonare gli emendamenti 1.668, 1.671 e 1.716.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) illustra l'emendamento 1.677, che mira a istituire un fondo per realizzare un programma di sorveglianza sanitaria delle persone esposte all'amianto, l'emendamento 1.679, sul tema dei requisiti anagrafici e di anzianità contributiva del personale della scuola e l'emendamento 1.726 volta a rifinanziare il fondo per le politiche della famiglia. Chiede poi l'accantonamento degli emendamenti 1.677, 1.679, 1.712, 1.722, 1.723 e 1.726.

Il senatore MUSSINI (*Misto-MovX*) sottoscrive l'emendamento 1.679.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) sottoscrive gli emendamenti 1.689 e 1.692, che dà per illustrati.

Il senatore GUERRIERI PALEOTTI (*PD*) sottoscrive l'emendamento 1.711 e ne chiede l'accantonamento.

Il senatore RUTA (*PD*) fa presente che l'emendamento 1.715 contiene un riferimento all'anno che deve essere riferito al 2015.

La presidente LEZZI (*M5S*) dà atto della correzione della riformulazione dell'emendamento 1.715 in un testo corretto.

Il senatore GUALDANI (*NCD*) sottoscrive l'emendamento 1.718 e ne chiede l'accantonamento insieme agli emendamenti 1.719, 1.732, 1.764 e 1.844.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) illustra gli emendamenti 1.727 e 1.728 sottolineando la gravosità del carico fiscale sulle abitazioni.

Il senatore GUERRIERI PALEOTTI (*PD*) sottoscrive l'emendamento 1.736 e ne chiede l'accantonamento.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) illustra l'emendamento 1.738, che mira ad inserire il gioco d'azzardo patologico tra le malattie e le condizioni che danno diritto all'esenzione dalla partecipazione al costo per le prestazioni di assistenza sanitaria, e ne chiede l'accantonamento.

Il senatore CERONI (*FI-PdL XVII*) illustra l'emendamento 1.741, che intende offrire al settore termale un quadro di riferimento certo sul piano finanziario per contrastare la situazione di difficoltà nella quale versano molte imprese del settore.

Il senatore RUTA (*PD*) sottoscrive l'emendamento 1.747.

Il senatore GUERRIERI PALEOTTI (*PD*) sottoscrive l'emendamento 1.747 e ne chiede l'accantonamento.

Il senatore FRAVEZZI (*Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE*) chiede poi di accantonare gli emendamenti 1.749, 1.759, 1.760, 1.763, 1.792, 1.824, 1.842 1.902 e 1.903.

Viene disposto poi l'accantonamento della proposta 1.764.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) illustra l'emendamento 1.765, che dispone modificazioni alla disciplina di assegnazione delle frequenze in banda agli operatori del settore.

Il senatore BOCCHINO (*Misto-ILC*) chiede di accantonare l'emendamento 1.773.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) illustra l'emendamento 1.776, volto a compensare i tagli effettuati sulle risorse per le misure di sostegno dell'emittenza televisiva locale, e chiede di accantonare l'emendamento 1.777.

Viene poi disposto l'accantonamento delle proposte 1.786, 1.797 su richiesta della senatrice COMAROLI (*LN-Aut*) e 1.810.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) illustra l'emendamento 1.904, che mira ad incrementare le risorse per la gestione delle risorse idriche, la tutela del territorio e le bonifiche ambientali e chiede di accantonare gli emendamenti 1.827, 1.830, 1.837, 1.870, 1.904, 1.905, 1.942, 1.943 e 1.951.

Viene poi disposto l'accantonamento delle proposte 1.902 e 1.903.

Il senatore GUERRIERI PALEOTTI (*PD*) sottoscrive l'emendamento 1.933, di cui chiede l'accantonamento.

Il senatore CERONI (*FI-PdL XVII*) illustra l'emendamento 1.936, volto a sostenere le politiche di messa in sicurezza del territorio dai rischi derivanti dal dissesto idrogeologico.

Il senatore DI BIAGIO (*PI*) chiede di accantonare l'emendamento 1.959.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) illustra l'emendamento 1.960, che istituisce l'osservatorio nazionale sul daltonismo, e l'emendamento 1.972, che incrementa il fondo in favore degli interventi di assistenza domiciliare per le persone affette da disabilità gravi e gravissime, incluse quelle affette da sclerosi laterali amiotrofica. Chiede di accantonare gli emendamenti 1.960 e 1.972.

Le senatrici DE PIN (*Misto*) e MUSSINI (*Misto-MovX*) sottoscrivono l'emendamento 1.972.

Il senatore FRAVEZZI (*Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE*) chiede di accantonare l'emendamento 1.982.

Il senatore DI BIAGIO (*PI*) sottoscrive l'emendamento 1.987 e ne chiede l'accantonamento.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) illustra l'emendamento 1.990, che stanzia risorse in favore dei servizi di assistenza alle donne vittime di violenza e ne chiede l'accantonamento.

Il senatore GUERRIERI PALEOTTI (*PD*) sottoscrive l'emendamento 1.998 (testo 2) e ne chiede l'accantonamento.

Il presidente AZZOLLINI dichiara inammissibili per estraneità di materia gli emendamenti 1.452, 1.480, 1.491, 1.495, 1.496, 1.503, 1.506, 1.507, 1.508, 1.509, 1.510, 1.515, 1.516, 1.525, 1.529 e 1.552. Sono inammissibili per copertura finanziaria gli emendamenti 1.407, 1.408, 1.409, 1.410, 1.411, 1.412, 1.414, 1.415, 1.416, 1.417, 1.418, 1.419, 1.420, 1.421, 1.422, 1.424, 1.425, 1.426, 1.427, 1.429, 1.430, 1.431, 1.432, 1.433, 1.434, 1.435, 1.436, 1.437, 1.440, 1.445, 1.446, 1.447, 1.448, 1.458, 1.459, 1.460, 1.463, 1.474, 1.475, 1.476, 1.477, 1.479, 1.481, 1.482, 1.484, 1.485, 1.486, 1.487, 1.488, 1.489, 1.493, 1.494, 1.523, 1.542, 1.543, 1.544, 1.545, 1.550, 1.551 e 1.559.

Viene richiesto l'accantonamento degli emendamenti 1.1003, 1.1005, 1.1006 (al quale la senatrice MUSSINI (*Misto-MovX*) aggiunge la propria firma), 1.1010, 1.1016, 1.1019, 1.1022.

Il senatore BOCCHINO (*Misto-ILC*), nel chiedere l'accantonamento dell'emendamento 1.1030, illustra lo stesso, evidenziando che tale proposta emendativa prospetta un incremento del fondo per il finanziamento ordinario delle Università pari a 150 milioni di euro annui, al fine di favorire il reclutamento di ricercatori, che nell'anno 2015 potrebbe portare all'assunzione di tre mila nuove unità, in deroga ai limiti di legge.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) aggiunge la propria firma all'emendamento 1.1030.

La senatrice BLUNDO (*M5S*), nel proporre l'accantonamento dell'emendamento 1.1031, illustra lo stesso, sottolineando che tale proposta emendativa incrementa di 150 milioni di euro annui il fondo per il finanziamento ordinario delle università, al fine di elevare la quota premiale di cui all'articolo 2, comma 1, del decreto-legge n. 180 del 2008, convertito con modificazioni dalla legge n. 1 del 2009. L'emendamento in questione prevede altresì l'esonero dal pagamento delle tasse di iscrizione all'università, al fine di garantire a tutti gli interessati la possibilità di accedere a tale percorso formativo.

Successivamente, viene richiesto l'accantonamento degli emendamenti 1.1032, 1.1036, 1.1039 e 1.1041.

Il senatore BOCCHINO (*Misto-ILC*) illustra l'emendamento 1.1043, evidenziando che lo stesso è finalizzato a consentire la partecipazione dello Stato italiano ai programmi dell'Agenzia spaziale europea, nonché a favorire i programmi spaziali nazionali di rilevanza strategica. Ne chiede quindi l'accantonamento.

Successivamente i senatori Stefania PEZZOPANE (*PD*), RUTA (*PD*) e BOCCHINO (*Misto-ILC*) aggiungono la propria firma all'emendamento 1.1046, proponendone l'accantonamento.

E' poi richiesto l'accantonamento degli emendamenti 1.1047, 1.1048 (al quale il senatore URAS (*Misto-SEL*) aggiunge la firma), 1.1054 e 1.1055 (al quale aggiungono la propria firma i senatori BOCCHINO (*Misto-ILC*) e D'ALI' (*FI-PdL XVII*)).

La senatrice BONFRISCO (*FI-PdL XVII*) illustra l'emendamento 1.1075, evidenziando che lo stesso è finalizzato a garantire l'assolvimento del diritto all'istruzione anche nei percorsi di formazione professionale, nei quali in questi ultimi anni non sempre ne è stata salvaguardata l'adeguatezza.
Si sofferma poi sull'emendamento 1.1132, facendo presente che lo stesso prefigura interventi a favore delle medie imprese, che spesso costituiscono un volano di sviluppo anche per le altre aziende operanti nel territorio.

Successivamente viene proposto l'accantonamento degli emendamenti 1.1083, 1.1088, 1.1094, 1.1106, 1.1109, 1.1110, 1.1111, 1.1112, 1.1113, 1.1115, 1.1117, 1.1119, 1.1125, 1.1126, 1.1127, 1.1131, 1.1137, 1.1144, 1.1145, 1.1165, 1.1166, 1.1181, 1.1191, 1.1195, 1.1199, 1.1200 e 1.1203.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) illustra l'emendamento 1.1204, sottolineando l'esigenza di sopprimere i commi da 135 a 138 dell'articolo 1 del disegno di legge n. 1698, nei quali viene consentito alla polizia e ai vigili del fuoco di cedere dietro corrispettivo il proprio simbolo a terzi. Tale disciplina è del tutto inopportuna e suscettibile anche di creare rischi per la sicurezza.

La senatrice CHIAVAROLI (*NCD*) propone l'accantonamento di talune proposte emendative, illustrate in precedenti sedute, e in particolare degli emendamenti 1.25, 1.99, 1.480 e 1.547.

Sempre con riferimento ad emendamenti illustrati in precedenti sedute, il senatore BOCCHINO (*Misto-ILC*) richiede l'accantonamento dell'emendamento 1.21 e successivamente il senatore GUERRIERI PALEOTTI (*PD*) propone l'accantonamento dell'emendamento 1.505.

Viene richiesto l'accantonamento degli emendamenti 1.1208 (al quale il senatore VACCARI (*PD*) aggiunge la propria firma), 1.1209, 1.1214, 1.1215, 1.1216, 1.1217, 1.1221, 1.1222 (sul quale si sofferma in sede di illustrazione il senatore MALAN (*FI-PdL XVII*), dando conto del contenuto di tale proposta emendativa), 1.1224, 1.1226 (al quale il senatore DI BIAGIO (*PI*) aggiunge la propria firma), 1.1230, 1.1231, 1.1232, 1.1233, 1.1234, 1.1235, 1.1236 (al quale il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) aggiunge la firma), 1.1237 e 1.1238.

Il senatore MANDELLI (*FI-PdL XVII*) aggiunge la propria firma all'emendamento 1.1243 e successivamente il senatore MUSSINI (*Misto-MovX*) aggiunge la firma all'emendamento 1.1247, per il quale viene proposto l'accantonamento.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) aggiunge la propria firma all'emendamento 1.1248.

Successivamente viene richiesto l'accantonamento degli emendamenti 1.1255, 1.1257, 1.1258, 1.1259 e 1.1270.

Viene poi ritirato l'emendamento 1.1285 dal senatore DI BIAGIO (*PI*) .

Si richiede poi l'accantonamento degli emendamenti 1.1288 (al quale il senatore RUTA (*PD*) aggiunge la propria firma) e 1.1294.

Il senatore MANDELLI (*FI-PdL XVII*) illustra l'emendamento 1.1301, sottolineando che lo stesso intende eliminare la disposizione con la quale si introduce l'obbligo del deposito delle somme versate a titolo di corrispettivo nelle transazioni immobiliari in un conto corrente appositamente istituito presso il notaio rogante. Tale disciplina è inopportuna in quanto è suscettibile di rallentare il flusso delle compravendite immobiliari.

Viene poi richiesto l'accantonamento degli emendamenti 1.1309, 1.1312.

La senatrice BERTOROTTA (*M5S*), dopo aver proposto l'accantonamento dell'emendamento 1.1315, illustra lo stesso, evidenziando che tale proposta emendativa è finalizzata ad evitare la soppressione delle commissioni prefettizie per l'abilitazione alla manutenzione di ascensori e montacarichi. Ne chiede, pertanto, l'accantonamento.

Viene poi altresì richiesto l'accantonamento degli emendamenti 1.1316, 1.1317, 1.1318 e 1.1321.

Tutti i restanti emendamenti riferiti all'articolo 1 del disegno di legge in titolo vengono dati per illustrati.

Si passa all'illustrazione degli emendamenti aggiuntivi all'articolo 1.

Viene proposto l'accantonamento degli emendamenti 1.0.1 e 1.0.2, che vengono entrambi dati per illustrati.

Il PRESIDENTE dispone una breve sospensione dei lavori.

La seduta, sospesa alle ore 17,55, riprende alle ore 18,15.

Il presidente AZZOLLINI dà conto dell'accantonamento degli emendamenti 1.158, 1.347, 1.388, 1.390, 1.455 e 1.561.

La senatrice BLUNDO (*M5S*) aggiunge la propria firma all'emendamento 1.388.

Il presidente AZZOLLINI dichiara l'inammissibilità per materia degli emendamenti 1.602, 1.603, 1.604, 1.605, 1.756, 1.757, 1.889, 1.938, 1.979, 1.1105, 1.1161, 1.1165, 1.1180, 1.1197, 1.1214, 1.1275, 1.1277, 1.1278, 1.1279, 1.1281, 1.1284, 1.1313, 1.1317 e 1.1318. Dichiara inoltre l'inammissibilità in relazione ai profili di copertura degli emendamenti 1.567, 1.568, 1.569, 1.574, 1.587, 1.588, 1.589, 1.608, 1.627, 1.628, 1.629, 1.630, 1.635, 1.637, 1.638, 1.642, 1.644, 1.645, 1.650, 1.651, 1.652, 1.653, 1.654, 1.655, 1.656, 1.661, 1.673, 1.681, 1.683, 1.688, 1.689, 1.697, 1.702, 1.703, 1.704, 1.707, 1.708, 1.715, 1.716, 1.717, 1.718, 1.719, 1.720, 1.728, 1.731, 1.740, 1.746, 1.747, 1.748, 1.752, 1.773, 1.774, 1.776, 1.778, 1.779, 1.877, 1.878, 1.879, 1.880, 1.881, 1.897, 1.899, 1.902, 1.903, 1.914, 1.920, 1.921, 1.925, 1.933, 1.934, 1.942, 1.960, 1.963, 1.965, 1.966, 1.972, 1.973, 1.1000, 1.1011, 1.1020, 1.1022, 1.1026, 1.1027, 1.1028, 1.1043, 1.1048, 1.1053, 1.1054, 1.1055, 1.1067, 1.1068, 1.1117, 1.1121, 1.1131, 1.1154, 1.1189, 1.1199, 1.1212, 1.1220, 1.1231, 1.1242, 1.1243, 1.1261, 1.1273, 1.1282, 1.1296, 1.1297, 1.1298, 1.1299, 1.1300, 1.1303, 1.1304, 1.1305, 1.1306, 1.1308 e 1.1320.

Avverte quindi che si passerà all'illustrazione degli emendamenti riferiti all'articolo 2 (pubblicati in allegato).

La presidente LEZZI dispone l'accantonamento di tutti gli emendamenti all'articolo 2 presentati dal Gruppo Movimento 5 Stelle.

La senatrice BONFRISCO (*FI-PdL XVII*) illustra l'emendamento 2.2, finalizzato al sostegno dei processi di internazionalizzazione delle imprese.

Sottoscrive, poi, l'emendamento 2.13 e lo illustra, segnalando la necessità di un intervento del Governo a favore dell'attività della società Arcus.

Il senatore MALAN (*FI-PdL XVII*) illustra la proposta 2.16.

Vengono successivamente accantonati gli emendamenti 2.18, 2.21 e 2.23.

Il senatore CERONI (*FI-PdL XVII*) illustra l'emendamento 2.27, volto a consentire un trattamento fiscale più equo nei confronti degli imprenditori agricoli.

Il senatore MALAN (*FI-PdL XVII*) aggiunge la propria firma all'emendamento 2.27.

Viene successivamente disposto l'accantonamento delle proposte emendative 2.34, 2.44, 2.56, 2.60, 2.64 (alla quale aggiunge la propria firma il senatore RUTA (*PD*)), 2.67 e 2.68.

La senatrice BONFRISCO (*FI-PdL XVII*) illustra l'emendamento 2.69, soffermandosi sulla necessità di un migliore trattamento fiscale del combustibile per riscaldamento nelle aree climaticamente svantaggiate.

La presidente LEZZI dispone poi l'accantonamento degli emendamenti 2.72, 2.75, 2.78 e 2.83.

La senatrice BONFRISCO (*FI-PdL XVII*) illustra l'emendamento 2.84, relativo al trattamento fiscale dei beni strumentali.

Vengono successivamente accantonati gli emendamenti 2.86, 2.93, 2.99, 2.100, 2.103, 2.106, 2.107, 2.117, 2.128, 2.131, 2.142, 2.150, 2.151 e 2.152 (al quale aggiunge la firma il senatore URAS (*Misto-SEL*).

La senatrice BONFRISCO (*FI-PdL XVII*) illustra l'emendamento 2.156, volto a una rimodulazione dell'imposizione relativa al trattamento dei rifiuti.

La presidente LEZZI (*M5S*) dispone poi l'accantonamento degli emendamenti 2.163, 2.164, 2.176, 2.180 e 2.182.

La senatrice DE PIN (*Misto*) illustra poi l'emendamento 2.186, soffermandosi sulle attuali necessità del settore del mobile, e ne chiede l'accantonamento.

Analoga richiesta viene avanzata sugli emendamenti 2.188 e 2.190.

Il senatore CERONI (*FI-PdL XVII*) sottoscrive l'emendamento 2.196.

Vengono successivamente accantonati gli emendamenti 2.209 e 2.210.

Il senatore BOCCHINO (*Misto-ILC*) illustra l'emendamento 2.213, relativo al trattamento del personale non contrattualizzato delle pubbliche amministrazioni.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) aggiunge la propria firma 2.213, chiedendo di accantonarlo.

Il senatore MANDELLI (*FI-PdL XVII*) illustra l'emendamento 2.213-*bis*, volto a evitare la proroga del blocco dei rinnovi contrattuali per le forze di polizia.

Dopo che è stato chiesto l'accantonamento dell'emendamento 2.215, il senatore MANDELLI (*FI-PdL XVII*) illustra l'emendamento 2.219-*bis*, relativo al trattamento del personale del comparto pubblica sicurezza.

Dopo che è stato richiesto l'accantonamento delle proposte emendative 2.220 e 2.221 ha la parola

il senatore CERONI (*FI-PdL XVII*) il quale illustra l'emendamento 2.222, finalizzato all'ottimizzazione della produttività da lavoro pubblico e della relativa contrattazione.

La senatrice MUSSINI (*Misto-MovX*) aggiunge la firma all'emendamento 2.223 e ne chiede l'accantonamento.

Il senatore BOCCHINO (*Misto-ILC*) illustra l'emendamento 2.224, finalizzato a rimuovere le discriminazione derivanti dal mancato rinnovo del trattamento del personale pubblico non contrattualizzato. Ne chiede poi l'accantonamento.

La senatrice MUSSINI (*Misto-MovX*) aggiunge la propria firma all'emendamento 2.224.

Il senatore MANDELLI (*FI-PdL XVII*) sottoscrive l'emendamento 2.225.

Dopo che è stato disposto l'accantonamento della proposta emendative 2.228, il senatore MANDELLI (*FI-PdL XVII*) aggiunge la propria firma all'emendamento 2.229.

La presidente LEZZI dispone poi l'accantonamento delle proposte emendative 2.235, 2.241 e 2.243.

Dopo che il senatore MANDELLI (*FI-PdL XVII*) ha sottoscritto l'emendamento 2.245 vengono accantonati gli emendamenti 2.248 e 2.249.

Il senatore MANDELLI (*FI-PdL XVII*) sottoscrive gli emendamenti 2.251 e 2.252.

Vengono successivamente accantonati gli emendamenti 2.255, 2.260 e 2.263.

Il senatore MALAN (*FI-PdL XVII*) illustra l'emendamento 2.264, relativo al trattamento fiscale delle erogazioni liberali delle fondazioni bancarie.

La presidente LEZZI dispone l'accantonamento delle proposte 2.278, 2.286, 2.287 e 2.289, al quale aggiunge la firma il senatore BOCCHINO (*Misto-ILC*).

Sono successivamente accantonati gli emendamenti 2.292 e 2.296.

Il senatore BOCCHINO (*Misto-ILC*) sottoscrive gli emendamenti 2.297 e 2.300, che vengono poi accantonati.

Il senatore BERGER (*Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE*) aggiunge la propria firma all'emendamento 2.305, che viene successivamente accantonato.

Dopo che è stato disposto l'accantonamento degli emendamenti 2.313 e 2.318 ha la parola il senatore CERONI (*FI-PdL XVII*), che illustra la proposta 2.329, riferita al personale delle province.

Dopo che è stato richiesto l'accantonamento delle proposte 2.334 e 2.335, il senatore URAS (*Misto-SEL*) illustra gli emendamenti 2.339, 2.340, 2.341 e 2.342, relativi alle vittime del dovere, del

terrorismo e della criminalità organizzata.

La senatrice MUSSINI (*Misto-MovX*) sottoscrive gli emendamenti 2.339, 2.340, 2.341 e 2.342, che sono successivamente accantonati.

Sono successivamente accantonati gli emendamenti 2.346, 2.347, 2.359, 2.360, 2.361, 2.364, 2.370 e 2.373.

Il senatore CERONI (*FI-PdL XVII*) illustra l'emendamento 2.380, relativo all'impiego di personale in quiescenza in attività di pubblica utilità.

Sono successivamente accantonati gli emendamenti 2.381 e 2.385, al quale aggiunge la firma il senatore Luigi MARINO (*PI*).

Intervengono, quindi, sull'ordine dei lavori in relazione ai tempi di presentazione di eventuali emendamenti del Governo, la senatrice COMAROLI (*LN-Aut*) e il senatore URAS (*Misto-SEL*).

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) aggiunge la propria firma all'emendamento 2.387, che viene quindi accantonato, come le proposte 2.395 e 2.396.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) illustra gli emendamenti 2.391, 2.392 e 2.400 relativi alla materia della valorizzazione dei beni pubblici.

Viene successivamente accantonato l'emendamento 2.423.

La senatrice BERTOROTTA (*M5S*) illustra l'emendamento 2.427, finalizzato ad interventi di *housing* sociale.

L'emendamento 2.427 è quindi accantonato, così come le proposte 2.431 e 2.433, alla quale aggiunge la firma il senatore Luigi MARINO (*PI*).

Il senatore CERONI (*FI-PdL XVII*) illustra l'emendamento 2.436, relativo all'acquisizione di beni da parte degli enti locali.

Dopo che è stato disposto l'accantonamento della proposta 2.446, la senatrice BULGARELLI (*M5S*) illustra l'emendamento 2.450, riferito all'attività bancaria di Poste italiane, richiedendone l'accantonamento.

La senatrice BERTOROTTA (*M5S*) sottoscrive e illustra l'emendamento 2.452, che viene successivamente accantonato, così come le proposte 2.455 e 2.487.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) illustra l'emendamento 2.492, volto al sostegno finanziario delle attività dell'Autorità garante per l'infanzia e l'adolescenza.

Le senatrici MUSSINI (*Misto-MovX*) e BERTOROTTA (*M5S*) aggiungono le rispettive firme all'emendamento 2.492, il quale è quindi accantonato.

Dopo che l'emendamento 2.493 è stato dato per illustrato, viene richiesto dai presentatori l'accantonamento degli emendamenti 2.499 e 2.500.

L'emendamento 2.501 viene quindi ritirato dai proponenti.

Su richiesta dei rispettivi presentatori, si dispone quindi l'accantonamento delle proposte 2.508, 2.515 (cui il senatore CERONI (*FI-PdL XVII*) aggiunge la propria firma), 2.516, 2.519, 2.520, 2.525 (cui il senatore CERONI (*FI-PdL XVII*) aggiunge la propria firma), 2.529, 2.535, 2.539, 2.544 e 2.548.

La senatrice CHIAVAROLI (*NCD*) interviene brevemente per domandare delucidazioni sui criteri concordati con il Governo in ordine all'accantonamento delle proposte emendative.

Il vice ministro MORANDO ricorda che già in precedenza il Governo si era reso disponibile in ordine ad un accantonamento per Gruppo sulla base di un criterio per materia.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*), nel lamentare la ristrettezza dei tempi a disposizione della Commissione per l'esame dei documenti di bilancio, invita i commissari a tenere nella debita considerazione le problematiche sottese all'emendamento 2.549.

I rispettivi proponenti richiedono l'accantonamento degli emendamenti 2.553, 2.554 (cui aggiunge la propria firma la senatrice MUSSINI (*Misto-MovX*)), 2.565 (cui aggiunge la propria firma il senatore RUTA (*PD*)), e 2.575.

Viene invece ritirato dal presentatore l'emendamento 2.576.

Successivamente, viene richiesto l'accantonamento degli emendamenti 2.577, 2.606, 2.636, 2.674, 2.675, 2.681 (cui aggiunge la propria firma la senatrice MUSSINI (*Misto-MovX*)) e 2.684.

La senatrice BERTOROTTA (*M5S*) illustra brevemente le proposte 2.687 (volta a garantire adeguata trasparenza in ordine alle spese del ministero degli Esteri relative all'indennità di sistemazione del personale in godimento), e 2.688 (che introdice l'obbligo di rendicontare e rendere pubbliche le spese di viaggio, vitto ed alloggi del medesimo personale), domandandone contestualmente l'accantonamento, unitamente alla proposta 2.689.

La senatrice MUSSINI (*Misto-MovX*) sottolinea la *ratio* sottesa all'emendamento 2.690, auspicandone l'accoglimento e domandandone contestualmente l'accantonamento.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) aggiunge la propria firma all'emendamenti 2.690.

Nell'aggiungere la propria firma all'emendamento 2.696, il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) si pone criticamente sui contenuti del comma 73 dell'articolo 2, sottolineando l'inopportunità di attribuire alla Presidenza del Consiglio la gestione delle sovvenzioni alle testate giornalistiche italiane all'estero.

Viene successivamente disposto, su proposta dei rispettivi presentatori, l'accantonamento degli emendamenti 2.699, 2.670-*bis*, e 2.671-*bis*.

La senatrice MUSSINI (*Misto-MovX*) illustra quindi la proposta 2.672-*bis*, ponendo l'accento sulla meritoria opera svolta dal Centro globale per le tecnologie dell'informazione e della comunicazione nei Parlamenti. L'operato del centro, infatti, è ampiamente riconosciuto in sede internazionale ed ha operato con successo soprattutto in favore dei Paesi africani.

Conclude chiedendo l'accantonamento dell'emendamento in questione.

Il senatore MICHELONI (*PD*) dichiara di aggiungere la propria firma all'emendamento 2.672-*bis*, ritirando, altresì, la proposta 2.675-*bis*.

All'emendamento 2.672-*bis* aggiunge la propria firma anche il senatore URAS (*Misto-SEL*).

Successivamente, su richiesta dei rispettivi firmatari, si dispone, altresì, di accantonare l'emendamento 2.674-*bis*.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) si sofferma sull'emendamento 2.683-*bis*, rammentando che la proposta aveva riscontrato ampia condivisione tra le forze politiche.

I rispettivi proponenti richiedono l'accantonamento degli emendamenti 2.687-*bis*, 2.690-*bis*, 2.691-*bis*, 2.698-*bis*, 2.699-*bis*, 2.703, 2.710, 2.715, 2.718, 2.721, 2.724, 2.726, 2.728, 2.740, 2.741, 2.749 (al quale aggingono la propria firma i senatori MUSSINI (*Misto-MovX*), URAS (*Misto-SEL*) e D'ALI' (*FI-PdL XVII*)), 2.752, 2.753, 2.754, 2.755, 2.760, 2.765, 2.769, 2.772, 2.773, 2.774, 2.775, 2.776, 2.777, 2.778, 2.783 (cui aggiungono la propria firma i senatori D'ALI' (*FI-PdL XVII*) e MANDELLI (*FI-PdL XVII*)) e 2.786 (cui aggiungono la propria firma i senatori MANDELLI (*FI-PdL XVII*) e D'ALI' (*FI-PdL XVII*)).

La senatrice BONFRISCO (*FI-PdL XVII*) illustra l'emendamento 2.796, ponendo l'accento sull'opportunità di non introdurre misure eccessivamente restrittive in ordine all'uso del denaro contante. Tali misure, infatti, non solo contrasterebbero con i principi generali di libera circolazione dell'ordinamento europeo, ma avrebbero degli effetti particolarmente negativi sui consumi, come più volte attestato dalla Concommercio. Inoltre, la limitazione dell'uso del denaro contante non produrrebbe significativi effetti sulla lotta all'evasione fiscale, e, stanti le elevate commissioni presenti in Italia, costituirebbe un onere ingiustificato per gli operatori economici, non presente in altre nazione europee. Sarebbe pertanto opportuno non estendere tale limitazione alle persone fisiche provenienti dall'estero che effettuano acquisti in Italia.

Nella stessa linea di indirizzo si pone quindi il successivo emendamento 2.797, che introduce misure favorevoli all'uso del contante anche per i cittadini italiani.

Il senatore MANDELLI (*FI-PdL XVII*) e la senatrice DE PIN (*Misto*) aggiungono la propria firma alle proposte 2.796 e 2.797.

La senatrice ZANONI (*PD*) presenta una riformulazione dell'emendamento 2.798 (2.798 testo 2, pubblicata in allegato).

Ritira quindi le proposte 2.801, 2.802 e 2.805.

Si dispone l'accantonamento delle proposte 2.808, 2.814, 2.819, 2.824, 2.826, 2.827, 2.831, 2.838, 2.842, 2.845, 2.846, 2.858 e 2.870.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) aggiunge la propria firma alla proposta 2.872.

La senatrice MUSSINI (*Misto-MovX*) dichiara invece di aggiungere la propria firma all'emendamento 2.873.

I rispettivi presentatori chiedono l'accantonamento degli emendamenti 2.873, 2.876, 2.877, 2.880 e 2.887.

I presentatori chiedono l'accantonamento degli emendamenti 2.902, 2.909, 2.914, 2.915, 2.928, 2.939, 2.943, 2.955, 2,963, 2.967, 2.969, 2.975, 2.976, 2.988, 2.990, 2.992, 2.999, 2.1000, 2.1001, 2.1006 e 2.1008.

La senatrice BONFRISCO (*FI-PdL XVII*) illustra quindi l'emendamento 2.1009, soffermandosi sulle peculiarità del mercato ortofrutticolo e sui disagi che la limitazione dell'uso del contante potrebbe arrecare ai suoi operatori, soprattutto nelle esportazioni in ambito extra-comunitario.

Dietro richiesta dei rispettivi proponenti, si dispone quindi l'accantonamento delle proposte 2.1015, 2.1016, 2.1017, 2.1018 2.1031.

La senatrice BONFRISCO (*FI-PdL XVII*) illustra successivamente la proposta 2.1032, relativa all'esclusione dal patto di stabilità delle spese delle regioni concernenti la formazione.

Il senatore CERONI (*FI-PdL XVII*) illustra la proposta 2.1038, relativa al dimezzamento dei tagli patiti dalle province e dalle città metropolitane.

Si dispone successivamente, su richiesta dei proponenti, l'acccantonamento degli emendamenti 2.1071, 2.1074 e 2.1079, 2.1091, 2.1099 e 2.1101.

Il senatore CERONI (*FI-PdL XVII*) illustra la proposta 2.1094.

Il senatore DEL BARBA (*PD*) presenta quindi una riformulazione dell'emendamento 2.1113 (2.1113 testo 2, pubblicato in allegato), di cui chiede l'accantonamento, ritirando contestualmente la proposta 2.1114.

Successivamente, i presentatori chiedono l'accantonamento degli emendamenti 2.1131 (cui aggiungono la firma i senatori DEL BARBA (*PD*), Laura PUPPATO (*PD*), CASSON (*PD*) e DI BIAGIO (*PI*)), e 2.1337.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) invita la Commissione a tenere nel debito conto le problematiche sottese all'emendamento 2.1138, sottolineando l'inopportunità e l'inefficacia delle imposte agricole di cui al decreto-legge n. 16 del 2012.

Su richiesta dei rispettivi proponenti, viene chiesto l'accantonamento della proposta 2.1152 (in ordine al quale la senatrice ZANONI (*PD*) preannuncia la presentazione di una nota tecnica).

Il senatore CERONI (*FI-PdL XVII*) illustra l'emendamento 2.1166, sul sostegno finanziario all'azione di recupero dei territori maggiormente colpiti dagli alluvioni dei mesi di ottobre e novembre 2014.

Viene poi richiesto l'accantonamento degli emendamenti 2.1180, 2.1198, 2.1199, 2.1206, 2.1212, 2.1214, 2.1218 (cui aggiunge la propria firma il senatore URAS (*Misto-SEL*)), 2.1228, 2.1230, 2.1232, 2.1233, 2.1237 e 2.1246.

La senatrice COMAROLI (*LN-Aut*) sottoscrive l'emendamento 2.1268 e ne chiede l'accantonamento insieme agli emendamenti 2.1253, 2.1270, 2.1271, 2.1272, 2.1273, 2.1289, 2.1291, 2.1293, 2.1304, 2.1374, 2.1383, 2.1421, 2.1440, 2.1532 e 2.1568.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) illustra l'emendamento 2.1541, volto ad istituire un fondo per la prevenzione e la cura della sordità infantile, e ne chiede l'accantonamento insieme agli emendamenti 2.1276, 2.1278, 2.1313, 2.1351, 2.1357, 2.1365, 2.1426 e 2.1433.

Il senatore DI BIAGIO (*PI*) sottoscrive l'emendamento 2.1285 e ne chiede l'accantonamento.

Il senatore MANDELLI (*FI-PdL XVII*) sottoscrive gli emendamenti 2.1303 e 2.1453 e, su proposta del viceministro MORANDO, chiede di accantonare l'emendamento 2.1540.

Il senatore LAI (*PD*) sottoscrive l'emendamento 2.1311 e ne chiede l'accantonamento.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) dà per illustrato l'emendamento 2.1312.

Il senatore BROGLIA (*PD*) ritira gli emendamenti 2.1319, 2.1321, 2.1323 e 2.1330. Chiede di accantonare l'emendamento 2.1320 e presenta l'emendamento 3.227 (testo 2), che riformula l'emendamento 3.227. Sottoscrive e ritira l'emendamento 2.1388.

Il senatore RUTA (*PD*) illustra l'emendamento 2.1331, che prevede il rifinanziamento delle spese per la ricostruzione e il ripristino dei danni causati dagli eventi sismici dell'ottobre e novembre 2002.

Il senatore GUERRIERI PALEOTTI (*PD*) sottoscrive gli emendamenti 2.1334, 2.1342, 2.1345, 2.1346, 2.1350, 2.1394, 2.1399, 2.1547 e 2.1592 e ne chiede l'accantonamento.

Il senatore ERAVEZZI (*Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE*) chiede di accantonare gli emendamenti 2.1349, 2.1355 e 2.1544.

Il senatore GUALDANI (*NCD*) chiede di accantonare gli emendamenti 2.1373, 2.1425, 2.1427, 2.1434, 2.1550 e 2.1561.

I senatori DI BIAGIO (*PI*) e Luigi MARINO (*PI*) sottoscrivono gli emendamenti 2.1385 (testo 2) e 2.1588 e ne chiedono l'accantonamento.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) rileva che l'emendamento 2.1582, a sua firma, va esaminato

insieme all'emendamento 2.1550 di contenuto sostanzialmente analogo. Sollecita pertanto l'esame congiunto di tali proposte emendative per evitare che il voto contrario sull'emendamento 2.1550 possa precludere la votazione dell'emendamento 2.1582, senza un'approfondita valutazione di quest'ultimo.

La senatrice CHIAVAROLI (*NCD*) chiede di accantonare l'emendamento 2.1395.

La senatrice MUSSINI (*Misto-MovX*) sottoscrive l'emendamento 2.1404 e ne chiede l'accantonamento.

La senatrice DE PIN (*Misto*) chiede di accantonare l'emendamento 2.1566.

Si dispone poi l'accantonamento della proposta 2.1584.

I senatori MUSSINI (*Misto-MovX*) e URAS (*Misto-SEL*) sottoscrivono l'emendamento 2.1602 e ne chiedono l'accantonamento.

Il presidente AZZOLLINI dichiara che, relativamente agli emendamenti riferiti ai commi da 1 a 37 dell'articolo 2 del disegno di legge n. 1698 sono inammissibili per materia gli emendamenti 2.9, 2.10, 2.11, 2.12, 2.22, 2.25, 2.28, 2.33, 2.37, 2.43, 2.45, 2.54, 2.58, 2.60, 2.61, 2.81, 2.90, 2.148, 2.149, 2.159, 2.160, 2.161, 2.162, 2.164, 2.168, 2.169, 2.170, 2.172, 2.173, 2.175, 2.176, 2.179, 2,184, 2.193, 2.195, 2.222, 2.237, 2.238, 2.266, 2.365, 2.394 e 2.395. Sono altresì inammissibili per copertura gli emendamenti 2.2, 2.3, 2.13, 2.14, 2.17, 2.27, 2.52, 2.53, 2.57, 2.85, 2.131, 2.132, 2.133, 2.144, 2.166, 2.167, 2.174, 2.177, 2.178, 2.182, 2.188, 2.189, 2.192, 2.227, 2.228, 2.236, 2.239, 2.243, 2.246, 2.247, 2.253, 2.255, 2.268, 2.271, 2.272, 2.275, 2.283, 2.286, 2.287, 2.292, 2.295, 2.302, 2.308, 2.309, 2.310, 2.311, 2.312, 2.334, 2.341, 2.345, 2.348, 2.360 (limitatamente al comma 35-*quater*), 2.363, 2.367, 2.379, 2.380, 2.387 e 2.397.

La senatrice ZANONI (*PD*) aggiunge la firma all'emendamento 2.1615 rinuncia ad illustrarlo e ne chiede l'accantonamento.

Il senatore GUERRIERI PALEOTTI (*PD*) aggiunge la firma agli emendamenti 2.1617 e 2.1618, rinuncia ad illustrarli e ne richiede l'accantonamento.

La senatrice PADUA (*PD*) aggiunge la firma all'emendamento 2.1618.

La senatrice DE BIASI (*PD*) rinuncia ad illustrare e chiede l'accantonamento degli emendamenti 2.1619 e 2.1621.

Il senatore GUALDANI (*NCD*) rinuncia ad illustrare e chiede l'accantonamento degli emendamenti 2.1623, 2.1625 e 2.1626.

La senatrice DE BIASI (*PD*) illustra l'emendamento 2.1627, di cui chiede l'accantonamento. Sottolinea che tale emendamento è stato sottoscritto da tutti i Gruppi della Commissione Igiene e sanità e intende garantire la tracciabilità dei gameti, nelle ipotesi di fecondazione assistita, in modo da tutelare sia i donatori che i nascituri.

La senatrice MATURANI (*PD*) aggiunge la propria firma all'emendamento 2.1627.

Il senatore GUALDANI (*NCD*) rinuncia ad illustrare e chiede l'accantonamento dell'emendamento 2.1628, 2.1639 e 2.1643.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) illustra l'emendamento 2.1642, che impone alle Regioni di accorpare lo svolgimento di una serie di servizi, tra cui in particolare quelli sanitari, per consistenze demografiche minime di cinque milioni di popolazione residente, previa intesa tra regioni territorialmente contigue. In tal modo si intende contenere i costi di tali servizi, migliorandone al contempo la qualità.

La senatrice PADUA (*PD*) aggiunge la propria firma all'emendamento 2.1645, rinuncia ad illustrarlo e ne richiede l'accantonamento.

Il senatore GUALDANI (*NCD*) rinuncia ad illustrare e chiede l'accantonamento degli emendamenti 2.1648, 2.1652, 2.1653.

Il senatore RUTA (*PD*) illustra l'emendamento 2.1656 che intende sopprimere la condizionalità dell'erogazione dei fondi in caso di commissariamento dei servizi sanitari regionali.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) rinuncia ad illustrare e chiede l'accantonamento degli emendamenti 2.1657, 2.1658 e 2.1660.

Il senatore GUALDANI (*NCD*) rinuncia ad illustrare e chiede l'accantonamento dell'emendamento 2.1666 (testo 2).

Il senatore GUERRIERI PALEOTTI (*PD*) aggiunge la propria firma agli emendamenti 2.1667 e 2.1669, rinuncia ad illustrarli e ne chiede l'accantonamento.

Il senatore Luigi MARINO (*PI*) aggiunge la propria firma all'emendamento 2.1676, rinuncia ad illustrarlo e ne chiede l'accantonamento.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) rinuncia ad illustrare e chiede l'accantonamento dell'emendamento 2.1683.

Il senatore Luigi MARINO (*PI*) rinuncia ad illustrare e chiede l'accantonamento dell'emendamento 2.1695.

Il senatore DI BIAGIO (*PI*) appone la propria firma agli emendamenti 2.1698, 2.1699, 2.1702, 2.1704 e 2.1714, rinuncia ad illustrarli e ne chiede l'accantonamento.

Il senatore GUALDANI (*NCD*) rinuncia ad illustrare e chiede l'accantonamento dell'emendamento 2.1706.

La senatrice COMAROLI (*LN-Aut*) rinuncia ad illustrare e chiede l'accantonamento degli emendamenti 2.1715 e 2.1721.

Il senatore DI BIAGIO (*PI*) aggiunge la propria firma all'emendamento 2.1726 rinuncia ad illustrarlo e ne chiede l'accantonamento.

Il senatore GUALDANI (*NCD*) rinuncia ad illustrare e chiede l'accantonamento dell' emendamento 2.1737.

Il senatore FRAVEZZI (*Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE*) rinuncia ad illustrare e chiede l'accantonamento dell'emendamento 2.1748.

La senatrice COMAROLI (*LN-Aut*) rinuncia ad illustrare e chiede l'accantonamento dell'emendamento 2.1752.

La senatrice BERTOROTTA (*M5S*) aggiunge la propria firma all'emendamento 2.1759, rinuncia ad illustrarlo e ne chiede l'accantonamento.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) aggiunge la propria firma all'emendamento 2.1760.

Il senatore GUALDANI (*NCD*) rinuncia ad illustrare e chiede l'accantonamento degli emendamenti 2.1774 e, dopo avervi apposto la propria firma, 2.1775.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) aggiunge la propria firma all'emendamento 2.1774.

Il senatore DI BIAGIO (*PI*) aggiunge la propria firma, rinuncia ad illustrarli e chiede l'accantonamento degli emendamenti 2.1776 e 2.1778.

Il senatore FRAVEZZI (*Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE*) rinuncia ad illustrare e chiede l'accantonamento dell'emendamento 2.1790.

Il senatore MANDELLI (*FI-PdL XVII*) illustra l'emendamento 2.1796, che intende fissare un tetto alle commissioni bancarie in riferimento all'uso di carte di credito e bancomat.

La senatrice COMAROLI (*LN-Aut*) rinuncia ad illustrare e chiede l'accantonamento dell'emendamento 2.1798.

La senatrice BONFRISCO (*FI-PdL XVII*) illustra gli emendamenti 2.1799 e 2.1800, riferiti alla centralizzazione degli acquisti delle pubbliche amministrazioni.

Il senatore GUERRIERI PALEOTTI (*PD*) chiede l'accantonamento degli emendamenti 1.491, 1.1078.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) chiede l'accantonamento dell'emendamento 1.1154.

La senatrice PADUA (*PD*) chiede di apporre la propria firma all'emendamento 2.544.

Tutte le restanti proposte all'articolo 2 del disegno di stabilità si intendono illustrate.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) chiede di accantonare le seguenti proposte: 1.13, 1.31, 1.40, 1.54, 1.55, 1.80, 1.117, 1.116, 1.115, 1.108, 1.291, 1.371, 1.499, 1.515, 1.519, 1.520, 1.558, 1.595, 1.586, 1.598, 1.616, 1.621, 1.614, 1.748, 1.738, 1.758, 1.919, 1.923, 1.950, 1.958, 1.991, 1.1120, 1.1121, 1.1134, 1.1205 e 1.1256.

Il presidente AZZOLLINI fa presente che sono accantonate le proposte: 1.13, 1.21, 1.25, 1.27, 1.31, 1.40, 1.54, 1.55, 1.80, 1.99, 1.108, 1.115, 1.116, 1.117, 1.158, 1.199, 1.200, 1.192, 1.194, 1.218, 1.230, 1.240, 1.278, 1.280, 1.291, 1.347, 1.371, 1.384, 1.390, 1.370, 1.412 (testo 2), 1.419, 1.455, 1.467, 1.468, 1.480, 1.491, 1.499, 1.505, 1.515, 1.519, 1.520, 1.547, 1.558, 1.561, 1.570, 1.571, 1.585 (testo 2), 1.586, 1.587, 1.588, 1.589, 1.590, 1.591, 1.592, 1.593, 1.594, 1.595, 1.596, 1.597, 1.598, 1.599, 1.604, 1.605, 1.607, 1.608, 1.609, 1.611, 1.612 (testo corretto), 1.614, 1.616, 1.618, 1.620, 1.620-bis, 1.621, 1.628 (testo 2), 1.629 (testo 2), 1.630, 1.632, 1.640, 1.641, 1.642, 1.645, 1.648, 1.664, 1.668, 1.670, 1.671, 1.677, 1.679, 1.693, 1.696, 1.698, 1.705, 1.711, 1.712, 1.715 (testo corretto), 1.716, 1.717, 1.718, 1.719, 1.720, 1.722, 1.723, 1.726, 1.730, 1.732, 1.733, 1.734, 1.736, 1.737, 1.738, 1.747, 1.748, 1.749, 1.754, 1.755, 1.756, 1.757, 1.758, 1.759, 1.760, 1.763, 1.764, 1.773, 1.777, 1.786, 1.787, 1.792, 1.793, 1.797, 1.809, 1.810, 1.824, 1.827, 1.828, 1.829, 1.830, 1.837, 1.842, 1.843, 1.844, 1.848, 1.861, 1.862, 1.864, 1.870, 1.883, 1.885, 1.898, 1.902, 1.903, 1.904, 1.905, 1.917, 1.919, 1.923, 1.926, 1.930, 1.930 (testo corretto), 1.931, 1.933, 1.937, 1.940, 1.942, 1.943, 1.948, 1.949, 1.950, 1.951, 1.952, 1.953, 1.954, 1.955, 1.956, 1.958, 1.959, 1.960, 1.961, 1.964, 1.966, 1.967, 1.972, 1.976, 1.978, 1.979, 1.982, 1.987, 1.988, 1.989, 1.990, 1.991, 1.998 (testo 2), 1.1000, 1.1003, 1.1005, 1.1006, 1.1008, 1.1009, 1.1010, 1.1016, 1.1019, 1.1022, 1.1028, 1.1030, 1.1031, 1.1032, 1.1036, 1.1039, 1.1041, 1.1043, 1.1046, 1.1047, 1.1048, 1.1050, 1.1052, 1.1054, 1.1055, 1.1078, 1.1083, 1.1084, 1.1087, 1.1088, 1.1094, 1.1106, 1.1108, 1.1109, 1.1110, 1.1111, 1.1112, 1.1113, 1.1115, 1.1117, 1.1119, 1.1120, 1.1121, 1.1125, 1.1126, 1.1127, 1.1131, 1.1133, 1.1134, 1.1137, 1.1144, 1.1145, 1.1148, 1.1154, 1.1165, 1.1166, 1.1181, 1.1187, 1.1191, 1.1195, 1.1199, 1.1200, 1.1203, 1.1205, 1.1208, 1.1209, 1.1210, 1.1214, 1.1215, 1.1216, 1.1217, 1.1219, 1.1221, 1.1222, 1.1224 1.1226, 1.1230, 1.1231, 1.1232, 1.1233, 1.1234, 1.1235, 1.1236, 1.1237, 1.1238, 1.1243, 1247, 1.1255, 1.1256, 1.1257, 1.1258, 1.1259, 1.1270, 1.1282, 1.1288, 1.1294, 1.1309, 1.1312, 1.1314, 1.1315, 1.1316, 1.1317, 1.1318, 1.1321, 1.0.1 e 1.0.2., 2.2, 2.6, 2.18, 2.21, 2.23, 2.34, 2.44, 2.51, 2.56, 2.60, 2.64, 2.67, 2.68, 2.72, 2.73, 2.75, 2.76, 2.78, 2.83, 2.86, 2.93, 2.99, 2.100, 2.103, 2.106, 2.107, 2.117, 2.128, 2.131, 2.142, 2.150, 2.151, 2.152, 2.163, 2.164, 2.176, 2.180, 2.182, 2.186, 2.188, 2.190, 2.209, 2.210, 2.213, 2.215, 2.216, 2.220, 2.221, 2.223, 2.224, 2.228, 2.232, 2.233, 2.235, 2.241, 2.243, 2.247, 2.248, 2.249, 2.250, 2.255, 2.260, 2.263, 2.264, 2.265, 2.266, 2.267, 2.278, 2.286, 2.287, 2.289, 2.292, 2.294, 2.296, 2.297, 2.300, 2.305, 2.313, 2.318, 2.334, 2.335, 2.339, 2.340, 2.341, 2.342, 2.346, 2.347, 2.359, 2.360, 2.361, 2.364, 2.370, 2.373, 2.381, 2.385, 2.387, 2.395, 2.396, 2.398, 2.423, 2.425, 2.426, 2.427, 2.429, 2.431, 2.433, 2.446, 2.450, 2.452, 2.455, 2.474, 2.487, 2.488, 2.492, 2.494, 2.496, 2.499, 2.500, 2.508, 2.515, 2.516, 2.519, 2.520, 2.525, 2.529, 2.535, 2.539, 2.542, 2.544, 2.548, 2.553, 2.565, 2.575, 2.577, 2.606, 2.636, 2.671, 2.674, 2.675, 2.681, 2.684, 2.686, 2.687, 2.688, 2.689, 2.690, 2.693, 2.697, 2.699, 2.670-*bis*, 2.671-*bis* 2.672-*bis,* 2.674-*bis,* 2.681-*bis*, 2.687-*bis,* 2.690-*bis,* 2.691-*bis,* 2.698-*bis,* 2.699-*bis,* 2.701, 2.703, 2.710, 2.715, 2.718, 2.721, 2.723, 2.724, 2.726, 2.728, 2.729, 2.739, 2.740, 2.741, 2.742 2.749, 2.752, 2.753, 2.754, 2.755, 2.756, 2.760, 2.765, 2.769, 2.772, 2.773, 2.774, 2.775, 2.776, 2.777, 2.778, 2.780, 2.783, 2.786, 2.795, 2.798 (testo 2), 2.808, 2.814, 2.819, 2.824, 2.826, 2.827, 2.831, 2.838, 2.842, 2.845, 2.846, 2.858, 2.870, 2.871, 2.873, 2.876, 2.877, 2.880, 2.887, 2.888, 2.889, 2.890, 2.902, 2.903, 2.904, 2.905, 2.907, 2.909, 2.911, 2.912, 2.913, 2.914, 2.915, 2.916, 2.922, 2.923, 2.924, 2.925, 2.927, 2.928, 2.935, 2.936, 2.939, 2.941, 2.943, 2.955, 2.956, 2.963, 2.967, 2.969, 2.970, 2.972, 2.973, 2.975, 2.976, 2.988, 2.990, 2.992, 2.297, 2.999, 2.1000, 2.1001, 2.1006, 2.1008, 2.1015, 2.1016, 2.1017, 2.1018, 2.1031, 2.1036, 2.1037, 2.1071, 2.1074, 2.1079, 2.1091, 2.1099, 2.1101, 2.1113 (testo 2), 2.1130, 2.1131, 2.1137, 2.1152, 2.1163, 2.1180, 2.1198, 2.1199, 2.1206, 2.1212, 2.1214, 2.1218, 2.1228, 2.1230, 2.1232, 2.1233, 2.1237, 2.1246, 2.1253, 2.1263, 2.1268,

2.1270, 2.1271, 2.1272, 2.1273, 2.1276, 2.1277, 2.1278, 2.1285, 2.1289, 2.1291, 2.1293, 2.1294, 2.1304, 2.1311, 2.1313, 2.1320, 2.1334, 2.1342, 2.1345, 2.1346, 2.1349, 2.1350, 2.1351, 2.1354, 2.1355, 2.1357, 2.1365, 2.1373, 2.1374, 2.1377, 2.1383, 2.1385 (testo 2), 2.1387, 2.1390, 2.1394, 2.1395, 2.1399, 2.1404, 2.1415, 2.1421, 2.1425, 2.1426, 2.1427, 2.1433, 2.1434, 2.1436, 2.1440, 2.1479, 2.1530, 2.1532, 2.1540, 2.1541, 2.1544, 2.1547, 2.1550, 2.1561, 2.1566, 2.1568, 2.1574, 2.1580, 2.1584, 2.1588, 2.1592, 2.1600, 2.1602, 2.1613, 2.1615, 2.1617, 2.1618, 2.1619, 2.1621, 2.1623, 2.1625, 2.1626, 2.1627, 2.1628, 2.1632, 2.1633, 2.1639, 2.1643, 2.1645, 2.1648, 2.1649, 2.1652, 2.1653, 2.1657, 2.1658, 2.1660, 2.1666 (testo 2), 2.1667, 2.1669, 2.1676, 2.1683, 2.1695, 2.1698, 2.1699, 2.1702, 2.1704, 2.1706, 2.1714, 2.1715, 2.1721, 2.1726, 2.1737, 2.1748, 2.1752, 2.1759, 2.1774, 2.1775, 2.1776, 2.1778, 2.1786, 2.1790, 2.1796, 2.1798 e 2.1807, riferite agli articoli 1 e 2 del disegno di legge di stabilità.

Il presidente AZZOLLINI comunica che il Governo si accinge a presentare proprie proposte emendative, corredate di relazione tecnica, che saranno numerate e distribuite nella seduta antimeridiana di domani.

SCONVOCAZIONE DELLA SEDUTA NOTTURA E POSTICIPAZIONE DELLA SEDUTA ANTIMERIDIANA DI DOMANI

Il PRESIDENTE informa altresì che l'odierna seduta notturna, già convocata alle ore 20,30, non avrà luogo e che la seduta antimeridiana già convocata per domani, venerdì 12 dicembre alle ore 9, è posticipata alle ore 9,30.

La Commissione prende atto.

La seduta termina alle ore 22,20.

EMENDAMENTI AL DISEGNO DI LEGGE

N. 1698

1.563

CASSON, CIRINNÀ, FILIPPI, GRANAIOLA, PEGORER, BATTISTA

Dopo il comma 86, aggiungere il seguente:

«86-*bis*. La dotazione del Fondo per le vittime dell'amianto di cui al comma 241 dell'articolo 1 della legge 24 dicembre 2007, n. 244 è incrementata di 30 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017. Il Fondo, a modifica delle sue norme istitutive e regolatorie, è istituito a favore di tutte le persone vittime dell'amianto, colpite da patologie asbesto-correlate contratte a qualsiasi titolo, per ragioni ambientali, familiari o lavorative, che si tratti di lavoratori sia civili che militari. L'organizzazione del Fondo, nonché le procedure e le modalità di erogazione delle prestazioni, sono disciplinate da un nuovo regolamento adottato con decreto del Ministro del lavoro e delle politiche sociali, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, entro novanta giorni dalla data di entrata In vigore della presente legge».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 30.000.000;
2016: - 30.000.000;
2017: ? 30.000.000.

1.564

CASSON, CIRINNÀ, FILIPPI, GRANAIOLA, PEGORER, BATTISTA

Dopo il comma 86, aggiungere il seguente:

«86-*bis.* La dotazione del Fondo per le vittime dell'amianto di cui al comma 241 dell'articolo 1 della legge 24 dicembre 2007, n. 244 è incrementata di 20 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, al fine di sostenere interventi in favore dei lavoratori marittimi vittime dell'amianto colpite da patologie asbesto-correlate contratte a qualsiasi titolo, per ragioni ambientali, familiari o lavorative. L'organizzazione del Fondo, nonché le procedure e le modalità di erogazione delle prestazioni, sono disciplinate da un nuovo regolamento adottato con decreto del Ministro del lavoro e delle politiche sociali, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, entro novanta giorni dalla data di entrata In vigore della presente legge».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 20.000.000;
2016: ? 20.000.000;
2017: ? 20.000.000.

1.565

CUOMO, PAGLIARI, CHITI, AMATI, STEFANO ESPOSITO, D'ADDA, PEZZOPANE, SOLLO

Dopo il comma 86, inserire il seguente:

«86-*bis.* All'articolo 13 della legge 27 marzo 1992, n. 257, dopo il comma 2 è aggiunto il seguente:

"2-*bis.* In deroga a quanto disposto dall'articolo 24 del decreto legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito con modificazioni dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, le disposizioni di cui al comma 2 si applicano anche ai lavoratori che hanno lavorato alle dipendenze di imprese che hanno svolto attività di scoibentazione e bonifica ed il cui sito è interessato da Piano di Bonifica da parte dell'Ente Territoriale, il cui rapporto di lavoro è cessato per effetto della chiusura, dismissione o fallimento della impresa presso, che non abbiano maturato i requisiti anagrafici e contributivi previsti dalla normativa vigente e che risultano ammalati con patologia asbesto-correlata accertata e riconosciuta ai sensi dell'art. 13 comma 7"».

Conseguentemente, alla Tabella alla voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 10.000.000;
2016: ? 10.000.000;
2017: ? 10.000.000.

1.566

D'ADDA, GATTI, PEZZOPANE, CUOMO, ELENA FERRARA, MANASSERO, CORSINI, LAI, MINEO, FORNARO, ALBANO, DEL BARBA, SPILABOTTE, AMATI

Dopo il comma 86 aggiungere il seguente:

«86-*bis.* L'ultimo periodo del comma 18, dell'articolo 24 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, e successive modificazioni, è sostituto dal seguente: "Fermo restando quanto indicato al comma 3, primo periodo, le disposizioni di cui al presente comma si applicano anche ai lavoratori iscritti all'ex Fndo speciale istituito presso l'INPS ai sensi dell'articolo 43 della legge 23 dicembre 1999, n. 488, nonché al personale operante nelle imprese ferroviarie e nelle imprese dei gestori delle infrastrutture ferroviarie con mansioni di addetto alla condotta dei treni, addetto alla scorta dei treni, addetto alla manovra. Con regolamento da

emanare, ai sensi dell'articolo 17, comma 2, della legge 23 agosto 1988, n. 400, e successive modificazioni, su proposta del Ministro del lavoro e delle politiche sociali, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, sono adottate le relative misure di armonizzazione dei requisiti di accesso al sistema pensionistico, tenendo conto delle obiettive peculiarità ed esigenze dei settori di attività nonché dei rispettivi ordinamenti"».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 4.000.000;
2016: ? 4.000.000;
2017: ? 4.000.000.

1.567

SPILABOTTE

Dopo il comma 86 aggiungere il seguente:

«86-*bis*. L'ultimo periodo del comma 18 dell'articolo 24 del decretlegge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, e successive modificazioni, è sostituto dal seguente: "Fermo restando quanto indicato al comma 3, primo periodo, le disposizioni di cui al presente comma si applicano anche ai lavoratori iscritti all'ex Fondo speciale istituito presso l'INPS ai sensi dell'articolo 43 della legge 23 dicembre 1999, n. 488, nonché al personale operante nelle imprese ferroviarie e nelle imprese dei gestori delle infrastrutture ferroviarie con mansioni di addetto alla condotta dei treni, addetto alla scorta dei treni, addetto alla manovra. Con Regolamento da emanare, ai sensi dell'articolo 17, comma 2, della legge 23 agosto 1988, n. 400, e successive modificazioni, su proposta del Ministro del lavoro e delle politiche sociali, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, sono adottate le relative misure di armonizzazione dei requisiti di accesso al sistema pensionistico, tenendo conto delle obiettive peculiarità ed esigenze dei settori di attività nonché dei rispettivi ordinamenti. Con lo stesso Regolamento sono determinate le maggiorazioni delle aliquote contributive necessarie alla copertura di spesa delle misure di armonizzazione. Detta maggiorazione sarà posta per il 95 per cento a carico delle imprese e per il restante 5 per cento a carico degli stessi lavoratori addetti alle mansioni sopra individuate di condotta, scorta e manovra dei treni"».

1.568

BERGER, ZELLER

Al comma 87, sopprimere le parole: «I Con effetto sui trattamenti pensionistici decorrenti dal 1º gennaio 2015».

1.569

BERGER, ZELLER

Al comma 87, sostituire le parole: «Con effetto sui trattamenti pensionistici decorrenti dal 1º gennaio 2015» *con le seguenti:* «Con effetto sui soli ratei decorrenti dal 1º gennaio 2015 dei trattamenti pensionistici, ivi compresi i trattamenti liquidati prima della suddetta data,».

1.570

GATTI, GUERRA

Al comma 87, dopo le parole: «dal 1º gennaio 2015» *inserire le seguenti:* «e su quelli già erogati ai sensi dell'articolo 24 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214,».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 2,5.000.000;
2016: ? 8.000.000;
2017: ? 25.000.000.

1.571

TONINI, FEDELI, MICHELONI, GUERRIERI PALEOTTI, BROGLIA, DEL BARBA, LAI,

SANGALLI, SPOSETTI, VERDUCCI, ZANONI, TOMASELLI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA, GIANLUCA ROSSI, FORNARO, GUERRA, MOSCARDELLI, RICCHIUTI, TURANO

Al comma 87, dopo le parole: «entro il 31 dicembre 2017» *aggiungere le seguenti:* «e limitatamente ai trattamenti pensionistici inferiori a sette volte il trattamento minimo dell'Istituto nazionale della previdenza sociale (INPS)».

1.572

LUIGI MARINO

Dopo il comma 87 aggiungere il seguente:

«87-*bis*. Al comma 239 dell'articolo l della legge 18 dicembre 2012 n. 228 sopprimere le parole: "qualora non siano in possesso dei requisiti per il diritto al trattamento pensionistico"».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 132, sostituire le parole: «6,1 milioni di euro per l'anno 2015, di 22,8 milioni di euro per l'anno 2016, di 212,7 milioni di euro per l'anno 2017, di 191 milioni di euro per l'anno 2018, di 199,5 milioni di euro per l'anno 2019, di 211,4 milioni di euro per l'anno 2020, di 289,65 milioni di euro per l'anno 2021, di 304,05 milioni di euro per l'anno 2022, di 306,75 milioni di euro per l'anno 2023, di 307,25 milioni di euro per l'anno 2024,11» *con le seguenti:* «1,2 milioni di euro per l'anno 2015, di 12,7 milioni di euro per l'anno 2016, di 196,40 milioni di euro per l'anno 2017, di 164,6 milioni di euro per l'anno 2018, di 159,9 milioni di euro per l'anno 2019, di 157,7 milioni di euro per l'anno 2020, di 220,75 milioni di euro per l'anno 2021, di 219,25 milioni di euro per l'anno 2022, di 204,65 milioni di euro per l'anno 2023, di 186,65 milioni di euro per l'anno 2024,».

1.573

LUIGI MARINO

Dopo il comma 87, aggiungere il seguente:

«87-*bis*. Al comma 239 dell'articolo 1 della legge 18 dicembre 2012 n. 228 sopprimere le parole: "qualora non siano in possesso dei requisiti per il diritto al trattamento pensionistico"».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 4.900.000;
2016: ? 10.100.000;
2017: ? 16.300.000;
2018: ? 26.400.000;
2019: ? 39.600.000;
2020: ? 53.700.000;
2022: ? 68.900.000;
2023: ? 84.800.000;
2016: ? 102.100.000;
2017: ? 120.600.000.

1.574

LUIGI MARINO

Dopo il comma 87, aggiungere il seguente:

«87-*bis*. Al comma 239 dell'articolo 1 della legge 18 dicembre 2012 n. 228 sopprimere le parole: "qualora non siano in possesso dei requisiti per il diritto al trattamento pensionistico"».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 4.900.000;
2016: ? 10.100.000;
2017: ? 16.300.000.

Dal 2018 la quantificazione annuale è demandata alla legge di stabilita (Tabella C).

1.575

PARENTE

Dopo il comma 87, aggiungere il seguente:

«87-*bis*. Le disposizioni di cui al comma 87 non si applicano al personale delle Forze Armate e delle Forze di Polizia ad ordinamento militare o ad ordinamento civile e personale del Corpo nazionale dei vigili del fuoco».

Conseguentemente,

a) all'articolo 3, comma 21, lettera g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quadruplo»;

b) alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 105.000.000;
2016: ? 105.000.000;
2017: ? 105.000.000.

voce Ministero delle politiche agricole, alimentari e forestali*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;
2016: ? 5.000.000;
2017: ? 5.000.000.

voce Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 105.000.000;
2016: ? 105.000.000;
2017: ? 105.000.000.

voce Ministero della giustizia*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 105.000.000;
2016: ? 105.000.000;
2017: ? 105.000.000.

1.576

ORRÙ

Dopo il comma 87, aggiungere il seguente:

«87-*bis* . In ottemperanza delle sentenze del TAR del Lazio ? I Sezione *bis*- n. 640/1994 e del Consiglio di Stato ? IV Sezione ? n. 2537/2004, è riconosciuto con effetto retroattivo ai medici *ex* condotti il diritto al percepimento, a decorrere dalla data del 1º gennaio 1987, o, se più favorevole, dalla data di inquadramento ai sensi dell'articolo 4 del decreto del Presidente della Repubblica 17 settembre 1987, n. 1987, della retribuzione individuale di anzianità determinata ai sensi dell'articolo 92 del decreto del Presidente della Repubblica 20 maggio 2005, n. 270 e degli articoli 108 e 113 del decreto del Presidente della Repubblica 28 novembre 1990, n. 384, nonché il diritto alla rivalutazione dello stipendio base, già fissato in lire 8.640.000 annue lorde dall'annullato articolo 133 del decreto del Presidente della Repubblica n. 384, da determinarsi in base al princìpio della perequazione retributiva a seconda della posizione funzionale ricoperta con lo stesso incremento percentuale previsto dal decreto del Presidente della Repubblica n. 384 del 1990 per il trattamento tabellare del restante personale medico collocato nelle posizioni di assistente e coadiutore medico, con conseguenziali incremento dei tabellari determinati successivamente dai vari CCNL dell'Area della dirigenza medico veterinaria ed accesso ad ogni altra indennità del trattamento fondamentale della dirigenza medico veterinaria».

Conseguentemente all'articolo 3, comma 21, lettera g)*, sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quadruplo».

1.577

PETRAGLIA, DE PETRIS, URAS

Dopo il comma 88, aggiungere il seguente:

«88-*bis*. Le risorse di cui al comma 1 dell'articolo 19 del decreto-legge 29 novembre 2008, n.

185, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 gennaio 2009, n. 2, e successive modificazioni, destinate al finanziamento della indennità *una tantum* per collaboratori coordinati e continuativi, di cui all'articolo 61, comma 1, del decreto legislativo 10 settembre 2003, n. 276, iscritti in via esclusiva alla Gestione separata presso l'INPS di cui all'articolo 2, comma 26, della legge 8 agosto 1995, n. 335, sono destinate altresì a sostenere l'erogazione della medesima misura ai collaboratori coordinati e continuativi, o assimilati tali, operanti nella Pubblica Amministrazione, nella Scuola, nelle Università, negli Enti Pubblici di Ricerca, precedentemente esclusi».

Conseguentemente al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni di euro» *con le seguenti:* «150 milioni di euro»; *al comma 121, sostituire le parole:* «200 milioni di euro» *con le seguenti:* «100 milioni di euro».

1.578

PETRAGLIA, URAS

Dopo il comma 88, aggiungere il seguente:

«88-*bis*. A far data dall'entrata in vigore della presente legge, i lavoratori di cui all'articolo 2, comma 26, legge n. 335 del 1995, titolari di un rapporto di collaborazione coordinata e continuativa, di un assegno di ricerca e di una borsa per dottorato di ricerca, che per gli anni 2009, 2010, 2011 e 2012 hanno ricevuto il pagamento da parte dell'INPS della prestazione di cui all'articolo 19, comma 2, del decreto-legge n. 185/08, convertito nella legge n. 2/09 e successive modificazioni, decadono dall'obbligo di ripetizione dell'indebito ai sensi dell'articolo 2033 del codice civile».

Conseguentemente al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni di euro» *con le seguenti:* «176 milioni di euro».

1.579

DE PETRIS, URAS

Dopo il comma 88, aggiungere il seguente:

«88-*bis*. A far data dall'entrata in vigore della presente legge, i lavoratori di cui all'articolo 2, comma 26, legge n. 335 del 1995, titolari di un rapporto di collaborazione coordinata e continuativa, di un assegno di ricerca e di una borsa per dottorato di ricerca, che per gli anni 2009, 2010, 2011 e 2012 hanno ricevuto il pagamento da parte dell'INPS della prestazione di cui l'articolo 19, comma 2, del decreto-legge n. 185/08, convertito nella legge n. 2/09 e successive modificazioni, decadono dall'obbligo di ripetizione dell'indebito ai sensi dell'articolo 2033 del codice civile».

*Conseguentemente alla Tabella A, voce*Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti modifiche:*

2015:

? CP: ? 74.000.000;

CS: ? 74.000.000.

1.580

PARENTE, ANGIONI, D'ADDA, FAVERO, MANASSERO, PEZZOPANE, SPILABOTTE, PAGLIARI

Dopo il comma 88, aggiungere il seguente:

«88-*bis*. Per l'anno 2015, l'ammontare del trattamento di integrazione salariale per i contratti di solidarietà di cui all'articolo 1 del decreto-legge 30 ottobre 1984, n. 726, convertito, con modificazioni, dalla legge 19 dicembre 1984, n. 863, e successive modificazioni, è aumentato nella misura del 10 per cento della retribuzione persa a seguito della riduzione di orario, nel limite massimo di 50 milioni di euro per lo stesso anno 2015».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 50.000.000;

2016: ? 50.000.000;

2017: ? 50.000.000.

1.581

URAS, DE PETRIS

Dopo il comma 88, aggiungere il seguente:

«88-*bis*. A decorrere dal 1º gennaio 2015, e nel limite massimo di 50 milioni di euro annui, le disposizioni dell'articolo 2116 del codice civile sono applicabili ai lavoratori iscritti in via esclusiva alla gestione separata di cui all'articolo 2, comma 26, della legge 8 agosto 1995, n. 335, quando titolare dell'obbligazione contributiva sia il committente, con esclusione dei soggetti individuati dall'articolo 1, comma 212, della legge 23 dicembre 1996, n. 662».

Conseguentemente al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni di euro» *con le seguenti:* «200 milioni di euro».

1.582

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 89, aggiungere il seguente:

«89-*bis*. È istituito, in via sperimentale per gli anni 2015-2017, per fare fronte all'emergenza lavorativa che colpisce in particolare modo le giovani generazioni e per contribuire all'azione di contrasto del dissesto idrogeologico nel territorio nazionale, sotto la vigilanza congiunta dei Ministri dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare e delle politiche agricole alimentari e forestali, il Corpo giovanile per la difesa del territorio, di seguito denominato "Corpo", come elemento parziale di un più generale Piano straordinario pluriennale per la difesa del suolo e la bonifica del territorio.

89-*ter*. Il Corpo opera nell'ambito regionale e delle province autonome di Trento e di Bolzano e ha le seguenti funzioni:

a) opere di pulizia dei corsi d'acqua, dei bacini lacustri e delle rive;

b) rimboschimento dei bacini idrografici;

c) regolazione del flusso delle acque e di difesa del suolo nell'ambito di singoli bacini o sottobacini idrografici, definiti ai sensi dell'articolo 54, comma 1, lettere *r)* e *s)*, del decreto legislativo 3 aprile 2006, n. 152.

3. Le attività del Corpo sono coordinate con quelle del Corpo forestale dello Stato, al quale sono affidate la formazione e la direzione delle unità territoriali del Corpo. Il Corpo forestale dello Stato ha altresì il compito di vigilare sul rispetto dell'ambiente, della flora e della fauna nelle aree interessate dagli interventi del Corpo.

89-*quater*. Le regioni e le province autonome di Trento e di Bolzano individuano annualmente, nell'ambito dei piani stralcio di assetto idrogeologico (PAI), i piani di intervento per ogni singolo bacino o sottobacino idrografico la cui attuazione è affidata al Corpo.

89-*quinquies*. Il Corpo è autorizzato a fare svolgere annualmente le attività inerenti alle sue funzioni a 10.000 giovani di ambedue i sessi di età compresa tra i diciotto e i ventinove anni iscritti negli elenchi tenuti dai centri per l'impiego da almeno sei mesi e la cui famiglia ha un indicatore della situazione economica equivalente (ISEE) non superiore a una somma definita dal decreto di cui al comma 10, per la durata di un anno, periodo che può essere prorogato una sola volta per un'altra annualità. Tali attività non instaurano alcun rapporto di lavoro subordinato e non comportano la cancellazione dei citati elenchi.

89-*sexies*. Ai giovani di cui al comma 5, l'Istituto nazionale della previdenza sociale versa una indennità mensile pari a 800 euro esente da imposte e contributi. Tale indennità è sostitutiva di ogni altra indennità di disoccupazione o ammortizzatore sociale e, nel caso l'indennità derivante dall'ammortizzatore sociale sia superiore a quella prevista dal presente comma, questa è integrata fino alla concorrenza dell'indennità spettante per il numero di mesi durante i quali il giovane ne avrebbe avuto diritto. Il periodo di impegno nel Corpo per i giovani assunti ai sensi del comma 5 è riconosciuto in via figurativa ai fini previdenziali. I giovani sono assicurati contro gli infortuni e le malattie professionali. La partecipazione dei giovani alle attività del Corpo costituisce, altresì, elemento preferenziale nei concorsi per l'assunzione da parte delle Forze armate e dei Corpi di polizia e nelle pubbliche amministrazioni secondo le modalità definite dal decreto di cui al comma 10.

89-*septies*. Il Corpo avvia i giovani alle attività inerenti alle proprie funzioni, dividendoli per

bacini o sottobacini idrografici dando priorità ai residenti nelle aree territoriali caratterizzate da speciali situazioni di dissesto idrogeologico e in proporzione al tasso di disoccupazione per i giovani di età inferiore ai ventinove anni di ogni singola regione e provincia autonoma, come rilevato dall'Istituto nazionale di statistica, e secondo i criteri stabiliti dal decreto di cui al comma 10.

89-*octies*. Il Ministro dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, di concerto con il Ministro delle politiche agricole alimentari e forestali, nomina il dirigente del Corpo che è coadiuvato da un ufficiale del Corpo forestale dello Stato. Il Corpo si articola in unità, ciascuna delle quali è impegnata in un singolo bacino o sottobacino idrografico ed è diretta da un coordinatore scelto tra le figure professionali di cui al comma 9 che deve rendere conto annualmente del lavoro compiuto secondo modalità stabilite dal decreto di cui al comma 10.

89-*nonies*. Il Corpo forestale dello Stato fornisce le figure professionali ritenute utili all'espletamento delle funzioni del Corpo in misura non superiore complessivamente a 200 unità annue secondo un organigramma definito dal decreto di cui al comma 10 e, se necessario, assumendo le figure professionali non disponibili, per una spesa complessiva annua comunque non superiore a 10 milioni di euro.

89-*decies*. Con decreto emanato, entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, dal Ministro dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, di concerto con il Ministro delle politiche agricole alimentari e forestali, previa intesa in sede di Conferenza delle regioni e delle province autonome, sono stabilite:

a) la ripartizione regionale e per aree di particolare dissesto idrogeologico dei giovani da avviare alle attività del Corpo;

b) le modalità di presentazione della domanda e i criteri per stabilire le priorità nell'avvio dei giovani di cui al comma 5 alle attività del Corpo, inclusa la definizione del limite massimo per l'ISEE di cui al medesimo comma 5;

c) le modalità di espletamento dell'attività dei giovani assunti, inclusi la previsione di attività formative obbligatorie da affidare al Corpo forestale dello Stato e l'orario per la prestazione delle attività richieste;

d) le modalità per la definizione della partecipazione alle attività del Corpo quale titolo preferenziale nelle assunzioni da parte delle Forze armate e dei Corpi di polizia e delle pubbliche amministrazioni;

e) la struttura delle unità del Corpo divise per bacini o sotto bacini idrografici;

j) la definizione dei ruoli dirigenziali del Corpo e delle figure professionali che il Corpo forestale dello Stato deve fornire o assumere, sulla base delle specifiche necessità avanzate dalle singole regioni e province autonome, per un numero complessivamente non superiore a duecento unità. Per le modalità del loro reclutamento si applicano le norme previste per il Corpo forestale dello Stato;

g) la definizione delle modalità con le quali i responsabili delle singole unità del Corpo rendicontano annualmente del lavoro compiuto alla direzione dei Corpo e alle regioni e province autonome interessate;

h) la definizione delle attrezzature necessarie all'espletamento delle funzioni del Corpo, le modalità del loro acquisto, nonché la loro distribuzione tra le unità del Corpo, per una somma annua complessiva comunque non superiore a 10 milioni di euro.

89-*undiecies*. Il Ministro dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, di concerto con il Ministro delle politiche agricole alimentari e forestali, trasmette annualmente, anche sulla base dei dati forniti dalle regioni e dalle province autonome di Trento e di Bolzano, una relazione alle Camere sui risultati ottenuti dall'attività del Corpo in termini di difesa del territorio e occupazionali.

89-*dodiecies*. Nei casi di calamità il Corpo è chiamato a collaborare in coordinamento con le strutture della Protezione civile.

89-*trediecies*. Sulla base della relazione di cui al comma II, le attività del Corpo possono essere prorogate per un altro biennio, oltre il periodo sperimentale di cui al comma 1, con decreto emanato

dal Ministro dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, di concerto con il Ministro delle politiche agricole alimentari e forestali, previa intesa in sede di Conferenza delle regioni e delle province autonome e previo parere favorevole delle Commissioni parlamentari competenti.

89-*quaterdecies* . L'onere derivante dall'attuazione delle disposizioni del presente articolo, è pari complessivamente a 126 milioni di euro annui per gli anni 2015-2017, di cui 96 milioni di euro per quanto concerne le disposizioni del comma 5, 10 milioni di euro per quanto concerne il costo delle assicurazioni di cui al comma 6, 10 milioni di euro per quanto concerne la disposizione del comma 9 e 10 milioni di euro per l'acquisto delle attrezzature necessarie alle attività del Corpo».

Conseguentemente:

a) al comma 124, sostituire le parole: «850 milioni» *con le seguenti:* «724 milioni»;

b) alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2017: ? 126.000.000.

1.583

PETRAGLIA, URAS, BAROZZINO, DE PETRIS, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Dopo il comma 89, aggiungere il seguente:

«89-*bis*. Ai fini di cui al comma 9 dell'articolo 1, della legge 23 agosto 2004, n. 243, tra le aventi diritto sono da intendersi incluse anche le lavoratrici che alla data del 31 dicembre 2015 hanno maturato il requisito a 57 anni di età, 58 per le lavoratrici autonome, e 35 anni di contributi escludendo per tutte le lavoratrici, dipendenti e autonome, i periodi di incremento previsti dalle finestre e dall'aumento dell'aspettativa di vita introdotte dalla legge 30 luglio 2010, n. 122 e dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, e non previsti. dalla formulazione autentica del regime sperimentale.

All'onere derivante dalla seguente disposizione pari a 554 milioni di euro fino al 2019, si provvede, fino a concorrenza del fabbisogno, mediante la seguente disposizione».

Conseguentemente, all'articolo 3, dopo il comma 6, aggiungere il seguente:

«6-*bis*. I commi 48, 49 e 49-*bis*, dell'articolo 2, della legge n. 286 del 2006, sono sostituiti. dai seguenti:

"48. I trasferimenti di beni e diritti per causa di morte sono soggetti all'imposta di cui al comma 47 con le seguenti aliquote sul valore complessivo netto dei beni:

a) devoluti a favore del coniuge e dei parenti in linea retta sul valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 500.000 di euro: 5 per cento;

a-bis) devoluti a favore dei fratelli e delle sorelle sul valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 100.000 euro: 8 per cento;

b) devoluti a favore degli altri parenti fino al quarto grado e degli affini in linea retta, nonché degli affini in linea collaterale fino al terzo grado: 8 per cento;

c) devoluti a favore di altri soggetti: 10 per cento.

49. Per le donazioni e gli atti di trasferimento a titolo gratuito di beni e diritti e la costituzione di vincoli di destinazione di beni l'imposta è determinata dall'applicazione delle seguenti aliquote al valore globale dei beni e dei diritti al netto degli oneri da cui è gravato il beneficiario diversi da quelli indicati dall'articolo 58, comma 1, del citato testo unico di cui al decreto legislativo 31 ottobre 1990, n. 346, ovvero, se la donazione è fatta congiuntamente a favore di più soggetti o se in uno stesso atto sono compresi più atti di disposizione a favore di soggetti diversi, al valore delle quote dei beni o diritti attribuiti:

a) a favore del coniuge e dei parenti in linea retta sul valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 500.000 di euro: 5 per cento;

a-bis) a favore dei fratelli e delle sorelle sul valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 100.000 euro: 8 per cento;

b) a favore degli altri parenti fino al quarto grado e degli affini in linea retta, nonché degli affini in linea collaterale fino al terzo grado: 8 per cento;

c) a favore di altri soggetti: 10 per cento.

49-*bis*. Se il beneficiario dei trasferimenti di cui ai commi 48 e 49 è una persona portatrice di *handicap* riconosciuto grave ai sensi della legge 5 febbraio 1992, n. 104, l'imposta si applica esclusivamente sulla parte del valore della quota o del legato che supera l'ammontare di 1.000.000 euro"».

1.584

LEPRI, ANGIONI, CANTINI, COCIANCICH, COLLINA, CUOMO, DALLA ZUANNA, D'ADDA, DEL BARBA, DI GIORGI, STEFANO ESPOSITO, FATTORINI, FAVERO, MANASSERO, MAURO MARIA MARINO, MORGONI, MOSCARDELLI, PAGLIARI, PARENTE, PEZZOPANE, SCALIA, SPILABOTTE

Dopo il comma 89, aggiungere il seguente:

«89-*bis*. I soggetti già autorizzati a presentare istanza di accesso alla contribuzione volontaria ai fini del trattamento pensionistico possono accedere allo stesso senza versamento dei contributi volontari, purché ridotto di una trattenuta mensile comprensiva della quota di rateizzazione dei contribuiti volontari anticipati e degli interessi dovuti; possono inoltre utilizzare il trattamento di fine rapporto per pagare i contributi volontari. La rateizzazione dei contributi volontari anticipati deve concludersi entro e non oltre dieci anni. Il provvedimento avviene senza oneri per gli enti gestori di forme di previdenza obbligatoria. Il Ministro del lavoro e delle politiche sociali, con proprio decreto da adottare entro sessanta giorni dall'entrata in vigore della presente legge, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, definisce le modalità di attuazione del presente comma».

Conseguentemente:

a) all'articolo 3, comma 21, lettera g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quintulo»;

b) alla Tabella A,

voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 105.000.000;
2016: ? 105.000.000;
2017: ? 105.000.000;

voce Ministero delle politiche agricole, alimentari e forestali*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;
2016: ? 5.000.000;
2017: ? 5.000.000;

voce Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;
2016: ? 5.000.000;
2017: ? 5.000.000;

voce Ministero della giustizia*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;
2016, ? 5.000.000;
2017: ? 5.000.000.

1.585

LEPRI, ANGIONI, CANTINI, COCIANCICH, COLLINA, CUOMO, DALLA ZUANNA, D'ADDA, DEL BARBA, DI GIORGI, STEFANO ESPOSITO, FATTORINI, FAVERO, MANASSERO, MAURO MARIA MARINO, MORGONI, MOSCARDELLI, PAGLIARI, PARENTE, PEZZOPANE, SCALIA, SPILABOTTE

Dopo il comma 89, aggiungere il seguente:

«89-*bis*. I soggetti espulsi dall'attività produttiva, senza tutele per disoccupazione o mobilità e con almeno sessantadue anni di età e trentacinque di contribuzione, possono ottenere la pensione senza

versamento dei contributi volontari, purché ridotta di una trattenuta mensile comprensiva della quota di rateizzazione dei contributi volontari anticipati e degli interessi dovuti; possono inoltre utilizzare il trattamento di fine rapporto per pagare i contributi volontari. La rateizzazione dei contributi volontari anticipati deve concludersi entro e non oltre dieci anni. Il provvedimento avviene senza oneri per gli enti gestori di forme di previdenza obbligatoria. Il Ministro del lavoro e delle politiche sociali, con proprio decreto da adottare entro sessanta giorni dall'entrata in vigore della presente legge, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, definisce le modalità di attuazione del presente comma».

Conseguentemente:

a) all'articolo 3, comma 21, lettera g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quintulo»;

b) alla Tabella A,

voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 105.000.000;
2016: ? 105.000.000;
2017: ? 105.000.000;

voce Ministero delle politiche agricole, alimentari e forestali*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;
2016: ? 5.000.000;
2017: ? 5.000.000;

voce Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;
2016: ? 5.000.000;
2017: ? 5.000.000;

voce Ministero della giustizia*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;
2016, ? 5.000.000;
2017: ? 5.000.000.

1.586

URAS, BAROZZINO, DE PETRIS, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 89, aggiungere il seguente:

«89-*bis*. Alla legge 20 maggio 1985, n. 207, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 3, primo comma, le parole: "con esclusione di ogni riconoscimento di anzianità, e" sono soppresse;

b) dopo l'articolo 6 è inserito il seguente: "Art. 6-*bis*. - *(Anzianità di servizio). ? 1*. Il personale già con rapporto di lavoro convenzionato, successivamente trasformato in rapporto di lavoro subordinato con il medesimo ente o con un altro datore di lavoro, ha diritto al riconoscimento degli anni del rapporto di lavoro convenzionato ai fini dell'anzianità di servizio".

89-*ter*. Gli anni del rapporto di lavoro convenzionato, riconosciuti ai sensi del comma 1, non sono computati ai fini del trattamento economico pensionistico. Il lavoratore che intenda beneficiare della possibilità di riscattare gli anni di rapporto convenzionato deve dichiarare il numero di anni per i quali richiede il riscatto. L'ammontare contributivo, ricalcolato in euro e relativo agli anni da riscattare, è certificato dall'INPS; la azienda sanitaria locale (ASL) di provenienza e il lavoratore interessato versano all'INPS le quote contributive di rispettiva pertinenza, al netto di more, interessi e spese accessorie. Il versamento deve avvenire contestualmente alla richiesta di pensionamento. Il lavoratore può richiedere all'INPS la rateizzazione in dieci anni del versamento.

89-*quater*. Nel caso di cui al secondo periodo del comma 2, il trattamento economico è pari a quello corrisposto al lavoratore con rapporto di lavoro subordinato, di pari qualifica e anzianità, già

collocato in pensione.

89-*quinquies*. Il lavoratore già con rapporto di lavoro convenzionato, che ha adempiuto al versamento di quanto dovuto ai fini contributivi per gli anni del rapporto di lavoro convenzionato, ha diritto al trattamento pensionistico ai sensi di quanto disposto dal presente articolo.

89-*sexies*. Il lavoratore che, alla data di entrata in vigore della presente disposizione, è già collocato in pensione, ma non benefici a del riconoscimento degli anni di rapporto di lavoro convenzionato ai fini dell'anzianità di servizio e della determinazione del trattamento economico, può richiedere tale riconoscimento ai sensi del presente articolo, previo versamento dei contributi previdenziali. L'ammontare contributivo, ricalcolato in euro e relativo agli anni da riscattare, è certificato dall'INPS; la ASL di provenienza e il lavoratore interessato versano all'INPS le quote contributive di rispettiva pertinenza, al netto di more, interessi e spese accessorie. Il versamento deve avvenire entro dodici mesi dalla certificazione. Il lavoratore può richiedere all'INPS la rateizzazione in dieci anni del versamento.

89-*septies*. Per i lavoratori di cui ai commi 2, secondo periodo, e 5, l'INPS ricalcola e ridefinisce le posizioni previdenziali relative all'anzianità contributiva applicando, ove ricorrano le condizioni relative al metodo retributivo ovvero a quello contributivo ovvero relative ai requisiti di età e di anzianità contributiva che modifichino la posizione del lavoratore ai fini del diritto all'accesso e alla decorrenza del trattamento di vecchiaia o di anzianità, le regole previste dalla normativa previgente all'articolo 4 della legge 28 giugno 2012, n. 92».

Conseguentemente:

a) all'articolo 1, sopprimere il comma 121;

b) all'articolo 3, dopo il comma 28, aggiungere i seguenti:

«28-*bis*. Al comma 5-*bis* dell'articolo 96 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, le parole: "nei limiti del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nei limiti del 95 per cento".

28-*ter*. Al decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 6:

1) al comma 8, le parole: "nella misura del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nella misura del 94,5 per cento";

2) al comma 9, le parole: "nella misura del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nella misura del 94,5 per cento";

b) all'articolo 7, comma 2, le parole: "nella misura del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nella misura del 94,5 per cento";

c) alla Tabella A allegata, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015:

CP: ? 50.000.000;

CS: ? 50.000.000;

2016:

CP: ? 50.000.000;

CS: ? 50.000.000;

2017:

CP: ? 50.000.000;

CS: ? 50.000.000».

1.587

GATTI, GUERRA

Dopo il comma 89, inserire il seguente:

«89-*bis*. Per l'anno 2015, per i lavoratori autonomi, titolari di posizione fiscale ai fini dell'imposta sul valore aggiunto, iscritti alla gestione separata di cui all'articolo 2, comma 26, della legge 8 agosto 1995, n. 335, che non risultino iscritti ad altre gestioni di previdenza obbligatoria né pensionati,

l'aliquota contributiva, di cui all'articolo 1, comma 79, della legge 24 dicembre 2007, n. 247, è del 27 per cento».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 120.000.000;
2016: ? ;
2017: ? .

1.588

GATTI, GUERRA, PARENTE, FEDELI, ANGIONI, D'ADDA, FAVERO, LEPRI, MANASSERO, PEZZOPANE, SPILABOTTE, TOMASELLI, TOCCI

Dopo il comma 89 inserire il seguente:

«89-*bis*. Per l'anno 2015, per i lavoratori autonomi, titolari di posizione fiscale ai fini dell'imposta sul valore aggiunto, iscritti alla gestione separata di cui all'articolo 2, comma 26, della legge 8 agosto 1995, n. 335, che non risultino iscritti ad altre gestioni di previdenza obbligatoria né pensionati, l'aliquota contributiva, di cui all'articolo 1, comma 79, della legge 24 dicembre 2007, n. 247, è del 28 per cento».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 80.000.000;
2016: ? ;
2017: ? .

1.589

PARENTE, GATTI, FEDELI, GUERRA, ANGIONI, D'ADDA, FAVERO, LEPRI, MANASSERO, PEZZOPANE, SPILABOTTE, TOMASELLI, TOCCI

Dopo il comma 89 inserire il seguente:

«89-*bis*. Per l'anno 2015, per i lavoratori autonomi, titolari di posizione fiscale ai fini dell'imposta sul valore aggiunto, iscritti alla gestione separata di cui all'articolo 2, comma 26, della legge 8 agosto 1995, n. 335, che non risultino iscritti ad altre gestioni di previdenza obbligatoria né pensionati, l'aliquota contributiva, di cui all'articolo 1, comma 79, della legge 24 dicembre 2007, n. 247, è del 29 per cento».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 40.000.000;
2016: ? ;
2017: ? .

1.590

GAETTI, SIMEONI

Dopo il comma 89, aggiungere i seguenti:

«89-*bis*. Ai fini della razionalizzazione e dell'unificazione del procedimento relativo al controllo dello Stato di salute dei lavoratori, dalla data di entrata in vigore della presente legge, le funzioni di accertamento medico-legale relative alle assenze per malattia dei dipendenti delle amministrazioni pubbliche, di cui al comma 2, dell'articolo 1, del decreto legislativo del 30 marzo 2001, n. 165, e successive modificazioni, vengono espletate dall'Istituto Nazionale della Previdenza Sociale cui è affidata la titolarità degli accertamenti medico legali su tutti i lavoratori in malattia.

89-*ter*. Sono abrogati il comma 5-*bis* dell'articolo 17r della legge 15 luglio 2011, n. 111, ed il comma 339 della legge 27 dicembre 2013, n. 147.

89-*quater*. Ai fini dell'attuazione del comma 89-*bis*, l'Istituto Nazionale della Previdenza Sociale continua ad avvalersi dei propri medici addetti alle visite mediche di controllo domiciliare, come individuati dalla legislazione vigente alla data di entrata in vigore della presente legger e secondo i criteri ivi previsti, e delle risorse strumentali e finanziarie come integrate dal successivo comma 89-

quinquies.

89-*quinquies*. La dotazione degli stanziamenti, con destinazione vincolata agli accertamenti medico-legali per le assenze per malattia di cui al presente articolo, viene trasferita forfettariamente all'INPS nella misura ridotta non inferiore a 60 milioni di euro di cui dall'articolo 17, comma 5, del decreto-legge 6 luglio 2011r n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111.

89-*sexies*. I risparmi di spesa derivanti dall'attuazione dei commi da 89-*bis* a 89-*quinquies* sono destinati al Fondo per l'ammortamento dei titoli di Stato».

1.591

GAETTI, SIMEONI

Dopo il comma 89, aggiungere i seguenti:

«89-*bis*. All'articolo 17 del decreto-legge 6 luglio 20111 n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, sono apportate le seguenti modifiche:

a) al comma 5, la lettera *b)* è sostituita con la seguente:

"*b)* a decorrere dall'esercizio 2015, con la legge di bilancio è stabilita la dotazione annua dei suddetti .stanziamenti destinati alla copertura degli accertamenti medico-legali sostenuti dalle amministrazioni pubbliche, per un importo complessivamente non superiore a 60 milioni di euro, ed effettuati dall'Istituto nazionale della previdenza sociale. Conseguentemente il livello del finanziamento del Servizio sanitario nazionale a cui concorre lo Stato, come fissato al comma 11 è rideterminato, a decorrere dal medesimo esercizio 20131 in riduzione di 70 milioni di euro".

b) al comma 5-*bis*, primo periodo, le parole: "dalle Aziende Sanitarie Locali" sono sostituite con le seguenti: "dall'Istituto nazionale della previdenza sociale".

89-*ter*. I risparmi di spesa derivanti dall'attuazione del comma 89-*bis*, sono destinati al Fondo ammortamento titoli di Stato».

1.592

CATALFO, PAGLINI, PUGLIA, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI, AIROLA

Dopo il comma 89, aggiungere il seguente:

«89-*bis*. Al fine di omogeneizzare i redditi e le aliquote, di cui agli articoli 6 e 11 del decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917 recante Testo Unico delle Imposte sui redditi, nonché tassare i redditi di pensione superiori ai 90 mila euro e destinare il maggior gettito alla riduzione del carico fiscale dei redditi di pensioni meno elevati e all'aumento delle pensioni minime, è introdotta, a decorrere dal2015, l'imposta sostitutiva per redditi di pensione, caratterizzata da un maggior numero di aliquote fiscali progressive.»

1.593

VERDUCCI, MATURANI, STEFANO ESPOSITO, FABBRI, VACCARI, GIANLUCA ROSSI, CAPACCHIONE, FISSORE, ELENA FERRARA, ZANONI, CARDINALI, ANGIONI, TOMASELLI, FILIPPI

Dopo il comma 89, aggiungere i seguenti:

«89-*bis*. AI fine di promuovere l'occupazione delle donne nell'attuale fase di crisi socio-economica, nelle regioni in cui il tasso di occupazione femminile risulta, sulla base della rilevazione sulle forze di lavoro dell'lSTAT, inferiore al 40 per cento nell'anno 2013 è riconosciuto, per l'anno 2015, un contributo pari a 5.000 euro per ogni assunzione a tempo indeterminato di donne, che comporti un incremento della base occupazionale.

89-*ter*. Il contributo di cui ai comma 89-*bis* è raddoppiato in caso di assunzione di donne con figli di età inferiore a sei anni.

89-*quater*. Il contributo è riconosciuto anche in caso di trasformazione di contratti a tempo determinato di donne in contratti a tempo indeterminato e di stabilizzazione, con contratto a tempo Indeterminato, di donne, con contratto di collaborazione coordinata e continuativa, anche nella modalità di progetto, o delle associazioni In partecipazione con apporto di lavoro.

89-*quinquies*. Il contributo è riconosciuto, fino ad un massimo di dieci contratti per ciascun datore di lavoro, integralmente in caso di assunzione con orario normale di lavoro ai sensi dell'articolo 3 del

decreto legislativo n. 66 del 2003 ed è proporzionalmente ridotto in caso di assunzione a tempo parziale, purché di durata non inferiore alla metà dell'orario normale di lavoro.

89-*sexies*. Il contributo è corrisposto dall'INPS in base all'ordine cronologico di presentazione delle domande da parte dei datori di lavoro, nei limiti delle risorse di cui al comma 89-*octies*.

89-septles. Il contributo è erogato dall'INPS in favore di ciascun datore di lavoro nel rispetto delle previsioni di cui al regolamento (CE) 18 dicembre 2013, n. 1407/2013, della Commissione relativo all'applicazione degli articoli 107 e 108 del Trattato sul funzionamento dell'Unione europea agli aiuti *«de minimis»*.

89-*octies*. Il contributo è riconosciuto nel limite massimo di spesa di 60 milioni di euro per l'anno 2015».

Conseguentemente, Alta Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 60.000.000;

2016: ? 60.000.000;

2017: ? 60.000.000.

1.594

GIROTTO, CASTALDI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI, CIOFFI, CATALFO

Dopo il comma 89, inserire il seguente:

«89-*bis*. Al fine di pervenire alla completa rimozione dell'eternit o dell'amianto negli edifici pubblici e privati, il Ministero delle infrastrutture e dei trasporti, di concerto con il Ministro dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, definisce, entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, un programma di interventi finalizzato a provvedere alla rimozione e allo smaltimento del medesimo materiale presente negli edifici, con priorità per gli edifici pubblici, per i locali aperti al pubblico o di utilizzazione collettiva e per i blocchi di appartamenti, anche attraverso la sostituzione delle coperture contenenti amianto o eternit con l'installazione di moduli fotovoltaici. Per la realizzazione del programma di cui al presente comma è autorizzata la spesa di 20 milioni di euro per ciascun anno del triennio 2015-2017».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 75, alla Tabella A ivi richiamata, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 20.000.000;

2016: ? 20.000.000;

2017: ? 20.000.000.

1.595

DE CRISTOFARO, DE PETRIS, BAROZZINO, URAS

Dopo il comma 89, inserire il seguente:

«89-*bis*. All'articolo 13 della legge 27 marzo 1992, n. 257, dopo il comma 2 è aggiunto il seguente:

"2-*bis*. In deroga a quanto disposto dall'articolo 24 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito con modificazioni dalla legge 22 dicembre 20 Il, n. 214, le disposizioni di cui al comma 2 si applicano anche agli ex lavoratori occupati nelle imprese che hanno svolto attività di coibentazione e bonifica, che hanno cessato il loro rapporto di lavoro per effetto della chiusura, dismissione o fallimento della impresa presso cui erano occupati e il cui sito è interessato da Piano di bonifica da parte dell'ente territoriale, che non abbiano maturato i requisiti anagrafici e contributivi previsti dalla normativa vigente, che risultano ammalati con patologia asbesto correlata accertata e riconosciuta ai sensi dell'articolo 13 comma 7.

2-*ter*. Agli oneri derivanti dall'attuazione del comma 2-*bis* si fa fronte a valere sulle risorse di cui all'articolo 16, nonché sulle risorse del Fondo sociale per occupazione e formazione di cui all'articolo 18, comma 1, lettera *a)*, del decreto-legge 29 novembre 2008 n. 185"».

1.596

DI BIAGIO, LUIGI MARINO

Dopo il comma 89, aggiungere il seguente comma:

«89-*bis*. All'articolo 13 della legge 27 marzo 1992, n. 257, dopo il comma 2 è aggiunto il seguente:

"2-*bis*. In deroga a quanto disposto dall'articolo 24 del decreto legge 6 dicembre 2011 n. 201, convertito con modificazioni dalla legge 22 dicembre 2011 n. 214, le disposizioni di cui al precedente comma 2) si applicano anche agli ex lavoratori occupati nelle imprese che hanno svolto attività di coibentazione e bonifica, che hanno cessato il loro rapporto di lavoro per effetto della chiusura, dismissione o fallimento della impresa presso cui erano occupati e il cui sito è interessato da Piano di Bonifica da parte dell'Ente Territoriale, che non abbiano maturato i requisiti anagrafici e contributivi previsti dalla normativa vigente, che risultano ammalati con patologia asbesto correlata accertata e riconosciuta ai sensi dell'articolo 13 comma 7.

Agli oneri derivanti dall'attuazione del presente comma si fa fronte a valere sulle risorse di cui all'articolo 16 della legge 27 marzo 1992 n. 257, nonché sulle risorse del Fondo Sociale per Occupazione e Formazione di cui all'articolo 18 comma 1) lettera *a)* del decreto-legge 29 novembre 2008 n. 185"».

1.597

MARTELLI, NUGNES, MORONESE, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI, CATALFO

Dopo il comma 89 aggiungere il seguente:

«89-*bis*. Gli interventi di rimozione dell'amianto da edifici privati sono soggetti a defiscalizzazione del 65 per cento nelle regioni italiane e nelle province autonome di Trento e Bolzano. La defiscalizzazione sarà attivata nelle regioni dotate di un Piano di Gestione Amianto, comprensivo in particolare di siti di discarica di capienza adeguata ai quantitativi di amianto stimati sul rispettivo territorio regionale.»

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui, alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 125 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016, 2017.

1.598

STEFANO, URAS, DE PETRIS

Dopo il comma 89, inserire il seguente:

«89-*bis*. La decadenza prevista dall'articolo 47, comma 6 del decreto del Presidente della Repubblica 30 aprile 1970, n. 639, non si applica alle rivalutazioni pensionistiche da esposizione all'amianto di cui all'articolo 13, comma 8 della legge 27 marzo 1992, n. 257.»

Conseguentemente al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni di euro» con le seguenti «230 milioni di euro».

1.599

STEFANO ESPOSITO, BORIOLI, FORNARO, VACCARI, SPILABOTTE, D'ADDA, MANASSERO, GIANLUCA ROSSI, FABBRI, CARDINALI, SCALIA, RUTA, DE BIASI, PARENTE, PEGORER, PUPPATO, PEZZOPANE, MIRABELLI, MATTESINI, RUSSO, DIRINDIN, CUOMO, FASIOLO, FILIPPI, ELENA FERRARA, LUMIA, FAVERO, CHITI, AMATI , PADUA

Dopo il comma 89, aggiungere il seguente:

«89-*bis*. Le prestazioni assistenziali del Fondo per le vittime dell'amianto di cui all'articolo 1, comma 241, della legge 24 dicembre 2007, n. 244, istituito presso l'INAIL sono estese in via sperimentale, per gli anni 2015, 2016 e 2017, ai malati di mesotelio ? che abbiano contratto la patologia, o per esposizione familiare a lavoratori impiegati nella lavorazione dell'amianto ovvero per esposizione ambientale comprovata. Le prestazioni di cui al presente comma sono a valere sulle disponibilità presenti nel suddetto Fondo senza nuovi e ulteriori oneri a carico della finanza pubblica».

1.600

MILO

Dopo il comma 89, aggiungere il seguente:

«89-*bis.* Entro il 30 giugno 2015 i Comuni effettuano un censimento dei siti, nonché delle condutture dell'acqua e delle reti fognarie con presenza di amianto. I Comuni o gli Enti gestori delle reti destinano il 20 per cento delle proprie risorse alla relativa bonifica. I Comuni o gli Enti gestori delle reti prevedono forme di incentivazione, agevolazioni ed esenzioni economiche per coloro che provvedono allo smaltimento secondo le specifiche di legge.»

Conseguentemente ridurre dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

1.601

PEZZOPANE, MANASSERO, FILIPPI, TOMASELLI, ALBANO, FASIOLO, SOLLO, STEFANO ESPOSITO, D'ADDA, DEL BARBA, SPILABOTTE, AMATI

Dopo il comma 89, inserire il seguente:

«89-*bis.* All'Istituto nazionale per l'assicurazione contro gli infortuni sul lavoro (INAIL) sono attribuite le competenze, da esercitare in raccordo con l'Agenzia nazionale per l'occupazione, in materia di promozione del reinserimento e della integrazione lavorativa delle persone con disabilità da lavoro, da realizzare anche mediante il finanziamento con oneri a carico dell'INAIL, a valere sulle risorse finanziarie già disponibili a legislazione vigente, di progetti personalizzati mirati alla conservazione del posto di lavoro o alla ricerca di nuova occupazione, di interventi formativi di riqualificazione professionale, di progetti per il superamento e per l'abbattimento delle barriere architettoniche sui luoghi di lavoro, di interventi di adeguamento e di adattamento delle postazioni di lavoro».

Conseguentemente all'articolo 3, comma 21, lettera g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quadruplo».

1.602

CALEO

Dopo il comma 89, inserire il seguente:

«89-*bis.* Sono attribuite all'Istituto nazionale per l'assicurazione contro gli infortuni sul lavoro (INAIL) le competenze, da esercitare in raccordo con l'Agenzia nazionale per l'occupazione, in materia di promozione del reinserimento e della integrazione lavorativa delle persone con disabilità da lavoro, da realizzare anche mediante il finanziamento con oneri a carico dell'INAIL, a valere sulle risorse finanziarie già disponibili a legislazione vigente, di progetti personalizzati mirati alla conservazione del posto di lavoro e/o alla ricerca di nuova occupazione, di interventi formativi di riqualificazione professionale, di progetti per il superamento e per l'abbattimento delle barriere architettoniche sui luoghi di lavoro, di interventi di adeguamento e di adattamento delle postazioni di lavoro».

1.603

STEFANO, URAS, DE PETRIS

Dopo il comma 89, inserire il seguente:

«89-*bis.* All'Istituto nazionale per l'assicurazione contro gli infortuni sul lavoro (INAIL) sono attribuite le competenze, da esercitare in raccordo con l'Agenzia nazionale per l'occupazione, in materia di promozione del reinserimento e della integrazione lavorativa delle persone con disabilità da lavoro, da realizzare anche mediante il finanziamento con oneri a carico dell'INAIL, a valere sulle risorse finanziarie già disponibili a legislazione vigente, di progetti personalizzati mirati alla conservazione del posto di lavoro e/o alla ricerca di nuova occupazione, di interventi formativi di riqualificazione professionale, di progetti per il superamento e per l'abbattimento delle barriere architettoniche sui luoghi di lavoro, di interventi di adeguamento e di adattamento delle postazioni di lavoro».

1.604

DE PIN, MASTRANGELI, BOCCHINO, CAMPANELLA

Dopo il comma 89, inserire il seguente:

«89-*bis.* L'ammontare degli interessi, relativo al recupero degli aiuti erogati ai sensi del decreto-

legge 29 marzo 1995, n. 96, convertito, con modificazioni, dalla legge 31 maggio 1995, n. 206, nonché ai sensi del decreto-legge 31 dicembre 1996, n. 669, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 febbraio 1997, n. 30, dichiarati incompatibili con il mercato comune con decisione 2000/394/CE della Commissione del 25 novembre 1999, per Chioggia e Venezia, verrà calcolato in forma semplice a partire dalla esecutività dell'avviso di addebito a seguito della procedura prevista dalla legge 228 n. 2012 art. 1, commi 351 e seguenti.»

Conseguentemente alla Tabella A, voce «Ministero dell'economia e delle finanze», apportare le seguenti modifiche:

CP: ? 7.600.000
CS: ? 7.600.000

1.605

DE PIN, MASTRANGELI, BOCCHINO, CAMPANELLA

Dopo il comma 89, inserire il seguente:

«89-*bis.* Le imprese che hanno nei confronti dell'Inps crediti certi, liquidi ed esigibili possono operare in compensazione con eventuali importi da restituire relativi a somme concernenti il recupero degli sgravi contributivi concessi alle imprese operanti nei, territori di Venezia e Chioggia in forza della Decisione n. 2000/394/CE della Commissione del 25 novembre 1999, anche in presenza di attività dell'agente della riscossione».

Conseguentemente alla Tabella A, voce «Ministero dell'economia e delle finanze», apportare le seguenti modifiche:

CP: ? 7.600.000
CS: ? 7.600.000

1.606

CALEO

Dopo il comma 89, inserire il seguente:

«89-*bis*. Con effetto dall'anno 2015, a decorrere dal 1º luglio di ciascun anno, gli importi degli indennizzi del danno biologico erogati dall'Inail ai sensi dell'articolo 13 del decreto legislativo 23 febbraio 2000, n. 38 sono rivalutati, con decreto del Ministro del lavoro e delle politiche sociali, su proposta del Presidente dell'Inail, sulla base delle variazioni dei prezzi al consumo per le famiglie di operai e impiegati intervenute rispetto all'anno precedente. Tale incremento si aggiunge a quello complessivo del 16,25 per cento di cui all'articolo 1, commi 23 e 24 della legge 24 dicembre 2007, n. 247, nonché all'articolo 1, comma 129 della legge 27 dicembre 2013, n 147 e relativi decreti attuativi, e si applica agli indennizzi dovuti dall'Inail ai sensi della "Tabella danno biologico" di cui al decreto ministeriale 12 luglio 2000».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 20.000.000;
2016: ? 20.000.000;
2017: ? 20.000.000.

1.607

PUGLIA, CATALFO, PAGLINI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Dopo il comma 89, aggiungere i seguenti:

«89-*bis*. In ragione della particolare usura e delle specifiche aspettative di vita, nonché per garantire la sicurezza del trasporto ferroviario, il personale operante nelle imprese ferroviarie e nelle imprese dei gestori delle infrastrutture ferroviarie con mansioni di addetto alla condotta dei treni; addetto alla scorta dei treni, addetto alla manovra, traghettamento, formazione treni ed il personale imbarcato a bordo delle navi traghetto consegue il diritto alla pensione anticipata al raggiungimento del requisito anagrafico di cinquantotto anni di età e del requisito contributivo di trentotto anni, di cui almeno venti anni effettivamente svolti nelle mansioni di cui al presente comma.

89-*ter*. Al personale addetto alle mansioni di cui al comma 89-*bis*, qualora a causa della perdita

dei requisiti psicofisici previsti dalle disposizioni vigenti venga meno la specifica abilitazione per lo svolgimento della mansione, è riconosciuto il diritto alla pensione anticipata se ha raggiunto il requisito contributivo di trentacinque anni, di cui almeno quindici anni effettivamente svolti nelle mansioni di cui al comma 1. In alternativa, il lavoratore può scegliere di rimanere in servizio fino al raggiungimento del limite di età per l'accesso al pensionamento di vecchiaia di cui all'articolo 24, comma 6, del decreto-Iegge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214.

89-*quater*. Agli oneri derivanti dall'attuazione dei commi 89-*bis* e 89-*ter*, si provvede mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa relativa al Fondo per interventi strutturali di politica economica di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-Iegge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307.

89-*quinquies*. Al secondo periodo del comma 18 dell'articolo 24 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, è successive modificazioni, sono aggiunte, in fine, le seguenti parole: ", con esclusione del personale operante nelle imprese ferroviarie e nelle imprese dei gestori delle infrastrutture ferroviarie con mansioni di addetto alla condotta dei treni, addetto alla scorta dei treni, addetto alla manovra, traghettamento, formazione treni ed il personale imbarcato a bordo delle navi traghetto».

Conseguentemente, all'articolo 4, comma 1, al capoverso «1-*bis*»*, sostituire i numeri 1) e 2) con i seguenti:*

«1) 840 euro, se il reddito complessivo non è superiore a 24.000 euro;

2) 840 euro, se il reddito complessivo è superiore a 24.000 euro ma non a 26.000 euro. Il credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra ,l'importo di 26.000 euro, diminuito del reddito complessivo, e l'importo di 2.000 euro;».

1.608

PUGLIA, CATALFO, PAGLINI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Dopo il comma 89, aggiungere i seguenti:

«89-*bis*. All'articolo 24, comma 18, del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, l'ultimo periodo è sostituito con il seguente: "Fermo restando quanto indicato al comma 3, primo periodo, le disposizioni di cui al presente comma si applicano anche ai lavoratori operanti nelle imprese ferroviarie e nelle imprese dei gestori delle infrastrutture ferroviarie con mansioni di addetto alla condotta dei treni, addetto alla scorta treni, addetto alla manovra, traghettamento, formazione treni, e ai lavoratori del settore di macchina".

89-*ter*. Agli oneri derivanti dall'attuazione delle disposizioni di cui al comma 90-*bis* si provvede mediante riduzione dell'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 61 della legge 27 dicembre 2002, n. 289, relativa al Fondo per lo sviluppo e la coesione, così rinominato dall'articolo 4 del decreto legislativo 31 maggio 2011, n. 88».

1.609

BOCCHINO, CAMPANELLA, DE PIN

Sopprimere i commi 90, 91, 92, 93 e 94.

1.610

MILO

Sopprimere i commi da 90 a 94.

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegta tabella C.

1.611

CATALFO, PUGLIA, PAGLINI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Sopprimere i commi da 90 a 94.

1.612

LEZZI

Sostituire il comma 90 con il seguente:

«90. All'articolo 8 della legge 29 dicembre 1990, n. 407, il comma 9 è sostituito con il seguente:

"9. A decorrere dal 1º gennaio 2015 nei confronti dei datori di lavoro, inclusi i professionisti, operanti in tutto il territorio nazionale, in caso di assunzioni con contratto a tempo indeterminato di lavoratori disoccupati da almeno sei mesi o sospesi dal lavoro e beneficiari di trattamento straordinario di integrazione salariale da un periodo uguale a quello suddetto, quando esse non siano effettuate in sostituzione di lavoratori dipendenti dalle stesse imprese per qualsiasi causa licenziati o sospesi, i contributi previdenziali ed assistenziali non sono dovuti per un periodo di trentasei mesi"».

1.613

D'ALÌ

Al comma 90, premettere le seguenti parole: «Nei territori delle regioni interessate, alle previsioni di cui al comma 92,».

1.614

URAS, BAROZZINO, DE PETRIS, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 90, primo periodo, sostituire le parole: «Al fine di promuovere forme di occupazione stabile, ai datori di lavoro privati» *con le seguenti:* «Al fine di fronteggiare la perdurante crisi occupazionale del Mezzogiorno promuovendo forme di occupazione stabile, ai datori di lavoro privati residenti nei territori dell'obiettivo Convergenza».

Conseguentemente, al comma 92, sostituire le parole: «a valere sulla corrispondente riprogrammazione delle risorse» *con le seguenti:* «a valere sulle risorse».

1.615

SUSTA, MARAN

Al comma 90 sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al primo periodo, dopo la parola occupazione, sono inserite le parole: «dei giovani»;

b) le parole di cui al primo periodo sono sostituite dalle parole: «di giovani che alla data del 1 gennaio 2015 non hanno ancora compiuto i 35 anni di età».

1.616

BOCCHINO, CAMPANELLA, DE PIN

Al comma 90, dopo la parola: «stabile» *aggiungere le seguenti:* «con destinazione prioritaria, e comunque non inferiore all'80 per cento, alle aree di destinazione degli interventi del Piano di azione e di coesione».

1.617

GIOVANNI MAURO

Al comma 90 dopo la parola: «stabile» *inserire le seguenti:* «limitatamente alle aree di destinazione degli interventi del Piano di azione e coesione».

1.618

BOCCHINO, CAMPANELLA, DE PIN

Al comma 90, dopo la parola: «stabile» *aggiungere le seguenti:* «limitatamente alle aree di destinazione degli interventi del Piano di azione e di coesione».

1.619

PARENTE, ANGIONI, D'ADDA, FAVERO, LEPRI, MANASSERO, PEZZOPANE, SPILABOTTE

Al comma 90, dopo le parole: «datori di lavoro privati» *aggiungere le seguenti:* «, anche costituiti in forma di cooperativa, ».

1.620

BONFRISCO, CERONI, D'ALÌ, MANDELLI, MILO, AMIDEI

Al comma 90, primo periodo, sopprimere le seguenti parole: «, con esclusione del settore agricolo,».

Conseguentemente, aggiungere il seguente periodo: «Agli oneri derivanti dal presente comma si provvede: quanto a 12 milioni di euro per l'anno 2015, 12 milioni di euro per l'anno 2016 e 12 milioni di euro per l'anno 2017, mediante utilizzo dei fondi iscritti nello stato di previsione del Ministero dell'economia e finanze ai sensi dell'articolo 49, comma 2, lettere *a)* e *b)* del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89».

1.620-bis

BONFRISCO, CERONI, D'ALÌ, MANDELLI, MILO, AMIDEI

Al comma 90, primo periodo, sopprimere le seguenti parole: «, con esclusione del settore agricolo,».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 83, sostituire le parole: «2.200 milioni di euro»*, con le seguenti:* «2.188 milioni di euro»*, e le parole:* «2.000, milioni di euro» *con le seguenti:* «1.988 milioni di euro».

1.621

STEFANO, DE PETRIS, URAS

Al comma 90, primo periodo, sopprimere le seguenti parole: «, con esclusione del settore agricolo,».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 83, sostituire le parole: «2.200 milioni di euro»*, con le seguenti:* «2.188 milioni di euro» *, e le parole:* «2.000 milioni di euro» *con le seguenti:* «1.988 milioni di euro».

1.622

DI MAGGIO

Al comma 90, primo periodo, sopprimere le seguenti parole: «, con esclusione del settore agricolo,».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 83, sostituire le parole: «2.200 milioni di euro» *, con le seguenti:* «2.188 milioni di euro»*, e le parole:* «2.000 milioni di euro» *con le seguenti:* «1.988 milioni di euro».

1.623

CANDIANI, MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Al comma 90, sopprimere le parole: «con esclusione del settore agricolo».

Conseguentemente:

All'articolo 1, sopprimere i commi 116,117,124 e 125,132;

all'articolo 2, sopprimere il comma 207;

all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le seguenti parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1.200 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

1.624

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 90, primo periodo, sopprimere le parole: «, con esclusione del settore agricolo».

Conseguentemente, all'articolo 1, sostituire il comma 131 con il seguente:

«18. Per la riforma del Terzo settore, dell'impresa sociale e per la disciplina del Servizio civile universale è autorizzata la spesa di 45 milioni di euro per l'anno 2015, di 135 milioni di euro per l'anno 2016 e di 185 milioni di euro anni a decorrere dall'anno 2017».

1.625

BONFRISCO, CERONI, D'ALÌ, MANDELLI, MILO, AMIDEI

Al comma 90, primo periodo, sopprimere le seguenti parole:

«, con esclusione del settore agricolo,».

Conseguentemente, alla tabella A, apportare le seguenti variazioni: ? voce Ministero dell'economia e delle finanze:

2015: ? 12.000.000;

2016: ? 12.000.000;

2017: ? 12.000.000.

1.626

RUTA, ALBANO, BERTUZZI, FASIOLO, GATTI, PIGNEDOLI, SAGGESE, VALENTINI

Al comma 90, primo periodo, sopprimere le seguenti parole:

«, con esclusione del settore agricolo,».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle Finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ?12.000.000;
2016: ?12.000.000;
2017:- 12.000.000.

1.627

BONFRISCO, CERONI, D'ALÌ, MANDELLI, MILO, AMIDEI

Al comma 90, primo periodo, sopprimere le seguenti parole:

«, con esclusione del settore agricolo,».

Conseguentemente, alla tabella B, apportare le seguenti variazioni: ? voce Ministero dell'economia e delle finanze:

2015: ? 12.000.000;
2016: ? 12.000.000;
2017: ? 12.000.000.

1.628

LUIGI MARINO

Al comma 90, primo periodo, sopprimere le seguenti parole: «, con esclusione del settore agricolo,» .

Conseguentemente, alla tabella B, apportare le seguenti variazioni: ? voce Ministero dell'economia e delle finanze:

2015: ? 12.000.000;
2016: ? 12.000.000;
2017: ? 12.000.000.

1.629

LUIGI MARINO

Al comma 90, primo periodo, sostituire le parole: «del settore agricolo,» con le seguenti: «del settore della produzione primaria di prodotti agricoli».

Conseguentemente, alla tabella B, apportare le seguenti variazioni: ? voce Ministero dell'economia e delle finanze:

2015: ? 7.000.000;
2016: ? 7.000.000;
2017: ? 7.000.000.

1.630

LEZZI

Al comma 90, dopo le parole: «1º gennaio 2015» *aggiungere le seguenti:* «, in alternativa a quanto previsto dalla Legge 29 dicembre 1990, n. 407,» *quindi sopprimere il comma 91.*

Conseguentemente, , all'articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 155 milioni di euro nel 2015, 493 milioni di euro nel 2016 e 859 milioni di euro nel 2017».

1.631

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Al comma 90, sostituire le parole: «trentasei mesi» *con le seguenti:* «quarantotto».

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117, 124 e 125, 132.

1.632

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Al comma 90, dopo le parole: «ferma restando l'aliquota di computo delle prestazioni pensionistiche» *inserire le seguenti:* «e senza effetti negativi sulla determinazione dell'importo pensionistico del lavoratore».

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117, 124 e 125, 132.

1.633

VERDUCCI

Al comma 90, primo periodo, sostituire le parole: «nel limite massimo di un importo di esonero pari a 8.060 euro su base annua» *con le seguenti:* «nel limite massimo di importo di esonero pari a 6.000 euro su base annua, aumentato a 9.000 euro su base annua per i contratti stipulati nelle regioni Abruzzo, Basilicata, Calabria, Campania, Molise, Puglia, Sardegna e Sicilia».

Conseguentemente, all'articolo 3:

a) comma 21, lettera g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quadruplo»;

b) alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 30.000.000;

2016: ? 30.000.000;

2017: ? 30.000.000.

1.634

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Al comma 90, sostituire le parole: «8.060» *con le seguenti:* «10.000».

Conseguentemente: all'articolo 1, comma 125, sostituire leparole: «187,5» *con le seguenti:* «185».

1.635

MOSCARDELLI, SANGALLI

Al comma 90, dopo le parole: «presso qualsiasi datore di lavoro» *aggiungere le seguenti:* «o che non abbiano avuto un contratto di lavoro a tempo indeterminato tale da assicurare un reddito annuale non superiore al reddito minimo personale escluso da imposizione».

1.636

PARENTE, ANGIONI, D'ADDA, FAVERO, LEPRI, MANASSERO, PEZZOPANE, SPILABOTTE

Al comma 90, secondo periodo, sostituire le parole: «e non spetta» *con le seguenti:* «L'esonero si applica nei casi di assunzione di lavoratori che, pur avendo avuto un contratto a tempo indeterminato nei sei mesi precedenti, siano stati licenziati per giustificato motivo oggettivo o per riduzione del personale. L'esonero non spetta alle imprese che nei sei mesi precedenti all'assunzione abbiano effettuato licenziamenti per giustificato motivo oggettivo o per riduzione del personale. L'esonero non spetta».

Conseguentemente:

a) all'articolo 3, comma 21, lettera *g)* sostituire la parola: "triplo" con la seguente: "quadruplo".

b) alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: - 50.000.000;

2016: ? 50.000.000;

2017: ? 50.000.000.

1.637

RUTA

Al comma 90, dopo le parole: «sia già stato usufruito in relazione a precedente assunzione a tempo indeterminato» *aggiungere le seguenti:* «presso il medesimo datore di lavoro».

1.638

SAGGESE

Al comma 90, secondo periodo, aggiungere in fine le seguenti parole: «presso il medesimo datore di lavoro».

1.639

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 90, dopo il quarto periodo aggiungere il seguente: «Qualora sia accertata l'indebita fruizione, anche parziale, dello sgravio di cui al presente comma, per il verificarsi del mancato rispetto delle condizioni previste dalle presenti disposizioni, incluso, al termine del periodo di fruizione del

beneficio contributivo, il successivo licenziamento, l'INPS procede al recupero del relativo importo, maggiorato di interessi e sanzioni secondo legge».

1.640

BULGARELLI, LEZZI, MANGILI, CATALFO, PAGLINI, PUGLIA

Al comma 90, aggiungere, infine, il seguente periodo: «L'importo dell'esonero di cui al presente comma dovrà essere restituito nel caso in cui il lavoratore venga licenziato prima dello scadere dei trentasei mesi previsti fatti salvi i casi di licenziamento per giusta causa».

1.641

BULGARELLI, LEZZI, MANGILI, CATALFO, PAGLINI, PUGLIA, AIROLA

Al comma 90, aggiungere, in fine, il seguente periodo: «L'importo dell'esonero di cui al presente comma dovrà essere restituito nel caso in cui il lavoratore venga licenziato prima dello scadere dei trentasei mesi previsti fatti salvi i casi di licenziamento per giusta causa».

1.642

PARENTE, ANGIONI, D'ADDA, FAVERO, LEPRI, MANASSERO, PEZZOPANE, SPILABOTTE

Dopo il comma 90, aggiungere il seguente:

«90-*bis*. L'esonero di cui al presente comma, con riferimento alle nuove assunzioni destinate ad attività di *Call Center* è limitato esclusivamente ai contratti relativi ai rapporti di lavoro subordinato a tempo indeterminato, a tempo pieno, ed è riconosciuto per un periodo massimo di 60 mesi, nel limite di un importo di esonero pari a 4.030 euro su base annua».

1.643

FORNARO, GUERRA, PEGORER, D'ADDA, MANASSERO

Dopo il comma 90, aggiungere il seguente:

«90-*bis*. Il beneficio di cui al comma 90 spetta per ogni unità lavorativa risultante dalla differenza tra il numero dei lavoratori con contratto a tempo indeterminato rilevato in ciascun mese e il numero dei lavoratori con contratto a tempo indeterminato mediamente occupati nei dodici mesi precedenti alla data di assunzione».

1.644

CONTE

Al comma 91, sostituire le parole: «sono soppressi con riferimento alle assunzioni dei lavoratori ivi indicati decorrenti dal 1º gennaio 2015» *con le seguenti:* «sono sospesi con riferimento alle assunzioni dei lavoratori ivi indicati nel periodo 1º gennaio 2015-31 dicembre 2015».

1.645

LEZZI

Sopprimere il comma 91.

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 155 milioni di euro nel 2015, 493 milioni di euro nel 2016 e 859 milioni di euro nel 2017».

1.646

GIBIINO, MANDELLI, RIZZOTTI

Sopprimere il comma 91.

Conseguentemente, ridurre dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

1.647

MILO

Sopprimere il comma 91.

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

1.648

DE PIN, MASTRANGELI, BOCCHINO, CAMPANELLA

Al comma 91, sostituire le parole: «sono soppressi con riferimento alle assunzioni dei lavoratori ivi indicati decorrenti dal 10 gennaio 2015» *con le seguenti:* «sono sospesi con riferimento alle assunzioni dei lavoratori ivi indicati nel periodo 1º gennaio 2015-31 dicembre 2015».

Conseguentemente all'articolo 3, dopo il comma 74, inserire il seguente:

«74-*bis*. A partire dal 1º gennaio 2016 è introdotta un'imposizione straordinaria sulla ricchezza finanziaria, al netto delle passività, con un'aliquota progressiva dello 0,5 per cento a partire 1.500.00 a 3.000.000 euro, dell'1 per cento da 3.000.001 a 8.000.000 euro e dell'1,5 per cento oltre gli 8.000.001».

1.649

GAMBARO

Al comma 91, sostituire le parole: «sono soppressi con riferimento alle assunzioni dei lavoratori ivi indicati decorrenti dal 1º gennaio 2015» *con le seguenti:* «sono sospesi con riferimento alle assunzioni dei lavoratori ivi indicati nel periodo 1º gennaio 2015-31 dicembre 2015».

Conseguentemente all'articolo 3, dopo il comma 74, inserire il seguente:

«74-*bis*. A partire dal 1º gennaio 2016 è introdotta un'imposizione straordinaria sulla ricchezza finanziaria, al netto delle passività, con un'aliquota progressiva dello 0,5 per cento a partire 1.500.00 a 3.000.000 euro, dell'1 per cento da 3.000.001 a 8.000.000 euro e dell'1,5 per cento oltre gli 8.000.001».

1.650

CARIDI

Al comma 91, sostituire le parole: «sono soppressi con riferimento alle assunzioni dei lavoratori ivi indicati decorrenti dal 1º gennaio 2015» *con le seguenti:* «sono sospesi con riferimento alle assunzioni dei lavoratori ivi indicati nel periodo 1º gennaio 2015-31 dicembre 2015».

1.651

LUIGI MARINO, DI BIAGIO

AI comma 91, sostituire le parole: «sono soppressi con riferimento alle assunzioni dei lavoratori ivi indicati decorrenti dal 1º gennaio 2015» *con le seguenti:* «sono sospesi con riferimento alle assunzioni dei lavoratori ivi indicati nel periodo 1º gennaio 2015-31 dicembre 2015».

1.652

TOMASELLI, COLLINA, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA, PAGLIARI, CALEO, MAURO MARIA MARINO, VACCARI

Al comma 91, sostituire le parole: «sono soppressi con riferimento alle assunzioni dei lavoratori ivi indicati decorrenti dal 1º gennaio 2015» *con le seguenti:* «sono sospesi» *con riferimento alle assunzioni dei lavoratori ivi indicati nel periodo dal 1º gennaio 2015 al 31 dicembre 2015».*

1.653

TOMASELLI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA

Al comma 91 sostituire le parole: «sono soppressi con riferimento alle assunzioni dei lavoratori ivi indicati decorrenti dal 1º gennaio 2015» *con le seguenti:* «sono sospesi con riferimento alle assunzioni dei lavoratori ivi indicati nel periodo 1º gennaio 2015-31 dicembre 2015».

1.654

DE POLI

Al comma 91 sostituire le parole: «sono soppressi con riferimento alle assunzioni dei lavoratori ivi indicati decorrenti dal 1º gennaio 2015» *con le seguenti:* «sono sospesi con riferimento alle assunzioni dei lavoratori ivi indicati nel periodo 1º gennaio 2015-31 dicembre 2015».

1.655

MANDELLI, PICCOLI, BRUNI, BONFRISCO, CERONI, D'ALÌ, MILO

Al comma 91 sostituire le parole: «sono soppressi con riferimento alle assunzioni dei lavoratori ivi indicati decorrenti dalla gennaio 2015» *con le seguenti:* «sono sospesi con riferimento alle assunzioni dei lavoratori ivi indicati nel periodo 1º gennaio 2015-31 dicembre 2015».

1.656

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, CROSIO

Al comma 91 sostituire le parole: «sono soppressi con riferimento alle assunzioni dei lavoratori ivi

indicati decorrenti dal 1º gennaio 2015» *con le seguenti:* «sono sospesi con riferimento alle assunzioni dei lavoratori ivi indicati nel periodo 10 gennaio 2015-31 dicembre 2015».

1.657

RUTA

Al comma 91 sostituire le parole: «sono soppressi» *con le seguenti:* «sono alternativi a quelli previsti dal precedente comma 90».

Conseguentemente alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 45.000.000;
2016: ? 45.000.000;
2017: ? 45.000.000.

1.658

PADUA, MATURANI, MATTESINI

Al comma 91, sostituire le parole: «dal 1º gennaio 2015» *con le seguenti:* «dal 1º gennaio 2016».

Conseguentemente,

a) alla Tabella A

Voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 105.000.000;
2016: ? 105.000.000;
2017: ? 105.000.000;

voce Ministero delle politiche agricole, alimentari e forestali*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;
2016: ? 5.000.000;
2017: ? 5.000.000;

voce Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;
2016: ? 5.000.000;
2017: ? 5.000.000;

voce Ministero della giustizia*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;
2016: ? 5.000.000;
2017: ? 5.000.000;

voce Ministero degli affari esteri*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;
2016: ? 5.000.000;
2017: ? 5.000.000;

b) all'articolo 1, comma 132, sostituire le parole: «6,1 milioni di euro per l'anno 2015, di 22,8 milioni per l'anno 2016, di 212,7 milioni di euro per l'anno 2017» *con le seguenti:* «1,1 milioni di euro per l'anno 2015, di 17,8 milioni per l'anno 2016, di 207,7 milioni di euro per l'anno 2017»;

c) all'articolo 3, comma 21, lettera g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quadruplo».

1.659

STEFANO, URAS, DE POLI

Sopprimere i commi 92, 93 e 94.

Conseguentemente, apportare le seguenti modificazioni:

al comma 112 sostituire le parole: «250 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015»*, con le seguenti:* «la spesa di 140 milioni di euro annui per gli anni 2015 e 2016, di 70 milioni di euro per l'anno 2016, di 140 milioni di euro per l'anno 2018 e di 250 milioni di euro annui a decorrere dal

2019»;

sopprimere il comma 121;

al comma 124 dopo le parole: «alle missioni internazionali di pace»*, aggiungere le seguenti:* «con esclusione delle missioni a direzione Nato, quali "Join Enterprise", "MultinationalSpecialized Unit (MSU", "Acrive Endeavour", "ISAF Afganistan" e "Ocean Shield";

al comma 124 sostituire le parole: «250 milioni» *con le seguenti:* «350 milioni»;

all'articolo 2, comma 67, sostituire le parole: «è ridotta di 238 milioni di euro per l'anno 2015 e di 200 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016» *con le seguenti:* «è ridotta di 500 milioni di euro per l'anno 2015 e di 550 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016»;

alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015:

? CP: ? 90.000.000;

CS: ? 90.000.000;

2016:

? CP: ? 90.000.000;

CS: ? 90.000.000;

2017:

? CP: ? 90.000.000;

CS: ? 90.000.000.

1.660

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, MILO, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Sopprimere i commi 92, 93, e 94.

Conseguentemente, all'articolo 2, dopo il comma 45, aggiungere il seguente:

«45-*bis*. A decorrere dall'anno 2015 è disposta la riduzione lineare delle dotazioni finanziarie disponibili iscritte a legislazione vigente in termini di competenza e di cassa, nell'ambito delle spese rimodulabili delle missioni di spesa di ciascun Ministero di cui all'articolo 21, comma 5, lettera *b)* della legge 31 dicembre 2009, n. 196, per un importo pari a 1.000 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015. Sono esclusi gli stanziamenti relativi all'istituto della destinazione del cinque per mille dell'imposta sul reddito delle persone fisiche, gli stanziamenti relativi alle spese per la tutela dell'ordine e della sicurezza pubblica, nonché per il soccorso pubblico, e gli stanziamenti relativi al fondo di sviluppo e coesione. Il Ministro dell'economia e delle finanze, ai fini delle successive riduzioni, è autorizzato ad accantonare e rendere indisponibili le predette somme. Le amministrazioni potranno proporre variazioni compensative, anche relative a missioni diverse, tra gli accantonamenti interessati nel rispetto dell'invarianza sui saldi di finanza pubblica».

1.661

GIOVANNI MAURO

Sopprimere i commi 92 e 93.

1.662

D'ALÌ

Sostituire il comma 92 con il seguente:

«92. Al finanziamento degli incentivi di cui al presente articolo si provvede, quanto ad euro 1 miliardo per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017 e per 500 milioni per il 2018, a valere sui fondi FAS di cui alla legge 27 dicembre 2002, n. 289 e alla legge 24 dicembre 2007, n. 244 che, alla data del 30 settembre 2014, non siano stati ancora impegnati, come risulta dal monitoraggio del Dipartimento della Ragioneria Generale dello Stato».

1.663

D'ALÌ

Sostituire il comma 92 con il seguente:

«92. Al finanziamento degli incentivi di cui al presente articolo si provvede, quanto ad euro 1 miliardo per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017 e per 500 milioni per il 2018, a valere sui fondi F AS di cui alla legge 27 dicembre 2002, n. 289 e alla legge 24 dicembre 2007, n. 244 che, alla data del 30 settembre 2015, non siano stati ancora impegnati, come risulta dal monitoraggio del Dipartimento della Ragioneria Generale dello Stato».

1.664

BERTOROTTA, MANGILI, GAETTI, DONNO, BULGARELLI

Al comma 92, sopprimere le parole da: «a valere sulla corrispondente riprogrammazione» sino alla fine del comma.

Conseguentemente:

? *sopprimere il comma 93*;

? *alla fine del comma 92 aggiungere le seguenti parole:* «per gli anni 2015, 2016 e 2017, per la quota di 300.000.000 euro mediante autorizzazione al Ministro dell'economia e finanze amministrazione autonoma dei Monopoli di Stato, ad emanare, entro 30 giorni dall'entrata in vigore della presente legge, con propri decreti dirigenziali, disposizioni per modificare la misura del prelievo erariale unico attualmente applicato sui giochi ed eventuali addizionali, nonché la percentuale del compenso per le attività di gestione ovvero per quella dei punti vendita al fine di conseguire un maggior gettito, per gli anni 2015, 2016 e 2017, non inferiore a 300 milioni di euro. Per la quota di 400.000.000 euro mediante l'aumento di 2,7 punti percentuali dell'aliquota dell'addizionale di cui al comma 16 dell'articolo 81 del decreto legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito con modificazioni dalla legge 6 agosto 2008, n. 133, per il conseguimento di una maggiore entrata, per gli anni 2015, 206 e 201, non inferiore a 400.000.000 euro. Per la quota di 300.000.000 euro all'articolo 96 del Testo Unico delle imposte sui redditi approvato con decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, al comma 5-*bis*, primo periodo, le parole "nei limiti del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti "nei limiti del 95 per cento". Per l'anno 2018, per la quota di 200.000.000 euro, si provvede mediante autorizzazione al Ministro dell'economia e finanze Amministrazione autonoma dei Monopoli di Stato, ad emanare, entro 30 giorni dall'entrata in vigore della presente legge, con propri decreti dirigenziali, disposizioni per modificare la misura del prelievo erariale unico attualmente applicato sui giochi ed eventuali addizionali, nonché la percentuale del compenso per le attività di gestione ovvero per quella dei punti vendita al fine di conseguire un maggior gettito, per l'anno 2018, non inferiore a 200 milioni di euro. Per la quota di 300.000.000 euro mediante l'aumento di 2,1 punti percentuali dell'aliquota dell'addizionale di cui al comma 16 dell'articolo 81 del decreto legge 25 giugno 2008, n. 112; convertito con modificazioni dalla legge 6 agosto 2008, n. 133, per il conseguimento di una maggiore entrata, per l'anno 2018, non inferiore a 300.000.000 euro».

1.665

LUMIA, MINEO, ORRÙ, PADUA

Al comma 92, le parole: «risultano non ancora impegnate alla data del 30 settembre 2014.» *sono sostituite dalle seguenti:* «non risultano ancora attivate, all'esito del secondo monitoraggio rafforzato avviato con la circolare del Dipartimento Sviluppo e Coesione (DPS) della Presidenza del Consiglio dei Ministri n. 10556 del 10 Novembre 2014, secondo le modalità di cui al successivo comma 93».

Conseguentemente,

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 100.000.000;

2016: ? 50.000.000;

2017: ? 50.000.000.

All'articolo 3, comma 21; lettera g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quadruplo».

1.666

MARINELLO, GUALDANI, MANCUSO

Al comma 92, sostituire le parole: «risultano non ancora impegnate alla data del 30 settembre 2014»

con le seguenti: «non risultano ancora attivate, all'esito del secondo monitoraggio avviato con la circolare n. 10556 del 10 novembre 2014, del Dipartimento per lo Sviluppo e la Coesione economica presso la Presidenza del Consiglio dei ministri, secondo le modalità di cui al comma 93».

1.667

D'ALÌ

Al comma 92 sostituire le parole: «risultano non ancora impegnate alla data del 30 settembre 2014» *con le seguenti:* «non risultano ancora attivate, all'esito del secondo monitoraggio rafforzato avviato con al circolare del decreto del Presidente del Senato n. 10556 del 10 novembre 2014, secondo le modalità di cui al successivo comma 93».

1.668

DI BIAGIO

Al comma 92 le parole: «risultano non ancora impegnate alla data del 30 settembre 2014.» *sono sostituite con le seguenti:* «non risultano ancora attivate, all'esito del secondo monitoraggio rafforzato avviato con la circolare del decreto del Presidente del Senato n. 10556 del 10 Novembre 2014, secondo le modalità di cui al successivo comma 4)».

1.669

ORRÙ

Al comma 92, sostituire le parole: «risultano non ancora impegnate alla data del 30 settembre 2014» *con le seguenti:* «non risultano ancora attivate, all'esito del secondo monitoraggio rafforzato avviato con la circolare del decreto Presidente Senato n. 10556 del 10 novembre 2014, secondo le modalità di cui al successivo comma 4)».

1.670

MANCUSO, GUALDANI

Al comma 92 le parole: «del 30 settembre 2014» *sono sostituite con le parole:* «di entrata in vigore della presente normativa». *Alla conclusione dello stesso comma viene inserita la frase:* «È comunque fatta salva la copertura finanziaria per i progetti validamente presentati dagli Enti Locali nelle forme e nei termini previsti dalle apposite normative regionali».

1.671

DI BIAGIO

Al comma 92 le parole: «del 30 settembre 2014» *sono sostituite con le seguenti:* «di entrata in vigoe della presente normativa».

Conseguentemente dopo il comma 92 aggiungere il seguente:

«92-*bis*. È comunque fatta salva la copertura finanziaria per i progetti validamente presentati dagli Enti Locali nelle forme e nei teirmini previsti dalle apposite normative regionali».

1.672

ORRÙ

Al comma 92, infine sostituire le parole: «30 settembre 2014» *con le seguenti:* «30 giugno 2014».

Conseguentemente, al comma 93 sostituire le parole: «Entro sessanta giorni» *con:* «Entro centottanta giorni»;

Conseguentemente, sostituire il comma 94 con il seguente:

«94. Le risorse di cui al comma 92 non impegnate per investimenti sono versate all'entrata del bilancio dello Stato e restano acquisite all'erario».

1.673

D'ALÌ

Al comma 92, sostituire le parole: «30 settembre 2014» *con le seguenti:* «30 aprile 2015».

1.674

GIOVANNI MAURO

Alla fine del comma 92. aggiungere le seguenti parole: «, tenendo conto della destinazione e riparto per Obiettivi e Regioni delle risorse del Fondo di rotazione di cui all'articolo 5 della legge 16 aprile 1987, n. 183, da quantificare secondo la provenienza delle stesse dai programmi operativi oggetto di

riprogrammazione nel Piano di Azione Coesione, in coerenza con l'articolo 5, comma 3, con l'articolo 6 e con l'articolo 33 del Regolamento (CE) N. 1083/2006 del Consiglio dell'11 luglio 2006».

1.675

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, MILO, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Al comma 93, dopo le parole: «ai sensi del comma 92» *aggiungere le seguenti:* «e secondo quanto stabilito nell'accordo siglato il 3 novembre 2011 tra il Governo e le regioni Abruzzo, Calabria, Campania, Molise, Puglia, Sardegna e Sicilia sulla rimodulazione dei programmi cofinanziati dai Fondi strutturali, con il quale il riutilizzo delle risultanti risorse nazionali viene vincolato al principio di territorialità».

1.676

MILO

Al comma 93 aggiungere in fine le seguenti parole: «e secondo quanto stabilito nell'accordo siglato il 3 novembre 2011 tra il Governo e le regioni Abruzzo, Calabria, Campania, Molise, Puglia, Sardegna e Sicilia sulla rimodulazione dei programmi cofinanziati dai Fondi strutturali, che vincola il riutilizzo delle risultanti risorse nazionali al principio di territorialità, ai sensi del comma 6, della legge 27 dicembre 2013, n. 147».

1.677

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo l'articolo 94, aggiungere i seguenti:

«94-*bis*. Presso il Ministero del lavoro e delle politiche sociali è istituito un Fondo con uno stanziamento pari a 5 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017 per realizzare, in accordo con il coordinamento delle Regioni degli assessori alla salute, un programma di indirizzo e coordinamento e messa in rete dei programmi delle singole regioni in materiali "Sorveglianza sanitaria, diagnosi precoce e terapie efficaci" delle persone dichiaratesi esposte all'amianto, per le persone che hanno ricevuto e riceveranno dall'INAIL, o dalle AUSL l'attestato di avvenuta esposizione all'amianto.

94-*ter*. Il Ministero del lavoro e delle politiche sociali, in accordo con il coordinamento delle regioni con proprio decreto, sentito il Ministero dell'economia e delle finanze, definisce le modalità di utilizzo delle risorse di cui al comma 1.

94-*quater*. Il Ministero del lavoro e delle politiche sociali e il coordinamento delle regioni presentano annualmente una relazione sullo stato di avanzamento e i risultati sanitari del piano di sorveglianza sanitaria per i soggetti esposti all'amianto.

94-*quinquies*. Nello svolgimento delle attività del Piano il Ministero si avvale anche della collaborazione delle rappresentanze delle organizzazioni sindacali dei lavoratori e delle rappresentanze delle associazioni degli ex esposti all'amianto».

Conseguentemente, alla tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 5.000.000;
2016: ? 5.000.000;
2017: ? 5.000.000.

1.678

BAROZZINO, URAS, DE PETRIS, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo l'articolo 94, aggiungere i seguenti:

«94-*bis*. È autorizzata la spesa di 60 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017 a copertura dei maggiori oneri di cui al comma 94-*ter*.

94-*ter*. All'articolo 47 del decreto-legge 30 settembre 2003, n. 269, convertito, con'modificazioni, dalla legge 24 novembre 2003, n. 326, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al comma l, il secondo periodo è sostituito dal seguente: "con la stessa decorrenza, il predetto coefficiente moltiplicatore si applica, a scelta del lavoratore, o ai fini dell'anticipazione

dell'accesso al pensionamento o ai fini della determinazione dell'importo delle prestazioni pensionistiche";

b) dopo il comma 1 è inserito il seguente:

"1-*bis*. La prestazione previdenziale di cui al comma 1 si applica, a scelta dei lavoratori, o ai fini dell'anticipazione dell'accesso al pensionamento o ai fini della determinazione dell'importo delle prestazioni pensionistiche anche ai lavoratori a cui siano state rilasciate dall'INAIL o dal Settore navigazione dell'INAIL (ex IPSEMA) le certificazioni relative all'esposizione all'amianto e che abbiano prestato la loro opera esposti all'amianto per un periodo inferiore a dieci anni, con le seguenti modalità: il coefficiente moltiplicatore si applica nella misura di 1,25 fino ai dieci anni di esposizione;";

c) dopo il comma 2 è inserito il seguente:

"2-bis. Per i lavoratori che hanno prestato la loro opera esposti all'amianto per un periodo superiore a dieci anni, il coefficiente moltiplicatore si applica nella misura di 1,5";

d) il comma 3 è abrogato;

e) il comma 4 è sostituito dal seguente:

"4. La sussistenza e la durata dell'esposizione all'amianto di cui ai commi 1-*bis* e 2-*bis* sono accertate e certificate dall'INAIL o dal Settore navigazione dell'lNAIL (ex IPSEMA) oppure dai dipartimenti di prevenzione delle aziende sanitarie locali presso il cui territorio si trova o si trovava l'installazione o il naviglio militare dello Stato ovvero l'impresa che a qualunque titolo utilizza o utilizzava l'amianto, avvalendosi dei dati di letteratura scientifica in materia, nonché di prove testimoniali e di relazioni tecniche stilate da esperti, anche in considerazione dell'esistenza di casi analoghi e degli eventuali cambiamenti avvenuti nelle aziende, nei cantieri navali e nel naviglio mercantile, nonché validando quale *curriculum* lavorativo l'estratto matricola mercantile rilasciato dall'autorità marittima. Gli eventuali periodi di cassa integrazione ordinaria o straordinaria fruiti. non interrompono il computo della durata dell'esposizione";

f) il comma 5 è sostituito dai seguenti:

"5. I lavoratori ex esposti all'amianto che intendano ottenere il riconoscimento dei benefici di cui al comma 1, in riferimento al comma 6-*bis* devono presentare domanda alla gestione previdenziale presso la quale sono iscritti, entro dodici mesi dalla data di entrata in vigore della presente disposizione. Per i lavoratori esposti, addetti alle bonifiche, all'escavazione ed all'estrazione di minerale, non è fissato alcun termine al fine di ottenere il riconoscimento dei benefici di cui al comma 1.

5-*bis*. Gli eredi dei lavoratori ex esposti all'amianto aventi diritto ai benefici contributivi, deceduti prima di poterne usufruire, possono presentare richiesta di rivalutazione contributiva presso gli uffici dell'Inps competenti territorialmente";

g) dopo il comma 6-*quinquies* sono aggiunti i seguenti:

"6-*sexies*. I benefici di cui al comma 1 si applicano anche al personale militare delle Forze armate in possesso del *curriculum* lavorativo rilasciato dal Ministero della difesa ai sensi dell'articolo 3, comma 3, del decreto del Ministro del lavoro e delle politiche sociali 27 ottobre 2004, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* n. 295 del 17 dicembre 2004, e sono cumulabili, in deroga all'articolo 1849 del codice dell'ordinamento militare, di cui al decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66, e a quanto disposto del comma 6-*ter* del presente articolo, con gli altri benefici previdenziali che comportano l'anticipazione dell'accesso al pensionamento di anzianità ovvero l'aumento dell'anzianità contributiva, e possono essere fatti valere sia ai fini del diritto che della misura della pensione. Nei confronti del medesimo personale militare per il quale sia stata accertata una malattia professionale asbesto-correlata da parte del competente Dipartimento militare di medicina legale, di cui all'articolo 195, comma 1, lettera *c)*, del codice dell'ordinamento militare, di cui al decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66, si applica, d'ufficio e senza limiti di tempo e in deroga all'articolo 1849 del predetto codice di cui al decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66, e dell'articolo 12-*bis* del decreto-legge 23 febbraio 2009, n. 11, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 aprite 2009, n. 38, sia ai fini del diritto che

della misura della pensione, il coefficiente moltiplicatore di cui all'articolo 13, comma 7, della legge 27 marzo 1992, n. 257, e successive modificazioni, nella misura di 1,5 del periodo di esposizione all'amianto, accertabile dal *curriculum* lavorativo rilasciato dal Ministero della difesa ai sensi dell'articolo 3, comma 3, del decreto del Ministro del lavoro e delle politiche sociali 27 ottobre 2004, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* n. 295 del 17 dicembre 2004, ovvero, in mancanza del predetto *curriculum* e per analogia con altri casi, dall'estratto del foglio matricolare.

6-*septies*. I benefici di cui al comma 1 si applicano anche ai lavoratori addetti alla nautica da diporto, nonché ai titolari di piccole imprese che producano idonea documentazione atta a comprovare che il lavoro che ha comportato esposizione all'amianto sia stato svolto per conto terzi.

6-*octies*. Il Governo esercita il potere sostitutivo nei confronti delle regioni nell'adozione di provvedimenti necessari in caso di inadempienza nella predisposizione dei piani di bonifica delle aree interessate dall'inquinamento da amianto.

6-*novies*. Ai lavoratori ex esposti all'amianto, collocati in trattamento di quiescenza prima della data di entrata in vigore della legge 27 marzo 1992, n. 257, sono riconosciuti i benefici previsti dall'articolo 13, comma 8, della medesima legge.

6-*decies*. I lavoratori ex esposti all'amianto, che hanno presentato domanda agli enti previdenziali competenti ai fini del riconoscimento dei benefici di cui al comma 1 e la cui richiesta è stata respinta, possono presentare una nuova domanda per i medesimi fini. Avverso reventuale diniego degli enti previdenziali è ammesso ricorso agli ordinari strumenti di tutela giurisdizionali.

6-*undecies*. I termini per la presentazione delle domande per il riconoscimento dei benefici previdenziali scadono dodici mesi dopo la data di entrata in vigore della presente disposizione.

6-*duodecies*. All'articolo 24, comma 14, del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, e successive modificazioni, dopo la lettera *e-bis)* è aggiunta la seguente:

e-quater) ai lavoratori di cui alll'articolo 13 della legge 27 marzo 1992, n. 257, e successive modificazioni".

94-*quater*. Il sesto comma dell'articolo 47 e l'articolo 47-*bis* del decreto del Presidente della Repubblica 30 aprile 1970, n. 639, nonché il comma 35-*quinquies* dell'articolo 35 del decreto-legge 4 luglio 2006, n. 223, convertito, con modificazioni, dalla legge 4 agosto 2006, n. 248, sono abrogati"».

Conseguentemente, alla tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015:? 60.000:000;
2016: ? 60.000.000;
2017: ? 60.000.000.

1.679

PETRAGLIA, URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Dopo il comma 94, aggiungere il seguente:

«94-*bis*. All'alinea del comma 14 dell'articolo 24 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, dopo le parole: "ad applicarsi" sono inserite le seguenti: "al personale della scuola che abbia maturato i requisiti entro l'anno scolastico 2011/2012, ai sensi dell'articolo 59, comma 9, della legge 27 dicembre 1997, n. 449, e successive modificazioni".

94-*ter*. Il beneficio di cui al comma 1 è riconosciuto, con decorrenza dalla data del 1º settembre 2015, nel limite massimo di 4.000 soggetti e nei limiti dell'autorizzazione di spesa di cui al comma 3. L'INPS provvede al monitoraggio delle domande presentate, secondo modalità telematiche, definendo un elenco numerico delle stesse basato su un criterio progressivo risultante dalla somma dell'età anagrafica e dell'anzianità contributiva vantate dai singoli richiedenti alla data del 31 dicembre 2012. Qualora dal monitoraggio risulti il raggiungimento del limite numerico non prende in esame ulteriori domande di pensionamento finalizzate ad usufruire dei benefici previsti dalla disposizione di cui al medesimo comma 1. Per i lavoratori che accedono al beneficio di cui al comma 1, il trattamento di fine

rapporto, comunque denominato, è corrisposto al momento in cui il soggetto avrebbe maturato il diritto alla corresponsione dello stesso secondo le disposizioni di cui all'articolo 24 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, e sulla base di quanto stabilito dall'articolo 1, comma 22, del decreto-legge 13 agosto 2011, n. 138, convertito, con modificazioni, dalla legge 14 settembre 2011, n. 148, nonché secondo le modalità previste a legislazione vigente.

94-*quater*. Per l'attuazione del presente articolo è autorizzata la spesa di 35 milioni di euro per l'anno 2015, di 105 milioni di euro per l'anno 2016, di 101 milioni di euro per l'anno 2017, di 94 milioni di euro per l'anno 2018 e di 81 milioni di euro per l'anno 2019».

Conseguentemente, all'articolo 2, comma 67, sostituire le parole: «è ridotta di 238 milioni di euro per l'anno 2015 e di 200 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016» *con le seguenti:* «è ridotta di 418 milioni di euro per l'anno 2015 e di 380 milioni a decorrere dal 2016».

1.680

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 94, aggiungere il seguente:

«94-*bis*. In vista della introduzione di uno strumento nazionale di contrasto alla povertà è istituito, a decorrere dal 2015, nello stato di previsione del Ministero del lavoro e delle politiche sociali, un Fondo con una dotazione di 700 milioni di euro finalizzato al finanziamento della sperimentazione ed il successivo avvio di un programma nazionale di sostegno per l'inclusione attiva volto al superamento della condizione di povertà, all'inserimento e al reinserimento lavorativo e all'inclusione sociale, secondo i principi della Raccomandazione della Commissione europea, del 3 ottobre 2008, relativa all'inclusione attiva delle persone escluse dal mercato del lavoro. Con decreto del Ministro del lavoro e delle politiche sociali, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, entro sessanta giorni dall'entrata in vigore della presente legge, si definiscono, d'intesa con la Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le regioni e le province autonome di Trento e di Bolzano, le modalità di tale sperimentazione e dell'avvio del programma. Restano fermi i seguenti principi:

a) il programma è destinato ai residenti che versano in condizione di povertà e che siano cittadini italiani o comunitari ovvero familiari di cittadini italiani o comunitari non aventi la cittadinanza di uno Stato membro che siano titolari del diritto di soggiorno o del diritto di soggiorno permanente, ovvero cittadini stranieri in possesso del permesso di soggiorno CE per soggiornanti di lungo periodo;

b) l'accesso al sostegno è condizionato ad una prova dei mezzi effettuata secondo criteri articolati ed omogenei a livello nazionale che identifichino la condizione di povertà; in base alle condizioni reddituali e patrimoniali e al possesso di beni di consumo durevoli. A tal fine, le definizioni di reddito e patrimonio sono assunte in coerenza con quelle adottate ai fini dell'ISEE, di cui all'articolo 5 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214. In ogni caso è adottata una definizione di reddito che include i trattamenti assistenziali, previdenziali e indennitari, incluse carte di debito, a qualunque titolo percepiti da amministrazionipubbliche;

c) l'INPS provvede alla verifica del possesso da parte dei richiedenti il beneficio dei requisiti richiesti, anche avvalendosi dei collegamenti con ranalisi tributaria. Tale attività non deve comportare nuovi o maggiori oneri a carico dell'INPS;

d) l'erogazione del sostegno economico è condizionata alla stipula da parte dei benefici ari di un patto di inserimento con i servizi sociali locali, quale strumento di inclusione e attivazione sociale;

e) il sostegno economico è determinato come differenza tra una soglia di povertà e il reddito familiare, e la sua durata è limitata dal venir meno della condizione di povertà. Con il decreto di cui al presente comma, è stabilita, sulla base delle risorse disponibili, la soglia al cui livello è integrato il reddito familiare e i limiti alla durata del beneficio, superati i quali il sostegno non potrà essere concesso se non trascorsi almeno 6 mesi dall'ultimo beneficio percepito;

f) nel caso non sia possibile coprire l'intera popolazione in condizione di povertà, gli interventi

saranno prioritariamente destinati ai nuclei familiari con minorenni, in particolare quelli con tre o più minorenni ovvero composti esclusivamente da genitore solo e figli minorenni ovvero con figli disabili; i nuclei familiari con lavoratori che abbiano perso il posto di lavoro e abbiano esaurito gli strumenti di sostegno al reddito legati agli ammortizzatori sociali; i nuclei familiari in condizione di disagio abitativo;

g) la domanda per l'accesso al sostegno è presentata al comune di residenza, il progetto personalizzato di cui alla lettera *e)* del presente comma è redatto dai competenti servizi sociali del comune ovvero, in caso di gestione integrata, degli ambiti territoriali, di cui all'articolo 8, comma 3, lettera *a)*, della legge 8 novembre 2000, n. 328, in collaborazione con le amministrazioni competenti sul territorio in materia di servizi per l'impiego, tutela della salute e istruzione e le associazioni del terzo settore.

94-*ter*. Con il medesimo decreto di cui al comma 1, sono definite le modalità di estensione della sperimentazione di cui al presente comma, anche prevedendo una razionalizzazione delle attuali forme di sostegno alla povertà, ed un adeguato coordinamento con il Fondo di cui all'articolo 81, comma 32, del decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito, con modificazioni, dalla.legge 6 agosto 2008, n. 133».

Conseguentemente, apportare le seguenti modificazioni:

a) al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni»*, con le seguenti:* «100 milioni»;

b) al comma 124, sostituire le parole: «850 milioni»*, con le seguenti:* «450 milioni»;

c) all'articolo 2, comma 67, sostituire le parole: «è ridotta di 238 milioni di euro per l'anno 2015 e di 200 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016»*, con le seguenti:* «è ridotta di 438 milioni di euro per l'anno 2015 e di 400 milioni a decorrere per l'anno 2016 e 200 milioni a decorrere dal 2017»;

d) all'articolo 3, dopo il comma 28, aggiungere i seguenti:

«28-*bis*. Al comma 5-*bis* dell'articolo 96 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1996, n. 917, le parole: "nei limiti del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nei limiti del 95 per cento".

28-*ter*. Al decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 6:

1) al comma 8, secondo periodo, le parole: "nella misura del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nella misura del 95 per cento";

2) al comma 9, le parole: "nella misura del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nella misura del 95 per cento";

b) all'articolo 7, comma 2, secondo periodo, le parole: "nella misura del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nella misura del 95 per cento"».

1.681

URAS, BAROZZINO, DE PETRIS, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 94, aggiungere il seguente:

«94-*bis*. Dopo il comma 10 dell'articolo 24 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni,dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, sono inseriti i seguenti:

"10-*bis*. In deroga a quanto previsto al comma 10, è consentito al lavoratore e alla lavoratrice l'accesso alla pensione anticipata, nei limiti delle risorse di cui al comma 2, alle seguenti condizioni:

a) risultare non occupati al 1º gennaio 2012 per avvenuta risoluzione contrattuale a qualsiasi titolo o avere sottoscritto entro il 31 dicembre 2011 accordi collettivi o individuali, in qualsiasi sede, che come esito finale prevedevano il licenziamento;

b) maturare entro il 31 dicembre 2018 i requisiti di età e anzianità contributiva previsti dalla normativa vigente tipo alla data di entrata in vigore del presente decreto".

94-*ter*. Agli oneri derivanti dal comma 94-*bis* si provvede impiegando, a decorrere dal 1º gennaio 2015, i maggiori risparmi, rispetto a quanto preventivato all'atto dell'approvazione del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, derivati dall'articolo 24 del predetto decreto-legge, ed accertati annualmente con provvedimento del Presidente dell'Inps».

1.682

PETRAGLIA, URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Dopo il comma 94, aggiungere il seguente:

«94-*bis*. All'articolo 1, comma 9 della legge 28 agosto 2004, n. 243, dopo il primo periodo aggiungere il seguente: "Ai fini di cui al presente comma, il diritto di opzione può essere esercitato da tutte le lavoratrici i cui requisiti anagrafici e contributivi, ai fini dell'accesso al trattamento pensionistico, maturano entro e non oltre il suddetto termine del 31 dicembre 2015».

Conseguentemente, all'articolo 3, dopo il comma 6, aggiungere il seguente:

«6-*bis*. I commi 48, 49 e 49-*bis*, dell'articolo 2, del decreto-legge 3 ottobre 2006, n. 262, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2007, n. 296, sono sostituiti dai seguenti:

"48. I trasferimenti di beni e diritti per causa di morte sono soggetti all'imposta di cui al comma 47 con le seguenti aliquote sul valore complessivo netto dei beni:

a) devoluti a favore del coniuge e dei parenti in linea retta sul valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 500.000 euro: 5 per cento;

a-bis) devoluti a favore dei fratelli e delle sorelle sul valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 100.000 euro: 8 per cento;

b) devoluti a favore degli altri parenti fino al quarto grado e degli affini in linea collaterale fino al terzo grado: 8 per cento;

c) devoluti a favore di altri soggetti: 10 per cento.

49. Per le donazioni e gli atti di trasferimento a titolo gratuito di beni e diritti e la costituzione di vincoli di destinazione di beni d'imposta è determinata dall'applicazione delle seguenti aliquote al valore globale dei beni e dei diritti al netto degli oneri da cui è gravato il beneficiario diversi da quelli indicati dall'articolo 58, comma 1, del citato testo unico di cui al decreto legislativo 31 ottobre 1990, n. 346, ovvero, se la donazione, è fatta congiuntamente a favore di più soggetti o se in uno stesso atto sono compresi più atti di disposizione a favore di soggetti diversi, al valore delle quote dei beni o diritti attribuiti:

a) a favore del coniuge e dei parenti in linea retta sul valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 500.000 di euro: 5 per cento;

a-bis) a favore dei fratelli e delle sorelle sul valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 100.000 euro: 8 per cento;

b) a favore degli altri parenti fino al quarto grado e degli affini in linea retta, nonché degli affini in linea collaterale fino al terzo grado: 8 per cento;

c) a favore di altri soggetti: 10 per cento.

49-*bis*. Se il beneficiario dei trasferimenti di cui ai commi 48 e 49 è una persona portatrice di *handicap* riconosciuto grave ai sensi della legge 5 febbraio 1992, n. 104, l'imposta si applica esclusivamente sulla parte del valore della quota o del legato che supera l'ammontare di 1.000.000 euro"».

1.683

URAS, BAROZZINO, DE PETRIS, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 94, aggiungere il seguente:

«94-*bis*. L'ultimo periodo del comma 18 dell'articolo 24 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, e successive modificazioni, è sostituto dal seguente: "Fermo restando quanto indicato al comma 3, primo periodo, le disposizioni di cui al presente comma si applicano anche ai lavoratori iscritti all'ex Fondo speciale istituito presso l'INPS ai sensi dell'articolo 43 della legge 23 dicembre 1999, n. 488, nonché al personale operante nelle imprese ferroviarie e nelle imprese dei gestori delle infrastrutture ferroviarie con mansioni di addetto alla condotta dei treni, addetto alla scorta dei treni, addetto alla manovra, traghettamento, formazione treni ed il personale imbarcato a bordo delle navi traghetto. Con regolamento da emanare entro il 31 marzo 2014, ai sensi dell'articolo 17, comma 2, della legge 23 agosto 1988, n. 400, e successive modificazioni, su proposta del Ministro del lavoro e delle politiche sociali, di concerto con

il Ministro dell'economia e delle finanze, sono adottate le relative misure di armonizzazione dei requisiti di accesso al sistema pensionistico, tenendo conto delle obiettive peculiarità ed esigenze dei settori di attività nonché dei rispettivi ordinamenti"».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 7, dopo la lettera a) *aggiungere la seguente:*

«*a-bis)* dopo l'articolo 17 aggiungere il seguente: "Art. 17.1 - *(Acquisto di pubblicità* on line*). ? 1.* I soggetti passivi che intendano acquistare servizi di pubblicità e *link* sponsorizzati *on line*, anche attraverso centri media e operatori terzi, sono obbligati ad acquistarli da soggetti titolari di una partita IVA rilasciata dall'amministrazione finanziaria italiana.

2. Gli spazi pubblicitari *on line* e *link* sponsorizzati che appaiono nelle pagine dei risultati dei motori di ricerca (servizi di *search advertising*), visualizzabili sul territorio italiano durante la visita di un sito *internet* o la fruizione di un servizio *on line* attraverso rete fissa o rete e dispositivi mobili, devono essere acquistati esclusivamente attraverso soggetti, quali editori, concessionarie pubblicitarie, motori di ricerca o altro operatore pubblicitario, titolari di partita IVA rilasciata dall'amministrazione finanziaria italiana. La presente disposizione si applica anche nel caso in cui l'operazione di compravendita sia stata effettuata mediante centri media, operatori terzi e soggetti inserzionisti"».

1.684

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 94, aggiungere il seguente:

«94-*bis*. La dotazione del Fondo per le vittime dell'amianto di cui al comma 241 dell'articolo 1 della legge 24 dicembre 2007, n. 244, è incrementata di 50 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017. Il Fondo, a modifica delle sue norme istitutive e regolatorie, è istituito a favore di tutte le persone vittime dell'amianto, colpite da patologie asbesto-correlate contratte a qualsiasi titolo, per ragioni ambientali, familiari o lavorative, che si tratti di lavoratori sia civili che militari. L'organizzazione del Fondo, nonché le procedure e le modalità di erogazione delle prestazioni, sono disciplinate da un nuovo regolamento adottato con decreto del Ministro del lavoro e delle politiche sociali, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, entro novanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 50.000.000;
2016: ? 50.000.000;
2017: ? 50.000.000.

1.685

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 94, inserire il seguente:

«94-*bis*. A decorrere dall'entrata in vigore della presente legge è istituito, in via sperimentale per il triennio 2015-2017, presso il Ministero del lavoro e delle politiche sociali, un apposito Fondo per incentivare il mantenimento dei livelli occupazionali delle aziende in difficoltà per cause dovute a terzi ovvero per mancato pagamento dei debiti della pubblica amministrazione. Il Fondo ha una dotazione di 187,5 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017. A valere sulle risorse del Fondo di cui al presente articolo; è riconosciuto, in via sperimentale per il medesimo periodo, una riduzione di 50 punti percentuali degli oneri contributivi dovuti dal datore di lavoro, senza effetti negativi sulla determinazione dell'importo pensionistico del lavoratore».

Conseguentemente, all'articolo 1, sopprimere il comma 125.

1.686

MARCUCCI

Dopo il comma 94, inserire il seguente:

«94-*bis*. Al fine di assicurare la tutela e la valorizzazione del patrimonio culturale nei luoghi e negli istituti della cultura statali di rilevante interesse nazionale, i limiti di spesa di cui all'articolo 8, comma 4, primo periodo, del decreto-legge 31 maggio 2014, convertito nella legge 29 luglio 2014, n.

106, sono incrementati di 1,5 milioni di euro per l'anno 2015 e di 2 milioni di uro per ciascuno degli anni 2016 e 2017».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 1.500.000;
2016: ? 2.000.000;
2017: ? 2.000.000.

1.687

BIGNAMI, PEPE, MAURIZIO ROMANI, MUSSINI

Sopprimere i commi da 95 a 99.

Conseguentemente:

a) sostituire il comma 118 con il seguente:

«118. Lo stanziamento del Fondo nazionale per le politiche sociali, di cui all'articolo 20, comma 8, delle legge 8 novembre 2000, n. 328, è incrementato di 317 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015»;

b) al comma 101, secondo periodo, sostituire le parole: «5 milioni di euro»*, con le seguenti:* «10 milioni di euro»;

c) dopo il comma 119, inserire i seguenti:

«119-*bis*. A decorrere dall'anno 2015 il contributo annuo concesso all'Unione italiana ciechi ai sensi dell'articolo 1 della legge 23 settembre 1993, n. 379, è incrementato di 2 milioni di euro.

119-*ter*. A decorrere dall'anno 2015 sono destinati 178 milioni di euro all'edilizia residenziale pubblica».

1.688

RICCHIUTI, LO GIUDICE, CASSON, MINEO

Sopprimere il comma 95.

Conseguentemente, sostituire il comma 117 con il seguente: «Il Fondo di cui all'articolo 81, comma 29, del decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 agosto 2008, n. 133, è incrementato di 750 milioni di euro nell'anno 2015, di 850 milioni di euro nell'anno 2016, di 1.250 milioni di euro nell'anno 2017, di 1.250 milioni di euro nell'anno 2018, di 850 milioni di euro nell'anno 2019, di 450 milioni di euro nell'anno 2020 e di 250 milioni di euro a decorrere dall'anno 2021. Una quota pari a 500 milioni di euro per l'anno 2015, 600 milioni di euro per l'anno 2016, 1.000 milioni di euro per ciascuno degli anni 2017 e 2018, 600 milioni di euro per l'anno 2019 e 200 per l'anno 2020 è finalizzata alla progressiva estensione su tutto il territorio nazionale della sperimentazione di cui all'articolo 60 del decreto-legge 9 febbraio 2012, n. 5, convertito, con modificazioni, dalla legge 4 aprile 2012, n. 35, intesa come sperimentazione di un apposito programma di sostegno per l'inclusione attiva, volto al superamento della condizione di povertà, all'inserimento e al reinserimento lavorativi e all'inclusione sociale».

1.689

MALAN

Sostituire il comma 95 con il seguente:

«95. Al fine di sostenere le famiglie con figli di età inferiore ai 3 anni, incentivare la natalità e contribuire alle spese per il suo sostegno, per ogni figlio di età inferiore ai 3 anni, è riconosciuto un assegno di importo pari a euro 178,80 per il 2015, euro 536,40 per il 2016, euro 894 per il 2017, euro 894 per il 2018, euro 536,40 per il 2019, euro 178,80 per il 2020, erogato mensilmente dall'inizio di ogni anno ovvero a decorrere dal mese di nascita o adozione. L'assegno, che non concorre alla formazione del reddito complessivo di cui all'articolo 8 del testo unico di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, e successive modificazioni, è corrisposto fino alla fine di ogni anno, ovvero fino al compimento del terzo anno di età ovvero del terzo anno di ingresso nel nucleo familiare a seguito dell'adozione, per i figli di cittadini italiani o di uno Stato membro dell'Unione europea, a condizione che il nucleo familiare di appartenenza del genitore richiedente

l'assegno sia in una condizione economica corrispondente a un valore dell'indicatore della situazione economica equivalente (ISEE), stabilito ai sensi del regolamento di cui al decreto del Presidente del Consiglio dei ministri 5 dicembre 2013, n. 159, non superiore a 25.000 euro annui. L'assegno di cui al presente comma è corrisposto, a domanda, dall'INPS, che provvede alle relative attività, nonché a quelle del comma 97, con le risorse umane, strumentali e finanziarie disponibili a legislazione vigente. Qualora il nucleo familiare di appartenenza del genitore richiedente l'assegno sia in una condizione economica corrispondente a un valore dell'ISEE, stabilito al sensi del citato regolamento di cui al decreto del Presidente del Consiglio dei ministri n. 159 del 2013, non superiore a 7.000 euro annui, l'importo dell'assegno di cui al primo periodo del presente comma è raddoppiato».

1.690

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Al comma 95, dopo le parole: «è riconosciuto» *aggiungere le seguenti:* «, prioritariamente ai genitori cittadini italiani,».

1.691

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 95, ovunque essa ricorra, sostituire la parola: «assegno» *con la seguente:* «voucher».

1.692

MALAN

Al comma 95, apportare le seguenti modificazioni:

a) al primo periodo, sostituire le parole: «960 euro» *con le seguenti:* «euro 1072,8»;

b) al secondo periodo, sopprimere le parole: «o di cittadini di Stati extracomunitari con permesso di soggiorno di cui all'articolo 9 del testo unico delle disposizioni concernenti la disciplina dell'immigrazione e norme sulla condizione dello straniero, di cui al decreto legislativo 25 luglio 1998, n. 286, e successive modificazioni».

1.693

TOSATO, CENTINAIO, COMAROLI

Al comma 95 sopprimere le seguenti parole: «o di cittadini extracomunitari con permesso di soggiorno di cui all'articolo 9 del testo unico delle disposizioni concernenti la disciplina dell'immigrazione e norme sulla condizione dello straniero, di cui al decreto legislativo 25 luglio 1998, n. 286, e successive modificazioni,».

1.694

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO

Al comma 95 sostituire le parole: «o di cittadini extracomunitari con permesso di soggiorno di cui all'articolo 9 del testo unico delle disposizioni concernenti la disciplina dell'immigrazione e norme sulla condizione dello straniero, di cui al decreto legislativo 25 luglio 1998, n. 286, e successive modificazioni,» *con le seguenti:* «il contributo è aumentato di 200 euro per i figli nati o adottati che siano in ordine di nascita terzi o ulteriori».

1.695

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Al comma 95, sopprimere le parole da: «o di cittadini di Stati extracomunitari» *fino a:* «e successive modificazioni».

1.696

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO

Al comma 95 dopo le parole: «di cui all'articolo 9» *aggiungere le seguenti:* «e che ai sensi dell'articolo 4-*bis* abbiano accumulato almeno 30 punti dopo la sottoscrizione dell'accordo di integrazione».

1.697

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 95, secondo periodo, dopo le parole: «residenti in Italia» *inserire le seguenti:* «nonché a tutti gli stranieri residenti in Italia titolari del permesso unico di cui al decreto legislativo 40/14 e agli altri stranieri regolarmente soggiornanti in Italia».

1.698

TOSATO, CENTINAIO, COMAROLI

Al comma 95 dopo le parole: «residenti in Italia», *inserire le seguenti:* «da almeno 10 anni».

1.699

TOSATO, COMAROLI

Al comma 95 dopo le parole: «residenti in Italia» *inserire le seguenti:* «da almeno 5 anni».

1.700

RICCHIUTI, LO GIUDICE, CASSON, MINEO

Al comma 95, secondo periodo, sostituire le parole: «superiore a 25.000 euro annui» *con le seguenti:* «superiore a 15.000 euro annui».

Conseguentemente, sostituire il comma 117 con il seguente: «117. Il Fondo di cui all'articolo 81, comma 29, del decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 agosto 2008, n. 133, è incrementato di 330 milioni di euro nell'anno 2015, di 450 milioni di euro neli'anno 2016, di 650 milioni di euro nell'anno 2017, di 650 milioni di euro nell'anno 2018, di 450 milioni di euro nell'anno 2019, di 330 milioni di euro nell'anno 2020 e di 250 mllioi di euro a decorrere dall'anno 2021. Una quota pari a 80 milioni di euro per l'anno 2015,450 milioni di euro per l'anno 2016, 650 milioni di euro per ciascuno degli anni 2017 e 2018,450 milioni di euro per l'anno 2019 e 300 milioni di euro per l'anno 2020 è finalizzata alla progressiva estensione su tutto Il territorio nazionale della sperimentazione di cui all'articolo 60 del decreto-legge 9 febbraio 2012, n. 5, convertito, con modiflcazioni, dalla legge 4 aprile 2012, n. 35, intesa come sperimentazlone di un apposito programma di sostegno per l'inclusione attiva, volto al superamento della condizione di povertà, all'inserimento e al reinserimento lavorativi e all'inclusione sociale.».

1.701

GASPARRI

Apportare le seguenti modificazioni:

a) al comma 95, sostituire le parole «25.000 euro annui» *con le seguenti:* «30.000 euro annui».

b) al comma 97 sopprimere il secondo periodo.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 100.000.000;
2016: ? 100.000.000;
2017: ? 100.000.000.

Ridurre dell'1% tutti gli stanziamenti di parte corrente della allegata tabella C.

1.702

GUALDANI

Al comma 95, sostituire le parole: «25.000 euro annui» *con le seguenti:* «30.000 euro annui».

Al comma 97 eliminare le parole: «Nel caso in cui, in sede di attuazione del comma 95, si verifichino o siano in procinto di verificarsi scostamenti rispetto alla previsione di spesa di cui al comma 98, con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, di concerto con il Ministro del lavoro e delle politiche sociali e con il Ministro della salute, si provvede a rideterminare l'importo annuo dell'assegno di cui al comma 95, primo periodo, e i valori dell'ISEE di cui al comma 95, secondo periodo».

1.703

GIOVANARDI, GUALDANI

Al comma 95, sostituire le parole: «25.000 euro annui» *con le seguenti:* «30.000 euro annui».

Conseguentemente al comma 97 eliminare le parole: «Nel caso in cui, in sede di attuazione del comma 95, si verifichino o siano in procinto di verificarsi scostamenti rispetto alla previsione di spesa di cui al comma 98, con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, di concerto con il Ministro del lavoro e delle politiche sociali e con il Ministro della salute, si provvede a ridetenninare l'importo annuo dell'assegno di cui al comma 95, primo periodo, e i valori dell'ISEE di cui al comma 95,

secondo periodo».

1.704

DI BIAGIO

Al comma 95 le parole: «25.000 euro annui» *sono sostituite con le seguenti:* «30.000 euro annui».

1.705

COMAROLI, TOSATO

Al comma 95 dopo le parole: «dall'INPS, che provvede alle relative attività», *inserire le seguenti:* «, verificando la documentazione che attesta i requisiti dei beneficiari,».

1.706

MARGIOTTA

Dopo il comma 95 aggiungere il seguente:

«95-*bis*. All'articolo 5 del decreto legislativo 25 luglio 1998, n. 286 è aggiunto il seguente comma: "3-*septies*. Tutti i cittadini stranieri extracomunitari che acquistano in Italia la piena proprietà di uno o più immobili, per un Investimento globale di valore superiore a euro 500.000,00, al netto di qualsiasi imposta, possono richiedere il permesso di soggiorno, per se, per il proprio coniuge e per i figli minori conviventi. Il permesso di soggiorno deve essere richiesto al questore della provincia in cui è stato acquistato l'immobile, o uno degli immobili. A tal fine il richiedente dovrà esibire, in aggiunta alla documentazione prevista dalle norme vigenti, copia dell'atto pubblico di acquisto regolarmente trascritto nei registri immobiliari. Il permesso di soggiorno ha validità biennale, rinnovabile per analogo periodo, ai sensi del successivo comma 4, previa esibizione di visura della conservatoria dei registri immobiliari che testimoni la persistenza della proprietà dell'immobile e/o degli immobili, ovvero di nuovi atti pubblici di acquisto che garantiscano il rispetto dei requisiti. Decorsi 5 anni dal primo rilascio lo straniero potrà richiedere il 'permesso di soggiorno UE per soggiornanti di lungo periodo' ai sensi del successivo art. 9. Tutti i cittadini stranieri che abbiano acquisito il permesso di soggiorno in forza del presente comma hanno facoltà di richiedere l'iscrizione anagrafica per sé e per gli eventuali componenti il nucleo familiare nel Comune o in uno dei Comuni nei quali sono state acquistati gli immobili."».

1.707

DI BIAGIO

Al comma 97 eliminare le parole: «Nel caso in cui, in sede di attuazione del comma 95, si verifichino o siano in procinto di verificarsi scostainenti rispetto alla previsione di spesa di cui al comma 98, con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, di concerto con il Ministro del lavoro e delle politiche sociali e con il Ministro della salute, si provvede a rideterminare l'importo annuo dell'assegno di cui al comma 95, primo periodo, e i valori dell'ISEE di cui al comma 95, secondo periodo».

1.708

PETRAGLIA, URAS

Sopprimere il comma 98.

Conseguentemente al comma 112 sostituire la parola: «250» *con la seguente:* «230».

1.709

PETRAGLIA, DE PETRIS, URAS

Sopprimere i commi da 100 a 102.

Conseguentemente al comma 112 sostituire la parola: «250» *con la seguente:* «230».

1.710

BERGER, ZELLER, PALERMO, PANIZZA, LANIECE, BATTISTA, ROMANO, FAUSTO GUILHERME LONGO

Dopo il comma 100, aggiungere i seguenti:

«100-*bis*. Per l'anno 2015 è ammessa la detrazione dall'imposta lorda pari al 19 per cento delle spese documentate sostenute dai genitori per il pagamento delle vacanze, certificate da fattura o da ricevuta fiscale contenente la specificazione della prestazi.one e l'indicazi.one del codice fiscale del destinatario della detrazione, per un importo complessivamente non superiore a 1.000 euro annui per

nucleo familiare, indipendentemente dai fatto che i genitori siano legalmente coniugati

100-*ter*. Per il periodo d'imposta relativo all'anno 2015, in deroga all'articolo 9, comma 9, ultimo periodo, del decreto legislativo 14 marzo 2011, n. 23, come da ultimo modificato dall'articolo 1, comma 717, lettera *b)*, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, l'assoggettamento all'imposta municipale propria concorre interamente alla formazione della base imponibile dell'imposta sul reddito delle persone fisiche e delle relative addizionali per gli immobili ad uso abitativo non locati«.

1.711

TONINI

Dopo il comma 100 inserire il seguente:

«100-*bis*. Alle famiglie che adottano un minore con procedura internazionale, disciplinata dalle disposizioni contenute nel capo I titolo III legge 4 maggio 1983 n. 184 e successive modifiche, per l'anno 2015 è corrisposto un contributo di 5.000 euro per ogni minore autorizzato all'ingresso e alla permanenza in Italia ed effettivamente entrato sul suolo italiano. Il contributo è aggiuntivo, ove ne ricorrano le condizioni, all'assegno previsto dal comma 1 del presente articolo».

Conseguentemente al medesimo articolo, comma 101, dopo le parole: «in favore della famiglia», *inserire le seguenti:* «ivi inclusi i contributi di cui al comma 100-*bis*».

1.712

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 101, primo periodo sostituire le parole: «108 milioni» *con le seguenti:* «308 milioni» *e al secondo periodo inserire il seguente*: «Una quota pari a 200 milioni è riservata alle misure di assistenza ai nuclei con persone non auto sufficienti, anche al fine di far emergere e promuovere, di concerto con la rete dei servizi sociali locali, il lavoro di cura, prevedendo:

a) la possibilità di detrazione fiscale, senza cumulare con la deduzione prevista per i versamenti dei contributi previdenziali, dall'imposta lorda sui redditi del 19 per cento dell'intero costo sostenuto per la collaboratrice o il collaboratore familiare assunto per attività di assistenza familiare a persone non autosufficienti, fino ad un limite massimo di 14.000 euro annui, per i soggetti con reddito imponibile fino a euro 40.000;

b) la possibilità di portare in detrazione da parte dei familiari (articolo 433 Codice Civile) la eventuale parte di spesa che non ha trovato capienza nel reddito dell'invalido».

a) all'articolo 1, comma 112, sostituire le parole: «250 milioni», *con le seguenti:* «100 milioni».

1.713

VACCARI

Al comma 101, sostituire le parole: «108 milioni» *con le seguenti:* «138 milioni» *e dopo le parole:* «legge 7 agosto 2012, n. 134 e successive modificazioni.» *aggiungere il seguente periodo:* «Una quota parte non inferiore a 30 milioni di euro è finalizzata al rimborso delle spese sostenute dai genitori adottivi per l'espletamento della procedura di adozione disciplinata dalle disposizioni contenute nel capo I del titolo 111 della legge 4 maggio 1983, n. 184. Il rimborso per ciascuna adozione non può superare l'ammontare massimo pari a 5.000 euro».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 30.000.000;
2016: ? 30.000.000;
2017: ? 30.000.000.

1.714

VERDUCCI, MATURANI, STEFANO ESPOSITO, FABBRI, VACCARI, GIANLUCA ROSSI, CAPACCHIONE, FISSORE, ELENA FERRARA, ZANONI, CARDINALI, ANGIONI, TOMASELLI, FILIPPI

Al comma 101, primo periodo, sostituire le parole: «108 milioni» *con le seguenti:* «133 milioni» *e le parole:* «100 milioni» *con le seguenti:* «125 milioni».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 25.000.000;
2016: ? 0;
2017: ? 0.

1.715

RUTA, ALBANO, BERTUZZI, FASIOLO, GATTI, PIGNEDOLI, SAGGESE, VALENTINI, LAI

Al comma 101 apportare le seguenti modificazioni:

a) al primo periodo, sostituire le parole: «108 milioni» *con le seguenti:* «103 milioni»;

b) al comma 101, sopprimere il secondo periodo.

Conseguentemente dopo il comma 101 inserire il seguente:

«101-*bis*. il fondo di cui all'articolo 58, comma 1, del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 134, è rifinanziato di 5 milioni di euro per l'anno 2014».

1.716

DI BIAGIO

Al comma 101, primo periodo, sostituire le parole: «108 milioni» *con le seguenti:* «103 milioni».

Conseguentemente:

a) al comma 101, sopprimere il secondo periodo;

b) dopo il comma 101, aggiungere il seguente:

«101-*bis*. Il fondo di cui all'articolo 58, comma 1, del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 134, è rifinanziato di 5 milioni di euro per l'anno 2014».

1.717

RUVOLO, BONFRISCO

Al comma 101, primo periodo, sostituire le parole: «108 milioni» *con le seguenti:* «103 milioni».

Conseguentemente:

a) al comma 101, sopprimere il secondo periodo;

b) dopo il comma 101, aggiungere il seguente:

«101-*bis*. Il fondo di cui all'articolo 58, comma 1, del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 84, è rifinanziato di 5 milioni di euro per l'anno 2014».

1.718

FORMIGONI

Al comma 101, primo periodo, sostituire le parole: "108 milioni" *con le seguenti:* "103 milioni".

Conseguentemente:

a) al comma 101, sopprimere il secondo periodo;

b) dopo il comma 101, aggiungere il seguente:

101-*bis*. Il fondo di cui all'articolo 58, comma 1, del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 134, è rifinanziato di 5 milioni di euro per l'anno 2014.

1.719

MARINELLO, MANCUSO, GUALDANI

Al comma 101, primo periodo, sostituire le parole: "108 milioni" *con le seguenti:* "103 milioni".

Conseguentemente:

a) al comma 101, sopprimere il secondo periodo;

b) dopo il comma 101, aggiungere il seguente:

101-*bis*. il fondo di cui all'articolo 58, comma 1, del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 134, è rifinanziato di 5 milioni di euro per l'anno 2014.

1.720

LANZILLOTTA

Al comma 101, secondo periodo, sostituire le parole: «100 milioni di euro» *con le seguenti:* «200 milioni di euro»

Conseguentemente, al medesimo articolo apportare le seguenti modifiche:

a) al comma 112 sostituire le parole: «250 milioni» con le seguenti: «200 milioni»

b) al comma 116 sostituire le parole: «100 milioni» con le seguenti: «50 milioni»

1.721

GUALDANI, CHIAVAROLI, BIANCONI

Al comma 101, secondo periodo, sostituire le parole: «5 milioni» *con le seguenti:* «10 milioni»

Conseguentemente, alla Tabella A voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 5.000.000;

2016: ? 5.000.000;

2017: ? 5.000.000;

1.722

PETRAGLIA, URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Dopo il comma 101 aggiungere i seguenti:

101-*bis*. Al fine di sostenere la genitorialità e riconoscere il lavoro di cura all'interno della famiglia, fatto salvo quanto previsto dalla legislazione vigente, è riconosciuto alla lavoratrice il diritto all'accesso anticipato alla pensione di vecchiaia pari ad un anno per ogni figlio: In alternativa a tale anticipo la lavoratrice può optare per la determinazione del trattamento pensionistico con applicazione del moltiplicatore di cui alla tabella A allegata alla legge 8 agosto 1995, n. 335, e successive modificazioni, relativo all'età di accesso al trattamento pensionistico, maggiorato di un anno in caso di uno o due figli, maggiorato di due anni in caso di tre o quattro figli e maggiorato di tre anni in caso di cinque o più figli.

101-*ter*. È riconosciuta la contribuzione figurativa a copertura dell'intero anno, nel settore pubblico e in quello privato, in caso di accesso anticipato alla pensione ai sensi del comma 1 il beneficio di cui al presente comma non è cumulabile con altri periodi di contribuzione figurati va riconosciuti in ragione della maternità; in tale caso è data facoltà alla lavoratrice di optare tra essi.

101-*quater*. I benefici di cui ai commi 1 e 2 sono riconosciuti anche se la donna risulta inoccupata durante la gestazione o al momento del parto e anche in assenza di precedenti versamenti contributivi.

101-*quinquies*. La misura sperimentale di cui all'articolo 4, comma 24, lettera *b),* della legge 28 giugno 2012, n. 92, è estesa agli anni 2015 e successivi, e il contributo di cui all'articolo 5 decreto ministeriale 22 dicembre 2012, è stabilito in 600 euro mensili, per un massimo di un anno, in base alla richiesta della lavoratrice interessata.

101-*sexies*. Il Ministero del Lavoro e delle politiche sociali, di concerto con il Ministero dell'economia e delle finanze, provvede ad aggiornare, entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, il decreto 22 dicembre 2012 di cui al precedente comma, al fine di garantire ulteriori modalità attuative volte a semplificare sensibilmente le procedure per accedere ai suddetti benefici e garantirne una reale diffusione tra le lavoratrici.

101-*septies*. Nello Stato di previsione del Ministero del Lavoro e delle politiche sociali, è istituito un Fondo con una dotazione di 150 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015-2017, finalizzato alla concessione di agevolazioni fiscali a favore delle micro e medie imprese, sulle quali incidono in misura proporzionalmente maggiore i costi delle misure a favore della maternità delle lavoratrici.

101-*octies*. Con decreto del Ministero dell'economia e delle finanze, di concerto con il Ministero del Lavoro e delle politiche sociali e il Ministero dello Sviluppo economico, da emanarsi entro 120 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono individuati criteri e modalità attuative per la concessione delle agevolazioni di cui al precedente comma 6.

101-*nonies*. Al fine di implementare le iniziative finalizzate alla conciliazione del tempo di vita e

di lavoro, sono stanziati 50 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015-2017, per il finanziamento delle misure di all'articolo 9 della legge 8 marzo 2000, n. 53.

Conseguentemente al comma 112, sostituire le parole: 250 milioni, con le seguenti: 50 milioni;

sopprimere il comma 121;

sopprimere il comma 132;

all'articolo 2, comma 67, sostituire le parole: è ridotta di 238 milioni di euro per l'anno 2015 e di 200 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016 con le seguenti: è ridotta di 538 milioni di euro per l'anno 2015 e di 500 milioni a decorrere per l'anno 2016;

all'articolo 3, dopo il comma 28, aggiungere i seguenti:

28-*bis*. All'articolo 19, comma 6 del decreto-legge n. 201 del 2011, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 214 del 2011, aggiungere, in fine il seguente periodo: a decorrere dall'anno 2015 l'aliquota è stabilita nella misura del 13,5 per mille.

28-*ter*. L'aliquota dell'addizionale di cui al comma 16 dell'articolo 81 del decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito con modificazioni dalla legge 6 agosto 2008, n. 133, è aumentata di 2 punti percentuali.

28-*quater*. In deroga all'articolo 3 della legge 27 luglio 2000, n. 212, la disposizione di cui al precedente comma si applica a decorrere dal periodo d'imposta successivo a quello in corso alla data del 31 dicembre 2013.

28-*quinquies*. Al comma 5-*bis* dell'articolo 96 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto dei Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, le parole: «nei limiti del 96 per cento» sono sostituite dalle seguenti: «nei limiti del 95 per cento».

28-*sexies*. Al decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 6:

1) al comma 8, le parole: «nella misura del 96 per cento» sono sostituite dalle seguenti: «nella misura del 94 per cento»;

2) al comma 9, le parole: «nella misura dei 96 per cento» sono sostituite dalle seguenti: «nella misura del 94 per cento»;

b) all'articolo 7, comma 2, le parole: «nella misura del 96 per cento» sono sostituite dalle seguenti: «nella misura del 94 per cento»;

all'articolo 3, comma 75, Tabella A allegata voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti modifiche:

2015:

CP: ? 70.000.000;

CS: ? 70.000.000.

2016:

CP: ? 70.000.000;

CS: ? 70.000.000.

2017:

CP: ? 70.000.000;

CS: ? 70.000.000.

1.723

PETRAGLIA, URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Dopo il comma 101 aggiungere i seguenti:

101-*bis*. Nello stato di previsione del Ministero del lavoro e delle politiche sociali, è istituito un fondo, con una dotazione di 550 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015, per l'avvio di un piano, di sostegno alla povertà estrema.

101-*ter*. Le risorse del Fondo, quale contributo dello Stato, sono finalizzate a garantire la gratuità dei servizi socio-educativi per la prima infanzia, dei servizi scolastici, nonché dei servizi erogati dagli enti territoriali, compreso il trasporto pubblico locale, ai giovani fino al termine del ciclo di studi

obbligatorio, i cui genitori, cittadini italiani o di uno Stato membro dell'unione europea o di cittadini extracomunitari con permesso di soggiorno di cui all'articolo 9 dei testo unico delle disposizioni concernenti la disciplina dell'immigrazione e norme sulla condizione dello straniero, di cui al decreto legislativo 25 luglio 1998, n. 286, e successive modificazioni, residenti in Italia nonché a tutti gli stranieri residenti in Italia titolari del permesso unico di cui al decreto legislativo n. 40 del 2014 e agli altri stranieri regolarmente soggiornanti in Italia, abbiano un reddito complessivamente non superiore alla prima fascia ISEE. Ai fini della fruizione dei suddetti benefici, viene data priorità ai redditi ISEE più bassi. 101-*quater.* Con decreto del Ministero del Lavoro e delle politiche sociali, di concerto con il Ministero dell'economia, e del Ministero dell'Istruzione dell'Università e della ricerca, da emanarsi entro 90 giorni dalla data di entrata in vigore, della presente legge, previa intesa in sede di Conferenza Unificata, sono definite le modalità attuative, i criteri di ripartizione delle risorse tra gli enti territoriali, nonché l'eventuale contributo finanziario dei medesimi enti ai fini dell'attuazione del presente articolo.

Conseguentemente, comma 112, sostituire le parole: 250 milioni, *con le seguenti:* 100 milioni;

sopprimere il comma 121;

all'articolo 3, dopo il comma 28, aggiungere i seguenti:

28-*bis*. Al comma 5-*bis* dell'articolo 96 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, le parole: «nei limiti del 96 per cento» sono sostituite dalle seguenti: «nei limiti del 95 per cento».

28-*ter*. Al decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 6:

1) al comma 8, le parole: «nella misura del 96 per cento» sono sostituite dalle seguenti: «nella misura del 95 per cento»;

2) al comma 9, le parole: «nella misura del 96 per cento» sono sostituite dalle seguenti: «nella misura del 95 per cento»;

b) all'articolo 7, comma 2, le parole: «nella misura del 96 per cento» sono sostituite dalle seguenti: «nella misura del 95 per cento».

1.724

DI BIAGIO

1. All'articolo 1, dopo il comma 101, sono inseriti i seguenti commi:

101-*bis.* All'articolo 13 comma 2 del decreto-legge n. 201 del 2011, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 214 del 2011, è aggiunto il seguente periodo: «È considerata direttamente adibita ad abitazione principale l'unità immobiliare posseduta dai cittadini italiani non residenti nel territorio dello Stato e iscritti all'Anagrafe degli Italiani residenti all'Estero (AIRE), a titolo di proprietà o di usufrutto in Italia, a condizione che non risulti locata o data in comodato d'uso».

101-*ter.* Sull'unità immobiliare di cui al presente comma, le imposte comunali TARI e TASI sono applicate, per ciascun anno, in misura ridotta di due terzi.

101-quater. Alla copertura finanziaria degli oneri derivanti dalle diposizioni di cui al presente articolo, pari a 4 milioni di euro annui si provvede mediante corrispondente riduzione dello stanziamento del fondo speciale di parte corrente iscritto, ai fini del bilancio triennale 2015-2017, nell'ambito del programma «Fondi di riserva e speciali» della missione «Fondi da ripartire» dello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno 2015.

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015:

? 4.000.000 euro;

2016:

? 4.000.000 euro;

2017:

? 4.000.000 euro.

1.725

DI BIAGIO

Dopo il comma 101, sono inseriti i seguenti commi:

«101-*bis*. All'articolo 13 comma 2 del decreto-legge n. 201 del 2011, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 214 del 2011, è aggiunto il seguente periodo: "È considerata direttamente adibita ad abitazione principale l'unità immobiliare posseduta dai cittadini italiani non residenti nel territorio dello Stato e iscritti all'Anagrafe degli Italiani residenti all'Estero (AIRE), a titolo di proprietà o di usufrutto in Italia, a condizione che non risulti locata o data n comodato d'uso".

101-*ter*. Sull'unità immobiliare di cui al presente comma, le imposte comunali TARl e TASI sono applicate, per ciascun anno, in misura ridotta di due terzi.

101-*quater*. Alla copertura finanziaria degli oneri derivanti dalle diposizioni di cui al presente articolo, pari a 4 milioni di euro annui, si provvede a decorrere dal 1º gennaio 2015 mediante corrispondente riduzione del Fondo speciale di parte corrente del Ministero dell'Economia e delle Finanze».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 116, sostituire le parole: «100 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015» *con le seguenti:* «96 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015».

1.726

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 101 inserire i seguenti

«101-*bis*. Il Fondo per le politiche della famiglia, di cui all'articolo 19, comma 1 del decreto-legge 4 luglio 2006, numero 223 (Disposizioni urgenti per il rilancio economico e sociale, per il contenimento e la razionalizzazione della spesa pubblica, nonché interventi in materia di entrate e di contrasto all'evasione fiscale) e all'articolo 1, comma 1250 della Legge finanziaria2007,è incrementato di 500 milioni di euro per l'anno 2015 e 200 milioni a decorrere dal 2016.

101-*ter*. Le risorse di cui al presente articolo sono destinate al finanziamento delle iniziative di conciliazione del tempo di vita e di lavoro previste dall'articolo 9 della legge 8 marzo 2000, numero 53 (Disposizioni per il sostegno della maternità e della paternità, per il diritto alla cura e alla formazione e per il coordinamento dei tempi delle città) e del sistema d'interventi previsto dall'intesa del 25 ottobre 2012 tra il Governo e le Regioni, le Province autonome di Trento e Bolzano e le Autonomie locali, sul documento "Conciliazione dei tempi di vita e di lavoro per il 2012"».

Conseguentemente, apportare le seguenti modificazioni: a) *sopprimere il comma 121;*

b) *al comma 124 sostituire le parole:* «850 milioni» *con le seguenti:* «550 milioni».

1.727

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Dopo il comma 101, aggiungere il seguente:

«101-*bis*. AI comma 677 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2013, n. 147, è aggiunto, in fine, il seguente periodo: "Si applica comunque il comma 10 dell'articolo 13 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla 22 dicembre 2011, n. 214"».

Conseguentemente:

All'articolo 2, dopo il comma 45, inserire il seguente:

«45-*bis*. A decorrere dall'anno 2015 è disposta la riduzione lineare delle dotazioni finanziarie disponibili iscritte a legislazione vigente in termini di competenza e di cassa, nell'ambito delle . spese rimodulabili delle missioni di spesa di ciascun Ministero di cui all'articolo 21, comma 5, lettera *b)*, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, per un importo pari a 1.000 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015. Sono esclusi gli stanziamenti relativi all'istituto della destinazione del cinque per mille dell'imposta sul reddito delle persone fisiche, gli stanziamenti relativi ,alle spese per la tutela dell'ordine e la sicurezza pubblica, nonché per il soccorso pubblico, e gli stanziamenti relativi al fondo sviluppo e coesione. Il Ministro dell'economia e delle finanze, ai fini delle successive riduzioni, è autorizzato ad accantonare e rendere in disponibili le predette somme. Le amministrazioni potranno

proporre variazioni compensative, anche relative a missioni diverse, tra gli accantonamenti interessati nel rispetto dell'invarianza sui saldi di finanza pubblica;

all'articolo 2 apportare le seguenti modificazioni:

a) al comma 141, lettera *c)*, sostituire le parole: "3.452 milioni di euro annui" *con le seguenti:* "4.252 milioni di euro annui";

b) al comma 154, sostituire le parole da: "1.000 milioni di euro fino a 3.000 milioni di euro" con le seguenti: *"1.240 milioni di euro per l'anno 2015, di 2.240 milioni di euro per l'anno 2016 e di 3.240 milioni di euro";*

c) al comma 157, sostituire le parole: "1.200 milioni di euro annui, ovunque ricorrano"*, con le seguenti:* "1.400 milioni di euro annui"».

1.728

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Dopo il comma 101, aggiungere il seguente:

«101-*bis*. Al comma 677 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2013, n. 147, al secondo periodo le parole: "Per il 2014" sono soppresse e al terzo periodo le parole; "Per lo stesso anno 2014" sono sostituite dalle seguenti; "Per il 2014"».

1.729

LIUZZI

Dopo il comma 101, aggiungere il seguente:

«101-*bis*. L'ammontare delle risorse destinate ai progetti di fattibilità legati ai percorsi formativi "Donna, politica ed istituzioni" per la diffusione della cultura di genere e delle pari opportunità, promossi dal Dipartimento per le Pari Opportunità e avviati in collaborazione con il Ministero dell'Università e della ricerca e la Scuola Superiore della Pubblica Amministrazione, sono incrementate nella misura di euro 2.500.000,00 di euro a valere sulle risorse di cui al "Fondo per le politiche relative ai diritti e alle pari opportunità", assegnate al Dipartimento per i diritti e le pari opportunità capitolo 493 recante Fondo per le politiche relative ai diritti e alle pari opportunità di cui all'articolo 19, comma 3, del Decreto-Legge 4 luglio 2006, n. 223, convertito, con modificazioni, dalla legge 4 agosto 2006, n. 248, ed incrementate dall'articolo 1, comma 1261 della legge 27 dicembre 2006, n. 296"».

1.730

CIOFFI, SCIBONA, CIAMPOLILLO, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Dopo il comma 101, inserire il seguente:

«101-*bis*. Al fine di sostenere le famiglie nell'accesso al bene casa, al Fondo nazionale per il sostegno all'accesso alle abitazioni in locazione, istituito dalla legge 9 dicembre 1998, n. 431, è assegnata una dotazione ulteriore di 30 milioni di euro per ciascun anno del triennio 2015-2017».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 75, alla Tabella A ivi richiamata, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 30.000.000;

2016: ? 30.000.000;

2017: ? 30.000.000.

1.731

BERGER, ZELLER, PALERMO, PANIZZA, LANIECE, FRAVEZZI, BATTISTA, ROMANO, FAUSTO GUILHERME LONGO

Dopo il comma 101, inserire il seguente:

«101-*bis*. Le indennità di maternità conseguite in seguito alla iscrizione previdenziale agricola *ex*-Scau da coltivatrici diretti nonché, da coadiuvatori agricoli sono in base al comma 2 dell'articolo 6 del Decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, ricomprese nel reddito agrario di cui all'articolo 32 della appena citata disposizione normativa, e non sono soggette a ritenuta alla

fonte».

1.732

GUALDANI, CONTE

Dopo il comma 101, aggiungere il seguente:

«101-*bis*. Al comma 1 dell'articolo 10 del decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, dopo la lettera l-quater *aggiungere la seguente:*

"*l-quinquies)* il cinquanta per cento delle spese sostenute dai genitori per l'iscrizione dei figli a carico presso le scuole paritarie del sistema integrato nazionale dell'istruzione pubblica"«.

Conseguentemente, le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 200 milioni a decorrere dal 2015.

1.733

ENDRIZZI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Sostituire il comma 102 con il seguente:

«102. I commi da 102 a 102-*quadragiesnovies*, introducono misure volte ad assicurare:

a) la tutela, la cura e la riabilitazione dei soggetti affetti da gioco d'azzardo patologico, definiti ai sensi del comma 102-*bis*, e dei loro familiari;

b) la protezione dei minori e dei soggetti vulnerabili;

c) la prevenzione della diffusione dei fattori di rischio del gioco d'azzardo patologico, anche attraverso un approccio consapevole al gioco.

102-*bis*. Sono considerati affetti da gioco d'azzardo patologico, in conformità a quanto definito dall'Organizzazione Mondiale della Sanità (OMS), i soggetti che presentano sintomi clinicamente rilevanti legati alla perdita di controllo sul proprio comportamento di gioco, con evidente coazione a ripetere e con condotte compulsive tali da arrecare grave deterioramento alla loro personalità, assimilabile ad altre dipendenze.

102-*ter*. Ai fini dell'applicazione delle disposizioni dell'articolo 5, comma 2, del decreto-legge 13 settembre 2012, n. 158, convertito, con modificazioni, dalla legge 8 novembre 2012, n. 189, servizi preposti alle attività di prevenzione della patologia da gioco d'azzardo patologico (GAP) e di cura e riabilitazione dei soggetti che ne sono affetti sono individuati nei servizi per le dipendenze istituiti dalle regioni nell'ambito dei rispettivi sistemi sanitari regionali.

102-*quater*. I medesimi servizi promuovono e attuano interventi di prevenzione, di cura e di riabilitazione ambulatoriale e residenziale delle persone affette da patologia da GAP, anche mediante gruppi di mutuo aiuto, in analogia a quanto previsto per le altre dipendenze, sulla base delle linee guida predisposte dal Ministero della salute, entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge.

102-*quinqies*. La certificazione di diagnosi di gioco d'azzardo patologico dà diritto a:

a) l'esenzione dalla compartecipazione al costo della spesa sanitaria, relativamente alle prestazioni correlate al trattamento della patologia;

b) l'accesso alle strutture dei presidi regionali per la valutazione e la diagnosi, l'assistenza psicologica e farmacologica e il ricovero, se necessario, in centri specializzati nella cura della patologia.

102-*sexies*. Entro trenta giorni dalla data di entrata in vigore del decreto del Presidente del Consiglio dei ministri di cui al suddetto articolo 5, comma 2, del decreto-legge 13 settembre 2012, n. 158, convertito, con modificazioni, dalla legge 8 novembre 2012, n. 189, il Ministro della salute apporta le necessarie integrazioni al decreto ministeriale 28 maggio 1999, come modificato dar decreto ministeriale 21 maggio 2001, al fine di inserire il gioco d'azzardo patologico tra le malattie e le condizioni che danno diritto all'esenzione dalla partecipazione al costo per le prestazioni di assistenza sanitaria.

102-*septies*. Nelle more dell'attuazione delle disposizioni di cui all'articolo 5, comma 2, del decreto-legge 13 settembre 2012, n. 158, convertito con modificazioni, dalla legge 8 novembre 2012,

n. 189, il Ministro della salute con decreto di natura regolamentare, previa intesa della Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le regioni e le province autonome, adotta un Piano nazionale per garantire le prestazioni di prevenzione, cura e riabilitazione rivolte alle persone affette da GAP.

102-*octies*. Al fine di garantire il sostegno e l'aiuto alle famiglie dei soggetti affetti da GAP, nell'ambito del sito istituzionale del Ministero della salute, è dedicata una specifica sezione per fornire indicazioni sul trattamento della patologia, sulle strutture a cui rivolgersi nella zona di residenza e sulle reti 328 dei servizi pubblici e progetti di piani di zona di cui alla legge 8 novembre 2000, n. 328, nonché per fornire informazioni inerenti agli aspetti legali ed economici relativi alle perdite, ai debiti accumulati e alla possibilità di usufruire dell'amministrazione di sostegno.

102-*novies*. A decorrere dalla data di entrata in vigore della presente legge è vietata l'introduzione di nuovi apparecchi e piattaforme *on-line* per il gioco d'azzardo a valere sulle concessioni già in essere e di nuove tipologie di giochi d'azzardo per un periodo di almeno cinque anni.

102-*decies*. Con decreto del Ministro della salute, da emanare entro tre mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, è istituito, presso Ministero della salute, l'Osservatorio nazionale sulla dipendenza da gioco d'azzardo patologico, di seguito denominato "Osservatorio". L'Osservatorio è presieduto dal Ministro della salute o da un suo delegato e svolge le sue attività in collaborazioni con le regioni, anche ove istituiti attraverso gli osservatori regionali sulle dipendenze.

102-*undecies*. Ai componenti dell'Osservatorio non spettano compensi, gettoni, emolumenti o indennità comunque definiti né rimborsi spese. Al funzionamento dell'Osservatorio si provvede nell'ambito delle risorse umane, finanziarie e strumentali disponibili a legislazione vigente e, comunque, senza nuovi o maggiori oneri per la finanza pubblica.

102-*duodecies*. A decorrere dalla costituzione dell'Osservatorio di cui al presente articolo, cessa l'attività dell'Osservatorio istituito ai sensi dell'articolo 7, comma 10, ultimo periodo, del decreto-legge 13 settembre 2012, n. 158, convertito, con modificazioni dalla legge 8 novembre 2012, n. 189.

102-*terdecies*. Il Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca, d'intesa con il Ministero della salute, su proposta dell'Osservatorio, predispone campagne di informazione e promuove progetti di educazione sui fattori di rischio connessi al gioco d'azzardo nelle scuole di ogni ordine e grado.

102-*quaterdecies*. Il Ministero della salute, su proposta dell'Osservatorio, predispone apposite campagne di informazione e sensibilizzazione rivolte ai cittadini e finalizzate:

a) ad aumentare la consapevolezza sui fenomeni di dipendenza correlati al gioco d'azzardo nonché sui rischi che ne derivano per la salute;

b) a pubblicizzare il sito *internet* di cui al comma 102-*quinquagies*, al fine di fornire informazioni sui servizi predisposti dalle strutture pubbliche e del terzo settore per affrontare il problema della dipendenza da gioco d'azzardo;

c) ad informare i genitori e le famiglie sui programmi di filtraggio e blocco dei giochi *on-line*;

102-*quindecies*. Entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, con decreto del Ministro della salute, previa intesa in sede di Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le regioni e le province autonome di Trento e di Bolzano, sentito l'Osservatorio, sono definite le linee guida per lo svolgimento di attività formative e di aggiornamento degli operatori dei servizi per le tossico dipendenze, dei servizi di salute mentale e degli operatori delle associazioni di volontariato e del terzo settore che svolgono attività di prevenzione, cura e riabilitazione dei soggetti affetti da GAP. Tali corsi sono volti all'acquisizione delle competenze necessarie ad affrontare e a prevenire i problemi socio-sanitari connessi al gioco d'azzardo.

102-*sedecies*. All'interno dei luoghi dove vengono effettuati giochi a pagamento è obbligatorio esporre, in modo visibile e nelle vicinanze della postazioni di gioco, la documentazione informativa relativa ai servizi di assistenza disponibili a livello locale e nazionale in favore dei soggetti affetti da patologia da GAP. Presso i medesimi locali, in maniera visibile e immediatamente individuabile sono altresì disponibili i moduli, predisposti dall'azienda sanitaria locale competente per territorio, tramite cui i giocatori possono sottoporsi a un *test* di autovalutazione per la determinazione del rischio di dipendenza dal gioco d'azzardo.

102-*septiesdecies*. Al soggetto affetto da dipendenza da gioco d'azzardo patologico si applica, ove ne ricorrano i presupposti, l'articolo 404 del codice civile. Sono fatte salve le disposizioni di cui al capo II del Titolo XII del Libro Primo del codice civile.

102-*octiesdecies*. All'articolo 24, comma 21, del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, le parole: "da euro cinque mila a euro venti mila" sono sostituite dalle seguenti: "da euro 10.000 a euro 30:000".

102-*noviesdecies* . L'accesso agli apparecchi da intrattenimento e ai videogiochi previsti dall'articolo 100 comma 6, lettera *a)* e *b)*, del testo unico delle leggi di pubblica sicurezza di cui al regio decreto 18 giugno 1931, n. 773, e successive modificazioni nonché ai giochi *on-line* è consentito esclusivamente mediante l'utilizzo della tessera sanitaria.

102-*vicies*. L'Agenzia delle dogane e dei monopoli, entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, adotta un decreto per rendere obbligatoria l'introduzione di meccanismi idonei a bloccare in modo automatico l'accesso dei minori ai giochi, mediante l'inserimento, nei *software* degli apparecchi da intrattenimento, dei videogiochi e dei giochi *on line*, di appositi sistemi di filtro.

102-*viciessemel*. I dati anagrafici, dei giocatori sono registrati attraverso il sistema "tessera sanitaria", il quale mette a disposizione funzioni per rilevare il numero e l'entità delle somme giocate anche in modo progressivo dai giocatori, al fine di consentire agli stessi di autoescludersi dal gioco, anche temporaneamente, e che permettano ai giocatori medesimi di prevedere un limite alla somma giocata. Con decreto del Ministero dell'economia e delle finanze e del Ministero della salute, sentita l'Agenzia delle Dogane e dei Monopoli e l'Osservatorio di cui al comma 102-*decies*, da adottarsi entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono definite le modalità tecniche per l'attuazione del presente comma in coerenza con le misure di sicurezza previste nel decreto legislativo 30 giugno 2003, n. 196 e nel relativo disciplinare tecnico (allegato B).

102-*viciesbis*. I dati rilevati dal sistema tessera sanitaria ai sensi del comma 102-*viciessemel*, privi di elementi identificativi diretti, sono trasmessi al Ministero della salute. Tali dati non possono in alcun modo essere utilizzati da parte dei concessionari, degli esercenti e dei gestori. Con il decreto di cui al comma 102-*undecies* sono definite le modalità di attuazione del presente comma nel rispetto del codice in materia di protezione dei dati personali, di cui al decreto legislativo 30 giugno 2003, n. 196, e successive modificazioni.

102-*viciester*. Al fine di rilevare in modo sistematico le informazioni relative ai soggetti affetti da GAP, il Sistema Informativo Nazionale delle Dipendenze (SIND) di cui al decreto del Ministro della salute 11 giugno 2010, pubblicato nella *Gazzetta ufficiale* 160 del 12 luglio 2010, è integrato con dati relativi alla patologia da GAP.

102-*viciesquater*. Chiunque installi in locali aperti al pubblico apparecchi o videoterminali di gioco non conformi ai criteri di cui al comma 102-*vicies* è punito con la sanzione amministrativa pecuniaria da euro 5.000 a euro 50.000 a carico del trasgressore. In caso di recidiva si applica la sanzione amministrativa pecuniaria da euro 10.000 a euro 100.000, nonché il sequestro dell'apparecchio o del videoterminale.

102-*viciesquinquies*. Unica forma ammessa per il pagamento delle prestazioni rese dagli apparecchi di cui all'articolo 110, comma 6, lettere *a)* e *b)*, del testo unico delle leggi di pubblica sicurezza, di cui al regio decreto 18 giugno 1931, n. 773, è quella elettronica, mediante carte nominative. Al termine di ogni sessione di gioco gli apparecchi di cui al comma precedente devono rilasciare apposita ricevuta, indicante l'ammontare complessivo della somma spesa e di quella vinta, evidenziando la differenza. La ricevuta deve altresì indicare tempo complessivo di collegamento con l'apparecchio e riportare formule di avvertimento contro i rischi del gioco d'azzardo patologico.

102-*viciessixies*. Le disposizioni di cui al comma 102-*viciesquinquies*, si applicano, in quanto compatibili, al gioco *on line* con corresponsione in denaro.

102-*viciessepties*. È fatto divieto ai concessionari di prevedere penalizzazioni od oneri a carico dei gestori e/o esercenti in caso di richiesta di rimozione degli apparecchi da gioco previsti dall'articolo 110, comma 6, lettere *a)* e *b)* del testo Unico delle leggi di pubblica sicurezza di cui al regio decreto 18

giugno 1931, n. 773, e successive modificazioni.

102-*duodetricies*. I tagliandi delle lotterie istantanee devono contenere messaggi in lingua italiana su entrambi i lati, indicati a stampa e in modo da coprire almeno il 20 per cento della corrispondente superficie, recanti avvertenze relative ai rischi e ai danni connessi al gioco d'azzardo.

102-*undetricies*. Con decreto del Ministero della salute, sentito l'Osservatorio entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono stabiliti il contenuto delle avvertenze e le caratteristiche grafiche con cui deve essere stampato il relativo testo.

102-*tricies*. I tagliandi delle lotterie istantanee devono in ogni caso riportare, su entrambi i lati e con dimensioni adeguate, e comunque tali da assicurarne l'immediata visibilità, almeno le seguenti diciture:

a) "Questo gioco nuoce alla salute";

b) "Questo gioco può provocare dipendenza";

c) "Questo gioco può ridurti in povertà";

d) "Questo gioco è vietato ai minori di 18 anni".

102-*triciessemel*. Le avvertenze di cui al comma 102-*tricies* sono stampate in modo inamovibile ed indelebile, senza poter essere in alcun modo dissimulate, coperte o interrotte da altre indicazioni o immagini.

102-*triciesbis*. La propaganda pubblicitaria, diretta ed indiretta, del gioco d'azzardo è vietata nel territorio nazionale. Chi trasgredisce al divieto di cui al comma 102-*viciessepties* è soggetto alla sanzione amministrativa pecuniaria da 100.000 euro a 500.000 euro. La violazione delle disposizioni di cui al comma 102-*viciessepties*, se reiterata per tre volte, comporta la decadenza dalla concessione o dalle autorizzazioni.

102-*triciester*. Gli esercizi commerciali e i circoli privati che rimuovono dai propri locali gli apparecchi per il gioco lecito previsti dall'articolo 110, comma 6, lettere *a)* e *b)* del testo unico delle leggi di pubblica sicurezza di cui al regio decreto 18 giugno 1931, e successive modificazioni, installati precedentemente al 31 dicembre 2013, possono usufruire, per i due anni successivi alla rimozione, di un apposito indennizzo economico.

102-*triciesquater*. Con decreto del Ministero dell'economia e delle finanze da emanarsi entro sei mesi dalla pubblicazione della presente legge, sentita l'Agenzia delle dogane e dei monopoli, vengono stabilite l'entità e la modalità dell'indennizzo di cui al comma 102-*triciester*, nonché le procedure per effettuarne la richiesta.

102-*triciesquinquies*. È vietata all'interno delle sale gioco e dei locali di cui al comma 102-*viciesquinquies*, l'installazione di sportelli per il prelievo automatico di contanti.

102-*triciessexies*. L'installazione degli apparecchi idonei per il gioco lecito previsti dall'articolo 110, comma 6, lettere *a)* e *b)*, del testo unico delle leggi di pubblica sicurezza, di cui al regio decreto 18 giugno 1931, n. 773, e successive modificazioni, all'interno di locali aperti al pubblico, può essere effettuata esclusivamente in spazi appositi e circoscritti, e comunque separati dal resto del locale, in cui si svolge l'ordinaria attività.

102-*triciessepties*. È vietata all'interno delle sale gioco e dei locali, di cui al comma 102-*triciessexies*, installazione di sportelli per il prelievo automatico di contanti.

102-*triciesocties*. In deroga all'articolo 51, comma 1, lettera *b)*, della legge 16 gennaio 2003, n. 3, nei luoghi in cui si svolgono attività di gioco d'azzardo è sempre vietato fumare, anche in presenza di impianti per la ventilazione e il ricambio di aria. Tale divieto è esteso anche alle sigarette elettroniche.

102-*triciesnovies*. All'interno delle sale da gioco e dei locali in cui si esercita come attività principale l'offerta di scommesse su eventi sportivi, anche ippici, o non sportivi sono vietati la vendita e il consumo di bevande alcoliche.

102-*quadragies*. L'orario giornaliero di apertura delle sale da gioco e dei locali in cui si esercita come attività principale l'offerta di scommesse su eventi sportivi, anche ippici, o non sportivi, nonché dei locali in cui sono installati apparecchi idonei per il gioco lecito previsti dall'articolo 110, comma 6, lettera *a)* e *b)* del testo unico delle leggi di pubblica sicurezza di cui al regio decreto 18 giugno 1931,

n. 773 e successive modificazioni, non può comunque prevedere un orario giornaliero di apertura superiore alle otto ore. Per i locali in cui l'attività di gioco con vincita in denaro non rappresenta l'attività esclusiva o principale, con regolamento comunale si può prevedere che tale limite orario valga esclusivamente per l'attività di gioco.

102-*quadragiessemel*. Al fine di garantire che lo svolgimento delle attività di gioco d'azzardo non determini danni alla salute dei cittadini, con il medesimo regolamento di cui al comma 102-*quadragies* i comuni possono stabilire ultèriori misure per evitare che nei luoghi in cui si svolgono attività di gioco con vincita in denaro siano introdotti strumenti idonei a indurre la dipendenza dal gioco e a favorire la perdita dell'autocontrollo da parte dei giocatori, nonché le misure per prevedere un tempo minimo che intercorra tra una giocata e l'altra.

102-*quadragiesbis*. In caso di condanna da parte del responsabile della sala giochi o del titolare dell'esercizio commerciale dove sono ubicati gli apparecchi, per mancato rispetto delle disposizioni di cui alla presente legge, e della normativa vigente in matèria, comporta l'inabilitazione all'attività commerciale per una durata da uno a cinque anni.

102-*quadragiester*. È istituito, nello stato di previsione del Ministero della salute; il Fondo per la prevenzione, la cura e la riabilitazione del gioco d'azzardo patologico, al fine di finanziare gli interventi di prevenzione, di informazione, di formazione e di cura in favore delle persone affette da patologia da GAP, nell'ambito del Piano obiettivo previsto dal Ministero della salute.

102-*quadragiesquater*. Al fine di ridurre il disagio delle famiglie, anche attraverso apposito numero verde, è istituito altresì Fondo per le famiglie dei soggetti affetti da gioco d'azzardo patologico, nello stato di previsione del Ministero del lavoro e delle politiche sociali

102-*quadragiesquinquies*. Al Fondo di cui al comma 102-*quadragies* sono altresì destinate le maggiori entrate derivanti dall'incremento delle sanzioni Amministrative pecuniarie, di cui all'articolo 24, comma 21, del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111.

102-*quadragiessexies*. Il Ministero dell'economia e delle finanze Amministrazione autonoma dei monopoli di Stato, con propri decreti dirigenziali adottati entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, dispone l'incremento a decorrere dal 1ºgennaio 2015, entro il limite dello 0,7 per cento, prelievo erariale unico sugli apparecchi da intrattenimento di cui all'articolo 110, comma 6, lettere *a)* e *b)*, del regio decreto 18 giugno 1931, n. 773, al fine di assicurare maggiori entrate in misura non inferiore a 200 milioni di euro annui a decorrere dal 2015, che afflluiscono al fondo di cui al comma 102-*quadragiester*.

102-*quadragiessepties*. Per il finanziamento del Fondo per le famiglie dei soggetti affetti da gioco d'azzardo patologico di cui al comma 102-*quadragiesquater* è autorizzata la spesa di 20 milioni di euro per l'anno 2015 e di 30 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2016.

102-*quadragiesocties*. È garantito l'accesso al «Fondo per la prevenzione del fenomeno dell'usura» di cui all'articolo 15 della legge 7 marzo 1996, n. 108, al coniuge e ai parenti entro il primo grado conviventi di soggetti affetti da gioco d'azzardo patologico, nel caso in cui l'indebitamento del nucleo familiare sia causato dalla dipendenza da gioco.

102-*quadragiesnovies*. L'articolo 14 della legge 7 marzo 1996, n. 108, è modificato come segue:

a) dopo il comma 2 è inserito il seguente: "2.1. L'erogazione dei mutui può avvenire con le medesime modalità e limiti di cui al comma 2 anche in favore di persone fisiche o nuclei familiari vittime del delitto di usura per la dipendenza da gioco d'azzardo patologico e parti offese nel relativo procedimento penale;

b) dopo il comma 5 è inserito il seguente: "5-*bis.* Nel caso di erogazione del mutuo in favore dei soggetti di cui al comma 2-*bis* la domanda deve essere corredata da un piano di utilizzo delle somme per le necessità personali o familiari e per la copertura dei debiti, nonché dell'attestazione di una fonte di reddito idonea a garantire la restituzione delle somme concesse a titolo di mutuo".».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 50.000.000;
2016: ? 50.000.000;
2017: ? 50.000.000.

1.734

DIVINA, COMAROLI, TOSATO

Al comma 102 sostituire il primo periodo con il presente: «Nell'ambito delle risorse destinate al finanziamento del Servizio sanitario nazionale (SSN) al sensi dell'articolo 2, comma 225, a decorrere dall'anno 2015, sono annualmente destinati 50 milioni di euro alla cura delle patologie connesse alla dipendenza da gioco d'azzardo».

Conseguentee all'articolo 1 al comma 125 sostituire la cifra: «187,5» *con la seguente:* «137,5».

1.735

SIMEONI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Al comma 102 sostituire le parole: «50 milioni» *con le seguenti:* «100 milioni».

Conseguentemente, al comma 121 dell'articolo 1 sostituire le parole: «200 milioni» *con le seguenti:* «150 milioni».

1.736

DE BIASI, PADUA, SILVESTRO, VALDINOSI

Al comma 102, secondo periodo, aggiungere, in fine, le seguenti parole: «Il Monopolio di stato provvede allo sperimentazione del software di cui al precedente periodo».

1.737

PUGLIA, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Dopo il comma 102, aggiungere i seguenti:

«102-*bis*. A partire dalla data di entrata in vigore della presente legge le Regioni possono avviare presso le ASL, i Servizi per le dipendenze, DSM e i Consultori, gruppi di auto aiuto e di mutuo soccorso attraverso appositi spazi messi a disposizione all'interno delle citate strutture.

102-*ter*. I gruppi di auto aiuto di cui al comma 1 del presente articolo potranno essere attivati al fine della presa in carico di persone con disturbi della personalità o disturbi del tono dell'umore conciati alla patologia da gioco d'azzardo.

102-*quater*. I conduttori dei gruppi di auto aiuto e di mutuo soccorso potranno essere individuati tra il personale delle ASL addetto alla presa in carico, oppure da parte di ex pazieriti con certificato di remissione da Gioco d'azzardo patologico o da parte di psichiatri del Servizio Sanitario Nazionale.

102-*quinquies*. I conduttori dei gruppi di auto aiuto o di mutuo soccorso dovranno usufruire di supervisioni periodiche da parte di psicoterapeuti con specializzazione in "Psicoterapia di Gruppo". In assenza della figura professionale di cui al presente comma la ASL può avvalersi di psicoterapeuti in regime di consulenza esterna.

102-*sexies*. Entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge presso il Ministero della salute è istituito un numero verde nazionale, attivo ventiquattro ore su ventiquattro finalizzato a fornire ai cittadini informazioni inerenti i luoghi di cura e i contatti con le strutture pubbliche sul territorio nazionale cui rivolgersi in particolari momenti di crisi psicologica, economica od occupazionale. Gli operatori del numuero verde saranno selezionati tramite procedura indicata dall'ordine nazionale di tipo sanitario competente per materia.

102-*septies*. Nell'ambito del sito istituzionale del Ministero della salute una sezione dovrà essere dedicata a fornire ai cittadini in particolari momenti di crisi psicologica economica od occupazionale e ai loro familiari tutte le informazioni necessarie al trattamento suddetto nonché sulle strutture a cui rivolgersi nella zona di residenza e sulle reti dei servizi pubblici ivi operanti.

102-*octies*. Al fine di sostenere l'avvio dei gruppi di auto aiuto e di mutuo soccorso di cui al presente articolo a decorrere dal 2015 sono stanziati 20 milioni di euro: Entro trenta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge il tero della salute d'intesa con la Conferenza Stato ? Regioni determina la modalità di ripartizione delle risorse sulla base dei progetti presentati e le forme di monitoraggio sui gruppi di mutuo soccorso e di auto aiuto.»

Conseguentemente all'articolo 44, comma 20, lettera g) *dopo le parole:* «con aliquota massima», *aggiungere le seguenti:* «aumentata dello 0,25 per cento».

1.738

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 102, aggiungere il seguente:

«102-*bis*. Entro trenta giorni dalla data di entrata in vigore del decreto del Presidente del Consiglio dei ministri di cui al comma 1, il Ministro della salute apporta le necessarie integrazioni al decreto ministeriale 28 maggio 1999, n. 329, come modificato dal decreto ministeriale 21 maggio 2001, n. 296, al fine di inserire il gioco d'azzardo patologico (G.A.P.) tra le malattie e le condizioni che danno diritto all'esenzione dalla partecipazione al costo per le prestazioni di assistenza sanitaria».

Conseguentemente:

all'articolo 1, comma 112, sostituire le parole: «250 milioni», *con le seguenti:* «100 milioni»;

sopprimere il comma 121;

all'articolo 3, dopo il comma 28, aggiungere i seguenti:

«28-*bis*. Al comma 5-*bis* dell'articolo 96 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, le parole: "nei limiti del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nei limiti del 95 per cento».

28-*ter*. Al decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 6:

1) al comma 8, le parole: "nella misura del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nella misura del 95 per cento";

2) al comma 9, le parole: "nella misura del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nella misura del 95 per cento";

b) all'articolo 7, comma 2, le parole: "nella misura del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nella misura del 95 per cento"».

1.739

BELLOT, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 102 inserire il seguente:

«102-*bis*. In via sperimentale, per gli anni 2015, 2016 e 2017, è istituito il "Fondo per la prevenzione e per la riduzione dei danni causati da tabagismo", di seguito denominato "Fondo", presso il Ministero della salute.

2. Il Fondo è finalizzato a:

a) lo svolgimento di campagne e programmi informativi sui danni causati dal tabagismo e di campagne e programmi per la prevenzione della dipendenza dal fumo;

b) la predisposizione di programmi informativi di sostegno per la lotta alla dipendenza da tabagismo;

c) lo svolgimento di campagne la prevenzione della dipendenza dal fumo e di programmi informativi dei danni derivanti dal tabagismo nelle scuole di ogni ordine e grado, in particolare nelle scuole primarie;

d) lo svolgimento di corsi di aggiornamento per i medici di base;

e) la predisposizione di agevolazioni per l'acquisto di farmaci sostitutivi della nicotina finalizzati a ridurre la sintomatologia dovuta alla dipendenza fisica da nicotina.

3. Il Fondo è dotato per gli anni 2015, 2016 e 2017 di 25 milioni di euro per ciascun anno.

4. Le modalità di attuazione delle disposizioni di cui al presente articolo, nonché i criteri, le condizioni e le modalità di funzionamento del Fondo di cui al comma 1 sono disciplinati con decreto del Ministro della Salute, di concerto con il Ministro dell'economia e delle ftnanze, da emanare entro trenta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge».

Conseguentemente:

All'articolo 1, comma 125, sostituire le parole: «187,5 milioni» *con le seguenti:* «112,5 milioni».

1.740

MILO

Dopo il comma 102 aggiungere il seguente:

«102-*bis*. all'articolo 18, comma 8-*quinquies*, del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69, convertito con modificazioni, dalla legge 9 agosto 2013, n. 98, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) le parole: "30 giugno 2014", sono sostituite dalle seguenti: "31 marzo 2015";

b) dopo le parole: "debitamente certificati" sono aggiunte le seguenti: "Per gli interventi per i quali il collaudo o il certificato di regolare esecuzione dei lavori non sia intervenuto entro la data del 31 dicembre 2014, i pagamenti devono essere effettuati entro il 31 dicembre 2015".».

1.741

CERONI

Dopo il comma 102, aggiungere il seguente:

«102-*bis*. Nell'ambito delle risorse destinate al finanziamento del Servizio sanitario nazionale, per la revisione delle tariffe massime delle prestazioni di assistenza termale, ai sensi di quanto previsto all'articolo 1, comma 170, della legge 30 dicembre 2004, n. 311, e successive modifiche e integrazioni, è autorizzata la spesa di 10 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

Conseguentemente ridurre di 10 milioni per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, gli stanziamenti di cui alla Tabella A, rubrica del Ministero dell'Economia e delle Finanze.

1.742

LO MORO

Dopo il comma 102, inserire il seguente:

«102-*bis*. Nell'ambito delle risorse destinate al finanziamento del Servizio sanitario nazionale, per la revisione delle tariffe massime delle prestazioni di assistenza termale, ai sensi di quanto previsto all'articolo 1, comma 170, della legge 30 dicembre 2004, n. 311, e successive modifiche e integrazioni, è autorizzata la spesa di 10 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 10.000.000;
2016: ? 10.000.000;
2017: ? 10.000.000.

1.743

MARGIOTTA

Dopo il comma 102, aggiungere il seguente:

«102-*bis*. Nell'ambito delle risorse destinate al finanziamento del Servizio sanitario nazionale, per la revisione delle tariffe massime delle prestazioni di assistenza termale, ai sensi di quanto previsto all'articolo 1, comma 170, della legge 30 dicembre 2004, n. 311, e successive modifiche e integrazioni, è autorizzata la spesa di 10 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015,2016 e 2017».

Conseguentemente, alla Tabella A voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 10.000.000;
2016: ? 10.000.000;
2017: ? 10.000.000.

1.744

PETRAGLIA, URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Dopo il comma 102 inserire il seguente:

«102-*bis*. Nello stato di previsione del Ministero della salute è istituito un Fondo di 25 milioni di euro per il quinquennio 2015-2019, finalizzato a consentire l'accesso alle nuove terapie e ai nuovi farmaci, con particolare riferimento alla cura delle persone affette da epatite C».

Conseguentemente all'articolo 1 comma 121 sostituire le parole: 200 milioni» *con le seguenti:* «175 milioni».

1.745

DE PETRIS, URAS

Sopprimere il comma 103.

Conseguentemente al comma 112 sostituire la parola: «250» *con la seguente:* «249».

1.746

GUERRA, VACCARI

Al comma 103, dopo la lettera b*), sono aggiunte le seguenti:*

«b-*bis*). All'articolo 67, comma 1, è aggiunta, in fine, la seguente lettera: "m-*bis*). I rimborsi di spesa, anche se non documentabili riconosciuti ai propri associati dalle organizzazioni di cui alle leggi 11 agosto 1991 n. 266 e 7 dicembre 2000 n. 383";

b-*ter*). All'articolo 69 è aggiunto in fine il seguente comma: "2-*bis*. I rimborsi forfettari di cui alla lettera m-*bis* dell'art. 67 non concorrono a formare il reddito per un importo non superiore complessivamente nel periodo di imposta a 2.000 euro".».

1.747

TONINI, BERTUZZI, CORSINI, FATTORINI, LUCHERINI, MICHELONI, PEGORER, TRONTI, DALLA ZUANNA, PUPPATO

Dopo il comma 104 sono inseriti i seguenti:

«104-*bis*. Il comma 5 dell'articolo 26 della legge 11 agosto 2014, n. 125, è sostituito dal seguente:

"5. Le cessioni di beni e le relative prestazioni accessorie effettuate, secondo modalità stabilite con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, nei confronti delle amministrazioni dello Stato e dei soggetti della cooperazione allo sviluppo iscritti nell'elenco di cui al comma 3, destinati ad essere trasportati o spediti fuori dell'Unione europea in attuazione di finalità umanitarie, comprese quelle dirette a realizzare programmi di cooperazione allo sviluppo, sono non imponibili agli effetti dell'imposta sul valore aggiunto ai sensi dell'articolo 8-*bis* del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633".«.

104-*ter*. Nelle more dell'emanazione del decreto di cui all'articolo 26, comma 5, della legge n. 125 del 2014, come sostituito dal comma 104-*bis*, continuano ad applicarsi le disposizioni contenute nel decreto del Ministro delle finanze del 10 marzo 1988, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* della Repubblica Italiana n. 204 del 31 agosto 1988».

1.748

DE PIETRO, URAS, CASALETTO, MASTRANGELI

Dopo il comma 104, sono inseriti i seguenti:

«104-*bis*. Il comma 5 dell'articolo 26 della legge 11 agosto 2014, n. 125, è sostituito dal seguente:

"5. Le cessioni di beni e le relative prestazioni accessorie effettuate, secondo modalità stabilite con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, nei confronti delle amministrazioni dello Stato e dei soggetti della cooperazione allo sviluppo iscritti nell'elenco di cui al comma 3, destinati ad essere trasportati o spediti fuori dell'Unione europea in attuazione di finalità umanitarie, comprese quelle dirette a realizzare programmi di cooperazione allo sviluppo, sono non imponibili agli effetti dell'imposta sul valore aggiunto ai sensi dell'articolo 8-bis del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633".

104-*ter*. Nelle more dell'emanazione del decreto di cui all'articolo 26, comma 5, della legge n. 125 del 2014, come sostituito dal comma 104-*bis*, continuano ad applicarsi le disposizioni contenute nel decreto del Ministro delle finanze del 10 marzo 1988, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* della Repubblica Italiana n. 204 del 31 agosto 1988».

1.749

ZELLER, BERGER, LANIECE, BATTISTA, FRAVEZZI, PANIZZA, PAGANO

Dopo il comma 104, inserire i seguenti:

«104-*bis*. Il comma 277 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2013, n 147, è sostituito dal seguente:

"277. Per ampliare il panorama dei servizi culturali per i non vedenti e gli ipovedenti dell'Italia meridionale, delle isole maggiori e dei Paesi del Mediterraneo, è erogato un contributo straordinario di

500 mila euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, da destinare al funzionamento del Polo tattile multimediale della Stamperia regionale Braille ONLUS di Catania. Nell'anno 2015, le somme eventualmente residue del contributo al Polo tattile per l'anno 2014 sono mantenute a bilancio per essere utilizzate al medesimo scopo".

104-*ter*. All'onere derivante dall'attuazione del comma 104-*bis*, pari a 500 mila euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, si provvede mediante corrispondente riduzione della voce "Fondi da ripartire" del Ministero dell'economia e delle finanze, di cui all'elenco n. 3 allegato al comma 45 dell'articolo 2. Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307, così come incrementato, a decorrere da12015, dal comma 132 del presente articolo».

1.750

PUPPATO, PEZZOPANE, FILIPPIN, ALBANO, IDEM, D'ADDA, LAI, BORIOLI

Dopo il comma 104, aggiungere il seguente:

«104-*bis*. All'articolo 15, comma 1, la lettera *i*-septies), del testo unico delle imposte sui redditi, approvato con decreto del Presidente della Repubblica del 22 dicembre 1986, n. 917, è sostituita dalla seguente:

"*i*-septies) le spese, per un importo non superiore a 2.100 euro, sostenute per gli addetti all'assistenza personale nei casi di non autosufficienza nel compimento degli atti della vita quotidiana, nonché le spese sostenute per la retribuzione dell'opera dei collaboratori familiari che prestano servizio di vigilanza e cura a bambini di età non superiore agli 8 anni, se il reddito complessivo non supera 40.000 euro".».

Conseguentemente:

? *all'articolo 3, comma 21, lettera* g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quintuplo».

? *alla tabella A, voce* Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 100.000.000;

2016: ? 100.000.000;

2017: ? 100.000.000.

1.751

COMAROLI, BISINELLA

Dopo il comma 104, inserire il seguente:

«104-*bis*. All'articolo 96, della legge 21 novembre 2000, n. 342, dopo le parole: "in pubblici registri" sono inserite le seguenti: ", nonché materiale ed attrezzatura di soccorso,"».

Conseguentemente:

All'articolo1, comma 125, sostituire le parole: «187,5 milioni» *con le seguenti:* «185,5 milioni».

1.752

DE BIASI

Dopo il comma 104 aggiungere il seguente:

«104-*bis*. L'articolo 9 della Tariffa ? Allegato A, Parte Prima, del decreto del Presidente della Repubblica 26 aprile 1986 n.13l non si applica alla trasformazione, alla fusione ed alla scissione di enti diversi dalle società non aventi per oggetto esclusivo o principale l'esercizio di attività commerciali o agricole, trattandosi di atti non aventi per oggetto prestazioni a contenuto patrimoniale e, come tali, rientranti nella disciplina dell'articolo 11 di detta Tariffa».

1.753

DE BIASI

Dopo il comma 104 aggiungere il seguente:

«104-*bis*. all'articolo l1-*bis* della Tariffa ? Allegato A, Parte Prima, del decreto del Presidente della Repubblica 26 aprile 1986 n.131 sono aggiunte, in fine, le seguenti parole: ", comprese le trasformazioni, le fusioni e le scissioni".».

Conseguentemente,

a) all'articolo 3, comma 21, lettera g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quadruplo»;

b) alla Tabella A,

voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 105.000.000;

2016: ? 105.000.000;

2017: ? 105.000.000.

1.754

ENDRIZZI, LEZZI, CRIMI, BULGARELLI, MANGILI, MORRA

Sopprimere il comma 105.

1.755

TOSATO

All'articolo 1, comma 105, dopo le parole: «o statutarie,»*, aggiungere le seguenti:* «o altre forme di donazione».

1.756

PUGLIA, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Dopo il comma 105, aggiungere i seguenti:

«105-*bis*. Nell'attesa di una riforma organica del sistema *bonus malus* e al fine di contrastare il fenomeno dell'aumento dei premi r.c. auto con specifico riferimento ad alcune aree del Paese a far data dal 1º gennaio 2015 è istituito presso la Consap ? Concessionaria Servizi Assicurativi Pubblici S.p.A., ai fini dell'adempimento dell'obbligo di assicurazione dei veicoli a motore per gli appartenenti alla prima classe di merito, in via sperimentale e solo fino ad un massimo di tre anni un sistema di assicurazione obbligatoria della responsabilità civile derivante dalla circolazione dei veicoli a motore, volto a garantire esclusivamente un trattamento minimo di copertura obbligatoria, ferma restando la possibilità per gli assicurati della medesima classe di avvalersi di qualsiasi impresa autorizzata ad esercitare nel territorio della Repubblica, a sensi dell'articolo 130 del decreto legislativo 7 settembre 2005, n. 209.

105-*ter*. I soggetti che intendono avvalersi del sistema di assicurazione obbligatoria di cui al comma 1 devono acconsentire all'installazione di meccanismi elettronici che registrano l'attività del veicolo, denominati scatola nera o equivalenti, o ulteriori dispositivi, individuati con decreto del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti, di concerto con il Ministero dello sviluppo economico del 25 gennaio 2013, n. 5, pubblicato nella Gazzetta Ufficiale n. 30 del 5 febbraio 2013.

105-*quater*. Con decreto del Ministro dello sviluppo economico, su proposta dell'IVASS, sentita la Consap, e, per i profili di tutela della riservatezza, il Garante per la protezione dei dati personali, sono definiti, entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, le modalità di gestione dell'offerta dei servizi assicurativi da parte della Consap; le modalità e le condizioni di accesso della medesima Consap alle banche dati di cui all'articolo 135, comma 1, del decreto legislativo 7 settembre 2005, n. 209 e all'anagrafe nazionale delle persone abilitate alla guida prevista dal codice della strada; i criteri volti alla fissazione della tariffa assicurativa per la prima classe di merito e le relative modalità di applicazione, tenendo conto, nell'ottica di una riduzione significativa dei premi, del rischio medio nazionale, dell'andamento dei premi praticati dalle imprese di assicurazione a livello nazionale con l'esclusione del riferimento al parametro della territorialità, nonché degli oneri che concorrono alla determinazione dei tassi di premio.

105-*quinquies*. Il Fondo di Garanzia per le Vittime della Strada, costituito presso la Consap ai sensi dell'articolo 283 del decreto legislativo 7 settembre 2005, n. 209, assolve allo scopo di provvedere al risarcimento dei danni causati dalla circolazione dei veicoli assicurati secondo le modalità di cui al comma 1. Ai fini dell'adempimento delle procedure relative all'istruttoria e alla liquidazione dei danni per i sinistri a carico del Fondo di cui al periodo precedente, si applica il Provvedimento ISVAP n. 2496 del 28 dicembre 2006.

105-*sexies*. Con decreto del Ministro dello sviluppo economico, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, è stabilita la quota dei contributi da riconoscere alla medesima Consap S.p.A. a copertura degli oneri sostenuti per l'esercizio delle funzioni di cui ai commi da 105-*bis* a 105-*quinquies* del presente articolo».

1.757

PUGLIA, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Dopo il comma 105, aggiungere i seguenti:

«105-*bis*. All'articolo 32 del decreto-legge 24 gennaio 2012, n. 1, convertito, con modificazioni, dalla legge 24 marzo 2012, n. 27, dopo il comma 3-*quinquies*, sono aggiunti, in fine, i seguenti: "3-*sexies*. Le imprese di assicurazione sono tenute a riconoscere sia in sede di rinnovo che di nuovo contratto, anche in assenza di esplicita richiesta dei singoli interessati, una tariffa-premio ai contraenti e/o assicurati che non abbiano denunciato sinistri negli ultimi cinque anni. Tale tariffa-premio dovrà essere riconosciuta con l'applicazione del premio più basso previsto sull'intero territorio nazionale, da ciascuna compagnia, per la corrispondente classe universale di rischio (CU) di assegnazione del singolo contraente/assicurato, come risultante dall'attestato di rischio. Ai contraenti e/o assicurati che non abbiano denunciato sinistri negli ultimi otto anni è ulteriormente riconosciuta dall'impresa di assicurazione una significativa riduzione del premio, in misura direttamente proporzionale alla percentuale di sinistrosità rilevata nel territorio dalla medesima impresa".

105-*ter*. Il mancato rispetto da parte dell'impresa assicuratrice dell'obbligo di riduzione del premio nei casi di cui al comma 3-*sexies* dell'articolo 32 del decreto-legge 24 gennaio 2012, n. 1, convertito, con modificazioni, dalla legge 24 marzo 2012, n. 27, come introdotto dai comma 1 del presente articolo, comporta l'applicazione alla medesima impresa, da parte dell'IVASS, di una sanzione amministrativa pecuniaria da 5.000 euro a 40.000 euro e la ?riduzione automatica del premio di assicurazione relativo al con1ratto in essere.

105-*quater*. Al fine del conseguimento della massima trasparenza, ogni imprese di assicurazione pubblica sul proprio sito *internet* l'entità della riduzione dei premi effettuata ai sensi dell'articolo 32, comma 3-*sexies*, come introdotto dal presente articolo, secondo forme di pubblicità che ne rendano efficace e chiara l'applicazione. L'impresa comunica altresì i medesimi dati al Ministero dello sviluppo economico e all'IVASS, ai fini della loro pubblicazione sui rispettivi siti *internet*.

105-*quinquies*. L'IVASS esercita poteri di controllo e di monitoraggio in merito all'osservanza delle disposizioni contenute nel presente articolo. Il mancato rispetto delle disposizioni di cui al comma 105-*quater* comporta l'applicazione da parte dell'IVASS di una sanzione amministrativa pecuniaria da 1.000 euro a 10.000 euro, i relativi importi. sono versati all'entrata del bilancio per essere riassegnate al Fondo di garanzia vittime della strada».

1.758

URAS, DE CRISTOFARO, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 105, inserire id seguente:

«105-*bis*. Nel riconoscimento del ruolo delle Organizzative Non Lucrative di Utilità Sociale (ONLUS), che operano per il conseguimento di finalità pubbliche non patrimoniali, si apportano le seguenti modifiche alle normative vigenti:

a) Al comma 6-*bis* dell'articolo 13 del decreto del Presidente della Repubblica 30 maggio 2002, n. 115, aggiunto dall'articolo 21, comma 4, decreto-legge 4 luglio 2006, n. 223, convertito, con modificazioni, dalla legge 4 agosto 2006, n. 248 e, successivamente, modificato dall'articolo 1, comma 1307, legge 27 dicembre 2006, n. 296, dopo le parole: "Informazione ambientale", sono aggiunte, le seguenti: "nonché per i ricorsi previsti dall'articolo 18, comma 5, della legge 8 giugno 1986, n. 349 e 146, comma 12, del decreto legislativo n. 42 del 2004";

b) All'articolo 27-*bis* della Tabella di cui all'Allegato B del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972 n. 642 dopo la parola: "atti" sono aggiunte le seguenti: "procedimentali, amministrativi e giudiziari";

c) All'articolo 119 del decreto del Presidente della Repubblica n. 115 del 2002 (Testo unico

delle disposizioni legislative e regolamentari in materia di spese di giustizia) dopo le parole: "esercitano attività economica" sono aggiunte le seguenti: "ed il cui reddito dichiarato non derivi da utili sulle attività commerciali"».

Conseguentemente all'articolo 2, comma 67, sostituire le parole: «è ridotta di 238 milioni di euro per l'anno 2015 e di 200 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016»*, con le seguenti:* «è ridotta di 258 milioni di euro per l'anno 2015 e di 220milioni a decorrere per l'anno 2016».

1.759

FRAVEZZI, LANIECE, BATTISTA, PANIZZA, PUPPATO, VACCARI, FAUSTO GUILHERME LONGO

Dopo il comma 105, inserire il seguente:

«105-*bis*. Al comma 1, dell'articolo 10, del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n.633, dopo il punto 13), inserire il seguente:

"13-*bis)* le spese sostenute attraverso donazioni volontarie per la ricostruzione di opere di urbanizzazione secondaria di cui al comma2, lettere *a)*, *b)* e *f)* dell'articolo 4 della legge 29 settembre 1964, n. 847 a favore delle popolazioni colpite da calamità naturali e catastrofiche tali ai sensi della legge 8 dicembre 1970, n. 996, o della legge 24 febbraio 1992, n. 225 e successive modificazioni"».

Conseguentemente all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 12 milioni di euro a decorrere dal 2015».

1.760

BUEMI, FAUSTO GUILHERME LONGO, ZELLER, PANIZZA, PALERMO, LANIECE, ROMANO, BATTISTA, ZIN, DALLA TOR, STEFANO ESPOSITO, MANCUSO, MARIO MAURO, PAGLIARI, DE PETRIS, AIELLO, AMATI, CONTE, MASTRANGELI, LUMIA, CASSON, LO GIUDICE, FRAVEZZI

Dopo il comma 105, inserire i seguenti:

«105-*bis*. Ai sensi dell'articolo 1, comma 276 della legge 23 dicembre 2013, n. 147; al fine di proseguire le attività dell'Associazione nazionale privi della vista ed ipovedenti (ANPVI ONLUS), organizzazione non lucrativa di utilità sociale riconosciuta con decreto del Presidente della Repubblica n. 126 del 13 febbraio 1981, e in particolare le attività del Centro autonomia e mobilità e della scuola cani guida per ciechi di Campagnano di Roma, è autorizzata la spesa di 300.000 euro per gli anni 2015-2017.

105-*ter*. All'onere derivante dall'attuazione del comma 105-*bis*, pari a 300.000 euro, per gli anni 2015-2017, si provvede mediante riduzione dello stanziamento previsto dall'articolo 1, comma 118 della presente legge».

1.761

PANIZZA, FRAVEZZI, FAUSTO GUILHERME LONGO, LANIECE, BATTISTA, ZIN

Dopo il comma 105, inserire il seguente:

«105-*bis*. All'articolo 71 della legge 22 aprile 1941, n. 633, dopo il primo comma sono aggiunti i seguenti:

"Alle associazioni di volontariato di cui all'articolo 2, comma 1, della legge 11 agosto 1991, n. 266, e alle associazioni di promozione sociale di cui all'articolo 2, comma 1, della legge 7 dicembre 2000, n. 383, è consentita, per le sole iniziative a scopo benefico, la libera esecuzione dal vivo dell'opera senza pagamento di alcun compenso per diritti di autore"».

Conseguentemente, all'onere derivante dall'attuazione del presente comma, valutato in 2 milioni di euro annui, si provvede, per il triennio 2015-2017, mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa prevista all'articolo 7-quinquies, comma 1, del decreto-legge 10 febbraio 2009, n. 5, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 aprile 2009, n. 33, relativa al Fondo per interventi urgenti ed indifferibili, come integrata, da ultimo, dall'articolo 33, comma 1, della legge 12 novembre 2011, n. 183.

1.762
DI GIACOMO
Dopo il comma 105, inserire i seguenti:
«105-*bis*. Al fine di proseguire le attività dell'Unione Italiana Ciechi ed Ipovedenti (UICI ONLUS), organizzazione senza scopo di lucro e di utilità sociale sotto la vigilanza e la tutela della Presidenza del Consiglio, del Ministero degli Interni, del Ministero del Lavoro e delle Politiche Sociali, del Ministero dei Beni Culturali, e assoggettata al controllo della Corte dei Conti, è autorizzata la spesa di 600.000 euro per gli anni 2015/2016/2017.
105-*ter*. All'onere derivante dall'attuazione del comma 105-*bis*, pari a 600.000 euro, per gli anni 2015-2017, si provvede mediante riduzione dello stanziamento previsto dall'articolo 1, comma 118 della presente legge».

1.763
PANIZZA, FRAVEZZI, FAUSTO GUILHERME LONGO, LANIECE, BATTISTA, ZIN
Dopo il comma 105, inserire il seguente:
«105-*bis*. All'articolo 4, comma 10-*ter*, del decreto legge 31 agosto 2013, n. 101, convertito, con modificazioni, dall'articolo 1, comma 1, della legge 30 ottobre 2013, n. 125, dopo le parole: "ad eccezione dei comitati", inserire la seguente: "provinciali"».

1.764
CONTE
Dopo il comma 105, aggiungere il seguente:
«105-*bis*. Le persone giuridiche o associazioni, fondazioni *onlus* ed enti riconosciuti senza scopo di lucro, destinatari di disposizioni testamentarie, che abbiano proposto l'istanza per la formazione dell'inventario ai sensi dell'articolo 769 del Codice di procedura civile, acquistano la proprietà dei beni ereditati in virtù del possesso continuato decennale».

1.765
BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE
Al comma 106, primo periodo, dopo le parole: «procedure per l'assegnazione» *aggiungere le seguenti:* «agli operatori che ne garantiscano un utilizzo diretto ed efficiente nei confronti dell'utenza finale.».

1.766
SUSTA
Al comma 106, primo periodo, dopo le parole: «procedure per l'assegnazione», *aggiungere le seguenti:* «, agli operatori che ne garantiscano un utilizzo diretto ed efficiente nei confronti dell'utenza finale,».

1.767
CROSIO, ARRIGONI, COMAROLI, TOSATO
Al comma 106, dopo le parole: «procedure per l'assegnazione» *aggiungere le seguenti:* «agli operatori che ne garantiscano un utilizzo diretto ed efficiente nei confronti dell'utenza finale,».

1.768
TOMASELLI, LAI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRU', SCALIA
Al comma 106, secondo periodo, sostituire le parole: «l'eventuale regolamento di gara» *con le seguenti*: «il regolamento di gara».

1.769
STEFANO
Sostituire il comma 107 con il seguente:
«107. Per l'anno 2015 le spese relative al cofinanziamento nazionale dei fondi strutturali dell'Unione europea non rilevano, ai fini dei saldi di cui all'articolo 2, comma 165, per un importo pari ai proventi derivanti dall'attuazione del comma 106 del presente articolo, nel limite massimo di 650

milioni di euro. I proventi derivanti dall'attuazione del periodo precedente, per un importo pari ad almeno 50 milioni di euro, sono destinati all'incremento dell'importo previsto dall'articolo 6 comma 9 del decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito, con modifiche, dalla Legge 21 febbraio 2014, n. 9. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze si provvede alla finalizzazione degli eventuali proventi derivanti dall'attuazione del comma 106 del presente articolo, eccedenti gli importi di cui al primo ed al secondo periodo, ivi compresa l'eventuale riassegnazione al Fondo per l'ammortamento dei titoli di Stato,».

1.770

D'AMBROSIO LETTIERI, BRUNI, PERRONE, ZIZZA, IURLARO, LIUZZI, AMORUSO

Sostituire il comma 107 con il seguente:

«107. Per l'anno 2015 le spese relative al cofinanziamento nazional dei fondi strutturali dell'Unione europea non rilevano, ai fini dei saldi di cui all'articolo 2, comma 165, per un importo pari ai proventi derivanti dall'attuazione del comma 106 del presente articolo, nel limite massimo di 650 milioni di euro. I proventi derivanti dall'attuazione del periodo precedente, per un importo pari ad almeno 50 milioni di euro, sono destinati all'incremento dell'importo previsto dall'articolo 6 comma 9 del decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito, con modifiche, dalla legge 21 febbraio 2014, n. 9. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze si provvede alla finalizzazione degli eventuali proventi derivanti dall'attuazione del comma 106 del presente articolo, eccedenti gli importi di cui al primo ed al secondo periodo, ivi compresa l'eventuale riassegnazione al Fondo per l'ammortamento dei titoli di Stato».

1.771

TOMASELLI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA

Al comma 107, sostituire con il seguente:

«107. Per l'anno 2015 le spese relative al cofinanziamento nazionale dei fondi strutturali dell'Unione europea non rilevano, ai fini dei saldi di cui all'articolo 2, comma 165, per un importo pari ai proventi derivanti dall'attuazione del comma 106 del presente articolo, nel limite massimo di 650 milioni di euro. I proventi derivanti dall'attuazione del periodo precedente, per un importo pari ad almeno 50 milioni di euro, sono destinati all'incremento dell'importo previsto dall'articolo 6 comma 9 del decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito, con modifiche, dalla Legge 21 febbraio 2014, n. 9. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze si provvede alla finalizzazione degli eventuali proventi derivanti dall'attuazione del comma 106 del presente articolo, eccedenti gli importi di cui al primo ed al secondo periodo, ivi compresa l'eventuale riassegnazione al Fondo per l'ammortamento dei titoli di Stato».

1.772

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Sostituire il comma 107 con il seguente:

«107. I proventi derivanti dall'attuazione del comma 106, fino all'importo massimo di 600 milioni di euro sono destinati per le finalità di cui all'articolo 36, comma 6, n. 4 e per un importo di almeno 80 milioni di euro all'incremento dell'importo previsto dall'articolo 6 comma 9 del decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito, con modifiche, dalla legge 21 febbraio 2014, n. 9, relativo alle misure economiche di natura compensativa finalizzate al rilascio di porzioni di spettro funzionali alla liberazione delle frequenze di cui al comma 8 dello stesso decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito, con modifiche, in legge 21 febbraio 2014, n. 9».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole:, «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 80 milioni di euro per l'anno 2015».

1.773

BOCCHINO, CAMPANELLA, DE PIN

Al comma 107 sostituire le parole: «700 milioni» *con le seguenti:* «un miliardo, anche per le regioni a statuto speciale».

1.774

GIOVANNI MAURO

Al comma l07 dopo le parole: «nel limite massimo» *sostituire* «700 milioni» *con* «un miliardo, anche per le Regioni a statuto speciale».

1.775

LEZZI, BULGARELLI, MANGILI

Al comma 107, secondo periodo, sostituire le parole: «compresa l'eventuale riassegnazione al Fondo per l'ammortamento dei titoli di Stato» *con le seguenti:* «compreso il finanziamento di progetti elaborati nell'ambito del piano strategico banda ultralarga».

1.776

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 108, aggiungere in fine il seguente periodo: «Al fine di compensare i tagli effettuati sulle risorse per le misure di sostegno dell'emittenza radiotelevisiva locale relative all'anno 2014 è, inoltre, autorizzata la spesa di euro 91 milioni di euro, di cui 27 milioni di euro per il 2015, 32 milioni di euro per il 2016 e 32 milioni di euro per il 2017».

Conseguentemente alla Tabella A, voce «Ministero dell'economia e delle finanze»*, apportare le seguenti modifiche:*

2015
CP: ?24.000.000
CS: ?24.000.000
2016
CP: ?32.000.000
CS: ?32.000.000
2017
CP: ?32.000.000
CS: ?32.000.000

1.777

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 108, aggiungere in fine il seguente periodo: «Al fine di compensare i tagli effettuati sulle risorse per le misure di sostegno dell'emittenza radiotelevisiva locale relative all'anno 2014, è, inoltre, autorizzata la spesa di euro 82 milioni di euro per l'anno 2015, aggiuntivi rispetto alle risorse già assegnate in bilancio. Si autorizza, inoltre, che detta somma segua l'*iter* dei crediti verso la pubblica amministrazione delle imprese private, con la possibilità di essere scontata tramite accordo tra Governo e Abi ad un tasso concordato dell'1 per cento».

Conseguentemente alla Tabella A, voce «Ministero dell'economia e delle f1nanze»*, apportare le seguenti modifiche*

2015
CP: ? 82.000.000
CS: ? 82.000.000

1.778

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 108, aggiungere in fine il seguente periodo: «Per le finalità di cui all'articolo 52, comma 18, della legge 28 dicembre 2001, n. 488, e successive modifiche e integrazioni, è, inoltre, autorizzata la spesa di 150 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015».

Conseguentemente alla Tabella A, voce «Ministero dell'economia e delle finanze»*, apportare le seguenti modifiche:*

2015

CP: - 150.000.000
CS: - 150.000.000
2016
CP: - 150.000.000
CS: - 150.000.000
2017
CP: - 150.000.000
CS: - 150.000.000

1.779

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 108, aggiungere infine il seguente periodo: «I proventi derivanti dall'attuazione del comma 1, per un importo di almeno 50 milioni di euro sono destinati all'incremento dell'importo previsto dall'articolo 6, comma 9, del decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito, con modifiche, in legge 21 febbraio 2014, n. 9 relativo alle misure economiche di natura compensativa finalizzate al rilascio di porzioni di spettro funzionali alla liberazione delle frequenze di cui al comma 8 dello stesso decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito, con modifiche, in legge 21 febbraio 2014, n. 9».

1.780

BRUNI

Dopo il comma 108, aggiungere il seguente:

«108-*bis*. In deroga a quanto previsto dal comma 107, i proventi derivanti dall'attuazione del comma 106, fino alla concorrenza di euro 40 milioni, sono destinati ad ulteriore incremento della somma di cui all'articolo 6, comma 9 del decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito, con modificazioni, dalla legge 21 febbraio 2014, n. 9, e successive modificazioni».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 116, sostituire le parole: «100 milioni» *con le seguenti:* «60 milioni».

1.781

DI GIACOMO

Dopo il comma 108, aggiungere il seguente:

«l08-*bis*. In deroga a quanto previsto dal comma 107, i proventi derivanti dall'attuazione del comma 106, fino alla concorrenza di euro 40 milioni, sono destinati ad ulteriore incremento della somma di cui all'articolo 6, comma 9 del decreto-legge 23 dicembre 2013, n.145, convertito, con modificazioni, dalla legge 21 febbraio 2014, n. 9, e successive modificazioni».

1.782

BERTUZZI

Dopo il comma 108, inserire il seguente:

«108-*bis*. In deroga a quanto previsto dal comma 107, i proventi derivanti dall'attuazione del comma 106, fino alla concorrenza di euro 40 milioni, sono destinati ad ulteriore incremento della somma di cui all'articolo 6, comma 9 del decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito, con modificazioni, dalla legge 21 febbraio 2014, n. 9, e successive modificazioni».

1.783

FRAVEZZI, BATTISTA, FAUSTO GUILHERME LONGO, PALERMO, PANIZZA, ZIN, PUPPATO

Dopo il comma 108, aggiungere il seguente:

«108-*bis*. In deroga a quanto previsto dal comma 107, i proventi derivanti dall'attuazione del comma 106, fino alla concorrenza di euro 40 milioni, sono destinati ad ulteriore incremento della somma di cui all'articolo 6, comma 9 del decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito, con modificazioni, dalla legge 21 febbraio 2014, n. 9, e successive modificazioni».

1.784

CARDINALI, FILIPPI, BORIOLI, CANTINI, STEFANO ESPOSITO, MARGIOTTA, RANUCCI, SONEGO

Dopo il comma 108, aggiungere il seguente:

«105-*bis*. In deroga a quanto previsto dal comma 107, i proventi derivanti dall'attuazione del comma 106, fino alla concorrenza di euro 40 milioni, sono destinati ad ulteriore incremento della somma di cui all'articolo 6, comma 9 del decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito, con modificazioni, dalla legge 21 febbraio 2014, n. 9, e successive modificazioni».

1.785

URAS, STEFANO

Dopo il comma 108, aggiungere il seguente:

«108-*bis*. In deroga a quanto previsto dal comma 107, i proventi derivanti dall'attuazione del comma 106, fino alla concorrenza di euro 40 milioni, sono destinati ad ulteriore incremento della somma di cui all'articolo 6, comma 9 del decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito, con modificazioni, dalla legge 21 febbraio2014, n. 9, e successive modificazioni».

1.786

TOSATO, COMAROLI, BELLOT, DIVINA

Dopo il comma 108, aggiungere il seguente:

«108-*bis*. In deroga a quanto previsto dal comma 107, i proventi derivanti dall'attuazione del comma 106, fino alla concorrenza di euro 40 milioni, sono destinati ad ulteriore incremento della somma di cui all'articolo 6, comma 9 del decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito, con modificazioni, dalla legge 21 febbraio 2014, n. 9, e successive modificazioni».

1.787

CIOFFI, SCIBONA, BULGARELLI

Dopo il comma 108, inserire il seguente:

«108-*bis*. A decorrere dal 1º gennaio 2015, il comma 9 all'articolo 27 della legge 23 dicembre 1999, n. 488, è sostituito dal seguente:

"9. I titolari di concessioni radiotelevisive, pubbliche e private e, comunque, i soggetti che eserciscono legittimamente l'attività di radiodiffusione, pubblica e privata, sonora e televisiva, in ambito nazionale e locale, sono tenuti al pagamento di un canone annuo di concessione pari a:

a) al 3 per cento del fatturato se emittente televisiva, pubblica o privata, in ambito nazionale;

b) all'1 per cento del fatturato fino ad un massimo di:

1) 100.000 euro se emittente radiofonica nazionale;

2) 50.000 euro se emittente televisiva locale;

3) 15.000 euro se emittente radiofonica locale"».

1.788

BRUNI

Al comma 109, apportare le seguenti modificazioni:

a) la lettera *a)* è sostituita dalla seguente:

«*a)* Al comma 8, secondo periodo, le parole: "31 dicembre 2014" sono sostituite dalle seguenti: "31 dicembre 2015"»;

b) la lettera *b)* è sostituita dalla seguente:

«*b)* al comma 9, primo e secondo periodo, le parole: "31 dicembre 2014" sono sostituite dalle seguenti: "31 dicembre 2015"».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

? 2015: ? 5.000.000;

? 2016: ? 5.000.000;

? 2017: ? 5.000.000.

1.789

DI GIACOMO

Al comma 109, sono apportate le seguenti modificazioni:

La lettera *a)* è sostituita come segue:

«Al comma 8, secondo periodo, le parole: "31 dicembre 2014" sono sostituite dalle seguenti: "31 dicembre 2015"».

La lettera *b)* è sostituita come segue:

«Al comma 9, primo e secondo periodo, le parole: "31 dicembre 2014" sono sostituite dalle seguenti: "31 dicembre 2015"».

1.790

TOSATO, COMAROLI, BELLOT, DIVINA

Al comma 109, sono apportate le seguenti modificazioni:

La lettera *a)* è sostituita come segue:

«Al comma 8, secondo periodo, le parole: "31 dicembre 2014" sono sostituite dalle seguenti: "31 dicembre 2015"».

La lettera *b)* è sostituita come segue:

«Al comma 9, primo e secondo periodo, le parole: "31 dicembre 2014" sono sostituite dalle seguenti: "31 dicembre 2015"».

1.791

URAS, STEFANO

Al comma 109, sono apportate le seguenti modificazioni:

La lettera *a)* è sostituita come segue:

«Al comma 8, secondo periodo, le parole: "31 dicembre 2014" sono sostituite dalle seguenti: "31 dicembre 2015"».

La lettera *b)* è sostituita come segue:

«Al comma 9, primo e secondo periodo, le parole: "31 dicembre 2014" sono sostituite dalle seguenti: "31 dicembre 2015"».

1.792

FRAVEZZI, BATTISTA, FAUSTO GUILHERME LONGO, PALERMO, PANIZZA, ZIN, PUPPATO

Al comma 109, apportare le seguenti modificazioni:

1) la lettera *a)*, è sostituita dalla seguente:

«*a)* al comma 8, secondo periodo, le parole: "31 dicembre 2014" sono sostituite dalle seguenti: "31 dicembre 2015"».

2) la lettera *b)* è sostituita dalla seguente:

«*b)* al comma 9, primo e secondo periodo, le parole: "31 dicembre 2014" sono sostituite dalle seguenti: "31 dicembre 2015"».

1.793

CIAMPOLILLO, BULGARELLI

Al comma 109, sostituire ovunque ricorrano, le parole: «30 aprile 2015»*, con le seguenti:* «31 dicembre 2015».

1.794

CARDINALI, FILIPPI, BORIOLI, CANTINI, STEFANO ESPOSITO, MARGIOTTA, RANUCCI, SONEGO

Al comma 109, la lettera a) *è sostituita dalla seguente:*

«*a)* al comma 8, secondo periodo, le parole: "31 dicembre 2014" sono sostituite dalle seguenti: "31 dicembre 2015" e la lettera *b)* è sostituita dalla seguente: "AI comma 9, primo e secondo periodo", le parole "31 dicembre 2014" sono sostituite dalle seguenti: "31 dicembre 2015"».

1.795

BERTUZZI

Al comma 109, lettera a)*, le parole:* «31 aprile 2015» *sono sostituite dalle seguenti:* «31 dicembre 2015».

1.796

DI GIACOMO

Al comma 109, lettera d)*, il capoverso 9*-septies*, è soppresso.*

1.797

COMAROLI, TOSATO

Al comma 109, sostituire la lettera d) *con la seguente:*

«*d)* dopo il comma 9-*bis* è inserito il seguente:

"9-*ter*. Le frequenze attribuite a livello internazionale all'Italia e non assegnate a operatori di rete nazionali per il servizio televisivo digitale terrestre vengono assegnate ai soggetti che devono dismettere le proprie frequenze ai sensi del comma 8"».

Dopo il comma 110, inserire il seguente:

«110-*bis*. Per effetto di quanto previsto ai precedenti commi, lo stanziamento complessivo per le misure compensative di cui all'articolo 6, comma 9 del decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito con modificazioni dalla legge 21 febbraio 2014, n. 9, è di euro 51.026.000,00».

1.798

ANGIONI, VERDUCCI, FABBRI

Al comma 109, lettera d)*, sostituire il capoverso 9*-ter*, con il seguente:*

«9-*ter*. Entro quaranta giorni dalla data di entrata in vigore della presente disposizione, l'Autorità per le garanzie nelle comunicazioni avvia le procedure per la pianificazione delle frequenze attribuite a livello internazionale all'Italia e non assegnate a operatori di rete nazionali, per il servizio televisivo digitale terrestre a favore degli operatori di rete in ambito locale ex analogici per la messa a disposizione della relativa capacità trasmissiva unicamente a fornitori di servizi di media audiovisivi in ambito locale. Le predette frequenze possono essere assegnate unicamente secondo le modalità di cui al presente comma. Il Ministero dello sviluppo economico rilascia i relativi diritti d'uso esclusivamente agli operatori di rete in ambito locale ex analogici utilmente collocati in apposite, graduatorie che promuovano l'uso efficiente dello spettro radioelettrico, favorendo i soggetti che, anche attraverso la costituzione di società o consorzi, diffondano nello stesso *multiplex* per non meno di due ore al giorno ricomprese tra le ore 7 e le ore 23, programmi informativi autoprodotti riguardanti temi ed argomenti di interesse locale. Tali graduatorie sono redatte sulla base dei seguenti criteri:

a) idoneità tecnica alla pianificazione e allo sviluppo della rete, nel rispetto del piano dell'Autorità per le garanzie nelle comunicazioni;

b) redazione di un piano tecnico dell'infrastruttura di rete in ambito locale;

c) esperienze maturate nel settore delle comunicazioni elettroniche, con particolare riferimento alla realizzazione e all'esercizio di reti di radiodiffusione televisiva anche con riferimento all'attività svolta come fornitore o, nel caso di Consorzi/Società come fornitori di servizi media audiovisivi in ambito locale e calcolata attraverso la media annua dell'ascolto medio del giorno medio mensile rilevati dalla società Auditel nella singola regione o provincia autonoma;

d) sostenibilità economica, patrimoniale e finanziaria;

e) tempi previsti per la realizzazione delle reti di trasmissione.

Qualora in singole regioni non fossero individuati operatori di rete locali in grado di rispondere ai requisiti previsti alle lettere da *a)* ad *e)*, il Ministero assegna i diritti d'uso di cui al presente comma ad operatori di rete nazionali per la messa a disposizione della relativa capacità trasmissiva unicamente a fornitori di servizi di .media audiovisivi in ambito locale sulla base di graduatorie redatte sulla base dei criteri di cui al presente comma».

1.799

DI GIACOMO

Al comma 109, lettera d)*, capoverso* «9-*quater*»*, il periodo compreso tra le parole:* «gli operatori di rete selezionati» *e le parole:* «stati radioelettricamente confinanti» *è soppresso.*

1.800

MANDELLI, SERAFINI

Al comma 109, lettera d)*, capoverso* «9-*ter*»*, dopo le parole:* «per la pianificazione delle frequenze» *aggiungere le seguenti:* «in via temporanea fino all'avvio della sperimentazione delle trasmissioni per

la ricezione delle trasmissioni in tecnologia DVB T2», *e dopo le parole:* «digitale terrestre», *aggiungere la seguente:* «necessarie».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 1.000.000;
2016: ? 1.000.000;
2017: ? 1.000.000.

1.801

MANDELLI, SERAFINI

Al comma 109, lettera d)*, capoverso* «9-*ter*»*, dopo le parole:* «attribuite a livello internazionale all'Italia» *aggiungere le seguenti:* «non assegnate a seguito della gara pubblica di cui all'articolo 3-*quinquies* del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16, convertito con modificazioni dalla legge 26 aprile 2012, n. 44».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 1.000.000;
2016: ? 1.000.000;
2017: ? 1.000.000.

1.802

MANDELLI, SERAFINI

Al comma 109, lettera d)*, capoverso* «9-*ter*»*, sostituire le parole:* «attribuite a livello internazionale all'Italia» *con le seguenti:* «attualmente pianificate a livello nazionale».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 1.000.000;
2016: ? 1.000.000;
2017: ? 1.000.000.

1.803

VERDUCCI, FABBRI

Al comma 109, lettera d)*, capoverso* «9-*ter*»*, apportare le seguenti modifiche:*

a) al primo periodo dopo le parole: «rete nazionali» *inserire le seguenti:* «o locali»;

b) al secondo periodo dopo le parole: «assegnate unicamente» *inserire le seguenti:* «ad operatori di rete in ambito locale».

1.804

DI GIACOMO

Al comma 109, lettera d)*, capoverso 9*-ter, dopo le parole: «assegnate a operatori di rete nazionali» *aggiungere le seguenti:* «o locali».

1.805

FRAVEZZI, BATTISTA, FAUSTO GUILHERME LONGO, PANIZZA, ZIN, PUPPATO

Al comma 109, lettera d)*, al capoverso:* «9-ter.»*, primo periodo, dopo le parole:* «assegnate a operatori di rete nazionali» *aggiungere le seguenti:* «o locali».

1.806

BRUNI

Al comma 109, lettera d)*, capoverso:* «9-ter»*, al primo periodo, dopo le parole:* «assegnate a operatori di rete nazionali» *aggiungere le seguenti:* «o locali».

1.807

CARDINALI, FILIPPI, BORIOLI, CANTINI, STEFANO ESPOSITO, MARGIOTTA, RANUCCI, SONEGO

Al comma 109, la lettera d)*, capoverso* «9-*ter*»*, dopo le parole:* «assegnate a operatori di rete nazionali» *aggiungere le parole:* «o locali».

1.808

URAS, DE POLI

Al comma 109, lettera d), capoverso «9-*ter*» *dopo le parole:* «assegnate a operatori di reti nazionali» *aggiungere le parole:* «o locali».

1.809

CIAMPOLILLO, BULGARELLI

Al comma 109, lettera d), capoverso «9-*ter*», *primo periodo, dopo le parole:* «operatori di rete nazionali» *inserire le seguenti:* «o locali».

1.810

ANGIONI, LAI, BROGLIA, SANGALLI

Al comma 109, lettera d), capoverso «9-*ter*», *dopo le parole:* «per il servizio televisivo digitale terrestre» *aggiungere le seguenti:* «a favore degli operatori di rete in ambito locale ex analogici».

1.811

BRUNI

Al comma 109, capoverso «9-*ter*», *dopo le parole:* «per il servizio teevisivo digitale terreste» *aggiungere le seguenti:* «e non interferenti con il canale adiacente alle frequenze 800MHz».

1.812

FILIPPI, TOMASELLI, LAI

Al comma 109, capoverso «9-*ter*», *dopo le parole:* «per il servizio televisivo digitale terreste» *aggiungere le seguenti:* «e non interferenti con il canale adiacente alle frequenze 800MHz».

1.813

MANDELLI, SERAFINI

Al comma 109, lettera d), *capoverso* «9-*ter*», *alinea dopo le parole:* «digitale terrestre», *aggiungere la seguente:* «necessarie» *e dopo il secondo periodo, aggiungere il seguente:* «Una o più delle suddette frequenze collocate nella banda 694-790 MHz dovranno comunque essere pianificate e utilizzate ai fini della sperimentazione per la ricezione delle trasmissioni in tecnologia DVB T2 su tutto il territorio nazionale».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 1.000.000;
2016: ? 1.000.000;
2017: ? 1.000.000.

1.814

MANDELLI, SERAFINI

Al comma 109, lettera d), *capoverso* «9-*ter*», *alinea dopo le parole:* «digitale terrestre», *aggiungere la seguente:* «necessarie».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni*:

2015: ? 1.000.000;
2016: ? 1.000.000;
2017: ? 1.000.000.

1.815

CIAMPOLILLO, BULGARELLI

Al comma 109, lettera d), *capoverso* «9-*ter*», *primo periodo, dopo le parole:* «capacità trasmissiva» *inserire la seguente:* «esclusivamente».

1.816

LAI, ANGIONI, BROGLIA, SANGALLI

Al comma 109, lettera d), *capoverso* «9-*ter*», *primo periodo, dopo le parole:* «della relativa capacità trasmissiva» *aggiungere la seguente:* «unicamente».

1.817

FILIPPI, TOMASELLI, LAI

Al comma 109, capoverso «9-*ter*», *dopo le parole:* «fornitori di servizio media audiovisivo in ambito locale» *aggiungere le seguenti:* «che comunque avranno l'onere di concorrere all'eliminazione di ogni eventuale interferenza ricevuta o prodotta con altri sistemi. Tutti gli operatori inclusi gli assegnatari di frequenze a 800MHz parteciperanno in parti uguali agli oneri di mitigazione delle interferenze».

1.818

FILIPPI, LAI, RANUCCI

Al comma l09, lettera d), *capoverso* «9-*ter*», *dopo le parole:* «fornitori di servizio media audiovisivo in ambito locale» *aggiungere le seguenti:* «si conferma in capo agli operatori già assegnatari della banda a 800MHz l'onere di mitigazione delle interferenze da ripartire in parti uguali».

1.819

BRUNI

Al comma 109, capoverso «119-*ter*», *dopo le parole:* «fornitori di servizio media audiovisivo in ambito locale.» *aggiungere le seguenti*: «Si conferma in capo agli operatori già assegnatari della banda a 800MHz l'onere di mitigazione delle interferenze da ripartire in parti uguali».

1.820

FILIPPI, LAI, RANUCCI

Al comma 109, lettera d), *capoverso* «9-*ter*», *dopo le parole:* «fornitori di servizio media audiovisivo in ambito locale» *aggiungere le seguenti:* «Quest'ultimi avranno l'onere di minimizzare le interferenze tra r servizi a banda larga mobile nella banda degli 800MHz e gli Impianti per la ricezione domestica.».

1.821

BRUNI

Al comma 109, lettera d), *capoverso*, «19-*ter*», primo periodo, dopo le parole: «fornitori di servizio media audiovisivo in ambito locale.» *aggiungere le seguenti:* «Quest'ultimi avranno l'onere di minimizzare le interferenze tra i servizi a banda larga mobile nella banda degli 800MHz e gli impianti per la ricezione domestica».

1.822

BRUNI

Al comma 109, lettera d), *capoverso*, «9-*ter*», *dopo le parole:* «fornitori di servizio media audiovisivo in ambito locale» *aggiungere le seguenti:* «che comunque avranno l'onere di concorrere all'eliminazione di ogni eventuale interferenza ricevuta o prodotta con altri sistemi. Tutti gli operatori inclusi gli assegnatari di frequenze a 800MHz parteciperanno in parti uguali agli oneri di mitigazione delle interferenze».

1.823

DI GIACOMO

Al comma 109, lettera d), *capoverso*, «9-*ter*», *dopo le parole:* «possono essere assegnate unicamente» *aggiungere le parole:* «ad operatori di rete in ambito locale».

1.824

FRAVEZZI, BATTISTA, FAUSTO GUILHERME LONGO, PALERMO, PANIZZA, ZIN, PUPPATO

Al comma 109, lettera d), *al capoverso:* «9-*ter*.», *secondo periodo, dopo le parole:* «possono essere assegnate unicamente» *inserire le seguenti:* «ad operatori di rete in ambito locale».

1.825

BRUNI

Al comma 109, lettera d), *capoverso* «9-*ter*», *secondo periodo, dopo le parole:* «possono essere assegnate unicamente» *aggiungere le seguenti:* «ad opertori di rete in ambito locale».

1.826

CARDINALI, FILIPPI, BORIOLI, CANTINI, STEFANO ESPOSITO, MARGIOTTA, RANUCCI, SONEGO

Al comma 109, la lettera d), *capoverso* «9-*ter*», *dopo le parole:* «possono essere assegnate unicamente» *aggiungere le parole:* «ad operatori di rete in ambito locale».

1.827

URAS, STEFANO, DE PETRIS

Al comma 109, lettera d), *capoverso 9*-ter, *secondo periodo, dopo le parole:* «possono essere assegnate unicamente» *aggiungere le parole:* «ad operatori di rete in ambito locale».

1.828

CIAMPOLILLO, BULGARELLI

Al comma 109, lettera d), *capoverso* «9-*ter*», *secondo periodo, dopo le parole:* «assegnate unicamente» *inserire le seguenti:* «ad operatori di rete in ambito locale,».

1.829

CIAMPOLILLO, BULGARELLI

Al comma 109, lettera d), *capoverso* «9-*ter*», *secondo periodo, aggiungere, in fine, le seguenti parole:* «, garantendo sempre il rispetto della riserva di un terzo della capacità trasmissiva ai soggetti titolari di autorizzazione alla fornitura di contenuti destinati alla diffusione in ambito locale, prevista dalla legge 3 maggio 2004, n. 112».

1.830

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 109, lettera d), *capoverso* «9-*ter*», *sostituire le parole da:* «Il Ministero» *sino a:* «dei seguenti criteri» *con le seguenti parole:* «Il Ministero dello sviluppo economico rilascia i relativi diritti d'uso, esclusivamente ai soggetti utilmente collocati in apposite graduatorie regionali, dando priorità agli operatori di rete in ambito locale già destinatari di autorizzazione per i diritti d'uso, redatte sulla base dei seguenti criteri».

1.831

ANGIONI, LAI, BROGLIA, SANGALLI

Al comma 109, lettera d), *capoverso* «9-*ter*», *sostituire la parola:* «ai soggetti» *con le parole:* «agli operatori di rete in ambito locale *ex* analogici».

1.832

ANGIONI, LAI, BROGLIA, SANGALLI

Al comma 109, lettera d), *capoverso* «9-*ter*», *dopo la parola:* «graduatorie» *aggiungere le seguenti:* «che promuovano l'uso efficiente dello spettro radioelettrico, favorendo i soggetti che, anche attraverso la costituzione di società o consorzi, diffondano nello stesso multiplex per non meno di due ore al giorno ricomprese tra le ore 7 e le ore 23, programmi informativi autoprodotti riguardanti temi ed argomenti di interesse locale. Tali graduatorie sono».

1.833

ANGIONI, LAI, BROGLIA, SANGALLI

Al comma 109, lettera d), *capoverso* «9-*ter*», *lettera* c), *dopo le parole:* «di radiodiffusione televisiva» *aggiungere le seguenti:* «anche con riferimento all'attività svolta come fornitore o, nel caso di Consorzi/Società come fornitori, di servizi media audiovisivi in ambito locale e calcolata attraverso la media annua dell'ascolto medio del giorno medio mensile rilevati. dalla ocietà Auditel nella singola regione o provincia autonoma;».

1.834

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 109, lettera d), *capoverso* «comma 9-*ter*», *lettera* c), *dopo le parole:* «esercizio di reti di radiodiffusione televisiva» *aggiungere le seguenti:* «in ambito locale».

1.835

BERTUZZI

Al comma 109, lettera d), *capoverso* «9-*ter*», *alla lettera* e) *dopo le parole:* «le frequenze di cui all'alinea, primo periodo» *aggiungere le seguenti:* «Non possono essere assegnatari delle suddette frequenze gli operatori di rete per la tv digitale terrestre in ambito nazionale, le società che sono

esclusivamente titolari di infrastrutture di trasmissione, nonché i soggetti che hanno dismesso volontariamente le frequenze ai sensi dell'art. 6, comma 9 del decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito con modificazioni, dalla legge 21 febbraio 2014, n. 9 e successive modificazioni, con riferimento alle reti cui tali frequenze appartenevano».

1.836

ANGIONI, LAI, BROGLIA, SANGALLI

Al comma 109, lettera d), *capoverso* «9-*ter*», *lettera* e), *aggiungere, in fine, il seguente comma:*

«Qualora in singole regioni non fossero individuati operatori di rete locali in grado di rispondere ai requisiti previsti alle lettere da *a)* ad *e),* il Ministero potrà assegnare i diritti d'uso di cui al presente comma ad operatori di rete nazionali per la messa a disposizione della relativa capacità trasmissiva unicamente a fornitori di servizi di media audiovisivi in ambito locale sulla base di graduatorie rispondenti ai criteri di cui dalle lettere da *a)* ad *e)*».

1.837

URAS, STEFANO, DE PETRIS

Al comma 109, lettera d), *capoverso* «9-*ter*» *dopo la lettera* e), *è aggiunta la seguente:*

«*e*-bis) Non possono essere assegnatari delle suddette frequenze i soggetti che hanno dismesso volontariamente le frequenze ai sensi dell'art. 6, comma 9 del decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito con modificazioni, dalla legge 21 febbraio 2014, n. 9 e successive modificazioni, con riferimento alle reti cui tali frequenze appartenevano».

1.838

BRUNI

Al comma 109, lettera d), *capoverso* «9-*ter*», *alla lettera* e) *aggiungere, in fine, il seguente periodo:* «Non possono essere assegnatari delle suddette frequenze i soggetti che hanno dismesso volontariamente le frequenze ai sensi dell'art. 6, comma 9 del decreto legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito con modificazioni, dalla legge 21 febbraio 2014, n. 9 e successive modificazioni, con riferimento alle reti cui tali frequenze appartenevano».

1.839

DI GIACOMO

Al comma 109, lettera d) *capoverso* «9-*ter*», *dopo la lettera* e), *è aggiunto il seguente periodo:* «Non possono essere assegnatari delle suddette frequenze i soggetti che hanno dismesso volontariamente le frequenze ai sensi dell'art. 6, comma 9 del decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito con modificazioni, dalla legge 21 febbraio 2014, n. 9 e successive modificazioni, con riferimento alle reti cui tali frequenze appartenevano».

1.840

CARDINALI, FILIPPI, BORIOLI, CANTINI, STEFANO ESPOSITO, MARGIOTTA, RANUCCI, SONEGO

Al comma 109, la lettera d)*, capoverso* «9-*ter*», *dopo la lettera e), è aggiunto il seguente periodo:* «Non possono essere assegnatari delle suddette frequenze i soggetti che hanno dismesso volontariamente le frequenze ai sensi dell'art. 6, comma 9 del decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito con modificazioni, dalla legge 21 febbraio 2014, n. 9 e successive modificazioni, con riferimento alle reti cui tali frequenze appartenevano».

1.841

GUALDANI

Al comma 109, capoverso «comma 9-*ter*», *dopo la lettera* e) *aggiungere la seguente:*

«*e*-bis) Adesioni dei fornitori di servizi di media audiovisivi alla rete locale del soggetto richiedente, ponderate sulla base della somma dei singoli punteggi espressi nella graduatoria di cui al successivo comma 9-*quinquies*».

1.842

FRAVEZZI, BATTISTA, FAUSTO GUILHERME LONGO, PALERMO, PANIZZA, ZIN, PUPPATO

Al comma 109, lettera d), *al capoverso:* «9-*ter*», *aggiungere, in fine, il seguente periodo:* «Non possono essere assegnatari delle suddette frequenze i soggetti che hanno dismesso volontariamente le frequenze ai sensi dell'art. 6, comma 9 del decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito con modificazioni, dalla legge 21 febbraio 2014, n. 9 e successive modificazioni, con riferimento alle reti cui tali frequenze appartenevano».

1.843

CIAMPOLILLO, BULGARELLI

Al comma 109, lettera d), *capoverso* «9-*ter*«, *aggiungere, in fine, il seguente periodo:* »Non possono essere assegnatari delle suddette frequenze i soggetti che, ai sensi del comma 9, hanno dismesso volontariamente le frequenze relative alle reti cui le medesime frequenze appartenevano».

1.844

GUALDANI

Al comma 109, dopo il capoverso «9-ter»*, aggiungere il seguente:*

«9-*ter-bis.* L'assegnazione dei diritti d'uso ai soggetti utilmente collocati nella apposita graduatoria verrà effettuata entro il 30 aprile 2015 e comunque in tempo utile per garantire la continuità della diffusione dei programmi dei fornitori di contenuti che aderiranno alle nuove reti locali, a fronte dei previsti spegnimenti delle frequenze indicate nella Tabella 2 della delibera 480/14/CONS dell'Autorità per le garanzie nelle comunicazion».

1.845

FRAVEZZI, BATTISTA, FAUSTO GUILHERME LONGO, PALERMO, PANIZZA, ZIN, PUPPATO

Al comma 109, lettera d), al capoverso: «9-*quater*»*, sopprimere il primo periodo.*

1.846

CARDINALI, FILIPPI, BORIOLI, CANTINI, STEFANO ESPOSITO, MARGIOTTA, RANUCCI, SONEGO

Al comma 109, la lettera d), capoverso «9-*quater*»*, sopprimere il primo periodo.*

1.847

BRUNI

Al comma 109, lettera d), capoverso «9-*quater*»*, sopprimere il primo periodo.*

1.848

CIAMPOLILLO, BULGARELLI

Al comma 109, lettera d); capoverso «9-*quater*» *sopprimere il primo periodo.*

1.849

URAS, STEFANO

Al comma 109, lettera d), capoverso «9-*quater*»*, sopprimere le seguenti parole:* «Gli operatori di rete selezionati secondo le modalità di cui al comma 9-*ter* possono altresì successivamente esercire, per le medesime fmalità, ulteriori frequenze resesi disponibili, assicurando il puntuale rispetto dei vincoli previsti dalla pianificazione dell'Autorità per le garanzie nelle comunicazioni e dei diritti degli Stati radioelettricamente confinanti.».

1.850

BERTUZZI

Al comma 109, lettera d), capoverso «9-*quater*» *sopprimere il seguente periodo:* «Gli operatori di rete selezionati secondo le modalità di cui al comma 9-*ter* possono altresì successivamente esercire, per le medesime finalità, ulteriori frequenze resesi disponibili, assicurando il puntuale rispetto dei vincoli previsti dalla pianificazione dell'Autorità per le garanzie nelle comunicazioni e dei diritti degli Stati radioelettricamente confinanti.».

1.851

ANGIONI, LAI, BROGLIA, SANGALLI

Al comma 109, lettera d), capoverso «9-*quater*» *dopo le parole:* «Gli operatori di rete» *aggiungere le seguenti:* «in ambito locale».

1.852
ANGIONI
Al comma 109, lettera d), capoverso «9-*quater*»*, primo periodo, dopo le parole:* «operatori di rete» *inserire le seguenti:* «in ambito locale».

1.853
GUALDANI
Al comma 109, capoverso «9-*quater*»*, sopprimere il seguente periodo:* «Gli operatori di rete in ambito locale già titolari di diritto d'uso di frequenze attribuite a livello internazionale all'Italia mettono a disposizione la relativa capacità trasmissiva a fornitori di servizi di media audiovisivi in ambito locale secondo le modalità di cui al comma 9-*quinquies*».

1.854
URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO
Al comma 109, lettera d)*, sopprimere il comma 9*-quinquies.

1.855
VERDUCCI, FABBRI
Al comma 109, lettera d)*, capoverso 9*-quinquies*, dopo le parole:* «per ciascuna regione» *inserire le seguenti:* «o bacino pluriregionale sfn».

1.856
DI GIACOMO
Al comma 109, lettera d)*, capoverso 9*-quinquies*, dopo le parole:* «di trento e bBolsano» *aggiungere le parole:* «ovvero per ciascun bacino pluriregionale».

1.857
FRAVEZZI, BATTISTA, FAUSTO GUILHERME LONGO, PALERMO, PANIZZA, ZIN, PUPPATO
Al comma 109, lettera d)*, al capoverso:* «9-*quinquies*»*, dopo le parole:* «di Trento e di Bolzano» *inserire le seguenti:* «ovvero per ciascun bacino pluriregionale».

1.858
CARDINALI, FILIPPI, BORIOLI, CANTINI, STEFANO ESPOSITO, MARGIOTTA, RANUCCI, SONEGO
Al comma 109, la lettera d)*, capoverso 9*-quinqules*, dopo le parole:* «di Trento e di Bolzano» *aggiungere le parole:* «ovvero per ciascun bacino pluriregionale».

1.859
BRUNI
Al comma 109, lettera d)*, capoverso* «9-*quinquies*»*, dopo le parole:* «di Trento e di Bolzano» *aggiungere le seguenti:* «ovvero per ciascun bacino pluriregionale».

1.860
URAS, STEFANO
Al comma 109, lettera d)*, capoverso 9*-quinquies *dopo le parole:* «di Trento e di Bolzano» *aggiungere le parole:* «ovvero per ciascun bacino pluriregionale».

1.861
CIAMPOLILLO, BULGARELLI
Al comma 109, lettera d)*, capoverso* «9-*quinquies*»*, dopo le parole:* «di Trento e di Bolzano,» *inserire le seguenti:* «ovvero per ciascun bacino pluriregionale,».

1.862
CIAMPOLILLO, BULGARELLI
Al comma 109, lettera d)*, capoverso* «9-*sexies*» *sopprimere il secondo periodo.*

1.863
FRAVEZZI, BATTISTA, FAUSTO GUILHERME LONGO, PALERMO, PANIZZA, ZIN, PUPPATO
Al comma 109, lettera d)*, il capoverso:* «9-*septies*», è soppresso.

1.864
CIAMPOLILLO, BULGARELLI
Al comma 109, lettera d), *sopprimere il capoverso* «9-*septies*».
1.865
URAS, STEFANO, DE PETRIS
Al comma 109, lettera d), *sopprimere il capoverso* «9-*septies*».
1.866
CARDINALI, FILIPPI, BORIOLI, CANTINI, STEFANO ESPOSITO, MARGIOTTA, RANUCCI, SONEGO
Al comma 109, lettera d), *sopprimere il capoverso* «9-*septies*».
1.867
VERDUCCI, FABBRI
Al comma 109, lettera d), *sopprimere il capoverso* «9-*septies*».
1.868
BERTUZZI
Al comma 109, lettera d), *sopprimere il capoverso* «9-*septies*».
1.869
BRUNI
Al comma 109, lettera d), *sopprimere il capoverso* «9-*septies*».
1.870
STEFANO, URAS, DE PETRIS
Al comma 109, lettera d), *sostituire il capoverso* «9-*septies*» *con il seguente:*

«9-*septies*. L 'Autorità per le garanzie nelle comunicazioni, nell'adottare il piano di numerazione automatica dei canali della televisione digitale terrestre, stabilisce con proprio regolamento le modalità di attribuzione dei numeri ai fornitori di servizi di media audiovisivi autorizzati alla diffusione di contenuti audiovisivi in tecnica digitale terrestre in ambito locale sulla base dei criteri di cui al comma 9-*quinquies*. Il presente comma integra i princìpi e criteri direttivi dell'articolo 32, comma 2, del testo unico dei servizi» di media audiovisivi e radiofonici, di cui al decreto legislativo 31 luglio 2005, n. 177, e successive modificazioni. Tali criteri integrativi riguardano Il solo riparto di numerazione interno alla categoria dei fornitori di servizi di media audiovisivi autorizzati alla diffusione di contenuti audiovisivi in tecnica digitale terrestre in ambito locale».
1.871
D'AMBROSIO LETTIERI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, ZIZZA, IURLARO, LIUZZI, AMORUSO
Al comma 109 sostituire l'alinea 9-septies *con il seguente:*

«9-*septies*. L'Autorità per le garanzie nelle comunicazioni, nell'adottare il piano di numerazione automatica dei canali della televisione digitale terrestre, stabilisce con proprio regolamento le modalità di attribuzione dei numeri ai fornitori di servizi di media audiovisivi autorizzati alla diffusione di contenuti audiovisivi in tecnica digitale terrestre in ambito locale sulla base dei criteri di cui al comma 9-quinquies. Il presente comma integra i princìpi e criteri direttivi dell'articolo 32, comma 2, del testo unico dei servizi di media audiovisivi e radiofonici, di cui al decreto legislativo 31 luglio 2005, n. 177, e successive modificazioni. Tali criteri integrativi riguardano il solo riparto di numerazione interno alla categoria del fornitori di servizi di media audiovisivi autorizzati alla diffusione di contenuti audiovisivi In tecnica digitale terrestre in ambito locale».
1.872
TOMASELLI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA
Al comma 109, sostituire l'alinea «9-*septies*» *con il seguente:*

«9-*septies*. L'Autorità per le garanzie nelle comunicazioni, nell'adottare il piano di numerazione automatica dei canali della televisione digitale terrestre, stabilisce con proprio regolamento le modalità di attribuzione dei numeri ai fornitori di servizi di media audiovisivi autorizzati alla diffusione di

contenuti audiovisivi in tecnica digitale terrestre in ambito locale sulla base dei criteri di cui al comma 9-*quinquies*. Il presente comma integra i princìpi e criteri direttivi dell'articolo 32, comma 2, del testo unico dei servizi di media audiovisivi e radiofonici, di cui al decreto legislativo 31 luglio 2005, n. 177, e successive modificazioni. Tali criteri integrativi riguardano il solo riparto di numerazione interno alla categoria dei fornitori di servizi di media audiovisivi autorizzati alla diffusione di contenuti audiovisivi in tecnica digitale terrestre in ambito locale».

1.873

ANGIONI

Al comma 109, lettera d), *capoverso* «9-*septies*», *primo periodo, dopo le parole:* «nelle comunicazioni» *inserire le seguenti:* «fermo restando quanto previsto all'articolo 5.1 e 5.2 della delibera n.366/10/CONS recante "Piano di numerazione automatica dei canali della televisione digitale terrestre, in chiaro e a pagamento, modalità di attribuzione dei numeri ai fornitori di servizi di media audiovisivi autorizzati alla diffusione di contenuti audiovisivi in tecnica digitale terrestre e relative condizioni di utilizzo"».

1.874

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 109, lettera d)*, comma 9-*septies*, sopprimere l'ultimo periodo.*

1.875

BRUNI

Dopo il comma 109, aggiungere il seguente:

«109-*bis*. Per gli anni 2014 e 2015, continua ad applicarsi ai soggetti operanti su frequenze televisive terrestri in tecnica digitale in ambito locale il regime di contribuzione previsto dall'articolo 27, comma 9 della legge 23 dicembre 1999, n. 448 e dal decreto ministeriale 23 ottobre 2000. Tale regime di contribuzione sostituisce quello previsto dagli articoli 34 e 35 del Codice delle comunicazioni elettroniche».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

? 2015: ? 5.000.000;

? 2016: ? 5.000.000;

? 2017: ? 5.000.000.

1.876

URAS, STEFANO

Dopo il comma 109, aggiungere il seguente:

«109-*bis*. Per gli anni 2014 e 2015, continua ad applicarsi ai soggetti operanti su frequenze televisive terrestri in tecnica digitale in ambito locale il regime di contribuzione previsto dall'articolo 27, comma 9 della legge 23 dicembre 1999, n. 448 e dal decreto ministeriale 23 ottobre 2000. Tale regime di contribuzione sostituisce quello previsto dagli articoli 34 e 35 del Codice delle comunicazioni elettroniche».

1.877

CARDINALI, FILIPPI, BORIOLI, CANTINI, STEFANO ESPOSITO, MARGIOTTA, RANUCCI, SONEGO

Dopo il comma 109, aggiungere il seguente:

«109-*bis*. Per gli anni 2014 e 2015, continua ad applicarsi ai soggetti operanti su frequenze televisive terrestri in tecnica digitale in ambito locale il regime di contribuzione previsto dall'articolo 27, comma 9 della legge 23 dicembre 1999, n. 448 e dal decreto ministeriale 23 ottobre 2000. Tale regime di contribuzione sostituisce quello previsto dagli articoli 34 e 35 del Codice delle comunicazioni elettroniche».

1.878

BERTUZZI

Dopo il comma 109, inserire il seguente:

«109-*bis*. Per gli anni 2014 e 2015, ai soggetti operanti su frequenze televisive terrestri in tecnica digitale in ambito locale continua ad applicarsi il regime di contribuzione previsto dall'articolo 27, comma 9 della legge 23 dicembre 1999, n. 448 e dal decreto ministeriale 23 ottobre 2000. Tale regime di contribuzione sostituisce quello previsto dagli articoli 34 e 35 del Codice delle comunicazioni elettroniche di cui al decreto legislativo 1º agosto 2003, n. 259».

1.879

DI GIACOMO

Dopo il comma 109, dell'articolo 1, aggiungere il seguente:

«109-*bis*. Per gli anni 2014 e 2015, continua ad applicarsi ai soggetti operanti su frequenze televisive terrestri in tecnica digitale in ambito locale il regime di contribuzione previsto dall'articolo 27, comma 9 della legge 23 dicembre 1999, n. 448 e dal decreto ministeriale 23 ottobre 2000. Tale regime di contribuzione sostituisce quello previsto dagli articoli 34 e 35 del Codice delle comunicazioni elettroniche».

1.880

FRAVEZZI, BATTISTA, FAUSTO GUILHERME LONGO, PALERMO, PANIZZA, ZIN, PUPPATO

Dopo il comma 109, inserire il seguente:

«109-*bis*. Per gli anni 2014 e 2015, continua ad applicarsi ai soggetti operanti su frequenze televisive terrestri in tecnica digitale in ambito locale il regime di contribuzione previsto dall'articolo 27, comma 9 della legge 23 dicembre 1999, n. 448 e dal decreto ministeriale 23 ottobre 2000. Tale regime di contribuzione sostituisce quello previsto dagli articoli 34 e 35 del Codice delle comunicazioni elettroniche».

1.881

TOSATO, COMAROLI, BELLOT, DIVINA

Dopo il comma 109, aggiungere il seguente:

«109-*bis*. Per gli anni 2014 e 2015, continua ad applicarsi ai soggetti operanti su frequenze televisive terrestri in tecnica digitale in ambito locale il regime di contribuzione previsto dall'articolo 27, comma 9 della legge 23 dicembre 1999, n. 448 e dal decreto ministeriale 23 ottobre 2000. Tale regime di contribuzione sostituisce quello previsto dagli articoli 34 e 35 del Codice delle comunicazioni elettroniche».

1.882

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 110, aggiungere il seguente:

«110-*bis*. al comma 5 dell'articolo 27 del decreto legislativo 177del 2005, alle parole: "o di rami", premettere le seguenti: "a qualsivoglia titolo autorizzati"».

1.883

DIVINA, COMAROLI, TOSATO, BELLOT

*Al comma 9-*ter *dell'articolo 6 del decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito, con modificazioni, dalla legge 21 febbraio 2014, n. 9 e successive modificazioni, come introdotto dall'articolo 1, comma 109 della presente legge, dopo le parole:* «assegnate a operatori di rete nazionali»*, aggiungere le parole:* «o locali».

1.884

DIVINA, COMAROLI, TOSATO, BELLOT

Dopo il comma 110, aggiungere il seguente:

«110-*bis*. Al comma "9-*ter*" dell'articolo 6 del decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito, con modificazioni, dalla legge 21 febbraio 2014, n. 9 e successive modificazioni, come introdotto dall'articolo l, comma 109 della presente legge, dopo le parole: "possono essere assegnate unicamente" aggiungere le parole: "ad operatori di rete in ambito locale"».

1.885

TOSATO, COMAROLI, BELLOT, DIVINA

Dopo il comma 110, aggiungere il seguente:

«110-*bis*. Al comma "9-*ter*" dell'articolo 6 del decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito, con modificazioni, dalla legge 21 febbraio 2014, n. 9 e successive modificazioni, come introdotto dall'articolo l, comma 109 della presente legge, dopo la lettera *e)*, è aggiunto il seguente periodo: "Non possono essere assegnatari delle suddette frequenze gli operatori di rete per la tv digitale terrestre in ambito nazionale, le società che sono esclusivamente titolari di infrastrutture di trasmissione, nonché i soggetti che hanno dismesso volontariamente le frequenze ai sensi dell'articolo 6, comma 9 del decreto legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito con modificazioni, dalla legge 21 febbraio 2014, n. 9 e successive modificazioni, con riferimento alle reti cui tali frequenze appartenevano"».

1.886

TOSATO, COMAROLI, BELLOT, DIVINA

Dopo il comma 110, aggiungere il seguente:

«110-*bis*. Al comma "9-*ter*" dell'articolo 6 del decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito, con modificazioni, dalla legge 21 febbraio 2014, n. 9 e successive modificazioni, il periodo compreso tra le parole: "gli operatori di rete selezionati" e le parole: "stati radio elettricamente confinanti" è soppresso».

1.887

DIVINA, COMAROLI, TOSATO, BELLOT

Dopo il comma 110, aggiungere il seguente:

«110-*bis*. Al comma "9-*quinquies*" dell'articolo 6 del decreto-legge23 dicembre 2013, n. 145, convertito, con modificazioni, dalla-legge 21 febbraio 2014, n. 9 e successive modificazioni, dopo le parole: "di Trento e di Bolzano" aggiungere le parole: "ovvero per ciascun bacino pluriregionale"».

1.888

TOSATO, COMAROLI, BELLOT, DIVINA

Dopo il comma 110, aggiungere il seguente:

«110-*bis*. Il comma "9-*septies*" dell'articolo 6 del decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito, con modificazioni, dalla legge 21 febbraio 2014, n. 9 e successive modificazioni, come introdotto dall'articolo 1, comma 109 della presente legge, è soppresso».

1.889

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 110, aggiungere il seguente:

«110-*bis*. Ai fornitori di servizi di media in ambito locale che raggiungano una copertura pari ad almeno 1'80 per cento della popolazione nazionale, attraverso accordi con operatori di rete locali, e che abbiano un patrimonio netto non inferiore a euro 6.200.000 ed impieghino non meno di venti dipendenti in regola con le vigenti disposizioni di legge in materia fiscale, previdenziale e contributiva, vengono attribuite numerazioni automatiche dei canali della televisione digitale terrestre destinate ai canali nazionali, incluse le numerazioni destinate ai diversi generi di Programmazione».

1.890

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 110, aggiungere il seguente:

«110-*bis*. Al decreto legislativo 9 gennaio 2008, n. 9, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 5, comma 8, è aggiunto, in fine, il seguente periodo: "Le sanzioni previste nei confronti degli esercenti della radiodiffusione sonora e televisiva in ambito locale sono ridotte ad un decimo.";

b) all'articolo 19, dopo il comma 2, sono inseriti i seguenti:

"2-*bis*. L'autorità per le garanzie nelle comunicazioni vigila sulla corretta applicazione del presente decreto per i profili di propria competenza, avvalendosi dei poteri di cui alla legge 31 luglio 1997, n. 249, ed applica, in caso di violazione delle disposizioni del presente decreto, le sanzioni amministrative previste all'articolo 1, comma 31 della medesima legge.

2-*ter*. Le sanzioni previste nei confronti degli esercenti della radiodiffusione sonora e televisiva in

ambito locale sono ridotte ad un decimo".».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76 aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 500.000 di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

1.891

CASSON

Sopprimere il comma 111.

1.892

GUALDANI

Sopprimere il comma 111.

1.893

DALLA TOR, GUALDANI

Sopprimere il comma 111.

1.894

BOCCA, D'ALÌ, PELINO, MANDELLI, FABBRI, LANGELLA

Sopprimere il comma 111.

1.895

PUPPATO, PEZZOPANE, FILIPPIN, ALBANO, IDEM, D'ADDA, LAI, BORIOLI

Dopo il comma 111, aggiungere il seguente:

«111-*bis*. Alle emittenti radiofoniche di cui all'articolo 1, comma 1247, della legge 27 dicembre 2006, n. 296, che alla data del 31 dicembre 2005 abbiano maturato i diritti ai contributi di cui all'articolo 4 della legge 7 agosto 1990, n. 250 e che abbiano almeno 5 giornalisti dipendenti assunti in organico, dei quali almeno 3 professionisti, si estende la disposizione normativa prevista dal comma 1, lettera *b-bis)* dell'articolo 44 del decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito dalla legge di conversione 6 agosto 2008, n. 133».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 15.000.000;
2016: ? 15.000.000;
2017: ? 15.000.000.

1.896

CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 111, inserire il seguente:

«111-*bis*. All'articolo 35 del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, dopo il comma 4 è inserito il seguente:

"4-*bis*. Ai medesimi fini indicati al comma 4, l'installazione e l'attivazione di apparati di rete caratterizzati da una potenza massima trasmessa in *uplink* inferiore o uguale a 100 mWatt, e da una potenza massima al connettore di antenna, in *downlink*, inferiore o uguale a 5 W, e aventi un ingombro fisico non superiore a 20 litri, possono essere effettuate senza alcuna comunicazione all'ente locale e agli organismi competenti ad effettuare i controlli di cui all'articolo 14 della legge 22 febbraio 2001, n. 36"».

1.897

CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 111, inserire il seguente:

«111-*bis*. Al fine di dare piena attuazione agli obiettivi dell'Agenda digitale italiana di cui all'articolo 47 del decreto-legge 9 febbraio 2012, n. 5, convertito, con modificazioni, dalla legge 4 aprile 2012, n. 35, il Ministero dell'economia e delle finanze, sentito il Ministero dello sviluppo economico e l'Autorità per le garanzie nelle comunicazioni, entro 90 giorni dall'entrata in vigore della presente legge, adotta un regolamento che stabilisce i criteri per determinare l'ammontare e la

ripartizione di un contributo annuale dei soggetti che forniscono in Italia servizi di comunicazione elettronica attraverso *internet*, indipendentemente dal rilascio delle autorizzazioni richieste ai sensi della normativa italiana. Tale contributo, calcolato in rapporto al fatturato generato per i servizi forniti in Italia per ciascuno di tali soggetti, va a sostituire in tutto o in parte il gettito previsto dall'applicazione dell'articolo 21 della tariffa annessa al decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 641, come da ultimo sostituita dalla tariffa di cui al decreto del Ministro delle finanze 28 dicembre 1995, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* n. 303 del 30 dicembre 1995, e successive modificazioni, concernente la tassa di concessione governativa per l'impiego di apparecchiature terminali per il servizio radiomobile pubblico terrestre di comunicazione, che, con lo stesso regolamento, viene conseguentemente abolita, ovvero ridotta. È abrogato, inoltre, l'articolo 160 del decreto legislativo 1º agosto 2003, n. 259.

Conseguentemente, all'articolo 2, comma 207, sostituire le parole: «110 milioni» *con le seguenti:* «109 milioni».

1.898

CIOFFI, SCIBONA, CIAMPOLILLO, LEZZI, MANGILI, BULGARELLI

Dopo il comma 111, inserire i seguenti:

«111-*bis*. A decorrere dal 1º gennaio 2015 la misura del canone annuo di cui all'articolo 10, comma 3, della legge 24 dicembre 1993, n. 537, è fissata nel 6,2 per cento dei proventi netti dei pedaggi di competenza dei concessionari.

111-*ter*. Una quota parte delle entrate derivanti dall'attuazione del comma 111-*bis*, pari ai proventi eccedenti la misura del canone annuo corrisposto direttamente ad ANAS S.p.a. ai sensi del comma 1020 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2006, n. 296 e del comma 9-*bis* dell'articolo 19 del decreto-legge 1º luglio 2009, n. 78, convertito con modificazioni dalla legge 3 agosto 2009, n. 102, confluisce in un apposito fondo istituito nello stato di previsione del Ministero dello sviluppo economico, denominato "Fondo per l'attuazione del Piano strategico per la banda ultralarga" e finalizzato all'avvio e alla realizzazione del medesimo Piano».

1.899

CROSIO, ARRIGONI, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 111, aggiungere il seguente:

«111-*bis*. Al fine di colmare il divario digitale l'occupazione dei beni immobili pubblici appartenenti, in gestione o affidati in concessione a qualsiasi Pubblica amministrazione, organismo di diritto pubblico o privato, nonché l'occupazione dei beni del demanio idrico di cui agli articoli 86 e 89 del decreto legislativo 31 marzo 1998, n. 112 (Conferimento di funzioni e compiti amministrativi dello Stato alle regioni ed agli enti locali, in attuazione del capo I della L. 15 marzo 1997, n. 59), con esclusivo riferimento alle infrastrutture funzionali alla costruzione di reti a banda larga e ultralarga, non comporta a carico dell'operatore alcun onere, canone o indennizzo, fermo restando solo l'obbligo di ripristino dello stato dei luoghi. Il divieto in questione è da intendersi riferito agli obblighi pecuniari di qualunque forma imposti dalle Pubbliche amministrazioni, dalle Regioni, dalle Province e dai Comuni ed enti, o società a partecipazione pubblica, nei confronti degli operatori di comunicazione, ad esclusione dell'obbligo di ripristino dello stato dei luoghi. La presente disposizione si applica anche alle concessioni in essere, agli assensi o nulla osta già rilasciati alla data di entrata in vigore della presente legge».

1.900

TOMASELLI, FILIPPI, LAI, CARDINALI

Dopo il comma 111, aggiungere il seguente:

«111-*bis*. Il Ministro dello sviluppo economico nomina una commissione coordinata da un esperto in materia radioelettriche e composta da un esperto designato da ciascuna delle associazioni nazionali delle emittenti con sedi in almeno 15 regioni, da un esperto designato dalla concessionaria pubblica, da un esperto designato da ogni regione e dalle province autonome di Trento e Bolzano, da un esperto in materie giuridiche, da un esperto per la pianificazione e la gestione dello spettro

radioelettrico, da un esperto per i servizi di comunicazione elettronica e di radiodiffusione, da un rappresentante della Fondazione Bordoni, da un rappresentante dell'Autorità per le garanzie nelle comunicazioni. Tale commissione formula osservazioni e proposte sul procedimento istruttorio relativo al rilascio dei diritti d'uso delle reti per l'esercizio della radiodiffusione ed opera quale organo consultivo del Ministro delle comunicazioni per i problemi attinenti all'assetto del sistema radiotelevisivo. La partecipazione alla commissione è a titolo gratuito».

1.901

RANUCCI

Dopo il comma 111, aggiungere il seguente:

«111-*bis*. AI fine di promuovere la digitalizzazione del turismo, degli istituti e dei luoghi di cultura, dei cinema, dei teatri e di tutti gli eventi, è consentito l'acquisto dei relativi biglietti con le modalità previste dall'articolo 8, comma 3 del decreto-legge 18 ottobre 2012, n. 179, convertito, con modificazioni, dalla legge 17 dicembre 2012, n. 221».

1.902

BERGER, ZELLER, PALERMO, PANIZZA, LANIECE, BATTISTA, ROMANO, FAUSTO GUILHERME LONGO

Dopo il comma 111, aggiungere il seguente:

«111-*bis*. Il pagamento del canone di abbonamento speciale consente la detenzione del numero indicato di apparecchi televisivi da parte del titolare dell'esercizio nei luoghi adibiti alla propria attività. Il canone è unico anche qualora l'attività è svolta in edifici distinti comunque autorizzati con un unico provvedimento».

1.903

BERGER, ZELLER, PALERMO

Dopo il comma 111, aggiungere il seguente:

«111-*bis*. A decorrere dal 1º gennaio 2015, sono esenti dal pagamento del canone di abbonamento alle radioaudizioni le caserme del corpo dei vigili del fuoco anche volontari».

1.904

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA

Al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni»*, con le seguenti:* «50 milioni».

Conseguentemente, sopprimere il comma 9.

Alla Tabella E Missione «Sviluppo sostenibile e tutela del territorio e dell'ambiente»*, Programma* «gestione delle risorse idriche, tutela del territorio e bonifiche»*, voce* «Ministero dell'ambiente»*, legge 147/2013,* «Difesa del suolo e tutela ambientale»*, apportare le seguenti modifiche:*

2015:

CP: + 350.000.000;

CS: + 350.000.000;

2016:

CP: + 300.000,000;

CS: + 300.000,000;

2017:

CP: + 400.000.000;

CS: + 400.000.000.

1.905

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 112 sostituire le parole: «250 milioni di euro» *con le seguenti:* «50 milioni di euro».

Conseguentemente all'articolo 2, dopo il comma 8 aggiungere il seguente:

«8-*bis*. All'articolo 15 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, e successive modificazioni, relativo alle detrazioni per oneri, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al comma 1, dopo la lettera i-*octies)* è aggiunta la seguente:

"*i-novies)* le spese, per un importo non superiore a 250 euro, sostenute per l'acquisto di ciascun abbonamento ai servizi di trasporto pubblico locale, regionale e interregionale. La detrazione spetta sempreché le spese stesse non siano deducibili nella determinazione dei singoli redditi che concorrono a formare il reddito, complessivo. La detrazione spetta anche se la spesa è stata sostenuta nell'interesse delle persone indicate nell'articolo 12, che si trovino nelle condizioni indicate nel comma 2 del medesimo articolo 12";

b) al comma 2, primo periodo, le parole: "*c)*, *e)*, *f)*, *i-quinquies)*, e *i-sexies)*" sono sostituite dalle seguenti: "*c)*, *e)*, *f)*, *i-quinquies)*, *i-sexies)* e *i-novies)*"».

1.906

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni»*, con le parole:* «50 milioni».

Conseguentemente, al comma 121, sostituire le parole: «200 milioni»*, con le seguenti:* «100 milioni»;

all'articolo 2, dopo comma 229, aggiungere i seguenti:

229-*bis*. Salve le esenzioni previste in ottemperanza dell'articolo 8 del Patto per la Salute per gli anni 2014-2016, per la partecipazione alla spesa di tutte le prestazioni sanitarie e di tutte le prestazioni socio-sanitarie si prende a riferimento l'ISEE di cui al decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri n. 159 del 5 dicembre 2013. Di conseguenza, per la partecipazione alla spesa da parte di minori o maggiori di età con disabilità grave di cui all'articolo 3 comma 3 della legge 5 febbraio 1992 n. 104 e da parte di anziani ultrasessantacinquenni non autosufficienti per le prestazioni sanitarie e socio-sanitarie di cui alla Tabella A del Decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri del 14 febbraio 2001, si considera l'ISEE del solo assistito, estendendo alle prestazioni sanitarie le modalità di calcolo di cui all'articolo 6 del decreto del Presidente del Consiglio dei ministri n. 159 del 5 dicembre 2013.

229-*ter*. La partecipazione, nelle modalità descritte al comma 6-*bis*, è unica, anche per le prestazioni socio-sanitarie.

229-*quater*. Le modalità di partecipazione, in base all'ISEE come indicato nei commi precedenti, sono determinate dallo specifico gruppo di lavoro misto di cui al punto 3 dell'articolo 8 del Patto per la Salute per gli anni 2014-2016 di cui all'intesa sottoscritta in data 10 luglio 2014 tra il Governo, le regioni e le province autonome di Trento e di Bolzano.

1.907

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni»*, con le seguenti:* «100 milioni».

Conseguentemente, al comma 119, aggiungere le parole: «Il Fondo è altresì incrementato di 150 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015, da destinare esclusivamente, in aggiunta alle risorse previste dal medesimo Fondo come incrementato dal presente comma, in favore degli interventi di assistenza domiciliare per le persone affette da disabilità gravi e gravissime, ivi incluse quelle affette da sclerosi laterale amiotrofica».

1.908

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni» *con le seguenti:* «100 milioni».

Conseguentemente dopo il comma 142 aggiungere il seguente:

«142-*bis*. Per le finalità di cui all'articolo 52 comma 18 della legge 28 dicembre 2001, n. 448, e successive modifiche e integrazioni, è autorizzata la spesa di 150 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015».

1.909

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni» *con le seguenti:* «100 milioni».

Conseguentemente, dopo il comma 142 aggiungere il seguente:

«142-*bis*. Per le finalità di cui all'articolo 10 del decreto-legge 27 agosto 1993, n. 323, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 ottobre 1993 n. 422, è autorizzata la spesa di 150 milioni di euro a

decorrere dall'anno 2015».

1.910

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 112, sostituite le parole: «250 milioni»*, con le seguenti:* «100 milioni».

Conseguentemente: al medesimo articolo 1, sopprimere il comma 121;

all'articolo 2 dopo il comma 194, aggiungere il seguente:

«194-*bis*. L'utilizzo delle risorse proprie e delle risorse provenienti dallo Stato, da parte di regioni ed enti locali, per interventi finalizzati alla bonifica dei Siti di interesse nazionale (SIN), di cui all'articolo 252, comma 2, del decreto legislativo 3 aprile 2006, n. 152, e successive modifiche e integrazioni, è escluso dal saldo finanziario rilevante ai fini della verifica del rispetto del Patto di stabilità interno di cui agli articoli 31 e 32 della legge 12 novembre 2011, a 183, nei limiti di 550 milioni per ciascun anno del triennio 2015-2017;

all'articolo 3, dopo il comma 28, aggiungere i seguenti:

28-*bis*. Al comma 5-*bis* dell'articolo 96 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, le parole: "nei limiti del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nei limiti del 95 per cento".

28-*ter*. Al decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 6:

1) al comma 8, le parole: "nella misura del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nella misura del 95 per cento";

2) al comma 9, le parole: "nella misura del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nella misura del 95 per cento";

b) all'articolo 7, comma 2, le parole: "nella misura del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nella misura del 95 per cento"».

1.911

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 112 sostituire le parole: «250 milioni» *con le seguenti:* «150. Milioni».

Conseguentemente, al comma 118, primo periodo, sostituire le parole: «300 milioni»*, con le seguenti:* «550 milioni» *e sostituire il secondo periodo con il seguente:* «Sono altresì stanziati 200 milioni per il rilancio di un piano di sviluppo del sistema territoriale dei servizi socio-educativi per la prima infanzia, con particolare riguardo al suo riequilibrio territoriale;

al comma 121, sostituire le parole: «200 milioni» *con le seguenti:* «100 milioni»;

all'articolo 3, dopo il comma 28, aggiungere i seguenti:

28-*bis*. Al comma 5-*bis* dell'articolo 96 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, le parole: «nei limiti del 96 per cento» sono sostituite dalle seguenti: «nei limiti del 95 per cento».

28-*ter*. Al decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 6:

1) al comma 8, le parole: «nella misura del 96 per cento» sono sostituite alle seguenti: «nella misura del 95 per cento»;

2) al comma 9, le parole: «nella misura del 96 per cento» sono sostituite dalle seguenti: «nella misura del 95 per cento»;

b) all'articolo 7, comma 2, le parole: «nella misura del 96 per cento» sono sostituite dalle seguenti: «nella misura del 95 per cento».

1.912

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 112 sostituire le parole: «250 milioni di euro» *con le seguenti:* «150 milioni di euro».

Conseguentemente all'articolo 2, dopo il comma 8 aggiungere il seguente:

«8-*bis*. Al fine di sostenere le politiche di incentivazione della mobilità sostenibile attraverso il potenziamento e l'aumento dell'efficienza dei mezzi pubblici, l'incentivazione dell'intermodalità, la

valorizzazione degli strumenti del *mobility management* e del *car sharing*, la riorganizzazione e la razionalizzazione del settore di trasporto e di consegna delle merci, attraverso la realizzazione di centri direzionali di smistamento che permetta una migliore organizzazione logistica e la promozione di reti urbane di percorsi destinati alla mobilità ciclistica, sono rese disponibili nello stato di previsione del Ministero dell'ambiente, della tutela del territorio e del mare risorse per 100 milioni di euro per ciascuna delle annualità 2015, 2016 e 2017 per la ricostituzione ed il rifinanziamento del Fondo istituito dall'articolo 1, comma 1121, della legge 27 dicembre 2006 n. 2006».

1.913

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni»*, con le seguenti:* «160 milioni».

Conseguentemente, alla Tabella A allegata, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 45.000.000;

2016: ? 45.000.000;

2017: ? 45.000.000.

Alla Tabella C allegata, Missione «Organi costituzionale, a rilevanza costituzionale e Presidenza del Consiglio dei Ministri»*, Programma* «Presidenza del Consiglio dei Ministri»*, voce* »Ministero dell'economia e delle finanze»*, legge 230/1998*, «Fondo nazionale per il Servizio civile»*, apportare le seguenti variazioni:*

2015:

CP: + 135.000.000;

CS: + 135.000.000;

2016:

CP: + 135.000.000;

CS: + 135.000.000;

2017:

CP: + 135.000.000;

CS: + 135.000.000.

1.914

PETRAGLIA, URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni»*, con le seguenti:* «200 milioni».

Conseguentemente, all'articolo 3, dopo il comma 45 aggiungere il seguente:

«45-*bis*. All'articolo 91-*bis* del decreto-legge 24 gennaio 2012, n. 1, convertito, con modificazioni, dalla legge 24 marzo 2012, n. 27, dopo il comma 1, è inserito il seguente:

"1-*bis*. il requisito dello svolgimento, con modalità non commerciali, delle attività assistenziali, previdenziali, sanitarie, di ricerca scientifica, didattiche, ricettive, culturali, ricreative e sportive, nonché delle attività di cui all'articolo 16, lettera *a)* della legge 20 maggio 1985, n. 222, e di cui al comma 1, lettera *i)*, articolo 7 del decreto legislativo 30 dicembre 1992 n. 504, deve in ogni caso ritenersi assolto in relazione alle attività de commercializzate, esenti o escluse svolte dagli enti non commerciali con le modalità e nei termini previsti dalla vigente normativa fiscale, anche di settore, in materia di tassazione sul reddito"».

1.915

URAS

Al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni»*, con le parole:* «200 milioni».

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 75, Tabella A allegata, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti modifiche:*

2015

CP: ? 50.000.000;

CS: ? 50.000.000.

2016

CP: ? 50.000.000;
CS: ? 50.000.000.

2017

CP: ? 50.000.000;
CS: ? 50.000.000.

Conseguentemente, al medesimo articolo, comma 76, Tabella C allegata, Missione Organi costituzionale, a rilevanza costituzionale e Presidenza del Consiglio dei Ministri, *Programma* Presidenza del Consiglio dei Ministri, *voce* Ministero dell'economia e delle finanze, *legge 230/1998*, Fondo nazionale per il Servizio civile, *apportare le seguenti modifiche:*

2015

CP: + 100.000.000;
CS: + 100.000.000.

2016

CP: + 100.000.000;
CS: + 100.000.000.

2017

CP: + 100.000.000;
CS: + 100.000.000.

1.916

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni», *con le seguenti:* «240 milioni».

Conseguentemente, all'articolo 3, dopo il comma 45 aggiungere il seguente:

«45-*bis*. All'articolo 10, del decreto legislativo 14 marzo 2011, n. 23, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al comma 4 sono aggiunte in fine le seguenti parole: "salvo quanto previsto dal comma 4-bis";

b) dopo il comma 4 è aggiunto il seguente:

"4-*bis*. Ai trasferimenti a favore di organizzazioni non lucrativa di utilità sociale (ONLUS) si applica l'imposta di registro di euro 200 a condizione che la ONLUS dichiari nell'atto che intende utilizzare direttamente i beni per lo svolgimento della propria attività e che realizzi l'effettivo utilizzo diretto entro 2 anni dall'acquisto. In caso di dichiarazione mendace o di mancata effettiva utilizzazione per lo svolgimento della propria attività è dovuta l'imposta nella misura ordinaria nonché una sanzione amministrativa pari al30 per cento della stessa imposta"».

1.917

COMAROLI, TOSATO

Al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni» *con le seguenti:* «300 milioni».

Conseguentemente, al comma 125, sostituire la cifra: «187,5» *con la seguente:* «137,5».

1.918

URAS, CERVELLINI, DE PETRIS, BAROZZINO, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Sostituire il comma 113 con i seguenti:

«113. Al fine di favorire la competitività e di razionalizzare il sistema dell'autotrasporto, una quota non superiore al 30 per cento delle risorse di cui al comma 112 è destinata alle imprese che pongono di essere iniziative dirette a realizzare processi di ristrutturazione e aggregazione e che intendono dotarsi di dispositivi tecnologici che consentano la tracciabilità dei percorsi e la gestione satellitare delle flotte.

113-*bis*. L'istituita presso il Ministero delle infrastrutture e dei Trasporti la Banca dati nazionale dell'autotrasporto, di seguito denominata «Banca». Con regolamento adottato con decreto del Ministro delle Infrastrutture e dei trasporti, sentito il Ministro dell'interno, sono disciplinati le modalità di funzionamento della Banca, la modalità di accesso, l'inserimento in essa dei dati relativi alle imprese di autotrasporto, la gestione dei profitti nonché ogni comunicazione e informativa facente riferimento

alle imprese stesse. Sono altre si stabiliti i casi e le modalità di cancellazione dalla Banca dei dati relativi alle imprese. La Banca, anche attraverso l'ausilio di organismi accreditati specializzati nella tracciabilità dei percorsi e nella gestione satellitare delle flotte, consente alle Forze dell'ordine e agli operatori del Ministero delle Infrastrutture e dei Trasporti di aumentare i livelli di controllo ai fini della sicurezza e della trasparenza del mercato, nonché per limitare la diffusione del cabotaggio abusivo sul territorio nazionale. La Banca fornisce altresì un *rating*, anche di merito creditizio, alle imprese di autotrasporto che operano sul territorio nazionale nel pieno rispetto della normativa comunitaria e interna. Agli oneri derivanti dall'attuazione del presente comma, pari a 250.000 euro, si provvede mediante le risorse disponibili a legislazione vigente ed eventualmente mediante quota parte dell'autorizzazione di spesa di cui al comma 1 del presente articolo».

1.919

BIGNAMI, PEPE, MAURIZIO ROMANI, MUSSINI

Dopo il comma 113, aggiungere i seguenti commi:

«113-*bis*. Dal 2016 è istituito presso il Ministero delle infrastrutture e dei trasporti, il "Fondo per la Logistica". In tale fondo confluiscono le risorse destinate al settore del trasporto aereo, terrestre e navale di merci e alla logistica, al fine di integrare in un unico strumento incentivante lo sviluppo di una catena logistica efficiente e sostenibile. Tali risorse sono ripartite mediante decreto del ministro delle infrastrutture e dei trasporti.

113-*ter*. Con il decreto di cui al comma precedente, il Ministro delle infrastrutture e dei trasporti provvede a dettare le modalità operative per l'erogazione delle risorse prevedendo forme incentivanti per chi usufruisce di un trasporto con minori costi esterni, calcolati sul percorso e sul mezzo scelto, o sulla combinazione dei mezzi scelti».

1.920

CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 113, inserire il seguente:

«113-*bis*. Entro dodici mesi dalla data di entrata in vigore della legge di conversione del presente decreto, unico documento del veicolo diventa la carta di circolazione di cui alla direttiva 1999/37/CE, e i mutamenti riguardanti l'intestazione dei veicoli, secondo quanto previsto in materia dal decreto legislativo 30 aprile 1992, n. 285 e successive modificazioni ed integrazioni, nonché gli eventi giuridico-patrimoniali sui veicoli medesimi, si registrano in un unico archivio di Stato. Con decreto del Presidente della Repubblica, emanato ai sensi dell'articolo 17, comma 1, della legge 23 agosto 1988, n. 400, è disciplinata l'implementazione dell'archivio unico di Stato di cui al periodo precedente con i dati di quello previsto dall'articolo 225, comma 1, lettera *b)* e 226, comma 5, del decreto legislativo 30 aprile 1992, n. 285 e del Pubblico Registro Automobilistico (PRA). Con il medesimo decreto sono disciplinate la gestione ed il funzionamento dell'archivio stesso, nonché l'assetto del personale centrale e periferico delle strutture pubbliche interessate o, comunque, coinvolto a seguito della sua istituzione».

1.921

URAS, CERVELLINI, DE PETRIS, BAROZZINO, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 113 aggiungere il seguente:

«113-*bis*. Al fine di consentire la realizzazione e il completamento di interventi sui sistemi metropolitani è autorizzata la spesa di 50 milioni di euro per l'anno 2015 e 100 milioni di euro dal 2016 al 2024. Con decreto del Ministro delle infrastrutture e dei trasporti di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, sono individuati gli interventi prioritari da finanziare, le risorse ad essi destinate con relativa ripartizione per annualità, nonché le modalità e le condizioni di monitoraggio medesimo decreto sono stabilite le condizioni di revoca del finanziamento, anche in relazione alla verifica del rispetto del cronoprogramma dei lavori. Le risorse eventualmente revocate confluiscono nel Fondo nazionale per il concorso finanziario dello Stato agli oneri del trasporto pubblico locale nelle Regioni a statuto ordinario, ai sensi dell'articolo 16-*bis*, comma 1, del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito dalla legge 7 agosto 2012, n. 135».

Conseguentemente al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni», *con le seguenti:* «200 milioni».

1.922

URAS, CERVELLINI, DE PETRIS, BAROZZINO, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 113 aggiungere il seguente:

«113-*bis*. Al comma 1 dell'articolo 1 della Legge 21 dicembre 2001 n. 443 il quarto e il quinto periodo sono sostituiti dai seguenti: "Il programma è parte integrante del Piano Nazionale della Mobilità, che aggiorna il Piano Generale dei Trasporti sulla base della domanda di mobilità esistente e con l'obiettivo di perseguire le modalità di trasporto che rispondano alla domanda di mobilità dei cittadini e producano minori costi esterni per la salute, l'ambiente e il consumo del suolo. li Piano Nazionale della mobilità, ha validità decennale ed è redatto entro il giugno 2015 dai Ministero delle Infrastrutture e dei Trasporti, in collaborazione con il Ministero dell'Ambiente e della Tutela del Territorio e del Mare e con il Ministero dell'Economia e delle Finanze. li programma è sottoposto a Valutazione Ambientale Strategica e a valutazione economico-finanziaria, relativamente agli impegni pluriennali di spesa pubblica"».

1.923

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 113, aggiungere il seguente:

«113-*bis*. Al fine di favorire l'opera di ricostruzione e per ripresa economica dei territori della regione Sardegna colpiti dagli eventi alluvionali del mese di novembre 2013, le spese effettuate dalla regione e dagli enti locali in relazione agli eventi calamitosi, sono esclusi anche per ciascun anno del triennio 2015-2017 dal rispetto del Patto di stabilita interno, nel limite di 70 milioni di euro annui».

Conseguentemente, al comma 121, sostituire le parole: «200 milioni»*, con le seguenti:* «130 milioni».

1.924

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 113, inserire il seguente:

«113-*bis*. Al decreto legislativo 30 aprile 1992, n. 285, al comma 115, comma 2, lettera *b)*, sostituire le parole: "sessantotto anni" con le seguenti: "settanta anni"».

1.925

BONFRISCO

Dopo il comma 114 inserire i seguenti:

«114-*bis*. *All'articolo 1, comma 90, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, sono apportate le seguenti modificazioni:*

1) dopo le parole: "che gestiscono sistemi di trasporto e logistici settoriali" inserire le seguenti: "in particolare va assicurata l'interoperabilità col sistema PMIS delle Capitanerie di Porto attraverso il nodo unico di scambio diretto delle informazioni connesse agli usi civili e produttivi del mare ex DPCM 11/2/2014 n. 72";

2) dopo le parole: "ciascuno degli anni 2015 e 2016" inserire i seguenti periodi: "In particolare per l'acquisto e l'installazione di apparati di bordo, senza oneri a carico delle imprese di autotrasporto e per ulteriori attività di miglioramento della PlN, il contributo di cui all'art. 2 comma 244, della legge 24/12/2007 n. 244 è incrementato ulteriormente senza obbligo di cofinanziamento da parte del soggetto attuatore unico di cui all'art. 61-*bis* del decreto-legge 24 gennaio 2012, n. 1, convertito, con modificazioni, dalla legge 24 marzo 2012, n. 27, di 7,5 Milioni di euro per gli anni 2015 e 2016. All'onere derivante si provvede mediante corrispondente riduzione dello stanziamento del fondo speciale di parte corrente iscritto, ai fini del bilancio triennale 2014-2016, nell'ambito del programma 'Fondi di riserva e speciali' della missione 'Fondi da ripartire' dello stato di previsione del MEF per l'anno 2014, allo scopo parzialmente utilizzando l'accantonamento relativo al Ministero del lavoro e delle politiche sociali".

3) infine, inserire il seguente periodo: "In tal caso, entro tre mesi dalla acquisizione da parte di

UIRNet Spa del progetto redatto dal Promotore di cui alla gara di concessione di servizi, prima menzionata, il soggetto attuatore unico, sentito il MIT in merito alla conformità di detto progetto all'interesse pubblico ed alla destinazione funzionale della PlN, stipula apposita convenzione con il Gestore della PlN, previa approvazione nel merito da parte del MIT stesso. Inoltre, al fine di anticipare il tempo di ritorno dell'investimento da parte del Gestore medesimo, attraverso investimenti diretti effettuati dal soggetto attuatore unico, gli enti pubblici e le società a totale partecipazione pubblica, partecipano, secondo le norme del codice civile, al capitale del soggetto attuatore unico della PlN, nel rispetto di quanto previsto dalla legge 24/12/2012 n. 228, art. 1, comma 211".

114-*ter*. Entro tre mesi dall'entrata in vigore della presente legge, considerato che la Piattaforma per la gestione della Rete logistica nazionale (PLN) è stata inserita nel programm delle infrastrutture strategiche di cui alla legge n. 443 del 2001, per effetto dell'articolo 1, comma 211 della legge 24 dicembre 2012, n. 228, considerato inoltre che per PlN allargata si intende la PLN costituita oltre che secondo le definizioni contenute nell'art. 61-*bis*, comma 4, della legge 24 marzo 2012 n. 27, anche dalle aree di sosta dedicate ai mezzi destinati al traffico logistico, dall'implementa,zione della banda larga I'ultimo miglio logistico su tutto il territorio nazionale, nonché dalle interfacce con le ulteriori Piattaforme telematiche in ambito logistico in essere o da crearsi presso i nodi logistici e intermodali, il soggetto attuatore unico della Piattaforma, UIRNet S.p.A., trasmette il progetto della Piattaforma allargata al Ministero delle infrastrutture e dei trasporti. Il Dipartimento per i trasporti, la navigazione ed il personale del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti ne cura l'istruttoria e formula la propria proposta al CIPE per l'approvazione, ai sensi degli articoli 161 e seguenti del D.lgs. 12 aprile 2006, n. 163. Rispetto al progetto della Piattaforma non trovano applicazione le previsioni contenute nell'allegato tecnico di cui all'articolo 164, comma 1, del medesimo D.Lgs. 12 aprile 2006, n. 163; a detto progetto si applicano le norme sulla progettazione di servizi eforniture, in quanto compatibili. La spesa per la progettazione di 700.000 Euro nel 2015 è a gravare sui fondi di cui al comma precedente».

1.926

CIOFFI, SCIBONA, CIAMPOLILLO, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Dopo il comma 114, inserire il seguente:

«114-*bis*. Al fine di incrementare la quota delle risorse previste all'articolo 13, comma 6, del decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito, con modificazioni, dalla legge 21 febbraio 2014, n. 9, da destinare alla realizzazione degli interventi finalizzati al miglioramento della competitività dei porti italiani e a rendere più efficiente il trasferimento ferroviario e modale all'interno dei sistemi portuali, il Fondo per il finanziamento degli interventi di adeguamento dei porti, di cui all'articolo 18-*bis* della legge 28 gennaio 1994, n. 84, è incrementato di ulteriori 5 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 75, alla Tabella B ivi richiamata, alla voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 5.000.000;

2016: ? 5.000.000.

1.927

FILIPPI, LAI, BORIOLI, CANTINI, CARDINALI, STEFANO ESPOSITO, MARGIOTTA, RANUCCI, SONEGO

Dopo il comma 114, aggiungere il seguente:

«114-*bis*. All'articolo 32 del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al comma 1 le parole: "e fino al 31 dicembre 2014" sono sostituite dalle seguenti: "e fino al 31 dicembre 2015";

b) il comma 2 è sostituito dal seguente:

"2. Agli oneri derivanti dall'attazione del comma 1, valutati in 2 milioni di euro per il 2014 e 12 milioni di euro per il 2015, si provvede mediante utilizzo per il 2014 delle somme versate entro il 15 luglio 2014 all'entrata del bilancio dello Stato ai sensi dell'articolo 148, comma 1, della legge 23

dicembre 2000, n. 388, che, alla data di entrata in vigore della legge di conversione del presente decreto, non sono state riassegnate ai pertinenti programmi e che sono acquisite, nel limite di 2 milioni di euro, definitivamente al bilancio dello Stato e per il 2015 mediante l'utilizzo di 12 milioni di euro dello stanziamento delIa tabella A, rubrica del Ministero dell'economia e delle finanze"».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 12,000.000;
2016: ? 0;
2017: ? 0.

1.928

FABBRI, RANUCCI

Dopo il comma 114, aggiungere il seguente:

«114-*bis.* All'articolo 32 del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 novembre 2014, n. 164, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al comma 1, le parole: "e fino al 31 dicembre 2014" sono sostituite dalle seguenti: "e fino al 31 dicembre 2015";

b) dopo il comma 2 è inserito il seguente:

"2-*bis.* Agli oneri derivanti dall'attuazione del comma 1 per il 2015, valutati in 12 milioni di euro, si provvede mediante l'utilizzo dello stanziamento della tabella A, rubrica del Ministero dell'economia e delle finanze"».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare la seguente variazione:*

2015: ? 12.000.000;
2016: - 0;
2017: - 0.

1.929

RANUCCI, FILIPPI, STEFANO ESPOSITO, BORIOLI, CANTINI, CARDINALI, MARGIOTTA, SONEGO

Dopo il comma 114, aggiungere il seguente:

«114-*bis.* All'articolo 32 del decreto-legge 12 settembre 2014 n. 133 convertito con modificazioni dalla legge 11 novembre 2014 n. 164 sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al comma 1, le parole: "e fino al 31 dicembre 2014" sono sostituite dalle seguenti: "e fino al 31 dicembre 2015";

b) dopo il comma 2 è inserito il seguente:

"2-*bis.* Agli oneri derivanti dall'attuazione del comma 1 per il 2015, valutati in 12 milioni di euro, si provvede mediante l'utilizzo dello stanziamento della tabella A, rubrica del Ministero dell'economia e delle finanze"».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare la seguente variazione:*

2015: ? 12.000.000.

1.930

CIOFFI

Dopo il comma 114, inserire il seguente:

«114-*bis.* Le disposizioni di cui all'articolo 32, comma 1, del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 novembre 2014, n. 164, sono prorogate per l'anno 2015».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 75, alla Tabella A ivi richiamata, voce Ministero dell'economia e delle finanze apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 3.000.000;
2016: ? 3.000.000;

2017: ? 3.000.000.

1.931

ENDRIZZI, MANGILI, LEZZI, BULGARELLI

Dopo il comma 114 inserire il seguente:

«114-*bis*. Per la prosecuzione dei programmi di intervento per la salvaguardia di Venezia e della sua laguna e il suo recupero architettonico, urbanistico, ambientale e socioeconomico di cui alla legge 29 novembre 1984, n. 798, nonché per i Comuni che insistono sulla laguna, sono stanziati 20 milioni per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, da ripartire sulla base dello stato di attuazione degli interventi risultanti da motivate relazioni da parte dei soggetti attuatori, su proposta del comitato di cui all'articolo 4 della legge 29 novembre 1984, n. 798.».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 75, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 20.000.000;
2016: ? 20.000.000;
2017: ? 20.000.000.

1.932

FILIPPI, RUSSO, LAI, BORIOLI, CARDINALI, STEFANO ESPOSITO, MARGIOTTA, RANUCCI, SONEGO, COLLINA

Dopo il comma 114 aggiungere i seguenti:

«114-*bis*. Il comma 186 dell'articolo 1 della legge 24 dicembre 2012 n. 228 è soppresso.

114-*ter*. I risparmi di spesa di cui al comma 114-*bis*. sono destinati al finanziamento dei programmi di intervento per la salvaguardia di Venezia e della sua laguna e il suo recupero architettonico, urbanistico, ambientale e socioeconomico di cui alla legge 29 novembre 1984, n. 798».

1.933

CALEO, VACCARI

Dopo il comma 114 inserire il seguente:

«114-*bis*. Al fine di garantire le attività di monitoraggio ambientale in particolare rivolte alla pianificazione degli interventi di mitigazione del rischio idrogeologico e idraulico e alle attività di protezione civile, anche attraverso la rete ondametrica nazionale, la rete mareografica nazionale e la rete mareografica della Laguna di Venezia e dell'Alto Adriatico, nonché attraverso il sistema di previsioni meteo-marine per mari e principali porti italiani, lagune e litorali nord-adriatici, la Struttura di missione di cui al decreto del Presidente del Consiglio dei ministri 27 maggio 2014 è autorizzata a rendere disponibili alle strutture statali e regionali preposte alla realizzazione di interventi relativi alle reti nazionali di monitoraggio risorse pari a 4,5 milioni di euro annui per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017 a valere sulle risorse poste nella disponibilità della Struttura di missione stessa. A tal fine e sulla base del censimento delle reti e dei sistemi esistenti, entro sessanta giorni dall'entrata in vigore della presene legge, l'ISPRA, con il concorso del Dipartimento della protezione civile della Presidenza del Consiglio dei ministri e delle strutture regionali a tal fine preposte, predispone nei limiti delle risorse rese disponibili un programma, anche finanziario, di interventi da sottoporre alla approvazione ed adozione della Struttura di missione».

1.934

CALEO, VACCARI

Dopo il comma 114 inserire il seguente:

«114-*bis*. Al fine di garantire le attività di monitoraggio ambientale in particolare rivolte alla pianificazione degli interventi di mitigazione del rischio idrogeologico e idraulico e alle attività di protezione civile, anche attraverso la Rete Ondamentrica Nazionale, la Rete Mareografica Nazionale e la Rete Mareografica della Laguna di Venezia e dell'Alto Adriatico, nonché attraverso il sistema di previsioni meteo-marine per mari e principali porti italiani, lagune e litorali nord-adriatici, la Struttura di missione di cui al dPCM 27 maggio 2014 è autorizzata a rendere disponibili alle strutture statali e regionali preposte alla realizzazione di interventi relativi alle reti nazionali di monitoraggio risorse pari

a 4,5 milioni di euro annui per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017 a valere sulle risorse poste nella disponibilità della struttura stessa».

1.935

MILO

Dopo il comma 114 inserire il seguente:

«114-*bis*. Con decreto del Ministro dell'interno, da emanare entro 90 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, sentite le associazioni maggiormente rappresentative del settore armiero sul territorio nazionale, sono definiti un protocollo per attivare le misure di sburocratizzazione dei procedimenti amministrativi, anche attraverso la digitalizzazione delle questure e delle prefetture, e misure di semplificazione delle procedure di esportazione, riguardanti il settore sportivo-venatorio e armiero nazionale. Per lo svolgimento e la realizzazione di tutte le attività relative alle competenze, previste dal periodo precedente, le amministrazioni devono provvedere con le risorse umane, strumentali e finanziarie disponibili a legislazione vigente, senza nuovi e maggiori oneri».

1.936

PICCOLI, BERTACCO, CERONI, AMIDEI

Dopo il comma 114, aggiungere il seguente:

«114-*bis*. Il sovracanone di cui alla legge 27 dicembre 1953, n. 959, e alla legge 22 dicembre 1980, n. 925, si intende dovuto per gli impianti con potenza nominale media superiore a 220 kW, nella misura prevista per le concessioni di grande derivazione elettrica e le maggiori risorse derivanti dall'applicazione della presente disposizione sono finalizzate alla realizzazione di interventi di prevenzione e di contrasto del dissesto idrogeologico.».

1.937

BOTTICI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Dopo il comma 115, aggiungere il seguente:

«115-*bis*. All'articolo 47, comma 3, secondo periodo, della legge 20 maggio 1985 n. 222, sostituire le parole: "in proporzione alle scelte espresse" con le seguenti: "in favore dello Stato"».

1.938

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 115 aggiungere il seguente:

«115-*bis*. All'articolo 17 della legge 31 dicembre 2009, n. 196, dopo il comma 1 è inserito il seguente:

"1-*bis*. In ogni caso, per la copertura finanziaria delle leggi che comportino nuovi o maggiori oneri ovvero minori entrate non possono essere utilizzate le risorse derivanti dalla quota dell'otto per mille del gettito dell'imposta sul reddito delle persone fisiche attribuita alla diretta gestione statale ai sensi dell'articolo 47, secondo comma, della legge 20 maggio 1985, n. 222"».

1.939

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 115 aggiungere il seguente:

«115-*bis*. In via sperimentale per l'anno 2015, la misura degli assegni familiari da corrispondersi al lavoratore cittadino italiano o comunitario, di cui all'articolo 33 del decreto del Presidente della Repubblica 30 maggio 1955, n. 797, e successive integrazioni e modificazioni, è aumentata dal 10 per cento in presenza di tre o più figli».

Conseguentemente:

Ai maggiori oneri derivanti dalla disposizione e stimati in 100 milioni di euro, si provvede come segue:

all'articolo 1, comma 125 sostituire le parole: «di 187,5 milioni» con le seguenti: «di 87,5 milioni».

1.940

COMAROLI, TOSATO

Al comma 116, aggiungere in fine, le seguenti parole: «i premi riconosciuti ai dipendenti dell'Agenzia

e correlati ai proventi della lotta all'evasione sono calcolati sulla base degli importi effettivamente incassati a seguito dell'attività di accertamento».

1.941

GIANLUCA ROSSI, LAI, FORNARO, GIACOBBE, GUERRA, MOSCARDELLI, RICCHIUTI, TURANO

Dopo il comma 116, inserire il seguente:

«116-*bis*. AI fine di potenziare l'azione di prevenzione e contrasto all'evasione e all'elusione fiscale, assicurando l'incremento delle entrate fiscali e il miglioramento della qualità dei servizi, l'Agenzia delle entrate, in aggiunta alle assunzioni già autorizzate o consentite dalla normativa vigente, può procedere, per gli anni 2015, 2016 e 2017, ad assunzioni di personale a tempo indeterminato nel limite di un contingente corrispondente a una spesa non superiore a 5 milioni di euro per l'anno 2015, a 10 milioni di euro per l'anno 2016 e a 20 milioni di euro per l'anno 2017, anche facendo ricorso allo scorrimento delle graduatorie degli idonei dei concorsi espletati a partire dall'anno 2012».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 5.000.000;
2016: ? 10.000.000;
2017: ? 20.000.000.

1.942

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 116 aggiungere il seguente:

«116-*bis*. È autorizzato a partire dal 1º gennaio 2015, e nell'ambito della determinazione del fabbisogno organico del Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo, lo scorrimento delle graduatorie interne relative ai concorsi per il passaggio tra le aree indetti con D.D. 24 luglio 2007. Allo scorrimento di tali graduatorie si provvede mediante reperimento delle risorse dal fondo istituito dal comma 21-*bis* del presente articolo».

Conseguentemente, dopo il comma 132, aggiungere il seguente:

«132-*bis*. È istituito un apposito fondo presso il Ministero dell'economia direttamente incrementato dai risparmi derivanti dal taglio del 60 per cento delle consulenze presso le amministrazioni pubbliche».

1.943

DE CRISTOFARO, URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 116, aggiungere il seguente:

«116-*bis*. È autorizzato, nell'ambito della determinazione del fabbisogno organico del Ministero degli affari esteri, lo scorrimento della graduatoria relativa al concorso indetto nel 2013 per il reclutamento di segretari di legazione della camera diplomatica. Allo scorrimento di tale graduatoria si provvede mediante reperimento delle risorse dal fondo istituito dal comma 21-*bis* del presente articolo.

Conseguentemente, dopo il comma 132, aggiungere il seguente:

«132-*bis*. È istituito un apposito fondo presso il Ministero dell'economia direttamente incrementato dai risparmi derivanti dal taglio del 60 per cento delle consulenze presso le amministrazioni pubbliche».

1.944

COMAROLI, TOSATO

Sopprimere il comma 117.

Conseguentemente, al camma 119, sostituire le parole: «400 milioni» *con le seguenti:* «650 milioni» *e sostituire le parole:* «250 milioni» *con le seguenti:* «500 milioni».

1.945

RICCHIUTI, LO GIUDICE, CASSON, MINEO

Sostituire il comma 117 con i seguenti:

«117. Il Fondo di cui all'articolo 81, comma 29, del decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112,

convertito, con modificazioni, dalla legge 6 agosto 2008, n. 133, è incrementato di 150 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015. L'incremento è finalizzato alla progressiva estensione su tutto il territorio nazionale della sperimentazione di cui all'articolo 60 del decreto-legge 9 febbraio 2012, n. 5, convertito, con modificazioni, dalla legge 4 aprile 2012, n. 35, intesa come sperimentazione di un apposito programma di sostegno per l'inclusione attiva, volto al superamento della condizione di povertà, all'inserimento e al reinserimento lavorativi e all'inclusione sociale.

117-*bis*. Al decreto legislativo 31 ottobre 1990, n. 346, recante testo unico delle disposizioni concernenti l'imposta sulle successioni e donazioni, le aliquote previste per le successioni e le donazioni, il trasferimento a titolo gratuito e gli atti costitutivi divincoli di destinazione, con le esclusioni delle aliquote relative all'imposta di trascrizione e all'imposta catasta le, sono aumentate di un punto percentuale».

1.946

PARENTE, ANGIONI, D'ADDA, FAVERO, FEDELI, LEPRI, MANASSERO, PEZZOPANE, SPILABOTTE

Al comma 17, sostituire le parole: «250 milioni» *con le seguenti:* «340 milioni».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 90.000.000;
2016: ? 90.000.000;
2017: ? 90.000.000.

1.947

BONFRISCO

Al comma 117, sostituire le parole: «250 milioni» *con le seguenti:* «244 milioni».

Conseguentemente:

Alla Tabella D, Missione: Immigrazione, accoglienza e garanzia dei diritti, Programma: Flussi migratori, garanzia dei diritti e interventi per lo sviluppo della coesione sociale, *sopprimere la seguente voce*: Ministero dell'interno, legge n. 379 de1 1993: Concessione di un contributo annuo dello Stato all'Unione italiana ciechi, con vincolo di destinazione all'Istituto per la ricerca; la formazione e la riabilitazione ed all'Istituto europeo ricerca. formazione, orientamento professionale: ? ART. 1, comma 1: Contributo all'Unione italiana ciechi (5.1- cap. 2316/1):

2015
? CP: ? 192.064;
CS: ? 192.064.
Totale missione
? CP: ? 192.064;
CS: ? 192.064.
2016
? CP: ? 192.064;
CS: ? 192.064.
Totale missione
? CP: ? 192.064;
CS: ? 192.064.
2017
? CP: ? 192.064;
CS: ? 192.064.
Totale missione
? CP: ? 192.064;
CS: ? 192.064.

Conseguentemente:

Alla tabella E aggiungere le seguenti voci:

Ministero del11ntemo, Legge n 24 del 1996: Concessione di un contributo annuo dello Stato all'Unione italiana ciechi: ? ART. 1, comma l: Contributo all'Unione italiana ciechi (5.1 ? cap. 2316/2):

Rifinanziamento
2015
? CP: ? 2.000.000;
CS: ? 2.000.000.
Legge stabilità
2015
? CP: ? 2.000.000;
CS: ? 2.000.000.
Rifinanziamento
2016
? CP: ? 2.000.000;
CS: ? 2.000.000.
Legge stabilità
2016
? CP: ? 2.000.000;
CS: ? 2.000.000.
Rifinanziamento
2017
? CP: ? 2.000.000;
CS: ? 2.000.000.
Legge stabilità
2017
? CP: ? 2.000.000;
CS: ? 2.000.000.
Rifinanziamento
2018 e successivi
? CP: ? 2.000.000;
CS: ? 2.000.000.
Legge stabilità
2018 e successivi
? CP: ? 2.000.000;
CS: ? 2.000.000.

Ministero dell'interno, legge n. 379 del 1993: Concessione di un contributo annuo dello Stato all'Unione italiana ciechi, con vincolo di destinazione all'Istituto per la ricerca. la formazione e la riabilitazione ed all'Istituto europeo ricerca. formazione, orientamento professionale: ?.ART. l, comma 1: Contributo all'Unione italiana ciechi (5.1- cap. 2316/1):

Rifinanziamento
2015
? CP: ? 2.000.000;
CS: ? 2.000.000.
Legge stabilità
2015
? CP: ? 2.000.000;
CS: ? 2.000.000.
Rifinanziamento
2016
? CP: ? 2.000.000;
CS: ? 2.000.000.

Legge stabilità
2016
? CP: ? 2.000.000;
CS: ? 2.000.000.
Rifinanziamento
2017
? CP: ? 2.000.000;
CS: ? 2.000.000.
Legge stabilità
2017
? CP: ? 2.000.000;
CS: ? 2.000.000.
Rifinanziamento
2018 e successivi
? CP: ? 2.000.000;
CS: ? 2.000.000.
Legge stabilità
2018 e successivi
? CP: ? 2.000.000;
CS: ? 2.000.000.

Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo, legge n. 282 del 1998: Concessione di un contributo annuo dello Stato all'Unione italiana ciechi. con vincolo di destinazione al Centro nazionale del libro parlato, e al Centro internazionale del libro parlato di Feltre: ? ART. l, comma l: Contributo all'Unione italiana ciechi (1.10 ? cap. 3631/3)

Commento

Stanziamento di 6 milioni di euro complessivi per le attività dell'Unione Italiana dei Ciechi e degli Ipovedenti a sostegno delle persone con disabilità visiva di cui alle leggi n. 24 del 1996, n. 379 del 1993 e n. 282 del 1998.

1.948

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, MUNERATO

Al comma 117, sostituire le parole: «250 milioni» *con le seguenti:* «244 milioni».

Conseguentemente:

Alla Tabella D, Missione: Immigrazione, accoglienza e garanzia dei diritti, Programma: Flussi migratori, garanzia dei diritti e interventi per lo sviluppo della coesione sociale, sopprimere la seguente voce: Ministero dell'Interno, Legge n. 379 del 1993: Concessione di un contributo annuo dello Stato all'Unione italiana ciechi, con vincolo di destinazione all'Istituto per la ricerca, la formazione e la riabilitazione ed all'Istituto europeo ricerca, formazione, orientamento professionale: ? ART. 1, comma l: Contributo all'Unione italiana ciechi (5.1- cap. 2316):

2015
? CP: ? 192.064;
CS: ? 192.064.
Totale missione
? CP: ? 192.064;
CS: ? 192.064.
2016
? CP: ? 192.064;
CS: ? 192.064.
Totale missione
? CP: ? 192.064;
CS: ? 192.064.

2017
? CP: ? 192.064;
CS: ? 192.064.
Totale missione
? CP: ? 192.064;
CS: ? 192.064.
Conseguentemente:
Alla tabella E aggiungere la seguente voce: Ministero dell'interno, Legge n. 24 de11996: Concessione di un contributo annuo dello Stato all'Unione italiana ciechi: ?ART. 1, comma 1: Contributo all'Unione italiana ciechi (5.1 ? cap. 2316/2):
Rifinanziamento
2015
? CP: ? 5.800.000;
CS: ? 5.800.000.
Legge stabilità
2015
? CP: ? 5.800.000;
CS: ? 5.800.000.
Rifinanziamento
2016
? CP: ? 5.800.000;
CS: ? 5.800.000.
Legge stabilità
2016
? CP: ? 5.800.000;
CS: ? 5.800.000.
Rifinanziamento
2017
? CP: ? 5.800.000;
CS: ? 5.800.000.
Legge stabilità
2017
? CP: ? 5.800.000;
CS: ? 5.800.000.
Rifinanziamento
2018 e successivi
? CP: ? 5.800.000;
CS: ? 5.800.000.
Legge stabilità
2018 e successivi
? CP: ? 5.800.000;
CS: ? 5.800.000.

1.949

TOSATO, COMAROLI

Al comma 117, aggiungere, in fine, le seguenti parole: «All'articolo 81, comma 29, del decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito con modificazioni, dalla legge 6 agosto 2008, n. 113», *dopo le parole:* «dei cittadini» *sono inserite le seguenti:* «italiani e comunitari».

1.950

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 117, aggiungere, in fine, il seguente periodo: «Le risorse assegnate ai comuni a valere sul

medesimo Fondo, e non erogate per le finalità di cui al suddetto decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112 e successive modifiche e integrazioni, nonché per le finalità di cui all'articolo 60, decreto-legge 9 febbraio 2012, n. 5, convertito dalla legge 4 aprile 2012, n. 35, come integrato dall'articolo 3 del decreto-legge 28 giugno 2013, n. 76, convertito dalla legge 9 agosto 2013, n. 99, e dal comma 1, comma 216, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, devono essere comunque utilizzate per interventi e iniziative volte al contrasto del disagio sociale e della povertà».

1.951

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 117, aggiungere, in fine, il seguente periodo: «Al fine di sostenere efficacemente un programma di inclusione sociale e contrasto alla povertà, le risorse di cui al presente comma, sono finalizzate al finanziamento su tutto il territorio nazionale della sperimentazione di cui all'articolo 60 del decreto-legge 9 febbraio 2012, n. 5, convertito dalla legge 4 aprile 2012, n. 35, secondo le modalità attuative di cui all'articolo 3 del decreto-legge 28 giugno 2013, n. 76, convertito dalla legge 9 agosto 2013, n. 99, e come integrato dal comma l, comma 216, ultimo periodo, della legge 27 dicembre 2013, n. 147».

1.952

PUGLIA, CIOFFI, SCIBONA, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Dopo il comma 117, aggiungere il seguente:

«117-*bis*. Il Fondo Nazionale per il concorso finanziario dello Stato agli oneri del trasporto Pubblico Locale anche ferroviario di cui al comma 1 dell'articolo 16-*bis* del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135 è incrementato di 200 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

Conseguentemente all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 200.000.000 euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

1.953

FUCKSIA

Dopo il comma 117, aggiungere il seguente:

«117-*bis*. All'articolo 81, comma 29, del decreto legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 agosto 2008, n. 133, dopo le parole: "cittadini meno abbienti", sono aggiunte le seguenti parole: "la cui età sia pari o superiore a 65 anni o che presentino un grado di invalidità non inferiore al 67%"».

1.954

BUCCARELLA, MANGILI, LEZZI, CATALFO, PAGLINI, PUGLIA, AIROLA

Al comma 118, sostituire il primo periodo con il seguente:

«Lo stanziamento del Fondo nazionale per le politiche sociali di cui all'articolo 20, comma 8, della legge 8 novembre 2000, n. 328, è incrementato di 600 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015».

Conseguentemente al comma 9, capoverso: «1-*bis*», *sostituire i numeri* 1) *e* 2) *con i seguenti:*

«*1)* 840 euro, se il reddito complessivo non è superiore a 24.000 euro;

2) 840 euro, se il reddito complessivo è superiore a 24.000 euro ma non a 26.000 euro. Il credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra l'importo di 26.000 euro, diminuito del reddito complessivo, e l'importo di 2.000 euro».

1.955

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO

Al comma 118, sostituire la parola: «300», *con la seguente:* «550».

Conseguentemente, all'articolo 1 sopprimere il comma 117.

1.956

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO

Al comma 118, apportare le seguenti modifiche:

a) sostituire la parola: «300» con la seguente: «487,5»;

b) dopo le parole: «obiettivi di servizio», inserire le seguenti: «il piano è incentrato sulla ristrutturazione degli immobili comunali in disuso al fine di concederne in convenzione l'utilizzo a titolo gratuito agli operatori privati del settore che si impegnano a mantenere i costi per l'accesso dei bambini alle strutture nel rispetto della media delle rette applicate dai nidi pubblici e privati presenti nella zona territoriale; ad assumere prioritariamente personale dalle liste dei lavoratori socialmente utili aventi profili e competenze coerenti con le mansioni richieste.

Conseguentemente, all'articolo 1, sopprimere il comma 125.

1.957

SUSTA, DI BIAGIO

Al comma 118, apportare le seguenti modificazioni:

? sostituire le parole «300 milioni» con le seguenti «400 milioni»;

? aggiungere, in fine, i seguenti periodi: «Una quota del fondo di cui al comma 118 pari a 100 milioni di euro per gli anni 2015, 2016 e 2017 è destinata all'avvio sperimentale di un programma di *screening* per la diagnosi precoce dei disturbi dello spettro autistico, sulla base delle linee guida nazionali ed internazionali in materia di *screening* neonatale. Con decreto del Ministro della Salute, da adottare entro quarantacinque giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, acquisito il parere dell'Istituto Superiore di Sanità e previa intesa in sede di Conferenza Stato-Regioni di cui all'articolo 2 del decreto legislativo 28 agosto 1997, n. 281, sono disciplinati i criteri e le modalità di: *a)* applicazione sulla popolazione neonatale entro i diciotto mesi di vita di un protocollo di valutazione del neuro-sviluppo finalizzato all'individuazione precoce e al trattamento tempestivo dei Disturbi dello Spettro Autistico (DSA) consistente: ? nella somministrazione del questionario M-CHAT/R (Modified Checklist for Autism in Toddlers, Revised) da parte dei pediatri di base; ? nell'Intervista di *follow-up* da parte di un operatore appositamente formato, in caso di punteggi della M-CHAT/R compatibili con una, condizione di rischio per i Disturbi dello Spettro Autistico (DSA); ? nell'invito ai genitori a consulta re uno specialista per i Disturbi pervasivi dello Sviluppo (DPS) dei Servizi di neuropsichiatria dell'età evolutiva, per una valutazione diagnostica approfondita, in caso di punteggi dell'intervista compatibili con una condizione di rischio per i Disturbi dello Spettro Autistico (DSA); *b)* organizzazione del servizio a livello territoriale, nel rispetto delle competenze e delle attribuzioni delle Regioni e delle Province autonome di Trento e di Bolzano; *c)* elaborazione e presentazione di un Piano regionale attuativo del programma di *screening*, vincolante per l'assegnazione della quota di finanziamento nazionale; *d)* monitoraggio degli esiti degli *screening*, al fine di rendere disponibili i dati per una verifica dell'efficacia del protocollo attuato. Con successivo decreto del Presidente del Consiglio dei ministri, su proposta del Ministero dell'economia e delle finanze, di concetto con il Ministero della Salute, previa intesa in sede di Conferenza Stato-Regioni di cui all'articolo 2 del decreto legislativo 28 agosto 1997, n. 281, sono individuati i criteri di riparto delle risorse di cui al comma 118-*bis* tra le Regioni che abbiano presentato un piano attuativo specifico per l'avvio sperimentale del programma di *screening*, anche tenendo conto del bacino di utenza Coinvolto, delle risorse finanziarie proprie specificamente destinate dalla singola Regione a tal fine».

Conseguentemente,

alla Tabella A voce Ministero dell'Economia e delle Finanze, apportare le seguenti variazioni

? 2015: ? 50.000.000;

? 2016: ? 50.000.000;

? 2017: ? 50.000.000.

all'articolo 1, comma 116, sostituire le parole: «100 milioni», con le seguenti: «50 milioni».

1.958

DE PETRIS, URAS

Al comma 118, aggiungere, in fine, le seguenti parole: «, di cui un milione in ragione annua è destinato all'attuazione di misure in favore dell'invecchiamento attivo».

1.959

SUSTA, DI BIAGIO

Dopo il comma 118, inserire i seguenti:

«118-*bis*. Una quota del fondo di cui al comma 118 pari a 60 milioni di euro per gli anni 2015, 2016 e 2017 è destinata all'avvio sperimentale di un programma di screening per la diagnosi precoce dei disturbi dello spettro autistico, sulla base delle linee guida nazionali ed internazionali in materia di *screening* neonatale. Con decreto del Ministro della Salute, da adottare entro quarantacinque giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, acquisito il parere dell'Istituto Superiore di Sanità e previa intesa in sede di Conferenza Stato-Regioni di cui all'articolo 2 del decreto legislativo 28 agosto 1997, n. 281, sono disciplinati i criteri e le modalità di: *a)* applicazione sulla popolazione neonatale entro i diciotto mesi di vita di un protocollo di valutazione del neuro-sviluppo finalizzato all'individuazione precoce e al trattamento tempestivo dei Disturbi dello Spettro Autistico (DSA) consistente: ? nella somministrazione del questionario M-CHAT /R (Modified Checklist for Autism in Toddlers, Revised) da parte dei pediatri di base; ? nell'intervista di *follow-up* da parte di un, operatore appositamente formato, in caso di punteggi della M-CHAT/R compatibili con una condizione di rischio per i Disturbi dello Spettro Autistico (OSA); ? nell'invito ai genitori a consultare uno specialista per i Disturbi pervasivi dello Sviluppo (DPS) dei Servizi di neuropsichiatria dell'Età evolutiva, per una valutazione diagnostica approfondita, in caso di punteggi dell'Intervista compatibili con una condizione di rischio per i Disturbi dello Spettro Autistico (DSA); *b)* organizzazione del servizio a livello territoriale, nel rispetto delle competenze e delle attribuzioni delle Regioni e delle Province autonome di Trento e di Bolzano; *c)* elaborazione e presentazione di un piano regionale attuativo del programma di screening, vincolante per l'assegnazione della quota di finanziamento nazionale; *d)* monitoraggio degli esiti degli *screening*, al fine di rendere disponibili i dati per una verifica dell'efficacia del protocollo attuato.

118-*ter*. Con successivo decreto del Presidente del Consiglio dei ministri, su proposta del Ministero dell'economia e delle finanze, di concerto con il Ministero della Salute, previa intesa in sede di Conferenza Stato-Regioni di cui all'articolo 2 del decreto legislativo 28 agosto 1997, n. 281, sono individuati i criteri di riparto delle risorse di cui al comma 118-*bis* tra le Regioni che abbiano presentato un piano attuativo specifico per l'avvio sperimentale del programma di *screening*, anche tenendo conto del bacino di utenza coinvolto, delle risorse finanziarie proprie specificamente destinate dalla singola Regione a tal fine».

1.960

DE PIETRO, URAS, ORELLANA, BENCINI, ARRIGONI, PUPPATO, CASALETTO, GAMBARO, MASTRANGELI, PAGLIARI, BIANCONI

Dopo il comma 118, aggiungere i seguenti:

«118-*bis*. È istituito presso il Ministero del lavoro e delle politiche sociali un Osservatorio nazionale sul daltonismo, di seguito denominato "Osservatorio", presieduto dal Ministro del lavoro e delle politiche sociali.

118-*ter*. L'Osservatorio ha lo scopo di monitorare la legislazione e la produzione documentale dello Stato italiano e della pubblica amministrazione centrale e periferica al fine di evitare ai daltonici situazioni di discriminazione e disagio sociale, proporre iniziative di divulgazione nelle scuole e negli uffici pubblici, sviluppare nei daltonici la presa di coscienza della propria condizione, organizzare mostre e iniziative sociali sul modello di altre già in corso per condizioni di disagio sociale o sanitario similari.

118-*quater*. L'Osservatorio predispone annualmente un piano nazionale di azione e di interventi per la tutela dei diritti e il miglioramento della qualità della vita dei soggetti affetti da daltonismo, di seguito denominato "piano nazionale", con l'obiettivo di conferire priorità ai programmi riferiti a tali soggetti e di rafforzare la cooperazione scientifica per l'individuazione di nuove tecnologie atte al superamento delle condizioni di disagio per i daltonici e per sviluppare una migliore qualità di vita.

118-*quinquies*. Il primo piano nazionale è adottato entro un anno dalla data di entrata in vigore

della presente legge e le attività e iniziative ivi previste sono finanziate attraverso il Fondo di cui al comma 118».

1.961

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, MUNERATO

Dopo il comma 118, aggiungere il seguente:

«118-*bis*. A decorrere dal 2015, è attribuito un contributo di 6 milioni di euro per le attività delL'Unione italiana dei ciechi e degli ipovedenti di cui alla legge 3 agosto 1998, n. 282, alla legge 12 gennaio 1996, n. 24 e alla legge 23 settembre 1993, n. 379».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 125, sostituire le parole: «187,5 milioni» *con le seguenti:* «181,5 milioni».

1.962

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, MUNERATO

Dopo il comma 118, aggiungere il seguente:

«118-*bis*. È attribuito un contributo di 6 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015 per le attività dell'Unione Italiana dei ciechi e degli ipovedenti di cui alte leggi 3 agosto 1998 n. 282, legge 12 gennaio 1996, n. 24 legge 23 settembre 1993, n. 379».

Conseguentemente al comma 125 sostituire le parole: «187,5 milioni» *con le seguenti:* «181,5 milioni».

1.963

SAGGESE

Dopo il comma 118, aggiungere il seguente:

«118-*bis*. Per favorire l'attività dell'Unione italiana dei ciechi e degli ipovedenti di cui alla legge 23 settembre 1993, n. 379, alla legge 12 gennaio 1996, n. 24, e alla legge 3 agosto 1998, n. 282, per l'anno 2015 è stanziato un contributo pari a 6 milioni di euro».

Conseguentemente, al comma 132 sostituire le parole: «22,8 milioni di euro per l'anno 2016» *con le seguenti:* «16,8 milioni di euro per l'anno 2016».

1.964

CATALFO, PUGLIA, PAGLINI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Dopo il comma 118, aggiungere il seguente:

«118-*bis*. La dotazione del Fondo per il diritto al lavoro dei disabili di cui al comma 4 dell'articolo 13 della legge 12 marzo 1999, n. 68, è incrementata di 20 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017.»

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 20.000.000;
2016: ? 20.000.000;
2017: ? 20.000.000.

1.965

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 118 inserire il seguente:

«118-*bis*. per garantire alle famiglie la gratuità dei servizi socio educativi per l'infanzia è istituito presso il ministero del lavoro e delle politiche sociali un fondo con una dotazione di 500 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 500 milioni di euro a decorrere dal 2015».

1.966

CATALFO, PAGLINI, PUGLIA, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI, AIROLA

Sostituire il comma 119 con il seguente:

«119. Lo stanziamento del Fondo per le non auto sufficienze di cui all'artico lo 1, comma 1264 della legge 27 dicembre 2006, n. 296, anche ai fini del finanziamento degli interventi a sostegno delle persone affette da sclerosi laterale amiotrofica, è incrementato di un importo non inferiore ai 600 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere infine le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 10.000.0000 a decorrere dall'anno 2015».

1.967

BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Sostituire il comma 119 con il seguente:

«119. Lo stanziamento del Fondo per le non autosufficienze di cui all'articolo 1, comma 1264 della legge 27 dicembre 2006, n. 296, è incrementato di un importo 'non inferiore a 600 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015».

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa .di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 200 milioni di euro per il 2015 e a 350 milioni di euro a decorrere dal 2016».

1.968

COMAROLI, TOSATO

Apportare le seguenti modifiche:

a) al comma 119 sopprimere le seguenti parole: «anche ai fini del finanziamento degli interventi a sostegno delle persone affette da sclerosi laterale amiotrofica»;

b) dopo il comma 119 inserire il seguente:

«119-*bis*. Per garantire gli interventi a sostegno delle persone affette da sclerosi laterale amiotrofica, è istituito presso il ministero della salute un fondo con una dotazione di 250 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015».

Conseguentemente, all'articolo 1 sopprimere il comma 117.

1.969

COMAROLI, TOSATO

Al comma 119 sostituire le cifre: «400» *e* «250» *con la seguente:* «787,5».

Conseguentemente all'articolo 1 sopprimente i commi 116, 117, 125 e 126.

1.970

COMAROLI, TOSATO

Al comma 119, sostituire le parole: «400 milioni» *con le seguenti:* «587,5 milioni» *e sostituire le parole:* «250 milioni» *con le seguenti:* «437,5 milioni».

Conseguentemente, sopprimere il comma 125.

1.971

COMAROLI, TOSATO

Al comma 119, sostituire le parole: «400 milioni di euro per l'anno 2015 e di 250 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2016» *con le seguenti:* «510 milioni di euro per l'anno 2015 e di 360 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2016».

Conseguentemente sopprimere Il comma 207 dell'articolo 2.

1.972

DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Al comma 119, sostituire le parole: «400 milioni di euro per l'anno 2015 e di 250 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2016», *con le parole:* «350 milioni di euro annui a decorrere dal 2015. Il Fondo è altresì incrementato di 150 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015, da destinare esclusivamente, in aggiunta alle risorse previste dal medesimo Fondo come incrementato dal presente comma, in favore degli interventi di assistenza domiciliare per le persone affette da disabilità gravi e gravissime, ivi

incluse quelle affette da sclerosi laterale amiotrofica».

Conseguentemente, al comma 112 sostituire le parole: «250 milioni», *con le parole:* «100 milioni».

Conseguentemente, all'articolo 3, dopo il comma 28 inserire i seguenti:

«28-*bis*. Al comma 5-*bis* dell'articolo 96 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, le parole: "nei limiti del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nei limiti del 95 per cento".

28-*ter*. Al decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 6:

1) al comma 8, le parole: "nella misura del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nella misura del 95 per cento";

2) al comma 9, le parole: "nella misura del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "della misura del 95 per cento";

b) all'articolo 7, comma 2, le parole: "nella misura del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nella misura del 95 per cento"».

1.973

PICCOLI, AMIDEI

Al comma 119, sostituire le parole: «è incrementato di 400 milioni di euro per l'anno 2015 e di 250 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2016»*, con le seguenti:* «è incrementato di 400 milioni per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata Tabella C.

1.974

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO

Al comma 119, sostituire la parola: «250»*, con la seguente:* «500».

Conseguentemente, all'articolo 1, sopprimere il comma 117.

1.975

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 119, inserire i seguenti:

«119-*bis*. Per la realizzazione di un piano straordinario di intervento per lo sviluppo del sistema territoriale dei servizi socio educativi presso il Ministero del lavoro e delle politiche sociali è istituito un fondo denominato "potenziamento offerta dei servizi socioeducativi", la cui dotazione per l'anno 2015 è pari a 100 milioni di euro.

119-*ter*. Fatte salve le competenze delle regioni, delle province autonome di Trento e di Bolzano e degli enti locali, nelle more dell'attuazione dell'articolo 119 della Costituzione, il Ministro del lavoro e delle politiche sociali, di concerto con il Ministro dell'Interno promuove, ai sensi dell'articolo 8, comma 6, della legge 5 giugno 2003, n. 131, una intesa in sede di Conferenza unificata di cui all'articolo 8 del decreto legislativo 28 agosto 1997, n. 281, avente ad oggetto il riparto di una somma di 100 milioni di euro per l'anno 2015. Nell'intesa sono stabiliti, sulla base dei principi fondamentali contenuti nella legislazione statale, i livelli essenziali delle prestazioni e i criteri e le modalità sulla cui base le regioni attuano un piano straordinario di intervento per lo sviluppo del sistema territoriale dei servizi socio-educativi.

119-*quater*. nell'obiettivo comune della copertura territoriale del 33 per cento fissato dal Consiglio europeo di Lisbona del 23-24 marzo 2000 e di attenuare gli squilibri esistenti tra le diverse aree del Paese, il piano di cui al comma 119-*ter* è incentrato sulla ristrutturazione degli immobili comunali in disuso al fine di concederne in convenzione l'utilizzo a titolo gratuito agli operatori privati del settore che si impegnano:

a) a mantenere i costi per l'accesso dei bambini alle strutture nel rispetto della media delle rette applicate dai nidi pubblici e privati presenti nella zona territoriale;

b) ad assumere prioritariamente personale dalle liste dei lavoratori socialmente utili, aventi

profili e competenze coerenti con le mansioni richieste».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 125 sostituire le parole: «di 187,5 milioni»*, con le seguenti:* «di 87,5 milioni».

1.976

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 119, inserire i seguenti:

«119-*bis*. Per la realizzazione di un piano straordinario di intervento per la presa in carico dei genitori separati che a causa della loro condizione vivono in situazioni di disagio sociale è istituito un fondo denominato «misure di sostegno ai genitori separati», la cui dotazione per l'anno 2015 è pari a 100 milioni di euro.

119-*ter*. Fatte salve le competenze delle regioni, delle province autonome di Trento e di Bolzano e degli enti locali, nelle more dell'attuazione dell'articolo 119 della Costituzione, il Ministro dell'economia, di concerto con il Ministro del lavoro e delle politiche sociali, promuove, ai sensi dell'articolo 8, comma 6, della legge 5 giugno 2003, n. 131, una intesa in sede di Conferenza unificata di cui all'articolo 8 del decreto legislativo 28 agosto 1997, n. 281, avente ad oggetto il riparto di una somma di 100 milioni di euro per l'anno 2014, 2015, 2016. Nell'intesa sono stabiliti, sulla base dei princìpi fondamentali contenuti nella legislazione statale, i livelli essenziali delle prestazioni e i criteri e le modalità sulla cui base le regioni attuano un piano straordinario di intervento per lo sviluppo del sistema territoriale dei servizi sociali finalizzati alla presa in carico dei genitori separati che a causa della loro condizione vivono in situazioni di disagio sociale.

119-*quater*. Il piano straordinario di cui al comma 119-*ter* deve prevedere interventi finalizzati al sostegno economico, al sostegno abitativo, a facilitare l'accesso al credito per i genitori separati in condizioni di disagio sociale anche con misure mirate a potenziare su tutto il territorio nazionale la 'rete dei Centri di Assistenza e Centri Mediazione Familiari».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 125 sostituire le parole: «di187,5 milioni» *con le seguenti:* «di 87,5 milioni».

1.977

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 119, inserire i seguenti:

«119-*bis*. Per la realizzazione di un piano straordinario per interventi mirati alla presa in carico delle persone disabili e delle loro famiglie è istituito, presso il Ministero della salute, un fondo denominato "Dopo di noi", la cui dotazione per l'anno 2015 è pari a 100 milioni di euro.

119-*ter*. In via sperimentale per l'anno 2015, fatte salve le competenze delle regioni, delle province autonome di Trento e di Bolzano e degli enti locali, nelle more dell'attuazione dell'artico lo 119 della Costituzione, il Ministro del lavoro e delle politiche sociali promuove, ai sensi dell'articolo 8, comma 6, della legge 5 giugno 2003, n. 131, un'intesa in sede di Conferenza unificata di cui all'articolo 8 del decreto legislativo 28 agosto 1997, n. 281, e successive modificazioni, avente ad oggetto il riparto di una somma di 100 milioni di euro per l'anno 2015. Nell'intesa sono stabiliti, sulla base dei princìpi fondamentali contenuti nella legislazione statale, i livelli essenziali delle prestazioni e i criteri e le modalità sulla cui base le regioni attuano un piano straordinario di intervento per l'adozione di progetti individualizzati diretti a migliorare la qualità della vita e l'assistenza delle persone in condizione di gravità cui all'articolo 3, comma 3, della legge 5 febbraio 1992, n. 104, che restano prive di un adeguato sostegno familiare».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 125 sostituire le parole: «di 187,5 milioni»*, con le seguenti:* «di 87,5 milioni».

1.978

CENTINAIO, ARRIGONI, CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 119, inserire il seguente:

«119-*bis*. A valere sulle risorse di cui all'articolo 20 della legge 11 marzo 1988, n. 67, è autorizzata la spesa in conto capitale di 35 milioni di euro, per l'anno 2015, per le finalità di cui al

comma 320 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2013, n. 147».

1.979

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 119, inserire il seguente:

«119-*bis*. All'articolo 188, comma 3 del decreto legislativo 30 aprile 1992, n. 285, aggiungere, in fine, le seguenti parole: "né all'obbligo del pagamento di una somma per il parcheggio o la sosta nei posteggi delimitati da segnaletica blu a pagamento"».

1.980

BATTISTA, ZELLER, PALERMO, PANIZZA, LANIECE, FAUSTO GUILHERME LONGO, ROMANO

Dopo il comma 119, inserire il seguente: «119-*bis.* Per favorire l'attività dell'Unione Italiana dei Ciechi e degli Ipovedenti di cui alla legge 3 agosto 1998, n. 282, alla legge 12 gennaio 996, n. 24 e alla legge 23 settembre 1993, n. 379, è stanziato per l'anno 2015 un contributo pari a 3 milioni di euro».

Conseguentemente al comma 119, sostituire le parole: «400 milioni»*, con le seguenti:* «403 milioni».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 3.000.000.

1.981

LEPRI, AMATI, ANGIONI, BERTUZZI, CANTINI, COCIANCICH, COLLINA, CUOMO, DALLA ZUANNA, D'ADDA, DEL BARBA, DI GIORGI, STEFANO ESPOSITO, FATTORINI, FAVERO, ELENA FERRARA, MANASSERO, MAURO MARIA MARINO, MORGONI, MOSCARDELLI, PAGLIARI, PARENTE, PEZZOPANE, RUTA, SCALIA, SPILABOTTE

Dopo il comma 119, aggiungere i seguenti:

«119-*bis*. Il contributo compensativo annuo concesso all'Unione italiana ciechi ai sensi dell'articolo 1 della legge 12 gennaio 1996, n. 24, per l'anno 2105, è fissato in 2 milioni di euro.

119-*ter*. Il contributo annuo concesso all'Unione italiana ciechi ai sensi dell'articolo 1 della legge 23 settembre 1993, n. 379, per l'anno 2015 è fissato in 2,8 milioni di euro».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 4.8000.000;
2016: ? ;
2017: ? .

1.982

FRAVEZZI, BATTISTA, FAUSTO GUILHERME LONGO, PALERMO, ZIN, PUPPATO, BIGNAMI

Dopo il comma 119, inserire il seguente:

«119-*bis*. A decorrere dall'anno 2015 il contributo annuo concesso all'Unione italiana ciechi ai sensi dell'articolo 1 della legge 23 settembre 1993, n. 379, è incrementato di 2 milioni di euro».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 2.000.000;
2016: ? 2.000.000;
2017: ? 2.000.000.

1.983

FRAVEZZI, BATTISTA, FAUSTO GUILHERME LONGO, PALERMO, ZIN, PUPPATO, BIGNAMI

Dopo il comma 119, inserire il seguente:

«119-*bis*. A decorrere dall'anno 2015 il contributo compensativo di cui alla legge 12 gennaio 1996, n. 24, è incrementato di 2 milioni di euro».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 2.000.000;
2016: ? 2.000.000;
2017: ? 2.000.000.

1.984

RUTA, BERTUZZI, GUERRIERI PALEOTTI

Dopo il comma 119, inserire il seguente:

«119-*bis*. Al fine di proseguire le attività dell'Associazione nazionale privi della vista ed ipovedenti (ANPVI ONLUS), organizzazione non lucrativa ,di utilità sociale riconosciuta con decreto del Presidente della Repubblica n. 126 del 13 febbraio 1981, è autorizzata la spesa di 300.000 euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 300.000;
2016: ? 300.000;
2017: ? 300.000.

1.985

PARENTE, ANGIONI, D'ADDA, FAVERO, MANASSERO, PEZZOPANE, SPILABOTTE

Dopo il comma 119, aggiungere il seguente:

«119-*bis*. La dotazione del Fondo nazionale per l'infanzia e l'adolescenza, di cui all'articolo 1 della legge 28 agosto 1997, n. 285, limitatamente alle risorse destinate ai comuni di cui al comma 2, secondo periodo, dello stesso articolo 1, è incrementata di 5 milioni di euro per gli anni 2015, 2016 e 2017».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;
2016: ? 5.000.000;
2017: ? 5.000.000.

1.986

LEPRI, ANGIONI, CANTINI, COCIANCICH, COLLINA, CUOMO, D'ADDA, DALLA ZUANNA, DEL BARBA, DI GIORGI, STEFANO ESPOSITO, FATTORINI, FAVERO, ELENA FERRARA, MANASSERO, MAURO MARIA MARINO, MATTESINI, MORGONI, MOSCARDELLI, PAGLIARI, PARENTE, PEZZOPANE, SCALIA, SPILABOTTE

Dopo il comma 119, aggiungere il seguente:

«119-*bis*. La dotazione del fondo per il diritto al lavoro dei disabili di cui al comma 4 dell'articolo 13 della legge 12 marzo 1999, n. 68, è incrementata di 20 milioni di euro per l'anno 2015».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 20.000.000;
2016: ? ;
2017: ? .

1.987

SUSTA

Dopo il comma 119, aggiungere il seguente:

«119-*bis*. Per incrementare l'innovatività e l'efficienza del sistema sanitario nazionale nella assistenza e cura dei tumori e sostenere le attività di ricerca scientifica e biomedica in campo oncologico è autorizzata la spesa di 15 milioni di euro per l'anno 2015, 10 milioni di euro per l'anno 2016 e 10 milioni di euro per l'anno 2017 a completamento degli interventi di cui all'articolo 52, comma 21, della legge 27 dicembre 2002, n. 289».

Conseguentemente al comma 116 del medesimo articolo, sostituire le parole: «100 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015» *con le seguenti:* «85 milioni di euro per l'anno 2015, 90 milioni di euro per ciascuno degli anni 2016 e 2017, 100 milioni di euro a decorrere dall'anno 2018».

1.988

GUALDANI

Dopo il comma 119, aggiungere il seguente:

«119-*bis*. Per la funzionalità del Comitato nazionale permanente per il microcredito, istituito ai sensi dell'articolo 4-*bis*, comma 8, del decreto-legge 10 gennaio 2006, n. 2, convertito dalla legge 11 marzo 2006, n. 81, è assegnato un contributo annuale di 2 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 2.000.000;
2016: ? 2.000.000;
2017: ? 2.000.000.

Conseguentemente, alla tabella D, Ministero dello sviluppo economico, *Missione* Competitività e sviluppo delle imprese, *Programma* Vigilanza sugli enti sul sistema cooperativo e sulle gestioni commissariali *sopprimere la voce* decreto-legge n. 78 del 2010. Art. 7, comma 31: Manovra - Art. 7 Soppressione ed incorporazione Enti e organismi pubblici (1.2 ? Cap. 2302).

1.989

TAVERNA, SIMEONI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Dopo il comma 119, inserire il seguente:

«119-*bis*. All'articolo 1, comma 229, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, sostituire le parole "cinque milioni di euro" con le seguenti: "quindici milioni di euro"».

Conseguentemente, alla Tabella A, Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 10.000.000;
2016: ? 10.000.000;
2017: ? 10.000.000.

1.990

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 119, aggiungere il seguente:

«119-*bis*. Al fine di incrementare le attività di assistenza e sostegno alle donne vittima di violenza e ai loro figli, di cui alli articolo 5, comma 2, lettera *d)*, del decreto-legge 14 agosto 2013, n. 93, convertito nella legge 15 ottobre 2013, n. 119, le risorse a favore dei servizi territoriali, dei centri antiviolenza e dei servizi di assistenza alle donne vittime di violenza, di cui all'articolo 5 e 5-*bis*, del suddetto decreto, sono incrementate a decorrere dall'anno 2015 di 20 milioni di euro».

Conseguentemente, al comma 121, sostituire le parole: «200 milioni» *con le seguenti:* «180 milioni».

1.991

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA

Dopo il comma 119, aggiungere il seguente:

«119-*bis*. Il Fondo di cui all'articolo 6, comma 5, del decreto-legge 31 agosto 2013, n. 102, convertito dalla legge 28 ottobre 2013, n. 124, è incrementato di 40 milioni di euro per ciascun anno del triennio 2015-2017».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 75, Tabella A allegata, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti modifiche:

2015: ? 40.000.000;
2016: ? 40.000.000;
2017: ? 40.000.000.

1.992

ZELLER, BERGER, LANIECE, BATTISTA, FRAVEZZI, PANIZZA, PAGANO

Dopo il comma 119, inserire i seguenti:

«119-*bis*. Il comma 277 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2013, n. 147, è sostituito dal seguente: "277. Per ampliare il panorama dei servizi culturali per i non vedenti e gli ipovedenti dell'Italia meridionale, delle isole maggiori e dei Paesi del Mediterraneo, è erogato un contributo straordinario di 500 mila euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, da destinare al funzionamento del Polo tattile multimediale della Stamperia regionale Braille ONLUS di Catania. Nell'anno 2015, le somme eventualmente residue del contributo al Polo tattile per l'anno 2014 sono mantenute a bilancio per essere utilizzate al medesimo scopo".

119-*ter*. All'onere derivante dall'attuazione del comma 119-*bis*, pari a 500 mila euro .per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, si provvede mediante corrispondente riduzione della voce "Fondi da ripartire" del Ministero dell'economia e delle finanze, di cui all'elenco n. 3 allegato al comma 45 dell'articolo 2. Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307, così come incrementato, a decorrere dal 2015, dal comma 132 del presente articolo».

1.993

CENTINAIO, ARRIGONI, CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 119, inserire il seguente:

«119-*bis*. Per le finalità di cui al comma 320 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2013, n. 147, è autorizzata la spesa in conto capitale di 35 milioni di euro, per l'anno 2015».

Conseguentemente, all'articolo 2, al comma 207, sostituire le parole: «di 110 milioni di euro annui»*, con le seguenti:* «di 75 milioni per l'anno 2015 e di 110 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2016».

1.994

PETRAGLIA, URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Dopo il comma 119, aggiungere il seguente:

«119-*bis*. Al fine di consentire il finanziamento di almeno 1.000 contratti/borse di studio da destinare agli specializzandi non medici iscritti alle scuole di specializzazione di area sanitaria, sono stanziati 60 milioni di euro a decorrere dal 2015».

Conseguentemente, al comma 121, sostituire le parole: «200 milioni»*, con le seguenti:* «140 milioni».

1.995

FAVERO, FABBRI, FEDELI, GUERRA, RICCHIUTI, PARENTE, ZANONI, BORIOLI, DI GIORGI, LEPRI, DE BIASI, BIANCO, LAI, VACCARI, ALBANO, IDEM, PEZZOPANE, PUPPATO, MANASSERO, FASIOLO, SOLLO, D'ADDA, ELENA FERRARA, MATTESINI, SPILABOTTE, LO GIUDICE, LUCHERINI, CUOMO, COLLINA, AMATI, PAGLIARI, RUSSO, GRANAIOLA, DIRINDIN, MATURANI, PADUA, SILVESTRO, VALDINOSI, CARDINALI, DALLA ZUANNA, CHITI

Dopo il comma 119 aggiungere il seguente:

«119-*bis*. All'Istituto nazionale per l'assicurazione contro gli infortuni sul lavoro (INAIL) sono attribuite le competenze in materia di reinserimento e di integrazione lavorativa delle persone con disabilità da lavoro, da realizzare con progetti personalizzati mirati alla conservazione del posto di lavoro o alla ricerca di nuova occupazione, con interventi formativi di riqualificazione professionale, con progetti per il superamento e per l'abbattimento delle barriere architettoniche sui luoghi di lavoro, con interventi di adeguamento e di adattamento delle postazioni di lavoro. L'attuazione delle disposizioni di cui al presente comma è a carico del bilancio dell'INAIL, senza nuovi o maggiori oneri a carico per la finanza pubblica».

1.996

MARINELLO, MANCUSO, GUALDANI

All'articolo 1, dopo il comma 120, è inserito il seguente:

«120-*bis*. Per assicurare gli obiettivi di miglioramento dei saldi di finanza pubblica di cui al comma 120, contemperando le finalità di valorizzazione degli ambiti demaniali marittimi e di rilancio delle capacità infrastrutture portuali e salvaguardando, al contempo, gli obiettivi di tutela ambientale e di promozione turistica delle comunità territoriali, con decreto interministeriale, adottato, entro 60 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, ai sensi del comma 3 dell'articolo 17 della legge 23 agosto 1988, n. 400, il Ministero dell'economia e delle finanze, di concerto con i Ministeri della difesa e delle infrastrutture e dei trasporti, effettua una ricognizione dei beni e delle infrastrutture in uso alle amministrazioni dello Stato, in regime di consegna ai sensi dell'articolo 34 del Codice della navigazione, allo scopo di verificare il persistere dei presupposti della stessa ed ai fini dell'eventuale trasferimento agli Enti territoriali, anche mediante una revisione degli elenchi redatti ai sensi dell'articolo 5 del decreto legislativo 28 maggio 2010, n. 85».

1.997

MATTEOLI

Dopo il comma 120, inserire il seguente:

«120-*bis*. Per assicurare gli obiettivi di miglioramento dei saldi di finanza pubblica di cui al comma 120, contemperando le finalità di valorizzazione degli ambiti demaniali marittimi e di rilancio delle capacità infrastrutture portuali e salvaguardando, al contempo, gli obiettivi di tutela ambientale e di promozione turistica delle comunità territoriali, con decreto interministeriale, adottato, entro 60 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, ai sensi del comma 3 dell'articolo 17 della legge 23 agosto 1988, n.400, il Ministero dell'economia e delle finanze, di concerto con i Ministeri della difesa e delle infrastrutture e dei trasporti, effettua una ricognizione dei beni e delle infrastrutture in uso alle amministrazioni dello Stato, in regime di consegna ai sensi dell'articolo 34 del Codice della navigazione, allo scopo di verificare il persistere dei presupposti della stessa ed ai fini dell'eventuale trasferimento agli Enti territoriali, anche mediante una revisione degli elenchi redatti ai sensi dell'articolo 5 del decreto legislativo 28 maggio 2010, n. 85».

1.998

VERDUCCI, MATURANI, STEFANO ESPOSITO, FABBRI, VACCARI, GIANLUCA ROSSI, CAPACCHIONE, FISSORE, ELENA FERRARA, ZANONI, CARDINALI, ANGIONI, TOMASELLI, FILIPPI

Dopo il comma 120, aggiungere il seguente:

«120-*bis*. L'Autorità per l'energia elettrica, il gas e il sistema idrico, al fine di garantire l'accesso universale all'acqua, assicura alle famiglie in condizioni economico-sociali disagiate e con reddito ISEE non superiore a 12.500 euro annui, titolari di utenza domestica del servizio idrico integrato, l'accesso, a condizioni agevolate, alla fornitura della quantità di acqua necessaria per il soddisfacimento dei bisogni fondamentali, sentiti gli enti di ambito nelle loro forme rappresentative, sulla base dei princìpi e dei criteri individuati con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri, su proposta del Ministro dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, di concerto con il Ministro dello sviluppo economico e con il Ministro dell'economia e delle finanze, da emanare entro novanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge. Al fine di assicurare la copertura degli oneri derivanti dal presente comma, l'Autorità per l'energia elettrica, il gas e il sistema idrico definisce le necessarie modifiche all'articolazione tariffaria per fasce di consumo o per uso, determinando i criteri e le modalità per il riconoscimento delle agevolazioni di cui al presente comma».

1.999

VERDUCCI, MATURANI, STEFANO ESPOSITO, FABBRI, VACCARI, GIANLUCA ROSSI, CAPACCHIONE, FISSORE, ELENA FERRARA, ZANONI, CARDINALI, ANGIONI, TOMASELLI, FILIPPI

Dopo il comma 120, aggiungere il seguente:

«120-*bis*. L'Autorità per l'energia elettrica, il gas e il sistema idrico, al fine di garantire l'accesso universale all'acqua, assicura alle famiglie in condizioni economico-sociali disagiate e con reddito ISEE non superiore a 12.500 euro annui, titolari di utenza domestica del servizio idrico integrato,

l'accesso alla fornitura della quantità di acqua necessaria per il soddisfacimento dei bisogni fondamentali, sentiti gli enti di ambito nelle loro forme rappresentative, sulla base dei princìpi e dei criteri individuati con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri, su proposta del Ministro dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, di concerto con il Ministro dello sviluppo economico e con il Ministro dell'economia e delle finanze, da emanare entro novanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge. Al fine di assicurare la copertura degli oneri derivanti dal presente comma, l'Autorità per l'energia elettrica, il gas e il sistema idrico definisce le necessarie modifiche all'articolazione tariffaria per fasce di consumo o per uso, determinando i criteri e le modalità per il riconoscimento delle agevolazioni di cui al presente comma».

1.1000

COTTI, SANTANGELO, MARTON, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Dopo il comma 120, aggiungere il seguente:

«120-*bis*. L'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 1, comma 253 della legge 27 dicembre 2013, n.147, finalizzata all'istituzione di un contingente di corpi civili di pace destinato alla formazione e alla sperimentazione della presenza di giovani volontari da impegnare in azioni di pace non governative nelle aree di conflitto o a rischio di conflitto o nelle aree di emergenza ambientale, è incrementata di 20 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 20 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016, 2017».

1.1001

PADUA, DE BIASI, DIRINDIN, BIANCO, MATURANI, MATTESINI, SILVESTRO, VALDINOSI, FAVERO

Dopo il comma 120, inserire il seguente:

«120-*bis*. Quota parte, stabilita in misura pari al 10 per cento, della dotazione di cui al Fondo nazionale per l'infanzia e l'adolescenza, istituito dalla legge 28 agosto 1997, n. 285, e successive modificazioni, è destinata ad assicurare il sostegno all'attività dei consultori familiari, istituiti dalla legge 29 luglio 1975, n. 405, e successive modificazioni».

1.002

TOCCI

Dopo il comma 120, aggiungere il seguente:

«120-*bis*. Per l'anno 2015, le università statali e gli enti pubblici di ricerca possono procedere ad assunzioni di personale a tempo indeterminato nel limite di un contingente di personale complessivamente corrispondente alla spesa relativa al personale cessato nell'anno precedente. È abrogata qualsiasi altra disposizione limitativa del *turn over* riferita alle università statali e agli enti pubblici di ricerca».

Conseguentemente,

a) all'articolo 1, sopprimere il comma 122;

b) alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 105.000.000;

2016: ? 105.000.000;

2017: ? 105.000.000.

c) all'articolo 3, comma 21, lettera *g)* sostituire la parola: «triplo» con la seguente: «quadruplo».

1.1003

BLUNDO, SERRA, MONTEVECCHI, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Sopprimere il comma 121.

1.1004

PETRAGLIA, DE PETRIS, URAS

Sopprimere il comma 121.

1.1005

TOSATO, BISINELLA, COMAROLI, CENTINAIO

Sostituire il comma 121, con il seguente:

«121. Al fine di assicurare la qualità e la continuità del servizio scolastico ed educativo offerto dalle scuole paritarie di cui alla legge 10 marzo 2000, n. 62, è autorizzata la spesa di 700 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017 per il finanziamento delle scuole paritarie di cui alla citata legge».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere in fine le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle, autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella c sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 520 milioni di euro a decorrere dal 2015.

Agli ulteriori oneri pari a 180 milioni di euro a decorrere dal 2015, si provvede mediante corrispondente riduzione dello stanziamento del Fondo rifugiati e richiedenti Asilo di cui all'articolo 17 comma 13 del presente decreto-legge. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio».

1.1006

PETRAGLIA, URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Sostituire il comma 121 con il seguente:

«121. Per le finalità di cui all'articolo 2, comma 47, della legge 22 dicembre 2008 è autorizzata la spesa di 200 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015 per le seguenti finalità:

1) 100 milioni di euro a favore degli asili nidi e scuole materne comunali. Il Ministro dell'economia e delle finanze con proprio decreto sentita la Conferenza unificata di cui all'articolo 8 del decreto legislativo 28 agosto 1997, n. 281, ripartisce tali somme tra gli enti locali;

2) 100 milioni di euro a favore del Fondo per il Miglioramento dell'Offerta Formativa (MOF) a beneficio delle istituzioni scolastiche e degli alunni della scuola pubblica».

1.1007

PETRAGLIA, URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Sostituire il comma 121, con il seguente:

«121. È autorizzata, a decorrere dall'anno 2015, la spesa di 80 milioni di euro da destinare alle scuole comunali per l'infanzia e di 120 milioni di euro per il miglioramento dell'offerta formativa delle scuole statali di ogni ordine e grado».

1.1008

SERRA, BLUNDO, MONTEVECCHI, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Sostituire il comma 121 con il seguente:

«Per le finalità di cui all'articolo 2, comma 47, della legge 22 dicembre 2008, n. 203, è autorizzata la spesa di 200 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015, destinata prioritariamente a misure educative e didattiche di supporto in materia di disturbi specifici di apprendimento, ai sensi dell'art. 5 della legge 8 ottobre 2010, n. 170».

1.1009

LEZZI, BULGARELLI, MANGILI

Sostituire il comma 121, con il seguente:

«121. Al fine di incrementare gli investimenti nella formazione specialistica di area medica, garantendo a tutti gli aventi diritto l'accesso alle scuole di specializzazione, è autorizzata la spesa di 200 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015».

1.1010

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Sostituire il comma 121, con il seguente:

«121. Il Fondo nazionale di sostegno per l'accesso alle abitazioni in locazione, di cui alla legge 9 dicembre 1998, n. 431, in materia di locazioni e del rilascio degli immobili adibiti ad uso abitativo, è incrementato di 200 milioni per il 2015 e 200 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015-2016».

1.1011

BERTACCO, PICCOLI, AMIDEI

Al comma 121, sostituire le parole: «200 milioni» *con le seguenti:* «400 milioni».

Conseguentemente, all'articolo 2, comma 49, apportare le seguenti modificazioni:

a) dopo la parola: «assicura», *sono aggiunte le seguenti:* «, a valere sulle spese di funzionamento relative ai dicasteri senza portafoglio»;

b) le parole: «13 milioni» *sono sostituite con le seguenti:* «213 milioni».

1.1012

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 121, sostituire le parole: «200 milioni», *con le seguenti:* «100 milioni».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, Tabella C allegata, Missione «Soccorso civile», *Programma* «Protezione civile», *voce:* Ministero dell'economia e delle finanze, legge 93/2013, «Fondo emergenze nazionali», *apportare le seguenti modifiche:*

2015:

CP: + 100.000.000;

CS: + 100.000.000;

2016:

CP: + 100.000.000;

CS: + 100.000.000;

2017:

CP: + 100.000.000;

CS: + 100.000.000.

1.1013

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 121, sostituire le parole: «la spesa di 200 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015» *, con le seguenti:* «la spesa di 125 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015».

Conseguentemente, all'articolo 2 sopprimere il comma 63.

1.1014

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 121, sostituire le parole: «200 milioni»*, con le seguenti:* «140 milioni».

Conseguentemente, al comma 127, sostituire le parole: «12,5 milioni»*, con le seguenti:* «70 milioni».

1.1015

CONTE, MARINELLO, GUALDANI, MANCUSO

Al comma 121 sostituire le parole: «200 milioni» *con le seguenti:* «258 milioni».

Ai maggiori oneri derivanti dalla presente disposizione, pari a 58 milioni di euro, si provvede mediante corrispondente riduzione lineare delle dotazioni finanziarie disponibili, iscritte a legislazione vigente in termini di competenza e cassa, nell'ambito delle spese rimodulabili di parte corrente delle missioni di spesa di ciascun Ministero di cui all'articolo 21, comma 5, lettera b)*, della legge 31 dicembre 2009, n. 196.*

1.1016

CONTE, MARINELLO, GUALDANI, MANCUSO

Al comma 121 sostituire le parole: «200 milioni» *con le seguenti:* «228 milioni».

Conseguentemente, alla tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 28.000.000;

2016: ? 28.000.000;

2017: ? 28.000.000.

1.1017

BISINELLA, TOSATO, CENTINAIO

Al comma 121, aggiungere in fine, il seguente periodo: «Tale spesa è destinata in via esclusiva al finanziamento delle scuole paritarie dell'infanzia».

1.1018

PUGLISI, MARCUCCI, DI GIORGI, IDEM, ELENA FERRARA, MARTINI, MINEO, TOCCI, ZAVOLI

Dopo il comma 121 inserire il seguente:

«121-*bis*. All'articolo 66, comma 13-*bis*, del decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 agosto 2008, n. 133, il secondo periodo è sostituito dal seguente: »La predetta facoltà è fissata nella misura del 50 per cento per l'anno 2014 e del 100 per cento a decorrere dall'anno 2015».

Conseguentemente,

a) all'articolo 3, comma 21, lettera *g)* sostituire la parola: «triplo» con la seguente: «quadruplo»;

b) alla Tabella A,

voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 105.000.000;

2016: ? 105.000.000;

2017: ? 105.000.000.

voce Ministero delle politiche agricole, alimentari e forestali, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 5.000.000;

2016: ? 5.000:000;

2017: ? 5.000.000.

voce Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;

2016: ? 5.000.000;

2017: ? 5.000.000.

voce Ministero della giustizia*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;

2016: ? 5.000.000;

2017: ? 5.000.000.

1.1019

MARCUCCI, MARTINI, PUGLISI, ELENA FERRARA

Dopo il comma 121 aggiungere il seguente:

«121-*bis*. Allo scopo di finanziare indifferibili esigenze del settore dell'Alta Formazione Artistica e Musicale è istituito un fondo con una dotazione di 6 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017 da ripartire con decreto del Ministero dell'Istruzione, Università e Ricerca da adottare entro trenta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge.»

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 6.000.000

2016: ? 6.000.000

2017: ? 6.000.000

1.1020

BUEMI, FAUSTO GUILHERME LONGO, ZELLER, PANIZZA, PALERMO, LANIECE, BATTISTA, ZIN, FRAVEZZI

Dopo il comma-121, inserire i seguenti:

«121-*bis*. All'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n. 183, dopo il comma 14-*ter*, inserire il seguente:

"14-*quater*. Per gli anni 2015 e 2016 nel saldo finanziario espresso in termini di competenza mista, individuato ai sensi del comma 3, rilevante ai fini della verifica del rispetto del patto di stabilità interno, non sono considerate le spese sostenute dalle province per interventi di. edilizia scolastica in caso di incompleto utilizzò delle risorse da parte dei comuni di cui al comma 14-*ter*, per l'anno 2015, l'eventuale somma residua viene assegnata alle province. Le province beneficiarie dell'esclusione dal patto di stabilità interno delle spese sostenute per interventi di edilizia scolastica e l'importo dell'esclusione stessa sono individuati, sentita la Conferenza Stato-Città ed autonomie locali, con decreto del Presidente del Consiglio dei Ministeri".

121-*ter*. Dall'attuazione della disposizione di cui al comma 121-*bis* non devono derivare nuovi o maggiori oneri a carico della finanza pubblica le amministrazioni interessate provvedono all'adempimento dei compiti ivi previsti con le risorse umane, finanziarie e strumentali disponibili a legislazione vigente.»

1.1021

BONFRISCO

Dopo il comma 121, aggiungere il seguente:

«121-*bis*. Al fine di assicurare la qualità e la continuità del servizio scolastico ed educativo offerto dalle scuole paritarie di cui alla legge 10 marzo 2000, n. 62, è autorizzata la spesa di 228 milioni di euro a decorrere dal 2015 per il finanziamento delle scuole paritarie di cui alla citata legge».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 75, aggiungere, in fine, le seguenti parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C, sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 228 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016 e 2017».

1.1022

MARCUCCI, PUGLISI

Dopo il comma 121 aggiungere il seguente comma:

«121-*bis*. All'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n. 183, dopo il comma 14-*ter* inserire il seguente:

14-*quater*. Per gli anni 2015 e 2016 nel saldo finanziario espresso in termini di competenza mista, individuato ai sensi del comma 3, rilevante ai fini della verifica del rispetto del patto di stabilità interno, non sono considerate le spese sostenute dalle province per interventi di edilizia scolastica in caso di incompleto utilizzo delle risorse da parte dei comuni di cui al comma 14-*ter*, per l'anno 2015, l'eventuale somma residua viene assegnata alle province. Le province beneficiarie dell'esclusione dal patto di stabilità interno delle spese sostenute per interventi di edilizia scolastica e l'importo dell'esclusione stessa sono individuati, sentita la Conferenza Stato-Città ed autonomie locali, con decreto del Presidente del Consiglio dei Ministeri».

1.1023

BISINELLA, TOSATO, CENTINAIO

Al comma 121, aggiungere infine il seguente periodo: «A decorrere dal 2015, i contributi dello stato di previsione del Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca relativi alle scuole paritarie e assegnati per il tramite delle Regioni sono esclusi dal patto di stabilità interno».

Conseguentemente: all'articolo 3, comma 76, aggiungere in fine le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare di 200 milioni per l'anno 2015 e di 250 milioni per ciascuno degli anni 2016 e 2017».

1.1024

BISINELLA, TOSATO, COMAROLI, CENTINAIO

Dopo il comma 121, aggiungere il seguente:

«121-*bis*. Al comma 1 dell'articolo 10 del decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, dopo la lettera *l-quater* aggiungere la seguente:

"l-quinquies) il cinquanta per cento delle spese sostenute dai genitori per l'iscrizione dei figli a carico presso le scuole paritarie del sistema integrato nazionale dell'istruzione pubblica».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le seguenti parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 200 milioni a decorrere dal 2015».

1.1025

BISINELLA, TOSATO, COMAROLI, CENTINAIO

Dopo il comma 121, aggiungere il seguente:

«121-*bis*. Agli immobili di proprietà o in uso alle scuole paritarie del sistema nazionale di istruzione di cui alla legge 10 marzo 2000, n. 62, sede di asili nido, scuola per l'infanzia e scuola primaria che svolgono un servizio pubblico, si applicano le esenzioni previste per gli enti non commerciali dall'articolo 7, comma 1, lettera *i)* del decreto legislativo 30 dicembre 1992, n. 504, così come modificato dall'articolo 91-*bis* della legge 24 marzo 2012, n. 27, secondo quanto previsto dall'articolo 4, comma 3, del Regolamento del Ministero dell'economia e delle finanze del 19 novembre 2012.

5-*ter*. La disposizione opera nel limite massimo di 50 milioni di euro per il 2015 e 100 milioni di euro a decorrere dal 2016.».

Conseguentemente: all'articolo 3, comma 76, aggiungere in fine le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare di 50 milioni per l'anno 2015 e 100 milioni per ciascuno degli anni 2016 e 2017.».

1.1026

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 121, inserire il seguente:

«121-*bis*. All'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n. 183, dopo il comma 14-ter, inserire il seguente:

"14-*quater*. Per gli anni 2015 e 2016 nel saldo finanziario espresso in termini di competenza mista, individuato ai sensi del comma 3, rilevante ai fini della verifica del rispetto del patto di stabilità interno, non sono cònsiderate le spese sostenute dalle province per interventi di edilizia scolastica. In caso di incompleto utilizzo delle risorse da parte dei comuni di cui al comma 14-*ter*, per l'anno 2015, l'eventuale somma residua viene assegnata alle province. Le province beneficiarie dell'esclusione dal patto di stabilità interno delle spese sostenute per interventi di edilizia scolastica e l'importo dell'esclusione stessa sono individuati, sentita la Conferenza Stato-Città ed autonomie locali, con decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri"».

1.1027

LIUZZI

Dopo il comma 121 aggiungere il seguente:

«121-*bis*. All'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n. 183, dopo il comma 14-*ter*, inserire il seguente:

"14-*quater*. Per gli anni 2015 e 2016 nel saldo finanziario espresso in termini di competenza mista, individuato ai sensi del comma 3, rilevante ai fini della verifica del rispetto del patto di stabilità interno, non sono considerate le spese sostenute dalle province per interventi di edilizia scolastica. In caso di incompleto utilizzo delle risorse da parte dei comuni di cui al comma 14-*ter*, per l'anno 2015, l'eventuale somma residua viene assegnata alle province. Le province beneficiarie dell'esclusione dal patto di stabilità interno delle spese sostenute per interventi di edilizia scolastica e l'importo dell'esclusione stessa sono individuati, sentita la Conferenza Stato-Città ed autonomie locali, con decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri"».

1.1028

ARRIGONI, COMAROLI, BISINELLA, DIVINA, TOSATO

All'articolo 1, dopo il comma 121 inserire il seguente:

«121-*bis.* All'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n. 183, dopo il comma 14-*ter* inserire il seguente:

"14-*quater.* Per gli anni 2015 e 2016 nel saldo finanziario espresso in termini di competenza mista, individuato ai sensi del comma 3, rilevante ai fini della verifica del rispetto del patto di stabilità interno, non sono considerate le spese sostenute dalle province per interventi di edilizia scolastica. In caso di incompleto utilizzo delle risorse da parte dei comuni di cui al comma 14-*ter*, per l'anno 2015, l'eventuale somma residua viene assegnata alle province. Le province beneficiarie dell'esclusione dal patto di stabilità interno delle spese sostenute per interventi di edilizia scolastica e l'importo dell'esclusione stessa sono individuati, sentita la Conferenza Stato-Città ed autonomie locali, con decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri"».

1.1029

VERDUCCI, MATURANI, STEFANO ESPOSITO, FABBRI, VACCARI, GIANLUCA ROSSI, CAPACCHIONE, FISSORE, ELENA FERRARA, ZANONI, CARDINALI, ANGIONI, TOMASELLI, FILIPPI

Sopprimere il comma 122.

Conseguentemente, all'articolo 3:

«*a)* dopo il comma 5, aggiungere il seguente:

"5-*bis.* A decorrere dal primo gennaio 2015 ridurre i regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale, di cui all'allegato C-*bis* del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, con l'esclusione delle disposizioni a tutela dei redditi di lavoro dipendente e autonomo, dei redditi da pensione, della famiglia, della salute, delle persone economicamente o socialmente svantaggiate, del patrimonio artistico e culturale, della ricerca e dell'ambiente. Con uno o più decreti del Ministro dell'economia e delle finanze, da emanare ai sensi dell'articolo 17 della legge 23 agosto 1988, n. 400, sono stabilite le modalità tecniche per l'attuazione della presente disposizione con riferimento ai singoli regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale interessati. Dai decreti di cui al presente comma devono derivare risparmi almeno pari a 100 milioni di euro a decorrere dal 2015";

b) al comma 21, lettera *g)* sostituire la parola: "triplo" con la seguente: "quadruplo".

c) alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 50.000.000;

2016: ? 50.000.000;

2017: ? 50.000.000.

1.1030

BOCCHINO, MUSSINI, BENCINI, CAMPANELLA, MASTRANGELI

Apportare le seguenti modifiche:

a) sostituire il comma 122 con il seguente:

«122. Il Fondo per il finanziamento ordinario delle università, di cui all'articolo 5, comma 1, lettera *a)*, della legge 24 dicembre 1993, n. 537, è incrementato di 150 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015 ed è finalizzato al piano assunzionale di cui all'art. 2, comma 97, del presente disegno di legge».

b) sostituire l'articolo 2, comma 97, con il seguente:

«97. Al fine di favorire il reclutamento di ricercatori, all'articolo 66, comma 13-*bis*, del decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 agosto 2008, n. 133, e successive modificazioni, dopo il secondo periodo è inserito il seguente: "A decorrere dall'anno 2015, le università possono procedere, in aggiunta alle facoltà di cui al secondo periodo del presente comma, all'assunzione di ricercatori di cui all'articolo 24, comma 3, lettere *a)* e *b)*, della legge 30 dicembre

2010, n. 240, anche utilizzando le cessazioni avvenute nell'anno precedente riferite ai ricercatori di cui al citato articolo 24, comma 3, lettera *a)*, già assunti a valere sulle facoltà assunzionali previste dal presente comma».

1.1031

BLUNDO, MONTEVECCHI, SERRA, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Sostituire il comma 122 con il seguente:

«122. Il Fondo per il finanziamento ordinario delle Università, di cui all'articolo 5, comma 1, lettera *a)*, della legge 24 dicembre 1993, n. 537, è incrementato di 150 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015 al fine di:

a) incrementare la quota premiale di cui all'articolo 2, comma 1, del decreto-legge 10 novembre 2008, n. 180, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 gennaio 2009, n. 1, e successive modificazioni, per l'anno 2015 di una somma pari 100 milioni di euro;

b) a partire dall'anno accademico 2015/2016 esonerare dal pagamento della tassa di iscrizione e della contribuzione studentesca alle università. Con decreto del Ministro dell'Istruzione, dell'Università e della ricerca, previa intesa in sede di Conferenza Unificata, di cui all'articolo 8 del decreto legislativo 8 agosto 1997, n. 281, sono definiti i criteri di riparto delle risorse».

1.1032

BOCCHINO, MUSSINI, BENCINI, CAMPANELLA, MASTRANGELI, DE PIN

Sostituire il comma 122 con il seguente:

«122. Il Fondo per il finanziamento ordinario delle università, di cui all'articolo 5, comma 1, lettera *a)*, della legge 24 dicembre 1993, n. 537, è incrementato di 150 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015».

1.1033

PETRAGLIA, URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Al comma 122, sopprimere le parole da: «Al fine» *fino a:* «per l'anno 2015».

1.1034

PETRAGLIA, DE PETRIS, URAS

Al comma 122 sopprimere il seguente periodo: «Al fine di incrementare la quota premiale di cui all'articolo 2, comma 1, del decreto-legge 10 novembre 2008, n. 180, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 gennaio 2009, n. 1, e successive modificazioni, per l'anno 2015,».ù

1.1035

D'AMBROSIO LETTIERI

Al comma 122 dopo il primo periodo aggiungere il seguente: «A valere su quota parte delle risorse di cui al primo periodo del presente comma, con decreto del Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca, da emanare entro il 31 gennaio di ciascun anno, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, è approvato un piano straordinario per la chiamata di professori di prima fascia per ciascuno degli anni 2015-2017».

1.1036

CIOFFI, SCIBONA, CIAMPOLILLO, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Dopo il comma 122, inserire i seguenti:

«122-*bis*. Al fine di garantire la copertura della domanda nazionale di energia elettrica con i necessari margini di riserva, anche in relazione allo sviluppo attuale e futuro degli impianti alimentati da fonti rinnovabili non programmabili, il Ministro dello sviluppo economico definisce, entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, su proposta dell'Autorità per l'energia elettrica e il gas e sentito il Ministro dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, condizioni e modalità per la definizione di un sistema di remunerazione di capacità produttiva per i sistemi di stoccaggio non elettrochimici in grado di fornire gli adeguati servizi di flessibilità, senza incidere sui prezzi e sulle tariffe dell'energia elettrica per i clienti finali, in coordinamento con le misure previste dal decreto legislativo 19 dicembre 2003, n. 379.

122-*ter*. Entro trenta giorni dalla data di entrata in funzione del sistema di cui al comma 122-*bis*,

il Ministro dello sviluppo economico, sentita l'Autorità per l'energià elettrica e il gas, provvede con propri decreti a ridurre l'entità e la durata dei sostegni alle unità di produzione ammesse al sistema di remunerazione di cui all'articolo 5 del decreto legislativo 19 dicembre 2003, n. 379, operative alla data di entrata in vigore della presente legge, allo scopo di ridurre gli oneri che gravano sui prezzi dell'energia elettrica e eliminare vantaggi economici che non risultino specificamente motivati e coerenti con gli orientamenti comunitari».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le seguenti parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 50 milioni per l'anno 2015, 30 milioni per ciascuno degli anni 2016 e 2017.

1.1037

FABBRI, BORIOLI, FAVERO, D'ADDA, COLLINA, FASIOLO, SILVESTRO, FEDELI, VERDUCCI

Dopo il comma 122 inserire il seguente:

«122-*bis*. Il Fondo di cui all'articolo 11, comma 4-*sexies*, del decreto-legge 18 ottobre 2012, n. 179, convertito, con modificazioni, dalla legge 17 dicembre 2012, n. 221, è incrementato di 60 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015, interamente destinati alla finalità di bonifica e rimozione di manufatti in amianto dagli immobili adibiti all'uso scolastico».

Conseguentemente all'articolo 3, comma 21, lettera g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quadruplo».

1.1038

PUGLISI, MARCUCCI, DI GIORGI, IDEM, FASIOLO, ELENA FERRARA, MARTINI, MINEO, TOCCI, ZAVOLI

Dopo il comma 122 aggiungere il seguente:

«122-*bis*. Il Fondo per il finanziamento ordinario delle università, di cui all'articolo 5, comma 1, lettera *a)*, della legge 24 dicembre 1993, n. 537, è incrementato di 50 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

Conseguentemente, alla Tabella A*, voce* Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

? 2015: ? 50.000.000;
2016: ? 50.000.000;
2017: ? 50.000.000.

1.1039

PUGLISI, MARCUCCI

Dopo il comma 122 inserire il seguente:

«122-*bis*. Al fine di promuovere e sviluppare la formazione manageriale di laureati dipendenti di piccole e medie imprese di età non superiore ai 35 anni, la formazione di imprenditori di età non superiore ai 30 anni e le competenze imprenditoriali di giovani laureati, è autorizzata una spesa di 10 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017 a favore di Fondazioni e società controllate da università pubbliche già attive nel campo della formazione manageriale».

Conseguentemente, alla Tabella A*, voce* Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 10.000.000;
2016: ? 10.000.000;
2017: ? 10.000.000.

1.1040

FABBRI, BORIOLI, FAVERO, D'ADDA, COLLINA, FASIOLO, SILVESTRO, FEDELI, VERDUCCI

Dopo il comma 122 inserire il seguente:

«122-*bis*. Una quota non inferiore al 40 per cento delle risorse del Fondo di cui all'articolo 11,

comm 4-*sexies*, del decreto-legge 18 ottobre 2012, n. 179, convertito, con modificazioni, dalla legge 17 dicembre 2012, n. 221, è destinato alle attività di bonifica e rimozione di manufatti in amianto dagli immobili adibiti all'uso scolastico».

1.1041

FATTORINI, CHIAVAROLI, LAI, GUERRIERI PALEOTTI, DEL BARBA, D'ADDA, CONTE, PUGLISI, PALERMO, ROMANO, DIRINDIN, LEPRI, SOLLO, MASTRANGELI, BORIOLI, CORSINI, DALLA ZUANNA, FASIOLO, CUCCA

Dopo il comma 122 inserire il seguente:

«122-*bis*. Per il finanziamento di interventi in favore dei collegi universitari di merito legalmente riconosciuti di cui all'articolo 16 del decreto legislativo 29 marzo 2012, n. 68 è autorizzata una spesa integrativa di 4 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

Conseguentemente, alla Tabella A*, rubrica:* Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 4.000.000;
2016: ? 4.000.000;
2017: ? 4.000.000.

1.1042

VERDUCCI

Dopo il comma 122 inserire il seguente:

«122-*bis*. Al fine di garantire la continuità ed il potenziamento del processo di internazionalizzazione del Polo universitario di Agrigento e altresì al fine di garantire lo sviluppo di un centro interculturale euro mediterraneo, all'articolo 2 del decreto-legge 10 novembre 2008, n. 180, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 gennaio 2009, n. 1 è aggiunto in fine il seguente comma:

"1-*ter*. È assegnata per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, all'Ateneo di Palermo la somma di 1 milione e 500 mila euro annui da destinare al Polo universitario di Agrigento per garantire la continuità ed il potenziamento del processo di internazionalizzazione euro meterraneo"».

Conseguentemente, alla Tabella A*, rubrica:* Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 1.500.000;
2016: ? 1.500.000;
2017: ? 1.500.000.

1.1043

BOCCHINO, CAMPANELLA, MASTRANGELI, DE PIN

Sostituire il comma 123 con il seguente:

«123. Per la partecipazione italiana ai programmi dell'Agenzia spaziale europea e per i programmi spaziali nazionali di rilevanza strategica è autorizzata la spesa di 35 milioni di euro per l'anno 2015, la spesa di 95 milioni di euro per l'anno 2016 e di 152,5 milioni di euro per ciascuno degli anni dal 2017 al 2020».

1.1044

DI GIORGI, PUGLISI, MARCUCCI, IDEM, FASIOLO, ELENA FERRARA, MARTINI, MINEO, TOCCI, ZAVOLI

Al comma 123, sostituire le parole: «la spesa di 60 milioni di euro per l'anno 2016 e di 170 milioni di euro per ciascuno degli anni dal 2017 al 2020.» *con le seguenti:* «la spesa di 150 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016 e di 220 milioni di euro per ciascuno degli anni dal 2017 al 2020.»

Conseguentemente:

a) alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 90.000.000;
2016: ? 90.000.000;
2017: ? 150.000.000.

b) all'articolo 3, comma 21, lettera g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quadruplo».

1.1045

PEZZOPANE, FABBRI, TOMASELLI, ALBANO, MANASSERO, FASIOLO, SOLLO, STEFANO ESPOSITO, SPILABOTTE

Dopo il comma 123, inserire il seguente:

«123-*bis*. Per consentire la prosecuzione del Programma Cosmo Skymed è autorizzata la spesa di 30 milioni di euro per l'anno 2015 e di 50 milioni di euro per ciascuno degli anni 2016 e 2017».

Conseguentemente, alla tabella A, rubrica: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 30.000.000;
2016: ? 50.000.000;
2017: ? 50.000.000.

1.1046

TOMASELLI, VATTUONE, CALEO, LAI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA, TOCCI, GUERRIERI PALEOTTI, BROGLIA, DEL BARBA, SANGALLI, SPOSETTI, VERDUCCI, ZANONI, FILIPPI, BORIOLI, CANTINI, CARDINALI, STEFANO ESPOSITO, MARGIOTTA, RANUCCI, SONEGO

Dopo il comma 123, aggiungere il seguente:

«123-*bis*. Per la realizzazione dei programmi spaziali nazionali di rilevanza strategica, è autorizzata la spesa di euro 30 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

Conseguentemente, alla Tabella B, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti modifiche:*

2015: ? 30.000.000;
2016: ? 30.000.000;
2017: ? 30.000.000.

1.1047

CONTE, GUALDANI, MARCUCCI

Dopo il comma 123 aggiungere il seguente:

«123-*bis*. AI fine di sostenere le ricerche e lo sviluppo di partenariati con imprese di alta tecnologia sui progetti internazionali per lo sviluppo e la realizzazione di strumenti di altamente innovativi nel campo della radioastronomla (SKA ? Square Kilometer Array) e dell'astronomia a raggi gamma (CTA ? Cherenkov Telescope Array) è autorizzata la spesa di 15 milioni di euro per il 2015 e di 10 milioni rispettivamente per gli anni 2016 e 2017 a favore dell'INAF-Istituto Nazionale di Astrofisica».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 15.000.000;
2016: ? 10.000.000;
2017: ? 10.000.000.

1.1048

BIGNAMI, PEPE, MAURIZIO ROMANI, MUSSINI

Dopo il comma 123 è inserito il seguente:

«123-*bis*. Il Ministero della Difesa non può sottoporre a dismissione gli immobili in cui risiedono disabili e/o anziani, senza che sia loro assegnata un'abitazione alternativa».

1.1049

VICECONTE, GUALDANI

Sopprimere il comma 124.

Conseguentemente, alla tabella A voce MEF *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 50.654,00;

2016: ? 104.153,00;
2017: ? 107.654,00.

1.1050

COTTI, SANTANGELO, MARTON, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Al comma 124, sostituire le parole: «850 milioni di euro» *con le seguenti:* «250 milioni di euro».

1.1051

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 124, sostituire le parole: «850 milioni» *con le seguenti:* «350 milioni».

Conseguentemente al medesimo comma dopo le parole: «alle missioni internazionali di pace» *aggiungere le seguenti:* «con esclusione delle missioni a direzione NATO, quali "Jom Enterprise", "Multinational Specialized Unit (MSU)", "Active Endeavour", "ISAF Afghanistan" e "Ocean Shield,"».

1.1052

TOSATO, COMAROLI

Al comma 124, sostituire le parole: «850 milioni» *con le seguenti:* «600 milioni».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 119, sostituire le parole: «400 milioni» *con le seguenti:* «650 milioni».

1.1053

TOSATO, COMAROLI

Al comma 124, sostituire le parole: «di 850 milioni per ciascuno degli anni 2015 e 2016» *con le seguenti:* «di 700 per ciascuno degli anni 2015 e 2016».

Conseguentemente all'articolo 1, comma 119, sostituire le parole: «400 milioni» *con le seguenti:* «550 milioni» *e sostituire le parole:* «250 milioni» *con le seguenti:* «400 milioni».

1.1054

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 124, sostituire la parola: «850»*, con la seguente:* «810».

Conseguentemente, dopo il comma 133 inserire il seguente:

«133-*bis*. È istituito presso il Ministero delle politiche agricole, alimentari e forestali, un Fondo per interventi a favore del rafforzamento del sistema agricolo e dell'innovazione in agricoltura, nonché per favorire la presenza dei giovani nel settore agricolo. Le risorse a disposizione di tale Fondo sono pari a 40 milioni annui per il triennio 2015-2017. Il Ministro delle politiche agricole, alimentari e forestali con decreto di natura non regolamentare, previo parere delle Commissioni parlamentari competenti, entro novanta giorni dall'entrata in vigore della presente legge, provvede a ripartire tali risorse tra le finalità di cui al presente comma».

1.1055

ORRÙ

Dopo il comma 124, aggiungere il seguente:

«124-*bis*. Per l'anno 2015, è autorizzata la spesa di ulteriori 5 milioni di euro per il parziale ristoro dei danni subiti dal soggetto titolare della concessione per la gestione totale dell'aeroporto civile di Trapani Birgi conseguenti alle limitazioni imposte per lo svolgimento dalle attività operative militari di cui alla Risoluzione ONU n. 1973, di cui all'articolo 4-*bis* del decreto-legge 12 luglio 2011, n. 107, convertito con modificazioni, dalla legge 2 agosto 2011, n. 130».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000;
2016: ? ;
2017: ? .

1.1056

BISINELLA, TOSATO, COMAROLI

Sopprimere il comma 125.

Conseguentemente, all'elenco n. 2 di cui all'articolo 2, comma 45, le riduzioni delle dotazioni del

Ministero dell'interno sono così sostituite:

Ministero dell'interno201520162017Riduzionidi cui predeterminate per leggeRiduzionidi cui predeterminate per leggeRiduzionidi cui predeterminate per legge3 Ordine pubblico e sicurezza0000003.1 Contrasto al crimine, tutela dell'ordine e della sicurezza pubblica0000003.2 Servizio permanente dell'Arma dei carabinieri per la tutela dell'ordine e la sicurezza pubblica0000003.3 Pianificazione e coordinamento Forze di polizia000000

1.1057

COMAROLI, TOSATO

Sostituire il comma 125 con il seguente:

«125. AI fine di assicurare l'adeguamento del Sistema di protezione per richiedenti asilo e rifugiati agli adempimenti comunitari di cui alla Direttiva 2008/115/CE il Fondo nazionale per le politiche ed i servizi dell'asilo di cui all'articolo 1-*septies* del decreto-Iegge 30 dicembre 1989, n. 416, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 febbraio 1990, n. 39, è incrementato di 187,5 milioni di euro annui per l'anno 2015 da ripartirsi in misura percentuale con il Fondo nazionale di cui all'articolo 14-*bis*, del decreto legislativo 25 luglio 1998, n. 286. La quota percentuale destinata al Fondo nazionale per le politiche ed i servizi dell'asilo sarà stabilita sulla base del numero dei riconoscimenti di *status* di rifugiato, mentre la restante parte verrà destinata al Fondo nazionale di cui all'articolo 14-*bis*, del decreto legislativo 25 luglio 1998, n. 286».

1.1058

COMAROLI, TOSATO

Sostituire il comma 125 con il seguente:

«125. Al fine di assicurare l'adeguamento del Sistema di protezione per richiedenti asilo e rifugiati il Fondo nazionale per le politiche ed i servizi dell'asilo di cui all'articolo 1-*septies* del decreto-legge 30 dicembre 1989, n. 416, convertito, con modlficazioni, dalla legge 28 febbraio 1990, n. 39, è incrementato di 187,5 milioni di euro annui per l'anno 2015 mediante l'istituzione di un'imposta di bollo sui trasferimenti di denaro all'estero effettuati attraverso gli istituti bancari, le agenzie "money transfer" o altri agenti in attività finanziaria pari al 12 per cento sul denaro trasferito da persone fisiche non munite di matricola Inps e codice fiscale».

1.1059

COMAROLI, TOSATO

Sostituire il comma 125 con il seguente:

«125. AI fine di assicurare l'adeguamento del Sistema di protezione per richiedenti asilo e rifugiati agli adempimenti comunitari di cui alla Direttiva 2008/115/CE il Fondo nazionale per le politiche ed i servizi dell'asilo di cui all'articolo 1-*septies* del decreto-legge 30 dicembre 1989, n. 416, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 febbraio 1990, n. 39, è incrementato di 187,5 milioni di euro annui per l'anno 2015. A tale somma dovrà essere detratta una percentuale pari ai dinieghi di *status* di rifugiato registrati nell'anno precedente che verrà destinata al Fondo nazionale di cui all'articolo 14-*bis*, del decreto legislativo 25 luglio 1998, n. 286».

1.1060

COMAROLI, TOSATO

Sostituire il comma 125 con il seguente:

«125. Al fine di assicurare l'adeguamento del Sistema di protezione per richiedenti asilo e rifugiati agli adempimenti comunitari di cui alla Direttiva 2008/115/CE il Fondo nazionale per le politiche ed i servizi dell'asilo di cui all'articolo 1-*septies* del decreto-legge 30 dicembre 1989, n. 416, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 febbraio 1990, n. 39, è incrementato di 187,5 milioni di euro annui per l'anno 2015. Una quota dello stesso verrà destinata al Fondo nazionale di cui all'articolo

14-*bis*, del decreto legislativo 25 luglio 1998, n. 286, nella stessa misura percentuale dei dinieghi di riconoscimento dello *status* di rifugiato registrati nell'anno precedente».

1.1061

COMAROLI, TOSATO

Sostituire il comma 125 con il seguente:

«125. AI fine di assicurare l'adeguamento del Sistema di protezione per richiedenti asilo e rifugiati alle esigenze di ordine pubblico e sanitarie conseguenti il Fondo nazionale per le politiche ed i servizi dell'asilo di cui all'articolo 1-*septies* del decreto-legge 30 dicembre 1989, n. 416, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 febbraio 1990, n. 39, è incrementato di 187,5 milioni di euro annui per l'anno 2015. Una quota pari al 30 per cento dello stesso verrà destinata ad implementare e assicurare i servizi di accertamento sanitario, in via preventiva, allo scopo di verificare le condizioni sanitarie ed escludere l'esistenza di patologie trasmissibili sul territorio nazionale».

1.1062

COMAROLI, TOSATO

Sostituire il comma 125 con il seguente:

«125. Al fine di assicurare l'adeguamento del Sistema di protezione pr richiedenti asilo e rifugiati alle esigenze di ordine pubblico e sanitarie conseguenti il Fondo nazionale per le politiche ed i servizi dell'asilo di cui all'articolo 1-*septies* del decreto-Iegge 30 dicembre 1989, n. 416, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 febbraio 1990, n. 39, è incrementato di 187,5 milioni di euro annui per l'anno 2015. Una quota pari al 30 per cento dello stesso verrà destinata al Fondo per le indennità delle forze dell'ordine e misure preventive di controllo sanitario».

1.1063

COMAROLI, TOSATO

Il comma 125 è sostituito dal seguente:

«13. AI fine di assicurare l'adeguamento del Sistema di protezione per richiedenti asilo e rifugiati alle esigenze di ordine pubblico e sanitarie conseguenti il Fondo nazionale per le politiche ed i servizi dell'asilo di cui all'articolo 1-*septies* del decreto-legge 30 dicembre 1989, n. 416, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 febbraio 1990, n. 39, è incrementato di 187,5 milioni di euro annui per l'anno 2015. Una quota pari al 30% dello stesso verrà destinata al Fondo per le indennità delle forze dell'ordine».

1.1064

TOSATO, COMAROLI, BISINELLA

Al comma 125 sostituire le parole: «187,5 milioni» *con le seguenti:* «107,5 milioni».

Conseguentemente, sopprimere il comma 33 dell'articolo 3.

1.1065

COMAROLI, MUNERATO, TOSATO

Al comma 125 sostituire le parole: «187,5 milioni» *con le seguenti:* «107,5 milioni».

Conseguentemente, alla Tabella C, Missione: Comunicazioni, *Programma:* Sostegno all'editoria, *voce:* Ministero dell'Economia e delle Finanze, legge n. 67 del 1987: Rinnovo della legge 5 agosto 1981, n. 416, recante , disciplina delle imprese editrici e provvidenze per l'editoria (11.2 ? capp. 2183, 7442), *apportare le seguenti variazioni:*

2015:
CP: + 80.000.000;
CS: + 80.000.000.

2016:
CP: + 80.000.000;
CS: + 80.000.000.

2017:
CP: + 80.000.000;
CS: + 80.000.000.

1.1066

COMAROLI, MUNERATO, TOSATO

Al comma 125 sostituire le parole: «187,5 milioni» *con le seguenti:* «137,5 milioni».

Conseguentemente, alla Tabella C, Missione: Comunicazioni, *Programma: Sostegno all'editoria, voce:* Ministero dell'Economia e delle Finanze, Legge n. 67 del 1987 : Rinnovo della legge 5 agosto 1981, n. 416, recante disciplina delle imprese editrici e provvidenze per l'editoria (11.2 ? capp. 2183, 7442), *apportare le seguenti variazioni:*

2015:

CP: + 50.000.000;

CS: + 50.000.000.

2016:

CP: + 50.000.000;

CS: + 50.000.000.

2017:

CP: + 50.000.000;

CS: + 50.000.000.

1.1067

CROSIO, ARRIGONI, COMAROLI, TOSATO

Al comma 125, sostituire le parole: «187,5 milioni» *con le seguenti:* «62,5 milioni».

Conseguentemente, all'art. 2, al comma 108, aggiungere, infine i seguenti periodi: «A decorrere dal 1º gennaio 2015, la misura del canone annuo do cui all'articolo 10, comma 3, della legge 24 dicembre 1993, n. 537, è fissata nell'1,9 per cento dei proventi netti dei pedaggi di competenza dei concessionari. Con delibera del CIPE sono aggiornati i criteri per il calcolo dei pedaggi per la rete autostradale, allo scopo di conseguire una riduzione dell'ammontare dei proventi netti. dei pedaggi di competenza di ciascun concessionario pari allo 0,5 per cento».

1.1068

GUERRA, GATTI, DIRINDIN

Al comma 125, le parole: «187,5 milioni» *sono sostituite con le seguenti:* «200 milioni».

Conseguentemente, al comma 127, sostituire le parole: «le risorse del Fondo» *con le seguenti:* «Il Fondo» *e le parole:* «che è conseguentemente soppresso sono trasferite, per le medesime finalità, in un apposito Fondo per l'accoglienza dei minori stranieri non accompagnati, istituito nello stato di previsione del Ministero dell'interno. Le risorse del Fondo istituito ai sensi del presente comma sono incrementate di 12,5 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015» *con le seguenti:* «è soppresso, fermo restando l'utilizzo dei residui di competenza del Ministero del lavoro e delle politiche sociali».

Conseguentemente, al comma 128, sopprimere i periodi: «Fermo restando quanto previsto dal comma 6 dell'articolo 26 del decreto legislativo 28 gennaio 2008, n. 25» *e* «nei limiti delle risorse e dei posti disponibili» *e aggiungere in fine il seguente periodo:* «Nel caso in cui non sia possibile l'immediato inserimento del minore in una di tali strutture, l'assistenza e l'accoglienza del minore sono temporaneamente assicurate dalla pubblica autorità del comune dove si trova il minore, ai sensi del comma 6 dell'articolo 26 del decreto legislativo 28 gennaio 2008, n. 25».

1.1069

ARRIGONI, CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Al comma 125, sostituire le parole: «187,5 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015» *con le seguenti:* «87,5 milioni di euro per l'anno 2015 e 187,5 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2016».

Conseguentemente, all'art. 2, dopo il comma 210 inserire il seguente:

«210-*bis*. Al fine di assicurare il completamento degli interventi necessari per la bonifica dall'amianto del territorio comunale di Casale Monferrato è autorizzata la spesa di 100 milioni di euro per l'anno 2015 da assegnare al comune di Casale Monferrato».

1.1070

COMAROLI, TOSATO

Al comma 125 dopo le parole: «a decorrere dall'anno 2015» *sono aggiunte le seguenti:* «di cui 100 milioni di euro sono destinati al Fondo Nazionale di cui all'articolo 14-bis, del decreto legislativo 25 luglio 1988, n. 286».

1.1071

COMAROLI, TOSATO

Al comma 125 dopo le parole: «a decorrere dall'anno 2015» *sono aggiunte le seguenti:* «dei quali 87,5 milioni sono destinati al Fondo Nazionale di cui all'articolo 14-*bis,* del decreto legislativo 25 luglio 1998, n. 286,50 milioni alla prevenzione dei rischi sanitari provenienti da paesi extra-UE o legati al fenomeno migratorio e 40 milioni ad indennità aggiuntive per il personale delle forze dell'ordine».

1.1072

COMAROLI, TOSATO

Al comma 125 dopo le parole: «a decorrere dall'anno 2015» *è aggiunto il seguente periodo:* «Non potranno accedere alle struttura di accoglienza persone prive di regolare documento di identità e di regolare certificato medico rilasciato dalla competente Unità Locale Socio Sanitaria attestante le condizioni sanitarie e l'idoneità a soggiornare».

1.1073

COMAROLI, TOSATO

Al comma 125 dopo le parole: «a decorrere dall'anno 2015» *è aggiunto il seguente periodo:* «Non potranno accedere alle struttura di accoglienza persone prive di regolare certificato medico rilasciato dalla competente Unità Locale Socio Sanitaria attestante le condizioni sanitarie e l'idoneità a soggiornare».

1.1074

SONEGO, LAI

Dopo il comma 126, aggiungere il seguente:

«126-*bis*. Le assunzioni nelle pubbliche amministrazioni dei cittadini italiani di cui alla legge 9 marzo 1971, n. 98, che, come personale civile, abbiano prestato servizio continuativo, per almeno un anno alla data del 31 dicembre 2014; alle dipendenze di organismi militari della Comunità atlantica, o di quelli di singoli stati esteri che ne fanno parte, operanti sul territorio nazionale, che siano stati licenziati in conseguenza di provvedimenti di soppressione o riorganizzazione delle basi militari degli organismi medesimi adottai entro il 31 dicembre 2015, avviene, nel limiti delle dotazioni organiche delle amministrazioni riceventi, con le modalità previste dal decreto del Presidente del Consiglio dei ministri 15 gennaio 2009, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* n. 51 del 3 marzo 2009, adottato in attuazione dell'articolo 2, comma 101, della legge 24 dicembre 2007, n. 244 con assegnazione prioritaria agli uffici giudiziari del Ministero della giustizia collocati nel territorio provinciale o regionale dell'organismo militare. Le assunzioni di cui al presente comma sono finanziate con le risorse del fondo di cui all'articolo 2, comma 100, della legge n. 244 del 2007, la cui dotazione è incrementata di euro un milione a decorrere dall'anno 2015. Le assunzioni di cui al presente comma possono, essere disposte nei limiti delle disponibilità del predetto fondo».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 1.000.000;
2016: ? 1.000.000;
2017: ? 1.000.000.

1.1075

BONFRISCO, BRUNI, PERRONE, LIUZZI, ZIZZA, IURLARO, FALANGA, EVA LONGO, D'ANNA, ARACRI, PAGNONCELLI, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Dopo il comma 128 sono inseriti i seguenti:

«128-*bis*. La quota di risorse prevista all'articolo 28, comma 3, del decreto legislativo n. 226 del 2005 a valere sull'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 7, comma 6, della legge 28 marzo 2003,

n.53, destinata all'assolvimento del diritto dovere all'Istruzione e formazione nel percorsi di istruzione e formazione professionale, anche ai fini dell'adempimento dell'obbligo di istruzione, è determinata in 50 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con proprio decreto, le occorrenti variazioni di bilancio.

128-*ter*. I pagamenti relativi all'attuazione dei percorsi di cui al comma 1, sostenuti da contributi erogati a tal fine dallo Stato alle regioni, sono esclusi, nei limiti dei relativi importi, dai limiti del patto di stabilità interno delle regioni».

Conseguentemente, all'articolo 3, dopo il comma 74 inserire il seguente:

74-*bis*. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze i regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale di cui all'allegato A della nota integrativa al bilancio di previsione relativa alla Tabella 1 dello Stato di previsione delle entrate prevista ai sensi dell'articolo 21, comma 11, lettera *a)*, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, che appaiono, in, tutto o in parte, ingiustificati o superati alla luce delle mutate esigenze sociali o economiche ovvero che costituiscono una duplicazione, sono modificati, soppressi o ridotti, a decorrere dall'anno 2015, al fine di assicurare maggiori entrate pari a 50 milioni di euro. Nei casi in cui la disposizione del primo periodo del presente comma non sia suscettibile di diretta e immediata applicazione, con uno o più decreti del Ministro dell'economia e delle finanze sono stabilite le modalità tecniche per l'attuazione del presente comma con riferimento ai singoli regimi interessati.

1.1076

RUSSO

Dopo il comma 128, aggiungere il seguente:

«128-*bis*. A decorrere dall'anno 2015, una quota pari a 10 milioni di euro delle risorse del Fondo per le politiche relative ai diritti e alle pari opportunità, istituito presso la Presidenza del Consiglio dei Ministri, di cui all'articolo 19, comma 3, del decreto-legge 4 luglio 2006, n. 223, convertito, con modificazioni, dalla legge 4 agosto 2006, n. 248, e successive modificazioni ed integrazioni, è destinata all'attuazione del programma unico di emersione, assistenza e integrazione sociale di cui all'articolo 18, comma 3-*bis*, del decreto legislativo 25 luglio 1998, n. 286, e successive modificazioni ed integrazioni».

Conseguentemente:

a) alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 10.000.000
2016: ? 10.000.000
2017: ? 10.000.000

b) alla Tabella C missione Diritti sociali, politiche sociali e famiglia, programma: Promozione e garanzia dei diritti e delle pari opportunità, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare lo seguente variazione:*

decreto-legge n. 223 del 2006, articolo 19, comma 3: Fondo per le politiche relative ai diritti e alle pari opportunità (17.4 ? cap.2108/P)

2015: + 10.000.000
2016: + 10.000.000
2017: + 10.000.000

1.1077

TONINI

Dopo il comma 128 inserire il seguente:

«128-*bis*. Al fine di rispondere all'aumento delle attività di cura, formazione e ricerca sulle malattie ematiche, sia a livello nazionale che internazionale, dalla fondazione Istituto mediterraneo di ematologia (IME), di cui all'articolo 2, comma 2, del decreto-legge 23 aprile 2003, n. 89, convertito, con modificazioni, dalla legge 20 giugno 2003, n. 141, dovuto al grande flusso di popolazione migrante nel territorio italiano, l'articolo 1, comma 275, della legge 27 dicembre20l3 n: 147 è casi

modificato: le parole "è autorizzata la spesa di 3,5 milioni di euro, a decorrere dall'anno 2014" sono sostituite dalle seguenti: "è autorizzata la spesa di 3,5 milioni di euro per l'anno.2014 e di 15 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015"».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 15.000.000;
2016: ? 15.000.000;
2017: ? 15.000.000.

1.1078

FEDELI, GUERRA, MANCONI, PADUA, SERRA, DALLA ZUANNA, AMATI, BIANCONI, BORIOLI, CANTINI, COLLINA, D'ADDA, DE CRISTOFARO, DEL BARBA, DI BIAGIO, DIRINDIN, FABBRI, FASIOLO, FATTORINI, FAVERO, ELENA FERRARA, FILIPPIN, GRANAIOLA, ICHINO, IDEM, LAI, LO GIUDICE, MANASSERO, MATTESINI, MATURANI, MAZZONI, ORRÙ, PAGLIARI, PALERMO, PARENTE, PEGORER, PETRAGLIA, PEZZOPANE, ROMANO, GIANLUCA ROSSI, RUTA, SPILABOTTE, VACCARI, VALDINOSI, ZANONI

Dopo il comma 128, aggiungere il seguente:

«128-*bis*. A decorrere dall'anno 2015, una quota pari a 10 milioni di euro delle risorse del Fondo per le politiche relative ai diritti e alle pari opportunità, istituito presso la Presidenza del Consiglio dei Ministri, di cui all'articolo 19, comma 3, del decretolegge 4 luglio 2006, n. 223, convertito, con modificazioni, dalla legge 4 agosto 2006, n. 248, e successive modificazioni ed integrazioni, è destinata all'attuazione del programma unico di emersione, assistenza e integrazione sociale di cui all'articolo 18, comma 3-*bis*, del decreto legislativo 25 luglio 1998, n. 286, e successive modificazioni ed integrazioni».

Conseguentemente:

a) alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 10.000.000;
2016: ? 10.000.000;
2017: ? 10.000.000;

b) alla Tabella C, missione Diritti sociali, politiche sociali e famiglia, *programma:* Promozione e garanzia dei diritti e delle pari opportunità, *voce*: Ministero dell'economia e delle finanze:

Decreto-legge n. 223 del 2006, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 248 del 2006:

Disposizioni urgenti per il rilancio economico e sociale, per il contenimento e la razionalizzazione della spesa pubblica, nonché interventi in materia di entrate e di contrasto all'evasione fiscale: ? Art. 19, comma 3: Fondo per le politiche relative ai diritti e alle pari opportunità (17.4 ? cap. 2108/p), *apportare la seguente variazione:*

2015: + 10.000.000;
2016: + 10.000.000;
2017: + 10.000.000.

1.1079

FEDELI, GUERRA, MANCONI, PADUA, SERRA, DALLA ZUANNA, AMATI, BIANCONI, BORIOLI, CANTINI, COLLINA, D'ADDA, DE CRISTOFARO, DEL BARBA, DI BIAGIO, DIRINDIN, FABBRI, FASIOLO, FATTORINI, FAVERO, ELENA FERRARA, FILIPPIN, GRANAIOLA, ICHINO, IDEM, LAI, LO GIUDICE, MANASSERO, MATTESINI, MATURANI, MAZZONI, ORRÙ, PAGLIARI, PALERMO, PARENTE, PEGORER, PETRAGLIA, PEZZOPANE, ROMANO, GIANLUCA ROSSI, RUTA, SPILABOTTE, VACCARI, VALDINOSI, ZANONI

Dopo il comma 128, aggiungere il seguente:

«128-*bis*. A decorrere dall'anno 2015, il Fondo per le politiche relative ai diritti e alle pari opportunità, istituito presso la Presidenza del Consiglio dei Ministri, di cui all'articolo 19, comma 3,

del decreto-legge 4 luglio 2006, n. 223, convertito, con modificazioni, dalla legge 4 agosto 2006, n. 248, e successive modificazioni ed integrazioni, è incrementato di 10 milioni di euro, ai fini dell'attuazione del programma unico di emersione, assistenza e integrazione sociale di cui all'articolo 18, comma 3-*bis*, del decreto legislativo 25 luglio 1998, n. 286, e successive modificazioni ed integrazioni».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 10.000.000;
2016: ? 10.000.000;
2017: ? 10.000.000.

1.1080

BIGNAMI, PEPE, MAURIZIO ROMANI, MUSSINI

Dopo il comma 128, aggiungere il seguente:

«128-*bis*. La gestione delle risorse previste ai commi da1125 al 128, del presente articolo, è sottoposta a controlli da parte del ministero dell'interno, secondo criteri definiti con apposito decreto del ministero dell'interno».

1.1081

MARGIOTTA

Dopo il comma 128, aggiungere il seguente:

«128-*bis*. Al fine di creare le più idonee condizioni per il rilancio del settore idrotermale e favorire la ripresa degli investimenti, la norma di cui all'articolo 1, comma 1, del decreto legislativo 26 marzo 2010, n. 59, si interpreta nel senso che le disposizioni di cui allo stesso decreto, non si applicano alle attività termali e a quelle di imbottiglia mento delle acque minerali e termali, ivi compreso il rilascio ed il rinnovo delle relative concessioni».

1.1082

LO MORO

Dopo il comma 128, inserire il seguente:

«128-*bis*. Al fine di creare le più idonee condizioni per il rilancio del settore idrotermale e favorire la ripresa degli investimenti, la nonna di cui all'articolo 1, comma 1, del decreto legislativo 26 marzo 2010, n. 59, si interpreta nel senso che le disposizioni di cui allo stesso decreto, non si applicano alle attività termali e a quelle di imbottigliamento delle acque minerali e termali, ivi compreso il rilascio ed il rinnovo delle relative concessioni».

1.1083

SPOSETTI

Sopprimere il comma 129.

1.1084

CRIMI, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Sopprimere il comma 129.

1.1085

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 129, inserire il seguente:

«129-*bis*. L'autorizzazione di spesa di cui alla legge 25 febbraio 1987, n. 67, come determinata dalla Tabella C allegata alla presente legge, è incrementata di 80 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C, ad eccezione di quelle relative al Ministero del lavoro e delle politiche sociali, al Ministero della salute, al Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca e al Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo, sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 80 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

1.1086

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 129, inserire il seguente:

«129-*bis*. L'autorizzazione di spesa di cui alla legge 25 febbraio 1987, n. 67, come determinata dalla Tabella C allegata alla presente legge, è incrementata di 50 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C, ad eccezione di quelle relative al Ministero del lavoro e delle politiche sociali, al Ministero della salute, al Ministero, dell'istruzione, dell'università e della ricerca e al Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo, sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 50 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

1.1087

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 129, aggiungere il seguente:

«129-*bis*. Al fine di assicurare la necessaria continuità per gli anni 2015, 2016 e 2017 degli interventi a sostegno dell'editoria di cui alla legge 7 agosto 1990, n. 250, e successive modificazioni, è autorizzata la spesa di 50 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

Conseguentemente, al comma 125, sostituire la cifra: «187,5»*, con la seguente:* «137,5».

1.1088

SPOSETTI

Dopo il comma 129, inserire il seguente: «129-*bis.* A decorrere dall'anno 2015 è autorizzato la spesa di 2 milioni di euro annui per consentire al Ministero del Beni e delle attività culturali e del turismo la realizzazione di interventi per la ricerca scientifica e tecnologica per i beni archivistici».

Conseguentemente, alla Tabella A, Voce Ministero dell'economia e delle finanze; apportare le seguenti variazioni:

2015: - 2.000.000;

2016: - 2.000.000;

2017: - 2.000.000.

1.1089

COMAROLI, CROSIO, TOSATO

Dopo il comma 129, aggiungere il seguente:

«129-*bis*. Al comma 4 dell'articolo 3-*quinquies* del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16, convertito con modificazioni in legge 26 aprile 2012, n. 44, è aggiunto, in fine, il seguente periodo: "A decorrere dall'anno 2015 i contributi annuali per l'utilizzo delle frequenze televisive nazionali non possono essere inferiori al 2 per cento del fatturato per emittente televisiva, pubblica o privata, in ambito nazionale"».

1.1090

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 129, inserire il seguente:

«129-*bis*. Al decreto-legge 18 maggio 2012, n. 63, all'articolo 5, dopo il comma 2, inserire il seguente:

"1-*bis*. Una quota del venti per cento della spesa pubblica destinata alla comunicazione istituzionale da parte di tutte le amministrazioni centrali e periferiche dello Stato deve essere destinata alle imprese editrici in possesso dei requisiti per accedere ai benefici di cui all'articolo 2 del presente decreto-legge. Al fine di garantire una efficiente gestione della pianificazione da parte delle medesime amministrazioni, l'accesso alla pianificazione è consentito esclusivamente ai consorzi costituiti da almeno venti imprese in possesso dei requisiti di cui sopra di cui almeno dieci società editrici di quotidiani"».

1.1091

PADUA, ORRÙ

Dopo il comma 129, inserire il seguente:

«129-*bis.* A titolo di ristoro a seguito dei danni di immagine subiti e nell'ottica della promozione di un rilancio dell'offerta turistica territoriale è istituito, presso il Ministero dei Beni e delle Attività culturali e del Turismo, un fondo pari a 500.000 mila euro annui per il 2015, per il 2016 e per il 2017, da destinarsi a comuni con popolazione non superiore ai 100.000 abitanti che, durante l'anno 2014, abbiano ospitato più di tremila stranieri extracomunitari in Centri di primo soccorso e accoglienza (CPSA), Centri di accoglienza (CDA) e Centri di accoglienza per richiedenti Asilo (CARA). Entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, il Ministro dei Beni e delle Attività culturali e del Turismo, di Concerto con il Ministero dell'economia o delle finanze e sentite le Regioni interessate, provvede alla ripartizione delle quote del Fondo tra i comuni, assicurando maggiori risorse a quelli con popolazione minore».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia o delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 500.000;
2016: ? 500.000;
2017: ? 500.000.

1.1092

LIUZZI

Dopo il comma 129, aggiungere il seguente:

«129-*bis.* Al fine di poter continuare ad assicurare la produzione di testi scolastici in versione cartacea e digitale in favore degli alunni ciechi e minorati della vista frequentanti le scuole di ogni ordine e grado il contributo statale in favore della Biblioteca Italiana dei Ciechi "regina Margherita" di cui alla legge 18 maggio 2011, n. 76, aumentato per l'anno, 2015 di 1 milione di euro e per gli anni 2016 e 2017 di 2,5 milioni di euro».

Conseguentemente alla tabella C Stanziamenti autorizzati in relazione a disposizioni di legge la cui quantificazione annua è demandata alla legge di stabilità, alla voce Ministero dei Beni e delle Attività Culturali e del Turismo - -legge n. 549 del 1995 articolo 1 comma 43 Contributi ad enti, Istituzioni associazioni, fondazioni ed altri organismi apportare le seguenti variazioni:

aggiungere «capitolo 3631» *ed agli stanziamenti previsti aggiungere:*

2015: + 1.000.000;
2016: + 2.500.000;
2017: + 2.500.000.

Conseguentemente alla tabella A voce Ministero delle Finanze *apportate le seguenti variazioni:*

2015: ? 1.000.000;
2016: ? 2.500.000;
2017: ? 2.500.000.

1.1093

MARGIOTTA

Dopo il comma 129 aggiungere il seguente:

«129-*bis.* Al fine di favorire il completamento di programmi realizzativi nelle aree colpite da eventi calamitosi, il termine previsto dall'articolo 1, comma 154, della legge 27 dicembre 2013, n. 147 è prorogato al 30 settembre 2015. Agli impianti ricadenti nell'ambito di applicazione di tale norma sono assegnate le tariffe relative al periodo in cui sarebbero dovuti originariamente entrare in esercizio ai sensi del decreto del ministro dello sviluppo economico 5 luglio 2012».

1.1094

DI BIAGIO

Dopo il comma 129 aggiungere il seguente:

«129-*bis.* Al fine di favorire il completamento di programmi realizzativi nelle aree colpite da eventi calamitosi, il termine previsto dall'articolo 1, comma 154, della legge 27 dicembre 2013, n. 147

è prorogato al 30 settembre 2015. Agli impianti ricadenti nell'ambito di applicazione di tale norma sono assegnate le tariffe relative al periodo in cui sarebbero dovuti originariamente entrare in esercizio ai sensi del decreto ministro dello sviluppo economico 5 luglio 2012».

1.1095

SPOSETTI

Dopo il comma 129, aggiungere i seguenti:

«129-*bis*. All'articolo 1 della legge 27 dicembre 2013, n. 147, il comma 261 è soppresso.

129-*ter*. Agli interventi in tema di sclerosi laterale amiotroflca per ricerca e assistenza domiciliare dei malati, ai sensi dell'articolo 1, comma 1264, della legge 27 dicembre 2006, n. 296, sono assegnati ulteriori 40 milioni per l'anno 2015 e 30 milioni per l'anno 2016».

1.1096

VICECONTE, PERRONE, GUALDANI

Dopo il comma 129, inserire i seguenti:

«129-*bis*. Al fine di favorire e realizzare interventi di razionalizzazione della spesa pubblica i compiti e le attribuzioni del commissario di cui all'articolo 19, comma 5 del decreto-legge 8 febbraio 1995, n. 32, convertito nella legge 7 aprile 1995 n. 104 sono esercitate direttamente dalla competente Direzione Generale del Ministro delle politiche agricole alimentari e forestali. Dal presente comma non derivano nuovi o maggiori oneri a carico della finanza pubblica.

129-*ter*. L'articolo 19 comma 5 del decreto-legge 8 febbraio 1995, n. 32 è soppresso».

1.1097

BARANI

Dopo il comma 129, inserire i seguenti:

«129-*bis*. Al fine di favorire e realizzare interventi di razionalizzazione della spesa pubblica i compiti e le attribuzioni del commissario di cui all'articolo 19, comma 5 del decreto-legge 8 febbraio 1995, n. 32, convertito nella legge 7 aprile 1995 n. 104 sono esercitate direttamente dal Ministro delle politiche agricole alimentari e forestali. Dal presente comma non derivano nuovi o maggiori oneri a carico della finanza pubblica.

129-*ter*. L'articolo 19 comma 5 del decreto-legge 8 febbraio 1995, n. 32 è soppresso».

1.1098

GUALDANI

Dopo il comma 129, inserire il seguente:

«129-*bis*. Al fine di assicurare l'approvvigionamento idrico in Puglia, Basilicata, parte dell'Irpinia e della Calabria, per uso irriguo, potabile ed industriale, mediante l'erogazione idrica all'AQP, all'AQL, ai Consorzi di Bonifica di Puglia e Basilicata, nonché all'ILVA di Taranto e, considerata anche, la particolare rilevanza di protezione civile che riveste per la gestione di dighe e di grandi adduttori interregionali, ovvero per consentire la continuità dell'esecuzione dei lavori e la realizzazione delle opere strategiche in corso, all'articolo 1, comma 72 della legge n. 228 del 24 dicembre 2012 le parole "30 settembre 2014" sono sostituite dalle parole: "30 dicembre 2016"».

1.1099

VICECONTE, PERRONE, GUALDANI

Dopo il comma 129, inserire il seguente:

«129-*bis*. AI fine di assicurare l'approvvigionamento idrico in Puglia, Basilicata, parte dell'Irpinia e della Calabria, per uso irriguo, potabile ed industriale, mediante l'erogazione idrica all'AQP, all'AQL, ai Consorzi di Bonifica di Puglia e Basilicata, nonché all'ILVA di Taranto e, considerata anche, la particolare rilevanza di protezione civile che riveste per la gestione di dighe e di grandi adduttori interregionali, ovvero per consentire la continuità dell'esecuzione dei lavori e la realizzazione delle opere strategiche in corso, all'articolo l, comma 72 della legge n. 228 del 24 dicembre 2012 le parole "30 settembre 2014" sono sostituite dalle parole: "30 dicembre 2016"».

1.1100

BARANI

Dopo il comma 129, inserire il seguente:

«129-*bis*. Al fine di assicurare l'approvvigionamento idrico in Puglia, Basilicata, parte dell'rpinia e della Calabria, per uso irriguo, potabile ed industriale, mediante l'erogazione idrica all'AQP, all'AQL, ai Consorzi di Bonifica di Puglia e Basilicata, nonchè all'ILVA di Taranto e, considerata anche, la particolare rilevanza di protezione civile che riveste per la gestione di dighe e di grandi adduttori interregionali, ovvero per consentire la continuità dell'esecuzione dei lavori e la realizzazione delle opere strategiche in corso, all'articolo 1, comma 72 della legge n. 228 del 24 dicembre 2012 le parole: "30 settembre 2014" sono sostituite dalle parole: "30 dicembre 2016"».

1.1101

VICECONTE, PERRONE

Dopo il comma 129, inserire il seguente:

«129-*bis*. All'articolo 1, comma 72 della legge n. 228 del 24 dicembre 2012 le parole: "30 settembre 2014" sono sostituite dalle parole: "30 dicembre 2016"; entro tale data al fine di completare il risanamento, attesi i risultati positivi di bilancio in ordine ai crediti maturati, l'attuale commissario individua e propone, all'Organo Vigilante, il nuovo modello di soggetto giuridico, secondo la modifica del TITOLO V della Costituzione, che dovrà essere valutato nel quadro dei rapporti Stato-Regioni, per il trasferimento delle funzioni dell'ex EIPLI».

1.1102

BARANI

Dopo il comma 129, inserire il seguente:

«129-*bis*. All'articolo 1, comma 72 della legge n. 228 del 24 dicembre 2012 le parole "30 settembre 2014" sono sostituite dalle parole "30 dicembre 2016"; entro tale data al fine di completare il risanamento, attesi i risultati positivi di bilancio in ordine ai crediti maturati, l'attuale commissario individua e propone, all'Organo Vigilante, il nuovo modello di soggetto giuridico, secondo la modifica del Titolo V della Costituzione, che dovrà essere valutato nel quadro dei rapporti Stato Regioni, per il trasferimento delle funzioni dell'ex EIPLI».

1.1103

VICECONTE, PERRONE, GUALDANI

Dopo il comma 129, inserire il seguente:

«129-*bis*. All'articolo 21, comma Il, secondo periodo, del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, e successive modificazioni, le parole "30 settembre 2014" sono sostituite dalle parole "30 dicembre 2016"».

1.1104

BARANI

Dopo il comma 129, inserire il seguente:

«129-*bis:* All'articolo 21, comma 11, secondo periodo, del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, e successive modificazioni, le parole "30 settembre 2014" sono sostituite dalle parole "30 dicembre 2016"».

1.1105

BAROZZINO, DE PETRIS, URAS

Dopo il comma 129, aggiungere il seguente:

«129-*bis*. Al decreto legislativo 12 maggio 1995, n. 201, all'articolo15, comma 1, lettera a), *aggiungere la seguente:*

"*a-bis*) per gli appartenenti ai ruoli del Corpo forestale dello Stato, di cui alla lettera *a)*, la durata del corso di formazione e specializzazione è di sei mesi;"».

1.1106

SIMEONI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Al comma 130, nel primo periodo dopo la parola «erogati» *aggiungere le seguenti* «o da erogare».

Conseguentemente, alla Tabella A, Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 10.000.000;
2016: ? 10.000.000;
2017: ? 10.000.000.

1.1107

STEFANO ESPOSITO, VERDUCCI, FILIPPI, CARDINALI, GIANLUCA ROSSI, ZANONI

Dopo il comma 130, inserire il seguente:

«130-*bis*. L'autorizzazione di spesa di cui alla legge 25 febbraio 1987, n. 67, come determinata dalla Tabella C allegata alla presente legge, è incrementata di 80 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

Conseguentemente al comma 76 dell'articola 3, infine, aggiungere: «Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C, ad eccezione di quelle relative al Ministero del lavoro e delle politiche sociali, al Ministero della salute e al Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca, e al Ministero dei beni le attività culturali e del turismo, sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 80 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

1.1108

VERDUCCI, STEFANO ESPOSITO, ZANONI

Dopo il comma 130, inserire il seguente:

«130-*bis*. L'autorizzazione di spesa di cui alla legge 25 febbraio 1987, n. 67, come determinata dalla Tabella C allegata alla presente legge, è incrementata di 80 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

Conseguentemente al comma 76 dell'articolo 3, infine, aggiungere: «Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C, ad eccezione di quelle relative al Ministero del lavoro e delle politiche sociali, al Ministero della salute e al Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca, e al Ministero dei beni le attività culturali e del turismo, sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 80 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

1.1109

URAS, DE PETRIS

Dopo il comma 130, inserire il seguente:

«130-*bis*. L'autorizzazione di spesa di cui alla legge 25 febbraio 1987, n. 67, come determinata dalla Tabella C allegata alla presente legge, è incrementata di 80 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

Conseguentemente al comma 76 dell'articolo 3, aggiungere in fine: «Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C, ad eccezione di quelle relative al Ministero del lavoro e delle politiche sociali, al Ministero della salute e al Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca, e al Ministero dei beni le attività culturali e del turismo, sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 80 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

1.1110

STEFANO ESPOSITO, VERDUCCI, FILIPPI, CARDINALI, GIANLUCA ROSSI, ZANONI

Dopo il comma 130, inserire il seguente:

«130-*bis*. L'autorizzazione di spesa di cui alla legge 25 febbraio 1987, n. 67, come determinata dalla Tabella C allegata alla presente legge, è incrementata di 80 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017.

Conseguentemente, alla Tabella A voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 80.000.000;
2016: ? 80.000.000;
2017: ? 80.000.000.

1.1111

URAS, DE PETRIS

Dopo il comma 130, inserire il seguente:

«130-*bis*. L'autorizzazione di spesa di cui alla legge 25 febbraio 1987, n. 67, come determinata dalla Tabella C allegata alla presente legge, è incrementata di 70 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017.

Conseguentemente all'articolo 3, comma 75, Tabella A allegata, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti modifiche:*

2015
CP: ? 70.000.000;
CS: ? 70.000.000.
2016
CP: ? 70.000.000;
CS: ? 70.000.000.
2017
CP: ? 70.000.000;
CS: ? 70.000.000.

1.1112

URAS, DE PETRIS

Dopo il comma 130, inserire il seguente:

«130-*bis*. L'autorizzazione di spesa di cui alla legge 25 febbraio 1987, n. 67, come determinata dalla Tabella C allegata alla presente legge, è incrementata di 60 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017.

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 75, Tabella A allegata, voce «Ministero dell'economia e delle finanze», *apportare le seguenti modifiche:*

2015:
CP: ? 60.000.000;
CS: ? 60.000.000.
2016:
CP: ? 60.000.000;
CS: ? 60.000.000.
2017:
CP: ? 60.000.000;
CS: ? 60.000.000.

1.111

DE BIASI, DIRINDIN, MATURANI, MATTESINI, PADUA, VALDINOSI, FAVERO

Dopo il comma 130 aggiungere il seguente:

«130-*bis*. Ai soggetti danneggiati da complicanze di tipo irreversibile a causa di somministrazione di medicinali emoderivati di cui alla legge 25 febbraio 1992, n. 210, e successive modificazioni, che hanno beneficiato dell'equa riparazione prevista dall'articolo 27-*bis* della legge 11 agosto 2014, n. 114, è riconosciuto, in relazione alla categoria già loro assegnata dalla competente commissione medico-ospedaliera, di cui all'articolo 165 del testo unico di cui al decreto del Presidente della Repubblica 29 dicembre 1973, n. 1092, un ulteriore indennizzo, maggiorato dell'indennità integrativa speciale, con la rivalutazione dovuta, consistente in un assegno mensile a vita, di importo pari a due volte la somma che il beneficiario percepisce ai sensi della legge n. 210 del 1992. Ai familiari dei soggetti deceduti è riconosciuto un ulteriore assegno *una tantum,* oltre a quello già previsto dalla legge n. 210 del 1992 ed eventualmente già percepito, pari a 150.000 euro, da corrispondere in cinque rate annuali di 30.000 euro ciascuna. I soggetti aventi diritto sono quelli indicati dalla legge n. 210 del 1992 e successive modificazioni».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 22.750.000;
2016: ? 22.750.000;

2017: ? 22.750.000.

1.1114

TOMASELLI, SANGALLI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA

Dopo il comma 130, aggiungere il seguente:

«130-*bis*. AI fine di sostenere la nascita e il consolidamento di società cooperative, con particolare riferimento a quelle costituite, in maggioranza, da soci lavoratori provenienti da aziende in crisi e da aziende sequestrate o confiscate alla criminalità organizzata, nelle quali partecipino al capitale in qualità di socio sovventore, le società finanziarie di cui all'articolo 17, comma 2, della legge 27 febbraio 1985, n. 49 e successive modificazioni e integrazioni, le predette società finanziarie sono autorizzate a concedere finanzia menti agevolati, nel rispetto della vigente regolamentazione comunitaria in materia di aiuti di Stato, nei limiti e con le modalità stabiliti dal decreto di cui al comma 132.

130-*ter*. Il Ministro dello sviluppo economico, con decreto di natura non regolamentare da adottare entro 30 giorni dall'entrata in vigore della presente legge, stabilisce criteri, modalità e limiti per la concessione dei finanziamenti agevolati di cui al comma 130-*bis*. Con il medesimo decreto, il Ministro dello sviluppo economico può differenziare i limiti dei predetti finanziamenti, con riferimento agli ambiti territoriali, sia di natura geografica che socioeconomica, alla finalità del finanziamento e alla composizione della compagine sociale delle cooperative, qualora costituite, in maggioranza, da soci lavoratori provenienti da aziende in crisi e da aziende sequestrate o confiscate alla criminalità organizzata.

130-*quater*. Per le finalità di cui al comma 130-bis è autorizzata la spesa di 10 milioni di euro per l'anno 2015 e di 20 milioni di euro per ciascuno degli anni 2016 e 2017. Le risorse sono iscritte nello stato di previsione del Ministero dello sviluppo economico per affluire al Fondo per la crescita sostenibile di cui all'articolo 23 del decreto-legge 22 giugno 2012, n 83, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 134.

Conseguentemente, alla Tabella A rubrica Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 10.000;
2016: ? 20.000;
2017: ? 20.000.

1.1115

BIANCONI, GUALDANI

Dopo il comma 130, inserire il seguente:

«130-*bis*. Indennizzo a favore dei soggetti danneggiati da complicanze di tipo irreversibile a causa di somministrazione di medicinali emoderivati. 1. Ai soggetti danneggiati da complicanze di tipo irreversibile a causa di somministrazione di medicinali emoderivati di cui alla legge 25 febbraio 1992, n. 210, e successive modifiche e integrazioni, che hanno beneficiato dell'equa riparazione prevista dall'art. 27-*bis* della legge n. 114 dell'11 agosto 2014, è riconosciuto, in relazione alla categoria già loro assegnata dalla competente commissione medico-ospedaliera, di cui all'articolo 165 del testo unico di cui al decreto del Presidente della Repubblica 29 dicembre 1973, n. 1092, un ulteriore indennizzo, maggiorato dell'indennità integrativa speciale, con la rivalutazione dovuta, consistente in un assegno mensile a vita, di importo pari a due volte la somma che il beneficiario percepisce *ex lege* n. 210 del 1992. Ai familiari dei soggetti deceduti è riconosciuto un ulteriore assegno una tantum, oltre a quello già previsto dalla legge n. 210 del 1992 ed eventualmente già percepito, pari a 150.000 euro, da corrispondere in cinque rate annuali di 30.000 euro ciascuna. I soggetti aventi diritto sono quelli già indicati nella legge n. 210 del 1992 e successive integrazioni e modificazioni. L'importo massimo finanziato non potrà superare 23 milioni di euro per il 2015 e 10 milioni di euro per gli anni successivi.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 23.000;
2016: ? 10.000;
2017: ? 10.000.

1.1116

FILIPPI, FAVERO, PAGLIARI

Dopo il comma 130, inserire il seguente:

«131. Con effetto dall'anno 2015, a decorrere dal 1º luglio di ciascun anno gli importi degli indennizzi del danno biologico erogati dall'INAIL ai sensi dell'articolo 13 del decreto legislativo 23 febbraio, n. 38 sono rivalutati, con decreto del Ministro del lavoro e delle politiche sociali, su proposta del Presidente dell'lnail, sulla base delle variazioni dei prezzi al consumo per le famiglie di operai e impiegati intervenute rispetto all'anno precedente. Tale incremento si aggiunge a quello complessivo del 16,25 per cento di cui all'articolo 1, commi 23 e 24 della legge 24 dicembre 2007, n. 247 nonché all'articolo 1, comma 129 della legge 27 dicembre 2013, n. 147 e relativi decreti attuativi e si applica agli indennizzi dovuti dall'lnail ai sensi della "Tabella danno biologico" di cui al decreto ministeriale 12 luglio 2000».

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 10.000.000;
2016: ? 10.000.000;
2017: ? 10.000.000.

1.1117

DE PIETRO, URAS, CASALETTO, MASTRANGELI

Dopo il comma 130, aggiungere il seguente:

«Con effetto dall'anno 2015, a decorrere dal 1º luglio di ciascun anno, gli importi degli indennizzi del danno biologico erogati dall'INAIL ai sensi dell'articolo 13 del decreto legislativo 23 febbraio, n. 38 sono rivalutati, con decreto del Ministro del lavoro e delle politiche sociali, su proposta del Presidente dell'INAIL, sulla base delle variazioni dei prezzi al consumo per le famiglie di operai e impiegati intervenute rispetto all'anno precedente. Tale incremento si aggiunge a quello complessivo del 16,25 per cento di cui all'articolo 1, commi 23 e 24 della Legge 24 dicembre 2007, n. 247 nonché all'articolo 1, comma 129 della legge 27 dicembre 2013, n. 147 e relativi decreti attuativi e si applica agli indennizzi dovuti dall'Inail ai sensi della "Tabella danno biologico" di cui al decreto ministeriale 12 luglio 2000».

1.1118

LEPRI, ANGIONI, CANTINI, COCIANCICH, COLLINA, CUOMO, DALLA ZUANNA, D'ADDA, DEL BARBA, DI GIORGI, STEFANO ESPOSITO, FATTORINI, FAVERO, MAURO MARIA MARINO, MORGONI, MOSCARDELLI, PAGLIARI, PARENTE, PEZZOPANE, SCALIA, SPILABOTTE

Dopo il comma 131, aggiungere il seguente:

«131-*bis*. Le attività di pulizia, sorveglianza e assistenza agli alunni nelle scuole svolte da cooperative sociali di tipo B e relativi consorzi, ovvero da L.S.U., in applicazione degli accordi sottoscritti al Ministero del lavoro e delle politiche sociali il 14 giugno 2011 e il 28 marzo 2014 e limitatamente ai lavoratori impegnati nei servizi previsti nell'accordo stesso, sono retribuite sulla base di gare CONSIP tenendo anche conto degli oneri previdenziali, assicurativi, di coordinamento, per materiali e attrezzature, per il pagamento dell'IVA, nonché dei maggiori oneri derivanti dall'inserimento lavorativo di persone svantaggiate, in applicazione della legge 8 novembre 1991, n. 381».

Conseguentemente, all'articolo 3, dopo il comma 63 aggiungere il seguente:

«63-*bis*. A decorrere dal 1º gennaio 2015, sugli importi dei trattamenti pensionistici di cui al D.P.R. 29 dicembre 1973, n. 1092, corrisposti da enti gestori di forme di previdenza obbligatorie secondo il metodo retributivo, è dovuto un contributo di solidarietà a favore delle gestioni

previdenziali obbligatorie pari al 5 per cento della parte eccedente la pensione integrata al trattamento minimo. Il Ministro del lavoro e delle politiche sociali, con proprio decreto» da adottare entro sessanta giorni dall'entrata in vigore della presente legge, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, definisce le modalità di attuazione del presente comma».

1.1119

DE PETRIS, URAS

Dopo il comma 131, aggiungere il seguente:

«131-*bis.* Per il finanziamento del piano straordinario di bonifica delle discariche abusive, di cui all'articolo 1, comma 113, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, sono stanziati 60 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015-2017».

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 75, Tabella A allegata, voce «Ministero dell'economia e delle finanze», *apportare le seguenti modifiche:*

2015:

CP: ? 60.000.000;

CS: ? 60.000.000.

2016:

CP: ? 60.000.000;

CS: ? 60.000.000.

2017:

CP: ? 60.000.000;

CS: ? 60.000.000.

1.1120

DE PETRIS, DE CRISTOFARO, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 131, aggiungere i seguenti:

«131-*bis.* Per la prosecuzione delle azioni e degli interventi di monitoraggio, anche di tipo sanitario, nei territori della regione Campania e nei comuni di Taranto e Statte, di cui all'articolo 2, commi 4-*quater* e 4-*quinquies,* del decreto-legge 10 dicembre 2013, n. 136, convertito dalla legge 6 febbraio 2014, n. 6, è autorizzata, per ciascun anno del triennio 2015-2017, la spesa di 30 milioni di euro.

131-*ter.* Per le indagini sui terreni della regione Campania destinati all'agricoltura, al fine di accertare l'eventuale esistenza di effetti contaminanti a causa di sversamenti e smaltimenti abusivi anche mediante combustione, e per le attività di cui di cui di cui all'articolo 1, commi 1, 5 e 6, del decreto-legge 10 dicembre 2013, h. 136, convertito dalla legge 6 febbraio 2014, n. 6, sono ulteriormente stanziati 5 milioni di euro per ciascun anno del triennio 2015-2017».

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 75, Tabella A allegata, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti modifiche:*

2015:

CP: ? 35.000.000;

CS: ? 35.000.000.

2016:

CP: ? 35.000.000;

CS: ? 35.000.000.

2017:

CP: ? 35.000.000;

CS: ? 35.000.000.

1.1121

PETRAGLIA, URAS, DE PETRIS

Dopo il comma 131, aggiungere il seguente:

«131-*bis.* Le disposizioni recate dall'articolo 9 del decreto legislativo 4 dicembre 1997, n. 460, relative alle agevolazioni temporanee per il trasferimento di beni patrimoniali a favore di enti non

commerciali, si applicano anche nell'anno 2015».

Conseguentemente al comma 112 sostituire la parola: «250» *con la seguente:* «230».

1.1122

SUSTA, DI BIAGIO

Dopo il comma 131, aggiungere il seguente:

«131-*bis*. Per il triennio 2015-2017 l'autorizzazione di spesa per gli interventi di cui all'articolo 4 della legge 23 novembre, n. 407, è incrementata di 250.000 euro annui».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 139 sostituire le parole: «110 milioni di euro»*, con le seguenti:* «109,75 milioni di euro»*, e ridurre in maniera lineare per un importo corrispondente l'ammontare di risorse destinate alle singole finalità di cui all'elenco n. 1 allegato alla presente legge.*

1.1123

PANIZZA, FRAVEZZI, FAUSTO GUILHERME LONGO, LANIECE, BATTISTA, ZIN

Dopo il comma 131, aggiungere il seguente:

«131-*bis*. Per l'attuazione degli interventi di cui all'articolo 5 della legge 24 dicembre 2004, n. 313, è autorizzata la spesa di 1 milione di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

Conseguentemente alla Tabella A, voce Ministero delle politiche agricole, alimentari e forestali *ridurre come segue gli stanziamenti previsti:*

2015: ? 1.000.000;

2016: ? 1.000.000;

2017: ? 1.000.000.

1.1124

SUSTA, DI BIAGIO

Dopo il comma 131, aggiungere il seguente:

«131-*bis*. Per il triennio 2015-2017 l'autorizzazione di spesa per gli interventi di cui all'articolo 4 della legge 23 novembre, n. 407, è incrementata di 250.000 euro annui».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 250.000;

2016: ? 250.000;

2017: ? 250.000.

1.1125

DI BIAGIO, SUSTA

Dopo il comma 131, aggiungere il seguente:

«131-*bis*. L'articolo 4, comma 1, lettera *b)*, numero 1, del decreto del Presidente della Repubblica 7 luglio 2006 n. 243, si interpreta nel senso che alle Vittime del Dovere ed ai loro familiari superstiti, di cui all'articolo 1, commi 563 e 564, della legge 23 dicembre 2005, n. 266, nonché alle Vittime della Criminalità Organizzata ed ai loro familiari superstiti, di cui all'articolo 1 della legge 20 ottobre 1990, n. 302, spetta l'assegno vitalizio previsto dall'articolo 2 della legge 23 novembre 1998, n. 407, e successive modificazioni, così come modificato dall'articolo 4 comma 238 legge 24 Dicembre 2003 n. 350».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 116, sostituire le parole: «100 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015»*, con le seguenti:* «92 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015».

1.1126

DI BIAGIO, SUSTA

Dopo il comma 131, aggiungere il seguente:

«131-*bis*. L'articolo 4, comma 1, lettera b), numero 1, del decreto del Presidente della Repubblica 7 luglio 2006 n. 243, si interpreta nel senso che alle Vittime del Dovere ed ai loro familiari superstiti, di cui all'articolo 1, commi 563 e 564, della legge 23 dicembre 2005, n. 266, nonché alle Vittime della Criminalità Organizzata ed ai loro familiari superstiti, di cui all'articolo 1 della legge 20 ottobre 1990, n. 302, spetta l'assegno vitalizio previsto dall'articolo 2 della legge 23 novembre 1998, n. 407, e

successive modificazioni, così come modificato dall'articolo 4 comma 238 legge 24 Dicembre 2003 n. 350».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76 aggiungere, in fine, le seguenti parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 8 milioni a decorrere dal 2015».

1.1127

DI BIAGIO, SUSTA

Dopo il comma 131, aggiungere il seguente:

«131-*bis*. L'articolo 4, comma 1, lettera b), numero 1, del decreto del Presidente della Repubblica 7 luglio 2006 n. 243, si interpreta nel senso che alle Vittime del Dovere ed ai loro familiari superstiti, di cui all'articolo 1, commi 563 e 564, della legge 23 dicembre 2005, n. 266, nonché alle Vittime della Criminalità Organizzata ed ai loro familiari superstiti, di cui all'articolo 1 della legge 20 ottobre 1990, n. 302, spetta l'assegno vitalizio previsto dall'articolo 2 della legge 23 novembre 1998, n. 407, e successive modificazioni, così come modificato dall'articolo 4 comma 238 Legge 24 Dicembre 2003 n. 350».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 8.000.000;
2016: ? 8.000.000;
2017: ? 8.000.000.

1.1128

DI BIAGIO, SUSTA

Dopo il comma 131, aggiungere il seguente:

«131-*bis*. L'articolo 4, comma 1, lettera *c)*, numero 1, del decreto del Presidente della Repubblica 7 luglio 2006 n. 243, si interpreta nel senso che sia in sede di prima valutazione, sia in sede di rivalutazione delle percentuali di invalidità si applica il Decreto del Presidente della Repubblica 30 ottobre 2009, n. 181».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76 aggiungere, in fine, le seguenti parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 8 milioni a decorrere dal 2015».

1.1129

DI BIAGIO, SUSTA

Dopo il comma 131, aggiungere il seguente:

«131-*bis*. 1. Alle Vittime del Dovere ed ai loro familiari superstiti, di cui all'articolo 1, commi 563 e 564, della legge 23 dicembre 2005, n. 266, nonché alle Vittime della Criminalità Organizzata ed ai loro familiari superstiti, di cui all'articolo 1 della legge 20 ottobre 1990, n. 302, si applicano le misure di cui all'articolo 2, all'articolo 3 commi 1, 1-*bis* e 2, all'articolo 4 commi 1, 2, 2-*bis*, 3 e 4, all'articolo 5 commi 3-*bis*, 3-*ter*, 3-*quater*, all'articolo 7 e all'articolo 9 della legge 3 agosto 2004, n. 206 e successive modificazioni».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76 aggiungere, in fine, le seguenti parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 50 milioni a decorrere dal 2015».

1.1130

DI BIAGIO, SUSTA

Dopo il comma 131, aggiungere il seguente:

«131-*bis*. Alle Vittime del Dovere ed ai loro familiari superstiti, di cui all'articolo 1, commi 563 e 564, della legge 23 dicembre 2005, n. 266, nonché alle Vittime della Criminalità Organizzata ed ai

loro familiari superstiti, di cui all'articolo 1 della legge 20 ottobre 1990, n. 302 il Presidente della Repubblica concede la medaglia d'oro di "Vittima del Dovere". e "Vittima della criminalità organizzata" per spirito di abnegazione, altruismo e fedeltà allo Stato, con cui le vittime si sono distinte, quali rappresentanti delle Istituzioni. L'onorificenza è conferita alle Vittime del Dovere ovvero alle Vittime della criminalità organizzata in caso di decesso ai parenti ed affini entro il secondo grado, con decreto del Presidente della Repubblica, su proposta del Ministro dell'Interno. Al fine di ottenere la concessione dell'onorificenza, le vittime del dovere o, in caso di decesso, i loro parenti e affini entro il secondo grado, presentano domanda alla prefettura di residenza o al Ministero dell'interno, anche per il tramite delle associazioni rappresentative delle vittime del dovere».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76 aggiungere, in fine, le seguenti parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 200 mila euro a decorrere dal 2015».

1.1131

DI BIAGIO, SUSTA

Dopo il comma 131, aggiungere il seguente:

«131-*bis.* Alle vittime del dovere, di cui alla legge 23 dicembre 2005 n 266, alle Vittime del terrorismo e della criminalità organizzata, di cui alla legge 3 agosto 2004 n. 206, che godono del diritto al collocamento obbligatorio con precedenza rispetto ad ogni altra categoria e preferenza a parità di titoli, ai sensi della legge 23 novembre 1998 n. 407, è garantito il diritto all'assunzione sia presso le amministrazioni pubbliche sia nel settore privato, con rispetto della qualifica e delle funzioni corrispondenti al titolo di studio ed alle professionalità possedute. I soggetti tenuti all'adempimento dell'obbligo di assunzione indicano, con cadenza annuale, secondo i parametri di cui al decreto legislativo 27 ottobre 2009, n. 150 e attraverso la pubblicazione sui siti istituzionali, la dotazione organica distinta per aree o categorie, il numero dei soggetti da assumere in base alle previsioni dell'articolo 18 della legge 68 del 1999, il numero dei soggetti già reclutati a copertura della quota obbligatoria e le procedure avviate per il collocamento obbligatorio, con indicazione del tipo di avviamento al lavoro».

1.1132

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Dopo il comma 131, aggiungere il seguente:

«131-*bis*. All'articolo 39, comma 4 del decreto-legge n. 201 del 6 dicembre 2011 convertito dalla legge 22 dicembre 2011 n. 214 le parole: "a piccole e medie imprese" sono sostituite dalle seguenti: "alle imprese con un numero di dipendenti non superiore a 1500" la garanzia di cui al periodo precedente è concessa nell'ambito delle disponibilità finanziarie del Fondo, come determinate dal decreto di cui all'articolo 39 comma 4 del decreto-legge 6 dicembre 2011 n. 201 convertito dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214».

1.1133

MANGILI, LEZZI, BULGARELLI

Dopo il comma 131, aggiungere il seguente:

«131-*bis*. L'imposta municipale propria di cui all'articolo 13 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, si applica altresì agli immobili costruiti su strutture artificiali ubicate nel mare territoriale».

1.1134

DE PIETRO, URAS, CASALETTO, MASTRANGELI

Dopo il comma 131, aggiungere il seguente:

«131-*bis*. Presso ogni sportello pubblico, fisico o telefonico, a disposizione dei cittadini per l'espletamento delle pratiche informatizzate sono operativi "facilitatori informatici" scelti fra coloro

che espletano il Servizio civile universale o lavori di pubblica utilità che dispongano delle competenze in materia».

1.1135

TOMASELLI, SANGALLI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA

Dopo il comma 131, aggiungere il seguente:

«131-*bis*. l'articolo 1, comma 5-*bis*, del decreto-legge 21 giugno 2013 n. 69 convertito dalla legge 9 agosto 2013, n. 98, è sostituito dal seguente:

"5-*bis*. Nell'ambito delle risorse del Fondo di cui al comma 1 e previa adozione di un apposito decreto del Ministro dello sviluppo economico, da adottare di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze e con il Ministro della giustizia, gli interventi ivi previsti sono estesi ai professionisti iscritti agli ordini professionali e a quelli aderenti alle associazioni professionali iscritte nell'elenco tenuto dal Ministero dello sviluppo economico ai sensi della legge 14 gennaio 2013, n. 4, e in possesso dell'attestazione rilasciata ai sensi dello medesima legge n. 4 del 2013 nonché alle piccole e medie imprese sottoposte alla procedura di concordato in continuità aziendale di cui all'articolo 186-*bis* del regio decreto 16 marzo 1942, n. 267, per i finanziamenti di cui all'articolo 182-*quinquies*, entro i limiti delle risorse del fondo stesso. Con il decreto di cui al primo periodo sono determinate le modalità di attuazione del presente comma, prevedendo in particolare un limite massimo di assorbimento delle risorse del Fondo non superiore al 5 per cento delle risorse stesse"».

1.1136

SANGALLI, LAI

Dopo il comma 131, aggiungere il seguente:

«131-*bis*. All'articolo 1, comma 1, lettera *b)* del decreto-legge 21 giugno 2013 n. 69, sono aggiunte, in fine, le seguenti parole: "o che la delibera preveda la richiesta della garanzia senza che si costituisca alcun obbligo per il Fondo al rilascio della garanzia"».

1.1137

GUALDANI

Dopo il comma 131, aggiungere il seguente:

«131-*bis*. All'articolo 1, comma 1, lettera *b)* del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69, sono aggiunte, in fine, le seguenti parole: "o che la delibera preveda la richiesta della garanzia senza che si costituisca alcun obbligo per il Fondo al rilascio della garanzia"».

1.1205

DE PETRIS, DE CRISTOFARO, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 131, aggiungere il seguente:

«131-*bis*. Per il finanziamento del piano straordinario di bonifica delle discariche abusive, di cui all'articolo 1, comma 113, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, sono stanziati 40 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015-2017».

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 75, Tabella A allegata, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti modifiche:*

2015:

CP: ? 40.000.000;

CS: ? 40.000.000;

2016:

CP: ? 40.000.000;

CS: ? 40.000.000;

2017:

CP: ? 40.000.000;

CS: ? 40.000.000.

1.1138

BIANCO

Al comma 132, sostituire le parole: «6,1 milioni di euro per l'anno 2015, di 22,8 milioni per l'anno

2016, di 212,7 milioni di euro per l'anno 2017» *con le seguenti:* «1,1 milioni di euro per l'anno 2015, di 17,8 milioni per l'anno 2016, di 207,7 milioni di euro per l'anno 2017».

1.1139

TOMASELLI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA, MICHELONI, TURANO

Al comma 132, sostituire le parole: «6,1 milioni di euro per l'anno 2015, di 22,8 milioni di euro per l'anno 2016, di 212,7 milioni di euro per l'anno 2017» *con le seguenti:* «2,1 milioni di euro per l'anno 2015, di 18,8 milioni di euro per l'anno 2016, di 208,7 milioni di euro per l'anno 2017».

Conseguentemente, alla Tabella C, Missione «Commercio internazionale ed internazionalizzazione del sistema produttivo» *Sostegno all'internazionalizzazione delle imprese e promozione del* made in Italy *del* Ministero dello Sviluppo economico *legge n. 549 del 1995: Misure di razionalizzazione della finanza pubblica Art. 1, comma 43: contributi ad enti, istituti, associazioni, fondazioni ed altri organismi (4.2 ? cap. 2501)*

2015
CP + 4.000.000
CS + 4.000.000
2016
CP + 4.000.000
CS + 4.000.000
2017
CP + 4.000.000
CS + 4.000.000

1.1140

MARCUCCI

All'articolo 1, comma 132:

a) sostituire le parole: «6,1» con le seguenti: «5,1»;
b) sostituire le parole: «22,8» con le seguenti: «20,5»;
c) sostituire le parole: «212,7» con le seguenti: «210,4»;
d) sostituire le parole: «191» con le seguenti: «188,7»;
e) sostituire le parole: «199,5» con le seguenti: «197,2»;
t) sostituire le parole: «211,4'-'con le seguenti: »209,1«;
g) sostituire le parole: «289,65» con le seguenti: «287.35»;
h) sostituire le parole: «304,05» con le seguenti: «301,75»;
i) sostituire le parole: «306,75» con le seguenti: «304,45»;
l) sostituire le parole: «307,25» con le seguenti: «304,95»;
m) sostituire le parole: «310,25» con le seguenti: «305,15»;
n) sostituire le parole: «319,85» con le seguenti: «317,55».

Conseguentemente, all'articolo 2, comma 1, allegato n. 5, abrogare la voce «beni e attività culturali e turismo autorizzazione di spesa legge 662 del 1996, articolo 3, comma 83».

1.1141

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Dopo il comma 132, aggiungere il seguente:

«132-*bis*. Per le finalità di cui all'articolo 52 comma 18 legge 28 dicembre 2001, n. 448 e successive modifiche e integrazioni, è autorizzata la spesa di 150 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 150 milioni di

euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

1.1142

TOMASELLI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA

Dopo il comma 132, aggiungere il seguente:

«132-*bis.* Per le finalità di cui all'articolo 52, comma 18, della legge 28 dicembre 2001, n. 448, e successive modifiche e integrazioni, è autorizzata la spesa di 100 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 100.000.000;

2016: ? 100.000.000;

2017: ? 100.000.000.

1.1143

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 132, aggiungere il seguente:

«132-*bis.* Al fine di compensare i tagli effettuati sulle risorse per le misure di sostegno dell'emittenza radiotelevisiva locale relative all'anno 2014 è autorizzata la spesa di euro 91 milioni di euro, di cui 27 milioni di euro per il 2015, 32 milioni di euro per il 2016 e 32 milioni di euro per il 2017».

Conseguentemente, all'articolo 46, comma 1, Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 27.000.000;

2016: ? 32.000.000;

2017: ? 32.000.000.

1.1144

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 132, aggiungere il seguente:

«132-*bis.* Al fine di compensare i tagli effettuati sulle risorse per le misure di sostegno dell'emittenza radiotelevisiva locale relative all'anno 2014, è autorizzata la spesa di euro 82 milioni di euro per l'anno 2015, aggiuntivi rispetto alle risorse già assegnate in bilancio. Si autorizza, inoltre, che detta somma segua l'*iter* dei crediti verso la pubblica Amministrazione delle imprese private, con la possibilità di essere scontata tramite accordo tra Governo e ABI ad un tasso concordato dell'1 per cento».

Conseguentemente alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 82.999.000.

1.1145

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 132, aggiungere il seguente:

«132-*bis.* Per le finalità di cui all'articolo 6 comma 9 del decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito, con modifiche, dalla legge 21 Febbraio 2014 n. 9 è autorizzata la spesa di 80 milioni di euro per l'anno 2015».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 75, Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti modifiche:*

2015: ? 80.000.000.

1.1146

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Dopo il comma 132, aggiungere il seguente:

«132-*bis*. Per le finalità di cui all'articolo 6 comma 9 del decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145 convertito, con modifiche, dalla legge 21 febbraio 2014 n. 9 è autorizzata la spesa di 80 milioni di euro per l'anno 2015».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 80 milioni di euro per l'anno 2015».

1.1147

TOMASELLI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA

Dopo il comma 132, aggiungere il seguente:

«132-*bis*. Per le finalità di cui all'articolo 6 comma 9 del decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145 convertito, con modificazioni, dalla legge 21 febbraio 2014, n. 9, è autorizzata la spesa di 80 milioni di euro per l'anno 2015».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 80.000.000;

2016: ? 80.000.000;

2017: ? 80.000.000.

1.1148

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO, CONSIGLIO, ARRIGONI

Dopo il comma 132, inserire il seguente:

«132-*bis*. Per l'organizzazione e lo svolgimento dell'edizione straordinaria del Forum UNESCO sulla cultura e sulle industrie culturali, che si terrà a Monza nel 2015, è autorizzata la spesa di 500.000 euro».

Conseguentemente, alla Tabella A, apportare le seguenti modifiche:

Ministero dell'Economia e delle Finanze 2015:

? 500.000.

1.1149

MIRABELLI, MARCUCCI

Dopo il comma 132, aggiungere il seguente: «132-*bis*. Per l'organizzazione e lo svolgimento dell'edizione straordinaria del Forum UNESCO sulla cultura e sulle industrie culturali, che si terrà a Monza nel 2015, è autorizzata la spesa di 400.000 euro».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia. e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 400.000;

2016: ? 0;

2017: ? 0.

1.1150

GIANLUCA ROSSI

Dopo il comma 132, aggiungere. il seguente:

«132-*bis*. Una somma pari a 200 milioni di euro è destinata al sostegno dell'accesso al credito delle piccole e medie imprese attraverso il rafforzamento dei Confidi. All'attuazione della misura si provvede a valere sulle risorse del Fondo di garanzia per le piccole e medie imprese di cui all'articolo 2, comma 100, lettera *a)*, della legge 23 dicembre 1996 n. 662 e successive modificazioni ed integrazioni.

132-*ter*. Entro 30 giorni dall'entrata in vigore del presente provvedimento con decreto del Ministro dello Sviluppo Economico, d'intesa con il Ministro dell'Economia e delle Finanze, sono adottate specifiche disposizioni volte a definire le caratteristiche tecniche dell'operazione nel rispetto dei commi 132-*quater* e 132-*quinquies* del presente articolo.

132-*quater*. Ai fini del presente articolo per Confidi si intendono i soggetti di cui all'articolo 13

della Legge 24 novembre 2003 n. 326, costituiti da piccole e medie imprese industriali, commerciali, turistiche e di servizi, da imprese artigiane e agricole, come definite dalla disciplina comunitaria.

132-*quinquies*. Le disponibilità di cui al comma 132-*bis* sono ripartite tra tutti i Confidi attraverso contributi che ne incrementano i fondi di garanzia finalizzati ad accrescerne l'operatività a favore delle PMI. I contributi hanno una misura massima dell'1 per cento delle garanzie in essere dei Confidi al 31 dicembre dell'anno precedente (ultimo bilancio approvato) rilasciati a favore delle imprese associate e concessi da banche o da altri enti finanziatori quali società di *leasing* e di *factoring*».

1.1151

GIANLUCA ROSSI, GUERRIERI PALEOTTI

Dopo il comma 132, aggiungere il seguente:

«132-*bis*. A decorrere dal 1º gennaio 2015 e per ciascuno degli anni successivi il 10 per cento delle risorse destinate ad incrementare la dotazione del Fondo di garanzia a favore delle piccole e medie imprese, di cui all'articolo 2 comma 100, lettera *a)*, della legge 23 dicembre 1996 n. 662 e successive modificazioni ed integrazioni, è destinato al sostegno dell'accesso al credito delle piccole e medie imprese attraverso il rafforzamento dei Confidi.

132-*ter*. Ai fini del presente articolo per Confidi si intendono i soggetti di cui all'articolo 13 della legge 24 novembre 2003 n. 326, costituiti da piccole e medie imprese industriali, commerciali, turistiche e di servizi, da imprese artigiane e agricole, come definite dalla disciplina comunitaria.

132-*quater*. Le disponibilità di cui al comma 132-*bis* sono destinate ai Confidi anche attraverso contributi che ne incrementano i fondi di garanzia finalizzati ad accrescerne l'operatività a favore delle PMI. l contributi hanno una misura massima dell'1 per cento delle garanzie in essere dei Confidi al 31 dicembre dell'anno precedente (ultimo bilancio approvato) ? per l'esercizio 2015 si intende come bilancio approvato quello chiuso al 31 dicembre 2014 ? rilasciati a favore delle imprese associate e concessi da banche o da altri enti finanziatori quali società di *leasing* e di *factoring*.

132-*quinquies*. Entro 30 giorni dall'entrata in vigore del presente provvedimento con decreto del Ministro dello sviluppo economico, d'intesa con il Ministro dell'economia e delle finanze, sono adottati i criteri volti a definire il riparto delle risorse di cui ai commi 132-*bis* e 132-*quater* del presente articolo».

1.1152

GIANLUCA ROSSI

Dopo il comma 132, aggiungere il seguente:

«132-*bis*. AI comma 1 dell'articolo 1 del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 agosto 2013, n. 98, dopo il punto sub 2 aggiungere il punto:

"2-*bis*. L'incremento, sull'intero territorio nazionale, della misura massima di copertura del Fondo fino al novanta per cento dell'importo dell'operazione finanziaria in controgaranzia per tutte le tipologie di operazioni di cui al decreto del Ministro dello sviluppo economico, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, 26 giugno 2012, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* 20 agosto 2012, n. 193;».

1.1153

GIANLUCA ROSSI, LAI, FORNARO, GIACOBBE, GUERRA, MOSCARDELLI, RICCHIUTI, TURANO

Dopo il comma 132, aggiungere il seguente:

«132-*bis*. Il 30 per cento delle risorse complessive del Fondo di garanzia per le piccole e medie imprese di cui all'articolo 2, comma 100, lettera *a)*, della legge 23 dicembre 1996 n. 662, e successive modificazioni ed integrazioni, è riservato agli Interventi in controgaranzia del Fondo a favore dei Confidi di cui all'articolo 13 della legge 24 novembre 2003 n. 326».

1.1154

DEL BARBA

Dopo il comma 132, aggiungere i seguenti:

«132-*bis*. AI fine di garantire l'efficienza del servizio di pubblica utilità svolto dal Corpo

nazionale soccorso alpino e speleologico (CNSAS) del Club alpino italiano (CAI), quale struttura nazionale operativa del Servizio nazionale della protezione civile di cui alla lee 24 febbraio 1992, n. 225, il medesimo Corpo è autorizzato, ai sensi dell'articolo 18, comma 2, della legge 7 dicembre 2000, n. 383, ad avvalersi di prestazioni di lavoro dipendente ed autonomo per lo svolgimento dei servizi a più elevato contenuto tecnico e professionale, anche ricorrendo ai propri membri. Il ricorso alle suddette prestazioni è consentito entro un contingente numerico pari a un decimo del personale volontario complessivamente associato al Corpo.

132-*ter*. Con apposito regolamento del Corpo nazionale soccorso alpino e speleologico (CNSAS), da adattarsi entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono individuate, previa ricognizione dei fabbisogni di personale tecnico, le figure professionali specialistiche ammesse alle prestazioni di cui al comma 132-*bis*.

132-*quater*. All'articolo 3 della legge 21 marzo 2001, n. 74, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al comma 1, dopo la parola: "modo" è inserita la seguente: "prevalentemente";

b) dopo il comma 1, è inserito il seguente:

"1-*bis*. I Servizi regionali e provinciali del Corpo nazionale soccorso alpino e speleologico (CNS) possono iscriversi ai registri di cui all'articolo 6 della legge 11 agosto 1991, n. 266, ai fini dell'accesso ai benefici di cui al comma 2 del medesimo articolo".

132-*quater*. Dall'attuazione dei commi da 132-*bis* a 132-*quater* non possono derivare o nuovi o maggiori oneri a carico della finanza pubblica».

1.1155

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 132, aggiungere il seguente:

«132-*bis*. All'articolo 10-*bis*, comma 2, del decreto legislativo 21 aprile 2000, n. 185 la lettera *c)* è sostituita dalla seguente:

c) siano amministrate e condotte da un giovane imprenditore agricolo di età compresa tra i 18 ed i 40 anni in possesso della qualifica di coltivatore diretto o di imprenditore agricolo professionale come risultante dall'iscrizione nella gestione previdenziale agricola o che si iscrivano a tale gestione entro cinque mesi dalla data di accoglimento della domanda di cui al precedente comma 1 ovvero, nel caso di società, siano composte, per oltre la metà numerica dei soci e delle quote di partecipazione, da giovani imprenditori agricoli di età compresa tra i 18 ed i 40 anni in possesso della qualifica di coltivatore diretto o di imprenditore agricolo professionale come risultante dall'iscrizione nella gestione previdenziale agricola o che si iscrivano a tale gestione entro cinque mesi dalla data di accoglimento della domanda di cui al precedente comma».

1.1156

TOMASELLI, LAI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA

Dopo il comma 132 aggiungere li seguente:

«132-*bis*. Al fine di promuovere la digitalizzazione del turismo, degli istituti e dei luoghi di cultura, dei cinema, dei teatri e di tutti gli eventi, è consentito l'acquisto dei relativi biglietti con le modalità previste dall'articolo 8 comma 3 del decreto-legge 18 ottobre 2012, n. 179, convertito, con modificazioni, dalla legge 17 dicembre 2012, n. 221».

1.1157

ASTORRE, ANGIONI, MOSCARDELLI, CIRINNÀ, ORRÙ, PARENTE, PAGLIARI, RANUCCI, MIRABELLI, LUCHERINI, MARGIOTTA, FABBRI, STEFANO ESPOSITO, LAI

Dopo il comma 132, è aggiunto il seguente:

«132-*bis*. All'articolo 12, comma 6, del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16, convertito, con modificazioni, dalla legge 26 aprile 2012, n. 44, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) dopo le parole: "per conto e nell'interesse dello Stato", sono aggiunte le seguenti: "in regime di separazione contabile dal resto del proprio patrimonio e come tali non suscettibili di cessione,";

b) le parole: "che saranno estinti nei riguardi di coloro che risulteranno averne diritto", sono

soppresse;

c) è aggiunto, in fine, il seguente periodo: "Le somme derivanti dai suddetti crediti dovranno essere destinate anche a soddisfare le posizioni creditorie derivanti dalla gestione degli ammassi della Federazione italiana del consorzi agrari le posizioni creditorie nonché dei lavoratori già dipendenti della Federazione italiana del Consorzi Agrari come definite dagli accordi transattivi stipulati ai sensi del decreto ministeriale delle politiche agricole alimentari e forestali del 9 dicembre 2010, nonché per la restituzione, anche attraverso atto di compensazione, di aiuti comunitari indebitamente percepiti"».

1.1158

ASTORRE, ANGIONI, MOSCARDELLI, CIRINNÀ, ORRÙ, PARENTE, PAGLIARI, RANUCCI, MIRABELLI, LUCHERINI, MARGIOTTA, FABBRI, STEFANO ESPOSITO, LAI

Dopo il comma 132, è aggiunto il seguente:

«132-*bis*. All'articolo 12, comma 6, del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16, convertito, con modificazioni, dalla legge 26 aprile 2012, n. 44, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) dopo le parole: "per conto e nell'interesse dello Stato", sono aggiunte le seguenti: "in regime di separazione contabile dal resto del proprio patrimonio e come tali non suscettibili di cessione,";

b) le parole: "che saranno estinti nei riguardi di coloro che risulteranno averne diritto", sono soppresse;

c) è aggiunto, in fine, il seguente periodo: "Le somme derivanti dai suddetti crediti dovranno essere destinate anche a soddisfare le posizioni creditorie dei lavoratori già dipendenti della Federazione italiana dei Consorzi Agrari come definite dagli accordi transattivi stipulati ai sensi del decreto ministeriale delle politiche Agricole Alimentari e forestali del 9 dicembre 2010, per eventuali posizioni creditorie derivanti dalla gestione degli ammassi della Federazione italiana dei consorzi agrari, nonché per la restituzione; anche attraverso atto di compensazione, di aiuti comunitari indebitamente percepiti"».

1.1159

ASTORRE, ANGIONI, MOSCARDELLI, CIRINNÀ, ORRÙ, PARENTE, PAGLIARI, RANUCCI, MIRABELLI, LUCHERINI, MARGIOTTA, FABBRI, STEFANO ESPOSITO, LAI

Dopo il comma 132, è aggiunto il seguente:

«132-*bis*. All'articolo 12, comma 6, del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16, convertito, con modificazioni, dalla legge 26 aprile 2012, n. 44, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) dopo le parole: "per conto e nell'interesse dello Stato", sono aggiunte le seguenti: "in regime di separazione contabile dal resto del proprio patrimonio e come tali non suscettibili di cessione,";

b) le parole: "che saranno estinti nei riguardi di coloro che risulteranno averne diritto", sono soppresse;

c) è aggiunto, in fine, il seguente periodo: "Le somme derivanti dai suddetti crediti sono destinate a soddisfare le posizioni creditorie delle gestioni ammassatorie della Federazione italiana del Consorzi Agrari, dei dipendenti della Federconsorzi nonché per la restituzione degli aiuti comunitari indebitamente percepiti"».

1.1160

ASTORRE, ANGIONI, MOSCARDELLI, CIRINNÀ, ORRÙ, PARENTE, PAGLIARI, RANUCCI, MIRABELLI, LUCHERINI, MARGIOTTA, FABBRI, STEFANO ESPOSITO, LAI

Dopo il comma 132, è aggiunto il seguente:

«132-*bis*. All'articolo 12, comma 6, del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16, convertito, con modificazioni, dalla legge 26 aprile 2012, n. 44, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) dopo le parole: "per conto e nell'interesse dello Stato", sono aggiunte le seguenti: "In regime di separazione contabile dal resto del proprio patrimonio e come tali non suscettibili di cessione,";

b) le parole: "che saranno estinti nei riguardi di coloro che risulteranno averne diritto", sono soppresse;

c) è aggiunto, in fine, il seguente periodo: "Le somme derivanti dai suddetti crediti dovranno essere destinate anche a soddisfare le posizioni creditarie dei lavoratori già dipendenti della

Federazione italiana dei Consorzi Agrari."».

1.1161

BUEMI, FAUSTO GUILHERME LONGO, ZELLER, PANIZZA, PALERMO, LANIECE, BATTISTA, ZIN, FRAVEZZI

Dopo il comma 132, inserire i seguenti:

«132-*bis*. Al fine di assicurare la più ampia partecipazione e il coinvolgimento nella programmazione delle politiche a supporto delle produzioni agricole d'eccellenza e nella pianificazione strategica . degli interventi di valorizzazione e promozione del *made in Italy*, sono considerate associazioni nazionali delle Città d'Identità quelle associazioni, anche non riconosciute, costituite allo scopo di svolgere attività di promozione e valorizzazione dei territori e dei relativi beni eno-gastronomici, culturali ed ambientali, operanti, da almeno cinque anni, sul territorio nazionale e i cui associati siano distribuiti in almeno undici regioni e cinquanta comuni.

132-*ter*. Presso il Ministero, delle politiche agricole alimentari e forestali è istituito un Registro nazionale al quale possono iscriversi, previa verifica dei requisiti di cui al comma precedente, le Associazioni nazionali delle Città d'Identità. Entro 60 giorni dalla data di entrata in vigore del presente disegno di legge, il Ministero delle politiche Agricole Alimentari e Forestali provvede all'iscrizione nel registro degli aventi diritto con proprio decreto.

132-*quater*. Dall'attuazione della disposizione di cui ai commi 132-*bis* e 132-*ter* non devono, derivare nuovi o maggiori oneri a carico della finanza pubblica. Le amministrazioni interessate provvedono all'adempimento dei compiti ivi previsti con le risorse umane, finanziarie e strumentali disponibili a legislazione vigente».

1.1162

GIANLUCA ROSSI, LAI, FORNARO, GIACOBBE, GUERRA, MOSCARDELLI, RICCHIUTI, TURANO

Dopo il comma 132, aggiungere il seguente:

« 132-*bis*. All'articolo 1, comma 54, della legge 27 dicembre 2013, dopo le parole: "previa notifica alla Commissione europea" aggiungere le seguenti: ", da effettuare entro il 28 febbraio 2015,».

1.1163

STEFANO ESPOSITO, ZANONI, BORIOLI, VERDUCCI

Dopo il comma 132, aggiungere il seguente:

«132-*bis*. All'articolo 18, comma 2 della legge 11 agosto 2014, n. 125 è abrogata la lettera e)».

1.1164

GUALDANI

Sostituire il comma 133 con i seguenti:

«133. Al fine di consentire la realizzazione ed il completamento di interventi sulle reti metropolitane delle aree così come definite dalla legge 7 aprile 2014, n. 56, è autorizzata la spesa di 187,5 milioni di euro per gli anni 2015, 2016, 2017. Le risorse così individuate confluiscono nel "Fondo reti metropolitane delle aree di cui alla legge del 7 aprile 2014, n. 56" istituito presso il Ministero delle infrastrutture e dei trasporti.

133-*bis*. Con decreto del Ministro delle infrastrutture e dei trasporti di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze e con priorità per le reti metropolitane previste dal comma 2 dell'articolo 3 del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 novembre 2014, n. 164 e dall'articolo 18 del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 agosto 2013; n. 98, sono individuati gli importi necessari alla continuazione dei lavori anche per fasi funzionati.

133-*ter*. Il Cipe può autorizzare, nel limite delle disponibilità annuali complessive del Fondo di cui al comma 133, la costruzione per fasi funzionati dei progetti preliminari e definitivi delle reti metropolitane previste dal decreto di cui al comma 133-*bis*.

133-*quater*. Il Fondo di cui al comma 133, è alimentato:

a) in quanto a complessivi 100 milioni di euro per l'annualità 2015 dalle risorse a legislazione

vigente sull'articolo 1, comma 83 della Legge 27 dicembre 2013, n. 147;

b) in quanto a complessivi 87,5 milioni di euro dalle risorse iscritte nell'annualità 2016 per 2,5 milioni di euro, nell'annualità 2017 per 30 milioni di euro, nell'annualità 2018 per 55 milioni di euro mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 1, comma 186, della legge 24 dicembre 2012, n. 228.

133-*quinquies*. Ai sensi e per gli effetti dell'articolo 4-*bis* del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 novembre 2014, n.164, le risorse a carico dello Stato assegnate al programma di interventi indicati al punto 2.2 della delibera Cipe n. 25/2013 sono revocate e riassegnate al fondo di cui al comma 133.

133-*sexies*. Allo scopo di garantire la continuità dei lavori in corso, i fondi assegnati, a valere sulle risorse di. cui al decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 agosto 2008, n. 133, al Comune di Torino per la realizzazione della linea 2 con delibera Cipe n. 25/2013, si intendono assegnate alla linea 1 approvata con delibera Cipe n. 24/2012.

133-*septies*. Le risorse assegnate con delibera CIPE ai sensi del comma 3 dell'articolo 18 del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 agosto 2013, n. 98, si intendono revocate se alla data del 31 dicembre 2014 non sono impegnate. Le risorse così revocate confluiscono al fondo di cui al comma 133.

133-*octies*. Il comma 11-*bis* dell'articolo 18 del decreto-legge 21 giugno 2013, il. 69, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 agosto 2013, n. 98, è abrogato.

133-*novies*. All'articolo 3, comma 6, del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 novembre 2014, n. 164, le lettere da *a)* a *d-sexies)*, sono abrogate. Le risorse revocate ai sensi del periodo precedente confluiscono nel fondo di cui al comma 133».

1.1165

SCIBONA, CIOFFI, BULGARELLI, AIROLA, CIAMPOLILLO

Dopo il comma 133, inserire il seguente:

«133-*bis*. Con delibera CIPE, da adottarsi entro quarantacinque giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, è finanziato, a valere sul Fondo di cui all'articolo 32, comma 1, del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, il prolungamento della linea 1, "tratta 4 Lingotto ? Bengasi" della metropolitana di Torino, di cui alla delibere CIPE n. 9/2008 e n. 40/2009».

Conseguentemente, alla tabella E, missione «Diritto alla mobilità e sviluppo dei sistemi di trasporto»*, programma* «Sistemi ferroviari, sviluppo e sicurezza del trasporto ferroviario»*, voce* «Infrastrutture e Trasporti, legge n. 228 del 2012: Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2013) ? Art. 1, comma 208: Nuova Linea Ferroviaria Torino-Lione (Settore n. 11) Interventi nel settore dei trasporti (2.5 ? cap. 7532/)»*, apportare le seguenti variazioni:*

Riduzione:

2015:

CP: ? 111.000.000

CS: ? 111.000.000

1.1166

FILIPPI, TOMASELLI, GUERRIERI PALEOTTI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA, BORIOLI, CANTINI, CARDINALI, STEFANO ESPOSITO, MARGIOTTA, RANUCCI, SONEGO

Dopo il comma 133, inserire il seguente:

«133-*bis*. All'articolo 1, comma 90 della legge 27 dicembre 2013, n. 147, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) dopo le parole: "che gestiscono sistemi di trasporto e logistici settoriali" aggiungere le seguenti:

"in particolare va assicurata l'interoperabilità con sistema PMIS delle Capitanerie di Porto

attraverso il nodo unico di scambio diretto delle informazioni connesse agli usi civili e produttivi del mare di cui al DPCM 1.1 febbraio 2014, n. 72";

b) dopo le parole: "ciascuno degli anni 2015 e 2016" aggiungere le seguenti: "in particolare per l'acquisto e l'installazione di apparati di bordo, senza oneri a carico delle imprese di autotrasporto e per ulteriori attività di miglioramento della PLN, il contributo di cui all'articolo 2, comma 244, della legge 24 dicembre 2007, n. 244, è incrementato ulteriormente, senza obbligo di cofinanziamento da parte del soggetto attuatore unico di cui all'articolo 61-*bis* del decreto-legge 24 gennaio 2012, n. 1, convertito, con modificazioni, dalla legge 24 marzo 2012, n.27, di 7,5 Milioni di euro per gli anni 2015 e 2016".

c) alla fine del comma, aggiungere le seguenti parole: "In tal caso, entro tre mesi dalla acquisizione da parte di UIRNet Spa del progetto redatto dal Promotore di cui alla gara di concessione di servizi, prima menzionata, il soggetto attuatore unico, sentito il MIT in merito alla conformità di detto progetto all'interesse pubblico ed alla destinazione funzionale della PLN, stipula apposita convenzione con il Gestore della PLN, previa approvazione nel merito da parte del MIT stesso. Inoltre, al fine di anticipare il tempo di ritorno dell'investimento da parte del Gestore medesimo, attraverso investimenti diretti effettuati dal soggetto attuatore unico, gli enti pubblici e le società a totale partecipazione pubblica, partecipano, secondo le norme del codice civile, al capitale del soggetto attuatore unico della PLN, nel rispetto di quanto previsto dalla legge 24/12/2012 n.228, articolo 1, comma 211"«.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 7.500.000;

2016: ? 7.500.000;

2017: ? o.

1.1177

FILIPPI, TOMASELLI, GUERRIERI PALEOTTI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA, BORIOLI, CANTINI, CARDINALI, STEFANO ESPOSITO, MARGIOTTA, RANUCCI, SONEGO

Dopo il comma 133, inserire il seguente:

«133-*bis*. L'articolo 1, comma 90 della legge 27 dicembre 2013/ n.147, dopo le parole: "ciascuno degli anni 2015 e 2016" sono inserite le seguenti: "in particolare per l'acquisto e l'installazione di apparati di bordo, senza oneri a carico delle imprese di autotrasporto e per attività comunque inerenti lo sviluppo della Piattaforma Logistica Nazionale, il contributo di cui all'articolo 2 comma 244, della legge 24 dicembre 2007, n. 244, è incrementato ulteriormente, senza obbligo di cofinanziamento da parte del soggetto attuatore unico di cui all'articolo 61-*bis* del decreto-legge 24 gennaio 2012, n. 1, convertito, con modificazioni, dalla legge 24 marzo 2012, n.27, di 5 Milioni di euro all'anno per gli anni 2015 e 2016"».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;

2016: ? 5.000.000;

2017: ? o.

1.1178

FILIPPI, TOMASELLI, BORIOLI, CANTINI, CARDINALI, STEFANO ESPOSITO, MARGIOTTA , RANUCCI, SONEGO, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA

Dopo il comma 133, inserire il seguente:

«133-*bis*. Entro tre mesi dall'entrata in vigore della presente legge, considerato che la Piattaforma per la gestione della Rete logistica nazionale (PLN) è stata inserita nel programma delle infrastrutture strategiche di cui alla legge n. 443 del 2001, per effetto dell'articolo 1, comma 211, della legge 24 dicembre 2012, n. 228, considerato inoltre che per PLN allargata si ,intende la PLN costituita oltre che secondo le definizioni contenute nell'articolo 61-*bis*, comma 4, della legge 24 marzo 2012 n. 27, anche

dalle aree di sosta dedicate ai mezzi destinati al traffico logistico, dall'implementazione della banda larga "ultimo miglio logistico" su tutto il territorio nazionale, nonché dalle interfacce con le ulteriori Piattaforme telematiche in ambito logistico in essere o da crearsi presso i nodi logistici e intermodali, il soggetto attuatore unico della Piattaforma, UIRNet S.p.A., trasmette il progetto della Piattaforma allargata al Ministero delle infrastrutture e dei trasporti. Il Dipartimento per i trasporti, la navigazione ed il personale del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti ne cura l'istruttoria e formula la propria proposta al CIPE per l'approvazione, ai sensi degli articoli 161 e seguenti del disegno legislativo 12 aprile 2006, n. 163. Rispetto al progetto della Piattaforma non trovano applicazione le previsioni contenute nell'allegato tecnico di cui all'articolo 164, comma 1, del medesimo disegno legislativo 12 aprile 2006, n. 163; a detto progetto si applicano le norme sulla progettazione di servizi e forniture, in quanto compatibili la spesa per la progettazione di 700.000 euro nel 2015 è a gravare sui fondi di cui al comma precedente».

1.1179

GUALDANI

Dopo il comma 133, inserire il seguente:

«133-*bis*. All'articolo 3, comma 3, del decreto-legge 11 settembre 2014, n. 133. convertito, con modificazioni, dalla legge 11 novembre 2014, n. 164, al terzo periodo dopo le parole: "beni immobiliari demaniali di loro competenza" sono inserite le seguenti: "e, nel limite di 50 milioni, per l'attuazione di interventi urgenti in materia di dissesto idrogeologico, di difesa e messa in sicurezza di beni pubblici.

Con uno o più decreti del Ministro delle infrastrutture e dei trasporti sono individuati, d'intesa con la struttura di missione istituita con il decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri 27 maggio 2014, gli interventi per i quali i Provveditorati interregionali alle opere pubbliche del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti assumono la funzione di stazione appaltante"».

1.1180

GUALDANI

Dopo il comma 133, aggiungere il seguente:

«133-*bis*. In considerazione della intervenuta caducazione di tutti gli atti stipulati dalla società Stretto di Messina S.p.A. per la realizzazione dell'intervento "collegamento stabile viario e ferroviario tra Sicilia e continente" per effetto dell'articolo 34-*decies* del decreto-legge 18 ottobre 2012 n. 179, convertito, con modificazioni, dalla legge 17 dicembre 2012, n. 221, il vincolo preordinato all'esproprio sulle aree interessate dal progetto preliminare apposto con delibera CIPE del 1º agosto 2003, n. 66 e reiterato con la successiva delibera CIPE del 30 settembre 2008, n. 91 decade alla data di entrata in vigore della presente legge».

1.1181

SAGGESE

Dopo il comma 133 è inserito il seguente:

«133-*bis*. In relazione all'ineludibile necessità di realizzare gli interventi di adeguamento della strada statale n. 372 "Telesina", tra lo svincolo di Caianello della medesima strada e lo svincolo di Benevento sulla strada statale n. 88, nonché alla non sostenibilità economico-finanziaria della proposta originaria rilevata dal soggetto aggiudicatore, è annullata la procedura avviata per detti interventi ed è conseguentemente revocata la nomina del soggetto promotore. Ferma restando la destinazione ai lavori di adeguamento di cui al precedente periodo delle risorse già assegnate, esistenti e disponibili alla data di entrata in vigore della presente legge, le funzioni di soggetto aggiudicatore dell'intervento, gli obblighi che derivano dall'adempimento delle attività previste dai commi 2 e 6 dell'articolo 3'del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito con modificazioni dalla legge 11 novembre 2014, n. 164, nonché quelli conseguenti alla revoca del soggetto promotore sono rimessi alla competenza della società ANAS Spa. Il compenso del promotore per l'attività espletata è a carico di Anas S.p.A., che acquisisce la proprietà del progetto relativo all'intervento di adeguamento di cui al primo periodo, corredato degli atti istruttori e dei pareri acquisiti».

1.1182

CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Sostituire il comma 134 con il seguente:

«134. Per assicurare il sostegno all'emittenza radiotelevisiva locale, è autorizzata la spesa di 20 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015.

Al fine di compensare i tagli effettuati sulle risorse per le misure di sostegno dell'emittenza radiotelevisiva locale relative all'anno 2014, è autorizzata la spesa di euro 82 milioni per l'anno 2015, aggiuntivi rispetto alle risorse già assegnate in bilancio. Si autorizza, inoltre, che detta somma segua l'iter dei crediti verso la pubblica amministrazione delle imprese private, con la possibilità di essere scontata tramite accordo tra Governo e Abi ad un tasso concordato dell'1%».

Conseguentemente all'articolo 3, comma 76, le dotazioni di parte corrente relative alle autorizzazioni di spesa della Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo di 102 milioni di euro per l'anno 2015 e 20 milioni a decorrere dall'anno 2016.

1.1183

TOMASELLI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA

Al comma 134, sostituire le parole: «20 milioni di euro» *con le seguenti:* «82 milioni di euro».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 62.000.000;
2016: ? 62.000.000;
2017: ? 62.000.000.

1.1184

COMAROLI, CROSIO, TOSATO

Al comma 134, sostituire le parole: «20 milioni» *con le seguenti:* «80 milioni».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 125, sostituire la cifra: «187,5» *con la seguente:* «107,5».

1.1185

COMAROLI, CROSIO, TOSATO

Al comma 134, sostituire le parole da: «20 milioni» *fino alla fine del periodo con le seguenti:* «50 milioni per l'anno 2015 e 30 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2016».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 125, sostituire la cifra: «187,5» *con la seguente:* «137,5».

1.1186

GUALDANI

Al comma 134 sostituire le parole: «20 milioni» *con le seguenti:* «40 milioni».

Conseguentemente alla tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *ridurre come segue gli stanziamenti previsti:*

2015: ? 20.000.000;
2016: ? 20.000.000;
2017: ? 20.000.000.

1.1187

COMAROLI, CROSIO, TOSATO

Al comma 134, sostituire le parole: «20 milioni» *con le seguenti:* «45 milioni».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 125, sostituire la cifra: «187,5» *con la seguente:* «162,5».

1.1188

CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Al comma 134, sostituire le parole: «20 milioni» *con le seguenti:* «è autorizzata la spesa di euro 27 milioni per il 2015, e 32 milioni annui a decorrere dall'anno 2016».

Conseguentemente, Ministero dello Sviluppo Economico ? Ministero dello Sviluppo Economico

? Contributi e rimborso oneri sostenuti dalle emittenti radiofoniche e televisive in ambito locale:

2015: ? 27.000.000,00;

2016: ? 32.000.000,00;

2017: ? 32.000.000,00.

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 125, sostituire la cifra: «187,5» *con la seguente:* «150,5».

1.1189

CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 134, inserire il seguente:

«134-*bis*. Al fine di assicurare le risorse spettanti ai sensi dell'articolo 10 del decreto-legge 27 agosto 1993, n. 323, convertito con modificazioni, dalla legge 27 ottobre 1993, n. 422, la quota prevista annualmente a sostegno dell'emittenza radiotelevisiva locale, pari a tre quarti delle quote di competenza delle amministrazioni statali del canone di abbonamento di cui al regio decreto-legge 21 febbraio 1938, n. 246, convertito dalla legge 4 giugno 1938, n. 880, e successive modificazioni, e degli introiti equiparati al canone, viene quantificata in 150 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015. I maggiori oneri di cui al presente comma sono quantificati in 112,733 milioni di euro nel 2015, 107,437 milioni di euro nel 2016 e 105,484 milioni di euro nel 2017. A decorrere dall'anno 2015, l'intero importo delle suddette misure di sostegno verrà riconosciuto alle TV locali, ad esclusione di una quota pari al 10 per cento da destinare alle emittenti radiofoniche locali, con regole di distribuzione uguali a quelle relative alla distribuzione tra TV locali. Le risorse destinate all'emittenza radiotelevisiva locale non potranno subire tagli o decurtazioni, né diretti né lineari. Quota parte delle risorse occorrenti, pari a 50 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017 è reperita mediante corrispondete riduzione del Fondo per interventi strutturali di politica economica di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 125, sostituire la cifra: «187,5» *con la seguente:* «162,5».

1.1190

VERDUCCI, STEFANO ESPOSITO, ZANONI

Dopo il comma 134, inserire il seguente:

«134-*bis*. Per assicurare il sostegno all'editoria e compensare parzialmente le riduzioni effettuare nel 2014 per il 2013 di 35 milioni, è autorizzata la spesa di 30 milioni per l'anno 2015».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare la seguente variazione:*

2015: ? 30.000.000;

2016: ? 0;

2017: ? 0.

1.1191

URAS

Dopo il comma 134, inserire il seguente:

«134-*bis*. Per assicurare il sostegno all'editoria e compensare parzialmente le riduzioni effettuate nel 2014 per il 2013 di 35 milioni, è autorizzata la spesa di 30 milioni per l'anno 2015».

Conseguentemente alla Tabella A, voce Ministero dell'Economia e delle finanze, *apportare la seguente variazione:*

2005: ? 30.000.000.

1.1192

CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 134, inserire il seguente:

«134-*bis*. Per le finalità di cui all'articolo 10 della legge 27 ottobre 1993 n. 422, è autorizzata la spesa di 150 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015».

Conseguentemente, all'articolo 46, comma 2, le dotazioni di parte corrente relative alle autorizzazioni di spesa della Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo di 150 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017.

1.1193

CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 134, inserire il seguente:

«134-*bis*. Per le finalità di cui all'articolo 52 comma 18 legge 28 dicembre 2001, il 488, e successive modifiche e integrazioni, è autorizzata la spesa di 150 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015».

Conseguentemente, all'articolo 46, comma 2, le dotazioni di parte corrente relative alle autorizzazioni di spesa della Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo di 150 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017.

1.1194

CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 134, inserire il seguente:

«134-*bis*. Per le finalità di cui all'articolo 6 comma 9 del decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito, con modifiche, dalla legge 21 febbraio 2014, n. 9 è autorizzata la spesa di 80 milioni di euro, aggiuntivi rispetto ai fondi già stanziati».

Conseguentemente, all'articolo 46, comma 2, le dotazioni di parte corrente relative alle autorizzazioni di spesa della Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo di 80 milioni di euro per l'anno 2015.

1.1195

VACCARI, BROGLIA, GUERRA, LO GIUDICE, SANGALLI

Dopo il comma 134, inserire il seguente:

«134-*bis*. Per le finalità di cui all'articolo 22-*bis*, comma 1, del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, integrate ai fini della ripresa economica dei centri storici colpiti dal sisma del 20 e 29 maggio 2012 e dagli eventi alluvionali del 17 e 19 gennaio 2014, individuati con apposito decreto del Ministro dell'Economia e delle finanze da emanare entro trenta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, è autorizzata la spesa di 25 milioni di euro per l'anno 2015 e 25 milioni di euro per l'anno 2016».

Conseguentemente alla Tabella B, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 25.000.000;

2016: ? 25.000.000;

2017: ?.

1.1196

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 134, inserire il seguente:

«134-*bis*. All'articolo 1, dopo il comma 118, inserire il seguente: "118-*bis*. Per sostenere l'attività imprenditoriale nell'attuale situazione di crisi economica, con effetto, dal 1º gennaio 2015 e per un triennio, per gli immobili ad uso produttivo non trova applicazione l'imposta municipale propria di cui all'articolo 13 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214».

Conseguentemente, all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117, 124, 125, 132, 139; all'articolo 2, sopprimere il comma 207; all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le seguenti parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1.200 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

1.1197

D'AMBROSIO LETTIERI

Dopo il comma 134, aggiungere i seguenti:

«134-*bis*. Il Ministro dello Sviluppo Economico nomina una commissione coordinata da un esperto in materia radioelettriche e composta da un esperto designato da ciascuna delle associazioni nazionali delle emittenti con sedi in almeno 15 regioni, da un esperto designato dalla concessionaria pubblica, da un esperto designato da ogni regione e dalle province autonome di Trento e Bolzano, da un esperto in materie giuridiche, da un esperto per la pianificazione e la gestione dello spettro radioelettrico, da un esperto per i servizi di comunicazione elettronica e di radiodiffusione, da un rappresentante della Fondazione Bordoni, da un rappresentante dell'Autorità per le Garanzie nelle Comunicazioni.

134-*ter*. La commissione di cui al comma 134-*bis* formula osservazioni e proposte sul procedimento istruttorio relativo al rilascio dei diritti d'uso delle reti per l'esercizio della radiodiffusione ed opera quale organo consultivo del Ministro delle comunicazioni per i problemi attinenti all'assetto del sistema radiotelevisivo. La partecipazione alla commissione è a titolo gratuito».

1.1198

CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 134 aggiungere il seguente:

«134-*bis*. Le disposizioni di cui all'articolo 7, comma 17 della legge 3 maggio 2004, n. 112, trovano applicazione con riferimento alle ordinanze ingiunzioni emanate prima dell'entrata in vigore della presente legge, a condizione che l'impresa radiofonica o televisiva locale abbia provveduto a regolarizzare, entro lo stesso termine, la propria posizione relativamente alla violazione con riferimento alla quale è stata irrogata la sanzione. I termini di pagamento delle sanzioni amministrative ridotte decorrono dalla data di entrata in vigore della presente legge».

1.1199

CONTE

Dopo il comma 134 aggiungere il seguente:

«134-*bis*. Alle emittenti radiofoniche di cui all'articolo 1 comma 1247 della legge 27 dicembre 2006, n. 296, che alla data del 31 dicembre 2005 abbiano maturato i diritti ai contributi di cui all'art. 4 della legge 7 agosto 1990, n. 250, e che abbiano almeno 5 giornalisti dipendenti assunti in organico, dei quali almeno 3 professionisti, si estende la disposizione normativa prevista dal comma 1, lettera *b-bis)* dell'articolo 44 del decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito dalla legge di conversione 6 agosto 2008, n. 133».

1.1200

LANZILLOTTA, ICHINO

Dopo il comma 134, aggiungere i seguenti commi:

«134-*bis*. Al fine di garantire la sicurezza e l'aggiornamento dei sistemi informatici, anche nell'ottica della tutela dei dati personali dei cittadini come previsto dal decreto legislativo 30 giugno 2003, n. 196, e successive modificazioni, le pubbliche amministrazioni centrali adottano un modello organizzativo e gestionale che consenta di verificare in tempo reale la conformità dei sistemi operativi e la legittimità del possesso e dell'utilizzo dei programmi per elaboratore nell'ambito della pubblica amministrazione centrale. A tale fine è istituito presso la Presidenza del Consiglio dei Ministri il Fondo "Sicurezza della Rete", con la dotazione di 20 milioni di euro per l'anno 2015 e di 50 milioni di euro per gli anni 2016 e 2017.

134-*ter*. Con decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri, sentita l'Agenzia per l'Italia digitale, sono stabilite, entro trenta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, le modalità di accesso al fondo e il modello organizzativo di cui al comma 134-*bis*».

*Agli oneri recati dall'articolo 1 comma 134-*bis*, pari a 20 milioni di euro per l'anno 2015, 50 milioni per l'anno 2016 e 50 milioni per il 2017, si provvede mediante corrispondente riduzione del Fondo per interventi strutturali di politica economica per ciascuno degli anni considerati.*

1.1201

GUERRIERI PALEOTTI, BROGLIA, DEL BARBA, LAI, SANGALLI, SPOSETTI, VERDUCCI,

ZANONI

Dopo il comma 134 inserire i seguenti:

«134-*bis*. All'articolo 39, comma 4 del decreto-legge n. 201 del 6 dicembre 2011 convertito dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, le parole "a piccole e medie imprese" sono sostituite dalle seguenti "alle imprese con un numero di dipendenti non superiore a 499".

134-*ter*. La garanzia di cui al comma precedente è concessa nell'ambito delle disponibilità finanziarie del Fondo, come determinate dal decreto di cui all'articolo 39 comma 4 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214. Con il decreto di cui al primo periodo sono determinate le modalità di attuazione del presente comma, prevedendo, in particolare, che le garanzie complessivamente accordate sui portafogli di finanziamenti erogati alle imprese con un numero di dipendenti compreso tra i 250 dipendenti e 499. dipendenti, abbiano un limite massimo di assorbimento delle risorse del Fondo non superiore a15 per cento delle risorse di cui al comma 1».

1.1202

SPILABOTTE

Dopo il comma 134, aggiungere il seguente:

«134-*bis*. Al fine di far fronte alle opere di ricostruzione del viadotto Biondi e alla messa in sicurezza dell'area urbana interessata dalla frana verificatasi nel mese di marzo 2013, e dell'edificio sede della prefettura, sono attribuiti al Comune di Frosinone 2 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016.

134-*ter*. Ai maggiori oneri di cui al comma 134-*bis*, pari a 2 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016, si provvede mediante corrispondente riduzione del fondo per gli interventi strutturali di politica economica di cui all'articolo 10, comma 5 del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito con modificazioni dalla legge 27 dicembre 2004 n. 307».

1.1203

STEFANO ESPOSITO, LAI, ZANONI, COLLINA, BORIOLI

Dopo il comma 134, aggiungere il seguente:

«134-*bis*. All'articolo 3, comma 1, lettera e.5), del testo unico delle disposizioni legislative e regolamentari in materia edilizia, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 6 giugno 2001, n. 380, le parole da: "e salvo" fino alla fine della lettera sono soppresse.».

1.1206

CANDIANI, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 134 aggiungere il seguente:

«134-*bis*. Per garantire la tenuta dei registri e dei libri genealogici e il programma annuale dei controlli funzionali di cui alle finalità della legge 15 gennaio 1991, n. 30, è autorizzata la spesa di 25 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 125, le parole: «è incrementato di 187,5 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015», *sono sostituite dalle seguenti*: «è incrementato di 162,5 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015».

1.1204

D'ALÌ

Sopprimere i commi da 135 a 138.

1.1207

ZIZZA, SPILABOTTE, SOLLO

Dopo il comma 137 aggiungere il seguente:

«137-*bis*. Al fine di incrementare i servizi di prevenzione e controllo dei fenomeni legati alla criminalità e alla sicurezza è istituito un fondo dello stato di previsione del Ministero dell'Interno, riservato agli enti locali, con dotazione di 2 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015».

Conseguentemente, al comma 127, sostituire le parole: «12,5 milioni di euro» *con le seguenti:* «10,5 milioni di euro».

1.1208

GUERRIERI PALEOTTI, LEPRI, AMATI, BERTUZZI, BROGLIA, DEL BARBA, LAI, SPOSETTI, RUTA, VERDUCCI, ZANONI

Al comma 139, sostituire le parole «110 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017» *con le seguenti* «116,4 milioni di euro per l'anno 2015, 110 milioni di euro per ciascuno degli anni 2016 e 2017».

Conseguentemente, sostituire l'Elenco 1 con il seguente:

(Gli importi sono espressi in milioni di euro)

Interventi e finalità201520162017A

decorrere dal 2018Interventi di carattere sociale volti alla stipulazione di convenzioni con i comuni interessati alla stabilizzazione dei lavoratori socialmente utili con oneri a carico del bilancio comunale nonché alla prosecuzione del finanziamento di progetti per servizi socialmente utili100100100100Prosecuzione del concorso delle Forze armate alle operazioni di sicurezza e di controllo del territorio finalizzate alla prevenzione dei delitti di criminalità organizzata e ambientale nelle province della regione Campania1010100Interventi per l'Unione italiana dei ciechi e degli ipovedenti per le finalità di cui alle leggi 3 agosto 1998, n. 282; 12 gennaio 1996, n. 24 e 23 settembre 1993, n. 3796,4 *Conseguentemente, alla Tabella A, voce* Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 3.300:000;

2016: ? 4.800.000;

2017: ? 4.800.000:

Conseguentemente, missione, Diritto allo studio nell'istruzione universitaria, *programma* Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca, *voce* legge n. 394 del 1977: Potenziamento dell'attività sportiva universitaria (2.1 ? cap. 1709), *apportare le seguenti variazioni:*

2015:

CP: ? 3.100.000;

CS: ? 3.100.000.

2016:

CP: ? 1.600.000;

CS: ? 1.600.000.

2017:

CP: ? 1.600.000;

CS: ? 1.600.000.

1.1209

MARINELLO, MANCUSO, GUALDANI

Al comma 139, dopo le parole: «da ripartire tra le» *aggiungere le seguenti:* «finalità di cui all'articolo 3, comma 1, del decreto-legge 25 marzo 1997, n. 67, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 maggio 1997, n. 135, e, nel limite di un milione di euro, le finalità di cui all'articolo 2, comma 552, della legge 24 dicembre 2007, n. 244, e le».

1.1210

MANGILI, BULGARELLI, LEZZI

Al comma 139, all'elenco n. 1, sostituire le parole «Interventi di carattere sociale volti alla stipulazione di convenzioni con i comuni interessati alla stabilizzazione dei lavoratori socialmente utili con oneri a carico del bilancio comunale nonché alla prosecuzione del finanziamento di progetti per servizi socialmente utili» *con le seguenti:* «Interventi per le politiche della famiglia, per le politiche giovanili e per le politiche relative ai diritti e alle pari opportunità mediante rifinanziamento del Fondo per le politiche della famiglia di cui all'articolo 19, comma 1 del decreto-legge 4 luglio 2006, n.223, convertito con modificazioni nella legge 4 agosto 2006, n. 248».

1.1211

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 139, all'elenco 1, sostituire le parole «Prosecuzione del concorso delle Forze armate», *con le parole* «Rafforzamento delle Forze dell'ordine».

1.1212

SONEGO, LAI

Dopo il comma 139, aggiungere il seguente:

«139-*bis*. In considerazione della particolare opportunità di addivenire in tempi rapidi all'effettiva riparazione dei danni erariali accertati con sentenza di primo grado, le disposizioni di cui all'articolo 1, commi da 231 a 233, della legge 23 dicembre 2005, n. 266, e successive modificazioni ed integrazioni, si applicano anche ai giudizi su fatti avvenuti solo in parte anteriormente alla data di entrata in vigore della predetta legge, indipendentemente dalla data dell'evento dannoso nonché a quelli inerenti danni erariali verificatisi entro la data di entrata in vigore delle presenti disposizioni, a condizione che la richiesta di definizione sia presentata conformemente a quanto disposto nel comma 139-*ter*.

139-*ter*. Ai fini dell'applicazione delle disposizioni di cui al comma 139-*bis*, deve essere presentata, nei venti giorni precedenti l'udienza di discussione e comunque entro il 31 dicembre 2015, specifica richiesta di definizione e la somma ivi indicata non può essere inferiore al 25 per cento del danno quantificato nella sentenza di primo grado; in tali casi, la sezione d'appello delibera in camera di consiglio nel termine perentorio di 15 giorni successivi al depositò della richiesta e in caso di accoglimento, ai fini della definizione del giudizio ai sensi del comma 233 dell'articolo 1 della legge 23 dicembre 2005, n. 266, con decreto da comunicare immediatamente alle parti determina la somma dovuta in misura non inferiore a quella richiesta, stabilendo il termine perentorio per il versamento entro il 30 aprile 2016, a pena di revoca del decreto laddove il pagamento non avvenga nel predetto termine.

139-*quater*. Qualora la richiesta di definizione agevolata in appello dei giudici di responsabilità amministrativo-contabile formulata ai sensi e nei termini di cui ai commi 139-*bis* e 139-*ter* sia accompagnata da idonea prova dell'avvenuto versamento, in una unica soluzione, effettuato in apposito conto corrente infruttifero intestato al Ministero dell'economia e delle finanze, che provvede al successivo versamento al bilancio dello Stato o alla diversa amministrazione in favore della quale la sentenza di primo grado ha disposto il pagamento, di una somma non inferiore al 20 per cento del danno quantificato nella sentenza di primo grado, la sezione d'appello, in caso di accoglimento della richiesta determina la somma dovuta nella misura pari a quella versata.

139-*quinques*. Le parti che abbiano già presentato istanza di definizione agevolata, ai sensi dei commi 139-*bis* e 139-*ter*, precedentemente alla data di entrata in vigore della presente legge, possono modificarla in conformità alle disposizioni di cui al comma 139-*quater* entro il primo aprile 2016. Entro il medesimo termine, le parti, le cui richieste di definizione agevolata presentate ai sensi dei commi 139-*bis* e 139-*ter* abbiano già trovato accogli mento, possono depositare presso lo stesso giudice che ha emesso il decreto istanza di riesame unitamente alla prova del versamento, nei termini e nelle forme di cui al comma 139-*quater*, di una somma non inferiore al 20 per cento del danno quantificato nella sentenza di primo grado; la sezione d'appello delibera in camera di consiglio, sentite le parti, nel termine perentorio di cinque giorni successivi al deposito della richiesta e, in caso di accoglimento, ai fini della definizione del giudizio ai sensi dell'articolo 1, comma 233, della legge 23 dicembre 2005, n. 266, con decreto da comunicare immediatamente alle parti, determina la somma dovuta in misura pari a quella versata».

1.1213

PANIZZA, FAUSTO GUILHERME LONGO, LANIECE, BATTISTA, ZIN

Dopo il comma 139, inserire i seguenti:

«139-*bis*. Le pubbliche amministrazioni di cui all'articolo 1, comma 2, del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165 possono promuovere il ricambio generazionale mediante la riduzione dell'orario di lavoro da parte del personale in prossimità della maturazione dei requisiti pensionistici, consentendo nel con tempo l'assunzione di nuovo personale. Ai fini del trattamento di quiescenza e previdenza il personale in regime di ricambio generazionale è considerato nel regime di orario svolto al momento

della domanda Alla maturazione del diritto a pensione al personale in questione spetta il trattamento di quiescenza e previdenza che avrebbe percepito se avesse continuato a prestare servizio nel regime di orario svolto al momento della domanda.

139-*ter*. Qualora i medesimi enti, nell'ambito delle loro competenze sostengano il ricambio generazionale nel settore privato od i contratti di solidarietà espansivi di cui all'articolo 2 del decreto-legge 30 ottobre 1984, n. 726, convertito dalla legge 19 dicembre 1984, n. 863, gli stessi sono autorizzati al versamento del differenziale di contribuzione riferito all'orario di lavoro a tempo pieno direttamente all'ente previdenziale di iscrizione ed a favore del lavoratore senior.«

Conseguentemente, all'onere derivante dall'attuazione del presente comma, valutato in 10 milioni di euro a decorrere dal 2015, si provvede mediante corrispondente riduzione del fondo di cui all'articolo 1, comma 83 della presente legge. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con proprio decreto, le occorrenti variazioni di bilancio.

1.1214

DE PETRIS, URAS

Dopo il comma 139, aggiungere i seguenti:

«139-*bis*. All'articolo 4 della legge 6 dicembre 1991, n. 394, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al comma 1, dopo la lettera *e),* è aggiunta la seguente:

"*e-bis*) promuove le azioni di sistema rivolte al monitoraggio e alla conservazione della biodiversità e alla tutela di specie di particolare interesse, alla promozione delle aree protette e all'educazione ambientale, alla diffusione delle buone pratiche di gestione, alla formazione professionale del personale degli enti parco".

b) il comma 5 è sostituito dal seguente:

"5. Il programma ha durata triennale ed è approvato, su proposta del Comitato di cui all'articolo 3, dalla Conferenza Unificata di cui all'articolo 8 del decreto legislativo 28 agosto 1997, n. 281".

c) i commi 6, 7, 8 e 9 sono sostituiti dal seguente:

"6. Per l'attuazione degli interventi previsti dal programma è autorizzata la spesa di 50 milioni di euro annui, a decorrere dall'anno 2015".

139-*ter*. L'articolo 76 del decreto legislativo 31 marzo 1998, n. 112, è abrogato».

Conseguentemente al primo periodo del comma 112, dell'articolo 1, sostituire le parole «250 milioni di euro» *con le seguenti:* «200 milioni di euro».

1.1215

STEFANO, URAS, DE PETRIS

Dopo il comma 139 aggiungere il seguente:

«139-*bis*. Nelle more dei trasferimenti delle competenze delle province ai Comuni e alle Regioni per i dipendenti Lavoratori socialmente utili dell'ex S.c.i.c.a. che operano all'interno dei centri per l'impiego della provincia di Taranto sia assicurata la continuità lavorativa all'interno delle medesime strutture dei centri per l'impiego».

1.1216

DE PETRIS, URAS

Dopo il comma 139, aggiungere il seguente:

«139-*bis*. La dotazione del Fondo di cui all'articolo 7, comma 3, del decreto-legge 12 settembre 2014, n.133, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 novembre 2014, n.164, è incrementata di 100 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016».

Conseguentemente al comma 124 dell'articolo 1, sostituire le parole: «850 milioni di euro» *con le seguenti:* «750 milioni di euro».

1.1217

GUERRIERI PALEOTTI, BROGLIA, DEL BARBA, LAI, SANGALLI, SPOSETTI, VERDUCCI, ZANONI

Al comma 140, dopo il primo periodo, aggiungere il seguente: «Le linee guida relative al Piano

straordinario per la promozione del *Made in Italy* e l'attrazione degli investimenti sono comunicate, con apposito rapporto del Ministero dello sviluppo economico, alle competenti commissioni parlamentari entro il 30 giugno 2015. Con apposito rapporto redatto annualmente dall'lCE e trasmesso alle competenti commissioni parlamentari, entro il 30 settembre di ciascun anno, sono evidenziati nel dettaglio i settori di intervento, lo stato di avanzamento degli interventi, le risorse impegnate e i risultati conseguiti in relazione ai singoli Interventi».

1.1218

PELINO

All'articolo 1, comma 140, dopo le parole «art. 5, comma 3, della legge 31 marzo 2005, n. 56 e successive modificazioni» *è aggiunto il seguente periodo:* «e un'ulteriore quota di tali risorse, pari a 3 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, è destinata ai consorzi per l'internazionalizzazione previsti dall'articolo 42, commi 3 e seguenti, del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito nella legge 7 agosto 2012, n. 134, per il sostegno delle piccole e medie imprese nei mercati esteri e la diffusione internazionale dei loro prodotti e servizi nonché».

1.1219

CASTALDI, GIROTTO, BULGARELLI, CIOFFI

Al comma 140, ultimo periodo, aggiungere, infine, il seguente periodo: «A valere sulle risorse di cui al secondo periodo, per l'anno 2015 sono assegnati al Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali 500.000 euro per l'adozione di interventi volti a promuovere la corretta e trasparente informazione dei consumatori sulle caratteristiche dei prodotti alimentari e precisamente sulla qualità, sulla conservazione, sull'origine o la provenienza, sul modo di fabbricazione o di ottenimento dei prodotti stessi, prevedendo inoltre che ai prodotti alimentari preconfezionati continuano ad applicarsi le disposizioni di cui al decreto legislativo 27 gennaio 1992, n. 109, relative alla sede dello stabilimento di fabbricazione o di confezionamento. Ai fini del rispetto del Regolamento (UE) n. 1169/2011 del Parlamento Europeo e del Consiglio, del 25 ottobre 2011, l'efficacia delle disposizioni di cui al periodo precedente è subordinata, ai sensi dell'articolo 39, paragrafo 2, del medesimo Regolamento, all'autorizzazione della Commissione europea.».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 75, alla Tabella A ivi richiamata, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 500.000;
2016: ? 500.000;
2017: ? 500.000.

1.1220

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 140, aggiungere, in fine, il seguente periodo: «Al fine di assicurare l'espletamento delle funzioni di promozione del *Made in Italy*, di sviluppo e di promozione dei rapporti economici e commerciali italiani con l'estero e di sviluppo dell'inlernazionalizzazione delle imprese italiane nonché di commercializzazione dei beni e servizi italiani nei mercati internazionali nonché al fine di far fronte alle richieste di una crescente domanda di internazionalizzazione delle imprese italiane nell'ottica di uno sviluppo del settore tale da renderlo più competitivo ed in grado di generare ricadnte positive sull'economia del Paese, in deroga ai vincoli sulle nuove assunzioni previste dalla legislazione vigente, l'lCE - Agenzia per la promozione all'estero e l'internazionalizzazione delle imprese italiane, è autorizzata ad assumere un contingente di personale, attraverso lo scorrimento della graduatoria in corso di validità di vincitori del concorso pubblico nei ruoli del personale dell'ICE - Area funzionale C - posizione economica C1, bandito nel 2008, entro il limite di spesa di 2,4 milioni di euro per ciascun anno del triennio degli anni 2015, 2016 e 2017 a valere sul fondo di cui all'articolo 6, comma 2, del decreto-legge 7 ottobre 2008, n. 154, convertito, con modificazioni, dalla legge 4 dicembre 2008, n. 189, e successive modificazioni».

1.1221

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 140, aggiungere, in fine, il seguente periodo: «Al fine di assicure l'espletamento delle funzioni di promozione del *Made in ltaly*, di sviluppo e di promozione dei rapporti economici e commerciali italiani con l'estero e di sviluppo dell'intemazionalizzazione delle imprese italiane nonché di commercializzazione dei beni e servizi italiani nei mercati internazionali, nonché al fme di far fronte alle richieste di una crescente domanda di intemazionalizzazione delle imprese italiane nell'ottica di uno sviluppo del settore tale da renderlo più competitivo ed in grado di generare ricadute positive sull'economia del Paese, in deroga ai vincoli sulle nuove assunzioni previste dalla legislazione vigente, l'ICE - Agenzia per la promozione all'estero e l'internazionalizzazione delle imprese italiane, è autorizzata ad assumere un contingente di personale, attraverso lo scorrimento della graduatoria in corso di validità di vincitori del concorso pubblico nei ruoli del personale dell'ICE - Area funzionale C - posizione economica C1, bandito nel 2008, entro il limite di spesa di 2,4 milioni di euro per ciascun anno del triennio degli anni 2015, 2016 e 2017».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in riduzione:*

2015: ? 2.400;
2016: ? 2.400;
2017: ? 2.400.

1.1222

MALAN

Al comma 140, aggiungere, al termine, il seguente periodo: «Di tali attività è fornita semestralmente relazione alle competenti commissioni di Camera e Senato».

1.1223

GUERRIERI PALEOTTI

Dopo il comma 140, aggiungere i seguenti:

«140-*bis*. Nell'ambito del Piano di cui al comma 140, una quota pari a 10 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017 è destinata agli interventi di cui al comma 140-*ter*.

140-*ter*. Al fine di favorire l'introduzione di processi gestionali innovativi tali da incrementare la produttività e l'accesso ai mercati internazionali, alle piccole e medie imprese che assumono, anche con contratto di lavoro a tempo determinato, *manager* o consulenti di direzione, nel periodo di imposta successivo a quello in corso alla data di entrata in vigore della presente legge e nei due periodi di imposta successivi, sono concesse le seguenti agevolazioni:

a) esenzione dal pagamento degli oneri contributivi di qualsiasi natura derivanti dall'assunzione del *manager* o del consulente di direzione;

b) esenzione, ai fini dell'imposta sul reddito delle società, per un importo pari al 50 per cento del maggiore reddito conseguito, rispetto al reddito dichiarato nell'anno precedente l'assunzione del facilitatore.

140-*quater*. Con decreto del Ministero dello sviluppo economico, da adottare, di concerto con il Ministero del lavoro, sentita l'Agenzia delle Entrate, entro novanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono stabilite le modalità applicative delle agevolazioni di cui al comma 140-*ter*, anche al fine di assicurare priorità nell'accesso ai benefici alle imprese che abbiano conseguito un maggior fatturato e un maggior reddito rispetto all'anno precedente e di garantire il rispetto del limite complessivo previsto dello stanziamento di cui al comma 140-*bis*».

1.1224

GUERRIERI PALEOTTI, BROGLIA, DEL BARBA, LAI, SANGALLI, SPOSETTI, VERDUCCI, ZANONI

Dopo il comma 140, aggiungere i seguenti:

«140-*bis*. Nell'ambito del piano di cui al comma 140, una quota pari a 30 milioni di euro è destinata alla concessione di un credito d'imposta, in favore delle micro, piccole e medie imprese che, al fine di rafforzare la gestione dei processi di internazionalizzazione e di incrementare gli ordinativi e il fatturato delle sui mercati al di fuori del territorio nazionale, assumono, per un periodo non superiore

a 36 mesi, anche non consecutivi, figure professionali di comprovata e documentata esperienza lavorativa nel campo del commercio internazionale, al fine di rafforzare la gestione di processi e programmi di internazionalizzazione ed incrementare il fatturato dell'impresa sui mercati al di fuori del territorio nazionale. Il credito d'imposta è riconosciuto alle micro, piccole e medie imprese per un ammontare pari al 35 per cento delle spese sostenute.

140-*ter*. Con decreto del Ministero dello sviluppo economico, da adottare, di concerto con Il Ministero del lavoro, sentita l'Agenzia delle Entrate, entro novanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono stabilite le modalità applicative delle agevolazioni di cui al comma 140-*bls*, anche al fine di assicurare priorità nell'accesso ai benefici alle imprese che abbiano conseguito un maggior fatturato e un maggior reddito rispetto all'anno precedente sui mercati esteri e di garantire il rispetto del limite complessivo previsto dello stanziamento di cui al comma 140-*bis*».

1.1225

ORRÙ

Dopo il comma 140 aggiungere il seguente:

«140-*bis*. All'articolo 4 della legge 27 luglio 1999, n. 268 apportare le seguenti modificazioni:

a) al comma 3, sostituire le parole: "lire 3 miliardi a decorrere dal 1999" con le parole: "30 milioni di euro a decorre dal 2015";

b) dopo il comma 3 aggiungere il seguente:

"3-*bis*. I contribui di cui al comma 3, vengono concessi in regime *de minimis* a favore delle imprese attive nel settore della produzione, trasformazione e commercializzazione delle produzioni agricole e delle imprese agrituristiche, di cui al regolamento (UE) 18 dicembre 2013, n. 1408/2013 della Commissione, pubblicato nella G.U.U.E. del 24 dicembre 2013, n. L 352, per le imprese agricole di produzione primaria e secondo quanto previsto dal regolamento (UE) 18 dicembre 2013, n. 1407/2013 della Commissione, pubblicato nella G.U.U.E. 24 dicembre 2013, n. L 352 per le aziende di trasformazione e commercializzazione nonché delle imprese agrituristiche"».

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 30.000.000;
2016: ? 30.000.000;
2017: ? 30.000.000.

1.1226

GIACOBBE, TURANO, MICHELONI, TOMASELLI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, ORRÙ, SCALIA, PAGANO, DALLA TOR, SPILABOTTE, MUSSINI

Dopo il comma 140, inserire il seguente:

«140-*bis*. Per il sostegno alle azioni delle camere di commercio italiane all'estero, una quota delle risorse stanziate per l'ICE ? Agenzia per la promozione all'estero e l'internazionalizzazione delle imprese italiane, ai sensi del primo periodo del comma 140, pari a 5 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, è destinata all'incremento delle risorse della Tabella C della Missione commercio internazionale e internazionalizzazione del sistema produttivo Sostegno all'internazionalizzazione delle imprese e promozione del *made in Italy* del Ministero dello Sviluppo Economico Legge 549 del 1995: Misure di razionalizzazione della finanza pubblica articolo 1 comma 43: contributi ad enti, istituti, associazioni, fondazioni ed altri organismi (4.2 ? cap. 2501)».

1.1227

VALENTINI, ALBANO, RUTA, BERTUZZI, FASIOLO, PIGNEDOLI, SAGGESE, LAI, ANGIONI, FORNARO, PEGORER

Dopo il comma 140, inserire il seguente:

«140-*bis*. Per le finalità di cui all'articolo 5 del decreto legislativo 18 maggio 2001, n. 226, è autorizzata la spesa di euro 3.000.000 per l'anno 2015, di euro 2.500.000 per l'anno 2016 e di euro 2.000.000 per l'anno 2017. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze si provvede alle occorrenti variazioni di bilancio».

Conseguentemente alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle Finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 3.000.000;

2016: ? 2.500.000;

2017: ? 2.000.000.

1.1228

VALENTINI, ALBANO, RUTA, BERTUZZI, FASIOLO, PIGNEDOLI, SAGGESE, LAI, ANGIONI, FORNARO, PEGORER

Dopo il comma 140, inserire il seguente:

«140-*bis*. Ai servizi ambientali effettuati dagli imprenditori ittici di cui all'articolo 4 del decreto legislativo 9 gennaio 2012, n. 4 è riservato il 10 per cento delle risorse di cui all'articolo 3 della legge 31 dicembre 1982, n. 979, come annualmente rifinanziate».

1.1229

VERDUCCI, MATURANI, STEFANO ESPOSITO, FABBRI, VACCARI, GIANLUCA ROSSI, CAPACCHIONE, FISSORE, ELENA FERRARA, ZANONI, CARDINALI, ANGIONI, TOMASELLI, FILIPPI

Dopo il comma 141, aggiungere i seguenti:

«141-*bis*. Al fine di rafforzare la gestione dei processi di internazionalizzazione e di incrementare gli ordinativi e il fatturato delle micro, piccole e medie imprese sui mercati al di fuori del territorio nazionale, nei limiti ed alle condizioni previste dal regolamento (CE) n. 1998 del 2006 della Commissione europea del 15 dicembre 2006, relativo agli aiuti di importanza minore *de minimis*, pubblicato sulla Gazzetta Ufficiale dell'Unione europea legge del 25 dicembre 2006 e successive modificazioni, sono concesse alle medesime imprese, nel limite massimo di spesa di 30 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015, in alternativa tra loro: *a)* un contributo sotto forma di credito d'imposta del 35 per cento delle spese sostenute, per un periodo non superiore a 36 mesi, anche non consecutivi, per l'utilizzo, mediante stipula di un contratto di consulenza, di figure professionali di comprovata e documentata esperienza lavorativa nel campo del commercio internazionale al fine di rafforzare la gestione di processi e programmi di internazionalizzazione ed incrementare il fatturato dell'impresa sui mercati al di fuori del territorio nazionale.

b) in caso di assunzione, anche con contratto di lavoro a tempo determinato, di *manager* con comprovata esperienza professionale nel campo del commercio internazionale, nel periodo di imposta in corso alla data di entrata in vigore della presente legge e nei due periodi di imposta successivi, le seguenti agevolazioni:

1) riduzione del 50 per cento degli oneri contributivi di qualsiasi natura derivanti dall'assunzione del manager;

2) esenzione, ai fini dell'imposta sul reddito delle società, per un importo pari al 50 per cento del maggiore reddito conseguito, rispetto al reddito dichiarato nell'anno precedente l'assunzione del *manager*;

141-*ter*. Per fruire del credito d'imposta di cui al comma 141-*bis*, lettera *a)*, le imprese presentano un'istanza secondo le modalità individuate con il decreto di cui al comma 141-*septies*, al Ministero dello sviluppo economico che concede il credito d'imposta nel rispetto del previsto limite di spesa di cui al comma 141-*sexies*.

141-*quater*. Qualora sia accertata l'indebita fruizione, anche parziale, del contributo per il verificarsi del mancato rispetto delle condizioni previste dalle presenti disposizioni, il Ministero dello sviluppo economico procede, ai sensi dell'articolo 1, comma 6, del decreto-legge 25 marzo 2010, n.40, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 maggio 2010, n. 73, al recupero del relativo importo, maggiorato di interessi e sanzioni secondo legge.

141-*quinquies*. Il credito di imposta di cui al comma 141-*bis*, lettera *a)*, è utilizzabile esclusivamente in compensazione ai sensi dell'articolo 17 del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, nei limiti dell'importo concesso, presentando il modello F24 esclusivamente attraverso i servizi

telematici offerti dall'Agenzia delle entrate, pena lo scarto dell'operazione di versamento, secondo modalità e termini definiti con provvedimento del Direttore della medesima Agenzia. Ai fini di cui al periodo precedente, il Ministero dello sviluppo economico trasmette all'Agenzia delle entrate, secondo modalità telematiche definite d'intesa, l'elenco delle imprese ammesse alla fruizione del credito d'imposta, con i relativi importi, nonché le eventuali variazioni. Il credito di imposta non è soggetto al limite annuale di cui all'articolo 1, comma 53, della legge 24 dicembre 2007, n. 244, e deve essere indicato nella dichiarazione dei redditi relativa al periodo di imposta di maturazione del credito e nelle dichiarazioni dei redditi relative ai periodi di imposta nei quali lo stessa è utilizzato. Esso non concorre alla formazione della base imponibile, né al fine delle imposte sul reddito, né ai fini dell'imposta regionale sulle attività produttive, e non rileva ai fini del rapporto di cui agli articoli 61 e 109, comma 5, del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917.

141-*sexies*. I contratti di assunzione di cui al comma 141-*bis*, lettera *b)*, non possono avere durata inferiore a dodici mesi. Il contratto di assunzione prevede, altresì, gli obiettivi finali e intermedi, le deleghe operative e le procure ufficiali, nonché le risorse aziendali a disposizione, i tempi di attuazione e le previsioni di spesa. Per l'accesso ai benefici di cui al comma 1, lettera *b)*, l'impresa è tenuta a dichiarare che il manager non ha avuto rapporti pregressi di dipendenza o di collaborazione duratura con l'azienda medesima o con aziende ad essa comunque collegate, né essere familiare del titolare o dei componenti del consiglio di amministrazione della stessa.

141-*septies*. Con decreto del Ministero dello sviluppo economico, da adottare, di concerto con il Ministero del lavoro, sentita l'Agenzia delle Entrate, entro novanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge: sono stabilite le modalità applicative delle agevolazioni di cui al comma 141-*bis*, lettere *a)* e *b)* del presente articolo, anche al fine di assicurare priorità nell'accesso ai benefici alle imprese che abbiano conseguito un maggior fatturato e un maggior reddito rispetto all'anno precedente sui mercati esteri e di garantire il rispetto del limite complessivo previsto degli stanzia menti di cui al comma 7.

141-*octies*. Ai fini di cui al comma 141-*bis*, è autorizzata la spesa di 30 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015, di cui 12 milioni di euro per le finalità di cui al comma 141-*bis*, lettera *a)* e 18 milioni di euro per le finalità di cui alla lettera *b)*».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 30.000.000;

2016: ? 30.000.000;

2017: ? 30.000.000.

1.1230

DE PETRIS, STEFANO, URAS

Dopo il comma 141, aggiungere i seguenti:

«141-*bis*. Al fine di prevenire il dissesto idrogeologico conseguente all'abbandono del territorio agricolo, nonché di perseguire il potenziamento della strategia nazionale per lo sviluppo delle aree interne del Paese, nel rispetto delle disposizioni comunitarie in materia di aiuti di Stato di cui al regolamento UE n. 1408 del 2013, della Commissione, del 18 dicembre 2013, è concessa, per gli anni 2015, 2016 e 2017, ai soggetti passivi d'imposta di cui all'articolo 2135 del codice civile, anche costituiti in forma cooperativa e societaria, che esercitano la propria attività nei comuni con popolazione al 31 dicembre 2013 inferiore a cinquemila residenti, caratterizzati contemporaneamente da declino demografico e da riduzione della superficie agricola utilizzata, una detrazione a fini IRPEF e IRES fino alla concorrenza dell'importo massimo annuale ammesso dal medesimo regolamento UE.

141-*ter*. L'agevolazione di cui al comma 141-*bis* è altresì concessa ai giovani imprenditori che non abbiano ancora compiuto il quarantesimo anno d'età, anche costituiti in forma cooperativa o societaria, che avviano l'attività agricola nel corso degli anni 2015, 2016 e 2017 nel territorio dei comuni aventi le caratteristiche di cui al medesimo comma.

141-*quater*. Entro tre mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, il Ministro dell'economia e delle finanze, di concerto con il Ministro delle politiche agricole alimentari e forestali, previo parere della Conferenza unificata di cui al decreto legislativo 28 agosto 1997, n. 281, 'determina, con proprio decreto, le modalità di applicazione dell'agevolazione di cui ai commi 141-*bis* e 141-*ter* e i parametri statistici per l'individuazione dei comuni nei quali si applica l'agevolazione stessa.

141-*quinquies*. L'agevolazione fiscale cui ai commi 141-*bis* e 141-*ter* è concessa nel limite massimo di spesa di 15 milioni di euro all'anno per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

Conseguentemente, il primo periodo del comma 112 dell'articolo 1 è sostituito dal seguente: «È autorizzata la spesa di 235 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017 e di 250 milioni di euro annui, a decorrere dall'anno 2018, per interventi in favore del settore dell'autotrasporto».

1.1231

STEFANO, DE PETRIS, URAS

Dopo il comma 141, aggiungere il seguente:

«141-*bis*. Con riferimento alle risorse assegnate dall'articolo 12 Regolamento (CE) n. 1198 del 2006 del 27 luglio 2007, del Consiglio, il fondo di rotazione di cui all'articolo 5 della legge 16 aprile 1987, n. 183, a seguito della rimodulazione del tasso di cofinanziamento nazionale, è incrementato per l'anno 2015 di euro 13 milioni con riferimento alle misure dell'Asse 4 e di euro 36 milioni per le misure dell'Asse 2 del Regolamento stesso. Le quote liberatesi, di competenza delle Regioni, sono utilizzate per le medesime finalità».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, tabella C, voce Piano triennale della pesca (ministero infrastrutture ? 4.1. Cap. 2179) la dotazione finanziaria viene incrementata nel 2015 da 338.552 a 1.000.000 euro; nel 2016 da 346.324 a 900.000 euro; nel 2017 da 346.324 a 800.000; e alla voce Ministero delle politiche agricole, alimentari e forestali, legge 8 luglio 1991, n. 267, relativa all'attuazione del Piano nazionale della pesca marittima e misure in materia di credito peschereccio, nonché di riconversione delle unità da pesca adibite alla pesca con reti da posta derivanti: articolo 1, comma 1, Attuazione del piano nazionale per la pesca marittima (1.5 ? Capp. 1173, 1413, 1414, 1415, 1418, 1477, 1488) apportare le seguenti variazioni:

2015: + 5.000.000;

2016:+ 4.000.000;

2017: + 3.000.000.

1.1232

STEFANO, DE PETRIS, URAS

Dopo il comma 141, aggiungere i seguenti:

«141-*bis*. A decorrere dall'anno 2015 è istituito nello stato di previsione del Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali un apposito Fondo destinato all'attuazione dei piani nazionali di settore in ordine ai quali è stato raggiunto l'accordo, ai sensi dell'articolo 4, comma 1, del decreto legislativo 28 agosto 1997, n. 281, nell'ambito della Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le regioni e le province autonome di Trento e Bolzano. Il Ministro delle politiche agricole alimentari e forestali provvede, con proprio decreto, acquisito il parere della Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato: le regioni e le province autonome di Trento e di Bolzano, alla ripartizione annuale delle risorse disponibili nel suddetto Fondo.

141-*ter*. Il Fondo di cui al comma 141-*bis* è alimentato con i proventi derivanti dall'incremento del 25 per cento, a decorrere dall'anno 2015, dell'aliquota di prodotto che i titolari delle concessioni di coltivazione di idrocarburi liquidi e gassosi, estratti in terraferma e in mare, sono tenuti a corrispondere annualmente, ai sensi dell'articolo 19, comma 1, del decreto legislativo 25 novembre 1996, n. 625.

141-*quater*. Per l'anno 2015 le risorse del Fondo di cui al comma 141-*bis* sono prioritariamente destinate all'attuazione degli interventi previsti dal piano del settore olivicolo oleario».

1.1233

STEFANO, DE PETRIS, URAS

Dopo il comma 141, aggiungere il seguente:

«141-*bis*. Gli accessi stradali sprovvisti, alla data di entrata in vigore della presente legge; della preventiva autorizzazione dell'ente proprietario della strada ai sensi dell'articolo 22 del decreto legislativo 30 aprile 1992, n. 285, devono essere regolarizzati entro il 30 giugno 2015 mediante presentazione della domanda di cui all'articolo 27 del citato decreto legislativo n. 285 del 1992. Nei comuni, come individuati dall'articolo 22, comma 2, del decreto-legge 2 aprile 2014, n. 66, convertito con modificazioni dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, i coltivatori diretti e gli imprenditori agricoli professionali, iscritti nella relativa gestione previdenziale, che per l'esercizio delle attività agricole di cui all'articolo 2135 del codice civile utilizzano una pluralità di accessi stradali sprovvisti della relativa autorizzazione, sono esonerati, all'atto della regolarizzazione di cui al presente articolo, dal pagamento del canone di concessione per l'accesso stradale più prossimo al fondo rustico ove è ubicato il centro aziendale o il fabbricato rurale adibito ad abitazione. Per gli altri accessi stradali. utilizzati dai soggetti indicati nel precedente periodo per i quali non trova applicazione l'esonero ivi disposto, il canone concessorio è ridotto ad un quinto di quello determinato ai sensi dell'articolo 27 del citato decreto legislativo n. 285 del 1992».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 112, primo periodo, sostituire le parole: «250 milioni» *, con le seguenti:* «245 milioni».

1.1234

STEFANO, DE PETRIS, URAS

Dopo il comma 141, aggiungere il seguente:

«141-*bis*. Le risorse per l'attuazione delle convenzioni di cui all'articolo 5 del decreto legislativo 18 maggio 2001, n. 226, sono incrementate di 3 milioni di euro per l'anno 2015, di 2,5 milioni di euro per l'anno 2016 e di 2 milioni di euro per l'anno 2017. AI relativo onere si provvede a valere sulle risorse recate dal Fondo centrale per il credito peschereccio, istituito presso il ministero delle politiche agricole, alimentari e forestali, nonché sulle risorse resesi disponibili sul Fondo di Rotazione di cui all'articolo 5 della legge 16 aprile 1987, n. 183, valutate in euro 13 milioni per le misure dell'Asse 4 e in euro 36 milioni per le misure dell'Asse 2, a seguito della rimodulazione del tasso di cofinanziamento nazionale relativo al Fondo Europeo Pesca di cui al Regolamento (CE) n. 1198 del 2006 del 27 luglio 2007, con riferimento alle risorse assegnate dall'articolo 12 del Regolamento stesso. Le quote liberatesi di competenza delle Regioni sono utilizzate per le medesime finalità».

1.1235

STEFANO, URAS

Dopo il comma 141, aggiungere il seguente:

«141-*bis*. Nei territori colpiti da fenomeni alluvionali nel periodo compreso fra il 1 settembre e il 1 dicembre 2014, a favore delle imprese agricole danneggiate che, non avendo provveduto per il corrente anno alla stipula delle polizze assicurative agricole agevolate a copertura del rischio "piogge alluvionali", non beneficiano dei risarcimenti assicurativi, si applicano le agevolazioni di cui all'articolo 5, commi 2 e 3, del decreto legislativo 29 marzo 2004, n. 102, come modificato dal decreto legislativo 18 aprile 2008, n. 82, da attuare secondo le modalità previste dalla medesima norma e nel limite della dotazione finanziaria ordinaria del Fondo di solidarietà nazionale».

1.1236

MARINELLO, MANCUSO, GUALDANI, DALLA TOR, DI GIACOMO, CARIDI, CONTE

Dopo il comma 141 aggiungere il seguente:

«141-*bis*. Per l'anno 2015 le risorse del programma triennale nazionale della pesca e dell'acquacoltura, adottato con Decreto 31 gennaio 2013 del Ministro delle politiche agricole, alimentari e forestali sono incrementate di 5 milioni di euro, all'uopo utilizzando le risorse del fondo di rotazione di cui all'articolo 5, legge 16 aprile 1987, n. 183, che si renderanno disponibili al 31 dicembre 2014 per effetto del disimpegno automatico di cui agli articoli 90 e successivi del Regolamento (CE) n. 1198/2006 del Consiglio del 27 luglio 2006 relativo al Fondo europeo per la

pesca».

Conseguentemente, alla Tabella C, alla voce: Politiche competitive, della qualità agroalimentare, della pesca, dell'ippica e mezzi tecnici di produzione ? Ministero delle politiche agricole, alimentari e forestali ? legge 8 luglio 1991, n. 267: Attuazione del terzo piano nazionale della pesca marittima e misure in materia di credito peschereccio, nonché di riconversione delle unità da pesca adibite alla pesca con reti da posta derivanti ? Art. 1, comma 1: Attuazione del piano nazionale della pesca marittima (1.5 ? capp. 1173, 1413, 1414, 1415, 1418, 1477, 1488), *apportare le seguenti variazioni:*

2015:

CP + 5.000.000

CS + 5.000.000

1.1237

LUIGI MARINO

1.Dopo il comma 141 aggiungere il seguente:

«141-*bis*. Per l'anno 2015 le risorse del programma triennale nazionale della pesca e dell'acquacoltura, adottato con Decreto 31 gennaio 2013 del Ministro delle politiche agricole, alimentari e forestali sono incrementate di 5 milioni di euro, all'uopo utilizzando le risorse del fondo di rotazione di cui all'articolo 5, legge 16 aprile 1987, n. 183, che si renderanno disponibili al 31 dicembre 2014 per effetto del disimpegno automatico di cui agli articoli 90 e successivi del Regolamento (CE) n. 1198/2006 del Consiglio de127 luglio 2006 relativo al Fondo europeo per la pesca».

Conseguentemente, alla Tabella C, alla voce: Politiche competitive, della qualità agroalimentare, della pesca, dell'ippica e mezzi tecnici di produzione ? Ministero delle politiche agricole, alimentari e forestali ?legge 8 luglio 1991, n. 267: Attuazione del terzo piano nazionale della pesca marittima e misure in materia di . credito peschereccio, nonché di riconversione delle unità da pesca adibite alla pesca con reti da posta derivanti ? Art. l, comma 1: Attuazione del piano nazionale della pesca marittima (1.5 ? capp. 1173, 1413, 1414, 1415, 1418, 1477, 1488)*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: + 5.000.000

1.1238

RUTA, VALENTINI, ALBANO, BERTUZZI, FASIOLO, GATTI, PIGNEDOLI, SAGGESE, LAI

Dopo il comma 141 aggiungere il seguente:

«141-*bis*. Per l'anno 2015 le risorse del programma triennale nazionale della pesca e dell'acquacoltura, adottato con Decreto 31 gennaio 2013 del Ministro delle politiche agricole, alimentari e forestali sono incrementate di 5 milioni di euro, all'uopo utilizzando le risorse del fondo di rotazione di cui all'articolo 5, legge 16 aprile 1987, n. 183, che si renderanno disponibili al 31 dicembre 2014 per effetto del disimpegno automatico di cui agli articoli 90 e successivi del Regolamento (CE) n. 1198/2006 del Consiglio del 27 luglio 2006 relativo al Fondo europeo per la pesca».

Conseguentemente, alla Tabella C, Missione Agricoltura, politiche agroalimentari e pesca, Programma Politiche competitive, della qualità agroalimentare, della pesca, dell'ippica, e mezzi tecnici di produzione, *voce* Ministero delle Politiche agricole, alimentari e forestali ? Legge n. 267 del 1991: Attuazione del terzo piano nazionale della pesca marittima e misure in materia di credito peschereccio, nonché di rlconversione delle unità da pesca adibite alla pesca con reti da posta derivante ? Art. 1, comma 1: Attuazione del piano nazionale per la pesca marittima (1.5- Capp. 1173, 1413, 1414, 1415,1418,1477,1488) *apportare le seguenti variazioni:*

2015: + 5.000.000;

2016: ?;

2017: ?.

1.1239

GUALDANI

Dopo il comma 141 aggiungere il seguente:

«141-*bis*. Per incrementare l'innovatività e l'efficienza del sistema sanitario nazionale nella assistenza e cura dei tumori e sostenere le attività di ricerca scientifica e biomedica in campo oncologico è autorizzata la spesa di 15 milioni di euro per l'anno 2015, 10 milioni di euro per l'anno 2016 e 10 milioni di euro per l'anno 2017 a completamento degli interventi di cui all'articolo 52, comma 21,.della legge 27 dicembre 2002 n. 289».

Conseguentemente al comma 116 del medesimo articolo, sostituire le parole: «100 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015» *con le seguenti:* « 85 milioni di. euro per l'anno 2015, 90 milioni di euro per ciascuno degli'anni 2016 e 2017, 100 milioni di euro a decorrere dall'anno 2018».

1.1240

DE BIASI, BIANCO, SILVESTRO, VALDINOSI

Dopo il comma 141 aggiungere il seguente:

«141-*bis*. Per incrementare l'innovatività e l'efficienza del sistema sanitario nazionale nella assistenza e cura dei tumori e sostenere le attività di ricerca scientifica e biomedica in campo oncologico è autorizzata la spesa di 15 milioni di euro per l'anno 2015, 10 milioni di euro per l'anno 2016 e 10 milioni di euro per l'anno 2017 a completamento degli interventi di cui all'articolo 52, comma 21, della legge 27 dicembre 2002 n. 289».

Conseguentemente, al comma 116 del medesimo articolo, sostituire le parole: «100 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015» *con le seguenti:* «85 milioni di euro per l'anno 2015, 90 milioni di euro per ciascuno degli anni 2016 e 2017, 100 milioni di euro a decorrere dall'anno 2018».

1.1241

FORMIGONI

Dopo il comma 141 aggiungere il seguente:

«141-*bis*. Per incrementare l'innovatività e l'efficienza del sistema sanitario nazionale nella assistenza e cura dei tumori e sostenere le attività di ricerca scientifica e biomedica in campo oncologico è autorizzata la spesa di 15 milioni di euro per l'anno 2015, 10 milioni di euro per l'anno 2016 e 10 milioni di euro per l'anno 2017 a completamento degli interventi di cui all'articolo 52, comma 21, della legge 27 dicembre 2002 n. 289».

Conseguentemente al comma 116 del medesimo articolo, sostituire le parole: «100 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015» *con le seguenti:* «85 milioni di euro per l'anno 2015, 90 milioni di euro per ciascuno degli anni 2016 e 2017, 100 milioni di euro a decorrere dall'anno 2018».

1.1242

BONFRISCO

Dopo il comma 141 inserire il seguente:

«141-*bis* :All'articolo 22 del disegno di legge 24 aprile 2014 n.66,sono abrogati i commi 2 e 2-*bis* ».

Conseguentemente la voce «Fondi da ripartire» *del* Ministero dell'economia e delle finanze*, di cui all'elenco n.3 allegato al comma 45 dell'articolo 2 Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10,comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004n.282,convertito,con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004 n.307,cosi come incrementato, a decorrere dal2015,dall'articolo 1, comma 132 della presente legge è ridotta in misura pari a 350.000 euro annui.*

1.1243

PICCINELLI

Dopo il comma 141, aggiungere il seguente:

«141-*bis*. Al comma 4-*bis*, dell'articolo 2, del decreto legge 30 dicembre 2099, n. 194, convertito con modificazioni, dalla legge 26 febbraio 2010, n. 25, è aggiunto in fine il seguente periodo: "Le agevolazioni tributarie di cui sopra spettano anche a coloro in possesso al momento dell'atto, anorché precedentemente all'entrata in vigore del presente articolo, dei requisiti prescritti, a prescindere dell'invio della certificazione dell'Ispettorato agrario di cui agli articoli 3 e 4 della legge 6 agosto 1954, n. 604"».

1.1244

PANIZZA, FRAVEZZI, FAUSTO GUILHERME LONGO, LANIECE, BATTISTA, ZIN

Dopo il comma 142, aggiugere i seguenti:

«142-*bis*. Al fine di favorire la formazione in azienda quale fattore strategico di sviluppo della competitività, è attribuito un credito d'imposta alle imprese per i costi sostenuti per lo svolgimento di attività di formazione, obbligatoria e continua, sia degli imprenditori che dei dipendenti.

142-*ter*. Nell'attività di formazione di cui al comma 142-*bis*, sono comprese tutte le attività formative inerenti l'attività dell'impresa, svolte sia in Italia che all'estero, per l'accesso ai corsi, per il vitto, l'alloggio e le spese di viaggio.

142-*quater*. Il credito d'imposta di cui al comma 142-*bis* è attribuito nei limiti del fondo di cui al comma 142-*quinquies* ed è utilizzabile in compensazione ai sensi dell'articolo 17 del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241 (modello F24).

142-*quinquies*. Allo scopo di cui ai commi da 142-*bis* a 142-*quater* è istituito apposito fondo nell'ambito dello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze con dotazione pari a 40 milioni di euro per l'anno 2014 e di 50 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015.

142-*sexies*. La Presidenza del Consiglio dei provvede al raggiungimento di risparmi di spesa per l'importo di 40 milioni di euro per l'anno 2014 e di 50 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015, con le seguenti modalità:

a) riduzione dell'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 4, comma 2, del decreto legislativo n. 6 del 2010 come rideterminata dalla tabella C della presente legge di 1 milione di euro per l'anno 2015 e di 2 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016;

b) riduzione dell'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 4, comma 1, del decreto-legge 31 maggio 2005, n. 90, convertito, con modificazioni, dalla legge 26 luglio 2005, n. 152 come rideterminata dalla tabella C della presente di 5 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015;

c) riduzione dell'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 19, comma 2, del decreto-legge 4 luglio 2006, n. 223, convertito, con modificazioni, la legge 4 agosto 2006, n. 248 come rideterminata dalla tabella C della presente legge di 6 milioni di euro per l'anno 2015;

d) riduzione dell'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 19, comma 3, del decreto-legge 4 luglio 2006, n. 223, convertito, con modificazioni, dalla legge 4 agosto 2006, n. 248 come rideterminata dalla tabella C della presente legge di 3 milioni di euro per l'anno 2015 e di 5 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016;

e) riduzione degli stanziamenti di spesa iscritti sullo stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze da trasferire al bilancio autonomo della Presidenza del Consiglio dei Ministri di 10 milioni di euro per l'anno 2015 e di 20 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016. I risparmi di spesa conseguenti sono destinati al fondo di cui al comma 142-*quinquies*».

1.1245

TOMASELLI, COLLINA, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA, PAGLIARI, CALEO, MAURO MARIA MARINO, VACCARI

Dopo il comma 142, inserire i seguenti:

«142-*bis*. Una somma pari a 200 milioni di euro è destinata al sostegno dell'accesso al credito delle piccole e medie imprese attraverso il rafforzamento dei Confidi. All'attuazione della misura si provvede a valere sulle risorse del Fondo di garanzia per le piccole e medie imprese di cui all'articolo 2, comma 100, lettera *a)*, della legge 23 dicembre 1996 n. 662 e successive modificazioni ed integrazioni.

142-*ter*. Entro 30 giorni dall'entrata in vigore del presente provvedimento con decreto del Ministro dello Sviluppo Economico, d'intesa con il Ministro dell'Economia e delle Finanze, sono adottate specifiche disposizioni volte a definire le caratteristiche tecniche dell'operazione nel rispetto dei commi 3 e 4 del presente articolo.

142-*quater*. Ai fini del presente articolo per Confidi si intendono i soggetti di cui all'art. 13 della Legge 24 novembre 2003 n. 326, costituiti da piccole e medie imprese industriali, commerciali,

turistiche e di servizi, da imprese artigiane e agricole, come definite dalla disciplina comunitaria.

142-*quinquies*. Le disponibilità di cui al comma 1 sono ripartite tra tutti i Confidi attraverso contributi che ne incrementano i fondi di garanzia finalizzati ad accrescerne l'operatività a favore delle PMI. I contributi hanno una misura massima dell'1 per cento delle garanzie in essere dei Confidi al 31 dicembre dell'anno precedente (ultimo bilancio approvato) rilasciati a favore delle imprese associate e concessi da banche o da altri enti finanziatori quali società di *leasing* e di *factoring*».

1.1246

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, CROSIO

Dopo il comma 142 inserire i seguenti:

«142-*bis*. Una somma pari a 200 milioni di euro è destinata al sostegno dell'accesso al credito delle piccole e medie imprese attraverso il rafforzamento dei Confidi. All'attuazione della misura si provvede a valere sulle risorse del Fondo di garanzia per le piccole e medie imprese di cui all'articolo 2, comma 100, lettera *a)*, della legge 23 dicembre 1996 n. 662 e successive modificazioni ed integrazioni.

142-*ter*. Entro 30 giorni dall'entrata in vigore del presente provvedimento con decreto del Ministro dello Sviluppo Economico, d'intesa con il Ministro dell'Economia e delle Finanze, sono adottate specifiche disposizioni volte a definire le caratteristiche tecniche dell'operazione nel rispetto dei commi 3 e 4 del presente articolo.

142-*quater*. Ai fini del presente articolo per Confidi si intendono i soggetti di cui all'articolo 13 della legge 24 novembre 2003, n. 326, costituiti da piccole e medie imprese industriali, commerciali, turistiche e di servizi, da imprese artigiane e agricole, come definite dalla disciplina comunitaria.

142-*quinquies*. Le disponibilità di cui al comma 1 sono ripartite tra tutti i Confidi attraverso contributi che ne incrementano i fondi di garanzia finalizzati ad accrescerne l'operatività a favore delle PMI. I contributi hanno una misura massima dell'1 per cento delle garanzie in essere dei Confidi al 31 dicembre dell'anno precedente (ultimo bilancio approvato) rilasciati a favore delle imprese associate e concessi da banche o da altri enti finanziatori quali società di *leasing* e di *factoring*».

1.1247

DE PIETRO, URAS, CASALETTO, MASTRANGELI

Dopo il comma 142, aggiungere i seguenti:

«142-*bis*. Una somma pari a 200 milioni di euro è destinata al sostegno dell'accesso al credito delle piccole e medie imprese attraverso il rafforzamento dei Confidi. All'attuazione della misura si provvede a valere sulle risorse del Fondo di garanzia per le piccole e medie imprese di cui all'articolo 2, comma 100, lettera *a)*, della legge 23 dicembre 1996 n. 662 e successive modificazioni ed integrazioni.

142-*ter*. Entro 30 giorni dall'entrata in vigore del presente provvedimento con decreto del Ministro dello Sviluppo Economico, d'intesa con il Ministro dell'Economia e delle Finanze, sono adottate specifiche disposizioni volte a definire le caratteristiche tecniche dell'operazione nel rispetto dei commi 3 e 4 del presente articolo.

142-*quater*. Ai fini del presente articolo per Confidi si intendono i soggetti di cui all'articolo 13 della legge 24 novembre 2003, n. 326, costituiti da piccole e medie imprese industriali, commerciali, turistiche e di servizi, da imprese artigiane e agricole, come definite dalla disciplina comunitaria.

142-*quinquies*. Le disponibilità di cui al comma l sono ripartite tra tutti i. Confidi attraverso contributi che ne incrementano i fondi di garanzia finalizzati ad accrescerne l'operatività a favore delle PMI. I contributi hanno una misura massima dell'1 per cento delle garanzie in essere dei Confidi al 31 dicembre dell'anno precedente (ultimo bilancio approvato) rilasciati a favore delle imprese associate e concessi da banche o da altri enti finanziatori quali società di *leasing* e di *factoring*».

1.1248

GALIMBERTI

Dopo il comma 142 inserire i seguenti:

«142-*bis*. Una somma pari a 200 milioni di euro è destinata al sostegno dell'accesso al credito

delle piccole e medie imprese attraverso il rafforzamento dei Confidi. All'attuazione della misura si provvede a valere sulle risorse del Fondo di garanzia per le piccole e medie imprese di cui all'articolo 2, comma 100, lettera *a)*, della legge 23 dicembre 1996 n. 662 e successive modificazioni ed integrazioni.

142-*ter*. Entro 30 giorni dall'entrata in vigore del presente provvedimento con decreto del Ministro dello Sviluppo Economico, d'intesa con il Ministro dell'Economia e delle Finanze, sono adottate specifiche disposizioni volte a definire le caratteristiche tecniche dell'operazione nel rispetto dei commi 3 e 4 del presente articolo.

142-*quater*. Ai fini del presente articolo per Confidi si intendono i soggetti di cui all'articolo 13 della legge 24 novembre 2003 n. 326, costituiti da piccole e medie imprese industriali, commerciali, turistiche e di servizi, da imprese artigiane e agricole, come definite dalla disciplina comunitaria.

142-*quinquies*. Le disponibilità di cui al comma 1 sono ripartite tra tutti i Confidi attraverso contributi che ne incrementano i fondi di garanzia finalizzati ad accrescerne l'operatività a favore delle PMI».

1.1249

LUIGI MARINO, DI BIAGIO

Dopo il comma 142 inserire i seguenti:

«142-*bis*. Una somma pari a 200 milioni di euro è destinata al sostegno dell'accesso al credito delle piccole e medie imprese attraverso il rafforzamento dei Confidi. All'attuazione della misura si provvede a valere sulle risorse del Fondo di garanzia per le piccole e medie imprese di cui all'articolo 2, comma 100, lettera *a)*, della legge 23 dicembre 1996, n. 662 e successive modificazioni ed integrazioni.

142-*ter*. Entro 30 giorni dall'entrata in vigore del presente provvedimento con decreto del Ministro dello Sviluppo Economico, d'intesa con il Ministro dell'Economia e delle Finanze, sono adottate specifiche disposizioni volte a definire le caratteristiche tecniche dell'operazione nel rispetto dei commi 3 e 4 del presente articolo.

142-*quater*. Ai fini del presente articolo per Confidi si intendono i soggetti di cui all'articolo 13 della legge 24 novembre 2003 n. 326, costituiti da piccole e medie imprese industriali, commerciali, turistiche e di servizi, da imprese cooperative, da imprese artigiane e agricole, come definite dalla disciplina comunitaria.

142-*quinquies*. Le disponibilità di cui al comma 1 sono ripartite tra tutti i Confidi attraverso contributi che ne incrementano i fondi di garanzia finalizzati ad accrescerne l'operatività a favore delle PMI».«

1.1250

MANDELLI, PICCOLI, BRUNI, BONFRISCO, CERONI, D'ALÌ, MILO

Dopo il comma 142 inserire i seguenti:

«142-*bis*. Una somma pari a 200 milioni di euro è destinata al sostegno dell'accesso al credito delle piccole e medie imprese attraverso il rafforzamento dei Confidi. All'attuazione della misura si provvede a valere sulle risorse del Fondo di garanzia per le piccole e medie imprese di cui all'articolo 2, comma 100, lettera *a)*, della legge 23 dicembre 1996 n. 662 e successive modificazioni ed integrazioni.

142-*ter*. Entro 30 giorni dall'entrata in vigore del presente provvedimento con decreto del Ministro dello Sviluppo Economico, d'intesa con il Ministro dell'Economia e delle Finanze, sono adottate specifiche disposizioni volte a definire le caratteristiche tecniche dell'operazione nel rispetto dei commi 3 e 4 del presente articolo.

142-*quater*. Ai fini del presente articolo per Confidi si intendono i soggetti di cui all'articolo 13 della legge 24 novembre 2003 n. 326, costituiti da piccole e medie imprese industriali, commerciali, turistiche e di servizi, da imprese artigiane e agricole, come definite dalla disciplina comunitaria.

142-*quinquies*. Le disponibilità di cui al comma 1 sono ripartite tra tutti i Confidi attraverso contributi che ne incrementano i fondi di garanzia finalizzati ad accrescerne l'operatività a favore delle

PMI. I contributi hanno una misura massima dell1 per cento delle garanzie in essere dei Confidi al 31 dicembre dell'anno precedente (ultimo bilancio approvato) rilasciati a favore delle imprese associate e concessi da banche o da altri enti finanziatori quali società di *leasing* e di *factoring*».

1.1251

CARIDI

Dopo il comma 142 inserire i seguenti:

«142-*bis*. Una somma pari a 200 milioni di euro è destinata al sostegno dell'accesso al credito delle piccole e medie imprese attraverso il rafforzamento dei Confidi. All'attuazione della misura si provvede a valere sulle risorse del Fondo di garanzia per le piccole e medie imprese di cui all'articolo 2, comma 100, lettera *a)*, della legge 23 dicembre 1996 n. 662 e successive modificazioni ed integrazioni.

142-*ter*. Entro 30 giorni dall'entrata in vigore del presente provvedimento con decreto del Ministro dello Sviluppo Economico, d'intesa con il Ministro dell'Economia e delle Finanze, sono adottate specifiche disposizioni volte a definire le caratteristiche tecniche dell'operazione nel rispetto dei commi 3 e 4 del presente articolo.

142-*quater*. Ai fini del presente articolo per Confidi si intendono i soggetti di cui all'articolo 13 della legge 24 novembre 2003, n. 326, costituiti da piccole e medie imprese industriali, commerciali, turistiche e di servizi, da imprese artigiane e agricole, come definite dalla disciplina comunitaria.

142-*quinquies*. Le disponibilità di cui al comma 1 sono ripartite tra tutti i Confidi attraverso contributi che ne incrementano i fondi dl garanzia finalizzati ad accrescerne l'operatività a favore. delle PMI. I contributi hanno una misura massima dell'1 per cento delle garanzie in essere dei Confidi al 31 dicembre dell'anno precedente (ultimo bilancio approvato) rilasciati a favore delle imprese associate e concessi da banche o da altri enti finanziatori quali società di *leasing* e di *factoring*».

1.1252

CONTE

Dopo il comma 142 inserire i seguenti:

«142-*bis*. Una somma pari a 200 milioni di euro è destinata al sostegno dell'accesso al credito delle piccole e medie imprese attraverso il rafforzamento dei Confidi. All'attuazione della misura si provvede a valere sulle risorse del Fondo di garanzia per le piccole e medie imprese di cui all'articolo 2, comma 100, lettera *a)*, della legge 23 dicembre 1996, n. 662 e successive modificazioni ed integrazioni.

142-*ter*. Entro 30 giorni dall'entrata in vigore del presente provvedimento con, decreto del Ministro dello Sviluppo Economico, d'intesa con il Ministro dell'Economia e delle Finanze, sono adottate specifiche disposizioni volte a definire le caratteristiche tecniche dell'operazione nel rispetto dei commi 3 e 4 del presente articolo.

142-*quater*. Ai fini del presente articolo per Confidi si intendono i soggetti di cui all'articolo 13 della legge 24 novembre 2003, n. 326, costituiti da piccole, e medie imprese industriali, commerciali, turistiche e di servizi, da imprese artigiane e agricole, come definite dalla disciplina comunitaria.

142-*quinquies*. Le disponibilità di cui al comma 1 sono ripartite tra tutti i Confidi attraverso contributi che ne incrementano i fondi di garanzia finalizzati ad accrescerne l'operatività a favore delle PMI. I contributi hanno una misura massima dell'1 per cento delle garanzie in essere dei Confidi al 31 dicembre dell'anno precedente (ultimo bilancio approvato) rilasciati a favore delle imprese associate e concessi da banche o da altri enti finanziatori quali società di *leasing* e di *factoring*».

1.1253

TOMASELLI, GIANLUCA ROSSI, SANGALLI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA, FORNARO, GUERRA, MOSCARDELLI, RICCHIUTI, TURANO, COLLINA

Dopo il comma 142, inserire i seguenti:

«142-*bis*. Una somma pari a 200 milioni di euro è destinata al sostegno dell'accesso al credito delle piccole e medie imprese attraverso il rafforzamento dei Confidi. All'attuazione della misura si provvede a valere sulle risorse del Fondo di garanzia per le piccole e medie imprese di cui all'articolo

2, comma 100, lettera *a)*, della legge 23 dicembre 1996 n. 662 e successive modificazioni ed integrazioni.

142-*ter*. Entro 30 giorni dall'entrata in vigore del presente provvedimento con decreto del Ministro dello Sviluppo Economico, d'intesa con il Ministro dell'Economia e delle Finanze, sono adottate specifiche disposizioni volte a definire le caratteristiche tecniche dell'operazione nel rispetto dei commi 3 e 4 del presente articolo.

142-*quater*. Ai fini del presente articolo per Confidi si intendono i soggetti di cui all'articolo 13 della Legge 24 novembre 2003 n. 326, costituiti da piccole e medie imprese industriali, commerciali, turistiche e di servizi, da imprese artigiane e agricole, come definite dalla disciplina comunitaria.

142-*quinquies*. Le disponibilità di cui al comma 1 sono ripartite tra tutti i Confidi attraverso contributi che ne incrementano i fondi di garanzia finalizzati ad accrescerne l'operatività a favore delle PMI».

1.1254

DE POLI

Dopo il comma 142, inserire i seguenti:

«142-*bis*. Una somma pari a 200 milioni di euro è destinata al sostegno dell'accesso al credito delle piccole e medie imprese attraverso il rafforzamento dei Confidi. All'attuazione della misura si provvede a valere sulle risorse del Fondo di garanzia per le piccole e medie imprese di cui all'articolo 2, comma 100, lettera *a)*, della legge 23 dicembre 1996 n.662 e successive modificazioni ed integrazioni.

142-*ter*. Entro 30 giorni dall'entrata in vigore del presente provvedimento con decreto del Ministro dello Sviluppo Economico, d'intesa con il Ministro dell'Economia e delle Finanze, sono adottate specifiche disposizioni volte a definire le caratteristiche tecniche dell'operazione nel rispetto dei commi 3 e 4 del presente articolo.

142-*quater*. Ai fini del presente articolo per Confidi si intendono i soggetti di cui all'articolo 13 della legge 24 novembre 2003 n. 326, costituiti da piccole e medie imprese industriali, commerciali, turistiche e di servizi, da imprese artigiane e agricole, come definite dalla disciplina comunitaria.

142-*quinquies*. Le disponibilità di cui al comma 1 sono ripartite tra tutti i Confidi attraverso contributi che ne incrementano i fondi di garanzia finalizzati ad accrescerne l'operatività a favore delle PMI. I contributi hanno una misura massima dell'1 per cento delle garanzie in essere dei Confidi al 31 dicembre dell'anno precedente (ultimo bilancio approvato) rilasciati a favore delle imprese associate e concessi da banche o da altri enti finanziatori quali società di *leasing* e di *factoring*».

1.1255

DE PIN, MASTRANGELI, BOCCHINO, CAMPANELLA

All'articolo 1, dopo il comma 142, inserire i seguenti:

«142-*bis*. Una somma pari a 200 milioni di euro è destinata al sostegno dell'accesso al credito delle piccole e medie imprese attraverso il rafforzamento dei Confidi. All'attuazione della misura si provvede a valere sulle risorse del Fondo di garanzia per le piccole e medie imprese di cui all'articolo 2, comma 100, lettera *a)*, della legge 23 dicembre 1996 n. 662 e successive modificazioni ed integrazioni.

142-*ter*. Entro 30 giorni dall'entrata in vigore del presente provvedimento con decreto del Ministro dello Sviluppo Economico, d'intesa con il Ministro dell'Economia e delle Finanze, sono adottate specifiche disposizioni volte a definire le caratteristiche tecniche dell'operazione nel rispetto dei commi 142-*quater* e 142-*quinques* del presente articolo.

142-*quater*. Ai fini dell'applicazione del comma 142-*bis*, per Confidi si intendono i soggetti di cui all'articolo 13 della legge 24 novembre 2003 n. 326, costituiti da piccole e medie imprese industriali, commerciali, turistiche e di servizi, da imprese artigiane e agricole, come definite dalla disciplina comunitaria.

142-*quinquies*. Le disponibilità di cui al comma 142-*bis* sono ripartite tra tutti i Confidi attraverso contributi che ne incrementano i fondi di garanzia finalizzati ad accrescerne l'operatività a favore delle

PMI. I contributi hanno una misura massima dell'1 per cento delle garanzie in essere dei Confidi al 31 dicembre dell'anno precedente, come da ultimo bilancio approvato, rilasciati a favore delle imprese associate e concessi da banche o da altri enti finanziatori quali società di *leasing* e di *factoring*».

1.1256

GAMBARO

Dopo il comma 142, inserire i seguenti:

«142-*bis*. Una somma pari a 200 milioni di euro è destinata al sostegno dell'accesso al credito delle piccole e medie imprese attraverso il rafforzamento dei Confidi. All'attuazione della misura si provvede a valere sulle risorse del Fondo di garanzia per le piccole e medie imprese di cui all'articolo 2, comma 100, lettera *a)*, della legge 23 dicembre 1996 n. 662 e successive modificazioni ed integrazioni.

142-*ter*. Entro 30 giorni dall'entrata in vigore del presente provvedimento con decreto del Ministro dello Sviluppo Economico, d'intesa con il Ministro dell'Economia e delle Finanze, sono adottate specifiche disposizioni volte a definire le caratteristiche tecniche dell'operazione nel rispetto dei commi 3 e 4 del presente articolo.

142-*quater*. Ai fini del presente articolo per Confidi si intendono i soggetti di cui all'articolo 13 della Legge 24 novembre 2003 n. 326, costituiti da piccole e medie imprese industriali, commerciali, turistiche e di servizi, da imprese artigiane e agricole, come definite dalla disciplina comunitaria.

142-*quinquies*. Le disponibilità di cui al comma 1 sono ripartite tra tutti i Confidi attraverso contributi che ne incrementano i fondi di garanzia finalizzati ad accrescerne l'operatività a favore delle PMI. I contributi hanno una misura massima dell'1 per cento delle garanzie in essere dei Confidi al 31 dicembre dell'anno precedente (ultimo bilancio approvato) rilasciati a favore delle imprese associate e concessi da banche o da altri enti finanziatori quali società di *leasing* e di *factoring*.

1.1257

DONNO, GAETTI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Dopo il comma 142, aggiungere il seguente:

«142-*bis*. Dopo il comma 6, dell'articolo 34 del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633 aggiungere il seguente:

"6-*bis*. il limite massimo del volume d'affari di cui al comma 6 è innalzato a 10.000 euro per i produttori agricoli che conducono direttamente, in forma singola, familiare o associata, i fondi, siano essi di proprietà o concessi in locazione, anche avvalendosi del lavoro di salariati temporanei o fissi in numero limitato definito con legge regionale, che praticano regolarmente diversificazioni e avvicendamenti colturali a basso impatto ambientale, che producono beni prevalentemente destinati all'auto consumo, ovvero rivolti alla vendita diretta presso i mercati locali e in circuiti di filiera corta e che trasformano le materie prime di esclusiva produzione propria direttamente in azienda o presso la propria abitazione, con esclusione di processi di lavorazione industriale e che ricadono nei comuni interessati dagli eventi alluvionali che hanno colpito il territorio nazionale nell'anno 2014, già oggetto di riconoscimento dello stato di calamità naturale come da apposito Decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri"».

Conseguentemente, agli oneri derivanti dalle presenti disposizioni, stimati in 100 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, si provvede mediante corrispondente riduzione lineare degli importi di parte corrente di cui alla tabella C allegata al presente disegno di legge.

1.1258

DONNO, GAETTI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Dopo il comma 142, aggiungere il seguente:

«142-*bis*. Dopo il comma 6, dell'articolo 34 del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633 aggiungere il seguente:

"6-*bis*. Il limite massimo del volume d'affari di cui al comma 6 è innalzato a 10.000 euro per i produttori agricoli che ricadono nei comuni interessati dagli eventi alluvionali che hanno colpito il territorio nazionale nell'anno 2014, già oggetto di riconoscimento dello stato di calamità naturale come

da apposito Decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri"».

Conseguentemente, agli oneri derivanti dalle presenti disposizioni, stimati in 100 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, si provvede mediante corrispondente riduzione lineare degli importi di parte corrente di cui alla tabella C allegata al presente disegno di legge.

1.1259

DONNO, GAETTI, FATTORI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Dopo il comma 142, aggiungere il seguente:

«142-*bis*. Dopo il comma 6, dell'articolo 34 del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633 aggiungere il seguente:

"6-*bis.* il limite massimo del volume d'affari di cui al comma 6 è innalzato a 10.000 euro per i produttori agricoli che conducono direttamente, in forma singola, familiare o associata, i fondi, siano essi di proprietà o concessi in locazione, anche avvalendosi del lavoro di salariati temporanei o fissi in numero limitato definito con legge regionale, che praticano regolarmente diversificazioni e avvicendamenti colturali a basso impatto ambientale, che producono beni prevalentemente destinati all'auto consumo, ovvero rivolti alla vendita diretta presso i mercati locali e in circuiti di filiera corta e che trasformano le materie prime di esclusiva produzione propria direttamente in azienda o presso la propria abitazione, con esclusione di processi di lavorazione industriale"».

Conseguentemente, agli oneri derivanti dalle presenti disposizioni, stimati in 100 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, si provvede mediante corrispondente riduzione lineare degli importi di parte corrente di cui alla tabella C allegata al presente disegno di legge.

1.1260

ORRÙ

Dopo il comma 142, aggiungere il seguente:

«142-*bis.* Ai Comuni di cui al decreto ministeriale 2 agosto 2006 del Ministero delle Infrastrutture beneficiari delle provvidenze di cui all'articolo 1 comma 224 della Legge 24 dicembre 2012 n. 228 (Legge di Stabilità 2013), che alla data del 31 dicembre 2014 non hanno potuto accertare, relativamente al Patto di Stabilità interno, in termini di cassa, le somme trasferite con decreto ministeriale 16573 del 13 ottobre 2014 del Ministero delle Infrastrutture, non si applicano le sanzioni previste dall'articolo 31 della legge 12 novembre 2011 n. 183».

1.1261

ORRÙ

Dopo il comma 142, aggiungere il seguente:

«142-*bis.* Gli Enti Locali di cui al decreto ministeriale 2 agosto 2006 del Ministero delle Infrastrutture beneficiari delle provvidenze di cui all'articolo 1 comma 224 della legge 24 dicembre 2012 n. 228 (legge di Stabilità 2013), sono autorizzati ai fini del calcolo di stabilità interno, all'accertamento convenzionale di cassa a valere sul riparto di cui al decreto ministeriale 16573 del 13 ottobre 2014 del Ministero delle Infrastrutture, da intendersi come riscossione effettuata».

1.1262

ORRÙ

Dopo il comma 142, aggiungere il seguente:

«142-*bis*. Per le finalita di cui all'articolo 4-*bis* del decreto-legge 24 giugno 1978, n. 299, convertito, con modificazioni, dalla legge 4 agosto 1978, n. 464, e successive modificazioni, anche al fine di definire i contenziosi in atto, ai comuni di cui alla medesima disposizione è attribuito un contributo in ragione di 30 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017. Con decreto del Ministro delle infrastrutture e dei trasporti, da adottare entro novanta giorni della data di entrata in vigore della presente legge, il contributo di cui al presente comma è ripartito tra i comuni interessa con provvedimento del Ministero delle Infrastrutture e dei Trasporti, nel rispetto delle quote percentuali concordate con il Coordinamento degli Enti territoriali interessati».

Conseguentemente alla tabella A, voce: ministero dell'economia e delle finanze*, ridurre come segue gli stanziamenti previsti:*

2015: -30.000.000
2016: -30.000.000
2017: -30.000.000

1.1263

ORRÙ

Dopo il comma 142, aggiungere il seguente:

«142-*bis*. Per le finalità di cui all'articolo 4-*bis* del decreto-legge 24 giugno 1978, n. 299, convertito, con modificazioni, dalla legge 4 agosto 1978, n. 464, e successive modificazioni, anche al fine di definire i contenziosi in atto, ai comuni di cui alla medesima disposizione è attribuito un contributo di 30 milioni di euro per l'anno 2015. Con decreto del Ministro delle infrastrutture e dei trasporti, da adottare entro novanta giorni della data di entrata in vigore della presente legge, il contributo di cui al presente comma è ripartito tra i comuni interessati con provvedimento del Ministero delle Infrastrutture e dei Trasporti, nel rispetto delle quote percentuali concordate con il Coordinamento degli Enti territoriali interessati».

Conseguentemente alla tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, ridurre come segue gli stanziamenti previsti:*

2015: -30.000.000

1.1264

ORRÙ

Dopo il comma 142, aggiungere il seguente:

«142-*bis*. Per le finalità previste all'articolo 1 comma 225 della legge 24 dicembre 2012 n. 228 (legge di stabilità 2013) è attribuito agli enti territoriali interessati un contributo pari a 30 milioni di euro per l'anno 2015. La ripartizione delle somme ai Comuni è effettuata con provvedimento del Ministero delle Infrastrutture e dei Trasporti, nel rispetto delle quote percentuali concordate con il Coordinamento degli Enti territoriali interessati».

Conseguentemente alla tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, ridurre come segue gli stanziamenti previsti:*

2015: -30.000.000

1.1265

ORRÙ

Dopo il comma 142, aggiungere il seguente:

«142-*bis*. Per.le finalità previste all'articolo1 comma 225 della legge 24 dicembre 2012 n. 228 (legge di stabilità 2013) è attribuito agli enti territoriali interessati un contributo pari a 30 milioni di euro per ciascun anno relativamente agli anni 2015 ? 2016 ?2017. La ripartizione delle somme ai Comuni è effettuata con provvedimento del Ministero delle Infrastrutture e dei Trasporti, nel rispetto delle quote percentuali concordate con il Coordinamento degli Enti territoriali interessati».

Conseguentemente alla tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, ridurre come segue gli stanziamenti previsti:*

2015: -30.000.000
2016: -30.000.000
2017: -30.000.000

1.1266

CALEO

Dopo il comma 142, aggiungere i seguenti:

«142-*bis*. Il Consorzio obbligatorio di cui all'articolo 2 del decreto-legge 17 giugno 1996, n. 321, convertito con modificazioni dalla legge 8 agosto 1996, n. 421, e successive modificazioni, è soppresso e le relative funzioni sono trasferite alla società di gestione di cui all'articolo 8 del decreto ministeriale 6 aprile 2006, n. 174, e successive modificazioni, recante il regolamento per il funzionamento del sistema telematico delle Borse merci italiane. Alla medesima società sono trasferiti i rapporti attivi e passivi necessari allo svolgimento delle funzioni attribuite al soppresso Consorzio.

142-*ter*. La società di gestione di cui al comma 1 individua le forme di coinvolgimento dei mercati agroalimentari all'ingrosso ai fini della migliore gestione delle funzioni attribuite dal presente articolo. Ai predetti fini, le società e gli organismi anche di natura privata, comunque denominati, che gestiscono mercati agroalimentari all'ingrosso, sono soggetti agli obblighi di cui al secondo comma, lettera *h)*, dell'articolo 8 della legge 25 marzo 1959, n. 125, all'articolo 8 del Decreto del Ministro per l'industria, il commercio e l'artigianato del 10 aprile 1970 (pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* del 31 agosto 1970, n. 219) e all'articolo 7 del decreto legislativo 6 settembre .1989, n. 322.

142-*quater*. Le funzioni trasferite ai sensi del comma 1 sono svolte nel rispetto delle direttive impartite dal Ministro dello sviluppo economico, integrando tali funzioni con quelle di cui all'articolo 8, comma 4, lettere *a)*, *h)*, *l)* ed *m)* del medesimo decreto n. 174 del 2006. Con uno o più decreti di natura non regolamentare del Ministro dello sviluppo economico sono definiti i termini e le modalità della liquidazione del Consorzio di cui al primo periodo e della successione nei rapporti non estinti e le altre disposizioni di dettaglio per l'attuazione del presente articolo».

1.1267

VALENTINI, AMATI

Dopo il comma 142 inserire i seguenti:

«142-*bis*. Gli elicotteri *Erickson SF* oggi assegnati al Corpo forestale dello Stato sono trasferiti dal 1 gennaio 2015 al Corpo nazionale dei vigili del Fuoco. Sono altresì trasferiti i finanziamenti previsti per la attuale gestione, nonché il personale specialista e pilota che fa domanda di mobilità volontaria.

142-*ter*. Considerato il completamento del trasferimento della flotta aerea antincendio al Corpo nazionale dei vigli del Fuoco e per unificare il coordinamento nella lotta agli incendi boschivi, la struttura del COAU, oggi incardinata presso il Dipartimento della Presidenza del Consiglio dei Ministri, dal 1 gennaio 2015 passa alle dipendenze del Ministero dell'Interno, Dipartimento dei Vigili del Fuoco e del Soccorso Pubblico. il personale in servizio mantiene lo Status funzionale e contrattuale in essere, in ragione della particolare funzione che deve svolgere al servizio del Paese».

1.1268

GUALDANI

Dopo il comma 142, aggiungere il seguente:

«142-*bis*. A conferma dell'articolo 1 comma 276 della legge di stabilità 2014 n.147 del 23/12/2013 al fine di proseguire le attività dell'Associazione nazionale privi della vista ed ipovedenti (ANPVI ONLUS) Organizzazione non lucrativa di utilità sociale riconosciuta con Decreto del Presidente della Repubblica 126 del 13/02/1981, e in particolare le attività del Centro autonomia e Mobilità e della scuola cani guida per ciechi di Campagnano di Roma, è autorizzata la spesa di 300.000 euro per gli anni 2015, 2016, e 2017».

Conseguentemente, per far fronte all'onere derivante dall'attuazione del presente comma, pari ad euro 300.000, all'articolo 1, co. 118 sostituire le parole: «300 milioni» *con* «299,7 milioni».

1.1269

GUALDANI

Dopo ilcomma 142 inserire il seguente:

«142-*bis*. All'articolo 1, comma 289, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, le parole: "5 milioni" sono sostituite dalle seguenti: "10 milioni"».

Conseguentemente, l'autorizzazione di spesa cui all'articolo 1, comma 132, è ridotta di 5 milioni di euro a decorrere dal 2016.

1.1270

GUALDANI

Dopo il comma 142 inserire il seguente:

«142-*bis*. All'articolo 1, comma 289, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, le parole: "5 milioni" sono sostituite dalle seguenti: "15 milioni"».

Conseguentemente, l'autorizzazione di spesa cui all'articolo 1, comma 132, è ridotta di 10 milioni

di euro a decorrere dal 2016.

1.1271

TOMASELLI, LAI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRU', SCALIA, FAVERO, COLLINA

Dopo il comma 142 aggiungere il seguente:

«142-*bis*. Il 30 per cento delle risorse complessive del Fondo di garanzia per le piccole e medie imprese di cui all'articolo 2, comma 100, lettera *a)*; delta legge 23 dicembre 1996 n. 662 e successive modificazioni ed integrazioni è riservato agli interventi in controgaranzia del Fondo a favore dei Confidi di cui all'articolo 13.della Legge 24 novembre 2003 n. 326».

1.1272

TOMASELLI, LAI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA, FAVERO, COLLINA

Dopo il comma 142 aggiungere il seguente:

«142-*bis*. AI comma 1 dell'articolo 1 del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 agosto 2013, n. 98, dopo il punto sub. 2 aggiungere il punto:

"2-*bis*. l'incremento, sull'intero territorio nazionale, della misura massima di copertura del Fondo fino al novanta per cento dell'importo dell'operazione finanziaria in controgaranzia per tutte le tipologie di operazioni di cui al decreto del Ministro dello sviluppo economico, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, 26 giugno 2012, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* 20 agosto 2012, n. 193;"».

1.1273

BONFRISCO

Dopo il comma 142, inserire i seguenti:

«142-*bis*. AI fine di consentire lo sviluppo di iniziative nell'ambito della ricerca scientifica in materia di mitigazione ed adattamento ai cambiamenti climatici è autorizzata la spesa per l'anno 2015 di euro 15 milioni e a decorrere dall'anno 2016 di euro 5 milioni ogni anno.

142-*ter*. AI relativo onere si provvede, quanto a 15 milioni di euro per l'anno 2015 e quanto a 5 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016, mediante l'utilizzo dei proventi delle aste di cui all'articolo 19 comma 6 del decreto legislativo 13 marzo 2013, n. 30.

142-*quater*. Tali risorse sono destinate al finanziamento di Accordi di Programma Quadro con società, consorzi, associazioni, organismi e fondazioni a totale o prevalente partecipazione di enti pubblici, valutate dall'ANVUR, costituiti con leggi o disposizioni statutarie, per la realizzazione di specifici programmi di ricerca pluriennali.

142-*quinquies*. Il Ministro per l'Ambiente e per la Tutela del Territorio e del Mare, con proprio decreto, stabilisce il riparto delle risorse di cui al comma 1 tra i soggetti di cui al comma 2, seguendo un criterio premiale che si basi sulle valutazioni Anvur».

1.1274

MILO, MARIO FERRARA

Dopo il comma 142 aggiungere il seguente:

«142-*bis*: Le disponibilità di cui all'articolo 1 del decreto-legge 30 dicembre 2009, n. 195, convertito, con modificazione, dalla legge 26 febbraio 2010, n. 26 ci del comma 8-*bis* dell'articolo 18 di cui al decreto-legge del 21 giugno 2013, convertito, con modificazione, dalla legge 9 agosto 2013, nº 95, sono integralmente ripristinate per gli anni 2015, 2016, 2017».

All'onere derivante per la relativa copertura pari a complessivi 2,5 milione di euro per il triennio 2015-2017, si provvede mediante corrispondente riduzione, pari a 840.000 di euro per il 2015, 928.000 di euro per il 2016 e 733.000 di euro per il 2017, dello stanziamento del fondo speciale di parte corrente iscritto, ai fini del bilancio triennale 2015-2017 nell'ambito del Programma "fondi di riserva e speciali" della Missione "fondi da ripartire" dello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle Finanze per gli anni 2015 e 2017, allo scopo parzialmente utilizzando l'accantonamento relativo al ministero del lavoro e delle politiche Sociali».

1.1275

MILO, MARIO FERRARA

Dopo il comma 142 aggiungere il seguente:

«142-*bis*. In relazione atta inderogabilità degli interventi programmati nel settore della prevenzione, del monitoraggio e dei modelli applicati riconducibili al rischio sismico sui territori più vulnerabili e per i particolari meccanismi e parametri che regolano l'evoluzione della spesa, così come determinati all'articolo 1, comma 1, del decreto-legge 30 dicembre 2009, n. 195, convertito, con modificazioni, dalla legge 26 febbraio 2010, n. 26 e dall'articolo 8-*bis* del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 agosto 2013, n. 98 e successive integrazioni, si fa espressa disposizione di applicabilità, nel caso di specie, del comma 6, articolo 21, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, e successive modificazioni a far data dal 1º gennaio 2015. Intendendo, per le ragioni indicate in premessa, la spesa di cui trattasi come non rimodulabile, così come indicato dalla lettera *a)*, comma 5, dell'articolo 21 detta medesima legge».

1.1276

MILO, MARIO FERRARA

Dopo il comma 142, aggiungere il seguente:

«142-*bis*. In relazione all'esigenza di sostenere il rafforzamento della capacità di attrazione di nuove iniziative imprenditoriali e la mobilitazione di capitali di investimento destinati allo sviluppo delle attività produttive nelle diverse Aree Industriali del Paese, la Federazione Italiana dei Consorzi ed Enti di Industrializzazione (F.I.C.E.I.) cura la costruzione e la operatività della Rete delle Infrastrutture Immateriali per lo Sviluppo Industriale (RIISI) finalizzata allo Sviluppo ed alla Realizzazione di Servizi Innovativi Integrati alle Imprese in materia Ambientale, Territoriale ed Infrastrutturale.

142-*ter*. Per le finalità di cui al precedente capoverso è disposto il finanziamento in favore della Federazione Italiana dei Consorzi ed Enti di Industrializzazione (F.I.C.E.I.) di 3 milioni di euro annui per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017.

142-*quater*. All'onere derivante dall'attuazione del precedente secondo capoverso, pari a 3 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, si provvede mediante corrispondente riduzione dello stanziamento del fondo speciale in conto capitale iscritto ai fini del bilancio triennale 2015-2017, dello stato di previsione del Ministero dell'economia e finanze di cui alla tabella B della presente legge«.

Conseguentemente alla Tabella B, voce «Ministero Economia e Finanze» *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 3.000.000;
2016: ? 3.000.000;
2017: ? 3.000.000.

1.1277

DIVINA

Dopo il comma 142, inserire i seguenti:

«142-*bis*. Alla legge 18 aprile 1975, n. 110 è apportata la seguente modificazione:

a) al sesto comma dell'articolo 10 è aggiunto il seguente periodo: "La detenzione di armi sportive in numero superiore è subordinata al rilascio di apposita licenza da parte del questore. La licenza ha carattere permanente. Il trasporto e l'utilizzo delle armi detenute in forza di tale licenza è subordinato alla previa comunicazione all'ufficio di polizia amministrativa competente per territorio".

142-*ter*. Alla legge 25 marzo 1986, n. 85, è apportata la seguente modificazione:

a) All'articolo 2, dopo il secondo comma, è aggiunto il seguente:

"2-*bis*. Sono armi sportive di categoria B7 dell'Allegato I della direttiva 91/477/CEE, relativa al controllo dell'acquisizione e della detenzione di armi, le armi lunghe che costituiscono versioni semiautomatiche nello stesso calibro dei fucili militari d'assalto a funzionamento automatico in dotazione a forze armate o forze di polizia italiane o straniere".

142-*quater*. Entro sei mesi dall'entrata in vigore della presente legge chiunque detenga armi riconosciute sportive in numero superiore a sei deve fare istanza al questore per ottenere la licenza per detenerle. La licenza è rilasciata senza altre formalità».

1.1278

PICCOLI, CERONI, AMIDEI

Dopo il comma 142, aggiungere il seguente:

«142-*bis*. Il termine per l'adeguamento alle disposizioni di cui al decreto del Presidente della Repubblica 1º agosto 2011, n. 151, è prorogato al 31 dicembre 2015.».

1.1279

PICCOLI, CERONI, AMIDEI

Dopo il comma 142, aggiungere il seguente:

«142-*bis*. Il termine "31 dicembre 2014", di cui all'articolo 11, comma 1, del decreto-legge 30 dicembre 2013, n. 150, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 febbraio 2014, n. 15 è prorogato al 31 dicembre 2015.».

1.1280

LIUZZI

Dopo il comma 142 aggiungere il seguente:

«142-*bis*. Al fine di dare attuazione a quanto previsto dall'articolo 5, comma 2, lettera *d)*, del decreto-legge 14 agosto 2013, n. 93, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 ottobre 2013, n. 119, rubricato: "potenziare le forme di assistenza e di sostegno alle donne vittime di violenza e ai loro figli attraverso modalità omogenee di rafforzamento della rete dei servizi territoriali, dei centri antiviolenza e dei servizi di assistenza alle donne vittime di violenza", sono assegnati sul Fondo per le politiche relative ai diritti e alle pari opportunità, 8,41 milioni di euro per l'anno 2015, 12 milioni di euro per l'anno 2016 e 16 milioni di euro, per l'anno 2017. Ai maggiori oneri derivanti dall'attuazione del presente comma, si provvede mediante corrispondente rimodulazione del Fondo interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307 come incrementato dal comma 132 del presente articolo».

1.1281

PICCOLI, CERONI, AMIDEI

Dopo il comma 142, aggiungere il seguente:

«142-*bis*. All'articolo 96, comma 1, della legge 21 novembre 2000, n. 342, le parole "Per l'acquisto di autoambulanze e di beni mobili iscritti in pubblici registri destinati ad attività antincendio da parte dei vigili del fuoco volontari," sono sostituite dalle seguenti: "Per l'acquisto di autoambulanze e di beni mobili iscritti in pubblici registri, nonché materiale ed attrezzatura di soccorso, destinati ad attività antincendio da parte dei vigili del fuoco volontari,"».

1.1282

BISINELLA, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 142, inserire il seguente:

«142-*bis)*. Gli oneri previsti dall'articolo 4, punto 14, della legge 12 novembre 2011, n. 183, e relativi agli accertamenti clinico strumentali e di laboratorio indicati dall'amministrazione per il reclutamento del personale volontario per le esigenze dei distaccamenti volontari del Corpo nazionale di cui all'articolo 9, comma 2, lettera *b)* del decreto legislativo 8 marzo 2006, n. 139, sono a carico della medesima».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 125, sostituire le parole: «187,5 milioni di euro» *con le seguenti:* «187 milioni di euro».

1.1283

BISINELLA, COMAROLI, TOSATO

*Dopo il comma 142, inserire il comma 142-*bis) *così formulato:*

«142-*bis)*. Al comma 1 dell'articolo 20 della Legge 24 novembre 2003, n. 326, dopo la parola:

"pubblici registri" sono inserite le parole: "nonché materiale ed attrezzatura di soccorso". All'onere, stimato pari a 500.000 euro nel 2015 e 300.000 euro a decorrere dal 2016 si provvede attingendo alle dotazioni del Fondo nazionale per le politiche e i servizi dell'asilo, di cui all'articolo 1-*septies* del decreto legge 30 dicembre 1989, n. 416, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 febbraio 1990, n. 39».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 125 sostituire le parole: «187,5 milioni di euro annui decorrere dall'anno 2015» *con le seguenti:* «187 milioni di euro nell'anno 2015 e 187,2 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2016».

1.1284

CIAMPOLILLO, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Dopo il comma 143 inserire il seguente:

«143-*bis*. Al decreto legislativo 28 settembre 2012, n. 178, apportare le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 2, comma 1, dopo le parole: "All'Ente si applicano le disposizioni vigenti per gli enti pubblici non economici, salvo quanto previsto dal presente articolo.", inserire le seguenti parole: "L'Associazione verserà all'Ente parte dei fondi derivanti dalla donazione del 5 per mille, in modo da agevolare l'Ente nel favorire i passaggi di personale previsti dall'articolo 6, comma 7, secondo periodo, nel rispetto dell'articolo 9";

b) all'articolo 2, comma 1, dopo le parole: "dal 1º gennaio 2015 fino alla data della sua liquidazione", inserire le seguenti parole: "che dovrà comunque essere successiva alla effettiva esecuzione di tutti i passaggi di personale di cui all'articolo 6, comma 7, con applicazione di quanto previsto dall'articolo 8, comma 2";

c) all'articolo 2, comma 5, sostituire il primo periodo con il seguente: "Le risorse finanziarie a carico del bilancio dello Stato, diverse da quelle di cui all'articolo 1, comma 6, che sarebbero state erogate alla CRI e quindi all'Ente nell'anno 2014, o anche successivamente, qualora si tratti delle risorse previste dall'articolo 30, comma 2.3, del D. Lgs. n. 165/2001, secondo quanto disposto dalla normativa vigente in materia, nonché le risorse finanziarie, di pari ammontare a quelle determinate per l'anno 2014, sono attribuite all'Ente e all'Associazione, fermo restando che, per le risorse previste dall'articolo 30, commi 2.3 e 2.4, del D. Lgs. n. 165/2001, trova applicazione quanto espressamente previsto dal successivo articolo 6, comma 7, secondo periodo, in materia di passaggi di personale";

d) all'articolo 4, comma 1, lettera *c)*, dopo le parole: "gli immobili pervenuti alla CRI," inserire le seguenti parole: "anche al fine del concorso dell'Ente, nel rispetto dell'articolo 9, agli oneri legati ai passaggi di personale previsti dall'articolo 6, o comma 7, secondo periodo";

e) all'articolo 6, comma 2, quarto periodo, dopo le parole: "ovvero la permanenza in servizio presso l'Ente", inserire le seguenti parole: "salva l'eventuale applicazione del successivo comma 7 sui passaggi di personale";

f) all'articolo 6, comma 3, dopo le parole: "salvo quanto previsto al presente articolo", inserire le seguenti parole: "con particolare riguardo al successivo comma 7, primo e secondo periodo";

g) all'articolo 6, comma 6, primo periodo, sostituire le parole: "assunto da" con le seguenti: "passato alle dipendenze di";

h) all'articolo 6, comma 6, secondo periodo, sostituire le parole: "in mobilità" con le seguenti: "in esubero";

i) all'articolo 6, comma 7, dopo le parole: "Con accordo ai sensi dell'articolo 4 del decreto legislativo 28 agosto 1997, n. 281", inserire le seguenti parole: "ovvero tramite accordo tra la CRI o l'Ente e la Regione o altra struttura o azienda dipendente dalla Regione, nel caso in cui le Regioni deliberino di gestire in via diretta, tramite il Servizio sanitario nazionale, le attività sanitarie e socio sanitarie già affidate in convenzione alla CRI";

l) all'articolo 6, comma 7, secondo periodo, eliminare le parole: "in deroga al comma 6, terzo periodo";

m) all'articolo 6, comma 7, secondo periodo, dopo le parole: "disponendo il trasferimento delle risorse finanziarie occorrenti al relativo trattamento economico in applicazione dell'articolo 30, comma

2-*quinquies* del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165.", inserire le seguenti parole: "Trovano, in tal caso, applicazione i commi 2.3 e 2.4 dell'articolo 30 del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165, fermo restando che l'Ente, nel rispetto dell'articolo 9, dovrà concorrere agli oneri per il trasferimento delle risorse tramite utilizzazione di parte dei fondi derivanti dalla donazione del 5 per mille, a lui devoluti dalla CRI o dall'Associazione, ovvero tramite i proventi delle dismissioni regolate dall'articolo 4, comma 1, lettera *c)*, ovvero sulla base delle altre disposizioni del presente decreto";

n) all'articolo 8, comma 1, dopo le parole: "Restano ferme per gli anni 2012 e 2013 le disposizioni vigenti in materia di contributi a carico del bilancio dello Stato in favore della CRI", inserire le seguenti parole: "fermo restando che una parte di tali contributi potrà essere erogata in favore dell'Ente, allo scopo di favorire il passaggio del personale della CRI e quindi dell'Ente ad altri enti e aziende del Servizio sanitario nazionale ovvero alla Regione ed alle relative strutture o aziende";

o) all'articolo 8, comma 2, dopo le parole: "salvo quanto previsto nel secondo periodo del presente comma", inserire le seguenti parole: "e ferma restando la permanenza a carico dell'Ente, eventualmente in gestione liquidatoria, della responsabilità, nel rispetto dell'articolo 9, per il concorso negli oneri legati al trasferimento delle risorse ai sensi dell'articolo 6, comma 7, secondo periodo ovvero ai sensi delle altre norme del presente decreto";

p) all'articolo 8, comma 2, dopo le parole: "il predetto personale, ove non assunto alla data del 1º gennaio 2017 dall'Associazione,", inserire le seguenti parole: "e fuori dai casi contemplati dall'articolo 6, comma 7, secondo periodo";

q) all'articolo 8, comma 2, dopo le parole: "L'assunzione ai sensi dell'articolo 6, comma 4, determina la cessazione dello stato di disponibilità", inserire il seguente periodo: "Resta espressamente inteso che l'Associazione, anche dopo l'eventuale liquidazione dell'Ente, sarà tenuta a versare all'Ente parte dei fondi derivanti dalla donazione del 5 per mille, ai fini del concorso dell'Ente agli oneri per i passaggi di personale previsti dall'articolo 6, comma 7, secondo periodo, sino al completamento delle assunzioni di tutto il personale della CRI transitato alle dipendenze dell'Ente e, quindi, alle Regioni o ad altra struttura o azienda regionale, nel rispetto dell'articolo 9 del presente decreto, delle procedure di *turn over* del personale e degli eventuali vincoli alle assunzioni previste dalla normativa regionale, ivi espressamente compresi gli eventuali piani di rientro dai *deficit* sanitari o i programmi operativi di prosecuzione dei predetti piani, ove esistenti"».

1.1285

DI BIAGIO

Dopo il comma 143, aggiungere i seguenti:

«144. Il divieto di cui al terzo comma dell'articolo 2 del decreto del Presidente della Repubblica 24 dicembre 1974, n. 727, non si applica ai crediti, certificati dai competenti organismi pagatori e ceduti a ISMEA, relativi ai regimi di sostegno di cui all'Allegato 1 del regolamento (UE) n. 1307/2013 del Parlamento europeo e del Consiglio del 17 dicembre 2013, recante norme sui pagamenti diretti agli agricoltori nell'ambito dei regimi di sostegno previsti dalla politica agricola comune e che abroga il regolamento (CE) n. 637/2008 del Consiglio e il regolamento (CE) n. 73/2009 del Consiglio, inerenti le operazioni di cui al comma 45, lettera *c)*, dell'articolo 4 della legge 24 dicembre 2003, n. 350. Il beneficiario deve manifestare la volontà di cessione nella Domanda Unica presentata ai sensi dell'articolo 72 del regolamento (UE) n. 1306/2013 del Parlamento europeo del 17 dicembre 2013, sul finanziamento, sulla gestione e sul monitoraggio della politica agricola comune e che abroga i regolamenti del Consiglio (CEE) n. 352/78, (CE) n. 165/94, (CE) n. 2799/98, (CE) n. 814/2000, (CE) n. 1290/2005 e (CE) n. 485/2008. Alle operazioni di cui al presente comma, si applica la compensazione di cui all'articolo 01, comma 16, secondo periodo, del decreto-legge 10 gennaio 2006, n. 2, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 marzo 2006, n. 81, e successive modificazioni e integrazioni, effettuata avuto riguardo alla data della cessione del credito a ISMEA secondo le modalità indicate nel decreto di cui al periodo successivo. Con decreto, di natura non regolamentare, del Ministro delle politiche agricole alimentari e forestali, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, da emanarsi entro trenta giorni dall'entrata in vigore della presente legge, sono definite le

modalità, i limiti e i criteri, per la cessione dei crediti, anche in deroga a quanto previsto dagli articoli 69 e 70 del regio decreto del 18 novembre 1923, n. 2440. Alle cessioni di crediti di cui al presente comma non si applica l'articolo 1264 del codice civile e si applicano gli articoli 5 e 6 della legge 21 febbraio 1991, n. 52, e le disposizioni di cui al decreto del Presidente della Repubblica 26 aprile 1986, n. 131.

145. All'articolo 17 del decreto legislativo 29 marzo 2004, n. 102, dopo il comma 2, è aggiunto il seguente:

"2-*bis*. La garanzia di cui al comma 2 può essere concessa anche a fronte di titoli di debito emessi dalle imprese operanti nel settore agricolo, agroalimentare e della pesca, in conformità con quanto previsto dall'articolo 2412 del codice civile e dall'articolo 32 del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito, con modificazioni, dalla legge del 7 agosto 2012, n. 134, acquistati da organismi di investimento collettivo del risparmio (Oicr) le cui quote o azioni siano collocate esclusivamente presso investitori qualificati che non siano, direttamente o indirettamente, soci della società emittente. Per le proprie attività istituzionali, nonché per le finalità del presente decreto legislativo, l'Istituto, si avvale direttamente dell'Anagrafe delle aziende agricole e del fascicolo aziendale elettronico di cui agli articoli 1, comma 1, e 9 del decreto del Presidente della Repubblica 1º dicembre 1999, n. 503".

146. All'articolo 60 del codice dell'amministrazione digitale di cui al decreto legislativo 7 marzo 2005, n. 82, al comma 3-*bis*, dopo la lettera *f*-bis), è aggiunta la seguente:

"*f*-ter). Anagrafe delle aziende agricole di cui all'articolo 1, comma 1, del decreto del Presidente della Repubblica 1º dicembre 1999, n. 503".

147. All'articolo 1-*ter* del decreto legge 24 giugno 2014, n. 91, convertito, con modificazioni, della legge 11 agosto 2014, n. 116, dopo il comma 6, è aggiunto il seguente:

"6-*bis*. Per la selezione degli organismi di consulenza aziendale le regioni e le province autonome di Trento e di Bolzano possono fare ricorso ad accordi quadro, in deroga all'articolo 59, comma 1, del decreto legislativo 12 aprile 2006, n. 163".

148. Dall'attuazione delle disposizioni di cui ai commi 144, 145, 146 e 147 non devono derivare nuovi o maggiori oneri a carico della finanza pubblica».

1.1286

FORMIGONI

Dopo il comma 143, aggiungere i seguenti:

«144. All'articolo 2 della legge 23 dicembre 1996, n. 662, il comma 132 è sostituito dal seguente:

"132. L'Istituto per lo sviluppo agro alimentare Spa (ISA) effettua interventi finanziari, a condizioni agevolate o a condizioni di mercato, in società, sia cooperative che con scopo di lucro, economicamente e finanziariamente sane, che operano nella trasformazione e commercializzazione dei prodotti agricoli, della pesca e dell'acquacoltura, compresi nell'Allegato I del trattato sul funzionamento dell'Unione europea. ISA effettua interventi finanziari, a condizioni agevolate o a condizioni di mercato, in società il cui capitale sia posseduto almeno al 51 per cento da imprenditori agricoli, cooperative agricole a mutualità prevalente e loro consorzi o da organizzazioni di produttori riconosciute ai sensi della normativa vigente o in cooperative i cui soci siano in maggioranza imprenditori agricoli, economicamente e finanziariamente sane, che operano nella distribuzione e nella logistica ? anche su piattaforma informatica ? dei prodotti agricoli, della pesca e dell'acquacoltura, compresi nell'Allegato I del trattato sul funzionamento dell'Unione europea. Nel caso d'interventi a condizioni di mercato, ISA opera esclusivamente come socio di minoranza sottoscrivendo aumenti di capitale ovvero prestiti obbligazionari o strumenti finanziari partecipativi. Nell'ambito delle operazioni di acquisizione delle partecipazioni, ISA stipula accordi con i quali gli altri soci, o eventualmente terzi, si impegnano a riscattare al valore di mercato, nel termine stabilito dal relativo piano specifico di intervento, le partecipazioni acquisite. Nel caso d'interventi a condizioni agevolate, ISA interviene tramite l'erogazione di mutui di durata massima di 15 anni. I criteri e le modalità degli interventi finanziari di ISA sono definiti con decreto del Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali. L'efficacia della presente disposizione è subordinata alla preventiva autorizzazione da parte della

Commissione europea".

145. La legge 19 dicembre n. 1983, n. 700, è abrogata. All'articolo 2 della legge 23 dicembre 1996, n. 662, i commi 132-*bis* e 132-*ter* sono abrogati. All'articolo 23 della legge 7 agosto 1997, n. 266, i commi da 1 a 4 sono abrogati».

1.1287

RUTA, ALBANO, BERTUZZI, FASIOLO, GATTI, PIGNEDOLI, SAGGESE, VALENTINI

Dopo il comma 143, aggiungere i seguenti:

«143-*bis*. All'articolo 2 della legge 23 dicembre 1996, n. 662, il comma 132 è sostituito dal seguente:

"132. L'Istituto per lo sviluppo agroalimentare Spa (ISA) effettua interventi finanziari, a condizioni agevolate o a condizioni di mercato, in società, sia cooperative che con scopo di lucro, economicamente e finanziariamente sane, che operano nella trasformazione e commercializzazione dei prodotti agricoli, della 'pesca e dell'acquacoltura, compresi nell'Allegato I del trattato sul funzionamento dell'Unione europea. ISA effettua interventi finanziari, a condizioni agevolate o a condizioni di mercato, in società il cui capitale sia posseduto almeno al 51 per cento da imprenditori agricoli, cooperative agricole a mutualità prevalente e loro consorzi o da organizzazioni di produttori riconosciute ai sensi della normativa vigente o in cooperative i cui soci siano in maggioranza imprenditori agricoli, economicamente e finanziariamente sane, che operano nella distribuzione e nella logistica ? anche su piattaforma informatica ? dei prodotti agricoli, della pesca e dell'acquacoltura, compresi nell'Allegato I del trattato sul funzionamento dell'Unione europea. Nel caso d'interventi a condizioni di mercato, ISA opera esclusivamente come socio di minoranza sottoscrivendo aumenti di capitale ovvero prestiti obbligazionari o strumenti finanziari partecipativi. Nell'ambito delle operazioni di acquisizione delle partecipazioni, ISA stipula accordi con i quali gli altri soci, o eventualmente terzi, si impegnano a riscattare al valore di mercato, nel termine stabilito dal relativo piano specifico di intervento, le partecipazioni acquisite. Nel caso d'interventi a condizioni agevolate, ISA interviene tramite l'erogazione di mutui di durata massima di 15 anni. I criteri e le modalità degli interventi finanziari di !SA sono definiti con decreto del Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali. L'efficacia della presente disposizione è subordinata alla preventiva autorizzazione da parte della Commissione europea".

143-*ter*. La legge 19 dicembre n. 1983, n. 700, è abrogata. All'articolo 2 della legge 23 dicembre 1996, n. 662, i commi 132-*bis* e 132-*ter* sono abrogati. All'articolo 23 della legge 7 agosto 1997, n. 266, i commi da 1 a 4 sono abrogati».

1.1288

DI BIAGIO

Dopo il comma 143, aggiungere i seguenti:

«144. All'articolo 2 della legge 23 dicembre 1996, n. 662, il comma 132 è sostituito dal seguente:

"132. L'Istituto per lo sviluppo agro alimentare Spa (ISA) effettua interventi finanziari, a condizioni agevolate o a condizioni di mercato, in società, sia cooperative che con scopo di lucro, economicamente e finanziariamente sane, che operano nella trasformazione e commercializzazione dei prodotti agricoli, della pesca e dell'acquacoltura, compresi nell'Allegato I del trattato sul funzionamento dell'Unione europea. ISA effettua interventi finanziari, a condizioni agevolate o a condizioni di mercato, in società il cui capitale sia posseduto almeno al 51 per cento da imprenditori agricoli, cooperative agricole a mutualità prevalente e loro consorzi o da organizzazioni di produttori riconosciute ai sensi della normativa vigente o in cooperative i cui soci siano in maggioranza imprenditori agricoli, economicamente e finanziariamente sane, che operano nella distribuzione e nella logistica ? anche su piattaforma informatica ? dei prodotti agricoli, della pesca e dell'acquacoltura, compresi nell'Allegato I del trattato sul funzionamento dell'Unione europea Nel caso d'interventi a condizioni di mercato, ISA opera esclusivamente come socio di minoranza sottoscrivendo aumenti di capitale ovvero prestiti obbligazionari o strumenti finanziari partecipativi. Nell'ambito delle operazioni di acquisizione delle partecipazioni, ISA stipula accordi con i quali gli altri soci, o eventualmente terzi,

si impegnano a riscattare al valore di mercato, nel termine stabilito dal relativo piano specifico di intervento, le partecipazioni acquisite. Nel caso d'interventi a condizioni agevolate, ISA interviene tramite l'erogazione di mutui di durata massima di 15 anni. I criteri e le modalità degli interventi finanziari di ISA sono definiti con decreto del Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali. L'efficacia della presente disposizione è subordinata alla preventiva autorizzazione da parte della Commissione europea".

145. La legge 19 dicembre n. 1983, n. 700, è abrogata All'articolo 2 della legge 23 dicembre 1996, n. 662, i commi 132-*bis* e 132-*ter* sono abrogati. All'articolo 23 della legge 7 agosto 1997, n. 266, i commi da 1 a 4 sono abrogati.

1.1289

DI BIAGIO

Dopo il comma 143, aggiungere il seguente:

«144. Per ciascuno degli anni 2016 e 2017 è autorizzata in favore dell'Agenzia per le erogazioni in agricoltura (AGEA) la spesa di 2,5 milioni di euro da destinare a iniziative volte a garantire la qualità e il monitoraggio delle produzioni agroalimentari in attuazione dell'articolo l8:commi 1 e 2, della legge 23 luglio 2009, n. 99».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali, *apportare le seguenti variazioni:*

2016: ? 2,5 milioni di euro;
2017: ? 2,5 milioni di euro.

1.1290

MARINELLO, MANCUSO, GUALDANI

Dopo il comma 143, aggiungere il seguente:

«144. Per ciascuno degli anni 2016 e 2017 è autorizzata in favore dell'Agenzia per le erogazioni in agricoltura (AGEA) la spesa di 2,5 milioni di euro da destinare a iniziative volte a garantire la qualità e il monitoraggio delle produzioni agro alimentari in attuazione dell'articolo 18, commi 1 e '2, della legge 23 luglio 2009, n. 99».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali, *apportare le seguenti variazioni:*

2016: ? 2,5 milioni di euro;
2017: ? 2,5 milioni di euro.

1.1291

RUTA, ALBANO, BERTUZZI, FASIOLO, GATTI, PIGNEDOLI, SAGGESE, VALENTINI

Dopo il comma 143, aggiungere il seguente:

«144. Per ciascuno degli anni 2016 e 2017 è autorizzata in favore dell'Agenzia per le erogazioni in agricoltura (AGEA) la spesa di 2,5 milioni di euro da destinare a iniziative volte a garantire la qualità e il monitoraggio delle produzioni agroalimentari in attuazione dell'articolo 18, commi 1 e 2, della legge 23 luglio 2009, n. 99».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? ;
2016: ? 2.500.000;
2017: ? 2.500.000.

1.292

RUVOLO, BONFRISCO

Dopo il comma 143, aggiungere il seguente:

«144. Per ciascuno degli anni 2016 e 2017 è autorizzata in favore dell'Agenzia per le erogazioni in agricoltura (AGEA) la spesa di 2,5 milioni di euro da destinare a iniziative volte a garantire la qualità e il monitoraggio delle produzioni agro alimentari in attuazione dell'articolo 18, commi 1 e 2, della legge 23 luglio 2009, n. 99».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali, *apportare le seguenti variazioni:*

2016: ? 2,5 milioni di euro;

2017: ? 2,5 milioni di euro.

1.1293

D'AMBROSIO LETTIERI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, ZIZZA, IURLARO, LIUZZI, AMORUSO

Dopo il comma 143, aggiungere il seguente:

«143-*bis*. Per le finalità di cui all'articolo 52 comma 18 legge 28 dicembre 2001, n. 448, e successive modifiche e integrazioni, è autorizzata la spesa di 120 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015».

Conseguentemente le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 120 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017.

1.1294

STEFANO, URAS, DE PETRIS

Dopo il comma 143, aggiungere il seguente:

«143-*bis*. Per le finalità di cui all'articolo 52 comma 18 legge 28 dicembre 2001, n. 448 e successive modifiche e integrazioni, è autorizzata la spesa di 120 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015».

Conseguentemente le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 120 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017.

1.1295

TOMASELLI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA

Dopo il comma 143, aggiungere il seguente:

«143-*bis*. Per le finalità di cui all'articolo 52 comma 18 legge 28 dicembre 2001, n. 448 e successive modifiche e integrazioni, è autorizzata la spesa di 120 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015».

Conseguentemente le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 120 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017.

1.1296

STEFANO, URAS, DE PETRIS

Dopo il comma 143, aggiungere il seguente:

«143-*bis*. In attesa della riforma del canone di cui all'articolo 4 della legge 25 giugno 1993, n. 206, e successive modifiche e integrazioni, a decorrere dal 2015 si ottempera a quanto previsto dall'articolo 10 della legge n. 422 del 27 ottobre 1993 destinando i tre quarti dei proventi derivanti dal pagamento del canone suddetto di competenza delle amministrazioni statali, inclusi IVA e tassa di concessione governativa, ai fornitori di servizi di media audiovisivi in ambito locale che svolgono ruolo complementare di servizio pubblico territoriale».

1.1297

D'AMBROSIO LETTIERI

Dopo il comma 143, aggiungere il seguente:

«143-*bis*. In attesa della riforma del canone di cui all'articolo 4 della legge 25 giugno 1993, n. 206, e successive modifiche e integrazioni, a decorrere dal 2015 si ottempera a quanto previsto dall'articolo 10 della legge n. 422 del 27 ottobre 199.3 destinando i tre quarti dei proventi derivanti dal pagamento del canone suddetto di competenza delle amministrazioni statali, inclusi IVA e tassa di concessione governativa, ai fornitori di servizi di media audiovisivi in ambito locale che svolgono ruolo complementare di servizio pubblico territoriale».

1.1298

TOMASELLI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA

Dopo il comma 143, aggiungere il seguente:

«143-*bis*. In attesa della riforma del canone di cui all'articolo 4 della legge 25 giugno 1993, n. 206, e successive modifiche e integrazioni, a decorrere dal 2015 si ottempera a quanto previsto dall'articolo 10 della legge n. 422 del 27 ottobre 1993 destinando i tre quarti dei proventi derivanti dal pagamento del canone suddetto di competenza delle amministrazioni statali, inclusi IVA e tassa di concessione governativa, ai fornitori di servizi di media audiovisivi in ambito locale che svolgono ruolo complementare di servizio pubblico territoriale».

1.1299

DI BIAGIO

Dopo il comma 143, aggiungere il seguente:

«144. All'articolo 2, comma 2, lettera *a),* ultimo periodo, del decreto del Presidente della Repubblica 10 novembre 1997, n, 441, le parole: "superiore a lire dieci milioni" sono sostituite dalle seguenti: "superiore a euro diecimila o si tratti di beni facilmente deperibili e di modico valore"».

1.300

MARINELLO, MANCUSO, GUALDANI

Dopo il comma 143, aggiungere il seguente:

«144. All'articolo 2, comma 2, lettera *a),* ultimo periodo, del decreto del Presidente della Repubblica 10 novembre 1997, n. 441, le parole: "superiore a lire dieci milioni" sono sostituite dalle seguenti: "superiore a euro diecimila o si tratti di beni facilmente deperibili e di modico valore"».

1.301

MANDELLI

Dopo il comma 143, aggiungere il seguente:

«143-*bis*. All'articolo 1, legge 27 dicembre 2013, n. 147, sopprimere i commi 63, 64, 65, 66 e 67».

1.302

MANDELLI

Dopo il comma 143, aggiungere il seguente:

«143-*bis*. All'articolo 1, legge 27 dicembre 2013, n. 147, 67».

1.303

MANDELLI

Dopo il comma 143, aggiungere il seguente:

«143-*bis*. Agli enti previdenziali di cui al decreto legislativo 30 giugno 1994, n. 509, e al decreto legislativo 10 febbraio 1996, n. 103, a decorrere dal 1º gennaio 2015 è riconosciuto un credito di imposta pari alla differenza tra l'ammontare delle ritenute e imposte sostitutive applicate nella misura del 26 per cento sui redditi di natura finanziaria dichiarate e certificate dai soggetti intermediari o dichiarate dagli enti medesimi e l'ammontare di tali ritenute e imposte sostitutive computate nella misura del 20 per cento. Si tiene conto dei criteri indicati nell'articolo 3, commi 6 e seguenti, del decreto legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito nella legge 23 giugno 2014, n. 89. Il credito d'imposta va indicato nella dichiarazione dei redditi dell'anno in cui è maturato, non concorre alla formazione del reddito ai fini delle imposte sui redditi e del valore della produzione ai fini dell'imposta regionale sulle attività produttive, non rileva ai fini del rapporto di cui agli articoli 61 e 109, comma 5, del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al D.P.R. 22 dicembre 1986, n. 917. Il credito d'imposta può essere utilizzato esclusivamente in compensazione, ai sensi dell'articolo 17 del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241. Al credito d'imposta non si applicano i limiti di cui all'articolo 1, comma 53, della legge 24 dicembre 2007, n. 244, e all'articolo 34 della legge 23 dicembre 2000, n. 388».

1.304

MANDELLI

Dopo il comma 143 aggiungere il seguente:

«143-*bis*. Agli enti previdenziali di cui al decreto legislativo 30 giugno 1994, n. 509, e al decreto legislativo 10 febbraio 1996, n. 103, a decorrere dal 1º gennaio 2015 è riconosciuto un credito di imposta pari alla differenza tra l'ammontare delle ritenute e imposte sostitutive applicate nella misura del 26 per cento sui redditi di natura finanziaria dichiarate e certificate dai soggetti intermediari o dichiarate dagli enti medesimi e l'ammontare di tali ritenute e imposte sostitutive computate nella misura del 20 per cento. Si tiene conto dei criteri indicati nell'articolo 3, commi 6 e seguenti, del decreto legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito nella legge 23 giugno 2014, n. 89. Il credito d'imposta va indicato nella dichiarazione dei redditi dell'anno in cui è maturato, non concorre alla formazione del reddito ai fini delle imposte sui redditi e del valore della produzione ai fini dell'imposta regionale sulle attività produttive, non rileva ai fini del rapporto di cui agli articoli 61 e 109, comma 5, del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al D.P.R. 22 dicembre 1986, n. 917. Il credito d'imposta può essere utilizzato esclusivamente in compensazione, ai sensi dell'articolo 17 del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241. Al credito d'imposta non si applicano i limiti di cui all'articolo 1, comma 53, della legge 24 dicembre 2007, n. 244, e all'articolo 34 della legge 23 dicembre 2000, n. 388».

1.1305

RUTA, ALBANO, BERTUZZI, FASIOLO, GATTI, PIGNEDOLI, SAGGESE, VALENTINI, LAI

Dopo il comma 143, aggiungere il seguente:

«144. All'articolo 2, comma 2, lettera *a)*, ultimo periodo, del decreto del Presidente della Repubblica 10 novembre 1997, n. 441, le parole: "superiore a lire dieci milioni" sono sostituite dalle seguenti: "superiore a euro diecimila o si tratti di beni facilmente deperibili e di modico valore"».

1.1306

RUVOLO, BONFRISCO

Dopo il comma 143, aggiungere il seguente:

«144. All'articolo 2, comma 2, lettera *a)*, ultimo periodo, del decreto del Presidente della Repubblica 10 novembre 1997, n. 441, le parole: "superiore a lire dieci milioni" sono sostituite dalle seguenti: "superiore a euro diecimila o si tratti di beni facilmente deperibili e di modico valore"».

1.1307

ALBANO, BERTUZZI, RUTA, ELENA FERRARA, VALENTINI

Dopo il comma 143 aggiungere i seguenti:

«143-*bis*. Per l'attuazione degli interventi di cui all'articolo 5 della Legge 24 dicembre 2004, n. 313, è autorizzata la spesa di 1 milione di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 1.000.000;
2016: ? 1.000.000;
2017: ? 1.000.000.

1.1308

PIGNEDOLI, FILIPPI, PUPPATO

Dopo il comma 143 inserire il seguente:

«143-*bis*. Le risorse di competenza annuale assegnate ad Anas per gli interventi di manutenzione straordinaria inseriti nel Piano nazionale annuale, qualora non interamente utilizzati nell'anno di riferimento, sono riassegnate nell'anno successivo ad Anas per la prosecuzione eli completamento dei medesimi interventi».

1.1309

ORRÙ, PADUA, RUTA, PIGNEDOLI, VALENTINI, LAI, FEDELI, ELENA FERRARA, PAGLIARI, MOSCARDELLI, CUCCA, CARDINALI, SOLLO

Dopo il comma 143 aggiungere il seguente:

«143-*bis*. La dotazione del Fondo di solidarietà nazionale incentivi assicurativi, di cui all'articolo 15 del decreto legislativo 29 marzo 2004, n. 102, è incrementata di 80 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017. Una quota pari al 60 per cento dell'incremento è destinata, nel rispetto

della normativa europea in materia, agli interventi di cui all'articolo 1, comma 3, del medesimo decreto legislativo, resi necessari a causa di specifici eventi climatici ed atmosferici, non necessariamente di natura calamitosa o eccezionale, che hanno determinato, rilevanti danni al sistema economico-produttivo dei settori agricoli coinvolti».

Conseguentemente all'articolo 3, comma 21, lettera g) *sostituire la parola:* «triplo» con la seguente: «quadruplo».

1.1310

PADUA

Dopo il comma 143 aggiungere il seguente:

«143-*bis*. All'articolo 62, comma 3, del decreto-legge 24 gennaio 2012, n. 1, convertito, con modificazioni, dalla legge 24 maggio 2012, n. 27, dopo il primo periodo è inserito il seguente: "Con decreto del Ministero delle Politiche agricole, alimentari e forestali, da emanare entro sessanta giorni dall'entrata in vigore della presente disposizione, sono stabiliti, in deroga alle disposizioni di cui al primo periodo, i termini per il pagamento del corrispettivo relativo ad acquisti effettuati dalle imprese florovivaistiche"».

1.1311

D'ALÌ

Dopo il comma 143, aggiungere i seguenti:

«143-*bis*. All'articolo 1, comma 3, del decreto-legge 21 febbraio 2005, n. 16, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 aprile 2005, n. 58, il primo periodo è sostituito dal seguente: "Le risorse di cui al comma 2 sono assegnate con le stesse procedure e modalità di cui all'articolo 23, comma 1, del decreto-legge 24 dicembre 2003, n. 355, convertito con modificazioni, dalla legge 27 febbraio 2004, n. 47".

143-*ter*. All'articolo 1, comma 1230, della legge 27 dicembre 2006, n. 296, il secondo periodo è sostituito dal seguente: "Le risorse di cui al presente comma sono assegnate con le stesse procedure e modalità di cui all'articolo 23, comma 1, del decreto-legge 24 dicembre 2003, n. 355, convertito con modificazioni, dalla legge 27 febbraio 2004, n. 47,11"».

1.1312

LEZZI

Dopo il comma 143, aggiungere il seguente:

«143-*bis*. All'articolo 15 del decreto-legge 18 ottobre 2012, n.179, convertito con modificazioni dalla legge 17 dicembre 2012, n. 221, il comma 4 è abrogato.

Conseguentemente, all'articolo 2, sopprimere il comma 207».

1.1313

MARGIOTTA

Al comma 143 aggiungere il seguente:

«143-*bis*. Il comma 6, lettera *a)*, dell'articolo 38, del decreto legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito con modificazioni dalla legge 11 novembre 2014, n. 164, è così sostituito:

"*a)* a seguito di un procedimento svolto nel termine di 180 giorni tramite apposita Conferenza di servizi. Qualora la Regione territorialmente competente non abbia provveduto ad esprimere entro 60 giorni dall'avvio della procedura il proprio parere in ordine alla valutazione ambientale preliminare del programma dei lavori, la Conferenza di servizi di cui al primo periodo svolge nei successivi 30 giorni anche la predetta valutazione acquisendo il parere della Commissione tecnica di verifica dell'impatto ambientale VIA-VAS del Ministero dell'Ambiente e della Tutela del Territorio e del Mare"».

1.1314

NUGNES, MARTELLI, MORONESE, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI, CATALFO

Dopo il comma 143 aggiungere il seguente:

«143-*bis*. La dotazione del fondo, di cui all'articolo 1 comma 113, della legge 27 dicembre 2013 n. 147, istituito nello stato di previsione del Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare per il finanziamento di un piano straordinario di bonifica delle discariche abusive individuate

dalle competenti autorità statali in relazione alla procedura di infrazione comunitaria n. 2003/2007, è aumentata di 30 milioni di euro per ciascuno degli esercizi 2015, 2016 e 2017.

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 30 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017.

1.1315

BERTOROTTA, CRIMI, ENDRIZZI, MORRA, MANGILI, BULGARELLI

Dopo il comma 143, aggiungere il seguente:

«143-*bis.* Al comma 20 dell'articolo 12 del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, aggiungere in fine il seguente periodo: "Le disposizioni di cui sopra non si applicano alle commissioni per l'abilitazione alla manutenzione di ascensori e montacarichi».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 75, alla Tabella A ivi richiamata, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti modificazioni:*

2015: ? 20.000.000;
2016: ? 20.000.000;
2017: ? 20.000.000.

1.1316

PIGNEDOLI, GATTI, BERTUZZI, RUTA, ALBANO, FASIOLO, SAGGESE, VALENTINI

Dopo il comma 143 aggiungere il seguente:

«143-*bis.* Nello stato di previsione del Ministero delle politiche agricole, alimentari e forestali è istituito un Fondo, con una dotazione di 8 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, da destinare all'ammodernamento del parco macchine agricole operative nel settore ed immatricolate ai sensi dell'articolo 110 del decreto legislativo 30 aprile 1992, n. 285. Ai fini di cui al presente comma, il Ministro delle politiche agricole, di concerto con il Ministro delle infrastrutture e dei trasporti, predispone entro due mesi dall'entrata in vigore della presente legge, un Piano triennale rivolto all'accertamento dello stato di efficienza e la permanenza dei requisiti di sicurezza per la circolazione stradale, delle macchine agricole di cui al periodo precedente. Il Piano triennale deve prevedere:

a) la ricognizione dello stato di funzionamento ed efficienza delle macchine agricole;

b) la catalogazione organica delle disfunzioni riscontrate;

c) la suddivisione delle disfunzioni secondo un livello di gravità rispetto ai livelli minimi di sicurezza;

d) interventi conseguenti rivolti alla rimozione delle disfunzioni riscontrate e catalogate;

e) un piano progressivo di certificazione che consenta interventi conseguenti sulle macchine, al fine della loro messa a regime, e l'individuazione di ulteriori risorse, di provenienza statale, regionale o europea, adeguate alla sua realizzazione».

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 8.000.000;
2016: ? 8.000.000;
2017: ? 8.000.000.

1.1317

LEZZI

Dopo il comma 143, aggiungere i seguenti:

«143-*bis.* All'articolo 230-*bis* del codice civile, al primo comma, primo periodo, dopo la parola: "familiare" aggiungere le seguenti: "e convivente non familiare".

143-*ter.* All'articolo 5, quarto comma del decreto del Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, n. 597, così come da ultimo modificato dal decreto-legge 19 dicembre 1984, n. 853, convertito con modificazioni dalla legge 17 febbraio 1985, n. 17, la lettera *a)* è sostituita dalla seguente:

"*a)* che i familiari o conviventi partecipanti all'impresa risultino nominativamente, con l'indicazione del rapporto di parentela, di affinità o di convivenza con l'imprenditore, da atto pubblico o da scrittura privata autenticata da un notaio o dottore commercialista o segretario comunale o funzionario delle C.C.I.A.A. o funzionario delle Agenzia delle Entrate o in alternativa da scrittura privata sottoscritta tramite firma digitale, recante la sottoscrizione dell'imprenditore e dei familiari e conviventi partecipanti. Per il periodo di imposta relativo al primo anno della costituzione dell'impresa familiare, la ripartizione dei redditi è proporzionale ai mesi che decorrono dalla data di costituzione;».

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 250 milioni di euro a decorrere dal 2015».

1.1318

ZELLER, BERGER, LANIECE, BATTISTA, FRAVEZZI, PANIZZA, PAGANO

Dopo il comma 143, aggiungere, in fine, il seguente:

«143-*bis*. L'articolo 1, comma 277 della legge 27 dicembre 2013, n. 147, è sostituito dal seguente:

"277. Per ampliare il panorama dei servizi culturali per i non vedenti e gli ipovedenti dell'Italia meridionale, delle isole maggiori e dei Paesi del Mediterraneo, è erogato un contributo straordinario di 500 mila euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, da destinare al funzionamento del Polo tattile multimediale della Stamperia regionale Braile ONLUS di Catania. Nell'anno 2015, le somme eventualmente residue del contributo al Polo tattile per l'anno 2014 sono mantenute a bilancio per essere utilizzate al medesimo scopo".

143-*ter*. All'onere derivante dall'attuazione del comma 143-*bis*, pari a 500 mila euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, si provvede mediante corrispondente riduzione della voce "Fondi da ripartire" del Ministero dell'economia e delle finanze, di cui all'elenco n. 3 allegato al comma 45 dell'articolo 2. Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307, così come incrementato, a decorrere dal 2015, dal comma 132 del presente articolo».

1.1319

SAGGESE

Dopo il comma 143, aggiungere il seguente:

«143-*bis*. Nel rispetto di quanto stabilito dall'articolo 1, comma 401, della legge 29 dicembre 2012, n. 228, al fine di ridurre gradualmente e portare ad esaurimento gli attuali incarichi di collaborazione di cui al decreto ministeriale n. 66 del 2001 nell'ambito dell'amministrazione scolastica, per una graduale assunzione a tempo indeterminato nell'ambito dei piani annuali previsti per l'assunzione di personale scolastico fino ad esaurimento del bacino dei lavoratori in esso presenti, nel rispetto dell'invarianza finanziaria e dei programmati saldi di finanza pubblica e nell'ambito delle risorse disponibili, i lavoratori di cui al decreto ministeriale n. 66 del 2001 attualmente in servizio ininterrotto dal 2001 ad oggi partecipano di diritto alle procedure concorsuali secondo i criteri e le modalità previste dal decreto legislativo 16 aprile 1994, n. 297. Sono corrispondentemente ridotte le risorse destinate al decreto ministeriale n. 66 del 2001 nei limiti di quelle utilizzate per il corrispondente contingente stabilizzato».

1.1320

SAGGESE

Dopo il comma 143, aggiungere il seguente:

«143-bis. Le disposizioni di cui alla legge 7 febbraio 1979, n. 29, si applicano anche agli iscritti alla Gestione Separata INPS di cui all'articolo 2, comma 26, della legge 8 agosto 1995, n. 335. Su richiesta degli interessati, la ricongiunzione dei periodi assicurativi dei lavoratori ai fini previdenziali per gli iscritti alla Gestione Separata INPS si applica sia in relazione agli anni di iscrizione sia in relazione agli anni di contribuzione effettiva».

1.1321

ZELLER, BERGER, PALERMO, LANIECE, BATTISTA, FRAVEZZI, PANIZZA

Dopo il comma 143, aggiungere, in fine, il seguente:

«143-*bis*. All'articolo 1, comma 515, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al primo periodo, le parole: "30 giugno 2014", sono sostituite dalle seguenti: "30 giugno 2015, o con apposite norme di attuazione agli statuti di autonomia";

b) al primo periodo, le parole: "la giustizia civile, penale e minorile,", sono sostituite dalle seguenti: "la magistratura ordinaria, tributaria e amministrativa";

c) al terzo periodo, all'alinea, dopo le parole: "Con i predetti accordi", sono inserite le seguenti: "o con norme di attuazione"».

1.01

CATALFO, AIROLA, PAGLINI, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI, CIOFFI

Dopo l'articolo 1, aggiungere il seguente:

«Art. 1-*bis*.

(Reddito di cittadinanza)

1. È istituito il reddito di cittadinanza, in attuazione dei princìpi fondamentali di cui agli articoli 2, 3, 4, 29, 30, 31, 32, 33, 34 e 38 della Costituzione nonché dei princìpi di cui all'articolo 34 della Carta dei diritti fondamentali dell'Unione europea.

2. Il reddito di cittadinanza è finalizzato a contrastare la povertà, la disuguaglianza e l'esclusione sociale, a garantire il diritto al lavoro, la libera scelta del lavoro, nonché a favorire il diritto all'informazione, all'istruzione, alla formazione, alla cultura attraverso politiche finalizzate al sostegno economico e all'inserimento sociale di tutti i soggetti in pericolo di emarginazione nella società e nel mondo del lavoro.

3. Il reddito di cittadinanza è istituito in tutto il territorio nazionale allo scopo di contrastare il lavoro nero e sottrarre i cittadini al ricatto del lavoro sotto pagato, eliminare la precarietà, nel rispetto della dignità della persona, contribuendo alla ridistribuzione della ricchezza.

4. Il reddito di cittadinanza è parte del sistema delle assicurazioni sociali obbligatorie di cui all'articolo 1886 del codice civile; e compartecipa al sistema di solidarietà complessiva delle casse previdenziali.

5. Per le finalità di cui al comma 1, il Ministero del lavoro e delle politiche sociali, istituisce, entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, un apposito fondo denominato "Fondo per il reddito di cittadinanza". Il Fondo è alimentato mediante il versamento degli importi derivanti dalle maggiori entrate e dalle riduzioni di spesa di cui al comma 74-*bis* dell'articolo 3.

6. Ai fini dell'accesso al reddito di cittadinanza di cui alla presente legge, si intende per:

a) "reddito di cittadinanza": l'insieme delle misure volte al sostegno del reddito per tutti i soggetti residenti ,nel territorio nazionale che hanno un reddito inferiore alla soglia di rischio di povertà, come definita alla lettera *h)*;

b) "beneficiario": qualunque soggetto che, in possesso dei requisiti previsti dalla presente legge, ottiene i benefici del reddito di cittadinanza;

c) "soggetti fruitori dei servizi di politica attiva del lavoro": i beneficiari di cui alla lettera *b)* in età lavorativa e tutti i soggetti non beneficiari del reddito di cittadinanza identificabili nelle categorie dei disoccupati, inoccupati, sottooccupati, cassaintegrati, esodati;

d) "struttura informativa centralizzata": la rete informativa utilizzata per la condivisione e l'aggiornamento di un archivio informatico destinato alla raccolta e alla gestione dei dati necessari per i procedimenti di cui alla presente legge;

e) "sistema informatico nazionale per l'impiego": la banca dati di cui all'articolo 8 del decreto-legge 28 giugno 2013, n. 76, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 agosto 2013, n. 99;

f) "fascicolo personale elettronico del cittadino": l'insieme dei dati disponibili e riferiti al cittadino, raccolti dalla pubblica, amministrazione dalle strutture riconosciute o convenzionate dalla pubblica amministrazione, aventi ad oggetto: l'anagrafica, le competenze acquisite nei percorsi di

istruzione e di formazione, i dati contenuti nel libretto formativo elettronico del cittadino, i dati della borsa continua nazionale del lavoro di cui all'articolo 15 del decreto legislativo 10 settembre 2003, n. 276, nonché i dati messi a disposizione dal cassetto fiscale e dal cassetto previdenziale, rispettivamente dell'Agenzia delle entrate e dell'Istituto nazionale della previdenza sociale (INPS);

g) "libretto formativo elettronico del cittadino": documento in formato elettronico che integra il libretto formativo del cittadino, di cui all'articolo 2, comma 1, lettera *i)*, del decreto legislativo 10 settembre 2003, n. 276, aggiorna i dati presenti nella borsa continua nazionale del lavoro di cui all'articolo 15 del decreto legislativo n. 276 del 2003, e del sistema informatico nazionale per l'impiego;

h) "soglia di rischio di povertà": il valore convenzionale, calcolato dall'Istituto nazionale di statistica (ISTAT) nel rispetto delle disposizioni del quadro comune per la produzione sistematica di statistiche europee sul reddito e sulle condizioni di vita (EU-SILC), di cui al regolamento (CE) n. 1177/2003 del Parlamento europeo e del Consiglio, del 16 giugno 2003, definito secondo l'indicatore ufficiale di povertà monetaria dell'Unione europea, pari ai 6/10 del reddito mediano equivalente familiare, al di sotto del quale un nucleo familiare, composto anche da un solo individuo, è definito povero in termini relativi, ossia in rapporto al livello economico medio di vita locale o nazionale;

i) "reddito familiare ai fini del reddito di cittadinanza": il reddito netto medio mensile derivante da tutti i redditi percepiti in Italia o all'estero, anche sotto la forma di sostegno del reddito, al momento della presentazione della domanda, dà parte del richiedente e degli appartenenti al suo nucleo familiare; è escluso dal suddetto computo quanto percepito a titolo di trattamenti pensionistici di invalidità o di forme di sostegno del diritto allo studio;

l) "nucleo familiare": il nucleo composto dal richiedente, dai soggetti con i quali convive e dai soggetti considerati a suo carico. I soggetti con i quali convive il richiedente sono coloro che risultano componenti del nucleo familiare dallo stato di famiglia. I coniugi appartengono sempre al medesimo nucleo familiare, anche se residenti separatamente; l'appartenenza al medesimo nucleo familiare cessa soltanto in caso di separazione giudiziale o di omologazione della separazione consensuale ovvero quando uno dei coniugi è stato escluso dalla potestà sui figli. I figli minori di coniugi non conviventi fanno parte del nucleo familiare al quale appartiene il genitore con il quale convivono. Per le famiglie che non sono comprese nella presente definizione si applica quanto previsto dall'articolo 5 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, e dal regolamento di cui al decreto del Presidente del Consiglio dei ministri 5 dicembre 2013, n. 159. I familiari maggiori di anni diciotto fino al compimento del venticinquesimo anno di età possono essere compresi nel calcolo dei componenti del nucleo familiare, qualora siano studenti in possesso di regolare qualifica o diploma professionale riconosciuti e utilizzabili a livello nazionale e dell'Unione europea., compresi nel repertorio nazionale dei titoli di istruzione e formazione e delle qualificazioni professionali, di cui all'articolo 8 del decreto legislativo 16 gennaio 2013, n. 13, o titolari di un diploma di istruzione secondaria di secondo grado utile per l'inserimento nel mondo del lavoro, ovvero frequentino corsi per il conseguimento di uno dei predetti titoli o qualifiche o siano iscritti presso un centro per l'impiego e seguano il percorso di inserimento lavorativo previsto dalla presente legge, o siano affetti da disabilità tali da renderli inabili allo studio e al lavoro;

m) "Fondo per il reddito di cittadinanza": il Fondo di cui al comma 5, istituito presso il Ministero del lavoro e delle politiche sociali al fine di garantire l'erogazione dei benefici di cui alla presente legge;

n) "bilancio di competenze": il metodo di intervento e consulenza di processo in ambito lavorativo e di orientamento professionale per adulti, consistente in un percorso volontario mirato a promuovere la riflessione e l'auto riconoscimento delle competenze acquisite nei diversi contesti di vita, al fine di renderne possibile il trasferimento e l'utilizzazione nella ridefinizione e riprogettazione del proprio percorso formativo e lavorativo;

o) "registro nazionale elettronico delle qualifiche": l'elenco delle qualifiche riconosciute a livello nazionale ed europeo, istituito presso il Ministero del lavoro e delle politiche sociali, al fine di

garantire il riconoscimento delle competenze, favorire la registrazione in formato elettronico delle qualifiche, implementare il libretto formativo del cittadino e il fascicolo personale elettronico del cittadino, semplificare la stesura del piano formativo individuale, collegare in formato elettronico le qualifiche alle comunicazioni obbligatorie;

p) "salario minimo orario": la retribuzione oraria minima che il datare di lavoro è tenuto a corrispondere al lavoratore;

q) "tessera sanitaria nazionale": il sistema attraverso il quale si effettuano tutte le registrazioni previste dalla presente legge.

7. Il reddito di cittadinanza garantisce al beneficiario, qualora sia unico componente di un nucleo familiare, il raggiungimento, anche tramite integrazione, di un reddito annuo netto calcolato secondo l'indicatore ufficiale di povertà monetaria dell'Unione europea, pari ai 6/10 dei reddito mediano equivalente familiare, quantificato per l'anno 2014 in euro 9.360 annui e in euro 780 mensili.

8. Il reddito di cittadinanza garantisce al nucleo familiare il raggiungimento, anche tramite integrazione, di un reddito annuo netto, quantificato sulla base della soglia di povertà di cui al comma 1, commisurato al nucleo familiare secondo la sua composizione tramite la scala di equivalenza OCSE modificata di cui all'allegato 1 alla presente legge.

9. La misura del reddito di cittadinanza di cui ai commi 7 e 8 è fissata sulla base dell'indicatore ufficiale di povertà monetaria dell'Unione europea. Essa, in ogni caso, non può essere inferiore al reddito annuo di 9.360 euro netti. Il valore è aggiornato annualmente secondo l'indice generale di variazione delle retribuzioni orarie contrattuali.

10. L'erogazione del reddito di cittadinanza è posticipata di un numero di mesi calcolabile secondo la formula di cui all'allegato 3 della presente legge.

11. La misura del reddito di cittadinanza di cui ai commi 7 e 8 per i lavoratori autonomi, è calcolata mensilmente sulla base del reddito familiare, comprensivo del reddito da lavoro autonomo del richiedente certificato dai professionisti abilitati che sottoscrivono apposita convenzione con l'INPS per l'assistenza ai beneficiari del reddito di cittadinanza. Nei casi di crisi aziendale irreversibile e certificata, previa chiusura della partita IVA, si attiva per l'imprenditore un piano di ristrutturazione del debito a trent'anni e l'imprenditore diviene soggetto beneficiario del reddito. Entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, con decreto del Ministero del lavoro e delle politiche sociali, di concerto con il Ministero dell'economia e delle finanze, è predisposto il sistema di accesso e di controllo dei redditi per i lavoratori autonomi richiedenti.

12. Ai fini dell'accesso al reddito di cittadinanza si considera il reddito familiare dichiarato al momento della richiesta secondo le modalità previste dalla presente legge.

13. Il richiedente, in caso di esito positivo delle verifiche svolte da parte delle strutture preposte, ha diritto a ricevere esclusivamente la quota di reddito di cittadinanza a lui spettante, calcolata secondo gli allegati 1, 2 e 3 alla presente legge.

14. L'accettazione della domanda di reddito di cittadinanza presentata dal componente di un nucleo familiare comporta, per i componenti maggiorenni del medesimo nucleo, il diritto a ricevere l'erogazione diretta della quota loro spettante secondo i criteri stabiliti negli allegati 1, 2 e 3, previa ottemperanza degli obblighi stabiliti dalla presente legge.

15. La quota del reddito di cittadinanza riferita ai figli minori a carico spetta, suddivisa in parti eguali, a entrambi i genitori, fatte salve diverse disposizioni dell'autorità giudiziaria.

16. Il reddito di cittadinanza non costituisce reddito imponibile e non è pignorabile.

17. Hanno diritto al reddito di cittadinanza tutti i soggetti che hanno compiuto il diciottesimo anno di età, risiedono nel territorio nazionale, percepiscono un reddito annuo calcolato ai sensi del comma 7, e che sono compresi in una delle seguenti categorie:

a) soggetti in possesso della cittadinanza italiana o di Paesi facenti parte dell'Unione europea;

b) soggetti provenienti da Paesi che hanno sottoscritto convenzioni bilaterali di sicurezza sociale.

18. Non hanno diritto al percepimento del reddito di cittadinanza tutti i soggetti che si trovano in

stato detentivo per tutta la durata della pena.

19. Per i soggetti maggiori di anni diciotto, fino al compimento del venticinquesimo anno di età:, costituisce requisito per l'accesso al beneficio, il possesso di una qualifica o diploma professionale riconosciuto e utilizzabile a livello nazionale e dell'Unione europea, compreso nel repertorio nazionale dei titoli di istruzione e formazione e delle qualificazioni professionali, di cui all'articolo 8 del decreto legislativo 16 gennaio 2013, n. 13, o di un diploma di istruzione secondaria di secondo grado utile per l'inserimento nel mondo del lavoro, ovvero la frequenza di un corso o percorso di istruzione o di formazione per il conseguimento di uno dei predetti titoli o qualifiche.

20. Nei casi di nucleo familiare con un solo componente inferiore ai venticinque anni, che svolge in modo esclusivo attività di studente, comprovata mediante attestato di frequenza, il reddito di cittadinanza è erogato a condizione che il reddito del nucleo familiare di origine, compreso il richiedente, sia inferiore alla soglia di povertà relativa.

21. Il Governo stipula convenzioni con gli Stati esteri per l'adozione di procedure che consentano di verificare se i richiedenti di cui al comma 17, lettere *a)* e *b)*, siano beneficiari di altri redditi negli Stati di origine o, qualora in possesso della cittadinanza italiana, in altri Stati esteri.

22. Ai fini dell'efficace svolgimento delle procedure di informatizzazione, gestione, controllo ed erogazione del reddito di cittadinanza, e dell'implementazione della struttura informativa centralizzata, del sistema informatico nazionale per l'impiego, del fascicolo personale elettronico del cittadino nonché del libretto formativo elettronico del cittadino, sono attribuite le seguenti funzioni:

a) lo Stato, attraverso i Ministeri competenti, garantisce l'attuazione e il funzionamento della struttura informativa centralizzata e del sistema informatico nazionale per l'impiego; promuove e coordina le azioni di sistema e i programmi nazionali di politica attiva del lavoro; definisce i livelli essenziali delle prestazioni dei centri per l'impiego e in accordo con le regioni interviene per regolarne le attività; in accordo con le regioni stabilisce i requisiti per l'accreditamento dei soggetti autorizzati a erogare servizi per la formazione e per il lavoro, sulla base di standard nazionali uniformi e gestisce con le regioni i sistemi e le reti per l'orientamento e l'apprendimento permanente;

b) le regioni, in coordinamento con i centri per l'impiego, e i comuni favoriscono, d'intesa con i Ministeri competenti per materia, le politiche attive del lavoro nonché la nascita di nuove realtà imprenditoriali attraverso lo scambio di buone pratiche e incentivano a tal fine iniziative fra i comuni stessi, anche consorziati tra loro; verificano il livello qualitativo dei servizi per l'impiego e dei servizi formativi erogati; verificano e garantiscono la corrispondenza tra fabbisogni professionali delle imprese e l'offerta formativa disponibile; gestiscono in coordinamento con il Ministero del lavoro e delle politiche sociali i sistemi e le reti dell'orientamento, della formazione e dell'apprendimento permanente, garantendo il rispetto degli standard qualitativi uniformi stabiliti a livello nazionale; con i dati in loro possesso, rilevati attraverso gli osservatori regionali del mercato del lavoro e delle politiche sociali e con le informazioni fornite dagli operatori accreditati, verificano la distribuzione del reddito e la struttura della spesa sociale, predispongono statistiche sulla possibile platea dei beneficiari, alimentano le banche dati della struttura informativa centralizzata; assistono e coordinano i centri per l'impiego nello svolgimento delle politiche attive nel rispetto dei livelli di qualità delle prestazioni stabiliti a livello nazionale; utilizzano i dati degli osservatori territoriali e dell'osservatorio nazionale del mercato del lavoro e delle politiche sociali per programmare l'offerta formativa e per interrompere i finanziamenti delle iniziative formative che non rispondono in modo efficace alle esigenze occupazionali per le quali sono state avviate, con particolare riferimento al rispetto di quanto previsto al comma 56;

c) i comuni svolgono le procedure per l'accesso ai benefici di cui alla presente legge in favore dei soggetti per i quali è necessario attivare percorsi di supporto e di inclusione sociale con particolare riguardo per le persone disabili e per i pensionati beneficiari ai sensi della presente legge. In tali casi, i servizi sociali, ove necessario, possono provvedere alla presentazione della richiesta al centro per l'impiego competente per territorio, utilizzando la struttura informativa centralizzata. In merito alla composizione del nucleo familiare, i comuni attraverso i propri servizi verificano l'esatta

corrispondenza tra quanto dichiarato dai richiedenti, quanto riportato negli stati di famiglia e la reale composizione degli stessi nuclei familiari. I comuni implementano la stessa struttura informativa centralizzata e il sistema informatico nazionale per l'impiego, con l'anagrafica dei soggetti residenti e domiciliati e con tutti i dati utili in loro possesso;

d) i centri per l'impiego ricevono le domande di accesso al reddito di cittadinanza e prendono in carico tutti i soggetti di cui al comma 6, lettere *b)* e *c)*. I centri per l'impiego gestiscono le procedure riferite al reddito di cittadinanza, coordinano le attività degli enti che partecipano allo svolgimento dei procedimenti, raccolgono i pareri da parte dei soggetti incaricati del controllo per ciascuna parte di loro competenza e nel caso di esito positivo, inviano, attraverso la struttura informativa centralizzata, all'INPS il parere favorevole all'erogazione del reddito di cittadinanza. Al fine dell'implementazione del libretto formativo elettronico del cittadino e del fascicolo personale elettronico del cittadino, i centri per l'impiego sono obbligati, attraverso la struttura informativa centralizzata, alla registrazione, nel sistema informatico nazionale per l'impiego, della scheda anagrafico-professionale del cittadino. I centri per l'impiego sono altresì tenuti al conferimento delle informazioni sui posti vacanti e alla gestione dell'incrocio della domanda e dell'offerta di lavoro. I centri per l'impiego integrano, attraverso la struttura informativa centralizzata; il sistema informatico nazionale per l'impiego con la raccolta sistematica dei dati disponibili nel collocamento mirato di cui alla legge 12 marzo 1999, n. 68, e rimuovono gli ostacoli che impediscono la piena accessibilità dei disabili ai servizi per l'impiego e all'incrocio tra la domanda e l'offerta di lavoro;

e) l'INPS, nell'ambito delle proprie competenze, svolge le attività di verifica e controllo dei dati dichiarati dai richiedenti e provvede, previo parere favorevole da parte del centro per l'impiego territorialmente competente, all'erogazione del contributo economico a ciascun beneficiario; condivide, attraverso la struttura informativa centralizzata, con i centri per l'impiego i dati relativi alle procedure di erogazione dei sussidi in gestione;

f) l'Agenzia delle entrate, nell'ambito delle proprie competenze, esegue le verifiche e i controlli sui dati dichiarati dai richiedenti ai fini dell'erogazione dei benefici di cui alla presente legge;

g) le direzioni regionali e territoriali del lavoro, nell'ambito delle rispettive competenze, alimentano la struttura informativa centralizzata con i dati in loro possesso e implementano il sistema informatico nazionale per l'impiego;

h) l'INPS e le aziende sanitarie locali (ASL), ognuna per le parti di propria competenza, nei casi di percettori di assegni d'invalidità e di reddito di cittadinanza provvedono ad effettuare controlli in ordine alla sussistenza dei requisiti di invalidità;

i) le agenzie per il lavoro di cui al decreto legislativo 10 settembre 2003, n. 276, nonché tutti i soggetti accreditati o autorizzati all'erogazione di interventi di politica attiva o ad attività di intermediazione, sono obbligati al conferimento delle informazioni relative ai posti di lavoro vacanti ed alla registrazione dei dati dei soggetti percettori delle politiche attive del lavoro, anche non beneficiari ai sensi della presente legge, nel sistema informatico nazionale per l'impiego;

l) le scuole di ogni ordine e grado, attraverso la struttura informativa centralizzata, implementano il fascicolo personale elettronico del cittadino con i dati relativi alla certificazione delle competenze degli studenti e con le informazioni relative all'assolvimento degli obblighi scolastici in riferimento al comma 103;

m) le agenzie formative accreditate e riconosciute dalla normativa vigente, sono obbligate a fornire ai centri per l'impiego ogni informazione riferita alla programmazione dei corsi e dei percorsi formativi. Le agenzie formative accreditate sono altresì obbligate, al fine dell'implementazione del fascicolo elettronico personale del cittadino, a registrare e rendere accessibili, tramite la struttura informativa centralizzata e il sistema informatico nazionale per l'impiego, i dati inerenti alla frequenza ai corsi e ai percorsi formativi, alla certificazione delle competenze e delle eventuali qualifiche conseguite, da parte di tutti i soggetti iscritti anche non benefici ari ai sensi della presente legge;

n) le università e gli istituti di alta formazione, sono obbligati, al fine dell'implementazione del fascicolo elettronico personale del cittadino, a registrare e rendere accessibili, tramite la struttura

informativa centralizzata, i dati inerenti alla frequenza ai corsi e ai percorsi formativi, alla certificazione delle competenze e ai titoli conseguiti da parte di tutti i soggetti iscritti anche non benefici ari ai sensi della presente legge;

o) le ASL forniscono, attraverso la struttura informativa centralizzata, i dati relativi ai soggetti richiedenti e percettori del reddito di cittadinanza che già fruiscono di trattamenti pensionistici di invalidità e altresì procedono all'inserimento di tutti i dati disponibili nel fascicolo personale elettronico del cittadino.

23. Con decreto del Ministero del lavoro e delle politiche sociali, da adottare entro tre mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, senza nuovi o maggiori oneri a carico della finanza pubblica, è istituito l'Osservatorio nazionale del mercato del lavoro e delle politiche sociali, presso il medesimo Ministero. L'Osservatorio nazionale del mercato del lavoro e delle politiche sociali, attraverso lo stretto scambio di informazioni con gli osservatori regionali e provinciali del mercato del lavoro e delle politiche sociali e con i comuni, analizza l'evoluzione del mercato dell'occupazione e delle politiche sociali, con particolare riferimento ai settori di attività interessati al riequilibrio tra domanda e offerta di lavoro ed offre un sistema di informazione sulle politiche sociali e occupazionali per l'attuazione della presente legge e degli altri strumenti previsti dall'ordinamento, a tutela delle esigenze di carattere sociale e occupazionale. L'Osservatorio definisce, d'intesa con il Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca, le linee guida per l'attuazione di politiche attive volte al raggiungimento dell'efficienza dei sistemi di istruzione e formazione e collabora con il suddetto Ministero, con il Ministero del lavoro e delle politiche sociali e con e le regioni, alla programmazione dell'offerta formativa nazionale garantendone lo stretto collegamento al tessuto produttivo; monitora e valuta le iniziative formative avvalendosi degli osservatori regionali e provinciali e segnala agli enti preposti le iniziative non efficaci sotto il profilo dell'impatto occupazionale.

24. Entro tre mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, con decreto del Ministro del lavoro e delle politiche sociali, adottato previo parere delle competenti Commissioni parlamentari, sono stabilite le procedure per il coordinamento dell'attività degli enti di cui ai comma 22 e 23.

25. I soggetti di cui al comma 22, in ottemperanza alle disposizioni in materia di agenda digitale europea, secondo le regole tecniche in materia di interoperabilità e di scambio di dati definite dal codice dell'amministrazione digitale, di cui al decreto legislativo 7 marzo 2005, n. 82, condividono attraverso la struttura informativa centralizzata le proprie banche dati al fine di favorire l'incrocio tra la domanda e l'offerta di lavoro; garantire un ampio riconoscimento delle competenze; favorire la registrazione in formato elettronico delle qualifiche; implementare in formato elettronico il libretto formativo del cittadino; collegare il formato elettronico delle qualifiche alle comunicazioni obbligatorie; pianificare l'integrazione del libretto formativo del cittadino nella costruzione del fascicolo personale elettronico del cittadino quale raccolta dei dati su istruzione, formazione e lavoro del cittadino ad uso della pubblica amministrazione; consentire ai cittadini e alle imprese l'uso di tecnologie telematiche nelle comunicazioni con le pubbliche amministrazioni centrali e con i gestori dei servizi statali; favorire il monitoraggio longitudinale delle dinamiche del mercato del lavoro; fornire un sistema uniforme su tutto il territorio nazionale utile per tutti gli addetti ai lavori nell'ambito della pubblica amministrazione; fornire un modello di analisi sistemica per il monitoraggio e la verifica in tempo reale dei risultati raggiunti dai percorsi di politica attiva e passiva, di istruzione e formazione e dagli interventi promossi dalle amministrazioni pubbliche; agevolare la definizione di politiche pubbliche; consentire lo svolgimento delle procedure funzionali alla presente legge attraverso la cooperazione e l'interconnessione tra le banche dati dei soggetti di cui all'articolo 5. I dati essenziali, condivisi e utili all'attuazione della presente legge comprendono in via prioritaria: dati anagrafici, stato di famiglia, dati in possesso del Ministero del lavoro e delle politiche sociali anche riferiti a eventuali trattamenti pensionistici, certificazione dell'indicatore della situazione economica equivalente (ISEE), certificazione del reddito al netto delle imposte riferito all'anno in corso, dati in possesso dell'INPS, dati relativi ai beni immobili di proprietà, competenze certificate acquisite in ambito formale, non formale e informale, certificato di frequenza scolastica dello studente, certificazione del reddito di

cittadinanza percepito. Le regioni, i centri per l'impiego, le direzioni territoriali per l'impiego, le agenzie accreditate di cui alla decreto legislativo n. 276 del 2003, i centri di formazione accreditati, condividono attraverso la struttura informativa centralizzata tutti i dati utili all'attuazione della presente legge compresi quelli riferiti al sistema informatico nazionale per l'impiego.

26. I dirigenti delle amministrazioni pubbliche o degli enti pubblici, cui è conferito l'incarico di partecipare allo sviluppo della struttura informativa centralizzata, riferiscono trimestralmente al Ministero del lavoro e delle politiche sociali sullo stato di avanzamento dei lavori finalizzati al completamento della medesima struttura informativa centralizzata. La non ottemperanza è sanzionata secondo le previsioni di cui ai commi da 97 a 104.

27. Tutti i soggetti identificati come soggetti autorizzati ai sensi del decreto legislativo n. 276 del 2003, e successive modificazioni, e delle circolari del Ministero del lavoro e delle politiche sociali n. 13/SEGR/000440, del 4 gennaio 2007, e n. 13/SEGR/0004746, del 14 febbraio 2007, hanno l'obbligo di registrarsi, entro un mese dalla data di entrata in vigore della presente legge, nel sistema informatico nazionale per l'impiego, e di trasmettere tutti i dati elaborati relativi agli utenti nonché in relazione alla domanda di lavoro, la specifica elencazione delle posizioni lavorative vacanti.

28. La struttura informativa centralizzata comprende i dati riferiti al fascicolo personale elettronico del cittadino ed al libretto formativo elettronico del cittadino, che sono istituiti con decreto del Ministro del lavoro e delle politiche sociali, di concerto con il Ministro per la semplificazione e la pubblica amministrazione e con il Ministro della salute, d'intesa con la Conferenza unificata e sentiti gli enti gestori di forme obbligatorie di previdenza e assistenza sociale.

29. Le registrazioni inerenti al fascicolo personale elettronico del cittadino, al libretto formativo del cittadino, alla certificazione delle competenze acquisite in ambito formale, informale e non formale, ai dati messi a disposizione dal cassetto fiscale e dal cassetto previdenziale, rispettivamente, dell'Agenzia delle entrate e 134 dell'INPS e di quanto previsto dalla presente legge, avvengono attraverso l'utilizzo della tessera sanitaria nazionale e del codice fiscale del cittadino.

30. I dati personali elaborati ai fini della presente legge sono trattati ai sensi del codice in materia di protezione dei dati personali, di cui al decreto legislativo 30 giugno 2003, n. 196.

31. Il soggetto interessato all'accesso ai benefici di cui alla presente legge formula la domanda di ammissione alle strutture preposte territorialmente competenti, di cui al comma 22, lettere *c)* e *d)*, allegando:

a) copia della dichiarazione ISEE;

b) autodichiarazione atte stante i redditi percepiti nei dodici mesi precedenti la richiesta nonché i redditi certi, percepibili nei successivi dodici mesi, da parte del soggetto richiedente e da tutti i componenti del nucleo familiare di appartenenza, fatte salve le ipotesi di cui al comma 11;

c) ogni altra documentazione stabilita, entro tre mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, con decreto del Ministero del lavoro e delle politiche sociali.

32. La sussistenza delle condizioni di cui ai commi da 17 a 21 è verificata e attestata dai soggetti di cui al comma 22, secondo la rispettiva competenza, attraverso la consultazione della struttura informativa centralizzata.

33. I soggetti di cui all'articolo 22 preposti alla ricezione della domanda possono riservarsi la facoltà di richiedere ulteriore documentazione compresa quella inerente ai redditi percepiti nei dodici mesi precedenti la richiesta nonché ai redditi certi, percepibili nei successivi dodici mesi, da parte del soggetto richiedente e da tutti i componenti del nucleo familiare di appartenenza.

34. Il soggetto interessato all'accesso ai benefici di cui alla presente legge, che usufruisce di trattamenti pensionistici di invalidità, è tenuto a sottoporsi a visita medica presso le strutture pubbliche di cui al comma 22, lettera *h)*, competenti a certificare le condizioni di invalidità dichiarate.

35. Sui siti *internet* dei centri per l'impiego sono pubblicate le modalità e resi disponibili i modelli per la presentazione della richiesta.

36. Entro il trentesimo giorno dalla data della presentazione della domanda, il centro per l'impiego presso il quale è stata formulata l'istanza, tramite la consultazione delle banche dati collegate

attraverso la struttura informativa centralizzata, accerta la sussistenza dei requisiti del richiedente e del suo nucleo familiare per l'accesso al reddito di cittadinanza e in caso di accoglimento della domanda, invia all'INPS per via telematica la disposizione di erogazione.

37. Il reddito di cittadinanza è erogato per il periodo durante il quale il beneficiario si trova in una delle condizioni previste ai commi da 17 a 21. Per il beneficiario maggiorenne in età non pensionabile, la continuità dell'erogazione del reddito di cittadinanza è subordinata al rispetto degli obblighi di cui alla presente legge.

38. Il beneficiario, esclusi i soggetti in età pensionabile, deve fornire immediata disponibilità al lavoro presso i centri per l'impiego territorialmente competenti. I lavoratori disabili iscritti nell'elenco di cui all'articolo 8 della legge 12 marzo 1999, n. 68, in quanto soggetti alle disposizioni previste dalla medesima legge nonché alle norme in materia di verifica e di accertamento dello stato di disoccupazione, in merito alla disponibilità al lavoro, non sono tenuti al rispetto di ulteriori obblighi rispetto a quelli previsti dalla suddetta legge n. 68 del 1999.

39. Il beneficiario, fornita la disponibilità di cui al comma 38, deve intraprendere, entro sette giorni, il percorso di accompagnamento all'inserimento lavorativo tramite le strutture preposte alla presa in carico del soggetto, ai commi 47 e da 52 a 58.

40. Il beneficiario ha l'obbligo di comunicare tempestivamente agli enti preposti ogni variazione della situazione reddituale, patrimoniale, lavorativa, familiare che comporti la perdita del diritto a percepire il reddito di cittadinanza o che comporti la modifica dell'entità dell'ammontare del reddito di cittadinanza percepito. Il beneficiario, anche nel periodo in cui sussiste il diritto al beneficio, è tenuto a rinnovare annualmente la domanda di ammissione.

41. In coerenza con il profilo professionale del beneficiario, con le competenze acquisite in ambito formale, non formale e informale, nonché in base agli interessi e alle propensioni emerse nel corso del colloquio di cui al comma 62, lettera *b)*, sostenuto presso il centro per l'impiego, il beneficiario è tenuto ad offrire la propria disponibilità per la partecipazione a progetti gestiti dai comuni, utili alla collettività, in ambito culturale, sociale, artistico, ambientale, formativo e di tutela dei beni comuni, da svolgere presso il medesimo comune di residenza o presso quello più vicino che ne abbia fatto ,richiesta, mettendo a disposizione un numero di ore compatibile con le altre attività del beneficiario stabilite dalla presente legge e comunque non superiore al numero di otto ore settimanali. La partecipazione ai progetti è facoltativa per disabili o soggetti non più in età lavorativa.

42. I comuni, entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, predispongono tutte le procedure amministrative utili per l'istituzione dei progetti di cui ,al comma 41.

43. L'esecuzione delle attività e l'assolvimento degli obblighi del beneficiario previsti dal comma 41 sono subordinati all'attivazione dei progetti di cui al medesimo comma.

44. L'avvenuto assolvimento degli obblighi di cui al comma 41 è attestato dai comuni, tramite l'aggiornamento della struttura informativa centralizzata.

45. I beneficiari del reddito di cittadinanza che provvedono all'assistenza di un parente, ai sensi della legge 5 febbraio 1992, n. 104, sono esclusi dagli obblighi di cui al comma 41.

46. I centri per l'impiego prendono in carico i soggetti beneficiari del reddito di cittadinanza ed erogano i servizi finalizzati all'inserimento lavorativo. Essi provvedono altresì, nel corso del primo anno dalla data di entrata in vigore della presente legge, a pubblicizzare il diritto al beneficio del reddito di cittadinanza.

47. I centri per l'impiego cooperano con lo Stato attraverso i Ministeri, le regioni, gli enti locali, gli enti istituzionali e l'Agenzia del demanio per promuovere la nascita di nuove attività imprenditoriali. Tale cooperazione tiene conto delle caratteristiche produttive, commerciali ed economiche del territorio di riferimento al fine di favorire l'inserimento lavorativo dei beneficiari e fruitori di servizi di politica attiva. I centri per l'impiego sono tenuti a istituire e sviluppare progetti e gruppi, di lavoro per la nascita di nuove imprese attraverso la valorizzazione delle competenze e delle attitudini dei beneficiari e dei fruitori dei servizi di politica attiva.

48. Al fine di realizzare obiettivi di sostenibilità e favorire la diversificazione dei benefici offerti,

entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, con decreto del Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali, di concerto con il Ministero dello sviluppo economico e con il Ministero del lavoro e delle politiche sociali, sono adottati le misure e i programmi volti al reinsediamento agricolo di aree remote da destinare ad un'agricoltura a basso impatto ambientale ed al turismo sostenibile, ivi compresa l'agricoltura sociale, rivolti ai beneficiari del reddito di cittadinanza, prevedendo opportuni percorsi di formazione. Il Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali opera la ricognizione di tali aree in accordo con le regioni e i comuni e delega alle regioni e ai comuni medesimi l'attuazione dei suddetti percorsi di formazione.

49. L'articolo 66 del decreto-legge 24 gennaio 2012, n. 1, convertito, con modificazioni, dalla legge 24 marzo 2012, n. 27, è sostituito dal seguente:

"Art. 66. ? (Affitto di terreni demaniali agricoli e a vocazione agricola). ? *1*. Entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente disposizione, il Ministro delle politiche agricole alimentari e forestali, con decreto di natura non regolamentare da adottare di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, anche sulla base dei dati forniti dall'Agenzia del demanio, nonché su segnalazione dei soggetti interessati, individua i terreni agricoli e a vocazione agricola, non utilizzabili per altre finalità istituzionali, di proprietà dello Stato non compresi negli elenchi predisposti ai sensi del decreto legislativo 28 maggio 2010, n. 85, nonché di proprietà degli enti pubblici nazionali, da dare in concessione a cura dell'Agenzia del demanio. L'individuazione del bene non ne determina il trasferimento al patrimonio disponibile dello Stato. Al suddetto decreto del Ministro delle politiche agricole alimentari e forestali si applicano le disposizioni di cui all'articolo 1, commi 3, 4 e 5, del decreto-legge 25 settembre 200l, n. 351, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 novembre 2001, n. 410.

2. L'affittuario dei terreni di cui al comma 1 non può utilizzare i medesimi per fini non strettamente connessi all'esercizio di attività agricole e di miglioramento del fondo.

3. Ai fini di cui al presente articolo, per attività agricole si intendono:

a) l'allevamento o la coltivazione di prodotti agricoli, compresi la raccolta, la mungitura, l'allevamento e la custodia degli animali per fini agricoli;

b) la realizzazione di insediamenti imprenditoriali agricoli;

c) le attività di silvi coltura e di vivaistica.

4. I terreni di cui al comma 1 del presente articolo possono formare oggetto delle operazioni di riordino fondiario di cui all'articolo 4 della legge 15 dicembre 1998, n. 441.

5. Al fine di promuovere il ricambio generazionale in agricoltura e di favorire il primo'insediamento di nuove aziende agricole, è assegnata una quota non inferiore al 25 per cento del totale dei terreni attribuibili in affitto, individuati ai sensi del comma 1 del presente articolo, ai giov811Ì agricoltori definiti dal regolamento (UE) n. 1305/2013 del Parlamento europeo e del Consiglio, del 17 dicembre 2013.

6. Al fine di promuovere l'inserimento lavorativo dei beneficiari del reddito di cittadinanza in agricoltura e di favorire l'insediamento di nuove aziende agricole, è assegnata, una quota non inferiore al 25 per cento del totale dei terreni attribuibili in affitto, individuati ai sensi del comma 1, ai benefici ari del reddito di cittadinanza tramite l'attuazione di progetti volti all'accompagnamento occupazionale e imprenditoriale opportunamente istituiti e gestiti dai centri per l'impiego in. cooperazione con lo Stato e i Ministeri competenti, anche favorendo la costituzione di contratti di rete.

7. Ai contratti di affitto di cui al presente articolo si applicano le agevolazioni previste dall'articolo 5-bis, commi 2 e 3, del decreto legislativo 18 maggio 2001, n. 228.

8. I giovani imprenditori agricoli e i giovani agricoltori di cui al comma 5 e i beneficiari di cui al comma 6, affittuari dei terreni ai sensi del presente articolo possono accedere ai benefici di cui al capo li del titolo I del decreto legislativo 21 aprile 2000, n. 185, e successive modificazioni.

9. Per i terreni ricadenti all'interno di aree protette di cui alla legge 6 dicembre 1991, n. 394, l'Agenzia del demanio acquisisce preventivamente l'assenso all'affitto da parte degli enti gestori delle medesime aree.

10. Le regioni, le province e i comuni, anche su richiesta dei soggetti interessati possono affittare, per le finalità e con le modalità di cui al comma 1, i terreni agricoli e a vocazione agricola di loro proprietà, compresi quelli attribuiti ai sensi del decreto legislativo 28 maggio 2010, n. 85.

11. Ai terreni affittati ai sensi del presente articolo non può essere attribuita una destinazione urbanistica diversa da quella agricola.

12. Le risorse derivanti dai canoni di affitto, al netto dei costi sostenuti dall'Agenzia del demanio per le attività svolte, sono destinate alla incentivazione, valorizzazione e promozione dell'agricoltura nazionale con priorità all'agricoltura biologica, nonché allo sviluppo delle piccole e micro imprese agricole. Gli enti territoriali destinano le predette risorse alla riduzione del proprio debito o alla valorizzazione e promozione dell'agricoltura locale".

50. Al fine di favorire la nascita di attività imprenditoriali di cui ai commi 47 e 48 e ai fini dello sviluppo occupazionale nei settori innovativi, dopo il comma 1 dell'articolo 58 del decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 agosto 2008, n. 133, e successive modificazioni, è inserito il seguente:

"1-*bis*. È riservata una quota del 10 per cento del totale dei beni immobiliari di cui al comma l, da destinare a progetti di sviluppo di *start-up* innovative di cui all'articolo 25, comma 2, del decreto-legge 18 ottobre 2012, n. 179, convertito, con modificazioni, dalla legge 17 dicembre 2012, n. 221, nonché a progetti di sviluppo di incubatori certificati di cui all'articolo 25, comma 5, del medesimo decreto-legge n. 179 del 2012, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 221 del 2012".

51. È istituito il Fondo di garanzia per il finanziamento delle iniziative imprenditoriali legate al reddito di cittadinanza. Tale fondo sostiene le iniziative di cui ai commi 47 e 48 del presente articolo e al comma 1-*bis* dell'articolo 58 del decreto-legge n. 112 del 2008, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 133 del 2008, introdotto dal comma 50 del presente articolo, offrendo agli istituti di credito idonea garanzia per il finanziamento delle medesime attività. TI fondo è alimentato attraverso l'impegno annuale di una parte pari al 10 per cento del fondo per il reddito di cittadinanza di cui al comma 5.

52. Le agenzie, iscritte all'albo informatico di cui all'articolo 4, comma 1, lettere *c), d)* ed *e)*, del decreto legislativo 10 settembre 2003, n. 276, purché non iscritte tra quelle di cui alle lettere *a)* e *b)* del medesimo articolo, possono erogare i servizi di aiuto all'inserimento lavorativo in seguito alla presa in carico da parte del centro per l'impiego del soggetto beneficiario di reddito.

53. Le agenzie di cui al comma 52, oltre a tutte le agenzie per il lavoro di cui al decreto legislativo 10 settembre 2003, n. 276, pur escluse dalla possibilità di prendere in carico il soggetto, sono tenute al conferimento dei posti vacanti ed all'inserimento dei dati in loro possesso nella struttura informativa centralizzata e nel sistema informatico nazionale per l'impiego.

54. I centri per l'impiego e le agenzie di cui al comma 52, in relazione ai servizi erogati, procurano proposte di lavoro al beneficiario, tenendo conto delle capacità psico-fisiche, delle disabilità, delle mansioni precedentemente svolte, delle competenze acquisite in ambito formale, non formale e informale, nonché dei suoi interessi e propensioni, emersi nel corso del colloquio, di cui al comma 62, lettera *b)*.

55. I centri per l'impiego, al fine di agevolare la fruizione dei servizi, mettono a disposizione del beneficiario una pagina *web* personale nella quale l'utente visualizza le informazioni inerenti al proprio fascicolo personale elettronico del cittadino e può inserire il proprio curriculum, i dati e i documenti del complesso delle attività svolte per la ricerca di lavoro, oltre alle osservazioni in merito ai colloqui sostenuti ed alla congruità, di cui al comma 64, delle offerte di lavoro ricevute. I predetti dati confluiscono altresì nella struttura informativa centralizzata.

56. Le agenzie di cui ai commi 52 è 53 individuano attraverso la struttura informativa centralizzata, per l'assunzione di persone disoccupate o inoccupate, le candidature idonee a ricoprire le posizioni lavorative per le quali hanno ricevuto incarico da parte dei loro committenti.

57. Le agenzie formative accreditate forniscono ai beneficiari una formazione mirata, orientata verso i settori in cui è maggiore la richiesta di lavoro qualificato, secondo le indicazioni

dell'Osservatorio nazionale e degli osservatori regionali e provinciali del mercato del lavoro e delle politiche sociali di cui al comma 23. Le agenzie formative accreditate devono garantire l'occupazione per almeno il 40 per cento degli iscritti ai corsi che abbiano conseguito il titolo finale. Ai predetti fini formativi e di inserimento al lavoro, l'Osservatorio nazionale del mercato del lavoro e delle politiche sociali in accordo con gli osservatori regionali e provinciali del mercato del lavoro e delle politiche sociali, di cui al comma 23, verificano e controllano l'attività delle agenzie formative e comunicano i dati ai Ministeri, alle regioni e agli enti competenti che revocano l'assegnazione di nuovi finanziamenti pubblici per le iniziative formative che non hanno raggiunto l'obiettivo occupazionale fissato.

58. Le agenzie formative accreditate hanno l'obbligo di prestare i propri servizi a qualsiasi cittadino che ne inoltri richiesta attraverso il centro per l'impiego. Le agenzie formative accreditate hanno inoltre l'obbligo di rendere pubblici, attraverso sistemi documentali, audio e video, i contenuti didattici dei propri percorsi formativi, nonché di registrare nella struttura informativa centralizzata e nel sistema informatico nazionale per l'impiego la certificazione delle competenze, la qualifica conseguita, la frequenza ai corsi e ai percorsi formativi e tutte le informazioni in loro possesso sul soggetto iscritto.

59. Il Ministero del lavoro e delle politiche sociali istituisce un sistema di valutazione universale e trasparente relativo alla qualità dei servizi offerti dalle agenzie formative. Tale strumento è utilizzato dall'Osservatorio nazionale del mercato del lavoro e delle politiche sociali per la valutazione dei percorsi e dei corsi formativi, è accessibile nel sito internet del medesimo Ministero e tiene conto dei giudizi resi dagli utenti al termine di ciascun percorso formativo.

60. Il Ministero del lavoro e delle politiche sociali entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge elabora e rende operativo il sistema informatico nazionale per l'impiego al fine di facilitare l'incontro tra la domanda e l'offerta di lavoro temporaneo di tipo accessorio, consentendo al datore di lavoro di conferire i posti vacanti.

61. Il Ministero del lavoro e delle politiche sociali attraverso la struttura informativa centralizzata e il collegamento alle banche dati dell'INPS rende possibile l'acquisto e la registrazione del *voucher online* e rende altresì possibile la facoltà per il lavoratore di essere remunerato in modo tradizionale attraverso il riscatto del *voucher* presso gli uffici postali o in modo automatico *online* su proprio conto corrente o con altri sistemi di pagamento *online*.

62. Il beneficiario, in età non pensionabile e abile al lavoro, fatte salve le disposizioni della legge 12 marzo 1999, n. 68, in relazione alle proprie capacità è tenuto, pena la perdita del beneficio, a:

a) fornire disponibilità al lavoro presso i centri per l'impiego territorialmente competenti e accreditarsi sul sistema informatico nazionale per l'impiego;

b) sottoporsi al colloquio di orientamento di cui all'articolo 3 del decreto legislativo 21 aprile 2000, n. 181, e successive modificazioni;

c) accettare espressamente di essere avviato a un progetto individuale di inserimento o reinserimento nel mondo del lavoro;

d) seguire il percorso di bilancio delle competenze previsto nonché redigere, con il supporto dell'operatore addetto, il piano di azione individuale funzionale all'inserimento lavorativo;

e) svolgere con continuità un'azione di ricerca attiva del lavoro, secondo le modalità definite d'intesa con i servizi competenti, documentabile attraverso l'accesso dedicato al sistema informatico nazionale per l'impiego e con la registrazione delle azioni intraprese anche attraverso l'utilizzo della pagina web personale di cui comma 54, sulla quale possono essere salvati i dati riferiti alle comunicazioni di disponibilità di lavoro inviate ed ai colloqui effettuati. L'azione documentata di ricerca attiva del lavoro non può essere inferiore a due ore giornaliere;

f) recarsi almeno due volte al mese presso il centro per l'impiego;

g) accettare espressamente di essere avviato ai corsi di formazione o riqualificazione professionale in tutti i casi in cui l'ente preposto al colloquio di orientamento e al percorso di bilancio delle competenze, rilevi carenze professionali o eventuali specifiche propensioni. Tali corsi si intendono obbligatori ai fini della presente legge, salvi i casi di comprovata impossibilità, derivante da

cause di forza maggiore;

h) sostenere i colloqui psico-attitudinali e le eventuali prove di selezione finalizzate all'assunzione, su indicazione dei servizi competenti e in attinenza alle competenze certificate.

63. Il beneficiario in età non pensionabile e abile al lavoro o, qualora disabile, in relazione alle proprie capacità, perde il diritto all'erogazione del reddito di cittadinanza al verificarsi di una delle seguenti condizioni:

a) non ottempera agli obblighi di cui comma 62;

b) sostiene più di tre colloqui di selezione con palese volontà di ottenere esito negativo, accertata dal responsabile del centro per l'impiego attraverso le comunicazioni ricevute dai selezionatori o dai datori di lavoro;

c) rifiuta, nell'arco di tempo riferito al periodo di disoccupazione, più di tre proposte di impiego ritenute congrue ai sensi del comma 64 del presente articolo, ottenute grazie ai colloqui avvenuti tramite il centro per l'impiego o le strutture preposte di cui ai commi 22, 46 e da 52 a 58;

d) recede senza giusta causa dal contratto di lavoro, per due volte nel corso dell'anno solare;

e) non ottempera agli obblighi di cui al comma 41, nel caso in cui il comune di residenza abbia istituito i relativi progetti.

64. Ai fini della presente legge la proposta di lavoro è considerata congrua se concorrono i seguenti requisiti:

a) è attinente alle propensioni, agli interessi e alle competenze acquisite dal beneficiario in ambito formale, non formale e informale, certificate, nel corso del colloquio di orientamento, nel percorso di bilancio delle competenze e dagli enti preposti di cui ai commi 46 e da 52 a 58;

b) la retribuzione oraria è maggiore o uguale all'80 per cento di quella riferita alle mansioni di provenienza se la retribuzione mensile di provenienza non supera l'importo di 3.000 euro lordi;

c) fatte salve espresse, volontà del richiedente, il luogo di lavoro non dista oltre 50 chilometri dalla residenza del soggetto interessato ed è raggiungibile con i mezzi pubblici in un arco di tempo non superiore a ottanta minuti.

65. Il beneficiario, al fine di poter mantenere« i benefici di cui alla presente legge, è tenuto ad accettare proposte di lavoro anche in deroga a quanto stabilito dal comma 64, lettera *a)*, qualora sia trascorso un anno di iscrizione al centro per 'l'impiego e il medesimo beneficiario non abbia accettato nessuna proposta di lavoro.

66. I lavoratori disabili iscritti nell'elenco di cui all'articolo 8 della legge 12 marzo 1999, n. 68, sono soggetti alle disposizioni previste dalla medesima legge nonché alle norme in materia di verifica e di accertamento dello stato di disoccupazione.

67. Sono esentate dall'obbligo della ricerca del lavoro e dagli obblighi di cui al comma 62 le madri; fino al compimento del terzo anno di età dei figli, ovvero, in alternativa, i padri, su specifica richiesta o comunque nel caso di nucleo familiare monoparentale.

68. Ai fini della presente legge, la partecipazione del beneficiario a progetti imprenditoriali, promossi dal centro per l'impiego territorialmente competente ai sensi del comma 47, è alternativa ed equivalente all'assolvimento degli obblighi di formazione di cui al comma 62, lettere *e), g)* e *h)*.

69. Il beneficiario del reddito di cittadinanza è libero di accettare proposte di lavoro non rispondenti ai princìpi di congruità di cui al comma 64.

70. Lo Stato, le regioni e i comuni riconoscono ad ogni cittadino il diritto all'abitazione quale bene primario collegato alla personalità e annoverato tra i diritti fondamentali della persona tutelati dall'articolo 2 della Costituzione, dall'articolo 11 del Patto internazionale relativo ai diritti economici; sociali e culturali, adottato a New York il 16 dicembre 1966, ratificata e reso esecutivo ai sensi della legge 25 ottobre 1977, n. 881, e dalla Carta sociale europea, riveduta« fatta a Strasburgo il 3 maggio 1996, ratificata e resa esecutiva ai sensi della legge 9 febbraio 1999, n. 30, sia per l'accesso all'alloggio sia nel sostegno al pagamento dei canoni di locazione.

71. I beneficiari del reddito di cittadinanza non proprietari di immobili ad uso abitativo e che sostengono i costi del canone di locazione dell'abitazione principale, qualora non percettori di altri

incentivi per l'abitazione, hanno diritto a ricevere le agevolazioni riferite al Fondo nazionale per il sostegno all'accesso alle abitazioni in locazione, di cui all'articolo 11 della legge 9 dicembre 1998, n. 431, come modificato dal comma 6 del presente articolo.

72. Ai fini del presente articolo, per i beneficiari del reddito di cittadinanza, la dotazione del Fondo di cui al comma 71 è aumentata di 500 milioni di euro per ciascuno degli anni 2014, 2015 e 2016. All'onere derivante dall'attuazione del presente comma si provvede mediante le maggiori entrate di cui all'articolo 20.

73. Ai beneficiari del reddito cittadinanza proprietari di un'unità immobiliare adibita ad abitazione principale su cui grava un contratto di mutuo ipotecario, si estendono le disposizioni di cui ai commi 475 e seguenti dell'articolo 2 della legge 24 dicembre 2007 n. 244.

74. Il percepimento del reddito di cittadinanza costituisce requisito di accesso per le agevolazioni di cui ai commi 71 e 73. Il comune provvede ad aggiornare le banche dati attraverso la struttura informativa centralizzata con i dati inerenti l'accesso alle agevolazioni.

75. All'articolo 11, comma 3, della legge 9 dicembre 1998, n. 431, dopo le parole: «di cui al comma 4» sono inserite le seguenti: «ed ai conduttori beneficiari del reddito di cittadinanza».

76. All'articolo 2 della legge 24 dicembre 2007, n. 244, dopo il comma 479 è inserito il seguente: "479-*bis*. Il percepimento del reddito di cittadinanza costituisce requisito per l'accesso alla sospensione del pagamento delle rate di mutuo ipotecario di cui al comma 476".

77. Ai fini di cui ai commi da 1 a 5 del presente articolo e della relativa omogenea applicazione delle disposizioni su tutto il territorio nazionale, i comuni, anche riuniti in consorzi, è le regioni erogano, compatibilmente con le loro risorse e nei limiti consentiti dal patto di stabilità, servizi integrativi a supporto dei beneficiari del reddito di cittadinanza attraverso:

a) il sostegno alla frequenza scolastica nella fascia d'obbligo, in particolare per l'acquisto di libri di testo;

b) il sostegno all'istruzione e alla formazione dei giovani, con particolare riferimento alla concessione di agevolazioni per l'acquisto di libri di testo e per il pagamento di tasse scolastiche e universitarie;

c) il sostegno per l'accesso ai servizi sociali e socio-sanitari;

d) il sostegno alla formazione e incentivi all'occupazione;

e) il sostegno all'uso dei trasporti pubblici locali;

f) il sostegno alla partecipazione alla vita sociale e culturale.

78. Al fine di coniugare gli obiettivi di efficacia della presente legge e di sostenere la diversificazione dei benefici offerti, il Ministro del lavoro e delle politiche sociali, di concerto con il Ministro dello sviluppo economico e con il Ministro dell'economia e delle finanze, adotta, entro tre mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, un decreto contenente misure volte a fornire agevolazioni per i costi delle utenze di gas, acqua, elettricità e telefonia fissa, attraverso la determinazione di relative tariffe sociali per i beneficiari della presente legge.

79. Al fine di promuovere l'accesso ai benefici di cui alla presente legge, i comuni, anche riuniti in consorzi, in coordinamento con i centri per l'impiego, elaborano annualmente programmi di divulgazione e di assistenza in favore delle persone senza tetto o senza fissa dimora.

80. I programmi di cui al comma 79 contengono obbligatoriamente sia progetti finalizzati alla facilitazione dell'accesso per le persone senza tetto o senza fissa dimora ai benefici della presente legge, sia progetti complementari e finalizzati al miglioramento delle condizioni di vita, alla riduzione del rischio di emarginazione nonché a percorsi virtuosi di autodeterminazione e integrazione sociale delle persone senza tetto o senza fissa dimora.

81. Al fine di verificare l'attuazione del presente articolo« i comuni, anche riuniti in consorzi, comunicano semestralmente al Ministero del lavoro e delle politiche sociali lo stato di attuazione dei programmi di cui al comma 79 e i risultati conseguiti.

82. Entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, il Ministro del lavoro e delle politiche sociali predispone, con proprio decreto, il modello per le comunicazioni di cui al

comma 81 e rende disponibile una pagina web nel sito internet del Ministero, sulla quale vengono pubblicati nel dettaglio i progetti attivi.

83. Il reddito di cittadinanza è erogato dall'INPS ed è riscosso dai beneficiari, su loro richiesta:

a) presso qualsiasi ufficio postale, in contanti allo sportello;

b) mediante accredito su conto corrente postale, su conto corrente o di deposito a risparmio o su carta prepagata.

84. Al fine di agevolare la fiscalità generale, l'importo mensile del reddito di cittadinanza è incrementato del 5 per cento in favore dei beneficiari che accettano di ricevere l'erogazione sulla carta prepagata nominativa di cui al comma 85, utilizzando almeno il 70 per cento dell'importo della mensilità precedente in acquisti effettuati tramite la medesima carta prepagata.

85. Il Ministero del lavoro e delle politiche sociali, di concerto con il Ministero dell'economia e delle finanze, ai fini dell'erogazione degli incentivi di cui al comma 84, stipula una convenzione con la società Poste italiane Spa e con 1'INPS, finalizzata all'erogazione del reddito di cittadinanza tramite una carta prepagata gratuita di uso corrente e alla predisposizione di uno strumento automatico utile per rilevare mensilmente l'ammontare della spesa effettuata tramite la medesima carta prepagata.

86. Al fine di promuovere l'emersione del lavoro irregolare, il beneficiario che segnala alla direzione territoriale del lavoro un'eventuale propria prestazione lavorativa pregressa qualificabile come irregolare, confermata dalle autorità ispettive competenti, riceve, per dodici mesi, una maggiorazione del reddito di cittadinanza nella misura del 5 per cento.

87. Al benefici aria che trova autonomamente un'occupazione che gli consenta di raggiungere un reddito superiore a quanto percepito annualmente in virtù della presente legge, è attribuito un premio commisurato in due mensilità del reddito di cittadinanza percepito. li premio viene corrisposto allo scadere del primo anno di attività lavorativa svolta in modo continuativo.

88. Al fine di promuovere forme di occupazione stabile e in attesa dell'adozione di ulteriori misure, è istituito un incentivo mensile per i datori di lavoro che assumono, con contratto di lavoro a tempo indeterminato, lavoratori destinatari dei benefici di cui alla presente legge.

89. A decorrere dal periodo d'imposta successivo a quello in corso al 31 dicembre 2014, sono escluse dall'ambito di applicazione dell'imposta regionale sulle attività produttive, di cui al decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, le imprese con meno di quindici occupati, che abbiano un fatturato annuo o un totale di bilancio annuo non superiore a 2 milioni di euro e che garantiscano incremento occupazionale attraverso l'assunzione di beneficiari di reddito di cittadinanza.

90. Le assunzioni di cui ai commi 88 e 89 devono comportare un incremento occupazionale netto per l'impresa beneficiaria dell'incentivo.

91. L'incentivo mensile di cui ai commi 88 e 89 è pari al reddito di cittadinanza percepito dal beneficiario al momento dell'assunzione, nel limite dell'importo di 600 euro mensili, corrisposti al datore di lavoro esclusivamente mediante conguaglio nelle denunce contributive mensili del periodo di riferimento, fatte salve le regole vigenti per il versamento dei contributi in agricoltura.

92. L'incentivo mensile di cui al comma 88 ha una durata massima di dodici mesi.

93. L'incremento occupazionale di cui al comma 90 è calcolato sulla base della differenza tra il numero dei lavoratori rilevato in ciascun mese e il numero dei lavoratori mediamente occupati nei dodici mesi precedenti all'assunzione. li numero dei dipendenti con contratto di lavoro a tempo parziale è ponderato in base al rapporto tra le ore pattuite e l'orario normale di lavoro dei lavoratori a tempo pieno.

94. L'incremento occupazionale di cui al comma 90 è considerato al netto delle diminuzioni occupazionali verificatesi in società controllate o collegate ai sensi dell'articolo 2359 del codice civile o facenti capo, anche per interposta persona, al medesimo soggetto titolare.

95. Entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, con decreto del Ministero dello sviluppo economico, di concerto con il Ministero del lavoro e delle politiche sociali, è disciplinata la creazione di convenzioni tra le aziende e il fondo per il reddito di cittadinanza, finalizzate a favorire l'acquisto, da parte dei beneficiari, di beni e servizi la cui origine, produzione,

distribuzione, vendita e riciclo rispettino princìpi legati allo sviluppo sostenibile ed alla tutela dei. diritti della persona, del lavoratore e dell'ambiente.

96. Sono escluse dagli incentivi di cui al presente articolo, tutte le aziende che abbiano subito, nel triennio antecedente alla richiesta, qualsiasi tipo di sanzione derivante dall'accertamento dell'impiego di lavoratori in modo non regolare.

97. Nei casi di dichiarazioni mendaci e di conseguente, accertato e illegittimo percepimento del reddito di cittadinanza, gli enti preposti ai controlli ed alle verifiche trasmettono, entro dieci giorni dall'avvenuto accertamento, all'autorità giudiziaria la documentazione completa del fascicolo oggetto dell'accertamento medesimo. Al responsabile del procedimento che non ottempera a quanto previsto dalle disposizioni di cui al presente comma si applicano le sanzioni disciplinari previste dalla normativa vigente nonché la perdita totale di tutte le indennità di risultato.

98. L'accesso al reddito di cittadinanza è condizionato ad accertamento fiscale. Al predetto fine l'INPS e l'Agenzia delle entrate, sulla base di appositi controlli automatici, individuano l'esistenza di omissioni o difformità dei dati dichiarati rispetto agli elementi conoscitivi in possesso dei rispettivi sistemi informativi e provvedono alle relative comunicazioni al centro per l'impiego territorialmente competente nonché all'autorità giudiziaria.

99. Il beneficiario che rilascia dichiarazioni mendaci perde definitivamente il diritto al reddito di cittadinanza ed è tenuto altresì al rimborso di quanto percepito fino alla data della revoca del beneficio medesimo.

100. Chiunque, nell'ambito della procedura di richiesta di accesso ai benefici previsti dalla presente legge, con dolo, esibisce o trasmette atti o documenti falsi, in tutto o in parte, ovvero con dolo fornisce dati e notizie non rispondenti al vero è punito con la reclusione da un anno e sei mesi a sei anni. L'inosservanza degli obblighi di cui al comma 40, qualora relativi ad un incremento del reddito, a seguito di seconda omessa tempestiva comunicazione, comporta la perdita di ogni beneficio di cui alla presente legge.

101. Il termine per la segnalazione di cui al comma 40, è di trenta giorni dalla data in cui si è verificato l'effettivo incremento del reddito.

102. il beneficiario del reddito di cittadinanza che svolge contemporaneamente attività di lavoro irregolare perde definitivamente il diritto al beneficio ed è tenuto altresì al rimborsa di quanto percepito fino alla data della revoca del beneficio medesimo.

103. In caso di erogazione del reddito di cittadinanza, la mancata frequenza dei corsi scolastici da parte del figlio minore a carico del beneficiario comporta una riduzione del reddito di cittadinanza parametrata sulla quota riferita al minore a carico in dispersione scolastica: Dopo il primo richiamo, la riduzione è pari al 30 per cento, aumentato al 50 per cento dopo il secondo richiamo; il terzo richiamo determina la definitiva revoca del beneficio per la relativa quota.

104. Il Ministro del lavoro e delle politiche sociali, con decreto adottato entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, stabilisce le disposizioni per l'ottimizzazione dei processi funzionati alla realizzazione della struttura informativa centralizzata, all'erogazione del reddito di cittadinanza nonché al riordino dei servizi per l'impiego, altresì prevedendo in particolare:

a) meccanismi sanzionatori a carico del personale dirigenziale demandato alla gestione dei procedimenti di realizzazione della struttura informativa centralizzata., nei casi in cui non vi abbia diligentemente ottemperato, sulla base delle risultanze emerse dai dati monitorati dal Ministero del lavoro e delle politiche sociali;

b) meccanismi sanzionatori di carattere amministrativo per i soggetti di cui al comma 27, da applicare in caso di inottemperanza agli obblighi previsti dal medesimo comma 27;

c) meccanismi sanzionatori a carico del personale dirigente degli uffici competenti nei casi di mancata osservanza dei termini temporali di cui al comma 36;

d) meccanismi sanzionatori a carico degli enti locali coinvolti nella gestione delle procedure di cui alla presente legge, in tutti i casi in cui non ottemperino diligentemente alle previsioni di cui alla presente legge con particolare riferimento ai comma 22, lettera *c)*; 42, 47 e da 79 a 82.

105. In adempimento dei princìpi sanciti dall'articolo 36 della Costituzione, nonché dei commi da 1 a 5 del presente articolo, al fine di integrare le relative misure in favore di tutti i cittadini, il Governo è delegato ad adottare, entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, su proposta del Ministro del lavoro e delle politiche sociali, di concerto con il Ministro per la semplificazione e la pubblica amministrazione, uno o più decreti legislativi contenenti disposizioni per l'istituzione del salario minimo orario (SMO) applicabili a tutti i lavoratori, subordinati e parasubordinati, sia nel settore privato, ivi incluso quello dell'agricoltura., sia in quello pubblico laddove si ricorra a contratti di lavoro di cui al capo I del titolo VII del decreto legislativo 10 settembre 2003, n. 276, e, in ogni caso, per tutte le categorie di lavoratori e settori produttivi in cui la retribuzione minima non sia fissata dalla contrattazione collettiva.

2. Nell'esercizio della delega di cui al comma 105, il Governo si attiene ai seguenti princìpi e criteri direttivi:

a) fissazione del valore orario dello SMO per l'anno 2015 pari a 9 euro lordi con obbligo di calcolare la retribuzione sulla base del predetto importo, da applicare alle ore di lavoro mensili previste dal contratto;

b) previsione di un meccanismo automatico di incremento dello SMO al 1º gennaio di ogni anno in base alla variazione dell'indice dei prezzi al consumo per le famiglie di operai e impiegati definita dall'ISTAT;

c) divieto di stipulare contratti di lavoro con una retribuzione inferiore allo SMO;

d) per i contratti di lavoro in essere alla data di entrata in vigore della presente legge, fatte salve le condizioni di miglior favore, lo SMO si applica al livello retributivo inferiore e si procede altresì alla riparametrazione dei livelli superiori fino ai successivi rinnovi;

e) esclusione dal computo dello SMO delle eventuali indennità ovvero dei rimborsi spese spettanti al lavoratore per il lavoro distaccato;

f) divieto di computare nella determinazione dello SMO gli emolumenti non monetari percepiti dal lavoratore;

g) divieto di impiego dello SMO in alcun modo nell'interesse del datare di lavoro e previsione della nullità di ogni patto contrario;

h) impignorabilità dello SMO;

i) divieto per la contrattazione collettiva di fissare minimi salariali inferiori allo SMO;

l) estensione delle disposizioni relative allo SMO ai soggetti praticanti, presso studi professionali al fine dell'abilitazione all'esercizio della professione;

m) previsione di sanzioni amministrative da euro 5.000 ad euro 15.000 a carico del datore di lavoro che, in violazione delle disposizioni di cui alle lettere da *a)* a *i)*, corrisponda al lavoratore compensi inferiori a quelli legali;

n) modifica dell'articolo 646 del codice penale con aumento della pena prevista sino alla metà nel caso in cui il reato è commesso dal datare di lavoro in danno del prestatore d'opera mediante la violazione delle norme in materia di SMO.

106. I decreti legislativi di cui al comma 105 sono adottati nel rispetto della procedura di cui all'articolo 14 della legge 23 agosto 1988, n. 400.

107. Gli schemi dei decreti legislativi, corredati di relazione tecnica che dia conto della neutralità finanziaria dei medesimi ovvero dei nuovi o maggiori oneri da essi derivanti e dei corrispondenti mezzi di copertura, a seguito di deliberazione preliminare del Consiglio dei ministri, sono trasmessi alla Camera dei deputati e al Senato della Repubblica perché su di essi siano espressi, entro trenta giorni dalla data di trasmissione, i pareri delle Commissioni competenti per materia e per i profili finanziari. Decorso tale termine, i decreti sono emanati anche in mancanza dei pareri. Qualora il termine per l'espressione dei pareri parlamentari di cui al presente comma scada nei trenta giorni che precedono o seguono la scadenza dei termini prevista al comma 1, questi ultimi sono prorogati di tre mesi.

108. In conformità all'articolo 17, comma 2, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, qualora uno o

più decreti attuativi determinino nuovi o maggiori oneri che non trovino compensazione al proprio interno, i decreti legislativi dai quali derivano nuovi o maggiori oneri sono emanati solo successivamente o contestualmente all'entrata in vigore dei provvedimenti legislativi che stanzino le occorrenti risorse finanziarie.».

Conseguentemente, all'articolo 3, dopo il comma 74, aggiungere, il seguente:

«74-*bis*. Agli oneri derivanti dall'attuazione della presente legge, valutati nel limite massimo di 16.961 milioni di euro per l'anno 2015 e di 16.113 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016, si provvede mediante utilizzo delle maggiori entrate derivanti dalle seguenti disposizioni:

a) entro trenta giorni dalla data della pubblicazione della presente legge nella *Gazzetta Ufficiale*, con provvedimenti del direttore generale dell'Agenzia delle dogane e dei monopoli, è modificata la misura del prelievo erariale unico attualmente applicato sui giochi ed eventuali addizionali, nonché la percentuale del compenso per le attività di gestione ovvero per quella dei punti vendita al fine di conseguire un maggior gettito, a decorrere dall'anno 2015, non inferiore a 600 milioni di euro;

b) l'aliquota dell'addizionale di cui al comma 16 dell'articolo 81 del decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 agosto 2008, n. 133, è aumentata di 1 punto percentuale; in deroga all'articolo 3 della legge 27 luglio 2000, n. 212, la disposizione di cui alla presente lettera, si applica a decorrere dal periodo d'imposta in corso alla data di entrata in vigore della presente legge. All'aumento della predetta aliquota si applicano le disposizioni di cui al comma 18 del citato articolo 81 relative al divieto di traslazione dell'onere sui prezzi al conumo;

c) a decorrere dalla data di entrata in vigore della presente legge, la spesa di cui all'articolo 5, comma 2, del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, deve essere ulteriormente ridotta per un ammontare complessivo non inferiore a 100 milioni di euro;

d) a decorrere dal periodo d'imposta 2014, le somme riferite alle scelte non espresse dai contribuenti della quota dell'otto per mille dell'imposta sul reddito delle persone fisiche ai sensi dell'articolo 47 della legge 20 maggio 1985, n. 222, sono destinate integralmente al Fondo di cui all'articolo 1, comma 5, della presente legge;

e) a decorrere dal 1º gennaio 2015 i contributi di cui alla legge 7 agosto 1990, n. 250, sono revocati e le relative risorse iscritte nel bilancio dello Stato sono versate all'entrata del bilancio per essere riassegnate al Fondo di cui all'articolo 1, comma 5, della presente legge;

f) le dotazioni finanziarie iscritte 'nello stato di previsione del Ministero della difesa a legislazione vigente, per competenza e per cassa, a partire dall'anno 2015, ivi inclusi i programmi di spesa relativi agli investimenti pluriennali 'per la difesa'nazionale, sono accantonate e rese indisponibili su indicazione del Ministro della difesa per un importo non inferiore a 3.500 milioni annui, con riferimento al saldo netto da finanziare, per essere riassegnate all'entrata del bilancio dello Stato. Con successivo decreto del Ministero dell'economia e finanze, i predetti fondi sono destinati al finanziamento del Fondo di cui all'articolo 1, comma 5, della presente legge;

g) gli enti pubblici non economici inclusi nell'elenco di cui all'articolo 1, comma 2, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, con esclusione degli ordini professionali e loro federazioni, delle federazioni sportive, degli enti operanti nei settori della cultura e della ricerca scientifica, degli enti la cui funzione consiste nella conservazione e nella trasmissione della memoria della Resistenza e delle deportazioni, anche con riferimento alla legge del 20 luglio 2000, n. 211, istitutiva del Giorno della memoria, e alla legge 30 marzo 2004, n. 92, istitutiva del Giorno del ricordo, nonché delle autorità portuali e degli enti parco, sono soppressi al sessantesimo giorno dalla data di entrata in vigore della presente legge. Sono esclusi dalla soppressione gli enti di particolare rilievo, identificati con apposito decreto del Presidente del Consiglio dei ministri e, per il settore di propria competenza, con decreto del Ministro dei beni e della attività culturali e del turismo, da adottare entro trenta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge. Le funzioni esercitate da ciascun ente soppresso sono attribuite all'amministrazione vigilante, ovvero, nel caso di pluralità di amministrazioni vigilanti, a quella

titolare delle maggiori competenze nella materia che ne è oggetto. L'amministrazione così individuata succede a titolo universale all'ente soppresso, in ogni rapporto, anche controverso, e ne acquisisce le risorse finanziarie, strumentali e di personale. I rapporti di lavoro a tempo determinato, alla prima scadenza successiva alla soppressione dell'ente, non possono essere rinnovati o prorogati. Con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri, su proposta del Ministro dell'economia e delle finanze, le funzioni commissariali di gestioni liquidatorie di enti pubblici ovvero di stati passivi, riferiti anche ad enti locali, possono essere attribuite a società interamente possedute dallo Stato;

h) alla legge 31 ottobre 1965, n. 1261, sono apportate le seguenti modificazioni:

1) l'articolo 1 è sostituito dal seguente:

"Art. 1. ? *1.* L'indennità spettante ai membri del Parlamento a norma dell'articolo 69 della Costituzione per garantire il libero svolgimento del mandato è regolata dalla presente legge ed è costituita da quote mensili comprensive anche del rimborso di spese di segreteria e di rappresentanza.

2. Gli Uffici di Presidenza delle due Camere determinano l'ammontare di dette quote m misura tale che non superino l'importo lordo di euro 5.000.";

2) l'articolo 2 è sostituito dal seguente:

"Art. 2. ? *1.* Ai membri del Parlamento è corrisposta inoltre una diaria a titolo di rimborso delle spese di soggiorno a Roma. Gli Uffici di Presidenza delle due Camere ne determinano l'ammontare in misura non superiore all'importo lordo di euro tremilacinquecento, sulla base esclusiva degli effettivi giorni di presenza per ogni mese nelle sedute dell'Assemblea e delle Commissioni,";

i) a decorrere dal 1º gennaio 2015 è istituita un'imposta progressiva sui grandi patrimoni mobiliari e immobiliari determinata e percepita dallo Stato. Per grandi patrimoni si intendono i patrimoni il cui valore complessivo è superiore a euro 2.000.000. Per patrimoni mobiliari si intendono: le automobili, le imbarcazioni e gli aeromobili; i titoli mobiliari, esclusi i titoli emessi dallo Stato italiano, quelli emessi dalle società quotate e le obbligazioni bancarie e assicurative. Sono esclusi gli immobili di proprietà di persone giuridiche che sono utilizzati dalle medesime ai soli fini dell'esercizio dell'attività imprenditoriale. L'imposta di cui alla presente lettera è dovuta dai soggetti proprietari o titolari di altro diritto reale, persone fisiche o persone giuridiche, nelle seguenti misure: 1) per patrimoni superiori a euro 2.000.000, lo 0,75 per cento; 2) per patrimoni superiori a euro 5.000.000 lo 0,85 per cento; 3) per patrimoni superiori a euro 10 milioni 1'1,5 per cento; 4) per patrimoni superiori a euro 15 milioni il 2 per cento. Entro il 31 marzo 2015, l'Osservatorio del mercato immobiliare del1'Agenzia del territorio individua i valori dei patrimoni immobiliari. Il valore complessivo dei patrimoni immobiliari è calcolato sommando i valori determinati ai sensi dell'articolo 5 del decreto legislativo 30 dicembre 1992, n. 504, e successive modificazioni. Dall'applicazione dell'imposta sono esclusi i fondi immobiliari e le società di costruzioni. L'imposta è versata in un'unica soluzione entro il 30 dicembre di ciascun anno. La somma da versare può essere rateizzata in rate trimestrali, previa autorizzazione dell'Agenzia delle entrate;

l) a decorrere dalla data di entrata in vigore della presente legge, per i consumi intermedi e per l'acquisto di beni, servizi e forniture prodotti dai produttori *market*, le amministrazioni inserite nel conto economico consolidato della pubblica amministrazione, come individuate dall'ISTAT ai sensi dell'articolo l della legge 31 dicembre 2009, n. 196, ricorrono ai sistemi di acquisto messi a disposizione dalla società Consip spa o da altre centrali di committenza anche regionali, in modo da assicurare risparmi non inferiori a 4,5 miliardi di euro a decorrere dall'anno 2015. Al fine di conseguire i predetti risparmi di spesa gli enti ricompresi nel conto economico consolidato delle amministrazioni pubbliche ricorrono ai sistemi centralizzati di acquisto di beni, servizi e forniture in misura non inferiore al 50 per cento delle spese annuali complessive per l'acquisto di beni, servizi e forniture. Gli enti di cui alla presente lettera sono tenuti a specificare nel rendiconto dell'esercizio finanziario di ciascun anno l'ammontare delle spese effettuate avvalendosi dei sistemi di acquisto centralizzati,. nonché l'ammontare delle spese effettuate ai sensi del sesto periodo. Al fine di conseguire i risparmi di spesa di cui alla presente lettera, entro il 30 giugno di ogni anno, a partire dal 2015, tutti gli enti di cui al primo periodo, definiscono e inviano alla società Consip spa l'elenco dei beni, servizi e forniture di

cui necessitano per l'espletamento delle proprie funzioni istituzionali e per lo svolgimento di ogni altra attività. I comuni e le province provvedono alla trasmissione di tale elenco rispettivamente tramite l'Associazione nazionale comuni italiani CANCI) e l'Unione delle province d'Italia CUPI). Entro il 30 novembre di ogni anno, a partire dal 2015, la società Consip spa individua e aggiorna, ove necessario, mediante un sistema di *benchmarking*, il rapporto di qualità e prezzo in relazione alle tipologie di beni, servizi e forniture indicate negli elenchi di cui al quarto periodo. In deroga a quanto previsto nei periodi precedenti, gli enti di cui alla presente lettera, possono stipulare contratti di acquisto solo a un prezzo più basso di quello individuato dalla società Consip spa. In caso di mancato rispetto degli obiettivi di risparmio di spesa di cui al primo periodo, ai :fini del patto di stabilità interno, sono ridotti i trasferimenti statali a qualunque titolo ?spettanti alle regioni a statuto ordinario, i trasferimenti correnti dovuti alle province e ai comuni e i trasferimenti alle regioni a statuto speciale e alle province autonome di Trento e di Bolzano in misura pari alla differenza tra il risultato registrato e l'obiettivo programmatico predeterminato. In caso di mancato rispetto degli obiettivi di risparmio di spesa di cui al .primo periodo, e degli obblighi di cui alla presente lettera, il soggetto inadempiente, nell'anno successivo a quello dell'inadempienza, non può: 1) impegnare spese correnti in misura superiore all'importo annuale medio dei corrispondenti impegni effettuati nell'ultimo triennio; 2) ricorrere all'indebitamento per gli investimenti i mutui e i prestiti obbligazionari posti in essere con istituzioni creditizie o finanziarie per il finanziamento degli investimenti, i quali devono essere corredati da apposita attestazione da cui risulti il rispetto degli obblighi di cui alla presente lettera nell'anno recedente; l'istituto finanziatore o l'intermediario finanziario non può procedere al finanziamento o al collocamento del prestito in assenza della predetta attestazione; 3) procedere ad assunzioni di personale a qualsiasi titolo, con qualsivoglia tipologia contrattuale, ivi compresi i rapporti di collaborazione coordinata e continuativa e di somministrazione, anche con riferimento ai processi di stabilizzazione in atto; è fatto altresì divieto agli enti di stipulare contratti di servizio con soggetti privati che si configurino come elusivi della presente disposizione. I contratti stipulati in violazione degli obblighi di cui alla presente lettera sono nulli e costituiscono illecito disciplinare e sono causa di responsabilità amministrativa. I soggetti di cui al primo periodo comunicano trimestralmente al Ministero'dell'economia e delle finanze la quota di acquisti effettuata, in modo da consentire la verifica del rispetto degli obblighi previsti, nonché dei relativi risparmi di spesa. Con decreto di natura non regolamentare, adottato dal Ministero dell'economia e delle finanze, di concerto con il Ministero dell'interno, entro trenta giorni dalla data di entrata in vigore della presunta legge, sono stabilite le disposizioni attuative della presente lettera;

m) in deroga all'articolo 3 della legge 27 luglio 2000, n. 212, a, decorrere il periodo di imposta successivo a quello in corso al 31 dicembre 2014, all'articolo 96, comma 5-*bis*, del testo Unico delle imposte sui redditi di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, al primo periodo, le parole: «nei limiti del 96 per cento» sono sostituite dalle seguenti: «nei limiti del 95 per cento»;

n) in deroga all'articolo 3 della legge 27lugli6 2000, n. 212, a decorrere dal periodo di imposta successivo a quello in corso al 31 dicembre 2014, al decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, sono apportate le seguenti modificazioni:

1) all'articolo 6, comma 8, le parole: 2nella misura del 96 per cento» sono sostituite dalle seguenti: «nella misura del 95 per cento»;

2) all'articolo 6, comma 9, le parole: «nella misura del 96 per cento» sono sostituite dalle seguenti: «nella misura del 95 per cento»;

3) all'articolo 7, comma 2, le parole: «nella misura del 96 per cento» sono sostituite dalle seguenti: «nella misura del 95 per cento»;

o) al fine di razionalizzare gli spazi complessivi per l'utilizzo degli immobili in uso governativo e di ridurre la spesa relativa agli immobili condotti in locazione dallo Stato, il Ministro dell'economia e delle finanze, con propri decreti, determina i piani di razionalizzazione degli spazi e di riduzione della spesa, anche differenziandoli per ambiti territoriali e per patrimonio utilizzato, elaborati per il

triennio2015-2017 d'intesa tra l'Agenzia del demanio e le amministrazioni centrali e periferiche, usuarie e conduttrici. Tali piani sono finalizzati a conseguire una riduzione complessiva non inferiore a 100 milioni di euro annui del valore dei canoni per locazioni passive e del costo d'uso equivalente degli immobili utilizzati;

p) gli articoli 586, 992, 2229 e 2230 del codice dell'ordinamento militare, di cui al decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66, sono abrogati. Entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri, su proposta del Ministro della difesa, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze e del Ministro del lavoro e delle politiche sociali, è predisposto l'esaurimento del personale in ausiliaria entro i cinque anni successivi;

q) ferme restando le disposizioni di cui agli articoli 13 e 14 del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, il Governo, le regioni e gli enti locali, in sede di Conferenza unificata, adottano accordi per la riduzione delle spese. per incarichi di consulenza nelle società partecipate per assicurare maggiori risparmi annui non inferiori a euro 150.000.000 annui a decorrere dall'anno 2015;

r) le risorse giacenti nel Fondo speciale destinato al soddisfacimento delle esigenze prioritariamente di natura alimentare, di cui all'articolo 81, commi 29 e 30, del decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 agosto 2008, n. 133, nonché le risorse destinate alle finalità di cui all'articolo 60 del decreto-legge 9 febbraio 2012, n. 5, convertito, con modificazioni, dalla legge 4 aprile 2012, n. 35, sono versate all'entrata del bilancio dello Stato per essere riassegnate al Fondo di cui al comma 5 dell'articolo 1;

s) al decreto-legge 28 dicembre 2013, n. 149, convertito, con modificazioni, dalla legge 21 febbraio 2014, n. 13, sono apportare le seguenti modificazioni:

1) l'articolo 12 è abrogato;

2) all'articolo 14, il comma 1 è sostituito dal seguente:

"1. Ai partiti e ai movimenti politici ai quali, alla data di entrata in vigore del presente decreto, è riconosciuto il finanziamento pubblico ai sensi della legge 6 luglio 2012, n. 96, e della legge 3 giugno 1999, n. 157, in relazione alle elezioni svoltesi anteriormente alla data di entrata in vigore del presente decreto, il cui termine di erogazione non è ancora scaduto alla data medesima, continuano ad usufruirne nell'esercizio finanziario in corso e nell'esercizio finanziario 2015 nella misura del 25 per cento.";

3) all'articolo 14, i commi 2 e 3 sono abrogati;

t) a decorrere dal periodo di imposta in corso al 10 gennaio 2015, ciascun contribuente può destinare il 2 per mille della propria imposta sul reddito delle persone fisiche a favore del Fondo di cui al comma 5 dell'articolo 1; le suddette destinazioni sono stabilite esclusivamente sulla base delle scelte effettuate dai contribuenti in sede di dichiarazione annuale dei redditi, ovvero da quelli esonerati dall'obbligo di presentare la dichiarazione, mediante la compilazione di una scheda apposita. Per la finalità di cui alla presente lettera è autorizzata la spesa massima di 45 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015;

u) a decorrere dall'anno 2015, gli organi costituzionali possono concorrere all'alimentazione del Fondo di cui al comma 5 dell'articolo 1, deliberando autonomamente riduzioni di spesa sia delle indennità dei parlamentari, sia degli stanziamenti dei propri bilanci per un importo annuo complessivo pari a 62,000.000 di euro. I risparmi deliberati sono versati all'entrata del bilancio dello Stato per essere riassegnati al predetto Fondo;

v) a decorrere dalla data di entrata in vigore della presente legge, i titolari di pensione, erogata da enti previdenziali ovvero da organi, la cui attività è finanziata prevalentemente da risorse a carico del bilancio dello Stato, che svolgono attività retribuite a titolo di lavoro dipendente o di lavoro autonomo, presso organi costituzionali, organi a rilevanza costituzionale, Ministeri, organi di governo degli enti territoriali e locali, tribunali amministrativi regionali, non possono percepire il trattamento pensionistico. I soggetti destinatari della presente lettera hanno l'obbligo di comunicare all'ente, che

eroga il trattamento pensionistico, le attività svolte ed i relativi contratti. In caso di mancata comunicazione si applica una penale pari al 30 per cento del trattamento lordo annuo percepito. Le risorse derivanti dalla riduzione dei trattamenti pensionistici, nonché le relative penali, sono versate all'entrata del bilancio dello Stato annualmente per essere riversate al Fondo di cui al comma 5 dell'articolo 1;

z) la Banca d'Italia, nel rispetto delle norme statutarie e nell'ambito della partecipazione ad iniziative d'interesse pubblico e sociale, può concedere contributi a favore del Fondo di cui al comma 5 dell'articolo 1;

aa) a decorrere dall'anno 2015, i dividendi percepiti dall'INPS sulle partecipazioni al capitale della Banca d'Italia, sono destinati al Fondo di cui al comma 5 dell'articolo 1, nella misura del 70 per cento;

bb) il comma 486 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2013, n. 147, è sostituito dai seguenti:

"486. A decorrere dal periodo di imposta 2015, sugli importi lordi dei trattamenti pensionistici corrisposti da enti gestori di forme di previdenza obbligatorie è dovuto un contributo di solidarietà per scaglioni di importo, da calcolare applicando le seguenti aliquote progressive:

a) fino a sei volte il minimo: aliquota 0,1 per cento;

b) per la quota parte oltre undici volte il minimo fino a quindici volte il minimo: aliquota 5 per cento;

c) per la quota parte oltre quindici volte il minimo fino a venti volte il minimo: aliquota 10 per cento;

d) per la quota parte oltre venti volte il minimo fino a venticinque volte il minimo: aliquota 15 per cento;

e) per la quota parte oltre venticinque volte il minimo fino a trentuno volte il minimo: aliquota 20 per cento;

f) per la quota parte oltre trentuno volte il minimo fino a trentanove volte il minimo: aliquota 25 per cento;

g) per la quota parte, oltre trentanove volte il minimo fino a cinquanta volte il minimo: aliquota al 30 per cento;

h) per la quota parte oltre cinquanta volte il minimo: aliquota 32 per cento.

486-*bis*. Ai fini dell'applicazione della trattenuta di cui al comma 486 è preso a riferimento il trattamento pensionistico complessivo lordo per l'anno considerato. L'INPS, sulla base dei dati che risultano dal casellario centrale dei pensionati, istituito con decreto del Presidente della Repubblica 31 dicembre 1971, n. 1388, è tenuto a fornire a tutti gli enti interessati i necessari elementi per l'effettuazione della trattenuta del contributo di solidarietà, secondo modalità proporzionali ai trattamenti erogati. Le somme trattenute vengono acquisite dalle competenti gestioni previdenziali obbligatorie, anche al fine di concorrere al finanziamento degli interventi di cui al comma 191 del presente articolo".

Allegato 1

totale componentiAdulti (14 anni)Ragazzi (14 anni)Scala OCDE modificata Relazione annuale Istat 2014Erogazione (Relazione annuale Istat 2014)Coeff.Importo annuale massimo erogabileImporto mensile massimo erogabile1101euro 9.360euro 7802111,3euro 12.168euro 1.0142201,5euro 14.040euro 1.1703121,5eur

o 14.976euro 1.2483211,8euro 16.848euro 1.4044131,9euro 17.784euro 1.4823302euro 18.720euro 1.5604222,1euro 19.656euro 1.6385142,2euro 20.592euro 1.7164312,3euro 21.528euro 1.7945232,4euro 22.454euro 1.8724402,5euro 23.400euro 1.9506152,5euro 23.400euro 1.9505322,6euro 24.336euro 2.0286242,7euro 25.272euro 2.1065412,8euro 26.208euro 2.1847162,8euro 26.208euro 2.1846332,9euro 27.144euro 2.2625503euro 28.080euro 2.3407253euro 28.080euro 2.3406423,1euro 29.016euro 2.41873euro?3.120 $ALGORITMI PER IL CALCOLO DEL REDDITO DI CITTADINANZA PER CIASCUN \ $BENEFICIARIO COMPONENTE DI UN NUCLEO FAMILIARE $??Tutti i componenti percepiscono 1ID reddito inferiore \ $al reddito di cittadinanza potenziale $??Sp = Valor=1cc>\ fdt "emen",1,"",0,"";;64 $\ fdt "num",1,"",0,"";;64 $ 3.120

Allegato 2

(articolo 3, comma 5)

ALGORITMI PER IL CALCOLO DEL REDDITO DI CITTADINANZA PER CIASCUN BENEFICIARIO COMPONENTE DI UN NUCLEO FAMILIARE

Caso 1

Tutti i componenti percepiscono 1ID reddito inferiore al reddito di cittadinanza potenziale

Ni = numero dei componenti il nucleo familiare

Sp = Valore della soglia di povertà indicato dalla tabella di cui all'allegato 1

Ra, Rb, Rc, ... Ri = redditi dei componenti del nucleo familiare

Rf = Reddito familiare netto dato dalla somma dei redditi netti dei componenti il nucleo familiare:

Rf = Ra+Rb+Rc+ ... Ri

Rcf = reddito di cittadinanza del nucleo familiare calcolato sulla base del reddito familiare e della tabella di cui all'allegato 1

Rcf= Sp-Rf

Rcx = Reddito di cittadinanza potenziale

Rcx = Sp/Ni

Rca, Rcb, Rcc, ... Rci = reddito di cittadinanza del componente i-esimo del nucleo familiare

Rci = Rcx-Ri

Caso 2

Uno dei componenti del nucleo familiare percepisce un reddito netto superiore al reddito di cittadinanza potenziale

Ni = numero dei componenti il nucleo familiare

Sp = Valore della soglia di povertà indicato dalla tabella di cui all'allegato 1

Ra, Rb, Rc, ... Ri = redditi dei componenti del nucleo familiare

Rs = Reddito del componente del nucleo familiare che supera il reddito di cittadinanza potenziale del componente del nucleo familiare

Rf = Reddito familiare netto dato dalla somma dei redditi dei componenti il nucleo familiare:

Rf = Ra+Rb+Rc+Rs+ ... Ri

Rcf = reddito di cittadinanza del nucleo familiare calcolato sulla base del reddito familiare e della tabella di cui all'allegato 1

Rcf= Sp-Rf

Rcx= Reddito di cittadinanza potenziale Rcx=Sp/Ni

Es = Extra reddito del componente che ha un reddito superiore al reddito di cittadinanza potenziale

Es = Rs-Rcx

Rca, Rcb, Rcc,= Redditi di cittadinanza riferiti ai componenti a, b, c del nucleo familiare

Rci = reddito di cittadinanza del componente i-esimo del nucleo familiare

Rci = Rcx-(Ri+(Es/(N-l)))

Note.

1. Nel caso 2, il reddito di cittadinanza del componente i-esimo del nucleo familiare che

'percepisce un reddito inferiore al reddito potenziale è dato dal reddito potenziale diminuito della somma del reddito del componente i-esimo e dell'extrareddito del componente che supera il reddito potenziale ripartito tra gli altri familiari.

2. In tutti i casi, il componente del nucleo familiare che percepisce un reddito superiore al reddito potenziale non percepisce alcun reddito di cittadinanza.

Allegato 3

N mesi = parte intera di (Rfa ? 3 RdC)/(Rdc/4)

N mesi = Numero di mesi di attesa per 1'erogazione del reddito di cittadinanza

Rfa = Reddito familiare annuale netto (percepito nei 12 mesi precedenti la richiesta)

Rdc = Reddito di cittadinanza annuale netto (secondo tabella A allegato 1)».

1.0.2

SACCONI, BIANCONI, CHIAVAROLI, MANCUSO, GUALDANI

*Dopo l'***articolo***, inserire il seguente:*

«Art. 1-*bis*

(Misure sperimentali per l'incremento della produttività del lavoro)

1. Salva espressa rinuncia scritta del prestatore di lavoro, nel periodo dal 1º gennaio 2015 al 31 dicembre 2015, sono soggette a una imposta sostitutiva dell'imposta sul reddito delle persone fisiche e delle addizionali regionali e comunali pari al 10 per cento, entro il limite di importo complessivo di 3.000 euro lordi, le somme erogate a livello aziendale delle quali siano incerti la corresponsione o l'ammontare e la cui struttura sia correlata alla misurazione di incrementi di produttivita', innovazione ed efficienza organizzativa o altri elementi di competitività e redditività legati all'andamento economico dell'impresa.

2. I redditi di cui al comma 1 non concorrono ai fini fiscali alla determinazione dell'Indicatore della Situazione Economica Equivalente (ISEE) del percipiente o del suo nucleo familiare entro il limite massimo di 3.000 euro. Resta fermo il computo dei predetti redditi ai fini dell'accesso alle prestazioni previdenziali e assistenziali, salve restando le prestazioni in godimento sulla base del reddito di cui al comma 5.

3. L'imposta sostitutiva è applicata dal sostituto d'iimposta. Se quest'ultimo non è lo stesso che ha rilasciato la certificazione unica dei redditi per il 2014, il beneficiario attesta per iscritto l'importo del reddito da lavoro dipendente conseguito nel medesimo anno 2014.

4. Per l'accertamento, la riscossione, le sanzioni e il contenzioso, si applicano, in quanto compatibili, le ordinarie disposizioni in materia di imposte dirette.

5. Le disposizioni di cui ai commi da 1 a 4 trovano applicazione on esclusivo riferimento al settore privato e per i titolari di reddito da lavoro dipendente non superiore, nell'anno 2014, a 40.000 euro al lordo delle somme assoggettate nel medesimo anno 2014 all'imposta sostitutiva».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 100.000.000;

2016: ? 130.000.000;

2017: ? 180.000.000».

1.412 (testo 2)

SUSTA, DI BIAGIO

Al comma 44, lettera a), sostituire le parole: "ai limiti indicati nell'allegato 4 annesso alla presente legge, diversi a seconda del codice ATECO che contraddistingue l'attività esercitata" *con le parole*: "a 30.000 euro".

Conseguentemente:

sopprimere la lettera b) del comma 45;

al comma 54, secondo periodo, sostituire le parole: "15 per cento" con le seguenti: "7 per cento";

sopprimere il comma 55;

sopprimere il comma 67;
sopprimere il comma 78.

1.484 (testo 2-corretto)

DI BIAGIO, GIACOBBE, TURANO, MICHELONI, EVA LONGO

Dopo il comma 80, inserire i seguenti commi:

80-*bis*. All'articolo 24 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, e successive modificazioni, dopo il comma 3-*bis* è aggiunto il seguente comma:

3-*ter*. In deroga alle disposizioni contenute nel comma 1, nei confronti dei soggetti residenti all'estero, in uno Stato non facente parte dell'Unione europea né aderente all'Accordo sullo Spazio economico europeo, che assicuri comunque un adeguato scambio di informazioni, l'imposta dovuta è determinata sulla base delle disposizioni contenute negli articoli da 1 a 23, a condizione che il reddito prodotto dal soggetto nel territorio dello Stato italiano sia pari almeno al 75 per cento del reddito dallo stesso complessivamente prodotto e che il soggetto non goda di agevolazioni fiscali analoghe nello Stato di residenza. Con decreto di natura non regolamentare del Ministro dell'economia e delle finanze sono adottate le disposizioni di attuazione del presente comma.

80-*ter*. Le disposizioni di cui al comma 80-*bis* si applicano a decorrere dal 2015.

80-*quater*. La lettera *b)* del comma 99 dell'articolo 1 della legge 24 dicembre 2007, n. 244, è sostituita dalla seguente:

>.

Conseguentemente, *all'articolo 3, comma 76 aggiugere, in fine, le seguenti parole:* "ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 2 milioni di euro a decorrere dal 2015".

1.612 (testo corretto)

LEZZI

Sostituire il comma 90 con il seguente:

"90. All'articolo 8 della legge 29 dicembre 1990, n. 407, il comma 9 è sostituito con il seguente:

1.628 (testo 2)

LUIGI MARINO

Al comma 90, primo periodo, sopprimere le seguenti parole: ", con esclusione del settore agricolo,".

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le seguenti parole: "ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 12 milioni di euro a decorrere dal 2015".

1.629 (testo 2)

LUIGI MARINO

Al comma 90, primo periodo, sostituire le parole: "del settore agricolo," *con le seguenti*: "del settore della produzione primaria di prodotti agricoli".

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le seguenti parole: "ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 7 milioni di euro a decorrere dal 2015".

1.715 (testo corretto)

RUTA, ALBANO, BERTUZZI, FASIOLO, GATTI, PIGNEDOLI, SAGGESE, VALENTINI, LAI

Al comma 101 apportare le seguenti modificazioni:

al primo periodo, sostituire le parole: "108 milioni" con le seguenti: "103 milioni";
al comma 101, sopprimere il secondo periodo.

Conseguentemente, dopo il comma 101, inserire il seguente:
"101-*bis*. Il fondo di cui all'articolo 158, comma 1, del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 134, è rifinanziato di 5 milioni di euro per l'anno 2015".

2.49 (testo 2)
CHIAVAROLI
Dopo il comma 9, aggiungere il seguente:
<<9-bis). Rete Ferroviaria Italiana, preso atto del rilievo strategico dell'asse ferroviario Roma-Pescara, è autorizzata a considerare prioriotario uno studio di fattibilità mirato al potenziamento di tale asse nell'ambito del Contratto di Programma sottoscritto l'8 agosto 2014 con il Ministero delle infrastrutture e dei trasporti fino ad un importo di 2 milioni di euro> >.

2.70 (testo 2)
URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO
All'articolo 2, comma 12, elenco 1, sopprimere la voce: legge 23 dicembre 1998, n. 448, articolo 8, comma 10, lettera *c)*; legge 22 dicembre 2008, n. 203, articolo 2, comma 12; Gasolio e GPL impiegati per riscaldamento in aree geograficamente o climaticamente svantaggiate.
Conseguentemente:
al medesimo comma, sostituire le parole: "e a 38,690 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2016" *con le seguenti*: "e a 12,085 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2016"; *all'articolo 1, comma 121, sostituire le parole:* "200 milioni di euro a decorrere dal 2015" *con le seguenti*: "200 milioni nel 2015 e a 173,4 milioni a decorrere dal 2016".

2.740-bis
MUCCHETTI
Dopo il comma 90 aggiungere il seguente: "90-*bis*. Ai fini dell'attività di indirizzo e coordinamento in materia di revisione dei programmi di spesa, razionalizzazione delle attività e dei servizi offerti, ridimensionamento delle strutture, riduzione delle spese per acquisto di beni e servizi, ottimizzazione dell'uso degli immobili e altre materie con riferimento all'ENEA il comma 5 dell'articolo 37 della legge 23 luglio 2009, n. 99 è sostituito dal seguente: "5. Sono organi dell'ENEA:
Il Presidente;
Il Consiglio di Amministrazione;
Il Collegio dei Revisori dei Conti.

Il Presidente è il legale rappresentante dell'ENEA, la dirige e ne è responsabile. Il consiglio di amministrazione formato da tre componenti, incluso il Presidente, è nominato con decreto del ministro dello Sviluppo Economico per quattro anni, rinnovabili una sola volta, ed i componenti sono scelti tra persone con elevata e documentata qualificazione tecnica, scientifica e gestionale nei settori di competenza dell'ENEA.".

2.798 (testo 2)
ZANONI, GUERRIERI PALEOTTI
Dopo il comma 102, aggiungere i seguenti:

*"*102-*bis*. All'articolo 3 della legge 14 gennaio 1994, n. 20, alla lettera *f),* aggiungere in fine le seguenti parole: "con esclusione dei contratti stipulati da università ed enti di ricerca su fondi di ricerca;"
102-*ter*. Al comma 450 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2006, n. 296, sono apportate le seguenti modificazioni:
sopprimere le parole: "e delle istituzioni universitarie";
dopo le parole: "nonché le autorità indipendenti," aggiungere le seguenti: "ad esclusione delle università statali limitatamente all'acquisto su fondi di ricerca di beni e servizi destinati ad attività di ricerca,";

sopprimere le parole: "e le università statali"
102-*ter*. All'articolo 6 del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito con modificazioni dalla legge 30 luglio 2010, n. 122, sono apportate le seguenti modificazioni:
al comma 8, quinto periodo, sostituire le parole: "Le disposizioni del presente comma non si applicano ai convegni organizzati dalle università e dagli enti di ricerca" con le seguenti: "Le disposizioni del presente comma non si applicano all'attività di rcierca e didattica dell'università e agli enti di ricerca";
al comma 13, al terzo periodo, dopo le parole: "all'attività di formazione effettuata" inserire le seguenti: "dalle Università e dagli enti di ricerca,";
102-*quater*. All'articolo 61 del decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 agosto 2008, n. 133, al comma 5, sostituire l'ultimo periodo con il seguente: "La disposizione del presente comma non si applica all'attività di ricerca e didattica dell'università e agli enti di ricerca.".

2.1113 (testo 2)
DEL BARBA
All'articolo 2,comma 156, alla lettera d), aggiungere, infine il seguente periodo:
"Le disposizioni di cui alla presente lettera non si applicano alle province di cui al comma 52 della legge 7 aprile 2014, n. 56";
conseguentemente, sostituire la lettera e) con la seguente:
"*e)* di attivare rapporti di lavoro ai sensi dell'articolo 90 del testo unico delle leggi sull'ordinamento degli enti locali, di cui al decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, e successive modificazioni.".

2.1385 (testo 2)
LANZILLOTTA, ICHINO
Dopo il comma 207, inserire i seguenti:
>.

2.1666 (testo 2)
BIANCONI, GUALDANI
All'articolo 2, dopo il comma 266, aggiungere i seguenti:

2.1727 (testo 2)
RUSSO, FASIOLO, MARAN, MAURO MARIA MARINO, PEGORER, SONEGO, VACCARI
Aggiungere, in fine, i seguenti commi

"272-*bis*. Il Commissario di Governo per il Friuli-Venezia Giulia, previa intesa con il Presidente della Regione Friuli-Venezia Giulia e con il Sindaco di Trieste, adotta, d'intesa con le istituzioni competenti, i provvedimenti necessari per spostare il regime giudirico internazionale di Punto Franco dal Porto vecchio di Trieste ad altre zone opportunamente individuate, funzionalmente e logisticamente legate alle attività portuali.
272-*ter*. In conseguenza dei sopracitati provvedimenti, le aree, le costruzioni e le altre opere appartenenti al demanio marittimo compresi nel confine della circoscrizione portuale, escluse le banchine, l'Adriaterminal e la fascia costiera del PortoVecchio di Trieste, sono sdemanializzate e trasferite a titolo gratuito al patrimonio disponibile dello Stato per essere assegnate, a cura dell'Agenzia del demanio, in proprietà al patrimonio disponibile del Comune di Trieste. Il Comune destina gli immobili assegnati per le finalità previste dagli strumenti urbanistici. Il Comune di Trieste può alienare, nel rispetto della legislazione nazionale ed europea in materia, le aree e gli immobili sdemanializzati e i relativi introiti sono trasferiti all'Autorità Portuale di Trieste per gli interventi di infrastrutturazione del porto Nuovo e delle nuove aree destinate al regime internazionale di Punto Franco. Sono fatti salvi i diritti e gli obblighi derivanti dai contratti di concessione di durata superiore a quattro anni in vigore, che sono convertiti, per la porzione di aree relative, in diritto di uso in favore del concessionario per la durata residua della concessione. Il presidente dell'Autorità portuale, d'intesa con l'Agenzia del demanio, con il Presidente della regione Friuli-Venezia Giulia, con il Sindaco di

Trieste e con la Capitaneria di Porto, delimita le aree che restano vincolate al demanio marittimo.
272-*quater*. L'uso delle aree demaniali del Porto Vecchio di Trieste è disciplinato da apposito regolamento da emanarsi a cura dell'Autorità Portuale di Trieste in esecuzione di quanto previsto dall'art. 6, comma 1, lettera *a)*, dall'art. 8, comma 3, lettera *h)* e dall'art. 13, comma 1, lettera *a)* della legge 28 gennaio 1994, n. 84.".

3. 227 (testo 2)
BROGLIA, VACCARI, LO GIUDICE, GUERRA, SANGALLI
All'articolo 3, dopo il comma 31 inserire i seguenti:
"31-*bis*. Al fine di agevolare la ripresa delle attività e consentire l'attuazione dei piani per la ricostruzione e per il ripristino dei danni causati dagli eccezionali eventi sismici del 20 e 29 maggio 2012, all'articolo 8, comma 3, del decreto-legge 6 giugno 2012, n. 74, convertito, con modificazioni, dalla legge 1° agosto 2012, n. 122, le parole: "e comunque non oltre il 31 dicembre 2014" sono sostituite dalle seguenti: "e comunque non oltre il 31 dicembre 2015".

31-*ter*. All'articolo 8, comma 3, del decreto legge 6 giugno 2012, n. 74, le parole "e comunque non oltre il 31 dicembre 2014" sono sostituite dalle parole "e comunque non oltre due anni dal termine dello stato di emergenza".

31-*quater*. All'articolo 3-bis, comma 1, del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, sono apportate le seguenti modifiche:
dopo le parole "*lettere a), b)*" sono aggiunte le seguenti: "*b-bis)*";
le parole: "*nonché al risarcimento dei danni subìti dai beni mobili strumentali all'attività ed alla ricostituzione delle scorte danneggiate e alla delocalizzazione temporanea delle attività danneggiate dal sisma al fine di garantirne la continuità produttiva,*" sono sostituite dalle seguenti: "*nonché al risarcimento dei danni subìti dai beni mobili strumentali all'attività, alla ricostituzione delle scorte danneggiate, alla delocalizzazione temporanea delle attività danneggiate dal sisma al fine di garantirne la continuità produttiva e al risarcimento dei danni economici subiti da prodotti in corso di maturazione ovvero di stoccaggio ai sensi del regolamento (CE) n. 510/2006 relativo alla protezione delle indicazioni geografiche e delle denominazioni d'origine dei prodotti agricoli e alimentari*".

31-*quinquies*. Il comma 9-ter dell'articolo 1 del decreto-legge 12 maggio 2014, n. 74, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 giugno 2014, n. 93, è sostituito dal seguente:
"*9-ter. Con effetto dal 29 giugno 2014, per i finanziamenti di cui all'articolo 3-bis, comma 1, del decreto-legge 28 gennaio 2014, n. 4, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 marzo 2014, n. 50, ferma restando la durata massima del piano di ammortamento ai sensi del citato articolo 3-bis, il pagamento dovuto per la restituzione del debito per quota capitale è sospeso per un periodo di dodici mesi, con conseguente rimodulazione del piano di ammortamento in quote capitale costanti. Ai maggiori oneri per interessi derivanti dalla rimodulazione dei piani di ammortamento di cui al presente comma, si provvede nei limiti dell'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 11, comma 13, del decreto-legge 10 ottobre 2012, n. 174, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 dicembre 2012, n. 213. La Cassa depositi e prestiti S.p.A. e l'Associazione bancaria italiana adeguano le convenzioni di cui all'articolo 11, comma 7, del decreto-legge 10 ottobre 2012, n. 174, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 dicembre 2012, n. 213, integrate ai sensi dell'articolo 1, comma 367, della legge 24 dicembre 2012, n. 228, e ai sensi dell'articolo 6, comma 5, del decreto-legge 26 aprile 2013, n. 43, convertito, con modificazioni, dalla legge 24 giugno 2013, n. 71, nonché ai sensi dell'articolo 3-bis del decreto-legge 28 gennaio 2014, n. 4, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 marzo 2014, n. 50, in coerenza con le disposizioni di cui al presente comma. Le garanzie dello*

Stato di cui ai decreti del Ministro dell'economia e delle finanze emanati ai sensi dell'articolo 11, comma 7, del decreto-legge 10 ottobre 2012, n. 174, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 dicembre 2012, n. 213, nonché ai sensi dell'articolo 1, comma 367, della legge 24 dicembre 2012, n. 228, e dell'articolo 6, commi 2 e 3, del decreto-legge 26 aprile 2013, n. 43, convertito, con modificazioni, dalla legge 24 giugno 2013, n. 71, assistono, senza ulteriori formalità e con i medesimi criteri e modalità di operatività stabiliti nei predetti decreti, i finanziamenti contratti ai sensi delle rispettive disposizioni normative, come modificati per effetto dell'attuazione del presente comma.".

31-*sexies*. All'articolo 11, del decreto-legge 6 giugno 2012, n. 74, convertito, con modificazioni, dalla legge 1º agosto 2012, n. 122, sono apportate le seguenti modificazioni:
al comma 1-bis, dopo le parole: "*Al fine di sostenere la ripresa e lo sviluppo del tessuto produttivo,*" sono inserite le seguenti: "*ovvero garantire la continuità produttiva delle microimprese,*";
al comma 1-bis, dopo le parole: "*ovvero nei territori elencati dall'Allegato 1 al presente decreto, integrati dai territori individuati dall'articolo 67-septies del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 134, e successive modificazioni," sono inserite le seguenti : "ovvero possono essere utilizzati per sovvenzioni alle microimprese ubicate nei centri urbani dei suddetti territori, che abbiano subito un calo di fatturato o reddito, anche negli anni 2013 e 2014, direttamente riconducibili agli eventi sismici del 20 e 29 maggio 2012.*";
al comma 1-ter, le parole: "*Le agevolazioni per gli investimenti produttivi" sono sostituite dalle seguenti: "Le agevolazioni e sovvenzioni" e dopo le parole: "agli aiuti de minimis nel settore della produzione dei prodotti agricoli," sono inserite le seguenti: "ovvero, per le agevolazioni e sovvenzioni concesse successivamente al 30 giugno 2014, secondo quanto stabilito dal Regolamento (UE) N. 1407/2013 della Commissione del 18 dicembre 2013 relativo all'applicazione degli articoli 107 e 108 del trattato sul funzionamento dell'unione europea agli aiuti «de minimis»*".

31-*septies*. A decorrere dall'anno 2014 una quota non superiore allo 0,2 per mille del fondo di finanziamento ordinario delle università statali di cui all'articolo 5 della legge 24 dicembre 1993, n. 537, è destinata a contributi una tantum a università statali che documentino danni subiti in seguito a recenti calamità naturali o che, in seguito ad esse, abbiano proceduto ad annullare o ridurre gli importi di tasse e contributi dovuti dagli studenti le cui famiglie risultino colpite dai medesimi eventi.

31-*octies*. Al fine di agevolare la ripresa delle attività e consentire l'attuazione dei piani per la ricostruzione e per il ripristino dei danni causati dagli eccezionali eventi sismici del 20 e 29 maggio 2012, si dispone che i Comuni e le Province individuati ai sensi dell'articolo 1, comma 1, del decreto-legge 6 giugno 2012, n. 74, convertito, con modificazioni, dalla legge 1º agosto 2012, n. 122, e dall'articolo 67-septies del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 134, qualora ottengano un saldo positivo superiore all'obiettivo del patto di stabilità interno dell'anno 2014 sono autorizzati ad utilizzare tale eccedenza come riduzione del proprio saldo obiettivo di Patto di Stabilità per l'anno 2015, al fine di agevolare la ripresa delle funzioni delle amministrazioni comunali e consentire l'attuazione dei piani per la ricostruzione e per il ripristino dei danni causati dagli eccezionali eventi sismici del 20 e 29 maggio 2012;.
31-*nonies*. All'articolo 10 del decreto legislativo 6 settembre 2001, n. 368, dopo il comma 4-ter è inserito il seguente: "4-quater. *Sono esclusi dall'ambito di applicazione del presente decreto e in particolare dai limiti di cui all'articolo 1, comma 1, all'articolo 4 e all'articolo 5, i contratti di lavoro a tempo determinato stipulati dai soggetti che operano con i poteri di cui all'articolo 5, comma 2, della legge 24 febbraio 1992, n. 225 e dalle amministrazioni pubbliche esclusivamente per far fronte a situazioni emergenziali determinate da eventi calamitosi. Le amministrazioni pubbliche, per le connesse esigenze di assistenza alla popolazione, di ricostruzione e di ripresa economica, possono prorogare o rinnovare i precitati contratti di lavoro fino al massimo di ulteriori tre anni oltre il termine dello stato di emergenza*."

31-*decies*. In via sperimentale, ai fini della ripresa economica dei centri storici colpiti dal sisma del 20 e 29 maggio 2012 e dagli eventi alluvionali del 17 e 19 gennaio 2014, è istituita, ai fini strettamente connessi alla ricostruzione e alla ripresa economica dei centri storici colpiti e comunque per una durata non superiore a dodici mesi dal termine dello stato di emergenza, una zona franca urbana ai sensi della legge 27 dicembre 2006, n. 296, secondo le seguenti disposizioni:
la perimetrazione della suddetta zona franca urbana è limitata ai centri storici dei comuni di Bastiglia, Bomporto, Camposanto, Cavezzo, Concordia sulla Secchia, Crevalcore, Finale Emilia, Medolla, Mirandola, Novi di Modena, Poggio Renatico, Sant'Agostino, San Felice sul Panaro, San Prospero, San Possidonio e definita con atto del Commissario delegato, ai sensi del decreto legge 74 del 2012 convertito con modificazioni dalla legge 122 del 2012, d'intesa con i sindaci dei comuni suddetti;
possono beneficiare delle agevolazioni le imprese localizzate all'interno della zona franca di cui alla lettera precedente, con le seguenti caratteristiche:
microimprese, così come definite dalla Raccomandazione 2003/361/CE della Commissione, del 6 maggio 2003 e del decreto del Ministro delle attività produttive 18 aprile 2005, con un reddito lordo nel 2013 inferiore a 50.000 euro e un numero di addetti inferiore o uguale a 5;
costituzione in data non successiva al 31 dicembre 2014;
che svolgano la propria attività all'interno della ZFU, ai sensi di quanto previsto alla successiva lettera c);
non essere in stato di liquidazione volontaria o sottoposte a procedure concorsuali
i cui titolari siano nel pieno e libero esercizio dei propri diritti civili.
gli aiuti di Stato corrispondenti all'ammontare delle agevolazioni di cui alla successiva lettera e) sono concessi ai sensi e nei limiti del Regolamento (CE) n. 1407/2013 del 18 dicembre 2013 della Commissione, relativo all'applicazione degli articoli 107 e 108 del Trattato sul funzionamento dell'Unione Europea agli aiuti di importanza minore ("de minimis") e dal Regolamento (CE) n. 1408/2013 del 18 dicembre 2013 relativo all'applicazione degli articoli 107 e 108 del Trattato sul funzionamento dell'Unione Europea agli aiuti di importanza minore ("de minimis") nel settore agricolo;
per accedere alle agevolazioni di cui alla lettera e), i soggetti individuati ai sensi della lettera b) devono avere la sede principale o l'unità locale all'interno della ZFU e rispettare i limiti e le procedure previsti dai Regolamenti comunitari di cui alla lettera precedente. Quanto previsto alla presente lettera è attestato mediante dichiarazione sostitutiva dell'atto di notorietà ai sensi dell'art. 47 del D.P.R. 28 dicembre 2000, n. 445.
I soggetti di cui al presente comma possono beneficiare, nel rispetto dei requisiti della lettera b) nonché dei limiti previsti alla lettera f) e della dotazione finanziaria di cui alla lettera g), delle agevolazioni previste alle lettere a), b), c) del comma 341 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2006 n. 296 e consistenti in:
esenzione dalle imposte sui redditi;
esenzione dall'imposta regionale sulle attività produttive;
esenzione dalle imposte municipali proprie per gli immobili siti nella zona franca di cui al presente comma, posseduti e utilizzati dai soggetti per l'esercizio dell'attività economica.
le agevolazione di cui alla lettera e) sono riconosciute con riferimento ai periodi di imposta 2014 e 2015."

Conseguentemente:

- alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:
2015: - 55.500.000;
2016: - 50.000.000;
2017: - 50.000.000

3.298-bis

MUCCHETTI

Dopo il comma 34 aggiungere i seguenti: "34-*bis*. All'articolo 162 del DPR 22 dicembre 1986, n. 917 dopo il comma 2 è aggiunto il seguente: >;

34-*ter*. All'articolo 25-*bis* del DPR 29 settembre 1973, n. 600, dopo il comma 8 è aggiunto il seguente: >.

34-*quater*. Le attività digitali pienamente dematerializzate di cui all'articolo 162, comma 2-*bis*, del DPR 22 dicembre 1986, n. 917, sono individuate con provvedimento del Direttore dell'Agenzia delle Entrate da emanarsi entro 90 giorni dall'entrata in vigore della presente legge.

1.3.2.1.6. 5ª Commissione permanente (Bilancio) - Seduta n. 329 (ant.) del 12/12/2014

collegamento al documento su www.senato.it

BILANCIO (5ª)

VENERDÌ 12 DICEMBRE 2014
329ª Seduta (antimeridiana)

Presidenza del Presidente
AZZOLLINI
indi della Vice Presidente
LEZZI

Intervengono il vice ministro dell'economia e delle finanze Morando e il sottosegretario di Stato per lo stesso dicastero Baretta.

La seduta inizia alle ore 9,55.

IN SEDE REFERENTE

(1699) ***Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017 e relativa Nota di variazioni***, approvato dalla Camera dei deputati
- (Tabb. 1 e 1-*bis*) Stato di previsione dell'entrata per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017 *(limitatamente alle parti di competenza)*
- (Tabb. 2 e 2-*bis*) Stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017 *(limitatamente alle parti di competenza)*

(1698) ***Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)***, approvato dalla Camera dei deputati
(Seguito dell'esame congiunto e rinvio)

Prosegue l'esame congiunto, sospeso nella seduta pomeridiana di ieri.

Il presidente AZZOLLINI avverte che sono state formalizzate alcune proposte emendative al disegno di legge di stabilità da parte del Governo, pubblicate in allegato al resoconto, e che il relativo fascicolo

è messo a disposizione della Commissione.

Propone pertanto di fissare il termine per la presentazione di subemendamenti agli emendamenti del Governo per le ore 17 di oggi e di fissare per le ore 9 di domani, sabato 13 dicembre 2014, il termine per la presentazione di ulteriori emendamenti da parte del Governo nonché delle eventuali riformulazioni di emendamenti parlamentari già presentati.

La Commissione conviene.

La senatrice BULGARELLI (*M5S*) chiede di accantonare gli emendamenti all'articolo 3 presentati dal suo Gruppo e fa presente di aver richiesto anche l'accantonamento anche dell'emendamento 1.316.

La presidente LEZZI invita i senatori che hanno presentato emendamenti all'articolo 3 ad illustrarli.

La senatrice COMAROLI (*LN-Aut*) chiede di accantonare gli emendamenti 3.7, 3.38, 3.46, 3.77, 3.89, 3.133, 3.184, 3.235, 3.270, 3.296, 3.367 e 3.385. Fa inoltre presente di aver richiesto anche l'accantonamento dell'emendamento 1.885

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) illustra l'emendamento 3.12, che prevede l'eliminazione dell'aumento al 20 per cento dell'aliquota della tassazione per i fondi pensione.

Il senatore GUALDANI (*NCD*) chiede di accantonare gli emendamenti 3.16, 3.192, 3.308 e 3.355

Il senatore GUERRIERI PALEOTTI (*PD*) sottoscrive gli emendamenti 3.23, 3.42, 3.63, 3.87, 3.160, 3.188, 3.239, 3.298-*bis*, 3.350, 3.351 e 3.353 e ne chiede l'accantonamento insieme all'emendamento 3.175.

Il senatore Luigi MARINO (*PI*) sottoscrive l'emendamento 3.26 e ne chiede l'accantonamento.

Il senatore FRAVEZZI (*Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE*) chiede di accantonare gli emendamenti 3.56, 3.59, 3.61, 3.149, 3.190 e 3.363.

La senatrice DE PIN (*Misto*) sottoscrive l'emendamento 3.280 e ne chiede l'accantonamento insieme agli emendamenti 3.118, 3.271, 3.336 e 3.364.

I senatori Luigi MARINO (*PI*) e DI BIAGIO (*PI*) sottoscrivono l'emendamento 3.160.

La senatrice BONFRISCO (*FI-PdL XVII*) illustra gli emendamenti 3.182 e 3.186, invitando il Rappresentante del Governo a valutare la rimodulazione, se non la soppressione, della tassazione che grava sui soggetti pubblici e privati senza scopi di lucro e sottolineando il ruolo delle fondazioni bancarie nel sistema economico e sociale nazionale.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) chiede di accantonare gli emendamenti 3.195, 3.202, 3.237, 3.245, 3.264 e 3.284.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) illustra l'emendamento 3.201, volto a sopprimere il comma 28 dell'articolo 3 che innalza all'8 per cento la ritenuta d'acconto sui bonifici bancari per i lavori di ristrutturazione edilizia, sottolineando gli effetti penalizzanti per la piccola e media imprenditoria. Svolge poi considerazioni critiche sulle modalità con cui la Commissione sta procedendo, in sede di illustrazione degli emendamenti. Infatti, la richiesta di accantonamento da parte di taluni Gruppi rappresenta una forma di interlocuzione diretta tra ciascun Gruppo ed il Rappresentante del Governo, che non consente nessuna valutazione di merito sulle proposte emendative. Tale modo di procedere risulta inusuale e pregiudizievole del corretto svolgimento e dell'istruttoria in Commissione.

La presidente LEZZI assicura che rappresenterà le considerazioni del senatore D'Alì al presidente Azzollini. Fa tuttavia presente che a nessun senatore è preclusa la possibilità di illustrare i propri emendamenti.

Il senatore Luigi MARINO (*PI*) osserva che i criteri con cui la Commissione sta organizzando i lavori in sede referente sono analoghi a quelli dello scorso anno.

Il senatore BROGLIA (*PD*) ritira gli emendamenti 3.225, 3.226, 3.228, 3.229, 3.230, 3.231 e 3.244. Ricorda inoltre che è stato presentato l'emendamento 3.227 (testo 2), che riformula l'emendamento 3.227, di cui chiede l'accantonamento. Sottoscrive infine gli emendamenti 3.266 e 3.267.

La senatrice PADUA (*PD*) illustra l'emendamento 3.239, che istituisce un fondo per il ristoro dei danni di immagine subiti, nell'ottica della promozione turistica, dai Comuni che hanno ospitato centri di accoglienza per gli aventi diritto ad asilo che hanno accolto più di 3.000 stranieri extracomunitari nel 2014.

La senatrice BERTOROTTA (*M5S*) illustra l'emendamento 3.243, che prevede la compensazione dei crediti fiscali relativi ad agevolazioni concesse a ristoro dei danni subiti in conseguenza degli eventi sismici del 1990 in Sicilia.

La senatrice BONFRISCO (*FI-PdL XVII*) illustra l'emendamento 3.246, paventando gli effetti controproducenti della disposizione recata dal comma 33 dell'articolo 3 relativa all'imposizione fiscale sui veicoli storici, A tale riguardo, ricorda la particolare valenza culturale ed economica dei veicoli storici in Italia e gli esiti negativi che ha sortito l'incremento dell'imposizione fiscale sulle imbarcazioni da diporto voluto dal governo Monti. Ritiene pertanto necessario prevenire gli effetti negativi della certificazione della storicità dei veicoli, senza che ciò pregiudichi i proprietari di tali beni mobili registrati.

Il senatore GIBIINO (*FI-PdL XVII*) sottoscrive l'emendamento 3.246, di cui suggerisce la richiesta di accantonamento. Dichiara di condividere le considerazioni della senatrice Bonfrisco sui possibili effetti che il comma 33 dell'articolo 3 potrebbe sortire, come già avvenuto con le complessive minori entrate fiscali nel settore della nautica da diporto. Dopo aver fornito dati puntuali sugli importi che l'Erario potrà effettivamente incamerare con tale aggravio fiscale (di gran lunga inferiori alle stime governative), dà conto dell'ordine del giorno G/1698/2/8 (testo 2), approvato dall'8a Commissione permanente del Senato nella seduta pomeridiana dello scorso 10 dicembre.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) dichiara di condividere le finalità dell'emendamento 3.246,

sottolineando la valenza sociale e aggregativa dell'associazionismo che ruota attorno alle auto storiche di piccola cilindrata e paventando l'esiguità delle risorse che deriverebbero allo Stato dall'applicazione del comma 33 dell'articolo 3.

Il senatore TOSATO (*LN-Aut*) condivide le perplessità sullo squilibrio tra gli effetti economici negativi conseguenti all'attuazione dell'articolo 3, comma 33, e le esigue entrate fiscali che ne deriverebbero.

Il senatore DI BIAGIO (*PI*) sottoscrive l'emendamento 3.286 e ne chiede l'accantonamento insieme all'emendamento 3.258. Fa inoltre presente di aver richiesto l'accantonamento degli emendamenti 2.1695 e 2.1696.

Il senatore MANDELLI (*FI-PdL XVII*) illustra l'emendamento 3.263, che innalza al venticinquesimo anno il termine oltre il quale può essere riconosciuto il particolare interesse storico e collezionistico dei veicoli.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) dichiara di condividere i contenuti dell'emendamento 3.280, che mira ad abolire l'IMU per i terreni agricoli.

Il senatore MANDELLI (*FI-PdL XVII*) illustra l'emendamento 3.282, che intende abrogare le disposizioni relative al cosiddetto superbollo.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) illustra l'emendamento 3.306, che prevede l'esclusione dal patto di stabilità delle risorse destinate al cofinanziamento dei programmi comunitari, e gli emendamenti 3.324 e 3.325, con i quali si intende rendere l'IMU totalmente deducibile dal reddito d'impresa.

Il senatore RUTA (*PD*) sottoscrive l'emendamento 3.350.

I senatori URAS (*Misto-SEL*), VERDUCCI (*PD*) e LAI (*PD*) sottoscrivono l'emendamento 3.353.

Il senatore MANDELLI (*FI-PdL XVII*) illustra l'emendamento 3.357, che introduce un sistema di deducibilità delle spese sostenute dai professionisti per l'aggiornamento professionale e 3.358 che incide sulle deduzioni relative a taluni mezzi di trasporto a motore impiegati nell'esercizio imprenditoriale.

Il senatore PANIZZA (*Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE*) sottoscrive l'emendamento 3.358.

La senatrice BERTOROTTA (*M5S*) illustra l'emendamento 3.369, finalizzato ad incentivare forme di riqualificazione urbana integrata.

La senatrice CHIAVAROLI (*NCD*) sottoscrive l'emendamento 3.386 e ne chiede l'accantonamento.

La senatrice COMAROLI (*LN-Aut*) sottopone all'attenzione del Governo l'emendamento 3.389 e ne chiede l'accantonamento.

La senatrice COMAROLI (*LN-Aut*) rinuncia ad illustrare e chiede l'accantonamento degli emendamenti 3.390 e 3.396.

Il senatore GUERRIERI PALEOTTI (*PD*), aggiunge la firma all'emendamento 3.416, rinuncia ad illustrarlo e ne richiede l'accantonamento.

Il senatore VACCARI (*PD*) chiede di aggiungere, a sua volta, la firma all'emendamento 3.416.

Il senatore FRAVEZZI (*Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE*), aggiunge la firma all'emendamento 3.417, rinuncia ad illustrarlo e ne richiede l'accantonamento.

Il senatore GUERRIERI PALEOTTI (*PD*), aggiunge la firma all'emendamento 3.421, rinuncia ad illustrarlo e ne richiede l'accantonamento.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) rinuncia ad illustrare e chiede l'accantonamento dell'emendamento 3.432.

La presidente LEZZI aggiunge la firma all'emendamento 3.437, rinuncia ad illustrarlo e ne propone, così come per la proposta 3.438, l'accantonamento.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) illustra l'emendamento 3.441, che prevede la riduzione di un punto di IVA per il 2015 e un ulteriore punto per il 2016 per favorire il rilancio dei consumi, nonché gli emendamenti 3.443, 3.444, 3.446 e 3.447 che, intervenendo sulla clausola di salvaguardia, mirano ad evitare un aumento della tassazione in particolare sui prodotti agroalimentari e petroliferi.

La senatrice CHIAVAROLI (*NCD*) aggiunge la firma all'emendamento 3.455, rinuncia ad illustrarlo e ne richiede l'accantonamento.

Il senatore DI BIAGIO (*PI*) chiede di aggiungere, a sua volta, la firma all'emendamento 3.455.

La senatrice COMAROLI (*LN-Aut*) rinuncia ad illustrare e chiede l'accantonamento dell'emendamento 3.457.

La presidente LEZZI rinuncia ad illustrare e propone l'accantonamento dell'emendamento 3.468.

Il senatore GUERRIERI PALEOTTI (*PD*), aggiunge la firma all'emendamento 3.470, rinuncia ad illustrarlo e ne richiede l'accantonamento.

La presidente LEZZI rinuncia ad illustrare e propone l'accantonamento degli emendamenti 3.475 e 3.477.

Il senatore GUERRIERI PALEOTTI (*PD*) aggiunge la firma all'emendamento 3.478, rinuncia ad illustrarlo e ne richiede l'accantonamento.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) rinuncia ad illustrare e chiede l'accantonamento dell'emendamento 3.479.

La senatrice CHIAVAROLI (*NCD*) aggiunge la firma all'emendamento 3.481, rinuncia ad illustrarlo e ne richiede l'accantonamento.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) rinuncia ad illustrare e chiede l'accantonamento dell'emendamento 3.Tab.A.4.

Il senatore GUERRIERI PALEOTTI (*PD*) aggiunge la firma all'emendamento 3.Tab.A.11, rinuncia ad illustrarlo e ne richiede l'accantonamento.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) illustra l'emendamento 3.Tab.A.13 a sostegno del settore della pesca e lo segnala all'attenzione del Governo.

La senatrice DE PIN (*Misto*) aggiunge la firma all'emendamento 3.Tab.A.20, rinuncia ad illustrarlo e ne richiede l'accantonamento.

Il senatore DI BIAGIO (*PI*) rinuncia ad illustrare e chiede l'accantonamento dell'emendamento 3.Tab.C.6.

La senatrice COMAROLI (*LN-Aut*) rinuncia ad illustrare e chiede l'accantonamento degli emendamenti 3.Tab.C.13, 3.Tab.D.2 e 3.Tab.D.3.

La presidente LEZZI rinuncia ad illustrare e propone l'accantonamento dell'emendamento 3.Tab.E.1. Inoltre aggiunge la firma all'emendamento 3.Tab.E.2, rinuncia ad illustrarlo e ne propone l'accantonamento.

La senatrice CHIAVAROLI (*NCD*) rinuncia ad illustrare e chiede l'accantonamento del'emendamento 3.Tab.E.3.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) rinuncia ad illustrare e chiede l'accantonamento degli emendamenti 3.Tab.E.5 e 3.Tab.E.8.

La presidente LEZZI rinuncia ad illustrare e propone l'accantonamento degli emendamenti 3.Tab.E.6, 3.Tab.E.7 e 3.Tab.E.9. Inoltre aggiunge la firma all'emendamento 3.Tab.E.10, rinuncia ad illustrarlo e ne propone l'accantonamento.

Si intendono illustrati tutti i restanti emendamenti al disegno di legge di stabilità.

I senatori BERGER (*Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE*) e DI BIAGIO (*PI*) chiedono di poter presentare una riformulazione, rispettivamente, dell'emendamento 1.342 per un errore di copertura e dell'emendamento 1.38 per un refuso.

La presidente LEZZI avverte che sottoporrà la questione al presidente Azzollini. Inoltre, chiede

chiarimenti al Governo in merito all'emendamento 2.9300.

Il vice ministro MORANDO specifica che tale proposta mira a dare attuazione all'accordo dell'ottobre scorso tra il Governo e il Presidente della Regione Friuli Venezia Giulia nell'ambito del comune contributo al conseguimento degli obiettivi di finanza pubblica. Anticipa inoltre la presentazione un emendamento governativo dello stesso tenore anche per le Province autonome di Trento e Bolzano e ricorda che, in proposito, ci dovrebbe essere anche una proposta di senatori del Trentino-Alto Adige.

Il senatore PANIZZA (*Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE*) ricorda che si tratta dell'emendamento 2.1031.

La senatrice BONFRISCO (*FI-PdL XVII*) chiede se l'accordo con le Province autonome di Trento e Bolzano sia ancora quello del passato o sia stato rinnovato di recente.

Il vice ministro MORANDO spiega che l'accordo attuale prende le mosse da quello del passato, ma ora indica anche il contributo reciproco al raggiungimento degli obiettivi di finanza pubblica.

La presidente LEZZI chiede chiarimenti al Governo anche in merito all'emendamento 2.3000 su Poste Italiane Spa.

Il senatore MILO (*GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI)*) anticipa che il suo Gruppo presenterà un subemendamento volto a destinare le risorse stanziate ad altro settore.

La presidente LEZZI avverte che invece il suo Gruppo politico ne presenterà uno soppressivo.

Il vice ministro MORANDO chiarisce che la proposta del Governo è legata ad una sentenza del tribunale dell'Unione europea in materia di aiuti di Stato e specifica che le relative risorse stanziate non potrebbero comunque essere destinate ad altri scopi, se non a quello di ridurre il volume globale del debito.

La senatrice CHIAVAROLI (*NCD*) segnala che non è stato accantonato l'emendamento 2.1386 e chiede di rivalutare l'inammissibilità dell'emendamento 2.175.

La presidente LEZZI prende atto della richiesta.

Il vice ministro MORANDO chiede ai Gruppi di Forza Italia e del Movimento 5 Stelle di comunicare al Governo gli emendamenti ritenuti prioritari tra tutti quelli presentati.

La senatrice BULGARELLI (*M5S*), a nome del suo Gruppo, segnala gli emendamenti: 1.7, 1.81, 1.83, 1.84, 1.85, 1.103, 1.151, 1.232, 1.245, 1.250, 1.266, 1.309, 1.316, 1.334, 1.444, 1.492, 1.500, 1.498, 1.592, 1.607, 1.640, 1.641, 1.735, 1.787, 1.937, 1.952, 1.989, 1.1084, 1.1106, 2.210, 2.448, 2.494, 2.970, 2.972, 2.973, 2.1130, 2.1294, 2.1377, 3.53, 3.62, 3.64, 3.103, 3.349, 3.477, 1.754, 1.1210, 2.1390, 2.1436, 1.612, 2.381 e 2.427.

La senatrice BONFRISCO (*FI-PdL XVII*) avverte che alla ripresa dei lavori pomeridiani il suo Gruppo politico provvederà in tal senso.

Il senatore LAI (*PD*) chiede informazioni in merito ad eventuali emendamenti del Governo di attuazione dell'accordo tra Stato e Regione Sardegna.

Il vice ministro MORANDO chiarisce che il Governo presenterà un testo emendamento anche sull'accordo citato dal senatore Lai.

Il PRESIDENTE fa presente, quindi, che i seguenti emendamenti sono accantonati: 3.2; 3.7; 3.14; 3.15; 3.16; 3.23; 3.26; 3.36; 3.38; 3.42; 3.46; 3.52; 3.53; 3.56; 3.59; 3.61; 3.62; 3.63; 3.64; 3.65; 3.77; 3.87; 3.89; 3.102; 3.103; 3.104; 3.107; 3.118; 3.133; 3.149; 3.160; 3.164; 3.174; 3.175; 3.184; 3.188; 3.190; 3.192; 3.193; 3.195; 3.202; 3.221; 3.227 (testo 2); 3.235; 3.237; 3.239; 3.241; 3.243; 3.245; 3.258; 3.264; 3.270; 3.271; 3.280; 3.284; 3.286; 3.289; 3.290; 3.296; 3.298-bis; 3.308; 3.336; 3.349; 3.350; 3.351; 3.353; 3.355; 3.363; 3.364; 3.367; 3.368; 3.369; 3.376; 3.385; 3.386; 3.389; 3.390; 3.396; 3.416; 3.417; 3.421; 3.432; 3.437; 3.438; 3.455; 3.457; 3.468; 3.470; 3.475; 3.477; 3.478; 3.479; 3.481; 3.Tab.A.4; 3.Tab.A.11; 3.Tab.A.20; 3.Tab.C.6; 3.Tab.C.13; 3.Tab.D.2; 3.Tab.D.3; 3.Tab.E.1; 3.Tab.E.2; 3.Tab.E.3; 3.Tab.E.5; 3.Tab.E.6; 3.Tab.E.7; 3.Tab.E.8; 3.Tab.E.9; 3.Tab.E.10, 1.316; 1.885; 2.1386; 2.1695 e 2.1696.

Fa, quindi, presente, che i rispettivi proponenti hanno presentato le seguenti riformulazioni: 1.28 (testo 2), 1.246 (testo 2), 1.342 (testo 2), 2.740-*bis* (testo 2), 2.838 (testo 2), 2.887 (testo 2) e 3.455 (testo 2), pubblicati in allegato.

Il seguito dell'esame congiunto è, quindi, rinviato.

POSTICIPAZIONE DELLA SEDUTA POMERIDIANA DELLA COMMISSIONE

Il PRESIDENTE avverte che l'odierna seduta pomeridiana della Commissione, già convocata per le ore 14,30, è posticipata alle ore 15.

La Commissione prende atto.

La seduta termina alle ore 11,50.

EMENDAMENTI AL DISEGNO DI LEGGE

N. 1698

2.1

CASTALDI, GIROTTO, BULGARELLI, CIOFFI

Al comma 1, all'Allegato 5, ivi richiamato, sostituire la voce:

Ministero	**Autorizzazione di spesa**	**c/k**	**Riduzione (in migliaia di euro)**		
			2015	**2016**	**2017 e anni successivi**

Economia e finanze	Legge n. 311 del 2004, articolo 1, comma 361	C	50.000,0	25.000,0	0,0

con la seguente:

Ministero	**Autorizzazione di spesa**	**c/k**	**Riduzione (in migliaia di euro)**		
			2015	**2016**	**2017 e anni successivi**
Economia e finanze	Legge n. 311 del 2004, articolo 1, comma 361	C	25.000,0	25.000,0	0,0

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 75, alla tabella A ivi richiamata, alla voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*
2015: ? 25.000,000.

2.2

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, MILO, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Al comma 1, allegato n. 5, voce Ministero sviluppo economico*, legge n. 549 del 1995, articolo 1, comma 43, apportare le seguenti modificazioni:*

2015: + 2.039,6;
2016: + 2.039,6:
2017: + 2.039,6.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: + 2:039,6;
2016: + 2.039,6;
2017: + 2.039,6.

2.3

TOMASELLI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA

Al comma 1, allegato n. 5, sopprimere la voce: «Sviluppo economico; riduzione decreto-legge n. 66 del 2014, articolo 22-*bis*, comma 1».

Conseguentemente, dopo il comma 1, aggiungere il seguente:

«1-*bis*. Per le finalità di cui all'articolo 22-*bis,* comma 1 del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66 è autorizzata la spesa di 75 milioni di euro per l'anno 2015».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 75.000;
2016: ? 40.000;
2017: ? 0.

2.4

GUERRIERI PALEOTTI, LO MORO

Al comma 1, allegato n. 5 sopprimere la voce: «Sviluppo economico; riduzione decreto legge n.66 del 2014, articolo. 22-*bis,* comma 1».

Conseguentemente, al medesimo articolo 2, dopo il comma 1, aggiungere il seguente:

«1-*bis*. Per le finalità di cui all'articolo 22-*bis*, comma 1 del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66 è autorizzata la spesa di 75 milioni di euro per l'anno 2015».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 75.000.000;
2016: ? 50.000.000;

2017: ? 0.

2.5

BONFRISCO

Al comma 1 allegato 5, sopprimere la voce: «Ministero sviluppo economico, decreto-legge n. 66 del 2014, articolo 22-*bis* comma 1».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015 - 0;
2016 - 50.000;
2017 - 0.

2.6

CASTALDI, GIROTTO, BULGARELLI, CIOFFI

Al comma 1, all'Allegato 5 ivi richiamato, sopprimere la seguente voce:
MinisteroAutorizzazioni di spesac/kRiduzione
(in migliaia di euro)201520162017
e anni
successiviEconomia e finanzelegge n. 66 del 2044, articolo 22-*bis*, comma 1k0,050.000,000,0
Conseguentemente, all'articolo 3, comma 75, alla tabella B ivi richiamata, alla voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2016: ? 50.000.000.

2.7

AZZOLLINI

Al comma 1, sostituire la voce: «decreto-legge n. 66 del 2014, articolo 22-*bis*, comma 1» *con la seguente:*
MinisteroAutorizzazioni di spesac/kRiduzione
(in migliaia di euro)201520162017
e anni
successiviEconomia e finanzelegge n. 66 del 2044, articolo 22-*bis*, comma 1k0,025.000,000,0
Conseguentemente, alla Tabella E, alla voce: articolo 22-bis *comma 1* «Risorse destinate alle zone franche urbane (Settore n. 2) Interventi a favore delle imprese industriali (1.3 ? cap. 7350) di cui del decreto-legge n. 66 del 2014, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 89 del 2014: Misure urgenti per la competitività e la giustizia sociale», *apportare le seguenti modifiche:*

alle parole: «Riduzione
Cp ?75.000.000
Cs ?75.000.000»
sostituire le seguenti: «Riduzione
Cp ? 25.000.000
Cs ? 25.000.000».

Conseguentemente, alla medesima Tabella E, alla voce: articolo 61, comma 1, della legge n. 289 del 2002 «Fondo per lo sviluppo e la coesione (Settore n. 4) Interventi nelle aree sottoutilizzate (28.1-cap. 8000/p)» *apportare le seguenti modifiche:*

alle parole, anno 2015: «Riduzione
Cp ? 463.700.000
Cs ? 463.700.000»
Sostituire le seguenti: «Riduzione
Cp ? 513.700.000
Cs ? 513.700.000».
Anno 2016, riduzione, aggiungere: «Riduzione
Cp ? 25.000.000
Cs ? 25.000.000».

2.8

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, MILO, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Al comma 1, allegato 5, sopprimere la voce: Infrastrutture e trasporti ? legge n. 388 del 2000, articolo 145, comma 40.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 100.000;
2016: ? 100.000;
2017: ? 100.000.

2.9

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 1, aggiungere il seguente:

«1-*bis.* Al comma 1-*bis* dell'articolo 70 della legge 22 aprile 1941, n. 633, sostituire le parole: "31 dicembre 2014", con le seguenti: "31 dicembre 2015"».

2.10

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 1, aggiungere il seguente:

1-*bis*. Al comma 1, dell'articolo 2 del decreto, legislativo 31 luglio 2005, n. 177, dopo la lettera *o)* sono inserite le seguenti:

o-*bis*) «opera cinematografica», «opera filmica» o «film», l'opera dell'ingegno ai sensi della disciplina sulla protezione del diritto d'autore, realizzata su supporto di qualsiasi natura, di carattere narrativo, documentaristico o di animazione e destinata dal titolare dei diritti di utilizzazione, prioritariamente, allo sfruttamento economico nelle sale cinematografiche;

o-*ter)* «opera audiovisiva»: l'opera dell'ingegno ai sensi della disciplina sulla protezione del diritto d'autore, realizzata su supporto di qualsiasi natura, di carattere narrativo, documentaristico o di animazione, destinata dal titolare dei diritti di utilizzazione, prioritariamente, allo sfruttamento economico attraverso qualunque tecnologia, supporto; sistema o piattaforma di diffusione e distribuzione diversi dalla sala cinematografica; videoclip musicali con immagini in movimento realizzati a sostegno promozionale del fonogramma interpretato da un artista, fatti salvi i diritti in capo all'artista, al produttore fonografico e agli autori dell'opera musicale o di altre opere dell'ingegno eventualmente incorporate nel videogramma.

2.11

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 1, aggiungere il seguente:

1-*bis*. Al comma 3, dell'articolo 44 del decreto legislativo 31 luglio 2005, n. 177, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al terzo periodo le parole: «assegnando una quota adeguata» sono sostituite con le parole: «assegnando una quota non inferiore al 50 per cento»;

b) le parole: «ovunque prodotte», ovunque ricorrano nel testo, sono soppresse;

c) all'ultimo periodo sono soppresse le parole da; «Con decreto del Ministro dello sviluppo economico e del Ministro per i beni e le attività culturali» fino a: «dello sviluppo del mercato e della disponibilità delle stesse.».

2.12

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 1, aggiungere il seguente:

1-*bis*. All'articolo 44 del decreto legislativo n. 177 del 2005, dopo il comma 4, è inserito il seguente:

«4-*bis*. Ai fini degli obblighi stabiliti dal presente articolo, sono opere cinematografiche e

audiovisive di espressione originale italiana, le opere che possiedono i seguenti requisiti:

a) regista italiano;

b) autore del soggetto italiano o autori in maggioranza italiani;

c) sceneggiatore italiano o sceneggiatori in maggioranza italiani;

d) interpreti principali in maggioranza italiani;

e) interpreti secondari per tre quarti italiani;

f) ripresa sonora diretta in lingua italiana;

g) autore della fotografia cinematografica italiano;

h) montatore italiano;

i) autore della musica italiano;

l) scenografo italiano;

m) costumista italiano;

n) troupe italiana;

o) riprese, localizzazione dei set in esterno e uso di teatri di posa situati in Italia;

p) utilizzo d'industrie tecniche italiane;

q) effettuazione in Italia di almeno il 70 per cento della spesa complessiva dell'opera, con riferimento alle componenti tecniche di cui alle lettere *n)*, *o)*, *p)*, nonché agli oneri sociali:

2.13

LIUZZI

Dopo il comma 1 aggiungere i seguenti:

1-*bis*. I commi da 24 a 30 dell'articolo 12 del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, sono abrogati. È altresì abrogato il comma 16 dell'articolo 32 del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito dalla legge 15 luglio 2011, n. 111.

1-*ter*. Il Ministro dei beni e delle attività culturali e del turismo, di concerto con il Ministro delle infrastrutture e dei trasporti, provvede con apposito decreto interministeriale ad una revisione del regolamento della società Arcus S.p.A., prevedendo anche la trasmissione al Consiglio Superiore dei Beni Culturali dell'atto di indirizzo per Arcus S.p.A. annualmente emanato con apposito decreto interministeriale dallo stesso Ministro dei beni e delle attività culturali e del turismo, di concerto con il Ministro delle infrastrutture e dei trasporti. Il Consiglio Superiore dei Beni Culturali ha facoltà di proporre osservazioni entro 30 giorni dalla ricezione dell'atto di indirizzo. Il Ministro dei beni e delle attività culturali e del turismo preventivamente all'emanazione del suddetto atto di indirizzo, provvede a trasmetterne il testo alle Commissioni parlamentari competenti di Camera e Senato, che hanno facoltà di proporre osservazioni entro 30 giorni dalla ricezione dell'atto di indirizzo. Dette osservazioni saranno recepite entro e non oltre il termine perentorio di 15 giorni. Nella predisposizione del richiamato atto di indirizzo annuale una quota non inferiore ai due terzi delle risorse utilizzabili ex comma 4 dell'articolo 60 della legge 27 dicembre 2002, n. 289, è destinata al sostegno di programmi d'intervento di rilevanza nazionale o internazionale concernenti i beni e le attività culturali e il turismo, eventualmente nelle loro interrelazioni con le infrastrutture strategiche del Paese.

2.14

TOMASELLI, BROGLIA

Dopo il comma 1 inserire il seguente:

1-*bis*. Il comma 568-*bis* dell'articolo 1 della legge. 27 dicembre 2013, n. 147 è sostituito dai seguente: «568-*bis*. Le pubbliche amministrazioni locali indicate nell'elenco di cui all'articolo 1, comma 3, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, e successive modificazioni, e le società da esse controllate direttamente o indirettamente possono procedere:

a) allo scioglimento o alla fusione della società controllate direttamente o indirettamente. Se le relative operazioni sono in corso ovvero sono deliberate non oltre ventiquattro mesi dalla data di entrata in vigore della presente disposizione, gli atti e le operazioni posti in essere in favore di pubbliche amministrazioni in seguito allo scioglimento della società sono esenti da imposizione fiscale, incluse le imposte sui redditi e l'imposta regionale sulle attività produttive, ad eccezione

dell'imposta sul valore aggiunto. Le imposte di registro, ipotecarie e catasta li si applicano in misura fissa, in tal caso i dipendenti in forza alla data di entrata in vigore della presente disposizione sono ammessi di diritto alle procedure di cui ai commi da 563 a 568 del presente articolo. Ove lo scioglimento riguardi una società controllata indirettamente, le plusvalenze realizzate in capo alla società controllante non concorrono alla formazione del reddito e del valore della produzione netta e le minusvalenze sono deduci bili nell'esercizio in cui sono realizzate e nei quattro successivi. Le disposizioni di cui alla presente lettera si applica anche alle fusioni con società controllata direttamente o indirettamente da altra o altre pubbliche amministrazioni;

b) all'alienazione, a condizione che questa avvenga con procedura a evidenza pubblica deliberata non oltre ventiquattro mesi ovvero sia in corso alla data di entrata in vigore della presente disposizione, delle partecipazioni detenute alla data di entrata in vigore della presente disposizione e alla contestuale assegnazione dei servizio per cinque anni a decorrere dallo gennaio 2014. In caso di società mista, al socio privato detentore di una quota di almeno il 30 per cento alla data di entrata in vigore della presente disposizione deve essere riconosciuto il diritto di prelazione. Ai fini delle imposte sui redditi e dell'imposta regionale sulle attività produttive, le plusvalenze non concorrono alla formazione del reddito e del valore della produzione netta e le minusvalenze sono deducibili nell'esercizio in cui sono realizzate e nei quattro successivi».

2.15

GUALDANI, MARINELLO, MANCUSO

Dopo il comma 2 aggiungere il seguente:

«2-*bis*. AI comma 91, dell'articolo 1, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, le parole da: "sono versati all'entrata del bilancio dello Stato" fino alla fine del comma sono sostituite dalle seguenti: "rimangono nella disponibilità della società di gestione, a fronte di idonea certificazione circa il loro esatto ammontare da parte dell'ENAC, da approvare con decreto del Ministro delle infrastrutture e dei trasporti di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze"».

2.16

MALAN

Al comma 3, aggiungere, al termine, il seguente periodo: «Per l'anno 2015, in ogni caso, i diritti aeroportuali non possono essere aumentati di un tasso superiore a quello di inflazione».

2.17

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 3, inserire il seguente:

«3-*bis* I risparmi e gli interessi attivi dei Fondi speciali e delle gestioni INPS già esistenti alla data di entrata in vigore della disposizione di cui all'articolo 21 del decreto legge n. 201 del 2011. Convertito, con modificazioni, dalla legge n. 214 del 2011, non devono essere utilizzati per ripianare le perdite di esercizio derivanti dall'accorpamento dell'INPDAP.».

2.18

FILIPPI, LAI, BORIOLI, CANTINI, CARDINALI, STEFANO ESPOSITO, MARGIOTTA, RANUCCI, SONEGO

Dopo il comma 3, aggiungere il seguente:

«3-*bis*. È autorizzata la spesa di ulteriori 15 milioni di euro per l'anno 2015 e di 25 milioni di euro per ciascuno degli anni 2016 e 2017, da destinare agli interventi infrastrutturali programmati per la realizzazione e lo sviluppo di reti di telecomunicazione a banda larga nelle comunità locali caratterizzate da una insufficiente disponibilità di infrastrutture di accesso, con particolare riguardo alle aree contraddistinte da una bassa densità abitativa o da vincoli morfologici del territorio o dall'assenza di condizioni economiche favorevoli.».

Conseguentemente, alla Tabella B, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2014: ? 15.000;

2015: ? 25.000;

2016: ? 25.000.

2.19

FILIPPI, LAI, BORIOLI, CANTINI, CARDINALI, STEFANO ESPOSITO, MARGIOTTA, RANUCCI, SONEGO

Dopo il comma 3, aggiungere il seguente:

«3-*bis*. È autorizzata la spesa di 10 milioni di euro per l'anno 2015, di 40 milioni di euro per l'anno 2016 e di 50 milioni di euro per l'anno 2017 per lo sviluppo dei sistemi logistici-portuali e per il coordinamento delle attività di più porti e retroporti appartenenti ad un medesimo bacino geografico o al servizio di uno stesso corridoio transeuropeo. Le autorità portuali intervengono sugli aspetti di carattere generale dei sistemi logistici-portuali, e in particolare:

a) d'intesa con i gestori delle infrastrutture ferroviarie, sull'utilizzo delle reti ferroviarie di alimentazione ed integrazione del sistema logistico-portuale;

b) sulla promozione del traffico ferroviario "navetta" di collegamento tra porti e retroporti, che si può estendere anche alla manovra interna ai porti del sistema e che è regolata mediante bandi europei;

c) sul coordinamento dei nuovi piani regolatori portuali e comunali;

d) sulla promozione delle infrastrutture di collegamento, avendo riguardo sia ai grandi corridoi individuati in sede europea sia alle connessioni con i terminali portuali e retro portuali.

Nei terminali retroportuali cui fa riferimento il sistema logistico-portuale, il servizio doganale è svolto dalla medesima articolazione territoriale dell'amministrazione competente che esercita il servizio nei porti di riferimento"».

Conseguentemente, alla Tabella B, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 10.000;
2016: ? 40.000;
2017: ? 50.000.

2.20

FILIPPI, LAI, BORIOLI, CANTINI, CARDINALI, STEFANO ESPOSITO, MARGIOTTA, RANUCCI, SONEGO

Dopo il comma 3, aggiungere il seguente:

«3-*bis*. È autorizzata la spesa di 15 milioni di euro per l'anno 2015 e di 50 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016 per gli interventi di adeguamento, miglioramento e potenziamento della dotazione infrastrutturale dei Porti, da destinare alla soluzione delle problematiche di traffico, con priorità per quello commerciale, di sicurezza e di inadeguatezza delle vie di accesso e di collegamento intermodale».

Conseguentemente, alla Tabella B, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2014: ? 15.000;
2015: ? 50.000;
2016: ? 50.000.

2.21

BORIOLI, FILIPPI, CANTINI, CARDINALI, STEFANO ESPOSITO, MARGIOTTA, RANUCCI, SONEGO

Dopo il comma 3; aggiungere il seguente:

3-*bis*. Entro il 30 marzo 2015 le funzioni di vigilanza sulle concessioni autostradali assegnate alla struttura di vigilanza sulle concessionarie autostradali, istituita con decreto ministeriale n.341 del 1º ottobre 2012 presso il dipartimento per le Infrastrutture, gli affari generali e.i1 personale, sono trasferite all'Autorità per la vigilanza sui contratti pubblici di lavori, servizi e forniture di cui all'articolo 6 del decreto legislativo 12 aprile 2006, n. 163. Le risorse umane, finanziarie e strumentali, ad essa assegnate, sono contestualmente trasferite alla medesima Autorità per la vigilanza sui contratti

pubblici di lavori, servizi e forniture. Con decreto del presidente del Consiglio dei ministri, su proposta del Ministero delle Infrastrutture e dei trasporti, di concerto con in Ministri dell'economia e delle finanze e per la pubblica amministrazione e la Semplificazione, si procede all'individuazione delle unità di personale trasferito al Ministero delle infrastrutture e dei trasporti, ex Ispettorato di vigilanza sulle concessioni autostradali presso ANAS S.p.A., nonché alla individuazione delle spese di funzionamento relative all'attività della struttura di vigilanza sulle concessionarie autostradali. L'inquadramento del personale assegnato all'Autorità per la vigilanza sui contratti pubblici di lavori, servizi e forniture è disciplinato dal contratti pubblici vigenti per le autorità amministrative indipendenti e non comporta oneri aggiuntivi a carico della pubblica amministrazione. Restano in capo al Ministero delle infrastrutture e dei trasporti le funzioni di concedente sulle concessioni autostradali».

Conseguentemente, alla Tabella A; voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 7.000;
2016: ? 7.000;
2017: ? 7.000.

2.22

FILIPPI, LAI, BORIOLI, CANTINI, CARDINALI, STEFANO ESPOSITO, MARGIOTTA, RANUCCI, SONEGO

Dopo il comma 3, aggiungere il seguente: «3-*bis.* All'articolo 37, comma 2, del decreto legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito con modificazioni dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, dopo la lettera *c)*, è aggiunta la seguente: c-*bis)* a vigilare sulle concessionarie autostradali;».

2.23

GUALDANI

All'articolo 2, dopo il comma 3, aggiungere il seguente:

«3-*bis*. All'articolo 22, comma 1, capoverso 5-*bis*, del decreto legge 24 giugno 2014, n. 91 convertito con modificazioni dalla legge 11 agosto 2014, n. 116, sono aggiunte in fine le seguenti parole "nonché da altri investitori istituzionali residenti negli Stati inclusi nella lista di cui al decreto del Ministro dell'economia e delle finanze emanato ai sensi dell'articolo 168-*bis* del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, il cui avvio dell'attività sia soggetto ad autorizzazione preventiva e l'esercizio dell'attività stessa sia sottoposto in via continuativa a controlli obbligatori sulla base di disposizioni normative vigenti nello Stato estero di residenza"».

Conseguentemente, ai maggiori oneri derivanti dalla presente disposizione si fa fronte mediante corrispondente riduzione dell'importo previsto alla Tabella A, rubrica «Ministero dell'Economia e delle finanze» per l'anno 2015, 2016, 2017.

2.24

SANGALLI, LAI

Dopo il comma 3, aggiungere il seguente:

3-*bis*. «All'articolo 22 comma 1, capoverso 5-*bis*, del decreto legge 24 giugno 2014, n. 91 convertito con modificazioni dalla legge 11 agosto 2014, n. 116, aggiungere. in fine le seguenti parole "nonché da altri investitori istituzionali residenti negli Stati inclusi nella lista di cui al decreto del Ministro dell'economia e delle finanze emanato ai sensi dell'articolo 168-*bis* del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 19B6, n. 917, il cui avvio dell'attività sia soggetto ad autorizzazione preventiva e l'esercizio dell'attività stessa sia sottoposto in via continuativa a controlli obbligatori sulla base di disposizioni normative vigenti nello Stato estero di residenza"».

2.25

GUALDANI

Dopo il comma 3 inserire il seguente:

«3-*bis*. All'articolo 1, comma 11, del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, come convertito, con modificazioni, dalla legge 11 novembre 2014, n.164, la parola "sessanta" è sostituita dalla seguente: "centottanta"».

2.26

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, MILO, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Sopprimere il comma 4.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 40.100.000;
2016: ? 40.100.000;
2017: ? 40.100.000.

2.27

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, MILO, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Sostituire il comma 4, con il seguente:

4. La concessione dell'agevolazione fiscale sul gasolio agricolo di cui al n. 5 della Tabella A allegata al testo unico approvato con decreto legislativo 26 ottobre 1995, n. 504, e successive modificazioni ed integrazioni, spetta nella misura del 22 per cento ivi prevista agli imprenditori agricoli iscritti nella relativa gestione previdenziale ed assistenziale nonché agli altri soggetti indicati dall'articolo 1 del decreto legislativo 30 aprile 1998, n. 173 e nella misura del 28 per cento agli imprenditori agricoli iscritti soltanto nel registro delle imprese di cui all'articolo 8 della legge 29 dicembre 1993, n. 508.

2.28

MILO

Dopo il comma 4, aggiungere il seguente:

«4-*bis*. Ai fini dell'attuazione di un piano di mobilità sostenibile, attraverso l'incremento del bike-sharing elettrico, sono assegnati i seguenti contributi:

a) 1,5 milioni di euro al Comune di Milano, per l'anno 2015 in vista dell'evento Expo di Milano 2015;

b) 600 mila euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016 al Comune di Firenze;

c) 500 mila euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016 al Comune di Verona;

d) 350 mila euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016 al Comune di Padova;

e) 300 mila euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016 al Comune di Foggia.

Conseguentemente, all'articolo 2, comma 103, sostituire le parole: «1 milione di euro» *con le seguenti:* «4,250 milioni di euro».

2.29

FILIPPI, LAI, BORIOLI, CANTINI, CARDINALI, STEFANO ESPOSITO, MARGIOTTA, RANUCCI, SONEGO

Dopo il comma 4, aggiungere i seguenti:

«4-*bis*. Al fine di ridurre le conseguenze degli incidenti stradali, con benefici in termini di migliori condizioni di sicurezza stradale e di riduzione dei costi sanitari, all'articolo 15 del testo unico delle imposte sui redditi, approvato con decreto del Presidente della Repubblica del 22 dicembre 1986, n. 917, dopo il comma 1-*quater* è aggiunto il seguente:» 1-quinquies. Dall'imposta lorda si detrae un importo pari al 50 per cento delle spese sostenute, per un importo non superiore a 1.000 euro, per l'acquisto di protezioni per la schiena ovvero protettori gonfia bili, per uso motociclistico. la detrazione spetta esclusivamente per l'acquisto dei suddetti Dispositivi di Protezione Individuale per il motociclismo che siano marchiati e certificati CE, di seconda categoria, da Ente Notificato, in

conformità alla direttiva 89/686/CE e successive modificazioni»».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: 1.000;
2016: 2.200;
2017: 2.200».

2.30

SUSTA

Sostituire i commi 5, 6, 7 e 8 con i seguenti:

«5. Le risorse di cui all'articolo 1, comma 83, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, così come rifinanziate dalla Tabella E allegata alla presente legge, sono destinate per l'anno 2015 all'acquisto di materiale rotabile su gomma. Lo Stato contribuisce nella misura massima dei 75 per cento del costo del materiale rotabile, restando a carico della Regione o della provincia autonoma la restante quota.

6. Con decreto del Ministro delle infrastrutture dei trasporti, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, sentita la Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le regioni e le province autonome di Trento e Bolzano, da adottare entro 60 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono stabilite le modalità di attuazione dei commi da 5 a 8 e la ripartizione delle risorse in favore dei soggetti beneficiari dell'erogazione del contributo, sulla base di una graduatoria unica su base regionale adottata nel rispetto dei seguenti criteri di priorità riferiti all'anno precedente:

a) posti Km prodotti;
b) rapporto tra posti Km prodotti e passeggeri trasportati;
c) condizioni di vetustà degli attuali parchi veicolari;
d) entità del cofinanziamento regionale e locale.

6-*bis*. In conseguenza di quanto disposto dal comma 6 il secondo periodo dell'articolo 1, comma 83, della legge 27 dicembre 2013 n. 147 è abrogato.

7. Con il medesimo decreto di cui al comma 6 sono stabilite, altresì, le modalità di revoca e di successiva riassegnazione delle risorse per le medesime finalità di cui al comma 5.

8. Al fine di razionalizzare la spesa e conseguire economie di scala, il Ministero delle infrastrutture e dei trasporti, assume la funzione di centro unico di acquisto in nome e per conto delle regioni e province autonome interessate».

2.31

DI BIAGIO

Sostituire i commi 5, 6, 7 e 8 con i seguenti:

«5. Le risorse di cui all'articolo 1, comma 83, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, cosi come rifinanziate dalla Tabella E allegata alla presente legge, sono destinate per l'anno 2015 all'acquisto di materiale rotabile su gomma. Lo Stato contribuisce, nella misura massima dei 75 per cento del costo del materiale rotabile, restando a carico della Regione o della provincia autonoma la restante quota.

6. Con decreto del Ministro delle infrastrutture e dei trasporti, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, sentita la Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le Regioni e le Province autonome di Trento e Bolzano, da adottare entro 60 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono stabilite le modalità di attuazione dei commi da 5 a 8 e la ripartizione delle risorse in favore dei soggetti beneficiari dell'erogazione del contributo, sulla base di una graduatoria unica su base regionale adottata nel rispetto dei seguenti criteri di priorità riferiti all'anno precedente:

a) posti Km prodotti;
b) rapporto tra posti Km prodotti e passeggeri trasportati;
c) condizioni di vetustà degli attuali parchi veicolari;
d) entità del cofinanziamento regionale e locale.

6-*bis*. In conseguenza di quanto disposto dal comma 6 il secondo periodo dell'articolo 1, comma 83, della legge 27 dicembre 2013 n. 147 è abrogato.

7. Con il medesimo decreto di cui al comma 6 sono stabilite, altresì, le modalità di revoca e di

successiva riassegnazione delle risorse per le medesime finalità di cui al comma 5.

8. Al fine di razionalizzare la spesa e conseguire economie di scala, il Ministero delle infrastrutture e dei trasporti, assume la funzione di centro unico di acquisto in nome e per conto delle regioni e province autonome interessate».

2.32

STEFANO ESPOSITO, ZANONI, BORIOLI, BUEMI, TOMASELLI, LAI

Sostituire i commi 5, 6, 7 e 8 con i seguenti:

«5. Le risorse di cui all'articolo 1, comma 83, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, così come rifinanziate dalla Tabella E allegata alla presente legge, sono destinate per l'anno 2015 all'acquisto di materiale rotabile su gomma. Lo Stato contribuisce nella misura massima dei 75 per cento del costo del materiale rotabile, restando a carico della Regione o della provincia autonoma la restante quota.

6. Con decreto del Ministro delle infrastrutture e dei trasporti, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, sentita la Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le Regioni e le Province autonome di Trento e Bolzano, da adottare entro 60 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono stabilite le modalità di attuazione dei commi da 5 a 8 e la ripartizione delle risorse in favore dei soggetti beneficiari dell'erogazione del contributo, sulla base di una graduatoria unica su base regionale adottata nel rispetto dei seguenti criteri di priorità riferiti all'anno precedente:

a) posti Km prodotti;

b) rapporto tra posti Km prodotti e passeggeri trasportati;

c) condizioni di vetustà degli attuali parchi veicolari;

d) entità del cofinanziamento regionale e locale.

In conseguenza di quanto disposto dal presente comma il secondo periodo dell'articolo 1, comma 83, della legge 27 dicembre 2013 n. 147 è abrogato.

7. Con il medesimo decreto di cui al comma 6 sono stabilite, altresì, le modalità di revoca e di successiva riassegnazione delle risorse per le medesime finalità di cui al comma 5.

8. Al fine di razionalizzare la spesa e conseguire economie di scala, il Ministero delle infrastrutture e dei trasporti, assume la funzione di centro unico di acquisto in nome e per conto delle regioni e province autonome interessate.

2.33

FILIPPI, LAI, BORIOLI, CANTINI, CARDINALI, STEFANO ESPOSITO, MARGIOTTA, RANUCCI, SONEGO

Al comma 5, sono apportate le seguenti modificazioni:

«*a)* le parole Le risorse di cui all'articolo 1, comma 83, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, sono sostituite dalle seguenti: A decorrere dall'anno 2015 le risorse del fondo istituito dall'articolo 1, comma 1031, della legge 27 dicembre 2006, n. 296 sono;

b) le parole regionale e interregionale, sono destinate all'acquisto sono sostituite dalle seguenti: regionale e interregionale e sono destinate esclusivamente all'acquisto;

c) le parole di cui ai commi 5, 6 e 7 sono sostituite dalle seguenti: di cui ai commi 5 e 6;

d) il comma 7 è soppresso».

2.34

GUALDANI

All'articolo 2, apportare le seguenti modificazioni:

«*a)* al comma 5 dopo le parole: "parchi automobilistici" sopprimere le parole: "e ferroviari" e dopo le parole: "sono destinate all'acquisto di materiale rotabile su gomma" sopprimere le parole: "e di materiale rotabile ferroviario";

b) dopo il comma 5 inserire il seguente:

"5-*bis*. A decorrere dal 1º gennaio 2019, su tutto il territorio nazionale è vietata la circolazione di veicoli a motore categorie M2 ed M3 alimentati a benzina o gasolio con caratteristiche antinquinamento euro 0. Con uno o più decreti del Ministro delle infrastrutture e dei trasporti sono disciplinati i casi di esclusione dal predetto divieto per particolari caratteristiche di veicoli di carattere

storico o destinati a usi particolari";

c) al comma 6:

1) dopo le parole: "su base regionale" sopprimere le seguenti parole: "erogate direttamente alle società che espletano i servizi di trasporto pubblico locale in particolare,";

2) sostituire la lettera *a)*, con la seguente: "*a)* migliore rapporto tra posto/km prodotti e passeggeri trasportati";

3) sostituire la lettera *c)*, con la seguente: "*c)* entità del cofinanziamento regionale e locale";

4) dopo la lettera *c)*, aggiungere la seguente: "c-*bis*) posti/km prodotti".

d) dopo il comma 6, inserire il seguente: "6-*bis*. In conseguenza di quanto disposto al comma 6 è soppresso il secondo periodo dell'articolo 1, comma 83, della legge 27 dicembre 2013, n. 147".

e) sostituire il comma 8 con il seguente: "8. Al fine di razionalizzare la spesa e conseguire economie di scala, il Ministero delle infrastrutture e dei trasporti assume, la funzione di centro unico di acquisto in nome e per conto delle regioni e province autonome interessate"».

2.35

FILIPPI, LAI, BORIOLI, CANTINI, CARDINALI, STEFANO ESPOSITO, MARGIOTTA, RANUCCI, SONEGO

Al comma 5, dopo le parole: «regionale ed interregionale», *sono con le seguenti:* «incrementate di 25 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017 e».

Conseguentemente, alla Tabella 8, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 25.000;
2016: ? 25.000;
2017: ? 25.000.

2.36

FILIPPI, LAI, BORIOLI, CANTINI, CARDINALI, STEFANO ESPOSITO, MARGIOTTA, RANUCCI, SONEGO

Al comma 5, aggiungere in fine le seguenti parole: «È, altresì, autorizzata la spesa di 25 milioni di euro per l'anno 2015, e di 50 milioni di euro per ciascuno degli anni 2016 e 2017 per l'acquisto di veicoli destinati a servizi su linee metropolitane e per l'acquisto di unità navali destinate al trasporto pubblico locale effettuato per via marittima, lacuale e fluviale.».

Conseguentemente, alla Tabella B, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 25.000;
2016: ? 50.000;
2017: ? 50.000.

2.37

PICCOLI, DALLA ZUANNA, PUPPATO, CERONI, DALLA TOR, AMIDEI

Dopo il comma 5, aggiungere il seguente:

«5-*bis*. Al fine di consentire il ripristino di indispensabili condizioni di sicurezza al transito lungo la SS 52 "Carnica" alla progressiva km. 86+500, in località S. Stefano di Cadore, mediante realizzazione di opere adeguate alle condizioni geologiche dei versanti interessati, il Comitato paritetico per l'applicazione delle disposizioni di cui all'articolo 2, commi 1117 e177-*bis*, della legge 23 dicembre 2009 n. 191, e successive modificazioni, sottoscrive, entro 90 giorni dall'entrata in vigore della presente legge, apposito Accordo di Programma con ANAS spa volto a definire:

a) l'entità della partecipazione al finanziamento, sino ad un massimo di un terzo dell'investimento complessivo, a valere sulle risorse di cui all'articolo 2, comma 11-7, della legge 23 dicembre 2009 n. 191, e successive modificazioni;

b) il conseguente ammontare del co-finanziamento posto in capo ad ANAS spa;

c) la suddivisione del finanziamento per ciascuna delle annualità 2015, 2016 e 2017;

d) le modalità di erogazione e di approvazione del progetto da parte del Comitato paritetico».

2.38

CERONI

Al comma 6, sostituire le parole: «Conferenza permanente per i rapporti con lo stato, le Regioni e le Province autonome di Trento e Bolzano» *con le seguenti:* «Conferenza Unificata di cui all'articolo 8 del d.1gs. 28 agosto1997, n. 281».

2.39

FRAVEZZI, BATTISTA, LANIECE, FAUSTO GUILHERME LONGO, PALERMO, PANIZZA, DI GIACOMO, FORNARO, CONTE

Al comma 6, sostituire le parole: «Conferenza permanente per i rapporti con lo Stato, le regioni e le province autonome di Trento e di Bolzano» *con le seguenti:* «Conferenza Unificata di cui all'articolo 8 del decreto legislativo 28 agosto 1997, n.281».

2.40

CANTINI

Al comma 6 lettera b) *dopo le parole:* «vetusta'» *sono inserite le seguenti* «e mancanza di accessibilità per portatori di *handicap*».

2.41

CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Al comma 6, dopo la lettera b), inserire la seguente:

«b-*bis)* presenza nei bacini territoriali di importanti insediamenti demografici ed industriali».

2.42

SANGALLI, LAI

Dopo il comma 6, aggiungere i seguenti:

6-*bis*. «All'articolo 39, comma 4 del decreto legge n. 201 del 6 dicembre 2011 convertito dalla legge 22 dicembre 2011 n. 214 le parole "a piccole e medie imprese" sono sostituite dalle seguenti "alle imprese con un numero di dipendenti non superiore a 499";

6-*ter*. La garanzia di cui al comma precedente è concessa nell'ambito delle disponibilità finanziarie del Fondo, come determinate dal decreto di cui all'articolo 39 comma 4 del decreto legge 6 dicembre 2011 n. 201 convertito dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214».

2.43

GUALDANI

Dopo il comma 8 inserire il seguente:

8-*bis*. All'articolo 2, comma 3, del decreto-legge 25 marzo 2010, n. 40, convertito con modificazioni, dalla legge 22 maggio 2010, n. 73, le parole: «31 dicembre 2014» sono sostituite dalle seguenti: «31 dicembre 2015».

2.44

STEFANO ESPOSITO, VERDUCCI

Dopo il comma 8, aggiungere i seguenti:

«8-*bis*. All'articolo l, comma 88, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) la parola: «urbane» è sostituita dalle seguenti: «aree metropolitane così come definite dalla legge 7 aprile 2014, n. 56»;

b) le parole «linee tranviarie e metropolitane» sono sostituite da «reti metropolitane»;

c) le parole: «e sono finalizzate dal CIPE con priorità per la metrotramvia di Milano Lambiate, e per quelle di Padova e Venezia» sono soppresse.

8-*ter*. All'articolo 3 del decreto legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito con modificazioni, dalla legge 11 novembre 2014, n. 164, il comma 6 è soppresso.

8-*quater*. Le risorse revocate, ai sensi del comma 8-*ter*, confluiscono in apposita sezione del fondo istituito ai sensi dell'articolo 32, comma 6, del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98 e sono destinate alla continuità dei lavori, anche per fasi funzionati, nelle reti metropolitane delle aree metropolitane previste dal comma 2 dell'articolo 3 del decreto legge 12 settembre, 2014, n. 133,

convertito con modificazioni dalla legge 11 novembre 2014, n. 164 e dal comma 3 dell'articolo 18 del decreto legge 22 giugno 2013, convertito con modificazioni, dalla legge 9 agosto 2013, n. 98.

8-*quinquies*. Il Cipe, su proposta del Ministero delle Infrastrutture e dei trasporti può autorizzare, nel limite delle disponibilità annuali complessive del Fondo istituito ai sensi dell'articolo 32, comma 6, del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, fasi funzionali dei progetti preliminari e definitivi delle reti metropolitane nelle aree metropolitane di cui al comma 1, anche prevedendo a totale carico dello Stato i costi relativi alla realizzazione delle fasi funzionali relative all'escavo, alle gallerie di base ed alla fornitura delle opere a rustico delle stazioni.

8-*sexies*. il Fondo istituito ai sensi dell'articolo 32, comma 6, del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, è alimentato:

a) in quanto a complessivi 100 milioni di euro per l'annualità 2015 dalle risorse a legislazione vigente sull'art. 1 comma 83 della legge n. 147 del 2013.

b) in quanto a complessivi 87,5 milioni di euro per l'anno 2016, a 30 milioni di euro per l'anno 2017, e a 55 milioni di euro per l'anno 2018, mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa di cui all'articolo l, comma 186, della legge 24 dicembre 2012, n. 228.

8-*septies*. Ai sensi e per gli effetti dell'articolo 4-*bis* del decreto legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito con modificazioni, dalla legge 11 novembre 2014, n. 164, le risorse a carico dello Stato assegnate al programma di interventi indicati al punto 2.2 della delibera Cipe 25/2013 sono revocate e riassegnate al fondo di cui al comma 8-*sexies*.

8-*octies*. Allo scopo di garantire la continuità dei lavori in corso, i fondi assegnati a carico delle risorse dello Stato al Comune di Torino per la realizzazione alla linea 2 con delibera CIPE 25/2013, si intendono assegnati alla continuità dei lavori della linea 1 approvata con delibera CIPE 40/2009 e 24/2012 e possono essere

8-*novies*. Le risorse liberate dal comma 8-*septies* ed assegnate alla Provincia di Milano per la riqualificazione della tranvia extraurbana Milano Limbiate 1 lotto Milano Comasina deposito di Varedo, sono revocate ed assegnate ai sensi dell'articolo 1 del comma 101 della legge n. 147 del 23 dicembre 2013.

8-*decies*. Le risorse assegnate con delibera CIPE ai sensi del comma 3 dell'articolo 18 del decreto legge del decreto legge 22 giugno 2013 convertito in legge n. 98 del 9 agosto 2013, si intendono revocate se alla data del 31 dicembre 2014 non sono impegnate. Le risorse cos1 revocate confluiscono al fondo di cui al comma 8-*sexies*. 2.45

2.45

CIOFFI, SCIBONA, CIAMPOLILLO, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Dopo il comma 8, inserire i seguenti:

«8-*bis*. Al fine di garantire la razionalizzazione, la trasparenza, l'efficienza e l'efficacia della spesa destinata alla realizzazione di opere pubbliche e di pubblica utilità, entro quattro mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, il Ministro delle infrastrutture e dei trasporti, d'intesa con il Ministro dell'economia e delle finanze e con gli altri Ministri competenti per materia provvede, sentita la Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le regioni e le province autonome di Trento e di Bolzano e previo parere delle competenti Commissioni parlamentari permanenti, a definire un aggiornamento dell'elenco di opere da finanziare. Tale selezione di opere è effettuata tenendo conto dell'attuale disponibilità di infrastrutture e di offerta di servizi, nonché sulla base della ricognizione prevista dall'articolo 22 della legge 5 maggio 2009, n. 42 e dei seguenti criteri:

a) nei casi di opere le cui procedure di affidamento dei lavori non risultino avviate o concluse o di cui non risulti l'effettivo inizio dei lavori, i piani economico-finanziari dei progetti di investimento e l'analisi di sostenibilità delle medesime opere, nonché, ove richiesta, l'analisi dei rischi, «sono sottoposti, senza oneri aggiunti vi a carico della finanza pubblica, a verifica tecnica degli organismi indipendenti di valutazione individuati dai Ministeri interessati di cui al decreto legislativo 29 dicembre 2011, n. 228, con l'ausilio del CIPE, anche al fine valutare la non prosecuzione dell'opera. li completamento della verifica tecnica deve avvenire entro sei mesi. Nelle more del completamento

della verifica tecnica, tutte le attività risultano sospese;».

b) nei casi di opere i cui lavori di realizzazione avviati, risultino in stato di avanzamento in misura inferiore al 20 per cento dell'opera, si procede alla prosecuzione dei lavori solo previa sottoposizione dei piani economico-finanziari delle medesime opere, accompagnati da una completa e dettagliata analisi dell'intervento che attesti la sostenibilità dell'investimento e i profili di rischio, a verifica tecnica degli organismi indipendenti di valutazione individuati dai Ministeri interessati di cui al decreto legislativo 29 dicembre 2011, n. 228, previo parere del CIPE. li completamento della verifica tecnica deve avvenire entro quattro mesi. In esito alla medesima verifica può essere disposta la non prosecuzione dell'opera;

c) nei casi di opere i cui lavori di realizzazione, avviati, risultino in stato di avanzamento in misura pari al 20 per cento e inferiore all'80 per cento dell'opera, a seguito della verifica di cui alla lettera *b)* del presente comma, può essere disposto il completamento delle medesime opere ovvero l'individuazione di varianti progettuali a più basso costo, nonché la non prosecuzione dell'opera;

d) nei casi di opere i cui lavori di realizzazione, avviati, risultino in stato di avanzamento in misura superiore all'80 per cento dell'opera, si dispone l'ultimazione dei medesimi lavori, previa valutazione degli eventuali scostamenti rispetto agli obiettivi e agli indicatori previsti nella documentazione di programmazione e progettazione delle opere e

possibile individuazione di interventi correttivi da porre in essere per minimizzare gli impatti economici ed ambientali.

8-*ter*. Dalla data di inizio della verifica tecnica e fino alla definizione dell'elenco aggiornato delle opere ricomprese nel Programma delle infrastrutture strategiche, tutti gli effetti dei contratti stipulati connessi alla realizzazione dell'opera sono sospesi e per il periodo di sospensione non potranno essere avanzate pretese risarcitorie o di atra natura a nessun titolo.

8-*quater*. In caso di non prosecuzione dell'opera, sono caducati tutti gli atti e i rapporti contrattuali stipulati e a definitiva e completa tacitazione di ogni diritto e pretesa, gli effetti della caducazione dei vincoli contrattuali comportano esclusivamente il riconoscimento del pagamento dei lavori eseguiti, dei materiali utili e del io per cento dei lavori non eseguiti, fino a quattro quinti dell'importo del contratto, ai sensi dell'articolo 132, comma 5, del decreto legislativo 12 aprile 2006, n. 163.

8-*quinquies*. Nei casi previsti alle lettere *a), b)* e *c)* del comma 8-*bis*, gli organismi indipendenti di valutazione individuati in sede di esame tecnico, previo parere del CIPE, possono essere chiamati a valutare parti progettuali, dotate di autonoma funzionalità alla cui effettiva realizzazione si potrà procedere, sentite le Regioni interessate, anche prevedendo un utilizzo ridimensionato rispetto alle previsioni del progetto sia mantenendo la stessa destinazione d'uso sia con destinazione d'uso alternativa a quella inizialmente prevista.

8-*sexies*. Al fine di assicurare la partecipazione del pubblico nel procedimento di elaborazione, di modifica e di riesame delle infrastrutture strategiche da finanziare prima che vengano adottate decisioni sulle medesime opere, entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente «legge, il Ministro delle infrastrutture e dei trasporti mette a disposizione, attraverso la pubblicazione sul proprio sito web, il piano economico finanziario aggiornato dell'opera e gli elaborati connessi. Entro il termine di 45 giorni dalla data di pubblicazione della documentazione di cui al periodo precedente, chiunque può presentare proprie osservazioni o pareri in forma scritta. Ai fini della verifica tecnica, gli organismi indipendenti di valutazione acquisiscono e valutano tutta la documentazione presentata, nonché osservazioni, obiezioni e suggerimenti inoltrati. Gli organismi di valutazione tengono adeguatamente conto delle osservazioni del pubblico presentate nei termini indicati. L'esame delle osservazioni da parte dei medesimi organismi deve risultare da atto scritto e sinteticamente motivato.».

2.46

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 8 inserire il seguente:

«Art. 8-*bis*.

(Razionalizzazione delle spese degli uffici periferici e finanziamento del Trasporto pubblico locale)

1. Al fine di ridurre la disomogeneità delle diseconomie di scala e per un efficientamento del funzionamento degli uffici decentrati dello Stato, gli stanziamenti relativi alla spesa di funzionamento degli stessi sono ridotti per 100 milioni di euro per il triennio 2015-2017. Le amministrazioni possono adottare misure alternative di contenimento della spesa al fine di conseguire risparmi comunque non inferiori a quelli derivanti dall'applicazione del precedente periodo. I risparmi derivanti per lo stesso importo annuo sono destinati al finanziamento del Fondo nazionale trasporti di cui all'articolo 16-*bis* del DL 95/2012. Per l'anno 2015 sono destinati a Regione Lombardia 50 milioni dell'incremento del Fondo per il potenziamento dei servizi di trasporto pubblico locale al fine di garantire la mobilità in occasione di EXPO Milano 2015».

2.47

CANTINI

Al comma 9 lettera a) *aggiungere dopo:* «straordinaria» *le parole seguenti* «, che includa anche la progressiva eliminazione delle barriere architettoniche,».

2.48

SCIBONA, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Al comma 9, sostituire la lettera b) *con la seguente: «b)* miglioramento degli *standard* di qualità, sicurezza, affidabilità e regolarità del servizio sulle linee complementari».

Conseguentemente, sopprimere il comma 10.

2.49

COMAROLI

Dopo il comma 9 aggiungere il seguente:

«9-*bis)*. Rete Ferroviaria Italia preso atto del rilievo strategico dell'asse ferroviario Roma Pescara, è autorizzata a produrre apposito studio di fattibilità mirato al potenziamento di tale asse utilizzando una quota del Contratto di Programma sottoscritto l'8 agosto 2014 con il Ministero delle Infrastrutture e dei Trasporti fino ad un importo di 2 milioni di euro.».

2.50

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, MILO, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Dopo il comma 9, inserire il seguente:

«9-*bis*. All'articolo 259 del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, comma 1-*ter*, alle parole: "Nei comuni" sono premesse le parole: "Nelle province e" e la parola: "comunali" è soppressa».

2.51

CIOFFI, SCIBONA, CIAMPOLILLO, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Sopprimere il comma 10.

2.52

FILIPPI, LAI, BORIOLI, CANTINI, CARDINALI, STEFANO ESPOSITO, MARGIOTTA, RANUCCI, SONEGO

Dopo il comma 11, aggiungere il seguente:

«11-*bis*. È istituito, presso il Ministero delle infrastrutture e dei trasporti, un Fondo per il finanziamento degli interventi inerenti le connessioni ferroviarie e stradali con i porti ricompresi nella circoscrizione delle autorità portuali. Il Fondo è alimentato da un accantonamento nella misura del 5 per cento delle risorse statali che, successivamente alla data di entrata in vigore della presente legge, sono destinate a investimenti di ANAS S.p.A. e di Rete Ferroviaria Italiana S.p.A. da finalizzare nell'ambito dei rispettivi contratti di programma. Le modalità per l'utilizzo del Fondo sono determinate con decreto del Ministro delle infrastrutture e dei trasporti, previa acquisizione del parere delle competenti Commissioni parlamentari».

2.53

GUALDANI

Dopo il comma 11, inserire i seguenti:

«11-*bis*. Per il funzionamento dell'Autostrada Ferroviaria Alpina (AFA) attraverso il tunnel del Frejus è autorizzata la spesa di 13 milioni di euro per l'anno 2015, 8 milioni di euro per ciascuno degli anni dal 2016 al 2018 e 7 milioni di euro per ciascuno degli anni dal 2019 al 2025.

11-*ter*. All'onere derivante dal comma 11-*bis* si provvede, quanto a 13 milioni di euro per l'anno 2015 e a 8 milioni di euro per ciascuno degli anni dal 2016 al 2018, "mediante utilizzo delle risorse previste all'articolo 38, comma 6, della legge 8 agosto 2002, n. 166, resesi disponibili per pagamenti non più dovuti, che, allo scopo, sono versate all'entrata del bilancio dello Stato per essere riassegnate, con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, su apposito capitolo dello stato di previsione del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti; quanto a 7 milioni di euro per ciascuno degli anni dal 2019 al 2025 mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 1, comma 208, della legge 24 dicembre 2012, n. 228"».

2.54

STEFANO ESPOSITO, ZANONI

Dopo il comma 11, aggiungere il seguente:

«11-*bis*. Allo scopo di tutelare gli investimenti In corso sul sistema metropolitano di Torino sono assegnati 11 milioni di euro per l'anno 2015 alla tratta lingotto Bengasi e 20 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016 alla tratta Collegno Cascine Vica.

Conseguentemente, alla Tabella 8, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 31.000.000;
2016: ? 20.000.000;
2017: ? 0.

2.55

FILIPPI, LAI, BORIOLI, CANTINI, CARDINALI, STEFANO ESPOSITO, MARGIOTTA, RANUCCI, SONEGO

Dopo il comma 11, aggiungere il seguente:

«11-*bis*. È autorizzata la spesa di 20 milioni di euro per l'anno 2015, di 30 milioni di euro per l'anno 2016 e di 50 milioni di euro per l'anno 2017 per l'attuazione di interventi di miglioramento e potenziamento della dotazione infrastrutturale di aeroporti e ferrovie In termini di reti e nodi, di plurimodalità e di logistica, da destinare in via prioritaria per il completamento delle opere già avviate e cantierate.».

Conseguentemente, alla Tabella B, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 20.000;
2016: ? 30.000;
2017: ? 50.000.

2.56

CANTINI

Dopo il comma 11, inserire il seguente:

«11-*bis* AI fine di completare il raddoppio sull'asse ferroviario Firenze-Empoli-Siena della tratta ferroviaria Granaiolo-Empoli prevista dall'Intesa generale quadro tra Governo e Regione Toscana per il congiunto coordinamento e la realizzazione delle infrastrutture strategiche, è autorizzata la spesa di 20 milioni di euro per l'anno 2015, di 10 milioni di euro per l'anno 2016 e di 10 milioni di euro per l'anno 2017». *Conseguentemente, alla Tabella B, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 20.000.000;
2016: ? 10.000.000;

2017: ? 10.000.000.

2.57

BORIOLI, FILIPPI, CANTINI, CARDINALI, STEFANO ESPOSITO, MARGIOTTA, RANUCCI, SONEGO, CUCCA, LAI, DALLA ZUANNA, PEGORER, MANASSERO, ALBANO, PAGLIARI, FORNARO, TOMASELLI, CUOMO, ELENA FERRARA, LO GIUDICE, FEDELI, PEZZOPANE

Dopo il comma 11, aggiungere il seguente

«11-*bis*. All'articolo 21, comma 4, del decreto legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito con modificazioni dalla legge 15 luglio 2011, n. 111 al punto *a)* 11-*ter*, le parole: "13 dicembre 2011" sono sostituite dalle parole: "1 settembre 2015"; al punto *a)* 11-*quater*, le parole: "sentito l'ufficio di cui all'articolo 37, comma 1-*bis*, del decreto legislativo 8 luglio 2003, n. 188" sono sostituire dalle parole: "entro sei mesi dall'entrata in vigore del presente provvedimento, sentita l'Autorità nazionale di regolazione dei trasporti"».

2.58

STEFANO ESPOSITO, ZANONI

Dopo il comma 11, aggiungere il seguente:

«11-*bis*. l'articolo 41, comma 4, del decreto legge 6 novembre 2011, n. 201, convertito dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214 è così sostituito: "Le delibere adottate dal CIPE, nei trenta giorni successivi alla seduta sono formalizzate e trasmesse, senza ulteriori adempimenti, al Presidente del Consiglio dei Ministri. In caso di criticità procedurali tali da non consentire il rispetto del predetto termine il Ministro proponente, sentito il Segretario del CIPE, riferisce al Consiglio dei Ministri per le conseguenti determinazioni"».

2.59

TOMASELLI, LAI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA

Dopo il comma 11, aggiungere il seguente:

«11-*bis*.Per le finalità di cui all'articolo 6, commi 1, 2 e 3 del decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito, con modificazioni, dalla legge 21 febbraio 2014, n. 9, è autorizzata la spesa di 35 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 35.000.000;
2016: ? 35.000.000;
2017: ? 35.000.000.

2.60

CANTINI

Dopo il comma 11, aggiungere il seguente:

«11-*bis*, dopo il comma 12, dell'articolo 3 del Decreto Legge 12 settembre 2014, n. 133, inserire il seguente comma:

13. Ai sensi dell'articolo 1, comma 209, della legge 24 dicembre 2012, n. 228 e dell'articolo 1, comma 41, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, il parere di congruità economica, relativo agli atti di affidamento in attuazione del protocollo d'intesa del 24 febbraio 2003 per la prosecuzione degli interenti per il completamento e la prestazione del servizio di telecomunicazioni relativo alla rete nazionale *standard* TE.T.Ra., è rilasciato da CONSIP S.p.A., che si pronuncia entro e non oltre 45 giorni dalla richiesta, decorsi i quali, in mancanza di parere,'la congruità deve intendersi positivamente accertata. L'affidatario adotta ogni utile variante migliorati va richiesta dall'Amministrazione in ragione della evoluzione tecnologica, nell'ambito delle autorizzazioni di spesa già disposte».

2.61

STEFANO ESPOSITO, ZANONI

Dopo il camma 11, aggiungere il seguente:

«11-*bis*. AI fine di assicurare speditezza, efficienza ed efficacia alla procedura di verifica preventiva dell'interesse archeologico di cui all'articolo 96 del decreto legislativo 14 aprile 2006, n.

163, le linee guida di cui al comma 6 del medesimo articolo sono stabilite con decreto del Ministro del beni e delle attività culturali e del turismo, di concerto con il Ministro delle infrastrutture e dei trasporti, entro il 31 gennaio 2015. Le linee guida stabiliscono le condizioni obiettive in base alle quali le indagini archeologiche consentono la localizzazione dell'opera.».

2.62

TOMASELLI, LAI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA

Dopo il comma 11, aggiungere il seguente:

«11-*bis*. Al fine di consentire la fruizione del 100 per cento di quanto spettante sulla base della normativa vigente istitutiva del credito di imposta relativo all'agevolazione sul gasolio per autotrazione degli autotrasportatori di cui all'elenco 2 allegato alla legge 27 dicembre 2013, n. 147, garantendo altresì i risparmi previsti dalla medesima legge, dall'articolo 2 e dalla tabella A del decreto del Presidente del Consiglio dei ministri 20 febbraio 2014, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* della Repubblica Italiana n. 67 del 21 marzo 2014, a decorrere dal l o gennaio 2015 tale credito di imposta non spetta per i veicoli di categoria Euro 0 o inferiore.».

2.63

CENTINAIO, BELLOT, ARRIGONI, CROSIO, COMAROLI, TOSATO, BISINELLA

All'Elenco n. 2 di cui al comma 12 dell'articolo 2 sopprimere la seguente voce:

«Legge 23 dicembre 1998, n, 448, articolo 8, comma 10, lettera *c)*; legge 22 dicembre 2008, n. 203, articolo 2, comma 12:

Gasolio e GPL impiegati per riscaldamento in aree geograficamente svantaggiate».

Conseguentemente:

all'articolo 1, comma 125, sostituire le parole: «187,5 milioni» con le seguenti: «147,5 milioni».

2.64

PEGORER, PAGLIARI, DEL BARBA, VACCARI, CALEO, SPILABOTTE, PIGNEDOLI, FAVERO, PEZZOPANE, AMATI, PADUA, TOMASELLI, ZANONI, PUPPATO, LAI, SOLLO, CUOMO

Al comma 12 all'Elenco 2, ivi richiamato, sopprimere la seguente voce:

legge 23 dicembre 1998, n. 448, articolo 8, comma 10, lettera *c)*; legge 22 dlcembre2008, n. 203, articolo 2, comma 12; Gasolio e GPL impiegati per riscaldamento in aree geograficamente o climaticamente svantaggiate.

Conseguentemente,

al medesimo comma, sostituire le parole: «e a 38,690 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2016» con le parole: «e a 12,085 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2016»;

alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 26.605.000;
2016: ? 26.605.000;
2017: ? 26.605.000.

2.65

BERGER, PANIZZA, LANIECE, ZELLER, PALERMO, FRAVEZZI, BATTISTA, ROMANO

Al comma 12, elenco n. 2, sopprimere la voce: «legge 23 dicembre 1998, n. 448, articolo 8, comma 10, lettera *c)*; legge 22 dicembre 2008, n. 203, articolo 2, comma 12»;

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'Economia e delle Finanze, apportare le seguenti. variazioni:

2016: ? 26.605:000;
2017 e successivi: ? 26.605.000.

2.66

FASIOLO, ALBANO, BERTUZZI, GATTI, PIGNEDOLI, SAGGESE, VALENTINI

Al comma 12, elenco 1, sopprimere la voce «legge 23 dicembre 1998, n. 448, articolo 8, comma 10, lettera *c)*; legge 22 dicembre 2008, n. 203, articolo 2, comma 12; Gasolio e GPL impiegati per

riscaldamento in aree geograficamente o climaticamente svantaggiate».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 20.000.000;
2016: ? 20.000.000;
2017: ? 20.000.000.

2.67

COMAROLI, TOSATO

Alle disposizioni di cui all'elenco n. 2 allegato al disegno di legge sopprimere la voce «legge 23 dicembre 1998, n. 448, articolo 8, comma 10, lettera *c)*; legge 22 dicembre2008, n. 203, articolo 2, comma 12; Gasolio e GPL impiegati per riscaldamento in aree geograficamente o climaticamente svantaggiate».

Conseguentemente,

all'articolo 2, comma 12 le parole: «38,690» sono sostituite dalle seguenti: «12,085»;

Conseguentemente,

all'articolo 2, dopo il comma 12, inserire il seguente:

«12-*bis*. Mediante provvedimenti di razionalizzazione e di revisione della spesa, di ridimensionamento di strutture, di riduzione delle spese per beni e servizi, poiché di ottimizzazione dell'uso degli immobili, adottati dal Presidente del Consiglio sulla base degli indirizzi del Comitato interministeriale di cui all'articolo 9-*bis*, comma 1, del decreto legge 21 giugno 2013, n. 69 convertito dalla legge 9 agosto 2013, n. 98 si provvede ad assicurare una riduzione della spesa delle amministrazioni pubbliche di cui all'articolo 1, comma 2. della legge 31 dicembre 2009, n. 196, in misura non inferiore a 26,605 milioni di euro a decorrere dal 2016».

2.68

AUGELLO, GUALDANI

All'elenco 2, comma 12, sopprimere la voce «legge 23 dicembre 1998, n. 448, articolo 8, comma 10, lettera *c)*; legge 22 dicembre 2008, n. 203,. articolo 2, comma 12; Gasolio e GPL impiegati per riscaldamento in aree geograficamente o climaticamente svantaggiate».

Conseguentemente,

all'articolo 2, comma 12, le parole: «38,690» sono sostituite dalle seguenti: «12,085»;

Conseguentemente,

all'articolo 2, dopo il comma 12, inserire il seguente:

«12-*bis*. Mediante provvedimenti di razionalizzazione e di revisione della spesa, di ridimensionamento di strutture, di riduzione delle spese per beni e servizi, nonché di ottimizzazione dell'uso degli immobili, adottati dal Presidente del Consiglio sulla base degli indirizzi del Comitato interministeriale di cui all'articolo 49-*bis*, comma 1, del decreto legge 21 giugno 2013, n. 69 convertito dalla legge 9 agosto 2013, n. 98, si provvede ad assicurare una riduzione della spesa delle amministrazioni pubbliche di cui all'articolo 1, comma 2, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, in misura non inferiore a 26,605 milioni di euro a decorrere dal 2016».

2.69

BONFRISCO

Alle disposizioni di cui all'elenco n. 2 allegato al disegno di legge sopprimere la voce: «legge 23 dicembre 1998, n. 448, articolo 8, comma 10, lettera *c)*; legge 22 dicembre 2008, n. 203, articolo 2, comma 12; Gasolio e GPL impiegati per riscaldamento in aree geograficamente o climaticamente svantaggiate».

Conseguentemente, all'articolo 2, comma 12 le parole: «38,690» *sono sostituite dalle seguenti:* «12,085».

Conseguentemente, all'articolo 2, dopo il comma 12, inserire il seguente:

«12-*bis*. Mediante provvedimenti di razionalizzazione e di revisione, della spesa, di ridimensionamento di strutture, di riduzione delle spese per beni e servizi, nonché di ottimizzazione

dell'uso degli immobili, adottati dal Presidente del Consiglio sulla base degli indirizzi del Comitato interministeriale di cui all'articolo 4-*bis*, comma 1, del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69, convertito dalla legge 9 agosto 2013, n. 98, si provvede ad assicurare una riduzione della spesa delle amministrazioni pubbliche di cui all'articolo 1, comma 2, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, in misura non inferiore a 26,605 milioni di euro a decorrere dal 2016».

2.70

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 12, elenco 1, sopprimere la voce: «legge 23 dicembre 1998, n. 448, articolo 8, comma 10, lettera *c)*; legge 22 dicembre 2008, n. 203, articolo 2, comma 12; Gasolio e GPL impiegati per riscaldamento in aree geograficamente o climaticamente svantaggiate».

Conseguentemente, al medesimo comma, sostituire le parole: «e a 38,690 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2016» *con le seguenti:* «e a 12,085 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2016».

Conseguentemente, all'articolo 3, dopo il comma 66, inserire il seguente:

«66-*bis*. Al n. 98) della tabella A, parte III, allegata al decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633, dopo le parole: "compresa la segatura» sono inserite le seguenti: ", esclusi i pellet"».

2.71

CANTINI

Al comma 12, elenco 2, sopprimere lo voce: «legge 23 dicembre 1998, n. 448, articolo 8, comma 10, lettera *c)*; legge 22 dicembre 2008, n. 203, articolo 2, comma 12; Gasolio e GPL impiegati per riscaldamento in aree geograficamente o climatica mente svantaggiate».

Conseguentemente, al medesimo comma, sostituire le parole: «e a 38,690 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2016» *con le seguenti:* «e a 12,085 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2016».

Conseguentemente, all'articolo 3, dopo il comma 66, inserire il seguente:

«56-*bis*. Al n. 98) della tabella A, parte III, allegata al decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633, dopo le parole: "compresa la segatura" sono inserite le seguenti: ", esclusi i pellet"».

2.72

CENTINAIO, BELLOT, ARRIGONI, CROSIO, COMAROLI, TOSATO, BISINELLA

All'Elenco n. 2 di cui al comma 12 dell'articolo 2 sopprimere la seguente voce: «Legge 23 dicembre 1998, n. 448, articolo 8, comma 10, lettera *c)*; legge 22 dicembre 2008, n. 203, articolo 2, comma 12: Gasolio e GPL impiegati per riscaldamento in aree geograficamente svantaggiate».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pali a 50 milioni di euro di euro a decorrere dal 2015».

2.73

LATORRE, VATTUONE, PEGORER, TOMASELLI, CALEO, GUALDANI, BATTISTA

Dopo il comma 12 inserire il seguente:

«12-*bis*. Al fine di assicurare il mantenimento di adeguate capacità nel settore marittimo a tutela degli interessi di difesa nazionale e nel quadro delle politiche industriali in materia di sostegno e rilancio delle piccole e medie imprese, salvaguardandone la competitività nel settore della navalmeccanica ad alta tecnologia in attuazione delle misure di potenziamento della capacità produttiva ed occupazionale, è autorizzata la spesa di 60 milioni di euro per l'anno 2015 e per ciascuno degli anni 2016 e 2017, da iscrivere nello stato di previsione del Ministero dello sviluppo economico».

Conseguentemente, alla Tabella B, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 60.000.000;

2016: ? 60.000.000;
2017: ? 60.000.000.

2.74

LATORRE, VATTUONE, PEGORER, TOMASELLI, CALEO, GUALDANI, BATTISTA

Dopo il comma 12 inserire il seguente:

«12-*bis.* Al fine di assicurare il mantenimento di adeguate capacità nel settore marittimo a tutela degli interessi di difesa nazionale e nel quadro delle politiche industriali in materia di sostegno e rilancio delle piccole e medie imprese, salvaguardandone la competitività nel settore della navalmeccanica ad alta tecnologia in attuazione delle misure di potenziamento della capacità produttiva ed occupazionale, sono autorizzati contributi decennali, ai sensi dell'articolo 4, comma 177, della legge 24 dicembre 2003, n. 350, e successive modificazioni, e secondo le modalità di cui all'articolo 537-*bis* del codice di cui al decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66, di 10 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015, di 15 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016 e di 20 milioni di euro a decorrere dall'anno 2017, da iscrivere nello stato di previsione del Ministero dello sviluppo economico».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ?10.000.000;
2016: ? 25.000.000;
2017: ? 45.000.000.

2.75

URAS, DE POLI

Dopo il comma 12, inserire il seguente:

«12-*bis.* Una quota pari ad euro 100 milioni per ciascuno degli anni 2015-2018 degli accantonamenti disposti per la regione Sardegna a valere sulle compartecipazioni erariali, per effetto del comma 3 dell'articolo 28 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito con modificazioni dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, e successive modificazioni e integrazioni, dai commi 22 dell'articolo 15 e 3 dell'articolo 16 del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito con modificazioni dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, e successive modificazioni e integrazioni e dal comma 526 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2013, n. 147, e successive modificazioni e integrazioni, sono dalla medesima finalizzati alla copertura delle spese derivanti da situazione di crisi economica dell'isola».

Conseguentemente al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni di euro a decorrere dal 2015» *con le seguenti:* «200 milioni di euro annui per ciascun anno del quadriennio 2015-2018 e di 250 milioni di euro a decorrere dal 2019»; *al comma 121, sostituire le parole:* «200 milioni di euro a decorrere dal 2015» *con le seguenti:* «150 milioni di euro annui per ciascun anno del quadriennio 2015-2018 e di 200 milioni di euro a decorrere dal 2019».

2.76

BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Dopo il comma 12 aggiungere il seguente:

«12-*bis.* Al fine di consentire di allungare il piano di ammortamento dei mutui e dei finanziamenti per le famiglie, le micro e piccole e medie imprese individuate dalla Raccomandanone 2003/361/CE della Commissione del 6 maggio 2003, il Ministero dell'economia e delle finanze ed il Ministero dello sviluppo economico, entro 90 giorni dall'entrata in vigore della presente legge e previo accordo con l'ABI e le associazioni dei rappresentanti delle imprese e dei consumatori, predispongono tutte le misure necessarie al fine di sospendere il pagamento della quota capitale delle rate per gli anni da 2015 al 2017».

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 150 milioni di

euro a decorrere dal 2015».

2.77

CALEO, TOMASELLI, LAI

Dopo il comma 12 inserire il seguente:

«12-*bis.* Dopo la lettera a-bis) *dell'articolo 8*-bis *del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633, è inserita la seguente:*

"*a-ter)* le cessioni di navi, anche con la formula di noleggio a caldo, di cui all'articolo 4 della legge 31 dicembre 1982, n. 979».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 2.500.000;
2016: ? 2.500.000;
2017: ? 2.500.000.

2.78

PAGANO, TORRISI

Dopo il comma 12, aggiungere i seguenti:

«12-*bis.* All'articolo 1 della legge 23 dicembre 2005, n. 266, e successive modificazioni, il comma 423 è sostituito dal seguente:

"423. Ferme restando le disposizioni tributarie in materia di accisa, la produzione e la cessione di energia elettrica e calorica da fonti rinnovabili agroforestali e fotovoltaiche, nonché di carburanti ottenuti da produzioni vegetali provenienti prevalentemente dal fondo e di prodotti chimici derivanti da prodotti agricoli provenienti prevalentemente dal fondo effettuate dagli imprenditori agricoli, costituiscono attività connesse ai sensi dell'articolo 2135, terzo comma, del codice civile e si considerano produttive di reddito agrario. Per la produzione di energia elettrica e calorica da fonti rinnovabili agroforestali, oltre 2.400.000 kWh anno, e fotovoltaiche, oltre 260.000 kWh anno, il reddito delle persone fisiche, delle società semplici e degli altri soggetti di cui all'articolo 1, comma 1093, della legge 27 dicembre 2006, n. 296, è determinato, ai fini IRPEF ed IRES, applicando all'ammontare dei corrispettivi delle operazioni soggette a registrazione agli effetti dell'imposta sul valore aggiunto, relativamente alla componente riconducibile alla valorizzazione dell'energia ceduta, con esclusione della quota incentivo, il coefficiente di redditività del 25 per cento, fatta salva l'opzione per la determinazione del reddito nei modi ordinari, previa comunicazione all'ufficio secondo le modalità previste dal regolamento di cui al decreto del Presidente della Repubblica 10 novembre 1997, n. 442".

12-*ter.* Le disposizioni di cui al comma 11-*bis* si applicano a decorrere dal periodo di imposta successivo a quello in corso al 31 dicembre 2014 e di esse si tiene conto ai fini della determinazione dell'acconto delle imposte sui redditi dovute per il predetto periodo d'imposta.

12-*quater.* All'articoio 22 del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, il comma 1 è soppresso».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ?10.500.000;
2016: ?14.000.000;
2017: ? 14.000.000.

2.79

GUALDANI

All'articolo 2, dopo il comma 12, aggiungere i seguenti:

12-*bis*. L'articolo l della legge 23 dicembre 2005, n. 266, e successive modificazioni, il comma 423 è sostituito dal seguente: «Ferme restando le disposizioni tributarie in materia di accisa, la produzione e la cessione di energia elettrica e calorica da fonti rinnovabili agroforestali e fotovoltaiche, nonché di carburanti ottenuti da produzioni vegetali provenienti prevalentemente dal

fondo e di prodotti chimici derivanti da prodotti agricoli provenienti prevalentemente dal fondo effettuate dagli imprenditori agricoli, Costituiscono attività connesse ai sensi dell'articolo 2135, terzo comma, del codice civile e si considerano produttive di reddito agrario. Per la produzione di energia elettrica e calorica da fonti rinnovabili agroforestali, oltre 2.400.000 kWh anno, e fotovoltaiche, oltre 260.000 kWh anno, il reddito delle persone fisiche, delle società semplici e degli altri soggetti di cui all'articolo 1, comma 1093, della legge 27 dicembre 2006, n. 296, è determinato, ai fini IRPEF ed IRES, applicando all'ammontare dei corrispettivi delle operazioni soggette a registrazione agli effetti dell'imposta sul valore aggiunto, relativamente alla componente riconducibile alla valorizzazione dell'energia ceduta, con esclusione della quota incentivo, il coefficiente di redditività del 25 per cento, fatta salva l'opzione per la determinazione del reddito nei modi ordinari, previa comunicazione all'ufficio secondo le modalità previste dal regolamento di cui al decreto del Presidente della Repubblica 10 novembre 1997, n. 442.».

12-*ter*. Le disposizioni di cui al comma 11-*bis* si applicano a decorrere dal periodo di imposta successivo a quello in corso al31 dicembre 2014 e di esse si tiene conto ai fini della determinazione dell'acconto delle imposte sui redditi dovute per il predetto periodo d'imposta.

12-*quater*. All'articolo 22 del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, il comma 1 è soppresso.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 10.500.000;
2016: ? 14.000.000;
2017: ? 14.000.000.

2.80

GUALDANI

All'articolo 2, dopo il comma 12 è inserito il seguente:

12-*bis*. Dopo il comma 341-*quater* dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2006, n. 296, sono inseriti i seguenti:

341-*quinquies*. Al fine di rafforzare lo sviluppo economico di regioni con un alto tasso di disoccupazione, nonché di promuovere lo sviluppo economico delle regioni che registrano un tasso di crescita inferiore a quello della media nazionale, le atee di sviluppo industriale localizzate nelle «zone a» o nelle «zone c» della Carta degli aiuti di Stato a finalità regionale 2007-2013, n. 117/10 ? Italia, approvata dalla Commissione europea il 6 luglio 2010, pubblicata nella *Gazzetta Ufficiale* dell'Unione europea n. C 215 del 18 agosto 2010, sono considerate zone franche, di seguito denominate «zone franche ASI». Per le finalità di cui al periodo precedente, è istituito nello stato di previsione del Ministero dello sviluppo economico un apposito Fondo con una dotazione di 30 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015-2019, che provvede al finanziamento dei programmi di defiscalizzazione.

341-*sexies*. Le piccole e medie imprese, come individuate dalla raccomandazione 2003/361/CE della Commissione del 6 maggio 2003 che, entro ventiquattro mesi dalla data di entrata in vigore della presente disposizione, iniziano una nuova attività economica nelle zone franche ASI, possono fruire delle seguenti agevolazioni, nei limiti delle risorse del fondo di cui al comma 341-*quinquies*:

a) esenzione dalle imposte sui redditi per i primi cinque periodi di imposta;

b) esenzione dall'imposta regionale sulle attività produttive per i primi cinque periodi di imposta;

c) esenzione dall'imposta comunale sugli immobili e dal tributo per i servizi indivisibili (TASI), a decorrere dall'anno 2015 e fino all'anno 2019; per i soli immobili situati nelle zone franche ASI posseduti dalle stesse imprese ed utilizzati per l'esercizio delle nuove attività economiche;

d) esonero dal versamento dei contributi sulle retribuzioni da lavoro dipendente per i primi cinque anni di attività.

341-*septies*. Per le imprese di cui al comma 341-*sexies* è stabilito l'obbligo, pena la perdita delle agevolazioni, di permanenza per almeno cinque anni nella zona franca ASI in cui hanno iniziato la

nuova attività economica.

341-*octies*. Possono fruire delle agevolazioni, di cui al comma 341-*sexies*, le piccole e medie imprese che abbiano avviato la propria attività in una zona franca ASI pri1na della data di entrata in vigore della presente disposizione, e che non si trovino in difficoltà ai sensi degli Orientamenti comunitari sugli aiuti di Stato per il salvataggio e la ristrutturazione di imprese in difficoltà pubblicati nella *Gazzetta Ufficiale* dell'Unione europea n. 244 del 10 ottobre 2004. Per le stesse imprese vale l'obbligo di permanenza almeno quinquennale di cui al comma 341-*septies*.

341-*novies*. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, da emanare entro trenta giorni dalla data di entrata in vigore della presente disposizione, sono determinati le condizioni, i limiti è le modalità di applicazione delle agevolazioni fiscali di cui ai commi 341-*sexies* e 341-*octies*.

341-*decies*. All'onere derivante dall'attuazione del comma 341-*quinquies*, pari. a 30 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015-2019, si provvede mediante corrispondente riduzione della dotazione del Fondo per interventi strutturali di politica economica di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307».

2.81

TOMASELLI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA

Dopo il comma 12 aggiungere il seguente:

«12-*bis*. All'articolo 2, comma 4 del decreto-legge 25 gennaio 2012, n. 2, convertito con modificazioni dalla legge 24 marzo 2012, n. 28, aggiungere infine le seguenti parole: «Fino al 30 giugno 2015, è autorizzato l'esaurimento delle scorte di sacchi da asporto merci non conformi al presente articolo».

2.82

COMAROLI, TOSATO

All'articolo 2 dopo il comma 12 inserire il seguente comma:

«12-*bis*. All'obbligo derivante dall'articolo 15, commi 4 e 5, del decreto legge 18 ottobre 2012, n. 179, convertito nella legge 17 dicembre 2012, n. 221, si applicano commissioni onnicomprensive della gestione e dell'utilizzo delle carte di debito nella misura massima pari allo 0,2 per cento del valore delle transazioni con esse effettuate. Al medesimo obbligo, osservato presso gli impianti di distribuzione carburanti e presso le rivendite di tabacchi, si applicano commissioni onnicomprensive della gestione e dell'utilizzo delle carte di debito nella misura massima pari allo 0,1 per cento del valore delle transazioni con esse effettuate».

2.83

TOMASELLI, LAI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA

Dopo il comma 12, aggiungere il seguente:

12-bis. All'articolo 19 del decreto legislativo 13 marzo 2013, n. 30, dopo la lettera *i)* aggiungere la seguente:

«l) compensare i costi cosi come definiti dal paragrafo 26 di cui al C(2012) 3230 finali con priorità di assegnazione alle imprese accreditate ISO 50001».

2.84

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, MILO, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Dopo il comma 12, aggiungere il seguente:

12-*bis*. Al comma 715 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2013, n. 147, le parole: «20 per cento» sono sostituite dalle seguenti: «30 per cento». Conseguentemente, al medesimo articolo, dopo il comma 45 inserire il seguente:

«45-*bis*. Le disponibilità di competenza e di cassa delle spese del bilancio dello Stato per consumi intermedi sono ridotte di 300 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015.».

2.85

DEL BARBA

Dopo il comma 13, aggiungere i seguenti:

13-*bis*. I contributi di cui all'articolo 2, comma 4, del decreto-legge 21 giugno 2013, n.69, convertito con modificazioni dalla legge 9 agosto 2013, n.98, possono essere riconosciuti alle mitre, piccole e medie imprese, come individuate dalla Raccomandazione 2003/361/CE della Commissione del 6 maggio 2003, che abbiano ottenuto un finanziamento, compreso il leasing finanziario, per le finalità di cui all'articolo 2, comma 1 del medesimo decreto, erogato con provvista reperita, in alternativa a quanto previsto dal comma 2 del medesimo articolo, sul mercato finanziario dalle banche e dagli intermediari finanziari autorizzati all'esercizio dell'attività di *leasing* finanziario.

13-*ter*. Con decreto del Ministro dello sviluppo economico, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze sono stabiliti i requisiti, le condizioni di accesso e le modalità di erogazione dei contributi di cui al comma precedente.

2.86

GUALDANI, MARINELLO, MANCUSO

Al comma 14 dell'articolo 2 dopo le parole: «piano di ammortamento dei mutui» *aggiungere le seguenti:* «, dei *leasing*».

2.87

MANDELLI

Al comma 14, dopo la parola: «2017» *è aggiunto infine il seguente periodo:* «La presente disposizione si applica anche nei confronti delle persone fisiche o giuridiche che, alla data di entrata in vigore della presente legge e per il triennio dal 2015 al 2017, rientrano nell'elenco dei protesti cambiari, ai sensi della legge 12 febbraio 1955, n.77 e successive modificazioni, nonché nell'elenco delle banche dati del sistema di informazioni creditizie, nel caso risultino segnalate negativamente ai sensi dell'articolo 1 del decreto legislativo 13 agosto 2010, n.141, inclusi coloro che presentano degli arretrati nei pagamenti, maturati fino al, 31 dicembre 2014, rispetto al piano di ammortamento originario, per i quali è concessa la dilazione pari ad un massimo di tre anni, a partire dalla scadenza della sospensione relativa all'anno 2017».

2.88

MANDELLI, PICCINELLI

Al comma 14, dopo la parola: «2017» *è aggiunto infine il seguente periodo:* «La presente disposizione si applica anche nei confronti delle persone fisiche o giuridiche che alla data di entrata in vigore della presente legge e per il triennio dal 2015 al 2017 rientrano nell'elenco dei protesti cambiari, ai sensi della legge 12 febbraio 1955, n.77 e successive modificazioni, nonché nell'elenco delle banche dati del sistema di informazioni creditizie, nel caso risultino segnalate negativamente ai sensi dell'articolo l del decreto legislativo 13 agosto 2010, n.141».

2.89

ALBANO, VALENTINI

Dopo il comma 14 inserire il seguente:

«14-*bis*. Limitatamente al settore della pesca ed in deroga ai vigenti divieti o limiti di partecipazione, le imprese non finanziarie di grandi dimensioni, nonché , gli enti pubblici e privati possono partecipare al capitale sociale dei confidi di secondo grado di cui al comma 1 dell'articolo 112 del decreto legislativo 1 settembre 1993, n. 385 e fruire delle garanzie da essi rilasciate, purché le piccole e medie imprese socie dispongano almeno della metà più uno dei voti esercitabili nell'assemblea e la nomina dei componenti degli organi che esercitano funzioni di gestione e di supervisione strategica sia riservata all'assemblea».

2.90

FABBRI, SANGALLI, TOMASELLI

Dopo il comma 14, aggiungere il seguente:

«14-*bis*. Al fine di assicurare un riconoscimento civilistico al contratto di locazione finanziaria, dopo il capo XVII del titolo III del libro quarto del codice civile, è aggiunto il seguente:

"Capo XVII-Bis.
DELLA LOCAZIONE FINANZIARIA

Art. 1860-*bis*

(Nozione)

1. La locazione finanziaria è il contratto con il quale il concedente si obbliga ad acquistare o a far costruire un bene su scelta e secondo le indicazioni dell'utilizzato re, che ne assume tutti i rischi, anche di perimento, e lo mette a disposizione per un dato tempo verso un determinato corrispettivo che tenga conto del prezzo di acquisto o di costruzione e della durata, del contratto. Alla scadenza del contratto l'utilizzatore ha facoltà di acquistare la proprietà del bene ad un prezzo prestabilito.

Art. 1860-*ter*

(Risoluzione del contratto)

1. La risoluzione del contratto per inadempimento non si estende alle prestazioni già eseguite.

2. Se la risoluzione del contratto ha luogo per l'inadempimento dell'utilizzato re, l'utilizzatore deve restituire il bene al concedente e corrispondere tutti i canoni scaduti fino alta data della risoluzione nonché i canoni a scadere attualizzati e il prezzo previsto per l'opzione finale di acquisto dedotto quanto ricavato dalla vendita o ricollocazione del bene medesimo"».

2.91

SANGALLI, TOMASELLI

Dopo il comma 14, aggiungere il seguente:

«14-*bis*. All'articolo 15, comma 1, del testo unico delle imposte sui redditi, approvato con il decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, dopo la lettera *i-sexies*), sono aggiunte le seguenti:

«*i-sexies)* i canoni, e i relativi oneri accessori, per un importo non superiore a 13.000 euro, ed il costo di acquisto a fronte dell'esercizio dell'opzione finale, per un importo non superiore a 20.000 euro, derivanti da contratti di locazione finanziaria su unità immobiliari, anche da costruire, da adibire ad abitazione principale entro un anno dalla consegna, sostenuti da giovani di età inferiore a 35 anni con un reddito complessivo non superiore a 55.000 euro all'atto della stipula del contratto di locazione finanziaria che non sono titolari di diritti di proprietà su immobili a destinazione abitativa; la detrazione spetta alle condizioni di cui alla lettera *b)*;

i-sexies2) le spese di cui alla lettera *i-sexies1)*, alle condizioni ivi indicate e per importi non superiori alla metà di quelli ivi indicati, sostenute da soggetti di età non inferiore a 35 anni con un reddito complessivo non superiore a 55.000 euro all'atto della stipula del contratto di locazione finanziaria che non sono titolari di diritti di proprietà su immobili a destinazione abitativa.«;

14-*ter*. Al testo unico delle disposizioni concernenti l'imposta di registro di cui al decreto del Presidente della Repubblica 26 aprile 1986, n. 131, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 40, comma l-*bis*, le parole: "immobili strumentali, anche da costruire ed ancorché assoggettati all'imposta sul valore aggiunto, di cui all'articola 10, primo comma, numero 8-*ter)*" , sono sostituite dalle seguenti: "immobili abitativi e strumentali, anche da costruire ed ancorché assoggettati all'imposta sul valore aggiunto, di cui all'articolo 10, primo comma, numeri 8-*bis)* e 8-*ter*;

b) all'articolo 1 della tariffa, parte prima, dopo il terzo periodo è aggiunto il seguente periodo:
"
Se il trasferimento è effettuato nei confronti di banche ed intermediari finanziari autorizzati all'esercizio dell'attività di leasing finanziario, ed ha per oggetto case di abitazione, di categoria catastale diversa da Al, A8 e A9, acquisite in locazione finanziaria da utilizzatori per i quali ricorrono le condizioni di cui alle note II-*bis*) e II-*sexies*):1 per cento"

c) alle note dell'articolo 1 della tariffa, parte prima, In fine è aggiunta la seguente:

"II-*sexies*) Nell'applicazione della nota II-*bis*) ai trasferimenti effettuati nei confronti di banche ed intermediari finanziari autorizzati all'esercizio dell'attività di *leasing* finanziario, si considera, in luogo dell'acquirente, l'utilizzatore ed, in luogo dell'atto di acquisto, il contratto di locazione finanziaria.«;

d) all'articolo 8-*bis* della tariffa, parte prima, dopo il comma 1 sono aggiunti i seguenti:

"

1-*bis*. Atti relativi alle cessioni, da parte degli utilizzatori, di contratti di locazione finanziaria aventi ad oggetto immobili a destinazione abitativa, di categoria catasta le diversa da A1, A8 e A9, effettuate nei confronti di soggetti per; quali ricorrono le condizioni di cui alle note II-*bis*) e II-*sexies*) dell'articolo 1, ancorché assoggettati all'imposta sul valore aggiunto, di cui all'articolo 10, primo comma, numero 8-*bis*), del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633:1 per cento

1-*ter*. Atti, diversi da quelli cui al comma l-*bis*, relativi alle cessioni, da parte degli utilizzatori, di contratti di locazione finanziaria aventi ad oggetto immobili a destinazione abitativa, anche da costruire ed ancorché assoggettati all'imposta sul valore aggiunto, di cui all'articolo 10, primo comma, numero 8-*bis*), del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633:9 per cento"

e) alla nota I) dell'articolo 8-*bis* della tariffa, parte prima, le parole: "di cui al comma l" sono sostituite dalle parole: "di cui ai commi 1, 1-*bis* e 1-*ter*».

Conseguentemente all'articolo 3, comma 21, lettera g), sostituire la parola: «triplo» *con la seguente:* «quadruplo».

2.92

DALLA TOR, MARINELLO, GUALDANI

Dopo il comma 14 è inserito il seguente:

«14-*bis*. Il recupero degli sgravi erogati ai sensi del decreto-legge 29 marzo 1995, n. 96, convertito, con modificazioni, dalla legge 31 maggio 1995, n. 206, nonché ai sensi del decreto-legge 31 dicembre 1996, n. 669, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 febbraio 1997, n. 30, dichiarati incompatibili con il mercato comune con decisione 2000/394/CE della Commissione del 25 novembre 1999, per Chioggia e Venezia è fissato in quattordici rate annuali, fino alla concorrenza del complessivo ammontare da restituire. Gli interessi per la rateizzazione, calcolati sul capitale iniziale in regime di capitalizzazione semplice, saranno versati a decorrere dalla data di entrata in vigore delle disposizioni attuative che saranno stabilite con successivo decreto del Ministro dell'Economia e delle Finanze, di concerto con il Ministro del Lavoro e delle Politiche sociali entro 60 giorni dall'entrata in vigore della presente legge».

2.93

BELLOT, ARRIGONI, CROSIO, CANDIANI, DIVINA, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 14 è inserito il seguente:

«14-*bis*. Le disposizioni di cui al comma 2 dell'articolo 22 del decreto-legge 24 aprile 2014 n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89 non si applicano alle Province di cui al secondo periodo del comma 3 dell'articolo 1 della legge 7 aprile 2014, n. 56».

Conseguentemente all'articolo 1 sopprimere i commi 116 e 117.

Conseguentemente all'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 350 milioni di euro a decorre dal 2015».

2.94

CENTINAIO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Al comma 15 apportare le seguenti modificazioni:

«*a)* alla lettera *a)*, punto 1, dopo le parole: "Si considera vettore", inserire le seguenti: "e non vettore ai sensi della successiva lettera *e-bis)*";

b) alla lettera *a)*, sopprimere il punto 2);

c) alla lettera *b)*, punto 3), al terzo periodo aggiungere in fine le seguenti parole: "e comunque non inferiore al valore di riferimento dei costi di esercizio dell'impresa di autotrasporto per conto di terzi di cui all'articolo 11-*quinquies* della presente legge"».

2.95

DE PIETRO, URAS, CASALETTO, MASTRANGELI

Al comma 15, lettera a), *capoverso 1 dopo le parole:* «si considera vettore», *aggiungere le seguenti:*

«e non sub-vettore ai sensi della successiva lettera *e-bis)*».

2.96

MANDELLI, PICCOLI, BRUNI, BONFRISCO, CERONI, D'ALÌ, MILO

Al comma 15, lettera a), *al numero 1), dopo le parole:* «vettore», *aggiungere le seguenti:* «e non sub-vettore ai sensi della successiva lettera *e-bis)*».

2.97

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, CROSIO

Al comma 15, lettera a), *capoverso 1), dopo le parole:* «vettore» *aggiungere le seguenti:* «e non sub-vettore ai sensi della successiva lettera e-*bis)*».

2.98

TOMASELLI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA, PAGLIARI, CALEO, MAURO MARIA MARINO

Al comma 15, lettera a), *al numero 1) dopo le parole:* «considera vettore» *inserire le seguenti:* «e non sub-vettore ai sensi della successiva lettera e-*bis)*».

2.99

DE PIN, MASTRANGELI, BOCCHINO, CAMPANELLA

All'articolo 2, comma 15 capoverso 1 dopo le parole: «vettore», *aggiungere le seguenti:* «e non sub-vettore ai sensi della successiva lettera e-*bis*)».

2.100

GAMBARO

All'articolo 2, comma 15 capoverso 1 dopo le parole vettore, aggiungere le seguenti: «e non sub-vettore ai sensi della successiva lettera e-*bis*)».

2.101

CARIDI

All'articolo 2, comma 15 capoverso 1 dopo le parole vettore, aggiungere le seguenti: «e non sub-vettore ai sensi della successiva lettera e-*bis*)».

2.102

DE POLI

All'articolo 2, comma 15 capoverso 1 dopo le parole vettore, aggiungere le seguenti: «e non sub-vettore ai sensi della successiva lettera e-*bis*)».

2.103

GUALDANI

All'articolo 2, apportare le seguenti modificazioni:

a) al comma 15, lettera *a)*:

1) al numero 1), aggiungere, in fine; il seguente periodo: «In tal caso l'impresa che svolge l'attività di trasporto non può essere comunque considerata sub-vettore».

2) al numero 2), dopo le parole: «connessi o preliminari all'affidamento del trasporto», aggiungere le seguenti: «Resta salva l'azione diretta per il pagamento nei confronti di tutti coloro che hanno ordinato il trasporto ai sensi dell'articolo 7-*ter)*».;

b) al comma 19, terzo periodo, sostituire le parole: «con esclusione di eventuale tacito o espresso rinnovo, «con le seguenti: «con possibilità di rinnovo o ripresentazione per non più di due anni».

2.104

MANDELLI, PICCOLI, BRUNI, BONFRISCO, CERONI, D'ALÌ, MILO

Al comma 15, lettera a), *sopprimere il numero 2).*

2.105

TOMASELLI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA, PAGLIARI, CALEO, MAURO MARIA MARINO

Al comma 15, lettera a) *sopprimere il numero 2).*

2.106

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, CROSIO

Al comma 15, lettera a), sopprimere il capoverso 2.

2.107

DE PIN, MASTRANGELI, BOCCHINO, CAMPANELLA

Al comma 15, sopprimere il capoverso 2.

2.108

GAMBARO

Al comma 15, sopprimere il capoverso 2.

2.109

CARIDI

Al comma 15, sopprimere il capoverso 2.

2.110

DE POLI

Al comma 15, sopprimere il capoverso 2.

2.111

GUALDANI

Apportare le seguenti modifiche:

«*a)* al comma 15, lettera *b)*, capoverso "Art. 6-*ter. ? (Disciplina della sub-vettura)", al comma 1, dopo le parole: "le parti concordino," inserire le seguenti: "per iscritto,";*

b) al comma 16, lettera *b):*

1) al capoverso "4" sopprimere le seguenti parole: ", tenuto conto dei principi di adeguatezza in materia di sicurezza stradale e sociale.";

2) al capoverso "4-*quinquies*" aggiungere, in fine, le seguenti parole: "e riguardanti le fattispecie di cui all'articolo 7, comma 6, del decreto legislativo 21 novembre 2005, n. 186"»;

3) al capoverso "5", sostituire l'ultimo periodo con il seguente: "Qualora le prestazioni richieste prevedano il transito di tratte stradali o autostradali a pagamento, i relativi pedaggi, compresi i loro eventuali aggiornamenti, sono corrisposti al vettore sulla base di specifica evidenziazione in fattura; entro e non oltre sei mesi dal pagamento della fattura, il committente del trasporto può chiedere di verificare che i costi relativi ai pedaggi siano stati effettivamente sostenuti mediante riscontro delle fatture emesse dalle società concessionarie al vettore.";

c) sopprimere il camma 18».

2.112

DI BIAGIO, LUIGI MARINO

Aapportare le seguenti modifiche:

«*a)* al comma 15, lettera *b)*, capoverso "Art. 6-*ter. ? (Disciplina della sub-vettura)", al comma 1, dopo le parole: "le parti concordino," inserire le seguenti: "per iscritto,";*

b) al comma 16, lettera *b):*

1) al capoverso "4" sopprimere le seguenti parole: ", tenuto conto dei principi di adeguatezza In materia di sicurezza stradale e sociale.";

2) al capoverso "4-*quinquies*" aggiungere, in fine, le seguenti parole: "e riguardanti le fattispecie di cui all'articolo 7, comma 6, del decreto legislativo 21 novembre 2005, n. 286";

3) al capoverso "5", sostituire l'ultimo periodo con il seguente: "Qualora le prestazioni richieste prevedano il transito di tratte stradali o autostradali a pagamento, i relativi pedaggi, compresi i loro eventuali aggiornamenti, sono corrisposti al vettore sulla base di specifica evidenziazione in fattura; entro e non oltre sei mesi dal pagamento della fattura, il committente del trasporto può chiedere di verificare che i costi relativi ai pedaggi siano stati effettivamente sostenuti mediante riscontro delle fatture emesse dalle società concessionarie al vettore.";

c) sopprimere il comma 18».

2.113

TOMASELLI, LAI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA

Al comma 15, lettera b)*, capoverso* «Art. 6-*ter. ? (Disciplina della suti-vettura*»*, al comma 1, dopo le parole:* «le parti concordino,» *inserire le seguenti:* «per iscritto,».

Conseguentemente:

a) al comma 16, lettera b):

1) al capoverso «4» sopprimere le seguenti parole: «, tenuto conto dei principi di adeguatezza in materia di sicurezza stradale e sociale.»;

2) al capoverso «4-*quinquies*» aggiungere, in fine, le seguenti parale: «e riguardanti le fattispecie di cui all'articolo 7, comma 6, del decreto legislativo 21 novembre 2005, n. 286»;

3) al capoverso «5», sostituire l'ultimo periodo con il seguente: «Qualora le prestazioni richieste prevedano il transito di tratte stradali o autostradali a pagamento, i relativi pedaggi, compresi i loro eventuali aggiornamenti, sono corrisposti al vettore sulla base di specifica evidenziazione in fattura; entro e non oltre sei mesi dal pagamento della fattura, il committente del trasporto può chiedere di verificare che i costi relativi ai pedaggi siano stati effettivamente sostenuti mediante riscontro delle fatture emesse dalle società concessionarie al vettore.»;

b) sopprimere Il comma 18.

2.114

MANDELLI, PICCOLI, BRUNI

Al comma 15, lettera b) *capoverso* «Art. 6-*ter*» *al comma 3, al periodo sostituire le parole da:* «è tenuto» *fino alla fine con le seguenti:* «è tenuto ad esibire la propria fattura a semplice richiesta e comunque non inferiore al valore di riferimento dei costi di esercizio dell'impresa di auto trasporto per conto di terzi di cui al successivo comma 18 della presente legge».

2.115

DE POLI

All'articolo 2, comma 15, lett. b) *capoverso* Art. 6-*ter*, *comma 3, al secondo periodo sostituire le parole da:* «è tenuto» *fino alla fine con le seguenti:* «è tenuto ad esibire la propria fattura a semplice richiesta e comunque non inferiore al valore di riferimento dei costi di esercizio dell'impresa di autotrasporto per conto di terzi di cui al successivo comma 18 della presente legge».

2.116

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, CROSIO

Al comma 15, lett. b), *capoverso* «Art. 6-*ter*», *comma 3, al terzo periodo, sostituire le parole da:* «è tenuto» *fino alla fine del periodo con le seguenti:* «è tenuto ad esibire la propria fattura a semplice richiesta e comunque non inferiore al valore di riferimento dei costi di esercizio dell'impresa di autotrasporto per conto di terzi di cui al successivo comma 18 della presente legge».

2.117

DE PIN, MASTRANGELI, BOCCHINO, CAMPANELLA

All'articolo 2, comma 15, lett. b) *capoverso* «Art. 6-*ter*», *comma 3, al terzo periodo sostituire le parole da:* «è tenuto» *fino alla fine con le seguenti:* «è tenuto ad esibire la propria fattura a semplice richiesta e comunque non inferiore al valore di riferimento dei costi di esercizio dell'impresa di autotrasporto per conto di terzi di cui al successivo comma 18 della presente legge».

2.118

GAMBARO

All'articolo 2, comma 15, lett. b) *capoverso* Art. 6-*ter*, *comma 3, al terzo periodo sostituire le parole da:* «è tenuto» *fino alla, fine con le seguenti:* «è tenuto ad esibire la propria fattura a semplice richiesta e comunque non inferiore al valore di riferimento dei costi di esercizio dell'impresa di auto1rasporto per conto di terzi di cui al successivo comma 18 della presente legge».

2.119

TOMASELLI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA, PAGLIARI, CALEO, MAURO MARIA MARINO

Al comma 15, lettera b) *capoverso* «Art. 6-*ter*», *al comma 3, al terzo periodo sostituire le parole:* «è tenuto a esibire la propria fattura a semplice richiesta» *con le seguenti:* «è tenuto ad esibire la propria

fattura a semplice richiesta e comunque non inferiore al valore di riferimento dei costi di esercizio dell'impresa di autotrasporto per conto di terzi di cui al successivo comma 18 della presente legge».

2.120

CARIDI

All'articolo 2, comma 15, lett. b) *capoverso* «Art. 6-*ter*», *comma 3, al terzo periodo sostituire le parole da:* «è tenuto» *fino alla fine con le seguenti:* «è tenuto ad esibire la propria fattura a semplice richiesta e comunque non inferiore al valore di riferimento dei costi di esercizio dell'impresa di autotrasporto per conto di terzi di'cui al successivo comma 18 della presente legge».

2.121

SOLLO, TOMASELLI

Dopo il comma 15 è aggiunto il seguente:

«15-*bis*. All'articolo 8-*bis* del decreto-legge 27 luglio 2007 n. 81, convertito dalla legge 3 agosto 2007, n.127, sono apportate le seguenti modificazioni:

1) al comma 6 lettera *a)* dopo le parole: «di cui al comma 7» è aggiunto il seguente periodo: «e dall'ulteriore contributo globale di cui al comma 7-*bis*»;

2) dopo il comma 7 è aggiunto il seguente comma 7-*bis*: «Con decreto di natura non regolamentare del Ministro dello sviluppo economico è determinata la misura e le modalità di corresponsione del contributo globale aggiuntivo, da riconoscere a seguito di rimodulazioni di patti territoriali e di contratti d'area, a favore dei soggetti responsabili dei patti territoriali, e dei responsabili unici dei contratti d'area, che hanno ottenuto risorse finanziarie rivenienti da rinunce e revoche per realizzare opere infrastrutturali, con esiti, istruttori positivi a partire dal 1º gennaio 2014, da riconoscere nella misura del 5 per cento dell'investimento approvato ed in relazione all'entità dello stesso, nonché da erogare successivamente al completo utilizzo del contributo globale già concesso e dell'incremento del 25 per cento di cui al comma precedente. Le disposizioni di cui al presente comma non devono comportare nuovi o maggiori oneri a carico della finanza pubblica».

2.122

FILIPPI, LAI

Al comma 16, lettera b), *sostituire il comma 4*-ter, *con il seguente:* «4-*ter*. Il committente che non esegue la verifica di cui al comma 4-*bis* ovvero di cui al comma 4-*quater* è punito con la sanzione amministrativa pecuniaria di importo pari da 1 a 2 volte l'ammontare del corrispettivo pattuito».

Conseguentemente, sopprimere il comma 4-quinquies.

2.123

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, CROSIO

Al comma 17, apportare le seguenti modifiche:

1) Al primo periodo, sostituire le parole «negoziazione assistita» fino alla fine del periodo con la seguente: «conciliazione».

2) Sopprimere il secondo periodo.

2.124

TOMASELLI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA, PAGLIARI, CALEO, MAURO MARIA MARINO

Al comma 17, secondo periodo, sostituire le parole: «la negoziazione assistita esperita si considera comunque valida» *con le seguenti:* «conciliazione».

2.125

DE POLI

Al comma 17, secondo periodo sostituire le parole: «la negoziazione assistita esperita si considera comunque valida» *con le seguenti:* «conciliazione».

2.126

CARIDI

Al comma 17, secondo periodo sostituire le parole: «la negoziazione assistita esperita si considera comunque valida» *con le seguenti:* «conciliazione».

2.127
MANDELLI, PICCOLI, BRUNI
Al comma 17, sepprimere le parole da: «negoziazione assistita» *a:* «si considera comunque valida» *con le seguenti:* «conciliazione».
2.128
DE PIN, MASTRANGELI, BOCCHINO, CAMPANELLA
Al comma 17, secondo periodo sostituire le parole: «la negoziazione assistita esperita si considera comunque valida» *con le seguenti:* «conciliazione».
2.129
GAMBARO
Al comma 17, secondo periodo sostituire le parole: «la negoziazione assistita esperita si considera comunque valida» *con le seguenti:* «conciliazione».
2.130
FILIPPI, LAI
Sopprimere il comma 18.
2.131
URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO
Al comma 18 aggiungere, in fine, il seguente periodo: «Al fine di garantire la regolarità e la legalità dell'autotrasporto di cose per conto terzi, in conformità di quanto previsto dal citato articolo 83-*bis* del decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112, presso il Ministero delle infrastrutture e dei trasporti è istituita la Banca dati nazionale dell'autotrasporto. Con regolamento adottato con decreto del Ministro delle infrastrutture e dei trasporti, sentito il Ministro dell'interno, sono disciplinati le modalità di funzionamento della Banca, la modalità di accesso, l'inserimento in essa dei dati relativi alle imprese di autotrasporto, la gestione dei profili nonché ogni comunicazione e informativa facente riferimento alle imprese stesse. Sono altresì stabiliti i casi e le modalità di cancellazione dalla Banca dei dati relativi alle imprese. La Banca, anche attraverso l'ausilio di organismi accreditati specializzati nella tracciabilità dei percorsi e nella gestione satellitare delle flotte, consente alle Forze dell'ordine e agli operatori del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti di aumentare i livelli di controllo ai fini della sicurezza e della trasparenza del mercato, nonché per limitare la diffusione del cabotaggio abusivo sul territorio nazionale. La Banca fornisce altresì un *rating*, anche di merito creditizio, alle imprese di autotrasporto che operano sul territorio nazionale nel pieno rispetto della normativa comunitaria e interna. Agli oneri derivanti dall'attuazione del presente comma, pari a 250.000 euro, si provvede mediante le risorse disponibili a legislazione vigente ed eventualmente mediante quota parte dell'autorizzazione di spesa di cui al comma 1 dell'articolo 19 della presente legge».
2.132
MILO
Dopo il comma 18, aggiungere il seguente:
«18-*bis*. A decorrere dal 1º gennaio 2015, all'articolo 1, comma 517, primo periodo, della legge 24 dicembre 2012, n. 228, le parole: "5 per cento" sono sostituite dallo seguenti: "0 per cento". Resta ferma la possibilità per le regioni e le province autonome di Trento e Bolzano di disporre maggiorazioni dei quantitativi di gasolio da impiegare in lavori agricoli ad aliquota ridotta alle condizioni e nella misura previste dal decreto del Ministro delle politiche agricole e forestali 26 febbraio 2002».
2.133
MILO
Dopo il comma 18, aggiungere il seguente:
«18-*bis*. La concessione dell'agevolazione fiscale sul gasolio agricolo di cui al n. 5 della Tabella A allegata al Testo Unico approvato con decreto legislativo 26 ottobre 1995, n. 504, e successive modificazioni ed integrazioni, spetta nella misura del 22 per cento ivi prevista agli imprenditori agricoli iscritti nella relativa gestione previdenziale ed assistenziale nonché agli altri soggetti indicati

dall'articolo 1 del decreto legislativo 30 aprile 1998, n. 173, e nella misura del 28 per cento agli imprenditori agricoli iscritti soltanto nel registro delle imprese di cui all'articolo 8 della legge 29 dicembre 1993, n. 508».

2.134

FILIPPI, LAI

Sopprimere il comma 19.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 1.000.000;
2016: ? 1.000.000;
2017: ? 1.000.000.

2.135

FABBRI

Sopprimere il comma 19.

2.136

PIGNEDOLI

Sopprimere il comma 19.

2.137

TOMASELLI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA, PAGLIARI, CALEO, MAURO MARIA MARINO

Al comma 19, terzo periodo, dopo le parole: «espresso rinnovo» *inserire le seguenti:* «e possono essere ripresenta te per altri due anni».

2.138

DE POLI

All'articolo 2, comma 19 al terzo periodo dopo la parola: «rinnovo» *aggiungere le seguenti:* «possono essere ripresentate per altri due anni».

2.139

CARIDI

All'articolo 2, comma 19 al terzo periodo dopa la parola: «rinnovo» *aggiungere le seguenti:* «e possono essere ripresentate per altri due anni».

2.140

MANDELLI, PICCOLI, BRUNI

Al comma 19, al terzo periodo, aggiungere, in fine le seguenti parole: «e possono essere ripresentate per altri due anni».

2.141

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, CROSIO

Al comma 19, al terzo periodo, dopo la parola: «rinnovo» *aggiungere le seguenti:* «e possono essere ripresentate per altri due anni».

2.142

DE PIN, MASTRANGELI, BOCCHINO, CAMPANELLA

All'articolo 2, comma 19 al terzo periodo dopa la parola: «rinnovo» *aggiungere le seguenti:* «e possono essere ripresentate per altri due anni».

2.143

GAMBARO

All'articolo 2, comma 19 al terzo periodo dopo la parola: «rinnovo» *aggiungere le seguenti:* «e possono essere ripresentate per altri due anni».

2.144

FILIPPI, LAI, BORIOLI, CANTINI, CARDINALI, STEFANO ESPOSITO, MARGIOTTA, RANUCCI, SONEGO

Dopo il comma 19, aggiungere i seguenti:

19-*bis*. AI fine di consentire la realizzazione ed il completamento di interventi sulle reti metropolitane delle aree così come definite dalla legge 7 aprile 2014, n. 56, è autorizzata la spesa di 187,5 milioni di euro per gli anni 2015, 2016, 2017. Le risorse così individuate confluiscono nel Fondo reti metropolitane delle aree di cui alla legge 7 aprile 2014, n. 56 istituito presso il Ministero delle infrastrutture e dei trasporti.

19-*ter*. Con decreto del Ministro delle infrastrutture e dei trasporti, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze e con priorità per le reti metropolitane previste dal comma 2 dell'articolo 3 del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 novembre 2014, n. 164, e dall'articolo 18 del decreto-legge 21 giugno 2013, n.69, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 agosto 2013, n. 98, sono Individuati gli importi necessari alla continuazione dei lavori anche per fasi funzionali.

19-*quater*. Il Cipe può autorizzare, nel limite delle disponibilità annuali complessive del Fondo di cui al comma 19-*bis*, lotti costruttivi dei progetti preliminari e definitivi delle reti metropolitane previste dal decreto di cui al comma 19-*ter*.

19-*quinquies*. Il Fondo di cui al comma 19-*bis*, è alimentato:

a) in quanto a complessivi 100 milioni di euro per l'annualità 2015 dalle risorse a legislazione vigente di cui all'articolo 1, comma 83, della legge 27 dicembre 2013, n. 147;

b) in quanto a complessivi 87,5 milioni di euro dalle risorse iscritte nell'annualità 2016 per 2,5 milioni di euro, nell'annualità 2017 per 30 milioni di euro, nell'annualità 2018 per 55 milioni di euro mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 1, comma 186, della legge 24 dicembre 2012, n. 228.

19-*sexies*. Ai sensi e per gli effetti dell'articolo 4-*bis* del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 novembre 2014, n. 164, le risorse a carico dello Stato assegnate al programma di interventi indicati al punto 2.2 della delibera Cipe. 25/2013 sono revocate e riassegnate al fondo di cui al comma 19-*bis*.

19-*septies*. Allo scopo di garantire la continuità del lavori in corso, i fondi assegnati, a valere sulle risorse di cui al decreto-legge 25 giugno 2008, n. i12, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 agosto 2008, n. 133, al Comune di Torino per la realizzazione della linea 2 con delibera Cipe n: 25/2013, si intendono assegnati alla linea 1 approvata con delibera Cipe n. 24/20 12.

19-*octies*. le risorse assegnate con delibera CIPE ai sensi del comma 3 dell'articolo 18'del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69, convertito, con modificazioni1 dalla legge 9 agosto 2013, n. 98, si intendono revocate se alla data del 31 dicembre 2014 non sono impegnate. le risorse così revocate confluiscono al fondo di cui al comma 19-bis.

19-*novies*. Il comma 11-*bis* dell'articolo 18 del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 agosto 20131 n. 98, è abrogato.

19-*decies*. All'articolo 3, comma 6, del decreto-legge 12 settembre 2014 n. 133, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 novembre 2014, n. 164, le lettere da *a)* a *d)*, sono abrogate. le risorse così revocate confluiscono nel fondò di cui al comma 19-*bis*.

2.145

PANIZZA, FAUSTO GUILHERME LONGO, LANIECE, BATTISTA, ZIN

Dopo il comma 19, inserire i seguenti:

«19-*bis*. Le società in nome collettivo, in accomandita semplice, a responsabilità limitata e per azioni che, entro il 30 giugno 2015, assegnano ai soci beni immobili, diversi da quelli indicati nell'articolo 43, comma 2, primo periodo, del testo unico delle imposte sui redditi, approvato con decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, o beni mobili iscritti in pubblici registri non utilizzati come beni strumentali nell'attività propria dell'impresa o quote di partecipazione in società, possono applicare le disposizioni del presente articolo, a condizione che tutti i soci risultino iscritti nel libro dei soci, ove prescritto, alla data del 30 settembre 2014, ovvero che vengano iscritti entro trenta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, in forza di titolo di trasferimento avente data certa anteriore al 10 ottobre 2014. Le medesime disposizioni si applicano alle società che

hanno per oggetto esclusivo o principale la gestione dei predetti beni e che entro il 30 giugno 2015 si trasformano in società semplici.

19-*ter*, Sulla differenza tra il valore normale dei beni assegnati o, in caso di trasformazione, quello dei beni posseduti all'atto della trasformazione, e il loro costo fiscalmente riconosciuto, si applica una imposta sostitutiva delle imposte sui redditi e dell'imposta regionale sulle attività produttive (IRAP) nella misura del 10 per cento; per i beni la cui cessione è soggetta all'imposta sul valore aggiunto, l'imposta sostitutiva è aumentata di un importo pari al 30 per cento dell'imposta sul valore aggiunto applicabile al valore normale con l'aliquota propria del bene. Le riserve in sospensione di imposta annullate per effetto dell'assegnazione dei beni ai soci e quelle delle società che si trasformano sono assoggettate ad imposta sostitutiva nella misura del 20 per cento.

19-*quater*. Per gli immobili, su richiesta della società e nel rispetto delle condizioni prescritte, il valore normale è quello risultante dall'applicazione dei moltiplicatori stabiliti dalle singole leggi di imposta alle rendite catastali ovvero a quella stabilita ai sensi dell'articolo 12 del decreto-legge 14 marzo 1988, n. 70, convertito, con modificazioni, dalla legge 13 maggio 1988, n. 154, riguardante la procedura per l'attribuzione della rendita catastale. Per le quote di partecipazione si assume il maggiore tra il costo fiscalmente riconosciuto e quello determinato in proporzione del patrimonio netto della società partecipata. Il costo fiscalmente riconosciuto delle azioni o quote possedute dai soci delle società trasformate va aumentato della differenza assoggettata ad imposta sostitutiva. Nei confronti dei soci assegnatari non si applicano le disposizioni di cui all'articolo 47 del citato testo unico delle imposte sui redditi. Tuttavia il valore normale dei beni ricevuti, al netto dei debiti accollati, riduce il costo fiscalmente riconosciuto delle azioni o quote possedute. Le assegnazioni ai soci sono soggette all'imposta di registro nella misura fissa dell'1 per cento, nonché alle imposte ipotecaria e catastale in misura fissa e non sono considerate cessioni agli effetti dell'IVA.

19-*quinquies*. Le disposizioni di cui ai commi da 19-*bis* a 19-*quater* si applicano, alle stesse condizioni e relativamente ai medesimi beni, anche alle cessioni a titolo oneroso ai soci aventi i requisiti di cui ai commi precedenti. In tale caso, ai fini della determinazione dell'imposta sostitutiva, il corrispettivo della cessione, se inferiore al valore normale del bene, determinato ai sensi dell'articolo 9 del citato testo unico delle imposte sui redditi, o, in alternativa, ai sensi del comma 3 del citato articolo 29 della legge 27 dicembre 1997, n. 449, è computato in misura non inferiore ad uno dei due valori.

19-*sexies*. Le società. che intendono avvalersi delle disposizioni di cui ai commi da 19-*bis* a 19 *quinquies* devono chiederne l'applicazione con apposito modello, da approvare entro 60 giorni della data di entrata in vigore della presente legge, con decreto del Ministro dell'Economia e delle Finanze, da presentare. all'ufficio delle entrate competente per territorio e versare l'imposta sostitutiva nella misura del 40 per cento, entro il termine di presentazione della dichiarazione relativa al periodo di imposta in corso alla data del l gennaio 2014; la restante parte dell'imposta sostitutiva va versata in parti uguali entro il 16 dicembre 2015 e 16 marzo 2016. Sull'importo delle rate successive alla prima sono dovuti gli interessi nella misura del tasso legale, da versare contestuaImente al versamento di ciascuna rata. Per la riscossione, i rimborsi ed il contenzioso si applicano le disposizioni previste per le imposte sui redditi.

19-*septies*. Alla copertura degli oneri di cui ai commi da 19-*bis* a 19-*sexies*, valutati in 10 milioni di euro annui, si provvede, a partire dall'anno 2015, mediante corrispondente riduzione delle dotazioni da includere nel Fondo speciale di parte corrente, di cui alla «Tabella A» della presente legge, utilizzando l'accantonamento relativo al Ministero dell'economia e delle finanze per il triennio 2015-2017. n Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio.

2.146

PANIZZA, FRAVEZZI, FAUSTO GUILHERME LONGO, LANIECE, BATTISTA, ZIN

Dopo il comma 19, inserire i seguenti:

19-*bis*. L'imprenditore individuale che alla data del 31 dicembre 2014 possiede beni immobili strumentali di cui all'articolo 43, comma 2, del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto

del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, può, entro i130 giugno 2015, optare per l'esclusione dei beni stessi dal patrimonio dell'impresa, con effetto dal periodo di imposta in corso alla data del 1 gennaio 2015, mediante il pagamento di una imposta sostitutiva dell'imposta sul reddito delle persone fisiche, dell'imposta regionale sulle attività produttive e dell'imposta sul valore aggiunto, nella misura del 10 per cento della differenza tra il valore normale di tali beni ed il relativo valore fiscalmente riconosciuto.

19-*ter*. Per gli immobili la cui cessione è soggetta all'imposta sul valore aggiunto, l'imposta sostitutiva è aumentata di un importo pari al 30 per cento dell'imposta sul valore aggiunto applicabile al valore normale con l'aliquota propria del bene. Per gli immobili, il valore normale è quello risultante dall'applicazione dei moltiplicatori stabiliti dalle singole leggi di imposta alla rendita catastale ovvero a quella stabilita ai sensi dell'articolo 12 del decreto-legge 14 marzo 1988, n. 70, convertito, con modificazioni, dalla legge 13 maggio 1988, n. 154, concernente la procedura per l'attribuzione della rendita catastale.

19-*quater*. L'imprenditore che si avvale delle disposizioni di cui ai commi 19-*bis* e 19-*ter* deve. versare il 40 per cento dell'imposta sostitutiva entro il termine di presentazione della dichiarazione relativa al periodo di imposta in corso alla data del 1º gennaio 2014 e la restante parte in due rate di pari importo entro il 16 dicembre 2015 e il 16 marzo 2016, con i criteri di cui al decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241. Sull'importo delle rate successive alla prima sono dovuti interessi nella misura del tasso legale, da versare contestualmente al versamento di ciascuna rata.

19-*quinquies*. Per la riscossione, i rimborsi ed il contenzioso si applicano le disposizioni previste per le imposte sui. redditi.

19-*sexies*. Agli oneri derivanti dall'attuazione dei commi dal 19-bis al 19-quinquies, pari a 10 milioni di euro, a decorrere dall'anno 2015, si provvede mediante corrispondente riduzione dello stanziamento del Fondo speciale di parte corrente iscritto, ai fini del bilancio triennale 2015-2017, nell'ambito del programma «Fondi di riserva e speciali» della missione Fondi da ripartire» dello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno 2015, allo scopo parzialmente utilizzando l'accantonamento relativo al medesimo Ministero. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio.

2.147

GUALDANI

Dopo il comma 19 aggiungete i seguenti:

19-*bis*. Al fine di gestire le operazioni di bonifica e messa in sicurezza ambientale delle discariche esistenti, anche a tutela della salute pubblica, agli impianti di captazione, trattamento, distruzione e produzione di energia elettrica del biogas prodotto all'interno di discariche debitamente autorizzate si applicano le disposizioni di cui all'articolo 30, comma 1, del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 91 convertito con modificazioni dalla legge 11 agosto 2014, n. 116.

19-*ter*. Previa domanda dell'operatore e assenso dell'amministrazione preposta, il trasferimento di un impianto di bonifica del biogas operante su un originario lotto di discarica ad ulteriori impianti realizzati sui nuovi lotti autorizzati presso la medesima discarica, non comporta variante essenziale o rilevante dell'impianto medesimo.

19-*quater*. Per le finalità di cui al comma 19-*ter* gli impianti di cui al comma 1, anche già realizzati, possono utilizzare componenti tecniche quali attrezzature dei pozzi, sottostazioni di aspirazione e controllo, tubazioni, stazioni di aspirazione o captazione del biogas, sistemi di depurazione e/o liquefazione del biogas, sistemi di analisi e controllo, motori endotermici e camere di post-combustione rigenerate o revisionate dalle case costruttrici o da officine specializzate riconosciute dalle stesse case costruttrici. La rigenerazione o revisione è attestata da documentazione fiscale relativa ai lavori effettuati.

2.148

RICCHIUTI

Dopo il comma 19, aggiungere i seguenti:

19-*bis*. l'articolo 5, ventinovesimo comma, del decreto-legge 30 dicembre 1982, n. 953, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 febbraio 1983, n. 53, come sostituito dall'articolo 7, comma 2, della legge 23 luglio 2009, n. 99 si interpreta nel senso che a decorrere dal 15 agosto 2009 in caso di locazione finanziaria il soggetto tenuto al pagamento della tassa automobilistica è esclusivamente l'utilizzatore; è configurabile la responsabilità solidale della società di *leasing* solo nella particolare ipotesi in cui questa abbia provveduto, in base alle modalità stabilite dall'ente competente, al pagamento cumulativo, in luogo degli utilizzatori, delle tasse dovute per i periodi compresi nella durata del contratto di locazione finanziaria.

19-*ter*. Ali 'articolo 7 della legge 23 luglio 2009, n. 99 il comma 3 è sostituito dal seguente: «3. la competenza ed il luogo di versamento della tassa automobilistica sono determinati in ogni caso in relazione al luogo di residenza dell'utilizzatore a titolo di locazione finanziaria del veicolo.»

19-*quater*. La disposizione di cui al comma precedente si applica ai veicoli con scadenza del termine utile per il pagamento successiva al 31 dicembre 2014.

2.149

CANDIANI, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 19, aggiungere i seguenti:

19-*bis*. Rientrano tra le attività connesse, di cui all'articolo 2135, terzo comma, del codice civile, le attività di fornitura di beni e servizi faunistico venatori, svolte da imprese agricole, effettuate mediante l'utilizzazione prevalente di attrezzature o risorse dell'azienda.

19-*ter*. Le regioni, su richiesta degli Interessati e sentito l'Istituto nazionale per la fauna selvatica, possono autorizzare, regolamentandola, l'istituzione di aziende faunistico-venatorie, con le caratteristiche indicate all'articolo 16, comma 1, lettera *a)* della legge 11 febbraio 1992, n. 157, anche aventi scopo di lucro.

2.150

CANDIANI, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 19, aggiungere il seguente:

19-*bis*. All'articolo 7, del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 91, convertito con modificazioni dalla legge 11 agosto 2014, n. 116, al comma 1 lettera *a)* capoverso 1-*quinquies* sostituire le parole: «trentacinque anni» con le seguenti: «quaranta anni».

Conseguentemente:

1) all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 124 e 125;

2) all'articolo 2, sopprimere il comma 207;

3) all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 200 milioni di euro per l'anno 2015 e 850 milioni di euro per l'anno 2017».

2.151

CANDIANI, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 19, aggiungere il seguente:

19-*bis*. Ai soli fini delle imposte sui redditi, le rivalutazioni dei redditi dominicali ed agrari, previste dal comma 4 dell'articolo 7 del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 91, convertito con modificazioni dalla legge Il agosto 2014, n. 116, non si applicano per i periodi di imposta durante i quali i terreni assoggettati alle medesime rivalutazioni sono concessi in affitto a giovani che non hanno compiuto i 35 anni, aventi la qualifica di coltivatore diretto o di imprenditore agricolo professionale, anche in forma societaria purché, in questo ultimo caso, la maggioranza delle quote o del capitale sociale sia detenuto da giovani in possesso delle suddette qualifiche di coltivatore diretto o imprenditore agricolo professionale.

Conseguentemente:

1) all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 124 e 125;

2) all'articolo 2, sopprimere il comma 207;

3) all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 200 milioni di euro per l'anno 2015 e 850 milioni di euro per l'anno 2017».

2.152

BIGNAMI, PEPE, MAURIZIO ROMANI, MUSSINI

Dopo il comma 19, aggiungere il seguente comma:

«19-*bis*. È altresì concesso l'accesso al fondo di garanzia a favore delle piccole e medie imprese di cui all'articolo 2, comma 100, lettera *a)*, della legge 23 dicembre 1996, n. 662, e successive modificazioni, alle imprese ferroviarie, al fine di porre in essere operazioni di acquisto cl! materiale rotabile ferroviario per il trasporto di merci, entro un limite di importo garantito pari a 4,5 milioni di euro.»

Conseguentemente: all'articolo 1, comma 124, sostituire le parole: «850 milioni», *con le parole:* «600 milioni».

2.153

GUALDANI

Dopo il comma 19, inserire il seguente:

«19-*bis*. Al fine di consentire l'approvvigionamento delle patenti di guida nei modi e nei termini previsti dal decreto legislativo 18 aprile 2011, n. 59 è autorizzata la spesa, di euro 8.500.000 a decorrere dall'anno 2015.».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 8.500.000;
2016: ? 8.500.000;
2017: ? 8.500.000.

2.154

MARGIOTTA, LAI

Dopo il comma 19, aggiungere il seguente:

«19-*bis*. A decorrere dall'anno 2015, per la durata di tre anni, il credito di imposta riconosciuto con le modalità e con gli effetti di cui al decreto dei Presidente della Repubblica 9 giugno 2000, n. 277, si applica anche alle imprese esercenti professionalmente l'attività di trasporto di valori con veicoli conformi alle caratteristiche costruttive e funziona li individuate dal Ministero dell'interno, senza limiti di massa complessiva, di categoria euro uguale o superiore a 3. Le procedure per ottenere il beneficio di cui al precedente periodo possono essere attivate solo dopo la autorizzazione del Consiglio dell'Unione europea prevista dall'articolo 19 della direttiva 2003/96/CE del Consiglio del 27 ottobre 2003.

Conseguentemente, alla tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 3.000.000;
2016: ? 3.000.000;
2017: ? 3.000.000.

2.155

TOMASELLI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA

Dopo il comma 19, aggiungere il seguente:

«19-*bis*. Alla Legge 27 dicembre 2013, n. 147 sono apportate le seguenti modifiche: 1) il comma 651 è sostituito dal seguente:

"651. A partire dal 2015, nella determinazione della tariffa, il comune tiene conto dei criteri determinati con regolamento da emanarsi entro 6 mesi dall'entrata in vigore della presente disposizione, ai sensi dell'articolo 17, comma 1, della legge 23 agosto 1988, n. 400, e successive modificazioni, su proposta del Ministro dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, di

concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, sentita la Conferenza Stato-città ed autonomie locali.

Il regolamento è emanato nel rispetto dei seguenti principi:

a) Il costo fisso del servizio di gestione previsto dal plano finanziario del Comune deve riflettere criteri oggettivi e trasparenti da individuare sulla base di parametri dimensionali e territoriali dei comuni e in relazione ad intervalli ragionevoli di incidenza, (costi *standard*) determinati dalla Commissione tecnica paritetica per l'attuazione del federalismo fiscale (COPAFF) istituita presso il Ministero dell'economia e delle finanze. In assenza e/o nelle more di tale determinazione, i costi fissi dovranno rispettare criteri di contabilità analitica, per centri di costo.

b) La ripartizione dei costi dovrà avvenire sulla base della stima della produzione dei rifiuti a carico delle utenze domestiche, utilizzando coefficienti che ciascun comune dovrà determinare a seguito di attività di misurazione puntuale della produzione di rifiuti. La produzione complessiva delle utenze domestiche dovrà essere calcolata come prodotto tra il numero di famiglie residenti sul Comune, distinte per numero di componenti, e il coefficiente di produzione media, espresso in kg/giorno. La produzione delle utenze non domestiche sarà calcolata per differenza. In assenza di queste misurazioni, ci si riferirà al dato della produzione media pro capite come risulta dai dati MUD (nettata dei rifiuti di imballaggio conferiti in raccolta differenziata).

c) La percentuale del costo allocata a ciascuna categoria di utenza, domestica e non, è fissata tenendo conto della produzione effettiva di rifiuto di ciascuna categoria da determinarsi sulla base di campagne specifiche di pesatura. In assenza di misurazioni periodiche, la percentuale del costo allocata a ciascuna categoria di utenza, domestica e non, dovrà tener conto della produzione presunta di rifiuto di ciascuna categoria di utenza, determinata sulla base di coefficienti di producibilità e delle superfici iscritte al ruolo.

d) Il comune, con proprio regolamento, deve prevedere riduzioni tariffarie, nella misura massima del cinquanta per cento, nel caso di: abitazioni o locali tenuti a disposizione per uso stagionale od altro uso limitato e discontinuo; aree scoperte non suscettibili di produrre rifiuti (es. concessionari mobilifici); tipologie di attività che per loro natura dimostrino di produrre principalmente rifiuto differenziato. Nella modulazione della tariffa si tiene conto della qualità del rifiuto prodotto da ciascuna categoria di attività, assicurando riduzioni per la raccolta differenziata crescenti all'aumentare della quota di rifiuto differenziabile. I coefficienti di riduzione sono stabiliti annualmente dal comune nella delibera di approvazione delle aliquote in funzione degli obiettivi di raccolta differenziata, eventualmente distinta per tipologia di rifiuto, fissati nella medesima delibera. Le riduzioni sono concesse sulla base dell'effettivo conferimento e sono pertanto applicate sulle aliquote dell'anno successivo. Il Comune può altresì prevedere sconti o agevolazioni, da riconoscere agli utenti che conferiscano i rifiuti presso gli eco centri. Alla tariffa è applicato un coefficiente di riduzione proporzionale alle quantità di rifiuti assimilati che il produttore dimostri di aver avviato autonomamente al recupero".

2) Il comma 653 è sostituito dal seguente:

"653. A partire dal 2015, nella determinazione dei costi del servizio, il comune deve avvalersi delle risultanze dei fabbisogni *standard*".

3) Il comma 658 è sostituito dal seguente:

"658. Nella modulazione della tariffa sono assicurate riduzioni per la raccolta differenziata riferibile alle utenze domestiche e non domestiche"».

2.156

BONFRISCO, CERONI, D'ALÌ, MANDELLI, MILO

All'articolo 2, dopo il comma 19 inserire il seguente:

«19-*bis*. Alla Legge 27 dicembre 2013, n. 147 sono apportate le seguenti modifiche:

1) Il comma 651 è sostituito dal seguente:

"651. A partire dal 2015, nella determinazione della tariffa, il comune tiene conto dei criteri determinati con regolamento da emanarsi entro 6 mesi dall'entrata in vigore della presente

disposizione, ai sensi dell'articolo 17, comma 1, della legge 23 agosto 1988, n. 400, e successive modificazioni, su proposta del Ministro dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, sentita la Conferenza Stato-città ed autonomie locali.

Il regolamento è emanato nel rispetto dei seguenti princìpi:

a) Il costo fisso del servizio di gestione previsto dal piano finanziario del Comune deve riflettere criteri oggettivi e trasparenti da individuare sulla base di parametri dimensionale territoriali dei comuni e in relazione ad intervalli ragionevoli di incidenza (costi *standard*) determinati dalla Commissione tecnica paritetica per l'attuazione del federalismo fiscale (COPAFF) istituita presso il Ministero dell'economia e delle finanze. In assenza e/o nelle more di tale determinazione, i costi fissi dovranno rispettare criteri di contabilità analitica, per centri di costo.

b) La ripartizione dei costi dovrà avvenire sulla base della stima della produzione dei rifiuti a carico delle utenze domestiche, utilizzando coefficienti che ciascun comune dovrà determinare a seguito di attività di misurazione puntuale della produzione di rifiuti. La produzione complessiva delle utenze domestiche dovrà essere calcolata come prodotto tra il numero di famiglie residenti sul Comune, distinte per numero di componenti, e il coefficiente di produzione media, espresso in kg/giorno. La produzione delle utenze non domestiche sarà calcolata per differenza. In assenza di queste misurazioni, ci si riferirà al dato della produzione media pro capite come risulta dai dati MUD (nettata dei rifiuti di imballaggio conferiti in raccolta differenziata).

c) La percentuale del costo allocata a ciascuna categoria di utenza, domestica e non, è fissata tenendo conto della produzione effettiva di rifiuto di ciascuna categoria da determinarsi sulla base di campagne specifiche di pesa tura. In assenza di misurazioni periodiche, la percentuale del costo allocata a ciascuna categoria di utenza, domestica e non, dovrà tener conto della produzione presunta di rifiuto di ciascuna categoria di utenza, determinata sulla base di coefficienti di producibilità e delle superfici iscritte al ruolo.

d) Il comune, con proprio regolamento, deve prevedere riduzioni tariffarie, nella misura massima del cinquanta per cento, nel caso di: abitazioni o locali tenuti a disposizione per uso stagionale od altro uso limitato e discontinuo; aree scoperte non suscettibili di produrre rifiuti (es. concessionari/mobilificio; tipologie di attività che per loro natura dimostrino di produrre principalmente rifiuto differenziato. Nella modulazione della tariffa si tiene conto della qualità del rifiuto prodotto da ciascuna categoria di attività, assicurando riduzioni per la raccolta differenziata crescenti all'aumentare della quota di rifiuto differenziabile. I coefficienti di riduzione sono stabiliti annualmente dal comune nella delibera di approvazione delle aliquote in funzione degli obiettivi di raccolta differenziata, eventualmente distinta per tipologia di rifiuto, fissati nella medesima delibera. Le riduzioni sono concesse sulla base dell'effettivo conferimento e sono pertanto applicate sulle aliquote dell'anno successivo. Il Comune può altresì prevedere sconti o agevolazioni, da riconoscere agli utenti che conferiscano i rifiuti presso gli eco centri. Alla tariffa è applicato un coefficiente di riduzione proporzionale alle quantità .di rifiuti assimilati che il produttore dimostri di aver avviato autonomamente al recupero".

2) Il comma 653 è sostituito dal seguente:

"653. A partire dal 2015, nella determinazione dei costi del servizio, il comune deve avvalersi delle risultanze dei fabbisogni *standard*.

3) Il comma 658 è sostituito dal seguente:

"658. Nella modulazione della tariffa sono assicurate riduzioni per la raccolta differenziata riferibile alle utenze domestiche e non domestiche"».

2.157

GALIMBERTI

Dopo il comma 19 inserire il seguente:

«19*bis*. Alla legge 27 dicembre 2013, n. 147 sono apportate le seguenti modifiche:

1) Il comma 651 è sostituito dal seguente:

"651. A partire dal 2015, nella determinazione della tariffa, il comune tiene conto dei criteri determinati con regolamento da emanarsi entro 6 mesi dall'entrata in vigore della presente disposizione, ai sensi dell'articolo 17, comma 1, della legge 23 agosto1988, n. 400, e successive modificazioni, su proposta del Ministro dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, sentita la Conferenza Stato-città ed autonomie locali.

Il regolamento è emanato nel rispetto dei seguenti princìpi:

a) Il costo fisso del servizio di gestione previsto dal plano finanziario del Comune deve riflettere criteri oggettivi e trasparenti da Individuare sulla base di parametri dimensionali e territoriali del comuni e In relazione ad intervalli ragionevoli di Incidenza (costi *standard*) determinati dalla Commissione tecnica paritetica per l'attuazione del federalismo fiscale (COPAFF) istituita presso il Ministero dell'economia e delle finanze. In assenza e/o nelle more di tale determinazione, i costi fissi dovranno rispettare criteri di contabilità analitica, per centri di costo.

b) La ripartizione dei costi dovrà avvenire sulla base della stima della produzione dei rifiuti a carico delle utenze domestiche, utilizzando coefficienti che ciascun comune dovrà determinare o seguito di attività di misurazione puntuale della produzione di rifiuti. La produzione complessiva delle utenze domestiche dovrà essere calcolata come prodotto tra il numero di famiglie residenti sul Comune, distinte per numero di componenti, e il coefficiente di produzione media, espresso In kg/giorno. La produzione delle utenze non domestiche sarà calcolata per differenza. In assenza di queste misurazioni, ci si riferirà al data della produzione media pro capite come risulta dai dati MUD (nettata dei rifiuti di imballaggio conferiti In raccolta differenziata).

c) La percentuale del costo allocata a ciascuna categoria di utenza, domestica e non, è fissata tenendo conto della produzione effettiva di rifiuto di ciascuna categoria da determinarsi sulla base di campagne specifiche di pesa tura. In assenza di misurazioni periodiche, la percentuale del costo allocata a ciascuna categoria di utenza, domestica e non, dovrà tener conto della produzione presunta di rifiuto di ciascuna categoria di utenza, determinata sulla base di coefficienti di producibilità e delle superfici iscritte al ruolo.

d) Il comune, con proprio regolamento, deve prevedere riduzioni tariffarie, nella misura massima del cinquanta per cento, nel caso di abitazioni o locali tenuti a disposizione per uso stagionale od altro uso limitato e discontinuo; aree scoperte non suscettibili di produrre rifiuti (es. concessionari/mobilifici); tipologie di attività che per loro natura dimostrino di produrre principalmente rifiuto differenziato. Nella modulazione della tariffa si tiene conta della qualità del rifiuto prodotto da ciascuna categoria di attività, assicurando riduzioni per la raccolta differenziata crescenti all'aumentare della quota di rifiuto differenziabile. l coefficienti di riduzione sono stabiliti annualmente dal comune nella delibera di approvazione delle aliquote In funzione degli obiettivi di raccolta differenziata, eventualmente distinta per tipologia di rifiuto, fissati nella medesima delibera. Le riduzioni sono concesse sulla base dell'effettivo conferimento e sono pertanto applicate sulle aliquote dell'anno successivo. Il Comune può altresì prevedere sconti o agevolazioni, da riconoscere agli utenti che conferiscano i rifiuti presso gli eco centri. Alla tariffa è applicato un coefficiente di riduzione proporzionale alle quantità di rifiuti assimilati che il produttore dimostri di aver avviato autonomamente al recupero".

2) Il comma 653 è sostituito dal seguente:

"653. A partire dal 2015, nella determinazione dei costi del servizio, il comune deve avvalersi delle risultanze dei fabbisogni *standard*".

3) Il comma 658 è sostituito dal seguente:

"658. Nella modulazione della tariffa sono assicurate riduzioni per lo raccolta differenziata riferibile alle utenze domestiche e non domestiche"».

2.158

MILO, PERRONE, TARQUINIO, ZIZZA

Dopo il comma 19 è aggiunto il seguente:

«19-*bis*. AI fine di consentire la prosecuzione degli interventi programmati, la continuità dell'esecuzione dei lavori e la realizzazione delle opere strategiche di interesse nazionale, per la sollecita progettazione, istruttoria, affidamento e realizzazione delle infrastrutture, di cui alle Intese Generali Quadro tra Governo e Regioni interessate, sono assegnati per competenza e realizzazione al DPCM dello »Schema idrico Basento Bradano Tronco di Acerenza distribuzione III lotto«, i progetti riportati all'Allegato A».

ALLEGATO A

1. *Completamento schema idrico Basento Bradano: attrezza mento settori A e T nella Regione Basilicata*

Il progetto generale dello Schema Idrico «Basento-Bradano», nella configurazione che prevede opere di accumulo, opere di trasporto e attrezza mento Irriguo è stato approvato dalla Delegazione del Consiglio Superiore dei lavori Pubblici presso la Cassa per il Mezzogiorno con voto n. 56 del 05/10/1987.

Si tratta di uno schema idrico articolato e complesso, essenzialmente lucano, che porterà beneficio anche ad alcuni terreni limitrofi ubicati nella Regione Puglia zona di Minervino Murge e Spinazzola. È alimentato dalle risorse d'acqua accumulate negli invasi del Camastra, di Acerenza e Genzano, nonché sull'intercettazione delle fluenze libere del Basento a Trivigno e in una serie di accumuli minori.

In sostanza l'acqua invasata dalla diga del Camastra e quella scorrente nel Basento prelevata a mezzo di una traversa, vengono condottate in una galleria lunga circa 22 chilometri negli invasi di Acerenza e di Genzano.

Da quest'ultimo invaso di Genzano dovrebbe poi partire una condotta denominata adduzione distretto«G per l'Integrazione dell'invaso del Basentello.

Dagli invasi di Acerenza e Genzano e Basentello la risorsa idrica viene d tribuita ai distretti irrigui ricadenti nell'alto Bradano ed Ofanto ed oltre 6.000 ettari Santa Maria D'Irsi Grottole Tricarico Grassano e parte di Matera.

Il completamento dell'infrastruttura garantirebbe un più efficace ed efficiente utilizzo delle risorse idriche, contribuendo notevolmente allo sviluppo del comparto agroindustriale lucano e pugliese.

I distretti «A» e «T» secondo quanto previsto dal «Piano di Bacino ? Stralcio del Bilancio Idrico» redatto dall'Autorità di Bacini della Regione Basilicata, riguarda l'attrezzamento irriguo di circa 7.730 Ha ricadenti nei territori dei comuni di Acerenza, Genzano, Oppido, Tolve, Irsina e Tricarico.

Le risorse complessive occorrenti per la realizzazione dell'intervento sono stimate in circa 65 milioni di euro.

2. *Schema idrico Basento Bradano ? attrezza mento settori Regione Puglia*

I distretti «M6» e «B4» secondo quanto previsto dal «Plano di Bacino ? Stralcio del Bilancio Idrico» redatto dall'Autorità di Bacini della Regione Puglia e Basilicata, riguarda l'attrezzamento irriguo di circa 4.885 ettari ricadenti nella Regione Puglia nei territori dei comuni di Spinazzola per 3.400 ettari e Minervino Murge per 1485 ettari.

Il progetto in argomento prevede il collegamento con le opere In fase di esecuzione dei lavori dello schema idrico basento bradano Acerenza terzo lotto per l'irrigazione di circa 5.000 ettari in vasti territori della Regione Basilicata nei territori di Banzi Genzano Palazzo San Gervasio ed Irsina che delimitano Il confine di Regione con la Regione Puglia.

L'intervento prevede la realizzazione di un adduttore principale del I-II-III tratto con DN 1600, oltre agli adduttori alla vasca M6 e alla vasca B4 con distribuzione del distretto M6 e B4.

Le risorse complessive occorrenti per la realizzazione dell'intervento sono stimate in circa 140 milioni di euro.

3. *Acquedotto Basento Camastra Trivigno nella Regione Basilicata*

L'adduttore Camastra-Trivigno costituisce il collegamento idraulico tra la diga sul torrente Camastra e la traversa di Trivigno, sul fiume Basento, da cui ha origine l'adduttore che trasferisce la

risorsa idrica verso le dighe di Acerenza e Genzano. L'opera prevede la posa di una tubazione in acciaio del 1300, di lunghezza pari a circa 3 km, in grado di poter vettoriare una portata massima di 3,7 me/sec.

Le risorse complessive occorrenti per la realizzazione dell'intervento sono stimate in circa 20 milioni di euro.

4. *Razionalizzazione, ottimizzazione e completamento impianti irrigui con recupero efficienza e risparmio idrico*

L'intervento prevede l'attrezzamento dei territori irrigui sottesi dallo schema idrico Basento-Bradano, al fine di consentire la completa infrastrutturazione irrigua degli stessi ed il perseguimento del risparmio idrico.

5. *Raddoppio del Sinni nelle Regioni Puglia Basilicata e parte della Calabria*

La condotta del Sinni è un opera esistente ed è il più grande Adduttore principale del Mezzogiorno realizzato dall'Ente Pubblico non economico EIPLI che gestisce dighe ed adduttori interregionali in Puglia Basilicata e Campania, l'adduttore attraversa 200 Km dello schema Ionico Sinni realizzato dall'invaso di Monte Cotugno (una delle dighe più grandi dell'Europa) all'impianto di adduzione di potabilizzazione dell'Acquedotto Pugliese per trasferimento di circa 8.000 l/s della risorsa idrica per uso potabile nella Puglia.

L'impianto di potabilizzazione dell'acquedotto pugliese, con potenzialità produttiva massima di 6.000 1/s, è ubicato in Località Masseria del Panettiere in agro di Laterza (TA) lungo la S.P. n. 15 km 9+500.

L'acqua potabilizzata viene inviata mediante sollevamento al nodo idrico di Parco del Marchese ed immessa nella rete di distribuzione idrica dell'Acquedotto Pugliese.

Il progetto di Raddoppio del Sinni trova immediata definizione del tracciato planimetrico, in quanto l'adduttore che si prevede abbia lo stesso tracciato di quello esistente che necessita interventi urgenti di messa in sicurezza, con notevoli vantaggi economici per i mancati espropri, intervento indispensabile, urgente, e non procastinabile, anche ai fini della salvaguardia della sicurezza delle popolazioni del comprensorio e della rete stradale della SS 106 Ionica, oltre alla prevenzione della salute pubblica per il rifacimento di tratte di adduttori in cemento, consente la messa in sicurezza 'del soccorso del trasferimento della risorsa idrica per scopo potabile alla Regione Puglia per evitare emergenze idriche, oltre ad alimentare le utenze irrigue dei Consorzi di Bonifica della Basilicata e Calabria. La messa in esercizio della II Canna del Sinni prevede la realizzazione di impianti idroelettrici con produzione di energia idroelettrica che consentirà di abbattere notevolmente i costi e le tariffe della risorsa idrica per uso irriguo dei comprensori ricadenti nel sistema idrico Ionico-Sinni. L'importo complessivo dell'intervento è stato stimato in circa 180 milioni di euro.

6. *Utilizzazione afflussi del Cogliandrino nella Regione Basilicata*

Si prevede la realizzazione, sul versante Jonico, di n. 3 impianti idroelettrici e la canalizzazione dei deflussi verso l'invaso di Monte Cotugno, Si prevede altresì, la realizzazione del complesso di opere di captazione e derivazione dal fiume Noce per garantire l'alimentazione della centrale di Castrocucco. Le risorse complessive occorrenti per la realizzazione dell'intervento sono stimate in circa 213 milioni di euro.

7. *Impianto di dissalazione acque derivate dal Fiume Tara nella Regione Puglia*

L'impianto di dissalazione sarà localizzato presso l'impianto di sollevamento del F. Tara, ubicato in località Masseria Bellavista nel comune di Palagiano in agro di Taranto.

L'acqua di alimentazione dell'impianto di dissalazione, verrà prelevata in quota parte dal canale derivatore del fiume Tara, prima del suo sollevamento attraverso l'impianto esistente al canale alto, da cui avviene il prelievo ad uso irriguo ed industriale. L'intervento, comprende due interventi tra loro coordinati ed interdipendenti:

l'Impianto di dissalazione per la produzione d'acqua potabile da utilizzare per l'approvvigionamento dell'area metropolitana della città di Taranto e dell'area,Industriale;

le condotte d'avvicinamento al sistema acquedottistico integrato nei punti di consegna definiti

d'intesa con l'AQP attuale soggetto gestore del sistema idricopotabile.

L'intervento considera, pertanto, opere funzionali all'ambito di gestione integrata, previsto a livello regionale, contribuendo a migliorare ed adeguare l'approvvigionamento della città di Taranto e della sua area industriale.

L'Intervento comporta investimenti tecnici per un valore stimato a costi costanti di circa 20 milioni di euro ed un tempo di costruzione di tre anni.

8. *Diga di Acera ? Regione Campania*

Realizzazione della Diga dell'Acera in agro di Montella, intervento già ricompreso all'interno delle opere di cui alla Delibera CIPE n. 106 e n. 288/1999, Opera che consente di utilizzare la riserva Idrica In agro di Montella in grado di fornire acqua in molte zone della Campania e del sistema Idrico Ofanto della Regione Puglia per i diversi usi potabile ed irriguo.

9. *Piana del dragone ? Regione Campania*

Progetto per il risanamento del bacino endoreico della Piana del Dragone in agro di Volturara Irpina (Av) ?Progetto per il risanamento del bacino endoreico della Piana del Dragone in agro di Volturara Irpina (Av) ?Importo complessivo ' 24.900.000,00, progetto per il risanamento del bacino endoreico della'Piana del Dragone in agro di Volturara Irpina (Av), dell'importo complessivo di C 24.900.000,00, approvato con Decreto commissariale dell'ente pubblico EIPLI n« 2199 del 19/11/2013, a seguito di validazione positiva effettuata dal RUP in data 14/11/2013 ai sensi dell'articolo 55 del decreto del Presidente dellaRepubblica n. 207/2013.

L'importanza dell'intervento proposto, attesa la condizione di elevato tasso di inquinamento presente nel bacino endoreico della «Piana del Dragone».

Tale condizione costituisce fonte di contaminazione'del sistema di falde di alimentazione delle sorgenti di valle di Serino e Cassano Irpino, captate dai Consorzi idrici operanti sul territorio (AMAN, AQP, Acquedotto Alto Calore) e destinate prevalentemente ad uso civile.

Alla luce di quanto sinteticamente rappresentato, si ritiene indispensabile, urgente e non procrastinabile, anche ai fini della salvaguardia della salute pubblica, realizzare gli interventi relativi al progetto delle opere di cui in oggetto.

La Struttura Tecnica di Missione, e le competenti Direzioni Generali del Ministero delle Infrastrutture e Trasporti sono a disposizione per ogni utile chiarimento ed informazione per il complesso programma degl interventi n questione.

2.159

DEL BARBA, SANGALLI, TOMASELLI

Dopo il comma 19, è inserito il seguente:

«19-*bis*. All'articolo 23 del Decreto-legge n. 133 del 12 settembre 2014, convertito, con modificazioni, con la legge 11 novembre 2014, n. 164, dopo il comma 8, sono aggiunti i seguenti:

"8-*bis*. Per locazione finanziaria si intende il contratto, diverso da quello di cui al comma 1, con il quale Il concedente si obbliga ad acquistare o a far costruire un bene su scelta e secondo le indicazioni dell'utilizzatore, che ne assume tutti i rischi, anche di perimento, e lo mette a disposizione per un dato tempo verso un determinato corrispettivo che tenga conto del prezzo di acquisto o di costruzione e della durata del contratto. Alla scadenza del contratto l'utilizzatore ha facoltà di acquistare la proprietà del bene ad un prezzo prestabilito.

8-*ter*. la risoluzione del contratto per inadempimento non si estende alle prestazioni già eseguite. Se la risoluzione del contratto ha luogo per l'inadempimento dell'utilizzatore, l'utilizzatore deve restituire il bene al concedente e corrispondere tutti i canoni scaduti fino alla data della risoluzione nonché i canoni a scadere attualizzati e il prezzo previsto per l'opzione finale di acquisto dedotto quanto ricavato dalla vendita o ricollocazione del bene medesimo"».

2.160

RANUCCI

Dopo il comma 19, inserire il seguente:

«19-*bis*. All'articolo 38, del Decreto Legislativo 12 aprile 2006, n. 163, il comma 2-*bis* è

sostituito dal seguente:

"2-*bis*. la mancanza o l'incompletezza delle dichiarazioni sostitutive di cui al comma 2, costituendo un'irregolarità essenziale, obbliga il concorrente che intenda regolarizzarle al pagamento, in favore della stazione appaltante, di una sanzione pecuniaria, stabilita dal bando di gara In un'unica somma, di importo non superiore allo 0,1 per mille e comunque fino ad un massimo di dieci mila euro. In tal caso, la stazione appaltante assegna al concorrente un termine, non superiore a dieci giorni, perché siano rese o integrate le dichiarazioni necessarie, indicando ne il contenuto e i soggetti che le devono rendere. Nei casi di irregolarità non essenziali ma afferenti ad elementi'indispensabili, la stazione appaltante ne richiede la regolarizzazione entro il medesimo termine, senza irrogare alcuna sanzione pecuniaria. In caso di Irregolarità non essenziali, ovvero di mancanza o incompletezza di dichiarazioni non indispensabili, la stazione appaltante non ne richiede la regolarizzazione, né applica alcuna sanzione. In caso di inutile decorso del termine di cui al secondo e terzo periodo ovvero di mancato versamento nello stesso termine della sanzione, ove prevista, il concorrente è escluso dalla gara"».

2.161

RANUCCI

Dopo il comma 19, inserire il seguente:

«19-*bis*. All'articolo 38 del Decreto legislativo 12 aprile 2006, n. 163, il comma 2-*bis* è sostituito dal seguente:

"2-*bis*. In caso di mancanza 6 incompletezza delle dichiarazioni sostitutive di cui al comma 2, la stazione appaltante assegna al concorrente un termine, non superiore a dieci giorni, perché siano rese, integrate o regola rizzate le dichiarazioni necessarie, indicandone il contenuto ed i soggetti che le devono rendere; In caso di inutile decorso del termine, il concorrente è escluso dalla gara. Nei casi di irregolarità non essenziali, la stazione appaltante non ne richiede la regolarizzazione"».

2.162

RANUCCI

Dopo il comma 19, inserire il seguente:

«19-*bis*. All'articolo 357 del decreto del Presidente della Repubblica 5 ottobre 2010, n. 207, dopo il comma 30 è inserito il seguente:

"30-*bis*. In relazione all'articolo 194, in deroga a quanto previsto'al comma 1, fino al 31 dicembre 2016, il direttore dei lavori redige lo stato di avanzamento dei lavori nei termini specificati nel contratto e, comunque, con cadenza bimestrale, che deve essere esplicitata nel contratto. La disposizione si applica ai contratti stipulati successivamente alla data di entrata in vigore del presente decreto"».

2.163

GUALDANI

Dopo il comma 19, inserire il seguente:

«19-*bis*. Al fine di assicurare l'approvvigionamento ed il trasferimento della risorsa idrica nel Mezzogiorno per i diversi scopi potabile irriguo ed industriale, considerata la particolare rilevarne della gestione di dighe e dì grandi adduttori interregionali con l'assenza di opere interconnesse tra di loro, ovvero per consentire la continuità dell'esecuzione dei favori e la realizzazione delle opere dì interesse nazionale di cui alle intese generali quadro tra Governo e Regioni interessate, sono assegnate per competenza ai DPCM dello »Schema idrico Basento Bradano Tronco di Acerenza distribuzione III lotto, per la realizzazione delle Infrastrutture Strategiche riportate in allegato».

2.164

GUALDANI

Dopo il comma 19 inserire i seguenti:

«19-*bis*. La modifica e la realizzazione di impianti per il controllo dei gas di cui al punto 2.5 dell'Allegato 1 al decreto-legge. n. 36 del 2003, in discariche autorizzate a norma di legge, non costituiscono modifica sostanziale ai fini dell'applicazione della procedura di valutazione di impatto

ambientale e dell'autorizzazione rilasciata per la realizzazione e gestione delle discariche ed ad essi si applicano le disposizioni di cui all'articolo 30, comma 1, del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 91, così come convertito in legge 11 agosto 2014, n. 116.

19-*ter*. Gli impianti di cui al precedente comma 1, anche già realizzati, possono utilizzare componenti tecniche quali attrezzature dei pozzi, sottostazioni di aspirazione e controllo, tubazioni, stazioni di aspirazione o captazione del biogas, sistemi di depurazione e/o Iiquefazione del biogas, sistemi di analisi e controllo, motori endotermici e camere di post-combustione rigenerate o revisionate dalle case costruttrici. La rigenerazione o revisione è attestata da documentazione fiscale relativa ai lavori effettuati».

2.165

DI GIORGI, LAI, MARCUCCI

Dopo il comma 19, inserire il seguente:

«19-*bis*. Nei limiti delle risorse stanziate, tra i destinatari delle sovvenzioni di cui all'articolo 32 della legge 14 agosto 1967, n. 800, sono ricomprese anche le imprese di produzione e organizzazione di spettacoli di musica popolare contemporanea per le attività non aventi rilevanza commerciale. Con decreto del Ministro dei beni e attività culturali sono determinati i criteri di individuazione delle attività oggetto delle sovvenzioni».

2.166

TOMASELLI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA

Dopo il comma 19, aggiungere il seguente:

«19-*bis*. All'articolo 11, comma 3-*bis*, del decreto-legge 31 agosto 2013, n. 101, convertito dalla legge 30 ottobre 2013, n. 125, le parole: "Fino al 31 dicembre 2014" sono sostituite dalle seguenti: "Fino al 31 dicembre 2015"».

2.167

BONFRISCO, CERONI, D'ALÌ, MANDELLI, MILO

Dopo il comma 19 inserire il seguente:

«19-*bis*. All'articolo 11, comma 3-*bis*, del decreto-legge 31 agosto 2013, n. 101, convertito dalla legge 30 ottobre 2013, n. 125, le parole: "Fino al 31 dicembre 2014" sono sostituite dalle seguenti: "Fino al 31 dicembre 2015"».

2.168

GALIMBERTI

Dopo il comma 19 inserire il seguente:

«19-*bis*. All'articolo 11, comma 3-*bis*, del decreto-legge 31 agosto 2013, n. 101, convertito dalla legge 30 ottobre 2013, n. 125, le parole: "Fino al 31 dicembre 2014" sono sostituite dalle seguenti: "Fino al 31 dicembre 2015"».

2.169

MARGIOTTA, LAI

Dopo il comma 19, aggiungere il seguente:

«19-*bis*. Nell'ambito dell'Albo nazionale di cui al decreto legislativo 21 novembre 2005, n. 284, è istituita una sezione speciale cui sono inserite le imprese, regolarmente iscritte all'albo medesimo, che esercitano attività di cui all'articolo 3, comma 2, lettera *i)* del decreto ministeriale 1° dicembre 2010, n. 269. Con apposito decreto del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti, d'intesa con il Ministero dell'interno, da emanarsi entro e non oltre 60 giorni dall'entrata in vigore della presente legge, sono individuate le modalità di funzionamento della sezione speciale dell'Albo incluse le modalità di coinvolgimento delle associazioni maggiormente rappresentative delle imprese che esercitano le attività di cui all'art. 3, comma 2, lettera *i)* del decreto ministeriale 1° dicembre 2010, n. 269».

2.170

FAVERO, SANGALLI, BORIOLI, PEZZOPANE, ORRÙ, DALLA ZUANNA, TOCCI, MATTESINI, PAGLIARI

Dopo il comma 19, aggiungere il seguente:

«19-*bis*. All'articolo 2 comma 4 del decreto-legge 25 gennaio 2012, n. 2, convertito con modificazioni dalla legge 24 marzo 2012, n. 28, subito dopo il primo periodo, inserire il seguente: "La cessione a titolo oneroso, nell'ambito della vendita al dettaglio ai consumatori finali, di sacchi non conformi a quanto prescritto dal presente articolo, è punita con la sanzione amministrativa pecuniaria del pagamento di una somma da 250 euro a 2.500 euro"».

2.171

FAVERO, SANGALLI, BORIOLI, PEZZOPANE, ORRÙ, DALLA ZUANNA, TOCCI, MATTESINI, PAGLIARI

Dopo il comma 19, aggiungere il seguente:

«19-*bis*. All'obbligo derivante dall'articolo 15, commi 4 e 5, del decreto-legge 18 ottobre 2012, n. 179, convertito nella legge 17 dicembre 2012, n. 221, si applicano commissioni onnicomprensive della gestione e dell'utilizzo delle carte di debito nella misura massima pari allo 0,2% del valore delle transazioni con esse effettuate. AI medesimo obbligo, osservato presso gli impianti di distribuzione carburanti e presso le rivendite di tabacchi, si applicano commissioni onnicomprensive della gestione e dell'utilizzo delle carte di debito nella misura massima pari allo 0,1% del valore delle transazioni con esse effettuate. In ambedue le fattispecie di cui ai periodi precedenti gli importi sulle transazioni a carico degli esercenti, non superiori alle percentuali prescritte, ricomprendono qualsiasi corrispettivo richiesto dal circuito bancario in riferimento all'uso del POS e, in generale, della strumentazione tecnologica messa a disposizione per l'effettuazione delle transazioni medesime"».

2.172

CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 19 inserire il seguente:

«19-*bis*. Al fine di assicurare la corretta applicazione del regolamento CE n. 1186/2009 del parlamento Europeo relativo alla fissazione del regime comunitario delle franchigie doganali, per serbatoi normali di cui all'articolo 107, paragrafo 2, lettere. *c)*, fermo restando quanto già previsto, si intendono anche tutti i serbatoi regolarmente omologati dalla motorizzazione».

2.173

CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 19, inserire il seguente:

«19-*bis*. Al fine di assicurare la corretta applicazione del regolamento CE n. 1186/2009 del Parlamento Europeo relativo alla fissazione del regime comunitario delle franchigie doganali, le disposizioni di cui all'articolo 107 si applicano anche nelle aree extradoganali per il carburante contenuto in serbatoi regolarmente omologati dalla motorizzazione».

2.174

DI GIACOMO

All'articolo 2, dopo il comma 19, inserire il seguente:

«19-*bis*. All'articolo 3 comma 6 del decreto del Presidente della Repubblica del 9 giugno 2000, n. 277, dopo le parole: "con facoltà di compera" sono inserite le seguenti: "tra cui anche il comodato d'uso"».

2.175

GUALDANI

Dopo il comma 19 inserire il seguente:

«19-*bis*. Il comma 1 dell'articolo 170-*bis* del decreto legislativo 7 settembre 2005, n. 209 come modificato dal decreto legge 18 ottobre 2012, n. 179 convertito dalla Legge 17 dicembre 2012, n. 221, è sostituito dal seguente: "I contratti di assicurazione, come classificati *ex* articolo 2 del decreto legislativo 7 settembre 2005, n. 209, si risolvono automaticamente alla scadenza naturale e non possono essere tacitamente rinnovati, in deroga all'articolo 1899, primo e secondo comma, del codice civile. L'impresa di assicurazione è tenuta ad avvisare" contraente della scadenza del contratto con preavviso di almeno trenta giorni e a mantenere operante, non oltre il quindicesimo giorno successivo alla scadenza del contratto, la garanzia prestata con Il precedente contratto assicurativo fino all'effetto

della nuova polizza"».

2.176

GUALDANI

Dopo il comma 19 inserire il seguente:

«19-*bis*. 1. La modifica e la realizzazione di impianti per il controllo dei gas di cui al punto 2.5 dell'Allegato 1 al decreto-legge n. 36 del 2003, in discariche autorizzate a norma di legge, non costituiscono modifica sostanziale ai fini dell'applicazione della procedura di valutazione di impatto ambientale e dell'autorizzazione rilasciata per la realizzazione e gestione delle discariche ed ad essi si applicano le disposizioni di cui all'articolo 30, comma 1, del decreto legge 24 giugno 2014, n. 91 così come convertito in legge 11 agosto 2014, n. 116.

2. Gli impianti di cui al precedente comma 1, anche già realizzati, possono utilizzare componenti tecniche quali attrezzature dei pozzi, sottostazioni di aspirazione e controllo, tubazioni, stazioni di aspirazione o captazione del biogas, sistemi di depurazione e/o liquefazione del biogas, sistemi di analisi e controllo, motori endotermici e camere di post-combustione rigenerate o revisionate dalle case costruttrici. La rigenerazione o revisione è attestata da documentazione fiscale relativa ai lavori effettuati».

2.177

RANUCCI

Dopo il comma 19, inserire il seguente:

«19-*bis*. All'articolo 26-*ter*del Decreto legge 21 giugno 2013 n. 69, convertito, con modificazioni, dalla Legge 9 agosto 2013 n. 98, al primo periodo, le parole: "e fino al 31 dicembre 2014 "sono soppresse».

2.178

RANUCCI

Dopo il comma 19, inserire il seguente:

«19-*bis*. All'articolo 26-*ter*del Decreto legge 21 giugno 2013 n. 69, convertito, con modificazioni, dalla Legge 9 agosto 2013 n. 98, al primo periodo, le parole: "e fino al 31 dicembre 2014" sono sostituite dalle parole: "e fino al 31 dicembre 2016"».

2.179

GUALDANI

Dopo il comma 19, aggiungere il seguente:

«19-*bis*. All'articolo 18, comma 9, del decreto del Presidente della Repubblica 16 dicembre 1992, n. 495, le parole: "dal 1º gennaio del 1993" sono sostituite dalle seguenti: "dal 1º gennaio 1994"».

2.180

LEZZI, BULGARELLI, MANGILI

Al comma 20, allegato 6, ivi richiamato sopprimere la seguente voce:

Ministero	Denominazione	Riduzione 2015	Riduzione 2016	Riduzione 2017 e successivi
Economia e finanze	Spese di funzionamento dell'ufficio dell'autorità garante per l'Infanzia e l'adolescenza	50,0	50,0	50,0

Conseguentemente, al medesimo allegato 6, apportare le seguenti modifiche:

Ministero	Denominazione	Riduzione 2015	Riduzione 2016	Riduzione 2017 e successivi
Economia e finanze	Somme da erogare all'ente pubblico economico «agenzia del demanio»	550,0	550,0	550,0

2.181

MORONESE, NUGNES, MARTELLI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI, CATALFO

Al comma 20, all'Allegato 6 ivi richiamato, sopprimere la seguente voce:

Ministero	Denominazione	Riduzione 2015	Riduzione 2016	Riduzione 2017 e successivi
Ambiente e tutela del territorio e del mare	Enti parco	1.000,0	1.000,0	1.000,0

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 75, alla tabella A ivi richiamata, alla voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 1.000.000;
2016: ? 1.000.000;
2017. ? 1.000.000.

2.182

CALEO, VACCARI

Al comma 20, Allegato 6, ivi richiamato, aggiungere la seguente riga:

Ministero	Denominazione	Riduzione 2015	Riduzione 2016	Riduzione 2017 e successivi
Ambiente e tutela del territorio e del mare	Istituto superiore per lo protezione e la ricerca ambientale	600,00	600,00	600,00

Conseguentemente:

dopo il comma 20 inserire il seguente:

«20-*bis*. Per il triennio 2015-2017, al fine di concorrere alla realizzazione da parte di Ispra di interventi relativi alle reti nazionali di monitoraggio, sono stanziate in favore del predetto Istituto 600.000 euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017.

? alla Tabella A, *voce* Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: + 600.000;
2016 + 600.000;
2017 + 600.000;

? alla Tabella B, *voce* Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 600.000;
2016 ? 600.000;
2017 ? 600.000».

2.183

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO

Al comma 20 aggiungere in fine:

«Presidenza del Consiglio dei Ministri spese funzionamento UNAR Ufficio per la promozione della parità di trattamento e la rimozione delle discriminazioni fondate sulla razza o sull'origine etnica riduzione 2015; 1.500,00 riduzione 2016 1.500,00 riduzione 2017 1.500,00.

2.184

SAGGESE

Dopo il comma 20, sono inseriti i seguenti:

«20-*bis*. Ai fini della predisposizione di idonei servizi e di locali di accoglienza dei pellegrini, nonché del miglioramento delle strutture necessarie per l'accesso dei visitatori, è autorizzato per il

comune di Pietrelcina un contributo di 500.000 euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016.

20-*ter*. All'onere derivante dall'attuazione del comma 1, pari a 500.000 euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016, si provvede mediante corrispondente riduzione dello stanziamento iscritto, ai fini del bilancio triennale 2015-2017, nell'ambito dell'unità previsionale di base di conto capitale "Fondo speciale" dello stato di previsione del Ministero del tesoro, del bilancio e della programmazione economica per l'anno 2015, allo scopo parzialmente utilizzando l'accantonamento relativo al medesimo Ministero.

20-*quater*. il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio».

2.185

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 20 inserire i seguenti:

«20-*bis* A decorrere dal 31 marzo 2015, è soppresso l'Ufficio per il contrasto delle discriminazioni di cui all'articolo 7 del decreto legislativo 9 luglio 2003, n. 215. Con successivo decreto del Presidente del Consiglio dei ministri si provvede ad apportare le opportune modifiche al decreto del Presidente del Consiglio dei ministri 23 luglio 2002, recante ordinamento delle strutture generali della presidenza del Consiglio dei ministri, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* n. 207 del 4 settembre 2002.

20-*ter*. A decorrere dalla data di cui al comma 1, sono abrogati l'articolo 8 del decreti legislativo 9 luglio 2003, n. 215 e l'articolo 29, comma 2 della legge 1º marzo 2002, n. 39».

2.186

DE PIN, MASTRANGELI, BOCCHINO, CAMPANELLA

Dopo il comma 20 aggiungere il seguente:

«20-*bis*. È istituito nello stato di previsione del Ministero dello sviluppo economico il Fondo per il finanziamento degli interventi consentiti dagli Ordinamenti UE sugli aiuti di Stato per il salvataggio e la ristrutturazione delle imprese in difficoltà, finalizzato prioritariamente al settore del mobile, con una dotazione finanziaria pari a 100 milioni di euro per l'anno 2015».

Conseguentemente all'articolo 2, comma 67, sostituire le parole: «è ridotta di 238 milioni di euro per l'anno 2015» *con le seguenti:* «è ridotta di 338 milioni di euro per l'anno 2015».

2.187

FILIPPI, LAI, BORIOLI, CANTINI, CARDINALI, STEFANO ESPOSITO, MARGIOTTA, RANUCCI, SONEGO

Dopo il comma 20, aggiungere il seguente:

«20-*bis*. È autorizzata la spesa di 15 milioni di euro per l'anno 2015 e di 25 milioni di euro per ciascuno degli anni 2016 e 2017, da destinare agli interventi per il miglioramento delle strutture di sicurezza delle strade di cui al comma 2 dell'articolo 2 del Codice della strada di cui al decreto legislativo n. 285 del 1992, classificate nell'ambito delle categorie A), B), C), D) ed E), con particolare riferimento alla sostituzione delle barriere di contenimento prive di adeguato livello di sicurezza».

Conseguentemente, alla Tabella B, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 15.000;

2016: ? 25.000;

2017: ? 25.000.

2.188

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 20, aggiungere il seguente:

«20-*bis*. Le amministrazioni di cui all'articolo 1, comma 2, del decreto legislativo n. 165 del 2001, senza ulteriore aggravi o di sposa e nei rispetto dei vincoli di bilancio possono prorogare per un periodo di 36 mesi i rapporti di lavoro a termine, di formazione lavoro, collaborazione coordinata e continuativa, in somministrazione ed altre forme di lavoro accessorio nei casi in cui, per effetto della

cessazione dei rapporti di lavoro, si possano prefigurare situazioni d'interruzione del pubblico servizio con grave pregiudizio per l'utenza Per le strette necessità, connesse alle esigenze di continuità dei servizi, le province e le città metropolitane possono prorogare fino 8131 dicembre 2016 i contratti di lavoro a termine di cui all'articolo 4, comma 9, del decreto-legge n 101 del 2013, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 ottobre 2013, n. 125, nel rispetto della vigente normativa di contenimento della spesa complessiva di personale e dei limiti massimi della spesa annua per la stipula dei contratti a tempo determinato. Tale proroga, il cui costo sia coperto con risorse proprie o con fondi nazionali regionali, o comunitari a tali funzioni attribuiti, è consentita anche in deroga ai vincoli connessi al rispetto del patto di stabilità interno e ai limiti temporali sui contratti a termine. In attesa dei provvedimenti di riordino di cui all'articolo 11 dell'accordo, ai sensi dell'articolo 1, comma 91, della legge n. 56 del 2014, tra Governo e regioni, e allo scopo di garantire la continuità dei servizi, il personale non dirigenziale assunto con contratto a tempo determinato impegnato nei servizi di cui al citato articolo 11, in possesso di idoneità concorsuale per assunzioni a tempo indeterminato, dei requisiti di cui all'articolo 4, comma 6, primo periodo, della legge 30 ottobre 2013, n. 125 e il personale non dirigenziale dei sopra citati servizi che abbia sostenuto procedure selettive pubbliche per titoli ed esami indette ai sensi dell'articolo 1 comma 560, della legge n. 296 del 2006 e assunto, a seguito delle stesse, con contratto a tempo determinato, che abbiano maturato una anzianità di servizio di almeno tre anni negli ultimi cinque alla data della presente legge, possono essere stabilizzati a domanda dalla regione territorialmente competente con risorse proprie o fondi regionali o nazionali a tali funzioni attribuiti ed assegnato, in deroga alla vigente disciplina in materia di limiti per le assunzioni e nel rispetto dei vincoli di spesa, ai soggetti istituzionali individuati anche temporaneamente a svolgere le funzioni previste. All'articolo 4, comma 9, terzo periodo, del decreto-legge 31 agosto 2013, n. 101, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 ottobre 2013, n. 125, le parole: "31 dicembre 2014" sono sostituite dalle seguenti: "31 dicembre 2016". Le proroghe, in cui costo sia coperto con risorse proprie o con fondi nazionali regionali, o comunitari a tali funzioni dedicati, è consentita anche in deroga ai vincoli connessi al rispetto del patto di stabilità interno e ai limiti temporali sui contratti a termine. I soggetti istituzionali insediatisi a seguito della legge 7 aprile 2014, n. 56 nonché gli enti o agenzie subentranti nelle funzioni alle province che, ai sensi dell'articolo 35 del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165, stiano assolvendo alla carenza della dotazione organica attraverso il ricorso e l'impiego di personale assumo con procedure ad evidenza pubblica con contratto di lavoro subordinato a tempo determinato della durata di 36 mesi alla data del 31 dicembre 2014 e i cui contratti di lavoro siano stati oggetto negli ultimi cinque anni di una serie continua e costante di rinnovi e proroghe anche con soluzione di continuità presso il medesimo ente, possono procedere entro il 31 dicembre 2019, con risorse proprie o fondi regionali o nazionali a tali funzioni attribuiti, alla stabilizzazione a domanda del personale interessato. Le disposizioni di cui all'articolo 4, commi 6 e 6-*quater* del decreto-legge 31 agosto 2013, n. 101, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 ottobre 2013, n. 125 si applicano ai soggetti istituzionali individuati a svolgere le funzioni previste dall'accordo, ai sensi dell'articolo comma 91 della legge n. 56 del 2014 tra Governo e regioni, sancito in Conferenza unificata, sentite le organizzazioni sindacali maggiormente rappresentative.

2.189

CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 20, inserire il seguente:

«20-*bis*. Entro il 30 dicembre 2015, il Ministero dello sviluppo economico, di concerto con il Ministero dell'economia e delle finanze, avvia il procedimento per l'alienazione della partecipazione dello Stato nella RAI-Radiotelevisione italiana Spa. Entro il 30 settembre 2015, i Ministeri dello sviluppo economico e dell'economia, con uno o più decreti, provvedono a definire i tempi, le modalità, i requisiti, le condizioni e ogni altro elemento delle offerte pubbliche di vendita, anche relative a specifici rami d'azienda. La vendita dell'intera partecipazione e di tutte le quote deve concludersi entro e non oltre il 3l giugno 2016. I proventi derivanti dal procedimento di cui sopra, sono destinati al Fondo per l'ammortamento dei titoli di Stato, di cui alla legge 27 ottobre 1993, n. 432, e successive

modificazioni. Attraverso la stipula di contratti di servizio fra il Ministero dello sviluppo economico e le televisioni private nazionali, secondo quanto previsto dall'articolo 17, comma 1, della legge 3 maggio 2004, n. 112, senza nuovi o maggiori oneri a carico della finanza pubblica, si definiscono gli obblighi di programmazione per l'espletamento del servizio pubblico radiotelevisivo, che tutte le televisioni devono garantire, comunque assicurando il servizio pubblico generale televisivo con trasmissioni, anche nelle fasce orarie di maggior ascolto, che rispondano ai criteri qualitativi previsti dagli articoli 6 e 17 della legge 3 maggio 2004, n. 112. A decorrere dallo gennaio 2017, il canone di abbonamento alle radioaudizioni e alla televisione di cui al regio decreto-legge 21 febbraio 1938, n. 246, convertito dalla legge 4 giugno 1938, n. 880, e successive modificazioni, nonché la tassa di concessione governativa prevista dall'articolo 17 della tariffa delle tasse sulle concessioni governative, di cui al decreto del Ministro delle finanze 28 dicembre 1995, pubblicato nella Gazzetta Ufficiale n. 303 del 30 dicembre 1995, e successive modificazioni, sono aboliti».

Conseguentemente, l'articolo 17 della legge 14 aprile 1975, n. 103, l'articolo 18 della legge 3 maggio 2004, n. 112, e l'articolo 47 del testo unico della radiotelevisione, di cui al decreto legislativo 31 luglio 2005, n. 177, sono abrogati.

2.190

DI BIAGIO

1. All'articolo 2, dopo il comma 20, aggiungere il seguente comma:

«20-*bis*. Fatto salvo quanto disposto dall'articolo 10-*ter* della legge 30 ottobre 2013, n. 125, al decreto legislativo 28 settembre 2012, n. 178 e successive modificazioni, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) le parole: "1º gennaio 2015", ovunque ricorrono, sono sostituite dalle seguenti: "1º gennaio 2017";

b) le parole: "31 dicembre 2016", ovunque ricorrono, sono sostituite dalle seguenti: "31 dicembre 2018";

c) le parole: "31 dicembre 2014", ovunque ricorrono, sono sostituite dalle seguenti: "31 dicembre 2016";

d) le parole: "1º gennaio 2017", ovunque ricorrono, sono sostituite dalle seguenti: "1º gennaio 2019";

e) All'articolo 3, comma 3, dopo le parole: ", 2012, 2013 e 2014" sono aggiunte le seguenti parole: ", nonché per il triennio 2015-2017"; dopo le parole: "sarà approvato per il 2012, il 2013 e il 2014" sono inserite le seguenti: ", nonché per il triennio 2015-2017"; dopo le parole: "per le esigenze del bilancio di previsione 2013 e 2014" sono inserite le seguenti: ", nonché per il bilancio di previsione del triennio 2015- 2017".

f) All'articolo 8, comma 1, del decreto legislativo 28 settembre 2012, n. 178, al terzo periodo, dopo le parole: "per gli anni 2012, 2013 e 2014" inserire le seguenti: "nonché per il triennio 2015-2017" e, al quarto periodo, dopo le parole: "per gli anni 2012, 2013 e 2014", inserire le seguenti: " nonché per il triennio 2015-2017"».

2.191

DI BIAGIO

1. All'articolo 2, dopo il comma20, aggiungere il seguente comma:

«20-*bis*. Il personale militare della Croce Rossa Italiana già in servizio continuativo per effetto di provvedimenti di assunzione a tempo indeterminato nonché il personale militare in servizio alla data del 1º dicembre 2014, continuativamente e senza soluzione di continuità almeno a far data dal 1º gennaio 2007, permane in servizio militare attivo fino al raggiungimento dell'età utile per il collocamento in quiescenza, in deroga a quanto previsto dall'articolo 5 del decreto legislativo 28 settembre 2012, n. 178. Al predetto personale, già destinatario del trattamento economico previsto per i pari grado delle Forze Armate, secondo la corrispondenza dei gradi di cui all'articolo 986 del decreto del Presidente della Repubblica 15 marzo 2010 n. 90, si applicano le norme previste per il personale del comparto sicurezza, difesa, vigili del fuoco e soccorso pubblico. Dall'attuazione dei presenti

commi non derivano nuovi oneri a carico della finanza pubblica».

2.192

DI BIAGIO

Dopo il comma 20, aggiungere il seguente:

«20-*bis.* Al Decreto Legislativo 15 marzo 2010, n. 66, all'articolo 1759, dopo il comma 3 aggiungere il seguente comma:

"3-*bis.* Per la determinazione dei requisiti minimi per l'accesso al sistema pensionistico, ai militari in servizio continuativo della Croce Rossa Italiana, non rientranti nella fattispecie di cui ai precedenti commi, si applica la disciplina vigente in materia di accesso e decorrenza del trattamento pensionistico per il personale appartenente al compatto sicurezza, difesa, vigili del fuoco e soccorso pubblico. Ai fini della determinazione dei requisiti si cui al presente comma si tiene conto della corrispondenza dei gradi gerarchici di cui all'articolo 986 del decreto del Presidente della Repubblica 15 marzo 2010, n. 90". Dall'attuazione del presente comma non derivano nuovi o maggiori oneri a carico della finanza pubblica».

2.193

CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 20, inserire il seguente:

«20-*bis*. Entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, la carta di circolazione viene a costituire l'unico documento del veicolo e quanto previsto dal decreto legislativo 30 aprile 1992, n. 285 e successive modificazioni, nonché gli altri eventi giuridico-patrimoniali sui veicoli, si registra nel solo archivio di cui agli articoli 225, comma 1, lettera *b)* e 226, comma 5, del decreto legislativo stesso, attraverso procedure e modalità stabilite con idonee modifiche e integrazioni al decreto del Presidente della Repubblica 16 dicembre 1992, n. 495 (Regolamento di esecuzione e di attuazione del nuovo Codice della Strada). Sono abrogate le previsioni del Codice Civile che trattano i veicoli stradali quali beni mobili registrati, ed in particolare l'articolo 2683, primo comma, numero 3), del Codice Civile stesso 41-*ter*. Con decreto del Presidente della Repubblica, emanato ai sensi dell'articolo 17, comma 1, della legge 23 agosto 1988, n. 400, sono disciplinati l'implementazione dell'archivio di cui al comma 41-*bis* con i pertinenti dati del Pubblico Registro Automobilistico (PRA) e l'assetto del personale centrale periferico di quest'ultimo ente».

2.194

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 20, inserire il seguente:

«20-*bis.* Entro trenta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge il Ministro delegato per la semplificazione e la pubblica amministrazione provvede alla soppressione dell'Associazione per lo sviluppo nel Mezzogiorno (SVIMEZ)».

2.195

GUALDANI

All'articolo 2, dopo il comma 20, inserire il seguente:

«20-*bis.* L'ultimo periodo del comma 1 dell'articolo 59 del decreto legislativo 12 aprile 2006, n. 163 è soppresso».

2.196

FLORIS

Sopprimere il comma 21.

2.197

FAVERO, ALBANO, FEDELI, LEPRI, DEL BARBA, ORRÙ, MANASSERO, STEFANO
ESPOSITO, FASIOLO, SPILABOTTE, IDEM, PEZZOPANE, DALLA ZUANNA

Al comma 21, in fine, sostituire le parole: «ai profili di operazioni di finanziamento e sostegno del settore pubblico realizzate con riferimento all'intero settore previdenziale e assistenziale»*, con le seguenti:* «a tutte le operazioni di finanziamento e sostegno del settore pubblico, comprese quelle realizzate con riferimento all'utilizzazione di risorse derivanti dall'intero settore previdenziale e

assistenziale».

2.198

GUALDANI

Al comma 21, in fine, sostituire le parole: «ai profili di operazioni di finanziamento e sostegno del settore pubblico realizzate con riferimento all'intero settore previdenziale e assistenziale» *con le seguenti:* «la tutte le operazioni di finanziamento e sostegno del settore pubblico, comprese quelle realizzate con riferimento all'utilizzazione di risorse derivanti dall'intero settore previdenziale e assistenziale».

2.199

FAVERO, ALBANO, FEDELI, LEPRI, DEL BARBA, ORRU', MANASSERO, STEFANO
ESPOSITO, FASIOLO, SPILABOTTE, PAGLIARI, IDEM, PEZZOPANE, DALLA ZUANNA

Al comma 21, in fine, aggiungere il seguente periodo: «All'art. 56, comma 2, lettera *a)* della legge 9 marzo 1989, n. 88, *dopo le parole:* "con riferimento all'intero settore previdenziale ed assistenziale" *aggiungere le seguenti:* "sia in ambito sociale che sanitario, comunque gestite".

2.200

ALBANO, FAVERO, PEZZOPANE, DALLA ZUANNA

Al comma 21, in fine, aggiungere il seguente periodo: «All'art. 56 della legge 9 marzo 1989, n. 88, *dopo il comma 2 è aggiunto il seguente:* "2-*bis.* Per l'esercizio delle funzioni di cui al precedente comma 2 la Commissione può altresì chiedere alla COVIP l'invio delle risultanze del controllo con cui la COVIP riferisce al Ministeri vigilanti rispetto agli enti di diritto privato di cui al decreto legislativo 30 giugno 1994, n. 509 e al decreto legislativo 10 febbraio 1996, n. 103.»

2.201

GUALDANI

Al comma 21, in fine, aggiungere il seguente periodo: «All'articolo 56 della legge 9 marzo 1989, n. 88, *dopo il comma 2 è aggiunto il seguente:* «2-*bis.* Per l'esercizio delle funzioni di cui al precedente comma 2 la Commissione può altresì chiedere alla COVIP l'invio delle risultanze del controllo con cui la COVIP riferisce ai Ministeri vigilanti rispetto agli enti di diritto privato di cui al decreto legislativo 30 giugno 1994, n. 509 e al decreto legislativo 10 febbraio 1996, n. 103».

2.202

FAVERO, ALBANO, FEDELI, LEPRI, DEL BARBA, ORRÙ, MANASSERO, STEFANO
ESPOSITO, FASIOLO, SPILABOTTE, IDEM, PEZZOPANE, DALLA ZUANNA

Al comma 21, in fine, aggiungere il seguente periodo: «All'art. 2 comma 2 della legge n. 14 del 1978 *sostituire le parole:* «e dei vicepresidenti degli enti di gestione delle partecipazioni statali» *con le seguenti:* «degli enti gestori di forme obbligatorie di previdenza e assistenza sociale»; *dopo le parole:* «il parere è espresso» *aggiungere le seguenti:* «, oltre che dalle Commissioni permanenti competenti per materia, anche»; *sostituire le parole:* «13 della legge 12 agosto 1977, n. 675» *con le seguenti:* «56 della legge 9 marzo 1989, n. 88».

2.203

GUALDANI

Al comma 21, in fine, aggiungere il seguente periodo: «All'art. 2 comma 2 della legge n. 14 del 1978 *sostituire le parole:* "e dei vicepresidenti degli enti di gestione delle partecipazioni statali" *con le seguenti:* "degli enti gestori di forme obbligatorie di previdenza e assistenza sociale"; *dopo le parole:* "il parere è espresso" *aggiungere le seguenti:* ,oltre che dalle Commissioni permanenti competenti per materia, anche"; *sostituire le parole:* "13 della legge 12 agosto 1977, n. 675" *con le seguenti:* "56 della legge 9 marzo 1989, n. 88».

2.204

ALBANO, FAVERO, PEZZOPANE, DALLA ZUANNA

Al comma 21, in fine, aggiungere il seguente periodo: «All'articolo 2, comma 4, del decreto legislativo 30 giugno 1994, n. 509, *è aggiunto in fine il seguente periodo:* "Ai fini dei provvedimenti di cui ai periodi precedenti la Commissione parlamentare di controllo sulle attività degli enti gestori di forme

obbligatorie di previdenza e assistenza sociale segnala ai Ministeri vigilanti le situazioni di disavanzo economico-finanziario apprese nell'esercizio delle proprie funzioni di controllo dei bilanci di tali enti ai sensi dell'art. 56 della legge 9 marzo 1989, n. 88"».

2.205

GUALDANI

Al comma 21, in fine, aggiungere il seguente periodo: «All'articolo 2, comma 4, del decreto legislativo 30 giugno 1994, n. 509, *è aggiunto in fine il seguente periodo:* «Ai fini dei provvedimenti di cui ai periodi precedenti la Commissione parlamentare di controllo sulle attività degli enti gestori di forme obbligatorie di previdenza e assistenza sociale segnala ai Ministeri vigilanti le situazioni di disavanzo economicofinanziario apprese nell'esercizio delle proprie funzioni di controllo dei bilanci di tali enti ai sensi dell'art. 56 della legge 9 marzo 1989, n. 88».

2.206

GUALDANI

Al comma 21, in fine, aggiungere il seguente periodo: «All'art 56, comma 2, lettera *a)* della legge 9 marzo 1989, n. 88, *dopo le parole:* "con riferimento all'intero settore previdenziale ed assistenziale" *sono aggiunte le seguenti:* "sia in ambito sociale che sanitario, comunque gestite"».

2.207

ALBANO, FAVERO, PEZZOPANE, DALLA ZUANNA

Al comma 21, in fine, aggiungere il seguente periodo: «All'articolo 3, comma 1, del Decreto legislativo n. 509 del 1994, *sopprimere il seguente periodo:* "Nei collegi dei sindaci deve essere assicurata la presenza di rappresentanti delle predette Amministrazioni".

2.208

GUALDANI

Al comma 21, in fine, aggiungere il seguente periodo: «All'articolo 3, comma 1, del decreto legislativo n. 509 del 1994, sopprimere il seguente periodo: "Nei collegi dei sindaci deve essere assicurata la presenza di rappresentanti delle predette Amministrazioni"».

2.209

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 21, aggiungere il seguente:

«21-*bis*. Al fine di accelerare il processo di razionalizzazione della spesa è sospesa l'attuazione per tutte le amministrazioni di cui all'articolo 1, comma 2, del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165 dei Piani assunzionali fino all'adozione di indicatori di riferimento di costo e di fabbisogno che promuovano condizioni di efficienza».

2.210

CRIMI, MARTON, PUGLIA, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI, CIOFFI

Dopo il comma 21, aggiungere il seguente:

«21-*bis*. All'articolo 3 del decreto-legge n. 90 del 2014, dopo le parole: "Ai Corpi di polizia, al Corpo nazionale dei vigili del fuoco e al comparto Scuola si applica la normativa di settore", sono inserite le seguenti: "con l'obbligo, ai fini del reclutamento del personale, di scorrere le graduatorie in vigore prima di bandire nuovi concorsi"».

2.211

CATALFO, PUGLIA, PAGLINI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Sopprimere il comma 22.

Conseguentemente all'articolo 1, comma 9, al capoverso 1-bis*, sostituire i numeri 1) e 2) con i seguenti:*

«1) 700 euro, se il reddito complessivo non è superiore a 24.000 euro;

2) 700 euro, se il reddito complessivo è superiore a 24.000 euro ma non a 28.000 euro. Il credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra l'importo di 26.000 euro, diminuito del reddito complessivo, e l'importo di 2.000 euro;».

2.212

BAROZZINO, DE PETRIS, URAS

Sopprimere il comma 22.

Conseguentemente all'articolo 1 sopprimere i commi da 16 a 19.

2.213

BOCCHINO, MUSSINI, BENCINI, CAMPANELLA, MASTRANGELI, DE PIN

Sopprimere il comma 22.

Conseguentemente all'articolo 3, comma 75, tabella A allegata voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti modifiche:*

2015:

CP: ? 47.000.000;

CS: ? 47.000.000.

2.213-bis

MANDELLI, GASPARRI

Sopprime il comma 22.

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

2.214

CAMPANELLA

Sopprimere il comma 22.

2.215

CATALFO, PUGLIA, PAGLINI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Sostituire il comma 22, con il seguente:

«22. A decorrere dal 1º gennaio 2015, in relazione alla specificità del comparto sicurezza e delle peculiarità delle funzioni svolte, in deroga a quanto previsto dall'articolo 9, comma 21, del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito con modificazioni dalla legge 30 luglio 2010, n. 122, le progressioni di carriera del personale della Polizia di Stato, comunque denominate, eventualmente disposte negli anni 2011, 2012, 2013 e 2014 producono effetto per i predetti anni anche ai fini economici».

Conseguentemente, all'articolo 4, comma 1, al capoverso «1-*bis*»*, i numeri 1) e 2) sono sostituiti dai seguenti:*

«1) 720 euro, se il reddito complessivo non è superiore a 24.000 euro;

2) 720 euro, se il reddito complessivo è superiore a 24.000 euro ma non a 26.000 euro. il credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra l'importo di 26.000 euro, diminuito del reddito complessivo, e l'importo di 2.000 euro;».

2.216

LEZZI, BULGARELLI, MANGILI

Sostituire il comma 22 con il seguente:

«22. All'articolo 1870, comma 1, del decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66, le parole: "pari al 70 per cento", sono sostituite dalle seguenti: "pari al 30 per cento per il 2015, al 20 per cento per il 2016, al 10 per cento per il 2017. A decorrere dal 1º gennaio 2018 l'istituto dell'ausiliaria è abolito. La percentuale di calcolo di cui sopra trovano applicazione nei confronti del personale che transita nella posizione di ausiliaria a decorrere dal 1º gennaio 2015. Entro il 31 dicembre 2015 il Governo presenta alle competenti commissioni parlamentari un decreto attuativo con il quale si estende agli appartenenti alle Forze armate e ai corpi di polizia ad ordinamento militare, la possibilità di accesso alla previdenza integrativa complementare"».

2.217

TOSATO, BISINELLA, COMAROLI

Al comma 22, dopo le parole: «2013, 2014 e 2015»*, inserire le seguenti:* «La presente disposizione non si applica al personale non contrattualizzato in regime di diritto pubblico appartenente al comparto difesa e sicurezza Ai rinnovi contrattuali si provvede attingendo alle risorse attribuite al Fondo

nazionale per le politiche e i servizi dell'asilo».

Conseguentemente, sopprimere il comma 125 dell'articolo 1.

2.218

LIUZZI

Dopo il comma 22, aggiungere il seguente:

«22-*bis.* Alla data di entrata in vigore della presente legge viene adottata dal Ministro per la semplificazione e la pubblica amministrazione ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca ogni opportuna iniziativa finalizzata a conseguire la ripresa della contrattazione collettiva ai soli effetti normativi, fermo restando che la contrattazione per la parte economica potrà espletare i suoi effetti solo a decorrere dall'anno 2016».

2.219

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Sopprimere il comma 23.

Conseguentemente all'articolo 44, dopo il comma 27 aggiungere il seguente:

«27-*bis.* All'articolo 19, comma 6 del decreto legge n. 2011 convertito, con modificazioni, dalla legge n. 214 del 2011, aggiungere, in fondo il seguente periodo: "a decorrere dall'anno 2015 l'aliquota è stabilita nella misura dei 13,5 per mille"».

2.219-bis

MANDELLI, GASPARRI

Sopprimere il comma 23.

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 132, sopprimere le seguenti parole: «di 191 milioni di euro per l'anno 2018, di 199,5 milioni di euro per l'anno 2019»*; ridurre proporzionalmente dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.*

2.220

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 23, sostituire le parole: «per gli anni 2015-2018»*, con le seguenti:* «fino al 31 dicembre 2014 e dopo il comma 2, aggiungere il seguente: «23-*bis.* È abrogato l'articolo 1, commi 454 e 455, della legge 27 dicembre 2013, n. 147».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 116, sostituire le parole: «100 milioni»*, con le seguenti:* «80 milioni»*; all'articolo 1, comma 121 le parole:* «200 milioni»*, sono sostituite dalle seguenti:* «150 milioni»*; articolo 3, comma 7 dopo la lettera* a) *aggiungere la seguente:* «a-*bis* all'articolo 1 dopo il comma 142 aggiungere il seguente:

"142-*bis.* I soggetti passivi che intendano acquistare servizi di pubblicità e *link* sponsorizzati *on line*, anche attraverso centri media e operatori terzi, sono obbligati ad acquistarli da soggetti titolari di una partita IVA rilasciata dall'amministrazione finanziaria italiana 142-*ter* Gli spazi pubblicitari *on line* e i *link* sponsorizzati che appaiono nelle pagine dei risultati dei motori di ricerca (servizi di *search advertising*), visualizzabili sul territorio italiano durante la visita di un sito *internet* o la fruizione di un servizio *on line* attraverso rete fissa o rete e dispositivi mobili, devono essere acquistati esclusivamente attraverso soggetti, quali editori, concessionarie pubblicitarie, motori di ricerca o altro operatore pubblicitario, titolari di partita IVA rilasciata dall'amministrazione finanziaria italiana. La presente disposizione si applica anche nel caso in cui l'operazione di compravendita sia stata effettuata mediante centri media, operatori terzi e soggetti inserzionisti. (Acquisto di pubblicità *on line*)".

All'articolo 3, dopo il comma28 aggiungere il seguente:

"28-*bis.* All'articolo 19, comma 6 del decreto legge n. 201 del 2011, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 214 dei 2011, aggiungere, in fondo il seguente periodo: "A decorrere dall'anno 2015 l'aliquota è stabilita nella misura del 13,5 per mille"».

2.221

SACCONI, BIANCONI, CHIAVAROLI, MANCUSO, GUALDANI

Dopo il comma 23, aggiungere il seguente:

«23-*bis.* Le economie di cui all'articolo 16, comma 5, decreto legge 6 luglio 2011, n. 98,

aggiuntive rispetto a quelle già previste nella presente legge, sono utilizzate per la erogazione di componenti premiali della retribuzione, secondo le modalità definite da accordi collettivi di secondo livello».

2.222

CERONI

Dopo il comma 23, aggiungere il seguente:

«23-*bis*. Al comma 2 dell'articolo 54 del decreto legislativo 27 ottobre 2009, n. 150, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) sostituire le parole: "quattro comparti", con le seguenti: "cinque comparti";

b) sostituire le parole: "quattro aree separate", con le seguenti: "cinque aree separate";

c) sostituire le parole: "cui corrispondono", con la seguente: "e";

d) sopprimere le parole: "Una apposita sezione contrattuale di"».

2.223

PETRAGLIA, DE PETRIS, URAS

Sopprimere il comma 24.

Conseguentemente. al comma 121, sostituire le parole: «200 milioni di euro»*, con le seguenti:* «139,3 milioni di euro»

2.224

BOCCHINO, CAMPANELLA, MASTRANGELI, DE PIN

Sopprimere il comma 24.

Conseguentemente all'articolo 1, comma 121, sostituire le parole: «200 milioni»*, con le seguenti:* «160 milioni».

2.224-bis

MANDELLI, GASPARRI

Sopprime il comma 24.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 40.000.000;
2016: ? 40.000.000;
2017: ? 40.000.000.

2.225

GASPARRI

Al comma 24, primo periodo, sopprimere le seguenti parole: «e secondo».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 35.000.000;
2016: ? 35.000.000;
2017: ? 35.000.000.

2.226

TOSATO, BISINELLA, COMAROLI

Al comma 24, dopo le parole: «sono ulteriormente prorogate fino al 31 dicembre 2015» *inserire le seguenti:* «salvo che nei confronti del personale non contrattualizzato in regime di diritto pubblico appartenente al comparto difesa e sicurezza».

Conseguentemente, nell'articolo 1, comma 125, sostituire le parole: «187,5 milioni di euro» *con le seguenti:* «107,5 milioni di euro».

2.227

MARIO MAURO

Al comma 24, dopo le parole: «fino al 31 dicembre 2015» *aggiungere:* «limitatamente alla fattispecie di cui al secondo periodo del citato comma 9 dell'articolo 21 del decreto-legge n. 78 del 2010 rimane escluso dall'ulteriore proroga il Comporto difesa, sicurezza e soccorso».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

anno 2015: ? 12 mln.

2.228

VATTUONE, PEGORER, GUALDANI, LAI

Al comma 24, primo periodo, dopo le parole: «31 dicembre 2015»*, inserire le seguenti:* «; rimane escluso dagli effetti della proroga il personale delle Forze armate e delle Forze di polizia limitatamente alle disposizioni di cui al secondo periodo del citato articolo 9, comma 21, del decreto-legge n. 78 del 2010».

Conseguentemente, nella Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 12.000.000;
2016: ? ;
2017: ? .

2.229

GASPARRI

Al comma 24, dopo il primo periodo, aggiungere il seguente: «La proroga delle disposizioni recate dall'articolo 9, comma 21, secondo periodo, del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 luglio 2010, n. 122, non si applica al personale del Comparto difesa, sicurezza e soccorso».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 12,21 milioni;
2016: ? 40,40 milioni;
2017: ? 68,43 milioni.

2.230

VALENTINI

Al comma 24, aggiungere, in fine il seguente periodo:

«31-*bis*. Le disposizioni di cui al citato articolo 9, comma 21, secondo periodo, del decreto-legge 31 maggio 2010, n 78, non sono prorogate al personale delle Forze armate, delle Forze di polizia e del Corpo nazionale dei vigili del fuoco, in armonia con il principio di specificità di cui all'articolo 19, comma 1, della legge 4 novembre 2010, n. 183.».

Conseguentemente, nella Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 12.000.000;
2016: ? 12.000.000;
2017: ? 12.000.000.

2.231

GUALDANI

Dopo il comma 24, inserire i seguenti:

«24-*bis*. Al fine di consentire le necessarie ed indifferibili attività connesse alla sicurezza dei veicoli e dei conducenti, nonché in ragione delle ulteriori competenze attribuite al Comitato centrale per l'albo nazionale degli autotrasportatori dall'articolo 32-*bis*, comma 3 del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, il Ministero delle infrastrutture e dei trasporti è autorizzato, anche in deroga alla normativa vigente, all'assunzione a tempo indeterminato di 54 unità di personale a decorrere dall'anno 2015 e di ulteriore 54 unità di personale a decorrere dall'anno 2016. A tal fine la dotazione organica del personale del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti è incrementata di un numero corrispondente di posti. All'onere derivante dall'attuazione delle disposizioni di cui ai periodi precedenti, valutato in euro 1.747.000 per l'anno 2015 ed in euro 3.715.000 a decorrere dall'anno 2016, si provvede mediante parziale utilizzo della quota delle entrate previste, per i medesimi anni,

dall'articolo 1, comma 238, secondo periodo, della legge 30 dicembre 2004, n. 311.

24-*ter*. All'articolo 1, comma 238, della legge 30 dicembre 2004, n. 311, ultimo periodo, le parole: "per l'anno 2015 all'importo di euro 7.747.000 e per l'anno 2016 all'importo di euro 10.215.000" sono sostituite dalle seguenti: "per l'anno 2015 all'importo di euro 6.000.000 e a decorrere dall'anno 2016 all'importo di euro 6.500.000".

24-*quater*. Ai fini dell'attuazione delle disposizioni di cui ai commi 24-*bis* e 24-*ter*, il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio».

2.232

MORRA, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Dopo il comma 24, aggiungere i seguenti:

«24-*bis*. Ai fini del riconoscimento dalla specificità delle forze armate e delle forze di polizia sancito dall'articolo 19 della legge n. 183 del 2010, a decorrere dall'anno 2015, le limitazioni previste dagli articoli 9, comma 1, e 21 del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito con modificazioni della legge 30 luglio 2010, n. 122, non si applicano al personale del comparto sicurezza e difesa.

24-*ter*. Ai conseguenti adeguamenti economici si provvede mediante:

a) utilizzo di quota parte delle maggiori entrate derivanti dal comma 10 dell'articolo 3, nel limite massimo di 600 milioni di euro;

b) utilizzo delle somme già stanziate ai sensi dell'articolo 3, comma 155, ultimo periodo, della legge 24 dicembre 2003, n. 350.

Il ministero dell'economia e delle finanze è autorizzato a disporre, con proprio decreto, le occorrenti variazioni di bilancio».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 10, sostituire le parole: «1.716 milioni» *con le seguenti:* «2.316 milioni».

2.233

PUGLIA, CATALFO, PAGLINI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Dopo il comma 24, aggiungere i .seguenti:

«24-*bis*. Il Ministero dell'economia e delle finanze-amministrazione autonoma dei monopoli di Stato, con propri decreti dirigenziali da emanarsi entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della legge di conversione del presente decreto-legge, adotta le disposizioni in materia di giochi pubblici per la modifica della misura del prelievo erariale unico, la percentuale dell'ammontare complessivo delle giocate destinate a montepremi ovvero a vincite in denaro, nonché la percentuale del compenso per le attività di gestione o dei punti vendita, al fine di assicurare, anche con riferimento ai rapporti negoziali in essere alla data di entrata in vigore della legge di conversione del presente decreto-legge, maggiori entrate in misura non inferiore a 400 milioni di euro per l'anno 2014. Nell'ambito di tali misure può essere disposto l'incremento ? entro il limite dell'1 per cento del prelievo erariale unico sugli apparecchi da intrattenimento di cui all'articolo 110, comma 6, lettere *a)* e *b)*, del regio decreto 18 giugno 1931, n. 773.

24-*ter*. Le eventuali maggiori entrate derivanti dal comma 1, accertate con decreto del Ministero dell'economia e delle finanze, confluiscono nel Fondo di cui all'articolo 11-*bis* del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78 per il finanziamento di misure perequative per il personale delle Forze armate, delle Forze di polizia e del Corpo nazionale dei vigili del fuoco. L'utilizzo delle relative disponibilità è subordinato ad autorizzazione del Ministero dell'economia e delle finanze, che verifica l'assenza di effetti peggiorativi sui saldi di fabbisogno e di indebitamento netto».

2.234

VATTUONE, GUALDANI, LAI

Dopo il comma 24, inserire il seguente:

«24-*bis*. All'articolo 1878, del decreto legislativo 10 marzo 2010, n. 66, dopo il comma 1, aggiungere il seguente:

«1-*bis*. Le disposizioni di cui al comma 1 si applicano al personale militare anche per gli

infortuni occorsi, anche nel caso di utilizzo del mezzo privato, durante il normale Percorso di andata e ritorno dal luogo di abitazione a quello di servizio, durante il normale percorso che collega due luoghi di servizio se il militare ha più sedi di servizio e durante il normale percorso di andata e ritorno dal luogo di servizio a quello di consumazione dei pasti. Restano esclusi gli infortuni occorsi in qualità di conducente di mezzi di trasporto privato ove sprovvisto della prescritta abilitazione di guida e quelli direttamente cagionati dall'abuso di alcolici e di psicofarmaci o dall'uso non terapeutico di stupefacenti ed allucinogeni».

Conseguentemente, nella Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 5.000.000;

2016: ? 5.000.000;

2017: ? 5.000.000.

2.235

PEGORER, VATTUONE, GUALDANI, LAI

Dopo il comma 24, inserire il seguente:

«24-*bis*. All'articolo 1, comma 482, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, le parole: "31 dicembre 2012", ovunque ricorrano, sono sostituite dalle seguenti: "31 dicembre 2015".

24-*ter*. Il fondo di cui all'articolo 2, comma 100, della legge n. 244 del 2007 è incrementato di 2 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015».

Conseguentemente, nella Tabella A, voce Ministero dell'Economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 2.000.000;

2016: ? 2.000.000;

2017: ? 2.000.000.

2.236

GUALDANI

Dopo il comma 24, è aggiunto il seguente:

«24-*bis*. A decorrere dal 1º gennaio 2015 alle vittime del dovere è corrisposto l'assegno vitalizio di cui all'articolo 2 della legge 23 novembre 1998, n. 407, in misura pari all'intero importo previsto dalla medesima legge e successive modificazioni, come adeguato attraverso il meccanismo di perequazione automatica di cui all'articolo 11 del decreto legislativo 30 dicembre 1992, n. 503».

Conseguentemente, ai maggiori oneri derivanti dalla presente disposizione si fa fronte mediante corrispondente riduzione dell'importo previsto alla Tabella A, rubrica «Ministero dell'Economia e delle finanze».

2.237

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 24, inserire il seguente:

«24-*bis*. Ai fini dell'equiparazione dei trattamenti disciplinari tra il settore pubblico ed il settore privato, il Governo è delegato ad emanare, entro sessanta giorni dall'entrata in vigore della presente legge, uno o più decreti legislativi volti a regolare i licenziamenti individuali per giusta causa o giustificato motivo soggettivo nel pubblico impiego secondo i seguenti principi e criteri direttivi:

1) il licenziamento deve essere comunicato in forma scritta;

2) la comunicazione deve contenere la specificazione dei motivi che lo hanno determinato;

3) il termine per il ricorso giudiziale è fissato in 180 giorni;

4) previsione di un'indennità risarcitoria onnicomprensiva determinata tra un minimo di dodici ed un massimo di ventiquattro mensilità dell'ultima retribuzione di fatto».

2.238

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 24, inserire il seguente:

«24-*bis*. In occasione dei rinnovi dei contratti collettivi nazionali del pubblico impiego successivi

all'entrata in vigore della legge di conversione del presente decreto-legge, l'orario ordinario di lavoro applicato al settore del pubblico impiego dovrà essere elevato a quaranta ore settimanali, armonizzandolo a quello del settore privato. L'aumento delle ore contrattuali di lavoro non comporta un incremento di salario».

2.239

GUALDANI

Dopo il comma 24, inserire il seguente:

«24-*bis*. Per il triennio 2015-2017, le risorse finanziarie di cui all'articolo 8, comma I-bis, del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito, con modificazione, dalla legge 30 luglio 2010, n. 122, come integrate dall'articolo 1 del decreto-legge 26 marzo 2011, n. 27, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 maggio 2011, n. 74, e dall'articolo 1, comma 466, della legge 27 dicembre 2014, n. 147 non impegnate alla chiusura dell'esercizio finanziario precedente, sono conservate nel conto dei residui per essere utilizzate mediante richieste di prelevamento da parte delle amministrazioni destinatarie del fondo. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le variazioni di bilancio occorrenti per l'utilizzazione dei predetti fondi conservati».

2.240

GUALDANI

Dopo il comma 24, inserire il seguente:

«24-6/5. All'articolo 705, comma 1, del decreto legislativo 10 marzo 2010, n. 66, le parole: ", se unici superstiti," sono soppresse».

2.241

PEGORER, LATORRE, VATTUONE, AMATI, VALENTINI, GUALDANI, LAI

Dopo il comma 24, inserire il seguente:

«24-*bis*. All'articolo 1084, comma 1, del decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66, le parole: "ausiliari" è soppressa».

2.242

GUALDANI

Dopo il comma 24, inserire il seguente:

«All'articolo 1084, comma 1, del decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66, le parole: "ausiliari" è soppressa».

2.243

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 24, inserire il seguente:

«24-*bis*. Le disposizioni di cui ai commi da 1 a 3 del presente articolo si interpretano nel senso che per il personale non contrattualizzato in regime di diritto pubblico appartenente al Comparto Difesa e Sicurezza il blocco della contrattazione e degli aumenti stipendiali termina al 31 dicembre 2014».

2.244

SAGGESE

Dopo il comma 24, è inserito il seguente:

«24-*bis*. Al fine di garantire la continuità delle attività che Struttura Tecnica di Missione, di cui all'articolo 163 del decreto legislativo 12 aprile 2006, n. 163, ha in corso, con particolare riguardo a quelle relative alle infrastrutture strategiche, i rapporti di collaborazione coordinata e continuativa in essere alla data di entrata in vigore della presente legge sono confermati fino alla data del 31 dicembre 2015».

2.245

GASPARRI

Apportare le seguenti modificazioni:

a) sopprimere il comma 25;

b) dopo il comma 34 inserire il seguente;

«34-*bis*. In applicazione del principio di specificità di cui all'articolo 19 comma 1, della legge 4 novembre 2010, n. 183 la proroga fino a131 dicembre 2015 delle disposizioni di cui all'articolo 9, comma 21, primo e secondo periodo del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 luglio 2010, n. 122, non si applica al personale delle Forze Armate, delle Forze di Polizia e del Corpo nazionale dei Vigili del Fuoco».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 15.000.000;
2016: ? 15.000.000;
2017: ? 15.000.000.

2.245-bis

MANDELLI, GASPARRI

Sopprime il comma 25.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 1.000.000;
2016: ? 2.200.000;
2017: ? 2.600.000.

2.246

MARIO MAURO

Sopprimere il comma 25.

2.247

MALAN

Sopprimere il comma 25.

2.248

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Sostituire il comma 25, con il seguente:

«4. Sono abrogati gli articoli 1076, 1082 e 1083 del decreto legislativo 15 marzo 2010. n. 66, e l'articolo 1, comma 260, lettera *b)*, della legge 23 dicembre 2005, n. 266».

Conseguentemente, sostituire il comma 27 del medesimo articolo con il seguente:

«27. Gli articoli 1803, 1804, 2161 e 2162 dei decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66, sono abrogati».

Sostituire il comma 28 del medesimo articolo con il seguente:

«28. Gli articoli 2261 e 2262 del decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66, sono abrogati».

2.249

MARTON, COTTI, SANTANGELO, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Al comma 25, dopo le parole: «Sono abrogati gli articoli»*, aggiungere le seguenti:* «168»*, conseguentemente sostituire le parole:* «e 1083»*, con le seguenti:* «, 1083 e il comma 2 dell'articolo 32»*, conseguentemente, aggiungere al comma il seguente periodo:* «11 comma 4 dell'articolo 1 del Decreto Legislativo 19 marzo 2001, n. 69 è abrogato».

2.250

MARTON, COTTI, SANTANGELO, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Al comma 25, sostituire le parole: «e 1083»*, con le seguenti:* «, 1083 e 1818».

Conseguentemente, sostituire le parole: «e l'articolo 1, comma 260, della legge 23 dicembre 2005, n. 266.»*, con le seguenti:* «, l'articolo 1, comma 260, della legge 23 dicembre 2005, n. 266 e il comma 3 dell'articolo 5 della legge 1 aprile 1981, n. 121 e successive modificazioni».

2.251

GASPARRI

Al comma 25, aggiungere, in fine, il seguente periodo:

«Le promozioni in particolari situazioni degli Ufficiali, le promozioni o conferimento di qualifica in particolari condizioni dei Sottufficiali e dei Graduati, le promozioni agli Ufficiali che cessano dal servizio per il raggiungimento dei limiti di età, modalità di avanzamento previste dagli articoli 1076, 1077, 1082 e 1083 del decreto legislativo n. 66 del 2010 e successive modifiche, così come le analoghe promozioni per il personale delle Forze di Polizia ad ordinamento civile previste dall'articolo 1, comma 266, della legge n. 266 del 2005, sono consentite unicamente al personale deceduto o giudicato permanentemente inidoneo al servizio militare per causa di servizio. Per il restante personale Ufficiale, Sottufficiale, Sergenti e Graduati la promozione al grado superiore è conferita a titolo onorifico e senza alcun onere per lo Stato, una volta che lo stesso è collocato in ausiliaria, nella riserva o nella riserva di complemento anche oltre il grado massimo stabilito per il ruolo da cui provengono, con esclusione dei generali di corpo d'annata e gradi corrispondenti. In modo analogo si provvede per il personale delle Forze di Polizia ad ordinamento militare e civile».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

? 2015: ? 15.000.000;
? 2016: ? 15.000.000;
? 2017: ? 15.000.000.

2.252

GASPARRI

Dopo il comma 25, aggiungere i seguenti:

«25-*bis*. La promozione al grado apicale, considerata ad anzianità, è comunque attribuita il giorno precedente la cessazione dal servizio al personale militare di ogni categoria che, a quella data, è risultato iscritto in quadro di avanzamento o giudicato idoneo una o più volte ma non iscritto in quadro e che non può essere ulteriormente valutato per l'avanzamento al citato grado apicale perché raggiunto dai limiti di età ovvero collocato in aspettativa per riduzione quadri.

25-*ter*. La promozione di cui al precedente comma, è attribuita, ad anzianità e con le stesse modalità, all'ufficiale più anziano dell'Arma trasporti e materiali, del Corpo di Commissariato e del Corpo di Sanità dell'Esercito Italiano, del Corpo delle Capitanerie di Porto e del Corpo di Commissariato e del Corpo di Sanità della Marina Militare, del Corpo di Commissariato, del Corpo di Sanità e del ruolo delle armi dell'Aeronautica Militare che ha maturato un periodo di permanenza minima pari a un anno nel grado rivestito.

25-*quater*. All'articolo 1084 del decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66, e successive modificazioni, sostituire le parole da: "Ai militari appartenenti" fino alle parole: "dell'Arma dei carabinieri" con le seguenti: "Ai militari di ogni categoria"».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 325.000;
2016: ? 725.000;
2017: ? 875.000.

2.253

MARIO MAURO

Dopo il comma 25, aggiungere il seguente:

«25-*bis*. L'articolo 1911 del decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66 è sostituito dal seguente:

"1. Al personale militare cessato dal servizio per limiti di età e al personale militare iscritto in quadro di avanzamento o giudicato idoneo una o più volte ma non iscritto in quadro perché divenuto permanentemente inabile al servizio incondizionato o perché deceduto compete l'attribuzione, ai fini della liquidazione del trattamento di fine servizio, di sei aumenti periodici di stipendio, in aggiunta a qualsiasi altro beneficio spettante.

2. Oltre al benefici di cui al comma 1, al personale militare divenuto permanentemente inabile al servizio incondizionato o deceduto per ferite, lesioni o infermità provenienti da causa di servizio o

riportate o aggravate per causa di servizio di guerra è altresì dovuta la promozione al grado superiore, dal giorno precedente a quello del giudizio di permanente inabilità o del decesso ovvero dal giorno precedente a quello di rinuncia al transito nell'impiego civile, di cui all'articolo 923, comma 1, lettera *m-bis)*, se cessa dal servIzio nell'anno in cui, pur avendo maturato l'anzianità necessaria per essere compreso nelle aliquote di ruolo per la formazione dei quadri di avanzamento, ne sarebbe stato escluso per non avere raggiunto le condizIoni di scrutInio, previste dalle disposizioni di avanzamento, per motivi di salute dipendenti da causa di servizio.

3. AI personale delle Forze di polizia a ordinamento militare continua ad applicarsi l'articolo 6-*bis* , del decreto legge 21 settembre 1987, n. 387, convertito, con modlficazioni, dalla legge 20 novembre 1987, n. 472"».

2.254

GASPARRI

Sopprimere il comma 26.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle fmanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 5.000.000;
2016: ? 15.000.000;
2017: ? 25.000.000.

2.255

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Sostituire il comma 26 con il seguente:

«26. L'articolo 1870 del codice di cui al decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66, non si applica nei confronti del personale che transita nella posizione di ausiliaria a decorrere dal 1º gennaio 2015».

Conseguentemente, all'articolo 2 comma 20, Allegato n. 6 annesso, sopprimere la voce: «Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale ? Assegni agli istituti italiani di cultura all'estero».

Conseguentemente all'articolo 2, comma 70, sostituire la parola: «25.243.300» *con:* «23.393.300» *e la parola:* «8.488.300» *con:* «5.653.300» *e allegato n. 8 annesso sopprimere le voci:* «Organismo delle Nazioni Unite (ONU)» *e:* «UNESCO».

2.256

COTTI, MARTON, SANTANGELO, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Sostituire il comma il comma 26 con il seguente:

«26. È abrogato l'istituto dell'ausiliaria per il personale militare. Conseguentemente sono abrogate le seguenti norme del Codice dell'Ordinamento Militare di cui al decreto legislativo 15 marzo 2010 n. 66: art. 880 comma 1 lettera *a)* e comma 2, art. 886, artt. dal 992 al 996, artt. 1251 a 1253.

L'articolo 1864 del d.lgs. 15 marzo 2010 n. 66 è così sostituito: "Art. 1864 - Trattamento di quiescenza del personale che è collocato in quiescenza al raggiungimento dei limiti massimi ordinamentali. Per il personale la cui pensione è liquidata in tutto o in parte con il sistema contributivo, il trattamento pensionistico da attribuire all'atto del collocamento in quiescenza per raggiunti limiti ordinamentali viene determinato applicando il coefficiente di trasformazione indicato nella tabella A allegata alla legge 8 agosto 1995, n. 335, come periodicamente rideterminato ai sensi dell'articolo 1, comma 11 della stessa legge".

L'articolo 1865 del d.Lgs. 15 marzo 2010 n. 66 è così sostituito: "Art. 1865 - Trattamento di quiescenza del personale che è collocato in quiescenza prima del raggiungimento dei limiti massimi ordinamentali. Per il personale militare che è collocato in quiescenza prima del raggiungimento dei limiti massimi ordinamentali, si applica l'articolo 3, comma 7, del decreto legislativo 30 aprile 1997, n. 165."».

2.257

MARTON, COTTI, SANTANGELO, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Sostituire il comma 26 con il seguente:

«26. All'articolo 1870, comma 1, del decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66, le parole: "pari al 70 per cento", sono sostituite dalle seguenti: "pari al 30 per cento per il 2015, al 20 per cento per il 2016, al 10 per cento per il 2017. A decorrere dal 1º gennaio 2018 l'istituto dell'ausiliaria è abolito. Le percentuale di calcolo di cui sopra trovano applicazione nei confronti del personale che transita nella posizione di ausiliaria a decorrere dal 1º gennaio 2015. Entro il 31 dicembre 2015 il governo presenta alle competenti commissioni parlamentari un decreto attuativo con il quale si estende agli appartenenti alle Forze Annate e ai corpi di polizia ad ordinamento militare, la possibilità di accesso alla previdenza integrativa complementare"».

2.258

MARTON, COTTI, SANTANGELO, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Sostituire il comma il comma 26 con il seguente:

«26. All'articolo 1870, comma 1, del decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66, le parole: "pari al 70 per cento", sono sostituite dalle seguenti: "pari al 30 per cento per il 2015, al 20 per cento per il 2016, al 10 per cento per il 2017. A decorrere dal 1º gennaio 2018 l'istituto dell'ausiliaria è abolito. Le percentuale di calcolo di cui sopra trovano applicazione nei confronti del personale che transita nella posizione di ausiliaria a decorrere dallo gennaio 2015"».

2.259

MARIO MAURO

Sostituire il comma 26, con il seguente:

«26. All'articolo 1870, comma 1, del decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66, le parole: "pari al 70 per cento", sono sostituite dalle seguenti: "pari al 65 per cento". Tale percentuale di calcolo trova applicazione nei confronti del personale che si trova ovvero transita nella posizione di ausiliaria a decorrere dallo gennaio 2015».

2.260

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Sostituire il comma 26 con il seguente:

«26. L'articolo 1870 del codice di cui al decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66, non si applica nei confronti del personale che transita nella posizione di ausiliaria a decorrere daI 1º gennaio 2015».

2.261

MARIO MAURO

Dapo il comma 26 aggiungere il seguente:

«26-*bis*. All'articolo 9927 comma 1, del decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 667 dopo le parole: "ai sensi dell'articolo 9097 comma 4" è aggiunto il seguente periodo ", ovvero ne viene esclusa per espressa e irrevocabile rinuncia"».

2.262

MARTON, COTTI, SANTANGELO, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Dopo il comma 26, aggiungere il seguente:

«26-*bis*. L'articolo 1621 del decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66 è sostituito dal seguente:

1621. Al personale del Servizio di Assistenza spirituale spetta integralmente il trattamento economico del primo caporal maggiore e gradi corrispondenti della Forza armata presso la quale prestano servizio».

2.263

VATTUONE, GUALDANI, LAI

Dopo il comma 26, aggiungere il seguente:

«26-*bis*. All'articolo 3, comma 7, del decreto legislativo 30 aprile 1997, n. 165, dopo le parole: "ad ordinamento militare" sono inserite le seguenti: "e per il personale delle Forze armate"».

2.264

MALAN

Al comma 27, dopo il primo periodo, aggiungere il seguente: «è comunque escluso dal reddito Imponibile de cui all'art. 4, comma 1, lettera *q),* del decreto legislativo 12 dicembre 2003, n. 344, un

ammontare pari alle erogazioni liberali che gli enti di cui al decreto legislativo 17 maggio 1999, n. 153 effettuano in attuazione di quanto previsto dall'articolo 2, comma 2, del medesimo decreto a favore di soggetti pubblici e privati senza scopo di lucro».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere in fine, le parole: «, Ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C, sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 300 milioni di euro per l'anno 2015 e a 150 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016».

2.265

MARTON, COTTI, SANTANGELO, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Al comma 28 sostituire le parole: «L'articolo 2261 del codice di cui al decreto legislativo 1.5 marzo 2010, n. 66, e successive modificazioni, è abrogato.» *Con le seguenti:* «Gli articoli 2162 e 2261 del decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66 sono abrogati».

2.266

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 28, aggiungere il seguente:

«28-*bis.* All'articolo 53 comma 6 del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165 è aggiunto, infine, la seguente lettera: *f-ter)* dalla partecipazione a commissioni, comitati ed organismi di altre pubbliche amministrazioni.

2.267

MARTON, COTTI, SANTANGELO, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Dopo il comma 28, aggiungere il seguente:

«28-*bis.* All'articolo 2162 del decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66 le parole: «di cui all'articolo 3 della legge 28 febbraio 2000. n. 42», sono sostituite dalle seguenti: «di cui all'art. 2161 del decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66».

2.267-bis

MANDELLI, GASPARRI

Sopprimere il comma 29.

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere il comma 132;

ridurre proporzionalmente dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

2.267-ter

MANDELLI, GASPARRI

Sopprimere il comma 30.

2.268

COMPAGNA, GUALDANI

Dopo il comma 30 aggiungere il seguente:

«30-*bis.* All'articolo 5 del decreto legislativo 28 settembre 2012, n. 178 sono apportate le seguenti modifiche:

a) il comma 3 è soppresso;

b) il comma 5 è sostituito dal seguente:

«5. Il personale militare della Croce Rossa Italiana, già in servizio attivo a tempo indeterminato o in servizio senza soluzione di continuità dalla data dello luglio 2007, è inquadrato in un contingente militare ad esaurimento. Il personale del Corpo Militare della Croce Rossa Italiana di cui al precedente periodo permane in servizio attivo fino al raggiungimento dell'età pensionabile conservando lo status militare. Al suddetto personale si applicano, ai fini della maturazione dei requisiti minimi per l'accesso al sistema pensionistico, le norme previste per il personale del comparto sicurezza, difesa, vigili del fuoco e soccorso pubblico,»

c) al comma 6 le parole: «fermo restando quanto previsto dai commi 3, secondo periodo e 5 del presente articolo,» sono soppresse. È altresì soppresso il periodo che va da: «il personale del Corpo

militare» a «alle disposizioni di cui all'articolo 6».

2.269

MANDELLI, GASPARRI

Sopprimere il comma 31.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 27.200.000;
2016: ? 000.000;
2017: 000.000.

2.270

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Sopprimere il comma 31.

Conseguentemente, al comma 124 dell'articolo 1, sostituire le parole: «850 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016» *con le seguenti:* «822,8 milioni di euro per l'anno 2015 e di 850 milioni di euro per l'anno 2016».

2.271

VALENTINI, AMATI

Dopo il comma 31, inserire i seguenti:

«31-*bis*. Per garantire gli *standard* operativi e i livelli di efficienza e di efficacia del Corpo nazionale dei vigili del fuoco, la dotazione organica della qualifica di vigile del fuoco del predetto Corpo è incrementata di 1.000 unità; conseguentemente la dotazione organica del ruolo dei vigili del fuoco di cui alla tabella A allegata al decreto legislativo 13 ottobre 2005, n. 217, e successive modificazioni, è incrementata di 1.000 unità.

Agli oneri di cui al presente comma, pari a euro 39.798.173 ripartiti per gli anni 2015-2016, si provvede mediante corrispondente riduzione degli stanziamenti di spesa per la retribuzione del personale volontario del Corpo Nazionale dei vigili del Fuoco iscritti nello stato di previsione del Ministero dell'Interno, nell'ambito della missione "Soccorso civile".

L'amministrazione provvede a formulare una nuova graduatoria di stabilizzazione, in base alle attuali normative, entro il 30 giugno 2015, di tutto il personale vigile del fuoco volontario in servizio a tale data, che abbia requisito anagrafico e di idoneità previsti dalle normative vigenti. L'amministrazione inoltre è autorizzata, nell'ambito dell'incremento previsto nella presente legge, a bandire entro il 2015 un concorso pubblico per la qualifica di vigile del fuoco per un numero di posti pari a 200 unità.

Sono aboliti i requisiti di limite di altezza inferiori per tutte le selezioni concorsuali del CNVVF.

Sono inoltre autorizzate, nel limite delle unità previste dal presente articolo, le assunzione del personale che, nel quinquennio antecedente alla data di entrata in vigore della presente legge, abbia, a seguito del superamento del corso di formazione, prestato servizio a qualsiasi titolo nel CNVVF, per almeno due anni consecutivi ed in deroga ai limiti di età previsti.

31-*ter*. A decorrere dal 1º gennaio 2016, i vigili volontari discontinui possono essere iscritti a domanda negli appositi albi, e impiegati solo per prestare servizio presso i distaccamenti dei vigili del fuoco volontari esistenti o da istituire. Gli oneri previsti dall'articolo 4, comma 14, della legge 12 novembre 2011, n. 183, e relativi agli accertamenti clinico strumentali e di laboratorio indicati dall'amministrazione per il reclutamento del personale volontario per le esigenze dei distaccamenti volontari del Corpo nazionale di cui all'articolo 9, comma 2, lettera *b)*, del decreto legislativo 8 marzo 2006, n. 139, a decorrere dall'anno 2015 sono a carico della medesima. Agli oneri di cui al presente comma, pari a euro 500.000 ripartiti per ciascuno degli anni 2015-2016, si provvede mediante corrispondente riduzione degli stanziamenti di spesa per la retribuzione del personale volontario del Corpo Nazionale dei vigili del Fuoco iscritti nello stato di previsione del Ministero dell'Interno, nell'ambito della missione "Soccorso civile".

31-*quater*. All'articolo 162 del decreto legislativo 13 ottobre 2005, n. 217, al comma 1, in fine, è

aggiunto il seguente periodo:

"il personale diplomato appartenente al profilo professionale di assistente Amministrativo contabile del precedente ordinamento, in servizio presso il Dipartimento dei Vigili del Fuoco del Ministero dell'Interno, in possesso dei requisiti previsti dal profilo professionale di ispettore amministrativo contabile del precedente ordinamento, è inquadrato nell'istituita qualifica di sostituto direttore amministrativo contabile, con effetti economici e giuridici non difformi dal pari qualifica dello stesso Ministero".

31-*quinquies*. All'articolo 165 del decreto legislativo 13 ottobre 2005, n. 217, al comma 1, in fine, è aggiunto il seguente periodo:

"Il personale laureato appartenente al profilo professionale di assistente amministrativo contabile del recedente ordinamento, in servizio presso il Dipartimento dei Vigili del Fuoco del Ministero dell'Interno, in possesso dei requisiti previsti dal profilo professionale di ispettore amministrativo contabile del precedente ordinamento, è inquadrato nell'istituita qualifica di funzionario amministrativo-contabile vice direttore, con effetti economici e giuridici non difformi dal pari qualifica dello stesso Ministero"».

2.272

PEZZOPANE

Dopo il comma 31, inserire i seguenti commi:

«31-*bis*. Le procedure di assunzione di cui al comma 1, ai sensi dell'articolo 35, comma 4, del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165, e successive modificazioni, per gli anni 2015 e 2016, sono subordinate alla verifica delle graduatorie valide ed efficaci, alla data di approvazione della seguente legge, di vincitori e idonei utilmente collocati nelle stesse.

31-*ter*. Le assunzioni di personale nel Corpo della Guardia di Finanza, in deroga a quanto previsto dall'articolo 2199 del codice dell'ordinamento militare, ai sensi del decreto legislativo 15 marzo 2010 n. 66, sono effettuate a decorrere dal 1º gennaio 2015 utilizzando la graduatoria dei concorsi le cui graduatorie sono state approvate per l'anno 2013 ferme restando le assunzioni dei volontari in ferma prefissata quadriennale, ai sensi del comma 4, lettera *b)*, dello stesso articolo 2199, relative ai predetti concorsi. La Guardia di Finanza è pertanto autorizzata allo scorrimento fino al completo esaurimento della graduatoria pubblicata nella *Gazzetta ufficiale* del 21 febbraio 2013, relativa al concorso per 750 allievi finanzieri.

31-*quater*. La Guardia di Finanza è autorizzata, in via straordinaria, per l'immissione nel ruolo Ufficiali Tla specialità amministrazione, allo scorrimento fino a esaurimento della graduatoria del concorso indetto il 12 luglio 2013, pubblicata il 10 gennaio 2014.

31-*quinquies*. Le assunzioni del personale nel corpo della Polizia di Stato, relativamente alla categoria agenti e assistenti, di cui all'articolo 3, commi 3-*quater* e 3-*sexies*, del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90, convertito dalla legge 11 agosto 2014, n. 114, sono effettuate a decorrere dal 1º gennaio 2015; in via straordinaria, per fronteggiare la palese necessità di incrementare i servizi di prevenzione e di controllo del territorio, vista la carenza di organico, l'amministrazione è autorizzata ad assumere tutti i vincitori e idonei, facendo scorrere la graduatoria fino a completo esaurimento del concorso, per titoli ed esami, per il reclutamento di n. 650 Allievi Agenti della Polizia di Stato indetto con Decreto Ministeriale del 7 marzo 2014 e pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* in data 14 marzo 2014».

2.273

PEZZOPANE

Dopo il comma 31, inserire il seguente comma:

«31-*bis*. Le procedure di assunzione di cui al comma 1, ai sensi dell'articolo 35, comma 4, del decreto legislativo 30 marzo 2001, n 165, e successive modificazioni, per gli anni 2015 e 2016, sono subordinate alla verifica delle graduatorie valide ed efficaci, alla data di approvazione della seguente legge, di vincitori e idonei utilmente collocati nelle stesse».

2.274

CARDINALI, ALBANO, AMATI, ANGIONI, BORIOLI, CIRINNÀ, DI GIACOMO, DI GIORGI, FABBRI, FAVERO, FEDELI, ELENA FERRARA, LANIECE, LO GIUDICE, MASTRANGELI, ORRÙ, PADUA, PEZZOPANE, SOLLO, SPILABOTTE

Dopo il comma 31, inserire il seguente comma:

«31-*bis*. Le assunzioni del personale nel corpo della Polizia di Stato, relativamente alla categoria agenti e assistenti, di cui all'articolo 3, commi 3-*quater* e 3-*sexies*, del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 agosto 2014, n. 114, sono effettuate a decorrere dal 1º gennaio 2015; in via straordinaria, per fronteggiare la palese necessità di incrementare i servizi di prevenzione e di controllo del territorio, vista la carenza di organico, l'amministrazione è autorizzata ad assumere tutti i vincitori e idonei, ampliando i posti a concorso fino ad un massimo di 250 unità; dunque può assumere 900 vincitori e idonei del concorso, per titoli ed esami, per il reclutamento di 650 allievi agenti della Polizia di Stato indetto con decreto ministeriale del 7 marzo 2014 e pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* del 14 marzo 2014 a decorrere dal 1º gennaio 2015».

Conseguentemente, nella Tabella A, voce Ministero dell'Economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 7.500.000;
2016: ? 7.500.000;
2017: ? 7.500.000.

2.275

PEZZOPANE

Dopo il comma 31, inserire il seguente comma:

«31-*bis*. Le assunzioni del personale nel corpo della Polizia di Stato, relativamente alla categoria agenti e assistenti, di cui all'articolo 3, commi 3-*quater* e 3-*sexies*, del decreto-legge 24 giugno 2014, n.90, convertito dalla legge 11 agosto 2014, n. 114, sono effettuate a decorrere dal 1º gennaio 2015; in via straordinaria, per fronteggiare la palese necessità di incrementare i servizi di prevenzione e di controllo del territorio, vista la carenza di organico, l'amministrazione è autorizzata ad assumere tutti i vincitori e idonei, facendo scorrere la graduatoria fino a completo esaurimento del concorso, per titoli ed esami, per il reclutamento di n. 650 Allievi Agenti della Polizia di Stato indetto con Decreto Ministeriale del 7 Marzo 2014 e pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* in data 14 marzo 2014».

2.276

CARDINALI, ALBANO, AMATI, ANGIONI, BORIOLI, CIRINNÀ, DI GIORGI, FABBRI, FEDELI, ELENA FERRARA, LANIECE, MASTRANGELI, ORRÙ, PEZZOPANE, SOLLO, SPILABOTTE

Dopo il comma 31, inserire i seguenti:

«31-*bis*. Nell'ottica del contenimento della spesa pubblica e al fine di assicurare la continuità nel servizio di presidio del territorio rurale e montano, al decreto legislativo 12 maggio 1995, n. 201, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 15, comma 1, lettera *a)*, dopo le parole: "quindici mesi" sono inserite le seguenti: "salvo per il personale già appartenente ai ruoli degli agenti ed assistenti e dei sovrintendenti del Corpo Forestale dello Stato, che frequentano un corso di istruzione e specializzazione della durata di sei mesi con le stesse modalità previste dall'articolo 17";

b) all'articolo 18, comma 1, dopo le parole: "sono nominati allievi vice ispettori" sono inserite le seguenti: ", con esclusione del personale già appartenente ai ruoli del Corpo forestale dello Stato che conserva la qualifica rivestita"».

2.277

BISINELLA, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 31, inserire il seguente:

«31-*bis*. In deroga alle disposizioni di cui al precedente comma, il Ministero dell'Interno è autorizzato ad immettere nel Corpo Nazionale dei Vigili del Fuoco il personale che abbia prestato servizio di leva ausiliario al suo interno, previo accertamento del possesso dei prescritti requisiti psico-

fisici, a condizione che non abbia superato i 45 anni di età al 31 dicembre 2014, a prescindere dalla sussistenza di carichi familiari, risulti iscritto alla stessa data da almeno tre anni negli elenchi del Corpo Nazionale e vi abbia prestato non meno di 120 giorni di servizio nel periodo compreso tra il 1º gennaio 2010 ed il 31 dicembre 2014. All'onere conseguente si provvede fino alla concorrenza massima di 28 milioni di euro annui attingendo alle risorse allocate al Fondo nazionale per le politiche e i servizi dell'asilo».

Conseguentemente:

all'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 30 milioni di euro a decorrere dal 2015».

2.278

BISINELLA, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 31, inserire il seguente:

«31-*bis*. In deroga alle disposizioni di cui al precedente comma, il Ministero dell'Interno è autorizzato ad immettere nel Corpo Nazionale dei Vigili del Fuoco il personale che abbia prestato servizio di leva ausiliario al suo interno, previo accertamento del possesso dei prescritti requisiti psico-fisici, a condizione che non abbia superato i 45 anni di età al 31 dicembre 2014, a prescindere dalla sussistenza di carichi familiari, risulti iscritto alla stessa data da almeno tre anni negli elenchi del Corpo Nazionale e vi abbia prestato non meno di 120 giorni di servizio nel periodo compreso tra il 1º gennaio 2010 ed il 31 dicembre 2014. All'onere conseguente si provvede fino alla concorrenza massima di 28 milioni di euro annui attingendo alle risorse allocate al Fondo nazionale per le politiche e i servizi dell'asilo».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 125 sostituire le parole: «187,5 milioni di euro» *con le seguenti:* «159,5 milioni di euro».

2.279

BISINELLA, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 31, inserire il comma 31-bis) *così formulato:*

«31-*bis)* In deroga alle disposizioni di cui al precedente comma, il Ministero dell'Interno è autorizzato ad immettere nel Corpo Nazionale dei Vigili del Fuoco il personale che abbia prestato servizio di leva ausiliario al suo interno, previo accertamento del possesso dei prescritti requisiti psico-fisici, a condizione che non abbia superato i 45 anni di età al 31 dicembre 2014, con o senza carichi familiari, risulti iscritto alla stessa data da almeno tre anni negli elenchi del Corpo Nazionale e vi abbia prestato non meno di 120 giorni di servizio nel periodo compreso tra il 1º gennaio 2010 ed il 31 dicembre 2014. All'onere conseguente si provvede fino alla concorrenza massima di 28 milioni di euro annui attingendo alle risorse allocate al Fondo nazionale per le politiche e i servizi dell'asilo».

Conseguentemente:

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole:

«, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 30 milioni di euro di euro a decorrere dal 2015».

2.280

BISINELLA, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 31, inserire il comma 31-bis) *così formulato:*

«31-*bis)*. In deroga alle disposizioni di cui al precedente comma, il Ministero dell'Interno è autorizzato ad immettere nel Corpo Nazionale dei Vigili del Fuoco il personale che abbia prestato servizio di leva ausiliario al suo in terno, previo accertamento del possesso dei prescritti requisiti psico-fisici, a condizione che non abbia superato i 45 anni di età al 31 dicembre 2014, con o senza carichi familiari, risulti iscritto alla stessa data da almeno tre anni negli elenchi del Corpo Nazionale e vi abbia prestato non meno di 120 giorni di servizio nel periodo compreso tra il 1º gennaio 2010 ed il

31 dicembre 2014. All'onere conseguente si provvede fino alla concorrenza massima di 28 milioni di euro annui attingendo alle risorse allocate al Fondo nazionale per le politiche e i servizi dell'asilo»

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 125 sostituire le parole: «187,5 milioni di euro» *con le seguenti:* «159,5 milioni di euro».

2.281

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 31 aggiungere i seguenti:

«31-*bis*. Al fine di assicurare piena continuità ed efficacia nell'espletamento dei propri compiti istituzionali e, nel contempo, ridurre le forme di lavoro precario, il Corpo nazionale dei vigili del fuoco è autorizzato ad avviare una procedura di stabilizzazione del personale volontario, di cui agli articoli 6, 8 e 9 del decreto legislativo 8 marzo 2006, n. 139, nel limite dello stanziamento di cui al comma 11-*ter* . Con decreto del Ministro dell'interno, fermo restando il possesso dei requisiti ordinari per l'accesso alla qualifica di vigile del fuoco previsti dalle vigenti disposizioni, sono stabiliti i criteri, il sistema di selezione, nonché modalità abbreviate per il corso di formazione.

31-*ter*. All'onere derivante dalle disposizioni di cui al comma 1-*bis* pari a 580 milioni di euro a decorrere dal l'anno 2015, si provvede mediante.

Conseguentemente, all'articolo 1, il comma 121 è soppresso.

Conseguentemente all'articolo 2, comma 67, sostituire le parole: «è ridotta di 238 milioni di euro per l'anno 2015 e di 200 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016» *con le seguenti:* «è ridotta di 538 milioni di euro per l'anno 2015 e di 500 milioni a decorrere per l'anno 2016»;

e, all'articolo 3, comma 7, dopo la lettera a, aggiungere la seguente:

a-*bis)* all'articolo 1 dopo il comma 142 aggiungere il seguente:

142-*bis*. I soggetti passivi che intendano acquistare servizi di pubblicità e link sponsorizzati *on line*, anche attraverso centri media e operatori terzi, sono obbligati ad acquistarli da soggetti titolari di una partita IVA rilasciata dall'amministrazione finanziaria italiana.

142-*ter* . Gli spazi pubblicitari on Une e i link sponsorizzati che appaiono nelle pagine dei risultati dei motori di ricerca (servizi di *search advertising*), visualizzabili sul territorio italiano durante la visita di un sito *internet* o la fruizione di un servizio *on line* attraverso rete fissa o rete e dispositivi mobili, devono essere acquistati esclusivamente attraverso soggetti, quali editori, concessionarie pubblicitarie, motori di ricerca o altro operatore pubblicitario, titolari di partita IVA rilasciata dall'amministrazione finanziaria italiana. La presente disposizione si applica anche nei caso in cui l'operazione di compravendita sia stata effettuata mediante centri media, operatori terzi e soggetti.

2.282

MALAN

Dopo il comma 31, aggiungere i seguenti:

«31-*bis*. Al fine di incrementare i servizi di prevenzione e controllo dei fenomeni legati all'evasione fiscale, la Guardia di Finanza, in deroga a quanto previsto dall'articolo 2199 del decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66, é autorizzata, in via straordinaria ai sensi del medesimo articolo 2199, allo scorrimento dell'ultima graduatoria valida ivi pubblicata il 21 Febbraio 2013 per ciascun contingente ferme restando le assunzioni dei volontari in ferma prefissata quadriennale, ai sensi del comma 4, lettera *b)*, dello stesso articolo, relative ai predetti concorsi per i ruoli iniziali 31-*ter*. Per la Guardia di Finanza le assunzioni, di cui al comma 11-*bis*, sono disposte con decorrenza 1 gennaio 2015, nell'ambito delle autorizzazioni alle assunzioni di cui all'articolo 1, comma 464, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, e dell'apposito fondo ivi previsto per la parte relativa alla Guardia di Finanza.

31-*quater*. All'attuazione di quanto previsto dai commi 11-*bis*, 11-*ter*, si provvede nell'ambito delle risorse disponibili a legislazione vigente e senza nuovi o maggiori oneri per la finanza pubblica».

2.283

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 31 inserire il seguente:

«31-*bis*. A decorrere dal 1º gennaio 2015 i richiami in servizio del personale volontario dei Corpo

nazionale del vigili del fuoco costituiscono rapporto di impiego con l'amministrazione. Sono fatti salvi gli effetti delle sentenze passate in giudicato alla data di entrata in vigore della presente legge. Agli eventuali oneri si provvede mediante la corrispondente riduzione degli stanziamenti di spesa per la retribuzione del personale volontario del Corpo nazionale dei vigili del fuoco, iscritti nello stato di previsione del Ministero dell'interno, nell'ambito della missione "Soccorso civile"».

2.284

MALAN

Dopo il comma 31, aggiungere il seguente:

«31-*bis*. Ai fini delle assunzioni di personale per i ruoli iniziali del Corpo della Guardia di Finanza autorizzate dall'articolo 1, comma 464, della legge 27 dicembre 2013, n. 147 si procede in via straordinaria allo scorrimento dell'ultima graduatoria valida pubblicata il 21 Febbraio 2013 per ciascun contingente ferme restando le assunzioni dei volontari in ferma prefissata quadriennale, ai sensi del comma 4, lettera *b)*, dello stesso articolo, relative al predetto concorso».

2.285

STEFANO, URAS

Dopo il comma 31 inserire il seguente:

«31-*bis*. Al fine di incrementare l'efficienza nella lotta all'evasione e all'elusione fiscale, il Corpo della guardia di finanza può Procedere per l'anno 2015, in deroga ai limiti di cui all'articolo 66, comma 9-*bis*, del decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 agosto 2008, n. 133, ed all'articolo 1, comma 91, della legge 24 dicembre 2012, n. 228, all'assunzione di personale a tempo indeterminato, nel limite massimo di spesa di 10 milioni di euro a decorrere dal 1º gennaio, allo scopo facendo ricorso allo scorrimento delle graduatorie degli idonei dei concorsi indetti nel 2012 e nel 2013».

Conseguentemente Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015:

CP: ? 10.000.000;

CS: ? 10.000.000;

2016:

CP: ?10.000.000;

CS: ?10.000.000;

2017:

CP: ? 10.000.000;

CS: ?10.000.000.

2.286

STEFANO, DE PETRIS, URAS

Dopo il comma 31, inserire il seguente:

«31-*bis*. Al fine di contrastare fenomeni di degrado ambientale ed assicurare adeguati livelli di tutela della salute pubblica, l'Arpa puglia è autorizzata, per il solo anno 2015 a procedere ad assunzioni di personale fino al 60 per cento della dotazione organica vigente con risorse proprie».

2.287

STEFANO, DE PETRIS, URAS

Dopo il comma 31, inserire il seguente:

«31-*bis*. Al fine di contrastare fenomeni di degrado ambientale ed assicurare adeguati livelli di tutela della salute pubblica, l'Arpa Puglia è autorizzata, per il solo anno 2015, in deroga al patto di stabilità interno, a procedere ad assunzioni di personale fino al 60 per cento della dotazione organica vigente con risorse proprie».

Conseguentemente al comma 112, sostituire la parola: «250» *con la seguente:* «242».

2.288

D'AMBROSIO LETTIERI, MILO, TARQUINIO

Al comma 32, sostituire le parole: «banditi nell'anno 2012» *con le seguenti:* «banditi negli anni 2011 e 2012»;

Conseguentemente, sostituire le parole: «indetti per l'anno 2013» *con le seguenti:* «indetti per gli anni 2012 e 2013» *e aggiungere infine il seguente periodo:* «Per la Polizia di Stato le assunzioni, di cui al comma 3-*bis*, sono nell'ambito delle autorizzazioni alle assunzioni di cui all'articolo 1, comma 464, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, e dell'apposito fondo ivi previsto per la parte relativa alla Polizia di Stato».

2.289

CAMPANELLA

Al comma 32, le parole: «banditi nell'anno 2012»*, sono sostituite dalle seguenti:* «banditi negli anni 2011 e 2012»*; conseguentemente, le parole:* « indetti per l'anno 2013»*, sono sostituite con le seguenti:* «indetti per gli anni 2012 e 2013».

2.290

MALAN

Al comma 32, sostituire le parole: «banditi nell'anno 2012 e indetti per l'anno 2013»*, con le seguenti:* «banditi negli anni 2011 e 2012 e indetti per gli anni 2012 e 2013».

2.291

TOMASELLI, LAI

Al comma 32, aggiungere, in fine, il seguente periodo: «Le graduatorie dei concorsi indetti nell'anno 2012 previo esaurimento delle graduatorie dei concorsi banditi nell'anno 2013».

2.292

ZANONI, BROGLIA

Dopo il comma 32, sono aggiunti i seguenti:

«32-*bis.* Al fine di potenziare le attività connesse al monitoraggio della spesa pubblica, le funzioni di controllo e di contrasto dell'evasione fiscale, le attività di prevenzione agli illeciti tributari ed extra tributari, nonché le misure operative connesse alla realizzazione di opere pubbliche per l'EXPO 2015 di cui alla legge 24 febbraio 2014, n. 9, è differito al3l dicembre 2016 il termine per l'autorizzazione a bandire prevista dal decreto del Presidente dei Consiglio dei ministri 26 ottobre 2009 per i concorsi dell'amministrazione economico-finanziaria riguardanti il passaggio dalla seconda alla terza area funzionale, limitatamente alla copertura dei posti non coperti in esito a procedure già bandite. Nei medesimi limiti delle facoltà assunzionali è attribuito, dalla data di conversione in legge del presente decreto, l'inquadramento giuridico e il trattamento economico ai dipendenti della predetta amministrazione cui sono state affidate le mansioni della terza area sulla base di contratti individuali di lavoro a tempo indeterminato stipulati in esito al superamento di procedure concorsuali bandite in applicazione del contratto collettivo nazionale di comparto del quadriennio 1998-2001.

32-*ter.* Al fine di soddisfare specifiche e mirate esigenze di risparmio della pubblica amministrazione, la Guardia di Finanza, per l'alimentazione del Ruolo Speciale e del Ruolo tecnico logistico amministrativo, in relazione a specifiche esigenze operative, è tenuta ad assumere a tempo indeterminato, esclusivamente mediante scorrimento di graduatoria, gli Ufficiali in ferma prefissata ausiliari del Ruolo Speciale e del Ruolo tecnico logistico amministrativo, risultati vincitori dei concorsi banditi rispettivamente nel 2008 (Gazzetta Ufficiale n. 59 del 29 luglio 2008) e nel 2010 (Gazzetta Ufficiale n. 61 del 3 agosto 2010), che abbiano svolto almeno 36 mesi di servizio negli ultimi cinque anni e che, seppur in congedo, siano utilmente collocati quali "idonei non vincitori" nelle rispettive graduatorie per il transito nel servizio permanente effettivo».

2.293

D'AMBROSIO LETTIERI

Dopo il comma 32, aggiungere il seguente:

«32-*bis.* Al fine di potenziare le attività connesse al monitoraggio della spesa pubblica, le funzioni di controllo e di contrasto dell'evasione fiscale, è differito al 31 dicembre 2015 il termine per l'autorizzazione a bandire prevista dal decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri 26 ottobre

2009 per i concorsi dell'amministrazione economico-finanziaria riguardanti il passaggio dalla seconda alla terza area funzionale, limitatamente alla copertura dei posti non coperti in esito a procedure già bandite. Nei medesimi limiti delle facoltà assunzionali è attribuito, dalla data di entrata in vigore della presente legge, l'inquadramento giuridico ed il trattamento economico ai dipendenti cui sono state affidate mansioni della terza Area a seguito di superamento di procedure concorsuali bandite in applicazione del contratto collettivo nazionale di comparto 1998/2001».

2.294

PEZZOPANE, STEFANO ESPOSITO, TOMASELLI, VACCARI, MANASSERO, FASIOLO, SOLLO, D'ADDA, BORIOLI, SPILABOTTE

Dopo il comma 32, aggiungere il seguente:

«32-*bis*. Le assunzioni del personale nel corpo della Polizia di Stato, relativamente alla categoria agenti e assistenti, di cui all'articolo 3, commi 3-*quater* e 3-*sexies*, del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 agosto 2014, n. 114, sono effettuate a decorrere dal 1º gennaio 2015; in via straordinaria, per fronteggiare la palese necessità di incrementare i servizi di prevenzione e di controllo del territorio, vista la carenza di organico, l'amministrazione è autorizzata ad assumere tutti i vincitori e idonei, ampliando i posti a concorso fino ad un massimo di 250 unità; pertanto è autorizzata ad assumere 900 vincitori e idonei del concorso, per titoli ed esami, per il reclutamento di 650 allievi agenti della Polizia di Stato indetto con decreto ministeriale del 7 marzo 2014 e pubblicato nella Gazzetta Ufficiale del 14 Marzo 2014 a decorrere dal l o gennaio 2015».

Conseguentemente, alla tabella A, rubrica: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 30.000.000;

2016: ? 30.000.000;

2017: ? 30.000.000.

2.295

D'ANNA, MILO

Dopo il comma 32, aggiungere il seguente:

«32-*bis*. Le assunzioni del personale nel Corpo di Polizia di stato, relativamente alla categoria agenti e assistenti, di cui all'articolo 3, comma 3-quater del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90, convertito con modificazioni dalla Legge 11 agosto 2014, n. 114, sono effettuate a decorrere dal 1º0 gennaio 2015; in via straordinaria, per fronteggiare la necessità di incrementare i servizi di prevenzione e di controllo del territorio, vista la carenza di organico, l'amministrazione è autorizzata ad assumere i soggetti vincitori ed idonei al concorso per titoli ed esami, per il reclutamento di 650 allievi agenti della Polizia di Stato indetto con decreto ministeriale del 7 marzo 2014 e pubblicato nella Gazzetta Ufficiale del 14 marzo 2014, destinando loro un ampliamento di posti fino ad un massimo di 250 unità ulteriori rispetto a quelli previsti».

2.296

CANDIANI, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 32, inserire il seguente:

«32-*bis*. Al fine di incrementare l'efficienza nella lotta all'evasione e all'elusione fiscale, il Corpo della guardia di finanza può procedere, per l'anno 2015, in deroga ai limiti di cui all'articolo 66, comma 9-*bis*, del decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 agosto 2008, n. 133, e di cui all'articolo 1, comma 91, della legge 24 dicembre 2012, n. 228, all'assunzione di personale a tempo indeterminato, nel limite massimo di spesa di 10 milioni di euro a decorrere dal 1º gennaio 2015, allo scopo facendo ricorso allo scorrimento delle graduatorie degli idonei dei concorsi indetti nel 2012 e nel 2013».

Conseguentemente, all'articolo 2, comma 207, sostituire le parole: «110 milioni»*, con:* «100 milioni».

2.297

CAMPANELLA

Dopo il comma 32, aggiungere il seguente:

«32-*bis.* Al fine di incrementare l'efficienza nella lotta all'evasione e all'elusione fiscale, il Corpo della guardia di finanza può procedere per l'anno 2015, in deroga ai limiti di cui all'articolo 66, comma 9-*bis*, del decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112. convertito, con modificazioni, dalla legge 6 agosto 2008. n. 133, ed all'articolo 1, comma 91, della legge 24 dicembre 2012, n. 228, all'assunzione di personale a tempo indeterminato nel limite massimo di spesa di 10 milioni di euro a decorrere dallo gennaio 2015, allo scopo facendo ricorso allo scorrimento delle graduatorie degli idonei dei concorsi indetti nel 2012 e nei 2013».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 10.000.000;
2016: ? 10.000.000;
2017: ? 10.000.000.

2.298

PEZZOPANE

Dopo il comma 32, aggiungere il seguente:

«32-*bis.* Al fine di incrementare l'efficienza nella lotta all'evasione e all'elusione fiscale, il Corpo della guardia di finanza può procedere per l'anno 2015 dal in deroga ai limiti di cui all'articolo 66,comma 9-*bis*, del decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112.convertito, con modificazioni, dalla legge 6 agosto 2008, n. 133,ed all'articolo 1, comma 91, della legge 24 dicembre 2012, n. 228, all'assunzione di personale a tempo indeterminato, nel limite massimo di spesa di 10 milioni di euro a decorrere dal 2015, allo scopo facendo ricorso allo scorrimento delle graduatorie degli idonei dei concorsi indetti nel 2012 e nel 2013».

Conseguentemente, alla tabella A, rubrica: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 10.000.000;
2016: ? 10.000.000;
2017: ? 10.000.000.

2.299

PEZZOPANE, CUOMO, ALBANO, FAVERO, FASIOLO, ELENA FERRARA, STEFANO ESPOSITO, TOMASELLI, VACCARI, MANASSERO, SOLLO, D'ADDA, BORIOLI, SPILABOTTE, AMATI

Dopo il comma 32, aggiungere il seguente:

«32-*bis*. Al fine di incrementare l'efficienza nella lotta all'evasione e all'elusione fiscale, il Corpo della guardia di finanza può procedere per l'anno 2015 in deroga ai limiti di cui all'articolo 66, comma 9-*bis*, del decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 agosto 2008, n. 133, ed all'articolo 1, comma 91, della legge 24 dicembre 2012, n. 228, all'assunzione di personale a tempo indeterminato, nel limite massimo di spesa di 10 milioni di euro a decorrere dal 1º gennaio 2015, allo scopo facendo ricorso allo scorrimento delle graduatorie degli idonei dei concorsi indetti nel 2012 e nel 2013».

Conseguentemente, alla tabella A, rubrica: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 10.000.000;
2016: ? 10.000.000;
2017: ? 10.000.000.

2.300

CAMPANELLA

Dopo il comma 32 aggiungere il seguente:

«32-*bis*. Le assunzioni di personale nel Corpo della Guardia di Finanza in deroga a quanto previsto dall'articolo 2199 del codice dell'ordinamento militare ai sensi del decreto legislativo 15

marzo 2010 n. 66 sono effettuate a decorrere dal gennaio 2015 utilizzando la graduatoria del concorsi le cui graduatorie sono state approvate per l'anno 2013 ferme restando le assunzioni dei volontari in ferma prefissata quadriennale, ai sensi del comma 4 lettera *b)* dello stesso articolo 2199 relative ai predetti concorsi. Alle assunzioni di cui al presente comma si provvede nell'ambito delle autorizzazioni previste dalla normativa vigente».

2.301

PEZZOPANE, CUOMO, ALBANO, FAVERO, FASIOLO, ELENA FERRARA, STEFANO ESPOSITO, TOMASELLI, VACCARI, MANASSERO, SOLLO, D'ADDA, BORIOLI, SPILABOTTE, AMATI

Dopo il comma 32 inserire il seguente:

«32-*bis*. Per la Guardia di finanza nell'anno 2015, in deroga a quanto previsto dall'articolo 2199 del codice dell'ordinamento militare di cui al decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66 e successive modificazioni, le assunzioni nei ruoli iniziali sono autorizzate, in via straordinaria, con le modalità di cui all'articolo 3-*bis* del decreto legge 24 giugno 2014, n. 90 convertito con legge n. 114 dell'11 agosto 2014, nel limite massimo di spesa di 10 milioni di euro a decorrere dal 1º gennaio 2015 allo scopo facendo ricorso allo scorrimento delle graduatorie del concorso indetto nel 2012 e pubblicate nel 2013».

Conseguentemente, alla tabella A, rubrica: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 10.000.000;
2016: ? 10.000.000;
2017: ? 10.000.000.

2.302

DI BIAGIO

Dopo Il comma 32 aggiungere il seguente:

«32-*bis*. AI fine di soddisfare specifiche e mirate esigenze di risparmio della pubblica amministrazione, la Guardia di Finanza, per l'alimentazione del Ruolo Speciale e del Ruolo tecnico logistico amministrativo, in relazione a specifiche esigenze operative, è tenuta ad assumere a tempo indeterminato, esclusivamente mediante scorrimento di graduatorla, gli Ufficiali In ferma prefissata ausiliari del Ruolo Speciale e del Ruolo tecnico loglstlco amministrativo, risultati vincitori dei concorsi banditi rispettivamente nel 2008 (*Gazzetta Ufficiale* n. 59 del 29 luglio 2008) e nel 2010 (*Gazzetta Ufficiale* n. 61 del 3 agosto 2010), che abbiano svolto almeno 36 mesi di servizio negli ultimi cinque anni e che, seppur in congedo, siano utilmente collocati quali "idonei non vincitori" nelle rispettive graduatorie per il transito nel servizio permanente effettivo».

2.303

PEZZOPANE, STEFANO ESPOSITO, TOMASELLI, VACCARI, MANASSERO, FASIOLO, SOLLO, D'ADDA, BORIOLI, SPILABOTTE

Dopo il comma 32, aggiungere il seguente:

«32-*bis*. Al fine di garantire l'economicità dell'azione amministrativa e il contenimento della spesa pubblica, le assunzioni di personale delle FF.OO e FF.AA., effettuate da tutte le Amministrazioni del comparto difesa e sicurezza, per gli anni 2015-2016, ai sensi dell'articolo 35 del decreto legislativo 30 marzo n. 165 e successive modificazioni, sono rispettivamente subordinate e vincolate:

a) alla verifica dell'esistenza di graduatorie di merito valide ed efficaci;

b) al prioritario utilizzo di vincitori ed idonei di concorso utilmente collocati nelle graduatorie medesime pubblicate nell'anno 2014».

2.304

PEZZOPANE, STEFANO ESPOSITO, TOMASELLI, VACCARI, MANASSERO, FASIOLO, SOLLO, D'ADDA, BORIOLI, SPILABOTTE

Dopo il comma 32, aggiungere il seguente:

«32-*bis*. Per le esigenze connesse alla tutela dell'ordine pubblico, alla prevenzione ed al contrasto del crimine, alla repressione delle frodi e delle violazioni degli obblighi fiscali ed alla tutela del patrimonio agroforestale il Corpo Forestale dello Stato è autorizzato ad effettuare assunzioni in deroga alla normativa vigente nel limite massimo di spesa di 30 milioni di euro a decorrere dal 1º gennaio 2015, allo scopo facendo ricorso allo scorrimento delle graduatorie degli idonei dei concorsi indetti nel 2011.

Conseguentemente, alla tabella A, rubrica: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 30.000.000;
2016: ? 30.000.000;
2017: ? 30.000.000.

2.305

LANIECE, CALEO, MARINELLO, DI BIAGIO, COMPAGNONE, ZELLER, FRAVEZZI, PANIZZA, ZIN, ARRIGONI, PALERMO, FAUSTO GUILHERME LONGO, MORONESE

Dopo il comma 32, aggiungere il seguente:

«32-*bis*. Sono estese al personale degli Enti parco nazionali funzionalmente equiparato al Corpo forestale dello Stato ai sensi dell'articolo 2, comma 36, della legge 9 dicembre 1998, n. 426, le modalità assunzionali previste per il personale del Comparto di sicurezza. Gli oneri derivanti dalla presente lettera, valutati in euro 500.000 a decorrere dall'anno 2015, sono posti a carico del fondo unico di amministrazione per il miglioramento dell'efficacia e dell'efficienza dei servizi istituzionali del Ministero della giustizia».

2.306

DI BIAGIO

Al comma 32 sono apportate le seguenti modifiche: «le parole "anche i concorsi banditi nell'anno 2012 e indetti per l'anno 2013"» *sono sostituite dalle seguenti parole:* «le graduatorie vigenti dei concorsi espletati a decorrere dal 2008».

2.307

ORRÙ

Dopo il comma 32 inserire il seguente:

«32-*bis*. Il Ministro dell'interno con proprio decreto attiva una procedura di stabilizzazione, attraverso un'unica graduatoria discontinui-volontari dei Vigili del Fuoco, ad esaurimento, da predisporre attraverso prove ginniche e visite mediche, alle quali potranno partecipare tutti coloro che al 31 dicembre 2014 non abbiano superato il 45º anno di età più 2, ovvero abbiano effettuato non meno di 120 giorni di servizio negli ultimi 5 anni, nel limite massimo di spesa di 10 milioni di euro a decorrere dal 1º gennaio 2015».

Conseguentemente, alla tabella A, rubrica: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 10.000.000;
2016: ? 10.000.000;
2017: ? 10.000.000.

2.308

PADUA

Dopo il comma 32 inserire il seguente:

«32-*bis*. L'Agenzia delle Entrate, in aggiunta alle assunzioni già autorizzate o consentite dalla normativa vigente, ai fini della copertura delle carenze di personale nei profili professionali di funzionari di terza area funzionate, fascia retributiva F1, è autorizzata a procedere, per gli anni 2015, 2016 e 2017, prioritariamente allo scorrimento delle graduatorie degli idonei inseriti nelle graduatorie previste dall'articolo 1, comma 4-*bis* del decreto-legge n. 216/2011 convertito con modificazioni dalla legge 24 febbraio 2012, n. 14».

2.309

PADUA

Dopo il comma 32 inserire il seguente:

«32-*bis*. L'Agenzia delle Entrate, in aggiunta alle assunzioni già autorizzate o consentite dalla normativa vigente, ai fini della copertura delle carenze di personale nei profili professionali di funzionari di terza area funzionale, fascia retributiva F1, è autorizzata a procedere, per gli anni 2015, 2016 e 2017, prioritariamente allo scorrimento delle graduatorie degli idonei inseriti nelle graduatorie previste dall'art. 1, comma 4-*bis* del decreto legge 29 dicembre 2011, n. 216, convertito con modificazioni dalla legge 24 febbraio 2012, n. 14».

2.310

SCAVONE

Dopo il comma 32 inserire il seguente:

«32-*bis*. L'Agenzia delle Entrate, in aggiunta alle assunzioni già autorizzate o consentite dalla normativa vigente, ai fini della copertura delle carenze di personale nei profili professionali di funzionari di terza area funzionale, fascia retributiva F1, è autorizzata a procedere, per gli anni 2015, 2016 e 2017, prioritariamente allo scorrimento delle graduatorie degli idonei inseriti nelle graduatorie previste dall'art. 1, comma 4-*bis* del D.L. n. 216/2011 convertito con modificazioni dalla L. 24 febbraio 2012, n.14».

2.311

RUTA

Dopo il comma 32, inserire il seguente:

«32-*bis*. Per l'anno 2015 è autorizzato lo scorrimento della graduatoria del concorso pubblico per 400 allievi vice-ispettori del Corpo Forestale dello Stato, nel rispetto degli oneri stabiliti dai decreti del Presidente del Consiglio dei Ministri del 3 dicembre 2010, del 18 ottobre 2011, del 21 gennaio 2013 e del 23 settembre 2013.»

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 10.000.000;
2016: ?
2017: ?

2.312

SCALIA

Dopo il comma 32 inserire il seguente:

«32-*bis*. Al comma 3-*bis* dell'articolo 4 del decreto-legge 6 marzo 2014, n. 16, convertito, con modificazioni, dalla legge 2 maggio 2014, n. 68, dopo le parole: "del decreto legislativo 7 agosto 1997 n. 280" sono inserite le seguenti: "per effetto delle quali il rapporto di lavoro è proseguito anche per il 2014".».

Conseguentemente Alla Tabella A voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 15.000.000;
2016: ?;
2017: ?.

2.313

RUTA, LAI, VALENTINI

Dopo il comma 32 inserire il seguente:

«32-*bis*. Ai fini del miglioramento qualitativo del sistema di erogazione degli aiuti comunitari in agricoltura e dei servizi resi alle imprese agricole, di incrementarne l'efficie la sorveglianza e la tempestivi in coerenza con la nuova Politica agricola comune (PAC) 2014 ? 2020, 1'Agenzia per le erogazioni in agricoltura (AGEA) è autorizzata all'incremento di personale dipendente nel limite del 20 per cento della dotazione organi attraverso l'attivazione dei processi di mobilità tra amministrazioni di cui al decreto legge 24 giugno 2014, n. 90, in deroga alle disposizioni in materia di riduzione delle

dotazioni organiche di cui al decreto-legge 13 agosto 2011, n. 138, convertito, con modificazioni, dalla legge 14 settembre 2011, n. 148 e al decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135».

2.314

D'ANNA, MILO

Dopo il comma 32, aggiungere il seguente:

«32-*bis*. Al comma 3-*bis* dell'articolo 3 del Decreto 24 giugno 2014, n. 90, convertito, con modificazioni, dalla Legge 11 agosto 2014, n. 114, aggiungere in fine il seguente periodo: "Le disposizioni di cui al presente comma, si applicano, secondo le previste modalità anche al Corpo della Guardia di Finanza per lo scorrimento delle ultime graduatorie per i concorsi indetti per gli anni 2012, e 2013"».

2.315

D'AMBROSIO LETTIERI

Dopo il comma 32 aggiungere il seguente:

«32-*bis*. Al comma 3-*bis*, dell'articolo 3 del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90, convertito con modificazioni dalla legge 11 agosto 2014, n. 114, aggiungere, in fine, il seguente periodo: "Le disposizioni di cui al presente comma si applicano, secondo le previste modalità, anche al corpo della Guardia di finanza e dei Vigili del Fuoco per lo scorrimento dell'ultima graduatoria per il ruolo iniziale"».

2.316

ALBANO

Dopo il comma 32 inserire il seguente:

«32-*bis*. L'Istituto Nazionale della Previdenza Sociale in sede di avvio di nuove assunzioni, volte alla copertura di posti vacanti, adempie alle previsioni di cui all'articolo 30, comma 2-*bis*, DIgs 30 marzo 2001 n. 165 mediante immissione in molo, previa apposita selezione, dei dipendenti, appartenenti ad una qualifica corrispondente, provenienti da altre ammlnlstrazioniin posizione di comando o di fuori ruolo in servizio da almeno tre anni presso l'Istituto. Nel caso in cui l'immissione in ruolo riguardi personale proveniente da amministrazioni non sottoposte a vincoli in materia di assunzioni, l'immissione è finanziata a valere sulle facoltà per assunzioni previste per l'ente dalla normativa vigente.»

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 2.000.000;
2016: ? 2.000.000;
2017: ? 2.000.000.

2.317

CALEO

Dopo il comma 32 inserire il seguente:

«32-*bis*. All'articolo 1, del decreto-legge 29 dicembre 2011, n. 216, il comma 4-*bis* è soppresso.».

2.318

TONINI, LO MORO, LAI

Dopo il comma 32, aggiungere il seguente:

«32. Alle Vittime del Dovere, di cui alla legge 23 dicembre 2005 n 266, alle Vittime del terrorismo e della criminalità organizzata, di cui alla legge 3 agosto 2004 n. 206, che godono del diritto al collocamento obbligatorio con precedenza rispetto ad ogni altra categoria e preferenza a parità di titoli, ai sensi della legge 23 novembre 1998 n. 407, deve essere garantito il diritto all'assunzione sia presso le amministrazioni pubbliche sia nel settore privato, con rispetto della qualifica e delle funzioni corrispondenti al titolo di studio ed alle professionalità possedute. I soggetti tenuti all'adempimento dell'obbligo di assunzione devono indicare con cadenza annuale, secondo i parametri di cui al decreto legislativo 27 ottobre 2009, n. 150 e attraverso lo strumento della pubblicazione sui siti istituzionali, la

dotazione organica distinta per aree o categorie, il numero dei soggetti da assumere in base alle previsioni dell'art. 18 della legge n. 68/1999, il numero dei so ggetti già reclutati a copertura della quota obbligatoria, le procedure avviate per il collocamento obbligatorio, con indicazione del tipo di avviamento al lavoro. Al fine di garantire l'effettività dei diritto al collocamento delle Vittime del Dovere, di cui alla legge 23 dicembre 2005 n 266, alle Vittime del terrorismo e della criminalità organizzata, di cui alla legge 3 agosto 2004 n. 206, in caso di inadempimento del datore di lavoro privato e pubblico, saranno applicabili le sanzioni penali, mm;n;strativee disciplinari secondo la vigente normativa».

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 15.000.000;
2016: ? 15.000.000;
2017: ? 15.000.000.

2.319

TONINI, LO MORO, LAI

Dopo il comma 32, aggiungere il seguente:

«32-*bis*. Alle vittime del dovere ed ai loro familiari, anche superstiti, di cui all'articolo 1, commi 563 e 564, della legge 23 dicembre 2005, n. 266, nonché alle vittime della criminalità organizzata ed ai loro familiari, anche superstiti, di cui all'articolo 1 della legge 20 ottobre 1990, n. 302, il Presidente della Repubblica concede la medaglia d'oro di "Vittima del Dovere" e "Vittima della criminalità organizzata" per spirito di abnegazione, altruismo e fedeltà allo Stato, con cui le vittime si sono distinte, quali rappresentanti delle Istituzioni. L'onorificenza è conferita alle Vittime del Dovere ovvero alle Vittime della criminalità organizzata in caso di decesso ai parenti ed affini entro il secondo grado, con decreto del Presidente della Repubblica, su proposta del Ministro dell'Interno. Al fine di ottenere la concessione dell'onorificenza, le vittime del dovere o, in caso di decesso, i loro parenti e affini entro il secondo grado, presentano domanda alla prefettura di residenza o al Ministero dell'interno, anche per il tramite delle associazioni rappresentative delle vittime del dovere».

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 1.000.000;
2016: ? 1.000.000;
2017: ? 1.000.000.

2.320

TONINI, LO MORO, LAI

Dopo il comma 32, aggiungere il seguente:

«32-*bis*. In relazione al Decreto del Presidente della Repubblica 7 luglio 2006, n. 243 l'articolo 4, comma 1º; lettera *b*, numero 1, si interpreta nel senso che alle Vittime del Dovere ed ai loro familiari, anche superstiti, di cui all'articolo 1, commi 563 e 564, della legge 23 dicembre 2005, n. 266, nonché alle Vittime della Criminalità Organizzata ed ai loro familiari, anche superstiti, di cui all'articolo 1 della legge 20 ottobre 1990, n. 302, spetta l'assegno vitalizio previsto dall'articolo 2 della legge 23 novembre 1998, n. 407, e successive modificazioni, così come modificato dall'articolo 4 comma 238 legge 24 dicembre 2003, n. 350».

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 10.000.000;
2016: ? 10.000.000;
2017: ? 10.000.000.

2.321

TONINI, LO MORO, LAI

Dopo il comma 32, aggiungere il seguente:

«32-*bis*. In relazione al decreto del Presidente della Repubblica 7 luglio 2006 n. 243, l'articolo 4, comma 1º, lettera c, punto 1 si interpreta nel senso che sia in sede di prima valutazione sia in sede di rivalutazione delle percentuali di invalidità si applica il decreto del Presidente della Repubblica 30 ottobre 2009, n. 181».

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 10.000.000;
2016: ? 10.000.000;
2017: ? 10.000.000.

2.322

MILO, MARIO MAURO, GIOVANNI MAURO

Dopo il comma 32, aggiungere, infine, il seguente:

«32-*bis*. L'efficacia delle graduatorie dei concorsi pubblici per il reclutamento di allievi finanzieri della Guardia di finanza banditi nel 2012 è prorogata per cinque anni rispetto alla scadenza prevista, anche in deroga a quanto previsto dalla normativa vigente per il contingentamento delle assunzioni di personale. All'attuazione di quanto previsto dal presente comma si provvede nell'ambito delle risorse disponibili a legislazione vigente e senza nuovi o maggiori oneri per la finanza pubblica».

2.323

D'AMBROSIO LETTIERI, MILO, TARQUINIO

Sostituire il comma 32, con i seguente:

«32. Ai fini delle assunzioni di personale previste dall'articolo 3, comma del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90, convertito con modificazioni dalla legge 11 agosto 2014, n. 114, l'articolo 3, comma 3-*bis*, del medesimo decreto, si interpreta nel senso che lo scorrimento ivi previsto riguarda anche i concorsi banditi nell'anno 2012 ed indetti per l'anno 2013, ovvero le graduatorie dei concorsi pubblicate negli anni 2012 e 2013 ancora in corso di validità. Per la Polizia di Stato le assunzioni, di cui al comma 3-*bis*, sona disposte nell'ambito delle autorizzazioni alle assunzioni di cui all'articolo 1, comma 464, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, e dell'apposito fondo ivi previsto per la parte relativa alla Polizia di Stato».

2.324

D'AMBROSIO LETTIERI, MILO, TARQUINIO

Sostituire il comma 32, con il seguente:

«32. Ai fini delle assunzioni di personale previste dall'articolo 3, comma 3-*sexies*, del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 agosto 2014, n. 114, il comma 3-*bis* del medesimo articolo si interpreta nel senso che lo scorrimento ivi previsto riguarda anche le graduatorie ancora valide dei concorsi nelle forze di polizia approvate negli 2012 e 2013. Per la Polizia di Stato le assunzioni, di cui al comma 3-*bis*, sono disposte nell'ambito delle autorizzazioni alle assunzioni di cui all'articolo 1, comma 464, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, e dell'apposito fondo ivi previsto per la parte relativa alla Polizia di Stato».

2.325

MANDELLI, GASPARRI

Sopprimere i commi 33 e 34.

2.326

ZANONI, DEL BARBA, LO MORO, PEZZOPANE, BROGLIA, PAGLIARI, MARGIOTTA, BERTUZZI

Dopo il comma 34, inserire i seguenti:

«34-*bis*. Al fine di completare il processo di riordino delle Province in attuazione della legge 7 aprile 2014, n. 56, in deroga a quanto previsto dall'articolo 3 del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90, le amministrazioni dello Stato, anche ad ordinamento autonomo, le Regioni e gli enti locali, le agenzie e gli enti pubblici non economici ivi compresi quelli di cui all'articolo 70, comma 4, del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165 e successive modificazione, non possono procedere ad assunzioni di

personale a tempo indeterminato fino al 31 dicembre 2015. Ai corpi di polizia, al corpo nazionale dei vigili del fuoco, al servizio sanitario nazionale ? per il solo personale medico-infermieristico ? alle università e al comparto della scuola ? relativamente al solo corpo docente ? si applica la normativa di settore.

35-*bis*. Entro 30 giorni dall'entrata in vigore della presente legge, la Presidenza del Consiglio dei Ministri ? Dipartimento della funzione pubblica, pubblica le disponibilità di richieste da parte delle amministrazioni interessate suddivise per provincia, per agevolare le procedure di mobilità volontaria dalle province ad altre amministrazioni attivando il portale finalizzato all'incontro tra la domanda e l'offerta di mobilità. Sono fatti salvi gli accordi di mobilità conclusi ai sensi dell'articolo 2 del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 agosto 2014, n. 114.

35-*ter*. Le province e le città metropolitane, al fine di riorganizzare le proprie strutture amministrative in attuazione dell'articolo 1, commi 85 e 88, della legge aprile 2014, n. 56, possono procedere alla rideterminazione delle dotazioni organiche e alla risoluzione unilaterale del rapporto di lavoro nei confronti dei propri dipendenti in possesso dei requisiti anagrafici e contributivi al 31 dicembre 2018, secondo la disciplina vigente prima dell'entrata in vigore dell'articolo 24 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito con modificazioni dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, con conseguente valenza dei requisiti anagrafici e di anzianità. contributiva nonché del regime delle decorrenze previsti dalla predetta disciplina pensionistica».

2.327

MINZOLINI

Dopo il comma 34, inserire i seguenti:

«34-*bis*. Al fine di completare il processo di riordino delle province in attuazione della legge 7 aprile 2014, n. 56, in deroga a quanto previsto dall'articolo 3 del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90, le amministrazioni dello Stato, anche ad ordinamento autonomo, le regioni e gli enti locali, le agenzie e gli enti pubblici non economici ivi compresi quelli di cui all'articolo 70, comma 4, del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165 e successive modificazione, non possono procedere ad assunzioni di personale a tempo indeterminato fino al 31 dicembre 2015. Ai Corpi di polizia, al Corpo nazionale dei vigili del fuoco, al servizio sanitario nazionale ? per il solo personale medico-infermieristico ? alle università e al comparto della scuola ? relativamente al solo corpo docente ? si applica la normativa di settore.

34-*ter*. Entro 30 giorni dall'entrata in vigore della presente legge, la Presidenza del Consiglio dei Ministri ? Dipartimento della funzione pubblica le disponibilità di richieste da parte delle amministrazioni interessate suddivise per provincia, per agevolare le procedure di mobilità volontaria dalle province ad altre amministrazioni attivando il portale finalizzato all'incontro tra la domanda e l'offerta di mobilità. Sono fatti salvi gli accordi di mobilità conclusi ai sensi dell'articolo 2 del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90.

34-*quater*. Le province e le città metropolitane, al fine di riorganizzare le proprie strutture amministrative in attuazione dell'articolo 1, commi 85 e 88, della legge aprile 2014, n. 56, possono procedere alla rideterminazione delle dotazioni organiche e alla risoluzione unilaterale del rapporto di lavoro nei confronti dei propri dipendenti in possesso dei requisiti anagrafici e contributivi al 31 dicembre 2018, secondo la disciplina vigente prima dell'entrata in vigore dell'articolo 24 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito nella legge 22 dicembre 2011, n. 214, con conseguente valenza dei requisiti anagrafici e di anzianitàcontributiva nonché del regime delle decorrenze previsti dalla predetta disciplina pensionistica».

2.328

LANGELLA

Dopo il comma 34, inserire i seguenti:

«34-*bis*. Al fine di completare il processo di riordino delle province in attuazione della legge 7 aprile 2014, n. 56, in deroga a quanto previsto dall'articolo 3 del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90, le amministrazioni dello Stato, anche ad ordinamento autonomo, le regioni e gli enti locali, le agenzie

e gli enti pubblici non economici ivi compresi quelli di cui all'articolo 70, comma 4, del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165 e successive modificazione, non possono procedere ad assunzioni di personale a tempo indeterminato fino al 31 dicembre 2015. Ai Corpi di polizia, al Corpo nazionale dei vigili del fuoco, al servizio sanitario nazionale ? per il solo personale medico-infermieristico ? alle università e al comparto della scuola ? relativamente al solo corpo docente ?si applica la normativa di settore.

35-*bis*. Entro 30 giorni dall'entrata in vigore della presente legge, la Presidenza del Consiglio dei Ministri ? Dipartimento della funzione pubblica le disponibilità di richieste da parte delle amministrazioni interessate suddivise per provincia, per agevolare le procedure di mobilità volontaria dalle province ad altre amministrazioni attivando il portale finalizzato all'incontro tra la domanda e l'offerta di mobilità. Sono fatti salvi gli accordi di mobilità conclusi ai sensi dell'articolo 2 del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90.

35-*ter*. Le province e le città metropolitane, al fine di riorganizzare le proprie strutture amministrative in attuazione dell'articolo 1, commi 85 e 88, della legge aprile 2014, n. 56, possono procedere alla rideterminazione delle dotazioni organiche e alla risoluzione unilaterale del rapporto di lavoro nei confronti dei propri dipendenti in possesso dei requisiti anagrafici e contributivi al 31 dicembre 2018, secondo la disciplina vigente prima dell'entrata in vigore dell'articolo 24 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito nella legge 22 dicembre 2011, n. 214, con conseguente valenza dei requisiti anagrafici e di anzianità contributiva nonché del regime delle decorrenze previsti dalla predetta disciplina pensionistica».

2.329

CERONI, RAZZI

Dopo il comma 34 inserire i seguenti:

«34-*bis*. Al fine di completare il processo di riordino delle Province in attuazione della legge 7 aprile 2014, n 56, in deroga a quanto previsto dall'articolo 3 del decreto legge 24 giugno 2014, n. 90, le amministrazioni dello Stato, anche ad ordinamento autonomo, le Regioni e gli enti locali, le agenzie e gli enti pubblici non economici ivi compresi quelli di cui all'articolo 70, comma 4, del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165 e successive modificazione, non possono procedere ad assunzÌoni di personale a tempo indeterminato fino al 31 dicembre 2015. Ai Corpi di polizia, al Corpo nazionale dei vigili del fuoco, al servizio sanitario nazionale ? per il solo personale medicoinfermieristico ? alle università e al comparto della scuola ? relativamente al solo corpo docente ?si applica la normativa di settore.

34-*ter*. Entro 30 giorni dall'entrata in vigore della presente legge, la Presidenza del Consiglio dei Ministri ? Dipartimento della funzione pubblica le disponibilità di richieste da parte delle amminitrazioniinteressate suddivise per provincia, per agevolare le procedure di mobilità volontaria dalle Province ad altre amministrazioniattivando il portale finalizzato all'incontro tra la domanda e l'offerta di mobilità. Sono fatti salvi gli accordi di mobilità conclusi ai sensi dell'art. 2 del decreto legge 24 giugno 2014, n. 90.

34-*quater*. Le Province e le Città metropolitane, al fine di riorganizzare le proprie strutture amminitrativein attuazione dell'articolo 1, commi 85 e 88, della legge aprile 2014, n. 56, possono procedere alla rideterminazione delle dotazioni organiche e alla risoluzione unilaterale del rapporto di lavoro nei confronti dei propri dipendenti in possesso dei requisiti anagrafici e contributivi al 31 dicembre 2018, secondo la disciplina vigente prima dell'entrata in vigore dell'art. 24 del D.L. 6 dicembre 2011, n. 201, convertito nella L. 22 dicembre 2011, n. 214, con conseguente valenza dei requisiti anagrafici e di anzianità contributiva nonché del regime delle decorrenze previsti dalla predetta disciplina pensionistica».

2.330

MOSCARDELLI, VACCARI, DI BIAGIO, MAURO MARIA MARINO, SOLLO, PARENTE, PAGLIARI, MARCUCCI, VERDUCCI, RUTA, PEZZOPANE, SPILABOTTE, LO GIUDICE, ORRÙ, RICCHIUTI, LUIGI MARINO, STEFANO ESPOSITO, SCALIA

Dopo il comma 34 aggiungere, in fine, il seguente comma:

«14-*bis*. All'articolo 12 comma 18-*bis*135, sono apportate le seguenti modificazioni: 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. , del decreto-legge 6 luglio 2012 n.

a) al terzo periodo, le parole: "è disposto il trasferiemnto delle funzioni e delle risorse umane di Buonitalia Spa in liquidazione" sono sostituite dalle seguenti: "è disposto il trasferimento delle funzioni e delle risorse umane di Buonitalia Spa in liquidazione, ivi indicate nominativamente, senza soluzione di continuità lavorativa, all'Agenzia per la promozione air estero e l'internazionalizzazione delle imprese italiane, con conservazione del trattamento giuridico ed economico complessivo in godimento presso la società di provenienza";

b) al quinto periodo, le parole: "di verifica dell'idoneità da espletare anche in deroga ai Iimiti alle facoltà assunzionali, sono inquadrati anche in posizione di sovrannumero rispetto alla dotazione organica dell'ente, riassorbibile con le successive vacanze" sono sostituite dalle seguenti: "di verifica per titoli dell'idoneità, da espletare anche in deroga alle facoltà assunzionali, per l'area funzionale prevista dalla suddetta tabella di comparazione, o in difetto del titolo di studio richiesto per l'accesso dal CCNL del comparto ministeri, nell'area funzionale immediatamente inferiore, sono inquadrati entro 60 giorni dalla data di entrata in vigore della legge anche in posizione di sovrannumero rispetto alla dotazione organica dell'ente riassorbibile con le successive vacanze"».

2.331

MOSCARDELLI, VACCARI, DI BIAGIO, SOLLO, PARENTE, PAGLIARI, MARCUCCI, RUTA, SPILABOTTE, LO GIUDICE, PEZZOPANE, ORRÙ, RICCHIUTI, LUIGI MARINO, STEFANO ESPOSITO, SCALIA, MAURO MARIA MARINO

Dopo il comma 34 aggiungere, in fine, il seguente comma:

«14-*bis*. All'articolo 12 comma 18-*bis*135, sono apportate le seguenti modificazioni: 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. , del decreto-legge 6 luglio 2012 n.

a) al terzo periodo, le parole: "è disposto il trasferiemnto delle funzioni e delle risorse umane di Buonitalia Spa in liquidazione" sono sostituite dalle seguenti: "è disposto il trasferimento delle funzioni e delle risorse umane di Buonitalia Spa in liquidazione, ivi indicate nominativamente, senza soluzione di continuità lavorativa, all'Agenzia per la promozione air estero e l'internazionalizzazione delle imprese italiane, con conservazione del trattamento giuridico ed economico complessivo in godimento presso la società di provenienza";

b) al quarto periodo, le parole: "con ulteriore decreto del Ministero delle politiche agricole, alimentari e forestali, del Ministero dello sviluppo economico di concerto con il Ministero dell'economia e delle finanze e del Ministero della pubblica amministrazione e semplificazione, da emanare entro sessanta giorni dalla chiusura della fase di liquidazione, è disposto il trasferimento delle eventuali risorse strumentali e finanziarie di Buonitalia Spa in liquidazione all'Agenzia" sono sostituite dalle seguenti: "è disposto entro 60 gionrni dalla data di entrata in vigore della presente disposizione, il trasferiemnto delle eventuali risorse strumentali e finanziarie residue di Buonitalia Spa in liquidazione all'Agenzia";

c) al quinto periodo, le parole: "di verifica dell'idoneità da espletare anche in deroga ai Iimiti alle facoltà assunzionali, sono inquadrati anche in posizione di sovrannumero rispetto alla dotazione organica dell'ente, riassorbibile con le successive vacanze" sono sostituite dalle seguenti: "di verifica per titoli dell'idoneità, da espletare anche in deroga alle facoltà assunzionali, per l'area funzionale prevista dalla suddetta tabella di comparazione, o in difetto del titolo di studio richiesto per l'accesso dal CCNL del comparto ministeri, nell'area funzionale immediatamente inferiore, sono inquadrati entro 60 giorni dalla data di entrata in vigore della legge anche in posizione di sovrannumero rispetto alla dotazione organica dell'ente riassorbibile con le successive vacanze"».

2.332

MARINELLO, MANCUSO, GUALDANI

Dopo il comma 34, aggiungere il seguente:

«34-*bis*. Al comma 9, dell'articolo 4 del decreto-legge 31 agosto 2013, n. 101, convertito, con

modificazioni, dalla legge 30 ottobre 2013, n.125, e successive modificazioni, aggiungere il seguente periodo: "È disposta, altresì, la proroga dei contratti a termine dei lavoratori socialmente utili con contratto quinquennale di diritto privato quando, per effetto di disposizioni normative regionali, le amministrazioni non possono procedere all'adozione del piano di programmazione triennale del fabbisogno del personale".».

Conseguentemente, ai maggiori oneri derivanti dalla presente disposizione si fa fronte mediante corrispondente riduzione dell'importo previsto alla Tabella A, rubrica Ministero dell'Economia e delle finanze *per l'anno 2015.*

2.333

MARINELLO, MANCUSO, GUALDANI

Dopo il comma 34, aggiungere il seguente:

«34-*bis*. Il secondo periodo dell'art. 4, comma 9, del decreto-legge 31 agosto 2013, n. 101 convertito, con modificazioni, dalla legge 30 ottobre 2013, n. 125 è sostituito dal seguente: "La proroga, sussistendo il fabbisogno organizzativo e le comprovate esigenze istituzionali volte ad assicurare i servizi già erogati, può essere disposta, in relazione ai posti in dotazione organica vacanti indicati nella programmazione triennale di cui al precedente periodo, per il personale in servizio che risulta aver titolo a partecipare alle procedure concorsuali programmate avendo i requisiti di anzianità indicati nel periodo precedente e i requisiti di accesso fino al completamento delle Procedure di interesse e comunque non oltre il 31 dicembre 2016".».

2.334

DI BIAGIO

Dopo il comma 34 inserire il seguente comma:

«34-*bis*. Al fine di assicurare la funzionalità e la piena tutela del personale afferente la polizia locale in relazione alle situazioni di esposizione a rischio, all'art. 6 comma 1, secondo periodo del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito con modificazioni dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, dopo le parole: "vigili del fuoco e soccorso pubblico" inserire le seguenti: ", nonché al personale della polizia locale". Al personale di polizia locale si applicano, in materia previdenziale e infortunistica, le disposizioni previste per il personale delle Forze di polizia statali. Nei procedimenti a carico dei medesimi soggetti per fatti compiuti in servizio e relativi all'uso delle anni o di altro mezzo di coazione fisica si applica l'articolo 32 della legge 22 maggio 1975, n. 152. Si applica, altresì, la disciplina vigente per le Forze di polizia statali in materia di speciali elargizioni e di riconoscimenti per le vittime del dovere e per i loro familiari. Ai sensi dell'articolo 40 del testo unico delle disposizioni per l'assicurazione obbligatoria contro gli infortuni sul lavoro e le malattie professionali, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 30 giugno 1965, n. 1124, il Ministro del lavoro e delle politiche sociali, entro tre mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, adotta un apposito decreto al fine di istituire una specifica classe di rischio per il personale di polizia locale, adeguata ai compiti da esso svolti ed equivalente al trattamento previsto per gli appartenenti alla Polizia di Stato. Ai maggiori oneri derivanti dall'attuazione del presente comma si provvede, nel limite di una previsione di spesa complessiva pari a 10 milioni di euro annui, a valere delle risorse derivanti dell'incremento dello 0,1 per cento dell'addizionale regionale di cui all'articolo 50, comma 2, del decreto legislativo n. 446 del 1997, dal limite minimo».

2.335

DI BIAGIO

Dopo il comma 34 inserire il seguente comma:

«34-*bis*. Al fine di assicurare la funzionalità e la piena tutela del personale afferente la polizia locale in relazione alle situazioni di esposizione a rischio, all'art. 6 comma 1, secondo periodo del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito con modificazioni dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, dopo le parole: "vigili del fuoco e soccorso pubblico" inserire le seguenti: ", nonché al personale della polizia locale". Al personale di polizia locale si applicano, in materia previdenziale e infortunistica, le disposizioni previste per il personale delle Forze di polizia statali. Nei procedimenti a

carico dei medesimi soggetti per fatti compiuti in servizio e relativi all'uso delle armi o di altro mezzo di coazione fisica si applica l'articolo 32 della legge 22 maggio 1975, n. 152. Si applica, altresì, la disciplina vigente per le Forze di polizia statali in materia di speciali elargizioni e di riconoscimenti per le vittime del dovere e per i loro familiari. Ai sensi dell'articolo 40 del testo unico delle disposizioni per l'assicurazione obbligatoria contro gli infortuni sul lavoro e le malattie professionali, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 30 giugno 1965, n. 1124, il Ministro del lavoro e delle politiche sociali, entro tre mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, adotta un apposito decreto al fine di istituire una specifica classe di rischio per il personale di polizia locale, adeguata ai compiti da esso svolti ed equivalente al trattamento previsto per gli appartenenti alla Polizia di Stato. Ai maggiori oneri derivanti dall'attuazione del presente comma si provvede, nel limite di una previsione di spesa complessiva pari a 10 milioni di euro annui, si provvede a decorrere dal 1º gennaio 2015 mediante corrispondente riduzione del Fondo speciale di parte corrente del Ministero dell'Economia e delle Finanze».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 116, sostituire le parole: «100 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015» *con le seguenti:* «90 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015».

2.336

DI BIAGIO

Dopo il comma 34 inserire il seguente comma:

«34-*bis*. Al fine di assicurare la funzionalità e la piena tutela del personale afferente la polizia locale in relazione alle situazioni di esposizione a rischio, all'art. 6 comma 1, secondo periodo del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito con modificazioni dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, dopo le parole: "vigili del fuoco e soccorso pubblico" inserire le seguenti: ", nonché al personale della polizia locale". Ai maggiori oneri derivanti dal presente articolo, valutati in 1 milione di euro l'anno, si provvede mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa relativa al Fondo per gli interventi strutturali di politica economica di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307».

2.337

DI BIAGIO

Dopo il comma 34 inserire il seguente comma:

«34-*bis*. Al fine di assicurare la funzionalità e la piena tutela del personale afferente la polizia locale in relazione alle situazioni di esposizione a rischio, all'art. 6 comma 1, secondo periodo del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito con modificazioni dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, dopo le parole: "vigili del fuoco e soccorso pubblico" inserire le seguenti: ", nonché al personale della polizia locale". Al personale di polizia locale si applicano, in materia previdenziale e infortunistica, le disposizioni previste per il personale delle Forze di polizia statali. Nei procedimenti a carico dei medesimi soggetti per fatti compiuti in servizio e relativi all'uso delle anni o di altro mezzo di coazione fisica si applica l'articolo 32 della legge 22 maggio 1975, n. 152. Si applica, altresi, la disciplina vigente per le Forze di polizia statali in materia di speciali elargizioni e di riconoscimenti per le vittime del dovere e per i loro familiari. Ai sensi dell'articolo 40 del testo unico delle disposizioni per l'assicurazione obbligatoria contro gli infortuni sul lavoro e le malattie professionali, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 30 giugno 1965, n. 1124, il Ministro del lavoro e delle politiche sociali, entro tre mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, adotta un apposito decreto al fine di istituire una specifica classe di rischio per il personale di polizia locale, adeguata ai compiti da esso svolti ed equivalente al trattamento previsto per gli appartenenti alla Polizia di Stato. Ai maggiori oneri derivanti dall'attuazione del presente comma si provvede, nel limite di una previsione di spesa complessiva pari a 10 milioni di euro annui, si provvede a decorrere dal 1º gennaio 2015 mediante corrispondente riduzione del Fondo speciale di parte corrente del Ministero dell'Economia e delle Finanze».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76 aggiungere, in fine, le seguenti parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle

autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniem lineare per un importo pari a 10 milioni di euro a decorrere dal 2015».

2.338

DI BIAGIO

Dopo il comma 34 inserire il seguente comma:

«34-*bis*. Al fine di assicurare la funzionalità e la piena tutela del personale afferente la polizia locale in relazione alle situazioni di esposizione a rischio, all'art. 6 comma 1, secondo periodo del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito con modificazioni dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, dopo le parole: "vigili del fuoco e soccorso pubblico" inserire le seguenti: ", nonché al personale della polizia locale". Agli oneri derivanti dal presente articolo valutati in 1 milione di euro l'anno a decorrere dal 2015, si provvede mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 1, comma 139, della legge 24 dicembre 2012, n. 228».

2.339

STEFANO, URAS

Dopo il comma 34, inserire il seguente:

«34-*bis*. In relazione al Decreto del Presidente della Repubblica 7 luglio 2006 n. 243 l'articolo 4, comma 10 lettera *c)*, punto 1 si interpreta nel senso che sia in sede di prima valutazione sia in sede di rivalutazione delle percentuali di invalidità si applica il Decreto del Presidente della Repubblica 30 ottobre 2009, n. 181».

Conseguentemente, al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni di euro»*, con le seguenti:* «230 milioni di euro».

2.340

STEFANO, URAS

Dopo il comma 34, inserire il seguente:

«34-*bis*. In relazione al decreto del Presidente della Repubblica 7 luglio 2006 n. 243, l'articolo 4, comma 10, lettera *b)*, numero 1, si interpreta nel senso che alle Vittime del Dovere ed ai loro familiari, anche superstiti, di cui all'articolo 1, commi 563 e 564, della legge 23 dicembre 2005, n. 266, nonché alle Vittime della Criminalità Organizzata ed ai loro familiari, anche superstiti di cui all'articolo 1 della legge 20 ottobre 1990, n. 302, spetta l'assegno vitalizio previsto dall'articolo 2 della legge 23 novembre 1998, n. 407, e successive modificazioni, così come modificato dall'articolo 4, comma 238, legge 24 Dicembre 2003 n. 350».

Conseguentemente al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni di euro»*, con le seguenti:* «100 milioni di euro»*; al comma 121, sostituire le parole:* «200 milioni di euro»*, con le seguenti:* «100 milioni di euro».

2.341

STEFANO

Dopo il comma 34, inserire il seguente:

«34-*bis*. Alle Vittime del Dovere, di cui alla legge 23 dicembre 2005 n. 266, alle Vittime del terrorismo e della criminalità organizzata, di cui alla legge 3 agosto 2004 n. 206, che godono del diritto al collocamento obbligatorio con precedenza rispetto ad ogni altra categoria e preferenza a parità di titoli, ai sensi della Legge 23 novembre 1998 n. 407, deve essere garantito il diritto all'assunzione sia presso le amministrazioni pubbliche sia nel settore privato, con rispetto della qualifica e delle funzioni corrispondenti al titolo di studio ed alle professionalità possedute.

I soggetti tenuti all'adempimento dell'obbligo di assunzione devono indicare con cadenza annuale, secondo i parametri di cui al decreto legislativo 27 ottobre 2009, n. 150 e attraverso lo strumento della pubblicazione sui siti istituzionali, la dotazione organica distinta per aree o categorie, il numero dei soggetti da assumere in base alle previsioni dell'articolo 18 della legge 68 del 1999, il numero dei soggetti già reclutati a copertura della quota obbligatoria, le procedure avviate per il collocamento obbligatorio, con indicazione del tipo di avviamento al lavoro. Al fine di garantire . l'effettività del diritto al collocamento delle Vittime del Dovere, di cui alla legge 23 dicembre 2005 n 266, alle Vittime

del terrorismo e della criminalità organizzata, di cui alla legge 3 agosto 2004 n. 206, in caso di inadempimento del datore di lavoro privato e pubblico, saranno applicabili le sanzioni penali, amministrative e disciplinari secondo la vigente normativa».

2.342

STEFANO, URAS

Dopo il comma 34, inserire il seguente:

«34-*bis*. Alle Vittime del Dovere ed ai loro familiari, anche superstiti, di cui all'articolo 1, commi 563 e 564, della legge 23 dicembre 2005, n. 266, nonché alle Vittime della Criminalità Organizzata ed ai loro familiari, anche superstiti, di cui all'articolo 1, della legge 20 ottobre 1990, n. 302 il Presidente della Repubblica concede la medaglia d'oro di "Vittima del Dovere" e "Vittima della criminalità organizzata" per spirito di abnegazione, altruismo e fedeltà allo Stato, con cui le vittime si sono distinte, quali rappresentanti delle Istituzioni. L'onorificenza è conferita alle Vittime del Dovere ovvero alle Vittime della criminalità organizzata in caso di decesso ai parenti ed affini entro il secondo grado, con decreto del Presidente della Repubblica, su proposta del Ministro dell'Interno. Al fine di ottenere la concessione dell'onorificenza, le vittime del dovere o, in caso di decesso, i loro parenti e affini entro il secondo grado, presentano domanda alla prefettura di residenza o al Ministero dell'interno, anche per il tramite delle associazioni rappresentative delle vittime del dovere».

2.343

GASPARRI

Dopo il comma 34, aggiungere il seguente:

«34-*bis*. All'articolo 5 del decreto legislativo 28 settembre 2012, n. 178, al comma 1, dopo le parole: "Il Corpo militare della CRI, che", aggiungere le seguenti: "dalla data della liquidazione dell'Ente di cui all'articolo 2, comma 1,"».

2.344

GASPARRI

Dopo il comma 34, aggiungere il seguente:

«34-*bis*. All'articolo 5 del decreto legislativo 28 settembre 2012, n. 178, al comma 2, apportare le seguenti modificazioni:

a) il primo periodo è soppresso;

b) al secondo periodo sostituire le parole: "Il Corpo delle infermiere volontarie di Croce rossa" con le seguenti: "I Corpi della Croce rossa Italiana, ausiliari delle Forze Armate";

c) al terzo periodo, dopo le parole: "all'articolo 986 comma 1, lettera *b)*," aggiungere le seguenti: "del decreto legislativo di cui al precedente periodo"».

2.345

FUCKSIA

Dopo il comma 34, aggiungere i seguenti commi:

«34-*bis*. Al comma 1, primo periodo, dell'articolo 6-*ter*, del decreto legislativo 30 dicembre 1992, n. 502, dopo le parole: "fisici, psicologi,", inserire le seguenti: "ingegneri clinici,".

34-*ter*. Al comma 1, primo periodo, dell'articolo 16-*quinquies*, del decreto legislativo 30 dicembre1992, n. 502, le parole: "fisici e psicologi", sono sostituite dalle seguenti: "fisici, psicologi e ingegneri clinici".

34-*quater*. Agli eventuali oneri derivanti dalle disposizioni di cui ai commi 34-*bis* e 34-*ter* precedenti si provvede, per l'anno 2015, a valere sullo stato di previsione del Ministero della Salute relativo alla Programmazione del Servizio Sanitario Nazionale per l'erogazione dei livelli Essenziali di Assistenza"».

2.346

MORRA, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Dopo il comma 34, aggiungere i seguenti:

«34-*bis*. Entro 120 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, il Ministro dell'interno svolge una ricognizione dei contratti di locazione inerenti a immobili in uso alle forze del

comparto della pubblica sicurezza stipulati con soggetti privati e illustra alle Camere i dati raccolti.

34-*ter*. L'amministrazione competente recede, con un preavviso di 120 giorni, anche in deroga a eventuali clausole difformi, dal contratti di locazione di cui al comma precedente dai quali risulti un canone superiore ai prezzi di mercato.

34-*quater*. L'amministrazione competente recede altresì, con le medesime modalità e nei medesimi termini di cui al comma 34-*ter* dai contratti di locazione di cui al comma 34-*bis*, qualora nel territorio provinciale di ubicazione dell'immobile oggetto dei contratti medesimi, siano disponibili beni demaniali o confiscati alla criminalità organizzata utili per la medesima destinazione d'uso, e provvede ai necessari trasferimenti.

34-*quinquies*. I risparmi derivanti dalle disposizioni di cui ai commi 34-*ter* e 34-*quater*, accertate con decreto del ministro dell'economia e delle finanze, confluiscono nel Fondo di cui all'articolo 11-*bis* dei decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, per il finanziamento di misure perequative per il personale delle Forze di Polizia e dei Corpo nazionale dei vigili del Fuoco».

2.347

GUALDANI

Sostituire il comma 34, col seguente:

«34. Ai fini dell'attuazione di quanto previsto al comma 33, la revisione degli accordi nazionali quadro, da stipulare entro tre mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, deve tenere conto del mutato assetto funzionale, organizzativo e di servizio, delle misure di contenimento della spesa pubblica previste dai provvedimenti in materia finanziaria dall'anno 2010, con particolare riferimento a quelle del parziale blocco del *turn over* nelle Forze di polizia e del conseguente maggior utilizzo del personale esistente, della specificità del compatto difesa sicurezza, delle aumentate esigenze di contrasto alla criminalità ed al terrorismo e della. conseguente necessità di adeguare le dotazioni, i mezzi e le tecnologie a disposizione. Per le finalità del presente comma, in attuazione dell'impegno del Governo con le rappresentanze sindacali del compatto il 7 ottobre 2014, con successivi provvedimenti, da adottare entro il termine della revisione degli accordi nazionali quadro, saranno individuate risorse aggiuntive non inferiori ad 1 miliardo di euro».

2.348

DI BIAGIO

Dopo il comma 34, aggiungere il seguente:

«34-*bis*. Qualora il periodo intercorrente tra la conclusione della ferma permanente quadriennale e l'immissione in molo ai sensi dell'articolo 2199 del decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66 dovesse essere superiore ai trenta giorni, è riconosciuta al personale di cui all'articolo 2199 comma 4 lettera *b)* punto 3) del decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66 un'indennità mensile non inferiore all'80 per cento della retribuzione spettante al molo da ricoprire. Con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri, su Proposta del Ministro dell'economia e delle finanze e del Ministro per la pubblica amministrazione e la semplificazione, nonché del Ministro responsabile dell'amministrazione presso la quale avviene l'immissione in molo di cui al comma 4, lettera *b)* dell'articolo 2199 del decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66, sono individuate le modalità del presente comma. Ai maggiori oneri derivanti dall'attuazione del Presente comma si provvede mediante corrispondente riduzione dello stanziamento del Fondo unico giustizia destinato al Ministero dell'interno ai sensi dell'articolo 2, comma 7, lettera *a)*, della legge n. 181 del 2008».

2.349

DI BIAGIO

Dopo il comma 34, aggiungere il seguente:

«34-*bis*. È autorizzata, a partire dal 1º ottobre 2014, l'immissione nei ruoli della Polizia di Stato di tutto il personale giudicato idoneo e utilmente collocato nelle graduatorie relative ai concorsi espletati a decorrere dal 2008 e rientrante nella fattispecie di cui all'articolo 2199 comma 4 lettera *b)* punto 3) del decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66, anche qualora non sia concluso il servizio nelle Forze armate in qualità di volontario in ferma prefissata quadriennale di cui a comma 4 lettera *b)* del decreto

legislativo 15 marzo 2010, n. 66. Agli oneri derivanti. dall'attuazione del presente comma si provvede mediante corrispondente riduzione del fondo di cui all'articolo 1, comma 464, della legge 27 dicembre 2013 n 147».

2.350

GASPARRI

Dopo il comma 34 aggiungere il seguente:

«34-*bis*. All'articolo 5 del decreto legislativo 28 settembre 2012, n. 178, al comma 3, apportare le seguenti modificazioni:

a) sostituire il primo periodo con il seguente: "Il Corpo militare volontario, a decorrere dalla data di liquidazione dell'Ente di cui all'articolo 2, comma 1, è costituito anche da personale volontario in congedo.";

b) al secondo periodo sostituire le parole: "Il personale appartenente al ruolo di cui al primo periodo non è soggetto" con le seguenti: "Il personale in servizio appartenente al ruolo di cui al primo periodo è soggetto"».

2.351

GASPARRI

Dopo il comma 34 aggiungere il seguente:

«34-*bis*. All'articolo 5 del decreto legislativo 28 settembre 2012, n. 178, al comma 4, dopo le parole: "Il servizio prestato dal" aggiungere le seguenti: "personale in congedo del"».

2.352

GASPARRI

Dopo il comma 34 aggiungere il seguente:

«34-*bis*. All'articolo 5 del decreto legislativo 28 settembre 2012, n. 178, sostituire il comma 5, con il seguente:

"5. Il personale del Corpo militare già in servizio continuativo per effetto di provvedimenti di assunzione a tempo indeterminato, a decorrere dalla data di entrata in vigore del decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri di cui all'articolo 6, comma 1, transita a domanda in un ruolo ad esaurimento dell'Ente di cui all'articolo 2, comma 1, conservando il proprio stato, grado rivestito e trattamento economico spettante. Il personale militare di cui al periodo precedente, dalla data della liquidazione del predetto Ente, è immesso a domanda, con Decreto della Presidenza del Consiglio dei Ministri, nei ruoli del personale militare o civile dello Stato o delle A mministrazioni Pubbliche, anche in eccedenza agli organici e senza pregiudizi per il personale già in servizio, conservando il grado rivestito e relativo trattamento economico spettante ed è iscritto in coda all'ultimo nominativo dei pari grado o di pari qualifica. Fatti salvi i casi di incompatibili il personale di cui al precedente periodo potrà permanere iscritto nel Corpo Militare volontario ed essere richiamato temporaneamente in servizio con le modalità previste dal Codice dell'ordinamento militare"».

2.353

GASPARRI

Dopo il comma 34 aggiungere il seguente:

«34-*bis*. All'articolo 5 del decreto legislativo 28 settembre 2012, n. 178, al comma 6, sostituire l'ultimo periodo con il seguente: «Dalla data della liquidazione dell'Ente di cui all'articolo 2, comma 1, al personale già appartenente al contingente di cui al presente comma che non è stato assunto dall'Associazione ai sensi dell'articolo 6 del presente decreto o nell'ambito della Fondazione di cui all'articolo 8, comma 2, si applicano le disposizioni previste dal 2º e 3º periodo del comma 5».

2.354

SCILIPOTI ISGRÒ

Dopo il comma 34, aggiungere il seguente:

«34-*bis*. All'articolo 8 comma 4, del decreto-legge 31 agosto 2013, n. 101, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 ottobre 2013, n. 125, le parole: "non oltre il 31 dicembre 2016" sono sostituite dalle seguenti: "il 31 dicembre 2017"».

2.355

SCILIPOTI ISGRÒ

Dopo il comma 34, aggiungere il seguente:

«34-*bis*. È prorogata fino al 2018 la graduatoria degli idonei del bando di concorso per titoli ed esami a 814 posti, nella qualifica di Vigile del Fuoco, di cui alla *Gazzetta Ufficiale* ? IV Serie Speciale Concorsi ed Esami ? n. 90 del 18 novembre 2008».

2.356

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 34, inserire il seguente:

«34-*bis*. A decorrere dal 1º gennaio 2015 il buono pasto è riconosciuto esclusivamente al personale delle amministrazioni pubbliche inserite nel conto economico consolidato della pubblica amministrazione, come individuate dall'Istituto nazionale di statistica (ISTAT) ai sensi dell'articolo 1, comma 2, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, di qualifica non dirigenziale».

2.357

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Sopprimere il comma 35.

2.358

PUGLISI, DI GIORGI, MARCUCCI, IDEM, ELENA FERRARA, MARTINI, MINEO, PARENTE, TOCCI, ZAVOLI, PEZZOPANE

Dopo il comma 35 aggiungere i seguenti:

«35-*bis*. All'alinea del comma 14 dell'articolo 24 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, dopo le parole: "ad applicarsi" sono inserite le seguenti: "al personale della scuola che abbia maturato i requisiti entro l'anno scolastico 2011/2012, ai sensi dell'articolo 59, comma 9, della legge 27 dicembre 1997, n. 449, e successive modificazioni,".

35-*ter*. In considerazione della procedura di ricognizione delle dichiarazioni ai fini del collocamento in quiescenza del personale della scuola che abbia maturato i requisiti entro l'anno scolastico 2011/2012, attivata dal Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca nel mese di ottobre 2013, il beneficio di cui al comma 1 è riconosciuto, con decorrenza dalla data del 1º settembre 2014, nei limiti dell'autorizzazione di spesa di cui al comma 35-*quinquies*. L'Istituto nazionale della previdenza sociale (INPS) prende in esame le domande di pensionamento, inoltrate secondo modalità telematiche, in deroga alla normativa vigente, entro quindici giorni dalla data di entrata in vigore della legge di conversione del presente decreto, dai lavoratori di cui al comma 1 che intendono avvalersi dei requisiti di accesso e del regime delle decorrenze vigenti prima della data di entrata in vigore del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 20. L'INPS provvede al monitoraggio delle domande presentate, definendo un elenco numerico delle stesse basato, ai fini di cui al quarto periodo del presente comma e del relativo ordine di priorità, su un criterio progressivo risultante dalla somma dell'età anagrafica e dell'anzianità contributiva possedute dai singoli richiedenti alla data del 31 dicembre 2012. Qualora dal monitoraggio risulti il raggiungimento del limite numerico delle domande di pensione determinato ai sensi del primo periodo del presente comma, l'INPS non prende in esame ulteriori domande di pensionamento finalizzate a usufruire dei benefici previsti dalla disposizione di cui al comma 35-*bis*.

35-*quater*. Per i lavoratori che accedono al beneficio di cui al comma 35-*bis* il trattamento di fine rapporto, comunque denominato, è corrisposto, nei termini e secondo le modalità stabiliti a legislazione vigente, assumendo come termine iniziale del periodo che precede l'erogazione del trattamento stesso la data in cui sarebbe intervenuta la cessazione del rapporto di lavoro in caso di applicazione dei requisiti per l'accesso al trattamento pensionistico previsti dall'articolo 24 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, e successive modificazioni, nel testo vigente prima della data di entrata in vigore della legge di conversione del presente decreto.

35-*quinquies*. Per l'attuazione dei commi 35-*bis*, 35-*ter* e 35-*quater* è autorizzata la spesa di 52,5

milioni di euro a decorrere dall'anno 2015».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 52.500.000;
2016: ? 52.500.000;
2017: ? 52.500.000.

2.359

PETRAGLIA, URAS

Dopo il comma 35, aggiungere i seguenti:

«35-*bis*. Per gli anni 2015, 2016, 2017, l'Istituto Superiore di Sanità, fermo restando il reclutamento previsto dall'art. 4 della legge 125/2013, nonché il regime assunzionale ordinario vigente, procede a un piano di assunzione straordinario a tempo indeterminato in deroga ai vincoli assunzionali relativi alla dotazione organica dell'ente, su istanza, del personale non dirigenziale:

a) in servizio con contratto a tempo determinato, in possesso dei requisiti di cui all'articolo 1, commi 519 e 558, della legge 27 dicembre 2006, n. 296, e all'articolo 3, comma 90, della legge 24 dicembre 2007, n. 244;

b) assunto con contratto di lavoro a tempo determinato sottoscritto a conclusione di procedure selettive già espletate e che abbia maturato, alla data di entrata in vigore della presente legge, almeno tre anni di servizio anche non continuativi negli ultimi cinque anni alle proprie dipendenze, con contratto di lavoro a tempo determinato e lo di collaborazione coordinata e continuativa;

c) assunto con contratto di collaborazione coordinata e continuativa, sottoscritto a seguito di procedure selettive già espletate, che abbia maturato, alla data di entrata in vigore della presente legge, almeno tre anni di servizio anche non continuativi alle proprie dipendenze negli ultimi cinque anni.

35-*ter*. Al personale in possesso dei requisiti di cui alla lettera *c),* assunto con procedure diverse da quelle di natura concorsuale o previste da norme di legge, si provvede previo espletamento di prove selettive.

35-*quater*. L'Istituto Superiore di Sanità continua ad avvalersi del personale di cui alle lettere *a)*, *b*), *c),* nelle more della conclusione del suddetto piano di assunzione straordinario.

35-*quinques*. È autorizzata, a decorrere dall'anno 2015, la spesa di 3 milioni annui a favore dell'Istituto Superiore di Sanità, destinata all'assunzione progressiva del personale non dirigenziale di cui al comma 88-*bis* di complessive 550 unità».

Conseguentemente all'articolo 1, comma 121 sostituire la parola: «200» con la parola «175».

2.360

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 35 aggiungere, infine, i seguenti commi:

35-*bis*. Al fine di completare il processo di riordino delle Province in attuazione della legge 7 aprile 2014, n. 56, in deroga a quanto previsto dall'articolo 3 del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90, le amministrazioni dello Stato, anche ad ordinamento autonomo, le Regioni e gli enti locali, le agenzie e gli enti pubblici non economici ivi compresi quelli di cui all'articolo 70, comma 4, del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165 e successive modificazione, non possono procedere ad assunzioni di personale a tempo indeterminato fino al 31 dicembre 2015, Ai Corpi di polizia, al Corpo nazionale dei vigili del fuoco, al servizio sanitario nazionale ? per il solo personale medicoinfermieristico ? alle università e al comparto della scuola- relativamente al solo corpo docente ? si applica la normativa di settore.

35-*ter*. Entro 30 giorni dall'entrata in vigore della presente legge, la Presidenza del Consiglio dei ministri, Dipartimento della funzione pubblica le disponibilità di richieste da parte delle amministrazioni interessate suddivise per provincia, per agevolare le procedure di mobilità volontaria dalle Province ad altre amministrazioni attivando il portale finalizzato all'incontro tra la domanda e l'offerta di mobilità. Sono fatti salvi gli accordi di mobilità conclusi ai sensi dell'articolo 2 del decreto legge 24 giugno 2014, n. 90.

35-*quater.* Le Province e le Città metropolitane, al fine di riorganizzare le proprie strutture amministrative in attuazione dell'articolo 1, commi 85 e 88, della legge aprile 2014, n. 56, possono procedere alla rideterminazione delle dotazioni organiche e alla risoluzione unilaterale del rapporto di lavoro nei confronti dei propri dipendenti in possesso dei requisiti anagrafici e contributivi che avrebbero comportato la decorrenza del trattamento pensionistico entro 31 dicembre 2016, secondo la disciplina vigente prima dell'entrata in vigore dell'articolo 24 del decreto legislativo 6 dicembre 2011, n. 201, convertito nella legge 22 dicembre 2011, n. 214, con conseguente valenza dei requisiti anagrafici e di anzianità contributiva nonché del regime delle decorrenze previsti dalla predetta disciplina pensionistica.

2.361

ORRÙ, MINEO, PADUA, BIANCO, LUMIA

Sostituire il comma 35 con il seguente:

«35-*bis.* Al comma 9-*bis,* dell'articolo 4 del decreto legge 31 agosto 2013, n. 101, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 ottobre 2013, n. 125, al penultimo periodo, le parole: "per l'anno 2013" sono sostituite dalle seguenti: "per l'anno 2014" e le parole: "fino al 31 dicembre 2014" sono sostituite dalle seguenti: "fino al 31 dicembre 2015"; all'ultimo periodo, le parole: "Per l'anno 2014" sono sostituite dalle seguenti: "Per l'anno 2015" e dopo le parole: "presente articolo" sono inserite le seguenti: "e di cui all'art 259, comma 6, del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267"»

Conseguentemente all'art. 3, comma 21, letto g) *sostituire la parola:* «triplo» con la seguente: «quadruplo;

2.362

MANCUSO, MARINELLO, GUALDANI

Dopo il comma 35, aggiungere il seguente:

«35-*bis.* Al comma 9-*bis,* dell'articolo 4 del decreto legge 31 agosto 2013 , n. 101, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 ottobre 2013, n. 125, e successive modificazioni, aggiungere il seguente periodo: "Tale proroga di rapporti di lavoro a tempo determinato si applica anche ai precari dei Comuni che hanno dichiarato o dichiarano il dissesto".

Conseguentemente, ai maggiori oneri derivanti dalla presente disposizione si fa fronte mediante corrispondente riduzione dell'importo previsto alla Tabella A, rubrica «Ministero dell'Economia e delle finanze» per l'anno 2015.

2.363

MANCUSO, MARINELLO, GUALDANI

Dopo il comma 35, aggiungere il seguente:

«35-*bis.* Al comma 9-*bis,* dell'articolo 4 del decreto-legge 31 agosto 2013 , n. 101, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 ottobre 2013, n. 125, e successive modificazioni, aggiungere il seguente periodo: "Al personale precario in servizio presso gli enti locali che ha maturato, negli ultimi cinque anni, almeno tre anni di servizio con contratto di lavoro subordinato a tempo determinato, va riqualificato il contratto in rapporto di lavoro a tempo indeterminato mediante inserimento, in deroga a norme vigenti, in dotazione organica o in soprannumero con assorbimento a seguito di collocamento a riposo del personale di ruolo."»

Conseguentemente, ai maggiori oneri derivanti dalla presente disposizione si fa fronte mediante corrispondente riduzione dell'importo previsto alla Tabella A, rubrica «Ministero dell'Economia e delle finanze» per l'anno 2015.

2.364

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 35 aggiungere, infine, il seguente comma:

35-*bis.* All'articolo 1, comma 219, lettera *d)* della legge 147 del 2013 dopo le parole: «allo scopo di consentire il regolare funzionamento dei servizi per l'impiego», aggiungere le seguenti: «per la formazione, le politiche attive dei lavoro e le politiche comunitarie».

Conseguentemente all'articolo 3 dopo il comma 28 aggiungere il seguente:

28-*bis*. All'articolo 19, comma 6 del decreto-legge n. 201 dei 2011, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 214 del 2011, aggiungere, in fondo il seguente periodo: «A decorrere dall'anno 2015 l'aliquota è stabilita nella misura del 13.5 per mille».

2.365

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 35, inserire il seguente:

«35-*bis*. A decorrere dal 1º gennaio 2015, i sindacati e le loro associazioni, sia di lavoratori sia di datori di lavoro, pubblici e privati, comunque costituiti, che percepiscono a qualsiasi titolo contributi da parte degli iscritti, dello Stato o di enti pubblici, e che sono ammessi alla contrattazione collettiva, sono tenuti alla redazione del bilancio di esercizio ed alla sua pubblicazione entro il 30 giugno di ogni anno su almeno tre quotidiani, di cui uno a diffusione nazionale, il bilancio di esercizio corredato di una sintesi della relazione sulla gestione e della nota integrativa. Il bilancio di esercizio, corredato di una sintesi della relazione sulla gestione e della nota integrativa, sottoscritti dal rappresentante legale o dal tesoriere del sindacato o dell'associazione, della relazione dei revisori dei conti, da essi sottoscritta, nonché delle copie dei quotidiani ove è avvenuta la pubblicazione, è trasmesso dal rappresentante legale o dal tesoriere entro il mese di giugno di ogni anno al Ministero del lavoro e delle politiche sociali».

2.366

DI BIAGIO

1. Dopo il comma 35 è aggiunto il seguente comma:

35-*bis*. Il Ministero dell'Interno, in via straordinaria, per l'anno 2015, ai fini della copertura delle esigenze di organico della Polizia di Stato, è autorizzata allo scorrimento delle graduatorie vigenti relative alle procedure concorsuali espletati a decorrere dall'anno 2008 e rientrante nella fattispecie di cui all'articolo 2199 comma 4 lettera *b)* punto 3) del decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66, anche qualora non sia concluso il servizio nelle Forze armate in qualità di volontario in ferma prefissata quadriennale di cui a comma 4 lettera *b)* del decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66. Agli oneri derivanti dall'attuazione del presente comma si provvede mediante corrispondente riduzione del fondo di cui all'art. 1, comma 464 ,della legge 27 dicembre 2013 n. 147.

2.367

PETRAGLIA, DE PETRIS, URAS

Dopo il comma 35, inserire il seguente:

«35-*bis*. Il comma 6-*bis*, dell'art. 3, del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90, convertito in legge, con modificazioni, dall'art. 1, comma 1, legge 11 agosto 2014, n. 114, è sostituito dal seguente:

«6-*bis*. I contratti di lavoro a tempo determinato delle province ? anche di quelle cui dal 1º gennaio 2015 subentrano le città metropolitane ai sensi della legge 56/2014 prorogati fino al 31 dicembre 2014 ai sensi dell'art. 4, comma 9, del decreto-legge 31 agosto 2013, n. 101, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 ottobre 2013 n. 125, possono essere ulteriormente prorogati, alle medesime finalità e condizioni, sino al 31 dicembre 2015, anche in caso di mancato rispetto del patto di stabilità interno 2014, nel rispetto comunque della vigente normativa di contenimento della spesa complessiva di personale. Dall'attuazione del presente comma non devono derivare nuovi o maggiori oneri per la finanza pubblica».

2.368

DE PETRIS, URAS, PETRAGLIA

Dopo il comma 35, inserire il seguente:

«35-*bis*. Il comma 6-*bis*, dell'art. 3, del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90, convertito in legge, con modificazioni, dall'art. 1, comma 1, legge 11 agosto 2014, n. 114, è sostituito dal seguente:

«6-*bis*. I contratti di lavoro a tempo determinato delle province, anche di quelle cui dal 1º gennaio 2015 subentrano le città metropolitane ai sensi della legge 56/2014, e prorogati fino al 31 dicembre 2014 ai sensi dell'art. 4, comma 9, del decreto-legge 31 agosto 2013, n. 101, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 ottobre 2013 n. 125, possono essere ulteriormente prorogati, alle

medesime finalità e condizioni, sino al 31 dicembre 2015, anche in caso di mancato rispetto del patto di stabilità interno 2014, nel rispetto comunque della vigente normativa di contenimento della spesa complessiva di personale».

Conseguentemente Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015:

CP: ? 60.000.000;

CS: ? 60.000.000.

2.369

PETRAGLIA, DE PETRIS, URAS

Dopo il comma 35, aggiungere il seguente:

«35-*bis*. l'Isfol è autorizzato a prorogare entro il 31 dicembre 2014 e per la durata di sei anni i contratti per i 252 lavoratori a tempo determinato con contratti in scadenza entro l'anno in corso, a valere sulle risorse del Fondo sociale europeo con programmazione 2014- 2020, già a tal fine destinate».

2.370

PETRAGLIA, DE PETRIS, URAS

Dopo il comma 35, aggiungere il seguente:

«35-*bis*. l'Isfol è autorizzato a prorogare entro il 31 dicembre 2014 e per la durata di sei anni i contratti per i 252 lavoratori a tempo determinato con contratti in scadenza entro l'anno in corso».

Conseguentemente al comma 121, sostituire le parole: «200 milioni di euro» *con le seguenti:* «182 milioni di euro».

2.371

MARIO MAURO

Dopo il comma 35, aggiungere il seguente;

«35-*bis*. All'articolo 7 del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 agosto 2014, n. 114, è inserito il seguente comma:

"1-*ter*. Per l'esclusiva finalità dell'attuazione della legge 31 dicembre 2012, n. 244, e dei discendenti decreti legislativi 28 gennaio 2014, n. 7, e 28 gennaio 2014, n. 8, per ciascuna riunione sindacale correlata, svolta durante l'orario di servizio su convocazione dell'amministrazione, un solo rappresentante per ciascuna organizzazione sindacale non è tenuto al recupero delle ore ivi impiegate. Resta salvo che, per ogni altra riunione sindacale, la partecipazione alla stessa grava sui contingenti complessivi di permessi di cui al comma 1"».

2.372

RUTA

Dopo il comma 36 aggiungere i seguenti:

«36-*bis*. Al fine di garantire la salvaguardia dell'ambiente e la tutela e la conservazione del patrimonio bio-diverso mediante azioni e interventi di personale specializzato nel territorio nazionale, in deroga ai limiti stabiliti dalla normativa vigente, la dotazione organica degli Operatori e Collaboratori di cui alla Tabella B allegata al decreto legislativo 12 maggio 1995, n. 201, è incrementata di 1400 unità di personale.

36-*ter*. In sede di prima applicazione, entro 120 giorni dalla pubblicazione in *Gazzetta Ufficiale* della presente legge, il personale a tempo indeterminato di cui all'articolo 1 della legge n. 124 del 1985 e all'articolo 1, commi 519 e 521 della legge 27 dicembre 2006 n. 296, transita nel ruolo degli operatori di cui al comma 36-*bis*.

36-*quater*. Entro il medesimo termine di cui al comma 36-*ter*, il Corpo forestale dello Stato è autorizzato ad inquadrare nel ruolo di operatore, previo espletamento di una procedura selettiva nella forma del corso-concorso, volta a verificare il possesso delle competenze nel settore della lotta contro gli incendi boschivi, di monitoraggio e di protezione dell'ambiente, di tutela e salvaguardia delle riserve naturali statali, compresa la conservazione della biodiversità nonché la migliore gestione delle

aree protette di interesse nazionale e le attività didattiche-amministrative connesse, il personale a tempo determinato, assunto, da almeno cinque anni, ai sensi della legge n 124 del 1985.

36-*quinquies*. Agli oneri derivanti dall'applicazione dei commi 36-*bis*, 36-*ter*, 36-*quater*, nel limite della spesa di 48.800.000,00 di euro a decorrere dall'anno 2015, si provvede:

a) quanto a 42.969.000 di euro a valere sulle risorse alla tabella 12 della legge 27 dicembre 2013 n.147, articolo 2 comma 2 della Legge 08 agosto 1995, n 335 e del Decreto Legislativo 15 dicembre 1997, n 446;

b) quanto a 1.500.000 di euro, sulle risorse previste dall'articolo 1 e 2 della Legge 05 aprile 1985, n 124 e dall'articolo 1, comma 24 della legge 27 dicembre 2013, n147;

c) per i restanti 4.300.000 di euro tramite corrispondente riduzione alla Tabella A, alla voce "Ministero dell'economia e delle finanze", cui apportare la seguente variazione in diminuzione: 2015: ? 4.300.000».

2.373

PUGLIA, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI, CIOFFI

Dopo il comma 36, aggiungere i seguenti:

«36-bis. Nel caso di soppressione di enti, il personale a tempo indeterminato attualmente in servizio presso i predetti enti, trasferito alle amministrazioni e agli enti rispettivamente individuati, è inquadrato nell'amministrazione di destinazione, sulla base di un'apposita tabella di corrispondenza approvata con decreto del ministro interessato di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze e con il Ministro per Semplificazione e Pubblica Amministrazione.

36-*ter*. Le amministrazioni di destinazione adeguano le proprie dotazioni organiche in relazione al personale trasferito mediante provvedimenti previsti dai rispettivi ordinamenti.

36-*quater*. I dipendenti trasferiti mantengono il trattamento economico fondamentale e accessorio, limitatamente alle voci fisse e continuative, corrisposto al momento dell'inquadramento.

36-*quinquies*. Nel solo caso in cui risulti più elevato rispetto a quello previsto per il personale dell'amministrazione di destinazione troverà piena applicazione la disposizione di cui all'articolo 2112 Codice civile, comma 3, donde il trattamento economico ? a quella data ? percepito dal personale trasferito e in forza sarà integralmente sostituito da quello applicato, alla medesima data, al personale dipendente dell'amministrazione e/o ente assorbente.

36-*sexies*. Dall'attuazione delle predette disposizioni non devono derivare nuovi o maggiori oneri a carico della finanza pubblica».

2.374

URAS, BAROZZINO, DE PETRIS, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 36 aggiungere il seguente comma:

«36-*bis*. I soggetti istituzionali insediatisi a seguito della legge 7 aprile 2014, n. 56, nonché gli enti o agenzie subentranti nelle funzioni alle province che, ai sensi dell'articolo 35 del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165, stiano assolvendo alla carenza della dotazione organica attraverso il ricorso e l'impiego di personale assunto con procedure ad evidenza pubblica con contratto di lavoro subordinato a tempo determinato della durata di 36 mesi alla data del 31 dicembre 2014 e i cui contratti di lavoro siano stati oggetto negli ultimi cinque anni di una serie continua e costante di rinnovi e proroghe, anche con soluzione di continuità, presso il medesimo ente, possono procedere entro il 31 dicembre 2016, con risorse o fondi propri alla stabilizzazione a domanda del personale interessato».

Conseguentemente, all'articolo 3, dopo il comma 28 aggiungere il seguente:

«28-*bis*. All'articolo 19, comma 6 del decreto-legge n. 201 del 2011, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 214 del 2011, aggiungere, in fondo il seguente periodo: "A decorrere dall'anno 2015 l'aliquota è stabilita nella misura del 13,5 per mille"».

2.375

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 36 aggiungere il seguente comma:

«36-*bis*. Per le strette necessità connesse alle esigenze di continuità dei servizi, le province e le città metropolitane possono prorogare fino ai 31 dicembre 2016 i contratti di lavoro a termine di cui all'articolo 4, comma 9 del decreto-legge 31 agosto 2013, n. 101 convertito, con modificazioni dalla legge 30 ottobre 2013, n. 125, nel rispetto della vigente normativa di contenimento della spesa complessiva di personale e dei limiti massimi della spesa annua per la stipula dei contratti a tempo determinato e nell'invarianza dei saldi di finanza pubblica. Tale proroga è consentita nel rispetto dei vincoli connessi al rispetto del patto di stabilità interno e ai limiti temporali sui contratti a termine».

Conseguentemente, all'articolo 3, dopo il comma 28 aggiungere il seguente:

«28-*bis*. All'articolo 19, comma 6 del decreto-legge n. 201 del 2011, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 214 del 2011, aggiungere, in fondo il seguente periodo: "A decorrere dall'anno 2015 l'aliquota è stabilita nella misura del 13.5 per mille"».

2.376

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 36 aggiungere il seguente comma:

«36-*bis*. Al fine di sostenere l'attuazione dei processi di riorganizzazione finalizzati all'incremento dell'efficacia e dell'efficienza delle attività e dei servizi, a seguito della riduzione del personale delle aree della dirigenza, le Regioni e gli enti locali, previo accordo di contrattazione collettiva decentrata con le organizzazioni sindacali rappresentative rispettivamente del personale del comparto e dell'area dirigenza, a decorrere dall'anno 2015 possono diminuire in misura non superiore al 10 per cento le risorse stabili dei fondi per il trattamento accessorio del personale con qualifica dirigenziale, con contestuale trasferimento delle medesime, in pari misura, ad incremento delle risorse stabili dei fondi per il trattamento accessorio del personale non dirigenziale».

2.377

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 36 aggiungere il seguente comma:

«36-*bis*. Le disposizioni di cui all'articolo 4, comma 6 e comma 6-*quater*, del decreto-legge 31 agosto 2013, n. 101, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 ottobre 2013, n 125 si applicano ai soggetti istituzionali individuati a svolgere le funzioni previste dall'accordo sancito in Conferenza unificata, ai sensi all'articolo 1 comma 91 della Legge 7 aprile 2014 n 56, tra Governo e Regioni, sentite le organizzazioni sindacali maggiormente rappresentative».

Conseguentemente, all'articolo 3, dopo il comma 28 aggiungere il seguente:

«28-*bis*. All'articolo 19, comma 6 del decreto legge n. 201 del 2011 convertito, con modificazioni, dalla legge n 214 del 2011, aggiungere, infondo il seguente periodo: "A decorrere dall'anno 2015 l'aliquota è stabilita nella misura del 13,5 per mille"».

2.378

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 36 aggiungere il seguente comma:

«36-*bis*. In attesa dei provvedimenti di riordino di cui all'articolo 11 dell'accordo sancito tra Governo e Regioni ai sensi dell'articolo 1, comma 9 della legge 7 aprile 2014 n. 56, e allo scopo di garantire la continuità dei servizi, il personale non dirigenziale assunto con contratto a tempo determinato impegnato nei servizi di cui al citato articolo 11, in possesso di idoneità concorsuale per assunzioni a tempo indeterminato dei requisiti di cui all'articolo 4 comma 6 primo periodo della legge 30 ottobre 2013, n. 125 e il personale non dirigenziale dei sopra citati servizi che abbia sostenuto procedure selettive pubbliche per titoli ed esami indette ai sensi dell'articolo 1 comma 560 della legge 296/2006 e assunto, a seguito delle stesse, con contratto a tempo determinato che abbiano maturato una anzianità di servizio di almeno tre anni negli ultimi cinque alla data della presente legge, possono essere stabilizzati a domanda dalla Regione territorialmente competente con risorse proprie ed assegnato, in deroga alla vigente disciplina in materia di limiti per le assunzioni e nel rispetto dei vincoli di spesa, ai soggetti istituzionali individuati anche temporaneamente a svolgere le funzioni previste».

Conseguentemente, all'articolo 3, dopo il comma 28 aggiungere il seguente:

«28-*bis*. All'articolo 19, comma 6 del decreto legge n. 201 del 2011, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 214 de12011, aggiungere in fondo il seguente periodo: "A decorrere dall'anno 2015 l'aliquota è stabilita nella misura del 13.5 per mille"».

2.379

MANCUSO, GUALDANI

Al comma 36, in fine, aggiungere le seguenti parole:

«L'Agenzia delle Dogane in un'ottica di contenimento della spesa, nei limiti dei posti vacanti nella III Area Funzionale, al fine di ricoprire con personale qualificato le carenze di organico relative alla disponibilità di funzionari In tale area (ex posizione economica C1) è altresì autorizzata, in deroga all'articolo 24, comma 1, del decreto legislativo 27 ottobre 2009, n. 150, a scorrere, fino al completo esaurimento dei posti vacanti, le graduatorie vigenti del personale interno risultato idoneo per l'accesso al profilo professionale in questione, di cui alla procedura di progressione verticale autorizzata con decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri del 26 ottobre 2009 e bandita con Determinazione del Direttore della medesima Agenzia con Prot. N. 30205 R.I. del 4 novembre 2010. All'attuazione di quanto sopra, si provvede nell'ambito delle risorse disponibili a legislazione vigente e senza nuovi o maggiori oneri per la finanza pubblica (articolo 1, comma 346, lettera *e)*, della legge n. 244 del 2007».

2.380

CERONI

Dopo il comma 36, aggiungere il seguente:

«36-*bis*. Il Comune può istituire un elenco del personale delle forze armate e di polizia, e del Corpo Nazionale dei vigili del fuoco, in quiescenza e residente nel territorio comunale, per un loro utilizzo, previa il loro consenso, in attività di pubblica utilità afferenti la sicurezza di strutture pubbliche. Il Comune provvede con risorse proprie a stabilire ed erogare i compensi che non possono essere di importo superiore ad un quarto del trattamento pensionistico mensile del soggetto in quiescienza».

2.381

PUGLIA, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Dopo il comma 36, aggiungere i seguenti:

«36-*bis*. Al comma 20 dell'articolo 7 del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78 convertito, con modificazioni, dalla legge 30 luglio 2010, n. 122, al secondo periodo, sono aggiunte, in fine, le parole: "Al suddetto trasferimento si applica, quanto al trattamento economico, la previsione di cui all'articolo 2112 c.c., comma 3, salvo quanto previsto ai successivi due periodi".

36-*ter*. Al comma 20 dell'articolo 7 del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78 convertito, con modificazioni, dalla legge 30 luglio 2010, n. 122, il quinto periodo, è sostituito dal seguente: "Nel solo caso in cui risulti più elevato rispetto a quello previsto per il personale dell'amministrazione di destinazione, continueranno a percepire il trattamento economico all'atto del trasferimento e la differenza sarà imputata alla voce assegno *ad personam* che sarà assorbita con i successivi miglioramenti economici a qualsiasi titolo conseguiti per un periodo massimo di 5 anni; se, al termine del predetto periodo, l'assegno *ad personam* non è stato del tutto riassorbito, cessa di essere corrisposto e, per l'effetto, troverà piena applicazione la disposizione di cui all'articolo 2112 c.c., comma 3, donde il trattamento economico ? a quella data ? percepito dal personale trasferito e in forza sarà integralmente sostituito da quello applicato, alla medesima data, al personale dipendente dell'amministrazione e/o ente assorbente"».

2.382

PADUA

Dopo il comma 36, inserire il seguente:

«36-*bis*. Nei limiti delle risorse disponibili a legislazione vigente, l'Agenzia delle Dogane e dei Monopoli è autorizzata, anche in deroga ai limiti assunzionali stabiliti dalle disposizioni correnti, alla copertura delle carenze di personale nei profili professionali di terza area tramite assunzione dei

candidati inseriti nelle graduatorie a tale scopo già previste dall'articolo 1, comma 4-*bis* del decreto-legge 29 dicembre 2011 n. 216, con priorità rispetto ad ogni modalità di reclutamento. Tali assunzioni sono effettuate sulla base delle disponibilità finanziarie e delle facoltà assunzionali a tempo indeterminato di cui dispone l'Agenzia delle Dogane e dei Monopoli, per le annualità 2014, 2015 e 2016».

2.383

SCAVONE

Dopo il comma 36, inserire il seguente:

«36-*bis*. Nei limiti delle risorse disponibili a legislazione vigente, l'Agenzia delle Dogane e dei Monopoli è autorizzata, anche in deroga ai limiti assunzionali stabiliti dalle disposizioni correnti, alla copertura delle carenze di personale nei profili professionali di terza area tramite assunzione dei candidati inseriti nelle graduatorie a tale scopo già previste dall'articolo 1, comma 4-*bis* del decreto-legge 29 dicembre 2011 n. 216, con priorità rispetto ad ogni modalità di reclutamento. Tali assunzioni sono effettuate sulla base delle disponibilità finanziarie e delle facoltà assunzionali a tempo indeterminato di cui dispone l'Agenzia delle Dogane e dei Monopoli, per le annualità 2014, 2015 e 2016».

2.384

ALBANO, PADUA

Dopo il comma 36, inserire il seguente:

«36-*bis*. Nei limiti delle risorse disponibili a legislazione vigente, l'Agenzia delle Dogane e dei Monopoli è autorizzata alla copertura delle carenze di personale nei profili professionali di terza area tramite assunzione dei candidati. inseriti nelle graduatorie a tale scopo già previste dall'articolo 1, comma 4-*bis* del decreto-legge 29 dicembre 2011 n. 216, con priorità rispetto ad ogni modalità di reclutamento. Tali assunzioni sono effettuate sulla base delle disponibilità finanziarie e delle facoltà assunzionali a tempo indeterminato di cui dispone l'Agenzia delle Dogane e dei Monopoli, per le annualità 2014, 2015 e 2016».

2.385

CALEO

Dopo il comma 36, aggiungere Il seguente: «36-*bis*. L'articolo 1, comma 4-*bis* del decreto-legge 29 dicembre 2011, n. 216, convertito con modificazioni dalla legge 24 febbraio 2012, n. 14, è abrogato».

2.386

MARIO MAURO

Dopo il comma 36, aggiungere il seguente:

«36-*bis*. All'articolo 6, comma 1, del decreto-legge 24 giugno 2014 n. 90, le parole: "non superiore a un anno", sono sostituite dalle seguenti: "non superiore a cinque anni"».

2.387

BIGNAMI, PEPE, MAURIZIO ROMANI, MUSSINI

Dopo il comma 36, inserire il seguente comma:

«36-*bis*. A partire dall'anno 2015 l'Agenzia nazionale per la sicurezza del volo (ANSV) è autorizzata ad avviare le procedure concorsuali e a procedere alle relative assunzioni di 9 funzionari tecnici investigatori a tempo indeterminato, in deroga all'articolo 3, comma 1, del decreto-legge 90 del 2014».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 124, sostituire le parole: «850 milioni»*, con le parole:* «848,5 milioni».

2.388

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 36 aggiungere il seguente comma:

«36-*bis*. All'articolo 4, comma 9, terzo periodo, del decreto-legge 31 agosto 2013, n. 101, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 ottobre 2013, n. 125, le parole: "31 dicembre 2014" sono sostituite dalle seguenti: "31 dicembre 2016"».

Conseguentemente dopo il comma 75 aggiungere il seguente:

«75-*bis*. All'articolo 19, comma 6 del decreto-legge n. 201 del 2011, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 214 del 2011, aggiungere, in fondo il seguente periodo: "A decorrere dall'anno 2015 l'aliquota è stabilita nella misura del 13,5 per mille».

2.389

D'ALÌ

Sopprimere il comma 37.

2.390

COMAROLI, TOSATO

Al comma 37, dopo le parole: «lettera di invito» *aggiungere le seguenti:* «;il Governo presenta semestralmente alle competenti commissioni parlamentari una relazione sulle attività intraprese in base della procedura ristretta di cui al precedente periodo,».

2.391

D'ALÌ

Al comma 37, aggiungere, in fine, le seguenti parole: «, e comunque ad un prezzo non inferiore a tre volte la rivalutazione della rendita catastale prevista per la congruità fiscale.»

2.392

D'ALÌ

Al comma 37 aggiungere, in fine, il seguente periodo:

«I proventi derivanti dalla vendita degli immobili dello Stato sono per l'80 per cento versati a un apposito fondo costituito presso il Ministero dell'economia e delle finanze, destinato esclusivamente al riacquisto e all'estinzione di titoli del debito pubblico italiano e per il 20 per cento versati ai Comuni di sedime.».

2.393

MALAN

Al comma 37, aggiungere, al termine, il seguente periodo: «Tali decreti direttoriali sono inviati tempestivamente alle commissioni competenti di Senato e Camera.»

2.394

GUALDANI

Dopo il comma 37 aggiungere i seguenti:

«37-*bis*. In attuazione del principio della trasparenza della Pubblica amministrazionee al fine di evitare l'insorgere di conflitti di interesse nell'ambito dell'esercizio delle funzioni proprie dei dirigenti e funzionari pubblici, nelle procedure di gara ad aggiudicazione con il criterio dell'offerta economicamente più vantaggiosa all'articolo 84 del codice dei contratti pubblici relativi a lavori, servizi e forniture, di cui al decreto legislativo 12 aprile 2006, n. 163, e successive modificazioni d.lgs.163/2006 sono apportate le seguenti modificazioni:

a) i commi 2 e 3 sono sostituiti dai seguenti: "2. La commissione, individuata tramite sorteggio effettuato dal Prefetto competente per territorio e nominata dall'organo della stazione appaltante competente ad effettuate l'aggiudicazione, è composta da un numero dispari di componenti, in numero massimo di cinque, esperti nello specifico settore cui si riferisce l'oggetto del contratto.

3. La commissione non può in nessun caso essere composta o presieduta da un dipendente della stazione appaltante, da un suo consulente o da un professionista che intrattenga rapporti professionali con la medesima o li abbia intrattenuti nel biennio precedente.";

b) il comma 8 è sostituito dal seguente: "8. I commissari, compreso il presidente, sono sorteggiati a cura del Prefetto competente per territorio e successivamente nominati dall'organo della stazione appaltante competente ad effettuare la scelta del soggetto affidatario del contratto, all'interno di una rosa, composta, da un numero almeno il triplo dei componenti da nominare, di funzionari di amministrazioni aggiudicatrici di cui all'art.3, comma 25, dotati delle adeguate professionalità, ovvero, ove tali professionalità non siano presenti o qualora il Prefetto ritenga possano insorgere conflitti d'interesse, tra gli appartenenti. alle seguenti categorie:

a) professionisti con almeno 10 anni di iscrizione nei rispettivi albi professionali, nell'ambito di un elenco, formato sulla base di rose di candidati fornite dagli ordini professionali;

b) professori universitari di ruolo, nell'ambito di un elenco, formato sulla base di rose di candidati fornite dalle facoltà di appartenenza".

37-*ter*. Le disposizioni di cui al comma 37-*bis* si applicano alle commissioni non ancora costituite alla data di entrata in vigore della presente legge».

2.395

GUALDANI

Dopo il comma 37 aggiungere il seguente:

«37-*bis*. In attuazione del principio della trasparenza della Pubblica amministrazione e al fine di evitare l'insorgere di conflitti di interesse nell'ambito dell'esercizio delle funzioni proprie dei dirigenti e funzionari pubblici, nelle procedure di gara ad aggiudicazione con il criterio dell'offerta economicamente più vantaggiosa all'articolo 84 del codice dei contratti pubblici relativi a lavori, servizi e forniture, di cui al decreto legislativo 12 aprile 2006, n. 163, e successive modificazioni dlgs.163/2006 sono apportate le seguenti modificazioni:

a) i commi 2 e 3 sono sostituiti dai seguenti: "2. La commissione, individuata tramite sorteggio effettuato Prefetto competente per territorio e nominata dall'organo della stazione appaltante competente ad effettuare l'aggiudicazione, è composta da un numero dispari di componenti, in numero massimo di cinque, esperti nello specifico settore cui si riferisce l'oggetto del contratto.

3. La commissione non può in nessun caso essere composta o presieduta da un dipendente della stazione appaltante, da un suo consulente o da un professionista che intrattenga rapporti professionali con la medesima o li abbia intrattenuti nel biennio precedente.";

b) il comma 8 è sostituito dal seguente: "8. I commissari, compreso il presidente, sono sorteggiati a cura del Prefetto competente per territorio e successivamente nominati dall'organo della stazione appaltante competente ad effettuare la scelta del soggetto affidatario del contratto, all'interno di una rosa, composta da un numero almeno il triplo dei componenti da nominare, di funzionari di amministrazioni aggiudicatrici di cui all'art. 3, comma 25, dotati delle adeguate professionalità, ovvero, ove tali professionalità non siano presenti o qualora il Prefetto ritenga possano insorgere conflitti d'interesse, tra gli appartenenti alle seguenti categorie:

a) professionisti con almeno 10 anni di iscrizione nei rispettivi albi professionali, nell'ambito di un elenco, formato sulla base di rose di candidati fornite dagli ordini professionali;

b) professori universitari di ruolo, nell'ambito di un elenco, formato sulla base di rose di candidati fornite dalle facoltà di appartenenza;

c) magistrati ordinari, amministrativi o contabili."».

2.396

GUALDANI

Dopo il comma 37, aggiungere il seguente:

«37-*bis*. Le previsioni e le agevolazioni previste dall'articolo 5, commi 9 e 14, del decreto-legge 13/0512011, n. 70, convertito in Legge 12/07/2011, n.106, nell'art. 5, commi 9 e 14, si interpretano nel senso che le agevolazioni incentivanti previste in detta norma prevalgono sulle normative di P.R.G., anche relative a piani particolareggiati e/o attuativi non ancora approvati, fermi i limiti di cui all'art. 5, comma 11, secondo periodo, D.L. n. 70/11, convertito in Legge n.106/11.»

2.397

GUALDANI

Dopo il comma 37, è aggiunto il seguente:

«37-*bis*. Per le finalità di cui all'articolo 4-bis del decreto-legge 24 giugno 1978, n. 299, convertito, con modificazioni, dalla legge 4 agosto 1978, n. 464, e successive modificazioni, anche al fine di definire i contenziosi in atto, ai comuni di cui alla medesima disposizione è attribuito un contributo di 10 milioni di euro per l'anno 2015. Con decreto del Ministro delle infrastrutture e dei trasporti, da adottare entro novanta giorni della data di entrata in vigore della presente legge, il

contributo di cui al presente comma è ripartito tra i comuni interessati nel rispetto delle quote percentuali determinate nel decreto del Ministro delle infrastrutture e dei trasporti 2 agosto 2007».

2.398

CATALFO, PUGLIA, PAGLINI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Dopo il comma 37, aggiungere il seguente:

«37-*bis*. Al fine di sostenere il capitale sociale impiegato dai lavoratori in mobilità., che associatesi in forma cooperativa, abbiano rilevato l'azienda presso cui prestavano servizio, sono stanziati 50 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017 a valere sulle risorse di cui all'articolo 1 della legge 27 febbraio 1985, n. 49.»

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «,ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 50 milioni di euro a per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017.»

2.399

MARCUCCI, COLLINA

Dopo il comma 37, aggiungere il seguente:

«37-*bis*. Il comma 7 dell'articolo 56-*bis* del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69, convertito con legge 9 agosto 2013, n. 98 è cosi modificato: "Alla fine del primo periodo dopo le parole: 'di cui al comma 1' inserire le seguenti parole: 'calcolate fino alla scadenza originaria dei rapporti contrattuali in corso. Nel caso di assenza del titolo concessorio, le risorse a qualsiasi titolo spettanti agli enti territoriali verranno ridotte per i sei anni successivi alla data di trasferimento in proprietà'"».

2.400

D'ALÌ

Al comma 38, sopprimere la lettera b).

Conseguentemente, le previste risorse sono destinate ad interventi di efficienza energetica del patrimonio pubblico dello Stato nella quota del 3 per cento annuo per come previsto dalla normativa comunitaria.

2.401

TOMASELLI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA

Dopo il comma 38, aggiungere il seguente:

«38-*bis*. Dopo il comma 1 dell'articolo 21, decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito, con modificazioni nella Legge 11 novembre 2014, n.164, inserire il seguente:

"1-*bis*. A favore dei fondi comuni di investimento immobiliare di diritto italiano, delle società di investimento immobiliare quotate (cosiddetto "SIIQ") e delle SICAF aventi esplicitamente, a seconda dei casi, nel proprio regolamento di gestione ovvero nello statuto della società, un oggetto di investimento prevalentemente incentrato su investimenti nel settore residenziale da destinare alla locazione:

a) è introdotta l'esenzione dall'imposta municipale propria di cui al decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214. L'esenzione si applica a condizione e fino a quando permane tale destinazione e la proprietà od altro diritto reale riguardante il bene immobile non sia trasferita a soggetti diversi da quelli indicati nel periodo precedente;

b) è introdotta l'esenzione dalle ritenute e dalle imposte sostitutive sui proventi di cui all'articolo 44, comma 1, lettera *g)* del decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917 e sui redditi diversi di cui all'articolo 67, comma 1, lettere da c-*bis* a c-*quinquies* del medesimo decreto. L'esenzione si applica con riferimento ai redditi conseguiti dai sottoscrittori per un periodo di dieci anni dall'entrata in vigore della presente;

c) non si applicano le previsioni di cui all'articolo 13, commi 5, 6 e 7 del decreto legislativo 4 marzo 2014, n. 44 e all'articolo 8 comma 9 del decreto-legge 13 maggio 2011, n. 70, convertito, con

modificazioni, dalla legge 12 luglio 2011, n. 106"».

Conseguentemente, al comma 2 dell'articolo 21, decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito, con modificazioni nella legge 11 novembre 2014, n. 164, sono apportate le seguenti modifiche:

a) le parole: «il beneficio spetta nei seguenti casi» *sono sostituite dalle seguenti:* «I benefici di cui ai precedenti commi e 1-*bis spettano nei seguenti casi».*

b) alla lettera a) *sono aggiunte, in fine, le seguenti parole:* «, ovvero ceduti da altri soggetti e già oggetto di interventi di ristrutturazione di cui all'articolo 3, comma 1, lettere *d)*, del Testo Unico dell'edilizia di cui al Presidente della Repubblica 6 giugno 2001, n. 380 o destinati ad una completa ristrutturazione al sensi della medesima normativa».

Conseguentemente, al comma 3 dell'articolo 21, decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito, con modificazioni nella legge 11 novembre 2014, n. 164, sono apportate le seguenti modifiche:

a) le parole: «La deduzione è riconosciuta» *sono sostituite dalle seguenti:* «I benefici di cui al precedenti commi 1 e 1-*bis* sono riconosciuti»;

b) le parole: «a partire dal periodo d'imposta nel quale avviene la stipula del contratto di locazione, al quale è allegata una dichiarazione sostitutiva, al sensi del decreto del Presidente della Repubblica n. 445 del 2000, resa dal locatore, che attesti che:» *sono sostituite dalle seguenti:* «a partire dalla data di acquisto, previa allegazione all'atto di acquisto di una dichiarazione sostitutiva, ai sensi del decreto del Presidente della Repubblica n. 445 del 2000, da parte del locatore, che attesti che:»;

c) la lettera e) *è abrogata.*

Conseguentemente, al comma 4 dell'articolo 21, decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito, con modificazioni nella legge 11 novembre 2014, n. 164, dopo la parola: «il beneficio» sono aggiunte le seguenti: «di cui al precedente comma 1».

Conseguentemente, al comma 5 dell'articolo 21, decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito, con modificazioni nella legge 11 novembre 2014, n.164, le parole: «ai sensi dell'articolo 36-*ter* del decreto del Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, n. 600» *sono sostituite dalle seguenti:* «ai sensi di quanto previsto dalla normativa precedentemente in vigore».

2.402

SAGGESE

Dopo il comma 38, aggiungere il seguente:

«38-*bis*. All'articolo 21 del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito con modificazioni dalla legge 11 novembre 2014, n. 164, sono apportate le seguenti modifiche:

a) dopo il comma 1, aggiungere il seguente:

"1-*bis*. A favore dei fondi comuni di investimento immobiliare di diritto italiano, delle società di investimento immobiliare quotate (cosiddetto "SIIQ") e delle SICAF aventi esplicitamente, a seconda dei casi, nel proprio regolamento di gestione ovvero nello statuto della società, un oggetto di investimento prevalentemente incentrato su investimenti nel settore residenziale da destinare alla locazione:

a) è introdotta l'esenzione dall'imposta municipale propria di cui al decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214. L'esenzione si applica a condizione e fino a quando permane tale destinazione e la proprietà od altro diritto reale riguardante il bene immobile non sia trasferita a soggetti diversi da quelli indicati nel periodo precedente;

b) è introdotta l'esenzione dalle ritenute e dalle imposte sostitutive sui proventi di cui all'articolo 44, comma 1, lettera *g)* del decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917 e sui redditi diversi di cui all'articolo 67, comma 1, lettere da c-*bis* a c-*quinquies* del medesimo decreto. L'esenzione si applica con riferimento ai redditi conseguiti dai sottoscrittori per un periodo di dieci anni dall'entrata in vigore della presente;

c) non si applicano le previsioni di cui all'articolo 13, commi 5, 6 e 7 del decreto legislativo 4

marzo 2014, n. 44, e all'articolo 8, comma 9, del decreto-legge 13 maggio 2011, n. 70, convertito, con modificazioni, dalla legge 12 luglio 2011, n. 106";

b) al comma 2, le parole: "il beneficio spetta nei seguenti casi" sono sostituite dalle seguenti: "i benefici di cui al precedenti commi 1 e 1-*bis* spettano nei seguenti casi" e alla lettera *a) sono aggiunte, in fine, le seguenti parole: ", ovvero ceduti da altri soggetti e già oggetto di interventi di ristrutturazione di cui all'articolo 3, comma 1, lettere d)*, del testo unico dell'edilizia di cui al Presidente della Repubblica 6 giugno 2001, n. 380 o destinati ad una completa ristrutturazione ai sensi della medesima normativa";

c) al comma 3, le parole: "La deduzione è riconosciuta" sono sostituite dalle seguenti: "I benefici di cui ai precedenti commi 1 e 1-*bis* sono riconosciuti" le parole: "a partire dal periodo d'imposta nel quale avviene la stipula del contratto di locazione, al quale è allegata una dichiarazione sostitutiva, ai sensi del decreto del Presidente dalla Repubblica n. 445 del 2000, resa dal locatore, che attesti che:" sono sostituite dalle seguenti: "a partire dalla data di acquisto, previa allegazione all'atto di acquisto di una dichiarazione sostitutiva, ai sensi del decreto del Presidente dalla Repubblica n. 445 del 2000, da parte del locatore, che attesti che:"; la lettera *e)* è soppressa;

d) al comma 4, dopo le parole: "Il beneficio" sono aggiunte le seguenti: "di cui al precedente comma 1".

e) al comma 5, le parole: "ai sensi dell'articolo 36-*ter* del decreto del Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, n. 600" sono sostituite dalle seguenti: "ai sensi di quanto previsto dalla normativa precedentemente in vigore"».

2.403

TOMASELLI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA

Dopo il comma 38, aggiungere il seguente:

«38-*bis*. Dopo il comma 2 dell'articolo 26, decreto-legge 12 settembre 2013, n. 133, convertito, con modificazioni nella legge 11 novembre 2014, n. 164, sono inseriti i seguenti:

"2-*bis*. Possono presentare le proposte di cui al presente articolo le società di gestione del risparmio di cui al decreto legislativo 24 febbraio 1998 n. 58 che gestiscono fondi comuni di investimento immobiliare ovvero i soggetti imprenditoriali stabiliti nell'Unione Europea che abbiano forma unitaria e che possano documentare di aver condotto a termine nei sette anni precedenti alla data di entrata in vigore del presente decreto almeno una operazione di valorizzazione o di sviluppo immobiliare di importo almeno pari a quello di cui allo studio di fattibilità richiesto al successivo comma.

2-*bis.1*. Le proposte di cui al precedente comma 2-*bis* devono contenere uno studio di fattibilità, predisposto secondo l'articolo 14 del decreto del Presidente dalla Repubblica 5 ottobre n. 207 del 2010, dell'utilizzo dell'area o del bene prescelto che indichi il periodo di concessione o di diritto di superficie richiesto, e tutti gli interventi di cui il soggetto realizzatore propone di farsi carico. Lo studio di fattibilità deve inoltre indicare: le risorse economiche che si ritiene di poter investire, le volumetrie e le superfici e le rispettive destinazioni d'uso previste, un planivolumetrico di larga massima, le opere di urbanizzazione necessarie, le superfici destinate al soddisfacimento degli *standard* urbanistici di cui al decreto del Ministro dei lavori pubblici 2 aprile 1968 n. 1444, nonché l'indicazione delle superfici edificate e delle corrispondenti volumetrie destinate a edilizia residenziale pubblica che si propone di cedere gratuitamente in proprietà all'ente locale competente come controvalore per i diritti concessori per gli usi dell'edilizia sovvenzionata. Lo studio reca anche eventuali indicazioni tecniche considerate rilevanti. Le proposte possono indicare due diverse articolazioni della composizione degli investimenti considerati in relazione alla diversa durata del vincolo a carico pubblico e delle superfici e volumetrie trasformate in edilizia residenziale pubblica da cedersi all'ente locale. Una terza proposta può riguardare lo sviluppo potenziale del progetto qualora alla sua realizzazione concorra Cassa Depositi e Prestiti S.p.A. ovvero CDP Investimenti SGR S.p.A."».

2.404

SAGGESE

Dopo il comma 38, aggiungere il seguente:

«38-*bis*. Dopo il comma 2 dell'articolo 26 del decreto-legge 12 settembre 2013, n. 133, convertito, con modificazioni dalla legge 11 novembre 2014, n. 164, sono inseriti i seguenti:

"2-*bis*. Possono presentare le proposte di cui al presente articolo le società di gestione del risparmio di cui al decreto legislativo 24 febbraio 1998 n. 58 che gestiscono fondi comuni di investimento immobiliare ovvero i soggetti imprenditoriali stabiliti nell'Unione Europea che abbiano forma unitaria e che possano documentare di aver condotto a termine nei sette anni precedenti alla data di entrata in vigore del presente decreto almeno una operazione di valorizzazione o di sviluppo immobiliare di importo almeno pari a quello di cui allo studio di fattibilità richiesto al successivo comma.

2-*ter*. Le proposte di cui al precedente comma 2-*bis* devono contenere uno studio di fattibilità, predisposto secondo l'articolo 14 del decreto del Presidente della Repubblica 5 ottobre n. 207 del 2010, dell'utilizzo dell'area o del bene prescelto che indichi il periodo di concessione o di diritto di superficie richiesto, e tutti gli interventi di cui il soggetto realizzatore propone di farsi carico. Lo studio di fattibilità deve inoltre indicare: le risorse economiche che si ritiene di poter investire, le volumetrie e le superfici e le rispettive destinazioni d'uso previste, un planivolumetrico di larga massima, le opere di urbanizzazione necessarie, le superfici destinate al soddisfacimento degli *standard* urbanistici di cui al decreto del Ministro dei lavori pubblici 2 aprile 1968 n. 1444, nonché l'indicazione delle superfici edificate e delle corrispondenti volumetrie destinate a edilizia residenziale pubblica che si propone di cedere gratuitamente in proprietà all'ente locale competente come controvalore per i diritti concessori per gli usi dell'edilizia sovvenzionata. Lo studio reca anche eventuali indicazioni tecniche considerate rilevanti. Le proposte possono indicare due diverse articolazioni della composizione degli investimenti considerati in relazione alla diversa durata del vincolo a carico pubblico e delle superfici e volumetrie trasformate in edilizia residenziale pubblica da cedersi all'ente locale. Una terza proposta può riguardare lo sviluppo potenziale del progetto qualora alla sua realizzazione concorra Cassa Depositi e Prestiti S.p.A. ovvero CDP Investimenti SGR S.p.A."».

2.405

SAGGESE

Dopo il comma 38, aggiungere il seguente:

«38-*bis*. All'articolo 32 del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito con modificazioni dalla legge 30 luglio 2010, n. 122, sono apportate le seguenti modifiche:

a) il comma 3 è sostituito dal seguente:

"3. Le disposizioni degli articoli 6, 8 e 9 del decreto-legge 25 settembre 2001, n. 351, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 novembre 2001, n. 410, trovano applicazione, in ogni caso, per i fondi orientati all'investimento in beni immobili a prevalente utilizzo sociale, per quelli istituiti per la valorizzazione e dismissione del patrimonio immobiliare pubblico nonché per i fondi partecipati esclusivamente da uno o più del seguenti partecipanti";

b) al comma 3, lettera *a)*, dopo le parole: "Stato o ente pubblico" sono inserite le seguenti: "e società dagli stessi partecipate per almeno il 20 per cento del capitale o del patrimonio";

c) al comma 3 dopo la lettera *b)* è inserita la seguente:

"b-*bis*. Società di investimento immobiliare quotate di cui l'articolo 1, commi da 119 a 141-*bis*, della legge 27 dicembre 2006, n. 296, e successive modifiche e integrazioni";

d) al comma 3-*bis* le parole: "5 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "20 per cento";

e) dopo il comma 3-*bis* è inserito il seguente:

"3-*ter*. La tassazione per trasparenza di cui al precedente comma 3-*bis* non trova, in ogni caso, applicazione qualora il fondo è partecipato, direttamente, ovvero indirettamente, per più del 50 per cento dagli investitori di cui al comma 3"».

2.406

TOMASELLI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA

Dopo il comma 38, aggiungere il seguente:

«38-*bis*. All'articolo 32 del decreto-legge 31 maggio 2010, convertito, con modificazioni dalla legge 30 luglio 2010, n. 122, sono apportate le seguenti modifiche:

a) il comma 3 è sostituito dal seguente: "3. Le disposizioni degli articoli 6, 8 e 9 del decreto-legge 25 settembre 2001, n. 351, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 novembre 2001, n. 410, trovano applicazione, in ogni caso, ai fondi orientati all'investimento in beni immobili a prevalete utilizzo sociale, a quelli istituiti per la valorizzazione e dismissione del patrimonio immobiliare pubblico nonché ai fondi partecipati esclusivamente da uno o più dei seguenti partecipanti";

b) al comma 3, lettera *a)*, dopo le parole: "Stato o ente pubblico" sono inserite le seguenti: "e società dagli stessi partecipate per almeno il 20 per cento del capitale o del patrimonio";

c) al comma 3 dopo la lettera *b)* è inserita la seguente:

"b-*bis*. Società di investimento immobiliare quotate di cui l'articolo 1, commi da 119 a 141-*bis*, della legge 27 dicembre 2006, n. 296, e successive modifiche e integrazioni";

d) al comma 3-*bis* le parole: "5 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "20 per cento";

e) dopo il comma 3-*bis* è inserito il seguente: "3-*ter*. La tassazione per trasparenza di cui al precedente comma 3-*bis* non trova, in ogni caso, applicazione qualora il fondo è partecipato, direttamente, ovvero indirettamente, per più del 50 per cento dagli investitori di cui al comma 3"».

2.407

GUALDANI

Dopo il comma 38, aggiungere i seguenti:

«38-*bis*. Al fine di ridurre il contenzioso generato dall'applicazione dei criteri per il calcolo del canone demaniale marittimo sulla scorta delle previsioni di cui all'articolo 03, comma 1, lettera *b)*, punto 2.1) del decreto-legge 5 ottobre 1993, n. 400, convertito, con modificazioni, dalla legge 4 dicembre 1993, n. 494, così come modificato dalla legge 27 dicembre 2006, n. 296, i procedimenti giudiziari pendenti alla data del 30 settembre 2013 concernenti il pagamento in favore dell'erario statale dei canoni e degli indennizzi per l'utilizzo dei beni demaniali marittimi e delle relative pertinenze possono essere integralmente definiti, previa domanda all'ente gestore ed all'Agenzia del demanio da parte del soggetto interessato ovvero del destinatario della richiesta di pagamento, mediante il versamento:

a) diretto in un'unica soluzione, di un importo, pari al 30 per cento delle somme dovute;

b) rateizzato fino a un massimo di 9 rate annuali, di un importo pari al 70 per cento delle somme dovute, oltre agli interessi legali, secondo un piano approvato dall'ente gestore.

38-*ter*. La domanda di definizione, ai sensi del comma 522-*bis*, ove l'istante deve precisare se intende avvalersi delle modalità di pagamento di cui alla lettera *a)* o di quelle di cui alla lettera *b)* del predetto comma, è presentata entro il 31 gennaio 2014. La definizione si perfeziona con il versamento, entro il termine di 60 giorni dalla presentazione della domanda di definizione, dell'intero importo dovuto; in caso di versamento rateizzato, entro il predetto termine deve essere versata la prima rata, la definizione resta sospesa sino al completo versamento delle ulteriori rate ed il mancato pagamento di una di queste, entro 60 giorni dalla scadenza, comporta la decadenza del beneficio. La definizione del contenzioso con le modalità di cui al presente comma sospende gli eventuali procedimenti amministrativi avviati dalle amministrazioni competenti e gli effetti dei medesimi relativi ai procedimenti di rilascio nonché alla sospensione, revoca o decadenza dalla concessione demaniale marittima derivanti dal mancato versamento del canone demaniale marittimo».

2.408

TOMASELLI, LAI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA

Dopo il comma 38, aggiungere il seguente:

«38-*bis*. All'articolo 22, comma 5-*septies*, del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 91, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 agosto 2014, n. 116, la lettera *c)*, è sostituita dalla seguente:

"*c)* che durante il periodo di proroga straordinaria previsto dai commi 5-*bis* e 5-*ter*, la misura della provvigione di gestione sia ridotta in modo tale che le commissioni di gestione siano costituite

da:

1) una commissione fissa, di importo pari alle commissioni definite dal regolamento di gestione alla data di costituzione del fondo ridotte di almeno il venti per cento (20 per cento), fermo restando che tale quota fissa non potrà essere comunque superiore allo zero settanta per cento (0,70 per cento);

2) una commissione variabile, pari alla restante porzione delle commissioni definite dal regolamento di gestione del fondo, collegata all'andamento dell'attività di smobilizzo degli investimenti nel periodo di proroga straordinaria.

Le commissioni complessive non potranno, comunque, essere superiori alle commissioni che la società di gestione del risparmio avrebbe percepito dalla data di efficacia delle modifiche fino al completamento dell'attività di smobilizzo degli investimenti, sulla base di quanto previsto dal regolamento di gestione del fondo prima delle modifiche di cui al presente comma;"».

2.409

SAGGESE

Dopo il comma 38, aggiungere il seguente:

«38-*bis*. All'articolo 22, comma 5-*septies*, del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 91, convertito, con modfficazioni, dalla legge 11 agosto 2014, n. 116, la lettera *c)* è sostituita dalla seguente:

"*c)* che durante il periodo di proroga straordinaria previsto dai commi 5-*bis* e 5-*ter*, la misura della provvigione di gestione sia ridotta in modo tale che le commissioni di gestione siano costituite da: (i) una commissione fissa, di importo pari alle commissioni definite dal regolamento di gestione alla data di costituzione del fondo ridotte di almeno il venti per cento (20 per cento), fermo restando che tale quota fissa non potrà essere comunque superiore allo zero settanta per cento (0,70 per cento); (ii) una commissione variabile, pari alla restante porzione delle commissioni definite dal regolamento di gestione del fondo, collegata all'andamento dell'attività di smobllizzo degli investimenti nel periodo di proroga straordinaria. Le commissioni complessive non potranno, comunque, essere superiori alle commissioni che la società di gestione del risparmio avrebbe percepito dalla data di efficacia delle modifiche fino al completamento dell'attività di smobilizzo degli investimenti, sulla base di quanto previsto dal regolamento di gestione del fondo prima delle modifiche di cui al presente comma;"».

2.410

TOMASELLI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA

Dopo il comma 38, aggiungere il seguente:

«38-*bis*. All'articolo 10 del decreto legislativo 14 marzo 2011, n. 23, e successive modificazioni, il comma 4 è sostituito dal seguente:

"4. In relazione agli atti di cui ai commi 1 e 2 sono soppresse tutte le esenzioni e le agevolazioni tributarie, anche se previste in leggi speciali, ad eccezione di quelle relative ad atti in cui siano parte fondi immobiliari chiusi disciplinati dall'articolo 37 del decreto legislativo 24 febbraio 1998, n. 58, e dall'articolo 14-*bis* della legge 25 gennaio 1994, n. 86. A tali ultimi atti continuano ad applicarsi le disposizioni di cui al quarto periodo dell'articolo 1 della tariffa allegata al testo unico di cui al decreto del Presidente della Repubblica n. 131 del 1986, nel testo in vigore fino al 31 dicembre 2013"».

2.411

SAGGESE

Dopo il comma 38, aggiungere il seguente:

«38-*bis*. All'articolo 10 del decreto legislativo 14 marzo 2011, n. 23, e successive modificazioni, il comma 4 è sostituito dal seguente:

"4. In relazione agli atti di cui ai commi 1 e 2 sono soppresse tutte le esenzioni e le agevolazioni tributarie, anche se previste in leggi speciali, ad eccezione di quelle relative ad atti in cui siano parte fondi immobiliari chiusi disciplinati dall'articolo 37 del decreto legislativo 24 febbraio 1998, n. 58, e dall'articolo 14-*bis* della legge 25 gennaio 1994, n. 86. A tali ultimi atti continuano ad applicarsi le disposizioni di cui al quarto periodo dell'articolo 1 della tariffa allegata al testo unico di cui al decreto del Presidente della Repubblica n. 131 del 1986, nel testo in vigore fino al 31 dicembre 2013"».

2.412

TOMASELLI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA

Dopo il comma 38, aggiungere il seguente:

«38-*bis*. AI fine di favorire il finanziamento dei contratti di partenariato pubblico-privato di cui all'articolo 3, comma 15-*ter*, del decreto legislativo 12 aprile 2006, n. 163, ovvero delle concessioni amministrative di beni pubblici, per i quali non sono previsti contributi pubblici a fondo perduto ed è accertata la non sostenibilità attuale del piano economico-finanziario con apposita relazione asseverata da un Istituto di credito o da primaria società di revisione, su richiesta dei titolari dei contratti o delle concessioni, i Comuni autorizzano le variazioni delle destinazioni d'uso in atto necessarie per assicurare l'equilibrio economica-finanziario di tali iniziative, fino ad un massimo del 70 per cento per ogni singola funzione. Le variazioni di cui al comma precedente non comportano varianti al vigente strumento urbanistico generale e, con le conseguenti modifiche ai contratti o alle concessioni, sono approvate dalla giunta comunale».

2.413

SAGGESE

Dopo il comma 38, aggiungere il seguente:

«38-*bis*. AI fine di favorire il finanziamento dei contratti di partenariato pubblico-privato di cui all'articolo 3, comma 15-*ter*, del decreto legislativo 12 aprile 2006, n. 163, ovvero delle concessioni amministrative di beni pubblici, per i quali non sono previsti contributi pubblici a fondo perduto ed è accertata la non sostenibilità attuale del piano economico-finanziario con apposita relazione asseverata da un istituto di credito o da primaria società di revisione, su richiesta dei titolari dei contratti o delle concessioni, i Comuni autorizzano le variazioni delle destinazioni d'uso in atto necessarie per assicurare l'equilibrio economicofinanziario di tali iniziative, fino ad un massimo del 70 per cento per ogni singola funzione. Le variazioni di cui al comma 1 non comportano varianti al vigente strumento urbanistico generale e, con le conseguenti modifiche ai contratti o alle concessioni, sono approvate dalla giunta comunale».

2.414

TOMASELLI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA

Dopo il comma 38, aggiungere il seguente:

«38-*bis*. All'articolo 7, comma 2., ultimo periodo, del decreto-legge 25 settembre 2001, n. 351, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 novembre 2001, n. 410, sono aggiunte infine le seguenti parole: ", dalle pubbliche amministrazioni rientranti nell'elenco di cui all'articolo 1, comma 3 della legge 31 dicembre 2009, n. 196, nonché dalle imprese di assicurazione qualora relativi a quote o azioni comprese negli attivi posti a copertura delle riserve matematiche dei rami vitali"».

2.415

SAGGESE

Dopo il comma 38, aggiungere il seguente:

«38-*bis*. All'articolo 7, comma 2, ultimo periodo, del decreto-legge 25 settembre 2001, n. 351, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 novembre 2001, n 410, sono aggiunte infine le seguenti parole: ", dalle pubbliche amministrazioni rientranti nell'elenco di cui all'articolo 1, comma 3, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, nonché dalle imprese di assicurazione qualora relativi a quote o azioni comprese negli attivi posti a copertura delle riserve matematiche dei rami vita».

2.416

TOMASELLI, LAI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA

Dopo il comma 38, aggiungere il seguente:

«38-*bis*. Gli interventi residenziali in favore del personale del comparto sicurezza, dei vigili del fuoco, delle forze armate, sono localizzati nell'ambito dei piani previsti dalla legge 18 aprile 1962, n. 167, ovvero nell'ambito di piani e programmi attuativi comunque denominati, anche già approvati, su aree pubbliche o private destinate dal vigente strumento urbanistico generale all'insediamento di opere di interesse generale, classificate come zone territoriali omogenee "F" ai sensi dell'articolo 2 del

decreto ministeriale 2 aprile 1968, n. 1444».

2.417

SAGGESE

Dopo il comma 38, aggiungere il seguente:

«38-*bis*. Gli interventi residenziali in favore del personale del comparto sicurezza, dei vigili del fuoco, delle forze armate, sono localizzati nell'ambito dei piani previsti dalla legge 18 aprile 1962, n. 167, ovvero nell'ambito di piani e programmi attuativi comunque denominati, anche già approvati, su aree pubbliche o private destinate dal vigente strumento urbanistico generale all'insediamento di opere di interesse generale, classificate come zone territoriali omogenee "F" al sensi dell'articolo 2 del decreto ministeriale 2 aprile 1968, n. 1444».

2.418

SAGGESE

Dopo il comma 38, aggiungere il seguente:

«38-*bis*. All'articolo 20, comma 2, del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito, con modlficazioni dalla legge 11 novembre 2014, n. 164, sono apportate le seguenti modifiche:

a) al capoverso "140-*bis*", aggiungere in fine il seguente periodo: "Le disposizioni di cui al presente comma si applicano, in quanto compatibili, ai concambi eseguiti mediante assegnazione di quote di fondi immobiliari e di azioni di Sicaf immobiliari costituiti e disciplinati dal decreto legislativo 24 febbraio 1998, n. 58";

b) al capoverso "140-*quater*", aggiungere in fine le seguenti parole: "ovvero a fondi e Sicaf immobiliari costituiti e disciplinati al sensi del predetto decreto"».

2.419

TOMASELLI, LAI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA

Dopo il comma 38, aggiungere il seguente:

«38-*bis*. All'articolo 20, comma 2, del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito, con modificazioni nella legge 11 novembre 2014, n. 164, sono apportate le seguenti modifiche:

a) dopo il comma 140-*bis*, è aggiunto il seguente: "140-*bis*1. Le disposizioni di cui al comma 140-*bis* si applicano, in quanto compatibili, ai concambi eseguiti mediante assegnazione di quote di fondi immobiliari e di azioni di Sicaf immobiliari costituiti e disciplinati dal decreto legislativo 24 febbraio 1998, n. 58";

b) dopo il comma 140-*ter*, aggiungere il seguente: "140-*quater*. Il medesimo trattamento fiscale di cui al comma 140-*ter* si applica alle assegnazioni che abbiano ad oggetto una pluralità di immobili prevalentemente locati eseguite per la liquidazione delle quote da fondi immobiliari istituiti e disciplinati dal decreto legislativo 24 febbraio 1998, n. 58, a società che abbiano optato per il regime di cui al comma 119, ovvero a fondi e Sicaf immobiliari costituiti e disciplinati ai sensi del predetto decreto"».

2.420

COMAROLI, BISINELLA, DIVINA, TOSATO

Dopo il comma 38, inserire il seguente:

«38-*bis*. All'articolo 56-*bis* del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 agosto 2013, n. 98, sono apportate le seguenti modifiche:

a) al comma 7, primo periodo, dopo le parole "sono ridotte" sono inserite le seguenti parole "per tutta la vigenza dei relativi contratti, se ve ne sono, o per due annualità, se occupate senza titolo,"; e alla fine del primo periodo, dopo le parole "al trasferimento di cui al comma 1", sono inserite le seguenti parole "al netto delle spese di manutenzione e di regolarizzazione tecnica amministrativa sostenute dall'ente richiedente";

b) alla fine del comma 10 è aggiunto il seguente periodo "Resta ferma tuttavia la possibilità per l'ente territoriale di stabilire se destinare la quota residua del 25 per cento prevista dall'articolo 9, comma 5, del decreto legislativo 28 maggio 2010, n. 85, alla riduzione del proprio debito oppure al Fondo per l'ammortamento titoli di. Stato.";

c) al comma 11 le parole da "è altresì" sino alla fine del comma sono sostituite dalle seguenti: "il 10 per cento delle risorse nette derivanti dall'alienazione dell'originario patrimonio immobiliare disponibile degli enti territoriali, è destinato alla riduzione del debito dell'ente."».

2.421

TOMASELLI, LAI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA

Dopo il comma 38, aggiungere il seguente:

«38-*bis*. All'articolo 22 del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 91, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 agosto 2014, n. 116, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al comma 5-*bis*, la parola "due" è sostituita dalla seguente: "cinque";

b) al comma 5-*ter*, la parola "due" è sostituita dalla seguente: "cinque" e la parola "2017" è sostituita dalla seguente: "2020"».

2.422

SAGGESE

Dopo il comma 38, aggiungere il seguente:

«38-*bis*. All'articolo 22 del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 91, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 agosto 2014, n. 116, sono apportate le seguenti modifiche:

a) al comma 5-*bis*, la parola "due" è sostituita dalla parola "cinque";

b) al comma 5-*ter*, la parola "due" è sostituita dalla parola "cinque" e la parola "2017" è sostituita dalla parola "2020"».

2.423

LAI, BROGLIA, TOMASELLI

Al comma 39, sopprimere la lettera b).

2.424

MARCUCCI, COLLINA

Dopo il comma 39, aggiungere i seguenti:

«39-*bis*. Al decreto legislativo 4 luglio 2014, n. 102, apportare le seguenti modifiche:

all'articolo 4, comma 4:

al primo periodo, dopo le parole "che la presiede", sono aggiunte le parole "dall'Agenzia del Demanio";

al terzo periodo, le parole "e del Ministro dell'ambiente" sono sostituite con le seguenti: "di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze e il Ministro dell'ambiente";

all'articolo 5, comma 1:

dopo il primo periodo, è aggiunto il seguente: "A tal fine è predisposto, entro il 30 novembre di ogni anno, a decorrere dal 2014, un programma di interventi, sentito il Ministero delle infrastrutture e dei trasporti";

all'articolo 5, comma 2:

al primo periodo, le parole da "sentito il Ministero delle infrastrutture" fino a "indicata al comma 1, e" sono soppresse;

al terzo periodo, le parole "le stesse Amministrazioni" sono sostituite dalle parole "La cabina di regia" e la parola "assicurano" è sostituita dalla parola "assicura";

all'articolo 5, comma 3:

al primo periodo, le parole "al Ministero dello sviluppo economico" sono sostituite da "alla Cabina di regia";

all'articolo 5, comma 5:

dopo le parole "del presente decreto" sono aggiunte le seguenti: "anche al fine di favorirne l'integrazione e la gestione dello stesso, da parte dell'Agenzia del demanio, con le modalità e gli strumenti previsti dall'articolo 12, commi 4 e 5 del decreto-legge n. 98 del 2011 convertito con modificazioni dalla legge 15 luglio 2011, n. 111.".

39-*ter*. Al decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, nella legge 15 luglio 2011, n. 111 e s.m.i. dopo l'articolo 12 è inserito il seguente articolo:

"12-*bis*. 1. L'esecuzione degli interventi inseriti nei Piani degli investimenti elaborati dall'Agenzia del demanio, finanziati con fondi propri o con le risorse stanziate nei capitoli di spesa 7754 e 7755 iscritti nello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze, è curata, previa sottoscrizione di apposite convenzioni quadro, dalle strutture del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti senza nuovi o maggiori oneri avvalendosi, ove possibile, degli operatori di cui all'articolo 12, comma 5. Resta ferma la possibilità per l'Agenzia del demanio di gestire con la propria organizzazione gli interventi ritenuti strategici per un più pronto perseguimento delle attività istituzionali.

2. Con le convenzioni quadro di cui al comma precedente sono disciplinati i rapporti tra l'Agenzia del demanio e i Provveditorati per le opere pubbliche nonché le relative modalità operative, ai fini di assicurare la tempestiva esecuzione degli interventi ed il completo e costante monitoraggio dei lavori affidati"».

2.425

CIOFFI, SCIBONA, CIAMPOLILLO, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Dopo il comma 39, inserire i seguenti:

«39-*bis*. Per favorire la riduzione degli oneri amministrativi a carico dei cittadini ed assicurare l'efficacia, la trasparenza e il controllo in tempo reale dell'azione amministrativa per la locazione o l'alienazione del patrimonio immobiliare pubblico, anche al fine del corretto agire della pubblica amministrazione e di prevenire fenomeni di corruzione, è istituita la "Banca dati nazionale del patrimonio immobiliare pubblico". La Banca dati di cui al presente comma è consultabile in un'apposita sezione del sito internet ufficiale del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti. Nella Banca dati sono evidenziate separate sezioni, recanti l'indicazione: degli immobili locati, di quelli da locare, di quelli per i quali è stata presentata domanda di riscatto nonché di quelli per i quali è stata avviata la procedura di alienazione.

39-*ter*. Entro tre mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, il Ministro delle infrastrutture e dei trasporti, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze e con il Ministro degli affari regionali, stabilisce, con proprio regolamento, previa intesa con la Conferenza unificata di cui all'articolo 8 del decreto legislativo di cui all'articolo 8 del decreto legislativo 28 agosto 1997, n. 281, le modalità di redazione della Banca dati, nonché le modalità di formazione degli elenchi e dei criteri in base ai quali gli immobili adibiti ad edilizia economico popolare di proprietà dei comuni e degli istituti autonomi per le case popolari e gli immobili di proprietà delle regioni, delle province e degli enti di assistenza e beneficenza, anche disciolti, nonché di proprietà statale o di altri enti pubblici anche partecipati devono essere iscritti nella medesima Banca dati. Il medesimo regolamento disciplina le modalità tecniche per l'accessibilità della Banca dati attraverso i portali o i siti internet, ove esistenti, degli enti e dei soggetti che detengono immobili destinati alla locazione o alla alienazione, nonché le modalità di formazione dell'anagrafe degli assegnatari. Ai fini della fissazione dei criteri di cui al presente comma, si tiene conto delle diverse competenze in materia attribuite allo Stato e alle regioni».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 75, alla tabella A ivi richiamata, alla voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 3000.000;
2016: ? 1.000.000;
2017: ? 1.000.000.

2.426

CIOFFI, SCIBONA, CIAMPOLILLO, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Dopo il comma 39, inserire i seguenti:

«39-*bis*. Per la migliore definizione dei programmi di intervento di interesse nazionale relativi al patrimonio immobiliare pubblico, nonché alla acquisizione, raccolta, elaborazione, diffusione e valutazione dei dati sulla condizione abitativa, i Comuni, entro tre mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, provvedono al censimento ovvero, ove già effettuato, all'aggiornamento degli immobili di proprietà pubblica presenti nel rispettivo territorio e alla loro catalogazione, con

riferimento in particolare alla presenza di unità immobiliari e fabbricati inutilizzati e al loro stato di manutenzione, nonché allo stato di manutenzione degli immobili utilizzati.

39-*ter*. Nel censimento sono ricompresi gli immobili adibiti ad edilizia economico popolare di proprietà dei comuni e degli istituti autonomi per le case popolari e gli immobili di proprietà delle regioni, delle province e degli enti di assistenza. e beneficenza, anche disciolti, nonché di proprietà statale o di altri enti pubblici.

39-*quater*. I comuni e le Regioni sulla base del censimento di cui ai commi 39-*bis* e 39-*ter*, entro diciotto mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, formulano propri programmi di recupero del patrimonio pubblico inutilizzato e di recupero e manutenzione del patrimonio già adibito ad uso abitativo».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 75, alla tabella A ivi richiamata, alla voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 2.000.000;
2016: ? 1.000.000;
2017: ? 1.000.000.

2.427

BERTOROTTA, PUGLIA, MOLINARI, VACCIANO, BOTTICI, MANGILI, BULGARELLI

Dopo il comma 39, aggiungere i seguenti:

«39-*bis*. Le norme di cui all'articolo 23 del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito con legge 11 novembre 2014, n. 164, si applicano alle dismissioni del patrimonio immobiliare eli tutti gli enti di cui all'allegato A del decreto legislativo 30 giugno 1994, n. 509, anche se il loro patrimonio è stato conferito ai vari fini compresa la vendita a fondi immobiliari o SGR.

39-*ter*. Il diritto di riscatto può essere esercitato solo dai conduttori privi di altra abitazione di proprietà adeguata alle esigenze del nucleo familiare nella città di residenza. L'inquilino degli enti e/o soggetti di cui al comma 39-*bis* che esercita il riscatto non può rivendere l'immobile prima del decorso di anni dieci. Allo scadere di tale termine il prezzo di vendita non può essere superiore a quello di acquisto, rivalutato in base agli indici Istat, e nell'ipotesi di vendita è attribuito diritto di prelazione agli enti locali competenti per territorio che decidono per l'acquisto ai fini dell'emergenza abitativa.

39-*quater*. Alle dismissioni degli enti di cui al comma 39-*bis* per la quantificazione del prezzo trovano applicazione le disposizioni di cui all'articolo 3, commi 7 e 8 del decreto-legge 25 settembre del 2001, n. 351, convertito con modificazioni della legge 23 novembre 2001, n. 410.

39-*quinquies*. Agli inquilini che detengono gli alloggi, così come indicati al comma 39-*bis*, sulla base di un contratto di locazione in essere o scaduto, è riconosciuto il diritto di prelazione all'acquisto ed il diritto di prelazione all'affitto».

2.428

GUALDANI

Dopo il comma 39, inserire il seguente:

«39-*bis*. A sostegno della più rapida e coordinata attuazione delle norme di cui agli articoli 3, 4, 5, e 10 del decreto-legge del 28 marzo 2014 n. 47, così come convertito, anche ai fini del più efficace conseguimento degli obiettivi di finanza pubblica di cui al comma 40, si prevede che:

a) entro 6 mesi dalla pubblicazione della presente legge la Consip provveda alla emanazione di apposito bando per l'adesione a una nuova Convenzione, predisposta ai sensi dell'articolo 26 della legge n. 488 del 99 rivolta alle pubbliche amministrazioni centrali e locali, per l'affidamento esternalizzato integrato e unitario del servizi operativi e di assistenza progettuale relativi alla gestione amministrativa, alla gestione del servizi manutentivi ed alla alienazione dei propri immobili da reddito e delle aree ad essi eventualmente correlate, ad operatori specializzati di comprovata esperienza nel settore della gestione integrata tecnica e amministrativa di patrimoni immobiliari pubblici;

b) gli enti locali che aderiranno alla Convenzione di cui alla precedente lettera *a)* del presente comma ove deliberino l'alienazione di almeno il trenta per cento, o nel limite massimo consentito dalla normativa regionale se Inferiore a detta soglia, delle abitazioni e dei locali non residenziali ERP di loro

proprietà, ? attraverso piani di dismissione redatti come previsto dall'articolo 3 del suddetto decreto-legge n. 47 del 2014, così come convertito ? possono destinare, in parziale deroga alle vigenti norme e per il solo primo quadriennio successivo a detta Convenzione fino al venti per cento dei proventi derivanti dalle suddette cessioni a spese inerenti la valorizzazione, la manutenzione e la gestione del beni, nonché al ripiano di eventuali squilibri finanziari dell'Ente proprietario».

2.429

MANGILI, LEZZI, BULGARELLI

Dopo il comma 39, aggiungere i seguenti:

«39-*bis*. Entro 120 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, il Ministro dell'interno svolge una ricognizione dei contratti di locazione inerenti a immobili in uso alle forze del comparto della pubblica sicurezza stipulati con soggetti privati e illustra alle Camere i dati raccolti.

39-*ter*. L'amministrazione competente recede, con un preavviso di 120 giorni, anche in deroga a eventuali clausole difformi, dal contratti di locazione di cui al comma precedente dai quali risulti un canone superiore ai prezzi di mercato.

39-*quater*. L'amministrazione competente recede altresì, con le medesime modalità e nei medesimi termini di cui al comma 39-*ter* dai contratti di locazione di cui al comma 39-*bis*, qualora nel territorio provinciale di ubicazione dell'immobile oggetto dei contratti medesimi, siano disponibili beni demaniali o confiscati alla criminalità organizzata utili per la medesima destinazione d'uso, e provvede ai necessari trasferimenti.

39-*quinquies*. I risparmi eventualmente derivanti dalle disposizioni di cui ai commi 39-*ter* e 39-*quater*, accertate con decreto del ministro dell'economia e delle finanze, confluiscono nel Fondo di cui all'articolo 11-*bis* del decreto-legge 31 maggio 2010, n 78, per il finanziamento di misure perequative per il personale delle Forze di Polizia e dei Corpo nazionale dei vigili del Fuoco».

2.430

GUALDANI

Dopo il comma 39, è inserito il seguente:

«39-*bis*. Dopo il comma 2 dell'articolo 26, decreto-legge 12 settembre 2013, n. 133, convertito, con modificazioni nella Legge 11 novembre 2014, n. 164, sono inseriti i seguenti:

"2-*bis*. Possono presentare le proposte di cui al presente articolo le società di gestione del risparmio di cui al decreto legislativo 24 febbraio 1998 n. 58 che gestiscono fondi comuni di investimento immobiliare ovvero i soggetti imprenditoriali stabiliti nell'Unione Europea che abbiano forma unitaria e che possano documentare di aver condotto a termine nei sette anni precedenti alla data di entrata in vigore del presente decreto almeno una operazione di valorizzazione o di sviluppo immobiliare di importo almeno pari a quello di cui allo studio di fattibilità richiesto al comma successivo.

2-*ter*. Le proposte di cui al precedente comma 2-*bis* devono contenere uno studio di fattibilità, predisposto secondo l'articolo 14 del decreto del Presidente della Repubblica 5 ottobre n. 207 del 2010, dell'utilizzo dell'area o del bene prescelto che indichi il periodo di concessione o di diritto di superficie richiesto, e tutti gli interventi di cui il soggetto realizzatore propone di farsi carico. Lo studio di fattibilità deve inoltre indicare: le risorse economiche che si ritiene di poter investire, le volumetrie e le superfici e le rispettive destinazioni d'uso previste, un planivolumetrico di larga massima, le opere di urbanizzazione necessarie, le superfici destinate al soddisfacimento degli *standard* urbanistici di cui al decreto del Ministro dei lavori pubblici 2 aprile 1968 n. 1444, nonché l'indicazione delle superfici edificate e delle corrispondenti volumetrie destinate a edilizia residenziale pubblica che si propone di cedere gratuitamente in proprietà all'ente locale competente come controvalore per i diritti concessori per gli usi dell'edilizia sovvenzionata. Lo studio reca anche eventuali indicazioni tecniche considerate rilevanti. Le proposte possono indicare due diverse articolazioni della composizione degli investimenti considerati in relazione alla diversa durata del vincolo a carico pubblico e delle superfici e volumetrie trasformate in edilizia residenziale pubblica da cedersi all'ente locale. Una terza proposta può riguardare lo sviluppo potenziale del progetto qualora alla sua realizzazione concorra Cassa Depositi e

Prestiti S.p.A. ovvero CDP Investimenti SGR S.p.A"»

2.431

GUALDANI

Dopo il comma 39, aggiungere il seguente:

«39-*bis.* All'articolo 3, comma 1, lettera *a)*, del decreto-legge 28 marzo 2014, n. 47, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 maggio 2014, n. 80, sono aggiunti i seguenti periodi: "Il prezzo degli alloggi rientranti nelle procedure di alienazione è determinato mediante perizia tecnica dal soggetto gestore assumendo come base di computo il valore normale di cui all'articolo 1, comma 307, della legge 27 dicembre 2006, n. 296, tenuto conto del valori rilevati, per la medesima fascia e zona, dall'Agenzia del Territorio ? Osservatorio del mercato immobiliare. Gli alloggi di proprietà ovvero gestiti dagli Istituti autonomi per le case popolari, comunque denominati, sono previamente offerti in vendita ai soggetti assegnatari degli alloggi medesimi in possesso dei requisiti di permanenza del sistema dell'edilizia residenziale pubblica fissati dalle vigenti normative regionali ed in regola con il pagamento dei canoni e delle spese, applicando uno sconto compreso tra il 15 e il 30 per cento. Le regioni determinano modalità e gradazione dello sconto. Decorso il termine di cui all'articolo 38 della legge 27 luglio 1978, n. 392, gli alloggi sono venduti con asta pubblica. I soggetti assegnatari che acquistano l'alloggio usufruendo dell'abbattimento del prezzo non possono alienare l'Immobile, anche parzialmente, per un periodo di dieci anni dalla data di registrazione del contratto di acquisto"».

2.432

LIUZZI

Dopo il comma 39, aggiungere i seguenti:

«39-*bis.* Al fine di completare il processo di riordino delle Province in attuazione della legge 7 aprile 2014, n. 56, in deroga a quanto previsto dall'articolo 3 del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90, le amministrazioni dello Stato, anche ad ordinamento autonomo, le Regioni e gli enti locali, le agenzie e gli enti pubblici non economici ivi compresi quelli di cui all'articolo 70, comma 4, del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165 e successive modificazione, non possono procedere ad assunzioni di personale a tempo indeterminato fino al 31 dicembre 2015, ai Corpi di polizia, al Corpo nazionale dei vigili del fuoco, al servizio sanitario nazionale ? per il solo personale medico-infermieristico ? alle università e al comparto della scuola ? relativamente al solo corpo docente ? si applica la normativa di settore.

39-*ter.* Entro 30 giorni dall'entrata in vigore della presente legge, la Presidenza del Consiglio dei ministri, Dipartimento della funzione pubblica le disponibilità di richieste da parte delle amministrazioni interessate suddivise per provincia, per agevolare le procedure di mobilità volontaria dalle Province ad altre amministrazioni attivando il portale finalizzato all'incontro tra la domanda e l'offerta di mobilità. Sono fatti salvi gli accordi eli mobilità conclusi ai sensi dell'articolo 2 del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90.

39-*quater.* Le Province e le Città metropolitane, al fine di riorganizzare le proprie strutture amministrative in attuazione dell'articolo 1, commi 85 e 88, della legge aprile 2014, n. 56, possono procedere alla rideterminazione delle dotazioni organiche e alla risoluzione unilaterale del rapporto di lavoro nei confronti dei propri dipendenti in possesso dei requisiti anagrafici e contributivi che avrebbero comportato la decorrenza del trattamento pensionistico entro 31 dicembre 2016, secondo la disciplina vigente prima dell'entrata in vigore dell'articolo 24 del decreto legislativo 6 dicembre 2011, n. 201, convertito nella legge 22 dicembre 2011, n. 214, con conseguente valenza dei requisiti anagrafici e di anzianità contributiva nonché del regime delle decorrenze previsti dalla predetta disciplina pensionistica».

2.433

VACCARI

Dopo il comma 39, aggiungere il seguente:

«39-*bis.* All'articolo 3-*bis* del decreto-legge 25 settembre 2001, n. 351, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 novembre 2001, n. 410, dopo il comma 4 è aggiunto il seguente:

"4-*bis*. Al termine del periodo di tempo previsto dalle concessioni e locazioni di cui al presente articolo, il Ministero dell'economia e delle finanze ? Agenzia del demanio, verificato il raggiungimento della finalità di riqualificazione e riconversione dei beni riconosce allocatario/concessionario, ove non sussistano esigenze di utilizzo per finalità istituzionale, il diritto di prelazione per l'acquisto del bene, al prezzo di mercato medio, che sarà determinato da una commissione composta da un rappresentante dell'agenzia del demanio, da un rappresentante del comune in cui è sito il bene, da un rappresentante dell'agenzia del territorio locale e da un rappresentante dell'ordine professionale degli ingegneri o degli architetti a cui fa riferimento il Comune. Detta commissione procederà anche a stabilire il valore delle locazioni degli immobili dello Stato, concessi ai privati per uso residenza o attività d'impresa. In entrambi i casi, vendita o locazione, la commissione dovrà tenere in considerazione se il bene è stato costruito a spese del promittente acquirente o del promittente conduttore, per un'equa riduzione dell'importo di acquisto o locazione».

2.434

GUALDANI

Dopo il comma 39, è inserito il seguente:

«39-*bis*. All'articolo 22 del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 91, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 agosto 2014, n. 116, sono apportate le seguenti modifiche;

a) al comma 5-*bis*, la parola: "due" è sostituita dalla seguente: "cinque";

b) al comma 5-*ter* la parola: "due" è sostituita dalla seguente: "cinque" e la parola: "2017" è sostituita dalla seguente: "2020"».

2.435

SUSTA

Dopo il comma 39, aggiungere il seguente:

«All'articolo 56-*bis* del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69 convertito, con modificazioni, con la legge 9 agosto 2013, n. 98 sono apportate le seguenti modifiche:

a) dopo il comma 2 è inserito il seguente:

"2-*bis*. I Comuni, le Province, le città metropolitane e le Regioni che intendono acquisire la proprietà dei beni di cui al comma 1 possono fame richiesta secondo le modalità previste al comma 2 nel periodo intercorrente tra il1 gennaio ed il 31 dicembre 2015"».

2.436

CERONI

Dopo il comma 39, aggiungere il seguente:

«All'articolo 56-*bis* del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69 convertito, con modificazioni, con la legge 9 agosto 2013, n. 98, dopo il comma 2 è inserito il seguente:

"2-*bis*. I Comuni, le Province, le città metropolitane e le Regioni che intendono acquisire la proprietà dei beni di cui al comma 1 possono farne richiesta secondo le modalità previste al comma 2 nel periodo intercorrente tra il 1º gennaio ed il 31 dicembre 2015"».

2.437

GUALDANI

Dopo il comma 39, aggiungere il seguente:

«39-*bis*. All'articolo 13, comma 4. del decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito, con modificazioni, dalla legge 21 febbraio 2014, n. 9, dopo le parole: "con i Paesi dell'Unione Europea", sono inserite le seguenti: "nonché alla realizzazione del Programma di recupero di immobili e alloggi di edilizia residenziale pubblica di cui all'articolo 4, comma 1, del decreto-legge 28 marzo 2014, n. 47, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 maggio 2014, n. 80"».

2.438

BONFRISCO, CERONI, D'ALÌ, MANDELLI, GIBIINO, MILO

Dopo il comma 39, aggiungere il seguente:

«39-*bis*. All'articolo 21, comma 1, del decreto-legge 12 settembre 2014, n.133, convertito, con modificazioni, nella legge 11 novembre 2014, n.164, le parole: ", invendute alla data di entrata in

vigore della legge di conversione del presente decreto" sono soppresse.».

2.439

GASPARRI

Dopo il comma 39 aggiungere il seguente:

«39-*bis*. All'articolo 1, comma 18, del decreto-legge 30 dicembre 2009, n. 194, convertito, con modificazioni, dalla legge 26 febbraio 2010, n. 25, le parole: "fino al 31 dicembre 2020" sono sostituite dalle seguenti: "fino al 31 dicembre 2080"».

2.440

GASPARRI

Dopo il comma 39 aggiungere il seguente:

«39-*bis*. All'articolo 1, comma 18, del decreto-legge 30 dicembre 2009, n. 194, convertito, con modificazioni, dalla legge 26 febbraio 2010, n. 25, le parole: "fino al 31 dicembre 2020" sono sostituite dalle seguenti: "fino al 31 dicembre 2060"».

2.441

GASPARRI

Dopo il comma 39 aggiungere il seguente:

«39-*bis*. All'articolo 1, comma 18, del decreto legge 30 dicembre 2009, n. 194, convertito, con modificazioni, dalla legge 26 febbraio 2010, n. 25, le parole: "fino al 31 dicembre 2020" sono sostituite dalle seguenti: "fino al 31 dicembre 2050"».

2.442

GASPARRI

Dopo il comma 39 aggiungere il seguente:

«39-*bis*. All'articolo 1, comma 18, del decreto legge 30 dicembre 2009, n. 194, convertito, con modificazioni, dalla legge 26 febbraio 2010, n. 25, le parole: "fino al 31 dicembre 2020" sono sostituite dalle seguenti: "fino al 31 dicembre 2030"».

2.443

MILO

Dopo il comma 39 aggiungere il seguente:

«39-*bis*. All'articolo 1, comma 18, del decreto legge 30 dicembre 2009, n. 194, convertito, con modificazioni, dalla legge 26 febbraio 2010, n. 25, dopo il penultimo periodo, è aggiunto il seguente periodo: "Sono altresì prorogate fino al 31 dicembre 2020 le concessioni in essere al 31 dicembre 2012."».

2.444

ZANONI, BROGLIA, FAVERO, CALEO, VATTUONE, FISSORE, ELENA FERRARA, GRANAIOLA, MATTESINI, D'ADDA, FILIPPIN, STEFANO ESPOSITO, PEZZOPANE, VACCARI, SOLLO, PAGLIARI, LO GIUDICE, ALBANO, FORNARO, SCALIA, LAI, BORIOLI, MANASSERO, PADUA, SPILABOTTE, SAGGESE, BERTUZZI

Dopo il comma 39 inserire il seguente:

«39-*bis*. All'articolo 56-*bis* del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69 convertito, con modificazioni, con la legge 9 agosto 2013, n. 98, dopo il comma 2 è inserito il seguente:

"2-*bis*. I Comuni, le Province, le città metropolitane e le Regioni che intendono acquisire la proprietà dei beni di cui al comma 1 possono presentare richiesta di attribuzione secondole modalità previste al comma 2 nel periodo intercorrente tra il 1 o gennaio ed il 31 dicembre 2015".».

2.445

GUALDANI

Dopo il comma 41, aggiungere il seguente:

«41-*bis*. Al fine di promuovere la digitalizzazione del turismo, degli istituti e dei luoghi di cultura, dei cinema, dei teatri e di tutti gli eventi, è consentito l'acquisto dei relativi biglietti con le modalità previste dall'art. 8 comma 3 del decreto-legge 18 ottobre 2012, n. 179, convertito, con modificazioni, dalla legge 17 dicembre 2012, n. 221».

2.446

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 41 aggiungere il seguente:

«41-*bis*. In ogni caso, il contratto di programma di cui al comma 1, lettera *b)* relativo al periodo regolatorio successivo a quello 2012-2014 deve assicurare la tutela, la protezione sociale e il mantenimento dei livelli occupazionali riferibili al contratto di programma per il triennio 2009-2011 che, ai sensi di quanto previsto dal comma 1, lettera *a)*, resta efficace fino alla conclusione della procedura di approvazione del nuovo contratto di programma per il quinquennio 2015-2019».

2.447

LAI, TOMASELLI, STEFANO ESPOSITO

Dopo il comma 42 inserire i seguenti:

«42-*bis*. Al fine di rendere immediatamente operativo il Piano Nazionale Amianto, è costituita presso la Presidenza del consiglio dei ministri la commissione nazionale per il coordinamento e l'attuazione del piano. La composizione della commissione è definita entro 30 giorni dall'approvazione della seguente legge mediante DPCM, che individua quali soggetti attuatori del Piano Nazionale Amianto i ministeri della Salute, dell'Ambiente e del Lavoro, le Regioni e gli Enti Locali, i quali operano con un delegato istituzionale per le problematiche dell'amianto.

42-*ter*. Il PNA ha durata triennale e viene finanziato da fondi nazionali o europei. Per il triennio 2015-2017 sono confermate le spese annue sostenute per la parte sanitaria dal ministero della salute per 2,5 milioni per la ricerca delle terapie finalizzate alla cura delle malattie asbesto correlate e il sostegno ai centri specialistici integrati per la cura delle neoplasie asbesto correlate, per 10 milioni per le attività delle regioni collegate alla sorveglianza sanitaria attiva degli esposti ed ex-esposti all'amianto e per 15 milioni per la cura dei tumori rari, con una quota di almeno il 10 per cento per le neoplasie asbesto correlate.

42-*quater*. Presso il Ministero dell'Ambiente è istituito il Fondo Italia ? Bonifica Amianto con la dotazione di 100 milioni per il 2015, 50 milioni per il 2016 e 50 milioni per il 2017, derivanti daI Fondo di sviluppo e coesione 2014-2020, ai sensi del comma 9 dell'articolo 13 del decreto legge 24 giugno 2014 convertito con modifiche nella legge 11 agosto 2014, n. 116. Il 50 per cento delle risorse del Fondo Italia-Bonifica amianto è destinato ai Sin e alle regioni per le attività di monitoraggio, controlli e realizzazione di strutture idonee al conferimento e trattamento materiali contenente amianto in una logica di strutture di prossimità di territorio e associazioni di comuni. il restante 50 per cento delle risorse è destinato ai Comuni per la bonifica degli edifici pubblici presenti nel proprio territorio con priorità verso gli enti locali che hanno una mortalità da mesotelioma superiore alla media nazionale secondo i dati del Registro Nazionale dei Mesotelioma (ReNaM)».

2.448

SUSTA

Dopo il corruna 42 aggiungere il seguente:

«42-*bis*. A fini di valorizzazione del patrimonio mobiliare e di sostegno all'economia nazionale, Cassa depositi e prestiti SpA può, attraverso un apposito veicolo societario o fondo di investimento assumere e gestire partecipazioni in società di medie dimensioni operanti nei settori dell'industria, del commercio e dei servizi, la cui attività prevalente si svolga su territorio nazionale. La società e il fondo di cui al periodo precedente possono essere partecipati da investitori nazionali ed internazionali. La gestione delle partecipazioni è affidata a soggetti forniti di comprovata e adeguata esperienza di investimento a livello nazionale e internazionale. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze di natura non regolamentare, da adottare entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge e da trasmettere al Parlamento, sono definite le caratteristiche delle società che possono essere oggetto di acquisizione ai sensi del primo periodo e dei soggetti ai quali può essere affidata la gestione delle partecipazioni ai sensi del secondo periodo».

2.449

MARGIOTTA

Dopo il comma 42 aggiungere il seguente:

«42-*bis*. Il comma 1-*bis* dell'articolo 38 del decreto legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito con modificazioni dalla legge 11 novembre 2014, n. 164, è cosi sostituito:

!1-*bis*. Il ministro dello Sviluppo Economico, con propri decreti, sentito il ministro dell'Ambiente e della Tutela del Territorio e del Mare, predispone anche per stralci un piano delle aree in cui sono consentite le attività di cui al comma .1 Il piano, per le attività sulla terra ferma, è adottato previa intesa con la Regione o le Regioni territorialmente interessate agli stralci di cui al primo periodo"».

2.450

BULGARELLI, SCIBONA

Sopprimere il comma 43.

2.451

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 45, all'elenco 2, allegato, sopprimere la voce: «Ministero della giustizia».

Conseguentemente, al comma 124 dell'articolo 1, sostituire le parole: «850 milioni» *con le parole:* «747 milioni».

Conseguentemente, alla tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguente variazioni:*

2017: ? 103.000.

2.452

MONTEVECCHI, SERRA, BLUNDO, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

All'Elenco n. 3, di cui al comma 45, relativo alle «Riduzioni delle dotazioni fmanziarie delle spese dei Ministeri Triennio 2015-2017»*, con riferimento al Ministero dei Beni e delle Attività culturali, e nello specifico alla Missione 1* «Tutela e Valorizzazione dei beni e attività culturali e paesaggistici»*, al Programma 1.2* «Sostegno, valorizzazione e tutela del settore dello spettacolo» *nella colonna relativa alle riduzioni previste per l'anno 2015 sostituire il numero:* «91» *con il seguente:* «169».

Conseguentemente nel medesimo Elenco, con riferimento alla Missione 3 «Servizi istituzionali e generali delle amministrazioni pubbliche»*, al Programma 3.1* «Indirizzo politico»*, nella colonna relativa alle riduzioni previste per l'anno 2015 sostituire il numero* «78» *con il seguente:* «169».

2.453

GUALDANI

Dopo il comma 45, aggiungere i seguenti:

«45-*bis*. Al fine di garantire la stabilità del gettito tributario derivante dagli atti registrati dai notai, alla legge 16 febbraio 1913, n.. 89, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 19, sono apportate le seguenti modificazioni:

1. Al comma 1, primo periodo, le parole "con oneri a carico del proprio bilancio" sono sostituite dalle seguenti: "con separata contribuzione obbligatoria a carico di tutti gli iscritti al ruolo da versarsi al Consiglio nazionale del notariato. Il contributo è determinato dal Consiglio nazionale del notariato ed è riscosso secondo le modalità di cui all'articolo 21 della legge 27 giugno 1991, n. 220, entro il 28 febbraio di ciascun anno";

2. Dopo il comma 1, è aggiunto il seguente: "1-*bis*. La misura dei contributi è determinata dal Consiglio nazionale del notariato entro il 31 ottobre di ciascuna anno per l'anno successivo in misura corrispondente ai premi ed agli oneri da esso pagati ed è ragguagliata ai parametri soggetti ad annotamento nei repertori di ciascun notaio secondo quanto stabilito dalla legge e tenuto conto del numero e dell'ammontare dei sinistri liquidati per ciascun notaio a partire dal 1º febbraio 1999";

b) all'articolo 22 come sostituito dall'articolo 4 del decreto legislativo 4 maggio 2006, n. 182, sono apportate le seguenti modificazioni:

1. Dopo il comma 3, sono aggiunti i seguenti:

"3.-*bis. In caso di mancato versamento da parte del notaio dei tributi riscossi in relazione agli atti da lui rogati o autenticati, se il danno non è coperto da polizza assicurativa, l'ente impositore ovvero il soggetto preposto alla riscossione può richiedeme direttamente il pagamento al Fondo.*

L'erogazione è subordinata:

a) all'esercizio dell'azione penale nei confronti del notaio ed alla pronuncia dei suo rinvio a giudizio;

b) all'emissione, per il pagamento dei tributi di cui al primo periodo del presente comma, di un atto esecutivo, non sospeso dall'autorità giudiziaria o dall'amministrazione finanziaria.

3.-*ter*. Il Fondo, quando provvede al pagamento dei tributi di cui al comma 3-*bis*, è legalmente surrogato nei confronti del notaio in tutte le ragioni, azioni e privilegi spettanti all'amministrazione finanziaria. Il Fondo può, esibendo il documento attestante la somma pagata, richiedere all'autorità giudiziaria, l'ingiunzione di pagamento. L'ingiunzione è provvisoriamente esecutiva a norma dell'articolo 642 del codice di procedura civile. Non è ammissibile l'opposizione fondata sul motivo che le imposte pagate non erano dovute o erano dovute in misura minore. Il Fondo può agire esecutivamente sull'indennità dovuta dalla Cassa nazionale del notariato al notaio alla sua cessazione nel limite di cui al quarto comma dell'articolo 545 del codice di procedura civile, e, a tutela del proprio credito, può notificare alla Cassa un atto di opposizione al Pagamento diretto al notaio dell'indennità nello stesso limite.

3-*quater*. Con decreto non regolamentare del Ministro dell'economia e delle finanze, sentito il Consiglio nazionale del notariato, sono disciplinate le modalità procedurali e l'erogazione delle somme da parte del Fondo dell'amministrazione finanziaria e per la successiva surroga ad essa del fondo medesimo.

3-*quinquies*. Se è accertato con decisione passata in cosa giudicata che il notaio non ha commesso il fatto ovvero che il fatto non costituisce reato, il soggetto della riscossione rimborsa senza indugio le somme pagate dal Fondo o, se il Fondo ha recuperato le somme dal notaio, al notaio medesimo";

2. Al comma 4, sono aggiunte alla fine le seguenti parole: "fatto salvo il caso di cui al comma 3-*bis*, nel quale il danno è dimostrato con l'esibizione dell'atto esecutivo ed è quantificato sulla base delle risultanze dello stesso atto".

c) all'articolo 93-*bis*, inserito dall'art. 10 del decreto legislativo 1 agosto 2006, n. 249, sono apportate le seguenti modificazioni:

1. al comma 2, la lettera *a)* è sostituita dalla seguente: "chiedere, anche periodicamente, informazioni e l'esibizione di documenti, estratti repertoriali, atti, registri e libri anche di natura fiscale";

2. dopo il comma 2, è aggiunto il seguente: "2-*bis*: l'agenzia delle entrate trasmette al Consiglio nazionale del notariato, esclusivamente con modalità telematiche entro il secondo mese successivo a quello di scadenza, le informazioni sugli omessi e ritardati versamenti richiesti ai notai con avviso di liquidazione".

45-*ter*. Le disposizioni di cui al comma 40-*bis* entrano in vigore ill 1º gennaio 2015».

2.454

GUALDANI

Dopo il comma 45, aggiungere i seguenti:

«45-*bis*. Per il triennio 2015/2018, lo stanziamento sul capitolo 1694 dello stato di previsione della spesa del Ministero dell'università e della ricerca (controllare il capitolo) è incrementato di 10 milioni di euro per ciascun anno. Tale maggiore spesa, da attribuire al Fondo per il Finanziamento Ordinario delle Università, di cui all'articolo 5, della legge 24 dicembre 1993, n. 537 e successive modificazioni, è destinata alle Università non statali legalmente riconosciute, aventi numero di iscritti non superiore a cinquemila studenti, escluse le Università telematiche, con sede legale in una delle Regioni obiettivo convergenza, proporzionalmente al numero di iscritti nella misura massima di 3500 euro a studente, per il sostegno delle spese generali di funzionamento, e alle università italiane non statali legalmente riconosciute limitatamente al numero di studenti che alla data del 31 dicembre 2014 risultino iscritti a corsi di laurea e laurea magistrale di primo e di secondo livello che si svolgono stabilmente nelle medesime regioni obiettivo convergenza.

45-*ter*. Nel caso in cui le somme stanziate annualmente siano eccedenti rispetto a quanto rogato

nei confronti delle Università beneficarie di cui al comma 1-*bis*, la residua parte sarà ripartita tra le stesse per il potenziamento delle infrastrutture materiali e immateriali e dei servizi agli studenti».

Conseguentemente alla Tabella A, voce: «Ministero dell'econofnia e delle finanze*, apportare le seguenti modifiche:*

2014: ? 10.000 (milioni);
2015: ? 10.000 (milioni);
2016: ? 10.000 (milioni).

2.455

FEDELI, AMATI, CUCCA, FASIOLO, FAVERO, LAI, PAGLIARI, PARENTE, PEZZOPANE

Sostituire i commi 47 e 48 con i seguenti:

«47. La legge 30 dicembre 1986, n. 936, e successive modifiche e integrazioni, è abrogata. A decorrere dalla data di entrata in vigore della presente legge, il Consiglio nazionale dell'economia e del lavoro (CNEL) svolge, su richiesta del Governo, funzioni consultive nelle materie di cui agli articoli 151 e 152 del Trattato sul funzionamento dell'Unione europea. L'espletamento di ogni funzione connessa alla carica di Presidente o Consigliere del CNEL, non può comportare oneri a carico della finanza pubblica ad alcun titolo, fermo restando il rimborso delle spese personali documentate, sostenute per lo svolgimento delle funzioni istituzionali.

48. Ai fini di cui al comma 47 del presente articolo, il Governo presenta al CNEL i provvedimenti di cui alla legge 31 dicembre 2009, n 196, e successive modifiche e integrazioni, e all'articolo 28 della legge 24 dicembre 2012, n. 234, nonché i provvedimenti di riforma organica in materia di lavoro e politiche sociali, ed il CNEL, entro quindici giorni successivi al recepimento degli stessi provvedimenti, trasmette al Governo e al Parlamento un parere non vincolante.

48-*bis*. Entro 30 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, fermo restando quanto disposto dai commi 47 e 48 del presente articolo, con decreto del Presidente della Repubblica, su proposta del Presidente del Consiglio dei Ministri, previa deliberazione del Consiglio dei Ministri, le attribuzioni di cui agli articoli 10, 10-*bis*, 16 e 17 della legge 30 dicembre 1986, n 936, e successive modifiche e integrazioni, nonché da specifiche leggi e accordi con amministrazioni pubbliche diverse da quelle di cui al precedente comma 48, sono assegnate ad altre amministrazioni pubbliche.

48-*ter*. Ai fini dell'attuazione delle disposizioni di cui ai commi 47, 48 e 48-*bis* del presente articolo, il Presidente del Consiglio dei ministri, in attuazione delle disposizioni di cui ai commi 47, 48 e 48-*bis* del presente articolo, definisce con regolamento la destinazione delle risorse umane, strumentali e fmanziarie, del CNEL».

2.456

FEDELI, TOCCI, BORIOLI, D'ADDA, LAI, MICHELONI, PAGLIARI, PARENTE, SOLLO

Al comma 47, dopo le parole: «ad alcun titolo» *aggiungere le seguenti:* «fermo restando il rimborso delle spese documentate, sostenute solo ed esclusivamente per lo svolgimento delle funzioni istituzionali».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 100.000;
2016: ? 100.000;
2017: ? 100.000.

2.457

FEDELI, TOCCI

Al comma 47, dopo le parole: «ad alcun titolo» *aggiungere le seguenti:* «fermo restando il rimborso delle spese documentate, sostenute solo ed esclusivamente per lo svolgimento delle funzioni istituzionali».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 100.000;

2016: ? 100.000;
2017: ? 100.000.

2.458

BONFRISCO

Sostituire il comma 48 con i seguenti:

«48. A partire dalla data di entrata in vigore della presente legge il CNEL svolge. su richiesta del Governo, le sole funzioni rispondenti alle disposizioni di cui agli articoli 151. e 152 del Trattato sul fimzionamento dell'Unione europea In tal caso il Governo trasmette al CNEL, che esprime un parere entro quindici giorn i provvedimenti predisposti ai sensi della legge 24 dicembre 2012, n. 243, compresi quelli concernenti rifonne in materia di lavoro e politiche sociali. n parere espresso viene conseguentemente trasmesso dal Governo al Parlamento.

48-*bis*. Entro trenta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, con decreto del Presidente della Repubblica, su proposta del Presidente del Consiglio dei ministri e previa deliberazione del Consiglio dei ministri, sentito il Presidente della Corte dei conti, sono attribuite alla Corte dei conti medesima, nonché. qualora necessario in relazione a specifiche attività da trasferire, anche ad altre an'lministrazioni pubbliche, tutte lefunzioni non ricomprese nel precedente comma ed oggi attribuite al CNEL a norma degli articoli 10, 10-*bis*, 16 e 17 della legge 30 dicembre 1986, n. 936, e successive integrazioni e modificazioni, nonché a norma di altre disposizioni legislative. Con successivo decreto del Presidente del Consiglio dei ministri sono conseguentemente definite la destinazione del personale, dei beni strumentali e del patrimonio. AI personale così trasferito si applicano le disposizioni di cui all'articolo 15, comma 1, periodi sesto, settimo e ottavo, del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111. Alla data di emanazione del decreto del Presidente del Consiglio dei ministri di cui al presente comma la citata legge n. 936 del 1986 è abrogata».

2.459

TOMASELLI, LAI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA

Sostituire il comma 48 con i seguenti:

«48. A partire dalla data di entrata in vigore della presente legge il CNEL svolge, su richiesta del Governo, le sole funzioni rispondenti alle disposizioni di cui agli articoli 151 e 152 del Trattato sul funzionamento dell'Unione europea. In tal caso il Governo trasmette al CNEL, che esprime un parere entro quindici giorni, i provvedimenti predisposti ai sensi della legge 24 dicembre 2012, n. 243, compresi quelli concernenti riforme in materia di lavoro e politiche sociali. Il parere espresso viene conseguentemente trasmesso dal Governo al Parlamento.

48-*bis*. Entro trenta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, con decreto del Presidente della Repubblica, su proposta del Presidente del Consiglio dei ministri e previa deliberazione del Consiglio dei ministri, sentito il Presidente della Corte dei conti, sono attribuite alla Corte dei conti medesima, nonché, qualora necessario in relazione a specifiche attività da trasferire, anche ad altre amministrazioni pubbliche, tutte le funzioni non ricomprese nel precedente comma ed oggi attribuite al CNEL a norma degli articoli 10, 10-bis, 16 e 17 della legge 30 dicembre 1986, n. 936, e successive integrazioni e modificazloni, nonché a norma di altre disposizioni legislative. Con successivo decreto del Presidente del Consiglio dei ministri sono conseguentemente definite la destinazione del personale, dei beni strumentali e del patrimonio. AI personale così trasferito si applicano le disposizioni di cui all'articolo 15, comma l, periodi sesto, settimo e ottavo, del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111. Alla data di emanazione del decreto del Presidente del Consiglio dei ministri di cui al presente comma la citata legge n. 936 del 1986 è abrogata».

2.460

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Al comma 49, dopo le parole: «Presidenza del Consiglio dei ministri» *inserire le seguenti:* «Presidenza della Repubblica».

2.461

MALAN

Al comma 49, aggiungere, al termine, il seguente periodo: «A tal fine, all'articolo 8, comma 1, decreto legislativo 9 luglio 2003, n. 215, le parole: "2.035.357 euro" sono sostituite dalle seguenti: "1.035.357 euro"».

Conseguentemente:

all'articolo 29, della legge 1º marzo 2002, n. 39, le parole: «2.035.357 euro» *sono sostituite dalle seguenti:* «1.035.357 euro».

2.462

STEFANO

Al comma 50, dopo le parole: «del 5 per cento» *aggiungere le seguenti parole:* «, nonché dell'8 per cento da destinare annualmente ai fornitori di servizi di media audiovisivi in ambito locale che svolgono ruolo complementare di servizio pubblico territoriale».

2.463

MALAN

Al comma 50, aggiungere, al termine, il seguente periodo: «Conseguentemente, l'importo del canone di abbonamento è ridotto del 5 per cento.»

Conseguentemente:

all'articolo 1, comma 116, sostituire le parole: «100 milioni» *con le seguenti:* «15 milioni».

2.464

TOMASELLI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA

Al comma 50, dopo le parole: «del 5 per cento» *aggiungere le seguenti parole:* «, nonché dell'8 per cento da destinare annualmente ai fornitori di servizi di media audiovisivi in ambito locale che svolgono ruolo complementare di servizio pubblico territoriale,».

2.465

D'AMBROSIO LETTIERI, BRUNI, PERRONE, ZIZZA, IURLARO, LIUZZI, AMORUSO

Al comma 50, dopo le parole: «del 5 per cento» *aggiungere le seguenti:* «nonché dell'8 per cento da destinare annualmente ai fornitori di servizi di media audiovisivi in ambito locale che svolgono ruolo complementare di servizio pubblico territoriale.»

2.466

CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 50, inserire il seguente:

«50-*bis*. A decorrere dal 1º gennaio 2015, il canone di abbonamento alle radioaudizioni e alla televisione di cui al regio decreto-legge 21 febbraio 1938, n. 246, convertito dalla legge 4 giugno 1938, n. 880, e successive modificazioni, nonché la tassa di concessione governativa prevista dall'articolo 17 della tariffa delle tasse sulle concessioni governative, di cui al decreto del Ministro delle finanze 28 dicembre 1995, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* n. 303 del 30 dicembre 1995, e successive modificazioni, sono aboliti».

Conseguentemente, l'articolo 17 della legge 14 aprile 1975, n. 103, l'articolo 18 della legge 3 maggio 2004, n. 112, e l'articolo 47 del testo unico della radiotelevisione, di cui al decreto legislativo 31 luglio 2005, n. 177, sono abrogati.

Conseguentemente, all'articolo 3, dopo il comma 27 inserire il seguente:

«27-*bis*. Entro sessanta giorni dall'approvazione della presente legge il ministro dell'Interno di concerto con il ministro dell'economia e delle finanze, il ministro della salute, il ministro del lavoro e delle politiche sociali e il ministro della Giustizia con proprio decreto stabilisce le modalità finalizzate a regolamentare l'esercizio consentito della prostituzione nelle abitazioni private in edifici ove non sono presenti abitazioni con destinazione d'uso diversa, site in comuni con popolazione superiore a 10.000 abitanti, prevedendo le modalità che garantiscano i dovuti controlli igienico sanitari e stabilendo contemporaneamente nuove misure atte a contrastare il fenomeno della prostituzione in luoghi pubblici o aperti al pubblico».

2.467

CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 50, inserire il seguente:

«5-*bis*. A decorrere dal 1º gennaio 2014, il canone di abbonamento alle radioaudizioni e alla televisione di cui al regio decreto-legge 21 febbraio 1938, n. 246, convertito dalla legge 4 giugno 1938, n. 880, e successive modificazioni, nonché la tassa di concessione governativa prevista dall'articolo 17 della tariffa delle tasse sulle concessioni governative, di cui al decreto del Ministro delle finanze 28 dicembre 1995, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* n 303 del 30 dicembre 1995, e successive modificazioni, sono aboliti».

Conseguentemente, l'articolo 17 della legge 14 aprile 1975, n. 103, l'articolo 18 della legge 3 maggio 2004, n. 112, e l'articolo 47 del testo unico della radiotelevisione, di cui al decreto legislativo 31 luglio 2005, n. 177, sono abrogati.

Conseguentemente, all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117, 124, 125 e 139 e all'articolo 2, sopprimere il comma 207.

2.468

CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 50, aggiungere i seguenti:

«50-*bis*. A decorrere dal 1º gennaio 2016, il canone di cui all'articolo 15 della legge 14 aprile 1975, n. 103, e successive modificazioni ed integrazioni, costituisce il corrispettivo dell'uso di un apparato atto a decodificare le trasmissioni televisive criptate, installato dalla concessionaria del servizio pubblico su richiesta dell'utente, con modalità e caratteristiche stabilite con decreto del Ministro delle comunicazioni.

50-*ter*. Gli utenti che non richiedono l'installazione di cui al comma precedente sono tenuti unicamente al pagamento della tassa di concessione governativa di cui all'articolo 17, comma 1, lettera *b)*, della tariffa delle tasse sulle ,concessioni, approvata con decreto del Ministro delle finanze 28 dicembre 1995, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* n. 303 del 30 dicembre 1991».

Con decreto del Ministro delle comunicazioni sono indicati i programmi di pubblico interesse che la concessionaria del servizio pubblico non può trasmettere con modalità criptate.

Conseguentemente, all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117, 124, 125 e 139 e all'articolo 2, sopprimere il comma 207.

2.469

CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 50, inserire il seguente:

«50-*bis*. Al regio decreto-legge 21 febbraio 1938, n. 246, apportare le seguenti modifiche:

a) All'articolo 1, il primo periodo è sostituito con il seguente: "Chiunque detenga uno o più apparecchi atti alla ricezione delle radioaudizioni ed inoltri richiesta su carta semplice per usufruire del servizio, è tenuto al pagamento dei canone di abbonamento, giusta le norme di cui al presente decreto";

b) all'articolo 1, il secondo periodo è soppresso;

c) all'articolo 10, è aggiunto in fine il seguente periodo: "La procedura prevista per la cessazione dell'uso dell'apparecchio, e di conseguenza per la cessazione dell'abbonamento, ove conclusa giusta le norme di cui al presente decreto, non comporta per l'utente successivi accertamenti da parte degli organi competenti";

d) all'articolo 15, comma 2, della legge 14 aprile 1975, n. 103, dopo le parole: "apparecchi atti", sopprimere fino alla fine del periodo e sostituire con le seguenti: "alla ricezione di trasmissioni sonore o televisive via cavo o provenienti dall'estero e presentino domanda per usufruire del servizio pubblico di diffusione radiofonica e televisiva"».

Conseguentemente, all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117, 124, 125 e 139 e all'articolo 2, sopprimere il comma 207.

2.470

CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 50, inserire il seguente:

«50-*bis*. I proventi del canone di abbonamento di cui al regio decreto-legge 21 febbraio 1938, n. 246, convertito dalla legge 4 giugno 1938, n. 880, nonché i proventi della tassa di concessione governativa prevista dall'articolo 17 della tariffa delle tasse sulle concessioni governative, di cui al decreto del Ministro delle finanze 28 dicembre 1995, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* n. 303 del 30 dicembre 1995, sono versati per il 90 per cento alle regioni, in conformità a quanto stabilito dalla legge 5 maggio 2009, n. 42 in materia di federalismo fiscale, e ripartiti tra le emittenti locali in base al regolamento che sarà emanato dal Ministro dello sviluppo economico entro 6 mesi dalla data di entrata in vigore delle legge di conversione del presente decreto-legge».

2.471

CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 50, inserire il seguente:

«50-*bis*. Non sono tenuti al pagamento del canone di abbonamento speciale di cui agli articolo 1 e 27 del Regio decreto-legge del 21 febbraio 1938, n. 246 e dall'articolo 2 del D.L.Lt. 21 dicembre 1944, n. 458, coloro che detengono uno o più apparecchi atti o adattabili alla ricezione delle trasmissioni radiotelevisive in esercizi pubblici, in locali aperti al pubblico o comunque fuori dell'ambito familiare e che li utilizzino per scopi strettamente connessi alle attività lavorative, di impresa o professionali e comunque diversi dall'intrattenimento».

Conseguentemente, all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117, 124, 125 e 139 e all'articolo 2, sopprimere il comma 207.

2.472

CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 50, inserire il seguente:

«50-*bis*. All'articolo 13, del regio decreto-legge 21 febbraio 1938, n. 246, sostituire il comma 1 con il seguente: "1. In caso di decesso dell'abbonato, l'abbonamento alle radioaudizioni si estingue automaticamente, senza ulteriori adempimenti, a decorrere dalla data di pubblicazione del decesso presso gli uffici competenti"».

2.473

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 50, inserire il seguente:

«50-*bis*. Al Capo II del Testo unico delle disposizioni concernenti gli Enti locali di cui al decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, al fine di rendere facoltativa, per i comuni e le province, la nomina del segretario titolare dipendente dall'Agenzia autonoma per la gestione dell'albo dei segretari comunali e provinciale è apportata la seguente modifica: "articolo 97, comma 1, dopo le parole: ?il Comune e la provincia hanno', sono inserite le seguenti: ?la facoltà di avvalersi di'"».

2.474

CIOFFI, SCIBONA, CIAMPOLILLO, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Sopprimere il comma 51.

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 75, alla Tabella A ivi richiamata, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 28.400.000;
2016: ? 28.400.000;
2017: ? 28400.000.

2.475

GUALDANI

Sostituire il comma 51 con i seguenti:

«51-*bis*. Al fine di incentivare il trasporto ferroviario merci e fermi restando i criteri e i principi in materia di determinazione del canone di utilizzo dell'infrastruttura ferroviaria nazionale, per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, è erogato al Gestore dell'infrastruttura ferroviaria nazionale un contributo, pari a 100 milioni di euro, a valere su un capitolo di nuova istituzione dello stato di

previsione della spesa del Ministero dell'economia e delle finanze.

51-*ter*. A fronte della effettiva erogazione delle risorse di cui al comma 51-*bis*, il Gestore provvede a destinarle alla totale compensazione degli oneri per il traghettamento ferroviario delle merci, dei servizi ad esso connessi e del canone di utilizzo dell'infrastruttura dovuto dalle imprese ferroviarie per l'effettuazione di trasporti delle merci, compresi quelli transfrontalieri, aventi origine o destino nelle regioni Abruzzo, Molise, Lazio, Campania, Puglia, Basilicata, Calabria, Sardegna e Sicilia.

51-*quater*. La parte di contributo non utilizzata per le finalità di cui al comma 51-*ter* è destinata dal Gestore dell'infrastruttura ferroviaria nazionale alla totale o parziale compensazione del canone di utilizzo dell'infrastruttura dovuto dalle imprese ferroviarie per i trasporti delle merci, compresi quelli transfrontalieri, effettuati su relazioni diverse da quelle indicate al medesimo comma 51-*ter*. Detta compensazione si applica entro il 30 aprile successivo a ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017 ed è determinata proporzionalmente ai treni/km sviluppati dalle imprese ferroviarie.

51-*quinquies*. In relazione alla proroga già prevista fino al 31 dicembre 2015 di cui all'articolo 4 del vigente Contratto di Programma 2012-2014 ? parte Servizi, il contributo di cui al comma 51-*bis* e le ulteriori risorse stanziate per l'anno 2015 da destinare alle attività regolate dal Contratto stesso, sono operative e sono erogate dallo Stato al Gestore secondo le previsioni del Contratto medesimo con automatico aggiornamento del relativo oggetto e delle tabelle ivi allegate.

51-*sexies*. La rendicontazione delle risorse di cui ai precedenti commi è effettuata dal Gestore dell'infrastruttura ferroviaria nazionale secondo i meccanismi previsti dal Contratto di programma-Parte servizi».

2.476

MARGIOTTA

Dopo il comma 51, inserire i seguenti:

«51-bis. Per il funzionamento dell'Autostrada Ferroviaria Alpina (AFA) attraverso il tunnel del Fréjus è autorizzata la spesa di 13 milioni di euro per l'anno 2015, 8 milioni di euro per ciascuno degli anni dal 2016 al 2018 e 7 milioni di euro per ciascuno degli anni dal 2019 al 2025».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 132, sostituire le parole: «di 191 milioni di euro per l'anno 2018, di 199,5 milioni di euro per l'anno 2019, di 211,4 milioni di euro per l'anno 2020, di 289,65 milioni di euro per l'anno 2021, di 304,05 milioni di euro per l'anno 2022, di 306,75 milioni di euro per l'anno 2023, di 307,25 milioni di euro per l'anno 2024, di 310,25 milioni di euro per l'anno 2025 e 319,85 milioni di euro annui a decorrere dal 2026.» *con le seguenti:* «di 183 milioni di euro per l'anno 2018, di 192,5 milioni di euro per l'anno 2019, di 204,4 milioni di euro per l'anno 2020, di 282,65 milioni di euro per l'anno 2021, di 297,05 milioni di euro per l'anno 2022, di 299,75 milioni di euro per l'anno 2023, di 300,25 milioni di euro per l'anno 2024, di 303,25 milioni di euro per l'anno 2025 e 319,85 milioni di euro annui a decorrere dal 2026.».

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 13.000.000;
2016: ? 8.000.000;
2017: ? 8.000.000.

2.477

GUALDANI

Al comma 52, il capoverso «3-bis» è sostituito dal seguente:

«3-*bis.* Per le attività di investimento di cui al comma 3, lettere *a), b)* e *c),* è riconosciuta ad ANAS s.p.a. una quota pari al 12,5 per cento del totale dello stanziamento destinato alla realizzazione dell'intervento per spese non previste da altre disposizione di legge o regolamentari e non inserite nel quadro economico di progetto approvato a decorrere dallo gennaio 2015».

2.478

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, MILO, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI,

FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Al comma 52, capoverso 3-bis, *dopo le parole:* «Per le attività», *sono inserite le seguenti:* «di investimento;» *le parole:* «fino al 10 per cento», *sono sostituite dalle seguenti:* «pari al 15 per cento;» *dopo le parole:* «quadro economico di progetto», *sono inserite le seguenti:* «approvato a decorrere dal 1º gennaio 2015».

2.479

MARGIOTTA

Al comma 52, sono apportate le seguenti modifiche:

dopo le parole: «per le attività» *sono inserite le parole:* «di investimento»; *le parole:* «fino al 10%», *sono sostituite dalle parole:* «pari al 15%»;

dopo le parole: «quadro economico di progetto» *sono inserite le parole:* «approvato a decorrere dal 1º gennaio 2015».

2.480

URAS, CERVELLINI, DE PETRIS, BAROZZINO, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 52, capoverso 3-bis, *dopo le parole:* «Per le attività,» *sono inserite le seguenti:* «di investimento;» *le parole:* «fino al 10 per cento,» *sono sostituite dalle seguenti:* «pari al 15 per cento;» *dopo le parole:* «quadro economico di progetto,» *sono inserite le seguenti:* «approvato a decorrere dal 1º gennaio 2015».

2.481

SAGGESE

Al comma 52, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) dopo le parole «per le attività» sono inserite le parole «di investimento»;

b) le parole «fino al 10%». sono sostituite dalle parole «pari al 15%»;

c) dopo le parole «quadro economico di progetto» sono inserite le parole «approvato a decorrere dal 1º gennaio 2015».

2.482

BONFRISCO, CERONI, D'ALÌ, MANDELLI, GIBIINO, MILO

Dopo il comma 52, aggiungere il seguente:

«52-*bis*. All'articolo 38, del decreto legislativo 12 aprile 2006, n. 163, il comma 2-*bis* è sostituito dal seguente:

"2-*bis*. La mancanza o l'incompletezza delle dichiarazioni sostitutive di cui al comma 2, costituendo un'irregolarità essenziale, obbliga il concorrente che intenda regolarizzarle al pagamento, in favore della stazione appaltante, di una sanzione pecuniaria, stabilita dal bando di gara in un'unica somma, di importo non superiore allo 0,1 per mille e comunque fino ad un massimo di diecimila euro. In tal caso, la stazione appaltante assegna al concorrente un termine, non superiore a dieci giorni, perché siano rese o integrate le dichiarazioni necessarie, indicandone il contenuto e i soggetti che le devono rendere. Nei casi di irregolarità non essenziali ma afferenti ad elementi indispensabili, la stazione appaltante ne richiede la regolarizzazione entro il medesimo termine, senza irrogare alcuna sanzione pecuniaria. In caso di irregolarità non essenziali, ovvero di mancanza o incompletezza di dichiarazioni non indispensabili, la stazione appaltante non ne richiede la regolarizzazione, né applica alcuna sanzione. In caso di inutile decorso del termine di cui al secondo e terzo periodo ovvero di mancato versamento nello stesso termine della sanzione, ove prevista, il concorrente è escluso dalla gara"».

2.483

BONFRISCO, CERONI, D'ALÌ, MANDELLI, GIBIINO, MILO

Dopo il comma 52, aggiungere il seguente:

«52-*bis*. All'articolo 38, del decreto legislativo 12 aprile 2006, n. 163, il comma 2-*bis* è sostituito dal seguente:

"2-*bis*. In caso di mancanza o incompletezza delle dichiarazioni sostitutive di cui al comma 2, la

stazione appaltante assegna al concorrente un termine, non superiore a dieci giorni, perché siano rese, integrate o regolarizzate le dichiarazioni necessarie, indicandone il contenuto ed i soggetti che le devono rendere; in caso di inutile decorso del termine, il concorrente è escluso dalla gara. Nei casi di irregolarità non essenziali, la stazione appa1tante non ne richiede la regolarizzazione"».

2.484

BONFRISCO, CERONI, D'ALÌ, MANDELLI, GIBIINO, MILO

Dopo il comma 52, aggiungere il seguente:

«52-*bis*. All'articolo 357 del decreto del Presidente della Repubblica 5 ottobre 2010, n. 207, dopo il comma 30 è inserito il seguente comma:

"30-*bis*. In relazione all'articolo 194, in deroga a quanto previsto al comma 1, fino al 31 dicembre 2016, il direttore dei lavori redige lo stato di avanzamento dei lavori nei termini specificati nel contratto e, comunque, con cadenza bimestrale, che deve essere esplicitata nel contratto. La disposizione si applica ai contratti stipulati successivamente alla data di entrata in vigore del presente decreto"».

2.485

BONFRISCO, CERONI, D'ALÌ, MANDELLI, GIBIINO, MILO

Dopo il comma 52, aggiungere il seguente:

«52-*bis*. All'articolo 26-*ter* del decreto-legge 21 giugno 2013 n. 69, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 agosto 2013 n. 98, al primo periodo, le parole: "e fino al 31 dicembre 2014", sono soppresse».

2.486

BONFRISCO, CERONI, D'ALÌ, MANDELLI, GIBIINO, MILO

Dopo il comma 52, aggiungere il seguente:

«52-*bis*. All'articolo 26-*ter* del Decreto legge 21 giugno 2013 n. 69, convertito, con modificazioni, dalla Legge 9 agosto 2013 n. 98, al primo periodo, le parole: "e fino al 31 dicembre 2014", sono sostituite dalle parole: "e fino al 31 dicembre 2016"».

2.487

DI GIORGI, FEDELI, MARCUCCI, SAGGESE, GRANAIOLA, MATTESINI, CANTINI, FILIPPI, CUOMO, GATTI

Dopo il comma 53, inserire i seguenti:

«53-*bis*. In coerenza con i Piani di Sviluppo singolarmente presentati dagli aeroporti di Firenze, Pisa e Salerno che richiedono investimenti infrastrutturali necessari a rispondere alle esigenze del traffico turistico ricettivo, unitamente alle esigenze di mobilità interregionale sui predetti scali, nonché al fine di assicurare specifici e particolari *standard* di sicurezza e qualitativi connessi all'incremento dei flussi di passeggeri, i Gestori aeroportuali possono provvedere ai predetti investimenti infrastrutturali avvalendosi dei finanziamenti erogati, per l'anno 2015, in base alla pianificazione approvata e monitorata nel rispetto delle procedure di rendicontazione e certificazione, così suddivisi:

a) aeroporto di Firenze euro 20 milioni;

b) aeroporto di Pisa 10 milioni;

c) aeroporto di Salerno 5 milioni».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 35.000.000;

2016: ? ;

2017: ? .

2.488

PUGLIA, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI, CIOFFI

Dopo il comma 53, aggiungere i seguenti:

«53-*bis*. Al fine di conseguire gli obiettivi di contenimento dei costi e di riqualificazione della spesa pubblica, a decorrere dal gennaio 2015, alle ammnistrazioni pubbliche statali è fatto divieto di

acquistare ed utilizzare autovetture di rappresentanza, cosiddette "autoblu".

53-*ter*. Le suddette autovetture di proprietà delle amministrazioni pubbliche statali da dismettere ai sensi del comma 8-*bis* sono assegnate, previa valutazione di convenienza, alle forze del comparto della sicurezza pubblica.

53-*quater*. Restano ferme le vigenti disposizioni concernenti l'uso delle autovetture adibite ai servizi operativi di tutela dell'ordine e della sicurezza pubblica, della salute e incolumità pubblica, della sicurezza stradale, della difesa e della sicurezza militare, nonché ai servizi ispettivi relativi a funzioni di carattere fiscale e contributivo».

2.489

GUALDANI

Dopo il comma 53, inserire il seguente:

«53-*bis*. All'articolo 5 del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 novembre 2014, n. 164, apportare le seguenti modificazioni:

a) i primi due periodi sono sostituiti dal seguente: "Nel rispetto dei principi dell'Unione europea, al fine di assicurare gli investimenti privati urgenti per lo crescito e gli interventi di potenziamento, adeguamento strutturale, tecnologico e ambientale delle infrastrutture autostradali nazionali, nel rispetto dei parametri di sicurezza più avanzati prescritti da disposizioni dell'Unione europea, di assicurare un servizio reso sulla base di tariffe e condizioni di accesso più favorevoli per gli utenti e di garantire il completamento delle reti Europee entro il 31 agosto 2015, il rapporto concessorio può essere modificato su base consensuale anche mediante l'unificazione di tratte interconnesse, contigue ovvero tra loro complementari, ai fini della loro gestione unitaria".

b) il comma 4-*bis* è sostituito dal seguente: "4-*bis*. ove non si tratti di modificazioni essenziali secondo lo giurisprudenza della Corte di Giustizia dell'Unione europea, l'attuazione delle disposizioni di cui al presente articolo è subordinata al rilascio della preventiva autorizzazione della Commissione Europea sulla base dell'articolo 108 del Trattato sul funzionamento dell'Unione Europea"».

2.490

GUALDANI

Dopo il comma 53, inserire il seguente:

«53-*bis*. L'incarico del Commissario delegato, nominato ai sensi dell'articolo 1, comma 123, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, prosegue fino al completamento degli interventi di ripristino, in Sardegna, della viabilità nelle strade statali e provinciali interrotte o danneggiate dagli eventi alluvionali del mese di novembre 2013 e, comunque, non oltre il 31 dicembre 2015. Restano ferme le disposizioni di cui all'ordinanza del Capo del Dipartimento della Protezione Civile n. 144 del 6 febbraio 2014, n. 144, come integrata dall'ordinanza in. 164 dell'11 aprile 2014».

2.491

BISINELLA, CROSIO, CONSIGLIO, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 53 inserire il seguente:

«53-*bis*. A valere sulle risorse di cui al comma 52, l'ANAS SpA assegna massima priorità al Progetto della sistemazione del Fondo stradale della SS 14 Triestina, per il tratto San Donà Portoguaro, per un importo complessivo pari a 5 milioni di euro».

2.492

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 53, aggiungere il seguente:

«53-*bis*. Le risorse finanziarie assegnate all'Autorità garante per l'infanzia e l'adolescenza, di cui alla legge 12 luglio 2011, n. 112, sono integrate di 700.000 euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 700,000;

2016: ? 700.000;

2017: ? 700.000.

2.493

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Sopprimere il comma 54

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 116, sostituire le parole: «100 milioni»*, con le seguenti:* «89 milioni».

2.494

CATALEO, PUGLIA, PAGLINI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Sopprimere il comma 54.

Conseguentemente, dopo il comma 55, aggiungere il seguente:

«55-*bis*. Il Fondo sociale per occupazione e formazione di cui all'articolo 18, comma 1, lettera *a)*, del decreto-legge 29 novembre 2008, n. 185, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 gennaio 2009, n. 2, è ridotto nella misura di 7 milioni di euro per l'anno 2015 e di 10,2 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016».

2.495

ORELLANA

Sopprimere il comma 54.

2.496

LEZZI, BULGARELLI, MANGILI

Dopo il comma 54 aggiungere il seguente:

«54-*bis*. A decorrere dall'anno 2015, al fine di contenere la spesa riguardante l'indennità di malattia e poter assicurare continuità ad un'azione efficiente ed efficace di contrasto al fenomeno dell'assenteismo, sono escluse dalle riduzioni di cui all'articolo 1, comma 108, della legge 24 dicembre 2012, n. 228, le spese relative all'espletamento delle visite mediche di controllo domiciliare ai lavoratori assenti dal servizio per malattia, richieste d'ufficio dall'INPS, il cui importo impegnato dall'Istituto stesso non potrà essere inferiore all'ottanta per cento di quello stabilito prima della entrata in vigore della presente legge. I risparmi di spesa conseguenti all'applicazione della disposizione, sono destinati al fondo indennizzi dell'INPS».

2.497

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Sopprimere il comma 55.

Conseguentemente:

a) *al comma 59, sopprimere la parola:* «55»;

b) *al comma 62, sopprimere le parole:* «tenuto anche conto della previsione di cui al comma 55»;

c) *all'articolo 3, comma 75 alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 20.000.000;

2016: ? 20.000.000;

2017: ? 20.000.000.

2.498

CERONI

Sopprimere il comma 55.

Conseguentemente, al comma 59 sopprimere il riferimento al comma 55 e al comma 62 le seguenti parole: «tenuto anche conto della previsione di cui al comma 55,».

Conseguentemente, a decorrere dal 2015, ridurre di 16 milioni di euro lo stanziamento dalla allegata tabella A, rubrica del Ministero dell'Economia e delle Finanze.

2.499

CARIDI, GUALDANI

Al comma 55 è soppresso;

al comma 59 sopprimere la parola: «55»;

al comma 62 sopprimere le parole: «tenuto anche conto della previsione di cui al comma 55».

Conseguentemente, a decorrere dal 2015, ridurre di 16 milioni di euro lo stanziamento dalla allegata tabella A, rubrica del Ministero dell'Economia e delle Finanze.

2.500

TOMASELLI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA, SPILABOTTE

Sopprimere il comma 55.

Conseguentemente:

al comma 59, sopprimere lo parola: «55»;

al comma 62, sopprimere le parole: «tenuto anche conto della previsione di cui al comma 55»;

alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 16.000.000;

2016: ? 16.000.000;

2017: ? 16.000.000.

2.501

GUALDANI

Sopprimere il comma 55.

Conseguentemente, al comma 59 eliminare la parola «55» e al comma 62 le parole: «, tenuto anche conto della previsione di cui al comma 55,».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ?16.000.000;

2016: ? 16.000.000;

2017: ? 16.000.000.

2.502

GRANAIOLA, DE BIASI, DIRINDIN, MATURANI, BIANCO, MATTESINI, SILVESTRO, VALDINOSI

Sopprimere il comma 55.

Conseguentemente:

a) al comma 59, sopprimere le parole: «, 55»;

b) al comma 62, sopprimere le parole: «, tenuto anche conto della previsione di cui al comma 55».

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 16.100.000;

2016: ? 16.100.000;

2017: ? 16.100.000.

2.503

MARGIOTTA

Sopprimere il comma 55.

Conseguentemente,

al comma 59, sopprimere la parola: «55»;

al comma 62 sopprimere le parole: «, tenuto anche conto della previsione di cui al comma 55,»

alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 16.000.000;

2016: ? 16.000.000;

2017: ? 16.000.000.

2.504

LO MORO

Sopprimere il comma 55.

Conseguentemente, nello stesso articolo:

al comma 59, sopprimere le parole: «55,»

al comma 62 sopprimere le parole: «, tenuto anche conto della previsione di cui al comma 55, ».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 16.000.000

2016: ? 16.000.000

2017: ? 16.000.000

2.505

LIUZZI

Al comma 55, sostituire le parole: «30 aprile», *con le seguenti:* «30 giugno».

Dopo il comma 55 inserire i seguenti:

55-*bis.* Ai fini dell'attuazione di quanto previsto dai commi 13 e 14, alla legge n. 56 del 2014 sono apportate le seguenti modifiche:

a) all'articolo 1, comma 89, dopo le parole: «continuano ad essere da esse esercitate fino alla data dell'effettivo avvio di esercizio da parte dell'ente subentrante» sono aggiunte le seguenti: «e, comunque non oltre il 30 marzo 2015»;

b) all'articolo 1, comma 95, le parole: «entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge» sono sostituite dalle parole: «entro il 28 febbraio 2015» e le parole: «a dare attuazione all'accordo di cui al comma 91» sono sostituite dalle parole: «ad approvare le leggi di riordino delle funzioni di cui al comma 89»;

c) all'articolo 1, comma 96, dopo le parole: «sono trasferite all'ente destinatario» aggiungere le seguenti: «se eccedenti rispetto alla ricognizione sulle risorse necessarie all'esercizio delle funzioni fondamentali di Province e Città metropolitane di cui al comma 92».

55-*ter.* A conclusione del processo di riordino da effettuarsi inderogabilmente entro il 30 marzo 2015, con decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri, previa valutazione delle risorse finanziarie necessarie all'esercizio delle funzioni fondamentali di Province e Città metropolitane, verranno definiti gli importi finali di cui al comma 13. In caso di incapienza, il Ministero dell'economia e finanze opera le relative compensazioni con il Fondo di cui all'articolo 17, comma 19 della presente legge. Ai fini dell'applicazione di quanto previsto dal presente comma, in deroga all'articolo 151 del testo unico di cui al decreto legislativo n. 267 del 2000, le Province e le Città metropolitane deliberano il bilancio di previsione 2015 entro il 30 maggio 2015.

2.506

LIUZZI

Al comma 55, sostituire le parole: «30 aprile», *con le seguenti:* «30 giugno».

Dopo il comma 55 inserire i seguenti:

«55-*bis.* Ai fini dell'attuazione di quanto previsto dai commi 13 e 14, alla legge n. 56 del 2014 sono apportate le seguenti modifiche:

a) all'articolo 1, comma 89, dopo le parole: «continuano ad essere da esse esercitate fino alla data dell'effettivo avvio di esercizio da parte dell'ente subentrante» sono aggiunte le seguenti: «e, comunque non oltre il 30 marzo 2015»;

b) all'articolo 1, comma 95, le parole: «entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge» sono sostituite dalle parole: «entro il 28 febbraio 2015» e le parole: «a dare attuazione all'accordo di cui al comma 91» sono sostituite dalle parole: «ad approvare le leggi di riordino delle funzioni di cui al comma 89»;

c) all'articolo 1, comma 96, dopo le parole: «sono trasferite all'ente destinatario» aggiungere le seguenti: «se eccedenti rispetto alla ricognizione sulle risorse necessarie all'esercizio delle funzioni fondamentali di province e città metropolitane di cui al comma 92».

55-*ter.* A conclusione del processo di riordino da effettuarsi inderogabilmente entro il 30 marzo 2015, con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri, previa valutazione delle risorse finanziarie

necessarie all'esercizio delle funzioni fondamentali di province e città metropolitane, verranno definiti gli importi finali di cui al comma 13 e ripartiti tra i destinatari delle funzioni riordinate Stato, Regioni, province e città Metropolitane. Ai fini dell'applicazione di quanto previsto dal presente comma, in deroga all'articolo 151 del testo unico di cui al decreto legislativo n. 267 del 2000, le Province e le Città metropolitane deliberano il bilancio di previsione 2015 entro il 30 maggio 2015.

2.507

LIUZZI

Al comma 55, sostituire le parole: «30 aprile», *con le seguenti:* «30 giugno»

Dopo il comma 55 inserire i seguenti:

«55-*bis.* Ai fini dell'attuazione di quanto previsto dai commi 13 e 14, alla legge n. 56 del 2014 sono apportate le seguenti modifiche:

a) all'articolo 1, comma 89, dopo le parole: «continuano ad essere da esse esercitate fino alla data dell'effettivo avvio di esercizio da parte dell'ente subentrante», sono aggiunte le seguenti: «e, comunque non oltre il 30 marzo 2015»;

b) all'articolo 1, comma 95 le parole: «entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge» sono sostituite dalle parole: «entro il 28 febbraio 2015» le parole: «a dare attuazione all'accordo di cui al comma 91» sono sostituite dalle seguenti: «ad approvare le leggi di riordino delle funzioni di cui al comma 89»;

c) all'articolo 1, comma 96, dopo le parole: «sono trasferite all'ente destinatario» sono aggiunte le seguenti: «se eccedenti rispetto alla ricognizione sulle risorse necessarie all'esercizio delle funzioni fondamentali di Province e Città metropolitane di cui al comma 92».

55-*ter.* A conclusione del processo di riordino da effettuarsi inderogabilmente entro il 30 marzo 2015, con decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri, previa valutazione delle risorse finanziarie necessarie all'esercizio delle funzioni fondamentali di province e città metropolitane, verranno definiti gli importi finali di cui al comma 13. Ai fini dell'applicazione di quanto previsto dal presente comma, in deroga all'articolo 151 del testo unico di cui al decreto legislativo n. 267 del 2000 le province e le città metropolitane deliberano il bilancio di previsione 2015 entro il 30 maggio 2015.

2.508

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Sopprimere il comma 56.

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere i commi 124 e 125

2.509

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Sopprimere il comma 56.

Conseguentemente, all'articolo 2, dopo il comma 85 aggiungere i seguenti:

85-*bis.* All'articolo 4 della legge 10 dicembre 1997, n. 425, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) il comma 1 è sostituito dai seguenti:

«1. La commissione d'esame è composta dai docenti delle materie di esame della classe del candidato, in numero di sei in qualità di componenti interni, più il presidente, in qualità di componente esterno. Le materie di esame sono scelte annualmente con le modalità e nei termini stabilito con decreto del Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca.

1-*bis*. I commissari sono designati dai competenti consigli di classe e nominati dal dirigente scolastico, in modo da assicurare la presenza dei docenti delle materie oggetto della prima e della seconda prova scritta e un'equilibrata presenza delle altre materie d'esame, tenendo presente l'esigenza di favorire, per quanto possibile, l'accertamento della conoscenza delle lingue straniere.

1-*ter*. Per i progetti regolamentati da accordi internazionali, si procede alla nomina di commissari esterni per le specifiche discipline linguistiche oggetto degli accordi stessi.

1-*quater.* Il dirigente preposto all'Ufficio scolastico regionale competente nomina il presidente tra

il personale dirigente delle scuole secondarie di secondo grado statali, il personale docente con almeno 10 anni di ruolo e i professori universitari di ruolo, sulla base di criteri determinati a livello nazionale con decreto avente natura non regolamentare. TI presidente è nominato su due classi.

1-*quinquies*. È stabilita l'incompatibilità a svolgere la funzione di presidente nella propria scuola, nelle scuole in cui si sia prestato servizio nei due anni precedenti l'anno in corso, nelle scuole ove si sia già espletato l'incarico per due anni consecutivi nei due anni precedenti e nelle altre scuole del medesimo distretto scolastico sede di servizio o di incarico.

l-*sexies*. I compensi per i presidenti sono onnicomprensivi e sostitutivi di qualsiasi altro emolumento e rimborso spese; alla loro determinazione si provvede con decreto del Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca, adottato entro sessanta giorni dall'entrata in vigore della presente legge di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, tenendo conto dei tempi di percorrenza dalla sede di servizio o di residenza a quella di esame e nel limite di una spesa al lordo di ogni onere riflesso e dell'IRAP pari ad euro 27.7 milioni annui a decorrere dall'anno 2015. Nulla è dovuto ad alcun titolo ai componenti interni».

b) i commi 2, 3, 4, 6, 7 e 10 sono soppressi.

10-*ter*. Dall'attuazione del comma 10-*bis*, devono derivare per il bilancio dello Stato risparmi lordi di spesa pari ad euro 150 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015.

10-*quater*. È abrogato il comma 2 dell'articolo 3 della legge Il gennaio 2007. n 1

2.510

MALAN

Sopprimere il comma 56.

2.511

TOMASELLI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA

Al comma 56, sostituire le parole: «il giorno 10» *con le seguenti:* «il primo giorno»;

Conseguentemente:

al medesimo articolo 2, sostituire il comma 59, con il seguente: «59. L'lNPS procede al riversamento all'entrata del bilancio dello Stato di 11 milioni di euro a decorrere dal 2015 in relazione ai risparmi conseguiti attraverso l'attuazione dei commi 56, 57 e 58.»

alla Tabella A, voce «Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 92.000.000;

2016: ? 92.000.000;

2017: ? 92.000.000.

2.512

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Al comma 56, sostituire la parola: «10» *con la seguente:* «8».

Conseguentemente: all'articolo 1, comma 125, sostituire le parole: «187,5» *con le seguenti:* «176».

2.513

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Al comma 56, sostituire la parola: «10» *con la seguente:* «5».

Conseguentemente: all'articolo 1, comma 125, sostituire le parole: «187,5» *con le seguenti:* «176».

2.514

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Al comma 56, sostituire la parola: «successivo» *con la seguente:* «antecedente».

Conseguentemente: all'articolo 1, comma 125, sostituire le parole: «187,5» *con le seguenti:* «176».

2.515

FUCKSIA

Dopo il comma 56, aggiungere il seguente:

«56-*bis*. Con effetto dall'anno 2015, a decorrere dal 1º luglio di ciascun anno, gli importi degli indennizzi del danno biologico erogati dall'INAIL ai sensi dell'articolo 13 del decreto legislativo 23 febbraio, n. 38 sono rivalutati, con decreto del Ministro del lavoro e delle politiche sociali, su proposta del Presidente dell'INAlL, sulla base delle variazioni dei prezzi al consumo per le famiglie di operai e impiegati intervenute rispetto all'anno precedente. Tale incremento si aggiunge a quello complessivo del 16,25 per cento di cui all'articolo 1, commi 23 e 24 della legge 24 dicembre 2007, n. 247 nonché all'articolo 1, comma 129 della legge 27 dicembre 2013, n 147 e relativi decreti attuativi e si applica agli indennizzi dovuti dall'INAlL ai sensi della »Tabella danno biologico« di cui al decreto ministeriale 12 luglio 2000».

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 50 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016, 2017».

2.516

DI BIAGIO, MARINELLO

Dopo il comma 56, aggiungere il seguente:

«56-*bis*. Il Fondo per la concessione di un assegno sostitutivo ai grandi invalidi di guerra o per servizio, di cui all'articolo 2 della legge 288 del 2002, è incrementato annualmente, a decorrere dallo gennaio 2015 di 1.200.000 euro. Ai maggiori oneri derivanti dall'attuazione del presente comma si provvede mediante corrispondente riduzione del Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n.307».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 1.200.000;
2016: ? 1.200.000;
2017: ? 1.200.000.

2.517

TOMASELLI, LAI

Dopo il comma 56, inserire il seguente:

«56-*bis*. Il Fondo per la concessione di un assegno sostitutivo ai grandi invalidi di guerra o per servizio, di cui all'articolo 2 della legge 288 del 2002, è incrementato annualmente, a decorrere dallo gennaio 2015 di 1.200.000 euro. Agli oneri derivanti dall'attuazione del presente comma si provvede a decorrere dallo gennaio 2015 mediante corrispondente riduzione delle proiezioni dello stanziamento iscritto, ai fini del bilancio triennale 2015-2017, nell'ambito dell'unità previsionale del Ministero dell'economia e delle finanze per l'armo 2015, allo scopo parzialmente utilizzando l'accantonamento relativo al medesimo Ministero».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 1.200.000;
2016: ? 1.200.000;
2017: ? 1.200.000.

2.518

DI BIAGIO

Dopo il comma 56, aggiungere il seguente:

«56-*bis*. Il Fondo per la concessione di un assegno sostitutivo ai grandi invalidi di guerra o per servizio, di cui all'articolo 2 della legge 288 del 2002, è incrementato annualmente, a decorrere dal 1º gennaio 2015 di 1 milione di euro. Ai maggiori oneri derivanti dall'attuazione del presente comma si provvede mediante corrispondente riduzione del Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con

modificazioni dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 1.000.000;
2016: ? 1.000.000;
2017: ? 1.000.000.

2.519

DI BIAGIO

Dopo il comma 56, aggiungere il seguente:

«56-*bis*. Il Fondo per la concessione di un assegno sostitutivo ai grandi invalidi di guerra o per servizio, di cui all'articolo 2 della legge 288 del 2002, è incrementato annualmente, a decorrere dallo gennaio 2015 di 1.200.000 euro. Agli oneri derivanti dall'attuazione del presente comma si provvede a decorrere dal 1º gennaio 2015 mediante corrispondente riduzione delle proiezioni dello stanziamento iscritto, ai fini del bilancio triennale 2015- 2017, nell'ambito dell'unità previsionale del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno 2015, allo scopo parzialmente utilizzando l'accantonamento relativo al medesimo Ministero».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 116, sostituire le parole: «100 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015» *con le seguenti:* «98.800.000 euro annui a decorrere dall'anno 2015».

2.520

DI BIAGIO

Dopo il comma 56, aggiungere il seguente:

«56-*bis*. Il Fondo per la concessione di un assegno sostitutivo ai grandi invalidi di guerra o per servizio, di cui all'articolo 2 della legge 288 del 2002, è incrementato annualmente, a decorrere dal 1º gennaio 2015 di 1.200.000 euro. Ai maggiori oneri derivanti dall'attuazione del presente comma si provvede mediante corrispondente riduzione del Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 116, sostituire le parole: «100 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015» *con le seguenti:* «98.800.000 euro annui a decorrere dall'anno 2015».

2.521

TOMASELLI, LAI

Dopo il comma 56, aggiungere il seguente:

«56-*bis*. Il Fondo per la concessione di un assegno sostitutivo ai grandi invalidi di guerra o per servizio, di cui all'articolo 2 della legge 288 del 2002, è incrementato annualmente, a decorrere dal 1º gennaio 2015 di 1.200.000 euro».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 116, sostituire le parole: «100 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015» *con le seguenti:* «98.800.000 euro annui a decorrere dall'anno 2015».

2.522

DI BIAGIO

Dopo il comma 56, aggiungere il seguente:

«56-*bis*. Il Fondo per la concessione di un assegno sostitutivo ai grandi invalidi di guerra o per servizio, di cui all'articolo 2 della legge 288 del 2002, è incrementato annualmente, a decorrere dal 1º gennaio 2015 di 1 milione di euro. Agli oneri derivanti dall'attuazione del presente comma si provvede a decorrere dallo gennaio 2015 mediante corrispondente riduzione delle proiezioni dello stanziamento iscritto, ai fini del bilancio triennale 2015-2017, nell'ambito deIl'unità previsionale del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno 2015, allo scopo parzialmente utilizzando l'accantonamento relativo al medesimo Ministero».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 116, sostituire le parole: «100 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015» *con le seguenti:* «99 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015».

2.523

DI BIAGIO

Dopo il comma 56 aggiungere il seguente:

«56-*bis*. Il Fondo per la concessione di un assegno sostitutivo ai grandi invalidi di guerra o per servizio, di cui all'art. 2 della legge 288/2002, è incrementato annualmente, a decorrere dallo gennaio 2015 di 1 milione di euro. Ai maggiori oneri derivanti dall'attuazione del presente comma si provvede mediante corrispondente riduzione del Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 116, sostituire le parole: «100 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015» *con le seguenti:* «99 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015».

2.524

MILO

Dopo il comma 56 aggiungere il seguente:

«56-*bis*. All'articolo 1, comma 1, della legge 3 dicembre 2009, n. 184, le parole: "per gli anni 2013 e 2014 mediante corresponsione nel 2013 e 2014 dell'assegno ivi previsto" con le seguenti: "per gli anni 2013, 2014 e 2015 mediante corresponsione nel 2013, 2014 e 2015 dell'assegno ivi previsto"».

Conseguentemente, all'articolo 1, al comma 132, sostituire le parole: «6,1 milioni di euro per l'anno 2015» *con le seguenti:* «6 milioni di euro per l'anno 2015».

2.525

FUCKSIA

Dopo il comma 56, è aggiunto, il seguente comma:

«56-*bis*. All'Istituto nazionale per l'assicurazione contro gli infortuni sul lavoro (INAIL) sono attribuite le competenze in materia di promozione del reinserimento e della Integrazione lavorativa delle persone con disabilità da lavoro, da realizzare anche mediante il finanziamento con oneri a carico dell'INAIL, a valere sulle risorse finanziarie già disponibili a legislazione vigente, di progetti personalizzati mirati alla conservazione del posto di lavoro e/o alla ricerca di nuova occupazione, di interventi formativl di riqualificazlone professionale, di progetti per il superamento e per l'abbattimento delle barriere architettoniche sui luoghi di lavoro, di interventi di adeguamento e di adattamento delle postazioni di lavoro».

2.526

GUALDANI

Dopo il comma 58, aggiungere il seguente:

«58-*bis*. A decorrere dall'anno 2015, al fine di contenere la spesa riguardante l'indennità di malattia e poter assicurare continuità ad un'azione efficiente ed efficace di contrasto al fenomeno dell'assenteismo, sono escluse dalle riduzioni di cui al comma 108, della legge 24 dicembre 2012, n. 228, fermo restando l'importo dei risparmi da conseguire ivi previsto, le spese relative all'espletamento delle visite mediche di controllo domiciliare ai lavoratori assenti dal servizio per malattia, richieste d'ufficio dall'INPS, il cui importo impegnato dall'Istituto stesso non potrà essere inferiore all'ottanta per cento di quello stabilito prima della entrata in vigore della suddetta legge. I risparmi di spesa conseguenti all'applicazione della disposizione, sono destinati al fondo indennizzi dell'INPS».

Conseguentemente, ai maggiori oneri derivanti alla presente disposizione si fa fronte mediante corrispondente riduzione dell'importo previsti alla Tabella A, rubrica Ministero dell'Economia e delle finanze *per l'anno 2015.*

2.527

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

I commi 59, 60 e 61 sono soppressi.

Conseguentemente all'articolo 1, comma 125, sostituire le parole: «187,5» *con le seguenti:* «85».

2.528

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Sostituire i commi 59, 60 e 61 con il seguente:

«59. Tutte le maggiori entrate ed i risparmi dell'INPS derivanti da economie, interessi attivi, processi di razionalizzazione della spesa per i servizi e rinegoziazione di accordi o convenzioni, sono destinati al miglioramento delle prestazioni pensionistiche ed assistenziali erogate dall'Istituto medesimo».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 125, sostituire le parole: «187,5» *con le seguenti:* «85».

2.529

GRANAIOLA, GATTI

Dopo il comma 59 aggiungere il seguente:

«59-*bis*. Per quanto attiene al trasferimento del personale docente dal Ministero della pubblica istruzione ai ruoli dell'Istituto nazionale della previdenza sociale (INPS), di cui alla ordinanza del Ministro della pubblica istruzione n. 217 del 6 maggio 1998, la disposizione di cui all'articolo 6, comma 4, della legge 29 dicembre 1988, n 554, deve intendersi nel senso che la differenza tra lo stipendio tabellare attribuito dal contratto collettivo nazionale di lavoro 1994-1997 del comparto del personale della scuola, comprensivo sia dello stipendio base che dello stipendio classe, e lo stipendio tabellare attribuito dal contratto collettivo nazionale di lavoro 1994-1997 del comparto del personale degli enti pubblici non economici, proprio della corrispondente qualifica presso l'INPS, è riconosciuta con decorrenza 1º settembre 1998, al personale in servizio o cessato dal servizio, a titolo di retribuzione individuale di anzianità e non è oggetto di riassorbimento.»

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 50.000.000;
2016: ? 50.000.000;
2017: ? 50.000.000.

2.530

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 59, inserire il seguente:

«59-*bis*. Con effetto dall'anno 2015, a decorrere dal 1º luglio di ciascun anno, gli importi degli indennizzi del danno biologico erogati dall'INAIL ai sensi dell'articolo 13 del Decreto legislativo 23 febbraio, n. 38 sono rivalutati, con Decreto del Ministro del lavoro e delle politiche sociali, su proposta del Presidente dell'Inail sulla base delle variazioni dei prezzi al consumo per le famiglie di operai e impiegati intervenute rispetto all'anno precedente.

Tale incremento si aggiunge a quello complessivo del 16,25 per cento di cui all'articolo 1, commi 23 e 24 della Legge 24 dicembre 2007, n. 247 nonché all'articolo 1, comma 129 della Legge 27 dicembre 2013, n. 147 e relativi decreti attuativi e si applica agli indennizzi dovuti dall'Inail ai sensi della "Tabella danno biologico" di cui al Decreto ministeriale 12 luglio 2000».

2.531

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 59 inserire il seguente:

«59-*bis*. All'Istituto nazionale per l'assicurazione contro gli infortuni sul lavoro (INAIL), sono attribuite le competenze, da esercitare in raccordo con l'Agenzia nazionale per l'occupazione, in materia di promozione del reinserimento e della integrazione lavorativa delle persone con disabilità da lavoro, da realizzare anche mediante il finanziamento con oneri a carico dell'INAIL, a valere sulle risorse finanziarie già disponibili a legislazione vigente, per la realizzazione di progetti personalizzati mirati alla conservazione del posto di lavoro e/o alla ricerca di nuova occupazione, di interventi formativi di riqualificazione professionale, di progetti per il superamento e per l'abbattimento delle barriere architettoniche sui luoghi di lavoro, di interventi di adeguamento e di adattamento delle postazioni di lavoro».

2.532

GUALDANI

Dopo il comma 59, inserire il seguente:

«59-*bis*. All'articolo 54, comma 5, del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, e successive modificazioni, l'ultimo periodo è sostituito dal seguente: "le spese sostenute per la partecipazione a convegni, congressi e simili o a corsi di aggiornamento professionale, comprese quelle di viaggio e quelle di soggiorno, queste nel limite massimo di 250,00 euro al giorno, ai fini degli obblighi minimi di formazione e/o aggiornamento professionale, sono integralmente deducibiIi; in tutti gli altri casi, sono deducibili nella misura del 50 per cento del loro ammontare, compresa la parte eccedente 250,00 al giorno per le spese di soggiorno. Al raggiungimento del pieno soddisfacimento del debito formativo, cosi come individuato, si ha diritto a un'ulteriore deduzione di 500,00 euro"».

Conseguentemente, alla Tabella C, le dotazioni riferite al finanziamento dell'attività di formazione professionale di cui all'articolo 1, comma 1163, della legge finanziaria n. 296/2006 sono ridotte del 10 per cento per ciascun anno a decorrere dal 2015. Da tali condizione si evincono le ragioni della proposta di prevedere un'integrale deducibilità delle suddette spese. Relativamente alla copertura finanziaria, le minori entrate stimate sono compensate da una riduzione del 10 per cento, a decorrere dal 2015, delle dotazioni relative al finanziamento dell'attività di formazione professionale di cui alla Tabella C, allegata alla legge di Stabilità».

2.533

GUALDANI

Dopo il comma 59, inserire il seguente:

«59-*bis*. All'articolo 3 del decreto legislativo 21 novembre 2014, n. 175, sono apportate le seguenti modifiche:

a) al comma 3, sopprimere le seguenti parole: "e gli iscritti all'Albo dei medici chirurghi e degli odontoiatri";

b) dopo il comma 3, aggiungere il seguente:

"3-*bis*. Gli iscritti all'albo dei medici chirurghi e degli odontoiatri sono invece tenuti ad inviare lo spesometro con i dati delle fatture emesse ai pazienti nei tempi utili affinché l'amministrazione finanziaria provveda a ricavare i dati per la precompilazione del modello 730, da stabilirsi secondo quanto previsto dal comma 4 del presente articolo».

2.534

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Sopprimere il comma 60.

Conseguentemente, all'articolo 1, dopo il comma 132, aggiungere il seguente: «132-*bis*. È istituito un apposito fondo presso il Ministero dell'economia direttamente incrementato dai risparmi derivanti dal taglio del 60 per cento delle consulenze presso le amministrazioni pubbliche».

2.535

BOCCHINO, CAMPANELLA, DE PIN

Dopo il comma 60 aggiungere il seguente:

«60-*bis*. Il territorio della regione siciliana è posto fuori dalla linea doganale e costituisce zona franca interclusa dal mare territoriale circostante: i punti di entrata e di uscita sono individuati nei porti ed aeroporti della Sicilia. La zona franca è disciplinata dalle leggi fiscali dello stato Italiano e dell'Unione Europea che si applicano ai territori extradoganali secondo le previsioni delle norme di attuazione dello Statuto in materia che vanno emanate entro tre mesi dall'entrata in vigore della presente legge».

2.536

GIOVANNI MAURO

Dopo il comma 60, aggiungere il seguente:

«60-*bis*. Il territorio della Regione siciliana è posto fuori dalla linea doganale e costituisce zona franca interclusa dal mare territoriale circostante: i punti di entrata e di uscita sono individuati nei porti ed aeroporti della Sicilia La zona franca è disciplinata dalle leggi fiscali dello Stato italiano e

dall'Unione europea che si applicano ai territori extradoganali secondo le previsioni delle norme di attuazione dello Statuto in materia che vanno emanate entro tre mesi dall'entrata in vigore della presente legge».

2.537

MILO

Sopprimere il comma 63

2.538

URAS, DE PETRIS

Dopo il comma 61 inserire i seguenti:

«61-*bis*. Onde procedere alla razionalizzazione e all'unificazione del procedimento relativo al controllo dello stato di salute dei lavoratori, dalla data di entrata in vigore della presente legge è affidata, in via esclusiva, all'Istituto nazionale della previdenza sociale, la titolarità degli accertamenti medico legali sui tutti i lavoratori assenti dal servizio per malattia.

61-*ter*. Ai fini dell'attuazione del comma 12-*bis*, l'Istituto medesimo continua ad avvalersi dei medici come individuati dalla legislazione vigente alla data di entrata in vigore della presente legge e delle proprie risorse strumentali e finanziarie come integrate al successivo comma 12-*quinquies*.

61-*quater*. Sono abrogati il comma 5-*bis* dell'articolo 17, della legge 15 luglio 2011, n. 111, ed il comma 339 della legge 27 dicembre 2013, n. 147.

61-*quinquies*. La dotazione degli stanziamenti, nella misura ridotta non inferiore a 60 milioni di euro di cui dall'articolo 17, comma 5, del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, per l'effettuazione degli accertamenti medico legali dei dipendenti della pubblica amministrazione viene trasferita forfettariamente all'INPS, che non potrà utilizzarla per finalità diverse dagli accertamenti di cui alla presente disposizione.

61-*sexies*. All'articolo 1, comma 340, della legge 27 dicembre 2013, n.147, è aggiunto, in fine, il seguente periodo:

Con decreto del Ministro per la Semplificazione e la Pubblica Amministrazione, di concerto con il Ministro del Lavoro e delle Politiche Sociali e con il Ministro dell'Economia e delle Finanze, sentite le organizzazioni sindacali di categoria, da emanare entro 90 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, è ridefinita, secondo criteri che garantiscano la stabilità, nei limiti del rispetto della normativa vigente in tema di reclutamento del personale alle dipendenze della Pubblica Amministrazione, la natura giuridica del rapporto di collaborazione in essere dei medici di cui al presente comma, e sono definite, altresì, le modalità per la disciplina e l'attuazione dei controlli. Dall'attuazione delle disposizioni di cui al presente comma, non devono derivare nuovi o maggiori oneri a carico della finanza pubblica;

61-*septies*. I risparmi di spesa derivanti dall'attuazione dei commi da 12-bis a 12quinquies sono destinati al Fondo per l'ammortamento dei titoli di Stato».

2.539

URAS, DE PETRIS

Dopo il comma 61 inserire i seguenti:

«61-*bis*. Onde procedere alla razionalizzazione e all'unificazione del procedimento relativo al controllo dello stato di salute dei lavoratori, dalla data di entrata in vigore della presente legge è affidata, in via esclusiva, all'Istituto nazionale della previdenza sociale, la titolarità degli accertamenti medico legali sui tutti i lavoratori assenti dal servizio per malattia.

61-*ter*. Ai fini dell'attuazione del comma 12-*bis*, l'Istituto medesimo continua ad avvalersi dei medici come individuati dalla legislazione vigente alla data di entrata in vigore della presente legge e delle proprie risorse strumentali e finanziarie come integrate al successivo comma 12-*quinquies*.

61-*quater*. Sono abrogati il comma 5-*bis* dell'articolo 17, della legge 15 luglio 2011, n. 111, ed il comma 339 della legge 27 dicembre 2013, n. 147.

61-*quinquies*. La dotazione degli stanziamenti, nella misura ridotta non inferiore a 60 milioni di euro di cui dall'articolo 17, comma 5, del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con

modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, per l'effettuazione degli accertamenti medico legali dei dipendenti della pubblica amministrazione viene trasferita forfettariamente all'INPS, che non potrà utilizzarla per finalità diverse dagli accertamenti di cui alla presente disposizione.

61-*sexies*. I risparmi di spesa derivanti dall'attuazione dei commi da 12-*bis* a 12-*quinquies* sono destinati al Fondo per l'ammortamento dei titoli di Stato».

2.540

DE PETRIS, URAS

Dopo il comma 61 inserire il seguente:

«61-*bis*. All'articolo 17 del decreto-legge 6 luglio 2011, n.98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, sono apportate le seguenti modifiche:

a) al comma 5 sostituire: "2013" con "2015";

b) le parole: "per un importo complessivamente non superiore a 70 milioni di euro, per le medesime finalità di cui alla lettera *a)*" con: "per un importo complessivamente non superiore a 60 milioni di euro, ed effettuati dall'Istituto nazionale della previdenza sociale";

c) Al comma 5-*bis*, le parole: "dalle Aziende Sanitarie Locali" con: "dall'Istituto nazionale della previdenza sociale".

I risparmi di spesa derivanti dall'attuazione del presente comma, sono destinati al Fondo ammortamento titoli di Stato».

2.541

URAS, DE PETRIS

Dopo il comma 61 inserire il seguente:

«61-*bis*. A decorrere dall'anno 2015, al fine di contenere la spesa riguardante l'indennità di malattia e poter assicurare continuità ad un'azione efficiente ed efficace di contrasto al fenomeno dell'assenteismo, sono escluse dalle riduzioni di cui al comma 108, della legge 24 dicembre 2012, n. 228, fermo restando l'importo dei risparmi da conseguire ivi previsto, le spese relative all'espletamento delle visite mediche di controllo domiciliare ai lavoratori assenti dal servizio per malattia richieste d'ufficio dall'INPS, il cui importo impegnato dall'Istituto stesso non potrà essere inferiore all'ottanta per cento di quello stabilito prima della entrata in vigore della suddetta legge. I risparmi di spesa conseguenti all'applicazione della disposizione, sono destinati al fondo indennizzi dell'INPS».

2.542

BULGARELLI, MANGILI, LEZZI, CATALFO, PAGLINI, PUGLIA, AIROLA

Dopo il comma 61 aggiungere il seguente:

«61-*bis*. A decorrere dall'anno 2015, al fine di contenere la spesa riguardante l'indennità di malattia e poter assicurare continuità ad un'azione efficiente ed efficace di contrasto al fenomeno dell'assenteismo, sono escluse dalle riduzioni di cui all'articolo 1, comma 108, della legge 24 dicembre 2012, n. 228, le spese relative all'espletamento delle visite mediche di controllo domiciliare ai lavoratori assenti dal servizio per malattia, richieste d'ufficio dall'lNPS, il cui importo impegnato dall'Istituto stesso non potrà essere inferiore all'ottanta per cento di quello stabilito prima della entrata in vigore della suddetta legge. I risparmi di spesa conseguenti all'applicazione della disposizione, sono destinati al fondo indennizzi dell'INPS».

2.543

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Sostituire il comma 62 con il seguente:

«62. Tutte i risparmi dell'INAIL conseguenti ad interventi di razionalizzazione e di riduzione delle spese dell'Istituto SODO destinati al miglioramento delle Prestazioni erogate».

Conseguentemente:

All'articolo 1, comma 125, sostituire le parole: «187,5» *con le seguenti:* «137,5».

2.544

BIANCO, DE BIASI, DIRINDIN, MATURANI, MATTESINI, SILVESTRO, VALDINOSI, FAVERO

Dopo il comma 62, aggiungere i seguenti:

«62-*bis*. Ai fini della razionalizzazione e dell'unificazione del procedimento relativo al controllo dello stato di salute dei lavoratori, dalla data di entrata in vigore della presente legge, le Pubbliche Amministrazioni, di cui al comma 2, dell'articolo 1, del decreto legislativo del 30 marzo 2001, n. 165, e successive modificazioni, richiedono gli accertamenti medico-legali per i dipendenti in malattia, in via esclusiva, alle sedi dell'Istituto Nazionale della previdenza sociale (INPS), che è l'unico soggetto ad effettuarli.

62-*ter*. Sono abrogati il comma 5-*bis* dell'articolo 17 della legge 15 luglio 2011, n. 111, e il comma 339 della legge 27 dicembre 2013, n. 147.

62-*quater*. La dotazione degli stanziamenti, nella misura ridotta a 60 milioni di euro di cui dall'articolo 17, comma 5, del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, per l'effettuazione degli accertamenti medico legali dei dipendenti della pubblica amministrazione viene trasferita, forfettariamente, all'INPS che non può utilizzarla per finalità diverse dagli accertamenti di cui al comma 62-*bis*.

62-*quinquies*. Ai fini dell'attuazione del comma 62-*bis* l'INPS medesimo si avvale, ai sensi dell'articolo 1, comma 340, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, dei medici già inseriti nelle liste speciali di cui all'articolo 4, comma 10-*bis*, del decreto-legge 31 agosto 2013, n. 101, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 ottobre 2013, n. 125.

62-*sexies*. Con decreto del Ministero del lavoro e delle politiche sociali, d'intesa con il Ministro della semplificazione e pubblica amministrazione e con il ministro dell'economia e finanze, sentite le organizzazioni sindacali e le associazioni di categoria maggiormente rappresentative a livello nazionale da adottare entro 9 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, sulla base delle valutazioni dei fabbisogni da effettuare dopo il completamento delle assegnazioni delle funzioni, sono definite: la tipologia del rapporto contrattuale, l'incompatibilità con altre funzioni che prevedano il rilascio di certificati di malattia, i requisiti e i criteri per la definizione di graduatorie provinciali per reinserimento di eventuali ulteriori medici, fatto salvo il prioritario utilizzo di quelli inseriti nelle liste speciali di cui al comma 62-*quinquies*. Fino all'adozione del decreto di cui al presente comma continuano ad applicarsi le disposizioni di cui al decreto del Ministro del lavoro e delle politiche sociali dell'8 maggio 2008.

62-*septies*. I risparmi di spesa derivante dall'attuazione del comma 62-*bis* e 62-*quater* sono destinati al Fondo per l'ammortamento dei titoli di Stato».

2.545

MARAN, SUSTA

Dopo il comma 62, aggiungere i seguenti:

«62-*bis*. Onde procedere alla razionalizzazione e all'unificazione del procedimento relativo al controllo dello stato di salute dei lavoratori, dalla data di entrata in vigore della presente legge è affidata, in via esclusiva, all'Istituto nazionale della previdenza sociale, la titolarità degli accertamenti medico legali sui tutti i lavoratori assenti dal servizio per malattia.

62-*ter*. Ai fini dell'attuazione del comma 12-*bis*, l'Istituto medesimo continua ad avvalersi dei medici come individuati dalla legislazione vigente alla data di entrata in vigore della presente legge e delle proprie risorse strumentali e finanziarie come integrate al successivo comma 12-*quinquies*.

62-*quater*. Sono abrogati il comma 5-*bis* dell'articolo 17, della legge 15 luglio 2011, n 111, ed il comma 339 della legge 27 dicembre 2013, n. 147.

62-*quinquies*. La dotazione degli stanziamenti, nella misura ridotta non inferiore a 60 milioni di euro di cui dall'articolo 17, comma 5, del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, per l'effettuazione degli accertamenti medico legali dei dipendenti della pubblica amministrazione viene trasferita forfettariamente all'INPS, che non potrà utilizzarla per finalità diverse dagli accertamenti di cui alla presente disposizione.

62-*sexies*. I risparmi di spesa derivanti dall'attuazione dei commi da 12-*bis* a 12-*quinquies* sono destinati al Fondo per l'ammortamento dei titoli di Stato».

2.546

PICCINELLI

Dopo il comma 62, aggiungere il seguente:

«62-*bis*. Sono attribuiti all'Istituto nazionale per l'assicurazione contro gli infortuni sul lavoro (INAIL) le competenze, da esercitare in raccordo con l'Agenzia nazionale per l'occupazione, in materia di promozione del reinserimento e della integrazione lavorativa delle persone con disabilità da lavoro, da realizzare anche mediante il finanziamento con oneri a carico dell'INAIL, a valere sulle risorse finanziarie già disponibili a legislazione vigente, di progetti personalizzati mirati alla conservazione del posto di lavoro e/o alla ricerca di nuova occupazione, di interventi formativi di riqualificazione professionale, di progetti per il superamento e per l'abbattimento delle barriere architettoniche sui luoghi di lavoro, di interventi di adeguamento e di adattamento delle postazioni di lavoro».

Conseguentemente, ridurre dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente della allegata tabella C.

2.547

PICCINELLI

Dopo il comma 62, aggiungere il seguente:

«62-*bis*. Con effetto dall'anno 2015, a decorrere dal 1º luglio di ciascun anno, gli importi degli indennizzi del danno biologico erogati dall'INAIL ai sensi dell'articolo 13 del decreto legislativo 23 febbraio, n. 38 sono rivalutati, con decreto del Ministro del lavoro e delle politiche sociali, su proposta del Presidente dell'Inail, sulla base delle variazioni dei prezzi al consumo per le famiglie di operai e impiegati intervenute rispetto all'anno precedente. Tale incremento si aggiunge a quello complessivo de116,25 per cento di cui all'articolo 1, commi 23 e 24 della legge 24 dicembre 2007, n. 247 nonché all'articolo 1, comma 129 della legge 27 dicembre 2013, n. 147 e relativi decreti attuativi e si applica agli indennizzi dovuti dall'Inail ai sensi della "Tabella danno biologico" di cui al decreto ministeriale 12 luglio 2000».

Conseguentemente, ridurre dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente della allegata tabella C.

2.548

AZZOLLINI

Sopprimere i commi da 63 a 66.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 75.000.000;
2016: ? 75.000.000;
2017: ? 75.000.000.

2.549

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, MILO, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Sopprimere il comma 63.

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 154 milioni di euro per l'anno 2015».

2.550

PUPPATO, GIACOBBE, TURANO, CASSON, TOCCI, D'ADDA, LO GIUDICE, DALLA ZUANNA, RICCHIUTI, FAVERO, SCALIA, PEZZOPANE, IDEM, ALBANO

Sopprimere il comma 63.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 75.000.000;
2016: ? 75.000.000;
2017: ? 75.000.000.

2.551

GIANLUCA ROSSI, FORNARO, GIACOBBE, GUERRA, MOSCARDELLI, RICCHIUTI, TURANO, GATTI, PEGORER

Sopprimere il comma 63.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 75.000.000;
2016: ? 75.000.000;
2017: ? 75.000.000.

2.552

LAI, BROGLIA, PEGORER, FORNARO, CUCCA

Sopprimere il comma 63.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 75.000.000;
2016: ? 75.000.000;
2017: ? 75.000.000.

2.553

ZIN, PANIZZA, FRAVEZZI, ROMANO, LANIECE, BATTISTA

Sopprimere il comma 63.

Conseguentemente alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 75.000.000.

2.554

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Sopprimere il comma 63.

Conseguentemente all'articolo 2, comma 67, sostituire le parole: «è ridotta di 238 milioni di euro per l'anno 2015 e di 200 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016» *con le seguenti:* «è ridotta di 313 milioni di euro per l'anno 2015 e di 275 milioni a decorrere per l'anno 2016».

2.555

GUERRA, VACCARI

Il comma 63, è sostituito con il seguente:

«63. Con riferimento all'esercizio finanziario 2015 gli specifici stanziamenti iscritti nello stato di previsione del Ministero del lavoro e delle politiche sociali per il finanziamento degli istituti di cui al comma 1 dell'articolo 13 della legge 30 marzo 2001, n. 152, sono complessivamente e proporzionalmente ridotti di 40 milioni di euro. I risparmi derivanti dal primo periodo conseguono a maggiori somme effettivamente affluite al bilancio dello Stato in deroga a quanto previsto dal citato articolo 13, comma 1, della legge n. 152 del 2001.

A valere sul gettito dei contributi previdenziali obbligatori incassati dall'anno 2015, l'aliquota di prelevamento di cui al comma 1 dell'articolo 13 della legge 30 marzo 2001, n 152 è rideterminata nella misura dello 0,205 per cento».

Il comma 64 è sostituito con il seguente:

«64. Alla legge 30 marzo 2001 n. 152, sono apportate le seguenti modifiche:

a) all'articolo 2, comma 1, lettera *b)*, le parole: "un terzo delle regioni e in un terzo delle province", sono sostituite con le seguenti: "due terzi delle regioni e in due terzi delle province e che abbiano sedi di istituto di patronato in almeno otto Paesi stranieri".

b) l'articolo 11 è sostituito con il seguente:

"Art. 11 ? *(Attività di supporto alle autorità diplomatiche e consolari italiane all'estero)* - Gli istituti di patronato e di assistenza sociale svolgono attività di supporto alle autorità diplomatiche e consolari italiane all'estero, nello svolgimento di servizi non demandati per legge all'esclusiva competenza delle predette autorità. Con apposito decreto del Ministero del Lavoro e del Ministero degli Affari Esteri e della cooperazione internazionale, da emanar si entro il 30 giugno 2015, si stabiliscono le modalità di esercizio e di valorizzazione economica di detta attività".

c) L'articolo 12, è sostituito con il seguente:

"Art. 12. ? *(Accesso alle banche dati)* - Per lo svolgimento delle proprie attività gli istituti di patronato e di assistenza sociale, nell'ambito del mandato conferito dal soggetto interessato, sono autorizzati ad accedere alle banche dati degli enti eroganti le prestazioni e della Pubblica Amministrazione obbligatoriamente in cooperazione applicativa attraverso porta di dominio certificata. È fatto obbligo agli enti di patronato di rapportarsi per le proprie attività solamente per via telematica, ivi comprese tutte le informazioni necessarie al Ministero del Lavoro per l'attività ispettiva. Il Ministro del lavoro e della previdenza sociale, sentiti il Ministero della Pubblica Amministrazione, Agenda Digitale Italiana (ADI) e il Garante per la protezione dei dati personali, stabilisce con proprio decreto, da adottare entro novanta giorni, le linee-guida delle modalità di dialogo tra gli istituti di patronato e di assistenza sociale e gli enti eroganti le prestazioni e la Pubblica Amministrazione".

d) All'articolo 13 della legge 30 marzo 2001 n. 152 sono apportate le seguenti modifiche:

? al comma 7, lettera *b)*, sono aggiunte alla fine le seguenti parole: "Gli effetti dei predetti *standard* qualitativi operano su tutte le risorse così come formatesi secondo i criteri di cui al comma 4 del presente articolo".

? dopo il comma 7, è aggiunto il seguente comma:

"7-*bis.* Al fine di una maggiore efficacia e trasparenza nell'esercizio delle attività degli istituti di patronato, anche in considerazione di una riorganizzazione delle amministrazioni pubbliche secondo i principi della completa dematerializzazione delle informazioni e della gestione dei rapporti attraverso l'esclusività del canale telematico, l'accesso al finanziamento delle attività e dell'organizzazione degli istituti di patronato di cui al presente articolo è riservato agli istituti di patronato la cui attività svolta su tutte le prestazioni ammesse al finanziamento, sia in Italia che all'estero, accertate in via definitiva dal Ministero del lavoro risulti non inferiore al 2,5 per cento di tutta l'attività prodotta annualmente dall'insieme dei patronati".

Il comma 65 è sostituito con il seguente:

"65. All'articolo 1, della legge 24 dicembre 228, sono apportate le seguenti modifiche:

i commi 9, 10 lettera *b)*, 11, 12 e 13 sono abrogati"».

2.556

GUALDANI

All'articolo 2, apportare le seguenti modifiche:

sostituire il comma 63, con il seguente:

«63. Con riferimento all'esercizio finanziario2015 gli specifici stanziamenti iscritti nello stato di previsione del Ministero del lavoro e delle politiche sociali per il finanziamento degli istituti di cui al comma 1 dell'articolo 13 della legge 30 marzo 2001, n 152, sono complessivamente e proporzionalmente ridotti di 40 milioni di euro. I risparmi derivanti dal primo periodo conseguono a maggiori somme effettivamente affluite al bilancio dello Stato in deroga a quanto previsto dal citato articolo 13, comma 1, della legge n. 152 del 2001. Con effetto dall'esercizio finanziario2016, ai commi 4 e 5 dell'articolo 13 della legge n. 152 del 2001, le parole: "dell'80 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "del 70 per cento"».

Dopo il comma 63, aggiungere i seguenti:

«63-*bis.* Al fine di una maggiore efficacia e trasparenza nell'esercizio delle attività degli istituti di patronato, anche in considerazione di una riorganizzazione delle amministrazioni pubbliche secondo i principi della completa dematerializzazione delle informazioni e della gestione dei rapporti attraverso l'esclusività del canale telematica, l'accesso al Finanziamento delle attività e dell'organizzazione degli

istituti di cui all'articolo 13 della legge 30 marzo 2001, n 152 è riservato agli istituti accreditati che rispettano i seguenti criteri concomitanti:

a) regolare rendicontazione delle risorse finanziarie, attraverso l'adozione di uno schema di bilancio analitico di competenza definito dal :Ministero del lavoro e delle politiche sociali, redatto secondo le disposizioni del codice civile, comprendente anche le attività svolte all'estero;

b) rapporto tra le istanze con esito positivo inoltrate dai patronati agli Istituti previdenziali e ai Ministeri e l'insieme delle domande amministrative dai medesimi inoltrate superiore al 70 per cento;

c) stabilità del personale e sua formazione, nonché regolarità e tempestività nel pagamento delle retribuzioni e dei contributi;

d) certificazione sulla adeguatezza delle sedi di esercizio dell'attività di patronato;

e) certificazione della sicurezza degli archivi e della gestione dei dati sensibili dei cittadini utenti;

f) certificazione di qualità del processo produttivo, informato ai principi di Agenda Digitale Italiana, con estensione del sistema di cooperazione applicativa al rapporto tra patronati e pubblica amministrazione;

g) assolvimento del requisito di "forza lavoro" obbligatoria per il riconoscimento delle sedi di patronato con dipendenti del Patronato, assunti direttamente dall'Ente di Patronato Nazionale.

63-*ter.* Con decreto del Ministro del Lavoro e delle Politiche Sociali di concerto con il Ministero degli Interno, da emanarsi entro il 30 giugno 2015, sono stabiliti le modalità e i criteri di attuazione dei commi 63 e 63-*bis* del presente articolo.

63-*quater.* A valere sul gettito dei contributi previdenziali obbligatori incassati dall'anno 2016, l'aliquota di prelevamento di cui al comma 1 dell'articolo 13 della legge n. 152 del 2001 è rideterminata nella misura dello 0,205 per cento, qualora non siano approvati i decreti ministeriali di razionalizzazione e riorganizzazione di cui al comma precedente».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 110.000.000.

2.557

FRAVEZZI, BATTISTA, BERGER, PANIZZA, CONTE, PAGLIARI

Apportare le seguenti modificazioni:

1) sostituire il comma 63 con il seguente:

«63. Con riferimento all'esercizio finanziario 2015 gli specifici stanziamenti iscritti nello stato di previsione del Ministero del lavoro e delle politiche sociali per il finanziamento degli istituti di cui al comma 1, dell'articolo 13 della legge 30 marzo 2001, n. 152, sono complessivamente e proporzionalmente ridotti di 35 milioni di euro. I risparmi derivanti dal primo periodo conseguono a maggiori somme effettivamente affluite al bilancio dello Stato in deroga a quanto previsto dal citato articolo 13, comma 1, della legge n. 152 del 2001. Con effetto dall'esercizio finanziario 2016, al comma 4 dell'articolo 13 della legge n. 152 del 2001, le parole: "dell'80 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "del 75 per cento". A valere sul gettito dei contributi previdenziali obbligatori incassati dall'anno 2014, l'aliquota di prelevamento di cui al comma 1 dell'articolo 13 della legge n. 152 del 2001, è rideterminata nella misura dello 0,208 per cento».

2) al comma 64, sopprimere la lettera *a)* e sostituire le lettere *b)* e *c)* con le seguenti:

b) l'articolo 11 è sostituito dal seguente:

«Art. 11. ? (Attività di supporto alle autorità diplomatiche e consolari italiane all'estero). ? 1 Gli istituti di patronato e di assistenza sociale svolgono attività di supporto alle autorità diplomatiche e consolari italiane all'estero, nello svolgimento di servizi non demandati per legge all'esclusiva competenza delle predette autorità. Con apposito decreto del Ministero del Lavoro e del Ministero degli Affari Esteri e della cooperazione internazionale, da emanarsi entro il 30 giugno 2015, si stabiliscono le modalità di esercizio e di valorizzazione economica di detta attività;

c) l'articolo 12 è sostituito dal seguente:

«Art. 12. ? (Accesso alle banche dati) ? 1. Per lo svolgimento delle proprie attività gli istituti di patronato e di assistenza sociale, nell'ambito del mandato conferito dal soggetto interessato, sono autorizzati ad accedere alle banche dati degli enti eroganti le prestazioni e della Pubblica Amministrazione obbligatoriamente in cooperazione applicati va attraverso porta di dominio certificata secondo i criteri della DigitPA e degli organismi da essa designati alla gestione del sistema di cooperazione. È fatto obbligo agli enti di patronato di rapportarsi per le proprie attività solamente per via telematica, ivi comprese tutte le informazioni necessarie al Ministero del Lavoro per l'attività ispettiva. Il Ministro del lavoro e della previdenza sociale, sentiti il Ministero della Pubblica Amministrazione, Agenda Digitale Italiana (ADI) e il Garante per la protezione dei dati personali, stabilisce con proprio decreto, da adottare entro il 30 marzo 2015, le linee-guida delle modalità di dialogo tra gli istituti di patronato e di assistenza sociale e gli enti eroganti le prestazioni e la Pubblica Amministrazione»;

3) al comma 65, sopprimere la lettera *a)*.

Conseguentemente alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 40.000.000;

2016: ? 40.000.000;

2017: ? 40.000.000.

2.558

LANGELLA

Sostituire il comma 63, con il seguente:

«63. Con riferimento all'esercizio finanziario 2015 gli specifici stanziamenti iscritti nello stato di previsione del Ministero del lavoro e delle politiche sociali per il finanziamento degli istituti di cui al comma 1 dell'articolo 13 della legge 30 marzo 2001, n. 152, sono complessivamente e proporzionalmente ridotti di 30 milioni di euro. I risparmi derivanti dal primo periodo conseguono a maggiori somme effettivamente affluite al bilancio dello Stato in deroga a quanto previsto dal citato articolo 13, comma 1, della legge n. 152 del 2001. Con effetto dall'esercizio finanziario 2016, al comma 4 dell'articolo 13 della legge n. 152 del 2001, le parole: "dell'80 per cento", sono sostituite dalle seguenti: "del 75 per cento". A valere sul gettito dei contributi previdenziali obbligatori incassati dall'anno 2014, l'aliquota di prelevamento di cui al comma 1 dell'articolo 13 della legge n. 152 del 2001, è rideterminata nella misura dello 0,210 per cento».

2.559

D'AMBROSIO LETTIERI

Al comma 63, primo periodo, le parole: «75 milioni di euro»*, sono sostituite dalle seguenti:* «25 milioni di euro».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 20.000.000;

2016: ? 20.000.000;

2017: ? 10.000.000.

2.560

FRAVEZZI, BATTISTA, BERGER, PANIZZA, CONTE, PAGLIARI

Al comma 63, sostituire le parole: «75 milioni»*, con le seguenti:* «30 milioni».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 45.000.000;

2016: ? 45.000.000;

2017: ? 45.000.000.

2.561

GIANLUCA ROSSI, MAURO MARIA MARINO, FORNARO, GIACOBBE, GUERRA,

MOSCARDELLI, RICCHIUTI, TURANO, GATTI, PEGORER

Al comma 63, sostituire le parole: «75 milioni di euro»*, con le seguenti:* «37,5 milioni di euro».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 37.500.000;
2016: ? 37.500.000;
2017: ? 37.500.000.

2.562

RUTA

Al comma 63, le parole: «75 milioni di euro» *sono sostituite dalle seguenti:* «37,5 milioni di euro».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 37.500.000;
2016: ? 37.500.000;
2017: ? 37.500.000.

2.563

ALBANO, RUTA

Al comma 63, le parole: «75 milioni di euro» *sono sostituite dalle seguenti:* «37,5 milioni di euro».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 37.500.000;
2016: ? 37.500.000;
2017: ? 37.500.000.

2.564

LAI, BROGLIA, PEGORER, FORNARO, CUCCA

Al comma 63, le parole: «75 milioni di euro» *sono sostituite dalle seguenti:* «40 milioni di euro»*; dopo le parole:* «I risparmi derivanti dal primo periodo,» *sono aggiunte, di seguito, le seguenti parole:* «nel limite di 40 milioni di euro,»; *le parole:* «del 62 per cento» *sono sostituite dalle seguenti:* «del 70 per cento»*; le parole: «dello 0,186 per cento» sono sostituite dalle seguenti:* «dello 0,205 per cento»;

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 35.000.000;
2016: ? 35.000.000;
2017: ? 35.000.000.

2.565

FEDELI, PARENTE, ANGIONI, D'ADDA, FAVERO, LAI, LEPRI, MANASSERO, PEZZOPANE, SPILABOTTE

Al comma 63, sostituire le parole: «ridotti di 75 milioni di euro» *con le seguenti:* «ridotti di 40 milioni di euro» *e al periodo successivo sostituire le parole:* «del 62 per cento» *con le seguenti:* «del 71 per cento».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 35.000.000.

2.566

VERDUCCI, MATURANI, STEFANO ESPOSITO, FABBRI, VACCARI, GIANLUCA ROSSI, CAPACCHIONE, FISSORE, ELENA FERRARA, ZANONI, CARDINALI, ANGIONI, TOMASELLI, FILIPPI

Al comma 63, sostituire le parole: «75 milioni di euro» *con le seguenti:* «40 milioni di euro».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 35.000.000;
2016: ? 35.000.000;
2017: ? 35.000.000.

2.567

BERGER, ZELLER, PALERMO, PANIZZA, LANIECE, FRAVEZZI, BATTISTA, ROMANO, FAUSTO GUILHERME LONGO

Al comma 63, sostituire le parole: «75 milioni» *con le seguenti:* «50 milioni».

Conseguentemente alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 25.000.000;
2016: ? 25.000.000;
2017: ? 25.000.000.

2.568

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 63 inserire il seguente:

«63-*bis*. All'articolo 38, comma 1, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, e successive modificazioni, le parole: "di euro 14 per ciascuna dichiarazione elaborata e trasmessa e di euro 26 per l'elaborazione e la trasmissione delle dichiarazioni in forma congiunta" sono sostituite dalle seguenti: "di euro 8 per ciascuna dichiarazione elaborata e trasmessa e di euro 16 per l'elaborazione e la trasmissione delle dichiarazioni in forma congiunta».

2.569

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 63, inserire il seguente:

«63-*bis*. La legge Il giugno 1974, n. 252 è abrogata».

2.570

MILO, CERONI, D'ALÌ

Sopprimere i commi 64, 65 e 66.

Conseguentemente, alla. Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 75.000.000;
2016: ? 75.000.000;
2017: ? 75.000.000.

2.571

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, MILO, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Sopprimere il comma 64.

Conseguentemente al medesimo articolo 2 dopo il comma 45 aggiungere il seguente:

«45-*bis*. Le disponibilità di competenza e di cassa delle spese del bilancio dello Stato per consumi intermedi sono ridotte di 200 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015».

2.572

PARENTE, FEDELI, ANGIONI, D'ADDA, FAVERO, LAI, LEPRI, MANASSERO, PEZZOPANE, SPILABOTTE

Al comma 64, sostituire la lettera a) *con la seguente:*

«*a)* all'articolo 2, comma 1, lettera *b)*, sostiuire le parole: "e che abbiano sedi di istituti di patronato in almeno otto Paesi stranieri" con le seguenti: "e che abbiano sedi proprie in almeno due terzi delle regioni e in due terzi delle province, nonché abbiano sedi di istituti di patronato in almeno otto Paesi stranieri"».

2.573

LAI, BROGLIA, PEGORER, FORNARO, CUCCA

Al comma 64, lettera a), *le parole:* «in un numero di province riconosciute la cui somma della popolazione sia pari ad almeno il 60 per cento della popolazione italiana, come accertata nell'ultimo censimento nazionale» *sono sostituite dalle seguenti:* «in almeno due terzi delle regioni e in due terzi delle province del territorio nazionale».

Conseguentemente:

al comma 64, lettera b), *le parole:* «in un numero di province riconosciute la cui somma della popolazione sia pari ad almeno il 60 per cento della popolazione italiana, come accertata nell'ultimo censimento nazionale, secondo criteri di adeguata distribuzione nel territorio nazionale individuati con decreto del Ministro del lavoro e delle politiche sociali» sono sostituite dalle seguenti: «in almeno due terzi delle regioni e in due terzi delle province del territorio nazionale e in almeno otto Paesi stranieri, secondo criteri di adeguata distribuzione individuati con decreto del Ministro del lavoro e delle politiche sociali»;

al comma 64, lettera c), Art. 10. - *(Attività diverse). ? comma 1, lettera* a), *sono aggiunte, in fine, le seguenti parole:* «agricoltura, emigrazione ed immigrazione;»

Al comma 64, lettera c), Art.10. - *(Attività diverse). ? comma 3, le parole* «in materia di assistenza e previdenza sociale, infortuni e malattie professionali, in favore dei soggetti di cui all'articolo 7, comma l, incluse nell'attività di cui all'articolo 13, che vengono ammesse, in base a convenzione sottoscritta con il Ministero del lavoro e delle politiche sociali, a contributo per l'erogazione del servizio. Con decreto del Ministro del lavoro e delle politiche sociali, sentiti gli istituti di patronato e di assistenza sociale, sono individuate le prestazioni, non rientranti nel finanziamento di cui all'articolo 13, per le quali è ammessa l'esigibilità del citato contributo per l'erogazione del servizio, per ciascuna prestazione a favore dell'istituto di patronato, da parte dell'utenza o degli enti pubblici beneficiari» sono sostituite con le seguenti: « nelle materie previste dall'articolo 7, comma l, in favore dei soggetti di cui alla medesima norma, per le prestazioni per cui sia escluso il finanziamento pubblico ai sensi e per gli effetti dell'articolo 13, con il pagamento di un contributo da parte dell'utente o dell'ente pubblico beneficiario. Con decreto del Ministro del lavoro e delle politiche sociali, sentiti gli istituti di patronato e di assistenza sociale, sono individuate le prestazioni, ancorché non più rientranti nel finanziamento di cui all'articolo 13, per le quali è ammessa l'esigibilità del citato contributo».

Il comma 64, la lettera e) *è sostituito dal seguente:* e) *«All'articolo 13 della legge 30 marzo 2001, n. 152, sono apportate le seguenti modifiche:*

1) "al comma 7, lettera *b),* sono aggiunte, in fine, le seguenti parole: "Gli effetti dei predetti standard qualitativi rilevano sia in relazione all'organizzazione che all'attività svolta in Italia ed all'estero.";

2) dopo il comma 7 aggiungere:

«7-*bis.* Sono ammessi al finanziamento delle attività e dell'organizzazione gli Istituti di patronato che dimostrino di aver svolto, oltre che a livello nazionale, l'attività di cui al precedente comma in almeno otto Stati stranieri con una quota percentuale di incidenza complessiva, accertata in via definitiva dal Ministero del lavoro e delle politiche sociali, non inferiore al 3 per cento di quella annualmente prodotta dall'insieme degli istituti di patronato.»;

al comma 65, lettera *a),* le parole: «i commi 9, 10, lettere *a), b)* e *c),* 11 e 12» sono sostituite dalle seguenti: «commi 9, 10, lettere *b)* e *c),* e 11»;

2.574

LAI, BROGLIA, PEGORER, FORNARO, CUCCA

Al comma 64, lettera a), *le parole:* «in un numero di province riconosciute la cui somma della popolazione sia pari ad almeno il 60 per cento della popolazione italiana, come accertata nell'ultimo censimento nazionale» *sono sostituite dalle seguenti:* «in almeno due terzi delle regioni e in due terzi delle province del territorio nazionale».

2.575

DE PIN, MASTRANGELI, BOCCHINO, CAMPANELLA

All'articolo 2, comma 64, lettera a) *apportare le seguenti modifiche:*

1) *sostituire le parole:* «60 per cento» *con le parole:* «80 per cento»;

2) *sopprimere le seguenti parole:* «e che abbiano sedi di istituti di patronato in almeno otto Paesi stranieri».

Conseguentemente, alla lettera e) sopprimere il capoverso «c-ter»,

2.576

DE POLI

Al comma 64, lettera a) *apportare le seguenti modifiche:*

1) *sopprimere le seguenti parole:* «e che abbiano sedi di istituti di patronato in almeno otto Paesi stranieri";

2) *sostituire le parole:* «60 per cento» *con le parole:* «80 per cento».

Conseguentemente, al comma 64 lettera e) *sopprimere il seguente capoverso: «c*-ter) *l'istituto non dimostri di svolgere attività, oltre che a livello nazionale, anche in almeno otto Stati stranieri, con esclusione dei patronati promossi dalle organizzazioni sindacali agricole».*

2.577

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, CROSIO

Al comma 64, lettera a) *apportare le seguenti modifiche:*

1) *sopprimere le seguenti parole:* «e che abbiano sedi di istituti di patronato in almeno otto Paesi stranieri»;

2) *sostituire le parole:* «60 per cento» *con le seguenti:* «80 per cento».

Conseguentemente, al comma 64, lettera e), sopprimere il seguente capoverso:

«c-*ter)* l'istituto non dimostri di svolgere attività, oltre che a livello nazionale, anche in almeno otto Stati stranieri, con esclusione dei patronati promossi dalle organizzazioni sindacali agricole».

2.578

TOMASELLI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA

Alla lettera a) *del comma 64, apportare le seguenti modifiche:*

a) sopprimere le seguenti parole: *«e che abbiano sedi di Istituti di patronato in almeno otto Paesi stranieri».*

b) sostituire le parole: «60 per cento» *con le parole:* «80 per cento».

Conseguentemente, alla lettera e) *del comma 64 sopprimere il seguente capoverso:*

«c-*ter)* l'Istituto non dimostri di svolgere attività, oltre che a livello nazionale, anche in almeno otto Stati stranieri, con esclusione dei patronati promossi dalle organizzazioni sindacali agricole».

2.579

GALIMBERTI

Al comma 64, lettera a), *apportare le seguenti modifiche:*

1) *sopprimere le seguenti parole:* «e che abbiano sedi di Istituti di patronato in almeno otto Paesi stranieri»;

2) *sostituire le parole:* «60 per cento» *con le parole:* «80 per cento».

Conseguentemente, al comma 64, lettera e) *sopprimere il seguente capoverso:*

«c-*ter)* l'istituto non dimostri di svolgere attività, oltre che a livello nazionale anche in almeno otto Stati stranieri, con esclusione dei patronati promossi dalle organizzazioni sindacali agricole».

2.580

GAMBARO

All'articolo 2, comma 64, lettera a) *apportare le seguenti modifiche:*

1) *sopprimere le seguenti parole:* «e che abbiano sedi di istituti di patronato in almeno otto Paesi stranieri»;

2) *sostituire le parole:* «60 per cento» *con le parole:* «80 per cento».

Conseguentemente, al comma 64 lettera e) *sopprimere il seguente capoverso:*

«c-*ter)* l'istituto non dimostri di svolgere attività, oltre che a livello nazionale, anche in almeno otto Stati stranieri, con esclusione dei patronati promossi dalle organizzazioni sindacali agricole».

2.581

MANDELLI, PICCOLI, BRUNI

Al comma 64, lettera a) *apportare le seguenti modifiche:*

1) *sopprimere le seguenti parole:* «e che abbiano sedi di istituti di patronato in almeno otto Paesi stranieri»;

2) *sostituire le parole:* «60 per cento» *con le parole:* «80 per cento».

Conseguentemente, al comma 64, lettera e) *sopprimere il seguente capoverso:*

«c-*ter)* l'istituto non dimostri di svolgere attività, oltre che a livello nazionale, anche in almeno otto Stati stranieri, con esclusione dei patronati promossi dalle organizzazioni sindacali agricole».

2.582

CARIDI

Al comma 64, lettera a) *apportare le seguenti modifiche:*

1) *sopprimere le seguenti parole:* «e che abbiano sedi di istituti di patronato in almeno otto Paesi stranieri»;

2) *sostituire le parole:* «60 per cento» *con le parole:* «80 per cento».

Conseguentemente, al comma 64, lettera e) *sopprimere il seguente capoverso:* «c-*ter*) l'istituto non dimostri di svolgere attività, oltre che a livello nazionale, anche in almeno otto Stati stranieri, con esclusione dei patronati promossi dalle organizzazioni sindacali agricole».

2.583

MANCUSO, GUALDANI, AIELLO

Al comma 64, lettera a) *apportare le seguenti modifiche:*

1) *sopprimere le seguenti parole:* «e che abbiano sedi di istituti di patronato in almeno otto Paesi stranieri»;

2) *sostituire le parole:* «60 per cento» *con le parole:* «80 per cento».

Conseguentemente, al comma 64 lettera e) *sopprimere il seguente capoverso:* «c-*ter*) l'istituto non dimostri di svolgere attività, oltre che a livello nazionale, anche in almeno otto Stati stranieri, con esclusione dei patronati promossi dalle organizzazioni sindacali agricole».

2.584

TOMASELLI, COLLINA, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA, PAGLIARI, CALEO, MAURO MARIA MARINO, VACCARI

Al comma 64, lettera a) *sostituire le parole:* «60 per cento» *con le seguenti:* «80 per cento» *e sopprimere le seguenti:* «e che abbiano sedi di istituti di patronato in almeno otto Paesi stranieri».

Conseguentemente, alla lettera e) *del medesimo comma, sopprimere il capoverso:* «c-*ter*».

2.585

GUALDANI

Al comma 64, alle lettere a) *e* b) *sostituire le parole:* «60 per cento» *con le seguenti:* «80 per cento».

2.586

SUSTA

Al comma 64 sono apportate le seguenti modificazioni:

a) alla lettera a)*, sopprimere le parole:* «e che abbiano sedi di istituti di patronato in almeno otto Paesi stranieri»;

b) alla lettera c) *capoverso* «Art. 10» *sopprimere la lettera* e).

2.587

FUCKSIA

Al comma 64, lettera a)*, sopprimere il seguente periodo:* «e che abbiano sedi di istituti di patronato in almeno otto Paesi stranieri».

Conseguentemente, al comma 64 lettera e)*, sopprimere il seguente periodo:* «c-*ter*) l'istituto non dimostri di svolgere attività, oltre che a livello nazionale, anche in almeno otto Stati stranieri, con esclusione dei patronati promossi dalle organizzazioni sindacali agricole».

2.588

CALEO

Al comma 64, lettera a) *sopprimere il seguente periodo:* «e che abbiano sedi di istituti di patronato in almeno otto Paesi stranieri».

Conseguentemente:

al medesimo comma, lettera e)*, sopprimere il capoverso:* «c-*ter*)»;

alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 10.000.000;
2016: ? 10.000.000;
2017: ? 10.000.000.

2.589

FILIPPI, FAVERO, PAGLIARI

Al comma 64, lettera a) *sopprimere il seguente periodo:* «e che abbiano sedi di istituti di patronato in almeno otto Paesi stranieri».

Conseguentemente, al comma 64, lettera e) *sopprimere il capoverso:* «c-*ter*)».

Conseguentemente, Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;
2016: ? 5.000.000;
2017: ? 5.000.000.

2.590

PICCINELLI

Al comma 64, lettera a) *sopprimere il seguente periodo:* «e che abbiano sedi di istituti di patronato in almeno otto Paesi stranieri».

Conseguentemente, al comma 64 lettera e) *sopprimere il seguente periodo: «c-ter*) l'istituto non dimostri di svolgere attività, oltre che a livello nazionale, anche in almeno otto Stati stranieri, con esclusione dei patronati promossi dalle organizzazioni sindacali agricole».

Conseguentemente, ridurre dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente della allegata tabella C.

2.591

GUALDANI

Al comma 64, lettera a) *sopprimere il seguente periodo:* «e che abbiano sedi di istituti di patronato in almeno otto Paesi stranieri».

Conseguentemente, al comma 64 lettera e) *è eliminato il seguente periodo:* «c-*ter*) l'istituto non dimostri di svolgere attività, oltre che a livello nazionale, anche in almeno otto Stati stranieri, con esclusione dei patronati promossi dalle organizzazioni sindacali agricole».

2.592

CENTINAIO, COMAROLI, BELLOT, TOSATO

Al comma 64, lettera a)*, sopprimere le seguenti parole:* «e che abbiano sedi di istituti di patronato in almeno otto Paesi stranieri».

Conseguentemente, al comma 64, lettera e)*, capoverso* «c-*bis*)»*, sopprimere la lettera* c-*ter*).

2.593

MARINELLO, MANCUSO, GUALDANI, DALLA TOR, DI GIACOMO, CARIDI, CONTE, AIELLO

Al comma 64, lettera a)*, le parole:* «e che abbiano sedi di istituti di patronato in almeno otto Paesi stranieri» *sono soppresse*.

2.594

VERDUCCI

Al comma 64 sopprimere la lettera b).

2.595

FEDELI, PARENTE, ANGIONI, D'ADDA, FAVERO, LAI, LEPRI, MANASSERO, PEZZOPANE, SPILABOTTE

Al comma 64, sostituire il punto b) *con il seguente:*

«*b)* all'articolo 3, il comma 2 è sostituito con il seguente: "abbiano sedi proprie in almeno due terzi delle regioni e in due terzi delle province, nonché abbiano sedi di istituti di patronato in almeno otto Paesi stranieri"».

2.596

LAI, BROGLIA, PEGORER, FORNARO, CUCCA

Al comma 64, lettera b)*, le parole:* «in un numero di province riconosciute la cui somma della popolazione sia pari ad almeno il 60 per cento della popolazione italiana, come accertata nell'ultimo censimento nazionale, secondo criteri di adeguata distribuzione nel territorio nazionale individuati con decreto del Ministro del lavoro e delle politiche sociali» *sono sostituite dalle seguenti:* «in almeno due terzi delle regioni e in due terzi delle province del territorio nazionale e in almeno otto Paesi stranieri, secondo criteri di adeguata distribuzione individuati con decreto del Ministro del lavoro e delle politiche sociali».

2.597

LANGELLA

Al comma 64) *lettera* c) *sostituire la lettera* a) *con la seguente formulazione:*

«*a)* in favore di soggetti privati e pubblici, attività di sostegno, informative, consulenza, supporto, di servizio e assistenza tecnica in materia di previdenza e assistenza sociale, diritto del lavoro, conseguimento di prestazioni erogate dal Servizio sanitario nazionale, risparmio previdenziale, tutela e sicurezza sul lavoro. Lo schema di convenzione che definisce le modalità di esercizio delle predette attività verrà approvato con Decreto del Ministero del Lavoro e della Politiche Sociale, sentiti gli enti di Patronato e i Ministeri competenti per materia, da emanarsi entro il 2015;

alla lettera *b)* sopprimere la parola: "anche";

al punto 3, secondo capoverso sostituire le parole:

"non rientranti nell'articolo 13 della presente legge" con le parole: "che non rientrano tra quelle rilevanti ai fini della distribuzione del finanziamento di cui all'articolo 13 della presente legge";

sopprimere le seguenti parole: "o degli Enti pubblici beneficiari"».

Conseguentemente:

all'articolo 17 comma 21, sostituire le parole: «di 100 milioni di euro per l'anno 2015 e di 460 milioni di euro», con le seguenti: «di 35 milioni per l'anno 2015 e 390 milioni di euro»;

alla tabella C, alla rubrica Analisi e programmazione economico finanziaria, Ministero dell'Economia e delle Finanze, legge n. 549 del 1995, articolo 1, comma 43 : Contributi ad enti, Istituti, Associazioni Fondazioni ed altri organismi (1.6 ? Cap. 1613) apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 95.000.000

2016: ? 95.000.000

2017: ? 95.000.000

2.598

PARENTE, ANGIONI, D'ADDA, FAVERO, LAI, LEPRI, MANASSERO, PEZZOPANE, SPILABOTTE

Al comma 64, lettera c)*, capoverso* «Art. 10»*, comma 1, sostituire la lettera* a) *con la seguente:*

«*a)* in favore di soggetti privati e pubblici, attività di sostegno, informative, di consulenza, di supporto, di servizio e di assistenza tecnica in materia di: previdenza e assistenza sociale, diritto del lavoro, conseguimento di prestazioni erogate dal Servizio sanitario nazionale, risparmio Previdenziale, tutela e sicurezza sul lavoro».

Conseguentemente, al medesimo comma 64, lettera c)*, capoverso* «Art. 10»*, dopo comma 1 aggiungere il seguente:*

«1-*bis*. Lo schema di convenzione che definisce le modalità di esercizio delle attività di cui al comma 1, lettera *a)* è approvato con decreto del Ministro del lavoro e della politiche sociali, sentiti gli

enti di patronato e i Ministri competenti per materia, da emanarsi entro il 30 giugno 2015».

2.599

GUALDANI

Al comma 64, lettera c)*, capoverso* «Art. 10»*, comma 1, la lettera* a) *è sostituita dalla seguente:*

«*a)* in favore di soggetti privati e pubblici, attività di sostegno, informative, consulenza, supporto, di servizio e assistenza tecnica in materia di previdenza e assistenza sociale, diritto del lavoto, conseguimento di prestazioni erogate dal Servizio sanitario nazionale, risparmio previdenziale, tutela e sicurezza sul lavoro. Le modalità di esercizio delle predette attività verranno definite con Decreto del Ministero del Lavoro e delle Politiche Sociali, sentiti gli enti di Patronato e i Ministeri competenti per materia, da emanarsi entro il 30 giugno 2015».

2.600

LAI, BROGLIA, PEGORER, FORNARO, CUCCA

Al comma 64, lettera c)*,* »Art. 10» *? (Attività diverse) ?* 1. *Comma lettera* a)*, sono aggiunte, in fine, le seguenti parole:* «agricoltura, emigrazione ed immigrazione;».

2.601

FEDELI, PARENTE, ANGIONI, D'ADDA, FAVERO, LAI, LEPRI, MANASSERO, PEZZOPANE, SPILABOTTE

Al comma 64, lettera c)*, capoverso* «Art. 10»*, comma* 1, *lettera* b)*, sopprimere la parola:* «anche».

2.602

LAI, BROGLIA, PEGORER, FORNARO, CUCCA

Al comma 64, lettera c), «Art. 10» *? (Attività diverse) ?* 3. *Comma le parole:* « in materia di assistenza e previdenza sociale, infortuni e malattie professionali, in favore dei soggetti di cui all'articolo 7, comma 1, incluse nell'attività di cui all'articolo 13, che vengono ammesse, in base a convenzione sottoscritta con il Ministero del lavoro e delle politiche sociali, a contributo per l'erogazione del servizio. Con decreto del Ministro del lavoro e delle politiche sociali, sentiti gli istituti di patronato e di assistenza sociale, sono individuate le prestazioni, non rientranti nel finanziamento di cui all'articolo 13, per le quali è ammessa l'esigibilità del citato contributo per l'erogazione del servizio, per ciascuna prestazione a favore dell'istituto di Patronato, da parte dell'utenza o degli enti. pubblici beneficiari» *sono sostituite con le seguenti:* « nelle materie previste dall'articolo 7, comma 1, in favore dei soggetti di cui alla medesima norma, per le prestazioni per cui sia escluso il finanziamento pubblico ai sensi e per gli effetti dell'articolo 13, con il pagamento di un contributo da parte dell'utente o dell'ente pubblico beneficiario. Con decreto del Ministro del lavoro e delle politiche sociali, sentiti gli istituti di patronato e di assistenza sociale, sono individuate le prestazioni, ancorché non più rientranti nel finanziamento di cui all'articolo 13, per le quali è ammessa l'esigibilità del citato contributo».

2.603

PARENTE, ANGIONI, D'ADDA, FAVERO, LAI, LEPRI, MANASSERO, PEZZOPANE, SPILABOTTE

Al comma 64, lettera c)*, capoverso* «Art. 10»*, comma* 3, *al secondo capoverso sostituire le parole:* «non rientranti nel finanziamento di cui all'articolo 13» *con le parole:* «non rientranti tra quelle rilevanti ai fini della distribuzione del finanziamento di cui all'articolo 13».

2.604

FEDELI, PARENTE, ANGIONI, D'ADDA, FAVERO, LAI, LEPRI, MANASSERO, PEZZOPANE, SPILABOTTE

Al comma 64, lettera c)*, capoverso* «Art. 10»*, comma 3, secondo periodo, sopprimere le seguenti parole:* «o degli enti pubblici beneficiari».

2.605

PARENTE, ANGIONI, D'ADDA, FAVERO, LAI, LEPRI, MANASSERO, PEZZOPANE, SPILABOTTE

Al comma 64, dopo la lettera c)*, inserire le seguenti:*

«c-*bis)* l'articolo 11 è sostituito con il seguente: "Art. 11. ? *(Attività di supporto alle autorità*

diplomatiche e consolari italiane all'estero) ? 1. Gli istituti di patronato e di assistenza sociale svolgono attività di supporto alle autorità diplomatiche e consolari italiane all'estero, nello svolgimento di servizi non demandati per legge all'esclusiva competenza delle predette autorità con apposito decreto del Ministro del lavoro e delle politiche sociali e del Ministro degli affari esteri e della cooperazione internazionale, da emanarsi entro il 30 giugno 2015, si stabiliscono le modalità di esercizio e di valorizzazione economica di detta attività";

c-*bis)* l'articolo 12 è sostituito con il seguente: "Art. 12. ? *(Accesso alle banche dati)* ? 1. Per lo svolgimento delle proprie attività gli istituti di patronato e di assistenza sociale, nell'ambito del mandato conferito dal soggetto interessato, sono autorizzati ad accedere alle banche dati degli enti eroganti le prestazioni e della Pubblica Amministrazione obbligatoriamente in cooperazione applicativa attraverso porta di dominio certificata, secondo i criteri della DigitPA e degli organismi da essa designati alla gestione del sistema di cooperazione. È fatto obbligo agli enti di patronato di rapportarsi per le proprie attività solamente per via telematica, ivi comprese tutte le informazioni necessarie al Ministero del lavoro e delle politiche sociali per l'attività ispettiva. Il Ministro del lavoro e della politiche sociali, sentiti il Ministro della pubblica Amministrazione e semplificazione, Agenda Digitale Italiana (ADI) e il Garante per la protezione dei dati personali, stabilisce con proprio decreto, da adottare entro il 30 marzo 2015, le linee-guida delle modalità di dialogo tra gli istituti di patronato e di assistenza sociale e gli enti eroganti le prestazioni e la Pubblica Amministrazione";

c-*ter)* all'articolo 13, comma 7, lettera *b)*, sono aggiunte, in fine, le seguenti parole: "da emanarsi entro i128 febbraio 2015"».

Conseguentemente, al medesimo articolo 2, dopo il comma 64 aggiungere il seguente:

«64-*bis.* All'articolo 1, della legge 24 dicembre 2012, n. 228, il comma 14 è sostituito dal seguente: "14. A decorrere dal 1º gennaio 2013 sono riconosciuti 0,25 punti per ogni intervento individuato con decreto del Ministro del lavoro e delle politiche sociali del 28 febbraio 2013, avviato con modalità telematiche e verificato dagli enti pubblici erogatori delle prestazioni previdenziali ed assicurative"».

2.606

MICHELONI, TURANO, GIACOBBE, TONINI, PEGORER, DI BIAGIO, FAUSTO GUILHERME LONGO, PAGANO, DALLA TOR, SPILABOTTE, ARRIGONI

Al comma 64, dopo la lettera c)*, inserire la seguente:*

«c-*bis)* all'articolo 11 della legge 30 marzo 2001 n. 152 dopo il comma 1 è aggiunto, in fine, il seguente comma:

"1-*bis.* Con apposito decreto del Ministero del Lavoro e del Ministero degli Affari Esteri e della cooperazione internazionale, da emanarsi entro il 30 giugno 2015, si stabiliscono le modalità di esercizio e di valorizzazione economica di detta attività il predetto decreto stabilisce che l'attività oggetto del presente articolo è finanziata con lo 0,73% del finanziamento di cui all'articolo 13 comma 4 della legge 152 del 2001, la previsione di un periodo sperimentale della durata di due anni da svolgersi nel Paese con più iscritti Aire di ciascuna ripartizione estera, l'accesso alla sperimentazione potrà essere concesso solo agli Enti di Patronati presenti in tutti i paesi individuati continuativamente da almeno 5 anni, le modalità di verifica e controllo e lo schema di redazione del *report* finale della sperimentazione"».

2.607

LAI, BROGLIA, PEGORER, FORNARO, CUCCA

Al comma 64, la lettera e)*, è sostituito dal seguente:*

«*e)* All'articolo 13 della legge 30 marzo 2001, n. 152, sono apportate le seguenti modifiche:

Al comma 7, lettera *b)*, sono aggiunte, in fine, le seguenti parole: "Gli effetti dei predetti *standard* qualitativi rilevano sia in relazione all'organizzazione che all'attività svolta in Italia ed all'estero".

Dopo il comma 7, aggiungere:

"a-*bis*. Sono ammessi al finanziamento delle attività e dell'organizzazione gli Istituti di patronato che dimostrino di aver svolto, oltre che a livello nazionale, l'attività di cui al precedente comma in

almeno otto Stati. stranieri con una quota percentuale di incidenza complessiva, accertata in via definitiva dal Ministero del lavoro e delle politiche sociali, non inferiore al 2,5 per cento di quella annualmente prodotta dall'insieme degli istituti di patronato"».

2.608

GALIMBERTI

Al comma 64, lettera e)*, sopprimere il capoverso:* «c-*bis)* l'istituto abbia realizzato per due anni consecutivi attività rilevante ai fini del finanziamento di cui all'articolo 13, comma 7, lettera *b)*, sia in Italia che all'estero, in una quota percentuale accertata in via definitiva dal Ministero del lavoro e delle politiche sociali inferiore al 2,5 per cento del totale. Le disposizioni di cui alla presente lettera trovano applicazione nei confronti degli istituti di patronato riconosciuti in via definitiva e operanti da oltre cinque anni alla data di entrata in vigore della presente disposizione con effetto dall'attività dell'anno 2014, definitivamente accertata dal Ministero del lavoro e delle politiche sociali».

2.609

TOMASELLI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA

Alla lettera e)*, del comma 64, eliminare il seguente capoverso:* «c-*bis)* l'istituto abbia realizzato per due anni consecutivi attività rilevante ai fini del finanziamento di cui all'articolo 13, comma 7, lettera *b)*, sia in Italia che all'estero, in una quota percentuale accertata in via definitiva dal Ministero del lavoro e delle politiche sociali inferiore al 2,5 per cento del totale. Le disposizioni di cui alla presente lettera trovano applicazione nei confronti degli Istituti di patronato riconosciuti in via definitiva e operanti da oltre cinque anni alla data di entrata in vigore della presente disposizione con effetto dall'attività dell'anno 2014, definitivamente accertata dal Ministero del lavoro e delle politiche sociali».

2.610

BONFRISCO, CERONI, D'ALÌ, MANDELLI, MILO

All'articolo 2, comma 64, lettera e)*, eliminare il seguente capoverso:* «c-*bis)* L'istituto abbia realizzato per due anni consecutivi attività rilevante ai fini del finanziamento di cui all'articolo 13, comma 7, lettera *b)*, sia in Italia che all'estero, in una quota percentuale accertata in via definitiva dal Ministero del lavoro e delle politiche sociali inferiore al 2,5 per cento del totale. Le disposizioni di cui alla presente. lettera trovano applicazione nei confronti degli istituti di patronato riconosciuti in via definitiva e operanti da oltre cinque anni alla data di entrata in vigore della presente disposizione con effetto dall'attività dell'anno 2014, definitivamente accertata dal Ministero del lavoro e delle politiche sociali».

2.612

BERGER, ZELLER, PALERMO, PANIZZA, LANIECE, BATTISTA, ROMANO, FAUSTO GUILHERME LONGO

Al comma 64, lettera e)*, sopprimere il capoverso* c-*bis).*

2.613

GALIMBERTI

Al comma 641 lettera e)*, sostituire il capoverso* c-*bis) con il seguente:*

«c-*bis)* l'istituto abbia realizzato per due anni consecutivi attività rilevante ai fini del finanziamento di cui all'articolo 13, comma 7, lettera *b)*1 in una quota percentuale, comprensiva sia dell'attività in Italia che all'estero, accertata in via definitiva dal Ministero del Lavoro inferiore al 2,5 per cento del totale. Le disposizioni di cui alla presente lettera trovano applicazione con effetto dall'attività dell'anno 2015, definitivamente accertata dal Ministero del Lavoro. Tale disposizione non opera qualora l'Istituto di patronato:

a) faccia valere una quota di operatori con contratto di lavoro dipendente a tempo indeterminato impiegati su base annua dall'Istituto non inferiore all'ottanta per cento degli operatori di cui all'articolo 51 commi 1 e 3, della presente legge complessivamente impiegati nello stesso anno;

b) rispetti i criteri di stabilità operativa delle sedi provinciali e zonali determinati con decreto del Ministero del Lavoro da emanarsi entro il 30 settembre 2015 ovvero se già riconosciuto alla data di entrata in vigore della legge 152 del 2011 si sia unito in forma consortile per un periodo massimo di

tre anni, con uno o più patronati già operanti all'epoca, entro il 31 dicembre 2017».

2.614

TOMASELLI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA

Alla lettera e) del comma 64, sostituire il capoverso *c-bis* con il seguente:

«*c-bis)* l'istituto abbia realizzato per due anni consecutivi attività rilevante ai fini del finanziamento di cui all'articolo 13, comma 7, lettera *b)*, in una quota percentuale, comprensiva sia dell'attività in Italia che all'estero, accertata in via definitiva dal Ministero del Lavoro, inferiore al 2,5 per cento del totale. Le disposizioni di cui alla presente lettera trovano applicazione con effetto dall'attività dell'anno 2015, definitivamente accertata dal Ministero del Lavoro. Tale disposizione non opera qualora l'Istituto di patronato:

a) faccia valere una quota di operatori con contratto di lavoro dipendente a tempo indeterminato impiegati su base annua dall'Istituto non inferiore all'ottanta per cento degli operatori di cui all'art. 6, commi 1 e 3, della presente legge complessivamente impiegati nello stesso anno;

b) rispetti i criteri di stabilità operativa delle sedi provinciali e zonali determinati con decreto del Ministero del Lavoro da emanarsi entro il 30 settembre 2015 ovvero se già riconosciuto alla data di entrata in vigore della L. 152/2001, si sia unito in forma consortile per un periodo massimo di tre anni, con uno o più patronati già operanti all'epoca, entro il 31 dicembre 2017».

2.615

BONFRISCO, CERONI, D'ALÌ, MANDELLI, MILO

All'articolo 2, comma 64, lettera e) sostituire il capoverso *c-bis)* con il seguente:

«*c-bis)* l'istituto abbia realizzato per due anni consecutivi attività rilevante ai fini del finanziamento di cui all'articolo 13, comma 7, lettera *b)*, in una quota percentuale, comprensiva sia dell'attività in Italia che all'estero, accertata in via definitiva dal Ministero del Lavoro, inferiore al 2,5 per cento del totale. Le disposizioni di cui alla presente lettera trovano applicazione con effetto dall'attività dell'anno 2015, definitivamente accertata dal Ministero del Lavoro. Tale disposizione non opera qualora l'Istituto di patronato:

a) faccia valere una quota di operatori con contratto di lavoro dipendente a tempo indeterminato impiegati su base annua dall'Istituto non inferiore all'ottanta per cento degli operatori di cui all'art. 6, commi 1 e 3, della presente legge complessivamente impiegati nello stesso anno;

b) rispetti i criteri di stabilità operativa delle sedi provinciali e zonali determinati con decreto del Ministero del Lavoro da emanarsi entro il 30 settembre 2015 ovvero se già riconosciuto alla data di entrata in vigore della L. 152/2001, si sia unito in forma consortile per un periodo massimo di tre anni, con uno o più patronati già operanti all'epoca, entro il 31 dicembre 2017».

2.617

MANCUSO, GUALDANI, AIELLO

Al comma 64, lettera e) sostituire il capoverso *c-bis)* con il seguente:

«*c-bis)* l'istituto abbia realizzato per due anni consecutivi attività rilevante ai fini del finanziamento di cui all'articolo 13, comma 7, lettera *b)*, con riferimento sia dell'attività in Italia che all'estero, conseguendo una quota percentuale tra il totale degli interventi annullati durante la fase di accertamento ispettivo ed il totale degli interventi statisticati con esito positivo superiore al 10 per cento. Le disposizioni di cui alla presente lettera trovano applicazione con effetto dall'attività dell'anno 2015, definitivamente accertata dal Ministero del Lavoro.».

2.618

CALEO

Al comma 64, lettera e)*, capoverso* c-bis)*, sostituire le parole:* «2,5 per cento del totale» *con le seguenti:* «1 per cento del totale»*, e le parole:* «da oltre cinque anni» *con le seguenti:* «da oltre dieci anni».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 10.000.000;

2016: ? 10.000.000;
2017: ? 10.000.000.

2.619

FILIPPI, FAVERO, PAGLIARI

Al comma 64, lettera e)*, capoverso* c-bis)*, sostituire* «2,5 per cento del totale» *con* «1 per cento del totale».

Conseguentemente, sostituire le parole «da oltre cinque anni» *con le parole* «da oltre dieci anni».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;
2016: ? 5.000.000;
2017: ? 5.000.000.

2.620

PICCINELLI

Al comma 64 lett. e) *sostituire* «2,5 per cento del totale» *con* «1 per cento del totale»*, e sostituire le parole* «da oltre cinque anni» *con le parole* «da oltre dieci anni».

Conseguentemente, ridurre dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente della allegata tabella C.

2.621

GUALDANI

Al comma 64 lettera e)*, capoverso* c-bis *sostituire* «2,5 per cento del totale» *con* «1 per cento del totale». *Alla stessa lettera sostituire le parole* «da oltre cinque anni» *con le parole* «da oltre dieci anni».

2.622

CENTINAIO, COMAROLI, BELLOT, TOSATO

Al comma 64, lettera e) *sostituire le parole* «2,5 per cento del totale» *con le seguenti:* «1 per cento del totale» *e alla stessa lettera sostituire le parole* «da oltre cinque anni» *con le seguenti:* «da oltre dieci anni».

2.623

GUALDANI

Al comma 64 alla lettera c-bis) *sostituire:* «2,5 per cento» *con* «1 per cento»*, e le parole:* «attività dell'anno 2014» *con le seguenti:* «attività dell'anno 2015». *Alla lettera* c-ter)*sopprimere le parole:* «almeno otto Stati stranieri». *in fine al comma 65 sostituire le parole:* «entro il 30 giugno 2015» *con le seguenti:* «entro il 31 dicembre 2015».

2.624

PAGLINI

Al comma 64, lettera e)*, capoverso* «*c*-bis)», apportare le seguenti modificazioni:

a) al primo periodo sostituire le parole: «2,5 per cento», *con le seguenti:* «1 per cento»;

b) al secondo periodo sostituire le parole: «dell'anno 2014», *con le seguenti:* «dall'anno 2015».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 75, alla Tabella A ivi richiamata, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 75.000.000;
2016: ? 75.000.000;
2017: ? 75.000.000.

2.625

GUALDANI, PAGANO, TORRISI

Al comma 64, lettera e), *capoverso* «*c*-bis» *sostituire le parole:* «2,5 per cento» *con le parole:* «1 per cento» *e le parole:* «attività dell'anno 2014» *con le parole:* «attività dell'anno 2015». *Alla stessa lettera dello stesso comma, capoverso* «*c*-ter» *eliminare le parole:* «almeno otto Stati stranieri».

2.626

VERDUCCI

Al comma 64, lettera «*c*-bis)», *apportare le seguenti modificazioni:*

a) sostituire le parole: «2,5 per cento» *con le seguenti:* «1,5 per cento»;

b) sostituire le parole: «2014» *con le seguenti:* «2015».

Conseguentemente:

all'articolo 3, comma 21, lettera g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quadruplo».

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 50.000.000;
2016: ? 50.000.000;
2017: ? 50.000.000.

2.627

GUALDANI

Al comma 64, punto e) *relativo alle modificazioni da apportare all'articolo 16, comma 2 della legge n.152/2001:* sostituire le parole: «2,5 per cento» *con le parole:* «1,5 per cento» *sostituire le parole:* «2014» *con le parole:* «2015».

2.628

MARIO MAURO

Al comma 64, lettera e) sostituire le parole: «2,5» *con le seguenti:* «1,5» *e le parole:* «2014» *con le seguenti:* «2015».

2.629

BONFRISCO, CERONI, D'ALÌ, MANDELLI, MILO, AMIDEI

Al comma 64, lettera e), *capoverso* «*c*-bis)», *apportare le seguenti modificazioni:*

a) al primo periodo sostituire le parole: «per due anni consecutivi», *con le seguenti:* «per tre anni consecutivi»;

b) al primo periodo sostituire le parole: «2.5 per cento», *con le seguenti:* «2 per cento»;

c) al secondo periodo sostituire le parole: «dall'anno 2015».

2.630

DI MAGGIO

Al comma 64, lettera e), *capoverso* «*c*-bis)», *apportare le seguenti modificazioni:*

a) al primo periodo sostituire le parole: «per due anni consecutivi», *con le seguenti:* «per tre anni consecutivi»;

b) al primo periodo sostituire le parole: «2.5 per cento», *con le seguenti:* «2 per cento»;

c) al secondo periodo sostituire le parole: «dall'anno 2014», *con le seguenti:* «dall'anno 2015».

2.631

PIGNEDOLI, RUTA, SAGGESE, ALBANO, BERTUZZI, FASIOLO, GATTI, VALENTINI

Al comma 64, lettera e), *capoverso* «*c*-bis)», *apportare le seguenti modificazioni:*

a) al primo periodo sostituire le parole: «per due anni consecutivi», *con le seguenti:* «per tre anni consecutivi» *e le parole:* «2.5 per cento» *con le seguenti:* «2 per cento »;

b) al secondo periodo sostituire le parole: «dall'anno 2014», *con le seguenti:* «dall'anno 2015».

Alla Tabella 4 voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 10.000.000;
2016: ? 10.000.000;
2017: ? 10.000.000.

2.632

GASPARRI

Al commi 64, lettera e), *capoverso* «*c*-bis)», *sostituire le parole:* «2,5 per cento» *con le seguenti:* «2 per cento».

Conseguentemente, ridurre dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente della allegata

tabella c).

2.633

BERGER, ZELLER, PALERMO, PANIZZA, LANIECE, BATTISTA, ROMANO, FAUSTO GUILHERME LONGO

Al comma 64, lettera e), *al capoverso* «*c*-bis)», *sostituire le parole:* «2,5 per cento» *con le seguenti:* «2 per cento».

2.634

BONFRISCO, CERONI, D'ALÌ, MANDELLI, MILO, AMIDEI

Al comma 64, lettera e)*, capoverso c*-bis*), dopo il primo periodo, inserire le seguenti parole:* «; tale disposizione non opera qualora l'istituto di patronato faccia valere una quota di operatori, con contratto di lavoro dipendente a tempo indeterminato impiegati su base annua dall'istituto, non inferiore all'80 per cento degli operatori di cui all'articolo 6, commi 1 e 3, complessivamente impiegati nello stesso anno e rispetti i criteri di stabilità operativa delle sedi provinciali e zonali determinati con decreto del Ministero del Lavoro e politiche sociali da emanarsi entro il 30 settembre 2015 ovvero si sia unito in forma consortile con uno o più patronati già operanti, entro il 31 dicembre 2017».

2.635

DI MAGGIO

Al comma 64, lettera e), capoverso c-bis*), dopo il primo periodo, inserire le seguenti parole:* «; tale disposizione non opera qualora l'istituto di patronato faccia valere una quota di operatori, con contratto di lavoro dipendente a tempo indeterminato impiegati su base annua dall'istituto, non inferiore all'80 per cento degli operatori di cui all'articolo 6, commi 1 e 3, complessivamente impiegati nello stesso anno e rispetti i criteri di stabilità operativa delle sedi provinciali e zonali determinati con decreto del Ministero del Lavoro e politiche sociali da emanarsi entro il 30 settembre 2015 ovvero si sia unito in forma consortile con uno o più patronati già operanti, entro il 31 dicembre 2017».

2.636

STEFANI, DE PETRIS, URAS

Al comma 64, lettera e)*, capoverso c*-bis*), dopo il primo periodo, inserire le seguenti parole:* «; tale disposizione non opera qualora l'istituto di patronato faccia valere una quota di operatori, con contratto di lavoro dipendente a tempo indeterminato impiegati su base annua dall'istituto, non inferiore all'80 per cento degli operatori di cui all'articolo 6, commi 1 e 3, complessivamente impiegati nello stesso anno e rispetti i criteri di stabilità operativa delle sedi provinciali e zonali determinati con decreto del Ministro del lavoro e politiche sociali, da emanarsi entro il 30 settembre 2015, ovvero si sia unito in forma consortile con uno o più patronati già operanti entro il 31 dicembre 2016».

2.637

GASPARRI

Al comma 64, lettera e)*, capoverso* «c-*bis*)»*, sopprimere il secondo periodo.*

Conseguentemente, ridurre dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente della allegata tabella C.

2.638

LANGELLA

Al comma 64, inserire, in fine, la seguente:

«e-*bis*. L'articolo 11 della legge 30 marzo 2001 n. 152 è sostituito con il seguente: "Art. 11. - *(Attività di supporto alle autorità diplomatiche e consolari italiane all'estero). ? 1.* Gli istituti di patronato e di assistenza sociale svolgono attività di supporto alle autorità diplomatiche e consolari italiane all'estero, nello svolgimento di servizi non demandati per legge all'esclusiva competenza delle predette autorità. Con apposito decreto del Ministero del Lavoro e del Ministero degli Affari Esteri e della cooperazione internazionale, da emanarsi entro il 30 giugno 2015, si stabiliscono le modalità di esercizio e di valorizzazione economica di detta attività"».

2.639

LANGELLA

Al comma 64, inserire, in fine, la seguente:

«e-*bis*) l'articolo 12 della legge 30 marzo n. 152 è sostituito con il seguente: "Art. 12. - *(Accesso alle banche dati). ? 1.* Per lo svolgimento delle proprie attività gli istituti di patronato e di assistenza sociale, nell'ambito del mandato conferito dal soggetto interessato, sono autorizzati ad accedere alle banche dati degli enti eroganti le prestazioni e della Pubblica Amministrazione obbligatoriamente in cooperazione applicativa attraverso porta di dominio certificata secondo i criteri della DigitPA e degli organismi da essa designati alla gestione del sistema di cooperazione. È fatto obbligo agli enti di patronato di rapportarsi per le proprie attività solamente per via telematica, ivi comprese tutte le informazioni necessarie al Ministero del Lavoro per l'attività ispettiva. Il Ministro del lavoro e della previdenza sociale, sentiti il Ministero della Pubblica Amministrazione, Agenda Digitale Italiana (ADI) e il Garante per la protezione dei dati personali, stabilisce con proprio decreto, da adottare entro il 30 marzo 2015, le linee-guida delle modalità di dialogo tra gli istituti di patronato e di assistenza sociale e gli enti eroganti le prestazioni e la Pubblica Amministrazione"».

2.640

LANGELLA

Al comma 64, inserire la seguente:

«e-*bis*. All'articolo 13 comma 7 della legge 30 marzo 2001 n. 152, è aggiunto, in fine, il seguente periodo: "Il Ministero del Lavoro e della Previdenza Sociale semplifica le modalità e le procedure di accertamento delle attività degli istituti di patronato soggetta al finanziamento di cui al precedente comma 2 e conclude le medesime entro l'anno successivo a quello di presentazione del registri di chiusura da parte degli Istituti di Patronato"».

2.641

LANGELLA

Al comma 64, inserire il seguente:

«e-*bis*. All'articolo 13, comma 7, della legge 30 marzo 2001, n. 152 lettera *b)* della legge n. 228, come modificato dalla legge 24 dicembre 2012, n. 228, sono aggiunte, in fine, le seguenti parole: ", da emanarsi entro il 28 febbraio 2015"».

2.642

LANGELLA

Al comma 64, inserire il seguente:

«e-*bis*. All'articolo 13, comma 3, della legge 30 marzo 2001, n. 152, è aggiunto, in fine, il seguente periodo: "Contestualmente ai suddetti versamenti i predetti istituti danno comunicazione agli Enti di Patronato degli importi versati"».

2.642a

FEDELI, PARENTE, ANGIONI, D'ADDA, FAVERO, LAI, LEPRI, MANASSERO, PEZZOPANE, SPILABOTTE

Sostituire il comma 65, con il seguente:

«65. All'articolo 1 della legge 24 dicembre 2012, n. 228, sono apportate le seguenti modifiche:

a) al comma 13, le parole: "entro un anno dalla medesima data" sono sostituite con le seguenti: "entro il 30 giugno 2015";

b) i commi 9, 10, lettera *a)* e 12 sono soppressi».

2.643

LAI, BROGLIA, PEGORER, FORNARO, CUCCA

Al comma 65, lettera a)*, le parole:* «i commi 9, 10, lettere *a)*, *b)* e *c)*, 11 e 12» *sono sostituite dalle seguenti:* «commi 9, 10, lettere *b)* e *c)*, e 11».

2.644

GUALDANI

Al comma 65, eliminare la lettera b).

2.645

CALEO

Al comma 65, lettera b)*, sostituire le parole:* «entro il 30 giugno 2015» *con le seguenti:* «entro il 31 dicembre 2015».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 10.000.000;
2016: ? 10.000.000;
2017: ? 10.000.000.

2.646
PICCINELLI
Al comma 65, lettera b)*, sostituire le parole:* «entro il 30 giugno 2015» *con le parole:* «entro il 31 dicembre 2015».

Conseguentemente, ridurre dell'1 per cento tutti gli stanziarnenti di parte corrente della allegata tabella C.

2.647
FILIPPI, FAVERO, PAGLIARI
Al comma 65, lettera b)*, sostituire le parole:* «entro il 30 giugno 2015» *con le parole:* «entro il 31 dicembre 2015».

2.648
GALIMBERTI
Al comma 65, lettera b)*, sostituire le parole:* «entro il 30 giugno 2015» *con le seguenti:* «entro il 31 dicembre 2015».

2.649
GUALDANI
Al comma 65, lettera b)*, sostituire le parole:* «entro il 30 giugno 2015» *con le parole:* «entro il 31 dicembre 2015».

2.650
GUALDANI, PAGANO, TORRISI
Al comma 65, sostituire le parole: «entro il 30 giugno 2015» *con le parole:* «entro il 31 dicembre 2015».

2.651
TOMASELLI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA
Al comma 65, lettera b)*, sostituire le parale:* «entro il 30 giugno 2015» *con le seguenti:* «entro il 31 dicembre 2015».

2.652
LUIGI MARINO
AI comma 65, lettera b)*, sostituire le parole:* «entro il 30 giugno 2015» *con le seguenti:* «entro il 31 dicembre 2015».

2.653
CENTINAIO, COMAROLI, BELLOT, TOSATO
Al comma 65, lettera b) *sostituire le parole:* «entro il 30 giugno 2015» *con le seguenti:* «entro il 31 dicembre 2015».

2.654
MANCUSO, GUALDANI
Al comma 65 lettera b) *sostituire le parole:* «entro il 30 giugno 2015» *con le seguenti:* «entro il 31 dicembre 2015».

2.655
BONFRISCO, CERONI, D'ALÌ, MANDELLI, MILO
Al comma 65 lettera b) *sostituire le parole:* «entro il 30 giugno 2015» *con le seguenti:* «entro il 31 dicembre 2015».

2.657

CALEO

Dopo il comma 65 inserire il seguente:

«65-*bis*. Gli istituti di patronato esistenti alla data di entrata in vigore della presente legge possono richiedere al Ministero del lavoro e delle politiche sociali l'autorizzazione allo svolgimento dell'attività in forma consortile per un periodo non superiore a tre anni. Ai consorzi si applicano le disposizioni di cui all'articolo 16 della legge 30 marzo 2001, n. 152 qualora entro il periodo transitorio di tre anni non si pervenga alla costituzione di un unico patronato».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 10.000.000;
2016: ? 10.000.000;
2017: ? 10.000.000

2.658

PICCINELLI

Dopo il comma 65 aggiungere il seguente:

«65-*bis*. Gli istituti di patronato esistenti alla data di entrata in vigore della presente legge possono richiedere al Ministero del lavoro e delle politiche sociali l'autorizzazione per lo svolgimento dell'attività in forma consortile per un periodo non superiore a tre anni. Ai consorzi si applicano le disposizioni di cui all'articolo 16 della legge 152 del 2001 qualora entro il periodo transitorio di tre anni non si pervenga alla costituzione di un unico patronato».

Conseguentemente, ridurre dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente della allegata tabella C.

2.659

CENTINAIO, COMAROLI, BELLOT, TOSATO

Dopo il comma 65 inserire il seguente:

«65-*bis*. Gli istituti di patronato esistenti alla data di entrata in vigore della presente legge possono richiedere al Ministero del lavoro e delle politiche sociali l'autorizzazione per lo svolgimento dell'attività in forma consortile per un periodo non superiore a tre anni. Ai consorzi si applicano le disposizioni di cui all'articolo 16 della legge 152 del 2001 qualora entro il Periodo transitorio di tre anni non si pervenga alla costituzione di un unico patronato».

2.660

MANCUSO, GUALDANI, AIELLO

Dopo il comma 65 aggiungere il seguente:

«65-*bis*. Gli istituti di patronato già operanti alla data di entrata in vigore della legge 152/2001 e che hanno ottenuto la convalida di riconoscimento ai sensi della stessa legge possono richiedere al Ministero del lavoro e delle politiche sociali l'autorizzazione per lo svolgimento dell'attività in forma consortile per un periodo non superiore a tre anni. Ai consorzi si applicano le disposizioni di cui all'articolo 16 della Legge 152 del 2001 qualora entro il periodo transitorio di tre anni non si pervenga alla costituzione di un unico patronato».

2.661

GUALDANI

Dopo il comma 65 aggiungere il seguente:

«65-*bis*. Gli istituti di patronato esistenti alla data di entrata in vigore della presente legge possono richiedere al Ministero del lavoro e delle politiche sociali l'autorizzazione per lo svolgimento dell'attività in forma consortile per un periodo non superiore a tre anni. Ai consorzi si applicano le disposizioni di cui all'articolo 16 della Legge 152 del 2001 qualora entro il periodo transitorio di tre anni non si pervenga alla costituzione di un unico patronato».

2.662

LUIGI MARINO

Dopo il comma 65 aggiungere il seguente:

«65-*bis*. "Gli istituti di patronato già operanti alla data di entrata in vigore della legge 152/2001 e che hanno ottenuto la convalida di riconoscimento ai sensi della stessa legge possono richiedere al Ministero del lavoro e delle politiche sociali l'autorizzazione per lo svolgimento dell'attività in forma consortile per un periodo non superiore a tre anni. Ai consorzi si applicano le disposizioni di cui all'articolo 16 della Legge 152 del 2001 qualora entro il periodo transitorio di tre anni non si pervenga alla costituzione di un unico patronato"».

2.663

TOMASELLI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA

Dopo il comma 55, aggiungere il seguente:

«55-*bis*. Gli istituti di patronato già operanti alla data di entrata in vigore della Legge 152 del 2001 e che hanno ottenuto la convalida di riconoscimento ai sensi della stessa legge possono richiedere al Ministero del lavoro e delle politiche sociali l'autorizzazione per lo svolgimento dell'attività in forma consortile per un periodo non superiore a tre anni. Ai consorzi si applicano le disposizioni di cui all'articolo 16 della legge 152 del 2001 qualora entro il periodo transitorio di tre anni non si pervenga alla costituzione di un unico patronato».

2.664

GALIMBERTI

Dopo il comma 65, aggiungere il seguente:

«65-*bis*. Gli istituti di patronato già operanti alla data di entrata in vigore della legge 152 del 2001 e che hanno ottenuto la convalida di riconoscimento ai sensi della stessa legge possono richiedere al Ministero del lavoro e delle politiche sociali l'autorizzazione per lo svolgimento dell'attività in forma consortile per un periodo non superiore a tre anni. Ai consorzi si applicano le disposizioni di cui all'articolo 16 della legge 152 del 2001 qualora entro il periodo transitorio di tre anni non si pervenga alla costituzione di un unico patronato».

2.665

BONFRISCO, CERONI, D'ALÌ, MANDELLI, MILO

Dopo il comma 65, aggiungere il seguente:

«65-*bis*. Gli istituti di patronato già operanti alla data di entrata in vigore della legge 152 del 2001 e che hanno ottenuto la convalida di riconoscimento ai sensi della stessa legge possono richiedere al Ministero del lavoro e delle politiche sociali l'autorizzazione per lo svolgimento dell'attività in forma consortile per un periodo non superiore a tre anni. Ai consorzi si applicano le disposizioni di cui all'articolo 16 della Legge 152 del 2001 qualora entro il periodo transitorio di tre anni non si pervenga alla costituzione di un unico patronato».

2.666

D'ALÌ

Dopo il comma 65, inserire il seguente:

«65-*bis*. Per le finalità previste all'articolo 1, comma 225, della legge 24 dicembre 2012, n. 228 (legge di stabilità 2013) è attribuito agli enti territoriali interessati un contributo pari a 30 milioni di euro per ciascun anno relativamente agli anni 2015 ? 2016 ? 2017. La ripartizione delle somme ai Comuni è effettuata con provvedimento del Ministero delle Infrastrutture e dei Trasporti, nel rispetto delle quote percentuali concordate con il Coordinamento degli Enti territoriali interessati».

Conseguentemente, alla tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, ridurre come segue gli stanziamenti previsti:*

2015: ? 30.000.000;

2016: ? 30.000.000;

2017: ? 30.000.000.

2.667

D'ALÌ

Dopo il comma 65, inserire il seguente:

«65-*bis*. Per le finalità previste all'articolo 1, comma 225, della legge 24 dicembre 2012, n. 228

(legge di stabilità 2013) è attribuito agli enti territoriali interessati un contributo pari a 30 milioni di euro per l'anno 2015. La ripartizione delle somme ai Comuni è effettuata con provvedimento del Ministero delle Infrastrutture e dei Trasporti, nel rispetto delle quote percentuali concordate con il Coordinamento degli Enti territoriali interessati».

Conseguentemente, alla tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, ridurre come segue gli stanziamenti previsti:*

2015: ? 30.000.000.

2.668

FEDELI, PARENTE, ANGIONI, D'ADDA, FAVERO, LAI, LEPRI, MANASSERO, PEZZOPANE, SPILABOTTE

Sostituire il comma 66, con il seguente:

«66. A seguito dell'entrata in vigore della riforma complessiva degli istituti di patronato, anche con riferimento alle attività diverse che possono svolgere e dei relativi meccanismi di finanziamento diversi di cui, rispettivamente, agli articoli 10 e 13 della legge 30 marzo 2001, n. 152, e successive modificazioni, nell'ambito della legge di bilancio per il triennio 2016-2018, sono rimodulate, nel rispetto degli obiettivi di finanza pubblica, le modalità di sostegno degli istituti di patronato e di assistenza sociale che alla data del 30 settembre 2015 hanno adeguato la loro struttura operativa ai contenuti della presente riforma, al fine di assicurare la semplificazione e la tempestività nell'erogazione dei trasferimenti pubblici in loro favore, nonché di definire aliquote di contribuzione e meccanismi di anticipazione delle risorse a valere sui contributi incassati dagli enti previdenziali atti. a garantire la corretta ed efficiente gestione delle attività d'istituto».

Conseguentemente,

a) all'articolo 3, comma 21, lettera *g)* sostituire la parola: «triplo», con la seguente: «quadruplo»;

b) alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 105.000.000;

2016: ? 105.000.000;

2017: ? 105.000.000.

voce Ministero delle politiche agricole, alimentari e forestali, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 5.000.000;

2016: ? 5.000.000;

2017: ? 5.000.000.

voce Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 5.000.000;

2016: ? 5.000.000;

2017: ? 5.000.000.

voce Ministero della giustizia, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 5.000.000;

2016: ? 5.000.000;

2017: ? 5.000.000.

2.669

SUSTA, MARAN

Sopprimere il comma 67.

Conseguentemente, al comma 45, aggiungere il seguente periodo: «Le disponibilità di competenza e di cassa delle spese del bilancio dello Stato per consumi intermedi sono ridotte di 238 milioni di euro per l'anno 2015 e di 200 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016».

2.670

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Sopprimere il comma 67.

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 117, le parole: «250 milioni»*, sono sostituite dalle seguenti:* «50 milioni».

2.671

CATALFO, PAGLINI, PUGLIA, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI, AIROLA

Dopo il comma 67, aggiungere il seguente:

«67-*bis*. Al fine di assicurare il finanziamento dei benefici contributivi, di competenza degli anni 2013 e 2014, per i rapporti di lavoro instaurati prima del 2013 con lavoratori iscritti nelle liste di mobilità ai sensi del comma 1 dell'articolo 4 del decreto-legge 20 maggio 1993, n. 148, convertito, con modificazioni, dalla legge 19 luglio 1993, n. 236, nonché al fine di evitare la restituzione di agevolazioni già beneficiate dalle imprese, è stanziata la somma di euro 40 milioni a decorrere dall'anno 2015 a valere sul fondo di cui all'articolo 1, comma 68, ultimo periodo, della legge 24 dicembre 2007, n. 247, e successive modificazioni».

2.672

COMAROLI, TOSATO

Sopprimere il comma 68.

2.673

FAUSTO GUILHERME LONGO, PANIZZA, LANIECE, BATTISTA, ROMANO

Dopo il comma 68, aggiungere il seguente:

«68-*bis*. Dopo il comma 1 dell'articolo 5 del decreto-legge 2 luglio 2007, n. 81, convertito, con modificazioni, dalla legge 3 agosto 2007 n. 127, è inserito il seguente:

"1-*bis*. In mancanza delle informazioni sul reddito prodotto nello stesso anno, l'INPS corrisponde la somma aggiuntiva di cui al comma 1 a conguaglio nell'annualità successiva"».

*Conseguentemente, agli eventuali oneri derivanti dall'attuazione del presente comma, per il triennio 2015-2017, si provvede, mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa prevista all'articolo 7-*quinquies*, comma 1, del decreto-legge 10 febbraio 2009, n. 5, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 aprile 2009, n 33, relativa al Fondo per interventi urgenti ed indifferibili, come integrata, da ultimo, dall'articolo 33, comma 1, della legge 12 novembre 2011, n. 183.*

2.674

LAI

Dopo il comma 68 è aggiunto il seguente:

«68-*bis*. Per gli anni 2015, 2016 e 2017, il Ministero del lavoro e delle politiche sociali assegna alla società Italia Lavoro Spa 5 milioni di euro quale contributo agli oneri di funzionamento e ai costi generali di struttura».

Conseguentemente, Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 5.000.000;
2016: ? 5.000.000;
2017: ? 5.000.000.

2.675

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 68 inserire il seguente:

«68-*bis*. All'articolo 5, comma 1, primo periodo, del decreto legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, dopo le parole: "anche se esenti da imposizione fiscale" sono aggiunte le seguenti: "ad eccezione delle provvidenze assistenziali di qualsiasi natura"».

2.676

PEZZOPANE, VERDUCCI, TOMASELLI, ALBANO, MANASSERO, FASIOLO, SOLLO, STEFANO ESPOSITO, D'ADDA, SPILABOTTE

Dopo il comma 69, aggiungere i seguenti:

«69-*bis*. Ai fini della razionalizzazione e dell'unificazione del procedimento relativo al controllo dello stato di salute dei lavoratori, dalla data di entrata in vigre della presente legge, le funzioni di accertamento medico-legale relative alle assenze per malattia dei dipendenti delle amministrazioni pubbliche, di cui al comma 2, dell'articolo 1, del decreto legislativo del 30 marzo 2001, n. 165, e successive modificazioni, sono effettuate dall'Istituto Nazionale della Previdenza Sociale cui è affidata la titolarità degli accertamenti medico legali su tutti i lavoratori in malattia.

«69-*ter*. Sono abrogati:

a) il comma 5-*bis*, dell'articolo 17, del decreto legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito con modificazioni dalla legge 15 luglio 2011, n. 111;

b) il comma 339 della legge 27 dicembre 2013, n. 147.

69-*quater*. Ai fini dell'attuazione delle disposizioni di cui comma 69-*bis*, l'Istituto Nazionale della Previdenza Sociale continua ad avvalersi dei propri medici addetti alle visite mediche di controllo domiciliare, come individuati dalla legislazione vigente alla data di entrata in vigore della presente legge, secondo i criteri ivi previsti, nonché delle risorse strumentali e finanziarie come integrate dal successivo comma 69-*quinquies*.

69-*quinquies*. La dotazione degli stanziamenti, con destinazione vincolata agli accertamenti medico-legali per le assenze per malattia di cui ai precedenti commi 69-*quater*, 69-*ter*, 69-*bis*, viene trasferita forfettariamente all'INPS nella misura ridotta non inferiore a 60 milioni di euro di cui dall'articolo 17, comma 5, del decreto legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111.

69-*sexies*. I risparmi di spesa derivanti dall'attuazione dei commi da 69-*bis* a 69-*quinquies* sono destinati al Fondo per l'ammortamento dei titoli di Stato».

2.677

GUALDANI

Dopo il comma 69 aggiungere i seguenti:

«69-*bis* Ai fini della razionalizzazione e dell'unificazione del procedimento relativo al controllo dello stato di salute dei lavoratori, dalla data di entrata in vigore della presente legge, le funzioni dell'accertamento medico-legale relative alle assenze per malattia dei dipendenti delle amministrazioni pubbliche, di cui al comma 2, dell'articolo 1, del decreto legislativo del 30 marzo 2001, n.165, e successive modificazioni, vengono espletate dall'Istituto Nazionale della Previdenza Sociale cui è affidata, in via esclusiva, la titolarità degli accertamenti medico legali su tutti i lavoratori in malattia.

69-*ter*. Sono abrogati il comma 5-*bis* dell'articolo 17, della legge 15 luglio 2011, n. 111, ed il comma 339 della legge 27 dicembre 2013, n. 147.

69-*quater*. Ai fini dell'attuazione del comma 69-*bis*, l'Istituto medesimo continua ad avvalersi dei medici addetti alle visite mediche di controllo domiciliare, come individuati dalla legislazione vigente alla data di entrata in vigore della presente legge, e secondo i criteri ivi previsti, e delle risorse strumentali e finanziarie come integrate al successivo comma 69-*quinquies*.

69-*quinquies*. La dotazione degli stanziamenti, con destinazione vincolata agli accertamenti medico legali per le assenze per malattia di cui al comma 69-*bis*, viene trasferita forfettariamente all'INPS nella misura ridotta non inferiore a 60 milioni di euro di cui dall'articolo 17, comma 5, del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111.

69-*sexies*. I risparmi di spesa derivanti dall'attuazione dei commi da 69-*bis* a 69-*quinquies* sono destinati al Fondo per l'ammortamento dei titoli di Stato».

2.678

LAI, TOMASELLI

Dopo il comma 69, aggiungere il seguente:

«69-*bis*. La disciplina applicabile, ai fini della individuazione del contenuto del beneficio previdenziale, di cui all'articolo 13, comma 8, della legge n. 257/1992 riconosciuto dall'art. 3, comma 133, della legge n. 350 del 2003 ai lavoratori dello stabilimento ex Acna di Cengio, è quella recata

dalle disposizioni previgenti alla data del 2 ottobre 2003, pertanto il periodo di esposizione a cloro, nitro e ammine è moltiplicato per il coefficiente del 1,5 sia ai fini della maturazione del diritto di accesso alla prestazione pensionistica sia ai fini della determinazione dell'importo della medesima.

69-*ter*. All'onere di cui al comma 69-*bis*, pari a 25 milioni di euro per l'anno 2004, 97 milioni di euro per l'anno 2005 e 182 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2006, si provvede mediante corrispondente riduzione del Fondo per l'occupazione di cui all'articolo 1, comma 7, del decreto-legge 20 maggio 1993, n. 148, convertito, con modificazioni, dalla legge 19 luglio 1993, n. 236».

2.679

CERONI

Dopo il comma 69 è aggiunto il seguente:

«69-*bis*. Dopo l'articolo 1, comma 1 lettera *a)*, punto 2 del decreto legge 21 giugno 2013, n. 69, convertito con modificazioni, dalla legge 9 agosto 2013, n. 98, è aggiunto il seguente: "2-*bis*. Alle operazioni finanziarie comunque finalizzate all'attività d'impresa di cui all'articolo 1, comma 3-*bis*, del decreto legislativo 11 febbraio 2010, n. 22, di durata non inferiore a 36 mesi, di cui all'articolo 5 del decreto del Ministero dello sviluppo economico, di concerto con il Ministero dell'economia e delle finanze del 26 giugno 2012, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* 20 agosto 2012, n. 193 non si applica il limite previsto dal comma 4. La garanzia diretta del fondo copre fino al 70 per cento dell'ammontare dell'esposizione per capitale, interessi, contrattuali e mora, per un plafond massimo ammissibile di cento milioni di euro annui. Al relativo onere si provvede mediante corrispondente rimodulazione del fondo di cui alla legge 23 dicembre 1996, n. 662 e successive modificazioni. Il fondo concede la garanzia richiesta alle imprese beneficiarie che comprovano il rilascio del titolo concessorio».

2.680

PEZZOPANE, VERDUCCI, TOMASELLI, ALBANO, MANASSERO, FASIOLO, STEFANO ESPOSITO, D'ADDA, SPILABOTTE

Dopo il comma 69, aggiungere il seguente:

«69-*bis*. All'articolo 17 del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n.111, sono apportate le seguenti modifiche:

a) al comma 5, la parola: "2013" è sostituita dalla seguente: "2015";

b) le parole "per un importo complessivamente non superiore a 70 milioni di euro, per le medesime finalità di cui alla lettera *a)*" sono sostituite dalle seguenti: "per un importo complessivamente non superiore a 60 milioni di euro, ed effettuati dall'Istituto nazionale della previdenza sociale";

c) al comma 5-*bis*, le parole "dalle Aziende Sanitarie Locali" sono sostituite dalle seguenti: "dall'Istituto nazionale della previdenza sociale"».

I risparmi di spesa derivanti dall'attuazione del presente comma, sono destinati al Fondo ammortamento titoli di Stato.

2.681

DE PIETRO, URAS, CASALETTO, MASTRANGELI

Dopo il comma 69, aggiungere il seguente:

«69-*bis*. Sono attribuite all'Istituto nazionale per l'assicurazione contro gli infortuni sul lavoro (INAIL) le competenze, da esercitare in raccordo con l'Agenzia nazionale per l'occupazione, in materia di promozione del reinserimento e della integrazione lavorativa delle persone con disabilità da lavoro, da realizzare anche mediante il finanziamento con oneri a carico dell'INAIL, a valere sulle risorse finanziarie già disponibili a legislazione vigente, di progetti personalizzati mirati alla conservazione del posto di lavoro e/o alla ricerca di nuova occupazione, di interventi formativi di riqualificazione professionale, di progetti per il superamento e per l'abbattimento delle barriere architettoniche sui luoghi di lavoro, di interventi di adeguamento e di adattamento delle postazioni di lavoro».

2.682

ZIN, ROMANO, PANIZZA, LANIECE, BATTISTA

Sopprimere il comma 70.

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 25.000.300;
2016: ? 8.488.300;
2017: ? 8.488.300.

2.683

RUSSO, FASIOLO, MARAN, PEGORER, SONEGO, VACCARI

Al comma 70, allegato n. 8, la voce: «centro internazionale ingegneria genetica» *è soppressa.*

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C, ad eccezione di quelle relative al Ministero del lavoro e delle politiche sociali, al Ministero della salute e al Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca, e al ministero dei beni le attività culturali e del turismo, sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 200 mila euro a decorrere dall'anno 2015».

2.684

DI BIAGIO

Al comma 70 è aggiunto in fine il seguente periodo: «A decorrere dall'anno 2015, il Ministero dei beni culturali e del turismo e la Presidenza del consiglio del Ministri ? Dipartimento antidroga provvedono, con le risorse assegnate a legislazione vigente, rispettivamente al contributo previsto per l'Osservatorio europeo dell'audiovisivo pari ad euro 264.603 e a quello per il Gruppo Pompidou pari ad euro 219.669,15».

Conseguentemente, all'allegato 8, di cui all'articolo 2, comma 70, alla seconda colonna in corrispondenza del secondo e terzo rigo, dopo la parola: «Recesso» *sono aggiunte le seguenti:* «Soppressione per Gruppo Pompidou e Osservatorio Audiovisivo dell'autorizzazione di spesa e attribuzione dell'onere al Ministero dei Beni culturali e del turismo e alla Presidenza del Consiglio dei Ministri».

2.685

TONINI

Al comma 71 apportare le seguenti modificazioni:

a) alla lettera *e)*, aggiungere, in fine, le seguenti parole: «, nonché»*, al comma 4, secondo periodo, le parole:* «15 per cento» *sono sostituite dalle seguenti:* «10 per cento»;

b) dopo la lettera *n)* aggiungere la seguente: «*n-bis)*» alla Tabella 1, relativamente al grado «consigliere di legazione» è aggiunta la seguente funzione «capo di consolato generale».

2.686

BERTOROTTA, LUCIDI, AIROLA, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Al comma 71, dopo la lettera f)*, aggiungere la seguente:*

«f-*bis)* all'articolo 175, comma 2, aggiungere, in fine, il seguente periodo: »L'indennità di sistemazione del personale in godimento dovrà essere debitamente rendicontata e resa pubblica nelle forme e nei modi finalizzati a garantire la trasparenza nel rispetto della vigente legislazione in materia di *privacy*».

2.687

BERTOROTTA, LUCIDI, BULGARELLI, AIROLA

Al comma 71, dopo la lettera f)*, aggiungere la seguente:*

«f-*bis)* all'articolo 175, comma 2, aggiungere, in fine, il seguente periodo: «L'indennità di sistemazione del personale in godimento dovrà essere debitamente rendicontata e resa pubblica nelle forme e nei modi formalizzati a garantire la trasparenza nel rispetto della vigente legislazione in materia di *privacy*».

2.688

BERTOROTTA, LUCIDI, BULGARELLI, AIROLA

Al comma 71, lettera l)*, capoverso articolo 178, comma 3, lettera* n)*, aggiungere, in fine, il seguente*

periodo: «Le spese di viaggio, vitto e alloggio del personale in godimento dovranno essere debitamente rendicontate e rese pubbliche nelle forme e nei modi finalizzati a garantire la trasparenza nel rispetto della vigente legislazione in materia di *privacy*. Al personale in godimento è riconosciuto il viaggio aereo nella classe più economica possibile».

2.689

BERTOROTTA, LUCIDI, AIROLA, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Al comma 71; lettera l)*, capoverso articolo 178, comma 3, lettera* n)*, aggiungere, in fine, il seguente periodo:* «Le spese di viaggio, vitto e alloggio del personale in godimento dovranno essere debitamente rendicontate e rese pubbliche nelle forme e nei modi finalizzati a garantire la trasparenza nel rispetto della vigente legislazione in materia di *privacy*. Al personale in godimento è riconosciuto il viaggio aereo nella classe più economica possibile».

2.690

MUSSINI, MAURIZIO ROMANI, BIGNAMI, BENCINI, PEPE

Sopprimere il comma 72.

Conseguentemente al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni di euro a decorrere dal 2015» *con le seguenti:* «196,3 milioni di euro per il 2015 e di 194,9 milioni di euro a decorrere dal 2016».

2.691

LIUZZI

Dopo il comma 72, aggiungere il seguente:

«72-*bis*. All'articolo 653 del decreto legislativo 16 aprile 1994, n. 297, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) la rubrica è sostituita dalla seguente: Insegnamento di materie obbligatorie secondo la legislazione locale o l'ordinamento scolastico italiano da affidate ad insegnanti a contratto locale;

b) al comma 1 dopo la parola: "straniero" sono inserite le seguenti: "o italiano" a contratto locale, residente nel paese ospitante da almeno un anno;

c) dopo il comma 1 è inserito il seguente: "1-*bis*". Nell'ambito del contingente di cui al precedente articolo 639, gli insegnamenti di materie obbligatorie previste nell'ordinamento scolastico italiano, individuate con provvedimenti adottati di concerto tra il Ministro degli affari esteri e il Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca, possono essere affidati con contratto regolato dalla legislazione locale a personale italiano o straniero, avente una conoscenza della lingua italiana adeguata ai compiti lavorativi e residente nel paese ospitante da almeno un anno, in possesso dei requisiti previsti dalla normativa italiana con lo stesso provvedimento sono stabiliti i criteri e le procedure di assunzione di detto personale;

d) al comma 2, le parole: "comma 1" sono sostituite dalle seguenti: "commi 1 e 1-bis.";

e) dopo il comma 2 è inserito il seguente:

3. Dal presente articolo non devono derivare maggiori oneri per la finanza pubblica».

2.692

DE CRISTOFARO, URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 72, inserire il seguente:

«72-*bis*. Per far fronte alle straordinarie esigenze di contenimento della spesa pubblica, nonché per la stabilizzazione delle posizioni giuridiche coinvolte, le assunzioni di personale del Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale, ivi compreso il personale diplomatico, sono effettuate previo scorrimento delle graduatorie vigenti, in ottemperanza a quanto previsto dall'articolo 4, comma 3, del decreto-legge 31 agosto 2013, n. 101, cosi come convertito, con modificazioni, con legge 30 ottobre 2013, n. 125».

2.693

LUCIDI, AIROLA, BERTOROTTA, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Dopo il comma 72, aggiungere il seguente:

«72-*bis*. Per far fronte alle straordinarie esigenze di contenimento della spesa pubblica, nonché per la stabilizzazione delle posizioni giuridiche coinvolte, le assunzioni di personale del Ministero

degli affari esteri e della cooperazione internazionale, ivi compreso il personale diplomatico, sono effettuate previo scorrimento delle graduatorie vigenti, in ottemperanza a quanto previsto dall'articolo 4, comma 3, del decreto-legge 31 agosto 2013, n. 101 così come convertito, con modificazioni, con legge 30 ottobre 2013, n. 125.

2.694

LIUZZI

Dopo il comma 72, aggiungere il seguente:

«72-*bis*. Allo scopo di razionalizzare l'offerta formativa delle istituzioni scolastiche italiane all'estero e promuovere le iniziative per la diffusione della lingua e della cultura italiana all'estero, con decreto del Ministero per gli affari esteri di concerto con Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca, entro 90 giorni dall'entrata in vigore della presente legge, è stabilito un Protocollo d'intesa allo scopo di riformare la legge n. 153 del 3 marzo 1973».

2.695

PANIZZA, FAUSTO GUILHERME LONGO, LANIECE, BATTISTA, ZIN

Dopo il comma 72, inserire il seguente:

«72-*bis*. Al comma 4-*novies,* dell'articolo 2, del decreto-legge 29 dicembre 2010, n. 225, convertito, in legge, con modificazioni, dall'articolo 1, comma 1, della legge 26 febbraio 2011, n. 10, al primo periodo, le parole: "a nove anni" sono sostituite dalle seguenti: "a dodici anni"».

Conseguentemente, all'onere derivante dall'attuazione del presente comma, valutato in 6 milioni di euro annui, si provvede, per il triennio 2015-2017, mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa relativa al Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307, n Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio.

2.696

MALAN

Sopprimere il comma 73.

2.697

AIROLA, LUCIDI, BERTOROTTA, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Sostituire il comma 73, con il seguente:

«73. I contributi diretti in favore della stampa italiana all'estero di cui all'articolo 1-*bis* del decreto-legge 18 maggio 2012, n. 63, convertito, con modificazioni, dalla legge 16 luglio 2012, n. 103, sono soppressi».

2.698

GIOVANNI MAURO

Dopo il comma 73, aggiungere il seguente:

«73-*bis*. Si destina la somma di 800 mila euro per l'istituzione della "Consulta Generale delle eccellenze italiane all'estero"».

Conseguentemente nella Tabella C, voce Italia e Europa nel mondo, Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 800 mila.

2.699

TONINI, BERTUZZI, CORSINI, FATTORINI, LUCHERINI, MICHELONI, PEGORER, TRONTI, DALLA ZUANNA

Al comma 74, sostituire le parole: «65 milioni» *con le seguenti:* «70 milioni».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 5.000.000;
2016: ? 5.000.000;
2017: ? 5.000.000.

2.670/bis

MICHELONI, TURANO, GIACOBBE, TONINI, PEGORER, DI BIAGIO, FAUSTO GUILHERME LONGO, RUSSO, PAGANO, DALLA TOR, SPILABOTTE

All'articolo 2, dopo il comma 74, aggiungere il seguente:

«75-*bis.* A favore degli italiani nel mondo sono disposti i seguenti interventi:

a) per un ammontare pari a 200.000 euro per l'anno 2015, per il funzionamento del Consiglio generale degli italiani all'estero;

b) per un ammontare pari a 3.555.000 euro per l'anno 2015 e a 555.000 euro a decorrere dall'anno 2016, per la promozione della lingua e cultura italiana all'estero, di cui 3.000.000 di euro per l'anno 2015 per il sostegno degli enti gestori di corsi di lingua e cultura italiana all'estero e 555.000 euro a decorrere dall'anno 2015 per le attività della Società Dante Alighieri di cui alla legge 3 agosto 1985, n. 411, nel cui articolo 1, comma 1, le parole: "anno 1985" e "lire 600 milioni" sono conseguentemente sostituite rispettivamente dalle seguenti: "anno 2015" ed "euro 555.000", e il cui articolo 4 è abrogato;

c) per un ammontare pari a 1.000.000 euro per il 2015, per il rifinanziamento delle attività di assistenza, diretta e indiretta, degli italiani residenti all'estero in condizioni di indigenza;

d) per un ammontare pari a 200.000 euro per l'anno 2015, per il Museo nazionale dell'emigrazione italiana con sede a Roma;

e) per un ammontare pari a 50.000 euro per l'anno 2015 per gli interventi di cui alla legge 16 marzo 2001, n. 72, cui sono conseguentemente apportate le seguenti modificazioni:

1) all'articolo 1 , comma 2 dopo la lettera *d)* è aggiunta la seguente: «d-*bis)* erogazione di borse di studio»;

2) all'articolo 1, comma 4, primo periodo, dopo le parole: "«attività culturali" sono inserite le seguenti: ", l'Università popolare di Trieste" e, dopo il secondo periodo, sono aggiunti i seguenti: "l'Università popolare di Trieste svolge attività di supporto amministrativo e gestionale. La convenzione vigente al 1º gennaio 2015 è modificata conformemente alle disposizioni di cui alla legge di stabilità 2015»;

a) per un ammontare di 50.000 euro per l'anno 2015 per gli interventi di cui alla legge 21 marzo 2001, n. 73, nel cui articolo 1, comma 2, al primo periodo dopo la parola: "Slovenia" sono conseguentemente aggiunte le seguenti: ", in Montenegro" e, al secondo periodo, dopo la parola: "indicati" è aggiunta la seguente: "anche" e le parole: ", fino ad un massimo del 20 per cento dello stanziamento annuo previsto" sono soppresse;

b) per un ammontare di 500.000 euro per l'anno 2015, ad integrazione della dotazione finanziaria per i contributi diretti in favore della stampa italiana all'estero di cui all'articolo 1-*bis* del decreto-legge 18 maggio 2012, n. 63, convertito, con modificazioni, dalla legge 16 luglio 2012, n. 103.

Conseguentemente: alla Tabella A, voce Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 5.000.000;
2016: ? 0;
2017: ? 0.

Conseguentemente: alla Tabella C, missione l'Italia in Europa e nel mondo, programma Coordinamento dell'amministrazione in ambito internazionale, voce Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale, legge 549 del 1995, articolo 1, comma 43, Contributi a enti, istituti, associazioni, fondazioni e altri organismi (1.10 ? cap. 1163), apportare le seguenti variazioni:

2015:
CP:
2015:
? CP: ? 555.000;
CS: ? 555.000.
2016:

? CP: ? 555.000;
CS: ? 555.000.
2017:
? CP: ? 555.000;
CS: ? 555.000.

2.671/bis

CAMPANELLA, BOCCHINO

Dopo il comma 74, aggiungere i seguenti:

«74-*bis*. Il comma 5 dell'articolo 26 della legge 11 agosto 2014, n. 125, è sostituito dal seguente:

"5. Le cessioni di beni e le relative prestazioni accessorie effettuate, secondo modalità stabilite con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, nei confronti delle amministrazioni dello Stato e dei soggetti della cooperazione allo sviluppo iscritti nell'elenco di cui al comma 3, destinati ad essere trasportati o spediti fuori dell'Unione europea in attuazione di finalità umanitarie, comprese quelle dirette a realizzare programmi di cooperazione allo sviluppo, sono non imponibili agli effetti dell'imposta sul valore aggiunto ai sensi dell'articolo 8-*bis* del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633".

74-*ter*. Nelle more dell'emanazione del decreto di cui all'articolo 26, comma 51, della legge n. 125 del 2014, come sostituito dal comma 104-*bis*, continuano ad applicarsi le disposizioni contenute nel decreto del Ministro delle finanze del 10 marzo 1988, pubblicato nella Gazzetta Ufficiale della Repubblica Italiana n. 204 del 31 agosto 1988».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 75, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti, variazioni:*

2015: ? 50.000.000;
2016: ? 50.000.000;
2017: ? 50.000.000.

2.672/bis

MUSSINI, DE CRISTOFARO, TONINI, BENCINI, BIGNAMI

Dopo il comma 74, inserire il seguente:

«74-*bis*. È autorizzata, a decorrere dal 2015, la spesa di euro 2,5 milioni annui per il rifinanziamento su base pluriennale del Centro Globale per le Tecnologie dell'informazione e della comunicazione nei Parlamenti, al fine di garantirgli le risorse sufficienti ad un'azione efficace e continua nel tempo».

Conseguentemente, all'articolo 3, dopo il comma 71, aggiungere il seguente:

«71-*bis*. Entro 30 giorni dalla data di approvazione della presente legge, il Ministero dell'economia e finanze ? Amministrazione autonoma dei Monopoli di Stato, è autorizzato ad emanare, con propri decreti dirigenziali, disposizioni volte a modificare la misura del prelievo erariale unico, attualmente applicato sui giochi ed eventuali addizionali, nonché la percentuale del compenso per le attività di gestione ovvero per quella dei punti vendita al fine di conseguire un maggior gettito non inferiore a 20 milioni di euro annui, a decorrere dal 2015».

2.673/bis

ZIN, ROMANO, PANIZZA, LANIECE, BATTISTA

Al comma 75, dopo le parole: «è prorogato al 18 marzo 2015.»*, inserire il seguente periodo:* «Si ritengono valide solo le liste dei candidati presentate agli uffici elettorali dal 9 al 19 ottobre 2014. Tale termine è tassativo».

2.674/bis

MICHELONI, TURANO, PEGORER, DI BIAGIO, FAUSTO GUILHERME LONGO, PAGANO, DALLA TOR, SPILABOTTE, ARRIGONI, MUSSINI, GIACOBBE

Al comma 75, dopo il secondo periodo, inserire i seguenti:

«Il termine per la presentazione delle liste dei candidati di cui all'articolo 15, comma 3, della legge 23 ottobre 2003 n. 286, è prorogato al 18 febbraio 2015.

Vengono fatte salve le decisioni adottate ai sensi dell'articolo 16, commi 5 e 6, della legge 23 ottobre 2003 n. 286 dai Comitati elettorali circoscrizionali sulla validità delle firme e delle liste già presentate alla data del 19 ottobre 2014.

In deroga a quanto stabilito dall'articolo 15, comma 5, della legge 23 ottobre 2003, n. 286, sono nulle, esclusivamente con riferimento alle liste presentate successivamente al 19 ottobre 2014, le firme che compaiono anche in una lista presentata precedentemente a tale data».

2.675/bis

MICHELONI, TURANO, TONINI, PEGORER, DI BIAGIO, FAUSTO GUILHERME LONGO, PAGANO, DALLA TOR, SPILABOTTE, GIACOBBE, MUSSINI

Al comma 75, dopo il secondo periodo, inserire il seguente:

«Per informare gli aventi diritto al voto delle nuove modalità di iscrizione nell'elenco elettorale stabilite all'articolo 1, comma 2-*bis*, del decreto-legge 30 maggio 2012, n. 67, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 luglio 2012, n. 118 nonché per l'organizzazione delle elezioni del CGIE è autorizzata, per l'anno 2015, la spesa di euro 4.000.000».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 4.000.000;

2016: ? 0;

2017: ? 0.

2.676/bis

FAUSTO GUILHERME LONGO, PANIZZA, LANIECE, BATTISTA, ZIN, ROMANO

Dopo il comma 75, inserire i seguenti:

«75-*bis*. Il personale a contratto regolato dalla legge italiana del Ministero degli affari esteri, in servizio presso le rappresentanze diplomatiche, gli uffici consolari e gli istituti italiani di cultura all'estero, è collocato nel ruolo speciale transitorio ad esaurimento del Ministero degli affari esteri, di cui alla legge 30 giugno 1956, n. 775.

75-*ter*. Al personale di cui al comma 75-*bis* è riconosciuto l'inquadramento, con decorrenza giuridica ed economica dalla data di entrata in vigore della presente legge, con le seguenti modalità:

a) autista, centralinista e commesso a contratto: area II, fascia retributiva F1;

b) assistente amministrativo a contratto: area II, fascia retributiva F2;

c) collaboratore amministrativo a contratto: area II, fascia retributiva F3.

75-*quater*. Le progressioni di carriera successive a quelle previste dal comma 75-*ter* sono assoggettate alla medesima contrattazione applicabile al personale di ruolo del Ministero degli affari esteri.

75-*quinquies*. Ai soli fini del compimento dell'anzianità richiesta dal contratto collettivo nazionale di lavoro per la progressione di carriera è valutato per intero il periodo di servizio prestato, dal personale di cui al comma 75-*bis*, anteriormente al collocamento nel ruolo speciale transitorio ad esaurimento.

75-*sexies*. Il personale di cui al comma 75-*bis*, successivamente al collocamento nel ruolo speciale transitorio ad esaurimento del Ministero degli affari esteri, può essere immesso a domanda nei ruoli organici del medesimo Ministero, anche in soprannumero.

75-*septies*. Al fine di consentire la continuità e il mantenimento della qualità del servizio nelle rappresentanze diplomatiche, negli uffici consolari e negli istituti italiani di cultura all'estero, il personale a contratto regolato dalla legge italiana è mantenuto stabilmente all'estero, nella sede presso la quale presta servizio. Per gravi e documentati motivi personali o nel caso di chiusura o di soppressione dell'ufficio all'estero, il predetto personale può essere trasferito ad altra sede, individuata con criteri da determinare in sede di contrattazione. In tali casi si applicano le indennità di trasferimento spettanti al personale di ruolo del Ministero degli affari esteri.

75-*octies*. Al personale di cui al comma 75-*bis* è corrisposta una retribuzione mensile netta non inferiore all'80 per cento dell'ammontare complessivo dell'indennità di servizio percepita, nella stessa

sede, dal pari grado di ruolo del Ministero degli affari esteri. Ai fini del computo dell'anzianità richiesta per individuare il pari grado di ruolo è considerato per intero il periodo di servizio prestato dalla data di prima assunzione. Al medesimo personale spettano le aggiunte di famiglia percepite all'estero dal personale di ruolo del Ministero degli affari esteri, nonché i congedi e i periodi di maternità previsti per il personale di pari grado e ruolo del Ministero degli affari esteri in servizio all'estero.

75-*nonies.* Per i periodi di malattia, al personale di cui al comma 75-*bis* si applicano le seguenti disposizioni:

a) il lavoratore assente per malattia ha diritto alla conservazione del posto di lavoro per un periodo di diciotto mesi. Ai fini della maturazione di tale periodo, si sommano tutte le assenze per malattia intervenute nei tre anni precedenti l'episodio morboso in corso. In caso di malattie gravi che richiedono terapie salvavita o di altre terapie ad esse assimilabili, secondo le indicazioni dell'ufficio medico-legale della competente azienda sanitaria locale, sono esclusi dal computo dei giorni di assenza per malattia i giorni di ricovero ospedaliero o di *day-hospital* e i giorni di assenza dovuti alle citate terapie, debitamente certificati dalla competente azienda sanitaria locale o struttura sanitaria convenzionata La presente lettera si applica anche ai mutilati o invalidi di guerra o per servizio, la cui menomazione è ascrivibile alle categorie dalla prima alla quinta della tabella A allegata al testo unico di cui al decreto del Presidente della Repubblica 23 dicembre 1978, n. 915, e successive modificazioni, per i giorni di eventuali cure termali, la cui necessità, relativamente alla gravità dello stato di invalidità, è debitamente certificata ai sensi della presente lettera. Il trattamento economico spettante al lavoratore durante il periodo di assenza di cui alla presente lettera è il seguente:

1) 100 per cento della retribuzione fissa mensile per i primi nove mesi di assenza;

2) 90 per cento della retribuzione fissa mensile per i successivi tre mesi di assenza;

3) 50 per cento della retribuzione fissa mensile per gli ulteriori sei mesi;

b) superato il periodo di diciotto mesi di cui alla lettera *a)*, al lavoratore che ne fa richiesta e in caso di malattie di particolare gravità, può essere concesso di assentarsi per un ulteriore periodo di diciotto mesi, non retribuito, ad esclusione dei casi di malattie gravi che richiedono terapie salvavita o terapie ad esse assimilabili, di cui alla citata lettera *a)* che danno diritto all'intera retribuzione. Prima di concedere l'ulteriore periodo di assenza, l'amministrazione competente procede all'accertamento delle condizioni di salute del lavoratore tramite la competente azienda sanitaria locale, al fine di stabilire la sussistenza di eventuali cause di assoluta e permanente inidoneità. a svolgere l'attività lavorati va;

c) decorsi i periodi di assenza per malattia concessi ai sensi delle lettere *a)* e *b)* nonché qualora, a seguito dell'accertamento sanitario di cui alla lettera *b)*, il lavoratore sia dichiarato in stato di assoluta e permanente inidoneità a svolgere l'attività lavorativa, l'amministrazione competente può procedere, salvo particolari esigenze, a risolvere il rapporto di lavoro corrispondendo al lavoratore l'indennità sostituti va del preavviso;

d) il periodo di assenza per malattia di diciotto mesi previsto dalla lettera *a)* è computato per intero ai fini della maturazione dell'anzianità di servizio.

75-*decies.* Il personale di cui al comma 75-*bis* è assicurato per l'invalidità, la vecchiaia e i superstiti presso l'Istituto nazionale della previdenza sociale e i contributi dovuti al medesimo Istituto ai fini previdenziali sono commisurati alla retribuzione imponibile.

75-*undecies.* Ai fini previdenziali, al personale di cui al comma 75-*bis* che alla data di entrata in vigore della presente legge ha un'anzianità di servizio di almeno quindici anni è riconosciuta la facoltà di optare tra il regime previdenziale contributivo e il regime retributivo. Per gli ultimi dieci anni di salario di riferimento per il computo della pensione, qualora il periodo comporti il riferimento ad anni anteriori al 2003, è considerata la retribuzione convenzionale dell'anno 2003.

75-*duodecies.* Il personale di cui al comma 75-*bis* che alla data di entrata in vigore della presente legge ha maturato un'anzianità di servizio di almeno diciotto anni, senza demerito o può beneficiare, previa domanda, della progressione di carriera di un livello superiore rispetto a quello ricoperto alla data di entrata in vigore della legge medesima.

75-*terdecies*. Al personale di cui al comma 75-*decies* si applica il contratto collettivo integrativo del personale del Ministero degli affari esteri per il quadriennio 2006-2009.

75-*quaterdecies*. Per quanto non espressamente previsto dai commi da 75-*bis* a 75-*terdecies*, si applicano le disposizioni vigenti e i contratti collettivi nazionali di lavoro applicabili al personale di ruolo del Ministero degli affari esteri in servizio all'estero.

75-*quindecies*. Agli oneri derivanti dall'attuazione dei commi da 75-*bis* a 75-*terdecies*, pari a 15 milioni di euro annui, a decorrere dall'anno 2015, si provvede mediante corrispondente riduzione dello stanziamento del Fondo speciale di parte corrente iscritto, ai fini del bilancio triennale 2015-2017, nell'ambito del programma "Fondi di riserva e speciali" della missione "Fondi da ripartire" dello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno 2015, allo scopo parzialmente utilizzando l'accantonamento relativo al medesimo Ministero. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio».

2.677/bis

FAUSTO GUILHERME LONGO, PANIZZA, LANIECE, BATTISTA, ROMANO

Dopo il comma 75, inserire i seguenti:

«75-*bis*. Alla tabella allegata al decreto legislativo 3 febbraio 2011, n. 71, sezione 1, l'articolo 7-*bis* è sostituito dal seguente:

"Art. 7-*bis*. ? Diritti da riscuotere per il trattamento della domanda di riconoscimento della cittadinanza italiana di persona maggiorenne: euro 100,00".

75-*ter*. I proventi derivanti dalla riscossione dei versamenti, effettuati da soggetti maggiorenni, di cui all'articolo 7-*bis* della sezione I del decreto legislativo 3 febbraio 2011, n. 71, come modificato dal comma 75-*bis* della presente legge, sono riassegnati a decorrere dall'anno 2015, con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, secondo i criteri e nella misura fissati dal medesimo decreto, allo stato di previsione della spesa dell'esercizio del Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale.

75-*quater*. il Ministro degli affari esteri e della cooperazione internazionale, con proprio decreto, trasferisce ai consolati le risorse ricevute dal Ministero dell'economia e delle finanze, ai sensi del comma 75-*ter*, in proporzione ai proventi di cui al medesimo comma, riscossi dagli uffici operanti in ciascuna circoscrizione consolare.

75-*quinquies*. Le somme trasferite ai consolati ai sensi del comma 75-*quater* sono destinate al rafforzamento dei servizi consolari per i cittadini italiani residenti o presenti all'estero, con priorità per la contrattualizzazione di personale locale da adibire, sotto le direttive e il contro 110 dei funzionari consolari, allo smaltimento dell'arretrato riguardante le pratiche di cittadinanza presentate presso gli uffici consolari.

75-*sexies*. All'onere derivante dall'attuazione dei commi da 75-*bis* a 75-*quinquies*, valutato in 1 milione di euro, per il triennio 2015-2017, si provvede, mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa prevista all'articolo 7-*quinquies*, comma 1, del decreto-legge 10 febbraio 2009, n. 5, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 aprile 2009, n. 33, relativa al Fondo per interventi urgenti ed indifferibili, come integrata, da ultimo, dall'articolo 33, comma 1, della legge 12 novembre 2011, n. 183».

2.678/bis

FAUSTO GUILHERME LONGO, PANIZZA, LANIECE, BATTISTA, ZIN, ROMANO

Dopo il comma 75, aggiungere il seguente:

«75-*bis*. Alla legge 7 dicembre 2000, n. 383, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 1, comma 1, dopo le parole: "ne promuove lo sviluppo in tutte le sue articolazioni territoriali" sono inserite le seguenti: "comprese le comunità italiane all'estero,";

b) all'articolo 7, dopo il comma 2, è inserito il seguente:

"2-*bis*. Sono equiparate alle associazioni di promozione sociale a carattere nazionale le associazioni, aventi sede in Italia, che svolgono attività con proprie articolazioni in almeno cinque Paesi europei e tre Paesi extraeuropei da non meno di tre anni";

c) all'articolo 13, comma 1, sono aggiunte, in fine, le seguenti parole: "da realizzare sia sul territorio italiano sia tra le comunità italiane all'estero"».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero affari esteri e della cooperazione internazionale*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 1. 000. 000.

1.4000

Il Governo

Dopo il comma 14, inserire il seguente:

«14-*bis*. All'articolo 37 del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, dopo il comma 7-*quater* è aggiunto il seguente:

"7-*quinquies*. La regolarità contributiva del cedente dei crediti di cui al comma 7-*bis* del presente articolo è definitivamente attestata dal documento unico di regolarità contributiva di cui all'articolo 6, comma 1, del decreto del Presidente della Repubblica 5 ottobre 2010, n. 207, in corso di validità, allegato all'atto di cessione o comunque acquisito dalla pubblica amministrazione ceduta. All'atto dell'effettivo pagamento dei crediti certificati oggetto di cessione, le pubbliche amministrazioni debitrici acquisiscono il predetto documento esclusivamente nei confronti del cessionario."».

1.5000

Il Governo

Dopo il comma 94, inserire il seguente:

«94-*bis*. All'art. 26-*ter* del decreto-legge 21 giugno 2013 n. 69, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 agosto 2013 n. 98, al primo periodo, le parole: "e fino al 31 dicembre 2014" sono sostituite dalle parole: "e fino al 31 dicembre 2016."».

1.6000

Il Governo

Dopo il comma 94, inserire il seguente:

«94-*bis*. In relazione ai contratti stipulati successivamente alla data di entrata in vigore della presente legge, in deroga a quanto previsto dall'articolo 194 del decreto del Presidente della Repubblica 5 ottobre 2010, n. 207, fino al 31 dicembre 2016, il direttore dei lavori redige lo stato di avanzamento dei lavori nei termini specificati nel contratto e, comunque, con cadenza bimestrale, che deve essere esplicitata nel contratto».

1.7000

Il Governo

Dopo il comma 131, aggiungere il seguente:

«131-*bis*. Per la realizzazione, la gestione e l'adeguamento delle strutture e degli applicativi informatici per la tenuta delle scritture contabili indispensabili per il completamento della riforma del bilancio dello Stato di cui agli articoli 40, comma 2, 42, comma 1 e 50, comma 2, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, dell'articolo 1, comma 2, 5 e 8, della legge 23 giugno 2014, n. 89 e dell'articolo 15 della legge 24 dicembre 2012, n. 243, è autorizzata la spesa di 5 milioni di euro per l'anno 2015, di 22 milioni di euro per l'anno 2016, di 19 milioni di euro per ciascuno degli anni 2017 e 2018 e di 4 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2019».

Conseguentemente:

alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze *apportare le seguenti variazioni:*

2016: 2.000.000;

2017: ? 4.000.000.

alla tabella B, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 5.000.000;

2016: ? 20.000.000;

2017: ? 15.000.000.

1.8000

Il Governo

Al comma 101, secondo periodo, sostituire le parole: «5 milioni di euro» *con le seguenti:* «8 milioni di euro».

1.9000

Il Governo

Al comma 115, dopo il secondo periodo inserire il seguente: «Ai fini di assicurare trasparenza ed efficacia nell'utilizzazione della quota del cinque per mille dell'imposta sul reddito delle persone fisiche, con decreto di natura non regolamentare del Presidente del Consiglio dei ministri, su proposta del Ministro dell'economia e delle finanze, da adottarsi entro sessanta giorni dall'entrata in vigore della presente legge, sono definite le modalità di redazione del rendiconto, dal quale risulti in modo chiaro e trasparente la destinazione di tutte le somme erogate ai soggetti beneficiari, e di recupero delle stesse per violazione degli obblighi di rendicontazione, nonché le modalità di pubblicazione sul sito web di ciascuna amministrazione erogatrice degli elenchi dei soggetti ai quali è stato erogato il contributo, con l'indicazione del relativo importo, nonché le modalità di pubblicazione sullo stesso sito dei rendiconti trasmessi. In caso di violazione degli obblighi di pubblicazione sul sito web a carico di ciascuna amministrazione erogatrice e di comunicazione della rendicontazione da parte degli assegnatari, si applicano le sanzioni di cui agli articoli 46 e 47 del decreto legislativo 14 marzo 2013, n. 33.».

1.9100

Il Governo

Dopo il comma 133, inserire il seguente:

«133-*bis.* Al fine di migliorare l'efficienza della rete di trasmissione nazionale di energia elettrica e di assicurare lo sviluppo della rete ferroviaria nazionale, in considerazione della loro funzionalità alla medesima rete di trasmissione nazionale:

a) le reti elettriche in alta e altissima tensione ai sensi delle norme adottate dal Comitato elettrico italiano e le relative porzioni di stazioni di proprietà di Ferrovie dello Stato Italiane S.p.A. o di società dalla stessa controllate sono inserite nella rete di trasmissione nazionale di energia elettrica di cui al decreto del Ministro dell'industria, del commercio e dell'artigianato 25 giugno 1999 e successive modificazioni e integrazioni. L'efficacia del suddetto inserimento è subordinata al perfezionamento dell'acquisizione dei suddetti beni da parte del gestore del sistema di trasmissione nazionale di cui all'articolo 36 del decreto legislativo 1º giugno 2011, n. 93, o di una società da quest'ultimo controllata. Ad esito del perfezionamento dell'acquisizione, le concessioni, le autorizzazioni, le licenze, i nulla osta e tutti gli altri provvedimenti amministrativi, comunque denominati, concernenti i suddetti beni, si intendono emessi validamente ed efficacemente a favore dell'acquirente ovvero di un veicolo societario appositamente costituito. Entro i successivi 60 giorni dalla data di perfezionamento della suddetta acquisizione, il gestore del sistema di trasmissione nazionale adotta gli eventuali adempimenti conseguenti;

b) entro 30 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, Ferrovie dello Stato Italiane S.p.A. fornisce all'Autorità per l'energia elettrica il gas e il sistema idrico i dati e le informazioni necessarie alle determinazioni della medesima Autorità. Nei successivi 30 giorni la medesima Autorità definisce la remunerazione del capitale investito netto, degli ammortamenti e dei costi operativi attuali e sorgenti spettanti alla porzione di rete di trasmissione nazionale di cui alla lettera *a)*. Ai fini della corretta allocazione del costo delle infrastrutture ai rispettivi settori, l'Autorità per l'energia elettrica il gas e il sistema idrico definisce il "capitale investito netto riconosciuto" senza dedurre il valore dei contributi pubblici in conto impianti utilizzati per investimenti relativi alla porzione di rete di trasmissione nazionale di cui alla lettera *a)*. Il valore del "capitale investito netto riconosciuto"» così determinato rappresenta anche il valore contabile e fiscale delle reti elettriche in alta e altissima tensione e delle relative porzioni di stazioni in capo ai terzi acquirenti, senza alcun onere di rivalutazione;

c) le risorse finanziarie derivanti dalla cessione di cui alla lettera *a)*, limitatamente al valore dei contributi pubblici di cui alla lettera *b)*, sono destinate alla copertura di investimenti sulla rete

ferroviaria nazionale previsti dal contratto stipulato tra il Ministero delle infrastrutture e dei trasporti e la Rete Ferroviaria Italiana S.p.A.. Il regime speciale di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 maggio 1963, n. 730, ed all'articolo 11, comma 11-*bis*, del decreto legge 14 marzo 2005, n. 35, convertito, con modificazioni, dalla legge 14 maggio 2005, n. 80, continua ad applicarsi alle condizioni in vigore al momento del perfezionamento dell'acquisizione di cui alla lettera *a)*».

2.3000

Il Governo

Dopo il comma 42, inserire i seguenti:

«42-*bis*. Al fine di adeguare i livelli di servizio alle mutate esigenze degli utenti in funzione del contesto tecnico, economico e sociale, nonché di assicurare la sostenibilità dell'onere del servizio universale in relazione alle risorse disponibili, il contratto di programma di cui al comma 40 lettera *b)*, in attuazione della normativa comunitaria, ferme restando le competenze dell'Autorità di Regolamentazione, potrà prevedere l'introduzione di misure di razionalizzazione del servizio e di rimodulazione della frequenza settimanale di raccolta e recapito sull'intero territorio nazionale.

42-*ter*. All'articolo 1 del decreto legislativo 22 luglio 1999, n. 261, dopo la lettera *f)*, sono inserite le seguenti:

"f-*bis*. invii di posta prioritaria: servizio espresso di corrispondenza non massiva verso qualsiasi località del territorio nazionale ed estero per il quale sono fissati obiettivi medi per il recapito da effettuarsi entro il giorno lavorativo successivo a quello di inoltro nella rete pubblica postale;

f-*ter*. invii di corrispondenza ordinaria: servizio base di corrispondenza non massiva verso qualsiasi località del territorio nazionale ed estero per il quale sono fissati obiettivi medi per il recapito da effettuarsi entro il quarto giorno lavorativo successivo a quello di inoltro nella rete pubblica postale;".

42-*quater*. Gli obiettivi percentuali medi di recapito dei servizi postali universali sono riferiti al recapito entro il quarto giorno lavorativo successivo a quello di inoltro nella rete pubblica postale, salvo quanto previsto per gli invii di posta prioritaria. Il fornitore del servizio universale è tenuto ad adottare modalità operative di esecuzione del servizio universale tali da garantire l'ottimizzazione dei processi, anche tenendo conto dello sviluppo tecnologico e digitale, in coerenza con gli obiettivi di qualità propri di ciascuno dei servizi.

42-*quinquies*. Tenuto conto della necessità ed urgenza di consentire agli utenti di usufruire di ulteriori servizi postali universali e di adeguare i livelli di servizio alle mutate esigenze legate all'offerta e qualità del servizio stesso in funzione del contesto tecnico, economico e sociale, l'Autorità per le garanzie nelle comunicazioni, anche al fine di assicurare la sostenibilità dell'onere del servizio universale in relazione alle risorse pubbliche disponibili come definite alla lettera *b)* del comma 40 del presente articolo, provvede, ricevuta la proposta presentata dal fornitore del servizio universale, entro 60 giorni a decorrere dalla data di comunicazione della proposta stessa, a deliberare nuovi obiettivi statistici di qualità e una nuova determinazione delle tariffe degli invii di posta prioritaria e degli altri servizi universali, individuando soluzioni che consentano la maggiore flessibilità nello stabilire le tariffe in correlazione all'andamento dei volumi di traffico».

2.4000

Il Governo

Dopo il comma 42, inserire i seguenti:

«42-*bis*. Al fine di dare attuazione alla sentenza del tribunale dell'Unione europea del 13 settembre 2013 (causa T525/08, Poste italiane contro Commissione) in materia di aiuti di Stato, è autorizzata la spesa di 535 milioni di euro per l'anno 2014 a favore di Poste italiane S.p.A.

42-*ter*. Agli oneri derivanti dal comma 42-*bis*, pari a 535 milioni di euro per l'anno 2014, si provvede:

a) quanto a 310 milioni di euro per l'anno 2014, mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 32, comma 1, del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89;

b) quanto a 100 milioni di euro per l'anno 2014, mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 36, comma 2, del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n.. 89;

c) quanto a 125 milioni di euro per l'anno 2014 mediante utilizzo dei proventi derivanti dalla maggiorazione di prezzo riconosciuta per il riscatto dei nuovi strumenti finanziari di cui agli articoli da 23-*sexies* a 23-*duodecies* del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, che, a tal fine, sono versati all'entrata del bilancio dello Stato.

42-*quater*. Agli oneri derivanti dal comma 42-*ter*, lettera *a)*, pari a 3.255.000 euro per l'anno 2015, a 3.162.000 euro per l'anno 2016, a 3.068.000 euro per l'anno 2017 e a 2.973.000 euro a decorrere dall'anno 2018, si provvede, quanto a 3.255.000 per l'anno 2015 e a 2.973.000 euro a decorrere dall'anno 2018, mediante corrispondente riduzione del Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307 e, quanto a 3.162.000 euro per l'anno 2016 e a 3.068.000 euro per l'anno 2017, mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 9, comma 8, del decreto-legge 30 dicembre 1997, n. 457, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 febbraio 1998, n. 30.

42-*quinquies*. Le disposizioni di cui ai commi da 42-*bis a 42-quater* entrano in vigore dalla data di pubblicazione della presente legge nella *Gazzetta Ufficiale*».

2.5000

Il Governo

Dopo il comma 75, inserire il seguente:

«75-*bis*. All'articolo 6, comma 1, del decreto legislativo 29 settembre 2013, n. 121, le parole: "Entro un anno dalla data di entrata in vigore del presente decreto" sono sostituite dalle seguenti: "Entro il 31 dicembre 2015"».

2.6000

Il Governo

Dopo il comma 103, inserire il seguente:

«103-*bis*. All'articolo 33, comma 11, del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 novembre 2014, n.164, le parole da: "ai sensi" fino a: "ottobre 2001", sono sostituite dalle seguenti: "ai sensi dell'articolo 36-*bis*, comma 3, del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 134, con decreto del Ministro dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare 8 agosto 2014, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* n.195 del 23 agosto 2014"».

2.7000

Il Governo

Dopo il comma 140 inserire i seguenti:

«140-*bis*. All'articolo 37, comma 6, del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, dopo il primo periodo è inserito il seguente: "Per le finalità del presente comma è autorizzata l'istituzione di apposita contabilità speciale".

140-*ter*. La disposizione di cui al comma 140-*bis* entra in vigore dalla data di pubblicazione della presente legge sulla *Gazzetta Ufficiale*.».

2.8000

Il Governo

Il comma 161 è sostituito dal seguente:

«161. All'articolo 1, comma 380-*quater*, della legge 24 dicembre 2012, n. 228, e successive modificazioni, le parole: "il 10 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "il 20 per cento per l'anno 2015, il 30 per cento per l'anno 2016, il 40 per cento per l'anno 2017, il 50 per cento per l'anno 2018, il 60 per cento per l'anno 2019, l'80 per cento per l'anno 2020 e il 100 per cento per l'anno 2021".».

2.9000

Il Governo

Al comma 167, dopo le parole: «del fondo di cassa al 1º gennaio 2015» sono inserite le seguenti: «tenendo anche conto delle entrate rivenienti dall'applicazione dell'articolo 20, commi 1 e 1-*bis*, del decreto legislativo 25 novembre 1996, n. 625,».

2.9100

Il Governo

All''articolo 2, sono apportate le seguenti modifiche:

a) al comma 180, le parole: «alle regioni a statuto ordinario» *sono sostituite dalle seguenti:* «alle regioni, escluse la regione Trentino Alto Adige e le province autonome di Trento e di Bolzano,»;

b) al comma 181, le parole: «a statuto ordinario» *sono sostituite dalle seguenti:* «di cui al comma 180»;

c) al comma 181, le parole: «della regione stessa.» *sono sostituite dalle seguenti:* «della regione stessa e, per la Regione siciliana e le regioni Friuli Venezia Giulia e Valle d'Aosta, mediante la riduzione dell'obiettivo in termini di competenza eurocompatibile di cui all'articolo 1, comma 454, della legge 24 dicembre 2012, n. 228.»;

d) al comma 183, le parole: «fermo restando l'obiettivo del pareggio complessivo a livello regionale.» *sono sostituite dalle seguenti:* «fermo restando l'obiettivo complessivo a livello regionale. La Regione siciliana e le regioni Friuli Venezia Giulia e Valle d'Aosta operano la compensazione a valere sul proprio obiettivo espresso in termini di competenza eurocompatibile di cui all'articolo 1, comma 454, della legge 24 dicembre 2012, n. 228, fermo restando l'obiettivo complessivo a livello regionale.».

2.9200

Il Governo

Alla lettera e) *del comma 185 dell'articolo 2, prima delle parole:* «entro il 31 gennaio 2015» *sono inserite le seguenti:* «, suproposta dell'ANCI e dell'UPI,».

2.9300

Il Governo

Dopo il comma 201, inserire i seguenti:

«1. Le disposizioni recate dal presente articolo, di attuazione dell'Accordo sottoscritto il 23 ottobre 2014 tra il Presidente del Consiglio dei Ministri, Ministro dell'economia e delle finanze e il Presidente della regione autonoma Friuli Venezia Giulia, entrano in vigore dal giorno della pubblicazione nella *Gazzetta ufficiale* della presente legge.

2. il contributo, in termini di saldo netto da finanziare dovuto dalla regione Friuli Venezia Giulia in relazione all'attuazione del federalismo fiscale previsto all'articolo 1, comma 152, della legge 13 dicembre 2010, n. 220, quantificato in 370 milioni di euro annui dal 2011 al 2017 è sostituito da un contributo finalizzato alla sostenibilità del debito pubblico pari a 370 milioni di euro per ciascuno degli anni dal 2011 al 2014, a 260 milioni di euro per l'anno 2015 e a 250 milioni di euro per ciascuno degli anni 2016 e 2017.

3. Il pagamento di cui alla lettera *a)* del comma 152 dell'articolo 1 della legge 13 dicembre 2010, n. 220, al netto del credito vantato dalla regione Friuli Venezia Giulia nei confronti dello Stato in base al precedente comma 151, lettera *a)*, è rideterminato per gli anni dal 2011 al 2017 in 550 milioni di euro nel 2014, 350 milioni di euro nel 2015, 340 milioni di euro nel 2016 e 350 milioni di euro nel 2017. I predetti pagamenti sono effettuati mediante versamento all'entrata del bilancio dello Stato entro la data prevista nell'accordo di cui al comma 1.

4. Il contributo in termini di indebitamento netto di cui all'articolo 1, comma 156, della legge 13 dicembre 2010, n. 220, è pari a 220 milioni di euro nell'esercizio 2014, 270 milioni di euro nell'esercizio 2015, 260 milioni di euro nell'esercizio 2016 e 270 milioni di euro nell'esercizio 2017. Il predetto contributo è finalizzato alla sostenibilità del debito pubblico.

5. In caso di mancato versamento all'entrata del bilancio dello Stato entro i termini indicati al comma 3, il Ministero dell'economia e delle finanze trattiene gli importi corrispondenti a valere sulle somme a qualsiasi titolo spettanti alla regione Friuli Venezia Giulia, avvalendosi anche dell'Agenzia.

delle entrate per le somme introitate dalla regione per il tramite della Struttura di gestione dell'Agenzia delle entrate.

6. Al fine di assicurare il concorso agli obiettivi di finanza pubblica, in applicazione della normativa vigente e dell'Accordo sottoscritto il 23 ottobre 2014 fra il Ministro dell'economia e delle finanze e il Presidente della regione Friuli Venezia Giulia, l'obiettivo di patto di stabilità interno della regione Friuli Venezia Giulia di cui al comma 454 dell'articolo 1 della legge 24 dicembre 2012 n. 228, e al comma 155 dell'articolo 1 della legge 13 dicembre 2010, n. 220, è determinato in 4.980,07 milioni di euro per l'anno 2014, in 4.797,61 milioni di euro per l'anno 2015, in 4.807,61 milioni di euro per l'anno 2016 e in 4.797,61 milioni di euro per l'anno 2017. Gli obiettivi di cui al precedente periodo sono rideterminati a seguito dell'aggiornamento della previsione della spesa sanitaria, in conformità ai parametri tendenziali previsti nell'ambito del Patto della salute. Dagli stessi sono escluse le spese previste dall'accordo di cui al comma 1. I predetti obiettivi per gli anni dal 2015 al 2017 possono essere rideterminati in conseguenza di nuovi contributi alla finanza pubblica posti a carico delle autonomie speciali con legge statale. A tal fine il Ministero dell'economia e delle finanze, laddove necessario, comunica alla regione Friuli Venezia Giulia entro il 30 giugno di ciascun anno l'obiettivo rideterminato.

7. Negli anni dal 2014 al 2017 non si applica alla regione Friuli Venezia Giulia quanto disposto dagli ultimi due periodi del comma 454 dell'articolo 1 della legge 24 dicembre 2012, n. 228.

8. Gli obiettivi degli enti locali della regione Friuli Venezia Giulia per il periodo 2014-2017 sono complessivamente determinati in base alla normativa nazionale secondo le modalità stabilite nell'accordo sottoscritto tra il Presidente del Consiglio dei ministri, il Ministro dell'economia e delle finanze e il Presidente della regione Friuli Venezia Giulia in data 23 ottobre 2014. A tal fine, per ciascuno degli anni dal 2015 al 2017, il Ministero dell'economia e delle finanze comunica alla regione Friuli Venezia Giulia entro il 28 febbraio di ogni anno l'importo dell'obiettivo determinato. Tale importo può essere aggiornato in relazione ad eventuali modifiche normative statali sopravvenute che comportino una rideterminazione degli obiettivi fissati per gli enti locali del territorio nazionale. A tal fine il Ministero dell'economia e delle finanze, laddove necessario, comunica alla regione Friuli Venezia Giulia entro trenta giorni dall'approvazione della normativa statale che prevede le modifiche alla normativa sul patto di stabilità interno, l'obiettivo rideterminato.

9, Gli obiettivi di cui al comma 6 sono comprensivi del contributo alla finanza pubblica previsto ai commi 143 e 144 della presente legge.

10. Agli enti locali della regione si applicano le esclusioni dal saldo finanziario rilevante ai fini della verifica del rispetto del patto di stabilità interno previste dalle disposizioni statali vigenti per i rimanenti enti del territorio nazionale. Sino a quando gli obiettivi della regione sono espressi in termini di tetto di spesa, sono, altresì, escluse dal patto di stabilità interno le somme restituite dagli enti locali alla regione.

11. È fatta salva la facoltà da parte dello Stato di modificare i predetti contributi in termini di saldo netto da finanziare e di indebitamento netto posti a carico della regione Friuli Venezia Giulia e dei relativi enti locali per far fronte alle esigenze di finanza pubblica.

12. Gli oneri in termini di indebitamento netto e di fabbisogno derivanti dall'applicazione del comma 4 del presente articolo, pari a 80 milioni di euro per ciascuno degli anni dal 2014 al 2017, trovano compensazione per pari importo sul "Fondo Rapporti finanziari con le autonomie speciali" di cui all'articolo 42, comma 8, del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133.

Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio».

2.9400

Il Governo

Dopo il comma 201, inserire il seguente

«1. La regione Friuli-Venezia Giulia è autorizzata a rimodulare gli interventi e le iniziative di cui agli articoli 8, 16 e 21 della legge 23 febbraio 2001, n. 38, ferma restando la finalizzazione degli

interventi e delle iniziative stesse a favore della minoranza linguistica slovena. Le risorse di cui al presente comma sono determinate annualmente dalla legge di stabilità ai sensi dell'articolo 11, comma 3, lettera *d)*, della legge n. 196 del 2009».

3.2000

Il Governo

Dopo il comma 46, inserire il seguente:

«46-*bis*. Al fine di potenziare l'attività di controllo del territorio per accrescere la sicurezza pubblica ed economico-finanziaria a tutela del bilancio pubblico, l'autorità giudiziaria può affidare in custodia giudiziale alle forze di polizia e agli altri organi di polizia giudiziaria che ne facciano richiesta, per l'impiego nelle relative attività, i prodotti energetici idonei alla carburazione o alla lubrificazione, sottoposti a sequestro per violazione degli articoli 40 e 49 del decreto legislativo 26 ottobre 1995, n. 504. Nel caso di dissequestro dei prodotti, all'avente diritto è corrisposto un indennizzo calcolato sulla base del valore medio del prezzo al consumo, riferito al momento del sequestro, come rilevato periodicamente dal Ministero dello sviluppo economico ovvero, in mancanza, da pubblicazioni specializzate di settore.».

3.3000

Il Governo

Alla tabella E, Missione Agricoltura, politiche agroalimentari e pesca, *Programma* Politiche europee ed internazionali e dello sviluppo rurale *voce:* Ministero delle politiche agricole, alimentari e forestali, Decreto legislativo n. 185/2000 e successive modificazioni e integrazioni, Assegnazione all'ISMEA ? Istituto di servizi per il mercato agricolo alimentare ? per il finanziamento delle misure agevolate dell'autoimprenditorialità e dell'autoimpiego nel settore agricolo (1.2 ? cap.: 7253), *apportare le seguenti variazioni:*

Rifinanziamento:
2018 e anni successivi (anno terminale 2030)
CP: 113.100.000;
CS: 113.100.000.

1.28 (testo 2)

DI BIAGIO

Dopo il comma 5, inserire il seguente:

«5-*bis*. Il Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca è autorizzato, in via straordinaria, ad adottare, con proprio decreto, l'aggiornamento anticipato delle graduatorie ad esaurimento degli insegnanti per consentire l'inserimento nella prima fascia di tali graduatorie per le seguenti categorie: docenti che hanno conseguito l'abilitazione attraverso i percorsi abilitanti istituiti ai sensi del decreto del ministero 10 settembre 2010, n. 249, del Ministro dell'Istruzione, dell'Università e della Ricerca; docenti inseriti nelle graduatorie di merito del concorso a cattedra di cui al DDG 24 settembre 2012, n. 82; docenti in possesso di laurea in Scienze delta Formazione Primaria; docenti in possesso di diploma magistrale conseguito entro l'anno scolastico 2001/2002. È altresì consentita la presentazione della domanda con riserva a coloro che, pur non avendo ancora concluso il percorso abilitante, risultino iscritti ad uno dei percorsi abilitanti di cui al citato DM249/2010 al DDG. n. 58 del 25 luglio 2013, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* IV serie speciale concorsi n. 60 del 30 luglio 2013. La misura non comporta nuovi oneri a carico della finanza pubblica».

1.246 (testo 2)

MUCCHETTI, BONFRISCO

Al comma 30, le parole: «alla media dei medesimi investimenti realizzati» *sono sostituite dalle seguenti:* «al minor valore dei medesimi investimenti realizzati».

Conseguentemente agli oneri derivanti dal comma precedente, valutati in 300 milioni di euro annui, a decorrere dall'anno 2015, si fa fronte riducendo proporzionalmente le voci in Tabella C.

1.342 (testo 2)

BERGER, PANIZZA, ZELLER, PALERMO, LANIECE, BATTISTA, ROMANO, FAUSTO GUILHERME LONGO

Dopo il comma 42 aggiungere i seguenti:

«42-*bis*. All'elenco 2 allegato all'articolo 1, comma 577 della legge 27 dicembre 2013, n. 147 sopprimere la voce "legge 22 dicembre 2008, n. 203, articolo 2, comma 12 ? Credito d'imposta agevolazione sulle reti di teleriscaldamento".

42-*ter*. Con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri, su proposta del Ministro dell'economia e delle finanze, da adottare entro trenta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono rideterminate le quote percentuali di fruizione dei crediti d'imposta, al fine di mantenere invariati gli effetti positivi derivanti dalla riduzione dei restanti crediti d'imposta di cui all'elenco 2 allegato all'articolo 1, comma 577 della legge 27 dicembre 2013, n. 147, come modificato dal comma 1-*bis*».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 2.000.000;
2016: ? 2.000.000;
2017: ? 2.000.000.

2.740-bis (testo 2)

MUCCHETTI

Dopo il comma 90 aggiungere il seguente: «90-*bis.* Ai fini dell'attività di indirizzo e coordinamento in materia di revisione dei programmi di spesa, razionalizzazione delle attività e dei servizi offerti, ridimensionamento delle strutture, riduzione delle spese per acquisto di beni e servizi, ottimizzazione dell'uso degli immobili e altre materie con riferimento all'ENEA il comma 5 dell'articolo 37 della legge 23 luglio 2009, n. 99 è sostituito dal seguente: «5. E' stanziata la somma di un milione di euro annui, a decorrere dall'anno 2015. Sono organi dell'ENEA:
Il Presidente;
Il Consiglio di Amministrazione;
Il collegio dei Revisori dei Conti.

Il Presidente è il legale rappresentante dell'ENEA, la dirige e ne è responsabile. Il consiglio di amministrazione formato da tre componenti, incluso il Presidente, è nominato con decreto del ministro dello Sviluppo Economico per quattro anni, rinnovabili una sola volta, ed i componenti sono scelti tra persone con elevata e documentata qualificazione tecnica, scientifica e gestionale nei settori di competenza dell'ENEA. ».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Mnistero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: - 1000.000
2016: - 1.000.000
2017: - 1.000.000

2.838 (testo 2)

GUALDANI, CHIAVAROLI, FILIPPI, STEFANO ESPOSITO, DI BIAGIO

Il comma 104 è sostituito dal seguente:

«104. Al comma 38 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2013, n. 147, il secondo e terzo periodo sono sostituiti dal seguente: "Per il finanziamento di progetti innovativi di prodotto o di processo nel campo navale, avviati o in fase di avvio, è autorizzato un impegno di spesa di 10 milioni

di euro per venti anni a decorrere dall'esercizio 2015".».

2.877 (testo 2)
GUALDANI
Dopo il comma 119, aggiungere il seguente:

«119-bis. Al fine di incrementare l'azione di contrasto alla criminalità, il Ministero dell'interno, il Ministero dell'Economia, il Ministrero della Difesa sono autorizzati per l'anno 2015, in deroga ai limiti previsti dalla legislazione vigente, all'assunzione di personale a tempo indeterminato per la Polizia di Stato, Guardia di Finanze e Carabinieri, nel limite massimo di spesa di 10 milioni di euro ciascuno, facendo ricorso allo scorrimento delle graduatorie degli idonei dei concorsi già indetti".».
Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 30.000.000;
2016: ? 30.000.000;
2017: ? 30.000.000.

3.455 (testo 2)
SCHIFANI, MARINELLO, AZZOLLINI, GUALDANI, CHIAVAROLI
Aggiungere il seguente comma:

«68-*bis*. Una quota del 20% delle entrate derivanti dai versamenti dei soggetti destinatari di nuove concessioni di coltivazione od estrazione di idrocarburi liquidi o gassosi, localizzate fuori delle acque territoriali, sono destinate, mediante accordo tra lo Stato e la regione interessata, al finanziamento di nuovi investimenti per il dissesto idrogeologico, la salute dei cittadini e la tutela della qualità ambientale e paesistica".».

1.3.2.1.7. 5ª Commissione permanente (Bilancio) - Seduta n. 330 (pom.) del 12/12/2014

collegamento al documento su www.senato.it

BILANCIO (5ª)

VENERDÌ 12 DICEMBRE 2014
330ª Seduta (pomeridiana)

Presidenza del Presidente
AZZOLLINI

Intervengono il vice ministro dell'economia e delle finanze Morando e il sottosegretario di Stato per l'economia e le finanze Baretta.

La seduta inizia alle ore 15,25.

IN SEDE REFERENTE

(1699) ***Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017 e relativa Nota di variazioni***, approvato dalla Camera dei deputati

- (Tabb. 1 e 1-*bis*) Stato di previsione dell'entrata per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017 *(limitatamente alle parti di competenza)*
- (Tabb. 2 e 2-*bis*) Stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017 *(limitatamente alle parti di competenza)*

(1698) ***Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)***, approvato dalla Camera dei deputati

(Seguito dell'esame congiunto e rinvio)

Prosegue l'esame congiunto, sospeso nella seduta antimeridiana.

Relativamente agli emendamenti riferiti ai commi da 38 a 221 dell'articolo 2 del disegno di legge n. 1698, il PRESIDENTE dichiara inammissibili, per materia, le proposte emendative: 2.473, 2.726, 2.740-*bis*, 2.743, 2.750, 2.788, 2.789, 2.790, 2.794, 2.798 (testo 2), 2.799, 2.800, 2.806, 2.812, 2.813, 2.831, 2.833, 2.835, 2.836, 2.848, 2.856, 2.876, 2.877, 2.918, 2.935, 2.955, 2.971, 2.974, 2.977, 2.978,

2.979, 2.980, 2.982, 2.985, 2.1011, 2.1288, 2.1309, 2.1310, 2.1327, 2.1329, 2.1341 e 2.1351.

Dichiara poi inammissibili, per difetto di copertura, le proposte emendative: 2.401, 2.402, 2.405, 2.406, 2.407, 2.410, 2.411, 2.412, 2.413, 2.414, 2.415, 2.418, 2.419, 2.428, 2.431, 2.438, 2.446, 2.450, 2.466, 2.470, 2.472, 2.475, 2.483, 2.491, 2.495, 2.505, 2.506, 2.507, 2.508, 2.510, 2.515, 2.524, 2.525, 2.530, 2.531, 2.532, 2.534, 2.535, 2.536, 2.537, 2.549, 2.553, 2.558, 2.559, 2.670, 2.678, 2.681, 2.684, 2.694, 2.674-*bis*, 2.676-*bis,* 2.677-*bis*, 2.678-*bis*, 2.685-*bis*, 2.688-*bis*, 2.689-*bis*, 2.690-*bis*, 2.691-*bis*, 2.692-*bis*, 2.699-*bis*, 2.702, 2.704, 2.714, 2.715, 2.717, 2.723, 2.731, 2.732, 2.734, 2.736, 2.737, 2.742, 2.744, 2.753, 2.762, 2.764, 2.768, 2.769, 2.777, 2.783, 2.784, 2.785, 2.786, 2.796, 2.801, 2.802, 2.803, 2.804, 2.805, 2.807, 2.808, 2.809, 2.816, 2.821, 2.823, 2.824, 2.826, 2.828, 2.830, 2.832, 2.840, 2.841, 2.843, 2.844, 2.846, 2.860, 2.861, 2.862, 2.863, 2.866, 2.867, 2.868, 2.869, 2.872, 2.883, 2.889, 2.890, 2.894, 2.895, 2.906, 2.908, 2.909, 2.915, 2.921, 2.923, 2.931, 2.949, 2.962, 2.963, 2.964, 2.968, 2.975, 2.976, 2.981, 2.988 (limitatamente alla lettera *b)*), 2.990, 2.993 (limitatamente alla lettera *b)*), 2.997, 2.998, 2.999, 2.1000, 2.1001, 2.1002, 2.1003, 2.1004, 2.1010, 2.1012, 2.1013, 2.1034, 2.1035, 2.1038, 2.1039, 2.1040, 2.1045, 2.1046, 2.1061 (limitatamente alla lettera *c)*), 2.1062 (limitatamente allalettera *c)*), 2.1063 (limitatamente alla lettera *c)*), 2.1065, 2.1066, 2.1067, 2.1068, 2.1069, 2.1072, 2.1073, 2.1074, 2.1075, 2.1076, 2.1077, 2.1078, 2.1094, 2.1128, 2.1153, 2.1159, 2.1160, 2.1162, 2.1180, 2.1183, 2.1184, 2.1189, 2.1190, 2.1197, 2.1201, 2.1202, 2.1205, 2.1223, 2.1232, 2.1235, 2.1237, 2.1239, 2.1240, 2.1241, 2.1242, 2.1244, 2.1245, 2.1246, 2.1249, 2.1251, 2.1252, 2.1253, 2.1254, 2.1255, 2.1256, 2.1257, 2.1258, 2.1259, 2.1260, 2.1261, 2.1262, 2.1266, 2.1267, 2.1268, 2.1269, 2.1270, 2.1271, 2.1272, 2.1275, 2.1276, 2.1277, 2.1278, 2.1279, 2.1280, 2.1281, 2.1282, 2.1283, 2.1284, 2.1286, 2.1287, 2.1289, 2.1290, 2.1291, 2.1292, 2.1296, 2.1298, 2.1299, 2.1300, 2.1302, 2.1304, 2.1305, 2.1306, 2.1307, 2.1313, 2.1314, 2.1315, 2.1316, 2.1317, 2.1318, 2.1319, 2.1320, 2.1330, 2.1336, 2.1339, 2.1340, 2.1343, 2.1348, 2.1349, 2.1352, 2.1353, 2.1365, 2.1372, 2.1405, 2.1427 e 2.1434.

Precisa che, dove le inammissibilità dovessero riguardare emendamenti in precedenza accantonati, queste prevalgono sulla richiesta di accantonamento e dunque si considerano inammissibili.

Revoca infine l'inammissibilità per le proposte 2.28, 2.60, 2.176 e 2.292.

La senatrice BULGARELLI (*M5S*) invita la Presidenza a rivalutare i profili di ammissibilità dell'emendamento 1.989 sullo *screening* neonatale.

Il senatore PANIZZA (*Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE*) chiede l'accantonamento dell'emendamento 1.1213.

Il senatore BERGER (*Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE*), alla luce dei lavori svolti nelle precedenti sedute, chiede di considerare accantonato l'emendamento 2.633.

Il senatore GUERRIERI PALEOTTI (*PD*), a sua volta, avanza la medesima richiesta per le proposte 1.251, 1.373, 1.504, 1.986, 2.403, 2.787 e 2.1014.

Il relatore SANTINI (*PD*) chiede di accantonare anche gli emendamenti 1.995, 2.91, 2.199 e 2.244.

Il PRESIDENTE dispone quindi l'accantonamento degli emendamenti 1.213, 1.251, 1.373, 1.504, 1.986, 1.995, 2.91, 2.199, 2.244, 2.633, 2.403, 2.787 e 2.1014, nonché, su richiesta dei commissari dei Gruppi GAL e Forza Italia, dei seguenti emendamenti: 1.404, 1.453, 1.600, 1.610, 1.676, 1.935, 1.1276. 2.149, 2.158, 2.28, 2.322, 2.443, 2.570, 2.1005, 2.1409, 2.1536, 2.1537, 2.1562, 2.1564, 2.1604, 2.1700, 3.135, 3.316, 3.317, 3.318, 3.329, 3.330, 3.362, 3.371, 2.791, 2.693, 1. 1274, 1.1276, 3.165, 2.1539, 2.1542, 2.314, 2.950, 2.698, 2.1535, 2.386, 2.1740, 2.877, 2.639, 3.327, 1.8, 1.36, 1.41,

1.62, 1.69, 1.92, 1.125, 1.170, 1.234, 1.238, 1.248, 1.254, 1.276, 1.284, 1.297, 1.613, 1.689, 1.677, 1.727, 1.728, 1.800, 1.801, 1.802, 1.813, 1.366, 1.376, 1.405, 1.449, 1.701, 1.741, 1.822, 1.788, 1.497, 1.871, 1.947, 1.1021, 1.1075, 1.1218, 1.1222, 1.1248, 1.1311, 1.1301, 2.163, 2.229, 2.245, 2.440, 2.441, 2.442, 2.343, 2.344, 2.350, 2.351, 2.352, 2.353, 2.796, 2.797, 2.937, 2.947, 2.281, 2.1142, 2.5, 2.7, 2.16, 2.26, 2.27, 2.38, 2.84, 2.104, 2.110, 2.114, 2.127, 2.156, 2.157, 2.196, 2.213-bis, 2.219-bis, 2.224-bis, 2.245-bis, 2.247, 2.264, 2.391, 2.392, 2.439, 2.440, 2.441, 2.458, 2.482, 2.483, 2.484, 2.485, 2.486, 2.461, 2.463, 2.498, 2.510, 2.549, 2.666, 2.667, 2.683, 2.796, 2.797, 2.821, 2.874, 2.892, 2.908, 2.910, 2.958, 2.1009, 2.1057, 2.1138, 2.1139, 2.1140, 2.1142, 2.1159, 2.1162, 2.1218, 2.1219, 2.1221, 2.1224, 2.1234, 2.1303, 2.1308, 2.1312, 2.1343, 2.1376, 2.1453, 2.1540, 2.1543, 2.1554, 2.1559, 2.1582, 2.1593, 2.1598, 2.1607, 2.1609, 2.1610, 2.1629, 2.1642, 2.1647, 2.1651, 2.1672, 2.1705, 2.1795, 2.1796, 2.1797, 2.1799, 2.1800, 2.1804, 3.17, 3.18, 3.88, 3.305, 3.306, 3.337, 3.357, 3.358, 3.359, 3.99, 3.100, 3.119, 3.152, 3.153, 3.159, 3.182, 3.186, 3.199, 3.210, 3.213, 3.214, 3.215, 3.248, 3.246, 3.282, 3.370, 3.400, 3.409, 3.440, 3.441, 3.443, 3.446, 3.482, 3.483, 3.484 e 3.0.2.

Infine propone di sospendere la seduta fino alle ore 18, al fine di consentire ai Gruppi di svolgere gli opportuni approfondimenti in vista dell'inizio delle votazioni, sulle proposte riferite al disegno di legge di stabilità, alla ripresa dei lavori.

La Commissione conviene.

La seduta, sospesa alle ore 15,40, riprende alle ore 18,20.

Il presidente AZZOLLINI dichiara che, relativamente agli emendamenti riferiti ai commi da 223 a 272 e aggiuntivi dell'articolo 2 del disegno di legge n. 1698, sono inammissibili per materia gli emendamenti: 2.1459, 2.1460, 2.1461, 2.1487, 2.1493, 2.1494, 2.1495, 2.1497, 2.1498, 2.1500, 2.1501, 2.1502, 2.1503, 2.1504, 2.1505, 2.1506, 2.1507, 2.1508, 2.1509, 2.1510, 2.1511, 2.1514, 2.1526, 2.1535, 2.1551, 2.1557, 2.1558, 2.1618, 2.1622, 2.1636, 2.1637, 2.1641, 2.1672, 2.1695, 2.1696, 2.1698, 2.1715, 2.1725, 2.1726, 2.1727 (testo 2), 2.1767, 2.1770, 2.1771, 2.1774, 2.1775, 2.1788, 2.1789, 2.1790, 2.1796, 2.1797, 2.1798, 2.1806, 2.1808, 2.1809, 2.1810, 2.1811e 2.0.1.

Sono altresì inammissibili per copertura gli emendamenti 2.1437, 2.1438, 2.1446, 2.1453, 2.1455, 2.1462, 2.1463, 2.1464, 2.1466, 2.1469, 2.1471, 2.1475, 2.1478, 2.1492, 2.1499, 2.1512, 2.1519, 2.1520, 2.1521, 2.1524, 2.1528, 2.1529, 2.1535, 2.1540, 2.1551, 2.1552, 2.1557, 2.1559, 2.1561, 2.1583, 2.1584, 2.1585, 2.1590, 2.1598, 2.1603, 2.1625, 2.1638, 2.1644, 2.1652, 2.1657, 2.1660, 2.1668, 2.1671, 2.1678, 2.1716, 2.1718, 2.1719, 2.1723, 2.1732, 2.1756, 2.1757, 2.1758, 2.1761, 2.1763, 2.1765, 2.1766, 2.1768, 2.1769, 2.1773, 2.1778, 2.1779, 2.1782, 2.1783, 2.1784, 2.1785, 2.1787, 2.1792, 2.1801, 2.1802, 2.1803 e 2.1805.

Comunica altresì che il senatore Susta ha ritirato l'emendamento 3.286, il senatore Formigoni ha chiesto di apporre la propria firma all'emendamento1.69 ed è stato richiesto dal preponente l'accantonamento dell'emendamento 1.24.

Rende noto inoltre di voler sottoporre a riesame la precedente dichiarazione di inammissibilità dell'emendamento 1.333.

Il senatore Luigi MARINO (*PI*) chiede l'accantonamento degli emendamenti 3.92 e 2.1190.

Il senatore GUERRIERI PALEOTTI (*PD*) chiede che l'emendamento 2.294 non venga considerato accantonato.

Si passa dunque all'espressione dei pareri sugli emendamenti.

Il relatore SANTINI (*PD*) esprime parere contrario su tutti gli emendamenti che non siano stati accantonati.

Il vice ministro MORANDO esprime parere conforme a quello del relatore.

Il senatore LAI (*PD*) ritira l'emendamento 1.5.

Il senatore MILO (*GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI)*) ritira gli emendamenti 1.9, 1.11, 1.18.

Il senatore GUALDANI (*NCD*) e la senatrice CHIAVAROLI (*NCD*) appongono la propria firma all'emendamento 1.36, in precedenza accantonato.

Il senatore GUALDANI (*NCD*) ritira gli emendamenti 1.39, 1.42, 1.71, 1.73, 1.101 e 1.105. Ritira inoltre, dopo avervi apposto la propria firma, gli emendamenti 1.70, 1.176 e 1.177.

La senatrice BONFRISCO (*FI-PdL XVII*) ritira gli emendamenti 1.96 e 1.97 e appone la propria firma all'emendamento 1.98.

I senatori GUALDANI (*NCD*) e DALLA TOR (*NCD*) appongono la propria all'emendamento 1.125, già accantonato.

Il senatore Luigi MARINO (*PI*) appone la propria firma all'emendamento 1.158, chiedendo che venga considerato accantonato. Sottoscrive altresì gli emendamenti 1.207, 1.231 e 1.313 che successivamente ritira, unitamente all'1.100.

La senatrice DE PIN (*Misto*) appone la propria firma all'emendamento 1.204, che successivamente ritira.

Il senatore VACCARI (*PD*) chiede che l'emendamento 1.318 venga considerato accantonato.

I senatori GUALDANI (*NCD*), D'ALI' (*FI-PdL XVII*), Anna Cinzia BONFRISCO (*FI-PdL XVII*), MANDELLI (*FI-PdL XVII*), Stefania PEZZOPANE (*PD*) appongono la propria firma all'emendamento 1.356 già accantonato. Il senatore GUALDANI (*NCD*) ritira, di conseguenza, l'emendamento 1.357. Il senatore LAI (*PD*) ritira l'emendamento 1.358 e dichiara che tutti i firmatari di tale emendamento appongono la propria firma all'emendamento 1.356.

La senatrice PEZZOPANE (*PD*) ritira gli emendamenti 1.387, 1.388, 1.389, 1.391, 1.392 e 1.393.

Il senatore VACCARI (*PD*) ritira l'emendamento 1.398.

Il senatore TOMASELLI (*PD*) ritira l'emendamento 1.406.

Si passa al voto sugli emendamenti.

Il PRESIDENTE avverte che, qualora vengano respinti emendamenti in precedenza accantonati, si

intende che i rispettivi firmatari abbiano rinunciato all'accantonamento. Dispone comunque l'accantonamento di tutte le proposte emendative di cui è pervenuta la richiesta nella seduta in corso.

Verificata la presenza del numero legale, il PRESIDENTE pone ai voti l'emendamento 1.3 che risulta respinto.

Con successive e distinte votazioni, la Commissione respinge gli emendamenti 1.10, 1.12, 1.14, 1.15, 1.16, 1.17, 1.19, 1.20, 1.21, 1.22, 1.26, 1.30, 1.33, 1.35, 1.37, 1.49, 1.50, 1.51, 1.55, 1.56, 1.58, 1.61, 1.63, 1.67, 1.68, 1.72, 1.74, 1.75, 1.76, 1.77, 1.79, 1.82, 1.86, 1.87, 1.88, 1.89, 1.91, 1.94, 1.102, 1.104, 1.106, 1.107, 1.109, 1.110, 1.111, 1.112, 1.113, 1.114, 1.116, 1.117, 1.118, 1.119, 1.120, 1.121, 1.126, 1.127, 1.128, 1.129, 1.130, 1.131, 1.132, 1.133, 1.136, 1.138, 1.139, 1.140, 1.141, 1.142, 1.143, 1.144, 1.145, 1.146, 1.148, 1.149, 1.152, 1.153, 1.154, 1.156, 1.157, 1.161, 1.162, 1.163, 1.164, 1.165, 1.166, 1.167, 1.168, 1.169, 1.171, 1.172, 1.173, 1.174, 1.175, 1.178, 1.180, 1.181, 1.182, 1.184, 1.185, 1.193, 1.195, 1.196, 1.197, 1.198, 1.201,1.202, 1.205, 1.206, 1.208, 1.209, 1.210, 1.211, 1.212, 1.213, 1.214, 1.215, 1.216, 1.221, 1.223, 1.224, 1.226, 1.227, 1.228, 1.229, 1.233, 1.241, 1.242, 1.247, 1.249, 1.252, 1.253, 1.255, 1.256, 1.259, 1.260, 1.261, 1.262, 1.263, 1.264, 1.265, 1.268, 1.273, 1.281, 1.294, 1.295, 1.296, 1.299, 1.300, 1.302, 1.303, 1.304, 1.305, 1.306, 1.307, 1.310, 1.311, 1.317, 1.319, 1.322, 1.323, 1.324, 1.326, 1.330, 1.331, 1.332, 1.335, 1.339, 1.341, 1.343, 1.345, 1.346, 1.347, 1.350, 1.351, 1.352, 1.353, 1.355, 1.367, 1.374, 1.375, 1.377, 1.379, 1.380, 1.381, 1.382, 1.383, 1.386, 1.394, 1.397, 1.399, 1.400, 1.401 e 1.402, 1.413, 1.423, 1.428, 1.438, 1.439, 1.441, 1.442, 1.443, 1.450, 1.451, 1.455, 1.456, 1.457, 1.462, 1.464, 1.465, 1.466, 1.469, 1.470, 1.471, 1.472, 1.473, 1.490, 1.499, 1.501, 1.502, 1.505, 1.511, 1.512, 1.513, 1.514, 1.517, 1.521, 1.522, 1.524, 1.526, 1.527, 1.528, 1.530, 1.531, 1.532, 1.534, 1.535, 1.536, 1.537, 1.538 e 1.539.

Il PRESIDENTE dispone l'accantonamento dell'emendamento 1.546, cui aggiunge la firma il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*).

Posti distintamente ai voti, sono respinti gli emendamenti 1.547, 1.548, 1.549, 1.553, 1.554, 1.555, 1.556, 1.557 e 1.560.

L'emendamento 1.561 è invece accantonato.

L'emendamento 1.562 è respinto.

Il PRESIDENTE comunica che l'emendamento 1.564 viene ritirato.

Con distinte votazioni, sono respinti gli emendamenti 1.565 e 1.566.

Gli emendamenti 1.572 e 1.573 sono ritirati dai rispettivi proponenti.

Posti distintamente ai voti, sono respinti gli emendamenti 1.575, 1.576, 1.577, 1.578, 1.579, 1.580, 1.581, 1.582, 1.583 e 1.584.

Il PRESIDENTE dispone l'accantonamento degli emendamenti 1.586 e 1.600.

Con distinte votazioni, sono respinti gli emendamenti 1.590, 1.591, 1.594 e 1.597.

La Commissione respinge, con distinte votazioni, gli emendamenti 1.601, 1.606 e 1.611.

Le senatrici BULGARELLI (*M5S*) e MANGILI (*M5S*) dichiarano di aggiungere la propria firma al testo corretto dell'emendamento 1.612, precedentemente accantonato. Posti distintamente ai voti, sono respinti gli emendamenti 1.615, 1.617, 1.619, 1.622, 1.623 e 1.624.

Il PRESIDENTE dispone l'accantonamento dell'emendamento 1.625.

L'emendamento 1.626 è posto ai voti e respinto.

I testi 2 degli emendamenti 1.628 e 1.629 vengono accantonati.

Con distinte votazioni, la Commissione respinge gli emendamenti 1.631, 1.633, 1.634, 1.636 e 1.639.

L'emendamento 1.640 viene ritirato.

Posto ai voti, viene respinto l'emendamento 1.643.

L'emendamento 1.647 viene ritirato.

Posti distintamente ai voti, sono respinti gli emendamenti 1.649 e 1.657.

L'emendamento 1.658 viene ritirato.

Posto ai voti, l'emendamento 1.659 viene respinto, mentre dell'emendamento 1.660 è disposto l'accantonamento dal PRESIDENTE, su richiesta dei firmatari, unitamente all'emendamento 1.684.

L'emendamento 1.662 viene ritirato.

Con distinte votazioni, sono respinti dalla Commissione gli emendamenti 1.664, 1.665, 1.666, 1.669, 1.672, 1.674, 1.678, 1.680, 1.682, 1.685, 1.686, 1.687, 1.690, 1.691, 1.692, 1.694 e 1.695.

Dell'emendamento 1.701, il PRESIDENTE dispone l'accantonamento.

Posti distintamente ai voti, sono poi respinti gli emendamenti 1.699, 1.700, 1.706, 1.709, 1.710, 1.713 e 1.714.

L'emendamento 1.721 viene accantonato su richiesta dei proponenti.

Con distinte votazioni, sono respinti gli emendamenti 1.722, 1.723, 1.724, 1.725, 1.729, 1.730, 1.733, 1.737 e 1.739.

Dopo aver aggiunto la propria firma all'emendamento 1.741, accantonato, la senatrice LO MORO (*PD*) ritira l'emendamento 1.742.

Posti distintamente ai voti, sono respinti gli emendamenti 1.743, 1.744 e 1.745.

Il senatore MICHELONI (*PD*) chiede l'accantonamento dell'emendamento 1.747, riconsiderando la declaratoria di inammissibilità.

Il PRESIDENTE conferma che l'emendamento in questione è stato dichiarato inammissibile, riservandosi, comunque, di valutare eventuali riformulazioni che dovranno tuttavia essere presentate entro il termine della seduta.

Con distinte votazioni, sono quindi respinti gli emendamenti 1.750, 1.751 e 1.753.

L'emendamento 1.758 viene ritirato dal senatore URAS (*Misto-SEL*).

Posti distintamente ai voti, sono respinti gli emendamenti 1.761, 1.762 e 1.765.

L'emendamento 1.766 viene quindi ritirato dal senatore Luigi MARINO (*PI*), che lo fa proprio.

Con distinte votazioni, la Commissione respinge gli emendamenti 1.767, 1.768, 1.769, 1.770, 1.771, 1.772, 1.775, 1,780, 1.781, 1.782, 1.783, 1.784, 1.785, 1.789, 1.790, 1.791, 1.793, 1.794, 1.795, 1.796, 1.798, 1.799, 1.803, 1.804, 1.805, 1.806, 1.807, 1.808, 1.809, 1.811, 1.812, 1.814, 1.815, 1.816 e 1.817.

L'emendamento 1.818 viene ritirato dai rispettivi proponenti.

Posto ai voti, l'emendamento 1.819 risulta respinto.

Dopo il ritiro dell'emendamento 1.820, con distinte votazioni la Commissione respinge gli emendamenti 1.821, 1.823, 1.825, 1.826, 1.828 e 1.829.

Vengono ritirati gli emendamenti 1.831, 1.832 e 1.833.

Posti distintamente ai voti, sono respinti gli emendamenti 1.834, 1.835 e 1.836.

Ritirato l'emendamento 1.837 dal senatore URAS (*Misto-SEL*), con distinte votazioni sono respinti gli emendamenti 1.838, 1.839, 1.840, 1.841, 1.843, 1.845, 1.846, 1.847, 1.848, 1.849, 1.850, 1.851, 1.852, 1.853, 1.854, 1.855, 1.856, 1.857, 1.858, 1.859, 1.860, 1.861, 1.862, 1.863, 1.864, 1.865, 1.866, 1.867, 1.868 e 1.869.

Il PRESIDENTE comunica che gli emendamenti 1.872 e 1.873 sono ritirati.

Con distinte votazioni, sono respinti gli emendamenti 1.874, 1.875, 1.876, 1.882, 1.884, 1.886, 1.887, 1.888, 1.890, 1.891, 1.892, 1.893, 1.894, 1.895, 1.896, 1.900, 1.901 e 1.904.

Gli emendamenti 1.905 e 1.906 vengono ritirati dal senatore URAS (*Misto-SEL*).

Posti distintamente ai voti, sono respinti gli emendamenti 1.907, 1.908, 1.909, 1.910, 1.911, 1.912, 1.913, 1.915, 1.916, 1.918, 1.922, 1.924, 1.926, 1.927, 1.928, 1.929, 1.930 (testo corretto), 1.931, 1.932, 1.936, 1.939 e 1.941.

Dopo il ritiro dell'emendamento 1.943, la Commissione respinge con distinte votazioni gli emendamenti 1.944, 1.945 e 1.946.

Vengono ritirati gli emendamenti 1.950 e 1.951 dal senatore URAS (*Misto-SEL*).

Posti distintamente ai voti, sono respinti gli emendamenti 1.953, 1.954 e 1.957.

Dopo che il senatore URAS (*Misto-SEL*) ha ritirato l'emendamento 1.958, con distinte votazioni sono respinti gli emendamenti 1.962, 1.964, 1.967, 1.968, 1.969, 1.970, 1.971, 1.974, 1.975, 1.977, 1.980, 1.981, 1.983, 1.984 e 1.985.

Ritirato l'emendamento 1.990, con distinte votazioni sono respinti gli emendamenti 1.991, 1.992, 1.993, 1.994, 1.996, 1.997, 1.999, 1.1000, 1.1001, 1.1002, 1.1003, 1.1004 e 1.1006.

Dopo il ritiro dell'emendamento 1.1007 da parte del senatore URAS (*Misto-SEL*), con distinte votazioni sono respinti gli emendamenti 1.1008, 1.1009, 1.1012, 1.1013, 1.1014, 1.1015, 1.1017, 1.1018, 1.1023, 1.1024, 1.1025, 1.1029, 1.1031, 1.1033, 1.1034, 1.1035, 1.1036, 1.1037, 1.1038, 1.1040, 1.1042 e 1.1044.

Dopo il ritiro dell'emendamento 1.1045 da parte del senatore GUALDANI (*NCD*), vengono respinti, con distinte votazioni, gli emendamenti 1.1049, 1.1050, 1.1051, 1.1056, 1.1057, 1.1058, 1.1059, 1.1060, 1.1061, 1.1062, 1.1063, 1.1064, 1.1065, 1.1066, 1.1069, 1.1070, 1.1071, 1.1072, 1.1073, 1.1074, 1.1076 e 1.1077.

Il PRESIDENTE dispone l'accantonamento 1.1078.

Posti distintamente ai voti, sono respinti gli emendamenti 1.1079, 1.1080, 1.1081 e 1.1082.

Dopo il ritiro dell'emendamento 1.1083 da parte del senatore SPOSETTI (*PD*), con distinte votazioni la Commissione respinge gli emendamenti 1.1085, 1.1086, 1.1089 e 1.1090.

Disposto l'accantonamento dell'emendamento 1.1091, sono respinti, con distinte votazioni, gli emendamenti 1.1092, 1.1093, 1.1095, 1.1096, 1.1097, 1.1098, 1.1099, 1.1100, 1.1101, 1.1102, 1.1103, 1.1104 e 1.1107.

L'emendamento 1.1108 viene ritirato.

Con distinte votazioni, sono respinti gli emendamenti 1.1114, 1.1116, 1.1118 e 1.1120.

Dopo il ritiro dell'emendamento 1.1122, con distinte votazioni sono respinti gli emendamenti 1.1123, 1.1124, 1.1128, 1.1129, 1.1130, 1.1132, 1.1133, 1.1134 e 1.1135.

Ritirato l'emendamento 1.1136, sono posti distintamente ai voti e respinti gli emendamenti 1.1205, 1.1138, 1.1139, 1.1140, 1.1141, 1.1142, 1.1143, 1.1146, 1.1147, 1.1149 e 1.1150.

Il PRESIDENTE dispone l'accantonamento dell'emendamento 1.1151.

Con distinte votazioni, la Commissione respinge gli emendamenti 1.1152, 1.1153, 1.1155, 1.1156, 1.1157, 1.1158, 1.1159, 1.1160, 1.1162, 1.1163, 1.1164, 1.1177, 1.1178, 1.1179, 1.1182, 1.1183, 1.1184, 1.1185, 1.1186 e 1.1188.

L'emendamento 1.1190 viene ritirato mentre all'emendamento 1.1191, già accantonato, è aggiunta la firma del senatore VERDUCCI (*PD*).

Con distinte votazioni, sono quindi respinti gli emendamenti 1.1192, 1.1193, 1.1194, 1.1196, 1.1198, 1.1201, 1.1202, 1.1206, 1.1207, 1.1211, 1.1219, mentre l'emendamento 1.1221 è ritirato, ai fini di un'eventuale trasformazione in ordine del giorno.

Con separate votazioni sono respinti gli emendamenti 1.1223, 1.1225, 1.1227, 1.1228, 1.1229, 1.1239, 1.1240, 1.1241, 1.1244, 1.1245, 1.1246, 1.1249, 1.1250, 1.1251, 1.1252, 1.1253 e 1.1254.

L'emendamento 1.1285 risulta ritirato.

Dopo l'accantonamento, disposto dal PRESIDENTE, degli emendamenti 1.1273 (testo 2), pubblicato in allegato, e 1.1274, con distinte votazioni sono quindi respinti gli emendamenti 1.1256, 1.1257, 1.1258, 1.1259, 1.1260, 1.1262, 1.1263, 1.1264, 1.1265, 1.1266, 1.1267, 1.1268, 1.1269, 1.1271, 1.1272, 1.1280, 1.1283, 1.1286, 1.1287, 1.1289, 1.1290, 1.1291, 1.1292 e 1.1293.

Dopo che la senatrice PADUA (*PD*) ha ritirato l'emendamento 1.1310, la Commissione, con distinte votazioni, respinge gli emendamenti 1.1295, 1.1302, 1.1307, 1.1312, 1.313 e 1.1314.

Il PRESIDENTE dispone quindi l'accantonamento degli emendamenti 1.1315 e 1.1321 (testo 2), pubblicato in allegato.

Posti ai voti, con distinte votazioni, sono quindi respinti gli emendamenti 1.1319 e 1.0.1.

Si passa quindi alla votazione degli emendamenti riferiti all'articolo 2.

La Commissione, con distinte votazioni, respinge gli emendamenti 2.1, 2.4, 2.6, 2.8, 2.15, 2.19, 2.20, 2.24 e 2.29.

Il senatore DI BIAGIO (*PI*) fa proprio l'emendamento 2.30 e lo ritira insieme con l'emendamento 2.31.

La Commissione, quindi, con distinte votazioni, respinge gli emendamenti 2.32, 2.35 e 2.36.

Il senatore FRAVEZZI (*Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE*) ritira l'emendamento 2.39, a sua

prima firma, e aggiunge la propria firma, unitamente agli altri proponenti del 2.39, all'emendamento 2.38, successivamente accantonato.

La Commissione, con distinte votazioni, respinge gli emendamenti 2.40, 2.41, 2.42, 2.46, 2.47 e 2.48.

Disposto dal PRESIDENTE l'accantonamento dell'emendamento 2.49 (testo 2), a cui aggiunge la propria firma la senatrice PEZZOPANE (*PD*), la Commissione, con distinte votazioni, respinge gli emendamenti 2.50, 2.51, 2.55, 2.59, 2.62, 2.63, 2.65, 2.66, 2.69, 2.70 (testo 2) e 2.71.

Dopo che il senatore GUALDANI (*NCD*) ha ritirato l'emendamento 2.74, la Commissione, con distinte votazioni, respinge gli emendamenti 2.76, 2.77, 2.79, 2.80 e 2.82.

Dopo il ritiro dell'emendamento 2.88 da parte del senatore MANDELLI (*FI-PdL XVII*), la Commissione, con distinte votazioni, respinge gli emendamenti 2.87, 2.89, 2.92, 2.94, 2.95, 2.96, 2.97, 2.98, 2.101, 2.102, 2.105, 2.108, 2.109, 2.111, 2.112, 2.113, 2.115, 2.116, 2.118, 2.119, 2.120, 2.121, 2.122, 2.123, 2.124, 2.125, 2.126, 2.129, 2.130, 2.134, 2.135, 2.136, 2.137, 2.138, 2.139, 2.140, 2.141, 2.143, 2.145 e 2.146.

Dopo che il senatore GUALDANI (*NCD*) ha ritirato gli emendamenti 2.147 e 2.164 (previa revoca dell'inammissibilità), la Commissione, con distinte votazioni, respinge gli emendamenti 2.153, 2.154 2.155, 2.165, 2.171, 2.175, 2.180, 2.181, 2.183, 2.185, 2.187.

Il PRESIDENTE revoca l'inammissibilità, precedentemente dichiarata, dell'emendamento 2.176, che risulta accantonato.

Dopo che il senatore DI BIAGIO (*PI*) ha ritirato l'emendamento 2.191, la Commissione, con distinte votazioni, respinge gli emendamenti 2.194, 2.197, 2.198, 2.200, 2.201, 2.202, 2.203, 2.204, 2.205, 2.206, 2.207, 2.208, 2.211, 2.212, 2.214, 2.215, 2.216, 2.217, 2.218, 2.219, 2.225, 2.226, 2.230, 2.231, 2.232, 2.233 e 2.234.

Il PRESIDENTE dispone quindi l'accantonamento dell'emendamento 2.292 (testo 2), dopo averne revocato l'inammissibilità, e la Commissione, con distinte votazioni, respinge gli emendamenti 2.240, 2.242, 2.249, 2.250, 2.251, 2.252, 2.254, 2.256, 2.257, 2.258, 2.259, 2.261, 2.262, 2.265, 2.267, 2.267-*bis*, 2.267-*ter*, 2.269, 2.270, 2.273, 2.274, 2.276, 2.277, 2.279, 2.280, 2.281, 2.284, 2.285, 2.288, 2.290, 2.291, 2.293, 2.294, 2.298, 2.299, 2.301, 2.303, 2.304, 2.306, 2.307, 2.315, 2.316, 2.317, 2.319, 2.320, 2.321, 2.323, 2.324, 2.325, 2.326, 2.327, 2.328, 2.329, 2.330, 2.331, 2.332, 2.333, 2.336, 2.337 e 2.338.

Dopo che il senatore URAS (*Misto-SEL*) ha ritirato l'emendamento 2.342, preannunciandone una trasformazione in ordine del giorno, la Commissione respinge quindi, con distinte votazioni, gli emendamenti 2.346, 2.349, 2.354, 2.355, 2.356, 2.357, 2.358, 2.362, 2.366, 2.368, 2.369, 2.371, 2.372, 2.373, 2.374, 2.375, 2.376, 2.377, 2.378, 2.381, 2.382, 2.383, 2.384, 2.388, 2.389, 2.390, 2.393, 2.398, 2.399 e 2.400.

Su richiesta del proponente, il PRESIDENTE dispone l'accantonamento dell'emendamento 2.403.

Con distinte votazioni, sono respinti dalla Commissione gli emendamenti 2.404, 2.408, 2.409,

2.416, 2.417, 2.420, 2.421, 2.422, 2.424, 2.425, 2.426, 2.427, 2.429, 2.430, 2.432, 2.434, 2.435, 2.436, 2.437, 2.444, 2.445.

L'emendamento 2.448 viene ritirato dal senatore SUSTA (*SCpI*).

Con separate votazioni, sono respinti dalla Commissione gli emendamenti 2.449, 2.451, 2.452 e 2.453.

Il senatore GUALDANI (*NCD*) chiede l'accantonamento dell'emendamento 2.454, che viene disposto dal PRESIDENTE.

Con successive votazioni, la Commissione respinge gli emendamenti 2.456, 2.457, 2.459, 2.460, 2.462, 2.464, 2.465, 2.467, 2.468, 2.469, 2.471, 2.474, 2.476, 2.477, 2.478, 2.479, 2.480, 2.481 e 2.488.

Il senatore GUALDANI (*NCD*) ritira i propri emendamenti 2.489 e 2.490.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) ritira il proprio emendamento 2.492 e ne prospetta la riformulazione in ordine del giorno.

Con separate votazioni vengono respinti dalla Commissione gli emendamenti 2.493, 2.496 e 2.497.

Il senatore GUALDANI (*NCD*) ritira il proprio emendamento 2.501.

Con distinte votazioni, la Commissione respinge gli emendamenti 2.502, 2.503, 2.504, 2.509, 2.511, 2.512, 2.513, 2.514, 2.517, 2.518, 2.521, 2.522, 2.523, 2.526, 2.527, 2.528, 2.533, 2.538, 2.540, 2.541, 2.542, 2.543, 2.545, 2.546 e 2.547.

All'emendamento 2.548, già accantonato, aggiungono la propria firma la senatrice BONFRISCO (*FI-PdL XVII*) - anche a nome di tutti i presentatori dell'emendamento 2.549, già dichiarato inammissibile -, la senatrice PEZZOPANE (*PD*), anche a nome di tutti i firmatari dell'emendamento 2.550 che viene ritirato -, tutti i firmatari degli emendamenti 2.551 e 2.552, che vengono ritirati -, nonché il senatore PANIZZA (*Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE*) - anche a nome degli altri presentatori dell'emendamento 2.553, già dichiarato inammissibile -, il senatore URAS (*Misto-SEL*) - anche a nome degli altri firmatari dell'emendamento 2.554 che viene ritirato - il senatore VACCARI (*PD*), anche a nome dell'altro firmatario dell'emendamento 2.555, che viene ritirato, ed il senatore MILO (*GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI)*), con riferimento all'emendamento 2.570, che viene ritirato.

Con separate votazioni, la Commissione respinge gli emendamenti 2.556, 2.557, 2.560, 2.561, 2.562, 2.563, 2.564, 2.566, 2.567, 2.568, 2.569, 2.571 e 2.572.

Il PRESIDENTE comunica che gli emendamenti 2.573 e 2.574 sono ritirati.

Con distinte votazioni, la Commissione respinge gli emendamenti 2.576, 2.578, 2.579, 2.580, 2.581, 2.582, 2.583, 2.584, 2.585, 2.586, 2.587, 2.588, 2.589, 2.590, 2.591, 2.592, 2.593, 2.594, 2.595,

2.596, 2.597, 2.598, 2.599, 2.600, 2.601, 2.602, 2.603, 2.604, 2.605, 2.607, 2.608, 2.609, 2.610, 2.612, 2.613, 2.614, 2.615, 2.617, 2.618, 2.619, 2.620, 2.621, 2.622, 2.623, 2.624, 2.625, 2.626, 2.627, 2.628, 2.629, 2.630, 2.631 e 2.632.

Su richiesta del proponente, il PRESIDENTE dispone l'accantonamento dell'emendamento 2.633.

Con separate votazioni, vengono respinti dalla Commissione gli emendamenti 2.634, 2.635, 2.637, 2.638, 2.640, 2.641, 2.642, 2.642-*bis*, 2.643, 2.644, 2.645, 2.646, 2.647, 2.648, 2.649, 2.650, 2.651, 2.652, 2.653, 2.654, 2.655, 2.657, 2.658, 2.659, 2.660, 2.661, 2.662, 2.663, 2.664, 2.665, 2.668, 2.669, 2.671, 2.672, 2.673, 2.676, 2.677, 2.679, 2.680, 2.682, 2.685, 2.686, 2.687, 2.688, 2.689, 2.691, 2.692, 2.693, 2.695, 2.696 e 2.697.

I firmatari chiedono l'accantonamento dell'emendamento 2.671-*bis* che viene disposto dal PRESIDENTE.

La Commissione respinge l'emendamento 2.673-*bis*.

Il PRESIDENTE revoca la declaratoria di inammissibilità dell'emendamento 2.674-*bis* e - su richiesta del senatore MICHELONI (*PD*) - ne dispone l'accantonamento; lo stesso senatore MICHELONI (*PD*) ritira il proprio emendamento 2.675-*bis*.

Con separate votazioni, la Commissione respinge gli emendamenti 2.679-*bis* e 2.680-*bis*.

Il senatore GUALDANI (*NCD*) ritira il proprio emendamento 2.682-*bis* ed appone la propria firma (insieme al senatore FRAVEZZI (*Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE*) ed a tutti i presentatori dell'emendamento 2.684-*bis* (che viene ritirato) all'emendamento 2.683-*bis*, presentato dal senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*), che ne chiede l'accantonamento, disposto dal PRESIDENTE.

Con successive votazioni sono respinti gli emendamenti 2.686-*bis*, 2.692-*bis*, 2.693-*bis*, 2.694-*bis*, 2.695-*bis*, 2.696-*bis*, 2.697-*bis*, 2.700, 2.701, 2.705, 2.706, 2.707, 2.708, 2.709, 2.711, 2.712, 2.713, 2.716, 2.719, 2.720, 2.722, 2.725, 2.727, 2.729, 2.730, 2.733, 2.735, 2.738 e 2.739.

Il PRESIDENTE dispone l'accantonamento dell'emendamento 2.740-*bis* (testo 2).

Con separate votazioni vengono respinti gli emendamenti 2.745, 2.746, 2.747, 2.748, 2.751, 2.754, 2.757, 2.758, 2.761, 2.763, 2.766, 2.767, 2.770, 2.771, 2.779, 2.780, 2.781 e 2.782.

Viene richiesto dai proponenti l'accantonamento dell'emendamento 2.787 e il PRESIDENTE accede a tale richiesta.

Con separate votazioni sono respinti dalla Commissione gli emendamenti 2.792, 2.793, 2.795, 2.810, 2.811, 2.815, 2.817, 2.818, 2.820, 2.822, 2.823, 2.824 (testo 2), 2.825, 2.829, 2.834, 2.837, 2.839 e 2.847.

Il senatore GUALDANI (*NCD*) chiede l'accantonamento del proprio emendamento 2.849 ed il

PRESIDENTE accoglie tale richiesta.

Con successive votazioni sono respinti dalla Commissione gli emendamenti 2.850, 2.851, 2.852, 2.853, 2.854, 2.855, 2.857, 2.859, 2.864, 2.865, 2.871.

Si apre un dibattito sulla declaratoria di inammissibilità dell'emendamento 2.872, nel quale intervengono la senatrice BONFRISCO (*FI-PdL XVII*) - che esprime perplessità su tale decisione - il PRESIDENTE, il quale dichiara di mantenere la determinazione precedentemente assunta, condivisa dal vice ministro MORANDO.

Con distinte votazioni la Commissione respinge gli emendamenti 2.875, 2.878, 2.879, 2.881, 2.882, 2.884, 2.885 e 2.886.

Su richiesta del senatore GUALDANI (*NCD*), il PRESIDENTE dispone l'accantonamento dell'emendamento 2.887 (testo 2).

Con separate votazioni, la Commissione respinge gli emendamenti 2.888, 2.891, 2.893, 2.896, 2.897, 2.898, 2.899, 2.900, 2.901, 2.903, 2.904, 2.905, 2.907, 2.911, 2.912, 2.913, 2.916, 2.917, 2.919, 2.920, 2.922, 2.924, 2.925, 2.926, 2.927, 2.929, 2.930, 2.932, 2.933, 2.934, 2.936, 2.938, 2.939, 2.940, 2.941, 2.942, 2.944, 2.945, 2.946, 2.948, 2.951, 2.952, 2.953, 2.954, 2.956, 2.957, 2.959, 2.960, 2.961, 2.965, 2.966, 2.983, 2.984, 2.986 e 2.987.

Il PRESIDENTE ricorda che l'emendamento 2.988 è inammissibile con riferimento alla lettera *b*) mentre per la parte restante risulta già accantonata.

Con distinte votazioni la Commissione respinge gli emendamenti 2.989 e 2.991.

Il PRESIDENTE ricorda che l'emendamento 2.993 è inammissibile con riferimento alla lettera *b*), mentre - su richiesta della senatrice COMAROLI (*LN-Aut*) - ne dispone l'accantonamento con riferimento alla lettera *c*).

Con distinte votazioni la Commissione respinge gli emendamenti 2.994, 2.995, 2.996 e 2.1007.

Il PRESIDENTE dispone, poi, l'accantonamento dell'emendamento 2.1014.

Con separate votazioni vengono infine respinti dalla Commissione gli emendamenti 2.1019, 2.1020, 2.1021, 2.1022, 2.1023, 2.1024, 2.1025, 2.1026, 2.1027, 2.1028, 2.1029, 2.1030, 2.1032, 2.1033, 2.1036, 2.1037, 2.1041, 2.1042, 2.1043, 2.1044, 2.1047, 2.1048, 2.1049, 2.1050, 2.1051, 2.1052, 2.1053, 2.1054, 2.1055, 2.1056, 2.1058, 2.1059, 2.1060, 2.1061 (ad eccezione della lettera *c*), dichiarata inammissibile), 2.1062 (ad eccezione della lettera *c*), dichiarata inammissibile), 2.1063 (ad eccezione della lettera *c*), dichiarata inammissibile), 2.1064, 2.1070, 2.1080, 2.1081, 2.1082, 2.1083, 2.1084 e 2.1085.

Il PRESIDENTE si riserva di rivalutare la declaratoria di inammissibilità degli emendamenti 1.333, 1.484, 1.1165, 2.872 (a quest'ultimo aggiunge la propria firma la senatrice ORRU' (*PD*)) e 2.28.
Comunica inoltre che, alla scadenza del termine concordato, sono state presentate le seguenti riformulazioni, pubblicate in allegato: 1.642 (testo 2), 1.935 (testo 2), 3.248 (testo 2), 3.302 (testo 2),

2.1349 (testo 2), 1.390 (testo 2), 1.481 (testo 2), 1.747 (testo 2), 1.1224 (testo 2), 2.786 (testo 2), 2.824 (testo 2), 2.1017 (testo 2), 2.1320 (testo 2) e 3.421 (testo 2).

Riferisce poi che sono stati presentati alcuni subemendamenti agli emendamenti del Governo, pubblicati in allegato.

Rende noto, inoltre, che l'emendamento 1.1054 è stato trasformato nell'ordine del giorno n. 84, pubblicato in allegato, e che è stato presentato l'ordine del giorno n. 83, pubblicato in allegato.

Ricorda, infine, che il termine per la presentazione degli ulteriori emendamenti del Governo scadrà sabato 13 dicembre alle ore 9,30.

Il seguito dell'esame congiunto è, quindi, rinviato.

POSTICIPAZIONE DELLA SEDUTA DI DOMANI DELLA COMMISSIONE

Il PRESIDENTE informa che la seduta della Commissione, già convocata per domani, sabato 13 dicembre 2014, alle ore 9, è posticipata alle ore 9,30.

La Commissione prende atto.

La seduta termina alle ore 22,35.

ORDINI DEL GIORNO E EMENDAMENTI

N. 1698

G/1698/83/5

URAS, DEL BARBA, LAI

La 5a Commissione, in sede di esame del disegno di legge n. 1698,

premesso che:

il Corpo nazionale soccorso alpino e speleologico (CNSAS) del Club alpino italiano (CAI) ha assunto negli anni un ruolo di crescente rilievo nella gestione territoriale delle emergenze, connotandosi per l'erogazione di un servizio di pubblica utilità di elevata professionalità ed efficienza;

configurato dall'ordinamento quale struttura nazionale operativa del Servizio nazionale della protezione civile, il medesimo Corpo ha visto nel tempo accrescersi significativamente tanto l'ambito quanto la professionalizzazione delle funzioni di pubblico servizio svolte a favore della popolazione, senza che a ciò abbia corrisposto alcun sostanziale adeguamento del suo status giuridico;

in particolare, la disciplina di cui alla legge 21 marzo 2001, n. 74, vincola a tutt'oggi il Corpo all'esclusivo utilizzo di personale volontario, secondo una limitazione divenuta di ostacolo alla piena operatività delle attività di soccorso e di elisoccorso e alle attività di formazione, svolte oggi dal CNSAS in forma peculiare e altamente professionale;

tale rigida limitazione appare tanto più irragionevole in quanto la più generale disciplina delle associazioni di promozione sociale, di cui alla legge 7 dicembre 2000, n. 383, ammette che le associazioni possano, in caso di particolare necessità, "assumere lavoratori dipendenti o avvalersi di

prestazioni di lavoro autonomo, anche ricorrendo a propri associati" (articolo 18, comma 2, della legge n. 383/2000);
ciò premesso, impegna il Governo:
a procedere ad un complessivo riordino della disciplina legislativa che regola il settore del soccorso alpino e speleologico, anche attraverso l'adozione di una legge quadro idonea a cogliere i mutamenti intervenuti nelle modalità di organizzazione ed erogazione del servizio e a superare le attuali criticità regolatorie, a partire dalla riconfigurazione giuridica dei rapporti tra il Corpo nazionale soccorso alpino e speleologico, il Servizio nazionale della protezione civile e il Servizio sanitario nazionale;
in particolare, a riconoscere al CNSAS la possibilità di avvalersi, entro un contingente numerico limitato, di prestazioni di lavoro dipendente ed autonomo per lo svolgimento dei servizi a più elevato contenuto tecnico e professionale, ferma restando la prevalenza delle attività prestate in forma volontaria, libera e gratuita dagli associati per il perseguimento dei fini istituzionali;
a tal fine, a rimettere ad un apposito regolamento del Corpo nazionale soccorso alpino e speleologico l'individuazione - previa ricognizione dei fabbisogni di personale tecnico - delle figure professionali specialistiche da ammettere alle prestazioni in regime di lavoro dipendente o autonomo;
infine, a riconoscere ai Servizi regionali e provinciali del Corpo nazionale soccorso alpino e speleologico la possibilità di iscrizione ai registri di cui all'articolo 6 della legge 11 agosto 1991, n. 266, ai fini dell'accesso ai benefIci di cui al comma 2 del medesimo articolo.

G/1698/84/5

BONFRISCO

La 5a Commissione, in sede di esame del disegno di legge n. 1698,

2.679/bis

COMAROLI, CENTINAIO, TOSATO

Sopprimere il comma 76.

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 125, sostituire le parole: «187,5 milioni di euro» *con le parole*: «187.3 milioni di euro».

2.680/bis

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Sopprimere il comma 77.

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 121, le parole: «200 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015» *sono sostituite dalle parole*: «170 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015».

2.681/bis

BOCCHINO, MUSSINI, BENCINI, CAMPANELLA, MASTRANGELI

Sopprimere il Gomma 77.

Conseguentemente all'Articolo l, comma 121, sostituire le parole: « 200 milioni», *con le seguenti:* «170 milioni».

2.682/bis

GUALDANI

Sopprimere il comma 77.

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 30.000.000;
2016: ? 30.000.000;
2017: ? 30.000.000.

2.683/bis

D'ALÌ

Sopprimere il comma 77.

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 30.000.000;

2016: ? 30.000.000;
2017: ? 30.000.000.

2.684/bis

FRAVEZZI, BATTISTA, BERGER, PANIZZA, CONTE

Sopprimere il comma 77.

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 30.000.000;
2016: ? 30.000.000;
2017: ? 30.000.000.

2.685/bis

FASIOLO

Sopprimere il comma 77.

2.686/bis

MARGIOTTA

Dopo il comma 77, aggiungere il seguente:

«77-*bis*. All'articolo 14, comma 17, lettera *a)* del decreto-legge n. 95/2012, convertito con legge 7 agosto 2012, n. 135, sono aggiunti i seguenti periodi: "Al fine di garantire la continuità didattica, al permanere della situazione di esubero in capo ai docenti interessati, i posti e le cattedre così assegnati rimangono indisponibili, anche per i successivi anni scolastici, ai fini delle immissioni in ruolo e dei trasferimenti, ivi compresi i passaggi di ruolo e i passaggi di cattedra. Conseguentemente, le operazioni di conferma, a domanda e/o d'ufficio, dei docenti utilizzati per effetto del presente comma, prevedono i trasferimenti, i passaggi di ruolo e i passaggi di cattedra,"».

2.687/bis

BOCCHINO, CAMPANELLA, MASTRANGELI, DE PIN

Sopprimere il comma 78.

Conseguentemente all'articolo 3, al comma 75, tabella A allegata voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti modifiche:*

2015
? CP: ? 10.000.000;
CS: ? 10.000.000.

2.688/bis

LIUZZI

Al comma 78 al termine del primo periodo, aggiungere le seguenti parole: «con l'esclusione di una quota parte finalizzata a dotare le istituzioni scolastiche delle province di cui alle seguenti leggi: legge 11 giugno 2004, n. 146, legge 11 giugno 2004, n. 147 e legge Il giugno 2004, n. 148, di codici meccanografici».

2.689/bis

FAVERO, SANGALLI, BORIOLI, PEZZOPANE, ORRU', DALLA ZUANNA, TOCCI, MATTESINI, PAGLIARI

Sopprimere il comma 79.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 500.000;
2016: ? 1.500.000;
2017: ? 1.500.000.

2.690/bis

COMAROLI, TOSATO, CENTINAIO

Sopprimere il comma 79.

Agli oneri derivanti dall'attuazione del presente comma, valutati in 5 milioni di euro per il 2016,

si provvede mediante corrispondente riduzione dello stanziamento del Fondo rifugiati e richiedenti Asilo di cui all'articolo 17 comma 13 della presente legge.

2.691/bis

PUGLISI, IDEM, ELENA FERRARA, DI GIORGI, MARTINI, MARCUCCI, ZAVOLI, TOCCI, MINEO, FASIOLO

Sostituire il comma 79 con il seguente:

«79. A decorrere dal 1º settembre 2015, l'articolo 307 del decreto legislativo 16 aprile 1994, n. 297, è sostituito dal seguente:

"ART. 307. ? L'organizzazione ed il coordinamento periferico del servizio di educazione fisica è di competenza degli Uffici scolastici regionali e del dirigente ad essi preposto, che può avvalersi della collaborazione di un docente di molo di educazione fisica per la specifica funzione in ogni ambito provinciale, il quale può essere dispensato in tutto o in parte dall'insegnamento"».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 1.500.000;
2016: ? 1.100.000;
2017: ? 1.100.000.

2.692/bis

CARDINALI, ALBANO, AMATI, ANGIONI, BORIOLI, CIRINNÀ, DI GIACOMO, DI GIORGI, FABBRI, FAVERO, FEDELI, ELENA FERRARA, LANIECE, LO GIUDICE, MASTRANGELI, ORRÙ, PAGLIARI, PEZZOPANE, SOLLO, SPILABOTTE, VACCARI

Sostituire il comma 79 con il seguente:

«79. A decorrere dallo settembre 2015 l'articolo 307 del decreto legislativo 16 aprile 1994, n. 297, è sostituito dal seguente: "Art. 307. ? L'organizzazione ed il coordinamento periferico del servizio di educazione fisica è di competenza degli Uffici scolastici regionali e del dirigente ad essi preposto, che può avvalersi della collaborazione di un docente di molo di educazione fisica per la specifica funzione in ogni ambito provinciale, il quale può essere dispensato in tutto o in parte dall'insegnamento"».

Conseguentemente, all'articolo 17, comma 13, sostituire le parole: «è incrementato di 187,5 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015» *con le seguenti:* «è incrementato di 186 milioni di euro annui per l'anno 2015, e di 184,3 milioni di euro a decorrere dal 2016».

2.692/ter

FASIOLO

Dopo il comma 79, aggiungere i seguenti:

«79-*bis*. Alla lettera *b)*, del comma 3, dell'articolo 25 del decreto-legge 12 settembre 2013, n. 104, convertito, con modificazioni, dalla legge 8 novembre 2013, n. 128, alla lettera *b)*, sostituire le parole: «a decorrere dallo gennaio 2015» con le seguenti: «a decorrere dallo gennaio 2016».

79-*ter*. Agli oneri derivanti dall'attuazione comma 79-*bis*, pari a 130 milioni di euro annui per l'anno 2015, si provvede mediante corrispondente riduzione dei regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale di cui all'allegato A della nota integrativa alla Tabella 1 del bilancio dello Stato, relativa allo stato di previsione dell'entrata, prevista ai sensi dell'articolo 21, comma il, lettera *a)*, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, che appaiono, in tutto o in parte, ingiustificati o superati alla luce delle mutate esigenze sociali o economiche.

79-*quater*. Al comma 2, dell'articolo 15 del decreto-legge 8 agosto 2013, n. 91, convertito, con modificazioni dalla legge 7 ottobre 2013, n. 112, la lettera *e-ter)* è sostituita dalla seguente: *e-ter*. Per le finalità di cui all'articolo 8, quanto a 20 milioni di euro, a decorrere dal 2015 si provvede mediante corrispondente rimodulazione del Fondo interventi strutturali di politica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307».

2.693/bis

MILO, SCAVONE

Dopo il comma 79, aggiungere il seguente:

«79-*bis*. Al fine di valorizzare l'esperienza acquisita nello svolgimento della funzione dirigenziale e consentire altresì il definitivo superamento del precariato della dirigenza scolastica, sono ammessi direttamente alle prove scritte del concorso di ammissione al concorso per dirigenti scolastici di cui all'articolo 29 del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165, per come modificato dall'articolo 17 del decreto-legge 12 settembre 2013, n. 104, convertito, con modificazioni, dalla legge 8 novembre 2013, n. 128, senza lo svolgimento dell'eventuale prova preselettiva, tutti i soggetti non in quiescenza che, alla data di entrata in vigore della presente legge, abbiano svolto la funzione di dirigente scolastico per almeno un triennio a seguito di conferma degli incarichi di cui all'articolo 1-*sexies* del decreto-legge 31 gennaio 2005, n. 7, convertito, con modificazioni, dalla legge 31 marzo 2005, n. 43 o siano stati in servizio con contratto a tempo indeterminato con funzioni di dirigente scolastico, a seguito della procedura concorsuale a posti di dirigente scolastico, di cui al decreto direttoriale del 13 luglio 2011, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* 4 serie speciale ? n. 56 del 15 luglio 2011, sottoposta ad annullamento giurisdizionale e a conseguente rinnovazione.

Sono altresì ammessi direttamente alle prove scritte: tutti quei soggetti già vincitori ovvero utilmente collocati nelle graduatorie del concorso di cui al decreto direttoriale del 13 luglio 2011, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* ? 4 serie speciale ? n. 56 del 15 luglio 2011. successivamente annullate in sede giurisdizionale e che non siano risultati più tali in seguito alla conseguente rinnovazione concorsuale; tutti i soggetti che hanno un contenzioso pendente in riferimento alla Legge 202 del 2010; tutti coloro che abbiano avuto una sentenza favorevole almeno nel primo grado di giudizio ovvero non abbiano avuto, alla data di entrata in vigore della legge di conversione del presente decreto, alcuna sentenza definitiva, nel limite della suddetta riserva di posti già autorizzata per il menzionato corso-concorso, contenzioso legato ai concorsi per dirigente scolastico di cui al decreto direttoriale 22 novembre 2004, è pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale*, 4ÍL a serie speciale, n. 94 del 26 novembre 2004, e al decreto del Ministro della pubblica istruzione 3 ottobre 2006, pubblicato nella Gazzetta Ufficiale, 4 serie speciale, n. 76 del 6 ottobre 2006«.

2.694/bis

GUALDANI

Sopprimere il comma 80.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 34.261.055,05
2016: ? 102.783.165, 14
2017: ? 102.783.165, l4

2.695/bis

CONTE, GUALDANI

Sopprimere il comma 80.

Conseguentemente, alla Tabella A voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 34.262.000;
2016: ? 102.784.000
2017: ? 102.784. 000

2.696/bis

GUALDANI

Sopprimere il comma 80.

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*,apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 34.300.000;
2016: ? 102.800.000;
2017: ? 102.800.000.

2.697/bis
D'ALÌ
Sopprimere il comma 80.
Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*
2015: ? 34.300.000;
2016: ? 102.800.000;
2017: ? 102.800.000.

2.698/bis
BOCCHINO, MUSSINI, BENCINI, CAMPANELLA, MASTRANGELI, DE PIN
Sopprimere il comma 80.
Conseguentemente all'articolo 1, comma 121, sostituire le parole: «200 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015.»*, con le seguenti:* «165 milioni di euro nel 2015 e 97 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2016».

2.699/bis
PETRAGLIA, DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO
Sopprimere il comma 80.
Conseguentemente, all'articolo 1, comma 121, le parole: «200 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015»*, sono sostituite dalle parole:* «165 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015».

2.700
FRAVEZZI, BATTISTA, BERGER, PANIZZA, CONTE, PAGLIARI
Sopprimere il comma 80.
Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*
2015: ? 34.300.000;
2016: ? 102.800.000;
2017: ? 102.800.000.

2.701
BLUNDO, SERRA, MONTEVECCHI, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI
Al comma 80, in fine, sostituire le parole: «è abrogato» *con le seguenti:*
«è così modificato: al comma 1 sopprimere le parole: "l'esonero o"; sopprimere il comma 2; al comma 3 sopprimere le parole: "l'esonero quando si tratti di istituti e scuole con almeno cinquantacinque classi, o"; al comma 5 sopprimere le parole: "l'esonero o"».
Conseguentemente al comma 76 dell'articolo 3, aggiungere, in fine, le seguenti parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 50 milioni di euro a decorrere dal 2015».

2.702
LIUZZI
Dopo il comma 80 aggiungere il seguente:
«80-*bis*. In deroga a quanto previsto dal comma precedente, in attesa della piena attuazione dell'organico dell'autonomia e fino alla assunzione in servizio dei dirigenti scolastici reclutati in seguito all'espletamento del primo corso-concorso nazionale a posti di dirigente scolastico, bandito ai sensi dell'articolo 29 del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165, per come modificato dall'articolo 17 del decreto-legge 12 settembre 2013, n. 104, convertito, con modificazioni, dalla legge 8 novembre 2013, n. 128, i docenti di cui al comma 1 dell'articolo 459 del decreto legislativo 16 aprile 1994, n. 297, in servizio presso istituzioni scolastiche autonome, non assegnate a dirigenti scolastici con incarico a tempo indeterminato o alla conferma degli incarichi di presidenza di cui all'articolo 1-*sexies* del decreto-legge 31 gennaio 2005, n. 7, convertito con modificazioni, dalla legge 31 marzo 2005, n. 43, ma conferite in reggenza a dirigenti aventi incarico presso altra istituzione scolastica autonoma,

possono ottenere comunque l'autorizzazione all'esonero dall'insegnamento, ove sussistano i requisiti previsti dai commi 2 e 3 del predetto articolo 459».

2.703

BOCCHINO, CAMPANELLA, MASTRANGELI

Sopprimere i commi 81 e 82.

Conseguentemente all'articolo 1, comma 121, sostituire le parole: «200 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015.»*, con le seguenti:* «186 milioni di euro nel 2015 e 149 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2016.».

2.704

LIUZZI

Sopprimere i commi 81 e 82.

2.705

PETRAGLIA, DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Sopprimere il comma 81.

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 121, le parole: «200 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015»*, sono sostituite dalle parole:* «159 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015».

2.706

FRAVEZZI, BATTISTA, BERGER, PANIZZA, CONTE, PAGLIARI

Sopprimere il comma 81.

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 13.700.000;
2016: ? 41.000.000;
2017: ? 41.000.000.

2.707

GUALDANI

All'articolo 2, sopprimere il comma 81.

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle Finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2016: ? 41.000.000;
2017: ? 41.000.000.

2.708

D'ALÌ

Sopprimere il comma 81.

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2016: ? 41.000.000;
2017: ? 41.000.000.

2.709

GUALDANI

Sopprimere il comma 81.

Conseguentemente, alla tabella A voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2016: ? 41.000.000;
2017: ? 41.000.000.

2.710

DE PIN, MASTRANGELI, BOCCHINO, CAMPANELLA

Al comma 81 sopprimere le parole: «e il terzo periodo».

Conseguentemente all'articolo 1, comma 121, sostituire le parole: «200 milioni di euro a decorrere daI 2015» *con le seguenti:* «200 milioni di euro per il 20 15 e di 173 milioni di euro a

decorrere dal 2016».

2.711

LIUZZI

Al comma 81 sostituire le parole: «e il terzo periodo dell'articolo 26, comma 8, della legge 23 dicembre 1998, n. 448, e successive modificazioni, sono soppressi a decorrere dall'anno scolastico 2016/2017» *con le seguenti:* «periodo dell'articolo 26, comma 8, della legge 23 dicembre 1998, n. 448, e successive modificazioni, è soppresso a decorrere dall'anno scolastico 2016/2017».

2.712

LIUZZI

Dopo il comma 81 aggiungere il seguente:

«81-*bis*. La soppressione di cui al precedente comma 81 opera solo a far data dal 1º settembre 2016 e sono fatti salvi, fino a tale data, tutti i comandi, i distacchi, le posizioni di fuori ruolo o utilizzazioni comunque denominate, disposti ai sensi del secondo e del terzo periodo dell'articolo 26, comma 8, della legge 23 dicembre 1998, n. 448, e successive modificazioni».

Conseguentemente, al comma 82, primo periodo, le parole: «a decorrere dal 1º settembre 2015» *sono sostituite dalle parole:* «a decorrere dal 1º settembre 2016».

2.713

LIUZZI

Dopo il comma 81, aggiungere il seguente:

«81-*bis*. Dopo il comma 8 dell'articolo 26 della legge 23 dicembre 1998, n. 448 è aggiunto il seguente:

"8-*bis*. In aggiunta al contingente previsto dal primo periodo del comma 8 del presente articolo, l'Amministrazione periferica del Ministero dell'Istruzione, dell'Università e della Ricerca può avvalersi, per lo svolgimento di compiti connessi all'autonomia scolastica e di supporto alla gestione delle Istituzioni scolastiche, a far data dal l settembre 2015, dei soggetti che, alla data di entrata in vigore della presente legge, svolgano, da almeno un quadriennio, l'incarico di presidenza ai sensi dell'articolo 1-*sexies* del decreto-legge 31 gennaio 2005, n. 7, convertito, con modificazioni, dalla legge 31 marzo 2005, n. 43 e che, a partire dall'anno scolastico 2015/2016, non ottengano la conferma del suddetto incarico di presidenza per mancanza di sedi in ambito regionale.

Il contingente degli aventi diritto è limitato, nel numero massimo, al numero dei, soggetti in servizio, alla data di entrata in vigore della presente legge, come dirigenti scolastici incaricati ai sensi dell'articolo 1-*sexies* del decreto-legge 31 gennaio 2005, n. 7, convertito, con modificazioni, dalla legge 31 marzo 2005, n. 43.

Con decreto del Direttore generale di ogni singolo Ufficio Scolastico Regionale di appartenenza degli stessi, i soggetti di cui al primo periodo del presente comma sono assegnati annualmente presso gli ambiti territoriali della singola Regione, secondo l'ordine di preferenza espressa dagli aventi diritto ai sensi del presente comma e mantengono la medesima retribuzione attribuita nel corso dell'anno scolastico 2014/2015 come dirigenti scolastici incaricati.

La disposizione non crea nuovi o maggiori oneri a carico della finanza pubblica".».

2.714

PETRAGLIA, DE PETRIS, URAS

Sopprimere il comma 82.

Conseguentemente all'articolo 1, comma 121, sostituire la parola: «200» *con la seguente:* «198».

2.715

DE PIN, MASTRANGELI, BOCCHINO, CAMPANELLA

Sopprimere il comma 82.

Conseguentemente alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015:

? CP: ? 1.000.000;

CS: ? 1.000.000;
2016:
? CP: ? 1.000.000;
CS: ? 1.000.000;
2017:
? CP: ? 1.000.000;
CS: ? 1.000.000.

2.716

ALBANO

Sopprimere il comma 82.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 13.700.000;
2016: ? 41.000.000;
2017: ? 41.000.000.

2.717

LIUZZI

Sopprimere il comma 82.

2.718

URAS, PETRAGLIA, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Sostituire il comma 82, con il seguente:

«7. Al fine di contribuire al mantenimento della continuità didattica e alla piena attuazione dell'offerta formativa, a decorrere dal 1º settembre 2015, il comma 59 dell'articolo 1 della legge 24 dicembre 2012, n. 228, è sostituito dal seguente:

"59. Salve le ipotesi di collocamento fuori ruolo di cui all'articolo 26, comma 8, della legge 23 dicembre 1998, n. 448 e successive modificazioni, nonché di cui all'articolo 307 e alla Parte V del decreto legislativo 16 aprile 1994, n. 297, e all'articolo l, comma 4, della legge 3 agosto 1998, n. 315, e delle prerogative sindacali ai sensi della normativa vigente, il personale appartenente al comparto scuola utilizzato presso le pubbliche amministrazioni inserite nel conto economico consolidato della pubblica amministrazione, come individuate dall'istituto nazionale di statistica (ISTAT) ai sensi dell'articolo l, comma 2, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, non può essere ulteriormente posto in posizione di comando, distacco, fuori ruolo o utilizzazione comunque denominata ed entro 60 giorni dall'entrata in vigore della presente legge e sottoposto, a domanda, alle procedure di mobilità di cui all'articolo 30 decreto legislativo n. 165 del 30 marzo 2001"».

Conseguentemente all'articolo 1, comma 121, le parole: «200 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015» *sono sostituite dalle parole:* «159 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015».

2.719

LIUZZI

Dopo il comma 82, aggiungere i seguenti:

«82-*bis.* Ai fini della predisposizione di un piano di revisione dell'utilizzo del personale comandato e nelle more della definizione delle procedure di mobilità, sono fatti salvi, anche per l'anno scolastico 2015-2016, i provvedimenti di collocamento fuori ruolo di cui all'articolo 1, comma 58, della legge 24 dicembre 2012, n. 228.

82-*ter.* Al relativo onere si provvede, con una quota delle entrate di cui all'articolo 7, comma 39, del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, per un importo pari a 3,3 milioni di euro, di cui 1,1 milioni di euro per l'anno 2015 e 2,2 milioni di euro per l'anno 2016».

2.720

LIUZZI

Dopo il comma 82, aggiungere il seguente:

«All'articolo 1, comma 58, della legge 24 dicembre 2012, n. 228 dopo le parole: "sono fatti salvi" sono inserite le seguenti: ", anche per l'anno scolastico 2015-2016,". Al relativo onere si provvede, con una quota delle entrate di cui all'articolo 7, comma 39, del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, per un importo pari a 3,3 milioni di euro, di cui 1,1 milioni di euro per l'anno 2015 e 2,2 milioni di euro per l'anno 2016».

2.721

BOCCHINO, MUSSINI, BENCINI, CAMPANELLA, MASTRANGELI

Sopprimere il comma 83.

Conseguentemente all'articolo 1, comma 121, sostituire le parole: «200 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015.», *con le seguenti:* «178 milioni di euro nel 2015 e 136 milioni di euro annui a decorrere dall'armo 2016.».

2.722

PETRAGLIA, DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Sopprimere il comma 83.

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 121, le parole: «200 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015» *sono sostituite dalle parole:* 178 milioni di euro per l'anno 2015, e 136 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2016».

2.723

SERRA, CATALFO, MONTEVECCHI, BLUNDO, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Dopo il comma 83, aggiungere i seguenti:

«83-*bis.* All'alinea del comma 14 dell'articolo 24 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, dopo le parole: "ad applicarsi" sono inserite le seguenti: "al personale della scuola che abbia maturato i requisiti entro ranno scolastico 2011-2012, ai sensi dell'articolo 59, comma 9, della legge 27 dicembre 1997, n. 449, e successive modificazioni, e".

83-*ter.* In considerazione della procedura di ricognizione delle dichiarazioni ai fini del collocamento in quiescenza del personale della scuola che abbia maturato i requisiti entro l'anno scolastico 2011-2012, attivata dal Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca nel mese di ottobre 2013, il beneficio di cui ai comma 1 è riconosciuto, con decorrenza dalla data del 1º settembre 2015, nel limite massimo di 2.500 soggetti e di 106 milioni di euro per l'anno 2015, di 107,2 milioni di euro per l'anno 2016, di 108,4 milioni di euro per l'anno 2017 e di 72,8 milioni di euro per l'anno 2018. L'INPS prende in esame le domande di pensionamento, che possono essere inoltrate secondo modalità telematiche, in deroga alla normativa vigente, entro il 31 marzo 2015, dai lavoratori di cui al comma 83-*bis* che intendono avvalersi dei requisiti di accesso e del regime delle decorrenze vigenti prima della data di entrata in vigore del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214. L'INPS provvede al monitoraggio delle domande presentate, definendo un elenco numerico delle stesse basato, ai fini di cui all'ultimo periodo del presente comma e del relativo ordine di priorità, su un criterio progressivo risultante dalla somma dell'età anagrafica e dell'anzianità contributiva vantate dai singoli richiedenti alla data del 31 dicembre 2012.

83-*quater.* Con riferimento all'anno scolastico 2015, per il personale della scuola che accede al beneficio di cui al comma 14 dell'articolo 24 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, ai fini della liquidazione del trattamento di fine rapporto, comunque denominato, si applicano, in quanto compatibili, le disposizioni di cui all'articolo 2, comma 11, lettera *a),* numeri 1) e 2), del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, nella legge 7 agosto 2012, n. 135.

83-*quinquies.* Agli oneri derivanti dall'attuazione dei commi 83-*bis* e 83-*ter,* valutati in 106 milioni di euro per l'anno 2015, 107,2 milioni di euro per l'anno 2016, 108,4 milioni di euro per l'anno 2017 e 72,8 milioni di euro per l'anno 2018, si provvede parzialmente utilizzando i risparmi complessivamente conseguiti a valere sulle autorizzazioni di spesa relative al Fondo di cui all'articolo

1, comma 235, primo periodo, della legge 24 dicembre 2012, n. 228, e successive modificazioni, come rideterminate, da ultimo, dall'articolo 2, comma 7, del decreto-legge 31 ottobre 2013, n. 126».

Conseguentemente:

al comma 9, al capoverso 1-bis, *i numeri 1) e 2) sono sostituiti dai seguenti:*

«1) 840 euro, se il reddito complessivo non è superiore a 24.000 euro;

2) 840 euro, se il reddito complessivo è superiore a 24.000 euro ma non a 26.000 euro. Il credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra l'importo di 26.000 euro, diminuito del reddito complessivo, e l'importo di 2.000 euro».

2.724

BOCCHINO

Sopprimere il comma 84.

Conseguentemente all'articolo 1, comma 121, sostituire le parole: «200 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015.», *con le seguenti:* «155 milioni di euro nel 2015 e 65 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2016.».

2.725

PETRAGLIA, DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Sopprimere il comma 84.

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 121, le parole: «200 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015», sono sostituite dalle parole: «155 milioni di euro per l'anno 2015, e 65 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2016».

2.726

ZELLER, BERGER, PALERMO, LANIECE, BATTISTA, PANIZZA, FRAVEZZI

Dopo il comma 84, inserire il seguente:

«84-*bis.* All'articolo 3 della legge 10 dicembre 1997, n. 425, dopo il comma 8, è inserito il seguente:

«8-*bis.* A decorrere dall'anno scolastico 2015-2016, nella Provincia autonoma di Bolzano, l'accertamento della seconda lingua ovvero della lingua alternativa potrà essere effettuato tramite quarta prova scritta definita a livello provinciale. I punteggi del terza e della quarta prova scritta, espressi ciascuno in quindicesimi e di ugual valore, sono sommati e convertiti in un unico voto espresso in quindicesimi».

2.727

PUGLISI, MARCUCCI, DI GIORGI, IDEM, FASIOLO, ELENA FERRARA, MARTINI, MINEO, TOCCI, ZAVOLI

Sopprimere il comma 85.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 16.900.000;

2016: ? 50.700.000;

2017: ? 50.700.000

2.728

BOCCHINO, MUSSINI, BENCINI, CAMPANELLA, MASTRANGELI, DE PIN

Sopprimere il comma 85.

Conseguentemente all'articolo 1, comma 121, sostituire le parole: «200 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015»*, con le seguenti:* «183 milioni di euro ne12015 e 149 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2016».

2.729

SERRA, MONTEVECCHI, BLUNDO, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Sopprimere il comma 85.

Conseguentemente:

al comma 86 sopprimere le parole da: «a valere» *fino alla fine del comma; sopprimere il comma*

87;

al comma 76 dell'articolo 3, aggiungere, in fine, le seguenti parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare pari a 16,9 milioni di euro per l'anno 2015 e 50,7 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016».

2.730

PETRAGLIA, DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Sostituire il comma 85 con il seguente:

«85. Con decreto del Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, sentita la Conferenza Unificata di cui all'articolo 8 del decreto legislativo 28 agosto 1997, n. 281, da adottare entro 60 giorni dall'entrata in vigore della presente legge si procede alla revisione dei criteri e dei parametri previsti per la definizione delle dotazioni organiche del personale amministrativo, tecnico e ausiliario della scuola finalizzata ad una razionalizzazione degli stessi ad invarianza della consistenza complessiva».

Conseguentemente, all'articolo 11 comma 121, le parole: «200 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015» *sono sostituite dalle parole:* «183 milioni di euro per l'anno 2015, e 149 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2016».

2.731

MARINELLO, MANCUSO, GUALDANI

Dopo il comma 85 aggiungere il seguente:

«85-*bis*. Le disposizioni interpretative di cui al comma 218 dell'articolo 1 della legge 23 dicembre 2005, n. 266 non si applicano anche al personale individuato ai sensi del comma 3 dell'articolo 8 della legge 3 maggio 1999, n. 124. Al suddetto personale viene pertanto riconosciuta, ai fini giuridici ed economici, l'anzianità maturata presso l'ente locale di provenienza dalla data di entrata in vigore della legge 3 maggio 1999, n.124.

Al relativo onere, valutato in euro 15 milioni a decorrere dall'anno 2011 si provvede mediante quanto segue:

Alla Tabella C, al programma Cooperazione allo sviluppo ? Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale, legge n. 7 del 1981: Stanziamenti aggiuntivi per l'aiuto pubblico a favore dei Paesi in via di sviluppo e legge n. 49 del 1987: Nuova disciplina della cooperazione dell'Italia con i Paesi in via di sviluppo, (1.2 ? capp. 2150, 2152, 2153, 2160, 2161, 2164, 2165, 2166, 2168, 2169, 2170, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184) apportare le seguenti. variazioni:

2015:

? CP: ? 15.000.000;

CS: ? 15.000.000.

2.732

GUALDANI

Dopo il comma 85, aggiungere il seguente:

«85-*bis)* I docenti della scuola secondaria di primo e secondo grado, appartenenti a classi di concorso in soprannumero, che compiono 62 (sessantadue) anni di età anagrafica entro il 31 dicembre 2015 e che abbiano a tale data almeno 36 anni di contributi previdenziali, anche figurativi, cessano a domanda dal servizio a decorrere dal 1 settembre 2015, indipendentemente da ogni altro requisito e senza alcuna penalizzazione nel trattamento pensionistico, a condizione che in tali classi di concorso vi siano, a livello provinciale, docenti in soprannumero in misura pari o superiore ai docenti con i requisiti innanzi indicati, in modo da evitare aggravi di spesa. Tale disposizione sarà applicata in modo analogo anche negli anni 2016 e 2017 per i docenti della scuola secondaria di primo e secondo grado appartenenti a classi di concorso in soprannumero, che compiono 62 anni di età anagrafica entro il 31 dicembre degli anni 2016 e 2017 e che a tali date abbiano almeno 36 anni di contributi previdenziali, anche figurativi. I suddetti docenti cesseranno a domanda dal servizio a decorrere rispettivamente dal 1 settembre 2016 e dal 1 settembre 2017, indipendentemente da ogni altro requisito e senza alcuna

penalizzazione nel trattamento pensionistico, a condizione che in tali classi di concorso vi siano, a livello provinciale, docenti in soprannumero in misura pari o superiore ai docenti con i requisiti indicati nel presente comma, in modo da evitare aggravi di spesa. Per i lavoratori che accedono al beneficio, il trattamento di fine servizio o di fine rapporto, comunque denominato, è corrisposto al momento in cui il soggetto avrebbe maturato il diritto alla corresponsione dello stesso, secondo le disposizioni di cui all'articolo 24 del decreto legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n.214, e sulla base di quanto stabilito dall'articolo 1, comma 22, del decreto legge 13 agosto 2011, n.138, convertito, con modificazioni, dalla legge 14 settembre 2011, n. 148, nonché secondo le modalità previste a legislazione vigente».

2.733

PADUA, PEZZOPANE

Dopo il comma 85 inserire il seguente:

«85-*bis*. Nel rispetto di quanto stabilito al comma 401 della legge 228 del 29/12/2012, al fine di ridurre gradualmente e portare ad esaurimento gli attuali incarichi di collaborazione di cui al D.M. 66/01 nell'ambito dell'amministrazione scolastica, per una graduale assunzione a tempo indeterminato nell'ambito dei piani annuali previsti per l'assunzione di personale scolastico fino ad esaurimento del bacino dei lavoratori in esso presenti, nel rispetto dell'invarianza finanziaria, nel rispetto dei programmati saldi di finanza pubblica e nell'ambito delle risorse disponibili, i lavoratori di cui al D.M. 66/0 l attualmente in servizio ininterrotto dal 2001 ad oggi, partecipano di diritto alle procedure concorsuali secondo i criteri e le modalità previste dal T.D. 297/94, in relazione a quanto previsto dal presente comma, sono corrispondentemente ridotte le risorse destinate al D.M. 66/01 nei limiti di quelle utilizzate per il corrispondente contingente stabilizzato».

2.734

LIUZZI

Dopo il comma 85 aggiungere il seguente:

«85-*bis*. In deroga a quanto previsto al comma 85 e stante la necessità di assicurare la continuità amministrativa ad ogni istituzione scolastica autonoma, in attesa dell'avvio del nuovo reclutamento, su base concorsuale, a posti di Direttore dei servizi generali ed amministrativi (D.S.O.A.), il Ministero dell'Istruzione, dell'Università e della Ricerca è autorizzato ad avviare, su base provinciale, specifici corsi di formazione di mobilità professionale del personale ausiliario, tecnico e amministrativo (A.T.A.), dall'area «B» all'area «D», ai sensi dell'articolo 1, comma 2, della sequenza contrattuale 25 luglio 2008, riservati a tutti gli assistenti amministrativi inseriti negli elenchi provinciali definitivi per la mobilità professionale A.T.A., per il profilo di D.S.O.A., ai sensi dell'articolo 5 del relativo C.C.N.I. sottoscritto in data 3 dicembre 2009, ma in posizione non utile per la formazione di cui agli articoli 7 e 8 di detto Contratto collettivo nazionale integrativo, al fine di consentire a detti soggetti di acquisire un requisito necessario per la mobilità professionale verso il profilo di D.S.G.A.

L'organizzazione e lo svolgimento dei predetti corsi di formazione sono fatti a valere di quota parte delle risorse derivanti dall'attuazione del comma 85 della presente legge, da individuarsi con Decreto di natura non regolamentare del Ministro dell'Istruzione, dell'Università e della Ricerca, sentito il Ministro dell'Economia e delle Finanze«.

2.735

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 86, aggiungere il seguente:

«86-*bis*. Ai fini della realizzazione del diritto-dovere all'istruzione degli studenti stranieri di cui all'articolo 38 del testo unico di cui al decreto legislativo 25 luglio 1998, n. 286, garantito per almeno dieci anni ai sensi dell'articolo 1, comma 622, della legge 27 dicembre 2006, n. 296, e successive modificazioni, il Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca dispone che le istituzioni scolastiche primarie e secondarie di primo grado istituiscano classi di alfabetizzazione per gli studenti stranieri non italofoni, presso ciascuna istituzione ovvero in rete tra istituti, con priorità nei comuni a forte tasso immigrazione. La finalità della classe di alfabetizzazione è quella di fornire un Percorso

intensivo nello studio della lingua italiana per preparare lo studente al livello formativo richiesto dalla didattica della classe in cui è previsto l'inserimento.

Le istituzioni scolastiche, in conformità a quanto previsto dal comma 1, attuano piani di studio che prevedono:

a) la dotazione aggiuntiva di insegnanti opportunamente formati nella didattica della lingua italiana come seconda lingua;

b) il monito raggio quadrimestrale delle classi di alfabetizzazione da parte degli organi collegiali;

c) la dotazione di strumenti, anche tecnologici, per attuare percorsi didattici personalizzati, in relazione alle diverse situazioni soggettive degli studenti;

d) l'allestimento di un archivio di materiali didattici a disposizione degli insegnanti;

e) la collaborazione tra la scuola, la famiglia dello studente e le istituzioni locali.

Il Governo è delegato ad emanare, entro 3 mesi dall'entrata in vigore della legge di conversione del presente decreto-legge, norme per l'organizzazione delle classi di cui al comma 1.

Agli oneri derivanti dall'attuazione della presente legge, valutati in 50 milioni di euro, si provvede mediante corrispondente riduzione dello stanziamento del Fondo rifugiati e richiedenti Asilo di cui all'articolo 17 comma 13 del presente decreto-legge. il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio».

2.736

PETRAGLIA, DE PETRIS, URAS

Sopprimere il comma 90.

Conseguentemente al comma 121, sostituire le parole: «200 milioni di euro a decorrere dal 2015» *con le seguenti:* «168 milioni di euro annui per il 2015 e di 166 milioni di euro a decorrere dal 2016».

2.737

BOCCHINO, CAMPANELLA, MASTRANGELI, DE PIN

Sopprimere il comma 90.

Conseguentemente all'articolo 3, al comma 75, tabella A allegata voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti modifiche:*

2015

? CP: ? 34.000.000;

CS: ? 34.000.000.

2016

? CP: ? 32.000.000;

CS: ? 32.000.000.

2.738

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO

Sopprimere il comma 90.

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 34.000.000 euro per l'anno 2015 e 32.000.000 euro a decorrere dall'anno 2016».

2.739

MONTEVECCHI, BLUNDO, SERRA, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Sopprimere il comma 90.

Conseguentemente, al comma 76 dell'articolo 3, aggiungere, in fine, le seguenti parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 34.000.000 euro per l'anno 2015 e 32.000.000 euro a decorrere dall'anno 2016».

2.740

PETRAGLIA, DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Sostituire il comma 90 con il seguente:

«90. Con decreto del Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca, entro 30 giorni dall'entrata in vigore della presente legge, ad invarianza dell'attuale Fondo per finanziamento ordinario delle università statali, di cui all'articolo 5 della legge 24 dicembre 1993, n. 537, sono definiti gli indirizzi per l'attuazione della razionalizzazione e riqualificazione della spesa da effettuarsi a cura delle università».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 121, le parole: «200 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015» *sostituite dalle seguenti:* «166 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015».

2.741

BOCCHINO, MUSSINI, BENCINI, CAMPANELLA, MASTRANGELI, DE PIN

Sostituire il comma 91 con il seguente:

«91. La somma di 140 milioni di euro, giacente sul conto corrente bancario acceso presso la Banca Intesa San Paolo Spa e relativa alla gestione stralcio del Fondo speciale per la ricerca applicata (FSRA) di cui all'articolo 4 della legge 25 ottobre 1968, n. 1089 è assegnata:

a) Per un importo di euro 70 milioni, ad un nuovo fondo del MIUR denominato "Fondo di ripescaggio dei progetti ERC", dedicato al finanziamento di quei progetti di ricerca presentati in risposta ad un bando del programma ERC IDEAS dell'Unione Europea e che si siano piazzati alla conclusione di tutti i passi del processo di selezione sopra la soglia di accettazione ma sotto la soglia di finanziamento e che quindi non abbiano ottenuto il finanziamento europeo richiesto. I progetti di ricerca oggetto della presente disposizione devono obbligatoriamente prevedere di portare avanti le proprie attività di ricerca presso un Università od un Ente Pubblico di Ricerca italiani. Il MIUR è obbligato entro 30 giorni dall'entrata in vigore della presente legge ad emanare un proprio decreto nel quale vengono definite le modalità ed i criteri di accesso alle risorse del Fondo, prevedendo la possibilità di finanziare prioritariamente i progetti presentati nell'ambito delle categorie riservate ai ricercatori più giovani.

b) Per un importo di euro 70 milioni all'incremento del Fondo per gli investimenti nella ricerca scientifica e tecnologica (FIRST), di cui all'articolo 1, comma 870, della legge 27 dicembre 2006, n. 296.

Le eventuali ulteriori somme disponibili all'esito della chiusura della gestione stralcio del FSRA confluiranno in parti uguali alle destinazioni di cui ai punti (a) e (b).

Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio».

2.742

SOLLO

Dopo il comma 92, inserire i seguenti:

«92-*bis*. Al fine di assicurare adeguate risorse a favore del personale docente e garantire le normali attività previste dal sistema dell'alta formazione artistica e musicale, ai sensi di quanto stabilito dall'articolo 2 della legge 21 dicembre 1999, n.508 e successive modifiche e integrazioni, è autorizzata la spesa di 100 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016. Con decreto del Ministro dell'università e della ricerca scientifica, da adottare di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, entro sessanta giorni dalla data di approvazione della presente legge, vengono stabilite le modalità e i criteri di ripartizione dell'autorizzazione di spesa.

92-*ter*. Al fine di attivare e consentire il funzionamento del sistema di formazione musicale, ai sensi di quanto stabilito dal decreto del Presidente della Repubblica 15 marzo 2010, n. 89, a norma dell'articolo 64, comma 4, del decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 agosto 2008, n. 133, è autorizzata la spesa di 17.325,00 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016. Con decreto del Ministro dell'università. e della ricerca scientifica, da adottare di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, entro sessanta giorni dalla data approvazione della presente legge, vengono stabilite le modalità e i criteri di ripartizione dell'autorizzazione di spesa di cui al presente comma, anche per assicurare adeguate risorse alla creazione di almeno un liceo

musicale per ogni Capoluogo di provincia e della specifica classe di concorso (e) del personale docente.

92-*quater*. Al fine di attivare e consentire il funzionamento del sistema di formazione coreutica, ai sensi di quanto stabilito dal decreto del Presidente della Repubblica 15 marzo 2010, n. 89, a norma dell'articolo 64, comma 4, del decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 agosto 2008, n. 133, è autorizzata la spesa di 7.321,00 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016. Con decreto del Ministro dell'università e della ricerca scientifica, da adottare di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, entro sessanta giorni dalla data approvazione della presente legge, vengono stabilite le modalità e i criteri di ripartizione dell'autorizzazione di spesa di cui al presente comma, anche per assicurare adeguate risorse alla creazione di almeno un liceo coreutico per ogni capoluogo di provincia e della specifica classe di concorso del personale docente».

2.743

CASSON

Dopo il comma 93, inserire il seguente:

«14-*bis*. Le giacenze presenti, alla data di entrata in vigore della presente legge, sulla contabilità speciale intestata al commissario delegato, nominato ai sensi dell'articolo 1 comma 3 del decreto legge 3 giugno 1996, n. 310, convertito con modificazioni, dalla legge 29 luglio 1996, n. 401, possono essere utilizzate per realizzare i lavori di completamento della ricostruzione e gli interventi di manutenzione ordinaria e straordinaria del Teatro La Fenice di Venezia».

2.744

GUALDANI

Dopo il comma 93, inserire il seguente:

«93-*bis*. A decorrere. dalla data di entrata in vigore della presente legge, è soggetto all'obbligo assicurativo contro gli infortuni sul lavoro e le malattie professionali, il personale orchestrale delle Fondazioni Lirico Sinfoniche legato da un rapporto di natura subordinata, ivi compreso quello operante all'interno del golfo mistico. La retribuzione valevole ai fini contributivi e risarcitivi è pari al massimale per la liquidazione delle rendite, di cui all'articolo 116, comma 3, del decreto del Presidente della Repubblica 30 giugno 1965, n. 1124 e, in ogni caso, per ogni giornata di effettiva presenza sul luogo di lavoro. Per i rapporti di lavoro indicati nel presente comma si applicano i riferimenti tariffari per la classificazione delle lavorazioni individuati ai sensi dell'articolo 4 del decreto legislativo 23 febbraio 2000, n. 38».

2.745

DI GIORGI, PUGLISI, MARCUCCI, ELENA FERRARA, IDEM, LEPRI, MARTINI, MINEO, TOCCI, ZAVOLI

Dopo il comma 93, aggiungere il seguente:

«93-*bis*. All'articolo 71 della legge 22 aprile 1941, n. 633, dopo il comma 1 è inserito il seguente:

"1-*bis*. Alle associazioni di volontariato che svolgono le attività previste dall'articolo 2 comma 1, della legge 11 agosto 1991, n. 266, e alle associazioni di promozione sociale previste dall'articolo 2, comma 1, della legge 7 dicembre 200, n. 383, è consentita, esclusivamente per gli spettacoli finalizzati alla raccolta fondi per beneficenza e con un numero di spettatori effettivi inferiori a 200, la libera esecuzione dal vivo dell'opera senza il pagamento di alcun compenso per diritti d'autore"».

Conseguentemente,

a) all'articolo 3, comma 21, lettera g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quadruplo»;

b) alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportate le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 60.000.000;
2016: ? 60.000.000;
2017: ? 60.000.000.

2.746

ELENA FERRARA, MATURANI, IDEM, LIUZZI, MARTINI, MINEO, PETRAGLIA, FEDELI, BERTUZZI, BORIOLI, CALEO, CARDINALI, CHITI, CIRINNÀ, COCIANCICH, COLLINA, DEL BARBA, FASIOLO, FAVERO, FILIPPIN, GOTOR, LAI, LANIECE, LEPRI, LUCHERINI, MANASSERO, MATTESINI, ORRÙ, PADUA, PALERMO, PEZZOPANE, PIGNEDOLI, PUPPATO, RICCHIUTI, SAGGESE, SCALIA, SPILABOTTE, VACCARI

Dopo il comma 93 aggiungere il seguente:

«93-*bis*. All'articolo 15, comma l, del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, e successive modificazioni, dopo la lettera *i*-septies) è inserita la seguente:

"*i*-septies.l) le spese, per un importo non superiore a 300 euro, sostenute per l'iscrizione e la frequenza, per i minori di anni 18, di corsi per la formazione artistica musicale presso strutture riconosciute dalla Pubblica Amministrazione";».

Conseguentemente,

a) alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 105.000;

2016: ? 105.000;

2017: ? 105.000.

b) all'articolo 3, comma 21, lettera g) *sostituire la parola*: «triplo» *con la seguente:* «quadruplo».

2.747

DI GIORGI, PUGLISI, MARCUCCI, ELENA FERRARA, IDEM, LEPRI, MARTINI, MINEO, TOCCI, ZAVOLI

Dopo il comma 93 aggiungere il seguente:

«93-*bis*. Per gli eventi di musica dal vivo con un numero di spettatori effettivi inferiore a 200, il pagamento del diritto d'autore, di cui alla legge 22 aprile 1941, n. 633, è riconosciuto a fronte di tariffa Unica, ridotta e forfettaria, definita annualmente con decreto dal Ministro per i beni e le attività culturali».

Conseguentemente:

a) all'articolo 3, comma 21, lettera g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente: «quadruplo»;*

b) alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 105.000.000;

2016: ? 105.000.000;

2017: ? 105.000.000.

voce Ministero delle politiche agricole, alimentari e forestali*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;

2016: ? 5.000.000;

2017: ? 5.000.000.

voce Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;

2016: ? 5.000.000;

2017: ? 5.000.000.

voce Ministero della giustizia*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;

2016: ? 5.000.000;

2017: ? 5.000.000.

2.748

MARTINI, MARCUCCI, PUGLISI, DI GIORGI, IDEM, FASIOLO, ELENA FERRARA, MINEO, TOCCI, ZAVOLI

Dopo il comma 93 aggiungere il seguente:

«93-*bis*. Nello stato di previsione del Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca è istituito il Fondo per il potenziamento e la valorizzazione dell'alta formazione artistica, musicale e coreutica, destinato ad interventi di natura premiale, anche riguardanti l'incentivazione delle attività di ricerca e l'attivazione di corsi di dottorato di ricerca, a favore delle istituzioni di cui alla legge 21 dicembre 1999, n. 508, con una dotazione di 8 milioni di euro per l'anno 2015. Con decreto del Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca sono determinati i criteri e i parametri per il riparto del Fondo e ne sono individuati i beneficiari. Per contribuire alla copertura delle spese di funzionamento delle medesime istituzioni, per la parte finora sostenuta dalle amministrazioni provinciali, sono altresì incrementate di 2 milioni di euro le disponibilità iscritte nello stato di previsione del Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca per l'anno 2015 destinate al funzionamento di tali istituzioni».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 10.000.000;
2016: -
2017: -

2.749

PAGLIARI

Dopo il comma 93, aggiungere il seguente:

«93-*bis*. Alla legge 20 dicembre 2012 n. 238, sono apportate le seguenti modifiche:

a) all'articolo 2, al comma 1, sono aggiunte in fine le seguenti parole: "nonché, a decorrere dal 2015, è assegnato un contributo di un milione di euro a favore della Fondazione del Teatro Regio di Parma per la realizzazione del Festival Verdi";

b) all'articolo 3, al comma 1, sostituire le parole: "a decorrere dal 2013," con le seguenti: "per gli anni 2013 e 2014 e a 5 milioni a decorrere dal 2015,"».

Conseguentemente, alla Tabella C, Missione TUTELA E VALORIZZAZIONE DEI BENI E ATTIVITÀ CULTURALI E PAESAGGISTICI, Programma: *Sostegno, valorizzazione e tutela del settore dello spettacolo,* Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo*, Legge n. 163 del 1985: nuove discipline degli interventi dello Stato a favore dello Spettacolo, apportare le seguenti variazioni:*

2014: ? 1.000;
2015: ? 1.000;
2016: ? 1.000.

2.750

VERDUCCI

Dopo il comma 93 inserire il seguente:

«93-*bis*. All'articolo 1 della legge 24 dicembre 2012, n. 228, il comma 107 è sostituito dal seguente:

"107. I diplomi finali rilasciati dalle istituzioni di cui al comma 102, al termine dei percorsi formativi del previgente ordinamento, congiuntamente al possesso di un diploma di scuola secondaria superiore, sono equipollenti ai diplomi accademici di secondo livello secondo una tabella di corrispondenza determinata con decreto del Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca sulla base dei medesimi principi di cui ai commi 102 e 103, da emanarsi entro tre mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge"».

2.751

VERDUCCI

Dopo il comma 93 inserire il seguente:

«93-*bis*. Al decreto legge 12 settembre 2013, n. 104, convertito, con modificazioni, dalla legge 8 novembre 2013, n. 128, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al comma 1 dell'articolo 3 le parole: "2013-2014" sono sostituite dalle seguenti: "2014-2015";

b) al comma 1 dell'articolo 19 dopo le parole: "2013-20142 sono inserite le seguenti: "e 2014-2015"».

Conseguentemente all'art. 3, comma 21, lettera g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quadruplo».

2.752

PETRAGLIA, DE PETRIS, URAS

Sopprimere il comma 94.

Conseguentemente al comma 121, sostituire le parole: «200 milioni di euro a decorrere dal 2015» *con le seguenti: «199 milioni di euro a decorrere dal 2015».*

2.753

BOCCHINO, CAMPANELLA, MASTRANGELI, DE PIN

Sopprimere il comma 94.

Conseguentemente all'articolo 3, al comma 75, tabella A allegata voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti modifiche:*

2015:

? CP: ? 916.000;

CS: ? 916.000.

2016:

? CP: ? 1.000.000;

CS: - 1.000.000.

2.754

PETRAGLIA, DE PETRIS, URAS

Sopprimere il comma 95.

Conseguentemente al comma 121, sostituire le parole: «200 milioni di euro a decorrere dal 2015» *con le seguenti:* «158 milioni di euro a decorrere dal 2015».

2.755

BOCCHINO, CAMPANELLA, MASTRANGELI

Sopprimere il comma 95.

Conseguentemente all'Articolo 1, comma 121, sostituire le parole: «200 milioni»*, con le seguenti:* «158 milioni».

2.756

BLUNDO, SERRA, MONTEVECCHI, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Sopprimre il comma 95.

Conseguentemente al comma 76 dell'articolo 3, aggiungere, in fine, le seguenti parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 42.000.000 euro a decorrere dall'anno 2015».

2.757

PUGLISI, MARCUCCI, DI GIORGI, IDEM, ELENA FERRARA, MARTINI, MINEO, TOCCI, ZAVOLI

Al comma 95, sopprimere il secondo periodo.

2.758

DI GIORGI, PUGLISI, MARCUCCI, ELENA FERRARA, IDEM, MARTINI, MINEO, TOCCI, ZAVOLI

Dopo il comma 95 inserire il seguente:

«95-*bis*. Il comma 2, dell'articolo 3 del decreto legge 24 giugno 2014, n. 90, convertito con modificazioni dalla legge 11 agosto 2014, n. 114, è sostituito dal seguente:

"2. Gli enti di ricerca, la cui spesa per il personale di ruolo del singolo ente non superi l'80 per cento delle proprie entrate correnti complessive, come risultanti dal bilancio consuntivo dell'anno precedente, possono procedere, a decorrere dall'anno 2015, ad assunzioni di personale con rapporto di lavoro a tempo indeterminato in base ai piani di fabbisogno approvati a norma dell'articolo 5, comma 4, del decreto legislativo 31 dicembre 2009, n. 213"».

Conseguentemente:

a) all'articolo 3, comma 21, lettera g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quadruplo»;

b) alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 105.000.000;
2016: ? 105.000.000;
2017: ? 105.000.000.

voce Ministero delle politiche agricole, alimentari e forestali*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;
2016: ? 5.000.000;
2017: ? 5.000.000.

voce Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;
2016: ? 5.000.000;
2017: ? 5.000.000.

voce Ministero della giustizia*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;
2016: ? 5.000.000;
2017: ? 5.000.000.

2.760

DE PETRIS, PETRAGLIA, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Sostituire il somma 95 con il seguente:

«95. Con decreto del Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca, entro 30 giorni dall'entrata in vigore della presente legge, ad invarianza dell'attuale Fondo ordinario per il funzionamento di cui all'articolo 7 del decreto legislativo 5 giugno 1998, n. 204, sono definiti gli indirizzi per l'attuazione della razionalizzazione e riqualificazione della spesa da effettuarsi a cura degli enti di ricerca».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 121, le parole: «la spesa di 200 milioni annui» *sono sostituite dalle seguenti:* «la spesa di 158 milioni di euro».

2.761

DI GIORGI, PUGLISI, MARCUCCI, ELENA FERRARA, IDEM, MARTINI, MINEO, TOCCI, ZAVOLI

Dopo il comma 95 inserire il seguente:

«95-*bis*. Per gli anni 2015, 2016 e 2017, qualora la procedura di assegnazione della quota del fondo ordinario per gli enti di ricerca finanziati dal Ministero, di cui all'articolo 7 del decreto legislativo 5 giugno 1998, n. 204, da ripartire in base alla valutazione della qualità della ricerca e di specifici programmi e progetti proposti dagli enti non sia completata entro l'anno finanziario di riferimento, la stessa è trasferita agli enti in proporzione all'assegnazione effettuata in sede di riparto della restante parte del fondo per lo stesso esercizio, al netto di eventuali assegnazioni a destinazione vincolata, con decreto del Direttore generale per il coordinamento, la promozione e la valorizzazione

della ricerca».

2.762

GUALDANI

Dopo il comma 95, inserire il seguente:

«95-*bis*. Ai Direttori degli ex Istituti regionali di ricerca educativa, di cui articolo 76 del decreto legislativo 30 luglio 1999, n. 300, che hanno svolto il loro servizio come dirigenti di seconda fascia per un periodo non inferiore a 5 anni senza soluzioni di continuità con l'attribuzioni di funzioni *ad interim* senza oneri aggiuntivi per la finanza pubblica, è riconosciuto il ruolo di dirigente di seconda fascia presso il Ministero dell'Istruzione e della ricerca».

2.763

PUGLISI, MARCUCCI, MARTINI, DI GIORGI, IDEM, FASIOLO, ELENA FERRARA, MINEO, TOCCI, ZAVOLI

Dopo il comma 95 aggiungere il seguente:

«95-*bis*. Nel triennio 2015-2017 è autorizzata l'assunzione mediante concorso di ricercatori presso gli enti e le istituzioni di ricerca di cui al decreto legislativo 5 giugno 1998, n. 204, per una spesa complessiva totale di 20 milioni di euro nel 2015, di 40 milioni di euro nel 2016 e di 80 milioni di euro a decorrere dal 2017, da portare ad incremento del fondo ordinario di cui all'articolo 7 del suddetto decreto legislativo. Il Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca provvede con proprio decreto al riparto del contingente assunzionale totale tra gli enti e le istituzioni di ricerca».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia o delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 20.000.000;
2016: ? 40.000.000;
2017: ? 80.000.000.

2.764

URAS, DE PETRIS, PETRAGLIA, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Dopo il comma 95, aggiungere il seguente:

«95-*bis*. L'articolo 6, comma 12, quarto periodo, del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, recante "Misure urgenti in materia di stabilizzazione finanziaria e di competitività economica", convertito, con modificazioni, dalla legge 30 luglio 2010, n. 122, e successive modificazioni, è sostituito dal seguente: "il presente comma non si applica alla spesa effettuata per lo svolgimento di compiti ispettivi, a quella effettuata dal Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo per lo svolgimento delle attività indispensabili di tutela e di valorizzazione del patrimonio culturale e a quella effettuata dalle università e dagli enti di ricerca con risorse derivanti da finanziamenti dell'Unione europea ovvero di soggetti privati nonché da risorse proprie o da finanziamenti di soggetti pubblici destinati ad attività di ricerca"».

2.765

PUGLISI, ELENA FERRARA, MARCUCCI, DI GIORGI, IDEM, MARTINI, MINEO, PARENTE, TOCCI, ZAVOLI

Dopo il comma 96 aggiungere il seguente:

«96-*bis*. All'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n. 183, dopo il comma 14-*ter* è inserito il seguente:

"14-*quater*. Per gli anni 2015 e 2016 nel saldo finanziario espresso in termini di competenza mista, individuato ai sensi del comma 3, rilevante ai fini della verifica del rispetto del patto di stabilità interno, non sono considerate le spese sostenute dalle province e dalle città metropolitane per interventi di edilizia scolastica. L'esclusione opera nel limite massimo di 150 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016. In caso di incompleto utilizzo delle risorse da parte dei comuni di cui al comma 14-*ter*, per l'anno 2015, l'eventuale somma residua viene assegnata alle province. Le province beneficiarie dell'esclusione dal patto di stabilità interno dello spese sostenute per interventi di edilizia scolastica e l'importo dell'esclusione stessa sono individuati, sentita la Conferenza Stato-città

ed autonomie locali, con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri"».

Conseguentemente:

a) all'articolo 1, comma 132, sostituire le parole: «6,1 milioni di euro per l'anno 2015, di 22,8 milioni per l'anno 2016» *con le seguenti:* «1,1 milioni di euro per l'anno 2015, di 17,8 milioni per l'anno 2016»;

b) all'articolo 3, comma 21, lettera g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quadruplo».

c) alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 105.000.000;
2016: ? 105.000.000;
2017: ?.

voce Ministero delle politiche agricole, alimentari e forestali, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 5.000.000;
2016: ? 5.000.000;
1017: ?.

voce Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;
2016: ? 5.000.000;
2017: ?.

voce Ministero della giustizia*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;
2016: ? 5.000.000;
2017: ?.

voce Ministero degli affari esteri*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;
2016: ? 5.000.000;
2017: ?.

d) Alla Tabella B, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 50.000.000;
2016: ? 50.000.000;
2017: ?.

2.766

PETRAGLIA, DE PETRIS, URAS

Dopo il comma 96 aggiungere i seguenti:

«96-*bis*. Al fine di razionalizzare il sistema di valutazione degli alunni tenendo conto dell'esigenza di valorizzare i principi dell'autonomia scolastica e della comunità didattica, assicurando la coerenza degli *standard* valutativi e garantendo uno sviluppo ottimale della professione di docente in termini di conoscenze, competenze e approcci didattici e pedagogici e di verifica dell'efficacia delle pratiche educative, con Decreto del Ministero dell'Istruzione, dell'Università e della Ricerca, da adottare entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono eliminati, con effetto dall'anno 2015, i test Invalsi dagli esami di licenza media.

96-*ter*. I risparmi derivanti dall'attuazione del comma precedente, sono destinati al Fondo per le formazione dei Docenti, del personale ATA e dei Dirigenti Scolastici».

2.767

DI GIORGI

Dopo il comma 96, inserire il seguente:

«96-*bis*. All'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n. 183, dopo il comma 14-*ter* è inserito il seguente:

"14-*quater*. Per gli anni 2015 e 2016 nel saldo finanziario espresso in termini di competenza mista, individuato ai sensi del comma 3, rilevante ai fini della verifica del rispetto del patto di stabilità interno, non sono considerate le spese sostenute dalle province e dalle città metropolitane per interventi di edilizia scolastica. L'esclusione opera nel limite massimo di 150 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016. In caso di incompleto utilizzo delle risorse da parte dei comuni di cui al comma 14-*ter,* per l'anno 2015, l'eventuale somma residua viene assegnata alle province. Le province beneficiarie dell'esclusione dal patto di stabilità interno dello spese sostenute per interventi di edilizia scolastica e l'importo dell'esclusione stessa sono individuati, sentita la Conferenza Stato-città ed autonomie locali, con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri"».

Conseguentemente:

alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 100.000.000;

2016: ? 100.000.000:

alla Tabella B, voce Ministero dell'economia o delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 50.000.000;

2016: ? 50.000.000.

2.768

MILO, GIOVANNI MAURO

Dopo il comma 96, aggiungere il seguente:

«96-*bis*. All'articolo 4, comma 2, lettera *c)* del decreto legislativo 29 marzo 2012, n. 49, l'ultimo paragrafo è così sostituito: "in ogni caso, fermi restando i limiti di cui all'articolo 7, comma 1, per gli atenei con una percentuale di professori di I fascia superiore al 30 per cento del totale dei professori, e limitatamente al triennio 2015-2017, il numero dei ricercatoti reclutati ai sensi dell'articolo 24, comma 3, lettera *b),* della legge 30 dicembre 2010, n. 240, non può essere inferiore ad uno ogni due professori di 1 fascia reclutati nel medesimo periodo, nei limiti delle risorse disponibili"».

2.769

BOCCHINO, MUSSINI, BENCINI, CAMPANELLA, MASTRANGELI, DE PIN

Sostituire il comma 97, con il seguente:

«97. Al fine di favorire il reclutamento di ricercatori, all'articolo 66, comma 13-*bis,* del decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 agosto 2008, n. 133, e successive modificazioni, dopo il secondo periodo è inserito il seguente: "A decorrere dall'anno 2015, le università possono procedere, in aggiunta alle facoltà di cui al secondo periodo del presente comma, all'assunzione di ricercatori di cui all'articolo 24, comma 3, lettere *a)* e *b),* della legge 30 dicembre 2010, n. 240, anche utilizzando le cessazioni avvenute nell'anno precedente riferite ai ricercatori di cui al citato articolo 24, comma 3, lettera *a),* già assunti a valere sulle facoltà assunzionali previste dal presente comma"».

2.770

PUGLISI, MARCUCCI, MARTINI, DI GIORGI, IDEM, FASIOLO, ELENA FERRARA, MINEO, TOCCI, ZAVOLI

Al comma 97, sostituire le parole da: «A decorrere dal 2015» *sino alla fine del comma con le seguenti:* «A decorrere dall'anno 2015 le norme di cui ai primi due periodi non si applicano alle assunzioni e alle cessazioni dei ricercatori a tempo determinato di cui all'articolo 24, comma 3, lettere *a)* e *b),* della legge 30 dicembre 2010, n. 240, da parte delle università che rispettano la condizione di cui all'articolo 7, comma 1, lettera *c),* del decreto legislativo 29 marzo 2012, n. 49, e delle successive norme di attuazione del comma 6 del medesimo articolo 7, ferma restando la garanzia della disponibilità di risorse di cui al quarto periodo del comma 5 del citato articolo 24 della legge n. 240 del 2010 e purché in ciascuna università il costo totale per le assunzioni di personale docente e ricercatore a tempo determinato e indeterminato rimanga inferiore alla spesa complessivamente sostenuta

nell'anno precedente per il corrispondente personale cessato dal servizio».

Conseguentemente,

a) all'articolo 1, comma 132, sostituire le parole: *«6,1 milioni di euro per l'anno 2015, di 22,8 milioni per l'anno 2016, di 212,7 milioni di euro per l'anno 2017»* con le seguenti: *«1,1 milioni di euro per l'anno 2015, di 17,8 milioni per l'anno 2016, di 207,7 milioni di euro per l'anno 2017»;*

b) all'articolo 3, comma 21, lettera *g)* sostituire la parola: *«triplo»* con la seguente: *«quintuplo».*

c) alla Tabella A,

Voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 105.000.000;
2016: ? 105.000.000;
2017: ? 105.000.000.

Voce Ministero delle politiche agricole, alimentari e forestali, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 5.000.000;
2016: ? 5.000.000;
2017: ? 5.000.000.

Voce Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 5.000.000;
2016: ? 5.000.000;
2017: ? 5.000.000.

Voce Ministero della giustizia, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 5.000.000;
2016: ? 5.000.000;
2017: ? 5.000.000.

voce Ministero degli affari esteri, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 5.000.000;
2016: ? 5.000.000;
2017: ? 5.000.000.

2.771

PUGLISI, MARCUCCI, DI GIORGI, IDEM, FASIOLO, ELENA FERRARA, MARTINI, MINEO, TOCCI, ZAVOLI

Al comma 97, sostituire le parole da: «A decorrere dal 2015» *fino alla fine del comma, con le seguenti:* «A decorrere dall'anno 2015 le norme di cui ai primi due periodi non si applicano alle assunzioni e alle cessazioni dei ricercatori a tempo determinato di cui all'articolo 24, comma 3, lettere *a)* e *b),* della legge 30 dicembre 2010, n. 240, da parte delle università che rispettano la condizione di cui all'articolo 7, comma 1, lettera *c),* del decreto legislativo 29 marzo 2012, n. 49, e delle successive norme di attuazione del comma 6 del medesimo articolo 7, ferma restando la garanzia della disponibilità di risorse di cui al quarto periodo del comma 5 del citato articolo 24 della legge n. 240 del 2010 e purché in ciascuna università il costo totale per le assunzioni di personale docente e ricercatore a tempo determinato e indeterminato rimanga inferiore alla spesa complessivamente sostenuta nell'anno precedente per il corrispondente personale cessato dal servizio».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 50.000.000;
2016 ? 50.000.000;
2017: ? 50.000.000.

2.772

PETRAGLIA, URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Al comma 97 sopprimere le parole: «che rispettano la condizione di cui all'articolo 7, comma 1, lettera

c), del decreto legislativo 29 marzo 2012, n. 49, e delle successive norme di attuazione del comma 6 del medesimo articolo 7», *nonché le parole:* «già assunti a valere sulle facoltà assunzionali del presente comma».

Conseguentemente sopprimere il comma 98.

2.773

PETRAGLIA, DE PETRIS, URAS

Al comma 97 sopprimere il seguente periodo: «che rispettano la condizione di cui all'articolo 7, comma 1, lettera c), del decreto legislativo 29 marzo 2012, n. 49, e delle successive norme di attuazione del comma 6 del medesimo articolo 7,».

2.774

GUALDANI

Dopo il comma 97, inserire il seguente:

«97-*bis.* In ciascuna istituzione universitaria dotata di fondi propri disponibili, il personale ricercatore a tempo determinato è escluso dal computo dei punti organico per l'anno 2014 e successivi, che quindi resta invariato».

2.775

PUGLISI, MARCUCCI, DI GIORGI, IDEM, FASIOLO, ELENA FERRARA, MARTINI, MINEO, TOCCI, ZAVOLI

Dopo il comma 97, aggiungere il seguente:

«97-*bis.* In ciascuna istituzione universitaria, dotata di fondi propri disponibili, il personale ricercatore a tempo determinato è escluso dal computo dei punti organico per l'anno 2014 e successivi, che quindi resta invariato».

2.776

PUGLISI, MARCUCCI, DI GIORGI, IDEM, ELENA FERRARA, MARTINI, MINEO, TOCCI, ZAVOLI

Dopo il comma 97 aggiungere il seguente:

«97-*bis*. Presso il Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca è istituito un Fondo per la realizzazione di un piano straordinario di assunzione di ricercatori nel triennio 2015-2017 da attuare nel limite di 50 milioni di euro per le università che rispettano la condizione di cui all'articolo 7, comma 1, lettera *c)*, del decreto legislativo 29 marzo 2012, n. 49, e delle successive nonne di attuazione del comma 6 del medesimo articolo 7».

Conseguentemente. alla Tabella A. voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 50.000.000;
2016: ? 50.000.000;
2017: ? 50.000.000.

2.777

PANIZZA, ZELLER, PALERMO, BATTISTA, LANIECE, BERGER

Dopo il comma 97, inserire il seguente:

«97-*bis*. In deroga all'articolo 66, comma 13-*bis*, del decreto legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito con modificazioni dalla legge 6 agosto 2008, n. 133 e successive modificazioni, il contingente delle assunzioni attribuite a ciascuna università per l'anno 2014 è aumentato delle quote necessarie alla chiamata come professori di prima fascia, ai sensi dell'articolo 29, comma 4, della legge 30 dicembre 2010, n. 240, di coloro che sono in possesso della relativa idoneità conseguita a seguito di concorsi banditi dalle università ai sensi della legge 3 luglio 1998, n. 210 e successive modificazioni, e che sono in servizio presso il medesimo o altri atenei in qualità di professori associati o ricercatori. La chiamata è effettuata entro il 31 dicembre 2014 con la modalità stabilita dall'articolo 18, comma 1, lettera *e)* della legge 30 dicembre 2010, n. 240. I professori cosi chiamati mantengono il trattamento retributivo della fascia di provenienza fino al termine stabilito dall'articolo 1, comma 471, della legge 27 dicembre 2013, n. 147. Sono fatti salvi, anche ai fini retributivi, gli effetti della conferma in ruolo

come professore ordinario».

2.778

BOCCHINO, TOCCI, MUSSINI, BENCINI, CAMPANELLA, MASTRANGELI, DE PIN

Sopprimere il comma 98.

Conseguentemente all'articolo 1, comma 121, sostituire le parole: «200 milioni»*, con le seguenti:* «195 milioni».

2.779

CONTE, GUALDANI

Sopprimere il comma 98.

2.780

MONTEVECCHI, BLUNDO, SERRA, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Sopprimere il comma 98.

2.781

PALERMO, ZELLER, BATTISTA, LANIECE, BERGER

Sopprimere il comma 98.

2.782

TOCCI

Sopprimere il comma 98.

2.783

CATTANEO

Il comma 98 è sostituito dal seguente:

«98. La lettera *c)* del comma 2 dell'articolo 4 del decreto legislativo 29 marzo 2012, n. 49,è sostituita dalle seguenti:

c) provvedere al reclutamento di un numero di ricercatori di cui all'articolo 24. comma 3, lettera *b)*, della legge 30 dicembre 2010, n. 240, in modo da assicurare un'adeguata possibilità di consolidamento e sostenibilità dell'organico dei professori anche in relazione a quanto previsto alla lettera *a)*; in ogni caso, fermi restando i limiti di cui all'articolo 7, comma 1, per gli atenei con una percentuale di professori di 1 fascia superiore al 40 per cento del totale dei professori, il numero dei ricercatori reclutati ai sensi dell'articolo 24, comma 3, lettera *b)*, della legge 30 dicembre 2010, n. 240, non può essere inferiore a quello dei professori di 1 fascia reclutati nel medesimo periodo, nei limiti delle risorse disponibili.

c-*bis)*. In deroga alla disposizione del comma precedente per la sola programmazione della annualità 2015 e 2016 il numero dei ricercatori reclutati ai sensi dell'articolo 24, comma 3, lettera *b)*, della legge 30 dicembre 2010, n. 240, non può essere inferiore alla metà di quello dei professori di 1 fascia reclutati nel medesimo periodo, nei limiti delle risorse disponibili».

2.784

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, MILO, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Sostituire il comma 98 con il seguente:

«98. All'articolo 4 comma 2 lettera *c)* del decreto legislativo 29 marzo 2012, n. 49, l'ultimo paragrafo è così sostituito: "in ogni caso, fermi restando i limiti di cui all'articolo 7, comma 1, per gli atenei con una percentuale di professori di 1 fascia superiore al 30 per cento del totale dei professori, e limitatamente al triennio 2015-2017, il numero dei ricercatori reclutati ai sensi dell'articolo 24, comma 3, lettera *b)*, della legge 30 dicembre 2010, n. 240, non può essere inferiore ad uno ogni due professori di 1 fascia reclutati nel medesimo periodo, nei limiti delle risorse disponibili"».

2.785

LIUZZI

Sostituire il Comma 98 con il seguente:

«98. All'articolo 4 comma 2 lettera *c)* del decreto legislativo 29 marzo 2012, n. 49, l'ultimo

paragrafo è così sostituito: "in ogni caso, fermi restando i limiti. di cui all'articolo 7, comma 1, per gli atenei con una percentuale di professori di 1 fascia superiore al 30 per cento del totale dei professori, e limitatamente al triennio 2015-2017, il numero dei ricercatoti reclutati ai sensi dell'articolo 24, comma 3, lettera *b)*, della legge 30 dicembre 2010, n. 240, non può essere inferiore ad uno ogni due professori di 1 fascia reclutati nel medesimo periodo, nei limiti delle risorse disponibili"».

2.786

CATTANEO

Il comma 98 è sostituito dal seguente:

«dopo la lettera *c)* del comma 2 dell'articolo 4 del decreto legislativo 29 marzo 2012, n. 49, è aggiunta la seguente:

"*c*-bis) In deroga alla disposizione del comma precedente per la sola programmazione delle annualità 2q15, 2016 e 2017 il numero dei ricercatori reclutati ai sensi dell'articolo 24, comma 3, lettera *b)*, della legge 30 dicembre 2010, n. 240, non può essere inferiore alla metà di quello dei professori di 1 fascia reclutati nel medesimo periodo, nei limiti delle risorse disponibili".».

2.787

PAGLIARI, ELENA FERRARA

Dopo il comma 98, aggiungere il seguente:

«98-*bis*. In deroga all'articolo 66, comma 13-*bis*, del decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 agosto 2008, n. 133, e successive modificazioni, il contingente delle assunzioni attribuito a ciascuna università statale per l'anno 2013 è aumentato della quota necessaria alla chiamata come professori di prima fascia, ai sensi dell'articolo 29, comma 4, della legge 30 dicembre 2010, n. 240, di coloro che sono in possesso della relativa idoneità conseguita a seguito di concorsi banditi dalle università ai sensi della legge 3 luglio 1998, n. 210, e successive modificazioni, e che sono in servizio presso il medesimo ateneo in qualità di professore di seconda fascia La chiamata è effettuata entro il 30 giugno 2015 sulla base di quanto stabilito dall'articolo 18, comma 1, lettera *e)*, della legge 30 dicembre 2001, n. 240,».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 10.000.000;
2016: ? 10.000.000;
2017: ? 10.000.000.

2.788

LIUZZI

Dopo il comma 99 aggiungere il seguente:

«99-*bis*. Al fine di valorizzare l'esperienza acquisita nello svolgimento della funzione dirigenziale e consentire altresì il definitivo superamento del precariato della dirigenza scolastica, sono ammessi direttamente alle prove scritte del concorso di ammissione al concorso per dirigenti scolastici di cui all'articolo 29 del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165, per come modificato dall'articolo 17 del decreto-legge 12 settembre 2013, n. 104, convertito, con modificazioni, dalla legge 8 novembre 2013, n. 128, senza lo svolgimento dell'eventuale prova preselettiva, tutti i soggetti non in quiescenza che, alla data di entrata in vigore della presente legge, abbiano svolto la funzione di dirigente scolastico per almeno un triennio a seguito di conferma degli incarichi di cui all'articolo 1-*sexies* del decreto-legge 31 gennaio 2005, n. 7, convertito, con modificazioni, dalla legge 31 marzo 2005, n. 43 o siano stati in servizio con contratto a tempo indeterminato con funzioni di dirigente scolastico, a seguito della procedura concorsuale a posti di dirigente scolastico, di cui al decreto direttoriale del 13 luglio 2011, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* ? 4 serie speciale ? n. 56 del 15 luglio 2011, sottoposta ad annullamento giurisdizionale e a conseguente rinnovazione.

99-*ter*. Sono altresì ammessi direttamente alle prove scritte: tutti quei soggetti già vincitori ovvero utilmente collocati nelle graduatorie del concorso di cui al decreto direttoriale del 13 luglio 2011, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* ? 4 serie speciale ? n. 56 del 15 luglio 2011, successivamente

annullate in sede giurisdizionale e che non siano risultati più tali in seguito alla conseguente rinnovazione concorsuale; tutti i soggetti che hanno un contenzioso pendente, che abbiano avuto una sentenza favorevole almeno nel primo grado di giudizio ovvero non abbiano avuto, alla data di entrata in vigore della legge di conversione del presente decreto, alcuna sentenza definitiva, nel limite della suddetta riserva di posti già autorizzata per il menzionato corso-concorso, contenzioso legato ai concorsi per dirigente scolastico di cui al decreto direttoriale 22 novembre 2004, è pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale*, 4 serie speciale, n. 94 del 26 novembre 2004, e al decreto del Ministro della pubblica istruzione 3 ottobre 2006, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale*, 4 serie speciale, n. 76 del 6 ottobre 2006«.

2.789

LIUZZI

Dopo il comma 99 aggiungere il seguente:

«99-*bis*. All'articolo 4 della legge 10 dicembre 1997, n. 425, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) il comma 1 è sostituito dai seguenti:

"1. A decorrere dall'anno 2015, la commissione d'esame è composta dai docenti delle materie di esame della classe del candidato, in numero di sei in qualità di componenti interni, più il presidente, in qualità di componente esterno. Le materie di esame sono scelte annualmente con le modalità e nei termini stabilito con decreto del Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca.

1-*bis*. I commissari sono designati dai competenti consigli di classe e nominati dal dirigente scolastico, in modo da assicurare la presenza dei docenti delle materie oggetto della prima e della seconda prova scritta e un'equilibrata presenza delle altre materie d'esame, tenendo presente l'esigenza di favorire, per quanto possibile, l'accertamento della conoscenza delle lingue straniere.

1-*ter*. Per i progetti regolamentati da accordi internazionali, si procede alla nomina di commissari esterni per le specifiche discipline linguistiche oggetto degli accordi stessi.

1-*quater*. TI dirigente preposto all'Ufficio scolastico regionale competente nomina il presidente tra il personale dirigente delle scuole secondarie di secondo grado statali, il personale docente con almeno 10 anni di molo e i professori universitari di ruolo, sulla base di criteri determinati a livello nazionale con decreto avente natura non regolamentare. Il presidente è nominato su due classi.

1-*quinquies*. È stabilita l'incompatibilità a svolgere la funzione di presidente nella propria scuoIa, nelle scuole in cui si sia prestato servizio nei due anni precedenti l'anno in corso, nelle scuole ove si sia già espletato l'incarico per due anni consecutivi nei due anni precedenti e nelle altre scuole del medesimo distretto scolastico sede di servizio o di incarico".

b) il comma 10 è sostituito dal seguente:

99-*ter*. I compensi per i presidenti e per i componenti delle commissioni sono onnicomprensivi e sostitutivi di qualsiasi altro emolumento e rimborso spese; essi sono differenziati in relazione alla funzione di presidente e di commissario interno. Per i presidenti si tiene conto dei tempi dì percorrenza dalla sede di servizio o di residenza a quella d'esame. La misura dei compensi è stabilita in sede di contrattazione collettiva del comparto del personale della scuola. In mancanza di norme contrattuali al riguardo, alla determinazione delle misura dei compensi si provvede entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, con decreto del Ministro della pubblica istruzione, adottato di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze. L'onere previsto per il compenso spettante ai presidenti delle commissioni degli istituti paritari e degli istituti pareggiati e legalmente riconosciuti in cui continuano a funzionare corsi di studio ai sensi dell'articolo 1-*bis*, comma 6, del decreto-legge 5 dicembre 2005, n. 250 convertito, con modificazioni, dalla legge 3 febbraio 2006, n. 27, è a carico dello Stato.

c) i commi 2,3,4, 6 e 7 sono soppressi.

99-*quater*. I risparmi derivanti dall'attuazione del comma l sono destinati al Fondo di ammortamento titoli del debito pubblico.

99-*quinquies*. È abrogato il comma 2 dell'articolo 3 della legge 11 gennaio 2007, n. 1».

2.790

ZANONI

Dopo il comma 99, aggiungere il seguente:

«99-*bis*. All'articolo 14, comma 1, del decreto legislativo 14 marzo 2013, n. 33, la lettera *f)* è soppressa».

2.791

MILO, GIOVANNI MAURO

Dopo il comma 99, è aggiunto il seguente:

«99-*bis*. All'articolo 18, comma 8-quinquies, del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69, convertito con modificazioni, dalla legge 9 agosto 2013, n. 98 e successive modificazioni, le parole: "30 aprile 2014", sono sostituite dalle seguenti: "31 marzo 2015"; dopo le parole: "debitamente certificati", aggiunte le seguenti: "Per gli interventi per i quali il collaudo o il certificato di regolare esecuzione dei lavori non sia intervenuto entro la data del 31 dicembre 2014, i pagamenti devono essere effettuati entro il 31 dicembre 2015"».

2.792

TOCCI, PUGLISI, MARCUCCI, DI GIORGI, IDEM, FASIOLO, ELENA FERRARA, MARTINI, MINEO, ZAVOLI

Sopprimere i commi 100, 101 e 102.

2.793

LANZILLOTTA

Al comma 100, dopo le parole: «commissioni d'esame delle scuole secondarie di secondo grado» inserire le seguenti: «che dovranno in ogni caso prevedere che il Presidente della commissione non appartenga al corpo docente dell'Istituto».

2.794

MILO, GIOVANNI MAURO

Dopo il comma 100 è aggiunto il seguente:

«100-*bis*. All'articolo 4 della legge 10 dicembre 1997, n. 425, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) il comma 1 è sostituito dai seguenti:

1. A decorrere dall'anno 2015, la commissione d'esame è composta dai docenti delle materie di esame della classe del candidato, in numero di sei in qualità di componenti interni, più il presidente, in qualità di componente esterno. Le materie di esame sono scelte annualmente con le modalità e nei termini stabilito con decreto del Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca.

1-*bis*. I commissari sono designati dai competenti consigli di classe e nominati dal dirigente scolastico, in modo da assicurare la presenza dei docenti delle materie oggetto della prima e della seconda prova scritta e un'equilibrata presenza delle altre materie d'esame, tenendo presente l'esigenza di favorire, per quanto possibile, l'accertamento della conoscenza delle lingue straniere.

1-*ter*. Per i progetti regolamentati da accordi internazionali, si procede alla nomina di commissari esterni per le specifiche discipline linguistiche oggetto degli accordi stessi.

1-*quater*. Il dirigente preposto all'Ufficio scolastico regionale competente nomina il presidente tra il personale dirigente delle scuole secondarie di secondo grado statali, il personale docente con almeno 10 anni di ruolo e i professori universitari di ruolo, sulla base di criteri determinati a livello nazionale con decreto avente natura non regolamentare. Il presidente è nominato su due classi.

1-*quinquies*. È stabilita l'incompatibilità a svolgere la funzione di presidente nella propria scuola, nelle scuole in cui si sia prestato servizio nei due anni precedenti l'anno in corso, nelle scuole ove si sia già espletato l'incarico per due anni consecutivi nei due anni precedenti e nelle altre scuole del medesimo distretto scolastico sede di servizio o di incarico.

b) il comma 10 è sostituito dal seguente:

10. I compensi per i presidenti e per i componenti delle commissioni sono onnicomprensivi e sostitutivi di qualsiasi altro emolumento e rimborso spese; essi Sono differenziati in relazione alla

funzione di presidente e di commissario interno. Per i presidenti si tiene conto dei tempi di percorrenza dalla sede di servizio o di residenza a quella d'esame. La misura dei compensi è stabilita in sede di contrattazione collettiva del comparto del personale della scuola. In mancanza di norme contrattuali al riguardo, alla determinazione delle misura dei compensi si provvede entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, con decreto del Ministro della pubblica istruzione, adottato di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze. L'onere previsto per il compenso spettante ai presidenti delle commissioni degli istituti paritari e degli istituti pareggiati e legalmente riconosciuti in cui continuano a funzionare corsi di studio ai sensi dell'articolo 1-*bis*, comma 6, del decreto-legge 5 dicembre 2005, n. 250 convertito, con modificazioni, dalla legge 3 febbraio 2006, n. 27, è a carico dello Stato.

c) i commi 2, 3, 4, 6 e 7 sono soppressi.

2. I risparmi derivanti dall'attuazione del comma 1 sono destinati al Fondo di ammortamento titoli del debito pubblico.

3. È abrogato il comma 2 dell'articolo 3 della legge 11 gennaio 2007, n. 1».

2.795

BLUNDO, CATALFO, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Dopo il comma 100 aggiungere il seguente:

«100-*bis*. In riferimento ai benefici previsti ai commi 95 e 100, qualora uno dei genitori appartenenti al nucleo familiare sia affetto da una malattia rara di cui al decreto del Ministro della sanità 18 maggio 2001 n. 279, certificata dalle competenti strutture del Servizio sanitario nazionale, il suo reddito non concorre al calcolo del valore dell'ISEE del nucleo familiare stesso».

Conseguentemente, al comma 76 dell'articolo 3, aggiungere, in fine, le seguenti parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 20.000.000 euro a decorrere dall'anno 2015».

2.796

BONFRISCO

Dopo il comma 101, inserire il seguente:

«101-*bis*. I limiti per il trasferimento di denaro contante relativo agli acquisti di beni e prestazioni di servizi effettuati da persone fisiche di cittadinanza di uno dei paesi appartenenti all'Unione Europea ovvero allo spazio economico europeo, diversa da quella italiana, che abbiano residenza fuori dal territorio dello Stato, sono quelli vigenti nei paesi di residenza del cessionario. A tali acquisti si applicano le disposizioni di cui alle lettere *a)* e *b)* del comma 1 e dei commi 2 e 2-*bis* di cui all'articolo 3 del decreto legge 2 marzo 2012, n. 16 convertito, con modificazioni, dalla legge 26 aprile 2012, n. 44».

2.797

BONFRISCO

Dopo il comma 101, aggiungere il seguente:

«101-*bis*. All'articolo 49 del decreto legislativo 21 novembre 2007, n. 231 sono apportate le seguenti modifiche:

a) ai commi 1, 5, 8, 12 e 13 le parole: "euro mille" sono sostituite con le seguenti: "euro cinquemila";

b) al comma 1-*bis* le parole: "2.500 euro" sono sostituite con le seguenti: "5.000 euro".

2. All'articolo 12, comma 1, del decreto-legge 6 dicembre 2011, n.201 convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, le parole: "euro mille" sono sostituite con le seguenti: "euro cinquemila"».

2.798

ZANONI, GUERRIERI PALEOTTI

Dopo il comma 102, aggiungere il seguente:

«102-*bis*. All'articolo 3 della legge 14 gennaio 1994 n. 20, alla lettera *f)*, aggiungere in fine le

seguenti parole: "con esclusione dei contratti stipulati da università ed enti di ricerca su fondi di ricerca;"».

2.799

LIUZZI

Dopo il comma 102 aggiungere il seguente:

«l02-*bis*. All'articolo 1 della legge 2 agosto 1999, n. 264, dopo il comma 1, sono inseriti i seguenti:

1-*bis*. Ai fini dell'ammissione ai corsi di cui al comma 1, si tiene conto anche della valutazione del percorso scolastico sulla base di un regolamento emanato ai sensi dell'articolo 17, comma 1, della legge 23 agosto 1988, n. 400 a partire dal primo gennaio 2015 il regolamento prevede che una quota del punteggio degli esami di ammissione ai corsi universitari di cui al comma che precede, sia assegnata agli studenti che abbiano conseguito risultati scolastici di particolare valore, nell'ultimo triennio e nell'esame di Stato, anche in riferimento alle discipline più significative del corso di laurea prescelto, definendo altresì, in detto regolamento, i criteri volti a valorizzare le discipline tecnico-scientifiche.

2-*bis*. È previsto un ampliamento del 10 per cento del numero dei posti disponibili per l'accesso alte facoltà di cui al comma 1, a cui corrisponderà al termine dei primo anno un corrispondente taglio del 10 per cento dei posti connesso al mancato raggiungimento del superamento degli esami previsti dal piano di studi del primo anno accademico della facoltà corrispondente e di una media scolastica determinata dal regolamento di cui al comma 1-*bis*».

2.800

TOCCI, PUGLISI, MARCUCCI, MARTINI, DI GIORGI, IDEM, ELENA FERRARA, MINEO, ZAVOLI

Dopo il comma 102 aggiungere il seguente:

«102-*bis*. Le somme di cui al decreto legislativo 27 luglio 1999, n.297, e di cui al capo IX del decreto legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito con modificazioni dalla legge 7 agosto 2012, n. 134, destinate a qualsiasi titolo dal Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca al finanziamento delle attività di ricerca, non sono soggette ad esecuzione forzata».

2.801

ZANONI

Dopo il comma 102, aggiungere il seguente:

«102-*bis*. Al comma 450 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2006 n. 296, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) sopprimere le parole: "e delle istituzioni universitarie";

b) dopo le parole: "nonché le autorità indipendenti," aggiungere le seguenti: "ad esclusione delle università statali limitatamente all'acquisto su fondi di ricerca di beni e servizi destinati ad attività di ricerca,";

c) sopprimere le parole: "e le università statali"».

2.802

ZANONI

Dopo il comma 102, aggiungere il seguente:

«102-*bis*. All'articolo 61 del decreto legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito con modificazioni dalla legge 6 agosto 2008 n. 133, al comma 5, sostituire l'ultimo periodo con il seguente: "La disposizione del presente comma non si applica all'attività di ricerca e didattica dell'università e agli enti di ricerca"».

2.803

PUGLISI, MARCUCCI, MARTINI, DI GIORGI, IDEM, FASIOLO, ELENA FERRARA, MINEO, TOCCI, ZAVOLI

Dopo il comma 102 aggiungere il seguente:

«102-*bis*. All'articolo 66, comma 13-*bis*, del decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito,

con modificazioni, dalla legge 6 agosto 2008, n. 133, e successive modificazioni, dopo le parole: "50 per cento" sono aggiunte le seguenti: ", aumentata delle quote non utilizzate relative alle cessazioni degli anni da12009 al 2013,"».

2.804

DI GIORGI, MARCUCCI, PUGLISI, MARTINI, IDEM, ELENA FERRARA, MINEO, TOCCI, ZAVOLI

Dopo il comma 102 aggiungere il seguente:

«102-*bis*. All'articolo 1-*bis* del decreto legge 25 settembre 2009, n. 134, convertito con modificazioni dalla legge 24 novembre 2009, n. 167, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al comma 1 sono soppresse le parole "in materia di formazione e sviluppo dell'autonomia scolastica";

b) al comma 1, dopo le parole: "per tre esercizi finanziari consecutivi," sono inserite le seguenti: "nonché quelle assegnate per le supplenze brevi e saltuarie prima del passaggio al sistema di pagamento di cui all'articolo 4 comma 4-*septies* del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito con modificazioni dalla legge 30 luglio 2010, n. 122,";

c) al comma 1, le parole: "ad apposito capitolo" sono sostituite da "sul fondo per il funzionamento delle istituzioni scolastiche anche al fine di finanziare i laboratori scolastici";

d) al comma 2 dopo la parola: "interessati" sono aggiunte le seguenti: "con riferimento alle somme per la realizzazione di progetti a carattere nazionale e regionale,"».

2.805

ZANONI

Dopo il comma 102, aggiungere il seguente:

«102-*bis*. All'articolo 6 del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 luglio 2010, n. 122, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al comma 8, quinto periodo, sostituire le parole: "Le disposizioni del presente comma non si applicano ai convegni organizzati dalle università e dagli enti di ricerca" con le seguenti: "Le disposizioni del presente comma non si applicano all'attività di ricerca e didattica dell'università e agli enti di ricerca";

b) al comma 13, al terzo periodo, dopo le parole: "all'attività di formazione effettuata" inserire le seguenti: "dalle Università e dagli enti di ricerca,"».

2.806

PUGLISI, MARCUCCI, DI GIORGI, IDEM, FASIOLO, ELENA FERRARA, MARTINI, MINEO, TOCCI, ZAVOLI

Dopo il comma 102, è aggiunto il seguente:

«102-*bis*. Al decreto-legge 9 febbraio 2012, n. 5, convertito, con modificazioni, dalla legge 4 aprile 2012, n. 35, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al comma 2 dell'articolo 31-*bis,* le parole: "e opera" sono sostituite dalle seguenti: "che opera, con la propria struttura,";

b) al comma 4 dell'articolo 31-*bis,* il primo periodo, è sostituito dal seguente: "di piano strategico, lo statuto e i regolamenti della scuola sono elaborati nel corso del triennio di sperimentazione 2013-2015 da un comitato ordinatore e approvati dal Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca, di concerto con il Ministero dell'economia e delle finanze, entro giugno 2015";

c) al comma 5 dell'articolo 31-*bis* sono aggiunti, in fine, i seguenti periodi: "Il trasferimento dello stanziamento annuale a favore dell'INFN è disposto dal Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca, previa positiva valutazione di un Piano annuale di attività elaborato dal comitato ordinatore, in un'unica soluzione anticipata entro il mese di gennaio di ciascun esercizio. Le eventuali economie di gestione del contributo annuale sono vincolate al programma triennale di sperimentazione della scuola. L'INFN, nell'ambito del proprio bilancio, adotta specifica contabilità per la gestione del contributo finalizzato all'intervento previsto dalla presente norma. Non concorrono alla determinazione

del fabbisogno finanziario dell'INFN i pagamenti relativi alla contribuzione annuale dovuta alla Scuola sperimentale di dottorato internazionale Gran Sasso *Science Institute*";

d) il comma 6 è sostituito dal seguente:

6. Allo scadere del triennio l'INFN sottopone al Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca una dettagliata relazione illustrativa, elaborata dal comitato ordinatore, sui risultati raggiunti dalla scuola il Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca, acquisita la valutazione dei risultati da parte dell'Agenzia nazionale di valutazione del sistema universitario e della ricerca, propone al Governo un apposito provvedimento per il finanziamento stabile della scuola ed emana specifico decreto di riconoscimento;

e) il comma 3 dell'articolo 32 è sostituito dal seguente:

3. Gli oneri per gli esperti e per le commissioni tecnico scientifiche o professionali di valutazione e controllo dei programmi e progetti di ricerca gravano sulle risorse impegnate per gli stessi progetti e programmi, a valere sui fondi stanziati nel bilancio del Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca, senza ulteriori oneri a carico della finanza pubblica».

2.807

PUGLISI, MARCUCCI, MARTINI, DI GIORGI, IDEM, ELENA FERRARA, MINEO, TOCCI, ZAVOLI

Dopo il comma 102, aggiungere il seguente:

«102-*bis.* All'articolo 7, comma 39, del decreto legge 6 luglio 2012, n. 95, dopo l'ultimo periodo è aggiunto il seguente: "Per il solo anno 2014 quota parte pari ad euro 16 milioni delle predette risorse è impegnata entro il 31 dicembre 2014, per essere versata alle entrate dello Stato entro il 31 gennaio 2015 e, quindi, riassegnata alle seguenti finalità:"

a) per euro 10 milioni per le esigenze dell'Istituto nazionale di valutazione del sistema educativo di istruzione e di formazione (INVALSI);

b) per euro 5 milioni, alle finalità di cui all'articolo 19, comma 4, del decreto-legge 12 settembre 2013, n. 104, convertito, con modificazioni, dalla legge 8 novembre 2013, n. 128;

c) per euro 1 milione, alle finalità di cui all'articolo 19, comma 5-*bis,* del decreto-legge 12 settembre 2013, n. 104, convertito, con modificazioni, dalla legge 8 novembre 2013, n. 128».

2.808

BOCCHINO, CAMPANELLA, MASTRANGELI, DE PIN

Dopo il comma 102, inserire il seguente:

«102-*bis.* All'articolo 18, comma 8-*quinquies,* del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 agosto 2013, n. 98, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) le parole: "30 giugno 2014" sono sostituite dalle seguenti: "28 febbraio 2015";

b) dopo le parole: "debitamente certificati" sono aggiunte in fine le seguenti: "ovvero, solo per gli interventi per i quali non sia intervenuto, entro la predetta data, il collaudo o il certificato di regolare esecuzione dei lavori, entro il 31 dicembre 2015"».

2.809

PUGLISI, MARCUCCI, MARTINI, DI GIORGI, IDEM, ELENA FERRARA, MINEO, TOCCI, ZAVOLI

Dopo il comma l02, aggiungere il seguente:

«102-*bis.* Al decreto-legge 12 settembre 2013, n. 104, convertito, con modificazioni, dalla legge 8 novembre 2013, n. 128, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al comma 1, dell'articolo 3, le parole: "2013-2014" sono sostituite dalle seguenti: "2014-2015";

b) al comma 1, dell'articolo 19, dopo le parole: "2013-2014" sono inserite le seguenti: "e 2014-2015"».

2.810

PUGLISI, MARCUCCI, DI GIORGI, IDEM, FASIOLO, ELENA FERRARA, MARTINI, MINEO,

TOCCI, ZAVOLI

Dopo il comma 102, è aggiunto il seguente:

«102-*bis.* All'articolo 2 del decreto-legge 7 aprile 2014, n. 58, convertito, con modificazioni, dalla legge 5 giugno 2014, n. 87, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al comma 1, le parole: "nell'anno 2014" sono sostituite dalle seguenti: "nell'anno scolastico 2014/2015";

b) al comma 1, le parole: "31 dicembre 2014" sono sostituite dalle seguenti: "31 luglio 2015";

c) al comma 2-*bis,* le parole: "nell'ambito delle risorse finanziarie disponibili a legislazione vigente" sono soppresse;

d) dopo il comma 2-*bis* sono aggiunti i seguenti:

"2.-*bis.*1. Nei territori ove è già stata attivata la convenzione-quadro Consip per il mantenimento del decoro e della funzionalità degli immobili adibiti a sede di istituzioni scolastiche ed educative statali, le medesime istituzioni scolastiche ed educative effettuano gli interventi di cui al comma 2-*bis* mediante ricorso alla citata convenzione Consip".

"2.-*bis.*2. È autorizzata la proroga sino al 31 luglio 2015, in deroga all'articolo 1, comma 449, della legge 27 dicembre 2006, n. 296, dei rapporti convenzionali in essere, attivati dall'ufficio scolastico provinciale di Palermo e prorogati ininterrottamente, per l'espletamento di funzioni corrispondenti ai collaboratori scolastici, a seguito del subentro dello Stato, ai sensi dell'articolo 8 della legge 3 maggio 1999, n. 124, nei compiti degli enti locali.";

e) il comma 2-*ter* è sostituito dal seguente:

"2-*ter.* Per gli interventi di cui a commi 2-*bis.*1 e 2-*bis.*2 è autorizzata la spesa di euro 130 milioni per l'anno 2015. All'onere si provvede a valere sulla corrispondente quota parte delle riduzioni di spesa di cui all'articolo 2, comma 45, per la parte afferente il Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca, missione "Istruzione scolastica", per l'anno 2015.

"2-*quater.* Per l'intervento di cui al comma 2-*bis.*2 è autorizzata la spesa di euro 12 milioni.

Conseguentemente, l'importo iscritto al primo rigo dell'Elenco 1 è ridotto di euro 12 milioni per l'anno 2015.

2.811

PUGLISI, MARCUCCI, DI GIORGI, IDEM, FASIOLO, ELENA FERRARA, MARTINI, MINEO, TOCCI, ZAVOLI

Dopo il comma 102, è aggiunto il seguente:

«102-*bis.* All'articolo 2 del decreto-legge 7 aprile 2014, n. 58, convertito, con modificazioni, dalla legge 5 giugno 2014, n. 87, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al comma 1, le parole: "nell'anno 2014" sono sostituite dalle seguenti: "nell'anno scolastico 2014/2015";

b) al comma 1, le parole: "31 dicembre 2014" sono sostituite dalle seguenti: "31 luglio 2015";

c) al comma 2-*bis,* le parole: "nell'ambito delle risorse finanziarie disponibili a legislazione vigente" sono soppresse;

d) dopo il comma 2-*bis* sono aggiunti i seguenti:

«2-*bis.*1. Nei territori ove è già stata attivata la convenzione-quadro Consip per il mantenimento del decoro e della funzionalità degli immobili adibiti a sede di istituzioni scolastiche ed educative statali, le medesime istituzioni scolastiche ed educative effettuano gli interventi di cui al comma 2-*bis* mediante ricorso alla citata convenzione Consip".

2-*bis.2.* È autorizzata la proroga sino al 31 luglio 2015, in deroga all'articolo 1, comma 449, della legge 27 dicembre 2006, n. 296, dei rapporti convenzionali in essere, attivati dall'ufficio scolastico provinciale di Palermo e prorogati ininterrottamente, per l'espletamento di funzioni corrispondenti ai collaboratori scolastici, a seguito del subentro dello Stato, ai sensi dell'articolo 8 della legge 3 maggio 1999, n. 124, nei compiti degli enti locali";

e) il comma 2-*ter* è sostituito dal seguente:

"2-*ter.* Per gli interventi di cui a commi 2-*bis.1* e 2-*bis*.2 è autorizzata la spesa di euro 130 milioni

per l'anno 2015"».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 105.000.000;
2016: ;
2017: .

2.812

PUGLISI, MARCUCCI, MARTINI, DI GIORGI, IDEM, ELENA FERRARA, MINEO, TOCCI, ZAVOLI

Dopo il comma 102, aggiungere il seguente:

«102-*bis*. All'articolo 14, comma 4, del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 agosto 2014, n. 114, le parole: "30 giugno 2015" sono sostituite con le parole: "31 ottobre 2015"».

2.813

TOCCI, PUGLISI, MARCUCCI, MARTINI, DI GIORGI, IDEM, ELENA FERRARA, MINEO, ZAVOLI

Dopo il comma 102, aggiungere il seguente:

«102-*bis*. La Commissione per il monitoraggio del Programma Nazionale di Ricerche Aerospaziali (PRO.R.A), di cui alla delibera del CIPE del 20 luglio 1979 e successivi aggiornamenti, è ricostituita a decorrere dal 1º gennaio 2015 ed è composta da cinque componenti di cui uno con funzione di coordinatore, nominati dal Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca e scelti tra esperti della comunità scientifica nazionale ed internazionale ed esperti in alta amministrazione. Dall'attuazione del presente periodo non devono derivare nuovi o maggiori oneri a carico delle finanze pubbliche.».

2.814

PUGLISI, MARCUCCI, MARTINI, DI GIORGI, IDEM, ELENA FERRARA, MINEO, TOCCI, ZAVOLI

Dopo il comma 102, è aggiunto il seguente:

102-*bis*. L'Istituto nazionale di valutazione del sistema educativo di istruzione e di formazione (INVALSI) è autorizzato ad esperire un piano straordinario assunzionale per la copertura di tutti i posti vacanti al 31 dicembre 2014 della propria dotazione organica».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 593.000;
2016: ? 692.000;
2017: ? 692.000.

2.815

PUGLISI, MARCUCCI, MARTINI, DI GIORGI, IDEM, FASIOLO, ELENA FERRARA, MINEO, TOCCI, ZAVOLI

Dopo il comma 102, è aggiunto il seguente:

«102-*bis*. L'Istituto nazionale di valutazione del sistema educativo di istruzione e di formazione (INVALSI) è autorizzato ad esperire un piano straordinario assunzionale per la copertura di tutti i posti vacanti al 31 dicembre 2014 della propria dotazione organica. All'onere conseguente dall'attuazione del presente comma, pari ad euro 593.000 per l'anno 2015 e ad euro 692.000 a decorrere dall'anno 2016, si provvede mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 4, comma 1, della legge 18 dicembre 1997, n. 440».

2.816

PUGLISI, MARCUCCI, MARTINI, DI GIORGI, IDEM, ELENA FERRARA, MINEO, TOCCI

Dopo il comma 102 aggiungere il seguente:

«102-*bis*. I controlli di cui all'articolo 125, paragrafo 5, del regolamento (UE) n. 1303/2013 del

Parlamento europeo e del Consiglio, del 17 dicembre 2013 sono svolti dal Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca con riferimento ai Fondi strutturali di competenza attraverso i revisori dei conti di cui all'articolo 1 comma 616-*bis* della legge 29 dicembre 2006, n. 296, in qualità di propri rappresentanti, anche al fine di garantire le condizioni richieste per l'accreditamento dei fondi del programma operativo nazionale "Per la Scuola ? competenze e ambienti per l'apprendimento" del periodo di programmazione 2014/2020».

2.817

MARTINI, MARCUCCI, PUGLISI, DI GIORGI, IDEM, FASIOLO, ELENA FERRARA, MINEO, TOCCI, ZAVOLI

Dopo il comma 102 aggiungere il seguente:

«102-*bis*. Per il potenziamento e la valorizzazione dell'alta formazione artistica, musicale e coreutica (AF AM) è autorizzata la spesa di euro 8 milioni per interventi in conto capitale, anche a carattere premiale, per l'anno 2015. Per la tutela e valorizzazione dei patrimoni artistici, nonché per la realizzazione di laboratori, è altresì autorizzata la spesa di euro 2 milioni per la messa in sicurezza degli edifici delle istituzioni AFAM. All'onere derivante dall'attuazione delle disposizioni di cui al presente comma si provvede mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 10, comma 1, lettera *d)*, della legge 19 ottobre 1999, n. 370».

2.818

PUGLISI, MARCUCCI, DI GIORGI, IDEM, FASIOLO, ELENA FERRARA, MARTINI, MINEO, TOCCI, ZAVOLI

Dopo il comma 102 aggiungere il seguente:

«102-*bis*. Per il potenziamento e la valorizzazione dell'alta formazione artistica, musicale e coreutica (AFAM) è autorizzata la spesa di euro 8 milioni per interventi in conto capitale, anche a carattere premiale, per l'anno 2015. Per la tutela e valorizzazione dei patrimoni artistici, nonché per la realizzazione di laboratori, è altresì autorizzata la spesa di euro 2 milioni per l'anno 2015 per la messa in sicurezza degli edifici delle istituzioni AFAM».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 10.000.000;
2016: - ;
2017: - .

2.819

PANIZZA, FRAVEZZI, FAUSTO GUILHERME LONGO, LANIECE, BATTISTA, ZIN

Dopo il comma 102, aggiungere i seguenti:

«102-*bis*. Il contributo annuo a favore del Club alpino italiano, previsto dall'articolo 5 della legge 26 gennaio 1963, n. 91, è incrementato di euro 300.000 a decorrere dall'anno 2015.

102-*ter*. Il contributo annuo a favore del Club alpino italiano per le attività del Corpo nazionale del soccorso alpino e speleologico, previsto dall'articolo 145, comma 17, punto 1, della legge 23 dicembre 2000, n. 388, è incrementato di euro 500.000 a decorrere dall'anno 2015.

102-*quater*. Il contributo annuo a favore del Club alpino italiano per l'assicurazione dei volontari del Corpo nazionale del soccorso alpino e speleologico, previsto dall'articolo 3, comma 1, della legge 18 febbraio 1992, è incrementato di euro 200.000 a decorrere dall'anno 2015.

102-*quinquies*. All'onere di cui ai commi da 102-*bis* a 102-*quater* si provvede a valere sulle risorse di cui all'articolo 2, comma 98, del decreto-legge 3 ottobre 2006, n. 262, convertito, in legge, con modificazioni, dall'articolo 1, comma 1, della legge 24 novembre 2006, n. 286, allocate nel piano di gestione n. 1 del capitolo 6823 dello stato di previsione del Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo».

2.820

PUGLISI, MARCUCCI, DI GIORGI, IDEM, ELENA FERRARA, MINEO, TOCCI, ZAVOLI

Dopo il comma 102 aggiungere il seguente:

«102-*bis*. Le somme iscritte sul capitolo 7105 "Fondo unico per l'edilizia scolastica" dello stato di previsione del Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca, pari ad euro 36.788.058,00, non ancora impegnate, sono mantenute nel conto dei residui di lettera F sino al 31 dicembre 2015. Conseguentemente il Fondo per la compensazione degli effetti finanziari non previsti a legislazione vigente conseguenti all'attualizzazione di contributi pluriennaIi, di cui all'articolo 6, comma 2, del decreto-legge 7 ottobre 2008, n. 154, convertito, con modificazioni, dalla legge 4 dicembre 2008, n. 189, e successive modificazioni, è ridotto di euro 36.788.058,00 per l'anno 2015».

2.821

BONFRISCO, CERONI, D'ALÌ, MANDELLI, MILO

Dopo il comma 102 aggiungere il seguente:

«102-*bis*. Per gli immobili locati con contratti stipulati ai sensi dell'articolo 2, comma 3, della legge 9 dicembre 1998, n. 431, la somma delle aliquote dell'Imu e della Tasi non può superare il 4 per mille».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle fmanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 5.000.000;
2016: ? 5.000.000;
2017: ? 5.000.000.

2.822

MARINELLO, MANCUSO, GUALDANI

All'articolo 2, dopo il comma 103, aggiungere i seguenti:

«103-*bis*. Ai fini del rafforzamento della struttura del Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, le tabelle A e B allegate al decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri del 10 luglio 2014, n. 142, recanti la dotazione organica complessiva del Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare ai sensi dell'articolo 2, comma 5, del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, sono incrementate di 18 posizioni dirigenziali di livello dirigenziale non generale e di 250 unità di personale non dirigenziale, come risulta dall'allegata tabella 1.

103-*ter*. Al fine di completare la dotazione organica del Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare sono istituiti appositi moli tecnici; con successivo decreto, da emanarsi entro 30 giorni dall'entrata in vigore della presente legge, sentiti il Dipartimento della Funzione pubblica ed il Ministero dell'economia e delle finanze ? Dipartimento della Ragioneria Generale dello Stato ? Ispettorato Generale per gli ordinamenti del personale e l'analisi dei costi del lavoro pubblico, il Ministro dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare determina la consistenza e la composizione dei predetti ruoli, nei limiti delle dotazioni organiche come modificate dal comma 1.

103-*quater*. Il Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, anche in deroga alle disposizioni del decreto-legge 31 agosto 2013, n. 101, convertito in legge, con modificazioni, dalla legge 30 ottobre 2013, n. 125, è autorizzato ad assumere, a tempo indeterminato, mediante apposita procedura concorsuale per titoli ed esami, un contingente di Personale di complessive 175 unità appartenenti all'Area III, posizione economica F1, anche con particolare specializzazione nelle materie di competenza del Ministero, nel limite di una maggiore spesa di personale pari a euro 1.750.000 nell'anno 2015, ed a euro 7.000.000 a decorrere dall'anno 2016. Il suddetto Ministero è altresì autorizzato ad assumere, a tempo indeterminato, mediante apposita procedura concorsuale per titoli ed esami, un contingente di personale di complessive 40 unità appartenenti all'Area II, posizione economica F1, anche con particolare specializzazione nelle materie di competenza del Ministero, nel limite di una maggiore spesa di personale pari a euro 300.000 nell'anno 2015 e ad euro 1.200.000 a decorrere dall'anno 2016.

103-*quinquies*. È parimenti autorizzata l'assunzione a tempo indeterminato, mediante apposita procedura concorsuale per titoli ed esami, di un contingente di personale in posizioni dirigenziali di livello dirigenziale non generale, anche prevedendo appositi ruoli tecnici di complessive 18 unità, con

particolare specializzazione nelle materie di competenza del Ministero, nel limite di una maggiore spesa di personale pari a euro 495.000 nell'anno 2015, ed a euro 1.980.000 a decorrere dall'anno 2016.

103-*sexies*. Il Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio del mare può procedere al reclutamento di cui ai commi 1, 2 e 3, senza il previo espletamento delle procedure di cui all'articolo 34-*bis* del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 2.545.000;
2016: ? 10.180.000;
2017: ? 10.180.000.

2.823

MARINELLO, MANCUSO, GUALDANI

All'articolo 2, dopo il comma 103, aggiungere i seguenti:

«103-*bis*. Al fine di realizzare gli interventi di mitigazione del rischio idrogeologico necessari per fronteggiare le situazioni di criticità ambientale, con particolare riferimento alle aree metropolitane interessate da fenomeni di esondazione e alluvione, è istituito, per le annualità 2015-2045, un Fondo stralcio di finanziamento straordinario per la mitigazione del rischio idrogeologico, alimentato a regime mediante i finanziamenti di cui al comma 3, e nel quale confluiscono, come dotazione iniziale, nel limite di 90 milioni di euro, le somme assegnate ai sensi dell'articolo 7, comma 8, del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito, con modificazioni, a legge 11 novembre 2014, n. 164, nonché i fondi iscritti in conto residui ai sensi della legge 182/2009 nel Bilancio del Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare.

103-ter. Con Decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri, su proposta del Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, previa intesa con la Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le Regioni e le Province autonome di Trento e Bolzano, ai sensi dell'articolo 3 del decreto legislativo 28 agosto 1997, 281, sono individuati gli interventi da finanziare, nonché la quota di cofinanziamento regionale.

103-*quater*. I Presidenti delle Regioni, in qualità di Commissari straordinari ai sensi dell'art. 10, comma 1, del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 91, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 agosto 2014, 116, sono autorizzati dal Ministero dell'economia e delle finanze, d'intesa con il Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, a stipulare appositi mutui trentennali, sulla base di criteri di economicità e di contenimento della spesa, con oneri di ammortamento a totale carico dello Stato, con la Banca europea per gli investimenti, con la Banca di Sviluppo del Consiglio d'Europa, con la società Cassa depositi e prestiti Spa, e con i soggetti autorizzati all'esercizio dell'attività bancaria, ai sensi del decreto legislativo 1º settembre 1993, n. 385. Ai sensi dell'articolo 1, comma 75, della legge 30 dicembre 2004, n. 311, le rate di ammortamento dei mutui attivati sono pagate agli istituti finanziatori direttamente dallo Stato. A tal fine sono stanziati contributi pluriennali per euro 30 milioni annui per la durata dell'ammortamento del mutuo, a decorrere dall'anno 2015. Le modalità di attuazione del presente articolo sono stabilite con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, di concerto con il Ministro dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, da adottare entro tre mesi dalla data di entrata in vigore della legge di conversione del presente decreto e da pubblicare nella *Gazzetta Ufficiale*, in conformità ai contenuti del Decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri di cui al comma 2.

103-*quinquies*. Per le rate di ammortamento dei mutui, relativi alle annualità 2015-2017, si fa fronte, nei limiti di euro 30 milioni annui, a valere sulle dotazioni iniziali del Fondo di cui al comma 1.
103-*sexies*. Il cofinanziamento regionale al Programma di finanziamento straordinario di cui al presente articolo è escluso dai limiti del patto di stabilità interno per l'importo annualmente erogato.

103-*septies*. Il Ministro dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare predispone una relazione da trasmettere annualmente alle Camere sullo stato di avanzamento dei lavori relativi al presente articolo e sull'andamento della spesa destinata ai medesimi interventi. Ai fini

dell'elaborazione della predetta relazione, possono essere richiesti elementi informativi alle amministrazioni territorialmente competenti.

103-*octies*. Ai fini della verifica dello stato di avanzamento della spesa riguardante gli interventi finanziati il Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare comunica i relativi dati al sistema di monitoraggio unitario di cui all'articolo 1, comma 245, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, sulla base di un apposito protocollo di colloquio telematico.

103-*nonies*. All'articolo 7, comma 3, del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 novembre 2014, n. 164, le parole "confIuiscono in un apposito fondo, istituito presso il Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, e sono riassegnate," sono sostituite dalle segueriti: "sono versate all'entrata dello Stato per essere riassegnate ad apposito capitolo in conto capitale del bilancio del Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare"».

2.824

CALEO, VACCARI

Dopo il comma 103 inserire i seguenti:

«103-*bis*. Nella parte terza, sezione l, titolo II, capo III, del decreto legislativo 3 aprile 2006, n. 152, e successive modificazioni, dopo l'articolo 72 è aggiunto il seguente:

"Art. 72-*bis*.

(Disposizioni per finanziamento degli interventi di rimozione o di demolizione di immobili abusivi realizzati in aree soggette a rischio idrogeologico elevato o molto elevato ovvero esposti a rischio idrogeologico)

1. Nello stato di previsione del Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare è istituito un capitolo per il finanziamento di interventi di rimozione o di demolizione, da parte dei comuni, di opere e immobili realizzati in aree soggette a rischio idrogeologico elevato o molto elevato, ovvero di opere e immobili dei quali viene comprovata l'esposizione a rischio idrogeologico, in assenza o in totale difformità del permesso di costruire.

2. Ai fini di cui al comma l, è autorizzata la spesa di 10 milioni di euro per l'anno 2015. Al relativo onere si provvede mediante corrispondente riduzione, per l'anno 2015, dell'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 1, comma 432, della legge 23 dicembre 2005, n. 266. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio.

3. Ferme restando le disposizioni in materia di acquisizione dell'area di sedime ai sensi dell'articolo 31, comma 3, del testo unico delle disposizioni legislative e regolamentari in materia edilizia, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 6 giugno 200 l, n. 380, i comuni benefici ari dei finanziamenti di cui al comma 1 del presente, articolo sono tenuti ad agire nei confronti dei destinatari di provvedimenti esecutivi di rimozione o di demolizione non eseguiti nei termini stabiliti, per la ripetizione delle relative spese, comprensive di rivalutazioni e interessi. TI comune, entro trenta giorni dalla riscossione, provvede al. versamento delle somme di cui al primo periodo ad apposito capitolo dell'entrata del bilancio dello Stato, trasmettendone la quietanza di versamento al Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, affinché le stesse siano integralmente riassegnate, con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, su proposta del Ministro dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, al capitolo di cui al comma l del presente articolo.

4. Fatto salvo quanto disposto dagli articoli 6, 13, 29 e 30 della legge 6 dicembre 1991, n. 394, e successive modificazioni, sono ammessi a finanziamento, sino a concorrenza delle somme disponibili nel capitolo di cui al comma 1 del presente articolo, gli interventi su opere e immobili per i quali sono stati adottati provvedimenti definitivi di rimozione di demolizione non eseguiti nei termini stabiliti, con priorità per gli interventi in aree classificate a rischio molto elevato, sulla base di apposito elenco elaborato su base trimestrale dal Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare.

5. Per accedere ai finanziamenti di cui al comma 1, i comuni presentano al Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare apposita domanda di concessione, corredata di una relazione contenente il pro getto delle attività di rimozione o di demolizione, l'elenco dettagliato dei

relativi costi, l'elenco delle opere e degli immobili ubicati nel proprio territorio per i quali sono stati adottati provvedimenti definitivi di rimozione o di demolizione non eseguiti e la documentazione attestante l'inottemperanza a tali provvedimenti da parte dei destinatari dei medesimi. Con decreto del Ministro dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare entro novanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente disposizione, sentita la Conferenza Stato-Città ed autonomie locali sono adottati i modelli e le linee guida relativi alla procedura per la presentazione della domanda di concessione.

6. I finanziamenti concessi ai sensi del comma 5 del presente articolo sono aggiuntivi rispetto alle somme eventualmente percepite ai sensi dell'articolo 32, comma 12 del decreto-legge 30 settembre 2003, n. 269, convertito, con modificazioni, dalla legge 24 novembre 2003, n. 326. Resta ferma la disciplina delle modalità di finanziamento e di realizzazione degli interventi di demolizione o di rimozione di opere e immobili abusivi contenuta in altre disposizioni.

7. Nei casi di mancata realizzazione degli interventi di rimozione o di demolizione di cui al comma 4, nel termine di centoventi giorni dall'erogazione dei finanziamenti concessi, i finanziamenti stessi devono essere restituiti, con le modalità di cui al secondo periodo del comma 3, al Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare.

8. Il Ministro dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare presenta alle Camere una relazione sull'attuazione del presente articolo, in cui sono indicati i finanziamenti utilizzati e gli interventi realizzati".

103-*ter*. All'articolo 3, comma 1, lettera *e.5)*, del testo unico delle disposizioni legislative e regolamentari in materia edilizia, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 6 giugno 2001, n. 380, le parole da: "e salvo" fino alla fine della lettera sono soppresse.».

2.825

CROSIO, ARRIGONI, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 103 inserire il seguente:

«103-*bis*. Al comma 1, dell'articolo 12, del decreto legislativo 16 marzo 1999, n. 79, le parole: "avendo riguardo all'offerta di miglioramento e risanamento ambientale del bacino idrografico di pertinenza, alle misure di compensazione territoriale, alla consistenza e qualità del piano di interventi per assicurare la conservazione della capacità utile di invaso e, prevalentemente, all'offerta economica per l'acquisizione dell'uso della risorsa idrica e all'aumento dell'energia prodotta o della potenza installata» sono sostituite dalle seguenti: «avendo riguardo all'offerta di miglioramento e risanamento ambientale del bacino idrografico di pertinenza, alla consistenza e qualità del piano di interventi per assicurare la conservazione della capacità utile di invaso, all'offerta economica per l'acquisizione dell'uso della risorsa idrica, all'aumento dell'energia prodotta o della potenza installata e, prevalentemente, alle misure di compensazione territoriale".».

2.826

GUALDANI

Dopo il comma 103 aggiungere il seguente:

«103-*bis*. All'articolo 18, comma 8-quinquies, del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 agosto 2013, n. 98, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) le parole: «30 giugno 2014» sono sostituite dalle seguenti: «28 febbraio 2015»;

b) dopo le parole: «debitamente certificati» sono aggiunte in fine le seguenti: «ovvero, solo per gli interventi per i quali non sia intervenuto, entro la predetta data, il collaudo o il certificato di regolare esecuzione dei lavori, entro il 31 dicembre 2015»».

2.827

ARRIGONI, CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 103, inserire il seguente:

«103-*bis*. Al comma 3-*bis* dell'articolo 11, del decreto-legge 31 agosto 2013, n. 101, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 ottobre 2013, n. 123, le parole: "Fino al 31 dicembre 2014" sono

sostituite dalle seguenti: "Fino al 31 dicembre 2015".».

2.828

COMAROLI, TOSATO, BELLOT, BISINELLA

Dopo il comma 103, inserire il seguente:

«103-*bis*. All'articolo 1 della legge 27 dicembre 2013, n. 147, dopo il comma 660 è inserito il seguente:

"660-*bis*. Il tributo relativo alla Tassa sui Rifiuti (TARI), non è dovuto in relazione alle quantità di rifiuti assimilati, che il produttore dimostri di aver avviato al recupero".».

2.829

CALEO, VACCARI

Dopo il comma 103 inserire il seguente:

«103-*bis*. All'articolo 41 del decreto legislativo 14 marzo 2014, n. 49, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al comma 5 le parole: «nonché le relative modalità di versamento» sono soppresse.

b) dopo il comma 5 è aggiunto il seguente:

"5-*bis*. I proventi derivanti dalle tariffe stabilite ai sensi del comma 5 del presente articolo e dalle tariffe di cui all'articolo 27, comma 5, del decreto legislativo 20 novembre 2008, n. 188, sono versati all'entrata del bilancio dello Stato per essere integralmente riassegnati ad apposito capitolo dello stato di previsione del Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare che provvederà, con propri decreti, a trasferire ai soggetti competenti la quota dei proventi relativa alla copertura degli oneri derivanti dalle rispettive attività di cui al comma 4 del presente articolo e del comma 4 dell'articolo 27 del decreto legislativo 20 novembre 2008, n. 188".».

2.830

ARRIGONI, CROSIO, CANDIANI, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 103, inserire il seguente:

«103-*bis*. Entro 90 giorni dalla data dell'entrata in vigore della presente legge, le regioni interessate dalla procedura di infrazione 2003/2077, in relazione alla quale la Commissione europea ha presentato ricorso alla Corte di giustizia europea, *ex* art-260 (C-196/13), approvano i progetti per la bonifica o messa in sicurezza dei siti delle discariche presenti nel proprio territorio. Ai fini del finanziamento degli interventi sono utilizzati, in via prioritaria a tale scopo le risorse provenienti dai programmi dei fondi strutturali europei 2014-2020 concernenti ciascuna regione, nonché la quota di cofinanziamento di fonte regionale».

2.831

CROSIO, ARRIGONI, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 103 inserire il seguente:

«103-*bis*. Al fine di incrementare le risorse a disposizione degli Enti territoriali interessati da concessioni di grandi derivazioni d'acqua per uso idroelettrico, da destinare ad interventi di messa in sicurezza del proprio territorio e contro il dissesto idrogeologico, le regioni e le province autonome, cinque anni prima dello scadere di una concessione di grande derivazione d'acqua per uso idroelettrico e nei casi di decadenza, rinuncia e revoca, attribuiscono la concessione a società a partecipazione mista pubblica e privata, ai sensi dell'articolo 3, comma 15-*ter* del decreto legislativo n. 163/2006, a condizione che la selezione del socio avvenga mediante procedure competitive ad evidenza pubblica, nel rispetto dei principi di economicità, efficacia, imparzialità, trasparenza, adeguata pubblicità, non discriminazione, parità di trattamento, mutuo riconoscimento e proporzionalità, le quali procedure abbiano ad oggetto, al tempo stesso, la qualità di socio e l'attribuzione di specifici compiti operativi connessi alla gestione della grande derivazione e che al socio sia attribuita una partecipazione non inferiore al 40 per cento».

2.832

ARRIGONI, CROSIO, CANDIANI, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 103, inserire il seguente:

«103-*bis*. Allo scopo di definire le soluzioni gestionali ed impiantistiche da realizzare per risolvere in maniera strutturale la fase di »emergenza rifiuti« nel territorio regionale, la regione Campania, entro 60 giorni dalla data dell'entrata in vigore della presente legge, approva un nuovo Piano Regionale per la Gestione dei Rifiuti Urbani (PRGRU) con l'obiettivo primario di raggiungere il 65 per cento della raccolta differenziata dei rifiuti urbani entro il31 dicembre 2015. Il piano definisce in particolare:

la quantità annua aggiornata dei rifiuti urbani e i quantitativi per ciascuno ambito ottimale che devono essere avviati alle varie tipologie di trattamento, meccanico-biologico, termovalorizzazione per combustione diretta o indiretta, digestione anaerobica, eccetera;

i quantitativi di materie recuperabili attraverso il riciclo e quelli destinati al recupero energetico conseguibile attraverso i processi termici e biologici, nonché l'ammontare dei residui da conferire in discarica;

la nuova pianificazione dell'impiantistica regionale, indicando localizzazioni definite o programmate, fonti di finanziamento, gestori e stime dei costi di investimento e di gestione;

soluzioni impiantistiche per l'immediato trattamento in sicurezza dei rifiuti staccati da anni sul territorio regionale.

2. Ai fini dell'attuazione del piano di cui al comma 1, la regione Campania utilizza in via prioritaria a tale scopo le risorse provenienti dai programmi dei fondi strutturali europei 2014-2020 concernenti la regione Campania nonché la quota di confinanziamento di fonte regionale».

2.833

VOLPI, CROSIO, ARRIGONI, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 103, inserire il seguente:

«103-*bis*. Le economie di spesa di cui al comma 1, sono destinate all'attività di bonifica delle aree comprese nel comprensorio della *ex* Selca e delle attività industriali della *ex Union Carbide*, nel Comune di Berzo Demo (BS)».

Conseguentemente, all'articolo 2, al comma 207, sostituire le parole: «110 milioni» *con le seguenti:* «109 milioni».

2.834

VOLPI, CROSIO, ARRIGONI, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 103, inserire il seguente:

«103-*bis*. Le economie di spesa di cui al comma 1, sono destinate all'attività di bonifica del SIN Brescia-Caffaro ? aree industriali e relative discariche da bonificare, come individuate ai sensi dell'articolo 1 della legge 1 dicembre 1998, n. 426».

Conseguentemente, all'articolo 2, al comma 207, sostituire le parole: «110 milioni» *con le seguenti:* «109 milioni».

2.835

VOLPI, CROSIO, ARRIGONI, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 103, inserire il seguente:

«103-*bis*. Le economie di spesa di cui al comma 1, per gli anni 2015, 2016 e 2017, sono destinate all'attività di ricerca su sistemi bio-elettrochimici per la depurazione di acque superficiali, con particolare riferimento al caso del lago di Idro».

Conseguentemente, all'articolo 2, al comma 207, sostituire le parole: «110 milioni» *con le seguenti:* «109 milioni».

2.836

CENTINAIO, ARRIGONI, CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 103, inserire il seguente:

«103-*bis*. Le economie di spesa di cui al comma 1, sono destinate all'attività di bonifica del SIN di Broni, come individuate ai sensi dell'articolo 1 della legge 1 dicembre 1998, n. 426».

Conseguentemente, all'articolo 2, al comma 207, sostituire le parole: «110 milioni» *con le seguenti:* «109 milioni».

2.837

CROSIO, ARRIGONI, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 103 inserire il seguente:

«103-*bis*. Il decreto ministeri aie di cui al comma 2 dell'articolo 12 del disegno di legge del 16 marzo 1999, n. 79, che deve stabilire i requisiti organizzativi e finanziari minimi, i parametri ed i termini concernenti la procedura di gara per l'attribuzione delle concessioni di grande derivazione d'acqua ad uso idroelettrico, attribuisce una particolare importanza alle misure di compensazione territoriale in favore dei territori interessati dalle concessioni idroelettriche, per non penalizzare le comunità locali e i territori disagiati dallo sfruttamento della risorsa idrica».

2.838

GUALDANI, CHIAVAROLI, FILIPPI, STEFANO ESPOSITO, DI BIAGIO

Il comma 104 è sostituito dal seguente:

«104. Al comma 38 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2013, n. 147, il secondo periodo e terzo periodo sono sostituiti dal seguente: '"Per il finanziamento di progetti innovativi di prodotto o di processo nel campo navale è autorizzato un impegno di spesa di 10 milioni di euro per venti anni a decorrere dall'esercizio 2014"».

2.839

CROSIO, ARRIGONI, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 107, inserire il seguente:

«107-*bis*. Le economie di spesa di cui ai commi 3 e 4, per l'anno 2015, pari a 6 milioni di euro, sono destinate al finanziamento dello studio di fattibilità per il prolungamento della linea metropolitana M5 di Milano, fino a Monza ? Lissone ? Muggiò».

Conseguentemente, alla Tabella B, voce Ministero del lavoro e delle politiche sociali*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 6.000.000.

2.840

MARGIOTTA

Sopprimere il comma 108.

2.841

SAGGESE

Il comma 108 è soppresso.

2.842

URAS, DE PETRIS, PETRAGLIA, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Sopprimere il comma 108.

Conseguentemente all'articolo 3, comma 75, Tabella A voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015:
? CP: ? 25.000.000;
CS: ? 25.000.000;
2016:
? CP: ? 25.000.000;
CS: ? 25.000.000;
2017:
? CP: ? 25.000.000;
CS: ? 25.000.000.

2.843

GUALDANI

Sopprimere il comma 108.

2.844

SAGGESE

Il comma 108 è sostituito dal seguente:

«108. All'articolo 55 della legge 27 dicembre 1997, n. 449, sono apportate le seguenti modifiche:

a) il comma 23-*quater* è soppresso;

b) al comma 23-*sexies*, dopo le parole: "non si applica" sono inserite le parole: "agli accessi industriali e commerciali nonché".».

2.845

DE PETRIS, PETRAGLIA, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Al comma 108, aggiungere infine il seguente periodo: «A decorrere dal 1º gennaio 2015 ANAS S.p.A concorre al perseguimento degli obiettivi di maggiore efficienza e di contenimento della spesa pubblica di cui all'articolo 20 del decreto legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, secondo quanto stabilito dalla presente disposizione».

2.846

DE PETRIS, URAS, PETRAGLIA, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Dopo il comma 108, inserire il seguente:

«108-*bis*. Per ultimare le attività volte alla rimozione delle macerie nei territori della regione Abruzzo, conseguenti al sisma del 6 aprile 2009, le operazioni di movimentazione e trasporto dei materiali derivanti dal crollo degli edifici pubblici e privati, dalle attività di demolizione e abbattimento degli edifici pericolanti a seguito di ordinanza sindacale, da interventi edilizi effettuati su incarico della pubblica amministrazione, sono a carico delle Amministrazioni competenti che li gestiscono in conformità con quanto previsto dalla normativa vigente e con particolare riferimento al decreto legislativo 12 aprile 2006 n. 63 e al decreto legislativo del 3 aprile 2006 n. 152. Le stesse pubbliche amministrazioni sono autorizzate ad avvalersi dei siti di deposito temporaneo autorizzati e localizzati in uno dei Comuni del Cratere che abbiano in disponibilità aree per il trattamento del rifiuto.

108-*ter*. Le pubbliche amministrazioni vigilano affinché i soggetti incaricati dei lavori effettuino la demolizione selettiva e/o la raccolta selettiva per raggruppare i materiali di cui al comma precedente in categorie omogenee. caratterizzarli ed identificarli con il corrispondente codice CER., nel rispetto delle disposizioni di legge di cui al decreto legislativo del 3 aprile 2006 n. 152, e, infine, procedano al trasporto verso i siti di recupero e smaltimento autorizzati.

108-*quater*. Gli Uffici Speciali di cui all'articolo 67-*ter* del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 134, incaricati del monitoraggio finan7.iarioe attuativo, si occupano anche del monitoraggio delle macerie. A questo fine, per garantire la tracciabilità dei materiali di cui al comma 1 e il monitoraggio delle informazioni relative alla movimentazione degli stessi, i soggetti incaricati dei lavori sono obbligati a registrarsi nella banca dati di gestione delle macerie secondo modalità che verranno definite con provvedimenti dei Responsabili degli Uffici speciali. La mancata o incompleta esecuzione delle comunicazioni di cui sopra, comporta la revoca dei finanziamenti, nonché la revoca delle autorizzazioni ed abilitazioni al trasporto a carico delle ditte inadempienti.

108-*quinquies*. Al fine di dare attuazione agli interventi previsti dal Protocollo di Intesa stipulato con il Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, con la Provincia dell'Aquila e con il Comune dell'Aquila in data 2 dicembre 2010, e dall'Accordo di Programma siglato in data 14 gennaio 2013 tra il Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare ed il Comune dell'Aquila, concernenti, tra l'altro, le azioni di recupero e riqualificazione ambientale della cava *ex* Teges in località Pontignone-Paganica-Comune dell'Aquila, i materiali classificati con codice CER 200399, vengono prioritariamente conferiti presso il deposito temporaneo localizzato nella cava *ex* Teges. Il termine di autorizzazione per l'esercizio del detto impianto, fissato dai decreto Capo del Dipartimento della Protezione Civile rep. n. 16 del 6 agosto 2009, è prorogato fino all'esaurimento della sua capacità.

108-*sexies*. Nell'ambito delle risorse destinate alla ricostruzione privata una quota fino ad un massimo dell'l per cento delle suddette risorse, di cui alla presente legge e successive, confluisce in un

fondo istituito presso La Presidenza del Consiglio dei ministri, Struttura di missione per il coordinamento dei processi di ricostruzione e sviluppo nei territori colpiti dal sisma del 6 aprile 2009, di cui al decreto del Presidente del Consiglio dei ministri del 1º giugno 2014.

108-*septies*. Al fine di assicurare la continuità delle attività di ricostruzione e di recupero del tessuto urbano e sociale dei territori abruzzesi colpiti dal sisma, le risorse del fondo possono essere utilizzate, per provvedere ai fabbisogni di prestazioni e servizi di natura tecnica e di assistenza qualificata, in qualunque forma resi, degli enti locali e degli uffici statali istituzionalmente preposti alle attività della ricostruzione, anche in deroga alla normativa relativa ai rapporti di lavoro a tempo determinato.

108-*octies*. Tale fabbisogno è definito sulla base di un Programma di assistenza tecnica, con cadenza biennale, posto in essere, su proposta degli enti locali e degli uffici interessati, dalla Presidenza del consiglio dei ministri».

Conseguentemente all'articolo 1, sopprimere il comma 121.

2.847

GUALDANI

Dopo il comma 108, aggiungere il seguente:

«108-*bis*. All'articolo 57, del decreto-legge 9 febbraio 2012, n. 5, convertito con modificazioni dalla legge 4 aprile 2012, n. 35, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al comma 2 , dopo le parole: "per le infrastrutture e insediamenti strategici di cui al comma 1" sono aggiunte le parole: "nonché per le opere necessarie al trasporto, allo stoccaggio, al trasferimento degli idrocarburi in raffineria, alle opere accessorie, ai terminali costieri e alle infrastrutture portuali strumentali allo sfruttamento di titoli concessori esistenti, comprese quelle localizzate al di fuori del perimetro delle concessioni di coltivazione".

b) alcomma 2, dopo la parola: «autorizzazioni,» sono aggiunte le parole: «incluse quelle»;

c) dopo il comma 3, sono inseriti i seguenti:

"3-*bis*. In caso di mancata espressione da parte della regione degli atti di intesa si provvede con le modalità di cui all'articolo 1, comma 8-*bis*, della legge 23 agosto 2004, n. 239, così come inserito dall'articolo 38, comma 1, del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito con legge 7 agosto 2012, n. 134. In caso di dissenso da parte della regione si provvede con le modalità di cui all'articolo 14-*quater*, comma 3, della legge 7 agosto 1990, n. 241.

3-*ter*. L'autorizzazione di cui al comma 2 produce gli effetti previsti dall'articolo 52-*quinques*, comma 2, del decreto del Presidente della Repubblica 8 giugno 2001, n. 327, nonché quelli di cui all'articolo 38, comma 1, decreto-legge n. 133 del 12 settembre 2014, convertito con legge 11 novembre 2014, n. 164.

3-*quater*. Le disposizioni del presente articolo, si applicano, su istanza del proponente, solo con riferimento alle opere rispetto alle quali sia già stato adottato un decreto di compatibilità ambientate».

2.848

CROSIO, ARRIGONI, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 108, inserire il seguente:

«108-*bis*. Al decreto legislativo 12 aprile 2006, n. 163, sono apportate le seguenti modifiche:

a) all'articolo 66, il comma 7 è sostituito dai seguenti:

"7. Gli avvisi e i bandi sono altresì pubblicati per estratto sulla *Gazzetta Ufficiale* della Repubblica italiana, serie speciale relativa ai contratti pubblici, per intero sul "profilo di committente" della stazione appaltante, ed entro i successivi due giorni lavorativi, sul sito informatico del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti di cui al decreto del Ministro dei lavori pubblici 6 aprile 2001, n. 20, e sul sito informatico presso l'Osservatorio, con l'indicazione degli estremi di pubblicazione sulla *Gazzetta. Ufficiale* della Repubblica italiana. La pubblicazione nella *Gazzetta Ufficiale* della Repubblica italiana è effettuata entro il sesto giorno feriale successivo a quello del ricevimento della documentazione da parte dell'Ufficio inserzioni dell'Istituto poligrafico e zecca dello Stato. La. pubblicazione di informazioni ulteriori, complementari o aggiuntive rispetto a quelle indicate nel

presente decreto, e nell'allegato IX A, avviene esclusivamente in via telematica e non può comportare oneri finanziari a carico delle stazioni appaltanti.

7-*bis*. Le spese per la pubblicazione per estratto sulla *Gazzetta Ufficiale* della Repubblica italiana, serie speciale relativa ai contratti pubblici, degli avvisi, dei bandi di gara e delle informazioni di cui all'allegato IX A sono rimborsate alla stazione appaltante dall'aggiudicatario entro il termine di sessanta giorni dall'aggiudicazione".

b) all'articolo 122, il comma 5, è sostituito dai seguenti:

"5. I bandi relativi a contratti di importo pari o superiore a cinquecento mila euro sono pubblicati per

estratto nella *Gazzetta Ufficiale* della Repubblica italiana, serie speciale relativa ai contratti pubblici, per intero sul "profilo di committente" della stazione appaltante, ed entro i successivi due giorni lavorativi, sul sito informatico del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti di cui al decreto del Ministro dei lavori pubblici 6 aprile 2001, n. 20 e sul sito informatico presso l'Osservatorio, con l'indicazione degli estremi di pubblicazione nella *Gazzetta Ufficiale* della Repubblica italiana. I bandi relativi a contratti di importo inferiore a cinquecentomila euro sono pubblicati nell'albo pretorio del Comune ove si eseguono i lavori e nel profilo di committente della stazione appaltante; gli effetti giuridici connessi alla pubblicazione decorrono dalla pubblicazione nell'albo pretori o del Comune. Si applica, comunque, quanto previsto dall'articolo 66, comma 15. La pubblicazione nella *Gazzetta Ufficiale* della Repubblica italiana è effettuata entro il sesto giorno feriale successivo a quello del ricevimento della documentazione da parte dell'Ufficio inserzioni dell'Istituto poligrafico e zecca dello Stato. La pubblicazione di informazioni ulteriori, complementari o aggiuntive rispetto a quelle indicate nel presente decreto e nell'allegato IX A, avviene esclusivamente in via telematica e non può comportare oneri finanziari a carico delle stazioni appaltanti.

5-*bis*. Le spese per la pubblicazione per estratto sulla *Gazzetta Ufficiale* della Repubblica italiana, serie speciale relativa ai contratti pubblici, degli avvisi, dei bandi di gara e delle informazioni di cui all'allegato IX A sono rimborsate alla stazione appaltante da11'aggiudicatario entro il termine di sessanta giorni dall'aggiudicazione".

2. L'articolo 26 del decreto legge 24 aprile 2014 n. 66, come convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, è soppresso».

2.849

GUALDANI

Dopo il comma 108, aggiungere il seguente:

«108-*bis*. Con riferimento alle. autostrade e strade il cui sistema di pedaggio utilizzato è di tipo senza barriere, con tecnologia di sistema elettronico o video, si considera sprovvisto di titolo di . entrata chi non ha provveduto ad effettuare il pagamento dell'importo dovuto entro i termini previsti dal regolamento dell'autostrada e il pedaggio da corrispondere è calcolato dal primo portale di rilevamento dell'autovettura fino al portale immediatamente successivo a quello in cui è stato effettuato l'ultimo rilevamento. Chiunque ometta, in tutto o in parte, di corrispondere il pagamento entro quindici giorni dai termini previsti dal regolamento dell'autostrada è soggetto alla sanzione amministrativa del pagamento di e 50, aumentata a e 300 in relazione alla seconda violazione effettuata nella stessa autostrada, nonché alla sospensione della carta di circolazione del veicolo per trenta giorni in caso di terza o successiva violazione. L'accertamento, la contestazione delle violazioni e la riscossione delle sanzioni amministrative sono assicurati dal personale dei concessionari autostradali e stradali e dei loro affidatari del servizio di riscossione, anche in collaborazione con la Polizia Stradale, sulla base di un apposito atto convenzionale con il Ministero delle infrastrutture e trasporti. Le somme riscosse dai concessionari autostradali in applicazione della presente nonna sono riversate all'entrata del bilancio dello Stato e sono riassegnate, previa quantificazione dei mancati introiti e delle spese relative all'attività di riscossione, con decreto del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti, di concerto con il Ministero dell'economia e delle finanze, ai concessionari al fine di compensare i mancati ricavi per omesso pagamento del pedaggio da parte degli utenti. Le somme

eccedenti tale compensazione restano acquisite all'erario dello Stato».

2.850

URAS, DE PETRIS, PETRAGLIA, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Dopo il comma 108, è aggiunto il seguente:

«108-*bis*. Gli accessi stradali sprovvisti alla data di entrata in vigore della presente legge della preventiva autorizzazione dell'ente proprietario della strada ai sensi dell'articolo 22 del decreto legislativo 30 aprile 1992, n. 285 devono essere regolarizzati entro il 30 giugno 2015 mediante presentazione della domanda di cui all'articolo 27 del citato decreto legislativo n. 285. Nei comuni come individuati dall'articolo 22, comma 2, del decreto-legge 2 aprile 2014, n. 66, convertito con modificazioni dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, i coltivatori diretti e gli imprenditori agricoli professionali, iscritti nella relativa gestione previdenziale, che per l'esercizio delle attività agricole di cui all'articolo 2135 del codice civile utilizzano una pluralità di accessi stradali sprovvisti della relativa autorizzazione sono esonerati, all'atto della regolarizzazione di cui al presente articolo, dal pagamento del canone di concessione per l'accesso stradale più prossimo al fondo rustico ove è ubicato il centro aziendale o al fabbricato rurale adibito ad abitazione. Per gli altri accessi stradali utilizzati dai soggetti indicati nel precedente periodo per i quali non trova applicazione l'esonero *ivi* disposto, il canone concessorio è ridotto ad un quinto di quello determinato ai sensi dell'articolo 27 del citato decreto legislativo n. 285».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 116, sostituire le parole: «100 milioni»*, con le seguenti:* «95 milioni».

2.851

CROSIO, ARRIGONI, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 108 inserire il seguente:

«108-*bis*. L'ANAS S.p.a. è autorizzata ad applicare il pedaggio sulle autostrade e sui raccordi autostradali in gestione diretta della stessa ANAS S.p.a., come elencate all'allegato A della presente legge, in relazione ai costi di investimento, di manutenzione straordinaria e di gestione di ciascuna tratta, da riscuotere esclusivamente attraverso stazioni di esazione da installare presso le interconnessioni con ciascuna delle autostrade a pedaggio assentite in concessione. Entro il 31 dicembre di ciascun anno l'ANAS S.p.a., integra l'elenco di cui al citato allegato A, previa ricognizione delle caratteristiche delle strade in gestione diretta che devono essere quelle tipiche richieste per le autostrade. Nella predisposizione del piano tariffario l'ANAS S.p.a. prevede agevolazioni o esclusioni dall'imposizione dei nuovi pedaggi per i cittadini residenti e per le imprese presenti sul territorio, qualora non esistano strade alternative di percorrenza. In sede di prima applicazione del presente comma e fino all'installazione delle stazioni di esazione, sulle medesime tratte si applica la maggiorazione tariffaria forfettaria di cui al comma 2 dell'articolo 15 del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito, con modificazione, dalla legge 30 luglio 2010, n. 122, ad esclusione delle tratte che non presentano le caratteristiche tipiche richieste per le autostrade. Le nuove entrate sono utilizzate dall'ANAS S.p.a. prioritariamente per l'ammodernamento, la manutenzione ordinaria e straordinaria e la messa in sicurezza delle tratte sottoposte ai nuovi pedaggi, oltre che per la realizzazione delle stazioni di esazione».

Allegato A

(all'articolo 30, comma 5-bis)

1) A90 Grande Raccordo Anulare;
2) A91 Roma-aeroporto Fiumicino;
3) A3 Salerno-Reggio Calabria;
4) A18 diramazione di Catania e RA 15 tangenziale ovest di Catania;
5) A19 Palermo-Catania;
6) RA2 Salerno-Avellino;
7) RA3 Siena-Firenze;

8) RA6 Bettolle-Perugia;
9) RA8 Ferrara-Porto Garibaldi;
10) RA9 di Benevento;
11) RA11 Ascoli-Porto D'Ascoli;
12) RA12 Chieti-Pescara;
13) RA5 Sicignano-Potenza;

2.852

CROSIO, ARRIGONI, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 108 inserire il seguente:

«108-*bis*. Decorsi sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, le strade già appartenenti al demanio statale ai sensi dell'articolo 822 del codice civile e non comprese nella rete autostradale nazionale sono trasferite con decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri, su proposta del Ministro delle infrastrutture e dei trasporti, previa intesa in sede di conferenza unificata, al demanio delle regioni, ovvero, con leggi regionali emanate ai sensi dell'articolo 4, comma 1, della legge 15 marzo 1997, n. 59, al demanio degli enti locali, contestualmente all'effettivo trasferimento delle risorse finanziarie, umane, strumentali ed organizzative, attualmente detenute da ANAS SpA, ivi comprese quelle delle strutture territoriali. Le leggi regionali attribuiscono agli enti titolari anche il compito della gestione delle strade medesime. In seguito al trasferimento spetta alle regioni o agli enti locali titolari delle strade la determinazione dei criteri e la fissazione e la riscossione, come entrate proprie, delle tariffe relative alle licenze, alle concessioni e alla esposizione della pubblicità lungo o in vista delle strade trasferite, secondo i principi definiti con atto di indirizzo e di coordinamento emanato ai sensi dell'articolo 8 della legge 15 marzo 1997, n. 59».

2.853

BISINELLA, CROSIO, ARRIGONI, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 108 inserire il seguente:

«108-*bis*. Per il finanziamento della terza corsia della A4, tratto Venezia-Trieste è autorizzata la spesa di 32,75 milioni di euro, per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

Conseguentemente, alla Tabella B, voce Ministero del lavoro e delle politiche sociali*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 32.750.000;
2016: ? 32.750.000;
2017: ? 32.750.000.

2.854

TOSATO, MUNERATO, COMAROLI, CROSIO, ARRIGONI

Dopo il comma 108 inserire il seguente:

«108-*bis*. Per la realizzazione del prolungamento della strada statale n. 434 "Transpolesana", oltre l'autostrada A4 fino alla città di Verona, è destinato all'ANAS SpA l'importo complessivo di 46,150 milioni di euro, in ragione di 12 milioni di euro per l'anno 2015, 14 milioni di euro per l'anno 2016 e 20,150 milioni di euro per l'anno 2017».

Conseguentemente, alla Tabella B, voce Ministero del lavoro e delle politiche sociali*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 12.000.000;
2016: ? 14.000.000;
2017: ? 20.150.000.

2.855

TOSATO, MUNERATO, COMAROLI, CROSIO, ARRIGONI

Dopo il comma 108 inserire il seguente:

«108-*bis*. Per il finanziamento dei lavori di realizzazione della Variante alla Strada Statale 12 "dell'Abetone e del Brennero", nella provincia di Verona, tratto Verona Sud ? Buttapietra, è autorizzato l'importo complessivo di 35 milioni di euro, in ragione di 12 milioni di euro per l'anno 2015, 12

milioni di euro per l'anno 2016 e 11 milioni di euro per l'anno 2017».

Conseguentemente, alla Tabella B, voce Ministero del lavoro e delle politiche sociali*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 12.000.000;
2016: ? 12.000.000;
2017: ? 11.000.000.

2.856

GUALDANI

Dopo il comma 108, aggiungere il seguente:

«108-*bis*. All'articolo 28 del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al comma 8, dopo le parole: "dei carburanti", sono inserite le seguenti: "fermo quanto previsto dal comma 10 in materia di impianti autostradali";

b) al comma 10, le parole da: "nel caso in cui tali attività" fino alla fine del comma, sono sostituite dalle seguenti: "In ogni caso, sono fatti salvi i vincoli scaturenti dalle convenzioni di sub concessione relative ad aree autostradali assegnate con le procedure di cui all'articolo 11, comma 5-*ter* , della legge 23 dicembre 1992, n, 498 e successive modificazioni, ivi compresi quelli con cui l'ente proprietario della strada o il concessionario limiti in tutto o in parte lo svolgimento delle suddette attività. L'esercizio delle attività di cui al comma 8 nelle aree autostradali, anche laddove consentite dall'ente proprietario della strada o dal concessionario come attività accessorie all'impianto di distribuzione di carburanti, è affidato mediante procedura competitiva, ai sensi dell'articolo 11, comma 5-*ter*, della legge 23 dicembre 1992, n. 498, e successive modificazioni. La procedura deve garantire il confronto concorrenziale sulle componenti economica e tecnica dell'offerta relative alle stesse attività e la parità di trattamento fra operatori diversi nella medesima area di servizio"».

2.857

ALBANO

Dopo il comma 108, Inserire i seguenti:

«108-*bis*. All'articolo 3, comma 1, della legge 28 gennaio 1994, n. 84 dopo le parole: "Comando generale del Corpo delle capitanerie di porto", aggiungere le seguenti: "retto da un ammiraglio ispettore capo del Corpo delle capitanerie di porto".

108-*ter*. All'onere di cui al comma 108-*bis*, pari a 22.000 euro a decorrere dall'anno 2015, si provvede mediante corrispondente riduzione dei fondi dell'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 2, comma 98, della legge 24 dicembre 2007, n. 244».

2.858

GUALDANI

All'articolo 2, apportare le seguenti modificazioni:

«*a)* dopo il comma 108, aggiungere i seguenti:

"108-*bis*. All'articolo 3, comma 1, della legge 28 gennaio 1994, n. 84 dopo le parole: 'Comando generale del Corpo delle capitanerie di porto', aggiungere le seguenti: 'retto da un ammiraglio ispettore capo del Corpo delle capitanerie di porto'.

108-*ter*. All'onere derivante dal comma 108-*bis*, pari a 22.000 euro annui, si provvede mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 2, comma 98, della legge 24 dicembre 2007, n. 244".

b) al comma 119, capoverso comma 3-*bis*, l'ultimo periodo è soppresso».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 132 le parole: «di 6,1» *sono sostituite dalle seguenti:* «di 2,115» *e le parole: «di 22,8» sono sostituite dalle seguenti:* «di 18,8».

2.859

GUALDANI

Dopo il comma 108, aggiungere i seguenti:

«108-*bis*. All'articolo 3, comma 1, della legge 28 gennaio 1994, n. 84 dopo le parole: "Comando

generale del Corpo delle capitanerie di porto", aggiungere le seguenti: "retto da un ammiraglio ispettore capo del Corpo delle capitanerie diporto".

108-*ter*. All'onere economico derivante dal comma 108-*bis*, pari a 22.000 euro annui, si provvede mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 2, comma 98, della legge 24 dicembre 2007, n. 244».

2.860

GUALDANI

All'articolo 2 dopo il comma 108, inserire il seguente:

«108-*bis*. All'articolo 3, comma 1, della legge 28 gennaio 1994, n. 84 dopo le parole: "comando generale del Corpo delle capitanerie di porto", aggiungere le seguenti: "retto da un ammiraglio ispettore capo del Corpo delle capitanerie di porto".

108-*ter*. Agli oneri derivanti dal comma 108-*bis* si provvede mediante riduzione dell'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 2, comma 98, della legge 24 dicembre 2007, n. 244».

2.861

GUALDANI

Dopo il comma 108, inserire il seguente:

«108-*bis*. All'articolo 55 della legge 27 dicembre 1997, n. 449, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) il comma 23-*quater* è soppresso;

b) al comma 23-*quinquies:*

1) al primo periodo, le parole: "in un'unica soluzione" sono soppresse;

2) l'ultimo periodo è soppresso;

c) al comma 23-*sexies*, le parole: "23-*quater*" sono soppresse;

d) al comma 23-*septies*, le parole: "23-*quater* sono soppresse.

2.862

MARGIOTTA

Dopo il comma 108, inserire il seguente comma:

«108-*bis*. All'articolo 55 della legge 27 dicembre 1997, n. 449, sono apportate le seguenti modifiche:

a) il comma 23-*quater* è soppresso;

b) al comma 23-*sexies*, dopo le parole: "non si applica" sono inserite le parole: "agli accessi industriali e commerciali nonché"».

2.863

SAGGESE

Dopo il comma 108, inserire il seguente:

«108-*bis*. All'articolo 55 della legge 27 dicembre 1997, n. 449, sono apportate le seguenti modifiche:

a) il comma 23-*quater* è soppresso;

b) al comma 23-*sexies*, dopo le parole: "non si applica" sono inserite le parole: "agli accessi industriali e commerciali nonché"».

2.864

COMAROLI, ARRIGONI, CROSIO, TOSATO

Dopo il comma 108 inserire il seguente:

«108-*bis*. Per la realizzazione del progetto "Variante di Casalpusterlengo ed eliminazione del passaggio a livello sulla SP ex SS 234", sulla SS 9-via Emilia, è autorizzata la spesa di 32 milioni di euro in favore dell'ANAS per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017.

Conseguentemente, alla Tabella B, voce Ministero del lavoro e delle politiche sociali*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 32.000.000;

2016: ? 32.000.000;

2017: ? 32.000.000.

2.865

CENTINAIO, CROSIO, ARRIGONI, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 108, inserire il seguente:

«108-*bis*. È autorizzata in favore dell'ANAS SpA la spesa di 18 milioni di euro, per ciascuno degli anni 2015, 2016, 2017, per la realizzazione del Nuovo Ponte sul Po, in provincia di Pavia, di sostituzione del ponte della Becca sulla SS 617».

Conseguentemente, alla Tabella B, voce Ministero del lavoro e delle politiche sociali*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 18.000.000;
2016: ? 18.000.000;
2017: ? 18.000.000.

2.866

DE PIETRO, URAS, CASALETTO, MASTRANGELI

Al comma 110, la parola: «quattro» *è sostituita con la parola:* «tre».

2.867

GUALDANI

Dopo il comma 110, aggiungere il seguente:

«110-*bis*. Allo scopo di garantire, anche per l'anno 2015, il funzionamento dei Corpi ausiliari della Croce rossa italiana alle Forze armate anche nelle missioni internazionali all'estero, il finanziamento di cui all'articolo 8, comma 2, terzo periodo, del decreto legislativo 28 settembre 201, n. 178 è destinato, sino al limite massimo di 7 milioni di euro, ad assicurare il richiamo in servizio del personale di cui all'articolo 6, comma 9, ultimo periodo del medesimo decreto legislativo».

2.868

GUALDANI

Dopo il comma 110, aggiungere il seguente:

«110-*bis*. Allo scopo di garantire, anche per l'anno 2015, il funzionamento dei Corpi ausiliari della Croce rossa italiana alle Forze annate anche nelle missioni internazionali all'estero, il finanziamento di cui all'articolo 8, comma 2, terzo periodo, del decreto legislativo 28 settembre 201, n. 178 è destinato, sino al limite massimo di 7 milioni di euro, ad assicurare il richiamo in servizio del personale di cui all'articolo 6, comma 9, ultimo periodo del medesimo decreto legislativo».

2.869

RIZZOTTI, MARIAROSARIA ROSSI

Dopo il comma 110 aggiungere il seguente:

«110-*bis*. Allo scopo di garantire, anche per l'anno 2015, il funzionamento dei Corpi ausiliari della Croce Rossa italiana alle Forze armate anche nelle missioni internazionali all'estero, il finanziamento di cui all'articolo 8, comma 2, terzo periodo, del decreto legislativo 28 settembre 2012, n.178 è destinato, sino al limite massimo di 7 milioni di euro, ad assicurare il richiamo in servizio del personale di cui all'articolo 6, comma 9, ultimo periodo del medesimo decreto legislativo».

2.870

DE PETRIS, URAS, PETRAGLIA, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Sopprimere il comma 111.

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 116, sostituire le parole: «100 milioni»*, con le seguenti:* «99 milioni».

2.871

CIOFFI, SCIBONA, CIAMPOLILLO, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Dopo il comma 113, inserire il seguente:

«113-*bis. Il Fondo per la contribuzione agli investimenti per lo sviluppo del trasporto merci per ferrovia, con particolare riferimento al trasporto combinato e di merci pericolose ed agli investimenti per le autostrade viaggianti, di cui all'articolo 38, comma 6, della legge 10 agosto 2002, n. 166, è*

incrementato di ulteriori 10 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016 e di 30 milioni di euro per l'anno 2017».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 75, alla tabella B ivi richiamata, alla voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 10.000.000;
2016: ? 10.000.000;
2017: ? 30.000.000.

2.872

RANUCCI

Dopo il comma 114, aggiungere il seguente:

«114-*bis*. Il comma 3-*bis* dell'articolo 4 del decreto legislativo 14 marzo 2011, n. 23, è sostituito dal seguente:

"3-*bis*. I comuni che hanno sede giuridica nelle isole minori e i comuni nel cui territorio insistono isole minori possono istituire, con regolamento da adottare ai sensi dell'articolo 52 del decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, e successive modificazioni, in alternativa all'imposta di soggiorno di cui al comma 1 del presente articolo, un'imposta di sbarco, da applicare fino ad un massimo di euro 2,50, ai passeggeri che sbarcano sul territorio dell'isola minore, utilizzando vettori che forniscono collegamenti di linea o vettori aeronavali che svolgono servizio di trasporto di persone a fini commerciali, abilitati e autorizzati ad effettuare collegamenti verso l'isola. Il comune che ha sede giuridica in un'isola minore e nel cui territorio insistono altre isole minori con centri abitati, destina il gettito del tributo per interventi nelle singole isole minori dell'arcipelago in proporzione agli sbarchi effettuati nelle medesime. L'imposta è riscossa, unita mente al prezzo del biglietto, da parte delle compagnie di navigazione e aeree o dei soggetti che svolgono servizio di trasporto di persone ai fini commerciali e che sono responsabili del pagamento dell'imposta, con diritto di rivalsa sui soggetti passivi, della presentazione della dichiarazione e degli ulteriori adempimenti previsti dalla legge e dal regolamento comunale, ovvero con le diverse modalità stabilite dal comune con regolamento ai sensi del predetto articolo 52 del decreto legislativo n. 446 del 1997, in relazione alle particolari modalità di accesso alle isole. Per l'omessa o infedele presentazione della dichiarazione da parte del responsabile d'imposta si applica la sanzione amministrativa dal 100 al 200 per cento dell'importo dovuto. Per l'omesso, ritardato o parziale versamento dell'imposta si applica la sanzione amministrativa di cui all'articolo 13 del decreto legislativo 18 dicembre 1997, n. 471, e successive modificazioni. Per tutto quanto non previsto dalle disposizioni del presente articolo si applica l'articolo 1, commi da 158 a 170, della legge 27 dicembre 2006, n. 296. L'imposta non è dovuta dai soggetti residenti nel comune, dai lavoratori, dagli studenti pendolari, nonché dai componenti dei nuclei familiari del soggetti che risultino aver pagato l'imposta municipale propria e che sono parificati al residenti. I comuni possono prevedere nel regolamento modalità applicative del tributo, nonché eventuali esenzioni e riduzioni per particolari fattispecie o per determinati periodi di tempo; possono altresì prevedere un aumento dell'imposta tino ad un massimo di euro 5,00 in relazione a determinati periodi di tempo, possono altresì prevedere un'Imposta fino ad un massimo di euro 5,00 in relazione all'accesso a zone disciplinate nella loro fruizione per motivi ambientali, in prossimità di fenomeni attivi di origine vulcanica, ed in tal caso l'imposta può essere riscossa dalle locali guide vulcanologiche regolarmente autorizzate o da altri soggetti individuati dall'amministrazione comunale con apposito avviso pubblico. Il gettito del tributo è destinato a finanziare interventi in materia di turismo e interventi di fruizione e recupero dei beni culturali e ambientali locali ed altresì interventi in materia di polizia locale e sicurezza, di mobilità e viabilità, di raccolta e smaltimento dei rifiuti, nonché dei relativi servizi pubblici locali"».

2.873

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 115, inserire il seguente:

«115-*bis*. Ai fini del contenimento della spesa le disponibilità assegnate al programma *Joint*

Strike Fighter (F-35) sono dimezzate».

2.874

GASPARRI

Sopprimere il comma 116.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 1.500.000;
2016: ? 1.500.000;
2017: ? 1.500.000.

2.875

GASPARRI

Sopprimere il comma 116.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 1.500.000;
2016: ? 1.500.000;
2017: ? 1.500.000.

2.876

GUALDANI

Al comma 117 aggiungere, in fine, il seguente periodo: «Conseguentemente, all'articolo 36, comma 1, del decreto legislativo 15 marzo 2010, n.66, le parole: "con mansione di archivista; le mansioni di archivista sono affidate a sottufficiali o a impiegati civili del Ministero stesso" sono sostituite dalle seguenti: "nei limiti dei posti di organico di cui al comma 2"».

2.877

LANGELLA

Al comma 117, aggiungere, in fine, il seguente periodo: «Conseguentemente, all'articolo 36, comma 1, del decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66, le parole: "con mansione di archivista; le mansioni di archivista sono affidate a sottufficiali o a impiegati civili del Ministero stesso" sono sostituite dalle seguenti: "nei limiti dei posti di organico di cui al comma 2"».

2.878

GUALDANI

Il comma 119, è sostituito dal seguente:

«119. All'articolo 584 del codice di cui al decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66, è aggiunto, in fine, il seguente comma: "3-*bis*. In aggiunta alle riduzioni previste dal comma 1 e agli effetti di risparmio correlati alla riduzione organica di cui all'articolo 2, comma 3, del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, gli oneri previsti dagli articoli 582 e 583 del presente codice sono ulteriormente ridotti per complessivi 62,3 milioni di euro per l'anno 2015 e del 12 per cento a decorrere dall'anno 2016"».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 3.985.000;
2016: ? 4.000.000;
2017: ? 4.000.000.

2.879

FILIPPI, LAI, BORIOLI, CANTINI, CARDINALI, STEFANO ESPOSITO, MARGIOTTA, RANUCCI, SONEGO

Sostituire il comma 119 con il seguente:

«119. All'articolo 584 del codice di cui al decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66, è aggiunto, in fine, il seguente:

"3-*bis*. In aggiunta alle riduzioni previste dal comma 1 e agli effetti di risparmio correlati alla

riduzione organica di cui all'articolo 2, comma 3, del decreto legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, gli oneri previsti dagli articoli 582 e 583 del presente codice sono ulteriormente ridotti per complessivi 62,3 milioni di euro per l'anno 2015 e del 12 per cento a decorrere dall'anno 2016".».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 3.985;
2016: ? 4.000;
2017: ? 4.000.

2.880

FILIPPI, LAI, BORIOLI, CANTINI, CARDINALI, STEFANO ESPOSITO, MARGIOTTA, RANUCCI, SONEGO

Sostituire il comma 119 con il seguente:

«119. All'articolo 584 del codice di cui al decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66, è aggiunto, in fine, il seguente:

"3-*bis*. In aggiunta alle riduzioni previste dal comma 1 e agli effetti di risparmio correlati alla riduzione organica di cui all'articolo 2, comma 3, del decreto legge 6 luglio 2012, n.95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, gli oneri previsti dagli articoli 582 e 583 del presente codice sono ulteriormente ridotti per complessivi 62,3 milioni di euro per l'anno 2015 e del 12 per cento a decorrere dall'anno 2016."».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 3.985;
2016: ? 4.000;
2017: ? 4.000.

2.881

GUALDANI

Al comma 119, capoverso comma «3-*bis*», *l'ultimo periodo è soppresso.*

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 132 le parole: «di 6,1» *sono sostituite dalle seguenti* «di 2,115» *e le parole:* «di 22,8» *sono sostituite dalle seguenti: «di 18,8».*

2.882

GUALDANI

Al comma 119, capoverso comma «3-*bis*», *l'ultimo periodo è soppresso.*

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 132 le parole: «di 6,1» *sono sostituite dalle seguenti:* «di 2,115» *e le parole:* «di 22,8» *sono sostituite dalle seguenti:* «di 18,8».

2.883

FILIPPI

Al comma 119, capoverso «3-*bis*, *sopprimere le parole da:* »Gli oneri previsti dall'articolo 585« *sino alla fine del periodo.*

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 3.985;
2016: ? 4.000;
2017: 0.

2.884

ALBANO

Al comma 119, capoverso comma «3-*bis*», *ultimo periodo è sostituito dal seguente:* «citati oneri previsti dagli articoli 582 e 583 del presente codice sono ulteriormente ridotti per complessivi euro 3.985.000 per l'anno 2015 e euro 4.000.000 a decorrere dall'anno 2016».

2.885

MARINELLO, MANCUSO, GUALDANI

Dopo il comma 119, aggiungere il seguente:

«119-*bis*. AI fine di incrementare l'azione di contrasto alla criminalità, l'Arma dei Carabinieri può procedere per l'anno 2015, in deroga ai limiti previsti dalla legislazione vigente, all'assunzione di personale a tempo indeterminato nel limite massimo di spesa di 10 milioni di euro a decorrere dal 1º gennaio 2015, facendo ricorso allo scorrimento delle graduatorie degli idonei del concorso indetto con decreto ministeriale n.4/1D del 14 gennaio 2014».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 10.000.000;
2016: ? 10.000.000;
2017: ? 10.000.000;

2.886

GUALDANI

Dopo il comma 119, aggiungere il seguente:

«119-*bis*. AI fine di incrementare l'azione di contrasto alla criminalità, la Guardia di finanza può procedere per l'anno 2015, in deroga ai limiti previsti dalla legislazione vigente, all'assunzione di personale a tempo indeterminato nel limite massimo di spesa di 10 milioni di euro a decorrere dal 1º gennaio 2015, facendo ricorso allo scorrimento delle graduatorie degli idonei dei concorsi già indetti».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 10.000.000;
2016: ? 10.000.000;
2017: ? 10.000.000;

2.887

GUALDANI

Dopo il comma 119, aggiungere il seguente:

«119-*bis*. AI fine di incrementare l'azione di contrasto alla criminalità, la Polizia di Stato può procedere per l'anno 2015, in deroga ai limiti previsti dalla legislazione vigente, all'assunzione di personale a tempo Indeterminato nel limite massimo di spesa di 10 milioni di euro a decorrere dal 1 gennaio 2015, facendo ricorso allo scorrimento delle graduatorie degli idonei dei concorsi già indetti».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 10.000.000;
2016: ? 10.000.000;
2017: ? 10.000.000;

2.888

SANTANGELO, COTTI, MARTON, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Sopprimere i commi 120, 121, 122 e 123.

Conseguentemente, il fondo di cui all'articolo 1, comma 124 è ridotto di 220 milioni per il 2015 e di 100 milioni per il 2016.

2.889

SANTANGELO, COTTI, MARTON, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Al comma 120, primo periodo, dopo le parole: «il Ministero della Difesa» *aggiungere le seguenti:* «, nell'ambito delle azioni di perseguimento degli obiettivi di finanza pubblica attraverso la gestione dei beni immobili dello Stato, considera l'alienazione di tali immobili come scelta residuale rispetto alla locazione o all'attivazione di concessioni in uso. L'alienazione dei suddetti immobili pubblici è consentita solo nei casi in cui i tentativi di locazione o di attivazione di concessioni in uso, reiterati annualmente, non abbiano sortito esiti positivi per un periodo di tempo pari ad almeno 60 mesi dalla pubblicazione del primo avviso pubblico per locazione o per concessione d'uso di immobili pubblici.

Non è consentita la vendita di immobili in blocco. Non è consentita la vendita di immobili attraverso procedure ristrette tra cui la trattativa privata. Il Ministero di cui al primo periodo».

2.890
SANTANGELO, COTTI, MARTON, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI
Sostituire il comma 121 con il seguente:

«121. Per il conseguimento degli obiettivi di cui al comma 120, l'elenco degli alloggi liberi di cui all'articolo 405, comma 1 del testo unico. di cui al decreto del Presidente della Repubblica 15 marzo 2010, n.90 e successive modificazioni, sono trasmessi alle Commissioni Difesa di Camera e Senato e ai Comuni sul cui territorio tali alloggi sono ubicati. Entro 90 giorni dalla trasmissione dell'elenco il Comune può far valere un diritto di prelazione con uno sconto sul prezzo di base d'asta pari al 30 per cento. Gli alloggi non opzionati dai Comuni sono messi in vendita con uno sconto sul prezzo base d'asta del 20 per certo».

2.891
LANGELLA
Al comma 121, dopo l'ultimo periodo, inserire il seguente: «La partecipazione alle procedure di vendita con sistema d'asta è consentita anche ai proprietari di altre abitazioni, senza eccezioni né limitazioni».

2.892
GASPARRI
Sopprimere il comma 124.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 1.500.000;
2016: ? 1.500.000;
2017: ? 1.500.000.

2.893
BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, MILO, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE
Sopprimere il comma 124.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 100.000;
2016: ? 200.000;
2017: ? 200.000.

2.894
MARIO MAURO
Sopprimere il comma 124.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 50.654;
2016: ? 104.153;
2017: ? 107.654.

2.895
MARIO MAURO
Sopprimere il comma 124.

2.896
FILIPPI
Sostituire il comma 124 con il seguente:

«124. L'articolo 1095 del decreto legislativo 15 marzo 2010, n.66 è sostituito dal seguente:

"Art. 1095 ? *(Attribuzione del grado di vertice per il Corpo delle Capitanerie di porto). ? 1.* All'ufficiale più anziano del Corpo delle capitanerie di porto, che ha maturato un periodo di permanenza minima pari a un anno nel grado di ammiraglio ispettore è conferito il grado di ammiraglio ispettore capo.

2. Il conferimento è effettuato in sovrannumero rispetto alle dotazioni organiche previste dal presente codice ed in deroga all'articolo 1078 e non dal luogo a vacanza organica nel grado di ammiraglio ispettore"».

Alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 2.500.000;
2016: ? 2.500.000;
2017: ? 2.500.000.

2.897

FILIPPI

Sostituire il comma 124 con il seguente:

«124. L'articolo 1095 del decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66 è sostituito dal seguente:

"Art. 1095 ? *(Attribuzione del grado di vertice per il Corpo delle Capitanerie di porto). ? 1.* All'ufficiale più anziano del Corpo delle capitanerie di porto, che ha maturato un periodo di permanenza minima pari a un anno nel grado di ammiraglio ispettore è conferito il grado di ammiraglio ispettore capo.

2. Il conferimento è effettuato in sovrannumero rispetto alle dotazioni organiche previste dal presente codice ed in deroga all'articolo 1078 e non da luogo a vacanza organica nel grado di ammiraglio ispettore"».

124-*bis*. Agli oneri derivanti dal comma 124 pari a euro 25.000 si provvede a valere sui fondi di parte corrente messi a disposizione del centro di responsabilità amministrativa «Comando generale del Corpo delle capitanerie di porto ? Ministero infrastrutture e dei trasporti» mediante corrispondente riduzione dei fondi dell'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 1, comma 107, della legge 27 9icembre 2013, n. 147.

2.898

ALBANO

Sostituire il comma 124 con i seguenti:

«124. L'articolo 1095 del decreto legislativo 15 marzo 2010, n.66 è sostituito dal seguente:

"Art. l095 ? *(Attribuzione del grado di vertice per il Corpo delle Capitanerie di porto). ? 1.* All'ufficiale più anziano del Corpo delle capitanerie di porto, che ha maturato un periodo di permanenza minima pari a un anno nel grado di ammiraglio ispettore è conferito il grado di ammiraglio ispettore capo.

2. Il conferimento è effettuato in sovrannumero rispetto alle dotazioni organiche previste dal presente codice ed in deroga all'articolo 1078 e non dal luogo a vacanza organica nel grado di ammiraglio ispettore. 124-*bis*. Agli oneri di cui al comma 124, si provvede a valere sui fondi di parte corrente messi a disposizione del centro di responsabilità amministrativa Comando generale del Corpo delle capitanerie di porto ? Ministero infrastrutture e dei trasporti' mediante corrispondente riduzione del fondi dell'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 2, comma 98, della legge 24 dicembre 2007, n. 244"».

2.899

MILO

Sostituire il comma 124 con i seguenti:

«124. L'articolo 1095 del decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66 è sostituito dal seguente:

"Art. 1095. ? *(Attribuzione del grado di vertice per il Corpo delle Capitanerie di porlo). ? 1.* All''ufficiale più anziano del Corpo delle capitanerie di porto, che ha maturato un periodo di

permanenza minima pari a un anno nel grado di ammiraglio ispettore è conferito il grado di ammiraglio ispettore capo.

2. Il conferimento è effettuato in soprannumero rispetto alle dotazioni organiche previste dal presente codice ed in deroga all'articolo 1078 e non dà luogo a vacanza organica nel grado di ammiraglio ispettore".

124-*bis*. Agli oneri derivanti si provvede a valere sui fondi di parte corrente messi a disposizione del centro di responsabilità amministrativa Comando generale del Corpo delle capitanerie di porto ? Ministero infrastrutture e dei trasporti' mediante corrispondente riduzione dei fondi dell'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 2, comma 98, della legge 24 dicembre 2007, n. 244"».

2.900

GUALDANI

Al comma 124, aggiungere, in fine, il seguente periodo: «Limitatamente al Corpo delle capitanerie di porto, le disposizioni di cui al presente comma decorrono a far data dal 1º gennaio 2018. Al relativo onere, pari a 22.000 euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, si provvede mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 2, comma 98, della legge 24 dicembre 2007, n. 244.».

2.901

DI GIORGI

Al comma 125, sopprimere le seguenti parole: «, assicurando una riduzione delle spese per il personale con contratto a tempo determinato dell'Agenzia industrie difesa non inferiore al 60 per cento rispetto alla spesa sostenuta nell'anno 2014. Conseguentemente, l'ulteriore termine di cui al comma 3 del citato articolo 2190 del codice di cui al decreto legislativo n. 66 del 2010, e successive modificazioni, è prorogato al 31 dicembre 2015 per non oltre un terzo dei contratti. stipulati ai. sensi dell'articolo 143, comma 3, del testo unico di cui al decreto del Presidente della Repubblica 15 marzo 2010, n. 90».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 100.000;
2016: ? 100.000;
2017: ? 100.000.

2.902

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 125, primo periodo, sopprimere le parole da: «assicurando fino alla fine del medesimo periodo».

Conseguentemente al comma 112 sostituire la parola: «250» *con la seguente:* «230».

2.903

COTTI, SANTANGELO, MARTON, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Dopo il comma 125, aggiungere il seguente:

«125-*bis*. Ai fini del contenimento della spesa, le risorse assegnate al programma Joint Strike Fighter CF ?35) sono soppresse».

2.904

COTTI, SANTANGELO, MARTON, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Dopo il comma 125, inserire il seguente:

«125-*bis*. Ai fini del contenimento della spesa, le risorse assegnate al programma Joint Strike Fighter CF ?35) sono ridotte della metà».

2.905

COTTI, SANTANGELO, MARTON, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Dopo il corn.ma 125, aggiungere il seguente:

«125-*bis*. Ai fini del contenimento della spesa, le risorse assegnate al programma di acquisizione di sommergibili denominati U ? 212, nonché alla dotazione di sistemi d'arma ad essi collegati, sono

soppresse».

2.906

FORMIGONI

Dopo il comma 126 è inserito il seguente:

«126-bis. All'articolo 67-*septies* del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 134, dopo il comma 1-*bis*, è aggiunto il seguente:

"l-ter. Le disposizioni previste dagli articoli 2, 3, 10, 11 e 11-*bis* del decreto-legge 6 giugno 2012, n. 74, convertito, con modificazioni, dalla legge 1º agosto 2012, n. 122, e successive modificazioni, e dall'articolo 3-*bis* del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, si applicano alle imprese, ove risulti l'esistenza del nesso causale tra i danni e gli eventi sismici del 20 e 29 maggio 2012, ricadenti nei comuni della provincia di Brescia.
Dall'attuazione del presente comma non devono derivare nuovi o maggiori oneri per la finanza pubblica".».

2.907

DONNO, GAETTI, FATTORI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Sopprimere i commi da 127 a 129.

Conseguentemente, alla tabella C, Missione Comunicazioni, Programma Sostegno all'editoria, voce Ministero dell'economia e delle finanze *Legge n. 67 del 1987, apportare le seguenti variazioni:*

2015:

CP ? 3.000.000;

CS: ? 3.000.000;

2016:

CP ? 3.000.000;

CS: ? 3.000.000;

2017:

CP ? 3.000.000;

CS: ? 3.000000.

2.908

LIUZZI

Sostituire il comma 127 con il seguente:

«127. Al fine di razionalizzare il settore della ricerca e della sperimentazione nel settore agro alimentare e di sostenere gli spin off tecnologici, nonché al fine di razionalizzare e contenere la spesa pubblica, in attuazione del principio di cui all'articolo l del decreto-legge 13 agosto 2011, n. 138, convertito, con modificazioni, dalla legge 14 settembre 2011, n. 148, e successive modificazioni, anche tenendo conto degli indirizzi e delle proposte formulate ai sensi dell'articolo 49-bis, commi l e 2, del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 agosto 2013, 98, l'Istituto nazionale di economia agraria (INEA) è incorporato nel Consiglio per la ricerca e la sperimentazione in agricoltura (CRA). TI Consiglio subentra nei rapporti giuridici attivi e passivi dell'INEA, ivi inclusi i compiti e le funzioni ad esso attribuite dalle disposizioni vigenti. Con decreto del Ministro delle politiche agricole alimentari e forestali, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze e con il Ministro per la semplificazione e la pubblica amministrazione, da adottare entro novanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono individuate le risorse umane strumentali e finanziarie dell'INEA trasferite al Consiglio. Entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, il bilancio di chiusura dell'INEA è deliberato dall'organo in carica alla data di incorporazione e trasmesso per 1'approvazione al Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali e al Ministero dell'economia e delle finanze. Ai componenti degli organi dell'INEA sono corrisposti compensi, indennità o altri emolumenti comunque denominati fino alla data di incorporazione. Per gli adempimenti di cui sopra, ai componenti. dei predetti organi spetta esclusivamente, ove dovuto, il rimborso delle spese sostenute nella misura prevista dai rispettivi ordinamenti. Entro trenta giorni dal l'entrata in vigore della presente legge, il Ministro delle politiche

agricole alimentari e forestali approva il piano di riorganizzazione e razionalizzazione della rete delle articolazioni territoriali presentato dal Consiglio di amministrazione del CRA che ha previsto una riduzione superiore al 50 per cento degli attuali centri di ricerca. Entro novanta giorni il Consiglio di Amministrazione del CRA predispone lo statuto del Consiglio e gli interventi di incremento dell'efficienza organizzativa ed economica. Il Ministro delle politiche agricole alimentari e forestali, tenuto conto delle proposte del Consiglio di Amministrazione, approva, con decreto di natura non regolamentare, da emanare previo parere delle Commissioni parlamentari competenti, la direttiva di indirizzo triennale delle attività di ricerca e sperimentale, lo statuto del Consiglio».

b) il comma 128 è soppresso;

c) il comma 129 è sostituito dal seguente:

«129. Nelle more dell'attuazione del riordino del Consiglio, il contributo ordinario annuo a carico dello Stato in favore del CRA, di cui all'articolo 6, comma l, lettera *a)*, del decreto legislativo 29 ottobre 1999, n. 454, è ridotto di 5 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015.».

2.909

BOCCHINO, MUSSINI, BENCINI, CAMPANELLA, MASTRANGELI, DE PIN

Apportare le seguenti modifiche:

«*a)* Sostituire il comma 127 con il seguente:

"127. Al fine di razionalizzare il settore della ricerca e della sperimentazione nel settore agro alimentare e di sostenere gli *spin-off* tecnologici, nonché al fine di razionalizzare e contenere la spesa pubblica, in attuazione del principio di cui all'articolo 1 del decreto-legge 13 agosto 2011, n. 138, convertito, con modificazioni, dalla legge 14 settembre 2011, n. 148, anche tenendo conto degli indirizzi e delle proposte formulate ai sensi dell'articolo 49-*bis*, commi 1 e 2, del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 agosto 2013, n. 98, il Governo è delegato al riordino anche per incorporazione o per fusione dell'Istituto nazionale di economia agraria (INEA) e del Consiglio per la ricerca e la sperimentazione in agricoltura (CRA) in conformità dei principi approvati dalla VII commissione permanente del Senato. L'INEA e il CRA sono commissariati. I commissari, con il coordinamento della competente Direzione Generale Mipaaf, predispongono, entro centoventi giorni dalla nomina, un piano per il rilancio e la razionalizzazione delle attività di ricerca e sperimentazione in agricoltura, prevedendo interventi di efficientamento organizzativo ed economico, finalizzati all'accorpamento, razionalizzazione delle strutture e delle attività degli enti, prevedendo un numero limitato di centri per la ricerca e la sperimentazione, a livello almeno interregionale, su cui concentrare le risorse della ricerca e l'attivazione di convenzioni e collaborazioni strutturali con altre pubbliche amministrazioni, regioni e privati, con riduzione delle attuali articolazioni territoriali pari ad almeno il 50 per cento, nonché alla riduzione degli oneri amministrativi. Il Ministro delle politiche agricole alimentari e forestali, tenuto conto delle proposte dei Commissari, approva, con decreto di natura non regolamentare, da emanare previo parere delle Commissioni parlamentari competenti, la direttiva di indirizzo triennale delle attività di ricerca e sperimentazione, lo statuto e il piano di interventi necessari ad assicurare il contenimento della spesa e delle sedi, nonché l'equilibrio finanziario degli enti. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio. Nel caso di fusione dei due Enti il Ministero con proprio decreto definirà la natura giuridica del nuovo Ente di Ricerca, e dovrà garantire, in particolare, per le attività INEA una adeguato sistema ordinamentale che consenta di non disperdere il patrimonio di competenze presente nell'Istituto";

b) Sostituire il comma 128 con il seguente:

"128. I commissari di cui al comma 127, sono nominati con decreto del Ministro delle politiche agricole alimentari e forestali, entro trenta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge e durano in carica un anno, prorogabile, per motivate esigenze, una sola volta. Con il medesimo decreto è stabilito il mandato dei commissari, che si sostituiscono agli organi statutari del Consiglio per la ricerca e la sperimentazione in agricoltura (CRA), e l'ammontare del compenso nei limiti di cui all'articolo 15, comma 3, del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla

legge 15 luglio 2011, n. 111. Con il medesimo decreto il Ministro delle politiche agricole alimentari e forestali può nominare due sub-commissari da individuarsi fra esperti in materia di organizzazione della sperimentazione e della ricerca applicata al settore agricolo e agro alimentare che affiancano il commissario nell'esercizio delle sue funzioni, fissandone il relativo compenso, che non può comunque eccedere l'80 per cento di quello del commissario. Al trattamento economico del commissario e degli eventuali sub-commissari si provvede a valere sui capitoli di bilancio di INEA e CRA. Le graduatorie concorsuali attive ai sensi delle leggi vigenti restano valide e sono utilizzabili anche durante e successivamente il periodo di commissariamento per le procedure di reclutamento che saranno autorizzate dal Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali ministero F.P. in base ai percorsi per il reclutamento ordinario e straordinario nei due enti.

Entro 180 giorni dalla data di costituzione del nuovo ente è data facoltà ai dipendenti con contratto a tempo indeterminato e con contratto a tempo determinato di esercitare il diritto di optare per il mantenimento della cassa previdenziale di provenienza".

c) Sopprimere il comma 129».

2.910

LIUZZI

Apportare le seguenti modificazioni:

«*a)* il comma 127 è sostituito dal seguente:

"127. Al fine di razionalizzare il settore della ricerca e della sperimentazione nel settore agro alimentare e di sostenere gli *spin off* tecnologici, nonché al fine di razionalizzare e contenere la spesa pubblica, in attuazione del principio di cui all'articolo 1 del decreto-legge 13 agosto 2011, n. 138, convertito, con modificazioni, dalla legge 14 settembre 2011, n. 148, e successive modificazioni, anche tenendo conto degli indirizzi e delle proposte formulate ai sensi dell'articolo 49-*bis*, commi 1 e 2, del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 agosto 2013, n. 98, il Ministro delle politiche agricole alimentari e forestali, entro 60 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, approva il piano di riorganizzazione e razionalizzazione della rete delle articolazioni territoriali presentato dal Consiglio per la ricerca e la sperimentazione in agricoltura che prevede una riduzione dei centri di ricerca superiore al cinquanta per cento";

b) il comma 128 è soppresso».

2.911

DONNO, GAETTI, FATTORI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Al comma 127, primo periodo, dopo la parola: «incorporato» *aggiungere le seguenti:* «previo risanamento».

2.912

GAETTI, DONNO, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Al comma 127, terzo periodo, sostituire le parole da: «sono individuate» *fino alla fine del periodo, con le seguenti:* «le risorse umane strumentali e finanziarie dell'INEA sono trasferite al Consiglio».

2.913

DONNO, GAETTI, FATTORI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Al comma 127, settimo periodo, sostituire le parole: «entro centoventi giorni dalla data della sua nomina» *con le seguenti:* «entro centottanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge».

2.914

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 127 sopprimere le parole: «pari ad almeno 50 per cento»*, e dopo le parole:* «con decreto di natura non regolamentare» *aggiungere le seguenti:* «previo parere delle Commissioni parlamentari competenti».

2.915

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 127 dopo le parole: «le responsabilità gestorie del predetto organo»*, aggiungere le seguenti:* «il Commissario provvede alla costituzione di una società per azioni denominata "Economia

agraria" alla quale sono conferiti i debiti dell'INEA nonché i beni patrimoniali definiti con proprio decreto dal Ministro delle politiche agricole, alimentari e forestali».

2.916

DONNO, GAETTI, FATTORI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Al comma 127, sostituire il decimo periodo con il seguente: «La direttiva di indirizzo triennale delle attività di ricerca e sperimentazione, lo statuto e il piano degli interventi necessari ad assicurare il contenimento della spesa e la riduzione del numero delle sedi nonché l'equilibrio finanziario del Consiglio, sono trasmessi, entro trenta giorni dalla loro predisposizione da parte del commissario, ai fini dell'espressione del parere, alle competenti commissioni parlamentari e successivamente approvati, con decreto di natura con regolamentare, del Ministro delle politiche agricole, alimentari e forestali».

2.917

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 127 aggiungere i seguenti:

«127-*bis*. Nessuna amministrazione pubblica, comprese le forze armate, può avere in dotazione auto di servizio, ad esclusione di quelle adibite a funzioni di difesa nazionale, sicurezza interna e soccorso pubblico.

127-*ter*. Fermo restando quanto stabilito al comma precedente, hanno diritto all'utilizzo per fini istituzionali dell'auto di servizio esclusivamente i titolari delle seguenti cariche: il Capo dello Stato, i Presidenti del Senato e della Camera, il Presidente del Consiglio dei Ministri e il Presidente della Corte costituzionale. Ciascun Ministero può avere in dotazione non più di un auto di servizio. 127-*quater*. il personale in esubero per effetto dell'applicazione dei precedenti commi 1 e 2 è collocato in mobilità.

127-*quinquies*. Con decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri, da adottarsi entro 90 giorni dall'entrata in vigore della presente legge, su proposta del Ministro per la pubblica amministrazione e per la semplificazione e del Ministro dell'Economia e delle Finanze, sono individuate le autovetture di proprietà pubblica risultanti in eccesso per effetto dell'applicazione dei precedenti commi e sono disposte le modalità per la loro dismissione».

2.918

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 127 aggiungere i seguenti:

«127-*bis*. All'articolo 12 della legge 5 febbraio 1992, n. 91, sono aggiunti, in fine, i seguenti commi:

"2-*bis*. La cittadinanza è revocata al cittadino italiano, che la abbia acquistata ai sensi dell'articolo 5, in caso di sentenza di condanna passata in giudicato:

a) per uno dei delitti previsti nel libro secondo, titolo I, capi I, II e III, del codice penale;

b) per uno dei delitti previsti dagli articoli 416-*bis*, 575, 600, 600-*bis*, 600-*ter*, 600-*quinquies*, 601, 602, 609-*bis*, 609-*quater*, 609-*octies* e 630 del codice penale;

c) per i delitti riguardanti la produzione, il traffico e la detenzione illeciti di sostanze stupefacenti o psicotrope, di cui all'articolo 73 del testo unico delle leggi in materia di disciplina degli stupefacenti e sostanze psicotrope, prevenzione, cura e riabilitazione dei relativi stati di tossicodipendenza, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 9 ottobre 1990, n. 309, e successive modificazioni, aggravati ai sensi dell'articolo 80, comma 1, lettera *a)*, e comma 2, del medesimo testo unico, nonché per il delitto di associazione finalizzata al traffico illecito di sostanze stupefacenti o psicotrope di cui all'articolo 74 del citato testo unico, in tutte le ipotesi previste dai commi 1, 4 e 5 del medesimo articolo 74.

127-*ter*. La revoca della cittadinanza ai sensi del comma l27-*bis* comporta l'immediata espulsione e il contestuale trasferimento dell'esecuzione della pena detentiva nel Paese di origine del condannato"».

2.919

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 127 aggiungere il seguente:

«127-*bis*. Allo scopo di contenere le spese dell'Amministrazione del Ministero dell'Interno, a decorrere dal 1º gennaio 2014 sono soppresse le Prefetture-Uffici territoriali del Governo. Le funzioni esercitate dai Prefetti in relazione al mantenimento dell'ordine pubblico sono assegnate ai questori territorialmente competenti».

2.920

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 127 aggiungere il seguente:

«127-*bis*. Dopo l'articolo 5, comma 5, del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito, con modificazioni, dalla legge 31 luglio 2010, n. 122, inserire il seguente comma:

"5-*bis*. La disposizione di cui al comma precedente non si applica all'organo di revisione di cui all'articolo 234 del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, e successive modificazioni e all'articolo 16, comma 25, del decreto-legge 13 agosto 2011, n. 138, convertito, con modificazioni, dalla legge 14 settembre.2011, n. 148"».

2.921

FORMIGONI

Al comma 128, secondo periodo, sostituire le parole: «nei limiti di cui all'articolo 15, comma 3, del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111»*, con le seguenti:* «nei limiti di cui all'articolo 13, comma 1, del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89».

2.922

GAETTI, DONNO, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Al comma 128, apportare le seguenti modificazioni:

a) sopprimere il terzo periodo

b) al quarto periodo, sopprimere le parole: «e dei subcommissari».

2.923

MANGILI, LEZZI, BULGARELLI

Dopo il comma 128 inserire il seguente:

«128-*bis*. Al fine di consentire la migliore programmazione o realizzazione delle attività istituzionali previste dallo statuto e dalla direttiva di indirizzo di cui al comma 3, il personale in servizio con contratto a tempo indeterminato del CRA o dell'INEA è riunito in un unico ruolo professionale dell'Agenzia ordinato in base all'anzianità nel livello della qualifica funzionale posseduta. Per consentire la massima valorizzazione delle professionalità presenti nell'Agenzia nonché la migliore programmazione delle future assunzioni nei profili di ricercatore e tecnologo, il personale in possesso di anzianità di servizio antecedente al 10 gennaio 1990 utilmente inserito nelle ultime graduatorie dei processi di sviluppo professionale di. cui all'articolo 64 del contratto collettivo nazionale di lavoro del 21 febbraio 2002 viene inquadrato, con decorrenza 10 gennaio 2015, nella qualifica prevista dalla graduatoria stessa».

2.924

GAETTI, DONNO, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Sopprimere il comma 129.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 3.000.000;

2016: ? 3.000.000;

2017: ? 3.000.000.

2.925

GAETTI, DONNO, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Al comma 129, sostituire le parole: «è ridotto»*, con le seguenti:* «è aumentato».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le*

seguenti variazioni:

2015: ? 3.000.000;

2016: ? 3.000.000;

2017: ? 3.000.000.

2.926

PIGNEDOLI

Al comma 129, sostituire le parole: «a decorrere dall'anno 2015» *con le seguenti:* «per l'anno 2015».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle Finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ?;

2016: ? 3.000.000;

2017: ? 3 .000.000.

2.927

GAETTI, DONNO, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Al comma 129, sostituire le parole: «a decorrere dall'anno 2015»*, con le seguenti:* «per l'anno 2015».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2016: ? 3. 000.000;

2017: ? 3. 000.000.

2.928

STEFANO, DE PETRIS, URAS

Dopo il comma 129, aggiungere il seguente:

«129-*bis*. I pagamenti delle Regioni e degli Enti locali per gli interventi di prevenzione e eradicazione delle fitopatologie vegetali sostenuti negli anni 2015, 2016 e 2017, sono esclusi dal vincolo del patto di stabilità interno. Per il potenziamento degli interventi di cui al presente comma è autorizzata la spesa di 3 milioni di euro annui per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, da ripartire con decreto del Ministro delle politiche agricole alimentari e forestali, previo parere della Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le regioni e le province autonome di Trento e di Bolzano».

Conseguentemente sostituire il comma 131 con il seguente:

«131. L'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 2, comma 133, secondo periodo, della legge 24 dicembre 2007, n. 244, è ridotta di 9.400.000 euro per gli anni 2015,2016 e 2017 e di 6.400.000 annui a decorrere dall'anno 2018».

2.929

STEFANO, DE PETRIS, URAS, CERVELLINI

Dopo il comma 129, è aggiunto il seguente:

«129-*bis*. Per il potenziamento del servizio fitosanitario nazionale, con particolare riferimento all'emergenza provocata per il settore olivicolo dalla diffusione della mosca olearia e alla necessità di rafforzare i sistemi di monitoraggio e contrasto alla diffusione dell'insetto, è autorizzata la spesa di 10 milioni di euro per l'anno 2015, da ripartire con decreto del Ministro delle politiche agricole alimentari e. forestali, previo parere della Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le regioni e le province autonome di Trento e di Bolzano».

Conseguentemente sostituire il comma 131 con il seguente:

«131. L'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 2, comma 133, secondo periodo, della legge 24 dicembre 2007, n. 244, è ridotta di 16.400.000 euro per l'anno 2015, e di 6.400.000 annui a decorrere dall'anno 2016».

2.930

STEFANO, DE PETRIS, URAS

Dopo il comma 129, aggiungere il seguente:

«129-*bis*. AI fine di potenziare le attività di ricerca, monitoraggio e intervento promosse dai servizi filosanitari regionali in attuazione del decreto del Ministro delle politiche agricole alimentari e

forestali del 26 settembre 2014, pubblicato sulla *Gazzetta Ufficiale* n. 239 del 14 ottobre 2014, è autorizzata la spesa di 3 milioni di euro per l'anno 2015, da ripartire con decreto del Ministro delle politiche agricole alimentari e fo resta li , previo parere della Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le regioni e le province autonome di Trento e di Bolzano».

Conseguentemente sostituire il comma 131 con il seguente:

«131. L'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 2, comma 133, secondo periodo, della legge 24 dicembre 2007, n. 244, è ridotta di 9.400.000 euro per l'anno 2015, e di 6.400.000 annui a decorrere dall'anno 2016».

2.931

CANDIANI, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 129 inserire i seguenti:

«129-*bis*. L'Agenzia per le erogazioni in agricoltura (AGEA), istituita dal decreto legislativo 27 maggio 1999, n. 165, è soppressa e posta in liquidazione.

3-*ter*. È istituita l'Agenzia interregionale per le erogazioni in agricoltura, di seguito denominata "Agenzia".

129-*quater*. L'Agenzia è dotata di autonomia, nei limiti stabiliti dalla presente legge, ed è sottoposta al controllo della Cotte dei conti, ai sensi dell'articolo 3, comma 4, della legge 14 gennaio 1994, n. 20. Essa è sottoposta ai poteri di indirizzo e di vigilanza del Ministero delle politiche agricole, alimentari e forestali e dei consigli direttivi dei dipartimenti interregionali, ai sensi delle disposizioni dell'articolo 3 della presente legge e degli articoli 4 e 14 del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165, e successive modificazioni, L'Agenzia può avvalersi del patrocinio dell'Avvocatura dello Stato, ai sensi dell'articolo 43 del testo unico di cui al regio decreto 30 ottobre 1933, n. 1611, e successive modificazioni.

129-*quinquies*. L'Agenzia ha sede legale in Roma, fatte salve diverse determinazioni statutarie. E suddivisa in dipartimenti interregionali e può dotarsi di una sede di rappresentanza presso l'Unione europea. A capo dei dipartimenti interregionali sono posti i consigli direttivi, composti dagli assessori regionali competenti per il territorio nel quale opera ciascun dipartimento.

3-*sexies*. L'articolazione dell'Agenzia in dipartimenti non comporta nuovi o maggiori oneri a carico della finanza pubblica. A tale fine le regioni interessate mettono a disposizione dei dipartimenti interregionali e dell'Agenzia gli immobili e le risorse umane. strumentali e finanziarie necessari.

129-*septies*. L'Agenzia subentra all'AGEA in liquidazione in tutti i rapporti attivi e passivi. nonché nella qualifica di organismo pagatore. Entro il 30 novembre 2015 ogni regione deve indicare al Ministero delle politiche agricole, alimentari e forestali se utilizza l'Agenzia quale organismo pagatore ovvero se conferma o istituisce un proprio organismo pagatore. Sono confermati gli organismi pagatori regionali già istituiti e riconosciuti alta data di entrata in vigore della presente legge.

2.932

FORMIGONI, DALLA TOR

Dopo il comma 129 inserire il seguente:

«129-*bis*. Ai fini del miglioramento qualitativo del sistema di erogazione degli aiuti comunitari in agricoltura e dei servizi resi alle imprese agricole, di incrementarne l'efficienza, la sorveglianza e la tempestività, in coerenza con la nuova Politica agricola comune (PAC) 2014 ? 2020, l'Agenzia per le erogazioni in agricoltura (AGEA) è autorizzata all'incremento di personale dipendente nel limite del 20 per cento della dotazione organica, attraverso l'attivazione dei processi di mobilità tra amministrazioni di cui al decreto legge 24 giugno 2014, n. 90, in deroga alle disposizioni in materia di riduzione delle dotazioni organiche di cui al decreto-legge 13 agosto 2011, n. 138, convertito, con modificazioni, dalla legge 14 settembre 2011, n. 148 e al decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135».

2.933

RUTA, LAI

Dopo il comma 129, inserire il seguente:

«129-*bis*. All'articolo 12, comma 15, del decreto legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, le parole: "sono determinati il compenso del direttore e dei componenti del collegio dei revisori" sono sostituite dalle seguenti: "è determinato il compenso dei componenti del collegio dei revisori. Il contratto con cui è definito, ai sensi dell'articolo 19 del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165, il corrispondente trattamento economico retributivo del direttore, che non può eccedere quello dei capi dipartimento del Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali, decorre dalla data di adozione del decreto di cui al comma 14, primo periodo e non si applicano i limiti di cui all'articolo 19, comma 6, del medesimo decreto legislativo 30 marzo 2001, n 165 e successive modificazioni e integrazioni".».

2.934

FORMIGONI

Dopo il comma 129, aggiungere il seguente:

«129-*bis*. All'articolo 12, comma 15, del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, le parole: "sono determinati il compenso del direttore e dei componenti del collegio dei revisori" sono sostituite dalle seguenti: "è determinato il compenso dei componenti del collegio dei revisori. il contratto con cui è definito, ai sensi dell'articolo 19 del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165, il corrispondente trattamento economico retributivo del direttore, che non può eccedere quello dei capi dipartimento del Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali, decorre dalla data di adozione del decreto di cui al comma 14, primo periodo, ferma restando l'esclusione dai limiti di cui all'articolo 19, comma 6, del medesimo decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165 e successive modificazioni e integrazioni"».

2.935

DONNO, GAETTI, FATTORI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Dopo il comma 129, aggiungere il seguente:

«129-*bis*. Le graduatorie concorsuali attive ai sensi delle leggi vigenti restano valide e sono utilizzabili, anche durante e successivamente il periodo di commissariamento, per le procedure di reclutamento che saranno autorizzate dal dipartimento della funzione pubblica in base ai percorsi per il reclutamento ordinario nei due enti».

2.936

DONNO, GAETTI, FATTORI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Dopo il comma 129, aggiungere il seguente:

«129-*bis*. Entro 180 giorni dalla data di costituzione del Consiglio è data facoltà ai dipendenti con contratto a tempo indeterminato e a quelli con contratto a tempo determinato di esercitare il diritto di optare per il mantenimento della Cassa previdenziale di provenienza».

2.937

SCOMA, TARQUINIO, AMIDEI

Sopprimere il comma 130.

Conseguentemente, all'articolo 1 sopprimere il comma 116; ridurre proporzionalmente del 3 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

2.938

CANDIANI, TOSATO, DIVINA, COMAROLI

Sopprimere il comma 130.

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 125, le parole: «è incrementato di 187,5 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015», *sono sostituite dalle seguenti:* «è incrementato di 87,5 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015».

2.939

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Sopprimere il comma 130.

*Conseguentemente, all'articolo 3, comma 7, dopo la letter*a) *aggiungere la seguente:*

a-bis) dopo l'articolo 1, comma 112 è aggiunto il seguente:

«Art. 17-*bis*.

(Acquisto di pubblicità on line)

1. I soggetti passivi che intendano acquistare servizi di pubblicità e *link* sponsonizzati *on line*, anche attraverso centri media e operatori terzi, sono obbligati ad acquistarli da soggetti titolari di una partita IVA rilasciata dall'amministrazione finanziaria italiana.

2. Gli spazi pubblicitari *on line* e i *link* sponsonizzati che appaiono nelle pagine dei risultati dei motori di ricerca (servizi di search advertising), visualizzabili sul territorio italiano durante la visita di un sito internet o la fruizione di un servizio *on line* attraverso rete fissa o rete e dispositivi mobili, devono essere acquistati esclusivamente attraverso soggetti, quali editori, concessionarie pubblicitarie, motori di ricerca o altro operatore pubblicitario, titolari di partita IV A rilasciata dall'amministrazione finanziaria italiana. La presente disposizione si applica anche nel caso in cui l'operazione di compravendita sia stata effettuata mediante centri media, operatori terzi e soggetti inserzionisti».

2.940

CANDIANI, TOSATO, DIVINA, COMAROLI

Sopprimere il comma 130.

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 100 milioni di euro a decorrere dal 2015».

2.941

DONNO, GAETTI, FATTORI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Sopprimere il comma 130.

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 69.000.000 euro per l'anno 2015 a 54.000.000 euro per l'anno 2016 e 61.000.000 euro per l'anno 2017».

2.942

BERGER, ZELLER, PALERMO, PANIZZA, LANIECE, BATTISTA, ROMANO, FAUSTO GUILHERME LONGO

Sopprimere il comma 130.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

? 2015: ? 95.000.000;
? 2016: ? 95.000.000;
? 2017: ? 95.000.000.

2.943

MARINELLO, MANCUSO, GUALDANI

Al comma 130, è sostituito dal seguente:

«130. All'articolo 1, comma 517, della legge 24 dicembre 2012, n. 228, il secondo periodo è sostituito dal seguente: "A decorrere dal 1º gennaio 2015 i consumi medi standardizzati di cui al periodo precedente sono ridotti ulteriormente dell'8 per cento".».

2.944

DIVINA, CANDIANI, TOSATO, COMAROLI

Al comma 130 sostituire le parole: «sono ridotti del 23 per cento» *con le seguenti:* «sono ridotti del 10 per cento».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 125, le parole: «è incrementato di 187,5 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015», *sono sostituite dalle seguenti*: «è incrementato di 37,5 milioni euro annui a decorrere dall'anno 2015».

2.945

DIVINA, CANDIANI, TOSATO, COMAROLI

Al comma 130 sostituire le parole: «sono ridotti del 23 per cento» *con le seguenti:* «sono ridotti del 10 per cento».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 150 milioni di euro a decorrere dal 2015».

2.946

AUGELLO, GUALDANI

Al comma 130, ultimo periodo, la parola: «23» *è sostituita dalla parola:* «15».

Conseguentemente, all'articolo 2 dopo il comma 130 aggiungere il seguente:

«130-*bis*. Considerata l'importanza dello specifico settore, al fine di mantenere anche per l'anno 2015 i consumi medi standardizzati di gasolio da ammettere all'impiego agevolato di cui al precedente comma, si provvede mediante provvedimenti adottati dal Presidente del Consiglio dei ministri sulla base degli indirizzi del Comitato interministeriale di cui all'articolo 49-*bis*, comma 1, del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69 convertito dalla legge 9 agosto 2013, n. 98, ad individuare ulteriori misure di razionalizzazione e di revisione della spesa, di ridimensionamento di strutture, di riduzione delle spese per beni e servizi, nonché di ottimizzazione dell'uso degli immobili, tali da assicurare una riduzione della spesa delle amministrazioni pubbliche di cui all'articolo 1, comma 2, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, in misura non inferiore a 60 milioni di euro a decorrere dal 2015».

2.947

BONFRISCO

Al comma 130, ultimo periodo, la parola: «23» *è sostituita dalla parola:* «15».

Conseguentemente, all'articolo 2 dopo il comma 130 aggiungere il seguente:

«130-*bis*. Considerata l'importanza dello specifico settore, al fine di mantenere anche per l'anno 2015 i consumi medi standardizzati di gasolio da ammettere all'Impiego agevolato di cui al precedente comma, si provvede mediante provvedimenti adottati dal Presidente del Consiglio dei Ministri sulla base degli indirizzi del Comitato interministeriale di cui all'articolo 49-*bis*, comma l, del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69 convertito dalla legge 9 agosto 2013, n. 98, ad individuare ulteriori misure di razionalizzazione e di revisione della spesa, di ridimensionamento di strutture, di riduzione delle spese per beni e servizi, nonché di ottimizzazione dell'uso degli immobili, tali da assicurare una riduzione della spesa delle amministrazioni pubbliche di. cui all'articolo l, comma 2, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, in misura non inferiore a 60 milioni di euro a decorrere dal 2015».

2.948

COMAROLI, TOSATO

Al comma 130, ultimo periodo, la parola: «23» *è sostituita dalla parola:* «15».

Conseguentemente, all'articolo 2 dopo il comma 130 aggiungere il seguente:

«130-*bis*. Considerata l'importanza dello specifico settore, al fine di mantenere anche per l'anno 2015 i consumi medi standardizzati di gasolio da ammettere all'impiego agevolato di cui al precedente comma, si provvede mediante provvedimenti adottati dal Presidente del Consiglio dei Ministri sulla base degli indirizzi del Comitato interministeriale di cui all'articolo 49-*bis*, comma 1, del decreto legge 21 giugno 2013, n. 69 convertito dalla legge 9 agosto 2013, n. 98, ad individuare ulteriori misure di razionalizzazione e di revisione della spesa, di ridimensionamento di strutture, di riduzione delle spese per beni e servizi, nonché di ottimizzazione dell'uso degli immobili, tali da assicurare una riduzione della spesa delle amministrazioni pubbliche di cui all'articolo 1, comma 2, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, in misura non inferiore a 60 milioni di euro a decorrere dal 2015».

2.949

BERGER, ZELLER, PALERMO, PANIZZA, LANIECE, BATTISTA, ROMANO, FAUSTO GUILHERME LONGO

Al comma 130, ultimo periodo, sostituire le parole: «23 per cento» *con le seguenti:* «18 per cento».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le

seguenti variazioni:

2015: ? 33.000.000;

2016: ? 33.000.000;

2017: ? 33.000.000.

2.950

RUVOLO

Dopo il comma 130, aggiungere il seguente:

«130-*bis*. 1.Nella parte II della tabella A allegata al decreto del Presidente della Repubblica del 26 ottobre 1972, n. 633, al numero 12-*bis)*, dopo la parola: "basilico," sono inserite le seguenti: "origano a rametti o sgranato"

2. Agli oneri di cui al comma 1, valutati in 500 mila euro annui a decorrere dall'anno 2015, si provvede mediante corrispondente utilizzo dello stanziamento del fondo speciale di parte corrente iscritto, ai fini del bilancio triennale 2014-2016, nell'ambito del programma "fondo di riserva e speciale" della missione "Fondi da ripartire" dello stanziamento di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno 2014, allo scopo parzialmente utilizzando l'accantonamento relativo al Ministero dell'economia e delle finanze».

2.951

RUVOLO

Sostituire il comma 131 con il seguente:

«131. A decorrere dall'anno 2015, l'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 2, comma 133, secondo periodo, della legge 24 dicembre 2007, n. 244, è incrementata di 10.000.000 euro annui».

Conseguentemente alla Tabella A voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 10;

2016: ? 10;

2017: ? 10.

2.952

FASIOLO, RUTA, ALBANO, BERTUZZI, GATTI, PIGNEDOLI, SAGGESE, VALENTINI

Dopo il comma 131, inserire il seguente:

«131 -*bis*. Al fine di conseguire un razionale impiego delle risorse pubbliche e, in particolare, dei mezzi a disposizione delle Forze di polizia, realizzando contestuali risparmi di spesa nel campo dell'impiego della flotta aerea di Stato, il Corpo forestale dello Stato è autorizzato alla cessione alla Guardia di finanza di tre aeromobili della linea elicotteristica A109N, a fronte di un corrispettivo da determinarsi con provvedimento del Comandante generale della Guardia di finanza e del Capo del Corpo forestale dello Stato. Il corrispettivo della predetta cessione è versato in conto entrate dello Stato, anche mediante rateizzazione in più esercizi finanziari, e integralmente riassegnato annualmente al Programma "Interventi per Soccorsi" dello stato di previsione della spesa dei Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali. Con il provvedimento del Comandante generale della Guardia di finanza e del Capo del Corpo forestale dello Stato con cui viene determinato il corrispettivo della cessione, può essere determinato anche il numero di rate annuali».

2.953

MARINELLO, MANCUSO, GUALDANI

Dopo il comma 131, inserire il seguente:

«131-*bis*. Al fine di conseguire un razionale impiego delle risorse pubbliche e, in particolare, dei mezzi a disposizione delle Forze di polizia, realizzando contestuali risparmi di spesa nel campo dell'impiego della flotta aerea di Stato, il Corpo forestale dello Stato è autorizzato alla cessione alla Guardia di finanza di tre aeromobili della linea elicotteristica A109N, a fronte di un corrispettivo da determinarsi con provvedimento del Comandante generale della Guardia di finanza e del Capo del Corpo forestale dello Stato. Il corrispettivo della predetta cessione è versato in conto entrate dello Stato, anche mediante rateizzazione in più esercizi finanziari, e integralmente riassegnato annualmente

al Programma "Interventi per Soccorsi" dello stato di previsione della spesa dei Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali. Con il provvedimento del Comandante generale della Guardia di finanza e del Capo del Corpo forestale dello Stato con cui viene determinato il corrispettivo della cessione, può essere determinato anche il numero di rate annuali».

2.954

DI BIAGIO

Dopo il comma 131, inserire il seguente:

«131-*bis*. Al fine di conseguire un razionale impiego delle risorse pubbliche e, in particolare, dei mezzi a disposizione delle Forze di polizia, realizzando contestuali risparmi di spesa nel campo dell'impiego della flotta aerea di Stato, il Corpo forestale dello Stato è autorizzato alla cessione alla Guardia di finanza di tre aeromobili della linea elicotteristica A109N, a fronte di un corrispettivo da determinarsi con provvedimento del Comandante generale della Guardia di finanza e del Capo del Corpo forestale dello Stato. Il corrispettivo della predetta cessione è versato in conto entrate dello Stato, anche mediante rateizzazione in più esercizi finanziari, e integralmente riassegnato annualmente al Programma "Interventi per Soccorsi" dello stato di previsione della spesa dei Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali. Con il provvedimento del Comandante generale della Guardia di finanza e del Capo del Corpo forestale dello Stato con cui viene determinato il corrispettivo della cessione, può essere determinato anche il numero di rate annuali».

2.955

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 131, inserire il seguente:

«131-*bis*. All'articolo 1-*bis*, comma 1, del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 91, convertito dalla legge Il agosto 2014, n. 116, dopo le parole: "utilizzano depositi", sono inserite le seguenti: "di olio di oliva di capienza non superiore a 25 metri cubi o"».

2.956

DONNO, GAETTI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Al comma 132, aggiungere, in fine, le seguenti parole: «, destinando una parte della quota a zone colpite da eventi alluvionali, in misura da stabilire secondo priorità».

2.957

ORRÙ, RUTA, ALBANO, BERTUZZI, FASIOLO, GATTI, PIGNEDOLI, SAGGESE, VALENTINI, LAI, FEDELI, ELENA FERRARA, PAGLIARI, MOSCARDELLI, CUCCA, CARDINALI, CHITI, SOLLO

Dopo il comma 132 inserire il seguente:

«132-*bis*. In considerazione del valore che le Isole minori rappresentano sotto il profilo naturalistico e ambientale, delle tradizioni e delle particolari culture che vi sono conservate, ed in applicazione degli articoli 174 e seguenti del Trattato sul funzionamento dell'Unione europea che, nel riconoscimento dei gravi e permanenti svantaggi naturali delle regioni insulari, prevedono la particolare tutela di tali aree anche attraverso provvedimenti e normative in deroga, a decorrere dall'anno 2015 ai terreni agricoli situati nei comuni delle Isole minori, di cui all'articolo 25, comma 7, allegato A, della legge 28 dicembre 2001, n. 448, nonché alle imprese agricole ivi situate sono estese le agevolazioni previste dalla normativa vigente per i terreni agricoli situati nelle zone montane e svantaggiate».

Conseguentemente all'articolo 3, comma 21, lettera g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quadruplo».

2.958

ZIZZA

Dopo il comma 132 aggiungere il seguente:

«132-*bis*. In merito a quanto disposto dal comma 132, tutte le aziende di produzione olivicola e vinicole, con decorrenza gennaio 2015, potranno usufruire di una imposta IVA per quanto concerne il consumo elettrico, pari al 10 per cento».

Conseguentemente, alla Tabella A voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 100.000.000;
2016: ? 100.000.000;
2017: ? 100.000.000.

Ridurre del 5 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente della allegata Tabella C.

2.959

ZIZZA

Dopo il comma 132 aggiungere il seguente:

«132-*bis*. In merito a quanto disposto dal comma 132, tutte le aziende di produzione olivicola, con decorrenza gennaio 2015, potranno usufruire di una imposta IVA per quanto concerne il consumo elettrico, pari al 10 per cento».

2015: ? 100.000.000;
2016: ? 100.000.000;
2017: ? 100.000.000.

Ridurre del 5 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente della allegata Tabella C.

2.960

ORRÙ, LAI, FEDELI, ELENA FERRARA, VALENTINI, PAGLIARI, MOSCARDELLI, CUCCA, CARDINALI, SOLLO

Dopo il comma 132, inserire il seguente:

«132-*bis*. Per l'attuazione degli interventi a sostegno delle imprese agricole condotte da giovani di cui al titolo 1, capo III, del decreto legislativo 21 aprile 2000, n 185, e successive modificazioni, è autorizzata la spesa di 20 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017 a favore del Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali».

Conseguentemente alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 20.000.000;
2016: ? 20.000.000;
2017: ? 20.000.000.

2.961

BERTUZZI, RUTA, ALBANO, FASIOLO, GATTI, PIGNEDOLI, SAGGESE, VALENTINI

Dopo il comma 132 inserire il seguente:

«132-*bis*. Il fondo per la razionalizzazione e la riconversione della produzione bieticolosaccarifera di cui all'articolo 1, comma 1063, della legge 27 dicembre 2006, n. 296, è rifinanziato per l'anno 2015 per un importo pari a 10 milioni di euro».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 10.000.000;
2016: ? 10.000.000;
2017: ? 10.000.000.

2.962

ZANONI, BROGLIA

Dopo il comma 132, aggiungere il seguente:

«132-*bis*. All'articolo 54 della legge 28 dicembre 1995, n. 549, al quarto periodo:

a) sopprimere le seguenti parole: "per un biennio ed";

b) sostituire le parole: "inseriti nel piano straordinario di messa in sicurezza degli edifici scolastici, con particolare riguarda a quelli che insistono sul territorio delle zone soggette a rischio sismico" con le seguenti: "di edilizia scolastica e può essere in tal caso alimentato anche da risorse finanziarie di soggetti esterni"».

2.963

RUTA, ALBANO, BERTUZZI, FASIOLO, GATTI, PIGNEDOLI, SAGGESE, VALENTINI

Dopo il comma 132, inserire il seguente:

«132-*bis*. I soci delle cooperative agricole in stato di accertata insolvenza alla data del 31 dicembre 1999, ai fini dell'accollo statale delle garanzie rilasciate in favore delle cooperative stesse ai sensi dell'articolo 1, comma l-*bis*, del decreto-legge 20 maggio 1993, n. 149, convertito, con modificazioni, dalla legge 19 luglio 1993, n. 237, possono presentare la relativa domanda entro il termine perentorio di sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge. Le garanzie oggetto di domanda di accollo devono riguardare crediti non estinti nei confronti dei soci garantiti all'atto dell'adozione del provvedimento di pagamento e sono iscritte in fine all'elenco n. 1 di cui al decreto ministeriale 18 dicembre 1995 del Ministero delle risorse agricole, alimentari e forestali, pubblicato nel supplemento ordinario n. 1 alla *Gazzetta Ufficiale* n. 1 del 2 gennaio 1996, secondo l'ordine di presentazione delle domande: Si procede all'accollo nei limiti dei fondi stanziati dal citato articolo 1, comma l-*bis*, del decreto-legge n. 149 del 1993 e dall'articolo 126, comma 1, della legge 23 dicembre 2000, n. 388».

2.964

DI BIAGIO

Dopo il comma 132, aggiungere il seguente:

«132-*bis*. I soci delle cooperative agricole in stato di accertata insolvenza alla data del 31 dicembre 1999, ai fini dell'accollo statale delle garanzie rilasciate in favore delle cooperative stesse ai sensi dell'articolo 1, comma l-*bis*, del decreto-legge 20 maggio 1993, n.149, convertito, con modificazioni, dalla legge 19 luglio 1993, n. 237, possono presentare la relativa domanda entro il termine perentorio di sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge. Le garanzie oggetto di domanda di accollo devono riguardare crediti non estinti nei confronti dei soci garantiti all'atto dell'adozione del provvedimento di pagamento e sono iscritte in fine all'elenco n. l di cui al decreto ministeriale 18 dicembre 1995 del Ministero delle risorse agricole, alimentari e forestali, pubblicato nel supplemento ordinario n. 1 alla *Gazzetta Ufficiale* n. 1 del 2 gennaio 1996, secondo l'ordine di presentazione delle domande. Si procede all'accollo nei limiti dei fondi stanziati dal citato articolo l, comma l-*bis*, del decreto-legge n. 149 del 1993 e dall'articolo 126, comma l, della legge 23 dicembre 2000, n. 388».

2.965

LIUZZI

Dopo il comma 132, aggiungere il seguente:

«132-*bis*. Al decreto legislativo 12 maggio 1995, n 201, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 15, comma 1 lettera a), dopo le parole: "quindici mesi" sono aggiunte le seguenti: "salvo per il personale già appartenente ai ruoli degli agenti ed assistenti e dei sovrintendenti del Corpo Forestale dello Stato, che frequentano un corso di istruzione e specilizzazione della durata di sei mesi con le stesse modalità previste dall'articolo17.« ;

b) all'articolo 18, comma 1 dopo le parole:"«sono nominati allievi vice ispettori" sono aggiunte le seguenti: ", con esclusione del personale già appartenente ai ruoli del Corpo forestale dello Stato che conserva la qualifica rivestita,"».

2.966

RUTA, VALENTINI

Dopo il comma 132 inserire il seguente:

«132-*bis*. Per assicurare la continuità dell'attività di monitoraggio per il recupero della biodiversità delle specie animali allevate garantita dal Consorzio per la sperimentazione, divulgazione e applicazione di Biotecniche Innovative ? CONSDABI ? , designato quale *National Focal Point* FAO Italiano, è assegnato un contributo straordinario di 176.000 euro per l'anno 2015. Al relativo onere si provvede mediante corrispondente riduzione delle risorse del Fonda di cui all'articolo 12 della legge 27 ottobre 1966, n. 910 che, a tale fine, sono versate all'entrata del bilancio dello Stato e riassegnate al Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali».

2.967

RUTA, BERTUZZI, ALBANO, FASIOLO, GATTI, SAGGESE, VALENTINI, PIGNEDOLI

Dopo il comma 132 inserire il seguente:

«132-*bis*. A valere sulle disponibilità del Fondo di cui all'articolo 12 della legge 27 ottobre 1966, n. 910, l'importo di 5 milioni di euro è versato all'entrata del bilancio dello Stato nell'anno 2015 ed è riassegnato al pertinente capitolo dello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze al fine di provvedere al rifinanziamento del fondo per la razionalizzazione e la riconversione della produzione bieticolosaccarifera di cui all'articolo 1, comma 1063, della legge 27 dicembre 2006, n. 296, quale competenza della restante parte del quinto anno del quinquennio previsto dalla normativa europea».

2.968

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 132 aggiungere il seguente:

«132-*bis*. È ridotta la possibilità di assunzione attualmente in vigore delle amministrazioni centrali, delle Agenzie fiscali, degli enti pubblici non economici, degli enti di ricerca, delle regioni e delle autonomie locali, per il 50 per cento per il triennio 2015 ? 2017. I risparmi derivanti dalle amministrazioni centrali, dalle Agenzie fiscali, dagli enti pubblici non economici e dagli enti di ricerca sono destinati al finanziamento del Fondo Nazionale Trasporti di cui all'articolo 16-*bis* del DL 95/2012 nei limiti di 500 milioni di euro annui, quelli dalle regioni e province autonome concorrono a ridurre le minori entrate derivanti dalla riduzione di gettito delle maggiorazioni IRAP definite da manovre regionali determinate dall'applicazione del nuovo regime IRAP; quelli degli altri enti concorrono alla riduzione del disavanzo o alla copertura di maggiori investimenti».

2.969

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 132 aggiungere il seguente:

«132-*bis*. Al fine di ridurre la disomogeneità delle diseconomie di scala e per un efficientamento del funzionamento degli uffici decentrati dello Stato, gli stanziamenti relativi alla spesa di funzionamento degli stessi sono ridotti per 100 milioni di euro per il triennio 2015 ? 2017. Le amministrazioni possono adottare misure alternative di contenimento della spesa al fine di conseguire risparmi comunque non inferiori a quelli derivanti dall'applicazione del precedente periodo. I risparmi derivanti per lo stesso importo annuo sono destinati al finanziamento del Fondo Nazionale Trasporti di cui all'articolo 16-*bis* del DL 95/2012. Per l'anno 2015 sono destinati a Regione Lombardia 50 milioni dell'incremento del Fondo per il potenziamento dei servizi di trasporto pubblico locale al fine di garantire la mobilità in occasione di EXPO Milano 2015».

2.970

BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Al comma 133, lettera b)*, sopprimere il numero 3.*

2.971

GUALDANI

Dopo il comma 133 inserire il seguente:

«133-*bis*. All'articolo 3, comma 2, del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 novembre 2014, n. 164, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) alla lettera *a)*, le parole: "entro il 31 dicembre 2014" sono sostituite dalle seguenti: "entro il 28 febbraio 2015";

b) alla lettera *b)*, le parole: "appaltabili entro il 31 dicembre 2014 e cantierabili entro il 30 giugno 2015" sono sostituite dalle seguenti: "appaltabill entro il 28 febbraio 2015 e cantierabili entro il 31 agosto 2015"».

2.972

BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Dopo il comma 133, aggiungere il seguente:

«133-*bis*. Le disposizioni di cui al comma 133, lettera *b)*, numero 3) si applicano esclusivamente alle operazioni in strumenti derivati concluse successivamente alla data di entrata in vigore della presente legge».

2.973

BERTOROTTA, MANGILI, BULGARELLI

Dopo il comma 135, aggiungere i seguenti:

«135-*bis*. A decorrere dal 1 gennaio 2015 l'affidamento del servizio di tesoreria dello Stato, a livello centrale e periferico, forma oggetto di apposita procedura di evidenza pubblica mediante appalto-concorso, da espletarsi entro il 28 febbraio 2015, cui possono partecipare tutti gli istituti di credito di diritto pubblico e privato aventi un capitale versato non inferiore a 100 milioni di euro, i quali presentino una articolazione organizzativa con sedi presenti in tutti i capoluoghi di provincia del territorio nazionale.

135-*ter*. La durata dell'affidamento del servizio e le modalità tecniche del suo espletamento, nonché gli ulteriori requisiti operativi specifici, dovranno essere stabiliti in un apposito protocollo di gara che dovrà essere integrato da un capitolato "speciale" la cui redazione dovrà avvenire con apposito decreto del ministro dell'economia e delle finanze, previo acquisizione del parere espresso dal Consiglio di Stato e dalla Corte dei Conti.

135-*quater*. All'esito della procedura di gara, l'istituto di credito affidatario del servizio nazionale di tesoreria dello Stato è dichiarato concessionario di un pubblico servizio ed è soggetto a tutta la normativa vigente concernente le responsabilità e gli obblighi concernenti l'espletamento di un pubblico servizio da parte di un soggetto privato. Parimenti, il personale del concessionario che sia applicato ai servizi concernenti il servizio nazionale di tesoreria, è soggetto alla responsabilità propria dei dipendenti pubblici.

135-*quinquies*. L'affidamento del servizio di tesoreria statale ad un istituto di credito può avere la durata massima di cinque anni, rinnovabile per una sola volta, e deve comunque uniformarsi all'obiettivo di assicurare uniformità, sicurezza e piena integrazione dei pagamenti pubblici con il sistema dei pagamenti della rete interbancaria nazionale e comunitaria.

135-*sexies*. A decorrere dall'avvenuta conclusione degli adempimenti connessi con i commi precedenti, sono abrogati:

a) la legge 28 marzo 1991, n. 104;

b) l'articolo 6 del decreto legislativo 5 dicembre 1997, n. 430».

2.974

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 135 aggiungere il seguente:

«135-*bis*. ? (divieto di partecipazione a gare d'appalto pubbliche ai soggetti che esercitano attività di speculazione ad elevata rischiosità). ? *1*. Dopo il comma 2 dell'articolo 34 del Decreto Legislativo 12 aprile 2006, n. 163, inserire i seguenti:

"2-*bis*. Non sono ammessi a partecipare alle procedure di affidamento di tutti i servizi bancari e finanziari delle Pubbliche Amministrazioni tutti i soggetti bancari e finanziari che esercitano attività di speculazione finanziaria ad elevata rischiosità, in bilancio e fuori bilancio.

2-*ter*. L'attività di speculazione ad elevata rischiosità, intesa come qualsiasi attività finanziaria che fa uso di un elevato grado di leva finanziaria e di emanazione di titoli tossici, è definita con decreto del Ministro dell'Economia e delle finanze, di concerto con il Ministro degli Interni, sentita la Banca d'Italia e la Commissione nazionale per le società e la borsa.

2-*quater*. Entro il 1 gennaio di ogni anno la della Commissione nazionale per le società e la borsa, sentita la Banca d'Italia, pubblica sul suo sito istituzionale, con carattere di ufficialità, l'elenco aggiornato di tutti i soggetti bancari e finanziari, al fine di segnalare, in maniera certa ed inequivocabile, quali, tra i suddetti soggetti bancari e finanziari del presente articolo, esercitano attività di speculazione finanziaria ad elevata rischiosità.

2-*quinquies*. Ai fini dell'esclusione dalle procedure di gare d'appalto di cui al comma 2-*bis* del

presente articolo, gli enti appaltanti sono tenuti a verificare l'elenco compilato della Commissione nazionale per le società e la borsa di cui al comma precedente".

2. Le modalità di attuazione delle disposizioni di cui al presente articolo, nonché le modalità di esclusione dei suddetti soggetti bancari e finanziari dalla procedure di affidamento di servizi bancari e finanziari, nonché l'indice massimo dì leva finanziaria, in bilancio e fuori bilancio, accumulabile dai soggetti bancari e finanziari che esercitano attività di speculazione, rispondente a requisiti di trasparenza e sicurezza, entro cui i soggetti bancari e finanziari possono accedere alle procedure di affidamento di servizi bancari e finanziari di cui al comma 1 del presente articolo e l'indicizzazione dei titoli tossici, come qualsiasi cartolarizzazione non trasparente e di incerta valutazione tale da poter esporre il patrimonio di base dei soggetti bancari e finanziari a rischio ricapitalizzazione, sono definiti con decreto del Presidente del consiglio dei ministri, di concerto con il Ministro dell'Economia e delle finanze e con il Ministro degli Interni, sentita la Banca d'Italia e la Commissione nazionale per le società e la borsa, da emanare entro trenta giorni dalla data in vigore della presente legge.

3. Ogni anno il Ministero dell'Economia e delle finanze, di concerto con il Ministro degli Interni, sentita la Banca d'Italia e la Commissione nazionale per le società e la borsa, revisiona con decreto l'indice massimo di leva finanziaria e l'indicizzazione dei titoli tossici di cui al comma precedente».

2.975

COMAROLI, BELLOT, TOSATO

Sopprimere i commi 136, 137, 138, 139.

Conseguentemente:

al comma 116 dell'articolo 1 sostituire la parola: «2015» *con la seguente:* «2016»;

al comma 125 dell'articolo 1 sostituire la parola: «2015» *con la seguente:* «2016»;

al comma 207 dell'articolo 2 sostituire la parola: «2015» *con la seguente:* «2016»;

all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 553,818 milioni di euro per l'anno 2015».

2.976

COMAROLI, TOSATO

Al comma 136 dopo le parole: «è agricoltura» *aggiungere le seguenti:* «ad esclusione delle aziende speciali delle stesse».

2.977

CALEO, VACCARI, MORGONI

Dopo il comma 139, aggiungere il seguente:

«139-*bis*. Fermi restando gli ordinari rimedi previsti dal codice civile, per effetto delle disposizioni di cui ai precedenti commi, i contratti di tesoreria e di cassa delle camere di commercio in essere alla data di entrata in vigore della presente legge possono essere rinegoziati in via diretta tra le parti originarie, ferma restando la durata inizialmente prevista dei contratti stessi. Se le parti non raggiungono l'accordo, le camere di commercio hanno diritto di recedere dal contratto».

2.978

SANGALLI

Dopo il comma 139, aggiungere il seguente:

«139-*bis*. Fermi restando gli ordinari rimedi previsti dal codice civile, per effetto delle disposizioni di cui ai precedenti commi, i contratti di tesoreria e di cassa delle camere di commercio in essere alla data di entrata in vigore della presente legge possono essere rinegoziati in via diretta tra le parti originarie, ferma restando la durata inizialmente prevista dei contratti stessi. Se le parti non raggiungono l'accordo, le camere di commercio hanno diritto di recedere dal contratto».

2.979

CALEO, VACCARI, MORGONI

Dopo il comma 139, aggiungere il seguente:

«139-*bis*. Fermi restando gli ordinari rimedi previsti dal codice civile, per effetto delle disposizioni di cui ai precedenti commi, i contratti di tesoreria e di cassa delle camere di commercio in essere alla data di entrata in vigore della presente legge possono essere rinegoziati in via diretta tra le parti originarie, ferma restando la durata inizialmente prevista dei contratti stessi. In caso di mancato raggiungimento dell'accordo, le parti hanno diritto di recedere dal contratto».

2.980

SANGALLI

Dopo il comma 139, aggiungere il seguente:

«139-*bis*. Fermi restando gli ordinari rimedi previsti dal codice civile, per effetto delle disposizioni di cui ai precedenti commi, i contratti di tesoreria e di cassa delle camere di commercio in essere alla data di entrata in vigore della presente legge possono essere rinegoziati in via diretta tra le parti originarie, ferma restando la durata inizialmente prevista dei contratti stessi. In caso di mancato raggiungimento dell'accordo, le parti hanno diritto di recedere dal contratto».

2.981

COMAROLI, DIVINA, BISINELLA, TOSATO

Al comma 2, sopprimere il comma 140.

2.982

SANGALLI

Al comma 140, dopo le parole: «ai sensi del citato articolo 7» *sono aggiunte le seguenti:* «, nonché ai loro enti ed istituti strumentali limitatamente alle disponibilità in gestione separata di esclusiva titolarità dei citati enti e organismi pubblici,».

2.983

RUTA

Dopo il comma 140, inserire il seguente:

«140-*bis*. Alla tabella A annessa alla legge 29 ottobre 1984, n. 720, e successive modificazioni, al capoverso: "Unione di comuni con popolazione complessiva non inferiore a 10.000 abitanti" aggiungere alla fine le seguenti parole: "o costituita da un numero di comuni non inferiore a cinque"».

2.984

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 140 inserire il seguente:

«140-*bis*. Tutti i *software* di controllo dell'Agenzia delle Entrate devono essere resi disponibili entro il 31 gennaio del periodo d'imposta da porre in verifica».

2.985

SANGALLI

Dopo il comma 140 inserire il seguente:

«140-*bis*. Per le Camere di commercio, la decisione assunta in applicazione dell'articolo 72, comma 11, del decreto legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 agosto 2008, n. 133, e successive modificazioni, deve contenere l'esclusivo riferimento all'analisi dell'impatto, sul bilancio dell'ente, dell'articolo 28, comma 1, del decreto legge 24 giugno 2014 n. 90, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 agosto 2014 n. 114».

2.986

SANGALLI

Dopo il comma 140 inserire il seguente:

«140-*bis*. In relazione ai processi di riorganizzazione posti in essere dalle Camere di commercio per effetto dell'applicazione dell'articolo 28, comma 1, del decreto legge 24 giugno 2014 n. 90, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 agosto 2014, n. 114, nei riguardi del personale eventualmente interessato dalle dichiarazioni di eccedenza ai sensi dell'articolo 2, comma 14, del decreto legge 6 luglio 2012, n. 95 convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135 il termine di cui al comma 11, lettera *a)* del medesimo articolo per la decorrenza del trattamento pensionistico in base alla disciplina vigente prima dell'entrata in vigore dell'articolo 24 del decreto

legge 6 dicembre 2012, n. 201 convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, è prorogato al 31 dicembre 2018».

Conseguentemente all'articolo 3, comma 21, lettera g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quadruplo».

2.987

SANGALLI

Dopo il comma 140 inserire il seguente:

«140-*bis*. A decorrere dal 1º gennaio 2015, e per il triennio 2015-2017, le dotazioni organiche delle CCIAA sono rideterminate in misura pari ai posti che alla data del 31 dicembre 2014 risultino effettivamente coperti, inclusi quelli vacanti ed indisponibili anche per effetto di procedure selettive in corso di svolgimento alla medesima data, nonché, limitatamente alla qualifica dirigenziale, quelli coperti con contratto a tempo determinato, cui si aggiungono i posti derivanti dalle assegnazioni nel tempo effettuate ai sensi dell'articolo 14, comma 5, del decreto legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito con modificazioni dalla legge 7 agosto 2012 n. 135 e successive modifiche ed integrazioni».

2.988

SANGALLI

Dopo il comma 140 inserire il seguente:

«140-*bis*. Al comma 55 dell'articolo 1 della Legge 27 dicembre 2013, n. 147 sono apportate le seguenti modificazioni:

a) il primo periodo è sostituito dal seguente: "Una somma fino a 70 milioni di euro per ciascuno degli anni 2014, 2015 e 2016 può essere destinata dal sistema delle camere di commercio, industria, artigianato e agricoltura al sostegno dell'accesso al credito delle piccole e medie imprese attraverso il rafforzamento dei confidi, ivi compresi quelli non sottoposti alla vigilanza della Banca d'Italia, tenuto conto dell'articolo 28, del decreto legge 24 giugno 2014, n. 90 convertito con modificazioni dalla legge 11 agosto 2014, n. 114";

b) l'ultimo periodo è soppresso».

2.989

PAGLIARI, BROGLIA, ZANONI, BERTUZZI

Al comma 141, apportare le seguenti modificazioni:

«*a)* alla lettera *a)*, sopprimere il numero 4);

b) alla lettera *c)*, sostituire l'ultimo periodo con il seguente: "In assenza di tale intesa entro il predetto termine del 31 gennaio 2015, con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri, da adottarsi, previa deliberazione del Consiglio dei ministri, entro 20 giorni dalla scadenza dei predetti termini, i richiamati importi sono assegnati ad ambiti di spesa ed attribuiti alle singole regioni e province autonome di Trento e Bolzano, tenendo conto dei costi *standard*"».

2.990

COMAROLI, TOSATO

All'articolo 2 comma 141, lettera a)*, sostituire il punto 2) con il seguente:*

«2) le parole da: "e di 750 milioni" fino a: "2017" sono soppresse e le parole: "ed entro il 30 settembre 2014 con riferimento agli anni 2015 e seguenti" sono soppresse».

conseguentemente:

all'articolo 1 sopprimere il comma 116;

all'articolo 2 sopprimere il comma 207;

all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 540 milioni di euro a decorrere dal 2015».

2.991

COMAROLI, TOSATO

All'articolo 2 comma 141 lettera a) *sopprimere il punto 4) e sostituire l'ultimo periodo della lettera* c)

con il seguente: «In assenza di tale intesa entro il predetto termine del 31 gennaio 2015, con decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri, da adottarsi, previa deliberazione del Consiglio dei ministri, entro 20 giorni dalla scadenza dei predetti termini, i richiamati importi sono assegnati ad ambiti di spesa ed attribuiti alle singole regioni e Province autonome di Trento e Bolzano, tenendo conto del rispetto dei tempi di pagamento stabiliti dalla direttiva UE 2001/7/UE, dall 'incidenza degli acquisti centralizzati, nonché dei costi *standard*».

2.992

COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI

All'articolo 2, comma 141, lettera a) *sopprimere il punto 4).*

2.993

COMAROLI, TOSATO

All'articolo 2, comma 141 apportare le seguenti modifiche:

sostituire la lettera b) *con la seguente:*

«*b)* il secondo periodo è sostituito dal seguente: "In assenza di tale intesa entro i predetti termini, con decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri, da adattarsi, previa deliberazione del Consiglio dei Ministri, entro 20 giorni dalla data di scadenza dei predetti termini, i richiamati importi sono assegnati ad ambiti di spesa ed attribuiti alle singole regioni e province autonome di Trento e Bolzano in base ai costi *standard* ed in maniera inversamente proporzionale alla spesa di funzionamento e sono rideterminati gli ambiti di finanziamento individuati"»;

alla lettera c) *è soppresso l'ultimo periodo.*

2.994

ZELLER, BERGER, PALERMO, LANIECE, BATTISTA, FRAVEZZI, PANIZZA

Al comma 141, sostituire la lettera b) *con la seguente:*

«*b)* sostituire il secondo periodo con il seguente: "In assenza di tale intesa entro i predetti termini, con decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri, da adottarsi, previa deliberazione del Consiglio dei ministri, entro 20 giorni dalla scadenza dei predetti termini, i richiamati importi sono assegnati ad ambiti di spesa ed attribuiti alle singoli regioni, tenendo anche conto del Pil e della popolazione residente, e sono rideterminati i livelli di finanziamento degli ambiti individuati e le modalità di acquisizione delle risorse da parte dello Stato"».

2.995

GUALDANI

Al comma 141, lettera c) *dopo le parole:* «3.452 milioni di euro annui in ambiti di spesa»*, aggiungere le seguenti:* «, ad esclusione delle risorse per lo sviluppo e la coesione,».

2.996

COMAROLI, TOSATO

Al comma 141, lettera c)*, dopo le parole:* «entro il 31 gennaio 2015»*, aggiungere le seguenti:* «il riparto tra le regioni del contributo di cui al presente comma è effettuato in maniera inversamente proporzionale alla perdita di gettito IRAP derivante a ciascuna regione a seguito di quanto previsto dall'articolo 5 della legge di stabilità per il 2015».

2.997

FUCKSIA

Al comma 141, lettera c)*, sostituire le parole:* «considerando anche le" ad eccezione delle».

2.998

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 141, lettera c)*, apportare le seguenti modificazioni:*

a) sostituire le parole: «considerando anche»*, con la seguente:* «escluse»;

b) aggiungere, in fine, le seguenti parole: «, le risorse per il trasporto pubblico locale e le risorse per le politiche sociali».

2.999

COMAROLI, TOSATO

Al Comma 141, lettera c) *sono apportate le seguenti modifiche:*

l) le parole: «considerando anche» *sono sostituite dalle seguenti* «escluse»*;*

*2) al termine del periodo sono inserite le seguenti parole: «*le risorse per il Trasporto pubblico locale e le risorse per le politiche sociali».

2.1000

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 141, lettera c)*, apportare le seguenti modificazioni:*

a) sostituire le parole: «considerando anche», *con la seguente:* «escluse»;

b) aggiungere, in fine, le seguenti parole: «e le risorse per il trasporto pubblico locale».

2.1001

COMAROLI, TOSATO

Al comma 141, lettera c) *sono apportate le seguenti modifiche:*

1) *le parole:* «considerando anche» *sono sostituite dalle seguenti* «escluse»;

2) *al termine del periodo sono inserite le seguenti parole:* «le risorse per il Trasporto pubblico locale».

2.1002

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 141, lettera c)*, sostituire le parole:* «considerando anche» *con la seguente:* «escluse».

2.1003

COMAROLI, TOSATO

Al comma 141, lettera c) *sono apportate le seguenti modifiche, le parole:* «considerando anche» *sono sostituite dalle seguenti* «escluse».

2.1004

PAGLIARI, BROGLIA, ZANONI, BERTUZZI

Al comma 141, lettera c)*, sostituire l'ultimo periodo con il seguente:* «In assenza di tale intesa entro il predetto termine del 31 gennaio 2015, si applica quanto previsto al secondo periodo, escludendo le risorse destinate al finanziamento corrente del Servizio sanitario nazionale, le risorse per il Trasporto pubblico locale e le risorse per le politiche sociali».

2.1005

VACCARI, BROGLIA, ZANONI

Dopo il comma 141 inserire il seguente:

«141-*bis*. In attuazione della sentenza n. 79/2014 della Corte Costituzionale è esclusa qualsiasi tipo di attribuzione di risorse tributarie regionali allo Stato ovvero riversamenti di risorse regionali, in attuazione del comma precedente».

2.1006

COMAROLI, TOSATO

All'articolo 2 dopo il comma 141 aggiungere il seguente:

«141-*bis*. In attuazione della sentenza n. 79/2014 della Corte Costituzionale è esclusa qualsiasi tipo di attribuzione di risorse tributarie regionali allo Stato ovvero riversamenti di risorse regionali, in attuazione del comma precedente».

2.1007

ZANONI, BROGLIA

Dopo il comma 141 inserire il seguente:

«141-*bis*. In attuazione della sentenza della Corte Costituzionale n. 79/2014, è esclusa qualsiasi tipo di attribuzione di risorse tributarie regionali allo Stato ovvero riversamenti di risorse regionali, in attuazione del comma precedente».

2.1008

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 141, aggiungere il seguente:

«141-*bis*. In attuazione della sentenza n. 79/2014 della Corte costituzionale è escluso qualsiasi tipo di attribuzione di risorse tributarie regionali allo Stato ovvero riversamenti di risorse regionali, in attuazione del comma precedente».

2.1009

BONFRISCO

Dopo il comma 141, aggiungere il seguente:

«141-*bis*. All'articolo 3 del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16 convertito, con modificazioni, dalla legge 26 aprile 2012, n. 44, dopo il comma 2-*bis*, inserire il seguente:

"2-*ter*. le disposizioni di cui al comma 1 si applicano anche agli acquisti di prodotti agroalimentari effettuati all'interno di centri agroalimentari e di mercati all'ingrosso di prodotti ortofrutticoli da persone fisiche di cittadinanza diversa da quella italiana e che abbiano residenza fuori del territorio dello stato, ovvero da persone giuridiche non residenti nel territorio dello stato ai sensi dell'articolo 73, del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica n. 917 del 1986 e successive modificazioni, a condizione che il cedente provveda ai seguenti adempimenti:

a) all'atto della effettuazione dell'operazione, acquisisca fotocopia del passaporto o altro documento di identità del cessionario ovvero autocertificazione, ai sensi dell'articolo 47 del testo unico delle disposizioni legislative in materia di documentazione amministrativa, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 28 dicembre 2000, n. 445, attestante che la persona fisica non è cittadina italiana e che ha la residenza fuori del territorio dello stato, e che la persona giuridica non è residente nel territorio dello stato, ai sensi del citato articolo 73;

b) nel primo giorno feriale successivo a quello dell'effettuazione dell'operazione versi il denaro contante incassato in un conto corrente intestato al cedente presso un operatore finanziario, consegnando a quest'ultimo copia della ricevuta della comunicazione di cui al comma 2;

c) effettui gli ulteriori adempi menti di cui ai precedenti commi 2 e 2-*bis*"».

2.1010

CERONI

Dopo il comma 142 è aggiunto il seguente:

«142-*bis*. Al fine di consentire l'accertamento definitivo del debito pregresso dei servizi pubblici locali di interesse generale in situazioni di ripristinato equilibrio finanziario, i crediti per oneri accessori da interessi e rivalutazione maturati sui crediti in linea capitale vantanti alla data di entrata in vigore della presente legge, nei confronti degli enti del servizio nazionale sono estinti di diritto. Sono fatti salvi i diritti per oneri accessori che abbiano costituito oggetto di accordi transattivi con i debitori».

Conseguentemente ridurre dell'.... Tutti gli stanziamenti di parte corrente della tabella C allegata.

2.1011

BIANCONI, GUALDANI

Dopo il comma 143, aggiungere il seguente:

«143-*bis*. È fatta salva la facoltà da parte dello Stato di modificare per un periodo di tempo definito i predetti contributi in termini di saldo netto da finanziare e di indebitamento netto posti a carico della Regione Friuli Venezia Giulia per fare fronte ad eventuali eccezionali esigenze di finanzia pubblica nella misura massima del 10 per cento dei contributi stessi. Nel caso siano necessarie manovre straordinarie volte ad assicurare il rispetto delle norme europee in materia di riequilibrio del bilancio pubblico il contributo precedente può essere incrementato per un periodo limitato di una ulteriore percentuale non superiore alio per cento. Contributi di Importi superiori sono concordati con la Regione».

2.1012

SCILIPOTI ISGRÒ

Dopo il comma 143 aggiungere il seguente:

«143-*bis*. Per la razionalizzazione del patrimonio pubblico sono abrogate le seguenti disposizioni:

a) articolo 3 del decreto legge del 6 luglio 2012 n. 95 convertito, con modificazione, dalla legge 07 agosto 2012 n. 135;

b) articolo 24 comma 4 del decreto legge n. 6672014;

c) articolo 3 comma 1 del decreto legge n. 95/2012.

2.1013

SCILIPOTI ISGRÒ

Dopo il comma 143 aggiungere il seguente:

«143-*bis*. All'articolo 1, comma 4, della legge 5 marzo 1990, n. 5, le parole: "dieci anni" sono sostituite da "tre anni". Sono abrogati i commi 2, 3 e 4 dell'articolo 2 della legge 5 marzo 1990, n. 5. Sono abrogati i commi 3, 4, 5 e 6 dell'articolo 2 della legge 7 Febbraio 1979, n. 29. Sono abrogati gli articoli 12-*septies*, 12-*opties* e 12-*novies* della legge 30 luglio 2010, n. 122».

2.1014

LAI, ANGIONI, CUCCA, MANCONI, URAS

Al comma 146, aggiungere in fine le seguenti parole: «Alla stessa al fine di conseguire il pareggio di bilancio sono comunque assicurate le condizioni di maggior favore previste per le regioni a statuto ordinario di cui ai commi da 162 a 181. Le disposizioni attuative finalizzate al conseguimento del pareggio di bilancio sono quelle previste per le regioni a statuto ordinario, di cui ai commi da 162 a 181, salvo differenti accordi sottoscritti tra la Regione e il Governo».

2.1015

URAS

Al comma 146, aggiungere in fine il seguente periodo: «Alla stessa al fine di conseguire il pareggio di bilancio sono comunque assicurate le condizioni di maggior favore previste per le altre regioni».

2.1016

URAS

Dopo il comma 146, inserire il seguente:

«l46-*bis*. Alla Regione Sardegna, al fine di conseguire il pareggio di bilancio così come previsto dall'accordo del 21 luglio 2014, è riconosciuta una quota pari a 95 milioni, da destinare alla copertura del debito commerciale diretto e indiretto, dell'ammontare complessivo degli accantonamenti disposti per gli anni 2015 ? 2018 a valere sulle compartecipazioni erariali, per effetto del comma 3 dell'articolo 28 del D.L. 6 dicembre 2011, n. 201, convertito con modificazioni dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214 e successive modificazioni e integrazioni, dai commi 22 dell'articolo 15 e 3 dell'articolo 16 del D.L. 6 luglio 2012, n. 95, convertito con modificazioni dalla legge 7 agosto 2012, n. 135 e successive modificazioni e integrazioni e dal comma 526 dell'articolo l della legge del 27 dicembre 2013, n. 147 e successive modificazioni e integrazioni».

Conseguentemente al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni di euro a decorrere dal 2015» *con le seguenti:* «200 milioni di euro annui per ciascun anno del quadriennio 2015-2018 e di 250 milioni di euro a decorrere dal 2019»; *al comma 121, sostituire le parole:* «200 milioni di euro a decorrere dal 2015» *con le seguenti:* «155 milioni di euro annui per ciascun anno del quadriennio 2015-2018 e di 200 milioni di euro a decorrere dal 2019».

2.1017

LAI, ANGIONI, CUCCA, MANCONI

Dopo il comma 146, aggiungere il seguente: «146-bis. La Regione Sardegna destina alla copertura del debito commerciale diretto e indiretto, una quota pari a 100 milioni dell'ammontare complessivo degli accantonamenti disposti per ciascuno degli anni 2015-2017 a valere sulle compartecipazioni erariali, per effetto del comma 3 dell'articolo 28 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito con modificazioni dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214 e successive modificazioni e integrazioni, dai commi 22 dell'articolo 15 e 3 dell'articolo 16 del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito con modificazioni dalla legge 7 agosto 2012, n. 135 e successive modificazioni e integrazioni e dal comma 526 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2013, n. 147 e successive modificazioni e integrazioni».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 100.000.000;

2016: ? 100.000.000;

2017: ? 100.000.000.

2.1018

URAS

Dopo il comma 146, inserire il seguente:

«146-*bis*. Al fine di porre in essere il monitoraggio sulle entrate tributarie di propria competenza, la Regione Sardegna è autorizzata a stipulare una o più convenzioni con 1'Agenzia delle entrate, anche in deroga al modello definito a livello nazionale, per ottenere elementi informativi relativi ai tributi devoluti e compartecipati e per delegare e indirizzare le attività di liquidazione, accertamento, riscossione dell'imposta regionale sulle attività produttive e dell'addizionale regionale all'lrpef, nonché la constatazione delle violazioni, il contenzioso e i rimborsi ad esse relativi».

2.1019

LAI, ANGIONI, CUCCA, MANCONI, URAS

Dopo il comma 146, inserire il seguente:

«146-*bis*. Al fine di porre in essere il monitoraggio sulle entrate tributarie di propria competenza, la Regione Sardegna è autorizzata a stipulare una o più convenzioni con 1'Agenzia delle entrate, anche in deroga al modello definito a livello nazionale, per ottenere elementi informativi relativi ai tributi devoluti e compartecipati e per delegare e indirizzare le attività di liquidazione, accertamento, riscossione dell'imposta regionale sulle attività produttive e dell'addizionale regionale all'lrpef, nonché la constatazione delle violazioni, il contenzioso e i rimborsi ad esse relativi».

2.1020

MARIO MAURO

Dopo il comma 148 aggiungere il seguente:

«148-*bis*. All'articolo 2195 del decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66, è aggiunto il seguente periodo: "Il Ministero della Difesa può concedere alle associazioni l'uso temporaneo e a titolo gratuito di locali strettamente commisurati alle esigenze di funzionamento, individuati, ove disponibili, nell'ambito di immobili in uso attuale a comandi, reparti ed enti del Ministero della difesa».

2.1021

PAGLIARI, BROGLIA, ZANONI, BERTUZZI

Dopo il comma 150 inserire il seguente:

«150-*bis*. All'articolo 261 del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, dopo il comma 4 è inserito il seguente: "4-*bis*. In caso di inizio mandato, l'ipotesi di bilancio stabilmente riequilibrato già trasmesso al Ministero dell'interno dalla precedente amministrazione, ordinaria o commissariale, può essere sostituito dalla nuova amministrazione da una nuova ipotesi di bilancio entro tre mesi dall'insediamento degli organi dell'ente"».

2.1022

LIUZZI

Dopo il comma 150, inserire il seguente:

«150-*bis*. All'articolo 261 del decreto legislativo 18 agosto 2000, n.267, dopo il comma 4 è inserito il seguente:

"4-*bis*. In caso di inizio mandato, l'ipotesi di bilancio stabilmente riequilibrato già trasmesso al Ministero dell'interno dalla precedente amministrazione, ordinaria o commissariale, può essere sostituito dalla nuova amministrazione da una nuova ipotesi di bilancio entro tre mesi dall'insediamento degli organi dell'ente."».

2.1023

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, MILO, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE,

IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Dopo il comma 150, inserire il seguente:

«150-*bis*. All'articolo 261 del decreto legislativo 18 agosto 2000, n.267, dopo il comma 4 è inserito il seguente:

"4-*bis*. In caso di inizio mandato, l'ipotesi di bilancio stabilmente riequilibrato già trasmesso al Ministero dell'interno dalla precedente amministrazione, ordinaria o commissariale, può essere sostituito dalla nuova amministrazione da una nuova ipotesi di bilancio entro tre mesi dall'insediamento degli organi dell'ente."».

2.1024

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 150 inserire il seguente:

«150-*bis*. All'articolo 261 del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, dopo il comma 4 è inserito il seguente:

"4-*bis*. In caso di inizio mandato, l'ipotesi di bilancio stabilmente riequilibrato già trasmesso al Ministero dell'interno dalla precedente amministrazione, ordinaria o commissariale, può essere sostituito dalla nuova ammlnistrazioneda una nuova ipotesi di bilancio entro tre mesi dall'insediamento degli organi dell'ente"».

2.1025

ZANONI, DEL BARBA, LO MORO, PEZZOPANE, BROGLIA, PAGLIARI, MARGIOTTA, BERTUZZI

Dopo il comma 150 inserire il seguente:

«150-*bis*. All'articolo 259, comma 1-*ter*, del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, alle parole: "Nei comuni" sono premesse le seguenti: "Nelle province e" e la parola: "comunali" è soppressa».

2.1026

LIUZZI

Dopo il comma 150 inserire il seguente:

«150-*bis*. All'articolo 259, comma 1-*ter*, del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, alle parole: "Nei comuni" sono premesse le seguenti: "Nelle province e" e la parola: "comunali" è soppressa».

2.1027

LANGELLA

Dopo il comma 150 inserire il seguente:

«150-*bis*) All'articolo 259 del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, comma 1-*ter*, premettere alle parole: "nei comuni" le parole: "Nelle province e"; eliminare la parola: "comunali"».

2.1028

CERONI, RAZZI

Dopo il comma 150 inserire il seguente:

«150-*bis*. All'articolo 259 del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, comma 1-*ter*, premettere alle parole: "nei comuni" le parole: "Nelle province e"».

Conseguentemente eliminare la parola: «comunali».

2.1029

PAGLIARI, BROGLIA, ZANONI, BERTUZZI

Dopo il comma 150, inserire il seguente:

«150-*bis*. All'articolo 259 del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, comma l-*ter* alle parole: "Nei comuni" sono premesse le parole: "Nelle province e" e la parola: "comunali" è soppressa».

2.1030

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 150, inserire il seguente:

«150-*bis*. All'articolo 259 del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, comma l-*ter*, alle parole:

"Nei comuni" sono premesse le parole: "Nelle province e" e la parola: "comunali" è soppressa».

2.1031

ZELLER, BERGER, PALERMO, FRAVEZZI, LANIECE, PANIZZA

Dopo il comma 153, inserire i seguenti:

«153-*bis*. ? *(Concorso agli obiettivi di finanza pubblica della Regione Trentino Alto-Adige e delle Province autonome di Trento e di Bolzano)* ? Le disposizioni recate dai commi da 153-*ter* a 153-*nonies* sono approvate ai sensi e per gli effetti dell'articolo 104 del testo unico delle leggi costituzionali concernenti lo statuto speciale per il Trentino-Alto Adige, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 31 agosto 1972, n. 670, e successive modificazioni ed integrazioni.

153-*ter*. A decorrere dal 1º gennaio 2015 al testo unico di cui al decreto del Presidente della Repubblica 31 agosto 1972, n. 670, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 69, comma 2, lettera *b)* le parole: "i due decimi", sono sostituite dalle seguenti: "un decimo";

b) all'articolo 73, comma l-*bis*, è aggiunto il seguente periodo: "Le Province possono, con apposita legge e nel rispetto delle norme dell'Unione europea sugli aiuti di Stato, concedere incentivi, contributi, agevolazioni, sovvenzioni e benefici di qualsiasi genere, da utilizzare in compensazione ai sensi del Capo III del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241. I fondi necessari per la regolazione contabile delle compensazioni sono posti ad esclusivo carico delle rispettive Province, che provvedono alla stipula di una convenzione con l'Agenzia delle entrate, al fine di disciplinare le modalità operative per la fruizione delle suddette agevolazioni";

c) all'articolo 75, comma l, lettera *d)*, le parole: "i sette decimi", sono sostituite dalle seguenti: "gli otto decimi";

d) all'articolo 75-*bis*, dopo il comma 3, è aggiunto il seguente comma:

3-*bis*. Il gettito derivante da maggiorazioni di aliquote o dall'istituzione di nuovi tributi, se destinato per legge alla copertura, ai sensi dell'articolo 81 della Costituzione, di nuove specifiche spese di carattere non continuativo che non rientrano nelle materie di competenza della Regione o delle Province, ivi comprese quelle relative a calamità naturali, è riservato allo Stato, purché risulti temporalmente delimitato, nonché contabilizzato distintamente nel bilancio statale e quindi quantificabile. Non sono ammesse riserve di gettito destinate al raggiungimento di obiettivi di riequilibrio della finanza pubblica. Sono abrogati gli articoli 9, 10 e 10-*bis* del decreto legislativo 16 marzo 1992, n. 268".

e) all'articolo 79, sono apportate le seguenti modificazioni:

1) l'alinea del comma 1 è sostituita dalla seguente: "1. il sistema territoriale regionale integrato ? costituito dalla regione, dalle province e dagli enti di cui al comma 3 ? concorre, nel rispetto dell'equilibrio dei relativi bilanci, al conseguimento degli obiettivi di finanza pubblica, di perequazione e di solidarietà e all'esercizio dei diritti e dei doveri dagli stessi derivanti, nonché all'osservanza dei vincoli economici e finanziari derivanti dall'ordinamento dell'Unione europea:"

2) il comma 3 è sostituito dal seguente:

"3. Spetta alle province la competenza al coordinamento della finanza pubblica provinciale, nei confronti degli enti locali, dei propri enti e organismi strumentali pubblici e privati e di quelli degli enti locali, delle aziende sanitarie, delle università, incluse quelle non statali di cui all'articolo 17, comma 120, della legge 15 maggio 1997, n. 127, delle camere'di commercio, industria, artigianato e agricoltura e degli altri enti od organismi a ordinamento regionale o provinciale finanziati dalle stesse in via ordinaria. Al fine di conseguire gli obiettivi in termini di saldo netto da finanziare previsti in capo alla Regione e alle Province ai sensi di questo articolo, spetta alle Province definire i concorsi e gli obblighi nei confronti degli enti del sistema territoriale integrato di rispettiva competenza. Le Province vigilano sul raggiungimento degli obiettivi di finanza pubblica da parte degli enti di cui al presente comma";

3) il comma 4 è sostituito dal seguente:

"4. Nei confronti della regione, delle province e degli altri enti appartenenti al sistema territoriale

regionale integrato non sono applicabili disposizioni statali che prevedono obblighi, oneri, accantonamenti, riserve all'erario o concorsi comunque denominati, ivi inclusi quelli afferenti il patto di stabilità interno, diversi da quelli previsti da questo titolo. La Regione e le Province provvedono, per sé e per gli enti del sistema territoriale regionale integrato di rispettiva competenza, alle finalità di coordinamento della f«manza pubblica contenute in specifiche disposizioni legislative dello Stato, adeguando, ai sensi dell'articolo 2 del decreto legislativo 16 marzo 1992, n. 266, la propria legislazione ai principi costituenti limiti ai sensi degli articoli 4 o 5, nelle materie individuate dallo Statuto, adottando, conseguentemente, autonome misure di razionalizzazione e contenimento della spesa, anche orientate alla riduzione del debito pubblico, idonee ad assicurare il rispetto delle dinamiche della spesa aggregata delle amministrazioni pubbliche del territorio nazionale, in coerenza con l'ordinamento dell'Unione europea. Le misure di contenimento adottate dalla Regione e dalle Province sono strumentali al raggiungimento degli obiettivi finanziari del presente titolo e tengono luogo di quelle previste dalle disposizioni statali";

4) dopo il comma 4, sono aggiunti i seguenti commi:

"4-*bis*. Per ciascuno degli anni dal 2018 al 2022, il contributo della Regione e delle Province alla finanza pubblica in termini di saldo netto da finanziare, riferito al sistema territoriale regionale integrato, è pari a 905,315 milioni di euro complessivi, dei quali 15,091 milioni sono posti in capo alla Regione. Il contributo delle Province, ferma restando l'imputazione a ciascuna di esse del maggior gettito derivante dall'attuazione dell'articolo 13, comma 17, del decreto legge 6 dicembre 2011, n. 201 e dell'articolo l, commi 521 e 712, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, è ripartito tra le Province stesse sulla base dell'incidenza del prodotto interno lordo del territorio di ciascuna Provincia sul prodotto interno lordo regionale; le Province e la Regione possono concordare l'attribuzione alla Regione di una quota del contributo.

4-*ter*. A decorrere dall'anno 2023 il contributo complessivo di 905 milioni ferma restando la ripartizione dello stesso tra la Regione Trentino Alto Adige e le Province autonome di Trento e di Bolzano ? è rideterminato annualmente applicando al predetto importo la variazione percentuale degli oneri del debito delle Pubbliche Amministrazioni rilevata nell'ultimo anno disponibile rispetto all'anno precedente. Il contributo così rideterminato è ripartito tra le Province sulla base dell'incidenza del prodotto interno lordo del territorio di ciascuna Provincia sul prodotto interno lordo regionale. Ai fini del periodo precedente è considerato il prodotto interno lordo indicato dall'Istat nell'ultima rilevazione disponibile.

4-*quater*. A decorrere dall'anno 2016 la Regione e le Province conseguono il pareggio del bilancio come definito dall'articolo 9 della legge 24 dicembre 2012, n. 243. Per gli anni 2016 e 2017 la Regione e le Province accantonano in termini di cassa e in termini di competenza un importo definito d'intesa con il Ministero dell'economia e delle finanze tale da garantire la neutralità finanziaria per i saldi di finanza pubblica. A decorrere dall'anno 2018 ai predetti Enti ad autonomia differenziata non si applica il saldo programmatico di cui al comma 455 dell'articolo 1 della legge 24 dicembre 2012, n. 228 e le disposizioni in materia di patto di stabilità interno in contrasto con il pareggio di bilancio di cui al primo periodo del presente comma.

4-*quinquies*. Restano ferme le disposizioni in materia di monito raggio, certificazione e sanzioni previsti dai commi 460, 461 e 462 dell'articolo l della legge 24 dicembre 2012, n. 228.

4-*sexies*. A decorrere dall'anno 2015, il contributo in termini di saldo netto da finanziare di cui all'Accordo del 15 ottobre 2014 tra il Governo, la regione e le province è versato all'erario con imputazione sul capitolo 3465, articolo l, capo X del bilancio dello Stato entro il 30 aprile di ciascun anno. In mancanza di tali versamenti all'entrata del bilancio dello Stato entro il 30 aprile e della relativa comunicazione entro il 30 maggio al Ministero dell'economia e delle finanze, quest'ultimo è autorizzato a trattenere gli importi corrispondenti a valere sulle somme a qualsiasi titolo spettanti alla regione e a ciascuna provincia relativamente alla propria quota di contributo, avvalendosi anche dell'Agenzia delle Entrate per le somme introitate per il tramite della Struttura di Gestione.

4-*septies*. È fatta salva la facoltà da parte dello Stato di modificare, a decorrere dal 2018, per un

periodo di tempo definito il contributo di cui al comma 5 posto a carico della regione e delle province per far fronte ad eventuali eccezionali esigenze di finanza pubblica nella misura massima del 10 per cento dei predetti contributi stessi. Contributi di importi superiori sono concordati con la Regione e le Province. Nel caso in cui siano necessarie manovre straordinarie volte ad assicurare il rispetto delle norme europee in materia di riequilibrio del bilancio pubblico i predetti contributi possono essere incrementati, per un periodo limitato, di una percentuale ulteriore, rispetto a quella indicata al periodo precedente, non superiore al 10 per cento.

4-*octies*. La regione e le province si obbligano a recepire con propria legge da emanare entro il 31 dicembre 2014, mediante rinvio formale recettizio, le disposizioni in materia di armonizzazione dei sistemi contabili e degli schemi di bilancio delle Regioni, degli enti locali e dei loro organismi, previste dal decreto legislativo 23 giugno 2011, n. 118, nonché gli eventuali atti successivi e presupposti, in modo da consentire l'operatività e l'applicazione delle predette disposizioni nei termini indicati dal citato decreto 118 per le regioni a statuto ordinario, posticipati di un anno, subordinatamente all'emanazione di un provvedimento statale volto a disciplinare gli accertamenti di entrata relativi a devoluzioni di tributi erariali e la possibilità di dare copertura agli investimenti con l'utilizzo del saldo positivo di competenza tra le entrate correnti e le spese correnti.

4-*nonies*. Il concorso posto a carico della regione e delle province in termini di saldo netto da finanziare è assicurato mediante contributi, garantiti anche attraverso compensazioni a valere su somme dovute dallo Stato, ovvero con l'assunzione di oneri, determinati anche in via convenzionale sulla base di parametri e di indicatori di costo e di servizio, relativi all'esercizio di funzioni statali, anche delegate».

153-*quater*. Al fine di assicurare il concorso agli obiettivi di finanza pubblica, in applicazione della normativa vigente e dell'Accordo sottoscritto il 15 ottobre 2014 fra il Governo, la regione Trentino Alto Adige e le province autonome di Trento e di Bolzano, l'obiettivo di patto di stabilità interno di cui al comma 455 dell'articolo 1 della legge 24 dicembre 2012, n. 228, è determinato per la regione Trentino Alto Adige in 32 milioni di euro per l'anno 2014 e in 34,275 milioni di euro per ciascuno degli anni dal 2015 al 2017, per la Provincia autonoma di Trento in ?65,85 milioni di euro per l'anno 2014 e in ?78,13 milioni di euro per ciascuno degli anni dal 2015 al 2017 e per la Provincia autonoma di Bolzano in 65,457 milioni di euro per l'anno 2014 e in 127,47 milioni di euro per ciascuno degli anni dal 2015 al 2017.

153-*quinquies*. Non si applica alla regione Trentino Alto Adige e alle province autonome di Trento e Bolzano quanto disposto dall'ultimo periodo dell'articolo 1, comma 455, della legge 24 dicembre 2012, n. 228.

153-*sexies*. Il contributo alla finanza pubblica in termini di saldo netto da finanziare della regione Trentino Alto Adige e delle Province autonome di Trento e Bolzano, stabilito quale concorso al pagamento degli oneri del debito pubblico, è determinato per la regione Trentino Alto Adige in 14,812 milioni di euro per l'anno 2014 e 15,091 milioni di euro per ciascuno degli anni dal 2015 al 2017, per la Provincia autonoma di Trento in 334,813 milioni di euro per l'anno 2014 e 413,4 milioni di euro per ciascuno degli anni dal 2015 al 2017 e per la Provincia autonoma di Bolzano in 549,917 milioni di euro per l'anno 2014, 476,4 milioni di euro per l'anno 2015 e in 477,2 milioni di euro per ciascuno degli anni dal 2016 al 2017. Le Province e la Regione possono concordare l'attribuzione alla Regione di una quota del contributo.

153-*septies*. L'ammontare delle quote di gettito delle "accise sugli altri prodotti energetici" di cui all'articolo 75, comma l, lettera *f)* dello Statuto, ad uso riscaldamento, è determinato annualmente sulla base delle quantità di prodotti estratti dai depositi commerciali situati nel territorio di ciascuna Provincia ad eccezione del gettito del gas naturale che è determinato sulla base delle forniture ai consumatori finali. I predetti dati saranno forniti dall'Agenzia delle dogane e dei monopoli e eventualmente sulla base di ogni utile documentazione fornita dalle Province. La spettanza è determinata con riferimento all'aliquota di accisa per la rispettiva destinazione d'uso, ottenuta come media delle aliquote vigenti per il medesimo impiego nell'anno in esame, ponderate con il numero di

giorni dell'anno di rispettiva vigenza.

153-*octies*. Le riserve previste dall'articolo l, comma 508, della legge 27 dicembre 2013, n. 147 sono restituite alla regione trentino Alto Adige e alle province autonome di Trento e Bolzano nell'importo di 20 milioni annui a decorrere dall'anno 2019, previa individuazione della relativa copertura finanziaria.

153-*nonies*. La Provincia autonoma di Trento, al fine di ridurre il debito del settore pubblico in coerenza con gli obiettivi europei, attiva un 'operazione di estinzione anticipata dei mutui dei propri comuni, utilizzando le proprie disponibilità di cassa, mediante anticipazioni di fondi ai comuni».

Conseguentemente:

a) al comma 143, sopprimere le parole: «e le province autonome di Trento e di Bolzano» *e, nella tabella allegata, le seguenti voci:*

«Provincia autonoma di Bolzano 44.000
Provincia autonoma di Trento 37.000»;

b) alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015:
CP: ? 81 milioni;
CS: ? 81 milioni;
2016:
CP. ? 81 milioni;
CS: ? 81 milioni;
2017:
CP: ? 81 milioni;
CS: ? 81 milioni.

c) sopprimere i commi 145 e 148;

d) al comma 153, sopprimere le parole: «e provincia autonoma».

2.1032

BONFRISCO

Dopo il comma 153, inserire i seguenti:

«153-*bis*. La quota di risorse prevista all'articolo 28, comma 3, del decreto legislativo n. 226 del 2005 a valere sull'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 7, comma 6, della legge 28 marzo 2003, n. 53, destinata all'assolvimento del diritto dovere all'istruzione e formazione nei percorsi di istruzione e formazione professionale, anche ai fini dell'adempimento dell'obbligo di istruzione, è determinata in 40 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con proprio decreto, le occorrenti variazioni di bilancio 153-*ter*. l pagamenti relativi all'attuazione dei percorsi di cui al comma 153-*bis*, sostenuti da contributi erogati a tal fine dallo Stato alle regioni, sono esclusi, nei limiti dei relativi importi, dai limiti del patto di stabilità interno delle regioni.

153-*quater*. All'onere derivante dall'applicazione dei commi 153-*bis* e 153-*quater*, si provvede mediante corrispondente riduzione lineare delle dotazioni finanziarie disponibili, iscritte a legislazione vigente in *ter*mini di competenza e cassa, nell1mbito delle spese rimodulabili di parte coerente delle missioni di spesa di ciascun Ministero di cui all'articolo 21, comma 5, lettera *b)*, della legge 31 dicembre 2009, n. 196».

2.1033

CASSON

Dopo il comma 153 inserire il seguente:

«153-*bis*. In via straordinaria, per l'anno 2015 agli enti locali assegnatari di contributi pluriennali stanziati per le finalità di cui all'articolo 6 della legge 29 novembre 1984, n. 798, che non hanno raggiunto l'obiettivo del patto di stabilità interno a causa della mancata erogazione del predetti contributi nell'esercizio 2014, a seguito di apposita attestazione con procedura di cui all'articolo 31,

comma 20, della legge 12 novembre 2011, n. 183, non si applica la sanzione di cui al comma 26, lettera *d)*, del citato articolo 31, neppure nei suoi riflessi sul Fondo e la sanzione di cui al comma 26, lettera *a)* del citato articolo 31, si intende così ridefinita: è assoggettato ad una riduzione del fondo di solidarietà comunale in misura pari alla differenza tra il risultato registrato e l'obiettivo programmatico prede*ter*minato e comunque per un importo non superiore al 3 per cento delle entrate correnti registrate nell'ultimo consuntivo. In caso di incapienza dei predetti fondi gli enti locali sono tenuti a versare all'entrata del bilancio dello Stato le somme residue.

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 50.000.000;
2016: ? 50.000.000;
2017: ? 50.000.000.

2.1034

CASSON

Dopo il comma 153 inserire il seguente:

«153-*bis*. Vengono esclusi dai saldi del patto di stabilità per l'anno 2014 e 2015 i pagamenti effettuati dagli enti beneficiari di contributi pluriennali stanziati per le finalità di cui all'articolo 6 della legge 29 novembre 1984 n. 798 e attivati mediante accensione di mutui con oneri a carico dello Stato».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 15.000.000;
2016: ? 15.000.000;
2017: ? 15.000.000.

2.1035

BONFRISCO

Dopo il comma 153, inserire il seguente:

«153-*bis*. Le Regioni attribuiscono alla province di cui all'articolo 1, comma 3, secondo capoverso, della legge 7 aprile 2014 n. 56 le funzioni di cui all'articolo 89, comma 1, lettera *i)*, del decreto legislativo 31 marzo 1998, n. 112. Le regioni altresì attribuiscono alla stesse province l'introito dei proventi di cui all'articolo 86, comma 2, dello stesso decreto legislativo».

2.1036

BERTOROTTA, BULGARELLI

Il comma 154 è soppresso.

Conseguentemente,

all'articolo 1, comma 9, al capoverso 1-*bis*, i numeri 1) e 2) sono sostituiti dai seguenti:

«1) 855 euro per il 2015, 755 euro per il 2016 e 655 euro a decorrere dal 2017, se il reddito complessivo non è superiore a 24.000 euro;

2) 855 euro per il 2015, 755 euro per il 2016 e 655 euro a decorrere dal 2017, se il reddito complessivo è superiore a 24.000 euro ma non a 26.000 euro. Il credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra l'importo di 26.000 euro, diminuito del reddito complessivo, e l'importo di 2.000 euro».

2.1037

BERTOROTTA, BULGARELLI

Al comma 154 sostituire le seguenti parole: «di 1.000 milioni di euro per l'anno 2015, di 2.000 milioni di euro per l'anno 2016 e di 3.000 milioni di euro a decorrere dall'anno 2017» *con le seguenti:* «di 500 milioni di euro per l'anno 2015, di 1.000 milioni di euro per l'anno 2016 e di 1.500 milioni di euro a decorrere dall'anno 2017».

Conseguentemente,

all'articolo 1, comma 9, al capoverso 1-*bis*, i numeri 1) e 2) sono sostituiti dai seguenti:

«1) 905 euro per il 2015, 855 euro per il 2016 e 805 euro a decorrere dal 2017, se il reddito

complessivo non è superiore a 24.000 euro;

2) 905 euro per il 2015, 855 euro per il 2016 e 80S euro a decorrere dal 2017, se il reddito complessivo è superiore a 24.000 euro ma non a 26.000 euro. Il credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra l'importo di 26.000 euro, diminuito del reddito complessivo, e l'importo di 2.000 euro».

2.1038

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, MILO, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Al comma 154 sostituire le parole: «di 1000 milioni di euro per l'anno 2015» *con le seguenti:* «di 500 milioni di euro per l'anno 2015».

Conseguentemente, dopo il comma aggiungere il seguente: «154-*bis*. Agli oneri di cui il comma 13 per l'anno 2015 si provvede a valere sul Fondo di cui all'articolo 3, comma 66».

2.1039

LIUZZI

Al comma 154 sostituire le parole: «di 1000 milioni di euro per l'anno 2015» *con le seguenti:* «di 500 milioni di euro per l'anno 2015».

Conseguentemente, dopo il comma 154 aggiungere i seguenti:

«13-*bis*. Agli oneri di cui il comma 154 per l'anno 2015 si provvede a valere sul Fondo di cui al successivo articolo 3, comma 66».

2.1040

PAGLIARI, BROGLIA, ZANONI, BERTUZZI

Al comma 154 sostituire le parole: «di 1000 milioni di euro per l'anno 2015» *con le seguenti:* «di 500 milioni di euro per l'anno 2015».

Conseguentemente, dopo il comma 154 aggiungere il seguente:

«154-*bis*. Agli oneri di cui il comma 154 per l'anno 2015 si provvede a valere sul Fondo di cui all'articolo 3, comma 66».

2.1041

ZANONI, DEL BARBA, LO MORO, PEZZOPANE, BROGLIA, PAGLIARI, MARGIOTTA, BERTUZZI

Al comma 154, sostituire le parole: «di 1000 milioni di euro per l'anno 2015» *con le parole:* «di 500 milioni di euro per l'anno 2015».

Conseguentemente:

all'articolo 3, comma 21, lettera *g)* sostituire la parola: «triplo» con la seguente: «quadruplo»;

all'articolo 3, dopo il comma 21 inserire i seguenti:

«21-*bis*. A decorrere dalla data di entrata in vigore della presente legge, le misure dell'imposta fissa di bollo attualmente stabilite in euro 2,00 e in euro 16,00, ovunque ricorrano, sono rideterminate, rispettivamente, in euro 2,20 e in euro 17,50.

2l-*ter*. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, da emanarsi entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della Presente legge, le aliquote di accisa sui Prodotti energetici usati come carburanti ovvero come combustibili per riscaldamento per usi civili, stabilite dal testo unico delle disposizioni legislative concernenti le imposte sulla produzione e sui consumi e relative sanzioni penali e amministrative, di cui al decreto legislativo 26 ottobre 1995, n 504, e successive modificazioni, sono incrementate al fine di assicurare maggiori entrate per un ammontare non inferiori a 150 milioni di euro a decorrere dall'anno 2014».

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle :finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 50.000.000;

2016: ? 50.000.000;

2017: ? 50.000.000.

2.1042

PAGLIARI, BROGLIA, ZANONI, BERTUZZI

Al comma 154 sostituire le parole: «di 1000 milioni di euro per l'anno 2015» *con le seguenti:* «di 500 milioni di euro per l'anno 2015».

Conseguentemente, all'articolo 3:

al comma 21, lettera *g)* sostituire la parola: «triplo» con la seguente: «quadruplo».

dopo il comma 21 sono inseriti i seguenti: «21-*bis*. A decorrere dalla data di entrata in vigore della presente legge, le misure dell'imposta fissa di bollo attualmente stabilite in euro 2,00 e in euro 16,00, ovunque ricorrano, sono ride terminate, rispettivamente, in euro 2,20 e in euro 17,50.

21-*ter*. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, da emanarsi entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, le aliquote di accisa sui prodotti energetici usati come carburanti ovvero come combustibili per riscaldamento per usi civili, stabilite dal testo unico delle disposizioni legislative concernenti le imposte sulla produzione e sui consumi e relative sanzioni penali e amministrative, di cui al decreto legislativo 26 ottobre 1995, n. 504, e successive modificazioni, sono incrementate al fine di assicurare maggiori entrate per un ammontare non inferiori a 150 milioni di euro a decorrere dall'anno 2014.».

2.1043

PAGLIARI, BROGLIA, ZANONI, BERTUZZI

Al comma 154 sostituire le parole: «di 1000 milioni di euro per l'anno 2015» *con le seguenti:* «di 500 milioni di euro per l'anno 2015».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 66, aggiungere, in fine, le seguenti parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 500 milioni di euro per l'anno 2015».

2.1044

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 154, sostituire le parole: «di 1.000 milioni di euro per l'anno 2015» *con le seguenti:* «di 500 milioni di euro per l'anno 2015».

Conseguentemente, all'articolo 17, comma 12, sostituire le parole: «850 milioni di euro» *con le seguenti:* «350 milioni di euro».

1.1045

LANGELLA

Al comma 154 sostituire le parole: «di 1000 milioni di euro per l'anno 2015» *con le seguenti:* «di 500 milioni di euro per l'anno 2015».

1.1046

CERONI, RAZZI

Al comma 154, sostituire le parole: «di 1000 milioni di euro per l'anno 2015» *con le seguenti:* «di 500 milioni di euro per l'anno 2015».

2.1047

PAGLIARI, BROGLIA, ZANONI, BERTUZZI

Al comma 154, terzo periodo, sostituire le parole: «che risultano in dissesto alla data del 15 ottobre 2014» *con le seguenti:* «che alla data del 31 dicembre 2014 risultano in dissesto ovvero in riequilibrio finanziario pluriennale».

2.1048

MARGIOTTA

Al comma 154, sostituire le parole: «che risultano in dissesto alla data del 15 ottobre 2014» *con le seguenti:* «che alla data del 31 dicembre 2014 risultano in dissesto ovvero in riequilibrio pluriennale».

2.1049

DEL BARBA

Al comma 154, dopo le parole: «Sono escluse dal versamento di cui al periodo precedente, fermo

restando l'ammontare complessivo del contributo dei periodi precedenti, le province che risultano in dissesto» *aggiungere le seguenti:* «o in riequilibrio finanziario pluriennale» *e sostituire le parole:* «alla data del 15 ottobre 2014» *con le seguenti:* «alla data del 31 dicembre 2014».

2.1050

FAVERO, SUSTA, SANGALLI, MANASSERO, BORIOLI, PEZZOPANE, ORRÙ, DALLA ZUANNA, RUTA, TOCCI, MATTESINI, PAGLIARI, ELENA FERRARA

Al comma 154, terzo periodo, dopo le parole: «le province che risultano in dissesto» *aggiungere le seguenti:* «ovvero che abbiano deliberato un piano di riequilibrio finanziario pluriennale ai sensi dell'articolo 243-*bis* del testo unico delle leggi sull'ordinamento degli enti locali di cui al decreto legislativo n. 267 del 2000».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 15.000.000;
2016: ? 15.000.000;
2017: ? 15.000.000.

2.1051

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 154, dopo le parole: «le province che risultano in dissesto aggiungere le seguenti: "ovvero che abbiano deliberato un piano di riequilibrio finanziario pluriennale ai sensi dell'articolo 243-*bis* del testo unico delle leggi sull'ordinamento degli enti locali di cui al decreto legislativo n. 267 del 2000"».

2.1052

MARGIOTTA

Al comma 154, dopo le parole: «le province che risultano in dissesto» *aggiungere le seguenti:* «ovvero che abbiano deliberato un piano di riequilibrio finanziario pluriennale ai sensi dell'articolo 243-*bis* del testo unico delle leggi sull'ordinamento degli enti locali di cui al decreto legislativo n. 267 del 2000».

2.1053

LIUZZI

Al comma 154, dopo le parole: «le province che risultano in dissesto» *aggiungere le seguenti:* «ovvero che abbiano deliberato un piano di riequilibrio finanziario pluriennale ai sensi dell'articolo 243-bis del testo unico delle leggi sull'ordinamento degli enti locali di cui al decreto legislativo n. 267 del 2000».

2.1054

PAGLIARI, BROGLIA, ZANONI, BERTUZZI

Al comma 154, terzo periodo, dopo le parole: «le province che risultano in dissesto» *aggiungere le seguenti:* «ovvero che abbiano deliberato un piano di riequilibrio finanziario pluriennale ai sensi dell'articolo 243-*bis* del testo unico delle leggi sull'ordinamento degli enti locali di cui al decreto legislativo n. 267 del 2000».

2.1055

ZANONI, DEL BARBA, LO MORO, PEZZOPANE, BROGLIA, PAGLIARI, MARGIOTTA, BERTUZZI

Al comma 154, dopo le parole: «le province che risultano in dissesto» *inserire le seguenti:* «ovvero che abbiano deliberato un piano di riequilibrio finanziario pluriennale ai sensi dell'articolo 243-*bis* del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267».

2.1056

CERONI, RAZZI

Al comma 154, dopo le parole: «le province che risultano in dissesto» *aggiungere le seguenti:* «ovvero che abbiano deliberato un piano di riequilibrio finanziario pluriennale ex art. 243-*bis* del Tuel».

2.1057

MINZOLINI

Al comma 154, dopo le parole: «le province che risultano in dissesto» *aggiungere le seguenti:* «ovvero che abbiano deliberato un piano di riequilibrio finanziario pluriennale ex articolo 243-*bis* del Tuel».

2.1058

LANGELLA

Al comma 154, dopo le parole: «le province che risultano in dissesto» *aggiungere le seguenti:* «ovvero che abbiano deliberato un piano di riequilibrio finanziario pluriennale ex art. 243-*bis* del Tuel».

2.1059

PEZZOPANE, TOMASELLI, ALBANO, MANASSERO, FASIOLO, SOLLO, STEFANO ESPOSITO, BORIOLI, SPILABOTTE

Al comma 154 dopo le parole: «le province che risultano in dissesto alla data del 15 ottobre 2014» *inserire le seguenti:* «, nonché quelle che abbiano ottenuto l'approvazione di un Piano pluriennale di riequilibrio ai sensi dell'articolo 243-*bis* del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267.

Conseguentemente:

all'articolo 3, comma 21, lettera g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quadruplo».

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 50.000.000;
2016: ? 50.000.000;
2017: ? 50.000.000.

2.1060

DEL BARBA

Al comma 154, dopo le parole: «in dissesto alla data del 15 ottobre 2014» *aggiungere le seguenti:* «nonché le province, con territorio interamente montano e confinanti con Paesi stranieri, di cui all'articolo 1, comma 3, secondo periodo, della legge 7 aprile 2014, n. 56».

2.1061

ZANONI, DEL BARBA, LO MORO, PEZZOPANE, BROGLIA, PAGLIARI, MARGIOTTA, BERTUZZI

Al comma 154, sostituire le parole: «entro il 15 febbraio 2015» *con le seguenti:* «entro il 30 aprile 2015».

Conseguentemente:

al comma 155, sostituire le parole: «30 aprile» *con le seguenti:* «30 giugno»; *dopo il comma 155 inserire i seguenti:*

«155-*bis*. Ai fini dell'attuazione di quanto previsto ai commi 154 e 155, all'articolo 1 della legge 7 aprile 2014, n 56 sono apportate le seguenti modifiche:

a) al comma 89, dopo le parole: "continuano ad essere da esse esercitate fino alla data dell'effettivo awio di esercizio da parte dell'ente subentrante" inserire le seguenti: "e, comunque non oltre il 30 marzo 2015";

b) al comma 95, le parole: "entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge" sono sostituite dalle seguenti: "entro il 28 febbraio 2015" e le parole: "a dare attuazione all'accordo di cui al comma 91" sono sostituite dalle seguenti: "ad approvare le leggi di riordino delle funzioni di cui al comma 89";

c) al comma 96, lettera *a)*, dopo le parole: "sono trasferite all'ente destinatario" sono inserite le seguenti: "se eccedenti rispetto alla ricognizione sulle risorse necessarie all'esercizio delle funzioni fondamentali di Province e Città metropolitane di cui al comma 92".

155-*ter*. A conclusione del processo di riordino, da effettuarsi inderogabilmente entro il 30 marzo 2015, con decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri, previa valutazione delle risorse finanziarie necessarie all'esercizio delle funzioni fondamentali di Province e città metropolitane, verranno definiti

gli importi finali di cui al comma 154 e ripartiti tra i destinatari delle funzioni riordinate, Stato, Regioni, Province e Città Metropolitane. Ai fini dell'applicazione di quanto previsto dal presente comma, in deroga all'articolo 151 del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, recante il Testo unico sull'ordinamento degli enti locali, le Province e le Città metropolitane deliberano il bilancio di previsione 2015 entro il 30 maggio 2015; in deroga all'articolo 171 del medesimo decreto legislativo n. 267 del 2000, le Province possono non allegare il bilancio pluriennale».

2.1062

CERONI, RAZZI

Apportare le seguenti modificazioni:

a) al comma 154, sostituire le parole: «entro il 15 febbraio 2015» *con le seguenti:* «entro il 30 aprile 2015»;

b) al comma 155, sostituire le parole: «30 aprile» *con le seguenti:* «30 giugno»;

c) dopo il comma 155 inserire i seguenti:

«155-*bis.* Ai fini dell'attuazione di quanto previsto dai commi 13 e 14, alla legge n. 56/14 sono apportate le seguenti modifiche:

a) all'articolo 1, comma 89 dopo le parole: "continuano ad essere da esse esercitate fino alla data dell'effettivo avvio di esercizio da parte dell'ente subentrante" aggiungere le seguenti: "e, comunque non oltre il 30 marzo 2015";

b) all'articolo 1, comma 95 le parole: "entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge" sono sostituite dalle seguenti: "entro il 28 febbraio 2015"; le parole: "a dare attuazione all'accordo di cui al comma 91" sono sostituite dalle seguenti: "ad approvare le leggi di riordino delle funzioni di cui al comma 89";

c) all'articolo 1, comma 96 dopo le parole: "sono trasferite all'ente destinatario" aggiungere le seguenti: "se eccedenti rispetto alla ricgnizione sulle risorse necessarie all'esercizio delle funzioni fondamentali di province e città metropolitane di cui al comma 92".

155-*ter.* A conclusione del processo di riordino da effettuarsi inderogabilmente entro il 30 marzo 2015, con decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri, previa valutazione delle risorse finanziarie necessarie alÌ esercizio delle funzioni fondamentali di province e città metropolitane, verranno definiti gli importi finali di cui al comma 154 e ripartiti tra i destinatari delle funzioni riordinate Stato, regioni, province e città metropolitane. Ai fini dell'applicazione di quanto previsto dal presente comma, in deroga all'articolo 151 del Tuel, le province e le città metropolitane deliberano il bilancio di previsione 2015 entro il 30 maggio 2015; in deroga all'articolo 171 del Tuel le province possono non allegare il bilancio pluriennale».

2.1063

SUSTA

Al comma 154 sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al comma 154, sostituire le parole: «entro il 15 febbraio 2015» *con le seguenti:* «entro il 30 aprile 2015»;

b) al comma 155, sostituire le parole: «30 aprile» *con le seguenti:* «30 giugno»;

c) dopo il comma 155 è aggiunto il seguente:

«155-*bis.* Ai fini dell'attuazione di quanto previsto dai commi 13 e 14, alla legge 7 aprile 2014, n. 56, sono apportate le seguenti modifiche:

a) all'articolo 1, comma 89 dopo le parole: "continuano ad essere da esse esercitate fino alla data dell'effettivo avvio di esercizio da parte dell'ente subentrante" aggiungere le seguenti: "e, comunque non oltre il 30 marzo 2015";

b) all'articolo 1, comma 95 le parole: "entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge" sono sostituite dalle seguenti: "entro il 28 febbraio 2015"; le parole: "a dare attuazione all'accordo di cui al comma 91" sono sostituite dalle seguenti: "ad approvare le leggi di riordino delle funzioni di cui al comma 89";

c) all'articolo 1, comma 96 dopo le parole: "sono trasferite all'ente destinatario" aggiungere le

seguenti: "se eccedenti rispetto alla ricognizione sulle risorse necessarie all'esercizio delle funzioni fondamentali di province e città metropolitane di cui al comma 92".

155-*ter*. A conclusione del processo di riordino da effettuarsi inderogabilmente entro il 30 marzo 2015, con decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri, previa valutazione delle risorse finanziarie necessarie all'esercizio delle funzioni fondamentali di province e città metropolitane, verranno definiti gli importi finali di cui al comma 154 e ripartiti tra i destinatari delle funzioni riordinate Stato, regioni, province e città metropolitane. Ai fini dell'applicazione di quanto previsto dal presente comma, in deroga all'articolo 151 del Tuel, le province e le città metropolitane deliberano il bilancio di previsione 2015 entro il 30 maggio 2015; in deroga all'articolo 171 del Tuel le province possono non allegare il bilancio pluriennale».

2.1064

LANGELLA

Al comma 154, sostituire le parole: «entro il 15 febbraio 2015» *con le seguenti:* «entro il 30 aprile 2015».

2.1065

VERDUCCI

Al comma 154 aggiungere, in fine, il seguente periodo: «Per il solo esercizio 2015, le province delle regioni a statuto ordinario che non riuscissero, anche per effetto dei riversamenti al bilancio dello Stato di cui al presente comma, ad approvare un bilancio di previsione in equilibrio, possono, eccezionalmente ed in deroga a tutte le disposizioni vigenti, predisporre ed approvare il bilancio di previsione relativo all'annualità 2015 dopo l'approvazione del rendiconto di gestione 2014 applicando sin dalla previsione iniziale, ove necessario anche per l'intero importo, l'avanzo di amministrazione 2014 accertato con l'approvazione del suddetto rendiconto di gestione, nella misura rideterminata a seguito della revisione straordinaria dei residui attivi e passivi di cui all'articolo 3, comma 7, del citato decreto legislativo 23 giugno 2011, n. 118».

Conseguentemente:

all'articolo 3, comma 21, letteera g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quadruplo».

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 50.000.000;
2016: ? 50.0oo.000;
2017: ? 50.000.000.

2.1066

CERONI, RAZZI

Al comma 154 aggiungere, in fine, il seguente periodo: «Per il solo esercizio 2015, le province delle regioni a statuto ordinario che non riuscissero, anche per effetto dei riversamenti al bilancio dello Stato di cui al presente comma, ad approvare un bilancio di previsione in equilibrio, possono, eccezionalmente ed in deroga a tutte le disposizioni vigenti, predisporre ed approvare il bilancio di previsione relativo all'annualità 2015 dopo l'approvazione del rendiconto di gestione 2014 applicando sin dalla previsione iniziale, ove necessario anche per l'intero importo, l'avanzo di amministrazione 2014 accertato con l'approvazione del suddetto rendiconto di gestione, nella misura rideterminata a seguito della revisione straordinaria dei residui attivi e passivi di cui all'articolo 3, comma 7, del citato decreto legislativo 23 giugno 2011, n. 118».

2.1067

LANGELLA

Al comma 154 è aggiunto, in fine, il seguente periodo: «Per il solo esercizio 2015, le province delle regioni a statuto ordinario che non riuscissero, anche per effetto dei riversamenti al bilancio dello Stato di cui al presente comma, ad approvare un bilancio di previsione in equilibrio, possono, eccezionalmente ed in deroga a tutte le disposizioni vigenti, predisporre ed approvare il bilancio di

previsione relativo all'annualità 2015 dopo l'approvazione del rendiconto di gestione 2014 applicando sin dalla previsione iniziale, ove necessario anche per l'intero importo, l'avanzo di amministrazione2014 accertato con l'approvazione del suddetto rendiconto di gestione, nella misura ridetenninata a seguito della revisione straordinaria dei residui attivi e passivi di cui all'articolo 3, comma 7, del citato decreto legislativo 23 giugno 2011, n. 118».

2.1068

ZANONI, DEL BARBA, LO MORO, PEZZOPANE, BROGLIA, PAGLIARI, MARGIOTTA, BERTUZZI

Al comma 154 aggiungere, in fine, il seguente periodo: «Per il solo esercizio 2015, le province delle regioni a statuto ordinario che non riuscissero, anche per effetto dei riversamenti al bilancio dello Stato di cui al presente comma, ad approvare un bilancio di previsione in equilibrio, possono, eccezionalmente ed in deroga a tutte le disposizioni vigenti, predisporre ed approvare il bilareio di previsione relativo all'annuaIità 2015 dopo l'approvazione del rendiconto di gestione 2014 applicando sin dalla previsione iniziale, ove necessario anche per l'intero importo, l'avanzo di amministrazione 2014 accertato con l'approvazione del suddetto rendiconto di gestione, nella misura rideterminata a seguito della revisione straordinaria dei residui attivi e passivi di cui all'articolo 3, comma 7, del citato decreto legislativo 23 giugno 2011, n. 118».

2.1069

VACCARI, ZANONI

Al comma 154, aggiungere in fine il seguente periodo: «Al fine di garantire gli equilibri generali del bilancio di previsione 2015 in attesa del completamento del trasferimento delle funzioni non fondamentali, le Province appartenenti alle regioni ordinarie possono utilizzare, in deroga a quanto previsto dall'articolo 193, comma 3 del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, i proventi derivanti da alienazione di beni patrimoniali disponibili e da altre entrate in conto capitale per il finanziamento delle spese correnti».

2.1070

CERONI

Al comma 154, aggiungere, infine, le seguenti parole: «e tenendo conto, ai fini della corretta quantificazione del riparto fra le province e le città metropolitane, delle diverse ed ulteriori funzioni fondamentali assegnate dalla legge statale alle città metropolitane, in aggiunta alle stesse funzioni provinciali a queste ultime attribuite».

2.1071

ZANONI, BROGLIA, FAVERO, CALEO, VATTUONE, FISSORE, ELENA FERRARA, GRANAIOLA, MATTESINI, D'ADDA, FILIPPIN, STEFANO ESPOSITO, PEZZOPANE, VACCARI, SOLLO, PAGLIARI, LO GIUDICE, ALBANO, FORNARO, SCALIA, LAI, BORIOLI, MANASSERO, PADUA, SPILABOTTE, SAGGESE, BERTUZZI

Al comma 154 aggiungere in fine il seguente periodo: «e tenendo conto, ai fini della corretta quantificazione del riparto fra le province e le città metropolitane, delle diverse ed ulteriori funzioni fondamentali assegnate dalla legge statale alle città metropolitane, in aggiunta alle s tesse funzioni provinciali a queste ultime attribuite».

2.1072

LANGELLA

Dopo il comma 154, aggiungere il seguente:

«154-*bis*) ai fini dell'attuazione di quanto previsto dai commi 13 e 14, alla legge n. 56/14 sono apportate le seguenti modifiche:

a) all'articolo 1, comma 89 dopo le parole: "continuano ad essere da esse esercitate fino alla data dell'effettivo avvio di esercizio da parte dell'ente subentrante" aggiungere "e, comunque non oltre il 30 marzo 2015";

b) all'articolo 1, comma 95 le parole: "entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge" sono sostituite dalle seguenti: "entro il 28 febbraio 2015"; le parole: "a dare attuazione

all'accordo di cui al comma 91" sono sostituite dalle parole: "ad approvare le leggi di riordino delle funzioni di cui al comma 89";

c) all'articolo 1, comma 96 dopo le parole: "sono trasferite all'ente destinatario" aggiungere le seguenti parole: "se eccedenti rispetto alla ricognizione sulle risorse necessarie all'esercizio delle funzioni fondamentali di Province e Città metropolitane di cui al comma 92";

A conclusione del processo di riordino da effettuarsi inderogabilmente entro il 30 marzo 2015, con decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri, previa valutazione delle risorse finanziarie necessarie all'esercizio delle funzioni fondamentali di Province e città metropolitane, verranno definiti gli importi finali di cui al comma 154 e ripartiti tra i destinatari delle funzioni riordinate Stato, Regioni, Province e Città Metropolitane. Ai fini dell'applicazione di quanto previsto dal presente comma, in deroga all'articolo 151 del Tuel, le Province e le Città metropolitane deliberano il bilancio di previsione 2015 entro il 30 maggio 2015; in deroga alÌarticolo 171 del Tuel, le Province possono non allegare il bilancio pluriennale».

2.1073

ARRIGONI, COMAROLI, BISINELLA, DIVINA, TOSATO

Dopo il comma 154 inserire il seguente:

«154-*bis* il versamento di cui al comma precedente viene effettuato solo in caso di mancata corrispondenza, ovvero a concorrenza, tra ammontare della riduzione della spesa corrente stabilita e i residui attivi perenti di parte corrente a titolo di trasferimenti erariali non erogati da parte del Ministero dell'Interno. Il versamento effettuato da parte dell'ente non rileva ai fini del patto di stabilità interno».

2.1074

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 154, inserire il seguente:

«154-*bis* il versamento di cui al comma precedente viene effettuato solo in caso di mancata corrispondenza, ovvero a concorrenza, tra ammontare della riduzione della spesa corrente stabilita e i residui attivi perenti di parte corrente a titolo di trasferimenti erariali non erogati da parte del Ministero dell'interno. Il versamento effettuato da parte dell'ente non rileva ai fini del patto di stabilità interno».

2.1075

LIUZZI

Dopo il comma 154, inserire il seguente:

«154-*bis* il versamento di cui al comma precedente viene effettuato solo in caso di mancata corrispondenza, ovvero a concorrenza, tra ammontare della riduzione della spesa corrente stabilita e i residui attivi perenti di parte corrente a titolo di trasferimenti erariali non erogati da parte del Ministero dell'interno. Il versamento effettuato da parte dell'ente non rileva ai fini del patto di stabilità interno».

2.1076

ZANONI, DEL BARBA, LO MORO, PEZZOPANE, BROGLIA, PAGLIARI, MARGIOTTA, BERTUZZI

Dopo il comma 154, aggiungere il seguente comma:

«154-*bis* al fine di garantire gli equilibri generali del bilancio di previsione 2015 in attesa del completamente del trasferimento delle funzioni non fondamentali, le Province appartenenti alle regioni ordinarie possono utilizzare, in deroga a quanto previsto dall'articolo 193, comma 3, del decreto legislativo 18 agosto 2000 n. 267, i proventi derivanti da alienazione di beni patrimoniali disponibili e da altre entrate in conto capitale per il finanziamento delle spese correnti».

2.1077

CERONI, RAZZI

Dopo il comma 154, aggiungere il seguente comma:

«154-*bis* al fine di garantire gli equilibri generali del bilancio di previsione 2015 in attesa del completamente del trasferimento delle funzioni non fondamentali, le Province appartenenti alle regioni ordinarie possono utilizzare, in deroga a quanto previsto dall'articolo 193, comma 3, del decreto legislativo 18 agosto 2000 n. 267, i proventi derivanti da alienazione di beni patrimoniali disponibili e

da altre entrate in conto capitale per il finanziamento delle spese correnti».

2.1078

SUSTA

Dopo il comma 154 aggiungere il seguente:

«154-*bis*. All'articolo 16 del decreto legge 13 agosto 2011, n. 138, convertito nella legge 14 settembre 2011, n. 148 e successive modifiche e integrazioni, il comma 18 è abrogato».

2.1079

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 154, aggiungere il seguente:

«154-*bis*. All'articolo 16, comma 7, quarto periodo, del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, le parole: "per gli anni 2013 e 2014" sono sostituite dalle seguenti: "per gli anni 2013, 2014 e successivi"».

2.1080

LIUZZI

Dopo il comma 154, aggiungere il seguente:

«154-*bis*. All'articolo 16, comma 7, quarto periodo, del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, le parole: "per gli anni 2013 e 2014" sono sostituite dalle seguenti: "per gli anni 2013,2014 e successivi"».

2.1081

ZANONI, DEL BARBA, LO MORO, PEZZOPANE, BROGLIA, PAGLIARI, MARGIOTTA, BERTUZZI

Dopo il comma 154 inserire il seguente:

«154-*bis*. All'articolo 16, comma 7, quarto periodo, del decreto legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, le parole: "Per gli anni 2013 e 2014" sono sostituite dalle seguenti: "per gli anni 2013, 2014 e successivi"».

2.1082

MINZOLINI

Dopo il comma 154 aggiungere il seguente:

«154-*bis*. All'articolo 16, comma 7, quarto periodo, del decreto legge 6 luglio 2012, n.95, convertito, con modificazioni dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, sostituire le parole: "per gli anni 2013 e 2014" con le parole: "per gli anni 2013,2014 e successivi"».

2.1083

PAGLIARI, BROGLIA, ZANONI, BERTUZZI

Dopo il comma 154 inserire il seguente:

«154-*bis*. All'articolo 16, comma 7, quarto periodo, del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazione dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, le parole: "per gli anni 2013 e 2014 sono sostituite dalle seguenti: "per gli anni 2013,2014 e successivi"».

2.1084

LANGELLA

Dopo il comma 154 aggiungere il seguente:

«154- *bis)*. All'articolo 16, comma 7, quarto periodo, del decreto legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, sostituire le parole: "per gli anni 2013 e 2014" con le parole: "per gli anni 2013, 2014 e successivi"».

2.1085

CERONI, RAZZI

Dopo il comma 154 aggiungere il seguente:

«154-*bis*. All'articolo 16, comma 7, quarto periodo, del decreto legge 6 luglio 2012, n.95, convertito, con modificazioni dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, sostituire le parole: "per gli anni 2013 e 2014" con le parole: "per gli anni 2013, 2014 e successivi"».

2.1086

PAGLIARI, BROGLIA, ZANONI, BERTUZZI

Al comma 155, sostituire le parole: «30 aprile» *con le seguenti:* «30 giugno».

Conseguentemente, dopo il comma 155, inserire i seguenti:

«155-*bis.* Ai fini dell'attuazione di quanto previsto dai commi 13 e 14, alla legge n. 56 del 2014 apportate le seguenti modifiche:

a) all'articolo 1, comma 89, dopo le parole: "continuano ad essere da esse esercitate fino alla data dell'effettivo avvio di esercizio da parte dell'ente subentrante" sono aggiunte le seguenti: "e, comunque non oltre il 30 marzo 2015";

b) all'articolo 1, comma 95, le parole: "entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge" sono sostituite dalle seguenti: "entro il 28 febbraio 2015" le parole: "a dare attuazione all'accordo di cui al comma 91" sono sostituite dalle seguenti: "ad approvare le leggi di riordino delle funzioni di cui al comma 89";

c) all'articolo 1, comma 96, dopo le parole: "sono trasferite all'ente destinatario" sono aggiunte le seguenti: "se eccedenti rispetto alla ricognizione sulle risorse necessarie all'esercizio delle funzioni fondamentali di province e città metropolitane di cui al comma 92".

155-*ter.* Il processo di riordino deve effettuarsi inderogabilmente entro il 30 marzo 2015, con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri».

Sopprimere il comma 156.

2.1087

PAGLIARI, BROGLIA, ZANONI, BERTUZZI

Al comma 155, sostituire le parole: «30 aprile» *con le seguenti:* «30 giugno».

Conseguentemente, dopo il comma 155, inserire i seguenti:

«155-*bis.* Ai fini dell'attuazione di quanto previsto dai commi 13 e 14, alla legge n. 56 del 2014 sono apportate le seguenti modifiche:

a) all'articolo 1, comma 89, dopo le parole: "continuano ad essere da esse esercitate fino alla data dell'effettivo avvio di esercizio da parte dell'ente subentrante" sono aggiunte le seguenti: "e, comunque non oltre il 30 marzo 2015";

b) all'articolo 1, comma 95, le parole: "entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge" sono sostituite dalle seguenti: "entro il 28 febbraio 2015" e le parole: "a dare attuazione all'accordo di cui al comma 91" sono sostituite dalle seguenti: "ad approvare le leggi di riordino delle funzioni di cui al comma 89";

c) all'articolo 1, comma 96, dopo le parole: "sono trasferite all'ente destinatario" sono aggiunte le seguenti: "se ecdenti rispetto alla ricognizione sulle risorse necessarie all'esercizio delle funzioni fondamentali di province e città metropolitane di cui al comma 92".

155-*ter.* A conclusione del processo di riordino da effettuarsi inderogabilmente entro il 30 marzo 2015, con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri, previa valutazione delle risorse finanziarie necessarie all'esercizio delle funzioni fondamentali di province e città metropolitane, verranno definiti gli importi finali di cui al comma 13. In caso di incapienza, il Ministero dell'economia e finanze opera le relative compensazioni con il Fondo di cui all'articolo 17, comma 19, della presente legge. Ai fini dell'applicazione di quanto previsto dal presente comma, in deroga all'articolo 151 del Testo Unico di cui al decreto legislativo n. 267 del 2000, le province e le città metropolitane deliberano il bilancio di previsione 2015 entro 30 maggio 2015».

2.1088

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, MILO, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Al comma 155, sostituire le parole: «30 aprile» *con le seguenti:* «30 giugno».

Conseguentemente, dopo il comma 155, inserire i seguenti:

«155-*bis.* Ai fini dell'attuazione di quanto previsto dai commi 13 e 14, alla legge n. 56 del 2014

sono apportate le seguenti modifiche:

a) all'articolo 1, comma 89, dopo le parole: "continuano ad essere da esse esercitate fino alla data dell'effettivo avvio di esercizio da parte dell'ente subentrante" sono aggiunte le seguenti: "e, comunque non oltre il 30 marzo 2015";

b) all'articolo 1, comma 95, le parole: "entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge" sono sostituite dalle seguenti: "entro il 28 febbraio 2015" e le parole: "a dare attuazione all'accordo di cui al comma 91" sono sostituite dalle seguenti: "ad approvare le leggi di riordino delle funzioni di cui al comma 89";

c) all'articolo 1, comma 96, dopo le parole: "sono trasferite all'ente destinatario" sono aggiunte le seguenti: "se ecdenti rispetto alla ricognizione sulle risorse necessarie all'esercizio delle funzioni fondamentali di province e città metropolitane di cui al comma 92".

155-*ter.* A conclusione del processo di riordino da effettuarsi inderogabilmente entro il 30 marzo 2015, con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri, previa valutazione delle risorse finanziarie necessarie all'esercizio delle funzioni fondamentali di province e città metropolitane, verranno definiti gli importi finali di cui al comma 13. In caso di incapienza, il Ministero dell'economia e finanze opera le relative compensazioni con il Fondo di cui all'articolo 17, comma 19, della presente legge. Ai fini dell'applicazione di quanto previsto dal presente comma, in deroga all'articolo 151 del Testo Unico di cui al decreto legislativo n. 267 del 2000, le province e le città metropolitane deliberano il bilancio di previsione 2015 entro 30 maggio 2015».

2.1090

ARRIGONI, COMAROLI, BISINELLA, DIVINA, TOSATO

Al comma 155, sostituire le parole: «30 aprile» *con le seguenti:* «30 giugno».

Conseguentemente, dopo il comma 155, inserire i seguenti:

«155-*bis.* Ai fini dell'attuazione di quanto previsto dai commi 13 e 14, alla legge n. 56 del 2014 sono apportate le seguenti modifiche:

a) all'articolo 1, comma 89, dopo le parole: "continuano ad essere da esse esercitate fino alla data dell'effettivo avvio di esercizio da parte dell'ente subentrante" sono aggiunte le seguenti: "e, comunque non oltre il 30 marzo 2015";

b) all'articolo 1, comma 95, le parole: "entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge" sono sostituite dalle seguenti: "entro il 28 febbraio 2015" e le parole: "a dare attuazione all'accordo di cui al comma 91" sono sostituite dalle seguenti: "ad approvare le leggi di riordino delle funzioni di cui al comma 89";

c) all'articolo 1, comma 96, dopo le parole: "sono trasferite all'ente destinatario" sono aggiunte le seguenti: "se ecdenti rispetto alla ricognizione sulle risorse necessarie all'esercizio delle funzioni fondamentali di province e città metropolitane di cui al comma 92".

155-*ter.* A conclusione del processo di riordino da effettuarsi inderogabilmente entro il 30 marzo 2015, con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri, previa valutazione delle risorse finanziarie necessarie all'esercizio delle funzioni fondamentali di province e città metropolitane, verranno definiti gli importi finali di cui al comma 13. In caso di incapienza, il Ministero dell'economia e finanze opera le relative compensazioni con il Fondo di cui all'articolo 17, comma 19, della presente legge. Ai fini dell'applicazione di quanto previsto dal presente comma, in deroga all'articolo 151 del Testo Unico di cui al decreto legislativo n. 267 del 2000, le province e le città metropolitane deliberano il bilancio di previsione 2015 entro 30 maggio 2015».

2.1091

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 155, sostituire le parole: «30 aprile» *con le seguenti:* «30 giugno».

Conseguentemente, dopo il comma 155, inserire i seguenti:

«155-*bis.* Ai fini dell'attuazione di quanto previsto dai commi 13 e 14, alla legge n. 56 del 2014 sono apportate le seguenti modifiche:

a) all'articolo 1, comma 89, dopo le parole: "continuano ad essere da esse esercitate fino alla

data dell'effettivo avvio di esercizio da parte dell'ente subentrante" sono aggiunte le seguenti: "e, comunque non oltre il 30 marzo 2015";

b) all'articolo 1, comma 95, le parole: "entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge" sono sostituite dalle seguenti: "entro il 28 febbraio 2015" e le parole: "a dare attuazione all'accordo di cui al comma 91" sono sostituite dalle seguenti: "ad approvare le leggi di riordino delle funzioni di cui al comma 89";

c) all'articolo 1, comma 96, dopo le parole: "sono trasferite all'ente destinatario" sono aggiunte le seguenti: "se ecdenti rispetto alla ricognizione sulle risorse necessarie all'esercizio delle funzioni fondamentali di province e città metropolitane di cui al comma 92".

155-*ter.* A conclusione del processo di riordino da effettuarsi inderogabilmente entro il 30 marzo 2015, con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri, previa valutazione delle risorse finanziarie necessarie all'esercizio delle funzioni fondamentali di province e città metropolitane, verranno definiti gli importi finali di cui al comma 13. In caso di incapienza, il Ministero dell'economia e finanze opera le relative compensazioni con il Fondo di cui all'articolo 17, comma 19, della presente legge. Ai fini dell'applicazione di quanto previsto dal presente comma, in deroga all'articolo 151 del Testo Unico di cui al decreto legislativo n. 267 del 2000, le province e le città metropolitane deliberano il bilancio di previsione 2015 entro 30 maggio 2015».

2.1092

ZANONI, BROGLIA

Al comma 155, sostituire la parole: «30 aprile» *con le seguenti:* «30 giugno».

2.1093

LANGELLA

Al comma 155, sostituire la parole: «30 aprile» *con le seguenti:* «30 giugno».

2.1094

CERONI

Dopo il comma 155 è aggiunto il seguente:

«155-*bis.* All'articolo 17, primo comma, del decreto del Presidente della Repubblica 5 febbraio 1953, n. 39, dopo la lettera h) *è aggiunta la seguente:*

«*i)* veicoli in dotazione della Polizia locale provvisti delle targhe di immatricolazione previste dal decreto del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti 27 aprile 2006, n. 209».

2.1095

ZANONI, DEL BARBA, LO MORO, PEZZOPANE, BROGLIA, PAGLIARI, MARGIOTTA, BERTUZZI

Sopprimere il comma 156.

Conseguentemente:

alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 105.000.000;

2016: ? 105.000.000;

2017: ? 105.000.000;

alla Tabella A, voce Ministero delle politiche agricole, alimentari e forestali*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;

2016: ? 5.000.000;

2017: ? 5.000.000;

alla Tabella A, voce Ministero dell'ambiente e della tutela del te«itorio e del mare*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;

2016: ? 5.000.000;

2017: ? 5.000.000;

alla Tabella A, voce Ministero della giustizia, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 5.000.000;

2016: ? 5.000.000;

2017: ? 5.000.000;

alla Tabella A, voce Ministero degli affari esteri*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;

2016: ? 5.000.000;

2017: ? 5.000.000.

2.1096

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, MILO, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Sopprimere il comma 156.

2.1097

CERONI, RAZZI

Sopprimere il comma 156.

2.1098

LIUZZI

Sopprimere il comma 156.

2.1099

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Sopprimere il comma 156.

2.1100

LANGELLA

Sopprimere il comma 156.

2.1101

GUALDANI

Al comma 156 apportare le seguenti modifiche:

a) prima delle parole: «A decorrere» inserire le seguenti: «Fatto salvo quanto previsto dai commi da 7 a 9 dell'articolo 6 del decreto legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito con modificazioni, dalla legge 30 luglio 2010, n. 122»;

b) alla lettera *c)* dopo la parola: «pubblicità» aggiungere la seguente: «sponsorizzazioni»;

c) dopo la lettera *c)* aggiungere la seguente c-*bis*) procedere alla costituzione di uffici di diretta collaborazione. Per gli enti rinnovati nell'anno 2014, gli uffici di diretta collaborazione eventualmente costituiti, si intendono soppressi;

d) alla lettera *g)* è aggiunto il seguente periodo: «Gli incarichi in essere cessano alla naturale scadenza ed è fatto divieto di proroga degli stessi».

2.1102

LIUZZI

Al comma 156 sopprimere la lettera b) *e* g).

2.1103

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 156, sopprimere le lettere b) *e* g).

2.1104

CONTE

Al comma 156, sono soppressi i punti dalla lettera c) *alla lettera* g).

2.1105

DE POLI

Al comma 156, sono soppressi i punti dalla lettera c) *alla lettera* g).

2.1106

BROGLIA, LAI, ZANONI

Al comma 156, sopprimere le lettere da c) *a* g).

2.1107

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 156, sopprimere la lettera c).

2.1108

ARRIGONI, COMAROLI, BISINELLA, DIVINA, TOSATO

Al comma 156, sopprimere la lettera c).

2.1109

LIUZZI

Al comma 156 sopprimere la lettera c).

2.1110

PEZZOPANE, CALEO, ALBANO, VERDUCCI, FABBRI, TOMASELLI, VACCARI, MANASSERO, FASIOLO, SOLLO, STEFANO ESPOSITO, GIANLUCA ROSSI, D'ADDA, VATTUONE, BORIOLI, SPILABOTTE

Al comma 156, lettera c), *aggiungere infine il seguente periodo:* «fatta eccezione per il personale non dirigenziale impiegato con contratti a tempo determinato e in possesso al 31 dicembre 2014 dei requisiti di legge per essere stabilizzato, impiegato in settori che prevedano provvedimenti di riordino istituzionale o rientrino nell'ambito di disegni di legge delega già in atto relativi a riforme di settori organici e il cui costo sia coperto con risorse proprie o con fondi a tali funzioni dedicati da attuarsi entro il 31 dicembre 2016 anche in deroga al patto di stabilità interno;».

Conseguentemente

all'articolo 3, comma 21, lettera g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quintuplo».

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 25.000.000;
2016: ? 25.000.000;
2017: ? 25.000.000.

2.1111

PAGLIARI, BROGLIA, ZANONI, BERTUZZI

Al comma 156, lettera c), *dopo le parole:* «procedure di mobilità» *aggiungere le seguenti:* «fatta eccezione per il personale non dirigenziale impiegato con contratti a tempo determinato e in possesso al 31 dicembre 2014 dei requisiti di legge per essere stabilizzato, impiegato in settori che prevedano provvedimenti di riordino istituzionale o rientrino nell'ambito di disegni di legge delega già in atto relativi a riforme di settori organici e il cui costo sia coperto con risorse proprie o con fondi a tali funzioni dedicati, nell'invarianza dei saldi di finanza pubblica, da attuarsi entro il 31 dicembre 2016, in accordo al patto di stabilità interno».

2.1112

ZANONI, BROGLIA

Al comma 156, alla lettera d), *aggiungere infine il seguente periodo:* «Le disposizioni di cui alla presente lettera non si applicano alle province di cui al comma 52 della legge 7 aprile 2014, n. 56;».

2.1113

DEL BARBA

Al comma 156, alla lettera d), *aggiungere infine il seguente periodo:* «le disposizioni di cui alla presente lettera non si applicano alle province di cui al comma 52 della legge 7 aprile 2014, n. 56;».

2.1114

DEL BARBA

Al comma 156, sostituire la lettera e), *con la seguente:*

«*e)* di attivare rapporti di lavoro ai sensi dell'articolo 90 del testo unico delle leggi sull'ordinamento degli enti locali, di cui al decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, e successive

modificazioni».

2.1115

LIUZZI

Al comma 156 sostituire la lettera e) *con la seguente:*

«*e)* di attivare rapporti di lavoro ai sensi dell'articolo 90 del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, e successive modificazioni».

2.1116

ZANONI, BROGLIA

All'articolo 2, comma 156, sostituire la lettera e) *con la seguente le parole: «e)* di attivare rapporti di lavoro ai sensi dell'articolo 90 del testo unico delle leggi sull'ordinamento degli enti locali, di cui al decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, e successive modificazioni».

2.1117

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 156, sostituire la lettera e) *con la seguente: «e)* di attivare rapporti di lavoro ai sensi dell'articolo 90 del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, e successive modificazioni».

2.1118

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, MILO, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Al comma 156, lettera e), *aggiungere in fine, le seguenti parole:* fatto salvo i rapporti contrattuali del personale del Corpo di polizia provinciale.

2.1119

GASPARRI, PELINO

Al comma 156, lettera e) *aggiungere, in fine, il seguente periodo:* «La presente disposizione non si applica alle Province i cui organi andranno a scadenza, per fine mandato, negli anni successivi al 2014».

2.1120

LANGELLA

Al comma 156 lettera t) *aggiungere, in fine, le seguenti parole:* «fatti salvi quelli interamente finanziati con fondi comunitari».

2.1121

CERONI, RAZZI

Al comma 156 lettera f) *aggiungere, in fine, le seguenti parole:* «fatti salvi quelli interamente fin::m7.iaticon fondi comunitari».

2.1122

PAGLIARI, BROGLIA, ZANONI, BERTUZZI

Al comma 156, lettera f), *aggiungere, in fine, le parole:* «fatti salvi quelli interamente finanziati con fondi comunitari».

2.1123

MINZOLINI

Al comma 156 lettera f) *aggiungere, in fine, le seguenti parole:* «fatti salvi quelli interamente finanziati con fondi comunitari».

2.1124

LIUZZI

Al comma 156, lettera f), *aggiungere infine le seguenti parole:* «fatti salvi quelli interamente finanziati con fondi comunitari».

2.1125

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 156, lettera f), *aggiungere, in fine, le parole:* «fatti salvi quelli interamente finanziati con fondi comunitari».

2.1126

ZANONI, DEL BARBA, LO MORO, PEZZOPANE, BROGLIA, PAGLIARI, MARGIOTTA, BERTUZZI

Al comma 156, lettera f) *aggiungere in fine il seguente periodo:* «fatti salvi quelli interamente finanziati con fondi europei;».

2.1127

GASPARRI, PELINO

Al comma 156, lettera f) *aggiungere in fine il seguente periodo:* «La presente disposizione non si applica alle Province interessate dagli eventi sismici».

2.1128

PAGLIARI, BROGLIA, ZANONI, BERTUZZI

Dopo il comma 156, aggiungere i seguenti:

«156-*bis*. All'articolo 259 del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, il comma 9 è sostituito dai seguenti:

"9. La Cassa depositi e prestiti e gli altri istituti di credito sono autorizzati, su richiesta dell'ente, a consolidare l'esposizione debitoria dell'ente locale, al31 dicembre precedente l'anno entro il quale raggiungere l'equilibrio, in uno o più mutui della durata massima di cinquanta anni, con esclusione delle rate di ammortamento già scadute. Conservano validità i contributi statali e regionali già concessi in relazione ai mutui preesistenti.

9-*bis* il consolidamento dell'esposizione debitoria di cui al comma 9 comprende, nella quota capitale, le somme eventualmente dovute per le eventuali penalità e/o maggiori spese connesse all'estinzione anticipata dell'indebitamento, siano esse legate all'estinzione anticipata dei precedenti contratti di mutuo ovvero al rimborso anticipato od al riacquisto dei prestiti obbligazionari. Il consolidamento di che trattasi potrà avvenire in deroga alle disposizioni di cui all'articolo 35, comma 7, secondo periodo e di cui all'articolo 35, comma 9, ultimo periodo, della legge n. 724 del 23 dicembre 1994, di cui all'articolo 41 comma 2 della legge n. 448 del 28 dicembre 2001 nonché in relazione ai vincoli riguardanti i limiti all'indebitamento.

9-*ter*. Per gli enti locali che abbiano deliberato lo stato di dissesto finanziario per l'impossibilità a garantire l'assolvimento delle funzioni e dei servizi indispensabili, il consolidamento dell'esposizione debitoria di cui comma 9, può comprendere, nella quota capitale, l'ammontare complessivo del disavanzo come complessivamente calcolabile al31 dicembre dell'anno nel quale viene raggiunto l'equilibrio finanziario.

9-*quater*. Per tutta la durata dell'ammortamento dei mutui contratti ai sensi dei commi che precedono, la quota dei 70 per cento dell'eventuale differenza positiva tra entrate correnti e spese correnti, incluse le quote capitale dei mutui, dovrà essere utilizzata per l'estinzione anticipata, in tutto o in parte, dei mutui assunti ai sensi dei precedenti commi, anche nel caso in cui i limiti all'indebitamento siano rispettati".

156-*ter*. In sede di prima applicazione delle disposizioni di cui al comma 15-bis, gli enti locali che abbiano deliberato lo stato di dissesto finanziario entro il 31 dicembre 2013 potranno raggiungere l'equilibrio finanziario entro il31 dicembre 2015.

156-*quater*. Per i medesimi enti locali di cui al comma 15-*bis*, il prestito necessario a consolidare la complessiva esposizione debitoria potrà essere concesso a valere sulla dotazione per l'anno 2015 della "Sezione per assicurare la liquidità alle regioni e alle province autonome per pagamenti dei debiti certi, liquidi ed esigibili" di cui all'articolo 1 del decreto-legge 8 aprile 2013, n. 35, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 giugno 2013, n. 64. Il tasso di interesse da applicare al suddetto prestito, della durata massima di cinquanta anni, sarà determinato sulla base del rendimento di mercato dei Buoni poliennali del tesoro a 5 anni in corso di emissione. 156-*quinquies*. Con decreto del Ministero dell'economia e delle finanze, sentita la Conferenza unificata, di cui all'articolo 8 del decreto legislativo 28 agosto 1997, n. 281, da adottare entro il 15 febbraio 2015, è stabilita la quota, non superiore a 50 milioni, a valere sul "Fondo per assicurare la liquidità per pagamenti dei debiti certi,

liquidi ed esigibili" da destinarsi ai prestiti di cui al comma 156-*quater* e, in conformità alle procedure di cui agli articoli 1, 2 e 3 del decreto-legge 8 aprile 2013, n, 35, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 giugno 2013, n. 64, sono stabiliti i criteri, i tempi e le modalità per la concessione delle risorse agli enti locali richiedenti».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 50.000.000;
2016: ? 50.000.000
2017: ? 50.000.000.

2.1129

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 156 sono inseriti i seguenti:

«156-*bis*. Al fine del contenimento della spesa di personale le regioni, per gli anni 2015 e 2016, possono procedere, senza necessità di motivazione e con un preavviso di sei mesi, alla risoluzione unilaterale del rapporto di lavoro nei confronti dei dipendenti, anche di qualifica dirigenziale, che risultino in possesso dei requisiti anagrafici e contributivi, i quali, ai fini dell'accesso e della decorrenza del trattamento pensionistico in base alla disciplina vigente anteriore all'entrata in vigore dell'articolo 24, del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 211, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, avrebbero comportato la decorrenza del trattamento medesimo entro i1 31 dicembre 2016.

156-*ter*. Le regioni che adottano le misure di contenimento della spesa per il personale di cui ai commi da 15-*bis* a 15-*quater*, riducono le dotazioni organiche di un numero di posti corrispondente alle unità cessate dal servizio.

156-quater. È fatto divieto il successivo ripristino, a qualunque titolo, delle posizioni soppresse nelle dotazioni organiche di ciascuna amministrazione, e le corrispondenti cessazioni dal servizio non possono essere calcolate come risparmio utile per definire l'ammontare delle disponibilità finanziarie da destinare alle assunzioni o il numero delle unità sostituibili in relazione alle limitazioni del *turn over*».

2.1130

CRIMI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Dopo il comma 156, inserire i seguenti commi:

«156-*bis*. In attuazione di quanto previsto dalla legge 7 aprile 2014, n. 56, fatta salva l'invarianza di costi a carico dello Stato, al fine di eliminare le duplicazioni esistenti, assicurare una maggiore unitarietà ed efficacia degli interventi di controllo e salvaguardia del territorio e un contestuale intervento di risparmio del bilancio dello Stato, sono attribuite al Corpo forestale dello Stato le funzioni attualmente esercitate, in attuazione di quanto previsto dalla normativa statale in materia di vigilanza dell'ambiente, dai Corpi o Servizi di Polizia Provinciale istituiti ai sensi della legge 7 marzo 1986, n. 65. n personale in servizio presso i suddetti Corpi, transita in via volontaria in apposito ruolo speciale del Corpo forestale dello Stato permanendo, in prima assegnazione, nell'ambito territoriale dove presta servizio alla data di entrata in vigore dei provvedimenti di cui al successivo comma e mantenendo l'inquadramento previdenziale, giuridico, economico e di anzianità e ferme restando le qualifiche possedute di agente di polizia giudiziaria e pubblica sicurezza riferite agli agenti e di ufficiale di polizia giudiziaria e pubblica sicurezza riferite agli addetti al coordinamento e controllo e ai responsabili di servizio e ai comandanti. Resta salva la facoltà di opzione del medesimo personale di transito in Corpi e servizi di Polizia locale di altri enti locali;

156-*ter*. Con uno o più decreti del Presidente del Consiglio dei Ministri su proposta del Ministro degli Affari Regionali e le Autonomie locali delle politiche agricole alimentari e forestali e dell'Interno di concerto con il Ministro per la semplificazione e la pubblica amministrazione e del Ministro dell'economia e delle finanze da adottare entro i1 30 giugno 2015, verranno determinati i criteri generali per l'individuazione dei beni, delle risorse umane, finanziarie ed organizzative connesse

all'esercizio delle funzioni da trasferire ai sensi del comma 156-*bis*».

2.1131

RUTA

Dopo il comma 156 inserire i seguenti:

«156-*bis*. In attuazione di quanto previsto dalla legge 7 aprile 2014, n. 56, fatta salva l'invarianza di costi a carico dello Stato, al fine di eliminare le duplicazioni esistenti, assicurare una maggiore unitarietà ed efficacia degli interventi di controllo e salvaguardia del territorio e un contestuale intervento di risparmio del bilancio dello Stato, sono attribuite al Corpo forestale dello Stato le funzioni attualmente esercitate, in attuazione di quanto previsto dalla normativa statale in materia di vigilanza dell'ambiente, dai Corpi o Servizi di Polizia Provinciale istituiti ai sensi della legge 7 marzo 1986, n. 65. Il personale in servizio presso i suddetti Corpi, transita in via volontaria in apposito ruolo speciale del Corpo forestale dello Stato permanendo, in prima assegnazione, nell'ambito territoriale dove presta servizio alla data di entrata in vigore dei provvedimenti di cui al successivo comma e mantenendo l'inquadramento previdenziale, giuridico, economico e di anzianità e ferme restando le qualifiche possedute di agente di polizia giudiziaria e pubblica sicurezza riferite agli agenti e di ufficiale di polizia giudiziaria e pubblica sicurezza riferite agli addetti al coordinamento e controllo e ai responsabili di servizio e ai comandanti. Resta salva la facoltà di opzione del medesimo personale di transito in Corpi e servizi di Polizia locale di altri enti locali;

156-*ter*. Con uno o più decreti del Presidente del Consiglio dei Ministri, su proposta dei Ministri degli affari regionali, le Autonomie e lo sport, delle Politiche agricole alimentari e forestali e dell'interno, di concerto con il Ministro per la semplificazione e la pubblica amministrazione e del Ministro dell'economia e delle finanze, da adottare entro il 30 giugno 2015, sono determinati i criteri generali per l'individuazione dei beni, delle risorse umane, finanziarie ed organizzative connesse all'esercizio delle funzioni da trasferire ai sensi del comma 156-*bis*».

2.1132

DEL BARBA

Dopo il comma 156 inserire i seguenti commi:

«156-*bis*. In attuazione di quanto previsto dalla legge 7 aprile 2014, n. 56, fatta salva l'invarianza di costi a carico dello Stato, al fine di eliminare le duplicazioni esistenti, assicurare una maggiore unitarietà ed efficacia degli interventi di controllo e salvaguardia del territorio e un contestuale intervento di risparmio del bilancio dello Stato, sono attribuite al Corpo forestale dello Stato le funzioni attualmente esercitate, in attuazione di quanto previsto dalla normativa statale in materia di vigilanza dell'ambiente, dai Corpi o Servizi di Polizia Provinciale istituiti ai sensi della legge 7 marzo 1986, n. 65. il personale in servizio presso i suddetti Corpi, transita in via volontaria in apposito molo speciale del Corpo forestale dello Stato permanendo, in prima assegnazione, nell'ambito territoriale dove presta servizio alla data di entrata in vigore dei provvedimenti di cui al successivo comma e mantenendo l'inquadramento previdenziale, giuridico, economico e di anzianità e ferme restando le qualifiche possedute di agente di polizia giudiziaria e pubblica sicurezza riferite agli agenti e di ufficiale di polizia giudiziaria e pubblica sicurezza riferite agli addetti al coordinamento e controllo e ai responsabili di servizio e ai comandanti. Resta salva la facoltà di opzione del medesimo personale di transito in Corpi e servizi di Polizia locale di altri enti locali.

156-*ter*. Con uno o più decreti del Presidente del Consiglio dei Ministri su proposta del Ministro degli Affari Regionali e le Autonomie locali delle politiche agricole alimentari e forestali e dell'Interno di concerto con il Ministro per la semplificazione e la pubblica amministrazione e del Ministro dell'economia e delle finanze da adottare entro il 30 giugno 2015, verranno determinati i criteri generali per l'individuazione dei beni, delle risorse umane, finanziarie ed organizzative connesse all'esercizio delle funzioni da trasferire ai sensi del precedente comma».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;

2016: ? 5.000.000;
2017: ? 5.000.000.

2.1133

PUPPATO

Dopo il comma 156, inserire i seguenti commi:

«156-*bis*. In attuazione di quanto previsto dalla legge 7 aprile 2014, n. 56, fatta salva l'invarianza di costi a carico dello Stato, al fine di eliminare le duplicazioni esistenti, assicurare una maggiore unitarietà ed efficacia degli interventi di controllo e salvaguardia del territorio e un contestuale intervento di risparmio del bilancio dello Stato, sono attribuite al Corpo forestale dello Stato le funzioni attualmente esercitate, in attuazione di quanto previsto dalla normativa statale in materia di vigilanza dell'ambiente, dai Corpi o Servizi di Polizia Provinciale istituiti ai sensi della legge 7 marzo 1986, n. 65. Il personale in servizio presso i suddetti Corpi, transita in via volontaria in apposito ruolo speciale del Corpo foresta1e dello Stato permanendo, in prima assegnazione, nell'ambito territoriale dove presta servizio alla data di entrata in vigore dei provvedimenti di cui al successivo comma e mantenendo l'inquadramento previdenziale, giuridico, economico e di anzianità e ferme restando le qualifiche possedute di agente di polizia giudiziaria e pubblica sicurezza riferite agli agenti e di ufficiale di polizia giudiziaria e pubblica sicurezza riferite agli addetti al coordinamento e controllo e ai responsabili di servizio e ai comandanti. Resta salva la facoltà di opzione del medesimo personale di transito in Corpi e servizi di Polizia locale di altri enti locali.

156-*ter*. Con uno o più decreti del Presidente del Consiglio dei Ministri su proposta del Ministro degli Affari Regionali e le Autonomie locali delle politiche agricole alimentari e forestali e dell'Interno di concerto con il Ministro per la semplificazione e la pubblica amministrazione e del Ministro dell'economia e delle finanze da adottare entro il 30 giugno 2015, verranno determinati i criteri generali per l'individuazione dei beni, delle risorse umane, finanziarie ed organizzative connesse all'esercizio delle funzioni da trasferire ai sensi del precedente comma».

2.1134

CASSON

Dopo il comma 156 inserire i seguenti commi:

«156-*bis*. In attuazione di quanto previsto dalla legge 7 aprile 2014, n. 56, fatta salva l'invarianza di costi a carico dello Stato, al fine di eliminare le duplicazioni esistenti, assicurare una maggiore unitarietà ed efficacia degli interventi di controllo e salvaguardia del territorio e un contestuale intervento di risparmio del bilancio dello Stato, sono attribuite al Corpo foresta1e dello Stato le funzioni attualmente esercitate, in attuazione di quanto previsto dalla normativa statale in materia di vigilanza dell'ambiente, dai Corpi o Servizi di Polizia Provinciale istituiti ai sensi della legge 7 marzo 1986, n. 65. Il personale in servizio presso i suddetti Corpi, transita in via volontaria in apposito ruolo speciale del Corpo forestale dello Stato permanendo, in prima assegnazione, nell'ambito territoriale dove presta servizio alla data di entrata in vigore dei provvedimenti di cui al successivo comma e mantenendo l'inquadramento previdenziale, giuridico, economico e di anzianità e ferme restando le qualifiche possedute di agente di polizia giudiziaria e pubblica sicurezza riferite agli agenti e di ufficiale di polizia giudiziaria e pubblica sicurezza riferite agli addetti al coordinamento e controllo e ai responsabili di servizio e ai comandanti. Resta salva la facoltà di opzione del medesimo personale di transito in Corpi e servizi di Polizia locale di altri enti locali.

156-*ter*. Con uno o più decreti del Presidente del Consiglio dei Ministri su proposta del Ministro degli Affari Regionali e le Autonomie locali delle politiche agricole alimentari e forestali e dell'Interno di concerto con il Ministro per la semplificazione e la pubblica amministrazione e del Ministro dell'economia e delle finanze da adottare entro il 30 giugno 2015, verranno determinati i criteri generali per l'individuazione dei beni, delle risorse umane, finanziarie ed organizzative connesse all'esercizio delle funzioni da trasferire ai sensi del precedente comma».

2.1135

MARINELLO, MANCUSO, GUALDANI

Dopo il comma 156 inserire i seguenti:

«156-*bis*. In attuazione di quanto previsto dalla legge 7 aprile 2014, n. 56, fatta salva l'invarianza di costi a carico dello Stato, al fine di eliminare le duplicazioni esistenti, assicurare una maggiore unitarietà ed efficacia degli interventi di controllo e salvaguardia del territorio e un contestuale intervento di risparmio del bilancio dello Stato, sono attribuite al Corpo forestale dello Stato le funzioni attualmente esercitate, In attuazione di quanto previsto dalla normativa statale in materia di vigilanza dell'ambiente, dai Corpi o Servizi di Polizia Provinciale istituiti ai sensi della legge 7 marzo 1985, n. 55. Il personale in servizio presso i suddetti Corpi, transita in via volontaria in apposito ruolo speciale del Corpo forestale dello Stato permanendo, in prima assegnazione, nell'ambito territoriale dove presta servizio alla data di entrata in vigore del provvedimenti di cui al successivo comma e mantenendo l'Inquadramento previdenziale, giuridico, economico e di anzianità e ferme restando le qualifiche possedute di agente di polizia giudiziaria e pubblica sicurezza riferite agli agenti e di ufficiale di polizia giudiziaria e pubblica sicurezza riferite agii addetti al coordinamento e controllo e ai responsabili di servizio e ai comandanti. Resta salva la facoltà di opzione del medesimo personale di transito in Corpi e servizi di Polizia locale di altri enti locali».

«156-*ter*. Con uno o più decreti del Presidente del Consiglio dei Ministri su proposta del Ministro degli Affari Regionali e le Autonomie, delle politiche agricole alimentari e forestali e dell'Interno di concerto con Il Ministro per la semplificazione e la pubblica amministrazione e del Ministro dell'economia e delle finanze da adottare entro il 30 giugno 2015, verranno determinati i criteri generali per l'individuazione dei beni, delle risorse umane, finanziarie ed organizzative connesse all'esercizio delle funzioni da trasferire ai sensi del precedente comma».

2.1136

DI BIAGIO, LUIGI MARINO

>opo il comma 156 inserire i seguenti commi:

«156-*bis*. In attuazione di quanto previsto dalla legge 7 aprile 2014, n. 56, fatta salva l'invarianza di costi a carico dello Stato, al fine di eliminare le duplicazioni esistenti, assicurare una maggiore unitarietà'ed efficacia degli interventi di controllo e salvaguardia del territorio e un contestuale intervento di risparmio del bilancio dello Stato, sono attribuite al Corpo forestale dello Stato le funzioni attualmente esercitate, in attuazione di quanto previsto dalla normativa statale in materia di vigilanza dell'ambiente, dai Corpi o Servizi di Polizia Provinciale istituiti ai sensi della legge 7 marzo 1986, n. 65. Il personale in servizio presso i suddetti Corpi, transita in via volontaria in apposito ruolo speciale del Corpo forestale dello Stato permanendo, in prima assegnazione, nell'ambito territoriale dove presta servizio alla data di entrata in vigore dei provvedimenti di cui al successivo comma e mantenendo l'inquadramento previdenziale, giuridico, economico e di anzianità e ferme restando le qualifiche possedute di agente di polizia giudizi aria e pubblica sicurezza riferite agli agenti e di ufficiale di polizia giudiziaria e pubblica sicurezza riferite agli addetti al coordinamento e controllo e ai responsabili di servizio e ai. comandanti. Resta salva la facoltà di opzione del medesimo personale di transito in Corpi e servizi di Polizia locale di altri enti locali».

«156-*ter*. Con uno o più decreti del Presidente del Consiglio dei Ministri su proposta del Ministro degli Affari Regionali e le Autonomie locali delle politiche agricole alimentari e forestali e dell'Interno di concerto con il Ministro per la semplificazione e la pubblica amministrazione e del Ministro dell'economia e delle finanze da adottare entro il 30 giugno 2015, verranno determinati i criteri generali per l'individuazione dei beni, delle risorse umane, finanziarie ed organizzative connesse all'esercizio delle funzioni da trasferire ai sensi del precedente comma».

2.1137

DE PETRIS, BAROZZINO, URAS

Dopo il comma 156, inserire i seguenti:

«156-*bis*. In attuazione di quanto previsto dalla legge 7 aprile 2014, n. 56, fatta salva l'invarianza di costi a carico dello Stato, al fine di eliminare le duplicazioni esistenti, assicurare una maggiore unitarietà ed efficacia degli Interventi di controllo e salvaguardia del territorio e un contestuale

intervento di risparmio del bilancio dello Stato, sono attribuite al Corpo foresta le dello Stato le funzioni attualmente esercitate, in attuazione di quanto previsto dalla normativa statale In materia di vigilanza dell'ambiente, dai Corpi o Servizi di polizia Provinciale istituiti ai sensi della legge 7 marzo 1986, n. 65. Il personale in servizio presso i suddetti Corpi, transita in via volontaria in apposito ruolo speciale del Corpo forestale dello Stato permanendo, in prima assegnazione, nell'ambito territoriale dove presta servizio alla data di entrata in vigore dei provvedimenti di cui al successivo comma e mantenendo l'inquadramento previdenziale, giuridico, economico e di anzianità e ferme restando le qualifiche possedute di agente di polizia giudiziaria e pubblica sicurezza riferite agli agenti e di ufficiale di polizia giudiziaria e pubblica sicurezza riferite agli addetti al coordinamento e controllo e ai responsabili di servizio e ai comandanti. Resta salva la facoltà di opzione del medesimo personale di transito in Corpi e servizi di Polizia locale di altri enti locali».

«156-*ter*. Con uno o più decreti del Presidente del Consiglio dei Ministri su proposta del Ministro degli Affari Regionali e le Autonomie locali delle politiche agricole alimentari e forestali e dell'interno di concerto con il Ministro per la semplificazione e la pubblica amministrazione e del Ministro dell'economia e delle finanze do adottare entro il 30 giugno 2015, verranno determinati i criteri generali per l'individuazione dei beni, delle risorse umane, finanziarie ed organizzative connesse all'esercizio delle funzioni da trasferire ai sensi del precedente comma».

2.1138

D'ALÌ, SCOMA, AMIDEI

Dopo il comma 156, aggiungere il seguente:

«156-*bis*. Il comma 5-*bis* dell'articolo 4, del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16, convertito, con modificazioni dalla legge 26 aprile 2012, n. 44, come modificato dal comma 2, dell'articolo 22, del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, è soppresso».

Conseguentemente:

all'articolo 1, comma 116, sostituire le parole: «100 milioni» con le seguenti: «50 milioni»;

all'articolo 1, comma 117, sostituire le parole: «250 milioni» con le seguenti: «200 milioni»;

all'articolo, comma 118, sostituire le parole: «300 milioni» con le seguenti: «200 milioni»;

all'articolo 1, comma 125, sostituire le parole: «187,5 milioni» con le seguenti: «137,5 milioni»;

all'articolo 2, sopprimere il comma 207.

2.1139

D'ALÌ, SCOMA, AMIDEI

Dopo il comma 156, aggiungere il seguente:

«156-*bis*. Il comma 5-*bis* dell'articolo 4, del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16, convertito, con modificazioni dalla legge 26 aprile 2012, n. 44, come modificato dal comma 2, dell'articolo 22, del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, è soppresso».

Conseguentemente:

alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

? 2015: ? 100.000.000;

?? 2016: ? 100.000.000;

?? 2017: ? 100.000.000.

Ridurre proporzionalmente dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C, fino al raggiungi mento dell'importo di 250 milioni di euro.

2.1140

D'ALÌ

Dopo il comma 156 aggiungere il seguente:

«156-*bis*. Le previsioni di cui all'articolo 4, comma 5-*bis*, del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16, convertito, con modificazioni, dalla legge 26 aprile 2012, n. 44, come modificato dal comma 2, dell'articolo 22, del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23

giugno 2014, n. 89, non si applicano ai Comuni dell'Area svantaggiata elencati nel decreto ministeriale n. 16370 del 2 agosto 2007».

Conseguentemente, all'articolo 2, comma 207 sostituire le parole: «110 milioni» *con le seguenti:* «100 milioni».

2.1141

ZIZZA

Dopo il comma 156, aggiungere il seguente:

«156-*bis*. All'articolo 4, comma 5-*bis*, del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16, convertito, con modificazioni dalla legge, come modificato dal comma 2, dell'articolo 22, del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, è aggiunto, in fine, il seguente periodo: Sono comunque esenti dal pagamento dell'imposta municipale propria i terreni agricoli posseduti e condotti da coltivatori diretti ed imprenditori agricoli professionali iscritti all'INPS e delle figure iscritte presso la Camera di Commercio nella apposita Sezione Speciale delle imprese agricole sui terreni comunque utilizzati per fini agricoli da queste figure professionali».

Conseguentemente:

a) all'articolo 4, comma 5-*bis*, del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16, al primo periodo, sopprimere le seguenti parole: «, diversificando tra terreni posseduti da coltivatori diretti e imprenditori agricoli professionali di cui all'articolo 1 del decreto legislativo 29 marzo 2004, n. 99, iscritti nella previdenza agricola, e gli altri»;

b) ridurre proporzionante dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

2.1142

ZIZZA

Dopo il comma 156, aggiungere il seguente:

«156-*bis*. All'articolo 4, comma 5-*bis*, del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16, convertito, con modificazioni dalla legge, come modificato dal comma 2, dell'articolo 22, del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, è aggiunto, in fine, il seguente periodo: Sono comunque esenti dal pagamento dell'imposta municipale propria i terreni agricoli posseduti da coltivatori diretti e imprenditori agricoli professionali, di cui all'articolo 1 del decreto legislativo 29 marzo 2004, n. 99».

Conseguentemente:

a) all'articolo 4, comma 5-*bis*, del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16, al primo periodo, sopprimere le seguenti parole: «, diversificando tra terreni posseduti da coltivatori diretti e imprenditori agricoli professionali di cui all'articolo 1 del decreto legislativo 29 marzo 2004, n. 99, iscritti nella previdenza agricola, e gli altri»;

b) ridurre proporzionalmente dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

2.1143

PICCOLI, CERONI, AMIDEI

Dopo il comma 156, aggiungere il seguente:

«156-*bis*. All'articolo 4, comma 5-*bis*, del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16, convertito, con modificazioni dalla legge, come modificato dal comma 2, dell'articolo 22, del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, è aggiunto, in fine, il seguente periodo: Sono esenti dal pagamento dell'imposta municipale propria i terreni agricoli ubicati nei comuni ricompresi nel territorio delle province di cui all'articolo 1, comma 3, della legge 7 aprile 2014, n. 56».

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

2.1144

ZIZZA

Dopo il comma 156, aggiungere il seguente:

«156-*bis*. All'articolo 4, comma 5-*bis*, del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16, convertito, con modificazioni dalla legge, come modificato dal comma 2, dell'articolo 22, del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, è aggiunto, in fine, il seguente periodo: Sono comunque esenti dall'imposta municipale propria i terreni agricoli aventi destinazione qualità mandorleto».

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata ella tabella C.

2.1145

ZIZZA

Dopo il comma 156, aggiungere il seguente:

«156-bis. All'articolo 4, comma 5-*bis*, del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16, convertito, con modificazioni dalla legge, come modificato dal comma 2, dell'articolo 22, del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, è aggiunto, in fine, il seguente periodo: "Sono comunque esenti dall'imposta municipale propria i terreni agricoli aventi destinazione qualità uliveto"».

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

2.1146

CARDIELLO

Dopo il comma 156, aggiungere il seguente:

«156-*bis*. All'articolo 4, comma 5-*bis*, del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16, convertito, con modificazioni dalla legge, come modificato dal comma 2, dell'articolo 22, del decreto-Iegge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, è aggiunto, in fine, il seguente periodo: "Sono comunque esenti dal pagamento dell'imposta municipale propria i terreni agricoli ubicati nei comuni interamente montani"».

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

2.1147

PEZZOPANE, CALEO, ALBANO, VERDUCCI, FABBRI, TOMASELLI, VACCARI, MANASSERO, FASIOLO, SOLLO, STEFANO ESPOSITO, GIANLUCA ROSSI, D'ADDA, VATTUONE, BORIOLI, SPILABOTTE

Dopo il comma 156, aggiungere il seguente:

«156-bis. Alltarticolo 4, comma 9, terzo periodo, del decreto legge 31 agosto 2013, n. 101, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 ottobre 2013, n. 125, le parole: "31 dicembre 2014" sono sostituite dalle seguenti "31 dicembre 2016". Le proroghe, il cui costo sia coperto con risorse proprie o con fondi nazionali regionali, o comunitari a tali funzioni dedicati, sono consentite anche in deroga ai vincoli connessi al rispetto del patto di stabilità interno e ai limiti temporali sui contratti a termine».

Conseguentemente:

all'articolo 3, comma 21, lettera g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quintuplo».

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 25.000.000;
2016: ? 25.000.000;
2017: ? 25.000.000.

2.1148

PEZZOPANE, CALEO, ALBANO, VERDUCCI, FABBRI, VATTUONE

Dopo il comma 156, aggiungere il seguente:

«156-*bis*. Le disposizioni di cui all'articolo 4 comma 6 e comma 6-*quater* del decreto-legge 31 agosto 2013, n. 101, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 ottobre 2013, n. 125, si applicano ai

soggetti istituzionali individuati a svolgere le funzioni previste dall'accordo ai sensi dell'articolo 1, comma 91 della legge 7 aprile 2014, n. 56, tra Governo e regioni, sancito in Conferenza unificata, sentite le organizzazioni sindacali maggiormente rappresentative».

Conseguentemente:

all'articolo 3, comma 21, lettera g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quintuplo».

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 25.000.000;
2016: ? 25.000.000;
2017: ? 25.000.000.

2.1149

PEZZOPANE, VERDUCCI, CALEO, ALBANO, FABBRI, TOMASELLI, VACCARI, MANASSERO, FASIOLO, SOLLO, STEFANO ESPOSITO, GIANLUCA ROSSI, D'ADDA, VATTUONE, BORIOLI, SPILABOTTE

Dopo il comma 156, aggiungere il seguente:

«156-*bis.* All'articolo 1, comma 219 lettera *d)* della legge 27 dicembre 2013, n. 147, è aggiunto in fine il seguente periodo: "Tali proroghe sono consentite anche in deroga ai vincoli connessi al rispetto del patto di stabilità interno ed ai limiti temporali sui contratti a termine"».

Conseguentemente:

all'articolo 3, comma 21, lettera g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quintuplo».

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 25.000.000;
2016: ? 25.000.000;
2017: ? 25.000.000.

2.1150

PEZZOPANE, VERDUCCI, CALEO, ALBANO, FABBRI, TOMASELLI, VACCARI, MANASSERO, FASIOLO, SOLLO, STEFANO ESPOSITO, GIANLUCA ROSSI, D'ADDA, VATTUONE, BORIOLI, SPILABOTTE

Dopo il comma 156, aggiungere il seguente:

«156-*bis.* All'articolo 1, comma 219 lettera *d)* della legge 147 del 2013 dopo le parole: "allo scopo di consentire il regolare funzionamento dei servizi per l'impiego" sono aggiunte le seguenti: "per la formazione, le politiche attive del lavoro e le politiche comunitarie"».

2.1151

FISSORE, ZANONI, VERDUCCI, ELENA FERRARA, CERVELLINI, GATTI, TONINI, LANIECE , FAUSTO GUILHERME LONGO, VATTUONE, PUGLISI, MINEO, CORSINI, FILIPPIN, IDEM, CUCCA, MANASSERO, CANTINI, FAVERO, STEFANO ESPOSITO, BORIOLI, FORNARO, PETRAGLIA, BAROZZINO, DI BIAGIO, SPILABOTTE, STEFANO, COLLINA, LIUZZI, SONEGO, FASIOLO, SPOSETTI, SILVESTRO, AMATI, SCALIA, PUPPATO, PIGNEDOLI, MARGIOTTA, DALLA ZUANNA, RUTA, MIGLIAVACCA, MIRABELLI, GUERRA, GRANAIOLA, IURLARO, SCOMA, EVA LONGO, DE SIANO, ZIZZA, SERAFINI, SIBILIA, BUEMI, FRAVEZZI, PANIZZA, SUSTA, FEDELI, MARTINI, MATURANI, DE BIASI, CUOMO, VALENTINI, PEZZOPANE, GINETTI, ALBANO, BROGLIA, CALEO, CARDINALI, COCIANCICH, CAPACCHIONE, URAS, FATTORINI, AMORUSO, GIACOBBE, TURANO, SOLLO, PEGORER, LO MORO

Dopo il comma 156 aggiungere il seguente:

«156-*bis.* All'articolo 3, comma 6-*bis*, del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90, convertito in legge, con modificazioni, dalla legge 11 agosto 2014, n. 114, dopo il primo periodo sono aggiunti i seguenti: "Per le province rispetto alle quali è stabilito il subentro delle città metropolitane, i contratti di lavoro di cui al precedente periodo possono comunque essere prorogati fino al 31 dicembre 2015. A

tal fine alle province di cui al periodo precedente, in caso di mancato rispetto del patto di stabilità interno per l'anno 2014, non si applicano le disposizioni che stabiliscono il divieto di procedere ad assunzioni a qualsiasi titolo nell'esercizio successivo"»

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 10.000.000;
2016: ? 10.000.000;
2017: ? 10.000.000.

2.1152

ZANONI, BROGLIA, FAVERO, CALEO, VATTUONE, FISSORE, ELENA FERRARA, GRANAIOLA, MATTESINI, D'ADDA, FILIPPIN, STEFANO ESPOSITO, PEZZOPANE, VACCARI, SOLLO, PAGLIARI, LO GIUDICE, ALBANO, FORNARO, SCALIA, LAI, BORIOLI, MANASSERO, PADUA, SPILABOTTE, SAGGESE, BERTUZZI

Dopo il comma 156 inserire il seguente:

«156-*bis.* All'articolo 3, comma 6-*bis*, del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 agosto 2014, n. 114, dopo il primo periodo sono aggiunti i seguenti: "Per le province rispetto alle quali è stabilito il subentro da parte delle città metropolitane, i contratti di lavoro di cui al precedente periodo possono comunque essere prorogati fno al 31 dicembre 2015. A tal fine alle province di cui al periodo precedente, in caso di mancato rispetto del patto di stabilità interno per l'anno 2014, non si applicano le disposizioni che stabiliscono il divieto di procedere ad assunzioni a qualsiasi titolo nell'esercizio successivo».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;
2016: ?;
2017: ?.

2.1153

CERONI

Dopo il comma 156 è aggiunto il seguente:

«156-*bis.* All'articolo 3, comma 6-*bis,* del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 agosto 2014, n. 114, dopo il primo periodo sono aggiunti i seguenti: "Per le province rispetto alle quali è stabilito il subentro delle città metropolitane, i contratti di lavoro di cui al precedente periodo possono comunque essere prorogati fino al 31 dicembre 2015. A tal fine alle province di cui al periodo precedente, in caso di mancato rispetto del patto di stabilità interno per l'anno 2014, non si applicano le disposizioni che stabiliscono il divieto di procedere ad assunzioni a qualsiasi titolo nell'esercizio successivo"».

2.1154

DALLA TOR, GUALDANI

Dopo il comma 156, aggiungere il seguente:

«156-*bis.* In considerazione di quanto disposto dai commi 1-*ter* ed 1-*quater* dell'articolo 23 del decfreto-legge 24 giugno 2014, n. 90, convertito con legge 11 agosto 2014, n. 114, le misure di cui al precedente comma non si applicano alla provincia di Venezia».

2.1155

GASPARRI, PELINO

Dopo il comma 156, aggiungere il seguente:

«156-*bis*. In deroga a quanto disposto dal comma 156, lettera *c)*, per la Provincia dell'Aquila, e limitatamente all'anno 2015, le assunzioni a tempo indeterminato possono effettuarsi per le seguenti fattispecie:

a) unità di personale vincitori di concorsi a tempo indeterminato già espletati, conclusi ed

ancora vigenti, in quanto antecedenti all'entrata in vigore della presente disposizione;

b) unità di personale appartenente alle categorie protette ex legge 68 del 1999, nei limiti del completamento della quota d'obbligo;

c) unità di personale aventi diritto all'assunzione a tempo indeterminato, in forza di sentenze passate in giudicato, od aventi efficacia immediatamente esecutiva, intervenute comunque in data antecedente all'entrata in vigore della presente disposizione».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, .apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 5.000.000;

2016: ? 5.000.000;

2017: ? 5.000.000.

2.1156

PEZZOPANE, CALEO, ALBANO, VERDUCCI, FABBRI, TOMASELLI, VACCARI, MANASSERO, FASIOLO, SOLLO, STEFANO ESPOSITO, GIANLUCA ROSSI, D'ADDA, VATTUONE, BORIOLI, SPILABOTTE

Dopo il comma 156, aggiungere il seguente:

«156-*bis*. I soggetti istituzionali insediatisi a seguito della legge 7 aprile 2014, n. 56 nonché gli enti o agenzie subentranti nelle funzioni alle province che, ai sensi dell'articolo 35 del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165, stiano assolvendo alla carenza della dotazione organica attraverso il ricorso e l'impiego di personale assunto con procedure ad evidenza pubblica con contratto di lavoro subordinato a tempo determinato della durata di 36 mesi alla data del 31 dicembre 2014 e i cui contratti di lavoro siano stati oggetto negli ultimi cinque anni di una serie continua e costante di rinnovi e proroghe anche con soluzione di continuità presso il medesimo ente, possono procedere entro il 31 dicembre 2016, con risorse proprie o fondi regionali o nazionali a tali funzioni attribuiti, alla stabilizzazione a domanda del personale interessato».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 21, lettera g)*, sostituire la parola:* «triplo»*, con la seguente: «quintuplo».*

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 25.000.000;

2016: ? 25.000.000;

2017: ? 25.000.000.

2.1157

PEZZOPANE, CALEO, ALBANO, VERDUCCI, FABBRI, MATTESINI, TOMASELLI, VACCARI, MANASSERO, FASIOLO, SOLLO, STEFANO ESPOSITO, GIANLUCA ROSSI, D'ADDA, VATTUONE, BORIOLI, SPILABOTTE

Dopo il comma 156, aggiungere il seguente:

«156-*bis*. Per le strette necessità connesse alle esigenze di continuità dei servizi, le province e le città metropolitane possono prorogare fino al 31 dicembre 2016 i contratti di lavoro a termine di cui all'articolo 4, comma 9 del decreto-legge 31 agosto 2013, n. 101 convertito, con modificazioni, dalla legge 30 ottobre 2013, n. 125 nel rispetto della vigente normativa di contenimento della spesa complessiva di personale e dei limiti massimi della spesa annua per la stipula dei contratti a tempo determinato. Tale proroga, il cui costo sia coperto con risorse proprie o con fondi nazionali regionali, o comunitari a tali funzioni attribuiti, è consentita anche in deroga ai vincoli connessi al rispetto del patto di stabilità interno e ai limiti temporali sui contratti a termine».

Conseguentemente,

? *all'articolo 3, comma 21, lettera* g)*, sostituire la parola:* «triplo»*, con la seguente:* «quintuplo».

? Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 25.000.000;

2016: ? 25.000.000;
2017: ? 25.000.000.

2.1158

PAGLIARI, BROGLIA, ZANONI, BERTUZZI

Dopo il comma 156, aggiungere il seguente:

«156-*bis*. Al fine di consentire alle province che si trovano nella condizione di dissesto finanziano, ai sensi dell'articolo 246 del testo unico al decreto legislativo n. 267 del 2000 di garantire i servizi minimi essenziali alla cittadinanza in ordine alle funzioni cui sono istituzionalmente preposte, è autorizzata, per suddetti enti, la sospensione per cinque anni del pagamento delle rate dei mutui contratti fino all'anno 2013, con contestuale proroga della scadenza per un analogo periodo. Le deleghe irrevocabili al pagamento delle rate dei mutui consegnate ai tesorieri si intendono sospese. Il tasso d'interesse annuo di detto differimento non potrà superare il T.D.R. previsto dalla Banca Centrale Europea maggiorato di uno *spread* di 0.50 per cento. Al termine del differimento, in caso di permanenza di difficoltà finanziarie, gli enti di cui al primo comma potranno rinegoziare i mutui allungando la scadenza fino a 10 anni al tasso I.R.S. con lo stesso *spred* di cui al periodo precedente».

Conseguentemente all'articolo 3, comma 21, lettera g)*, sostituire la parola:* «triplo»*, con la seguente:* «quadruplo».

2.1159

ZIZZA

Dopo il comma 156, aggiungere il seguente:

«156-*bis*. Sino al 31 dicembre 2015 si applicano le disposizioni previgenti all'entrata in vigore dell'articolo 4, comma 5-*bis*, del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 116, convertito, con modificazioni, dalla legge 26 aprile 2012, n. 44, come modificato dal comma 2, dell'articolo 22 del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89».

Conseguentemente, ai maggiori oneri derivanti dall'applicazione del presente comma, valutati in euro 350 milioni annui, si provvede riducendo proporzionalmente dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

2.1160

CARDIELLO

Dopo il comma 156, aggiungere il seguente:

«156-*bis*. Sino al 31 dicembre 2015 si applicano le disposizioni previgenti all'entrata in vigore dell'articolo 4, comma 5-*bis*, del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 116, convertito, con modificazioni, dalla legge 26 aprile 2012, n. 44, come modificato dal comma 2, dell'articolo 22 del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89».

Conseguentemente, ai maggiori oneri derivanti dall'applicazione del presente comma, valutati in euro 350 milioni annui si provvede riducendo proporzionalmente dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

2.1161

SAGGESE

Dopo il comma 156, è inserito il seguente:

«156-*bis*. Le previsioni e le agevolazioni previste dall'articolo 5, commi 9 e 14, del decreto-legge 13 maggio 2011, n. 70, convertito con modificazioni dalla legge 12 luglio 2011, n. 106, si interpretano nel senso che le stesse prevalgono sulle normative di P.R.G., anche relative a piani particolareggiati o attuativi non ancora approvati, fermi i limiti di cui all'articolo 5, comma 11, secondo periodo, dello stesso decreto-legge».

2.1162

AMIDEI

Dopo il comma 156, aggiungere il seguente:

«156-*bis*. L'imposta municipale propria non si applica ai terreni agricoli, fabbricati rurali e relative pertinenze».

2.1163

LEZZI, BULGARELLI, MANGILI

Al comma 157, premettere le seguenti parole:

«157. A decorrere dall'anno 2015, i comuni concorrono al contenimento della spesa pubblica attraverso una riduzione della spesa corrente di 1.200 milioni di euro annuali».

2.1164

COMAROLI, BISINELLA

Al comma 157, sostituire le parole: «1.200 milioni»*, con le seguenti:* «1.090 milioni».

Conseguentemente, sopprimere il comma 207 dell'articolo 2.

2.1165

COMAROLI, BISINELLA, DIVINA, TOSATO

Al comma 157 sostituire le parole: «1.200 milioni» *con le seguenti:* «1.100 milioni».

Conseguentemente sopprimere il comma 116 dell'articolo 1.

2.1166

CERONI

Al comma 157 aggiungere, in fine, i l seguente periodo:

«Per l'anno 2015, ai comuni maggiormente colpiti dagli eventi meteorologici dei mesi di ottobre e novembre 2014, da individuarsi mediante decreto del Ministro dell'Economia e delle Finanze, di concerto con il Dipartimento della Protezione Civile da emanarsi entro il 10 gennaio 2015 si applica un abbattimento per complessivi 60 milioni di euro, fino a concorrenza, delle riduzioni del fondo di solidarietà comunale, derivanti dalle previsioni del primo periodo, fermo restando il valore complessivo della riduzione ivi indicata».

2.1167

SUSTA

Al comma 157 aggiungere in fine i seguenti periodi:

«Per l'anno 2015, ai comuni maggiormente colpiti dagli eventi meteorologici dei mesi di ottobre e novembre 2014, da individuarsi mediante decreto del Ministro dell'Economia e delle Finanze, di concerto con il Dipartimento della Protezione Civile da emanarsi entro il 10 gennaio 2015 si applica un abbattimento per complessivi 60 milioni di euro, fino a concorrenza, delle riduzioni del fondo di solidarietà comunale, derivanti dalle previsioni del primo periodo, fermo restando il valore complessivo della riduzione ivi indicata.»

2.1168

COMAROLI, BISINELLA, DIVINA, TOSATO

Al comma 157 aggiungere infine le seguenti parole:

«Dalle riduzioni di spesa corrente di cui al presente comma sono esclusi i comuni che registrano disponibilità di cassa superiori alla media nazionale, indipendentemente dai limiti alloro impiego derivanti dal Patto di stabilità interno».

2.1169

COMAROLI, BISINELLA, DIVINA, TOSATO

Al comma 157 aggiungere infine le seguenti parole:

«Dalle riduzioni di spesa corrente di cui al presente comma sono esclusi i comuni che registrano un'incidenza delle assenze dal lavoro del personale dipendente a qualunque titolo inferiore alla media nazionale».

2.1170

COMAROLI, BISINELLA, DIVINA, TOSATO

Al camma 157 aggiungere infine le seguenti parole:

«Dalle riduzioni di spesa corrente di cui al presente comma sono esclusi i comuni che registrano una percentuale tra il numero dei dipendenti ed il numero degli abitanti inferiore alla media nazionale».

2.1171

COMAROLI, BISINELLA, DIVINA, TOSATO

Al comma 157 aggiungere infine le seguenti parole:

«Dalle riduzioni di spesa corrente di cui al presente comma sono esclusi i comuni che registrano un'incidenza del costo dell'amministrazione rispetto al numero di residenti inferiore alla media nazionale».

2.1172

COMAROLI, BISINELLA, DIVINA, TOSATO

Al comma 157 aggiungere infine le seguenti parole:

«Dalle riduzioni di spesa corrente di cui al presente comma sono esclusi i comuni che registrano un tasso di riscossione effettiva superiore del 10 per cento alla media nazionale».

2.1173

COMAROLI, BISINELLA, DIVINA, TOSATO

Al comma 157 aggiungere infine le seguenti parole:

«Dalle riduzioni di spesa corrente di cui al presente comma sono esclusi i comuni che registrano un numero di dipendenti del comune stesso e di tutte le sue controllate e partecipate inferiore alla media nazionale».

2.1174

FABBRI

Dopo il comma 157, aggiungere il seguente:

«157-*bis*. All'articolo 1, comma 380 ter, lettera *b)*, sono inseriti in fine i seguenti periodi: "Per gli enti, che in seguito all'approvazione di una Legge regionale hanno avuto una modifica territoriale per incorporazione, il riparto del Fondo di solidarietà comunale è rideterminato tenendo conto della nuova dimensione demografica e territoriale. In deroga alle disposizioni di cui all'articolo 156, comma 2, del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267 la popolazione di riferimento è quella residente al 31 dicembre successivo alla entrata in vigore della legge di modifica della consistenza territoriale"».

2.1175

BONFRISCO, BRUNI, PERRONE, LIUZZI, ZIZZA, IURLARO, FALANGA, EVA LONGO, D'ANNA, ARACRI, PAGNONCELLI, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Al comma 158, dopo la lettera c)*, inserire la seguente:*

«c-*bis.* Comuni danneggiati dagli eventi atmosferici nel corso del 2014 per i quali il Consiglio dei Ministri ha deliberato lo stato di emergenza;»

2.1177

CARDINALI

Al comma 158, dopo la lettera c) *inserire la seguente:*

«c-*bis)* Comune di Marsciano (PG) colpito dagli eventi sismici del 15 dicembre 2009 di cui al decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri 22 dicembre 2009, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* n. 4 del 7 gennaio 2010»

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 2.000.000;
2016: ? 2.000.000;
2017: ? 2.000.000.

2.1178

COMAROLI, BISINELLA, DIVINA, TOSATO, ARRIGONI

Al comma 158, aggiungere in fine i seguenti periodi:

Per l'anno 2015, ai comuni colpiti dagli eventi meteorologici del 10-14 ottobre 2014, individuati nel decreto del Ministro dell'Economia e delle Finanze in data 20 ottobre 2014, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* del 22 ottobre 2014, n. 246, si applicano le seguenti disposizioni:

a) non si applica la riduzione di cui ai periodi precedenti, fermo restando il suo ammontare complessivo;

b) le riduzioni di cui all'articolo 16, comma 6, del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito con modificazioni con la legge 7 agosto 2012, n. 135, si applicano nella misura già determinata per il 2014;

c) le riduzioni di cui all'articolo 47 comma 8 del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito con modificazioni con la legge 23 giugno 2014, n. 89, si applicano nella misura già determinata per il 2014.

2.1179

DE PETRIS, URAS

Dopo il comma 158, inserire i seguenti:

«158-*bis*. Ai fini della gestione del personale assunto ai sensi dell'art. 67-*ter*, comma 5, del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito dalla legge 7 agosto 2012, n. 134, le risorse trasferite dallo Stato ai sensi dell'art. 67-*sexies* del medesimo decreto-legge per la remunerazione del personale di cui trattasi, si intendono destinate alla copertura finanziaria del costo complessivo del personale assunto, ivi compreso il servizio sostitutivo mensa, e all'incremento del fondo delle risorse decentrate in misura corrispondente alle assunzioni effettuate.

158-*ter*. Nei limiti delle risorse già trasferite ai sensi dell'articolo 67-*ter*, comma 5, e dell'art. 67-*sexies* del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito dalla legge 7 agosto 2012, n. 134, è consentito utilizzare le somme destinate all'incremento del fondo per la remunerazione del trattamento accessorio del personale e per tutti gli istituti contrattuali finanziati dal fondo medesimo.

È altresì riconosciuta la possibilità di destinare una quota parte delle risorse di cui al comma 1 alla copertura degli adempimenti obbligatori a carico del datore di lavoro in caso di adesione dei dipendenti assunti ai sensi della normativa di cui al comma 1 al Fondo pensione «Perseo».

158-*quater*. In considerazione delle specifiche esigenze connesse alla fase di ricostruzione del tessuto urbano, sociale e occupazionale della città dell'Aquila a seguito degli eventi sismici dell'aprile 2009, nei limiti delle somme già destinate ai sensi dell'art. 67-*ter*, comma 5, e dell'articolo 67-*sexies* del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito dalla legge 7 agosto 2012, n. 134 e senza ulteriori stanziamenti a carico dello Stato, è riconosciuta la facoltà di destinare una quota parte delle risorse di cui al comma l all'integrazione del fondo del lavoro straordinario in deroga ai limiti sanciti dalla contrattazione collettiva ed in misura proporzionale al numero dei dipendenti assunti ai sensi dell'art. 67-*ter*, comma 5, del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito dalla legge 7 agosto 2012, n. 134 in rapporto al fondo dello straordinario dell'Ente come determinato ai sensi dell'art. 14 del CCNL dell'01/04/1999».

2.1180

DE PETRIS, URAS

Dopo il comma 158, inserire i seguenti:

«158-*bis*. Al fine di completare le attività finalizzate alla fase di ricostruzione del tessuto urbano, sociale e occupazionale della città dell'Aquila a seguito del sisma dell'aprile 2009, il Comune dell'Aquila è autorizzato a prorogare e/o rinnovare entro e non oltre il 31 dicembre 2016 i contratti a tempo determinato, stipulati sulla base della normativa emergenziale, nel limite di spesa di 2,2 milioni di euro per ciascuna annualità (2015/2016). È altresì ammessa per le medesime annualità la possibilità di stipulare contratti per la copertura di massimo tre posizioni dirigenziali di Settori connessi alle attività di ricostruzione all'interno dei limiti di spesa come sopra definiti.

158-*ter*. La proroga e/o il rinnovo dei contratti a tempo determinato e la stipula dei contratti per la copertura delle posizioni dirigenziali è consentita anche in deroga alle vigenti normative in materia di vincoli alle assunzioni a tempo determinato presso le amministrazioni pubbliche, di cui al decreto legislativo 6 settembre 2001, n. 368, al decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 luglio 2010, n. 122, al testo unico di cui al decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, e al decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165, anche con riferimento all'articolo 19 di quest'ultimo decreto, e di rispetto del patto di stabilità e di spesa del personale di cui alla legge 27 dicembre 2006, n. 296, e al decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito, con modificazioni, dalla

legge 6 agosto 2008, n. 133. Le risorse per le annualità 2015/2016 trovano copertura sulle economie accertate nelle risorse destinate all'Ufficio speciale della città dell'Aquila e dell'Ufficio speciale dei restanti comuni del cratere per l'assunzione di personale a tempo indeterminato, ai sensi dell'articolo 67-*ter*, comma 5, del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 134 dell'anno 2013 sul capitolo n. 1358 del Ministero dell'Interno ovvero sulle economie accertate dal Titolare dell'Ufficio Speciale della citta dell'Aquila sull'OPCM n. 4013/99».

Conseguentemente alla Tabella A, voce «Ministero dell'economia e delle finanze», apportare le seguenti modifiche:

2015
CP: ? 2,2.000.000
CS: ? 2,2.000.000
2016
CP: ?2,2.000.000
CS: ?2,2.000.000

2.1181

DE PETRIS, URAS

Dopo il comma 158, inserire i seguenti:

«158-*bis*. Il Comune dell'Aquila è autorizzato ad attuare la previsione di cui all'art. 4 commi 6, 6 quater, 7 e 8 della legge 125 del 30/10/2013 avviando procedure pubbliche con riserva fino al 50 per cento dei posti messi a concorso a favore di coloro che siano in possesso dei requisiti prescritti dalla norma, anche per profili professionali e categorie di inquadramento inferiori a quelle del precedente servizio prestato a tempo determinato e in ogni caso afferenti a profili non ricoperti con il c.d. concorso "Riparo Abruzzo", di cui all'art. 67-*ter* del decreto-legge 83/2012 convertito con legge n. 134/2012.

158-*ter*. Le procedure selettive di cui al presente comma possono essere avviate ? per le sole annualità 2015 e 2016 ? in deroga al limite della spesa corrispondente alle cessazioni dell'anno di cui al decreto-legge n. 90 del 24/06/2014, fermo restando il rispetto del limite di cui all'art. 1, comma 557, legge 296/2006 nonché nei limite della dotazione organica dell'Ente».

Conseguentemente alla Tabella A, voce «Ministero dell'economia e delle finanze», apportare le seguenti modifiche:

2015
CP: - 2,5.000.000
CS: - 2,5.000.000
2016
CP: - 2,5.000.000
CS: - 2,5.000.000
2017
CP: - 2,5.000.000
CS: - 2,5.000.000

2.1182

PEZZOPANE, FEDELI, CHIAVAROLI, TOMASELLI, ALBANO, MANASSERO, FASIOLO, SOLLO, STEFANO ESPOSITO, D'ADDA, BORIOLI, SPILABOTTE

Dopo il comma 158, inserire il seguente:

«158-*bis*. All'articolo 4, comma 14, del decreto-legge 31 agosto 2013 n. 101 convertito con modificazioni dalla legge 125 del 30 ottobre 2013 sostituire le parole: "nel limite massimo di spesa di 1 milione di euro per ciascun anno" con le seguenti: "nel limite massimo di spesa di 2,5 milioni di euro per ciascun anno esteso anche per gli anni 2016 e 2017"».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 50.000.000;

2016: ? 50.000.000;
2017: ? 50.000.000.

2.1183

CERONI, RAZZI

Dopo il comma 158, inserire il seguente:

«158-*bis*. All'art. 1 comma 356 della legge 27 dicembre 2013, n. 147, le parole: "scadenti nell'esercizio 2013 e 2014" sono sostituite dalle parole "nell'esercizio 2013, 2014 e 2015"»

2.1184

LANGELLA

Dopo il comma 158, inserire il seguente:

158-*bis*.) all'art. 1 comma 356 della legge 27 dicembre 2013, n. 147, le parole: «scadenti nell'esercizio 2013 e 2014» sono sostituite dalle parole: «nell'esercizio 2013, 2014 e 2015»

2.1185

ZANONI, DEL BARBA, LO MORO, PEZZOPANE, BROGLIA, PAGLIARI, MARGIOTTA, BERTUZZI

Dopo il comma 158, inserire il seguente:

«158-*bis*. All'articolo 1, comma 356 della legge 27 dicembre 2013, n. 147, le parole "scadenti nell'esercizio 2013 e 2014" sono sostituite dalle parole "nell'esercizio 2013, 2014 e 2015".

Conseguentemente alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? ;
2016: ? 12.000.000;
2017: ? 12.000.000.

2.1186

RICCHIUTI, FORNARO, LO GIUDICE, CASSON, MINEO

Dopo il comma 158, è inserito il seguente:

«158-*bis*. Dopo il comma 380-*quinquies* dell'articolo 1 della Legge di stabilità 2013 è inserito il seguente:

"380-*sexies*. I Comuni per cui è stato dichiarato lo stato di emergenza a norma della legge 24 febbraio 1992, n. 225 , articolo 5, commi 1 e 1-*bis* sono, fino al terzo anno seguente, esentati dal versamento delle rispettive quote al Fondo di solidarietà comunale previsto dal comma 380, lettera *b)*. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio conseguenti all'applicazione del presente comma,"».

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 50.000.000;
2016: ? 50.000.000;
2017: ? 50.000.000.

2.1187

RICCHIUTI, FORNARO, LO GIUDICE, CASSON, MINEO

Dopo il comma 158, è inserito il seguente:

«158-*bis*. Dopo il comma 380-*quinquies* dell'articolo 1 della Legge di stabilità 2013 è inserito il seguente:

"380-*sexies*. I Comuni per cui è stato dichiarato lo stato di emergenza a norma della legge 24 febbraio 1992, n. 225, articolo 5, commi 1 e 1-*bis* sono esentati per l'anno 2015 dal versamento del 50 per cento delle rispettive quote al Fondo di solidarietà comunale previsto dal comma 380, lettera *b)*. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio conseguenti all'applicazione del presente comma,"».

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 25.000.000;
2016: ? ;
2017: ? .

2.1188

RICCHIUTI, FORNARO, LO GIUDICE, CASSON, MINEO

Dopo il comma 158, è inserito il seguente:

«158-*bis*. Dopo il comma 380-*quinquies* dell'articolo 1 della Legge di stabilità 2013 è inserito il seguente:

"380-*sexies*. I Comuni per cui è stato dichiarato lo stato di emergenza a norma della legge 24 febbraio 1992, n. 225, articolo 5, commi 1 e 1-*bis* sono esentati per l'anno 2015 dal versamento delle rispettive quote al Fondo di solidarietà comunale previsto dal comma 380, lettera *b)*. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio conseguenti all'applicazione del presente comma,"».

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 50.000.000;
2016: ? ;
2017: ? .

2.1189

BONFRISCO

Dopo il comma 158, è aggiunto il seguente:

«158-*bis*. Il comma 9-*ter* dell'articolo 1 del decreto-legge 12 maggio 2014, n. 74, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 giugno 2014, n. 93, è sostituito dal segente:

"9-*ter*. Con effetto dal 29 giugno 2014, per i finanziamenti di cui all'articolo 3-*bis*, comma 1, del decreto-legge 28 gennaio 2014, n. 4, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 marzo 2014, n. 50, ferma restando la durata massima del piano di ammortamento ai sensi del citato articolo 3-*bis*, il pagamento dovuto per la restituzione del debito per quota capitale è sospeso per un periodo di dodici mesi, con conseguente rimodulazione del piano di ammortamento in quote capitale costanti. Agli oneri per interessi derivanti dai finanzia menti rlmodulatl ai sensi del presente comma, si provvede nell'anno 2015 a valere sulle risorse di cui all'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 11, comma 13, del decreto-legge 10 ottobre 2012, n. 174, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 dicembre 2012, n. 213, come modificata dall'articolo 1, comma 9, del decreto-legge 12 maggio 2014, n. 74, convertito con modificazioni dalla legge 27 giugno 2014, n. 93. Cassa depositi e prestiti S.p.A. e l'Associazione bancaria italiana adeguano le convenzioni di cui all'articolo 11, comma 7, del decreto-Iegge 10 ottobre 2012, n. 174, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 dicembre 2012, n. 213, integrate ai sensi dell'articolo 1, comma 367, della legge 24 dicembre 2012, n. 228, e al sensi dell'articolo 6, comma 5, del decreto-legge 26 aprile 2013, n. 43, convertito, con modificazioni, dalla legge 24 giugno 2013, n. 71, nonché ai sensi dell'articolo 3-*bis* del decreto-legge 28 gennaio 2014, n. 4, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 marzo 2014, n. 50, in coerenza con le disposizioni di cui al presente comma. Le garanzie dello Stato di cui ai decreti del Ministro dell'economia e delle finanze emanati ai sensi dell'articolo 11, comma 7, del decreto-legge 10 ottobre 2012, n. 174, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 dicembre 2012, n. 213, nonché ai sensi dell'articolo 1, comma 367, della legge 24 dicembre 2012, n. 228, e dell'articolo 6, commi 2 e 3, del decreto-legge 26 aprile 2013, n. 43, convertito, con modlficazioni. dalla legge 24 giugno 2013, n. 71, assistono, senza ulteriori formalità e con i medesimi criteri e modalità di operatività stabiliti nei predetti decreti, i finanziamenti contratti ai sensi delle rispettive disposizioni normative, come modificati per effetto dell'attuazione del presente comma."».

2.1190

LUIGI MARINO

Dopo il comma 158, è aggiunto il seguente comma:

«158-*bis*. Il comma 9-*ter* dell'articolo 1 del decreto-legge 12 maggio 2014, n. 74, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 giugno 2014, n. 93, è sostituito dal seguente:

"9-*ter*. Con effetto dal 29 giugno 2014, per i finanziamenti di cui all'articolo 3-*bis*, comma 1, del decreto-legge 28 gennaio 2014, n. 4, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 marzo 2014, n. 50, ferma restando la durata massima del piano di ammortamento ai sensi deI citato articolo 3-*bis*, il pagamento dovuto per la restituzione del debito per quota capitale è sospeso per un periodo di dodici mesi, con conseguente rimodulazione del piano di ammortamento in quote capitale costanti. Agli oneri per interessi derivanti dai finanziamenti rimodulati ai sensi del presente comma, si provvede nell'anno 2015 a valere sulle risorse di cui all'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 11, comma 13, del decreto-legge 10 ottobre 2012, n. 174, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 dicembre 2012, n. 213, come modificata dall'articolo 1, comma 9, del decreto-legge 12 maggio 2014, n. 74 convertito con modificazioni dalla legge 27 giugno 2014, n. 93. Cassa depositi e prestiti S.p.A. e l'Associazione bancaria italiana adeguano le convenzioni di cui all'articolo 11, comma 7, del decreto-legge 10 ottobre 2012, n. 174, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 dicembre 2012, n. 213, integrate ai sensi dell'articolo 1, comma 367, della legge 24 dicembre 2012, n. 228, e ai sensi dell'articolo 6, comma 5, del decreto-legge 26 aprile 2013, n. 43, convertito, con modificazioni, dalla legge 24 giugno 2013, n. 71, nonché ai sensi dell'articolo 3-*bis* del decreto-legge 28 gennaio 2014, n. 4, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 marzo 2014, n. 50, in coerenza con le disposizioni di cui al presente comma. Le garanzie dello Stato di cui ai decreti del Ministro dell'economia e delle finanze emanati ai sensi dell'articolo 11, comma 7, del decreto-legge 10 ottobre 2012, n. 174, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 dicembre 2012, n. 213, nonché ai sensi dell'articolo 1, comma 367, della legge 24 dicembre 2012, n. 228, e dell'articolo 6, commi 2 e 3, del decreto-legge 26 aprile 2013, n. 43, convertito, con modificazioni, dalla legge 24 giugno 2013, n. 71, assistono, senza ulteriori formalità e con i medesimi criteri e modalità di operatività stabiliti nei predetti decreti, i finanziamenti contratti ai sensi delle rispettive disposizioni normative, come modificati per effetto dell'attuazione del presente comma"».

2.1191

MALAN

Sopprimere il comma 159.

2.1192

ZANONI, BROGLIA, FAVERO, CALEO, VATTUONE, FISSORE, ELENA FERRARA, GRANAIOLA, MATTESINI, D'ADDA, FILIPPIN, STEFANO ESPOSITO, PEZZOPANE, VACCARI, SOLLO, PAGLIARI, LO GIUDICE, ALBANO, FORNARO, SCALIA, LAI, BORIOLI, MANASSERO, PADUA, SPILABOTTE, SAGGESE, BERTUZZI

Al comma 159, la lettera b) *è sostituita dalla seguente:*

«*b)* all'articolo 1 della legge 27 dicembre 2006, n. 296, dopo il comma 557-*quater* sono inseriti i seguenti:

"557-*quinquies*. Le unioni di comuni e i comuni che ne fanno parte, a decorrere dal 1º gennaio 2015, possono avvalersi della facoltà di conteggiare la spesa di personale in modo unitario. In tale caso il limite viene determinato sommando la spesa di personale di ciascuno degli enti e gli adempimenti relativi al controllo della spesa sono effettuati unitaria mente attraverso l'unione. All'articolo 32, comma 5, del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, il terzo periodo è sostituito dal seguente: ?I comuni possono cedere, anche parzialmente, le proprie capacità assunzionali all'unione di comuni di cui fanno parte'.

557-*sexies*. I comuni che hanno stipulato convenzioni per la gestione associata di funzioni fondamentali ai sensi dell'articolo 14, comma 28 e seguenti, del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito con modificazioni dalla legge 30 luglio 2010, n. 122 possono altresì avvalersi della facoltà di conteggiare la spesa di personale con le modalità di cui al precedente comma"».

2.1193

CERONI

Al comma 159, la lettera b) *è sostituita dalla seguente:*

«*b)* all'articolo 1 della legge 27 dicembre 2006, n. 296, dopo il comma 557-*quater* sono inseriti i seguenti:

"557-*quinquies*. Le unioni di comuni e i comuni che ne fanno parte, a decorrere dal 1º gennaio 2015, possono avvalersi della facoltà di conteggiare la spesa di personale in modo unitario. In tale caso il limite viene determinato sommando la spesa di personale di ciascuno degli enti e gli adempimenti relativi al controllo della spesa sono effettuati unitaria mente attraverso l'unione. All'articolo 32, comma 5, del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, il terzo periodo è sostituito dal seguente: ?I comuni possono cedere, anche parzialmente, le proprie capacità assunzionali all'unione di comuni di cui fanno parte'.

557-*sexies*. I comuni che hanno stipulato convenzioni per la gestione associata di funzioni fondamentali ai sensi dell'articolo 14, comma 28 e seguenti, del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito con modificazioni dalla legge 30 luglio 2010, n. 122 possono altresì avvalersi della facoltà di conteggiare la spesa di personale con le modalità di cui al precedente comma"».

2.1194

CERONI

Dopo il comma 159, aggiungere il seguente:

«159-*bis*. I termini di cui all'articolo 14, comma 31-*ter*, del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, sono prorogati al 31 dicembre 2015».

2.1195

CERONI

Dopo il comma 159, aggiungere il seguente:

«159-*bis*. Al fine di incentivare e agevolare i processi di gestione associata di cui all'articolo14, comma 28, del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito nella legge 30 luglio 2010, n. 122 e successive modifiche ed integrazioni, i termini di cui al comma 31-*quater* del medesimo decreto-legge, sono sospesi ed eventualmente rideterminati, con decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri, nell'ambito della revisione della normativa sulle gestioni associate delle funzioni comunali, dell'attuazione delle riforme previste per le città metropolitane e le province dalla legge 7 aprile 2014, n. 56 e del nuovo sistema inerente l'armonizzazione dei bilanci degli enti locali».

2.1196

ZANONI, BROGLIA

Dopo il comma 159, aggiungere il seguente:

«159-*bis*. Le disposizioni di cui all'articolo 1, comma 444, della legge 24 dicembre, 2012, n. 228 si interpretano nel senso che le stesse trovano applicazione in relazione ai provvedimenti di riequilibrio adottati successivamente alla data di entrata in vigore delle medesime».

2.1197

CERONI

Dopo il comma 159, aggiungere il seguente:

«159-*bis*. All'articolo 1 della legge 7 aprile 2014, n. 56, sono soppressi i commi 106 e 121. All'articolo 14 del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 luglio 2010, n. 122 , e successive modificazioni, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al comma 28, primo periodo, sostituire le parole: "con popolazione fino a 5.000 abitanti, ovvero fino a 3.000 abitanti se appartengono o sono appartenuti a comunità montane, esclusi i comuni il cui territorio coincide integralmente con quello di una o di più isole e il comune di Campione d'Italia, esercitano obbligatoriamente" con le seguenti: "che esercitano";

b) al comma 28, primo periodo, aggiungere, in fine, le seguenti parole: "beneficiano degli incentivi finanziari e delle agevolazioni previste dalla normativa statale e regionale vigente";

c) al comma 28, secondo periodo, la parola: "obbligatoriamente" è soppressa;

d) al comma 30, primo periodo, la parola: "ottimale" è sostituita con: "adeguata";

e) al comma 30, primo periodo, la parola: "obbligatoriamente" è soppressa e la parola:

"secondo" è sostituita con la seguente: "con";

f) al comma 30, dopo il secondo periodo, è aggiunto il seguente: "Le unioni di comuni già costituite possono adeguarsi alla dimensione territoriale individuata dalla regione";

g) il comma 31 è soppresso;

h) al comma 31-*bis*, il secondo periodo è sostituito dal seguente: "Alla scadenza del predetto periodo, è verificato da parte dei comuni aderenti il conseguimento di significativi livelli di efficacia ed efficienza nella gestione, secondo modalità stabilite con decreto del Ministro dell'interno, da adottare entro sei mesi, sentita la Conferenza Stato-Città e autonomie locali";

i) il comma 31-*ter* è sostituito dal seguente: "Le prefetture effettuano annualmente il monitoraggio sullo stato di avanzamento dei processi di gestione associata delle funzioni fondamentali dei comuni";

l) il comma 31-*quater* è soppresso.

2.1198

COMAROLI, BISINELLA, TOSATO, ARRIGONI

Dopo il comma 159, inserire il seguente:

«159-*bis*. Il comma 3 dell'articolo 23-*ter*, del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 agosto 2014, n. 114, è sostituito dal seguente:

"3. I comuni con popolazione fino a 10.000 abitanti possono procedere autonomamente agli acquisti di beni, servizi e lavori di valore inferiore a 25.000 euro, mentre quelli con popolazione superiore a 10.000 abitanti possono effettuare detti acquisti per un valore inferiore a 40.000 euro"».

2.1199

GUALDANI

Dopo il comma 159, aggiungere il seguente:

«159-*bis*. All'articolo 7, comma 1, lettera *b)*, punto 4) del decreto-legge 12 settembre 2014 n. 133, convertito in legge, con modificazioni, dalla legge 11 novembre 2014, n. 164, le parole: "1.000 abitanti" sono sostituite dalle seguenti: "3.000 abitanti"».

2.1200

FAVERO, SUSTA, SANGALLI, MANASSERO, BORIOLI, PEZZOPANE, ORRÙ, DALLA ZUANNA, RUTA, TOCCI, MATTESINI, PAGLIARI, ELENA FERRARA

Al comma 160, dopo la lettera b) *aggiungere la seguente:* «*c)* dopo il comma 2, è aggiunto il seguente: "2-*bis*. Sono escluse dal contributo di cui ai commi precedenti le province che risultano in dissesto alla data del 15 ottobre 2014"».

Conseguentemente alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 3.000.000;

2016: ? 3.000.000;

2017: ? 3.000.000.

2.1201

BUEMI, FAUSTO GUILHERME LONGO, ZELLER, PANIZZA, PALERMO, LANIECE, BATTISTA, ZIN, ROMANO

Dopo il comma 160, inserire i seguenti:

«160-*bis*. Al fine di consentire alle province che si trovano nella condizione di dissesto finanziario, ai sensi dell'articolo 246 del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267 "Testo unico delle leggi sull'ordinamento degli enti locali", di garantire i servizi minimi essenziali alla cittadinanza in ordine alle funzioni cui sono istituzionalmente preposte, è autorizzata, per suddetti enti, la sospensione per cinque anni del pagamento delle rate dei mutui contratti fino all'anno 2013, con contestuale proroga della scadenza per un analogo periodo. Pertanto, le deleghe irrevocabili al pagamento delle rate dei mutui consegnate ai tesorieri si intendono sospese. Il tasso d'interesse annuo di detto differimento non potrà superare il T.D.R. previsto dalla Banca Centrale Europea maggiorato di uno *spread* di 0,50per cento.

160-*ter*. Al termine del differimento, in caso di permanenza di difficoltà finanziarie, gli enti di cui al comma precedente potranno rinegoziare i mutui allungando la scadenza fino a 10 anni al tasso I.R.S. con lo stesso *spread* di cui al primo comma.

160-*quater*. Dall'attuazione della disposizione di cui ai commi 160-*bis* e 160-*ter* non devono derivare nuovi o maggiori oneri a carico della finanza pubblica. Le amministrazioni interessate provvedono all'adempimento dei compiti ivi previsti con le risorse umane, finanziarie e strumentali disponibili a legislazione vigente».

2.1202

TOMASELLI, LAI

Dopo il comma 160, inserire il seguente:

«160-*bis*. All'articolo 4 del decreto-legge 6 marzo 2014, n. 16, convertito, con modificazioni, in legge 2 maggio 2014, n. 68, dopo il comma 1 è inserito il seguente:

"1-*bis*. Per vincoli finanziari alla contrattazione collettiva integrativa, di cui al primo periodo del comma precedente, si intendono le disposizioni di cui all'articolo 1, commi 557 e 562, della legge 27 dicembre 2006, n. 296, e successive modifiche e integrazioni, all'articolo 9, comma 2-*bis*, del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 luglio 2010, n. 122, nonché, con esclusivo riferimento al periodo di vigenza della disposizione, all'articolo 76, comma 7, del decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 agosto 2008, n. 133"«.

2.1203

TOMASELLI, LAI

Dopo il comma 160, inserire il seguente:

«160-*bis*. All'articolo 4 del decreto-legge 6 marzo 2014, n. 16, convertito, con modificazioni, in legge 2 maggio 2014, n. 68, il comma 2 è sostituito dal seguente:

"2. Le regioni e gli enti locali che hanno rispettato il patto di stabilità interno possono compensare le somme da recuperare di cui al primo periodo del comma 1, anche attraverso l'utilizzo dei risparmi effettivamente derivanti dalle misure di razionalizzazione organizzativa di cui al secondo e terzo periodo del comma 1, di quelli derivanti dall'attuazione dell'articolo 16, commi 4 e 5, del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, dalle economie previste da specifiche disposizioni di legge, comprese quelle derivanti dalla riduzione dei fondi di cui all'articolo 9, comma 2-*bis* decreto-legge n. 78 del 2010, convertito con legge n. 122 del 2010, nonché dai risparmi conseguenti all'utilizzo parziale delle risorse che potevano essere destinate alle assunzioni di personale a tempo indeterminato"».

2.1204

CASSON

Dopo il comma 160, aggiungere il seguente:

«160-*bis*. All'articolo 18, comma 1, del decreto-legge 6 marzo 2014, n. 16, convertito, con modificazioni, dalla legge 2 maggio 2014, n. 68, aggiungere, in fine, il seguente periodo:

"La riduzione o il versamento sono operati in tre rate annuali di pari importo"».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 50.000.000;
2016: ? 50.000.000;
2017: ? 50.000.000.

2.1205

PAGLIARI, BROGLIA, ZANONI, BERTUZZI

Dopo il comma 160, aggiungere il seguente:

«160-*bis*. Al decreto-legge n. 66, del 24 aprile 2014, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 8, comma 4, le parole: «per l'acquisto di beni e servizi» sono soppresse;

b) l'articolo 14 è abrogato;

c) l'articolo 15 è abrogato;

d) all'articolo 24, il comma 4 è soppresso.

2.1206

COMAROLI, BISINELLA, DIVINA, TOSATO

Al comma 161, sostituire le parole da: «le parole»*, fino alla fine del periodo con le seguenti:* «le parole da: "il 10 per cento" fino alla fine del comma sono sostituite con le seguenti: "il Fondo di solidarietà comunale di cui al comma 380-*ter* è redistribuito con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri, su proposta del Ministro dell'economia e delle finanze, di concerto con il Ministro dell'interno, previo accordo da sancire in sede di Conferenza Stato-città e autonomie locali, da emanare entro il 30 aprile 2014 per l'anno 2014 ed entro il 31 dicembre dell'anno precedente a quello di riferimento per gli anni 2015 e successivi, sulla base delle capacità fiscali nonché dei fabbisogni *standard* approvati dalla commissione tecnica paritetica per l'attuazione del federalismo fiscale di cui all'articolo 4 della legge 5 maggio 2009, n. 42"; e il comma 380-*ter* è soppresso».

2.1207

COMAROLI, BISINELLA, DIVINA, TOSATO

Al comma 161 sostituire le parole: «20 per cento»*, con le seguenti:* «100 per cento».

2.1208

COMAROLI, BISINELLA, DIVINA, TOSATO

Al comma 161 sostituire le parole: «20 per cento»*, con le seguenti:* «80 per cento».

2.1209

COMAROLI, BISINELLA, DIVINA, TOSATO

Al comma 161 sostituire le parole: «20 per cento»*, con le seguenti:* «60 per cento».

2.1210

COMAROLI, BISINELLA, DIVINA, TOSATO

Al comma 161 sostituire le parole: «20 per cento»*, con le seguenti:* «50 per cento».

2.1211

COMAROLI, BISINELLA, DIVINA, TOSATO

Al comma 161 sostituire le parole: «20 per cento»*, con le seguenti:* «40 per cento».

2.1212

COMAROLI, BISINELLA, DIVINA, TOSATO

Al comma 161 sostituire le parole: «20 per cento»*, con le seguenti:* «30 per cento».

2.1213

COMAROLI, BISINELLA, DIVINA, TOSATO

Al comma 161 sostituire le parole: «20 per cento»*, con le seguenti:* «25 per cento».

2.1214

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 161, aggiungere i seguenti:

«161-*bis*. I termini previsti dal comma 31-*ter* dell'articolo 14 del decreto-legge n. 78 del 2010, convertito in legge 30 luglio 2010 n. 122 e successive modifiche ed integrazioni sono sospesi, in attesa delle disposizioni di attuazione del decreto legislativo n. 216 del 2010 e successive modifiche ed integrazioni recante: «Disposizioni in materia di determinazione dei costi e dei fabbisogni *standard* di Comuni, Città metropolitane e Province».

161-*ter*. Al comma 3 dell'articolo 23-*ter* del decreto-legge n. 90 del 2014 convertito dalla legge n. 114 del 2014 sono soppresse le parole "con popolazione superiore a 10.000 abitanti".

161-*quater*. Il comma 8 dell'articolo 7 della legge n. 131 del 2003 è soppresso.

161-*quinquies*. Dopo articolo 3, comma 4, del decreto-legge n. 95 del 2012, convertito dalla legge 7 agosto 2012 n. 135, è aggiunto il seguente:

"4-*bis* Al fine di garantire la sicurezza pubblica, le caserme delle forze dell'ordine ospitate presso proprietà private, i comuni appartenenti al territorio di competenza delle stesse possono contribuire al

pagamento del canone di locazione come determinato dall'agenzia delle entrate".

161-*sexies.* All'articolo 1, comma 562, della legge n. 296 del 2006 dopo le parole: "Per gli enti non sottoposti alle regole del patto di stabilità interno, le spese di personale, al lordo degli oneri riflessi a carico delle amministrazioni e dell'IRAP, con esclusione degli oneri relativi ai rinnovi contrattuali, non devono superare il corrispondente ammontare dell'anno 2008. Gli enti di cui al primo periodo possono procedere all'assunzione di personale nel limite delle cessazioni di rapporti di lavoro a tempo indeterminato complessivamente intervenute nel precedente anno, ivi compreso il personale di cui al comma 558" sono aggiunte le seguenti: "ad eccezione dei comuni con un numero massimo di dipendenti a tempo pieno non superiore a cinque"».

2.1215

MALAN

Dopo il comma 161, inserire il seguente:

«161-*bis*. All'articolo 53, comma 6 del decreto legislativo 30 Marzo 2001, n. 165 è aggiunto, infine, il seguente:

"f-*ter)* dalla partecipazione a commissioni, comitati ed organismi di altre pubbliche amministrazioni"».

2.1216

MALAN

Dopo il comma 161, inserire il seguente:

«161-*bis*. Il comma 8 dell'articolo 7 della Legge 5 giugno.2003, n. 131 è soppresso».

2.1217

MALAN

Dopo il comma 161, inserire il seguente:

«161-*bis*. All'articolo 1, comma 562, della legge 296 del 27 dicembre 2006, dopo le parole: "Per gli enti non sottoposti alle regole del patto di stabilità Interno" sono aggiunte le seguenti: "ad eccezione dei comuni con un numero massimo di dipendenti a tempo pieno non superiore a cinque"».

2.1218

BIGNAMI, PEPE, MAURIZIO ROMANI, MUSSINI

Dopo il comma 161, inserire il seguente:

«161-*bis*. All'articolo 62 del decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito con modificazioni dalla legge 6 agosto 2008, n. 133, e successive modificazioni, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al comma 2, dopo le parole: "e agli enti locali" sono inserite le seguenti: "di cui all'articolo 2 del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267", e dopo le parole: "rimborso del capitale in un'unica soluzione alla scadenza" sono inserite le seguenti: "nonché titoli obbligazionari o altre passività in valuta estera";

b) il comma 3 è sostituito dal seguente:

"3. Agli enti di cui al comma 2 è fatto divieto di stipulare strumenti finanziari derivati previsti dall'articolo 4 comma 3, del testo unico delle disposizioni in materia di intermediazione finanziaria di cui al decreto legislativo 24 febbraio n. 55, salvo che per perfezionare i contratti con finalità di copertura dei rischi inerenti a proprie passività finanziarie. Agli enti di cui al comma 2, è consentito procedere alla rinegoziazione di contratti relativi a Strumenti finanziari derivati già in essere alla data di entrata in vigore della presente disposizione, a condizione che il contratto contenga l'informativa di trasparenza sugli oneri e sugli elementi essenziali dell'alea di cui al comma 3-*bis* e. che tale informativa sia sottoposta alle verifiche tecniche preventive di cui al comma 7. Gli esiti delle verifiche tecniche preventive sono allegati al contratto quale parte integrante del medesimo";

c) dopo il comma 3 sono inseriti i seguenti:

"3-*bis*. La trasparenza sugli oneri e sugli elementi essenziali dell'alea dei contratti perfezionati o rinegoziati ai sensi del comma 5 è resa attraverso l'informativa sul valore di mercato dello strumento finanziario derivato, sugli scenari probabilistici determinati secondo criteri di non arbitraggio e sui

costi a carico dell'ente.

3-*ter*. Agli enti di cui al comma 2 sono consentite le estinzioni anticipate totali dei contratti relativi agli strumenti finanziari derivati tramite regolamento per cassa del relativo saldo. La determinazione dell'importo da regolare a saldo è sottoposta alle verifiche tecniche preventive di cui al comma 7-*bis*. Laddove l'importo da regolare a saldo sia a carico dell'ente è fatto divieto di corrispondere alla controparte un importo superiore all'esito di tali verifiche; laddove l'importo da regolare a saldo sia a favore dell'ente è fatto divieto di ricevere dalla controparte un importo inferiore all'esito di tali verifiche";

d) il comma 4 è sostituito dal seguente:

"4. Nei casi previsti dal comma 3, il soggetto competente per l'ente alla sottoscrizione del contratto attesta per iscritto di avere preso conoscenza dei rischi, degli oneri e delle caratteristiche del medesimo contratto attraverso la lettura e la comprensione dell'informativa contrattuale di cui al comma 3-*bis* e degli allegati al contratto, nonché di aver preso conoscenza delle variazioni intervenute nella copertura del sottostante indebitamento";

e) il comma 5 è sostituito dal seguente:

"5. li contratto relativo a strumenti finanziari derivati stipulato dagli enti di cui al comma 2 in violazione delle disposizioni previste dal presente articolo o privo dell'attestazione di cui al comma 4, è nullo. La nullità può essere fatta valere solo dall'ente";

j) il comma 6 è abrogato;

g) il comma 7 è sostituito dal seguente:

"7. L'informativa di trasparenza sugli oneri e sugli elementi essenziali dell'alea dei contratti relativi a strumenti finanziari derivati perfezionati o rinegoziati dagli, enti di cui al comma 2 è sottoposta a verifiche tecniche preliminari vincolanti. Ai fini dello svolgimento di tali verifiche il Ministero si avvale delle competenti unità di analisi della Consob";

h) dopo il comma 7 è inserito il seguente:

«7-*bis*. In caso di estinzione anticipata di contratti relativi a strumenti finanziari derivati perfezionati o rinegoziati dagli enti di cui al comma 2 il regolamento per cassa del relativo saldo è sottoposto a verifiche tecniche preliminari vincolanti. Ai fini dello svolgimento di tali verifiche il Ministero si avvale delle competenti unità di analisi della Consob";

i) al comma 10 le parole: "del regolamento di cui al comma 3" sono sostituite dalle seguenti: "della presente legge"».

2.1219

MALAN

Dopo il comma 161, inserire il seguente:

«161-*bis*. All'articolo 14 del decreto legge 31 maggio 2010, n. 78, Il comma 31-*ter* è sostituito dal seguente:

"31-*ter*. I comuni interessati assicurano l'attuazione delle disposizioni di cui al presente articolo entro il 31 dicembre 2016, recependo le disposizioni di attuazione del decreto legislativo 26 novembre 2010, n. 216"».

2.1220

PEZZOPANE, TOMASELLI, ALBANO, MANASSERO, FASIOLO, SOLLO, STEFANO ESPOSITO, BORIOLI, SPILABOTTE

Dopo il comma 161 inserire il seguente:

«161-*bis*. All'articolo 80 del decreto legislativo 23 giugno 2011, n. 118, dopo il comma 1 è inserito il seguente:

"1-*bis*. Per le Province, i termini di cui al comma 1 sono prorogati di un anno"».

Conseguentemente:

all'articolo 3, comma 21, lettera g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quadruplo».

2.1221

MALAN

Dopo il comma 161, inserire il seguente:

«161-*bis*. All'articolo 3, dopo il comma 4, del decreto legislativo 95, 6 luglio 2012, è Inserito il seguente comma:

"4-*bis*. AI fine di garantire la sicurezza pubblica, per le caserme delle forze dell'ordine ospitate presso proprietà private, i comuni appartenenti al territorio di competenza delle stesse possono contribuire al pagamento del canone di locazione come determinato dall'agenzia delle entrate"».

2.1222

ZELLER, PEGORER, PALERMO, LANIECE, BATTISTA, FRAVEZZI, PANIZZA

Dopo il comma 161, aggiungere, in fine, il seguente:

«161-*bis*. All'articolo 1, comma 515, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al primo periodo, le parole: "30 giugno 2014", sono sostituite dalle seguenti: "30 giugno 2015, o con apposite norme di attuazione agli statuti di autonomia";

b) al primo periodo, le parole: "la giustizia civile, penale e minorile,", sono sostituite dalle seguenti: "da magistratura ordinaria, tributaria e amministrativa,"

c) al terzo periodo, all'alinea, dopo le parole: "Con i predetti accordi", sono inserite le seguenti: "o con norme di attuazione"».

2.1223

PEZZOPANE, TOMASELLI, ALBANO, MANASSERO, FASIOLO, SOLLO, STEFANO ESPOSITO, BORIOLI, SPILABOTTE

Dopo il comma 161, inserire il seguente:

«161-*bis*. Dopo il comma 7 dell'articolo 47 del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, è aggiunto il seguente:

"7-*bis*. L'importo complessivo del concorso alla riduzione della finanza pubblica, stabilito a carico delle province dal presente articolo nonché dal precedente articolo 19, viene escluso dal calcolo del saldo obiettivo del patto di stabilità per gli anni 2014 e seguenti"».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 21, lettera g)*, sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quadruplo».

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 50.000.000;

2016: ? 50.000.000;

2017: ? 50.000.000.

2.1224

MALAN

Dopo il comma 161, inserire il seguente:

«161-*bis*. Al comma 3 dell'articolo 23-*ter* del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90 sono soppresse le parole: "con popolazione superiore a 10.000 abitanti"».

2.1225

PEZZOPANE, TOMASELLI, ALBANO, MANASSERO, FASIOLO, SOLLO, STEFANO ESPOSITO, BORIOLI, SPILABOTTE

Dopo il comma 161, inserire il seguente:

«161-*bis*. A decorrere dal 1º gennaio 2015 e per la durata di cinque anni, resta sospeso il pagamento, da parte delle province, sia della quota capitale sia della quota interessi delle rate di ammortamento dei mutui contratti con la Cassa depositi e prestiti. Nel corso del periodo di sospensione, le province corrisponderanno alla Cassa depositi e prestiti, con cadenza semestrale posticipata, gli interessi dovuti sulle rate sospese, calcolati al tasso minimo praticato dall'Istituto mutuante nel periodo considerato».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 21, lettera g)*, sostituire la parola:* «triplo»*, con la seguente:* «quadruplo».

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 50.000.000;

2016: ? 50.000.000;

2017: ? 50.000.000.

2.1226

GUALDANI

Dopo il comma 161, aggiungere il seguente:

«161-*bis*. A decorrere dal 1º gennaio 2015, e per la durata di cinque anni, resta sospeso il pagamento, da parte delle province, sia della quota capitale sia della quota interessi delle rate di ammortamento dei mutui contratti con la Cassa depositi e prestiti. Nel corso del periodo di sospensione, le province corrisponderanno alla Cassa depositi e prestiti, con cadenza semestrale posticipata, gli interessi dovuti alle rate sospese, calcolati al tasso minimo praticato dall'Istituto mutuante nel periodo considerato».

2.1227

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 161, aggiungere il seguente:

«161-*bis.* Nelle more del completamento della riforma di cui alla legge n. 56 del 2014, le Province, nell'ipotesi di trasformazione in Città Metropolitane prevista dalla legge, possono prorogare fino al 31 dicembre 2016 i contratti di lavoro a tempo determinato avvalendosi della deroga consentita ai Comuni per le necessità connesse alle esigenze di continuità dei servizi, nel rispetto della vigente normativa di contenimento della spesa complessiva di personale e dei limiti massimi della spesa annua per la stipula dei contratti a tempo determinato. Al fine di evitare comunque la sospensione di servizi essenziali per la popolazione, tale proroga è consentita anche in deroga ai vincoli connessi al rispetto del patto di stabilità interno».

Conseguentemente, all'articolo 2, comma 67, sostituire le parole: «è ridotta di 238 milioni di euro per l'anno 2015 e di 200 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016»*, con le seguenti:* «è ridotta di 438 milioni di euro per l'anno 2015 e di 400 milioni a decorrere per l'anno 2016».

2.1228

BIANCONI, CHIAVAROLI, MANCUSO, GUALDANI

Dopo il comma 161, inserire il seguente:

«161-*bis.* Entro trenta giorni dall'entrata in vigore della presente legge, il Ministro dell'economia e delle finanze dà adeguata pubblicità sul sito istituzionale del ministero dei fabbisogni *standard* di ciascun Comune e Provincia, individuati ai sensi dell'articolo 6 del decreto legislativo n. 216 del 2010, e dei costi *standard* dei servizi sanitari regionali, individuati ai sensi dell'articolo 27 del decreto legislativo n. 68 del 2011. Restano fermi gli obblighi previsti dall'articolo 6, comma 3 del decreto legislativo n. 216 del 2010».

2.1229

MILO

Dopo il comma 161, aggiungere il seguente:

«161-*bis.* È fatto obbligo agli enti territoriali procedere alla rinegoziazione dei contratti derivati già in essere alla data di entrata in vigore della presente disposizione, qualora l'esecuzione di tali contratti abbia generato o generi una perdita rilevante per l'ente e la rinegoziazione abbia l'effetto di ridurre tale perdita».

2.1230

SACCONI, BIANCONI, CHIAVAROLI, MANCUSO, GUALDANI

Dopo il comma 161, aggiungere il seguente:

«161-*bis.* Fermi restando i limiti massimi per la determinazione delle aliquote dell'IMU e della TASI stabiliti dalla legislazione vigente, i comuni che determinano un'aliquota per l'IMU superiore allo 8,6 per mille e un'aliquota per la TASI superiore allo 1,9 per mille sono commissariati».

2.1231

FAVERO, SUSTA, MANASSERO, BORIOLI, PEZZOPANE, ORRÙ, DALLA ZUANNA, RUTA, TOCCI, MATTESINI, PAGLIARI, ELENA FERRARA, LO MORO

Dopo il comma 161, aggiungere i seguenti:

«161-*bis.* Al fine di consentire alle Provincie che si trovano nella condizione di dissesto finanziario, ai sensi dell'articolo 246 del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, di garantire i servizi minimi essenziali alla cittadinanza in ordine alle funzioni cui sono istituzionalmente preposte, è autorizzata, per suddetti enti, la sospensione per cinque anni del pagamento delle rate dei mutui contratti fino all'anno 2013, con contestuale proroga della scadenza per un analogo periodo. Le deleghe irrevocabili al pagamento delle rate dei mutui consegnate ai tesorieri si intendono sospese. Il tasso d'interesse annuo di detto differimento non potrà superare il tasso ufficiale di riferimento previsto dalla Banca Centrale Europea maggiorato di uno *spread* dello 0,50 per cento. Al termine del differimento, In caso di permanenza di difficoltà finanziarie, i medesimi enti potranno rinegoziare i mutui allungando la scadenza fino a 10 anni al tasso interbancario di riferimento Irs, maggiorato di uno *spread* dello 0,50 per cento».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 20.000.000;

2016: ? 20.000.000;

2017: ? 20.000.000.

2.1232

TOMASELLI, LAI

Al comma 162, sopprimere le parole: «, ferma restando l'applicazione, nell'esercizio 2015, delle sanzioni nel caso di mancato rispetto del patto di stabilità interno nel 2014».

2.1233

MAURO MARIA MARINO, DEL BARBA, GIANLUCA ROSSI

Dopo il comma 164, aggiungere i seguenti:

«164-*bis*. Al fine di favorire la portabilità dei conti correnti, secondo quanto previsto dalla direttiva 2014/92/UE del 23 luglio 2014 per il trasferimento dei conti di pagamento (Capo III, artt. 9-14), il cliente può chiedere di trasferire i servizi di pagamento connessi al rapporto stesso, senza spese aggiuntive utilizzando comuni protocolli tecnici interbancari italiani. Con il trasferimento dei servizi, il prestatore di servizi di pagamento di destinazione subentra nei mandati di pagamento e riscossione conferiti al prestatore di servizi di pagamento di origine, alle condizioni stipulate fra il prestatore di servizi di pagamento di destinazione e il cliente. Il trasferimento dei servizi di pagamento deve perfezionarsi entro il termine di 14 giorni lavorativi da quando il cliente chiede al prestatore di servizi di pagamento di destinazione di acquisire da quello di origine i dati relativi ai mandati di pagamento e di riscossione in essere.

164-*ter*. Con uno o più decreti del Ministro dell'Economia e delle finanze, di cui il primo da adottare entro 90 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, sentita la Banca d'Italia, vengono disciplinati, nel rispetto della direttiva di cui al comma 1, i servizi oggetto di trasferibilità, le modalità e i termini di attuazione della disposizione di cui al comma precedente, nonché gli eventuali indennizzi in favore del cliente».

2.1234

GASPARRI

Dopo il comma 164, aggiungere il seguente:

«164-*bis*. Al fine di consentire l'accertamento definitivo del debito pregresso delle regioni, assicurare il regolare pagamento dei debiti nonché garantire l'espletamento dei servizi pubblici essenziali di interesse generale in situazioni di ripristinato equilibrio finanziario, i crediti per oneri accessori da interessi e rivalutazione maturati su crediti in linea capitale vantati alla data di entrata in vigore della presente legge nei confronti degli enti del servizio sanitario nazionale sono estinti di

diritto. Sono fatti salvi i diritti per oneri accessori che abbiano costituito oggetto di accordi transattivi con i debitori».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 105.000.000;
2016: ? 105.000.000;
2017: ? 105.000.000.

Ridurre del 3 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente della allegata tabella C.

2.1235

VERDUCCI

Al comma 165, lettera b*, secondo periodo, dopo le parole:* «entrate correnti» *aggiungere le seguenti:* «incluse le entrate in conto capitale relative ai soli contributi agli investimenti destinati al rimborso prestiti (corrispondenti alla voce del piano dei conti finanziario con codifica E.4.02.06.00000)».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 21, lettera g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quintuplo».

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 50.000.000;
2016: ? 50.000.000;
2017: ? 50.000.000.

2.1236

COMAROLI, TOSATO

Al comma 165, dopo la lettera b)*, aggiungere la seguente:*

«b-*bis*. Dai saldi di cui alle precedenti lettere del presente comma sono escluse per ciascun ente territoriale una quota di spese pari al mancato gettito derivante dall'applicazione del comma 1 dell'articolo 5 della presente legge, per un importo complessivo pari a 500 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di porte corrente, relative alle autorizzazioni di speso di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 500 milioni di euro a decorrere dal 2015».

2.1237

COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI

Al comma 165, dopo la lettera b)*, aggiungere lo seguente:*

«b-*bis*. Dai saldi di cui alle precedenti lettere del presente comma sono escluse per un importo complessivo di 800 milioni di euro annui per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, le spese sostenute dagli enti territoriali per fronteggiare gli eventi naturali di cui all'articolo 2, comma 1, della citata legge n. 225 del 1992, nonché le spese per gli interventi di contrasto al dissesto idrogeologico e di prevenzione del rischi da calamità naturali, sul territorio nazionale, indipendentemente dall'origine delle fonti di finanziamento».

Conseguentemente all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sano ridotte in maniera lineare per un importo pari a 800 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

2.1238

VACCARI, BROGLIA, ZANONI

Sostituire il comma 166, con il seguente:

«266. All'articolo 3, comma 7, del decreto-legge 8 aprile 2013, n. 35, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 giugno 2013, n. 64, è aggiunto il seguente periodo: "Nell'anno 2015 la predetta percentuale è rideterminata al valore del 92 per cento, nel 2016 al valore del 94 per cento e a

decorrere dal 2017 al valore del 95 per cento e la restante quota deve essere erogata al Servizio sanitario regionale entro il 30 giugno dell'anno successivo"».

Conseguentemente all'articolo 3, comma 21, lettera g)*, sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quadruplo».

2.1239

VERDUCCI

Al comma 166, secondo periodo, sostituire le parole: «ai titoli 1, 2, 3 e 4» *con le seguenti:* «ai titoli 1, 2, 3, 4 e 5».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 21, lettera g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quadruplo».

2.1240

VERDUCCI

Al comma 167, sostituire il punto 5) con il seguente:

«5) ai fini degli equilibri di competenza e di cassa, l'accensione di prestiti riguardanti i debiti autorizzati e non contratti negli esercizi precedenti».

Ai fini dei saldi di cui al comma 3 dell'art. 36, si propone di modificare il punto 5 del comma 5 affinché rilevino oltre agli equilibri di cassa anche quelli di competenza, con riguardo alla contrazione dei mutui autorizzati e non contratti degli esercizi precedenti, in compensazione delle spese impegnate e pagate alla cui copertura si fa fronte con autorizzazione all'indebitamento.

Conseguentemente all'articolo 3, comma 21, lettera g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quadruplo».

2.1241

BROGLIA, ZANONI

Dopo il comma 167 inserire il seguente:

«167-*bis*. A decorrere dall'anno 2016 gli equilibri di cui al comma 165 rilevano nel limite complessivo di 2.005 milioni per il pagamento delle spese di investimento nonché degli numeri da 1) a 5) di cui al comma 167».

Conseguentemente, al comma 168 dopo il numero 3) è aggiunto il seguente:

«3-*bis)* nel saldo di competenza gli impegni in conto capitale per investimenti.»

Conseguentemente all'articolo 3, comma 21, lettera g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quadruplo».

2.1242

BROGLIA, ZANONI

Dopo il comma 167 inserire il seguente:

«167-*bis*. A decorrere dall'anno 2016 gli equilibri di cui al comma 165 rilevano nel limite complessivo di 2.005 milioni per il pagamento delle spese di investimento nonché degli numeri da)1 a 5) di cui al comma 167».

2.1243

PAGLIARI, BROGLIA, ZANONI, BERTUZZI

Al comma 168 dopo il numero 3) aggiungere il seguente:

«3-*bis)* nei saldi di competenza e di cassa degli Enti che beneficiano di entrate rivenienti dall'applicazione dell'articolo 20, commi 1 e 1-*bis*, del decreto legislativo 25 novembre 1996, n. 625, superiori a 100 milioni, le spese di cui all'articolo 36, comma 2, del decreto legge 12 settembre 2014, n. 133, nel limite di 160 milioni».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 2, aggiungere, infine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 160 milioni di euro per l'anno 2015».

2.1244

VACCARI, BROGLIA, ZANONI

Al comma 168 dopo il numero 3) aggiungere il seguente:

«4) nel saldo di competenza gli impegni in conto capitale per investimenti».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 80.000.000;

2016: ? 80.000.000;

2017: ? 80.000.000.

2.1245

BROGLIA, ZANONI

Al comma 168 dopo il numero 3) è aggiunto il seguente:

«3-*bis)* nel saldo di competenza gli impegni in conto capitale per investimenti».

Conseguentemente all'articolo 3, comma 21, lettera g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quadruplo».

2.1246

COMAROLI, TOSATO

Al comma 168, dopo il punto 3), aggiungere il seguente:

«4) nel saldo di competenza gli impegni in conto capitale per investimenti, per le sole Regioni che non hanno utilizzato le anticipazioni di cui agli articoli 2 e 3 del DL. 8 aprile 2013, n. 35 convertito con modificazioni dalla legge 6 giugno 2013, n 64 e sue modifiche e integrazioni».

2.1247

SPOSETTI

All'articolo 2, dopo il comma 179 aggiungre il seguente:

«179-*bis*. All'articolo 9, del decreto-legge 29 novembre 2008, n. 185, convertito con modificazioni dalla legge 28 gennaio 2009, n. 2, dopo il comma 3-*quater* è aggiunto il seguente:

"3-*quinquies*. Le disposizioni di cui ai commi 3-*bis* e 3-*ter* si applicano anche ai crediti di natura non commerciale, vantati nei confronti delle Regioni da parte di fondazioni senza scopo di lucro promosse dalle medesime regioni per lo svolgimento di attività culturali, ia cui riscossione è necessaria per il pagamento di debiti commerciali nei confronti di soggetti terzi fornitori di beni e servizi"».

2.1248

ZANONI, BROGLIA

Dopo il comma 183 inserire il seguente:

«183-bis. Le regioni restituiscono entro il 10 gennaio 2015 un ammontare di risorse corrispondente alla differenza fra quanto erogato per il buy-back delle obbligazioni regionali e quello acquisito a seguito dell'offerta pubblica di acquisto ai sensi dell'articolo 45 del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89. Tale differenza è migliorata e conseguentemente restituita entro la medesima data per il valore positivo incassato dalle controparti finanziarie in corrispondenza della chiusura degli strumenti finanziari derivati sottostanti le obbligazioni regionali oggetto di *buy-back*. La restituzione può essere effettuata dalle Regioni anche compensando risorse a qualsiasi titolo erogate alle medesime che conseguentemente non vengono erogate, al netto di quelle relative al funzionamento corrente per il Servizio Sanitario Nazionale, al Fondo nazionale trasporti di cui all'articolo 16-bis del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, al Fondo Nazionale Politiche Sociali e al Fondo per le non autosufficienze».

2.1249

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 184 aggiungere il seguente:

«184-*bis* "22. All'articolo 1, della legge 24 dicembre 2012, n. 228, sono apportate le seguenti modifiche:

1) al comma 122, le parole: "2013 e 2014" sono sostituite dalle seguenti: "2013, 2014 e 2015";

2) dopo il comma 122 è inserito il seguente:

"122-*bis*. Per l'anno 2015 l'importo è attribuito alle regioni secondo la tabella approvata nell'accordo sancito nella seduta del 10 luglio 2013 della Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le regioni e le province autonome di Trento e di Bolzano. Gli spazi saranno ceduti per il 25 per cento alle province e per il 75 per cento ai comuni e per almeno il valore di 500 milioni dovranno essere utilizzati in via prioritaria per il pagamento dei cofinanziamenti nazionali ai programmi comunitari".

3) al comma 125 dopo le parole: "con riferimento all'anno 2014" sono inserite le seguenti: "e del 30 giugno, con riferimento all'anno 2015".

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 67, sostituire le lettere a) *e* b) *con la seguente: "*a) *a decorrere dal 1º gennaio 2015 sono ridotte in misura lineare le dotazioni finanziarie di parte corrente iscritte a legislazione vigente, in termini di competenza e cassa, delle spese rimodulabili delle missioni di spesa di ciascun Ministero di cui all'articolo 21, comma 5, lettera* b) *della legge 31 dicembre 2009, n. 196, per un importo pari a 1,5 miliardi di euro annui".*

2.1250

BISINELLA, STEFANI, TOSATO, MUNERATO, BELLOT, CROSIO, ARRIGONI, COMAROLI

Dopo il comma 184, aggiungere il seguente:

«184-*bis*. Al fine di accelerare la realizzazione di progetti strategici, di carattere infrastrutturale, di rilievo nazionale, interregionale e regionale, aventi natura di grandi progetti o di investimenti, le entrate e le spese relative agli interventi finalizzati alla realizzazione dell'autostrada Pedemontana Veneta sono escluse dai saldi di cui alle lettere *a)* e *b)* del comma 3 del presente articolo».

Conseguentemente all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relativa alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 20 milioni di euro per l'anno 2015 e 50 milioni per l'anno 2016».

2.1251

VACCARI, BROGLIA, ZANONI

Dopo il comma 184 inserire i seguenti:

«184-*bis*. All'articolo l della legge 24 dicembre 2012, n. 228 sono apportate le seguenti modifiche:

a) dopo il comma 122 sono inseriti i seguenti:

"122-*bis*. Con le medesime finalità e modalità di cui al comma precedente è attributo un contributo nei limiti di un importo complessivo di 1,5 miliardi di euro alle regioni a statuto ordinario per l'anno 2015".

"123-*bis*. Per l'anno 2015 l'importo è attribuito alle regioni secondo la tabella approvata nell'accordo sancito nella seduta del 11 luglio 2013 della Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le regioni e le province autonome di Trento e di Bolzano. Gli spazi saranno ceduti per il 25 per cento alle province e per il 75 per cento ai comuni e sono utilizzati dagli enti locali in via prioritaria per il pagamento dei progetti finalizzati alla prevenzione e alla gestione del rischio idrogeologico".

b) al comma 125 dopo le parole: "con riferimento all'anno 2014" sono inserite le seguenti: "e del 30 giugno, con riferimento all'anno 2015".

184-*ter*. Alla copertura degli oneri di cui al comma 184-*bis* si provvede mediante utilizzo delle disponibilità derivanti dall'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 31, comma 1, del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89 e per euro 6.850.000 mediante riduzione del Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto legge 29 dicembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307 a decorrere dall'anno 2016 per la durata corrispondente al prestito erogato dal Ministero».

2.1252

BROGLIA, ZANONI

Dopo il comma 184 inserire i seguenti:

«184-*bis*. All'articolo 1 della legge 24 dicembre 2012, n. 228 sono apportate le seguenti modifiche:

a) dopo il comma 122 è inserito il seguente: "122-*bis*. Con le medesime finalità e modalità di cui al comma 122 è attributo un contributo nei limiti di un importo complessivo di 1,5 miliardi di euro alle regioni a statuto ordinario per l'anno 2015".

b) dopo il comma 123 è inserito il seguente: "123-*bis*. Per l'anno 2015 l'importo è attribuito alle regioni riproporzionando i valori della tabella approvata nell'accordo sancito nella seduta del 11 luglio 2013 della Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le regioni e le province autonome di Trento e di Bolzano. Gli spazi saranno ceduti per il 25 per cento alle città metropolitane e alle province e per il 75 per cento ai comuni e sono utilizzati dagli enti locali in via prioritaria per il pagamento dei progetti finalizzati alla prevenzione e alla gestione del rischio idrogeologico e per gli interventi di edilizia scolastica di cui all'articolo 4, comma 3, del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito, con modificazioni, dalla legge Il novembre 2014, n. 164".

c) al comma 125, dopo le parole: "con riferimento all'anno 2014" sono inserite le seguenti: "e del 30 giugno, con riferimento all'anno 2015,".

184-*ter*. Alla copertura degli oneri di cui al comma 184-*bis* si provvede mediante utilizzo delle disponibilità derivanti dall'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 31, comma 1, del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89 e per euro 6.850.000 mediante corrispondente riduzione del Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 dicembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307 a decorrere dall'anno 2016 per la durata corrispondente al prestito erogato dal Ministero».

2.1253

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 184, inserire il seguente:

«184-*bis*. All'articolo 1, della legge 24 dicembre 2012, n.228 sono apportate le seguenti modifiche:

1) è inserito il comma l22-*bis*:

"122-*bis*. Con le medesime finalità e modalità di cui al comma precedente è attributo un contributo nei limiti di un importo complessivo di 1,5 miliardi di euro alle regioni a statuto ordinario per l'anno 2015";

2) è inserito il nuovo comma 123-*bis*:

"123-*bis*. Per l'anno 2015 l'importo è attribuito alle regioni secondo la tabella approvata nell'accordo sancito nella seduta del 11 luglio 2013 della Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le regioni e le province autonome di Trento e di Bolzano. Gli spazi saranno ceduti per il 25 per cento alle province e per il 75 per cento ai comuni e sono utilizzati dagli enti locali in via prioritaria per il pagamento dei progetti finalizzati alla prevenzione e alla gestione del rischio idrogeologico".

3) al comma 125 dopo le parole: "con riferimento all'anno 2014" sono inserite le seguenti: "e del 30 giugno, con riferimento all'anno 2015,".

2. Alla copertura degli oneri si provvede mediante utilizzo delle disponibilità derivanti dall'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 31, comma 1, del decreto legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89 e per euro 6.850.000 mediante riduzione del Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto legge 29 dicembre 2004, n.282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307 a decorrere dall'anno 2016 per la durata corrispondente al prestito erogato dal Ministero».

2.1254

BELLOT, COMAROLI, DIVINA, BISINELLA, TOSATO

Al comma 185, premettere il seguente comma:

«0.185). Al comma 1 dell'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n. 183, e successive

modificazioni, sostituire le parole da : *superiore a 5.000 abitanti*, fino a : *tra 1.001 e 5.000 abitanti* con le seguenti: *superiore a 15.000 abitanti*».

Conseguentemente all'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1.279.488 migliaia di euro a decorrere dal 2015».

2.1255

BELLOT, COMAROLI, DIVINA, BISINELLA, TOSATO, ARRIGONI

Al comma 185, premettere il seguente comma:

«*0.185)* Al comma 1 dell'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n. 183, e successive modificazioni, sostituire le parole: "e, a decorrere dall'anno 2013", con le seguenti: "per i soli anni 2013 e 2014".

Conseguentemente all'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a mille milioni di euro a decorrere da 2015».

2.1256

CERONI, RAZZI

Al comma 185, sostituire la lettera b) *con la seguente:*

«*b)* alla lettera *a)*, le parole: ", a 19,25 per cento degli anni 2014 e 2015 e a 20,25 per cento per gli anni 2016 e 2017" sono sostituite dalle seguenti: ", a 19,25 per cento per l'anno 2014. Per l'anno 2015, in virtù di quanto previsto dal comma 23 dell'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n. 183, ed ai sensi della legge n. 56/14, le Province e le Città metropolitane non sono soggette al patto di stabilità interno".

2.1257

LANGELLA

Riformulare il comma 185, lettera b) *nel modo seguente:*

«*b)* alla lettera *a)*, le parole: ", a 19,25 per cento degli anni 2014 e 2015 e a 20,25 per cento per gli anni 2016 e 2017" sono sostituite dalle seguenti: ", a 19,25 per cento per l'anno 2014. Per l'anno 2015, in virtù di quanto previsto dal comma 23 dell'articolo 31 della legge 12 novembre 20 Il, n. 183, ed ai sensi della legge n. 56 del 2014, le Province e le Città metropolitane non sono soggette al patto di stabilità interno"».

2.1258

ZANONI, DEL BARBA, LO MORO, PEZZOPANE, BROGLIA, PAGLIARI, MARGIOTTA, BERTUZZI

Al comma 185, sostituire la lettera b) *con la seguente:*

«*b)* alla lettera *a)*, le parole: ", a 19,25 per cento degli anni 2014 e 2015 e a 20,25 per cento per gli anni 2016 e 2017" sono sostituite dalle seguenti: ", a 19,25 per cento per l'anno 2014. Per l'anno 2015, in virtù di quanto previsto dal comma 23 dell'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n. 183, ed ai sensi della legge n. 56/14, le Province e le Città metropolitane non sono soggette al patto di stabilità interno"

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le seguenti parole: , ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1,4 miliardi di euro per l'anno 2015.

2.1259

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 185 sostituire la lettera b) *con la seguente:*

b) alla lettera *a*), le parole: «, a 19,25 per cento degli anni 2014 e 2015 e a 20,25 per cento per gli anni 2016 e 2017» sono sostituite dalle seguenti: «, a 19,25 per cento per l'anno 2014. Per l'anno 2015,

in virtù di quanto previsto dal comma 23 dell'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n. 183, ed ai sensi della legge n. 56/14, le province e le città metropolitane non sono soggette al patto di stabilità.

Conseguentemente, al comma 124 dell'articolo 1, sostituire le parole: 850 milioni di euro con le seguenti: 350 milioni di euro.

2.1260

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 185, lettera b) *sostituire le parole*: a 17,00 per cento per l'anno 2015 e a 8,26 per cento per gli anni 2016, 2017 e 2018 *con le seguenti*: a 8,5 per cento per l'anno 2015 e a 4,13 per cento per gli anni 2016, 2017 e 2018.

Conseguentemente al comma 124 dell'articolo 1 sostituire le parole: 850 milioni di euro con le seguenti: 350 milioni di euro.

2.1261

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 185, lettera b) *sostituire le parole:* a 17,00 per cento per l'anno 20 15 e a 8,26 per cento per gli anni 2016, 2017 e 2018 *con le parole:* a 8,5 per cento per l'anno 2015 e a 4,13 per cento per gli anni 2016, 2017 e 2018.

Conseguentemente, alla medesima lettera b) *aggiungere, infine, il seguente periodo:* Agli oneri di cui alla presente lettera si provvede mediante corrispondente riduzione del fondo di cui all'articolo 3, comma 66.

2.1262

LIUZZI

Al comma 185, lettera b) *sostituire le parole:* a 17,00 per cento per l'anno 2015 e a 8,26 per cento per gli anni 2016, 2017 e 2018 *con le parole:* a 8,5 per cento per l'anno 2015 e a 4,13 per cento per gli anni 2016, 2017 e 2018.

Conseguentemente, alla medesima lettera b) *aggiungere, infine, il seguente periodo:* «Agli oneri di cui alla presente lettera si provvede mediante corrispondente riduzione del fondo di cui all'articolo 3, comma 66».

2.1263

FUCKSIA

Al comma 185, lettera e), *dopo le parole:* «di messa in sicurezza degli edifici scolastici e del territorio», *aggiungere* «ad opere di riqualificazione urbana ed ambientale, di manutenzione e recupero del patrimonio storico ed artistico».

2.1264

ZANONI, BROGLIA, FAVERO, CALEO, VATTUONE, FISSORE, ELENA FERRARA, GRANAIOLA, MATTESINI, D'ADDA, FILIPPIN, STEFANO ESPOSITO, PEZZOPANE, VACCARI, SOLLO, PAGLIARI, LO GIUDICE, ALBANO, FORNARO, SCALIA, LAI, BORIOLI, MANASSERO, PADUA, SPILABOTTE, SAGGESE, BERTUZZI

Al comma 185, lettera e), *dopo le parole:* «ente capofila,» *inserire le seguenti:* «sulla base di apposita certificazione dell'ente stesso,»

2.1265

CERONI

Al comma 185, lettera e), *dopo le parole:* «ente capofila,» *inserire le parole:* «sulla base di apposita certificazione dell'ente stesso,»

2.1266

FAVERO, SUSTA, SANGALLI, MANASSERO, BORIOLI, PEZZOPANE, ORRÙ, DALLA ZUANNA, RUTA, TOCCI, MATTESINI, PAGLIARI, ELENA FERRARA

Al comma 185, dopo la lettera e), *aggiungere la seguente:* «e-*bis*. f) Sono escluse dall'obbligo del raggiungimento degli obiettivi le province che risultano in dissesto alla data del 15 ottobre 2014 e fino all'esercizio successivo a quello in cui verrà approvato l'ipotesi di bilancio stabilmente riequilibrato».

2.1267

RICCHIUTI, LO GIUDICE, CASSON, MINEO

Dopo il comma 185, aggiungere i seguenti:

«185-*bis*. Nello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze è istituito un fondo denominato «Fondo per la messa in sicurezza del territorio», alimentato ai sensi del comma 2.

185-*ter*. Al Fondo di cui al precedente comma sono destinati, per gli anni 201S, 2016 e 2017, i proventi relativi alla vendita di partecipazioni dello Stato in attuazione del programmato piano di privatizzazioni, in deroga all'articolo 45, comma 1, lettera *b*, del decreto del presidente della Repubblica n. 398 del 2003. le risorse di cui al presente comma sono finalizzate all'esclusione delle spese di investimento per la messa in sicurezza del territorio dal saldo finanziario espresso in termini di competenza mista, individuato ai sensi del comma 3 dell'articolo 31 della legge 12 novembre 20133, n. 183, rilevante ai fini del rispetto del patto di stabilità interno. l'importo massimo dell'esclusione e le modalità di riparto delle risorse di cui al periodo precedente sono individuati sentita la Conferenza Stato-città ed autonomie locali, con decreto del Presidente del Consiglio di Ministri da emanare entro il 30 giugno 2015».

2.1268

BISINELLA, TOSATO, DIVINA

Dopo il comma 185, aggiungere il seguente comma:

«185-*bis*. Dopo il comma 8-*bis* dell'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n. 183, e successive modificazioni, è aggiunto il seguente:

"8-*ter*. Le spese per gli interventi realizzati, direttamente dai comuni in relazione al ripristino di beni storici architettonici di proprietà degli enti stessi e che risultano effettuate nell'esercizio finanziario in cui viene constata la necessità dell'intervento, o nei tre esercizi successivi, sono escluse dal saldo finanziario rilevante ai fini della verifica del rispetto del patto di stabilità interno nei limiti di 1,2 miliardi di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017"».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1.200 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

2.1269

BISINELLA, TOSATO

Dopo il comma 185, aggiungere il seguente comma:

«185-*bis*. Dopo il comma 8-*bis* dell'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n. 183, e successive modificazioni, è aggiunto il seguente:

"8-*ter*. Le spese per gli interventi realizzati direttamente dai comuni in relazione al ripristino di beni storici architettonici di proprietà degli enti stessi e che risultano effettuate nell'esercizio finanziario in cui viene constata la necessità dell'intervento, o nei tre esercizi successivi, sono escluse dal saldo finanziario rilevante ai fini della verifica del rispetto del patto di stabilità interno nei limiti di 600 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017"».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 600 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

2.1270

BISINELLA, COMAROLI, TOSATO, DIVINA

Dopo il comma 185, aggiungere il seguente comma:

«185-*bis*. Dopo il comma 9-*bis* dell'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n. 183, e successive modificazioni, aggiungere il seguente comma:

"9-*bis*.1 Per gli anni 2015, 2016 e 2017, nel saldo finanziario in termini di competenza mista rilevante ai fini della verifica del patto di stabilità interno, non sono considerati, per un importo complessivo di 1,2 miliardi all'anno, gli interventi effettuati da province e comuni in materia di edilizia

scolastica"».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, ,le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1.200 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e .2017».

2.1271

BISINELLA, COMAROLI, TOSATO, CENTINAIO

Dopo il comma 185, aggiungere il seguente comma:

«185-*bis*. Dopo il comma 9-*bis* dell'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, in. 183, e successive modificazioni, aggiungere il seguente comma:

"9-*bis.*1 Per gli anni 2015, 2016 e 2017, nel saldo. finanziario in termini di competenza mista rilevante ai fini della verifica del patto di stabilità interno, non sono considerati, per un importo complessivo di 1,2 miliardi all'anno, gli interventi effettuati da province e comuni in materia di edilizia scolastica"».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1.200 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

2.1272

BISINELLA, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 185, aggiungere il seguente comma:

«185-*bis*. Dopo il comma 9-*bis* dell'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n. 183, e successive modificazioni, aggiungere il seguente comma:

"9-*bis.*1 Nel caso in cui il mancato rispetto dell'obiettivo del patto di stabilità dell'anno 2014 dei Comuni sia da attribuirsi a erogazioni di contributi regionali in conto capitale sospese per i vincoli del Patto di stabilità regionale, certificate sia dal Comune sia dalla regione di appartenenza, non si applicano le sanzioni di cui all'articolo 31, comma 26, della legge 183 del 2011 e relative riscossioni dei Comuni, oggetto delle suindicate certificazioni, non rilevano ai fini del patto di stabilità interno per gli anni successivi"».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 500 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015».

2.1273

BELLOT, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 185, aggiungere il seguente comma:

«185-*bis*. Dopo il comma 9-*bis* dell'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n. 183, e successive modificazioni, aggiungere il seguente comma:

"9-*bis.*1 Per gli anni 2015, 2016 e 2017, nel saldo finanziario in termini di competenza mista rilevante ai fini della verifica del patto di stabilità interno, non sono considerati, nel limite di 80 milioni di euro all'anno, le spese sostenute dagli enti locali a valere sulle risorse del Fondo per la valorizzazione e la promozione delle aree territoriali svantaggiate confinanti con le regioni a statuto speciale' di cui all'articolo 6, comma 7, del decreto-legge 2 luglio 2907 n. 81"».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 80 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

2.1274

PAGLIARI, BROGLIA, ZANONI, BERTUZZI

Dopo il comma 185, inserire il seguente:

«185-*bis*. All'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n. 183, dopo il comma 14-*ter* è inserito il seguente:

"14-*quater*. Per gli anni 2015 e 2016 nel saldo finanziario espresso in termini di competenza mista, individuato ai sensi del comma 3, rilevante ai fini della verifica del rispetto del patto di stabilità interno, non sono considerate le spese sostenute dalle province e dalle città metropolitane per interventi di edilizia scolastica L'esclusione opera nel limite massimo di 150 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016. In caso di incompleto utilizzo delle risorse da parte dei comuni di cui al comma 14-*ter*, per l'anno 2015, l'eventuale somma residua viene assegnata alle province. Le province beneficiarie dell'esclusione dal patto di stabilità interno dello spese sostenute per interventi di edilizia scolastica e l'importo dell'esclusione stessa sono individuati, sentita la Conferenza Stato-città ed autonomie locali, con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri"».

Conseguentemente,

? alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 100.000.000;

2016: ? 100.000.000;

2017: ? 100.000.000.

alla Tabella B, voce Ministero dell'economia o delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 50.000.000.

2.1275

ZANONI, BROGLIA

Dopo il comma 185, aggiungere il seguente:

«185-*bis*. All'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n. 183, dopo il comma 14-*ter*, inserire il seguente: "14-*quater*. Per gli anni 2015 e 2016, nel saldo finanziario espresso in termini di competenza mista, individuato ai sensi del comma 3, rilevante ai fini della verifica del rispetto del patto di stabilità interno, non sono considerate le spese sostenute dai comuni per interventi di edilizia scolastica. L'esclusione viene prevista per un massimo di 120 milioni di euro, che nel 2015 sono da considerarsi aggiuntivi ai 122 milioni di euro già individuati dal comma 14-*ter* della legge 12 novembre 2011, n. 183. I comuni beneficiari dall'esclusione dal patto, tenuto conto di quelli che ne hanno già fatto richiesta in risposta alle lettere del Presidente del 3 marzo e del 16 maggio 2014, sono individuati sentita la Conferenza Stato-città ed autonomie locali, con decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri"».

2.1276

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 186, sostituire le parole: «rilevano gli stanziamenti di competenza del fondo crediti dubbia esigibilità» *con le parole:* «rilevano gli stanziamenti di competenza nella misura del 50 per cento, del fondo crediti dubbia esigibilità».

2.1277

NUGNES, MORONESE, MARTELLI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI, CATALFO

Dopo il comma 186, aggiungere il seguente:

«186-*bis*. Dopo l'articolo 33-*bis* del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito con modificazioni dalla legge 11 novembre 2014 n. 164, è aggiunto il seguente:

"Art-33-*ter. ? (Esclusione dal patto di stabilità interno delle spese per interventi finalizzati alla bonifica e alla messa in sicurezza dei siti contaminati). ? 1.* L'utilizzo delle risorse proprie e delle risorse provenienti dallo Stato, da parte di regioni e di enti locali, per interventi finalizzati alla bonifica e messa in sicurezza dei siti contaminati di cui all'articolo ai sensi della Parte quarta, Titolo V, del decreto legislativo 3 aprile 2006, n. 152, e successive modificazioni, è escluso dal saldo finanziario rilevante ai fini della verifica del rispetto del patto di stabilità interno di cui agli articoli 31 e 32 della legge 12 novembre 2011, n. 183, e successive modificazioni.

2. Alla compensazione degli effetti in termini di indebitamento netto e di fabbisogno derivanti

dall'attuazione del comma 1 del presente articolo, si provvede nell'ambito delle disponibilità delle risorse di cui al Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307, nonché mediante l'utilizzo delle risorse del Fondo di cui all'articolo 6, comma 2, del decreto-legge 7 ottobre 2008, n. 154, convertito, con modificazioni, dalla legge 4 dicembre 2008, n. 189, e successive modificazioni"».

2.1278

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 186, aggiungere il seguente:

«2-*bis*. Per il solo anno 2015, l'utilizzo dell'avanzo non rileva ai fini del patto di stabilità interno».

2.1279

CERONI, RAZZI

Dopo il comma 186, aggiungere il seguente:

«186-*bis*. Per il solo anno 2015, l'utilizzo dell'avanzo non rileva ai fini del patto di stabilità interno».

2.1280

ZANONI, DEL BARBA, LO MORO, PEZZOPANE, BROGLIA, PAGLIARI, MARGIOTTA, BERTUZZI

Dopo il comma 186 aggiungere il seguente:

«186-*bis*. Per il solo anno 2015, il contributo di cui al comma 154 non rileva ai fini del patto di stabilità interno».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le seguenti parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1.000 milioni di euro per l'anno 2015».

2.1281

CERONI, RAZZI

Dopo il comma 186, aggiungere il seguente:

«186-*bis*. Per il solo anno 2015, il contributo di cui al comma 154 non rileva ai fini del patto di stabilità interno».

2.1282

ZANONI, DEL BARBA, LO MORO, PEZZOPANE, BROGLIA, PAGLIARI, MARGIOTTA, BERTUZZI

Dopo il comma 186, aggiungere il seguente:

«186-*bis*. Per il solo anno 2015, il contributo di cui al comma 154 non rileva ai fini del patto di stabilità interno».

2.1283

LANGELLA

Dopo il comma 186, aggiungere il seguente:

«186-*bis*. Per il solo anno 2015, il contributo di cui al comma 154 non rileva ai fini del patto di stabilità interno».

2.1284

LIUZZI

Dopo il comma 186, aggiungere il seguente:

«186-*bis*. Per il solo anno 2015, l'utilizzo dell'avanzo non rileva ai fini del patto di stabilità interno».

2.1285

LANZILLOTTA

Dopo il comma 186, inserire il seguente:

«186-*bis*. All'articolo 194, comma 1, del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267 recante Testo

Unico degli Enti Locali, la lettera e) *è soppressa».*

2.1286

SUSTA

All'articolo 2, dopo il comma 187 è inserito il seguente comma:

«187-*bis*. Alla legge 12 novembre 2011, n. 183, inserire alla fine del comma 7 dell'articolo 31, il seguente periodo: "Nel saldo finanziario in termini di competenza mista, individuato ai sensi del comma 3, rilevante ai fini della verifica del rispetto del patto di stabilità interno, non sono considerate le spes di parte corrente e in conto capitale sostenute dai comuni maggiormente colpiti dagli eventi meteorologici dei mesi di ottobre e novembre 2014, da individuarsi mediante decreto del Ministro dell'Economia e delle Finanze, di concerto con il Dipartimento della Protezione Civile da emanarsi entro il 10 gennaio 2015, per fronteggiare i danni provocati dai predetti eventi. L'esclusione delle spese opera anche se esse sono effettuate in più anni, purché attestata da una dichiarazione del Sindaco"».

Conseguentemente all'articolo 2, dopo il comma 193 è inserito il seguente:

«193-*bis*. Per l'anno 2015, ai comuni maggiormente colpiti dagli eventi meteorologici dei mesi di ottobre e novembre 2014, da individuarsi mediante decreto del Ministro dell'Economia e delle Finanze, di concerto con il Dipartimento della Protezione Civile da emanarsi entro il 1º gennaio 2015, non si considerano ai fini del patto di stabilità interno, per l'anno 2015, le spese sostenute dai predetti comuni mediante l'utilizzo di risorse proprie provenienti da erogazioni liberali e donazioni da parte di cittadini privati ed imprese e puntualmente finalizzate a fronteggiare le conseguenze di detti eventi, per un importo massimo complessivo di 10 milioni di euro. Il riparto dei maggiori spazi utilizzabili per le finalità di cui al periodo precedente è determinato con decreto Ministero dell'economia e delle finanze previo accordo con la Conferenza Stato ? Città ed autonomie locali entro il 31 marzo 2015.

2.1287

CERONI

Dopo il comma 187 è inserito il seguente:

«187-*bis*. All'articolo 31, comma 7, della legge 12 novembre 2011, n. 183, è aggiunto, in fine, il seguente periodo: "Nel saldo finanziario in termini di competenza mista, individuato ai sensi del comma 3, rilevante ai fini della verifica del rispetto del patto di stabilità interno, non sono considerate le spese di parte corrente e in conto capitale sostenute dai comuni maggiormente colpiti dagli eventi meteorologici dei mesi di ottobre e novembre 2014, da individuarsi mediante decreto del Ministro dell'Economia e delle Finanze, di concerto con il Dipartimento della Protezione Civile da emanarsi entro il 10 gennaio 2015, per fronteggiare i danni provocati dai predetti eventi. L'esclusione delle spese opera anche se esse sono effettuate in più anni, purché attestata da una dichiarazione del Sindaco"».

2.1288

CERONI

Dopo il comma 187 è inserito il seguente:

«187-*bis*. Per i Comuni della Regione Liguria colpiti dagli eventi alluvionali dell'ottobre-novembre 2014, ai fini dell'assestamento di bilancio di cui all'articolo 175 del Decreto Legislativo 18 agosto 2000, n. 267, le relative variazioni possono essere deliberate entro il31 dicembre 2014».

2.1289

COMAROLI, DIVINA, BISINELLA, TOSATO, ARRIGONI

Dopo il comma 187 aggiungere il seguente:

«187-*bis*. Dopo il comma 6-*bis* dell'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n. 183 è aggiunto il seguente:

"6-*ter*. Dai saldi finanziari rilevanti ai fini del patto di stabilità interno sono escluse, per un importo complessivo di un miliardo di euro annui per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, le spese sostenute dagli enti locali per fronteggiare gli eventi naturali di cui all'articolo 2, comma 1, della citata legge n. 225 del 1992, nonché le spese per gli interventi di contrasto al dissesto idrogeologico e di prevenzione dei rischi da calamità naturali, sul territorio nazionale, indipendentemente dall'origine delle fonti di finanziamento"».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a un miliardo di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

2.1290

COMAROLI, DIVINA, BISINELLA, TOSATO

Dopo il comma 187 aggiungere il seguente:

«187-*bis*. Dopo il comma 6-*bis* dell'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n. 183 è aggiunto il seguente:

"6-*ter*. Dai saldi finanziari rilevanti ai fini del patto di stabilità interno sono escluse, per un importo complessivo di 500 milioni di euro annui per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, le spese sostenute dagli enti locali per investimenti di parte corrente e di conto capitale ai fini della sicurezza"».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 6, aggiungere, in fine, le porole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 500 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015,2016 e 2017».

2.1291

COMAROLI, DIVINA, BISINELLA, TOSATO

Dopo il camma 187 aggiungere il seguente:

«187-*bis*. Dopo il comma 6-*bis* dell'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n. 183 è aggiunto il seguente:

"6-*ter*. Dai saldi finanziari rilevanti ai fini del patto di stabilità interno sono escluse, per un importo complessivo di 500 milioni di euro annui per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, le spese sostenute dai comuni per l'affidamento di minori stranieri non accompagnati"».

Conseguentemente all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 500 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

2.1292

CERONI

Dopo il comma 187 inserire il seguente:

«187-*bis*. Le somme residue conseguenti alla completa attuazione della programmanone relativa all'erogazione dei contributi a privati, prime abitazioni ed attività economiche previsti dall'Ordinanza del Presidente del Consiglio dei Ministri n. 3903 del 4 ottobre 2010, qualificate in complessivi euro 8 milioni sono versate, in deroga a quanto previsto dal penultimo periodo del comma 5-*bis* dell'articolo 5 della legge 24 febbraio 1992. n. 225, e successive modifiche e integrazioni alla contabilità speciale di cui all'ordinanza del Capo del Dipartimento della Protezione civile n. 203 del 14 novembre 2014».

2.1293

COMAROLI, DIVINA, BISINELLA, TOSATO, ARRIGONI

Sopprimere il comma 188.

2.1294

SERRA, MONTEVECCHI, BLUNDO, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Dopo il comma 188 inserire il seguente:

«188-*bis*. Dopo il comma 14-*ter* dell'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n. 183, inserire il seguente:

"14-*quater*. Per gli anni 2015 e 2016 nel saldo finanziario espresso in termini di competenza mista, individuato ai sensi del comma 3, rilevante ai fini della verifica del rispetto del patto di stabilità interno, non sono considerate le spese sostenute dalle province per interventi dì edilizia scolastica. In caso di incompleto utilizzo delle risorse da parte dei comuni di cui al comma 14-*ter*, per l'anno 2015, l'eventuale somma residua viene assegnata alle province. Le province beneficiarie dell'esclusione dal

patto di stabilità interno delle spese sostenute per interventi di edilizia scolastica e l'importo dell'esclusione stessa sono individuati, sentita la Conferenza Stato-Città ed autonomie locali, con decreto del Presidente del Consiglio dei Ministeri"».

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole:«ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 100 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016, 2017».

2.1295

COMAROLI, TOSATO

Sopprimere il comma 189.

2.1296

SAGGESE

Dopo il comma 191 sono inseriti i seguenti:

«191-*bis*. Nel saldo finanziario in termini di competenza mista, individuato ai sensi del comma 3 della legge 12 novembre 2011, n. 183, rilevante ai fini della verifica del rispetto del patto di stabilità interno, non sono considerate le risorse provenienti dallo Stato e le relative spese di parte corrente e in conto capitale sostenute, anche attraverso la contrazione di mutui, dalle regioni e dai comuni successivamente all'entrata in vigore del presente decreto, per fare fronte al fabbisogno finanziario derivante dall'attuazione della legge 23 gennaio 1992, n. 32, nei limiti delle risorse rese disponibili dall'articolo 1, comma 1013, della legge 27 dicembre 2006, n. 296, e dall'articolo 2, comma 115, della legge 24 dicembre 2007, n. 244, per un importo complessivo di 46,050 milioni di euro. L'esclusione delle spese opera anche se esse sono effettuate in più anni, purché nei limiti complessivi delle medesime risorse.

191-*ter*. Alla compensazione degli effetti in termini di indebitamento netto e di fabbisogno derivanti dall'attuazione del comma 191-*bis* del presente articolo si provvede mediante l'utilizzo delle risorse del fondo di cui all'articolo 6, comma 2, del decreto-legge 7 ottobre 2008, n. 154, convertito, con modificazioni, dalla legge 4 dicembre 2008, n. 189, e successive modificazioni».

2.1297

ZANONI, DEL BARBA, LO MORO, PEZZOPANE, BROGLIA, PAGLIARI, MARGIOTTA, BERTUZZI

Dopo il comma 193, inserire il seguente:

«193-*bis*. In considerazione del processo di attuazione della legge di riforma 7 aprile 2014, n. 56, le sanzioni di cui all'articolo 31, comma 26, della legge 12 novembre 2011, n. 183, non si applicano alle province e città metropolitane che non rispettano gli obiettivi del patto di stabilità interno per l'anno 2014».

Conseguentemente:

alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 105.000.000;

2016: ? 105.000.000;

2017: ?105.000.000;

alla Tabella A, voce Ministero delle politiche agricole*, alimentari e forestali, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;

2016: ? 5.000.000;

2017: ? 5.000.000;

alla Tabella A, voce Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;

2016: ? 5.000.000;

2017: ? 5.000.000;

alla Tabella A, voce Ministero della giustizia*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;

2016: ? 5.000.000;

2017: ? 5.000.000;

alla Tabella A, voce Ministero degli affari esteri*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;

2016: ? 5.000.000;

2017: ? 5.000.000.

2.1298

LIUZZI

Dopo il comma 193, aggiungere il seguente:

«193-*bis*. In considerazione del processo di attuazione della legge di riforma 7 aprile 2014, n. 56, la sanzione di cui all'articolo 31, comma 26, lettera *a)* della legge 12 novembre 2011, n. 183, non si applica alle province e città metropolitane che non rispettano il patto per l'anno 2014».

2.1299

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 193, inserire il seguente:

«193-*bis*. In considerazione del processo di attuazione della legge di riforma 7 aprile 2014, n. 56, la sanzione di cui all'articolo 31, comma 26, lettera *a)* della legge 12 novembre 2011, n. 183, non si applica alle province e città metropolitane che non rispettano il patto per l'anno 2014».

2.1300

CERONI, RAZZI

Dopo il comma 193, inserire il seguente:

«193-*bis*. In considerazione del processo di attuazione della legge di riforma 7 aprile 2014, n. 56, le sanzioni di cui all'articolo 31, comma 26, della legge 12 novembre 2011, n. 183, non si applicano alle province e città metropolitane che non rispettano il patto per l'anno 2014».

2.1301

PAGLIARI, BROGLIA, ZANONI, BERTUZZI

Dopo il comma 193, inserire il seguente:

«193-*bis*. In considerazione del processo di attuazione della legge di riforma 7 aprile 2014, n. 56, la sanzione di cui all'articolo 31, comma 26, lettera *a)* della legge 12 novembre 2011, n. 183, non si applica alle province e città metropolitane che non rispettano il patto per l'anno 2014».

Conseguentemente alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 100.000.000;

2016: ? 100.000.000;

2017: ? 100.000.000.

2.1302

CERONI

Dopo il comma 193, è inserito il seguente:

«193-*bis*. Per l'anno 2015, ai comuni maggiormente colpiti dagli eventi meteorologici dei mesi di ottobre e novembre 2014, da individuarsi mediante decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, di concerto con il Dipartimento della protezione civile da emanarsi entro il 10 gennaio 2015, non si considerano ai fini del patto di stabilità interno, per l'anno 2015, le spese sostenute dai predetti comuni mediante l'utilizzo di risorse proprie provenienti da erogazioni liberali e donazioni da parte di cittadini privati ed imprese e puntualmente finalizzate a fronteggiare le conseguenze di detti eventi, per un importo massimo complessivo di 10 milioni di euro. Il riparto dei maggiori spazi utilizzabili per le finalità di cui al periodo precedente è determinato con decreto Ministero dell'economia e delle finanze

previo accordo con la Conferenza Stato - Città ed autonomie locali entro il 31 marzo 2015».

2.1303

PELINO, GASPARRI

Al comma 193, dopo la lettera b)*, aggiungere la seguente:*

«*b-bis)* il comma 8-*quinquies* è soppresso».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 100.000.000;
2016: ? 100.000.000;
2017: ? 100.000.000.

2.1304

STUCCHI, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 193, aggiungere il seguente:

«193-*bis*. AI fine di favorire il processo di razionalizzazione delle pubbliche amministrazioni locali, nell'ambito della revisione della spesa pubblica, per i comuni con popolazione inferiore a 10.000 abitanti soggetti al rispetto delle disposizioni di cui all'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n. 183 e successive modifiche ed integrazioni, che gestiscono in economia o che abbiano iniziato l'esternalizzazione di Residenze sanitarie assistenziali in possesso di accredita mento regionale da almeno 10 anni, sono escluse, ai fini della determinzione degli obiettivi di saldo finanziario, le spese sostenute negli anni 2015, 2016 e 2017 per la gestione del servizio oggetto di esternalizzazione, nel limite dell'Importo complessivo di 8 milioni per ciascuno degli esercizi finanziari 2015, 2016 e 2017, fermo restando il concorso del comparto al raggiungimento degli obiettivi di finanza pubblica stabilito dalla legislazione vigente».

2.1305

STUCCHI, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 193, aggiungere il seguente:

«193-*bis*. AI fine di favorire il processo di razionalizzazione delle pubbliche amministrazioni locali, nell'ambito della revisione della spesa pubblica, per i comuni con popolazione inferiore a 10.000 abitanti soggetti al rispetto delle disposizioni di cui all'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n. 183, e successive modifiche ed integrazioni, che gestiscono in economia o che abbiano iniziato l'esternalizzazione di Residenze sanitarie assistenziali in possesso di accredita mento regionale da almeno 10 anni, è concessa la rimodulazione e il ricalcolo del saldo obiettivo del patto di stabilità interno per gli anni 2015, 2016 e 2017, fermo restando il concorso del comparto al raggiungimento degli obiettivi di finanza pubblica stabilito dalla legislazione vigente».

2.1306

SCALIA

Dopo il comma 193, inserire il seguente:

«193-*bis*. All'articolo 31 del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito con la legge 23 giugno 2014, n. 89, dopo il comma 5 aggiungere:

"5-*bis*. Le risorse di cui al comma 1, non assegnate alla data del 31 dicembre 2014, possono essere destinate al pagamento dei debiti maturati dagli enti e dalle società partecipati dagli enti locali. li pagamento concerne:

a) i debiti certi, liquidi ed esigibili alla data del 31 dicembre 2014;

b) i debiti per i quali sia stata emessa fattura o richiesta equivalente di pagamento entro il predetto termine;

c) i debiti fuori bilancio che presentavano i requisiti per il riconoscimento alla data del 31 dicembre 2014, anche se riconosciuti in bilancio in data successiva.

5-*ter*. Con decreto del Ministero dell'economia e delle finanze, da adottare entro il 31 gennaio 2015, sono stabiliti i criteri, i tempi e le modalità di concessione delle risorse di cui al comma 5-*bis*, anche sulla base della presentazione di richieste formulate direttamente da parte degli enti e società

partecipati».

2.1307

SPILABOTTE

Dopo il comma 193, aggiungere il seguente:

«193-*bis*. All'articolo 31 del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito con la legge 23 giugno 2014, n. 89, dopo il comma 5 aggiungere:

"6. Le risorse di cui al comma 1, non assegnate alla data del 31 dicembre 2014, possono essere destinate al pagamento dei debiti maturati dagli enti e dalle società partecipati dagli enti locali. Il pagamento concerne:

a) i debiti certi, liquidi ed esigibili alla data del 31 dicembre 2014;

b) i debiti per i quali sia stata emessa fattura o richiesta equivalente di pagamento entro il predetto termine;

c) i debiti fuori bilancio che presentavano i requisiti per il riconoscimento alla data del 31 dicembre 2014, anche se riconosciuti in bilancio in data successiva.

7. Con decreto del Ministero dell'economia e delle finanze, da adottare entro il 31 gennaio 2015, sono stabiliti i criteri, i tempi e le modalità di concessione delle risorse di cui al comma 6, anche sulla base della presentazione di richieste formulate direttamente da parte degli enti e società partecipati"».

2.1308

GASPARRI

Dopo il comma 193, aggiungere il seguente:

«193-*bis*. All'articolo 7, al comma 1, lettera *b)*, numero 4), capoverso "2-*bis*" secondo periodo, del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 novembre 2014, n. 164, le parole: "1.000 abitanti" sono sostituite con le seguenti: "3.000 abitanti"».

2.1309

STUCCHI

Dopo il comma 193, aggiungere il seguente:

«193-*bis*. In deroga alla normativa vigente, è autorizzata l'apertura del Casinò o Casa da gioco nel Comune di San Pellegrino Terme in Provincia di Bergamo».

2.1310

STUCCHI

Dopo il comma 193, aggiungere il seguente:

«193-*bis*. È attribuito un contributo di 20 milioni di euro per l'anno 2015 al Comune di San Pellegrino Terme in Provincia di Bergamo per la realizzazione dei lavori di restauro e recupero del complesso monumentale del Grand Hotel».

Conseguentemente, al comma 13 dell'articolo 1 sostituire la parola: «187,5 milioni» *con la seguente:* «167,5 milioni».

2.1311

DEL BARBA, SANGALLI

Dopo il comma 194 sono inseriti i seguenti:

«194-*bis*. Ai fini della sostenibilità finanziaria delle Camere di commercio a seguito della riduzione del diritto annuale disposta dall'articolo 28 del decreto-legge n. 90 del 2014 convertito nella legge n. 114 del 2014 il Ministro dello sviluppo economico, sentita l'Unioncamere, d'intesa con la Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le Regioni e le Province autonome di Trento e Bolzano e sulla base delle delibere eventualmente approvate ai sensi del comma 5 dell'articolo 1 delle legge n. 580 del 1993 e s.m.i., adotta entro il 31 marzo 2015 un decreto di accorpamento delle circoscrizioni territoriali delle Camere di commercio affinché sia garantito che in ciascuna Camera di commercio risultino iscritte o annotate nel registro delle imprese almeno 80.000 imprese e unità locali, garantendo la presenza di aimeno una Camera di commercio per regione e tenendo comunque conto delle specificità geo-economiche dei territori.

194-*ter*. Le procedure di rinnovo dei Consigli delle Camere di commercio nei cui registri delle,

imprese risultino iscritte o annotate meno di 80.000 imprese e unità locali non si avviano o se avviate vengono interrotte fino all'insediamento dei nuovi consigli. Gli organi in carica delle medesime Camere di commercio sono prorogati fino all'insediamento dei nuovi Consigli e comunque non oltre il 30 settembre 2015.

194-*quater*. Le Camere di commercio istituite a seguito di modifica delle circoscrizioni territoriali non sono tenute al versamento dei risparmi conseguiti ai sensi delle disposizioni relative al contenimento della spesa purché i risparmi dovuti siano destinati al sostegno dell'accesso al credito delle piccole e medie imprese e alle attività di promozione del territorio e dell'economia locale previste dalla legge. Per le Camere di commercio è assicurata la neutralità fiscale delle operazioni derivanti dai processi di accorpamento e dalla cessione di immobili e di partecipazioni».

Conseguentemente alla tabella A voce Ministero dell'economia e delle finanze*, ridurre gli importi:*

2015: ? 16.031.000;
2016: ? 16.031.000;
2017: ?16.031.000.

2.1312

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Dopo il comma 195, aggiungere i seguenti:

«195-*bis*. L'imposta municipale propria è istituita, a decorrere dall'anno 2015, e sostituisce, per la componente immobiliare, l'imposta sul reddito delle persone fisiche e le relative addizionali dovute in relazione ai redditi fondiari relativi ai beni non locati, e l'imposta comunale sugli immobili.

195-*ter*. L'imposta municipale propria ha per presupposto il possesso di immobili diversi dall'abitazione principale.

195-*quater*. L'imposta municipale propria non si applica al possesso dell'abitazione principale ed alle pertinenze della stessa. Si intende per effettiva abitazione principale l'immobile, iscritto o iscrivibile nel catasto edilizio urbano come unica unità immobiliare, nel quale il possessore dimora abitualmente e risiede anagraficamente. L'esclusione si applica alle pertinenze classificate nelle categorie catastali C/2, C/6 e C/7, nella misura massima di un'unità pertinenziale per ciascuna delle categorie catastali indicate, anche se iscritte in catasto unita mente all'unità ad uso abitativo. L'esclusione non si applica alle unità immobiliari classificate nelle categorie catastali A1, A8 e A9.

195-*quinquies*. L'imposta municipale propria ha per base imponibile il valore dell'immobile determinato ai sensi dell'articolo 5 del decreto legislativo 30 dicembre 1992, n. 504.

195-*sexies*. Nel caso di possesso di immobili non costituenti abitazione principale ai sensi del comma 3, l'imposta è dovuta annualmente in ragione di un'aliquota dello 0,76 per cento. La predetta aliquota può essere modificata con decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri, da emanare su proposta del Ministro dell'economia e delle finanze d'intesa con la Conferenza Stato-città ed autonomie locali, nel rispetto dei saldi di finanza pubblica, tenendo conto delle analisi effettuate dalla Commissione tecnica paritetica per l'attuazione dei federalismo fiscale ovvero, ove istituita, dalla Conferenza permanente per il coordinamento della finanza pubblica. I comuni possono, con deliberazione del consiglio comunale adottata entro il termine per la deliberazione del bilancio di previsione, modificare, in aumento o in diminuzione, sino a 0,3 punti percentuali, l'aliquota fissata dal primo periodo del presente comma, ovvero sino a 0,2 punti percentuali l'aliquota determinata ai sensi del comma 6. Nel caso di mancata emanazione della delibera entro il predetto termine, si applicano le aliquote di cui al primo periodo del presente comma ed al comma 6.

195-*septies*. Nel caso in cui l'immobile sia locato, l'aliquota di cui al comma 5, primo periodo, è ridotta alla metà.

195-*octies*. I comuni possono, con deliberazione del consiglio comunale, adottata entro il termine per la deliberazione del bilancio di previsione, prevedere che l'aliquota di cui al comma 5, primo

periodo, sia ridotta fino alla metà anche nel caso in cui abbia ad oggetto immobili non produttivi di reddito fondiario ai sensi dell'articolo 43 del citato testo unico di cui al decreto del Presidente della Repubblica n. 917 del 1986, ovvero nel caso in cui abbia ad oggetto immobili posseduti dai soggetti passivi dell'imposta sui reddito delle società. Nell'ambito della facoltà prevista dal presente comma, i comuni possono stabilire che l'aliquota ridotta si applichi limitatamente a determinate categorie di immobili.

195-*novies*. Soggetti passivi dell'imposta municipale propria sono il proprietario di immobili, inclusi i terreni e le aree edificabili, a qualsiasi uso destinati, ivi compresi quelli strumentali o alla cui produzione o scambio è diretta l'attività dell'impresa, ovvero il titolare di diritto reale di usufrutto, uso, abitazione, enfiteusi, superficie sugli stessi. Nel caso di concessione di aree demaniali, soggetto passivo è il concessionario. Per gli immobili, anche da costruire o in corso di costruzione, concessi in locazione finanziaria, soggetto passivo è il locatario a decorrere dalla data della stipula e per tutta la durata dei contratto.

195-*decies*. L'imposta è dovuta per anni solari proporzionalmente alla quota ed ai mesi dell'anno nei quali si è protratto il possesso; a tal fine il mese durante il quale il possesso si è protratto per almeno quindici giorni è computato per intero. A ciascuno degli anni solari corrisponde un'autonoma obbligazione tributaria.

195-*undecies*. I soggetti passivi effettuano il versamento dell'imposta dovuta al comune per l'anno in corso in due rate di pari importo, scadenti la prima il 16 giugno e la seconda il 16 dicembre. Resta in ogni caso nella facoltà del contribuente provvedere al versamento dell'imposta complessivamente dovuta in unica soluzione annuale da corrispondere entro il 16 giugno.

195-*duodecies*. A far data dai completamento dell'attuazione dei decreti legislativi in materia di adeguamento dei sistemi contabili adottati ai sensi dell'articolo 2, comma 2, lettera *h)*, della legge n. 42 del 2009, e successive modificazioni, e dell'articolo 2 della legge 31 dicembre 2009, n. 196, e comunque a partire dal 1º gennaio 2015, l'imposta è corrisposta con le modalità stabilite dal comune.

195-*terdecies*. Con regolamento adottato ai sensi dell'articolo 52 del citato decreto legislativo n. 446 del 1997, i comuni possono introdurre l'istituto dell'accertamento con adesione dei contribuente, sulla base dei criteri stabiliti dal citato decreto legislativo n. 218 del 1997, e gli altri strumenti di deflazione del contenzioso, sulla base dei criteri stabiliti dal citato decreto legislativo n. 218 del 1997, prevedendo anche che il pagamento delle somme dovute possa essere effettuato in forma rateale senza maggiorazione di interessi.

195-*quaterdecies*. Con uno o più decreti del Ministro dell'economia e delle finanze, sentita l'Associazione Nazionale Comuni Italiani sono approvati i modelli della dichiarazione, i modelli per il versamento, nonché di trasmissione dei dati di riscossione, distintamente per ogni contribuente ai comuni e al sistema informativo della fiscalità.

195-*quinquiesdecies*. Per l'accertamento, la riscossione coattiva, i rimborsi, le sanzioni, gli interessi ed il contenzioso si applicano gli articoli 10, comma 6, 11, commi 3, 4 e 5, 12, 14 e 15 del citato decreto legislativo n. 504 del 1992 e l'articolo 1, corami da 161 a 170, della citata legge n. 296 del 2006.

195-*sexiesdecies*. Sono esenti dall'imposta municipale propria gli immobili posseduti dallo, Stato, nonché gli immobili posseduti, nel proprio territorio, dalle regioni, dalle province, dai comuni, dalle comunità montane, dai consorzi fra detti enti, ove non soppressi, dagli enti del servizio sanitario nazionale, destinati esclusivamente ai compiti istituzionali. Si applicano, inoltre, le esenzioni previste dall'articolo 7, comma 1, lettere *b)*, *c)*, *d)*, *e)*, *f)*, *h)*, ed *i)* del citato decreto legislativo n. 504 del 1992. L'esenzione si applica altresì all'unità immobiliare posseduta a titolo di proprietà o di usufrutto da anziani o disabili che acquisiscono la residenza in istituti di ricovero o sanitari a seguito di ricovero permanente, a condizione che la stessa non risulti locata, all'unità immobiliare posseduta dai cittadini italiani non residenti nel territorio dello Stato a titolo di proprietà o di usufrutto in Italia, a condizione che, non risulti locata, nonché all'unità immobiliare di proprietà degli appartenenti alle Forze armate ed alle Forze dell'ordine a ordinamento militare e/o civile residenti per ragioni di servizio in altra località

o che siano inviati in missione all'estero, a condizione che non risulti locata. Non è dovuta l'imposta municipale propria relativa ai fabbricati rurali ad uso strumentale di cui al comma 8 del medesimo articolo 13 del decreto-legge n. 201 del 2011.

195-*septiesdecies*. L'imposta municipale propria relativa agli immobili strumentali è deducibile ai fini della determinazione del reddito di impresa e del reddito derivante dall'esercizio di arti e professioni nella misura del 20 per cento. La medesima imposta è indeducibile ai fini dell'imposta regionale sulle attività produttive.

195-*octiesdecies*. Il reddito agrario di cui all'articolo 32 del citato testo unico di cui al decreto del Presidente della Repubblica n. 917 del 1986, i redditi fondiari diversi da quelli cui si applica la cedolare secca di cui all'articolo 3, i redditi derivanti dagli immobili non produttivi di reddito fondiario ai sensi dell'articolo 43 del citato testo unico di cui al decreto del Presidente della Repubblica n. 917 del 1986, e dagli immobili posseduti dai soggetti passivi dell'imposta sul reddito delle società, continuano ad essere assoggettati alle ordinarie imposte erariali sui redditi.

195-*noviesdecies*. Sono abrogate a decorrere dal 1º gennaio 2015 le seguenti disposizioni:

a) i commi 2 e 3 dell'articolo 13 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201;

b) i commi da 639 a 706, e i commi 708, 709, 711, 712, 713, 715, 716, 717, 729 e 730 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2013, n. 147;

c) l'articolo 1 del decreto-legge, 6 marzo 2014, n. 16, convertito con modificazioni dalla legge 2 maggio 2014, n. 68;

d) il comma 12-*quater* dell'articolo 4 del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito con modificazioni dalla legge 23 giugno 2014, n. 89.

195-*vicies*. A decorrere dal 1º gennaio 2015 è ripristinato in tutti i comuni del territorio nazionale il tributo comunale sui rifiuti e sui servizi, di cui all'articolo 14 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201 convertito con modificazioni dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214. Con uno o più decreti del Ministro dell'economia e delle finanze, entro 120 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono emanati i criteri e le modalità per l'applicazione del tributo di cui al presente comma».

Conseguentemente ai relativi maggiori oneri si provvede a valere sulle seguenti maggiori risorse:

*a) dopo il comma 195-*vicies*, inserire i seguenti:*

«195-*vicies semel*. A decorrere dal 1º gennaio 2015, le amministrazioni pubbliche procedono agli acquisti dei beni e servizi esclusivamente tramite convenzioni con Consip Spa, al fine di garantire una riduzione delle relative spese pari ad almeno 2,3 miliardi di euro annui.

195-*vicies bis*. A decorrere dal 1º gennaio 2015, i bandi e i risultati delle gare relativi agli appalti pubblici di beni, servizi di valore eccedente i 200.000 euro sono pubblicati esclusivamente sui siti *internet* delle amministrazioni interessate. Dalle disposizioni di cui al presente comma devono derivare risparmi non inferiori a 0,2 miliardi di euro annui.

195-*vicies ter*. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze da adottare entro 30 giorni dall'entrata in vigore della presente legge sono definite tutte le iniziative necessarie a ridurre i costi della riscossione fiscale, in modo da assicurare risparmi non inferiori a 0,4 miliardi di euro annui a decorrere dall'anno 2015.

195-*vicies quater*. A decorrere dal 1º gennaio 2015, i trasferimenti dallo Stato ai comuni sono determinati sulla base dei fabbisogni *standard* al fine di conseguire minori spese almeno pari a 0,5 miliardi di euro annui.

195-*vicies quinquies*. Le misure di contenimento della spese sostenute per l'acquisto, la manutenzione, il noleggio e l'esercizio di autovetture, nonché per l'acquisto di buoni taxi di cui all'articolo 5, comma 2, del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95 convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, sono incrementate al fine di conseguire risparmi pari ad almeno 0,2 miliardi di euro annui a decorrere dall'anno 2015.

195-*vicies sexies*. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, di concerto con i ministri della giustizia, dell'interno, della difesa e delle politiche agricole, alimentari e forestali, da

adottare entro 120 giorni dall'entrata in vigore della presente legge sono individuate le misure di razionalizzazione e accorpamento dei corpi, di polizia a ordinamento militare e civile al fine di conseguire un risparmio di spesa di 0,8 miliardi di euro annui a decorrere dal 2015.

195-*vicies septies*. Con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri, sentita l'Agenzia per l'Italia digitale, da emanare entro 90 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, si provvede alla razionalizzazione dei centri di elaborazione dati delle amministrazioni centrali, e all'introduzione di sistemi di fatturazione e di pagamenti elettronici al fine di conseguire risparmi di spesa non inferiori a 1,1 miliardi di euro annui a decorrere dal 2015.

195-*duodetricies*. Con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri da emanare entro 120 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono individuate le modalità e i criteri con i quali procedere a una revisione della presenza territoriale delle Amministrazioni centrali sul territorio nazionale, anche con specifico riferimento alle prefetture ai comandi del Corpo nazionale dei vigili e fuoco e della Capitaneria di porto al fine di conseguire risparmi di spesa non inferiori a 0,3 miliardi di euro annui a decorrere dal 2015.

195-*undetricies*. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, di concerto con il Ministero dell'interno, da adottare entro 30 giorni dall'entrata in vigore della presente legge sono individuate le misure con le quali procedere ad una razionalizzazione delle comunità montane al fine di ottenere risparmi di spesa non inferiori a 0,1 miliardi di euro annui a decorrere dal 2015.

195-*tricies*. Al fine di assicurare il coordinamento della finanza pubblica, il contenimento della spesa, il buon andamento dell'azione amministrativa e la tutela della concorrenza e del mercato, le regioni, le province autonome di Trento e Bolzano, gli enti locali, le camere di commercio, le università e gli istituti di istruzione universitaria pubblici e le autorità portuali, a decorrere dal 1º gennaio 2015, avviano un processo di razionalizzazione delle società e delle partecipazioni societarie direttamente o indirettamente possedute, in modo da conseguire la riduzione delle stesse entro il 31 dicembre 2015. Dall'attuazione del presente comma devono derivare risparmi pari a 1,8 miliardi di euro annui a decorrere dal 2015.

195-*tricies semel*. A decorrere dal 1º gennaio 2015, i trasferimenti dallo Stato ai comuni sono determinati sulla base dei fabbisogni *standard* al fine di conseguire minori spese almeno pari a 0,5 miliardi di euro annui.

195-*tricies bis*. I risparmi derivanti dalle misure di cui al presente articolo conseguiti dagli enti territoriali e dagli enti e dalle istituzioni diverse dalle amministrazioni centrali sono versati entro il 30 settembre di ogni anno all'entrata del bilancio dello Stato»;

b) i commi da 9 a 12 sono soppressi;

c) dopo il comma 195-tricies bis*, inserire i seguenti:*

«195-*tricies ter*. Le disposizioni del presente articolo si applicano a:

a) le aziende speciali e le istituzioni delle amministrazioni pubbliche regionali e locali;

b) le società non quotate partecipate in via totalitaria da amministrazioni pubbliche regionali e locali;

c) le società non quotate partecipate dalle amministrazioni pubbliche regionali e locali che godano di affidamenti diretti;

d) le società non quotate controllate dalle amministrazioni pubbliche regionali e locali, che svolgono funzioni volte a soddisfare esigenze di interesse generale aventi carattere non industriale né commerciale;

e) le società non quotate controllate dalle amministrazioni pubbliche regionali e locali, che svolgano attività nei confronti della pubblica amministrazione a supporto di funzioni amministrative di natura pubblicistica.

195-*tricies quater*. A decorrere dall'esercizio 2015 i soggetti di cui al comma 1 concorrono alla realizzazione degli obiettivi di finanza pubblica perseguendo la sana gestione dei servizi secondo criteri di economicità e di efficienza e realizzando un saldo economico non negativo o coerente con il piano di rientro di cui al comma 10. Il saldo economico è rappresentato dal Margine Operativo lordo,

calcolato come differenza tra il totale dei valore della produzione e il totale dei costi per acquisti di materie prime, sussidiarie, di consumo e di merci, dei costi per servizi, dei costi per godimento dei beni di terzi, dei costi per il personale, delle variazioni delle rimanenze di materie prime, sussidiarie, di consumo e merci e degli oneri diversi di gestione. le istituzioni che adottano la contabilità finanziaria perseguono un saldo finanziario, come definito al comma 3 dell'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n. 183, pari a zero.

195-*tricies quinquies*. Ai fini della verifica del raggiungimento dell'obiettivo di cui ai commi 2 i soggetti di cui al comma 1 comunicano al Ministero dell'economia e delle finanze il saldo economico o finanziario conseguito e una dichiarazione sul rispetto o meno dei vincoli di cui al comma 2, sottoscritta dal rappresentante legale, dal responsabile del bilancio della società e dal collegio sindacale. Al bilancio di esercizio è allegata una certificazione recante le predette informazioni. Il mancato assolvimento di tali adempimenti è sanzionato ai sensi del comma 7, nonché del primo periodo del comma 8.

195-*tricies sexies*. Con decreto di natura non regolamentare del Ministro dell'economia e delle finanze, di concerto con i Ministri dell'interno e per i rapporti con le regioni, sentiti la Conferenza unificata di cui all'articolo 8 del decreto legislativo 28 agosto 1997, n. 281, e successive modificazioni, da emanarsi entro sessanta giorni dall'entrata in vigore della presente, legge, sono stabilite le modalità di attuazione dei commi 2, 3, 7 e 10.

195-*tricies septies*. La responsabilità del mancato raggiungimento dell'obiettivo di cui al comma 1 è attribuita ai soggetti di cui al comma 1 e agli enti partecipanti, soggetti al patto di stabilità interno, in proporzione alla quota di partecipazione. È fatto obbligo agli enti partecipanti di vigilare sugli adempimenti di cui al presente articolo, anche mediante il sistema dei controlli interni sulle società partecipate non quotate e sugli equilibri finanziari, di cui agli articoli 147, 147-*quater* e 147-*quinquies* del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267.

195-*tricies octies*. l'obiettivo annuale del patto di stabilità interno delle Regioni e degli enti locali partecipanti i soggetti di cui al comma 1 che non raggiungono gli obiettivi di cui al comma 2, nell'anno successivo a quello in cui risulta l'inadempienza, è peggiorato di un importo pari all'eccedenza rispetto al predetto obiettivo annuale non conseguito, in misura proporzionale alla quota di partecipazione. Il peggioramento dell'obiettivo opera anche qualora l'inadempimento sia accertato in anni successivi a quello della violazione, con riferimento all'anno di accertamento.

195-*tricies novies*. A decorrere dal 2015, i soggetti di cui al comma 1 che presentano un saldo economico negativo, nell'anno successivo:

a) non possono sostenere costi operativi in misura maggiore rispetto al calore medio dei costi registrati nel triennio precedente ridotti di un ammontare pari al valore del mancato conseguimento dell'obiettivo annuo;

b) non possono procedere ad assunzioni di personale a qualsiasi titolo e con qualsivoglia tipologia contrattuale, ivi compresi i rapporti di collaborazione a progetto, i contratti di somministrazione e ogni altra forma di lavoro flessibile.

195-*quadragies*. A decorrere dal 2015, i soggetti di cui al comma 1, che nell'anno precedente presentano un saldo economico negativo, procedono alla riduzione del 30 per cento del compenso dei componenti degli organi di amministrazione. Il conseguimento di un risultato economico negativo per due anni consecutivi rappresenta giusta causa ai fini della revoca degli amministratori in caso di ingiustificato mancato assolvimento degli adempimenti di cui al precedente periodo, gli amministratori degli enti partecipanti sono responsabili del conseguente danno erariale. Quanto previsto dal secondo e terzo periodo del presente comma non si applica ai soggetti il cui risultato economico, benché negativo, sia coerente con un piano di risanamento preventivamente approvato dall'ente controllante.

195-*quadragies semel*. Gli organi di revisione economico-finanziaria degli enti territoriali trasmettono annualmente una relazione sugli adempimenti e sui risultati conseguiti dai soggetti di cui al comma 1 alle competenti sezioni regionali di controllo della Corte dei conti, che segnalano tempestivamente agli enti partecipanti le situazioni idonee a determinare il mancato conseguimento

dell'obiettivo di cui al comma 2.

195-*quadragies bis*. I soggetti di cui al comma 1, il cui bilancio 2014 registri un saldo economico o finanziario negativo, sono tenuti a raggiungere un valore non negativo entro l'esercizio 2018, secondo un piano di rientro, da comunicare entro il 31 dicembre 2014, con le modalità definite dal decreto di cui al comma 4.

195-*quadragies ter*. A decorrere dall'esercizio 2018, in caso di risultato negativo per quattro dei cinque esercizi precedenti i soggetti di cui al comma 1, diversi dalle società che svolgono direttamente servizi pubblici locali sono posti in liquidazione entro sei mesi dalla data di approvazione del bilancio o rendiconto relativo all'ultimo esercizio. In caso di mancato avvio della procedura di liquidazione entro il predetto termine, i successivi atti di gestione sono nulli e la loro adozione comporta responsabilità erariale dei soci, (*ex* comma 555).

195-*quadragies quater*. In relazione alle società a partecipazione comunale rientranti nell'obbligo di cui all'articolo 14, comma 32, decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito dalla legge 30 luglio 2010, n. 122, rispetto alle quali non è stata data attuazione alle prescrizioni contenute nelle medesime disposizioni, dalla data di entrata in vigore della legge di conversione del presente decreto-legge, e fino al completo adempimento degli obblighi previsti, è fatto divieto di corrispondere ogni tipo di emolumento ai componenti dei relativi consigli di amministrazione.

195-*quadragies quinquies*. Il comma 5-*bis* dell'articolo 114 del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, è sostituito dal seguente: "5-*bis*. Le aziende speciali e le istituzioni si iscrivono e depositano i propri bilanci al registro delle imprese o nel repertorio delle notizie economico-amministrative della camera di commercio, industria, artigianato e agricoltura del proprio territorio entro il 31 maggio di ciascun anno. L'Unioncamere trasmette al Ministero dell'economia e delle finanze, entro il 30 giugno, l'elenco delle predette aziende speciali e istituzioni ed i relativi dati di bilancio. Alle aziende speciali ed alle istituzioni si applicano le disposizioni del codice di cui al decreto legislativo 12 aprile 2006, n. 163, nonché le disposizioni che stabiliscono, a carico degli enti locali: divieto o limitazioni alle assunzioni di personale, contenimento degli oneri contrattuali e delle altre voci di natura retributiva o indennitaria e per consulenza anche degli amministratori; obblighi e limiti alla partecipazione societaria degli enti locali. Gli enti locali vigilano sull'osservanza del presente comma da parte dei soggetti indicati ai periodi precedenti".

195-*quadragies sexies*. All'articolo 6, decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito dalla legge 30 luglio 2010, n. 122, dopo, il comma 19, sono aggiunti i seguenti commi:

"19-*bis*. Con esclusione delle società direttamente eroganti servizi di pubblico interesse, dall'esercizio finanziario 2014, le amministrazioni di cui al comma precedente non possono, comunque, procedere alla sottoscrizione dell'aumento di capitale ai sensi dell'articolo 2447 del codice civile. In relazione alle società servizi di pubblico interesse si applicano le disposizioni di cui al comma 19.

19-*ter*. Le disposizioni di cui ai commi 19 e 19-*bis* si applicano anche in relazione alle partecipazioni possedute nei consorzi,".

195-*quadragies septies*. Le disposizioni di cui al regio decreto 16 marzo 1942, n. 267 si intendono riferite anche alle società a partecipazione pubblica, che esercitano, una attività commerciale ai sensi dell'articolo 2195 del codice civile. Le suddette disposizioni non si applicano alle società a partecipazione pubblica previste come necessarie dalla legge. Fatto salvo quanto previsto ai periodi precedenti, deve essere sempre assicurata la piena ed efficace continuità nella prestazione di servizi di pubblico interesse.

195-*quadragies octies*. Sono soppressi:

a) l'ultimo periodo dell'articolo 18, comma 2-*bis*, del decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112 convertito dalla legge 6 agosto 2003, n. 133;

b) i commi da 550 a 562 dell'articolo 1 della legge 23 dicembre 2013, n. 147, ad eccezione della lettera *a)* del comma 559.

195-*quadragies novies*. Sono escluse dai vincoli del patto di stabilità interno le spese per

investimenti infrastrutturali effettuate dalle amministrazioni pubbliche regionali o locali, utilizzando le risorse derivanti dalla dismissione delle partecipazioni dalle stesse detenute nelle società di cui al comma 1. L'esclusione delle spese opera anche se esse sono effettuate in più anni, purché nei limiti complessivi delle medesime risorse»;

d) al medesimo articolo 2, dopo il comma 39, inserire i seguenti:

«39-*bis*. Ai fini della valorizzazione del patrimonio dello Stato e dell'abbattimento del debito pubblico è costituita la società per azioni denominata fondo immobiliare Italia' S.p.A. con capitale sociale iniziale di 1 milione di euro interamente sottoscritto dal ministero dell'economia e delle finanze. Successivi aumenti di capitale sociale sono attuati secondo quanto previsto dai . successivi commi 2 e 3. La fondo immobiliare Italia S.p.A. può collocare titoli obbligazionari sui mercato.

39-*ter*. Con contratto preliminare di vendita, secondo prezzi e modalità di pagamento concordate, lo Stato trasferisce alla Cassa depositi e prestiti propri beni e diritti disponibili e non strategici per un controvalore di 400 miliardi di euro. Alla Cassa depositi e prestiti medesima viene altresì dato mandato di conferire alla società per azioni fondo immobiliare Italia' il contratto preliminare di vendita di cui al precedente periodo a fronte di un aumento del capitale sociale pari al valutazione del medesimo contratto preliminare secondo le ordinarie regole stabilite dall'articolo 2343 del codice civile.

39-*quater*. La fondo immobiliare Italia S.p.A., successivamente al conferimento da parte di Cassa depositi e prestiti previsto al precedente comma 2, delibera un aumento di capitale pari a non meno di un quarto del valore periziato dei beni e diritti oggetto del contratto preliminare di vendita indicato dal precedente comma 2. La sottoscrizione delle quote del fondo immobiliare Italia' è aperta al soggetti privati italiani ed esteri operanti nel settore bancario e finanziario.

39-*quinquies*. Per acquistare a titolo definitivo i beni e diritti dello Stato da valorizzare, già oggetto del contratto preliminare di cui al comma 2, fondo immobiliare Italia S.p.A. emette e colloca sul mercato obbligazioni a scadenza non inferiore a Cinque anni, prive della garanzia dello Stato, con *warrant* negoziabile separatamente.

39-*sexies*. Il ministro dell'economia e delle finanze con proprio decreto da emanarsi entro tre mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge stabilisce le modalità attuative del presente articolo, con particolare riguardo allo statuto di funzionamento della società, alle modalità attuative riguardanti la sottoscrizione del capitale del fondo immobiliare da parte di operatori bancari e finanziari privati, e ai requisiti richiesti ai predetti operatori bancari e finanziari per la partecipazione al capitale del fondo. Il ministero dell'economia e delle finanze partecipa al capitale del fondo immobiliare Italia con una propria quota non superiore al 10 per cento del totale. I corrispettivi derivanti dalla cessione dei beni e diritti dello Stato sono destinati esclusivamente alla riduzione del debito pubblico»;

all'articolo 1, sopprimere il comma 132;

all'articolo 2, dopo il comma 253, aggiungere il seguente:

«253-*bis*. Nell'attuazione del Patto per la salute di cui al presente articolo devono essere individuate le misure necessarie a garantire l'introduzione dei costi *standard* nel comparto della sanità. Dall'attuazione del presente comma devono derivare risparmi pari a 0,8 miliardi di euro annui a decorrere dal 2015».

Alla Tabella A la voce Ministero dell'Economia*, è ridotta di 1 milione per l'anno 2015;*

all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per, un importo pari a 500 milioni di euro per l'anno 2015 e a 140 milioni di euro annui a decorrere dal 2016».

2.1313

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 195, inserire il seguente:

«195-*bis*. Al fine di garantire l'esercizio delle funzioni amministrative fino alla completa emanazione dei provvedimenti previsti dalla legge 7 aprile 2014, n. 56, le Province e le Città

metropolitane sono autorizzate a sospendere in tutto o in parte, per un periodo massimo di un triennio, decorrente dall'esercizio 2015, il pagamento delle rate di ammortamento in conto capitale ed in conto interessi dei mutui in corso con la Cassa depositi e Prestiti.

195-*ter*. L'autorizzazione alla sospensione viene concessa con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, da emanare entro trenta giorni dall'entrata in vigore della presente legge dall'inoltro mediante posta elettronica certificata, da parte della Provincia o Città metropolitana interessata, di apposita richiesta, corredata da prospetto dimostrativo sottoscritto dal presidente dell'ente, dal segretario generale, dai responsabile dei servizi finanziari nonché dai componenti dei collegio dei revisori.

195-*quater*. I modelli della richiesta e dei prospetto dimostrativo vengono approvati con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze da emanare, sentita la Conferenza Stato Città Autonomie locali, entro trenta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge.

195-*quinquies*. L'ammortamento dei mutui sospesi riprende a decorrere dalla scadenza del periodo di sospensione, nel corso del quale le Province e le Città metropolitane corrispondono all'istituto mutuante, in rate semestrali scadenti al 30 giugno e al 31 dicembre di ciascuna delle annualità di sospensione, l'importo degli interessi dovuti sull'ammontare complessivo delle rate sospese, calcolato nella misura dell'1 per cento annuo dell'ammontare medesimo, come stabilito dal decreto 30 maggio 2014, del Ministro dell'economia e delle finanze».

2.1314

LANGELLA

Dopo il comma 195, inserire i seguenti:

«195-bis. Al fine di garantire l'esercizio delle funzioni amministrative fino alla completa emanazione dei provvedimenti previsti dalla legge 7 aprile 2014, n. 56, le Province e le Città metropolitane sono autorizzate a sospendere in tutto o in parte, per un periodo massimo di un triennio, decorrente dall'esercizio 2015, il pagamento delle rate di ammortamento in conto capitale ed in conto interessi dei mutui in corso con la Cassa depositi e Prestiti.

195-*ter*. L'autorizzazione alla sospensione viene concessa con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, da emanare entro trenta giorni dall'entrata in vigore della presente legge dall'inoltro mediante posta elettronica certificata, da parte della Provincia o Città metropolitana interessata, di apposita richiesta, corredata da prospetto dimostrativo sottoscritto dal presidente dell'ente, dal segretario generale, dal responsabile dei servizi finanziari nonché dai componenti del collegio dei revisori.

195-*quater*. I modelli della richiesta e del prospetto dimostrativo vengono approvati con decreto del ministro dell'economia e delle finanze da emanare, sentita la Conferenza Stato Città Autonomie locali, entro trenta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge.

195-*quinquies*. L'ammortamento dei mutui sospesi riprende a decorrere dalla scadenza del periodo di sospensione, nel corso del quale le Province e le Città metropolitane corrispondono all'istituto mutuante, in rate semestrali scadenti al 30 giugno e al 31 dicembre di ciascuna delle annualità di sospensione, l'importo degli interessi dovuti sull'ammontare complessivo delle rate sospese, calcolato nella misura . dell'1 per cento annuo dell'ammontare medesimo, come stabilito dal decreto 30 maggio 2014, del ministro dell'economia e delle finanze».

2.1315

CERONI, RAZZI

Dopo il comma 195, inserire i seguenti:

«195-*bis*. Al fine di garantire l'esercizio delle funzioni amministrative fino alla completa emanazione dei provvedimenti previsti. dalla legge 7 aprile 2014, n. 56, le Province e le Città metropolitane sono autorizzate a sospendere in tutto o in parte, per un periodo massimo di un triennio, decorrente dall'esercizio 2015, il pagamento delle rate di ammortamento in conto capitale ed in conto interessi dei mutui in corso con la Cassa depositi e Prestiti.

195-*ter*. L'autorizzazione alla sospensione, viene concessa con decreto del Ministro dell'economia

e delle finanze, da emanare entro trenta giorni dall'entrata in vigore della presente legge dall'inoltro mediante posta elettronica certificata, da parte della Provincia o Città metropolitana interessata, di apposita richiesta, corredata da prospetto dimostrativo sottoscritto dal presidente dell'ente, dal segretario generale, dal responsabile dei servizi finanziari nonché dai componenti del collegio dei revisori.

195-*quater*. I modelli della richiesta e del prospetto dimostrativo vengono approvati con decreto del ministro dell'economia e delle finanze da emanare, sentita la Conferenza Stato Città Autonomie locali, entro trenta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge.

195-*quinquies*. L'ammortamento dei mutui sospesi riprende a decorrere dalla scadenza del periodo di sospensione, nel corso del quale le Province e le Città metropolitane corrispondono all'istituto mutuante, in rate semestrali scadenti al 30 giugno e al 31 dicembre di ciascuna delle annualità di sospensione, l'importo degli interessi dovuti sull'ammontare complessivo delle rate sospese, calcolato nella misura dell'1 per cento annuo dell'ammontare medesimo, come stabilito dal decreto 30 maggio 2014, del ministro dell'economia e delle finanze».

2.1316

LIUZZI

Dopo il comma 195, aggiungere i seguenti:

«195-*bis*. Al fine di garantire l'esercizio delle funzioni amministrative fino alla completa emanazione dei provvedimenti previsti dalla legge 7 aprile 2014, n. 56, le Province e le Città metropolitane sono autorizzate a sospendere in tutto o in parte, per un periodo massimo di un triennio, decorrente dall'esercizio 2015, il pagamento delle rate di ammortamento in conto capitale ed in conto interessi dei mutui in corso con la Cassa depositi e Prestiti.

195-*ter*. L'autorizzazione alla sospensione viene concessa con decreto dei Ministro dell'economia e delle finanze, da emanare entro trenta giorni dall'entrata in vigore della presente legge dall'inoltro mediante posta elettronica certificata, da parte della Provincia o Città metropolitana interessata, di apposita richiesta, corredata da prospetto dimostrativo sottoscritto dal presidente dell'ente, dal segretario generale, dal responsabile dei servizi. finanziari nonché dai componenti del collegio dei revisori.

195-*quater*. I modelli della richiesta e del prospetto dimostrativo vengono approvati con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze da emanare, sentita la Conferenza Stato Città Autonomie locali, entro trenta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge.

195-*quinquies*. L'ammortamento dei mutui sospesi riprende a decorrere dalla scadenza del periodo di sospensione, nel corso del quale le Province e le Città metropolitane corrispondono all'istituto mutuante, in rate semestrali scadenti al 30 giugno e ai 31 dicembre di ciascuna delle annualità di sospensione, l'importo degli interessi dovuti sull'ammontare complessivo delle rate sospese, calcolato nella misura dell'1 per cento annuo dell'ammontare medesimo, come stabilito dal decreto 30 maggio 2014, del Ministro dell'economia e delle finanze».

2.1317

ZANONI, DEL BARBA, LO MORO, PEZZOPANE, BROGLIA, PAGLIARI, MARGIOTTA, BERTUZZI

Dopo il comma 195, inserire i seguenti:

«195-*bis*. Al fine di garantire l'esercizio delle funzioni amministrative fino alla completa emanazione dei provvedimenti previsti dalla legge 7 aprile 2014, n. 56, le Province e le Città metropolitane sono autorizzate a sospendere in tutto o in parte, per un periodo massimo di un triennio, decorrente dall'esercizio 2015, il pagamento delle rate di ammortamento in conto capitale ed in conto interessi dei mutui in corso con la Cassa depositi e Prestiti.

195-*ter*. L'autorizzazione alla sospensione viene concessa con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, da emanare entro trenta giorni dall'inoltro mediante posta, elettronica certificata, da parte della Provincia o Città metropolitana interessata, di apposita richiesta, corredata da prospetto dimostrativo sottoscritto dal presidente dell'ente, dal segretario generale, dal responsabile dei servizi

finanziari nonché dai componenti del collegio dei revisori.

195-*quater*. I modelli della richiesta e del prospetto dimostrativo vengono approvati con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, sentita la Conferenza Stato Città Autonomie locali, da emanare entro trenta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge.

195-*quinquies*. L'ammortamento dei mutui sospesi riprende a decorrere dalla scadenza del periodo di sospensione, nel corso del quale le Province e le Città metropolitane corrispondono all'istituto mutuante, in rate semestrali scadenti al 30 giugno e al 31 dicembre di ciascuna delle annualità. di sospensione, l'importo degli interessi dovuti sull'ammontare complessivo delle rate sospese, calcolato nella misura dell'1 per cento annuo dell'ammontare medesimo, come stabilito dal decreto 30 maggio 2014 del Ministro dell'economia e delle finanze».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 21, lettera g)*, sostituire la parola:* «triplo»*, con la seguente:* «quadruplo».

2.1318

PAGLIARI, BROGLIA, ZANONI, BERTUZZI

Dopo il comma 195, inserire i seguenti:

«195-*bis*. Al fine di garantire l'esercizio delle funzioni amministrative fino alla completa emanazione dei provvedimenti previsti dalla legge 7 aprile 2014, n. 56, le Province e le Città metropolitane sono autorizzate a sospendere in tutto o in parte, per un periodo massimo di un triennio, decorrente dall'esercizio 2015, il pagamento delle rate di ammortamento in conto capitale ed in conto interessi dei mutui in corso con la Cassa depositi e Prestiti.

195-*ter*. L'autorizzazione alla sospensione viene concessa con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, da emanare entro trenta giorni dall'entrata in vigore della presente legge dall'inoltro mediante posta elettronica certificata, da parte della Provincia o Città metropolitana interessata, di apposita richiesta, corredata da prospetto dimostrativo sottoscritto dal presidente dell'ente, dal segretario generale, dal responsabile dei servizi finanziari nonché dai componenti del collegio dei revisori.

195-*quater*. I modelli della richiesta e del prospetto dimostrativo vengono approvati con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze da emanare, sentita la Conferenza Stato Città Autonomie locali, entro trenta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge.

195-*quinquies*. L'ammortamento dei mutui sospesi riprende a decorrere dalla scadenza del periodo di sospensione, nel corso del quale le Province e le Città metropolitane corrispondono all'istituto mutuante, in rate semestrali scadenti al 30 giugno e al 31 dicembre di ciascuna delle annualità di sospensione, l'importo degli interessi dovuti sull'ammontare complessivo delle rate sospese, calcolato nella misura dell'1 per cento annuo dell'ammontare medesimo, come stabilito dal decreto 30 maggio 2014, del Ministro dell'economia e delle finanze».

2.1319

BROGLIA, VACCARI, LO GIUDICE, GUERRA, SANGALLI

Dopo il comma 195, inserire il seguente:

«195-*bis*. Al fine di agevolare la ripresa delle attività e consentire l'attuazione dei piani per la ricostruzione e per il ripristino dei danni causati dagli eccezionali eventi sismici del 20 e 29 maggio 2012, si dispone che:

a) per l'anno 2015 gli obiettivi del patto di stabilità interno dei Comuni e delle province delle Regioni Emilia-Romagna, Lombardia e Veneto individuati ai sensi dell'articolo 1, comma 1, del decreto-legge 6 giugno 2012, n. 74, convertito, con modificazioni, dalla legge 1º agosto 2012, n. 122, e dall'articolo 67-*septies* del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 134, sono ridotti con le procedure previste dai precedenti commi 19 e seguenti, nei limiti di 30,5 milioni di euro per gli enti locali della regione Emilia-Romagna e di 2,5 milioni di euro per gli enti locali di ciascuna delle regioni Lombardia e Veneto. Ai fini dell'attuazione della presente disposizione, le predette regioni non peggiorano con testualmente il proprio obiettivo di patto;

b) i Comuni e le Province di cui alla lettera *a)*, qualora ottengano un saldo positivo superiore

all'obiettivo del patto di stabilità interno dell'anno 2014 sono autorizzati ad utilizzare tale eccedenza come riduzione del proprio saldo obiettivo di Patto di Stabilità per l'anno 2015, al fine di agevolare la ripresa delle funzioni delle amministrazioni comunali e consentire l'attuazione dei piani per la ricostruzione e per il ripristino dei danni causati dagli eccezionali eventi sismici del 20 e 29 maggio 2012;

c) siano esclude dal patto di stabilità interno, per l'anno 2015, le spese sostenute dai comuni delle Regioni di cui all'articolo 1, comma 1, del decreto-legge 10 ottobre 2012, n. 174, con risorse proprie provenienti da erogazioni liberali e donazioni da parte di cittadini privati ed imprese e puntualmente finalizzate a fronteggiare gli eccezionali eventi sismici e la ricostruzione, per un importo massimo complessivo di 10 milioni di euro. L'ammontare delle spese da escludere dal patto di stabilità interno ai sensi del periodo precedente è determinato dalla regione Emilia-Romagna nei limiti di 9 milioni di euro e dalle regioni Lombardia e Veneto nei limiti di 0,5 milioni di euro per ciascuna regione per ciascun anno. Le regioni comunicano al Ministero dell'economia e delle finanze e ai comuni interessati, entro il 30 giugno 2015, gli importi di cui al periodo precedente».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 45.500.000;

2016: ?;

2017: ?.

2.1320

BROGLIA, VACCARI

Dopo il comma 195, inserire i seguenti:

«195-*bis*. Al fine di agevolare la ripresa delle attività e consentire l'attuazione dei piani per la ricostruzione e per il ripristino dei danni causati dagli eccezionali eventi sismici del 20 e 29 maggio 2012, per l'anno 2015 gli obiettivi del patto di stabilità interno dei comuni e delle province individuati ai sensi dell'articolo 1, comma 1, del decreto-legge 6 giugno 2012, n. 74, convertito, con modificazioni, dalla legge 1º agosto 2012, n. 122, e dall'articolo 67-*septies* del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 134, sono ridotti con le procedure previste procedure previste dall'articolo 2, commi da 181 a 184, nei limiti di 30,5 milioni di euro per gli enti locali della regione Emilia-Romagna e di 2,5 milioni di euro per gli enti locali di ciascuna delle regioni Lombardia e Veneto. Ai fini dell'attuazione della presente disposizione, le regioni Emilia-Romagna, Lombardia e Veneto non peggiorano contestualmente il proprio obiettivo di patto.

195-*ter*. È disposta l'esclusione dal patto di stabilità interno, per l'anno 2015, delle spese sostenute dai comuni di cui al comma 195-*bis*, con risorse proprie provenienti da erogazioni liberali e donazioni da parte di cittadini privati ed imprese e puntualmente finalizzate a fronteggiare gli eccezionali eventi sismici e la ricostruzione, per un importo massimo complessivo di 10 milioni di euro. L'ammontare delle spese da escludere dal patto di stabilità interno ai sensi del periodo precedente è determinato dalla regione Emilia-Romagna nei limiti di 9 milioni di euro e dalle regioni Lombardia e Veneto nei limiti di 0,5 milioni di euro per ciascuna regione per ciascun anno. Le regioni comunicano al Ministero dell'economia e delle finanze e ai comuni interessati, entro il 30 giugno 2015, gli importi di cui al periodo precedente.

195-*quater*. Il pagamento delle rate scadenti nell'esercizio 2015 dei mutui concessi dalla Cassa depositi e prestiti S.p.A. ai comuni di cui al decreto del Ministro dell'economia e delle finanze 1º giugno 2012, pubblicato nella Gazzetta Ufficiale n. 130 del 6 giugno 2012, e successive modificazioni, e all'articolo 67-*septies* del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 134, e successive modificazioni, nonché alle province dei predetti comuni, trasferiti al Ministero dell'economia e delle finanze in attuazione dell'articolo 5, commi 1 e 3, del decreto-legge 30 settembre 2003, n. 269, convertito, con modificazioni, dalla legge 24 novembre 2003, n. 326, non ancora effettuato alla data di entrata in vigore del presente comma, è differito; senza

applicazione di sanzioni e interessi, al terzo ,anno immediatamente successivo alla data di scadenza del periodo di ammortamento, sulla base della periodicità di pagamento prevista nei provvedimenti e nei contratti, regolanti i mutui stessi. il presente comma entra in vigore alla data di pubblicazione della presente legge nella Gazzetta Ufficiale. Ai relativi oneri, pari a 12,5 milioni di euro per l'anno 2015, a 6 milioni di euro per l'anno 2016 e a 6 milioni di euro per l'anno 2017, si provvede con le risorse di cui alle contabilità speciali di cui all'articolo 2, comma 6, del decreto-legge 6 giugno 2012, n. 74, convertito, con modificazioni, dalla legge 10 agosto 2012, n. 122, che sono versate all'entrata del bilancio dello Stato.

23-*quinquies*. All'articolo 1, comma 356, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, le parole: "all'anno immediatamente successivo" sono sostituite da: "al secondo anno immediatamente successivo" e le parole: "5,3 milioni di euro per l'anno 2015" sono sostituite dalle seguenti: "12,1 milioni di euro per l'anno 2015 e 6 milioni di euro per l'anno 2016"».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 45.500.000;

2016: ?;

2017: ?.

2.1321

VACCARI, BROGLIA, LO GIUDICE, GUERRA, SANGALLI

Dopo il comma 195, inserire il seguente:

«195-*bis*. È disposta l'esclusione dal patto di stabilità interno, l'anno 2015, delle spese sostenute dai comuni, della Regione Emilia-Romagna, di cui all'articolo 1, comma 1, del decreto-legge 10 ottobre 2012, n. 174, con risorse proprie provenienti da erogazioni liberali e donazioni da parte di cittadini privati ed imprese e puntualmente finalizzate a fronteggiare gli eccezionali eventi sismici e la ricostruzione, per un importo massimo complessivo di 10 milioni di euro. L'ammontare delle spese da escludere dal patto di stabilità interno ai sensi del periodo precedente è determinato dalla regione Emilia-Romagna nei limiti di 9 milioni di euro e dalle regioni Lombardia e Veneto nei limiti di 0,5 milioni di euro per ciascuna regione per ciascun anno. Le regioni comunicano al Ministero dell'economia e delle finanze e ai comuni interessati, entro il 30 giugno 2015, gli importi di cui al periodo precedente».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 10.000.000;

2016: ? ;

2017: ? .

2.1322

CALEO, VATTUONE

Dopo il comma 195, aggiungere il seguente:

«195-*bis*. È disposta l'esclusione dal patto di stabilità interno, per l'anno 2015, delle spese sostenute dai Comuni colpiti dagli eventi mete reologici del 10 ? 14 ottobre 2014, individuati nel decreto del Ministro dell'Economia e delle Finanze in data 20 ottobre 2014, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* del 22 ottobre 2014, n. 246, con risorse proprie provenienti da erogazioni liberali e donazioni da parte di cittadini privati ed imprese e puntualmente finalizzate a fronteggiare le conseguenze di detti eventi, per un importo massimo complessivo di 10 milioni di euro. Il riparto dei maggiori spazi utilizzabili per le finalità di cui al periodo precedente è determinato con decreto Ministero dell'economia e delle finanze previo accordo con la Conferenza Stato ? Città ed autonomie locali entro il 31 gennaio 2015».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 10.000.000;

2016: ? 10.000.000;
2017: ?10.000.000.

2.1323

VACCARI, BROGLIA, LO GIUDICE, GUERRA, SANGALLI

Dopo il comma 195 inserire il seguente:

«195-*bis*. Al fine di agevolare la ripresa delle attività e consentire l'attuazione dei piani per la ricostruzione e per il ripristino dei danni causati dagli eccezionali eventi sismici del 20 e 29 maggio 2012, per l'anno 2015 gli obiettivi del patto di stabilità interno dei comuni e delle province delle Regioni Emilia-Romagna, Lombardia e Veneto individuati ai sensi dell'articolo 1, comma 1, del decreto-legge 6 giugno 2012, n. 74, convertito, con modificazioni, dalla legge 1º agosto 2012, n. 122, e dall'articolo 67-septies del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 134, sono ridotti con le procedure previste dai precedenti commi 19 e seguenti, nei limiti di 30,5 milioni di euro per gli enti locali della regione Emilia-Romagna e di 2,5 milioni di euro per gli enti locali di ciascuna delle regioni Lombardia e Veneto. Ai fini dell'attuazione della presente disposizione, le predette regioni non peggiorano contestualmente il proprio obiettivo di patto».

Conseguentemente, alla Tabella A voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 35.500.000;
2016: ? ;
2017: ? .

2.1324

CALEO, VATTUONE

Dopo il comma 195, aggiungere il seguente:

«195-*bis*. Per ciascuno degli anni dal 2015 al 2019, nell'ambito delle incentivazioni statali a sostegno degli investimenti locali, è riservata la somma di 20 milioni di euro per la copertura degli oneri di mutui accesi dai Comuni alluvionati allo scopo di attivare interventi di risanamento idrogeologico e ambientale per la messa in sicurezza del territorio e la prevenzione dei rischi idrogeologici. Le modalità del sostegno statale sono determinate con decreto del Ministero dell'economia e delle finanze».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 20.000.000;
2016: ? 20.000.000;
2017: ? 20.000.000.

All'articolo 1, comma 132, sostituire le parole: «di 191 milioni di euro per l'anno 2018, di 199.5 milioni di euro per l'anno 2019» con le seguenti: «di 171 milioni di euro per l'anno 2018, di 179,5 milioni di euro per l'anno 2019»

2.1325

CALEO, VATTUONE

Dopo il comma 195, aggiungere il seguente:

«195-*bis*. In considerazione delle esigenze di spesa dovute agli eventi alluvionali dell'ottobre 2014, è sospesa per il quinquennio 2015-2019 l'applicazione ai Comuni della disposizione di cui al comma 11 dell'art. 56-*bis* del decreto-legge n. 69 del 2013 convertito in legge con la legge 9 agosto 2013, n. 98; conseguentemente i Comuni alluvionati non sono tenuti per il quinquennio 2015-2019 a destinare al Fondo per l'ammortamento dei titoli di Stato, né ad altri scopi di riduzione del debito, il 10 per cento delle risorse nette derivanti dall'alienazione dell'originario patrimonio immobiliare disponibile».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 10.000.000;
2016: ? 10.000.000;
2017: ? 10.000.000.

2.1326

CALEO, VATTUONE

Dopo il comma 195, aggiungere il seguente:

«195-*bis*. In considerazione delle esigenze di spesa dovute agli eventi alluvionali dell'ottobre 2014, i Comuni alluvionati, per gli anni 2015, 2016 e 2017 hanno facoltà di utilizzare le entrate derivanti dal plusvalore realizzato con l'alienazione di beni patrimoniali, inclusi i beni immobili, per spese, aventi carattere non permanente, connesse alle finalità di cui all'articolo 187, comma 2, del testo unico di cui al decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 10.000.000;
2016: ? 10.000.000;
2017: ? 10.000.000.

2.1327

CALEO, VATTUONE

Dopo il comma 195, aggiungere il seguente:

«195-*bis*. Per i Comuni della Regione Liguria colpiti dagli eventi alluvionali dell'ottobre 2014, ai fini dell'assestamento di bilancio di cui all'articolo 175 del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, le relative variazioni possono essere deliberate entro il 31 dicembre 2014».

2.1328

CALEO, VATTUONE

Dopo il comma 195, aggiungere il seguente:

«195-*bis*. Alla legge 12 novembre 2011, n. 183, inserire alla fine del comma 7 dell'art. 31, il seguente periodo:

"Nel saldo finanziario in termini di competenza mista, individuato ai sensi del comma 3, rilevante ai fini della verifica del rispetto del patto di stabilità interno, non sono considerate le spese di parte corrente e in conto capitale sostenute dai Comuni per fronteggiare i danni provocati dagli eventi meteorologici del 10-14 ottobre 2014 individuati nel decreto del Ministro dell'Economia e delle Finanze in data 20 ottobre 2014, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* del 22 ottobre 2014, n. 246. l'esclusione delle spese opera anche se esse sono effettuate in più anni, purché attestata da una dichiarazione del Sindaco"».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 15.000.000;
2016: ? 15.000.000;
2017: ? 15.000.000.

2.1329

PAGLIARI

Dopo il comma 195 inserire il seguente:

«195-*bis*. Al fine di agevolare la ripresa delle attività e consentire il ripristino dei danni, con particolare riferimento alle infrastrutture del territorio, causati dagli eccezionali eventi alluvionali verificatisi nell'ottobre e novembre 2014, per l'anno 2015 gli obiettivi del patto di stabilità interno della Provincia di Parma sono ridotti con le procedure previste procedure previste dall'articolo 2, commi da 181 a 184, nel limite di 1,5 milioni di euro. Ai fini dell'attuazione della presente disposizione, la regione Emilia-Romagna non peggiora contestualmente il proprio obiettivo di patto.»

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 1.500.000;
2016: ? ;
2017: ? .

2.1330

BROGLIA, VACCARI, LO GIUDICE, GUERRA, SANGALLI

Dopo il comma 195 inserire il seguente:

«195-*bis*. I Comuni e le Province di cui all'articolo 1, comma 1, del decreto-legge 6 giugno 2012 n. 74, convertito con modificazioni in legge 10 agosto 2012, n. 122, qualora ottengano un saldo positivo superiore all'obiettivo del patto di stabilità interno dell'anno 2014, sono autorizzati ad utilizzare tale eccedenza come riduzione del proprio saldo obiettivo di Patto di Stabilità per l'anno 2015 al fine di agevolare la ripresa delle funzioni delle amministrazioni comunali e consentire l'attuazione dei piani per la ricostruzione e per il ripristino dei danni causati dagli eccezionali eventi sismici del 20 e 29 maggio 2012».

2.1331

RUTA

Dopo il comma 195, aggiungere il seguente:

«195-*bis*. Per gli anni 2015, 2016 e 2017 il complesso delle spese finali per la regione Molise è determinato, sia in termini di competenza sia in termini di cassa, dalla somma delle spese correnti e in conto capitale risultanti dal consuntivo al netto di quelle effettuate per la ricostruzione e il ripristino dei danni causati dagli eventi sismici dell'ottobre e del novembre 2002. l'esclusione opera nei limiti complessivi di 30 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017.»

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ?30.000.000;
2016: ?30.000.000;
2017: ?30.000.000.

2.1332

CALEO, VATTUONE

Dopo Il comma195, aggiungere il seguente:

«195-*bis*. Alla legge 27 dicembre 2013, n. 147, articolo 1, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) dopo il comma 356 dell'articolo 1, aggiungere il seguente comma:

"356-*bis*. Il pagamento delle rate scadenti nell'esercizio 2015 dei mutui concessi dalla Cassa depositi e prestiti S.p.A. ai comuni di cui al decreto del Ministro dell'economia e delle finanze 1º giugno 2012, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* n. 130 del 6 giugno 2012, e successive modificazioni, e all'articolo 67-*septies* del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 134, e successive modificazioni, nonché alle province dei predetti comuni, trasferiti al Ministero dell'economia e delle finanze in attuazione dell'articolo 5, commi 1 e 3, del decreto-legge 30 settembre 2003, n. 269, convertito, con modificazioni, dalla legge 24 novembre 2003, n. 326, non ancora effettuato alla data di entrata in vigore del presente comma, è differito, senza applicazione di sanzioni e interessi, al terzo anno immediatamente successivo alla data di scadenza del periodo di ammortamento, sulla base della periodicità di pagamento prevista nei provvedimenti e nei contratti regolanti i mutui stessi. Il presente comma entra in vigore alla data di pubblicazione della presente legge nella *Gazzetta Ufficiale*".

b) al comma 356, articolo 1, legge 27 dicembre 2013, n. 147, articolo 1, comma 356, le parole "all'anno immediatamente successivo" sono sostituite da "al secondo anno immediatamente successivo".

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 12.000.000;

2016: ? 12.000.000;
2017: ? 12.000.000.

2.1333

CALEO, VATTUONE

Dopo il comma 195, aggiungere il seguente:

«195-*bis*. Al comma 16, dell'articolo 35, aggiungere in fine i seguenti periodi: "Per l'anno 2015, ai comuni colpiti dagli eventi meteorologici del 10-14 ottobre 2014, individuati nel decreto del Ministro dell'Economia e delle Finanze in data 20 ottobre 2014, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* del 22 ottobre 2014, n. 246, si applicano le seguenti disposizioni:

a) non si applica la riduzione di cui ai periodi precedenti, fermo restando il suo ammontare complessivo;

b) le riduzioni di cui all'articolo 16, comma 6, del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito con modificazioni con la legge 7 agosto 2012, n. 135, si applicano nella misura già determinata per il 2014;

c) le riduzioni di cui all'articolo 47 comma 8 del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito con modificazioni con la legge 23 giugno 2014, n. 89, si applicano nella misura già determinata per il 2014.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 20.000.000;
2016: ? 20.000.000;
2017: ? 20.000.000.

2.1334

FORNARO, BORIOLI

Dopo il comma 195, aggiungere il seguente:

«195-*bis*. All'articolo 43 del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito con modificazioni dalla legge 11 novembre 2014, n. 164, il comma 3-*bis* è sostituito dal seguente: "3-*bis*. La sanzione prevista dall'articolo 31, comma 26, lettera *a)*, della legge 12 novembre 2011, n. 183, per inadempienza dei patti di stabilità interni del 2012 e 2013, ferme restando le rimanenti sanzioni, si applica fino ad un importo pari al 3 per cento delle entrate correnti registrate nell'ultimo consuntivo disponibile del comune inadempiente. Su richiesta dei comuni che hanno attivato nell'anno 2014 la procedura di riequilibrio finanziario pluriennale prevista dall'articolo 243-*bis* del testo unico delle leggi sull'ordinamento degli enti locali, di cui al decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267,e successive modificazioni, nonché di quelli che negli anni 2012, 2013 e 2014 hanno deliberato il dissesto finanziario, il pagamento della sanzione di cui al primo periodo può essere rateizzato in dieci anni e gli effetti finanziari determinati dalla sua applicazione non concorrono alla riduzione degli obiettivi del patto di stabilità interno di cui al comma 122 dell'articolo 1. della legge 13 dicembre 2010, n. 220, e successive modificazioni"».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 15.000.000;
2016: ? 15.000.000;
2017: ? 15.000.000.

2.1335

ZANONI, BROGLIA, FAVERO, CALEO, VATTUONE, FISSORE, ELENA FERRARA, GRANAIOLA, MATTESINI, D'ADDA, FILIPPIN, STEFANO ESPOSITO, PEZZOPANE, VACCARI, SOLLO, PAGLIARI, LO GIUDICE, ALBANO, FORNARO, SCALIA, LAI, BORIOLI, MANASSERO, PADUA, SPILABOTTE, SAGGESE, BERTUZZI

Dopo il comma 195, inserire il seguente:

«195-*bis*. All'articolo 43 del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito, con

modificazioni, dalla legge 11 novembre 2014, n. 164, dopo il comma 3-*bis* è inserito il seguente comma: "3-*ter*. Per l'anno 2013, non si applica la sanzione prevista dall'articolo 31, comma 20, quarto periodo, della legge 12 novembre 2011, n. 183, come modificato dall'articolo 1 comma 445 della legge 24 dicembre 2012, n. 228"».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 3.000.000;

2016: ? 3.000.000;

2017: ? 3.000.000.

2.1336

CERONI

Dopo il comma 195, inserire il seguente:

«195-*bis*. Dopo il comma 3 dell'articolo 43 del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, è aggiunto il seguente: "3-*ter*. Per l'anno 2013, non si applica la sanzione prevista dall'articolo 31, comma 20, quarto periodo, della legge 12 novembre 2011, n. 183, come modificato dall'articolo 1 comma 445 della legge 24 dicembre 2012, n. 228"».

2.1337

ZANONI, PAGLIARI

Dopo il comma 195 inserire il seguente:

«195-*bis*. Nel caso in cui il mancato rispetto dell'obiettivo ci patto di stabilità dell'anno 2014 dei Comuni sia da attribuirsi ad erogazioni di contributi regionali in o conto capitale sospese per i vincoli del patto di stabilità regionale, certificate sia dal Comune che dalla Regione di appartenenza, non si applicano le sanzioni di cui all'articolo 31, comma 26, della legge 12 novembre 2011, n. 183, e le relative riscossioni dei Comuni, oggetto delle suindicate certificazioni, non rilevano ai fini del patto di stabilità interno degli anni successivi».

Conseguentemente all'articolo 3, comma 21, lettera g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quadruplo».

2.1338

VERDUCCI

Dopo il comma 195 inserire il seguente:

«195-*bis*. Ai fini di una più completa attuazione della riforma di cui alla legge 7 aprile 2014, n. 56, il mancato rispetto del patto di stabilità interno anno 2014 da parte delle Province non è sottoposto alle sanzioni di cui al comma 26, dell'articolo 31, della legge 12 novembre 2011, n. 183, come novellato dall'articolo 1, comma 439, della legge 24 dicembre 2012, n. 228».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 21, lettera g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quintuplo».

? Alla Tabella A voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 50.000.000;

2016: ? 50.000.000;

2017: ? 50.000.000.

2.1339

CERONI

Dopo il comma 195 inserire il seguente:

«195-*bis*. I comuni con popolazione fino a 30.000 abitanti, secondo i dati ISTAT riferiti al 31 dicembre 2012, possono utilizzare gli spazi finanziari derivanti dall'esclusione di cui al comma 9-*bis* dell'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n. 183 anche con riferimento agli impegni di parte corrente sostenuti entro l'anno 2014».

2.1340

FRAVEZZI, BATTISTA, LANIECE, FAUSTO GUILHERME LONGO, PALERMO, PANIZZA, DI

GIACOMO, FORNARO, CONTE

Dopo il comma 195 inserire il seguente:

«195-*bis*. I comuni con popolazione fino a 30.000 abitanti, secondo i dati ISTAT riferiti al 31 dicembre 2012, possono utilizzare gli spazi finanziari derivanti dall'esclusione di cui al comma 9-*bis* dell'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n. 183 anche con riferimento agli impegni di parte corrente sostenuti entro l'anno 2014».

2.1341

COMAROLI, BISINELLA, DIVINA, TOSATO

All'articolo 2 dopo il comma 195 inserire il seguente:

«195-*bis*. L'articolo 13 della legge 27 dicembre 2002, n.289, si interpreta nel senso che le Regioni e gli enti locali possono attivare le disposizioni per la definizione dei tributi locali di cui al medesimo articolo, con riferimento ad annualità antecedenti la data di adozione del proprio provvedimento ed indicate dal provvedimento stesso».

2.1342

PUGLISI, MARCUCCI, DI GIORGI, IDEM, FASIOLO, ELENA FERRARA, MARTINI, MINEO, TOCCI, ZAVOLI

Dopo il comma 195, aggiungere i seguenti:

«195-*bis*. In considerazione della primaria e fondamentale esigenza, garantita a livello costituzionale, di assicurare il diritto all'istruzione ed all'educazione di tutti i bambini, al contempo agevolando la conciliazione dei tempi di vita e di lavoro, la dotazione e l'assegnazione del personale nel settore educativo e scolastio, a partire dai nidi d'infanzia, sono suppote da misure idonee a consentire il mantenimento e lo sviluppo dei livelli di offerta formativa attualmente erogati. Ai fini di cui al presente comma gli enti locali possono stabilmente:

a) procedere ad assunzioni a tempo indeterminato nel numero necessario a garantire il funzionamento della propria rete dei servizi educativi e scolastici, in rapporto alle esigenze dei singoli territori, anche in una prospettiva di piena aderenza alle dinamiche di sviluppo demografico. Tali assunzioni sono effettuate anche in deroga a quanto previsto dall'articolo 3, comma 5, del D.L. 90/2014 convertito nella legge 114/2014. Per tale finalità ? ed allo scopo di contrastare il fenomeno del precariato ? gli Enti Locali utilizzano, una volta escusse le graduatorie concorsuali pubbliche per l'immissione a tempo indeterminato, altre graduatorie, se presenti, costituite per lo svolgimento di incarichi e/o supplenze a tempo determinato, previo superamento da parte dei soggetti ivi inseriti che abbiano svolto almeno 250 giorni di effettivo servizio, di specifici percorsi formativi con prova finale di merito;

b) prorogare o rinnovare tutti i contratti a tempo determinato sottoscritti per comprovate esigenze organizzative delle strutture educative e scolastiche, anche in deroga all'articolo 5, comma 4-*bis* del D.Lgs. 368/2001 e ss.mm., per i periodi strettamente necessari a garantire la continuità del servizio e nei limiti delle risorse disponibili in bilancio.

195-*ter*. Gli oneri finanziari conseguenti all'adozione delle misure di cui al comma 195-*bis* sono esclusi dal complessivo computo del rispetto dei vincoli stabiliti dal patto di stabilità interno e dalla vigente normativa per il contenimento della spesa di personale negli enti locali"».

Conseguentemente:

a) all'articolo 1, comma 132, sostituire le parole: «6,1 milioni di euro per l'anno 2015, di 22,8 milioni per l'anno 2016, di 212,7 milioni di euro per l'anno 2017» con le seguenti: «1,1 milioni di euro per l'anno 2015, di 17,8 milioni per l'anno 2016, di 207,7 milioni di euro per l'anno 2017»;

b) all'articolo 3, comma 21, lettera *g)* sostituire la parola: «triplo» con la seguente: «quintuplo».

c) alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 105.000.000;

2016: ? 105.000.000;

2017: ? 105.000.000.

voce Ministero delle politiche agricole, alimentari e forestali, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 5.000.000;
2016: ? 5.000.000;
2017: ? 5.000.000.

voce Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 5.000.000;
2016: ? 5.000.000;
2017: ? 5.000.000.

voce Ministero della giustizia apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 5.000.000;
2016: ? 5.000.000;
2017: ? 5.000.000.

voce Ministero degli affari esteri, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 5.000.000;
2015: ? 5.000.000;
2015: ? 5.000.000.

2.1343

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Dopo il comma 195, aggiungere i seguenti:

«195-*bis*. All'articolo 13, comma 7, primo periodo, del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, è aggiunto, in fine, il seguente periodo: "Per gli immobili locati con contratti stipulati ai sensi dell'articolo 2, comma 3, della legge 9 dicembre 1998, n. 431, l'aliquota non può essere superiore allo 0,4 per cento".

195-*ter*. Agli oneri derivanti dai presente articolo si provvede mediante corrispondente riduzione del Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307"».

2.1344

PARENTE, FILIPPIN

Dopo il comma 195 aggiungere il seguente:

«195-*bis*. All'articolo 4 del decreto legge n. 6 marzo 2014, n. 16, convertito con modificazioni dalla legge 2 maggio 2014, n. 68, il comma 2 è sostituito dal seguente:

"2. Le regioni e gli enti locali che hanno rispettato il patto di stabilità interno possono compensare le somme da recuperare di cui al primo periodo del comma 1, anche attraverso l'utilizzo dei risparmi effettivamente derivanti dalle misure di razionalizzazione organizzativa di cui al secondo e terzo periodo del comma 1, di quelli derivanti dall'attuazione dell'articolo 16, commi 4 e 5, del decretolegge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, dalle economie previste da specifiche disposizioni di legge, comprese quelle derivanti dalla riduzione dei fondi di cui all'articolo 9 comma 2-*bis* D.L n. 78/2010, convertito con L. 122/2010, nonché dai risparmi conseguenti all'utilizzo parziale delle risorse che potevano essere destinate alle assunzioni di personale a tempo indeterminato"».

2.1345

PARENTE, FILIPPIN

Dopo il comma 195 aggiungere il seguente:

«195-*bis*. All'articolo 4 del decreto legge 6 marzo 2014, n. 16, convertito, con modificarzioni, in legge 2 maggio 2014, n. 68, dopo il comma 1 è aggiunto il seguente:

"1-*bis*. Per vincoli finanziari alla contrattazione collettiva integrativa, di cui al primo periodo del comma precedente, si intendono le disposizioni di cui all'articolo 1, commi 557 e 562, della legge 27 dicembre 2006, n. 296, e successive modifiche e integrazioni, all'articolo 9, comma 2-*bis*, del decreto legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 luglio 2010, n. 122, nonché, con esclusivo riferimento al periodo di vigenza della disposizione, all'articolo 76, comma 7, del decreto legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 agosto 2008 n. 133"».

2.1346

MARCUCCI, MIRABELLI

Dopo il comma 195, inserire il seguente:

«195-*bis*. Al fine di realizzare le condizioni previste dall'articolo 7, comma 1, del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, e di ottenere i conseguenti risparmi di spesa, all'articolo 5, comma 1, secondo periodo, della legge 2 luglio 2004, n. 165, sono aggiunte le seguenti parole: "e le elezioni dei nuovi Consigli hanno luogo non oltre i sessanta giorni successivi al termine del quinquennio"».

2.1347

CUOMO

Dopo il comma 195, aggiungere il seguente:

«195-*bis*. AI primo capoverso del comma 529 della legge n. 147 del 27/12/2013 alla parola "Regioni" sono aggiunte le seguenti parole "e gli enti locali" e la locuzione "contratti di lavoro della durata di 36 mesi" viene sostituita con la locuzione "contratti di lavoro della durata massima di 36 mesi"».

2.1348

LANGELLA

Dopo il comma 193 inserire il seguente:

«193-*bis*. In considerazione del processo di attuazione della legge di riforma 7 aprile 2014 n. 56, le sanzioni di cui all'articolo 31, comma 26, della legge 12 novembre 2011, n.183, non si applicano alle province e città metropolitane che non rispettano il patto per l'anno 2014».

2.1349

ZELLER, BERGER, PALERMO, LANIECE, BATTISTA, ERAVEZZI, PANIZZA

Dopo il comma 198, inserire il seguente:

«198-*bis*. All'articolo 14, comma 1 del decreto legislativo 14 marzo 2011, n. 23, sono aggiunte, in fine, le seguenti parole: "Le disposizioni di cui al presente comma si applicano anche all'imposta municipale immobiliare IMI della Provincia di Bolzano, istituita con legge provinciale 23 aprile 2014, n. 3".

198-*ter*. All'onere derivante dall'attuazione del comma precedente, pari a 1 milione di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, si provvede mediante corrispondente riduzione della voce "Fondi da ripartire" del Ministero dell'economia e delle finanze, di cui all'elenco n. 3 allegato al comma 45 dell'articolo 2. Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307, così come incrementato, a decorrere dal 2015, dall'articolo 1, comma 132 della presente legge».

2.1350

VACCARI, ZANONI, GUERRA

Sostituire il comma 199 con il seguente:

«199. Al paragrafo 3.3 dell'allegato 4/2, recante "Principio contabile applicato concernente la contabilità finanziaria", annesso al decreto legislativo 23 giugno 2011, n. 118, sono apportate le seguenti modificazioni:

1) dopo le parole: "e dal terzo esercizio l'accantonamento al fondo è effettuato per l'intero importo." sono inserite le seguenti: "Con riferimento agli enti locali, nel 2015 è stanziata in bilancio

una quota dell'importo dell'accantonamento quantificato nel prospetto riguardante il fondo crediti di dubbia esigibilità allegato al bilancio di previsione pari almeno al 36 per cento, se l'ente non ha aderito alla sperimentazione di cui all'articolo 36, e al 55 per cento, se l'ente ha aderito alla predetta sperimentazione. Nel 2016 per tutti gli enti locali lo stanziamento di bilancio riguardante il fondo crediti di dubbia esigibilità è pari almeno al 55 per cento, nel 2017 è pari almeno al 70 per cento, nel 2018 è pari almeno all'85 per cento e dal 2019 l'accantonamento al fondo è effettuato per l'intero importo".

2) dopo le parole: "nel prospetto riguardante il fondo allegato al rendiconto di esercizio" sono inserite le seguenti: "Con riferimento agli enti locali, negli anni 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019, l'accantonamento nell'avanzo di amministrazione del fondo crediti dubbia esigibilità è pari almeno alle percentuali sopra indicate per la sede del bilancio preventivo nei rispettivi anni"».

2.1351

URAS

Dopo il comma 199, inserire i seguenti:

«199-*bis*. Ai fini della accelerazione della spesa e di prevenzione di contenziosi onerosi per la Pubblica Amministrazione, tutti gli atti di assunzione di impegni di spesa di importo pari o superiore alle soglie per gli appalti pubblici di rilevanza comunitaria di Regioni, Enti Locali territoriali e Aziende Sanitarie, sono sottoposti a controllo preventivo di legittimità dalla Corte dei Conti. I predetti atti assumono efficacia solo dopo l'ammissione al visto e alla registrazione della Corte dei Conti, che provvede di norma entro il termine massimo di 60 giorni. Il prowedimento ammesso al visto non può essere fatto oggetto di ricorso.

199-*ter*. AI fine di evitare ritardi nel compimento dell'azione amministrativa, si applicano, in quanto compatibili, le norme previste dalla Legge 24 novembre 2000, n. 340».

2.1352

ZANONI, BROGLIA, FAVERO, CALEO, VATTUONE, FISSORE, ELENA FERRARA, GRANAIOLA, MATTESINI, D'ADDA, FILIPPIN, STEFANO ESPOSITO, PEZZOPANE, VACCARI, SOLLO, PAGLIARI, LO GIUDICE, ALBANO, FORNARO, SCALIA, LAI, BORIOLI, MANASSERO, PADUA, SPILABOTTE, SAGGESE, BERTUZZI

Dopo il comma 199 inserire il seguente:

«199-*bis*. Al paragrafo n. 3.3 dell'allegato 4/2 "Principio contabile applicato concernente la contabilità finanziaria" annesso al decreto legislativo 23 giugno 2011, n. 118, prima delle parole: "In sede di rendiconto, fin dal primo esercizio di applicazione del presente principio" sono inserite le seguenti: "Nell'esercizio 2015, gli enti che hanno partecipato alla sperimentazione possono utilizzare i proventi derivanti dalle alienazioni patrimoniali per la copertura del fondo crediti di dubbia esigibilità di parte corrente, per un importo non superiore alla differenza tra l'accantonamento stanziato in bilancio per il fondo e quello che avrebbero stanziato se non avessero partecipato alla sperimentazione"».

2.1353

CERONI

Dopo il comma 199, inserire il seguente:

«199-*bis*. Al paragrafo n. 3.3 dell'allegato 4.2 "PRINCIPIO CONTABILE APPLICATO CONCERNENTE LA CONTABILITÀ FINANZIARIA" al decreto legislativo 23 giugno 2011, n. 118, e successive modificazioni, prima delle parole: "In sede di rendiconto, fin dal primo esercizio di applicazione del presente principio" sono inserite le seguenti: "Nell'esercizio 2015, gli enti che hanno partecipato alla sperinientazione possono utilizzare i proventi derivanti dalle alienazioni patrimoniali per la copertura del fondo crediti di dubbia esigibilità di parte corrente, per un importo non superiore alla differenza tra l'accantonamento stanziato in bilancio per il fondo e quello che avrebbero stanziato se non avessero partecipato alla sperimentazione"».

2.1354

BULGARELLI, MONTEVECCHI

Dopo il comma 200, aggiungere i seguenti:

«200-*bis*. Per favorire la ripresa economica nei territori dei comuni colpiti dal sisma del 20 e 29 maggio 2012, di cui all'articolo 1, comma 1, del decreto-legge 6 giugno 2012, n. 74, convertito con modificazioni dalla legge 1º agosto 2012 n. 122 e dall'evento alluvionale del gennaio 2014, individuati all'articolo 3 del decreto-legge del 28 gennaio 2014, n. 4, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 marzo 2014, n. 50, il CIPE, su proposta del Ministro dello sviluppo economico e sentita la Regioni Emilia-Romagna, si provvede all'individuazione ed alla perimetrazione, di Zone franche urbane, della durata di tre anni, con riferimento ai periodi di imposta 2014,2015 e 2016, ai sensi dell'articolo 1, commi da 340 a 343, della legge 27 dicembre 2006, n. 296 e successive modificazioni, sulla base di parametri fisici e. socio-economici rappresentativi dei fenomeni e degli effetti provocati dagli eventi calamitosi sul tessuto economico e produttivo, in applione del Trattato sul funzionamento dell'Unione europea (TFUE), art. 107, paragrafo 2, lett. *b)*. Gli aiuti di Stato corrispondenti all'ammontare delle agevolazioni di cui al comma 200-*quater*, sono concessi ai sensi e nei limiti del Regolamento (CE) n. 1407/2013 del 18 dicembre 2013 della Commissione, relativo all'applicazione degli articoli 107 e 108 del Trattato sul funzionamento dell'Unione europea agli aiuti di importanza minore (*de minimis*) e dal Regolamento (CE) n. 1408/2013 del 18 dicembre 2013 relativo all'applicazione degli articoli 107 e 108 del Trattato sul funzicmamento dell'Unione europea agli aiuti di importanza minore (*de minimis*) nel settore agricolo.

200-*ter*. Possono beneficiare delle agevolazioni di cui al comma 200-*bis* le microimprese localizzate all'interno della zona franca di cui al medesimo comma 200-*bis* così come definite dalla Raccomandazione 2003/3611CE della Commissione, del 6 maggio 2003 e del decreto del Ministro delle attività produttive 18 aprile 2005, con un reddito lordo nel 2013 inferiore a 200.000 euro e un numero di addetti inferiore o uguale a 9.

200-*quater*. Per le finalità di cui al comma 200-*bis* è autorizzata la spesa di 60 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 60 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016, 2017».

2.1355

ZELLER, BERGER, PALERMO, LANIECE, BATTISTA, FRAVEZZI, PANIZZA

Dopo il comma 200, inserire il seguente:

«200-*bis*. Al codice dei contratti pubblici relativi a lavori, servizi e fomiture, di cui al decreto legislativo 12 aprile 2006, n. 163, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 33, dopo il comma 3-*bis*, è aggiunto il seguente:

"3-*ter*. Le disposizioni del comma 3-*bis* non si applicano:

a) alle acquisizioni di lavori, beni e servizi effettuate in economia mediante amministrazione diretta, di cui all'articolo 125, nei limiti ivi indicati;

b) alle acquisizioni di lavori, beni e servizi nei casi di cui al secondo periodo del comma 8 e al secondo periodo del comma 11 dell'articolo 125.

c) le acquisizioni di lavori, beni e servizi, con la sola eccezione delle spese per l'esecuzione di interventi in amministrazione diretta fmo a 50.000 curo avviene attraverso gli strumenti telematici di acquisto gestiti da Consip Spa o da altro soggetto aggregatore".

b) all'articolo 125, dopo il comma 14 è aggiunto il seguente:

"14-*bis*. Le singole spese correnti di carattere variabile di importo non superiore a cinquemila euro, concernenti le ordinarie provviste di beni, di forniture e di servizi necessari per il funzionamento degli uffici e servizi dell'ente, possono essere effettuate dagli enti locali senza ricorrere agli strumenti elettronici di acquisto gestiti dalla società Consip Spa o da altro soggetto aggregatòre di riferimento, in deroga alle disposizioni dell'articolo 33, comma 3-*bis*, del presente codice e del secondo periodo del comma 450 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2006, n. 296, e successive modificazioni."».

2.1356

ZELLER, BERGER, PALERMO, LANIECE, BATTISTA, FRAVEZZI, PANIZZA

Dopo il comma 200, inserire il seguente:

«200-*bis*. Al codice dei contratti pubblici relativi a lavori, servizi e fomiture, di cui al decreto legislativo 12 aprile 2006, n. 163, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 33, dopo il comma 3-*bis*, è aggiunto il seguente:

"3-*ter*. Le disposizioni del comma 3-*bis* non si applicano:

a) alle acquisizioni di lavori, beni e servizi effettuate in economia mediante amministrazione diretta, di cui all'articolo 125, nei limiti ivi indicati;

b) alle acquisizioni di lavori, beni e servizi nei casi di cui al secondo periodo del comma 8 e al secondo periodo del comma 11 dell'articolo 125".

b) all'articolo 125, dopo il comma 14 è aggiunto il seguente:

"14-*bis*. Le singole spese correnti di carattere variabile di importo non superiore a cinquemila euro, concernenti le ordinarie provviste di beni, di forniture e di servizi necessari per il funzionamento degli uffici e servizi dell'ente, possono essere effettuate dagli enti locali senza ricorrere agli strumenti elettronici di acquisto gestiti dalla società Consip Spa o da altro soggetto aggregatòre di riferimento, in deroga alle disposizioni dell'articolo 33, comma 3-*bis*, del presente codice e del secondo periodo del comma 450 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2006, n. 296, e successive modificazioni."».

2.1357

URAS

Sostituire il comma 201 con il seguente:

«201. Al fine di dare piena applicazione al regime regolatore dei rapporti finanziari tra lo Stato e la Regione Sardegna, disciplinato dalle disposizioni di cui all'articolo 1, comma 834 e seguenti, della legge 27 dicembre 2006, n. 296, gli accantonamenti disposti dalla nonrurtiva vigente a valere sulle quote di compartecipazione ai tributi erariali spettanti alla Regione Sardegna sono versati alla medesima regione nella misura di enro 300 milioni per l'anno 2015, euro 200 milioni per l'anno 2016 ed euro 70 milioni per l'anno 2017. Per gli anni dal 2015 al 2018 le riserve di cui all'articolo 1, comma 508, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, afferenti al territorio della Regione Sardegna, sono versate alla medesima regione nella misura di euro 230 milioni per ciascuno degli anni dal 2015 al 2018».

Conseguentemente al comma 112, sostituire la parola: «250» *con la seguente:* «150»; *al comma 121, sostituire le parole:* «200 milioni di euro annui a decorrere dal 2015» *con le seguenti:* «100 milioni per ciascun anno del triennio 2015-2017, 70 milioni di euro nel 2018 e 200 milioni di euro annui a decorrere dal 2019»; *al comma 124 sostituire la parola:* «850 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015-2016» *con le seguenti:* «620 milioni di euro per il 2015 e di 720 milioni di euro per il 2016»; *alla Tabella A, voce:* «Ministero dell'economia e delle finanze», *apportare le seguenti modifiche:*

2015:

? CP: ? 100.000.000;

CS: ? 100.000.000.

2016:

? CP: ? 100.000.000;

CS: ? 100.000.000.

2017:

? CP: ? 100.000.000;

CS: ? 100.000.000.

2.1358

URAS

Al comma 201 sostituire le parole da: «finalizzate» *fino a:* «medesima Regione» *con le seguenti:* «finalizzate all'abbattimento del debito della Regione Sardegna verso gli istituti creditori, verso gli enti locali e verso le imprese».

2.1359

ZANONI, BROGLIA, FAVERO, CALEO, VATTUONE, FISSORE, ELENA FERRARA, GRANAIOLA, MATTESINI, D'ADDA, FILIPPIN, STEFANO ESPOSITO, PEZZOPANE, VACCARI, SOLLO, PAGLIARI, LO GIUDICE, ALBANO, FORNARO, SCALIA, LAI, BORIOLI, MANASSERO, PADUA, SPILABOTTE, SAGGESE, BERTUZZI

Apportare le seguenti modifiche:

a) al comma 202, lettera a)*, sostituire le parole:* «in caso di locazione» *con le seguenti:* «in caso di nuova locazione», *dopo le parole:* «uffici giudiziari» *inserire le seguenti:* «, fatti salvi i contratti di locazione esistenti» *e sostituire le parole:* «continuano a conservare» *con le seguenti: «possono continuare a conservare»;*

b) al comma 203, secondo periodo, dopo le parole: «presente articolo» *sono aggiunte le seguenti:* «ivi comprese le spese obbligatorie riconosciute ai Comuni negli anni 2011, 2012, 2013 e 2014 e non ancora erogate».

2.1360

CERONI

Al comma 202, lettera a) *le parole:* «in caso di locazione» *sono sostituite dalle seguenti:* «in caso di nuova locazione».

2.1361

CERONI

Al comma 202, lettera a)*, capoverso, dopo le parole:* «uffici giudiziari»*, sono aggiunte le seguenti:* «, fatti salvi i contratti di locazione esistenti».

2.1362

COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI

Al comma 202, lettera a)*, sostituire le parole:* «1º settembre»*, con le seguenti:* «1º gennaio».

2.1363

CERONI

Al comma 202, lettera a)*, ultimo periodo, le parole:* «continuano a conservare»*, sono sostituite dalle seguenti:* «possono continuare à conservare».

2.1364

CERONI

Al comma 203, secondo periodo, dopo le parole: «presente articolo»*, sono aggiunte le seguenti:* «, ivi comprese le spese obbligatorie riconosciute ai Comuni negli anni 2011, 2012, 2013 e 2014 e non ancora erogate,».

2.1365

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 203, ultimo periodo, sostituire le parole: «dall'anno 2016»*, con le seguenti:* «dall'anno 2015».

2.1366

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Dopo il comma 205, inserire il seguente:

«205-*bis*. Entro il 31 gennaio 2015 sono adottati provvedimenti normativi, volti a estendere l'adozione dei costi *standard* di cui al decreto legislativo 26 novembre 2010, n. 216, ai beni e servizi acquistati dai comuni ne1t'ambito delle prestazioni socio-educative per la prima infanzia, al fine di assicurare risparmi di spesa pari a 300 milioni di euro per ciascun anno. Qualora entro la predetta data non siano adottati i provvedimenti di cui al primo periodo del presente comma, i trasferimenti statali ai predetti enti sono ridotti di un importo equivalente ai risparmi di spesa attesi».

Conseguentemente, all'articolo 1, dopo il comma 118, è inserito il seguente:

«118-*bis*. È autorizzata la spesa di 300 milioni di euro per l'anno 2015 per l'attuazione degli

interventi di cui al «Piano straordinario di interventi per lo sviluppo del sistema territoriale dei servizi socio-educativi», di cui all'articolo 1, comma 1259 della legge 27 dicembre 2006, n. 296. Le risorse sono destinate alle regioni ricomprese nell'obiettivo europeo «Convergenza»: Calabria, Campania, Puglia, Sicilia, ai fini del raggiungimento dell'obiettivo di copertura territoriale per la fornitura di servizi per l'infanzia.

2.1367

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Dopo il comma 205, inserire il seguente:

«205-*bis*. Entro il 31 gennaio 2015 sono adottati provvedimenti normativi, volti a estendere l'adozione dei costi *standard* di cui al decreto legislativo 26 novembre 2010, n. 216, ai beni e servizi acquistati dai comuni al fine di assicurare risparmi di spesa pari a 1 miliardo di euro per ciascun anno. Qualora entro la predetta data non siano adottati i provvedimenti di cui al primo periodo del presente comma, i trasferimenti statali ai predetti enti sono ridotti di un importo equivalente ai risparmi di spesa attesi».

Conseguentemente, all'articolo 2, dopo il comma 193, inserire il seguente:

«193-*bis*. Per l'anno 2015 non sono considerati nel saldo finanziario in termini di competenza mista rilevante ai fini della verifica del rispetto del patto di stabilità interno, per un importo di 1.000 milioni, i pagamenti sostenuti dai comuni per interventi a tutela dell'ambiente, per la messa in sicurezza del territorio e per il pagamento degli straordinari alle forze della polizia locale per le attività di contrasto alla criminalità ambientale».

2.1368

PAGLIARI, BROGLIA, ZANONI, BERTUZZI

Al comma 206, dopo le parole legge: «7 aprile 2014, n. 56,»*, inserire le seguenti:* «nonché il personale delle regioni, delle province, dei comuni e delle comunità montane eventualmente in esubero».

2.1369

ZANONI, BROGLIA, BERTUZZI

Al comma 206, secondo periodo, sostituire le parole: «prioritariamente assegnato al Ministero della giustizia per lo svolgimento dei compiti correlati»*, con le seguenti:* «ricollocato negli uffici delle pubbliche amministrazioni».

2.1370

RUTA

Al comma 206, secondo periodo, dopo le parole: «Ministero della giustizia per lo svolgimento dei compiti correlati»*, inserire le seguenti:* «nonché agli uffici territoriali del Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo».

2.1371

RICCHIUTI, CASSON

Dopo il comma 206, aggiungere i seguenti:

«206-*bis*. La dotazione del fondo di cui all'articolo 1, comma 181, della legge 27 dicembre 2013, n. 147 è incrementata di 10 milioni di euro per l'anno 2015.

206-*ter*. All'articolo 1, comma 181, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, dopo il primo periodo è aggiunto il seguente: "Nell'ambito della medesima programmazione del Fondo per lo sviluppo e la coesione per il periodo 2014-2020, il CIPE assegna una quota, nel limite di 10 milioni di euro, da destinare al completamento e adeguamento delle sedi sostitutive per gli uffici giudiziari per i quali sono sostenuti i costi per i fitti passivi, previa presentazione al CIPE di specifici progetti di adeguamento, completamento"».

Conseguentemente alla tabella B, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 10.000.000;

2016: ?;
2017: ?.

2.1372
DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO
Dopo il comma 206, aggiungere il seguente:
«206-*bis*. All'articolo 3, comma 2-*bis* del decreto-legge 23 ottobre 1996, n. 543, convertito con modifiche con la legge 20 dicembre 1996, n. 639, dopo le parole: "dall'amministazione di appartenenza" aggiungere le seguenti: "il rimborso compete anche agli mministratoriassolti in via definitiva con sentenza emanata prima della data di entrata in vigore della presente legge"».

2.1373
MANCUSO, PERRONE, GUALDANI
Dopo il comma 206 aggiungere il seguente:
«206-*bis*. All'articolo 3 del decreto legislativo n. 156 del 2012 sono apportate le seguenti modificazioni:
1) al comma 1 sono soppresse le parole: "con l'espressa indicazione del termine perentorio per la presentazione della richiesta di cui al comma 2";
2) al comma 2 le parole "sessanta giorni dalla pubblicazione di cui al comma 1" sono sostituite con le seguenti: "il 30 giugno 2015"».

2.1374
COMAROLI, TOSATO
Sopprimere il comma 207.
Conseguentemente all'articolo 1 dopo il comma 131 aggiungere il seguente:
«131-*bis*. Il fondo per la riduzione della pressione fiscale di cui all'articolo 1, comma 431, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, e successive modificazioni, è incrementato di 110 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015».

2.1375
BIGNAMI, PEPE, MAURIZIO ROMANI, MUSSINI
Sopprimere il comma 207.

2.1376
PICCOLI, CERONI, AMIDEI
Sopprimere il comma 207 è soppresso.
Conseguentemente, le risorse di cui all'articolo 1, comma 98 sono incrementate di 110 milioni di euro.

2.1377
LEZZI, BULGARELLI, MANGILI
Sopprimere il comma 207.

2.1378
COMAROLI, TOSATO
Sopprimere il comma 207 dell'articolo 2.

2.1379
STEFANI, BISINELLA, MUNERATO, BELLOT, TOSATO, ARRIGONI, CROSIO, COMAROLI
Sostituire il comma 207 (Roma Capitale) con il seguente:
«207. È autorizzata la spesa di 110 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015, in favore della regione Veneto, quale contributo dello Stato ai fini dell'attuazione del Piano generale di messa in sicurezza idrogeologica del territorio veneto predisposto a seguito degli eventi alluvionali dell'anno 2010».

2.1380
CROSIO, ARRIGONI, COMAROLI, TOSATO
Sostituire il comma 207 (Roma Capitale) con il seguente:
«207. È autorizzata la spesa di 110 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015, in favore

dell'ANAS SpA ai fini del completamento delle opere relative all'Accessibilità stradale della Valtellina di cui alla legge 21dicembre 2001, n. 443».

2.1381

ARRIGONI, CENTINAIO, CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Al comma 207 sostituire le parole: «A decorrere dall 'anno 2015» *con le seguenti:* «A decorrere dall'anno 2016».

Conseguentemente, dopo il comma 207, inserire il seguente:

«207-*bis*. L'articolo 33-*bis* del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito, con modificazioni. dalla legge Il novembre 2014, n. 164, è sostituito dal seguente:

"Art. 33-*bis*. *Interventi di bonifica dall'amianto da realizzare nei territori compresi nei siti di bonifica di interesse nazionale di Casale Monferrato e Broni ? 1.* Nell'anno 2015 le spese per interventi di bonifica dall'amianto effettuati dai comuni di Casale Monferrato e Broni nel perimetro dei siti di bonifica di interesse nazionale di Casale Monferrato e Broni, a valere e nei limiti dei trasferimenti erogati nel medesimo anno, rispettivamente dalla regione Piemonte e dalla Regione Lombardia, nonché i trasferimenti stessi, sono esclusi dal patto di stabilità interno dei medesimi comuni. L'esclusione opera nel limite massimo di 110 milioni per il comune di Broni"».

2.1382

MUNERATO, BISINELLA, BELLOT, STEFANI, TOSATO, ARRIGONI, CROSIO, COMAROLI

Al comma 207, sostituire le parole: «110 milioni» *con le seguenti:* «90 milioni».

Conseguentemente, dopo il comma 207, inserire il seguente:

«207-*bis*. All'articolo 45, della legge 23 luglio 2009, n. 99, il comma 2, è sostituito con il seguente:

"2. Nello stato di previsione del Ministero dello sviluppo economico è istituito il Fondo preordinato alla riduzione del prezzo alla pompa dei carburanti per i residenti nelle regioni interessate dalla estrazione di idrocarburi liquidi e gassosi nonché dalle attività di rigassificazione anche attraverso impianti fissi *offshore*».

2.1383

MUNERATO, BISINELLA, BELLOT, STEFANI, TOSATO, ARRIGONI, CROSIO, COMAROLI

Al comma 207, sostituire le parole: «110 milioni» *con le seguenti:* «90 milioni».

Conseguentemente, dopo il comma 207, inserire il seguente:

«207-*bis*. All'articolo 45, della legge 23 luglio 2009, n. 99, e successive modificazioni, al comma 2, sono aggiunte, in fine, le seguenti parole: "nonché dalle attività di rigassificazione anche attraverso impianti fissi *offshore*"».

2.1384

TOSATO, COMAROLI, BISINELLA

Al comma 207, sostituire le parole: «110 milioni» *con le seguenti:* «30 milioni».

Conseguentemente sopprimere il comma 33 dell'articolo 3.

2.1385

LANZILLOTTA, ICHINO

Dopo il comma 207, inserire i seguenti:

«207-*bis*. L'erogazione dello stanziamento di cui al comma 207 è sospesa fino a che non si sia proceduto all'attuazione, da realizzare entro 180 giorni dall'entrata in vigore della presente legge, delle azioni e degli interventi del piano di rientro di cui all'articolo 16, comma 1, del decreto-legge 6 marzo 2014, n. 16, convertito, con modificazioni, dalla legge 2 maggio 2014, n. 68. I termini previsti dal piano sono ridotti in misura coerente con il termine previsto dal presente comma.

207-*ter*. Secondo quanto previsto dal piano di cui al comma precedente, il Comune di Roma procede:

a) alla cessione delle partecipazioni di secondo livello detenute tramite il Gruppo AMA nelle seguenti società: Roma Multiservizi, Fondazione Insieme per Roma, Cisterna Ambiente, Centro Sviluppo Materiali, Società per il Polo tecnologico romano, Acea, Consel Scarl, Ep Sistemi;

b) alla cessione delle partecipazioni di secondo livello detenute tramite il Gruppo ATAC nelle seguenti società Trambus Open, Bravobus, Sms Sicurezza Mobilità, Con sei Scarl, Banca Etica, BCC Roma, Polo Tecnologico;

c) alla cessione delle seguenti partecipate di primo livello: Servizi Azionista Roma, Roma Patrimonio;

d) alla liquidazione dell'Agenzia Regionale per la Promozione Turistica del Lazio e dell'Agenzia comunale tossicodipendenze;

e) alla cessione delle partecipazioni detenute in BCC Roma, Alta Roma e Centrale del Latte.

Alle procedure di dismissione sovraintende un Commissario straordinario nominato dal Presidente del Consiglio, cui è affidato il compito di concludere il complesso delle procedure entro il 31 dicembre 2015.

207-*quater*. All'affidamento della gestione dei servizi attualmente gestiti *inhouse* dalle società Ama, Atac e relative società partecipate, si procede sulla base di gare da effettuarsi secondo le norme europee entro il 31 luglio 2015. L'affidamento di servizi di qualsiasi natura per importi superiori ai 10.000 euro a società o cooperative è effettuato sulla base di gare sul cui andamento vigila l'Autorità nazionale anticorruzione.

207-*quinquies*. I trasferimenti spettanti al Comune di Roma a carico dello stanziamento di cui al comma 207 nonché di ogni altra legge sono erogati nella misura del 50 per cento; il restante 50 per cento è erogato, successivamente al 31 luglio 2014, previa verifica della realizzazione delle azioni e degli interventi previsti dai commi 207-*bis*, 207-*ter* e 207-*quater*.

207-*sexies*. Qualora l'attuazione della presente disposizione determini la necessità di licenziamento, individuale o collettivo, per soppressione del posto o per chiusura dell'azienda, di dipendenti delle società individuate nei commi 207-*ter* e 207-*quater*, ciascuno di questi ha diritto all'attivazione, oltre che del trattamento ASpl, anche degli accordi di ricollocazione di cui all'articolo 1, comma 215 della legge 27 dicembre 2013, n. 147, nonché all'articolo unico, comma 4, lettera *p)* della legge 4 dicembre 2014, n. *** [delega lavoro], e successivi decreti attuativi. Alla stipulazione dell'accordo di ricollocazione parteciperà la società ex datrice di lavoro, obbligandosi a un trattamento complementare di disoccupazione pari al 15 per cento della retribuzione di riferimento per il calcolo dell'indennità ASpl per la durata di tanti mesi quanti sono gli anni di anzianità di servizio in azienda o frazioni di anno superiori a sei mesi, comunque non superiore alla durata del trattamento medesimo e condizionato all'adempimento da parte dell'ex dipendente degli obblighi contrattuali inerenti al percorso di ricollocazione. Il Comune di Roma rimborserà a pie' di lista alla società interessata l'ammontare complessivo della somma erogata a titolo di trattamento complementare di disoccupazione. Il Presidente del Consiglio dei ministri trasmette al Parlamento una relazione che descrive i risultati conseguiti nell'attuazione delle disposizioni di cui al presente comma».

2.1386

GUALDANI, MANCUSO, MARINELLO

Dopo il comma 207, si aggiunge il seguente:

«207-*bis*. All'articolo 4 del decreto legislativo 14 marzo 2011, n. 23, il comma 3-*bis* è sostituito dal seguente:

"3-*bis*. I comuni che hanno sede giuridica nelle isole Eolie possono istituire con regolamento da adottare ai sensi dell'articolo 52 del decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, e successive modificazioni, in alternativa all'imposta di soggiorno di cui al comma 1 del presente articolo, un'imposta di sbarco, da applicare fino ad un massimo di euro 2,50, ai passeggeri che sbarcano sul territorio dell'arcipelago. Con proprio regolamento i suddetti comuni determinano ulteriori modalità applicative del tributo nonché le sanzioni e le eventuali esenzioni e riduzioni. L'imposta è riscossa, col prezzo del biglietto, dalle compagnie di navigazione e aeree o dai soggetti che svolgono servizio di trasporto. Gli stessi comuni possono, altresì, prevedere un'imposta, fino ad un massimo di euro 5,00, connessa all'accesso alle, sommità dei vulcani la cui riscossione potrà essere affidata alle guide vulcanologiche autorizzate o ad altri soggetti individuati dalle amministrazioni con apposito avviso

pubblico. Il gettito del tributo è destinato a finanziare interventi in materia di turismo e interventi legati ai beni culturali e ambientali, nonché interventi in materia di polizia locale e sicurezza, di mobilità e viabilità, di raccolta e smaltimento dei rifiuti., nonché relativi ai servizi pubblici locali».

2.1387

MANGILI, BULGARELLI, AIROLA, CIOFFI, SCIBONA

Sopprimere il comma 208.

2.1388

PARENTE, ANGIONI, D'ADDA, FAVERO, MANASSERO, PEZZOPANE, SPILABOTTE

Dopo il comma 208, aggiungere il seguente:

«208-*bis*. Al fine di potenziare le attività connesse aI monitoraggio della spesa pubblica, le funzioni di controllo e di contrasto dell'evasione fiscale, le attività di prevenzione agli illeciti tributari ed extra tributari, nonché le misure operative connesse alla realizzazione di opere pubbliche per l'EXPO 2015, è differito al 31 dicembre 2016 il termine di cui alla legge 24 febbraio 2014, n. 9 per l'autorizzazione a bandire prevista dal decreto del Presidente dei Consiglio dei ministri 26 ottobre 2009 per i concorsi dell'amministrazione economico-finanziaria riguardanti il passaggio dalla seconda alla terza area funzionale, limitatamente alla copertura dei posti non coperti in esito a procedure già bandite. Nei medesimi limiti delle facoltà assunzionali è attribuito, dalla data di entrata in vigore della presente legge, l'inquadramento giuridico e il trattamento economico ai dipendenti della predetta amministrazione cui sono state affidate le mansioni della terza area sulla base di contratti individuali di lavoro a tempo indeterminato stipulati. in esito al superamento di procedure concorsuali bandite in applicazione del contratto collettivo nazionale di comparto del quadriennio 1998-2001».

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 85.000.000;
2016: ? 85.000.000;
2017: ? 85.000.000.

2.1389

BROGLIA, VACCARI, LO GIUDICE, GUERRA, SANGALLI

Dopo il comma 208, inserire il seguente:

«208-*bis*. All'articolo 10 del decreto legislativo 6 settembre 2001, n. 368, dopo il comma 4-*ter* è inserito il seguente:

"4-*quater*. Sono esclusi daIl'ambito di applicazione del presente decreto e in particolare dai limiti di cui all'articolo 1, comma 1, all'articolo 4 e all'articolo 5, i contratti di lavoro a tempo determinato stipulati dai soggetti che operano con i poteri di cui all'articolo 5, comma 2, della legge 24 febbraio 1992, n. 225, e dalle amministrazioni pubbliche esclusivamente per far fronte a situazioni emergenziali determinate da eventi calamitosi. Le amministrazioni pubbliche, per le connesse esigenze di assistenza alla popolazione, di ricostruzione e di ripresa economica, possono prorogare o rinnovare i precitati contratti di lavoro fino al massimo di ulteriori tre anni oltre il termine dello stato di emergenza».

2.1390

MANGILI, BULGARELLI, AIROLA, SCIBONA

Sopprimere il comma 210.

2.1391

ZANONI, BROGLIA, FAVERO, CALEO, VATTUONE, FISSORE, ELENA FERRARA, GRANAIOLA, MATTESINI, D'ADDA, FILIPPIN, STEFANO ESPOSITO, PEZZOPANE, VACCARI, SOLLO, PAGLIARI, LO GIUDICE, ALBANO, FORNARO, SCALIA, LAI, BORIOLI, MANASSERO, PADUA, SPILABOTTE, SAGGESE, BERTUZZI

Dopo il comma 210, inserire i seguenti:

«210-*bis*. È abrogato il comma 4 dell'articolo 24 del decreto legislativo 6 maggio 2011, n. 68.

210-*ter*. A decorrere dall'anno 2015, le città metropolitane di cui alla legge 7 aprile 2014, n. 56, hanno la facoltà di istituire:

a) un'addizionale sui diritti di imbarco di passeggeri sulle aeromobili fino ad un massimo di due euro per passeggero imbarcato. L'addizionale è versata alle città metropolitane nel cui territorio ha sede l'aeroporto, sulla base di apposito decreto del Ministero dell'economia e delle finanze di natura non regolamentare, che determina altresì le modalità dei controlli;

b) un'imposta di sbarco a carico dei passeggeri delle imbarcazioni che attraccano nei porti situati nel territorio delle città metropolitane. L'imposta si applica fino ad un massimo di due euro da riscuotere unitamente al prezzo del biglietto da parte delle compagnie di navigazione che forniscono collegamenti. marittimi di linea. La compagnia di navigazione è responsabile del pagamento dell'imposta, con diritto di rivalsa sui soggetti passivi, della presentazione della dichiarazione e degli ulteriori adempimenti previsti dalla legge e dal regolamento. Per l'omessa o infedele presentazione della dichiarazione da parte del responsabile d'imposta si applica la sanzione amministrativa ,dal 100 al 200 per cento dell'importo dovuto. Per l'omesso, ritardato o parziale versamento dell'imposta si applica la sanzione emministrativadi cui all'articolo 13 del decreto legislativo 18 dicembre 1997, n. 471, e successive modificazioni. Per tutto quanto non previsto dalle presenti disposizioni si applica l'articolo 1, commi da 158 a 170 della legge 27 dicembre 2006, n. 296. L'imposta non è dovuta dai soggetti. residenti nel territorio della città metropolitana, dai lavoratori e dagli studenti pendolari. Le città metropolitane possono prevedere nel regolamento modalità applicative del tributo, nonché eventuali esenzioni e riduzioni per particolari fattispecie o per determinati periodi di tempo.

210-*quater*. La riscossione dell'incremento dell'addizionale comunale di cui al comma 210-*ter*, lettera *a)*, avviene a cura dei gestori di servizi. aeroportuali, con le modalità in uso perla riscossione dei diritti di imbarco. Il versamento da parte delle compagnie aeree avviene entro tre mesi dalla fine del mese in cui sorge l'obbligo.

210-*quinquies*. Nell'anno di istituzione, le imposte di cui al comma 210-*ter* si applicano a decorrere dal primo giorno del secondo mese successivo all'emanazione del relativo regolamento metropolitano, salva ,l'eventuale indicazione di data successiva nel regolamento medesimo. Le variazioni delle tariffe disposte dalla città metropolitana entro i termini di legge, ma successivamente al 1º gennaio dell'anno di riferimento delle variazioni medesime, decorrono dal mese successivo alla data di esecutività della deliberazione di variazione.

210-*sexies*. Le disposizioni di cui ai commi da 201-*ter* a 210-*quinquies* si applicano anche alle città metropolitane delle Regioni a Statuto speciale, istituite o da istituire con apposita legge regionale».

2.1392

CERONI

Dopo il comma 210 aggiungere il seguente:

«210-*bis*. il comma 4 dell'articolo 24 del decreto legislativo 6 maggio 2011, n. 68 è soppresso. A decorrere dal 2015, le Città metropolitane di cui alla legge 7 aprile 2014 n. 56, hanno la facoltà di istituire:

a) un'addizionale sui diritti di imbarco di passeggeri sulle aeromobili fino ad un massimo di due euro per passeggero imbarcato. L'addizionale è versata alle città metropolitane, nel cui territorio ha sede l'aeroporto, sulla base di apposito decreto del Ministero dell'economia e delle finanze di natura non regolamentare che determina altresì le modalità dei controlli;

b) un'imposta di sbarco a carico dei passeggeri delle imbarcazioni che attraccano nei porti situati nel territorio delle città metropolitane. L'imposta si applica fino ad un massimo di due euro da riscuotere unitamente al prezzo del biglietto da parte delle compagnie di navigazione che forniscono collegamenti marittimi di linea La compagnia di navigazione è responsabile del pagamento dell'imposta, con diritto di rivalsa sui soggetti passivi, della presentazione della dichiarazione e degli ulteriori adempimenti previsti dalla legge e dal regolamento. Per l'omessa o infedele presentazione della dichiarazione da parte del responsabile d'imposta si applica la sanzione amministrativa dal 100 al 200 per cento dell'importo dovuto. Per l'omesso, ritardato o parziale. versamento dell'imposta si applica la sanzione amministrativa di cui all'articolo 13 del decreto legislativo 18 dicembre 1997, n.

471, e successive modificazioni. Per tutto quanto non previsto dalle presenti disposizioni si applica l'articolo 1, commi da 158 a 170 della legge 27 dicembre 2006, n.296. L'imposta non è dovuta dai soggetti residenti nel territorio della città metropolitana, dai lavoratori e dagli studenti pendolari. Le città metropolitane possono prevedere nel regolamento modalità applicative del tributo, nonché eventuali esenzioni e riduzioni per particolari fattispecie o per determinati periodi di tempo.

La riscossione dell'incremento dell'addizionale comunale di cui alla lettera *a)* avviene a cura dei gestori di servizi aeroportuali, con le modalità in uso per la riscossione dei diritti di imbarco. li versamento da parte delle compagnie aeree avviene entro tre mesi dalla fine del mese in cui sorge l'obbligo. Nell'anno di istituzione, le succitate imposte si applicano a decorrere dal primo giorno del secondo mese successivo all'emanazione del relativo regolamento metropolitano, salva l'eventuale indicazione di data successiva nel regolamento medesimo. Le variazioni delle tariffe disposte dalla città metropolitana entro i termini di legge, ma successivamente al primo gennaio dell'anno di riferimento delle variazioni medesime, decorrono dal mese successivo alla data di esecutività della deliberazione di variazione. Le disposizioni di cui ai precedenti periodi si applicano anche alle città metropolitane delle Regioni a Statuto Speciale, istituite o da istituire con apposita legge regionale».

2.1393

CERONI

Dopo il comma 210 è inserito il seguente:

«210-*bis*. L'addizionale comunale sui diritti d'imbarco di passeggeri sulle aeromobili, istituita dall'articolo 2 comma 11 della Legge 24 dicembre 2003, n. 350, per l'anno 2014 è pari ad 3,50 euro per passeggero imbarcato di cui 1,00 euro destinato ai Comuni aeroportuali ed è versata all'entrata del bilancio dello Stato, per la successiva riassegnazione quanto a 30 milioni di euro destinata in un apposito fondo presso il Ministero delle Infrastrutture e dei trasporti per compensare ENAV spa, secondo modalità regolate dal contratto di servizio di cui all'art. 9 della legge 21 dicembre 1996, n.665, per i costi sostenuti da ENAV Spa per garantire la sicurezza ai propri impianti e per garantire la sicurezza operativa, e per la quota eccedente secondo i seguenti criteri e priorità:

a) il 40 per cento del totale destinato a favore dei comuni del sedime aeroportuale o con lo stesso confinanti secondo la media delle seguenti percentuali: percentuale di superficie del territorio comunale inglobata nel recinto aeroportuale sul totale del sedime; percentuale della superficie totale del comune nel limite massimo di 100 chilometri quadrati. il Ministero dell'Economia e delle Finanze provvede con apposito decreto, sentita la Conferenza Stato Città ed Autonomie locali, entro il 30 giugno ed il 30 dicembre di ogni anno, al riparto rispettivamente dell'acconto e del saldo annuale ai Comuni sulla base del rispettivo traffico aeroportuale dell'anno precedente e al versamento in un apposito conto destinato ai Comuni Aeroportuali;

b) il 60 per cento del totale destinato in un apposito fondo istituito presso il Ministero dell'Interno al fine di pervenire ad efficaci misure di tutela dell'incolumità delle persone e delle strutture, per il finanziamento di misure volte alla prevenzione e al contrasto della criminalità e al potenziamento della sicurezza nelle strutture aeroportuali e nelle principali stazioni ferroviarie».

2.1394

DEL BARBA

Dopo il comma 210, inserire il seguente:

«210-*bis*. Per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, nel saldo finanziario in conto capitale individuato, ai sensi del comma 3 dell'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n. 183, come rilevante ai fini della verifica del rispetto del patto di stabilità interno, non sono considerati, nel limite di 2,8 milioni di euro per l'anno 2015 e 3,7 milioni di euro per ciascuno degli anni 2016 e 2017, i trasferimenti effettuati dal comune di Livigno a favore della provincia di Sondrio a titolo di contributo per il finanziamento delle opere infrastrutturali di cui alla convenzione stipulata dai predetti enti in data 14 ottobre 2005, a valere su quota parte dei diritti speciali riscosi dal medesimo comune in relazione al suo status di extra-doganalità, ai sensi. della legge 11 giugno 1954, n. 384, e dell'articolo 2 del decreto del Presidente della Repubblica 23 gennaio 1973, n. 43».

Conseguentemente, allo Tabella B, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 2.800.000;
2016: ? 3.700.000;
2017: ? 3.700.000.

2.1395

CHIAVAROLI

Dopo il comma 210 inserire il seguente:

«210-*bis*. All'articolo 16 del decreto-legge 24 gennaio 2012, n. 1, convertito con modificazioni in legge 24 marzo 2012, n. 27, dopo il comma 1 è aggiunto il seguente:

"1-*bis*. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, di concerto con il Ministro dello sviluppo economico sono definite le quote effettive di gettito fiscale erogabili alle Regioni e agli enti locali interessati dagli investimenti di ricerca e sviluppo delle risorse energetiche nazionali strategiche di idrocarburi nel mare continentale che ricadono entro il limite delle 12 miglia dalla costa, individuando in tal caso tra gli enti locali beneficiari quelli il cui territorio costiero ricada nel raggio di 10 Km. dall'infrastruttura di produzione a mare più vicina alla costa"».

2.1396

GUALDANI

Dopo il comma 210, inserire i seguenti;

«210-*bis*. Per le finalità di cui all'articolo 8 comma 1-*bis* del decreto-legge 22 giugno 2012, n.83, convertito con modificazioni dalla legge 7 agosto 2012, n.134, è autorizzata la spesa di 7,5 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016.

210-*ter*. Alla copertura degli oneri di cui al comma 210-*bis* si provvede mediante corrispondente riduzione per l'annualità 2015 dalle risorse apportate dalla legge 27 dicembre 2013, n. 147 e per l'annualità 2016 sulle risorse apportate dall'articolo 1, comma 186, della legge 24 dicembre 2012, n. 228».

2.1397

MILO

Dopo il comma 210 aggiungere il seguente:

«210-*bis*. Il comma 25, dell'articolo 16, del decreto-legge 13 agosto 2011, n. 138, convertito, con modificazioni, dalla legge 14 settembre 2011, n. 148, è soppresso.»

2.1398

CASSON

Dopo il comma 210 aggiungere il seguente:

«210-*bis*. Per la prosecuzione degli interventi di salvaguardia di Venezia e della sua laguna, di cui alla legge 29 novembre 1984, n. 798 e successive modificazioni, un importo, pari al 15% del valore degli investimenti assegnati per la prosecuzione del Sistema MoSE, a valere sulle annualità 2015, 2016, 2017, è destinato ad interventi di competenza dei Comuni di Venezia, Chioggia e Cavallino-Treporti, previa deliberazione del Comitato di cui all'art. 4 della legge 29 novembre 1984, n. 798.»

2.1399

CASSON, DALLA ZUANNA, PUPPATO, DE POLI, DE PETRIS, DALLA TOR, PICCOLI, MAURIZIO ROMANI, CANDIANI, STEFANI, BISINELLA, BELLOT, MUNERATO, TOSATO

Dopo il comma 210 aggiungere il seguente:

«210-*bis*. Per la prosecuzione dei programmi di intervento per la 'salvaguardia di Venezia e della sua laguna e il suo recupero architettonico, urbanistico, ambientale e socioeconomico di cui alla legge 29 novembre 1984, n. 798 e successive modificazioni sono stanziati 50 milioni per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, da ripartire, sulla base dello stato di attuazione degli interventi risultanti da motivate relazioni da parte dei soggetti attuatori, su proposta del comitato di cui all'articolo 4 della legge 29 novembre 1984, n. 798».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le*

seguenti variazioni:

2015: ? 50.000.000;
2016: ? 50.000.000;
2017: ? 50.000.000.

2.1400

BRUNI

Dopo il comma 210, aggiungere il seguente:

«210-*bis*. All'articolo 1 della Legge 7 aprile 2014, n. 56 il comma 84 è sostituito dal seguente: "84. Gli incarichi di consigliere provinciale e di componente dell'assemblea dei sindaci sono esercitati a titolo gratuito. Il presidente della provincia ha diritto di percepire una indennità di funzione nei limiti fissati dall'articolo 82 del testo unico, fermo restando, in ogni caso, il divieto di cumulo con altra indennità di funzione. Restano a carico della provincia gli oneri connessi con le attività in materia di status degli amministratori, relativi ai permessi retribuiti, agli oneri previdenziali, assistenziali e assicurativi di cui agli articoli 80, 84, 85 e 86 del testo unico."».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle fmanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 5.000.000;
2016: ? 5.000.000;
2017: ? 5.000.000.

2.1401

BROGLIA, LAI, ZANONI

Dopo il comma 210, aggiungere il seguente:

«210-*bis*. All'art. 1, comma 84, della Legge 7 aprile 2014, n. 56, sono aggiunti i seguenti periodi: "Ai consiglieri provinciali, ai quali siano assegnate le deleghe di cui al comma 66, qualora si riuniscano in sede collegiale, su formale convocazione, si applica la previsione di cui al comma 3 dell'art. 79 del D.Lvo 18.08.2000, n. 267 e ss.mm.ii. Ai medesimi consiglieri si estende, inoltre, la disciplina dei permessi prevista per i componenti degli organi esecutivi prevista dal comma 4 del medesimo art. 79"».

2.1402

BROGLIA, LAI, ZANONI

Dopo il comma 210, aggiungere il seguente:

«210-*bis*. All'art. 1 della legge 07.04.2014, n. 56, dopo il comma 66, è aggiunto il seguente comma 66-*bis*:

"66-*bis*. Il Presidente della Provincia può avvalersi, per lo svolgimento dell'incarico di Segretario provinciale, del segretario del Comune di cui è Sindaco. Al segretario sarà riconosciuto l'istituto del galleggiamento in riferimento alla dirigenza provinciale e tale spesa sarà l'unica posta a carico della Provincia"».

2.1403

FAVERO, SUSTA, SANGALLI, MANASSERO, BORIOLI, PEZZOPANE, ORRÙ, DALLA ZUANNA, RUTA, TOCCI, MATTESINI, PAGLIARI, ELENA FERRARA

Dopo il comma 210, aggiungere il seguente:

«210-*bis*. All'articolo 249, comma 1, del testo unico delle leggi sull'ordinamento degli enti locali, di cui al decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, e successive modificazioni, dopo la parola: "regioni" sono aggiunte, in fine, le seguenti parole: "ovvero dei mutui finalizzati a garantire le opere necessarie per il riassetto idrogeologico del territorio"».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 5.000.000;
2016: ? 5.000.000;
2017: ? 5.000.000.

2.1404

ORELLANA, PAGNONCELLI, CASALETTO

Dopo il comma 210, aggiungere Il seguente:

«210-*bis*. Ai fini del superamento delle criticità della viabilità caratterizzanti l'area dell'Oltrepò Orientale, in particolare della provincia di Pavia e Milano, è autorizzata in favore della Provincia di Pavia la spesa di 18 milioni di euro per gli anni 2015, 2016, 2017, per la costruzione di un ponte che sostituisca Il Ponte della Becca, lungo la ex S.S. 617 "Bronese"».

Conseguentemente, alla Tabella B, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 18.000.000;
2016: ? 18.000.000;
2017: ? 18.000.000.

2.1405

PAGLIARI, BROGLIA, ZANONI, BERTUZZI

Dopo il comma 210, aggiungere il seguente:

«210-*bis*. All'articolo 5 del decreto-legge 30 settembre 2003, n. 269, convertito con modificazioni, dalla legge 24 novembre 2003, n. 326, è aggiunto il seguente comma.

«8-*quinquies*. Fermo restando quanto previsto dai commi precedenti, la Cassa depositi e prestiti S.p.A. concede, su richiesta, di sospendere, per non più di due anni, la restituzione della quota capitale dei prestiti già concessi alle regioni che non presentino una situazione di equilibrio, strutturale ai sensi dell'articolo 4 del decreto-legge 8 aprile 2013, n. 35, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 giugno 2013, n. 64. Resta dovuta la quota interessi alla scadenza prevista dal piano di ammortamento originario; gli interessi sulla quota capitale sospesa sono calcolati con le medesime modalità del prestito originario senza spese e oneri aggiuntivi».

2.1406

PAGLIARI, BROGLIA, ZANONI, BERTUZZI

Dopo il comma 210, inserire il seguente:

«210-*bis*. All'articolo 1 comma 10-*bis* del decreto-legge 8 aprile 2013, n. 35, convertito con modificazioni dalla legge 6 giugno 2013, n. 64, dopo le parole: «anche se riconosciuti in bilancio in data successiva», sono inserite le seguenti: avi inclusi quelli contenuti nel piano di riequilibrio finanziario pluriennale, di cui all'articolo 243-*bis* del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, approvato con delibera della sezione regionale di controllo della Corte dei Conti».

2.1407

PAGLIARI, BROGLIA, ZANONI, BERTUZZI

Dopo il comma 210, inserire il seguente:

«210-*bis*. Agli atti di trasferimento di beni immobili dai consorzi di funzioni costituiti ai sensi dell'articolo 31 del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, ai comuni, l'imposta di registro di cui al decreto del Presidente della Repubblica 26 aprile 1986, n. 131, si applica nella misura fissa di euro 200,00.»

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'Economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 50.000.000;
2016: ? 50.000.000;
2017: ? 50.000.000.

2.1408

CHIAVAROLI, PEZZOPANE

Dopo il comma 210, aggiungere il seguente:

«210-*bis*. Al fine di garantire la realizzazione e la gestione della 1 edizione dei Giochi del Mediterraneo in Spiaggia 2015, per l'anno 2015 è autorizzata la spesa di 6 milioni di euro come contributo dello Stato ai maggiori oneri che deve sostenere il Comune di Pescara per il potenziamento

dei servizi e di ogni altro onere connesso all'evento.»

Conseguentemente, alla Tabella C, missione «L'Italia in Europa e nel mondo», programma Cooperazione allo sviluppo, voce Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale, legge n. 7 del 1981 e legge n. 49 del 1987, stanziamenti aggiuntivi per l'aiuto pubblico a favore dei Paesi in via di sviluppo (1.2 ? capp. 2150, 2152, 2153, 2160, 2161, 2164, 2165, 2166, 2168, 2169, 2170, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184) apportare le seguenti variazioni:

2015:

CP: ? 6.000.000

CS: ? 6.000.000

2.1409

MILO

Dopo il comma 210, aggiungere il seguente:

«210-*bis*. All'articolo 14, comma 1, lettera *a)* del decreto-legge 13 agosto 2011, n. 138, convertito, con modificazioni, dalla legge 14 settembre 2011, n. 148, sostituire le parole: "fino a sei milioni di abitanti" con le seguenti: "fino a cinque milioni di abitanti"; a 60 per le Regioni con popolazione fino a sei milioni di abitanti».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 2.000.000;

2016: ? 2.000.000;

2017: ? 2.000.000.

2.1410

MILO

Dopo il comma 210, aggiungere il seguente:

«210-*bis*. All'articolo 13, comma 3, del decreto-legge 13 agosto 2011, n. 138, convertito, con modificazioni, dalla legge 14 settembre 2011, n. 148, sostituire le parole: "15.000 abitanti" con le seguenti: "20.000 abitanti".

2.1411

COMAROLI, BISINELLA, DIVINA, TOSATO

Dopo il comma 210, inserire il seguente:

«210-*bis*. Al Decreto del Presidente della Repubblica 28 settembre 1994 n. 634 è apportata la seguente modifica:

All'articolo 1 comma 2 dopo le parole: «periferiche dello Stato» sono aggiunte le seguenti parole: «nonché gli Enti locali limitatamente all'espletamento di funzioni di polizia stradale e sicurezza urbana,».

2.1412

PAGLIARI, BROGLIA, ZANONI, BERTUZZI

Dopo il comma 210, inserire il seguente:

«210-*bis*. All'articolo 259, comma 1-*ter*, primo periodo del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, dopo le parole: "Nei comuni" aggiungere le seguenti: "e nelle Province" e al primo periodo, sopprimere la parola: "comunali"».

2.1413

STEFANO ESPOSITO, ZANONI

Dopo il comma 210, aggiungere il seguente:

«210-*bis*. All'articolo 1, comma 5-*octies*, del decreto-legge 29 dicembre 2010, n. 225, convertito con modificazioni, dalla legge 26 febbraio 2011, n. 10, sostituire le parole: "31 dicembre 2014" con le seguenti: "31 dicembre 2016"».

2.1414

PAGLIARI, BROGLIA, ZANONI, BERTUZZI

Dopo il comma 210, aggiungere il seguente:

«210-*bis*. All'articolo 1, comma 12-*bis* decreto-legge 13 agosto 2011, n. 138, convertito nella legge 14 settembre 2011, n. 148, dopo le parole: "e 2014", aggiungere le seguenti: "nonché per il biennio 2015-2016"».

2.1415

SCIBONA, CIOFFI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Sopprimere il comma 211.

2.1416

FORNARO, BROGLIA

Dopo il comma 211, aggiungere il seguente:

«1. Le disposizioni di cui al comma 3-*bis* dell'articolo 33 del codice di cui al decreto legislativo 12 aprile 2005, n. 163, modificato, da ultimo, dall'articolo 23-*bis* del presente decreto, entrano in vigore il 1º gennaio 2016. Sono fatte salve le procedure avviate alla data di entrata in vigore della presente legge».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 15.000.000;
2016: ? 0;
2017: ? 0.

2.1417

FORNARO, BROGLIA

Dopo il comma 211, aggiungere il seguente:

«211-*bis*. All'articolo 14, comma 31-*ter*, del decreto-legge 31 maggio 2010. n. 78,convertito, con modificazioni, dalla legge 30 luglio 2010, n. 122, la lettera *b)* è sostituita dalle seguenti:

"*b)* entro il 31 dicembre 2015, con riguardo ad ulteriori tre delle funzioni fondamentali di cui al comma 27;

b-bis) entro il 31 dicembre 2015, con riguardo alle restanti funzioni fondamentali di cui al comma 27"».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 15.000.000;
2016: ? 0;
2017: ? 0.

2.1418

PUPPATO

Dopo il comma 211, inserire il seguente:

«211-*bis*. All'articolo 2, comma 8, della legge 24 dicembre 2007, n. 244, e successive modificazioni, le parole: "50 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "30 per cento"».

2.1419

GUALDANI

Dopo il comma 211, aggiungere il seguente:

«211-*bis*. Al fine di contrastare l'emergenza abitativa, il ricorso da parte dei Comuni all'applicazione dell'articolo 1, comma 3, della legge 9 dicembre 1998 n. 431 costituisce titolo di preferenza nell'assegnazione di contributi pubblici per qualsiasi tipo di edilizia economica e popolare».

2.1420

BONFRISCO

Dopo il comma 211, inserire il seguente:

«211-*bis*. La disposizione di cui all'articolo 1, comma 38, della legge23 agosto 2004, non si applica alle cessioni di proprietà relative agli immobili acquisiti in locazione ai sensi dell'articolo 18, comma 6, del decreto-legge 13 maggio 1991, n. 152 convertito dalla legge 12 luglio 1991, n. 203».

2.1421

ARRIGONI, CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 211, inserire il seguente:

«211-*bis*. All'articolo 17, comma 1, lettera *h)*, del decreto-legge 12 settembre 2014 n. 133, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 novembre 2014, n. 164, il numero 1) è soppresso».

2.1422

FAVERO, SUSTA, SANGALLI, MANASSERO, BORIOLI, PEZZOPANE, ORRÙ, DALLA ZUANNA, RUTA, TOCCI, MATTESINI, PAGLIARI, ELENA FERRARA

Al comma 212,dopo le parole: «la durata delle operazioni di» *aggiungere le seguenti:* «conversione o».

2.1423

FAVERO, SUSTA, SANGALLI, MANASSERO, BORIOLI, PEZZOPANE, ORRÙ, DALLA ZUANNA, RUTA, TOCCI, MATTESINI, PAGLIARI, ELENA FERRARA

Dopo il comma 212, aggiungere il seguente:

«212-*bis*. Anche al fine di sostenere la grave situazione delle imprese creditrici e degli altri soggetti degli enti dissestati e di ridare impulso ai relativi sistemi produttivi locali, per l'anno 2015, agli enti che hanno deliberato il dissesto finanziario a far data dal 1°ottobre 2009 e sino al 15 ottobre 2014 e, alla data di entrata in vigore della presente legge non abbiano ancora ottenuto, alla data di entrata in vigore della presente legge, l'approvazione del bilancio stabilmente riequilibrato, è attribuita, previa apposita istanza dell'ente interessato, un'anticipazione fino all'importo massimo di 15 milioni di euro per l'anno 2015, entro 120 giorni dalla disponibilità delle risorse.

212-*ter*. L'anticipazione di cui al comma 212-*bis* è ripartita in base ad una quota *pro-capite* determinata tenendo conto della popolazione residente, calcolata alla fine del penultimo anno precedente alla dichiarazione di dissesto secondo i dati forniti dall'Istat ed è concessa con decreto non regolamentare del Ministero dell'interno, da emanarsi entro 30 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, nel limite, di 15 milioni di euro per l'anno 2015 a valere sulla dotazione per l'anno 2015, del fondo di rotazione dl cui all'articolo 243-*ter* del testo unico di cui al decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267 integrato con le risorse di cui al comma 212-*bis*.

212-*quater*. La restituzione dell'anticipazione, da prevedere nell'ambito del bilancio stabilmente riequilibrato, è effettuata, con piano di ammortamento a rate costanti, comprensive degli interessi, in un periodo massimo di venti anni a decorrere dall'anno successivo a quello in verrà approvata l'ipotesi di bilancio stabilmente riequilibrato, con versamento ad appositi capitoli dello stato di previsione dell'entrata del bilancio dello Stato, distinti per la quota capitale e per la quota interessi. Gli importi dei versamenti relativi alla quota capitale sono riassegnati al fondo per l'ammortamento dei titoli di Stato. Il tasso di interesse da applicare alle suddette anticipazioni sarà determinato sulla base del rendimento di mercato dei Buoni poliennali del tesoro a 5 anni in corso di emissione con comunicato del direttore generale del tesoro da emanare e pubblicare sul sito *internet* del Ministero dell'economia e delle finanze. In caso di mancata restituzione delle rate entro i termini previsti, le somme sono recuperate a valere sulle risorse a qualunque titolo dovute dal Ministero dell'Interno e sono versate al predetto stato di previsione dell'entrata del bilancio dello Stato e riassegnate, per la parte capitale, al medesimo fondo per l'ammortamento dei titoli di Stato. Per quanto non previsto nel presente comma e nei commi 212-*bis* e 212-*ter* si rinvia al decreto del Ministro dell'interno 11 gennaio 2013, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* della Repubblica italiana, n. 33 dell'8 febbraio 2013, adottato in attuazione dell'articolo 243-*ter*, comma 2, del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 15.000.000;
2016: ? 15.000.000;
2017: ? 15.000.000.

2.1424

FAVERO, SUSTA, SANGALLI, MANASSERO, BORIOLI, PEZZOPANE, ORRÙ, DALLA

ZUANNA, RUTA, TOCCI, MATTESINI, PAGLIARI, ELENA FERRARA

Dopo il comma 212, aggiungere il seguente:

«212-*bis*. All'articolo 259 del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, il comma 9 è sostituito dai seguenti:

"9. La Cassa depositi e prestiti e gli altri istituti di credito sono autorizzati, su richiesta dell'ente, a consolidare l'esposizione debitoria dell'ente locale, al 31 dicembre precedente l'anno entro il quale raggiungere l'equilibrio, in uno o più mutui della durata massima di cinquanta anni, con esclusione delle rate di ammortamento già scadute. Conservano validità i contributi statali e regionali già concessi in relazione ai mutui preesistenti.

9-*bis*. Il consolidamento dell'esposizione debitoria di cui al comma 9 può comprendere, nella quota capitale, le somme eventualmente dovute per le eventuali penalità e/o maggiori spese connesse all'estinzione anticipata dell'indebitamento, siano esse legate all'estinzione anticipata dei precedenti contratti di mutuo ovvero al rimborso anticipato od al riacquisto dei prestiti obbligazionari. Il consolidamento di che trattasi potrà avvenire in deroga alle disposizioni di cui all'articolo 35, comma 7, secondo periodo e di cui all'articolo 35, comma 9, ultimo periodo, della legge n. 724 del 23 dicembre 1994, di cui all'articolo 41, comma 2 della legge n. 448 del 28 dicembre 2001 nonché in relazione ai vincoli riguardanti i limiti all'indebita mento.

9-*ter*. Per gli enti locali che abbiano deliberato lo stato di dissesto finanziario per l'impossibilità a garantire l'assolvimento delle funzioni e dei servizi indispensabili, il consolidamento dell'esposizione debitoria di cui comma 9, può comprendere, nella quota capitale l'ammontare complessivo del disavanzo come complessivamente calcolabile al 31 dicembre dell'anno nel quale viene raggiunto l'equilibrio finanziario.

9-*quater*. L'ammortamento del debito di cui ai commi precedenti potrà iniziare il 1º gennaio dell'anno successivo a quello in cui viene effettuato il consolidamento"».

2.1425

GUALDANI

Dopo il comma 212 aggiungere i seguenti:

«212-*bis*. Entro il 30 settembre 2015, gli enti locali, di cui all'articolo 2 del testo unico di cui al decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, ad eccezione di quelli commissariati per inquinamento mafioso privi degli organi elettivi ricostituiti e di quelli morosi o dissestati che non abbiano approvato l'ipotesi di bilancio stabilmente riequilibrato di cui all'articolo 261 del decreto legislativo n. 267 del 18 agosto 2000, possono rinegoziare i mutui contratti con Cassa Depositi e prestiti, non rinegoziati in precedenza, per una durata massima di trenta anni dal perfezionamento della nuova rinegoziazione. Non si tiene conto di quanto disposto dal comma 1 dell'art. 204 del testo unico di cui al decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267.

212-*ter*. Le modalità, i criteri e i requisiti dei mutui oggetto del programma di rinegoziazione sono definiti mediante apposita Convenzione fra il Ministero dell'economia e delle finanze e Cassa depositi e prestiti S.p.A, da stipulare entro il 30 aprile 2015, previo accordo presso la Conferenza Stato-città e autonomie locali».

2.1426

URAS, DE PETRIS

Dopo il comma 215, inserire il seguente:

«215-*bis*. Al fine di offrire una guida agli Amministratori nell'utilizzo degli indicatori di benessere per migliorare la qualità della vita dei cittadini e le loro prospettive future, è istituito presso il Ministero dell'interno un Fondo denominato "Fondo Nazionale per lo Sviluppo Economico Locale Sostenibile, con uno stanziamento di 5 milioni di euro a decorrere dal 2015"».

Conseguentemente al comma 112 dell'articolo 1 sostituire la parola «250» *con la seguente* «245».

2.1427

GIUSEPPE ESPOSITO

Dopo il comma 215 inserire il seguente:

«215-*bis*. Al comma 2 dell'articolo 6, del decreto legge 31 maggio 2010, n,78 sono aggiunte in fine le seguenti parole: "ed alle aziende speciali di cui all'art. 114 del D. Lg.vo 267 del 2000"».

Conseguentemente, ai maggiori oneri derivanti dalla presente disposizione si fa fronte mediante corrispondente riduzione dell'importo previsto alla Tabella A, rubrica «Ministero dell'Economia e delle finanze» *per l'anno 2015 e seguenti.*

2.1428

ZANONI, DEL BARBA, LO MORO, PEZZOPANE, BROGLIA, PAGLIARI, MARGIOTTA, BERTUZZI

Dopo il comma 216 inserire i seguenti:

«216-*bis*. In considerazione del processo di trasferimento delle funzioni di cui all'articolo 1, comma 89, della legge 7 aprile 2014, n. 56, le province possono rinegoziare le rate di ammortamento dei mutui e altre forme di finanziamento di cui al comma 1 dell'articolo 204 del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, in scadenza nell'anno 2015, con conseguente rimodulazione del relativo piano di ammortamento anche in deroga alle disposizioni di cui al comma 2, lettera *c)*, dell'articolo 204 del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267.

216-*ter*. Gli oneri derivanti dall'applicazione del comma 216-*bis* restano a carico dell'ente richiedente.

216-*quater*. Le economie derivanti dalla rinegoziazione delle quote di ammortamento dei mutui, nonché quelle derivanti dalla rinegoziazione dei prestiti ordinari della Cassa Depositi e prestiti di cui alla circolare n. 1281/2014, possono essere destinate alla copertura delle spese di parte corrente».

Conseguentemente all'articolo 3, comma 21, lettera g) sostituire la parola: «triplo» *con la seguente:* «quadruplo».

2.1429

CERONI, RAZZI

Dopo il comma 216 aggiungere i seguenti:

«216-*bis*. In considerazione del processo di trasferimento delle funzioni di cui all'art. 1, comma 89, della legge 7 aprile 2014, n. 56, le province possono rinegoziare le rate di ammortamento dei mutui e altre forme di finanziamentodi cui al comma 1, dell'articolo 204 del decreto legislativo 18 agosto 2000, n.267, in scadenza nell'anno 2015, con conseguente rimodulazione del relativo piano di ammortamento anche in deroga alle disposizioni di cui al comma 2, lettera *c)*, dell'articolo 204 del decreto legislativo 18 agosto 2000, n.267.

216-*ter*. Gli oneri derivanti dall'applicazione del comma precedente restano a carico dell'ente richiedente.

216-*quater*. Le economie derivanti dalla rinegoziazione delle rate di ammortamento dei mutui, nonchè quelle derivanti dalla rinegoziazione dei prestiti ordinari della Cassa DD.PP. di cui alla circolare n. 1281/2014, possono essere destinate alla copertura delle spese di parte corrente».

2.1430

FAVERO, SUSTA, SANGALLI, MANASSERO, BORIOLI, PEZZOPANE, ORRÙ, DALLA ZUANNA, RUTA, TOCCI, MATTESINI, PAGLIARI, ELENA FERRARA

*Al comma 219, dopo il capoverso 4-*bis*, aggiungere i seguenti;*

«4-*ter*. I termini di cui ai commi da 1 a 4 sono da riferirsi alla nuova ipotesi di bilancio stabilmente riequilibrato.

4-*quater* Ricorrendo la fattispecie di cui al comma 4-*bis* l'ente può raggiungere l'equilibrio, in deroga alle norme vigenti, entro l'esercizio in cui viene approvato il nuovo bilancio stabilmente riequilibrato e, comunque, entro tre anni, compreso quello in cui è stato deliberato il dissesto».

2.1431

FAVERO, SUSTA, SANGALLI, MANASSERO, BORIOLI, PEZZOPANE, ORRÙ, DALLA ZUANNA, RUTA, TOCCI, MATTESINI, PAGLIARI, ELENA FERRARA

Dopo il comma 219, aggiungere il seguente:

«219-*bis*. In sede di prima applicazione il termine per la presentazione della nuova ipotesi di bilancio stabilmente riequilibrato è di novanta giorni dalla entrata in vigore della presente legge».

2.1432

LAI, URAS, ANGIONI, CUCCA, PEGORER

Dopo il comma 220 inserire il seguente:

«220-*bis*. Le disposizioni di cui al comma 333 dell'art. della legge 27 dicembre 2013, n.147 sono estese alla società Abbanoa SPA per il pagamento di debiti esigibili maturati al 31 dicembre 2013 a valere sulla dotazione 2014 della "sezione per assicurare la liquidità alle Regioni e alle Province autonome per pagamenti di debiti certi ed esigibili diversi da quelli finanziari e societari di cui all'articolo 1, comma 10, del decreto legge 8 aprile 2013, n. 35 convertito con modifiche dalla legge 6 giugno 2013, n. 64", secondo le modalità previste dai commi 333 e 334. La società Abbanoa Spa può presentare al Ministero dell'economia e delle finanze ? Dipartimento del tesoro ? entro il 30 settembre 2014, con certificazione congiunta del presidente e dell'amministratore delegato, un'istanza di accesso ad anticipazione di liquidità, nel limite massimo di 30 milioni di euro, finalizzata al pagamento di debiti commerciali certi liquidi ed esigibili al 31 dicembre 2013. L'anticipazione di liquidità di cui al presente comma è concessa, a valere sulla dotazione per l'anno 2014 della "Sezione per assicurare la liquidità alle regioni e alle province autonome per pagamenti dei debiti certi, liquidi ed esigibili diversi da quelli finanziari e sanitari" di cui all'articolo 1, comma 10, del decreto-legge 8 aprile 2013, n. 35, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 giugno 2013, n. 64.

2-*ter*. All'erogazione della somma di cui al comma precedente si provvede a seguito:

a) della presentazione da parte della società Abbanoa Spa, di un piano di rimborso dell'anticipazione di liquidità, maggiorata degli interessi, in cui sono individuate anche idonee e congrue garanzie, verificato da un esperto indipendente designato dal Ministero dell'economia e delle Finanze con onere a carico della Società;

b) della sottoscrizione di un apposito contratto tra il Ministero dell'economia e delle finanze ? Dipartimento del tesoro ? e la società Abbanoa Spa, nel quale sono definite le modalità di erogazione e di rimborso delle somme, comprensive di interessi, in un periodo non superiore a trenta anni, prevedendo altresì, qualora la società non adempia nei termini stabiliti al versamento delle rate dovute, sia le modalità di recupero delle medesime somme da parte del Ministero dell'economia e delle finanze, sia l'applicazione di interessi moratori, il tasso di interesse a carico della società è pari al rendimento di mercato dei buoni poliennali del tesoro a cinque anni in corso di emissione"».

2.1433

LAI, URAS, ANGIONI, CUCCA, PEGORER

Dopo il comma 220 inserire il seguente:

«220-*bis*. Le disposizioni di cui al comma 333 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2013, n.147 sono estese alla società Abbanoa SPA per il pagamento di debiti esigibili maturati al 31 dicembre 2013 a valere sulla dotazione 2014 della II sezione per assicurare la liquidità alle Regioni e alle Province autonome per pagamenti di debiti certi ed esigibili diversi da quelli finanziari e societari di cui all'articolo 1, comma 10, del decreto legge 8 aprile 2013, n. 35 convertito con modifiche dalla legge 6 giugno 2013, n.64, secondo le modalità previste daicommi 333 e 334. L'istanza di accesso avviene secondo le modalità previste nei commi 33 e 334 entro il 30 settembre 2014 e nel limite massimo di 30 milioni di euro».

2.1434

MANCUSO, GUALDANI

Dopo il comma 220 inserire il seguente:

«220-*bis*. È facoltà dei comuni che hanno deliberato il piano di riequilibrio finnziario, con richiesta di anticipazione a carico del Fondo di Rotazione, di cui all'articolo 243-*bis* del testo unico previsto al decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, e successive modificazio rinunciare al detto Fondo, con la restituzione delle somme già concesse, e correre a mutui erogati dalla Cassa depositi e Prestiti per riequilibrare la situazione economico-finanziaria dell'ente. Il mutuo può essere erogato

previa rimodulazione del piano stesso ed aggiornamento delle passività nelle more accumulatesi. I comuni che accedono a tale forma di finanziamento non hanno obbligo di ridurre la pianta organica, fatta eccezione per i prepensionamenti a seguito di dichiarazione di eccedenza del personale. Il mutuo erogato viene pagato esclusivamente con fondi comunali».

2.1435

CERONI

Dopo il comma 220, inserire il seguente:

«220-*bis*. All'articolo 1 del decreto legge 8 aprile 2013, n.35, convertito con modificazioni dalla legge 6 giugno 2013, n. 64, al comma 15 le parole "obbligatoriamente entro sessanta giorni dalla concessione della anticipazione da parte della Cassa depositi e prestiti S.p.A. ai sensi del comma 3" sono sostituite dalle seguenti parole "obbligatoriamente entro il termine del 31 dicembre 2014"».

2.1436

MANGILI, BULGARELLI, AIROLA, CIOFFI, SCIBONA

Sopprimere il comma 221.

1.6000/1

CIOFFI, SCIBONA, LEZZI, BULGARELLI, MANGILI

All'emendamento 1.6000, capoverso "94-bis", sostituire le parole: "cadenza bimestrale" *con le seguenti:* "cadenza trimestrale".

1.6000/2

BLUNDO, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

All'emendamento 1.6000, capoverso "94-bis", aggiungere, in fine il seguente periodo: "In ogni caso, nello stato di avanzamento dei lavori dovrà essere indicato l'avvenuto pagamento di tutte le fatture degli appaltatori fornitori e subappaltatori relative ai lavori effettuati sia nei precedenti SAL che in quelli oggetto del pagamento."

1.7000/1

COMAROLI, TOSATO

Dopo le parole «a decorrere dall'anno 2019», *aggiungere il seguente periodo*:

«è trasmessa semestralmente alle competenti Commissioni parlamentari una relazione relativa all'impiego delle risorse di cui al presente comma.»

1.8000/1

RUTA, ALBANO, BERTUZZI, FASIOLO, GATTI, PIGNEDOLI, SAGGESE, VALENTINI, LAI

All'emendamento 1.8000 del Governo, sostituire le parole da: "secondo periodo" fino *alla fine dell'emendamento con le seguenti:* "primo periodo, sostituire le parole: "108 milioni" con le seguenti: "100 milioni".

Conseguentemente:

al comma 101, sopprimere il secondo periodo;

dopo il comma 101, inserire il seguente:

101-*bis*. Il fondo di cui all'articolo 58, comma 1, del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 134, è rifinanziato di 8 milioni di euro per l'anno 2015."

1.8000/2

BIGNAMI, PEPE, MAURIZIO ROMANI, MUSSINI

All'emendamento 1.8000 sostituire le parole: "8 milioni di euro", con le seguenti: "10 milioni di euro".

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: -2 milioni di euro

1.9100/1

CIOFFI, SCIBONA, MANGILI, BULGARELLI, LEZZI

All'emendamento 1.9100, capoverso "133-bis", lettera a), secondo periodo, sopprimere le seguenti

parole: ", o di una società da quest'ultimo controllata"

1.9100/2

CIOFFI, SCIBONA, MANGILI, BULGARELLI, LEZZI

All'emendamento 1.9100, capoverso "133-bis", lettera a), terzo periodo, sopprimere le parole da: "ovvero" *fino alla fine del periodo.*

2.3000/1

COMAROLI, TOSATO

Sopprimere il comma 42-bis.

2.3000/2

SCIBONA, CIOFFI, MANGILI, BULGARELLI, LEZZI

All'emendamento 2.3000, capoverso "42-bis", dopo le parole da: "economico e sociale," *inserire le seguenti:* "di incrementare l'efficienza e l'efficacia del servizio,".

2.3000/3

COMAROLI, TOSATO

Al comma 42 bis, sostituire le parole da: "del servizio" *fino alla fine del periodo con le seguenti:* "comunque garantendo il diritto degli utenti di usufruire di un servizio di preminente interesse generale come quello postale, come stabilito dal decreto legislativo 261/1999, occupandosi prioritariamente dell'espletamento del servizio pubblico e solo secondariamente degli altri servizi connessi."

2.3000/4

CIOFFI, SCIBONA, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

All'emendamento 2.3000, capoverso "42-bis", sopprimere le parole da: "e di rimodulazione" *fino alla fine del capoverso.*

2.3000/5

SCIBONA, CIOFFI, LEZZI, MANGILI, BULGARELLI

All'emendamento 2.3000, capoverso "42-ter", nella lettera f-ter), sostituire le parole: "entro il quarto giorno" *con le seguenti*: "entro e non oltre il terzo giorno".

2.3000/6

GIROTTO, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

All'emendamento 2.3000, al capoverso "42-quater", aggiungere, in fine, i seguenti periodi: «Per i servizi rientranti nel servizio universale, il fornitore si impegna a rendere accessibili le offerte di riferimento agli acquirenti, sia persone fisiche che giuridiche, esclusivamente attraverso contratti per adesione. Al di fuori di tale fattispecie, i prezzi sono da considerarsi soggetti ad IVA, in quanto offerti fuori dagli obblighi di servizio universale. Il fornitore si impegna altresì a comunicare periodicamente all'Autorità per le garanzie nelle comunicazioni e a pubblicare sul sito web i prezzi speciali nonché eventuali condizioni ad essi associate, di cui all'art. 13, comma 3-*bis*, del decreto legislativo 22 luglio 1999, n. 261, e sue successive modifiche.»

2.3000/7

CIOFFI, SCIBONA, MANGILI, LEZZI, BULGARELLI

All'emendamento 2.3000, capoverso "42-quater", aggiungere, infine, le seguenti parole: ", nonché il rispetto delle esigenze essenziali dell'utenza, incluse quelle relative alle situazioni particolari delle isole minori e delle zone rurali e montane".

2.3000/8

CIOFFI, SCIBONA, MANGILI, LEZZI, BULGARELLI

All'emendamento 2.3000, capoverso "42-quinquies", dopo le parole: "proposta presentata dal fornitore del servizio universale", *inserire le seguenti:* " e sentite le associazioni dei consumatori e degli utenti"

2.3000/9

SCIBONA, CIOFFI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

All'emendamento 2.3000, capoverso "42-quinquies", dopo le parole: "obiettivi statistici di qualità", *inserire le seguenti:* "adeguandoli a quelli realizzati a livello europeo, con riguardo ai tempi di instradamento e di recapito ed alla regolarità ed affidabilità dei servizi,"

2.3000/10
CIOFFI, SCIBONA, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI
All'emendamento 2.3000, capoverso "42-quinquies", sopprimere le parole da: ", individuando soluzioni "*fino alla fine del capoverso.*
2.3000/11
CIOFFI, SCIBONA, MANGILI, BULGARELLI, LEZZI
All'emendamento 2.3000, capoverso "42-quinquies", dopo la parola: "individuando" *inserire le seguenti:* " senza ulteriori aggravi per l'utenza".
2.3000/12
COMAROLI, TOSATO
Al comma 42 quinquies sostituire le parole: "tariffe in correlazione all'andamento dei volumi di traffico" *con le seguenti*: " tariffe in correlazione alla qualità del servizio reso."
2.3000/13
BONFRISCO, CERONI, D'ALÌ, MANDELLI, MALAN, MILO
All'emendamento 2.3000, dopo il capoverso "42-quinquies" aggiungere il seguente:
"42-*sexies*. La proposta di cui al comma precedente è altresì essere trasmessa all' Autorità Garante della Concorrenza e del Mercato che dovrà negli stessi termini esprimere il parere.
2.5000/1
COMAROLI, TOSATO
Sostituire le parole comprese tra "75-*bis*" e "31 dicembre 2015" *con le seguenti:*
"75-*bis*. L'articolo 6, comma 1, del decreto legislativo 29 settembre 2013, n. 121, è soppresso"
2.5000/2
BONFRISCO, CERONI, D'ALÌ, MANDELLI, MALAN
All'emendamento 2.5000, dopo il capoverso "75-bis" aggiungere i seguenti:
«75-*ter*. All'articolo 34 del Regio decreto 18 giugno 1931, n. 773, sono apportate le seguenti modificazioni:
al primo comma, dopo le parole: "negozio od opificio", sono inserite le seguenti: "qualora in numero superiore a sei";
dopo il secondo comma è aggiunto il seguente: "Per il trasporto di armi e parti d'arma tra soggetti muniti della licenza di cui all'articolo 31, in luogo del preventivo avviso di trasporto è data comunicazione, almeno 48 ore prima del trasporto medesimo, all'autorità di pubblica sicurezza, anche per via telematica attraverso trasmissione al relativo indirizzo di posta elettronica certificata. L'attestazione dell'avvenuta comunicazione deve accompagnare le relative armi o parti d'arma."
75-*quater*. All'articolo 11, comma 5, lettera a) della legge 21 dicembre 1999, n. 526, le parole: "dalla Commissione consultiva centrale per il controllo delle armi" sono sostituite dalle seguenti: "dal banco nazionale di prova".»
2.8000/1
BONFRISCO, CERONI, D'ALÌ, MANDELLI, MALAN, MILO
All'emendamento 2.8000 le parole "20 per cento", *sono sostituite dalle parole* "10 per cento" *e le parole* "30 per cento" *sono sostituite dalle parole* "20 per cento".
All' emendamento 2.8000 è aggiunto, in fine, il seguente periodo:
"All'articolo 1, comma 380-*quater* della legge 24 dicembre 2012, n. 228, e successive modificazioni, è aggiunto infine il seguente periodo: "Entro il 31 ottobre 2015 i coefficienti di riparto da applicare dal 2016 vengono aggiornati sulla base delle informazioni acquisite attraverso l'aggiornamento periodico di cui all'articolo 5, comma 1, lettera c) del decreto legislativo 26 novembre 2010, n. 216, previo accordo in sede di Conferenza Stato-Città e autonomie locali."
2.9000/1
PETROCELLI, BULGARELLI, CASTALDI, LEZZI, MANGILI
All'emendamento del governo 2.9000, aggiungere in fine le seguenti parole: "a tal fine, il valore dell'aliquota calcolato in base all'articolo 19 del medesimo decreto legislativo 625 del 1996, è

incrementata così come stabilito dal comma 10 dell'articolo 3".
Conseguentemente, all'articolo 3, dopo il comma 10, aggiungere i seguenti:
"10-*bis*. Per le finalità di cui al comma 167 dell'articolo 2, a decorrere dal 1 gennaio 2015, l'aliquota di prodotto corrisposta allo Stato dai titolari di ciascuna concessione di coltivazione di idrocarburi liquidi e gassosi estratti sia in terraferma che in mare, ai sensi del comma 1 dell'articolo 19 del decreto legislativo 25 novembre 1996, n. 625 è stabilità, uniformemente, nella misura del 50 per cento della quantità di idrocarburi estratti.
10-*ter*. Sono soppressi i commi 2, 3, 6 e 6-*bis*, dell'articolo 19 del decreto legislativo 25 novembre 1996, n. 625.
10-*quater*. All'articolo 18 del decreto legislativo 25 novembre 1996, n. 625, il comma 1 è sostituito dal seguente:
«1. A decorrere dal 1 gennaio 2015, i canoni annui per i permessi di prospezione e di ricerca e per le concessioni di coltivazione e di stoccaggio nella terraferma, nel mare territoriale e nella piattaforma continentale italiana, sono così determinati:
permesso di prospezione: 2.000 euro per chilometro quadrato;
permesso di ricerca: 3.000 euro per chilometro quadrato;
permesso di ricerca in prima proroga: 5.000 euro per chilometro quadrato;
permesso di ricerca in seconda proroga: 10.000 euro per chilometro quadrato;
concessione di coltivazione: 20.000 euro per chilometro quadrato;
concessione di coltivazione in proroga: 25,000 euro per chilometro quadrato;
concessione di stoccaggio insistente sulla relativa concessione di coltivazione: 5.000 euro per chilometro quadrato;
concessione di stoccaggio in assenza di relativa concessione di coltivazione: 20.000 euro per chilometro quadrato».
10-*quinquies*. A decorrere dal 1 gennaio 2015, viene applicata una sanzione pecuniaria di 4.000 euro per chilometro quadrato, per ogni anno di mancato inizio delle attività di concessione.

2.9400/1

RUSSO

All'emendamento 2.9400, aggiungere in fine il seguente comma:
"201-*ter*. Per le finalità di cui al comma 201-*bis* è autorizzata la spesa di ulteriori ottocentomila euro annui per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017."
Conseguentemente, all'art. 3 :
alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguentivariazioni:*
2015: -1.600.000
2016: -1.600.000
2017: -1.600.000
alla tabella C, missione Relazioni finanziarie con le autonomie territoriali, programma Regolazioni contabili ed altri trasferimenti alle Regioni a statuto speciale, voce: Ministero dell'economia e delle finanze. Legge n. 38 del 2001: Norme a tutela della minoranza linguistica slovena della Regione Friuli Venezia Giulia, art. 16, comma 2: Contributo alla Regione Friuli-Venezia Giulia (2.3 - cap. 7513/p), apportare le seguenti variazioni:
2015: CP: + 800.000;
CS: +800.000;
2016: CP: +800.000;
CS: +800.000;
2017: CP: +800.000;
CS: +800.000;

3.3000/1

COMAROLI, CANDIANI, TOSATO, DIVINA

Dopo le parole "CS: 113.100.000" *aggiungere le seguenti* "Conseguentemente all'articolo 2

sopprimere il comma 130. Conseguentemente all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 100 milioni di euro a decorrere dal 2015.»"

1.390 (testo 2)

PEZZOPANE, FEDELI, CHIAVAROLI, TOMASELLI, ALBANO, MANASSERO, FASIOLO, SOLLO, STEFANO ESPOSITO, D'ADDA, BORIOLI, SPILABOTTE

Dopo il comma 43 inserire i seguenti:

«43-*bis*. Nell'ambito delle risorse annualmente destinate alla ricostruzione privata, a partire dall'anno 2015, una quota fino ad un massimo dell'1 per cento delle suddette risorse, confluisce in un fondo istituito presso la Presidenza del Consiglio dei ministri, Struttura di missione per il coordinamento dei processi di ricostruzione e sviluppo nei territori colpiti dal sisma del 6 aprile 2009, di cui al decreto del Presidente del Consiglio dei ministri del 1° giugno 2014.»

«43-*ter*. Al fine di assicurare la continuità delle attività di ricostruzione e di recupero del tessuto urbano e sociale dei territori abruzzesi colpiti dal sisma, nell'ambito delle risorse destinate alla ricostruzione privata e pubblica, una quota fino ad un massimo dell'1 per cento sull'ammontare di contributi privati già assegnati ai sensi dell'art. 7-*bis*, comma 1 della Delibera Cipe 23 marzo 2012 n. 43 come rifinanziato con la presente norma, nonché sull'importo impegnato su edilizia pubblica tramite obbligazioni giuridicamente vincolanti risultanti dal monitoraggio di cui al Decreto Ministeriale del Ministero dell'economia delle finanze del 29 ottobre 2012 relative all'anno precedente possono essere utilizzate, per provvedere ai fabbisogni di prestazioni e servizi di natura tecnica e di assistenza qualificata, in qualunque forma resi, dagli enti locali e dagli uffici statali istituzionalmente preposti alle attività della ricostruzione nell'ambito delle risorse a ciascuno assegnate. Per il 2015 l'assegnazione da parte del CIPE ai comuni del cratere, ad eccezione del comune di L'Aquila, è pari all'1,5% dei contributi concessi l'anno precedente con il successivo riassorbimento delle risorse eccedenti la quota dell'1% sulle assegnazioni relative ai tre anni successivi».

«43-*quater*. Al fine di completare le attività finalizzate alla fase di ricostruzione del tessuto urbano, sociale e occupazionale della città dell'Aquila a seguito del sisma dell'aprile 2009, il Comune dell'Aquila è autorizzato a prorogare e/o rinnovare entro e non oltre il 31 dicembre 2016 i contratti a tempo determinato, stipulati sulla base della normativa emergenziale, nel limite di spesa di 2,2 milioni di euro per ciascuna annualità (2015/2016). E' altresì ammessa per le medesime annualità la possibilità di stipulare contratti per la copertura di massimo tre posizioni dirigenziali di Settori connessi alle attività di ricostruzione all'interno dei limiti di spesa come sopra definiti. La proroga e/o il rinnovo dei contratti a tempo determinato e la stipula dei contratti per la copertura delle posizioni dirigenziali è consentita anche in deroga alle vigenti normative in materia di vincoli alle assunzioni a tempo determinato presso le amministrazioni pubbliche, di cui al decreto legislativo 6 settembre 2001, n. 368, al decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 luglio 2010, n. 122, al testo unico di cui al decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, e al decreto legislativo 30 marzo 2001, n.165, anche con riferimento all'articolo 19 di quest'ultimo decreto, e di rispetto del patto di stabilità e di spesa del personale di cui alla legge 27 dicembre 2006, n. 296, e al decreto-legge 25 giugno 2008, n.112, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 agosto 2008, n.133. Le risorse per le annualità 2015/2016 trovano copertura sulle economie accertate nelle risorse destinate all'Ufficio speciale della città dell'Aquila e dell'Ufficio speciale dei restanti comuni del cratere per l'assunzione di personale a tempo indeterminato, ai sensi dell'articolo 67-*ter*, comma 5, del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 134 dell'anno 2013 sul capitolo n.1358 del Ministero dell'Interno/ovvero sulle economie accertate dal Titolare dell'Ufficio Speciale della citta dell'Aquila sull'OPCM n.4013/99.»

«43-*quinquies*. In materia di risorse stanziate e non utilizzate per la ricostruzione del Comune dell'Aquila, della Provincia e dei comuni del cratere si applicano le seguenti disposizioni:

a) le eventuali economie accertate alla conclusione dell'intervento di riparazione/ricostruzione sulla

base dei dati di monitoraggio di cui al decreto ministeriale del Ministero delle economia e finanze 29 ottobre 2012 restano comunque destinate alla ricostruzione privata per il finanziamento di ulteriori interventi. Tali somme vengono direttamente trasferite dagli istituti di credito ai comuni competenti per il finanziamento degli interventi sopra richiamati, previa autorizzazione del Ministero dell'Economia e delle Finanze;
b) le economie ottenute dalla differenza tra le somme stanziate ed i costi effettivi degli interventi gestiti direttamente dai Comuni, restano nella disponibilità degli stessi Comuni per il finanziamento di ulteriori interventi, previa autorizzazione del Ministero dell'Economia e delle Finanze;
c) per la gestione delle risorse correlate al sisma e delle economie di cui alle lettere precedenti ovvero in relazione agli adempimenti derivanti dal decreto legislativo 23 giugno 2011 in tema di armonizzazione dei bilanci, è autorizzata l'apertura di una contabilità speciale intestata al Sindaco del Comune dell'Aquila, ai sensi del comma 585, del Regio Decreto n. 827 del 23 maggio 1924, presso la quale far confluire tutte le risorse pubbliche correlate alle attività della ricostruzione;
d) le somme già assegnate al Comune dell'Aquila per detti scopi e non utilizzate sono attribuite alla contabilità speciale.
e) il titolare della contabilità speciale con il supporto e l'asseverazione del collegio dei revisori interno all'Ente rendiconta le somme assegnate secondo quanto previsto dal richiamato Regio decreto e dalle direttive impartite dal Ministero dell'Economia e Finanze.»
«43-*sexies*. Il Comune dell'Aquila è autorizzato ad attuare la previsione di cui all'art.4 commi 6, 6 *quater*, 7 e 8 della Legge 125 del 30/10/2013 avviando procedure pubbliche con riserva fino al 50 % dei posti messi a concorso a favore di coloro che siano in possesso dei requisiti prescritti dalla norma, anche per profili professionali e categorie di inquadramento inferiori a quelle del precedente servizio prestato a tempo determinato e in ogni caso afferenti a profili non ricoperti con il ed. concorso "Ripam Abruzzo", di cui all'art. 67 *ter* del D.L.83/2012 convertito con Legge n.134/2012. Le procedure selettive di cui al presente comma possono essere avviate - per le sole annualità 2015 e 2016 - in deroga al limite della spesa corrispondente alle cessazioni dell'anno di cui al DL n.90 del 24/06/2014, fermo restando il rispetto del limite di cui all'art. 1, comma 557, legge 296/2006 nonché nei limite della dotazione organica dell'Ente.»
Conseguentemente :
- *all'art. 3, comma 21, lett g) sostituire la parola:* "triplo" *con la seguente*: "quintuplo".
- *Alla Tabella A,* voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*
2015: -100.000.000;
2016: -100.000.000;
2017: -100.000.000.

1.481 (testo 2)
GRANAIOLA
Dopo il comma 80 aggiungere i seguenti:
«80-*bis*. Nelle more della presentazione del provvedimento di riordino della materia delle concessioni demaniali marittime e dei relativi canoni, al fine di evitare l'insorgere di ulteriori contenziosi, il pagamento dei canoni di cui all'articolo 1, comma 251, del decreto-legge n. 296 del 27 dicembre 2006, anche in riferimento ai contenziosi in atto alla data del 30 novembre 2014 è sospeso e la definizione dei canoni stessi è attuata sulla base della disciplina dettata dal provvedimento di riordino di cui la presente comma.
80-*ter*. In previsione del riordino di cui al comma 1, il Ministro dei beni e delle attività culturali e del turismo emana con proprio decreto, linee guida per le Soprintendenze regionali volte a consentire il permanere, nelle aree del demanio in concessione, dei manufatti amovibili di cui alla lettera e.5) del comma 1 dell'articolo 3 del testo unico delle disposizioni legislative e regolamentari in materia edilizia, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 6 giugno 2001, n. 380, secondo le modalità previste dalle Regioni.»

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale, *apportare le seguenti variazioni'.*
2015:-40.000.000;
2016:-40.000.000;
2017:-40.000.000.

1.642 (testo 2)
PARENTE, ANGIONI, D'ADDA, FAVERO, LEPRI, MANASSERO, PEZZOPANE, SPILABOTTE
Dopo il comma 90, aggiungere il seguente:

1.747 (testo 2)
TONINI, BERTUZZI, CORSINI, FATTORINI, LUCHERINI, MICHELONI, PEGORER, TRONTI, DALLA ZUANNA, PUPPATO
Dopo il comma 104 sono inseriti i seguenti:
"104-*bis*. Il comma 5 dell'articolo 26 della legge 11 agosto 2014, n. 125, è sostituito dal seguente: "5. Le cessioni di beni e le relative prestazioni accessorie effettuate, secondo modalità stabilite con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, nei confronti delle amministrazioni dello Stato e dei soggetti della cooperazione allo sviluppo iscritti nell'elenco di cui al comma 3, destinati ad essere trasportati o spediti fuori dell'Unione europea in attuazione di finalità umanitarie, comprese quelle dirette a realizzare programmi di cooperazione allo sviluppo, sono non imponibili agli effetti dell'imposta sul valore aggiunto ai sensi dell'articolo 8-*bis* del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633. ".
104-*ter*. Nelle more dell'emanazione del decreto di cui all'articolo 26, comma 5, della legge n. 125 del 2014, come sostituito dal comma 104-*bis*, continuano ad applicarsi le disposizioni contenute nel decreto del Ministro delle finanze del 10 marzo 1988, pubblicato nella Gazzetta Ufficiale della Repubblica Italiana n. 204 del 31 agosto 1988. "
Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*
2015:-2.000.000;
2016:-2.000.000;
2017:-2.000.000.

1.935 (testo 2)
MILO
Dopo il comma 114 aggiungere il seguente:

1.1224 (testo 2)
GUERRIERI PALEOTTI, VERDUCCI, BROGLIA, DEL BARBA, LAI, SANGALLI, SPOSETTI, ZANONI, MATURANI, STEFANO ESPOSITO, FABBRI, VACCARI, GIANLUCA ROSSI, CAPACCHIONE, FISSORE, ELENA FERRARA, CARDINALI, ANGIONI, TOMASELLI, FILIPPI
Dopo il comma 140, aggiungere i seguenti:
« 140-*bis*. Nell'ambito del Piano di cui al comma 140, una quota pari a 30 milioni di euro è destinata agli interventi di cui ai commi da 140-*ter* a 140-*novies*.
140-*ter*. Al fine di rafforzare la gestione dei processi di internazionalizzazione e di incrementare gli ordinativi e il fatturato delle micro, piccole e medie imprese sui mercati al di fuori del territorio nazionale, nei limiti ed alle condizioni previste dal regolamento (CE) n. 1998/2006 della Commissione europea del 15 dicembre 2006, relativo agli aiuti di importanza minore *de minimis*, pubblicato sulla Gazzetta Ufficiale dell'Unione europea legge del 25 dicembre 2006 e successive modificazioni, sono concesse alle medesime imprese, nel limite massimo di spesa di 30 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015, in alternativa tra loro:

a) un contributo sotto forma di credito d'imposta del 35 per cento delle spese sostenute, per un periodo non superiore a 36 mesi, anche non consecutivi, per l'utilizzo, mediante stipula di un contratto di consulenza, di figure professionali di comprovata e documentata esperienza lavorativa nel campo del commercio internazionale al fine di rafforzare la gestione di processi e programmi di internazionalizzazione ed incrementare il fatturato dell'impresa sui mercati al di fuori del territorio nazionale.
b) in caso di assunzione, anche con contratto di lavoro a tempo determinato, di *manager* con comprovata esperienza professionale nel campo del commercio internazionale, nel periodo di imposta in corso alla data di entrata in vigore della presente legge e nei due periodi di imposta successivi, le seguenti agevolazioni:
1) riduzione del 50% degli oneri contributivi di qualsiasi natura derivanti dall'assunzione del manager;
2) esenzione, ai fini dell'imposta sul reddito delle società, per un importo pari al 50 per cento del maggiore reddito conseguito, rispetto al reddito dichiarato nell'anno precedente l'assunzione del manager;
140-*quater*. Per fruire del credito d'imposta di cui al comma 141-*ter*, lettera a), le imprese presentano un'istanza secondo le modalità individuate con il decreto di cui al comma 141-*septies*, al Ministero dello sviluppo economico che concede il credito d'imposta nel rispetto del previsto limite dì spesa di cui al comma 141-*septies*.
140-*quinquies*. Qualora sia accertata l'indebita fruizione, anche parziale, del contributo per il verificarsi del mancato rispetto delle condizioni previste dalle presenti disposizioni, il Ministero dello sviluppo economico procede, ai sensi dell'articolo I, comma 6, del decreto-legge 25 marzo 2010, n. 40, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 maggio 2010, n. 73, al recupero del relativo importo, maggiorato di interessi e sanzioni secondo legge.
140-*sexies*. Il credito di imposta di cui al comma 141-*ter*, lettera a), è utilizzabile esclusivamente in compensazione ai sensi dell'articolo 17 del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, nei limiti dell'importo concesso, presentando il modello F24 esclusivamente attraverso i servizi telematici offerti dall'Agenzia delle entrate, pena lo scarto dell'operazione di versamento, secondo modalità e termini definiti con provvedimento del Direttore della medesima Agenzia. Ai fini di cui al periodo precedente, il Ministero dello sviluppo economico trasmette all'Agenzia delle entrate, secondo modalità telematiche definite d'intesa, l'elenco delle imprese ammesse alla fruizione del credito d'imposta, con i relativi importi, nonché le eventuali variazioni. Il credito di imposta non è soggetto al limite annuale di cui all'articolo 1, comma 53, della legge 24 dicembre 2007, n. 244, e deve essere indicato nella dichiarazione dei redditi relativa al periodo di imposta di maturazione del credito e nelle dichiarazioni dei redditi relative ai periodi di imposta nei quali lo stesso è utilizzato. Esso non concorre alla formazione della base imponibile, né al fine delle imposte sul reddito, né ai fini dell'imposta regionale sulle attività produttive, e non rileva ai fini del rapporto di cui agli articoli 61 e 109, comma 5, del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917.
140-*septies*. I contratti di assunzione di cui al comma 141-*ter*, lettera b), non possono avere durata inferiore a dodici mesi. Il contratto di assunzione prevede, altresì, gli obiettivi finali e intermedi, le deleghe operative e le procure ufficiali, nonché le risorse aziendali a disposizione, i tempi di attuazione e le previsioni di spesa. Per l'accesso ai benefici di cui al comma 1, lettera b), l'impresa è tenuta a dichiarare che il manager non ha avuto rapporti pregressi di dipendenza o di collaborazione duratura con l'azienda medesima o con aziende ad essa comunque collegate, né essere familiare del titolare o dei componenti del consiglio di amministrazione della stessa.
140-*octies*. Con decreto del Ministero dello sviluppo economico, da adottare, di concerto con il Ministero del lavoro, sentita l'Agenzia delle Entrate, entro novanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono stabilite le modalità applicative delle agevolazioni di cui al comma 140-*ter*, lettere a) e b) del presente articolo, anche al fine di assicurare priorità nell'accesso ai benefici alle imprese che abbiano conseguito un maggior fatturato e un maggior reddito rispetto all'anno precedente

sui mercati esteri e di garantire il rispetto del limite complessivo previsto degli stanziamenti di cui al comma 140-*novies*.
140-*novies*. Ai fini di cui al comma 140-*ter*, 12 milioni di euro sono destinate alle finalità di cui al comma 140-*ter*, lettera a) e 18 milioni di euro per le finalità di cui al comma 140-*ter*, lettera b).

1.1273 (testo 2)

BONFRISCO

Dopo il comma 142,inserire i seguenti:
«142-*bis*. Al fine di consentire lo sviluppo di iniziative nell'ambito della ricerca scientifica in materia di mitigazione ed adattamento ai cambiamenti climatici è autorizzata la spesa per l'anno 2015 di euro 15 milioni e di euro 5 milioni per gli anni 2016 e 2017.
142-*ter*. Ai relativo onere si provvede quanto a 15 milioni per l'anno 2015 e quanto ai 5 milioni per ciascuno degli anni 2016 e 2017 mediante riduzione dell'1% degli stanziamenti di parte corrente inseriti nell'allegata tabella C.
142-*quater*. Tali risorse sono destinate al finanziamento di Accordi di Programma Quadro con società,consorzi,associazioni,organismi e fondazioni a totale o prevalente partecipazione dì enti pubblici,valutate dall'ANVUR, costituiti con leggi o disposizioni statutarie,per la realizzazione di specifici programmi di ricerca pluriennali.
14-*quinquies*. Il Ministro per l'ambiente e per la Tutela del Territorio e del Mare, con proprio decreto, stabilisce il riparto delle risorse di cui al comma 1 tra i soggetti di cui al comma 2, seguendo un criterio premiale che si basi sulle valutazioni ANVUR.»

1.1321 (testo 2)

ZELLER, BERGER, PALERMO, LANIECE, BATTISTA, FRAVEZZI, PANIZZA

Dopo il comma 143, aggiungere, in fine, il seguente:
«143-*bis*. All'articolo 1, comma 515, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, sono apportate le seguenti modificazioni:
al primo periodo, le parole: "30 giugno 2014", sono sostituite dalle seguenti: «30 giugno 2015, o con apposite norme di attuazione agli statuti di autonomia»;
al primo periodo, le parole: "la giustizia civile, penale e minorile", sono sostituite dalle seguenti: «la magistratura ordinaria, tributaria e amministrativa,»
e) al terzo periodo, all'alinea, dopo le parole: "Con i predetti accordi", sono inserite le seguenti: «o con norme di attuazione».
d) sopprimere le parole da: "Aifini di evitare disparità", fino alla fine del comma.»

2.786 (testo 2)

CATTANEO

All'articolo 2. il comma 98 e sostituito dai seguenti:
«98. Dopo la lettera e) del comma 2 dell'articolo 4 del decreto legislativo 29 marzo 2012, n. 49, è aggiunta la seguente lettera:
«*c-bis*) In deroga alla disposizione del comma precedente per la sola programmazione delle annualità 2015, 2016 e 2017 il numero dei ricercatori reclutati ai sensi dell'articolo 24, comma 3, lettera b). della legge 30 dicembre 2010, n. 240, non può essere inferiore alla metà di quello dei professori di Ia fascia reclutati nel medesimo periodo, nei limiti delle risorse disponibili».
98-*bis***.** All'onere derivante dall'attuazione del comma precedente, pari a 5 milionidi euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, si provvede mediante corrispondente riduzione della voce "Fondi da ripartire" del Ministero dell'economia e delle finanze, di cui all'elenco n. 3 allegato al comma 45 dell'articolo 2. Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307, così come incrementato, a decorrere dal 2015, dall'articolo 1, comma 132 della presente legge.»

2.824 (testo 2)

CALEO, VACCARI

Dopo il comma 103 inserire i seguenti:

«103-*bis* Nella parte terza, sezione I, titolo II, capo III, del decreto legislativo 3 aprile 2006, n. 152, e successive modificazioni, dopo l'articolo 72 è aggiunto il seguente:

«Art. 72-*bis*.

(Disposizioni per il finanziamento degli interventi di rimozione o di demolizione di immobili abusivi realizzati in aree soggette a rischio idrogeologico elevato o molto elevato ovvero esposti a rischio idrogeologico)

Nello stato di previsione del Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare è istituito un capitolo per il finanziamento di interventi di rimozione o di demolizione, da parte dei comuni, di opere e immobili realizzati in aree soggette a rischio idrogeologico elevato o molto elevato, ovvero di opere e immobili dei quali viene comprovata l'esposizione a rischio idrogeologico, in assenza o in totale difformità del permesso di costruire.

Ai fini di cui al comma 1, è autorizzata la spesa di 10 milioni di euro per l'anno 2015. Al relativo onere si provvede mediante corrispondente riduzione, per l'anno 2015, dell'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 1, comma 432, della legge 23 dicembre 2005, n. 266. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio.

Ferme restando le disposizioni in materia di acquisizione dell'area di sedime ai sensi dell'articolo 31, comma 3, del testo unico delle disposizioni legislative e regolamentari in materia edilizia, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 6 giugno 2001, n. 380, i comuni beneficiari dei finanziamenti di cui al comma 1 del presente articolo sono tenuti ad agire nei confronti dei destinatari di provvedimenti esecutivi di rimozione o di demolizione non eseguiti nei termini stabiliti, per la ripetizione delle relative spese, comprensive di rivalutazioni e interessi. Il comune, entro trenta giorni dalla riscossione, provvede al versamento delle somme di cui al primo periodo ad apposito capitolo dell'entrata del bilancio dello Stato, trasmettendone la quietanza di versamento al Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, affinché le stesse siano integralmente riassegnate, con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, su proposta del Ministro dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, al capitolo di cui al comma 1 del presente articolo.

Fatto salvo quanto disposto dagli articoli 6, 13, 29 e 30 della legge 6 dicembre 1991, n. 394, e successive modificazioni, sono ammessi a finanziamento, sino a concorrenza delle "Somme disponibili nel capitolo di cui al comma 1 del presente articolo, gli interventi su opere e immobili per i quali sono stati adottati provvedimenti definitivi di rimozione o di demolizione non eseguiti nei termini stabiliti, con priorità per gli interventi in aree classificate a rischio molto elevato, sulla base di apposito elenco elaborato su base trimestrale dal Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare.

Per accedere ai finanziamenti di cui al comma 1, i comuni presentano al Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare apposita domanda di concessione, corredata di una relazione contenente il progetto delle attività di rimozione o di demolizione, l'elenco dettagliato dei relativi costi, l'elenco delle opere e degli immobili ubicati nel proprio territorio per i quali sono stati adottati provvedimenti definitivi di rimozione o di demolizione non eseguiti e la documentazione attestante l'inottemperanza a tali provvedimenti da parte dei destinatari dei medesimi. Con decreto del Ministro dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, entro novanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente disposizione, sentita la Conferenza Stato-Città ed autonomie locali, sono adottati i modelli e le linee guida relativi alla procedura per la presentazione della domanda di concessione.

I finanziamenti concessi ai sensi del comma 5 del presente articolo sono aggiuntivi rispetto alle somme eventualmente percepite ai sensi dell'articolo 32, comma 12, del decreto-legge 30 settembre 2003, n. 269, convertito, con modificazioni, dalla legge 24 novembre 2003, n. 326. Resta ferma la disciplina delle modalità di finanziamento e di realizzazione degli interventi di demolizione o di rimozione di opere e immobili abusivi contenuta in altre disposizioni.

Nei casi di mancata realizzazione degli interventi di rimozione o di demolizione di cui al comma 4, nel termine di centoventi giorni dall'erogazione dei finanziamenti concessi, i finanziamenti stessi devono essere restituiti, con le modalità di cui al secondo periodo del comma 3, al Ministero dell'ambiente e

della tutela del territorio e del mare.
Il Ministro dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare presenta alle Camere una relazione sull'attuazione del presente articolo, in cui sono indicati i finanziamenti utilizzati e gli interventi realizzati».
103-*ter*. All'articolo 3, comma 1, lettera e.5), del testo unico delle disposizioni legislative e regolamentari in materia edilizia, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 6 giugno 2001, n. 380, le parole da: «e salvo» fino alla fine della lettera sono soppresse.»
Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle Finanze, apportare le seguenti variazioni:
2015: - 10.000.000;
2016: -;
2017: -.

2.1017 (testo 2)

LAI, ANGIONI, CUCCA, MANCONI, URAS

Dopo il comma 146, aggiungere i seguenti:« 146-*bis*. La Regione Sardegna destina alla copertura del debito commerciale diretto e indiretto, una quota pari a 100 milioni dell'ammontare complessivo degli accantonamenti disposti per ciascuno degli anni 2015-2017 a valere sulle compartecipazioni erariali, per effetto del comma 3 dell'articolo 28 del decreto legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito con modificazioni dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214 e successive modificazioni e integrazioni, dai commi 22 dell'articolo 15 e 3 dell'articolo 16 del decreto legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito con modificazioni dalla L. 7 agosto 2012, n. 135 e successive modificazioni e integrazioni e dal comma 526 dell'articolo 1 della L. 27 dicembre 2013, n. 147 e successive modificazioni e integrazioni. "
146-*ter*. Alla stessa al fine di conseguire il pareggio di bilancio sono comunque assicurate le condizioni previste per le regioni a statuto ordinario di cui ai commi da 162 a 181. Le disposizioni attuative finalizzate al conseguimento del pareggio di bilancio sono quelle previste per le regioni a statuto ordinario, di cui ai commi da 162 a 181, salvo differenti accordi sottoscritti tra la Regione e il Governo.»
146-*quater*. Al fine di porre in essere il monitoraggio sulle entrate tributarie di propria competenza, l'agenzia delle Entrate è autorizzata a stipulare una o più convenzioni con la Regione Sardegna, anche in deroga al modello definito a livello nazionale, per ottenere elementi informativi relativi ai tributi devoluti e compartecipati e per delegare e indirizzare le attività di liquidazione, accertamento, riscossione dell'imposta regionale sulle attività produttive e dell'addizionale regionale all'lrpef, nonché la constatazione delle violazioni, il contenzioso e i rimborsi ad esse relativi.»
Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*
2015: -100.000.000;
2016: -100.000.000;
2017: -100.000.000.

2.1320 (testo 2)

BROGLIA, VACCARI

Dopo il comma 195 inserire i seguenti:
"195-*bis*. Al fine di agevolare la ripresa delle attività e consentire l'attuazione dei piani per la ricostruzione e per il ripristino dei danni causati dagli eccezionali eventi sismici del 20 e 29 maggio 2012, per l'anno 2015 gli obiettivi del patto di stabilità interno dei comuni e delle province individuati ai sensi dell'articolo 1, comma 1, del decreto-legge 6 giugno 2012, n. 74, convertito, con modificazioni, dalla legge Io agosto 2012, n. 122, e dall'articolo 67-septies del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 134, sono ridotti con le procedure previste procedure previste dall'articolo 2, commi da 181 a 184, nei limiti di 30,5 milioni di euro per gli enti locali della regione Emilia-Romagna e di 2,5 milioni di euro per gli enti locali di ciascuna delle regioni Lombardia e Veneto. Ai fini dell'attuazione della presente disposizione, le

regioni Emilia-Romagna, Lombardia e Veneto non peggiorano contestualmente il proprio obiettivo di patto.

195-*ter*. È disposta l'esclusione dal patto di stabilità interno, per l'anno 2015, delle spese sostenute dai comuni di cui al comma 195-bis, con risorse proprie provenienti da erogazioni liberali e donazioni da parte di cittadini privati ed imprese e puntualmente finalizzate a fronteggiare gli eccezionali eventi sismici e la ricostruzione, per un importo massimo complessivo di 10 milioni di euro. L'ammontare delle spese da escludere dal patto di stabilità intemo ai sensi del periodo precedente è determinato dalla regione Emilia-Romagna nei limiti di 9 milioni di euro e dalle regioni Lombardia e Veneto nei limiti di 0,5 milioni di euro per ciascuna regione per ciascun anno. Le regioni comunicano al Ministero dell'economia e delle finanze e ai comuni interessati, entro il 30 giugno 2015, gli importi di cui al periodo precedente.

195-quater II pagamento delle rate scadenti nell'esercizio 2015 dei mutui concessi dalla Cassa depositi e prestiti S.p.A. ai comuni di cui al decreto del Ministro dell'economia e delle finanze Io giugno 2012, pubblicato nella Gazzetta Ufficiale n. 130 del 6 giugno 2012, e successive modificazioni, e all'articolo 67-septies del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 134, e successive modificazioni, nonché alle province dei predetti comuni, trasferiti al Ministero dell'economia e delle finanze in attuazione dell'articolo 5, commi 1 e 3, del decreto-legge 30 settembre 2003, n. 269, convertito, con modificazioni, dalla legge 24 novembre 2003, n. 326, non ancora effettuato alla data di entrata in vigore del presente comma, è differito, senza applicazione di sanzioni e interessi, al secondo anno immediatamente successivo alla data di scadenza del periodo di ammortamento, sulla base della periodicità di pagamento prevista nei provvedimenti e nei contratti regolanti i mutui stessi. Il presente commaentra in vigore alla data di pubblicazione della presente legge nella Gazzetta Ufficiale. Ai relativi oneri, pari a 12,5 milioni di euro per l'anno 2015, a 6 milioni di euro per l'anno 2016 e a 6 milioni di euro per l'anno 2017, si provvede con le risorse di cui alle contabilità speciali di cui all'articolo 2, comma 6, del decreto-legge 6 giugno 2012, n. 74, convertito, con modificazioni, dalla legge 1o agosto 2012, n. 122, che sono versate all'entrata del bilancio dello Stato.

195-*quinquies* All'articolo 1, comma 356, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, le parole "all'anno immediatamente successivo" sono sostituite da "al secondo anno immediatamente successivo" e le parole: " 5,3 milioni di euro per l'anno 2015, si provvede con le risorse di cui alle contabilità speciali di cui all'articolo 2, comma 6, del decreto-legge 6 giugno 2012, n. 74, convertito, con modificazioni, dalla legge 1o agosto 2012, n. 122, che sono versate all'entrata del bilancio dello Stato" sono sostituite dalle seguenti: "12,1 milioni di euro per l'anno 2015 e 6 milioni di euro per l'anno 2016, si provvede con le risorse di cui alle contabilità speciali di cui all'articolo 2, comma 6, del decreto-legge 6 giugno 2012, n. 74, convertito, con modificazioni, dalla legge 1o agosto 2012, n. 122, che sono versate all'entrata del bilancio dello Stato".

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015:-45.500.000;

2016: - ;

2017: - .

2.1349 (testo 2)

ZELLER, BERGER, PALERMO, LANIECE, BATTISTA, FRAVEZZI, PANIZZA

Dopo il comma 198, inserire i seguenti:

«198-*bis*. All'articolo 14, comma 1 del decreto legislativo 14 marzo 2011, n. 23, sono aggiunte, in fine, le seguenti parole: "Le disposizioni di cui al presente comma si applicano anche all'imposta municipale immobiliare IMI della Provincia di Bolzano, istituita con legge provinciale 23 aprile 2014, n. 3."»

198-*ter*. All'onere derivante dall'attuazione del comma precedente, pari a 5 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, si provvede mediante corrispondente riduzione della voce

"Fondi da ripartire" del Ministero dell'economia e delle finanze, di cui all'elenco n. 3 allegato al comma 45 dell'articolo 2. Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307, così come incrementato, a decorrere dal 2015, dall'articolo 1, comma 132 della presente legge.»

3.248 (testo 2)
BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, GIBIINO, MALAN, MANDELLI, MATTEOLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE, FILIPPI, DI BIAGIO, BROGLIA, VACCARI
Sostituire il comma 33 con il seguente:
3.302 (testo 2)
BONFRISCO, CERONI, D'ALÌ, MALAN, MANDELLI
Dopo il comma 39, aggiungere i seguenti:
3.421 (testo 2)
PEZZOPANE, CHIAVAROLI, TOMASELLI, ALBANO, MANASSERO, FASIOLO, SOLLO, STEFANO ESPOSITO, D'ADDA, BORIOLI, SPILABOTTE
Dopo il comma 64 inserire i seguenti:
«64-*bis*. Al fine di ultimare le attività volte alla rimozione delle macerie nei territori della regione Abruzzo, conseguenti al sisma del 6 aprile 2009, si applicano le seguenti disposizioni:
a) le pubbliche arnniinistrazioni nell'ambito delle loro competenze istituzionali correlate alle operazioni di movimentazione e trasporto dei materiali derivanti dal crollo degli edifici pubblici e privati, dalle attività di demolizione e abbattimento degli edifici pericolanti a seguito di ordinanza sindacale, da interventi edilizi effettuati su incarico della pubblica amministrazione sono autorizzate ad avvalersi dei siti di stoccaggio autorizzati e localizzati in uno dei comuni del cratere che abbiano in disponibilità aree per il trattamento del rifiuto, senza nuovi o maggiori oneri a carico della finanza pubblica;
b) le Pubbliche amministrazioni vigilano affinché i soggetti incaricati dei lavori effettuino la demolizione selettiva o la raccolta selettiva per raggruppare i materiali di cui al comma precedente in categorie omogenee, caratterizzarli ed identificarli con il corrispondente codice CER, nel rispetto delle disposizioni di legge di cui al decreto legislativo del 3 aprile 2006 n. 152, e, infine, procedano al trasporto verso siti di recupero e smaltimento autorizzati.;
c) gli Uffici speciali di cui all'articolo 67-ter, decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 134, incaricati del monitoraggio finanziario e attuativo, si occupano del monitoraggio delle macerie di cui alle lettere precedenti. A tal fine, per garantire la tracciabilità dei materiali di cui al comma 1 e il monitoraggio delle informazioni relative alla movimentazione degli stessi, i soggetti incaricati dei lavori sono obbligati a registrarsi nella banca dati di gestione delle macerie secondo modalità che verranno definite con provvedimenti dei Responsabili degli Uffici speciali. La mancata o incompleta esecuzione delle comunicazioni relative alla demolizioni e rimozione macerie comporta la revoca della quota di contributo finalizzato allo scopo dei finanziamenti, nonché la revoca delle autorizzazioni ed abilitazioni al trasporto a carico delle ditte inadempienti;
e) al fine di dare attuazione agli interventi previsti dal Protocollo di Intesa stipulato con il Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, con la Provincia dell'Aquila e con il Comune dell'Aquila in data 2 dicembre 2010, e dall'Accordo di Programma siglato in data 14 gennaio 2013 tra il Ministero Ambiente ed il Comune dell'Aquila, concernenti, tra l'altro, le azioni di recupero e riqualificazione ambientale della cava ex Teges in località Pontignone - Paganica -Comune dell'Aquila, le macerie di cui alla lettera a) vengono prioritariamente conferite presso l'anzidetto deposito. Il termine di autorizzazione per l'esercizio della cava ex Teges in località Pontignone, fissato

dal decreto del Capo del Dipartimento della Protezione Civile rep. n. 16 del 6 agosto 2009 e autorizzato in via ordinaria con decreto del Soggetto Attuatore per la rimozione delle macerie n. 2 del 18 dicembre 2012 è prorogato fino all'esaurimento della sua capacità per la gestione dei rifiuti derivanti dal crollo, dalla demolizione degli edifici pubblici a seguito di ordinanza sindacale, da interventi edilizi effettuati su incarico della pubblica amministrazione e da quelli derivanti da edifici privati, conferiti secondo la classificazione di cui al decreto legislativo del 3 aprile 2006 n. 152. Le economie derivanti dal conferimento delle macerie private sono recuperate e destinate alla ricostruzione privata per il finanziamento di ulteriori interventi. I singoli Comuni del cratere o il competente Ufficio Speciale sottoscrivono apposite convenzioni direttamente con il soggetto- gestore dell'impianto ex Teges, per l'espletamento delle attività di selezione, trasporto, conferimento e trattamento delle macerie senza ulteriori oneri a carico del bilancio statale;
d) per l'attuazione delle finalità del protocollo d'intesa del 2.12.2010 e dell'accordo di programma del 14.1.2013 di cui al comma precedente, il Presidente della Regione Abruzzo, d'intesa con il Governo e i Comuni interessati, è autorizzato a rimodulare i fondi di cui ai decreti n. 49/2011 e n. 114/2012 del Commissario delegato alla ricostruzione, anche in vista della realizzazione di quanto previsto nel protocollo d'intesa del 25.10.2011, siglato tra soggetto attuatore per le macerie - ex OPCM 3923/2011, Regione Abruzzo, Provincia dell'Aquila ed i Comuni interessati, per il ripristino ambientale di discariche comunali. »
«64-*ter*. Al fine di concorrere ad assicurare la stabilità dell'equilibrio finanziario nel comune dell'Aquila, negli altri comuni del cratere di cui ai decreti del Commissario delegato n. 3 del 16 aprile 2009 e n. 11 del 17 luglio 2009, pubblicati rispettivamente nelle Gazzette Ufficiali n. 89 del 17 aprile 2009 en. 173 del 28 luglio 2009, e nella Provincia dell'Aquila, nonché per assicurare la continuità del servizio di smaltimento dei rifiuti solidi urbani, è assegnato un contributo straordinario per l'esercizio 2015, sulla base dei maggiori costi sostenuti e/o delle minori entrate conseguite derivanti dalla situazione emergenziale, nel limite di 26 milioni di euro in favore del Comune dell'Aquila, di 4 milioni di euro a beneficio degli altri comuni del cratere e di 5 milioni di euro in favore della Provincia dell'Aquila.»
«64-*quater*. Al fine di concorrere ad assicurare la stabilità dell'equilibrio finanziario del Comune dell'Aquila, per la determinazione dell'obiettivo programmatico del Patto di Stabilità Interno per il triennio 2014-2016, nel calcolo della media degli impegni della spesa corrente registrata nel triennio di riferimento, non si computano le spese fronteggiate con i trasferimenti statali riconosciuti allo stesso Ente Locale per la gestione dell'emergenza post sisma.»
«64-*quinquies*. I fabbricati, ubicati nelle zone colpite dal sisma del 6 aprile 2009, purché distrutti ovvero oggetto di ordinanze sindacali di sgombero in quanto inagibili totalmente o parzialmente, sono esenti dall'applicazione della TASI di cui all'articolo 1, comma 639, della legge 27 dicembre 2013 e successive modificazioni, fino alla definitiva ricostruzione e agibilità dei predetti fabbricati.»
Conseguentemente :
all'art. 3, comma 21, lett. g) sostituire la parola: "triplo" *con la seguente:* "quintuplo". -
Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*
2015: - 100.000.000;
2016: -100.000.000;
2017: - 100.000.000.

ORDINI DEL GIORNO E EMENDAMENTI

N. 1699

G/1699/1/5

COLUCCI

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017, con particolare riferimento alla Tabella 6: Stato di previsione del Ministero degli affari esteri;

Premesso che:

l'UNIDO ITPO è un organismo che svolge una importante funzione di promozione della tecnologia italiana nel mondo, creando un sensibile giro di affari per le esportazioni delle imprese italiane;

l'attività dell'UNIDO ITPO è finanziata mediante le risorse appostate sul capitolo 2204 della Tabella 6 del Ministero degli Affari esteri;

a fronte dei tagli alle disponibilità di tale capitolo presenti nel testo iniziale del disegno di legge di bilancio l'UNIDO ITPO non potrebbe assolvere alle proprie funzioni, con evidenti ricadute per la promozione e vendita della tecnologia italiana all'estero;

nel corso dell'esame alla Camera del disegno di legge di bilancio la Missione: *Cooperazione allo sviluppo* il Programma: *Sviluppo*, nel quale è allocato il capitolo 2204, è stato rifinanziato con la somma di 50.000 euro;

impegna il Governo:

in sede di ridefinizione dei capitoli di spesa a destinare l'importo di 50.000 euro al capitolo 2204.

G/1699/2/5

AZZOLLINI

Il Senato;

in sede di esame del disegno di legge n. 1699,

impegna il Governo:

a disporre la destinazione degli incrementi, ove approvati, al Programma di spesa 5.3 «approntamento e impiego delle forze navali», iscritto nello stato di previsione n. 11 del Ministero della Difesa, ad incremento dei capitoli ordinariamente destinati alla copertura finanziaria dei fabbisogni operativi e di ricerca del Raggruppamento subacquei e incursori «Teseo Tesei» (COMSUBIN) della Marina militare, posto alle dipendenze nel Comando interforze operazioni forze speciali ? CO.F.S. dello Stato maggiore della Difesa con indicazione specifica nell'ambito delle note preliminari al bilancio dello Stato.

1.Tab.1.1.5

Il Governo

Allo stato di previsione del Ministero dello sviluppo economico *apportare le seguenti variazioni:*

Missione 5 - Energia e diversificazione delle fonti energetiche, *programma 8* - Sviluppo, innovazione, regolamentazione e gestione delle risorse minerarie ed energetiche:

2015:

CP: 5.000.000;

CS: 5.000.000.

2016

CP: 5.000.000;

CS: 5.000.000.

2017

CP: 5.000.000;

CS: 5.000.000.

Allo stato di previsione del Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare *apportare le seguenti variazioni:*

Missione 1 - Sviluppo sostenibile e tutela del territorio e dell'ambiente, *programma 10* - Tutela e

conservazione della fauna e della flora, salvaguardia della biodiversità e dell'ecosistema marino:

2015:

CP: 5.000.000;

CS: 5.000.000.

2016

CP: 5.000.000;

CS: 5.000.000.

2017

CP: 5.000.000;

CS: 5.000.000.

Conseguentemente allo stato di previsione dell'entrata apportare la seguente variazione: Entrate extra-tributarie-Entrate. ricorrenti-Redditi da capitale - Unità di voto 2.1.3

2015:

CP: 10.000.000;

CS: 10.000.000.

2016

CP: 10.000.000;

CS: 10.000.000.

2017

CP: 10.000.000;

CS: 10.000.000.

2.Tab.2.3.5

FRAVEZZI, BATTISTA, BERGER, PANIZZA, CONTE, PAGLIARI

Alla tabella 2, stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze, *missione 1.* Politiche economiche-finanziarie e di bilancio, *programma 1.6* Analisi e programmazione economico-finanziaria, *apportare le seguenti variazioni:*

2015:

? CP: ? 2.000.000;

CS: ? 2.000.000.

2016

? CP: ? 2.000.000;

CS: ? 2.000.000.

2017

? CP: ? 2.000.000;

CS: ? 2.000.000.

Conseguentemente, alla tabella n. 13, stato di previsione del Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo, *missione 1.* Tutela e valorizzazione dei beni e attività culturali e paesaggistici, *programma 1.10* Tutela e valorizzazione dei beni librari, promozione e sostegno del libro e dell'editoria, *apportare le seguenti variazioni:*

2015:

CP: + 2.000.000;

CS: + 2.000.000.

2016

CP: + 2.000.000;

CS: + 2.000.000.

2017

CP: + 2.000.000;

CS: + 2.000.000.

2.Tab.2.1.5

Il Governo

Allo stato di previsione del Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale, *apportare la seguente variazione:*

Missione 1 - L'ltalia in Europa e nel mondo, *Programma 2* - Cooperazione allo sviluppo:

2015:

CP: 470.000.000;

CS: 470.000.000.

2016

CP: 470.000.000;

CS: 470.000.000.

2017

CP: 470.000.000;

CS: 470.000.000.

Conseguentemente, allo stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare la seguente variazione:*

Missione 3 - L'ltalia in Europa e nel mondo, *Programma 2* - politica economica e finanziaria in ambito internazionale:

2015:

? CP: ? 470.000.000;

CS: ? 470.000.000.

2016

? CP: ? 470.000.000;

CS: ? 470.000.000.

2017

? CP: ? 470.000.000;

CS: ? 470.000.000.

2.Tab.2.2.5

Il Governo

Allo stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze, *nella missione 2* - Organi costituzionali, a rilevanza costituzionale e Presidenza del Consiglio dei Ministri *è modificata la denominazione del programma 3* - Presidenza del Consiglio dei Ministri *in* Ordinamento e funzioni della Presidenza del Consiglio dei Ministri per lo svolgimento delle autonome funzioni di impulso, indirizzo e coordinamento.

Conseguentemente allo stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze *si apportano le seguenti variazioni:*

Missione 21 ? Organi costituzionali, a rilevanza costituzionale e Presidenza del Consiglio dei ministri, *programma 3* - Ordinamento e funzioni della Presidenza del Consiglio dei Ministri per lo svolgimento delle autonome funzioni di impulso, indirizzo e coordinamento:

2015:

? CP: ? 69.172.079;

CS: ? 69.172.079.

2016

? CP: ? 66.901.804;

CS: ? 66.901.804.

2017

? CP: ? 64.085.307;

CS: ? 64.085.307.

Missione 17 ? Diritti sociali, politiche sociali e famiglia, *prima del programma 1* - Protezione sociale per particolari categorie *inserire il programma Terzo settore* - associazionismo, volontariato, Onlus e formazioni sociali e responsabilità sociale delle imprese e delle organizzazioni:

2015:

CP: 69.172.079;
CS: 69.172.079.
2016
CP: 66.901.804;
CS: 66.901.804.
2017
CP: 64.085.307;
CS: 64.085.307.

2.Tab.2.4.5

AZZOLLINI

Alla tabella 11, stato di previsione del Ministero della difesa *missione 5* - difesa e sicurezza del territorio, *programma 5.3* - approntamento e impiego delle forze navali, *apportare le seguenti variazioni:*

2015:
CP: + 3.000.000;
CS: + 3.000.000;.
2016
CP: + 3.000.000;;
CS: + 3.000.000;.
2017
CP: + 3.000.000;;
CS: + 3.000.000;.

Conseguentemente,

allo stato di previsione del Ministero dell'Economia delle Finanze, *missione 33* - Fondi da ripartire, *programma 33.1* ? Fondi da assegnare, *apportare le seguenti variazioni:*

2015:
? CP: ? 3.000.000;
CS: ? 3.000.000;.
2016
? CP: ? 3.000.000;;
CS: ? 3.000.000;.
2017
? CP: ? 3.000.000;;
CS: ? 3.000.000;.

2.1

Il Governo

All'elenco n. 1, annesso allo stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze, *alla voce:* Ministero dell'economia e delle finanze, Missione 1 ? Politiche economico-finanziarie e di bilancio? *Programma 1 ?* Regolazione giurisdizione e coordinamento del sistema della fiscalità, *aggiungere il seguente capitolo:* «n. 3931».

4.Tab.4.1.5

Il Governo

Allo stato di previsione del Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale, *apportare la seguente variazione:*

Missione 1 ? L'Italia in Europa e nel mondo, *Programma 9* ? Rappresentanza all'estero e servizi ai cittadini e alle imprese:

2015:
CP: 8.999.731;
CS: 8.999.731.
2016

CP: 17.999.462;
CS: 17.999.462.
2017
CP: 17.999.462;
CS: 17.999.462.

Conseguentemente allo stato di previsione del Ministero del lavoro e delle politiche sociali, *apportare la seguente variazione:*

?*Missione 2 ?* Politiche previdenziali, *Programma 2* ? Previdenza obbligatoria e complementare, assicurazioni sociali:

2015:
? CP: ? 8.999.731;
CS: ? 8.999.731.
2016
? CP: ? 17.999.462;
CS: ? 17.999.462.
2017
? CP: ? 17.999.462;
CS: ? 17.999.462.

8.Tab.8.2.5

RUSSO, FASIOLO

Alla Tabella 10, allo stato di previsione del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti *apportare le seguenti variazioni:*

Missione 32 ? Servizi istituzionali e generali delle amministrazioni pubbliche, *Programma 3* ? Servizi e affari generali per le amministrazioni di competenza, U.d.V. 6.2:

2015:
? CP: ? 100.000;
CS: ? 100.000.
2016
? CP: ? 100.000;
CS: ? 100.000.
2017
? CP: ? 100.000;
CS: ? 100.000.

Conseguentemente, alla stato di previsione del Ministero dell'lnterno *apportare le seguenti variazioni:*

Missione 5 ? Immigrazione, accoglienza e garanzia dei diritti, *Programma 5.1* ? Garanzia dei diritti e interventi per lo sviluppo della coesione sociale, U.d.V. 5.1:

2015:
CP: + 100.000;
CS: + 100.000.
2016
CP: + 100.000;
CS: + 100.000.
2017
CP: + 100.000;
CS: + 100.000.

8.Tab.8.1.5

SCIASCIA

Alla Tabella 8, stato di previsione del Ministero dell'interno, *missione 5 ?* Immigrazione, accoglienza e garanzia dei diritti e interventi per lo sviluppo della coesione sociale, Legge n. 549 del 1995 Misure di

razionalizzazione della finanza pubblica ? Art. 1, comma 43: Contributi ad enti, istituti, associazioni, fondazioni ed altri organismi (5.1- cap. 2309) *apportare le seguenti variazioni:*

2015:
CP: + 1.000;
CS: + 1.000.
2016
CP: + 1.000;
CS: + 1.000.
2017
CP: + 1.000;
CS: + 1.000.

Conseguentemente al medesimo stato di previsione, alla missione 6 ? Servizi istituzionali e generali delle amministrazioni pubbliche:

a) al programma 6.1 Indirizzo politico, *apportare le seguenti variazioni:*

2015:
? CP: ? 500;
CS: ? 500.
2016
? CP: ? 500;
CS: ? 500.
2017
? CP: ? 500;
CS: ? 500.

b) al programma 6.2 Servizi e affari generali per le amministrazioni di competenza, *apportare le seguenti variazioni:*

2015:
? CP: ? 500;
CS: ? 500.
2016
? CP: ? 500;
CS: ? 500.
2017
? CP: ? 500;
CS: ? 500.

10.Tab.10.1.5

CERONI

Alla tabella 10, stato di previsione del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti *missione 7.* Fondi da ripartire, *programma 7.1* Fondi da assegnare, apportare le seguenti variazioni:

2015:
? CP: ? 1.000.000;
CS: ? 1.000.000.
2016
? CP: ? 1.000.000;
CS: ? 1.000.000.
2017
? CP: ? 1.000.000;
CS: ? 1.000.000.

Conseguentemente, allo stato di previsione del Ministero della salute, *missione 2.* ? Ricerca e innovazione, *programma 2.1 ?* Ricerca per il settore della sanità pubblica, *apportare le seguenti variazioni:*

2015:
CP: + 1.000.000;
CS: + 1.000.000.
2016
CP: + 1.000.000;
CS: + 1.000.000.
2017
CP: + 1.000.000;
CS: + 1.000.000.

14.Tab.14.1.5

CERONI

Alla tabella 14, stato di previsione del Ministero della salute, *missione 1.* ? Tutela della salute, *programma 1.7 ?* Vigilanza sugli enti e sicurezza delle cure, *apportare le seguenti variazioni:*

2015:
? CP: ? 1.000.000;
CS: ? 1.000.000.
2016
? CP: ? 1.000.000;
CS: ? 1.000.000.
2017
? CP: ? 1.000.000;
CS: ? 1.000.000.

Conseguentemente, al medesimo stato di previsione del Ministero della salute, *missione 2. ?* Ricerca e innovazione, *programma 2.1 ?* Ricerca per il settore della sanità pubblica, apportare le seguenti variazioni:

2015:
CP: + 1.000.000;
CS: + 1.000.000.
2016
CP: + 1.000.000;
CS: + 1.000.000.
2017
CP: + 1.000.000;
CS: + 1.000.000.

17.1

Il Governo

Dopo il comma 25, aggiungere il seguente:

«25-*bis*. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le variazioni di bilancio occorrenti per la ripartizione, tra le diverse finalità di spesa, delle risorse finanziarie iscritte negli stati di previsione del Ministero dello sviluppo economico e del Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare in attuazione dell'articolo 19, commi 2 e 3 del decreto legislativo 13 marzo 2013, n. 30».

1.3.2.1.8. 5ª Commissione permanente (Bilancio) - Seduta n. 331 (ant.) del 13/12/2014

collegamento al documento su www.senato.it

BILANCIO (5ª)

SABATO 13 DICEMBRE 2014
331ª Seduta

Presidenza del Presidente
AZZOLLINI

Interviene il vice ministro dell'economia e delle finanze Morando.

La seduta inizia alle ore 10,05.

IN SEDE REFERENTE

(1699) ***Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017 e relativa Nota di variazioni***, approvato dalla Camera dei deputati
- (Tabb. 1 e 1-*bis*) Stato di previsione dell'entrata per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017 *(limitatamente alle parti di competenza)*
- (Tabb. 2 e 2-*bis*) Stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017 *(limitatamente alle parti di competenza)*

(1698) ***Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)***, approvato dalla Camera dei deputati
(Seguito dell'esame congiunto e rinvio)

Prosegue l'esame congiunto, sospeso nella seduta pomeridiana di ieri.

Il presidente AZZOLLINI revoca l'inammissibilità dell'emendamento 2.872, avvertendo che tale proposta si considera pertanto inclusa in quelle accantonate. Revoca altresì l'inammissibilità dell'emendamento 2.28 e ne dispone l'accantonamento. Fa presente che si riserva di valutare

l'ammissibilità degli emendamenti 1.5888, 1.333, 1.484, 1.1165 e 2.1727.

Le senatrici PADUA (*PD*) e ORRU' (*PD*) e il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) aggiungono la firma all'emendamento 2.872.

Il presidente AZZOLLINI dà poi conto delle inammissibilità degli emendamenti riferiti all'articolo 3, dal comma 1 al comma 62. Dichiara inammissibili per materia gli emendamenti: 3.1, 3.2, 3.61, 3.71, 3.129, 3.152, 3.153, 3.156-*bis*, 3.156-*ter*, 3.211, 3.221, 3.238, 3.292, 3.307 e 3.310. .

Dichiara inammissibili per copertura finanziaria gli emendamenti: 3.4, 3.6, 3.7, 3.10, 3.11, 3.14, 3.15, 3.20, 3.21, 3.24, 3.30, 3.34, 3.36, 3.38, 3.41, 3.43, 3.47, 3.55, 3.58, 3.59, 3.64, 3.65, 3.77, 3.83, 3.85, 3.86, 3.88, 3.89, 3.97, 3.98, 3.99, 3.100, 3.101, 3.102, 3.105, 3.106, 3.108, 3.110, 3.111, 3.139, 3.141, 3.161, 3.164, 3.165, 3.170, 3.171, 3.172, 3.173, 3.180, 3.186, 3.189, 3.198, 3.199, 3.200, 3.201, 3.203, 3.204, 3.206, 3.207, 3.208, 3.213, 3.214, 3.222, 3.225, 3.226, 3.229, 3.231, 3.237, 3.240, 3.251, 3.252, 3.255, 3.256, 3.257, 3.258, 3.259, 3.263, 3.265, 3.268, 3.269, 3.270, 3.271, 3.273, 3.274, 3.275, 3.276, 3.277, 3.278, 3.280, 3.283, 3.284, 3.298, 3.300, 3.301, 3.303, 3.306, 3.308, 3.320, 3.321, 3.322, 3.323, 3.324, 3.325, 3.326, 3.331, 3.334, 3.345, 3.346, 3.347, 3.350, 3.351, 3.362, 3.367 e 3.371.

Avverte, quindi, che tutte le proposte accantonate dichiarate inammissibili successivamente non verranno poste in votazione.

Informa poi che sono stati presentati dal relatore due ulteriori emendamenti al disegno di legge di stabilità, 1.5001 e 3.4000, pubblicati in allegato e propone di fissare il termine per la presentazione di subemendamenti per lunedì 15 dicembre 2014, alle ore 16, il medesimo termine può essere fissato per gli emendamenti che il Governo presenterà questa mattina.

La Commissione conviene.

Il vice ministro MORANDO fa presente che gli emendamenti che il Governo presenterà vertono su argomenti nuovi, ma anche su tematiche già oggetto di proposte emendative di iniziativa parlamentare. In relazione a tali ultime assicura la disponibilità ad un confronto con i componenti della Commissione per convergere eventualmente su testi che muovano nella medesima direzione prefigurata dall'Esecutivo. In tal caso, le proposte del Governo potrebbero essere ritirate e, tuttavia, possono svolgere la funzione di rendere disponibile una relazione tecnica sull'emendamento, la cui quantificazione è utile ad una valutazione complessiva anche in termini di trasparenza.

Il presidente AZZOLLINI avverte che si passa alla votazione degli emendamenti riferiti all'articolo 2 a partire dal comma 155.

Con distinte votazioni sono respinti gli emendamenti: 2.1086, 2.1087, 2.1088, 2.1090, 2.1092, 2.1093, 2.1095, 2.1096, 2.1097, 2.1098, 2.1100, 2.1102, 2.1103, 2.1104, 2.1105, 2.1106, 2.1107, 2.1108, 2.1109, 2.1110, 2.1111 e 2.1112.

L'emendamento 2.1114 risulta ritirato.

Con separate votazioni sono respinti i seguenti emendamenti: 2.1115, 2.1116, 2.1117, 2.1118, 2. 1119, 2.1120, 2.1121, 2.1122, 2.1123, 2.1124, 2.1125, 2.1126, 2.1127, 2.1129.

Il presidente AZZOLLINI propone, poi, di mantenere accantonato l'emendamento 2.1131, per far confluire su di esso le firme dei presentatori delle analoghe proposte 2.1132, 2.1133, 2.1134, 2.1136 e

2.1137, da considerarsi conseguentemente ritirate.

Così resta stabilito.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) auspica che possa svolgersi un unico dibattito sul tema dell'applicazione dell'IMU al comparto agricolo, mediante l'accantonamento delle proposte emendative in materia.

Il PRESIDENTE dispone pertanto di mantenere accantonati gli emendamenti 2.1138, 2.1139, 2.1140 e 2.1142.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) aggiunge la firma e ritira gli emendamenti: 2.1141, 2.1143, 2.1144, 2.1145 e 2.1146.

La senatrice PEZZOPANE (*PD*) ritira a sua volta gli emendamenti 2.1147, 2.1148, 2.1149 e 2.1150.

Con separate votazioni la Commissione respinge gli emendamenti: 2.1151, 2.1154, 2.1155, 2.1156, 2.1157, 2.1158, 2.1161, 2.1163, 2.1164, 2.1165, 2.1166, 2.1167, 2.1168, 2.1169, 2.1170, 2.1171, 2.1172, 2.1173, 2.1174, 2.1175, 2.1177, 2.1178, 2.1179, 2.1181, 2.1182, 2.1185, 2.1186, 2.1187, 2.1188, 2.1191, 2.1192, 2.1193, 2.1194, 2.1195, 2.1196, 2.1200, 2.1203, 2.1204, 2.1207, 2.1208, 2.1209, 2.1210, 2.1211, 2.1213, 2.1215, 2.1216, 2.1217, 2.1220, 2.1222, 2.1225, 2.1226, 2.1227, 2.1229, 2.1231, 2.1236, 2.1238, 2.1243, 2.1247, 2.1248, 2.1250, 2.1263, 2.1264, 2.1265, 2.1274, 2.1295, 2.1297 e 2.1301.

L'emendamento 2.1321 risulta ritirato.

Posto ai voti, l'emendamento 2.1322 è respinto.

L'emendamento 2.1323 risulta ritirato.

Con separate votazioni sono respinti gli emendamenti: 2.1324, 2.1325, 2.1326, 2.1328, 2.1331, 2.1332, 2.1333, 2.1335, 2.1336, 2.1337, 2.1338, 2.1344, 2.1347, 2.1356, 2.1358, 2.1359, 2.1360, 2.1361, 2.1362, 2.1363, 2.1364, 2.1366, 2.1367, 2.1368, 2.1369, 2.1370, 2.1371, 2.1375, 2.1378, 2.1379, 2.1380, 2.1381, 2.1382 e 2.1384.

Gli emendamenti 2.1388 e 2.1389 risultano ritirati.

Con separate votazioni sono respinti gli emendamenti: 2.1391, 2.1392, 2.1396, 2.1397, 2.1398, 2.1400, 2.1401, 2.1402, 2.1403, 2.1406, 2.1407, 2.1408, 2.1410, 2.1411, 2.1412, 2.1413, 2.1414, 2.1415, 2.1416, 2.1417, 2.1418, 2.1419, 2.1420, 2.1422, 2.1423, 2.1424, 2.1428, 2.1429, 2.1430, 2.1431, 2.1432, 2.1435 2.1439, 2.1441, 2.1442, 2.143, 2.1444, 2.1445, 2.1447, 2.1448, 2.1449, 2.1450, 2.1451, 2.1452, 2.1454, 2.1456, 2.1457, 2.1458, 2.1465, 2.1467, 2.1468, 2.1470, 2.1472, 2.1473, 2.1474, 2.1476, 2.1477, 2.1479, 2.1480, 2.1481, 2.1482, 2.1483, 2.1484, 2.1485, 2.1486, 2.1488, 2.1489, 2.1490, 2.1491, 2.1496, 2.1513, 2.1515, 2.1516, 2.1517, 2.1518, 2.1522, 2.1523, 2.1525, 2.1527, 2.1530, 2.1531, 2.1533, 2.1534, 2.1538 e 2.1541.

La senatrice GRANAIOLA (*PD*) ritira la proposta 2.1545.

Con separate votazioni sono respinti gli emendamenti 2.1546, 2.1548, 2.1549, 2.1553, 2.1555, 2.1556, 2.1560, 2.1563, 2.1565, 2.1567, 2.1569, 2.1570, 2.1571, 2.1572, 2.1573, 2.1574, 2.1575, 2.1576, 2.1577, 2.1578, 2.1579, 2.1580, 2.1581, 2.1586, 2.1587, 2.1589 e 2.1591.

Le senatrici GRANAIOLA (*PD*), ZANONI (*PD*) e ORRU' (*PD*) aggiungono la firma all'emendamento 2.1592, che resta accantonato.

Posto ai voti, l'emendamento 2.1594 è respinto.

La senatrice PADUA (*PD*) ritira poi l'emendamento 2.1595.

Con separate votazioni sono respinti gli emendamenti: 2.1596, 2.1597, 2.1599, 2.1600, 2.1601, 2.1605, 2.1606, 2.1608 e 2.1611.

Il senatore MANDELLI (*FI-PdL XVII*) ritira l'emendamento 2.1612.

Posto ai voti, l'emendamento 2.1613 è respinto.

La senatrice GRANAIOLA (*PD*) ritira l'emendamento 2.1614.

Sono respinti, con separate votazioni, gli emendamenti: 2.1620, 2.1624, 2.1630, 2.1631, 2.1632, 2.1633, 2.1634, 2.1635, 2.1640, 2.1646, 2.1649, 2.1650, 2.1654, 2.1655, 2.1656, 2.1661, 2.1662, 2.1663, 2.1664, 2.1665, 2.1670, 2.1673, 2.1674, 2.1675, 2.1677, 2.1679, 2.1680, 2.1681, 2.1682, 2.1684, 2.1685, 2.1686, 2.1687, 2.1688, 2.1689, 2.1690, 2.1691, 2.1692, 2.1693, 2.1694, 2.1697.

Risultano ritirati gli emendamenti 2.1616, 2.1659 e 2.1683.

Il senatore Luigi MARINO (*PI*) chiede chiarimenti in merito all'inammissibilità dell'emendamento 2.1695.

La senatrice LANZILLOTTA (*SCpI*) chiede chiarimenti in merito all'inammissibilità dell'emendamento 2.1698.

Dopo un intervento sullo stesso tema della senatrice BULGARELLI (*M5S*), il presidente AZZOLLINI fornisce spiegazioni in merito ai due emendamenti citati, precisando nuovamente che la declaratoria di inammissibilità può giungere anche successivamente alla richiesta di accantonamento.

Sono respinti, con separate votazioni, gli emendamenti: 2.1701, 2.1703, 2.1707, 2.1708, 2.1709, 2.1710, 2.1711, 2.1712, 2.1713, 2.1717, 2.1720, 2.1722, 2.1724, 2.1728, 2.1729, 2.1730, 2.1731, 2.1733, 2.1734, 2.1735, 2.1736, 2.1738, 2.1739, 2.1741, 2.1742, 2.1743, 2.1744, 2.1745, 2.1746, 2.1747, 2.1749, 2.1750, 2.1751, 2.1753, 2.1754, 2.1755, 2.1759, 2.1760, 2.1762, 2.1764, 2.1772, 2.1777, 2.1780, 2.1781, 2.1786, 2.1791, 2.1794, 2.1807 e 2.1812.

I restanti emendamenti all'articolo 2, ove non dichiarati inammissibili, si intendono accantonati.

Il presidente AZZOLLINI procede all'esame degli emendamenti riferiti all'articolo 3.

Sono respinti, con separate votazioni, gli emendamenti: 3.3, 3.5, 3.8, 3.9, 3.12, 3.13, 3.19, 3.22, 3.25, 3.27, 3.28, 3.29, 3.31, 3.32, 3.33, 3.35, 3.37, 3.39, 3.40, 3.44, 3.45, 3.48, 3.49, 3.50, 3.51, 3.52, 3.54, 3.57, 3.60.

A seguito di una richiesta della senatrice BULGARELLI (*M5S*) circa l'inammissibilità dell'emendamento 3.64, il PRESIDENTE ne riporta brevemente le ragioni.

Sono respinti, con separate votazioni, gli emendamenti: 3.66, 3.67, 3.68, 3.69, 3.70, 3.72, 3.73, 3.74, 3.75, 3.76, 3.78, 3.79, 3.80, 3.81, 3.82, 3.84, 3.90, 3.91, 3.92, 3.93, 3.94, 3.95, 3.96, 3.104, 3.107, 3.109, 3.112, 3.113, 3.114, 3.115, 3.116, 3.117, 3.120, 3.121, 3.122, 3.123, 3.124, 3.125, 3.126, 3.127, 3.128, 3.130. 3.131, 3.132, 3.134, 3.136, 3.137, 3.138, 3.140, 3.142, 3.143, 3.144, 3.145, 3.146, 3.147, 3.148, 3.150, 3.151.

A seguito di una richiesta del senatore MANDELLI (*FI-PdL XVII*) circa l'inammissibilità degli emendamenti 3.152 e 3.153, il PRESIDENTE ne riporta brevemente le ragioni.

Sono respinti, con separate votazioni, gli emendamenti: 3.154, 3.155, 3.156, 3.157, 3.158, 3.162, 3.163, 3.166, 3.167, 3.168, 3.169, 3.174, 3.176, 3.177, 3.178, 3.179, 3.181, 3.183, 3.185, 3.187, 3.191, 3.194, 3.196, 3.197, 3.209, 3.212, 3.216, 3.217, 3.218, 3.219, 3.220, 3.223, 3.224, 3.232, 3.233, 3.234, 3.236.

A seguito di una richiesta di chiarimenti del senatore URAS (*Misto-SEL*) circa l'inammissibilità dell'emendamento 3.237, il PRESIDENTE ne riporta brevemente le ragioni.

Sono respinti, con separate votazioni, gli emendamenti: 3.241, 3.242, 3.243, 3.247, 3.249, 3.260, 3.261, 3.262, 3.266, 3.267, 3.279, 3.281, 3.285, 3.287, 3.288, 3.289, 3.290, 3.291, 3.293, 3.294, 3.295, 3.297, 3.299, 3.304, 3.309, 3.311, 3.312, 3.313, 3.314, 3.315, 3.319, 3.328, 3.332, 3.333, 3.335, 3.338, 3.339, 3.340, 3.341, 3.342, 3.343, 3.344, 3.348, 3.352, 3.354, 3.356, 3.360, 3.361, 3.365, 3.366, 3.369, 3.372, 3.373, 3.374, 3.375, 3.376, 3.377, 3.378, 3.379, 3.380, 3.381, 3.382, 3.383, 3.384.

Il PRESIDENTE precisa che, in caso di respingimento di emendamenti analoghi ad altri accantonati, tale circostanza ha carattere tecnico e non pregiudica la facoltà dei proponenti di intervenire in sede di successiva votazione degli emendamenti di interesse.

Risultano ritirati gli emendamenti 3.225, 3.226, 3.228, 3.229, 3.230, 3.244 e 3.254.

Il senatore FRAVEZZI (*Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE*) aggiunge la propria firma all'emendamento 3.253, già accantonato.

I restanti emendamenti, ove non dichiarati inammissibili, si intendono accantonati.

Il PRESIDENTE dispone una breve sospensione dei lavori.

La seduta, sospesa alle ore 12,15, riprende alle ore 12,30.

Il presidente AZZOLLINI avverte preliminarmente che l?emendamento 1.394, erroneamente posto in votazione in una precedente seduta, è invece da considerarsi ancora accantonato.

Dichiara quindi inammissibili per materia gli emendamenti 3.411, 3.412 e 3.429, nonché per profili di copertura gli emendamenti 3.387, 3.391, 3.392, 3.393, 3.394, 3.395, 3.396, 3.397, 3.398, 3.399, 3.400, 3.401, 3.404, 3.405, 3.406, 3.407, 3.409, 3.410, 3.416, 3.430, 3.431, 3.434, 3.439, 3.440, 3.441, 3.443, 3.444, 3.445, 3.446, 3.447, 3.448, 3.449, 3.451, 3.452, 3.453, 3.454, 3.456, 3.458, 3.463, 3.464, 3.465, 3.466, 3.467, 3.468, 3.476, 3.479, 3.480, 3.481, 3.0.5, 3.Tab.C.1 e 3.Tab.E.10.

Si passa quindi alla votazione dei restanti emendamenti riferiti all?articolo 3 ovvero recanti articoli aggiuntivi dopo lo stesso.

In esito a separati scrutini, sono respinte le proposte emendative 3.388, 3.402, 3.403, 3.408, 3.413, 3.414, 3.415 e 3.418.

La senatrice PEZZOPANE (*PD*) ritira gli emendamenti 3.419 e 3.420.

Con ulteriori, separate votazioni, sono altresì respinti gli emendamenti 3.422, 3.423, 3.424, 3.425, 3.426, 3.427, 3.428, 3.435, 3.436 e 3.437.

La senatrice BULGARELLI (*M5S*) ritira l?emendamento 3.438.

Con ulteriori, distinte votazioni, sono successivamente respinti gli emendamenti 3.442, 3.450, 3.459, 3.460, 3.461, 3.462, 3.469, 3.471, 3.472, 3.473, 3.474, 3.475 e 3.0.1.

La senatrice ORRU' (*PD*) sottoscrive l?emendamento 3.0.3 e lo ritira.

Posto separatamente in votazione, è poi respinto l?emendamento 3.0.4.

Si passa quindi all?esame degli emendamenti riferiti alle tabelle del disegno di legge finanziario.

In esito a separati scrutini, risultano non approvate le proposte emendative 3.Tab.A.1-*bis*, 3.Tab.A.1, 3.Tab.A.2, 3.Tab.A.3, 3.Tab.A.5, 3.Tab.A.6, 3.Tab.A.7, 3.Tab.A.8, 3.Tab.A.9, 3.Tab.A.10, 3.Tab.A.12, 3.Tab.A.12-*bis*, 3.Tab.A.13, 3.Tab.A.14, 3.Tab.A.15, 3.Tab.A.16, 3.Tab.A.17, 3.Tab.A.18, 3.Tab.A.19, 3.Tab.C.2, 3.Tab.C.3, 3.Tab.C.4, 3.Tab.C.5, 3.Tab.C.7, 3.Tab.C.8, 3.Tab.C.9, 3.Tab.C.10, 3.Tab.C.11, 3.Tab.C.12, 3.Tab.D.1, 3.Tab.D.4 e 3.Tab.E.4.

Tutti i restanti emendamenti non dichiarati inammissibili restano accantonati.

Il senatore MICHELONI (*PD*) richiama l?emendamento 2.674-*bis*, chiedendo una riconsiderazione dell?inammissibilità precedentemente dichiarata. Sottolinea che tale proposta emendativa riveste un carattere essenziale, per consentire la presentazione delle liste elettorali per il rinnovo dei Comitati degli italiani all?estero, prevista dall?articolo 2, comma 75, del disegno di legge di stabilità.

Il presidente AZZOLLINI osserva che l?emendamento è stato dichiarato inammissibile in quanto

avente carattere ordinamentale, e come tale estraneo al contenuto proprio del disegno di legge di stabilità. Si riserva comunque di valutare ulteriormente la questione nel seguito dell?esame.

La senatrice BONFRISCO (*FI-PdL XVII*) annuncia la presentazione di un ordine del giorno al disegno di legge di bilancio G/1699/3/5 (pubblicato in allegato).

Il presidente AZZOLLINI accoglie la presentazione dell'ordine del giorno in questione.

Il seguito dell'esame congiunto è, quindi, rinviato.

SUI LAVORI DELLA COMMISSIONE

Il presidente AZZOLLINI avverte che la Commissione è ulteriormente convocata a partire dal pomeriggio di lunedì 15 dicembre, alle ore 15 e nei pomeriggi delle giornate successive fino a conclusione dei lavori.

Ricorda inoltre che il termine per la presentazione dei subemendamenti agli ulteriori emendamenti del Governo e del relatore al disegno di legge di stabilità è fissato nella medesima giornata di lunedì 15 dicembre, alle ore 16.

Prende atto la Commissione.

La seduta termina alle ore 12,45.

EMENDAMENTI AL DISEGNO DI LEGGE

N. 1698

1.5001

IL RELATORE

Dopo il comma 119 inserire i seguenti:

"119-*bis* Dopo il comma 1 dell'articolo 2 della legge 3 agosto 2004, n. 206, è inserito il seguente: «1-*bis*. Ai fini degli incrementi di pensione e di trattamento di fine rapporto o equipollenti di cui al comma 1 e del trattamento aggiuntivo di fine rapporto o equipollenti di cui al comma 1 dell'articolo 3, per i soli dipendenti privati invalidi, nonché per i loro eredi aventi diritto a pensione di reversibilità, che, ai sensi della normativa vigente prima della data di entrata in vigore della presente disposizione, abbiano presentato domanda entro il 30 novembre 2007, in luogo del 7,5 per cento e prescindendo da qualsiasi sbarramento al conseguimento della qualifica superiore, se prevista dai rispettivi contratti di categoria, si fa riferimento alla percentuale di incremento tra la retribuzione contrattuale immediatamente superiore e quella contrattuale posseduta dall'invalido all'atto del pensionamento, ove più favorevole».

119- *ter* Dopo il comma 1-*bis* dell'articolo 3 della legge 3 agosto 2004, n. 206, è inserito il seguente:

«I-*ter*. I benefici previsti dal comma 1 spettano al coniuge e ai figli dell'invalido, anche se il matrimonio è stato contratto o i figli siano nati successivamente all'evento terroristico. Se l'invalido contrae matrimonio dopo che il beneficio è stato attribuito ai genitori, il coniuge e i figli di costui ne sono esclusi».
119-*quater* All'articolo 4, comma 2, della legge 3 agosto 2004, n. 206, dopo il primo periodo sono inseriti i seguenti: «Agli effetti di quanto disposto dal presente comma, è indifferente che la posizione assicurativa obbligatoria inerente al rapporto di lavoro dell'invalido sia aperta al momento dell'evento terroristico o successivamente. In nessun caso sono opponibili termini o altre limitazioni temporali alla titolarità della posizione e del diritto al beneficio che ne consegue».
119-*quinquies* Per l'attuazione delle disposizioni di cui ai commi 119-*bis*,119-*ter* e 119-*quater* è autorizzata la spesa massima di 1,5 milioni di euro per anno a decorrere dall'anno 2015. Al relativo onere si provvede mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 1, comma 319, della legge 24 dicembre 2012, n. 228."

3.4000

IL RELATORE

Dopo il comma 64 inserire i seguenti:
" 64-*bis*. Al comma 5 dell'articolo 25 della legge 13 maggio 1999, n. 133 le parole, nel primo periodo, "di importo superiore ad euro 516,46" sono sostituite dalle parole: "di importo pari o superiore a 1000 euro" ed il secondo periodo è sostituito dal seguente: "Si applicano in caso di violazione soltanto le sanzioni amministrative".
64-*ter*. Le società ed associazioni sportive dilettantistiche, di cui all'articolo 90 della legge 27 dicembre 2002, n. 289, iscritte al registro del CONI, sono esonerate dall'invio del modello di cui all'articolo 30, comma 1, del decreto-legge 29 novembre 2008, n. 185, convertito con legge 28 gennaio 2009, n.2.
64-*quater*. All'articolo 145, comma 13, secondo periodo, della legge 23 dicembre 2000, n. 388 sostituire le parole da "uno sgravio contributivo" sino a "gestioni previdenziali di competenza" con le seguenti: "uno sgravio contributivo in forma capitaria sino a 5.165,00 euro all'anno, nonché un credito di imposta pari al cinquanta per cento del reddito di lavoro dipendente corrisposto a tali soggetti, con un limite massimo di sedicimila euro per dipendente; e per ogni preparatore atletico una riduzione del trenta per cento sul totale dei contributi dovuti alle gestioni previdenziali di competenza. I benefici si riferiscono all'intera durata del contratto."

ORDINI DEL GIORNO

N. 1699

G/1699/3/5

BONFRISCO

La 5a Commissione Bilancio,
in sede di esame del disegno di legge Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017, con particolare riferimento alla Tabella 6: Stato di previsione del Ministero degli affari esteri;
Premesso che:
l'UNIDO ITPO è un organismo che svolge una importante funzione di promozione della tecnologia italiana nel mondo, creando un sensibile giro di affari per le esportazioni delle imprese italiane;
l'attività dell' UNIDO ITPO è finanziata mediante le risorse appostate sul capitolo 2204 della Tabella 6 del Ministero degli Affari esteri;
a fronte dei tagli alle disponibilità di tale capitolo presenti nel testo iniziale del disegno di legge di bilancio l'UNIDO-ITPO non potrebbe assolvere alle proprie funzioni, con evidenti ricadute per la promozione e vendita della tecnologia italiana all'estero;

nel corso dell'esame alla Camera del disegno di legge di bilancio la Missione: *Cooperazione allo sviluppo* il Programma: *Sviluppo*, nel quale è allocato il capitolo 2204, è stato rifinanziato con la somma di 50.000 euro;

impegna il Governo

in sede di ridefinizione dei capitoli di spesa a destinare l'importo di 50.000 euro al capitolo 2204.

1.3.2.1.9. 5ª Commissione permanente (Bilancio) - Seduta n. 332 (pom.) del 15/12/2014

collegamento al documento su www.senato.it

BILANCIO (5ª)

LUNEDÌ 15 DICEMBRE 2014
332ª Seduta

Presidenza del Presidente
AZZOLLINI

Intervengono il vice ministro dell'economia e delle finanze Morando e il sottosegretario di Stato per lo stesso dicastero Baretta.

La seduta inizia alle ore 17,55.

IN SEDE REFERENTE

(1699) ***Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017 e relativa Nota di variazioni***, approvato dalla Camera dei deputati

- (Tabb. 1 e 1-*bis*) Stato di previsione dell'entrata per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017 *(limitatamente alle parti di competenza)*
- (Tabb. 2 e 2-*bis*) Stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017 *(limitatamente alle parti di competenza)*

(1698) ***Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)***, approvato dalla Camera dei deputati

(Seguito dell'esame congiunto e rinvio)

Prosegue l'esame congiunto, sospeso nella seduta di sabato 13 dicembre.

Il presidente AZZOLLINI, a seguito di ulteriori approfondimenti, conferma l'inammissibilità dell'emendamento 1.333 e revoca quella dell?emendamento 1.1165, avvertendo che tale proposta si considera pertanto inclusa tra quelle accantonate.

Comunica poi che la Commissione procederà ad esaminare gli emendamenti accantonati, riferiti

all?articolo 1 del disegno di legge di stabilità. Cede quindi la parola al relatore e al rappresentante del Governo per l?espressione dei pareri.

Il relatore SANTINI (*PD*) e il vice ministro MORANDO esprimono parere contrario sugli emendamenti 1.1 e 1.4.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) interviene in dichiarazione di voto favorevole sulla proposta 1.4, che introduce un?imposta straordinaria sul patrimonio per finanziare un Piano straordinario a favore dell?occupazione.

Verificata la presenza del prescritto numero di senatori, gli emendamenti 1.1 e 1.4 sono posti separatamente in votazione e respinti.

Il relatore SANTINI (*PD*) formula un parere contrario sull?emendamento 1.7.

Il rappresentante del GOVERNO si esprime in senso conforme al relatore.

La senatrice LEZZI (*M5S*) interviene a sostegno dell?emendamento 1.7, sottolineando che i risparmi derivanti dal limite di 5.000 euro netti ivi previsto per i trattamenti previdenziali sono destinati a misure di perequazione dei trattamenti minimi erogati dall?INPS.

L?emendamento 1.7, posto in votazione, risulta infine respinto.

Il RELATORE e il rappresentante del GOVERNO esprimono parere contrario sull?emendamento 1.8.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) ritira la proposta emendativa 1.8.

Il relatore SANTINI (*PD*) esprime parere contrario sull?emendamento 1.13, invitando i proponenti a ritirarlo e a trasformarlo in ordine del giorno.

Il vice ministro MORANDO si esprime in senso conforme al relatore. Osserva, inoltre, che l'emendamento e altri analoghi destinano ad altre finalità le risorse per la scuola, ma il disegno di legge di stabilità dovrebbe solo reperire le risorse, la cui allocazione sarà stabilita in un altro provvedimento *ad hoc*, in base al piano per "La buona scuola" da poco presentato dal Governo, sul quale vi sarà un?ampia consultazione pubblica.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) ritira l?emendamento 1.13 e lo trasforma nell?ordine del giorno G/1698/89/5, che è accolto dal GOVERNO.

Con il parere contrario del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, è poi messo in votazione e respinto l?emendamento 1.24.

Il senatore GUALDANI (*NCD*) ritira la proposta 1.25.

Con il parere contrario del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, viene successivamente votato e respinto l?emendamento 1.27.

Il relatore SANTINI (*PD*) e il vice ministro MORANDO si esprimono in senso contrario sugli emendamenti 1.28 e 1.28 (testo 2), invitando al ritiro.

Il senatore DI BIAGIO (*PI*) ritira l?emendamento 1.28 (testo 2), trasformandolo nell?ordine del giorno G/1698/90/5, che è accolto dal Governo.
Ritira poi l?emendamento 1.28.

Su richiesta conforme del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, al fine di una migliore valutazione dello stesso, il PRESIDENTE dispone che l?emendamento 1.31 resti accantonato.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) aggiunge la firma alla proposta 1.31.

Il relatore SANTINI (*PD*) propone una riformulazione in un testo 2 degli identici emendamenti 1.36 e 1.38, sulla quale il vice ministro MORANDO esprime parere favorevole.

I senatori CERONI (*FI-PdL XVII*), DI BIAGIO (*PI*) e Luigi MARINO (*PI*) accolgono la proposta del relatore e riformulano i suddetti emendamenti in un nuovo testo.

Le identiche proposte 1.36 (testo 2) e 1.38 (testo 2), pubblicate in allegato, poste congiuntamente ai voti, sono quindi approvate.

Previo parere contrario del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, la Commissione vota e respinge l?emendamento 1.40.

Il relatore SANTINI (*PD*) si pronuncia in senso favorevole sull?emendamento 1.41.

Il vice ministro MORANDO esprime parere conforme al relatore, pur sottolineando che la proposta emendativa in questione presenta alcuni profili tecnici problematici.

L?emendamento 1.41, posto in votazione, è infine approvato.

Il RELATORE e il rappresentante del GOVERNO formulano parere contrario sugli emendamenti 1.43 e 1.52 e invitano i presentatori al ritiro delle suddette proposte.

Il senatore DEL BARBA (*PD*) ritira la proposta 1.43.

In assenza del proponente, il senatore VERDUCCI (*PD*) fa suo l?emendamento 1.52 e lo ritira.

Il relatore SANTINI (*PD*) evidenzia l?opportunità di mantenere l?accantonamento della proposta emendativa 1.55, onde consentire un ulteriore approfondimento.

Il rappresentante del GOVERNO esprime parere conforme al relatore.

Il presidente AZZOLLINI accoglie la richiesta e, conseguentemente, dispone che l?emendamento 1.55

resti accantonato.

Il relatore SANTINI (*PD*) esprime parere favorevole sulla proposta 1.57, a condizione che venga riformulata come suggerito dal senatore D'Alì includendo i teatri di tradizione. Sulla nuova formulazione il vice ministro MORANDO si esprime in senso favorevole.

I senatori URAS (*Misto-SEL*), LAI (*PD*), MANDELLI (*FI-PdL XVII*) e VERDUCCI (*PD*) aggiungono la firma all?emendamento 1.57 (testo 2).

Conseguentemente, l?emendamento 1.57 (testo 2), pubblicato in allegato, è messo ai voti e approvato.

Su richiesta del RELATORE e del GOVERNO, il PRESIDENTE dispone il mantenimento dell?accantonamento della proposta 1.60.

Con il parere favorevole del RELATORE e del GOVERNO, è successivamente posto in votazione e approvato l?emendamento 1.62.

Il relatore SANTINI (*PD*) e il vice ministro MORANDO formulano parere contrario sulle proposte 1.69, 1.81, 1.83, 1.84 e 1.85, le quali, in esito a distinte votazioni, sono poi respinte.

Il RELATORE e il rappresentante del GOVERNO si esprimono in senso contrario riguardo all?emendamento 1.92, ovvero ne invitano al ritiro i proponenti.

In assenza del proponente, il senatore MANDELLI (*FI-PdL XVII*) sottoscrive l'emendamento 1.92 e lo ritira.

Il relatore SANTINI (*PD*) formula parere favorevole in ordine alla proposta 1.98 (identica alla 1.99).

Nell?esprimere parere conforme al relatore, il vice ministro MORANDO sottolinea che il Governo condivide pienamente la finalità dell?emendamento, volto a riordinare l?attività dei promotori finanziari attraverso l?istituzione di un albo unico e frutto anche di un intenso lavoro della Commissione finanze del Senato.

La senatrice BONFRISCO (*FI-PdL XVII*) manifesta soddisfazione per la posizione favorevole del relatore e del Governo, evidenziando che la proposta emendativa, nata da un lungo lavoro parlamentare, contribuirà a introdurre maggiore efficienza e trasparenza nel settore dei promotori finanziari.

Gli identici emendamenti 1.98 e 1.99, posti congiuntamente ai voti, risultano approvati.

Il relatore SANTINI (*PD*) ritiene opportuno mantenere l?accantonamento della proposta 1.103.

Il rappresentante del GOVERNO concorda, sottolineando che l?emendamento presenta una serie di questioni da approfondire.

Il presidente AZZOLLINI dispone che l?emendamento 1.103 resti accantonato.

Il RELATORE e il rappresentante del GOVERNO si esprimono in senso contrario sull'emendamento 1.115.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) interviene in dichiarazione di voto favorevole riguardo al suddetto emendamento, volto a indirizzare prioritariamente gli sgravi fiscali IRAP previsti nel testo come incentivo al mantenimento dei livelli occupazionali.

L?emendamento 1.115, posto ai voti, viene successivamente respinto.

Il relatore SANTINI (*PD*) osserva che l?emendamento 1.125, come altri di analogo tenore, è teso a indirizzare gli sgravi IRAP a favore delle attività lavorative di carattere stagionale, in particolare nel settore turistico e agricolo. Trattandosi di questioni di grande rilevanza, propone di mantenere l?accantonamento della proposta emendativa, per una migliore valutazione.

Il vice ministro MORANDO si dichiara favorevole alla proposta del relatore, al fine di trovare soluzioni che tengano conto delle specifiche esigenze dei settori caratterizzati da lavoro stagionale (da individuarsi in platee ben delimitate). Tuttavia, sottolinea che gli sgravi dell?IRAP proposti nel disegno di legge di stabilità restano prioritariamente finalizzati a ridurre il costo del lavoro dei contratti a tempo indeterminato, tipologia di contratto che si intende privilegiare rispetto alle forme di lavoro temporaneo o precario. Si tratta di una precisa scelta politica alla quale il Governo non intende rinunciare.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) condivide la proposta di mantenere accantonato l?emendamento 1.125, sottolineando però che il lavoro stagionale non può essere assimilato a quello precario, trattandosi in realtà di lavoro stabile, che per sua natura si concentra in determinati periodi dell?anno. Auspica pertanto una soluzione equilibrata.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) condivide l?intento del Governo di favorire maggiormente il lavoro stabile, pur concordando con il senatore D?Alì sulle caratteristiche peculiari del lavoro stagionale, che richiedono soluzioni ad *hoc*.

Il senatore MILO (*GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI)*) auspica che l?accantonamento dell?emendamento 1.125 possa favorire soluzioni omogenee per tutte le attività di tipo stagionale.

Il senatore ZELLER (*Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE*) condivide le considerazioni svolte dai colleghi e auspica anch?egli soluzioni normative adeguate per i settori dell?agricoltura e del turismo.

Il PRESIDENTE dispone, quindi, che l?emendamento 1.125 resti accantonato.

Il RELATORE propone di lasciare accantonato anche l?emendamento 1.137, in quanto analogo al precedente.

Il presidente AZZOLLINI suggerisce di procedere alla votazione, ai fini di un?eventuale reiezione tecnica che consenta comunque la riproposizione dell?emendamento in Assemblea.

Il senatore SPOSETTI (*PD*) insiste per mantenere l?accantonamento.

L?emendamento 1.137 resta quindi accantonato.

Il relatore SANTINI (*PD*) si dichiara contrario all?emendamento 1.151, che introduce sgravi fiscali a favore delle imprese dei territori colpiti da calamità naturali, invitando al ritiro in quanto l?emendamento del Governo interviene sulla stessa materia aumentando le dotazioni del fondo per le emergenze nazionali.

Il vice ministro MORANDO concorda con il parere del relatore e osserva che l?emendamento del Governo potrebbe essere ulteriormente affinato nel corso dell?esame in Commissione. Precisa infine che il rifinanziamento del fondo per le emergenze nazionali non riguarda le calamità che sono state gestite al di fuori dello stesso con norme ad *hoc*, come nel caso dei terremoti dell?Aquila e dell?Emilia o dell?alluvione del 2013 in Sardegna.

La senatrice LEZZI (*M5S*) ritira la proposta 1.151.

Il relatore SANTINI (*PD*) esprime parere contrario sull'emendamento 1.158, invitandone al ritiro. Osserva che tale proposta e altre analoghe intervengono in vario modo per correggere alcune incongruenze della norma sugli sgravi IRAP che penalizzano eccessivamente talune categorie. Tale questione richiede però la ricerca di una soluzione ad *hoc*.

Il vice ministro MORANDO concorda con il parere del relatore. Ribadisce che il Governo intende ridurre la tassazione IRAP al fine di favorire le forme di lavoro dipendente escludendo volutamente gli artigiani o professionisti senza dipendenti. Tuttavia, poiché la nuova disciplina proposta, facendo venire meno le precedenti aliquote ridotte, introduce effettivamente un inasprimento della tassazione per alcune categorie di lavoratori autonomi (circa 1.400.000 soggetti), il Governo si propone di presentare un nuovo emendamento per eliminare questo aggravio, assicurando l'invarianza del carico fiscale rispetto alla legislazione vigente.
Propone pertanto di mantenere accantonato uno degli emendamenti che intervengono sulla questione e di ritirare tutti gli altri, per facilitare il confronto.

Il relatore SANTINI (*PD*) concorda con la proposta del vice ministro Morando.

Il presidente AZZOLLINI dispone di mantenere accantonato l'emendamento 1.158. Invita poi i proponenti a ritirare tutti gli altri emendamenti di analogo tenore.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) osserva che tra gli altri emendamenti richiamati ve ne sono molti che intervengono su profili di grande rilevanza; insiste pertanto affinché siano posti in votazione, onde consentirne la ripresentazione in Assemblea.

Conseguentemente, con separate votazioni sono respinti gli emendamenti 1.170, 1.179 e 1.192.

A seguito di una richiesta in tal senso del RELATORE, a motivo dell?analogo contenuto di un emendamento del Governo, la senatrice COMAROLI (*LN-Aut*) ritira l?emendamento 1.194.

La senatrice COMAROLI (*LN-Aut*) dichiara il proprio voto favorevole all?emendamento 1.199, finalizzato a disincentivare l?evasione fiscale e la delocalizzazione.

Previo parere contrario del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, sono respinti, con separate votazioni, gli emendamenti 1.199 e 1.203.

In risposta ad una richiesta di chiarimento della senatrice LEZZI (*M5S*), il rappresentante del GOVERNO ed il RELATORE confermano l?orientamento di non intervenire ulteriormente sulle norme concernenti il trattamento di fine rapporto, sottese alla proposta 1.230.

La senatrice COMAROLI (*LN-Aut*) dichiara il proprio voto favorevole all?emendamento 1.230, finalizzato ad alleggerire gli adempimenti a carico delle piccole imprese in materia di trattamento di fine rapporto.

Previo parere contrario del RELATORE e del GOVERNO, sono respinti, con separate votazioni, gli emendamenti 1.218, 1.230,1.232, 1.234, 1.238, 1.240 e 1.245.

Il RELATORE, pur apprezzando le finalità sottese, esprime parere contrario sulla proposta 1.246 (testo 2) per ragioni tecniche. Esprime altresì parere contrario sulla proposta 1.248.

Il rappresentante del GOVERNO esprime parere conforme al relatore sulle proposte 1.246 (testo2) e 1.248.

In esito a separate votazioni, le proposte 1.246 (testo2) e 1.248 risultano respinte.

Il senatore GAETTI (*M5S*) interviene per auspicare l?accoglimento dell?emendamento 1.250.

Previo parere contrario del RELATORE e del GOVERNO, l?emendamento 1.250, posto ai voti, è respinto.

Il senatore CERONI (*FI-PdL XVII*) aggiunge la propria firma all?emendamento 1.251.

Il RELATORE invita al ritiro dell?emendamento 1.251 altrimenti esprime parere contrario.

Il vice ministro MORANDO si conforma al relatore, esprimendo l?orientamento per il quale il credito di imposta per gli investimenti in ricerca debba essere inteso nella maniera più estensiva, escludendo tuttavia le spese di altra natura.

Il senatore VACCARI (*PD*) si dichiara contrario al ritiro e chiede un approfondimento in materia al Governo.

Il senatore CERONI (*FI-PdL XVII*) insiste per la votazione.

L?emendamento 1.251, posto ai voti, è respinto.

Previo parere contrario del RELATORE e del GOVERNO, il senatore MANDELLI (*FI-PdL XVII*) ritira l?emendamento 1.254, trasformandolo nell'ordine del giorno G/1698/91/5ª, pubblicato in

allegato, che è accolto dal Governo.

Il RELATORE e il rappresentante del GOVERNO esprimono parere contrario sull'emendamento 1.266.

Il senatore CIOFFI (*M5S*) interviene per auspicare l?approvazione dell?emendamento 1.266, finalizzato a sviluppare il settore della *green economy*, con particolare riferimento all?efficienza energetica e alla riconversione della filiera produttiva dell?automobile nella direzione dei motori a zero emissioni.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) dichiara il voto favorevole del proprio Gruppo.

L'emendamento 1.266, posto ai voti, è respinto.

A seguito dell?invito al ritiro da parte del RELATORE, il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) chiede di accantonare l?emendamento 1.276 per trattarlo con l?emendamento del Governo sul personale delle province, in considerazione dell?oggetto simile.

Il senatore SPOSETTI (*PD*) rileva come l?emendamento contenga anche altre disposizioni degne di attenzione.

Il presidente AZZOLLINI prende atto della richiesta di mantenere accantonato l?emendamento 1.276.

L'emendamento 1.276 resta accantonato.

La senatrice COMAROLI (*LN-Aut*) auspica l'accoglimento dell?emendamento 1.280.

Il RELATORE e il GOVERNO esprimono parere contrario sull'emendamento 1.280 che, posto ai voti, è respinto.

Il senatore MANDELLI (*FI-PdL XVII*) dichiara il proprio voto favorevole all?emendamento 1.284 che, con il parere contrario del RELATORE e del GOVERNO, posto ai voti, è respinto.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) dichiara di trasformare l?emendamento 1.297 nell?ordine del giorno G/1698/92/5ª ,pubblicato in allegato, che il rappresentante del GOVERNO, dichiara di accogliere.

Il RELATORE invita al ritiro degli emendamenti 1.309, 1.315 e 1.315 (testo 2), così come di tutti gli emendamenti in materia di bonifica dell?amianto, già trattati dalle proposte governative 1.9200 e 1.9202.

Il vice ministro MORANDO si associa alla richiesta del relatore, evidenziando come la Camera dei deputati abbia approvato rilevanti norme circa gli interventi a favore delle persone che sono state esposte a rischi da amianto e come gli emendamenti presentati al Senato, oltre a tale aspetto, riguardino anche gli interventi sugli edifici, realizzando così un complesso soddisfacente di disposizioni, nonostante le limitate risorse a disposizione. Si dichiara altresì disponibile a trattare gli

emendamenti in questione, congiuntamente a quelli presentati dall'Esecutivo in materia.

Dopo un intervento di precisazione del senatore GIROTTO (*M5S*), la senatrice LEZZI (*M5S*) chiede di trasformare l?emendamento 1.309 in subemendamento agli emendamenti del Governo.

Il presidente AZZOLLINI, nel prendere atto della richiesta, ricorda che il termine per la presentazione dei subemendamenti è scaduto e invita pertanto ad agevolare i lavori della Commissione limitando richieste di tale tenore. Dispone quindi di mantenere accantonato l'emendamento 1.309.

Il senatore VERDUCCI (*PD*) ritira gli emendamenti 1.315 e 1.315 (testo 2).

Il senatore GIROTTO (*M5S*) invita all?approvazione dell?emendamento 1.316, finalizzato a stabilizzare le detrazioni fiscali per gli interventi a favore dell?efficienza energetica, che previo parere contrario del RELATORE e del GOVERNO, posto ai voti, è respinto.

Il RELATORE invita al ritiro dell?emendamento 1.318: a tale richiesta si associa il rappresentante del GOVERNO, dichiarando di condividere nel merito il contenuto della proposta, che tuttavia incontra un ostacolo nella normativa europea sugli aiuti di Stato.

Il senatore CIOFFI (*M5S*) interviene per invitare la Commissione all?approvazione dell?emendamento.

Il senatore VACCARI (*PD*) ritira l?emendamento 1.318, con l'intento di trasformarlo in un ordine del giorno.

Previo parere contrario del RELATORE e del rappresentante DEL GOVERNO, l?emendamento 1.334, posto ai voti, è respinto.

Il senatore BERGER (*Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE*) dichiara di trasformare l?emendamento 1.342 nell?ordine del giorno n. G/1698/93/5a che, a seguito del parere favorevole del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, è accolto.

Il RELATORE esprime parere favorevole all?emendamento 1.344.

Il vice ministro MORANDO si esprime in senso conforme, condividendo l?esigenza di ampliare il termine per la fruizione della detrazione del 50 per cento in caso di trasferimento del beneficio fiscale dal costruttore all?acquirente e consentire così una più ampia applicazione della norma esistente: ritiene tuttavia necessario un approfondimento sulle coperture e ne propone a tal fine l?accantonamento.

Il PRESIDENTE dispone pertanto che l?emendamento 1.344 resti accantonato.

I presentatori ritirano gli emendamenti 1.354, 1.356 e 1.365, in materia di amianto.

Con il parere contrario del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, è quindi posto ai voti e respinto l?emendamento 1.366.

Il RELATORE invita al ritiro dell?emendamento 1.368.

Il senatore MILO (*GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI)*) dichiara il proprio voto favorevole sull?emendamento 1.368, ricordando come il provvedimento a favore delle zone alluvionate della Sardegna sia fermo presso la Camera dei deputati ormai da parecchi mesi, sia per responsabilità del Governo che dei Gruppi di maggioranza. .

Il senatore URAS (*Misto-SEL*), stigmatizza la mancata approvazione del provvedimento da parte della Camera, lamentando il trattamento deteriore subito dalla Sardegna rispetto ad altre regioni colpite da calamità naturali. Ritiene, inoltre, di non poter accogliere la richiesta di ritiro, chiedendo, al contrario, che l'emendamento resti accantonato in attesa della presentazione degli annunciati emendamenti del Governo su tale materia.

I senatori VACCARI (*PD*), BROGLIA (*PD*) e MUSSINI (*Misto-MovX*) e la senatrice PADUA (*PD*) aggiungono la propria firma all?emendamento 1.368.

Il presidente AZZOLLINI (*NCD*) accoglie la richiesta del senatore Uras.

In accoglimento della proposta avanzata dal RELATORE e dal rappresentante del GOVERNO, gli emendamenti 1.369 (a cui aggiungono la firma i senatori TOSATO (*LN-Aut*) e Venera PADUA (*PD*)) e 1.370, sono ritirati dai rispettivi proponenti.

Con il parere favorevole del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, la Commissione approva, quindi, l'emendamento 1.371.

L'emendamento 1.372 resta accantonato, accogliendo il PRESIDENTE la richiesta del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO di poter effettuare un supplemento di riflessione sull'onerosità della proposta.

Su invito del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, i proponenti ritirano l'emendamento 1.373.

Il RELATORE e il rappresentante del GOVERNO invitano altresì al ritiro dell'emendamento 1.376, avvertendo che ove si insistesse per la votazione il parere sarebbe contrario.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*), in sede di dichiarazione di voto, insiste per l'approvazione dell'emendamento, che persegue il fine di incrementare le risorse per la messa in sicurezza del territorio di Genova, garantendo la relativa copertura attraverso una riduzione degli stanziamenti per Roma Capitale.

Posto ai voti, l'emendamento 1.376 è respinto.

Il RELATORE e il rappresentante del GOVERNO invitano al ritiro dell'emendamento 1.384, avvertendo che ove si insistesse per la votazione il parere sarebbe contrario.

Il senatore ARRIGONI (*LN-Aut*), in sede di dichiarazione di voto, auspica l'accoglimento dell'emendamento in questione, finalizzato a incrementare il finanziamento degli interventi contro il dissesto idrogeologico, utilizzando a tale scopo parte dei fondi destinati a Roma Capitale.

Posto ai voti, l'emendamento 1.384 risulta respinto, esito confermato dalla controprova effettuata su richiesta del senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*).

Accedendo alla proposta formulata dal RELATORE e dal rappresentante del GOVERNO, il senatore URAS (*Misto-SEL*) ritira l'emendamento 1.385 e lo trasforma nell'ordine del giorno G/1698/94/5a, pubblicato in allegato, che risulta accolto.

In accoglimento della proposta formulata dal RELATORE e dal rappresentante del GOVERNO, gli emendamenti 1.390, 1.390 (testo 2) e 1.394 vengono ritirati dai rispettivi proponenti.

Previo parere contrario del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, la Commissione respinge gli identici emendamenti 1.403, 1.404 e 1.405, nonché, con successive e distinte votazioni, gli emendamenti 1.444 e 1.449.

Gli emendamenti 1.453, 1.454 e 1.461 sono ritirati dai rispettivi proponenti, in conformità all'invito formulato dal RELATORE e dal rappresentante del GOVERNO.

Posto ai voti, con il parere contrario del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, l'emendamento 1.467 è respinto.

Il RELATORE e il rappresentante del GOVERNO esprimono parere contrario sull'emendamento 1.468.

Il viceministro MORANDO suggerisce il ritiro dell'emendamento, ai fini di una trasformazione in un ordine del giorno che potrebbe essere accolto come raccomandazione.

Intervenendo in sede di dichiarazione di voto, la senatrice COMAROLI (*LN-Aut*) insiste per la votazione, auspicando l'approvazione dell'emendamento in questione, che intende assicurare la necessaria terzietà nell'espletamento delle verifiche in materia di studi di settore.

Posto ai voti, l'emendamento 1.468 è respinto.

In accoglimento della proposta avanzata dal RELATORE e dal rappresentante del GOVERNO, l'emendamento 1.478 è ritirato dai proponenti, in quanto i temi da esso trattati formeranno oggetto di un emendamento a firma del relatore.

Il PRESIDENTE, rispondendo a una richiesta di delucidazioni della senatrice GRANAIOLA (*PD*), fa presente che è tuttora oggetto di vaglio, in punto di ammissibilità, il testo 2 dell'emendamento 1.481.

Il RELATORE ed il rappresentante del GOVERNO invitano al ritiro dell'emendamento 1.483, avvertendo che ove si insistesse per la votazione il parere sarebbe contrario.

Il senatore MICHELONI (*PD*) ritiene di non poter accogliere l'invito al ritiro, sottolineando che l'emendamento in questione è volto al superamento di una criticità derivante dal cosiddetto decreto-legge "del fare", che sta penalizzando, sul piano fiscale, le agenzie di viaggio italiane all'estero ed ha dato luogo ad un contenzioso giudiziario, nel quale l'amministrazione finanziaria è finora risultata soccombente. Formula l'auspicio che il relatore ed il rappresentante del Governo svolgano in proposito un supplemento di riflessione.

Il senatore SPOSETTI (*PD*) si associa alle considerazioni testé svolte ed auspica che l'emendamento *de quo* sia mantenuto per ora accantonato.

Poiché il rappresentante del GOVERNO si riserva ulteriori verifiche sui profili di compatibilità comunitaria, che appaiono problematici, il PRESIDENTE dispone che l'emendamento resti accantonato. Resta altresì accantonato l'emendamento 1.484 (testo 2 corretto), di analogo contenuto.

Previo parere contrario del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, la Commissione respinge l'emendamento 1.492.

I senatori Magda Angela ZANONI (*PD*), Silvana Andreina COMAROLI (*LN-Aut*) e TOSATO (*LN-Aut*) dichiarano di aggiungere la propria firma all'emendamento 1.497, su cui il RELATORE ed il rappresentante del GOVERNO esprimono parere contrario.

Previa dichiarazione di voto favorevole della senatrice ZANONI (*PD*) e del senatore MALAN (*FI-PdL XVII*), l'emendamento è posto ai voti e respinto.

Previo parere contrario del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, gli emendamenti 1.498, 1.500 e 1.518 sono posti distintamente ai voti e respinti, mentre l'emendamento 1.504, cui il senatore RUTA (*PD*) aggiunge la propria firma, resta accantonato.

L'emendamento 1.519, su cui l'avviso del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO è contrario, viene ritirato dal senatore URAS (*Misto-SEL*) e trasformato nell'ordine del giorno G/1698/95/5a, pubblicato in allegato, che risulta accolto.

Con il parere contrario del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, gli emendamenti 1.520, 1.533, 1.540, 1.541 e 1.558 sono posti distintamente ai voti e respinti, mentre l'emendamento 1.546, cui aggiungono la propria firma i senatori D'ALI' (*FI-PdL XVII*), URAS (*Misto-SEL*), RUTA (*PD*), Maria Teresa BERTUZZI (*PD*) e Pamela Giacoma Giovanna ORRU' (*PD*), resta accantonato, così come l'emendamento 1.561, sul quale il rappresentante del GOVERNO si riserva ulteriori valutazioni in ordine ai profili di onerosità.

Previo parere contrario del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, con distinte votazioni sono respinti gli emendamenti 1.563, 1.570, 1.571, 1.585, 1.585 (testo 2) e 1.1592.

Su invito del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, gli emendamenti 1.593 e 1.596 sono ritirati dai proponenti, mentre, con il parere contrario dei medesimi, gli emendamenti 1.595 e 1.598, posti distintamente ai voti sono respinti. Sono, altresì, ritirati dai rispettivi proponenti gli emendamenti 1.599 e 1.600.

Il RELATORE esprime l'avviso, condiviso dal rappresentante del GOVERNO, che gli emendamenti 1.609 e seguenti, relativi alla materia della decontribuzione e delle relative fonti di finanziamento (individuate nei fondi per la coesione territoriale), debbano essere ritirati per essere sostituiti da un ordine del giorno condiviso dall'intera Commissione, che si impegna a predisporre. Soggiunge che, in ogni caso, eventuali problemi per i fondi di coesione si porrebbero unicamente per gli anni successivi al 2015.

Sulla proposta del relatore, si apre quindi un dibattito incidentale sul complesso degli emendamenti che trattano la materia.

Il senatore BOCCHINO (*Misto-ILC*) manifesta profonda perplessità circa il ricorso ad un ordine del giorno, che a suo avviso difficilmente potrebbe risolvere le gravi problematiche derivanti dallo storno dei fondi per la coesione territoriale. Ritiene preferibile mantenere gli emendamenti in questione accantonati onde consentire lo svolgimento di un supplemento di riflessione.

Il senatore MILO (*GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI)*) osserva che un ordine del giorno, quand'anche formulato in maniera precisa e stringente, non potrebbe ovviare alle criticità discendenti dalla sostanziale cancellazione della normativa sui fondi di coesione, ragione per cui insiste per la votazione e l'approvazione dell'emendamento 1.610 a propria firma.

La senatrice PADUA (*PD*), nel prendere atto delle rassicurazioni fornite dal relatore, dichiara sin da ora che sottoscriverà l'annunciato ordine del giorno, che a suo avviso potrà fornire le necessarie garanzie ai territori svantaggiati del Mezzogiorno.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) sottolinea che la *ratio* dei fondi di coesione è quella di superare gli squilibri esistenti tra territori, e pertanto la loro incisione reca con sé il rischio di abbandono delle regioni meridionali, di cui il Governo e la maggioranza dovranno farsi carico politicamente.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) ritiene condivisibile l'obiettivo della decontribuzione, ma a suo parere occorre evitare che le relative fonti di finanziamento siano reperite attraverso il depauperamento dei fondi di coesione territoriale, che ricorda essere stati individuati previo accordo con le regioni. Si riserva di pronunciarsi volta per volta, in sede di dichiarazione di voto, sugli emendamenti che trattano la materia.

La senatrice LEZZI (*M5S*) si esprime con accenti fortemente critici sulle norme sottese al comma 90 dell'articolo 1, che a suo giudizio determineranno effetti recessivi, a detrimento delle persone in cerca di occupazione e dei territori svantaggiati, tra i quali sono ormai annoverabili anche diverse zone del Nord Italia. Soggiunge che il prefigurato ordine del giorno è strumento del tutto insufficiente ad assicurare le garanzie necessarie in una materia così delicata.

Dopo l'intervento del senatore LAI (*PD*), che richiama l'attenzione su taluni profili inerenti all'utilizzazione dei fondi di coesione che hanno un valore molto differente per ogni singola regione, il senatore RUTA (*PD*) prospetta la necessità di introdurre un'alternatività tra i benefici di cui alla legge n. 407 del 1990 e quelli contemplati nella disposizione in questione.

Il relatore SANTINI (*PD*), replicando a tutti gli interventi svolti sulla disciplina contenuta nei commi da 90 a 94, fa presente che per l'anno 2015 sono sicuramente applicabili i benefici previsti dalla legge n. 407 del 1990 e che per il 2016 sarà possibile elaborare misure atte ad introdurre benefici

analoghi. Ribadisce, in ogni caso, come il rappresentante del Governo, il parere contrario su tutti gli emendamenti in questione.

Si passa quindi alla votazione degli emendamenti riferiti ai commi 90 e seguenti dell'articolo 1.

Posto ai voti, l'emendamento 1.609 viene respinto.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) preannuncia, a nome del Gruppo di appartenenza, il voto favorevole sulla proposta emendativa 1.610. Analoga dichiarazione svolge il senatore MILO (*GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI)*).

L'emendamento 1.610, posto ai voti, viene respinto dalla Commissione

Previa dichiarazione di voto favorevole della senatrice LEZZI (*M5S*) la proposta emendativa 1.612 (testo corretto), posta ai voti, è respinta.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) preannuncia, anche a nome del Gruppo di appartenenza, il voto favorevole sulla proposta emendativa 1.613, che posta ai voti viene respinta.

I senatori URAS (*Misto-SEL*) e MILO (*GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI)*) preannunciano, a nome dei rispettivi Gruppi, il voto favorevole sull'emendamento 1.614 che, posto ai voti, è respinto.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) preannuncia, anche a nome del Gruppo di appartenenza, il voto favorevole sulla proposta emendativa 1.616.

Il senatore BOCCHINO (*Misto-ILC*), nel preannunciare il voto favorevole sull'emendamento 1.616, richiama l'attenzione sulla disciplina in esso contenuta e sulle finalità dalla stessa perseguita.

La Commissione respinge poi, con separate votazioni, gli emendamenti 1.616 e 1.618.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) preannuncia, anche a nome del Gruppo di appartenenza, il voto favorevole sulla proposta emendativa 1.620, alla quale aggiungono la firma i senatori COMAROLI (*LN-Aut*) e TOSATO (*LN-Aut*).

La Commissione respinge, quindi, con separate votazioni, gli emendamenti 1.620, 1.620-*bis*, 1.621 e 1.625

Il PRESIDENTE ricorda l'inammissibilità già dichiarata degli emendamenti 1.628 e 1.629.

Su invito del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, il senatore Luigi MARINO (*PI*), ritira gli emendamenti 1.628 (testo 2) e 1.629 (testo 2) in quanto la materia è contenuta in emendamenti presentati dal Governo che fornisce soluzioni abbastanza soddisfacenti, ancorché non complete, per il settore della produzione primaria di prodotti agricoli.

La senatrice COMAROLI (*LN-Aut*) ritira il proprio emendamento 1.632.

La senatrice BULGARELLI (*M5S*) interviene per dichiarazione di voto sull'emendamento 1.641, preannunciando voto favorevole. Sull'emendamento esprimono parere contrario il RELATORE, che invita altresì al ritiro dell'emendamento, ed il rappresentante del GOVERNO, il quale conferma che l'Esecutivo non intende subordinare la materia a nessuna condizionalità.

La Commissione respinge, quindi, l'emendamento 1.641.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) appone la propria firma all'emendamento 1.646, preannunciando il voto favorevole del suo Gruppo. L'emendamento, con il parere contrario del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, posto in votazione, è respinto dalla Commissione.

La senatrice DE PIN (*Misto*) ritira il proprio emendamento 1.648.

Gli emendamenti 1.660 e 1.663 - con parere contrario del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO - sono respinti, con separate votazioni, dalla Commissione.

Su proposta del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, gli emendamenti 1.667 e 1.668 sono ritirati rispettivamente dal senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) e dal senatore DI BIAGIO (*PI*), mentre il senatore GUALDANI (*NCD*) chiede che venga confermato l'accantonamento dell'emendamento 1.670, volto a far salva la copertura finanziaria per i progetti validamente presentati dagli Enti locali nelle forme e nei termini previsti dalle apposite normative regionali, che pertanto rimane accantonato, come l'analoga proposta 1.671.

Previa dichiarazione di voto favorevole dei senatori MILO (*GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI)*) e D'ALI' (*FI-PdL XVII*) e con il parere contrario del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, l'emendamento 1.675 viene respinto, analogamente agli emendamenti 1.676, 1.677 e 1.679, respinti con separate votazioni.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) ritira l'emendamento 1.684.

Con separate votazioni, previo parere contrario del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, gli emendamenti 1.693, 1.696, 1.698 e 1.701 (su cui la senatrice BONFRISCO (*FI-PdL XVII*) appone la propria firma, preannunciando il voto favorevole) e 1.705 (su cui la senatrice COMAROLI (*LN-Aut*) preannuncia voto favorevole), sono respinti dalla Commissione.

Il relatore SANTINI (*PD*) chiede che venga confermato l'accantonamento del proprio emendamento 1.711, rimettendosi il rappresentante del GOVERNO alla Commissione, in relazione a tale proposta.

Sull'emendamento appongono la propria firma i senatori Venera PADUA (*PD*), Manuela GRANAIOLA (*PD*), COLLINA (*PD*) e DI BIAGIO (*PI*).

La Commissione dispone di confermare l'accantonamento dell'emendamento 1.711.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) ritira il proprio emendamento 1.712 e lo trasforma nell'ordine del giorno G/1698/96/5a che, con il parere favorevole del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, viene accolto.

La senatrice CHIAVAROLI (*NCD*) ritira il proprio emendamento 1.721.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) ritira il proprio emendamento 1.726 e lo trasforma nell'ordine del giorno G/1698/97/5a che, con il parere favorevole del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, viene accolto.

Il senatore CERONI (*FI-PdL XVII*) interviene per dichiarazione di voto favorevole sull'emendamento 1.727, volto alla riduzione dell'imposta dovuta per l'unità immobiliare adibita ad abitazione principale.

L'emendamento viene posto in votazione e, con parere contrario del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, viene respinto dalla Commissione.

Il senatore GUALDANI (*NCD*) ritira il proprio emendamento 1.732.

La senatrice COMAROLI (*LN-Aut*) ritira il proprio emendamento 1.734 e lo trasforma nell'ordine del giorno G/1698/98/5a che, con il parere favorevole del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, viene accolto.

Analoga richiesta viene formulata dalla senatrice BULGARELLI (*M5S*) sull'emendamento 1.735 che, ritirato, è trasformato nell'ordine del giorno G/1698/99/5a, accolto con il parere favorevole del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO.

Le senatrici PADUA (*PD*) e GRANAIOLA (*PD*) chiedono che venga confermato l'accantonamento dell'emendamento 1.736, che attribuisce al Monopolio di Stato la sperimentazione di modalità di controllo delle dipendenze da gioco d'azzardo mediante l'adozione di appositi *software* secondo quanto previsto dall'articolo 1, comma 102, del disegno di legge. La Commissione conviene con la richiesta di confermare l'accantonamento dell'emendamento 1.736.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) ritira il proprio emendamento 1.738 e lo trasforma nell'ordine del giorno G/1698/100/5a che, con il parere favorevole del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, viene accolto.

Il senatore CERONI (*FI-PdL XVII*) chiede che venga confermato l'accantonamento dell'emendamento 1.741 in materia di revisione delle tariffe massime delle prestazioni di assistenza termale.

La Commissione conviene.

Il seguito dell'esame congiunto è quindi rinviato.

La seduta termina alle ore 23.10.

ORDINI DEL GIORNO ED EMENDAMENTI AL DISEGNO DI LEGGE
N. 1698

G/1698/1/5

AZZOLLINI

Il Senato,

premesso che:

l'entrata in funzione dell'Ufficio parlamentare di bilancio costituisce un supporto di conoscenza e di attestazione di affidabilità delle previsioni del Governo, che sostanziano le manovre di finanza pubblica;

considerato che:

in materia occorre garantire il massimo della pubblicità e trasparenza a tutte le informazioni disponibili, proprio per l'importanza della politica di bilancio quale trova ora un richiamo anche in Costituzione e per permettere anzitutto al Parlamento, alle sue strutture informative ed alla pubblica opinione una piena valutazione degli sforzi che sta compiendo il Paese sul sentiero sia del consolidamento dei conti pubblici sia della garanzia in ordine ad una crescita sostenuta e duratura;

considerato altresì che, nell'ambito delle menzionate esigenze di pubblicità, rientra anche la possibilità di valutare gli effetti sui tre saldi nominali di finanza pubblica delle norme legislative approvate;

impegna il Governo:

ad inviare anche al Parlamento, ai fini delle decisioni di sua competenza, le informazioni fornite al predetto Ufficio parlamentare di bilancio in riferimento ai criteri di costruzione dei saldi a legislazione vigente e del quadro programmatico, nonché le relative ipotesi;

a rendere noto ? nelle forme, anche telematiche, che saranno ritenute più opportune ? l'impatto delle norme legislative sui saldi nominali di finanza pubblica, secondo quanto previsto dalla normativa vigente in materia di contabilità e finanza pubblica.

G/1698/2/5

DE PIETRO, URAS, CASALETTO

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015),

premesso che:

dalla lettura in particolare dei commi 20, 45, 46, 70 dell'articolo 2 del disegno di legge in esame emerge la volontà di attuare interventi di razionalizzazione e riduzione delle spese promuovendo un utilizzo sempre più efficace ed efficiente delle risorse già a disposizione;

valutato che:

sin dal 2008 la crisi finanziaria si è trasmessa all'economia reale spingendo l'Unione europea a prendere importanti decisioni, come una generale revisione della propria *governance* allo scopo di rafforzare gli strumenti e le procedure per una più rigorosa politica di bilancio, garantire la solidità finanziaria dell'area europea e rilanciare le proprie prospettive di sviluppo. In tale direzione si sono susseguiti i seguenti interventi: la riforma del patto di stabilità e crescita e la fuma del trattato sulla stabilità, sul coordinamento e sulla *governance* dell'Unione economica e monetaria, il cosiddetto *fiscal compact* (o patto di bilancio), sottoscritto a Bruxelles il 2 marzo 2012 da venticinque Stati dell'Unione europea. In materia fiscale, in particolare, il *fiscal compact* introduce la regola del pareggio di bilancio;

l'Italia con la legge costituzionale n. 1 del 2012 recepisce nel proprio ordinamento la regola del pareggio di bilancio così come prescritto a livello europeo (si veda il Patto di stabilità e crescita e le modifiche introdotte nel 2011 con il *six pack* e *fiscal compact*);

con la successiva legge 24 dicembre 2012, n. 243, si arriva a disciplinare il contenuto della legge di bilancio, le norme fondamentali e i criteri volti ad assicurare l'equilibrio tra le entrate e le spese dei bilanci pubblici e la sostenibilità del debito del complesso delle pubbliche amministrazioni,

nonché degli altri aspetti trattati dalla legge costituzionale n. 1 del 2012;

infine l'articolo 21 della legge n. 243 del 2012, rubricato «Disposizioni transitorie e finali», autorizza una «sperimentazione, anche attraverso un'apposita attività di simulazione, degli effetti derivanti dall'adozione di un bilancio dello Stato "a base zero" e dal superamento del criterio della spesa storica m termini di rafforzamento del ruolo programmatorio e allocativo del bilancio»;

nello specifico, la legge 243 del 2012 prevede che tale attività di sperimentazione venga svolta dal Dipartimento della Ragioneria generale dello Stato e che il Ministro dell'economia e delle finanze presenti alle Camere una relazione in merito a tale attività, nella quale dovranno essere esaminate le possibili conseguenze per il sistema di contabilità e finanza pubblica derivanti dall'adozione di un bilancio «a base zero»;

tenuto conto che:

concretamente nel cosiddetto *budget* «a base zero», alla prassi di giustificare stanziamenti di spesa sulla base delle richieste di incremento delle risorse da parte delle amministrazioni, dando per scontata la necessità di riattribuire interamente le risorse allocate nell'esercizio precedente, si sostituisce un meccanismo in cui i centri di spesa sono invece tenuti a giustificare la richiesta di un nuovo *budget* sulla base di una nuova valutazione, tenendo conto dei reali «costi standard» che devono essere sostenuti con efficienza;

il punto di partenza diventa quindi zero, con l'implicazione che i modelli passati di spesa non sono più considerati come un punto fisso di partenza;

si ricorda inoltre che è possibile usare delle versioni meno rigide del budget «a base zero» rispetto al modello, creando un ibrido con il metodo in questione,

impegna il Governo:

ad adottare ogni iniziativa utile, nel rispetto di quanto stabilito dalla legge 243 del 2012, al fine di portare avanti l'attività di simulazione ivi prevista, provvedendo, nella prima fase della sperimentazione, ad adottare una specifica attività di simulazione degli effetti derivanti dall'adozione di un bilancio «a base zero» da parte di tutti i Ministeri dello Stato e della pubblica amministrazione centrale.

G/1698/3/5

BIGNAMI, PEPE, MAURIZIO ROMANI, MUSSINI

Il Senato,

in sede di esame del disegno di elegge recante «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)»,

premesso che:

uno degli elementi più preoccupanti della situazione economica che ci troviamo ad affrontare riguarda la diffusione dei derivati nelle finanze delle Amministrazioni pubbliche;

per «strumenti finanziari derivati» si intendono gli strumenti finanziari il cui valore dipende («deriva») dall'andamento di un'attività sottostante. Le attività sotto stanti possono avere natura finanziaria o reale;

il decreto legislativo 28 febbraio 1998, n. 58 (articolo 1, commi 2 e 3) , recante il testo unico delle disposizioni in materia di intermediazione finanziaria (TPF), fa una prima, ma non esaustiva elencazione delle forme in cui si possono presentare tali strumenti. La pratica internazionale ha tuttavia consentito lo sviluppo di numerose tipologie di contratti, ulteriori a quanto codificato dalla legge, che si possono ritenere appartenenti alla categoria dei derivati;

la particolare complessità di tali strumenti implica un elevato profilo di rischio collegato alla loro sottoscrizione;

nel corso degli anni gli amministratori di comuni grandi e piccoli hanno sottoscritto contratti ad alto rischio nella speranza di ottenere facili guadagni con i «quali risanare bilanci in crisi o finanziare i servizi per i cittadini;

il ricorso ai prodotti finanziari derivati, fa seguito a livello normativo all'introduzione del Patto di Stabilità Interno, avviato con la Legge 448/98: proprio in ragione della progressiva riduzione dei

trasferimenti finanziari agli Enti territoriali, lo Stato ha consentito agli Enti Locali di accedere direttamente al mercato dei capitali, anche mediante l'emissione di prestiti obbligazionari ed ha dettato una disciplina generale in materia di salvaguardia degli equilibri di bilancio degli enti locali contenuta nel Testo Unico delle legge sull'ordinamento degli enti locali);

considerato che:

la sottoscrizione di tali contratti da parte degli enti locali, come riportato anche dagli organi di stampa, è avvenuta spesso in presenza di una profonda asimmetria conoscitiva tra i soggetti che stipulavano i contratti stessi; infatti le banche e gli istituti finanziari hanno proposto agli amministratori locali di acquistare titoli altamente speculativi senza che questi ultimi potessero comprenderne pienamente la natura ed i rischi, attraendo li con la prospettiva di una immediata quantità di liquidità disponibile, ma generando un nuovo debito il cui onere viene scaricato in futuro;

a tutt'oggi, nonostante il problema sia divenuto di dominio pubblico non è ancora disponibile uno studio completo sul portafoglio totale dei derivati negli Enti Territoriali;

impegna il Governo:

a censire tutti i contratti derivati sottoscritti dalle pubbliche amministrazioni centrali e locali e a stimare quali condizioni di rischio abbiano creato per il debito pubblico;

ad indicare per ogni contratto derivato quali siano gli istituti finanziari coinvolti nelle operazioni e quali siano le scadenze dei contratti, presentando una mappatura a livello regionale, indicando la tipologia di derivati sottoscritti;

a prevedere la possibilità di rendere nullo il contratto stesso nei casi in cui sia stato sottoscritto senza una delibera del consiglio comunale, o se non siano state esplicitate le commissioni di Banca in maniera chiara, o nel caso in cui il contratto avesse natura speculativa;

a coinvolgere la CONSOB nell'azione di verifica sui contratti derivati sottoscritti dalle pubbliche amministrazioni.

G/1698/4/5

COMAROLI, TOSATO

Il Senato,

premesso che:

il disegno di legge di stabilità, nell'intento di reperire coperture finanziarie alle disposizioni di spesa disposte dal Governo, ha, per l'ennesima volta, imposto tagli indiscriminati al compatto regionale e locale;

al comparto degli enti territoriali sono stati sottratti complessivamente 4 miliardi, di cui 3 miliardi 452 milioni alle regioni ordinarie e 548 milioni alle speciali, per ciascun anno fino al 2018; questo taglio si somma ai 750 milioni annuali di tagli già previsto dal decreto 66/2014 (*bonus* 80 euro);

il testo presentato dal Governo non fissa alcun criterio per il riparto di questi tagli, che saranno pertanto operati presumibilmente in maniera lineare, sulla base delle ripartizioni storiche, cristallizzando quindi l'attuale situazioni nella quale alcune regioni hanno adottato criteri di razionalizzazione ed efficienza ed altre hanno perpetrato sprechi ed inefficienze. Nessun meccanismo premiale è stato adottato per riconoscere lo sforzo delle regioni virtuose che così dovranno incassare altri tagli su bilanci già ridotti al minimo;

le dichiarazioni del Governo sui tagli alle regioni danno persino l'impressione che si cerchi volutamente di attribuire agli enti territoriali responsabilità che non gli appartengono: il Ministro della salute ha infatti affermato che «la legge di stabilità non prevede tagli alla sanità, il fondo sanitario è intatto», e che «se le regioni tagliano il fondo sanitario se ne assumono le responsabilità»; applicare tuttavia tagli finanziari superiori alla capacità oggettiva di compressione delle altre spese regionali significa di fatto obbligare le regioni a farsi carico delle scelte impopolari operate dal governo;

è assolutamente necessario passare dalla metodica dei tagli lineari ad un meccanismo di riparto tra enti territoriali basato sui costi standard, al fine di premiare finalmente chi negli ultimi anni ha amministrato in modo responsabile ed efficiente, e stimolare le altre regioni ad adeguarsi, al fine di

ottenere risparmi reali per l'intero comparto e non una mera contrazione della spesa sociale;

impegna il Governo:

nel corso dell'esame al Senato, ad inserire un preciso riferimento ai costi *standard* come criterio per stabilire il riparto dei tagli imposti dal governo al compatto degli enti territoriali.

G/1658/5/5

BONFRISCO

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge di stabilità per il 20 5 presso il Senato;

premesso che tra il 2011 e il 2014 le tasse sugli immobili sono aumentate costantemente: dai 9,2 miliardi dell'ICI ai probabili 28 (grazie agli aumenti deliberati dai governi Monti, Letta e Renzi);

considerato che la imposta sedicente unica la IUC (Imposta Unica Comunale) in realtà ne contiene tre: IMU, TASI e TARI, per un importo totale che a fine 2014 sarà di almeno 24,8 miliardi, ma che, per effetto delle addizionali comunali (al 2,5 per mille si aggiunge lo 0,8 dei Comuni per la Tasi) può arrivare a 28 miliardi, (senza sommare la Tari, tassa sui rifiuti, che prima si chiamava Tarsu, poi Tares);

valutato che in tre anni complessivamente sono state prelevati 40 miliardi di tasse in più sulla casa;

considerato che l'aumento della tassazione ha causato una perdita di valore degli immobili per oltre 2000 miliardi,

preso atto che la *local tax*, un'altra imposta unica, potrebbe essere una replica della IUC già vista. Le bozze del decreto sulla *local tax* prevedono un prelievo tra il 2,5 e il 5 per mille sulle prime case e sino al 12 per mille (1,2 per cento) sugli altri immobili;

considerato che la rivalutazione catastale che il Governo Renzi sta attuando porterebbe a un ulteriore aumento del prelievo fiscale sulla casa (già siamo al 2,22 per cento del PIL, rispetto all'I,15% della media UE;

valutato che sulle transazioni immobiliari tra privati gravano l'imposta di registro dal 2 al 9per cento, l'imposta ipotecaria a 50 euro è l'imposta catastale a 50 euro;

preso atto che in caso di impresa «costruttrice» (o di ristrutturazione) che vende entro 5 anni dall'ultimazione dei lavorio successivamente, nel caso in cui entro tale termine i fabbricati siano stati locati per un periodo non inferiore a 4 anni in attuazione di programmi di edilizia residenziale convenzionata si applica anche l'IVA ? che varia dal 10 al 22 per cento a seconda della tipologia di immobile ? l'imposta di registro a 200 euro, l'imposta ipotecaria a 200 euro, l'imposta catastale a 200 euro bimposta di bollo a 90 euro e altre tasse per 90 euro. Infatti, se il cedente opta nell'atto di vendita per il regime dell'imponibilità e applicazione dell'iva, le imposte di registro, ipotecaria e catastale sono dovute in misura fissa;

valutato che sulla prima casa in caso di impresa «costruttrice» che vende dopo 5 anni dalla data di ultimazione dei lavori, si applicano l'imposta di registro al 9 per cento, l'imposta ipotecaria a 200 euro, l'imposta catastale a 200 euro, l'imposta di bollo a 90 euro e altre tasse per 90 euro;

considerato che le imposte sui trasferimenti tra il 2010 e il 2012 hanno visto una costante diminuzione di gettito dai 13,1 miliardi ai 12,6 dell'ultimo anno considerato;

misurato che il numero delle transazioni è stato pari a 448 mila immobili nel 2012 mentre era 877 mila nel 2006, anno di massima circolazione;

osservato che la grave crisi del settore immobiliare si ripercuote pesantemente anche sul settore delle costruzioni. La produzione nelle costruzioni è diminuita del 6,9 per cento nei primi nove mesi del 20 14 rispetto ai primi nove mesi del 2013 e si stima una perdita di 745 mila posti di lavoro in Italia nel settore edilizia e settori collegati, facendo tornare il settore ai livelli del 1967;

valutato che il settore delle costruzioni rappresenta oltre il 9 per cento del PIL;

impegna il Governo a valutare l'introduzione di misure volte a detassare per un periodo di sei mesi ogni transazione immobiliare al fine di rilanciare il settore, considerato che la relativa copertura finanziaria è reperibile nel maggiore giro d'affari innescato nel settore delle costruzioni e delle

compravendite immobiliari nel periodo immediatamente successivo.

G/1698/6/5

ARRIGONI, COMAROLI, TOSATO

II Senato,

premesso che:

nel nostro Paese il possesso della casa di abitazione, per ragioni culturali e storiche, è considerato un elemento fondamentale di riferimento per la famiglia, oggetto di sacrifici e risparmi, e al tempo stesso rappresenta una forma di sicurezza e tenuta economica in questa gravissima fase di crisi del Paese;

il decreto-legge n. 93 del 2008 aveva disposto l'esenzione ICI dell'immobile adibito ad abitazione principale del soggetto passivo d'imposta e delle relative pertinenze, nonché delle unità immobiliari che il comune avesse assimilato all'abitazione principale.

Successivamente, il decreto legislativo n. 23 del 2011, in materia di federalismo fiscale municipale ha istituito l'Imposta municipale propria ? IMU, volta a sostituire sia la componente del reddito IRPEF (e relative addizionali) relativa agli immobili, sia l'ICI, con un'applicazione in origine prevista per l'anno 2014, che non avrebbe dovuto in alcun modo colpire l'abitazione principale del contribuente.

Tuttavia, per mere esigenze di risanamento dei conti pubblici, l'applicazione dell'IMU, ai sensi dell'articolo 13 del D.L. 201/2011, è stata stravolta e snaturata dal Governo Monti La nuova tassa è stata applicata dal 2012 al possesso di immobili (fabbricati, aree fabbricabili e terreni agricoli), compresa l'abitazione principale e le pertinenze della stessa; inoltre è stata innalzata la misura dei moltiplicatori da applicarsi alla rendita catastale per calcolare la base imponibile dell'imposta. In relazione all'abitazione principale, per i soli anni l 2012 e 2013 l'imposta è stata applicata con aliquota di base pari allo 0,4 per cento ed una detrazione d'imposta pari a 200 euro, incrementata di 50 euro per ciascun figlio residente e dimorante nell'abitazione medesima purché di età non superiore a 26 anni (fino al limite massimo di 400 euro).

Ai Comuni è stata data possibilità di modificare le aliquote di base IMU (sia per l'abitazione principale che per gli altri immobili), in aumento o diminuzione, entro margini stabiliti dalla legge;

In seguito la normativa sull'imposizione fiscale immobiliare ha continuato ad essere schizofrenica: Il D.L. 54 del 2013 sospeso il pagamento della prima rata IMU 2013 su abitazioni principali, terreni agricoli e fabbricati rurali. Successivamente, il D.L. 102 del 2013 ha abolito per l'anno 2013 la prima rata dell'IMU su abitazioni principali, terreni agricoli e fabbricati rurali.

Il D.L. n. 133 del 2013 ha esentato dal pagamento della seconda rata dell'IMU 2013 le seguenti categorie di immobili: abitazioni principali e assimilati; casa coniugale assegnata al coniuge; immobili del personale in servizio permanente delle Forze armate; terreni agricoli posseduti. e condotti da coltivatori diretti e imprenditori agricoli professionali; fabbricati rurali ad uso strumentale. Tuttavia, il contribuente è stato chiamato a versare una quota (pari al 40 per cento) della differenza tra l'ammontare dell'IMU Ce delle dettazioni «prima casali) deliberata o confermata dal comune per l'anno 2013 e, se inferiore, quello risultante dall'applicazione dell'aliquota e della detrazione di base previste dalle nonne statali, entro il 24 gennaio 2014 (cd. mini IMU).

Da ultimo, la legge di stabilità 2014 (L. 147/2013, commi 639 e seguenti) ha istituito l'Imposta unica comunale (IUC), che si basa su due presupposti impositivi, uno costituito dal possesso di immobili e collegato alla loro natura e valore: si tratta dell'imposta municipale propria (IMU), di natura patrimoniale dovuta dal possessore di immobili, escluse le abitazioni principali; l'altro collegato all'erogazione e alla fruizione di servizi comunali: la componente riferita ai servizi, a sua volta si articola in un tributo per i servizi indivisibili (TASI), a carico sia del possessore che dell'utilizzatore dell'immobile; la tassa sui rifiuti (TARI), destinata a finanziare i costi del servizio di raccolta e smaltimento dei rifiuti, a carico dell'utilizzatore.

L'IMU, che viene resa permanente, non si applica quindi all'abitazione principale (ad eccezione degli immobili di lusso), ma continua ad applicarsi agli altri immobili, compresi le seconde case e i

beni strumentali, sommandosi alla TASI e alla TARI (le due componenti della IUC).

Tuttavia, le necessità di gettito dei Comuni che hanno subito tagli insostenibili da Parte dello Stato al Fondo di Solidarietà, hanno fatto si che il mancato gettito IMU fosse compensato da parte degli enti locali da aumenti della TASI, generando aggravi fiscali oltre che confusione sulle aliquote, determinate da molti comuni con grave ritardo, pari al ritardo nella predisposizione dei bilanci di previsione;

Il decreto-legge n. 16 del 2014 ha infatti attribuito ai comuni la possibilità di elevare l'aliquota massima. TASI di un ulteriore 0,8 per mille rispetto al limite del 10,6 per mille fissato per la sola IMU al 31 dicembre 2013. Le nuove aliquote massime per la TASI sull'abitazione principale potranno essere, quindi, pari al 3,3 per mille (rispetto all'originario limite del 2,5 per mille fissato dalla legge di stabilità per il 2014). Tale limite riguarda il solo anno 2014, non avendo il legislatore introdotto analoga previsione per gli anni successivi.

Il decreto-legge n. 66 del 2014 è intervenuto sulla disciplina relativa al versamento della TASI per l'anno 2014, fissando diverse scadenze per il pagamento del tributo da parte dei contribuenti, a seconda della tempestività del Comune nell'adozione e comunicazione al MEF delle delibere e dei regolamenti relativi al tributo stesso. Ai comuni per i quali si applica il differimento dell'imposta viene erogata un'anticipazione pari al 50 per cento del gettito annuo stimato ad aliquota di base. La TASI dovuta dall'occupante, in casi di mancata delibera comunale, è pari al 10 per cento del tributo.

Da notizie di stampa si apprende la volontà del Governo di intervenire nuovamente in materia di local tax, pur non chiarendo in quale direzione. Benché da più parti si sia auspicata una «moratoria normativa», un periodo di stabilità legislativa in materia per ottenere almeno, se non una riduzione della tassazione, una chiarezza degli adempimenti, perché gli oneri informativi e burocratici connessi al pagamento costituiscono a propria volta un onere per i cittadini;

È assolutamente necessario che, qualunque denominazione o sembianza assuma la nuova imposizione immobiliare, ciò non si tramuti in un pretesto o una occasione per aumentare gli oneri gravanti sulle abitazioni principali,

impegna il Governo:

assicurare, nell'ambito della definizione della nuova local tax, che l'imposizione fiscale complessiva sul medesimo e per ciascuna categoria di immobili, compresi i margini di manovra per gli enti locali, non possa essere superiore a quella applicabile complessivamente nell'attuale quadro normativa.

G/1698/7/5

CROSIO, BELLOT, ARRIGONI, STEFANI, COMAROLI, TOSATO

Il Senato,

premesso che:

sin dalla sua prima applicazione l'imposta municipale non è mai stata applicata ai terreni incolti montani; Infatti il D.Lgs. n. 23/2011, cioè quello relativo al Federalismo Fiscale nel suo spirito originario definito dal Governo nel 2011 prima dell'avvento del Governo dei tecnici del Premier Mario Monti prevedeva all'art. 9 comma 8, la conferma delle esenzioni contemplate dall'ICI: in particolare, disciplinava l'esenzione dal tributo locale per i terreni agricoli, ricadenti in aree montane o collinari, così come delimitate dall'art. 15 della L. n. 984/77, e individuate dall'elenco allegato alla Circolare n. 9 del 14/6/1993. Alcune Regioni, peraltro, hanno approvato in materia di competenza legislativa primaria di agricoltura, dei provvedimenti atti ad individuare con propria deliberazione i territori agricoli ricadenti in aree montane, di collina o svantaggiate;

Successivamente (Governo Monti) con il D.L. n.16/2012, c.d. Decreto semplificazioni, all'art. 4 comma 5-*bis* è stato previsto che con un apposito D.M., venissero individuati i Comuni nei quali dal 2014, si sarebbe applicata l'esenzione, sulla base: ? dell'altitudine, riportata nell'elenco ISTAT; ? dei soggetti che li detengono (CD o IAP iscritti alla previdenza agricola o meno);

La successiva circolare 11 marzo 2013, n. 5 dell'Agenzia Entrate confermava che tutti i terreni incolti montani o di collina dovevano erano esenti da IMU, a prescindere dalla qualificazione agricola

degli stessi, determinando invece l'assoggettamento a IRPEF e alle addizionali sul reddito dominicale;

Con il decreto legge 66 del 2014, adottato il 24 aprile 2014 e convertito ID legge solo il 24 giugno successivo, si è intervenuti a metà dell'anno ed in maniera retroattiva, cioè a valere sull'intera annualità 2014, rideterminando, in senso peggiorativo, i criteri di imposizione fiscale, imponendo un aggravio inaspettato sia per i proprietari che per i comuni interessati;

L'articolo 22 del citato decreto infatti, riducendo tutta una serie di agevolazioni fino ad allora riconosciute al settore agricolo, interviene anche in materia di IMU sui terreni agricoli ricadenti in aree montane o di collina prevedendo che con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze siano individuati i comuni nei quali, a decorrere dall'anno di imposta 2014, si applica l'esenzione concernente i predetti terreni. Non si trattava naturalmente di una revisione meramente formale né di aggiornamento, ma di una volontaria penalizzazione perché il vero scopo del decreto era ottenere dai terreni montano un maggiore gettito annuo pari ad almeno 350 milioni di euro, e come già detto, con impatto retroattivo al 2014;

Il comma 2 del citato articolo 22 novella il comma 5-*bis* dell'articolo 4 del D.L. n. 16/2012, prevedendo che con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze adottato di concerto con i Ministri delle politiche agricole alimentari e forestali, e dell'Interno siano individuati i comuni nei quali, a decorrere dall'anno di imposta 2014, si applica l'esenzione dall'IMU sulla base dell'altitudine riportata nell'elenco dei comuni italiani predisposto dall'ISTAT;

Il decreto Ministeriale che individua la lista di un nuovo elenco di comuni montani e collinari ISTAT 2014-2015 per i quali è prevista l'esenzione totale, parziale o pagamento di intera imposta a partire dal 2014 è ancora in corso di perfezionamento e non è stato ad oggi emanato, al contrario il Ministero dell'interno, sul sito della Finanza locale ha comunicato l'aggiornamento delle assegnazioni finanziarie agli Enti locali aggiornata al 28/11/2014, in cui si evidenzia una decurtazione del Fondo di solidarietà Comunale per molti Comuni di collina e montagna appa,ttenenti alle Comunità. collinari, per «riduzione maggiori introiti IMU terreni agricoli ai sensi del citato art. 4, c. 5.-*bis* DL 16/2012, indirettamente imponendo ai Comuni di incassare la nuova IMU dai proprietari di terreni incolti fino ad oggi esenti, la cui scadenza è fissata al 16 dicembre 2014;

La norma determina quindi almeno 350 milioni di maggiori tasse a danno di proprietari di terreni di montagna dal quale non ricavano alcun reddito, e che fino ad oggi erano stati esentati anche in considerazione del fatto che si tratti di aree disagiate, e al fine di scoraggiarne l'abbandono;

Determina al momento incertezza e mancata definizione degli ambiti di applicazione, alla vigilia della scadenza del pagamento;

Determina inoltre difficoltà per gli stessi comuni, dovute all'assenza di banche dati dei terreni agricoli, con il dubbio che debbano essere inclusi in tale definizione anche quelli boschivi, in quanto sempre esenti da ICI e IMU;

In mancanza del decreto ISTAT gli stessi Comuni non sono in grado di informare i cittadini che sono nuovi soggetti IMU ledendo anche il principio di fiducia e collaborazione comune-cittadini che in queste zone è tutt'ora forte e positivo;

I Comuni, trovandosi a gestire questa novità dopo la chiusura dei bilanci preventivi, e non avendo deliberato l'aliquota IMU per i suddetti terreni incolti prima esenti, sarebbero costretti a d applicare automaticamente l'aliquota base dello 0,76 per cento. Si sottolinea come i Comuni, chiudendo i bilanci al 30 novembre, pur essendo al corrente della possibilità di riclassificazione dei terreni montani, non erano al corrente del taglio del fondo di Solidarietà. comunale che ha comportato, da parte dello stato, il mero ribaltamento dell'onere di ottenere il maggiore gettito di 350 milioni dallo Stato ai comuni,

impegna il Governo:

alla luce dei ritardi nel predisporre il decreto ISTAT e del taglio al fondo di solidarietà per i comuni di Montagna avvenuto a ridosso della predisposizione dei bilanci previsionali dei Comuni, a cancellare i tagli ai comuni citati in premessa e sospendere immediatamente l'applicazione dell'imu prevista dall'articolo 22 del DL 66/2014 a rivedere, nel quadro dell'approvazione della manovra di bilancio, la normativa in materia a decorrere dal 1º gennaio 2015, al fine di ripristinare le agevolazioni

applicate fino ad oggi.

G/1698/8/5

MATTEOLI

Il Senato,

in sede di discussione del disegno di legge in titolo, recante «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015),

premesso che:

i Ministeri delle infrastrutture e dei trasporti e dell'economia e delle finanze riconoscono il credito d'imposta sulle accise a tutti coloro che esercitano la funzione di trasporto pubblico ed hanno mezzi di proprietà o in affitto, escludendo la forma del comodato d'uso;

avviene talvolta che alcune società private, partecipate dalla pubblica amministrazione e che svolgono un pubblico servizio, abbiano in dotazione i mezzi di proprietà della stessa pubblica amministrazione e li gestiscano in uso gratuito o comodato d'uso per poter meglio affrontare le esigenze e calmierare i costi di trasporto;

per le attività di servizio pubblico queste aziende, con i mezzi in comodato, sostengono direttamente le spese di carburante, ma non possono accedere al rimborso delle accise o al credito d'imposta cosi come avviene invece per quelle aziende che direttamente possiedono i mezzi oppure li noleggiano, perché la legge attualmente ha delle lacune evidenti e non prevede la voce «comodato d'uso»;

le società che hanno i mezzi in «comodato d'uso», per vedere riconosciuto un loro diritto, sono costrette a ricorrere in sede giudiziale mai tempi di giudizio purtroppo sono molto lunghi e nel frattempo la gestione amministrativa della società ne risente con ripercussioni anche sulla prestazione dei servizi;

la lacuna normativa determina una situazione di anomalia, per cui accade che una società privata che svolge un servizio pubblico utilizzando vetture della pubblica amministrazione in comodato d'uso non può avere i previsti rimborsi; mentre se la stessa società stipulasse un contratto di affitto simbolico (anche di un solo euro) con la medesima pubblica amministrazione, allora ci sarebbero i requisiti per ottenere i rimborsi;

l'articolo 3 del D.P.R. n. 277 del 2000 ? regolamento recante la disciplina delle agevolazioni ? al comma 6, fa espresso riferimento a «proprietà», a «contratto di locazione con facoltà di compera», a «noleggio» di cui all'articolo 84 del decreto legislativo 30 aprile 1992, n. 285, e successive modificazioni (codice della strada), ma non al comodato d'uso;

nel nostro ordinamento il comodato d'uso dà veste giuridica al prestito di cose. In quanto contratto a titolo gratuito e che trova la sua giustificazione nello spirito di liberalità, caratteri questi che lo contraddistinguono dalla locazione (ipotesi ammessa per il beneficio), la legge protegge l'interesse del comodante alla restituzione della cosa data in prestito;

anche la modulistica da utilizzare per l'ottenimento del credito d'imposta è formulata in maniera tale da impedire a chiunque operi in regime di comodato d'uso di accedere a tale agevolazione fiscale,

impegna il Governo:

ad assumere iniziative in ordine al riconoscimento del credito d'imposta sulle accise previsto per tutti coloro che esercitano la funzione di trasporto pubblico ed hanno mezzi di proprietà o in affitto, anche alla forma del comodato d'uso, e volte al pagamento degli arretrati, stante il fatto che nel nostro Paese le aziende che potrebbero accedere ai rimborsi sono in numero veramente esiguo.

G/1698/9/5

MARINELLO, MANCUSO, GUALDANI

Il Senato,

in sede di discussione dell'AS 1698 «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)».

Premesso che:

l'articolo 3, commi 22 e 23 della legge di Stabilità 2015 prevedono, dal 1º aprile 2015, un aumento del Prelievo erariale unico (preu) per le macchine VLT e A WP del 4 per cento e una contestuale diminuzione del Pay out di analoga percentuale;

l'impatto che questa misura avrebbe sull'intera filiera industriale dei giochi pubblici è enorme; occorre ricordare che già dal 1º gennaio del 2013 il Preu sulle VLT è stato aumentato dal 4 al 5 per cento (con un incremento del 25 per cento) mentre il Pay out è stato abbassato dell'1 per cento; queste misure hanno provocato una diminuzione della raccolta totale degli incassi che si è tradotta in lilla diminuzione del gettito fiscale, nel 2014, del 6 per cento (da 22,3 miliardi di euro di raccolta nel 2013, a 21 nel 2014);

sempre dal 1º gennaio 2013 il Preu era stato innalzato anche per le AWP, passando dall'11,8 per cento al 12,7 per cento, con un incremento reale del 7,6 per cento; anche questa misura ha avuto effetti depressivi sulla raccolta che ha infatti registrato un calo del 10 per cento e un contestuale impatto negativo sul ritorno fiscale, del 3 per cento.

Considerato che:

questi dati dimostrano che, nel prelievo fiscale sulle macchine da gioco, si è raggiunto quel punto della «Curva di Laffer» che in economia serve a indicare il momento in cui l'eccesso di tassazione produce l'effetto paradossale di una diminuzione del gettito erariale, e quindi un danno per lo Stato;

ora, la legge di Stabilità prevede dal prossimo 1º aprile un ulteriore aumento del Preu del 4 per cento e una contestuale diminuzione del Pay Out di pari importo; ,il legislatore ha previsto quindi che basteranno tre mesi per procedere all'adeguamento delle macchine e alla loro nuova certificazione, in modo da consentire un corretto allineamento tra l'aumento del Preu e la diminuzione del Pay out; pur trascurando il dato economico che indica che, per compensare senza per i concessionari un aumento del Preu di quattro punti occorrerebbe prevedere una diminuzione del Pay out dell'8 per cento, occorre sottolineare che i tempi di adeguamento tecnologico e di nuova certificazione delle macchine non sarebbero inferiori ai 24 mesi. Da ciò discende che per ben due anni tutto l'impatto dell'aumento del Preu dovrà ricadere sulle spalle della filiera industriale, con danni gravissimi per l'intero comparto e con una perdita di gettito fiscale stimati in 2,2 miliardi per l'erano nel prossimo anno;

in particolare, per le VLT il fatturato (la percentuale di raccolta) delle imprese del settore è previsto in calo dal 5,8 per cento all'1,8 per cento, con una riduzione del 70 per cento (nel 2015 il fatturato calerebbe di 840 milioni di euro rispetto al 2014). Questo drammatico calo di fatturato non consentirebbe alle imprese di sostenere i costi di gestione, del personale e dell'ammortamento degli investimenti. Nello stesso tempo un simile calo comprometterebbe la sostenibilità economica delle sale e delle concessioni

con possibile azzeramento del gettito erariale, crescita del circuito illegale e dei danni ai giocatori, sia normali che compulsivi, che sarebbero cos1Ietti a rivolgersi al circuito dell'illecito;

secondo le stime di alcuni economisti, nel solo settore delle VLT, le conseguenze delle nuove disposizioni sarebbero: una riduzione della raccolta, per contrazione della domanda conseguente alla diminuzione del Pay out, di 11,3 miliardi di euro l'anno; un calo del prelievo erariale (Preu) di 174 milioni di euro; un calo del fatturato del 54 per cento;

l'approvazione di tali misure non solo non contribuirebbe al risanamento dei conti pubblici ma li danneggerebbe con una sicura riduzione di gettito fiscale e nel contempo condannerebbe a una crisi forse irreversibile un comparto produttivo efficiente, che occupa decine e decine di migliaia di addetti e che rappresenta non solo un argine di legalità ma anche una solida fonte di entrate fiscali,

impegna il Governo:

a valutare una riduzione delle aliquote di prelievo erariale, poiché allo stato attuale tale forma di tassazione risulterebbe nociva per un settore dal quale deriva non solo un importante gettito fiscale ma del quale fanno parte imprese che dovranno essere in grado di sostenere i costi di gestione, del personale e dell'ammortamento degli investimenti.

G/1698/10/5

MARINELLO, GUALDANI, MANCUSO

Il Senato,

in sede di discussione dell'AS 1698 «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)»;

considerato che:

il comma 6-bis, dell'articolo 4 del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, aveva previsto che in attesa di armonizzare, a decorrere dal 2015, la disciplina di tassazione dei redditi di natura finanziaria degli enti previdenziali di cui al decreto legislativo 30 giugno 1994, n. 509, e al decreto legislativo 10 febbraio 1996, n. 103, con quella relativa alle forme pensionistiche e complementari di cui al decreto legislativo 5 dicembre 2005, n. 252, alle casse previdenziali dei professionisti è riconosciuto un credito d'imposta pari alla differenza tra l'ammontare delle ritenute e imposte sostitutive applicate nella misura del 26 per cento sui redditi di natura finanziaria relativi al periodo dal 1º luglio al 31 dicembre 2014, dichiarate e certificate dai soggetti intermediari o dichiarate dagli enti medesimi e l'ammontare di tali ritenute e imposte sostitutive computate nella misura del 20 per cento;

il credito d'imposta va indicato nella dichiarazione dei redditi. per il 2014, non concorre alla formazione del reddito ai fini delle imposte sui redditi e del valore della produzione ai fini dell'imposta regionale sulle attività produttive, non rileva ai fini del rapporto di cui agli articoli 61 e 109, comma 5, del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica del 22 dicembre 1986, n. 917;

il credito di imposta vale solo per il 2014; ciò significa che a partire dal 2015 si applicherà una tassazione con l'aliquota del 26%; una cifra considerevole soprattutto per enti che molto spesso attraverso i risparmi previdenziali fanno investimenti considerevoli per l'erogazione di servizi essenziali ai loro iscritti;

impegna il Governo:

a valutare se non sia il caso di prendere in considerazione alcune modificazioni al decreto 66 del 2014; per rendere permanente il credito di imposta previsto attualmente per il solo 2014, in modo da riportare l'effettiva tassazione delle rendite finanziarie degli enti di previdenza dei professionisti, gestori di previdenza obbligatoria al 20 per cento.

G/1698/11/5

MARINELLO, MANCUSO, GUALDANI

Il Senato,

in sede di discussione dell'AS 1698 «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)».

Considerato che:

l'Italia, cosi come il resto degli Stati dell'Unione europea, si trova da anni invischiata in una gravissima recessione economico-finanziaria dalla quale stenta ad uscire;

l'uso della moneta elettronica, soprattutto nel nostro Paese, non è incrementato a causa di diversi fattori: da un lato gli esercenti commerciali non sono disposti a pagare ulteriori commissioni annue per la gestione dei Pos; dall'altro i cittadini considerano questo strumento come una forma velata di controllo pervasivo del Fisco nei propri confronti;

la riduzione dei limiti all'uso del contante, negli ultimi anni, non ha fatto altro che spingere il cittadino a ridurre i consumi o ad aumentare, di fatto, l'economia sommersa;

è necessario incentivare nuovamente i consumi e rimodulare di conseguenza al rialzo i limiti all'uso del contante, considerato che lo strumento ad esso alternativo, ossia la moneta elettronica, non ha avuto gli effetti sperati in termini di tracciabilità e di riduzione dell'evasione fiscale, e considerato che negli altri Paesi europei le normative sono meno stringenti sul tema, con notevoli vantaggi concorrenziali;

impegna il Governo:

a valutare l'aumento delle soglie per l'uso dei contanti, ad un valore che vada tra i tremila e i

cinquemila euro.

G/1698/12/5

GUALDANI

Il Senato

premesso che:

con il comma 732 dell'articolo 1 della legge di Stabilità per il 2014 (n. 147 del 2014) si è stabilito che al fine di ridurre il contenzioso derivante ,dall'applicazione dei criteri per il calcolo dei canoni delle concessioni demaniali e nelle del riordino della materia da effettuare entro il 15 maggio prima ed entro 15 ottobre 2014 i procedimenti giudiziari pendenti alla data del 30 settembre 2013 concernenti il pagamento in favore dello Stato dei canoni e degli indennizzi per l'utilizzo dei beni demaniali marittimi e delle relative pertinenze, potessero essere integralmente definiti, previa domanda all'ente gestore e all'Agenzia del demanio da parte del soggetto interessato;

la disposizione era stata introdotta per sanare i contenziosi sui maxi canoni precedentemente applicati, tuttavia la data prevista, per il definitivo riordino della materia è stata superata senza che la prevista riforma sia stata emanata; tale situazione sta destando lo sconcerto degli operatori di settore; peraltro nel corso del dibattito del provvedimento in esame il Governo ha preannunciato la prossima presentazione di un disegno di legge di riordino della materia, il che comporta lo spostamento in avanti della data della sua entrata in vigore.

Considerato che:

la Camera nel corso del dibattito sul provvedimento il Governo ha preannunciato la prossima presentazione di una legge di riordino della materia, impegnandosi a valutare l'opportunità dello spostamento dei pagamenti riferiti all'articolo 1, comma 251, della legge. 296 del 127 dicembre 2006, anche in riferimento ai contenziosi in atto;

al fine di evitare l'insorgere di ulteriori contenziosi,

impegna il Governo

a prevedere nel decreto-legge «mille proroghe» lo spostamento in avanti dei pagamenti riferiti solo ai maxicanoni pertinenziali in previsione del riordino delle concessioni demaniali marittime e dei canoni, ampliando la data di scadenza dell'avvio dei contenziosi relativi al calcolo dei canoni di concessioni e le relative agevolazioni ai procedimenti giudiziari pendenti alla data del 30 settembre 2014.

G/1698/13/5

CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Il Senato,

premesso che:

da luglio 2012 sono stati notificati, da parte della Guardia di Finanza, verbali indirizzati a circa 70 aziende di autotrasporto in cui si contesta che il carburante acquistato presso la zona extradoganale di Livigno (SO) è stato introdotto non correttamente in Italia in quanto la parte eccedente la franchigia, dove per franchigia si intende il quantitativo contenuto nel serbatoio normale, deve essere sottoposta a pagamento di iva , accise e sanzioni;

gli importi contestati tra iva, accise e sanzioni ammontano a circa 6.000.000 di euro e la maggior parte delle aziende, in molti casi sono ditte individuali mono veicolari, non sono nelle condizioni di far fronte ai pagamenti;

tutti questi trasportatori verbalizzati hanno contestazioni su veicoli allestiti come ordinati alle case madri e mai più modificati, dotati di regolari contratti di acquisto ma uno stesso mezzo di trasporto è idoneo a montare serbatoi di differenti capacità, tutti omologati, a seconda delle legittime esigenze dell'acquirente, entro i limiti massimi consentiti dalla legge;

l'articolo 107 del Regolamento CE n.1186/2009 consente di introdurre nel territorio nazionale, in esenzione dal pagamento dei diritti di confine, il carburante contenuto nei «serbatoi normali» dei veicoli commerciali, intendendo per tali, ai sensi del paragrafo 2, lettera *c)*: «i serbatoi che sono fissati in modo stabile dal costruttore su tutti gli autoveicoli dello stesso tipo del veicolo considerato e la cui

sistemazione consente l'utilizzazione diretta del carburante»;

raffrontando il certificato di origine del mezzo (e quindi i dati relativi al serbatoio montato dalla casa produttrice) e le fatture del carburante (regolarmente denunciato alla frontiera) la Guardia di Finanza ha rilevato che la capacità del serbatoio indicata sul certificato d'origine non corrisponde a quella del serbatoio successivamente montato sull'automezzo, omologato e indicato sul libretto di circolazione;

sembra però che non sia stato preso in considerazione un elemento molto importante riguardo all'esatta individuazione del «serbatoio normale»: infatti uno stesso mezzo di trasporto è idoneo a montare serbatoi, di differenti capacità, tutti omologati, a seconda delle legittime esigenze dell'acquirente, entro i limiti massimi consentiti dalla legge;

in questo contesto, è assolutamente irrilevante che al termine del ciclo produttivo, o al momento della prima omologazione, un determinato veicolo fosse dotato di un serbatoio avente una certa capacità, in quanto tale capacità poteva essere legittimamente modificata dallo stesso costruttore, al pari di altre caratteristiche dei mezzi, e prima ancora che il veicolo fosse acquistato dal trasportatore, pur continuando a potersi parlare di «serbatoio normale»;

il 30 aprile scorso l'avvocato generale della Corte europea ha depositato un parere per una causa in cui si sostiene che il serbatoio omologato, correttamente installato, consentito da tutti i certificati, montato in maniera stabile e che alimenti il motore del veicolo, debba considerarsi «normale»;

impegna il Governo:

in attesa di un'interpretazione univoca da parte della Corte europea del significato di «serbatoio normale» di cui all'articolo 107, paragrafo 2, lettera *c)*, del regolamento CE n. 1186/2009 del Parlamento Europeo relativo alla fissazione del regime comunitario delle franchigie doganali, ad intervenire con gli appositi strumenti al fine di sospendere momentaneamente tutti i contenziosi in essere in cui si accusano le aziende di autotrasporto di aver introdotto non correttamente in Italia il carburante acquistato presso la zona extradoganale di Livigno (SO).

G/1698/14/5

COMAROLI, TOSATO

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge n. 1698

impegna il Governo

a valutare la possibilità di inserire nell'ambito dei provvedimenti attuativi della delega fiscale di cui alle legge 243 del 2013 apposite disposizioni finalizzate a prevedere che qualora il reddito d'impresa ovvero di lavoro autonomo ecceda quello dichiarato nel periodo d'imposta precedente, l'eccedenza concorra alla formazione del reddito imponibile complessivo nella misura del cinquanta per cento prevedendo altresì che la disposizione si applichi per il periodo d'imposta successivo a quello in corso al 31 dicembre 2014 e per i due successivi.

G/1698/15/5

TOSATO, COMAROLI

Il Senato,

premesso che:

la legge di stabilità, allo scopo di ottenere maggiori entrate per l'erano pari a 78 milioni di euro, dispone l'eliminazione dell'esenzione dal bollo per- gli autoveicoli e per i motoveicoli ultraventennali di particolare interesse storico e collezionistico.

Si tratta di alcuni veicoli di particolare pregio, recuperati o conservati da appassionati e collezionisti, monitorati dall'Automobilclub Storico Italiano (ASI), e dalla Federazione Motociclistica Italiana (FMI);

attualmente, senza le modifiche introdotte dalla stabilità, auto e moto che hanno compiuto venti anni ma non ancora trenta versano alle Regioni ed allo Stato una tassa di circolazione forfettaria di 25 euro per le auto e di 10,33 euro per le moto;

con il provvedimento disposto dal Governo è che esso possa scoraggiare e disperdere un patrimonio di auto e moto di pregio che oggi, se tenute ferme, non pesano sui bilanci familiari;

la previsione di maggiori entrate del DDL Stabilità sembra inoltre non considerare che molte regioni, titolari della tassa automobilistica, hanno già legiferato sulla materia in maniera autonoma, discostandosi notevolmente da1l'articolo 63 della legge 342/2000;

la scelta operata dal Governo nel DDL stabilità denota l'assoluta mancanza di conoscenza da parte dell'estensore della norma riguardo al mondo dei veicoli storici: considerando le 500.000 vetture tra i venti e i trent'anni, non tutti i proprietari potranno pagare bollo ed assicurazione e la previsione più attendibile è che circa 1'80% verrà demolito, o venduto all'estero, non trattandosi, nella maggior parte dei casi, dell'auto di famiglia necessaria agli spostamenti ma di cimeli conservati in casa e non fatti circolare;

l'A.S.I. Automotoclub Storico Italiano è una federazione di circa 290 club sparsi in tutta Italia, con circa una cinquantina di dipendenti per quanto riguarda la sede centrale di Torino, e moltissimi altri dipendenti dai vari club su tutto il territorio nazionale; che con questa proposta potrebbero rischiare anche il posto di lavoro;

impegna il Governo:

a modificare la norma riguardante le esenzioni per le auto e le moto che abbiano tra i venti ed i trenta anni di età, anche attraverso il dialogo con le federazioni rappresentative, al fine di trovare una formulazione che pennetta allo stesso tempo un maggiore monitoraggio e controllo sulle vetture benefici arie di un vantaggio fiscale ed la garanzia di una politica di esenzione che garantisca e favorisca il possesso ed il recupero delle auto di pregio.

G/1698/16/5

COMAROLI, TOSATO

Il Senato,

accanto all'aumento dell'Iva e delle accise, il provvedimento in esame, all'elenco allegato al comma 11 dell'articolo 19 stabilisce la rideterminazione delle quote percentuali di fruizione dei crediti di imposta prevedendo, di fatto, la riduzione delle agevolazioni per l'acquisto di GPL e gasolio da riscaldamento per i comuni di montagna e le zone geograficamente svantaggiate;

tale misura assicurerà alle casse dello Stato risparmi non inferiori a 16,335 milioni di euro per il 2015 e a 38,690 milioni di euro annui a decorrere dal 2016, ma, denuncia la stessa Assopetroli, colpisce generi di prima necessità sui quali grava una tassazione che risulta ben quattro volte più alta rispetto al resto d'Europa dove il nostro Paese si posiziona al terzo posto nella graduatoria dei prezzi più alti per il gasolio da riscaldamento, dopo l'Ungheria e la Danimarca, dove però è più sviluppato il riscaldamento a biomasse;

le zone interessate dal provvedimento corrispondono a quelle rientranti nelle zone climatiche E ed F, interessando più di 5.300 Comuni, tra cui tutte le zone climatiche più fredde del Paese, ossia quelle montane caratterizzate da rigide temperature invernali;

soltanto in Friuli Venezia Giulia le zone che non usufruiranno più dei benefici corrispondono a tutta la zona montana, Carnia, Valcanale e Canal del Ferro e buona parte della zona pedemontana, dove, da gennaio 2015, per una famiglia scaldarsi costerà mediamente 260 euro in più, per un'attività alberghiera ben 20 mila euro in più e un pieno da due mila litri costerà 500-600 euro in più rispetto ai 2010;

in Carnia tutti i 28 Comuni, con eccezione di alcune frazioni del Comune di Cavazzo, e quelli del Tarvisiano, sono inseriti nella fascia climatica F, assegnata in base alla media delle temperature annue, dove lo sconto di gasolio si aggira intorno ai 13 centesimi al litro; altri Comuni, come Venzone, compresi nella fascia Pedemontana sono invece inseriti nella fascia E, dove è ammesso un eguale sconto per i Comuni non collegati con il servizio di metanodotto;

secondo una rilevazione dell'Unione Europea, datata a settembre di questo anno, basata sulle informazioni riportate dal sito dello stesso Ministero dello sviluppo economico, un pieno di mille litri costa ai cittadini italiani 1.381 euro, mentre in Austria il prezzo per lo stesso quantitativo è poco più di

933 euro e in Francia di 900 euro, registrando una differenza di oltre 447 euro;

il prezzo del gasolio al netto delle tasse locali, in Austria, è di quasi 669 euro per mille litri, mentre in Italia di 738 euro, poiché la componente maggiore è giocata dalle accise, dove in Italia ammontano a 403 euro contro i 42 euro dell'Austria;

nonostante le proteste dei sindaci dei Comuni interessati che denunciano l'inadeguatezza di una tale disposizione che, operando un livellamento dei prezzi fra zone montane e zone di pianura, non tiene in debito conto le differenze climatiche che creano una delle cause di maggiore diseguagli, con la popolazione che vive in città o in pianura e nonostante siano stati presentati emendamenti da parte del Gruppo Lega in sede, di esame alla Camera, il governo non solo non ha ascoltato gli appelli degli amministratori locali, ma ha per di più bocciato le proposte presentate in Commissione;

impegna il Governo

ad escludere, dal provvedimento in oggetto, la riduzione dei benefici fiscali per l'acquisto di gpl e gasolio da riscaldamento per i comuni di montagna e le zone geograficamente svantaggiate, con particolare riguardo per le zone climatiche di fascia E ed F anche per gli anni successivi.

G/1698/17/5

COMAROLI, TOSATO

Il Senato,

insede di esame dell'AS 1698,

premesso che:

la legge di stabilità per il 2015, interviene tra le altre sulle misure adottate in seguito al terremoto registrato in Emilia nel maggio 2012;

altre calamità naturali hanno investito il Paese negli ultimi mes nelle regioni Liguria, Piemonte, Lombardia, Emilia Romagna, Toscana, Veneto e Friuli Venezia Giulia, provocando vittime, devastazione, disperazione, fermo e danni alle attività produttive e agli strumenti di produzione;

il Governo, al di là delle promesse, ha adottato al momento, concretamente, solo i provvedimenti «minimi» per venire incontro alla drammatica situazione degli operatori che hanno perso tutto e non sono in grado al momento di ricominciare, sospendendo solo i versamenti tributari, solo fino al 20 dicembre 2014, solo limitatamente ad una ristretta lista di comuni colpiti all'inizio di ottobre;

occorre adottare misure efficaci per permettere alle attività produttive operanti in queste aree di riorgacizza.rs fungendo da traino per la ripresa delle intere aree di cm fanno parte;

impegna il Governo:

ad istituire, nelle aree citate in premessa, delle Zone Franche di durata quinquennale, che prevedano, per tutte le persone fisiche e giuridiche residenti su tali territori, l'esenzione dai versamenti fiscali e contributivi e la cancellazione di tutte le cartelle di pagamento emesse da agenti della riscossione, nonché semplificazioni di adempimenti burocratici compresa l'esenzione dalla presentazione del DURC per tutte le finalità per i quali tale documento è richiesto.

G/1698/18/5

RUVOLO

Il Senato,

insede di esame dell'AS 1698,

premesso che:

la risoluzione della Agenzia delle Entrate del 27 febbraio 2006 n. 34/E, nel modificare la risoluzione del 27 gennaio 2006, n. 19/E, ha stabilito che, non essendo stato richiamato l'origano, a rametti o sgran:ato, al n. 12-*bis* della Tabella A parte II del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633, ai fini dell'applicazione dell'aliquota IV A ridotta, alla cessione del prodotto citato è applicabile l'aliquota IV A ordinaria pari al21 per cento;

quale pianta agricola aromatica, al pari del basilico, della salvia e del rosmarino, essa dovrebbe essere assoggettata alla stessa aliquota IV A, definita al numero 12-*bis*, della Tabella A, Parte II, del deCreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633;

la diversa tassazione di simili piante aromatiche rischia quindi di costituire una ingiustificata incongruenza nel trattamento fiscale di uno degli alimenti aromatici più apprezzati e importanti, anche in termini produttiv in tutta l'Italia, ma soprattutto nel Sud;

impegna il Governo a valutare l'opportunità di porre in essere, in un prossimo intervento normativa, ogni atto di competenza volto a ripristinare uniformità dell'aliquota IV A per tutte le tipologie di piante agricole aromatiche, ma in particolare per l'origano, a rametti o sgranato.

G/1698/19/5

GIROTTO, CASTALDI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015),

premesso che:

il comma 42 dell'articolo 1, contiene proroghe al regime agevolativo delle detrazioni per gli interventi di recupero del patrimonio edilizio e di riqualificazione energetica, mantenendo sostanzialmente anche per il 2015 le percentuali in vigore per il 2014 e precisamente: il 50 per cento per il recupero edilizio e per l'acquisto di mobili; il 65 per cento per gli interventi di riqualificazione energetica, inclusi quelli relativi alle parti comuni degli edifici condominiali;

in particolare, vengono modificati i commi 1 e 2 dell'articolo 14 del decreto-legge 4 giugno 2013, n. 63, dedicato alle detrazioni fiscali per gli interventi di efficienza energetica, prevedendo che le disposizioni di cui all'articolo 1, comma 48, della legge n. 220 del 2010, concernenti la detrazione d'imposta per le spese relative ad interventi di riqualificazion energetica degli edifici, si applicano nella misura del 65 per cento per le spese sostenute dal 6 giugno 2013 (data di entrata in vigore del D.L. n. 63 del 2013) fino al 31 dicembre 2015;

il nuovo comma 2, per effetto delle modifiche approvate nel corso dell'esame da parte delle Camera dei deputati estende la detrazione, sempre nella misura del 65 per cento, per le spese sostenute, dal 1º gennaio 2015 fino al 31 dicembre 2015, per le spese di acquisto e posa in opera delle schermature solari (fino a 60.000 euro) e per l'acquisto e la posa in opem degli impianti di climatizzazione invernale dotati di generatori di calore alimentati da biomasse combustibili, nel limite massimo di detrazione di 30.000 euro;

impegna il Governo:

a prevedere che, qualora le detrazioni previste per gli interventi di riqualificazione energetica e recupero edilizio, nonché per l'acquisto di mobili, siano di ammontare superiore all'imposta lorda diminuita delle detrazioni, la quota di detrazione che non ha trovato capienza nella predetta imposta possa essere computata, in aumento della quota annuale già ammessa in detrazione, nella dichiarazione dei redditi dei periodi d'imposta successivi, per l'ÌIl.tero importo che trova capienza nell'imposta lorda di ciascuno di essi.

G/1698/20/5

PANIZZA, FRAVEZZI, LANIECE, FAUSTO GUILHERME LONGO, BATTISTA, ZIN

II Senato,

premesso che:

l'articolo 10 del decreto legislativo n. 23 del 2011 (cosiddetto federalismo municipale) interviene modificando radicalmente l'articolo 1 della tariffa, parte prima, allegata al Testo unico dell'imposta di registro di cui al decreto del Presidente della Repubblica n. 131 del 1986. L'articolo 1 della tariffa, parte prima, viene di fatto radicalmente innovato nel modo seguente: «Atti traslativi a titolo oneroso della proprietà di beni immobili in genere e atti traslativi o costitutivi di diritti reali immobiliari di godimento, compresi la rinuncia pura e semplice ? agli stessi, i provvedimenti di espropriazione per pubblica utilità e i trasferimenti coattivi: aliquota 9 per cento», inoltre, «Se il trasferimento ha per oggetto case di abitazione, ad eccezione di quelle di categoria catastale Al, A8 e A9, ove ricorrano le condizioni di cui alla nota II-*bis:* aliquota 2 per cento»;

è evidente la radicale modifica rispetto al testo previgente in tema di agevolazione per

l'acquisto della «prima casa». Infatti: nel testo soppresso era prevista l'esclusione dal beneficio per le case di abitazione di lusso «secondo i criteri di cui al decreto del Ministro dei lavori pubblici 2 agosto 1969»; ora. invece, sono escluse le case appartenenti alle egorie catastali sopra indicate (A1, A8 e A9). Vengono, quindi abrogate tutte le note all'articolo 1 della tariffa ad eccezione della nota II-*bis*, relativa,alle agevolazioni per l'acquisto della «prima casa» con la sola modifica dell'aliquota 3 per cento che, come visto, è ridotta al 2 per cento;

viene altresì introdotto il comma 2, ove si precisa che «nei casi di cui al comma 1 (trasferimento di immobili in genere) l'imposta non può essere inferiore a 1.000,00 euro». Inoltre viene precisato, con il comma 3, che tutti gli atti assoggettati all'imposta di cui ai commi 1 e 2 e tutti gli atti e le formalità direttamente conseguenti posti in essere per effettuare gli adempimenti presso il catasto e i registri immobiliari sono esenti dall'imposta di bollo, dalle imposte ipotecaria e catastale, dai tributi speciali catastali e dalle tasse ipotecarie;

considerato che:

l'articolo 26 del decreto-legge n. 104 del 2013, attraverso una novella all'articolo 10 del decreto legislativo n. 23 del 2011 interviene in tema di determinazione, con decorrenza dal 1º gennaio 2014, delle imposte di registro, ipotecaria e catastale, relativamente ai trasferimenti immobiliari, da un lato confermando l'esenzione dall'imposta di bono, dai tributi speciali catastali e dalle tasse ipotecarie per gli atti traslativi a titolo oneroso della proprietà di beni immobili in genere e atti traslativi o costitutivi di diritti reali immobiliari di godimento e tutti gli atti e le formalità direttamente conseguenti, posti in essere per effettuare gli adempimenti presso il catasto ed i registri immobiliari, dall'altro assoggettando i predetti atti a ciascuna delle imposte ipotecaria e catastale nella misura fissa di 50 euro (mentre nel testo previgente, che sarebbe stato applicato dal l o gennaio 2014, era prevista l'esenzione totale). È inoltre elevato da 168 a 200 euro rimporto di ciascuna delle imposte di registro, ipotecaria e catastaIe in tutti quei casi in cui esso sia stabilito in misura fissa da disposizioni vigenti anteriormente allo gennaio 2014;

tenuto conto che:

tutto ciò comporta, di fatto, che non si possono più fare espropri, perché per ogni partita tavolare coinvolta le spese ammontano minimo ad euro 1000 per l'imposta di registro più euro 200 per l'imposta ipotecaria (che come ricordato, dal 1º gennaio 2014 è aumentata da 168 a 200);

in caso di espropri di strade diventa impossibile, senza parlare di acquisizione di beni in consortalità dove possono esserci anche decine di comproprietari. Inoltre ci saranno problemi anche in caso di acquisti da parte dei Comuni: in caso di acquisti l'imposta a carico dello Stato, degli enti pubblici territoriali e loro Consorzi, delle Comunità montane era fissa (euro 168), ora è al 9 per cento. Già in precedenza, nel caso di espropri, l'imposta fissa di registro di euro 168 più l'imposta fissa ipotecaria di altri euro 168 era di per sé gravosa, se si pensa al numero delle partite tavolari coinvolte;

considerato infine che:

il presente ordine del giorno (G1.1 02 ? testo 2 ? a firma Panizza, Longo Fausto) aveva già ricevuto l'accoglimento da parte del Governo in sede d'esame del decreto-legge 6 marzo 2014, n. 16,

impegna il Governo:

a valutare la possibilità di prevedere l'esenzione dell'imposta di registro e ipotecaria per gli espropri attivati dagli enti pubblici, per i provvedimenti di espropriazione per pubblica utilità e i trasferimenti coattivi proprio perché si tratta di espropri di pubblico interesse, compatibilmente con i vincoli di finanza pubblica.

G/1698/21/5

PANIZZA, FRAVEZZI, LANIECE, FAUSTO GUILHERME LONGO, BATTISTA, ZIN

II Senato,

in sede d'esame del disegna di legge «Disposizioni per la formaziane del bilancio annuale e pluriennale della Stato (legge di stabilità 2015),

premesso che:

la popolazione residente nelle province interamente montane è quotidianamente esposta ad una

peculiare condizione di disagio, a causa delle generali difficoltà di spostamento sul territorio e delle frequenti limitazioni dei collegamenti viari, in particolare nei periodi invernali;

buona parte degli appezzamenti di terreno posti in zone interamente montane, soprattutto quelli pascolivi, sono irraggiungibili per buona parte dell'anno a causa del gelo e delle precipitaziani nevose;

i proprietari di appezzamenti di terreno in zone interamente montane sono, spesso a proprie spese, in prima linea nella salvaguardia dell'ambiente e nell'azione contro il rischio idrogeologico e gli incendi boschivi, tramite la costruzione e la manutenzione di drenaggi, muri a secco, terrazzamenti, strade consortili e altri presidi volti a preservare il patrimonio comune;

la produzione di beni alimentari in terreni posti in zone montane risulta molto più onerosa e dispendiosa di quanto non accada per analoghi terreni posti in zone di pianura tanto che, sole per fare un esempio, la produzione vitivinicola in queste zone è fino a 4 volte più costosa di quella di pianura, venendo perciò comunemente definita «viticoltura eroica»;

in relazione a queste particolari condizioni, il legislatore ha riconosciuto uno speciale trattamento fiscale a tali territori, disponendo, attraverso l'articolo 7, comma 1, lettera *h)*, del decreto legislativa n. 504 del 1992, la totale esenzione dall'IMU per i terreni agricoli ricadenti in aree montane e di collina;

considerato che:

l'articolo 22, comma 2, del decreto-Iegge n. 66 del 2014, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 89 del 2014, ha disposta una revisione del regime di esenzione dall'IMU per i terreni agricoli ricadenti in aree montane e di collina, destinata ad ampliare, già dall'anno d'imposta 2014 e dunque con effetto sostanzialmente retroattivo, la platea dei contribuenti assoggettati all'imposta;

in particolare, ha previsto che con decreto di natura non regolamentare del Ministro dell'economia e delle finanze, di concerto con il Ministro delle politiche agricole e forestali e il Ministro dell'interno, siano rideterminati i Comuni nei quali si applica la prevista esenzione IMU sulla base dell'altitudine riportata nell'elenco dei comuni italiani predisposto dall'Istituto nazionale di statistica (ISTAT);

considerate, altresì, che:

per le difficoltà di collegamento, per la maggior parte dei Comuni di montagna la sede della casa comunale è stata nel tempo spostata o costruita *ab inetto* a fondovalle; pertanto, la sua altitudine, assunta dall'ISTAT a riferimento per la classificazione statistica dei Comuni, non può ritenersi un indice minimamente idoneo a definire la natura «montana» di un Comune, a maggior ragione se tale definizione è posta a fondamento di un trattamento fiscale differenziato per i contribuenti;

pertanto, se il decreto ministeriale, a tutt'oggi in via di emanazione, assumesse tale indice come nuovo riferimento per l'individuazione dei Comuni montani esonerati dalla riscossione dell'IMU agricola si determinerebbe, in via di fatto, un'irragionevole a parere dell'interrogante disparità di trattamento tra territori del tutto omogenei, basata su un dato del tutto accidentale quale la collocazione in quota della casa comunale;

preso comunque atto, con soddisfazione, della decisione del Governo di posticipare l'entrata in vigore del provvedimento,

impegna il Governo:

a valutare la possibilità, in sede di adozione del decreto attuativo dell'articolo 22, comma 2, del decreto-legge n. 66 del 2014, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 89 del 2014, di tenere conto delle esigenze di peculiare tutela poste dallo *status* di territorio agricolo montano, in particolare attraverso l'adozione di criteri per l'individuazione dei Comuni montani basati su indici obiettivi e adeguati a cogliere tale specialità;

di valutare, in ragione dei motivi di peculiarità illustrati, l'opportunità di confermare a tal fine i criteri già previsti dalla circolare n. 9 del 14 giugno 1993 del Ministero dell'economia, attuativa dell'articolo 15 della legge n. 984 del 1977, ed applicabile ai tributi locali immobiliari ai sensi dell'articolo 7, comma 1, lettera *h)*, del decreto legislativo n. 504 del 1992;

di valutare la possibilità di rinviare all'esercizio di imposta 2015 l'applicazione della nuova

disciplina, in ottemperanza al principio di non retroattività delle disposizioni fiscali, di cui alla legge n. 212 del 2000 (il cosiddetto statuto del contribuente), anche per consentire ai Comuni di adottare i provvedimenti amministrativi necessari a garantire la riscossione dell'imposta.

G/1698/22/5

PANIZZA, BERGER, FRAVEZZI, FAUSTO GUILHERME LONGO, LANIECE, BATTISTA, ZIN

Il Senato,

in sede d'esame del disegna di legge «Disposizioni per la formaziane del bilancio annuale e pluriennale della Stato (legge di stabilità 2015),

premesso che:

l'articolo 10 del decreto legislativo n. 23 del 2011 (cosiddetto federalismo municipale) interviene modificando radicalmente l'articolo 1 della tariffa, parte prima, allegata al Testo unico dell'imposta di registro di cui al decreto del Presidente della Repubblica n. 131 del 1986. L'articolo 1 della tariffa, parte prima, viene di fatto radicalmente innovato nel modo seguente: Atti traslativi a titolo oneroso della proprietà di beni immobili in genere e atti traslativi o costitutivi di diritti reali immobiliari di godimento, compresi la rinuncia pura e semplice agli stessi, i provvedimenti di espropriazione per pubblica utilità e ì trasferimenti coa1tivi: aliquota 9 per cento», inoltre, «Se il trasferimento ha per oggetto case di abitazione, ad eccezione di quelle di categoria catastale A1, A8 e A9, ove ricorrano le condizioni di cui alla nota II-*bis*: aliquota 2 per cento»;

è evidente la radicale modifica rispetto al testo previgente in tema di agevolazione per l'acquisto della «prima casa». Infatti: nel testo soppresso era prevista l'esclusione dal beneficio per le case di abitazione di lusso «secondo i criteri di cui al decreto del Ministro dei lavori pubblici 2 agosto 1969»; ora, invece, sono escluse le case appartenenti alle categorie catastali sopra indicate (A1, A8 e A9). Vengono, quindi abrogate tutte le note all'articolo 1 della tariffa ad eccezione della nota II-*bis*, relativa alle agevolazioni per l'acquisto della «prima casa» con la sola modifica dell'aliquota 3 per cento che, come visto, è ridotta al 2 per cento;

viene altresì introdotto il comma 2, ove si precisa «che nei casi di cui al comma 1 (trasferimento di immobili in genere) l'imposta non può essere inferiore a 1.000,00 euro». Inoltre viene precisato, con il comma 3, che tutti gli atti assoggettati all'imposta di cui ai commi 1 e 2 e tutti gli atti e le formalità direttamente conseguenti posti in essere per effettuare gli adempimenti presso il catasto e i registri immobiliari sono esenti dall'imposta di bollo, dalle imposte ipotecaria e catastale, dai tributi speciali catastali e dalle tasse ipotecarie;

considerato che:

l'articolo 26 del decreto-legge n. 104 del 2013, attraverso una novella all'articolo 10 del decreto legislativo n. 23 del 2011 interviene in tema di determimizione, con decorrenza dal 1º gennaio 2014, delle imposte di registro, ipotecaria e catastale, relativamente ai trasferimenti immobiliari, da un lato confermando l'esenzione dall'imposta di bollo, dai tributi speciali catastali e dalle tasse ipotecarie per gli atti traslativi a «titolo oneroso della proprietà di beni immobili in genere e atti traslativi o costitutivi di diritti teali immobiliari di godimento e tutti gli atti e le formalità direttamente conseguenti, posti in essere per effettuare gli adempimenti presso il catasto ed i registri immobiliari, dall'altro assoggettando i predetti atti a ciascuna delle imposte ipotecaria e catastale nella misura fissa di 50 euro (mentre nel testo previgente, che sarebbe stato applicato dal 1º gennaio 2014, era prevista l'esenzione totale). È inoltre elevato da 168 a 200 euro l'importo di ciascuna delle imposte di registro, ipotecaria e catastale in tutti quei casi in cui esso sia stabilito in misura fissa da disposizioni vigenti anteriormente al o gennaio 2014;

tenuto conto che:

tutto ciò comporta, di fatto, che le lottizzazioni sono «bloccate» in quanto ad oggi si dovrebbero commisurare i valori delle singole parti di terreni permutate. Spesso le lottizzazioni coinvolgono una molteplicità di soggetti, sui valori delle stesse si dovrebbe applicare l'imposta di registro proporzionale nella misura del 9% con un minimo di mille euro per ogni lottizzante. Si noti inoltre che nel caso di lottizzazioni i singoli lottizzanti si scambiano esclusivamente parti dei terreni

per arrivarè a dei lotti regolari e quindi sfruttabili. I metri cubi di cui è titolare il soggetto A, ad inizio e fine lottizzazione, sono gli stessi;

considerata la pesante crisi del settore immobiliare, è imprescindibile cercare di incentivare la ripresa, ripristinando l'agevolazione relativa alla lottizzazione dei terreni. La tassazione prevista fino al 31 dicembre 2013 era pari ad ill'imposta di registro fissa (168 euro). Conseguentemente la reintroduzione dell'applicazione di una sola imposta fissa, oggi nella misura di 200 euro, risulta ragionevole. Si noti che così è stato dal 1977 a dicembre 2013,

impegna il Governo:

a valutare la possibilità di prevedere l'applicazione di una imposta fissa di registro relativamente alla lottizzazioni di terreni come prevista dall'articolo 20 della legge 28 gennaio 1977, n. 10.

G/1698/23/5

STUCCHI, COMAROLI, TOSATO

Il Senato,

le Zone Franche Urbane favoriscono, grazie ai programmi di defiscalizzazione per la creazione di piccole e medie imprese, lo sviluppo economico e sociale di quartieri ed aree urbane caratterizzate da disagio sociale, economico ed occupazionale;

Provenienti dall'esperienza francese delle Zones Franches,Urbaines, dal 1996 ad oggi le ZFU sono presenti in più di 100 quartieri, prevedendo agevolazioni fiscali e previdenziali per rafforzare la crescita imprenditoriale e occupazionale nelle micro e piccole imprese ivi collocate, quali l'esenzione dalle imposte sui redditi, l'esenzione dall'IRAP, l'esenzione dall'imposta municipale propria e l'esonero dal versamento dei contributi sulle retribuzioni da lavoro dipendente;

Le precedenti manovre finanziarie hanno implementato ed integrato le agevolazioni delle ZFU, stanziando inoltre fondi e risorse ad hoc per il loto sovvenzionamento: la legge finanziaria 2007 (Legge n. 296 del 2006, articolo 1 comma 340 e successivi) ha istituito un Fondo di 50 milioni di euro per ciascuno degli anni 2008 e 2009; la legge finanziaria 2008 (Legge n. 244 del 2008, commi 561, 562 e 563) ha confermato tale stanziamento e ha definito in maggior dettaglio le agevolazioni fiscali e previdenziali che, oggi, trovano la loto definizione particolareggiata all'interno del Decreto Interministeriale 10 aprile 2013 in attuazione di quanto previsto dall'articolo 37 del decreto-legge 18 ottobre 2012, n.179;

Attualmente il Ministero sta procedendo alla modifica del succitato Decreto, al fine di consentire anche alle ZFU pugliesi l'applicazione del Decreto interministeriale dellO aprile 2013, poiché le ZFU della Puglia, pur previste nel Piano di Azione e Coesione (PAC), non sono state incluse nell'allegato l del Decreto, data la volontà, espressa in prima battuta dalla stessa Regione Puglia, di voler finanziare tali interventi, ricadenti nel territorio, con propri strumenti, mentre poi, la stessa Regione ha successivamente proposto di utilizzare lo strumento agevolativo nazionale;

Da ultimo, la circolare 30 settembre 2013, n. 32024, ha fornito chiarimenti in merito alla tipologia, alle condizioni, ai limiti, alla durata e alle modalità di fruizione dell'agevolazioni fiscali e contributive previste dal suddetto Decreto, al fine di portare a conoscenza di tutti i soggetti interessati, anteriormente all'adozione dei bandi per la presentazione delle domande, le modalità di funzionamento dell'intervento;

Attualmente, salvo le città di Ventimiglia e Massa Carrara, le ZFU sono localizzate tutte nel Sud del nostro Paese: sono infatti previste Zone Franche Urbane all'interno dell'Obiettivo Convergenza, che include le Regioni di Campania, Calabria, Sicilia e Puglia, nonché nel territorio dei comuni della provincia di Carbonia ? Iglesias e nelle regioni del Molise, Abruzzo e Basilicata;

Impegna il Governo:

a prevedere, nell'ambito delle disposizioni che riguardano norme varie in materia di enti territoriali *ex* articolo 38 del presente provvedimento, che anche le zone del Nord, che risultino attualmente zone depresse, possano godere dei benefici relativi alle Zone Franche Urbane, con i vantaggi fiscali che ne conseguono, al fine di dare nuovo impulso anche a quelle aree urbane

settentrionali, soprattutto lombarde, che, sotto il peso della grave crisi economica cha ha investito il nostro Paese, si trovano ormai in costante difficoltà, dando loro l'opportunità di tornare ad essere zone appetibili per gli investimenti produttivi.

G/1198/24/5

BATTISTA, ZELLER, PALERMO, PANIZZA, LANIECE, FAUSTO GUILHERME LONGO

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge recante «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)»

premesso che:

l'articolo 1, comma 114; della legge di stabilità autorizza la spesa di 100 milioni di euro annui, per tre anni a partire dal 20 17, per la realizzazione di opere di accesso agli impianti portuali;

tale disposizione è volta al miglioramento della competitività dei porti italiani;

considerato che:

il Porto Franco di Trieste rappresenta un unicum nell'ordinamento giuridico italiano e comunitario, soprattutto in considerazione delle vicende storico-politiche che ne segnarono l'istituzione e, più in generale, che interessarono il territorio di Trieste;

dopo la seconda Guerra mondiale, il Porto Franco di Trieste è stato «internazionalizzato» dal Trattato di pace fra l'Italia e le Potenze alleate ed associate, firmato a Parigi il 10 febbraio 1947 e, in particolare, dall'Allegato VIII del Trattato in questione;

il Porto Franco di Trieste, inteso come sommatoria dei suoi «Punti Franchi», è l'unica zona franca situata nell'Unione europea che gode di un regime speciale, più favorevole rispetto a quello più restrittivo posto dal Codice Doganale Comunitario per le zone e depositi franchi;

considerato altresì che:

il regime di porto franco internazionale del porto di Trieste previsto dall'Allegato VITI del Trattato di Parigi del 1947 e fatto salvo dai successivi trattati comunitari, consente alle imprese di ottenere benefici fiscali attraverso un regime agevolato, ridotte formalità doganali e agevolazioni in termini di stoccaggio e manipolazione dei beni;

tuttavia non è ancora stato predisposto un intervento legislativo volto a dare piena attuazione a quanto disposto nell'Allegato VIII succitato;

impegna il governo:

a porre in essere le opportune iniziative di carattere legislativo volte a dare piena attuazione alle disposizioni dell'Allegato VIII del Trattato di Parigi del 1947, anche per quanto concerne l'imposizione fiscale diretta e indiretta all'interno dei punti franchi del Porto di Trieste, compatibilmente con quanto previsto dal Trattato sul Funzionamento dell'Unione Europea.

G/1698/25/5

DE CRISTOFARO, URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, PETRAGLIA, STEFANO

Il Senato,

al fine di ristorare imprese e professionisti evitando esborsi di IVA che possono rivelarsi nel tempo non dovuta; per consentire di dedurre dal reddito almeno quella piccola parte di spese sostenute per l'attività professionale e al fine più generale di sostenere, anche per questa via, il rilancio e la crescita del Paese e del suo tessuto economico diffuso in una contingenza di particolare depressione economica.

Impegna il Governo a valutare l'ipotesi di prevedere norme tese:

a) ad estendere l'IVA per cassa anche nei rapporti tra imprese, ovvero tra professionisti ed i privati non titolari di partita IVA, nonché l'eliminazione dell'obbligo di versare l'IVA comunque entro un anno, almeno nel caso in cui il creditore dia inizio ad una procedura di recupero crediti per via giudiziaria o conciliatoria;

b) ad estendere, nei contratti di locazione, la possibilità di considerare l'uso promiscuo dell'abitazione anche ai contratti stipulati in regime di cosiddetta «cedolare secca».

G/1698/26/5

URAS, DE PETRIS, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Il Senato,

premesso che:

dopo tanti sacrifici molti attendevano che la legge di Stabilità ridesse fiato all'economia italiana, la quale dal 2007 ad oggi ha perso addirittura il 9 per cento della produzione di beni e servizi e ha visto crescere la disoccupazione a tassi che mostrano un quadro di assoluta gravità e che continuano a peggiorare;

i dubbi sono quasi certezza sul fatto che la manovra non riuscirà a portare il Pil a crescere almeno di un punto percentuale nel 2015 come il Governo prevede;

non determinante, trascurabile o irrilevante è l'impegno che la legge di stabilità contiene per combattere la disoccupazione: tali sono le misure relative al taglio dell'Irap, gli sgravi contributivi per le assunzioni;

grave è la completa sudditanza del centro sinistra ? in questa legge di stabilità ? alle ricette del pensiero neoliberista: più sgravi fiscali e meno investimenti pubblici; più tagli alla spesa pubblica e meno politiche per il sostegno alla domanda pubblica;

gli sgravi alle imprese (come i contratti di lavoro precario e lo stesso smantellamento dello Statuto dei lavoratori tramite il cosiddetto «Jobs act») non hanno mai creato più posti di lavoro, ma solo vantaggi e maggiori margini di profitto subito incamerati da chi pensa solo alla rendita e alla speculazione;

i modesti tagli fiscali (da un impatto redistributivo così inesistente) non alleviano la povertà (e ancora l'Istat ci dice che il *bonus* Irpef ha beneficiato solo il 4 per cento dei poveri italiani) e non hanno alcun effetto sulla domanda interna. E la stessa nota di variazione del Def ad averlo ammesso: il decretò sugli 80 euro, se tutto va bene, avrà nel 2015 un impatto dello 0,1 per cento sulla crescita. Non migliore impatto sul Pil avranno gli altri provvedimenti cosiddetti «strutturali», dal *Jobs Act* alle riforme istituzionali. Praticamente, zero;

la disoccupazione rappresenta una vera e propria emorragia di posti di lavoro, che colpisce gli under 30, ma non di meno tutte le altre fasce di età Quello che più turba è l'enorme crescita di quanti si dicono «scoraggiati», che hanno smesso di cercare lavoro perché ritengono di non trovarlo;

i costi economici della disoccupazione sono incalcolabili: incidono direttamente sul PIL che non viene prodotto in percentuale di molto superiore al costo delle misure di sostegno al reddito dei disoccupati ? si tratta di 80 miliardi di ricchezza reale che non viene creata ?; generano costi ulteriori derivanti dalla perdita di produttività del lavoro e comportano costi sociali quali povertà, perdita della casa, criminalità, denutrizione, abbandoni scolastici, antagonismo etnico, crisi familiari, tensioni sociali potenzialmente esplosive;

i disoccupati nel nostro Paese sono circa 6 milioni disoccupati. Anche se il quadro economico mutasse e vi fosse un boom (evento del tutto improbabile) non si riuscirebbe a creare lavoro per una tale mole di lavoratori e occorrerebbero non meno di 15 anni per riportare la disoccupazione a livelli che si possano considerare fisiologici, ma non si riuscirebbe comunque a tornare ai livelli precedenti (ad esempio al dato del 2005 che ha costituito l'anno migliore del nuovo secolo per l'occupazione nei Paesi UE), tenendo presente che la maggior parte delle imprese stanno provvedendo a sostituire in misura e rapidità crescente il lavoro umano con varie forme di automazione;

riteniamo, pertanto, che non vi sia altra possibilità di creare lavoro e riassorbire l'enorme mole di disoccupati se non ricorrendo allo Stato come datore di lavoro di ultima istanza attraverso la creazione di un Piano nazionale del lavoro basato su un programma nazionale di interventi pubblici, che si ispiri al New Deal statunitense che tra il 1933 e il 1943 riuscì a creare occupazione per circa 8,5 milioni di lavoratori;

è importante porsi l'obiettivo minimo di creare un milione e mezzo di posti di lavoro in un triennio, sostenendo un'occupazione produttiva e un lavoro dignitoso, come promossi dall'Organizzazione internazionale del lavoro e dall'Unione europea;

l'obiettivo del Piano deve essere quello di occupare lavoratori tra le persone inoccupate,

disoccupate o occupate in cerca di altra occupazione, qualora il loro reddito sia al di sotto di ottomila euro, dando tuttavia la priorità a coloro che a parità di altre condizioni rientrano nella definizione di lavoratori svantaggiati ai sensi dell'articolo 2, lettera *i)* del Regolamento CE del 12 dicembre 2002, n. 2204 e che possiedono un patrimonio personale finanziario, mobiliare e immobiliare inferiore; oppure tra persone che usufruiscono di ammortizzatori sociali;

un tale Programma deve essere realizzato da tutte le amministrazioni dello Stato e dagli enti locali ispirandosi ad interventi che, oltre ad assicurare la creazione di occupazione, consentano lo sviluppo di un nuovo modello produttivo al quale l'Italia deve ambire, ponendosi come obietto primario quello della tutela dell'ambiente e della salute, innanzitutto attraverso il recupero di aree urbane e degli ecosistemi e della biodiversità;

gli interventi, pertanto, sono da realizzarsi nei settori della protezione del territorio per prevenire e contrastare il dissesto idrogeologico del Paese; per bonificare e riqualificare dal punto di vista ambientale tutte le aree del territorio nazionale; per recuperare, ristrutturare, adeguare, mettere in sicurezza e valorizzare edifici scolastici, ospedali, asili nido pubblici e il patrimonio immobiliare pubblico da destinare a prima casa e a iniziative di *cohousing* e *coworldng*; per incrementare l'efficienza energetica e ridurre i consumi per gli uffici pubblici; per recuperare e valorizzare il patrimonio storico, architettonico, museale e archeologico italiano; per recuperare terreni pubblici incolti o abbandonati e salvare dall'inquinamento fiumi, aree paludose, spiagge e coste;

per il funzionamento del Programma è possibile prevedere l'istituzione di un'Agenzia nazionale snella e poco costosa, vigilata da più ministeri, che svolga funzioni di organizzazione, programmazione, attuazione, indirizzo controllo e coordinamento;

il Programma dovrebbe basarsi su progetti presentati dagli Enti locali e che questi vogliono realizzare, utilizzando le strutture periferiche del Ministero delle attività produttive, per la valutazione dei progetti, e del Ministero del lavoro, per l'assunzione del personale;

lo Stato dovrebbe mettere a disposizione dei progetti le risorse, con la partecipazione degli Enti locali, e le attrezzature e gli strumenti già in dotazione o di proprietà delle Forze annate e di polizia, nonché quelle degli Enti locali, mentre i centri per l'impiego dovrebbero procedere a organizzare la formazione dei lavoratori da impiegare;

i Progetti non direttamente realizzati dagli enti pubblici devono essere assegnati attraverso gare d'appalto ad imprese che si impegnino ad assumere, con contratto a tempo determinato per la durata dell'appalto o a tempo indeterminato, almeno il 50 per cento del personale necessario tra i lavoratori svantaggiati come definiti dal Regolamento europeo n. 2204 del 2002, di cui si è scritto sopra. La riserva di manodopera nei bandi di appalto sarebbe cosi conforme alle norme dell'Unione europea in materia di aiuti di Stato;

per quanto riguarda le risorse da destinare alla realizzazione del Programma Nazionale per un triennio sperimentale lo Stato dovrebbe stanziare risorse non inferiori a 60 miliardi da ripartire tra un Fondo nazionale per finanziare i progetti e l'incremento delle risorse a disposizione ? a legislazione vigente ? degli interventi per la messa in sicurezza del territorio, per gli asili nido pubblici, per la messa in sicurezza degli edifici scolastici pubblici e per incrementare l'efficienza, la prestazione energetica e la riduzione del consumo di energia negli edifici pubblici;

per mettere insieme le risorse necessarie si potrebbe far ricorso alla Cassa Depositi e Prestiti che può impiegare risorse proprie e emettere obbligazioni da far sottoscrivere alle Fondazioni bancarie, all'INAIL e ai Fondi pensioni negoziali; destinare quota parte dei fondi strutturali europei; escludere dal patto di stabilità interno, per il triennio di sperimentazione, le spese in conto capitale collegate ai Progetti; ridurre le tax expenditures, i costi per auto blu, la deducibilità degli interessi passivi per le banche, la spesa per gli F35, le fregate FREMM e la TAV Lione-Torino; utilizzare le risorse oggi sprecate per ridurre l'Irap e per gli sgravi per le assunzioni; introdurre la *web* tax e riformare la tassa sulle transazioni finanziarie eccetera,

impegna il Governo,

a creare, con apposito provvedimento normativa, un Piano sperimentale per la creazione di

nuovi posti di lavoro per contrastare la piaga della disoccupazione, sulla base di quanto indicato in premessa.

G/1658/27/5

COLLINA, SCALIA

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)« (A.S.1698),

premesso che:

con il presente disegno di legge di stabilità il Governo ha stanziato per la prima volta 50 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015, destinata alla cura delle patologie connesse alla dipendenza da gioco d'azzardo;

nel solo 2013 gli operatori del gioco hanno investito in Italia ben 105 milioni di euro, di cui il 37 per cento per il gioco online, il 31 per cento per Lotterie e Gratta e Vinci, il 24 per cento sulle scommesse e 18 per cento sulle *slot*;

ad oggi in Italia, come documentato dal Dipartimento politiche anti droga della Presidenza del Consiglio, si stima siano circa 32 milioni gli italiani che giocano, pari al 54 per cento della popolazione e secondo un'indagine del Codacons, il 50 per cento dei disoccupati italiani presenta forme di dipendenza dal gioco;

risultano affetti da ludopatia il 33 per cento dei giocatori di videolottery, il 25 per cento delle casalinghe e il 17 per cento dei pensionati e degli studenti;

il decreto-legge n. 158 del 2012, noto come «decreto Balduzzi» nel quale sono stati introdotti i limiti e le sanzioni per il contrasto ai fenomeni patologici legati al gioco d'azzardo non ha prodotto fino ad ora gli effetti sperati i concessionari del *gaming* spendono 105 milioni di euro l'anno in pubblicità e 87 milioni in sponsorizzazioni. Di questi almeno 50 milioni sono «imposti» dallo Stato in base alle convenzioni stipulate con i concessionari stessi;

una, possibile, soluzione da adottare potrebbe essere quella di destinare allo Stato, alle regioni e alle Asl, gli importi attualmente previsti dalle vigenti concessioni per il Superenalotto, Lotto e Gratta e Vinci, in materia di pubblicità, vincolandoli a misure di contrasto nei confronti delle cosiddette ludopatie e alla cura dei giocatori patologici;

questi obblighi potrebbero poi essere assunti anche nell'ambito delle altre convenzioni in essere, da rinnovare o da stipulare ex novo imponendo la medesima destinazione;

le risorse rivenienti da tali misure potrebbero pertanto andare ad'implementare le risorse del Fondo stanziato dal presente disegno di legge,

impegna il Governo:

ad attivare un tavolo di confronto con tutti i soggetti istituzionali competenti e gli operatori del settore al fine di valutare l'opportunità di modificare le attuali convenzioni di concessione relative al Superenalotto, Lotto e Gratta e Vinci, trasformando l'obbligo a carico dei concessionari di effettuare iniziative pubblicitarie in obbligo di trasferire le medesime risorse allo Stato, ai Comuni ed alle Regioni per finanziare progetti e programmi di prevenzione e cura delle ludopatie.

G/1698/28/5

RIZZOTTI, MARIAROSARIA ROSSI

Il Senato,

in sede di discussione del disegno di legge recante «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)»,

premesso che:

il decreto legislativo n. 30 dicembre 1992 n. 502 recante «Riordino della disciplina in materia sanitaria, a norma dell'articolo 1 della legge 23 ottobre 1992, n. 421» prevede all'articolo 6-*ter* che il Ministro della sanità determina con uno o più decreti il fabbisogno per il Servizio sanitario nazionale;

il decreto-legge 30 dicembre 1992 n. 502 «Riordino della disciplina in materia sanitaria, a norma dell'articolo 1 della legge 23 ottobre 1992, n. 421» prevede la formazione manageriale come

requisito necessario per lo svolgimento degli incarichi relativi alle funzioni da svolgere;

la Raccomandazione Ministeriale n. 9/2009 prevede l'istituzione di una funzione aziendale specificatamente preposta al Governo del patrimonio tecnologico biomedico, per la prevenzione degli eventi avversi conseguenti al malfunzionamento dei dispositivi medici e agli apparecchi elettromedicali, individuando tale funzione nei servizi. di Ingegneria Clinica;

l'articolo n. 134 della legge di Stabilità 2013 promuove iniziative atte a favorire la sicurezza delle cure e attuare le pratiche di monitoraggio e di controllo dei contenziosi in materia di responsabilità professionale; invita le Regioni e le Province autonome a prevedere, all'interno delle strutture sanitarie, funzioni specifiche per la o gestione del *risk management*, che includano, laddove presenti, competenze di medicina legale, medicina del lavoro, ingegneria clinica e farmacia, secondo quanto suggerito anche dalla Raccomandazione n. 9/2009 del Ministero della Salute;

il decreto ministeriale 8 febbraio 2013 recante «Criteri per la composizione e il funzionamento dei comitati etici» richiede tra i componenti dei Comitati etici un ingegnere clinico in relazione all'area medico-chirurgica oggetto dell'indagine con il dispositivo medico in studio;

nel Testo unico sulla Sicurezza nei luoghi di lavoro (decreto legislativo n. 81 del 2008 e s.m.i) sono presenti diversi richiami. alla sicurezza delle «attrezzature di lavoro» che, nel settore sanitario, sono rappresentati dai dispositivi medici, dai *medical device software* e, più in generale, dalle tecnologie biomediche che vengono utilizzate per realizzare l'atto medico, ed è evidente che sono richieste competenze specialistiche per la gestione sicura ed appropriata di questi *device*, in un ambiente quale quello sanitario che presenta una combinazione ad elevata complessità di rischi, che è unica anche in relazione ad ambienti dove si è sviluppata la cultura ingegneristica del *riskmanagement* (es. l'aerospaziale),

considerato che:

l'ingegnere clinico rientra nella categoria dei soggetti oggetto di ricognizione ai fini della determinazione del fabbisogno sanitario;

l'ingegnere clinico all'interno delle organizzazioni sanitarie rappresenta la figura professionale di riferimento e consente un governo strutturato dell'intero parco tecnologico, contribuendo ad innalzare il livello di sicurezza e ridurre il rischio clinico dell'intera organizzazione sanitaria, adottando metodologie ingegneristiche tipiche della gestione di processi complessi e caratterizzate da un approccio pro attivo e reattivo strutturato. Con le sue competenze consente una gestione sicura, efficace ed economica di un asset sempre più rilevante per la moderna sanità, quale quello delle tecnologie biomediche in particolare, e dei dispositivi medici in generale. Le sue competenze tecniche consentono, infatti, di intervenire in tutti i processi di valutazione, acquisto e gestione dei dispositivi medici, nonché nei programmi di HTA, la cui importanza è sottolineata da quanto stabilito dal Patto per la Salute 2015-2017;

gli ingegneri clinici, attualmente inquadrati nel comparto o nella dirigenza professionale, hanno in corso un percorso di assimilazione alla dirigenza sanitaria del SSN delle Regioni, ai fini di una riclassificazione degli stessi che integri l'insieme delle professioni oggi presenti in ambito sanitario a supporto del processo di cambiamento tecnologico ed innovazione nelle strutture sanitarie del SSN,

impegna il Governo:

a valutare la possibilità di intraprendere le necessarie iniziative legislative, al fine di sanare una chiara disparità di trattamento che vi è tra gli ingegneri clinici e le altre figure professionali previste dal SSN, per garantire che gli ingegneri clinici vengano equiparati alle categorie di medici, veterinari, odontoiatri, farmacisti, biologi, chimici, fisici e psicologi con conseguente adeguamento dello status contrattuale, assimilandoli all'interno della Dirigenza sanitaria del SSN delle Regioni.

G/1698/29/5

PETRAGLIA, URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Il Senato,

premesso che:

l'Istituto superiore di sanità è organo tecnico-scientifico del Servizio sanitario nazionale e

persegue la tutela della salute pubblica, in particolare attraverso lo svolgimento delle funzioni di ricerca, controllo, consulenza, regolazione e formazione. Di esso si avvalgono il Ministro della salute, le Regioni e le Province autonome di Trento e di Bolzano;

la Corte giustizia europea ha deciso che i precari della scuola con più di 36 mesi di servizio hanno diritto all'assunzione a tempo indeterminato. La sentenza è destinata a incrementare il già cospicuo numero di vertenze nei vari settori del comparto pubblico: enti di ricerca, università e tutte le pubbliche amministrazioni;

in riferimento, in particolare, alla situazione ISS su cui gravano già 3 milioni di euro di spese dovute a vertenze in atto, si stima un ammontare complessivo di 25 milioni di euro a titolo di risarcimento per potenziali future cause intentate dai 550 c.ca lavoratrici/lavoratori precari attualmente in servizio;

il blocco delle assunzioni protratto nel tempo ha portato ad una diminuzione del personale dell'Istituto Superiore di Sanità (ISS), a fronte di compiti rimasti inalterati. L'ente ha sopperito in maniera stabile ricorrendo a personale assunto con contratti temporanei (CoCoCo e ricercatori/tecnici a Tempo determinato) che ha mantenuto continuativamente al lavoro per oltre 3 anni. Spesso il personale precario assunto su fondi di progetti di ricerca ha dovuto svolgere attività istituzionale (consulenza e servizio per il Sistema sanitario nazionale) a causa della cronica carenza di personale ISS a tempo indeterminato. Oggi tale personale (circa 550 unità) ha maturato i diritti all'assunzione (vantando un'anzianità media da 5 a 10 anni e oltre) ed è essenziale per il prosieguo delle attività dell'Istituto superiore di sanità, ma non può essere assunto a causa del blocco parziale del *turn-over* ancora esistente, dei limiti imposti dalla pianta organica, dalla carenza di fondi stabili (le entrate da progetti di ricerca, o convenzioni, o conto terzi non sono utilizzabili per le assunzioni in quanto sono finanziamenti temporanei);

il de-finanziamento progressivo dell'ente nell'ultimo quinquennio è stato tale da ridurre di oltre il 70 per cento le risorse effettivamente disponibili per il funzionamento dell'ISS (Cap. 3443 per il funzionamento, sottratto dei 5 milioni dedicati a CNS e CNT, era 12 milioni nel 2010 e sarà 3,5 milioni nel 2015). In queste condizioni di finanziamento ridotto 1'ente non è in grado di espletare importanti funzioni istituzionali non tariffate, funzioni per le quali non può avvalersi di finanziamenti esterni (come invece può fare per le attività di ricerca),

impegna il Governo

a valutare la possibilità di predisporre e finanziare un piano di assunzioni straordinario rivolto al personale precario che abbia maturato almeno 3 anni di lavoro, anche non continuativo, nel quinquennio antecedente alla data di entrata in vigore della presente legge finanziaria, considerando sia i contratti di collaborazione coordinata e continuativa che i contratti di lavoro a tempo determinato;

tale piano assunzioni deve essere in deroga rispetto alle norme sul *turn-over* e sulla pianta organica; il piano potrà essere progressivo (assumere tutti nel corso di un periodo di tempo congruo), ma deve identificare la platea (che deve essere prorogabile a tempo determinato fino all'assunzione) ed avere una data ultima certa;

a riportare il finanziamento da parte dello stato almeno al livello del 2010, ovvero aumentare il Cap. 3443 almeno a 18 milioni, dagli 8 milioni attualmente previsti nel1 tabella contenuta nell'articolo 20 comma 1 della legge di stabilità 2015, ovvero «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato» presentato il 23 ottobre 2014.

G/1698/30/5

FASIOLO

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge n. 1698 (legge di stabilità 2015), premesso che:

l'Accordo collettivo nazionale per la disciplina dei rapporti con i medici di medicina generale (ACN), sottoscritto il 23 marzo 2003, ai sensi dell'articolo 8 del decreto legislativo n. 502 del 1992 e successive modificazioni ed integrazioni, non reca alcuna specifica disposizione in materia di obbligatorietà dell'astensione dal lavoro per congedo di maternità, prevedendo esclusivamente che: «il

medico in stato di gravidanza, convenzionato ai sensi del presente Accordo, può richiedere la sospensione dell'attività convenzionale per tutto o per parte del periodo previsto come obbligatorio per i lavoratori dipendenti e con sostituzione totale o parziale della propria attività lavorativa» (art. 18, comma 4, ACN);

l'assimilazione, in via di fatto, del congedo di maternità ad un'ordinaria sospensione del rapporto e dell'attività convenzionale comporta una penalizzazione, anche economica, del personale medico femminile del comparto di medicina generale rispetto alla generalità delle lavoratrici dipendenti, cui è riconosciuto nel periodo di maternità l'ottanta per cento della retribuzione, a fronte del'trenta per cento riconosciuto, ai sensi dell'ACN, alle lavoratrici del comparto di medicina generale;

impegna il Governo:

al fine di rimuovere una manifesta condizione di disparità nell'accesso agli istituti di protezione sociale, a promuovere l'adozione di una disciplina specifica di tutela della maternità per il personale del comparto di medicina generale cui si applica l'Accordo collettivo nazionale del 23 marzo 2003, orientata a prevedere la piena equiparazione agli istituti vigenti applicabili alla generalità delle lavoratrici dipendenti, con particolare riguardo al congedo di maternità, al congedo parentale, al riposo giornaliero, ai congedi per malattia del figlio e per assistenza ai figli con handicap grave, ai sensi della legge n. 104 del 1992.

G/1698/31/5

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO

Il Senato,

in sede di discussione del disegno di legge recante «Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017»;

premesso che:

l'articolo 32, primo comma della Costituzione sancisce che: La Repubblica tutela la salute come fondamentale diritto dell'individuo e interesse della collettività, e garantisce cure gratuite agli indigenti;

l'articolo 168 del Trattato sul funzionamento dell'Unione europea mira ad assicurare che, nella definizione e nell'attuazione di tutte le politiche ed attività dell'Unione, sia garantito un livello elevato della protezione della salute umana, stabilendo inoltre che l'azione dell'Unione si indirizza alla prevenzione delle malattie e affezioni e all'eliminazione delle fonti di pericolo per la salute fisica e mentale,

premesso altresì che:

con l'articolo 92, comma 1, della legge 23 dicembre 2000, n. 388, recante «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge finanziaria 2001)», è stato istituito il Centro nazionale di Adroterapia Oncologica (CNAO);

mediante tale disposizione il Ministero della Salute ha inteso dotare l'Italia di un centro di eccellenza per la cura dei tumori con particelle pesanti, protoni e ioni carbonio, particelle denominate ad reni;

l'adroterapia è un trattamento indolore, preciso e mirato che consente di colpire il tumore in modo selettivo, senza danneggiare i tessuti sani che lo circondano e, in alcuni casi, di uccidere anche le cellule «sopravvissute» alla radioterapia convenzionale. In particolare le patologie trattate riguardano i seguenti tumori: cordomi e condrosarcomi della base cranica, cordomi e condrosarcomi della spina e del sacro, meningiomi intracranici, tumori localmente avanzati della testa-collo, tumori delle ghiandole salivari, sarcomi delle ossa e dei tessuti molli testa-collo e spina, melanomi mucosi, adenomi pleomorfi ricorrenti, reirradiazioni dei tumori testa-collo, tumori dell'orbita, tumore della prestata ad alto rischio, tumore del pancreas localmente avanzato, reirradiazioni di recidive del cancro del retto, epatocarcinomi. Alle indicazioni precedenti si aggiungeranno le patologie polmonari e i tumori pediatrici;

l'adroterapia si configura, pertanto, come trattamento salvavita,

considerato che:

il 10 luglio scorso è stata sancita l'Intesa tra il Governo, le Regioni e le Province autonome di Trento e di Bolzano sul nuovo Patto per la salute per gli anni 2014-2016, l'accordo finanziario e programmatico tra il Governo e le Regioni, di valenza triennale, in merito alla spesa e alla programmazione del Servizio sanitario nazionale, finalizzato, a migliorare la qualità dei servizi, a promuovere l'appropriatezza delle prestazioni e a garantire l'unitarietà del sistema;

in particolare, secondo quanto illustrato nel materiale pubblicato dal Ministero della Salute, tra i punti cardine del Patto vi è l'obiettivo di garantire a tutti l'accesso alle cure, ai farmaci e a un livello qualitativo di assistenza;

altro elemento caratterizzante il nuovo patto della Salute consiste in un aggiornamento dei livelli essenziali di assistenza (Lea) che preveda l'eliminazione delle prestazioni e cure ormai obsolete e dispendiose. in termini di risorse, introducendo cure più moderne ed efficaci per la cura delle malattie, con specifica attenzione verso le patologie rare o particolarmente gravi,

considerato altresì che:

nel Gennaio 2014 è iniziata la fase autorizzata SSN e a oggi sono stati trattati oltre 200 pazienti, che portano il numero complessivo a quasi 400 pazienti trattati;

nel corso del triennio 2015-2017 l'obiettivo della Fondazione CNAO è di aumentare progressivamente il numero dei pazienti trattati: 500 nel 2015, 750, nel 2016 per arrivare a 1000 nel 2017. Dall'analisi economico-finanziaria risulta che il raggiungi mento di questo numero di pazienti rappresenta la possibilità per il Centro di raggiungere pareggio di bilancio;

per riuscire a raccogliere in maniera efficiente i pazienti da tutto il territorio italiano è però necessario che l'adroterapia sia riconosciuta dal Sistema sanitario nazionale in modo che sia accessibile a tutti i pazienti;

attualmente solamente la Regione Lombardia e la Regione Emilia-Romagna riconoscono il trattamento di adroterapia pertanto, i pazienti delle altre regioni devono ottenere preventivamente l'autorizzazione delle ASL di provenienza, determinando il frequente verificarsi di ritardi e dinieghi dell'autorizzazione al trattamento;

il provvedimento in esame, nella Tabella n. 14 recante «Stato di Previsione del Ministero della salute», stabilisce gli stanzia menti attribuiti al programma 20.3 «Programmazione sanitaria in materia di livelli essenziali di assistenza» della missione 20 Tutela della Salute,

considerato altresì che:

la direttiva 2011/24/UE del Parlamento Europeo e del Consiglio del 9 marzo 2011, concernente l'applicazione dei diritti dei pazienti relativi all'assistenza sanitaria transfrontaliera, in particolare con l'articolo 4 e l'articolo 12, oltre a promuovere la cooperazione in materia di assistenza sanitaria tra gli Stati membri prevede che la libertà di ricevere assistenza sanitaria in tutta l'Unione europea deve essere accompagnata da garanzie di qualità e di sicurezza;

la marcatura CE e l'attività clinica hanno dimostrato la sicurezza e l'efficienza del dispositivo medico CNAO, per tale ragione molti enti stranieri hanno chiesto consulenza, collaborazione e supporto per la realizzazione di molteplici iniziative;

il quinquennio appena trascorso ha visto il consolidarsi dell'immagine del CNAO nel panorama internazionale. Ne sono prova i progetti di ricerca finanziati nel 7« Programma quadro che hanno visto il CNAO come protagonista: nell'ambito del progetto quadriennale ULICE (Union of Light /on Centre in Europe), il CNAO ha coordinato 20 istituti europei organizzati in tre principali aree di attività: Joint-Reasearch Activities, Networking Activities, Trans-National Access; nel progetto triennale PARTNER (Particle Training Network for European Radiotherapy), il Centro ha avuto l'incarico di formare ?personale medico, tecnico e di fisica medica proveniente da tutto il mondo;

il CNAO ha già presentato progetti di ricerca nel nuovo programma Horizon2020 e sono in finalizzazione progetti di ricerca clinica, inclusi studi randomizzati di fase 111, in collaborazione con prestigiosi istituti internazionali;

in particolare, a EBG Med-Austron di Vienna, il CNAO ha fornito i progetti e i disegni costruttivi dell'alta tecnologia, sta costruendo i sistemi di distribuzione della dose al paziente e alcuni

componenti di diagnostica di fascio e recentemente ha concordato la partecipazione di alcuni membri del proprio staff alle attività di commissioning del centro,

tenuto conto del fatto che:

ad un quadro scientifico-clinico di eccellenza non ha però corrisposto una situazione finanziaria stabile;

l'impianto CNAO è costato 135 milioni di euro ai quali vanno aggiunti 45 milioni per la sperimentazione chiesta dal Ministero della Salute, finalizzata alla marcatura CE e conclusasi nel dicembre 2013;

i contributi a fondo perduto giunti finora ammontano a complessivi 118 milioni di euro, dei quali 94.5 erogati dal Ministero della Salute, 10 milioni da Regione Lombardia, 8.5 milioni da Fondazione Cariplo;

nonostante la legge del 27 dicembre 2006 n. 296 stabilisse un finanziamento annuo al CNAO pari a 10 milioni di euro, l'importo corrisposto dallo Stato è stato disatteso a partire dal 2009 e la somma complessiva si è rivelata largamente insufficiente, determinando pertanto un disavanzo che a fine 2013 ammontava a circa 62 milioni di euro;

nonostante la legge del 27 dicembre 2006 n. 296 stabilisse il finanziamento al CNAO di 10 milioni di euro all'anno, l'importo corrisposto dallo Stato è stato disatteso a partire dal 2009 e la somma complessiva si è rivelata largamente insufficiente, per cui il disavanzo a fine 2013 ammontava a circa 62 milioni di euro;

il governatore della Regione Lombardia, nel luglio 2013 scrisse all'attuale Ministro della Salute, on. Beatrice Lorenzin, suggerendo «la possibilità che il CNAO sia individuato quale Centro di riferimento nazionale per le attività da esso erogate. In tale ottica sarebbe opportuno prevedere, i nell'ambito del riparto delle risorse del Fondo sanitario nazionale, uno specifico stanziamento dedicato in misura sufficiente a garantire la messa a regime del Centro e successivamente la copertura delle spese di funzionamento»,

impegna il Governo a:

destinare quanto prima i 35 milioni di euro necessari per evitare la chiusura del Centro nazionale di Adroterapia oncologica, chiusura che sancirebbe la definitiva rinuncia a dare una possibilità di guarigione alle migliaia di pazienti curabili solamente grazie all'adroterapia, determinando comunque la necessità di coprire i debiti in essere e di licenziare il personale attualmente impiegato;

inserire l'adroterapia oncologica nell'insieme delle attività, dei servizi e delle prestazioni che il Servizio sanitario nazionale eroga a tutti i cittadini gratuitamente o con il pagamento di un ticket, indipendentemente dal reddito e dal luogo di residenza.

G/1698/32/5

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO

Il Senato,

premesso che:

è notizia recente che, dopo sette anni di ricorsi degli interessati, la Corte di Giustizia europea ha condannato l'Italia poiché la normativa sui contratti di lavoro a tempo determinato nel settore della scuola è contraria al diritto dell'Unione;

conseguentemente 250mila precari potranno chiedere la stabilizzazione e risarcimenti per due miliardi di euro, oltre agli scatti di anzianità maturati tra il 2002 e il 2012;

il Governo, ben conoscendo la spada di Damocle che pendeva sulla sua testa e temendo le conseguenze della sentenza, sta provando a correre ai ripari, con l'articolo 3 della legge di Stabilità 2015, prevedendo un piano di assunzioni di tutti i docenti inseriti nelle Gae (150mila);

questa cifra però è ben lontana dai 250 mila precari da stabilizzare, come richiesto dalla Corte di giustizia e le risorse stanziate saranno appena sufficienti ad assorbire il *turn-over* del prossimo triennio;

in ogni caso il Governo, ammesso che riesca ad esaurire le GAE, dovrà predisporre in futuro

procedure concorsuali per il reclutamento dei docenti necessari,

impegna il Governo:

ad affidare alle Regioni la gestione dei concorsi nazionali indetti dal Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca, per il reclutamento del personale sulla base delle cattedre vacanti e disponibili in ogni Regione;

a stabilire che le procedure siano curate dagli Uffici scolastici provinciali che procederanno alla formazione di graduatorie a livello regionale, distinte per ciascun ordine e per ciascuna classe di specializzazione;

ad emanare un decreto ministeriale che determini le modalità di svolgimento di questo nuovo sistema di reclutamento dei docenti, che premiando la meritocrazia e la reale preparazione, impedirà per il futuro la migrazione degli insegnanti dal Sud al Nord del Paese.

G/1698/33/5

FASIOLO

Il Senato,

in sede di discussione del disegno di legge n. 1698 (Legge di stabilità 2015),

premesso che:

il disegno di legge in esame non rifinanzia il contributo previsto dal decreto del Presidente della Repubblica 31 luglio 1980, n. 613, in favore della Croce rossa italiana;

a norma dell'articolo 2 della legge 4 novembre 2010, n. 183, con il decreto legislativo 28 settembre 2012, n. 178, è stata disposta la riorganizzazione dell'associazione italiana della Croce rossa (CRI) prevedendo che a decorrere dal 1º gennaio 2014, le funzioni da essa esercitate fossero trasferite alla costituenda Associazione della Croce Rossa italiana come persona giuridica di diritto privato, e che, alla stessa data, l'Ente pubblico C.R.I. assumesse la denominazione di «Ente strumentale alla Croce Rossa italiana», con la finalità di concorrere temporaneamente allo sviluppo dell'Associazione, fino alla data della sua definitiva liquidazione, prevista per il 1º gennaio 2016;

ad oggi, la privatizzazione è già stata realizzata per i comitati locali e provinciali mentre restano ancora in capo alla struttura di natura pubblica, in forza della proroga di un anno disposta con l'articolo 4, comma 10-*ter*, del decreto-legge 31 agosto 2013, n. 101;

l'articolo 5 del decreto del Presidente della Repubblica prevede che il personale non in servizio continuativo cessi dalle proprie funzioni al prossimo 31 dicembre, mentre il personale in servizio continuativo dovrà essere ridotto da ottocento a trecento unità in seguito ad una selezione interna per titoli per dare supporto all'associazione, fermo restando che il predetto contingente terminerebbe comunque la sua attività entro i131 dicembre 2016, data in cui tali lavoratori saranno messi in mobilità non garantita;

tutto il personale citato è attualmente addetto alla manutenzione delle strutture e alla gestione del personale in congedo, e la sua cessazione dal servizio determinerà un danno all'operatività della intera struttura, oltre al fatto di lasciare senza lavoro centinaia di persone,

impegna il Governo:

a valutare l'opportunità di salvaguardare i livelli occupazionali e la professionalità acquisita, anche attraverso la ricollocazione del personale presso altre Amministrazioni.

G/1698/34/5

PUPPATO, PEZZOPANE, FILIPPIN, ALBANO, IDEM, D'ADDA, LAI, BORIOLI, DEL BARBA

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge n. 1698 (Legge di stabilità 2015),

premesso che:

la riforma pensionistica Fornero, non ha differenziato la normativa previdenziale relativa al comparto della scuola rispetto alla generalità dei lavoratori, come peraltro effettuato da precedenti provvedimenti analoghi, commettendo così un errore, ammesso anche dall'allora Ministro Fornero, non avendo tenuto conto che i lavoratori della scuola possono andare in pensione solamente nel giorno 1 settembre, indipendentemente dalla data di maturazione dei requisiti, al fine di garantire le esigenze

di continuità e funzionalità della scuola;

il problema è conosciuto anche con il nome di «quota 96», che fa riferimento alla possibilità di andare in pensione (in base alla previgente disciplina pensionistica) con almeno 35 anni di servizio e almeno 61 anni di età anagrafica in modo da raggiungere la «quota 96»;

allo stato attuale fonti diverse indicano numeri diversi di lavoratori e lavoratrici che rientrano tra i cosiddetti «quota 96», le prime stime redatte tra il 2013 e il 2014 indicano li indicano in 4000, mentre fonti più recenti le hanno ridotte a 3000;

impegna il Governo:

a trasmettere al Parlamento una relazione contenente la verifica del numero complessivo effettivo dei lavoratori nella situazione descritta in premessa;

ad adottare, con il primo provvedimento di natura legislativa possibile, una norma per il personale della scuola che abbia maturato i requisiti entro l'anno scolastico 2011/2012, ai sensi dell'articolo 59, comma 9, della legge 27 dicembre 1997, n. 449, e successive modificazioni.

G/1698/35/5

DEL BARBA

Il Senato,

premesso che:

il Corpo nazionale soccorso alpino e speleologico (CNSAS) del Club alpino italiano (CAI) ha assunto negli anni un ruolo di crescente rilievo nella gestione territoriale delle emergenze, connotandosi per l'erogazione di un servizio di pubblica utilità di elevata professionalità ed efficienza;

configurato dall'ordinamento quale struttura nazionale operativa del Servizio nazionale della protezione civile, il medesimo Corpo ha visto nel tempo accrescersi significativamente tanto l'ambito quanto la professionalizzazione delle funzioni di pubblico servizio svolte a favore della popolazione, senza che a ciò abbia corrisposto alcun sostanziale adeguamento del suo status giuridico;

in particolare, la disciplina di cui alla legge 21 marzo 2001, n. 74, vincola a tutt'oggi il Corpo all'esclusivo utilizzo di personale volontario, secondo una limitazione divenuta di ostacolo alla piena operatività delle attività di soccorso e di eli soccorso e alle attività di formazione, svolte oggi dal CNSAS in forma peculiare e altamente professionale;

tale rigida limitazione appare tanto più irragionevole in quanto la più generale disciplina delle associazioni di promozione sociale, di cui alla legge 7 dicembre 2000, n. 383, ammette che le associazioni possano, in caso di particolare necessità, «assumere lavoratori dipendenti o avvalersi di prestazioni di lavoro autonomo, anche ricorrendo a propri associati» (articolo 18, comma 2, della legge n. 383/2000);

ciò premesso, impegna il Governo:

a procedere ad un complessivo riordino della disciplina legislativa che regola il settore del soccorso alpino e speleologico, anche attraverso l'adozione di una legge quadro idonea a cogliere i mutamenti intervenuti nelle modalità di organizzazione ed erogazione del servizio e a superare le attuali criticità regolatorie, a partire dalla riconfigurazione giuridica dei rapporti tra il Corpo nazionale soccorso alpino e speleologico, il Servizio nazionale della protezione civile e il Servizio sanitario nazionale;

in particolare, a riconoscere al CNSAS la possibilità di avvalersi, entro un contingente numerico limitato, di prestazioni di lavoro dipendente ed autonomo per lo svolgimento dei servizi a più elevato contenuto tecnico e professionale, ferma restando la, prevalenza delle attività prestate in forma volontaria, libera e gratuita dagli associati per il perseguimento dei fini istituzionali;

a tal fine, a rimettere ad un apposito regolamento del Corpo nazionale soccorso alpino e speleologico «individuazione previa ricognizione dei fabbisogni di personale tecnico ? delle figure professionali specialistiche da ammettere alle prestazioni in regime di lavoro dipendente o autonomo;

infine, a riconoscere ai Servizi regionali e provinciali del Corpo nazionale soccorso alpino e speleologico la possibilità di iscrizione ai registri di cui all'articolo 6 della legge 11 agosto 1991, n. 266, ai fini dell'accesso ai benefici di cui al comma 2 del medesimo articolo.

G/1698/36/5

MAURO MARIA MARINO

Il Senato,

premesso che,

l'articolo 23 del decreto del Presidente della Repubblica 43/88, recante la nuova disciplina del servizio di riscossione dei tributi che ha sancito la sostituzione delle Esattorie Comunali a vantaggio dei Concessionari della Riscossione;

l'articolo 63 del decreto legislativo 112/99 che ha nuovamente rivisitato il settore;

l'articolo 3 del decreto legge 203/2005 comma 16, convertito con legge n. 248 del 02/12/2005, che ha previsto la ripubblicizzazione del servizio della riscossione con la costituzione di Riscossione SpA (attualmente denominata Equitalia) e la contestuale nascita di alcune società private dedite alla riscossione dei tributi locali, mediante l'istituto dello scorporo di ramo d'azienda.

il decreto legge n. 112 del 13 aprile 1999 denominato «Riordino del servizio nazionale della riscossione», all'articolo 63, commi 4 e 6 prevedeva: il personale che, alla scadenza o cessazione delle concessioni della riscossione dei tributi e di altre entrate degli enti locali, sia che il servizio venisse esercitato direttamente dall'ente locale che affidato ad altri soggetti, avesse precipuo diritto ad essere mantenuto in servizio dal subentrante concessionario senza soluzione di continuità;

la legge n. 248 del 02 dicembre 2005, titolo II «Riforma della riscossione e disposizioni in materia di giustizia tributaria» all'articolo 3, comma 24 contemplava in sostanza la facoltà per le aziende concessionarie di trasferire il ramo aziendale inerente l'attività svolta in regime di concessione per conto degli enti locali ad altre società in possesso dei requisiti per l'iscrizione all'Albo;

il termine del 31 dicembre 2010, contemplato nel capoverso a) del comma 24, articolo 3 della legge n. 248/2005 è stato prorogato di volta in volta fino al 31 dicembre 2014 per le attività di riscossione e accertamento.

impegna il Governo:

a valutare l'opportunità di adottare misure finalizzate a favorire il legittimo riconoscimento delle peculiarità dei dipendenti assunti alla data del 31 dicembre 2013 dalle società scorporate, con l'inclusione di diritto nell'istituendo Consorzio e la formale equiparazione al personale di Equitalia.

G/1698/37/5

MARINELLO, MANCUSO, GUALDANI

Il Senato,

in sede di discussione dell'AS 1698 «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)»,

premesso che:

il provvedimento in esame, insieme al «Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017», rappresenta la nonna principale prevista dall'ordinamento giuridico italiano per regolare la vita economica del Paese per un triennio;

l'articolo 2, ai commi 22-34, prevede norme per il contenimento delle spese di personale nel settore del pubblico impiego, compreso il Compatto Sicurezza e difesa, mentre ai commi 109-124 si introducono misure correttive al bilancio del Ministero della difesa;

nel corso dell'esame alla Camera sono state avanzate da tutte le forze politiche diverse proposte relative a tale Comparto per consentire l'assunzione di nuovo personale attraverso lo scorrimento fino ad esaurimento delle graduatorie dei vincitori e degli idonei utilmente collocati nei concorsi già indetti, senza oneri aggiuntivi per la finanza pubblica;

in particolare, sono stati presentati diversi emendamenti per le assunzioni del personale nel Corpo della Guardia di Finanza, compresi gli ufficiali in ferma prefissata, con 42 mesi di servizio svolto e plurime idoneità conseguite, e i giovani del concorso per 750 allievi finanzieri, nonché della Polizia di Stato, anche in vista delle esigenze straordinarie che si manifesteranno per lo svolgimento di Expo 2015;

considerato che:

altrettanto degna d'attenzione è la situazione dei giovani idonei non vincitori del concorso per l'ammissione al 40º corso triennale per 247 Allievi Marescialli del ruolo Ispettori dell'Arma dei Carabinieri che sono ancora in attesa di essere reclutati;

nonostante la situazione tuttora pendente e la validità delle graduatorie di concorsi già espletati, le Pubbliche Amministrazioni continuano a bandire nuovi concorsi, con evidenti elevati oneri finanziari per le Amministrazioni interessate;

l'immediata assunzione dei tanti giovani in attesa di essere immessi nei rispettivi ruoli, sarebbe un esempio di buon senso, oltre che di forte presenza dello Stato;

impegna il Governo:

affinché adotti opportuni provvedimenti volti a garantire lo scorrimento delle graduatorie del concorso per l'ammissione al 40º corso triennale di 247 Allievi Marescialli nel ruolo di Ispettori dell'Arma dei Carabinieri indetto lo scorso 17 gennaio.

G/1698/38/5

CATALFO, PUGLIA, PAGLINI, CRIMI, ENDRIZZI, MORRA, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015) (AS 1698)

premesso che:

l'articolo 2 del provvedimento in esame ai commi 22, 23 e 24 dispone la proroga del blocco della contrattazione e degli incrementi stipendiali nel pubblico impiego;

considerato che:

gli stipendi dei 3,3 milioni di dipendenti pubblici sono invariati dall'approvazione del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito con modificazioni dalla legge 30 luglio 2010, n. 122, il cui articolo 9 al comma 21 ne imponeva il blocco coattivo per i1 2011, 2012 e 2013;

la legge 147/2013 ha poi prorogato tale disposizione fino alla fine del 2014, disponendo anche una moratoria del *turn over* fino al 2017;

l'attuazione dell'articolo 9, comma 21, del decreto-legge 78/2010, in merito al blocco amministrativo delle progressioni di carriera, (su cui sono state emanate diverse sentenze dei competenti TAR che hanno accolto favorevolmente i ricorsi presentati) ha creato un'ingiustizia nei confronti del personale del comparto sicurezza, ancorché discriminato dalla sentenza n. 223 del 2012 della Corte costituzionale, con cui è stata riconosciuta l'esclusione dall'applicazione della norma in parola, per il solo personale della magistratura;

entrando nel merito, il blocco contrattuale previsto dalla sopra citata norma, prevede che le progressioni di carriera del personale del comparto sicurezza, intervenute negli ultimi quattro anni, siano utili esclusivamente ai fini giuridici e non anche economici. In particolare, se l'agente di Polizia matura l'avanzamento al grado superiore con decorrenza giuridica ricadente tra il 1º gennaio 2011 e il 31 dicembre 2014, avrà il riconoscimento del grado superiore, assumendosi gli oneri e le responsabilità che tale nuovo ruolo presuppone, ma non avrà diritto ad alcun aumento retributivo;

la norma in questione viola di fatto l'articolo 36 della Costituzione, poiché non tiene conto della proporzionalità, qualità e quantità del lavoro prestato in ambito della sicurezza pubblica;

gli aumenti retributivi sono finalizzati a compensare non solo l'inflazione ma soprattutto a remunerare il lavoro svolto; ordine pubblico, servizi esterni, mobilità ultraregionale, servizi operativi «su strada.». Si tratta di servizi che richiederebbero peraltro un incentivo meritocratico;

l'applicazione della norma non ha tenuto conto del blocco del turo aver che non ha consentito di coprire con altro personale i vuoti dell'organico, derivante dai pensionamenti;

impegna il Governo:

a porre in essere appositi provvedimenti normativi al fine di stabilire, in relazione alla specificità del comparto sicurezza e delle peculiarità delle funzioni svolte, una deroga a quanto previsto dall'articolo 9, comma 21, del decreto legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito con modificazioni dalla legge 30 luglio 2010, n. 122, affinché le progressioni di carriera del personale della

Polizia di Stato, comunque denominate, eventualmente disposte negli anni 2011, 2012 e 2013 e 2014 producano effetto per i predetti anni anche ai fini economici.

G/1698/39/5

ORRÙ

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015) (A.S.l698),

premesso che:

il decreto del Presidente della Repubblica 7 settembre 2001, n. 398 recante: «Regolamento recante l'organizzazione degli uffici centrali di livello dirigenziale generale del Ministero dell'interno», in attuazione dell'articolo 14 del Decreto Legislativo 30 luglio 199, n. 300 recante: «Riforma dell'organizzazione del Governo, a norma dell'articolo 11 della legge 15 marzo 1997, n. 59», ha definito le funzioni e l'organizzazione degli Uffici centrali di livello dirigenziale in cui si articola il Ministero dell'Interno e ha dato avvio alla riorganizzazione del Corpo Nazionale dei Vigili del Fuoco, disposta dal Governo a seguito della legge delega 30 settembre 2004, n. 252;

la predetta legge ha delegato il Governo a legiferare in materia di riordino del CNVVF, mediante l'approvazione di appositi decreti legislativi, nel rispetto dei seguenti princìpi:

a) istituzione di un autonomo comparto di negoziazione che contempli nel proprio ambito un procedimento per il personale inquadrato come dirigente ed un altro per tutti gli altri;

b) riformulazione delle norme riguardanti tutto il personale tenendo conto delle esigenze operative, funzionali, tecnico-logistiche, amministrativo contabili;

c) revisione o la soppressione dei ruoli, qualifiche, aree funzionali e profili professionali esistenti e l'istituzione di nuovi ruoli e qualifiche, anche di particolari aree di vice dirigenza, a cui potranno accedere solo quelli in possesso di lauree specialistiche, prevedendo per ciascun ruolo di nuova istituzione con accesso con la laurea specialistica «i requisiti, i titoli, le modalità di accesso e i criteri di avanzamento, prevedendo rispetto a questi ultimi, adeguate modalità di svj1uppq. verticale ed orizzontale basate principalmente su qualificate esperienze professionali, su titoli di studio e percorsi di formazione professionale»;

d) accesso alla dirigenza riservato esclusivamente ai laureati in discipline specialistiche che abbiano a che fare con 1'espletamento di compiti operativi;

e) attribuzione degli incarichi in relazione alle attitudini personali ed alle capacità professionali.

considerato che:

il Decreto Legislativo 13 ottobre 2005, n. 217, recante: «Ordinamento del personale del Corpo nazionale dei vigili del fuoco a norma dell'articolo 2 della Legge 30 settembre 2004, n. 252», ha disciplinato il nuovo Ordinamento del Corpo;

tale nuovo Ordinamento dispone i nuovi ruoli professionali, con accesso dall'esterno prevedendo la Laurea specialistica, per i Direttivi e Dirigenti Medici, i Direttivi e Dirigenti Ginnico-Sportivi con sovraordinazione chiara e netta, la cui promozione a dirigente avviene a ruolo aperto e per mero scrutinio comparativo tra coloro che abbiano compiuto almeno tre anni di servizio, nonché il ruolo dei Funzionari Amministrativo Contabile Direttori relegati, invece, in un ruolo non appartenente ai Direttivi ed ai Dirigenti, pur avendo responsabilità di coordinamento del servizio amministrativo del CNVVF, nonché essendo direttamente responsabili dei propri atti;

all'interno del Servizio Amministrativo, tutto il personale dipendente (c.d. SATI) matura il diritto ad un avanzamento di carriera, e, pertanto, un aumento retributivo, con il metodo del ruolo aperto e i Sostituti Direttori e Collaboratori che assumono responsabilità in solido con il Dirigente Territoriale e sono funzionalmente sottordinati ai Funzionari Amministrativi in possesso di laurea specialistica possono raggiungere la categoria C3 (ex IX livello retributivo) al contrario dei Funzionari Amministrativi Direttori, professionalità a cui si accede con laurea specialistica dall'esterno (giurisprudenza, Scienze Politiche, Economia e Commercio), ai quali è attribuita in ingresso la sola

categoria C2 (ex livello retributivo VITI) e non possono raggiungere la categoria C3 se non dopo aver superato un concorso pubblico (art. 119);

l'articolo 85,comma 2 del decreto legislativo 217/05 nonché l'articolo 97 e segg. del DPR 28/02/12 «Regolamento di servizio del CNVVF» prevede un impiego del personale SATI (Servizio Amministrativo Tecnico Informatico) in scenari di emergenza e soccorso tecnico urgente ove è impiegato il CNVVF, attività ignota ai funzionari Ginnici per i quali invece è prevista la dirigenza e la promozione a ruolo aperto;

impegna il Governo:

ad una revisione del Decreto Legislativo 217/05, «Ordinamento del Personale VVF» che elimini la disparità di trattamento tra categorie professionali il cui accesso dall'esterno nel Dipartimento VVF avviene con Laurea Magistrale«. In tal senso, a prevedere il medesimo percorso di carriera tra le professionalità già istituite dei Funzionari Medici e Ginnico-Sportivi ed i funzionari amministrativo-Contabili (art. 118 e segg. D. Lvo 217/05) che accedono dall'esterno al Dipartimento Vigili del Fuoco del Ministero dell'interno, in possesso di Laurea Magistrale.

G/1698/40/5

CATALFO, PUGLIA, PAGLINI, CRIMI, ENDRIZZI, MORRA, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015) (AS 1698),

premesso che:

l'articolo 2 del provvedimento in esame ai commi 22, 23 e 24 dispone la proroga del blocco della contrattazione e degli incrementi stipendiali nel pubblico impiego;

considerato che:

gli stipendi dei 3,3 milioni di dipendenti pubblici sono invariati dall'approvazione del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito con modificazioni dalla legge 30 luglio 2010, n. 122, il cui articolo 9 al comma 21 ne imponeva il blocco coattivo per il 2011, 2012 e 2013;

la legge 147/2013 ha poi prorogato tale disposizione fino alla fine del 2014, disponendo anche una mora tona del turn over fino al 2017;

impegna il Governo:

a porre in essere appositi provvedimenti normativi, e a reperire le necessarie risorse, al fine di superare il blocco della contrattazione nel pubblico impiego di cui articolo 9 al comma 21 del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito con modificazioni dalla legge 30 luglio 2010, n. 122, assicurando il riconoscimento economico dell'anzianità maturata dai dipendenti pubblici e le quote di indennità di vacanza contrattuale non erogate.

G/1698/41/5

TOCCI

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015) (A.S.1698),

premesso che:

l'articolo 9 della Costituzione promuove lo sviluppo della ricerca scientifica;

la strategia dell'Unione europea per una crescita intelligente, sostenibile e inclusiva proposta dalla Commissione europea con la Comunicazione adottata dal Consiglio europeo del 25 e 26 marzo 2010, si concentrata sui settori principali di intervento. ovvero: conoscenza e innovazione al fine di realizzare un'economia più sostenibile con un più alto tasso di occupazione e inclusione sociale;

il medesimo Consiglio ha concordato tra gli obiettivi comuni che guidano l'azione degli Stati membri e dell'Unione il miglioramento le condizioni per la ricerca e lo sviluppo, particolare allo scopo di portare al 3% del PIL ilivelli d'investimento pubblico e privato combinati in tale settore;

la disciplina dei nuovi regolamenti UE relativi ai fondi strutturali e di investimento europei (SIE) per il periodo di programmazione 2014-2020 conferma e rilancia la strategia Europa 2020;

l'Accordo di partenariato 2014-2020 per l'impiego dei fondi SIE è stato adottato il 29 ottobre 2014 dalla Commissione europea a chiusur del negoziato formale;

l'ISFOL, Istituto per lo sviluppo della fonmizione professionale dei lavoratori, è un ente nazionale di ricerca che opera principalmente nel campo della formazione, del lavoro e delle politiche sociali, fornendo supporto tecnico-scientifico allo Stato, alle Regioni e agli Enti locali e fa parte del Sistema Statistico Nazionale (Sistan) collaborando con organismi e istituzioni comunitarie;

considerato che:

circa 260 unità di personale ho il contratto in scadenza alla data del 31 dicembre 2014;

l'articolo 14, comma 4-*bis*, del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito con modificazioni dalla legge 23 giugno 2014, n. 89 ammette proroghe per il com parto ricerca a valere sulla programmazione dei fondi strutturali dell'UE;

il quadro normativa esistente, nonché lo stesso accordo di partenariato 2014-2020 per l'utilizzo dei fondi strutturali richiedono consistenti attività di monitoraggio e valutazione delle politiche del lavro che l'Istituto, quale ente pubblico di ricerca, deve poter svolgere in piena autonomia;

la salvaguardia del ruolo dell'ISFOL può ontribuire in maniera determinante e strategica al rilancio del sistema Paese;

le risorse stanziate a valere sulla programmazione FSE 2014-2020, in particolar modo sul predetto programma operativo nazionale «Sperimentazione di politiche attive per l'occupazione», PON SPAO, consentono la copertura finanziaria del contratto per tutta la durata della programmazione in favore dei predetti dipendenti,

impegna il Governo:

a prorogare urgentemente al 31 dicembre 2020 i contratti del personale a tempo determinato in scadenza il 31 dicembre 2014, garantendo, pertanto, la continuità contrattuale, utilizzando a tal fme le risorse del PON SPAO a titolarità del Ministero del lavoro e di imminente approvazione da parte della Commissione europea;

a rilanciare le attività dell'Isfol, assicurandone piena autonomia quale ente pubblico di ricerca, nell'ambito del settore strategico delle politiche del lavoro, della formazione e dell'inclusione sociale.

G/1698/42/5

STEFANO, DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015) (A.S.1698),

premesso che:

i commi da 127 a 129 dell'articolo 2 del disegno di legge di stabilità per il 2015 prevede una riforma degli istituti di ricerca in agricoltura attraverso l'incorporazione dell'Istituto Nazionale di Economia Agraria (INEA) nel Consiglio per la Ricerca e la sperimentazione in agricoltura (CRA);

presso l'INEA operano più di duecento unità di personale con contratto a tempo determinato e co.co.co. in scadenza al 31 dicembre 2014;

trattasi di personale altamente qualificato che consente la regolare attività dell'Istituto,

impegna il Governo:

a mantenere gli attuali livelli occupazionali del personale PINEA prevedendo un adeguato prolungamento dei contratti del personale precario con contratto a tempo determinato e co.co.co., al fine di garantirne l'ingresso nella nuova Agenzia e la partecipazione attiva al processo di riordino.

G/1698/43/5

MALAN

Il Senato,

premesso che:

il programma del Partito democratico per le ultime elezioni politiche, sul tema della revisione delle circoscrizioni giudiziarie, prevedeva di intervenire attraverso «la razionalizzazione del servizio giustizia e al decongestionamento dei grandi tribunali metropolitani tenendo conto della specifiCità del

bacino di utenza, della dimensione territoriale, nonché della situazione infrastrutturale e della presenza di criminalità organizzata» e si riteneva impreScindibile per il buon funzionamento del sistema giudiziario territoriale, il ripristino di determinate sedi precedentemente soppresse,

in sede di esame della legge di stabilità 2015 e in particolare dell'articolo 1, comma 81;

impegna il Governo:

a provvedere al più presto a risolvere il problema della razionallzzazione del servizio giustizia e al decongestionamento dei grandi tribunali metropolitani enendo conto della specificità del bacino di utenza, della dimensione territoriale, nonché della situazione infrastrutturale e della presenza di criminalità organizzata e ad attivarsi per il ripristino degli uffici di Tribunali e di Procura precedentemente soppressi in quanto imprescindibili per il buon funzionamento del sistema giudiziario territoriale.

G/1698/44/5

MALAN

Il Senato,

premesso che:

il programma del Partito democratico per le ultime elezioni politiche, sul tema delle sedi giudiziarie, affermava che: «è stato omesso qualsiasi serio confronto con le esigenze dei territori», è che è necessario escludere, comunque, dall'elenco degli uffici di Tribunale e di Procura della Repubblica soppressi quelli di Pinerolo, Bassano del Grappa, Chiavari, Lucera, Rossano Calabro e Urbino;

i pareri formulati dalle Commissioni permanenti Giustizia di Camera e Senato nella XVI Legislatura e dalla sola 2 Commissione del Senato in questa Legislatura includevano tutte le suddette sedi nel breve elenco di quelle da salvaguardare;

i disagi per la popolazione delle aree colpite dalle inopportune soppressioni sono anche superiori a quelli previsti, le ottimistiche previsioni su un agevole assorbimento da parte delle sedi accorpanti si sono dimostrate infondate, e dei risparmi previsti, peraltro piccoli e a danno degli utenti, non c'è traccia,

in sede di esame della legge di stabilità 2015 e in particolare dell'articolo 1, comma 81;

impegna il Governo:

a tenere conto di quanto emerge dal confronto con le esigenze dei territori e a ripristinare gli uffici di Tribunali e di Procura della Repubblica soppressi di Pinerolo, Bassano del Grappa, Chiavari, Lucera e Rossano Calabro.

G/1698/45/5

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015) (A.S.1698),

premesso che:

il comma 124 dell'articolo 1 del provvedimento in esame incrementa di 850 milioni di euro ciascuno degli anni 2015 e 2016 il fondo di cui all'articolo 1 comma 1240, della legge 27 dicembre 2006, n. 296, destinato al finanziamento della partecipazione alle missioni internazionali di pace nel 2014 i due decreti legge di rifinanziamento delle missioni internazionali hanno stanziato per queste e per le esigenze loro connesse 939.658.581 euro;

il Parlamento italiano non ha ancora approvato norme quadro sulle tipologie di missioni internazionali a cl,lÌ il nostro Paese possa partecipare e alle modalità di partecipazione alle medesime;

la circostanza della prevista smobilitazione e ritiro delle nostre truppe dalla missione militare afgana entro l'anno 2014, che per lo stesso anno ha comportato una spesa pari a 420.239.136 euro,

impegna il Governo:

a non stanziare ulteriori risorse nel 2015 per le missioni internazionali rispetto a quelle previste dal comma 124 dell'articolo 1 del provvedimento in esame;

a destinare la restante quota del fondo a iniziative di cooperazione internazionale allo sviluppo.

G/1698/46/5

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015) (A.S.1698),

premesso che:

la legge n. 64 del 2001 ha istituito, in conseguenza della abolizione della leva obbligatoria, il Servizio civile nazionale, un servizio volontario aperto ai giovani che intendono tra l'altro, come prevede l'articolo 1 della medesima legge, promuovere la solidarietà e la cooperazione, a livello nazionale ed internazionale, con particolare riguardo alla tutela dei diritti sociali, ai servizi alla persona ed alla educazione alla pace fra i popoli, nonché partecipare alla salvaguardia e tutela del patrimonio nazionale, con particolare rido al settore ambientale;

la legge n. 230 del 1998 ha previsto l'istituzione del Fondo nazionale per il servizio civile, che vienè rifinanziato annualmente con la legge di stabilità;

le risorse attualmente stanziate per il Fondo nazionale sono assolutamente insufficienti e inadeguate. Mentre la legge di stabilità dello scorso anno stanziava per il Servizio civile 105,3 milioni di euro per l'anno 2014, la legge di stabilità attualmente all'esame del Parlamento assegna al Servizio civile per l'anno 2015 solamente 65,7 milioni di euro. Ossia una riduzione di ben 40 milioni di euro;

fra le varie conseguenze di questo drastico taglio di oltre il 37 per cento delle risorse, c'è la esclusione per 1.500 giovani che erano stati inseriti nella programmazione 2014-2015 fatta dal Dipartimento della Gioventù e Servizio civile nazionale;

i 65,7 milioni attualmente previsti per il 2015 dal disegno di legge di stabilità, non consentono null'altro che una mera sopravvivenza per il Servizio civile nazionale, laddove uno stanziamento di almeno 200 milioni di euro, come richiesto ? tra gli altri ? anche dalla Conferenza nazionale Enti per il Servizio civile, consentirebbe di mettere a bando tutti i progetti Italia ed Estero depositati lo scorso 31 luglio, per consentire a più di 40 mila giovani di vivere l'anno di servizio civile nazionale, a cui si aggiungono i circa 10 mila del servizio civile in Garanzia Giovani,

impegna il Governo:

a valutare gli effetti applicativi delle disposizioni richiamate in premessa, al fine di adottare ulteriori iniziative normative volte a provvedere a un sensibile incremento delle risorse per il Fondo nazionale per il Servizio civile, garantendo in tal modo una dotazione almeno per il 2015 di 200 milioni di euro, al fine di consentire di mettere a bando tutti i progetti Italia ed Estero depositati lo scorso 31 luglio.

G/1698/47/5

MARINELLO, MANCUSO, GUALDANI

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015) (A.S.1698),

considerato che:

i lavoratori socialmente utili svolgono attività che l'Amministrazione pone in essere per migliorare la qualità della vita, dell'ambiente, degli spazi urbani e del territorio, nonché le attività tendenti a migliorare la qualità delle prestazioni e dei servizi offerti;

l'articolo 1, comma 139 del presente disegno di legge istituisce nella rubrica del ministero dell'economia delle finanze un Fondo da ripartire per la copertura dei fabbisogni di spesa «indifferibili» con una dotazione di 110 lioni di euro per ciascuna annualità del triennio 2015/2017 e con una dotazione di 100 milioni di euro dal 2018.

I soldi stanziati per il Fondo mirano, quanto a 10 milioni di euro, a garantire la prosecuzione del concorso delle Forze armate alle operazioni di sicurezza e di controllo del territorio finalizzate alla prevenzione dei delitti di criminalità organizzata e ambientale nelle province della regione Campania;

quanto a 100 milioni, a garantire interventi di carattere sociale volti alla stipulazione di convenzioni con i comuni interessati alla stabilizzazione dei lavoratori socialmente utili con oneri a carico del bilancio comunale nonché alla prosecuzione del finanziamento di progetti per servizi socialmente utili,

impegna il Governo:

a valutare la possibilità di destinare quota parte delle risorse stanziate per la stabilizzazione dei lavoratori socialmente utili di Napoli e Palermo, come previsto già previsto dall'articolo 3, comma 1, del decreto-legge n. 67 del 1997, e per la stabilizzazione dei lavoratori socialmente utili a carico del bilancio comunale da almeno otto anni nei Comuni con meno di 50.000 abItanti, come previsto dall'articolo 2, comma 552, della legge n. 244 dei 2007 (legge finanziaria 2008).

G/1698/48/5

BONFRISCO

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)»,

considerato che:

secondo gli ultimi dati OCSE le recenti riforme pensionistiche in Italia, anche se sembrano in grado di garantire la sostenibilità finanziaria complessiva del sistema, hanno avuto un impatto negativo sull'adeguatezza del reddito percepito dai pensionati. La stessa organizzazione internazionale indica infatti che gli ultra sessantacinquenni italiani sotto la soglia di povertà sono il 10,6 per cento della popolazione totale, tasso superiore ai principali paesi UE;

dai dati ISTAT relativi al 2013 si ricava che, nonostante lo scorso anno la spesa pensionistica sia cresciuta dello 0,7 per cento rispetto al 2012, superando i 272,7 miliardi di euro (con un'incidenza sul Pil cresciuta dal 16,63 per cento del 2012 al 16,85 per cento del 2013), il 41,3 per cento del totale dei pensionati italiani, pari a 16 milioni 393 mila persone, percepisce una pensione inferiore a 1.000 euro al mese, (pari e 6 milioni e 771 mila persone) e un ulteriore 39,4 per cento riceve un assegno compreso tra 1.000 e 2.000 euro. In particolare, oltre 2 milioni di pensionati non superano i 500 euro mensili;

sebbene le donne rappresentino il 52,9 per cento dei pensionati, gli uomini percepiscono il 55,8 per cento delle risorse dedicate al sistema pensionistico. In particolare, oltre la metà delle donne riceve meno di 1.000 euro al mese, mentre solo un terzo degli uomini non raggiunge tale Soglia;

le sperequazioni non riguardano solo il genere dei pensionati ma anche la loro collocazione geografica. Infatti, si rilevano importi delle pensioni differenti nelle diverse aree del paese: le pensioni risultano più elevate nelle regioni settentrionali e in quelle centrali (rispettivamente del 5,9 per cento e del 4,8 per cento rispetto alla media nazionale) e più contenute nelle regioni del Mezzogiorno;

l'indicizzazione della pensione in base all'inflazione, cioè la rivalutazione dell'assegno per il 2015, sarà solo dello 0,3 per cento: ad esempio, la pensione minima lorda salirà di soli 1,5 euro (da 500,88 euro a 502,38 euro). Inoltre, l'indice definitivo per il 2014 è stato fissato all'1,1 per cento dall'1,2 per cento provvisorio: ciò significa che a inizio 2015 i pensionati dovranno anche restituire parte della pensione incassata,

tenuto presente che:

i pensionati non sono ricompresi nella platea dei beneficiari del credito d'imposta IRPEF (ed. Bonus 80 euro) secondo le modalità previste dal disegno di legge di Stabilità 2015;

se le pensioni e i redditi degli anziani non aumentano, la ripresa dei consumi di base di questa ampia fascia sociale rimane un obiettivo difficilmente raggiungibile;

l'Unione europea si trova ad affrontare un rapido cambiamento della struttura demografica e deve affrontare le conseguenze dell'invecchiamento della popolazione sulle finanze pubbliche e sulla protezione sociale,

impegna il Governo:

tenuto conto degli orientamenti dell'Unione Europea volti all'inclusione sociale, con particolare attenzione verso le fasce più deboli, e rammentando che nella seduta plenaria del 21 maggio 2013 il

Parlamento Europeo ha affermato con una Risoluzione che i pensionati sono anche importanti consumatori e che conseguentemente il sistema pensionistico non può essere percepito solo come un mero peso sulle finanze pubbliche, a valutare la possibilità di aumentare l'importo minimo dei trattamenti pensionistici fino a 1.000 euro mensili.

G/1698/49/5

BONFRISCO

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)»,

premesso che:

l'Italia continua ad affrontare un rapido cambiamento della struttura demografica e le conseguenze dell'invecchiamento della sua popolazione sulle finanze pubbliche e sulla protezione sociale;

nel medio, e presumibilmente anche nel lungo termine, il sistema economico Italiano, che in questi ultimi anni ha subito fasi alterne di stagnazione e recessione economica, difficilmente sarà in grado di produrre un'inversione economica tale da migliorare sensibilmente e con continuità la grave situazione in cui versa il Paese;

è sempre più evidente che gran parte della popolazione Italiana con difficoltà riesce a sostenere un costo della vita in costante crescita e a far «fronte alla fortissima imposizione fiscale che non permette più alle famiglie di poter risparmiare e alle imprese di assumere;

è opportuno sostenere il sistema produttivo e l'inclusione sociale e necessario che i benefici accordati ad alcune categorie di cittadini con reddito medio o basso possano essere estesi, stabilizzandoli, anche ad altre categorie di contribuenti sino ad ora esclusi,

impegna il Governo:

ad estendere il credito di imposta Irpef, così detto bonus da 80 euro, di cui all'articolo 1, commi 9, 10, 12 del disegno di legge in esame, destinato a lavoratori dipendenti e assimilati, anche a quelle categorie di cittadini che continuano ad essere maggiormente penalizzate dalla fase di stagnazione economica, quali i pensionati e i lavoratori autonomi.

G/1698/50/5

BAROZZINO, URAS, DE PETRIS, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)»,

premesso che:

la riforma Fornero delle pensioni contenuta nel decreto legge n. 201 del 2011 oltre alle evidenti iniquità contiene anche errori;

uno degli errori più marcati ha riguardato i lavoratori già iscritti all'ex Fondo speciale istituito presso l'INPS ai sensi dell'articolo 43 della legge 23 dicembre 1999, n. 488, nonché al personale operante nelle imprese ferroviarie e nelle imprese dei gestori delle infrastrutture ferroviarie con mansioni di addetto alla condotta dei treni, addetto alla scorta dei treni, addetto alla manovra, traghettamento, formazione treni ed il personale imbarcato a bordo delle navi traghetto. L'articolo 24, comma 18, del decreto-legge n. 20112011 ha disposto l'armonizzazione delle regole previdenziali per il settore della pubblica sicurezza e delle forze armate e dello spettacolo, tenendo conto delle obiettive peculiarità ed esigenze dei settori di attività nonché dei rispettivi ordinamenti, ma a causa di un errore contenuto nell'ultimo periodo della disposizione, dove è stata. utilizzata la parola: «articolo», anziché «comma», ha impedito di applicare l'armonizzazione anche al predetto personale delle imprese ferroviarie;

la situazione che si è venuta a creare è particolarmente grave, perché va a sommarsi a una coincidenza infelice accaduta pochi mesi prima: negli stessi giorni, il cosiddetto taglia leggi aveva disposto l'abrogazione di norme degli anni 50 che regolavano là previdenza del citato personale delle

imprese ferroviarie, mentre il decreto legislativo in materia di lavori usuranti, lasciava fuori i lavoratori delle imprese ferroviarie sul presupposto che c'erano le nonne speciali previste dalla legge degli anni 50. Ne è venuto fuori un pasticcio, che ha visto aumentare di molti anni l'età anagrafica per andare in pensione in maniera irragionevole: si pensi che le aspettative di vita dei macchinisti è di 64,5 anni (rispetto ad una media nazionale di 82 anni), ma questi dovrebbero andare in pensione a 67 anni;

il Governo non può continuare a ignorare l'esistenza di questa problematica previdenziale e attivarsi, quantomeno, per stabilire che si applica l'armonizzazione dei requisiti di accesso al sistema pensionistico, tenendo conto delle obiettive peculiarità ed esigenze dei settori di attività, anche ai lavoratori iscritti al fondo speciale istituito presso l'INPS, ai sensi dell'articolo 43 della legge 23 dicembre 1999, n. 488, tra cui macchinisti, personale viaggiante e di manovra delle imprese ferroviarie;

è importante che tale intervento sia realizzato in termini certi e rapidi;

occorre sottolineare che non esistono problemi di copertura per la realizzazione dell'intervento di armonizzazione, dal momento che il Governo può utilizzare una minima quota parte dei maggiori risparmi determinati dalla riforma Fornero e non ancora iscritti a bilancio. Infatti, è ormai notorio che le previsioni della Ragioneria generale dello Stato, che aveva sbagliato calcolando in 22 miliardi i risparmi derivanti dalla riforma nel decennio 2012-2021, sono stati rideterminati ? nello stesso periodo ? in oltre 90 miliardi dall'Ufficio statistico dell'INPS. Sarebbe oltremodo vergognoso ? ad avviso dei presentatori ? se le predette maggiori risorse non fossero restituite tutte ? ma qui se ne chiede una minima parte ? al sistema previdenziale; mediante la modifica sostanziale della pessima riforma Fornero,

impegna il Governo:

a modificare, con il primo provvedimento di natura legislativa l'articolo 24, comma 18 del decreto legge n. 201 del 2011, convertito con modificazioni, dalla legge n. 214 del 2011, prevedendo che l'armonizzazione ivi prevista, tenendo conto delle obiettive peculiarità ed esigenze dei settori di attività nonché dei rispettivi ordinamenti, si applichi anche ai lavoratori già iscritti all'ex Fondo speciale istituito presso l'INPS ai sensi dell'articolo 43 della legge 23 dicembre 1999, n. 488, nonché al personale operante nelle imprese ferroviarie e nelle imprese dei gestori delle infrastrutture ferroviarie con mansioni di addetto alla condotta dei treni, addetto alla scorta dei treni, addetto alla manovra, traghettamento, formazione treni ed il personale imbarcato a bordo delle navi traghetto.

G/1698/51/5

DE CRISTOFARO, URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, PETRAGLIA, STEFANO

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)»,

l'articolo 1 della legge n. 29/1979 dà la possibilità di ricongiungere presso il Fondo pensioni lavoratori dipendenti, gestito dall'Inps, tutti i contributi esistenti nelle altre gestioni sostitutive, esclusive o esonerative dell'Assicurazione obbligatoria (cosiddette gestioni «alternative» quali INPDAP, Fondi speciali Ferrovie, Volo, Elettrici, Telefonici, ...) o nelle Gestioni speciali dei lavoratori autonomi (Artigiani, commercianti e coltivatori diretti esclusa la Gestione separata dei parasubordinati);

fino al 30 giugno 2010 la ricongiunzione nel Fondo pensioni lavoratori dipendenti dei periodi contributivi maturati in ordinamenti pensionistici «alternativi» avveniva senza oneri per il richiedente, dal 1º luglio 2010 invece anche tale tipo di ricongiunzione è diventata onerosa,

considerato che:

in un mercato del lavoro sempre più precario e diversificato semplificare, favorire ed in particolare rendere di nuovo gratuita la ricongiunzione dei contributi versati in gestioni previdenziali diverse renderebbe più conforme tale procedura con il sistema contributivo ormai generalizzato,

impegna il Governo:

a rendere nuovamente non onerosa la ricongiunzione dei contributi previdenziali presso

un'unica gestione.

G/1698/52/5

CAMPANELLA

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)»,

premesso che:

Un gruppo di lavoratori esodati sono rimasti vittime della cosiddetta Legge Sacconi-Tremonti (legge n. 122 del 2010 ? «finestre mobili»);

Questi lavoratori ad oggi si ritrovano senza alcuna garanzia pensionistica e lavorativa, a differenza di altri lavoratori rientranti nella riforma Fornero (legge 201/2011) ed altre;

più specificatamente, il problema riguarda coloro che si sono ritirati fra il 30 ottobre 2008 e il 31 maggio 2010;

l'articolo 12 commi 5 e 5-*bis* della legge n. 122 del 2010 prevedeva una prestazione straordinaria a carico del «Fondo sociale per occupazione e formazione», in favore dei lavoratori;

il decreto interministeriale n. 63655 emanato il 5 gennaio 2012 dal Ministro del lavoro delle Politiche Sociali di concerto con il Ministro dell'Economia e delle Finanze ha previsto l'erogazione dell'assegno di cui al citato articolo 12 di anno in anno con decreto ministeriale;

ad oggi l'unico DM emanato è quello del 2 ottobre 2012 «Concessione del prolungamento dell'intervento di tutela del reddito in favore dei lavoratori rientranti nelle previsioni di cui all'articolo 12, comma 5-*bis* del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito, con modificazioni, della legge 30 luglio 2010, n. 122»;

Non risultano invece pervenuti quelli relativi agli anni 2013 e 2014,

impegna il Governo:

A emanare urgentemente i decreti ministeriali per autorizzare la erogazione per gli anni 2013 e 2014 dell'assegno relativo al prolungamento di intervento di tutela del reddito in favore di 3.494 lavoratori che nell'anno 2010 non rientrano nel contingente di 10.000 unità di cui all'articolo 12, comma 5 della Legge 31 maggio 2010, n. 78.

G/1698/53/5

BATTISTA, ZELLER, PALERMO, PANIZZA, LANIECE, FAUSTO GUILHERME LONGO, ROMANO

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)»,

premesso che:

da anni si protrae la questione del riconoscimento dei benefici previdenziali derivanti dall'esposizione all'amianto per i lavoratori del settore marittimo, senza giungere ad una soluzione definitiva;

la categoria è vittima di un'inaccettabile discriminazione per quanto riguarda la concessione dei benefici per l'esposizione a questa fibra killer;

i lavoratori del settore marittimo sono tra le categorie più colpite da patologie asbesto correlate, poiché sono stati esposti per lunghi periodi in ambienti con forte presenza di amianto;

al riguardo, nel decreto ministeriale 27 ottobre 2004, emanato in attuazione dell'articolo 47 del decreto-legge 30 settembre 2003, n. 269, convertito, con modificazioni, dalla legge 24 novembre 2003, n. 326, benefici previdenziali per i lavoratori esposti all'amianto, all'articolo 3, comma 3, è previsto che l'avvio del procedimento di accertamento deIl'INAIL è subordinato alla presentazione, da parte del lavoratore interessato, del curriculum lavorativo, dal quale risulti l'adibizione, in modo diretto ed abituale, ad una delle attività lavorative che comportino esposizione all'amianto;

il curriculum per i lavoratori del mare è un documento pressoché impossibile da produrre per l'alto numero di datori di lavoro avuti durante la carriera,

considerato che:

con la direttiva 14 luglio 2009, del Ministero del lavoro e delle politiche sociali si sono risolte solo in minima parte le problematiche connesse alla certificazione dell'esposizione all'amianto, dal momento che permane un notevole numero di lavoratori del compatto ai quali la direttiva non potrà essere applicata, in quanto impossibilitati a produrre il proprio curriculum lavorativo e a certificare così la propria esposizione all'amianto;

infatti nella direttiva si ritiene di poter applicare alla fattispecie in questione la disposizione di cui all'articolo 3, comma 5, del decreto 27 ottobre 2004, che in particolari circostanze consente alla Direzione provinciale del lavoro di rilasciare, previe apposite indagini, il curriculum lavorativo, sostituendosi al datore di lavoro;

queste particolari circostanze sono così individuate e circostanziate: «nel caso di aziende cessate o fallite, qualora il datore di lavoro risulti irreperibile»;

attualmente esiste ancora un gran numero di lavoratori del settore marittimo, ai quali la direttiva non può essere applicata, in quanto le compagnie marittime datrici di lavoro risultano ancora in attività;

le stesse compagnie sono spesso riluttanti a fornire documenti che certifichino l'esposizione all'amianto dei lavoratori,

considerato altresì che:

l'articolo 1, comma 89, della legge di stabilità prevede che i lavoratori esposti all'amianto per un periodo superiore a dieci anni che abbiano ottenuto il riconoscimento dei benefici previdenziali ai sensi dell'articolo 47 del decreto-legge 30 settembre 2003, n. 269, convertito con modificazioni dalla legge 24 novembre 2003, n. 326, possono presentare domanda per il riconoscimento della maggiorazione secondo il regime vigente al tempo dell'esposizione,

impegna il governo:

ad individuare una tempestiva soluzione alla questione del riconoscimento dei benefici previdenziali anche per i lavoratori del settore marittimo esposti al contatto con l'amianto, predisponendo un intervento legislativo che consenta agli aventi diritto di avvalersi dell'estratto matricolare rilasciato dalle Capitanerie di porto o dalle competenti Direzioni provinciali del lavoro, al fine di poter accedere ai benefici summenzionati.

G/1698/54/5

MANASSERO

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015) (AS 1698),

premesso che:

l'articolo 1, comma 7, lettera *l)*, dell'AS 1428-B, approvato definitivamente in data 3 dicembre 2014 e non ancora pubblicato in *Gazzetta Ufficiale*, prevede la creazione di una agenzia unica ispettiva al fine di razionalizzare e semplificare le funzioni ispettive, l'integrazione in un'unica agenzia dei servizi ispettivi costituisce una novità assoluta nell'ordinamento giuridico italiano e permetterebbe un salto di qualità delle ispezioni sul lavoro;

insieme alla unicità delle ispezioni occorre modificare la normativa in tema di contenzioso avverso il verbale unico ispettivo per consentire all'agenzia di operare in maniera efficace ed efficiente;

senza alcuna riforma del contenzioso, a legislazione vigente, l'agenzia unica dovrebbe frammentare la difesa processuale dinanzi a diversi giudici, con conseguente dispendio di risorse pubbliche appartenenti ad enti diversi (INPS per la riscossione dei contributi contestati nel verbale ispettivo; Inail per la riscossione dei premi contenuti nello stesso verbale; l'agenzia unica, a seguito di emissione di ordinanza ingiunzione per la riscossione delle sanzioni amministrative). Ogni giudizio sarebbe autonomo e richiederebbe l'audizione dei medesimi testimoni;

tale risultato non è 'conforme alle esigenze fu razionalizzazione e semplificazione delle

ispezioni che dovrebbe andare verso la realizzazione di principi volti alla effettiva protezione dei lavoratori e la semplificazione delle procedure;

occorre una modifica interpretativa al fine della ottimizzazione delle risorse umane e strumentali dell'agenzia e un risparmio di procedure e di spese per le aziende nel caso di contenzioso giudiziario,

impegna il Governo:

a prevedere la razionalizzazione e semplificazione della procedura del contenzioso in materia di lavoro, anche attraverso la modiflca delle disposizioni processuali contenute nella legge 24 novembre 1981 n. 689 e nel decreto legislativo 1º settembre 2011, n. 150, prevedendo che la rappresentanza e la difesa in ogni grado di giudizio avverso i verbali ispettivi sia svolta dall'agenzia ispettiva mediante i propri funzionari.

G/1698/55/5

RUVOLO

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015) (AS 1698),

premesso che:

nella legge di stabilità 2015, con l'articolo 12, comma 2, si introducono gli sgravi fiscali triennali totali dei contributi previsti con l'applicazione dei contratti a tutela crescente;

l'applicazione della suddetta norma prevede la soppressione della legge 407 del 1990, con decorrenza degli effetti a partire dal gennaio 2016;

la legge 407/1990, in vigore da circa 25 anni, è stata ed è una delle agevolazioni più richieste dalle aziende e prevede che in caso di assunzione con contratto a tempo indeterminato di disoccupati, sospesi o in Cig da almeno ventiquattro mesi, i contributi previdenziali ed assistenziali sono app'licati nella misura del 50 per cento per un periodo di 36 mesi. Inoltre, nell'ipotesi che tali assunzioni vengano fatte da imprese, operanti nelle zone svantaggiate del Mezzogiorno, ovvero da imprese artigiane, lo sgravio raggiunge il 100 per cento della contribuzione a carico del datore di lavoro;

gli sgravi contributivi dell'art.12 della legge finanziaria 2015, sono concessi per le assunzioni a decorrere dal r gennaio 2015 e per i contratti stipulati entro il 31 dicembre 2015: la soppressione dei benefici contributivi dell'art, 8, comma 9, della legge 407 del 1990 diventerà definitiva 10 gennaio 2016, allorchè non ci saranno più sgravi contributivi in favore di assunzioni a tempo indeterminato;

considerato che:

per gli artigiani che operano su tutto il territorio nazionale, ma soprattutto per quelli del nostro Mezzogiorno, la soppressione della legge 407/90 ancorchè rinviata al 2016 negli effetti, risulta essere più dannosa rispetto alla riduzione contributiva del contratto a tutela crescente;

impegna il Governo:

ad una profonda riflessione sugli impatti futuri delle previste novità nell'ambito delle agevolazioni per le assunzioni. Quanto previsto dall'articolo 12 della legge di stabilità, sembra mettere a rischio il progetto governati'vo sul contratto a tutele crescenti ancora prima di entrare in vigore;

a provvedere all'istituzione di una norma di pari impatto economico-sociale, visto che tramite la legge 407/90 nei territori del Mezzogiorno, dove vige lo sgravio contributivo del 100 per cento, sono stati avviati (nei 24 anni di applicazione della legge) alcuni milioni di rapporti di lavoro;

ad avviare una profonda e seria programmazione, indirizzata alla difesa e alla salvaguardia dei posti di lavoro, che tenga conto dell'equilibrio tra il Nord ed il Sud, due realtà la cui forbice di diseguaglianza tende a divaricarsi sempre di più.

G/1698/56/5

RUVOLO

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015) (AS 1698),

premesso che:

il decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, nell'ambito dello smobilizzo *pro soluto* dei crediti verso la P.A., prevede che gli Enti Pubblici debitori abbiano 30 gioini di tempo, dall'inserimento dell'istanza in Piattaforma MEF, per certificare le fatture che le Imprese hanno inserito sulla Piattaforma stessa;

nel corso di questi 30 giorni, l'Ente deve effettuare tutte le verifiche necessarie per valutare l'esistenza di eventuali debiti verso lo Stato da parte dell'Impresa creditrice;

ove emergessero tali debiti, l'Ente potrà certificare il credito soltanto parzialmente e, al momento del pagamento, rimborsare la Struttura Statale creditrice con la parte del credito non certificata;

in caso di cessione del credito alla Banca, quest'ultima in presenza di una certificazi9ne parziale pagherà all'Impresa creditrice soltanto l'importo effettivamente certificato e questo importo, alla scadenza, sarà rimborsato dall'Ente alla Banca stessa;

considerato che:

la normativa non ha previsto che al momento della certificazione venga effettuato anche il controllo su eventuali partite debitorie di natura non fiscale, bensì previdenziale; tale verifica viene normalmente effettuata attraverso l'acquisizione del cosiddetto DURC ? Documento che attesta la regolarità contributiva dell'Impresa; al riguardo, esiste invece una nonna (D.P.R. 5 ottobre 2010, n. 207) che prevede la consegna del DURC all'Ente debitore e la conseguente verifica da parte di quest'ultimo, soltanto al momento del pagamento;

seppure in un quadro normativo altamente incerto e spesso contraddittorio, il timore della Banca è di vedersi opporre dall'Ente debitore pagamenti parziali a causa di eventuali irregolarità contributive del cedente, accertate solo al momento del pagamento (ovvero del rimborso dei crediti ceduti a favore della Banca) da parte dell'Ente debitore stesso;

impegna il Governo:

a valutare modifiche alla normativa vigente, al fine di prevedere che la banca cessionari all'atto della certificazione dei crediti, abbia cura di inserire in piattaforma sia copia della scrittura privata relativa alla cessione, sia copia aggiornata del DURC consegnato dalla impresa cedente dal quale si rilevi la regolarità contributiva dell'impresa stessa, in modo tale che all'atto del pagamento dei crediti certificati oggetto di cessione, le pubbliche amministrazioni possano richiedere il Documento unico di regolarità contributiva esclusivamente nei confronti del cessionario.

G/1698/57/5

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015) (AS 1698),

premesso che:

come emerge da alcune riviste economiche specializzate e dalla stampa nazionale, le riflessioni sulla perdita di competitività delle imprese italiane sui mercati internazionali sono da lungo tempo all'ordine del giorno;

le imprese italiane spesso spostano la produzione in altri paesi: le aziende che operano nei settori ad alta intensità di lavoro non Specializzato cercano principalmente situazioni in cui il costo del lavoro sia minore. Quando si parla del costo. del lavoro, non bisogna concentrarsi solo sul salario perché ad esempio non sempre un salario molto basso coincide con un costo del lavoro molto basso. Infatti, nell'ultimo decennio oltre ventisettemila aziende italiane hanno delocalizzato la produzione all'estero, creando oltre 1,5 milioni di posti di lavoro esteri e lasciando allo stato una fattura da 15 miliardi di euro per gli ammortizzatori sociali. A ben vedere, soltanto il 10 per cento di queste aziende sono andate oltre i confini europei (soprattutto in Asia) mentre la restante parte sono rimam:e in Europa, in Austria, Svizzera, Germania, e soprattutto nei paesi balcanici i quali nell'ultimo decennio stanno dimostrando una forte potenzialità di crescita e appaiono sufficientemente stabili sotto l'aspetto istituzionale;

le caratteristiche socio-economiche italiane e quelle dell'altra sponda dell'Adriatico appaiono molto diverse: infatti, le economie dei paesi balcanici sono di dimensioni molto modeste se paragonate all'Italia: il Pil nominale complessivo di questi paesi è 191 miliardi di dollari, circa un décimo di quello italiano che è pari 2029 miliardi di dollari (Fmi, 2012). Sotto il profilo demografico, l'area balcanica ha circa quarantuno milioni di abitanti, circa il settanta percento dell'Italia (BM, 2012). Secondo uno studio condotto dalla Confindustria Balcani nel 2012, il salario medio in Romania è di 350 euro mentre in Albania è ancora più basso, 250 euro il salario medio nell'area balcanica è di 411 euro, circa tre volte in meno rispetto al salario medio in Italia;

ma il livello dei salari non è l'unico vantaggio per spostare la produzione nell'area balcanica. Anche le condizioni fiscali sono molto attraenti per gli imprenditori stranieri. Per queste ragioni un grande numro di imprese italiane si è spostato nell'area in questione: 17.700 imprese di cui 15700 solo in Romania. Nelle imprese italiane con sede nell'area balcanica lavorano oltre 900.000 persone, di cui 800.000 soltanto in Romania (Confindustria Balcani, 2012);

vero è che questo *trend* negli ultimi anni sta cambiando: secondo stiine tuttavia non ufficiali, l'entrata della Romania nell'Ue ha determinato la «fuga» delle imprese italiane in altri Paesi non aderenti all'Unione europea, come per esempio l'Albania;

le imprese che oggi delocalizzano in Albania non cercano competenze professionali particolari, che spesso e volentieri sono mantenute nel Paese d'origine. Le imprese italiane spostano la produzione in Albania per sfruttare il basso costo del lavoro; per sfruttare la vicinanza geografica, infatti un ordine nell'area balcanica arriva in Italia entro 48 ore; il prodotto spesso viene ultimato in Italia e raramente viène emesso sul mercato dell'area balcanica. Ai vantaggi legati al basso costo del lavoro si aggiungono quelli legati all'impianto normativo. Inoltre, gli imprenditori spesso affermano che il mercato dell'area balcanica non facente parte dell'Ve è una realtà in espansione e ricca di potenzialità, soprattutto per ì settori ad alta i:Itensità di,lavoro, come ad esempio il mercato del *Call Center* e dell'abbigliamnto tessile,

impegna il Governo:

ad adottare un piano straordinario di contrasto alla delocalizzazione delle attività produttive sia in Paesi appartenenti all'Unione Europea, sia a quelli non aderenti all'Unione Europea, con particolare riferimento ai Paesi Balcanici.

G/1698/58/5

DE PIETRO, URAS

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015) (AS 1698),

premesso che:

per lo sviluppo dell'intero sistema Paese è essenziale sostenere l'avvio di processi innovativi inclusivi di iniziative volte a modernizzare e rendere più efficiente il rapporto tra imprese e Pubblica amministrazione;

considerato che:

il comma 56 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2013, n. 147, istituisce nello stato di previsione del Ministero dello sviluppo economico un fondo, con una dotazione pari a 5 milioni di euro per ciascuno degli anni 2014 e 2015, destinato al sostegno delle imprese che si uniscono in associazione temporanea di imprese (ATI) o in raggruppamento temporaneo di imprese (RTI) al fine di operare su manifattura sostenibile e artigianato digitale, alla promozione, ricerca e sviluppo di *softwar*e e *hardware* e all'ideazione di modelli di attività di vendita non convenzionali e forme di collaborazione tra tali realtà produttive;

il comma 6 dell'articolo 1 del presente provvedimento apporta delle modifiche alla suddetta legge n. 147 del 2013: la dotazione del fondo per il 2015 è aumentata a 10 milioni di euro e vengono specificati princìpi e condizioni concernenti le procedure di erogazione delle risorse del fondo ai soggetti beneficiari;

tenuto conto che:

tra i princìpi e contenuti enucleati dalla lettera *b)*, comma 6 dell'articolo 1 del presente provvedimento figura anche la: «creazione di centri di sviluppo di *software* e *hardware* a codice sorgente aperto per la crescita e il trasferimento di conoscenze alle scuole, alla cittadinanza, agli artigiani e alle microimprese»,

impegna il Governo a:

a) istituire un «Centro nazionale per lo sviluppo *software* e *hardware*», statale che operi sotto il controllo del Ministero dello sviluppo economico, con lo scopo di fornire gratuitamente consulenza, servizi e infrastrutture. tecnologiche ai Comuni, alle Province e alle Città metropolitane, alle Regioni, allo Stato in termini di digitalizzazione, sviluppo *software* a codice sorgente aperto e *hardware*, definizione di protocolli di scambio dati e quanto necessario all'armonizzazione del sistema informatico e gestionale della Pubblica amministrazione italiana;

b) far sì che la prevista creazione di centri di sviluppo di *software* e *hardware* a codice sorgente aperto per la crescita e il trasferimento di conoscenze alle scuole, alla cittadinanza, agli artigiani e alle microimprese avvenga in collaborazione con il menzionato Centro;

c) adottare i provvedimenti necessari affinché la Pubblica amministrazione sottoponga al nuovo Centro qualsiasi necessità di sviluppo *software;*

d) prevedere che il Centro curi anche l'anagrafica dei sistemi e dei servizi resi dalla Pubblica amministrazione su scala nazionale, anche con lo scopo di armonizzare nel tempo l'esistente;

e) sciogliere o annettere al suddetto Centro nazionale tutti gli altri organismi che svolgono anche parzialmente funzioni analoghe al fine di evitare sovrapposizioni;

f) prevedere che le aziende private possano rivolgersi al Centro per la proposta di fomitura di sistemi informatici;

g) adottare tutte le misure necessarie affinché presso ogni sportello pubblico, fisico o telefonico, risultino a disposizione dei cittadini per l'espletamento delle pratiche informatizzate dei «facilitatori informatici», scelti fra coloro che espletano il Servizio civile universale o lavori di pubblica utilità che dispongano delle competenze in materia.

G/1698/59/5

DEL BARBA

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015) (AS 1698),

premesso che:

la legge 24 mano 2012, n. 27, di conversione del cosiddetto «Decreto Liberalizzazioni», prevede all'articolo 17 l'autorizzazione, per gli impianti di distribuzione dei carburanti, ad esercitare attività di somministrazione di alimenti e bevande in un bar/caffè, purché sussista la conformità del locale ai criteri sulla sorvegli abilità e il rispetto delle norme urbanistiche, edilizie, igienico-sanitarie e di sicurezza nei luoghi di lavoro (cosiddetta attività «sottopensilina»);

leggi e indirizzi ministeriali, tra i quali un Atto di indirizzo del Ministero dello Sviluppo Economico del 29 marzo 2013 stabiliscono che la titolarità del diritto di programmare le attività da svolgersi su ciascuna area spetti alle Concessionarie, per valide ragioni di tutela del mercato;

come si legge nell'Atto del MISE di cui sopra, infatti, al fine di consentire un'ottima le gestione dell'areà «è rimessa alla potestà programmatoria del concessionario autostradale la facoltà, in sede di bando del servizio c.d. oi/, di escludere l'esercizio di attività di ristorazione e l'offerta di alimenti e bevande non in modalità *self service*»;

il Ministero dello Sviluppo Economico, con atto del 5 maggio 2014, ha disposto la proroga delle concessioni *oil* sulla rete autostradale fino al 31 dicembre 2015, data entro la quale una speciale Commissione dovrà predisporre un piano per la razionalizzazione delle aree di servizio sulle Autostrade, stabilendo misure tra le quali la chiusura o la selfizzazione di talune aree;

considerato che:

al fine di vincere le gare competitive per l'aggiudicazione dei servizi di ristoro, le imprese hanno dovuto sostenere onerosi vincoli ed ingenti investimenti infrastrutturali, prevedendo nella componente tecnico-qualitativa dell'offerta, tra le altre cose, elementi riconducibili ai servizi alla persona, all'adeguata manutenzione e gestione dei servizi, alla ristrutturazione dei fabbricati interni ed esterni con riferimento alla classe energetica;

con il concretizzarsi della situazione prefigurata dalla legge 27/2012, si frammenterà ulteriormente la rete sulle aree autostradali, creando una distorsione del mercato e danneggiandò ulteriormente il settore della ristorazione autostradale, già messo in ginocchio da una crisi pesantissima in quanto sarà costretto a confrontarsi con *competitors* che non saranno gravati né da vincoli, né dagli investimenti previsti dalle gare competitive relative al ristoro;

i nuovi competitori saranno liberi di effettuare le attività di somministrazione di alimenti e bevande senza pagare né le esose rovalties, né una serie di oneri aggiuntivi, alcuni dei quali impropri, pretesi dai concessionari nei confronti dei gestori tradizionali. Il canone di sub-concessione è costituito infatti da una parte fissa, da una parte variabile rapportata alle vendite, e da vari «canoni», che potremmo chiamare veri e propri tributi, richiesti come condizione necessaria per partecipare alle gare (la somma di questi elementi porta i canoni a livelli di 10/25 punti percentuali superiori a quelli indicati come livelli medi ottimali da uno studio del 2012 della società di consulenza GIRA);

il regime che scaturirà dopo la fine della proroga delle concessioni, nelle more della quale il Ministero delle Infrastrutture e dei Trasporti elaborerà le linee guida per la ristrutturazione dei concessionari autostradali, potrebbe portare al collasso finale delle Imprese dei ristoratori tradizionali, se non si garantirà l'assoluta pariteticità delle condizioni economiche cui verranno sottoposti i gestori dei servizi di ristoro, siano essi *oil o non-oil*; infatti le aree di servizio sono spazi a capacità limitata, nei quali i diritti di gestione vengono già affidati tramite gara competitiva, e nei quali una duplicazione dell'offerta sulla singola area (per di più: una delle quali affidata senza alcuna gara e a condizioni economiche del tutto differenti dall'altra) sarebbe difficilmente configurabile, data appunto la rigidità della domanda, se non con l'intervento caso per caso di un regolatore terzo,

impegna il Governo:

a valutare l'opportunità di ripristinare condizioni di competitività uguali per tutti, benzinai e non, promuovendo modifiche alle norme vigenti ed individuando il sggetto terzo indipendente cui attribuire le competenze di regolazione e di verifica della possibilità di coesistenza di duplicati di offerta sulle singole aree;

a valutare l'opportunità di compensare i danni che deriveranno agli operatori dalle modificazioni delle condizioni previste nelle gare competitive, prevedendo nel piano di ristrutturazione la rinegoziazione delle subconcessioni non scadute o in scadenza per le quali erano previste condizioni diverse da quelle che risulteranno in base al piano stesso;

a valutare l'opportunità di adottare misure volte a tutelare un mercato importante e di interesse nazionale in via di ristrutturazione e a prevedere la fissazione di criteri di indirizzo tali da evitare per le future gare competitive la fissazione di basi d'asta eccessivamente elevate.

G/1698/60/5

AMATI, VALENTINI

Il Senato,

premesso che:

la crisi economica e la disoccupazione hanno un impatto particolarmente negativo, in termini di marginalizzazione e povertà, sui gruppi più vulnerabili della nostra società;

il disagio dei giovani cresciuti, al di fuori della famiglia o senza la stessa, in strutture di accoglienza residenziali per minori o famiglie affidatarie, resta tuttora un tema irrisolto;

il tasso di disoccupazione fra le giovani generazioni è al 43,3%, ma i giovani in età lavorativa cresciuti al di fuori della famiglia o senza la stessa, sono particolarmente penalizzati. Una situazione certamente peggiorata dalla crisi economica, frutto soprattutto di politiche carenti e frammentarie;

ogni anno, raggiunta la maggiore età, circa tremila giovani escono dai percorsi di accoglienza e

circa due terzi di loro non rientra nella famiglia d'origine,

considerato che:

la spesa dello Stato per promuovere la crescita individuale e sociale di ogni giovane che vive al di fuori della famiglia o senza la stessa, accolto in comunità di tipo familiare, .. ammonta a circa 250.000 euro;

tale investimento risulta poi disperso, non esistendo alcun meccanismo che, raggiunta la maggiore età, promuova l'inserimento sociale di questi giovani, attraverso attività di intermediazione e accompagnamento nella transizione verso l'autonomia;

i giovani che vivono al di fuori della famiglia o senza la stessa costituiscono un gruppo particolarmente vulnerabile, il cui inserimento sociale deve essere promosso fino all'avviamento al lavoro,

ritenuto che:

è necessario prevedere misure per promuovere l'inclusione sociale di persone particolarmente vulnerabili come i giovani provenienti da comunità di tipo familiare o famiglie affidatarie, esposti al rischio di esclusione sociale e indigenza, anche al fine di spezzare il circolo vizioso che riproduce lo svantaggio attraverso le generazioni;

tali risorse non devono essere considerate una spesa che crea debito, ma un investimento sul capitale umano e sullo sviluppo e la crescita del paese,

impegna il Governo a:

valutare l'opportunità di attuare un piano strategico finalizzato all'inclusione lavorativa dei giovani che escono dalle comunità di tipo familiare;

valutare l'opportunità di destinare una parte della dotazione annuale del fondo istituito nello stato di previsione del Ministero del lavoro, all'erogazione di contributi finalizzati al sostegno, all'integrazione lavorativa e all'avviamento di attività economiche che prevedano l'impiego di giovani di età compresa tra i 16 e i 25 anni provenienti da strutture di accoglienza residenziali per minori e da famiglie affidatarie, e a promuoverne, con figure qualificate e professionali, l'inserimento sociale attraverso attività di intermediazione e accompagnamento del giovane verso l'autonomia;

valutare le opportunità rese disponibili dalla programmazione del Fondo Sociale Europeo 2014-2020 per promuovere l'integrazione lavorativa dei giovani con le caratteristiche di cui sopra.

G/1698/61/5

LANZILLOTTA

Il Senato,

premesso che:

il disegno di legge in esame all'articolo 2 commi 267-272 contiene norme in materia di servizi pubblici locali e società e partecipazioni detenute da Regioni ed enti locali;

negli ultimi anni in questa materia si sono succedute e sovrapposte norme spesso contraddittorie;

che tali società sono ormai alcune migliaia e che in esse e attraverso di esse talvolta si generano fenomeni di malaffare e corruzione con grave danno delle finanze pubbliche e dell'immagine del nostro paese;

ove tali norme prevedevano termini per la loro attuazione, essi sono stati successivamente prorogati o comunque sovente non è stata data applicazione agli obblighi che prescrivevano;

una razionalizzazione di tali norme all'interno di un testo unico sarebbe quanto mai opportuna,

considerato che:

quanto al perimetro di azione delle partecipate, l'art. 3, comma 27 della legge 24 dicembre 2007, n. 244 (legge finanziaria 2008) afferma che «al fine di tutelare la concorrenza e il mercato, le amministrazioni di cui all'articolo 1, comma 2, del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165, non possono costituire società aventi per oggetto attività di produzione di beni e di servizi non strettamente necessarie per il perseguimento delle proprie finalità istituzionali, né assumere o mantenere direttamente partecipazioni, anche di minoranza, in tali società. È sempre ammessa la costituzione di

società che producono servizi di interesse generale e che forniscono servizi di committenza o di centrali di committenza a livello regionale a supporto di enti senza scopo di lucro e di amministrazioni aggiudicatrici ... e l'assunzione di partecipazioni in tali società da parte (di amministrazioni pubbliche), nell'ambito dei rispettivi livelli di competenza»;

il comma 29 dello stesso articolo prevede che «entro trentasei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge (31112/2010), le amministrazioni di cui all'articolo 1, comma 2, del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165, nel rispetto delle procedure ad evidenza pubblica, cedono a terzi le società e le partecipazioni vietate ai sensi del comma 27»;

tale termine è stato interpretato dalla magistratura contabile come la data entro la quale gli enti avrebbero dovuto avviare la procedura di dismissione, ma non obbligatoriamente completarne l'*iter*; di conseguenza, entro tale termine gli enti hanno deliberato la dismissione delle partecipazioni'vietate, ma in molti casi non hanno effettivamente ceduto tali partecipazioni,

la legge 27 dicembre 2013, n. 147, come modificata dal D.L. 6 marzo 2014, n. 16, convertito con modificazioni dalla L. 2 maggio 2014, n. 68, ha disposto (con l'art. 1, comma 569) che «Il termine di trentasei mesi fissato dal comma 29 dell'articolo 3 della legge 24 dicembre 2007, n. 244, è prorogato di dodici mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge (ovvero il 31/12/2014), decorsi i quali la partecipazione non alienata mediante procedura di evidenza pubblica cessa ad ogni effetto; entro dodici mesi successivi alla cessazione (ovvero entro il 31/12/2015) la società liquida in denaro il valore della quota del socio cessato in base ai criteri stabiliti all'articolo 2437-tér, secondo comma, del codice civile», (cioè valore di mercato, se lo Statuto non prevede criteri specifici);

quanto alla definizione degli ambiti territoriali ottimali, il decreto-legge 24 gennaio 2012 n. 1, recante disposizioni urgenti per la concorrenza, lo sviluppo delle infrastrutture e la competitività, con l'articolo 25 ha introdotto l'art. 3-*bis* nel decreto-legge 13 agosto 2011, n. 138, al fine di disciplinare gli ambiti territoriali e i criteri di organizzazione dei servizi pubblici locali, allo scopo di realizzare economie di scala e differenziazione idonee a massimizzare l'efficienza dei servizi stessi; la norma prevede che decorso inutilmente il termine del 30 giugno 2012, «il Consiglio dei ministri, a tutela dell'unità giuridica ed economica, esercita i poteri sostitutivi di cui all'articolo B della legge. 5 giugno 2003, n. 131, per

organizzare lo svolgimento dei servizi pubblici locali in ambiti o bacini territoriali ottimali e omogenei, comunque tali da consentire economie di scala e di differenziazione idonee a massimizzare l'efficienza del servizio poteri sostitutivi del Presidente del Consiglio in caso di inadempienza«;

lo stesso decreto ha anche novellato l'art. 4 del D.L. 138/2011 con l'obiettivo di limitare ulteriormente le possibilità di ricorrere alle gestioni dirette e di incentivare le gestioni concorrenziali nei diversi segmenti del comparto;

il D.L. 30 dicembre 2013, n. 150 (c.d. «Milleproroghe») con l'art. Il D.L. 30 dicembre 2013, n. 150 convertito con modificazioni dalla L. 27 febbraio 2014, n. 15 ha disposto (con l'art. 13, comma 2) che «La mancata istituzione o designazione dell'ente di governo dell'ambito territoriale ottimale ai sensi del comma 1 dell'articolo 3-*bis* del decreto-legge del 13 agosto 2011, n. 138, convertito, con modificazioni, dalla legge 14 settembre 2011, n. 148, ovvero la mancata deliberazione dell'affidamento entro il termine del 30 giugno 2014, comportano l'esercizio dei poteri sostitutivi da parte del Prefetto competente per territorio, le cui spese sono a carico dell'ente inadempiente, che provvede agli adempimenti necessari al completamento della procedura di affidamento entro il 31 dicembre 2014». Ha inoltre disposto (con l'art. 13, comma 3) che «Il mancato rispetto dei termini di cui ai commi 1 e 2 comporta la cessazione degli affidamenti non conformi ai requisiti previsti dalla normativa europea alla data del 31 dicembre 2014»;

che tali norme risultano ampiamente inattuate mentre il Governo non ha attivato poteri sostitutivi ad esso conferiti in materia,

impegna il Governo:

a garantire l'attuazione delle norme in vigore. effettuando se necessario ispezioni ed attivando poteri sostitutivi;

a segnalare in ogni caso alla Corte dei conti le amministrazioni locali inadempienti.

G/1698/62/5

LANZILLOTTA

Il Senato,

premesso che:

il decreto legge 6 marzo2014, n.16, convertito, con modificazioni, dalla legge 2 maggio 2014, n.68 (c.d decreto Salva Roma) all'articolo 16, comma 1 prevedeva che Roma Capitale, entro centoventi giorni dalla data di entrata in vigore del decreto, trasmettesse al Ministero dell'interno, al Ministero dell'economia e delle finanze, alle Camere e alla Corte dei conti un rapporto contenente le cause della formazione del disavanzo di bilancio di parte corrente negli anni precedenti, anche con riferimento alle società controllate e partecipate da Roma Capitale, nonché l'entità e la natura della massa debitori a da trasferire alla gestione commissariale; contestualmente si prevedeva la trasmissione di un piano triennale per la riduzione del disavanzo;

tale Piano, approvato dall'Assemblea Capitolina il 3 luglio scorso ma ancora non attuato, prevede interventi sulle società partecipate in termini di riduzione e riorganizzazione degli organismi partecipati di primo e secondo livello, razionalizzazione della spesa e piani di efficientamento per le società ATAC e AMA;

come emerso da recenti indagini, il sistema delle municipalizzate è uno degli strumenti attraverso cui, con azioni legali ed illegali, sono state dilapidate le risorse dei cittadini romani, che pagano oggi imposte ai livelli massimi consentiti;

che i costi di taluni servizi risultano gravemente disallineati rispetto ai costi standard e potrebbero essere il sintomo di *mala gestio*,

impegna il Governo:

ad accelerare l'attuazione del Piano che risulta di recente approvato dal Governo, perfezionando le azioni in esso previste entro il 31 dicembre 2015;

a chiedere una revisione del Piano, aumentando le riduzioni di spesa nei settori che, in comparazione con i costi sostenuti da altri grandi comuni, presentano ingiustificabili extra costi (informativa, assistenza agli immigrati, residenze sanitarie assistenziali) e aumentando di pari importo le risorse destinate agli asili nido (per i quali sì prevede una riduzione annua di 10 milioni di euro) e alla manutenzione stradale, due emergenze della Capitale.

G/1698/63/5

BATTISTA, ZELLER, PALERMO, PANIZZA, LANIECE, FAUSTO GUILHERME LONGO, RUSSO

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge recante «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (lègge di stabilità 2015)

premesso che:

il porto di Trieste è il più importante Porto ferroviario del sud Europa, dotato di 70 km di binari, che servono tutte le banchine e rendono possibile la composizione dei treni direttamente nei terminali;

i collegamenti e i servizi ferroviari ricoprono un ruolo vitale nella catena logistica incentrata sul Porto;

da lungo tempo ormai all'interno del Porto di Trieste ha preso forma un sistema di movimentazione delle merci detto «doppia movimentazione», ciò a significare che i treni merci in arrivo al Porto in direzione Terminai e viceversa, subiscono un doppio passaggio di operatore;

il primo operatore a prendere in carico la merce all'interno della stazione ferroviaria «Trieste Campo Marzio» è la società RFI/SERFER/Trenitalia, che una volta acquisito il carico lo trasporta fino all'esterno del varco portuale del Porto Nuovo, dove avviene un vero e proprio passaggio di consegne alla Adriafer, società di movimentazione ferroviaria interna al perimetro del porto, che sposta la merce fino al Terminal, luogo dell'imbarco;

considerato che:

tale operazione di avvicendamento tra RFI e Adriafer costituisce un grave onere per gli operatori, sia in termini di tempo che di costi;

ciò costituisce evidentemente un vero e proprio «collo di bottiglia» nel trasporto delle merci su rotaia che transitano nel Porto di Trieste;

l'art. 1, comma 114, della legge di stabilità autorizza la spesa di 100 milioni di euro annui, per tre anni a partire dal 2017, per la realizzazione di opere di accesso agli

impianti portuali, tale disposizione è volta al miglioramento della competitività dei porti italiani;

il superamento della doppia movimentazione'comporterebbe, infatti, un maggiore afflusso di merci all'interno del Porto di Trieste e gioverebbe agli operatori nel senso di un abbattimento dei costi di trasporto: Tale misura indurrebbe un beneficio diffuso di competitività e concorrenzialità a favore degli operatori portuali, con ricadute economiche positive per tutto l'indotto e il territorio friulano;

ritenuto che:

alla luce di quanto esposto, il superamento del monopolio di fatto, operato dalla società ferroviaria RFI/SERFER/Trenitalia, è condizione necessaria all'avvio di una gestione integrata delle operazioni di manovra, attraverso la costituzione di un soggetto gestore unico comprensoriale al quale a:ffidare, tramite bando di gara, la gestione delle operazioni integrate,

impegna il Governo:

ad intraprendere tutte le utili iniziative volte al superamento della «doppia movimentazione», contestualmente alle procedure necessarie a costituire un gestore unico per l'intero tratto ferroviario che collega la stazione di «Trieste Campo Marzio» all'interno del Porto, al fine di incentivare la competitività di Trieste nel quadro della portualità europea.

G/1698/64/5

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Il Senato

premesso che:

il nubifragio che a partire dal 9 ottobre 2014, ha colpito Genova e la provincia, ripropone ancora una volta il tema, non più rinviabile, dell'estrema fragilità dei territori colpiti e più in generale di gran parte del territorio nazionale. Un territorio che, ogni qualvolta è sottoposto a piogge intense e insistenti, si trova a dover fare i conti con morti, frane, argini che non riescono più a trattenere l'impatto con le acque, allagamenti, cedimenti di infrastrutture, crolli di edifici;

l'alluvione che ha colpito l'entroterra e la città di Genova in particolare, ha provocato la morte di un pensionato, l'esondazione di diversi torrenti, e la conseguente chiusura di strade, l'isolamento di intere frazioni, nonché ingenti danni alle attività produttive in tutti i territori colpiti;

nella sola provincia di Genova sono censite 3.978 frane, mentre nella regione Liguria ne sono state censite 8.392;

peraltro, ancora una volta, si è riproposto per la provincia e la città di Genova quanto già successo tre anni fa con l'alluvione del 4 novembre 2011, in cui persero la vita 6 persone a seguito dell'esondazione del rio Fereggiano;

peraltro gli eventi alluvionali iniziati 9 ottobre scorso, non hanno interessato solo Genova e la sua provincia, ma anche alcuni comuni della provincia di La Spezia, e, nei giorni 13 e 14 ottobre, anche le province di Parma e Piacenza;

per tutti questi territori, il 30 ottobre scorso, il Consiglio dei ministri ha deliberato lo stato d'emergenza,

con riguardo alla città di Genova, tra gli interventi più urgenti da avviare al più presto, si segnalano:

1) la Galleria scolmatrice del torrente Bisagno 1º lotto 2º stralcio e 2º lotto. Realizzazione delle opere di captazione sui rivi Noce e Rovare a completamento della realizzanda galleria scolmatrice del torrente Fereggiano (1º lotto 2º stralcio) e realizzazione della galleria scolmatrice principale a servizio

del torrente Bisagno (2º lotto), per un importo di 175 milioni;

2) l'adeguamento strutturale copertura tratto terminale del torrente Bisagno. Ultimo lotto. Demolizione e ricostruzione, con contestuale ampliamento delle sezioni idrauliche di deflusso mediante abbassamento della quota della platea d'alveo, del tratto di copertura del tratto terminale del torrente Bisagno compreso tra l'incrocio stradale Via Diaz/Viale Brigate Bisagno e le arcate del piazzale della stazione di Genova Brignole, per un importo di 95 milioni;

3) la sistemazione idraulica del torrente Sturla nel tratto compreso tra Via delle Casette e Via dei Luoghi Santi ? 2º lotto 2º stralcio, Allargamento delle sezioni d'alveo e adeguamento/rifacimento dei muri d'argine e degli attraversamenti stradali, per un importo di 2 milioni di curo;

4) la Galleria scolmatrice del torrente Vernazza. Realizzazione della galleria scolmatrice comprensiva della camera di captazione sotterranea in Via Pontetti ed opera di sbocco nel torrente Sturla, per un importo di 8 milioni di euro,

impegna il Governo:

a finanziare gli interventi più urgenti, relativi alla città di Genova, indicati in premessa;

a disporre, di concerto con gli enti territoriali, la concessione di contributi per la riparazione e il ripristino degli immobili sia di edilizia abitativa che ad uso produttivo, in relazione al danno effettivamente subito in conseguenza degli eventi alluvionali;

a disporre il rinvio del pagamento delle rate in scadenza dei mutui contratti con Cassa depositi e prestiti dai comuni colpiti dalle calamità;

a riconoscere alla regione e agli enti locali interessati dall'alluvione, l'esclusione dal patto di stabilità interno relativamente agli investimenti, a valere sui fondi disponibili nei rispettivi bilanci, finalizzati alla ricostruzione e alla messa in sicurezza dei territori colpiti;

a prevedere altresì, un'apposita norma di legge al fine di consentire l'esclusione dal patto di stabilità interno, delle spese, sostenute dai territori di cui in premessa per i quali è stato deliberato lo stato di emergenza, a valere su risorse proprie o su donazioni di terzi.

G/1698/65/5

PANIZZA, LANIECE, FAUSTO GUILHERME LONGO, BATTISTA, ZIN

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015),

premesso che:

le novità introdotte alla legge fallimentare dal decreto legge 83/2012, il cosiddetto decreto sviluppo, hanno avuto solo in parte effetti positivi;

in particolare l'istituto del concordato con continuità aziendale di cui all'articolo 186-*bis* della legge fallimentare è nato con il proposito di tutelare la continuità aziendale dell'impresa;

il concordato preventivo è stato però spesso utilizzato con finalità differenti e strumentali, anche ai fini elusivi e di concorrenza;

la procedura offre purtroppo ampi spazi ad abusi, in quanto consente il «saldo a stralcio» delle posizioni debitorie, diventando così anche mezzo di concorrenza sleale a scapito della maggioranza delle imprese sane ed oneste;

per questi motivi l'utilizzo del concordato con continuità aziendale deve essere attentamente monitorato e fortemente limitato per non produrre, come troppe volte è successo, effetti devastanti opposti a quelli che volevano essere perseguiti;

infatti, la stragrande maggioranza degli abusi ? soprattutto in alcune zone d'Italia ? si concretizza nell'utilizzo distorto dei concordati «in bianco», depositati (il 90 per cento) solo ai fini dilatori, ed anche nell'omologazione dei concordati «truffa» per i piccoli creditori chirografari, con previsione di percentuali ridicole (anche sotto il 5 per cento); tutto ciò sfruttando il voto delle banche (che spesso già vantano una fetta consistente di credito in privilegio, ma che possono votare per la loro porzione di credito «degradato» o «chirografario») e con la connivenza di consulenti senza troppi scrupoli e l'eccessiva tolleranza di alcuni magistrati;

è evidente che una percentuale così bassa, quand'anche venisse incassata, provoca spesso il fallimento delle imprese creditrici; in sostanza la ditta in difficoltà scarica sulle imprese creditrici i propri debiti, con tutte le conseguenze del caso;

in molti casi vengono costituite «new company», intestate a prestanome, per ripartire con un azzeramento dei debiti;

in particolare, la possibilità di presentare un concordato in bianco, senza alcuna indicazione circa l'offerta proposta ai creditori, si presta a molteplici abusi;

spesso il concordato in bianco è stato utilizzato come strumento per ottenere un rinvio legittimo della decisione sui ricorsi per la dichiarazione di fallimento, ovvero per bloccare le esecuzioni individuali dei creditori;

in taluni casi appare più uno strumento legale per congelare i debiti e continuare ad operare all'interno del mercato, che non come uno s1rumento per liquidare il massimo possibile evitando la procedura fallimentare che inevitabilmente diluisce i tempi di pagamento;

la legge non prevede nulla se, alla fine della procedura, il concordato non viene omologato e comunque se i creditori si ritrovano a dover agire per la dichiarazione di fallimento dell'impresa dopo aver atteso circa sei mesi o più dalla richiesta di ammissione al concordato preventivo stesso;

ai fini dell'omologazione del concordato, il voto delle banche risulta sproporzionato nell'ottenimento dei voti decisivi per fa approvare concordati con percentuali risibili;

rilevato che:

con riferimento agli appalti pubblici, è consentito all'impresa ammessa alla procedura di concordato preventivo la partecipazione alle gare di appalto, purché presenti due requisiti: la relazione di un professionista che attesti la conformità al piano e la ragionevole capacità di adempimento del contratto e la garanzia di un'impresa terza, avente i requisiti di carattere generale, di capacità tecnica, finanziaria, economica che garantisca per l'impresa in concordato (tramite l'istituto dell'avvalimento);

tale ultima particolarità mal si concilia con la natura «fiduciaria» che sta alla base di alcune tipologie di affidamento di appalti pubblici (cottimi e procedure negoziate), per le quali l'Ente pubblico seleziona i concorrenti da invitare in base a criteri e requisiti del concorrente stesso che sono strettamente connessi alla natura fiduciaria;

pertanto, si ritiene che ? quantomeno per le gare di appalto con procedura ristretta (a mezzo di invito diretto da parte delle stazione appaltante) ? la partecipazione delle imprese ammesse a concordato debba essere preclusa;

in questa direzione era andata la Provincia autonoma di Trento con la circolare n. 452836/d330/1.1.2010-70 del 20.08.2013, ma il T.R.G.A. di Trento, con la sentenza n. 58/2014, ha annullato parte della circolare, vanificando gli sforzi fatti a livello locale e liberalizzando la partecipazione alle gare di appalto per le imprese ammesse al concordato con continuità;

a questo punto non è più rinviabile un intervento legislativo correttivo di tali distorsioni, che stanno portando alla morte di molte, troppe, piccole e medie imprese incolpevoli e alla perdita di migliaia di posti di lavoro;

impegna il Governo:

a valutare la possibilità di intervenire sulla normativa attualmente vigente in materia di concordato preventivo e, quindi, di introdurre nuove norme per evitare distorsioni ed abusi da parte degli imprenditori che accedono alle procedure di concordato preventivo;

in particolare a valutare la possibilità di abolire tout court l'istituto del concordato cosiddetto «in bianco»;

a valutare la possibilità di introdurre l'inderogabilità di una soglia percentuale (minimo 20 per cento) per il pagamento dei crediti chirografari, quale deterrente contro gli abusi dello strumento concordatario;

a valutare la possibilità che ? quantomeno alle gare di appalto con procedura ristretta (a mezzo di invito diretto da parte delle stazione appaltante) ? sia preclusa la partecipazione delle imprese ammesse a concordato preventivo.

G/1698/66/5

RUTA, ALBANO, BERTUZZI, ELENA FERRARA, VALENTINI

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge A.S. 1698, recante Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015),

premesso che:

la legge 24 dicembre 2004, n. 313 recante «Disciplina per l'apicoltura» che riconosce l'apicoltura come attività di interesse nazionale utile per la conservazione dell'ambiente naturale, dell'eco sistema e dell'agricoltura in generale, è finalizzata a garantire l'impollinazione naturale e la biodiversità di specie apistiche, con particolare riferimento alla salvaguardia della razza di ape italiana (*Apis mellifera ligustica Spinola*) e delle popolazioni di api autoctone tipiche o delle zone di confine;

ai fini di cui all'articolo 5 della medesima legge era previsto uno stanziamento annuo pari a 2 milioni di euro, non più rifinanziato a far data dal 2008;

considerato che:

il settore apistico non riesce ad uscire dalla fase di crisi che lo ha investito e che dura da molti anni, a causa in particolare del fenomeno dello spopolamento degli alveari e della moria delle api, ed è tra l'altro colpito da emergenze nazionali;

il settore apistico si vede inoltre costretto ad affrontare nuove minacce, costituite dal calabrone asiatico, *Vespa velutina*, ed *Aethina tumida* ne consegue un calo produttivo per le imprese nazionali, unitamente al presentarsi di fenomeni di spopolamento degli alveari, dovuti alla incompatibilità con l'uso di alcune molecole di fitofarmaci e alla comparsa delle nuove emergenze quali a Nord-Est la *Vespa velutina*, che attacca e si nutre di api, e al Sud *l'Aethina tumida*, le cui larve danneggiano gli alveari e si cibano di miele;

senza intraprendere azioni adeguate, viene messa a rischio la consistenza produttiva stessa del settore apistico, con grave danno economico alle aziende e con rischi molto seri per la conservazione della capacità produttiva agricola, dell'occupazione e dell'ecosistema nazionale;

impegna il Governo:

a provvedere, nel primo provvedimento utile, al rifinanziamento delle azioni previste nel Documento pro grammatico di cui all'articolo 5, comma l, della legge 24 dicembre 2004, n. 313, al fine di favorire la conservazione dell'ambiente naturale, dell'eco sistema e dell'agricoltura.

G/1698/67/5

PANIZZA, FRAVEZZI, LANIECE, FAUSTO GUILHERME LONGO, BATTISTA, ZIN

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015),

premesso che:

la legge 24 dicembre 2004, n. 313 recante «Disciplina per l'apicoltura» riconosce l'apicoltura come attività di interesse nazionale utile per la conservazione dell'ambiente naturale,. dell'ecosistema e dell'agricoltura in generale ed è finalizzata a garantire l'impollinazione naturale e la biodiversità di specie apistiche, con particolare riferimento alla salvaguardia della razza di ape italiana (*Apis mellifera ligustica Spinola*) e delle popolazioni di api autoctone tipiche o delle zone di confine;

la citata legge n. 313, a far data dal 2008 ha visto azzerata la propria copertura finanziaria;

considerato che:

il settore apistico, non riesce ad uscire dalla fase di crisi che lo ha investito e che dura da molti anni, inerentemente al fenomeno dello spopolamento degli alveari e moria delle api ed è continuamente investito da emergenze nazionali;

il settore apistico si vede costretto ad affrontare nuove minacce, costituite dal calabrone asiatico, Vespa velutina, che attacca e si nutre di api e dall'Aethina tumida, le cui larve danneggiano gli alveari e si cibano di miele;

ne consegue un calo produttivo per le imprese nazionali, unitamente al presentarsi di fenomeni

di spopolamento degli alveari, dovuti alla incompatibilità con l'uso di alcune molecole di fitofarmaci e la comparsa di alcune nuove emergenze quali la Vespa velutina a Nord-Est e l'Aethina tumida al Sud;

si mette a rischio la consistenza produttiva stessa del settore apistico con grave danno economico alle aziende e con rischi molto seri per la conservazione della capacità produttiva agricola, dell'occupazione e dell'eco sistema nazionale;

in virtù delle potenzialità produttive raggiunte, dell'aumento della qualità dei mieli italiani, dell'importanza raggiunta per l'impollinazione delle piante coltivate e selvatiche, al fine di far fronte a danni strutturali irreparabili al settore a causa dello stato di difficoltà accertata e documentata relativa alla produzione 2014,

impegna il Governo:

a rifinanziare la legge 313/2004 per un importo non inferiore a un milione di euro, per lo svolgimento delle azioni di cui all'allegato;

a prevedere, a carico del Ministero delle politiche agricole, il riesame del documento programmatico previsto dalla legge stessa ed approvato nella riunione della conferenza StatoRegioni del 26 gennaio 2006, aggiornando gli obiettivi alla luce della nuova situazione in cui si trova il settore, fra criticità e crescita.

G/1698/68/5

MARINELLO, MANCUSO, GUALDANI

Il Senato,

in sede di discussione dell'AS 1698 «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)»;

considerato che:

è necessario predisporre un adeguato rifinanziamento del Programma nazionale triennale della pesca e dell'acquacoltura, poiché l'attuale dotazione risulta largamente insufficiente a dare avvio ad una programmazione che possa far fronte alla reale e pesantissima crisi che attanaglia il settore in tutte le sue componenti produttive;

dal 2000, la produttività del settore della pesca si è quasi dimezzata (-48,84%); il personale imbarcato si è ridotto di circa il 40% (20.000 posti di lavoro diretti) a fronte di una riduzione della flotta del 30%; i ricavi della pesca marittima si sono contratti del 31%, con una crisi di redditività che ha raggiunto dimensioni straordinarie per il concomitante aumento dei costi di produzione delle imprese e il deficit della bilancia commerciale ittica si attesta sui 4,3 miliardi di euro, con una spesa sui mercati esteri di circa 11 milioni di euro al giorno;

la dotazione attuale, in questo scenario, risulta del tutto inadeguata a far decollare i nuovi strumenti individuati dal Programma stesso come azioni cardine per avviare l'urgente riposizionamento della filiera; conseguentemente, una dotazione maggiore consentirebbe al settore di prepararsi al meglio ad affrontare le novità che saranno introdotte nei prossimi anni a seguito dell'entrata in vigore della riforma della politica comune della pesca (PCP) e del nuovo fondo finanziario (FEAMP);

impegna il governo:

a valutare la possibilità di prevedere, per l'anno 2015, che le risorse del programma triennale nazionale della pesca e dell'acquaco1tura, adottato con Decreto 31 gennaio 2013 del Ministro delle politiche agricole, alimentari e forestali siano incrementate di 5 milioni di euro, all'uopo utilizzando le risorse del fondo di rotazione di cui all'articolo 5, legge 16 aprile 1987, n. 183, che si renderanno disponibili al 31 dicembre 2014 per effetto del disimpegno automatico di cui agli articoli 90 e successivi del Regolamento (CE) n. 1198/2006 del Consiglio del 27 luglio 2006 relativo al Fondo europeo per la pesca.

G/1698/69/5

MARINELLO, MANCUSO, GUALDANI

Il Senato,

in sede di discussione dell'AS 1698 «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e

pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)»,

premesso che:

l'articolo 1, comma 5-*bis*, del decreto-legge 21 giugno 2013 n. 69, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 agosto 2013, n. 98, prevede che nell'ambito delle risorse del Fondo e previa adozione di un apposito decreto del Ministro dello sviluppo economico, da adottare di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze e con il Ministro della giustizia, gli interventi ivi previsti sono estesi ai professionisti iscritti agli ordini professionali e a quelli aderenti alle associazioni professionali iscritte nell'elenco tenuto dal Ministero dello sviluppo economico ai sensi della legge 14 gennaio 2013, n. 4, e in possesso dell'attestazione rilasciata ai sensi dello medesima legge n. 4 del 2013;

impegna il Governo:

a valutare l'estensione degli interventi ivi previsti anche alle piccole e medie imprese sottoposte alla procedura di concordato in continuità aziendale di cui all'articolo 186-*bis* del regio decreto 16 marzo 1942, n. 267, per i finanziamenti di cui all'articolo 182-*quinquies*, entro i limiti delle risorse del fondo stesso.

G/1698/70/5

MARINELLO, MANCUSO, GUALDANI

Il Senato,

in sede di discussione dell'AS 1698 «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)»,

considerato che:

il numero delle autorizzazioni per le farmacie è stabilito in modo che vi sia una farmacia ogni 3.300 abitanti, in base all'articolo 2 della legge 2 aprile 1968, n. 475, come modificato dall'articolo 11 del decreto-legge 24 gennaio 2012, n. 1, convertito con modificazioni dalla legge 24 marzo 2012, n. 27;

la legge già prevede che la popolazione eccedente, rispetto al parametro poc'anzi accennato, consente l'apertura di una ulteriore farmacia, qualora la popolazione sia superiore al 50 per cento del parametro stesso;

anche a causa dello spopolamento di numerosi territori montani del nostro Paese, è sempre più necessaria una redistribuzione delle farmacie in grado di assicurare una più facile accessibilità al servizio da parte dei cittadini; tenendo altresì conto dell'esigenza di garantire la copertura del servizio farmaceutico soprattutto in quelle aree geografiche non facilmente raggiungibili o scarsamente abitate;

impegna il Governo:

a valutare se non sia il caso, nei comuni fino a 6.600 abitanti, con riguardo alle farmacie che risultano essere soprannumerarie per decremento della popolazione, di consentire a queste ultime la possibilità di trasferimento in ambito regionale, anche previo pagamento di una tassa di concessione governativa una tantum pari a 5.000 euro.

G/1698/71/5

PANIZZA, FAUSTO GUILHERME LONGO

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015),

premesso che:

i Buoni Vacanze Italia, emessi per l'anno 2012 a fronte del contributo statale ai sensi dell'articolo 10 della legge 29 marzo 2001, n. 135, dell'articolo 2 comma 193, lettera b), della legge 24 dicembre 2007, n. 244, del DPCM 21 ottobre 2008, modificato con decreto del Ministro delegato per il Turismo del 9 luglio 2010, sono uno strumento a disposizione di tutti i soggetti interessati a favorire il turismo sociale: un turismo per tutti, un turismo dl qualità, solidale e sostenibile finalizzato alla crescita, all'arricchimento e alla valorizzazione sociale e culturale dell'uomo;

tali Buoni vengono messi a disposizione di tutti i soggetti pubblici o privati che vogliono, in

particolare, favorire l'accesso al turismo delle categorie più deboli o dei loro dipendenti e non sono solo una modalità di pagamento di un servizio ma possono incorporare alcuni significativi benefici

per gli utilizzatori quali gli sconti derivanti dalle convenzioni con le imprese turistiche, il contributo di enti pubblici locali, il contributo dei datori di lavoro e la possibilità di accedere alle provvidenze previste dalla legge sul Turismo 135/2001.

con l'attivazione di ulteriori contributi pubblici a sostegno delle fasce più deboli di domanda turistica, ma soprattutto attraverso la negoziazione sindacale e la detassazione degli importi di accantonamento salariale riferito ai Buoni Vacanze, si potrà sviluppare anche in Italia un sistema analogo il quello francese. Si tratta di uno strumento concreto per affermare il diritto alle vacanze per tutti, diritto sancito anche dalla nostra Costituzione (art. 36);

con decisione della Presidenza del Consiglio dei Ministri del febbraio 2012, la procedura di utilizzo dei buoni vacanze è cessata il 9 settembre 2012 e da allora si attendono disposizioni governative sulle modalità di riattivazione ed accesso ad essi;

in considerazione della grave crisi economica che il nostro paese sta attraversando, i Buoni vacanza costituiscono, senza dubbio, un importante sostegno per le famiglie da parte dello Stato, che altrimenti non potrebbero permettersi una vacanza Inoltre, l'emissione di tali buoni favorirebbe i flussi turistici, caratterizzati ultimamente da un andamento incerto,

impegna il Governo:

a valutare la possibilità di ripristinare la diffusione dei «Buoni vacanza», non solo per dare un aiuto alle famiglie, ma anche per contribuire alla ripresa economica.

G/1698/72/5

VILLARI

Il Senato,

premesso che:

da alcuni mesi si attende la possibilità per i malati di epatite C di poter accedere alle terapie che risultano molto efficaci fino a percentuali altissime di guarigione, mediante un farmaco (sofosbuvir ? Sovaldi) che ha superato il vaglio di tutte le autorità di regolazione, Aifa compresa, ma che non è a disposizione delle strutture del Servizio sanitario nazionale, eccetto che per le poche centinaia di casi trattati per uso compassionevole;

nonostante le pressanti richieste dei malati e delle associazioni che li rappresentano ed i ripetuti atti di sindacato ispettivo che sono stati formalizzati, non è stato ancora emanato il decreto ministeriale che autorizza la somministrazione della terapia a carico del servizio sanitario nazionale;

si tratta di un farmaco salvavita che ha un costo elevato e che dovrebbe essere assicurato a circa 20.000 pazienti in via prioritaria ed urgente, ma che si stima debba essere garantito in futuro, a circa 400.000 persone alle quali la malattia è stata diagnosticata;

a seguito dell'impegno ripetuto dagli organi ministeriali nei mesi scorsi in ordine alla predisposizione di un apposito fondo per far fronte alla fornitura di tali onerosissimi farmaci a coloro che con ansia attendono di poterei accedere i come avviene in altri paesi europei e non, la presente legge di stabilità non ha affrontato la questione;

la questione assume caratteristiche di grande urgenza anche perché ogni ritardo moltiplica i costi umani e sociali per i malati di epatite C che invece potendo accedere alla cura potrebbero nella maggioranza dei casi evitare il trapianto e guarire;

impegna il Governo

a disporre nei successivi passaggi parlamentari della presente legge di stabilità per il 2015, apposito finanziamento per consentire l'accesso ai farmaci innovativi per la cura dell'epatite C ai malati che ne abbisognano.

G/1698/73/5

BIGNAMI, PEPE, MAURIZIO ROMANI, MUSSINI

Il Senato,

della Repubblica, in sede di esame del disegno di elegge recante «Disposizioni per la formazione

del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (Legge di stabilità 2015)»,

premesso che:

l'articolo 1 del presente disegno di legge prevede una accelerazione del piano di dismissione di immobili appartenenti alla Difesa;

il Comitato famiglie militari per la casa lamenta canoni insostenibili applicati negli ultimi anni, che hanno costretto gli inquilini all'esodo forzoso dagli alloggi gestiti dalla Difesa;

spesso tra ,gli inquilini sono presenti anche anziani e disabili che, non potendo corrispondere il canone di locazione degli alloggi o riscattare l'appartamento si .trovano privati dallo Stato della propria abitazione;

impegna il governo:

a prevedere che nel piano di dismissione degli immobili della Difesa non rientrino quelli nei quali risiedono disabili o anziani, senza che sia assegnata loro un'abitazione alternativa.

G/1698/74/5

BIGNAMI, PEPE, MAURIZIO ROMANI, MUSSINI

Il Senato,

in sede di esame del disegno di elegge recante «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (Legge di stabilità 2015)»,

premesso che:

l'articolo 1 del presente disegno di legge, al fine di assicurare l'ampliamento del sistema di protezione dei richiedenti asilo e rifugiati, assegna, a decorrere dal 2015, 187,5 milioni di euro al Fondo nazionale per le politiche ed i servizi dell'asilo di cui all'articolo 1-*sepsties* del decreto legge 30 dicembre 1989, n. 416, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 febbraio 1990, n. 39;

l'articolo 1, prevede inoltre l'incremento di 12.5 milioni di euro annui a decorrere dal 2015, per il Fondo per l'accoglienza dei minori stranieri non accompagnati, istituito nello stato di previsione del Ministero dell'interno;

considerato che:

una recente inchiesta della magistratura sta facendo emergere molti lati oscuri nella gestione dell'emergenza immigrazione, e sta mettendo in luce un complesso intreccio affaristico-istituzionale in merito alla gestione dell'accoglienza dei profughi;

migranti che sfuggono dalle terre di origine segnate da guerre e massacri, giunti in Italia anziché ricevere accoglienza adeguata trovano situazioni in cui c'è chi specula sulla loro condizione;

non sono chiari i criteri con cui vengono assegnati gli appalti riguardanti la gestione dei CIE, dei CARA, e dei Centri di accoglienza e spesso mancano verifiche adeguate sull'operato dei centri;

impegna il governo:

a sottoporre obbligatoriamente l'assegnazione delle risorse finalizzate all'emergenza immigrazione e ai minori non accompagnati e la gestione dei centri di accoglienza a criteri trasparenti e ad adeguati controlli da parte del Ministero dell'interno.

G/1698/75/5

FRAVEZZI, BATTISTA, BERGER, PANIZZA, CONTE, PAGLIARI

Il Senato,

Premesso che:

«negli ultimi anni la dimensione economica dello sport e del suo indotto ha raggiunto livelli tali da posizionarlo tra i principali settori per l'impatto generato sul PIL mondiale: lo ha dichiarato l'assessore per lo sport della Regione Liguria Matteo Rossi nell'ambito del festival dello sport 2014;

Federico Capraro, Presidente degli albergatori Unascom, afferma che il turismo d'affari è in calo e il futuro è nei grandi eventi e nelle grandi rassegne sportive;

per il presidente della Camera di commercio di Venezia Giuseppe Fedalto, «la Venice marathon è il più importante evento per il nostro territorio in termini di indotto economico, visibilità e promozione del territorio»;

si legge in un articolo di «Nannimagazine» del 2 febbraio 2010: «Turismo sportivo: una

miniera per l'economia italiana, ma ancora poco esplorata. A parte alcune regioni particolarmente virtuose, l'Italia non gli ha ancora ,tributato l'importanza che invece, come dimostrano le cifre intorno a cui ruota il suo business, meriterebbe. TI turismo sportivo rappresenta un terreno ancora poco esplorato eppure molto fertile, almeno a giudicare dai risultati più che positivi raccolti da quelle regioni che vi investono risorse economiche, ma soprattutto organizzative», articolo in cui viene intervistato Nicola Tomesani, direttore dell'Unità sport e turismo di Econstat, società di ricerca e consulenza specializzata nel settore turistico;

«La maratona rappresenta per Firenze una grande vetrina internazionale grazie ai tanti stranieri, oltre 2800, ai moltissimi italiani provenienti da altre regioni (...). Presenze che rappresentano un dato importante anche per l'indotto economico cittadino, da una prima stima possiamo parlare di più di 23 mila pernottamenti nelle strutture ricettive fiorentine per atleti, amici e familiari al seguito, con una permanenza nella media per persona che si avvicina ai tre giorni. Un evento che non è solo sportivo, ma che rappresenta anche un importante momento di incentivazione del turismo in un periodo tradizionalmente meno appetibile, con una ricaduta importante su strutture ricettive, ristoranti, locali e negozi della città, da non trascurare in un periodo di difficoltà economica come quello che stiamo vivendo», queste la parole di Giancarlo Romiti, presidente del comitato organizzatore della «Firenze Marathon», in un comunicato stampa del 3 dicembre 2009;

considerato che:

il decreto ministeriale 18 febbraio 1982, recante «Norme per la tutela sanitaria dell'attività sportiva agonistica», e il decreto ministeriale 24 aprile 2013, recante «Disciplina della certificazione dell'attività sportiva non agonistica e amatoriale e linee guida sulla dotazione e l'utilizzo di defibrillatori semiautomatici e di eventuali altri dispositivi salvavita», prevedono una serie disposizioni volte ad accertare l'idoneità fisica per coloro che praticano attività sportiva agonistica e non agonistica;

le disposizioni si applicano anche agli stranieri che arrivano in Italia solo in occasione di eventi sportivi (*running*, ciclismo, sci di fondo, eccetera) a cui vogliono partecipare attivamente;

tale applicazione costringe gli organizzatori ad effettuare i controlli sulla certificazione medica e i partecipanti stranieri a presentare certificazione medica non richiesta nel Paese d'origine;

tale incombenza rappresenta per gli stranieri motivo per disertare gli eventi sportivi organizzati nel nostro Paese e andare a disputare gare e competizioni in altre nazioni ove non vigono analoghe disposizioni relative alla certificazione medica;

considerato altresì che «per una nazione come l'Italia è di tutta necessità assumere tra i propri obiettivi di politica economica il mantenimento di una forte posizione di leadership nel turismo sportivo e che risulta quindi necessario incrementare la presenza turistica proveniente dall'estero,

impegna il Governo,

a prevedere specifiche disposizioni normative volte ad esentare gli stranieri che intendano partecipare ad eventi sportivi dalla normativa attualmente vigente in Italia sull'accertamento obbligatorio dell'idoneità all'attività sportiva agonistica e a permettere, così come avviene in tutti gli altri Paesi della UE (ad eccezione della Francia), che la partecipazione avvenga solo ed esclusivamente dietro presentazione di un'autocertificazione, oppure in base alle norme vigenti nel Paese di provenienza.

G/1698/76/5

VERDUCCI, FABBRI

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015) (A.S.1698),

premesso che:

il drastico taglio dei fondi per il sostegno all'editoria, operato nel corso degli ultimi otto anni ha messo a rischio la sopravvivenza di oltre cento testate, tra quotidiani e periodici, edite da cooperative, non profit, associazioni e fondazioni;

32 di esse hanno già sospeso la propria attività con la perdita di centinaia di migliaia di copie

giornaliere e con la scomparsa di oltre 950 posti di lavoro, tra diretti ed indiretti, e che, cosa ancor più grave, si è assestato, in tal modo, per la prima volta e nell'indifferenza generale, un colpo durissimo al pluralismo nonché al diritto ed alla qualità dell'informazione;

è di assoluta urgenza un intervento per evitare la scomparsa della restante offerta informativa del comparto che opera, in gran parte, nel campo dell'informazione locale. Una tale evenienza cancellerebbe la possibilità di far convivere chiavi interpretative plurime e diverse di molte realtà locali; produrrebbe la cancellazione di oltre 350.000 copie giornaliere e la perdita di oltre 4000 posti di lavoro tra giornalisti, poligrafici e lavoratori dell'indotto;

oltre alle difficoltà aggiuntive per INPGI, l'ammontare dei costi per lo Stato, in termini di ammortizzatori sociali e di mancate entrate contributive e fiscali, sarebbe di molto superiore alle somme necessarie per integrare, fino al fabbisogno, le risorse attualmente disponibili;

più volte, il Parlamento, nella piena convinzione che la qualità, il pluralismo e la completezza dell'informazione costituiscono la misura effettiva dello spessore della democrazia, ha sollecitato maggiori risorse ed una loro più adeguata finalizzazione a sostegno dell'editoria,

impegna il Governo:

a valutare l'opportunità di sostenere, anche con risorse aggiuntive, il processo già avviato nel settore dell'editoria, a garanzia di un adeguato rispetto del pluralismo dell'informazione, necessario alla sopravvivenza di tante voci minori, di natura locale e delle miniranze linguistiche.

G/1698/77/5

DE PIETRO, FEDELI, URAS, ORELLANA, BENCINI, ARRIGONI, PUPPATO, CASALETTO, GAMBARO, PAGLIARI, BIANCONI

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015) (AS 1698),

premesso che:

l'articolo 1 della Costituzione sancisce che l'Italia è una Repubblica fondata sul lavoro;

l'articolo 3, comma 2 della Costituzione stabilisce altresì che: «È compito della Repubblica rimuovere gli ostacoli di ordine economico e sociaie, che, limitando di fatto la libertà e l'eguaglianza dei cittadini, impediscono il pieno sviluppo della persona umana e l'effettiva partecipazione di tutti i lavoratori all'organizzazione politica, economica e sociale del Paese»;

premesso altresì che:

il comma 83 dell'articolo 1 del disegno di legge in esame istituisce un apposito fondo nello stato di previsione del Ministero del lavoro e delle politiche sociali anche per far fronte agli oneri in materia di «tutela e conciliazione delle esigenze di cura, di vita e di lavoro»;

il comma 118 dell'articolo 1 stabilisce un incremento di 300 milioni di euro a decorrere dal 2015, in favore del fondo nazionale per le politiche sociali;

considerato che:

il daltonismo è un'anomalia congenita della percezione di alcuni colori e ancora oggi viene considerato un impedimento a svolgere molte attività lavorative, sulla base di luoghi comuni di derivazione ottocentesca;

tenuto conto che:

particolare attenzione meriterebbe la disciplina concernente i requisiti per il rilascio della patente di guida, particolarmente sfavorevole per i daltonici;

l'accesso alla patente di guida riveste un'importanza strategica, perché ad essa sono collegate mansioni lavorative, come ad esempio quelle di camionista o di autista di mezzi di trasporto collettivo;

in Italia si continuano a fare i test del colore nell'esame medico per l'idoneità alla guida nonostante tali *test* siano contrari alla normativa europea in materia, Direttiva 91/439/CEE del Consiglio del 29 luglio 1991 e nei suoi successivi aggiornamenti, che non considera il daltonismo fra le condizioni ostative al rilascio della patente di guida poiché i daltonici sono perfettamente in grado di distinguere le segnalazioni semaforiche e di altro genere. Pertanto, i test che attualmente si effettuano

sono illegittimi fin dal1991 secondo la citata direttiva europea;

valutato infine che:

la lista delle attività proibite ai daltonici deve essere revisionata: molti dei mestieri oggi preclusi lo sono sulla base di una tradizione medica obsoleta e basata su criteri non scientifici;

il concetto che dovrebbe prevalere è, dove possibile, l'adattamento convenzionale dei colori per consentire una corretta percezione a tutti e non la semplicistica esclusione di un'intera categoria di persone;

la normativa europea, fin dalla Direttiva 91/439/CEE del Consiglio e nei suoi successivi aggiornamenti, non prevede il controllo della visione dei colori fra i *test* attitudinali necessari al rilascio della patente di guida;

impegna il Governo a:

a) adottare tutti i provvedimenti necessari per il riassetto e la riforma delle disposizioni vigenti in materia di requisiti visivi per il conseguimento della patente di guida e per l'accesso al mercato del lavoro, nel rispetto della normativa dell'Unione europea e delle convenzioni internazionali in materia, anche al fine di prevenire esclusioni individuali o collettive dal mercato del lavoro;

b) istituire presso il Ministero del lavoro e delle politiche sociali un Osservatorio nazionale sul daltonismo che predisponga annualmente un piano nazionale di azione e di interventi al fine di armonizzare la legislazione vigente, monitorare la produzione documentale dello Stato e della pubblica amministrazione per eliminare le discriminazioni, proporre adeguate iniziative di divulgazione che raggiungano scuole e uffici pubblici, incluse mostre e iniziative sociali sul modello di altre già in corso per condizioni di disagio sociale o sanitario similari.

G/1698/78/5

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015) (AS 1698),

premesso che:

il Forum mondiale dell'Unesco su cultura e industrie culturali in programma a Monza il prossimo anno, rischia seriamente di saltare, se il Governo non interverrà prontamente predisponendo i fondi necessari, ma dopo continui rinvii i tempi ora sono dawero limitati;

il Governo e il Ministro dei beni e delle attività culturali devono impegnarsi e dimostrare con i fatti se credono dawero nell'Expo e nella cultura, come vanno proclamando da mesi;

sono state trovate repentinamente le risorse per sostenere il «Forum Unesco» di Firenze, coerenza vorrebbe che ora si sostenesse il «Forum» di Monza, a maggior ragione considerando il fatto che sarà uno dei grandi eventi di Expo 2015, peraltro già contemplato nell«Agenda Italia»,

impegna il Governo:

a prevedere, in tempi brevi, un intervento che preveda il cofinanziamento del Forum da parte dello Stato.

G/1698/79/5

URAS

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015) (AS 1698),

premesso che:

l'Associazione regionale ex esposti amianto con sede in Oristano, che rappresenta circa 1000 soci ex esposti all'amiarito, è fortemente preoccupata del disinteresse che si appalesa nel Paese coinvolto emotivamente nella tragica vicenda legata di Casale Monferrato;

uguale disinteresse nei confronti delle problematiche inerenti al rischio amianto in Sardegna, si riscontra nelle autorità nazionali a partire dal Presidente Renzi che ha dimostrato la volontà di convocare un tavolo nazionale con le associazioni rappresentative delle vittime amianto di Casale

Monferrato, senza considerare che la stessa drammaticità e le stesse vittime da esposizione amianto ha colpito e continua a colpire il territorio sardo e in particolar modo la provincia di Oristano;

questa è stata una delle poche province in Italia ad aver avuto dagli anni '70 a metà degli anni '90 due insediamenti produttivi in cemento amianto, particolarità che ha agevolato la produzione e l'utilizzo massiccio di prodotti contenenti la fibra, creando una bomba ecologica che mette a serio rischio la salute dei cittadini oltre che degli ex esposti. Infatti dal 2007, anno di istituzione del registro del mesotelioma in Sardegna, Oristano conta 30 decessi correlati all'esposizione all'amianto, dato in sicura crescita visto che latenza della malattia è di oltre 40 anni,

impegna il Governo:

a farsi promotore in tempi rapidi dell'istituzione di un tavolo nazionale, per affrontare le problematiche legate al rischio amianto in Sardegna e in particolare il caso amianto della Provincia di Oristano, considerato che lo stabilimento Sardit di Oristano che conta tra addetti diretti e indiretti, 800 unità lavorative, è stato fino al 1986 di proprietà per un terzo della Eternit, con produzioni identiche allo stabilimento di Casale, e con l'aggiunta dello stabilimento della Cema sarda di Marrubbiu.

G/1698/80/5

URAS

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015) (AS 1698),

premesso che:

l'ISPRA poco tempo fa al Senato ha illusttato in un'apposita conferenza stampa lo straordinario valore naturalistico degli ecosistemi marini del Canale di Sicilia, con particolare riferimento ai cosiddetti «banchi» posti nell'alto mare;

è pertanto necessario adottare effettive misure di tutela dei Banchi Graham, Terribile, Pantelleria e Avventura nel Canale di Sicilia, anche al fine di garantire i più elevati livelli di salvaguardia delle cosiddette aree sensibili dell'alto mare;

i competenti Uffici di Tunisi della Convenzione di Barcellona per la tutela del Mediterraneo hanno da tempo avviato apposite iniziative con i Paesi rivieraschi per conseguire i necessari livelli di tutela delle cosiddette aree marine sensibili dell'alto mare nel Meditenaneo;

parimenti, la Commissione UR da tempo pressa i Paesi membri per il più rapido avvio di misure concrete per individuare e tutelare siti d'importanza comunitaria nell'alto mare europeo e quindi anche del Mediterraneo;

che dette misure di tutela si tendono vieppiù necessarie e urgenti a fronte degli elevatissimi rischi cui l'intero Mediterraneo è assoggettato da tempo, per gli intensi traffici marittimi di idrocarburi e per le cosiddette trivellazioni a mare;

è quindi urgente realizzare, anche nelle altre sedi internazionali titolate (FAO e IMO), idonee iniziative politiche, normative ed amministrative per definire sempre più severe regolamentazioni, strumenti e capacità di intervento a fronte dei rischi connessi alle attività di ricerca, coltivazione e trasporto via mare di idrocarburi;

nel contempo occorre avviare con urgenza i necessari confronti con i Paesi mediterranei per la più rapida istituzione delle predette aree marine protette dell'alto mare, a partite dal Canale di Sicilia;

impegna il Governo:

ad avviare, presso gli otganismi competenti della Convenzione di Barcellona per la tutela del Mediterraneo e gli organismi competenti della FAO e dell'lnternational Maritime Organization (IMO), le iniziative finalizzzate allo svolgimento di un simposio internazionale per l'istituzione di aree marine protette nell'alto mare del Canale di Sicilia, da tenere in una località della costa della Sicilia meridionale particolarmente significativa per le finalità in parola, coinvolgendo le Amministrazioni territoriali della fascia costiera meridionale siciliana e adriatica e provvedendo, altresì, ad assumeme i relativi ed eventuali oneri economici e organizzativi.

G/1698/81/5

PIGNEDOLI, RUTA, BERTUZZI, FASIOLO, GATTI, ALBANO, VALENTINI, PADUA

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015) (AS 1698),

premesso che:

come emerso dal Rapporto ISTAT 2013, 11 milioni di italiani mangiano ogni giorno fuori casa e circa la metà lo fa all'interno di una mensa;

la Ristorazione Collettiva, proprio per la dimensione dei pasti prodotta, può essere uno straordinario veicolo per incidere positivamente sulle scelte e le tendenze alimentari dei cittadini e dunque un servizio con una forte valenza pubblica;

le Linee di indirizzo nazionale del Ministero della Salute per la Ristorazione Scolastica muovono dall'esigenza di facilitare sin dall'infanzia l'adozione di abitudini alimentari corrette per la promozione della salute e la prevenzione delle patologie cronico/degenerative di cui l'alimentazione scorretta e'uno dei principali fattori di rischio;

tali indicazioni di livello nazionale non trovano sempre applicazione reale dal momento che si riscontrano forti disomogeneità di approccio tra diversi territori, regioni, singole amministrazioni,annullando così le possibilità di un miglioramento significativo che il settore può portare ad un miglioramento complessivo delle abitudini alimentari e al sistema alimentare;

nell'abito della ristorazione collettiva si stima uno spreco di circa 87.000 tonnellate annue di cibo dovute principalmente ad acquisti e ordinazioni errate, a interruzione delle catene di conservazione e in particolare a porzioni eccessive non mirate ai diversi utenti e incoerenti con standard nutrizionali;

considerato che:

il settore della Ristorazione si trova schiacciato da ùn lato dalla riduzione costante di risorse pubbliche, ritardi dei pagamenti della pubblica amministrazione e la loro ulteriore passibilità di revisione dei contratti in diminuzione e dall'altro l'esigenza crescente di rispondere a funzioni di carattere nutrizionalè (diete mirate, garanzie di carattere sanitario) sempre più stringenti, l'utilizzo di prodotti di alta qualità per rispondere in modo adeguato agli obiettivi di una sana alimentazione;

la Ristorazione Collettiva è parte integrante della filiera agro-alimentare e attraverso l'attività qualificata, di reperimento di materia prima certificata, di preparazione, conservazione, distribuzione e somminimazione di pasti può contribuire oltre che ad un obiettivo di sana alimentazione ad una valorizzazione dei prodotti agricoli di qualità e uno sbocco importante per il mondo produttivo qualora organizzi adeguatamente l'offerta delle produzioni locali;

la centralità della nutrizione e delle patologie ad essa connessa, impone di confrontarsi su un concetto più avanzato di Ristorazione Collettiva non solo intesa come illllsomministrare in modo igienicamente corretto un numero elevato di pasti ma nella sua funzione sociale, soprattutto nella scuola, come importante funzione educativo-relazionali ed educazione al gusto attraverso una più'ampia conoscenza dei contesti ambientali, delle origini, della stagionalità delle produzioni e con l'introduzione di modalità assaggio e di comparazione di diversi gusti e varietà di prodotti;

il 2015 sarà l'anno dell'Expo 2015, dedicata al tema: «Nutrire il Pianeta»;

impegna il Governo:

a valutare l'opportunità di includere il servizio di ristorazione tra i servizi publici essenziali ai sensi dell'articolo 1 della legge 12 giugno 1990, n. 146;

a prevedere attraverso il Ministero della Salute, di concerto con il Ministero delle Politiche Agricole, linee di indirizzo per l'attività di Ristorazione Collettiva in un confronto con l'Anci e le associazioni rappresentative del settore sui livelli nutrizionali, la catena di fornitura alimentare fino agli utenti finali;

a prevedere'l'esclusione delle gare al massimo ribasso per il servizio di ristorazione collettiva e definire criteri nazionali per la definizione dei capitolati con requisiti omogenei di base dalla modalità di forniture dei prodotti alla formazione del personale, ai requisiti degli ambienti di preparazione e

consumo dei pasti al fine di crescere i livelli di standard di qualità e contrastare il rischio di infiltrazioni malavitose nel sistema degli appalti di ristorazione;

a prevedere, nel primo provvedimento utile, incentivi premianti in presenza di prassi e percorsi virtuosi tesi alla diminuzione di sprechi alimentari e ad una logica di rapporto personalizzato con l'utente in una logica di precisione della programmazione iniziale del percorso della produzione e somministrazione del cibo;

a prevedere forme di incentivo per la crescita di piattaforme per la concentrazione e controllo di offerta di produzioni locali adeguate alla dimensione della domanda del sistema della ristorazione collettiva che permettano trasparenza, garanzia di qualità, protagonismo diretto dei produttori.

G/1698/82/5

IDEM

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015) (AS 1698),

premesso che:

l'articolo 1, comma 4, istituisce un fondo denominato «La buona scuola», al fine di dotare il Paese di un sistema d'istruzione scolastica che si caratterizzi per un rafforzamento dell'offerta fonnativa e della continuità didattica, per la valorizzazione dei docenti e per una sostanziale attuazione dell'autonomia scolastica;

il suddetto fondo è finalizzato prioritariamente, peraltro, all'attuazione di interventi per realizzare un piano straordinario di assunzioni, il potenziamento dell'alternanza scuola-lavoro e la formazione di docenti e dirigenti;

considerato che:

il progetto «Sport di Classe», nato con l'accordo tra Ministero dell'Istruzione, Università e Ricerca, Comitato Olimpico Nazionale Italiano e Presidenza del Consiglio dei Ministri ? Dipartimento per gli Affari Regionali, le Autonomie e lo Sport, nonché con il sostegno del Comitato Italiano Paralimpico e di diverse Regioni ed Enti Locali, prevede il potenziamento dell'attività sportiva in aula, in particolare nella scuola primaria, così come prevede anche il Piano de «La Buona Scuola»;

tuttavia tale progetto non è una soluzione definitiva alla questione strutturale della mancanza di alfabetizzazione motori a nelle scuole del nostro Paese, rischia di essere un rimedio temporaneo al «precariato» del settore formativo e, pertanto, di non dare risposta alle reali esigenze occupazionali;

è necessario, invece, immettere stabilmente all'interno delle scuole primarie la figura di un esperto di educazione motoria;

la sentenza del 26 novembre 2014 della Terza sezione della Corte di Giustizia Europea, nelle cause riunite C-22/13, C-61/13, C-63/13 e C-418/13, in merito al precariato pubblico, ha sancito l'incompatibilità della normativa italiana in tema di contratti a termine nella pubblica amministrazione con le regole europee;

considerato inoltre che:

bisogna riconoscere la funzionale sociale, educativa e di promozione di valori che l'attività sportiva svolge in generale e all'interno delle scuole, in particolare nelle classi elementari, dove è maggiore l'esigenza di creare le basi per una reale 'cultura sportiva delle nuove generazioni;

lo sport è uno strumento utile alla prevenzione della salute fisica e psichica della persona, alla promozione dell'integrazione sociale, delle pari opportunità e dell'inclusione sociale, allo sviluppo delle capacità cognitivedegli alunni, nonché, veicolo fondamentale per rafforzare la prevenzione contro ogni forma di violenza, razzismo, discriminazione, intolleranza o mancanza di correttezza;

impegna il Governo:

a valutare l'opportunità di inserire, nel futuro piano di assunzioni dei docenti delle scuole primarie, quote riservate a laureati in Scienze motorie o diplomati Isef ai fini dell'insegnamento dell'educazione motoria.

G/1698/85/5

BONFRISCO
La 5ª Commissione,
in sede di esame del disegno di legge di stabilità 2015
considerato che:
il Paese continua ad affrontare una situazione di grave incertezza economica, sfavorevole per imprese e cittadini;
le misure eccessivamente restrittive in ordne all'uso del denaro contante non solo contrastano con i principi generali di libera circolazione dell'ordinamento europeo, ma hanno effetti particolarmente negativi sui consumi, non producendo altresì risultati significativi in termini di contrasto all'evasione fiscale
impegna il Governo
ad intraprendere le misure necessarie atte a mofificare la vigente normativa in materia di utilizo del denaro contante e dei titoli al portatore affinché l'attuale limite venga innalzato a 5.000 euro.

G/1698/86/5
BONFRISCO
La 5ª Commissione,
in sede di esame del disegno di legge di stabilità 2015
considerato che:
i soggetti c.d. no profit hanno subito una progressione della tassazione negli ultimi tre anni di circa il 240%;
tale progerssione metterà in grave difficoltà il settore come quello del volontariato, del privato sociale e degli enti territoriali che avrà meno fondi da poter destinare alle proprie finalità
impegna il Governo
ad adottare le misure necessarie atte a ridurre la tassazone sui soggeti c.d. no profit prevedendo l'esclusione dal reddito imponibile di cui all'art. 4, comma 1, lettera q) del decreto legislativo 12 dicembre 2003, n. 344 un ammontare pari alle erogazion liberali che gli enti di cui al decreto legislativo 17 maggio 1999, n. 153 effettuano in attuazione di quanto prvisto dall'art. 2 delmedesimo decreto a favore dei soggetti pubblici e privati senza scopo di lucro.

G/1698/87/5
BONFRISCO
La 5ª Commissione,
in sede di esame del disegno di legge di stabilità 2015
considerato che:
anche per sostenere ed incentivare la crescita economica, appare necessario eliminare una disparità di trattamento che nei fatti emerge tra le diverse tipologie di imprese che partecipano agli affidamenti di lavori, servizi e forniture effettuati dalle pubbliche amministrazioni
a tal fine, risulta necessaria una semplificazione delle procedure previste dalla normativa vigente che consenta una più larga partecipazione delle imprese minori
impegna il Governo
ad adottare le misure necessarie per consentire alle amministrazioni dello Stato, degli enti territoriali e locali di stipulare contratti che possano essere affidati con la procedura di cui all'art. 125, comma 11, ultimo periodo, del decreto legislativo 12 aprile 2006, n. 163, esclusivamente per importi inferiori a quelli indicati all'art. 28 del medesimo decreto legislativo.

G/1698/88/5
BONFRISCO
La 5a Commissione,
in sede di esame del disegno di legge di Stabilità 2015
considerato che:

il Paese continua ad affrontare una situazione di grave incertezza economica, sfavorevole per imprese e cittadini;

G/1698/89/5

DE PIETRO

Il Senato, in sede di esame del disegno di legge n. 1698, impegna il Governo a valutare l'opportunità di dare attuazione al contenuto dell'emendamento 1.13.

G/1698/90/5

DI BIAGIO

La 5 a Commissione,

in sede di esame del disegno di legge n. 1698, recante "Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)"

premesso che,

il provvedimento in esame introduce disposizioni relative al comparto istruzione ed insegnamento del Ministero dell'Istruzione, dell'Università e della Ricerca, prevedendo misure in materia di personale docente;

in riferimento al citato personale la recente sentenza della Corte di Giustizia Europea ha ribadito la necessità di porre rimedio a quell'ossimoro tutto italiano rappresentato dal precariato scolastico, ormai divenuto un precariato stabile, evidenziando come "la normativa europea osta a una normativa nazionale che autorizzi, in attesa del l'espletamento delle procedure concorsuali, il rinnovo di contratti di lavoro a tempo determinato per la copertura di posti vacanti e disponibili";

tale problematica, riconosciuta come una delle patologie del nostro sistema di istruzione, presenta numerosi livelli di criticità, che interessano anche aspetti relativi ai meccanismi di reclutamento degli insegnanti, oggi imperniati su due meccanismi fondamentali: lo scorrimento delle graduatorie ad esaurimento e i concorsi nazionali;

considerato che,

la procedura del concorso nazionale, ripresa con il bando relativo al concorso espletato nel 2012, si trova in una fase che sembrerebbe ancora "sperimentale" e non sono attualmente chiariti i tempi e le dinamiche di un futuro concorso, considerando anche il fatto che i vincitori dell'ultimo sono ancora in attesa di prendere servizio;

in virtù di tali aspetti, le graduatone ad esaurimento (GAE) rappresentano ancora oggi il canale di reclutamento attualmente più stabile e strutturato;

l'inserimento all'interno di tali graduatorie rimane tuttavia precluso ad una molteplicità insegnanti, pur in possesso di titolo abilitante, riconducibili alle seguenti categorie: docenti che hanno conseguito l'abilitazione attraverso i percorsi abilitanti istituiti ai sensi del DM 10 settembre 2010, n. 249, del Ministro dell'Istruzione, dell'Università e della Ricerca; docenti inseriti nelle graduatorie di merito del concorso a cattedra dì cui al DDG 24 settembre 2012, n. 82; docenti in possesso di laurea in Scienze della Formazione Primaria; docenti in possesso di diploma magistrale conseguito entro l'a.s. 2001/2002;

si tratta di insegnanti che negli ultimi anni, al prezzo di grandi sacrifici personali e con oneri non indifferenti, anche sotto il profilo economico, hanno potuto conseguire l'abilitazione attraverso le diverse fattispecie di percorsi formativi abilitanti disponibili. Tali docenti si trovano ora in possesso di un'abilitazione, riconosciuta dallo Stato italiano, che di fatto risulta priva di valore effettivo, laddove non è considerata quale titolo di accesso all'unico reale canale di reclutamento stabile, quali sono le GAE;

impegna il Governo

a valutare l'opportunità di adottare, già a partire dai prossimi provvedimenti in materia, le opportune misure, anche di natura legislativa, finalizzate alla valorizzazione delle abilitazioni all'insegnamento citate in premessa, definendo l'accesso, per le categorie di insegnanti evidenziate, alle graduatorie ad

esaurimento degli insegnanti, e valutando l'opportunità di calendarizzare un aggiornamento anticipato delle stesse per prevederne l'inserimento.

G/1698/91/5

MANDELLI

La 5 a Commissione,

in sede di discussione dell'AS 1698 "legge di stabilità 2015"

premesso che:

il comma 30 dell'articolo 1, modifica la disciplina del credito di imposta a favore delle imprese che investono in attività di ricerca e sviluppo.

impegna il Governo:

ad assumere iniziative volte a rendere ammissibili al credito di imposta anche quelle attività che favoriscono la conoscenza dei prodotti, processi o servizi messi a punto, modificati o migliorati a seguito delle attività di ricerca e sviluppo di cui al comma 4, lettere b) e c).

G/1698/92/5

D'ALÌ

Il Senato, in sede di esame del disegno di legge n. 1198, impegna il Governo a valutare l'opportunità di dare attuazione al contenuto dell'emendamento 1.297.

G/1698/93/5

BERGER, PANIZZA, ZELLER, PALERMO, LANIECE, BATTISTA, ROMANO, FAUSTO GUILHERME LONGO

Il Senato, in sede di esame del disegno di legge n. 1198, impegna il Governo a valutare l'opportunità di dare attuazione al contenuto dell'emendamento 1.342.

G/1698/94/5

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Il Senato, in sede di esame del disegno di legge n. 1198, impegna il Governo a valutare l'opportunità di dare attuazione al contenuto dell'emendamento 1.385.

G/1698/95/5

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Il Senato, in sede di esame del disegno di legge n. 1198, impegna il Governo a valutare l'opportunità di dare attuazione al contenuto dell'emendamento 1.519.

G/1698/96/5

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Il Senato, in sede di esame del disegno di legge n. 1198, impegna il Governo a valutare l'opportunità di dare attuazione al contenuto dell'emendamento 1.712.

G/1698/97/5

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Il Senato, in sede di esame del disegno di legge n. 1198, impegna il Governo a valutare l'opportunità di dare attuazione al contenuto dell'emendamento 1.726.

G/1698/98/5

DIVINA, COMAROLI, TOSATO

Il Senato, in sede di esame del disegno di legge n. 1198, impegna il Governo a valutare l'opportunità di dare attuazione al contenuto dell'emendamento 1.734.

G/1698/99/5

SIMEONI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Il Senato, in sede di esame del disegno di legge n. 1198, impegna il Governo a valutare l'opportunità di dare attuazione al contenuto dell'emendamento 1.735.

G/1698/100/5

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO
Il Senato, in sede di esame del disegno di legge n. 1198, impegna il Governo a valutare l'opportunità di dare attuazione al contenuto dell'emendamento 1.738.

1.36/1.38 (testo 2)
DI BIAGIO, LUIGI MARINO
Al comma 6, lettera a) sostituire le parole:
"aventi soggetività giuridica e fornite di partita IVA (reti-soggetto)" con le seguenti: "aventi nel programma comune di rete lo sviluppo di attività innovative".

1.57 (testo 2)
MARCUCCI, D'ALÌ, LAI, URAS
Dopo il comma 7 inserire il seguente:
«7-*bis*. All'articolo 1 del decreto-legge 31 maggio 2014, n. 83, convertito con modificazioni dalla legge 29 luglio 2014, n. 106, sono apportate le seguenti modificazioni.
dopo le parole: "di appartenenza pubblica e" sono aggiunte le seguenti: "delle fondazioni lirico sinfoniche e teatri di tradizione";
conseguentemente dopo le parole: "di quelle esistenti" le parole: "delle fondazioni lirico-sinfoniche o" sono soppresse.

1.923 (testo 2)
URAS
Dopo il comma 113, aggiungere il seguente:
«113-bis. Al fine di realizzare gli interventi di messa in sicurezza e ristrutturazione degli edifici scolastici, delle scuole materne, elementari e medie dei comuni della Sardegna danneggiati dagli eventi alluvionali del mese di novembre 2013 è autorizzata la spesa di 5 milioni di euro nel 2015».
Conseguentemente, alla Tabella A, voce "Ministero dell'economia e delle finanze", apportare le modifiche:
2015 CP: -5.000.000
CS: -5.000.000

1.9200/1
URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO
All'emendamento 1.9200, sostituire il comma 42-bis con il seguente:
«42-*bis*. Al fine di proseguire le bonifiche dei siti di interesse nazionale contaminati dall'amianto sono stanziati 65 milioni per ciascuno degli anni 2015, 2016, 2017, di cui 20 milioni annui in favore della provincia di Oristano e 25 milioni annui in favore dei comuni di Casale Monferrato e Napoli-Bagnoli».
Conseguentemente, all'articolo 3, comma 75, Tabella A, allegata, voce «Ministero dell'economia e delle finanze», *apportare le seguenti modifiche:*
2015
CP: ? 20.000.000;
CS: ? 20.000.000;
2016
CP: ? 20.000.000;
CS: ? 20.000.000;
2017
CP: ? 20.000.000;
CS: ? 20.000.000.

1.9200/2
URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO
All'emendamento 1.9200, sostituire il comma 42-bis con il seguente:
«42-*bis*. Al fine di proseguire le bonifiche dei siti dì interesse nazionale contaminati dall'amianto

sono stanziati 60 milioni per ciascuno degli anni 2015, 2016, 2017, di cui 15 milioni annui in favore della provincia di Oristano e 25 milioni annui in favore dei comuni di Casale Monferrato e Napoli-Bagnoli».

Conseguentemente nel conseguentemente sostituire le parole «45 milioni» *con le seguenti* «60 milioni».

1.9200/3

BAROZZINO, URAS, DE CRISTOFARO, DE PETRIS, CERVELLINI, PETRAGLIA, STEFANO

All'emendamento 1.9200, al comma 42-bis, sostituire le parole: «45 milioni» con le seguenti: «70 milioni», sostituire le parole: «e Napoli-Bagnoli» con le seguenti: «, Napoli-Bagnoli e Broni».

Conseguentemente, all'articolo 3, sostituire le parole: «45 milioni» *con le seguenti:* «70 milioni».

1.9200/4

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

All'emendamento 1.9200, al comma 42-bis sostituire le parole: «e Napoli-Bagnoli» con le seguenti: «, Napoli-Bagnoli e Oristano».

1.9200/5

COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 1.9200, al comma 42-bis è aggiunto, in fine, il seguente periodo: «nonché di 10 milioni di euro a favore di Regione Lombardia per la bonifica relativa al patrimonio delle Aler a partire da quello dell'Aler di Milano».

1.9200/6

ARRIGONI, COMAROLI, TOSATO, CENTINAIO

All'emendamento 1.9200, al comma 42-bis, aggiungere, in fine, le seguenti parole: «e 5 milioni annui in favore del comune di Broni. I comuni beneficiari possono utilizzare le risorse anche per la concessione di contributi a fondo perduto a soggetti privati per la rimozione e smaltimento dell'amianto degli edifici in proprietà o in uso, fatte salve le misure per la trasparenza e pubblicità degli interventi finanziati. Tali contributi si devono intendere aggiuntivi alle altre misure agevolative previste dalla normativa vigente».

1.9200/7

CENTINAIO, ARRIGONI, COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 1.9200, al comma 42-bis, aggiungere, in fine, le seguenti parole: «e 5 milioni annui in favore del comune di Broni».

1.9200/8

ORELLANA

All'emendamento 1.9200, dopo le parole: «Napoli-Bagnoli», inserire le seguenti: «e 4 milioni annui in favore del comune di Broni».

1.9200/9

CERONI

All'emendamento 1.9200, al comma 42-ter, dopo le parole: «a ciascun beneficiario» aggiungere le seguenti: «sentita la Conferenza Stato Città e Autonomie locali».

1.9200/10

ZANONI, BROGLIA

All'emendamento 1.9200, al comma 42-ter, dopo le parole: «a ciascun beneficiario» aggiungere le seguenti: «sentita la Conferenza Stato Città e Autonomie locali».

1.9200/11

DE PETRIS, URAS, STEFANO, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA

All'emendamento 1.9200, dopo il comma 42-ter, aggiungere il seguente:

«42-*quater.* Per il finanziamento del piano straordinario di bonifica delle discariche abusive, di cui all'articolo 1, comma 113, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, sono stanziati 270 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015-2018.»

Conseguentemente all'emendamento 2.9823 lettera f) *sopprimere il capoverso 11*-ter.

1.9200/12

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

All'emendamento 1.9200, dopo il comma 42-ter, aggiungere il seguente:

«42-*quater.* Per il finanziamento del piano straordinario di bonifica delle discariche abusive, di cui all'articolo 1, comma 113, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, sono stanziati 60 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015-2017».

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 75, Tabella A allegata, voce «Ministero dell'economia e delle finanze», *apportare le seguenti modifiche:*

2015:

CP: ? 60.000.000;

CS: ? 60.000.000;

2016:

CP: ?60,000.000;

CS: ? 60.000.000;

2017:

CP: ? 60.000.000;

CS: ? 60.000.000.

1.9200/13

CALEO

All'emendamento 1.9200, dopo il comma 42-ter, aggiungere il seguente:

«43-*bis.* Le somme residue conseguenti alla completa attuazione della programmazione relativa all'erogazione dei contributi a privati, prime abitazioni ed attività economiche, previsti dall'Ordinanza del Presidente del Consiglio dei Ministri n. 3903/2010, quantificate in complessivi euro 8 milioni sono versate, in deroga a quanto previsto dal penultimo periodo del comma 5-*bis* dell'articolo 5 della legge 24 febbraio 1992, n. 225, e successive modifiche e integrazioni, alla contabilità speciale in corso di apertura per fronteggiare le conseguenze degli eventi atmosferici del 9-13 ottobre 2014 per i quali il Consiglio dei Ministri ha deliberato lo stato di emergenza nella seduta del 30 ottobre 2014. Alla disciplina dell'impiego delle risorse di cui al presente articolo, ai fini della corresponsione di primi contributi a fronte delle medesime tipologie di danni di cui alla richiamata Ordinanza n. 3903/2010, si provvede con Ordinanza del Capo del Dipartimento della Protezione Civile ai sensi di quanto previsto dai commi 2 e 2-*bis* del medesimo articolo 5».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 8.000.000;

2016: ?;

2017: ?.

1.9200/14

CALEO

All'emendamento 1.9200, dopo il comma 42-ter, aggiungere il seguente:

«43-*bis.* L'articolo 1, comma 4-*bis* del decreto-legge 29 dicembre 2011, n. 216, convertito con modificazioni dalla legge 24 febbraio 2012, n. 14, è abrogato».

1.9200

IL GOVERNO

Dopo il comma 42, aggiungere i seguenti:

«42-*bis*. Al fine di proseguire le bonifiche dei siti di interesse nazionale contaminati dall'amianto, sono stanziati 45 milioni per ciascuno degli anni 2015, 2016, 2017, di cui 25 milioni annui in favore dei comuni di Casale Monferrato e Napoli-Bagnoli.

42-*ter*. Con decreto del Ministero dell'ambiente, da emanare entro il 15 febbraio 2015, sono individuate le risorse di cui al comma 42-*bis* da trasferire a ciascun beneficiario.

Conseguentemente, all'articolo 3, apportare le seguenti modificazioni:

dopo il comma 66, inserire il seguente:

«66-*bis.* L'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307, è ridotta di 45 milioni per ciascuno degli anni 2015, 2016, 2017».

1.9201/1

LUIGI MARINO

L'emendamento è soppresso.

1.9201/2

COMAROLI, STEFANI, CENTINAIO, TOSATO

All'emendamento 1.9201, il comma 82-bis, è sostituito dal seguente:

«1. In considerazione delle particolari ragioni di sicurezza connesse degli uffici giudiziari aventi sede nel palazzo di giustizia di Palermo, tenuto conto che occorre incrementare il coefficiente di sicurezza del palazzo in relazione al rischio di attentati, con Decreto del Ministro della Giustizia, di concerto con il Ministro delle Infrastrutture e dei trasporti e con il Ministro dell'economia e delle finanze, sono individuati gli investimenti finalizzati alla realizzazione delle strutture e degli impianti di sicurezza necessari attraverso le procedure ordinarie di cui al D.Lgs. 12 aprile 2006, n. 163.

2. Per la realizzazione degli interventi di cui al comma 1 è autorizzata la spesa di 6 milioni di euro per l'anno 2015 a cui si provvede mediante corrispondente riduzione del Fondo per gli interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307».

1.9201/3

CENTINAIO, ARRIGONI, COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 1.9201, al comma 82-sexies sopprimere il terzo e il quarto periodo.

1.9201/4

CENTINAIO, ARRIGONI, COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 1.9201, sopprimere il comma 82-decies

1.9201

IL GOVERNO

Dopo il comma 82, inserire i seguenti:

«82-*bis.* In considerazione delle particolari ragioni di urgenza connesse allo stato della sicurezza degli uffici giudiziari aventi sede nel palazzo di giustizia di Palermo per l'incremento del coefficiente di rischio di attentati, con decreto del Ministro della giustizia, di concerto con il Ministro delle infrastrutture e dei trasporti e con il Ministro dell'economia e delle finanze, sono individuati gli investimenti finalizzati alla realizzazione delle strutture e degli impianti di sicurezza necessari.

82-*ter*. il decreto di cui al comma 82-*bis*, da adottarsi entro trenta giorni dall'entrata in vigore della presente legge, individua i tempi di tutte le fasi di realizzazione dell'investimento. Sul rispetto dei suddetti tempi vigila il commissario straordinario, nominato con il medesimo decreto per il periodo di tempo necessario alla realizzazione dell'intervento e comunque non superiore a sei mesi dalla data di adozione del decreto. Con il medesimo decreto è individuato il quadro finanziario dell'investimento e le relative risorse attribuite al commissario straordinario sono gestite, non oltre il termine di cui al periodo precedente, sulla contabilità speciale intestata al medesimo commissario.

82-*quater.* Il commissario nominato ai sensi del comma 82-*ter* monitora l'adozione degli atti e dei provvedimenti necessari per l'esecuzione dell'investimento; vigila sull'espletamento delle procedure realizzative e su quelle autorizzative, sulla stipula dei contratti e sulla cura delle attività occorrenti al finanziamento, utilizzano le risorse disponibili assegnate a tale fine. Esercita ogni potere di impulso, attraverso il più ampio coinvolgimento degli enti e dei soggetti interessati, per assicurare il coordinamento degli stessi ed il rispetto dei tempi, anche convocando o presenziando a conferenze di servizi ai sensi degli articoli 14, 14-*bis*, 14-*ter;* 14-*quater* della legge 7 agosto 1990, n. 241 e successive modificazioni e integrazioni. Può chiedere agli enti coinvolti ogni documento utile per l'esercizio dei propri compiti. Qualora sopravvengano circostanze che impediscano la realizzazione

totale o parziale dell'investimento, il commissario straordinario propone la revoca dell'assegnazione delle risorse.

82-*quinquies*. In ogni caso, per la localizzazione delle opere individuate a norma del comma 82-*bis* si applica il decreto del presidente della Repubblica 18 aprile 1994, n. 383.

82-*sexies*. Per l'espletamento dei compiti stabiliti al comma 82-*quater* e per l'esecuzione dell'investimento individuato con il decreto di cui al comma 82-*bis,* il commissario ha, sin dal momento della nomina, con riferimento ad ogni fase dell'investimento e ad ogni atto necessario per la sua esecuzione, i poteri, anche sostitutivi, degli organi ordinari o straordinari. Al commissario sono altresì attribuiti, in quanto compatibili, i poteri di cui all'articolo 17-*ter* del decreto-legge 30 dicembre 2009, n. 195, convertito, con modificazioni, dalla legge 26 febbraio 2010, n. 26, il commissario provvede in deroga ad ogni disposizione vigente e nel rispetto comunque della normativa comunitaria sull'affidamento di contratti relativi a lavori, servizi e forniture, nonché dei principi generali dell'ordinamento giuridico. II decreto di cui al comma 82-*bis* del presente articolo contiene l'indicazione delle principali norme cui si intende derogare. In ogni caso gli interventi di cui al comma 82-*bis* costituiscono interventi la cui esecuzione deve essere accompagnata da speciali misure di sicurezza, a norma dell'articolo 17 del decreto legislativo 12prile 2006, n. 163 e non si applicano i commi 10 e 10-*ter* dell'articolo 11 del medesimo decreto legislativo.

82-*septies.* Per lo svolgimento dei compiti di cui al presente articolo, il commissario si avvale degli uffici amministrativi e tecnici delle amministrazioni interessate, del soggetto competente in via ordinaria per la realizzazione dell'intervento, dei provveditorati regionali alle opere pubbliche; al personale degli enti di cui il Commissario si avvale non sono dovuti compensi, salvo il rimborso delle spese documentate, nei limiti previsti dalla normativa vigente, a cui si fa fronte ai sensi del comma 82-*octies.*

82-*octies*. Il decreto di cui al comma 82-*bis* individua il commissario straordinario tra pubblici dipendenti. Il commissario straordinario dalla data di assunzione dell'incarico e per tutto il periodo di svolgimento è collocato fuori ruolo, con retribuzione a carico dell'amministrazione di provenienza, e non gli compete un compenso ulteriore, fatto salvo il rimborso delle spese documentate, nei limiti previsti dalla normativa vigente, a cui si fa fronte nell'ambito delle risorse assegnate per la realizzazione dell'intervento.

82-*novies*. Il Ministro della giustizia esercita le funzioni di indirizzo, vigilanza e controllo sull'attività del commissario straordinario.

82-*decies.* Per la realizzazione degli interventi di cui ai commi 82-*bis* al 82-*novies* è autorizzata la spesa di 6 milioni di euro per l'anno 2015 a cui si provvede mediante corrispondente riduzione del Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decretolegge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307.

1.9202/1

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

All'emendamento 1.9202, Al comma 89-bis sostituire le parole da «in via sperimentale» fino alla fine del comma con le seguenti:

«89-*quater*. a decorrere dal 2015 a tutti i malati di patologie asbesto-correlate contratte per esposizione a qualsiasi titolo, per ragioni ambientali, familiari o lavorative alle fibre dell'amianto , che si tratti di lavoratori sia civili che militari. L'organizzazione del Fondo, nonché le procedure e le modalità di erogazione delle prestazioni, sono disciplinate da un nuovo regolamento adottato con decreto del Ministro del lavoro e delle politiche sociali, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, entro novanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge. A tal fine la dotazione del Fondo è incrementata di 10 milioni di euro a decorrere dal 2015».

Conseguentemente al comma 112 sostituire le parole «250 milioni» *con le seguenti* «240 milioni».

1.9202/2

BAROZZINO, DE CRISTOFARO, DE PETRIS, CERVELLINI, PETRAGLIA, STEFANO

All'emendamento 1.9202, al comma 89-bis, dopo le parole: «di mesotelioma» aggiungere le seguenti: «quale effetto delle fibre di amianto».

1.9202/3

IL RELATORE

All'emendamento 1.9202, dopo il comma 89-ter, aggiungere il seguente:

«89-*quater*. Dopo l'articolo 306 del decreto legislativo 3 aprile 2006, n. 152, è inserito il seguente:

"Articolo 306-*bis.*

(Determinazione delle misure per il ripristino ambientale nei Siti di Interesse Nazionale)

1. Il Ministro dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare è autorizzato a stipulare una transazione con la società Syndial s.p.a. per la bonifica e la riparazione del danno ambientale nel Sito inquinato di Interesse Nazionale di Pieve Vergonte.

2. Ai fini di cui al comma 1, la Regione e gli enti territoriali interessati individuano con il soggetto privato un piano di misure complementari e compensative di riparazione del danno ambientale comprensive anche di misure di valorizzazione e di sviluppo economico sociale, ad integrazione del progetto operativo di bonifica (P.O.B.). Tale piano, predisposto in conformità all'Allegato 3 alla Parte VI del decreto legislativo 3 aprile 2006, n. 152, costituisce una proposta vincolante sulla quale il Ministro dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare acquisisce il preventivo parere dell'Avvocatura generale dello Stato. L'attuazione delle misure previste nel Piano approvato e l'individuazione del soggetto a cui sono conferite le funzioni di coordinamento sono disciplinate con Accordo di programma tra il Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, la Regione e gli Enti locali interessati dall'inquinamento e il soggetto obbligato alla riparazione del danno.

3. I costi per l'attuazione del Piano di cui al comma 2 sono a carico del soggetto obbligato alla riparazione del danno"».

1.9202/4

LAI, TOMASELLI, STEFANO ESPOSITO

All'emendamento 1.9202 dopo il capoverso «89-ter» inserire i seguenti commi:

«89-*quater*. Al fine di rendere immediatamente operativo il Piano Nazionale Amianto, è costituita presso la Presidenza del consiglio dei ministri la commissione nazionale per il coordinamento e l'attuazione del piano. La composizione della commissione è definita entro 30 giorni dall'approvazione della seguente legge mediante DPCM, che individua quali soggetti attuatori del Piano Nazionale Amianto i ministeri della Salute, dell'Ambiente e del Lavoro, le Regioni e gli Enti Locali, i quali operano con un delegato istituzionale per le problematiche dell'amianto.

89-*quinques*. Il PNA ha durata triennale e viene finanziato da fondi nazionali o europei. Per il triennio 2015-2017 sono confermate le spese annue sostenute per la parte sanitaria dal ministero della salute per 2,5 milioni per la ricerca delle terapie finalizzate alla cura delle malattie asbesto correlate e il sostegno ai centri specialistici integrati per la cura delle neoplasie asbesto correlate, per 10 milioni per le attività delle regioni collegate alla sorveglianza sanitaria attiva degli esposti ed ex-esposti all'amianto e per 15 milioni per la cura dei tumori rari, con una quota di almeno il 10 per cento per le neoplasie asbesto correlate.

89-*sexties*. Presso il Ministero dell'Ambiente è istituito il Fondo Italia ? Bonifica Amianto con la dotazione di 100 milioni per il 2015, 50 milioni per il 2016 e 50 milioni per il 2017, derivanti dal Fondo di sviluppo e coesione 2014-2020, ai sensi del comma 9 dell'articolo 13 del decreto-legge 24 giugno 2014 convertito con modifiche nella legge 11 agosto 2014, n. 116. Il 50 per cento delle risorse del Fondo Italia-Bonifica amianto è destinato ai Sin e alle regioni per le attività di monitoraggio, controlli e realizzazione di strutture idonee al conferimento e trattamento materiali contenente amianto in una logica di strutture di prossimità di territorio e associazioni di comuni. Il restante 50 per cento delle risorse è destinato ai Comuni per la bonifica degli edifici pubblici presenti nel proprio territorio

con priorità verso gli enti locali che hanno una mortalità da mesotelioma superiore alla media nazionale secondo i dati del Registro Nazionale dei Mesotelioma (ReNaM)».

1.9202/5

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

All'emendamento 1.9202, dopo il comma 89-ter aggiungere il seguente:

«89-quater. Presso il Ministero del lavoro e delle politiche sociali è istituito un Fondo con uno stanziamento pari a 3 milioni di euro a decorrere dal 2015 per realizzare, in accordo con il coordinamento delle Regioni degli assessori alla salute, un programma di indirizzo e coordinamento e messa in rete dei programmi delle singole regioni in materiali "Sorveglianza sanitaria, diagnosi precoce e terapie efficaci" delle persone dichiaratesi esposte all'amianto, per le persone che hanno ricevuto e riceveranno dall'INAIL o dalle AUSL l'attestato di avvenuta esposizione all'amianto.

94-*ter*. Il Ministero del lavoro e delle politiche sociali, in accordo con il coordinamento delle regioni con proprio decreto, sentito il Ministro dell'economia e delle finanze, definisce le modalità di utilizzo delle risorse di cui al comma 1.

94-*quater*. Il Ministero del lavoro e delle politiche sociali e il coordinamento delle regioni presentano annualmente una relazione sullo stato di avanzamento e i risultati sanitari del piano di sorveglianza sanitaria per i soggetti esposti all'amianto.

94-*quinquies*. Nello svolgimento delle attività del Piano il Ministero si avvale anche della collaborazione delle rappresentanze delle organizzazioni sindacali dei lavoratori e delle rappresentanze delle associazioni degli ex esposti all'amianto».

Conseguentemente al comma 112 sostituire le parole «250 milioni» *con le seguenti* «247 milioni».

1.9202/6

DE CRISTOFARO, DE PETRIS, BAROZZINO, URAS

All'emendamento 1.9202, dopo il comma 89-ter, inserire il seguente:

«89-*quater*. All'articolo 13 della legge 27 marzo 1992, n. 257, dopo il comma 2 è aggiunto il seguente:

"2-*bis*. In deroga a quanto disposto dall'articolo 24 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito con modificazioni dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, le disposizioni di cui al comma 2 si applicano anche agli ex lavoratori occupati nelle imprese che hanno svolto attività di coibentazione e. bonifica, che hanno cessato il loro rapporto di lavoro per effetto della chiusura, dismissione o fallimento della impresa presso cui erano occupati e il cui sito è interessato da Piano di bonifica da parte dell'ente territoriale, che non abbiano maturato i requisiti anagrafici e contributivi previsti dalla normativa vigente, che risultano ammalati con patologia asbesto correlata accertata e riconosciuta ai sensi dell'articolo 13 comma 7. Agli oneri derivanti dall'attuazione del presente comma si fa fronte a valere sulle risorse di cui all'articolo 16, nonché sulle risorse del Fondo sociale per occupazione e formazione di cui all'articolo 18, comma 1, lettera *a)*, del decreto-legge 29 novembre 2008, n. 185"».

1.9202/7

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

All'emendamento 1.9202, dopo il comma 89-ter aggiungere il seguente:

«89-*quater*. La dotazione del Fondo per le vittime dell'amianto di cui al comma 241 dell'articolo 1 della legge 24 dicembre 2007, n. 244, è incrementata di 5 milioni di euro a decorrere dal 2015. Il Fondo, a modifica delle sue norme istitutive e regolatorie, è istituito a favore di tutte le persone vittime dell'amianto, colpite da patologie asbesto-correlate contratte a qualsiasi titolo, per ragioni ambientali, familiari o lavorative, che si tratti di lavoratori sia civili che militari. L'organizzazione del Fondo, nonché le procedure e le modalità di erogazione delle prestazioni, sono disciplinate da un nuovo regolamento adottato con decreto del Ministro del lavoro e delle politiche sociali, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, entro novanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge».

Conseguentemente al comma 112 sostituire le parole «250 milioni» *con le seguenti* «245

milioni»..

1.9202/8

STEFANO, URAS

All'emendamento 1.9202, dopo il comma 89-ter aggiungere il seguente:

«89-quater. La decadenza prevista dall'articolo 47, comma 6 del D.P.R 30 aprile 1970, n. 639, non si applica alle rivalutazioni pensionistiche da esposizione all'amianto di cui all'articolo 13, comma 8 della legge 27 marzo 1992, n. 257».

Conseguentemente al comma 112, sostituire le parole «250 milioni di euro » con le seguenti «230 milioni di euro».

1.9202

IL GOVERNO

Dopo il comma 89 aggiungere i seguenti:

«89-*bis*. Le prestazioni assistenziali del Fondo per le vittime dell'amianto di cui all'articolo 1, comma 241, della legge 24 dicembre 2007, n. 244, istituito presso l'INAIL sono estese in via sperimentale, per gli anni 2015, 2016 e 2017, ai malati di mesotelioma che abbiano contratto la patologia, o per esposizione familiare a lavoratori impiegati nella lavorazione dell'amianto ovvero per esposizione ambiente comprovata. Le prestazioni di cui al presente comma sono a valere sulle disponibilità presenti nel suddetto Fondo senza nuovi e ulteriori oneri a carico della finanza pubblica.

89-*ter.* In deroga a quanto disposto dall'articolo 24 del decreto-legge 6 dicembre 2011 n. 201, convertito con modificazioni dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, le disposizioni di cui al comma 2 dell'articolo 13 della legge 27 marzo 1992, n. 257, e successive modificazioni e integrazioni si applicano ai fini del conseguimento del diritto alla decorrenza del trattamento pensionistico nel corso dell'anno 2015, senza la corresponsione di ratei arretrati, sulla base della normativa vigente prima dell'entrata in vigore del citato decreto-legge n. 201 del 2011 anche agli *ex* lavoratori occupati nelle imprese che hanno svolto attività di scoibentazione e bonifica, che hanno cessato il loro rapporto di lavoro per effetto della chiusura, dismissione o fallimento della impresa presso cui erano occupati e il cui sito è interessato da Piano di Bonifica da parte dell'Ente Territoriale, che non abbiano maturato i requisiti anagrafici e contributivi previsti dalla normativa vigente, che risultano malati con patologia asbesto correlata accertata e riconosciuta ai sensi dell'articolo 13, comma 7, della legge 27 marzo 1992, n. 257 e successive modificazioni e integrazioni«.

Conseguentemente, all'articolo 3, dopo comma 66, inserire il seguente:

«66-*bis*. L'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307, è ridotta di 4,2 milioni di euro per l'anno 2015 e di 5 milioni di euro per ciascuno degli anni dal 2016 al 2018».

1.9203/1

LUIGI MARINO

All'emendamento 1.9200, al sostituire il comma 90-ter ed il Conseguentemente con il seguente:

«90-*ter.* L'incentivo di cui al comma 90-*bis* è riconosciuto nel limite di 15 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017. L'incentivo di cui al comma 90-*bis* è riconosciuto secondo le modalità stabilite al comma 90.

Conseguentemente,

1) *Alla Tabella A, voce:* Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 2.000.000;

2016: ? 100.000;

2017: ? 6.300.000.

2) *Alla Tabella E, Missione:* Agricoltura, politiche agroalimentari e pesca, *Programma:* politiche europee ed internazionali e dello sviluppo rurale *voce:* decreto legislativo n. 185/2000 e successive modificazioni e integrazioni. Assegnazione all'ISMEA ? Istituto di servizi per il mercato agricolo alimentare ? per il finanziamento delle misure agevolate dell'autoimprenditorialità e dell'autoimpiego

nel settore agricolo (1.2 ? cap.: 7253) *apportare le seguenti variazioni:*

Rifinanziamento

2016:

CP: ?1 4.900.000;

CS: ? 14.900.000;

2017:

CP: ? 8.700.000;

CS: ? 8.700.000;

2018:

CP: ? 4.700.000;

CS: ? 4.700.000.

3) l'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n.282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307, è ridotta di 13 milioni di euro per l'anno 2015.

1.9203/2

LUIGI MARINO, DI BIAGIO

All'emendamento 1.9200, sostituire il comma 90-ter ed il Conseguentemente con il seguente:

«90-*ter.* L'incentivo di cui al comma 90-*bis* è riconosciuto nel limite di 15 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017. L'incentivo di cui al comma 90-*bis* è riconosciuto secondo le modalità stabilite al comma 90.

Conseguentemente,

1) *Alla Tabella A, voce:* Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 2.000.000;

2016: ? 100.000;

2017: ? 6.300.000.

2) *Alla Tabella E, Missione:* Agricoltura, politiche agroalimentari e pesca, *Programma:* politiche europee ed internazionali e dello sviluppo rurale *voce:* decreto legislativo n. 185/2000 e successive modificazioni e integrazioni. Assegnazione all'ISMEA ? Istituto di servizi per il mercato agricolo alimentare ? per il finanziamento delle misure agevolate dell'autoimprenditorialità e dell'autoimpiego nel settore agricolo (1.2 ? cap.: 7253), *apportare le seguenti variazioni:*

Rifinanziamento

2016:

CP: ? 14.900.000;

CS: ? 14.900.000;

2017:

CP: ? 8.700.000;

CS: ? 8.700.000;

2018:

CP: ? 4.700.000;

CS: ? 4.700.000.

3) *All'articolo 1, comma 143, sopprimere le lettere* a) *e* b);

sostituire la lettera c) *con la seguente:*

«*c)* le parole: «3.000 milioni» sono sostituite dalle seguenti «13 milioni».

1.9203/3

DONNO, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

All'emendamento 1.9203, capoverso «90-bis», dopo le parole: «Con riferimento ai datori di lavoro del settore agricolo», aggiungere le seguenti: «, in particolare alle aziende agricole che ricadono nelle regioni e nei comuni interessati dagli eventi alluvionali che hanno colpito il territorio nazionale nell'anno 2014, già oggetto di riconoscimento dello stato di calamità naturale come da apposito

Decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri».

1.9203/4

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, D'AMBROSIO LETTIERI

All'emendamento 1.9203:

a) al comma 90-bis*, dopo le parole:* «settore agricolo», *inserire le seguenti:* «e turistico»;

b) al comma 90-bis, *sostituire le parole:* «250 giornate» *con le seguenti:* «150 giornate»;

c) sostituire le parole da: «Conseguentemente:» *fino alla fine, con le seguenti:*

«Conseguentemente:

a) all'articolo 1, sopprimere il comma 92;

b) l'articolo 18, comma 1, del decreto legislativo 25 novembre 1996, n. 625, è sostituito dal seguente:

"1. I canoni annui per i permessi di prospezione e di ricerca e per le concessioni di coltivazione e di stoccaggio nella terraferma, nel mare territoriale e nella piattaforma continentale italiana, sono così determinati:

a) permesso di prospezione: 1.000 euro per chilometro quadrato;

b) permesso di ricerca: 1.000 euro per chilometro quadrato;

c) permesso di ricerca in proroga: 1.000 euro per chilometro quadrato;

d) concessione di coltivazione: 10.000 euro per chilometro quadrato;

e) concessione di coltivazione in proroga: 10.000 euro per chilometro quadrato;

f) concessione di stoccaggio insistente sulla relativa concessione di coltivazione: euro per chilometro quadrato;

g) concessione di stoccaggio in assenza di relativa concessione di coltivazione: 5.000 euro per chilometro quadrato".

110-*ter.* I superiori canoni valgono anche nel caso di rilascio del titolo concessorio unico, di cui all'articolo 38 del decreto-legge 12 settembre 2014, n.133 convertito con modificazioni dalla legge 11 novembre 2014, n.164.

110-*quater.* Le disposizioni di cui ai commi 110-*bis* e 110-*ter* si applicano a decorrere dal 12 settembre 2014».

1.9203/5

STEFANO, DE PETRIS, URAS

All'emendamento 1.9203, al comma 90-ter, primo periodo, sostituire le parole: «2 milioni di euro per l'anno 2015» con le seguenti: «10 milioni di euro per l'anno 2015».

Conseguentemente al comma 124 dell'articolo 1, sostituire le parole: «850 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016» con le seguenti: «842 milioni di euro per l'anno 2015 e 850 milioni di euro per l'anno 2016».

1.9203/6

ORRÙ

All'emendamento 1.9203, dopo le parole: «All'articolo 1» aggiungere le seguenti: «apportare le seguenti modificazioni: a)».

Conseguentemente dopo le parole: «Ministero dell'economia e finanze» *inserire le seguenti:* «*b)* al comma 92 sostituire le parole: "30 settembre 2014" con: "30 giugno 2015", al comma 93 sostituire le parole: "entro sessanta giorni" con "180 giorni", al comma 94, dopo le parole "Le risorse di cui al comma 92", inserire le seguenti "non impegnate per investimenti"».

1.9203/7

ORRÙ

All'emendamento 1.9203, dopo le parole: «All'articolo 1» aggiungere le seguenti: «apportare le seguenti modificazioni: a)».

Conseguentemente dopo le parole: «Ministero dell'economia e finanze» *inserire le seguenti:* «*b)* al comma 92 sostituire le parole: "risultano non ancora impegnate alla data del 30 settembre 2014", con le seguenti "non risultano ancora attivate, all'esito del secondo monitoraggio rafforzato avviato con

la circolare DPS n 10556 del 10 novembre 2014, secondo le modalità di cui al successivo comma 4)"».

1.9203

IL GOVERNO

Dopo il comma 90, aggiungere i seguenti:

«90-*bis*. Con riferimento ai datori di lavoro del settore agricolo le disposizioni di cui al comma 90 si applicano, nei limiti delle risorse indicate al comma 90-*ter,* alle nuove assunzioni con contratto di lavoro a tempo indeterminato, con esclusione dei contratti di apprendistato, decorrenti dal 1º gennaio 2015 con riferimento a contratti stipulati non oltre il 31 dicembre 2015, con esclusione dei lavoratori che nell'anno 2014 siano risultati occupati a tempo indeterminato e relativamente ai lavoratori occupati a tempo determinato che risultino iscritti negli elenchi nominativi per un numero di giornate di lavoro non inferiore a 250 giornate con riferimento all'anno solare 2014.

90-*ter*. L'incentivo di cui al comma 90-*bis* è riconosciuto nel limite di 2 milioni di euro per l'anno 2015, 15 milioni di euro per ciascuno degli anni 2016 e 2017, 11 milioni di euro per l'anno 2018 e 2 milioni di euro per l'anno 2019. L'incentivo di cui al comma 90-*bis* è riconosciuto dall'INPS in base all'ordine cronologico di presentazione delle domande e, nel caso di insufficienza delle risorse indicate al primo periodo del presente comma, valutata anche su base pluriennale con riferimento alla durata dell'incentivo, l'INPS non prende in considerazione ulteriori domande, fornendo immediata comunicazione anche attraverso il proprio sito internet. L'INPS provvede al monitoraggio delle minori entrate valutate con riferimento alla durata dell'incentivo, inviando relazioni mensili al Ministero del lavoro e delle politiche sociali, al Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali ed al Ministero dell'economia e delle finanze».

Conseguentemente:

1) *alla Tabella A, voce:* Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 2.000.000;
2016: ? 100.000;
2017: ? 6.300.000.

2) *alla Tabella E, Missione:* Agricoltura, politiche agroalimentari e pesca, *Programma:* Politiche europee ed internazionali e dello sviluppo rurale *voce:* Decreto legislativo n. 185/2000 e successive modificazioni e integrazioni. Assegnazione all'ISMEA ? Istituto di servizi per il mercato agricolo alimentare ? per il finanziamento delle misure agevolate dell'autoimprenditorialità e dell'autoimpiego nel settore agricolo (1.2 ? cap.: 7253), *apportare le seguenti variazioni:*

Rifinanziamento

2016:
CP: ? 14.900.000;
CS: ? 14.900.000;
2017:
CP: ? 8.700.000;
CS: ? 8.700.000;
2018 e successivi:
CP: ? 4.700.000;
CS: ? 4.700.000.

1.9204/1

GIANLUCA ROSSI, PARENTE

All'emendamento 1.9204, dopo il comma 104-ter, aggiungere il seguente comma:

«104-*quater.* Al fine di semplificare la disciplina Iva del commercio elettronico diretto nelle transazioni intracomunitarie, sono apportate le seguenti semplificazioni:

a) all'articolo 22 del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633, al comma 1, dopo il punto 6-*bis)* aggiungere il seguente punto: "7) le prestazioni di servizi digitali effettuate in via telematica ed elettronica tra privati consumatori e soggetti passivi di imposta, siano essi operatori

nazionali, comunitari o extra-comunitari identificatisi ai fini Iva nel territorio comunitario«;

b) all'articolo 2 del decreto del Presidente della Repubblica del 21 dicembre 1996 n. 696, al comma 1, dopo la lettera *tt*-bis) aggiungere la seguente: «*tt*-ter), le prestazioni di servizi digitali effettuate in via telematica ed elettronica tra privati consumatori e soggetti passivi di imposta, siano essi operatori nazionali, comunitari o extra-comunitari identificatisi ai fini iva nel territorio comunitario».

1.9204

IL GOVERNO

Dopo il comma 104, sono inseriti i seguenti:

«104-*bis*. Il comma 5 dell'articolo 26 della legge 11 agosto 2014, n. 125, è sostituito dal seguente:

"5. Le cessioni di beni e le relative prestazioni accessorie effettuate, secondo modalità stabilite con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, nei confronti delle amministrazioni dello Stato e dei soggetti della cooperazione allo sviluppo iscritti nell'elenco di cui al comma 3, destinati ad essere trasportati o spediti fuori dell'Unione europea in attuazione di finalità umanitarie, comprese quelle dirette a realizzare programmi di cooperazione allo sviluppo, sono non imponibili agli effetti dell'imposta sul valore aggiunto ai sensi dell'articolo 8-bis del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633".

104-*ter*. Nelle more dell'emanazione del decreto di cui all'articolo 26, comma 5, della legge n. 125 del 2014, come sostituito dal comma 104-*bis*, continuano ad applicarsi le disposizioni contenute nel decreto del Ministro delle finanze del 10 marzo 1988, n. 379, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* della Repubblica Italiana n. 204 del 31 agosto 1988».

1.9205/1

COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 1.9205, dopo le parole «2015 al 2017» inserire le seguenti: «Il programma Cosmo/Skymed è prioritariamente adibito alla sorveglianza dei flussi migratori illegali d'interesse della Repubblica».

1.9205

IL GOVERNO

Dopo il comma 105, inserire il seguente:

«105-*bis*. Per il finanziamento dei programmi spaziali strategici nazionali in corso di svolgimento è, autorizzato il contributo all'ASI di 30 milioni di euro per ciascuno degli anni dal 2015 al 2017».

Conseguentemente, all'articolo 3, dopo il comma 66, inserire il seguente:

«66-*bis*. L'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307, è ridotta di 30 milioni di euro per ciascuno degli anni dal 2015 al 2017».

1.9206/1

D'ALÌ

All'emendamento 1.9206, sostituire i capoversi «110-bis, 110-ter e 110-quater» con il seguente:

«110-*bis*. L'articolo 18, comma 1, del decreto legislativo 25 novembre 1996, n.625, è sostituito dal seguente:

"1. I canoni annui per i permessi di prospezione e di ricerca e per le concessioni di coltivazione e di stoccaggio nella terraferma, nel mare territoriale e nella piattaforma continentale italiana, sono così determinati:

a) permesso di prospezione: 1.000 euro per chilometro quadrato;

b) permesso di ricerca: 1.000 euro per chilometro quadrato;

c) permesso di ricerca in proroga: 1.000 euro per chilometro quadrato;

d) concessione di coltivazione: 10.000 euro per chilometro quadrato;

e) concessione di coltivazione in proroga: 10.000 euro per chilometro quadrato;

f) concessione di stoccaggio insistente sulla relativa concessione di coltivazione: euro per

chilometro quadrato;

g) concessione di stoccaggio in assenza di relativa concessione di coltivazione: 5.000 euro per chilometro quadrato.

110-*ter*. I superiori canoni valgono anche nel caso di rilascio del titolo concessorio unico, di cui all'articolo 38 del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133 convertito con modificazioni dalla legge 11 novembre 2014, n. 164.

110-*quater*. Le disposizioni di cui ai commi 110-*bis* e 110-*ter* si applicano a decorrere dal 12 settembre 2014».

1.9206/2

PETROCELLI, LEZZI, BULGARELLI, MANGILI, CIOFFI, GIROTTO, NUGNES

All'emendamento 1.9206, apportare le seguenti modifiche:

a) il comma 110-bis, *è sostituito dal seguente:*

«110-*bis*. All'articolo 18 del decreto legislativo 25 novembre 1996, n. 625, il comma 1 è sostituito dal seguente:

"1. A decorrere dal 1º gennaio 2015, i canoni annui per i permessi di prospezione e di ricerca e per le concessioni di coltivazione e di stoccaggio nella terraferma, nel mare territoriale e nella piattaforma continentale italiana, sono così determinati:

a) permesso di prospezione: 2.000 euro per chilometro quadrato;

b) permesso di ricerca: 3.000 euro per chilometro quadrato;

c) permesso di ricerca in prima proroga: 5.000 euro per chilometro quadrato;

d) permesso di ricerca in seconda proroga: 10.000 euro per chilometro quadrato;

e) concessione di coltivazione: 20.000 euro per chilometro quadrato;

f) concessione di coltivazione in proroga: 25.000 euro per chilometro quadrato;

g) concessione di stoccaggio insistente sulla relativa concessione di coltivazione: 5.000 euro per chilometro quadrato;

h) concessione di stoccaggio in assenza di relativa concessione di coltivazione: 20.000 euro per chilometro quadrato".

b) dopo il comma 110-quater, *aggiungere i seguenti;*

"110-*quinquies*. A decorrere dal 1º gennaio 2015, l'aliquota di prodotto corrisposta allo Stato dai titolari di ciascuna concessione di coltivazione di idrocarburi liquidi e gassosi estratti sia in terraferma che in mare, ai sensi del comma 1 dell'articolo 19 del decreto legislativo 25 novembre 1996, n.625 è stabilità, uniformemente, nella misura del 50 per cento della quantità di idrocarburi estratti.

110-*sexies*. Sono soppressi i commi 2, 3, 6 e 6-*bis*, dell'articolo 19 del decreto legislativo 25 novembre 1996, n. 625.

110-*septies*. A decorrere dal 1º gennaio 2015, viene applicata una sanzione pecuniaria di 4.000 euro per chilometro quadrato, per ogni anno di mancato inizio delle attività di concessione».

1.9206/3

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

All'emendamento 1.9206, apportare le seguenti modificazioni:

1) *sostituire il comma 110*-bis *con il seguente:*

«110-*bis*. I canoni annui per i titoli abilitativi concernenti prospezione, ricerca, coltivazione e stoccaggio di idrocarburi liquidi e gassosi nella terraferma, nel mare territoriale e nella piattaforma continentale di cui all'articolo 18 del decreto legislativo 25 novembre 1996, n. 625, sono incrementati moltiplicando l'importo vigente per un fattore pari a cento.».

2) *nel comma 110*-ter, *sostituire le parole* «100 euro» *con le seguenti:* «10.000 euro».

1.9206/4

CONSIGLIO, COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 1.9206, all'articolo 1, comma 110-quater, aggiungere in fine il seguente periodo: «Dalla maggiorazione dei canoni non devono derivare aumenti delle tariffe a carico dei consumatori finali».

1.9206

IL GOVERNO

Dopo il comma 110, inserire i seguenti:

«110-*bis*. L'articolo 18, comma 1, del decreto legislativo 25 novembre 1996,n. 625, è sostituito dal seguente:

"1. I canoni annui per i permessi di prospezione e di ricerca e per le concessioni di coltivazione e di stoccaggio nella terraferma, nel mare territoriale e nella piattaforma continentale italiana, sono così determinati:

a) permesso di prospezione: 5 euro per chilometro quadrato;

b) permesso di ricerca: 20 euro per chilometro quadrato;

c) permesso di ricerca in proroga: 20 euro per chilometro quadrato;

d) concessione di coltivazione: 100 euro per chilometro quadrato;

e) concessione di coltivazione in proroga: 100 euro per chilometro quadrato;

f) concessione di stoccaggio insistente sulla relativa concessione di coltivazione: 15 euro per chilometro quadrato;

g) concessione di stoccaggio in assenza di relativa concessione di coltivazione: 59 euro per chilometro quadrato".

110-*ter*. Nel caso di rilascio del titolo concessorio unico, di cui all'articolo 38 del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 novembre 2014, n. 164, il canone da versare è pari a 100 euro per chilometro quadrato.

110-*quater*. Le disposizioni di cui ai commi 110-*bis* e 110-*ter* si applicano a decorrere dal 1º gennaio 2015».

1.9207/1

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, D'AMBROSIO LETTIERI

All'emendamento 1.9207, dopo il capoverso «117-bis» aggiungere il seguente:

«117-*ter*. Il Fondo per le politiche della famiglia di cui all'articolo 19, comma 1, del decreto-legge n. 223 del 2006 convertito, con modificazioni, dalla legge n. 248 del 2006, destinato a finanziare anche il sostegno delle adozioni internazionali, è incrementato di 20 milioni di euro per rassegnazione di un bonus per ogni bambino straniero adottato a decorrere dal 2015».

Conseguentemente, ai maggiori oneri si provvede mediante riduzione del Fondo ISPE di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n.282, convertito con modificazioni dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307.

1.9207/2

LEPRI, PARENTE, ANGIONI, D'ADDA, FAVERO, MANASSERO, PEZZOPANE, SPILABOTTE, COLLINA, CUOMO, PADUA, MOSCARDELLI

All'emendamento 1.9207, dopo il comma 117-bis aggiungere il seguente:

«117-*ter*. La carta acquisti può essere utilizzata anche presso le associazioni di volontariato riconosciute ai sensi della legge 11 agosto 1991, n. 266 e regolarmente iscritte nei registri regionali, che operano per il sostegno alimentare di soggetti in situazione di disagio economico organizzati in attività di acquisto collettivo di beni e distribuzione dei medesimi, senza applicazione di alcun ricarico, esclusivamente agli aderenti, con finalità etiche, di solidarietà sociale e di sostenibilità ambientale, in diretta attuazione degli scopi istituzionali e con esclusione di attività di somministrazione e di vendita, ai sensi dell'articolo l, commi 266 e 267 della legge 24 dicembre 2007, n. 244.».

1.9207

IL GOVERNO

Dopo il comma 117, inserire il seguente:

«117-*bis*. Restano validi gli atti e i provvedimenti adottati e sono fatti salvi i rapporti giuridici sorti e gli effetti prodottisi sulla base dell'articolo 9, comma 15, del decreto-leggi 30 dicembre 2013, n. 150, soppresso dalla legge di conversione 27 febbraio 2014, n. 15, fino alla data in cui è stato perfezionato il contratto con il Gestore del servizio integrato di gestione delle carte acquisti e dei

relativi rapporti amministrativi, così da adempiere alle obbligazioni verso Poste S.p.a. sorte nel periodo di vigenza del citato articolo 9, comma 15».

1.5001/1

DI BIAGIO, SUSTA

All'emendamento 1.5001, dopo il comma 119-ter, inserire il seguente comma:

«119-*ter*. L'articolo 4, comma 1, lettera *b)*, numero 1, del decreto del Presidente della Repubblica 7 luglio 2006, n. 243, si interpreta nel senso che alte Vittime del Dovere ed ai loro familiari superstiti, di cui all'articolo 1, commi 563 e 5641 della legge 23 dicembre 2005, n. 266, nonché alle Vittime della Criminalità Organizzata ed ai loro familiari superstiti, di cui all'articolo 1 della legge 20 ottobre 1990, n. 302, spetta l'assegno vitalizio previsto dall'articolo 2 della legge 23 novembre 1998, n. 407, e successive modificazioni, così come modificato dall'articolo 4 comma 238 legge 24 dicembre 2003 n. 350.».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 116, sostituire le parole: «100 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015» *con le seguenti:* «92 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015».

1.5001/2

DI BIAGIO, SUSTA

All'emendamento 1.5001, dopo il comma 119-ter, inserire il seguente comma:

«119-*ter*. L'articolo 4, comma 1, lettera *b)*, numero 1, del decreto del Presidente della Repubblica 7 luglio 2006 n. 243, si interpreta nel senso che alle Vittime del Dovere ed ai loro familiari superstiti, di cui all'articolo 1, commi 563 e 564, della legge 23 dicembre 2005, n. 266, nonché alle Vittime della Criminalità Organizzata ed ai loro familiari superstiti, di cui all'articolo 1 della legge 20 ottobre 1990, n. 302, spetta l'assegno vitalizio previsto dall'articolo 2 della legge 23 novembre 1998, n. 407, e successive modificazioni, così come modificato dall'articolo 4 comma 238 legge 24 dicembre 2003, n. 350.».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76 aggiungere, in fine, le seguenti parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 8 milioni a decorrere dal 2015».

1.5001/3

DI BIAGIO, SUSTA

All'emendamento 1.5001, dopo il comma 119-quinquies, inserire il seguente comma:

«119-*quinquies*. Le disposizioni di cui ai commi 119-*ter*, 119-*quater*, 119-*quinquies*, e le disposizioni di cui ai sopracitati articolo 2, articolo 3, commi 1 e 1-*bis*, articolo 4, comma 2 si applicano altresì alle vittime del Dovere ed ai loro familiari superstiti, di cui all'articolo l, commi 563 e 564, della legge 23 dicembre 2005, n. 266, nonché alle Vittime della Criminalità Organizzata ed ai loro familiari superstiti, di cui all'articolo 1 della legge 20 ottobre 1990, n. 302.».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76 aggiungere, in fine, le seguenti parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 30 milioni a decorrere dal 2015».

1.9208/1

COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 1.9208, sostituire le parole: «20 milioni», ovunque ricorrano, con: «40 milioni».

1.9208/2

FAVERO, FABBRI, FEDELI, GUERRA, RICCHIUTI, PARENTE, ZANONI, BORIOLI, DI GIORGI, LEPRI, DE BIASI, BIANCO, LAI, VACCARI, ALBANO, IDEM, PEZZOPANE, PUPPATO, MANASSERO, FASIOLO, SOLLO, D'ADDA, ELENA FERRARA, MATTESINI, SPILABOTTE, LO GIUDICE, LUCHERINI, CUOMO, PAGLIARI, COLLINA, AMATI, RUSSO, GRANAIOLA, DIRINDIN, MATURANI, PADUA, SILVESTRO, VALDINOSI, CARDINALI, DALLA ZUANNA, CHITI

All'emendamento 1.9208, dopo il comma 119-bis aggiungere il seguente:

«119-*ter*. All'Istituto nazionale per l'assicurazione contro gli infortuni sul lavoro (INAIL) sono attribuite le competenze in materia di reinserimento e di integrazione lavorativa delle persone con disabilità da lavoro, da realizzare con progetti personalizzati mirati alla conservazione del posto di lavoro o alla ricerca di nuova occupazione, con interventi formativi di riqualificazione professionale, con progetti per il superamento e per l'abbattimento delle barriere architettoniche sui luoghi di lavoro, con interventi di adeguamento e di adattamento delle postazioni di lavoro. L'attuazione delle disposizioni di cui al presente comma è a carico del bilancio dell'INAIL, senza nuovi o maggiori oneri a carico per la finanza pubblica».

1.9208

IL GOVERNO

Dopo il comma 119, inserire i seguenti:

«119-*bis*. La dotazione del Fondo per il diritto al lavoro dei disabili di cui all'articolo 13, comma 4, della legge 12 marzo 1999, n. 68, è incrementata di 20 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015».

119-*ter.* Agli oneri derivanti dall'attuazione del comma 119-*bis* pari a 20 milioni di euro a decorrere all'anno 2015, si provvede mediante corrispondente riduzione del Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307».

1.9209/1

LEZZI, MANGILI, BULGARELLI

All'emendamento 1.9209, al paragrafo 119-bis, sostituire le parole: «1 milione di euro» con le seguenti: «80.000 euro»

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 80.000

1.9209/2

TOMASELLI

All'emendamento 1.9209, dopo il comma 119-bis, inserire il seguente:

«119-*ter*: Alla legge 27 dicembre 2013, n. 147, comma 106 sostituire le parole: "per ciascuno degli anni 2014, 2015, 2016" con le seguenti: "per l'anno 2014 e a 7,5 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016,"».

Conseguentemente alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 7.500.000;

2016: ? 7.500.000.

1.9209

IL GOVERNO

Dopo il comma 119, inserire il seguente:

«119-*bis*. Per l'anno 2015 è autorizzata la spesa di 1 milione di euro quale contributo dell'Italia alla Fondazione Auschwitz-Birkenau per la costituzione del Fondo perpetuo finalizzato al mantenimento della struttura dell'*ex* campo di sterminio. Il Ministro dell'economia e delle finanze, con propri decreti, è autorizzato a determnare le modalità di erogazione del contributo e ad apportare le occorrenti variazioni di bilancio.».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 1.000.000.

1.9210/1

DE PIETRO

All'emendamento 1.9210, capoverso «123-bis», sostituire le parole: «3 milioni di euro» con le

seguenti: «4 milioni di euro».

Conseguentemente, al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni di euro» con le seguenti: «249 milioni di euro».

1.9210

IL GOVERNO

Dopo il comma 123, inserire il seguente:

«123-*bis*. Al fine di promuovere lo sviluppo tecnologico del Paese e l'alta formazione tecnologica, l'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 4, comma 10, del decreto-legge 30 settembre 2003, n. 326, come rideterminata dall'articolo 1, comma 578, della legge 23 dicembre 2005, n. 266, è incrementata di 3 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015.».

Conseguentemente,

? *All'articolo 2, comma 20, Allegato 6, sopprimere la voce:* «Somme da assegnare per la valorizzazione dell'istituto italiano di tecnologia».

? *All'articolo 3, dopo comma 66, inserire il seguente:*

«66-*bis*. L'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307, è ridotta di 6 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015».

1.9211/1

PUGLISI, IDEM, DI GIORGI, FASIOLO, ELENA FERRARA, MARTINI, MARCUCCI, MINEO, TOCCI, ZAVOLI

All'emendamento 1.9211, aggiungere il seguente capoverso:

All'articolo 2, sostituire il comma 79 con il seguente:

«79. In attuazione degli impegni assunti nell'accordo tra il Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca, il Coni e il CIP del dicembre 2013, al fine di promuovere la pratica sportiva nelle scuole e l'organizzazione di manifestazioni sportive studentesche, anche per ragazzi con disabilità, per coordinare le attività con il CONI e con il Comitato Paralimpico, a decorrere dal 1º settembre 2015, l'articolo 307 del decreto legislativo 16 aprile 1994, n. 297, è sostituito dal seguente:

"Art. 307. ? L'organizzazione ed il coordinamento periferico del servizio di educazione fisica è di competenza degli Uffici scolastici regionali e del dirigente ad essi preposto, che può avvalersi della collaborazione di un docente di molo di educazione fisica per la specifica funzione in ogni ambito provinciale, il quale può essere dispensato in tutto o in parte dall'insegnamento"».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 20.000.000;
2016: ? 20.000.000;
2017: ? 20.000.000.

1.9211

IL GOVERNO

Dopo il comma 132, inserire il seguente:

«132-*bis*. Per il finanziamento delle attività istituzionali del Comitato paralimpico nazionale di cui all'articolo 1, comma 1, della legge 15 luglio 2003, n. 189, è autorizzata la spesa di 7 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015.».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 7.000.000;
2016: ? 7.000.000;
2017: ? 7.000.000.

1.9212/1

GUALDANI

L'emendamento è soppresso.

1.9212/2

TOMASELLI, GUALDANI

All'emendamento 1.9212, dopo le parole: «all'articolo 1» aggiungere le seguenti: «al comma 109 , sono apportate le seguenti modificazioni:

a) alla lettera *d),* capoverso 9-*ter*, dopo l'ultimo periodo sono inserite le seguenti parole «le selezioni di cui al presente comma sono rivolte a soggetti operanti in ambito locale. Nel caso in cui dalle selezioni non risulti un numero sufficiente ed idoneo, rispetto ai criteri definiti, di operatori di rete in relazione alle frequenze da assegnare, il Ministero dello Sviluppo Economico esamina le domande presentate da soggetti non operanti in ambito locale assegnando i relativi diritti d'uso per le stesse finalità della presente disposizione»;

b) alla lettera *d)*, capoverso 9-*quinquies,* dopo l'ultimo periodo è inserito il seguente: «le suddette graduatorie sono altresì utilizzate per l'attribuzione ai fornitori di servizi di media audiovisivi autorizzati alla diffusione di contenuti audiovisivi in tecnica digitale terrestre in ambito locale dei numeri di cui al seguente 9-*septies»;*

c) alla lettera *d)*, capoverso 9-*septies,* l'ultimo periodo è abrogato».

1.9212/3

TOMASELLI, GUALDANI

All'emendamento 1.9212, dopo il comma 134, inserire i seguenti:

«134-*bis*: Fermo restando quanto stabilito dall'articolo 3-*quinquies* del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16, convertito, con modificazioni, dalla legge 26 aprile 2012, n. 44, nelle more della revisione della disciplina dei contributi in materia di frequenze televisive volta a garantire l'impiego ottimale delle risorse, gli operatori di rete sono tenuti al pagamento di un contributo annuale, determinato in via transitoria dal Ministero dello sviluppo economico di concerto con il Ministero dell'economia e delle finanze.

All'articolo 1, comma 109, lettera *d),* 9-*ter,* dopo l'ultimo periodo, sono inserite le seguenti parole: "Le selezioni di cui al presente comma sono rivolte a soggetti operanti in ambito locale. Nel caso in cui dalle selezioni non risulti un numero sufficiente ed idoneo, rispetto ai criteri definiti, di operatori di rete in relazione alle frequenze da assegnare, il Ministero dello Sviluppo Economico esamina le domande presentate da soggetti non operanti in ambito locale assegnando i relativi diritti d'uso per le stesse finalità della presente disposizione".

All'articolo 1, comma 109, lettera *d),* 9-*quinquies*, dopo l'ultimo periodo è inserito il seguente: "Le suddette graduatorie sono altresì utilizzate per l'attribuzione ai fornitori di servizi di media audiovisivi autorizzati alla diffusione di contenuti audiovisivi in tecnica digitale terrestre in ambito locale dei numeri di cui al seguente 9-septies".

Nell'articolo 1, comma 109, lettera *d)*, 9-*septies,* l'ultimo periodo è abrogato».

1.9212/4

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, D'AMBROSIO LETTIERI

All'emendamento 1.9212, sostituire il capoverso «134-bis» con il seguente:

«134-*bis.* Nelle more della revisione della disciplina dei contributi in materia di frequenze televisive volta a garantire l'impiego ottimale delle risorse, per l'anno 2014 gli operatori di rete televisiva ai sensi del decreto legislativo del 31 luglio 2005, n. 177, sono tenuti al pagamento di un contributo annuale, determinato in via transitoria dal Ministero dello sviluppo economico di concerto con il Ministero dell'economia e delle finanze, tenendo conto dei criteri di contribuzione stabiliti dall'Autorità per le garanzie nelle comunicazioni con la delibera 494/14/CONS del 30 settembre 2014, anche con una riduzione dei tempi per l'applicazione progressiva dei contributi previsti dall'articolo 6 della delibera citata».

Conseguentemente, sopprimere il capoverso: «Conseguentemente».

1.9212/5

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, D'AMBROSIO LETTIERI

All'emendamento 1.9212, sostituire il capoverso «134-bis» con il seguente:

«134-*bis.* Nelle more della revisione della disciplina dei contributi in materia di frequenze televisive volta a garantire l'impiego ottimale delle risorse, per l'anno 2014 gli operatori di rete televisiva ai sensi del decreto legislativo del 31 luglio 2005, n. 177, sono tenuti al pagamento di un contributo annuale, determinato in via transitoria dal Ministero dello sviluppo economico di concerto con il Ministero dell'economia e delle finanze, tenendo conto dei criteri di obiettività, trasparenza, proporzionalità e non discriminazione previsti dall'articolo 35 del Codice delle Comunicazioni elettroniche di cui al d.lgs 1º agosto 2003, n. 259».

Conseguentemente, sopprimere il capoverso: «Conseguentemente».

1.9212/6

COMAROLI

All'emendamento 1.9212, al capoverso «134-bis» sostituire le parole da: «sono tenuti al pagamento» fino a: «15 ottobre 2013» con le seguenti: «in ambito nazionale sono tenuti al pagamento di un contributo annuale, determinato in via transitoria dal Ministero dello sviluppo economico di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze».

1.9212/7

CIAMPOLILLO, BULGARELLI

All'emendamento 1.9212, capoverso: «134-bis» secondo periodo, sostituire le parole da: «Con riferimento agli importi» fino a: «15 gennaio 2015» con le seguenti: «Con riferimento agli importi dovuti per gli anni 2014 e 2015, i contributi sono versati dagli operatori entro il 15 gennaio di ciascun anno».

1.9212/8

CIOFFI, SCIBONA, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

All'emendamento 1.9212, dopo il comma 134-bis, inserire il seguente:

«134-*ter*. In via transitoria, per l'anno 2015, su tutto il territorio nazionale ai soggetti operanti su frequenze televisive terrestri in tecnica digitale in ambito nazionale si applica il regime di contribuzione previsto dall'articolo 27, comma 9, della legge 23 dicembre 1999, n. 448 e dal decreto ministeriale 23 ottobre 2000, maggiorato di 2 punti percentuali.».

1.9212/9

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

All'emendamento 1.9212, dopo il comma 134-bis aggiungere il seguente:

«134-*bis:* Al fine di compensare i tagli effettuati sulle risorse per le misure di sostegno dell'emittenza radiotelevisiva locale relative all'anno 2014, è, inoltre, autorizzata la spesa di euro 82 milioni di euro per l'anno 2015, aggiuntivi rispetto alle risorse già assegnate in bilancio. Si autorizza, inoltre, che detta somma segua l'*iter* dei crediti verso la pubblica amministrazione delle imprese private, con la possibilità di essere scontata tramite accordo tra Governo e Abi ad un tasso concordato dell'1 per cento».

Conseguentemente alla Tabella A, voce «Ministero dell'economia e delle finanze», *apportare le seguenti modifiche:*

2015

CP: ? 82.000.000;

CS: ? 82.000.000:

1.9212

IL GOVERNO

Dopo il comma 134, inserire il seguente:

«134-*bis*. Al fine di assicurare l'assenza di nuovi o maggiori oneri per la finanza pubblica di cui all'articolo 3-*quinquies*, comma 7, del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16, convertito, con modificazioni dalla legge 26 aprile 2012, n. 44, e nelle more della revisione della disciplina dei contributi in materia di frequenze televisive volta a garantire l'impiego ottimale delle risorse, gli operatori di rete sono tenuti al pagamento di un contributo annuale, determinato in via transitoria dal Ministero dello sviluppo economico di concerto con il Ministero dell'economia e delle finanze,

secondo i parametri del regime di contribuzione di cui all'articolo 27, comma 9, della legge 23 dicembre 1999, n. 488. Con riferimento agli importi dovuti per l'anno 2014, i contributi sono versati dagli operatori entro il 15 gennaio 2015 e si applica il medesimo regime di contribuzione stabilito in via transitoria dall'Autorità per le garanzie nelle comunicazioni per l'anno 2013 con la delibera n. 568/13/CONS del 15 ottobre 2013. Le disposizioni di cui al presente comma si applicano dalla data di pubblicazione della presente legge nella *Gazzetta Ufficiale*.».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 83, sostituire le parole: «comma 14» *con le seguenti:* «commi 14 e 134-*bis*».

1.9213/1

BONFRISCO, CERONI, D'ALÌ, MANDELLI, D'AMBROSIO LETTIERI

All'emendamento 1.9213, al comma 143-ter, dopo le parole: «del decreto del Presidente della Repubblica 1º dicembre 1999, n. 503», aggiungere le seguenti: «, anche per la produzione di dati e informazioni a supporto dei processi di valutazione, monitoraggio o con finalità statistiche o gestionali, previsti in adempimento del regolamento (CE) n. 1198 del 1º agosto 2014 della commissione che integra il regolamento (CE) n. 1217/2009 del Consiglio relativo all'istituzione di una rete d'informazione contabile agricola sui redditi e sull'economia delle aziende agricole nell'Unione europea, e dalla normativa nazionale».

1.9213/2

DI BIAGIO

All'emendamento 1.9213, al comma 143-ter, alla fine del periodo dopo le parole: «del decreto del Presidente della Repubblica 10 dicembre 1999, n. 503» aggiungere le seguenti: «, anche per la produzione di dati e informazioni a supporto dei processi di valutazione, monitoraggio o con finalità statistiche o gestionali, previsti in adempimento del regolamento (CE) n. 1198 del 1º agosto 2014 della commissione che integra il regolamento (CE) n. 1217/2009 del Consiglio relativo all'istituzione di una rete d'informazione contabile agricola sui redditi e sull'economia delle aziende agricole nell'Unione europea, e dalla normativa nazionale.».

1.9213/3

MARINELLO, GUALDANI

All'emendamento 1.9213, al comma 143-ter, dopo le parole: «del decreto del Presidente della Repubblica 1º dicembre 1999, n. 503,» aggiungere le seguenti: «, anche per la produzione di dati e informazioni a supporto dei processi di valutazione, monito raggio o con finalità statistiche o gestionali, previsti in adempimento del regolamento (CE) n. 1198 del 1º agosto 2014 della commissione che integra il regolamento (CE) n. 1217/2009 del Consiglio relativo all'istituzione di una rete d'informazione contabile agricola sui redditi e sull'economia delle aziende agricole nell'Unione europea, e dalla normativa nazionale.».

1.9213/4

RUTA

All'emendamento 1.9213, al comma 143-ter, dopo le parole: «del decreto del Presidente della Repubblica 1º dicembre 1999, n. 503», aggiungere le seguenti: «, anche per la produzione di dati e informazioni a supporto dei processi di valutazione, monitoraggio o con finalità statistiche o gestionali, previsti in adempimento del regolamento (CE) n. 1198 del 1º agosto 2014 della commissione che integra il regolamento (CE) n. 1217/2009 del Consiglio relativo all'istituzione di una rete d'informazione contabile agricola sui redditi e sull'economia delle aziende agricole nell'Unione europea, e dalla normativa nazionale».

1.9213/5

BONFRISCO, CERONI, D'ALÌ, MANDELLI, D'AMBROSIO LETTIERI

All'emendamento 1.9213, dopo il comma 143-ter.1, aggiungere il seguente:

«143-*ter*.1. L'ISMEA è autorizzato ad utilizzare il 50 per cento delle risorse finanziarie ad esso attribuite per gli interventi del Fondo di investimento nel capitale di rischio di cui al decreto del Ministro delle politiche agricole e forestali di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze

del 22 giugno 2004, n. 182 e successive modificazioni e integrazioni, per l'erogazione di finanziamenti previsti dal fondo credito di cui all'articolo 17, comma 4, del decreto legislativo 29 marzo 2004, n. 102».

1.9213/6

RUTA

All'emendamento 1.9213, dopo il comma 143-ter.1, aggiungere il seguente:

«143-*ter*.1. L'ISMEA è autorizzato ad utilizzare il 50 per cento delle risorse finanziarie ad esso attribuite per gli interventi del Fondo di investimento nel capitale di rischio di cui al decreto del Ministro delle politiche agricole e forestali di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze del 22 giugno 2004, n. 182 e successive modificazioni e integrazioni, per l'erogazione di finanziamenti previsti dal fondo credito di cui all'articolo 17, comma 4, del decreto legislativo 29 marzo 2004, n. 102».

1.9213/7

DI BIAGIO

All'emendamento 1.9213, dopo il comma 143-ter, aggiungere il seguente:

«143-*ter*.1. UISMEA è autorizzato ad utilizzare il 50 per cento delle risorse finanziarie ad esso attribuite per gli interventi del Fondo di investimento nel capitale di rischio di cui al decreto del Ministro delle politiche agricole e forestali di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze del 22 giugno 2004, n. 182 e successive modificazioni e integrazioni, per l'erogazione di finanziamenti previsti dal fondo credito di cui all'articolo 17, comma 4, del decreto legislativo 29 marzo 2004, n. 102.».

1.9213/8

MARINELLO, GUALDANI

All'emendamento 1.9213, dopo il comma 143-ter, aggiungere il seguente:

«143-*ter*.1. L'ISMEA è autorizzato ad utilizzare il 50 per cento delle risorse finanziarie ad esso attribuite per gli interventi del Fondo di investimento nel capitale di rischio di cui al decreto del Ministro delle politiche agricole e forestali di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze del 22 giugno 2004, n. 182 e successive modificazioni e integrazioni, per l'erogazione di finanziamenti previsti dal fondo credito di cui all'articolo 17, comma 4, del decreto legislativo 29 marzo 2004, n. 102.».

1.9213/9

BONFRISCO, CERONI, D'ALÌ, MANDELLI, D'AMBROSIO LETTIERI

All'emendamento 1.9213, dopo il comma 143-quater, aggiungere il seguente:

«143-*quater*.1. Con uno o più decreti, di natura non regolamentare, del Ministro delle politiche agricole, alimentari e forestali, di concerto con il Ministro per la semplificazione e la pubblica amministrazione, sentita la Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le regioni e le province autonome di Trento e di Bolzano, sono disciplinate le modalità di integrazione nell'Anagrafe delle aziende agricole (AnAGRI) dei dati degli agricoltori attualmente registrati in anagrafi istituite presso altre amministrazioni, le modalità di fruibilità dei dati di cui all'articolo 58 e la cooperazione applicativa di cui all'articolo 72, comma 1, lettera *e)*, del decreto legislativo 7 marzo 2005, n. 82, e successive modificazioni e integrazioni, in coerenza con il Codice dell'amministrazione digitale».

1.9213/10

RUTA

All'emendamento 1.9213, dopo il comma 143-quater, aggiungere il seguente:

«143-*quater*.1. Con uno o più decreti, di natura non regolamentare, del Ministro delle politiche agricole, alimentari e forestali, di concerto con il Ministro per la semplificazione e la pubblica amministrazione, sentita la Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le regioni e le province autonome di Trento e di Bolzano, sono disciplinate le modalità di integrazione nell'Anagrafe delle aziende agricole (AnAGRI) dei dati degli agricoltori attualmente registrati in anagrafi istituite presso altre amministrazioni, le modalità di fruibilità dei dati di cui all'articolo 58 e la cooperazione

applicativa di cui all'articolo 72, comma 1, lettera *e)*, del decreto legislativo 7 marzo 2005, n. 82, e successive modificazioni e integrazioni, in coerenza con il Codice dell'amministrazione digitale».

1.9213/11

DI BIAGIO

All'emendamento 1.9213, dopo il comma 143-quater, aggiungere il seguente:

«143-*quater*.1. Con uno o più decreti, di natura non regolamentare, del Ministro delle politiche agricole, alimentari e forestali, di concerto con il Ministro per la semplificazione e la pubblica amministrazione, sentita la Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le regioni e le province autonome di Trento e di Bolzano, sono disciplinate le modalità di integrazione nell'Anagrafe delle aziende agricole (AnAGRI) dei dati degli agricoltori attualmente registrati in anagrafi istituite presso altre amministrazioni, le modalità di fruibilità dei dati di cui all'articolo 58 e la cooperazione applicativa di cui all'articolo 72, comma 1, lettera *e)*, del decreto legislativo 7 marzo 2005, n. 82, e successive modificazioni e integrazioni, in coerenza con il Codice dell'amministrazione digitale.».

1.9213/12

MARINELLO, GUALDANI

All'emendamento 1.9213, dopo il comma 143-quater, aggiungere il seguente:

«143-*quater*.1. Con uno o più decreti, di natura non regolamentare, del Ministro delle politiche agricole, alimentari e forestali, di concerto con il Ministro per la semplificazione e la pubblica amministrazione, sentita la Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le regioni e le province autonome di Trento e di Bolzano, sono disciplinate le modalità di integrazione nell'Anagrafe delle aziende agricole (AnAGRI) dei dati degli agricoltori attualmente registrati in anagrafi istituite presso altre amministrazioni, le modalità di fruibilità dei dati di cui all'articolo 58 e la cooperazione applicativa di cui all'articolo 72, comma 1, lettera *e)*, del decreto legislativo 7 marzo 2005, n. 82, e successive modificazioni e integrazioni, in coerenza con il Codice dell'amministrazione digitale.».

1.9213/13

STEFANO, DE PETRIS, URAS

All'emendamento 1.9213, sopprimere il comma 143-quinquies.

1.9213

IL GOVERNO

Dopo il comma 134, inserire i seguenti:

«134-*bis*. Il divieto di cui al terzo comma dell'articolo 2 del decreto del Presidente della Repubblica 24 dicembre 1974, n. 727, non si applica ai crediti, certificati dai competenti organismi pagatori e ceduti a ISMEA, relativi ai regimi di sostegno di cui all'Allegato 1 del regolamento (UE) n. 1307/2013 del Parlamento europeo e del Consiglio del 17 dicembre 2013, recante norme sui pagamenti diretti agli agricoltori nell'ambito dei regimi di sostegno previsti dalla politica agricola comune e che abroga il regolamento (CE) n. 637/2008 del Consiglio e il regolamento (CE) n. 73/2009 del Consiglio, inerenti le operazioni di cui al comma 45, lettera *c)*, dell'articolo 4 della legge 24 dicembre 2003, n. 350. Il beneficiario deve manifestare la volontà di cessione nella Domanda Unica presentata ai sensi dell'articolo 72 del regolamento (VE) n. 1306/2013 del Parlamento europeo del 17 dicembre 2013, sul finanziamento, sulla gestione e sul monitoraggio della politica agricola comune e che abroga i regolamenti del Consiglio (CEE) n. 352/78, (CE) n. 165/94, (CE) n. 2799/98, (CE) n. 814/2000, (CE) n. 1290/2005 e (CE) n. 485/2008. Alle operazioni di cui al presente comma, si applica la compensazione di cui all'articolo 01, comma 16, secondo periodo, del decreto-legge 10 gennaio 2006, n. 2, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 marzo 2006, n. 81, e successive modificazioni e integrazioni, effettuata avuto riguardo alla data della cessione del credito a ISMEA secondo le modalità indicate nel decreto di cui al periodo successivo. Con decreto, di natura non regolamentare, del Ministro delle politiche agricole alimentari e forestali, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, da emanarsi entro trenta giorni dall'entrata in vigore della presente legge, sono definite le modalità, i limiti e i criteri, per la cessione dei crediti, anche in deroga a quanto previsto dagli articoli 69 e 70 del regio decreto del 18 novembre 1923, n. 2440. Alle cessioni di crediti di cui al presente

comma non si applica l'articolo 1264 del codice civile e si applicano gli articoli 5 e 6 della legge 21 febbraio 1991, n. 52, e le disposizioni di cui al decreto del Presidente della Repubblica 26 aprile 1986, n. 131.

143-*ter*. All'articolo 17 del decreto legislativo 29 marzo 2004, n. 102, dopo il comma 2, è aggiunto il seguente:

"2-*bis*. La garanzia di cui al comma 2 può essere concessa anche a fronte di titoli di debito emessi dalle imprese operanti nel settore agricolo, agro alimentare e della pesca, in conformità con quanto previsto dall'articolo 2412 del codice civile e dall'articolo 32 del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito, con modificazioni, dalla legge del 7 agosto 2012, n. 134, acquistati da organismi di investimento collettivo del risparmio (Oicr) le cui quote o azioni siano collocate esclusivamente presso investitori qualificati che non siano, direttamente o indirettamente, soci della società emittente. Per le proprie attività istituzionali, nonché per le finalità del presente decreto legislativo, l'Istituto, si avvale direttamente dell'Anagrafe delle aziende agricole e del fascicolo aziendale elettronico di cui agli articoli 1, comma 1, e 9 del decreto del Presidente della Repubblica 1º dicembre 1999, n. 503.".

143-*quater*. All'articolo 60 del codice dell'amministrazione digitale di cui al decreto legislativo 7 marzo 2005, n. 82, al comma 3-*bis*, dopo la lettera *f*-bis), è aggiunta la seguente:

"*f-ter*) Anagrafe delle aziende agricole di cui all'articolo 1, comma 1, del decreto del Presidente della Repubblica 1º dicembre 1999, n. 503.".

143-*quinquies*. All'articolo 1-*ter* del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 91, convertito, con modificazioni, della legge Il agosto 2014, n. 116, dopo il comma 6, è aggiunto il seguente:

"6-*bis*. Per la selezione degli organismi di consulenza aziendale le regioni e le province autonome di Trento e di Bolzano possono fare ricorso ad accordi quadro, in deroga all'articolo 59, comma 1, del decreto legislativo 12 aprile 2006, n. 163."».

143-*sexies*. Dall'attuazione delle disposizioni di cui ai commi 143-*bis*, 143-*ter*, 143-*quater* e 143-*quinquies* non devono derivare nuovi o maggiori oneri a carico della finanza pubblica».

1.9294/1

LAI, RUTA, ANGIONI, CUCCA

All'emendamento 1.9214, al capoverso «144», dopo le parole: «qualità del latte bovino» inserire le seguenti: «ovino e caprino».

1.9294/2

DONNO, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

All'emendamento 1.9214, capoverso «144», dopo le parole da: «qualità del latte bovino», aggiungere le seguenti: «, anche attraverso l'istituzione di un sistema nazionale di tracciabilità del prodotto».

1.9294/3

PIGNEDOLI

All'emendamento 1.9214, comma 144, dopo le parole: «qualità del latte bovino» inserire le seguenti: «e all'esigenza di ristrutturazione della fili era lattiero-casearia».

1.9294/4

STEFANO, DE PETRIS, URAS

All'emendamento 1.9214, comma 144, sostituire le parole: «8 milioni di euro» con le seguenti: «25 milioni di euro».

Conseguentemente al comma 124) sostituire le parole: «850 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016» *con le seguenti:* «833 milioni di euro per l'anno 2015 e 850 milioni di euro per l'anno 2016».

1.9294/5

DE PETRIS, URAS, STEFANO, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA

All'emendamento 1.9214, al comma 144, sopprimere l'ultimo periodo.

1.9214

IL GOVERNO

Dopo il comma 143, aggiungere i seguenti:

«144. Al fine di contribuire alla ristrutturazione del settore lattiero, anche in relazione al superamento del regime europeo delle quote latte, nonché al miglioramento della qualità del latte bovino, è istituito presso il Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali il «Fondo per gli investimenti nel settore lattiero caseario» con una dotazione iniziale pari a 8 milioni di euro per l'anno 2015 e a 50 milioni di euro per ciascuno degli anni 2016 e 2017. Entro sessanta giorni dall'entrata in vigore della presente legge, con decreto di natura non regolamentare del Ministro delle politiche agricole alimentari e forestali, di concerto con il Ministero dell'economia e delle finanze, adottato d'intesa con la Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato le regioni e le province autonome di Trento e di Bolzano, sono definiti i criteri e le modalità di accesso al contributo, nonché la quota di partecipazione alla singola operazione. Non sono ammessi al contributo i produttori non in regola con il pagamento delle multe derivanti dall'eccesso di produzione lattiera ovvero che abbiano aderito ai programmi di rateizzazione previsti dalla normativa vigente, ma non risultano in regola con i relativi pagamenti.

145. Il contributo dello Stato alle azioni di cui al comma 144 soddisfa le condizioni stabilite dal regolamento (UE) n. 1407/2013 della Commissione del 18 dicembre 2013 relativo all'applicazione degli articoli 107 e 108 del trattato sul funzionamento dell'Unione europea agli aiuti «*de minimis*», e dal regolamento (VE) n. 1408/2013 della Commissione, del 18 dicembre 2013, relativo all'applicazione degli articoli 107 e 108 dal Trattato sul funzionamento dell'Unione europea agli aiuti «de minimis» nel settore agricolo.

146. Le operazioni di cui al comma 144 sono assistite dalle garanzie concesse da ISMEA, secondo i criteri e le modalità definite dal decreto del Ministro delle politiche agricole alimentari e forestali, di concerto con il Ministro dell'economia e finanze, del 22 marzo 2011, pubblicato sulla *Gazzetta Ufficiale* della Repubblica italiana del 9 settembre 2011, n. 210.

147. A quota parte degli oneri derivanti dall'attuazione delle disposizioni di cui ai commi 144, 145 e 146 si provvede quanto a 5 milioni per l'anno 2015 e a 50 milioni per ciascuno degli anni 2016 e 2017 mediante utilizzo del fondo di conto capitale iscritto nello stato di previsione del Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali ai sensi dell'articolo 49, comma 2, lettera *d)*, del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, il. 89.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali apportare la seguente variazione:

2015: ? 3.000.000.

2.9800/1

VACCARI, BERGER, FRAVEZZI, PANIZZA

All'emendamento 2.9800, dopo il capoverso «3-bis» inserire il seguente:

«3-*ter*. All'articolo 5, comma 1, del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 novembre 2014, n. 164, le parole: "31 dicembre 2014" sono sostituite dalle seguenti: "30 giugno 2015"».

2.9800

IL GOVERNO

Dopo il comma 3, inserire il seguente:

«3-*bis*. All'articolo 28, comma 8-*bis*, secondo periodo del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito, con modificazioni, dalla legge Il novembre 2014, n. 164, la parola: "rilascia" è sostituita dalle seguenti: "può rilasciare" e le parole: " nel rispetto delle norme europee e previo nulla osta del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti," sono sostituite dalle seguenti: "previo nulla osta del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti, valutata specificamente la compatibilità con le norme e i principi del diritto europeo,"».

2.9823/1

CIOFFI, SCIBONA, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

All'emendamento 2.9823, sopprimere la lettera a).

2.9823/2

CERVELLINI, URAS, DE PETRIS

All'emendamento 2.9823, sopprimere la lettera a).

2.9823/3

COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 2.9823, alla lettera c), dopo il punto 2, inserire il seguente:

«2-*bis*. dopo la lettera *b)*, inserire la seguente:

"*b-bis.*) presenza nei bacini territoriali di importanti insediamenti demografici ed industriali;"».

2.9823/4

SACCONI, BIANCONI, CHIAVAROLI, MANCUSO, GUALDANI

All'emendamento 2.9823, dopo la lettera d), inserire la seguente:

«*d-bis*) sostituire il comma 8 con il seguente:

"8. Al fine di razionalizzare la spesa e conseguire economie di scala, il Ministero delle infrastrutture e dei trasporti assume la funzione di centro unico di acquisto in nome e per conto delle regioni e province autonome interessate."».

2.9823/5

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

All'emendamento 2.9823, alla lettera f) sopprimere il capoverso 11-ter.

Conseguentemente al capoverso 11-quater *sostituire le parole* «30 milioni di euro per ciascuno degli anni dal 2015 al 2017 e 40 milioni di euro per l'anno 2018» *con le seguenti* «300 milioni di euro per ciascuno degli anni dal 2015 al 2017 e 310 milioni di euro per l'anno 2018».

2.9823/6

CIOFFI, SCIBONA, LEZZI, BULGARELLI, MANGILI

All'emendamento 2.9823, lettera f), sopprimere il comma 11-ter.

2.9823/7

CROSIO, ARRIGONI, COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 2.9823, al comma 11-quater, sopprimere il secondo periodo.

2.9823/8

CROSIO, ARRIGONI, COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 2.9823, al comma 11-quater, aggiungere, in fine, le seguenti parole: «nei limiti delle eventuali risorse eccedenti quelle occorrenti per il completamento delle opere prioritarie di cui all'articolo 13, comma 1, lettere a), b) e c) del citato decreto-legge n. 145 del 2013».

2.9823/9

CROSIO, COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 2.9823, dopo il comma 11-quater, inserire il seguente:

«11-quater bis. Al fine di assicurare la corretta applicazione del regolamento CE n. 1186/2009 del parlamento Europeo relativo alla fissazione del regime comunitario delle franchigie doganali, per serbatoi normali di cui all'articolo 107, paragrafo 2, lettera *c)*, fermo restando quanto già previsto, si intendono anche tutti i serbatoi regolarmente omologati dalla motorizzazione».

2.9823/9-bis

GUALDANI, CHIAVAROLI

All'emendamento 2.9823, lettera f), dopo il comma 11-sexies, inserire il seguente:

«11-sexies-bis. All'articolo 3, comma3, del decreto-legge 11 settembre 2014, n. 133, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 novembre 2014, n. 164, al terzo periodo dopo le parole: "beni immobiliari demaniali di loro competenza" sono inserite le seguenti parole: "e, nel limite di 50 milioni, per l'attuazione di interventi urgenti in materia di dissesto idrogeologico, di difesa e messa in sicurezza di beni pubblici, di completamento di opere in corso di esecuzione nonché di miglioramento infrastrutturale. Con uno o più decreti del Ministro delle Infrastrutture e dei trasporti sono individuati d'intesa con la struttura di missione istituita con il decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri 27 maggio 2014, gli interventi e le procedure di attuazione».

2.9823/10

CROSIO, COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 2.9823, alla lettera f), sostituire il comma 11-septies, con il seguente:

«11-*septies.* Per assicurare l'avvio dei lavori di prolungamento della metropolitana 5 di Milano fino a Monza è autorizzata la spesa di 10 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

2.9823/11

CROSIO, COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 2.9823, alla lettera f), sostituire il comma 11-septies con il seguente:

«11-*septies.* Per assicurare il completamento dei lavori dì collegamento autostradale fra Brescia e Milano è autorizzata la spesa di 10 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

2.9823/12

COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 2.9823, alla lettera f), sostituire le parole: «10 milioni» con le seguenti: «5 milioni» e aggiungere in fine il seguente periodo: «Al fine di garantire la continuità del servizio pubblico di navigazione sui laghi Maggiore, di Garda e di Como, alla Gestione governativa laghi sono attribuiti, per l'anno 2012, 5 milioni di euro. Le maggiori risorse di cui al presente comma sono destinate al finanziamento delle spese di esercizio per la gestione dei servizi di navigazione lacuale. È comunque fatto salvo quanto previsto all'articolo 4, quarto comma, della legge 18 luglio 1957, n. 614».

2.9823/13

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, D'AMBROSIO LETTIERI

All'emendamento 2.9823, alla lettera f), sopprimere il capoverso «11-octies» e dopo la lettera l), aggiungere la seguente:

«*m)* al fine di garantire interventi di risanamento e manutenzione straordinaria dei beni attinenti al Fondo edifici per il culto, è autorizzata la spesa di 10 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016 e di 3 milioni per l'anno 2017».

2.9823/14

ORELLANA

All'emendamento 2.9823, dopo il comma 11-nonies, aggiungere il seguente:

«11-*nonies*.1. Ai fini della costruzione di un ponte che sostituisca il Ponte della Becca, lungo la ex S.S. 617 "Bronese", è autorizzata la spesa di 18 milioni di euro per gli anni 2015, 2016, 2017».

Conseguentemente, alla Tabella B, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 18.000.000;
2016: ? 18.000.000;
2017: ? 18.000.000.

1.9823/15

SACCONI, BIANCONI, CHIAVAROLI, MANCUSO, GUALDANI

All'emendamento 2.9823, lettera f), sostituire il comma 11-decies con il seguente:

«11-*decies.* Per la realizzazione delle attività di cui all'articolo 60, commi 4-*bis* e 4-*ter,* della legge 27 dicembre 2002, n. 289 e successive modificazioni, è autorizzata la spesa rispettivamente di 2,5 milioni di euro e 3 milioni di euro per l'anno 2015».

2.9823/16

BROGLIA

All'emendamento 2.9823, alla lettera f), sostituire il comma 11-decies con il seguente:

«11-*undecies.* Per la realizzazione delle attività di cui all'articolo 60, commi 4-*bis* e 4-*ter*, della legge 27 dicembre 2002, n. 89 e successive modificazioni, è autorizzata la spesa rispettivamente di 2,5 milioni di euro e 3 milioni di euro per l'anno 2015».

2.9823/17

TOMASELLI

All'emendamento 2.9823, alla lettera f), dopo il comma 11-decies, aggiungere i seguenti:

«11-*undecies.* In relazione ai finanziamenti agevolati già concessi, con risorse provenienti dal

Fondo rotativo per il sostegno alle imprese e gli investimenti in ricerca di cui all'art. 1, comma 354, della legge 30 dicembre 2004, n. 311, ai sensi del decreto-legge 22 ottobre 1992, n. 415, convertito con modificazioni dalla legge 19 dicembre 1992, n. 488, e degli articoli 14 e seguenti della legge 17 febbraio 1982, n.46 può essere disposta per una sola volta, su istanza dell'impresa alla banca concessionaria e subordinatamente alla valutazione positiva del soggetto finanziatore, una sospensione di dodici mesi del pagamento della quota capitale delle rate con scadenza non successiva al3l dicembre 2015, traslando in avanti il piano di ammortamento delle quote agevolata e bancaria del finanziamento per un periodo di dodici mesi. Gli interessi relativi alle rate sospese sono corrisposti alle scadenze originarie ovvero, ove le rate risultino già scadute alla data di concessione del beneficio, entro sessanta giorni dalla predetta data, in tal caso maggiorati degli interessi di mora di cui al comma 11-*duodecies* da corrispondere a Cassa depositi e prestiti S.p.A .. TI conteggio degli interessi da corrispondere a Cassa depositi e prestiti S.p.A. durante il periodo di sospensione, sarà effettuato sul residuo debito effettivo tempo per tempo vigente.

11-*duodecies.* Ai fini di cui al comma 11-*undecies,* l'impresa invia l'istanza alla banca concessionaria entro quarantacinque giorni precedenti la scadenza della rata della quale si richiede la sospensione. La banca concessionaria inoltra specifica richiesta, corredata da valutazione positiva del soggetto finanziatore per la quota bancaria del finanziamento e relazione istruttoria che attesti la sussistenza dei requisiti nonché le condizioni di sostenibilità finanziaria del rimborso delle rate da parte dell'impresa, al Ministero dello sviluppo economico e alla Cassa depositi e prestiti S.p.A. affinché quest'ultima provveda a comunicare l'importo degli oneri per interessi, determinati ai sensi del decreto del Ministro dell'economia e delle finanze emanato ai sensi dell'articolo 1, comma 358, della legge 30 dicembre 2004, n. 311, corrispondenti alla sospensione di dodici mesi del pagamento della quota capitale delle rate. La Cassa depositi e prestiti S.p.A., entro 30 giorni dal ricevimento della richiesta, comunica il predetto importo alla banca concessionaria, che provvede tempestivamente ai conseguenti adempimenti nei confronti dell'impresa.

11-*terdecies.* Ove l'impresa non corrisponda a Cassa depositi e prestiti S.p.A. gli interessi relativi alle rate sospese alle scadenze di cui al comma l1-undecies, la sospensione di dodici mesi del pagamento della quota capitale è revocata.

11-*quaterdecies.* La garanzia dello Stato di cui al decreto del Ministro dell'economia e delle finanze emanato ai sensi del comma 359 dell'articolo 1 della legge 30 dicembre 2004, n. 311, assiste i finanziamenti agevolati oggetto della sospensione di cui al comma 11-*undecies.*

11-*quinquiesdecies.* Dall'attuazione dei commi da 11-*undecies* a 11-*quaterdecies* non devono derivare nuovi o maggiori oneri per la finanza pubblica«.

2.9823/18

GUALDANI

All'emendamento 2.9823, alla lettera f), dopo il comma 11-decies, inserire il seguente:

«11-*undecies.* A decorrere dalla data di entrata in vigore della presente legge, è soggetto all'obbligo assicurativo contro gli infortuni sul lavoro e le malattie professionali, il personale orchestrale delle Fondazioni lirico sinfoniche legato da un rapporto di natura subordinata, ivi compreso quello operante all'interno del golfo mistico. La retribuzione valevole ai fini contributivi e risarcitivi è pari al massimale per la liquidazione delle rendite, di cui all'articolo 116, comma 3, del decreto del Presidente della Repubblica 30 giugno 1965, n. 1124 e, in ogni caso, per ogni giornata di effettiva presenza sul luogo di lavoro. Per i rapporti di lavoro indicati nel presente comma si applicano i riferimenti tariffari per la classificazione delle lavorazioni individuati ai sensi dell'articolo 4 del decreto legislativo 23 febbraio 2000, n. 38».

2.9823/19

ZANONI, BROGLIA

All'emendamento 2.9823, alla lettera f), dopo il comma 11-decies, è aggiunto il seguente:

«11-*undecies.* All'articolo 17, primo comma, del decreto del Presidente della Repubblica 5 febbraio 1953, n. 39, dopo la lettera *h)* è aggiunta la seguente:

"*i)* veicoli in dotazione della Polizia Locale provvisti delle targhe di immatricolazione previste dal decreto del Ministero delle Infrastrutture e dei Trasporti 27 aprile 2006, n. 209"».

2.9823/20

CERONI

All'emendamento 2.9823, lettera f), dopo il comma 11-decies è aggiunto il seguente:

«11-*undecies.* All'articolo 17, primo comma, del decreto del Presidente della Repubblica 5 febbraio 1953, n. 39, dopo la lettera *h)* è aggiunta la seguente:

"*i)* veicoli in dotazione della Polizia Locale provvisti delle targhe di immatricolazione previste dal decreto del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti 27 aprile 2006, n. 209"».

2.9823/21

PIGNEDOLI

All'emendamento 2.9823 dopo la lettera f) inserire la seguente:

«*f*-bis) sopprimere il comma 19».

2.9823/22

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, D'AMBROSIO LETTIERI

All'emendamento 2.9823, sopprimere la lettera g).

2.9823/23

CIOFFI, SCIBONA, LEZZI, BULGARELLI, MANGILI

All'emendamento 2.9823, sopprimere la lettera g).

2.9823.24

FILIPPI, LAI

All'emendamento 2.9823, sopprimere il comma «24-bis».

2.9823/25

URAS, DE PETRIS

All'emendamento 2.9823, alla lettera g), capoverso «24-bis», aggiungere il seguente:

«24-*ter*. Al fine di contrastare fenomeni di degrado ambientale ed assicurare adeguati livelli di tutela della salute pubblica le agenzie regionali per l'ambiente sono autorizzate per il solo anno 2015 a procedere ad assunzioni di personale fino al 60 per cento della dotazione organica vigente».

Conseguentemente all'articolo 1, comma 112 sostituire la parola: «250» con la seguente: «50» *e al comma 121 sostituire la parola:* «200» *con la seguente:* «20».

2.9823/26

PETRAGLIA, URAS, DE PETRIS

All'emendamento 2.9823, alla lettera g), capoverso «24-bis», aggiungere il seguente:

«24-*ter*. All'articolo 22 comma 3 legge 240/2010 sopprimere le parole da: "La durata complessiva dei rapporti instaurati ai sensi del presente articolo" fino a: "nel limite massimo della durata legale del relativo corso"».

Conseguentemente all'articolo 1, comma 112 sostituire la parola: «250» *con la seguente:* «50» *e al comma 121 sostituire la parola:* «200» *con la seguente:* «20».

2.9823/27

GUALDANI

All'emendamento 2.9823, alla lettera h) apportare le seguenti modificazioni:

a) dopo le parole: «Sardegna e Sicilia»; *aggiungere le seguenti:* «, nonché all'erogazione di un contributo a favore delle imprese ferroviarie che abbiano effettuato i servizi di trasporto merci precedentemente indicati. Tale contributo sarà uguale alla metà della frazione dei costi esterni che il trasporto ferroviario consente di evitare rispetto alla modalità stradale»;

b) dopo le parole: «La predetta compensazione» *aggiungere le seguenti:* «ed erogazione del contributo».

2.9823/28

COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 2.9823, alla lettera h) apportare le seguenti modificazioni:

a) dopo le parole: «Sardegna e Sicilia»; *aggiungere le seguenti:* «, nonché all'erogazione di un contributo a favore delle imprese ferroviarie che abbiano effettuato i servizi di trasporto merci precedentemente indicati. Tale contributo sarà uguale alla metà della frazione dei costi esterni che il trasporto ferroviario consente di evitare rispetto alla modalità stradale»;

b) dopo le parole: «La predetta compensazione» *aggiungere le seguenti:* «ed erogazione del contributo».

2.9823/29

SACCONI, BIANCONI, CHIAVAROLI, MANCUSO, GUALDANI

All'emendamento 2.9823 dopo la lettera h), inserire la seguente:

«*h*-bis) al comma 52, il capoverso "3-*bis*" è sostituito dal seguente:

"3-*bis*. Per le attività di investimento di cui al comma 3, lettere *a)*, *b)* e *c)*, è riconosciuta ad ANAS s.p.a. una quota non superiore al 12,5 per cento del totale dello stanzia mento destinato alla realizzazione dell'intervento per spese non previste da altre disposizioni di legge o regolamentari e non inserite nel quadro economico di progetto approvato a decorrere dal 1º gennaio 2015".».

2.982/30

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, D'AMBROSIO LETTIERI

All'emendamento 2.9823 apportare le seguenti modificazioni:

a) dopo la lettera h) *aggiungere la seguente:*

«*h*-bis) al comma 52 apportare le seguenti modifiche:

1) dopo le parole: "per le attività" sono inserite le parole: "di investimento";

2) le parole: "fino al 10%", sono sostituite dalle parole: "pari al 12,5%";

3) dopo le parole: "«quadro economico di progetto" *sono inserite le parole: "approvato a decorrere dal 1º gennaio 2015".*

b) dopo la lettera j) *aggiungere la seguente:*

"*j*-bis) dopo il comma 108, inserire il seguente:

"108-*bis*. All'articolo 55 della legge 27 dicembre 1997, n. 449, sono apportate le seguenti modifiche:

1) il comma 23-*quater* è soppresso;

2) al comma 23-*sexies*, dopo le parole: "non si applica" sono inserite le parole: "tagli accessi industriali e commerciali nonché".».

2.9823/31

BARANI, MANDELLI

All'emendamento 2.9823, dopo la lettera h) inserire le seguenti:

h-*bis)* All'art. 2, comma 52, apportare le seguenti modificazioni:

dopo le parole: «per le attività» sono inserite le parole: «di investimento»;

le parole «fino al 10%», sono sostituite dalle parole: «pari al 12,5%»;

dopo le parole «quadro economico di progetto» sono inserite le parole «approvato a decorrere dal 1º gennaio 2015».

2.9823/32

BARANI, MANDELLI

All'emendamento 2.9823, dopo la lettera h) inserire la seguente:

h-*bis)* All'art. 2, comma 52, apportare le seguenti modificazioni:

dopo le parole: «per le attività» sono inserite le parole «di investimento».

2.9823/33

BARANI, MANDELLI

All'emendamento 2.9823, dopo la lettera h) inserire la seguente:

h-*bis)* All'art. 2, comma 52, apportare le seguenti modificazioni:

le parole «fino al 10%», sono sostituite dalle parole: «pari al 12,5%».

2.9823/34

BARANI, MANDELLI

All'emendamento 2.9823, dopo la lettera h) inserire la seguente:

h-*bis)* All'art. 2, comma 52, apportare le seguenti modificazioni:

dopo le parole: «quadro economico di progetto» sono inserite le parole: «approvato a decorrere dal 1º gennaio 2015».

2.9823/35

CIOFFI, SCIBONA, MANGILI, BULGARELLI, LEZZI

All'emendamento 2.9823, sopprimere la lettera i).

2.9823/36

COMAROLI, TOSATO

All'emendamento n. 2.9823, alla lettera i), comma 53-bis, dopo il primo periodo sono è aggiunto il seguente: «Nelle more dell'individuazione della programmazione finanziaria le risorse sono assegnate alla Brebemi s.p.A.»

2.9823/37

SACCONI, BIANCONI, CHIAVAROLI, MANCUSO, GUALDANI

All'emendamento n. 2.9823, alla lettera i), dopo il comma 53-bis inserire il seguente:

«53-*ter.* In relazione all'ineludibile necessità di realizzare gli interventi di adeguamento della strada statale n. 372 «Telesina», tra lo svincolo di Caianello della medesima strada e lo svincolo di Benevento sulla strada statale n. 88, nonché alla non sostenibilità economico ? finanziaria della proposta originaria rilevata dal soggetto aggiudicatore, è annullata la procedura avviata per detti interventi ed è conseguentemente revocata la nomina del soggetto promotore. Ferma restando la destinazione ai lavori di adeguamento di cui al precedente periodo delle risorse già assegnate, esistenti e disponibili alla data di entrata in vigore della presente legge, le funzioni di soggetto aggiudicatore dell'intervento, gli obblighi che derivano dall'adempimento delle attività previste dai commi 2 e 6 dell'articolo 3 del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito con modificazioni dalla legge 11 novembre 2014, n. 164, nonché quelli conseguenti alla revoca del soggetto promotore sono rimessi alla competenza della società ANAS S.p.A.. Il compenso del promotore per l'attività espletata è a carico di Anas S.p.A., che acquisisce la proprietà del progetto definitivo relativo all'intervento di adeguamento di cui al primo periodo, corredato degli atti istruttori e dei pareri acquisiti».

2.9823/38

SACCONI, BIANCONI, CHIAVAROLI, MANCUSO, GUALDANI

All'emendamento 2.9823, alla lettera i), dopo il capoverso: «comma 53-bis», inserire il seguente:

«53-*ter.* All'articolo 5 del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 novembre 2014, n. 164, apportare le seguenti modificazioni:

a) al primo periodo, le parole: «entro il 31 dicembre 2014» sono sostituite dalle seguenti: «entro il 30 giugno 2015»;

b) al secondo periodo, le parole: «entro il 31 agosto 2015» sono sostituite dalle seguenti: «entro il 31 dicembre 2015».

2.9823/39

CIOFFI, SCIBONA, CIAMPOLILLO, LEZZI, MANGILI, BULGARELLI

All'emendamento 2.9823, dopo la lettera i) inserire la seguente:

i-*bis)* dopo il comma 108 inserire il seguente:

108-*bis*. A decorrere dal 1º gennaio 2015 la misura del canone annuo di cui all'articolo 10, comma 3, della legge 24 dicembre 1993, n. 537, è fissata nel 6,2 per cento dei proventi netti dei pedaggi di competenza dei concessionari. Una quota parte delle entrate derivanti dall'attuazione del presente comma, pari ai proventi eccedenti la misura del canone annuo corrisposto direttamente ad ANAS S.p.a. ai sensi del comma 1020 dell'art. 1 della legge 27 dicembre 2006, n. 296 e del comma 9-*bis* dell'art. 19 del decreto-legge 10 luglio 2009, n. 78 convertito con modificazioni dalla legge 3 agosto 2009, n. 102, confluisce in un apposito fondo istituito nello stato di previsione del Ministero dello sviluppo economico, denominato «Fondo per l'attuazione del Piano strategico per la banda ultralarga» e finalizzato all'avvio e alla realizzazione del medesimo Piano».

2.9823/40

CIOFFI, SCIBONA, CIAMPOLILLO, LEZZI, MANGILI, BULGARELLI

All'emendamento 2.9823, dopo la lettera i) inserire la seguente:

i-*bis)* dopo il comma 108 inserire il seguente:

«108-*bis.* A decorrere dal 1º gennaio 2015 la misura del canone annuo di cui all'articolo 10, comma 3, della legge 24 dicembre 1993, n. 537, è fissata nel 6,2 per cento dei proventi netti dei pedaggi di competenza dei concessionari. Una quota parte delle entrate derivanti dall'attuazione del presente comma, pari ai proventi eccedenti la misura del canone annuo corrisposto direttamente ad ANAS S.p.a. ai sensi del comma 1020 dell'art. 1 della legge 27 dicembre 2006, n. 296 e del comma 9-*bis* dell'art. 19 del decreto-legge 1º luglio 2009, n. 78 convertito con modificazioni dalla legge 3 agosto 2009, n. 102, confluisce in un apposito fondo istituito nello stato di previsione del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti finalizzato alla concessione di indennità di esproprio per opere di pubblica utilità ai soggetti che risultino proprietari secondo i registri catastali.»

2.9823/41

SACCONI, BIANCONI, CHIAVAROLI, MANCUSO, GUALDANI

All'emendamento n. 2.9823 dopo la lettera j), inserire la seguente:

«j-*bis)* dopo il comma 108, inserire il seguente:

«108-*bis*. All'articolo 55 della legge 27 dicembre 1997, n. 449, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) il comma 23-*quater* è soppresso;

b) al comma 23-*quinquies:*

1) al primo periodo, le parole: «in un'unica soluzione» sono soppresse;

2) l'ultimo periodo è soppresso;

c) al comma 23-*sexies*, le parole: «23-*quater*» sono soppresse e dopo le parole: «non si applica» inserire le seguenti: «agli accessi industriali e commerciali nonché».

d) al comma 23-*septies*, le parole: «23-*quater*» sono soppresse».

2.9823/42

BARANI, MANDELLI

All'emendamento 2.9823, dopo la lettera j), inserire la seguente:

«j-*bis)* All'articolo 2, dopo il comma 108, inserire il seguente comma 108-*bis*:

"108-*bis.* All'articolo 55 della legge 27 dicembre 1997, n. 449, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) il comma 23-*quater* è soppresso;

b) al comma 23-*sexies*, dopo le parole: "non si applica" sono inserite le parole: "agli accessi industriali e commerciali nonché"».

2.9823/43

RANUCCI

All'emendamento 2.9823, alla lettera k), dell'articolo 2, capoverso comma 119, sopprimere l'ultimo periodo.

Conseguentemente, al capoverso comma 141-ter*, dell'articolo 1, le parole:* «di 122»*, nonché:* «di »11,2«*, sono sostituite rispettivamente dalle seguenti:* «di 118» *e* «di 7,2» *ed aggiungere, in fine, il seguente periodo:* «La medesima autorizzazione di spesa è ridotta di 4 milioni di euro a decorrere dall'anno 2020».

2.9823/44

GUALDANI, CHIAVAROLI

All'emendamento 2.9823, dopo la lettera k), aggiungere la seguente:

«k-bis) All'articolo 1, sono apportate le seguenti modifiche:

1) al comma 127, primo periodo, dopo le parole: "stati di previsione del Ministero dell'interno", inserire le seguenti: ", fatta salva, la permanenza del relativo capitolo di spesa nello stato di previsione del Ministero del lavoro e delle politiche sociali unicamente ai fini dell'erogazione dei contributi

residui ai Comuni aventi diritto";

2) dopo il comma 127 inserire il seguente:

"127-*bis.* Al fine di sostenere la gestione dell'accoglienza dei minori stranieri non accompagnati derivante dall'eccezionale afflusso di stranieri sul territorio nazionale verificatosi negli anni 2013 e 2014, eventuali economie del fondo di cui all'articolo 23, comma 11, del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, potranno essere destinate agli enti locali ad integrazione del contributo a questi assegnato, a valere sul fondo medesimo, per i costi sostenuti in relazione all'accoglienza prestata a favore di minori stranieri non accompagnati negli anni 2013 e 2014 secondo le modalità da stabilire con il decreto del Ministro del lavoro e delle politiche sociali di cui all'articolo 23, comma 11, del citato decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, e nei limiti delle risorse disponibili. Con lo stesso decreto gli enti locali possono essere autorizzati a delegare al Ministero del lavoro e delle politiche sociali l'erogazione dell'eventuale incremento di contributo direttamente alle strutture aventi diritto presenti sul territorio che abbiano presentato all'ente locale dichiarazione di rinuncia ad ogni ulteriore maggiore credito vantato per i medesimi periodi"».

2.9823/45

FORMIGONI, MANDELLI, COMAROLI

All'emendamento 2.9823, dopo la lettera l), aggiungere la seguente:

«l-*bis.* Al fine di realizzare progetti di valorizzazione riconosciuti di interesse comune fra più pubbliche Amministrazioni, la variazione a titolo non oneroso dell'assetto proprietario del Parco di Monza tra Enti pubblici è operata in regime di esenzione fiscale».

2.9823/46

COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 2.9823, è aggiunta la seguente lett. l):

«*l.* Dopo il comma 39, inserire il seguente 39-*bis*:

"39-*bis.* Al fine di realizzare progetti di valorizzazione riconosciuti di interesse comune fra più pubbliche Amministrazioni, la variazione a titolo non oneroso dell'assetto proprietario del Parco di Monza tra Enti pubblici è operata in regime di esenzione fiscale"».

Conseguentemente:

«39-*bis*. Alla Tabella Articolo 1 (Atti per i quali non vi è obbligo di chiedere la registrazione. Atti legislativi e di enti pubblici) del decreto del Presidente della Repubblica, 26 aprile 1986, n. 131, è aggiunto il seguente comma:

"2. Atti posti in essere dalla amministrazione dello Stato, dalle regioni, province e comuni aventi ad oggetto traslazioni reciproche di beni immobili, a titolo non oneroso, poste in essere per finalità connesse alla realizzazione di progetti di valorizzazione d'interesse comune"»

2.9823

IL GOVERNO

All'articolo 2, apportare le seguenti modificazioni:

a) al comma 5 dopo le parole: «parchi automobilistici» sopprimere le parole: «e ferroviari nonché della flotta destinata ai servizi di trasporto pubblico lagunare» e dopo le parole «sono destinate all'acquisto di materiale rotabile su gomma» sopprimere le parole: «e di materiale rotabile ferroviario nonché di natanti e *ferry-boat*»;

b) dopo il comma 5 inserire il seguente:

«5-*bis.* A decorrere dal 1º gennaio 2019, su tutto il territorio nazionale è vietata la circolazione di veicoli a motore categorie M2 ed M3 alimentati a benzina o gasolio con caratteristiche antinquinamento EURO 0. Con uno o più decreti del Ministro delle infrastrutture e dei trasporti sono disciplinati i casi di esclusione dal predetto divieto per particolari caratteristiche di veicoli di carattere storico o destinati a usi particolari»;

c) al comma 6, apportare le seguenti modifiche:

1. dopo le parole: «su base regionale» sopprimere le seguenti parole: «erogate direttamente

alle società che espletano i servizi di trasporto pubblico locale in particolare»;

2. sostituire la lettera *a)* con la seguente: «*a)* migliore rapporto tra posto/km prodotti e passeggeri trasportati»;

3. sostituire la lettera *c)*, con la seguente: «*c)* entità del cofinanziamento regionale e locale;

4. dopo la lettera *c)*, aggiungere la seguente: «*c*-bis) posti/km prodotti»;

d) dopo il comma 6, inserire il seguente:

«6-*bis*. In conseguenza di quanto disposto al comma 6 è soppresso il secondo periodo dell'articolo 1, comma 83, della legge 27 dicembre 2013, n. 147»;

e) dopo il comma 8, inserire il seguente:

«8-*bis*. Per migliorare l'offerta di servizi di trasporto pubblico locale nelle aree metropolitane, così come definite dalla legge 7 aprile 2014, n. 56, il fondo di cui all'articolo 1, comma 88, della legge 22 dicembre 2013, n. 147, e successive modificazioni, è destinato esclusivamente alle reti metropolitane in costruzione in aree metropolitane. Al fondo di cui al periodo precedente è assegnato un contributo quindicennale in erogazione diretta di 12,5 milioni di euro a decorrere dal 2016, nonché ulteriori 7,5 milioni di euro per l'anno 2016, 72 milioni di euro per l'anno 2017, 20 milioni di euro per l'anno 2018 e 40 milioni di euro per l'anno 2019;

f) dopo il comma 11, inserire i seguenti:

11-*bis*. A decorrere dal 1º gennaio 2015 il credito di imposta relativo all'agevolazione sul gasolio per autotrazione degli autotrasportatori di cui all'elenco 2 allegato alla legge 27 dicembre 2013, n. 147 non spetta per i veicoli di categoria 0 o inferiore.

11-*ter*. All'articolo 1, comma 579, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, le parole: «Per l'anno 2014» sono sostituite dalle seguenti: «Per gli anni dal 2014 al 2018» e conseguentemente l'articolo 2 del decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri 20 febbraio 2014 si applica a decorrere dal 1º gennaio 2019.

11-*quater*. Per le finalità di cui all'articolo 4, comma 2, del decreto-legge 28 marzo 2014, n. 47, convertito con modificazioni dalla legge 23 maggio 2014, n. 80 è autorizzata la spesa di 30 milioni di euro per ciascuno degli anni dal 2015 al 2017 e 40 milioni di euro per l'anno 2018. Alle medesime finalità concorre l'importo complessivo di 270,431 milioni di euro derivanti dalle revoche disposte dall'articolo 13, comma 1, del decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito, con modificazioni, dalla legge 21 febbraio 2014, n. 9, in ragione di 34,831 milioni di euro per l'anno 2014, di 6,277 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, di 30,277 milioni di euro per l'anno 2018, di 39,277 per ciascuno degli anni 2019 e 2020, di 33,019 milioni di euro per l'anno 2021 e di 24,973 milioni di euro per ciascuno degli anni 2022, 2023 e 2024.

11-*quinquies*. Per il miglioramento della competitività dei porti italiani e l'efficienza del trasferimento ferroviario e modale all'interno dei sistemi portuali, in attuazione di quanto previsto dall'articolo 13, comma 6, del decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito, con modificazioni, dalla legge 21 febbraio 2014, n. 9, il CIPE assegna le risorse ivi previste, senza applicare le procedure di cui all'articolo 18-*bis*, comma 2, della legge 28 gennaio 1994, n. 84 e quantificate in 20 milioni di euro dal 2015 al 2024. A tal fine il limite di 90 milioni di cui al predetto articolo 18-*bis* è ridotto a 70 milioni di euro. Alle medesime finalità concorre l'importo di 39 milioni di euro a valere sulle disponibilità residue derivanti dalle revoche disposte dall'articolo 13, comma 1, del decreto-legge n. 145 del 2013.

11-*sexies*. All'articolo 32, comma 1, del decreto-legge 12 settembre 2014 n. 133, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 novembre 2014, n. 164, le parole: «fino al 31 dicembre 2014» sono sostituite dalle seguenti: «fino al 31 dicembre 2015».

11-*septies*. Per assicurare i collegamenti di servizio di trasporto marittimo veloce nello Stretto di Messina, è autorizzata la spesa di 10 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017.

11-*octies*. Al fine di garantire la gestione, conduzione e manutenzione del Centro elaborazioni dati della Motorizzazione civile è autorizzata la spesa di 10 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016 e di 3 milioni di euro per l'anno 2017.

11-*nonies.* Al fine di avviare i lavori sulla tratta Andora ? Finale Ligure è autorizzato un contributo quindicennale in erogazione diretta di 15 milioni di euro a decorrere dal 2016.

11-*decies* Al fine di tutelare e promuovere il patrimonio culturale e storico è autorizzata la spesa di 5,5 milioni di euro per l'anno 2015. Gli interventi da finanziare sono individuati con decreto del Ministro delle infrastrutture e dei trasporti di concerto con il Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo;

g) dopo il comma 24, inserire il seguente:

«24-*bis.* Al fine di garantire la continuità delle attività in corso della Struttura Tecnica di Missione di cui all'articolo 163 del decreto legislativo 12 aprile 2006, n. 163, restano confermati fino al 31 dicembre 2015 i rapporti di collaborazione coordinata e continuativa in essere alla data di entrata in vigore della presente legge».

h) Al comma 51 aggiungere, in fine, i seguenti periodi: «Dette risorse sono attribuite al Gestore dell'infrastruttura ferroviaria nazionale che rovvede a destinarle alla compensazione degli oneri per il traghettamento ferroviario delle merci, dei servizi ad esso connessi e del canone di utilizzo dell'infrastruttura dovuto dalle imprese ferroviarie per l'effettuazione di trasporti delle merci, compresi quelli transfrontalieri, aventi origine o destino nelle Regioni Abruzzo, Molise, Lazio, Campania, Puglia, Basilicata, Calabria, Sardegna e Sicilia. La predetta compensazione si applica entro il 30 aprile successivo a ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017 ed è determinata proporzionalmente ai treni/km sviluppati dalle imprese ferroviarie. Il vigente Contratto di Programma ? parte Servizi ? e le relative tabelle sono aggiornati con il contributo di cui al presente comma e con le risorse stanziate dalla presente legge per l'anno 2015. La rendicontazione delle risorse è effettuata dal Gestore dell'infrastruttura ferroviaria nazionale secondo i meccanismi previsti dal Contratto stesso. Conseguentemente il contratto di servizio pubblico nel settore del trasporto delle merci su ferro non viene rinnovato.»

i) Dopo il comma 53, inserire il seguente:

53-*bis.* È istituito un Fondo presso lo stato di previsione del Ministero dei trasporti e delle infrastrutture, con una dotazione di 20 milioni di euro annui per il periodo dal 2017 ? 2031, prioritariamente finalizzato alla realizzazione di opere di interconnessione di tratte autostradali per le quali è necessario un concorso finanziario per assicurare l'equilibrio del Piano economico e finanziario. Alla ripartizione delle risorse si provvede con delibera CIPE su proposta del Ministero dei trasporti e delle infrastrutture. Il contributo è utilizzato esclusivamente in erogazione diretta.

j) Al comma 108 premettere le parole: «A decorrere dal 2017».

k) Sostituire il comma 119 con il seguente:

«119. All'articolo 584, comma 3, del codice di cui al decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66, dopo il comma 3, inserire il seguente:

"3-*bis.* In aggiunta alle riduzioni previste dal comma 1 e agli effetti di risparmio correlati alla riduzione organica di cui all'articolo 2, comma 3, del decreto-legg 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, gli oneri previsti dagli articoli 582 e 583 del presente codice sono ulteriormente ridotti per complessivi 62,3 milioni di euro per l'anno 2015 e del 12 per cento a decorrere dall'anno 2016. Gli oneri previsti dall'articolo 585 del citato codice di cui al decreto legislativo n. 66 del 2010 e successive modificazioni sono ridotti di euro 4.000.000 a decorrere dal 2018"»;

l) Dopo il comma 210 inserire il seguente:

«210-*bis.* Per le finalità di cui all'articolo 8 comma 1-*bis* del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83 convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 134, è autorizzata la spesa di 7,5 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016».

Conseguentemente, all'articolo 1, dopo il comma 141, inserire i seguenti:

«141-*bis*. le risorse iscritte sul fondo di conto capitale iscritto nello stato di previsione del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti ai sensi dell'articolo 49, comma 2, lettere *a)* e *b),* del decreto-legge 24 aprile 2014, n.66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89

sono ridotte di 30 milioni per l'anno 2015. Il fondo è soppresso a decorrere dal 2016.

141-*ter.* L'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307, è incrementata di 242 milioni di euro per l'anno 2015, di 203 milioni di euro per l'anno 2016, di 133 milioni di euro per l'anno 2017, di 122 milioni di euro per l'anno 2018 e di 11,2 milioni di euro per l'anno 2019».

Conseguentemente,

? *alla Tabella B, voce* Ministero delle infrastrutture e dei trasporti, *apportare le seguenti modifiche;*

2016: ? 27.000.000;

2017: ? 47.500.000.

? *alla Tabella E, missione* «Diritto alla mobilità e sviluppo dei sistemi di trasporto», *programma* «Sviluppo e sicurezza della mobilità locale», *voce* Ministero delle infrastrutture e dei trasporti, legge n. 147 del 2013, art. 1, comma 83, apportare le seguenti modifiche:

2015: + 25.000.000;

2016: + 25.000.000;

2017: + 50.000.000;

2018 e successivi: + 100.000.000;

Anno terminale: 2019.

2.9801/1

SUSTA

All'emendamento 2.9801, sostituire il capoverso «13-bis» con il seguente: «Per i fabbricati classificati nella categoria catastale D/1, l'eventuale variazione in aumento della rendita catastale derivante da verifiche compiute in relazione alle componenti impiantistiche dei fabbricati stessi non ha effetto, ai fini dell'applicazione dei tributi locali concernenti l'imposizione immobiliare, a decorrere dall'anno 2015 e fino all'attuazione delle disposizione relative alla revisione della disciplina del sistema estimativo del catasto dei fabbricati, di cui all'articolo 2 della legge 11 marzo 2014, n. 23».

Conseguentemente sopprimere il capoverso «13-ten».

2.9801/2

TOMASELLI

All'emendamento 2.9801, capoverso 13-bis., sostituire le parole da: «si applica secondo» e fino a «profili tecnico-estimativi» con le seguenti: «si interpreta nel senso che, con riguardo agli immobili ad uso produttivo, non si tiene conto degli impianti e dei macchinari che, indipendentemente dal mezzo di unione con il quale siano connessi al suolo, sono suscettibili di essere separati dal suolo, smontati e ricollocati in luogo diverso conservando la propria funzione economica».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 21, lettera g) *sostituire lo parola:* «triplo» *con la seguente:* «quadruplo».

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 50.000.000;

2016: ? 50.000.000;

2017: ? 50.000.000.

2.9801/3

SUSTA

All'emendamento 2.9801, capoverso «13-bis», sostituire le parole da: «ai sensi e per gli effetti dell'articolo 1» fino alla fine del comma con le seguenti: «per i fabbricati classificati nella categoria catasta le D/1, l'eventuale variazione in aumento della rendita catasta le derivante da verifiche compiute in relazione alle componenti impiantistiche dei fabbricati stessi non ha effetto, ai fini dell'applicazione dei tributi locali concernenti l'imposizione immobiliare, a decorrere dall'anno 2015».

Conseguentemente sopprimere il capo verso «13-*ter*».

2.9801/4

TOMASELLI

All'emendamento 2.9801, capoverso l3-bis. dopo le parole: «profili tecnico-estimativi», aggiungere il seguente periodo: «Pertanto, al predetto fine, con riguardo agli immobili ad uso produttivo, non si tiene conto degli impianti e dei macchinari che, indipendentemente dal mezzo di unione con il quale siano connessi al suolo, sono suscettibili di essere separati dal suolo, smontati e ricollocati in luogo diverso conservando la propria funzione economica».

Conseguentemente:

all'articolo 3, comma 21, lettera g) *sostituire la parola:* «triplo» *con lo seguente:* «quadruplo».

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 50.000.000;

2016: ? 50.000.000;

2017: ? 50.000.000.

2.9801/5

DI BIAGIO

All'emendamento 2.9801, comma 13-bis, dopo le parole: «profili tecnico-estimativi.» aggiungere il seguente periodo: «Pertanto, al predetto fine, con riguardo agli immobili ad uso produttivo, non si tiene conto degli impianti e dei macchinari che, indipendentemente dal mezzo di unione con il quale siano connessi al suolo, sono suscettibili di essere separati dal suolo, smontati e ricollocati in luogo diverso conservando la propria funzione economica».

2.9801/6

DI BIAGIO

All'emendamento 2.9801, comma 13-ter sostituire le parole da «si applica secondo» fino a «profili tecnico-estimativi» con le seguenti: «si interpreta nel senso che, con riguardo agli immobili ad uso produttivo, non si tiene conto degli impianti e dei macchinari che, indipendentemente dal mezzo di unione con il quale siano connessi al suolo, sono suscettibili di essere separati dal suolo, smontati e ricollocati in luogo diverso conservando la propria funzione economica».

2.9801/7

COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI

All'emendamento 2.9801, comma 1, dopo il capoverso «13-ter», aggiungere il seguente:

«13-*quater*. Dopo il comma 3 dell'articolo 4 del decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, è aggiunto il seguente:

"3-*bis*. A decorrere dall'anno 2015, per tutti gli immobili ad uso produttivo è stabilita la detraibilità in misura del 35 per cento dalle basi imponibili dell'imposta".

1. Dopo il comma 3 dell'articolo 56 del Decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 971, è inserito il seguente:

"3 -*bis)*. Gli immobili ad uso produttivo si detraggono dalla base imponibile dell'imposta in misura del 35 per cento"».

Conseguentemente:

All'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117 e 125.

All'articolo 2, sopprimere il comma 207.

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1.303.078 migliaia di euro di euro a decorrere dal 2015».

2.98018/8

COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI

All'emendamento 2.9801, comma 1, dopo il capoverso «13-ter», aggiungere il seguente:

«13-*quater*. Dopo il comma 3 dell'articolo 4 del decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, è aggiunto il seguente:

"3-*bis*. A decorrere dall'anno 2015, per tutti gli immobili ad uso produttivo è stabilita la detraibilità totale dalle basi imponibili dell'imposta".

1. Al comma 3 dell'articolo 56 del Decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 971, è inserita la seguente lettera:

"*b*-bis) gli immobili ad uso produttivo"».

Conseguentemente:

All'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117 e 125.

All'articolo 2, sopprimere il comma 207.

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1.303.078 migliaia di euro di euro a decorrere dal 2015».

2.9801/9

COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 2.9801, comma 1, dopo il capoverso «13-ter», aggiungere il seguente:

«l3-*quater*. All'articolo 10 del R.D.L. del 13 aprile 1939, n. 652, dopo il comma 1 è aggiunto il seguente:

"1-*bis*. Ai fini della determinazione della rendita catastale per gli immobili ad uso produttivo, per l'individuazione delle componenti che concorrono a formare l'investimento di natura immobiliare, è esclusa la valutazione degli impianti fissi, intesi quali macchinari ed impianti installati all'interno dell'immobile, incorporati nelle opere murarie, fissati al suolo o installati in via transitoria"».

Conseguentemente, all'articolo 1, abrogare il comma 125.

All'articolo 3, comma 76 aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 553.818 milioni di euro a decorrere dal 2015».

2.9801/10

BROGLIA, ZANONI

All'emendamento 2.9801 dopo il comma 13-ter, inserire il seguente:

«13-*quater*. Al comma 11 dell'articolo 56-*bis* del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69, convertito con modificazioni dalla legge 9 agosto 2013, n. 98, dopo il primo periodo è aggiunto il seguente: "Per i Comuni la predetta quota del 10 per cento è destinata prioritariamente all'estinzione anticipata dei mutui e per la restante quota secondo quanto stabilito dal comma 443 dell'articolo 1 della legge 24 dicembre 2012, n. 228"».

2.9801/11

CERONI

All'emendamento 2.9801, dopo il comma 13-ter, inserire il seguente comma 13-quater:

«Al comma 11 dell'articolo 56-*bis* del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69, convertito con modificazioni dalla legge 9 agosto 2013, n. 98, sono apportate le seguenti modifiche:

a) Dopo il primo periodo è aggiunto il seguente: "Per i Comuni la predetta quota del 10 per cento è destinata prioritariamente all'estinzione anticipata dei mutui e per la restante quota secondo quanto stabilito dal comma 443 dell'articolo 1 della legge 24 dicembre 2012, n. 228"».

2.9801

IL GOVERNO

Dopo il comma 13, inserire i seguenti:

«13-*bis*. Nelle more dell'attuazione delle disposizioni relative alla revisione della disciplina del sistema estimativo del catasto dei fabbricati, di cui all'articolo 2 della legge 11 marzo 2014, n. 23, ai sensi e per gli effetti dell'articolo 1, comma 2, della legge 27 luglio 2000, n. 212, l'articolo 10 del Regio decreto-legge 13 aprile 1939, n. 652, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 agosto 1939, n. 1249, si applica secondo le istruzioni della circolare n. 6/T del 30 novembre 2012, concernente la

"Determinazione della rendita catastale delle unità immobiliari a destinazione speciale e particolare: profili tecnico-estimativi"».

13-*ter*. Ai fini dell'applicazione delle disposizioni di cui al comma 13-*bis*, non sono prese in considerazione dagli uffici dell'Agenzia delle Entrate le segnalazioni dei comuni relative alla rendita catastale difformi dalle istruzioni della circolare n. 6/T del 2012».

2.9802/1

CROSIO, BELLOT, COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 2.9802, al capoverso «Art. 50-bis», aggiungere in fine il seguente periodo: «Non sono tenuti al pagamento del canone di abbonamento speciale di cui agli articolo 1 e 27 del R.D.L. del 21 febbraio 1938, n. 246 e dall'articolo 2 del D.L.Lt. 21 dicembre 1944, n. 458, coloro che detengono uno o più apparecchi atti o adattabili alla ricezione delle trasmissioni radiotelevisive in esercizi pubblici, in locali aperti al pubblico o comunque fuori dell'ambito familiare e che li utilizzino per scopi strettamente connessi alle attività lavorative, di impresa o professionali e comunque diversi dall'intrattenimento».

Conseguentemente, all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117, 124,125 e 139 e all'articolo 2, sopprimere il comma 207.

2.9802/2

CROSIO, COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 2.9802, al capoverso «Art. 50-bis», aggiungere in fine il seguente periodo: «I proventi del canone di abbonamento di cui al regio decreto-legge 21 febbraio 1938, n. 246, convertito dalla legge 4 giugno 1938, n. 880, nonché i proventi della tassa di concessione governativa prevista dall'articolo 17 della tariffa delle tasse sulle concessioni governative, di cui al decreto del Ministro delle finanze 28 dicembre 1995, pubblicato nella Gazzetta Ufficiale n. 303 del 30 dicembre 1995, sono versati per il 90 per cento alle regioni, in conformità a quanto stabilito dalla legge 5 maggio 2009, n. 42 in materia di federalismo fiscale, e ripartiti tra le emittenti locali in base al regolamento che sarà emanato dal Ministro dello sviluppo economico entro 6 mesi dalla data di entrata in vigore delle legge di conversione del presente decreto-legge».

2.9802/3

D'AMBROSIO LETTIERI

All'emendamento 2.9802, aggiungere in fine il seguente periodo: «Il 9 per cento dei proventi del suddetto canone di abbonamento viene destinato, a decorrere dal 2015, ai fornitori di servizi di media audiovisivi in ambito locale, che svolgono ruolo complementare di servizio pubblico territoriale, ed erogato ai sensi del Regolamento di cui al Decreto Ministeriale n. 292 del 5 novembre 2004».

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente del 10 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

2.9802/4

D'AMBROSIO LETTIERI

All'emendamento 2.9802, aggiungere in fine il seguente periodo: «Il 9 per cento dei proventi del suddetto canone di abbonamento viene destinato, a decorrere dal 2015, ai fornitori di servizi di media audiovisivi in ambito locale, che svolgono ruolo complementare di servizio pubblico territoriale, ed erogato ai sensi del Regolamento di cui al Decreto Ministeriale n. 292 del 5 novembre 2004».

2.9802/5

URAS

All'emendamento 2.9802, capoverso «50-bis», aggiungere il seguente periodo: «Il 9 per cento dei proventi del suddetto canone di abbonamento viene destinato, a decorrere dal 2015, ai fornitori di servizi di media audiovisivi in ambito locale, che svolgono ruolo complementare di servizio pubblico territoriale, ed erogato ai sensi del Regolamento di cui al Decreto Ministeriale n. 292 del 5 novembre 2004».

2.9802

IL GOVERNO

Dopo il comma 50, inserire il seguente:

«50-*bis*. Per l'anno 2015, la misura del canone di abbonamento di cui al regio decreto-legge 21 febbraio 1938, n. 246, convertito dalla legge 4 giugno 1938, n. 880 e successive modificazioni, da stabilirsi ai sensi dell'articolo 47 del decreto legislativo 31 luglio 2005, n. 177, non può superare quella fissata per l'anno 2014.».

2.9803/1

IL RELATORE

All'emendamento 2.9803, dopo il comma 53-bis, aggiungere il seguente:

«Le risorse finanziarie di cui alla legge 12 novembre 2012, n. 206, non impegnate alla data del 31 dicembre 2014, sono destinate a finanziare interventi di recupero e valorizzazione dei luoghi della memoria della lotta al nazifascismo, della Resistenza e della Guerra di liberazione. Gli interventi di cui al presente comma sono individuati con decreto del Presidente del Consiglio, sentito il Comitato storico-scientifico per gli anniversari di interesse nazionale di cui al decreto del Presidente del Consiglio dei ministri 6 giugno 2013, pubblicato nella Gazzetta Ufficiale n. 164 del 15 luglio 2013».

2.9803

IL GOVERNO

Dopo il comma 53 inserire il seguente:

«53-*bis*. Al fine di garantire efficienza operativa, razionalizzazione nell'utilizzo delle risorse e riduzione dei costi di funzionamento, nonché di realizzare i progetti di innovazione tecnologica previsti anche nell'ambito dell'Agenda Digitale Italiana e rafforzare il supporto all'amministrazione economico-finanziaria nelle azioni di contrasto all'evasione fiscale, al comma 3-*bis* dell'articolo 4 del decreto-legge 6 luglio 2012; n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) le parole da: "che svolgerà" a "il Ministero" sono soppresse;

b) al primo periodo, dopo le parole: "Sogei S.p.A.", sono aggiunte le seguenti: "che, sulla base delle strategie di sviluppo per l'informatica definite dal Ministero dell'economia e delle finanze, di comune intesa tra i capi dei Dipartimenti, ai fini del conseguimento degli obiettivi di controllo e monitoraggio della finanza pubblica e di razionalizzazione ed efficientamento dell'amministrazione pubblica, svolge le correlate attività di progettazione tecnica, sviluppo e conduzione. Conseguentemente, Sogei S.p.A. stipula, entro il 30 Giugno 2015, con il Dipartimento dell'amministrazione generale, del personale e dei servizi, unitariamente per il Ministero, ivi incluso il Sistema informativo della fiscalità, un apposito accordo quadro non normativo, in cui, sulla base del modello relazionale definito dal Ministero, che tenga conto delle specificità organizzative e operative dei singoli Dipartimenti dell'Amministrazione economico-finanziaria e delle Agenzie Fiscali, degli obiettivi di cui al periodo precedente e delle esigenze di operatività di Sogei S.p.A., sono disciplinati i servizi erogati e fissati relativi costi, regole e meccanismi di monitoraggio. Nell'ambito dell'accordo quadro di cui al periodo precedente le singole articolazioni dipartimentali del Ministero e le Agenzia fiscali stipulano a loro volta accordi derivati che, sulla base dei servizi regolamentati e dei relativi corrispettivi, determinano le specifiche prestazioni da erogare da parte di Sogei. Resta fermo, fino alla stipula del predetto accordo, quanto previsto dai contratti attualmente in vigore tra il Ministero e Sogei S.p.A.. Al fine di assicurare l'esercizio del controllo analogo il Dipartimento dell'amministrazione generale, del personale e dei servizi fornisce i necessari elementi informativi alle competenti articolazioni dell'Amministrazione. Al fine di assicurare e supportare le attività di supervisione, verifica e monitoraggio della attività e della qualità dei servizi forniti dalla Sogei S.p.A. il Dipartimento dell'amministrazione generale, del personale e dei servizi si coordina con le competenti articolazioni dell'Amministrazione economico-finanziaria Nell'ambito delle attività relative alla definizione del modello relazionale, sono effettuate congiuntamente con i Dipartimenti e le Agenzie le attività di ricognizione e valutazione dei beni strumentali del Ministero dell'economia e delle finanze, nonché, dei relativi rapporti contrattuali in essere, propedeutiche alla stipulazione dell'accordo quadro di cui al presente comma. Ai fini della omogeneizzazione del modello di relazione tra il Ministero

dell'economia e delle finanze e la Sogei S.p.A, dal 30 giugno 2015, le infrastrutture informatiche di proprietà del Ministero dell'economia e delle finanze sono conferite alla Sogei S.p.A., ferma restando la facoltà per le strutture ministeriali conferenti di fornire indirizzi operativi sulla gestione delle stesse"».

2.9804/1

LUIGI MARINO

Sopprimere l'emendamento.

2.9804/2

CATALFO, PUGLIA, PAGLINI, LEZZI, BULGARELLI, MANGILI

All'emendamento 2.9804, sostituire il capoverso «68-bis», con il seguente:

«68-*bis*. Con effetto dal 31 dicembre 2015, la società Italia Lavoro S.p.a., costituita con la direttiva del Presidente del Consiglio dei ministri del 13 maggio 1997, è soppressa e le relative funzioni sono attribuite al Ministero del lavoro e delle politiche sociali il quale succede in tutti i rapporti attivi e passivi. Con decreti di natura non regolamentare del Ministro del lavoro e delle politiche sociali di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze sono trasferite le risorse strumentali, umane e finanziarie della società soppressa, sulla base delle risultanze dei bilanci di chiusura delle relative gestioni alla data di entrata in vigore della legge di conversione del presente decreto-legge. Le dotazioni organiche del Ministero del lavoro e delle politiche sociali sono incrementate di un numero pari alle unità di personale di ruolo trasferite in servizio presso la società soppressa Il Ministero del lavoro e delle politiche sociali subentra nella titolarità dei relativi rapporti».

2.9804/3

CATALFO, PUGLIA, PAGLINI, LEZZI, BULGARELLI, MANGILI

All'emendamento 2.9804, capoverso «68-bis», sostituire le parole da: «con un contributo», fino alla fine del capoverso, con le seguenti: «e dell'ISFOL con un contributo rispettivamente di 10 milioni di euro e 2 milioni di euro».

2.9804/4

CATALFO, PUGLIA, PAGLINI, MANGILI, LEZZI, BULGARELLI

All'emendamento 2.9804, capoverso «68-bis», sostituire le parole da: «con un contributo», fino alla fine del capoverso, con le seguenti: «e dell'ISFOL con un contributo rispettivamente di 10 milioni di euro e 1 milioni di euro».

2.9805/5

COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 2.9804, sostituire le parole: «12 milioni», ovunque ricorrano, con le seguenti: «2 milioni».

2.9804/6

CATALFO, PUGLIA, PAGLINI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

All'emendamento 2. 9804, al capoverso «68-bis», aggiungere, in fine, il seguente periodo: «Il versamento delle risorse di cui al primo periodo è effettuato con rate a cadenza semestrale e subordinato alla verifica dell'efficacia dei progetti affidati alla società Italia Lavoro S.p.A.».

2.9804

IL GOVERNO

Dopo il comma 68, inserire il seguente:

«68-*bis*. Per l'anno 2015, il Ministero del lavoro e delle politiche sociali concorre agli oneri di funzionamento e ai costi generali di struttura della società Italia Lavoro Spa con un contributo di 12 milioni di euro.

68-*bis*. Agli oneri derivanti dal comma 68-*bis* pari a 12 milioni di euro per l'anno 2015, si provvede mediante corrispondente riduzione del Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307».

2.9805/1

TONINI

All'emendamento 2.9805, dopo le parole: «alla Presidenza del Consiglio dei Ministri», aggiungere le seguenti: «e dopo il comma 73», aggiungere il seguente: «73-bis. Il Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale è autorizzato per ciascuno degli anni dal 2015 al 2017 alla spesa di euro 200.000 per cofinanziare programmi di tirocinio curriculare presso uffici all'estero di cui all'articolo 30 del decreto del Presidente della Repubblica 5 gennaio 1967, n. 18, promossi da università o da altri istituti di istruzione universitaria abilitati al rilascio di titoli accademici o da enti di cui alla legge 28 dicembre 1982, n. 948. Al tirocinante spetta un rimborso forfettario delle spese sostenute nella misura massima complessiva di 500 euro mensili. La quota a carico del Ministero può essere corrisposta in tutto o in parte informa di benefici o facilitazioni non monetari. Agli oneri derivanti dal primo periodo del presente comma si provvede mediante corrispondente riduzione degli stanziamenti del Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca destinati al funzionamento ordinario delle università».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2016: ? 200.000;

2015: ? 200.000;

2017: ? 200.000.

2.9805

IL GOVERNO

Sostituire il comma 73 con il seguente:

«A decorrere dal 1º gennaio 2015 le attività connesse all'acquisizione della produzione di servizi giornalistici e strumentali da parte di agenzie di stampa con rete di servizi esteri e alla loro diffusione all'estero, sono svolte dalla Presidenza del Consiglio dei ministri tenendo conto delle esigenze e delle indicazioni del Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale. Le risorse finanziarie già assegnate a tale scopo al Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale sono trasferite alla Presidenza del Coniglio del ministri».

2.9806/1

SCHIFANI, GUALDANI

All'emendamento 2.9806, al comma 102-bis, dopo la lettera b), aggiungere la seguente lettera b-bis):

«b-*bis*. Il Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca, anche attraverso i propri uffici periferici, è autorizzato a prorogare per l'anno 2015, in deroga all'articolo 1, comma 449, della legge 27 dicembre 2006, n. 296, i rapporti convenzionali in essere, attivati dall'ufficio scolastico provinciale di Palermo e prorogati ininterrottamente, per l'espletamento di funzioni corrispondenti ai collaboratori, scolastici, a seguito del subentro dello Stato, ai sensi dell'articolo 8 della legge 3 maggio 1999 n. 124, nei compiti degli enti locali».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 20.000.000;

2016: ?;

2017: ?.

2.9806/2

URAS

All'emendamento 2.9806, dopo il comma 102-bis, aggiungere il seguente:

«102-*ter*. Al fine di realizzare gli interventi di messa in sicurezza e ristrutturazione degli edifici scolastici, delle scuole materne, elementari e medie dei comuni della Sardegna danneggiati dagli eventi alluvionali del mese di novembre 2013 è autorizzata la spesa di 5 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016».

Conseguentemente, al comma 124, sostituire le parole: «850 milioni di euro»*, con le seguenti:* «845 milioni di euro»

2.9806

IL GOVERNO

Dopo il comma 102, è aggiunto il seguente:

«102-*bis*. All'articolo 2 del decreto-legge 7 aprile 2014, n. 58, convertito, con modificazioni, dalla legge 5 giugno 2014, n. 87 sono apportate le seguenti modificazioni:

a) Al comma 1 le parole: "nell'anno 2014" sono sostituite dalle seguenti: "nell'anno scolastico 2014/2015";

b) Al comma 1 le parole: "31 dicembre 2014" sono sostituite dalle seguenti: "31 luglio 2015";

c) Al comma 2-*bis* le parole: "nell'ambito delle risorse finanziarie disponibili a legislazione vigente" sono soppresse;

d) Dopo il comma 2-*bis* sono aggiunti i seguenti:

2-*bis*. Nei territori ove è già stata attivata la convenzione-quadro Consip per il mantenimento del decoro e della funzionalità degli immobili adibiti a sede di istituzioni scolastiche ed educative statali, le medesime istituzioni scolastiche ed educative effettuano gli interventi di cui al comma 2-*bis* mediante ricorso alla citata convenzione Consip.

e) Il comma 2-*ter* è sostituito dal seguente:

2-*ter*. Per gli interventi di cui a commi 2-*bis* e 2 *bis bis* è autorizzata la spesa di euro 130 milioni per l'anno 2015. All'onere si provvede mediante corrispondente riduzione del Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307».

2.9807

IL GOVERNO

Dopo il comma 135 è inserito il seguente:

«135-bis. I conti correnti aperti presso la Tesoreria centrale dello Stato sono infruttiferi, fatto salvo il riconoscimento a carico del bilancio dello Stato degli interessi sui conti individuati nell'allegato ... alla presente legge, sulla base dei parametri stabiliti dalle disposizioni che regolano i singoli conti».

Allegato...

Numero conto	**Soggetto percipiente**
29814	Cassa depositi e prestiti - Gestione separata
20137	Poste Italiane S.p.A. - Bancoposta (conti correnti so privati)
20131	Poste Italiane s.p.a. ? BancopoSta (conti correnti so pubblici)
25046	Regione Abruzzo ? Programma IPA

2.9808/4

CALEO, MORGONI

All'emendamento 2.9808, aggiungere, in fine, i seguenti periodi:

«Fermi restando gli ordinari rimedi previsti dal codice civile, per effetto delle disposizioni di cui ai precedenti commi, i contratti di tesoreria e di cassa delle camere di commercio in essere alla data di entrata in vigore della presente legge possono essere rinegoziati m via diretta tra le parti originarie, ferma restando la durata inizialmente prevista dei contratti stessi. Se le parti non raggiungono l'accordo, le camere di commercio hanno diritto di recedere dal contratto».

2.9808/1

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, D'AMBROSIO LETTIERI

All'emendamento 2.9808, aggiungere, in fine, i seguenti periodi:

«Fermi restando gli ordinari rimedi previsti dal codice civile, per effetto delle disposizioni di cui ai precedenti commi, i contratti di tesoreria e di cassa delle camere di commercio in essere alla data di entrata in vigore della presente legge possono essere rinegoziati in via diretta tra le parti originarie, ferma restando la durata inizialmente prevista dei contratti stessi. Se le parti non raggiungono l'accordo, le camere di commercio hanno diritto di recedere dal contratto».

2.9808/2

CALEO, MORGONI

All'emendamento 2.9808, aggiungere, in fine, i seguenti periodi:

«e alla fine del comma 140 del citato articolo 2 è aggiunto il seguente periodo: "e dopo le parole 'ai sensi del citato articolo 7' sono aggiunte le seguenti: ', nonché ai loro enti ed istituti strumentali limitatamente alle disponibilità in gestione separata di esclusiva titolarità dei citati enti e organismi pubblici,'"».

2.9808/3

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, D'AMBROSIO LETTIERI

All'emendamento 2.9808, aggiungere, in fine, il seguente periodo:

«e alla fine del comma 140 del citato articolo 2 è aggiunto il seguente periodo: "e dopo le parole: 'ai sensi del citato articolo 7' sono aggiunte le seguenti: ', nonché ai loro enti ed istituti strumentali limitatamente alle disponibilità in gestione separata di esclusiva titolarità dei citati enti e organismi pubblici,'"».

2.9808

IL GOVERNO

Alla fine del comma 139 dell'articolo 2, sono aggiunti i seguenti periodi: «Sono esclusi dallo smobilizzo i titoli di Stato italiani. Le camere di commercio possono non smobilizzare gli investimenti in strumenti finanziari, come definiti dal decreto legislativo 24 febbraio 1998, n. 58, solo nel caso in cui il loro valore di mercato in uno dei giorni compresi tra il 16 e il 30 aprile 2015 sia inferiore al prezzo di acquisto».

2.9809/1

URAS

All'emendamento 2.9809, alla tabella riportata apportare le seguenti modifiche:

alla voce Provincia Autonoma di Bolzano, colonna anni 2015-2017*, inserire la seguente cifra: 25*

alla voce Provincia Autonoma dì Trento, colonna anni 2015-2017*, inserire la seguente cifra: 21*

alla voce Sardegna, colonna anni 2015-2017*, sostituire la cifra* «97.000,00» *con la seguente* «51.000,00» *alla voce*.

2.9809/2

ZELLER, BERGER, PALERMO, FRAVEZZI, LANIECE, PANIZZA

All'emendamento 2.9809, apportare le seguenti modificazioni:

1) alla lettera *c)*, capoverso «149-*ter*», lettera *e)*, punto 1), sopprimere le seguenti parole: «e derivanti dalle altre misure di coordinamento della finanza pubblica stabilite dalla normativa statale»;

2) alla lettera *c)*, capoverso «149-*ter*», lettera *e)*, sostituire il punto 2) con il seguente:

«2) il comma 3 è sostituito dal seguente:

"3. Fermo restando il coordinamento della finanza pubblica da parte dello Stato ai sensi dell'articolo 117 della Costituzione, le Province provvedono al coordinamento della finanza pubblica provinciale, nei confronti degli enti locali, dei propri enti e organismi strumentali pubblici e privati e di quelli degli enti locali, delle aziende sanitarie, delle università, incluse quelle non statali di cui all'articolo 17, comma 120, della legge 15 maggio 1997, n. 127, delle camere di commercio, industria, artigianato e agricoltura e degli altri enti od organismi a ordinamento regionale o provinciale finanziati dalle stesse in via ordinaria. Al fine di conseguire gli obiettivi in termini di saldo netto da finanziare previsti in capo alla Regione e alle Province ai sensi del presente articolo, spetta alle Province definire i concorsi e gli obblighi nei confronti degli enti del sistema territoriale integrato di rispettiva competenza. Le Province vigilano sul raggiungimento degli obiettivi di finanza pubblica da parte degli enti di cui al presente comma e, ai fini del monitoraggio dei saldi di finanza pubblica, comunicano al Ministero dell'Economia e delle finanze gli obiettivi fissati e i risultati conseguiti"».

3) alla lettera *c)*, capo verso «149-*ter*», lettera *e)*, sostituire il punto 3) con il seguente:

«3) il comma 4 è sostituito dai seguenti:

"4. Nei confronti della Regione e delle Province e degli enti appartenenti al sistema territoriale regionale integrato non sono applicabili disposizioni statali che prevedono obblighi, oneri,

accantonamenti, riserve all'erario o concorsi comunque denominati, ivi inclusi quelli afferenti il patto di stabilità interno, diversi da quelli previsti dal presente titolo. La Regione e le Province provvedono, per sé e per. gli enti del sistema territoriale regionale integrato di rispettiva competenza, alle finalità di coordinamento della finanza pubblica contenute in specifiche disposizioni legislative dello Stato, adeguando, ai sensi dell'articolo 2 del decreto legislativo 16 marzo 1992, n. 266, la propria legislazione ai princìpi costituenti limiti ai sensi degli articoli 4 o 5, nelle materie individuate dallo Statuto, adottando, conseguentemente, autonome misure di razionalizzazione e contenimento della spesa, anche orientate alla riduzione del debito pubblico, idonee ad assicurare il rispetto delle dinamiche della spesa aggregata delle amministrazioni pubbliche del territorio nazionale, in coerenza con l'ordinamento dell'Unione europea.

4-*bis*. Per ciascuno degli anni dal 2018 al 2022, il contributo della Regione e delle Province alla finanza pubblica in termini di saldo netto da finanziare, riferito al sistema territoriale regionale integrato, è pari a 905,315 milioni di curo complessivi, dei quali 15,091 milioni sono posti in capo alla Regione. Il contributo delle Province, ferma restando l'imputazione a ciascuna di esse del maggior gettito derivante dall'attuazione dell'articolo 13, comma n. 17 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201 e dell'articolo 1, commi 521 e 712, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, è ripartito tra le Province stesse sulla base dell'incidenza del prodotto interno lordo del territorio di ciascuna Provincia sul prodotto interno lordo regionale; le Province e la Regione possono concordare l'attribuzione alla Regione di una quota del contributo".

4) alla lettera *c)*, capoverso "149-*ter*", lettera *e)*, punto 4), al capoverso "5.", all'inizio del secondo periodo, sostituire le parole: "Il contributo così rideterminato è ripartito", con le seguenti: "La differenza rispetto al contributo di 905,315 milioni di euro è ripartita"»;

5) alla lettera *c)*, capoverso «149-*ter*», lettera *e)*, punto 4), dopo il capoverso «10,», aggiungere il seguente:

«10-*bis*. Il concorso posto a carico della Regione e delle Province in termini di saldo netto da finanziare è assicurato mediante contributi, garantiti anche attraverso compensazioni a valere su somme dovute dallo Stato, ovvero con l'assunzione di oneri, determinati anche in via convenzionale sulla base di parametri e di indicatori di costo e di servizio, relativi all'esercizio di funzioni statali, anche delegate».

6) alla lettera *c)*, capoverso «149-*sexies*», sostituire, ovunque ricorrano, le parole: «al 2022», con le seguenti: «al 2017».

7) alla lettera *c)*, sostituire il capoverso «149-septies», con il seguente:

«149-*septies*. L'ammontare delle quote di gettito delle "accise sugli altri prodotti energetici" di cui all'articolo 75, comma 1, lettera *f)* dello Statuto, ad uso riscaldamento, è determinato annualmente sulla base delle quantità di prodotti estratti dai depositi commerciali situati nel territorio di ciascuna Provincia ad eccezione del gettito del gas naturale che è determinato sulla base delle forniture ai consumatori finali. I predetti dati saranno forniti dall'Agenzia delle dogane e dei monopoli e eventualmente sulla base di ogni utile documentazione fornita dalle Province. La spettanza è determinata con riferimento all'aliquota di accisa per la rispettiva destinazione d'uso, ottenuta come media delle aliquote vigenti per il medesimo impiego nell'anno in esame, ponderate con il numero di giorni dell'anno di rispettiva vigenza».

2.9809/3

ZANONI

All'emendamento 2.9809, dopo il comma 149-novies, aggiungere i seguenti:

«149-*decies*. Al decreto legislativo 7 marzo 2005, n. 82, dopo l'articolo 14 è aggiunto il seguente:

"Art. 14-*bis.*

(Portale unico Stato-Autonomie)

1. Al fine di consentire semplificazione degli adempimenti, interattività dei flussi informativi tra le varie amministrazioni e risparmi di spesa da parte degli enti territoriali attraverso la riduzione degli oneri amministrativi derivanti dagli obblighi informativi, è istituito il Portale unico Stato-Autonomie.

2. A partire dal 1 luglio 2015 le Regioni e gli enti locali trasmettono una sola volta, secondo le regole tecniche stabilite ai sensi dell'articolo 71, tutte le informazioni riguardanti la propria attività istituzionale di cui sia richiesta ai sensi della normativa vigente la trasmissione per finalità di monitoraggio o controllo ad una o più ,delle amministrazioni locali di cui all'Allegato ISTAT di cui all'articolo 1, comma 3, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, e tale trasmissione unica adempie tutti gli oneri di comunicazione previsti da leggi, regolamenti o altri provvedimenti.

3. Il Portale di cui al comma 1 è istituito avvalendosi del supporto tecnico ? metodologico ed organizzativo della società di cui all'articolo 10, comma 12, della legge 8 maggio 1998, n. 146, che provvede alla raccolta dei flussi informativi, nonché lo gestisce secondo le modalità stabilite con decreto del Ministro per gli affari regionali e le autonomie, di concerto con il Ministro dell'interno e con il Ministro dell'economia e delle finanze, previa intesa in sede di Conferenza unificata di cui all'articolo 8 del decreto legislativo 28 agosto 1997, n. 281.

4. Il portale è reso accessibile a tutte le amministrazioni di cui al comma 1 e alle stesse è fatto divieto di richiedere informazioni e dati accessibili dal Portale, secondo le regole tecniche stabilite ai sensi dell'articolo 71".

149-*undecies*. Per far fronte agli oneri di cui al comma 149-*decies*, è autorizzata la spesa di 5 milioni di euro per l'anno 2015 e di 3 milioni per ciascuno degli anni 2016 e 2017».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'Economia e delle Finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 5.000.000;
2016: ? 3.000.000;
2017: ? 3.000.000.

2.9809

IL GOVERNO

All'articolo 2 sono apportate le seguenti modifiche:

a) al comma 143, la tabella è sostituita dalla seguente:

Regione o provincia autonoma	Contributo aggiuntivo (in migliaia di euro) Anni 2015-2017	Contributo aggiuntivo migliaia di euro) Anno 2018
Valle d'Aosta	10.000,00	10.000,00
Provincia Autonoma di Bolzano	-	25.000,00
Provincia Autonoma di Trento	-	21.000,00
Friuli-Venezia Gilia	87.000,00	87.000,00
Sicilia	273.000,00	273.000,00
Sardegna	97.000,00	97.000,00
Totale Autonomie speciali	467.000,00	513.000,00

b) il comma 145 è soppresso;

c) dopo il comma 149 aggiungere i seguenti:

«149-*bis.* Le disposizioni recate dai commi da 149-*ter* a 149-*novies* sono approvate ai sensi e per gli effetti dell'articolo 104 del testo unico delle leggi costituzionali concernenti lo statuto speciale per il Trentino-Alto Adige, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 31 agosto 1972, n. 670, e successive modificazioni ed integrazioni. Le disposizioni di cui ai commi da 149-*quater* a 149-*novies* entrano in vigore dal giorno della pubblicazione nella *Gazzetta Ufficiale* della presente legge.

149-*ter.* A decorrere dal 1º gennaio 2015 al testo unico di cui al decreto del Presidente della Repubblica 31 agosto 1972, n. 670 sono apportate le seguenti modificazioni:

a. all'articolo 69, comma 2, lettera *b)* le parole: "i due decimi" sono sostituite dalle seguenti: "un decimo";

b. all'articolo 73, comma 1-*bis*, è aggiunto il seguente periodo: "Le province possono, con apposita legge e nel rispetto delle norme dell'Unione europea sugli aiuti di Stato, concedere incentivi, contributi, agevolazioni, sovvenzioni e benefici di qualsiasi genere, da utilizzare in compensazione ai sensi del Capo III del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241. I fondi necessari per la regolazione

contabile delle compensazioni sono posti ad esclusivo carico delle rispettive Province, che provvedono alla stipula di una convenzione con l'Agenzia delle entrate, al fine di disciplinare le modalità operative per la fruizione delle suddette agevolazioni";

c. all'articolo 75, comma 1, lettera *d)* le parole: "i sette decimi" sono sostituite con le parole: "gli otto decimi";

d. All'articolo 75-*bis,* dopo il comma 3 è aggiunto il seguente comma:

"3-*bis.* Il gettito derivante da maggiorazioni di aliquote o dall'istituzione di nuovi tributi, se destinato per legge alla copertura, ai sensi dell'articolo 81 della Costituzione, di nuove specifiche spese di carattere non continuativo che non rientrano nelle materie di competenza della regione o delle province, ivi comprese quelle relative a calamità naturali, è riservato allo Stato, purché risulti temporalmente delimitato, nonché contabilizzato distintamente nel bilancio statale e quindi quantificabile. Non sono ammesse riserve di gettito destinate al raggiungimento di obiettivi di riequilibrio della finanza pubblica. Sono abrogati gli articoli 9, 10 e 10-*bis* del decreto legislativo 16 marzo 1992, n. 268".

e. l'articolo 79 è così modificato:

1) l'alinea del comma 1 è sostituita dalla seguente:

"1. Il sistema territoriale regionale integrato ? costituito dalla regione, dalle province e dagli enti di cui al comma 3 concorre, nel rispetto dell'equilibrio dei relativi bilanci ai sensi della legge 24 dicembre 2012, n. 243, al conseguimento degli obiettivi di finanza pubblica, di perequazione e di solidarietà e all'esercizio dei diritti e dei doveri dagli stessi derivanti, nonché all'osservanza dei vincoli economici e finanziari derivanti dall'ordinamento dell'Unione europea e derivanti dalle altre misure di coordinamento della finanza pubblica stabilite dalla normativa statale".

2) il comma 3 è sostituito dal seguente:

"Fermo restando il coordinamento della finanza pubblica da parte dello Stato ai sensi dell'articolo 117 della Costituzione, le province attuano il coordinamento della finanza pubblica provinciale, nei confronti degli enti locali, dei propri enti e organismi strumentali pubblici e privati e di quelli degli enti locali, delle aziende sanitarie, delle università, incluse quelle non statali di cui all'articolo 17, comma 120, della legge 15 maggio 1997, n. 127, delle camere di commercio, industria, artigianato e agricoltura e degli altri enti od organismi a ordinamento regionale o provinciale finanziati dalle stesse in via ordinaria, nel rispetto degli obiettivi complessivi di finanza pubblica stabiliti nei confronti dei medesimi enti. Al fine di conseguire gli obiettivi in termini di saldo netto da finanziare previsti in capo alla regione e alle province ai sensi del presente articolo, spetta alle province definire i concorsi e gli obblighi nei confronti degli enti del sistema territoriale integrato di rispettiva competenza nel rispetto degli equilibri di bilancio previsti dalla legge 24 dicembre 2012, n. 243. Le province vigilano sul raggiungimento degli obiettivi di finanza pubblica da parte degli enti di cui al presente comma e, ai fini del monitoraggio dei saldi di finanza pubblica, comunicano al Ministero dell'economia e delle finanze gli obiettivi fissati e i risultati conseguiti".

3) Il comma 4 è sostituito dal seguente:

"4. Nei confronti della regione e delle province non sono applicabili disposizioni statali che prevedono obblighi, oneri, accantonamenti, riserve all'erario o concorsi comunque denominati, ivi inclusi quelli afferenti il patto di stabilità interno, diversi da quelli previsti dal presente titolo. La regione e le province provvedono, per sé e per gli enti del sistema territoriale regionale integrato di rispettiva competenza, alle finalità di coordinamento della finanza pubblica contenute in specifiche disposizioni legislative dello Stato, adeguando, ai sensi dell'articolo 2 del decreto legislativo 16 marzo 1992, n. 266, la propria legislazione ai principi costituenti limiti ai sensi degli articoli 4 o 5, nelle materie ivi individuate, adottando, conseguentemente, autonome misure di razionalizzazione e contenimento della spesa, anche orientate alla riduzione del debito pubblico, idonee ad assicurare il rispetto delle dinamiche della spesa aggregata delle Amministrazioni pubbliche del territorio nazionale, in coerenza con l'ordinamento dell'Unione europea e nel rispetto dei principi stabiliti dalla legge 24 dicembre 2012, n. 243".

4) dopo il comma 4, sono aggiunti i seguenti commi:

"5. A decorrere dall'anno 2023 il contributo complessivo di 905 milioni ? ferma restando la ripartizione dello stesso tra la regione Trentino Alto Adige e le province autonome di Trento e di Bolzano ? è rideterminato annualmente applicando al predetto importo la variazione percentuale degli oneri del debito delle Pubbliche Amministrazioni rilevata nell'ultimo anno disponibile rispetto all'anno precedente. Il contributo cosi rideterminato è ripartito tra le province sulla base dell'incidenza del prodotto interno lordo del territorio, di ciascuna provincia sul prodotto interno lordo regionale. Ai fini del periodo precedente è considerato il prodotto interno lordo indicato dall'Istat nell'ultima rilevazione disponibile".

6. A decorrere dall'anno 2016 la regione e le province conseguono il pareggio del bilancio come definito dall'articolo 9 della legge 24 dicembre 2012, n. 243. Per gli anni 2016 e 2017 la regione e le province accantonano in termini di cassa e in termini di competenza un importo definito d'intesa con il Ministero dell'economia e delle finanze tale da garantire la neutralità finanziaria per i saldi di finanza pubblica. A decorrere dall'anno 2018 ai predetti enti ad autonomia differenziata non si applica il saldo programmatico di cui al comma 455 dell'articolo l della legge 24 dicembre 2012, n. 228 e le disposizioni in materia di patto di stabilità interno in contrasto con il pareggio di bilancio di cui al primo periodo del presente comma.

7. Restano ferme le disposizioni in materia di monitoraggio, certificazione e sanzioni previsti dai commi 460, 461 e 462 dell'articolo 1 della legge 24 dicembre 2012, n. 228.

8. A decorrere dall'anno 2015, il contributo in termini di saldo netto da finanziare di cui all'Accordo del 15 ottobre 2014 tra il Governo, la regione e le province è versato all'erario con imputazione sul capitolo 3465, articolo 1, Capo X del bilancio dello Stato entro il 30 aprile di ciascun anno. In mancanza di tali versamenti all'entrata del bilancio dello Stato entro il 30 aprile e della relativa comunicazione entro il 30 maggio al Ministero dell'economia e delle finanze, quest'ultimo è autorizzato a trattenere gli importi corrispondenti a valere sulle somme a qualsiasi titolo spettanti alla regione e a ciascuna provincia relativamente alla propria quota di contributo, avvalendosi anche dell'Agenzia delle entrate per le somme introitate per il tramite della Struttura di gestione.

9. È fatta salva la facoltà da parte dello Stato di modificare, per un periodo di tempo definito i contributi in termini di saldo netto da finanziare e di indebitamento netto posti a carico della regione e delle province, previsti a decorrere dall'anno 2018, per far fronte ad eventuali eccezionali esigenze di finanza pubblica nella misura massima del 10 per cento dei predetti contributi stessi. Contributi di importi superiori sono concordati con la regione e le province. Nel caso in cui siano necessarie manovre straordinarie volte ad assicurare il rispetto delle norme europee in materia di riequilibrio del bilancio pubblico i predetti contributi possono essere incrementati, per un periodo limitato, di una percentuale ulteriore, rispetto a quella indicata al periodo precedente, non superiore al 10 per cento.

10. La regione e le province si obbligano a recepire con propria legge da emanare entro il 31 dicembre 2014, mediante rinvio formale recettizio, le disposizioni in materia di armonizzazione dei sistemi contabili e degli schemi di bilancio delle Regioni, degli enti locali e dei loro organismi, previste dal decreto legislativo 23 giugno 2011, n. 118, nonché gli eventuali atti successivi e presupposti, in modo da consentire l'operatività e l'applicazione delle predette disposizioni nei termini indicati dal citato decreto 118 per le regioni a statuto ordinario, posticipati di un anno, subordinatamente all'emanazione di un provvedimento statale volto a disciplinare gli accertamenti di entrata relativi a devoluzioni di tributi erariali e la possibilità di dare copertura agli investimenti con l'utilizzo del saldo positivo di competenza tra'le entrate correnti e le spese correnti.»

149-*quater.* Al fine di assicurare il concorso agli obiettivi di finanza pubblica, in applicazione della normativa vigente e dell'Accordo sottoscritto il 15 ottobre 2014 fra il Governo, la regione Trentino Alto Adige e le province autonome di Trento e di Bolzano, l'obiettivo di patto di stabilità interno di cui al comma 455 dell'articolo 1 della legge 24 dicembre 2012 n. 228, è determinato per la regione Trentino Alto Adige in 32 milioni di euro per l'anno 2014 e in 34,275 milioni di euro per ciascuno degli anni dal 2015 al 2017, per la provincia autonoma di Trento in -65,85 milioni di euro per

l'anno 2014 e in ?78,13 milioni di euro per ciascuno degli anni dal 2015 al 2017 e per la provincia autonoma di Bolzano in 65,457 milioni di euro per l'anno 2014 e in 127,47 milioni di euro per ciascuno degli anni dal 2015 al 2017.

149-*quinquies*. Non si applica alla regione Trentino Alto Adige e alle province autonome di Trento e Bolzano quanto disposto dall'ultimo periodo dell'articolo 1, comma 455, della legge 24 dicembre 2012, n. 228.

149-*sexies*. il contributo alla finanza pubblica in termini di saldo netto da finanziare della regione Trentino Alto Adige e delle province autonome di Trento e Bolzano, stabilito quale concorso al pagamento degli oneri del debito pubblico, è determinato per la regione Trentino Alto Adige in 14,812 milioni di euro per l'anno 2014 e 15,091 milioni di euro per ciascuno degli anni dal 2015 al 2022, per la provincia autonoma di Trento in 334,813 milioni di euro per l'anno 2014 e 413,4 milioni di euro per ciascuno degli anni dal 2015 al 2022 e per la provincia autonoma di Bolzano in 549,917 milioni di euro per l'anno 2014, 476,4 milioni di euro per l'anno 2015 e in 477,2 milioni di euro per ciascuno degli anni dal 2016 al 2022. Le province e la regione possono concordare l'attribuzione alla regione di una quota del contributo.

149-*septies*. L'ammontare delle quote di gettito delle «accise sugli altri prodotti energetici» di cui all'articolo 75, comma 1, lettera *f),* dello Statuto speciale per il Trentino Alto Adige, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 31 agosto 1972, n. 670, è determinato annualmente sulla base delle immissioni in consumo nel territorio di ciascuna provincia autonoma dei prodotti energetici ivi indicati. I predetti dati saranno forniti dall'Agenzia delle dogane e dei monopoli ed eventualmente sulla base di ogni utile documentazione fornita dalle province.

149-*octies*. Le riserve previste dall'articolo 1, comma 508, della legge 27 dicembre 2013, n. 147 sono restituite alla regione Trentino Alto Adige e alle province autonome di Trento e Bolzano nell'importo di 20 milioni annui a decorrere dall'anno 2019, previa individuazione della relativa copertura finanziaria.

149-*novies*. La provincia autonoma di Trento, al fine di ridurre il debito del settore pubblico in coerenza con gli obiettivi europei, attiva un'operazione di estinzione anticipata dei mutui dei propri comuni, utilizzando le proprie disponibilità di cassa, mediante anticipazioni di fondi ai comuni».

Conseguentemente, all'articolo 3, dopo il comma 66, inserire il seguente:

«66-*bis*. L'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307, è ridotta di 81 milioni di euro per ciascuno degli anni dal 2015 al 2017 e di 35 milioni di euro per l'anno 2018».

2.9810/1

ALBANO

All'emendamento 2.9810, dopo le parole: «All'articolo 2», inserire le seguenti:

«al comma 154, dopo le parole: "le province che risultano in dissesto» *aggiungere le seguenti:* "ovvero che abbiano deliberato un riequilibrio finanziario pluriennale ex articolo 243-*bis* del, TUEL"».

Conseguentemente

all'articolo 3, comma 21, lettera *g)* sostituire la parola: «triplo» con la seguente: «quadruplo».

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 85.000.000;

2016: ? 85.000.000;

2017: ? 85.000.000.

2.9810/2

CERONI

All'emendamento del Governo 2.9810 apportare le seguenti modifiche:

? all'articolo 2, prima del comma «156-*bis*», premettere il seguente:

«Comma 0.156-*bis*:

Al fine di favorire il processo di riorganizzazione degli enti di area vasta, al personale delle

province e città metropolitane in servizio alla data di entrata in vigore della presente legge si applicano, limitatamente al possesso dei requisiti per il collocamento a riposo, le previsioni di cui all'articolo 2, comma 11, lettera *a)* del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito con modificazioni , dalla legge 7 agosto 2012, n. 135. La data del 31 dicembre 2016 prevista dal predetto articolo 2, comma 11 lettera *a)* è prorogata, esclusivamente per il personale delle province e città metropolitane, al 31 dicembre 2018. Entro 60 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, gli enti acquisiscono dall'Inps le certificazioni necessarie per la corretta applicazione delle previsioni di cui all'articolo 2, comma 11, lettera *a)* del decreto-legge n. 95/2012. Entro i 30 giorni successivi, i medesimi enti comunicano ai dipendenti in possesso dei requisiti prescritti e certificati, in coerenza con la nuova data definita dal presente comma. La risoluzione unilaterale del rapporto di lavoro con le decorrenze coerenti dalla legge. Nelle more della maturazione di requisiti per il collocamento a riposo e delle cessazione del rapporto di lavoro il personale di cui alla presente norma continua a svolgere le funzioni attribuite agli enti di cui all'articolo 1 della legge n. 56/14»;

All'emendamento del Governo 2.9810 apportare le seguenti modifiche:

? all'articolo 2, comma 156 bis, dopo la parola «delle funzioni» aggiungere la seguente: «fondamentali»;

? all'articolo 2, comma 156 bis, eliminare il secondo e il terzo periodo.

2.9810/3

CERONI

All'emendamento 2.9810, al capoverso «156-bis», premettere il seguente:

«156.1. Al fine di favorire il processo di riorganizzazione degli enti di area vasta, al personale delle province e città metropolitane in servizio alla data di entrata in vigore della presente legge si applicano, limitatamente al possesso dei requisiti per il collocamento a riposo, le previsioni di cui all'articolo 2, comma 11, lettera a) del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135. La data del 31 dicembre 2016 prevista dal predetto articolo 2, comma 11 lettera a) è prorogata, esclusivamente per il personale delle province e città metropolitane, al 31 dicembre 2018. Entro 60 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, gli enti acquisiscono dall'Inps le certificazioni necessarie per la corretta applicazione delle previsioni di cui all'articolo 2, comma 11, lettera a) del decreto-legge n. 95/2012. Entro i 30 giorni successivi, i medesimi enti comunicano ai dipendenti in possesso dei requisiti prescritti e certificati, in coerenza con la nuova data definita dal presente comma, la risoluzione unilaterale del rapporto di lavoro con le decorrenze coerenti con la legge. Nelle more della maturazione di requisiti per il collocamento a riposo e delle cessazione del rapporto di lavoro il personale di cui alla presente norma continua a svolgere le funzioni attribuite agli enti di cui all'articolo 1 della legge n. 56/14».

2.9810/4

COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 2.9810, all'articolo 2, prima del comma «156-bis», premettere il seguente:

«Comma 0.156-*bis*:

Al fine di favorire il processo di riorganizzazione degli enti di area vasta, al personale delle province e città metropolitane in servizio alla data di entrata in vigore della presente legge si applicano, limitatamente al possesso dei requisiti per il collocamento a riposo, le previsioni di cui all'articolo 2, comma 11, lettera *a)* del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135. La data del 31 dicembre 2016 prevista dal predetto articolo 2, comma 11 lettera *a)* è prorogata, esclusivamente per il personale delle province e città metropolitane, al 31 dicembre 2018. Entro 60 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, gli enti acquisiscono dall'Inps le certificazioni necessarie per la corretta applicazione delle previsioni di cui all'articolo 2, comma 11, lettera *a)* del decreto-legge n. 95 del 2012. Entro i 30 giorni successivi i medesimi enti comunicano ai dipendenti in possesso dei requisiti prescritti e certificati, in coerenza con la nuova data definita dal presente comma, la risoluzione unilaterale del rapporto di lavoro con le decorrenze coerenti con la legge. Nelle more della maturazione di requisiti per il collocamento a riposo

e delle cessazione del rapporto di lavoro il personale di cui alla presente norma continua a svolgere le funzioni attribuite agli enti di cui all'articolo 1 della legge n. 56del 2014».

2.9810/5

ZANONI, BROGLIA, FAVERO, PEZZOPANE

All'emendamento 2.9810, al comma «156-bis» anteporre il seguente:

«156-*bis*.01. Al fine di favorire il processo di riorganizzazione degli enti di area vasta, al personale delle province e città metropolitane in servizio alla data di entrata in vigore della presente legge si applicano, limitatamente al possesso dei requisiti per il collocamento a riposo, le previsioni di cui all'articolo 2, comma 11, lettera *a)* del decreto-legge. 6 luglio 2012, n. 95, convertito con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 13 5. La data del 31 dicembre 2016 prevista dal predetto articolo 2, comma 11 lettera *a)* è prorogata, esclusivamente per il personale delle province e città metropolitane, al 31 dicembre 2018. Entro 60 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, gli enti acquisiscono dall'Inps le certificazioni necessarie per la corretta applicazione delle previsioni di cui all'articolo 2, comma 11, lettera *a)* del decreto-legge n. 95/2012. Entro i 30 giorni successivi, i medesimi enti comunicano ai dipendenti in possesso dei requisiti prescritti e certificati, in coerenza con la nuova data definita dal presente comma, la risoluzione unilaterale del rapporto di lavoro con le decorrenze coerenti con la legge. Nelle more della maturazione di requisiti per il collocamento a riposo e delle cessazione del rapporto di lavoro il personale di cui alla presente norma continua a svolgere le funzioni attribuite agli enti di cui all'articolo 1 della legge n. 56 del 2014».

2.9810/6

ZANONI, BROGLIA

All'emendamento 2.9810, al comma «156-bis» premettere il seguente:

«156-*bis*.1. Al fine di favorire il processo di riorganizzazione degli enti di area vasta, al personale delle province e città metropolitane in servizio alla data di entrata in vigore della presente legge si applicano, limitatamente al possesso dei requisiti per il collocamento a riposo, le previsioni di cui all'articolo 2, comma 11, lettera *a)* del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135. La data del 31 dicembre 2016 prevista dal predetto articolo 2, comma 11 lettera *a)* è prorogata, esclusivamente per il personale delle province e città metropolitane, al 31 dicembre 2018. Entro 60 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, gli enti acquisiscono dall'Inps le certificazioni necessarie per la corretta applicazione delle previsioni di cui all'articolo 2, comma 11, lettera *a)* del decreto-legge n. 95 del 2012. Entro i 30 giorni successivi, i medesimi enti comunicano ai dipendenti in possesso dei requisiti prescritti e certificati, in coerenza con la nuova data definita dal presente comma. La risoluzione unilaterale del rapporto di lavoro con le decorrenze coerenti dalla légge. Nelle more della maturazione di requisiti per il collocamento a riposo e delle cessazione del rapporto di lavoro il personale di cui alla presente norma continua a svolgere le funzioni attribuite agli enti di cui all'articolo 1 della legge n. 56 del 2014»;

2.9810/7

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

All'emendamento 2.9810, sostituire i commi da: «156-bis a 156-decies» con i seguenti:

All'articolo 2, dopo il comma 156, sono aggiunti i seguenti:

«156-*bis*. La dotazione organica delle Città Metropolitane e delle Province delle Regioni a statuto ordinario è stabilita, a decorrere dalla data dell'effettivo trasferimento delle funzioni non fondamentali agli enti subentrati ai sensi della Legge 56 del 2014, tenuto conto delle funzioni attribuite ai predetti Enti dalla medesima Legge 7 aprile 2014, n. 56.

156-*ter*. Tenuto conto del riordino delle funzioni di cui alla Legge 7 aprile 2014, n. 56, secondo modalità e criteri definiti nell'ambito delle procedure e degli osservatori di cui all'accordo dell'articolo 1, comma 91, della Legge 7 aprile 2014, n. 56, è individuato il personale che rimane assegnato agli Enti di cui al comma 156-*bis* e quello da destinare agli Enti subentranti per l'esercizio delle funzioni non fondamentali nel rispetto delle forme di partecipazione sindacale previste dalla normativa vigente.

156-*quater*. Nel contesto delle procedure e degli osservatori di cui all'accordo previsto

dall'articolo 1, comma 91, della Legge 7 aprile 2014, n. 56 sono determinati, con il supporto delle società *in house* delle amministrazioni centrali competenti, piani di riassetto organizzativo, economico, finanziario e patrimoniale degli Enti di cui al comma 156-*bis*.

Per accelerare i tempi di attuazione e la ricollocazione ottimale del personale, in relazione al riordino delle funzioni previsto dalla Legge n. 56 del 2014 e delle esigenze funzionali delle Amministrazioni di destinazione, si fa ricorso a strumenti informatici. Il personale è prioritariamente ricollocato secondo le previsioni di cui al comma 156-*quinquies* e in via subordinata con le modalità di cui al 156-*sexies*. Si applica l'articolo 1, comma 96, lettera *a)*, della Legge 7 aprile 2014, n. 56. A tal fine è autorizzata la spesa di 2 milioni per l'anno 2015 e di 3 milioni per l'anno 2016.

156-*quinquies*. Le Regioni, del settore allargato regionale, ivi inclusi gli Enti del Servizio Sanitario Nazionale e gli Enti Locali, per gli anni 2015 e 2016, destinano le risorse per le assunzioni a tempo indeterminato, fino al completo riassorbimento del personale degli Enti di cui al comma 156-*bis* , all'immissione nei ruoli dei vincitori di concorso pubblico collocati nelle proprie graduatorie vigenti o approvate alla data di entrata in vigore della presente Legge e alla ricollocazione nei propri ruoli delle unità di personale, interessato dal processo di riorganizzazione di cui alla Legge 56 del 2014. Esclusivamente per le finalità di ricollocazione del personale le Regioni e gli Enti Locali destinano, altresì, la restante percentuale della spesa relativa al personale di ruolo cessato negli anni 2014 e 2015, salva la completa ricollocazione del personale interessato dai predetti processi di riorganizzazione. Fermi restando i vincoli del patto di stabilità interno e la sostenibilità finanziaria e di bilancio dell'Ente, le spese di personale ricollocato secondo il presente comma non si calcolano, al fine del rispetto del tetto di spesa del comma 557 dell'articolo 1 della Legge 27 dicembre 2006, n. 296. n numero delle unità di personale ricollocato o ricollocabile è comunicato al Ministro per gli affari regionali, al Ministro per la semplificazione e la pubblica amministrazione e al Ministro dell'economia e delle finanze nell'ambito delle procedure di cui all'accordo dell'articolo 1, comma 91, della Legge 7 aprile 2014, n. 56. Le assunzioni effettuate in violazione del presente comma sono nulle.

l56-*sexies*. La Presidenza del Consiglio dei Ministri ? Dipartimento della Funzione Pubblica avvia, presso le amministrazioni dello Stato, anche ad ordinamento autonomo, le agenzie, le Università e gli Enti Pubblici non economici, ivi compresi quelli di cui all'articolo 70, comma 4, del decreto legislativo 30 marzo 200 l, n. 165, con esclusione del personale non amministrativo dei comparti sicurezza, difesa e Corpo nazionale dei Vigili del Fuoco, del comparto scuola, Afam ed enti di ricerca, una ricognizione dei posti da destinare alla ricollocazione del personale di cui al comma 156-*ter* interessato ai processi di ricollocazione. Le amministrazioni di cui al presente comma comunicano un numero di posti, soprattutto riferiti alle sedi periferiche corrispondente, sul piano finanziario, alla disponibilità delle risorse destinate, per gli anni 2015 e 2016, alle assunzioni di personale a tempo indeterminato secondo la normativa vigente, al netto di quelle finalizzate all'assunzione dei vincitori di concorsi pubblici collocati nelle graduatorie vigenti o approvate alla data di entrata in vigore della presente Legge. Il medesimo Dipartimento pubblica l'elenco dei posti comunicati sul proprio sito istituzionale. Le procedure di ricollocazione di cui al presente comma si svolgono secondo le modalità e le priorità di cui al comma 156-*quater* procedendo in via prioritaria alla ricollocazione presso gli uffici giudiziari e facendo in 'tal caso ricorso al fondo di cui all'articolo 30 del decreto legislativo n. 165 del 2001, istituito dal decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90, convertito, con modificazioni, dalla Legge 11 agosto 2014, n. 114 prescindendo dall'acquisizione al medesimo fondo del cinquanta per cento del trattamento economico spettante al personale trasferito facente capo all'Amministrazione cedente. Nelle more del completamento del procedimento di cui al presente comma alle Amministrazioni è fatto divieto di effettuare assunzioni a qualsiasi titolo. Le assunzioni effettuate in violazione sono nulle.

156-*septies*. In relazione alle previsioni dei cui ai commi da 156-*bis* a 156-*sexies* il termine del 31 dicembre 2016; previsto dall'articolo 4, commi 6, 8 e 9, del decreto-legge 31 agosto 2013, n. 101, convertito, con modificazioni, dalla Legge 30 ottobre 2013, n. 125, per le finalità volte al superamento del precariato, è prorogato al 31 dicembre 2018, con possibilità di utilizzo, nei limiti previsti dal

predetto articolo 4, per gli anni 2017 e 2018, delle risorse per le assunzioni e delle graduatorie che derivano dalle procedure speciali.

156-*octies*. Nelle more della conclusione delle procedure di ricollocazione di cui ai commi da 156-*bis* a 156-*novies*, il relativo personale rimane in servizio presso le Città Metropolitane e le Province con possibilità di avvalimento da parte delle Regioni, degli Enti del settore allargato regionale, ivi inclusi gli Enti del Servizio Sanitario Nazionale, degli Enti Locali attraverso apposite convenzioni che tengano conto del riordino delle funzioni e con oneri a carico dell'Ente utilizzatore. Allo scopo di consentire il regolare funzionamento dei servizi per l'impiego anche le Regioni possono avvalersi della previsione di cui al comma 156-*decies* ricorrendo, altresì, ove necessario all'imputazione ai programmi operativi regionali cofinanziati dall'Unione Europea con i fondi strutturali con relativa rendicontazione di spesa. Le Regioni e i Comuni, in caso di delega o di altre forme, anche convenzionali, di affidamento di funzioni agli Enti di cui al comma 156-bis o ad altri Enti Locali, dispongono contestualmente l'assegnazione del relativo personale con oneri a carico dell'Ente delegante o affidante, previa convenzione con gli Enti destinatari.

156-*novies*. Ogni Ente di area vasta può procedere, previo esame congiunto con le organizzazioni sindacali che deve comunque concludersi entro trenta giorni dalla relativa comunicazione, a definire criteri e tempi di utilizzo di forme contrattuali a tempo parziale del personale non dirigenziale con maggiore anzianità contributiva. Stante la natura eccezionale di riforma dell'ordinamento dello Stato contenute nella Legge 56 del 2014 e nel presente articolo non trovano applicazione le disposizioni di cui all'articolo 33 commi 7 e 8 del Decreto Legislativo 30 marzo 2001, n. 165.

156-*decies*. Allo scopo, di consentire il regolare funzionamento dei servizi per l'impiego, nonché la conduzione del piano per l'attuazione della raccomandazione del Consiglio dell'Unione Europea del 22 aprile 2013 sull'istituzione di una «Garanzia per i giovani», le Città Metropolitane e le Province che, a seguito o in attesa del riordino delle funzioni di cui all'articolo 1, commi 85 e seguenti, della Legge 7 aprile 2014, n. 56, continuino ad esercitare le funzioni ed i compiti in materia di servizi per l'impiego e politiche attive del lavoro, fermo restando il rispetto della vigente normativa in materia di contenimento della spesa complessiva di personale, hanno facoltà di finanziare i rapporti di lavoro a tempo indeterminato nonché di prorogare i contratti di lavoro a tempo determinato e i contratti di collaborazione coordinata e continuativa indispensabili per la realizzazione di attività di gestione dei fondi strutturali e di interventi da essi finanziati, a valere su piani e programmi nell'ambito dei fondi strutturali. Allo scopo di consentire il temporaneo finanziamento dei rapporti di lavoro di cui al primo periodo del presente comma, in attesa della successiva imputazione ai programmi operativi regionali, il Ministero del Lavoro e delle Politiche Sociali è autorizzato, nei limiti di 60 milioni di euro a valere sul Fondo di rotazione per la formazione professionale e l'accesso al fondo sociale europeo di cui all'articolo 25 della Legge 21 dicembre 1978, n. 845, a concedere anticipazioni delle quote comunitarie e di cofinanziamento nazionale dei programmi a titolarità delle Regioni cofinanziati dall'Unione Europea con in fondi strutturali, per la parte nazionale, le anticipazioni sono reintegrate al Fondo a valere sulle quote di cofinanziamento nazionale riconosciute per lo stesso programma a seguito delle relative rendicontazioni.

2.9810/8

ALBANO

All'emendamento 2.9810 sono apportate le seguenti modificazioni:

Al capoverso «156 bis» *sono apportate le seguenti modificazioni:*

? le parole «dalla data di entrata in vigore della presente legge in misura pari alla spesa del personale di ruolo alla data di entrata in vigore della legge 7prile 2014, n. 56 ridotta rispettivamente» sono sostituite dalle parole «dalla data dell'effettivo trasferimento delle funzioni non fondamentali agli enti subentranti ai sensi della Legge 56/2014» e sono eliminate le parole «in misura pari a130 e a150 per cento».

? Allo stesso comma sono eliminati gli ultimi tre periodi.

Al capoverso 156-*ter* sono soppresse le parole: «entro 90 giorni dalla data di entrata in vigore

della presente legge» e le parole «e quello da destinare alle procedure di mobilità» sono sostituite con le parole« e quello da destinare agli enti subentranti per l'esercizio delle funzioni non fondamentali».

Al capoverso «156-*quater*» sono apportate le seguenti modificazioni:

Sopprimere le parole: «in tale contesto sono altresì definite le procedure di mobilità del personale interessato i cui criteri sono fissati con il decreto del comma 2 dell'articolo 30 del decreto legislativo 30 marzo 2001 n 165 da adottare entro 60 giorni dalla data di entrata in vigore., da adottare entro 60 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge».

Al quarto periodo sono eliminate le parole: «destinatario delle procedure di mobilità».

Al capoverso «156-quinquies» sono apportate le seguenti modificazioni:

Al primo periodo dopo le parole: «le regioni» sono inserite le parole: «, gli enti del settore allargato regionale, ivi inclusi gli enti del servizio sanitario nazionale» e le parole: «nelle percentuali stabilite dalla normativa vigente» sono sostituite con le parole: «fino al completo riassorbimento del personale degli enti di cui al comma 156-*bis*». Allo stesso periodo le parole: «soprannumerarie destinatarie dei processi di mobilità» sono sostituite con le parole: «delle unità di personale interessato dal processo di riorganizzazione di cui alla legge 56/2014».

Al secondo periodo la parola: «in mobilità» *è eliminata e la parola* «soprannumerario» *è sostituita con le parole: «interessato dai predetti processi di riorganizzazione».*

Al capoverso «156-*sexies*» sono apportate le seguenti modificazioni:

? al primo periodo la parola: «mobilità» è eliminata e sostituita con la parola: «ricollocazione».

? Al terzo periodo la parola: «mobilità» è eliminata e sostituita con la parola: «ricollocazione».

? Al penultimo periodo le parole: «a tempo indeterminato» sono eliminate e sostituite con le parole: «a qualsiasi titolo»,

Al capoverso «156-*octies*» sono apportate le seguenti modificazioni:

? al primo periodo la parola: «mobilità» è eliminata e sostituita con la parola: «ricollocazione». Allo stesso periodo dopo la parola: «regioni» sono inserite le parole: «gli enti del settore allargato regionale, ivi inclusi gli enti del servizio sanitario nazionale».

All'ultimo periodo eliminare le parole: «A conclusione del processo di ricollocazione di cui ai commi da «156-*bis* a 156-*sexies*».

Al capoverso «156-*novies*» sono apportate le seguenti modificazioni:

al primo periodo le parole: «Nel caso in cui il personale interessato ai processi di mobilità di cui ai commi da 156-*bis* a 156-*sexies* non sia completamente ricollocato presso ogni ente di area vasta si procede» sono eliminate e sostituite con le parole: «Ogni ente di area vasta può procedere», L'ultimo periodo è eliminato dalle parole: «in caso di completo assorbimento dei soprannumero restano ferme le disposizioni dell'articolo 33 commi 7 e 8, del decreto legislativo 30 marzo 2001, n 165».

Allo stesso comma sono inserite all'ultimo periodo le parole: «Stante la natura eccezionale di riforma dell'ordinamento dello Stato contenute nella legge 56 del 2014 e nel presente articolo non trovano applicazione le disposizioni di cui all'articolo 33 commi 7 e 8 del decreto legislativo 30 marzo 2001, n 165».

2.9810/9

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

All'emendamento 2.9810, apportare le seguenti modifiche:

«Al comma 156-*bis* le parole: "dalla data di entrata in vigore della presente legge in misura pari alla spesa del personale di ruolo alla data di entrata in vigore della legge 7 aprile 2014, n. 56 ridotta rispettivamente" sono sostituite dalle seguenti: "dalla data dell'effettivo trasferimento delle funzioni non fondamentali agli enti subentranti ai sensi della legge 56/2014" e sono eliminate le parole: "in misura pari al 30 e al 50 per cento". E sopprimere il secondo, terzo e quarto periodo.

Al comma 156-*ter* sopprimere le parole: "entro 90 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge" e sostituire le parole: "e quello da destinare alle procedure di mobilità" con le seguenti: "e quello da destinare agli enti subentranti per l'esercizio delle funzioni non fondamentali".

Al comma 156-*quater* sopprimere le parole: "in tale contesto sono altresì definite le procedure di

mobilità del personale interessato i cui criteri sono fissati con il decreto del comma 2 dell'articolo 30 del decreto legislativo del 30 marzo 2001, n. 165 da adottare entro 60 giorni dalla data di entrata in vigore, da adottare entro 60 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge." e al quarto periodo sopprimere le parole: "destinatario delle procedure di mobilità".

Al comma 156-*quinquies* al primo periodo dopo le parole: "le regioni" inserire le seguenti: ", gli enti del settore allargato regionale, ivi inclusi gli enti del servizio sanitario nazionale" e sostituire le parole: "nelle percentuali stabilite dalla normativa vigente" con le seguenti: "fino al completo riassorbimento del personale degli enti di cui al comma 156-*bis*" e sostituire le parole: "soprannumerarie destinatarie dei processi di mobilità" con le seguenti: "delle unità di personale interessato dal processo di riorganizzazione di cui alla L 56/2014" , al secondo periodo sopprimere la parola: "in mobilità" e sostituire la parola: "soprannumerario" con la seguente: "interessato dai predetti processi di riorganizzazione".

Al comma 156-*sexies* al primo periodo sostituire la parola: "mobilità" con la parola: "ricollocazione". Al terzo periodo sostituire la parola: "mobilità" con la seguente: "ricollocazione". Al penultimo periodo sostituire le parole: "a tempo indeterminato" con le seguenti: "a qualsiasi titolo".

Al comma 156-*octies* al primo periodo la parola: "mobilità" è eliminata e sostituita con la parola: "ricollocazione". Allo stesso periodo dopo la parola: "regioni" sono inserite le parole: "gli enti del settore allargato regionale, ivi inclusi gli enti del servizio sanitario nazionale".

All'ultimo periodo eliminare le parole: "A conclusione del processo di ricollocazione di cui ai commi da 156-*bis* a 156-*sexies*".

Al comma 156-*novies* al primo periodo sostituire le parole: "Nel caso in cui il personale interessato ai processi di mobilità di cui ai commi da 156-*bis* a 156-*sexies* non sia completamente ricollocato presso ogni ente di area vasta si procede" sono eliminate e sostituite con le con le seguenti: "Ogni ente di area vasta può procedere".

Sostituire l'ultimo periodo con il seguente: "Stante la natura eccezionale di riforma dell'ordinamento dello Stato contenute nella legge 56/2014 e nel presente articolo non trovano applicazione le disposizioni di cui all'articolo 33 commi 7 e 8 del decreto legislativo del 30 marzo 2001, n. 165"».

2.9810/10

ZANONI, BROGLIA, FAVERO, PEZZOPANE

All'emendamento 2.9810, al comma 156-bis dopo le parole: «personale di ruolo» sostituire il testo con il seguente: «assegnato, alla data di entrata in vigore della legge 7 aprile 2014 n. 56, allo svolgimento delle funzioni fondamentali di cui all'articolo 1, comma 85 e comma 88, della stessa legge nonché alle funzioni generali di amministrazione, di gestione e di controllo, come risultante dalla mappatura effettuata in conformità a quanto previsto dal DPCM 26 settembre 2014 e validata dagli osservatori regionali, ai sensi dell'articolo 2, comma 3, del DPCM. Entro 30 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, i predetti enti potranno deliberare una riduzione superiore. Le città metropolitane potranno disporre una motivata deroga alla riduzione di cui al primo periodo, sulla base di un apposito piano organizzativo che tenga conto delle ulteriori funzioni fondamentali previsti dall'articolo l, comma 44, della legge 7 aprile 2014 n. 56. Per le unità soprannumerarie si applica la disciplina dei commi da 156-ter a 156-novies».

2.9810/11

COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 2.9810, al comma 156-bis apportare le seguenti modifiche:

«*a)* sostituire le parole: "dalla data di entrata in vigore della presente legge in misura pari alla spesa del personale di ruolo alla data di entrata in vigore della legge 7 aprile 2014, n. 56 ridotta rispettivamente" con le seguenti: "dalla data dell'effettivo trasferimento delle funzioni non fondamentali agli enti subentranti ai sensi della legge 56/2014" e sopprimere le parole: "in misura pari al 30 e al 50 per cento".

b) Sopprimere gli ultimi tre periodi».

2.9810/12

CERONI

All'emendamento 2.9810, al capoverso «156-bis», dopo le parole: «personale di ruolo» sostituire le parole da: «alla data di entrata in vigore della legge 7 aprile 2014, n. 56» fino alla fine del capoverso con le seguenti: «assegnato, alla data di entrata in vigore della legge 7 aprile 2014, n. 56, allo svolgimento delle funzioni fondamentali di cui all'articolo 1, comma 85 e comma 88, della stessa legge nonché alle funzioni generali di amministrazione, di gestione e di controllo, come risultante dalla mappatura effettuata in conformità a quanto previsto dal DPCM 26 settembre 2014 e validata dagli osservatori regionali, ai sensi dell'articolo 2, comma 3, del DPCM. Entro 30 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, i predetti enti potranno deliberare una riduzione superiore. Le città metropolitane potranno disporre una motivata deroga alla riduzione di cui al primo periodo, sulla base di un apposito piano organizzativo che tenga conto delle ulteriori funzioni fondamentali previsti dall'articolo l, comma 44, della legge 7 aprile 2014, n. 56. Per le unità soprannumerarie si applica la disciplina dei commi da 156-ter a 156-novies».

2.9810/13

COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 2.9810, al comma 156-bis, dopo le parole: «personale di ruolo» sostituire il testo con il seguente: «assegnato, alla data di entrata in vigore della legge 7 aprile 2014, n. 56, allo svolgimento delle funzioni fondamentali di cui all'articolo l, comma 85 e comma 88, della stessa legge nonché alle funzioni generali di amministrazione, di gestione e di controllo, come risultante dalla mappatura effettuata in conformità a quanto previsto dal DPCM 26 settembre 2014 e validata dagli osservatori regionali, ai sensi dell'articolo 2, comma 3, del DPCM. Entro 30 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, i predetti enti potranno deliberare una riduzione superiore. Le città metropolitane potranno disporre una motivata deroga alla riduzione di cui al primo periodo, sulla base di un apposito piano organizzativo che tenga conto delle ulteriori funzioni fondamentali previsti dall'articolo 1, comma 44, della legge 7 aprile 2014 n. 56. Per le unità soprannumerarie si applica lo disciplina dei commi da 156-ter a 156-novies».

2.9810/14

PARENTE, PAGLIARI, ANGIONI, CALEO, D'ADDA, FABBRI, FAVERO, GATTI, MANASSERO, PEZZOPANE, SPILABOTTE

All'emendamento 2.9810, al comma 156-bis, sostituire le parole: «rispettivamente, tenuto conto delle funzioni attribuite ai predetti enti dalla medesima legge 7 aprile 2014, n. 56, in misura pari al 30 e al 50 per cento» con le seguenti: «tenuto conto delle funzioni attribuite ai predetti enti dalla medesima legge 7 aprile 2014, n. 56, ed effettivamente trasferite agli stessi».

2.9810/15

BROGLIA, ZANONI, FAVERO, PEZZOPANE

All'emendamento 2.9810, al comma 156-bis primo periodo, dopo le parole: «delle funzioni» aggiungere la parola: «fondamentali».

2.9810/16

CERONI

All'emendamento 2.9810, al capoverso «156-bis», primo periodo, dopo le parole: «delle funzioni» aggiungere la seguente: «fondamentali».

2.9810/17

COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 2.9810, al comma 156-bis, dopo le parole: «delle funzioni» aggiungere la seguente: «fondamentali».

2.9810/18

BROGLIA, ZANONI, FAVERO, PEZZOPANE

All'emendamento 2.9810, al comma 156-bis sopprimere il secondo e terzo periodo.

2.9810/19

CERONI

All'emendamento 2.9810, al capoverso: «156-bis», sopprimere il secondo e terzo periodo.

2.9810/20

COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 2.9810, al comma 156-bis, sopprimere il secondo e terzo capoverso.

2.9810/21

FORNARO

All'emendamento 2.9810, al comma 156-bis, sostituire le parole: «pari al 30 e al 50 per cento» con le seguenti: «pari al 20 e al 40 per cento».

2.9810/22

DEL BARBA

All'emendamento 2.9810, al comma 156-bis, dopo le parole: «e al 50 per cento» aggiungere le seguenti: «e in misura pari al 30 per cento per le province, con territorio interamente montano e confinanti con Paesi stranieri, di cui all'articolo 1, comma 3, secondo periodo, della legge 7 aprile 2014, n. 56».

2.9810/23

PARENTE, PAGLIARI, ANGIONI, CALEO, D'ADDA, FABBRI, FAVERO, GATTI, MANASSERO, PEZZOPANE, SPILABOTTE

All'emendamento 2.9810, al comma 156-bis, ultimo periodo, dopo le parole: «unità soprannumerarie» inserire le seguenti: «previa applicazione, fino al 31 dicembre 2018, delle disposizioni di cui all'articolo 2, comma 11, lettera a), del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, 7 agosto 2012, n. 135».

Conseguentemente,

a) all'articolo 3, comma 21, lettera g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quintuplo»;

b) alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 80.000.000;

2016: ? 80.000.000;

2017: ? 80.000.000.

2.9810/24

DE PETRIS, BAROZZINO, URAS

All'emendamento 2.9810, al comma 156-bis, aggiungere, in fine, le seguenti: «previa applicazione delle disposizioni di cui all'articolo 2, comma 11, lettera a) del decreto-legge n. 95 del 2012, come modificato dall'articolo 2 del decreto-legge n. 101 del 2013. La data del 31 dicembre 2016 prevista dal predetto comma 11 lettera a) è prorogata esclusivamente per il personale di cui al presente comma al 31 dicembre 2018».

Al comma 156-ter, sostituire le parole: «entro 90 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge» con le seguenti: «entro 90 giorni dall'esito delle procedure di cui all'articolo 1, commi 91 e 95 della legge n. 56 del 2014, come definito in sede di Accordo Governo/Regioni dell'11 settembre 2014».

Al comma 156-quater, sostituire il quarto periodo con il seguente: «entro 60 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge verranno definiti i criteri per la mobilità in attuazione degli articoli 2 e 4 del decreto del Presidente del consiglio dei ministri n. 263 del 2014».

Al comma 156-septies, sostituire le parole: «il termine del 31.12.2016 previsto» , con le seguenti: «i termini previsti» ed aggiungere, in fine: «in deroga ai vincoli ex articolo 9, comma 28, del decreto-legge n. 78 del 2010».

Dopo il comma 156-decies, aggiungere il seguente:

«156-*undecies*. In attuazione dell'articolo 5, comma 6, del decreto del Presidente del consiglio dei ministri n. 263 del 2014, il processo di riordino delle partecipazioni trasferite e delle società, enti,

agenzie collegate avviene nella garanzia dei livelli occupazionali e delle condizioni economiche e normative derivanti dai contratti collettivi vigenti al momento del riordino».

Conseguentemente, al comma 124, sostituire le parole: «850 milioni di euro» *con le seguenti:* «800 milioni di euro».

2.9810/25

ZANONI, BROGLIA, FAVERO, PEZZOPANE

All'emendamento 2.9810, al comma 156-bis, aggiungere, in fine, i seguenti periodi: «A decorrere dal 10 gennaio 2015 la spesa relativa alle unità di cui al periodo precedente è individuata a valere delle risorse di cui all'articolo 3, comma 21, lettera g) della presente legge. Tali risorse, saranno attribuite alle Province e alle Città metropolitane secondo il riparto operato con decreto del ministero dell'economia, d'intesa con la Conferenza Stato Città Autonomie locali, da emanarsi entro e non oltre il 15 aprile 2015, in misura tale da garantire la copertura della spesa necessaria fino al completamento del processo di ricollocazione del personale di cui i commi successivi».

2.9810/26

CERONI

All'emendamento 2.9810, al capoverso 156-bis, aggiungere, in fine, i seguenti periodi: «A decorrere dal 1º gennaio 2015 la spesa relativa alle unità di cui al periodo precedente è individuata a valere delle risorse di cui all'articolo 3, comma 21, lettera g) della presente legge. Tali risorse, saranno attribuite alle Province e alle Città metropolitane secondo il riparto operato con decreto del ministero dell'economia, d'intesa con la Conferenza Stato Città Autonomie locali, da emanarsi entro e non oltre il 15 aprile 2015, in misura tale da garantire la copertura della spesa necessaria fino al completamento del processo di ricollocazione del personale di cui i commi successivi».

2.9810/27

PICCOLI

All'emendamento 2.9810, al capoverso 156-bis, aggiungere, in fine, il seguente periodo: «La dotazione organica delle province di cui all'articolo 1, comma 3, secondo periodo, della legge 7 aprile 2014, n. 56, è ridotta dopo la definizione ed in base all'esito del processo di trasferimento delle ulteriori funzioni fondamentali di cui all'articolo 1, comma 86, della medesima legge».

2.9810/28

COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 2.9810, alla fine del comma 156-bis, aggiungere il seguente capoverso: «A decorrere dal 1º gennaio 2015 la spesa relativa alle unità di cui al periodo precedente è individuata a valere delle risorse di cui all'articolo 3, comma 21, lettera g) della presente legge. Tali risorse, saranno attribuite alle Province e alle Città metropolitane secondo il riparto operato con decreto del ministero dell'economia, d'intesa con la Conferenza Stato Città Autonomie locali, da emanarsi entro e non oltre il 15 aprile 2015, in misura tale da garantire la copertura della spesa necessaria fino al completamento del processo di ricollocazione del personale di cui i commi successivi».

2.9810/29

PARENTE, PAGLIARI, ANGIONI, CALEO, D'ADDA, FABBRI, FAVERO, GATTI, MANASSERO, PEZZOPANE, SPILABOTTE

All'emendamento 2.9810, al comma 156-ter, sostituire le parole: «entro 90 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge» con le seguenti: «entro 90 giorni dall'esito delle procedure di cui all'articolo 1, commi 91 e 95, della legge 7 aprile 2014, n. 56, come definito in sede di Accordo Governo-Regioni dell'11 settembre 2014».

2.9810/30

COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 2.9810, al comma 156-ter, sopprimere le parole: «entro 90 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge», inoltre sostituire le parole: «e quello da destinare alle procedure di mobilità», con le seguenti: «e quello da destinare agli enti subentranti per l'esercizio delle funzioni non fondamentali».

2.9810/31

PAGLIARI, PARENTE, ANGIONI, CALEO, D'ADDA, FABBRI, FAVERO, GATTI, MANASSERO, PEZZOPANE, SPILABOTTE

All'emendamento 2.9810, al comma 156-ter, aggiungere, in fine, il seguente periodo: «Il personale delle province che deve essere ricollocato ha il diritto di precedenza, nella misura del 50 per cento, sui posti vacanti di tutte le altre amministrazioni di cui all'articolo 1, comma 2, del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165».

2.9810/32

CERONI

All'emendamento 2.9810, all'articolo 2, comma 156-quater, sostituire le parole: «delle società in house delle amministrazioni centrali competenti», con le seguenti: «di ANCI e di UPT».

Conseguentemente, sopprimere l'ultimo periodo;

Sostituire le parole: «prioritariamente ricollocato secondo le previsioni di cui al comma 156-*quinquies* e in via subordinata con le modalità di cui»*, con le seguenti:* «ricollocato secondo le previsioni di cui ai commi 156-*quinquies* e 156-*sexies*»;

Conseguentemente, sopprimere l'ultimo periodo.

2.9810/33

BROGLIA, ZANONI, FAVERO, PEZZOPANE

All'emendamento 2.9810, al comma 156-quater sostituire le parole: «delle società in house delle amministrazioni centrali competenti», con le seguenti: «di ANCI e di UPI».

Conseguentemente, sopprimere l'ultimo periodo.

2.9810/34

COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 2.9810, al comma 156-quater, sostituire le parole: «delle società in house delle amministrazioni centrali competenti», con le seguenti: «di ANCI e di UPl».

Conseguentemente, sopprimere l'ultimo capoverso.

2.9810/35

CERONI

All'emendamento 2.9810, al capoverso «156-quater», sostituire le parole: «delle società in house delle amministrazioni centrali competenti», con le seguenti: «di ANCI e di UPI».

Conseguentemente, sopprimere l'ultimo periodo.

2.9810/36

COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 2.9810, al comma 156-quater, sopprimere il periodo: «in tale contesto sono altresì definite le procedure di mobilità del personale interessato i cui criteri sono fissati con il decreto del comma 2 dell'articolo 30 del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165, da adottare entro 60 giorni dalla data di entrata in vigore, della presente legge». E al quarto periodo sopprimere le parole: «destinatario delle procedure di mobilità».

2.9810/37

PARENTE, PAGLIARI, ANGIONI, CALEO, D'ADDA, FABBRI, FAVERO, GATTI, MANASSERO, PEZZOPANE, SPILABOTTE

All'emendamento 2.9810, al comma 156-quater, sostituire il secondo periodo con il seguente: «Entro 60 giorni dall'entrata in vigore della presente legge sono definiti i criteri per la mobilità in attuazione degli articoli 2 e 4 del decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri 26 settembre 2014».

2.9810/38

BROGLIA, ZANONI

All'emendamento 2.9810, comma 156-quater, sostituire le parole: «prioritariamente ricollocato secondo le previsioni di cui al comma 156-quinquies e in via subordinata con le modalità di cui», con le seguenti: «ricollocato secondo le previsioni di cui ai commi 156-quinquies e 156-sexies».

2.9810/39

COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 2.9810, al comma 156-quinquies, al primo periodo, dopo le parole: «le regioni», inserire le seguenti: «, gli enti del settore allargato regionale, ivi inclusi gli enti del servizio sanitario nazionale», e le parole: «nelle percentuali stabilite dalla normativa vigente», sono sostituite con le parole: «fino al completo riassorbimento del personale degli enti di cui al comma 156-bis». Allo stesso periodo sostituire le parole: «soprannumerarie destinatarie dei processi di mobilità», con le seguenti: «delle unità di personale interessato dal processo di riorganizzazione di cui alla legge 56 del 2014».

Al secondo periodo sopprimere la parola. «in mobilità»*, e sostituire la parola:* «soprannumerario»*, con le seguenti:* «interessato dai predetti processi di riorganizzazione».

2.9810/40

ZANONI, BROGLIA, FAVERO, PEZZOPANE

All'emendamento 2.9810, al comma 156-quinquies, primo periodo, dopo le parole: «normativa vigente», inserire le parole: «prioritariamente all'immissione nei ruoli del personale soprannumerario di cui al comma 156-bis e successivamente».

Conseguentemente, sopprimere le parole da: «e alla ricollocazione»*, fino alla fine del periodo.*

2.9810/41

COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 2.9810, comma 156-quinquies, primo paragrafo, dopo le parole: «normativa vigente» aggiungere le parole: «prioritariamente all'immissione nei ruoli del personale soprannumerario di cui al comma 156-bis e successivamente».

Conseguentemente, dopo le parole: «della presente legge» *cancellare fino al termine del paragrafo.*

2.9810/42

CERONI

All'emendamento 2.9810, al capoverso « 156-quinquies», primo periodo, dopo le parole: «normativa vigente» aggiungere le seguenti: «prioritariamente all'immissione nei ruoli del personale soprannumerario di cui al comma 156-bis e successivamente».

Conseguentemente, dopo le parole: «della presente legge» *sopprimere le seguenti:* « e alla ricollocazione nei propri ruoli delle unità soprannumerarie destinatarie dei processi di mobilità».

2.9810/43

BROGLIA, ZANONI

All'emendamento 2.9810, comma 156-quinquies, dopo il primo periodo, aggiungere il seguente: «È fatta salva la facoltà di indire, previa comunicazione al Dipartimento della funzione pubblica, le procedure concorsuali per il reclutamento a tempo indeterminato di personale, in caso di verificata assenza, nell'ambito delle graduatorie vigenti o approvate e nei ruoli delle unità soprannumerarie di cui al precedente periodo, di figure professionali necessarie per lo svolgimento di servizi essenziali. Sono altresì fatte salve le procedure di reclutamento per le quali alla data di entrata in vigore della presente legge risultano effettuate le procedure di cui agli artt. 30 e 34-bis del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165, e successive modifiche e integrazioni».

2.9810/44

CERONI

All'emendamento 2.9810, apportare le seguenti modifiche:

All'articolo 2, comma 156-*quinquies*,dopo il primo periodo, aggiungere il seguente: «È fatta salva la facoltà di indire, previa comunicazione al Dipartimento della funzione pubblica, le procedure concorsuali per il reclutamento a tempo indeterminato di personale, in caso di verificata assenza, nell'ambito delle graduatorie vigenti o approvate e nei ruoli delle unità soprannumerarie di cui al precedente periodo, di figure professionali necessarie per lo svolgimento di servizi essenziali. Sono altresì fatte salve le procedure di reclutamento per le quali alla data di entrata in vigore della presente legge risultano effettuate le procedure di cui agli artt. 30 e 34-*bis* del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165, e successive modifiche e integrazioni».

2.9810/45

PAGLIARI, PARENTE, ANGIONI, CALEO, D'ADDA, FABBRI, FAVERO, GATTI, MANASSERO, PEZZOPANE, SPILABOTTE

All'emendamento 2.9810, comma 156-quinquies, dopo il secondo periodo aggiungere il seguente: «Il personale non ricollocato nell'arco di 48 mesi a decorrere dalla data di messa in disponibilità, in deroga all'articolo 34, comma 4, del D.Lgs n. 165/2001 ed in luogo della risoluzione del rapporto di lavoro, è in ogni caso riutilizzato anche, ove necessario, tramite la stipulazione di contratti di lavoro a tempo parziale».

Conseguentemente,

a) all'articolo 3, comma 21, lettera g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quintuplo»;

b) alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 80.000.000;

2016: ? 80.000.000;

2017: ? 80.000,000.

2.9810/46

PAGLIARI, PARENTE, ANGIONI, CALEO, D'ADDA, FABBRI, FAVERO, GATTI, MANASSERO, PEZZOPANE, SPILABOTTE

All'emendamento 2.9810, comma 156-quinquies, aggiungere in fine il seguente periodo: «Fino al 31 dicembre 2018 non si applicano alle Province le sanzioni previste per il mancato rispetto del Patto di stabilità».

Conseguentemente,

a) all 'articolo 3, comma 21, lettera g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quintuplo»;

b) alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 100.000.000;

2016: ? 100.000.000;

2017: ? 100.000.000.

2.9810/47

VACCARI, ZANONI, BROGLIA, GUERRA

All'emendamento 2.9810, apportare la seguente modificazione:

«Al termine del comma 156-*quinquies* inserire le seguenti parole: "La presente previsione normativa trova applicazione anche per gli enti locali limitatamente al personale non dirigenziale e le posizioni apicali"».

2.9810/48

COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 2.9810, comma 156-sexies, primo capoverso, le parole: «dipartimento della funzioni pubblica avvia» sono sostituite dalle parole: «dipartimento della funzione pubblica opera entro il 28 febbraio 2015».

2.9810/49

BROGLIA, ZANONI, FAVERO, PEZZOPANE

All'emendamento 2.9810, al comma 156-sexies primo periodo, le parole: «dipartimento della funzioni pubblica avvia» sono sostituite dalle parole: «dipartimento della funzione pubblica opera entro il 28 febbraio 2015».

2.9810/50

CERONI

All'emendamento 2.9810, al comma 156-sexies, primo periodo, sostituire le parole: «Dipartimento della funzione pubblica avvia» con le seguenti: «Dipartimento della funzione pubblica opera entro il

28 febbraio 2015».

2.9810/51

RUTA

All'emendamento 2.9810, comma 156-sexies, dopo le parole: «decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165, con esclusione» inserire le seguenti: «dell'Agenzia delle Entrate e».

2.9810/52

COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 2.9810, al comma sexies, al primo periodo, sostituire la parola: «mobilità» con la seguente: «ricollocazione».

Al terzo periodo, sostituire la parola: «mobilità» con la seguente: «ricollocazione».

Al penultimo periodo, sostituire le parole: «a tempo indeterminato» con le seguenti: «a qualsiasi titolo».

2.9810/53

DEL BARBA

All'emendamento 2.9810, al comma 156-sexies, dopo le parole: «comparti sicurezza» aggiungere il seguente: «fatta eccezione per il Corpo forestale dello Stato, nelle more dell'attuazione della delega di riordino delle funzioni di polizia di tutela dell'ambiente e del territorio, nonché nel campo della sicurezza e dei controlli nel settore agroalimentare, con riorganizzazione di quelle del Corpo forestale dello Stato ed eventuale assorbimento delle medesime in quelle delle altre Forze di polizia, ferma restando la garanzia degli attuali livelli di presidio dell'ambiente e del territorio e la salvaguardia delle professionalità esistenti» e dopo lo parola: «difesa» sopprimere le seguenti: «e Corpo nazionale dei vigili del fuoco,».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 25.000.000;

2016: ? 25.000.000;

2017: ? 25.000.000.

2.9810/54

MORRA, CRIMI, BULGARELLI

All'emendamento 2.9810, capoverso 156-sexies, primo periodo, sostituire le parole: «dei comparti sicurezza, difesa e Corpo nazionale dei vigili del fuoco», con la seguente: «del».

2.9810/55

MARINELLO, GUALDANI

All'emendamento 2.9810, al capoverso comma 156-sexies,le parole: «dei comparti sicurezza, difesa e Corpo nazionale dei vigili del fuoco, del» sono sostituite dalla seguente: «del».

2.9810/56

BAROZZINO

All'emendamento 2.9810, al comma 156-sexies, dopo le parole: «comparti sicurezza,» inserire le seguenti: «fatta eccezione per il Corpo forestale dello Stato, nelle more dell'attuazione della delega di riordino delle funzioni di polizia di tutela dell'ambiente e del territorio, nonché nel campo della sicurezza e dei controlli nel settore agroalimentare, con riorganizzazione di quelle del Corpo forestale dello Stato ed eventuale assorbimento delle medesime in quelle delle altre Forze di polizia, ferma restando la garanzia degli attuali livelli di presidio dell'ambiente e del territorio e la salvaguardia delle professionalità esistenti,».

2.98410/57

MARINELLO, GUALDANI

All'emendamento 2.9810, al capoverso comma 156-sexies dopo le parole: «comparti sicurezza,» inserire le seguenti: «fatta eccezione per il Corpo forestale dello Stato, nelle more dell'attuazione della delega di riordino delle funzioni di polizia di tutela dell'ambiente e del territorio, nonché nel campo della sicurezza e dei controlli nel settore agroalimentare, con riorganizzazione di quelle del Corpo

forestale dello Stato ed eventuale assorbimento delle medesime in quelle delle altre Forze di polizia, ferma restando la garanzia degli attuali livelli di presidia dell'ambiente e del territorio e la salvaguardia delle professionalità esistenti».

2.9810/58

BAROZZINO

All'emendamento 2.9810, al comma 156-sexies, dopo le parole: «comparti sicurezza,» inserire le seguenti: «fatta eccezione per il Corpo forestale dello Stato, nelle more dell'attuazione della delega di riordino delle funzioni di polizia di tutela dell'ambiente e del territorio, nonché nel campo della sicurezza e dei controlli nel settore agro alimentare, con riorganizzazione di quelle del Corpo forestale dello Stato ed eventuale assorbimento delle medesime in quelle delle altre Forze di polizia, ferma restando la garanzia degli attuali livelli di presidio dell'ambiente e del territorio e la salvaguardia delle professionalità esistenti,».

Dopo la parola: «difesa» sopprimere le parole: «e Corpo nazionale dei vigili del fuoco,».

2.9810/59

MARINELLO, GUALDANI

All'emendamento 2.9810, al capoverso, «comma 156-sexies» dopo le parole: «comparti sicurezza,» inserire le seguenti: «fatta eccezione per il Corpo forestale dello Stato, nelle more dell'attuazione della delega di riordino delle funzioni di polizia di tutela dell'ambiente e del territorio, nonché nel campo della sicurezza e dei controlli nel settore agroalimentare, con riorganizzazione di quelle del Corpo forestale dello Stato ed eventuale assorbimento delle medesime in quelle delle altre Forze di polizia, ferma restando la garanzia degli attuali livelli di presidio dell'ambiente e del territorio e la salvaguardia delle professionalità esistenti»; e dopo la parola: «difesa» eliminare le seguenti: «e Corpo nazionale dei vigili del fuoco,».

2.9810/60

MORRA, CRIMI, BULGARELLI

All'emendamento 2.9810, capoverso «156-sexies», primo periodo, dopo le parole: «comparti sicurezza,» inserire le seguenti: «, fatta eccezione per il Corpo forestale dello Stato, nelle more dell'attuazione della legge delega di riordino delle funzioni di polizia di tutela dell'ambiente e del territorio, nonché nel campo della sicurezza e dei controlli nel settore agroalimentare, cori riorganizzazione di quelle del Corpo forestale dello Stato ed eventuale assorbimento delle medesime in quelle delle altre Forze di polizia, ferma restando la garanzia degli attuali livelli di presidio dell'ambiente e del territorio e la salvaguardia delle professionalità esistenti».

2.9810/61

VALENTINI

All'emendamento 2.9810, capoverso «156-sexies», dopo le parole: «comparti sicurezza,» inserire le seguenti: «fatta eccezione per il Corpo forestale dello Stato, nelle more dell'attuazione della delega di riordino delle funzioni di polizia di tutela dell'ambiente e del territorio, nonché nel campo della sicurezza e dei controlli nel settore agroalimentare, con riorganizzazione di quelle del Corpo forestale dello Stato ed assorbimento delle medesime in quelle delle altre Forze di polizia, ferma restando la garanzia degli attuali livelli di presidio dell'ambiente e del territorio e la salvaguardia delle professionalità esistenti», e dopo la parola: «difesa» eliminare le seguenti: «e Corpo nazionale dei vigili del fuoco».

2.9810/62

MORRA, CRIMI, BULGARELLI

All'emendamento 2.9810, capoverso «156-sexies», primo periodo, sopprimere le seguenti parole: «e Corpo nazionale dei vigili del fuoco».

2.9810/63

GUALDANI, CHIAVAROLI

Al comma 156-sexies, dopo le parole: «AFAM ed enti di ricerca» aggiungere le seguenti: «nonché con esclusione delle procedure concorsuali previste dall'articolo 4, comma 9-ter, del decreto-legge 31

agosto 2013. n. 101, convertito in legge, con modificazioni, dalla legge 30 ottobre 2013, n. 125 e di quelle in corso per l'assunzione di personale della carriera prefettizia».

2.9810/64

ZANONI, BROGLIA

All'emendamento 2.9810 al comma156-sexies, secondo periodo, sopprimere le seguenti parole: «soprattutto riferiti alle sedi periferiche»;

al comma 156-sexies, *quarto periodo, sopprimere le seguenti parole:* «e le priorità».

2.9810/65

CERONI

All'emendamento 2.9810, al comma156-sexies, secondo periodo, sopprimere le seguenti parole: «soprattutto riferiti alle sedi periferiche»;

al comma 156-sexies, *quarto periodo, eliminare le parole:* «e le priorità».

2.9810/66

D'AMBROSIO LETTIERI

All'emendamento 2.9810, al capoverso 156-sexies, alla fine del secondo periodo aggiungere le seguenti parole: «e degli idonei in numero pari al 50% delle graduatorie nelle disponibilità delle Amministrazioni di cui al presente comma alla data di entrata in vigore della presente legge».

2.9810/67

D'AMBROSIO LETTIERI

All'emendamento 2.9810, al capoverso 156-sexies, alla fine del secondo periodo aggiungere il seguente:

«In assenza di graduatorie di vincitori di concorsi pubblici, resta ferma la discrezionalità delle Amministrazioni di cui al presente comma, di comunicare il numero di posti di cui al periodo precedente al netto dei candidati risultati idonei, nel numero massimo, sul piano finanziario, pari alle risorse corrispondenti ai posti originariamente messi a concorso».

2.9810/68

D'AMBROSIO LETTIERI

All'emendamento 2.9810, al capoverso «156-sexies», alla fine del secondo periodo aggiungere le seguenti parole: «e degli idonei secondo i criteri di cui all'articolo 4 comma 3 del decreto-legge 31 agosto 2013, n. 101, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 ottobre 2013, n. 125».

2.9810/69

RUTA

All'emendamento 2.9810, comma 156-sexies, dopo le parole: «procedendo in via prioritaria alla ricollocazione presso gli uffici giudiziari», inserire le seguenti: «e, per gli appartenenti alla polizia provinciale, su base volontaria, al Corpo forestale dello Stato, cui sono conseguentemente attribuite le funzioni di polizia di tutela dell'ambiente e del territorio, nel campo della sicurezza e dei controlli nel settore agro alimentare».

2.9810/70

RUTA

All'emendamento 2.981, comma 156-sexies, dopo le parole: «procedendo in via prioritaria alla ricollocazione presso gli uffici giudiziari» inserire le seguenti: «e, per gli appartenenti alla polizia, provinciale, su base volontaria, al Corpo forestale dello Stato»

2.9810/71

D'AMBROSIO LETTIERI

All'emendamento 2.9810, al capoverso 156-sexies, sopprimere le seguenti parole: «Nelle more del completamento del procedimento di cui al presente comma alle amministrazioni è fatto divieto di effettuare assunzioni a tempo indeterminato. Le assunzioni effettuate in violazione sono nulle».

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

2.9810/72

ZANONI

All'emendamento 2.9810, comma 156-sexies è aggiunto, in fine, il seguente periodo: «In sede di ricognizione realizzata ai sensi del presente comma è valutata la possibilità di ricollocazione del personale facente capo alla polizia provinciale nell'ambito del comparto sicurezza e difesa, a valere sulle relative facoltà assunzionali».

2.9810/73

PEZZOPANE, FABBRI

All'emendamento 2.9810, comma 156-septies sostituire le parole: «il termine del 31 dicembre 2016, previsto» , con le seguenti: «i termini previsti» ed aggiungere in fine le seguenti parole: «in deroga ai vincoli di cui all'articolo 9, comma 28, del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito in legge, con modificazioni, dalla legge 30 luglio 2010, n. 122».

Conseguentemente,

a) all'articolo 3, comma 21, lettera g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quintuplo».

b) Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 100.000.000;

2016: ? 100.000.000;

2017: ?100.000.000.

2.9810/74

PAGLIARI, PARENTE, ANGIONI, CALEO, D'ADDA, FABBRI, FAVERO, GATTI, MANASSERO, PEZZOPANE, SPILABOTTE

All'emendamento 2.9810, comma 156-septies, aggiungere in fine il seguente periodo: «In considerazione del processo di trasferimento del personale e delle funzioni di cui all'articolo 1, comma 89, della legge 7 aprile 2014, n. 56, le province possono rinegoziare le rate di ammortamento dei mutui in scadenza nell'anno 2015, con rimodulazione del relativo piano di ammortamento anche in deroga alle disposizioni di cui al comma 2, lettera c), dell'articolo 204 del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267».

Conseguentemente,

a) all'articolo 3, comma 21, lettera g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quintuplo»;

b) alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 105.000.000;

2016: ? 105.000.000;

2017: ? 105.000.000.

voce Ministero delle politiche agricole, alimentari e forestali*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;

2016: ? 5.000.000;

2017: ? 5.000.000.

voce Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;

2016: ? 5.000.000;

2017: ? 5.000.000.

voce Ministero della giustizia*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;

2016: ? 5.000.000;

2017: ? 5.000.000.

2.9810/75

IL RELATORE

All'emendamento 2.9810, comma 156-septies è aggiunto, in fine, il seguente periodo: «Il termine del 31 dicembre 2014 previsto dall'articolo 4, comma 9, del decreto-legge 31 agosto 2013, n. 101, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 ottobre 2013, n. 125, è prorogato al31 dicembre 2015».

2.9810/76

D'AMBROSIO LETTIERI

All'emendamento 2. 9810, al capoverso «156-septies», aggiungere in fine il seguente periodo:

«Al fine di favorire il ricambio generazionale, e al fine di non disperdere le professionalità selezionate, il termine del 31 dicembre 2016, previsto dall'articolo 4 comma 4 del decreto-legge 31 agosto 2013, n. 101, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 ottobre 2013, n. 125, è prorogato al 31 dicembre 2018».

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

2.9810/77

COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 2. 9810, comma 156-septies è aggiunto, in fine, il seguente periodo: «Il termine del 31 dicembre 2014 previsto dall'articolo 4, comma 9, del decreto-legge 31 agosto 2013, n. 101, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 ottobre 2013, n.125, è prorogato al 31 dicembre 2015».

2.9810/78

BROGLIA, ZANONI, FAVERO, PEZZOPANE

All'emendamento 2.9810, comma 156-septies aggiungere in fine, il seguente periodo: «Il termine del 31 dicembre 2014 previsto dall'articolo 4, comma 9, del decreto-legge 31 agosto 2013, n. 101, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 ottobre 2013, n.125, è prorogato al31 dicembre 2015».

2.9810/79

CERONI

All'emendamento 2.9810, al capoverso «156-septies» aggiungere, in fine, il seguente periodo: «Il termine del 31 dicembre 2014 previsto dall'articolo 4, comma 9, del decreto-legge 31 agosto 2013, n. 101, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 ottobre 2013, n.125, è prorogato al 31 dicembre 2015».

2.9810/80

COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 2.9810, al comma 156-octies, al primo periodo sostituire la parola: «mobilità», con la seguente: «ricollocazione». Allo stesso periodo dopo la parola: «regioni», inserire le seguenti: «gli enti del settore allargato regionale, ivi inclusi gli enti del servizio sanitario nazionale».

All'ultimo periodo sopprimere le parole: «A conclusione del processo di ricollocazione di cui ai commi da 156-*bis* a 156-*sexies*».

2.9810/81

CERONI

All'emendamento 2.9810, al comma 156-octies, dopo il primo periodo aggiungere il seguente:

«Dall'ammontare della riduzione della spesa corrente prevista per ciascun ente, ai sensi del comma 154 della presente legge, è detratta la spesa per il personale soprannumerario, con decorrenza 1 gennaio 2015, non ricollocato secondo le previsioni di cui ai commi da 156-*bis* a 156-*sexies*, e fino alla effettiva ricollocazione. Le modalità di certificazione della spesa e la relativa tempistica sono stabilite con il decreto di cui al comma 154».

2.9810/82

COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 2.9810, al comma 156-octies, dopo il primo periodo, aggiungere il seguente: «Dall'ammontare della riduzione della spesa corrente prevista per ciascun ente, ai sensi del comma 154 della presente legge, è detratta la spesa per il personale soprannumerario, con decorrenza 1º gennaio

2015, non ricollocato secondo le previsioni di cui ai commi da 156-bis a 156-sexies, e fino alla effettiva ricollocazione. Le modalità di certificazione della spesa e la relativa tempistica sono stabilite con il decreto di cui al comma 154».

2.9810/83

ZANONI, BROGLIA, FAVERO, PEZZOPANE

All'emendamento 2.9810, al comma 156-octies, dopo il primo periodo aggiungere il seguente:

«Dall'ammontare della riduzione della spesa corrente prevista per ciascun ente, ai sensi del comma 154 della presente legge, è detratta la spesa per il personale soprannumerario, con decorrenza 1º gennaio 2015, non ricollocato secondo le previsioni di cui ai commi da 156-*bis* a 156-*sexies*, e fino alla effettiva ricollocazione. Le modalità di certificazione della spesa e la relativa tempistica sono stabilite con il decreto di cui al comma 154».

2.9810/84

COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 2.9810, al comma 156-novies, al primo periodo sostituire le parole «Nel caso in cui il personale interessato ai processi di mobilità di cui ai commi da 156-bis a 156-sexies non sia completamente ricollocato presso ogni ente di area vasta si procede», con le seguenti: «Ogni ente di area vasta può procedere».

All'ultimo periodo sopprimere tutte le parole dopo le seguenti: «in caso di completo assorbimento dei soprannumero restano ferme le disposizioni dell'articolo 33 commi 7 e 8, del decreto legislativo 30 marzo 2001, n 165».

In fine, all'ultimo periodo, inserire le seguenti parole: «Stante la natura eccezionale di riforma dell'ordinamento dello Stato contenute nella legge 56 del 2014 e nel presente articolo non trovano applicazione le disposizioni di cui all'articolo 33, commi 7 e 8 del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165».

2.9810/85

PUGLIA

All'emendamento 2.9810, dopo il capoverso: «156-novies», aggiungere il seguente:

«156-*novies.1*. I lavoratori dipendenti di società a partecipazione regionale posti in mobilità in conseguenza del fallimento della società stessa hanno priorità di assunzione, con mansioni uguali o equivalenti a quelle già svolte in precedenza presso la società di provenienza, in altre società a partecipazione regionale».

2.9810/86

PEZZOPANE, CALEO, VERDUCCI, ALBANO, FABBRI, TOMASELLI, VACCARI, MANASSERO, FASIOLO, SOLLO, STEFANO ESPOSITO, GIANLUCA ROSSI, D'ADDA, VATTUONE, BORIOLI, SPILABOTTE

All'emendamento 2.9810, al comma 156-decies, dopo le parole: «servizi per l'impiego», inserire le seguenti: «per la formazione, le politiche attive del lavoro e le politiche comunitarie».

2.9810/87

PARENTE, PAGLIARI, ANGIONI, D'ADDA, FAVERO, GATTI, LEPRI, MANASSERO, PEZZOPANE, SPILABOTTE

All'emendamento 2.9810, al comma 156-decies, dopo il primo periodo inserire il seguente: «A tal fine, le suddette proroghe sono da intendersi in deroga ai limiti temporali stabiliti per i contratti di lavoro a tempo determinato. In considerazione della derivazione comunitaria delle risorse utilizzate, le stesse proroghe non sono sottoposte al rispetto del patto di stabilità interno».

Conseguentemente,

a) all'articolo 3, comma 21, lettera g), sostituire la parola: «triplo»*, con la seguente:* «quintuplo»;

b) alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 105.000.000;

2016: ? 105.000.000;
2017: ? 105.000.000.

voce Ministero delle politiche agricole, alimentari e forestali*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;
2016: ? 5.000.000;
2017: ? 5.000.000.

voce Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;
2016: ? 5.000.000;
2017: ? 5.000.000.

voce Ministero della giustizia*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;
2016: ? 5.000.000;
2017: ? 5.000.000.

2.9810/88

CERONI

All'emendamento 2.9810, al capoverso «156-decies», sostituire il primo periodo con il seguente:

«Allo scopo di consentire il regolare funzionamento dei servizi per l'impiego, nonché la conduzione del Piano per l'attuazione della raccomandazione del Consiglio dell'Unione europea del 22 aprile 2013 sull'istituzione di una "Garanzia per i giovani" ed in attesa della completa attuazione della riforma del lavoro e dell'istituzione dell'Agenzia nazionale per il lavoro, dal 1º gennaio 2015 i centri per l'impiego provinciali ed il relativo personale sono trasferiti in via transitoria all'Istituto nazionale della Previdenza sociale».

Le risorse necessarie a copertura dell'intervento sono a valere del fondo di cui all'articolo 1, comma 83 della presente legge.

2.9810/89

COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 2.9810, al comma 156-decies, primo capoverso, è così sostituito:

«Allo scopo di consentire il regolare funzionamento dei servizi per l'impiego, nonché la conduzione del Piano per l'attuazione della raccomandazione del Consiglio dell'Unione europea del 22 aprile 2013 sull'istituzione di una "Garanzia per i giovani" ed in attesa della completa attuazione della riforma del lavoro e dell'istituzione dell'Agenzia nazionale per il lavoro, dal 1º gennaio 2015 i centri per l'impiego provinciali ed il relativo personale sono trasferiti in via transitoria all'Istituto nazionale della Previdenza sociale».

Le risorse necessarie a copertura dell'intervento sono a valere del fondo di cui all'articolo 1, comma 83 della presente legge.

2.9810/98

COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 2.9810, al comma 156-decies, secondo capoverso, sostituire le parole: «60 milioni», con le seguenti: «300 milioni».

2.9810/99

CERONI

All'emendamento 2.9810, al capoverso «156-decies», al secondo periodo, sostituire le parole: «60 milioni» con le seguenti: «300 milioni».

2.9810/100

BROGLIA, ZANONI, FAVERO, PEZZOPANE

All'emendamento 2.9810, al comma 156-decies, secondo periodo, sostituire le parole: «60 milioni» con le seguenti: «300 milioni».

2.9810/101

ZANONI, BROGLIA

All'emendamento 2.9810, aggiungere, in fine il seguente periodo: «Conseguentemente, al comma 159, la lettera b) è sostituita dalla seguente:

b) all'articolo 1 della legge 27 dicembre 2006, n. 296, dopo il comma 557-*quater* sono inseriti i seguenti:

«557-*quinquies*. Le unioni di comuni e i comuni che ne fanno parte, a decorrere dal 1º gennaio 2015, possono avvalersi della facoltà di conteggiare la spesa di personale in modo unitario. In tale caso il limite viene determinato sommando la spesa di personale di ciascuno degli enti e gli adempimenti relativi al controllo della spesa sono effettuati unitariamente attraverso l'unione. All'articolo 32, comma 5, del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, il terzo periodo è sostituito dal seguente: "I comuni possono cedere, anche parzialmente, le proprie capacità assunzionali all'unione di comuni di cui fanno parte".

557-*sexies*. I comuni che hanno stipulato convenzioni per la gestione associata di funzioni fondamentali, ai sensi dell'articolo 14, comma 28 e seguenti, del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito con modificazioni dalla legge 30 luglio 2010, n. 122 possono altresì avvalersi della facoltà di conteggiare la spesa di personale con le modalità di cui al precedente comma».

2.9810/102

PEZZOPANE, FABBRI

All'emendamento 2.9810, al comma 156-decies aggiungere, in fine, le seguenti parole: «A tal fine, le proroghe di cui sopra sono da intendersi in deroga ai limiti temporali per i contratti a tempo determinato. In considerazione della derivazione comunitaria delle risorse utilizzate, le stesse proroghe non sono sottoposte al rispetto del patto di stabilità interno».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 21, lettera g) *sostituire la parola: «triplo»* con la seguente: *«quintuplo».*

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *variazioni in diminuzione:*

2015: - 100.000.000;

2016: - 100.000.000;

2017: - 100.000.000.

2.9810/103

GIANLUCA ROSSI

All'emendamento 2.9810, al comma 156-decies, aggiungere, in fine, il seguente periodo: «A tal fine, le proroghe di cui sopra sono da intendersi in deroga ai limiti temporali per i contratti a tempo determinato. In considerazione della derivazione comunitaria delle risorse utilizzate, le stesse proroghe non sono sottoposte al rispetto del patto di stabilita interno».

2.9810/104

PETRAGLIA, URAS

All'emendamento 2.9810, al comma 156-decies, aggiungere: «A tal fine, le proroghe di cui sopra sono da intendersi in deroga ai limiti temporali per i contratti a tempo determinato. In considerazione della derivazione comunitaria delle risorse utilizzate, le stesse proroghe non sono sottoposte al rispetto del patto di stabilita interno».

Conseguentemente nel primo periodo del comma 112 dell'articolo 1, sostituire le parole: «250 milioni» *con le seguenti:* «190 milioni».

2.9810/105

FABBRI

All'emendamento 2.9810, comma 156-decies, aggiungere, in fine: «A tal fine, le proroghe di cui sopra sono da intendersi in deroga ai limiti temporali per i contratti a tempo determinato. In considerazione della derivazione comunitaria delle risorse utilizzate, le stesse proroghe non sono sottoposte al rispetto del patto di stabilità interno».

2.9810/106

GUALDANI, CHIAVAROLI

All'emendamento 2.9810, dopo il comma 156-decies, aggiungere i seguenti:

«156-*undecies.* Le province che alla data di entrata in vigore della presente legge non hanno approvato il bilancio di previsione per l'anno 2014 sono tenute a provvedere entro il termine di quindici giorni.

156-*duodecies.* Nell'ipotesi di cui al comma 156-*undecies,* in deroga all'articolo 1, comma 55, della legge 7 aprile 2014, n. 56, all'approvazione del bilancio di previsione provvede il presidente della provincia ovvero, in caso di provincia a cui subentra una città metropolitana, il sindaco metropolitano.

156-*terdecies.* Trascorso inutilmente il termine di cui al comma 156-*undecies,* il prefetto designa un commissario che provvede nel successivo termine di quindici giorni.

156-*quaterdecies.* Nei casi regolati dal comma precedente non trovano applicazione le disposizioni di cui all'articolo 141, commi 1, lettera *c),* e 2, del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267».

2.9810/107

PEZZOPANE, FABBRI

All'emendamento 2.9810, dopo il comma 156-decies aggiungere il seguente:

«156-*undecies.* In attuazione dell'articolo 5, comma 6, del decreto del Presidente del Consiglio dei ministri 26 settembre 2014, il processo di riordino delle partecipazioni trasferite e delle società, enti, agenzie collegate avviene nella garanzia dei livelli occupazionali e delle condizioni economiche e normative derivanti dai contratti collettivi vigenti al momento del riordino».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 21, lettera g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quintuplo».

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: - 100.000.000;
2016: - 100.000.000;
2017: - 100.000.000.

2.9810/108

MATTESINI

All'emendamento 2.9810, dopo il comma 156-decies, aggiungere, il seguente:

«156-*undecies.* Al fine di incentivare e agevolare i processi di gestione associata di cui all'articolo 14, comma 28, del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito, nella legge 30 luglio 2010, n.122 e s.m.i, i termini di cui al comma 31-*quater* del medesimo decreto-legge, sono sospesi ed eventualmente rideterminati, con decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri, nell'ambito della revisione della normativa sulle gestioni associate delle funzioni comunali, dell'attuazione delle riforme previste per le Città metropolitane e le Province dalla legge 7 aprile 2014, n. 56 e del nuovo sistema inerente l'armonizzazione dei bilanci degli enti locali».

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: - 45.000.000;
2017: - 45.000.000.
2016: - 45.000.000.

2.9810/109

FORNARO

All'emendamento 2.9810, dopo il comma 156-decies, aggiungere il seguente:

«156-*decies*. All'articolo 16, comma 7, quarto periodo, del decreto-legge 6 luglio 2012, n.95, convertito, con modificazioni dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, sostituire le parole: "per gli anni 2013 e 2014" con le parole: "per gli anni 2013,2014 e successivi"».

2.9810/110

FAVERO

All'emendamento 2.9810, dopo il comma 156-decies, aggiungere il seguente:

«156-*undecies*. Per le province che abbiano dichiarato il dissesto entro il 15 ottobre 2014, al fine di consentirne il riequilibrio di bilancio ai sensi dell'articolo 259 del testo unico di cui al decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, si applicano le seguenti norme:

a) la Cassa depositi e prestiti e gli altri istituti di credito sono autorizzati, su richiesta dell'ente, a consolidare l'esposizione debitori a del medesimo ente, al 31 dicembre precedente l'anno entro il quale raggiungere l'equilibrio, in uno o più mutui della durata massima di cinquanta anni, con esclusione delle rate di ammortamento già scadute. Conservano validità i contributi statali e regionali già concessi in relazione ai mutui preesistenti. Le economie derivanti dalle operazioni di consolidamento di cui ai commi che precedono potranno essere utilizzate interamente a copertura delle spese di parte corrente per il riequilibrio del bilancio;

b) il consolidamento dell'esposizione debitoria di cui alla precedente lettera *a)* comprende, nella quota capitale, le somme eventualmente dovute per le penalità e/o maggiori spese connesse all'estinzione anticipata dell'indebitamento, siano esse legate all'estinzione anticipata dei precedenti contratti di mutuo ovvero al rimborso anticipato od al riacquisto dei prestiti obbligazionari, nonché il disavanzo maturato fino alla data del 31 dicembre 2014. Il consolidamento di che trattasi avverrà in deroga alle disposizioni di cui all'articolo 35, comma 7, secondo periodo e di cui all'articolo 35, comma 9, ultimo periodo, della legge n. 724 del 23 dicembre 1994, di cui all'articolo 41, comma 2, della legge n. 448 del 28 dicembre 2001 nonché in relazione ai vincoli riguardanti i limiti all'indebitamento;

c) l'ammortamento del debito di cui alle lettere precedenti potrà iniziare il 1º gennaio dell'anno successivo a quello in cui viene effettuato il consolidamento;

d) la nuova ipotesi di bilancio stabilmente riequilibrato, redatta ai sensi del comma 4-*bis* dell'articolo 261 del testo unico di cui al decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, come introdotto dall'articolo 2, comma 219 della presente legge, comma dovrà essere presentato entro 90 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge e l'ente potrà raggiungere l'equilibrio entro l'esercizio in cui viene approvato il nuovo bilancio stabilmente riequilibrato e, comunque, entro tre anni compreso quello in cui è stato deliberato il dissesto;

e) fino all'esercizio successivo a quello in cui viene approvato il bilancio stabilmente riequilibrato le sanzioni previste per il mancato rispetto del patto di stabilità interno non sono applicate;

f) sono escluse dai contributi di cui all'articolo 47 del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, e successive modificazioni».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 3.800.000;

2016: ? 3.800.000;

2017: ? 3.300.000.

2.9810/111

FAVERO

All'emendamento 2.9810, dopo il comma 156-decies, aggiungere il seguente:

«156-*undecies*. Per le province che abbiano dichiarato il dissesto entro il 15 ottobre 2014, al fine di consentirne il riequilibrio di bilancio ai sensi dell'articolo 259 del testo unico di cui al decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, si applicano le seguenti norme:

a) la Cassa depositi e prestiti e gli altri istituti di credito sono autorizzati, su richiesta dell'ente, a consolidare l'esposizione debitori a del medesimo ente, al 31 dicembre precedente l'anno entro il quale raggiungere l'equilibrio, in uno o più mutui della durata massima di cinquanta anni, con esclusione delle rate di ammortamento già scadute. Conservano validità i contributi statali e regionali già concessi in relazione ai mutui preesistenti. Le economie derivanti dalle operazioni di consolidamento di cui ai commi che precedono potranno essere utilizzate interamente a copertura delle

spese di parte corrente per il riequilibrio del bilancio;

b) il consolidamento dell'esposizione debitoria di cui alla precedente lettera *a)* comprende, nella quota capitale, le somme eventualmente dovute per le penalità e/o maggiori spese connesse all'estinzione anticipata dell'indebitamento, siano esse legate all'estinzione anticipata dei precedenti contratti di mutuo ovvero al rimborso anticipato od al riacquisto dei prestiti obbligazionari, nonché il disavanzo maturato fino alla data del 31 dicembre 2014. Il consolidamento di che trattasi avverrà in deroga alle disposizioni di cui all'articolo 35, comma 7, secondo periodo e di cui all'articolo 35, comma 9, ultimo periodo, della legge n. 724 del 23 dicembre 1994, di cui all'articolo 41, comma 2, della legge n. 448 del 28 dicembre 2001 nonché in relazione ai vincoli riguardanti i limiti all'indebitamento;

c) l'ammortamento del debito di cui alle lettere precedenti potrà iniziare il 1º gennaio dell'anno successivo a quello in cui viene effettuato il consolidamento e potrà usufruire dei contributi di cui all'articolo 2 comma 215 della presente legge;

d) la nuova ipotesi di bilancio stabilmente riequilibrato, redatta ai sensi del comma 4-*bis* dell'articolo 261 del testo unico di cui al decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, come introdotto dall'articolo 2, comma 219 della presente legge, comma dovrà essere presentato entro 90 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge e l'ente potrà raggiungere l'equilibrio entro l'esercizio in cui viene approvato il nuovo bilancio stabilmente riequilibrato e, comunque, entro tre anni compreso quello in cui è stato deliberato il dissesto;

e) fino all'esercizio successivo a quello in cui viene approvato il bilancio stabilmente riequilibrato le sanzioni previste per il mancato rispetto del patto di stabilità interno non ,sono applicate;

f) sono escluse dai contributi di cui all'articolo 47 del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, e successive modificazioni».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 3.800.000;

2016: ? 3.800.000;

2017: ? 3.300.000 .

2.9810/112

FAVERO

All'emendamento 2.9810, dopo il comma 156-decies, aggiungere il seguente:

«156-*undecies*. Anche al fine di sostenere la grave situazione delle imprese creditrici e degli altri soggetti degli enti dissestati e di ridare impulso ai relativi sistemi produttivi locali, per l'anno 2015, alle province che abbiano dichiarato il dissesto finanziario entro il 15 ottobre 2014 è attribuita, previa apposita istanza dell'ente interessato, un'anticipazione fino all'importo massimo di 15 milioni di euro per l'anno 2015, entro 120 giorni dalla disponibilità delle risorse. L'anticipazione è ripartita in base ad una quota *pro-capite* determinata tenendo conto della popolazione residente, calcolata alla fine del penultimo anno precedente alla dichiarazione di dissesto secondo i dati forniti dall'Istat ed è concessa con decreto non regolamentare del Ministero dell'interno, da emanarsi entro 30 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, nel limite di 15 milioni di euro per l'anno 2015 a valere sulla dotazione per l'anno 2015, del fondo di rotazione di cui all'articolo 243-*ter* del testo unico di cui al decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267 integrato con le risorse di cui al presente comma. La restituzione dell'anticipazione, da prevedere nell'ambito del bilancio stabilmente riequilibrato, è effettuata, con piano di ammortamento a rate costanti, comprensive degli interessi, in un periodo massimo di venti anni a decorrere dall'anno successivo a quello in cui verrà approvata l'ipotesi di bilancio stabilmente riequilibrato, con versamento ad appositi capitoli dello stato di previsione dell'entrata del bilancio dello Stato, distinti per la quota capitale e per la quota interessi. Gli importi dei versamenti relativi alla quota capitale sono riassegnati al fondo per l'ammortamento dei titoli di Stato. Il tasso di interesse da applicare alle suddette anticipazioni sarà determinato sulla base del rendimento

di mercato dei Buoni poliennali del tesoro a 5 anni in corso di emissione con comunicato del direttore generale del tesoro da emanare e pubblicare sul sito *internet* del Ministero dell'economia e delle finanze. In caso di mancata restituzione delle rate entro i termini previsti, le somme sono recuperate a valere sulle risorse a qualunque titolo dovute dal Ministero dell'Interno e sono versate al predetto stato di previsione dell'entrata del bilancio dello Stato e riassegnate, per la patte capitale, al medesimo fondo per l'ammortamento dei titoli di Stato. Per quanto non previsto nel presente comma si rinvia al decreto del Ministro dell'interno 11 gennaio 2013, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* della Repubblica italiana, n. 33 dellÍL'8 febbraio 2013, adottato in attuazione dell'attico lo 243-*ter*, comma 2, del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 15.000.000;
2016: ? 15.000.000;
2017: ? 15.000.000.

2.9810/113

CERONI

All'emendamento 2.9810, dopo il comma 156-decies, aggiungere il seguente:

«156-*undecies*. All'articolo 2, comma 159, la lettera *b)* è sostituita dalla seguente:

"All'articolo 1, della legge 27 dicembre 2006, n. 296, dopo il comma 557-*quater* sono inseriti i seguenti: '557-*quinquies*. Le unioni di comuni e i comuni che ne fanno parte, a decorrere dal 1º gennaio 2015, possono avvalersi della facoltà di conteggiare la spesa di personale in modo unitario. In tale caso il limite viene determinato sommando la spesa di personale di ciascuno degli enti e gli adempimenti relativi al controllo della spesa sono effettuati unitariamente attraverso l'unione. All'articolo 32, comma 5, del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, il terzo periodo è sostituito dal seguente: I comuni possono cedere, anche parzialmente, le proprie capacità assunzionali all'unione di comuni di cui fanno parte.

557-*sexies*. I comuni che hanno stipulato convenzioni per la gestione associata di funzioni fondamentali, ai sensi dell'articolo 14, comma 28 e seguenti, del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito con modificazioni dalla legge 30 luglio 2010, n. 122 possono altresì avvalersi della facoltà di conteggiare la spesa di personale con le modalità di cui al precedente comma'"».

2.9810/114

FAVERO

All'emendamento 2.9810, dopo il comma 156-decies, aggiungere il seguente:

«156-*undecies*. Anche al fine di sostenere la grave situazione delle imprese creditrici e degli altri soggetti degli enti dissestati e di ridare impulso ai relativi sistemi produttivi locali, per l'anno 2015, alle province che abbiano dichiarato il dissesto finanziario entro il 15 ottobre 2014 è attribuita, previa apposita istanza dell'ente interessato, un'anticipazione fino all'importo massimo di 15 milioni di euro per l'anno 2015, entro 120 giorni dalla disponibilità delle risorse. L'anticipazione è ripartita in base ad una quota *pro capite* determinata tenendo conto della popolazione residente, calcolata alla fine del penultimo anno precedente alla dichiarazione di dissesto secondo i dati forniti dall'Istat ed è concessa con decreto non regolamentare del Ministero dell'interno, da emanarsi entro 30 giorni dalla data di entrata in vigore della presente Legge, nel limite di 15 milioni di euro per l'anno 2015 a valere sulla dotazione per l'anno 2015, del fondo di rotazione di cui all'articolo 243-*ter* del testo unico di cui al decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267 integrato con le risorse di cui al presente comma. La restituzione dell'anticipazione, da prevedere nell'ambito del bilancio stabilmente riequilibrato, è effettuata, con piano di ammortamento a rate costanti, comprensive degli interessi, in un periodo massimo di venti anni a decorrere dall'anno successivo a quello in verrà approvata l'ipotesi di bilancio stabilmente riequilibrato, con versamento ad appositi capitoli dello stato di previsione dell'entrata del bilancio dello Stato, distinti per la quota capitale e per la quota interessi. Gli importi dei versamenti relativi alla quota capitale sono riassegnati al fondo per l'ammortamento dei titoli di Stato. Il tasso di

interesse da applicare alle suddette anticipazioni sarà determinato sulla base del rendimento di mercato dei Buoni poliennali del tesoro a 5 anni in corso di emissione con comunicato del Direttore generale del tesoro da emanare e pubblicare sul sito *internet* del Ministero dell'economia e delle finanze. In caso di mancata restituzione delle rate entro i termini previsti, le somme sono recuperate a valere sulle risorse a qualunque titolo dovute dal Ministero dell'Interno e sono versate al predetto stato di previsione dell'entrata del bilancio dello Stato e riassegnate, per la parte capitale, al medesimo fondo per l'ammortamento dei titoli di Stato. Per quanto non previsto nel presente comma si rinvia al decreto del Ministro dell'interno 11 gennaio 2013, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* della Repubblica italiana, n. 33 dell'8 febbraio 2013, adottato in attuazione dell'articolo 243-*ter*, comma 2, del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 15.000.000;
2016: ? 15.000.000;
2017: ? 15.000.000.

2.9810/115

FAVERO

All'emendamento 2.9810, dopo il comma 156-decies, aggiungere il seguente:

«156-*undecies*. Anche al fine di sostenere la grave situazione delle imprese creditrici e degli altri soggetti degli enti dissestati e di ridare impulso ai relativi sistemi produttivi locali, per l'anno 2015, alle province che abbiano dichiarato il dissesto finanziario entro il 15 ottobre 2014 è attribuita, previa apposita istanza dell'ente interessato, un'anticipazione fino all'importo massimo di 15 milioni di euro per l'anno 2015, entro 120 giorni dalla disponibilità delle risorse. L'anticipazione è ripartita in base ad una quota *pro capite* determinata tenendo conto della popolazione residente, calcolata alla fine del penultimo anno precedente alla dichiarazione di dissesto secondo i dati forniti dall'Istat ed è concessa con decreto non regolamentare del Ministero dell'interno, da emanarsi entro 30 giorni dalla data di entrata in vigore della presente Legge, nel limite di 15 milioni di euro per l'anno 2015 a valere sulla dotazione per l'anno 2015, del fondo di rotazione di cui all'articolo 243-*ter* del testo unico di cui al decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267 integrato con le risorse di cui al presente comma. La restituzione dell'anticipazione, da prevedere nell'ambito del bilancio stabilmente riequilibrato, è effettuata, con piano di ammortamento a rate costanti, comprensive degli interessi, in un periodo massimo di venti anni a decorrere dall'anno successivo a quello in verrà approvata l'ipotesi di bilancio stabilmente riequilibrato, con versamento ad appositi capitoli dello stato di previsione dell'entrata del bilancio dello Stato, distinti per la quota capitale e per la quota interessi. Gli importi dei versamenti relativi alla quota capitale sono riassegnati al fondo per l'ammortamento dei titoli di Stato. Il tasso di interesse da applicare alle suddette anticipazioni sarà determinato sulla base del rendimento di mercato dei Buoni poliennali del tesoro a 5 anni in corso di emissione con comunicato del Direttore generale del tesoro da emanare e pubblicare sul sito *internet* del Ministero dell'economia e delle finanze. In caso di mancata restituzione delle rate entro i termini previsti, le somme sono recuperate a valere sulle risorse a qualunque titolo dovute dal Ministero dell'Interno e sono versate al predetto stato di previsione dell'entrata del bilancio dello Stato e riassegnate, per la parte capitale, al medesimo fondo per l'ammortamento dei titoli di Stato. Per quanto non previsto nel presente comma si rinvia al decreto del Ministro dell'interno 11 gennaio 2013, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* della Repubblica italiana, n. 33 dell'8 febbraio 2013, adottato in attuazione dell'articolo 243-*ter*, comma 2, del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 15.000.000;
2016: ? 15.000.000;
2017: ? 15.000.000.

2.9810/116

FAVERO

All'emendamento 2.9810, dopo il comma 156-decies, aggiungere il seguente:

«156-*undecies*. Per le province che abbiano dichiarato il dissesto entro il 15 ottobre 2014, al fine di consentirne il riequilibrio di bilancio ai sensi dell'articolo 259 del testo unico di cui al decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, si applicano le seguenti norme:

a) la Cassa depositi e prestiti e gli altri istituti di credito sono autorizzati, su richiesta dell'ente, a consolidare l'esposizione debitoria del medesimo ente, al 31 dicembre precedente l'anno entro il quale raggiungere l'equilibrio, in uno o più mutui della durata massima di cinquanta anni, con esclusione delle rate di ammortamento già scadute. Conservano validità i contributi statali e regionali già concessi in relazione ai mutui preesistenti. Le economie derivanti dalle operazioni di consolidamento di cui ai commi che precedono potranno essere utilizzate interamente a copertura delle spese di parte corrente per il riequilibrio del bilancio.

b) il consolidamento dell'esposizione debitori a di cui alla precedente lettera *a)* comprende, nella quota capitale, le somme eventualmente dovute per le penalità e/o maggiori spese connesse all'estinzione anticipata dell'indebitamento, siano esse legate all'estinzione anticipata dei precedenti contratti di mutuo ovvero al rimborso anticipato od al riacquisto dei prestiti obbligazionari, nonché il disavanzo maturato fino alla data del 31 dicembre 2014. Il consolidamento di che trattasi avverrà in deroga alle disposizioni di cui all'articolo 35, comma 7, secondo periodo e di cui all'articolo 35, comma 9, ultimo periodo, della legge n. 724 del 23 dicembre 1994, di cui all'articolo 41, comma 2, della legge n. 448 del 28 dicembre 2001 nonché in relazione ai vincoli riguardanti i limiti all'indebitamento;

c) l'ammortamento del debito di cui alle lettere precedenti potrà iniziare il 1º gennaio dell'anno successivo a quello in cui viene effettuato il consolidamento e potrà usufruire dei contributi di cui all'articolo 2, comma 215, della presente legge;

d) la nuova ipotesi di bilancio stabilmente riequilibrato, redatta ai sensi del comma 4-*bis* dell'articolo 261 del testo unico di cui al decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, come introdotto dall'articolo 2, comma 219 della presente legge, comma dovrà essere presentato entro 90 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge e l'ente potrà raggiungere l'equilibrio entro l'esercizio in cui viene approvato il nuovo bilancio stabilmente riequilibrato e, comunque, entro tre anni compreso quello in cui è stato deliberato il dissesto;

e) fino all'esercizio successivo a quello in cui viene approvato il bilancio stabilmente riequilibrato le sanzioni previste per il mancato rispetto del patto di stabilità interno non sono applicate».

2.9810/117

FAVERO

All'emendamento 2.9810, dopo il comma 156-decies, aggiungere il seguente:

«156-*undecies*. Per le province che abbiano dichiarato il dissesto entro il 15 ottobre 2014, al fine di consentirne il riequilibrio di bilancio ai sensi dell'articolo 259 del testo unico di cui al decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, si applicano le seguenti norme:

a) la Cassa depositi e prestiti e gli altri istituti di credito sono autorizzati, su richiesta dell'ente, a consolidare l'esposizione debitoria del medesimo ente, al 31 dicembre precedente l'anno entro il quale raggiungere l'equilibrio, in uno o più mutui della durata massima di cinquanta anni, con esclusione delle rate di ammortamento già scadute. Conservano validità i contributi statali e regionali già concessi in relazione ai mutui preesistenti. Le economie derivanti dalle operazioni di consolidamento di cui ai commi che precedono potranno essere utilizzate interamente a copertura delle spese di parte corrente per il riequilibrio del bilancio.

b) il consolidamento dell'esposizione debitori a di cui alla precedente lettera *a)* comprende, nella quota capitale, le somme eventualmente dovute per le penalità e/o maggiori spese connesse all'estinzione anticipata dell'indebitamento, siano esse legate all'estinzione anticipata dei precedenti

contratti di mutuo ovvero al rimborso anticipato od al riacquisto dei prestiti obbligazionari, nonché il disavanzo maturato fino alla data del 31 dicembre 2014. Il consolidamento di che trattasi avverrà in deroga alle disposizioni di cui all'articolo 35, comma 7, secondo periodo e di cui all'articolo 35, comma 9, ultimo periodo, della legge n. 724 del 23 dicembre 1994, di cui all'articolo 41, comma 2, della legge n. 448 del 28 dicembre 2001 nonché in relazione ai vincoli riguardanti i limiti all'indebitamento;

c) l'ammortamento del debito di cui alle lettere precedenti potrà iniziare il 1º gennaio dell'anno successivo a quello in cui viene effettuato il consolidamento e potrà usufruire dei contributi di cui all'articolo 2, comma 215, della presente legge;

d) la nuova ipotesi di bilancio stabilmente riequilibrato, redatta ai sensi del comma 4-*bis* dell'articolo 261 del testo unico di cui al decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, come introdotto dall'articolo 2, comma 219 della presente legge, comma dovrà essere presentato entro 90 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge e l'ente potrà raggiungere l'equilibrio entro l'esercizio in cui viene approvato il nuovo bilancio stabilmente riequilibrato e, comunque, entro tre anni compreso quello in cui è stato deliberato il dissesto;

e) fino all'esercizio successivo a quello in cui viene approvato il bilancio stabilmente riequilibrato le sanzioni previste per il mancato rispetto del patto di stabilità interno non sono applicate».

2.9810/118

FAVERO

Dopo il comma 156-decies, aggiungere il seguente:

«156-*undecies*. Anche al fine di sostenere la grave situazione delle imprese creditrici e degli altri soggetti degli enti dissestati e di ridare impulso ai relativi sistemi produttivi locali, per l'anno 2015, alle province che abbiano dichiarato il dissesto finanziario entro il 15 ottobre 2014 è attribuita, previa apposita istanza dell'ente interessato, un'anticipazione fino all'importo massimo di 15 milioni di euro per l'anno 2015, entro 120 giorni dalla disponibilità delle risorse. L'anticipazione è ripartita in base ad una quota pro capite determinata tenendo conto della popolazione residente, calcolata alla fine del penultimo anno precedente alla dichiarazione di dissesto secondo i dati forniti dall'Istat ed è concessa con decreto non regolamentare del Ministero dell'interno, da emanarsi entro 30 giorni dalla data di entrata in vigore della presente Legge, nel limite di 15milioni di euro per l'anno 2015 a valere sulla dotazione per l'anno 2015, del fondo di rotazione dì cui all'articolo 243-*ter* del testo unico di cui al decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267 integrato con le risorse di cui al presente comma. La restituzione dell'anticipazione, da prevedere nell'ambito del bilancio stabilmente riequilibrato, è effettuata, con piano di ammortamento a rate costanti, comprensive degli interessi, in un periodo massimo di venti anni a decorrere dall'anno successivo a quello in verrà approvata l'ipotesi di bilancio stabilmente riequilibrato, con versamento ad appositi capitoli dello stato di previsione dell'entrata del bilancio dello Stato, distinti per la quota capitale e per la quota interessi. Gli importi dei versamenti relativi alla quota capitale sono riassegnati al fondo per l'ammortamento dei titoli di Stato. Il tasso di interesse da applicare alle suddette anticipazioni sarà determinato sulla base del rendimento di mercato dei Buoni poliennali del tesoro a 5 anni in corso di emissione con comunicato del Direttore generale del tesoro da emanare e pubblicare sul sito internet del Ministero dell'economia e delle finanze. In caso di mancata restituzione delle rate entro i termini previsti, le somme sono recuperate a valere sulle risorse a qualunque titolo dovute dal Ministero dell'Interno e sono versate al predetto stato di previsione dell'entrata del bilancio dello Stato e riassegnate, per la parte capitale, al medesimo fondo per l'ammortamento dei titoli di Stato. Per quanto non previsto nel presente comma si rinvia al decreto del Ministro dell'interno 11 gennaio 2013, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* della Repubblica italiana, n. 33 dell'8 febbraio 2013; adottato in attuazione dell'articolo 243-*ter*, comma 2, del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 15.000.000
2017: ? 15.000.000
2016: ? 15.000.000

2.9810/119

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 156-decise aggiungere il seguente:

«156-*decise-bis.* le disposizioni di cui ai precedenti commi non si applicano alle Province interamente montane.».

2.9810/120

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 156-decies sono aggiunti i seguenti:

«156-*undecies.* Al fine di garantire l'esercizio delle funzioni amministrative fino alla completa emanazione dei provvedimenti previsti dalla legge 7 aprile 2014, n. 56, le Province e le Città metropolitane sono autorizzate a sospendere in tutto o in parte, per un periodo massimo di un triennio, decorrente dall'esercizio 2015, il pagamento delle rate di ammortamento in conto capitale ed in conto interessi dei mutui in corso con gli Istituti di Crediti. L'autorizzazione alla sospensione viene concessa con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, da emanare entro trenta giorni dall'entrata in vigore della presente legge, sentita la Conferenza Stato Città Autonomie locali. L'ammortamento dei mutui sospesi riprende a decorrere dalla scadenza del periodo di sospensione, nel corso del quale le Province e le Città metropolitane corrispondono all'istituto mutuante, in rate semestrali scadenti al 30 giugno e al 31 dicembre di ciascuna delle annualità di sospensione, l'importo degli interessi dovuti sull'ammontare complessivo delle rate sospese, calcolato nella misura dell'1 percento annuo dell'ammontare medesimo.

156-*duodecies*. In deroga all'articolo 151 del Tuel, le Province e le Città metropolitane deliberano il bilancio di previsione 2015 entro il 30 maggio 2015; in deroga all'articolo 171 del Tuel per il solo anno 2015 le Province e le Città Metropolitane non allegano il bilancio pluriennale.

156-*terdecies*. Per il solo esercizio 2015, le province e le città mètropolitane delle regioni a statuto ordinario che non riuscissero, anche per effetto dei riversamenti al bilancio dello Stato di cui al comma 154, ad approvare un bilancio di previsione in equilibrio, possono, eccezionalmente ed in deroga a tutte le disposizioni vigenti, predisporre ed approvare il bilancio di previsione relativo all'annualità 2015 dopo l'approvazione del rendiconto di gestione 2014 applicando sin dalla previsione iniziale, ove necessario anche per l'intero importo, l'avanzo di amministrazione 2014 accertato con l'approvazione del suddetto rendiconto di gestione, nella misura rideterminata a seguito della revisione straordinaria dei residui attivi e passivi di cui all'articolo 3, comma 7, del citato decreto legislativo 23 giugno 2011, n. 118.

156-*quaterdecies*. Al fine di garantire gli equilibri generali del bilancio di previsione 2015 in attesa del completamento del trasferimento delle funzioni non fondamentali, le Province e le città metropolitane appartenenti alle regioni ordinarie possono utilizzare, in deroga a quanto previsto dall'art 193, comma 3 del. D.lgs 18 agosto 2000 n. 267, i proventi derivanti da alienazione di beni patrimoniali disponibili e da altre entrate in conto capitale per il finanziamento delle spese correnti.

156-*quinquiesdecies*. È soppresso il cmma 11 dell'articolo 56-*bis*del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69, convertito con modificazioni dalla legge 9 agosto 2013, n. 98».

2.9810/121

ZANONI, BROGLIA, FAVERO, PEZZOPANE

All'emendamento 2.9810, dopo il comma 156-decise è aggiunto il seguente:

«156-*undecies*. In deroga all'articolo 151 del Tuel, le Province e le Città metropolitane deliberano il bilancio di previsione 2015 entro il 30 maggio 2015. In deroga all'articolo 171 del Tuel per il solo anno 2015 le Province e le Città Metropolitane non allegano il bilancio pluriennale.».

2.9810/122

ZANONI, BROGLIA

All'emendamento 2.9810, aggiungere infine i seguenti commi:

«56-*undecies* .È abrogato il comma 4 dell'articolo 24 del decreto legislativo 6 maggio 2011, n. 68.

156-*duodecies*. A decorrere dal 2015, le Città metropolitane di cui alla legge 7 aprile 2014 n. 56, hanno la facoltà di istituire:

a) un'addizionale sui diritti di imbarco di passeggeri sulle aeromobili fino ad un massimo di due euro per passeggero imbarcato. L'addizionale è versata alle città metropolitane, nel cui territorio ha sede l'aeroporto, sulla base di apposito decreto del Ministero dell'economia e delle finanze di natura, non regolamentare, che determina altresì le modalità dei controlli;

b) un'imposta di sbarco a carico dei passeggeri delle imbarcazioni che attraccano nei porti situati nel territorio delle città metropolitane. L'imposta si applica fino ad un massimo di due euro da riscuotere unitamente al prezzo del biglietto da parte delle compagnie di navigazione che forniscono collegamenti marittimi di linea. La compagnia di navigazione è responsabile del pagamento dell'imposta, con diritto di rivalsa sui soggetti passivi, della presentazione della dichiarazione e degli ulteriori adempimenti previsti dalla legge e dal regolamento. Per l'omessa o infedele presentazione della dichiarazione da parte del responsabile d'imposta si applica la sanzione amministrativa dal 100 al 200 per cento dell'importo dovuto. Per l'omesso, ritardato o parziale versamento dell'imposta si applica la sanzione amministrativa di cui all'articolo 13 del decreto legislativo 18 dicembre 1997, n. 471, e successive modificazioni. Per tutto quanto non previsto dalle presenti disposizioni si applica l'articolo 1, commi da 158 a 170 della legge 27 dicembre 2006, n. 296. L'imposta non è dovuta dai soggetti residenti nel territorio della città metropolitana, dai lavoratori e dagli studenti pendolari. Le città metropolitane possono prevedere nel regolamento modalità applicative del tributo, nonché eventuali esenzioni e riduzioni per particolari fattispecie o per determinati periodi di tempo.

156-*terdecies*. La riscossione dell'incremento dell'addizionale comunale di cui al comma 1, lettera *a)* avviene a cura dei gestori di servizi aeroportuali, con le modalità in uso per la riscossione dei diritti di imbarco. il versamento da parte delle compagnie aeree avviene entro tre mesi dalla fine del mese in cui sorge l'obbligo.

156-*quaterdecies*. Nell'anno di istituzione, le imposte di cui al comma 1 si applicano a decorrere dal primo giorno del secondo mese successivo all'emanazione del relativo regolamento metropolitano, salva l'eventuale indicazione di data successiva nel regolamento medesimo. Le variazioni delle tariffe disposte dalla città metropolitana entro i termini di legge, ma successivamente al primo gennaio dell'anno di riferimento delle variazioni medesime, decorrono dal mese successivo alla data di esecutività della deliberazione di variazione.

156-*quinquiesdecies*. Le disposizioni di cui ai precedenti commi si applicano anche alle città metropolitane delle Regioni a Statuto Speciale, istituite o da istituire con apposita legge regionale.».

2.9810/123

BROGLIA, ZANONI

All'emendamento 2.9810, aggiungere, in fine, il seguente comma:

«156-*undecies*. Al'fine di incentivare e agevolare i processi di gestione associata di cui all'artcolo14, comma 28, del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito nella legge 30 luglio 2010, n. 122 e s.m.i, i termini di cui al comma 31-*quater* del medesimo decreto-legge, sono sospesi ed eventualmente rideterminati, con decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri, nell'ambito della revisione della normativa sulle gestioni associate delle funzioni comunali, dell'attuazione delle riforme previste per le Città metropolitane e le Province dalla legge 7 aprile 2014, n. 56 e del nuovo sistema inerente l'armonizzazione dei bilanci degli enti locali».

2.9810/124

BROGLIA, ZANONI

All'emendamento 2.9810, dopo il comma 156-decise, aggiungere il seguente:

«156-*undecies*. All'articolo 4, comma 1, del decreto-legge 6 marzo 2014, n. 16, convertito, con modificazioni, dalla legge 2 maggio 2014, n. 68, dopo le parole: "tali vincoli" sono aggiunte le seguenti: "; al fine di assicurare la continuità dell'azione amministrativa, qualora l'importo delle quote

annuali da recuperare risulti, al netto delle compensazioni di cui al comma 2, superiore ad un quinto delle risorse stanziate annualmente nel fondo, gli enti possono distribuire il riassorbimento del differenziale su ulteriori annualità, nel rispetto del medesimo parametro di quantificazione e fino a concorrenza del recupero integrale"».

2.9810.125

IL RELATORE

Dopo il comma 156-decise, aggiungere i seguenti;

«156-*undecies*. Le funzioni di stazione unica appaltante, come individuate dall'articolo 13 della legge 13 agosto 2010, n. 136, attuato con il decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri del 30 giugno 2011, sono esercitate, ai fini dello svolgimento della gara per l'affidamento del servizio di distribuzione del gas naturale e di controparte del contratto di servizio, dall'Ente di area vasta, Provincia o Città Metropolitana, nel cui territorio ricada il maggior numero dei punti di riconsegna di ciascun ambito territoriale minimo individuato con i Decreti del Ministro dello Sviluppo Economico del 19 gennaio 2011 e del 18 ottobre 2011.

156-*duodecies*. Le disposizioni di cui al comma 156-*undecies* si applicano agli affidamenti la cui data limite per la pubblicazione del bando di gara di cui all'allegato 1 del decreto ministeriale 12 novembre 2011, n. 226, e successive modificazioni, sia successiva al 31 ottobre 2015, fatte salve le delibere di gara congiunta adottate entro la medesima data.

156-*terdecies*. Il fondo integrativo dell'assicurazione generale obbligatoria per l'invalidità, vecchiaia e superstiti a favore del personale dipendente dalle aziende private del gas (Fondo Gas), di cui alla legge 6 dicembre 1971, n. 1084, e successive modificazioni ed integrazioni, è soppresso con effetto dal 1º gennaio 2015. Da tale data cessa ogni contribuzione al Fondo Gas e non viene liquidata nessuna nuova prestazione.

156-*quaterdecies*. Dal 1º gennaio 2015, è istituita presso l'INPS la Gestione ad esaurimento del soppresso Fondo Gas che subentra nei rapporti attivi e passivi già in capo al soppresso Fondo Gas. Il patrimonio della gestione è integrato secondo quanto previsto al comma 156-*sexiesdecies* e mediante la riserva di legge accertata alla data del 31 dicembre 2014.

156-*quinquiesdecies*. Gli oneri riguardanti i trattamenti pensionistici integrativi in essere alla data del 31 dicembre 2014 e le pensioni ai superstiti da essi derivanti sono a carico della Gestione ad esaurimento. 156-*sexiesdecies*. Per la copertura degli oneri relativi ai trattamenti pensionistici integrativi in essere all'atto della soppressione del Fondo è istituito un contributo straordinario di euro 13.364.860 a carico dei datori di lavoro di cui al comma 1. Con decreto del Ministro dello sviluppo Economico di concerto con il Ministro del Lavoro e delle Politiche Sociali, e il Ministro dell'Economia e delle Finanze sono stabiliti i criteri con cui ripartire tra i suddetti datori di lavoro gli oneri relativi al contributo straordinario, nonché i tempi e le modalità di corresponsione degli stessi aIl'INPS.

156-*septiesdecies*. A favore degli iscritti in servizio o in prosecuzione volontaria della contribuzione che alla data del 31 dicembre 2014 non maturano il diritto al trattamento pensionistico integrativo da parte del soppresso Fondo Gas è calcolato un importo dell'1per cento per ogni anno di iscrizione al Fondo Gas, eventualmente rapportato alla frazione d'anno, moltiplicato per l'imponibile Fondo Gas per l'anno 2014, che può essere lasciato presso il datore di lavoro o destinato a previdenza complementare. In quest'ultimo caso, ai fini della determinazione dell'anzianità necessaria per la richiesta delle prestazioni pensionistiche di cui al decreto legislativo 5 dicembre 2005, n. 252, è considerata utile la data di iscrizione al Fondo Gas.

156-*duodevicies*. Gli importi di cui al comma 156-septiesdecies sono destinati come di seguito:

a) adesione, con dichiarazione di volontà espressa o trascorsi sei mesi dall'entrata in vigore della presente legge mediante il sistema del silenzio assenso, al fondo di previdenza complementare di riferimento del settore o ad altro fondo contrattualmente previsto. In tale ipotesi a decorrere dal mese successivo alla data di soppressione del Fondo Gas i datori di lavoro versano al fondo di riferimento del settore o ad altro fondo il suddetto importo in 240 quote mensili di uguale misura, che vengono accreditate nelle posizioni individuali degli iscritti. In caso di cessazione del rapporto di lavoro,

l'importo residuo sarà conferito al fondo di previdenza complementare in un'unica soluzione. Tale conferimento, in caso di cessazione del rapporto di lavoro con passaggio dei lavoratori a seguito di gara, è a carico dell'azienda cedente. In caso di cessione parziale o totale dell'azienda, di sua trasformazione, di altre operazioni sulla struttura dell'assetto societario che comunque comportino la prosecuzione del rapporto di lavoro e nel caso di passaggio diretto nell'ambito dello stesso gruppo, l'importo residuo è versato al fondo di previdenza complementare dell'azienda subentrante con le modalità previste alla presente lettera.

b) espressa non adesione, entro sei mesi dall'entrata in vigore della presente legge, ad un fondo di previdenza complementare. In tale ipotesi i datori di lavoro accantonano l'importo calcolato con le stesse modalità previste alla lettera *a)* e lo erogano al momento della risoluzione del rapporto di lavoro. Gli importi accantonati sono rivalutati secondo le modalità previste al comma 156-*undevicies*. Nel caso in cui il lavoratore medesimo aderisca al fondo di previdenza complementare in data successiva alla chiusura del Fondo Gas vengono liquidate le somme da lui maturate fino a quel momento secondo le modalità previste al punto *a)*, comunque all'atto di risoluzione del rapporto di lavoro; dal mese successivo a detta adesione il datare di lavoro versa la quota rimanente nella posizione individuale del fondo di previdenza complementare indicato come previsto al punto *a)*.

156-*undevicies*. Al compimento del quinto, decimo e quindicesimo anno dall'inizio della rateizzazione, gli importi residui non ancora conferiti al fondo o accantonati presso le aziende saranno maggiorati nella misura del 10 per cento, a titolo forfetario di interessi e rivalutazioni. Nel solo caso di cessazione del rapporto di lavoro per pensionamento durante i primi cinque anni di rateizzazione, l'importo residuo sarà rivalutato nella misura del 30per cento.

156-*vicies*. A copertura degli oneri derivanti dei commi da 156-*terdecies* a 156-*undevicies* si fa fronte mediante un contributo straordinario, a carico delle imprese di cui al comma 4, pari a 4.219.748 euro per il 2015,3.814.309 euro per il 2016, 3.037.071 euro per il 2017, 1.831.941 euro per il 2018 e 461.791 euro per il 2019».

2.9810/126

CERONI

All'emendamento 2.9810, dopo il capoverso «156-decies» aggiungere i seguenti:

«156-*undecies*. Al fine di garantire l'esercizio delle funzioni amministrative fino alla completa emanazione dei provvedimenti previsti dalla legge 7 aprile 2014, n. 56, le Province e le Città metropolitane sono autorizzate a sospendere in tutto o in parte, per un periodo massimo di un triennio, decorrente dall'esercizio 2015, il pagamento delle rate di ammortamento in conto capitale ed in conto interessi dei mutui in corso con gli Istituti di Crediti. L'autorizzazione alla sospensione viene concessa con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, da emanare entro trenta giorni dall'entrata in vigore della presente legge, sentita la Conferenza Stato Città Autonomie locali. L'ammortamento dei mutui sospesi riprende a decorrere dalla scadenza del periodo di sospensione, nel corso del quale le Province e le Città metropolitane corrispondono all'istituto mutuante, in rate semestrali scadenti al 30 giugno e. al 31 dicembre di ciascuna delle annualità di sospensione, l'importo degli interessi dovuti sull'ammontare complessivo delle rate sospese, calcolato nella misura dell'1 per cento annuo dell'ammontare medesimo.

156-*duodecies*. In deroga all'articolo 151 del Tuel, le Province e le Città metropolitane deliberano il bilancio di previsione 2015 entro il 30 maggio 2015; in deroga all'articolo 171 del Tuel per il solo anno 2015 le Province e le Città Metropolitane non allegano il bilancio pluriennale.

156-*terdecies*. Per il solo esercizio 2015, le province e le città metropolitane delle regioni a statuto ordinario che non riuscissero, anche per effetto dei riversamenti al bilancio dello Stato di cui al comma 154, ad approvare un bilancio di previsione in equilibrio, possono, eccezionalmente ed in deroga a tutte le disposizioni vigenti, predisporre ed approvare il bilancio di previsione relativo all'annualità 2015 dopo l'approvazione del rendiconto di gestione 2014 applicando sin dalla previsione iniziale, ove necessario anche per l'intero importo, l'avanzo di amministrazione 2014 accertato con l'approvazione del suddetto rendiconto di gestione, nella misura rideterminata a seguito della revisione

straordinaria dei residui attivi e passivi di cui all'articolo 3, comma 7, del citato decreto legislativo 23 giugno 2011, n. 118.

156-*quaterdecies*. Al fine di garantire gli equilibri generali del bilancio di previsione 2015 in attesa del completamento del trasferimento delle funzioni non fondamentali, le Province e le città metropolitane appartenenti alle regioni ordinarie possono utilizzare, in deroga a quanto previsto dall'articolo 193, comma 3 del. Disegno di legge 18 agosto 2000 n. 267, i proventi derivanti da alienazione di beni patrimoniali disponibili e da altre entrate in conto capitale per il finanziamento delle spese correnti.

156-*quinquiesdecies*. È soppresso il comma 11 dell'articolo 56 bis del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69, convertito con modificazioni dalla legge 9 agosto 2013, n. 98».

2.9810/127

IL RELATORE

All'emendamento 2.9810, dopo il comma 156-decies, aggiungere i seguenti:

«156-*undecies*. In considerazione del processo di trasferimento delle funzioni di cui all'articolo 1, comma 89, della legge 7 aprile 2014, n. 56, le province e le città metropolitane possono rinegoziare le rate di ammortamento dei mutui in scadenza nell'anno 2015, con conseguente rimodulazione del relativo piano di ammortamento anche in deroga alle disposizioni di cui al comma 2, lettera *c)*, dell'articolo 204 del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267.

156-*duodecies*. Gli oneri derivanti dall'applicazione del comma 156-*undecies* restano a carico dell'ente richiedente.

156-*terdecies*. Per gli anni 2015 e 2016, i criteri per la riassegnazione dei residui perenti relativi ai trasferimenti erariali ancora dovuti alle province e alle città metropolitane, nei limiti delle risorse a tal fine assegnate sullo stato di previsione della spesa del Ministero dell'interno, sono stabiliti con decreto del Ministro dell'interno di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, da adottarsi entro i130 marzo 2015, sentita la Conferenza Stato Città ed Autonomie locali».

2.9810/128

IL RELATORE

All'emendamento 2.9810, dopo il comma 156-decies, aggiungere i seguenti:

«156-*undecies*. Al fine di conseguire una efficace valorizzazione e gestione dei patrimoni pubblici, gli immobili già in proprietà delle province possono essere conferiti a fondi immobiliari costituiti ai sensi dell'articolo 33 del decreto-legge 6 giugno 2011, n. 98, convertito con modificazioni dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, e successive modificazioni.

156-*duodecies*. Per tali conferimenti si applicano le disposizioni di cui agli articoli 1, 3 e 3-*bis* del decreto-legge 25 settembre 2001, n. 351, convertito con modificazioni dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, e successive modificazioni.

156-*terdecies*. Le attività di conferimento saranno effettuate dagli Enti competenti, individuati secondo le disposizioni della Legge 7 aprile 2014, n. 56».

2.9810/129

CERONI

All'emendamento 2.9810, dopo il comma 156-undecies aggiungere il seguente:

«156-*duodecies*. All'articolo 4, comma 1, del decreto-legge 6 marzo 2014, n. 16, convertito, con modificazioni, dalla legge 2 maggio 2014, n. 68, dopo le parole: "tali vincoli" sono aggiunte le seguenti: "; al fine di assicurare la continuità dell'azione amministrativa, qualora l'importo delle quote annuali da recuperare risulti, al netto delle compensazioni di cui al comma 2, superiore ad un quinto delle risorse stanziate annualmente nel fondo, gli enti possono distribuire il riassorbimento del differenziale su ulteriori annualità, nel rispetto del medesimo parametro di quantificazione e fino a concorrenza del recupero integrale"».

2.9810/130

CERONI

All'emendamento 2.9810, dopo il comma 156-duodecies aggiungere il seguente:

«156-*terdecies*. All'articolo 3, comma 5, del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 agosto 2014, n. 114, dopo le parole: "nel rispetto della programmazione del fabbisogno e di quella finanziaria e contabile" sono aggiunte le seguenti: "; è altresì consentito l'utilizzo dei residui ancora disponibili delle quote percentuali delle facoltà assunzionali riferite alle precedenti annualità"».

2.9810/131

CERONI

All'emendamento 2.9810, all'articolo 2, aggiungere il seguente comma:

«156-*quaterdecies*. È abrogato il comma 4 dell'articolo 24 del decreto legislativo 6 maggio 2011, n.68.

1. A decorrere dal 2015, le Città metropolitane di cui alla legge 7 aprile 2014 n. 56, hanno la facoltà di istituire:

a) un'addizionale sui diritti di imbarco di passeggeri sulle aeromobili fino ad un massimo di due euro per passeggero imbarcato. L'addizionale è versata alle città metropolitane, nel cui territorio ha sede l'aeroporto, sulla base di apposito decreto del Ministero dell'economia e delle finanze di natura non regolamentare, che determina altresì le modalità dei controlli;

b) un'imposta di sbarco a carico dei passeggeri delle imbarcazioni che attraccano nei porti situati nel territorio delle città metropolitane. L'imposta si applica fino ad un massimo di due euro da riscuotere unitamente al prezzo del biglietto da parte delle compagnie di navigazione che forniscono collegamenti marittimi di linea. La compagnia di navigazione è responsabile del pagamento dell'imposta, con diritto di rivalsa sui soggetti passivi, della presentazione della dichiarazione e degli ulteriori adempimenti previsti dalla legge e dal regolamento. Per l'omessa o infedele presentazione della dichiarazione da parte del responsabile d'imposta si applica la sanzione amministrativa dal 100 al 200 per cento dell'importo dovuto. Per l'omesso, ritardato o parziale versamento dell'imposta si applica la sanzione amministrativa di cui all'articolo 13 del decreto legislativo 18 dicembre 1997, n. 471, e successive modificazioni. Per tutto quanto non previsto dalle presenti disposizioni si applica l'articolo 1, commi da 158 a 170 della legge 27 dicembre 2006, n.296. L'imposta non è dovuta dai soggetti residenti nel territorio della città metropolitana, dai lavoratori e dagli studenti pendolari. Le città metropolitane possono prevedere nel regolamento modalità applicative del tributo, nonché eventuali esenzioni e riduzioni per particolari fattispecie o per determinati periodi di tempo.

2. La riscossione dell'incremento dell'addizionale comunale di cui al comma 1, lettera *a)* avviene a cura dei gestori di servizi aeroportuali, con le modalità in uso per la riscossione dei diritti di imbarco il versamento da parte delle compagnie aeree avviene entro tre mesi dalla fine del mese in cui sorge l'obbligo.

3. Nell'anno di istituzione, le imposte di cui al comma 1 si applicano a decorrere dal primo giorno del secondo mese successivo all'emanazione del relativo regolamento metropolitano, salva l'eventuale indicazione di data successiva nel regolamento medesimo. Le variazioni delle tariffe disposte dalla città metropolitana entro i termini di legge, ma successivamente al primo gennaio dell'anno di riferimento delle variazioni medesime, decorrono dal mese successivo alla data di esecutività della deliberazione di variazione.

4. Le disposizioni di cui ai precedenti commi si applicano anche alle città metropolitane delle Regioni a Statuto Speciale, istituite o da istituire con apposita legge regionale».

2.9810/132

CERONI

All'emendamento 2.9810, inserire il seguente comma:

«156-quinquies decies. Al fine di incentivare e agevolare i processi di gestione associata di cui all'articolo 14, comma 28, del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito nella legge 30 luglio 2010, n.122 e s.m.i, i termici di cui al. comma 31-quater del medesimo decreto-legge, sono sospesi ed eventualmente rideterminati, con decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri, nell'ambito della revisione della normativa sulle gestioni associate delle funzioni comunali, dell'attuazione delle riforme

previste per le Città metropolitane e le Province dalla legge 7 aprile 2014, n. 56 e del nuovo sistema inerente l'armonizzazione dei bilanci degli enti locali».

2.9810

IL GOVERNO

Dopo il comma 156, sono aggiunti i seguenti:

«156-*bis*.La dotazione organica delle città metropolitane e delle province delle regioni a statuto ordinario è stabilita, a decorrere dalla data di entrata in vigore della presente legge, in misura pari alla spesa del personale di ruolo alla data i entrata in vigore della legge 7 aprile 2014, n. 56 ridotta rispettivamente, tenuto conto delle funzioni attribuite ai predetti enti dalla medesima legge 7 aprile 2014, n. 56, in misura pari al 30 e al 50 per cento. Entro 30 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, i predetti enti potranno deliberare una riduzione superiore. Restano fermi i divieti di cui al comma 156. Per le unità soprannumerarie si applica la disciplina dei commi da 156-*ter* a 156-*novies*.

156-*ter*. Tenuto conto del riordino delle funzioni di cui alla legge 7 aprile 2014, n. 56, secondo modalità e criteri definiti nell'ambito delle procedure e degli osservatori di cui all'accordo dell'articolo 1, comma 91, della legge 7 aprile 2014, n. 56, è individuato, entro 90 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, il personale che rimane assegnato agli enti di cui al comma 156-*bis* e quello da destinare alle procedure di mobilità, nel rispetto delle forme di partecipazione sindacale previste dalla normativa vigente.

156-*quater*. Nel contesto delle procedure e degli osservatori di cui all'accordo previsto dall'articolo 1, comma 91, della legge 7 aprile 2014, n. 56 sono determinati, con il supporto delle società *in house* delle amministrazioni centrali competenti, piani di riassetto organizzativo, economico, finanziario e patrimoniale degli enti di cui al comma 156-*bis*. In tale contesto sono, altresì, definite le procedure di mobilità del personale interessato, i cui criteri sono fissati con il decreto del comma 2 dell'articolo 30 del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165, da adottare entro 60 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge. Per accelerare i tempi di attuazione e la ricollocazione ottimale del personale, in relazione al riordino delle funzioni previsto dalla legge n. 56 del 2014 e delle esigenze funzionali delle amministrazioni di destinazione, si fa ricorso a strumenti informatici. Il personale destinatario delle procedure di mobilità è prioritariamente ricollocato secondo le previsioni di cui al comma 156-*quinquies* e in via subordinata con le modalità di cui al 156-*sexties*. Si applica l'articolo 1, comma 96, lettera *a)*, della legge 7 aprile 2014, n. 56. A tal fine è autorizzata la spesa di 2 milioni per l'anno 2015 e di 3 milioni per l'anno 2016.

156-*quinquies*. Le regioni e gli enti locali, per gli anni 2015 e 2016, destinano le risorse per le assunzioni a tempo indeterminato, nelle percentuali stabilite dalla normativa vigente, all'immissione nei ruoli dei vincitori di concorso pubblico collocati nelle proprie graduatorie vigenti o approvate alla data di entrata in vigore della presente legge e alla ricollocazione nei propri ruoli delle unità soprannumerarie destinatarie dei processi di mobilità. Esclusivamente per le finalità di ricollocazione del personale in mobilità le regioni e gli enti locali destinano, altresì, la restante percentuale della spesa relativa al personale di ruolo cessato negli anni 2014 e 2015, salva la completa ricollocazione del personale soprannumerario. Fermi restando i vincoli del patto di stabilità interno e la sostenibilità finanziaria e di bilancio dell'ente, le spese di personale ricollocato secondo il presente comma non si calcolano, al fine del rispetto del tetto di spesa del comma 557 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2006, n. 296. Il numero delle unità di personale ricollocato o ricollocabile è comunicato al Ministro per gli affari regionali, al Ministro per la semplificazione e la pubblica amministrazione e al Ministro dell'economia e delle finanze nell'ambito delle procedure di cui all'accordo dell'articolo 1, comma 91, della legge 7 aprile 2014, n. 56. Le assunzioni effettuate in violazione del presente comma sono nulle.

156-*sexies*. La Presidenza del Consiglio dei Ministri ? Dipartimento della funzione pubblica avvia, presso le amministrazioni dello Stato, anche ad ordinamento autonomo, le agenzie, le Università e gli enti pubblici non economici, ivi compresi quelli di cui all'articolo 70, comma 4, del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165, con esclusione del personale non amministrativo dei comparti

sicurezza, difesa e Corpo nazionale dei vigili del fuoco, del comparto scuola, Afam ed enti di ricerca, una ricognizione dei posti da destinare alla ricollocazione del personale di cui al comma 156-*ter* interessato ai processi di mobilità. Le amministrazioni di cui al presente comma comunicano un numero di posti, soprattutto riferiti alle sedi periferiche, corrispondente, sul piano finanziario, alla disponibilità delle risorse destinate, per gli anni 2015 e 2016, alle assunzioni di personale a tempo indeterminato secondo la normativa vigente, al netto di quelle finalizzate all'assunzione dei vincitori di concorsi pubblici collocati nelle graduatorie vigenti o approvate alla data di entrata in vigore della presente legge. Il medesimo Dipartimento pubblica l'elenco dei posti comunicati sul proprio sito istituzionale. Le procedure di mobilità di cui al presente comma si svolgono secondo le modalità e le priorità di cui al comma 156-*quater*, procedendo in via prioritaria alla ricollocazione presso gli uffici giudiziari e facendo in tal caso ricorso al fondo di cui all'articolo 30 del decreto legislativo n. 165 del 2001, istituito dal decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 agosto 2014, n. 114 prescindendo dall'acquisizione al medesimo fondo del cinquanta per cento del trattamento economico spettante al personale trasferito facente capo all'amministrazione cedente. Nelle more del completamento del procedimento di cui al presente comma alle amministrazioni è fatto divieto di effettuare assunzioni a tempo indeterminato. Le assunzioni effettuate in violazione sono nulle.

156-*septies*. In relazione alle previsioni di cui ai commi da 156-*bis* a 156-*sexies* il termine del 31 dicembre 2016, previsto dall'articolo 4, commi 6, 8 e 9, del decreto-legge 31 agosto 2013, n. 101, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 ottobre 2013, n. 125, per le finalità volte al superamento del precariato, è prorogato al 31 dicembre 2018, con possibilità di utilizzo, nei limiti previsti dal predetto articolo 4, per gli anni 2017 e 2018, delle risorse per le assunzioni e delle graduatorie che derivano dalle procedure speciali.

157-*octies*. Nelle more della conclusione delle procedure di mobilità di cui ai commi da 156-*bis* a 156-*novies*, il relativo personale rimane in servizio presso le città metropolitane e le province con possibilità di avvalimento da parte delle regioni e degli enti locali attraverso apposite convenzioni che tengano conto del riordino delle funzioni e con oneri a carico dell'ente utilizzatore. Allo scopo di consentire il regolare funzionamento dei servizi per l'impiego anche le regioni possono avvalersi della previsione di cui al comma 156-*decies* ricorrendo, altresì, ove necessario all'imputazione ai programmi operativi regionali cofinanziati dall'Unione europea con i fondi strutturali con relativa rendicontazione di spesa. A conclusione del processo di ricollocazione di cui ai commi da 156-*bis* a 156-*sexies*, le regioni e i comuni, in caso di delega o di altre forme, anche convenzionali, di affidamento di funzioni agli enti di cui al comma 1 o ad altri enti locali, dispongono contestualmente l'assegnazione del relativo personale con oneri a carico dell'ente delegante o affidatante, previa convenzione con gli enti destinatari.

156-*novies*. Nel caso in cui il personale interessato ai processi di mobilità di cui ai commi da 156-*bis* a 156-*sexies* non sia completamente ricollocato, presso ogni ente di area vasta si procede, previo esame congiunto con le organizzazioni sindacali che deve comunque concludersi entro trenta giorni dalla relativa comunicazione, a definire criteri e tempi di utilizzo di forme contrattuali a tempo parziale del personale non dirigenziale con maggiore anzianità contributiva. In caso di mancato completo assorbimento dei soprannumeri restano ferme le disposizioni dell'articolo 33, commi 7 e 8, del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165.

156-*decies*. Allo scopo di consentire il regolare funzionamento dei servizi per l'impiego, nonché la conduzione del Piano per l'attuazione della raccomandazione del Consiglio dell'Unione europea del 22 aprile 2013 sull'istituzione di una "Garanzia per i giovani", le città metropolitane e le province che, a seguito o in attesa del riordino delle funzioni di cui all'articolo 1, commi 85 e seguenti, della legge 7 aprile 2014, n. 56, continuino ad esercitare le funzioni ed i compiti in materia di servizi per l'impiego e politiche attive del lavoro, fermo restando il rispetto della vigente normativa in materia di contenimento della spesa complessiva di personale, hanno facoltà di finanziare i rapporti di lavoro a tempo indeterminato nonché di prorogare i contratti di lavoro a tempo determinato e i contratti di

collaborazione coordinata e continuativa strettamente indispensabili per la realizzazione di attività di gestione dei fondi strutturali e di interventi da essi finanziati, a valere su piani e programmi nell'ambito dei fondi strutturali. Allo scopo di consentire il temporaneo finanziamento dei rapporti di lavoro di cui al primo periodo del presente comma, in attesa della successiva imputazione ai programmi operativi regionali, il Ministero del Lavoro e delle Politiche Sociali è autorizzato, nei limiti di 60 milioni di euro a valere sul Fondo di rotazione per la formazione professionale e l'accesso al fondo sociale europeo di cui all'articolo 25 della legge 21 dicembre 1978, n. 845, a concedere anticipazioni delle quote comunitarie e di cofinanziamento nazionale dei programmi a titolarità delle Regioni cofinanziati dall'Unione europea con i fondi strutturali. Per la parte nazionale, le anticipazioni sono reintegrate al Fondo a valere sulle quote di cofinanziamento nazionale riconosciute per lo stesso programma a seguito delle relative rendicontazioni di spesa».

Conseguentemente all'articolo 3, dopo il comma 66, inserire il seguente:

«66-*bis*. L'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307, è ridotta di 2 milioni di euro per l'anno 2015 e 3 milioni di euro per l'anno 2016».

2.9811/1

SACCONI, BIANCONI, CHIAVAROLI, MANCUSO, GUALDANI

All'emendamento 2.9811, al comma 156 sono apportate le seguenti modifiche:

«*a)* al comma 156-*bis*, il primo periodo è sostituito dal seguente: "Al fine della predisposizione del Piano nazionale per la riqualificazione culturale delle aree urbane degradate (di seguito »Piano«), entro il 30 settembre 2015 i Comuni elaborano, nel rispetto della legislazione urbanistica vigente, progetti di riqualificazione culturale costituiti da un insieme coordinato di interventi diretti alla riduzione dei fenomeni di marginalizzazione e degrado sociale, nonché al miglioramento della qualità e del decoro urbano e del tessuto sociale ed ambientale.";

b) al comma 156-ter:

1) al primo periodo, dopo le parole: "per la riqualificazione" aggiungere la seguente: "culturale" e le parole: "e rigenerazione" sono soppresse;

2) alla lettera *d)*, punto 1) le parole: "di fenomeni di tensione abitativa" sono sostituite dalle seguenti: "dei fenomeni";

3) alla lettera *d)*, punto 2), le parole: "con priorità al riuso e alla rigenerazione edilizia del suolo edificato in funzione dell'ampliamento dei servizi alla persona, sono soppresse;

4) alla lettera *d)*, punto 3), la parola: "cantierabilità" è sostituita dalla seguente: "esecutività";

c) al comma 156-*quater*:

1) al primo periodo, dopo le parole: "Presidenza del Consiglio dei Ministri" inserire le seguenti: ", il Ministero dei beni culturali e del turismo";

2) al secondo periodo, le parole: "Fondo di cui al comma 5" sono sostituite dalle seguenti: "Fondo di cui al comma 156-*sexies*";

3) al terzo periodo, dopo le parole: "Presidenza del Consiglio dei Ministri" aggiungere le seguenti: ", al Ministero beni e delle attività culturali e del turismo";

4) all'ultimo periodo le parole: "su proposta del Ministro delle infrastrutture e dei trasporti, di concerto con i Ministri dell'economia e delle finanze e dei beni culturali e del turismo" sono sostituite dalle seguenti: "su proposta del Ministro dei beni e delle attività culturali e del turismo, di concerto con i Ministri dell'economia e delle finanze e delle infrastrutture e dei trasporti";

d) al comma 156-*quinquies*:

1) al primo periodo, le parole: "da un rappresentante del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti" sono sostituite dalle seguenti: "da un rappresentante del Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo e delle infrastrutture e dei trasporti";

2) al secondo periodo, le parole: "il Collegio può proporre alla Presidenza del Consiglio dei ministri e al Ministero delle infrastrutture e dei trasporti" sono sostituite dalle seguenti: "il Collegio può proporre alla Presidenza del Consiglio dei ministri e al Ministero dei beni e delle attività culturali

e del turismo e delle infrastrutture e dei trasporti";

3) all'ultimo periodo le parole: "Ministero delle infrastrutture e dei trasporti" sono sostituite dalle seguenti: "Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo";

e) al comma 156-*sexies*, il terzo periodo è soppresso;

f) il comma 156-*septies* è soppresso».

2.9811/2

COMAROLI, TOSATO, CROSIO, ARRIGONI

All'emendamento 2.9811, comma 156-bis, dopo le parole: «delle aree urbane degradate» inserire le seguenti: «e aree industriali dismesse».

Conseguentemente, al comma 156-ter, *lettera* a) *dopo le parole:* «delle aree urbane degradate» *inserire le seguenti:* «e aree industriali dismesse».

2.9811/3

SACCONI, BIANCONI, CHIAVAROLI, MANCUSO, GUALDANI

All'emendamento 2.9811, apportare le seguenti modifiche:

«*a)* al comma 156-*bis*, al secondo periodo, le parole: "alla Presidenza del Consiglio dei Ministri" sono sostituite dalle seguenti: "al Ministero delle infrastrutture e dei trasporti";

b) al comma 156-*ter*, la lettera *a)* è soppressa;

c) al comma 156-*quater*, primo periodo, le parole: "Nucleo, la Presidenza del Consiglio dei Ministri e il Ministero delle infrastrutture e dei trasporti selezionano i progetti da inserire nel Piano e stipulano" sono sostituite dalle seguenti: "Dipartimento per le infrastrutture, i sistemi informativi e statistici del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti, il Ministro delle infrastrutture e dei trasporti seleziona i progetti da inserire nel Piano e stipula";

d) al comma 156-*quinquies* il secondo e terzo periodo sono soppressi;

e) al comma 156-*sexies*, primo periodo, le parole: "alla Presidenza del Consiglio dei Ministri" con le seguenti: "al Ministero delle infrastrutture e dei trasporti"».

2.9811/4

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Apportare le seguenti modificazioni:

1) al comma 156-*bis*, sostituire le parole: «e il Ministro dei beni e delle attività culturali e del turismo», con le seguenti: «,il Ministro dei beni e delle attività culturali e del turismo e il Ministro dell'ambiente della tutela del territorio e del mare»;

2) al comma 156-*ter*, sostituire le parole: «e del Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo», con le seguenti: «,del Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo e Ministero dell'ambiente della tutela del territorio e del mare»;

3) al comma 156-*quater*, sostituire le parole: «e dei beni e delle attività culturali e del turismo» con le seguenti: «,dei beni e delle attività culturali e del turismo, e dell'ambiente della tutela del territorio e del mare».

2.9811/5

COMAROLI, TOSATO, CROSIO, ARRIGONI

All'emendamento 2.9811, al comma 156-bis, ultimo periodo, dopo le parole: «d'intesa con la Conferenza Unificata» inserire le seguenti: «e previo parere delle competenti Commissioni parlamentari».

2.9811/6

TOMASELLI

All'emendamento 2.9811, al comma 156-bis aggiungere infine il seguente periodo: «Dopo il comma 2 dell'articolo 26 del decreto-legge 12 settembre 2013, n. 133, convertito, con modificazioni dalla legge 11 novembre 2014, n. 164, sono inseriti i seguenti:

"2-*bis*. Possono presentare le proposte di cui al presente articolo le società di gestione del risparmio di cui al decreto legislativo 24 febbraio 1998 n. 58 che gestiscono fondi comuni di investimento immobiliare ovvero i soggetti imprenditoriali stabiliti nell'Unione Europea che abbiano

forma unitaria e che possano documentare di aver condotto a termine nei sette anni precedenti alla data di entrata in vigore del presente decreto almeno una operazione di valorizzazione o di sviluppo immobiliare di importo almeno pari a quello di cui allo studio di fattibilità richiesto al successivo comma.

2-*ter*. Le proposte di cui al precedente comma 2-*bis* devono contenere uno studio di fattibilità, predisposto secondo l'articolo 14 del decreto del Presidente della Repubblica 5 ottobre n. 207 del 2010, dell'utilizzo dell'area o del bene prescelto che indichi il periodo di concessione o di diritto di superficie richiesto, e tutti gli interventi di cui il soggetto realizzatore propone di farsi carico. Lo studio di fattibilità deve inoltre indicare: le risorse economiche che si ritiene di poter investire, le volumetrie e le superfici e le rispettive destinazioni d'uso previste, un planivolumetrico di larga massima, le opere di urbanizzazione necessarie, le superfici destinate al soddisfacimento degli *standard* urbanistici di cui al decreto del Ministro dei lavori pubblici 2 aprile 1968 n. 1444, nonché l'indicazione delle superfici edificate e delle corrispondenti volumetrie destinate a edilizia residenziale pubblica che si propone di cedere gratuitamente in proprietà all'ente locale competente come controvalore per i diritti concessori per gli usi dell'edilizia sovvenzionata. Lo studio reca anche eventuali indicazioni tecniche considerate rilevanti. Le proposte possono indicare due diverse articolazioni della composizione degli investimenti considerati in relazione alla diversa durata del vincolo a carico pubblico e delle superfici e volumetrie trasformate in edilizia residenziale pubblica da cedersi all'ente locale. Una terza proposta può riguardare lo sviluppo potenziale del progetto qualora alla sua realizzazione concorra Cassa Depositi e Prestiti S.p.A. ovvero CDP Investimenti SGR S.p.A."».

2.9811/7

TOMASELLI

All'emendamento 2.9811 comma 156-bis aggiungere infine il seguente periodo:

«Al fine di favorire il finanziamento dei contratti di partenariato pubblico-privato di cui all'articolo 3, comma 15-*ter*, del decreto legislativo 12 aprile 2006, n. 163, ovvero delle concessioni amministrative di beni pubblici, per i quali non sono previsti contributi pubblici a fondo perduto ed è accertata la non sostenibilità attuale del piano economico-finanziario con apposita relazione asseverata da un istituto di credito o da primaria società di revisione, su richiesta dei titolari dei contratti o delle concessioni, i Comuni autorizzano le variazioni delle destinazioni d'uso in atto necessarie per assicurare l'equilibrio economico-finanziario di tali iniziative, fino ad un massimo del 70 per cento per ogni singola funzione. Le variazioni di cui al comma 1 non comportano varianti al vigente strumento urbanistico generale e, con le conseguenti modifiche ai contratti o alle concessioni, sono approvate dalla giunta comunale».

2.9811/8

TOMASELLI

All'emendamento 2.9811 comma 156-bis aggiungere infine il seguente periodo: «Gli interventi residenziali in favore del personale del comparto sicurezza, dei vigili del fuoco, delle forze armate, sono localizzati nell'ambito dei piani previsti dalla legge 18 aprile 1962, n. 167, ovvero nell'ambito di piani e programmi attuativi comunque denominati, anche già approvati, su aree pubbliche o private destinate dal vigente strumento urbanistico generale all'insediamento di opere di interesse generale, classificate come zone territoriali omogenee »F« ai sensi dell'articolo 2 del D.M. 2 aprile 1968, n. 1444».

2.9811/9

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, D'AMBROSIO LETTIERI

All'emendamento 2.9811, dopo il comma 156-bis aggiungere il seguente:

«156-*bis*.1. Dopo il comma 2 dell'articolo 26 del decreto-legge 12 settembre 2013, n. 133, convertito, con modificazioni dalla legge 11 novembre 2014, n. 164, sono inseriti i seguenti:

"2-*bis*. Possono presentare le proposte di cui al presente articolo le società di gestione del risparmio di cui al decreto legislativo del 24 febbraio 1998, n. 58 che gestiscono fondi comuni di investimento immobiliare ovvero i soggetti imprenditoriali stabiliti nell'Unione Europea che abbiano

forma unitaria e che possano documentare di aver condotto a termine nei sette anni precedenti alla data di entrata in vigore del presente decreto almeno una operazione di valorizzazione o di sviluppo immobiliare di importo almeno pari a quello di cui allo studio di fattibilità richiesto al successivo comma.

2-*ter*. Le proposte di cui al precedente comma 2-*bis* devono contenere uno studio di fattibilità, predisposto secondo l'articolo 14 del decreto del Presidente della Repubblica del 5 ottobre n. 207, del 2010, dell'utilizzo dell'area o del bene prescelto che indichi il periodo di concessione o di diritto di superficie richiesto, e tutti gli interventi di cui il soggetto realizzatore propone di farsi carico. Lo studio di fattibilità deve inoltre indicare: le risorse economiche che si ritiene di poter investire, le volumetrie e le superfici e le rispettive destinazioni d'uso previste, un planivolumetrico di larga massima, le opere di urbanizzazione necessarie, le superfici destinate al soddisfacimento degli *standard* urbanistici di cui al decreto del Ministro dei lavori pubblici 2 aprile 1968 n. 1444, nonché l'indicazione delle superfici edificate e delle corrispondenti volumetrie destinate a edilizia residenziale pubblica che si propone di cedere gratuitamente in proprietà all'ente locale competente come controvalore per i diritti concessori per gli usi dell'edilizia sovvenzionata. Lo studio reca anche eventuali indicazioni tecniche considerate rilevanti. Le proposte possono indicare due diverse articolazioni della composizione degli investimenti considerati in relazione alla diversa durata del vincolo a carico pubblico e delle superfici e volumetrie trasformate in edilizia residenziale pubblica da cedersi all'ente locale. Una terza proposta può riguardare lo sviluppo potenziale del progetto qualora alla sua realizzazione concorra Cassa Depositi e Prestiti S.p.A. ovvero CDP Investimenti SGR S.p.A."».

2.9811/10

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, D'AMBROSIO LETTIERI

All'emendamento 2.9811, dopo il comma 156-bis aggiungere il seguente:

«156-*bis*.l. Al fine di favorire il finanziamento dei contratti di partenariato pubblico privato di cui all'articolo 3, comma 15-*ter*, del decreto legislativo 12 aprile 2006, n. 163, ovvero delle concessioni amministrative di beni pubblici, per i quali non sono previsti contributi pubblici a fondo perduto ed è accertata la non sostenibilità attuale del piano economico- finanziario con apposita relazione asseverata da un istituto di credito o da primaria società di revisione, su richiesta dei titolari dei contratti o delle concessioni, i Comuni autorizzano le variazioni delle destinazioni d'uso in atto necessarie per assicurare l'equilibrio economico-finanziario di tali iniziative, fino ad un massimo del 70 per cento per ogni singola funzione. Le variazioni di cui al periodo precedente non comportano varianti al vigente strumento urbanistico generale e, con le conseguenti modifiche ai contratti o alle concessioni, sono approvate dalla giunta comunale».

2.9811/11

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, D'AMBROSIO LETTIERI

All'emendamento 2.9811, dopo il comma 156-bis aggiungere il seguente:

«156-*bis*. 1. Gli interventi residenziali in favore del personale del comparto sicurezza, dei vigili del fuoco, delle forze armate, sono localizzati nell'ambito dei piani previsti dalla legge 18 aprile 1962, n. 167, ovvero nell'ambito di piani e programmi attuativi comunque denominati, anche già approvati, su aree pubbliche o private destinate dal vigente strumento urbanistico generale all'insediamento di opere di interesse generale, classificate come zone territoriali omogenee "F" ai sensi dell'articolo 2 del D.M. 2 aprile 1968, n. 1444».

2.9811/12

COMAROLI, TOSATO, CROSIO, ARRIGONI

All'emendamento 2.9811, al comma 156-ter, lettera d), numero 2), sostituire le parole: «con priorità al riuso» con le seguenti: «con esclusivo riferimento al riuso».

2.9711/13

COMAROLI, TOSATO, CROSIO, ARRIGONI

All'emendamento 2.9811, al comma 156-quater, primo periodo, dopo le parole: «e dei trasporti selezionano» inserire le seguenti: «e pubblicano sui rispettivi siti internet».

2.9811/14

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, D'AMBROSIO LETTIERI

All'emendamento 2.9811, al capoverso «156-quater», dopo le parole: «da inserire nel Piano» aggiungere le seguenti: «, ne trasmettono la proposta alle competenti commissioni parlamentari per l'espressione del parere».

2.9811/15

IL RELATORE

All'emendamento 2.9811 del Governo apportare le seguenti modificazioni:

«*a)* al comma "156-*sexies*", sopprimere il terzo periodo;

b) sopprimere il comma "156-*septies*"».

2.9811/16

IL RELATORE

All'emendamento 2.9811, dopo il comma «156-septies», aggiungere i seguenti;

«156-*octies*. Al comma 7 dell'articolo 56 bis del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69, convertito con legge 9 agosto 2013, n. 98, alla fine del primo periodo dopo le parole: "di cui al comma 1" inserire le seguenti parole: "calcolate fino alla scadenza originaria dei rapporti contrattuali in corso. Nel caso di assenza del titolo concessorio, le risorse a qualsiasi titolo spettanti agli enti territoriali verranno ridotte per i sei anni successivi alla data di trasferimento in proprietà".

156-*novies*. Al Decreto legislativo 4 luglio 2014, n. 102, sono apportare le seguenti modifiche:

a) all'articolo 4, comma 4:

1) Al primo periodo, dopo le parole: "che la presiede", sono aggiunte le parole «dall'Agenzia del Demanio».

2) Al terzo periodo, le parole: «e del Ministro dell'Ambiente» *sono sostituite con le seguenti:* «di concerto con il Ministro dell'Economia e delle Finanze è il Ministro dell'Ambiente».

b) All'articolo 5:

1) al comma 1, dopo il primo periodo, è aggiunto il seguente: "A tal fine è predisposto, entro il 30 novembre di ogni anno, a decorrere dal 2014, un programma di interventi, sentito. il Ministero delle infrastrutture e dei trasporti";

2) al comma 2, primo periodo, le parole da "sentito il Ministero delle Infrastrutture" fino a "indicata al comma 1, e" sono soppresse e al terzo periodo, le parole "le stesse Amministrazioni" sono sostituite dalle parole "La cabina di regia" e la parola "assicurano" è sostituita dalla parola "assicura";

3) al comma 3, primo periodo, le parole: "al Ministero dello Sviluppo Economico" sono sostituite da "alla Cabina di regia";

4) al comma 5, dopo le parole: "del presente decreto" sono aggiunte le seguenti: "anche al fine di favorirne l'integrazione e la gestione dello stesso, da parte dell'Agenzia del Demanio, con le modalità e gli strumenti previsti dall'articolo 12 commi 4 e 5 del Decreto Legge n. 98/2011 convertito con modificazioni dalla Legge 15 luglio 2011, n. 111".

156-decies. Al decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, nella Legge 15 luglio 2011, n. 111, dopo l'articolo 12 è inserito il seguente:

«Art. 12-bis.

1. L'esecuzione degli interventi inseriti nei Piani degli investimenti elaborati dal!'Agenzia del Demanio, finanziati con fondi propri o con le risorse stanziate nei capitoli di spesa 7754 e 7755 iscritti nello stato di previsione del Ministero dell'Economia e delle Finanze, è curata, previa sottoscrizione di apposite convenzioni quadro, dalle strutture del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti senza nuovi o maggiori oneri avvalendosi, ove possibile, degli operatori di cui all'articolo 12, comma 5. Resta ferma la possibilità per l'Agenzia del demanio di gestire con la propria organizzazione gli interventi ritenuti strategici per un più pronto perseguimento delle attività istituzionali.

3.Con le convenzioni quadro di cui al comma precedente sono disciplinati i rapporti tra l'Agenzia del Demanio e i Provveditorati per le Opere Pubbliche nonché le relative modalità operative, ai fini di assicurare, la tempestiva esecuzione degli interventi ed il completo e costante monitoraggio dei lavori

affidati».

All'articolo 2, dopo il comma 156, sono aggiunti i seguenti:

156-*bis*. Al fine della predisposizione del piano nazionale per la riqualificazione e rigenerazione delle aree urbane degradate (di seguito «Piano»), entro il 30 settembre 2015 i Comuni elaborano, nel rispetto della legislazione urbanistica vigente, progetti di riqualificazione e rigenerazione urbana costituiti da un insieme coordinato di interventi diretti alla riduzione di fenomeni di tensione abitativa, di marginalizzazione e degrado sociale, nonché al miglioramento della qualità e del decoro urbano e del tessuto sociale ed ambientale. Entro la medesima data del 30 settembre 2015, i Comuni interessati trasmettono i progetti di cui al precedente periodo alla Presidenza del Consiglio dei ministri, secondo le modalità e la procedura stabilite con apposito bando, approvato con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri, su proposta del Ministro delle infrastrutture e dei trasporti, di concerto con Ministro dell'economia e delle finanze e il Ministro dei beni e delle attività culturali e del turismo, d'intesa con la Conferenza unificata, da adottare entro tre mesi dall'entrata in vigore della presente legge.

156-*ter*. Con il decreto di cui al comma 1 sono definite, in particolare:

a) la costituzione e il funzionamento, presso la Presidenza del Consiglio dei ministri, senza nuovi o maggiori oneri per la finanza pubblica, di un Nucleo tecnico per la riqualificazione e rigenerazione delle aree urbane degradate (di seguito «Nucleo»), composto da due rappresentanti della Presidenza del Consiglio dei ministri, di cui uno con funzioni di presidente, del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti, del Ministero dell'economia e delle finanze e del Ministero dei. beni e delle attività culturali e del turismo, e da un rappresentante del Ministero dello sviluppo economico, del Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca, del Ministero dell'interno, nonché da un rappresentante della Conferenza delle Regioni e delle province autonome, dei Dipartimenti della Presidenza del Consiglio dei Ministri per gli affari regionali, le autonomie e lo sport e per la programmazione e il coordinamento della politica economica, dell'Agenzia del demanio, della Cassa depositi e prestiti e dell'Associazione nazionale comuni italiani. Ai componenti del Nucleo non è corrisposto alcun emolumento, indennità o rimborso di spese;

b) la documentazione che i Comuni interessati debbono allegare ai progetti, comprendente:

1) una dettagliata relazione degli interventi corredata da tavole illustrative ed elaborati tecnico-economici;

2) una documentazione comprovante lo stato della progettazione e il cronoprogramma attuativo della stessa fino al completamento dell'iter approvativo del progetto definitivo;

3) schede relative ad interventi pubblici provviste della documentazione comprovante la presenza di risorse economiche disponibili di cofinanziamento, del quadro tecnico economico attuativo delle opere, del piano finanziario e del cronoprogramma degli interventi, delle modalità di affidamento dei lavori e degli eventuali atti d'impegno con enti o soggetti terzi partecipanti all'attuazione, dell'inizio e fine dei lavori;

4) schede relative ad interventi privati provviste della documentazione comprovante la formale partecipazione al programma con risorse economiche proprie, del piano finanziario e cronoprogramma degli interventi previsti per l'esecuzione degli interventi, del quadro tecnico economico attuativo delle opere, delle modalità di affidamento delle stesse, dell'inizio e fine dei lavori;

c) la procedura e il termine per la presentazione dei progetti, comunque non successivo al 30 settembre 2015;

d) i criteri di valutazione dei progetti da parte del Nucleo, ivi inclusi:

1) la riduzione di fenomeni di tensione abitativa, di marginalizzazione e degrado sociale;

2) il miglioramento della qualità e del decoro urbano e del tessuto sociale ed ambientale, con priorità al riuso e alla rigenerazione edilizia del suolo edificato in funzione dell'ampliamento dei servizi alla persona, con particolare riferimento allo sviluppo dei servizi socio-educativi per la prima infanzia, e alla promozione delle attività culturali, didattiche e sportive;

3) la tempestiva cantierabilità degli interventi;

4) la capacità di coinvolgimento di soggetti e finanziamenti pubblici e privati e di attivazione di un effetto moltiplicatore del finanziamento pubblico nei confronti degli investimenti privati.

156-*quater*. Sulla base dell'istruttoria svolta e delle proposte formulate dal Nucleo, la Presidenza del Consiglio dei ministri e il Ministero delle infrastrutture e dei trasporti selezionano i progetti da inserire nel Piano e stipulano convenzioni o accordi di programma con i Comuni promotori dei progetti medesimi. Tali convenzioni o accordi di programma definiscono i soggetti partecipanti alla realizzazione dei progetti, le risorse finanziarie, ivi incluse quelle a valere sul Fondo di cui al comma 5, e i tempi di attuazione dei progetti medesimi, nonché i criteri per la revoca dei finanziamenti in caso di inerzia realizzativa. Le Amministrazioni che sottoscrivono le convenzioni o gli accordi di programma si impegnano a fornire alla Presidenza del Consiglio dei ministri e al Ministero delle infrastrutture e dei trasporti i dati e le informazioni necessarie all'espletamento della attività di monitoraggio degli interventi. L'insieme delle convenzioni e degli accordi stipulati costituisce il Piano, approvato con decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri, su proposta del Ministro delle infrastrutture e dei trasporti, di concerto con i Ministri dell'economia e delle finanze e dei beni e delle attività culturali e del turismo, d'intesa con la Conferenza unificata, entro il 31 dicembre 2015.

156-*quinquies*. L'attività di controllo sulla regolare esecuzione dei progetti finanziati, ai sensi dell'articolo 34, comma 7, del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, è esercitata da un Collegio di vigilanza costituito dal Sindaco o suo delegato, da un rappresentante della Regione e da un rappresentante del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti, esso collabora con gli organismi collegiali incaricati del monitoraggio e collaudo delle opere; per tali attività non sono previsti incentivi e costi aggiuntivi e ai componenti del collegio non è corrisposto alcun emolumento o indennità. Il Collegio di vigilanza accerta le eventuali inadempienze, provvedendo all'emissione di sanzioni, previste dalla normativa vigente, per inadempimento a carico dei soggetti attuatori del Piano e a contestare l'eventuale inadempienza con formale diffida; in tal caso il Collegio provvede a intimare l'adempimento entro un congruo termine e a disporre, decorso infruttuosamente il predetto termine, gli interventi necessari anche di carattere sostitutivo nonché a dichiarare l'eventuale decadenza del progetto nel caso di mancato inizio dei lavori nei termini stabiliti; il Collegio può proporre alla Presidenza del Consiglio dei ministri e al Ministero delle infrastrutture e dei trasporti l'adozione del provvedimento di revoca del finanziamento concesso. Le Amministrazioni aggiudicatarie del finanziamento nominano le commissioni di collaudo nelle quali non possono partecipare i soggetti che partecipano all'attuazione dei progetti. Le funzioni di presidente sono svolte da uno dei rappresentanti del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti.

156-*sexies*. Per l'attuazione degli interventi di cui ai commi da 156-*bis* a 156-*quinquies*, a decorrere dall'esercizio finanziario 2015 e fino, al 31 dicembre 2017, è istituito, nello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze, un Fondo denominato "somme da trasferire alla Presidenza del Consiglio dei Ministri per la costituzione del Fondo per l'attuazione del Piano nazionale per la riqualificazione e rigenerazione delle aree urbane degradate". A tal fine è autorizzata la spesa di 50 milioni di euro per l'anno 2015 e 75 milioni di euro per ciascuno degli anni 2016 e 2017. Inoltre, nel suddetto fondo affluiscono le disponibilità esistenti alla data del 31 «dicembre 2014 del fondo di cui all'articolo 12, comma 5, del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 134. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio.

156-*septies*. L'articolo 12 del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 134, è abrogato».

Conseguentemente, all'articolo 3, dopo il comma 66, inserire il seguente: «66-*bis.*

L'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307, è ridotta di 50 milioni di euro per l'anno 2015 e 75 milioni di euro per ciascuno degli anni 2016 e 2017.

2.9811

IL GOVERNO

All'articolo 2, dopo il comma 156, sono aggiunti i seguenti:

«156-*bis*. Al fine della predisposizione del Piano nazionale per la riqualificazione e rigenerazione delle aree urbane degradate (di seguito "Piano"), entro il 30 settembre 2015 i Comuni elaborano, nel rispetto della legislazione urbanistica vigente, progetti di riqualificazione e rigenerazione urbana costituiti da un insieme coordinato di interventi diretti alla riduzione di fenomeni di tensione abitativa, di marginalizzazione e degrado sociale, nonché al miglioramento della qualità e del decoro urbano e del tessuto sociale ed ambientale. Entro la medesima data del 30 settembre 2015, i Comuni interessati trasmettono i progetti di cui al precedente periodo alla Presidenza del Consiglio dei ministri, secondo le modalità e la procedura stabilite con apposito bando, approvato con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri, su proposta del Ministro delle infrastrutture e dei trasporti, di concerto con Ministro dell'economia e delle finanze e il Ministro dei beni e delle attività culturali e del turismo, d'intesa con la Conferenza unificata, da adottare entro tre mesi dall'entrata in vigore della presente legge.

156-*ter*. Con il decreto di cui al comma 1 sono definite, in particolare:

a) la costituzione e il funzionamento, presso la Presidenza del Consiglio dei ministri, senza nuovi o maggiori oneri per la finanza pubblica, di un Nucleo tecnico per la riqualificazione e rigenerazione delle aree urbane degradate (di seguito "Nucleo"), composto da due rappresentanti della Presidenza del Consiglio dei ministri, di cui uno con funzioni di presidente, del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti, del Ministero dell'economia e delle finanze e del Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo, e da un rappresentante del Ministero dello sviluppo economico, del Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca, del Ministero dell'interno, nonché da un rappresentante della Conferenza delle Regioni e delle province autonome, dei Dipartimenti della Presidenza del Consiglio dei Ministri per gli affari regionali, le autonomie e lo sport e per la programmazione e il coordinamento della politica economica, dell'Agenzia del demanio, della Cassa depositi e prestiti e dell'Associazione nazionale comuni italiani. Ai componenti del Nucleo non è corrisposto alcun emolumento, indennità o rimborso di spese;

b) la documentazione che i Comuni interessati debbono allegare ai progetti, comprendente:

1) una dettagliata relazione degli interventi corredata da tavole illustrative ed elaborati tecnico-economici;

2) una documentazione comprovante lo stato della progettazione e il cronoprogramma attuativo della stessa fino al completamento dell'iter approvativo del progetto definitivo;

3) schede relative ad interventi pubblici provviste della documentazione comprovante la presenza di risorse economiche disponibili di cofinanziamento, del quadro tecnico economico attuativo delle opere, del piano finanziario e del cronoprogramma degli interventi, delle modalità di affidamento dei lavori e degli eventuali atti d'impegno con enti o soggetti terzi partecipanti all'attuazione, dell'inizio e fine dei lavori;

4) schede relative ad interventi privati provviste della documentazione comprovante la formale partecipazione al programma con risorse economiche proprie, del piano finanziario e cronoprogramma degli interventi previsti per l'esecuzione degli interventi, del quadro tecnico economico attuativo delle opere, delle modalità di affidamento delle stesse, dell'inizio e fine dei lavori;

c) la procedura e il termine per la presentazione dei progetti, comunque non successivo al 30 settembre 2015;

d) i criteri di valutazione dei progetti da parte del Nucleo, ivi inclusi:

1) la riduzione di fenomeni di tensione abitativa, di marginalizzazione e degrado sociale;

2) il miglioramento della qualità e del decoro urbano e del tessuto sociale ed ambientale, con priorità al riuso e alla rigenerazione edilizia del suolo edificato in funzione dell'ampliamento dei servizi alla persona, con particolare riferimento allo sviluppo dei servizi socio-educativi per la prima infanzia, e alla promozione delle attività culturali, didattiche e sportive;

3) la tempestiva cantierabilità degli interventi;

4) la capacità di coinvolgimento di soggetti e finanziamenti pubblici e privati e di attivazione

di un effetto moltiplicatore del finanziamento pubblico nei confronti degli investimenti privati.

156-*quater*. Sulla base dell'istruttoria svolta e delle proposte formulate dal Nucleo, la Presidenza del Consiglio dei ministri e il Ministero delle infrastrutture e dei trasporti selezionano i progetti da inserire nel Piano e stipulano convenzioni o accordi di programma con i Comuni promotori dei progetti medesimi. Tali convenzioni o accordi di programma definiscono i soggetti partecipanti alla realizzazione dei progetti, le risorse finanziarie, ivi incluse quelle a valere sul Fondo di cui al comma 5, e i tempi di attuazione dei progetti medesimi, nonché i criteri per la revoca dei finanziamenti in caso di inerzia realizzativa. Le Amministrazioni che sottoscrivono le convenzioni o gli accordi di programma si impegnano a fornire alla Presidenza del Consiglio dei ministri e al Ministero delle infrastrutture e dei trasporti i dati e le informazioni necessarie all'espletamento della attività di monitoraggio degli interventi. L'insieme delle convenzioni e degli accordi stipulati costituisce il Piano, approvato con decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri, su proposta del Ministro delle infrastrutture e dei trasporti, di concerto con i Ministri dell'economia e delle finanze e dei beni e delle attività culturali e del turismo, d'intesa con la Conferenza unificata, entro il 31 dicembre 2015.

156-*quinquies*. L'attività di controllo sulla regolare esecuzione dei progetti finanziati, ai sensi dell'articolo 34, comma 7, del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, è esercitata da un Collegio di vigilanza costituito dal Sindaco o suo delegato, da un rappresentante della Regione e da un rappresentante del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti, esso collabora con gli organismi collegiali incaricati del monitoraggio e collaudo delle opere; per tali attività non sono previsti incentivi e costi aggiuntivi e ai componenti del collegio non è corrisposto alcun emolumento o indennità. Il Collegio di vigilanza accerta le eventuali inadempienze, provvedendo all'emissione di sanzioni, previste dalla normativa vigente, per inadempimento a carico dei soggetti attuatori del Piano e a contestare l'eventuale inadempienza con formale diffida; in tal caso il Collegio provvede a intimare l'adempimento entro un congruo termine e a disporre, decorso infruttuosamente il predetto termine, gli interventi necessari anche di carattere sostitutivo nonché a dichiarare l'eventuale decadenza del progetto nel caso di mancato inizio dei lavori nei termini stabiliti; il Collegio può proporre alla Presidenza del Consiglio dei ministri e al Ministero delle infrastrutture e dei trasporti l'adozione del provvedimento di revoca del finanziamento concesso. Le Amministrazioni aggiudicatarie del finanziamento nominano le commissioni di collaudo nelle quali non possono partecipare i soggetti che partecipano all'attuazione dei progetti. Le funzioni di presidente sono svolte da uno dei rappresentanti del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti.

156-*sexies*. Per l'attuazione degli interventi di cui ai commi da 156-*bis* a 156-*quinquies*, a decorrere dall'esercizio finanziario 2015 e fino al 31 dicembre 2017, è istituito, nello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze, un Fondo denominato "somme da trasferire alla Presidenza del Consiglio dei Ministri per la costituzione del Fondo per l'attuazione del Piano nazionale per la riqualificazione e rigenerazione delle aree urbane degradate". A tal fine è autorizzata la spesa di 50 milioni di euro per l'anno 2015 e 75 milioni di euro per ciascuno degli anni 2016 e 2017. Inoltre, nel suddetto fondo affluiscono le disponibilità esistenti alla data del 31 dicembre 2014 del fondo di cui all'articolo 12, comma 5, del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 134. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio.

156-*septies*. L'articolo 12 del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 134, è abrogato».

Conseguentemente all'articolo 3, dopo il comma 66, inserire il seguente:

«66-*bis*. L'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307, è ridotta di 50 milioni di euro per l'anno 2015 e 75 milioni di euro per ciascuno degli anni 2016 e 2017».

2.9812/1

COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 2.9812, al capoverso 161-bis, sopprimere le parole da: «in considerazione», fino a:

«assegnate alla regione».

2.9812/2

COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 2.9812, al capoverso 161-ter, aggiungere, in fine, le seguenti parole: «Relativamente a tale contabilità speciale è redatta semestralmente una relazione a consuntivo, trasmessa entro 30 giorni alle competenti commissioni parlamentari».

2.9812/3

COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 2.9812, al capoverso 161-septies, dopo le parole: «al Governo», aggiungere le seguenti: «e alle competenti commissioni parlamentari», ed aggiungere, in fine, le seguenti parole: «è altresì trasmessa alle camere una relazione semestrale relativa all'effettivo pagamento dei debiti nei confronti dei fornitori».

2.9812/4

LEPRI, CUOMO, LO MORO, COLLINA, FAVERO, ZANONI, SOLLO, PADUA, STEFANO ESPOSITO, SAGGESE, MOSCARDELLI, DIRINDIN, BORIOLI, FORNARO, ANGIONI, MANASSERO, PEZZOPANE, SPILABOTTE, SUSTA, ELENA FERRARA, BUEMI, MAURO MARIA MARINO

All'emendamento 2.9812, dopo il comma 161-octies, aggiungere il seguente:

«161-*novies.* All'articolo5 del decreto-legge 30 settembre 2003, n. 269, convertito con modificazioni dalla legge 24 novembre 2003, n. 326, è aggiunto il comma 8-*quinquies*:

"8-*quinquies.* Fermo restando quanto previsto dai commi precedenti, la Cassa depositi e prestiti S.p.A. concede, su richiesta, di sospendere, per non più di due anni, la restituzione della quota capitale dei prestiti già riconosciuti alle regioni, tra cui la Regione Piemonte, che non presentino una situazione di equilibrio strutturale ai sensi dell'articolo 4 del decreto-legge 8 aprile 2013, n. 35, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 giugno 2013, n. 64. Resta dovuta la quota interessi alla scadenza prevista dal piano di ammortamento originario. Gli interessi sulla quota capitale sospesa sono calcolati senza spese e oneri aggiuntivi per lo Stato"».

2.9812

IL GOVERNO

Dopo il comma 161, sono aggiunti i seguenti:

«161-*bis*. In considerazione dell'eccezionale situazione di squilibrio finanziario della regione Piemonte, che non ha consentito di attingere a tutte le risorse dell'anticipazione di liquidità assegnate alla regione, al fine di evitare il ritardo dei pagamenti dei debiti pregressi, con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri, il Presidente della regione Piemonte è nominato Commissario straordinario del Governo per il tempestivo pagamento dei debiti pregressi della regione, senza maggiori oneri a carico della finanza pubblica.

161-*ter*. È autorizzata l'apertura di un'apposita contabilità speciale.

161-*quater*. La gestione commissariale della regione Piemonte di cui al comma 161-*bis* assume, con bilancio separato rispetto a quello della regione:

a) i debiti commerciali certi, liquidi ed esigibili al 31 dicembre 2013 della Regione, compresi i residui perenti non reiscritti in bilancio, per un importo non superiore a quello delle risorse assegnate alla regione Piemonte a valere del Fondo per assicurare la liquidità per pagamenti dei debiti certi, liquidi ed esigibili di cui agli articoli 2 e 3 del decreto-legge 8 aprile 2013, n. 35, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 giugno 2013, n. 64, e successive modificazioni, destinati ad essere pagati a valere delle risorse ancora non erogate previste, distintamente per la parte sanitaria e non sanitaria, delle predette anticipazioni;

b) il debito contratto dalla regione Piemonte per le anticipazioni di liquidità già contratte ai sensi del richiamato articolo 2 del decreto-legge n. 35 del 2013. La medesima gestione commissariale può assumere, con il richiamato bilancio separato rispetto a quello della regione, anche il debito contratto dalla regione Piemonte per le anticipazioni di liquidità già contratte ai sensi del richiamato

articolo 3 del decreto-legge n. 35 del 2013.

161-*quinquies*. Al fine di consentire il tempestivo pagamento dei debiti pregressi posti a carico della gestione commissariale, il Commissario straordinario del Governo di cui al comma 161-*bis* è autorizzato a contrarre le anticipazioni di liquidità assegnate alla regione non ancora erogate, con ammortamento a carico della gestione commissariale, nel rispetto di tutte le condizioni previste dagli articoli 2 e 3 del decreto-legge 8 aprile 2013, n. 35, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 giugno 2013, n. 64, e successive modificazioni.

161-*sexies*. In considerazione degli effetti positivi sul proprio disavanzo, derivante dal trasferimento dei debiti di cui al comma 161-*quater*, nel titolo primo della spesa del bilancio della regione Piemonte è costituito un fondo, allocato su un apposito capitolo di spesa del bilancio gestionale, con una dotazione annua di 56 milioni di euro per l'anno 2015 e 126 milioni a decorrere dall'anno 2016 e fino all'esercizio 2045 per il concorso agli oneri assunti dalla gestione commissariale. In caso di acquisizione anche del debito contratto dalla regione Piemonte per le anticipazioni di liquidità già contratte ai sensi del richiamato articolo 3 del decreto-legge n. 35 del 2013, il suddetto fondo è incrementato di 95 milioni di euro per l'anno 2015 e 96,5 milioni a decorrere dall'anno 2016 e fino all'esercizio 2045. Per fare fronte a tale onere il Commissario straordinario della Regione Piemonte di cui al comma 161-*bis* provvede alle necessarie variazioni in aumento delle aliquote fiscali.

161-*septies*. Il Commissario straordinario di cui al comma 161-*bis* trasmette al Governo la rendicontazione della gestione trimestralmente e alla chiusura della medesima. Lo stesso Commissario invia al Ministero dell'economia e delle finanze la comunicazione dei flussi di pagamento previsti per ogni trimestre successivo al periodo in corso.

161-*octies*. La gestione commissariale di cui al comma 161-*bis* termina quando risultino pagati tutti i debiti posti a proprio carico di cui alla lettera *a)* del comma 161-*quater*. Alla chiusura della gestione commissariale il bilancio dello Stato subentra nei rapporti attivi nei confronti della regione Piemonte derivanti dall'applicazione del comma 161-*sexies*, e sono consolidati i rapporti di debito e credito concernenti l'ammortamento dell'anticipazione di liquidità. In caso di mancato versamento al bilancio dello Stato del contributo di cui al comma 161-*sexies*, si procede, nei sessanta giorni successivi, al recupero di dette somme a valere delle giacenze della Regione inadempiente depositate nei conti aperti presso la tesoreria statale».

2.9813/1

MANASSERO

All'emendamento 2.9813, al comma 168-bis, sostituire le parole: «le spese sostenute dalle province e dalle città metropolitane per interventi di edilizia scolastica» con le seguenti: «le spese sostenute per interventi di edilizia scolastica dalle province e dalle città metropolitane e dai comuni limitatamente a quelli che presentano indebitamento pari a zero nell'ultimo bilancio consuntivo»

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 25.000.000;
2016: ? 25.000.000;
2017: ? 25.000.000.

2.9813

IL GOVERNO

Dopo il comma 168, è aggiunto il seguente:

«168-*bis*. All'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n.183, dopo il comma 14-*ter* è inserito il seguente:

"14-*quater*. Nel saldo finanziario espresso in termini di competenza mista, individuato ai sensi del comma 3, rilevante ai fini della verifica del rispetto del patto di stabilità interno non sono considerate, nel limite massimo di 50 milioni di euro per l'anno 2015 e 50 milioni di euro per l'anno 2016, le spese sostenute dalle province e dalle città metropolitane per interventi di edilizia scolastica. Gli enti beneficiari dell'esclusione e l'importo dell'esclusione stessa sono individuati, sentita la Conferenza

Stato-città ed autonomie locali, con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri da emanare entro il 1º marzo 2015"».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 69, sostituire le parole: «di 35 milioni di euro per il 2015», *con le seguente:* «di 85 milioni di euro per i1 2015 e 50 milioni di euro per il 2016».

2.9500/1

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

All'emendamento 2.9500, ove ricorrano, sostituire le parole: «1.000.000.000 di euro» con le seguenti:«1.200.000.000 di euro».

Conseguentemente all'emendamento 2.9823, lettera f)*, sopprimere il capoverso 11-ter*.

2.9500/2

COMAROLI, TOSATO

All'emendamento n. 2.9500, al comma 184-bis, le parole da: «nei limiti degli importi» fino a: «Trento e Bolzano» sono sostituite dalle seguenti: «che è suddiviso fra le RSO e le RSS in proporzione al contributo di risanamento alla finanza pubblica di cui ai commi 141 e seguenti. Le regioni possono con accordo sancito in Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le regioni e le province autonome di Trento e di Bolzano entro il 31 gennaio procedere al riparto del contributo fra loro nelle proporzioni fra RSO e RSS sopra indicato ovvero l'importo è attribuito alle regioni a statuto ordinario secondo la percentuale stabilità nella tabella approvata nell'accordo sancito nella seduta dell'11 luglio 2013 della Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le regioni e le province autonome di Trento e di Bolzano».

Al comma 184-bis, le parole: «all'estinzione anticipata» sono sostituite dalle seguenti:«alla riduzione».

Al comma 184-bis, dopo il quarto periodo, è inserito il seguente: «A decorrere dall'anno 2016 gli effetti positivi derivanti dall'attuazione del pareggio di bilancio così come definito dalle norme precedenti sono destinati agli investimenti regionali nonché alle finalità di cui al comma 167».

Al comma 184-bis, dopo il quarto periodo, è inserito il seguente: «Al comma 168 è aggiunto il seguente punto 4):

"4) nel saldo di competenza gli impegni in conto capitale per investimenti"».

In subordine: «4) nel saldo di competenza gli impegni in conto capitale per investimenti per le sole regioni che non hanno utilizzato le anticipazioni di cui agli articoli 2 e 3 del decreto-legge 8 aprile 2013, n. 35 convertito con modificazioni dalla legge 6 giugno 2013, n. 64 e sue modifiche e integrazioni».

2.9500/3

COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 2.9500, al comma 184-bis, le parole da: «nei limiti degli importi» fino a: «Trento e Bolzano» sono sostituite dalle seguenti: «che è suddiviso fra le RSO e le RSS in proporzione al contributo di risanamento alla finanza pubblica di cui ai commi 141 e seguenti. Le regioni possono con accordo sancito in Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le regioni e le province autonome di Trento e di Bolzano entro il 31 gennaio procedere al riparto del contributo fra loro nelle proporzioni fra RSO e RSS sopra indicato ovvero l'importo è attribuito alle regioni a statuto ordinario secondo la percentuale stabilità nella tabella approvata nell'accordo sancito nella seduta dell'11 luglio 2013 della Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le regioni e le province autonome di Trento e di Bolzano».

2.9500/4

TOSATO, COMAROLI

All'emendamento 2.9500, al capoverso 184-bis, sostituire le parole da: «nei limiti» fino a: «alla presente legge» con le seguenti: «suddiviso tra le Regioni interessate in maniera proporzionale al numero di abitanti di ciascuna Regione».

2.9500/5

CERONI

All'emendamento 2.9500, al comma 184-bis, sostituire le parole: «nella Conferenza permanente per i

rapporti tra lo stato, le Regioni e le Province Autonome di Trento e Bolzano» con le seguenti parole: «nella Conferenza Unificata».

*Conseguentemente, al comma 184-*bis*, le parole:* «all'estinzione anticipata del debito» *sono sostituite dalle parole:* «alla riduzione del debito»; al comma 184-bis, eliminare le parole: «maturati alla data del 30 giugno 2014».

2.9800/6

BROGLIA, ZANONI

All'emendamento 2.9500, al comma 184-bis, sostituire le parole: «nella Conferenza permanente per i rapporti tra lo stato, le Regioni e le Province Autonome di Trento e Bolzano» con le seguenti seguenti: «nella Conferenza Unificata».

2.9500/7

COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 2.9500, al comma 184-bis le parole: «all'estinzione anticipata» sono sostituite dalle seguenti: «alla riduzione».

2.9500/8

GIANLUCA ROSSI

All'emendamento 2.9500, al comma 184-bis, quarto periodo, sostituire le parole: «all'estinzione anticipata» con le seguenti: «alla riduzione».

2.9500/9

COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 2.9500, al comma 184-bis dopo il quarto periodo, è inserito il seguente: «Al comma 168 è aggiunto il seguente punto 4):

"4) nel saldo di competenza gli impegni in conto capitale per investimenti per le sole regioni che non hanno utilizzato le anticipazioni di cui agli articoli 2 e 3 del decreto-legge 8 aprile 2013, n. 35, convertito, con modificazioni dalla legge 6 giugno 2013, n. 64 e sue modifiche e integrazioni"».

2.9500/10

COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 2.9500, al comma 184-bis dopo il quarto periodo è inserito il seguente: «al comma 168 è aggiunto il seguente punto 4):

"4) nel saldo di competenza gli impegni in conto capitale per investimenti"».

2.9500/11

COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 2.9500, al comma 184-bis dopo il quarto periodo è inserito il seguente: «A decorrere dall'anno 2016 gli effetti positivi derivanti dall'attuazione del pareggio di bilancio così come definito dalle norme precedenti sono destinati agli investimenti regionali nonché alle finalità di cui al comma 167».

2.9500/12

TOSATO, COMAROLI

All'emendamento 2.9500, dopo il capoverso 184-sexies, aggiungere, le seguenti parole:

«Conseguentemente al comma 141, lettera *a)* sopprimere il punto 4).»

2.9500

IL GOVERNO

Dopo il comma 184, sono aggiunti i seguenti:

«184-*bis*. Nel 2015, alle regioni a statuto ordinario, alla Regione siciliana, alla regione Sardegna e alla regione Friuli Venezia Giulia è attribuito un contributo, nei limiti dell'importo complessivo di 1.000.000.000 di euro, in misura pari all'83,33 per cento degli spazi finanziari validi ai fini del patto di stabilità interno degli enti locali, ceduti da ciascuna di esse e attribuiti, con le modalità previste dal comma 182, ai comuni e alle province ricadenti nel proprio territorio, nei limiti degli importi indicati per ciascuna regione nella tabella l allegata alla presente legge. Gli importi del contributo possono essere modificati, a invarianza del contributo complessivo, mediante accordo da sancire, entro il 31

gennaio 2015, nella Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le regioni e le province autonome di Trento e di Bolzano. Gli spazi finanziari sono ceduti per il 25 per cento alle province e alle città metropolitane e per il 75 per cento ai comuni. Il contributo non rileva ai fini del pareggio di bilancio di cui al comma 165 ed è destinato dalle regioni all'estinzione anticipata del debito. Gli spazi finanziari ceduti da ciascuna regione sono utilizzati dagli enti locali beneficiari esclusivamente per pagare i debiti commerciali di parte capitale maturati alla data del 30 giugno 2014.

184-*ter*. Entro il termine perentorio del 30 aprile, le regioni comunicano al Ministero dell'economia e delle finanze, con riferimento a ciascun ente beneficiario, gli elementi informativi occorrenti per la verifica del mantenimento dell'equilibrio dei saldi di finanza pubblica.

184-*quater*. La regione che, ai sensi del comma 184-*bis*, autorizza gli enti locali del proprio territorio a peggiorare i loro saldi obiettivo migliora, per pari importo, l'obiettivo di saldo tra entrate finali e spese finali in termini di cassa della regione stessa, la Regione siciliana e la regione Friuli Venezia Giulia riducono, per pari importo, il tetto di spesa eurocompatibile di cui all'articolo 1, comma 454, della legge 24 dicembre 2012, n. 228.

184-*quinquies*. Le disponibilità in conto residui iscritte in bilancio per l'anno 2014, relative all'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 1, comma 10, del decreto-legge 8 aprile 2013, n, 35, convertito, con modificazioni dalla legge 6 giugno 2013, n, 64 e successive modificazioni ed integrazioni, sono destinate, nel limite di 1.000.000.000 di euro, al finanziamento del contributo di cui al comma 184-*bis*. La presente disposizione entra in vigore il giorno stesso della pubblicazione sulla gazzetta ufficiale della presente legge.

184-*sexies*. Agli oneri derivanti dall'attuazione dei commi da 184-*bis* a 184-*quinquies* pari a 10,5 milioni di euro per l'anno 2015, a 10,2 milioni di euro per l'anno 2016, a 9,9 milioni di euro per l'anno 2017 e a 9,6 milioni di euro a decorrere dall'anno 2018, si provvede mediante corrispondente riduzione del Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307.

Tabella 1
(in milioni di euro)

Regione	Ripartizione contributo patto vert incentivato
Abruzzo	22,37
Basilicata	15,03
Calabria	37,22
Campania	86,07
Emilia-Romagna	63,72
Friuli-Venezia Giulia	23,91
Lazio	97,93
Liguria	23,82
Lombardia	135,97
Marche	23,98
Molise	7,86
Piemonte	66,97
Puglia	61,86
Sardegna	60,98
Sicilia	147,74
Toscana	57,30
Umbria	16,54
Veneto	50,72
Totale	1.000,00

2.9600/1

ZANONI

All'emendamento 2.9600, dopo il comma 194-bis, aggiungere i seguenti:

«194-*ter*. È abrogato il comma 4 dell'articolo 24 del decreto legislativo 6 maggio 2011, n. 68.

194-*quater*. A decorrere dall'anno 2015, le città metropolitane di cui alla legge 7 aprile 2014,

n. 56, hanno la facoltà di istituire:

a) un'addizionale sui diritti di imbarco di passeggeri sulle aeromobili fino ad un massimo di due euro per passeggero imbarcato. L'addizionale è versata alle città metropolitane nel cui territorio ha sede l'aeroporto, sulla base di apposito decreto del Ministero dell'economia e delle finanze di natura non regolamentare, che determina altresì le modalità dei controlli;

b) un'imposta di sbarco a carico dei passeggeri delle imbarcazioni che attraccano nei porti situati nel territorio delle città metropolitane. L'imposta si applica fino ad un massimo di due euro da riscuotere unita mente al prezzo del biglietto da parte delle compagnie di navigazione che forniscono collegamenti marittimi di linea. La compagnia di navigazione è responsabile del pagamento dell'imposta, con diritto di rivalsa sui soggetti passivi, della presentazione della dichiarazione e degli ulteriori adempimenti previsti dalla legge e dal regolamento. Per l'omessa o infedele presentazione della dichiarazione da parte del responsabile d'imposta si applica la sanzione amministrativa ,dal 100 al 200 per cento dell'importo dovuto. Per l'omesso, ritardato o parziale versamento dell'imposta si applica la sanzione amministrativa di cui all'articolo 13 del decreto legislativo 18 dicembre 1997, n. 471, e successive modificazioni. Per tutto quanto non previsto dalle presenti disposizioni si applica l'articolo 1, commi da 158 a 170 della legge 27 dicembre 2006, n. 296. L'imposta non è dovuta dai soggetti. residenti nel territorio della città metropolitana, dai lavoratori e dagli studenti pendolari. Le città metropolitane possono prevedere nel regolamento modalità applicative del tributo, nonché eventuali esenzioni e riduzioni per particolari fattispecie o per determinati periodi di tempo.

194-*quinquies*. La riscossione dell'incremento dell'addizionale comunale di cui al comma 194-*quater*, lettera *a)*, avviene a cura dei gestori di servizi. aeroportuali, con le modalità in uso perla riscossione dei diritti di imbarco. Il versamento da parte delle compagnie aeree avviene entro tre mesi dalla fine del mese in cui sorge l'obbligo.

194-*sexies*. Nell'anno di istituzione, le imposte di cui al comma 194-*quater* si applicano a decorrere dal primo giorno del secondo mese successivo all'emanazione del relativo regolamento metropolitano, salva ,l'eventuale indicazione di data successiva nel regolamento medesimo. Le variazioni delle tariffe disposte dalla città metropolitana entro i termini di legge, ma successivamente al 1º gennaio dell'anno di riferimento delle variazioni medesime, decorrono dal mese successivo alla data di esecutività della deliberazione di variazione.

194-*septies*. Le disposizioni di cui ai commi da 194-*quater* a 194-*sexies* si applicano anche alle città metropolitane delle Regioni a Statuto speciale, istituite o da istituire con apposita legge regionale.

194-*octies*. All'articolo 1 del decreto-legge 8 aprile 2013, n.35, convertito con modificazioni dalla legge 6 giugno 2013, n. 64, al comma 15 le parole: "obbligatoriamente entro sessanta giorni dalla concessione della anticipazione da parte della Cassa depositi e prestiti S.p.A. ai sensi del comma 3" sono sostituite dalle seguenti parole: "obbligatoriamente entro il termine del 31 dicembre 2014".

194-*novies*. All'articolo 3, comma 24, lettera *b)* del decreto-legge 30 settembre 2005, n. 203, convertito dalla legge 2 dicembre 2005, n. 248 e successive modificazioni, è infine aggiunto il seguente periodo: "Salvo diversa pattuizione con gli enti, si applicano gli articoli 17, 19 e 20 del decreto legislativo 13 aprile 1999, n. 112".

194-*decies*. All'articolo 41 del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito con modificazioni dalla legge 23 giugno 2014, n. 89 il comma 2 è abrogato.

194-*undecies*. All'articolo 3, comma 17, del decreto-legge 25 settembre 2001, n. 351, convertito con modificazioni dalla legge 23 novembre 2001, n. 410 aggiungere alla fine del comma il seguente periodo: "Parimenti il divieto non si applica agli Enti pubblici che siano soci unici o che detengano almeno la maggioranza delle quote delle società di cui all'articolo 2 del presente decreto. In tal caso l'operazione di alienazione è esente da qualsiasi imposta e tributo"».

2.9600/2

CERONI

All'emendamento 2.9600, dopo il comma 194-bis, inserire il seguente comma:

«194-*ter*. All'articolo 2, comma 185, lettera *e)*, dopo le parole: "ente capofila," inserire le parole:

"sulla base di apposita certificazione dell'ente stesso,"».

2.9600/3

ZANONI, BROGLIA

All'emendamento 2.9600, aggiungere in fine, i seguenti punti:

«*a)* al comma 212, è aggiunto in fine il seguente periodo: "La rinegoziazione di cui al periodo precedente può riguardare anche le passività degli enti strumentali, di cui all'articolo 11-*ter* del decreto legislativo 23 giugno 2011, n. 118, e successive modificazioni ed integrazioni, e delle società interamente partecipate dai predetti enti locali";

b) al comma 214, le parole: "e 10 per cento" sono sostituite dalle parole: "e 12 per cento"».

2.9600/4

CERONI

All'emendamento 2.9600, inserire i seguenti punti:

«*a)* al comma 212, è aggiunto in fine il seguente periodo: "La rinegoziazione di cui al periodo precedente può riguardare anche le passività degli enti strumentali, di cui all'articolo11-*ter* del decreto legislativo 23 giugno 2011, n. 118, e successive modificazioni ed integrazioni, e delle società interamente partecipate dai predetti enti locali";

b) al comma 214 dell'articolo 2, le parole: "e 10 per cento" sono sostituite dalle parole: "e 12 per cento"».

2.9600/5

ZANONI, BROGLIA

All'emendamento 2.9600, aggiungere in fine, i seguenti punti:

«*a)* al comma 212, è aggiunto in fine il seguente periodo: "La rinegoziazione di cui al periodo precedente può riguardare anche le passività degli enti strumentali e delle società interamente partecipati dai predetti enti locali";

b) al comma 214, le parole: "e 10 per cento" sono sostituite dalle parole: "e 12 per cento"».

2.9600/6

ZANONI, BROGLIA

All'emendamento 2.9600, aggiungere in fine, il seguente periodo: «al comma 185, lettera e), dopo le parole: "ente capofila," inserire le parole: "sulla base di apposita certificazione dell'ente stesso,"».

2.9600

IL GOVERNO

All'articolo 2 apportare le seguenti modificazioni:

Al comma 194, l'alinea a) *è sostituita dalla seguente:*

«*a)* è aggiunto, infine, il seguente periodo "il presente comma non si applica alle città metropolitane e alle province oggetto di riordino di cui alla legge 7 aprile 2014, n. 56.".»;

dopo il comma 194 inserire il seguente:

«194-*bis*. Alla compensazione degli effetti finanziari in termini di fabbisogno e di indebitamento netto derivanti dall'attuazione delle disposizioni di cui al comma 194, l'alinea *b)*, pari a 0,3 milioni di euro per l'anno 2015, a 10,6 milioni di euro per ciascuno degli anni 2016 e 2017 e a 14,7 milioni di euro a decorrere dall'anno 2018, si provvede mediante corrispondente utilizzo del Fondo per la compensazione degli effetti finanziari non previsti a legislazione vigente conseguenti all'attualizzazione di contributi pluriennali, di cui all'articolo 6, comma 2, del decreto-legge 7 ottobre 2008, n. 154, convertito, con modificazioni, dalla legge 4 dicembre 2008, n. 189, e successive modificazioni.».

2.9814/1

CALEO, VATTUONE

All'emendamento 2.9600, dopo il comma 195-bis, aggiungere il seguente:

«195-*ter*. Alla legge 12 novembre 2011, n. 183, inserire alla fine del comma 7 dell'articolo 31, il seguente periodo: "Nel saldo finanziario in termini di competenza mista, individuato ai sensi del comma 3, rilevante ai fini della verifica del rispetto del patto di stabilità interno, non sono considerate

le spese di parte corrente e in conto capitale sostenute dai Comuni per fronteggiare i danni provocati dagli eventi meteorologici del 10-14 ottobre 2014 individuati nel decreto del Ministro dell'Economia e delle Finanze in data 20 ottobre 2014, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* del 22 ottobre 2014, n. 246. L'esclusione delle spese opera anche se esse sono effettuate in più anni, purché attestata da una dichiarazione del Sindaco"».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 15.000.000;
2016: ? 15.000.000;
2017: ? 15.000.000.

2.9814

IL GOVERNO

Dopo il comma 195, inserire il seguente:

«195-*bis*. Ai fine di realizzare le condizioni previste dall'articolo 7, comma 1, del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, e di ottenere i conseguenti risparmi di spesa, all'articolo 5, comma 1, secondo periodo, della legge 2 luglio 2004, n. 165, sono aggiunte le seguenti parole: "e le elezioni dei nuovi Consigli hanno luogo non oltre i sessanta giorni successivi al termine del quinquennio"».

2.9815/1

LAI, URAS, ANGIONI, CUCCA, MANCONI

All'emendamento 2.9815, sono apportate le seguenti modificazioni:

? al capoverso «All'articolo 2» le parole: «nella misura di 50 milioni di euro alle spese in conto capitale della regione e per il restante importo», sono sostituite con le seguenti: «nella misura di 100 milioni alla copertura del debito commerciale diretto e indiretto della regione e per il restante importo»;

? al capoverso «All'articolo 3», le parole: «85 milioni», sono sostituite con le seguenti: «135 milioni» e le parole «50 milioni», sono sostituite con le seguenti: «100 milioni»;

? aggiungere, in fine, le seguenti parole: «All'articolo 2 apportare le seguenti modificazioni:

al comma 146, aggiungere in fine il seguente periodo: «Le disposizioni attuative finalizzate al conseguimento del pareggio di bilancio sono quelle previste per le regioni a statuto ordinario, di cui ai commi da 162 a 181, salvo differenti accordi sottoscritti tra la Regione e il Governo.»;

dopo il comma 146 inserire il seguente: «146-*bis.* Al fine di porre in essere il monitoraggio sulle entrate tributarie di propria competenza, l'Agenzia delle Entrate è autorizzata a stipulare una o più convenzioni con la Regione Sardegna, anche in deroga al modello definito a livello nazionale, per ottenere elementi informativi relativi ai tributi devoluti e compartecipati e per delegare e indirizzare le attività di liquidazione, accertamento, riscossione dell'imposta regionale . sulle attività produttive e dell'addizionale regionale all'Irpef, nonché la constatazione delle violazioni, il contenzioso e i rimborsi ad esse relativi».

2.9815/2

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

All'emendamento 2.9815, sostituire le parole: «50 milioni», con le seguenti: «100 milioni».

Conseguentemente, sostituire le parole: «85 milioni»*, con le seguenti:* «135 milioni».

2.9815/3

LAI, URAS, ANGIONI, CUCCA, MANCONI

All'emendamento 2.9815, sono apportate le seguenti modificazioni:

? al capoverso «All'articolo 2», le parole: «alle spese in conto capitale», sono sostituite con le seguenti: «alla copertura del debito commerciale diretto e indiretto»;

? dopo la parola: «Conseguentemente,» inserire le seguenti: «All'articolo 2 apportare le seguenti modificazioni:

1) al comma 146, aggiungere in fine il seguente periodo: "Le disposizioni attuative finalizzate

al conseguimento del pareggio di bilancio sono quelle previste per le regioni a statuto ordinario, di cui ai commi da 162 a 181, salvo differenti accordi sottoscritti tra la Regione e il Governo.";

2) dopo il comma 146 inserire il seguente: "146-*bis*. Al fine di porre in essere il monitoraggio sulle entrate tributarie di propria competenza, 11 Agenzia delle Entrate è autorizzata a stipulare una o più convenzioni con la Regione Sardegna, anche in deroga al modello definito a livello nazionale, per ottenere elementi informativi relativi ai tributi devoluti e compartecipati e per delegare e indirizzare le attività di liquidazione, accertamento, riscossione dell'imposta regionale sulle attività produttive e dell'addizionale regionale all'Irpef, nonché la constatazione delle violazioni, il contenzioso e i rimborsi ad esse relativi"».

2.9815

IL GOVERNO

Al comma 201, dopo le parole: «sono finalizzate» aggiungere le seguenti: «nella misura di 50 milioni di euro alle spese in conto capitale della regione e per il restante importo».

Conseguentemente, All'articolo 3, apportare le seguenti modificazioni:

al comma 69, sostituire le parole: «di 35 milioni di euro per il 2015»*, con le seguenti:* «di 85 milioni di euro per il 2015 e di 50 milioni di euro per ciascuno degli anni 2016, 2017 e 2018».

2.9816/1

LUIGI MARINO

L'emendamento 2.9816, è soppresso.

2.9816/2

LANIECE, FRAVEZZI, ZELLER, BERGER, PALERMO, PANIZZA

All'emendamento 2.9816, al comma 201-bis, dopo le parole: «A decorrere dall'anno 2015, a» inserire la seguente: «parziale».

2.9816/3

LUIGI MARINO

All'emendamento 2.9816, le parole: «pari a 70 milioni di euro annui» sono sostituite con le seguenti: «35 milioni di euro annui».

Conseguentemente, all'articolo 3, dopo il comma 66, inserire il seguente:

«66-*bis.* L'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307, è ridotta di 35 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015».

2.9816/4

COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 2.9816, al comma 1, aggiungere, in fine, le seguenti parole: «, di cui 10 milioni da destinare alle Regioni confinanti con stati esteri al fine di istituire contributi per il prezzo alla pompa del carburante,».

2.9816/5

MUNERATO, BISINELLA, BELLOT, STEFANI, TOSATO, ARRIGONI, CROSIO, COMAROLI

All'emendamento 2.9816, dopo il comma 1, aggiungere, il seguente:

2. All'articolo 2, dopo il comma 207, inserire il seguente:

«207-*bis.* All'articolo 45, della legge 23 luglio 2009, n. 99, e successive modificazioni, al comma 2, sono aggiunte, in fine, le seguenti parole: "nonché dalle attività di rigassificazione anche attraverso impianti fissi *offshore"».*

Conseguentemente, all'articolo 2, al comma 207, sostituire le parole: «110 milioni» *con le seguenti:* «90 milioni»

2.9816

IL GOVERNO

Dopo il comma 201 inserire il seguente:

«201-*bis*. A decorrere dall'anno 2015, a compensazione della perdita di gettito subita dalla regione Valle d'Aosta nella determinazione dell'accisa di cui all'articolo 4, comma 1, lettere *a)* e *b)*

della legge 26 novembre 1981, n. 690, è corrisposto alla stessa regione un trasferimento di importo pari a 70 milioni di euro annui».

Conseguentemente, all'articolo 3, dopo il comma 66, inserire il seguente: «66-*bis*. L'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307, è ridotta di 70 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015».

2.9700/1

VACCARI, ZANONI, BROGLIA

All'emendamento 2.9816, dopo il capoverso «215-bis» inserire i seguenti:

«215-*ter.* Agli enti di governo dell'ambito, individuati dalle competenti regioni ai sensi dell'articolo 186-*bis* della legge 23 dicembre 2009, n. 191, deve essere consentita la capacità assunzionale necessaria a sostenerne l'adeguata operatività rispetto allo svolgimento dei compiti di programmazione delle infrastrutture idriche, trasferiti ai medesimi enti dall'articolo 158-*bis* del decreto legislativo 3 aprile 2006, n. 152, inserito dall'articolo 7, comma 1, lettera *h)* del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito, dalla legge 11 novembre 2014, n. 14. A tale scopo, per gli enti di governo dell'ambito, limitatamente al triennio 2015-2017, le nuove assunzioni, previo esperimento delle procedure di mobilità, fatte salve le maggiori facoltà assunzionali eventualmente previste dalla legge istitutiva, possono essere effettuate nel limite del 60 per cento delle proprie entrate correnti complessive, come risultanti dal bilancio consuntivo dell'anno precedente, e comunque nel limite complessivo della dotazione organica.

215-*quater.* I procedimenti relativi all'attuazione degli interventi previsti nei piani d'ambito avviati prima dell'entrata in vigore dell'articolo 158-*bis* del decreto legislativo 3 aprile 2006 n. 152, introdotto dall'articolo 7 del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 novembre 2014, n. 164, sono conclusi e i relativi provvedimenti adottati secondo la disciplina previgente.«

2.9700/2

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

All'emendamento 2.9816, dopo il capoverso 215-bis, inserire il seguente:

«215-*ter.* Al fine di offrire una guida agli amministratori nell'utilizzo degli indicatori di benessere per migliorare la qualità della vita dei cittadini e le loro prospettive future, è istituito presso il Ministero dell'interno un Fondo denominato "Fondo Nazionale per lo Sviluppo Economico Locale Sostenibile, con uno stanziamento di 5 milioni di euro a decorrere dal 2015"».

Conseguentemente, al comma 112 dell'articolo 1, sostituire la parola: «250» *con la seguente:* «245».

2.9700

IL GOVERNO

Dopo il comma 215 è inserito il seguente:

«215-*bis*. Nello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze è istituito un fondo, con una dotazione di 100 milioni di euro per ciascuno degli anni 2016 e 2017 finalizzato alla concessione di un contributo in conto interessi alle regioni a statuto ordinario su operazioni di indebitamento attivate nell'anno 2015, il cui ammortamento decorre dal 1° gennaio 2016. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, sentita la Conferenza Stato regioni, da adottare entro il 28 febbraio 2015, sono stabiliti modalità e criteri per l'erogazione del contributo in conto interessi di cui al primo periodo. Al relativo onere si provvede mediante utilizzo del fondo di parte corrente iscritto nello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze ai sensi dell'articolo 49, comma 2, lettera *d)*, del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89».

2.9817/1

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, D'AMBROSIO LETTIERI

All'emendamento 2.9817, aggiungere, in fine i seguenti periodi: «La società EXPO 2015 S.p.A. può

procedere ad affidamenti per acquisto od approvvigionamento di lavori, servizi e forniture anche al di fuori delle modalità previste dalla Consip S.p.A. e dalle centrali di committenza regionali, a condizione che gli stessi affidamenti conseguano a procedure di evidenza pubblica e prevedano corrispettivi inferiori a quelli di cui al rapporto qualità-prezzo costituente limite massimo al sensi dell'articolo 26, comma 3, della legge 23 dicembre 1999, n. 488. In tali casi, i contratti devono comunque essere sottoposti a condizione risolutiva con possibilità per il contraente di adeguare tali corrispettivi nel caso di intervenuta disponibilità di convenzioni della Consip S.p.A. e delle centrali di committenza regionali che prevedono condizioni di maggior vantaggio economico. I contratti stipulati in violazione degli obblighi di approvvigionamento attraverso gli strumenti messi a disposizione da Consip S.p.A., se in violazione della presente disposizione, sono nulli, costituiscono illecito disciplinare e sono causa'di responsabilità amministrativa».

2.9817/2

GUALDANI, CHIAVAROLI

All'emendamento 2.9817, dopo il comma 221-bis, aggiungere il seguente:

«221-*ter.* All'articolo 32 del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 agosto 2014, n. 114, dopo il comma 10 aggiungere il seguente:

«10-*bis.* Nei casi di cui al comma 10, quando l'esito definitivo del giudizio di impugnazione o cautelare dell'informazione interdittiva antimafia sia sfavorevole all'impresa, gli utili accantonati ai sensi del comma 7 sono svincolati e posti a disposizione degli amministratori di cui al comma 2 per essere utilizzati ai fini dell'esecuzione del contratto. Al completamento di tale esecuzione, i predetti amministratori provvedono a presentare al prefetto apposita rendicontazione e, se residuano utili, li trasferiscono nella disponibilità dei soggetti di cui all'articolo 83, commi 1 e 2, del decreto legislativo 6 settembre 2011, n. 159, al netto dell'indennizzo riconosciuto all'impresa a titolo di ammortamento per le spese di investimento effettuate per la realizzazione dell'opera, del servizio o della fornitura oggetto del contratto».

2.9817

IL GOVERNO

Dopo il comma 221, inserire il seguente:

«221-*bis*. All'articolo 46-*ter* del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69, convertito con modificazioni dalla legge 9 agosto 2013, n. 98, al comma 1 aggiungere, in fine, il seguente periodo: "La società *Expo* 2015 S.p.A. può altresi richiedere a Consip S.p.A., nell'ambito del Programma di razionalizzazione degli acquisti delle Pubbliche amministrazioni, di essere supportata nella valutazione tecnico-economica delle prestazioni di servizi comunque acquisiti ai sensi dell'articolo 5 del decreto-legge 26 aprile 2013 n. 43, convertito, con modificazioni, dalla legge di conversione 24 giugno 2013, n. 71 e del comma 9, dell'articolo 5 del Decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri 6 maggio 2013. A tal fine Consip S.p.A. si potrà anche avvalere dell'elenco dei prezzi pubblicati dal Ministero dell'economia e delle finanze a seguito dell'emanazione del decreto di cui al comma 3 dell'articolo 10 del decreto-legge n. 66 del 2014».

2.9818/1

GIROTTO, CASTALDI, CIOFFI, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

All'emendamento 2.9818, sopprimere il capoverso «223-bis».

Conseguentemente, sopprimere il capoverso «223-*ter*».

2.9818/2

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

All'emendamento 2.9818, sostituire i commi 223-bis, 223-ter e 223-quater, con il seguente:

«223-*bis.* L'articolo 38 del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 novembre 2014, n. 164, è abrogato».

2.9818/3

CIOFFI, GIROTTO, CASTALDI, LEZZI, MANGILI, BULGARELLI

All'emendamento 2.9818, capoverso «223-bis», sostituire la lettera a) con la seguente:

«*a)* al comma 2, aggiungere, in fine, il seguente periodo: "Restano escluse dall'applicazione della disciplina relativa all'autorizzazione di cui al presente comma le opere necessarie al trasporto, allo stoccaggio, al trasferimento di idrocarburi in raffineria, alle opere accessorie, ai terminali costieri e alle infrastrutture portuali strumentali allo sfruttamento di titoli concessori, comprese quelle localizzate al di fuori del perimetro delle concessioni di coltivazione"».

Conseguentemente, al medesimo capoverso, sopprimere la lettera b).

2.9818/4

IL RELATORE

All'emendamento 2.9818, apportare le seguenti modifiche:

a) al comma 223-*bis* lettera *a),* sopprimere la parola: «esistenti»;

b) sostituire il comma 223-*ter* con il seguente:

«223-*ter.* Le disposizioni di cui all'articolo 57 del decreto-legge 9 febbraio 2012, n. 5, convertito, con modificazioni, dalla legge 4 aprile 2012, n. 33, come modificate dal comma 223-*bis* si applicano, su istanza del proponente, anche ai procedimenti in corso relativi alla autorizzazione di opere rispetto alle quali sia stato adottato un decreto di compatibilità ambientale alla data di entrata in vigore della presente legge»;

c) al comma 223-*quater,* sostituire le parole: «di concerto con» con le seguenti: «sentito».

2.9818/5

DE PETRIS, URAS

All'emendamento 2.9818, al comma 223, lettera a), sopprimere le parole: «comprese quelle localizzate al di fuori del perimetro delle concessioni di coltivazione».

2.9818/6

CONSIGLIO, COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 2.9818, al comma 223, lettera b), il capoverso 3-bis è soppresso.

2.9818/7

GIROTTO, CASTALDI, LEZZI, BULGARELLI, MANGILI

All'emendamento 2.9818, capoverso «223-bis», lettera b), sopprimere il comma 3-ter.

2.9818/8

GIROTTO, CASTALDI, LEZZI, BULGARELLI, MANGILI

All'emendamento 2.9818, sostituire il capoverso «223-quater» con il seguente: «223-quater. L'articolo 38 del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito con modificazioni dalla legge 11 novembre 2014, n. 164, è abrogato».

2.9818/9

DE PETRIS, URAS

Al comma 223-quater, capoverso, apportare le seguenti modificazioni:

1) *sostituire il secondo periodo con il seguente:* «Il Piano è adottato previa intesa con la Regione o le Regioni territorialmente interessate agli stralci di cui al primo periodo, anche per le attività previste nel mare prospiciente alle rispettive linee di costa».

2) *sopprimere il terzo periodo.*

2.9818/10

CONSIGLIO, COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 2.9818, articolo 2, comma 223-quater, l'ultimo periodo è soppresso.

2.9818/11

GIROTTO, CASTALDI, CIOFFI, MANGILI, LEZZI, BULGARELLI

All'emendamento 2.9818, capoverso «223-quater», sopprimere l'ultimo periodo.

2.9818/12

VACCARI

All'emendamento 2.9818, al capoverso «23-quater», inserire, in fine, le seguenti parole: «, ad eccezione delle attività di stoccaggio in unità geologica in acquifero profondo di gas naturale o di anidride carbonica, per le quali senza intesa con le Regioni l'attività si intende preclusa».

2.9818/13

ORRÙ

All'emendamento 2.9818, dopo il comma 223-quater, aggiungere il seguente:

«223-*quinquies*. Nelle more dell'emanazione del decreto del Presidente del consiglio dei ministri di cui all'articolo 4, comma 10, del decreto-legge 31 agosto 2013, n. 101, convertito con modificazioni dalla legge 30 ottobre 2013, n. 125, al fine di garantire, in attuazione dell'articolo 32 della Costituzione, i livelli essenziali di assistenza e lo sviluppo dei programmi di ricerca in sanità, per la necessità di individuare soluzioni normative per i percorsi di stabilizzazione e introdurre nell'ordinamento vincoli per evitare la creazione di nuovo precariato per effetto dell'uso improprio dei rapporti di lavoro flessibile, i rapporti a tempo determinato instaurati negli enti del Servizio Sanitario regionale con personale, ivi compreso quello appartenente alle aree dirigenziali, medico veterinario, sanitaria, professionale, tecnico, amministrativa, che ha maturato, alla data di pubblicazione della legge n. 125 del 30 ottobre 2013 almeno tre anni di servizio e in scadenza al 31 dicembre 2014, sono prorogati fino al 31 dicembre 2016. Fermo quanto disposto dall'articolo 4, comma 5, del decreto-legge 13 settembre 2012 n. 158 , convertito, con modificazioni, dalla legge 8 novembre 2012, n. 189 e ferma la possibilità di prorogare, nel rispetto delle disposizioni normative vigenti, tutte le altre tipologie di lavoro flessibile».

Conseguentemente all'articolo 3, comma 21, lettera g)*, sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quadruplo».

2.9818/14

CONSIGLIO, COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 2.9818, all'articolo 2, dopo il comma 223-quater, inserire il seguente:

«223-*quinquies*. All'articolo 38, del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito con modificazioni dalla legge 11 novembre 2014, n. 164, dopo il comma 7, è aggiunto il seguente:

"7-*bis*. Sono in ogni caso fatti salvi i divieti di prospezione, ricerca e coltivazione di cui all'articolo 4, della legge 31 gennaio 1991, n. 9"».

2.9818/15

CERONI

All'emendamento 2.9818, all'articolo 2, dopo il comma 223-quater, aggiungere il seguente:

«223-*quinquies. ? Dismissioni di immobili.* All'articolo 11-*quinques*, comma 1, del decreto-legge 30 settembre 2005, n. 203, convertito, con modificazioni, dalla legge 2 dicembre 2005, n. 248, dopo il comma 1 è aggiunto il seguente:

"1-*bis*. Le disposizioni di cui al precedente comma si applicano anche ai beni strumentali adibiti dagli Enti ad uffici pubblici, a condizione che il mantenimento dell'utilizzo pubblico non sia in contrasto con i vincoli generali di finanza pubblica"».

2.9818/16

ZANONI, BROGLIA

All'emendamento 2.9818, dopo il comma 223-quater, aggiungere il seguente:

«223-*quinquies*. All'articolo 11-*quinquies*, comma 1, del decreto-legge 30 settembre 2005, n. 203, convertito, con modificazioni, dalla legge 2 dicembre 2005, n. 248, dopo il comma 1 è aggiunto il seguente:

"1-*bis*. Le disposizioni di cui al precedente comma si applicano anche ai beni strumentali adibiti dagli Enti ad uffici pubblici, a condizione che il mantenimento dell'utilizzo pubblico non sia in contrasto con i vincoli generali di finanza pubblica"».

2.9818/17

CERONI

All'emendamento 2.9818, articolo 2, dopo il comma 223-quater, aggiungere il seguente comma:

«223-*sexies*. All'articolo 3, comma 24, lettera *b)* del decreto-legge 30 settembre 2005, n. 203, convertito dalla legge 2 dicembre 2005, n. 248 e successive modificazioni, è infine aggiunto il seguente periodo: "Salvo diversa pattuizione con gli enti, si applicano gli articoli 17, 19 e 20 del

decreto legislativo 13 aprile 1999, n. 112».

2.9818/18

BROGLIA, ZANONI

All'emendamento 2.9818, articolo 2, dopo il comma 223-quater, aggiungere il seguente comma:

«223-*quinquies*. All'articolo 3, comma 24, lettera *b)* del decreto-legge 30 settembre 2005, n. 203, convertito dalla legge 2 dicembre 2005, n. 248 e successive modificazioni, è infine aggiunto il seguente periodo: "Salvo diversa pattuizione con gli enti, si applicano gli articoli 17, 19 e 20 del decreto legislativo 13 aprile 1999, n. 112"».

2.9818/19

CERONI

All'emendamento 2.9818, articolo 2, dopo il comma 223-quater, aggiungere il seguente comma:

«223-*septies*. All'articolo 41 del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito con modificazioni in legge 23 giugno 2014, n. 89, il comma 2 è abrogato».

2.9818/20

ZANONI, BROGLIA

All'emendamento 2.9818, dopo il comma 223-quater, aggiungere il seguente:

«223-*quinquies*. All'articolo 41 del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito con modificazioni in legge 23 giugno 2014, n. 89, il comma 2 è abrogato».

2.9818/21

CERONI

All'emendamento 2.9818, articolo 2, dopo il comma 223-quater, aggiungere il seguente comma:

«223*octies*. All'articolo 1 del decreto-legge 8 aprile 2013, n.35, convertito con modificazioni dalla legge 6 giugno 2013, n.64, al comma 15 le parole: "obbligatoriamente entro sessanta giorni dalla concessione della anticipazione da parte della Cassa depositi e prestiti S.p.A. ai sensi del comma 13" sono sostituite dalle seguenti parole: "obbligatoriamente entro il termine del 31 dicembre 2014"».

2.9818/22

BROGLIA, ZANONI

All'emendamento 2.9818, dopo il comma 223-quater, aggiungere il seguente:

«223-*quinquies*. All'articolo 1 del decreto-legge 8 aprile 2013, n.35, convertito con modificazioni dalla legge 6 giugno 2013, n.64, al comma 15 le parole: "obbligatoriamente entro sessanta giorni dalla concessione della anticipazione da parte della Cassa depositi e prestiti S.p.A. ai sensi del comma 13" sono sostituite dalle seguenti parole: "obbligatoriamente entro il termine del 31 dicembre 2014"».

2.9818/23

CERONI

All'emendamento 2.9818, articolo 2, dopo il comma 223-quater, aggiungere il seguente comma:

«223-*novies*. Al paragrafo n. 3.3 dell'allegato 4.2 "PRINCIPIO CONTABILE APPLICATO CONCERNENTE LA CONTABILITÀ FINANZIARIA" al decreto legislativo 23 giugno 2011, n. 118 e successive modificazioni, prima delle parole: "In sede di rendiconto, fin dal primo esercizio di applicazione del presente principio" sono inserite le seguenti: "Nell'esercizio 2015, gli enti che hanno partecipato alla sperimentazione possono utilizzare i proventi derivanti dalle alienazioni patrimoniali per la copertura del fondo crediti di dubbia esigibilità di parte corrente, per un importo non superiore alla differenza tra l'accantonamento stanziato in bilancio per il fondo e quello che avrebbero stanziato se non avessero partecipato alla sperimentazione"».

2.9818/24

ZANONI, BROGLIA

All'emendamento 2.9818, dopo il comma 223-quater, aggiungere il seguente:

«223-*quinquies*. Al paragrafo n. 3.3 dell'allegato 4.2 "PRINCIPIO CONTABILE APPLICATO CONCERNENTE LA CONTABILITÀ FINANZIARIA" al decreto legislativo 23 giugno 2011, n. 118 e successive modificazioni, prima delle parole: "In sede di rendiconto, fin dal primo esercizio di applicazione del presente principio" sono inserite le seguenti: "Nell'esercizio 2015, gli enti che hanno

partecipato alla sperimentazione possono utilizzare i proventi derivanti dalle alienazioni patrimoniali per la copertura del fondo crediti di dubbia esigibilità di parte corrente, per un importo non superiore alla differenza tra l'accantonamento stanziato in bilancio per il fondo e quello che avrebbero stanziato se non avessero partecipato alla sperimentazione"».

2.9818/25

CERONI

All'emendamento 2.9818, articolo 2, dopo il comma 223-quater, aggiungere il seguente comma:

«223-*decies*. All'articolo 47 del decreto-legge 24 aprile 2014, n.66, convertito nella legge 23 giugno 2014, n.89, il comma 12 è sostituito dal seguente:

"12. I Comuni possono rimodulare o adottare misure alternative di contenimento della spesa corrente, ovvero adottare altre misure a fronte delle riduzioni di risorse di cui al comma 8"».

2.9818/26

BROGLIA, ZANONI

All'emendamento 2.9818, dopo il comma 223-quater, aggiungere il seguente:

«223-*quinquies*. All'articolo 47 del decreto-legge 24 aprile 2014, n.66, convertito nella legge 23 giugno 2014, n.89, il comma 12 è sostituito dal seguente:

"12. I Comuni possono rimodulare o adottare misure alternative di contenimento della spesa corrente, ovvero adottare altre misure a fronte delle riduzioni di risorse di cui al comma 8"».

2.9818/27

CERONI

All'emendamento 2.9818, dopo il comma 223-quater, aggiungere il seguente:

«223-*undecies* ? 1. In deroga all'articolo 1, comma 169, della legge 27 dicembre 2006, n. 296, per l'anno 2014, sono valide le deliberazioni regolamentari e tariffarie in materia di tassa sui rifiuti (TARI) adottate dai Comuni entro il termine del 30 novembre 2014. I Comuni che non hanno deliberato i regolamenti e le tariffe della TARI entro il termine del 30 novembre 2014, procedono alla riscossione degli importi, a titolo di TARI, sulla base delle tariffe applicate per l'anno 2013. Le eventuali differenze tra il gettito acquisito secondo le previgenti tariffe e il costo del servizio vengono recuperate nell'anno successivo».

2.9818/28

ZANONI, BROGLIA

All'emendamento 2.9818, dopo il comma 223-quater, aggiungere il seguente:

«223-*quinquies*. In deroga all'articolo 1, comma 169, della legge 27 dicembre 2006, n. 296, per l'anno 2014, sono valide le deliberazioni regolamentari e tariffarie in materia di tassa sui rifiuti (TARI) adottate dai Comuni entro il termine del 30 novembre 2014. I Comuni che non hanno deliberato i regolamenti e le tariffe della TARI entro il termine del 30 novembre 2014, procedono alla riscossione degli importi, a titolo di TARI, sulla base delle tariffe applicate per l'anno 2013. Le eventuali differenze tra il gettito acquisito secondo le previgenti tariffe e il costo del servizio vengono recuperate nell'anno successivo».

2.9818/29

CERONI

All'emendamento del Governo 2.9818, dopo il comma 223-quater, aggiungere il seguente:

«223-*duodecies.* Al comma 688 della legge 27 dicembre 2013 n.147, dopo l'undicesimo periodo aggiungere il seguente: "In deroga all'articolo 1, comma 169, della legge 27 dicembre 2006, n. 296, all'articolo 13, comma 13-bis, del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, e all'articolo 1, comma 688, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, sono validi, ai fini del pagamento dei relativi tributi dovuti per l'anno 2014, i regolamenti e le deliberazioni di determinazione delle aliquote in materia di tributo per i servizi indivisibili (TASI), approvati entro il termine del 31 ottobre 2014 e pubblicati sul sito internet di cui al decreto legislativo 28 settembre 1998, n. 360, entro la data di entrata in vigore del presente provvedimento. In deroga all'articolo 1, comma 169, della legge n. 296 del 2006, per l'anno 2014, sono

validi i regolamenti e le deliberazioni di determinazione delle aliquote in materia di addizionale comunale all'imposta sul reddito delle persone fisiche approvati entro il termine di cui al periodo precedente. Resta fermo quanto stabilito dal primo periodo del comma 8 dell'articolo 14 del decreto legislativo 14 marzo 2011, n. 23"».

2.9818/30

BROGLIA, ZANONI

All'emendamento 2.9818, dopo il comma 223-quater, aggiungere il seguente:

«223-*quinquies*. Al comma 688 della legge 27 dicembre 2013 n. 147, dopo l'undicesimo periodo aggiungere il seguente: "In deroga all'articolo 1, comma 169, della legge 27 dicembre 2006, n. 296, all'articolo 13, comma 13-bis, del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, e all'articolo 1, comma 688, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, sono validi, ai fini del pagamento dei relativi tributi dovuti per l'anno 2014, i regolamenti e le deliberazioni di determinazione delle aliquote in materia di tributo per i servizi indivisibili (TASI), approvati entro il termine del 31 ottobre 2014 e pubblicati sul sito internet di cui al decreto legislativo 28 settembre 1998, n. 360, entro la data di entrata in vigore del presente provvedimento. In deroga all'articolo 1, comma 169, della legge n. 296 del 2006, per l'anno 2014, sono validi i regolamenti e le deliberazioni di determinazione delle aliquote in materia di addizionale comunale all'imposta sul reddito delle persone fisiche approvati entro il termine di cui al periodo precedente. Resta fermo quanto stabilito dal primo periodo del comma 8 dell'articolo 14 del decreto legislativo 14 marzo 2011, n. 23"».

2.9818/31

CERONI

All'emendamento 2.9818, dopo il comma 223-quater, aggiungere il seguente comma:

«223-*terdecies*. All'articolo 3, comma 17, del decreto-legge 25 settembre 2001, n. 351, convertito con modificazioni dalla legge 23 novembre 2001 n. 410, aggiungere alla fine del comma il seguente periodo: "Parimenti il divieto non si applica agli Enti pubblici che siano soci unici o che detengano almeno la maggioranza delle quote delle società di cui all'articolo 2 del presente decreto. In tal caso l'operazione di alienazione è esente da qualsiasi imposta e tributo"».

2.9818/32

ZANONI, BROGLIA

All'emendamento 2.9818, dopo il comma 223-quater, aggiungere il seguente:

«223-*quinquies*. All'articolo 3, comma 17, del decreto-legge 25 settembre 2001, n. 351, convertito con modificazioni dalla legge 23 novembre 200l, n. 410, aggiungere alla fine del comma il seguente periodo: "Parimenti il divieto non si applica agli Enti pubblici che siano soci unici o che detengano almeno la maggioranza delle quote delle società di cui all'articolo 2 del presente decreto. In tal caso l'operazione di alienazione è esente da qualsiasi imposta e tributo"».

2.9818/33

CERONI

All'emendamento del Governo 2.9818, dopo il comma 223-quater, aggiungere il seguente:

«223-*quaterdecies*. All'articolo 11, comma 1 , del decreto legislativo del 14 marzo 2011, n. 23, le parole: "dall'anno 2015" sono sostituite dalle parole: "dall'anno 2016"».

2.9818/34

BROGLIA, ZANONI

All'emendamento 2.9818, dopo il comma 223-quater, aggiungere il seguente:

«223-*quinquies*. All'articolo 11, comma l , del decreto legislativo 14 marzo 2011, n. 23, le parole: "dall'anno 2015" sono sostituite dalle parole: "dall'anno 2016"».

2.9818/35

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, D'AMBROSIO LETTIERI

All'emendamento 2.9818, aggiungere in fine le seguenti parole: «al comma 229 sopprimere la lettera d)».

Conseguentemente, all'ultimo periodo sopprimere le seguenti parole: «l'articolo 10, comma 4, della legge 23 dicembre 1993, n. 548, è abrogato e».

2.9818

IL GOVERNO

Dopo il comma 223, aggiungere i seguenti:

«223-*bis*. Al fine di semplificare la realizzazione di opere strumentali alle infrastrutture energetiche strategiche e di promuovere i relativi investimenti e le connesse ricadute anche in termini occupazionali, all'articolo 57 del decreto-legge 9 febbraio 2012, n. 5, convertito, con modificazioni, dalla legge 4 aprile 2012, n. 35, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al comma 2, dopo le parole: "per le infrastrutture e insediamenti strategici di cui al comma 1", sono aggiunte le parole: "nonché per le opere necessarie al trasporto, allo stoccaggio, al trasferimento degli idrocarburi in raffineria, alle opere accessorie, ai terminali costieri e alle infrastrutture portuali strumentali allo sfruttamento di titoli concessori esistenti, comprese quelle localizzate al di fuori del perimetro delle concessioni di coltivazione" e dopo la parola: "autorizzazioni", sono aggiunte le seguenti: "incluse quelle";

b) dopo il comma 3, sono inseriti i seguenti:

"3-*bis*. In caso di mancato raggiungimento delle intese si provvede con le modalità di cui all'articolo 1, comma 8-*bis*, della legge 23 agosto 2004, n. 239, nonché con le modalità di cui all'articolo 14-*quater*, comma 3, della legge 7 agosto 1990, n. 241.

3-*ter*. L'autorizzazione di cui al comma 2 produce gli effetti previsti dall'articolo 52-*quinquies*, comma 2, del decreto del Presidente della Repubblica 8 giugno 2001, n. 327, nonché quelli di cui all'articolo 38, comma 1, del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 novembre 2014, n. 164".

223-*ter*. Le disposizioni di cui al comma 223-*bis*, lettera *a)*, si applicano, su istanza del proponente, solo alle opere rispetto alle quali sia già stato adottato un decreto di compatibilità ambientale.

223-*quater*. L'articolo 38, comma 1-*bis*, del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 novembre 2014, n. 164, è sostituito con il seguente:

"Il Ministro dello sviluppo economico, con propri decreti, di concerto con il Ministro dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, predispone, anche per stralci, un piano delle aree in cui sono consentite le attività di cui al comma 1. Il piano, per le attività sulla terra ferma, è adottato previa intesa con la Regione o le Regioni territorialmente interessate agli stralci di cui al primo periodo. In caso di mancato raggiungimento dell'intesa, si provvede con le modalità di cui all'articolo 1, comma 8-*bis*, della legge 23 agosto 2004, n. 239"».

2.9819/1

COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 2.9819, al comma 261-bis sono apportate le seguenti modifiche:

«*a)* dopo la parola "innovativi" sono aggiunte le seguenti: "nonché 25 milioni a favore di Regione Lombardia per le spese connesse alla tutela della salute durante lo svolgimento dell'evento EXPO per l'anno 2015."

b) alla lettera *b*) le parole: "400 milioni" sono sostituite con: "425 milioni"».

2.9819/2

DIRINDIN, BIANCO, GRANAIOLA, MATTESINI, MATURANI, PADUA, MAURIZIO ROMANI, ROMANO, SILVESTRO, VALDINOSI

All'emendamento 2.9819, sostituire il comma 261-ter con il seguente:

«261-*ter*. Le somme del fondo di cui al comma 261-*bis* sono versate in favore delle regioni e delle province autonome di Trento e Bolzano, secondo criteri stabiliti, su proposta dell'Agenzia italiana del farmaco, con decreto del Ministro della salute, da adottare entro il 15 febbraio 2015, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, previa intesa in sede di Conferenza permanente per i rapporti fra lo Stato, le regioni e le province autonome di Trento e di Bolzano, in base alla spesa

sostenuta dalle singole regioni e province autonome di Trento e Bolzano per l'acquisto di medicinali innovativi di cui al predetto comma e all'appropriatezza dell'utilizzo dei medesimi medicinali definita dalle schede AIFA. Al fine di agevolare l'accesso alle terapie innovative, il Ministero dell'economia e delle finanze provvede a erogare, a titolo di acconto, il 70 per cento dell'importo complessivo di cui al comma 261-*bis* alle singole regioni e province autonome, in base alla popolazione residente, entro il mese successivo alla immissione in commercio dei primi farmaci innovativi».

Al comma 261-quater*, apportare le seguenti modificazioni:*

a) sostituire la parola: «infine» con le parole: «in fine»;

b) sostituire le parole: «20 per cento» con le parole: «25 per cento»;

c) sostituire le parole: «80 per cento» con le parole «75 per cento».

Dopo il comma 261-quater *inserire i seguenti:*

«261-*quater*.1. All'articolo 15, comma 8, lettera *h)*, del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, è aggiunto, in fine, il seguente periodo: "Se il fatturato derivante dalla commercializzazione di un farmaco innovativo è superiore a 300.000.000 di euro, la quota dello sforamento imputabile al superamento del fondo aggiuntivo di cui alla lettera *b)* resta, in misura pari al 30 per cento, a carico dell'azienda titolare di AIC relativa al medesimo farmaco, e il restante 70 per cento è ripartito, ai fini del ripiano, al lordo IVA, fra tutte le aziende titolari di AIC in proporzione dei rispettivi fatturati relativi ai medicinali non orfani e a quelli non innovativi coperti da brevetto".

261-*quater*.2. Entro il 31 luglio 2015 l'AIF A definisce e approva i criteri per il riconoscimento della innovatività dei medicinali e ne garantisce altresì una periodica revisione. I suddetti criteri sono pubblicati sulla *Gazzetta Ufficiale*».

2.9819/3

MANDELLI, BONFRISCO, CERONI, D'ALÌ

All'emendamento 2.9819, al comma 261-quater, dopo le parole: «300.000.000 di euro» aggiungere le seguenti: «al netto IVA».

2.9819/4

MANDELLI, BONFRISCO, CERONI, D'ALI'

All'emendamento 2.9819, al comma 261-quater, dopo le parole: «20 per cento,» aggiungere la seguente: «esclusivamente» e dopo le parole: «tra tutte le» la seguente: «altre».

2.9819/5

DIRINDIN, BIANCO, GRANAIOLA, MATTESINI, MATURANI, PADUA, MAURIZIO ROMANI, ROMANO, SILVESTRO, VALDINOSI

All'emendamento 2.9819, dopo il comma 261-quater inserire il seguente:

«261-*quater.1.* Entro il 30 settembre 2015 il Ministero della salute, avvalendosi dell'AIF A, propone, anche sulla base dei dati di consumo e di costo dei medicinali di cui al comma261-*bis* relativI al primo semestre del 2015 e tenuto conto dello sviluppo degli stessi, interventi di modifica o integrazione della disciplina prevista dal decreto-legge 1º ottobre 2007, n. 159, convertito, con modificazioni, dalla legge 29 novembre 2007, n. 222 e dal decreto-legge 15 maggio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, diretti a garantire la sostenibilità per il Servizio sanitario nazionale della spesa farmaceutica territoriale e ospedali era, con modalità che impegnino tutte le regioni e le province autonome a garantire l'accesso ai farmaci innovativi secondo criteri di tempestività, econornicità e appropriatezza, anche rivedendo i criteri di ripiano dello sforarnento del tetto di spesa nazionale determinato dal costo dei farmaci innovativi».

2.9819/6

ORELLANA

All'emendamento 2.9819, dopo il comma 261-quinquies aggiungere il seguente:

«261-*quinquies.1*. Per consentire il proseguo dell'erogazione della terapia innovativa salvavita denominata "adroterapia" da parte del Centro nazionale di adroterapia oncologica (CNAO), è autorizzata la spesa di euro 15 milioni per l'anno 2015) euro 10 milioni per l'anno 2016 ed euro 10

milioni per l'anno 2017».

Conseguentemente sostituire il comma 261-septies *con il seguente:*

«261-*septies*. Agli oneri derivanti dal comma 261-*bis*, lettera *a)* e dal comma 261-*quinquies.1,* pari complessivamente a 135 milioni di euro di cui, 115 milioni per l'anno 2015, 10 milioni di euro per il 2016 e 10 milioni di euro per il 2017, si provvede mediante corrispondente riduzione del Fondo per gli interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito con modificazioni dalla legge 27 dicembre 20014, n 307».

2.9819/7

ORELLANA

All'emendamento 2.9819, dopo il comma 261-quinquies aggiungere il seguente:

«261-*quinquies.1*. Per consentire il proseguo dell'erogazione della terapia innovativa salvavita denominata "adroterapia" da parte del Centro nazionale di adroterapia oncologica (CNAO), è autorizzata la spesa di euro 17 milioni per l'anno 2015, euro 9 milioni per l'anno 2016 ed euro 9 milioni per l'anno 2017».

Conseguentemente sostituire il comma 261-septies con il seguente:

«261-*septies*. Agli oneri derivanti dal comma 261-*bis*, lettera *a)* e dal comma 261-*quinquies.1*., pari complessivamente a 135 milioni di euro si provvede, per 117 milioni per l'anno 2015 mediante corrispondente riduzione del Fondo per gli interventi strutturali di politica ,economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito con modificazioni dalla legge 27 dicembre 2014, n 307, per i restanti 18 milioni, di cui 9 milioni di euro per il 2016 e 9 milioni di euro per il 2017, mediante corrispondente riduzione degli accantonamenti nel Fondo speciale di parte corrente del Ministero dell'economia e delle finanze».

Conseguentemente alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 15.000.000;
2016: ? 10.000.000;
2017: ? 10.000.000.

2.9819/8

MANDELLI, BONFRISCO, CERONI, D'ALÌ

All'emendamento 2.9819, dopo il comma 261-septies aggiungere il seguente:

«261-*octies*. Al fine di garantire ai pazienti l'accesso ai farmaci innovativi, nel rispetto delle condizioni previste dalle convenzioni regionali in vigore, le Regioni e le Province autonome di Trento e di Bolzano provvedono alla distribuzione di tali medicinali secondo le modalità di cui all'articolo 8, comma 1, lettera *a)*, del decreto-legge 18 settembre 2001, n. 347, convertito, con modificazioni, dalla legge 16 novembre 2001, n. 405, fatta eccezione per quelli individuati con apposito elenco dall'Agenzia Italiana del Farmaco, i quali, per esclusive ragioni cliniche, necessitano di essere gestiti in ambiente ospedaliero. Con il provvedimento di cui all'articolo 1, comma 426, della Legge 27 dicembre 2013, n. 147 sono definite, a saldi invariati, le modalità di copertura della spesa per gli interventi di cui al precedente periodo».

2.9819/9

COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 2.9819, per la tutela del principio universalità del bilancio regionale, è aggiunto il seguente comma:

«261-*octies.* Il comma 226 dell'articolo 2 è soppresso».

In subordine,

«261-*octies.* Il comma 226 è così sostituito: "Il terzo periodo del comma 1, dell'articolo 30 del decreto legislativo 23 giugno 2011, n. 118", è sostituito dal seguente: "Fatta salva l'erogazione dei livelli essenziali delle prestazioni eventuali risparmi nella gestione del Servizio sanitario nazionale effettuati dalle regioni rimangono nella disponibilità delle regioni stesse"».

2.9819

IL GOVERNO

Dopo il comma 261, inserire i seguenti:

«261-*bis*. Per gli anni 2015 e 2016 nello stato di previsione del Ministero della salute è istituito un fondo per il concorso al rimborso alle regioni per l'acquisto dei medicinali innovativi. Il fondo finalizzato al predetto rimborso è alimentato da:

a) un contributo statale alla diffusione dei predetti medicinali innovativi per 100 milioni di euro per l'anno 2015;

b) una quota delle risorse destinate alla realizzazione di specifici obiettivi del Piano sanitario nazionale, ai sensi dell'articolo 1, comma 34, della legge 23 dicembre 1996, n. 662, pari a 400 milioni di euro per l'anno 2015 e 500 milioni di euro per l'anno 2016.

261-*ter*. Le somme del fondo di cui al comma 261-*bis* sono versate in favore delle regioni in proporzione alla spesa sostenuta dalle regioni medesime per l'acquisto dei medicinali innovativi di cui al comma 261-*bis*, secondo le modalità individuate con apposito decreto del Ministro della salute, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, previa intesa in Conferenza Stato-Regioni.

261-*quater*. All'articolo 5, comma 3, lettera *a)*, del decreto-legge 1º ottobre 2007, n. 159, convertito, con modificazioni, dalla legge 29 novembre 2007, n. 222, è aggiunto infine il seguente periodo: "Se il fatturato derivante dalla commercializzazione di un farmaco innovativo è superiore a 300.000.000 di euro, la quota dello sforamento imputabile al superamento del fondo aggiuntivo di cui al comma 2, lettera *a)*, resta, in misura pari al 20 per cento, a carico dell'azienda titolare di AIC relativa al medesimo farmaco, e il restante 80 per cento è ripartito, ai fini del ripiano, al lordo IVA, tra tutte le aziende titolari di AIC in proporzione dei rispettivi fatturati relativi ai medicinali non innovativi coperti da brevetto".

261-*quinquies*. Il Comitato per la verifica dell'erogazione dei livelli essenziali di assistenza di cui all'articolo 9 dell'Intesa Stato-Regioni del 23 marzo 2005, monitora, a decorrere dal 2015, gli effetti di contenimento della spesa sanitaria territoriale ed ospedaliera dovuti alla diffusione dei medicinali di cui al comma 261-*bis* e al conseguente minore ricorso da parte degli assistiti ai protocolli terapeutici e alle cure erogate prima della predetta diffusione dei medicinali innovativi;

261-*sexies*. Il Ministero dell'economia e delle finanze è autorizzato ad effettuare le necessarie variazioni di bilancio con riferimento alle risorse di cui al comma 261-*bis*, lettera *b)*.

261-*septies*. Agli oneri derivanti dal comma 261-*bis*, lettera *a)*, pari a 100 milioni di euro per l'anno 2015, si provvede mediante corrispondente riduzione del Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307».

2.9820/1

GIANLUCA ROSSI

All'emendamento 2.9820, sostituire il comma con il seguente:

«263-*bis*. All'articolo 27, comma 7, del decreto legislativo 6 maggio 2011, n. 68 sono aggiunti i seguenti periodi: "A decorrere dall'anno 2016 i pesi sono definiti su proposta della Conferenza delle Regioni e Province autonome con decreto del Ministro della salute, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, previa intesa con la Conferenza Stato-Regioni, tenendo conto nella ripartizione, del costo e del fabbisogno sanitario *standard* regionale, la cui misurazione si potrà avvalere del sistema di valutazione di cui all'articolo 30 del decreto legislativo 6 maggio 2011, n. 68 e successive modificazioni ed integrazioni. Qualora la Conferenza delle regioni non formuli la proposta ovvero non venga raggiunta l'Intesa entro il 30 settembre 2015, per l'anno 2016 continuano ad applicarsi i pesi di cui al primo periodo del presente comma».

2.9820/2

COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 2.9820, al comma 263-bis, sono apportate le seguenti modifiche:

a) le parole: «dall'anno 2015», sono sostituite con «dall'anno 2016»;

b) dopo la parola: «definiti», sono inserite le seguenti: «su proposta della Conferenza delle

Regioni e Province autonome»;

c) dopo la parola: «qualora», sono inserite le seguenti: «la Conferenza delle Regioni non formuli la proposta ovvero»;

d) le parole: «30 aprile 2015, per l'anno 2015», sono sostituite dalle seguenti: «30 settembre 2015, per l'anno 2016».

2.9820

IL GOVERNO

Dopo il comma 263, è inserito il seguente comma:

«263-*bis*. All'articolo 27, comma 7, del decreto legislativo 6 maggio 2011, n. 68 sono aggiunti i seguenti periodi: "A decorrere dall'anno 2015 i pesi sono definiti con decreto del Ministro della salute, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, previa intesa con la Conferenza Stato-Regioni, sulla base dei criteri previsti dall'articolo 1, comma 34, della legge 23 dicembre 1996, n.662, tenendo conto nella ripartizione, del costo e del fabbisogno sanitario *standard* regionale, del percorso di miglioramento per il raggiungimento degli standard di qualità, la cui misurazione si potrà avvalere del sistema di valutazione di cui all'articolo 30 del decreto legislativo 6 maggio 2011, n. 68 e successive modificazioni ed integrazioni. Qualora non venga raggiunta l'Intesa entro il 30 aprile 2015, per l'anno 2015 continuano ad applicarsi i pesi di cui al primo periodo del presente comma"».

2.9821/1

COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 2.9821, sostituire le parole: «è aggiunta la seguente disposizione», con le seguenti: «sono aggiunte le seguenti disposizioni».

Al comma 1, dopo il capoverso 272-bis*, aggiungere il seguente:*

«272-*ter*. I premi riconosciuti ai dipendenti dell'Agenzia e correlati ai proventi della lotta all'evasione sono calcolati sulla base degli importi effettivamente incassati a seguito dell'attività di accertamento».

2.9821/2

SUSTA, LANZILLOTTA

All'emendamento 2.9821, sostituire le parole: «Al fine di favorire l'emersione delle basi imponibili, le convenzioni stipulate ai sensi dell'articolo 59, comma 2 del decreto legislativo 30 luglio 1999, n. 300,», con le seguenti: «Nelle more di una revisione generale della disciplina recata dal decreto legislativo 30 luglio 1999, n. 300, in materia di convenzioni tra Ministero dell'Economia e delle Finanze ed Agenzie fiscali, le convenzioni stipulate ai sensi dell'articolo 59, comma 2 del predetto decreto».

2.9821/3

SANTINI

All'emendamento 2.9821, sono apportate le seguenti modificazioni:

«*a)* al primo periodo le parole da: "rapportando al loro raggiungimento" sino alla fine sono sostituite dalle seguenti: "rapportando la misura della quota incentivante di cui all'articolo 59, comma4, lettera *c)*, del citato decreto legislativo n. 300 del 1999 al raggiungimento dell'insieme degli obiettivi individuati nelle convenzioni stesse, graduata in modo da tenere conto del miglioramento dei risultati complessivi e del recupero di gettito nella lotta all'evasione effettivamente conseguiti."

b) il secondo, il terzo e il quarto periodo sono sostituiti dai seguenti: "Tale misura può essere incrementata in relazione alla verifica e all'asseverazione da parte del Ministero dell'economia e delle finanze ? Dipartimento delle finanze, secondo i criteri e gli indicatori stabiliti nelle predette. convenzioni, del maggior gettito con riferimento alle somme incassate nell'ultima annualità consuntivata, nonché in base all'accertamento dei risparmi di spesa conseguenti a controlli che abbiano determinato il disconoscimento in via definitiva di richieste di rimborsi o di crediti d'imposta; all'esito positivo di tali riscontri gli stanziamenti iscritti nei pertinenti capitoli dello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per la suddetta quota incentivante sono integrati con apposito provvedimento in corso di gestione, nel rispetto del vincolo di neutralità finanziaria relativamente al

previgente sistema. In forza di tale vincolo, a decorrere dall'anno 2015 l'ammontare della predetta quota non può superare la somma degli importi assegnati nel 2014 a ciascuna agenzia in applicazione del citato articolo 59, comma 4, lettera *c)*, del decreto legislativo n. 300 del 1999 e dell'articolo 12, commi 1 e 2, del decreto-legge 28 marzo 1997, n. 79, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 maggio 1997, n. 140, come sostituito dall'articolo 3, comma 165, della legge 24 dicembre 2003, n. 350, e successive modificazioni; in relazione sempre al vincolo citato cessano di, avere applicazione per le agenzie fiscali, con riferimento all'attività svolta a decorrere dal 1 o gennaio 2015, le disposizioni di cui al menzionato articolo 12 del decreto-legge n. 79 del 1997 riguardanti l'assegnazione di risorse per il potenziamento dell'amministrazione economica e finanziaria e per la corresponsione di compensi al personale dipendente».

2.9821/4

COLLINA, TOMASELLI

All'emendamento 2.9821, aggiungere in fine, i seguenti commi:

«272-*bis*. In relazione ai finanziamenti agevolati già concessi, con risorse provenienti dal Fondo rotativo per il sostegno alle imprese e gli investimenti in ricerca di cui all'articolo 1, comma 354, della legge 30 dicembre 2004, n. 311, ai sensi del decreto-legge 22 ottobre 1992, n. 415, convertito con modificazioni dalla legge 19 dicembre 1992, n. 488, e degli articoli 14 e seguenti della legge 17 febbraio 1982, n.46 può essere disposta per una sola volta, su istanza dell'impresa alla banca concessionaria e subordinatamente alla valutazione positiva del soggetto finanziatore, una sospensione di dodici mesi del pagamento della quota capitale delle rate con scadenza non successiva al 31 dicembre 2015, traslando in avanti il piano di ammortamento delle quote agevolata e bancaria del finanziamento per un periodo di dodici mesi. Gli interessi relativi alle rate sospese sono corrisposti alle scadenze originarie ovvero, ove le rate risultino già scadute alla data di concessione del beneficio, entro sessanta giorni dalla predetta data, in tal caso maggiorati degli interessi di mora di cui al comma 272-*ter* da corrispondere a Cassa depositi e prestiti S.p.A.. Il conteggio degli interessi da corrispondere a Cassa depositi e prestiti S.p.A. durante il periodo di sospensione, sarà effettuato sul residuo debito effettivotempo per tempo vigente.

272-*ter*. Ai fini di cui al comma 272-*bis*, l'impresa invia l'istanza alla banca concessionaria entro quarantacinque giorni precedenti la scadenza della rata della quale si richiede la sospensione. La banca concessionaria inoltra specifica richiesta, corredata da valutazione positiva del soggetto finanziatore per la quota bancaria del finanziamento e relazione istruttoria che attesti la sussistenza dei requisiti nonché le condizioni di sostenibilità finanziaria del rimborso delle rate da parte dell'impresa, al Ministero dello sviluppo economico e alla Cassa depositi e prestiti S.p.A. affinché quest'ultima provveda a comunicare l'importo degli oneri per interessi, determinati ai sensi del decreto del Ministro dell'economia e delle finanze emanato ai sensi dell'articolo 1, comma 358, della legge 30 dicembre 2004, n. 311, corrispondenti alla sospensione di dodici mesi del pagamento della quota capitale delle rate. La Cassa depositi e prestiti S.p.A., entro 30 giorni dal ricevimento della richiesta, comunica il predetto importo alla banca concessionaria, che provvede tempestivamente ai conseguenti adempi menti nei confronti dell'impresa.

272-*quater*. Ove l'impresa non corrisponda a Cassa depositi e prestiti S.p.A. gli interessi relativi alle rate sospese alle scadenze di cui al comma 272-*bis*, la sospensione di dodici mesi del pagamento della quota capitale è revocata.

272-*quinquies*. La garanzia dello Stato di cui al decreto del Ministro dell'economia e delle finanze emanato ai sensi del comma 359 dell'articolo 1 della legge 30 dicembre 2004, n. 311, assiste i finanziamenti agevolati oggetto della sospensione di cui al comma 272-*bis*.

272-*sexies*. Dall'attuazione dei commi da 272-*bis* a 272-*quinquies* non devono derivare nuovi o maggiori oneri per la finanza pubblica».

2.9821

IL GOVERNO

Dopo il comma 272, è aggiunta la seguente disposizione:

«272-*bis*. Al fine di favorire l'emersione delle basi imponibili, le convenzioni stipulate ai sensi dell'articolo 59, comma 2, del decreto legislativo 30 luglio 1999, n. 300, stabiliscono per le agenzie fiscali specifici obiettivi di incremento del livello di adempimento spontaneo degli obblighi tributari e di contrasto all'evasione fiscale, alle frodi e agli illeciti tributari, rapportando al loro raggiungimento e alla verifica dell'effettivo conseguimento del livello di gettito prefissato nelle convenzioni stesse la misura della quota incentivante di cui all'articolo 59, comma 4, lettera *c)*, del citato decreto legislativo n. 300 del 1999. Tale misura sarà determinata in relazione al maggior gettito verificato ed asseverato dal Ministero dell'economia e delle finanze ? Dipartimento delle finanze con riferimento alle somme incassate nell'ultima annualità consuntivata. A seguito di tale verifica, gli stanziamenti iscritti nei pertinenti capitoli dello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per la predetta quota incentivante, possono essere incrementati con apposito provvedimento in corso di gestione. Per garantire la neutralità finanziaria rispetto al previgente sistema, a decorrere dall'anno 2015 l'ammontare della predetta quota non può superare la somma degli importi assegnati nel 2014 a ciascuna agenzia in applicazione del citato articolo 59, comma 4, lettera *c)*, del decreto legislativo n. 300 del 1999 e dell'articolo 12, commi 1 e 2, del decreto-legge 28 marzo 1997 n. 79, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 maggio 1997, n. 140, come sostituito dall'articolo 3, comma 165, della legge 24 dicembre 2003, n. 350, e successive modificazioni; per la stessa finalità cessano di avere applicazione per le agenzie fiscali, con riferimento all'attività svolta a decorrere dal 1º gennaio 2015, le disposizioni di cui al menzionato articolo 12 del decreto-legge n. 79 del 1997 riguardanti l'assegnazione di risorse per il potenziamento dell'amministrazione economica e finanziaria e per la corresponsione di compensi al personale dipendente. Resta fermo quanto previsto dal citato articolo 12 per la quota di risorse rivenienti dall'attività delle agenzie fiscali destinata al fondo di assistenza per i finanzieri, al fondo di previdenza per il personale del Ministero dell'economia e delle finanze, al potenziamento ed alla copertura di oneri indifferibili dell'Amministrazione economico-finanziaria e del Corpo della Guardia di Finanza nonché quanto previsto dal medesimo articolo in relazione all'incentivazione del personale del Ministero dell'economia e delle finanze cui continua a provvedersi annualmente con decreto ministeriale. Fermo restando quanto previsto dall'articolo 5, commi da 11 a 11-*quinquies*, del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, nelle more dei rinnovi contrattuali previsti dall'articolo 6 del decreto legislativo 1° agosto 2011, n. 141, i sistemi di misurazione e valutazione della performance individuale adottati dalle agenzie fiscali e i criteri selettivi da esse stabiliti per l'attribuzione del trattamento accessorio collegato alla performance del personale dipendente sono verificati nel quadro delle convenzioni di cui al citato articolo 59, comma 2, del decreto legislativo n. 300 del 1999».

2.9822

IL GOVERNO

Dopo il comma 272, inserire il seguente:

«272-*bis*. I commi 5, 6, 7 e 8 dell'articolo 16-*bis* del decreto-legge 29 novembre 2008, n. 185, sono abrogati. Le risorse finanziarie di cui all'articolo 16-*bis*, comma 8, abrogato dal precedente periodo, ove non ancora impegnate con atti giuridicamente vincolanti alla data di entrata in vigore della presente legge ovvero derivanti da economie di progetto, sono trasferite all'Agenzia per l'Italia Digitale e utilizzate dalla stessa Agenzia per interventi volti a favorire e semplificare le comunicazioni tra la pubblica amministrazione e i cittadini. A tal fine le predette risorse sono versate all'entrata del bilancio dello Stato per essere riassegnate sui pertinenti capitoli di bilancio dello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze relativi all'Agenzia per l'Italia Digitale. All'articolo 3-*bis*, comma 1, del decreto legislativo 7 marzo 2005, n. 82, le parole "rilasciato ai sensi dell'articolo 16-*bis*. comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2008, n. 185, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 gennaio 2009, n. 2" sono soppresse. Il comma 3-*quater* dell'articolo 10 del decreto-legge 13 maggio 2011, n. 70, è abrogato.

Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio».

3.4100/1

TOMASELLI

All'emendamento 3.4100, dopo le parole: «All'articolo 3,» aggiungere le seguenti: «All'articolo 3, dopo il comma 8, aggiungere il seguente:

"8-*bis*. Il Ministro dell'economia e delle finanze, con decreto da emanarsi ai sensi del comma 10 dell'articolo 38-*bis* del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633, entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, individua tra coloro nei confronti dei quali il rimborso è eseguito in via prioritaria, i soggetti di cui all'articolo 17, sesto comma, lettera *d-quinquies)* del medesimo decreto del Presidente della Repubblica n. 633 del 1972.". E dopo il».

3.4100/2

PAGLIARI

All'emendamento 3.4100, premettere il seguente periodo: «All'articolo 3, comma 7, apportare la seguente modificazione:

a) alla lettera *d-quinquies*, dopo le parole: "alle cessioni di beni" aggiungere le seguenti: "anche tramite commissionari"».

3.4100/3

DI BIAGIO

All'emendamento 3.4100, dopo la lettera c) aggiungere la lettera:

«c-*bis)*. All'articolo 3, dopo il comma 8, aggiungere il seguente:

"8-*bis*. Il Ministro dell'economia e delle finanze, con decreto da emanarsi ai sensi del comma 10 dell'articolo 38-*bis* del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633, entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, individua tra coloro nei confronti dei quali il rimborso è eseguito in via prioritaria, i soggetti di cui all'articolo 17, sesto comma, lettera *d-quinquies)* del medesimo decreto del Presidente della Repubblica n. 633 del 1972"».

3.41000/4

COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI, BISINELLA

All'emendamento 3.4100, dopo il comma 1, aggiungere il seguente:

«2. All'articolo 3, sostituire il comma 8 con il seguente:

"8. Per i fornitori di beni e di servizi di cui alla lettera *b)* del comma 7 del presente articolo, il Ministro dell'economia e delle finanze, con decreto di cui all'articolo 17-*ter*, comma 1, del medesimo decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633, introdotto dalla medesima lettera *b)* del comma 7 del presente articolo, individua le modalità di rimborso dell'eccedenza dell'imposta sul valore aggiunto secondo quanto previsto dagli articoli 30, comma 3 e 38-*bis*, comma 2 del medesimo decreto del presidente della Repubblica del 26 ottobre 1972, n. 633, e successive modificazioni."».

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 177 e 125;

all'articolo 2, sopprimere il comma 207;

all'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 550 milioni di euro a decorre dal 2015.».

3.4100

IL GOVERNO

Al comma 10, apportare le seguenti modificazioni:

a) al primo periodo, le parole: «e lettera b),» sono soppresse;

b) dopo il primo periodo è inserito il seguente: «Le disposizioni di cui al comma 7, lettera *b)*, nelle more del rilascio, ai sensi dell'articolo 395 della direttiva 2006/112/CE, della misura di deroga da parte del Consiglio dell'Unione europea, trovano comunque applicazione per le operazioni per le quali l'imposta sul valore aggiunto è esigibile a partire dal 1º gennaio 2015.»;

c) al terzo periodo, le parole: «della suddetta misura di deroga» sono sostituite dalle seguenti:

«delle suddette misure di deroga».

3.4101

IL GOVERNO

All'articolo 3, apportare le seguenti modificazioni:

«1. Al comma 14, dopo le parole: "a disposizione del contribuente" sono aggiunte le seguenti: "e della Guardia di finanza».

2. Al comma 15, lettera *b)*, sono apportate le seguenti modifiche:

a) al numero 1.2), dopo il capoverso *b*-ter) è aggiunto il seguente: "ad un quinto del minimo se la regolarizzazione degli errori e delle omissioni, anche se incidenti sulla determinazione o sul pagamento del tributo, avviene dopo la constatazione della violazione ai sensi dell'articolo 24 della legge 7 gennaio 1929, n. 4, salvo che la violazione non rientri tra quelle indicate nell'articolo 6, comma 3 o 11, comma 5; del decreto legislativo 18 dicembre 1997, n. 471";

b) al numero 2, dopo il capoverso 1-*ter)* è aggiunto il seguente: "1-*quater)*. Il pagamento e la regolarizzazione di cui al presente articolo non precludono l'inizio o la prosecuzione di accessi, ispezioni, verifiche o altre attività amministrative di controllo e accertamento"».

3.4101/1

COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 3.4101, al comma 2, lettera a) sostituire le parole: «ad un quinto» con le seguenti: «ad un sesto».

3.4102/1

ENDRIZZI, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

All'emendamento 3.4102, lettera a), capoverso «20-bis», lettera a), sostituire le parole: «somma di euro 10.000» con le seguenti: «somma di euro 20.000».

3.4102/2

ENDRIZZI, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

All'emendamento 3.4102, lettera a), capoverso «20-bis», lettera a), sostituire le parole: «somma di euro 10.000» con le seguenti: «somma di euro 15.000».

3.4102/3

ENDRIZZI, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

All'emendamento 3.4102, sopprimere le lettere c) e d).

3.4102/4

ENDRIZZI, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

All'emendamento 3.4102, sopprimere la lettera c).

3.4102/5

ENDRIZZI, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

All'emendamento 3.4102, lettera a), capoverso «20-bis», lettera e), sopprimere le parole: «ridotta di un terzo e senza applicazione di sanzioni ed interessi,».

3.4102/6

ENDRIZZI, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

All'emendamento 3.4102, lettera e), numero 1), sostituire le parole: «di euro tremila», con le seguenti: «di euro seimila».

3.4102/7

ENDRIZZI, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

All'emendamento 3.4102, lettera e), numero 2), sostituire le parole: «del sei per cento», con le seguenti: «del 12 per cento» e le parole: «di euro tremila», con le seguenti: «di euro seimila».

3.4102/8

MARINELLO, GUALDANI

All'emendamento 3.4102, lettera f), sostituire il capoverso 26-bis, con il seguente:

«26-*bis*. A fini di concorso al miglioramento degli obiettivi di finanza pubblica e in anticipazione del più organico riordino della misura degli aggi e dei compensi spettanti ai concessionari e agli altri

operatori di filiera nell'ambito delle reti di raccolta del gioco per conto dello Stato, in attuazione dell'articolo 14, comma 2, lettera *g)*, della legge 11 marzo 2014, n. 23, è stabilita in 500 milioni di euro per l'anno 2015, delle risorse statali a disposizione, a titolo di compenso dei titolari degli esercizi presso i quali sono installati apparecchi di cui all'articolo 110, comma 6, del tulps (cosiddetti "esercenti"). Conseguentemente, con riferimento all'anno 2015, e premesso che risultano attivi alla data del 31 dicembre 2014 presso gli esercizi circa 440.000 apparecchi di cui all'articolo 110, comma 6, del tulps:

a) gli esercenti verseranno direttamente all'Agenzia delle Dogane e dei Monopoli un importo straordinario di euro 1.150 per ogni apparecchio di cui all'articolo 110, comma 6, lettere *a)* e *b)* del Tulps installati presso ciascun loro esercizio;

b) con provvedimento direttoriale dell'Agenzia delle dogane e dei monopoli, adottato entro il 15 febbraio 2015, previa ricognizione, sono stabiliti il numero degli apparecchi di cui all'articolo 110, comma 6, lettere *a)* e *b)* del Tulps riferibili a ciascun singolo esercizio, nonché le modalità di effettuazione del versamento da parte degli esercenti;

c) i concessionari, nell'esercizio delle funzioni pubbliche loro attribuite, in caso di mancato pagamento da parte degli esercenti di quanto dovuto ai sensi delle precedenti lettere, a seguito di segnalazione dell'Agenzia delle Dogane e dei Monopoli detrarranno gli importi non corrisposti dagli esercenti dai compensi a questi ultimi contrattualmente dovuti. Gli importi trattenuti saranno quindi versati dai concessionari all'Agenzia delle Dogane e dei Monopoli».

3.4102/9

SUSTA

All'emendamento 3.4102, sostituire il comma 26-bis con il seguente:

«26-*bis*. Ai fini di concorso al miglioramento degli obiettivi di finanza pubblica e in anticipazione del più organico riordino del settore del gioco operante per conto dello Stato previsto mediante la legge 11 marzo 2014, n. 23, si prevede, a decorrere dal 1º gennaio 2015, il reperimento di maggiori entrate erariali dal settore del gioco pubblico per 500 milioni di euro all'anno, come segue:

a) con propri provvedimenti, da adottarsi entro trenta giorni dall'entrata in vigore della presente legge, l'Agenzia delle dogane e dei monopoli stabilisce che ai fini dell'iscrizione o del rinnovo dell'iscrizione nell'elenco dei soggetti di cui all'articolo 1, comma 533, della legge n. 266 del 2005, come sostituito dall'articolo 1, comma 82, della legge 13 dicembre 2010, n. 220, è previsto il versamento del seguente tributo: euro 1.000 per i soggetti da iscrivere nella Sezione C dell'elenco;

b) l'Agenzia delle Dogane e dei Monopoli, con propri provvedimenti, da adattarsi entro trenta giorni dall'entrata in vigore della presente legge, dispone che il prelievo sulle vincite eccedenti la somma di Euro 500,00, introdotto in osservanza delle disposizioni di cui all'articolo 2, comma 3, del decreto-legge 13 agosto 2011, n. 138, convertito con modificazioni dalla legge 14 settembre 2011, n. 148, e del decreto del Ministro dell'Economia e delle Finanza del 16 dicembre 2011, pubblicato in *Gazzetta Ufficiale* del 31 dicembre 2011, è pari a19 per cento dell'eccedenza;

c) l'Agenzia delle dogane e dei Monopoli, con propri provvedimenti, da adattarsi entro trenta giorni dall'entrata in vigore della presente legge, dispone che il prelievo sulle vincite rivenienti dal gioco del Lotto e dai giochi ad esso collegati e complementari è pari al 9 per cento;

d) a decorrere dal 1º gennaio 2015, la percentuale destinata alle vincite per il gioco praticato mediante gli apparecchi di cui all'articolo 110, comma 6, lettera *a)*, del testo unico di cui al regio decreto 18 giugno 1931, n. 773, e successiva modificazioni, fissata in misura non inferiore al 73 per cento e il prelievo sulla raccolta è fissato nella misura del 14 per cento».

3.4102/10

ENDRIZZI, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

All'emendamento 3.4102, lettera f), capoverso «26-bis», lettera b), sostituire le parole: «500 milioni», con le seguenti: «900 milioni».

3.4102

IL GOVERNO

All'articolo 3:

a) anteporre al comma 20 il seguente:

«20-*bis*. In attesa del riordino della materia dei giochi pubblici in attuazione dell'articolo 14 della legge 11 marzo 2014, n. 23, per assicurare tutela dell'ordine pubblico e della sicurezza, nonché delle fasce sociali più deboli e dei minori di età, a decorrere dal 1º gennaio 2015 ai soggetti attivi alla data del 30 ottobre 2014, che comunque offrono scommesse con vincite in denaro in Italia, per conto proprio ovvero di soggetti terzi, anche esteri, senza essere collegati al totalizzatore nazionale dell'Agenzia delle dogane e dei monopoli, in considerazione del fatto che, in tale caso, il giocatore è l'offerente, il contratto di gioco è pertanto perfezionato in Italia e conseguentemente regolato secondo la legislazione nazionale, è consentito regolarizzare la propria posizione alle seguenti condizioni:

a) non oltre il 31 gennaio 2015 i soggetti inoltrano all'Agenzia delle dogane e dei monopoli, secondo il modello reso disponibile sul sito istituzionale dell'Agenzia entro il 5 gennaio 2015, una dichiarazione di impegno alla regolarizzazione fiscale per emersione con la domanda di rilascio di titolo abilitativo ai sensi dell'articolo 88 del testo unico di cui al regio decreto 18 giugno 1931, n. 773, e successive modificazioni, nonché di collegamento al totalizzatore nazionale, anche mediante uno dei concessionari di Stato per la raccolta di scommesse, con il contestuale versamento mediante modello F24 della somma di euro 10.000, da compensare in sede di versamento anche solo della prima rata di cui alla lettera *e)*;

b) le domande sono sottoscritte dal titolare dell'esercizio ovvero del punto di raccolta che offre le scommesse di cui al comma 1. Si considerano tempestive anche le domande delle quali una copia dell'originale risulta pervenuta per posta elettronica entro il 31 gennaio 2015, con la copia del modello di versamento quietanzato, all'indirizzo reso disponibile entro il 5 gennaio 2015 sul sito istituzionale dell'Agenzia;

c) le domande recano altresì l'esplicito impegno di sottoscrizione presso l'Agenzia delle dogane e dei monopoli, non oltre il 28 febbraio 2015, di disciplinare di raccolta delle scommesse, predisposto dall'Agenzia, recante condizioni e termini appositamente coerenti con quelle sottoscritte dai concessionari di Stato per la raccolta delle scommesse e con il regime di regolarizzazione;

d) l'Agenzia delle dogane e dei monopoli, subito dopo la sottoscrizione del disciplinare di raccolta della scommesse di cui alla lettera *c)*, trasmette alla Questura territorialmente competente le domande pervenute, nonché la documentazione allegata dal richiedente a comprova dei prescritti requisiti;

e) la regolarizzazione fiscale si perfeziona con il versamento dell'imposta unica di cui al decreto legislativo 23 dicembre 1998, n. 504, e successive modificazioni, dovuta per i periodi d'imposta anteriori a quello 2015 e per i quali non sia ancora scaduto il termine di decadenza per l'accertamento, determinata con le modalità previste dall'articolo 24, comma 10, del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, ridotta di un terzo e senza applicazione di sanzioni ed interessi, in due rate di pari importo che scadono, rispettivamente, il 30 giugno e il 30 novembre 2015;

f) gli atti di accertamento e di irrogazione di sanzioni già notificati entro il 31 dicembre 2014 perdono effetto a condizione che l'imposta versata per la regolarizzazione, con riguardo al periodo d'imposta oggetto degli atti medesimi, non sia di importo inferiore a quello in essi indicato;

g) con la presentazione della domanda al titolare dell'esercizio ovvero del punto di raccolta è riconosciuto il diritto, esclusivamente fino alla data di scadenza, nell'anno 2016, delle concessioni di Stato vigenti per la raccolta delle scommesse, di gestire analoga raccolta, anche per conto di uno degli attuali concessionari;

h) il titolare dell'esercizio ovvero del punto di raccolta perde il diritto di cui alla lettera *g)* in caso di mancato rilascio del titolo abilitativo di cui all'articolo 88 del testo unico n. 773 del 1931 ovvero di mancato versamento anche di una sola delle rate di cui alla lettera *e)*. Il provvedimento di diniego della licenza dispone la chiusura dell'esercizio;

i) con provvedimento direttoriale dell'Agenzia delle dogane e dei monopoli, pubblicato sul sito

istituzionale dell'Agenzia entro il 15 gennaio 2015, sono adottate le disposizioni attuative del presente comma, ivi incluse quelle eventualmente occorrenti per consentire ai soggetti che si regolarizzano ai sensi del presente comma l'annotazione e la contabilizzazione delle scommesse raccolte fino al momento del loro effettivo collegamento al totalizzatore nazionale.

b) nel comma 21:

1) sostituire la alinea con la seguente: "Nei riguardi dei soggetti di cui al comma 20-*bis* che non aderiscono al regime di regolarizzazione di cui al comma 21, ovvero nei riguardi dei soggetti che, pur avendo aderito a tale regime, ne sono decaduti, ferma restando l'applicazione di quanto previsto dall'articolo 4, comma 4-*bis*, della legge 13 dicembre 1989, n. 401, e successive modificazioni, trovano applicazione, per esigenze di ordine pubblico e sicurezza, nonché di tutela dei minori di età e delle fasce sociali più deboli, i seguenti obblighi e divieti:";

2) la lettera *e)* è sostituita dalla seguente:

"*e)* il titolare dell'esercizio o del punto di raccolta comunica i propri dati anagrafici e l'esistenza dell'attività di raccolta di gioco con vincita in denaro al Questore territorialmente competente entro sette giorni dalla data di entrata in vigore della presente disposizione e, successivamente, entro sette giorni dalla data di avvio dell'attività. Il proprietario dell'immobile in cui ha sede l'esercizio o il punto di raccolta comunica i predetti dati ed informazioni sull'attività di raccolta di gioco alla Agenzia delle dogane e dei monopoli entro gli stessi termini di cui al periodo precedente. Chiunque esercita un punto di raccolta di scommesse, ai sensi del presente comma, deve essere in possesso dei requisiti soggettivi corrispondenti a quelli richiesti per il rilascio della licenza di cui all'articolo 88 del regio decreto 18 giugno 1931, n. 773, e successive modificazioni. Ove ne accerti l'insussistenza, il Questore dispone la chiusura immediata dell'esercizio o del punto di raccolta. Gli ufficiali e gli agenti di pubblica sicurezza dispongono delle facoltà previste dall'articolo 16 del regio decreto n. 773 del 1931";

3) nella lettera *h)* il numero 5) è sostituito dal seguente:

"5) quanto alla lettera *e)*, con la sanzione amministrativa pecuniaria di euro 5.000. Tale sanzione è raddoppiata qualora il titolare dell'esercizio o del punto di raccolta, nonché il proprietario dell'immobile in cui opera l'esercizio o il punto di raccolta, non provvedano alla comunicazione di cui alla lettera *e)* nel termine di sette giorni dalla contestazione. Nel caso in cui è il titolare dell'esercizio o del punto di raccolta ad omettere la dichiarazione è altresì disposta la chiusura dell'esercizio;";

c) il comma 22 è sostituito dal seguente:

"22. Relativamente alle attività disciplinate nei commi 20-*bis* e 21 si applicano le disposizioni di cui all'articolo 15-*ter* del decreto-legge 1º luglio 2009, n. 78, convertito, con modificazioni, dalla legge 3 agosto 2009, n. 102.";

d) il comma 23 è soppresso;

e) sostituire nel comma 24:

1) alla lettera *a)*, le parole "di euro 1.500" con le parole: "di euro tremila";

2) alla lettera *b)*, le parole "del 3 per cento" con le parole: "del sei per cento", nonché le parole "di euro 1.500" con le parole: "di euro tremila";

f) dopo il comma 26 aggiungere i seguenti:

"26-*bis*. A fini di concorso al miglioramento degli obiettivi di finanza pubblica e in anticipazione del più organico riordino della misura degli aggi e dei compensi spettanti ai concessionari e agli altri operatori di filiera nell'ambito delle reti di raccolta del gioco per conto dello Stato, in attuazione dell'articolo 14, comma 2, lettera *g)*, della legge 11 marzo 2014, n. 23, è stabilita in 500 milioni di euro su base annua la riduzione, a decorrere dall'anno 2015, delle risorse statali a disposizione, a titolo di compenso, dei concessionari e dei soggetti che, secondo le rispettive competenze, operano nella gestione e raccolta del gioco praticato mediante apparecchi di cui all'articolo 110, comma 6, del Tulps. Conseguentemente, dal 1° gennaio 2015:

a) ai concessionari è versato dagli operatori di filiera l'intero ammontare della raccolta del gioco praticato mediante i predetti apparecchi, al netto delle vincite pagate. I concessionari comunicano alla Agenzia delle dogane e dei monopoli i nominativi degli operatori di filiera che non

effettuano tale versamento, anche ai fini dell'eventuale successiva denuncia all'autorità giudiziaria competente;

b) i concessionari, nell'esercizio delle funzioni pubbliche loro attribuite, in aggiunta a quanto versato allo Stato ordinariamente, a titolo di imposte ed altri oneri dovuti a legislazione vigente e sulla base delle convenzioni di concessione, versano altresì annualmente la somma di 500 milioni di euro, entro i mesi di aprile e di ottobre di ogni anno, ciascuno in quota proporzionale al numero di apparecchi ad essi riferibili alla data del 31 dicembre 2014. Con provvedimento direttoriale della Agenzia delle dogane e dei monopoli, adottato entro il 15 gennaio 2015, previa ricognizione, sono stabiliti il numero degli apparecchi di cui all'articolo 110, comma 6, lettere *a)* e *b)*, del Tulps riferibili a ciascun concessionario, nonché le modalità di effettuazione del versamento. Con analogo provvedimento si provvede, a decorrere dall'anno 2016, previa periodica ricognizione, all'eventuale modificazione del predetto numero di apparecchi;

c) i concessionari, nell'esercizio delle funzioni pubbliche loro attribuite, ripartiscono con gli altri operatori di filiera le somme residue, disponibili per aggi e compensi, rinegoziando i relativi contratti e versando gli aggi e compensi dovuti esclusivamente a fronte della sottoscrizione dei contratti rinegoziati.

26-*ter*. In considerazione del generale dovere di conservazione dei valori patrimoniali pubblici, nonché di quello particolare di assicurare il miglioramento dei livelli di servizio in materia di giochi pubblici, al fine di preservarne lo svolgimento e di salvaguardare i valori delle relative concessioni, oltre che garantire una equilibrata concorrenza fra i concessionari di giochi diversi, con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, su proposta dell'Agenzia delle dogane e dei monopoli, è consentita l'adozione di ogni misura utile di sostegno della offerta di gioco, incluse quelle che riguardano il prelievo, la restituzione in vincita e la posta di gioco, nei casi in cui la relativa offerta di specifici prodotti denoti una perdita di raccolta e di gettito erariale, nell'arco dell'ultimo triennio, non inferiore al quindici per cento all'anno. In tali casi, tenuto conto della sostanziale natura commerciale delle attività di gioco oggetto di concessione, con i conseguenti, obiettivi ed ineliminabili margini di aleatorietà delle relative scelte, i provvedimenti adottati ai sensi del presente comma non comportano responsabilità erariale quanto ai loro effetti finanziari.

26-*quater*. L'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307, è incrementata di 387 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015.

26-*quinquies*. Il fondo per la riduzione della pressione fiscale di cui all'articolo 1, comma 431, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, è incrementato di 150 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015. Dette risorse sono accantonate e rese indisponibili e potranno essere utilizzate nella misura delle somme effettivamente incassate per la parte eccedente l'importo di 350 milioni di euro».

3.4103/1

URAS, STEFANO, DE PETRIS, PETRAGLIA

All'emendamento 3.4103, al capoverso 26-bis, primo periodo, le parole: «con pregresse esperienze nella gestione o raccolta di gioco, con sede legale in uno degli Stati dello Spazio economico europeo,», sono sostituite dalle seguenti: «con sede legale in Italia e».

3.4103/2

ENDRIZZI, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

All'emendamento 3.4103, capoverso «26-bis», lettera b), sostituire le parole: «700 milioni di euro», con le seguenti: «un miliardo di euro».

3.4103/3

ENDRIZZI, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

All'emendamento 3.4103, capoverso «26-bis», dopo la lettera g), inserire la seguente: «g-bis. obbligo per il concessionario di investire almeno l'1 per cento della raccolta al fine di pubblicizzare, con i più idonei strumenti informativi e di avvertimento, il rischio di dipendenza dalla pratica di giochi con vincite in denaro, le relative probabilità di vincita, nonché la presenza sul territorio dei servizi di

assistenza pubblici e del privato sociale dedicati alla cura e al reinserimento sociale delle persone con patologie correlate alla G.A.P;».

3.4103

IL GOVERNO

All'articolo 3, dopo il comma 26, inserire i seguenti:

«26-*bis*. In vista della scadenza della concessione vigente, per garantire la tutela degli interessi pubblici nelle attività di raccolta del gioco, la gestione del servizio del gioco del Lotto automatizzato e degli altri giochi numerici in quota fissa, per la sua raccolta sia attraverso la rete dei concessionari di cui all'articolo 12 della legge 2 agosto 1982, n. 528, e successive modificazioni, nonché all'articolo 33, comma 1, della legge 23 dicembre 1994, n. 724, e successive modificazioni, sia a distanza, è affidata in concessione aggiudicata dalla Agenzia delle dogane e dei monopoli, nel rispetto dei principi e delle regole comunitarie e nazionali, ad una qualificata impresa con pregresse esperienze nella gestione o raccolta di gioco, con sede legale in uno degli Stati dello Spazio economico europeo, munita di idonei requisiti di affidabilità morale, tecnica ed economica, scelta mediante procedura di selezione aperta, competitiva e non discriminatoria. La procedura è indetta alle seguenti condizioni essenziali:

a) durata della concessione di nove anni, non rinnovabile;

b) selezione basata sul criterio dell'offerta economicamente più vantaggiosa e, quanto alla componente prezzo, base d'asta, per le offerte al rialzo, di 700 milioni di euro;

c) versamento del prezzo indicato nella offerta del concorrente risultato primo in graduatoria nella misura di 3o milioni di euro, all'atto dell'aggiudicazione, nell'anno 2015, nella misura di 250 milioni di euro nell'anno 2016, all'atto dell'effettiva assunzione del servizio del gioco da parte dell'aggiudicatario, e nella misura residua nell'anno 2017, entro il 30 aprile di tale anno;

d) facoltà per il concessionario aggiudicato di utilizzare la rete di telecomunicazioni per prestazioni, dirette o indirette, di servizi diversi dalla raccolta del gioco del Lotto e degli altri giochi numerici a quota fissa purché compatibili con la raccolta stessa a giudizio dell'Agenzia delle dogane e dei monopoli;

e) aggio per il concessionario pari al 6 per cento della raccolta;

f) obbligo di aggiornamento tecnologico del sistema della rete e dei terminali di gioco secondo standard qualitativi che garantiscono la massima sicurezza ed affidabilità, secondo il piano d'investimento che costituisce parte dell'offerta tecnica;

g) obbligo per il concessionario di versamento annuale all'erario delle somme comunque eventualmente non investite secondo il piano di cui alla lettera *f)*;

h) obbligo per ciascun concorrente di effettuare, all'atto della partecipazione alla procedura selettiva, un versamento a favore della predetta Agenzia pari all'importo dei compensi di cui al comma 26-*ter*, con diritto alla restituzione esclusivamente per quelli diversi dall'aggiudicatario 26-*ter*. La commissione di gara per la procedura di selezione concorrenziale di cui al comma 26-*bis*, che opera presso l'Agenzia delle dogane e dei monopoli, la quale assicura i relativi servizi di segreteria nell'ambito dei suoi ordinari stanziamenti di bilancio, è composta di 5 membri, di cui almeno il presidente e due componenti scelti tra persone di alta qualificazione professionale, inclusi magistrati o avvocati dello Stato in pensione, e gli ulteriori componenti scelti tra i dirigenti di livello dirigenziale generale della predetta Agenzia. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze sono stabiliti i compensi per i componenti della commissione diversi dai dirigenti dell'Agenzia.».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 132, sostituire le parole da: «6,1 milioni di euro per l'anno 2015» *fino alla fine, con le seguenti:* «36,1 milioni di euro per l'anno 2015, di 282,8 milioni di euro per l'anno 2016, di 332,7 milioni di euro per l'anno 2017, di 211 milioni di euro per l'anno 2018, di 219,5 milioni di euro per l'anno 2019, di 231,4 milioni di euro per l'anno 2020, di 309,65 milioni di euro per l'anno 2021, di 324,05 milioni di euro per l'anno 2022, di 326,75 milioni di euro per l'anno 2023, di 327,25 milioni di euro per l'anno 2024, di 330,25 milioni di euro per l'anno 2025 e di 339,85 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2026.».

3.4104/1

MANGILI, LEZZI, BULGARELLI

All'emendamento 3.4104, alla lettera b), dopo il comma 27-bis, aggiungere il seguente:

«27-*ter*. Le disposizioni di cui al comma 27-*bis* non si applicano alle Fondazioni bancarie di cui al decreto legislativo 17 maggio 1999, n. 153».

3.4104/2

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, D'AMBROSIO LETTIERI

All'emendamento 3.4104, dopo la lettera b), aggiungere la seguente:

«b-*bis)* al comma 30, sostituire le parole: "per i proventi percepiti", con le seguenti: "per i decessi verificatisi"».

Conseguentemente, ridurre di 50 milioni di euro lo stanziamento della allegata tabella A, rubrica del Ministero dell'economia e delle finanze*, per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017.*

3.4104

IL GOVERNO

All'articolo 3 apportare le seguenti modificazioni:

a) al comma 27, l'ultimo periodo è sostituito dal seguente: "In deroga alle disposizioni dell'articolo 3 della legge 27 luglio 2000, n. 212, concernente l'efficacia temporale delle norme tributarie, la disposizione del periodo precedente si applica agli utili messi in distribuzione dal 1º gennaio 2014";

b) dopo il comma 27, è aggiunto il seguente:

"27-*bis*. È riconosciuto un credito d'imposta pari alla maggiore imposta sul reddito delle società dovuta, nel solo periodo d'imposta in corso al 1º gennaio 2014, in applicazione della disposizione introdotta con il comma 27. Il credito va indicato nella dichiarazione dei redditi per il periodo d'imposta successivo a quello in corso al 1º gennaio 2014, non concorre né alla formazione del reddito né ai fini della determinazione del valore della produzione ai fini dell'imposta sul reddito delle attività produttive e non rileva ai fini del rapporto di cui agli articoli 61 e 109, comma 5, del decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917. Il credito può essere utilizzato, esclusivamente in compensazione, senza alcun altro limite quantitativo, a decorrere dal 1º gennaio 2016, nella misura del 33,33 per cento del suo ammontare, dal 1º gennaio 2017, nella medesima misura e, dal 1º gennaio 2018, nella misura rimanente.".

c) dopo il comma 66, inserire il seguente:

"66-*bis*. L'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307, è ridotta di 85,2 milioni di euro per ciascuno degli anni 2016, 2017 e 2018"».

3.4105

IL GOVERNO

All'articolo 3, dopo il comma 30, è aggiunto il seguente:

«30-*bis*. La disposizione di cui all'articolo 19 del decreto del Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, n. 601 deve intendersi nel senso che l'imposta sostitutiva sui finanziamenti di cui agli articoli 15, 16 e 17 del medesimo decreto, si applica anche ai finanziamenti erogati direttamente dallo Stato o dalle regioni.

Ferma restando l'esclusione dalla base imponibile dell'imposta sostitutiva, in relazione a tali operazioni non va esercitata l'opzione di cui all'articolo 17 e non devono essere presentate le dichiarazioni di cui all'articolo 20 del medesimo decreto e all'articolo 8, comma 4, del decreto-legge 27 aprile 1990, n. 90, convertito, con modificazioni, dalla legge 26 giugno 1990, n. 165».

3.4106/1

LUIGI MARINO

L'emendamento è soppresso.

3.4106/2

RUTA

All'emendamento 3.4106, apportare le seguenti modificazioni:

a) Al primo capoverso, dopo le parole: «dei predetti fondi»*, inserire le seguenti:* «Per gli anni 2015, 2016 e 2017 il complesso delle spese finali per la regione Molise è determinato, sia in termini di competenza sia in termini di cassa, dalla somma delle spese correnti e in conto capitale . risultanti dal consuntivo al netto di quelle effettuate per la ricostruzione e il ripristino dei danni causati dagli eventi sismici dell'ottobre e del novembre 2002. L'esclusione opera nei limiti complessivi di 30 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015,2016 e 2017.»;

b) Al secondo capoverso, sostituire le parole: «30 milioni di euro»*, con le seguenti: 60 milioni di euro«.*

3.4106/3

RUTA

All'emendamento 3.4106, apportare le seguenti modificazioni:

a) Al primo capoverso, dopo le parole: «dei predetti fondi»*, inserire le seguenti:* «Per gli anni 2015, 2016 e 2017 il complesso delle spese finali per la regione Molise è determinato, sia in termini di competenza sia in termini di cassa, dalla somma delle spese correnti e in conto capitale risultanti dal consuntivo al netto di quelle effettuate per la ricostruzione e il ripristino dei danni causati dagli eventi sismici dell'ottobre e del novembre 2002. L'esclusione opera nei limiti complessivi di 30 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017.»;

b) Al secondo capoverso, dopo le parole: «dal 2015 al 2017»*, aggiungere le seguenti:* «e alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 30.000.000;

2016: ? 30.000.000;

2017: ? 30.000.000».

3.4106/4

MARINELLO, GUALDANI

All'emendamento 3.4106, aggiungere in fine le seguenti parole: «Inoltre, ai Comuni di cui al D.M. 2 agosto 2006 del Ministero delle Infrastrutture beneficiari delle provvidenze di cui all'articolo 1, comma 224, della legge 24 dicembre 2012 n. 228, (Legge di Stabilità 2013), che alla data del 31 dicembre 2014 non hanno potuto accertare, relativamente al Patto di Stabilità interno, in termini di cassa, le somme trasferite con D.M. 16573 del 13 ottobre 2014 del Ministero delle Infrastrutture, non si applicano le sanzioni previste dall'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n. 183».

3.4106/5

BELLOT, MUNERATO, COMAROLI, TOSATO, BISINELLA, STEFANI

All'emendamento 3.4106, dopo il comma 1, aggiungere il seguente:

«2. All'articolo 3, dopo il comma 32, aggiungere il seguente:

"32-*bis*. Al fine di finanziare le spese conseguenti allo stato di emergenza derivante dagli eccezionali eventi meteorologici che hanno colpito il territorio del Veneto tra Gennaio e Febbraio del 2014, nonché per la copertura degli oneri conseguenti allo stesso, è autorizzata la spesa di 50 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016. All'onere derivante dall'applicazione del presente comma si provvede, per l'anno 2015, a valere sulle risorse del Fondo per lo sviluppo e la coesione che si renderanno disponibili a seguito della verifica sull'effettivo stato di attuazione degli interventi previsti nell'ambito della programmazione 2007-2013, per un importo pari a 50 milioni di euro per l'anno 2015, destinato ad interventi in conto capitale nei territori colpiti dai predetti eventi calamitosi.

2. Per le medesime finalità di cui al comma 1, sono assegnati dal CIPE, con propria delibera, adottata d'intesa con la Presidenza del Consiglio dei ministri ? Dipartimento della protezione civile, 50 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016, a valere sulle risorse della programmazione nazionale 2014-2020 del Fondo per lo sviluppo e la coesione. Con la stessa delibera sono stabilite le procedure per la concessione dei contributi a valere sugli importi assegnati dal CIPE».

Conseguentemente all'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 50 milioni di

euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016».

3.4106/6

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 1, aggiungere il seguente:

«2. All'articolo 3 dopo il comma 31, aggiungere il seguente:

"31-*bis*) per l'anno 2015 sono sospesi i versamenti e gli adempi menti tributari, compresi quelli contributivi, e quelli derivanti da cartelle emesse da agenti della riscossione per i territori colpiti dal sisma del 20 e 29 maggio 2012 e/o dai successivi eventi calamitosi ed alluvionali nel territorio della Regione Emilia Romagna;"».

Conseguentemente, sopprimere i commi 1165 e 125 dell'articolo l, e il comma 207 dell'articolo 2.

3.4106/7

MARINELLO, GUALDANI

All'emendamento 3.4106 sono aggiunte in fine le seguenti parole:

«Per le finalità previste all'articolo 1, comma 225 della legge 24 dicembre 2012, n. 228, è attribuito agli enti territoriali interessati un contributo pari a 30 milioni di euro per l'anno 2015. La ripartizione delle somme ai Comuni è effettuata con provvedimento del Ministero delle Infrastrutture e dei Trasporti, nel rispetto delle quote percentuali concordate con il Coordinamento degli Enti territoriali interessati».

Conseguentemente alla tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *ridurre come segue gli stanziamenti previsti:*

2015: ? 30.000.000.

3.4106/8

BELLOT, MUNERATO, COMAROLI, TOSATO, BISINELLA, STEFANI

Dopo il comma 1, aggiungere il seguente:

«2. All'articolo 3, dopo il comma 32, aggiungere il seguente:

"32-*bis*. Al fine di finanziare le spese conseguenti allo stato di emergenza derivante dagli eccezionali eventi meteorologici che hanno colpito il territorio del Veneto tra Gennaio e Febbraio del 2014, nonché per la copertura degli oneri conseguenti allo stesso, è autorizzata la spesa di 50 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016"».

Conseguentemente all'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di patte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 50 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016».

3.4106

IL GOVERNO

All'articolo 3, comma 32 aggiungere alla fine il seguente periodo: «A tal fine è autorizzata la spesa di 30 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015-2017. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze sono stabiliti i criteri di assegnazione dei predettifondi».

Conseguentemente, all'articolo 3, dopo il comma 66, inserire il seguente:

«66-*bis*. L'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307, è ridotta di 30 milioni di euro annui dal 2015 al 2017».

3.4107/1

DI BIAGIO

1. All'emendamento 3.4107, apportare le seguenti modifiche:

al primo periodo, le parole: «inserire il seguente» *sono sostituite dalle parole:* «inserire i seguenti»;

dopo il comma 45-bis, *inserire i seguenti commi:*

«45-*ter*. All'articolo 13 comma 2 del decreto-legge n. 201 del 2011, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 214 del 2011, è aggiunto il seguente periodo: "È considerata direttamente

adibita ad abitazione principale l'unità immobiliare posseduta dai cittadini italiani non residenti nel territorio dello Stato e iscritti all'Anagrafe degli Italiani residenti all'Estero (AIRE), a titolo di proprietà o di usufrutto in Italia, a condizione che non risulti locata o data in comodato d'uso".

45-*quater*. Sull'unità immobiliare di cui al presente comma , le imposte comunali TARI e TASI sono applicate, per ciascun anno, in misura ridotta di due terzi.

45-*quinquies*. L'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 1, comma 5 del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito con modificazioni dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307 è ridotta di 4 milioni di euro annui a decorrere dal 2015».

3.4107/2

VACCARI, ZANONI

All'emendamento 3.4107, sostituire la lettera a) con la seguente:

«*a)* nel secondo periodo, aggiungere in fine le seguenti parole: "ne per il 2015 l'aliquota massima non può eccedere il 3,5 per mille"».

3.4107/3

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, D'AMBROSIO LETTIERI

All'emendamento 3.4107, alla lettera a), aggiungere in fine le seguenti parole: «e le parole: "2,5 per mille" sono sostituite dalle seguenti: "1,5 per mille"».

Conseguentemente, all'articolo 1:

al comma 4, è sostituita la parola: «1.000» *con la parola:* «500» *e la parola:* «3.000» *con la parola:* «1000»;

è soppresso il comma 7.

Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla allegata Tabella C sono ridotte in maniera lineare del 10 per cento.

È soppressa la tabella A allegata alla presente legge.

3.4107/4

URAS, STEFANO, DE PETRIS, PETRAGLIA

All'emendamento 3. 4107 del Governo, al capoverso «45-bis» , sono apportate le seguenti modificazioni:

1) *alla lettera* b) *aggiungere, in fine, le seguenti parole:* «e le parole: "che siano finanziate» *sono sostituite dalle seguenti:* «che le maggiori entrate siano integralmente destinate a» finanziare»;

2) *dopo la lettera* b) *aggiungere la seguente:*

"*c)* dopo il terzo periodo aggiungere il seguente: «Al fine di assicurare la massima trasparenza circa l'effettiva, integrale destinazione delle maggiori entrate per i comuni derivanti dall'incremento delle aliquote della TASI disposto ai sensi del periodo precedente, al bilancio consuntivo dei comuni che approvano il predetto incremento, a decorrere dell'esercizio nel quale è stata incrementata l'aliquota, è allegato uno specifico prospetto, redatto secondo un modello stabilito dal Ministero dell'economia e finanze, nel quale sono indicate analiticamente le maggiori entrate riscosse dall'ente locale a fronte dell'incremento, nonché le modalità attraverso cui tali risorse sono state destinate alle detrazioni dalla TASI, con indicazione delle diverse tipologie di detrazione e delle risorse rispettivamente attribuite alle singole tipologie di detrazione"».

3.4107/5

CERONI

All'emendamento 3.4107 del Governo, inserire, alla fine del comma «45-bis» dell'articolo 3, il seguente periodo: «All'articolo 1, comma 731, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, le parole: "Per l'anno 2014" sono sostituite dalle seguenti: "Per ciascuno degli anni 2014 e 2015"».

Conseguentemente, le riduzioni delle dotazioni finanziarie delle spese dei Ministeri di cui all'articolo 2, comma 45, sono aumentate proporzionalmente per un importo complessivo di 625 milioni di euro.

3.4107/6

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, D'AMBROSIO LETTIERI

All'emendamento 3.4107, capoverso «45-bis» aggiungere, in fine, il seguente periodo:

«45-*ter*. Per gli immobili locati con contratti stipulati ai sensi dell'articolo 2, comma 3, della legge 9 dicembre 1998, n. 431, la somma delle aliquote dell'Imu e della Tasi non può superare il 4 per mille».

Conseguentemente, sono ridotte proporzionalmente dell'8 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C; è soppressa la tabella A allegata alla presente legge.

3.4107/7

ZANONI, LEPRI, BROGLIA, COLLINA, CUOMO, FAVERO, PADUA, STEFANO ESPOSITO, DIRINDIN, SAGGESE, MOSCARDELLI, BORIOLI, FORNARO, ANGIONI, MANASSERO, PEZZOPANE, SPILABOTTE, SUSTA, ELENA FERRARA

All'emendamento 3.4107, aggiungere in fine:

«45-*ter*. All'articolo 1, comma 731, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, le parole: "Per l'anno 2014" sono sostituite dalle seguenti: "Per ciascuno degli anni 2014 e 2015"».

Conseguentemente, le riduzioni delle dotazioni finanziarie delle spese dei Ministeri di cui all'articolo 2, comma 45 sono aumentate proporzionalmente per un importo complessivo di 625 milioni di euro.

3.4107/8

SANTINI

All'emendamento 3.4107 (manovrabilità TASI), dopo il capoverso «45-bis», aggiungere il seguente:

«45-*ter*. A decorrere dall'anno 2015, al fine di razionalizzare i vincoli di spesa dei comuni, sono apportate le seguenti modifiche:

a) gli articoli 4 e 4-*bis* del decreto legislativo 6 settembre 2011, n. 149, sono soppressi;

b) al decreto legislativo 27 ottobre 2009, n. 150, sono apportate le seguenti modificazioni:

1) gli articoli 10 e 15 sono abrogati;

2) all'articolo 13, comma 6, le lettere *b)* e *c)* sono soppresse;

3) all'articolo 14, comma 3, le parole: ", sentita la Commissione di cui all'articolo 13," sono soppresse;

c) al comma 11 dell'articolo 56-*bis* del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69, convertito con modificazioni dalla legge 9 agosto 2013, n. 98, dopo il primo periodo è aggiunto il seguente: "Per i comuni la predetta quota del 10 per cento è destinata prioritariamente all'estinzione anticipata dei mutui e per la restante quota secondo quanto stabilito dal comma 443 dell'articolo 1 della legge 24 dicembre 2012, n. 228";

d) il comma 7 dell'articolo 1 del decreto-legge 30 novembre 2013, n. 133, convertito con modificazioni dalla legge 29 gennaio 2014, n. 5, è soppresso;

e) a decorrere dall'anno 2015 nei confronti dei comuni non trova applicazione l'articolo 12, comma 1-*ter*, del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111.».

3.4107/9

ARRIGONI, COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 3.4107, al comma 1, dopo il capoverso «45-bis», aggiungere il seguente:

«45-*ter*. Rimangono ferme per il 2015 le disposizioni previste dal comma 731 della legge 27 dicembre 2013, n. 147, come modificato dall'articolo 1, comma 1, lettera *d)*, del decreto-legge n. 16 del 2014».

Conseguentemente:

all'articolo 2, sopprimere il comma 207;

all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 50 milioni di euro di euro a decorrere dal 2015.».

3.4107/10

TOMASELLI

All'emendamento 3.4107, dopo il comma «45-bis», aggiungere il seguente:

«45-*ter*. All'articolo 21 del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito con modificazioni dalla legge 11 novembre 2014, n. 164, sono apportate le seguenti modifiche:

a) dopo il comma 1, aggiungere il seguente:

"1-*bis*. A favore dei fondi comuni di investimento immobiliare di diritto italiano, delle società di investimento immobiliare quotate (cosiddetto ?SIIQ') e delle SICAF aventi esplicitamente, a seconda dei casi, nel proprio regolamento di gestione ovvero nello statuto della società, un oggetto di investimento prevalentemente incentrato su investimenti nel settore residenziale da destinare alla locazione:

a) è introdotta l'esenzione dall'imposta municipale propria di cui al decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214. L'esenzione si applica a condizione e fino a quando permane tale destinazione e la proprietà od altro diritto reale riguardante il bene immobile non sia trasferita a soggetti diversi da quelli indicati nel periodo precedente;

b) è introdotta l'esenzione dalle ritenute e dalle imposte sostitutive sui proventi di cui all'articolo 44, comma 1, lettera *g)* del decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, e sui redditi diversi di cui all'articolo 67, comma 1, lettere da *c-bis)* a *c-quinquies)* del medesimo decreto. L'esenzione si applica con riferimento ai redditi conseguiti dai sotto scrittori per un periodo di dieci anni dall'entrata in vigore della presente;

c) non si applicano le previsioni di cui all'articolo 13, commi 5, 6 e 7 del decreto legislativo 4 marzo 2014, n. 44, e all'articolo 8, comma 9, del decreto-legge 13 maggio 2011, n. 70, convertito, con modificazioni, dalla legge 12 luglio 2011, n. 106.";

b) al comma 2, le parole: "il beneficio spetta nei seguenti casi" sono sostituite dalle seguenti: "I benefici di cui ai precedenti commi 1 e 1-*bis* spettano nei seguenti casi" e alla lettera *a)* sono aggiunte, in fine, le seguenti parole: ", ovvero ceduti da altri soggetti e già oggetto di interventi di ristrutturazione di cui all'articolo 3, comma 1, lettera *d)*, del testo unico dell'edilizia di cui al Presidente della Repubblica 6 giugno 2001, n. 380, o destinati ad una completa ristrutturazione ai sensi della medesima normativa";

c) al comma 3, le parole: "La deduzione è riconosciuta" sono sostituite dalle seguenti: "I Benefici di cui ai precedenti commi 1 e 1-*bis* sono riconosciuti"; le parole: "a partire dal periodo d'imposta nel quale avviene la stipula del contratto di locazione, al quale è allegata una dichiarazione sostitutiva, ai sensi del decreto del Presidente della Repubblica 445/2000, resa dal locatore, che attesti che:" sono sostituite dalle seguenti: "a partire dalla data di acquisto, previa allegazione all'atto di acquisto di una dichiarazione sostitutiva, ai sensi del decreto del Presidente della Repubblica 445/2000, da parte del locatore, che attesti che:"; la lettera *e)* è soppressa;

d) al comma 4, dopo le parole: "Il beneficio" sono aggiunte le seguenti: "di cui al precedente comma 1";

e) al comma 5, le parole: "ai sensi dell'articolo 36-*ter* del decreto del Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, n. 600" sono sostituite dalle seguenti: "ai sensi di quanto previsto dalla normativa precedentemente in vigore"».

3.4107/11

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, D'AMBROSIO LETTIERI

All'emendamento 3.4107, dopo il comma «45-bis» aggiungere il seguente:

«45-*ter*. All'articolo 21 del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito con modificazioni dalla legge 11 novembre 2014, n. 164, sono apportate le seguenti modifiche:

a) dopo il comma 1, aggiungere il seguente:

"1-*bis*. A favore dei fondi comuni di investimento immobiliare di diritto italiano, delle società di investimento immobiliare quotate (cosiddetta ?SIIQ') e delle SICAF aventi esplicitamente, a seconda dei casi, nel proprio regolamento di gestione ovvero nello statuto della società, un oggetto di

investimento prevalentemente incentrato su investimenti nel settore residenziale da destinare alla locazione:

a) è introdotta l'esenzione dall'imposta municipale propria di cui al decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214. L'esenzione si applica a condizione e fino a quando permane tale destinazione e la proprietà od altro diritto reale riguardante il bene immobile non sia trasferita a soggetti di versi da quelli indicati nel periodo precedente;

b) è introdotta l'esenzione dalle ritenute è dalle imposte sostitutive sui proventi di cui all'articolo 44, comma 1, lettera *g)* del decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, e sui redditi diversi di cui all'articolo 67, comma 1, lettere da *c-bis)* a *c-quinquies)* del medesimo decreto. L'esenzione si applica con riferimento ai redditi conseguiti dai sottoscrittori per un periodo di dieci anni dall'entrata in vigore della presente;

c) non si applicano le previsioni di cui all'articolo 13, commi 5, 6 e 7 del decreto legislativo 4 marzo 2014, n. 44, e all'articolo 8, comma 9, del decreto-legge 13 maggio 2011, n. 70, convertito, con modificazioni, dalla legge 12 luglio 2011, n. 106.";

b) al comma 2, le parole: "il beneficio spetta nei seguenti casi" sono sostituite dalle seguenti: "I benefici di cui ai precedenti commi 1 e 1-*bis* spettano nei seguenti casi" e alla lettera *a)* sono aggiunte, in fine, le seguenti parole: ", ovvero ceduti da altri soggetti e già oggetto di interventi di ristrutturazione di cui all'articolo 3, comma 1, lettere *d)*, del testo unico dell'edilizia di cui al Presidente della Repubblica 6 giugno 2001, n. 380, o destinati ad una completa ristrutturazione ai sensi della medesima normativa";

c) al comma 3, le parole: "La deduzione è riconosciuta" sono sostituite dalle seguenti: "I benefici di cui ai precedenti commi 1 e 1-*bis* sono riconosciuti"; le parole: "a partire dal periodo d'imposta nel quale avviene la stipula del contratto di locazione, al quale è allegata una dichiarazione sostitutiva, ai sensi del decreto del Presidente della Repubblica 445/2000, resa dal locatore, che attesti che:" sono sostituite dalle seguenti: "a partire dalla data di acquisto, previa allegazione all'atto di acquisto di una dichiarazione sostitutiva, ai sensi del decreto del Presidente della Repubblica 445/2000, da parte del locatore, che attesti che:"; la lettera *e)* è soppressa;

d) al comma 4, dopo le parole: "Il beneficio" sono aggiunte le seguenti: "di cui al precedente comma 1";

e) al comma 5, le parole: "ai sensi dell'articolo 36-*ter* del decreto del Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, n. 600" sono sostituite dalle seguenti: "ai sensi di quanto previsto dalla normativa precedentemente in vigore."».

3.4107/12

VACCARI, ZANONI

All'emendamento 3.4107, dopo il comma «45-bis» aggiungere i seguenti:

«45-*ter*. All'articolo 1, comma 671, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, sono soppresse le parole: "o detenga" e le parole: "o di detentori".

45-*quater*. All'articolo 1 della legge 27 dicembre 2013, n. 147, il comma 681 è soppresso.».

3.4107

IL GOVERNO

All'articolo 3, dopo il comma 45, inserire il seguente:

«45-*bis*. All'articolo 1, comma 677, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) nel secondo periodo, dopo le parole "Per i1 2014" sono inserite le seguenti: "e per il 2015";

b) nel terzo periodo, le parole "Per lo stesso anno 2014" sono sostituite dalle seguenti: "Per gli stessi anni 2014 e 2015"».

3.4108

IL GOVERNO

All'articolo 3, dopo il comma 45, inserire i seguenti:

«45-bis. Al comma 4 dell'articolo 167 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, dopo le parole "ovvero di altri criteri equivalenti." sono aggiunti i seguenti periodi: "Si considera livello di tassazione sensibilmente inferiore a quello applicato in Italia un livello di tassazione inferiore al 50 per cento di quello applicato in Italia. Si considerano in ogni caso privilegiati i regimi fiscali speciali che consentono un livello di tassazione inferiore al 50 per cento di quello applicato in Italia, ancorché previsti da Stati o territori che applicano un regime generale di imposizione non inferiore al 50 per cento di quello applicato in Italia. Con Provvedimento del Direttore dell'Agenzia delle Entrate viene fornito un elenco non tassativo dei regimi fiscali speciali". Le disposizioni di cui al presente comma si applicano dal periodo d'imposta successivo a quello in corso al 31 dicembre 2014".

45-bis. L'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307, è ridotta di 2,8 milioni di euro per l'anno 2016 e di 1,6 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2017».

3.4109/1

CENTINAIO, ARRIGONI, BELLOT, CROSIO, COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 3.4109, sostituire i commi 55-bis e 55-ter con il seguente:

«55-*bis*. All'articolo 22 del Decreto legge 24 aprile 2014/ n. 66, convertito con modificazioni dalla legge 23 giugno 2014/ n. 89, sopprimere il comò 2».

Conseguentemente all'articolo 3, comò 76, aggiungere, in fine, le parole: «, avo comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 800 milioni di eroi per l'anno 2015, e a 400 milioni di eroi a decorrere dall'anno 2016».

3.4109/2

BERTUZZI, PIGNEDOLI

All'emendamento 3.4109, comma 55-bis, sostituire le parole: «a seguito dell'approvazione» con le seguenti: «ai sensi».

Conseguentemente, dopo le parole: «legge 23 giugno 2014, n. 89» *inserire le seguenti:* «da approvare e pubblicare entro il 10 gennaio 2015».

3.4109/3

CENTINAIO, ARRIGONI, BELLOT, CROSIO, COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 3.4109, comma 55-bis sostituire le parole: «26 gennaio 2015» con le seguenti: «30 giugno 2015».

Conseguentemente all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 400 milioni di euro per l'anno 2015».

3.4109/4

DEL BARBA, ZANONI, RUTA, PIGNEDOLI, ALBANO, BERTUZZI, FASIOLO, GATTI, SAGGESE, VALENTINI

All'emendamento 3.4109, apportare le seguenti modificazioni:

«*a)* al capoverso »55-*bis*«, dopo il primo periodo inserire i seguenti: "Entro trenta giorni dalla data di entrata in vigore del presente comma, con decreto di natura non regolamentare del Ministro dell'economia e delle finanze, di concerto con i Ministri delle politiche agricole alimentari e forestali, e dell'interno, sono rideterminati, con le modalità di cui al citato articolo 22 del decreto-legge n. 66 del 2014, i comuni nei quali si applica l'esenzione di cui alla lettera *h)* del comma 1 dell'articolo 7 del decreto legislativo 30 dicembre 1992, n. 504, tenendo conto altresì della classificazione di comune "montano" e "parzialmente montano", di cui all'elenco dei comuni italiani predisposto dall'Istituto nazionale di statistica (ISTAT). Le disposizioni di cui al suddetto decreto sono applicabili a decorrere dall'anno 2014. Il medesimo decreto disciplina le modalità di ricalcolo e di eventuale compensazione a conguaglio dell'imposta versata per l'anno 2014 entro il termine di cui al presente comma";

b) al capoverso "55-*ter*" sostituire le parole: "citato articolo 22 del decreto-legge n. 66 del 2014" con le seguenti: "comma 55-*bis*, secondo periodo"».

Conseguentemente all'articolo 3, comma 21, lettera g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quadruplo».

3.4109/5

URAS, STEFANO, DE PETRIS, PETRAGLIA

All'emendamento 3.4109, capoverso 55-bis il secondo periodo è sostituito dal seguente: «I criteri di esenzione di cui all'articolo 2, commi 1 e 2, del citato decreto interministeriale di cui al comma 2, dell'articolo 22, del decreto-legge n. 66 del 2014, sono abrogati. Conseguentemente ai fini dell'individuazione dei terreni esenti dall'imposta municipale propria, ai sensi dell'articolo 7, comma 1, lettera h) del decreto legislativo 30 dicembre 1992, n. 504, si applicano i criteri già disposti in base alla circolare n. 9 del 14 giugno 1993 del Ministero delle Finanze ? Dipartimento Entrate Fiscalità Locale, pubblicata sul supplemento ordinario della GU n. 141 del 18 giugno 1993».

*Conseguentemente il capoverso 55-*ter *è soppresso.*

3.4109/6

GUALDANI

All'emendamento 3.4109, dopo il comma 55-bis aggiungere il seguente:

«55-*bis*-*a*. Il comma 5-*bis* dell'articolo 4 del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16, convertito, con modificazioni, dalla legge 26 aprile 2012, n. 44, come sostituito dal comma 2 dell'articolo 22 del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito con modificazioni dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, è sostituito dal seguente:

"5-*bis*. Con decreto di natura non regolamentare del Ministro dell'economia e delle finanze, di concerto con i Ministri delle politiche agricole alimentari e forestali, e dell'interno, sono individuati i comuni montani e semi-montani nei quali, a decorrere dall'anno di imposta 2014, si applica l'esenzione di cui alla lettera *h)* del comma 1 dell'articolo 7 del decreto legislativo 30 dicembre 1992, n. 504. Ai fini dell'applicazione del precedente periodo sono considerati territori montani i Comuni censuari situati per almeno 1'80 per cento della loro superficie al di sopra di 600 metri di altitudine sul livello del mare e quelli nei quali il dislivello tra la quota altimetrica inferiore e la superiore del territorio comunale non è minore di 600 metri. Tale soglia è ridotta a 500 metri nelle aree meridionali ricomprese nell'obiettivo convergenza comunitario. L'esenzione in ogni caso si applica, anche nei comuni non considerati montani, anche ai terreni la cui altitudine superi le suddette soglie. L'esenzione si applica diversificando tra terreni posseduti da coltivatori diretti e imprenditori agricoli professionali di cui all'articolo 1 del decreto legislativo 29 marzo 2004, n. 99, iscritti nella previdenza agricola, e gli altri. Si intendono come posseduti dai soggetti di cui al periodo precedente i terreni da essi condotti di proprietà degli ascendenti, del coniuge o dei fratelli. Ivi comprese le aree montane, l'esenzione non si applica ai terreni agricoli lasciati incolti, fatti salvi i riposi colturali, o abbandonati, anche sotto il profilo della mancata esecuzione delle opere di tutela della pubblica incolumità o di sicurezza idrogeologica posti dalla legge a carico dei proprietari; a tal fine i comuni, con propri regolamenti hanno facoltà di incrementare l'imposta a carico dei suddetti terreni o di introdurre nuove o ulteriori riduzioni in favore dei terreni in attualità di coltura, sino a concorrenza dei minori trasferimenti dallo Stato derivanti dall'applicazione del presente comma. Ai terreni; a immutabile destinazione agro-silvo-pastorale a proprietà collettiva indivisibile e inusucapibile che, in base al predetto decreto, non ricadano in zone montane o di collina, è riconosciuta l'esenzione dall'IMU. Dalle disposizioni di cui al presente comma deve derivare un maggior gettito complessivo annuo non inferiore a 350 milioni di euro a decorrere dal medesimo anno 2014. Il recupero del maggior gettito, come risultante per ciascun comune a seguito dell'adozione del decreto di cui al periodo precedente, è operato, per i comuni delle Regioni a statuto ordinario e delle Regioni Siciliana e Sardegna, con la procedura prevista dai commi 128 e 129 dell'articolo 1 della legge 24 dicembre 2012, n. 228, e, per i comuni delle regioni Friuli-Venezia Giulia e Valle d'Aosta e delle province autonome di Trento e di Bolzano, in sede di attuazione del comma 17 dell'articolo 13 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con

modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214. Con apposito decreto del Ministero dell'interno, di concerto con il Ministero dell'economia e delle finanze, sono stabilite le modalità per la compensazione del minor gettito in favore dei comuni nei quali ricadono terreni a immutabile destinazione agro-silvo-pastorale a proprietà collettiva indivisibile e inusucapibile non situati in zone montane o di collina, ai quali è riconosciuta l'esenzione dall'IMU"».

3.4109/7

GUALDANI

All'emendamento 3.4109, apportare le seguenti modifiche:

1) dopo il comma 55-*bis* aggiungere il seguente:

«55-*bis*-*a*. Il comma 5-*bis* dell'articolo 4 del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16, convertito, con modificazioni, dalla legge 26 aprile 2012, n. 44, come sostituito dal comma 2 dell'articolo 22 del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito con modificazioni dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, è sostituito dal seguente: "5-*bis*. Con decreto di natura non regolamentare del Ministro dell'economia e delle finanze, di concerto con i Ministri delle politiche agricole alimentari e forestali, e dell'interno, sono individuati i comuni montani e semi-montani nei quali, a decorrere dall'anno di imposta 2014, si applica l'esenzione di cui alla lettera *h)* del comma 1 dell'articolo 7 del decreto legislativo 30 dicembre 1992, n. 504. Ai fini dell'applicazione del precedente periodo sono considerati territori montani i Comuni censuari situati per almeno l'80 per cento della loro superficie al di sopra di 600 metri di altitudine sul livello del mare e quelli nei quali il dislivello tra la quota altimetrica inferiore e la superiore del territorio comunale non è minore di 600 metri. Tale soglia è ridotta a 500 metri nelle aree meridionali ricomprese nell'Obiettivo convergenza comunitario. L'esenzione in ogni caso si applica, anche nei comuni non considerati montani, ai terreni la cui altitudine superi le suddette soglie. L'esenzione si applica diversificando tra terreni posseduti da coltivatori diretti e imprenditori agricoli professionali di cui all'articolo 1 del decreto legislativo 29 marzo 2004, n. 99, iscritti nella previdenza agricola, e gli altri. Si intendono come posseduti dai soggetti di cui al periodo precedente i terreni da essi condotti di proprietà degli ascendenti, del coniuge o dei fratelli. Ivi comprese le aree montane, l'esenzione non si applica ai terreni agricoli lasciati incolti, fatti salvi i riposi colturali o abbandonati, anche sotto il profilo della mancata esecuzione delle opere di tutela della pubblica incolumità o di sicurezza idrogeologica posti dalla legge a carico dei proprietari; a tal fine i comuni, con propri regolamenti hanno facoltà di incrementare l'imposta a carico dei suddetti terreni o di introdurre nuove o ulteriori riduzioni in favore dei terreni in attualità di coltura, sino a concorrenza dei minori trasferimenti dallo Stato derivanti dall'applicazione del presente comma. Dalle disposizioni di cui al presente comma deve derivare un maggior gettito complessivo annuo non inferiore a 350 milioni di euro a decorrere dal medesimo anno 2014. Il recupero del maggior gettito, come risultante per ciascun comune a seguito dell'adozione del decreto di cui al periodo precedente, è operato, per ci comuni delle Regioni a statuto ordinario e delle Regioni Siciliana e Sardegna, con la procedura prevista dai commi 128 e 129 dell'articolo 1 della legge 24 dicembre 2012, n. 228, e, per i comuni delle regioni Friuli-Venezia Giulia e Valle d'Aosta e delle province autonome di Trento e di Bolzano, in sede di attuazione del comma 17 dell'articolo 13 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214.

2) al comma 55-*ter* sopprimere l'ultimo periodo"».

3.4109/8

CERONI

All'emendamento 3.4109, al comma «55-ter», inserire in fine il seguente periodo: "All'articolo 22 del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 66, dopo il comma 2-bis inserire il seguente comma 2-ter:

Al fine di assicurare la più precisa ripartizione del recupero del maggior gettito di cui al quarto periodo del comma 5-bis dell'articolo 4 del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16, convertito, con modificazioni, dalla legge 26 aprile 2012, n. 44, già effettuato a valere sul fondo di solidarietà comunale e risultante, per ciascun comune, dall'Allegato A del DM 28 novembre 2014, entro il mese di marzo 2015 il Ministero dell'Economia e delle finanze provvede, sulla base di una apposita

metodologia adottata d'intesa con la Conferenza Stato città ed autonomie locali, alla verifica del gettito dell'imposta municipale propria dell'anno 2014 derivante dalle disposizioni di cui al precedente comma 5-*bis*. Con decreto del Ministero dell'interno, di concerto con il Ministero dell'economia e delle finanze, da emanarsi entro il 30 aprile 2015, sono determinate le conseguenti variazioni delle assegnazioni del fondo di solidarietà comunale per l'anno 2014, determinate con il citato DM 28 novembre 2014"».

3.4109/9

BROGLIA, ZANONI

All'emendamento 3.4109, comma «55-ter», inserire in fine il seguente periodo: «All'articolo 22 del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 66, dopo il comma 2-bis inserire il seguente comma 2-ter:

"Al fine di assicurare la più precisa ripartizione del recupero del maggior gettito di cui al quarto periodo del comma 5-*bis* dell'articolo 4 del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16, convertito, con modificazioni, dalla legge 26 aprile 2012, n. 44, già effettuato a valere sul fondo di solidarietà comunale e risultante, per ciascun comune, dall'Allegato A del DM 28 novembre 2014, entro il mese di marzo 2015 il Ministero dell'Economia e delle finanze provvede, sulla base di una apposita metodologia adottata d'intesa con la Conferenza Stato città ed autonomie locali, alla verifica del gettito dell'imposta municipale propria dell'anno 2014 derivante dalle disposizioni di cui al precedente comma 5-*bis*. Con decreto del Ministero dell'interno, di concerto con il Ministero dell'economia e delle finanze, da emanarsi entro il 30 aprile 2015, sono determinate le conseguenti variazioni delle assegnazioni del fondo di solidarietà comunale per l'anno 2014, determinate con il citato DM 28 novembre 2014"».

3.4109/10

BROGLIA, ZANONI

All'emendamento 3.4109, comma «55-ter», inserire, in fine, il seguente periodo: «All'articolo 22 del decreto-legge 24 giugno 2014, n.66, dopo il comma 2-bis inserire il seguente:

"2-*ter*. Al fine di assicurare la più precisa ripartizione del recupero del maggior gettito di cui al quarto periodo del comma 5-*bis* dell'articolo 4 del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16, convertito, con modificazioni, dalla legge 26 aprile 2012, n. 44, già effettuato a valere sul fondo di solidarietà comunale e risultante, per ciascun comune, dall'Allegato A del DM 28 novembre 2014, entro il mese di marzo 2015 il Ministero dell'Economia e delle finanze provvede, sulla base di una apposita metodologia adottata d'intesa con la Conferenza Stato città ed autonomie locali, alla verifica del gettito dell'imposta municipale propria dell'anno 2014 derivante dalle disposizioni di cui al precedente comma 5-*bis*. Con decreto del Ministero dell'interno, di concerto con il Ministero dell'economia e delle finanze, da emanar si entro il 30 aprile 2015, sono determinate le conseguenti variazioni delle assegnazioni del fondo di solidarietà comunale per l'anno 2014, determinate con il citato DM 28 novembre 2014"».

3.4109/11

DE PETRIS, URAS, STEFANO, PETRAGLIA

All'emendamento 3.4109, dopo il comma «55-ter», inserire il seguente:

«55-*ter*.1 A decorrere dall'anno 2015, dall'attuazione delle disposizioni di cui al comma 5-*bis*, dell'articolo 4, del decreto-legge 2 marzo 2012, n.16, convertito, con modificazioni, dalla legge 26 aprile 2012, n.44, deve derivare un gettito complessivo annuo non inferiore a 250 milioni di euro. Con decreto di natura non regolamentare del Ministro dell'economia e delle finanze, di concerto con i Ministri delle politiche agricole alimentari e forestali, e dell'interno, da emanarsi entro il 30 aprile 2015, sono ridefiniti i criteri per l'individuazione dei comuni nei quali si applica l'imposta, diversificando tra i terreni posseduti da coltivatori diretti e imprenditori agricoli professionali di cui all'articolo 1 del decreto legislativo 29 marzo 2004, n. 99, iscritti nella previdenza agricola, e gli altri, e esentando i terreni, ovunque localizzati, posseduti o condotti da produttori agricoli che, nell'anno solare precedente, hanno realizzato un volume d'affari non superiore a 7.000 euro, costituito per almeno due terzi da cessioni di prodotti di cui alla prima parte della tabella A allegata al decreto del

Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n.633"».

Conseguentemente nel primo periodo del comma 112 dell'articolo, 1, sostituire le parole: «250 milioni» *con le seguenti:* «150 milioni».

3.4109/12

URAS, STEFANO, DE PETRIS, PETRAGLIA

All'emendamento 3.4109, dopo il comma «55-ter», inserire il seguente:

«55-*ter*.1. A decorrere dall'anno 2015, dall'attuazione delle disposizioni di cui al comma 5-*bis*, dell'articolo 4, del decreto-legge 2 marzo 2012, n.16, convertito, con modificazioni, dalla legge 26 aprile 2012, n.44, deve derivare un gettito complessivo annuo non inferiore a 250 milioni di euro. Con decreto di natura non regolamentare del Ministro dell'economia e delle finanze, di concerto con i Ministri delle politiche agricole alimentari e forestali, e dell'interno, da emanarsi entro il 30 aprile 2015, sono ridefiniti i criteri per l'individuazione dei comuni nei quali si applica l'imposta, diversificando tra i terreni posseduti da coltivatori diretti e imprenditori agricoli professionali di cui all'articolo 1 del decreto legislativo 29 marzo 2004, n. 99, iscritti nella previdenza agricola, e gli altri, e esentando i terreni con destinazione a pascolo e bosco, ovunque localizzati, qualora posseduti o condotti da coltivatori diretti e imprenditori agricoli professionali».

Conseguentemente nel primo periodo del comma 112 dell'articolo 1, sostituire le parole: «250 milioni» *con le seguenti:* «150 milioni».

3.4109/13

STEFANO, DE PETRIS, PETRAGLIA, URAS

All'emendamento 3.4109, dopo il comma «55-ter», inserire il seguente:

«55-*ter*.1. A decorrere dall'anno 2015, dall'attuazione delle disposizioni di cui al comma 5-*bis*, dell'articolo 4, del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16, convertito, con modificazioni, dalla legge 26 aprile 2012, n. 44, deve derivare un gettito complessivo annuo non inferiore a 300 milioni di euro. Con decreto di natura non. regolamentare del Ministro dell'economia e delle finanze, di concerto con i Ministri delle politiche agricole alimentari e forestali, e dell'interno, da emanarsi entro il 30 aprile 2015, sono ridefiniti i criteri per l'individuazione dei comuni nei quali si applica l'imposta, diversificando tra i terreni posseduti da coltivatori diretti e imprenditori agricoli professionali di cui all'articolo 1 del decreto legislativo 29 marzo 2004, n. 99, iscritti nella previdenza agricola, e gli altri».

Conseguentemente nel primo periodo del comma 112 dell'articolo 1, sostituire le parole: «250 milioni» *con le seguenti:* «200 milioni».

3.4109/14

ARRIGONI, COMAROLI, TOSATO, CENTINAIO

All'emendamento 3.4109, al comma «55-quater», sostituire le parole: «Per l'anno 2014» con le seguenti: «per ciascuno degli anni 2014 e 2015».

Conseguentemente, all'alinea del comma «55-novies) dopo le parole: «a 120,1 milioni di euro« inserire le seguenti: »e, nell'anno 2015, a 56 milioni di euro« alle lettere *a)*, *b)*, *c)* ed *e)* del medesimo comma «55-*novies*», dopo le parole: «milioni di euro» inserire le seguenti: «, per l'anno 2014, »;

e alla lettera *d)* del medesimo comma «55-*novies*», dopo le parole: «quanto a 25 milioni di euro» inserire le seguenti: «, per l'anno 2014, e a 56 milioni di euro, per l'anno 2015,».

3.4109/15

BROGLIA, ZANONI

All'emendamento 3.4109, dopo il comma «55-undecies», è aggiunto il seguente comma:

«55-*undecies*. All'articolo 1 comma «12-*bis*» del decreto-legge 13 agosto 2011, n. 138, convertito con modificazioni nella legge 14 settembre 2011, n. 148 le parole: «per gli anni 2012, 2013 e 2014» sono sostituite dalle seguenti parole: «per gli anni 2015, 2016 e 2017».

3.4109/16

ZANONI, BROGLIA

All'emendamento 3. 4109, all'articolo 3 dopo il comma «55-decies» è aggiunto il seguente comma:

«55-*undecies. All'articolo 1, comma 12-bis* decreto-legge 13 agosto 2011, n. 138, convertito nella

legge 14 settembre 2011, n. 148, dopo le parole: «e 2014»*, aggiungere le parole:* «nonché per il biennio 2015-2016».

3.4109/17

CERONI

All'emendamento 3. 4109, all'articolo 3, dopo il comma «55» è aggiunto il seguente comma:

«55-*undecies*. All'articolo 1, comma 12-*bis* decreto-legge 13 agosto 2011, n. 138, convertitonella legge 14 settembre 2011, n. 148, dopo le parole: «e 2014», aggiungere le parole: »nonché per il biennio 2015-2016».

3.4109

IL GOVERNO

Dopo il comma 55, aggiungere i seguenti:

«55-bis. Il termine per il versamento dell'imposta municipale propria (IMU), relativa al 2014, dovuta a seguito dell'approvazione del decreto interministeriale di cui al comma 2, dell'articolo 22, del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, è prorogato al 26 gennaio 2015. Nei comuni nei quali i terreni agricoli non sono più oggetto dell'esenzione, anche parziale, prevista dall'articolo 7, comma 1, lettera h), del decreto legislativo 30 dicembre 1992, n. 504, l'imposta è determinata per l'anno 2014 tenendo conto dell'aliquota di base fissata dall'articolo 13, comma 6, del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, a meno che in detti comuni non siano state approvate per i terreni agricoli specifiche aliquote.

55-ter. I Comuni, in deroga all'articolo 175 del testo unico degli enti locali, approvato con il decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, accertano convenzionalmente gli importi, a titolo di maggior gettito IMU, risultanti dal decreto interministeriale di cui al citato articolo 22 del decreto-legge n. 66 del 2014, sul bilancio 2014, a fronte della riduzione corrispondente dell'assegnazione da Fondo di solidarietà comunale. I comuni interessati dalla compensazione di cui all'ultimo periodo del medesimo articolo 22, in deroga all'articolo 175 del citato testo unico degli enti locali, accertano la relativa entrata quale integrazione del Fondo di solidarietà comunale per il medesimo esercizio 2014.

55-quater. Per l'anno 2014, il Fondo per le emergenze nazionali di cui all'articolo 5, comma 5-quinquies, della legge 24 febbraio 1992, n. 225, è rifinanziato di 56 milioni di euro.

55-quinquies. Per garantire il pagamento delle supplenze brevi e saltuarie del personale docente, amministrativo, tecnico e ausiliario è autorizzata la spesa nel limite di 64,1 milioni di euro, per l'anno 2014. Nelle more dell'adozione del decreto del Ministro dell'economia e delle finanze di assegnazione dei fondi, lo stesso Ministero è autorizzato, sulla base delle vigenti procedure, ad ammettere al pagamento entro i predetti limiti le spese per supplenze brevi e saltuarie anche in deroga alle effettiva disponibilità delle suddette somme sui pertinenti capitoli e piani gestionali.

55-sexies. Il Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca provvede al monitoraggio trimestrale delle spese per supplenze brevi e saltuarie del personale docente, amministrativo, tecnico e ausiliario, comunicando le relative risultanze al Ministero dell'economia e delle finanze Dipartimento della Ragioneria generale dello Stato entro il mese successivo alla chiusura di ciascun trimestre. Nel caso in cui si verifichino scostamenti rispetto al fabbisogno previsto, il Ministro dell'economia e delle finanze su proposta del Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca, è autorizzato ad apportare le necessarie variazioni compensative tra le risorse iscritte in bilancio per le spese di funzionamento delle istituzioni scolastiche e quelle relative al pagamento delle supplenze brevi e saltuarie.

55-septies. Una quota pari ad euro 495.706.643 degli accantonamenti disposti, per l'anno 2014, ai sensi dell'articolo 12 comma 4, del decreto-legge 8 aprile 2013, n. 35, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 giugno 2013, n. 64, negli importi indicati nell'allegato n. 9 alla presente legge, è portata in riduzione dei relativi stanziamenti iscritti in bilancio, per il medesimo anno.

55-octies. Il miglioramento dei saldi di finanza pubblica di cui al comma 55-septies è destinato alla compensazione del minor gettito IVA, rispetto a quanto previsto per l'anno 2014 in relazione ai

pagamenti dei debiti pregressi previsti dal titolo III, del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito con modificazioni dalla legge 23 giugno 2014, n. 89.

55-novies. Agli oneri derivanti dai commi 55-quater e 55-quinquies pari, nell'anno 2014, a 120,1 milioni di euro, si provvede:

a) quanto a 35,1 milioni di euro mediante corrispondente utilizzo delle risorse di cui all'articolo 1, comma 464, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, relative al Fondo da ripartire per fronteggiare le spese derivanti dalle assunzioni in deroga, per l'anno 2014, di personale a tempo indeterminato per i Corpi di polizia;

b) quanto a 20 milioni di euro mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 1, comma 90, della legge 24 dicembre 2012, n. 228;

c) quanto a 15 milioni di euro mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 4, comma 2, punto 3, del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 agosto 2014, n. 114;

d) quanto a 25 milioni di euro mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 1, comma 527, della legge 27 dicembre 2006, n. 296;

e) quanto a 25 milioni di euro mediante corrispondente utilizzo di quota parte delle somme versate all'entrata del bilancio dello Stato ai sensi dell'articolo 148, comma 1, della legge 23 dicembre 2000, n. 388, che, alla data di entrata in vigore della presente legge, non sono state riassegnate ai pertinenti programmi e che sono acquisite, nel predetto limite di 25 milioni di euro, definitivamente al bilancio dello Stato.

55-decies. I commi da 55-bis a 55-novies entrano in vigore il giorno successivo alla pubblicazione della presente legge».

Riduzione stanziamenti di bilancio accantonati ai sensi dell'aarticolo 12, comma 4, del decreto-legge n.35 del 2013, convertito, con modificazioni, dalla legge n.64 del 2013

(migliaia di Euro)

Ministero **Missione** Programma	**2014** **RIDUZIONI**	**di cui predo e per**
MINISTERO DELL'ECONOMIA E DELLE FINANZE	253.274	155.7
1 Politiche economico-finanziarie e di bilancio (29)	74.151	5.381
1.1 Regolazione giurisdizione e coordinamento del sistema della fiscalità' (1)	54.827	4.852
1.3 Prevenzione e repressione delle frodi e delle violazioni agli obblighi fiscali (3)	4.156	0
1.4 Regolamentazione e vigilanza sul settore finanziario (4)	128	0
1.5 Regolazioni contabili, restituzioni e rimborsi d'imposte (5)	13.820	0
1.6 Analisi e programmazione economico-finanziaria (6)	421	53
1.7 Analisi, monitoraggio e controllo della finanza pubblica e politiche di bilancio (7)	755	477
1.8 Supporto all'azione di controllo, vigilanza e amministrazione generale della Ragioneria generale dello Stato sul territorio (8)	44	0
2 Relazioni finanziarie con le autonomie territoriali (3)	1979	1.927
2.3 Regolazioni contabili ed altri trasferimenti alle Regioni a statuto speciale (5)	218	218
2.4 Concorso dello Stato al finanziamento della Spesa sanitaria (6)	1.344	1.344
2.5 Rapporti finanziari con Enti territoriali (7)	418	365
3 L'Italia in Europa e nel mondo (4)	112	3
3.1 partecipazione italiana alle politiche di bilancio in ambito UE (10)	83	0
3.2 Politica economica e finanziaria in ambito Internazionale (11)	29	3
4 Difesa e sicurezza del territorio (5)	48	48
4.1 Missioni militari di pace (8)	48	48
5 Ordine pubblico e sicurezza (7)	3.129	0
5.1 Concorso della Guardia di Finanza alla sicurezza pubblica (5)	1.326	0
5.2 Sicurezza democratica (4)	1.803	0
6 Soccorso civile (8)	3.962	3.962
6.2 Protezione civile (5)	3.962	3.962
7 Agricoltura, politiche agroalimentari e pesca (9)	4.416	4.416
7.1 Sostegno al settore agricolo (3)	4.416	4.416

8 Competitivita' e sviluppo delle imprese (11)	47.856	46.45
8.3 Interventi di sostegno tramite il sistema della fiscalità' (9)	47.856	46.45
9 Diritto alla mobilita' (13)	85.904	65.66
9.1 Sostegno allo sviluppo del trasporto (8)	85.904	65.66
10 Infrastrutture pubbliche e logistica (14)	63	0
10.1 Opere pubbliche e infrastrutture (8)	63	0
11 Comunicazioni (15)	5.137	0
11.2 Sostegno all'editoria (4)	5.137	0
13 Sviluppo sostenibile e tutela del territorio e dell'ambiente (18)	22	0
13.2 Sostegno allo sviluppo sostenibile (14)	22	0
16 Istruzione scolastica (22)	575	575
16.1 Sostegno all'istruzione (10)	575	575
17 Diritti sociali, politiche sociali e famiglia (24)	2.941	2.312
17.1 Protezione sociale per particolari categorie (5)	753	753
17.2 Garanzia dei diritti dei cittadini (6)	378	0
17.3 Sostegno alla famiglia (7)	802	802
17.4 Promozione a garanzia dei diritti e delle pari opportunità' (8)	758	758
17.5 Lotta alle dipendenze (4)	250	0
18 Politiche previdenziali (25)	2.240	2.240
18.1 Previdenza obbligatoria e complementare, sicurezza sociale - trasferimenti agli enti ed organismi interessati (2)	2.240	2.240
21 Organi costituzionali, a rilevanza costituzionale e Presidenza del Consìglio del ministri (1)	6.675	3.871
21.2 Organi a rilevanza costituzionale (2)	2.407	804
21.3 Presidenza del Consiglio dei Ministri (3)	4.268	3.067
22 Giovani e sport (30)	247	247
22.2 incentivazione e sostegno alla gioventù' (2)	247	247
24 Servizi istituzionali e generali delle amministrazioni pubbliche (32)	5.148	132
24.2 Indirizzo politico (2)	94	0
24.3 Servizi e affari generali per le amministrazioni di competenza (3)	510	0
24.4 Servizi generali, formativi ed approvvigionamenti per le Amministrazioni pubbliche (4)	4.431	132
24.5 Rappresentanza, difesa in giudizio e consulenza legale in favore delle Amministrazioni dello Stato e degli enti autorizzati (5)	114	0
25 Fondi da ripartire (33)	28.220	18 51
25.1 Fondi da assegnare (1)	23.474	13.76
25.2 Fondi di riserva e speciali (2)	4.745	4.745
27 Giustizia (6)	450	0
27.1 Giustizia tributaria (5)	450	0

Riduzione stanziamenti di bilancio accantonati ai sensi dell'articolo 12, comma 4, del decreto-legge n.35 del 2013, convertito, con modificazioni, dalla legge n.64 del 2013

(migliaia di Euro)

Ministero **Missione** Programma	**2014** **RIDUZIONI**	**di cui prede** **per legge**
MINISTERO DELLO SVILUPPO ECONOMICO	21.798	19.833
1 Competitivita' e sviluppo delle Imprese (11)	16.248	16.004
1.1 Regolamentazione, Incentivazione dei settori imprenditoriali, riassetti industriali. sperimentazione tecnologica, lotta alla contraffazione, tutela della proprietà' industriale. (5)	1.527	1.298
1.2 Promozione, coordinamento, sostegno e vigilanza del movimento cooperativo (6)	77	67

1.3 Incentivazione per lo sviluppo Industriale nell'ambito delle politiche di sviluppo e coesione (7)	14,644	14.839
2 Sviluppo e riequilibrio territoriale (28)	125	0
2.1 Politiche per lo sviluppo economico ed il miglioramento istituzionale delle aree sottoutilizzate (4)	125	0
3 Regolazione dei mercati (12)	55	21
3.1 Vigilanza sui mercati e sui prodotti, promozione della concorrenza e tutela dei consumatori (4)	55	21
4 Commercio internazionale ed internazionalizzazione del sistema produttivo (16)	2.374	2.352
4.1 Polìtica commerciale in ambito intemazionale (4)	21	13
4.2 Sostegno all'internazionalizzazione delle Imprese e promozione del made In Italy (5)	2.353	2.340
5 Energia e diversificazione delle fonti energetiche (10)	17	13
5.6 Gestione, regolamentazione, sicurezza e infrastrutture del settore energetico (6)	17	13
6 Comunicazioni (15)	1.738	1.440
6.1 pianificazione, regolamentazione, vigilanza e controllo delle comunicazioni elettroniche e radiodiffusione (5)	261	0
6.3 Regolamentazione e vigilanza del settore postale (7)	28	0
6.7 Servizi di comunicazione elettronica e di radiodiffusione (8)	1.449	1.440
8 Sviluppo sostenibile e tutela del territorio e dell'ambiente (18)	6	0
8.1 Prevenzione e riduzione dell'inquinamento elettromagnetico e impatto sui sistemi di comunicazione elettronica (10)	6	0
9 Servizi istituzionali e generali delle amministrazioni pubbliche (32)	125	0
9.1 Indirizzo politico (2)	58	0
9.2 Servizi e affari generali per le amministrazioni di competenza (3)	66	
10 Fondi da ripartire (33)	1 110	3
10.1 Fondi da assegnare (1)	1.110	3

Riduzione stanziamenti di bilancio accantonati ai sensi dell'articolo 12, comma 4, del decreto-legge n.35 del 2013, convertito, con modificazioni, dalla legge n.64 del 2013

(migliaia di Euro)

Ministero **Missione** Programma	**2014** **RIDUZIONI**	**di cu** **predo** **e per**
MINISTERO DEL LAVORO E DELLE POLITICHE SOCIALI	4.877	4.368
1 Politiche per il lavoro (26)	2.329	2.137
1.3 Politiche attive e passive del lavoro (6)	1.772	1.768
1.6 Coordinamento e integrazione delle politiche del lavoro e delle politiche sociali, Innovazione e coordinamento amministrativo (7)	1	0
1.7 Politiche di regolamentazione in materia di rapporti di lavoro (8)	136	133
1.8 Programmazione e coordinamento della vigilanza in materia di prevenzione e osservanza delle norne di legislazione sociale e dei lavoro (9)	92	0
1.9 Servizi e sistemi informativi per il lavoro (10)	235	235
1.10 Servizi territoriali per il lavoro (11)	91	0
1.11 Servizi di comunicazione Istituzionale e Informazione in materia di politiche del lavoro e in materia di politiche sociali (12)	1	0
2 Politiche previdenziali (25)	3	0
2.2 Previdenza obbligatoria e complementare, assicurazioni sociali (3)	3	0
4 Diritti sociali, politiche sociali e famiglia (24)	2.248	2.231
4.3 Terzo settore: associazionismo, volontariato, Onlus e formazioni sociali (2)	15	0
4.5 Trasferimenti assistenziali a enti previdenziali, finanziamento nazionale spesa sociale, promozione e programmazione politiche sociali, monitoraggio e valutazione Interventi (12)	2.233	2.231
5 Immigrazione, accoglienza e garanzia dei diritti (27)	2	0
5.1 Flussi migratori per motivi di lavoro e politiche di integrazione sociale delle persone immigrate (6)	2	0
7 Servizi istituzionali e generali delle amministrazioni pubbliche (32)	295	0

7.1 Indirizzo politico (2)	10	0
7.2 Servizi e affari generali per le amministrazioni di competenza (3)	285	0

Riduzione stanziamenti di bilancio accantonati ai sensi dell'articolo 12, comma 4, del decreto-legge n.35 del 2013, convertito, con modificazioni, dalla legge n.64 del 2013

(migliaia di Euro)

Ministero **Missione** Programma	**2014** **RIDUZIONI**	**di cui prede e per**
MINISTERO DELLA GIUSTIZIA	19.214	997
1Giustizia (6)	19.051	997
1.1 Amministrazione penitenziaria (1)	6.647	198
1.2 Giustizia civile e penale (2)	11.850	799
1.3 Giustizia minorile (3)	583	0
2 Servizi istituzionali e generali delle amministrazioni pubbliche (32)	66	0
2.1 Indirizzo politico (2)	66	0
3 Fondi da ripartire (33)	68	0
3.1 Fondi da assegnare (1)	68	0

Riduzione stanziamenti di bilancio accantonati ai sensi dell'articolo 12, comma 4, del decreto-legge n.35 del 2013, convertito, con modificazioni, dalla legge n.64 del 2013

(migliaia di Euro)

Ministero **Missione** Programma	**2014** **RIDUZIONI**	**di cui prede e per**
MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI	9.578	4.647
1 L'Italia In Europa e nel mondo (4)	8.985	4.647
1.1 Protocollo Internazionale (1)	45	0
1.2 Cooperazione allo sviluppo (2)	4.226	4.226
1.3 Cooperazione economica e relazioni Internazionali (4)	104	78
1.4 Promozione della pace e sicurezza internazionale (6)	193	9
1.5 integrazione europea (7)	261	266
1.6 Italiani nel mondo e politiche migratorie (a)	499	57
1.7 Promozione del sistema Paese (9)	a95	0
1.8 Presenza dello Stato all'estero tramite le strutture diplomatico-consolari (12)	2.008	0
1.9 Rappresentanza all'estero e servizi ai cittadini e alle Imprese (13)	300	0
1.10 Coordinamento dell'Amministrazione in ambito Internazionale (14)	60	9
1.11 Comunicazione in ambito internazionale (15)	373	0
2 Servizi Istituzionali e generali delle amministrazioni pubbliche (32)	567	0
2.1 indirizzo politico (2)	1	0
2.2 Servizi e affari generali per le amministrazioni di competenza (3)	566	0
3 Fondi da ripartire (33)	26	0
3.1 Fondi da assegnare (1)	26	0

Riduzione stanziamenti di bilancio accantonati ai sensi dell'articolo 12, comma 4, del decreto-legge n.35 del 2013, convertito, con modificazioni, dalla legge n.64 del 2013

(migliaia di Euro)

Ministero **Missione** Programma	**2014** **RIDUZIONI**	**di cu prede e per**
MINISTERO DELL'INTERNO	20.678	4.096

1 Amministrazione generale e supporto alla rappresentanza generale di Governo e dello Stato sul territorio (2)	220	0
1.2 Attuazione da parte delle Prefetture - Uffici Territoriali del Governo delle missioni del Ministero dell'Interno sul territorio (2)	211	0
1.3 Supporto alla rappresentanza generale di Governo e dello Stato sul territorio e amministrazione generale sul territorio (3)	10	0
2 Relazioni finanziarie con le autonomie territoriali (3)	782	40
2.2 Interventi, servizi e supporto alle autonomie territoriali (2)	72	0
2.3 Elaborazione, quantificazione e assegnazione dei trasferimenti erariali; determinazione dei rimborsi agli enti locali anche in via perequativa (3)	413	40
2.4 Gestione dell'albo dei segretari comunali e provinciali (8)	297	0
3 Ordine pubblico e sicurezza (7)	9.745	2.745
3.1 Contrasto al crimine, tutela dell'ordine e della sicurezza pubblica (8)	5.007	57
3.2 Servizio permanente dell'Arma dei Carabinieri per la tutela dell'ordine e la sicurezza pubblica (9)	948	0
3.3 Pianificazione e coordinamento Forze di polizia (10)	3.790	2.688
4 Soccorso civile (8)	4.819	99
4.1 Gestione del sistema nazionale di difesa civile (2)	122	0
4.2 Prevenzione dal rischio e soccorso pubblico (3)	4.697	99
5 Immigrazione, accoglienza e garanzia dei diritti (27)	2.402	462
5.1 Garanzia dei diritti e interventi per lo sviluppo della coesione sociale (2)	2.278	462
5.2 Gestione flussi migratori (3)	122	0
5.3 Rapporti con le confessioni religiose e amministrazione del patrimonio del Fondo Edifici di Culto (5)	2	0
6 Servizi istituzionali e generali delle amministrazioni pubbliche (32)	949	0
6.1Indirizzo politico (2)	15	0
6.2 Servizi e affari generali per le amministrazioni di competenza (3)	935	0
7 Fondi da ripartire (33)	1.761	749
7.1 Fondi da assegnare (1)	1.761	749

Riduzione stanziamenti di bilancio accantonati ai sensi dell'articolo 12, comma 4, del decreto-legge n.35 del 2013, convertito, con modificazioni, dalla legge n.64 del 2013

(migliaia di Euro)

Ministero **Missione** Programma	**2014** **RIDUZIONI**	**di cu** **pred** **e per**
MINISTERO DELL'AMBIENTE E DELLA TUTELA DEL TERRITORIO E DEL MARE	5.313	4.193
1 Sviluppo sostenibile e tutela del territorio e dell'ambiente (18)	4.762	4.186
1.2 Prevenzione e riduzione integrata dell'inquinamento (3)	88	52
1.3 Sviluppo sostenibile (5)	389	386
1.8 Coordinamento generale, informazione ed educazione ambientale; comunicazione ambientale (11)	362	22
1.9 Tutela e conservazione del territorio e delle risorse idriche, trattamento e smaltimento rifiuti, bonifiche (12)	3.304	3.119
1.10 Tutela e conservazione della fauna e della flora, salvaguardia della biodiversita' e dell'ecosistema marino (13)	620	606
3 Servizi istituzionali e generali delle amministrazioni pubbliche (32)	55	0
3.1 Indirizzo politico (2)	2	0
3.2 Servizi e affari generali per le amministrazioni di competenza (3)	54	0
4 Fondi da ripartire (33)	496	7
4.1 Fondi da assegnare (1)	496	7

Riduzione stanziamenti di bilancio accantonati ai sensi dell'articolo 12, comma 4, del decreto-legge n.35 del 2013, convertito, con modificazioni, dalla legge n.64 del 2013

(migliaia di Euro)

Ministero	**2014**

Missione Programma	RIDUZIONI	di cu predo e per
MINISTERO DELLE INFRASTRUTTURE E DEI TRASPORTI	62.191	53.52
1 Infrastrutture pubbliche e logistica (14)	49.550	45.35
1.2 Sistemi stradali, autostradali, ferroviari ed Intermodali (11)	31.742	30. 92
1.5 Sistemi Idrici, idraulici ed elettrici (5)	180	177
1.6 Sicurezza, vigilanza e regolamentazione in materia di opere pubbliche e delle costruzioni (9)	23	17
'1.7 Opere strategiche, edilizia statale ed Interventi speciali e per pubbliche calamita' (10)	17.606	15.14
2 Diritto alla mobilita'(13)	10.753	7.954
2.1 Sviluppo e sicurezza della mobilita' stradale (1)	2.114	1.454
2.3 Sviluppo e sicurezza del trasporto aereo (4)	1.470	1.422
2.4 Autotrasporto ed intermodalita' (2)	3.095	3.076
2.5 Sviluppo e sicurezza del trasporto ferroviario (5)	9	0
2.6 Sviluppo e sicurezza della navigazione e del trasporto marittimo e per vie d'acqua interne (9)	3.797	1.801
2.7 Sviluppo e sicurezza della mobilita' locale (6)	267	201
3 Casa e assetto urbanistico (19)	143	142
3.1 Politiche abitative, urbane e territoriali (2)	143	142
4 Ordine pubblico e sicurezza (7)	1.419	53
4.1 Sicurezza e controllo nei mari, nei porti e sulle coste (7)	1.419	53
6 Servizi istituzionali e generali delle amministrazioni pubbliche (32)	174	17
6.1 Indirizzo politico (2)	25	0
6.2 Servizi e affari generali per le amministrazioni di competenza (3)	148	17
7 Fondi da ripartire (33)	151	0
7.1 Fondi da assegnare (1)	151	0

Riduzione stanziamenti di bilancio accantonati ai sensi dell'articolo 12, comma 4, del decreto-legge n.35 del 2013, convertito, con modificazioni, dalla legge n.64 del 2013

(migliaia di Euro)

Ministero **Missione** Programma	**2014** RIDUZIONI	di cu predo e per
MINISTERO DELLA DIFESA	81.550	197
1 Difesa e sicurezza del territorio (5)	24.709	197
1.1 Approntamento e Impiego Carabinieri per la difesa e la sicurezza (1)	3.429	0
1.2 Approntamento e impiego delle forze terrestri (2)	2.650	42
1.3 Approntamento e impiego delle forze navali (3)	1.195	0
1.4 Approntamento e Impiego della forze aeree (4)	1.685	0
1.5 Funzioni non direttamente collegate al compiti di difesa militare (5)	2.040	65
1.6 Pianificazione generale delle Forze Armate e approvvigionamenti militari (6)	13.710	90
3 Servizi istituzionali e generali delle amministrazioni pubbliche (32)	261	0
3.1 Indirizzo politico (2)	15	0
3 2 Servizi e affari generali per le amministrazioni di competenza (3)	246	0
4 Fondi da ripartire (33)	56.579	0
4.1 Fondi da assegnare (1)	56.579	0

Riduzione stanziamenti di bilancio accantonati ai sensi dell'articolo 12, comma 4, del decreto-legge n.35 del 2013, convertito, con modificazioni, dalla legge n.64 del 2013

(migliaia di Euro)

Ministero **2014**

Missione

Programma

	RIDUZIONI	di cui predet e per
MINISTERO DELLE POLITICHE AGRICOLE ALIMENTARI E FORESTALI	4.884	2.819
1 Agricoltura, politiche agroalimentari e pesca (9)	3.935	2.649
1.2 Politiche europee ed internazionali e dello sviluppo rurale (2)	2.143	1.888
1.4 Vigilanza, prevenzione e repressione frodi nel settore agricolo, agroalimentare, agroindustriale e forestale (5)	40	1
1.5 Politiche competitive, della qualità agroalimentare, della pesca, dell'Ippica e mezzi tecnici di produzione (6)	1.753	759
2 Sviluppo sostenibile e tutela dei territorio e dell'ambiente (18)	433	0
2.1 Tutela e conservazione della fauna e della flora e salvaguardia della biodiversità" (7)	433	0
3 Ordine pubblico e sicurezza (7)	177	0
3.1 Sicurezza pubblica in ambito rurale e montano (6)	177	0
4 Soccorso civile (8)	244	170
4.1 Interventi per soccorsi (1)	244	170
5 Servizi istituzionali e generali delle amministrazioni pubbliche (32)	46	0
5.1 Indirizzo politico (2)	18	0
5.2 Servizi e affari generali per le amministrazioni di competenza (3)	28	0
6 Fondi da ripartire (33)	49	0
6.1 Fondi da assegnare (1)	49	0

Riduzione stanziamenti di bilancio accantonati ai sensi dell'articolo 12, comma 4, del decreto-legge n.35 del 2013, convertito, con modificazioni, dalla legge n.64 del 2013

(migliaia di Euro)

Ministero **Missione** Programma	**2014**

	RIDUZIONI	di cui predet e per
MINISTERO DEI BENI E DELLE ATTIVITÀ CULTURALI E DEL TURISMO	9.230	3.139
1 Tutela e valorizzazione dei beni e attività culturali e paesaggistici (21)	7.342	2.694
1.2 Sostegno, valorizzazione e tutela del settore dello spettacolo (2)	369	206
1.5 Vigilanza, prevenzione e repressione in materia di patrimonio culturale (5)	27	0
1.6 Tutela dei beni archeologici (6)	64	0
1.9 Tutela del beni archivistici (9)	84	0
1.10 Tutela dei beni librari, promozione e sostegno del libro e dell'editoria (10)	1.008	802
1.12 Tutela delle belle arti, dell'architettura e dell' arte contemporanee; tutela e valorizzazione del paesaggio (12)	523	208
1.13 Valorizzazione del patrimonio culturale (13)	150	118
1.14 Coordinamento ed indirizzo per la salvaguardia del patrimonio culturale (14)	19	0
1.15 Tutela del patrimonio culturale (15)	5.097	1.380
3 Servizi istituzionali e generali delle amministrazioni pubbliche (32)	366	0
3.1 Indirizzo politico (2)	6	0
3.2 Servizi e affari generali per le amministrazioni di competenza (3)	360	0
4 Fondi da ripartire (33)	1.070	1
4.1 Fondi da assegnare (1)	1.070	1
6 Turismo (31)	452	444
6.1 Sviluppo e competitivita' del turismo (1)	452	444

Riduzione stanziamenti di bilancio accantonati ai sensi dell'articolo 12, comma 4, del decreto-legge n.35 del 2013, convertito, con modificazioni, dalla legge n.64 del 2013

(migliaia di Euro)

Ministero **Missione** Programma	**2014**

	RIDUZIONI	di cui predet e per
MINISTERO DELLA SALUTE	3.119	1.803
1 Tutela della salute (20)	2.630	1.800

1.1 Prevenzione e comunicazione in materia sanitaria umana e coordinamento in ambito intemazionale (1)	1.051	965
1.2 Sanità pubblica veterinaria, igiene e sicurezza degli alimenti (2)	688	658
1.3 Programmazione sanitaria in materia di livelli essenziali di assistenza e assistenza In materia sanitaria umana (3)	750	107
1.4 Regolamentazione e vigilanza In materia di prodotti farmaceutici ed altri prodotti sanitari ad uso umano e di sicurezza delle cure (4)	91	70
1.5 Vigilanza, prevenzione e repressione nel settore sanitario (5)	51	0
3 Servizi istituzionali e generali delle amministrazioni pubbliche (32)	87	0
3.1 Indirizzo politico (2)	14	0
3.2 Servizi e affari generali per le amministrazioni dì competenza (3)	72	0
4 Fondi da ripartire (33)	402	3
4.1 Fondi da assegnare (1)	402	3
Totale	495.707	255.3

3.4110

IL GOVERNO

Al comma 57, lettera l), sostituire il terzo periodo con il seguente: «Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze sono adottati i conseguenti adeguamenti organizzativi, prevedendo, tra l'altro, il conferimento di un incarico di livello dirigenziale non generale in deroga al limite quantitativo previsto dall'articolo 19, comma 6, del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165, e successive modificazioni, nonché, ai divieti ed alle limitazioni previsti dalla legislazione vigente. Il predetto incarico è conferito su posti individuati nell'ambito della dotazione organica del Ministero dell'economia e delle finanze».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 130.000;

2016: ? 130.000;

2017: ? 130.000.

3.4000/1

VACCARI

All'emendamento 3.4000, sostituire il comma 64-bis, con il seguente: «64-bis. Il comma 5 dell'articolo 25 della legge 13 maggio 1999, n. 133, è abrogato».

3.4000/2

COMAROLI, TOSATO

All'emendamento 3.4000, al comma 64-bis, sostituire la parola: «amministrative» con le seguenti: «previste dall'articolo 11 del decreto legislativo 18 dicembre 1997, n. 471».

3.4000/3

PANIZZA, FRAVEZZI, FAUSTO GUILHERME LONGO, BATTISTA, ZIN

All'emendamento 3.4000, aggiungere, in fine, il seguente comma: «64-quater-bis.) Per le associazioni sportive dilettantistiche e le associazioni pro loco che si avvalgono dell'opzione di cui all'articolo 1 della legge 16 dicembre 1991, n. 398, e successive modificazioni ed integrazioni, non concorrono a formare il reddito imponibile i proventi relativi alla gestione di impianti sportivi di proprietà di enti pubblici, alla cui gestione partecipano in convenzione una pluralità di Comuni e affidati in gestione sulla base di convenzione che regola, almeno parzialmente, il regime tariffario, per un importo non superiore a 250.000 euro».

Conseguentemente, all'onere derivante dall'attuazione del presente comma, valutato in 3 milioni di euro annui, si provvede, per il triennio 2015-2017, mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa relativa al Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio.

3.4000/4

VACCARI, GUERRA, GRANAIOLA

All'emendamento 3.4000, apportare le seguenti modificazioni:

*a) dopo il comma 64-*quater *inserire i seguenti:*

«64-*quinquies*. All'articolo 67 comma 1, è aggiunta, infine, la seguente lettera: "*m-bis)* I rimborsi di spesa, anche se non documentabili riconosciuti ai propri associati dalle organizzazioni di cui alle leggi 11 agosto 1991, n. 266 e 7 dicembre 2000, n. 383".

64-*sexies*. All'articolo 69 è aggiunto, in fine, il seguente comma: "2-*bis*. I rimborsi forfettari di cui alla lettera *m-bis* dell'articolo 67, non concorrono a formare il reddito per un importo non superiore, complessivamente nel periodo di imposta, a 3.000 euro"«.

b) Aggiungere in fine le seguenti parole:

Conseguentemente alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 3.000.000;

2016: ? 3.000.000;

2017: ? 3.000.000.

3.4111/1

CENTINAIO, BELLOT, ARRIGONI, CROSIO, COMAROLI, TOSATO, BISINELLA

All'emendamento 3.4111, sostituire i capoversi 64-bis e 64-ter con i seguenti:

«64-*bis*. Dopo il n. 24 della Tabella A, parte II, allegata al decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633, è aggiunto il seguente:

"24-*bis)* pellet da riscaldamento"».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 60 milioni di euro a decorre dal 2015».

3.4111/2

CENTINAIO, BELLOT, ARRIGONI, CROSIO, COMAROLI, TOSATO, BISINELLA

All'emendamento 3.4111, sostituire i capoversi 64-bis e 64-ter con i seguenti:

«64-*bis*. Dopo il n. 24 della Tabella A, parte II, allegata al decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633, è aggiunto il seguente:

"24-*bis)* pellet da riscaldamento acquistato nelle aree geograficamente o climaticamente svantaggiate di cui alla legge 23 dicembre 1998, n. 448, articolo 8, comma 10, lettera *c)* e di cui alla legge 22 dicembre 2008, n. 203, articolo 2, comma 12"».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 60 milioni di euro a decorre dal 2015».

3.4111/3

CENTINAIO, BELLOT, ARRIGONI, CROSIO, COMAROLI, TOSATO, BISINELLA

All'emendamento 3.4111, sostituire i capoversi 64-bis e 64-ter con i seguenti:

«64-*bis*. Dopo il n. 24 della Tabella A, parte II, allegata al decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633, è aggiunto il seguente:

"24-*bis)* pellet da riscaldamento acquistato nelle aree geograficamente o climaticamente svantaggiate di cui alla legge 23 dicembre 1998, n. 448, articolo 8, comma 10, lettera *c)* e di cui alla legge 22 dicembre 2008, n. 203, articolo 2, comma 12"».

Conseguentemente all'articolo 2, comma 207, sostituire le parole: «110 milioni» *con le seguenti:* «56,1 milioni».

All'articolo 1, comma 132:

a) sopprime le seguenti parole: « 6,1 milioni di euro per l'anno 2015»;

b) sostituire le parole: «22,8 milioni» *con le seguenti:* « 16,7 milioni»;

c) sostituire le parole: «212,7 milioni» *con le seguenti:* «206,6 milioni».

3.4111/4

CENTINAIO, BELLOT, ARRIGONI, CROSIO, COMAROLI, TOSATO, BISINELLA

All'emendamento 3.4111, sostituire i capoversi 64-bis e 64-ter con i seguenti:

«64-*bis*. Dopo il n. 24 della Tabella A, parte II, allegata al decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633, è aggiunto il seguente:

"24-*bis)* pellet da riscaldamento"».

Conseguentemente all'articolo 2, comma 207, sostituire le parole: «110 milioni» *con le seguenti:* «56,1 milioni».

All'articolo 1, comma 132:

a) sopprime le seguenti parole: « 6,1 milioni di euro per l'anno 2015»;

b) sostituire le parole: «22,8 milioni» *con le seguenti:* « 16,7 milioni»;

c) sostituire le parole: «212,7 milioni» *con le seguenti:* «206,6 milioni».

3.4111/5

BERGER, ZELLER, PALERMO, FRAVEZZI, PANIZZA, LANIECE, ROMANO, FAUSTO GUILHERME LONGO

all'emendamento 3.4111, al capoverso comma 64-bis sostituire le parole: «, esclusi i pellet» con le seguenti: «, e i pellet da riscaldamento impiegati in zone montane».

*Conseguentemente, al capoverso 64-*ter*, sostituire le parole:* «96 milioni» *con le seguenti:* «66 milioni».

3.4111/6

GIROTTO, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

All'emendamento 3.4111, apportare le seguenti variazioni:

*a) dopo il comma 64-*bis*, sostituire la parola:* «esclusi» *con la seguente:* «inclusi»;

*b) il comma 64-*ter *è soppresso.*

Conseguentemente, le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla Tabella C, sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 96.000.0000 annui a decorrere dall'anno 2015.

3.4111/7

PICCOLI

All'emendamento 3.4111, al capoverso «64-bis» aggiungere in fine, il seguente periodo: «La disposizione non si applica ai territori delle province di cui all'articolo 1, comma 3, secondo periodo, della legge 7 aprile 2014, n.56».

3.4111/8

BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

All'emendamento 3.4111, apportare le seguenti variazioni:

«*a)* dopo il comma 64-*bis*, aggiungere il seguente:

"64-*bis*.1. Alla Tabella A ? Parte II, allegata al decreto del Presidente della repubblica 26 ottobre 1972, n.633, dopo il numero 41-*quater)* aggiungere il seguente:

41-*quinquies)* li legno in *pellet* ricavato dalla segatura essiccata e poi compressa, utilizzato come combustibile'";

b) il comma 64-*ter* è soppresso».

Conseguentemente, le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 196.000.0000 annui a decorrere dall'anno 2015.

3.4111/9

CANDIANI, COMAROLI

All'emendamento 3.4111, dopo il comma «54-bis» inserire il seguente:

«64-*bis*.1. Alla Tabella A del testo unico delle disposizioni legislative concernenti le imposte sulla produzione e sui consumi e relative sanzioni penali e amministrative, di cui al decreto legislativo 26 ottobre 1995, n. 504, al punto 3 dopo le parole "trasporto delle merci," inserire le seguenti parole: ",

alla pesca"».

3.4111/10

CENTINAIO, BELLOT, ARRIGONI, CROSIO, COMAROLI, TOSATO, BISINELLA

All'emendamento 3.4111, sostituire il capoverso «64-ter» con il seguente:

«64-*ter*. A decorrere dal 2015, presso il Ministero dell'economia e delle finanze, è istituito un fondo per la contribuzione all'acquisto di *pellet* da riscaldamento e di relative stufe nelle aree geograficamente o climaticamente svantaggiate di cui alla legge 23 dicembre 1998, n. 448, articolo 8, comma 10, lettera *c)* e di cui alla legge 22 dicembre 2008, n. 203, articolo 2, comma 12. A decorrere da12015, il fondo è dotato di dotazioni corrispondenti alle maggiori entrate derivanti dall'applicazione delle disposizioni di cui al comma precedente. Entro trenta giorni dall'entrata in vigore della presente legge, il Ministero dell'economia e della finanze stabilisce con decreto le modalità di riparto e corresponsione delle disponibilità di suddetto fondo».

3.4111

IL GOVERNO

Dopo il comma 64, inserire i seguenti:

«64-*bis*. Al n. 98) della tabella A, parte III, allegata al decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633, dopo le parole: "compresa la segatura" sono inserite le seguenti: ", esclusi i pellet".

64-*ter*. L'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307, è incrementata di 96 milioni di euro a decorrere dal 2015».

3.4112

IL GOVERNO

Dopo il comma 66, inserire il seguente:

«66-*bis*. L'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307, è ridotta di 200 milioni di euro per l'anno 2015».

Conseguentemente, all'elenco 3, di cui all'articolo 2, comma 45, alla voce Ministero della difesa *programma* «1.6 Pianificazione generale delle Forze Armate e approvvigionamenti militari»*, sostituire per l'anno 2015 l'importo:* «496.889»*, con l'importo: «296.889».*

3.4113/1

LEPRI, PARENTE, ANGIONI, D'ADDA, FAVERO, MANASSERO, PEZZOPANE, SPILABOTTE, COLLINA, CUOMO, PADUA, MOSCARDELLI

All'emendamento 3.4111, alla Tabella C, missione Organi costituzionali, a rilevanza costituzionale e Presidenza del Consiglio dei ministri, programma Presidenza del Consiglio dei ministri, voce Ministero dell'economia e delle finanze ? Legge n. 230 del 1998: Nuove norme in materia di obiezione di coscienza: ? articolo 19: Fondo nazionale per il servizio civile (21.3 ? cap. 2185), apportare le seguenti variazioni:

2015:

CP: + 50.000.000;

CS: + 50.000.000;

2016:

CP: + 100.000.000;

CS: + 100.000.000;

2017:

CP: + 150.000.000;

CS: + 150.000.000.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015:

2016: ? 50.000.000;
2017: ? 100.000.000.

3.4113

IL GOVERNO

Dopo il comma 66, inserire il seguente:

«66-*bis*. L'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307, è ridotta di 50 milioni di euro annui a decorrere dal 2015».

Conseguentemente, alla Tabella C allegata, Missione «Organi costituzionali, a rilevanza costituzionale e Presidenza del Consiglio dei Ministri», *Programma* «Presidenza del Consiglio dei Ministri»*, voce* «Ministero dell'economia e delle finanze»*, legge 230 del 1998, articolo 19,* «Fondo nazionale per il Servizio civile»*, (21.3 ? cap. 2185), apportare le seguenti variazioni:*

2015:
CP: + 50.000.000;
CS: + 50.000.000;
2016:
CP: + 50.000.000;
CS: + 50.000.000;
2017:
CP: + 50.000.000;
CS: + 50.000.000.

3.4114

IL GOVERNO

Dopo comma 66, inserire il seguente:

«66-*bis*. L'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307, è ridotta di euro 25 milioni annui per gli anni dal 20l5 al 2020».

Conseguentemente, alla tabella E, Missione: Pianificazione e coordinamento Forze di polizia, Programma: Forze di polizia, voce: Ministero dell'interno, Legge n. 147 del 2013, articolo 1, comma 41: TETRA ? prosecuzione interventi (3.3 ? CAP. 7506), *apportare le seguenti variazioni:*

Rifinanziamento
2015:
CP: 25.000.000;
CS: 25.000.000;
2016:
CP: 25.000.000;
CS: 25.000.000;
2017:
CP: 25.000.000;
CS: 25.000.000;
2018 e anni successivi (anno terminale 2020)
CP: 75.000.000;
CS: 75.000.000.

3.4115/1

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, D'AMBROSIO LETTIERI

All'emendamento 3.4115, dopo il capoverso: «74-bis» aggiungere il seguente:

«74-*ter*. I contribuenti titolari d'impresa in possesso d'impianti, attrezzature o macchinari utilizzati nell'esercizio dell'attività, decaduti dal beneficio della rateazione previsto dall'articolo 19 del decreto del Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, n. 602, e dalle disposizioni previste dall'articolo 11-*bis* del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno

2014, n. 89, possono richiedere la concessione di un nuovo piano di rateazione, se entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, presentano apposita documentazione comprovante la situazione temporanea di obiettiva difficoltà. Le disposizioni di cui al presente comma si applicano, anche in deroga ai sensi di quanto previsto dalla normativa vigente, per i contribuenti già decaduti dalla rate alla data di entrata in vigore della presente legge, per i quali siano state già attivate le procedure per il recupero dei crediti tributari e contributivi attivate dall'Amministrazione finanziaria competente.».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 10.000.000;
2016: ? 10.000.000;
2017: ? 10.000.000.

3.4115

IL GOVERNO

Dopo il comma 74, aggiungere il seguente:

«74-*bis*. All'articolo 1, comma 587, primo periodo, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, sono aggiunte, in fine, le seguenti parole: "non oltre il settimo mese successivo alla scadenza dei termini previsti per la trasmissione della dichiarazione di cui ai citati articoli 16 e 17 del regolamento di cui al decreto del Ministro delle finanze 31 maggio 1999, n. 164, ovvero alla data della trasmissione della dichiarazione, ove questa sia successiva alla scadenza di detti termini"».

3.Tab.B.100

IL GOVERNO

Alla Tabella B voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 824.000
2016: ? 2.500.000
2017: ? 2.500.000

Conseguentemente,

Alla tabella E, Missione: L'Italia in Europa e nel mondo*, Programma:* Politica economica e finanziaria in ambito internazionale, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, ? decreto-legge n. 76 del 2013, art. 11 comma 5: contributo Chernobyl, (3.2 ? CAP. 7174)*, apportare le seguenti variazioni:*

Rifinanziamento
2015:
CP: 824.000;
CS: 824.000;
2016:
CP: 2.500.000;
CS: 2.500.000;
2017:
CP: 2.500.000;
CS: 2.500.000;
2018:
CP: 5.000.000;
CS: 5.000.000.

3.4116/1

CAPPELLETTI, BUCCARELLA, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

All'emendamento 3.4116, comma «82-bis», sostituire le parole: «euro 500» con le seguenti: «euro 1.000».

*Conseguentemente, sostituire i commi 82-*ter *e 82-*quater *con i seguenti:*

«82-*ter*. Alla copertura delle minori entrate derivanti dal comma 82-*bis*, valutate in complessivi

108 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016, si provvede mediante utilizzo di quota parte delle maggiori entrate derivanti dal comma 82-*quater*.

82-*quater*. Entro sessanta giorni dall'entrata in vigore della presente legge, il Ministero dell'economia e finanze ? Amministrazione autonoma dei Monopoli di Stato è autorizzato ad emanare, con propri decreti dirigenziali, disposizioni volte ad aumentare la misura del prelievo erariale unico di cui all'articolo 39, comma 13, del decreto-legge 30 settembre 2003, n. 269, convertito, con modificazioni, dalla legge 24 novembre 2003, n. 326, e successive modificazioni, ed eventuali addizionali, nonché la percentuale del compenso per le attività di gestione, attualmente vigenti, al fine di assicurare ulteriori maggiori entrate in misura non inferiore a 250 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015».

3.4116/2

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, D'AMBROSIO LETTIERI

All'emendamento 3.4116, al capoverso «82-bis», sostituire le parole: «euro 500» con le seguenti: «euro 150».

Conseguentemente, al capoverso «82-*ter*», *sostituire le parole:* «54 milioni» *con le seguenti:* «16,500 milioni».

Conseguentemente, rideterminare le previsioni del secondo capoverso «82-*ter*».

3.4116/3

COMAROLI, STEFANI, CENTINAIO, TOSATO

All'emendamento del Governo 3.4116, all'articolo 3, al comma «82-bis», il comma 82-ter è sostituito dal seguente:

«82-*ter*. Alla copertura di minori entrate derivanti dall'attuazione del comma precedente valutate in complessivi 54 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016, si provvede con la conseguente riduzione del Fondo nazionale per le politiche e i servizi dell'asilo, di cui all'articolo 1-*septies* del decreto-legge 30 dicembre 1989, n. 416, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 febbraio 1990, n. 39.».

E conseguentemente il comma 82-quater *è soppresso.*

3.4116/4

GUALDANI

All'emendamento 3.4116, dopo il comma 82-sexies aggiungere i seguenti:

«82-*septies*. Alla legge 16 febbraio 1913, n. 89, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 19, comma 1, primo periodo, le parole: "con oneri a carico del proprio bilancio" sono sostituite dalle seguenti: "con separata contribuzione obbligatoria a carico di tutti gli iscritti al ruolo da versarsi al Consiglio nazionale del notariato. Il contributo è determinato dal Consiglio nazionale del notariato ed è riscosso secondo le modalità di cui all'articolo 21 della legge 27 giugno 1991, n. 220, entro il 28 febbraio di ciascun anno";

b) all'articolo 19, dopo il comma 1, è aggiunto il seguente:

"1-*bis*. La misura dei contributi è determinata dal Consiglio nazionale del notariato entro il 31 ottobre di ciascuna anno per l'anno successivo in misura corrispondente ai premi ed agli oneri da esso pagati ed è ragguagliata ai parametri soggetti ad annotamento nei repertori di ciascun notaio secondo quanto stabilito dalla legge e tenuto conto del numero e dell'ammontare dei sinistri liquidati per ciascun notaio a partire dal 1º febbraio 1999".

82-*opties*. Le disposizioni di cui al comma precedente entrano in vigore il 10 gennaio 2015.».

3.4116

IL GOVERNO

Dopo il comma 82 inserire i seguenti:

«82-*bis*. Alle parti che corrispondono il compenso agli avvocati abilitati ad assisterli nel procedimento di negoziazione assistita ai sensi del capo II del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 132, convertito, con modificazioni dalla legge 10 novembre 2014 n. 162, nonché alle parti che corrispondono il compenso agli arbitri nel procedimento del capo I del medesimo decreto, è riconosciuto, in caso di successo della negoziazione, ovvero di conclusione dell'arbitrato con lodo, un

credito di imposta commisurato al compenso fino a concorrenza di euro 500. Il credito d'imposta va indicato nella dichiarazione relativa al periodo d'imposta nel quale sono sostenute le spese agevolabili ed è utilizzabile esclusivamente in compensazione ai sensi dell'articolo 17 del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241. Con decreto del Ministro della giustizia di concerto con il Ministro dell'economia e finanze sono stabilite le modalità e la documentazione da esibire a corredo della richiesta del credito di imposta e i controlli sulla autenticità della stessa.

82-*ter*. Alla copertura delle minori entrate derivanti dall'attuazione del comma precedente, valutate in complessivi 54 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016, si provvede con le maggiori entrate derivanti dall'aumento del contributo unificato, pari a 59,7 milioni di euro, come indicato al comma 82-*quater*.

82-*quater*. Al testo unico delle disposizioni legislative e regolamentari in materia di spese giustizia, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 30 maggio 2002, n. 115, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 13, comma 1, alla lettera *a)* le parole: "euro 43" sono sostituite dalle seguenti: "euro 47";

b) all'articolo 13, comma 1, alla lettera *b)* le parole: "euro 98" sono sostituite dalle seguenti: "euro 108";

c) all'articolo 13, comma 1, alla lettera *c)* le parole: "euro 237" sono sostituite dalle seguenti: "euro 261";

d) all'articolo 13, comma 1, alla lettera *d)* le parole: "euro 518" sono sostituite dalle seguenti: "euro 570";

e) all'articolo 13, comma 1, alla lettera *e)* le parole: "euro 759" sono sostituite dalle seguenti: "euro 835";

f) all'articolo 13, comma 1, alla lettera *f)* le parole: "euro 1.214" sono sostituite dalle seguenti: "euro 1.335";

g) all'articolo 13, comma 1, alla lettera *g)* le parole: "euro 1.686" sono sostituite dalle seguenti: "euro 1.855";

h) all'articolo 13, il comma 2 è sostituito dal seguente: "2. Per i processi di esecuzione immobiliare il contributo dovuto è pari a euro 306. Per gli altri processi esecutivi lo stesso importo è ridotto della metà. Per i processi esecutivi mobiliari di valore inferiore a 2.500 euro il contributo dovuto è pari a euro 47. Per i processi di opposizione agli atti esecutivi il contributo dovuto è pari a euro 185.";

i) all'articolo 13, comma 5, le parole: "euro 851" sono sostituite dalle seguenti: "euro 936".

82-*quinquies*. Ai sensi dell'articolo 17, comma 12 della legge 31 dicembre 2009, n. 196, il Ministro della giustizia provvede al monitoraggio delle minori entrate di cui al comma 82-*bis*, e riferisce in merito al Ministro dell'economia e delle finanze. Nel caso si verifichino o siano in procinto di verificarsi scostamenti rispetto alle previsioni, il Ministro della giustizia, sentito il Ministro dell'economia e delle finanze provvede, con proprio decreto, all'ulteriore aumento del contributo unificato di cui al comma 82-*ter*, nella misura necessaria alla copertura finanziaria delle minori entrate risultanti dall'attività di monitoraggio.

82-*sexies*. Il Ministro dell'economia e delle finanze riferisce senza ritardo alle Camere con apposita relazione in merito alle cause degli scostamenti e all'adozione delle misure di cui al secondo periodo del comma 82-*quater*.

82-*septies*. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio».

1.3.2.1.10. 5ª Commissione permanente (Bilancio) - Seduta n. 333 (pom.) del 16/12/2014

collegamento al documento su www.senato.it

BILANCIO (5ª)

MARTEDÌ 16 DICEMBRE 2014
333ª Seduta

Presidenza del Presidente
AZZOLLINI

Intervengono il vice ministro dell'economia e delle finanze Morando e il sottosegretario di Stato per lo stesso dicastero Baretta.

La seduta inizia alle ore 18,10.

IN SEDE REFERENTE

(1699) ***Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017 e relativa Nota di variazioni***, approvato dalla Camera dei deputati

- (Tabb. 1 e 1-*bis*) Stato di previsione dell'entrata per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017 *(limitatamente alle parti di competenza)*
- (Tabb. 2 e 2-*bis*) Stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017 *(limitatamente alle parti di competenza)*

(1698) ***Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)***, approvato dalla Camera dei deputati

(Seguito dell'esame congiunto e rinvio)

Prosegue l'esame congiunto, sospeso nella seduta di ieri.

La senatrice BONFRISCO (*FI-PdL XVII*), in considerazione della riunione del suo Gruppo di appartenenza, chiede che i lavori della Commissione vengano sospesi alle 19,30 per circa un?ora.

Il PRESIDENTE accoglie la richiesta della senatrice Bonfrisco.

Il senatore MALAN (*FI-PdL XVII*) ritira l?emendamento 2.16.

Il senatore LAI (*PD*) ritira l?emendamento 1.1203.

Su richiesta del relatore SANTINI (*PD*), il PRESIDENTE dispone che gli emendamenti 1.741, 1.749 e 1.755 rimangano accantonati.

Previo parere contrario del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, dopo che la senatrice BULGARELLI (*M5S*) ha dichiarato il voto favorevole del proprio Gruppo, la Commissione, con distinte votazioni, respinge gli emendamenti 1.754 e 1.756.

Su richiesta del relatore SANTINI (*PD*), il senatore FRAVEZZI (*Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE*) ritira gli emendamenti 1.759 e 1.760.

Previo parere favorevole del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, la Commissione approva l?emendamento 1.763.

Il relatore SANTINI (*PD*) propone una riformulazione dell?emendamento 1.764. Esso, fatto proprio dal senatore GUALDANI (*AP (NCD-UDC)*), che lo riformula in un testo 2, pubblicato in allegato, e con il parere favorevole del rappresentante del GOVERNO, viene approvato.
Chiede, poi, il ritiro degli emendamenti 1.777, 1.786, 1.787, 1.788, 1.792, 1.797, 1.800, 1.801, 1.802, 1.810, 1.813, 1.822, 1.824, 1.827, 1.830, 1.842, 1.844, 1.870, 1.871, 1.883 e 1.885, poiché trattano il tema delle frequenze televisive già oggetto di valutazione da parte del Governo.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) ritira, quindi, gli emendamenti 1.777, 1.827, 1.830 e 1.870.

La senatrice COMAROLI (*LN-Aut*) ritira, a sua volta, gli emendamenti 1.786, 1.797, 1.883 e 1.885.

Il senatore CIOFFI (*M5S*) insiste invece per la votazione dell?emendamento 1.787, richiamando la necessità di valorizzare il tema delle frequenze radiotelevisive, date le rilevanti implicazioni per il sistema e per gli operatori del settore.

Posto ai voti, l?emendamento 1.787 è respinto.

La senatrice BONFRISCO (*FI-PdL XVII*) aggiunge la propria firma agli emendamenti 1.788, 1.822 e 1.871 e li ritira.

Il senatore FRAVEZZI (*Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE*) ritira gli emendamenti 1.792, 1.824 e 1.842.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) fa propri gli emendamenti 1.800, 1.801, 1.802, 1.813 e li ritira.

Il senatore LAI (*PD*) ritira l?emendamento 1.810.

L?emendamento 1.844, fatto proprio dalla relatrice al disegno di legge di bilancio, senatrice CHIAVAROLI (*AP (NCD-UDC)*), è ritirato.

Previo parere contrario del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, e previa dichiarazione di voto favorevole, a nome del suo Gruppo, del senatore CIOFFI (*M5S*), che ricorda come una parte delle entrate derivanti dalle concessioni autostradali potrebbe essere destinata al finanziamento della banda ultra-larga, l?emendamento 1.898, posto ai voti, è respinto.

La senatrice COMAROLI (*LN-Aut*) ritira l?emendamento 1.917.

La senatrice MUSSINI (*Misto-MovX*) ritira l?emendamento 1.919, lo trasforma nell'ordine del giorno n. 102, pubblicato in allegato, che è accolto dal GOVERNO.

Su richiesta del senatore URAS (*Misto-SEL*), che ritira l'emendamento 1.923, il PRESIDENTE dispone che l?emendamento 1.923 (testo 2) rimanga accantonato.

Previa riformulazione proposta dal relatore SANTINI (*PD*) dell?emendamento 1.935 (testo 2), esso, fatto proprio dal senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*), è ulteriormente riformulato nell?emendamento 1.935 (testo 3), pubblicato in allegato. Quest?ultimo è accantonato dal PRESIDENTE.

Previo parere contrario del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, la Commissione respinge l?emendamento 1.937.

La senatrice COMAROLI (*LN-Aut*) ritira gli emendamenti 1.940 e 1.948.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) fa proprio l?emendamento 1.947 e lo ritira.

Previo parere contrario del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, la Commissione respinge l?emendamento 1.949.

Il relatore SANTINI (*PD*) chiede il ritiro dell?emendamento 1.952, in considerazione della trattazione delle questioni da esso implicate in emendamenti del Governo.

Il senatore CIOFFI (*M5S*) insiste per la votazione dell?emendamento 1.952, sottolineando l?importanza di appostare adeguate risorse per il trasporto pubblico locale.

Posto quindi ai voti, l?emendamento 1.952 è respinto.

Previo parere contrario del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, dopo che la senatrice BULGARELLI (*M5S*) ha dichiarato il voto favorevole del proprio Gruppo, l?emendamento 1.955 è posto ai voti ed è respinto.

La senatrice COMAROLI (*LN-Aut*) ritira l?emendamento 1.956 e lo trasforma nell'ordine del giorno n. 103, pubblicato in allegato, volto ad assicurare adeguati aiuti per gli asili nido, che è quindi accolto dal GOVERNO.

Il senatore ICHINO (*SCpI*) aggiunge la propria firma all?emendamento 1.959, lo ritira e lo trasforma nell'ordine del giorno n. 104, pubblicato in allegato, che è accolto dal GOVERNO.

La senatrice COMAROLI (*LN-Aut*) ritira l?emendamento 1.961.

Previo parere contrario del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, gli emendamenti 1.976 e 1.979, con distinte votazioni, sono respinti dalla Commissione, mentre in merito all'emendamento 1.978 il relatore SANTINI (*PD*) preannuncia una riformulazione.

Il PRESIDENTE dispone, quindi, che esso rimanga accantonato insieme con gli emendamenti 1.987 (sottoscritto dal senatore ICHINO (*SCpI*)) e 1.989.

Il senatore FRAVEZZI (*Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE*) ritira l?emendamento 1.982.

La senatrice CANTINI (*PD*) ritira l?emendamento 1.986.

Il senatore GUALDANI (*AP (NCD-UDC)*) ritira l?emendamento 1.988.

Dopo che i senatori Silvana Andreina COMAROLI (*LN-Aut*), URAS (*Misto-SEL*) e TOSATO (*LN-Aut*) hanno aggiunto la loro firma all?emendamento 1.995, esso, previo parere favorevole del RELATORE e del GOVERNO, è posto ai voti ed è approvato dalla Commissione all?unanimità.

Il senatore VERDUCCI (*PD*) ritira l?emendamento 1.998, mentre l'emendamento 1.998 (testo 2) è trasformato nell'ordine del giorno n. 105, pubblicato in allegato, che è accolto dal GOVERNO.

Gli emendamenti 1.1005 e 1.1010, con distinte votazioni, sono respinti dalla Commissione.

Il senatore GUALDANI (*AP (NCD-UDC)*) ritira l?emendamento 1.1016, preannunciandone la trasformazione in ordine del giorno.

Dopo che le senatrici PADUA (*PD*), MATURANI (*PD*) e GRANAIOLA (*PD*), il senatore VERDUCCI (*PD*), le senatrici PEZZOPANE (*PD*) eORRU' (*PD*) e il senatore DALLA ZUANNA (*PD*) hanno aggiunto la propria firma all?emendamento 1.1019, il PRESIDENTE ne conferma l'accantonamento.

Il RELATORE ed il rappresentante del GOVERNO esprimono parere contrario sull?emendamento 1.1021.

La senatrice BONFRISCO (*FI-PdL XVII*), intervenendo a nome del Gruppo in dichiarazione di voto favorevole, manifesta stupore per la posizione espressa sull?emendamento, chiedendo al Governo un supplemento di riflessione sul tema a suo giudizio, di assoluta rilevanza, delle scuole paritarie.

La senatrice SERRA (*M5S*) esprime il voto contrario del proprio Gruppo.

L?emendamento 1.1021 è quindi posto ai voti ed è respinto.

Il RELATORE ed il rappresentante del GOVERNO esprimono parere contrario sull?emendamento 1.1030.

Il senatore BOCCHINO (*Misto-ILC*) chiede che l?emendamento 1.1030 rimanga accantonato in considerazione della stretta connessione del tema in esso trattato con altri emendamenti presentati all'articolo 2.

Si associa la senatrice MONTEVECCHI (*M5S*), che aggiunge la propria firma all?emendamento.

Il PRESIDENTE dispone quindi che l?emendamento 1.1030 rimanga accantonato.

Il senatore BOCCHINO (*Misto-ILC*) ritira, invece, l?emendamento 1.1032.

Il PRESIDENTE dispone che gli emendamenti 1.1039, 1.1041, 1.1046, al quale ultimo il senatore BOCCHINO (*Misto-ILC*) aggiunge la propria firma, e 1.1047 rimangano accantonati.

Previo parere contrario del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, l?emendamento 1.1052, al quale i senatori Maria MUSSINI (*Misto-MovX*) e URAS (*Misto-SEL*) aggiungono la propria firma, è posto ai voti e, previa dichiarazione di voto favorevole a nome del Grupppo del senatore TOSATO (*LN-Aut*), è respinto dalla Commissione.

Con il parere contrario del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, l'emendamento 1.1075 è posto ai voti ed è respinto.

Il relatore SANTINI (*PD*) suggerisce una riformulazione dell?emendamento 1.1078, che è condivisa dai proponenti, i quali lo riformulano in un testo 2, pubblicato in allegato.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) aggiunge la propria firma.

La Commissione, previo parere favorevole del GOVERNO, accoglie l?emendamento 1.1078 (testo 2).

Il PRESIDENTE, accedendo alla richiesta avanzata dalla senatrice Bonfrisco in apertura di seduta, dispone una sospensione.

La seduta, sospesa alle ore 19,40, riprende alle ore 21,25.

La Commissione prosegue quindi l'esame degli emendamenti all'articolo 1, già accantonati.

Il relatore SANTINI (*PD*) esprime parere contrario sull'emendamento 1.1084.

Il rappresentante del GOVERNO esprime parere conforme a quello del relatore.

La senatrice BULGARELLI (*M5S*) dichiara il voto favorevole del proprio Gruppo

sull'emendamento 1.1084, evidenziando che il comma 129 dell'articolo 1, del quale si chiede la soppressione, prevede un credito di imposta per l'editoria, il cui onere finanziario potrebbe essere più utilmente impiegato nel sostegno ai lavoratori disoccupati.

Il senatore SPOSETTI (*PD*) interviene incidentalmente sostenendo la necessità di un dibattito approfondito sul tema degli aiuti all'editoria.

Il presidente AZZOLLINI assicura che, grazie ai nuovi elementi informativi resi dal Governo, potrà presto avere luogo in Commissione un fruttuoso dibattito sul tema degli aiuti all'editoria.

Posto ai voti, l'emendamento 1.1084 è respinto.

Il RELATORE ed il rappresentante del GOVERNO esprimono parere contrario sull'emendamento 1.1087.

La senatrice COMAROLI (*LN-Aut*) ritira l'emendamento 1.1087, che mira ad assicurare il pluralismo informativo, requisito a suo avviso essenziale di un sistema democratico, grazie alla difesa delle testate giornalistiche minori.

La senatrice MUSSINI (*Misto-MovX*) sottoscrive l'emendamento 1.1088, di cui il relatore SANTINI (*PD*), unitamente all'emendamento 1.1091, propone di mantenere l' accantonamento.

Il senatore FRAVEZZI (*Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE*) sottoscrive e ritira l'emendamento 1.1094.

Il relatore SANTINI (*PD*) esprime un parere contrario sugli emendamenti 1.1106 e 1.1109.

Posto ai voti, l'emendamento 1.1106 è respinto.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) dichiara il voto favorevole del proprio Gruppo sull'emendamento 1.1109, facendo presente che la mancata erogazione dei contributi alla editoria minore crea difficoltà occupazionali a migliaia di lavoratori. Ritiene inoltre inconcepibile che l'Esecutivo non riesca a trovare una decina di milioni di euro per il sostegno a questi lavoratori e conceda invece somme ben più congrue al mondo della finanza.

All'esito del voto, l'emendamento 1.1109 è respinto.

Il relatore SANTINI (*PD*) invita al ritiro degli emendamenti 1.1110, 1.1111 e 1.112.

Il senatore VERDUCCI (*PD*) ritira l'emendamento 1.1110, che mira a risolvere la vertenza della editoria minore, rilevante a suo giudizio per la qualità complessiva del sistema editoriale nazionale.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) ritira gli emendamenti 1.1111 e 1.1112, riservandosi di presentare un ordine del giorno di analogo contenuto.

Il relatore SANTINI (*PD*) si rimette al rappresentante del Governo sull'emendamento 1.1113,

suggerendone comunque il ritiro.

Il rappresentante del GOVERNO invita a ritirare la proposta emendativa, dovendo altrimenti esprimere avviso contrario.

La senatrice DE BIASI (*PD*) sottolinea che l'emendamento 1.1113 intende dare un indennizzo ai soggetti danneggiati da complicanze di tipo irreversibile a seguito della somministrazione di medicinali emoderivati, sollecitando l'azione del Governo su un tema di estrema delicatezza e rilevanza sociale.

Il senatore MILO (*GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI)*) rileva criticamente che non vi è coordinamento tra l'azione del Governo e la maggioranza che lo sostiene: la presentazione dell'emendamento 1.1113 ne è a suo avviso la conferma. Sarebbe pertanto il caso di terminare l'esame in sede referente senza perdere ulteriore tempo, in attesa del maxiemendamento governativo sul quale sarà posta l'ennesima fiducia.

Il vice ministro MORANDO fa presente che è intenzione dell'Esecutivo tenere conto del lavoro istruttorio della Commissione ai fini della redazione del testo di un eventuale maxiemendamento. Auspica pertanto che l'esame della Commissione si concluda con il conferimento del mandato ai relatori. Nel merito dell'emendamento 1.1113, dichiara di conoscere bene le problematiche a cui esso fa riferimento. A tale riguardo, afferma che il Governo ha ritenuto prioritario dare una risposta alle persone affette da epatite C, attraverso uno specifico intervento sul Servizio sanitario nazionale.

Il senatore MARTON (*M5S*) critica l'impostazione del Governo sul tema, basata unicamente su tagli alla spesa.

La senatrice DE BIASI (*PD*) ritira quindi l'emendamento 1.1113, ricordando che le persone affette da epatite sono il 90 percento di coloro che hanno ricevuto un danno imputabile allo Stato e non devono essere messi in competizione con gli emotrasfusi, in una tragica "guerra tra poveri".

Il relatore SANTINI (*PD*) invita a ritirare gli emendamenti 1.1115 e 1.1119, altrimenti il parere è contrario.

Il rappresentante del GOVERNO manifesta un orientamento conforme.

Il senatore GUALDANI (*AP (NCD-UDC)*), accedendo all'invito del relatore, ritira l'emendamento 1.1115.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) ritira l'emendamento 1.1119.

La senatrice BONFRISCO (*FI-PdL XVII*) sottoscrive gli emendamenti 1.1125, 1.1126 e 1.1127.

Il RELATORE ed il rappresentante del GOVERNO invitano a ritirare gli emendamenti 1.1125, 1.1126, 1.1127, 1.1137, 1.1144, 1.1145 e 1.1151.

Il senatore SUSTA (*SCpI*) ritira gli emendamenti 1.1125, 1.1126 e 1.1127, esortando a superare

ingiustificate distinzioni tra le vittime del dovere e le vittime della criminalità organizzata.

Il senatore GUALDANI (*AP (NCD-UDC)*) ritira, a sua volta, l'emendamento 1.1137.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) ritira gli emendamenti 1.1144 e 1.1145, sul quale ha aggiunto la firma anche la senatrice MUSSINI (*Misto-MovX*).

Il senatore GUERRIERI PALEOTTI (*PD*) ritira l'emendamento 1.1151.

Il relatore SANTINI (*PD*) propone di confermare l'accantonamento dell'emendamento 1.1148.

Il relatore SANTINI (*PD*) esprime un parere contrario sull'emendamento 1.1165, di cui era stata revocata l'inammissibilità.

Il rappresentante del GOVERNO esprime parere conforme a quello del relatore.

Il senatore SCIBONA (*M5S*) dichiara il voto favorevole del proprio Gruppo sull'emendamento 1.1165, sottolineando le esigenze infrastrutturali e trasportistiche ad esso sottese.

All'esito del voto, l'emendamento 1.1165 è respinto.

Il PRESIDENTE dispone che gli emendamenti 1.1066 e 1.1181 restino accantonati, onde consentire al relatore e al rappresentante del Governo lo svolgimento di un supplemento di riflessione, funzionale all'individuazione di possibili riformulazioni che consentano l'espressione di un parere favorevole.

Il RELATORE e il rappresentante del GOVERNO invitano al ritiro dell'emendamento 1.1187, avvertendo che ove si insistesse per la votazione il parere sarebbe contrario.

Il senatore TOSATO (*LN-Aut*) insiste per la votazione dell'emendamento in questione, finalizzato a garantire finanziamenti adeguati alle emittenti private locali, in difetto dei quali le importanti funzioni da esse svolte verrebbero messe a repentaglio, insieme con i posti di lavoro degli operatori del settore.

Previa aggiunta di firma della senatrice DE PIN (*Misto*), l'emendamento 1.1187 è posto in votazione e respinto.

Dopo il ritiro dell'emendamento 1.1191, ad opera del senatore URAS (*Misto-SEL*), è disposto che l'emendamento 1.1195 resti accantonato, mentre l'emendamento 1.1200 è ritirato e trasformato, dalla senatrice LANZILLOTTA (*SCpI*), nell'ordine del giorno 101, pubblicato in allegato, che viene accolto dal rappresentante del GOVERNO.

Gli emendamenti 1.1203 e 1.1208 vengono ritirati dai rispettivi proponenti, mentre l'emendamento 1.1204, con il parere contrario del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, è posto in votazione e respinto.

Sull'emendamento 1.1209 il relatore SANTINI (*PD*) si rimette al parere del rappresentante del GOVERNO, il quale formula un invito al ritiro, dopo aver chiarito che le risorse per i lavoratori socialmente utili sono adeguatamente garantite, pur non comparendo disposizioni specifiche nell'articolato del disegno di legge di stabilità.

Dopo un intervento incidentale del senatore MILO (*GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI)*), che auspica interventi anche in favore dei lavoratori socialmente utili operanti nella regione Calabria, il senatore GUALDANI (*AP (NCD-UDC)*) accoglie l'invito testé formulato e ritira l'emendamento.

In accoglimento della proposta avanzata dal RELATORE e dal rappresentante del GOVERNO, sono ritirati dai rispettivi proponenti gli emendamenti 1.1213, 1.1215 e 1.1216. In relazione al problema dei lavoratori socialmente utili operanti presso le province, trattato dall'emendamento 1.1215, il senatore URAS (*Misto-SEL*) si riserva di presentare un ordine del giorno.

Con il parere favorevole del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, l'emendamento 1.1217, cui i senatori VACCARI (*PD*) e Stefania PEZZOPANE (*PD*) aggiungono la firma, è posto in votazione e accolto, previa dichiarazione di voto favorevole della senatrice BULGARELLI (*M5S*). Il PRESIDENTE dichiara il conseguente assorbimento dell'emendamento 1.1222.

Previa aggiunta di firma dei senatori CERONI (*FI-PdL XVII*), COMAROLI (*LN-Aut*) e TOSATO (*LN-Aut*), l'emendamento 1.1218 è, col parere favorevole del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, posto in votazione e approvato.

Il RELATORE e il rappresentante del GOVERNO esprimono parere favorevole sull'emendamento 1.1224, cui il senatore RUTA (*PD*) aggiunge la propria firma, a condizione di una riformulazione del testo.
Accettando i proponenti detta riformulazione, previo ritiro del testo 2, l'emendamento 1.1224 è posto in votazione e approvato in un testo 3, pubblicato in allegato.

Per disposizione del PRESIDENTE l'emendamento 1.1226 rimane accantonato, mentre gli emendamenti 1.1230, 1.1232, 1.1233 e 1.1234, sui quali è espresso parere contrario da parte del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, sono posti distintamente ai voti e respinti.

In aderenza all'invito formulato dal RELATORE e dal rappresentante del GOVERNO, sono ritirati gli emendamenti 1.1235, 1.1236, 1.1237, fatto proprio dal senatore SPOSETTI (*PD*) in assenza del proponente, e 1.1238.

Con il parere contrario del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, gli emendamenti 1.1247, 1.1248 e 1.1255 sono posti distintamente ai voti e respinti.

Per disposizione del PRESIDENTE restano accantonati gli emendamenti 1.1270, cui la relatrice sul disegno di legge di bilancio, senatrice CHIAVAROLI (*AP (NCD-UDC)*), aggiunge la firma, 1.1273 (testo 2) e 1.1288, fatto proprio dal senatore RUTA (*PD*), mentre sono ritirati dai rispettivi proponenti gli emendamenti 1.1274, 1.1276, 1.1294, 1.1301 e 1.1309.

Tenuto fermo dal PRESIDENTE l'accantonamento degli emendamenti 1.1311 e 1.1315, è accettato dai

proponenti l'invito, del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, al ritiro dell'emendamento 1.1316, il quale è trasformato dal senatore RUTA (*PD*) nell'ordine del giorno n. 106, pubblicato in allegato, che viene accolto dal vice ministro MORANDO.

Con il parere favorevole del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, è posto ai voti e approvato l'emendamento 1.1321 (testo 2), mentre gli emendamenti 1.1321 e 1.0.2 sono, rispettivamente, ritirato e mantenuto accantonato.

Il PRESIDENTE conferma che i restanti emendamenti all'articolo 1 restano accantonati. Propone poi di proseguire l'esame dei documenti di bilancio nella mattinata di domani, rilevando che, a suo avviso, sussistono le condizioni per la presentazione di emendamenti del relatore che recepiscono alcuni temi già apportati, atti a sciogliere i nodi ancora irrisolti, nonché per esaurire la discussione sui residui emendamenti accantonati.

La Commissione conviene.

Il PRESIDENTE fa presente che sono pubblicati in allegato anche i restanti emendamenti presentati agli articoli 2 e 3.

Il seguito dell'esame congiunto è quindi rinviato.

CONVOCAZIONE DI UNA ULTERIORE SEDUTA

Il PRESIDENTE avverte che la Commissione è ulteriormente convocata domani, mercoledì 17 dicembre 2014, alle ore 11, per il seguito dell'esame congiunto dei documenti di bilancio.

La Commissione prende atto.

La seduta termina alle ore 23,15.

EMENDAMENTI E ORDINI DEL GIORNO

N. 1698

2.1437

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 223, alla lettera b*), apportare le seguenti modifiche:*

dopo le parole: «nei siti inquinati»*, aggiungere le seguenti:* «di proprietà di enti territoriali,»

dopo le parole: «possono essere realizzati»*, aggiungere le seguenti:* «con esclusione dal patto di stabilità interno, interventi e opere di bonifica».

Sostituire delle parole da: «a condizione che detti interventi»*, fino alla fine della lettera, con le seguenti:* «a condizione che detti interventi realizzino opere di pubblico interesse e non pregiudichino il completamento e l'esecuzione della bonifica, né interferiscano con esso, né determinino rischi per la salute dei lavoratori e degli altri fruitori dell'area. L'esclusione dal Patto di stabilità di cui al precedente periodo opera nei limiti di 10 milioni per ciascuno degli anni dal 2015 al 2017, a valere sulle risorse del fondo di cui all'articolo 6, comma 2, del decreto-legge 7 ottobre 2008, n. 154, convertito, con modificazioni, dalla legge 4».

2.1438

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 223, alla lettera b*) dopo le parole*: «possono essere realizzati» *aggiungere le seguenti:* «con esclusione dal patto di stabilità interno, interventi e opere di bonifica, e aggiungere, in fine, il seguente periodo: L'esclusione dal Patto di stabilità di cui al precedente periodo opera nei limiti di 20 milioni per ciascuno degli anni dal 2015 al 2017, a valere sulle risorse del fondo di cui all'articolo 6, comma 2, del decreto-legge 7 ottobre 2008, n. 154, convertito, con modificazioni, dalla legge 4 dicembre 2008, n. 189, e successive modificazioni».

2.1439

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, MILO, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Dopo il comma 223, aggiungere i seguenti:

«223-*bis*. Al fine di fronteggiare il grave stato di crisi e il mantenimento dei livelli occupazionali del settore turistico balneare nei comuni delle isole minori direttamente interessate dai flussi immigratori il CIPE, su proposta del Ministro dello sviluppo economico e sentita la Regione siciliana, provvede in via sperimentale all'individuazione ed alla perimetrazione di Zone franche urbane, della durata di tre anni, ai sensi dell'articolo 1, commi da 340 a 343, della legge 27 dicembre 2006, n. 296 e successive modificazioni, sulla base di parametri fisici e socio-economici rappresentativi degli effetti economici negativi derivanti, dal fenomeno dell'immigrazione.

223-*ter*. Le disposizioni di cui al precedente comma s'intendono subordinate all'effettiva compatibilità comunitaria delle disposizioni e la loro efficacia è subordinata alla preventiva autorizzazione comunitaria.

223-*quater*. Per il finanziamento delle Zone franche urbane di cui al comma 1 e per il periodo di vigenza degli incentivi previsto a partire dalla data di entrata in vigore della presente legge e fino al 30 settembre 2017, è istituito un apposito Fondo nello stato di previsione della spesa del Ministero dell'economia e delle finanze, alimentato, nel limite di 50 milioni di euro, sentito il Ministero della difesa.

223-*quinquies*. Con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri, d'intesa con il Ministro dello sviluppo economico, sentito il Presidente della Regione siciliana, entro 30 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono stabiliti i criteri e le modalità attuative per l'istituzione del fondo di cui al precedente comma.

223-*sexies*. Agli oneri derivanti dall'attuazione dei commi precedenti, pari a 50 milioni di euro a decorrere dal 2015, si provvede mediante corrispondente riduzione del Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307».

2.1440

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 223, aggiungere il seguente

«223-*bis* In considerazione delle esigenze di sviluppo della competitività dei sistemi territoriali e rilancio dell'economia del settore, favorendo la massimizzazione dell'efficienza, nonché la razionalizzazione dei servizi negli ambiti o bacini territoriali ottimali e omogenei di cui all'articolo 3 bis del decreto-legge 13 agosto 2011, n. 138, convertito, con modificazioni, dalla legge 14 settembre

2011, n. 148, la dotazione annuale complessiva del Fondo nazionale per il concorso finanziario dello Stato, agli oneri del trasporto pubblico locale, anche ferroviario, nelle regioni a statuto ordinario, di cui all'articolo 16-*bis* del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, è incrementata a decorrere dall'anno 2015 di 500 milioni euro. Il riparto delle risorse integrative di cui al comma 1, alle Regioni a statuto ordinario, è effettuato sulla base dei seguenti criteri:

a) quantificazione del fabbisogno di mobilità di ciascuna regione, sulla base del parametro relativo alla «Popolazione legale» come risultante dal 15º Censimento generale della popolazione e delle abitazioni 2011, di cui al D.P.R. 6 novembre 2012;

b) indice di mobilità, sulla base del parametro della «Popolazione residente che si è recata il mercoledì precedente la data del censimento al luogo abituale di studio/lavoro» come risultante dal 15º Censimento generale della popolazione e delle abitazioni 2011.

Con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri, su proposta del Ministro delle infrastrutture e dei trasporti, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, da emanare sentita la Conferenza unificata di cui all'articolo 8 del decreto legislativo 28 agosto 1997, n. 281, e successive modificazioni, entro il 31 gennaio 2015, sono assegnate le risorse integrative di cui al comma 1.

All'onere si provvede mediante riduzione proporzionale degli stati di previsione dei Ministeri così come indicati dall'elenco 3 di cui all'articolo 2 comma 45, allegato alla presente legge fino a concorrenza dell'importo complessivo di 500 milioni in via prioritaria sulla spesa per beni e servizi. Le amministrazioni possono adottare misure alternative di contenimento della spesa al fine di conseguire risparmi comunque non inferiori a quelli derivanti dall'applicazione del precedente periodo».

2.1441

ZANONI, BROGLIA

Dopo il comma 223 inserire i seguenti:

«223-*bis*. In considerazione delle esigenze di sviluppo della competitività dei sistemi territoriali e rilancio dell'economia del settore, favorendo la massimizzazione dell'efficienza, nonché la razionalizzazione dei servizi negli ambiti o bacini territoriali ottimali e omogenei di cui all'articolo 3 *bis* del decreto-legge 13 agosto 2011, n. 138, convertito, con modificazioni, dalla legge 14 settembre 2011, n. 148, la dotazione annuale complessiva del Fondo nazionale per il concorso finanziario dello Stato, agli oneri del trasporto pubblico locale, anche ferroviario, nelle regioni a statuto ordinario, di cui all'articolo 16-*bis* del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, è incrementata a decorrere dall'anno 2015 di 500 milioni euro.

223-ter. Il riparto delle risorse integrative di cui al comma 1, alle Regioni a statuto ordinario, è effettuato sulla base dei seguenti criteri:

a) quantificazione del fabbisogno di mobilità di ciascuna regione, sulla base del parametro relativo alla «Popolazione legale» come risultante dal 15º Censimento generale della popolazione e delle abitazioni 2011, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 6 novembre 2012;

b) indice di mobilità, sulla base del parametro della «Popolazione residente che si è recata il mercoledì precedente la data del censimento al luogo abituale di studio/lavoro» come risultante dal 15º Censimento generale della popolazione e delle abitazioni 2011.

223-*quater*. Con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri, su proposta del Ministro delle infrastrutture e dei trasporti, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, da emanare sentita la Conferenza unificata di cui all'articolo 8 del decreto legislativo 28 agosto 1997, n. 281, e successive modificazioni, entro il 31 gennaio 2015, sono assegnate le risorse integrative di cui al comma 223-*bis*».

Conseguentemente,

? *all'articolo 3, comma 21, lettera* g*) sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quadruplo»;

? *All'articolo 3, dopo il comma 21, inserire i seguenti:*

«21-*bis*. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, da emanarsi entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, le aliquote di accisa sui prodotti energetici

usati come carburanti ovvero come combustibili per riscaldamento per usi civili, stabilite dal testo unico delle disposizioni legislative concernenti le imposte sulla produzione e sui consumi e relative sanzioni penali e amministrative,di cui al decreto legislativo 26 ottobre 1995, n. 504, e successive modificazioni, sono incrementate al fine di assicurare maggiori entrate per un ammontare non inferiori a 150 milioni di euro a decorrere dall'anno 2014.

21-*ter*. A decorrere dalla data di entrata in vigore della presente legge, le misure dell'imposta fissa di bollo attualmente stabilite in euro 2,00 e in euro 16,00, ovunque ricorrano, sono rideterminate, rispettivamente, in euro 2,20 e in euro 17,50».

2.1442

RUSSO, FASIOLO, MARAN, PEGORER, SONEGO, VACCARI

Dopo il comma 223, aggiungere i seguenti:

«223-*bis*. la regione Friuli-Venezia Giulia è autorizzata a rimodulare gli interventi e le iniziative di cui agli articoli 8, 16 e 21 della legge 23 febbraio 2001, n. 38, ferma restando la finalizzazione degli interventi e delle iniziative stesse a favore della minoranza linguistica slovena. Le risorse di cui al presente comma sono determinate annualmente dalla legge di stabilità ai sensi dell'articolo 11, comma 3, lettera *d*), della legge n. 196 del 2009.

223-*ter*. Per le finalità di cui al comma 223-*bis* è autorizzata la spesa di 10 milioni di euro annui per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'Economia e delle Finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 10.000.000;

2016: ? 10.000.000;

2017: ? 10.000.000.

2.1443

ORRÙ

Dopo il comma 223 aggiungere il seguente:

«223-*bis*. Nelle more dell'emanazione del decreto del Presidente della Repubblica, di cui all'articolo 4, comma 10, del decreto-legge 31 agosto 2013, n. 101, convertito con modificazioni dalla legge 30 ottobre 2013, n. 125, al fine di garantire, in attuazione dell'articolo 32 della Costituzione, i livelli essenziali di assistenza e lo sviluppo dei programmi di ricerca in sanità, per la necessità di individuare soluzioni normative per i percorsi di stabilizzazione e introdurre nell'ordinamento vincoli per evitare la creazione di nuovo precariato per effetto dell'uso improprio dei rapporti di lavoro flessibile, i rapporti a tempo determinato instaurati negli enti del Servizio Sanitario regionale con personale, ivi compreso quello appartenente alle aree dirigenziali, medico veterinario, sanitaria, professionale, tecnico, amministrativa, che ha maturato, alla data di pubblicazione della legge n. 125 del 30 ottobre 2013 almeno tre anni di servizio e in scadenza al 31 dicembre 2014, sono prorogati fino al 31 dicembre 2016. Fermo quanto disposto dall'articolo 4, comma 5, del decreto-legge 13 settembre 2012 n. 158 , convertito, con modificazioni, dalla legge 8 novembre 2012 n. 189 e ferma la possibilità di prorogare, nel rispetto delle disposizioni normative vigenti, tutte le altre tipologie di lavoro flessibile».

Conseguentemente all'articolo 3, comma 21, lettera g*) sostituire la parola*: «triplo» *con la seguente*: «quadruplo».

2.1444

MORONESE, NUGNES, MARTELLI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI, CATALFO

Dopo il comma 223 aggiungere il seguente:

«223-*ter*. All'articolo 195, comma 2, del Decreto legislativo 3 aprile 2006, n.152, dopo la lettera *d*), sono aggiunte le seguenti:

"d-*bis*. l'indicazione dei criteri e delle modalità di adozione delle norme tecniche, secondo i principi di unitarietà, compiutezza e coordinamento, per il trasporto, lo stoccaggio, ed eventuale smaltimento in discarica speciale dei rifiuti pericolosi definiti dal codice europeo rifiuti (C.E.R.)

06.07.01, 06.13.04, 10.13.09, 15.01.11, 16.01.11, 16.02.12, 17.06.01, 17.06.05. È conseguentemente vietato il trasporto interregionale dei rifiuti definiti dal codice europeo rifiuti (C.E.R.) 06.07.01, 06.13.04, 10.13.09, 15.01.11, 16.01.11, 16.02.12, 17.06.01, 17.06.05;"».

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni, di spesa di cui alla predetta Tabella *C* sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 10 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016, 2017».

2.1445

COMAROLI, CANDIANI, TOSATO

Dopo il comma 223 aggiungere il seguente:

«223-*bis*. il comma 2 dell'articolo 2 della legge 11 febbraio 1992, n. 157 «Norme per la protezione della fauna selvatica omeoterma e per il prelievo venatorio» è sostituito dai seguenti:

"2. Le norme della presente legge non si applicano alle talpe, ai ratti, ai topi propriamente detti ed alle arvicole. Le norme della presente legge non si applicano, altre si, alle nutrie, fatta salva la possibilità per le Regioni di provvedere in ordine all'indennizzo dei danni ai sensi dell'articolo 26. Le Regioni possono, anche avvalendosi delle province, provvedere in ordine al controllo delle popolazioni di nutria finalizzato all'eradicazione. Il controllo può essere esercitato, anche nelle zone vietate alla caccia, mediante mezzi e soggetti di cui all'articolo 19 e operatori espressamente autorizzati.

2-*bis*. E istituito nello stato di previsione del Ministero delle Politiche agricole, alimentari e forestali un apposito Fondo per i danni provocati dalle nutrie da ripartire fra le regioni interessate, previa intesa con la Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le Regioni e le Province autonome di Trento e Bolzano, con una dotazione di 20 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, al fine di finanziare piani di intervento volti al controllo riduttivo e alla relativa eradicazione delle nutrie nonché per il ristoro dei danni causati agli agricoltori,"»

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «,ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella *C* sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 20 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015,2016 e 2017».

2.1446

MIRABELLI

Dopo il comma 223, aggiungere il seguente: «223-*bis*. Per gli immobili locati con contratti stipulati ai sensi dell'articolo 2, comma 3, della legge 9 dicembre 1998, n. 431, la somma delle aliquote dell'Imu e della Tasi non può superare il 4 per mille».

Conseguentemente, all'articolo 3, dopo il comma 64, aggiungere il seguente: «64-*bis*. All'articolo 1, comma 137, della legge del 27 dicembre 2006, n. 296, il secondo periodo è soppresso».

2.1447

RICCHIUTI, LO GIUDICE, CASSON, MINEO

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223 *bis*. Agli atti di trasferimento di beni immobili dai consorzi di funzioni costituiti ai sensi dell'articolo 31 del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, ai comuni, l'imposta di registro di cui al decreto del Presidente della Repubblica 26 aprile 1986, n. 131, si applica nella misura fissa di euro 200,00.»

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'Economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 50.000.000;

2016: ? 50.000.000;

2017: ? 50.000.000;

2.1448

ZANONI, BROGLIA, FAVERO, CALEO, VATTUONE, FISSORE, ELENA FERRARA,

GRANAIOLA, MATTESINI, D'ADDA, FILIPPIN, STEFANO ESPOSITO, PEZZOPANE, VACCARI, SOLLO, PAGLIARI, LO GIUDICE, ALBANO, FORNARO, SCALIA, LAI, BORIOLI, MANASSERO, PADUA, SPILABOTTE, SAGGESE, BERTUZZI

Dopo il comma 223 inserire il seguente comma

«223-*bis*. I comuni che, a seguito della revisione del gettito dell'imposta municipale propria dell'anno 2013 di cui ai commi 729-*bis* e seguenti della legge 27 dicembre 2013, n. 147, risultano in debito, ai sensi del comma 729-*quater* della medesima legge, per importi superiori al 7 per cento del valore dell'imposta municipale. Propria standard risultante al 30 settembre 2013, possono richiederne la rateizzazione nell'arco di un triennio a decorrere dall'anno 2015, secondo le modalità che sono rese note dal Ministero dell'interno mediante apposito comunicato, anche nel caso di già avvenuto recupero nelle forme previste dalla legge. A seguito della richiesta di rateizzazione di cui al periodo precedente le somme in questione possono essere impegnate pro quota sulle annualità 2015,2016 e 2017.»

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 25.000.000;
2016: ? 25.000.000;
2017: ? 25.000.000.

2.1449

ZANONI

Dopo il comma 223 aggiungere il seguente:

«223-*bis*. L'articolo 23-*ter*, comma 3, del decreto legge 24 giugno 2014, n. 90 convertito con modificazioni dalla legge 11 agosto 2014 n. 114 è sostituito dal seguente: "3. I comuni con popolazione fino a 3.000 abitanti possono procedere autonomamente agli acquisti di beni, servizi e lavori di valore inferiore a 10.000 euro"».

Conseguentemente alla Tabella AI voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 20.000.000;
2016: ? 20.000.000;
2017: ? 20.000.000.

2.1450

ZANONI, BROGLIA, FAVERO, CALEO, VATTUONE, FISSORE, ELENA FERRARA, GRANAIOLA, MATTESINI, D'ADDA, FILIPPIN, STEFANO ESPOSITO, PEZZOPANE, VACCARI, SOLLO, PAGLIARI, LO GIUDICE, ALBANO, FORNARO, SCALIA, LAI, BORIOLI, MANASSERO, PADUA, SPILABOTTE, SAGGESE, BERTUZZI

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 1, comma 12-*bis*, del decreto legge 13 agosto 2011, n. 138, convertito, con modificazioni, dalla legge 14 settembre 2011, n. 148; dopo le parole: "e 2014", aggiungere le parole: "nonché per il biennio 2015-2016"».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 20.000.000;
2016: ? 20.000.000;
2017 - .

2.1451

ZANONI, BROGLIA, FAVERO, CALEO, VATTUONE, FISSORE, ELENA FERRARA, GRANAIOLA, MATTESINI, D'ADDA, FILIPPIN, STEFANO ESPOSITO, PEZZOPANE, VACCARI, SOLLO, PAGLIARI, LO GIUDICE, ALBANO, FORNARO, SCALIA, LAI, BORIOLI, MANASSERO, PADUA, SPILABOTTE, SAGGESE, BERTUZZI

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. All'artcolo 41 del decreto legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito con modificazioni in

legge 23 giugno 2014, n. 89, il comma 2 è abrogato».

Conseguentemente, alla Tabella A*, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;

2016: ? 5.000.000;

2017: ? 5.000.000.

2.1452

CERONI

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. Alla legge 27 dicembre 2013, n. 147, articolo 1 sono apportate le seguenti modificazioni:

a) dopo il comma 356 dell'articolo 1, aggiungere il seguente comma:

«356-*bis*. li pagamento delle rate scadenti nell'esercizio 2015 dei mutui concessi dalla Cassa depositi e prestiti S.p.A. ai comuni di cui al decreto del Ministro dell'economia e delle finanze lº giugno 2012, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* n. 130 del 6 giugno 2012, e successive modificazioni, e all'articolo 67-*septies* del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 134, e successive modificazioni, nonché alle province dei predetti comuni, trasferiti al Ministero dell'economia e delle finanze in attuazione dell'articolo 5, commi 1 e 3, del decreto-legge 30 settembre 2003, n. 269, convertito, con modificazioni, dalla legge 24 novembre 2003, n. 326, non ancora effettuato alla data di entrata in vigore del presente comma, è differito, senza applicazione di sanzioni e interessi, al terzo anno immediatamente successivo alla data di scadenza del periodo di ammortamento, sulla base della periodicità di pagamento prevista nei 'provvedimenti e nei contratti regolanti i mutui stessi. li presente comma entra in vigore alla data di pubblicazione della presente legge nella *Gazzetta Ufficiale*.»

b) al comma 356, articolo 1, legge 27 dicembre 2013, n. 147, articolo 1, comma 356, le parole: «all'anno immediatamente successivo» sono sostituite da: «al secondo anno immediatamente successivo».

Agli oneri derivanti dal presente comma, valutati in 12 milioni di euro, si provvede con riduzione proporzionale degli stanziamenti di cui alla Tabella C della legge di stabilità. li riparto tra i comuni interessati viene determinato con decreto del Ministero deli'economia e delle finanze, da emanare d'intesa con la Conferenza Stato-città ed autonomie locali entro il31 gennaio 2015».

2.1453

PELINO, MANDELLI

Dopo il comma 223 aggiungere il seguente:

«223-*bis*. Al fine di promuovere la ripresa dei territori colpiti dagli eventi sismici nella regione Abruzzo nel mese di aprile 2009, sono esenti dal tributo per i servizi indivisibili (TASI), fino alla loro completa agibilità, gli immobili inabitati e non utilizzati a causa di tali eventi. Dalla data in cui gli immobili saranno nuovamente assoggettabili, il tributo sarà corrisposto nella misura del 50 percento per il quinquennio successivo».

Conseguentemente, la voce «Fondi da ripartire» *del Ministero dell'economia e delle finanze, di cui all'elenco n. 3 allegato al comma 45 dell'articolo 2. Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307, così come incrementato, a decorrere dal 2015, dall'articolo 1, comma 132 della presente legge è ridotta in misura pari a 15.000 euro per il 2015, 10.000 euro per il 12016 e 8.000 euro per gli anni 2017- 2020.*

2.1454

CERONI

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. Per ciascuno degli anni dal 2015 ,al 2019, nell'ambito delle incentivazioni statali a sostegno degli investimenti locali, è riservata la somma di 10 milioni di euro per la copertura degli

oneri di mutui accesi dai comuni maggiormente colpiti dagli eventi meteorologici dei mesi di ottobre e novembre 2014, da individuarsi mediante decreto del Ministro dell'Economia e delle Finanze, di concerto con il Dipartimento della Protezione Civile da emanarsi entro il 10 gennaio 2015, allo scopo di attivare interventi di risanamento idrogeologico e ambientale per la messa in sicurezza del territorio e la prevenzione dei rischi idrogeologici. Le modalità del sostegno statale sono determinate cori. Decreto del Ministero dell'economia e delle finanze. Agli oneri derivanti dal presente comma, si provvede con riduzione proporzionale degli stanziamenti di cui alla Tabella *C* della legge di stabilità».

2.1455

CERONI

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. Ai comuni maggiormente colpiti dagli eventi meteorologici dei mesi di ottobre e novembre 2014, da individuarsi mediante decreto del Ministro dell'Economia e delle Finanze, di concerto con il Dipartimento dèlla Protezione Civile da emanarsi entro il 10 gennaio 2015, non si applica per il periodo 2015-2019 la disposizione di cui al comma Il dell'articolo 56-*bis* del decreto-legge n. 69 del 2013 convertito in legge con la legge 9 agosto 2013, n. 98.

Conseguentemente i predetti Comuni non sono tenuti per il quinquennio 2015-2019 a destinare al Fondo per l'ammortamento dei titoli di Stato, né ad altri scopi di riduzione del debito, il 10 per cento delle risorse nette derivanti dall'alienazione dell'originario patrimonio immobiliare disponibile. I predetti comuni, inoltre, per gli anni 2015, 2016 e 2017, possono utilizzare le entrate derivanti dal plusvalore realizzato con l'alienazione di beni patrimoniali, inclusi i beni immobili, per spese aventi carattere non permanente connesse alle finalità di cui all'articolo 187, comma 2, del testo unico di cui al decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267».

2.1456

CERONI

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. Al fine di facilitare la ripresa delle attività economiche, nelle zone dei Comuni maggiormente colpiti dagli eventi meteorologici dei mesi di ottobre e novembre 2014, da individuarsi mediante decreto del Ministro dell'Economia e delle Finanze, di concerto con il Dipartimento della Protezione Civile da emanarsi entro il 10 gennaio 2015 per il triennio 2015-2017, il Fondo di garanzia di cui all'articolo 2, comma 100, lettera *a*), della legge 23 dicembre 1996, n. 662 è esteso alle in favore delle micro, piccole e medie imprese, con unità locali ubicate nelle predette zone e che abbiano subito danni in conseguenza di tali eventi, con priorità sugli altri interventi e a titolo gratuito, per un importo massimo per singola impresa di duecentomila euro. Con decreto del Ministro dello Sviluppo Economica, di concerto con il Ministero dell'Economia e delle Finanze, da emanarsi entro trenta giorni dall'entrata in vigore del presente provvedimento, sono determinate le modalità di attuazione dell'intervento di cui al periodo precedente».

2.1457

FRAVEZZI, BATTISTA, LANIECE, FAUSTO GUILHERME LONGO, PALERMO, PANIZZA, DI GIACOMO, CONTE

Dopo il comma 223, inserire il seguente:

«223-*bis*. Per l'anno 2015, per i comuni maggiormente colpiti dagli eventi meteorologici dei mesi di ottobre e novembre 2014, da individuarsi mediante decreto del Ministro dell'Economia e delle Finanze, di concerto con il Dipartimento della Protezione Civile da emanarsi entro il 10 gennaio 2015, è stanziata la spesa di 30 milioni di euro, per la concessione di agevolazioni, nella forma di contributo a ristoro dei tributi locali o di contributo in conto interessi, alle imprese con sede o unità locali ubicate nelle zone colpite dai predetti eventi meteorologici. I Comuni, con proprio atto devono stabilire l'ammontare massimo del contributo concedibile, le spese ammesse, i criteri di valutazione, i documenti istruttori, la procedura e le condizioni per l'accesso, ai fini dell'erogazione e dell'eventuale revoca dei contributi, unitamente alle modalità di controllo e di rendicontazione. Agli oneri derivanti dal presente comma si provvede con riduzione proporzionale degli stanziamenti di cui alla Tabella *C*

della legge di stabilità».

2.1458

CERONI

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. Per l'anno 2015, per i comuni maggiormente colpiti dagli eventi meteorologici dei mesi di ottobre e novembre 2014, da individuarsi mediante decreto del Ministro dell'Economia e delle Finanze, di concerto con il Dipartimento della Protezione Civile da emanarsi entro il 10 gennaio 2015, è stanziata la spesa di 30 milioni di euro, per la concessione di agevolazioni, nella forma di contributo a ristoro dei tributi locali o di contributo in conto interessi, alle imprese con sede o unità locali ubicate nelle zone colpite dai predetti eventi meteorologici. I Comuni, con proprio atto devono stabilire l'ammontare massimo del contributo concedibile, le spese ammesse, i criteri di valutazione, i documenti istruttori, la procedura e le condizioni per l'accesso, ai fini dell'erogazione e dell'eventuale revoca dei contributi, unitamente alle modalità di controllo e di rendicontazione. Agli oneri derivanti dal presente comma si provvede con riduzione proporzionale degli stanziamenti di cui alla Tabella *C* della legge di stabilità.»

2.1459

VERDUCCI, MATURANI, STEFANO ESPOSITO, FABBRI, VACCARI, GIANLUCA ROSSI, CAPACCHIONE, FISSORE, ELENA FERRARA, ZANONI, CARDINALI, ANGIONI, TOMASELLI, FILIPPI

Dopo il comma 223, aggiungere il seguente:

« 223-*bis*. Il ricorso da parte dei Comuni, al fine di contrastare l'emergenza abitativa, all'applicazione dell'articolo 1, comma 3, della legge 9 dicembre 1998, n. 431, costituisce titolo di preferenza nell'assegnazione di contributi pubblici per qualsiasi tipo di edilizia economica e popolare».

2.1460

MIRABELLI

Dopo il comma 223, aggiungere il seguente:

«223-*bis*. Il ricorso da parte dei Comuni, al fine di contrastare l'emergenza abitativa, all'applicazione dell'articolo l, comma 3, della legge 9 dicembre 1998, n. 431, costituisce titolo di preferenza nell'assegnazione di contributi pubblici per qualsiasi tipo di edilizia economica e popolare».

2.1461

MIRABELLI

Dopo il comma 223, aggiungere il seguente:

«223-*bis*. Gli enti locali individuano e stabiliscono, entro sessanta giorni dall'entrata in vigore della presente legge, le idonee forme per assicurare la partecipazione di rappresentanti designati, rispettivamente, dalle organizzazioni della proprietà edilizia e degli inquilini, alla gestione dei soggetti, pubblici e privati comunque costituiti, che effettuano il servizio di raccolta nel territorio degli stessi enti dei rifiuti urbani.»

2.1462

CERONI

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. Al decreto legislativo 14 marzo 2011, n. 23, il comma 5 dell'articolo 9 è così sostituito: "5. Ferme restando le facoltà di regolamentazione del tributo di cui all'articolo 52 del decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, i comuni possono con proprio regolamento:

a) introdurre l'istituto dell'accertamento con adesione del contribuente, sulla base dei criteri stabiliti dal citato decreto legislativo n. 218 del 1997, e gli altri strumenti di deflazione del contenzioso, sulla base dei criteri stabiliti dal citato decreto legislativo n. 218 del 1997, prevedendo anche che il pagamento delle somme dovute possa essere effettuato in forma rateale, senza maggiorazione di interessi,

b) stabilire che si considerano regolarmente eseguiti i versamenti effettuati da un contitolare anche per conto degli altri;

c) stabilire differimenti di termini per i versamenti, per situazioni particolari;

d) prevedere il diritto al rimborso dell'imposta pagata per le aree successivamente divenute inedificabili, stabilendone termini, limiti temporali e condizioni, avuto anche riguardo alle modalità ed alla frequenza delle varianti apportate agli strumenti urbanistici;

e) determinare periodicamente e per zone omogenee i valori venali in comune commercio delle aree fabbricabili, al fine della limitazione del potere di accertamento del comune qualora l'imposta sia stata versata sulla base di un valore non inferiore a quello predeterminato, secondo criteri improntati al perseguimento dello scopo di ridurre al massimo l'insorgenza di contenzioso;

f) stabilire ulteriori condizioni ai fini dell'applicazione delle disposizioni del secondo periodo della lettera *b*) del comma l dell'articolo 2 del decreto legislativo 30 dicembre 1992, n. 504, riguardante i terreni considerati non fabbricabili, anche con riferimento alla quantità e qualità di lavoro effettivamente dedicato all'attività agricola da parte dei soggetti di cui al comma 2 dell'articolo 58 e del proprio nucleo familiare;

g) prevedere che una percentuale del gettito dell'imposta municipale propria sia destinata al potenziamento degli uffici comunali preposti alla gestione delle entrate, anche comprendendo nel programma di potenziamento la possibilità di attribuire compensi incentivanti al personale impiegato nel raggiungimento degli obiettivi del settore entrate, anche con riferimento all'impianto e allo sviluppo delle attività connesse alla partecipazione del comune all'accertamento dei tributi erariali e dei contributi sociali non corrisposti, in applicazione dell'articolo 1 del decreto legge 30 settembre 2005, n. 203, convertito con modificazioni con la legge 2 dicembre 2005, n. 248, e successive modificazioni e integrazioni."».

2.1463

FRAVEZZI, BATTISTA, LANIECE, FAUSTO GUILHERME LONGO, PALERMO, PANIZZA, DI GIACOMO, FORNARO, CONTE

Dopo il comma 223, inserire il seguente comma

«223-*bis*. Dopo il comma 10 dell'articolo 13 del d.l. 201/2011, è inserito il seguente:

"10-*bis*. Per l'accertamento, la riscossione, i rimborsi, le sanzioni, gli interessi ed il contenzioso si applicano le disposizioni vigenti in materia di imposta municipale propria. Le attività di accertamento e riscossione dell'imposta erariale sono svolte dal comune al quale spettano le maggiori somme derivanti dallo svolgimento delle suddette attività a titolo di imposta, interessi e sanzioni."».

2.1464

CERONI

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. Dopo il comma 10 dell'articolo 13 del d.l. 201/2011, è inserito il seguente:

"10-bis. Per l'accertamento, la riscossione, i rimborsi, le sanzioni, gli interessi ed il contenzioso. si applicano le disposizioni vigenti in materia di imposta municipale propria. Le attività di accertamento e riscossione dell'imposta erariale sono svolte dal comune al quale spettano le maggiori somme derivanti dallo svolgimento delle suddette attività a titolo di imposta, interessi e sanzioni."».

2.1465

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 223, aggiungere i seguenti:

«223-*bis*. Per promuoverne l'utilizzo efficiente, i Comuni possono elevare, in modo progressivo, l'aliquota dell'IMU applicata sul patrimonio immobiliare che risulta inutilizzato o rimasto incompiuto per oltre cinque anni fino ad un massimo dello 0,2 per cento aggiuntivo, anche in deroga al limite di cui al comma 6 dell'articolo 13 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214.

223-*ter*. Ai sensi della presente legge, il patrimonio immobiliare si considera inutilizzato quando non è destinato in modo continuativo e prevalente alle finalità e agli usi risultanti dalle dichiarazioni catastali.

223-*quater*. In caso di nuove richieste di trasformazione urbanistica le pubbliche amministrazioni

agevolano e favoriscono il recupero e il riutilizzo dei manufatti già esistenti inutilizzati o incompiuti.

223-*quinquies*. I comuni destinano i proventi derivanti dall'elevazione dell'aliquota dell'IMU di cui al precedente comma 1 ad un fondo per interventi per la cessione al comune delle aree dismesse o inutilizzate, di recupero e riqualificazione del patrimonio edilizio esistente, di acquisizione e realizzazione di aree verdi o da destinare al soddisfacimento di interessi di pubblica utilità.»

2.1466

CERONI

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. I comuni che, a seguito della revisione del gettito IMU 2013 di cui ai commi 729-*bis* e seguenti della legge 27 dicembre 2013, n. 147, risultano in debito, ai sensi del comma 729-*quater* della medesima legge, per importi superiori al 7 per cento del valore dell'IMU standard risultante al 30 settembre 2013, possono richiederne la rateizzazione nell'arco di un triennio a decorrere dal 2015, secondo le modalità che sono rese note dal Ministero dell'Interno mediante apposito comunicato, anche nel caso di già avvenuto recupero nelle forme previste dalla legge. A seguito della richiesta di rateizzazione di cui al periodo precedente le somme in questione possono essere impegnate pro quota sulle annuaIità 2015,2016 e 2017.»

2.1467

CERONI

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. Al comma 688 della legge 27 dicembre 2013 n.147, dopo l'undicesimo periodo è aggiunto il seguente: "Le deliberazioni relative alla Tasi approvate entro il termine del 30 settembre 2014 ed inviate al Mef entro il 30 ottobre 2014, sono comunque valide ai fini del pagamento dell'imposta dovuta per 2014 in base alle scelte del comune, in unica soluzione ed entro il termine della scadenza del saldo".».

2.1468

CERONI

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 1, comma 691 della legge 27 dicembre 2013, n. 47 dopo la parola Tari sono aggiunte le parole: "e della Tares"».

2.1469

CERONI

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. A norma dell'articolo 1, comma 2, legge 27 luglio 2000, n. 212, gli effetti fiscali delle domande di variazione della categoria catastale presentate secondo la procedura disposta dal comma 2-*bis* dell'articolo 7 del decreto-legge 13 maggio 2011, n. 70, convertito, con modificazioni, dalla legge 12 luglio 2011, n. 106, e successivamente confermata ed integrata dal comma 14-*bis* dell'articolo 13 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito con modificazioni dalla legge 22 dicembre 2011, n.214, si intendono prodotti a far tempo dalla domanda».

2.1470

CERONI

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. Il comma 7 dell'articolo 1 del decreto-legge 30 novembre 2013, n. 133, convertito nella legge 29 gennaio 2014, n. 5, è soppresso.».

2.1471

CERONI

Dopo il comma 223, inserire il seguente:

«223-*bis*. il termine per il pagamento dell'imposta municipale propria relativa al 2014 a seguito della revisione dell'imponibilità dei terreni montani di cui all'articolo 22 del decreto legge 24 giugno 2014, n. 66, convertito con modificazioni dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, è fissato 8126 gennaio 2015, sulla base delle aliquote di base dell'IMU di cui al comma 13 del decreto-legge 6 dicembre

2011, n. 201, convertito con modificazioni dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214. I comuni accertano convenzionalmente gli importi risultanti dal decreto ministeriale di cui al primo periodo del citato articolo 22 del decreto-legge 24 giugno 2014 n. 66, sul bilancio 2014 a titolo di maggior gettito IMU, a fronte della riduzione corrispondente dell'assegnazione da Fondo di solidarietà comunale. Parimenti, i comuni interessati dalla compensazione di cui all'ultimo periodo del citato articolo 22 del decreto legge n. 66 del 2014, accertano la relativa entrata quale integrazione del Fondo di solidarietà comunale per il medesimo esercizio 2014.»

2.1472

ZANONI, BROGLIA, FAVERO, CALEO, VATTUONE, FISSORE, ELENA FERRARA, GRANAIOLA, MATTESINI, D'ADDA, FILIPPIN, STEFANO ESPOSITO, PEZZOPANE, VACCARI, SOLLO, PAGLIARI, LO GIUDICE, ALBANO, FORNARO, SCALIA, LAI, BORIOLI, MANASSERO, PADUA, SPILABOTTE, SAGGESE, BERTUZZI

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. L'articolo 13 della legge 27 dicembre 2002, n. 289, si interpreta nel senso che le Regioni e gli enti locali possono attivare le disposizioni per la definizione dei tributi locali di cui al medesimo articolo, con riferimento ad annualità antecedenti la data di adozione del proprio provvedimento ed indicate dal provvedimento stesso.»

2.1473

CERONI

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. L'articolo 13 della legge 27 dicembre 2002, n.289, si interpreta nel senso che le Regioni e gli enti locali possono attivare le disposizioni per la definizione dei tributi locali di cui al medesimo articolo, con riferimento ad annualità antecedenti la data di adozione del proprio provvedimento ed indicate dal provvedimento stesso.».

2.1474

CERONI

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. L'affidamento da parte dei comuni ai soggetti che svolgono il servizio di gestione dei rifiuti dell'attività di accertamento e riscossione della TIA 1, della TIA 2, della TARES e della TARI si intende effettuato, salvo diversa disposizione comunale, a titolo di concessione. Per tali soggetti non è richiesta l'iscrizione all'albo di cui all'articolo 53, comma 1 del decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, e la riscossione coattiva può essere effettuata con la procedura di cui al regio decreto 14 aprile 1910, n. 639.».

2.1475

CERONI

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 1, co. 12-*bis* decreto-legge 13 agosto 2011, n. 138, convertito nella legge 14 settembre 2011, n.148, dopo le parole: "e 2014", aggiungere le parole: "nonché per il biennio 2015-2016"».

2.1476

CERONI

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 11, comma 1, del D.Lgs. 14 marzo 2011 n. 23, le parole: "dall'anno 2015" sono sostituite dalle parole: "dall'anno 2016."».

2.1477

CERONI

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 3, comma 24, lettera *b)* del decreto legge 30 settembre 2005, n. 203, convertito dalla legge 2 dicembre 2005, n. 248 e successive modificazioni, è infine aggiunto il seguente periodo: "Salvo diversa pattuizione con gli enti, si applicano gli articoli 17, 19 e 20 del

decreto legislativo 13 aprile 1999, n. 112"».

2.1478

CERONI

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. All'art. 4 del decreto legge n. 6 marzo 2014, n. 16, convertito con modificazioni dalla L. 2 maggio 2014, n. 68, il comma 2 è sostituito dal seguente:

"2. Le regioni e gli enti locali che hanno rispettato il patto di stabilità interno possono compensare le somme da recuperare di cui al primo periodo del comma 1, anche attraverso l'utilizzo dei risparmi effettivamente derivanti dalle misure di razionalizzazione organizzativa di cui al secondo e terzo periodo del comma 1, di quelli derivanti dall'attuazione dell'articolo 16, commi 4 e 5, del decretolegge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, dalle economie previste da specifiche disposizioni di legge, comprese quelle derivanti dalla riduzione dei fondi di cui all'art. 9 comma 2-*bis* D.L n. 78/2010, convertito con L. 122/2010, nonché dai risparmi conseguenti all'utilizzo parziale delle risorse che potevano essere destinate alleassunzioni di personale a tempo indeterminato"».

2.1479

NUGNES, MORONESE, MARTELLI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI, CATALEO

Dopo il comma 223 Il aggiungere il seguente:

«223-*bis*. A decorrere dal 1º gennaio 2015 l'ammontare dell'imposta prevista dall'articolo 3 comma 29 della legge 28 dicembre 1995, n. 549, stabilita con legge della regione entro il 30 novembre di ogni anno per l'anno successivo è fissata per chilogrammi di rifiuti convertiti in misura non inferiore ad euro 0,001 e non superiore ad euro 0,01 per i rifiuti ammissibili al conferimento in discarica per i rifiuti inerti ai sensi dell'articolo 2 del decreto del Ministro dell'ambiente e della tutela del territorio 13 marzo 2003, pubblicato nella Gazzetta Ufficiale n. 67 del 21 marzo 2003; in misura non inferiore ad euro 0,02582 e non superiore ad euro 0,04 per i rifiuti ammissibili al conferimento in discarica per rifiuti non pericolosi ai sensi degli articoli 3 e 4 del medesimo decreto. Le entrate derivanti dalla maggiorazione del tributo affluiscono in un apposito fondo destinano a favorire la minore produzione dei rifiuti e ad incrementare sia la raccolta differenziata che il recupero di materia, nonché al finanziamento delle agenzie regionali per l'ambiente. L'impiego delle risorse, quindi, è disposto dalla regione, nell'ambito delle destinazioni sopra indicate, con propria deliberazione».

2.1480

TOMASELLI, CALEO, LAI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA

Dopo il comma 223, aggiungere il seguente:

«223-*bis*. Per le finalità di contenimento della spesa pubblica e di risparmio di risorse energetiche, i Comuni dovranno procedere a razionalizzare e ridurre i costi direttamente o indirettamente connessi alle fonti di illuminazione in ambienti pubblici anche procedendo all'ammodernamento degli impianti o dispositivi di illuminazione, in modo da convergere, progressivamente e con sostituzioni tecnologiche, verso obiettivi di maggiore efficienza energetica dei diversi dispositivi di illuminazione. A tali fini entro 180 giorni dalla data di pubblicazione in Gazzetta Ufficiale della legge di conversione del presente decreto legge i Comuni dovranno:

a) adottare ogni misura idonea di razionalizzazione dell'uso degli impianti di illuminazione pubblica attraverso una corretta gestione delle fasi di accensione e spegnimento di detti impianti;

b) individuare le reti viarie, di loro competenza, o porzioni della stesse, nelle quali è possibile un affievolimento dell'illuminazione, senza compromettere le ragioni di sicurezza sottese a tale servizio.

I Comuni possono, nei confronti dei gestori del servizio di illuminazione pubblica che almeno sei mesi prima della scadenza dell'affidamento del servizio, presentino piani di investimento per l'efficientamento energetico degli impianti volti al miglioramento dell'efficienza ed al risparmio energetico, anche attraverso l'installazione di sorgenti luminose ad alta efficienza energetica, disporre la prosecuzione della durata del servizio rispetto alla scadenza prevista, a prescindere dalla data o

modalità di affidamento. In questo caso il contratto di gestione dell'illuminazione pubblica viene prorogato per un periodo commisurato all'entità dei risparmi energetici attesi con un minimo di anni 2 fino ad un massimo di anni 6. Con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri, su proposta del Ministro dello sviluppo economico, di concerto con il Ministro delle infrastrutture e dei trasporti, e del Ministro dell'economia e delle finanze, nel rispetto dei principi comunitari in tema di concorrenza e trasparenza, potranno essere individuate iniziative volte al coinvolgimento e crescita dell'industria nazionale nell'ambito dello sviluppo di tecnologie e dispositivi di illuminazione».

2.1481

CERONI

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 1, comma 161 della legge 27 dicembre 2006, n. 296 è infine aggiunto il seguente periodo: "La notifica degli atti di accertamento può essere eseguita, con le modalità di cui al decreto del Presidente della Repubblica 11 febbraio 2005, n. 68, a mezzo posta elettronica certificata, all'indirizzo risultante dagli elenchi a tal fine previsti dalla legge. Tali elenchi sono consultabili, anche in via telematica, dagli enti locali. Non si applica l'articolo 149-*bis* del codice di procedura civile"».

2.1482

ZANONI, BROGLIA, FAVERO, CALEO, VATTUONE, FISSORE, ELENA FERRARA, GRANAIOLA, MATTESINI, D'ADDA, FILIPPIN, STEFANO ESPOSITO, PEZZOPANE, VACCARI, SOLLO, PAGLIARI, LO GIUDICE, ALBANO, FORNARO, SCALIA, LAI, BORIOLI, MANASSERO, PADUA, SPILABOTTE, SAGGESE, BERTUZZI

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. Al comma 169 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2006, n. 296, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al primo periodo, le parole "e le aliquote" sono sostituite dalle parole ", le aliquote e le detrazioni";

b) alla fine del comma è aggiunto il seguente periodo: "In caso di modificazioni delle aliquote, delle tariffe e delle detrazioni dei tributi deliberate entro i termini di cui al primo periodo, ma successivamente all'avvenuta deliberazione del bilancio di previsione, il comune adotta contestualmente la variazione del bilancio stesso"».

2.1483

FRAVEZZI, BATTISTA, LANIECE, FAUSTO GUILHERME LONGO, PALERMO, PANIZZA, DI GIACOMO, FORNARO, CONTE

Dopo il comma 223, inserire il seguente:

«223-*bis*. Al comma 169 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2006, n. 296, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al primo periodo, le parole "e le aliquote" sono sostituite dalle seguenti: ", le aliquote e le detrazioni";

b) alla fine del comma è aggiunto il seguente periodo: "In caso di modificazioni delle aliquote, delle tariffe e delle detrazioni dei tributi deliberate entro i termini di cui al primo periodo, ma successivamente all'avvenuta deliberazione del bilancio di previsione, il comune adotta contestualmente la variazione del bilancio stesso"».

2.1484

CERONI

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. Al comma 169 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2006, n. 296, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al primo periodo, le parole "e le aliquotè" sono sostituite dalle parole ", le aliquote e le detrazioni";

b) alla fine del comma è aggiunto il seguente periodo: "In caso di modificazioni delle aliquote, delle tariffe e delle detrazioni dei tributi deliberate entro i termini di cui al primo periodo, ma

successivamente all'avvenuta deliberazione del bilancio di previsione, il comune adotta contestualmente la variazione del bilancio stesso"».

2.1485

ZANONI, BROGLIA

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. Al fine di ridurre la disomogeneità delle diseconomie di scala e per un efficientamento del funzionamento degli uffici decentrati dello Stato, gli stanziamenti relativi alla spesa di funzionamento degli stessi sono ridotti per un ammontare pari a 52 milioni di euro. Le amministrazioni possono adottare misure alternative di contenimento della spesa al fine di conseguire risparmi comunque non inferiori a quelli derivanti dall'applicazione delle disposizioni di cui al periodo precedente».

2.1486

ZANONI, BROGLIA

Dopo il comma 223, aggiungere il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 3, comma 47, al comma 6 dell'articolo 20 del decreto legislativo 13 aprile 1999, n. 112, ivi sostituito, è aggiunto, in fine, il seguente periodo: "Gli enti locali creditori possono, in alternativa, procedere alla riscossione diretta delle somme di cui al primo periodo; in tal caso l'ente locale può richiedere all'agente della riscossione una certificazione della notifica della cartella e di eventuali successivi avvisi di mora, valida anche in sede giurisdizionale sino a prova di falso"».

2.1487

ZANONI, BROGLIA

Dopo il comma 223, aggiungere il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 3, comma 48, è aggiunto, in fine, il seguente periodo:

"Le comunicazioni di inesigibilità di cui al primo periodo, riguardanti quali enti creditori i comuni e le province, sono presentate annualmente a decorrere dal 31 dicembre 2017, con riferimento ai ruoli consegnati in coppie di annualità di consegna dei ruoli, a cominciare dagli anni 2013 e 2014 e proseguendo per coppie di annualità meno recenti"».

2.1488

ZANONI, BROGLIA

Dopo il comma 223, aggiungere il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 3, comma 52, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) dopo le parole: "pari a 300 euro,", inserire le parole: "relative a ruoli consegnati fino al 31 dicembre 2010 e con riferimento a ciascun singolo contribuente per ciascuno degli invii annuali di cui al comma 48,";

b) alla fine del comma è aggiunto il seguente periodo: "Gli enti locali possono con proprio regolamento, individuare un importo minimo delle quote oggetto di domanda di inesigibilità, al di sotto del quale le quote stesse non vengono sottoposte al controllo di cui all'articolo 19 del citato decreto legislativo n. 112 del 1999, anche se relative a ruoli consegnati dal 2011 al 2014».

2.1489

ZANONI, BROGLIA

Dopo il comma 223, aggiungere il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 3, dopo il comma 52, inserire il seguente:

"52-*bis*. Al fine di procedere direttamente alla riscossione di quote affidate negli anni dal 2000 al 2014 all'agente della riscossione, gli enti locali ereditari possono stipulare una convenzione con Equitalia S.p.a. per lo sgravio, senza oneri, delle quote stesse, prima della scadenza del termine per il discarico"».

2.1490

PUPPATO

Dopo il comma 223, inserire il seguente:

«223-*bis*. Al comma 2, lettera *a)*, del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 91, convertito, con

modificazioni, dalla legge 11 agosto 2014 n. 116, dopo il numero 2), sono aggiunti i seguenti:

2-*bis)* al comma 9 dopo le parole: "Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le regioni e le province autonome di Trento e di Bolzano" sono aggiunte le parole: "integrata dalla Conferenza dei presidenti delle assemblee legislative delle regioni e delle province autonome";

2-*ter)* dopo il comma 11 sono aggiunti i seguenti:

11-*bis*. La comunicazione di non conformità di cui al comma 11:

a) riguarda singole spese;

b) è analiticamente motivata in relazione alla non espressa riconducibilità delle singole spese all'attività istituzionale del gruppo ovvero in relazione alle altre fattispecie di non conformità delle singole spese, derivanti dalle linee guida per l'approvazione dei rendiconti e le loro modificazioni e integrazioni approvate con le modalità previste dal comma 9 nonché dalla legislazione regionale attuativa delle linee guida stesse.

11-*ter*. In funzione della natura collaborativa e non sanzionatoria del controllo di cui al comma 10, la delibera di non regolarità del rendiconto si deve riferire esclusivamente a singole spese già oggetto di comunicazione di non conformità di cui al comma 11-*bis* e le motivazioni di non regolarità non possono essere diverse da quelle di non conformità previste dalla lettera *b)* del medesimo comma 11-*bis*"».

Conseguentemente, dopo il comma 2, inserire i seguenti:

«2-*bis*. Le disposizioni di cui alla lettera *a)*, numero 2-*ter)* costituiscono norme di interpretazione autentica del comma 11 dell'articolo 1 nel testo vigente prima dell'entrata in vigore del presente decreto.

2-*ter*. Il termine per l'impugnazione alle Sezioni riunite della Corte dei conti in speciale composizione previsto dal comma 12 dell'articolo 1 come modificato dalla lettera *a)*, numero 3, decorre dall'entrata in vigore della legge di conversione del presente decreto».

2.1491

PUPPATO

Dopo il comma 223, inserire il seguente:

«223-*bis*. Al comma 2, lettera *a)*, numero 3), del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 91, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 agosto 2014, n. 116, sono aggiunte, in fine, le seguenti parole: "e le relative spese legali sono espressamente riconducibili all'attività istituzionale del gruppo medesimo"».

2.1492

CERONI

Dopo il comma 223, inserire il seguente:

«223-*bis*. Al comma 2, primo periodo, dell'articolo 86 del decreto legislativo n. 267 del 2000, le parole: "allo stesso titolo previsto dal comma 1", sono soppresse, e sono aggiunte, in fine, le seguenti: "per gli oneri assistenziali, previdenziali e assicurativi ai rispettivi istituti"».

2.1493

CERONI

Dopo il comma 223, inserire il seguente:

«223-*bis*. Alla legge 5 luglio 1982, n. 441, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 2 il comma 2 è soppresso;

b) all'articolo 3, l'ultimo periodo è soppresso;

c) all'articolo 4, il comma 2 è soppresso».

2.1494

CERONI

Dopo il comma 223, inserire il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 7 del decreto legislativo 8 aprile 2013, n. 39 sostituire il comma 2 con il seguente:

"2. A coloro che nell'anno precedente abbiano fatto parte della giunta o del consiglio della provincia, del comune con popolazione superiore ai 15.000 abitanti o della forma associativa tra

comuni avente la medesima popolazione, che conferisce l'incarico, nonché a coloro che siano stati presidente o amministratore delegato di enti di diritto privato in controllo pubblico da parte della provincia, del comune con popolazione superiore ai 15. 000 abitanti o della forma associativa tra comuni avente la medesima popolazione, che conferisce l'incarico, non possono essere conferiti:

a) gli incarichi amministrativi di vertice nella medesima provincia, nel medesimo comune con popolazione superiore ai 15. 000 abitanti o forma associativa tra comuni avente tale popolazione;

b) gli incarichi dirigenziali nelle amministrazioni di cui alla lettera *a)*;

c) gli incarichi di amministratore di ente pubblico delle amministrazioni di cui alla lettera *a)*;

d) gli incarichi di amministratore di ente di diritto privato in controllo pubblico delle amministrazioni di cui alla lettera *a)*. L'inconferibilità di cui al presente comma non si applica nel caso di rinnovo dell'incarico di presidente o amministratore delegato nel medesimo ente di diritto privato in controllo pubblico"».

2.1495

CERONI

Dopo il comma 223, inserire il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 11 del decreto legislativo 8 aprile 2013, n. 39, sostituire il comma 3, con il seguente:

"3. Gli incarichi amministrativi di vertice nelle amministrazioni di una provincia, di un comune con popolazione superiore ai 15.000 abitanti o di una forma associativa tra comuni avente la medesima popolazione nonché gli incarichi di amministratore di ente pubblico di livello provinciale o comunale sono incompatibili:

a) con la carica di componente della giunta o del consiglio della provincia, del comune con popolazione superiore ai 15.000 abitanti o di una forma associativa tra comuni avente la medesima popolazione, che ha conferito l'incarico;

b) con la carica di presidente e amministratore delegato negli enti di diritto privato in controllo pubblico da parte della regione, della provincia, del comune con popolazione superiore ai 15.000 abitanti o della forma associativa tra comuni aventi la medesima popolazione che ha conferito l'incarico"».

2.1496

CERONI

Dopo il comma 223, inserire il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 12, comma 1, del decreto legislativo 8 aprile 2013, n. 39 è aggiunto, in fine, il seguente capoverso: "Restano in ogni caso ferme le previsioni di cui al comma 23 dell'articolo 53 della legge 23 dicembre 2000, n. 388"».

2.1497

CERONI

Dopo il comma 223, inserire il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 12, comma 4, del decreto legislativo 8 aprile 2013, n. 39, la lettera *c)*, è sostituita dalla seguente: "*c)* con la carica di presidente e amministratore delegato negli enti di diritto privato in controllo pubblico da parte della regione, della provincia, del comune con popolazione superiore ai 15.000 abitanti o della forma associativa tra comuni aventi la medesima popolazione che ha conferito l'incarico"».

2.1498

CERONI

Dopo il comma 223, inserire il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 2, comma 2, della legge 5 luglio 1982, n. 441 dopo le parole: "vi consentono", aggiungere il seguente periodo: "Tali adempimenti non si applicano ai soggetti di cui al punto 5) dell'articolo"».

2.1499

CERONI

Dopo il comma 223, inserire il seguente:

«223-*bis*. Al decreto-legge n. 66, del 24 aprile 2014, convertito nella legge 23 giugno 2014, n. 89, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al comma 4, dell'articolo 8, le parole: "per l'acquisto di beni e servizi" sono soppresse;

b) l'articolo 14 è abrogato;

c) l'articolo 15 è abrogato;

d) il comma 4, dell'articolo 24 è soppresso.

2.1500

CERONI

Dopo il comma 223, inserire il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 5, comma 3, del decreto legislativo, 14 marzo 2013, n. 33, il secondo periodo è abrogato».

2.1501

CERONI

Dopo il comma 223, inserire il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 8, comma 3, del decreto legislativo 14 marzo 2013, n. 33, le parole: "5 anni" sono sostituite dalle parole: "3 anni"».

2.1502

CERONI

Dopo il comma 223, inserire il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 11 del decreto legislativo 14 marzo 2013 n. 33, dopo il comma 1 è inserito il seguente: "1-*bis*. È in ogni caso salvaguardata l'autonomia regolamentare degli Enti locali in ordine alle modalità di adempimento agli obblighi in materia di trasparenza e pubblicazione dati laddove già prevista dalle vigenti disposizioni"».

2.1503

CERONI

Dopo il comma 223, inserire il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 14, comma 1, lettera *f)*, primo periodo del decreto legislativo 14 marzo 2013 n. 33, dopo le parole: "come modificato dal presente decreto", sopprimere le seguenti parole: "limitatamente al soggetto, al coniuge non separato e ai parenti entro il secondo grado, ove gli stessi vi consentano. Viene in ogni caso data evidenza al mancato consenso. Alle informazioni di cui alla presente lettera concernenti soggetti diversi dal titolare dell'organo di indirizzo politico non si applicano le disposizioni di cui all'articolo 7"».

2.1504

CERONI

Dopo il comma 223, inserire il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 14, comma 2, del decreto legislativo 14 marzo 2013, n. 33, il primo periodo è sostituito dal seguente: "Le pubbliche amministrazioni pubblicano i dati di cui al comma 1 entro tre mesi dalla elezione o dalla nomina e fino alla cessazione dell'incarico o del mandato"».

2.1505

CERONI

Dopo il comma 223, inserire il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 14, comma 2, primo periodo, del decreto legislativo 14 marzo 2013 n. 33, sopprimere le parole: "per i tre anni successivi dalla", e sostituirle con le seguenti: "fino alla"».

2.1506

CERONI

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 14, comma 2, primo periodo, del decreto legislativo 14 marzo 2013 n. 33, sopprimere le parole "salve le informazioni concernenti la situazione patrimoniale e, ove consentita, la dichiarazione del coniuge non separato e dei parenti entro il secondo grado,"».

2.1507
CERONI
Dopo il comma 223 inserire il seguente:
«223-*bis*. All'articolo 15 del decreto legislativo 14 marzo 2013 n. 33, il comma 4 è sostituito dal seguente: "4. Le pubbliche amministrazioni pubblicano i dati di cui al presente articolo entro tre mesi dal conferimento dell'incarico e fino alla cessazione dello stesso."».

2.1508
CERONI
Dopo il comma 223 inserire il seguente:
«223-*bis*. All'articolo 16 del decreto legislativo 14 marzo 2013 n. 33, sopprimere il comma 2».

2.1509
CERONI
Dopo il comma 223 inserire il seguente:
«223-*bis*. All'articolo 21 del decreto legislativo 14 marzo 2013 n. 33, il comma 1 è soppresso».

2.1510
CERONI
Dopo il comma 223 inserire il seguente:
«223-*bis*. L'articolo 31 del decreto legislativo 14 marzo 2013 n. 33 è soppresso».

2.1511
CERONI
Dopo il comma 223 inserire il seguente:
«223-*bis*. All'articolo 52, al comma 1, lett. *a)* del decreto legislativo 14 marzo 2013 n. 33, il numero 4) è sostituito dal seguente: "4) il numero 5 è soppresso."».

2.1512
CERONI
Dopo il comma 223 inserire il seguente:
«223-*bis*. All'art. 41 del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito con modificazioni in legge 23 giugno 2014, n. 89, il comma 2 è abrogato.».

2.1513
COMAROLI, TOSATO
Dopo il comma 223 aggiungere il seguente:
«223-bis. A decorrere dall'anno 2015 sono sospese le assunzioni di personale a tempo determinato e indeterminato per le amministrazioni centrali, le Agenzie fiscali, gli enti pubblici non economici, gli enti di ricerca, le regioni e le autonomie locali, fino al completamento del processo di riordino delle province e delle città metropolitane previsto dalla legge 7 aprile 2014, n. 56».

2.1514
PEZZOPANE
Dopo il comma 223, aggiungere il seguente:
«223-*bis*. AI fine di assicurare il superamento di situazioni di criticità presenti sul territorio regionale edi realizzare le condizioni per l'innovazione e lo sviluppo, la Regioni possono dotarsi di Leggi Obiettivo. Le modalità attuative della Legge Obiettivo Regionale volte ad accelerare la spesa ed ad assicurare la conclusione degli interventi finanziati devono garantire il rispetto della norma comunitaria sull'affidamento dei contratti di lavori, servizi e forniture, dei principi generali dell'ordinamento nonché delle leggi statali di settore. La Legge Obiettivo regionale non deve comportare per il bilancio regionale oneri ulteriori, diversi dal costo dei progetti finanziati, salvo i costi di assistenza tecnica che vanno riconosciuti nei programmi di finanziamento comunitari, statali e regionali sulla predisposizione degli strumenti attuativi, il monitoraggio, controllo e verifica della rendicontazione delle spese.»

2.1515
SPOSETTI

Dopo il comma 223 aggiungere il seguente:

«223-*bis*. L'ultimo periodo del comma 1 dell'articolo 59 del decreto legislativo 12 aprile 2006, n. 163 è soppresso».

2.1516

SPOSETTI

Dopo il comma 223 aggiungere il seguente:

«223-*bis*. A sostegno della più rapida e coordinata attuazione delle norme di cui agli articoli 3, 4, 5, e 10 del decreto-legge del 28 marzo 2014 n. 47, così come convertito, anche ai fini del più efficace conseguimento degli obiettivi di finanza pubblica:

a). Entro 12 mesi dall'entrata in vigore della presente legge la Consip S.p.A. provvede alla emanazione di appositi bandi per mettere a disposizione delle amministrazioni convenzioni o accordi quadro per l'affidamento esternalizzato integrato ed unitario dei servizi operativi e di assistenza progettuale relativi alla gestione amministrativa, alla gestione dei servizi al fabbricato, alla gestione dei servizi manutentivi ed alla alienazione dei propri Immobili da reddito e delle aree ad essi eventualmente correlate ad operatori specializzati di comprovata esperienza nel settore della gestione integrata tecnica ed amministrativa di patrimoni immobiliari pubblici;

b). Gli enti locali che aderiranno agli strumenti di acquisto e di negoziazione di cui alla precedente lettera *a)* del presente comma ove deliberino l'alienazione di almeno il 30 per cento o nel limite massimo consentito dalla normativa di riferimento regionale se tale limite risulti inferiore a detta soglia percentuale) delle abitazioni e dei locali non residenziali ERP di loro proprietà, attraverso piani di dismissione redatti come previsto dall'articolo 3 del suddetto decreto-legge n. 47 del 2014, così come convertito, possono destinare, in parziale deroga alle vigenti norme e per il solo primo quadriennio successivo all'adesione ai detti strumenti di acquisto e di negoziazione, fino al massimo del 20 per cento dei proventi derivanti dalle suddette vendite a spese inerenti la valorizzazione, la manutenzione e la gestione dei beni nonché al ripiano di eventuali squilibri finanziari dell'Ente proprietario».

2.1517

SPOSETTI

Dopo il comma 223 aggiungere il seguente:

«223. Le pubbliche amministrazioni possono affidare a Consip, previa stipula di convenzione per la disciplina del relativi rapporti, lo svolgimento di procedure di scelta dei concessionari di servizi, dei concessionari di beni nonché lo svolgimento di procedure competitive comunque denominate previste dalla normativa in applicazione del principio di imparzialità dell'azione amministrativa».

2.1518

SPOSETTI

Dopo il comma 223 aggiungere il seguente:

«223-*bis*. Per lo sviluppo del Programma di razionalizzazione degli acquisti di beni e servizi della pubblica amministrazione con ampliamento della quota di spesa gestita attraverso gli strumenti messi a disposizione da Consip, sono assegnati per gli anni 2015 e 2016 ai pertinenti capitoli del Ministero dell'economia e delle finanze, rispettivamente, 3 milioni di euro e 5 milioni di euro, ad incremento delle risorse destinate al Programma per l'anno 2013».

2.1519

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, MILO, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Dopo il comma 223, aggiungere il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 26-*ter* del decreto legge 21 giugno 2013 n. 69, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 agosto 2013 n. 98, al primo periodo le parole: "e fino al 31 dicembre 2014" sono soppresse».

2.1520

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, MILO, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Dopo il comma 223, aggiungere il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 26-*ter* del decreto-legge 21 giugno 2013 n. 69, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 agosto 2013 n. 98, al primo periodo le parole: "e fino al31 dicembre 2014" sono sostituite dalle parole: "e fino al 31 dicembre 2016"».

2.1521

CERONI

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 3, comma 17, del decreto legge 25 settembre 2001, n. 351, convertito con modificazioni dalla legge 23 novembre 2001 n. 410, aggiungere. in fine, il seguente periodo: "Parimenti il divieto non si applica agli Enti pubblici che siano soci unici o che detengano almeno la maggioranza delle quote delle società di cui all'articolo 2 del presente decreto. In tal caso l'operazione di alienazione è esente da qualsiasi imposta e tributo».

2.1522

CERONI

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 11-*quinques*, comma 1, del decreto legge 30 settembre 2005, n. 203, convertito, con modificazioni, dalla legge 2 dicembre 2005, n. 248, dopo il comma 1 è aggiunto il seguente: "1-*bis*. Le disposizioni di cui al precedente comma si applicano anche ai beni strumentali adibiti dagli Enti ad uffici pubblici, a condizione che il mantenimento dell'utilizzo pubblico non sia in contrasto con i vincoli generali di finanza pubblica».

2.1523

BAROZZINO, URAS

Dopo il comma 223, aggiungere il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 12 del decreto legislativo 29 dicembre 2003, n. 387, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al comma 4-*bis*, le parole: "e per gli impianti fotovoltaici" sono sostituite dalle seguenti: "di impianti fotovoltaici e di Impianti a tecnologia solare termodinamica anche ibrida";

b) il comma 7 è sostituito dal seguente:

"7. Gli impianti di produzione di energia elettrica alimentati dalle fonti di cui all'articolo 2, comma 1, lettera *a)*, possono essere ubicati in zone classificate agricole dai vigenti piani urbanistici solo se la potenza elettrica nominale di ciascun impianto non sia superiore a 300 KW e siano di proprietà di aziende agricole o gestiti in connessione con aziende agricole, agro-alimentari, di allevamento e forestali, e comunque, nel caso di terreni appartenenti al medesimo proprietario, gli Impianti devono essere collocati ad una distanza non inferiore a 2 chilometri";

c) dopo il comma 7 è aggiunto il seguente:

"7-*bis*. Le prescrizioni di cui al comma 7 non si applicano agli Impianti che hanno conseguito il titolo abilitativo entro la data di entrata in vigore del presente provvedimento o per i quali sia stata già presentata richiesta per il conseguimento del titolo, a condizione In ogni caso che l'impianto entri In esercizio entro un anno dalla data di entrata in vigore del presente provvedimento"».

2.1524

CERONI

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 1, comma 5-*octies*, del decreto legge 29 dicembre 2010 n. 225, come convertito con modificazioni, in legge 26febbraio 2011, n. 10, le parole: »31 dicembre 2014« *sono sostituite:* »31 dicembre 2016«.

2.1525

STEFANO, URAS

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. Al comma 4-*octies*, dell'articolo 2, del Decreto legge 10 dicembre 2013, n. 136, convertito in legge con modificazioni dalla Legge 6 febbraio 2014, n. 6, dopo le parole: "per le attività di cui ai comma 4-*quater* e 4-*quinques*" inserire le seguenti: "nonché per l'attività del servizio di trasporto oncologico nell'ambito del trasporto assistito nella provincia di Taranto, per una quota pari al 10 per cento degli stanziamenti di cui al presente comma, da destinarsi alla ASL di Taranto"».

2.1526

CERONI

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. Per i piccoli comuni, i documenti contabili relativi al bilancio annuale e al bilancio pluriennale, di cui agli articoli 165 e 171 del testo unico, nonché i documenti contabili relativi al rendiconto della gestione, di cui al titolo VI della parte seconda del medesimo testo unico, sono adottati secondo modelli semplificati, garantendo comunque la rilevazione degli elementi minimi necessari per il consolidamento dei conti pubblici. Per i piccoli comuni è facoltativa l'applicazione dell'articolo 229 del testo unico. Entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge sono approvati un modello semplificato di bilancio di previsione e un modello semplificato di rendiconto, ai sensi dell'articolo 160 del testo unico».

2.1527

CERONI

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 47 del decreto-legge 24 aprile 2014, n.66, convertito nella legge 23 giugno 2014, n. 89, il comma 12 è sostituito dal seguente: "12. I Comuni possono rimodulare o adottare misure alternative di contenimento della spesa corrente, ovvero adottare altre misure a fronte delle riduzioni di risorse di cui al comma 8".».

2.1528

CERONI

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 16 del decreto-legge 13 agosto 2011, n. 138, convertito nella legge 14 settembre 2011, n. 148 e successive modifiche e integrazioni, il comma 18 è abrogato.»

2.1529

URAS, PETRAGLIA, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Al comma 224, dopo le parole: «Patto per la salute per gli anni 2014-2016», *aggiungere le seguenti:* «con esclusione dei commi 1, 2 e 8 deIrarticolo 6 del medesimo Patto, che si intendono conseguentemente soppressi».

2.1530

BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Dopo il comma 24 aggiungere i seguenti:

«224-*bis*. All'articolo 15, del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, il comma 11-*bis* è sostituito dal seguente: "11-*bis*. Il medico che curi un paziente, per la prima volta, per una patologia cronica, per il cui trattamento sono disponibili più medicinali equivalenti indica nella ricetta del Servizio sanitario nazionale la denominazione dei principio attivo contenuto nel farmaco. Le norme in contrasto con quanto previsto dal presente comma sono soppresse".

224-*ter*. Ai fini del contenimento della spesa farmaceutica, le Regioni e le province autonome di Trento e Bolzano, entro un anno dalla data di entrata in vigore della presente legge, devono realizzare infrastrutture tecnologiche per le prescrizioni mediche digitali condivise a livello interregionale, ovvero avvalersi, anche mediante riuso, ai sensi del decreto legislativo 7 marzo 2005, n. 82. delle infrastrutture tecnologiche per le prescrizioni mediche digitali, a tal fine già realizzate da altre regioni o dei servizi da queste erogati. Tali piattaforme dovranno assicurare piena interoperabilità tra sistemi di telecomunicazioni.

224-*quater*. Al fine della razionalizzazione, distribuzione e contenimento della spesa farmaceutica, il Ministro della salute di Concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, sentita la Conferenza Stato-Regioni e l'AIFA, previo parere delle competenti Commissioni parlamentari, entro un anno dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono delegati ad emanare, un decreto per determinare le modalità per la produzione e distribuzione dei farmaci anche in forma di monodose.

224-*quinquies*. L'applicazione del presente articolo non deve comportare maggiori oneri per la finanza pubblica».

2.1531

COMAROLI, TOSATO

Al comma 224 sostituire le seguenti parole: «in 112.062.000.000 euro per l'anno 2015 e in 115.444.000.000 euro per l'anno 2016» *con le seguenti:* «in 112.249.500.000 euro per l'anno 2015 e in 115.631.500.000 euro per l'anno 2016».

Conseguentemente all'articolo 1 sopprimente i commi 125 e 126.

2.1532

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO

Al comma 225, dopo le parole: «112.062.000.000 euro per l'anno 2015» *sono aggiunte le seguenti:* «di cui 35 milioni di euro a decorrere dal 2015 destinati al finanziamento dei centri di ricerca, assistenza e cura dei malati oncologici nell'ambito dell'adroterapia».

2.1533

ZUFFADA

Al comma 225, dopo le parole: «112.062.000.000 euro per l'anno 2015» *sono aggiunte le seguenti:* «di cui 35 milioni di euro a decorrere dal 2015 destinati al finanziamento dei centri di ricerca, assistenza e cura dermalati oncologici nell'ambito dell'adroterapia».

2.1534

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 225, sopprimere dalle parole: «salvo eventuali rideterminazioni» *fino alla fine del comma.*

2.1535

DI MAGGIO

Dopo il comma 223, è inserito il seguente:

«223-*bis*. All'art. 11 della legge n. 771 del 1986 è aggiunto il seguente comma 9-*bis*:

"Il Ministro delle Finanze con proprio decreto provvede entro sei mesi dall'entrata in vigore della presente legge al trasferimento definitivo, a titolo gratuito a beneficio del Comune di Matera, di tutti gli immobili ed aree di proprietà statale già affidati in concessione per anni 99, ai sensi dell'art. 11, comma 6 della legge n. 771 dell'11 novembre 1986."».

2.1536

BROGLIA, ZANONI

Sopprimere il comma 226.

2.1537

COMAROLI, TOSATO

Sostituire il comma 226 con il seguente:

«226. Il terzo periodo del comma 1 dell'articolo 30 del decreto legislativo 23 giugno 2011, n. 118, è sostituito dal seguente: "Fatta salva l'erogazione dei livelli essenziali delle prestazioni eventuali risparmi nella gestione del Servizio sanitario nazionale effettuati dalle regioni rimangono nella disponibilità delle Regioni stesse.".»

2.1538

VACCARI, BROGLIA, ZANONI

Sostituire il comma 226 con il seguente:

«226. il terzo periodo del comma 1 dell'articolo 30 del decreto legislativo 23 giugno 2011, n. 118, è sostituito dal seguente: "Fatta salva l'erogazione dei livelli essenziali delle prestazioni, eventuali risparmi nella gestione del Servizio sanitario nazionale effettuati dalle regioni rimangono nella

disponibilità delle regioni stesse."».

2.1539

D'ANNA, MILO

Dopo il comma 226, aggiungere il seguente:

«226-*bis*. AI fine di garantire un adeguato livello di erogazione di servizi sanitari, nelle regioni sottoposte al piano di rientro di cui all'articolo 1, comma 180, della legge 30 dicembre 2004, n. 311, e commissariate ai sensi dell'articolo 4, commi 1 e 2, del decreto legge 1 ottobre 2007, n. 159, qualora sia stato accertato, con le modalità previste dai piani di rientro, un avanzo rientrante nella disponibilità del bilancio regionale, gli obiettivi finanziari previsti dall'articolo 15, comma 14, primo periodo, del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, possono essere conseguiti, a decorrere dal 1 gennaio 2014, su altre aree della spesa sanitaria, fermo restando l'obiettivo dell'equilibrio economico».

2.1540

MANDELLI, D'AMBROSIO LETTIERI, PICCINELLI

Al comma 227, sostituire le parole: «, nonché alla realizzazione degli obiettivi definiti dal Patto per la salute purché relativi al miglioramento dell'erogazione dei LEA» *con le seguenti:* «, delle malattie epatiche, nonché alla realizzazione degli obiettivi definiti dal Patto per la salute purché relativi al miglioramento dell'erogazione dei LEA. Per la prevenzione e la cura delle malattie epatiche, al fine di evitare una loro acutizzazione o cronicizzazione, con particolare attenzione per quelle di tipo "C" derivanti da emotrasfusioni, le risorse per l'attuazione delle disposizioni di cui all'articolo 1, comma 4, del decreto-legge 21 ottobre 1996, n. 536, convertito dalla legge 23 dicembre 1996. n. 648, sono incrementate di euro 800.000.000 per ciascuno degli anni 2015 e 2016 e confluiscono, nell'ambito del piano nazionale contro le epatiti, in apposito Fondo a copertura degli oneri per l'accesso gratuito ai medicinali innovativi.».

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

2.1541

PETRAGLIA, URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Dopo il comma 227, inserire il seguente

«227-*bis*. È istituito nello stato di previsione del Ministero della salute un apposito Fondo denominato "Fondo per la prevenzione e la cura della sordità infantile" da ripartire, sentita la Conferenza unificata Stato-Regioni, con una dotazione di 25 milioni di euro per l'eserizio 2015,30 milioni di euro per l'esercizio 2016 e 50 milioni di euro per l'esercizio 2017, al fine di finanziare piani sanitari regionali finalizzati alla prevenzione e alla cura della sordità infantile che prevedano lo *screening* audio logico neonatale, la protesizzazione, ove necessaria e l'abilitazione logopedica».

Conseguentemente alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti modifiche:*

2015:

? CP: ? 25.000.000;

CS: ? 25.000.000;

2016:

? CP: ? 30.000.000;

CS: ? 30.000.000;

2017:

? CP: ? 50.000.000;

CS: ? 50.000.000.

2.1542

D'ANNA, MILO

Dopo il comma 228, aggiungere il seguente;

«228-*bis*. AI comma 17-*bis* dell'articolo 15 del decreto-legge n. 95 del 2012, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto n, 135 del 2012, all'ultimo rigo è soppressa la parola: "eventuale"».

2.1543

D'AMBROSIO LETTIERI

Al comma 229, apportare le seguenti modificazioni:

a) al primo periodo sopprimere le lettere c) *e d);*

b) all'ultimo periodo, sopprimere le seguenti parole: «l'articolo 10, comma 4, della legge 23 dicembre 1993, n. 548, è abrogato e».

2.1544

FRAVEZZI, BATTISTA, LANIECE, FAUSTO GUILHERME LONGO, PALERMO, PANIZZA, CONTE, D'ADDA, ELENA FERRARA, GAMBARO, LUMIA, MASTRANGELI, MAURO MARIA MARINO, MICHELONI, PAGLIARI, PEGORER, PUPPATO, RUTA, ROMANO

Al comma 229, apportare le seguenti modificazioni

a) al primo periodo sopprimere la lettera d);

b) all'ultimo periodo sopprimere le seguenti parole: «l'articolo 10, comma 4, della legge 23 dicembre 1993, n.548, è abrogato e».

2.1545

GRANAIOLA, MICHELONI

Al comma 229, apportare le seguenti modificazioni:

a) al primo periodo, sopprimere la lettera d);

b) all'ultimo periodo, sopprimere le seguenti parole: «l'articolo 10, comma 4, della legge 23 dicembre 1993, n. 548, è abrogato e».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 21, lettera g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quadruplo».

2.1546

URAS, DE PETRIS

Al comma 229 sopprimere le parole: «*d)* dall'articolo 3 della legge 14 ottobre 1999, n. 362, recante: "Disposizioni urgenti in materia sanitaria"»*, nonché le parole:* «Conseguentemente, l'articolo 10, comma 4, della legge 23 dicembre 1993, n. 548, è abrogato e non si applicano i criteri indicati all'articolo 5, comma 16, del decreto legislativo 16 luglio 2012, n. 109».

Conseguentemente, al comma 112, dell'articolo 1, sostituire le parole: «250 milioni»*, con le parole:* «240 milioni».

2.1547

GRANAIOLA, PADUA, DE BIASI, DIRINDIN, BIANCO, MATURANI, MATTESINI, VALDINOSI, FAVERO, MICHELONI, GUERRIERI PALEOTTI

Dopo il comma 229 aggiungere il seguente:

«229-*bis*. In relazione al superamento dei fondi a destinazione vincolata in materia di hanseniani e loro familiari, prevenzione e lotta contro l'Aids, prevenzione e cura della fibrosi cistica di cui al presente comma, il Ministero della salute provvede a garantire il monitoraggio dei relativi obiettivi assistenziali e di salute nell'ambito degli adempimenti previsti ai fini della verifica del Comitato permanente per la verifica dell'erogazione dei livelli essenziali di assistenza».

2.1548

DIRINDIN, BIANCO, MATURANI, MATTESINI, PADUA, VALDINOSI, FAVERO, GRANAIOLA

Dopo il comma 229 aggiungere il seguente:

«229-*bis*. Con effetto dall'anno 2015, a decorrere dallo luglio di ciascun anno, gli importi degli indennizzi del danno biologico erogati dall'INAIL ai sensi dell'articolo 13 del decreto legislativo 23 febbraio, n. 38 sono rivalutati, con decreto del Ministro del lavoro e delle politiche sociali su proposta del Presidente dell'Inail, sulla base delle variazioni dei prezzi al consumo per le famiglie di operai e impiegati intervenute rispetto all'anno precedente. Tale incremento si aggiunge a quello complessivo del 16,25 per cento di cui all'articolo 1, commi 23 e 24 della legge 24 dicembre 2007, n. 247 nonché all'articolo 1, comma 129, della legge 27 dicembre 2013, n. 147 e relativi decreti attuativi e si applica

agli indennizzi dovuti dall'Inail ai sensi della "Tabella danno biologico" di cui al Decreto ministeriale 12 luglio 2000».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 60.000.000;

2016: ? 60.000.000;

2017: ? 60.000.000.

2.1549

PUPPATO, PEZZOPANE, FILIPPIN, ALBANO, IDEM, D'ADDA, LAI, BORIOLI

Dopo il comma 229, inserire il seguente:

«229-*bis*. Il contributo previsto dall'articolo 3 del decreto-legge 23 marzo 1948 n. 361, ratificato, con modificazioni dalla legge 5 gennaio 1953 n. 29 del 1953 e modificato dall'articolo 12 della legge 20 febbraio 1958 n. 55 è destinato a provvedere all'assistenza domiciliare ed in casa di cura e ricovero dei pensionati con ridotta capacità economica e sarà proporzionale all'effettiva capacità economica dei suddetti».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 4.000.000;

2016: ? 4.000.000;

2017: ? 4.000.000.

2.1550

GUALDANI

Dopo il comma 230, aggiungere il seguente:

«230-*bis*. In ottemperanza delle sentenze del TAR del Lazio ? I Sezione bis ? n. 640/1994 e del Consiglio di Stato ? IV Sezione ? n.2537/2004, è riconosciuto con effetto retroattivo ai medici ex condotti il diritto al percepimento, a decorrere dalla data dello gennaio 1987, o, se più favorevole, dalla data di inquadramento ai sensi dell'articolo 110 del decreto del Presidente della Repubblica n. 270 del 1987, della Retribuzione Individuale di Anzianità determinata ai sensi dell'articolo 92 del decreto del Presidente della Repubblica n. 270 del 1987 e degli articoli 108 e 113 del decreto del Presidente della Repubblica n. 384del 1990, nonché il diritto alla rivalutazione dello stipendio base, già fissato in . 8.640.000 annue lorde dall'annullato articolo 133 del decreto del Presidente della Repubblica n. 384, da determinarsi in base al principio della perequazione retributiva a seconda della posizione funzionale ricoperta con lo stesso incremento percentuale previsto dal decreto del Presidente della Repubblica n. 384 del 1990 per il trattamento tabellare del restante personale medico collocato nelle posizioni di assistente e coadiutore medico, con conseguenziali incremento dei tabellari determinati successivamente dai vari CCNL dell'Area della dirigenza medico veterinaria ed accesso ad ogni altra indennità del trattamento fondamentale della dirigenza».

Conseguentemente, si stanzia di ' 230.000.000 per la copertura della spesa complessiva, comprensivi, di oneri contributivi e fiscali.

2.1551

MILO, GIOVANNI MAURO

Dopo il comma 230, aggiungere il seguente:

«230-*bis*. A decorrere dall'anno accademico 2015/2016, ai laureati appartenenti alle categorie dei veterinari, degli odontoiatri, dei farmacisti, dei biologi, dei chimici, dei fisici, degli psicologi e alle ulteriori categorie sanitarie non rientranti nell'area medica, ammessi e iscritti dal primo al quinto anno di corso delle scuole post-laurea di specializzazione dell'area sanitaria ai sensi del decreto del Ministero dell'Istruzione, dell'Università e della ricerca 1º agosto 2005 recante: "Riassetto delle Scuole di specializzazione di area sanitaria", pubblicato nel supplemento ordinario alla Gazzetta Ufficiale n. 258 del 5 novembre 2005, e successive modificazioni, è applicato il trattamento contrattuale di formazione specialistica di cui all'articolo 37 del decreto legislativo 17 agosto 1999, n. 368, e

successive modificazioni».

2.1552

MILO, GIOVANNI MAURO

Dopo il comma 230, aggiungere il seguente:

«230-*bis.* Ai medici ammessi alle scuole di specializzazione universitarie in medicina dall'anno accademico 1982-1983 all'anno accademico 1990-1991 che, alla data di entrata in vigore della presente legge, abbiano presentato domanda giudiziale per il riconoscimento economico retro attivo del periodo di formazione o di risarcimento del danno per la mancata o ritardata attuazione della direttiva 75/3621CEE del Consiglio, del 16 giugno 1975, della direttiva 75/363/CEE dei Consiglio, del 16 giugno 1975, e della direttiva 8217-6/CEE del Consiglio del 26 gennaio 1982, il Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca corrisponde per tutta la durata del corso, a titolo forfettario, una borsa di studio dell'importo omnicomprensivo di 13.000 euro per ogni anno di corso da riconoscere anche attraverso il credito d'imposta in un arco temporale non superiore a tre anni».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'Economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 200.000;

2016: ? 200.000;

2017: ? 200.000.

2.1553

MILO, GIOVANNI MAURO

Dopo il comma 230, è aggiunto il seguente:

«230-*bis.* La graduatoria finale a conclusione del concorso per titoli ed esami disciplinato dal decreto ministeriale 8 agosto 2014 n. 612, per l'ingresso dei laureati in medicina e chirurgia alle scuole di specializzazione, è valida a scorrimento anche per il concorso a.a. 2014/2015».

2.1554

D'AMBROSIO LETTIERI, BONFRISCO, MILO

Dopo il comma 232, inserire il seguente comma:

«232-*bis.* Entro il 30 giugno 2015 si provvede ad aggiornare il decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri dell'1º aprile 2008 recante modalità e criteri per il trasferimento al Servizio Sanitario Nazionale delle funzioni sanitarie, dei rapporti di lavoro, delle risorse finanziarie e delle attrezzature e beni strumentali in materia di sanità penitenziaria, con specifico riferimento all'Allegato A nella parte in cui prevede indicazioni sui modelli organizzativi, al transito del personale ai sensi della legge 9 ottobre 1970, n. 740, tenuto conto della necessità dell'attribuzione di codici-struttura agli istituti penitenziari per garantire la continuità diagnostico-terapeutica, al fine di garantire una uniforme erogazione dei Livelli Essenziali di Assistenza».

2.1555

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 232, aggiungere il seguente:

«232-*bis.* Per incrementare l'innovatività e l'efficienza del Servizio Sanitario Nazionale (SSN) nella assistenza e cura dei tumori e sostenere le attività di ricerca scientifica e biomedica in campo oncologico è autorizzata la spesa di 15 milioni di euro per l'anno 2015, di 10 milioni di euro per gli anni 2016 e 2017 a completamento degli interventi di cui all'articolo 52, comma 21, della legge 27 dicembre 2002, n. 289».

Conseguentemente alla tabella A, voce Ministero dell'economia e. delle finanze*, apportare le seguenti variazioni (in milioni di euro):*

2015: ? 15.000.000;

2016: ? 10.000.000;

2017: ? 10.000.000.

2.1556

FRAVEZZI, ZELLER, PALERMO, PANIZZA

Al comma 233, capoverso «1-*bis*»*, le parole:* «e le province autonome di Trento e di Bolzano»*, sono soppresse.*

2.1557

SILVESTRO, DE BIASI, MATURANI, BIANCO, MATTESINI, PADUA, GRANAIOLA

Al comma 235, dopo il periodo «Dall'attuazione del presente comma non devono derivare nuovi o maggiori oneri a carico della finanza pubblica» *aggiungere il seguente:* «All'articolo 7 del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90, dopo il comma 2, è aggiunto il seguente:

"2-*bis*. Considerata la specificità della dirigenza medica, sanitaria come disciplinata dal decreto legislativo n. 502 del 1992 e s.m., la sezione contrattuale prevista dall'articolo 54, comma 2, del decreto legislativo n. 150 del 2009 è trasformata in autonoma area contrattuale in aggiunta alle quattro aree dirigenziali già previste. Considerata, inoltre, la particolarità delle professioni sanitarie infermieristiche, ostetrica, tecniche, della riabilitazione e della prevenzione è istituita una specifica sezione contrattuale nel comparto di cui all'articolo 54, comma 2, del decreto legislativo n. 150 del 2009"».

2.1558

SILVESTRO, DE BIASI, MATURANI, BIANCO, GRANAIOLA, MATTESINI, PADUA, VALDINOSI

Al comma 235, dopo il periodo: «Dall'attuazione del presente comma non devono derivare nuovi o maggiori oneri a carico della finanza pubblica» aggiungere il seguente: «Al fine di ottimizzare il ruolo e la partecipazione del personale dipendente del Servizio sanitario nazionale all'attuazione del Patto per la salute ed alla lotta agli sprechi e per la qualificazione delle risorse economiche, strumentali ed umane, al comma 2 dell'articolo 54 del decreto legislativo n. 150 del 2009 le parole "quattro comparti" sono sostituite con le seguenti "cinque comparti", le parole "quattro aree separate" sono sostituite con le seguenti "cinque aree separate", le parole "cui corrispondono" sono sostituite con la parola "e" le parole "una apposita sezione contrattuale di" sono soppresse».

2.1559

RIZZOTTI, MARIAROSARIA ROSSI

Dopo il comma 235, aggiungere i seguenti:

«235-*bis*. Al decreto legislativo 30 dicembre 1992, n. 502, apportare le seguenti modifiche:

a) all'articolo 6-*ter*, comma 1, primo periodo, dopo le parole "fisici, psicologi," inserire le seguenti: "ingegneri clinici,";

b) all'articolo 16-*quinquies*, comma 1, primo periodo, sostituire le parole "fisici e psicologi.", con le seguenti: "fisici, psicologi e ingegneri clinici.".

235-*ter*. Agli oneri derivanti dalle disposizioni di cui al comma precedente si provvede, per l'anno 2015, a valere sullo stato di previsione del Ministero della salute relativo alla Programmazione del servizio sanitario per l'erogazione dei Livelli essenziali di assistenza».

2.1560

GUALDANI

Dopo il comma 236, aggiungere il seguente:

«236-*bis*. All'articolo 3-*bis* del decreto legislativo 30 dicembre 1992, n. 502, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) il primo periodo del comma 3 è sostituito dal seguente: "La regione provvede alla nomina dei direttori generali delle aziende e degli enti del Servizio sanitario regionale, mediante elezione effettuata dal Consiglio regionale, tra una cinquina di nomi segnalati. dalla giunta regionale con propria delibera e da questa individuati nell'ambito dell'elenco regionale di idone ovvero agli analoghi elenchi delle altre regioni quali sono costituiti previo avviso pubblico e selezione effettuata, secondo modalità e criteri individuati dalla regione, da parte di una commissione costituita dalla regione medesima in prevalenza tra esperti indicati da qualificate istituzioni scientifiche indipendenti, di cui uno designato dall'Agenzia nazionale per i servizi sanitari regionali, senza nuovi o maggiori oneri a carico della finanza pubblica,";

b) dopo il comma 7 e inserito il seguente:

"7-*bis*. L'accertamento da parte della regione del mancato conseguimento degli obiettivi di salute e assistenziali costituisce per il direttore generale grave inadempimento contrattuale e comporta la decadenza automatica dello stesso".».

2.1561

GUALDANI

Dopo il comma 236, aggiungere il seguente:

«236-*bis*. L'indennità di esclusività di cui all'articolo 15-*quater* del decreto legislativo 30 dicembre 1992, n. 502, che spetta ai dirigenti medici al termine del primo quinquiennio di servizio con valutazione positiva, è esclusa dai vincoli di cui all'articolo 9, comma 1, del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 luglio 2010, n. 122».

Conseguentemente, ai maggiori oneri derivanti dalla presente disposizione si fa fronte mediante corrispondente riduzione dell'importo previsto alla Tabella A, rubrica Ministero dell'economia e delle finanze*, per l'anno 2015 e seguenti.*

2.1562

MILO

Al comma 236, capoverso 7-bis*, sostituire le parole:* «di salute e assistenziali» *con le seguenti:* «di salute, assistenziali e del pareggio del bilancio aziendale».

Conseguentemente al comma 237 sostituire le parole: «di salute e assistenziali» *con le seguenti:* «di salute, assistenziali e del pareggio del bilancio aziendale».

2.1563

MILO

Sopprimere i commi 238, 239, 240, 241, 246, 247 e 250.

2.1564

MILO

Al comma 238, sopprimere le seguenti parole: «o la prosecuzione».

2.1565

MILO

Al comma 238, sopprimere le lettere a)*,* b)*,* c) *e* d).

2.1566

BOCCHINO, CAMPANELLA, MASTRANGELI, DE PIN

Sostituire il comma 241 con il seguente:

«241. Entro 30 giorni dall'entrata in vigore della presente legge l'AIFA dispone la rimborsabilità in tutte le regioni italiane dei medicinali innovativi o di eccezionale rilevanza terapeutica, in particolare quelli destinati alla cura dell'epatite C, per i quali sia stato già raggiunto un accordo, sulla base dell'impiego efficiente e costo-efficace delle risorse disponibili, con le case farmaceutiche. A tal fine sono incrementate le risorse già disponibili a legislazione vigente, di 50 milioni di euro per l'anno 2015, di 140 milioni di euro per l'anno 2016 e di 190 milioni di euro a decorrere dall'anno 2017.».

Conseguentemente all'Art.1, comma 121, sostituire le parole: «200 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015.», *con le seguenti:* «150 milioni di euro per l'anno 2015, 60 milioni di euro per l'anno 2016 e 1 milione di euro annui a decorrere dall'anno 2017».

2.1567

MILO

Sopprimere i commi 243 e 244.

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

2.1568

TOSATO, COMAROLI

Al comma 243 sostituire le parole da: «uno designato» *fino a:* «della salute» *con le seguenti:* «due

designati dal presidente della giunta regionale ed uno dalla conferenza dei sindaci».

Conseguentemente al comma 21 sopprimere le parole da: «fermo restando» *fino a:* «15 luglio 2011, n.111».

2.1569

GUALDANI

Sopprimere i commi da 245 a 250.

2.1570

SCAVONE

Al comma 245, sostituire le parole: «entro tre mesi» *con le seguenti:* «entro sei mesi».

Conseguentemente, al comma 248, sostituire le parole: «entro tre mesi» *con le seguenti:* «entro sei mesi».

2.1571

ZELLER, BERGER, PALERMO, LANIECE, BATTISTA, FRAVEZZI, PANIZZA

Al comma 245, sostituire le parole: «entro tre mesi», *con le seguenti:* «entro sei mesi».

2.1572

GUALDANI

Al comma 245 sostituire le parole: «tre mesi» *con le parole:* «15 giorni».

2.1573

ZELLER, BERGER, PALERMO, LANIECE, BATTISTA, FRAVEZZI, PANIZZA

Al comma 246, dopo le parole: «lstituto zoo profilatlico sperimentale», *sono aggiunte le seguenti:* «, ai sensi dell'articolo 15, comma 1, del decreto legislativo 28 giugno 2012, n. 106».

2.1574

FUCKSIA

Al comma 251, al capoverso 4-ter*), dopo la parola:* «b)», *è aggiunta la parola:* «c)».

2.1575

MILO

Al comma 251, capoverso: «4-*quater*» *sopprimere la parola:* «possibilmente».

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

2.1576

D'AMBROSIO LETTIERI

Al comma 251, capoverso 4-quater*, al primo periodo, sopprimere la seguente parola:* «possibilmente».

2.1577

DIRINDIN

Al comma 251, capoverso «4-quater» *sostituire la parola* «possibilmente» *con le seguenti* «di norma».

2.1578

BIANCO, GRANAIOLA

Al comma 251 sostituire la parola: «possibilmente» *con:* «di norma».

2.1579

ZUFFADA

Al comma 251, capoverso «4-quater»*, sostituire la parola* «possibilmente» *con le seguenti:* «di norma».

2.1580

FUCKSIA

Al Comma 251, capoverso «4-*quater*»*, sostituire la parola:* «possibilmente» *con:* «di norma».

2.1581

GUALDANI

Al comma 253 dopo la lettera b) *aggiungere le seguenti lettere:*

«*b-bis).* al comma 5 la lettera *b)* è sostituita dalla seguente:

"*b)* a decorrere dall'esercizio 2015, le funzioni di accertamento medico-legale alle assenze per malattia dei dipendenti delle amministrazioni pubbliche sono svolte esclusivamente dall'Istituto Nazionale della Previdenza Sociale. Con la legge di bilancio è stabilita la dotazione annua degli stanziamenti destinati alla copertura degli accertamenti medico-legali sostenuti dalle amministrazioni pubbliche, per un importo complessivamente non superiore a 60 milioni di euro".

b-ter) al comma 5-*bis* le parole: «dalle Aziende Sanitarie Locali» sono sostituite dalle seguenti «dall'Istituto nazionale della previdenza sociale»;

b-quater) i risparmi di spesa derivanti dall'attuazione della lettera *h-bis)*, sono destinati al Fondo ammortamento titoli di Stato».

2.1582

D'ALÌ, CERONI

Dopo il comma 253, aggiungere il seguente:

«253-*bis.* In ottemperanza delle sentenze del TAR del Lazio ? I Sezione *bis* ? n. 640/1994 e del Consiglio di Stato ? IV Sezione ? n. 2537/2004, è riconosciuto con effetto retroattivo ai medici ex condotti il diritto al percepimento, a decorrere dalla data del 1º gennaio 1987, o, se più favorevole, dalla data di inquadramento ai sensi dell'art. 110 del D.P.R. n. 270/87, della Retribuzione Individuale di Anzianità determinata ai sensi dell'art. 92 del DPR n. 270/87 e degli artt. 108 e 113 del D.P.R. n. 384/90, nonché il diritto alla rivalutazione dello stipendio base, già fissato in L. 8.640.000 annue lorde dall'annullato art. 133 del DPR. n. 384/1990, da determinarsi in base al principio della perequazione retributiva a seconda della posizione funzionale ricoperta con lo stesso incremento percentuale previsto dal D.P.R. n. 384/1990 per il trattamento tabellare del restante personale medico collocato nelle posizioni di assistente e coadiutore medico, con conseguenziali incremento dei tabellari determinati successivamente dai vari CCNL dell'Area della dirigenza medico veterinaria ed accesso ad ogni altra indennità del trattamento fondamentale della dirigenza medico veterinaria».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 100.000.000;

2016: ? 100.000.000;

2017: ? 100.000.000.

2.1583

PUPPATO, D'ADDA, SOLLO, ELENA FERRARA, SCALIA, DE PIETRO, RICCHIUTI, RUTA

Al comma 254, apportare le seguenti modifiche:

1) sostituire le parole: «31 dicembre 2015» con le seguenti «30 giugno 2014»;

2) dopo le parole: «terapeutiche omogenee» aggiungere le seguenti: «i risparmi conseguenti alla revisione del Prontuario nonché i 50 milioni previsti al cap. 1613 della Tabella C costituiscono l'avvio di un fondo per poter distribuire i farmaci innovativi già autorizzati da Aifa ai malati di epatite C».

2.1584

BOCCHINO, CAMPANELLA, MASTRANGELI

Al comma 254 apportare le seguenti modifiche:

1) sostituire leparole: «31 dicembre 2015» con le seguenti: «30 giugno 2014»;

2) dopo le parole: «terapeutiche omogenee», aggiungere le seguenti: «i risparmi conseguenti alla revisione del Prontuario nonché i 50 milioni previsti al cap. 1613 della Tabella C costituiscono l'avvio di un fondo per poter distribuire i farmaci innovativi già autorizzati da Aifa ai malati di epatite C».

2.1585

SCAVONE

Al comma 254, apportare le seguenti modifiche:

1) sostituire le parole: «31 dicembre 2015» con le seguenti «30 giugno 2014»;

2) dopo le parole: «terapeutiche omogenee», aggiungere le seguenti: «i risparmi conseguenti alla revisione del Prontuario nonché i 50 milioni previsti al cap. 1613 della Tabella C costituiscono l'avvio

di un fondo per poter distribuire i farmaci innovativi già autorizzati da Aifa ai malati di epatite C».

2.1586

ANITORI, GRANAIOLA, BIANCONI, AIELLO, CONTE, FASIOLO, ORELLANA, MIRABELLI, MANCUSO, CUOMO, AMATI, MASTRANGELI, DE PIETRO, BOCCHINO, PEZZOPANE

Al comma 254, sostituire le parole: «31 dicembre 2015» *con le seguenti:* «31 marzo 2015».

2.1587

ANITORI, GRANAIOLA, BIANCONI, AIELLO, CONTE, FASIOLO, ORELLANA, MIRABELLI, MANCUSO, CUOMO, AMATI, MASTRANGELI, DE PIETRO, BOCCHINO, PEZZOPANE

Al comma 254, aggiungere, infine, le seguenti parole: «I risparmi conseguenti alla revisione del Prontuario nonché i contributi previsti al cap. 1613 della Tabella C costituiscono l'avvio di un fondo per poter distribuire i farmaci innovativi già autorizzati da Aifa ai malati di epatite C».

2.1588

LANZILLOTTA, DI BIAGIO, LUIGI MARINO

Dopo il comma 254, inserire il seguente:

«254-*bis*. Entro il 31 dicembre 2015 il Ministero della Salute, sentita la Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le regioni e le province autonome di Trento e Bolzano e acquisito il parere del Consiglio superiore di Sanità e dell'Autorità garante della concorrenza e del mercato, aggiorna il Regolamento recante norme per le prestazioni di assistenza protesica erogabili nell'ambito del Servizio sanitario nazionale di cui al decreto ministeriale 27 agosto 1999, n. 332. Le economie di spesa derivanti dall'attuazione del presente comma confluiscono nel Fondo per il finanziamento di attività di ricerca di cui all'articolo 12, comma 2, del decreto legislativo n. 502 del 1992».

2.1589

FRAVEZZI, BATTISTA, FAUSTO GUILHERME LONGO, PALERMO, ZIN, PUPPATO, PANIZZA

Dopo il comma 254, aggiungere il seguente:

«254-*bis*. Entro 30 giorni dall'entrata in vigore della presente legge l'AIFA dispone la rimborsabilità in tutte le regioni italiane dei medicinali innovativi o di eccezionale rilevanza terapeutica, in particolare quelli destinati alla cura dell'epatite C, per i quali sia stato già raggiunto un accordo, sulla base dell'impiego efficiente e costo-efficace delle risorse disponibili, con le case farmaceutiche. A tal fine il Ministero della Salute approva il Piano nazionale per la lotta alle epatiti virali, in attuazione della Risoluzione OMS WHA 63.18 del 21 maggio 2010, definendo i criteri di eleggibilità alle nuove cure e stanziando un fondo speciale con risorse incrementate rispetto a quelle già disponibili a legislazione vigente, di 50 milioni di euro per l'anno 2015, di 140 milioni di euro per l'anno 2016 e di 190 milioni di euro a decorrere dall'anno 2017».

2.1590

SCAVONE

Dopo il comma 254, aggiungere il seguente:

«254-*bis*. Entro 30 giorni dall'entrata in vigore della presente legge l'AIFA dispone la rimborsabilità in tutte le regioni italiane dei medicinali innovativi o di eccezionale rilevanza terapeutica, in particolare quelli destinati alla cura dell'epatite C, per i quali sia stato già raggiunto un accordo, sulla base dell'impiego efficiente e costo-efficace delle risorse disponibili, con le case farmaceutiche. A tal fine sono incrementate le risorse già disponibili a legislazione vigente, di 50 milioni di euro per l'anno 2015, di 140 milioni di euro per l'anno 2016 e di 190 milioni di euro a decorrere dall'anno 2017».

2.1591

SCAVONE

Al comma 256, lettera b)*, dopo le parole:* «categorie omogenee»*, inserire le seguenti:* «garantendo più tipologie per quei presidi utilizzati per la terapia domiciliare delle patologie croniche adattabili ai diversi tipi di pazienti».

2.1592

PADUA, DE BIASI, DIRINDIN, BIANCO, MATURANI, MATTESINI, SILVESTRO, VALDINOSI, FAVERO, GRANAIOLA, GUERRIERI PALEOTTI, ZANONI, ORRÙ

Al comma 256, lettera b)*, dopo le parole:* «costo efficacia» *aggiungere le seguenti:* «e della sostituibilità dei suddetti dispositivi solo per motivi terapeutici,».

Conseguentemente all'articolo 3, comma 21, lettera g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quadruplo».

2.1593

MANDELLI

Al comma 256, lettera b)*, dopo le parole:* «costo efficacia»*, aggiungere le seguenti:* «e della sostituibilità dei suddetti dispositivi solo per motivi terapeutici,».

2.1594

D'AMBROSIO LETTIERI

Al comma 256, lettera b*, dopo le parole:* «costo efficacia» *aggiungere le seguenti:* «e della sostituibilità dei suddetti presìdi solo per motivi terapeutici,».

2.1595

PADUA, DE BIASI, DIRINDIN, BIANCO, MATURANI, MATTESINI, SILVESTRO, VALDINOSI, FAVERO, GRANAIOLA

Al comma 256, lettera b)*, dopo le parole:* «costo efficacia» *aggiungere le seguenti:* «e della sostituibilità dei suddetti dispositivi solo per motivi terapeutici,».

2.1596

SCAVONE

Al comma 256, lettera b)*, aggiungere, in fine, le seguenti parole:*

«, fatti salvi i dispositivi di uso diretto dei pazienti diabetici, per i quali, entro il 31 marzo 2015, d'intesa con la conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le regioni e le province autonome di Trento e Bolzano, e sentiti i rappresentanti dei pazienti e degli specialisti, il Ministero della Salute adotta un nomenclatore recante l'identificazione e la definizione di tali presìdi secondo il livello tecnologico, rispetto ai quali l'Autorità Nazionale Anticorruzione, su indicazione di Agenas, individua i prezzi massimi di rimborso applicabili su tutto il territorio nazionale. Al fine di garantire personalizzazione, appropriatezza terapeutica e qualità, l'acquisizione regionale avviene mediante Accordo quadro, recante l'indicazione dei dispositivi e dei prezzi individuati ai sensi del precedente periodo, con una riduzione del valore dei prezzi non superiore al 10 per cento, senza un nuovo confronto competitivo».

2.1597

SCAVONE

Al comma 256, alla fine della lettera c)*, aggiungere le seguenti parole:*

«, fatti salvi i dispositivi di uso diretto dei pazienti diabetici, per i quali, entro il 31 marzo 2015, d'intesa con la conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le regioni e le province autonome di Trento e Bolzano, e sentiti i rappresentanti dei pazienti e degli specialisti, il Ministero della Salute adotta un nomenclatore recante l'identificazione e la definizione di tali presidi secondo il livello tecnologico, rispetto ai quali l'Autorità Nazionale Anticorruzione, su indicazione di Agenas, individua i prezzi massimi di rimborso applicabili su tutto il territorio nazionale. Al fine di garantire personalizzazione, appropriatezza terapeutica e qualità, l'acquisizione regionale avviene mediante accordo quadro, recante l'indicazione dei dispositivi e dei prezzi individuati ai sensi del precedente periodo, con una riduzione del valore dei prezzi non superiore al 10 per cento, senza un nuovo confronto competitivo».

2.1598

D'AMBROSIO LETTIERI, MANDELLI, ZUFFADA

Dopo il comma 256 aggiungere i seguenti:

«256-*bis*. Le apparecchiature a risonanza magnetica (RM), con valore di campo statico di induzione magnetica non superiore a 4 tesla, sono soggette ad autorizzazione all'installazione da parte

della regione o della provincia autonoma.

256-*ter.* Le apparecchiature a RM, di cui al comma 256-*bis*, con valore di campo statico di induzione magnetica superiore a 4 tesla sono soggette ad autorizzazione all'installazione e all'uso da parte del Ministero della salute, sentiti il Consiglio superiore di sanità, l'Istituto superiore di sanità e l'Istituto nazionale per l'assicurazione contro gli infortuni sul lavoro. la collocazione di apparecchiature a RM con valore di campo statico di induzione magnetica superiore a 4 tesla è consentita presso grandi complessi di ricerca e studio ad alto livello scientifico (università ed enti diricerca, policlinici,- istituti di ricovero e cura a carattere scientifico), ai fini della validazione clinica di metodologie di RM innovative. La domanda di autorizzazione deve essere corredata della documentazione relativa al progetto di ricerca scientifica o clinica programmata, da cui risultino le motivazioni che rendono necessario l'uso di campi magnetici superiori a 4 tesla. L'autorizzazione ha validità di cinque anni e può essere rinnovata.

256-*quarter*. Il Ministro della salute, con regolamento adottato ai sensi dell'articolo 17, comma 3, della legge 23 agosto 1988, n. 400, sentita la Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le regioni e le province autonome di Trento e di Bolzano, nel rispetto delle disposizioni previste dal decreto legislativo 24 febbraio 1997, n. 46, di attuazione della direttiva 93/42/CEE d1 Consiglio, del 14 giugno 1993, disciplina le modalità per l'installazione, l'utilizzo e la gestione delle apparecchiature a RM di cui ai commi 56-*bis* e 256-*ter*, da parte delle strutture sanitarie, assicurando l'adegua mento allo sviluppo tecnologico e all'evoluzione delle conoscenze scientifiche, con particolare riferimento alla sicurezza d'uso e alle indicazioni cliniche dei dispositivi medici in relazione all'intensità del campo magnetico statico espressa in tesla.

256-*quinques*. Dall'attuazione delle disposizioni di cui ai commi 25-*bis*, 256-*ter* e 256-*quarter* non devono derivare nuovi o maggiori oneri per la finanza pubblica. le amministrazioni interessate provvedono all'adempimento dei compiti con le risorse umane, strumentali e finanziarie disponibili a legislazione vigente».

Conseguentemente l'articolo 4, comma 2, l'articolo 5, comma 1, e l'articolo 6, commi 1, 2, lettera a)*, 3, lettera* f)*, e 4, del regolamento di cui al decreto del Presidente della Repubblica 8 agosto 1994, n. 542, sono abrogati.*

2.1599

LIUZZI

Dopo il comma 257 aggiungere i seguenti:

«257-*bis*. Per le finalità di cui all'articolo VI del decreto legislativo 17 agosto 1999, n. 368, e successive modificazioni, fermo restando quanto già previsto dall'articolo 15 del decreto legge 24 giugno 2014 n. 90, convertito con modificazioni dalla legge 11 agosto 2014, n. 114, è autorizzata l'ulteriore spesa di 15 milioni di euro per l'anno 2014, di 30 milioni di euro per l'anno 2015, e di 5 milioni di euro per l'anno 2016. Al relativo onere si provvede, per l'anno 2014, con una quota delle entrate di cui all'articolo 7, comma 39 del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, nonché una quota parte delle risorse di cui all'articolo 28, comma 3 della presente legge, per un importo complessivo pari a 15 milioni di euro che resta acquisita all'erario, per l'anno 2015 mediante corrispondente riduzione del Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10 comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307 e per l'anno 2016 mediante ulteriore riduzione per euro 5 milioni del fondo di cui all'articolo 5, comma 1, lettera *a)* della legge 24 dicembre 1993, n. 537.

257-*ter*. Il Ministro dell'Economia e delle finanze con proprio decreto è autorizzato ad apportare le conseguenti varioni di bilancio, se necessario, ulteriori e più idonee forme di copertura finanziaria».

2.1600

SIMEONI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Dopo il comma 257 inserire il seguente:

«257-*bis*. In materia di assistenza protesica, su proposta del Ministro della salute, sentito il parere

della Conferenza Stato-Regioni, si provvede alla modifica di quanto previsto dal regolamento di cui al decreto del Ministro della sanità 27 agosto 1999, n. 332, tenendo in particolare considerazione l'innovazione tecnologica intervenuta nell'ambito delle protesi, ortesi ed ausili e nell'ambito relative tecniche abilitative. Su proposta del Ministro della salute, sentito il parere della Conferenza Stato-Regioni, si provvede entro 180 giorni dalla pubblicazione della presente legge, all'istituzione del repertorio dei presìdi protesici ed ortesici eroga bili a carico del Servizio sanitario nazionale, quale strumento di riferimento dei servizi di riabilitazione, di trasparenza e di controllo qualitativo e quantitativo della relativa Spesa a carico del Servizio sanitario nazionale e degli eventuali programmi regionali».

Conseguentemente, alla Tabella A, Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 10.000.000;
2016: ? 10.000.000;
2017: ? 10.000.000.

2.1601

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI

Dopo il comma 257, inserire il seguente:

«257-*bis.* Per consentire il proseguo dell'erogazione della terapia salvavita denominata "adroterapia" da parte del Centro nazionale di adroterapia oncologica (CNAO), è autorizzata la spesa di euro 15 milioni per l'anno 2015, euro 10 milioni per l'anno 2016 ed euro 10 milioni per l'anno 2017.»

Conseguentemente Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 15.000.000;
2016: ? 10.000.000;
2017: ? 10.000.000.

2.1602

ORELLANA, MAURIZIO ROMANI, ANITORI, SCAVONE, SCALIA, D'ADDA, SCILIPOTI ISGRÒ, BATTISTA, MASTRANGELI, BIGNAMI, GAMBARO, PUPPATO, LANIECE, DE PIETRO, PAGLIARI, MICHELONI, MUSSINI, URAS

Dopo il comma 257, inserire il seguente:

«257-*bis*. Per consentire il proseguo dell'erogazione della terapia salvavita denominata «adroterapia" da parte del Centro nazionale di adroterapia oncologica (CNAO), è autorizzata la spesa di euro 15 milioni per l'anno 2015, euro 10 milioni per l'anno 2016 ed euro 10 milioni per l'anno 2017».

Conseguentemente alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 15.000.000;
2016: ? 10.000.000;
2017: ? 10.000.000.

2.1603

SCAVONE

Dopo il comma 257, aggiungere il seguente:

«257-*bis*. Ai fini della riduzione della spesa sanitaria sono ammesse alternative terapeutiche alle proposte di HTA dell'AIFA, ivi compreso il parto in casa, autorizzate dalla ASL territorialmente competente previa presentazione da parte dell'assistito di un percorso di cura predisposto e sottoscritto dal medico curante e accompagnato da preventivo di spesa di importo inferiore».

2.1604

MILO, D'AMBROSIO LETTIERI

Dopo il comma 258, aggiungere i seguenti:

«258-*bis*. All'art. 13 della legge 2 aprile 1968, n. 475, al comma 1, dopo le parole *di ruolo" aggiungere le parole "a tempo pieno" e al comma 2 dopo la parola "dipendente" aggiungere le parole "a tempo pieno".*

258-*ter*. All'art. 8, comma 1, lettera *c)* della legge 8 novembre 1991, n. 362 dopò le parole "rapporto di lavoro" aggiungere le seguenti "a tempo pieno"».

2.1605

D'AMBROSIO LETTIERI

Dopo il comma 258, aggiungere il seguente:

«258-*bis*. Limitatamente al decorso del periodo di dieci anni di cui all'art. 11 comma 7 del decreto legge 24 gennaio 2012, n. 1 convertito con modificazioni dalla legge 24/3/2012, n. 27, si applica il disposto di cui all'art. 13 della legge 2 Aprile 1968 n. 474 in sostituzione all'art. 8 comma 1 lettera *b)* e lettera *c)* della legge 8 novembre 1991, n. 362.

2.1606

D'AMBROSIO LETTIERI

Dopo il comma 258, aggiungere il seguente:

«258-*bis*. Limitatamente al decorso del periodo di dieci anni di cui all'articolo 11 comma 7 del decreto legge 24 gennaio 2012, n. 1 convertito con modificazioni dalla legge 24/3/2012, n. 27, non si applicano i disposti di cui all'articolo 13 della legge 2 Aprile 1968 n. 474 e all'articolo 8 comma 1 lettera *b* e lettera *c)* della legge 8 novembre 1991, n.362».

2.1607

MANDELLI, D'AMBROSIO LETTIERI

Dopo il comma 259, aggiungere il seguente:

«259-*bis*. A decorrere dall'anno accademico 2015-2016, il trattamento contrattuale di formazione specialistica di cui all'articolo 37 del decreto legislativo 17 agosto 1999, n. 368 e successive modificazioni è applicato, per la durata legale del corso, ai farmacisti iscritti alle scuole di specializzazione di cui al decreto del Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca 1º agosto 2005, recante "Riassetto delle Scuole di specializzazione di area sanitaria", nonché ai veterinari iscritti alle scuole di specializzazione di cui al decreto ministeriale 27 gennaio 2006, recante "Riassetto delle Scuole di specializzazione di area Veterinaria".

259-*ter*. li Ministero dell'economia e delle finanze ? Amministrazione autonoma dei monopoli di Stato, con propri decreti dirigenziali in materia di giochi pubblici, da adottare entro il 31 dicembre 2015, provvede a modificare la misura del prelievo erariale unico, la percentuale dell'ammontare complessivo delle giocate destinate a montepremi, nonché la percentuale del compenso per le attività di gestione ovvero per quella dei punti vendita, al fime di assicurare maggiori entrate in misura non inferiore a 100 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015».

2.1608

MANDELLI, D'AMBROSIO LETTIERI

Dopo il comma 259, aggiungere,il seguente:

«259-*bis*. L'attività in qualunque forma svolta presso le farmacie aperte al pubblico dagli iscritti all'albo dei farmacisti è valida ai fini della pratica professionale di cui al comma 8 dell'articolo 12 della L. 2 aprile 1968, n. 475».

2.1609

D'AMBROSIO LETTIERI, MANDELLI

Dopo il comma 259, aggiungere il seguente:

«259-*bis*. Il comma 8 dell'articolo 12 della L. 2 aprile 1968, n. 475 è abrogato e al comma 2 dell'articolo 7 della L. 8 novembre 1991, n. 362 sopprimere le parole "in possesso del requisito dell'idoneità previsto dall'articolo 12 della legge 2 aprile 1968, n. 475 e successive"».

2.1610

MANDELLI

Dopo il comma 259, aggiungere il seguente:

«259-*bis*. Il numero dei revisori dei conti nelle aziende ospedaliere e nelle aziende sanitarie locali, è di tre effettivi e due supplenti. I revisori dei conti sono nominati dalla Regione, La presente disposizione rappresenta principio di coordinamento della finanza pubblica».

2.1611

SCAVONE

Dopo il comma 259, inserire il seguente:

«259-*bis*. AI fine di assicurare maggiori entrate pari a 8 milioni di euro per ciascuno degli anni dal 2015 al 2017, le tariffe a carico delle aziende titolari per il rilascio dei provvedimenti di rinnovo dell'autorizzazione all'immissione in commercio dei medicinali omeopatici di cui all'articolo 20 del decreto legislativo 24 aprile 2006, n. 219 ammontano ad euro 800 per i medicinali unitari, indipendentemente dalle diluizioni e dalla forma farmaceutica, e ad euro 1.200 per i medicinali complessi, indipendentemente dal numero dei componenti e dalla forma farmaceutica. Entro il 31 marzo 2015, l'Agenzia Italiana del Farmaco adotta le linee guida per la presentazione della documentazione finalizzata al rinnovo dei medicinali di cui al precedente periodo secondo modalità semplificate, tenuto conto che la documentazione di cui ai moduli 4 e 5 della Parte I dell'Allegato I al decreto legislativo 24 aprile 2006, n. 219 è presentata in forma autocertificativa. Dalla pubblicazione in Gazzetta Ufficiale delle suddette linee guida e fino al 31 dicembre 2017, le aziende titolari provvedono ad espletare gli adempimenti istruttori ivi individuati. Conseguentemente, il termine di cui all'articolo 6, comma 8-*undecies* del decreto-legge 28 dicembre 2006, n. 300, convertito, con modificazioni, dalla legge 26 febbraio 2007, n. 17, è prorogato al 31 dicembre 2017».

2.1612

MANDELLI, SERAFINI

Dopo il comma 259, aggiungere il seguente:

«259-*bis*. Il comma 1-*bis*, dell'articolo 100 del decreto legislativo 24 aprile 2006, n. 219 è abrogato».

2.1613

FUCKSIA

Il comma 260 è così sostituito: «AI fine della razionalizzazione e del contenimento della spesa farmaceutica, con decreto del Ministro della salute, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, sentito il Consiglio superiore di sanità, previo parere delle competenti Commissioni parlamentari, sulla base di una proposta elaborata d'intesa con l'AIFA e con la Federazione nazionale degli ordini dei medici chirurghi e degli odontoiatri, nel rispetto dei principi e delle disposizioni europee e compatibilmente con le esigenze terapeutiche, sono individuate le modalità per un nuovo sistema di produzione e distribuzione in via sperimentale per un biennio, dei medicinali. Il decreto deve prevedere in particolare la dematerializzazione della prescrizione ovvero l'inserimento della ricetta da parte del medico direttamente nel portale dell'Ente erogatore del farmaco, in modo che le farmacie, collegate in rete, provvedano, su presentazione della tessera sanitaria, ad erogare il medicinale solo nelle dosi indicate, senza confezionamento. Con il medesimo decreto sono individuate le modalità con cui le farmacie potranno dispensare direttamente il farmaco senza il confezionamento, nonché le modalità per un monitoraggio degli obiettivi finanziari raggiunti».

2.1614

GRANAIOLA, DIRINDIN, SILVESTRO, PADUA

Al comma 260, sopprimere le parole: «in ambito o spedaliero».

2.1615

DIRINDIN, DE BIASI, GRANAIOLA, BIANCO, MATURANI, MATTESINI, PADUA, SILVESTRO, VALDINOSI, FAVERO, AMATI, BORIOLI, CARDINALI, CUCCA, D'ADDA, DALLA ZUANNA, DEL BARBA, FASIOLO, ELENA FERRARA, FORNARO, GIACOBBE, IDEM, LAI, LO MORO, MANASSERO, PAGLIARI, PEGORER, PEZZOPANE, PUPPATO, RICCHIUTI

Dopo il comma 261, aggiungere i seguenti:

«261-*bis*. Al fine di consentire l'immediato accesso ai nuovi medicinali per il trattamento dell'epatite C da parte dei malati che ne hanno più urgente bisogno, l'onere a carico del Servizio sanitario nazionale per l'assistenza farmaceutica territoriale di cui all'articolo 5 del decreto-legge 10 ottobre 2007, n. 159, convertito, con modificazioni, dalla legge 29 novembre 2007, n. 222, è rideterminato, limitatamente all'anno 2015, nella misura dell'11,50 per cento, al netto degli importi corrisposti dal cittadino per l'acquisto di farmaci ad un prezzo maggiore del prezzo massimo di rimborso stabilito dall'Agenzia italiana del farmaco. La predetta Agenzia individua, in base alla popolazione residente in ciascun ambito territoriale, la quota di farmaci acquistabile da ogni regione e provincia autonoma per ciascuno degli scaglioni di prezzo stabiliti in sede di negoziazione effettuata dall'AIFA ai sensi dell'articolo 48, comma 33, del decreto-legge 30 settembre 2003, n. 269, convertito, con modificazioni, dalla legge 24 novembre 2003, n. 326. Le regioni e le province autonome acquistano e rendono disponibili senza ritardo i quantitativi di medicinali previsti nelle rispettive quote.

261-*ter*. Ai maggiori oneri derivanti dall'applicazione delle disposizioni del comma 261-*bis*, pari a 165 milioni di euro per l'anno 2015, si provvede quanto:

a) a 65 milioni di euro, mediante risparmi che ciascuna regione e provincia autonoma è tenuta a conseguire, in misura tale da evitare lo sfondamento del tetto dell'11,50 per cento; ciascuna regione e provincia autonoma è tenuta a comunicare al Ministero dell'economia e delle finanze ? Ragioneria generale dello Stato, entro il 30 aprile 2015, le decisioni a tal fine adottate; qualora il Ministero predetto, dopo verifica, comunichi alla regione o alla provincia autonoma che le decisioni dal,la stessa assunte non sono sufficienti a conseguire il risparmio previsto, la regione o provincia autonoma interessata è tenuta ad adottare altri idonei provvedimenti, da sottoporre a verifica di congruità da parte dello stesso Ministero.»;

b) a 100 milioni di euro mediante la seguente disposizione:

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 100.000.000;

2016: ?;

2017: ?.

2.1616

DIRINDIN, DE BIASI, GRANAIOLA, BIANCO, MATURANI, MATTESINI, PADUA, SILVESTRO, VALDINOSI, FAVERO, AMATI, BORIOLI, CARDINALI, CUCCA, D'ADDA, DALLA ZUANNA, DEL BARBA, FASIOLO, ELENA FERRARA, FORNARO, GIACOBBE, IDEM, LAI, LO MORO, MANASSERO, PAGLIARI, PEGORER, PEZZOPANE, PUPPATO, RICCHIUTI

Dopo il comma 261, aggiungere il seguenti:

«261-*bis*. Al fine di consentire l'immediato accesso ai nuovi medicinali per il trattamento dell'epatite C da parte dei malati che ne hanno più urgente bisogno, l'Agenzia italiana del farmaco individua, in base alla popolazione residente in ciascun ambito territoriale, la quota di farmaci acquistabile da ogni regione e provincia autonoma per ciascuno degli scaglioni di prezzo stabiliti in sede di negoziazione effettuata dall'AIFA ai sensi dell'articolo 48, comma 33, del decreto-legge 30 settembre 2003, n. 269, convertito, con modificazioni, dalla legge 24 novembre 2003, n. 326. Le regioni e le province autonome acquistano e rendono disponibili senza ritardo i quantitativi di medicinali previsti nelle rispettive quote.

261-*ter*. Entro il 30 giugno 2015 l'AIFA, anche sulla base dei dati di consumo e di costo dei medicinali di cui al comma 261-*bis*, relativi al primo quadrimestre del 2015, propone al Ministro della salute interventi di modifica o integrazione della disciplina prevista dal decreto-legge 1º ottobre 2007, n. 159, convertito, con modificazioni, dalla legge 29 novembre 2007, n. 222 e dal decreto-legge 15 maggio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, diretti a garantire

la sostenibilità per il Servizio sanitario nazionale della spesa farmaceutica territoriale e ospedaliera, con modalità che impegnino tutte le regioni e le province autonome a garantire l'accesso ai farmaci innovativi con un favorevole rapporto costo-efficacia e che non facciano ricadere esclusivamente sui produttori dei medicinali non innovativi l'onere del ripiano dello sforamento del tetto di spesa nazionale determinato dal costo dei farmaci innovativi».

2.1617

DIRINDIN, DE BIASI, BIANCO, MATURANI, SILVESTRO, VALDINOSI, PADUA, TOCCI

Dopo il comma 261, aggiungere il seguente:

«261-*bis*. Per gli anni 2015, 2016, 2017, l'Istituto Superiore di Sanità, fermo restando il reclutamento previsto dall'articolo 4 della legge n. 125 del 2013, nonché il regime assunzionale ordinario vigente, procede a un piano straordinario di assunzioni a tempo indeterminato, nel limite massimo di 18 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016, 2017, in deroga ai vincoli assunzionali relativi alla dotazione organica dell'ente, su istanza dell'interessato, del personale non dirigenziale secondo le seguenti modalità con l'esclusione:

a) personale in servizio al 30 novembre 2014 con contratto a tempo determinato, in possesso dei requisiti di cui all'articolo l, commi 519 e 558, della legge 27 dicembre 2006, n. 296, e all'articolo 3, comma 90, della legge 24 dicembre 2007, n. 244;

b) personale in servizio, al 30 novembre 2014, a tempo determinato che abbia maturato, alla data di entrata in vigore della presente legge, almeno tre anni di servizio anche non continuativi negli ultimi cinque anni, purché sia stato assunto mediante procedure selettive di natura concorsuaIe o previste da norme di legge.

261-*ter*. Fermo restando il requisito dei tre anni di servizio, anche non continuativi, negli ultimi cinque anni, al personale in servizio al 30 novembre 2014 assunto a tempo determinato con procedure diverse da quelle di natura concorsuale si provvede, previa ricognizione del fabbisogno di risorse professionali, attraverso l'espletamento di prove selettive di tipo concorsuale. Il periodo di servizio maturato presso l'Istituto di cui al presente comma è calcolato al netto dei servizi prestati presso gli uffici di diretta collaborazione degli organi politici.

261-*quater*. L'Istituto Superiore di Sanità, sentite le organizzazioni sindacali, predispone i criteri per la progressiva attuazione del piano straordinario 2015-2017. Nelle more della conclusione delle procedure di cui al piano straordinario, l'Istituto continua ad avvalersi del personale di cui ai commi 261-*bis* e 261-*ter*».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 18.000.000;
2016: ? 18.000.000;
2017: ? 18.000.000.

2.1618

DE BIASI, BIANCO, MATURANI, DIRINDIN, SILVESTRO

Dopo il comma 261, aggiungere il seguente: .

«261-*bis*. L'Istituto superiore di sanità è autorizzato in via straordinaria a procedere, a decorrere dal 1º gennaio 2015, alle assunzioni con la procedura di cui all'articolo 4, comma 6, del decreto-legge 31 agosto 2013, n. 101, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 ottobre 2013, n. 125, per titoli ed esami, per assunzioni a tempo indeterminato di personale non dirigenziale riservate esclusivamente a coloro che alla data di pubblicazione della presente legge hanno maturato, negli ultimi sette anni, almeno tre anni di servizio con contratto di lavoro subordinato a tempo determinato alle dipendenze dell'amministrazione che emana il bando, con esclusione, in ogni caso, dei servizi prestati presso uffici di diretta collaborazione degli organi politici.»

Conseguentemente,

a) all'articolo 2, comma 225, ridurre gli importi per gli anni 2015 e 2016 di 22 milioni per ciascun anno;

b) alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ?;

2016: ?;

2017: ? 22.000.000.

2.1619

DIRINDIN, DE BIASI, MATURANI, BIANCO, GRANAIOLA, MATTESINI, PADUA, SILVESTRO, VALDINOSI, FAVERO

Al comma 262, primo periodo, sostituire le parole: «personale medico e paramedico»con le seguenti «personale medico e delle professioni sanitarie».

2.1620

SILVESTRO

Al comma 262, sostituire la parola: «paramedico» *con la seguente:* «infermieristico».

2.1621

DIRINDIN, DE BIASI, MATURANI, BIANCO, GRANAIOLA, MATTESINI, PADUA, SILVESTRO, VALDINOSI, FAVERO

Al comma 262, ultimo periodo, sopprimere le parole «del continente africano attualmente».

2.1622

BONFRISCO

Dopo il comma 263 inserire i seguenti:

«263-*bis*. La responsabilità civile per danni a persone causate dal personale sanitario medico e non medico, occorsi in una struttura sanitaria pubblica, privata accreditata e privata, è sempre a carico della struttura stessa. La responsabilità riguarda tutte le prestazioni erogate dalle strutture sanitarie pubbliche e private accreditate, ivi incluse le attività ambulatoriali e diagnostiche e le attività intramoenia. Fanno eccezione quelle escluse totalmente dai livelli essenziali di assistenza di cui all'allegato 2 del decreto del Presidente del Consiglio dei ministri 29 novembre 2001, pubblicato nel supplemento ordinario alla *Gazzetta Ufficiale* n. 33 dell'8 febbraio 2002 e successive modificazioni o integrazioni. La responsabilità riguarda inoltre tutte le prestazioni fornite dalle strutture sanitarie private. La struttura sanitaria. avvia azione disciplinare contro i dipendenti responsabili del danno qualora il fatto sia stato commesso con dolo o in caso di colpa grave. per imperizia e negligenza con sentenza passata in giudicato. In caso di dolo riconosciuto con sentenza passata in giudicato, qualora abbia risarcito il danno, la struttura sanitaria avvia azione di rivalsa nei confronti dei sanitari responsabili nei modi e nei limiti previsti dagli specifici commi. Analoga azione disciplinare e di rivalsa può essere avviata in caso di colpa grave indotta da assunzione di alcool e sostanze stupefacenti, accertata da sentenza passata in giudicato. L'ammontare, fissato in modo equitativo, è recuperato attraverso trattenute sullo stipendio, nella misura massima del quinto, per un periodo comunque non superiore a cinque anni.

263-*ter*. I trattamenti medico-chirurgici adeguati alle finalità terapeutiche ed eseguiti secondo le regole dell'arte e nel rispetto della normativa vigente in materia, da un esercente una professione medico-chirurgica o da altra persona legalmente autorizzata allo scopo di prevenire, diagnosticare, curare o alleviare una malattia del corpo o della mente, non si considerano offese all'integrità fisica.

263-*quater*. È fatto obbligo a ciascuna struttura sanitaria che eroga prestazioni sanitarie di dotarsi di copertura assicurativa per responsabilità civile verso terzi (RCT) e per responsabilità civile verso prestatori d'opera (RCO), a vantaggio dei propri dipendenti e collaboratori, del personale tutto, a qualunque titolo operante, e di qualsiasi soggetto che si sottoponga a prestazioni sanitarie o si trovi, a qualunque titolo, a frequentare quegli ambiti. Il massimale minimo per le garanzie è fissato con cadenza biennale, previa intesa da stipularsi in sede di Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le regioni e le province autonome di Trento e Bolzano, entro sei mesi dall'entrata in vigore della presente legge. Le regioni e le province autonome di Trento e di Bolzano provvedono ad adottare entro dodici mesi dalla stipula dell'intesa di cui sopra, linee guida per l'applicazione dell'Obbligo di stipula

di polizza assicurativa RTC-RCO per le aziende, le strutture e gli enti, stabilendo i criteri per la determinazione dei limiti massimali, con riferimento alla tipologia della struttura sanitaria. La stipula e la vigenza della polizza assicurativa è condizione per l'accreditamento o la convenzione di enti o strutture private e per il finanziamento dell'attività di istituto per le aziende sanitarie del SSN. L'assicuratore non può opporre al terzo eccezioni di carattere contrattuale, tranne che si tratti di mancato versamento del premio; in tale ipotesi, si applicano le disposizioni di cui all'articolo 1901 del codice civile. La Compagnia Assicurativa ha l'obbligo del rinnovo della polizza ed il premio, anche in caso di pregressa sinistrosità, non può in alcun modo superare il 5 per cento del premio dell'anno precedente. Per effetto del ricorso a prestazioni sanitarie presso strutture sanitarie, si instaura tra il soggetto richiedente e la struttura sanitaria erogante un rapporto di carattere contrattuale. Oggetto della garanzia assicurativa è il risarcimento del danno che, per effetto di inadempimento o di altro comportamento, di natura colposa, sia derivato al terzo per fatto comunque riconducibile alla responsabilità delle strutture sanitarie. La garanzia assicurativa ricomprende altresì li risarcimento del danno o l'indennizzo che spetta allo Stato, all'ente territoriale di riferimento, alla struttura sanitaria privata, limitatamente al rapporto di accreditamento o convenzione, per fatto colposo del dipendente che determini un pregiudizio di natura patrimoniale. La garanzia assicurativa RCO vale per i soggetti che, a qualunque titolo, svolgano attività lavorativa presso le strutture sanitarie e per i quali sia prevista l'obbligatoria iscrizione all'assicurazione INAIL, a prescindere dal fatto che la stessa sia stata effettivamente svolta. Sono espressamente ricompresi nella medesima garanzia assicurativa i soggetti che, a titolo precario e senza corrispettivo, frequentino, anche occasionalmente, gli ambiti suddetti a meri fini di apprendimento purché siano stati formalmente autorizzati dalle competenti Direzioni delle Aziende ed Istituzioni. La garanzia assicurativa RCT-RCO è obbligatoriamente estesa alla responsabilità personale del singolo operatore operante presso le strutture sanitarie. Ai fini della stipula della delle polizze assicurative, le strutture sanitarie, pubbliche e private, devono obbligatoriamente dimostrare di possedere la certificazione, da parte dei servizi di ingegneria clinica e fisica sanitaria, di corrispondenza normativa e manutentiva delle apparecchiature tecnologiche.

263-*quinquies*. Il danneggiato a seguito di prestazioni sanitarie ricevute in strutture per le quali vi è l'obbligo dell'assicurazione obbligatoria, ha azione diretta per il risarcimento del danno nei confronti dell'assicuratore, entro i limiti delle somme per le quali è stata stipulata l'assicurazione. La domanda di risarcimento, inviata tramite raccomandata con avviso di ricevimento, deve essere corredata da idonea documentazione medica. L'assicuratore, entro novanta giorni dalla data di ricevimento della domanda di risarcimento di cui al comma 2, sentita la struttura sanitaria coinvolta, comunica al danneggiato la misura della somma offerta, ovvero indica i motivi per i quali non ritiene di fare alcuna offerta; nello stesso periodo di tempo il danneggiato è tenuto ad acconsentire agli accertamenti, ai controlli e alle verifiche che si rendano necessari. In caso di postumi non ancora consolidati la richiesta e l'offerta possono avere carattere provvisorio. L'offerta definitiva deve essere comunicata entro novanta giorni dalla data in cui il danneggiato informa la parte assicuratrice riguardo il consolidamento dei postumi. Se il danneggiato

dichiara di accettare la somma offertagli, l'assicuratore deve provvedere al pagamento entro venti giorni dal ricevimento per iscritto dell'accettazione, e si pone fine ad ogni ulteriore pretesa risarcitoria. Qualora la somma offerta sia inferiore a quella richiesta, e il danneggiato non si dichiari soddisfatto del risarcimento, l'impresa deve comunque corrispondere i due terzi di tale somma entro venti giorni dal ricevimento per iscritto dell'accettazione. Tale somma verrà imputata nella liquidazione definitiva del danno.

263-*sexies*. Il danneggiato o gli aventi diritto al risarcimento che intendano proporre dinanzi al giudice civile la domanda di risarcimento, devono promuovere, a pena di improcedibilità, un tentativo di conciliazione tra le parti secondo le regole di cui alle successive disposizioni. Il danneggiato o gli aventi diritto al risarcimento devono inviare all'impresa di assicurazione una richiesta di risarcimento contenente:

a) la indicazione del codice fiscale;

b) la descrizione delle circostanze nelle quali si è verificato l'evento dannoso;

c) l'indicazione dell'età, attività e reddito del danneggiato;

d) l'attestazione medica dello stato di salute del danneggiato con indicazione delle lesioni riportate e la quantificazione del danno richiesto;

e) l'attestazione medica di avvenuta guarigione con o senza postumi permanenti, ovvero, lo stato di famiglia della vittima, in caso di avvenuto decesso.

Nel caso in cui la richiesta formulata dal danneggiato o dagli aventi diritto al risarcimento manchi di uno degli elementi di cui sopra, l'impresa di assicurazione, entro il termine di venti giorni dal ricevimento, indica al richiedente le necessarie integrazioni, invitandolo a effettuarle nel termine di trenta giorni. L'impresa di assicurazione, entro sessanta giorni dal ricevimento della richiesta di risarcimento completa deL requisiti prescritti, invia al danneggiato o agli aventi diritto una comunicazione con la quale formula una congrua offerta per il risarcimento ovvero indica in modo specifico i motivi per i quali non ritiene di fare alcuna offerta. Durante la pendenza del termine di cui al comma precedente, il danneggiato o gli aventi diritto non possono rifiutare gli accertamenti che si rendano necessari al fine di consentire all'impresa di assicurazione la valutazione dei danni lamentati. Se il danneggiato o gli aventi diritto al risarcimento, entro il termine di trenta giorni dal ricevimento della comunicazione di cui sopra, dichiarano di accettare la somma loro offerta, l'impresa di assicurazione provvede al pagamento entro trenta giorni dal ricevimento dell'accettazione;'in caso contrario, il tentativo di conciliazione deve intendersi definitivamente fallito. Tutte le comunicazioni previste nel presente I articolato devono farsi, a pena di nullità, a mezzo lettera raccomandata con avviso dì ricevimento. L'intervenuta conciliazione preclude la proposizione di querela o, se vi è stata, vale come remissione della querela. La mancata conciliazione conseguente alla condotta delle parti contraria a buona fede è valutata dal giudice, sia ai sensi dell'articolo 116 secondo comma del codice di procedura civile, sia ai fini della determinazione e imputazione delle spese di lite, ai sensi dell'articolo 91 del codice di procedura civile. 263-septies. Le Regioni e le Province autonome possono istituire un apposito fondo di garanzia per la responsabilità civile del personale di tutte le

strutture sanitarie ubicate sul territorio regionale, sostitutivo delle polizze assicurative, attribuendo al fondo direttamente le risorse finanziarie necessarie. Le polizze assicurative in vigore cessano alla scadenza e comunque non oltre due anni dall'istituzione del fondo di garanzia. I contenuti minimi della garanzia per responsabilità civile, previsti dalle polizze assicurative e della gestione del fondo di garanzia, sono definiti con apposito accordo quadro regionale da stipulare con le organizzazioni sindacali del personale sanitario firmatarie dei contratti collettivi nazionali di lavoro sentite le Associazioni civiche di tutela del diritto alla salute. Le Regioni e le Province autonome possono istituire un fondo di solidarietà sociale per il risarcimento delle vittime da alea terapeutica (FAT). Il FAT si pone come garanzia nel caso di gravi sinistri da patologie a rischio indicate ogni biennio con decreto del Ministro del lavoro, della salute e delle politiche sociali, su indicazione delle società scientifiche interessate, secondo le tabelle di risarcimento del tribunale locale, per l'indennizzo ai pazienti peri danni sofferti non riconducibili a responsabilità professionale del personale sanitario o dell'azienda. Le Regioni e le Province Autonome, qualora appaia documentato un risparmio tra premi assicurativi versati ed indennizzi erogati, da tutte le strutture sanitarie pubbliche e private convenzionate della regione o della Provincia Autonoma stessa, valutati nel triennio precedente, possono altresì costituire un proprio Fondo Assicurativo ad hoc I obbligatorio per le Strutture Sanitarie pubbliche e private convenzionate.

263-*octies*. Il diritto al risarcimento dei danni da attività sanitaria, per i quali vige l'obbligo dell'assicurazione, si prescrive nel termine di cinque anni a decorrere dal momento della conoscenza del danno. Per conoscenza del danno si intende la consapevole presa di coscienza delle conseguenze dannose e in ogni caso del loro consolidamento, verificatesi nella sfera fisica o psichica del paziente. La prescrizione è sospesa:

a) per il tempo occorso ad ottenere informazioni e relativa documentazione in modo completo e dettagliato, ai sensi dell'articolo 13, anche oltre il termine ivi previsto;

b) per la durata della procedura conciliativa instaurata ai sensi dell'articolo 5.

263-*nonies*. Nei processi in materia di responsabilità medica il giudice si avvale di un collegio di periti composto da un medico chirurgo specializzato in medicina legale e da uno o più specialisti nelle specifiche materie oggetto dell'indagine giudiziaria, da scegliere tra gli iscritti in elenchi regionali appositamente forniti dalle singole società scientifico-professionali di appartenenza, da aggiornare almeno ogni cinque anni. Uno o più periti devono avere avuto esperienza in casi simili a quello oggetto dell'indagine giudiziaria. 263-*decise*. Ciascuna struttura sanitaria individua, all'interno della propria organizzazione o con il ricorso a soggetti esterni specialisti della materia, una struttura, semplice o complessa e che afferisca comunque alla struttura di Direzione Sanitaria Aziendale ed il cui responsabile sia dipendente dell'Azienda Sanitaria di competenza, di gestione del rischio clinico che includa competenze di medicina legale, ingegneria clinica e fisica sanitaria, alla quale compete, salvo integrazioni da definirsi dalle regioni o dalle province autonome di Trento e di Bolzano e salvo il potere organizzativo delle singole aziende:

a) di definire le procedure di cui alla presente legge anche attraverso arbitrati;

b) di individuare, anche in contraddittorio con gli organi di prevenzione interni quali indicati dalle vigenti disposizioni in materia di sicurezza e salute dei lavoratori, le situazioni e le prestazioni sanitarie potenzialmente rischiose, anche sotto il profilo dell'organizzazione del lavoro, indicando le soluzioni da adottare per il loro superamento;

c) di interagire con i soggetti coinvolti e con l'assicuratore ogniqualvolta si verifichi un fatto che importi l'attivazione della copertura assicurativa obbligatoria;

d) di costituire organo di consulenza in materia assicurativa, di analisi del rischio e di adozione di presidi o procedure per il suo superamento a vantaggio delle strutture sanitarie e di quanti, nel loro ambito, siano dotati di poteri decisionali;

e) di garantire l'uso sicuro ed efficiente dei dispositivi medici costituiti da apparecchi e impianti, per le procedure di accettazione, ivi compreso il collaudo, la manutenzione preventiva e correttiva, le verifiche periodiche di sicurezza, funzionalità e qualità secondo lo stato dell'arte.

263-*undecies*. Entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, ciascuna regione provvede allo sviluppo di un prototipo di cartella clinica digitale multimediale che consenta la condivisione delle informazioni cliniche a più livelli tra ospedale e territorio, adottando allo scopo tecnologie innovative di sistema e di rete, nonché alla realizzazione di. un sistema integrato per la gestione informatizzata delle tradizionali cartelle cliniche cartacee e la successiva loro archiviazione, al fine di renderne rapide ed efficienti la consultazione e la duplicazione».

2.1623

GUALDANI, CHIAVAROLI

Al comma 263, sono aggiunti i seguenti:

«263-*bis*. Al fine di consentire il corretto svolgimento delle ulteriori funzioni attribuite all'Agenzia Italiana del farmaco nonché di adeguare il numero dei dipendenti agli *standard* delle altre agenzie regolatorie europee, la dotazione organica dell'Agenzia è determinata nel numero di 630 unità.

263-*ter*. Nel triennio 2015-2017, nel rispetto della programmazione triennale del fabbisogno e previo espletamento della procedura di cui all'articolo 35, comma 4, del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165, e successive modificazioni, al fine di favorire una maggiore e più ampia valorizzazione della professionalità acquisita dal personale con contratto di lavoro a tempo determinato stipulato ai sensi dell'articolo 48, comma 7, del decreto-legge 30 settembre 2003, n. 269, convertito, con modificazioni, con legge 24 novembre 2003, n. 326, l'Agenzia Italiana del farmaco può bandire, nel limite dei posti disponibili nella propria dotazione organica, procedure concorsuali, per titoli ed esami, per assunzioni a tempo indeterminato di personale, con una riserva di posti non superiore al 50 per cento per il personale non di ruolo che, alla data di entrata in vigore della presente legge, presti servizio, a qualunque titolo e da almeno sei mesi, presso la stessa Agenzia. Le procedure finalizzate alle assunzioni di cui al precedente periodo sono effettuate in modo da garantire l'assunzione, negli anni 2015, 2016 e 2017, di non più di 80 unità per ciascun anno, e comunque nei limiti della dotazione

organica di cui al comma 1. L'Agenzia italiana del farmaco può prorogare, fino al completamento delle procedure concorsuali di cui al presente articolo e comunque non oltre il 31 dicembre 2016, in relazione al proprio effettivo fabbisogno, nel rispetto dei vincoli finanziari previsti dalla normativa vigente, i contratti di lavoro a tempo determinato in essere alla data dello gennaio 2015.

263-*quater*. All'onere derivante dall'attuazione dei commi 1 e 2, quantificato in 5.500.000 euro per il 2015, in 11.000.000 euro per il 2016, e in 16.500.000 euro a decorrere dal 2017, si provvede mediante incrementi delle tariffe e dei diritti di cui, rispettivamente, all'articolo 48, comma 8, lettera *b)* , e comma 10-*bis* del decreto-legge 30 settembre 2003, n. 269, convertito, con modificazioni, dalla legge 24 novembre 2003, n. 326, e all'articolo 17, comma 10, lettera *d)*, del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, con legge 15 luglio 2011, n. 111. Tali incrementi sono integralmente devoluti al bilancio dell'AIFA e non potranno superare annualmente la somma necessaria a coprire l'onere economico annuale derivante dall'assunzione del personale di cui al comma 2. A copertura dell'onere relativo a ciascun anno di riferimento, gli incrementi sono imputati, in misura pari al 64,57 per cento, alle tariffe di cui all'articolo 48, comma 8, lettera *b)*, e comma 10-*bis* del decreto-legge 30 settembre 2003, n. 269, convertito, con modificazioni, dalla legge 24 novembre 2003, n. 326, e, in misura pari al 35,43 per cento, ai diritti di cui all'articolo 17, comma 10, lettera *d)*, del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111.

263-*quinques*. Al comma 12 dell'articolo 158 del decreto legislativo 24 aprile 2006, n. 219, e successive modificazioni, i primi due periodi sono sostituiti dai seguenti: "Le tariffe vigenti alla data dello gennaio 2015 sono aggiornate con decreto del Ministro della salute, da adottarsi entro il 30 marzo 2015, applica bile dal mese successivo alla sua entra in vigore. Con lo stesso decreto sono individuate, in misura che tiene conto delle affinità tra le prestazioni rese, le tariffe relative a prestazioni non ancora tariffate, nonché tariffe ridotte per le piccole e medie imprese, in analogia a quanto già previsto dall'articolo 17 del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, in materia di diritto annuale, applicabili alle variazioni delle AIC di carattere amministrativo ed a quelle connesse alla modifica del sito di produzione".

263-*sexies*. All'articolo 15, comma 8, del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, la lettera *i)* è sostituita dalla seguente:

"*i)* in caso di supera mento del *budget* attribuito all'azienda titolare di medicinali in possesso della qualifica di medicinali orfani ai sensi del Regolamento (CE) n. 141/2000 del Parlamento europeo e del Consiglio, del 16 dicembre 1999, che non abbiano la caratteristica di medicinali innovativi, la quota di superamento riconducibile a tali medicinali è ripartita, ai fini del ripiano, al lordo IVA, tra tutte le aziende titolari di AIC in proporzione ai rispettivi fatturati relativi ai medicinali non orfani e a quelli non innovativi coperti da brevetto se il fatturato è inferiore ai 30 milioni di euro. Se il fatturato riconducibile al singolo medicinale orfano è compreso tra 30 e 60 milioni di euro, il 60 per cento del superamento è a carico dell'azienda titolare del medesimo medicinale e la restante percentuale a carico di tutte le aziende titolari di AIC, in proporzione dei rispettivi fatturati relativi ai medicinali non orfani e a quelli non innovativi coperti da brevetto. Se il fatturato riconducibile al singolo medicinale orfano è compreso tra 60 e 90 milioni di euro, la quota di superamento è a carico dell'azienda titolare in, misura pari all'80 per cento e, per la restante percentuale, a carico di tutte le aziende titolari di AIC, in proporzione dei rispettivi fatturati relativi ai medicinali non orfani e a quelli non innovativi coperti da brevetto. Se il fatturato riconducibile al singolo medicinale orfano è superiore a 90 milioni di euro, la quota di superamento è a totale carico dell'azienda titolare del medesimo. Tali fatturati sono da riferire esclusivamente a indicazioni terapeutiche corrispondenti a malattie rare;".

263-*septies*. All'articolo 15 del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, dopo il comma 8 è inserito il seguente:

"8-*bis*. A decorrere dal 2015, la quota di ripiano a carico delle Aziende farmaceutiche per lo sforamento dei tetti di spesa determinati ai sensi dei commi 3 e 4, è calcolata sottraendo allo

sforamento del *budget* complessivo assegnato, per la spesa farmaceutica ospedaliera, ai sensi del comma 7, l'eventuale risparmio sul *budget* complessivo assegnato, per la spesa farmaceutica territoriale, ai sensi dell'articolo 5, comma 2, del decreto-legge r ottobre 2007, n. 159, convertito, con modificazioni, dalla legge, 29 novembre 2007, n. 222, e viceversa"».

2.1624

CERONI

Dopo il comma 263, aggiungere i seguenti:

«263-*bis*. Ai fini della razionalizzazione e dell'unificazione del procedimento relativo al controllo dello stato di salute dei lavoratori, dalla data di entrata in vigore della presente legge, le Pubbliche Amministrazioni, di cui al comma 2, dell'articolo 1, del decreto legislativo del 30 marzo 2001, n. 165, e successive modificazioni, richiedono gli accertamenti medico-legali per i dipendenti in malattia, in via esclusiva, alle sedi dell'Istituto Nazionale della Previdenza Sociale (INPS), che sarà l'unico soggetto ad effettuarli.

263-*ter*. Sono abrogati il comma 5-*bis* dell'articolo 17 della legge 15 luglio 2011, n. 111, ed il comma 339 della legge 27 dicembre 2013, n. 147.

263-*quater*. La dotazione degli stanziamenti, nella misura ridotta a 60 milioni di euro, rispetto ai 70 milioni attualmente erogati, di cui dall'articolo 17, comma 5, del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito con modificazioni dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, per l'effettuazione degli accertamenti medico legali dei dipendenti della Pubblica Amministrazione viene trasferita, forfettariamente, all'INPS, che non potrà utilizzarla per finalità diverse dagli accertamenti di cui al presente comma. Le Pubbliche Amministrazioni richiedono gli accertamenti di cui al comma 12-*bis* senza alcun onere a loro carico.

263-*quinquies*. Ai fini dell'attuazione dei commi da 12-*bis* l'INPS medesimo si avvale in via prioritaria, ai sensi dell'articolo 1, comma 340, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, dei medici inseriti nelle liste speciali di cui all'articolo 4, comma 10-bis, del decreto-legge 31 agosto 2013, n. 101, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 ottobre 2013, n. 125.

263-*sexies*. Con decreto del Ministro del Lavoro e delle Politiche Sociali, d'intesa con il Ministro della Semplificazione e la Pubblica Amministrazione e con il Ministro dell'Economia e delle Finanze, sentite le organizzazioni sindacali e le associazioni di categoria maggiormente rappresentative a livello nazionale, da adottare entro 90 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono definite: la tipologia del rapporto contrattuale dei medici fiscali INPS, in modo conforme con i rapporti regolati dagli accordi collettivi nazionali intrattenuti dai medici del Servizio Sanitario Nazionale convenzionati con le Aziende Sanitarie Locali, come già recepiti da INAIL ed INPS; l'esclusione di chi si trova già in quiescenza e l'incompatibilità totale con altre funzioni che prevedano il rilascio di certificati di malattia da parte di medici convenzionati o dipendenti; i requisiti ed i criteri per l'integrazione delle graduatorie provinciali nel rispetto della normativa di riferimento già vigente sulle graduatori e sulle liste speciali, in relazione alle esigenze dell'INPS, di cui all'articolo 4, comma 1, del DM 18 aprile 1996, facendo ricorso ai medici che, con rapporto libero professionale o con contratti a tempo determinato, prestano servizio di medicina fiscale presso le AASSLL ed ai medici iscritti nelle liste speciali a decorrere dal 10 gennaio 2008. Viene fatto salvo il prioritario utilizzo dei medici inseriti nelle liste speciali di cui al comma 12-*quinquies*. Fino all'adozione dei decreto di cui al presente comma continuano ad applicarsi le disposizioni di cui al decreto del Ministro del Lavoro e delle politiche Sociali dell'8 maggio 2008».

2.1625

BIANCONI, GUALDANI

Dopo il comma 263, sono inseriti i seguenti commi:

«263-*bis*. Le apparecchiature a risonanza magnetica (RM), con valore di campo statico di induzione magnetica non superiore a 4 tesla, sono soggette ad autorizzazione all'installazione da parte della regione o della provincia autonoma secondo principi di appropriatezza.

263-*ter*. Le apparecchiature a RM con valore di campo statico di induzione magnetica superiore a 4 tesla sono soggette ad autorizzazione all'installazione e all'uso da parte del Ministero della salute,

sentiti il Consiglio superiore di sanità, l'Istituto superiore di sanità e l'Istituto nazionale per l'assicurazione contro gli infortuni sul lavoro. La collocazione di apparecchiature a RM con valore di campo statico di induzione magnetica superiore a 4 tesla è consentita presso grandi complessi di ricerca e studio ad alto livello scientifico (università enti di ricerca, policlinici, istituti di ricovero e cura a carattere scientifico), ai fini della validazione clinica di metodologie di RM innovative. La domanda di autorizzazione deve essere corredata della documentazione relativa al progetto di ricerca scientifica o clinica programmata, da cui risultino le motivazioni che rendono necessario l'uso di campi magnetici superiori a 4 tesla L'autorizzazione ha validità di cinque anni e può essere rinnovata.

263-*quater*. Il Ministro della salute, con regolamento adottato ai sensi dell'articolo 17, comma 3, della legge 23 agosto 1988, n. 400, sentita la Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le regioni e le province autonome di Trento e Bolzano, nel rispetto delle disposizioni previste dal decreto legislativo 24 febbraio 1997, n. 46, di attuazione della direttiva 93/42/CEE del Consiglio, del 14 giugno 1993, disciplina le modalità per l'installazione, l'utilizzo e la gestione delle apparecchiature a RM da parte delle strutture sanitarie, assicurando l'adeguamento allo sviluppo tecnologico e all'evoluzione delle conoscenze scientifiche, con particolare riferimento alla sicurezza d'uso e alle indicazioni cliniche dei dispositivi medici in relazione all'intensità del campo magnetico statico espressa in tesla.

263-*quinquies*. Dall'attuazione delle disposizioni di cui ai commi 263-*bis*, 263-*ter*, 263-*quater* non conseguono nuovi o maggiori oneri per la finanza pubblica le amministrazioni interessate provvedono all'adempimento dei compiti con le risorse umane, strumentali e finanziarie disponibili a legislazione vigente.

263-*sexies*. Dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono abrogati l'articolo 4, comma 2, l'articolo 5, comma 1, e l'articolo 6 del decreto del Presidente della Repubblica 8 agosto 1994, n. 542».

2.1626

BIANCONI, GUALDANI

Dopo il comma 263, sono inseriti i seguenti:

«263-*bis*. Le risorse di cui all'articolo 2-*ter*, comma 3, del decreto-legge 29 mano 2004, n 81, convertito, con modificazioni, dalla legge 26 maggio 2004, n. 138, e le risorse di cui all'articolo 2, comma 307 della legge 24 dicembre 2007, n. 244, annualmente stanziate sui pertinenti capitoli dello stato di previsione del Ministero della salute, sono assegnate dal Ministero della salute direttamente al Centro nazionale trapianti per lo svolgimento delle attività di coordinamento della rete trapiantologica.

263-*ter*. Le risorse di cui all'articolo 12 del decreto legislativo 9 novembre 2007, n. 207, e all'articolo 5 del decreto legislativo 9 novembre 2007, n. 208, annualmente stanziate sui pertinenti capitoli dello stato di previsione del Ministero della salute, sono ripartite destinando 1'80 per cento alle Regioni e il restante 20 per cento al Centro nazionale sangue per le attività di coordinamento della rete trasfusionale».

2.1627

DE BIASI, RIZZOTTI, FUCKSIA, SILVESTRO, VALDINOSI, GRANAIOLA, PADUA, BIANCO, MATTESINI, ANITORI, SCAVONE, MAURIZIO ROMANI, PETRAGLIA

Dopo il comma 263, inserire i seguenti:

«263-*bis*. Al fine di garantire, in relazione alle tecniche di procreazione medicalmente assistita di tipo eterologo, la tracciabilità del percorso delle cellule riproduttive dal donatore al nato e viceversa, nonché il conteggio dei nati generati dalle cellule riproduttive di un medesimo donatore, è istituito, presso l'Istituto superiore di sanità, Centro nazionale trapianti e nell'ambito del Sistema Informativo Trapianti (STT) di cui alla legge 10 aprile .1999, n. 91, il Registrò nazionale dei donatori di cellule riproduttive a scopi di procreazione medicalmente assistita di tipo eterologo, ove sono registrati tutti i soggetti ammessi alla donazione, mediante l'attribuzione ad ogni donatore di un codice. A tal fine, le strutture sanitarie autorizzate al prelievo e al trattamento delle cellule riproduttive comunicano al Registro i dati anagrafici dei donatori; con modalità informatiche specificamente predefinite, idonee ad

assicurare l'anonimato dei donatori medesimi. Fino alla completa operatività del Registro, i predetti dati sono comunicati al Centro nazionale trapianti in modalità cartacea, salvaguardando comunque l'anonimato dei donatori.

263-*ter*. Agli oneri derivanti dal comma 263-*bis*, quantificati in euro 700.810 per l'anno 2015, e in euro 150.060 a decorrere dall'anno 2016, si provvede mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa recata dall'articolo 1, comma 1, lettera *a)*, del decreto-legge 29 marzo 2004, n. 81, convertito, con modificazioni dalla legge 26 maggio 2004, n. 138. Il Ministero dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio».

2.1628

GUALDANI, CHIAVAROLI

Dopo l'articolo 2, comma 263, aggiungere i seguenti:

«263-*bis*. AI fine di potenziare la sorveglianza e il contrasto delle malattie infettive e diffusive sul territorio, nazionale e di rafforzare i livelli dei controlli di profilassi internazionale allo scopo di salvaguardare la collettività da rischi per la salute, il Ministero della salute è autorizzato:

a) ad assumere a tempo indeterminato, anche in soprannumero, per i propri uffici periferici e per gli uffici centrali con competenze connesse alle predette materie, un contingente di sessanta dirigenti medici delle professionalità sanitarie, di cui il 25 per cento mediante procedure concorsuali, per titoli ed esami, riservate esclusivamente al personale medico in servizio presso il Ministero della salute con incarico conferito ai sensi dell'articolo 34-*bis* del decreto-legge 30 dicembre 2008, n. 207, convertito con modificazioni dalla legge 27 febbraio 2009, n. 14, e il rimanente 75 per cento mediante concorso pubblico secondo la disciplina di accesso alla dirigenza sanitaria del Servizio sanitario nazionale;

b) ad assumere a tempo indeterminato, anche in soprannumero, e fatti salvi fino a scadenza i rapporti di lavoro a tempo determinato in corso, già prorogati ai sensi dell'articolo 5, comma 4-*bis*, del decreto legislativo 6 settembre 2001, n. 368 e successive modificazioni, un contingente di sessanta assistenti di prevenzione e sanità, seconda area, fascia retributiva F2, mediante utilizzo della graduatoria finale del concorso pubblico a 32 posti di operatore tecnico del settore della prevenzione, dell'assistenza, della vigilanza e del controllo sanitario, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale*, IV Serie Speciale, n. 72 del 9 settembre 2011, ferme rimanendo le procedure di riassorbimento 'del personale in soprannumero attivate sulla base dei previgenti contingenti di personale ai sensi dell'articolo 2, comma 11, del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, e successive modificazioni.

263-*ter*. Gli oneri derivanti dal comma 263-*bis*, lettere *a)* e *b)*, sono quantificati in 4.674.420 euro per l'anno 2015 e in euro 6.203.850 euro a decorrere dal 2016. AI predetti oneri si provvede mediante riduzione dello stanziamento del fondo speciale di parte corrente, iscritto ai fini del bilancio triennale 2015-2017, nell'ambito del programma «Fondi di riserva e speciali» della missione «Fondi da ripartire» dello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze, allo scopo parzialmente utilizzando l'accantonamento relativo al Ministero della salute per gli anni 2015-2017.

263-*quater*. Il personale del Ministero della salute, inquadrato nei profili professionali di funzionario tecnico della prevenzione e di assistente di prevenzione e sanità, assunto mediante procedure concorsuali bandite entro il 31 dicembre 2011, è, nell'ambito delle proprie attività istituzionali e senza alcun effetto sul rapporto di impiego in corso, abilitato all'esercizio della professione sanitaria di tecnico della prevenzione dell'ambiente e luoghi di lavoro, di cui al decreto ministeriale 17 gennaio 1997, n. 58«.

2.1629

FLORIS

Dopo il comma 263, aggiungere i seguenti:

«263-*bis*. All'articolo 17 del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, sono apportate le seguenti modifiche:

a) al comma 5 sostituire le parole: "2013" con le seguenti: "2015" e le parole: "per un importo complessivamente non superiore a 70 milioni di euro, per le medesime finalità di cui alla lettera *a)*" con le seguenti: "per un importo complessivamente non superiore a 60 milioni di euro, ed effettuati dall'Istituto nazionale della previdenza sociale";

b) al comma 5-*bis*, le parole: "dalle Aziende Sanitarie Locali" con le seguenti: "dall'Istituto nazionale della previdenza sociale".

263-*ter*. I risparmi di spesa derivanti dall'attuazione del presente comma, sono destinati al Fondo ammortamento titoli di Stato».

2.1630

D'AMBROSIO LETTIERI, MILO, MANDELLI

Dopo il comma 263 inserire il seguente:

«263-*bis*. A decorrere dall'anno accademico 2015/2016, ai laureati appartenenti alle categorie dei veterinari, degli odontoiatri, dei farmacisti, dei biologi, dei chimici, dei fisici, degli psicologi e alle ulteriori categorie sanitarie non rientranti nell'area medica, ammessi e iscritti dal primo al quinto anno di corso delle scuole *post*-laurea di specializzazione dell'area sanitaria ai sensi del decreto del Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca 10 agosto 2005, recante "Riassetto delle Scuole di specializzazione di area sanitaria", pubblicato nel supplemento ordinario alla *Gazzetta Ufficiale* n. 258 del 5 novembre 2005, e successive modificazioni, è applicato il trattamento contrattuale di formazione specialistica di cui all'articolo 37 del decreto legislativo 17 agosto 1999, n. 368, e successive modificazioni».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

? 2015: ? 50.000.000;
? 2016: ? 50.000.000;
? 2017: ? 50.000.000.

2.1631

D'AMBROSIO LETTIERI, BONFRISCO, MILO, MANDELLI

Dopo il comma 263 inserire il seguente:

«263-*bis*. AI fine di garantire la distribuzione di farmaci innovativi già autorizzati dall'Agenzia Italiana del Farmaco ai malati di epatite C, è autorizzato l'avvio di un Fondo a ciò destinato per una spesa pari a 60 milioni di euro a decorrere dal 2015».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

? 2015: ? 70.000.000;
? 2016: ? 70.000.000;
? 2017: ? 70.000.000.

2.1632

LEZZI, BULGARELLI, MANGILI

Dopo il comma 263, aggiungere il seguente:

«263-*bis*. Entro 30 giorni dall'entrata in vigore della presente legge l'AIFA dispone la rimborsabilità in tutte le regioni italiane dei'medicinali innovativi o di eccezionale rilevanza terapeutica, in particolare quelli destinati alla cura dell'epatite C, per i quali sia stato già raggiunto un accordo, sulla base dell'impiego efficiente e costo efficace delle risorse disponibili, con le case farmaceutiche. A tal fine sono incrementate le risorse già disponibili a legislazione vigente, di 50 milioni di euro per l'anno 2015, di 140 milioni di euro per l'anno 2016 e di 190 milioni di euro a decorrere dall'anno 2017».

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 50 milioni di euro per il 2015, a 140 milioni di euro per l'anno 2016 e di 190 milioni di euro a decorrere dall'anno

2017.»

2.1633

FUCKSIA

Dopo il comma 263, aggiungere il seguente comma «263-bis ? (Istituzione Fondo per La cura dell'epatite C e l'utilizzo di farmaci innovativi). ? 1. Nello stato di previsione del Ministero della salute è istituito un Fondo di 25 milioni di euro per il quinquennio 2015/2019, finalizzato a consentire 11 accesso alle nuove terapie e ai nuovi farmaci, con particolare riferimento alla cura delle persone affette da epatite C».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 75, alla Tabella A ivi richiamata, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti modificazioni:

2015: ? 25.000.000;
2016: ? 25.000.000;
2017: ? 25.000.000.

2.1634

D'AMBROSIO LETTIERI, MANDELLI

Dopo il comma 263 inserire il seguente:

«263-*bis*. AIÌarticolo 15, comma 1, lettera *c)* della Legge 22 dicembre 1986, n. 917, dopo le parole: "per protesi dentarie e sanitarie in genere" aggiungere le seguenti: "e dalle spese sostenute per l'acquisto di alimenti a fini medici speciali, inseriti nella sezione al del Registro Nazionale di cui all'articolo 7 del decreto ministeriale 8 giugno 2001, con l'esclusione di quelli destinati ai lattanti"».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere in fine le seguenti parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C ad eccezione di quelle relative al Ministero del lavoro e delle politiche sociali, al Ministero della salute e al Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca, sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 2,15 milioni per l'anno 2015, 2,2 milioni di euro per l'anno 2016 e 2,25 milioni di euro per l'anno 2017».

2.1636

MAURO MARIA MARINO

Dopo il comma 263, aggiungere il seguente:

«263-*bis*. All'articolo 78 del decreto legislativo 26 marzo 2010, n. 59, dopo l'articolo 2, è inserito il seguente:

"Art. 2-bis. ? *1*. È istituito, presso il Ministero della salute, l'Albo Nazionale degli operatori in estetica al quale sono tenuti ad iscriversi tutti i soggetti che svolgono attività nel settore dell'estetica a cui sono attribuiti specifici codici Ateco. L'Albo è suddiviso in sezioni tenute in ciascuna Regione e provincia autonoma di Trento e Bolzano, presso i rispettivi assessorati regionali di competenza in materia sanitaria e della salute, a seguito dell'emanazione di un apposito regolamento da parte del Ministero della sanità.

2. Entro sei mesi dall'entrata in vigore della presente legge, è approvato dalle parti un contratto nazionale dei lavoratori del settore che preveda tra l'altro, la possibilità di lavoro stagionale.

3. l soggetti che intendono iscriversi all'Albo di, cui al comma 1 devono essere in possesso dell'attestato relativo al corso formativo di specializzazione in estetica, della durata di 3 anni, al quale si accede a seguito del supera mento del primo biennio di scuola secondaria superiore, e superare un apposito esame. I soggetti iscritti all'Albo di cui al comma 1 hanno l'obbligo di partecipare ai corsi di aggiornamento e qualificazione professionale. per il conseguimento dei crediti formativi tenuti dagli enti e strutture accreditate presso le Regioni ovvero in possesso di certificazione ai sensi delle norme ISO 9001/2000. I corsi, che possono essere svolti anche a distanza per non più del 50 per cento della loro durata, devono prevede per i titolari dell'esercizio e per le estetiste già dotate di attestato una durata non inferiore a 16 ore ogni 2 anni, mentre per gli apprendisti la durata minima prevista non può essere inferiore a 24 ore ogni 2 anni. La mancata partecipazione ai corsi di cui al presente comma comportano la sospensione del primario attestato e conseguentemente il divieto di esposizione nei

locali preposti all'attività, fatto salvo in caso di maternità, grave malattia o infortunio.

4. Il Ministero della salute, con decreto da emanarsi entro tre mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, definisce le modalità per lo svolgimento dell'esame di cui al presente comma, nonché l'elenco delle materie didattiche e delle prove pratiche e le modalità per lo svolgimento periodico e di aggiornamento formativo per i soggetti in possesso dei requisiti per lo svolgimento dell'attività».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 200.000;
2016: ? 200.000;
2017: ? 200.000.

2.1637

MAURO MARIA MARINO

Dopo comma 263 inserire il seguente:

«263-*bis*. Dopo l'articolo 2 della legge 4 gennaio 1990, n. 1, è inserito il seguente:

"Art. 2-*bis ? 1*. È istituito, presso il Ministero della salute, l'Albo Nazionale degli operatori in estetica al quale sono

tenuti ad iscriversi tutti i soggetti che svolgono attività nel settore dell'estetica a cui sono attribuiti specifici codici Ateco. L'Albo è suddiviso in sezioni tenute in ciascuna Regione e provincia autonoma di Trento e Bolzano, presso i rispettivi assessorati regionali di competenza in materia sanitaria e della salute, a seguito dell'emanazione di un apposito regolamento da parte del Ministero della sanità.

2. Entro sei mesi dall'entrata in vigore della presente legge, è approvato dalle parti un contratto nazionale dei lavoratori del settore che preveda tra l'altro, la possibilità di lavoro stagionale.

3. I soggetti che intendono iscriversi all'Albo di cui al comma 1 devono essere in possesso dell'attestato relativo al corso formativo di specializzazione in estetica, della durata di 3 anni, al quale si accede a seguito del superamento del primo biennio di scuola secondaria superiore, e superare un apposito esame. I soggetti iscritti all'Albo di cui al comma 1 hanno l'obbligo di partecipare ai corsi di aggiornamento e qualificazione professionale per il conseguimento dei crediti formativi tenuti dagli enti e strutture accreditate presso le Regioni ovvero in possesso di certificazione ai sensi delle norme ISO 9001/2000. I corsi, che possono essere svolti anche a distanza per non più del 50 per cento della loro durata, devono prevede per i titolari dell'esercizio e per le estetiste già dotate di attestato una durata non inferiore a.16 ore ogni 2 anni, mentre per gli apprendisti la durata minima prevista non può essere inferiore a 24 ore ogni 2 anni. La mancata partecipazione ai corsi di cui al presente comma comportano la sospensione del primario attestato e conseguentemente il divieto di esposizione nei locali preposti all'attività, fatto salvo in caso di maternità, grave malattia o infortunio.

4. Il Ministero della salute, con decreto da emanarsi entro tre mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, definisce le modalità per lo svolgimento dell'esame di cui al presente comma, nonché l'elenco delle materie didattiche e delle prove pratiche e le modalità per lo svolgimento periodico e di aggiornamento formativo per i soggetti in possesso dei requisiti per lo svolgimento dell'attività"».

2.1638

AIELLO, GENTILE, BILARDI, GUALDANI

Dopo il comma 263, aggiungere il seguente:

«263-*bis*. All'articolo 15, comma 1, lettera *c)* del decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, dopo le parole: "per protesi dentarie e sanitarie in genere" sono aggiunte le seguenti: "e dalle spese sostenute per l'acquisto di alimenti a fini medici speciali, inseriti nella sezione Al del Registro Nazionale di cui all'articolo 7 del decreto ministeriale 8 giugno 2001, con l'esclusione di quelli destinati ai lattanti".».

Conseguentemente, ai maggiori oneri derivanti dalla presente disposizione si fa fronte mediante corrispondente riduzione dell'importo previsto alla Tabella A, rubrica «Ministero dell'Economia e

delle finanze» *per l'anno 2015 e seguenti*.

2.1639

GIOVANARDI, GUALDANI

Dopo il comma 263, aggiungere il seguente:

«263-*bis*. Al comma l-*bis* dell'articolo 31 del decreto-legge 30 dicembre 2008, n. 207, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 febbraio 2009, n. 14, è aggiunto, infine, il seguente periodo: "l'indennizzo di cui all'articolo 2, comma 363, della legge 24 dicembre 2007, n. 244, è riconosciuto, altresì, ai nati dal 1966 al 1969 affetti da sindrome da talidomide che dimostrino documentalmente l'assunzione di talidomide da parte della madre nel periodo della gravidanza».».

Conseguentemente, ai maggiori oneri derivanti dalla presente disposizione si fa fronte mediante corrispondente riduzione dell'importo previsto alla Tabella A, rubrica «Ministero dell'Economia e delle finanze» *per l'anno 2015, 2016 e 2017.*

2.1640

SCAVONE

Dopo il comma 263, aggiungere il seguente:

«263-*bis. ? (Ricetta farmaci generici, ricetta digitale e farmaco monodose) ? 1*. All'articolo 15, del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, il comma 11-*bis* è sostituito dal seguente:

"11-*bis*. Il medico che curi un paziente, per la prima volta, per una patologia cronica, per il cui trattamento sono disponibili più medicinali equivalenti indica nella ricetta del Servizio sanitario nazionale la denominazione dei principio attivo contenuto nel farmaco. Le norme in contrasto con quanto previsto dal presente comma sono soppresse".

2. Ai fini del contenimento della spesa farmaceutica, le regioni e le province autonome di Trento e Bolzano, entro un anno dalla data di entrata in vigore della presente legge, devono realizzare infrastrutture tecnologiche per le prescrizioni mediche digitali condivise a livello interregionale, ovvero avvalersi, anche mediante riuso, ai sensi del decreto legislativo 7 marzo 2005, n. 82. delle infrastrutture tecnologiche per le prescrizioni mediche digitali, a tal fine già realizzate da altre regioni o dei servizi da queste erogati. Tali piattaforme dovranno assicurare piena interoperabilità tra sistemi di telecomunicazioni.

3. Al fine della razionalizzazione, distribuzione e contenimento della spesa farmaceutica, il Ministro della salute di Concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, sentita la Conferenza Stato-Regioni e l'AIFA, previo parere delle competenti Commissioni parlamentari, .entro un anno dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono delegati ad emanare, un decreto per, determinare le modalità per la produzione e distribuzione dei farmaci anche. in forma di monodose.

4. L'applicazione del presente articolo non deve comportare maggiori oneri per la finanza pubblica.».

2.1641

DIRINDIN, BIANCO, DE BIASI, MATURANI, MATTESINI, SILVESTRO, VALDINOSI, FAVERO, PADUA

Dopo il comma 263, inserire il seguente:

«263-*bis*. In sede di prima applicazione ed entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, il personale appartenente alla dirigenza medica del Servizio sanitario nazionale che alla stessa data, con formale atto di data certa emanato dal legale rappresentante dell'ente, risulti in servizio da almeno due anni, in un posto di area o disciplina diversa da quella per la quale è stato assunto, è inquadrato, a domanda, senza ulteriori aggravi di spesa, con la medesima posizione funzionale nell'area o nella disciplina nella quale ha esercitato le funzioni purché sia in possesso della relativa specializzazione. Ai fini dell'inquadramento il direttore generale delle aziende e degli enti del Servizio sanitario nazionale è tenuto a verificare, previa consultazione con le organizzazioni sindacali maggiormente rappresentative, entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, la permanenza dei fabbisogni che avevano determinalo l'impiego del personale nell'area o nella

disciplina diversa da quella per la quale era stato assunto, disponendo, nel contempo, fermo restando l'organico complessivo, la modifica delle piante organiche conseguente ai passaggi di area, con soppressione del posto lasciato libero nell'area o disciplina di provenienza».

2.1642

D'ALÌ, BONFRISCO, MILO

Dopo il comma 263, aggiungere il seguente:

«263-*bis*. Le funzioni amministrative e gli acquisti spettanti alle regioni in materia di servizi sociali e sanitari, infrastrutturazione e mobilità territoriale, devono essere svolte unitariamente interessando una consistenza demografica minima di cinque milioni di popolazione residente, previa intesa fra regioni territorialmente contigue».

2.1643

GUALDANI, CONTE, AIELLO, FORMIGONI, DALLA TOR, CARIDI, GENTILE, VICECONTE, BILARDI, MANCUSO, PAGANO, DI GIACOMO

Dopo il comma 263 inserire il seguente: .

«263-*bis*. All'articolo 1, del decreto legge 13 settembre 2012, n. 158, convertito, con modificazioni, dalla legge 8 novembre 2012, n. 189, sono apportate le seguenti modifiche:

a) al comma 2, primo periodo, dopo le parole: "personale convenzionato" sono inserite le seguenti: "e accreditato contrattualizzato, ai sensi degli articoli 8-*quater* e 8-*quinquies* del decreto legislativo 30 dicembre 1992, n. 502, e successive modificazioni";

b) al comma 3, primo periodo, le parole: "e dagli specialisti ambulatoriali" sono sostituite dalle seguenti: ", dagli specialisti ambulatoriali ed accreditati contrattualizzati, ai sensi degli articoli 8-*quater* e 8-*quinquies* del decreto legislativo 30 dicembre 1992, n. 502, e successive modificazioni".».

2.1644

D'AMBROSIO LETTIERI, BONFRISCO

Dopo il comma 263 inserire il seguente:

«263-*bis*. Ai medici ammessi alle scuole di specializzazione universitarie in medicina dall'anno accademico 1982-1983 all'anno accademico 1990-1991 che, alla data di entrata in vigore della presente legge, abbiano presentato domanda giudiziale per il riconoscimento economico retroattivo del periodo di formazione o di risarcimento del danno per la mancata o ritardata attuazione

I della direttiva 75/362/CEE del Consiglio, del 16 giugno 1975 , della direttiva 75/363/CEE del Consiglio, del 16 giugno 1975 , e della direttiva 82/76/CEE del Consiglio del 26 gennaio 1982 , il Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca corrisponde per tutta la durata del corso, a titolo forfettario, una borsa di studio dell'importo omnicomprensivo di 13.000 euro per ogni anno di corso da riconoscere anche attraverso il credito d'imposta in un arco temporale non superiore a tre anni.«.

Conseguentemente, ridurre di 20 milioni di euro lo stanziamento della allegata tabella A, rubrica del Ministero dell'economia e delle finanze.

2.1645

MATURANI, MARTINI, TONINI, FEDELI, MATTESINI, BIANCO, BIANCONI, ROMANO, SILVESTRO, VALDINOSI, CARDINALI, CIRINNA', DALLA ZUANNA, STEFANO ESPOSITO, MIRABELLI, GIANLUCA ROSSI, VERDUCCI, TOCCI, VALENTINI

Dopo il comma 263. aggiungere il seguente:

«263-*bis*. Al fine di sostenere l'utilizzo di tecnologie d'avanguardia nelle attività neurochirurgiche, e in particolare per garantire condizioni di elevata sicurezza ed efficacia nel trattamento dei tumori cerebrali, per l'anno 2015 è autorizzato, a valere sulle risorse di cui all'articolo 20 della legge Il marzo 1988, il. 67, e successive modificazioni, un contributo di 1.200.000 euro a favore dell'Azienda Ospedaliera Sant'Andrea, da destinare alla manutenzione e all'imp1ementazione tecnologica della camera operatoria neurochirurgica installata presso la medesima Azienda e denominata Brain Suite. Ai fini della concessione del predetto contributo, l'Azienda Ospedaliera Sant'Andrea presenta al Ministero della salute, entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, il piano degli investimenti da effettuare per il perseguimento delle predette I finalità. Il

contributo è erogato previa approvazione del predetto piano da parte del Ministero della I salute.».

2.1646

D'AMBROSIO LETTIERI, MANDELLI

Dopo il comma 263 inserire il seguente:

«263-*bis*. Ai fini di garantire l'ulteriore sviluppo del Nuovo Sistema Informativo Sanitario, anche attraverso l'attivazione di nuovi flussi informativi, il Ministero della salute per consentire il monitoraggio sistematico dei livelli essenziali di assistenza (LEA), realizza uno strumento denominato "bilancio LEA" per il miglioramento della qualità dell'assistenza e dell'appropriatezza delle prestazioni erogate dal Servizio sanitario nazionale, per l'analisi comparativa tra le diverse realtà regionali, nonché per la verifica della coerenza tra le prestazioni erogate ed i relativi costi ai fini del contenimento della spesa sanitaria. Per le finalità di cui al presente articolo è autorizzata la spesa di 1.000.000,00 di euro annui a decorrere dall'anno 2015.».

Conseguentemente, dopo il comma 45 inserire il seguente:

«45-*bis*. Le disponibilità di competenza e di cassa delle spese del bilancio dello Stato per consumi intermedi sono ridotte di 1 milione di euro annui a decorrere dall'anno 2015».

2.1647

FLORIS

Dopo il comma 263, aggiungere il seguente:

«263-*bis*. A decorrere dall'anno 2015, al fine di contenere la spesa riguardante l'indennità di malattia e poter assicurare continuità ad un'azione efficiente ed efficace di contrasto al fenomeno dell'assenteismo, sono escluse dalle riduzioni di cui al comma 108, della legge 24 dicembre 2012, n. 228, fermo restando l'importo dei risparmi da conseguire ivi previsto, le spese relative all'espletamento delle visite mediche di controllo domiciliare ai lavoratori assenti dal servizio per malattia, richieste d'ufficio dall'INPS, il cui importo impegnato dall'Istituto stesso non potrà essere inferiore all'ottanta per cento di quello stabilito prima della entrata in vigore della suddetta legge. I risparmi di spesa conseguenti all'applicazione della disposizione, sono destinati al fondo indennizzi dell'INPS».

2.1648

GUALDANI, CHIAVAROLI

All'articolo 2, dopo il comma 263, sono inseriti i seguenti:

«263-*bis*. Al fine di consentire la prosecuzione delle attività di ricerca, assistenza e cura dei malati oncologici, è autorizzato un contributo fino a 15 milioni di euro per l'anno 2015, a 10 milioni di euro per l'anno 2016 e a 5 milioni di euro per l'anno 2017, a favore del Centro Nazionale di Adroterapia Oncologica (CNAO), a valere sulle risorse di cui all'articolo 20 della legge 11 marzo 1988, n. 67, e successive modificazioni. Ai fini della concessione del predetto contributo, il CNAO presenta al Ministero della salute, entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, il piano degli investimenti in conto capitale da effettuare per il perseguimento degli scopi istituzionali del Centro, nonché la relazione, asseverata dal Collegio dei revisori dei conti, di quelli già effettuati per i medesimi scopi. Il contributo è erogato previa approvazione del predetto piano e della predetta relazione da parte del Ministero della salute.

263-*ter*. La composizione del Consiglio di indirizzo del CNAO è integrata con 3 membri nominati dal Ministro della salute, nell'ambito dei quali è nominato il Presidente del CNAO. Lo statuto del CNAO è conseguentemente adeguato entro trenta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge».

2.1649

FUCKSIA, GAETTI

Dopo il comma 263 è aggiunto il seguente:

«263-*bis*. Al fine di consentire le attività di ricerca, assistenza e cura dei malati oncologici, è autorizzata la spesa di 3 milioni di euro per l'anno 2015 a favore del Centro nazionale di adroterapia oncologica (CNAO). Agli oneri conseguenti l'attuazione del precedente periodo, si provvede, per l'esercizio finanziario 2015, mediante le maggiori entrate derivanti dall'aumento dell'aliquota

dell'accisa sulla benzina, nonché dell'aliquota dell'accisa sul gasolio usato come carburante di cui all'allegato I del testo unico delle disposizioni legislative concernenti le imposte sulla produzione e sui consumi e relative sanzioni penali e amministrative, di cui al decreto legislativo 26 ottobre 1995, n. 504, e successive modificazioni, nella misura di 1 centesimo al litro».

2.1650

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 263, è inserito il seguente:

«263-*bis*. Al fine di consentire al comma 320, dell'articolo 1, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, dopo la parola: "euro" sono inserite le seguenti: "nonché 35 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015 a valere sul Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo10, comma 5, del decreto-legge 29 dicembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307"».

2.1651

ZUFFADA

Dopo il comma 263, aggiungere il seguente:

«263-*bis*. Al comma 320, dell'articolo 1, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, dopo la parola: "euro" sono inserite le seguenti: "nonché 35 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015 a valere sul Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 dicembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307"».

2.1652

AIELLO, GUALDANI

Dopo il comma 263, aggiungere il seguente:

«263-*bis*. L'articolo 18 della legge n. 240 del 30 dicembre 2010 viene cosi modificato: "dopo il comma 4 dell'articolo 18 viene inserito il seguente:

'4-*bis*. Il Sistema Sanitario Nazionale e le Università stipulano convenzioni per l'attribuzione di posizioni di professore universitario al personale medico ospedaliero già in servizio a tempo indeterminato nelle Aziende Ospedaliere Universitarie, in possesso dell'Abilitazione Scientifica Nazionale (ASN). Gli oneri stipendiali, già a carico del SSN, non determinano ulteriori oneri per la finanza pubblica'"».

2.1653

BIANCONI, GUALDANI

Dopo il comma 263, è inserito il seguente:

«263-*bis*. All'articolo 2 della legge 2 aprile 1968, n. 475, e successive modificazioni, dopo il comma 2, è inserito il seguente:

"2-*bis*. Nei comuni sotto i 6.600 abitanti in cui le farmacie risultano essere soprannumerarie per decremento della popolazione è consentita la possibilità di trasferimento sulla base di una graduatoria regionale"».

2.1654

ORRÙ

Dopo il comma 263, inserire il seguente:

«263-*bis*. All'articolo 2 della legge 2 aprile 1968, n. 475, e successive modificazioni, dopo il comma 2, è inserito il seguente:

"2-*bis*. Nei comuni sotto i 6.600 abitanti in cui le farmacie risultano essere soprannumerarie per decremento della popolazione è consentita la possibilità di trasferimento sulla base di una graduatoria regionale"».

2.1655

TOSATO, COMAROLI

Sopprimere i commi 264 e 265.

2.1656

RUTA

Sopprimere il comma 265.

2.1657

BAROZZINO, URAS, DE PETRIS, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 265, inserire i seguenti:

«265-*bis*. A decorrere dall'entrata in vigore della presente legge, è istituito, presso il Ministero dello sviluppo economico, il "Fondo nazionale per agevolare l'autoimpiego di persone con difficoltà di accesso al mondo del lavoro", di seguito denominato "Fondo", con una dotazione iniziale di 150 milioni di euro all'anno per ciascun anno del triennio 2015, 2016 e 2017, volto a sostenere, mediante il riconoscimento di agevolazioni a fondo perduto e/o sotto forma di prestito rimborsa bile, soggetti privati che intendano avviare una nuova impresa o che abbiamo costituito un'impresa da almeno sei mesi e risulti inattiva.

265-*ter*. L'impresa di cui al comma41-*bis* deve essere partecipata da soggetti appartenenti ad almeno una delle seguenti categorie: 1) giovani con età compresa tra i 18 e i 35 anni; 2) donne di età superiore ai 18 anni; 3) disoccupati che non abbiano avuto rapporti di lavoro subordinato negli ultimi tre mesi; 4) persone in procinto di perdere il posto di lavoro; 6) lavoratori precari con partita IVA;

265-*quater*. L'impresa di cui al comma 41-*bis* deve essere avviata con meno di 10 addetti e rivestire una delle seguenti forme giuridiche: 1) ditta individuale; 2) società cooperativa con meno di 10 soci; 3) società in nome collettivo; 4) società in accomandita semplice; 5) associazione fra i professionisti; 6) società a responsabilità limitata.

265-*quinquies*.L'impresa di cui al comma 41-*bis* deve essere avviata in uno dei seguenti settori: 1) attività manifatturiere; 2) costruzioni ed edilizia; 3) riparazioni di autoveicoli e motocicli; 4) affittacamere e *bed brealifast*; 5) ristorazione con cucina; 6) servizi di informazione e comunicazione; 7) attività professionali, scientifiche e tecniche; 8) agenzie di viaggio; 9) servizi a supporto alle imprese; 10) istruzione; 11) sanità e assistenza sociale non residenziale; 12) attività artistiche, sportive, di intrattenimento e divertimento con esclusione delle attività delle lotterie, delle scommesse e delle case da gioco); 13) attività di servizi per la persona nel caso di avvio di un'attività di consulenza o professionale è consentito l'accesso alle agevolazioni di cui al presente articolo esclusivamente nel caso in cui l'impresa abbia assunto la forma giuridica di associazione o società fra professionisti;

265-*sexies*. Qualora l'impresa di cui al comma 41-*bis* venga avviata con un investimento iniziale sino a 50.000 euro, l'agevolazione è pari al 100 per cento e riconosciuta al 50 per cento a fondo perduto e al 50 per cento sotto forma di prestito rimborsabile. Qualora si tratti di un investimento compreso tra i 50.000 euro e i 100.000 euro l'agevolazione è pari al 90 per cento e riconosciuta al 50 per cento a fondo perduto e al 50 per cento sotto forma di prestito rimborsabile. Qualora si tratti di un investimento compreso tra i 100.000 euro e i 150.000 euro l'agevolazione è pari all'80 per cento e riconosciuta al 50 per cento a fondo perduto e al 50 per cento sotto forma di prestito rimborsabile. È, inoltre, previsto un contributo sulle spese di gestione dei primi sei mesi di avvio dell'impresa pari a 5.000 euro. Il prestito rimborsabile è erogato nella forma di finanziamento della durata di 60 mesi con tasso fisso, pari al tasso di riferimento UE. Non sono richieste garanzie, fatta eccezione per le società cooperative a responsabilità limitata, per le società a responsabilità limitata e per le associazioni professionali per le quali è richiesta, in particolare, la garanzia fideiussoria degli amministratori.

265-*septies*. Il Fondo di cui al comma 41-*bis* non finanzia nuove imprese che: 1) nascano dal 1 rilevamento di una impresa esistente o dall'acquisto di un ramo di azienda; 2) abbiano individuato una sede operativa coincidente o adiacente con la sede utilizzata da un'attività operante nello stesso settore; 3) abbiano un amministratore che risulti titolare o amministratore di un'altra impresa operante nello stesso settore.

265-*octies*. Con decreto del Ministro dello sviluppo economico, di concerto con il Ministro del lavoro e delle politiche sociali, da emanare entro un mese dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono determinati il funzionamento del Fondo di cui al comma 1, i criteri di riconoscimento delle agevolazioni ivi previste e le modalità di presentazione delle domande di accesso. Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di

bilancio».

Conseguentemente all'articolo 3 al comma 75, Tabella A allegata, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti modifiche:*

2015:

CP: ? 150.000.000;

CS: ? 150.000.000.

2016:

CP: ? 150.000.000;

CS: ? 150.000.000.

2017:

CP: ? 150.000.000;

CS: ? 150.000.000.

2.1658

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 265, inserire i seguenti:

«265-*bis*. Al fine di sostenere le misure di incentivazione per lo sviluppo delle aree naturali protette, nonché di agevolare lo svolgimento delle attività e del movimento turistico nelle aree naturali protette secondo i princìpi e le finalità della Carta europea per il turismo sostenibile nelle aree protette, adottata a Lanzarote il28 aprile 1995, è istituito nello stato di previsione del Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare il Fondo per il turismo sostenibile nelle aree naturali protette, con una dotazione di 50 milioni di euro annui per ciascun anno del triennio 2015, 2016 e 2017, volto a finanziare azioni di promozione e di divulgazione, nonché iniziative progettuali e strutturali all'interno dei confini amministrativi delle relative aree naturali protette.

265-*ter*. Ai fini del comma 1, per aree naturali protette si intendono le aree naturali protette nazionali, costituite dai parchi nazionali e dalle riserve naturali statali, nonché le aree naturali protette marine, di cui al titolo II della legge 6 dicembre 1991, n. 394, e successive modificazioni.

265-*quater*. Nell'ambito dei finanziamenti erogabili a valere sul Fondo di cui al comma i possono essere concessi contributi in favore di imprenditori titolari delle attività turistiche situate nelle aree naturali protette disciplinale dalla presente legge, di enti e associazioni di protezione ambientale riconosciuti ai sensi dell'articolo 13 della legge 8 luglio 1986, il. 349, e successive modificazioni, di promozione sociale e turistica, dei soggetti organizzatori di viaggi di istruzione e, in generale, di esperienze ascrivibili al turismo sostenibile, per la realizzazione delle seguenti azioni:

a) interventi di allestimento, ampliamento, miglioramento, arredamento, abbattimento delle barriere architettoniche in favore di esercizi dediti alla ristorazione, alla ricettività, alla cultura, alla ricreazione e allo sport;

b) interventi di recupero, manutenzione, salvaguardia e allestimento di percorsi naturalistici ed escursionistici in aree pubbliche o ad uso pubblico;

c) interventi di sensibilizzazione, educazione e divulgazione in ordine alle caratteristiche e alle finalità delle aree naturali protette, con particolare riferimento, oltre che agli aspetti naturalistici, alle tradizioni etnografiche ed enogastronomiche e alla cultura locale;

d) ideazione, organizzazione e promozione di itinerari didattici, di viaggi di istruzione e di altre iniziative afferenti ai turismo sostenibile che prevedono il pernottamento in strutture ricettivo dell'area naturale protetta;

e) studi, analisi, ricerche e indagini finalizzali a evidenziare le caratteristiche qualitative e quantitative del turismo nelle singole aree naturali protette e funzionali all'individuazione delle più opportune linee guida per lo sviluppo del turismo sostenibile;

f) campagne, iniziative ed eventi tesi a promuovere la conoscenza e la pratica del turismo sostenibile nelle aree naturali protette.

265-*quinquies*. Con decreto del Ministro della tutela del territorio e del mare, da emanare entro un mese dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono determinati i criteri di assegnazione dei

contributi e le modalità di presentazione delle domande relative ai Fondo di cui al comma 1.

265-*sexies*. Per l'attuazione del presente articolo è autorizzata la spesa di 50 milioni di euro annui per gli anni 2015, 2016 e 2017».

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 75, Tabella A allegata; voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti modifiche:*

2015:

CP: ? 50.000.000;

CS: ? 50.000.000.

2016:

CP: ? 50.000.000;

CS: ? 50.000.000.

2017:

CP: ? 50.000.000;

CS: ? 50.000.000.

2.1659

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 265, inserire i seguenti:

«265-*bis*. Al fine di sostenere le misure di incentivazione per lo sviluppo delle aree naturali protette, nonché di agevolare lo svolgimento delle attività e del movimento turistico nelle aree naturali protette secondo i princìpi e le finalità della Carta europea per il turismo sostenibile nelle aree protette, adottata a Lanzarote il 28 aprile 1995, è istituito nello stato di previsione del Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare il Fondo per il turismo sostenibile nelle aree naturali protette, con una dotazione di 50 milioni di euro annui per ciascun anno del triennio 2015, 2016 e 2017, volto a finanziare azioni di promozione e di divulgazione, nonché iniziative progettuali e strutturali all'interno dei confini amministrativi delle relative aree naturali protette.

265-*ter*. Ai fini del comma 1, per aree naturali protette si intendono le aree naturali protette nazionali, costituite dai parchi nazionali e dalle riserve naturali statali, nonché le aree naturali I protette marine, di cui al titolo il della legge 6 dicembre 1991, n. 394, e successive modificazioni.

265-*quater*. Nell'ambito dei finanziamenti erogabili a valere sul Fondo di cui al comma i possono essere concessi contributi in favore di imprenditori titolari delle attività turistiche situate nelle aree naturali protette disciplinale dalla presente legge, di enti e associazioni di protezione ambientale riconosciuti ai sensi dell'articolo 13 della legge 8 luglio 1986, n. 349, e successive modificazioni, di promozione sociale e turistica, dei soggetti organizzatori di viaggi di istruzione e, in generale, di esperienze ascrivibili al turismo sostenibile, per la realizzazione delle seguenti azioni:

a) interventi di allestimento, ampliamento, miglioramento, arredamento, abbattimento delle barriere architettoniche in favore di esercizi dediti alla ristorazione, alla ricettività, alla cultura, alla ricreazione e allo sport;

b) interventi di recupero, manutenzione, salvaguardia e allestimento di percorsi naturalisti ci ed escursionistici in aree pubbliche o ad uso pubblico;

c) interventi di sensibilizzazione, educazione e divulgazione in ordine alle caratteristiche e alle finalità delle aree naturali protette, con particolare riferimento, oltre che agli aspetti naturalistici, alle tradizioni etnografiche ed enogastronomiche e alla cultura locale;

d) ideazione, organizzazione e promozione di itinerari didattici, di viaggi di istruzione e di altre iniziative afferenti ai turismo sostenibile che prevedono il pernottamento in strutture ricettivo dell'area naturale protetta;

e) studi, analisi, ricerche e indagini finalizzali a evidenziare le caratteristiche qualitative e quantitative del turismo nelle singole aree naturali protette e funzionali all'individuazione delle più opportune linee guida per lo sviluppo del turismo sostenibile;

f) campagne, iniziative ed eventi tesi a promuovere la conoscenza e la pratica del turismo sostenibile nelle aree naturali protette.

265-*quinquies*. Con decreto del Ministro della tutela del territorio e del mare, da emanare entro un mese dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono determinati i criteri di assegnazione dei contributi e le modalità di presentazione delle domande relative ai Fondo di cui al comma 1.

265-*sexies*. Per l'attuazione del presente articolo è autorizzata la spesa di 50 milioni di euro annui per gli anni 2015, 2016 e 2017».

Conseguentemente, al comma 121 dell'articolo 1 sostituire le parole: «200 milioni di euro» *con le seguenti:* «150 milioni di euro».

2.1660

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 265, inserire i seguenti:

«265-*bis*. L'articolo 1, commi 60 e 61 della legge di stabilità per il 2014 (legge n. 147 del 2013) sono sostituiti dai seguenti:

"60. Per i contributi erogati, a decorrere dalla data di entrata in vigore della presente legge, le imprese italiane ed estere operanti nel territorio nazionale che abbiano beneficiato di contributi pubblici in conto capitale, qualora, entro tre anni dalla concessione degli stessi, delocalizzino la propria produzione dal sito incentivato a uno Stato anche appartenente all'Unione europea, con conseguente riduzione o messa in mobilita del personale, decadono dal beneficio stesso e hanno l'obbligo di restituire i contributi in conto capitale ricevuti, dalle stesse imprese, con applicazione degli interessi legali, anche laddove la delocalizzazione avvenga tramite cessione di ramo d'azienda o di attività produttive appaltati a terzi, con riduzione o messa in mobilità del personale dell'impresa.

61. Le imprese italiane ed estere di cui al comma 1 con almeno 1.000 dipendenti non possono delocalizzare la propria produzione dal sito incentivato a uno Stato anche appartenente all'Unione europea con conseguente riduzione o messa in mobilità del personale, prima di aver trovato, un nuovo acquirente che garantisca la continuità aziendale e produttiva, nonché il mantenimento dei livelli occupazionali dell'impresa stessa. Nel caso di mancato rispetto dell'obbligo di cui al presente comma, le imprese interessate devono restituire i contributi in conto capitale ricevuti negli ultimi cinque anni, con applicazione degli interessi legali, nonché corrispondere al soggetto erogatore del contributo il pagamento di una sanzione amministrativa pecuniaria pari al 2 per cento del fatturato conseguito negli ultimi cinque anni.

61-*bis*. I soggetti erogatori dei contributi di cui ai commi 1 e 2 disciplinano le modalità e i tempi di restituzione dei contributi stessi.

61-*ter*. Le somme derivanti dall'applicazione della sanzione amministrativa di cui al comma 61 affluiscono in un apposito Fondo, istituito presso il Ministero dell'economia e delle finanze, finalizzato a sostenere le imprese che assumono lavoratori posti in mobilità da imprese che hanno delocalizzato la propria produzione a uno Stato anche appartenente all'Unione europea attraverso il riconoscimento di appositi incentivi, ivi compreso il riconoscimento di un credito di imposta pari alla maggiore IRES che i predetti soggetti sostengono in virtù delle deduzioni di cui all'articolo 5 della presente legge. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze sono disciplinate le modalità di funzionamento del fondo. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad i apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio".

265-*ter*. Al fine di contrastare la delocalizzazione delle piccole e medie imprese e la conseguente perdita di occupazione e di elevati gradi di specializzazione e unicità sul mercato mondiale, presso il Ministero dello sviluppo economico è istituito il "Fondo speciale per il sostegno alla formazione di cooperative di maestranze" con una dotazione di 125 milioni di euro per l'anno 2015 destinato a supportare le nuove cooperative costituite da lavoratori dipendenti che intendano riscattare l'azienda subentrandone nella gestione per il mantenimento della continuità produttiva qualora si tratti di piccole e medie imprese che versano in gravi difficoltà di produzione e commercializzazione dei prodotti con immanente pericolo di chiusura oppure che abbiano avviato procedure di delocalizzazione delle attività produttive.

265-*quater*. Con decreto del Ministro dello sviluppo economico, di concerto con il Ministro

dell'economia e delle finanze, da emanare entro trenta giorni dall'entrata in vigore della presente legge, sono disciplinate le modalità di funzionamento del Fondo di cui al comma 2, là cui dotazione può essere incrementata mediante versamento di contributi da parte delle regioni e di altri enti e organismi pubblici.

265-*quinquies*. Agli oneri derivati dall'attuazione del comma 2 si provvede mediante utilizzo dei proventi derivanti dalla maggiorazione di prezzo riconosciuta per il riscatto dei nuovi strumenti finanziari di cui agli articoli da 23-*sexies* a 23-*duodecies* del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, che, a tal fine, sono versati all'entrata del bilancio dello Stato.

265-*sexies*. L'articolo 1, comma 12, del decreto-legge n. 35 del 2005, recante "Disposizioni urgenti nell'ambito del Piano di azione per, lo sviluppo economico sociale e territoriale", convertito, con modificazioni, dalla legge n. 80 del 2005, e sostituito dal seguente:

265-*septies*. I benefici e le agevolazioni previsti ai sensi della legge 24 aprile 1990, n. 100, del decreto legislativo 31 marzo 1998, il. 143, e della legge 12 dicembre 2002, n. 273, non si applicano ai progetti delle imprese che, investendo all'estero, non prevedano il mantenimento sul territorio nazionale delle attività di ricerca, sviluppo, direzione commerciale e delle attività produttive, assicurando la salvaguardia dei medesimi livelli occupazionali e la protezione sociale dei lavoratori.

265-*octies*. All'articolo 11, comma 2, del decreto legislativo 14 marzo 2013, n. 33, aggiungere, in fine, le seguente lettera:

c) alle società. partecipate dalle pubbliche amministrazioni e a quelle dalle stesse controllate che operano nel settore della gestione di strumenti per il sostegno dell'economia ed il finanziamento di operazioni legate alla internazionalizzazione delle imprese.

265-*nonies*. Presso la Presidenza del Consiglio dei ministri, avvalendosi delle risorse umane, strumentali e finanziarie già esistenti, senza nuovi o maggiori oneri per il bilancio dello Stato, è istituita la Cabina di regia per gli interventi nel settore delle crisi industriali con il compito di individuare strumenti e soluzioni adeguate ad affrontare la gestione delle crisi industriali e contrastare il fenomeno della delocalizzazione delle attività produttive presieduta dal Presidente del Consiglio dei ministri. La Cabina di regia costituisce per il suddetto settore, la sede di confronto fra il Governo, le Regioni, gli Enti Locali, i rappresentanti, del Parlamento, dei Sindacati, del Sistema Bancario e dell'Amministrazione Fiscale per garantire unitarietà ed il coordinamento fra gli strumenti di programmazione e attuazione di politica industriale, nonché ottimale e coordinato utilizzo delle relative risorse finanziarie. Per la realizzazione dell'obiettivo di cui al presente comma, la Cabina di regia assicura il raccordo politico: strategico e funzionale per facilitare un'efficace integrazione fra gli interventi e gli strumenti di sostegno promossi, promuoverne l'accelerazione e garantirne una più stretta correlazione con le istanze e le dinamiche di sviluppo dei sistemi produttivi. Con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri da emanare entro tre mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge è disciplinato il funzionamento della Cabina di regia».

2.1661

PADUA, MATURANI, BIANCO

Dopo il comma 265 aggiungere il seguente:

«265-*bis*. All'articolo 15, comma l, lettera *c)* della legge 22 dicembre 1986, n. 917, dopo le parole: "per protesi dentarie e sanitarie in genere" sono aggiunte le seguenti: "e dalle spese sostenute per l'acquisto di alimenti a fini medici speciali. inseriti nella sezione A1 del Registro Nazionale di cui all'articolo 7 del decreto ministeriale 8 giugno 2001, con l'esclusione di quelli destinati ai lattanti».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 2.150.000;
2016: ? 2.200.000;
2017: ? 2.250.000.

2.1662

VERDUCCI

Dopo il comma 265, aggiungere il seguente:

«265-*bis*. All'articolo 15, comma 1, lettera *c)*, della legge 22 dicembre 1986, n. 917, dopo le parole: "per protesi dentarie e sanitarie in genere" sono aggiunte le seguenti: "ce dalle spese sostenute per l'acquisto di alimenti a fini medici speciali, inseriti nella sezione Al del Registro Nazionale di cui all'articolo 7 del decreto ministeriale 8 giugno 2001, con l'esclusione di quelli destinati ai lattanti"».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 2.150;
2016: ? 2.200;
2017: ? 2.225.

2.1663

RUTA

Dopo il comma 265, aggiungere il seguente:

«265-*bis*. Per la Regione Molise non rilevano nei saldi di competenza e di cassa le spese effettuate per la ricostruzione e il ripristino dei danni causati dagli eventi sismici dell'ottobre e del novembre 2002 a valere sulle risorse di cui alla delibera CIPE 62/2011 introitate nell'anno 2014 nella misura di 27 milioni di euro».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero delle politiche agricole, alimentari e forestali, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 27.000.000;
2016: ? 0;
2017: ? 0.

2.1664

ZANONI, BROGLIA

Sostituire il comma 266 con il seguente:

«266. All'articolo 3, comma 7, del decreto legge 8 aprile 2013, n. 35, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 giugno 2013, n. 64, è aggiunto in fine il seguente periodo: "Nell'anno 2015 la predetta percentuale è rideterminata al valore del 92 per cento, nel 2016 al valore del 94 per cento e a decorrere dal 2017 al valore del 95 per cento e la restante quota deve essere erogata al Servizio sanitario regionale entro il 30 giugno dell'anno successivo".».

Conseguentemente, all'articolo 3, dopo il comma 70 inserire i seguenti:

«70-*bis*. A decorrere dalla data di entrata in vigore della presente legge, le misure dell'imposta fissa di bollo attualmente stabilite in euro 2,00 e in euro 16,00, ovunque ricorrano, sono rideterminate, rispettivamente, in euro 2,20 e in euro 17,50.

70-*ter*. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, da emanarsi entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, le aliquote di accisa sui prodotti energetici usati come carburanti ovvero come combustibili per riscaldamento per usi civili, stabilite dal testo unico delle disposizioni legislative concernenti le imposte sulla produzione e sui consumi e relative sanzioni penali e amministrative, di cui al decreto legislativo 26 ottobre 1995, n. 504, e successive modificazioni, sono incrementate al fine di assicurare maggiori entrate per un ammontare non inferiori a 150 milioni di euro a decorrere dall'anno 2014».

2.1665

COMAROLI, TOSATO

Sostituire il comma 266 con il seguente:

«266. All'articolo 3, comma 7, del decreto-legge 8 aprile 2013, n.35, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 giugno 2013, n. 64, è aggiunto il seguente periodo: "Nell'anno 2015 la predetta percentuale è rideterminata al valore del 92 per cento, nel 2016 al valore del 94 per cento e a decorrere dal 2017 al valore del 95 per cento e la restante quota deve essere erogata al Servizio sanitario regionale entro il 30 giugno dell'anno successivo».

2.1666

BIANCONI, GUALDANI

Dopo il comma 266, aggiungere i seguenti:

«266-*bis*. Al fine di agevolare la prosecuzione dell'investimento straniero nell'Istituto Mediterraneo per i Trapianti e Terapie ad Alta Specializzazione di Palermo (ISMETT), in considerazione dell'elevata specializzazione maturata dall'Istituto nelle attività di trapianto e cura delle insufficienze terminali di organi vitali, e del rilievo assunto in ambito nazionale, così come attestato dal riconoscimento del carattere scientifico dell'ISMETT, la regione Siciliana, sottoposta ai Programmi operativi di prosecuzione del Piano di rientro dal *deficit* sanitario, sottoscritto ai sensi dell'articolo 1, comma 180 della legge n. 311 del 2004, è autorizzata, fino al 31 dicembre 2015, ad incrementare la valorizzazione tariffaria dell'attività sanitaria del predetto Istituto, in deroga a quanto previsto dall'articolo 15, comma 17, secondo periodo, del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135 e la valorizzazione delle funzioni del medesimo ISMETT, in deroga a quanto previsto dall'articolo 15, comma 13, lettera *g)* del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135 per garantire il riconoscimento della maggiore complessità gestita dall'ISMETT. La regione assicura il conseguimento degli obiettivi finanziari relativi al settore sanitario su altre aree della spesa sanitaria. Tale autorizzazione opera anche con riferimento agli anni 2013 e 2014.

266-*ter*. La regione Siciliana, assicura, nell'ambito dei Programmi operativi di cui al comma 266-*bis*, l'approvazione di un programma triennale di riorganizzazione ed efficientamento dell'ISMETT, da attuarsi a decorrere dal lº gennaio 2016».

2.1667

DIRINDIN, DE BIASI, MATURANI, BIANCO, GRANAIOLA, MATTESINI, PADUA, SILVESTRO, VALDINOSI

Dopo il comma 266, aggiungere il seguente:

«266-*bis*. Nell'ambito degli indirizzi fissati dalle regioni e nel rispetto dei vincoli di finanza pubblica, le aziende e gli enti del Servizio sanitario nazionale possono procedere, per l'anno 2015, in deroga alle disposizioni vigenti in materia di contenimento della spesa per il personale, a bandire concorsi per l'assunzione di personale, da destinare al rafforzamento strutturale dei servizi assistenziali, a condizione che gli oneri derivanti siano totalmente recuperati tramite la riduzione, in via permanente e strutturale, delle spese sostenute, da parte dei medesimi enti, per l'acquisizione di lavoro a tempo determinato e di lavoro temporaneo, nonché per l'acquisizione di servizi sanitari intermedi di diagnosi, cura e assistenza.

266-*ter*. Le regioni provvedono nel limite di un contingente di personale complessivamente corrispondente ad una spesa non superiore al 70 per cento della spesa media sostenuta nel triennio 2011-2013, a livello regionale, per il personale con rapporto di lavoro a tempo determinato, con contratto di collaborazione coordinata e continuativa o che presta servizio con altre forme di lavoro flessibile o con convenzioni, compresa l'acquisizione di servizi sanitari intermedi di diagnosi, cura e assistenza. Le regioni che hanno sottoscritto i piani di rientro dai disavanzi sanitari procedono previa valutazione e autorizzazione del Ministro della salute di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze».

Conseguentemente,

a) alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 105.000.000;

2016: ? 105.000.000;

2017: ? 105.000.000.

voce Ministero delle politiche agricole, alimentari e foresta1i, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;

2016: ? 5.000.000;
2017: ? 5.000.000.

voce Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione*:
2015: ? 5.000.000;
2016: 5.000.000;
2017: ? 5.000.000.

voce Ministero della giustizia, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*
2015: ? 5.000.000;
2016: ? 5.000.000;
2017: ? 5.000.000.

voce Ministero degli affari esteri, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*
2015: ? 5.000.000;
2016: ? 5.000.000;
2017: ? 5.000.000.

b) all'articolo 1, comma 132, sostituire le parole: «6,1 milioni di euro per l'anno 2015; di 22,8 milioni per l'anno 2016, di 212,7 milioni di euro per l'anno 2017» *con le seguenti:* «1,1 milioni di euro per l'anno 2015, di 17,8 milioni per l'anno 2016, di 207,7 milioni di euro per l'anno 2017»;

c) all'articolo 3, comma 21, lettera g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quintuplo».

2.1668

DIRINDIN, DE BIASI, MATURANI, BIANCO, GRANAIOLA, MATTESINI, PADUA, SILVESTRO, VALDINOSI

Dopo il comma 266, aggiungere i seguenti:

«266-*bis*. Nell'ambito degli indirizzi fissati dalle regioni e nel rispetto dei vincoli di finanza pubblica, le aziende e gli enti del servizio sanitario nazionale possono procedere, per 1'anno 2015, in deroga alle disposizioni vigenti in materia di contenimento della spesa per il personale, a bandire concorsi per l'assunzione di personale, da destinare al rafforzamento strutturale dei servizi assistenziali, a condizione che gli oneri derivanti siano totalmente recuperati tramite la riduzione, in via permanente e strutturale, delle spese sostenute, da parte dei medesimi enti, per l'acquisizione di lavoro a tempo determinato e di lavoro temporaneo, nonché per l'acquisizione di servizi sanitari intermedi di diagnosi, cura e assistenza.

266-*ter*. Le regioni provvedono nel limite di un contingente di personale complessivamente corrispondente ad una spesa non superiore al 70 per cento della spesa media sostenuta nel triennio 2011-2013, a livello regionale, per il personale con rapporto di lavoro a tempo determinato, con contratto di collaborazione coordinata c continuativa o che presta servizio con altre forme di lavoro flessibile o con convenzioni, compresa l'acquisizione di servizi sanitari intermedi di diagnosi cura e assistenza. Le regioni che hanno sottoscritto i piani di rientro dai disavanzi sanitari procedono previa valutazione e autorizzazione del Ministro della salute di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze».

2.1669

SILVESTRO, DIRINDIN, DE BIASI, MATURANI, BIANCO, GRANAIOLA, MATTESINI, PADUA, VALDINOSI, FAVERO

Dopo il comma 266 aggiungere il seguente:

«266-*bis*. Al fine di favorire il ricambio generazionale nelle professioni sanitarie e di sostenere l'occupazione, le aziende sanitarie e gli enti del Servizio sanitario nazionale possono nell'ambito degli indirizzi fissati dalle regioni e nel rispetto dei vincoli di bilancio loro assegnati, bandire concorsi per assumere a tempo indeterminato, con contratto di lavoro a tempo pieno o parziale, personale appartenente alla categoria degli esercenti le professioni sanitarie, nei limiti degli eventuali risparmi derivanti dalla riduzione volontaria del 50 per cento dell'orario di lavoro a tempo pieno di dipendenti

delle medesime aziende o enti. La predetta riduzione può essere richiesta dai dipendenti a cui mancano non più di ventiquattro mesi alla maturazione dei requisiti pensionistici e deve considerarsi non revocabile. A tal fine, le aziende gli enti del Servizio sanitario nazionale provvedono annualmente ad effettuare la ricognizione del personale in servizio che presenta la richiesta della riduzione dell'orario di lavoro, con l'indicazione della categoria professionale di appartenenza. Gli stessi provvedono altresì a stipulare appositi accordi aziendali con le rappresentanze sindacali, al fine di garantire che la riduzione dell'orario di lavoro del 50 per cento da parte degli interessati, nonché le conseguenti eventuali assunzioni, avvengano senza pregiudizio della continuità e della qualità assistenziale e in coerenza con il fabbisogno di risorse umane delle aziende e degli enti stessi. I bandi di concorso non possono essere emessi in assenza della stipulazione dei predetti accordi aziendali».

Conseguentemente,

a) all'articolo 3, comma 21, lettera g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quadruplo»;

b) alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 105.000.000;
2016: ? 105.000.000;
2017: ? 105.000.000.

voce Ministero delle politiche agricole, alimentari e forestali*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;
2016: ? 5.000.000;
2017: ? 5.000.000.

voce Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;
2016: ? 5.000.000;
2017: ? 5.000.000.

voce Ministero della giustizia*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;
2016: ? 5.000.000;
2017: ? 5.000.000.

2.1670

SILVESTRO, DIRINDIN, DE BIASI, MATURANI, BIANCO, GRANAIOLA, MATTESINI, PADUA, VALDINOSI, FAVERO

Dopo il comma 266, inserire il seguente:

«266-*bis*. All'articolo 9, comma 2-*bis*, del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 79, convertito con modificazioni dalla legge 30 luglio 2010 n. 122, al secondo periodo, dopo le parole: "di cui , all'articolo 1, comma 2, del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165," sono inserite le seguenti: ", ad eccezione del personale esercente le professioni sanitarie operante nei servizi d'emergenza urgenza, terapia intensiva e subintensiva, centri trapianti e di alta specialità e nell'assistenza domiciliare, nel limite di 50 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015"».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 50.000.000;
2016: ? 50.000.000;
2017: ? 50.000.000.

2.1671

SILVESTRO, DIRINDIN, DE BIASI, MATURANI, BIANCO, GRANAIOLA, MATTESINI, PADUA, VALDINOSI, FAVERO

Dopo il comma 266, aggiungere il seguente:

«266-*bis*. Al fine di favorire il ricambio generazionale nelle professioni sanitarie e di sostenere l'occupazione, le aziende sanitarie e gli enti del Servizio sanitario nazionale possono nell'ambito degli indirizzi fissati dalle regioni e nel rispetto dei vincoli di bilancio loro assegnati, bandire concorsi per assumere a tempo indeterminato, con contratto di lavoro a tempo pieno o parziale, personale appartenente alla categoria degli esercenti le professioni sanitarie, nei limiti degli eventuali risparmi derivanti dalla riduzione volontaria del 50 per cento dell'orario di lavoro a tempo pieno di dipendenti delle medesime aziende o enti. La predetta riduzione può essere richiesta dai dipendenti a cui mancano non più di ventiquattro mesi alla maturazione dei requisiti pensionistici e deve considerarsi non revocabile. A tal fine, le aziende gli enti del Servizio sanitario nazionale provvedono annualmente ad effettuare la ricognizione del personale in servizio che presenta la richiesta della riduzione dell'orario di lavoro, con l'indicazione della categoria professionale di appartenenza. Gli stessi provvedono altresì a stipulare appositi accordi aziendali con le rappresentanze sindacali, al fine di garantire che la riduzione dell'orario di lavoro del 50 per cento da parte degli interessati, nonché le conseguenti eventuali assunzioni, avvengano senza pregiudizio della continuità e della qualità assistenziale e in coerenza con il fabbisogno di risorse umane delle aziende e degli enti stessi. I bandi di concorso non possono essere emessi in assenza della stipulazione dei predetti accordi aziendali».

2.1672

BONFRISCO, LUCIANO ROSSI

Dopo il comma 266, inserire il seguente:

«1. Al fine di corrispondere alle medesime esigenze connesse all'espletamento dei compiti istituzionali dell'Amministrazione della pubblica sicurezza, di cui all'articolo 8, comma 1:

a) all'articolo 34 del regio decreto 18 giugno 1931, n. 773, sono apportate le seguenti modificazioni:

1) al primo comma, dopo le parole: "negozio od opificio," sono inserite le seguenti: "qualora in numero superiore a sei";

2) dopo il secondo comma è aggiunto il seguente: "Per il trasporto di armi e parti d'arma tra soggetti muniti della licenza di cui all'articolo 31, in luogo del preventivo avviso di trasporto è data comunicazione, almeno 48 ore prima del trasporto medesimo, all'autorità di pubblica sicurezza, anche per via telematica attraverso trasmissione al relativo indirizzo di posta elettronica certificata. L'attestazione dell'avvenuta comunicazione deve accompagnare le relative armi o parti d'arma";

b) all'articolo 11, comma 5, lettera *a)*, della legge 21 dicembre 1999, n. 526, le parole: "dalla Commissione consultiva centrale per il controllo delle armi" sono sostituite dalle seguenti: "dal Banco nazionale di prova"».

2.1673

CERONI

Al comma 267, alla lettera a)*, al quinto periodo, le parole:* «la relazione deve comprendere» *sono sostituite dalle seguenti:* «quest'ultimo deve presentare contestualmente all'affidamento».

2.1674

LANZILLOTTA, ICHINO

Al comma 267, lettera a)*, capoverso, dopo il quinto periodo inserire il seguente:* «Tale relazione è validata, ai fini della verifica del rispetto delle norme comunitarie, dall'Autorità garante per la Concorrenza e il Mercato».

2.1675

CERONI

Al comma 267, alla lettera b)*, al secondo periodo le parole:* «ai sensi dell'articolo 143, comma 8, del decreto legislativo 12 aprile 2006, n. 163, e successive modificazioni»*, sono soppresse e dopo la parola:* «effettuata»*, sono inserite le seguenti:* «entro novanta giorni».

2.1676

LANZILLOTTA, SUSTA, ICHINO

Al comma 267, lettera b)*, capoverso comma* «2-*bis*», secondo periodo, sostituire le parole da: «al fine di procedere» *fino alla fine del periodo, con le seguenti:* «; una relazione relativa all'esito di tale accertamento è trasmessa alla Sezione regionale competente della Corte dei Conti».

2.1677

COMAROLI, DIVINA, BISINELLA, TOSATO

All'articolo 2, comma 267, lettera d) *alinea 4*-bis *aggiungere, in fine, le parole:* «dal 1º gennaio 2015 le plusvalenze realizzate dagli enti locali a seguito di vendita di partecipazioni in società partecipate è esente da imposizione fiscale».

Conseguentemente all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 200 milioni di euro a decorrere dal 2015».

2.1678

VACCARI

Al comma 267, dopo la lettera e)*, aggiungere la seguente:*

«e-*bis*. Dopo il comma 6 è aggiunto il seguente:

"6-*bis*. Agli enti di governo dell'ambito, individuati dalle competenti regioni ai sensi dell'articolo 186-*bis* della legge 23 dicembre 2009 n. 191, deve essere consentita la capacità assunzionale necessaria a sostenerne l'adeguata operatività rispetto allo svolgimento dei compiti di programmazione delle infrastrutture idriche, trasferiti ai medesimi enti dall'articolo 158-*bis* del decreto legislativo 3 aprile 2006 n. 152, inserito dall'articolo 7, comma 1, lettera *h)* del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito dalla legge 11 novembre 2014, n. 14. A tale scopo, per gli enti di governo dell'ambito, limitatamente al triennio 2015-2017, le nuove assunzioni, previo esperimento delle procedure di mobilità, fatte salve le maggiori facoltà assunzionali eventualmente previste dalla legge istitutiva, possono essere effettuate nel limite del 60 per cento delle proprie entrate correnti complessive, come risultanti dal bilancio consuntivo dell'anno precedente, e comunque nel limite complessivo della dotazione organica"».

2.1679

FRAVEZZI, ZELLER, BATTISTA, LANIECE, FAUSTO GUILHERME LONGO, PANIZZA, PUPPATO, VACCARI

Al comma 267, dopo la lettera e)*, aggiungere la seguente:*

«e-*bis)*. Dopo il comma 6, è aggiunto il seguente: "6-*ter*. Per gli enti territoriali che attivano le procedure previste dal presente articolo, le disposizioni di cui ai commi 551 e 552 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2013, n. 147 non trovano , applicazione"».

2.1680

TOMASELLI, BROGLIA

Al comma 267, dopo fa lettera e)*, aggiungere la seguente:*

«e-*bis)*. Dopo il comma 6 è aggiunto il seguente: "6-*ter*. Per gli enti territoriali che attivano le procedure previste dal presente articolo, le disposizioni di cui ai commi 551 e 552 dell'articolo unico della legge 27 dicembre 2013, n. 147 non trovano applicazione"».

2.1681

CERONI

Al comma 267, è inserita, in fine, la seguente lettera:

«e-*bis)*. Dopo il comma 6 è inserito il seguente: "6-*ter*. Per gli enti territoriali che attivano le procedure previste dal presente articolo, le disposizioni di cui ai commi 551 e 552 dell'articolo unico della legge 147/2013 non trovano applicazione"».

2.1682

CERONI

Dopo il comma 267 sono inseriti i seguenti:

«267-*bis*. All'articolo 34 comma 25, del decreto-legge 18 ottobre 2012, n. 179, convertito con ,

modificazioni dalla L. 17 dicembre 2012, n. 221, dopo le parole: "Legge 23 agosto 2004 n. 239" sono inserite le seguenti: "ai servizi di trasporto pubblico locale e regionale di cui al D. L.vo 422/97".

267-*ter*. Le disposizioni di cui all'articolo 3-*bis* del Decreto Legge 13 agosto 2011 n. 138, convertito con modificazioni dalla ,Legge 14 settembre 2011 n. 148, non si applicano ai servizi di trasporto , pubblico regionale e locale di cui al Decreto Legislativo 19 novembre 1997, n. 422. I bacini di mobilità per i servizi di trasporto pubblico locale e regionale, sono determinati in ragione dell'analisi della domanda di trasporto, tenendo conto delle economie di scala e dei criteri di efficientamento e di razionalizzazione indicati nel comma 3 dell'articolo 16-*bis* del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95. A tal fine le Regioni, d'intesa con le Città metropolitane ed i comuni capoluogo del proprio territorio, identificano i bacini di cui al periodo precedente e l'ente di governo degli stessi. Le Regioni entro 60 giorni dall'entrata in vigore della presente legge, per dare attuazione alle disposizioni di cui al precedente comma, convocano gli enti locali di cui al periodo precedente. In fase di prima applicazione, sono fatti salvi i bacini determinati anteriormente all'entrata in vigore della presente legge, ai sensi dell'articolo 3-*bis* del decreto-legge 13 agosto 2011, n. 138. È comunque fatta salva la facoltà delle Regioni di definire nuovamente i bacini in questione in base ai criteri, tempi e procedure di cui al presente comma».

2.1683

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 267, inserire il seguente:

«267-*bis*. All'articolo unico della legge n. 147 del 2013 sono apportate le seguenti modifiche:

a) Al comma 550 dopo la parola "società" è inserita le seguente: "totalmente";

b) al comma 550, alla fine del primo periodo sono inserite le seguenti parole: "per la parte di propria competenza";

c) il comma 551 è sostituito dal seguente:

"551. A decorre dall'esercizio 2016, nel caso in cui le società a totale partecipazione pubblica locale anche con capitale detenuto da più amministrazioni pubbliche presentino un risultato di esercizio o saldo finanziario negativo, le pubbliche amministrazioni partecipanti valutano la possibilità di ripiano, approvando un piano economico-finanziario che possa avviare un progetto di sviluppo della società che ne garantisca l'equilibrio strutturale. Limitatamente alle società che svolgono servizi pubblici locali a rete di rilevanza economica, compresa la gestione dei rifiuti, per risultato si intende la differenza tra valore e costi della produzione ai sensi dell'articolo 2425 del codice civile. Resta fermo quanto previsto al comma 555";

d) il comma 552 è abrogato».

2.1684

CERONI

Dopo il comma 267 inserire il seguente:

«267-*bis*. All'articolo unico della legge 147/2013 sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al comma 550 dopo la parola: "società" è inserita le seguente: "totalmente";

b) al comma 550, alla fine del primo periodo sono inserite le seguenti parole: "per la parte di propria competenza";

c) il comma 551 è sostituito dal seguente:

"551. A decorre dall'esercizio 2016, nel caso in cui le società a totale partecipazione pubblica locale anche con capitale detenuto da più amministrazioni pubbliche presentino un risultato di esercizio o saldo finanziario negativo, le pubbliche amministrazioni partecipanti valutano la possibilità di ripiano, approvando un piano economico-finanziario che possa avviare un progetto di sviluppo della società che ne garantisca l'equilibrio strutturale. Limitatamente alle società che svolgono servizi pubblici locali a rete di rilevanza economica, compresa la gestione dei rifiuti, per risultato si intende la differenza tra valore e costi della produzione ai sensi dell'articolo 2425 del codice civile. Resta fermo quanto previsto al comma 555";

d) il comma 552 è soppresso».

2.1685

FRAVEZZI, ZELLER, BATTISTA, LANIECE, FAUSTO GUILHERME LONGO, PANIZZA, PUPPATO, VACCARI

Dopo il comma 267, inserire il seguente:

«267-*bis*. Al comma 551, dell'articolo 1, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, e successive modificazioni, sono aggiunti, infine, il seguente periodo: "In alternativa a quanto stabilito al presente comma e dal comma 552, la pubblica amministrazione locale socia, nel caso in cui i soggetti di cui al comma 550 riportano un risultato di esercizio o saldo finanziario negativo, può approvare, entro il 30 giugno 2015, un piano di rientro ovvero di razionalizzazione degli stessi soggetti, avente la durata massima di quattro anni. Nel caso in cui per due anni consecutivi i soggetti di cui al periodo precedente, si scostano in senso peggiorativo dai parametri definiti nel piano di rientro ovvero di razionalizzazione, l'ente socio applica le disposizioni sull'accantonamento di cui al presente comma"».

2.1686

TOMASELLI, BROGLIA

Dopo il comma 267, aggiungere il seguente:

«267-*bis*. Al comma 551 della legge 27 dicembre 2013, n. 147, e successive modificazioni, è aggiunto infine il seguente periodo: "In alternativa a quanto stabilito al presente comma e dal comma 552, la pubblica amministrazione locale socia, nel caso in cui i soggetti di cui al comma 550 riportano un risultato di esercizio o saldo finanziario negativo, può approvare, entro il 30 giugno 2015, un piano di rientro ovvero di razionalizzazione degli stessi soggetti, avente la durata massima di quattro anni. Nel caso in cui per due anni consecutivi i soggetti di cui al periodo precedente, si scostano in senso peggiorativo dai parametri definiti nel piano di rientro ovvero di razionalizzazione, l'ente socio applica le disposizioni sull'accantonamento di cui al presente comma"».

2.1687

CERONI

Dopo il comma 267 è inserito il seguente:

«267-*bis*. Al comma 569 dell'articolo unico della legge 147/2013 sono apportate le seguenti modifiche:

a) le parole: "dodici mesi" sono sostituite con le seguenti: "ventiquattro mesi";

b) le parole da: ", decorsi i quali" fino a: "cessato", sono sostituite con le seguenti: "Nel caso di società a partecipazione mista pubblico-privata, la quota pubblica deve essere liquidata per un importo pari al valore della stessa in base ai criteri stabiliti all'articolo 2437-*ter* secondo comma e 2437-quater del codice civile, entro la scadenza di cui al precedente periodo. Se il socio privato non intende esercitare la prelazione, le partecipazioni sono alienate mediante procedura ad evidenza pubblica entro la medesima scadenza; se senza esito la società è posta in liquidazione. In caso di società a partecipazione totalmente pubblica anche con capitale detenuto da più soci pubblici, fermo restando i criteri stabiliti all'articolo 2437-*ter* secondo comma per definire il valore delle quote, le partecipazioni devono essere alienate mediante un unica procedura ad evidenza pubblica entro il 31/12/2015. Decorso tale termine la società è posta in liquidazione. A tal fine il socio di maggioranza nomina il commissario liquidatore"».

2.1688

CERONI

Dopo il comma 267 è inserito il seguente:

«267-*bis*. Alla fine del comma 551 delle legge 147/2013 s.m.i. è aggiunto il seguente periodo: "In alternativa a quanto stabilito al presente comma e dal comma 552, la pubblica amministrazione locale socia, nel caso in cui i soggetti di cui al comma 550 riportano un risultato di esercizio o saldo finanziario negativo, può approvare, entro il 30 giugno 2015, un piano di rientro ovvero di razionalizzazione degli stessi soggetti, avente la durata massima di quattro anni. Nel caso in cui per due anni consecutivi i soggetti di cui al periodo precedente, si discostano in senso peggiorativo dai parametri definiti nel piano di rientro ovvero di razionalizzazione, l'ente socio applica le disposizioni

sull'accantonamento di cui al presente comma"».

2.1689

CERONI

Dopo il comma 267 è inserito il seguente:

«267-*bis*. Al comma 568-*bis* dell'articolo unico della legge 27 dicembre 2013, n. 147 le parole: "dodici mesi" sono sostituite dalle seguenti: "ventiquattro mesi"».

2.1690

CERONI

Dopo il comma 267 è inserito il seguente:

«267-*bis*. All'articolo 16-*bis*, del decreto-legge n. 95 del 2012, convertito dalla legge n. 135 del 2012, al comma 1 è aggiunto, in fine, il seguente periodo; "Una quota parte del fondo di cui ai periodi precedenti è riservata alle città metropolitane di cui alla legge 56/2014. Tale quota ed i relativi criteri di ripartizione fra i soggetti interessati sono definiti con il decreto di cui al comma 3"».

2.1691

CERONI

Dopo il comma 267 è inserito il seguente:

«267-*bis*. All'articolo 16-*bis*, del decreto-legge n. 95 del 2012, convertito dalla legge n. 135 del 2012, al comma 1, aggiungere, in fine, il seguente periodo: "A partire dal 1 gennaio 2015, con il decreto di cui al comma 3, sono contestualmente definiti i criteri secondo i quali indivi4uare. una quota del fondo di cui al comma 1 che ciascuna Regione attribuisce direttamente agli enti di governo degli ambiti o bacini territoriali di cui all'articolo 3-*bis* del decreto-legge n. 138 del 2011 che comprendono le città metropolitane. I criteri sono definiti tenendo conto, in particolare:

a) della quota di domanda di mobilità riferita ai non residenti o non domiciliati (city users);

b) dell'offerta di servizi di trasporto pubblico locale su impianti fissi"».

2.1692

RUSSO, FASIOLO

Dopo il comma 267, inserire il seguente:

«267-*bis*. Al fine di estendere l'istituto della mobilità agli enti di diritto pubblico che non sono Pubbliche Amministrazioni, all'articolo 1 della legge 27 dicembre 2013, n. 147, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) dopo il comma 563 inserire il seguente:

"563-*bis*. La mobilità di cui al comma 563 è realizzabile anche per il passaggio di personale da Consorzi a totale capitale pubblico costituiti nella forma di Enti Pubblici a società di cui al comma stesso;

b) al comma 564 dopo la parola: "società" inserire le parole: "e i consorzi" e dopo: "563" le parole: "e 563-*bis*";

c) al comma 565 dopo la parola: "società" inserire le parole: "e i consorzi" e dopo: "563" le parole: "e 563-*bis*";

d) al comma 566 dopo la parola: "società" inserire le parole: "o consorzio";

e) al comma 567 dopo le parole: "le società partecipate" inserire le parole: "e i consorzi", dopo la parola: "563" inserire le parole: "e 563-*bis*" e dopo le parole: "altre società" inserire le parole: "o consorzi";

f) al comma 567-*bis* dopo le parole: "alla società" inserire le parole: "o al consorzio di cui al comma 563-*bis*" e dopo: "stessa società" inserire le parole: "o consorzio";

g) al comma 568 dopo le parole: "le società" inserire le parole: "e i consorzi"; dopo la parola: "563" inserire le parole: "e 563-*bis*"; al secondo periodo dopo le parole: "dalla società" inserire le parole: "o dal consorzio".».

2.1693

BORIOLI, FORNARO, CUCCA, LAI, CARDINALI, DALLA ZUANNA, PEGORER, MANASSERO, ALBANO, STEFANO ESPOSITO, PAGLIARI, TOMASELLI, CUOMO, ELENA

FERRARA, LO GIUDICE, FEDELI, CANTINI, PEZZOPANE

Dopo il comma 267, aggiungere il seguente:

«267-*bis*. All'articolo 4, comma 5 del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69, convertito con modificazioni dalla legge 9 agosto 2013, n. 98, dopo la parola: "corrispondente", aggiungere le parole: "le sanzioni non si applicano allorché i soggetti gestori dimostrino di aver attivato alle scadenze fissate le procedure necessarie per indire la gare e la mancata indizione dipenda da ragioni estranee alla loro iniziativa"».

2.1694

BORIOLI, FORNARO, CUCCA, LAI, CARDINALI, DALLA ZUANNA, PEGORER, MANASSERO, ALBANO, STEFANO ESPOSITO, PAGLIARI, TOMASELLI, CUOMO, ELENA FERRARA, LO GIUDICE, FEDELI, CANTINI, PEZZOPANE

Dopo il comma 267, aggiungere il seguente:

«267-*bis*. All'articolo 4, comma 3 del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69, convertito con modificazioni dalla legge 9 agosto 2013, n. 98, le parole: "di quattro mesi", sono sostituite dalle parole: "otto mesi".

2.1695

DI BIAGIO, LUIGI MARINO, MARINELLO

Dopo il comma 267, aggiungere il seguente:

«267-*bis*. Al comma 4 dell'articolo 234 del decreto legislativo 3 aprile 2006 n. 152 e successive modificazioni, le parole: "di beni in polietilene", ovunque ricorrano, sono sostituite con le seguenti: "di beni che presentano una percentuale di rifiuto di polietilene superiore al 40 per cento"».

2.1696

DI BIAGIO, LUIGI MARINO

Dopo il comma 267, aggiungere il seguente:

«267-*bis*. Al comma l dell'articolo 234 del decreto legislativo 3 aprile 2006 n. 152 e successive modificazioni, dopo le lettere *dd)* sono aggiunte le seguenti parole: "i prodotti assorbenti per la persona",».

2.1697

FRAVEZZI, ZELLER, BATTISTA, LANIECE, FAUSTO GUILHERME LONGO, PANIZZA, PUPPATO, VACCARI

Dopo il comma 267, inserire il seguente:

«267-*bis*. Al comma 551, dell'articolo 1, della legge 27 dicembre 2013, n. 147 e successive modificazioni, dopo il primo periodo, è aggiunto il seguente: "Gli importi accantonati non devono essere imputati al bilancio comunale corrente"».

2.1698

LANZILLOTTA

Dopo il comma 267, inserire il seguente:

«267-*bis*. Al comma 1 dell'articolo 5 della legge 8 novembre 1991, n. 381 è aggiunto, in fine, il seguente periodo: "Le convenzioni di cui al presente comma sono stipulate previo svolgimento di procedure di selezione idonee ad assicurare il rispetto dei principi di trasparenza, di non discriminazione e di efficienza"».

2.1699

LANZILLOTTA, SUSTA

Sostituire i commi da 268 a 272 con i seguenti:

«267-*bis*. Al fine di promuovere la razionalizzazione delle società partecipate locali, assicurare il coordinamento e il conseguimento degli obiettivi di finanza pubblica, il contenimento della spesa e il migliore svolgimento delle funzioni amministrative, le Regioni, le Province, le Città metropolitane, i Comuni, le Comunità montane e loro consorzi e associazioni, le istituzioni universitarie, gli Istituti autonomi case popolari, le Camere di commercio, industria, artigianato e agricoltura e loro associazioni, tutti gli enti pubblici non economici nazionali, regionali e locali, le amministrazioni, le

aziende e gli enti del Servizio sanitario nazionale, non possono mantenere, direttamente o indirettamente, partecipazioni o diritti dì voto in società non quotate sui mercati regolamentati, nelle quali la quota di capitale o la percentuale dei diritti di voto detenuta da tali amministrazioni, individualmente o unitamente ad altre amministrazioni pubbliche è inferiore al 10 per cento del capitale sociale o dei diritti di voto.

267-*ter*. Le amministrazioni pubbliche di cui al comma 267-*bis* non possono acquistare o assumere nuove partecipazioni o diritti di voto o comunque diventarne titolari, direttamente o indirettamente in società nelle quali la quota di capitale o la percentuale dei diritti di voto detenuta da tali amministrazioni, individualmente o unitamente ad altre amministrazioni sarebbe inferiore al 20 per cento del capitale sociale o dei diritti di voto, tenendo conto della partecipazione acquistata o assunta.

267-*quater*. Fermi restando i divieti di cui ai commi 267-*bis* e 267-*ter*, le amministrazioni di cui al comma 267-*bis* non possono mantenere o acquistare, direttamente o indirettamente, partecipazioni o diritti di voto in società che si trovino anche in una sola delle seguenti condizioni:

a) impieghino, alla data del 31 luglio 2014, meno di dieci lavoratori dipendenti;

b) abbiano conseguito, nell'ultimo esercizio concluso alla data di entrata in vigore della presente legge, un fatturato inferiore a 100.000 euro, al netto dei proventi straordinari;

c) non abbiano approvato il bilancio relativo all'ultimo esercizio entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge.

267-*quinquies*. Le amministrazioni di cui al comma 267-*bis* cedono a terzi le partecipazioni vietate ai sensi dello stesso comma tramite procedure a evidenza pubblica, entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge. Decorso tale termine, la partecipazione non alienata cessa a ogni effetto; entro i sei mesi successivi alla cessazione la società liquida in denaro il valore della quota del socio cessato in base ai criteri stabiliti all'articolo 2437-*ter*, secondo comma, del codice civile.

267-*sexies*. Con riguardo alle partecipazioni vietate ai sensi del. comma 267-*quater*, lettera *c)*, le amministrazioni di cui al comma 267-*bis* provvedono, entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge:

a) allo scioglimento della società ovvero, ove consentito, al suo accorpamento, mediante fusione, scissione o altra operazione equivalente, con l'amministrazione interessata o con altra società nella quale l'amministrazione detiene una partecipazione ammessa dalla presente legge o dalle altre norme vigenti;

b) in alternativa a quanto previsto dalla lettera *a)* del presente comma, all'alienazione della partecipazione, con le modalità e nei termini di cui al comma 267-*quinquies*.

267-*septies*. Gli amministratori designati dalle amministrazioni di cui al comma 267-*bis*, o da società da queste controllate, nelle società in cui è vietata la partecipazione ai sensi dei commi 267-*ter* decadono di diritto alla scadenza del sesto mese successivo alla data dì entrata in vigore della presente legge.

267-*octies*. I comuni con popolazione fino a 30.000 abitanti non possono, direttamente o indirettamente, costituire nuove società, né acquistare o assumere partecipazioni di controllo, solitario o congiunto, in società. I comuni con popolazione compresa tra 30.001 e 50.000 abitanti che, alla data di entrata in vigore della presente legge, non detengono partecipazioni in società, possono acquistare o assumere non più di una partecipazione di controllo, solitario o congiunto, in società. I comuni con popolazione compresa tra 30.001 e 50.000 abitanti che, alla data di entrata in vigore della presente legge, detengono partecipazioni in società non possono, direttamente o indirettamente, assumere o acquistare altre partecipazioni. le disposizioni del presente comma si applicano anche alle unioni di comuni con popolazione complessivamente inferiore alle soglie di cui al primo e al secondo periodo.

267-*nonies*. Al comma 5 dell'articolo 4 del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, e successive modificazioni, sono aggiunti, in fine, i seguenti periodi: "Le società controllate, direttamente o indirettamente, da comuni con popolazione inferiore a 50.000 abitanti che nell'ultimo esercizio precedente alla data di entrata in vigore della presente disposizione hanno conseguito un risultato economico negativo sono amministrate da un

amministratore unico. Nelle società in cui è in carica un consiglio di amministrazione, l'organo amministrativo decade di diritto alla data di entrata in vigore della presente disposizione ed è sostituito da un amministratore unico entro tre mesi dalla stessa data".

267-*decies*. Fermi restando tutti gli altri obblighi di pubblicità e trasparenza previsti dalla normativa vigente, le amministrazioni di cui al comma 267-*bis*, pubblicano sul proprio sito istituzionale, in una apposita sezione denominata "trasparenza", tutti gli atti connessi all'adempimento delle disposizioni dei commi 267-*bis e 267-ter* entro sette giorni dalla data in cui l'atto è stato adottato. Entro lo stesso termine, gli atti devono essere trasmessi alla competente sezione regionale di controllo della Corte dei conti.

267-*undecies*. In caso di inadempimento alle disposizioni di cui ai commi 267-*bis*, 267-*ter* o 267-*decies*, i trasferimenti statali a qualsiasi titolo spettanti alle amministrazioni inadempienti sono sospesi, nella misura del 30 per cento, fino all'integrale adempimento. Con riguardo agli enti territoriali, la sospensione è disposta con decreto del Ministro dell'interno a valere sui trasferimenti corrisposti dallo stesso Ministero, con esclusione di quelli destinati all'onere di ammortamento dei mutui. Con riguardo alle altre amministrazioni, la sospensione è effettuata con decreto del Ministro competente.

267-*duodecies*. In caso di inadempimento degli obblighi previsti dagli articoli 267-*bis*, 267-*ter* o 267-*decies*, ai dirigenti responsabili dell'ente titolare, direttamente o indirettamente della partecipazione, agli amministratori della società in cui la partecipazione è detenuta e, nel caso di partecipazione indiretta, agli amministratori della società che detiene la partecipazione si applica una sanzione amministrativa pecuniaria pari, per ciascun anno in cui si protrae l'inadempimento, al 20 per cento della retribuzione lorda annua, nel caso dei dirigenti, e all'intero emolumento spettante, nel caso degli amministratori.

267-*ter decies*. Restano fermi tutti gli altri obblighi di comunicazione e trasparenza, i divieti e le limitazioni alla detenzione e all'acquisto di partecipazioni da parte delle amministrazioni di cui al comma 267-*bis*, previsti dalla normativa vigente».

2.1700

MILO

Sostituire il comma 268 con il seguente:

«268-*bis*. Al fine di assicurare il coordinamento della finanza pubblica, il contenimento della spesa, il buon andamento dell'azione amministrativa e la tutela della concorrenza e del mercato, lo Stato, le regioni, le province autonome di Trento e di Bolzano, gli enti locali, le camere di commercio, industria, artigianato e agricoltura, le università e gli istituti di istruzione universitaria pubblici e le autorità portuali, a decorrere dal 1ÍL0 gennaio 2015, avviano un processo di alienazione delle società e delle partecipazioni societarie direttamente o indirettamente possedute, in modo da conseguire l'azzeramento delle stesse entro il 31 dicembre 2015».

2.1701

FRAVEZZI, ZELLER

Al comma 268, sopprimere le parole: «le province autonome di Trento e di Bolzano».

2.1702

LANZILLOTTA, ICHINO

Al comma 268 apportare le seguenti modificazioni:

a) sostituire la parola: «avviano» con la seguente: «realizzano»;

b) sopprimere la parola: «anche».

2.1703

PICCOLI, CERONI, AMIDEI

Al comma 268, lettera a)*, dopo le parole:* «finalità seguenti»*, come indicato negli statuti degli Enti,».*

2.1704

LANZILLOTTA, SUSTA, ICHINO

Al comma 268, lettera a)*, aggiungere infine il seguente periodo:*

«ai fini della presente lettera *a)*, si considerano non indispensabili al perseguimento delle finalità

istituzionali dell'ente le società che abbiano meno di dieci dipendenti o meno di euro 100.000 di fatturato, salvo il caso in cui tali società siano necessarie per l'erogazione di un servizio pubblico locale; in relazione a tali società, l'ente provvede alla liquidazione, cessione o accorpamento con altra società entro sei mesi dall'entrata in vigore della presente legge;».

2.1705

PICCOLI, CERONI, AMIDEI

Al comma 268, dopo lettera a)*, inserire la seguente:*

«*a*-bis. liquidazione delle società, o dismissione della partecipazioni di società di capitali, aventi fatturato medio inferiore a 100.000 euro annui negli ultimi tre anni;».

2.1706

CHIAVAROLI, BIANCONI, MANCUSO, GUALDANI

Al comma 268 dopo la lettera a) *aggiungere la seguente:*

«*a*-bis) soppressione delle società che alla data del 30 settembre 2014, risultino composte da soli amministratori o da un numero di amministratori superiore a quello dei dipendenti;».

2.1707

MOSCARDELLI, SCALIA, ORRU', LAI

Al comma 268 dopo la lettera d) *è aggiunta la seguente:*

«*d*-bis). Eliminazione delle società e delle partecipazioni societarie quando viene verificata la realizzabilità di una gestione concorrenziale dei servizi pubblici locali attraverso la liberalizzazione di tutte le attività economicamente compatibili con le caratteristiche di universalità e accessibilità del servizio, salvo l'ipotesi in cui l'applicazione delle regole di concorrenza non ostacolino, in diritto o in fatto, la speciale missione dell'ente pubblico».

2.1708

FRAVEZZI, ZELLER, PALERMO

Al comma 268, dopo la lettera d) *aggiungere la seguente:*

«*d*-bis) salvaguardia delle società e delle partecipazioni societarie c1Je, pur non perseguendo finalità istituzionali, svolgono attività di rilievo economico o imprenditoriale, purché presentino un. accertato grado di redditività e di ritorno economico».

2.1709

FRAVEZZI, ZELLER, PALERMO

Al comma 269 sopprimere le seguenti parole: «e delle province autonome di Trento e di Bolzano».

2.1710

CERONI

Al comma 269 sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al primo periodo le parole 31 marzo 2015 sono sostituite dalle seguenti: «30 maggio 2015»;

b) al secondo periodo, le parole: «alla competente sezione regionale di controllo della Corte dei conti», *sono sostituite dalle seguenti:* «al Ministero dell'economia e delle finanze»;

c) l'ultimo periodo è soppresso.

2.1711

CERONI

Dopo il comma 269, aggiungere i seguenti:

«269-*bis*. Ai fini dell'attuazione del piano operativo di razionalizzazione di cui al precedente comma 269 e di quanto previsto all'articolo 3, comma 27, della legge 24 dicembre 2007, numero 244, relativamente alla dismissione degli stabilimenti termali di proprietà delle amministrazioni centrali dello Stato, delle regioni, delle province, dei comuni, dei consorzi tra enti pubblici o di altri enti, posseduti direttamente o attraverso società controllate o consorzi anche se gestiti, mediante affidamento in subconcessione o altra forma giuridica, da soggetti diversi dall'amministrazione proprietaria o titolare della concessione mineraria, per la estinzione di eventuali posizioni debitorie sussistenti alla data del 31 dicembre 2014, la Cassa Depositi e Prestiti SpA può stipulare con gli istituti di credito interessati apposite convenzioni per la erogazione dei fondi necessari a far fronte ai

finanziamenti richiesti da amministrazioni, consorzi tra queste o società controllate e soggetti gestori degli stessi stabilimenti.

269-*ter*. I finanziamenti concessi dagli istituti di credito di citi al comma precedente, sono erogati a condizioni di mercato ed hanno durata trentennale.

269-*quater*. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, da emanarsi entro novanta giorni dalla data di conversione in legge del presente decreto, previa parere della Conferenza Unificata di citi al decreto legislativo del 28 agosto 1997. n. 281, sono individuati i criteri di valutazione degli stabilimenti termali e le modalità per la dismissione degli stessi.».

2.1712

MARGIOTTA

Dopo il comma 269, aggiungere i seguenti:

«269-*bis*. Ai fini dell'attuazione del piano operativo di razionalizzazione di cui al precedente comma 269 e di quanto previsto all'articolo 3, comma 27, della legge 24 dicembre 2007, numero 244, relativamente alla dismissione degli stabilimenti termali di proprietà delle amministrazioni centrali dello Stato, delle regioni, delle province, dei comuni, dei consorzi tra enti pubblici o di altri enti, posseduti direttamente o attraverso società controllate o consorzi anche se gestiti, mediante affidamento in subconcessione o altra forma giuridica, da soggetti diversi dall'amministrazione proprietaria o titolare della concessione mineraria, per la estinzione di eventuali posizioni debitorie sussistenti alla data del 31 dicembre 2014, la Cassa Depositi e Prestiti SpA può stipulare con gli istituti di credito interessati apposite convenzioni per la erogazione dei fondi necessari a far fronte ai finanziamenti richiesti da amministrazioni, consorzi tra queste o società controllate e soggetti gestori degli stessi stabilimenti.

269-*ter*. I finanzia menti concessi dagli istituti di credito di citi al comma precedente, sono erogati a condizioni di mercato ed hanno durata trentennale.

269-*quater*. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, da emanarsi entro novanta giorni dalla data di conversione in legge del presente decreto, previa parere della Conferenza Unificata di citi al decreto legislativo del 28 agosto 1997, n. 281, sono individuati i criteri di valutazione degli stabilimenti termali e le modalità per la dismissione degli stessi.».

2.1713

LO MORO

Dopo il comma 269, inserire i seguenti:

«269-*bis*. Ai fini dell'attuazione del piano operativo di razionalizzazione di cui al comma 269 e di quanto previsto all'articolo 3, comma 27, della legge 24 dicembre 2007, numero 244, relativamente alla dismissione degli stabilimenti termali di proprietà delle amministrazioni centrali dello Stato, delle regioni, delle province, dei comuni, dei consorzi tra enti pubblici o di altri enti, posseduti direttamente o attraverso società controllate o consorzi anche se gestiti, mediante affidamento in subconcessione o altra forma giuridica, da soggetti diversi dall'amministrazione proprietaria o titolare della concessione mineraria, per la estinzione di eventuali posizioni debitorie sussistenti alla data del 31 dicembre 2014, la Cassa Depositi e Prestiti SpA può stipulare con gli istituti di credito interessati apposite convenzioni per la erogazione dei fondi necessari a far fronte ai finanziamenti richiesti da amministrazioni, consorzi tra queste o società controllate e soggetti gestori degli stessi stabilimenti.

269-*ter*. I finanziamenti concessi dagli istituti di credito di cui al comma precedente, sono erogati a condizioni di mercato ed hanno durata trentennaIe.

269-*quater*. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, da emanar si entro novanta giorni dalla data di conversione in legge del presente decreto, previa parere della Conferenza Unificata di cui al decreto legislativo del 28 agosto 1997, il. 281, sono individuati i criteri di valutazione degli stabilimenti termali e le modalità per la dismissione degli stessi.».

2.1714

LANZILLOTTA, SUSTA

Dopo il comma 269, inserire il seguente comma:

«269-bis In caso di inadempimento alle disposizioni di cui ai commi 268 e 269, i trasferimenti statali a qualsiasi titolo spettanti alle amministrazioni inadempienti sono sospesi, nella misura del 30 per cento, fino all'integrale adempimento. Con riguardo agli enti territoriali, la sospensione è disposta con decreto del Ministro dell'interno a valere sui trasferimenti corrisposti dallo stesso Ministero, con esclusione di quelli destinati all'onere di ammortamento dei mutui. Con riguardo alle altre amministrazioni, la sospensione è effettuata con decreto del Ministro competente».

2.1715

ARRIGONI, COMAROLI, CONSIGLIO, CROSIO, TOSATO

Dopo il comma 269, è aggiunto il seguente:

«269-*bis*. Al comma 2-*bis*, dell'articolo 117, del decreto legislativo 30 aprile 1992, n. 285, al terzo periodo, dopo le parole: "sia presente sul veicolo" sono aggiunte le seguenti: "e ai veicoli con alimentazione elettrica o con motore ibrido in serie aventi una potenza specifica, riferita alla tara, inferiore a 100 kW/t."».

2.1716

CERONI, RAZZI

Apportare le seguenti modificazioni:

a) Al comma 271, il secondo periodo è soppresso.

b) dopo il comma 271 aggiungere il seguente:

«271-*bis*. Il comma 568-*bis* della legge 27 dicembre 2013, n. 147 è sostituito dal seguente:

"568-*bis*. Le pubbliche amministrazioni locali indicate nell'elenco di cui all'articolo 1, comma 3, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, e successive modificazioni, e le società da esse controllate direttamente o indirettamente possono procedere:

a) allo scioglimento delle società controllate direttamente o indirettamente, dei consorzi., delle aziende speciali, delle istituzioni e degli organismi partecipati comunque denominati ed in qualsiasi forma giuridica esistenti. Se lo scioglimento dell'organismo partecipato comunque denominato è in corso ovvero è deliberato, anche nel contesto attuativo dei piani operativi, non oltre il31 dicembre 2015, gli atti e le operazioni posti in essere in favore di pubbliche amministrazioni in seguito allo scioglimento dell'organismo partecipato comunque denominato sono esenti da imposizione fiscale, incluse le imposte sui redditi e l'imposta regionale sulle attività produttive ad eccezione dell'imposta sul valore aggiunto. Le imposte di registro, ipotecarie e catastali si applicano in misura fissa. In tal caso i dipendenti in forza alla data di entrata in vigore della presente disposizione sono ammessi di diritto alle procedure di cui ai commi da 563 a 568 del presente articolo. Ove lo scioglimento riguardi una società controllata indirettamente o un organismo partecipato controllato indirettamente, le plusvalenze realizzate in capo alla società controllante o all'organismo controllante comunque denominato non concorrono alla formazione del reddito e del valore della produzione netta e le minusvalenze sono deducibili nell'esercizio in cui sono realizzate e nei quattro successivi;

b) all'alienazione, a condizione che questa avvenga con procedura a evidenza pubblica deliberata non oltre dodici mesi ovvero sia in corso alla data di entrata in vigore della presente disposizione, delle partecipazioni detenute, in organismi comunque denominati, alla data di entrata in vigore della presente disposizione e alla contestuale assegnazione del servizio per cinque anni a decorrere dal 1 o gennaio 2014. In caso di società mista. al socio privato detentore di una quota di almeno il 30 per cento alla data di entrata in vigore della presente disposizione deve essere riconosciuto il diritto di prelazione. Ai fini delle imposte sui redditi e dell'imposta regionale sulle attività produttive, le plusvalenze non concorrono alla formazione del reddito e del. valore della produzione netta e le minusvalenze sono deducibili nell'esercizio in cui sono realizzate e nei quattro successivi".».

2.1717

VERDUCCI

Al comma 271, il secondo periodo è sostituito dal seguente:

«Il comma 568-*bis* della legge 27 dicembre 2013, n. 147 è sostituito dal seguente:

"568-*bis*. Le pubbliche amministrazioni locali indicate nell'elenco di cui all'articolo 1, comma 3, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, e successive modificazioni, e le società da esse controllate direttamente o indirettamente possono procedere:

a) allo scioglimento delle società controllate direttamente o indirettamente, dei consorzi, delle aziende speciali, delle istituzioni e degli organismi partecipati comunque denominati ed in qualsiasi forma giuridica esistenti. Se lo scioglimento dell'organismo partecipato comunque denominato è in corso ovvero è deliberato, anche nel contesto attuativo dei piani operativi, non oltre il 31 dicembre 2015, gli atti e le operazioni posti in essere in favore di pubbliche amministrazioni in seguito allo scioglimento dell'organismo partecipato comunque denominato sono esenti da imposizione fiscale, incluse le imposte sui redditi e l'imposta regionale sulle attività produttive, ad eccezione dell'imposta sul valore aggiunto. Le imposte di registro, ipotecarie e catastali si applicano in misura fissa In tal caso i dipendenti in forza alla data di entrata in vigore della presente disposizione sono ammessi di diritto alle procedure di cui ai commi da 563 a 568 del presente articolo. Ove lo scioglimento riguardi una società controllata indirettamente o un organismo partecipato controllato indirettamente, le plusvalenze realizzate in capo alla società controllante o all'organismo controllante comunque denominato non concorrono alla formazione del reddito e del valore della produzione netta e le minusvalenze sono deducibili nell'esercizio in cui sono realizzate e nei quattro successivi;

b) all'alienazione, a condizione che questa avvenga con procedura a evidenza pubblica deliberata non oltre dodici mesi ovvero sia in corso alla data di entrata in vigore della presente disposizione, delle partecipazioni detenute, in organismi comunque denominati, alla data di entrata in vigore della presente disposizione e alla contestuale assegnazione del servizio per cinque anni a decorrere dal 1º gennaio 2014. In caso di società mista, al socio privato detentore di una quota di almeno il 30 per cento alla data di entrata in Vigore della presente disposizione deve essere riconosciuto il diritto di prelazione. Ai fini delle imposte sui redditi e dell'imposta regionale sulle attività produttive, le plusvalenze non concorrono alla formazione del reddito e del valore della produzione netta e le minusvalenze sono deducibili nell'esercizio in cui sono realizzate e nei quattro successivi".».

Conseguentemente:

all'articolo 3, comma 21, lettera g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quintuplo».

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 50.000.000;
2016: ? 50.000.000;
2017: ? 50.000.000.

2.1718

ZANONI, DEL BARBA, LO MORO, PEZZOPANE, BROGLIA, PAGLIARI, MARGIOTTA, BERTUZZI

Al comma 271, il secondo periodo è sostituito dal seguente:

«Il comma 568-*bis* della legge 27 dicembre 2013, n. 147, è sostituito dal seguente:

"568-*bis*. Le pubbliche amministrazioni locali indicate nell'elenco di cui all'articolo 1, comma 3, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, e successive modificazioni, e le società da esse controllate direttamente o indirettamente possono procedere:

a) allo scioglimento delle società controllate direttamente o indirettamente, dei consorzi, delle aziende speciali, delle istituzioni e degli organismi partecipati comunque denominati ed in qualsiasi forma giuridica esistenti. Se lo scioglimento dell'organismo partecipato comunque denominato è in corso ovvero è deliberato, anche nel contesto attuativo dei piani operativi, non oltre il 31 dicembre 2015, gli atti e le operazioni posti in essere in favore di pubbliche amministrazioni in seguito allo scioglimento dell'organismo partecipato comunque denominato sono esenti da imposizione fiscale, incluse le imposte sui redditi e l'imposta regionale sulle attività produttive, ad eccezione dell'imposta sul valore aggiunto. Le imposte di registro, ipotecarie e catastali si applicano in misura fissa. In tal

caso i dipendenti in forza alla data di entrata in vigore della presente disposizione sono ammessi di diritto alle procedure di cui ai commi da 563 a 568 del presente articolo. Ove lo scioglimento riguardi una società controllata indirettamente o un organismo partecipato controllato indirettamente, le plusvalenze realizzate in capo alla società controllante o all'organismo controllante comunque denominato non concorrono alla formazione del reddito e del valore della produzione netta e le minusvalenze sono deducibili nell'esercizio in cui sono realizzate e nei quattro successivi;

b) all'alienazione, a condizione che questa avvenga con procedura a evidenza pubblica deliberata non oltre dodici mesi ovvero sia in corso alla data di entrata in vigore della presente disposizione, delle partecipazioni detenute, in organismi comunque denominati, alla data di entrata in vigore della presente disposizione e alla contestuale assegnazione del servizio per cinque anni a decorrere dal 1º gennaio 2014. In caso di società mista, al socio privato detentore di una quota di almeno il 30 per cento alla data di entrata in vigore della presente disposizione deve essere riconosciuto il diritto di prelazione. Ai fini delle imposte sui redditi e dell'imposta regionale sulle attività produttive, le plusvalenze non concorrono alla formazione del reddito e del valore della produzione netta e le minusvalenze sono deducibili nell'esercizio in cui sono realizzate e nei quattro successivi"».

2.1719

LANGELLA

Al comma 271, il secondo periodo è sostituito dal seguente:

«Il comma 568-*bis* della legge 27 dicembre 2013, n. 147 è sostituito dal seguente:

"568-*bis*. Le pubbliche amministrazioni locali indicate nell'elenco di cui all'articolo 1, comma 3, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, e successive modificazioni, e le società da esse controllate direttamente o indirettamente possono procedere:

a) allo scioglimento delle società controllate direttamente o indirettamente, dei consorzi, delle aziende speciali, delle istituzioni e degli organismi partecipati comunque denominati ed in qualsiasi forma giuridica esistenti. Se lo scioglimento dell'organismo partecipato comunque denominato è in corso ovvero è deliberato, anche nel contesto attuativo dei piani operativi, non oltre il 31 dicembre 2015, gli atti e le operazioni posti in essere in favore di pubbliche amministrazioni in seguito allo scioglimento dell'organismo partecipato comunque denominato sono esenti da imposizione fiscale, incluse le imposte sui redditi e l'imposta regionale sulle attività produttive, ad eccezione dell'imposta sul valore aggiunto. Le imposte di registro, ipotecarie e catastali si applicano in misura fissa. In tal caso i dipendenti in forza alla data di entrata in vigore della presente disposizione sono ammessi di diritto alle procedure di cui ai commi da 563 a 568 del presente articolo. Ove lo scioglimento riguardi una società controllata indirettamente o un organismo partecipato controllato indirettamente, le plusvalenze realizzate in capo alla società controllante o all'organismo controllante comunque denominato non concorrono alla formazione del reddito e del valore della produzione netta e le minusvalenze sono deducibili nell'esercizio in cui sono realizzate e nei quattro successivi;

b) all'alienazione, a condizione che questa avvenga con procedura a evidenza pubblica deliberata non oltre dodici mesi ovvero sia in corso alla data di entrata in vigore della presente disposizione, delle partecipazioni detenute, in organismi comunque denominati, alla data di entrata in vigore della presente disposizione e alla contestuale assegnazione del servizio per cinque anni a decorrere dal 1º gennaio 2014. In caso di società mista, al socio privato detentore di una quota di almeno il 30 per cento alla data di entrata in vigore della presente disposizione deve essere riconosciuto il diritto di prelazione. Ai fini delle imposte sui redditi e dell'imposta regionale sulle attività produttive, le plusvalenze non concorrono alla formazione del reddito e del valore della produzione netta e le minusvalenze sono deducibili nell'esercizio in cui sono realizzate e nei quattro successivi"».

2.1720

FRAVEZZI, ZELLER, PALERMO

Dopo il comma 271, è inserito il seguente:

«271-*bis*. Le regioni a statuto speciale e le province autonome di Trento e di Bolzano provvedono alle finalità dei commi da 268 a 271, tenuto conto dei tempi di riordino e di adeguamento dei rispettivi ordinamenti finanziari. A tal fine i termini previsti per gli adempimenti dai predetti commi sono prorogati di sei mesi».

2.1721

ARRIGONI, CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Al comma 272, sostituire le parole: «comunque partecipate» *con le seguenti:* «comunque direttamente partecipate».

2.1722

MANASSERO

Dopo il comma 272, aggiungere i seguenti:

«272-*bis*. All'articolo 53, comma 6 del decreto legislativo 30 marzo 2001, n.165, è aggiunta, infine, la seguente lettera:

"f-*ter*. Dalla partecipazione a commissioni, comitati ed organismi di altre pubbliche amministrazioni"

272-*ter*. I termini previsti dal comma 31-*ter*, dell'articolo 14 del decreto-legge 31 maggio 2010 n. 78 convertito in legge 30 luglio 2010, n. 122 e successive modifiche ed integrazioni sono sospesi, in attesa delle disposizioni di attuazione del decreto legislativo 26 novembre 2010, n. 216 e successive modifiche ed integrazioni recante: "Disposizioni in materia di determinazione dei costi e dei fabbisogni *standard* di Comuni, Città metropolitane e Province".

272-*quater*. Al comma 3 dell'articolo 23-*ter* del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90 convertito in legge 11 agosto 2014, n. 114 sono soppresse le parole: "con popolazione superiore a 10.000 abitanti".

272-*quinquies*. È soppresso il comma 8 dell'articolo 7 della legge 05 giugno 2003, n. 131 recante: "Disposizioni per l'adeguamento dell'ordinamento della Repubblica alla legge costituzionale 18/10/2001, n. 3".

272-*sexies*. All'articolo 3 del decreto-legge n. 95 del 6 luglio 2012, convertito in legge 7 agosto 2012, n. 135, dopo il comma 4 è aggiunto il seguente:

"4-*bis*. Al fine di garantire la sicurezza pubblica, per le caserme delle forze dell'ordine ospitate presso proprietà private, i comuni appartenenti al territorio di competenza delle stesse possono contribuire al pagamento del canone di locazione come determinato dall'agenzia delle entrate".

272-*septies*. All'articolo 1, comma 562 della legge 27-12-2006, n. 296 dopo le parole: "Per gli enti non sottoposti alle regole del patto di stabilità interno, le spese di personale, al lordo degli oneri riflessi a carico delle amministrazioni e dell'IRAP, con esclusione degli oneri relativi ai rinnovi contrattuali, non devono superare il corrispondente ammontare dell'anno 2008. Gli enti di cui al primo periodo possono procedere all'assunzione di personale nel limite delle cessazioni di rapporti di lavoro a tempo indeterminato complessivamente intervenute nel precedente anno, ivi compreso il personale di cui al comma 558" sono aggiunte le parole: "ad eccezione dei comuni con un numero massimo di dipendenti a tempo pieno non superiore a cinque"».

Conseguentemente, Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 50.000.000;
2016: ? 50.000.000;
2017: ? 50.000.000.

2.1723

FORMIGONI

Dopo il comma 272, aggiungere i seguenti:

«272-*bis*. All'articolo 53, comma 6, decreto legislativo 30 Marzo 2001, n.165, è aggiunto, infine, il seguente:

"f-*ter*. Dalla partecipazione a commissioni, comitati ed organismi di altre pubbliche amministrazioni".

272-*ter*. I termini previsti dal comma 31-*ter* dell'articolo 14 del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78 convertito in legge 30 luglio 2010, n. 122 e successive modifiche ed integrazioni sono sospesi, in attesa delle disposizioni di attuazione del decreto legislativo 26 novembre 2010, n. 216 e successive modifiche ed integrazioni recante: "Disposizioni in materia di determinazione dei costi e dei fabbisogni *standard* di Comuni, Città metropolitane e Province".

272-*quater*. Al comma 3 dell'articolo 23-*ter* del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90, convertito in legge 11/08/2014, n. 114 sono soppresse le parole: "con popolazione superiore a 10.000 abitanti".

272-*quinquies*. È soppresso il comma 8 dell'articolo 7 della legge 05/06/2003, n. 131, recante: "Disposizioni per l'adeguamento dell'ordinamento della Repubblica alla legge costituzionale 18/10/2001, n. 3".

272-*sexies*. Dopo l'articolo 3, comma 4, del decreto-legge n. 95 del 6 luglio 2012 , convertito in legge 7 agosto 2012, n. 135, viene introdotto il comma:
"4-*bis*. Al fine di garantire la sicurezza pubblica, per le caserme delle forze dell'ordine ospitate presso proprietà private, i comuni appartenenti al territorio di competenza delle stesse possono contribuire al pagamento del canone di locazione come determinato dall'agenzia delle entrate".

272-*septies*. All'articolo 1, comma 562, della legge 296 del 27/12/2006 dopo le parole: "Per gli enti non sottoposti alle regole del patto di stabilità interno, le spese di personale, al lordo degli oneri riflessi a carico delle amministrazioni e dell'IRAP, con esclusione degli oneri relativi ai rinnovi contrattuali, non devono superare il corrispondente ammontare dell'anno 2008. Gli enti di cui al primo periodo possono procedere all'assunzione di personale nel limite delle cessazioni di rapporti di lavoro a tempo indeterminato complessivamente intervenute nel precedente anno, ivi compreso il personale di cui al comma 558" sono aggiunte le parole: "ad eccezione dei comuni con un numero massimo di dipendenti a tempo pieno non superiore a cinque"».

2.1724

MARINELLO, MANCUSO, GUALDANI

Dopo il comma 272, inserire il seguente:

«272-*bis*. Al fine di attuare la risoluzione del Parlamento europeo del 14 marzo 2013 e di concorrere alla tutela e alla salvaguardia della salute e dell'ambiente anche attraverso l'adozione di misure straordinarie tese a promuovere e a sostenere la bonifica dei beni e delle aree contenenti amianto, è istituito un programma di finanziamento straordinario per l'amianto per le annualità 2015-2035.

272-*ter*. Con decreto del Ministro dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, previa intesa in sede di Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le Regioni e le Province autonome di Trento e Bolzano, ai sensi dell'articolo 3 del decreto legislativo 28 agosto 1997, n. 281, sono individuati i criteri per la ripartizione tra le Regioni delle risorse disponibili sulla base degli interventi da finanziare, nonché le modalità di erogazione delle suddette risorse; in sede di prima applicazione, con il medesimo decreto, da emanare entro 60 giorni dall'entrata in vigore della presente legge, è approvato altresì un piano-stralcio con l'individuazione dei progetti immediatamente cantierabili.

272-*quater*. Ai presidenti delle Regioni, in qualità di Commissari straordinari per l'attuazione del programma di finanziamento straordinario per l'amianto, si applicano le disposizioni di cui all'articolo 10, comma 1, del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 91, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 agosto 2014, n. 116; a tal fine, essi sono autorizzati dal Ministero dell'economia e delle finanze, d'intesa con il Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, a stipulare appositi mutui ventennali, sulla base di criteri di economicità e di contenimento della spesa, con oneri di ammortamento a totale carico dello Stato, con la Banca europea per gli investimenti, con la Banca di Sviluppo del Consiglio d'Europa, con la società Cassa depositi e prestiti Spa, e con i soggetti autorizzati all'esercizio dell'attività bancaria, ai sensi del decreto legislativo 1º settembre 1993, n. 385. Ai sensi dell'articolo 1, comma 75, della legge 30 dicembre 2004, n. 311, le rate di ammortamento dei mutui attivati sono pagate agli istituti finanziatori direttamente dallo Stato. A tal fine sono stanziati contributi pluriennali per euro 5 milioni annui per la durata dell'ammortamento del mutuo, a decorrere

dall'anno 2015. Le modalità di attuazione del presente comma sono stabilite con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, di concerto con il Ministro dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, da adottare entro tre mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, in conformità ai contenuti del decreto del Ministro dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare di cui al comma 2.

272-*quinquies*. Alle rate di ammortamento dei mutui, relativi alle annualità 2015-2017, si fa fronte, nei limiti di euro 5 milioni annui, a valere sulle somme iscritte in Tabella B del Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare.

272-*sexies*. Il Ministro dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare predispone una relazione da trasmettere annualmente alle Camere sullo stato di avanzamento dei lavori relativi al presente articolo e sull'andamento della spesa destinata ai medesimi interventi. Ai fini dell'elaborazione della predetta relazione, possono essere richiesti elementi informativi alle amministrazioni territorialmente competenti».

2.1725

SANGALLI, TOMASELLI, CALEO

Dopo il comma 272 inserire i seguenti:.

«272-*bis*. Il Consorzio obbligatorio di cui all'articolo 2 del decreto-legge 17 giugno 1996, n. 321, convertito con modificazioni dalla legge 8 agosto 1996, n. 421, e successive modificazioni, è soppresso e le relative funzioni sono trasferite alla società di gestione di cui all'articolo 8 del decreto ministeriale 6 aprile 2006, n. 174, e successive modificazioni, recante il regolamento per il funzionamento del sistema telematico delle Borse merci italiane. Alla medesima società sono trasferiti i rapporti attivi e passivi necessari allo svolgimento delle funzioni attribuite al soppresso Consorzio.

272-*ter*. La società di gestione di cui al comma 1 individua le forme di coinvolgimento dei mercati agro alimentari all'ingrosso ai fini della migliore gestione delle funzioni attribuite dal presente articolo. Ai predetti fini, le società e gli organismi anche di natura privata, comunque denominati, che gestiscono mercati agroalimentari all'ingrosso, sono soggetti agli obblighi di cui al secondo comma, lettera *h)*, dell'articolo 8 della legge 25 marzo 1959, n. 125, all'articolo 8 del Decreto del Ministro per l'industria, il commercio e l'artigianato del 10 aprile 1970 (pubblicato nella Gazzetta Ufficiale del 31 agosto 1970, n. 219) e all'articolo 7 del decreto legislativo 6 settembre 1989, n. 322.

272-*quater*. Le funzioni trasferite ai sensi del comma 1 sono svolte nel rispetto delle direttive impartite dal Ministro dello sviluppo economico, integrando tali funzioni con quelle di cui all'articolo 8, comma 4, lettere *a)*, *h)*, *l)* ed *m)* del medesimo decreto n. 174 del 2006. Con uno o più decreti di natura non regolamentare del Ministro dello sviluppo economico sono definiti i termini e le modalità della liquidazione del Consorzio di cui al primo periodo e della successione nei rapporti non estinti e le altre disposizioni di dettaglio per l'attuazione del presentearticolo».

2.1726

RUSSO, FASIOLO, MARAN, PEGORER, SONEGO, VACCARI

Dopo il comma 272, aggiungere i seguenti:

«272-*bis*. Il Commissario di Governo per il Friuli-Venezia Giulia, previa intesa con il Presidente della Regione Friuli-Venezia Giulia e con il Sindaco di Trieste, adotta, d'intesa con le istituzioni competenti, i provvedimenti necessari per spostare il regime giuridico internazionale di Punto Franco dal Porto vecchio di Trieste ad altre zone opportunamente individuate, funzionalmente e logisticamente legate alle attività portuali.

272-*ter*. In conseguenza dei sopracitati provvedimenti, le aree, le costruzioni e le altre opere appartenenti al demanio marittimo compresi nel confine della circoscrizione portuale, escluse le banchine, l'Adriaterminal e la fascia costiera del Porto Vecchio di Trieste , sono sdemanializzate ed assegnate al patrimonio disponibile del Comune di Trieste per essere destinate alle finalità previste dagli strumenti urbanistici. Il Comune di Trieste aliena, nel rispetto della legislazione nazionale ed europea in materia, le aree e gli immobili sdemanializzati e i relativi introiti sono trasferiti all'Autorità Portuale di Trieste per gli interventi di infrastrutturazione del porto Nuovo e delle nuove aree destinate

al regime internazionale di Punto Franco. Sono fatti salvi i diritti e gli obblighi derivanti dai contratti di concessione di durata superiore a quattro anni in vigore, che sono convertiti, per la porzione di aree relative, in diritto di uso in favore del concessionario per la durata residua della concessione. Il presidente dell'Autorità portuale, d'intesa con il Presidente della regione Friuli Venezia Giulia e con il Sindaco di Trieste, delimita le aree che restano vincolate al demanio marittimo.

272-*quater*. L'uso delle aree demaniali del Porto Vecchio di Trieste è disciplinato da apposito regolamento da emanarsi a cura dell'Autorità Portuale di Trieste in esecuzione di quanto previsto dall'articolo 6, comma 1, lettera *a)*, dall'articolo 8, comma 3, lettera *h)* e dall'articolo 13, comma 1, lettera *a)* della legge 28 gennaio 1994, n. 84».

2.1727

RUSSO, FASIOLO

Dopo il comma 272, inserire in fine i seguenti:

«272-*bis*. Il Commissario di Governo per il Friuli-Venezia Giulia, previa intesa con il Presidente della Regione Friuli-Venezia Giulia e con il Sindaco di Trieste, adotta, d'intesa con le istituzioni competenti, i provvedimenti necessari per spostare il regime giuridico internazionale di Punto Franco dal Porto vecchio di Trieste ad altre zone opportunamente individuate, funzionalmente e logisticamente legate alle attività portuali.

272-*ter*. In conseguenza dei sopracitati provvedimenti, le aree, le costruzioni e le altre opere appartenenti al demanio marittimo compresi nel confine della circoscrizione portuale, escluse le banchine, l'Adriaterminal e la fascia costiera del Porto Vecchio di Trieste, sono sdemanializzate ed assegnate al patrimonio disponibile del Comune di Trieste per essere destinate alle finalità previste dagli strumenti urbanistici. Il Comune di Trieste aliena, nel rispetto della legislazione nazionale ed europea in materia, le aree e gli immobili sdemanializzati e i relativi introiti sono trasferiti all'Autorità Portuale di Trieste per gli interventi di infrastrutturazione del porto Nuovo e delle nuove aree destinate al regime internazionale di Punto Franco. Sono fatti salvi i diritti e gli obblighi derivanti dai contratti di concessione di durata superiore a quattro anni in vigore, che sono convertiti, per la porzione di aree relative, in diritto di uso in favore del concessionario per la durata residua della concessione. Il presidente dell'Autorità portuale, d'intesa con il Presidente della regione Friuli Venezia Giulia e con il Sindaco di Trieste, delimita le aree che restano vincolate al demanio marittimo.

272-*quater*. L'uso delle aree demaniali del Porto Vecchio di Trieste è disciplinato da apposito regolamento da emanarsi a cura dell'Autorità Portuale di Trieste in esecuzione di quanto previsto dall'articolo 6, comma 1, lettera *a)*, dall'articolo 8, comma 3, lettera *h)* e dall'articolo 13, comma 1, lettera *a)* della legge 28 gennaio 1994, n. 84».

2.1728

COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI

Dopo il comma 272, inserire i seguenti:

«272-*bis*. Le Regioni e gli enti locali hanno la facoltà di mantenere, fino alla scadenza del periodo transitorio di cui all'articolo 8.2 del regolamento (CE) n. 1370/2007, gli affidamenti in essere, relativi a servizi di trasporto pubblico locale su strada, ad operatori che hanno affidato la delega di gestione ad un nuovo socio o che sono succeduti al precedente gestore, partecipato da enti locali, a seguito di operazioni societarie, comprese fusioni, conferimenti o acquisizioni. Resta salva la facoltà dell'operatore di rinunciare alla prosecuzione del servizio, in caso di mancato accordo con il soggetto affidante sulle condizioni di prosecuzione.

272-*ter*. La disposizione di cui al comma precedente si applica anche ove l'affidamento dei servizi sia in capo ad una società consortile, di cui all'articolo 2615-*ter* c.c., nella quale risulti socio di maggioranza un soggetto giuridico che verta nella fattispecie di cui al comma precedente».

2.1729

GUALDANI

Dopo il comma 272, inserire i seguenti:

«272-*bis*. Le Regioni e gli enti locali hanno la facoltà di mantenere, fino alla scadenza del periodo

transitorio di cui all'articolo 8.2 del regolamento (CE) n. 1370/2007, gli affidamenti in essere, relativi a servizi di trasporto pubblico locale su strada, ad operatori che hanno affidato la delega di gestione ad un nuovo socio o che sono succeduti al precedente gestore, partecipato da enti locali, a seguito di operazioni societarie, comprese fusioni, conferimenti o acquisizioni. Resta salva la facoltà dell'operatore di rinunciare alla prosecuzione del servizio, in caso di mancato accordo con il soggetto affidante sulle condizioni di prosecuzione.

272-*ter*. La disposizione di cui al comma precedente si applica anche ove l'affidamento dei servizi sia in capo ad una società consortile, di cui all'articolo 2615-*ter* c.c., nella quale risulti socio di maggioranza un soggetto giuridico che verta nella fattispecie di cui al comma precedente».

2.1730

VERDUCCI

Dopo il comma 272, inserire i seguenti:

«272-*bis*. Le Regioni e gli enti locali hanno la facoltà di mantenere, fino alla scadenza del periodo transitorio di cui all'articolo 8.2 del regolamento (CE) n. 1370/2007, gli affidamenti in essere, relativi a servizi di trasporto pubblico locale su strada, ad operatori che hanno affidato la delega di gestione ad un nuovo socio o che sono succeduti al precedente gestore, partecipato da enti locali, a seguito di operazioni societarie, comprese fusioni, conferimenti o acquisizioni. Resta salva la facoltà dell'operatore di rinunciare alla prosecuzione del servizio, in caso di mancato accordo con il soggetto affidante sulle condizioni di prosecuzione.

272-*ter*. La disposizione di cui al comma precedente si applica anche ove l'affidamento dei servizi sia in capo ad una società consortile, di cui all'articolo 2615-*ter* del codice civile, nella quale risulti socio di maggioranza un soggetto giuridico che verta nella fattispecie di cui al comma precedente».

2.1731

MARGIOTTA

Dopo il comma 272, inserire i seguenti:

«272-*bis*. Le Regioni e gli enti locali hanno la facoltà di mantenere, fino alla scadenza del periodo transitorio di cui all'articolo 8.2 del regolamento (CE) n. 1370/2007, gli affidamenti in essere, relativi a servizi di trasporto pubblico locale su strada, ad operatori che hanno affidato la delega di gestione ad un nuovo socio o che sono succeduti al precedente gestore, partecipato da enti locali, a seguito di operazioni societarie, comprese fusioni, conferimenti o acquisizioni. Resta salva la facoltà dell'operatore di rinunciare alla prosecuzione del servizio, in caso di mancato accordo con il soggetto affidante sulle condizioni di prosecuzione.

272-*ter*. La disposizione di cui al comma precedente si applica anche ove l'affidamento dei servizi sia in capo ad una società consortile, di cui all'articolo 2615-*ter* c.c., nella quale risulti socio di maggioranza un soggetto giuridico che verta nella fattispecie di cui al comma precedente».

2.1732

GUERRA

Dopo il comma 272, sono aggiunti i seguenti:

«272-*bis*. All'articolo 26 del Decreto del Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, n. 602, il secondo comma è sostituito dal seguente:

"2. La notifica della cartella può essere eseguita, con le modalità di cui al decreto del Presidente della Repubblica 11 febbraio 2005, n. 68, a mezzo posta elettronica certificata, all'indirizzo risultante dagli elenchi a tal fine previsti dalla legge. Nel caso di imprese individuali o costituite in forma societaria, nonché di professionisti iscritti in albi o elenchi, la notifica avviene esclusivamente con tali modalità, all'indirizzo risultante dall'indice nazionale degli indirizzi di posta elettronica certificata (INI-PEC). All'agente della riscossione è consentita la consultazione telematica e l'estrazione, anche in forma massiva, di tali indirizzi. Non si applica l'articolo 149-*bis* del codice di procedura civile. Se l'indirizzo di posta elettronica del destinatario non risulta valido ed attivo, la notificazione deve eseguirsi, mediante deposito dell'atto presso gli uffici della Camera di Commercio competente per territorio e pubblicazione del relativo avviso sul sito informatico della medesima, dandone notizia allo

stesso destinatario per raccomandata con avviso di ricevimento. Analogamente si procede, quando la casella di posta elettronica risulta satura anche dopo un secondo tentativo di notifica, da effettuarsi decorsi quindici giorni dal primo invio. Per le persone fisiche intestatarie di una casella di posta elettronica certificata, che ne facciano comunque richiesta, la notifica è eseguita esclusivamente con tali modalità all'indirizzo dichiarato all'atto della richiesta stessa, ovvero a quello successivamente comunicato all'agente della riscossione all'indirizzo di posta elettronica risultante dall'indice degli indirizzi delle pubbliche amministrazioni istituito ai sensi dell'articolo 57-*bis* del Decreto legislativo 7 marzo 2005 n. 82".

272-*ter*. Al fine di garantire alle Camere di Commercio i tempi tecnici necessari per l'adeguamento alle nuove previsioni, le disposizioni modificative di cui al comma 272-*bis*, si applicano alle notifiche effettuate a decorrere dal 1º maggio 2015. Fino a tale data resta ferma la disciplina vigente alla data di entrata in vigore della presente legge».

2.1733

SAGGESE

Dopo il comma 272, aggiungere il seguente:

«272-*bis*. Per le finalità collegate alla prosecuzione ed allo sviluppo della partecipazione italiana ai programmi strategici spaziali europei, il fondo ordinario per gli enti di ricerca finanziati dal Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca, di cui all'articolo 7 del decreto legislativo 5 giugno 1998, n. 204, e successive modificazioni, è incrementato di 50 milioni per l'anno 2015 e di 200 milioni di euro per ciascuno degli anni 2016 e 2017».

Conseguentemente, alla Tabella B, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 50.000.000;
2016: ? 200.000.000;
2017: ? 200.000.000.

2.1734

MARINELLO, GUALDANI, MANCUSO

Dopo il comma 272 aggiungere il seguente:

«272-*bis*. Per le finalità di cui all'articolo 4-*bis* del decreto-legge 24 giugno 1978, TI. 299, convertito, con modificazioni, dalla legge 4 agosto 1978, n. 464, e successive modificazioni, anche al fine di definire i contenziosi in atto, ai comuni di cui alla medesima disposizione è attribuito un contributo in ragione di 30 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017. Con decreto del Ministro delle infrastrutture e dei trasporti, da adottare entro novanta giorni della data di entrata in vigore della presente legge, il contributo di cui al presente comma è ripartito tra i comuni interessati con provvedimento del Ministero delle Infrastrutture e dei Trasporti, nel rispetto delle quote percentuali concordate con il Coordinamento degli Enti territoriali interessati».

Conseguentemente alla tabella A, voce ministero dell'economia e delle finanze*, ridurre come segue gli stanziamenti previsti:*

2015: ? 30.000.000;
? 2016: ? 30.000.000;
? 2017: ? 30.000.000.

2.1735

MARINELLO, GUALDANI, MANCUSO

Dopo il comma 272 aggiungere il seguente:

«272-*bis*. Per le finalità di cui all'articolo 4-*bis* del decreto-legge 24 giugno 1978, n. 299, convertito, con modificazioni, dalla legge 4 agosto 1978, n. 464, e successive modificazioni, anche al fine di definire i contenziosi in atto, ai comuni di cui alla medesima disposizione è attribuito un contributo di 30 milioni di euro per l'anno 2015. Con decreto del Ministro delle infrastrutture e dei trasporti, da adottare entro novanta giorni della data di entrata in vigore della presente legge, il contributo di cui al presente comma è ripartito tra i comuni interessati con provvedimento del

Ministero delle Infrastrutture e dei Trasporti, nel rispetto delle quote percentuali concordate con il Coordinamento degli Enti territoriali interessati».

Conseguentemente alla tabella A, voce ministero dell'economia e delle finanze*, ridurre come segue gli stanziamenti previsti:*

2015: ? 30.000.000;

2.1736

MARINELLO, MANCUSO, GUALDANI

Dopo il comma 272 aggiungere il seguente:

«272-*bis*. Per le finalità previste all'articolo 1, comma 225 della legge 24 dicembre 2012 n. 228 (legge di stabilità 2013) è attribuito agli enti territoriali interessati un contributo pari a 30 milioni di euro per ciascun anno relativamente agli anni 2015 ? 2016 ? 2017. La ripartizione delle somme ai Comuni è effettuata , con provvedimento del Ministero delle Infrastrutture e dei Trasporti, nel rispetto delle quote percentuali concordate con il Coordinamento degli Enti territoriali interessati».

Conseguentemente alla tabella A, voce ministero dell'economia e delle finanze*, ridurre come segue gli stanziamenti previsti:*

2015: ? 30.000.000;

? 2016: ? 30.000.000;

? 2017: ? 30.000.000.

2.1737

MARINELLO, MANCUSO, GUALDANI

Dopo il comma 272 aggiungere il seguente:

«272-*bis*. Per le finalità previste all'articolo 1, comma 225 della legge 24 dicembre 2012 n. 228 (legge di stabilità 2013) è attribuito agli enti territoriali interessati un contributo pari a 30 milioni di euro per l'anno 2015. La ripartizione delle somme ai Comuni, è effettuata con provvedimento del Ministero delle Infrastrutture e dei Trasporti, nel rispetto delle quote percentuali concordate con il Coordinamento degli Enti territoriali interessati».

Conseguentemente alla tabella A, voce ministero dell'economia e delle finanze*, ridurre come segue gli stanziamenti previsti:*

2015: ? 30.000.000.

2.1738

PAGLIARI, MATTESINI, VACCARI, CALEO, SPILABOTTE, PIGNEDOLI, FAVERO, PEZZOPANE, AMATI, PADUA, TOMASELLI, ZANONI, PUPPATO, LAI, SOLLO, CUOMO

Dopo il comma 272 inserire il seguente:

«272-*bis*. All'articolo 23-*ter*, comma 3, del decreto legge 24 giugno 2014, n. 90 convertito con modificazioni dalla legge 11 agosto 2014, n. 114 le parole: "con popolazione superiore a 10.000 abitanti" sono soppresse».

Conseguentemente alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 10.000.000;

? 2016: ? 10.000.000;

? 2017: ? 10.000.000.

2.1739

ZANONI, BROGLIA, PAGLIARI, DEL BARBA, FAVERO, CALEO, VATTUONE, FISSORE, ELENA FERRARA, GRANAIOLA, MATTESINI, D'ADDA, FILIPPIN, STEFANO ESPOSITO, PEZZOPANE, VACCARI, SOLLO, LO GIUDICE, ALBANO, FORNARO, SCALIA, LAI, BORIOLI, MANASSERO, PADUA, SPILABOTTE, SAGGESE, BERTUZZI

Dopo il comma 272 inserire il seguente:

«272-*bis*. All'articolo 23-*ter*, comma 3, del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 agosto 2014, n. 114, le seguenti parole sono soppresse: "con popolazione superiore a 10.000 abitanti"».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 10.000.000;

? 2016: ? 10.000.000;

? 2017: ? 10.000.000.

2.1740

LANGELLA

Dopo il comma 272 aggiungere il seguente:

«272-*bis*. Al comma 3 dell'articolo 23-*ter* del Decreto legge 24/06/2014 n. 90 convertito in Legge 11108/2014 n. 114 sono soppresse le parole: "con popolazione superiore a 10.000 abitanti"».

2.1741

MANCUSO, GUALDANI

Dopo il comma 272 aggiungere il seguente:

«272-*bis*. All'articolo 23-*ter*, comma 3, del decreto-legge del 24 giugno 2014, n. 90, convertito in legge 11 agosto 2014, n. 114 sono soppresse le parole: "con popolazione superiore a 10000 abitanti"».

2.1742

ARRIGONI, COMAROLI, TOSATO, BISINELLA, DIVINA

Dopo il comma 272 aggiungere il seguente:

«272-*bis*. Al comma 3 dell'articolo 23-*ter* del Decreto legge 24/06/2014 n. 90 convertito in Legge 11/08/2014 n. 114 sono soppresse le parole: "con popolazione superiore a 10.000 abitanti"».

2.1743

ZANONI, BROGLIA, PAGLIARI, DEL BARBA, FAVERO, CALEO, VATTUONE, FISSORE, ELENA FERRARA, GRANAIOLA, MATTESINI, D'ADDA, FILIPPIN, STEFANO ESPOSITO, PEZZOPANE, VACCARI, SOLLO, LO GIUDICE, ALBANO, FORNARO, SCALIA, LAI, BORIOLI, MANASSERO, PADUA, SPILABOTTE, SAGGESE, BERTUZZI

Dopo il comma 272 inserire il seguente:

«272-*bis*. All'articolo 53, comma 6, del decreto legislativo 30 Marzo 2001, n. 165, dopo la lettera f-*bis)* è aggiunta la seguente:

"f-*ter)* dalla partecipazione a commissioni, comitati ed organismi di altre pubbliche amministrazioni"».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 10.000.000;

? 2016: ? 10.000.000;

? 2017: ? 10.000.000.

2.1744

PAGLIARI, MATTESINI, VACCARI, CALEO, SPILABOTTE, PIGNEDOLI, FAVERO, PEZZOPANE, AMATI, PADUA, TOMASELLI, ZANONI, PUPPATO, LAI, SOLLO, CUOMO

Dopo il comma 272 inserire il seguente:

«272-bis. All'articolo 53, comma 6, del decreto legislativo 30 Marzo 2001 n. 165 è aggiunto, infine, il seguente capoverso: "f-*ter)* dalla partecipazione a commissioni, comitati ed organismi di altre pubbliche amministrazioni"».

Conseguentemente alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 10.000.000;

2016: ? 10.000.000;

2017: ? 10.000.000.

2.1745

ARRIGONI, COMAROLI, TOSATO, BISINELLA, DIVINA

Dopo il comma 272 aggiungere il seguente:

«All'articolo 53 comma 6 Decreto legislativo 30 Marzo 2001 n. 165 è aggiunto, infine, il seguente: "f-*ter)* dalla partecipazione a commissioni, comitati ed organismi di altre pubbliche amministrazioni».

2.1746

MANCUSO, GUALDANI

Dopo il comma 272 aggiungere il seguente:

«272-*bis*. All'articolo 53, comma 6, del decreto legislativo 30 marzo 2011, n. 165 è aggiunto, in fine, il seguente: "f-*ter)* dalla partecipazione a commissioni, comitati ed organismi di altre pubbliche amministrazioni"».

2.1747

LANGELLA

Dopo il comma 272 aggiungere il seguente:

«272-*bis)* All'articolo 53 comma 6 decreto legislativo 30 Marzo 2001 n.165 è aggiunto, infine, il seguente: "f-*ter)* dalla partecipazione a commissioni, comitati ed organismi di altre pubbliche amministrazioni"».

2.1748

ZELLER, BERGER, PALERMO, LANIECE, BATTISTA, FRAVEZZI, PANIZZA

Dopo il comma 272, inserire il seguente:

«272-*bis*. All'articolo 1, comma 568-*bis*, lettera *a)*, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al primo e al secondo periodo, dopo le parole: "allo scioglimento della società", sono inserite le seguenti: "o azienda speciale".

b) al secondo periodo, le parole: "dodici mesi", sono sostituite dalle seguenti: "ventiquattro mesi".

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: CP ? 50 milioni;
CS: ? 50 milioni;
2016: CP ? 50 milioni;
CS: ?50 milioni;
2017: CP ? 50 milioni;
CS: ? 50 milioni.

2.1749

PAGLIARI, MATTESINI, VACCARI, CALEO, SPILABOTTE, PIGNEDOLI, FAVERO, PEZZOPANE, AMATI, PADUA, TOMASELLI, ZANONI, PUPPATO, LAI, SOLLO, CUOMO

Dopo il comma 272 inserire il seguente:

«273-*bis*. I termini previsti di cui all'articolo 14, comma 31-*ter*, del decreto legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito con modificazioni dalla legge 30 luglio 2010, n. 122 sono sospesi, in attesa delle disposizioni di attuazione del decreto legislativo 26 novembre 2010, n. 216».

Conseguentemente alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 10.000.000;
2016: ? 10.000.000;
2017: ? 10.000.000.

2.1750

ZANONI, BROGLIA, PAGLIARI, DEL BARBA, FAVERO, CALEO, VATTUONE, FISSORE, ELENA FERRARA, GRANAIOLA, MATTESINI, D'ADDA, FILIPPIN, STEFANO ESPOSITO, PEZZOPANE, VACCARI, SOLLO, LO GIUDICE, ALBANO, FORNARO, SCALIA, LAI, BORIOLI, MANASSERO, PADUA, SPILABOTTE, SAGGESE, BERTUZZI

Dopo il comma 272 inserire il seguente:

«272-*bis*. I termini previsti all'articolo 14, comma 31-*ter* del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 luglio 2010, n. 122, sono sospesi, in attesa delle disposizioni di attuazione del decreto legislativo 26 novembre 2010, n. 216, e successive modifiche ed integrazioni».

2.1751

MANCUSO, GUALDANI

Dopo il comma 272 aggiungere il seguente:

«272-*bis*. I termini previsti dall'articolo 14, comma 31-*ter*, del decreto-legge del 31 maggio 2010, n. 78, convertito in legge 30 luglio 2010, n. 122 e successive modificazioni e integrazioni sono sospesi, in attesa delle disposizioni di attuazione del decreto-legislativo del 26 novembre 2010, n. 216 e successive modifiche e integrazioni recante: "Disposizioni in materia di determinazione dei costi e dei fabbisogni *standard* di Comuni, Città metropolitane e Province"».

2.1752

ARRIGONI, COMAROLI, TOSATO, BISINELLA, DIVINA

Dopo il comma 272 aggiungere il seguente:

«272-*bis*. I termini previsti dal comma 31 ter dell'articolo 14 del Decreto Legge 31 maggio 2010 n. 78 convertito in Legge 30 luglio 2010 n. 122 e successive modifiche ed integrazioni sono sospesi, in attesa delle disposizioni di attuazione del Decreto legislativo 26 novembre 2010 n. 216 e successive modifiche ed integrazioni recante: "Disposizioni in materia di determinazione dei costi e dei fabbisogni standard di Comuni, Città metropolitane e Province"».

2.1753

LANGELLA

Dopo il comma 272 aggiungere il seguente:

«272-*bis)*. I termini previsti dal comma 31-ter dell'articolo 14 del Decreto Legge 31 maggio 2010 n. 78 convertito in Legge 30 luglio 2010 n. 122 e successive modifiche ed integrazioni sono sospesi, in attesa , delle disposizioni di attuazione del Decreto legislativo 26 novembre 2010 n. 216 e successive modifiche ed integrazioni recante: "Disposizioni in materia di determinazione dei costi e dei fabbisogni *standard* di Comuni, Città metropolitane e Province"».

2.1754

PAGLIARI, MATTESINI

Dopo il comma 272 inserire il seguente:

«272-*bis*. All'articolo 1, comma 562, della legge 296 del 27 dicembre 2006 sono aggiunte in fine le seguenti: «ad eccezione dei comuni con un numero massimo di dipendenti a tempo pieno non superiore a cinque»».

Conseguentemente alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 10.000.000;
2016: ? 10.000.000;
2017: ? 10.000.000.

2.1755

ZANONI, BROGLIA, PAGLIARI, DEL BARBA, FAVERO, CALEO, VATTUONE, FISSORE, ELENA FERRARA, GRANAIOLA, MATTESINI, D'ADDA, FILIPPIN, STEFANO ESPOSITO, PEZZOPANE, VACCARI, SOLLO, LO GIUDICE, ALBANO, FORNARO, SCALIA, LAI, BORIOLI, MANASSERO, PADUA, SPILABOTTE, SAGGESE, BERTUZZI

Dopo il comma 272 inserire il seguente:

«272-*bis*. All'articolo l, comma 562, della legge 27 dicembre 2006, n. 296, è aggiunto in fine il seguente periodo: »ad eccezione dei comuni con un numero massimo di dipendenti a tempo pieno non superiore a cinque«.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;
2016: ? 5.000.000;
2017: ? 5.000.000.

2.1756

MANCUSO, GUALDANI

Dopo il comma 272 aggiungere il seguente:

«272-*bis*. All'articolo 1, comma 562, della legge 27 dicembre 2006, n. 296, dopo le parole: "Per gli enti non sottoposti alle regole del patto di stabilità interno, le spese di personale, al lordo degli oneri riflessi a carico delle amministrazioni e dell'IRAP, con esclusione degli oneri relativi ai rinnovi contrattuali, non devono superare il corrispondente ammontare dell'anno 2008. Gli enti di cui al primo periodo possono procedere all'assunzione di personale nel limite delle cessazioni di rapporti di lavoro a tempo indeterminato complessivamente intervenute nel precedente anno, ivi compreso il personale di cui al comma 558" sono aggiunte le parole: "ad eccezione dei Comuni con un numero massimo di dipendenti a tempo pieno non superiore a cinque."».

Conseguentemente, ai maggiori oneri derivanti dalla presente disposizione si fa fronte mediante corrispondente riduzione dell'importo previsto alla Tabella A, rubrica «Ministero dell'economia e delle finanze» *per l'anno 2015 e seguenti.*

Dopo il comma 272 aggiungere il seguente:

«272-*bis)* All'articolo 1 comma 562 della legge 296 del 27 dicembre 2006 dopo le parole: "Per gli enti non sottoposti alle regole del patto di stabilità interno, le spese di personale, al lordo degli oneri riflessi a carico delle amministrazioni e dell'IRAP, con esclusione degli oneri relativi ai rinnovi contrattuali, non devono superare il corrispondente ammontare dell'anno 2008. Gli enti di cui al primo periodo possono procedere all'assunzione di personale nel limite delle cessazioni di rapporti di lavoro a tempo indeterminato complessivamente intervenute nel precedente anno, ivi compreso il personale di cui al comma 558" sono aggiunte le parole: "ad eccezione dei comuni con un numero massimo di dipendenti a tempo pieno non superiore a cinque"».

2.1758

ARRIGONI, COMAROLI, TOSATO, BISINELLA, DIVINA

Dopo il comma 272 aggiungere il seguente:

«272-*bis*. comma 562 della legge 296 del 27 dicembre 2006 dopo le parole: "Per gli enti non sottoposti alle regole del patto di stabilità interno, le spese di personale, al lordo degli oneri riflessi a carico delle amministrazioni e dell'IRAP, con esclusione degli oneri relativi ai rinnovi contrattuali, non devono superare il corrispondente ammontare dell'anno 2008. Gli enti di cui al primo periodo possono procedere all'assunzione di personale nel limite delle cessazioni di rapporti di lavoro a tempo indeterminato complessivamente intervenute nel precedente anno, ivi compreso il personale di cui al comma 558" sono aggiunte le parole: "ad eccezione dei comuni con un numero massimo di dipendenti a tempo pieno non superiore a cinque"».

2.1759

CASTALDI, GIROTTO, BULGARELLI, CIOFFI

Dopo il comma 263, inserire il seguente:

«263-*bis*. Le disposizioni di cui all'articolo 1, comma 320, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, sono prorogate per ciascun anno del triennio 2015-2017».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 75, alla Tabella A ivi richiamata, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 3.000.000;
2016: ? 3.000.000;
2017: ? 3000.000.

2.1760

MARINELLO, MANGILI, GUALDANI

Dopo il comma 272 aggiungere il seguente:

«272-*bis*. Per la più rapida istituzione delle aree marine protette, l'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 32 della legge 31 dicembre 1982 n. 979 è incrementata di 800.000 euro per l'anno 2015. Per il potenziamento della gestione e del funzionamento delle aree marine protette istituite l'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 8 comma 10 della legge 4 aprile 2001, n. 93, è incrementata di 1 milione di euro a decorrere dal 2016».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 800.000;
2016: ? 1.000.000;
2017: ? 1.000.000.

2.1761

PAGANO, TORRISI

Dopo il comma 272, inserire il seguente:

«Per tutti i contribuenti persone fisiche che intraprendono un'attività d'impresa, arti o professioni, indipendentemente dal regime fiscale adottato, non sono dovuti i contributi previdenziali per i primi tre anni di attività».

Conseguentemente, ai maggiori oneri derivanti dalla presente disposizione si fa fronte mediante corrispondente riduzione dell'importo previsto alla Tabella A, rubrica «Ministero dell'economia e delle finanze».

2.1762

MAURO MARIA MARINO, GIANLUCA ROSSI, FORNARO, GIACOBBE, GUERRA, MOSCARDELLI, RICCHIUTI, TURANO

Dopo il comma 272, aggiungere il seguente:

«272-*bis*. Al fine di consentire l'accertamento definitivo del debito pregresso delle regioni, assicurare il regolare pagamento dei debiti nonché garantire l'espletamento dei servizi pubblici essenziali di interesse generale in situazioni di ripristinato equilibrio finanziario, i crediti per oneri accessori da interessi e rivalutazione maturati su crediti in linea capitale vantati alla data di entrata in vigore della presente legge nei confronti degli enti del servizio sanitario nazionale sono estinti di diritto. Sono fatti salvi i diritti per oneri accessori che abbiano costituito oggetto di accordi transattivi con i debitori».

Conseguentemente all'articolo 3, comma 21, lettera g) sostituire lo parola: «triplo» *con lo seguente:* «quadruplo».

2.1763

GUERRA

Dopo il comma 272, è aggiunto il seguente comma:

«272-*bis*. A decorrere dallo gennaio 2015, con uno o più provvedimenti del direttore dell'Agenzia delle Entrate, da emanare di concerto con il Ministero della giustizia e dà pubblicare nella *Gazzetta Ufficiale* della Repubblica italiana, sono istituite sezioni stralcio delle conservatorie dei registri immobiliari, che possono essere ubicate anche in luogo diverso da quello in cui è situato l'ufficio territorialmente competente, ferme restando le circoscrizioni stabilite ai sensi della legge 25 luglio 1971, n. 545.

Con uno o più decreti di natura non regolamentare del Ministero della giustizia, di concerto con l'Agenzia delle Entrate, coi provvedimenti di cui al precedente periodo vengono fissati, nel rispetto della normativa speciale e dei principi stabiliti dal codice civile:

a) le categorie di registri e documenti da conservare, ai sensi del Libro VI del codice civile, presso le sezioni stralcio, con la specifica individuazione dei rispettivi periodi temporali di riferimento;

b) le modalità di conservazione e accesso ai registri e ai documenti tenuti nella sezione stralcio, anche in relazione agli obblighi del conservatore previsti dall'articolo 2673 è seguenti del codice civile».

2.1764

GUERRA

Dopo il comma 272, è aggiunto il seguente:

«272-*bis*. All'articolo 6 del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 237 sono apportate le seguenti modificazioni:

a) il comma 3 è sostituito dal seguente:

"3. A decorrere dal 1º giugno 2015, la riscossione delle tasse ipotecarie e dei tributi speciali di cui alle lettere *h)* ed *i)* del comma 1 dell'articolo 2 da corrispondere agli uffici provinciali Territorio dell'Agenzia delle Entrate è effettuata esclusivamente mediante:

a) versamento unitario, ai sensi dell'articolo 17 del decreto legislativo 9 luglio 1997 n. 241;

b) contrassegni sostitutivi;

c) carte di debito o prepagate;

d) modalità telematiche;

e) altri strumenti di pagamento elettronico.

Le modalità attuative delle disposizioni di cui al presente comma sono fissate con uno o più, provvedimenti del direttore dell'Agenzia delle Entrate"».

2.1765

GUERRA

Dopo il comma 272, è aggiunto il seguente:

«272-*bis*. Al fine di salvaguardare la continuità dell'azione amministrativa, ai dipendenti dell'amministrazione economico-finanziaria cui sono state affidate le mansioni della terza area sulla base di contratti individuali di lavoro a tempo indeterminato stipulati in esito al superamento di concorsi banditi in applicazione del contratto collettivo nazionale di comparto del quadriennio 1998-2001 è attribuito, dalla data di entrata in vigore della presente legge, nei limiti delle facoltà assunzionali a tempo indeterminato e delle vacanze di organico previste per le strutture interessate, tenuto altresì conto delle mansioni effettivamente svolte e della professionalità conseguita, il relativo inquadramento giuridico e il corrispondente trattamento economico. È inoltre differito al 31 dicembre 2015 il termine per l'autorizzazione a bandire prevista dal decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri 26 ottobre 2009 per i concorsi dell'amministrazione economico-finanziaria riguardanti il passaggio dalla seconda alla terza area funzionale, limitatamente all'attribuzione dei posti non coperti in esito a procedure già bandite, prevedendo come requisiti di ammissione un'esperienza di almeno quattro anni di servizio nell'area di appartenenza e il possesso dei titoli di studio prescritti per l'accesso dall'esterno all'area superiore».

2.1766

GUERRA

Dopo il comma 272, è aggiunto il seguente:

«272-*bis*. In relazione alle esigenze di flessibilità organizzativa connesse al processo di integrazione funzionale previsto dal decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito con modificazioni dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, per l'anno 2015 le agenzie fiscali, alla scadenza di un incarico dirigenziale, possono continuare a corrispondere al dirigente assegnato ad altro incarico, o confermato in quello precedentemente ricoperto, il trattamento economico già in godimento in presenza di valutazione positiva della performance individuale. A tal fine va assicurata la neutralità finanziaria prevedendo, ove necessario, la relativa compensazione a carico del fondo per la retribuzione di posizione e di risultato o di altri fondi analoghi».

2.1767

PANIZZA, FRAVEZZI, FAUSTO GUILHERME LONGO, LANIECE, BATTISTA, ZIN

Dopo il comma 272, aggiungere il seguente:

«272-*bis*. L'atto di trasferimento di cui al primo comma dell'articolo 2556, c.c.(LIBRO QUINTO. Del lavoro ? TITOLO OTTAVO. Dell'azienda ? Capo primo) può essere sottoscritto con firma digitale, nel rispetto della normativa anche regolamentare concernente la sottoscrizione dei documenti informatici, ed è depositato, entro trenta giorni, presso l'ufficio del registro delle imprese nella cui

circoscrizione è stabilita la sede sociale, a cura di un intermediario abilitato ai sensi dell'articolo 31, comma 2-*quater*, della legge 24 novembre 2000, n. 340. In tale caso, l'iscrizione del trasferimento presso il registro delle imprese ha luogo, su richiesta di una delle parti, dietro esibizione del titolo da cui risultino il trasferimento e l'avvenuto deposito, rilasciato dall'intermediario che vi ha provveduto ai sensi del presente comma Resta salva la disciplina tributaria applicabile agli atti di cui al presente comma».

2.1768

GUALDANI

Dopo il comma 272, aggiungere il seguente:

«272-*bis*. Sono attribuite all'Istituto nazionale per l'assicurazione contro gli infortuni sul lavoro (INAIL) le competenze, da esercitare in raccordo con l'Agenzia nazionale per l'occupazione, in materia di promozione del reinserimento e della integrazione lavorativa delle persone con disabilità da lavoro, da realizzare anche mediante il finanziamento con oneri a carico dell'INAIL, a valere sulle risorse finanziarie già disponibili a legislazione vigente, di progetti personalizzati mirati alla conservazione del posto di lavoro e/o alla ricerca di nuova occupazione, di interventi formativi di riqualificazione professionale, di progetti per il superamento e per l'abbattimento delle barriere architettoniche sui luoghi di lavoro, di interventi di adeguamento e di adattamento delle postazioni di lavoro».

2.1769

GUALDANI

Dopo il comma 272 aggiungere il seguente:

«272-*bis*. Con effetto dall'anno 2015, a decorrere dal 1º luglio di ciascun anno, gli importi degli indennizzi del danno biologico erogati dall'INAIL ai sensi dell'articolo 13 del Decreto legislativo 23 febbraio, n. 38 sono rivalutati, con Decreto del Ministro del lavoro e delle politiche sociali, su proposta del Presidente dell'Inail, sulla base delle variazioni dei prezzi al consumo per le famiglie di operai e impiegati intervenute rispetto all'anno precedente. Tale incremento si aggiunge a quello complessivo del 16,25 per cento di cui all'articolo 1, commi 23 e 24 della Legge 24 dicembre 2007, n. 247 nonché all'articolo 1, comma 129 della Legge 27 dicembre 2013, n. 147 e relativi decreti attuativi e si applica agli indennizzi dovuti dall'Inail ai sensi della "Tabella danno biologico" di cui al Decreto ministeriale 12 luglio 2000"».

2.1770

GUALDANI

Dopo il comma 272, aggiungere il seguente:

«272-*bis*. All'articolo 38, del Decreto Legislativo 12 aprile 2006, n. 163, il comma 2-*bis* è sostituito dal seguente:

"2-*bis*. La mancanza o l'incompletezza delle dichiarazioni sostitutive di cui al comma 2, costituendo un'irregolarità essenziale, obbliga il concorrente che intenda regolarizzarle al pagamento, in favore della stazione appaltante, di una sanzione pecuniaria, stabilita dal bando di gara in un'unica somma, di importo non superiore allo 0,1 per mille e comunque fino ad un massimo di diecimila euro. In tal caso, la stazione appaltante assegna al concorrente un termine, non superiore a dieci giorni, perché siano rese o integrate le dichiarazioni necessarie, indicandone il contenuto e i soggetti che le devono rendere. Nei casi di irregolarità non essenziali ma afferenti ad elementi indispensabili, fa stazione appaltante ne richiede la regolarizzazione entro il medesimo termine, senza irrogare alcuna sanzione pecuniaria. In caso di irregolarità non essenziali, ovvero di mancanza o incompletezza di dichiarazioni non indispensabili, la stazione appaltante non ne richiede la regolarizzazione, né applica alcuna sanzione. In caso di inutile decorso del termine di cui al secondo e terzo periodo ovvero di mancato versamento nello stesso termine della sanzione, ove prevista, il concorrente è escluso dalla gara"».

2.1771

GUALDANI

Dopo il comma 272, aggiungere il seguente:

«272-*bis*. All'articolo 38, del Decreto Legislativo 12 aprile 2006, n. 163, il comma 2-*bis* è sostituito dal seguente:

"2-*bis*. In caso di mancanza o incompletezza delle dichiarazioni sostitutive di cui al comma 2, la stazione appaltante assegna al concorrente un termine, non superiore a dieci giorni, perché siano rese, integrate o regolarizzate le dichiarazioni necessarie, indicandone il contenuto ed i soggetti che le devono rendere; in caso di inutile decorso del termine, il concorrente è escluso dalla gara. Nei casi di irregolarità non essenziali, la stazione appaltante non ne richiede la regolarizzazione"».

2.1772

MARINELLO, MANCUSO, GUALDANI

Dopo il comma 272, aggiungere il seguente:

«272-*bis*. Ai Comuni di cui al D.M. 2 agosto 2006 del Ministero delle Infrastrutture beneficiari delle provvidenze di cui all'articolo 1 comma 224 della Legge 24 dicembre 2012, n. 228 (legge di Stabilità 2013), che alla data del 31 dicembre 2014 non hanno potuto accertare, relativamente al Patto di Stabilità interno, in termini di cassa, le somme trasferite con D.M. 16573 del 13 ottobre 2014 del Ministero delle Infrastrutture, non si applicano le sanzioni previste dall'articolo 31 della legge 12 novembre 2011 n. 183».

2.1773

MARINELLO, MANCUSO, GUALDANI

Dopo il comma 272, aggiungere il seguente:

«272-*bis*. Gli Enti Locali di cui al al D.M 2 agosto 2006 del Ministero delle Infrastrutture beneficiari delle provvidenze di cui all'articolo 1 comma 224 della Legge 24 dicembre 2012 n. 228 (Legge di Stabilità 2013), sono autorizzati ai fini del calcolo di stabilità interno, all'accertamento convenzionale di cassa a valere sul riparto di cui al D.M. 16573 del 13 ottobre 2014 del Ministero delle Infrastrutture, da intendersi come riscossione effettuata».

2.1774

MARINELLO, MANCUSO, GUALDANI

Dopo il comma 272 aggiungere il seguente:

«272-*bis*. Al fine di. valorizzare la peculiare specificità naturalistica di straordinari ecosistemi marini sommersi, all'articolo 36, comma 1, della legge 6 dicembre 1991 n. 394, dopo la lettera ee-*sexies)* aggiungere la seguente:

"ee-*septies)* Banchi Graham, Terribile, Pantelleria e Avventura nel Canale di Sicilia, da istituire anche separatamente e per le parti rientranti nella giurisdizione nazionale"».

2.1775

CARIDI

Dopo il comma 272 aggiungere il seguente:

«272-*bis*. Il comma 18 dell'articolo 1 della legge 56 del 7 aprile 2014 è sostituito dal seguente:

"18. La città metropolitana di Reggio Calabria è costituita ,con le procedure. di cui ai commi da 12 a 17, a partire dal 30 aprile 2015. Il termine di cui al comma 12 è fissato al 30 aprile 2014, quello di cui al comma 13 al 30 giugno 2015, quello di cui al comma 14 il 30 aprile 2015,quello di cui al comma 15 il 30 maggio 2015, quello di cui al comma 16 il 30 marzo 2015,quello di cui al comma 17 il30 settembre 2015».

2.1776

DE POLI

Dopo il comma 272, aggiungere infine il seguente comma:

«272-*bis*. All'articolo l della legge della Legge 07 aprile 2014, n. 56, dopo il comma 66, è aggiunto il seguente comma: "66-*bis*. Al fine di ridurre la spesa, il Presidente della Provincia può avvalersi, per lo svolgimento dell'incarico di Segretario provinciale, del segretario del Comune di cui è Sindaco. Al segretario sarà riconosciuto l'istituto del galleggiamento in riferimento alla dirigenza provinciale e tale spesa sarà l'unica posta a carico della Provincia"».

2.1777

CONTE

Dopo il comma 272, aggiungere infine il seguente comma:

«273. All'articolo 1 della legge della Legge 07 aprile 2014, n. 56, dopo il comma 66, è aggiunto il seguente comma: "66-*bis*. Al fine di ridurre la spesa, il Presidente della Provincia può avvalersi, per lo svolgimento dell'incarico di Segretario provinciale, del segretario del Comune di cui è Sindaco. Al segretario sarà riconosciuto l'istituto del galleggiamento in riferimento alla dirigenza provinciale e tale spesa sarà l'unica posta a carico della Provincia"».

2.1778

DE POLI

Dopo il comma 272, aggiungere infine il seguente comma:

«272-*bis*. All'articolo 1, comma 84, della Legge 07 aprile 2014, n. 56, sono aggiunti i seguenti periodi: "Ai consiglieri provinciali, ai quali siano assegnate le deleghe di cui al comma 66, qualora si riuniscano in sede collegiale, su formale convocazione, si applica la previsione di cui al comma 3 dell'articolo 79 del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267 e successive modifiche ed integrazioni. Ai medesimi consiglieri si estende, inoltre, la disciplina dei permessi prevista per i componenti degli organi esecutivi prevista dal comma 4 del medesimo art. 79"».

2.1779

CONTE

Dopo il comma 272, aggiungere infine il seguente comma:

«273. All'articolo 1, comma 84, della Legge 07 aprile 2014, n. 56, sono aggiunti i seguenti periodi: "Ai consiglieri provinciali, ai quali siano assegnate le deleghe di cui al comma 66, qualora si riuniscano in sede collegiale, su formale convocazione, si applica la previsione di cui al comma 3 dell'articolo 79 del D.L.vo 18 agosto 2000, n. 267 e successive modifiche ed integrazioni. Ai medesimi consiglieri si estende, inoltre, la disciplina dei permessi prevista per i componenti degli organi esecutivi prevista dal comma 4 del medesimo articolo 79"».

2.1780

ZANONI, BROGLIA, PAGLIARI, DEL BARBA, FAVERO, CALEO, VATTUONE, FISSORE, ELENA FERRARA, GRANAIOLA, MATTESINI, D'ADDA, FILIPPIN, STEFANO ESPOSITO, PEZZOPANE, VACCARI, SOLLO, LO GIUDICE, ALBANO, FORNARO, SCALIA, LAI, BORIOLI, MANASSERO, PADUA, SPILABOTTE, SAGGESE, BERTUZZI

Dopo il comma 272 inserire il seguente:

«272-*bis*. All'articolo articolo 3 del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, dopo il comma 4 è inserito il seguente: "4-*bis*. Al fine di garantire la sicurezza pubblica, per le caserme delle forze dell'ordine ospitate presso proprietà private, i comuni appartenenti al territorio di competenza delle stesse possono contribuire al pagamento del canone di locazione come determinato dall'agenzia delle entrate"».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle :finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 20.000.000;

2016: ? 20.000.000;

2017: ? 20.000.000.

2.1781

PAGLIARI, MATTESINI, VACCARI, CALEO, SPILABOTTE, PIGNEDOLI, FAVERO, PEZZOPANE, AMATI, PADUA, TOMASELLI, ZANONI, PUPPATO, LAI, SOLLO, CUOMO

Dopo il comma 272 inserire il seguente:

«272-*bis*. All'articolo 3, del decreto legge del 6 luglio 2012, n. 95, convertito con modificazioni dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, dopo il comma 4 è inserito il seguente: "4-*bis*. Al fine di garantire la sicurezza pubblica; per le caserme delle forze dell'ordine ospitate presso proprietà private, i comuni appartenenti al territorio di competenza delle stesse possono contribuire al pagamento del canone di locazione come determinato dall'agenzia delle entrate"».

Conseguentemente alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 10.000.000;

2016: ? 10.000.000;

2017: ? 10.000.000 .

2.1782

ARRIGONI, COMAROLI, TOSATO, BISINELLA, DIVINA

Dopo il comma 272 aggiungere il seguente:

«272-*bis*. Dopo articolo 3 comma 4 del decreto-legge 95 del 6 luglio 2012, convertito in legge 7 agosto 2012, n. 135, viene introdotto il comma 4-*bis*: "AI fine di garantire la sicurezza pubblica, per le caserme delle forze dell'ordine ospitate presso proprietà private, i comuni appartenenti al territorio di competenza delle stesse possono contribuire al pagamento del canone di locazione come determinato dall'agenzia delle entrate"».

2.1783

MANCUSO, GUALDANI

Dopo il comma 272 aggiungere il seguente:

«272-*bis*. Dopo l'articolo 3, comma 4, del decreto-legge del 6 luglio 2012, n. 95, convertito in legge 7 agosto 2012 n. 135, introdurre il comma 4-*bis*: "Al fine di garantire la sicurezza pubblica, per le caserme delle forze dell'ordine ospitate presso proprietà private, i Comuni appartenenti al territorio di competenza delle stesse possono contribuire al pagamento del canone di locazione come determinato dall'agenzia delle entrate"».

2.1784

LANGELLA

Dopo il comma 272 aggiungere il seguente:

«272-*bis)* dopo articolo 3 comma 4 del decreto-legge 95 del 6 luglio 2012, convertito in legge 7 agosto 2012, n. 135, viene introdotto il comma 4-*bis*: "Al fine di garantire la sicurezza pubblica, per le caserme delle forze dell'ordine ospitate presso proprietà private, i comuni appartenenti al territorio di competenza delle stesse POSSONO contribuire al pagamento del canone di locazione come determinato dall'agenzia delle entrate"».

2.1785

CROSIO, ARRIGONI, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 272 inserire il seguente:

«272-*bis*. Al del decreto legislativo 3 aprile 2006, n. 152 sono apportate le seguenti modifiche:

a) all'articolo 147 dopo il comma 2-*bis* sono aggiunti i seguenti:

"2-*ter*. Per i comuni con popolazione fino a 1.000 abitanti, nonché per i comuni con popolazione fino a 3.000 abitanti inclusi nel territorio delle comunità montane, l'adesione al servizio idrico integrato è facoltativa. Ove il comune non aderisca, il nuovo soggetto gestore non subentra all'azienda speciale, all'ente o al consorzio pubblico esercente il servizio. I comuni di cui al presente comma possono, altresì, ritirare la propria adesione al servizio idrico integrato previo preavviso di sei mesi all'ente di governo dell'Ambito.

2-*quater*. Sulle gestioni di cui al comma 2-*ter* gli enti di governo dell'ambito esercitano funzioni di regolazione generale e di controllo, sulla base di un contratto di servizio";

b) all'articolo 154 sono aggiunti, in fine, i seguenti commi:

"7-*bis*. Nella modulazione della tariffa sono previste specifiche agevolazioni per i comuni ricadenti nelle comunità montane, mediante l'applicazione di riduzioni nelle misure di seguito indicate:

a) comunità fino a 1.500 abitanti, 50 per cento;

b) comunità da 1.501 a 5.000 abitanti, 40 per cento;

c) comunità sopra i 5.000 abitanti, 30 per cento.

7-*ter*. I comuni di cui all'articolo 147, comma 2-*bis*, applicano le riduzioni di cui al comma 7-*bis*, lettere *a)* e *b)*, qualora aderiscano al servizio idrico 'integrato"».

2.1786

BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Dopo il comma 272, aggiungere il seguente:

«272-*bis*. Alle società a partecipazione pubblica locale totale o di controllo che siano titolari di affidamenti diretti di servizi senza gara, ovvero che svolgano funzioni volte a soddisfare esigenze di interesse generale aventi carattere non industriale ne commerciale, ovvero che svolgano attività nei confronti della pubblica amministrazione a supporto di funzioni amministrative di natura pubblicistica inserite nel conto economico consolidato della pubblica amministrazione, come individuate dall'Istituto nazionale di statistica (ISTAT) ai sensi del comma 5 dell'articolo 1 della legge 30 dicembre 2004, n. 311, nelle quali l'incidenza delle spese di personale è pari o superiore al 50 per cento delle spese correnti, è fatto divieto di procedere, a decorrere dall'anno 2015, ad assunzioni di personale a qualsiasi titolo e con qualsivoglia tipologia contrattuale. Gli enti locali che non ottemperino alle disposizioni previste dall'articolo 147-*quater* del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, sono assoggettati alla sanzione pecuniaria, corrispondente alla diminuzione del 30 per cento del trasferimento delle risorse statali».

2.1787

LEPRI, CANTINI, COCIANCICH, COLLINA, CUOMO, DEL BARBA, DALLA ZUANNA, DI GIORGI, STEFANO ESPOSITO, FATTORINI, FAVERO, MAURO MARIA MARINO, MORGONI , MOSCARDELLI, PAGLIARI, PARENTE, SCALIA, SPILABOTTE

Dopo il comma 272, aggiungere fa seguente:

«272-*bis*. Le società non quotate controllate dal Ministero dell'economia e delle finanze che abbiano acquistato o acquistino da enti locali quote di partecipazioni in società miste pubblico-private, dismesse in ottemperanza alle disposizioni di cui all'articolo 3, comma 29, della legge 24 dicembre 2007, n. 244, e successive modificazioni, qualora intendano procedere alla successiva dismissione di quote, anche con ciò determinando la perdita del controllo di maggioranza della società partecipata, procedono con i tempi necessari a realizzare la massimizzazione dei proventi della vendita, anche nel caso in cui abbiano sottoscritto impegni con gli enti locali per la vendita delle predette quote entro termini prestabiliti».

2.1788

LEPRI, ANGIONI, CANTINI, COCIANCICH, COLLINA, CUOMO, D'ADDA, DEL BARBA, DI GIORGI, STEFANO ESPOSITO, FATTORINI, FAVERO, ELENA FERRARA, MAURO MARIA MARINO, MORGONI, MOSCARDELLI, PAGLIARI, PARENTE, PEZZOPANE, SCALIA, SPILABOTTE

Dopo il comma 272, aggiungere lo seguente:

«272-*bis*. Nel caso di aziende pubbliche di servizi alla persona o di IPAB che prevedano di non riconoscere compensi diretti o indiretti ai membri del consiglio di amministrazione, le disposizioni di cui all'articolo 6 del decreto legge 24 giugno 2014, n. 90, convertito con modificazioni, dalla legge 11 agosto 2014, n. 112, non si applicano ai soggetti in quiescenza nominati nel consiglio di amministrazione. A tali soggetti non possono essere riconosciuti compensi diretti o indiretti neanche in quanto svolgano incarichi di amministrazione, di dirigenza od operativi nelle stesse aziende pubbliche di servizio nelle stesse IPAB».

2.1789

GUALDANI

Dopo il comma 272 aggiungere il seguente:

«272-*bis*. All'articolo 18 del D. lgs. n. 49 del 2014 dopo il comma 5 è aggiunto il seguente:

"5-*bis*: Al fine di valutare l'istanza di adeguamento dell'autorizzazione la Regione o la Provincia delegata si avvalgono del supporto del Centro di Coordinamento che assicura lo svolgimento di verifiche di carattere tecnico da eseguirsi sulla base delle disposizioni del decreto di cui al precedente comma 4 del presente articolo, che definisce anche i contenuti della relazione tecnica conclusiva. Salvo ove diversamente disposto in modo espresso dalla Regione o dalla Provincia delegata, il Centro

di coordinamento assicurerà l'aggiornamento della relazione tecnica, sulla base delle indicazioni contenute nel decreto di cui al precedente comma 4 del presente articolo con periodicità annuale, al fine di consentire il monitoraggio della sussistenza dei requisiti e, comunque,. in occasione di qualsiasi istanza di modifica del provvedimento autorizzativo degli impianti iscritti all'elenco di cui all'articolo 33 comma2"».

2.1790

LANIECE, FRAVEZZI, ZELLER, PANIZZA, PALERMO, FAUSTO GUILHERME LONGO, ZIN, BATTISTA

Dopo il comma 272, aggiungere il seguente:

«272-*bis*. All'articolo 5, comma 3, del D.M. 14 giugno 1989, n. 236, dopo le parole: "Ogni struttura ricettiva (alberghi, pensioni, villaggi turistici, campeggi, etc.)" aggiungere le seguenti: "ad esclusione di quelle non collegate a strade carrozzabili e raggiungibili solo attraverso sentieri o vie alpinistiche"».

2.1791

GUALDANI

Dopo il comma 272 aggiungere il seguente:

«272-*bis*. All'articolo 23 del d.lgs. n. 49 del 2014 dopo il comma 4 è aggiunto il seguente:

"4-*bis*. Il finanziamento della gestione dei RAEE provenienti dai nuclei domestici rientranti nella categoria 4.9 dell'Allegato II è a carico dei produttori esclusivamente sulla base di quanto disposto dal comma 1 del presenta articolo. AI fine del calcolo della quota di mercato, i produttori dichiarano al Registro di cui all'Art. 29 il peso delle AEE immesse sul mercato sulla base di criteri standard predisposti dal Gestore Servizi Energetici (GSE). I suddetti criteri sono determinati in funzione del numero di pannelli fotovoltaici installati in impianti di potenza nominale inferiore ai 10 KW, coerentemente con la definizione di cui alla lettera *qq)* del comma 1 dell'articolo 4., rispetto al totale dei pannelli fotovoltaici installati nell'anno precedente a quello in cui i produttori effettuano le dichiarazioni di immesso sul mercato"».

2.1792

GUALDANI

Dopo il comma 272 aggiungere il seguente:

«272-*bis*. All'articolo 12 del d.lgs. n. 49 del 2014 dopo il comma 3 è aggiunto il seguente:

"3-*bis*. I Comuni assicurano la raccolta differenziata dei RAEE domestici rientranti nella categoria 4.9 dell'Allegato II, secondo la definizione di cui alla lettera *qq)* del comma 1 dell'articolo 4"».

2.1794

MARINELLO, MANCUSO, GUALDANI

Dopo il comma 272 aggiungere il seguente:

«272-*bis*. All'articolo 1, comma 683 della legge 147/2013 sono aggiunte in fine le seguenti parole: "Per i comuni che non hanno approvato entro i termini di legge ed esclusivamente per l'anno 2014, il termine di approvazione delle tariffe TARl è prorogato al 31/12/2014"».

2.1795

D'ALÌ

Dopo il comma 272 aggiungere il seguente:

«272-*bis*. All'articolo 1, comma 683 della legge 147/2013 sono aggiunte in fine-le seguenti parole: "Per i comuni che non hanno approvato entro i termini di legge ed esclusivamente per l'anno 2014, il termine di approvazione delle tariffe TARI è prorogato a131/12/2014"».

2.1796

MANDELLI

Dopo il comma 272, aggiungere il seguente:

«272-*bis*. All'obbligo derivante dall'articolo 15, commi 4 e 5, del decreto legge 18 ottobre 2012, n. 179, convertito nella legge 17 dicembre 2012, n. 221, si applicano commissioni onnicomprensive

della gestione e dell'utilizzo delle carte di debito nella misura massima pari allo 0,2 per cento del valore delle transazioni con esse effettuate. Al medesimo obbligo, osservato presso gli impianti di distribuzione carburanti e presso le rivendite di tabacchi, si applicano commissioni onnicomprensive della gestione e dell'utilizzo delle carte di. debito nella misura massima pari allo 0,1 per cento del valore delle transazioni con esse effettuate. In ambedue le fattispecie di cui ai periodi precedenti gli importi sulle transazioni a carico degli esercenti, non superiori alle percentuali prescritte, ricomprendono qualsiasi corrispettivo richiesto dal circuito bancario in riferimento all'uso del POS e, in generale, della strumentazione tecnologica messa a disposizione per l'effettuazione delle transazioni medesime».

2.1797

MANDELLI

Dopo il comma 272, aggiungere il seguente:

«272-*bis*. All'articolo 2 comma 4 del decreto legge 25 gennaio 2012, n. 2, convertito con modificazioni dalla legge 24 marzo 2012, n. 28, dopo il primo periodo, inserire il seguente: "La cessione a titolo oneroso, nell'ambito della vendita al dettaglio ai consumatori finali, di sacchi non conformi a quanto prescritto dal presente articolo, è punita con la sanzione amministrativa pecuniaria del pagamento di una somma da 250 euro a 2.500 euro"».

2.1798

ARRIGONI, CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 272, aggiungere il seguente:

«272-*bis*. Fino alla deliberazione definitiva del piano attuativo dello strumento urbanistico comunale che rende definitivo il potenziale edificatorio di un terreno edificabile, restano in vigore le imposte comunali previgenti all'*iter* del piano attuativo».

2.1799

BONFRISCO

Dopo il comma 272 aggiungere il seguente:

«272-*bis*. Al comma 1, articolo 1, del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito in legge dall'articolo 1, comma 1, legge 7 agosto 2012, n. 135:

1) al quarto periodo, dopo la parola: "Stato" sono inserite le seguenti parole: "ed agli enti locali di cui al comma 1, articolo 2 del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267,";

2) dopo il quarto periodo è inserito il seguente: "I contratti stipulati ai sensi del precedente periodo dalle Amministrazioni dello stato e dagli enti locali di cui al comma 1, articolo 2, del decreto legislativo 18 agosto 2000 n. 267, possono essere affidati con la procedura di cui all'articolo 125, comma 11, ultimo periodo del decreto legislativo 12 aprile 2006 n. 163 esclusivamente per importi inferiori a quelli indicati all'articolo 28 del medesimo decreto legislativo 12 aprile 2006 n. 163."».

2.1800

BONFRISCO

Dopo il comma 272 aggiungere il seguente:

«272-*bis*. Al comma 1, articolo 1, quarto periodo del decreto-legge 6 luglio 2012 n. 95, convertito in legge dall'articolo 1, comma 1, legge 7 agosto 2012, n. 135, dopo la parola: "Stato" sono inserite le seguenti parole: "ed agli Enti locali di cui ai comma 1, articolo 2 del decreto legislativo 18 agosto 2000 n. 267," e dopo le parole: "ed a condizione che" sono inserite le seguenti: "l'affidamento del contributo sia avvenuto nel rispetto delle disposizioni di cui al decreto legislativo 12 aprile 2006 n. 163 e".».

2.1801

MANDELLI

Dopo il comma 272, aggiungere il seguente:

«272-*bis*. Al comma 320, dell'articolo 1, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, dopo la parola: "euro" sono inserite le seguenti: "nonché 35 milioni di euro per spese in conto capitale a valere sulle risorse di cui all'articolo 20, della legge 11 marzo 1988, n. 67"».

2.1802

GUALDANI

Dopo il comma 272 aggiungere il seguente:

«272-*bis*. All'articolo 26-*ter* del decreto-legge 21 giugno 2013 n. 69, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 agosto 2013 n. 98, al primo periodo, le parole: "e fino al 31 dicembre 2014" sono soppresse».

2.1803

GUALDANI

Dopo il comma 272 aggiungere il seguente:

«272-*bis*. All'articolo 26-*ter* del decreto-legge 21 giugno 2013 n. 69, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 agosto 2013 n. 98, al primo periodo, le parole: "e fino al 31 dicembre 2014" sono sostituite dalle parole: "e fino al 31 dicembre 2016".».

2.1804

MANDELLI

Dopo il comma 272, aggiungere il seguente:

«272-*bis*. Al fine di poter assolvere ai propri fini istituzionali, il contributo alla Biblioteca italiana per i ciechi "Regina Margherita" di Monza di cui alla legge 18 maggio 2011, n. 76, è incrementato di un importo pari a 2 milioni di euro per gli anni 2015 e 2016".».

Conseguentemente ridurre proporzionalmente dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegato tabella C.

2.1805

SAGGESE

Dopo il comma 272, aggiungere il seguente:

«272-*bis*. All'articolo 18, comma 8-*quinquies*, del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69, convertito con modificazioni dalla legge 9 agosto 2013, n. 98, sono apportate le seguenti modifiche:

a) le parole: "30 aprile 2014", ovunque ricorrono, sono sostituite dalle parole: "28 febbraio 2015" e le parole: "30 giugno 2014" sono sostituite dalle parole: "30 giugno 2015";

b) dopo il secondo periodo, sono aggiunte le seguenti parole: "I termine ultimo per la consegna dei lavori è fissato al 31 dicembre 2015"».

2.1806

GUALDANI

Dopo il comma 272 aggiungere il seguente:

«272-*bis*. All'articolo 357 del decreto del Presidente della Repubblica 5 ottobre 2010, n. 207, dopo il comma 30 è inserito il seguente:

"30-*bis*. In relazione all'articolo 194, in deroga a quanto previsto al comma 1, fino al 31 dicembre 2016, il direttore dei lavori redige lo stato di avanzamento dei lavori nei termini specificati nel contratto e, comunque, con cadenza bimestrale, che deve essere esplicitata nel contratto. La disposizione si applica ai contratti stipulati successivamente alla data di entrata in vigore del presente decreto".».

2.1807

BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Dopo il comma 272, aggiungere il seguente:

«272-*bis*. All'articolo 147-*quater* del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, dopo il comma 5, aggiungere il seguente:

"5-*bis*. L'ente locale che non ottemperi alle disposizioni di cui al presente articolo è assoggettato alla sanzione pecuniaria, corrispondente alla diminuzione del 30 per cento del trasferimento delle risorse statali.«».

2.1808

ZANONI, BROGLIA, PAGLIARI, DEL BARBA, FAVERO, CALEO, VATTUONE, FISSORE, ELENA FERRARA, GRANAIOLA, MATTESINI, D'ADDA, FILIPPIN, STEFANO ESPOSITO, PEZZOPANE, VACCARI, SOLLO, LO GIUDICE, ALBANO, FORNARO, SCALIA, LAI,

BORIOLI, MANASSERO, PADUA, SPILABOTTE, SAGGESE, BERTUZZI

Dopo il comma 272 inserire il seguente:

«272-*bis*. All'articolo 7 della legge 5 giugno 2003. n. 131, il comma 8 è soppresso».

2.1809

PAGLIARI, MATTESINI, VACCARI, CALEO, SPILABOTTE, PIGNEDOLI, FAVERO, PEZZOPANE, AMATI, PADUA, TOMASELLI, ZANONI, PUPPATO, LAI, SOLLO, CUOMO

Dopo il comma 272 inserire il seguente:

«272-*bis*. All'articolo 7, della legge 5 giugno 2003, n. 131 il comma 8 è soppresso».

2.1810

ARRIGONI, BISINELLA

Dopo il comma 272 aggiungere il seguente:

«272-*bis*. È soppresso il comma 8 dell'articolo 7 della legge 5 giugno 2003 n. 131 recante: "Disposizioni per l'adeguamento dell'ordinamento della Repubblica alla legge costituzionale 18 ottobre 2001, n. 3".».

2.1811

LANGELLA

Dopo il comma 272 aggiungere il seguente:

«272-*bis*. È soppresso il comma 8 dell'articolo 7 della legge 5 giugno 2003 n. 131 recante "Disposizioni per l'adeguamento dell'ordinamento della Repubblica alla legge costituzionale 18 ottobre 2001 n. 3".».

2.1812

MILO, MARIO FERRARA

Dopo il comma 272 aggiungere il seguente:

«26-*bis*. In relazione alle necessità derivanti dall'ambito del sistema di prevenzione e dalla introduzione di un modello unico del rischio sismico, il Ministero dell'Economia e Finanze è autorizzato ad effettuare, mediante propri decreti, il ripristino della dotazione originaria di spesa in termini di competenza e di cassa dello stanzia mento di cui al capitolo 7289 dello stato di previsione del Ministero di Economia e Finanze per il triennio 2015-2017 iscritto nel programma "Sostegno allo Sviluppo sostenibile" della missione "sviluppo sostenibile e tutela del territorio e dell'ambiente"».

All'onere derivante per la relativa copertura per il triennio 2015-2017, si provvede mediante corrispondente riduzione, dello stanziamento del fondo speciale di parte corrente iscritto, ai fini del bilancio triennale 2015-2017 nell'ambito del Programma «fondi da assegnare» *della Missione* «fondi da ripartire» *dello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle Finanze per gli anni 2015 e 2017».*

2.0.1

DI BIAGIO

*Dopo l'***articolo 2***, inserire il seguente:*

«Art. 2-*bis*.

(Modifiche al decreto legislativo 28 settembre 2012, n. 178 e delega al Governo per il riordino dell'Associazione italiana della Croce rossa ? CRI)

1. Fatto salvo quanto disposto dall'articolo 10-*ter* della legge 30 ottobre 2013, n. 125, al decreto legislativo 28 settembre 2012, n. 178 e ss.m.m.ii., sono apportate le seguenti modificazioni:

a) le parole: "1º gennaio 2015", ovunque ricorrono, sono sostituite dalle seguenti: "1º gennaio 2017";

b) le parole: "31 dicembre 2016", ovunque ricorrono, sono sostituite dalle seguenti: "31 dicembre 2018";

c) le parole: "31 dicembre 2014", ovunque ricorrono, sono sostituite dalle seguenti: "31 dicembre 2016";

d) le parole: "1º gennaio 2017", ovunque ricorrono, sono sostituite dalle seguenti: "1º gennaio 2019".

e) all'articolo 3, comma 3, dopo le parole: ", 2012, 2013 e 2014" sono aggiunte le seguenti parole ", nonché per il triennio 2015-2017"; dopo le parole: "sarà approvato per il 2012, il 2013 e il 2014" sono inserite le seguenti: ", nonché per il triennio 2015-2017"; dopo le parole: "per le esigenze del bilancio di previsione 2013 e 2014" sono inserite le seguenti: ", nonché per il bilancio di previsione del triennio 2015- 2017";

f) all'articolo 8, comma 1, del decreto legislativo 28 settembre 2012, n. 178, al terzo periodo, dopo le parole: "per gli anni 2012, 2013 e 2014" inserire le seguenti: " nonché per il triennio 2015-2017" e, al quarto periodo, dopo le parole: "per gli anni 2012, 2013 e 2014" inserire le seguenti: "nonché per il triennio 2015-2017".

2. Il Governo è delegato ad adottare, entro sei mesi dalla data di entrata. in vigore della presente legge, uno o più decreti legislativi finalizzati al riordino dell'Associazione italiana della Croce rossa (CRI) in base ai seguenti princìpi e criteri direttivi:

a) conservazione della qualificazione e della natura di ente dotato di personalità giuridica di diritto pubblico;

b) soggezione alla disciplina normativa e giuridica degli enti pubblici;

c) razionalizzazione dell'organizzazione e della struttura amministrativa dell'ente;

d) adeguamento della struttura centrale e territoriale ai principi di efficacia, efficienza ed economicità;

e) armonizzazione dei compiti della CRI, con particolare riferimento a quelli del volontariato, con la "Strategia 2020" della Federazione internazionale delle Società di Croce rossa e Mezzaluna rossa per il raggiungimento dei seguenti obiettivi:

1) miglioramento dello stato di salute delle persone e delle comunità;

2) protezione della vita e supporto socio-sanitario alle comunità;

3) promozione della salute per la costruzione di comunità più sicure;

4) assicurare l'acquisizione di competenze da parte della comunità per proteggere la propria vita e quella degli altri;

5) ridurre le cause di vulnerabilità individuali ed ambientati;

6) contribuire alla costruzione di comunità più inclusive;

7) promuovere e facilitare il pieno sviluppo dell'individuo;

8) salvare vite e fornire assistenza immediata alle comunità colpite da disastro;

9) ridurre il livello di vulnerabilità delle comunità di fronte ai disastri;

10) assicurare una riposta efficace e tempestiva ai disastri ed alle emergenze nazionali ed internazionali;

11) ristabilire e migliorare il funzionamento delle comunità a seguito di disastri;

12) adempiere il mandato istituzionale della diffusione del diritto internazionale umanitario, dei princìpi fondamentali e dei valori umanitari;

13) sviluppare opportunità di collaborazione all'interno del movimento internazionale, coerentemente con il Principio fondamentale di universalità;

14) promuovere lo sviluppo della fascia giovane della popolazione e favorirne il processo di crescita;

15) promuovere ed educare alla cultura della cittadinanza attiva;

16) aumentare la capacità sostenibile della CRI a livello locale e nazionale, di prevenire ed affrontare in modo efficace le vulnerabilità delle comunità;

17) rafforzare la cultura del servizio volontario e della partecipazione attiva;

18) mantenere gli statuti, regolamenti e piani d'azione in linea con le raccomandazioni e decisioni internazionali;

19) adattare ogni azione all'evoluzione dei bisogni delle persone vulnerabili;

f) conferimento di espresse deleghe al Corpo militare CRI finalizzate all'impiego dei militari CRI in caso di calamità naturali o disastri, anche con funzioni di protezione civile, nonché per il soccorso sanitario di massa, sia in guerra sia in caso di catastrofe, attraverso l'impiego di reparti, unità

e formazioni campali, raggruppamenti e gruppi sanitari mobili, ospedali da campo attendati e baraccati, treni-ospedali, posti di soccorso attendati ed accantonabili, reparti di soccorso motorizzati da mantenere permanente-mente operativi in "formazione quadro" con il personale del contingente militare CRI già in servizio attivo ed integrabili, all'atto della mobilitazione, con il personale militare iscritto nei ruoli in congedo (riservisti).

3. I decreti legislativi di cui al comma 2 sono adottati su proposta del Ministro della Salute di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, con il Ministro per la Semplificazione e la Pubblica Amministrazione nonché con il Ministro della Difesa, sentite le organizzazioni sindacali maggiormente rappresentative e gli organismi centrali della rappresentanza militare CRI e previo parere della Conferenza unificata di cui all'articolo 8 del decreto legislativo 28 agosto 1997, n. 281, e successive modificazioni, che si esprime entro trenta giorni dalla data di trasmissione dei relativi schemi; decorso tale termine, il Governo può comunque procedere. Successivamente, gli schemi sono trasmessi alle Camere per l'acquisizione del parere delle competenti Commissioni parlamentari, che si esprimono entro trenta giorni dall'assegnazione; decorso tale termine, i decreti legislativi possono essere comunque emanati.

4. Entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge si procede al rinnovo degli organi di governo della CRI.

5. L'adozione dei decreti legislativi attuativi della delega di cui all'articolo 2 non deve comportare nuovi o maggiori oneri a carico della finanza pubblica».

3.1

MANCUSO, GUALDANI

Prima del comma 1 inserire il seguente:

«01. Entro il 30 aprile 2015, con decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri, previa intesa con la Conferenza Unificata, provvede al riordino della tassazione degli immobili, con particolare riferimento agli immobili per civile abitazione, assicurando:

1) la neutralità del relativo gettito;

2) l'accorpamento di tutta . l'imposizione di competenza degli enti territoriali esistente in un'unica imposta locale;

3) consentire ai Comuni la determinazione della struttura delle detrazioni e esenzioni, da calcolare a livello locale attraverso un fattore di correzione del valore nazionale di detrazione di riferimento; il fattore di correzione è ponderato sulla base dei seguenti fattori: *a)* differenziale delle rendite medie locali dal riferimento nazionale; *b)* la percentuale di scostamento tra il valore di mercato dell'immobile e il valore imponibile.

4) la riduzione delle scadenze di pagamento ad un massimo di 2 all'anno, in concomitanza con il versamento di altre imposte locali o statali».

3.2

CHIAVAROLI, BIANCONI, GUALDANI, MANCUSO

Prima del comma 1 inserire il seguente:

«01. Entro il 30 aprile 2015, con decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri, previa intesa con la Conferenza Unificata, provvede al riordino della tassazione degli immobili. con particolare riferimento agli immobili per civile abitazione, assicurando:

1) la neutralità del relativo gettito;

2) l'accorpamento di tutta l'imposizione di competenza degli enti territoriali esistente in un'unica imposta locale;

3) la riduzione delle scadenze di pagamento ad un massimo di 2 all'anno, in concomitanza con il versamento di altre imposte locali o statali».

3.3

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Sopprimere i commi da 1 a 5.

Conseguentemente, dopo il comma 28, inserire il seguente:

«28-*bis*. I commi 48, 49 e 49-*bis*, dell'articolo 2, della legge n. 286 del 2006, sono sostituiti dai seguenti:

"48. I trasferimenti di beni e diritti per causa di morte sono soggetti all'imposta di cui al comma 47 con le seguenti aliquote sul valore complessivo netto dei beni:

a) devoluti a favore del coniuge e dei parenti in linea retta sul valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 500.000 di euro: 5 per cento;

a-*bis)* devoluti a favore dei fratelli e delle sorelle sul valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 100.000 euro; 8 per cento;

b) devoluti a favore degli altri parenti fino al quarto grado e degli affini in linea retta, nonché degli affini in linea collaterale fino al terzo grado: 8 per cento;

c) devoluti a favore di altri soggetti; 10 per cento;

49. Per le donazioni e gli atti di trasferimento a titolo gratuito di beni e diritti. e la costituzione di vincoli di destinazione di beni l'imposta è determinata dall'applicazione delle seguenti aliquote al valore globale dei beni e dei diritti al netto degli oneri da cui è gravato il beneficiario diversi da quelli indicati dall'articolo 58, comma 1, del citato testo unico di cui al decreto legislativo 31 ottobre 1990, n. 346, ovvero, se la donazione è fatta congiuntamente a favore di più soggetti o se in uno stesso atto sono compresi più atti di disposizione a favore di soggetti diversi, al valore delle quote dei beni o diritti attribuiti;

a) a favore del coniuge e dei parenti in linea retta sul valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 500.000 di euro: 5 per cento;

a-*bis)* a favore dei fratelli e delle sorelle sul valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 100.000 euro; 8 per cento;

b) a favore dei altri parenti fino al quarto grado e degli affini in linea retta, nonché degli affini in linea collaterale fino al terzo grado: 8 per cento;

c) a favore di altri soggetti: 10 per cento.

49-*bis*. Se il beneficiario dei trasferimenti di cui ai commi 48 e 49 è una persona portatrice di handicap riconosciuto grave ai sensi della legge 5 febbraio 1992. n. 104, l'imposta si applica esclusivamente sulla parte del valori della quota o del legato che supera l'ammontare di 1.000.000 euro"».

3.4

COMAROLI, BELLOT, BISINELLA, TOSATO

Sopprimere i commi 1, 2, 3, 4 e 5.

Conseguentemente all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117 e 125. All'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole:

«ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 550 milioni di euro a decorre dal 2015».

3.5

SUSTA

Sopprimere i commi da 1 a 5.

Conseguentemente

? all'articolo 1, sopprimere i commi 116 e 139;

? all'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le seguenti parole:

«, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 240 milioni di euro per l'anno 2015, e 270 milioni di euro a decorrere dal 2016, ad eccezione delle spese relative alle Missioni "Soccorso Civile", "Agricoltura, politiche agroalimentari e pesca", "Commercio internazionale ed internazionalizzazione del sistema produttivo", "Ricerca e Innovazione", "Tutela e valorizzazione dei beni e attività culturali e paesaggistici", "Istruzione

scolastica", "Istruzione universitaria e formazione postuniversitaria", "Diritti sociali, politiche e famiglia", alla Tabella A voce Ministero dell'Economia e delle Finanze, apportare le seguenti variazioni

2015: ? 80.000. 000
2016: ? 80.000.000
2017: ? 80.000.000

3.6

FRAVEZZI, BATTISTA, LANIECE, FAUSTO GUILHERME LONGO, PANIZZA, PUPPATO, VACCARI

Sopprimere i commi da 1 a 5.

Conseguentemente, al comma 76, aggiungere, in fine, le seguenti parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per importo pari 500 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015».

3.7

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Sopprimere i commi da 1 a 5.

Conseguentemente all'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine. le seguenti parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successi.ve. le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 500 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

3.8

SUSTA

Sopprimere i commi da 1 a 5.

Conseguentemente all'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le seguenti parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 450 milioni di euro per l'anno 2015, e 480 milioni di euro a decorrere dal 2016, ad eccezione delle spese relative alle Missioni "Soccorso Civile", "Agricoltura, politiche agroalimentari e pesca", "Commercio internazionale ed internazionalizzazione del sistema produttivo", "Ricerca e Innovazione", "Tutela e valorizzazione dei beni e attività culturali e paesaggistici", "Istruzione scolastica", "Istruzione universitaria e formazione postuniversitaria", "Diritti sociali politiche e famiglia"».

3.9

GUALDANI

Sopprimere i commi da 1 a 5.

Conseguentemente, al comma 76 dell'articolo 3, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 450 milioni di euro per l'anno 2015 e di 480 milioni di euro a decorrere dal 2016».

3.10

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Sostituire i commi da 1 a 5 con il seguente:

«1. A decorrere dal l o gennaio 2015, l'importo annuo lordo delle pensioni pubbliche, anche cumulate, a carico dell'Inps ? gestione ex Inpdap ?, nonché della gestione separata di cm all'articolo 2, comma 26, della legge 8 agosto 1995, n. 335, è soggetto al limite di cui all'articolo 23-*ter* del decreto-legge 6 dicembre 2011. n. 201, convertito. con modificazioni, dalla Legge 22 dicembre 2011, n. 214, eventuali aggiornamenti relativi all'ammontare del predetto trattamento. Le somme trattenute vengono direttamente acquisite alle Casse dello Stato».

3.11

COMAROLI, TOSATO, BELLOT

Sopprimere il comma 1.

Conseguentemente, all'articolo 1, sopprimere i commi 116 e 117.

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 550 milioni di euro a decorre dal 2015».

3.12

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Sopprimere il comma 1.

Conseguentemente, all'articolo 2, dopo il comma 45 inserire il seguente:

«45-*bis*. Le disponibilità di competenza e di cassa delle spese del bilancio dello Stato per consumi intermedi sono ridotte di 400 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015.

3.13

GASPARRI

Sopprimere il comma 1.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 105.000.000;

2016: ? 105.000.000;

2017: ? 105.000.000.

Ridurre del 3% tutti gli stanziamenti di parte corrente della allegata tabella C.

3.14

BULGARELLI, MANGILI, LEZZI, CATALFO, PAGLINI, PUGLIA, AIROLA

All'articolo 3, apportare le seguenti modificazioni:

a) sostituire il comma 1, con il seguente:

«1. All'articolo 17 del decreto legislativo 5 dicembre 2005, n. 252, il comma 1 è sostituito dal seguente:

"1. La quota parte di capitale gestita dai fondi pensione complementare, derivata dai redditi dei singoli lavoratori inferiori a 90.000 euro lordi, è soggetta ad imposta sostitutiva delle imposte sui redditi nella misura dell'11 per cento mentre la quota parte di capitale gestita da fondi pensione derivante da redditi dei singoli lavoratori con reddito superiore per almeno due anni consecutivi a 90.000 euro lordi, è soggetto ad imposta sostitutiva delle imposte sui redditi nella misura del 20 per cento. Tale regime di tassazione separata si ripercuoterà con i suoi effetti nella gestione della posizione individuale dei singoli lavoratori. Le aliquote indicate si applicano sul risultato netto maturato in ciascun periodo d'imposta"»;

b) sostituire il comma 3, con il seguente:

«3. All'articolo 11 del decreto legislativo 18 febbraio 2000, n. 47, il comma 3 è sostituito dal seguente:

"3. La quota parte di capitale gestito da fondi di trattamento di fine rapporto e di previdenza, derivata dai redditi dei singoli lavoratori inferiori a 90.000 euro lordi, è soggetta ad imposta sostitutiva delle imposte sui redditi nella misura dell'11 per cento mentre la quota parte di capitale gestita da fondi analoghi derivanti da redditi dei singoli lavoratori con reddito superiore per almeno due anni consecutivi a 90.000 euro lordi, è soggetto ad imposta sostitutiva delle imposte sui redditi nella misura del 20 per cento. Tale regime di tassazione separata si ripercuoterà con i suoi effetti nella gestione della posizione individuale dei singoli lavoratori. Le aliquote indicate si applicano sul risultato netto maturato in ciascun periodo d'imposta"».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le

variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 500.000.000 euro a decorrere dal 2015».

3.15

LEZZI, BULGARELLI, MANGILI

Sostituire il comma 1, con il seguente:

«1. All'articolo 17 del decreto legislativo 5 dicembre 2005, n. 252, il comma 1 è sostituito dal seguente:

"1. La quota parte di capitale gestita dai fondi pensione complementare, derivata dai redditi dei singoli lavoratori inferiori a 90.000 euro lordi, è soggetta ad imposta sostitutiva delle imposte sui redditi nella misura dell'11 per cento mentre la quota parte di capitale gestita da fondi pensione derivante da redditi dei singoli lavoratori con reddito superiore per almeno due anni consecutivi a 90.000 euro lordi, è soggetto ad imposta sostitutiva delle imposte sui redditi nella misura del 20 per cento. Tale regime di tassazione separata si ripercuoterà- con i suoi effetti nella gestione della posizione individuale dei singoli lavoratori. Le aliquote indicate si applicano sul risultato netto maturato in ciascun periodo d'imposta"»;

Conseguentemente, sostituire il comma 3, con il seguente:

3. All'articolo 11 del decreto legislativo 18 febbraio 2000, n. 47, il comma 3 è sostituito dal seguente:

3. La quota parte di capitale gestito da fondi di trattamento di fine rapporto e di previdenza, derivata dai redditi dei singoli lavoratori inferiori a 90.000 euro lordi, è soggetta ad imposta sostitutiva delle imposte sui redditi nella misura dell'11 per cento mentre la quota parte di capitale gestita da fondi analoghi derivanti da redditi dei singoli lavoratori con reddito superiore per almeno due anni consecutivi a 90.000 euro lordi è soggetto ad imposta sostitutiva delle imposte sui redditi nella misura del 20 per cento. Tale regime di tassazione separata si ripercuoterà con i suoi effetti nella gestione della posizione individuale dei singoli lavoratori. Le aliquote indicate si applicano sul risultato netto maturato in ciascun periodo d'imposta.

E conseguentemente ancora, all'articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 500.000.000 euro a decorrere dal 2015».

3.16

GUALDANI

All'articolo 3, sono apportate le seguenti modificazioni:

1) il comma 1, è sostituito dal seguente:

«1) All'articolo 17, comma 1, del decreto legislativo 5 dicembre 2005, n. 252, le parole: "11 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "12,50 per cento"»;

2) il comma 2 è soppresso;

3) il comma 3 è sostituito dal seguente:

«3. All'articolo 11, comma 3, del decreto legislativo 18 febbraio 2000, n. 47, e successive modificazioni, le parole: "11 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "12,50 per cento"».

4) il comma 4 è sostituito dal seguente:

«4. La disposizione di cui al comma 1 si applica dal periodo d'imposta successivo a quello in corso al 31 dicembre 2014».

Conseguentemente,

? ridurre di 250 milioni di euro lo stanziamento relativo al Fondo istituito nello stato di previsione del Ministero del lavoro e delle politiche sociali, di cui all'articolo 1, comma 83, per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017.

? Dopo il comma 5, aggiungere il seguente comma:

«5-*bis.* A decorrere dal primo gennaio 2015 si provvede a ridurre i regimi di esenzione,

esclusione e favore fiscale, di cui all'allegato C-*bis* del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, con l'esclusione delle disposizioni a tutela dei redditi di lavoro dipendente e autonomo, dei redditi da pensione, della famiglia, della salute, delle persone economicamente o socialmente svantaggiate, del patrimonio artistico e culturale, della ricerca e dell'ambiente. Con uno o più decreti del Ministro dell'economia e delle finanze, da emanare ai sensi dell'articolo 17 della legge 23 agosto 1988, n. 400, sono stabilite le modalità tecniche per l'attuazione della presente disposizione con riferimento ai singoli regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale interessati. Dai decreti di cui al presente comma devono derivare risparmi almeno pari a 105 milioni di euro a decorrere dal 2015»;

? ridurre di 50 milioni di euro lo stanziamento della allegata tabella A, rubrica del Ministero dell'economia e delle finanze, per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017.

3.17

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Apportare le seguenti modificazioni:

a) sostituire il comma 1, con il seguente:

1. All'articolo 17, comma 1, del decreto legislativa 5 dicembre 2005, n. 252, le parole: «11 per cento» sono sostituite dalle seguenti: «12,50 per cento»;

b) sopprimere il comma 2;

c) sostituire il comma 3, con il seguente:

3. All'articolo 11, comma 3, del decreto legislativo 18 febbraio 2000, n. 47, e successive modificazioni, le parole: «11 per cento» sono sostituite dalle seguenti: «12,50 per cento»;

d) sostituire il comma 4 con il seguente:

4. La disposizione di cui al comma 1 si applica dal periodo d'imposta successivo a quella in corso al 31 dicembre 2014.

Conseguentemente:

a) sopprimere il comma 112, dell'articolo 1;

b) all'articolo 1, dopo il comma 132 aggiungere il seguente:

132-*bis*. A decorrere dal 1º gennaio 2015 si provvede a ridurre i regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale, di cui all'allegato *c*-bis del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, con l'esclusione delle disposizioni a tutela dei redditi di lavoro dipendente e autonomo, dei redditi da pensione, della famiglia, della salute, delle persone economicamente o socialmente svantaggiate, del patrimonio artistico e culturale, della ricerca e dell'ambiente. Con uno o più decreti del Ministro dell'economia e delle finanze, da emanare ai sensi dell'articolo 17 della legge 23 agosto 1988, n. 400, sono stabilite le modalità tecniche per l'attuazione della presente disposizione con riferimento ai singoli regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale interessati. Dai decreti di cui al presente comma devono derivare risparmi almeno pari a 105 milioni di euro a decorrere dal 2015.

c) Alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 50.000.000;

2016: ? 50.000.000;

2017: ? 50.000.000.

3.18

D'ALÌ

Apportare le seguenti modificazioni:

a) sostituire il comma 1 con il seguente:

«1. All'articolo 17, comma 1, del decreto legislativo 5 dicembre 2005, n. 252, le parole: "11 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "12,50 per cento"»;

b) sopprimere il comma 2;

c) sostituire il comma 3 con il seguente:

«3. All'articolo 11, comma 3, del decreto legislativo 18 febbraio 2000, n.47, e successive modificazioni, le parole: »11 per cento», sono sostituite dalle seguenti: «12,50 per cento»;

d) sostituire il comma 4 con il seguente:

«La disposizione di cui al comma 1 si applica dal periodo d'imposta successivo a quello in corso al 31 dicembre 2014».

Conseguentemente, all'articolo 1:

a) sopprimere il comma 112;

b) dopo il comma 132, aggiungere il seguente:

«132-*bis*. A decorrere dal 1º gennaio 2015 si provvede a ridurre i regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale, di cui all'allegato *c*-bis del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, con l'esclusione delle disposizioni a tutela dei redditi di lavoro dipendente e autonomo, dei redditi da pensione, della famiglia, della salute, delle persone economicamente o socialmente svantaggiate, del patrimonio artistico e culturale, della ricerca e dell'ambiente. Con uno o più decreti del Ministro dell'economia e delle finanze, da emanare ai sensi dell'articolo 17 della legge 23 agosto 1988, n. 400, sono stabilite le modalità tecniche per l'attuazione della presente disposizione con riferimento ai singoli regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale interessati. Dai decreti di cui al presente comma devono derivare risparmi almeno pari a 105 milioni di euro a decorrere dal 2015».

c) Alla tabella A, *voce* Ministero dell'economia e delle finanze *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 50.000.000;

2016: ? 50.000.000;

2017: ? 50.000.000.

3.19

SCALIA

All'articolo 3, sono apportate le seguenti modificazioni:

1) il comma 1, è sostituito dal seguente:

«1. All'articolo 17, comma 1, del decreto legislativo 5 dicembre 2005, n. 252, le parole: "11 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "12,50 per cento";

2) il comma 2 è soppresso;

3) il comma 3 è sostituito dal seguente:

"3. All'articolo 11, comma 3, del decreto legislativo 18 febbraio 2000, n. 47, e successive modificazioni, le parole: "11 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "12,50 per cento".

4) il comma 4 è sostituito dal seguente:

"4. La disposizione di cui al comma 1 si applica dal periodo d'imposta successivo a quello in corso al 31 dicembre 2014"».

Conseguentemente:

sopprimere l'articolo 1, comma 112;

aggiungere il seguente comma:

«A decorrere dal primo gennaio 2015 si provvede a ridurre i regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale, di cui all'allegato C-*bis* del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, con l'esclusione delle disposizioni a tutela dei redditi di lavoro dipendente e autonomo, dei redditi da pensione, della famiglia, della salute, delle persone economicamente o socialmente svantaggiate, del patrimonio artistico e culturale, della ricerca e dell'ambiente.

Con uno o più decreti del Ministro dell'economia e delle finanze, da emanare ai sensi dell'articolo 17 della legge 23 agosto 1988, n. 400, sono stabilite le modalità tecniche per l'attuazione della presente disposizione con riferimento ai singoli regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale interessati. Dai

decreti di cui al presente comma devono derivare risparmi almeno pari a 105 milioni di euro a decorrere dal 2015«.

ridurre di 50 milioni di euro lo stanziamento della allegata tabella A, rubrica del Ministero, dell'economia e delle finanze.

3.20

COMAROLI, TOSATO, BELLOT

Apportate le seguenti modificazioni:

1) il comma 11 è sostituito dal seguente:

«1. All'articolo 17, comma 1, del decreto legislativo 5 dicembre 2005, n. 252, le parole: "11 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "12,50 per cento"».

2) il comma 2 è soppresso;

3) il comma 3 è sostituito dal seguente:

«3. All'articolo 11, comma 3, del decreto legislativo 18 febbraio 2000, n. 47, e successive modificazioni, le parole: "11 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "12,50 per cento"».

4) il comma 4 è sostituito dal seguente:

«4. La disposizione di cui al comma 1 si applica dal periodo d'imposta successivo a quello in corso al 31 dicembre 2014».

Conseguentemente:

All'articolo 1, sopprimere i commi 116. 117 e 125.

All'articolo 2, sopprimere il comma 207.

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente. relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 553.818 migliaia di euro di euro a decorrere dal 2015».

3.21

GIANLUCA ROSSI, PARENTE

Sostituire il comma 1, con il seguente:

«1. All'articolo 17, comma 1, del decreto legislativo 5 dicembre 2005, n. 252, le parole: "11 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "12,50 per cento"».

Conseguentemente:

a) il comma 2 è soppresso;

b) Il comma 3 è sostituito dal seguente:

«3. All'articolo 11, comma 3, del decreto legislativo 18 febbraio 2000, n. 47, e successive modificazioni, le parole: "11 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "12,50 per cento"».

c) il comma 4 è sostituito dal seguente:

«4. La disposizione di cui al comma 1 si applica dal periodo d'imposta successivo a quello in corso al31 dicembre 2014».

d) dopo il comma 5, aggiungere il seguente:

«5-*bis*. A decorrere dal primo gennaio 2015 ridurre i regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale, di cui all'allegato C-*bis* del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n.,111, con l'esclusione delle disposizioni a tutela dei redditi di lavoro dipendente e autonomo, dei redditi da pensione, della famiglia, della salute, delle persone economicamente o socialmente svantaggiate, del patrimonio artistico e culturale, della ricerca e dell'ambiente. Con uno o più decreti del Ministro dell'economia e delle finanze, da emanare ai sensi dell'articolo 17 della legge 23 agosto 1988, n. 400, sono stabilite le modalità tecniche per l'attuazione della presente disposizione con riferimento ai singoli regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale interessati. Dai decreti di cui al presente comma devono derivare risparmi almeno pari a 500 milioni di euro a decorrere dal 2015».

3.22

VERDUCCI, MATURANI, STEFANO ESPOSITO, FABBRI, VACCARI, GIANLUCA ROSSI,

CAPACCHIONE, FISSORE, ELENA FERRARA, ZANONI, CARDINALI, ANGIONI, TOMASELLI, FILIPPI

Sostituire il comma 1, con il seguente:

«1. All'articolo 17, comma 1, del decreto legislativo 5 dicembre 2005, n. 252, le parole: "11 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "12,50 per cento"».

Conseguentemente:

a) il comma 3 è sostituito dal seguente:

«3. All'articolo 11, comma 3, del decreto legislativo 18 febbraio 2000, n. 47, e successive modificazioni, le parole: "11 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "12,50 per cento"».

b) dopo il comma 5, aggiungere il seguente:

«5-*bis*. A decorrere dal primo gennaio 2015 ridurre i regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale, ,di cui all'allegato C-*bis* del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, con l'esclusione delle disposizioni a tutela dei redditi di lavoro dipendente e autonomo, dei redditi da. pensione, della famiglia, della salute, delle persone economicamente o socialmente svantaggiate, del patrimonio artistico e culturale, della ricerca e dell'ambiente. Con uno o più decreti del Ministro dell'economia e delle finanze, da emanare ai sensi dell'articolo 17 della legge 23 agosto 1988, n. 400, sono stabilite le modalità tecniche per l'attuazione della presente disposizione con riferimento ai singoli regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale interessati. Dai decreti di cui al presente comma devono derivare risparmi almeno pari a 500 milioni di euro a decorrere dal 2015»;

c) comma 21, lettera *g)* sostituire lo parola: «triplo» con lo seguente: «quadruplo».

d) alla Tabella A, *voce* Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 50.000.000;

2016: ? 50.000.000;

2017: ? 50.000.000.

3.23

GIANLUCA ROSSI, SANGALLI, FORNARO, GIACOBBE, GUERRA, MOSCARDELLI, RICCHIUTI, TURANO, GATTI, PEGORER, GUERRIERI PALEOTTI

Al comma 1, sostituire le parole: «20 per cento» *con le seguenti:*« 12,5 per cento».

Conseguentemente:

1) al medesimo articolo 3, comma 21, lettera *g)* sostituire lo parola: «triplo» con la seguente: «quintuplo».

2) dopo il comma 66, aggiungere il seguente:

«66-*bis*. A decorrere dal primo gennaio 2015 ridurre i regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale, di cui all'allegato C-*bis* del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, con l'esclusione delle disposizioni a tutela dei redditi di lavoro dipendente e autonomo, dei redditi da pensione, della famiglia, della salute, delle persone economicamente o socialmente svantaggiate, del patrimonio artistico e culturale, della ricerca e dell'ambiente. Con uno o più decreti del Ministro dell'economia e delle finanze, da emanare ai sensi dell'articolo 17 della legge 23 agosto 1988, n. 400, sono stabilite le modalità tecniche per l'attuazione della presente disposizione con riferimento ai singoli regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale interessati. Dai decreti di cui al presente comma devono derivare risparmi almeno pari a 130 milioni di euro a decorrere dal 2015».

3) alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 50.000.000;

2016: ? 50.000.000;

2017: ? 50.000.000.

3.24

COMAROLI, TOSATO, BELLOT

Al comma 1 sostituire le parole: «20 per cento» *con le seguenti:* «15 per cento» *e al comma 3 sostituire le parole:* «17 per cento» *con le seguenti:* «13 per cento».

Conseguentemente:

All'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117 e 125.

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 550 milioni di euro a decorre dal 2015».

3.25

SUSTA

Apportare le seguenti modificazioni:

al comma 1 sostituire le parole: «20 per cento» *con le seguenti:* «15 per cento»;

comma 3 sostituire le parole: «17 per cento» *con le seguenti:* «13 per cento»;

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 116, sostituire le parole: «100 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015» *con le seguenti:* «50 milioni di euro per l'anno 2015 e 80 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2016»;

all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le seguenti parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 150 milioni di euro per l'anno 2015, e 170 milioni di euro a decorrere dal 2016, ad eccezione delle spese relative alle Missioni "Soccorso Civile", "Agricoltura, politiche agroalimentari e pesca", "Commercio internazionale ed internazionalizzazione del sistema produttivo", "Ricerca e innovazione", "Tutela e valorizzazione dei beni e attività culturali e paesaggistici", "Istruzione scolastica", "Istruzione universitaria e formazione postuniversitaria", "Diritti sociali, politiche e famiglia"»;

alla Tabella A voce Ministero dell'Economia e delle Finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 30.000.000;

2016: ? 60.000.000;

2017: ? 60.000.000.

3.26

SUSTA, LUIGI MARINO

Apportare le seguenti modificazioni:

a) al comma 1 sostituire le parole: «20 per cento» *con le seguenti:* «15 per cento»;

b) al comma 3 sostituire le parole: «17 per cento» *con le seguenti:* «13 per cento»;

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le seguenti parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 230 milioni di euro per l'anno 2015, e 250 milioni di euro a decorrere dal 2016, ad eccezione delle spese relative alle Missioni "Soccorso Civile", "Agricoltura, politiche agroalimentari e pesca", "Commercio internazionale ed internazionalizzazione del sistema produttivo", "Ricerca e Innovazione", "Tutela e valorizzazione dei beni e attività culturali e paesaggistici", "Istruzione scolastica", "Istruzione universitaria e formazione postuniversitaria", "Diritti sociali, politiche e famiglia"».

3.27

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Apportare le seguenti modificazioni:

a) Al comma 1, sostituire le parole: «20 per cento» con le seguenti: « 15 per cento»;

b) al comma 3, sostituire le parole: «17 per cento» con le seguenti parole: «14 per cento».

Conseguentemente, dopo il comma 28, aggiungere il seguente:

«28-*bis*. All'articolo 19, comma 6 del decreto-legge n. 201 del 2011, convertito, con

modificazioni, dalla legge n. 214 dei 2011, aggiungere, in fondo il seguente periodo: "A decorrere dall'anno 2015 l'aliquota è stabilità nella misura del 1 per mille"».

3.28

VERDUCCI, MATURANI, STEFANO ESPOSITO, FABBRI, VACCARI, GIANLUCA ROSSI, CAPACCHIONE, FISSORE, ELENA FERRARA, ZANONI, CARDINALI, ANGIONI, TOMASELLI, FILIPPI

Al comma 1 sostituire le parole: «20 per cento» *con le seguenti:* «15 per cento».

Conseguentemente:

a) al comma 3 sostituire le parole: «17 per cento» *con le seguenti:* «14 per cento»;

b) dopo il comma 5, aggiungere il seguente:

«5-*bis*. A decorrere dal primo gennaio 2015 ridurre i regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale, di cui all'allegato C-*bis* del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, con l'esclusione delle disposizioni a tutela dei redditi di lavoro dipendente e autonomo, dei redditi da pensione, della famiglia, della salute, delle persone economicamente o socialmente svantaggiate, del patrimonio artistico e culturale, della ricerca e dell'ambiente. Con uno o più decreti del Ministro dell'economia e delle finanze, da emanare ai sensi dell'articolo 17 della legge 23 agosto 1988, n. 400, sono stabilite le modalità tecniche per l'attuazione della presente disposizione con riferimento ai singoli regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale interessati. Dai decreti di cui al presente comma devono derivare risparmi almeno pari a 250 milioni di euro a decorrere dal 2015»;

c) comma 21, lettera g) *sostituire la parola:* «triplo» *con lo seguente:* «quadruplo»;

d) alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 50.000.000;

2016: ? 50.000.000;

2017: ? 50.000.000.

3.29

GIANLUCA ROSSI, MAURO MARIA MARINO, SANGALLI, FORNARO, GIACOBBE, GUERRA, MOSCARDELLI, RICCHIUTI, TURANO, GATTI, PEGORER

Al comma 1, sostituire le parole: «20 per cento» *con le seguenti:* «15 per cento»;

Conseguentemente,

al comma 31 le porole: «17 per cento» *sono sostituite dalle seguenti:* «14 per cento».

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 105.000.000;

2016: ? 105.000.000;

2017: ? 105.000.000.

Alla Tabella A, voce Ministero delle politiche agricole, alimentari e forestali, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;

2016: ? 5.000.000;

2017: ? 5.000.000.

Alla Tabella A, voce Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;

2016: ? 5.000.000;

2017: ? 5.000.000.

Alla Tabella A, voce Ministero della giustizia, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;

2016: ? 5.000.000;

2017: ? 5.000.000.

Alla Tabella A, voce Ministero degli affari esteri, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;

2016: ? 5.000.000;

2017: ? 5.000.000.

dopo il comma 74, aggiungere il seguente:

«74-*bis*. Fermo restando quanto previsto dall'articolo 1, comma 439, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, disponibilità di competenza e di cassa delle spese del bilancio dello Stato per consumi intermedi sono ridotte di ulteriori 135 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015, secondo quanto indicato nell'allegato 4 alla presente legge. Per effettive, motivate e documentate esigenze, su proposta delle amministrazioni, possono essere disposte variazioni compensative tra i capitoli interessati, con invarianza degli effetti sull'indebita mento netto delle pubbliche amministrazioni.

Allegato 4
RIDUZIONI CONSUMI INTERMEDI
MINISTERO201520162017(milioni di euro)Ministero dell'economia e delle finanze30,00030,00030,000Ministero dello sviuppo economico3,0003,0003,000Ministero del lavoro e delle politiche sociali3,0003,0003,000Ministero della giustizia13,00013,00013,000Ministero degli affari esteri15,00015,00015,000Ministero dell'interno18,00018,00018,000Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare3,0003,0003,000Ministero delle infrastrutture e dei trasporti15,00015,00015,000Ministero della difesa25,00025,00025,000Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali5,0005,0005,000Ministero della salute10,00010,00010,000Totale . . .135,000135,000135,000

3.30

COMAROLI, TOSATO, BELLOT

Al comma 1 sostituire le parole: «20 per cento» *con le seguenti:* «15 per cento».

Conseguentemente:

All'articolo 1, sopprimere i commi 116 e 117.

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 550 milioni di euro a decorre dal 2015».

3.31

PARENTE, FEDELI, ANGIONI, D'ADDA, FAVERO, FASIOLO, LEPRI, MANASSERO, PEZZOPANE, SPILABOTTE

Al comma 1, sostituire le parole: «20 per cento» *con le seguenti:* «15 per cento».

Conseguentemente,

a) all'articolo 3, comma 21, lettera g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quintuplo»;

b) alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 105.000.000;

2016: ? 105.000.000;

2017: ? 105.000.000.

voce Ministero delle politiche agricole, alimentari e forestali, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;

2016: ? 5.000.000;

2017: ? 5.000.000.

voce Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, *apportare le seguenti*

variazioni in diminuzione:

2015: ? 5.000.000;

2016: ? 5.000.000;

2017: ? 5.000.000.

voce Ministero della giustizia, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;

2016: ? 5.000.000;

2017: ? 5.000.000.

3.32

GIANLUCA ROSSI, SANGALLI, FORNARO, GIACOBBE, GUERRA, MOSCARDELLI, RICCHIUTI, TURANO, GATTI, PEGORER

Al comma 1, sostituire le parole: «20 per cento» *con le seguenti:* «17 per cento».

Conseguentemente:

1) al medesimo articolo 3, comma 21, lettera g) *sostituire lo parola:* «triplo» *con lo seguente:* «quadruplo».

2) alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 20.000.000;

2016: ? 30.000.000;

2017: ? 30.000.000.

voce Ministero delle politiche agricole, alimentari e forestali, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;

2016: ? 5.000.000;

2017: ? 5.000.000.

3.33

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 1, aggiungere, infine, il seguente periodo: «La presente disposizione non si applica ai fondi pensione di cui all'articolo 4 del decreto legislativo n. 124 del 21 aprile 1993, fermi restando i divieti ed i limiti di cui all'articolo 6 dello stesso, che destinino, fatte salve le disponibilità di mercato, almeno il 2 per cento del valore del proprio patrimonio alla sottoscrizione di titoli di debito, anche non negoziati, emessi da piccole o medie imprese, anche attraverso operazioni di cartolarizzazioni delle medesime di cui alla legge n. 130 del 1999, o da organismi d'investimento collettivo in valori mobiliari (OICVM) che gestiscano titoli emessi dalle stesse».

Conseguentemente, dopo il comma 28, aggiungere il seguente:

«28-*bis*. All'articolo 19, comma 6 del decreto legge n. 201 del 20"11, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 214 del 2011, aggiungere, in fondo il seguente periodo: "A decorrere dall'anno 2015 l'aliquota è stabilita nella misura del 13.5 per mille"».

3.34

PAGLIARI

Al comma 1 aggiungere i seguenti:

«1-*bis*. All'articolo 3, comma 3, del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito in legge, con modificazioni, dall'articolo 1, comma 1, della legge 23 giugno 2014, n. 39, dopo le parole: "e al risultato netto maturato dalle forme di previdenza complementare di cui al decreto legislativo 5 dicembre 2005, n. 252" sono aggiunte le parole: "La disposizione di cui al comma 1 non si applica inoltre agli enti di previdenza di cui al decreto legislativo 30 giugno 1994, n. 509 e di cui al decreto legislativo 10 febbraio 1996, n. 103, per i quali l'aliquota è stabilita nella misura del 20 per cento"».

1-*ter*. All'articolo 4, comma 6-*bis* del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito in legge, con modificazioni, dall'articolo 1, comma 1, della legge 23 giugno 2014, n. 39, primo periodo, le parole: "In attesa di armonizzare, a decorrere dal 2015, la disciplina di tassazione dei redditi di natura

finanziaria degli enti previdenziali di cui al decreto legislativo 30 giugno 1994, n. 509, e al decreto legislativo 10 febbraio 1996, n. 103, con quella relativa alle forme pensionistiche e complementari di cui al decreto legislativo 5 dicembre 2005, n. 252, a tali enti" sono sostituite con le seguenti: "Agli enti previdenziali di cui al decreto legislativo 30 giugno 1994, n. 509 e al decreto legislativo 10 febbraio 1996, n. 103, per l'anno di imposta 2014"».

3.35

GUERRIERI PALEOTTI, BROGLIA, DEL BARBA, LAI, SANGALLI, SPOSETTI, VERDUCCI, ZANONI

Dopo il comma l, aggiungere il seguente:

«l-*bis*. L'aliquota di cui al comma 1 è ridotta al 12,5 per cento, esclusivamente per i Fondi pensione di cui al decreto legislativo 5 dicembre 2005, n. 252, che avviano processi di aggregazione e che costituiscono un Fondo, alimentato da quota parte della raccolta, le cui risorse sono destinate al finanziamento di investimenti infrastrutturali pubblici.

1-*ter*. Con decreto del Ministro del lavoro e delle politiche sociali, da emanarsi, d'intesa con il Ministro dell'economia e delle finanze, sentita la Covip e i soggetti interessati, entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono definiti i criteri e le modalità per la costituzione del Fondo alla costituzione del Fondo di cui al comnia l-*bis*, per l'individuazione degli investimenti finanziabili, per la remunerazione delle somme investite e per l'applicazione delle agevolazioni di cui al comma l-*bis*».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione*:

2015: ? 50.000.000;
2016: ? 75.000.000;
2017: ? 125.000.000.

3.36

MANGILI, LEZZI, BULGARELLI

Dopo il comma 1 aggiungere il seguente:

«1-*bis*. Le disposizioni di cui all'articolo 1, comma 12-*bis*, del decreto-legge 13 agosto 2011, n. 138, convertito, con modificazioni, dalla legge 14 settembre 2011, n. 148, si applicano anche per gli anni 2015, 2016 e 2017».

3.37

GASPARRI

Al comma 2, sopprimere le parole da: «in base al rapporto» *a:* «del presente articolo».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 105.000.000;
2016: ? 105.000.000;
2017: ? 105.000.000.

Ridurre dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente della allegata tabella C.

3.38

COMAROLI, TOSATO, BELLOT

Sopprimere il comma 3.

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere i commi 116 e 117;

all'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 550 milioni di euro a decorre dal 2015».

3.39

GASPARRI

Sopprimere il comma 3.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 105.000.000;
2016: ? 105.000.000;
2017: ? 105.000.000.

Ridurre dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente della allegata tabella C.

3.40

BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Sopprimere il comma 3.

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 140.000.000;
2016: ? 140.000.000;
2017: ? 140.000.000.

3.41

COMAROLI, TOSATO, BELLOT

Al comma 3 sostituire le parole: «17 per cento» *con le seguenti:* «13 per cento».

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere i commi 116 e 117;

all'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 550 milioni di euro a decorre dal 2015».

3.42

GIANLUCA ROSSI, SANGALLI, FORNARO, GIACOBBE, GUERRA, MOSCARDELLI, RICCHIUTI, TURANO, GATTI, PEGORER, GUERRIERI PALEOTTI

Al comma 3, sostituire le parole: «17 per cento» *con le seguenti:* «15 per cento».

Conseguentemente, al medesimo articolo 3, comma 21, lettera g) *sostituire lo parola:* «triplo» *con la seguente:* «quadruplo».

3.43

COMAROLI, TOSATO, BELLOT

Sopprimere il comma 4.

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere i commi 117;

all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 550 milioni di euro a decorre dal 2015».

3.44

GASPARRI

Sopprimere il comma 4.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 105.000.000;
2016: ? 105.000.000;
2017: ? 105.000.000.

Ridurre del 3 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente della allegata tabella C.

3.45

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Al comma 4, sopprimere il secondo periodo.

Conseguentemente, all'articolo 2, dopo il comma 45 inserire il seguente: «Le disponibilità di competenza e di cassa delle spese del bilancio dello Stato per consumi intermedi sono ridotte di 400 milioni di euro annui per l'anno 2015».

3.46

COMAROLI, BISINELLA, TOSATO

Dopo il comma 4 aggiungere il seguente:

«4-*bis*. A decorrere dal 1 gennaio 2015 è soppresso il comma 4, dell'articolo 15 del decreto-legge n. 179 del 2012».

3.47

GASPARRI

Sopprimere il comma 5.

3.48

MARGIOTTA

Dopo il comma 5, aggiungere il seguente:

«5-*bis*. A decorrere dallo gennaio 2015, l'attività di riscossione relativa al recupero delle somme a qualunque titolo dovute agli Enti di cui ai decreti legislativi n. 509 del 1994 e n. 103 del 1996, anche a seguito di accertamenti degli uffici, è effettuata mediante la notifica di un avviso di addebito con valore di titolo esecutivo.

5-*ter*. In riferimento alla contribuzione dei liberi professionisti, si dispone quanto segue:

1. Il contributo soggettivo obbligatorio a carico di ogni iscritto alle Casse di previdenza professionali, ove non diversamente disposto, va determinato sulla somma dell'eventuale reddito professionale netto prodotto individualmente nell'anno precedente, dell'eventuale reddito attribuito dalle associazioni professionali, quale risulta dalla relativa dichiarazione dei redditi, nonché della quota di utili attribuibile al socio per il medesimo anno, indipendentemente dalla distribuzione, dalle società tra professionisti di cui all'articolo 10 della legge 18 novembre 2011, n. 183.

2. Salvo quanto già diversamente disposto, le società tra professionisti applicano il contributo integrativo, nella misura stabilita dalle rispettive Casse di previdenza, su tutti i corrispettivi rientranti nel volume di affari ai fini IVA. Il contributo integrativo viene versato dalla società in favore del socio professionista alle rispettive Casse di previdenza in conformità alle disposizioni regolamentari delle stesse, non tenendo conto nel riparto del numero dei soci non professionisti.,

3. I soci professionisti di società diverse da quelle di cui al primo comma che partecipano direttamente o indirettamente, anche in modo non prevalente, con la loro opera professionale all'attività della società, versano il contributo soggettivo, anche in deroga alle vigenti disposizioni, esclusivamente alle rispettive Casse, in relazione alla quota di partecipazione agli utili attribuibili agli stessi indipendentemente dalla distribuzione. Il contributo integrativo è calcolato sul volume d'affari prodotto ai fini IVA dalla società, in proporzione alla quota di partecipazione agli utili dei soci stessi, e viene versato alle rispettive Casse di previdenza in conformità alle disposizioni regolamentari delle stesse.

4. Il presente comma si applica anche alle società cooperative.

5. Le Casse di previdenza adeguano i propri regolamenti al presente comma.

5-*quater* Al. Decreto legislativo 5 dicembre 2005, n. 252 dopo l'articolo 4 è inserito il seguente articolo: "4-*bis*. Costituzione dei fondi pensione istituiti ai sensi dell'articolo 3, comma 1, lettera *g)* nell'ambito del medesimo ente ed autorizzazione all'esercizio".

1. Ai sensi e per gli effetti della legge 12 luglio 2011, n. 133, e nel rispetto dei principi del presente decreto, gli enti di cui al decreto legislativo 30 giugno 1994, n. 509, e quelli di cui al decreto

legislativo 10 febbraio 1996, n. 103 possono deliberare la destinazione, salvo esplicito diniego da parte dei propri iscritti, di una parte del contributo integrativo al finanziamento dei fondi pensione costituiti come patrimonio di destinazione, separato ed autonomo, con gli effetti di cui all'articolo 2117 c.c.

2. In deroga a quanto previsto all'articolo 5 del presente decreto per i fondi disciplinati dal presente articolo è prevista la nomina del solo Responsabile, potendo coincidere il Consiglio di Amministrazione, il Collegio Sindacale, e la Società di revisione, in tutto o in parte, con quello dell'ente istitutore.

3. L'ente istitutore deve illustrare, in apposito docinnento, le modalità di copertura delle spese di avvio e di quelle ricorrenti poste a suo carico, a carico degli aderenti e a carico del patrimonio del fondo pensione«.

3.49

MANDELLI

Dopo il comma 5, aggiungere i seguenti:

«5-*bis*. A decorrere dal 1º gennaio 2015, l'attività di riscossione al recupero delle ,somme a qualunque titolo dovute agli Enti di cui ai decreti legislativi 30 giugno 1994, n. 509 e 10 febbraio 1996, n. 103, anche a seguito di accertamenti degli uffici, è effettuata mediante la notifica di un avviso di addebito con valore di titolo esecutivo.

5-*ter*. In riferimento alla contribuzione dei liberi professionisti, si applicano le seguenti disposizioni:

a) il contributo soggettivo obbligatorio a carico di ogni iscritto alle Casse di previdenza professionali, ove non diversamente disposto, va determinato sulla somma dell'eventuale reddito professionale netto prodotto individualmente nell'anno precedente, dell'eventuale reddito attribuito dalle associazioni professionali, quale risulta dalla relativa dichiarazione dei redditi, nonché della quota di utili attribuibile al socio per il medesimo anno, indipendentemente dalla distribuzione, dalle società tra professionisti di cui all'articolo 10 della legge 18 novembre 2011, n. 183;

b) salvo quanto già diversamente disposto, le società tra professionisti applicano il contributo integrativo, nella misura stabilita dalle rispettive Casse di previdenza, su tutti i corrispettivi rientranti nel volume di affari ai fini IVA. Il contributo integrativo viene versato dalla società in favore del socio professionista alle rispettive Casse di previdenza in conformità alle disposizioni regolamentari delle stesse, non tenendo conto nel riparto del numero dei soci non professionisti;

c) i soci professionisti di società diverse da quelle di cui al primo comma che partecipano direttamente o indirettamente, anche in modo non prevalente, con la loro opera professionale all'attività della società, versano il contributo soggettivo, anche in deroga alle vigenti disposizioni, esclusivamente alle rispettive Casse, in relazione alla quota di partecipazione agli utili attribuibili agli stessi indipendentemente dalla distribuzione. Il contributo integrativo è calcolato sul volume d'affari prodotto ai fini IV A dalla società, in proporzione alla quota di partecipazione agli utili dei soci stessi, e viene versato alle rispettive Casse di previdenza in conformità alle disposizioni regolamentari delle stesse;

d) le disposizioni di cui alle precedenti lettere si applicano anche alle società cooperative;

e) le Casse di previdenza adeguano i propri regolamenti al presente comma.

5-*quater*. Al Decreto legislativo 5 dicembre 2005, n. 252 dopo l'articolo 4 è inserito il seguente: "articolo 4-*bis ? (Costituzione dei fondi pensione istituiti ai sensi dell'articolo 3, comma 1, lettera* g) *nell'ambito del medesimo ente ed autorizzazione all'esercizio) ? 1*. Ai sensi e per gli effetti della legge 12 luglio 2011, n. 133, e nel rispetto dei principi del presente decreto, gli enti di cui al decreto legislativo 30 giugno 1994, n. 509, e quelli di cui al decreto legislativo 10 febbraio 1996, n. 103 possono deliberare la destinazione, salvo esplicito diniego da parte dei propri iscritti, di una parte del contributo integrativo al finanziamento dei fondi pensione costituiti come patrimonio di destinazione, separato ed autonomo, con gli effetti di cui all'articolo 2117 del codice civile.

2. In deroga a quanto previsto all'articolo 5 del presente decreto per i fondi disciplinati dal presente articolo è prevista la nomina del solo Responsabile, potendo coincidere il Consiglio di

Amministrazione, il Collegio Sindacale e la Società di revisione, in tutto o in parte, con quello dell'ente istitutore, 3. L'ente istitutore deve illustrare, in apposito documento, le modalità di copertura delle spese di avvio e di quelle ricorrenti poste a suo carico, a carico degli aderenti e a carico del patrimonio del fondo pensione«.

3.50

MANDELLI

Dopo il comma 5, aggiungere i seguenti:

«5-*bis*. A decorrere dal 1º gennaio 2015, l'attività di riscossione relativa recupero delle somme a qualunque titolo dovute agli Enti di cui ai decreti legislativi n. 509 del 1994 n. 103 del 1996, anche a seguito di accertamenti degli uffici, è effettuata mediante la notifica di un avviso di debito con valore di titolo esecutivo.

5-*ter*. li contributo soggettivo obbligatorio a carico di ogni iscritto alle Casse di previdenza professionali, ove non diversamente disposto, va determinato sulla somma dell'eventuale reddito professionale netto prodotto individualmente nell'anno precedente, dell'eventuale reddito attribuito dalle associazioni professionali, quale risulta dalla relativa dichiarazione dei redditi, nonché della quota di utili attribuibile al socio per il medesimo anno, indipendentemente dalla distribuzione, dalle società tra professionisti di cui all'articolo 10 della legge 18 novembre 2011, n. 183.

5-*quater*. Salvo quanto già diversamente disposto, le società tra professionisti applicano il contributo integrativo, nella misura stabilita dalle rispettive Casse di previdenza, su tutti i corrispettivi rientranti nel volume di affari ai fini IVA., Il contributo integrativo viene versato dalla società in favore del socio professionista alle rispettive Casse di previdenza in conformità alle disposizioni regolamentari delle stesse, non tenendo conto nel riparto del numero dei soci non professionisti.

5-*quinquies*. I soci professionisti di società diverse da quelle di cui al primo comma che partecipano direttamente o indirettamente, anche in modo non prevalente, con la loro opera professionale all'attività della società, versano il contributo soggettivo, anche in deroga alle vigenti disposizioni, esclusivamente alle rispettive Casse, in relazione alla quota di partecipazione agli utili attribuibili agli stessi indipendentemente dalla distribuzione. Il contributo integrativo è calcolato sul volume d'affari prodotto ai fini IVA dalla società, in proporzione alla quota di partecipazione agli utili dei soci stessi, e viene versato alle rispettive Casse di previdenza in conformità alle disposizioni regolamentari delle stesse.

5-*sexies*. Le disposizioni di cui ai commi da 5-*ter* a 5-*quinquies* si applicano anche alle società cooperative. Le Casse di previdenza. adeguano i propri regolamenti ai precedenti commi.

5-*septies*. Al Decreto legislativo 5 dicembre 2005, n. 252 dopo l'articolo 4 è inserito il seguente:

"Articolo 4-*bis ? (Costituzione dei fondi pensione istituiti ai sensi dell'articolo 3, comma 1, lettera* g) *nell'ambito del medesimo ente ed autorizzazione all'esercizio) ? 1*. Ai sensi e per gli effetti della L. 12 luglio 2011, n. 133, e nel rispetto dei principi del presente decreto, gli enti di cui al decreto legislativo 30 giugno 1994, n. 509, e quelli di cui al decreto legislativo IO febbraio 1996, n. 103 possono deliberare la destinazione, salvo esplicito diniego da parte dei propri iscritti, di una parte del contributo integrativo al finanziamento dei fondi pensione costituiti come patrimonio di destinazione, separato ed autonomo, con gli effetti di cui all'articolo 2117 c.c.

2. In deroga a quanto previsto all'articolo 5 del presente decreto per i fondi disciplinati dal presente articolo è prevista la nomina del solo Responsabile, potendo coincidere il Consiglio di Amministrazione, il Collegio Sindacale e la Società di revisione, in tutto o in parte, con quello dell'ente istitutore.

3. L'ente istitutore deve illustrare, in apposito documento, le modalità di copertura delle spese di avvio e di quelle ricorrenti poste a suo carico, a carico degli aderenti del carico del patrimonio del fondo pensione"».

3.51

MARGIOTTA

Dopo il comma 5, aggiungere i seguenti:

«5-*bis*. Il contributo soggettivo obbligatorio a carico di ogni iscritto alle Casse di previdenza professionali, ove non diversamente disposto, va determinato sulla somma dell'eventuale reddito professionale netto prodotto individualmente nell'anno precedente, dell'eventuale reddito attribuito dalle associazioni professionali, quale risulta dalla relativa dichiarazione dei redditi, nonché della quota. di utili attribuibile al socio per il medesimo anno, indipendentemente dalla distribuzione, dalle società tra professionisti di cui all'articolo 10 della legge 18 novembre 2011, n. 183 e quella attribuibile in base alle disposizioni seguenti.

5-*ter*. I soci professionisti di società diverse da quelle di cui al primo comma che partecipano direttamente o indirettamente, anche in modo non prevalente, con la loro opera professionale all'attività della società, versano Il contributo soggettivo, anche in deroga alle vigenti disposizioni, esclusivamente alle rispettive Casse, in relazione alla quota di partecipazione agli utili attribuibili agli stessi indipendentemente dalla distribuzione. ti contributo integrativo è calcolato sul volume d'affari prodotto ai fini IVA dalla società, in proporzione alla quota di partecipazione agli utili dei soci stessi, e viene versato alle rispettive casse di previdenza In conformità alle disposizioni regolamentari delle stesse.

5-*quater*. Salvo quanto già diversamente disposto, le società tra professionisti applicano il contributo integrativo, nella misura stabilita dalle rispettive Casse di previdenza, su tutti i corrispettivi rientranti nel volume di affari ai fini IVA contributo integrativo viene versato dalla società in favore del socio professionista alle rispettive casse di previdenza in conformità alle disposizioni regolamentari delle stesse, non tenendo conto nel riparto del numero dei soci non professionisti. Il presente articolo si applica anche alle società cooperative. La Casse di previdenza adeguano i propri regolamenti al presente articolo di legge».

3.52

BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Dopo il comma 5, aggiungere i seguenti:

«5-*bis*. In deroga al comma 1 dell'articolo 11 del decreto del Presidente della Repubblica n. 917 del 1986, per i redditi. di pensione si applica un'imposta sostitutiva determinata applicando al reddito complessivo, al netto degli oneri deducibili indicati nell'articolo 10 del decreto del Presidente della Repubblica n. 917 del 1986, le seguenti aliquote per scaglioni di reddito:

a) fino a 15.000 euro, 21 per cento;
b) oltre 15.000 euro e fino a 29.000 euro, 25 per cento;
c) oltre 29.000 euro e fino a 55.000 euro, 41 per cento;
d) oltre 55.000 euro e fino a 75.000 euro, 43 per cento;
e) oltre 75.000 euro e fino a 100.000 euro, 45 per cento;
f) oltre 100.000 euro e fino a 150.000 euro, 47 per cento;
g) oltre 150.000 euro e fino a 200.000 euro, 49 per cento;
h) oltre 200.000 euro, 50 per cento.

5-*ter*. Ai soli fini della determinazione delle aliquote per scaglioni di reddito di cui all'articolo 11 del decreto del Presidente della Repubblica n. 917 del 1986, la parte dell'imponibile assoggettata ad imposta sostitutiva concorre alla formazione del reddito complessivo».

3.53

CATALFO, PAGLINI, PUGLIA, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI, AIROLA

Dopo il comma 5, inserire i seguenti:

«5-*bis*. In deroga al comma 1 dell'articolo 11 del decreto del Presidente della Repubblica n. 917 del 1986, per i redditi di pensione si applica un'imposta sostitutiva determinata applicando al reddito complessivo, al netto degli oneri deducibili indicati nell'articolo 10 del decreto del Presidente della Repubblica n. 917 del 1986, le seguenti aliquote per scaglioni di reddito:

a) fino a 15.000 euro, 21 per cento;
b) oltre 15.000 euro e fino a 29.000 euro, 25 per cento;
c) oltre 29.000 euro e fino a 55.000 euro, 41 per cento;

d) oltre 55.000 euro e fino a 75.000 euro, 43 per cento;
e) oltre 75.000 euro e fino a 100.000 euro, 45 per cento;
f) oltre 100.000 euro e fino a 150.000 euro, 47 per cento;
g) oltre 150.000 euro e fino a 200.000 euro. 49 per cento;
h) oltre 200.000 euro, 50 per cento.

5-*ter*. Ai soli fini della determinazione delle aliquote per scaglioni di reddito di cui all'articolo 11 del decreto del Presidente della Repubblica n. 917 del 1986, la parte dell'imponibile assoggettata ad imposta sostitutiva concorre alla formazione del reddito complessivo.».

3.54

TOMASELLI, LAI

Dopo il comma 5, inserite il seguente:

«5-*bis*. Al comma 6-*bis*, dell'articolo 4, del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66; convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al primo periodo, sono soppresse le parole: "In attesa di armonizzare, a decorrere dal 2015", e le parole: "relativi al periodo dal 1º luglio al 31 dicembre 2014" sono sostituite con le seguenti: "per ciascun anno fiscale";

b) al terzo periodo le parole: "per il 2014" sono sostituite con le seguenti: "per ciascun anno fiscale"».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 40,000.000;
2016: ? 40.000.000;
2017: ? 40.000.000.

3.55

SUSTA

Dopo il comma 6 aggiungere i seguenti:

«6-*bis*. Le società in nome collettivo, in accomandita semplice, a responsabilità limitata e per azioni e in accomandita per azioni che, entro il 1º settembre 2015, assegnano ai soci beni immobili, diversi da quelli indicati nell'articolo 40, comma 2, primo periodo, del testo unico delle imposte. sui redditi, approvato con decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, o beni mobili iscritti in pubblici registri non utilizzati come beni strumentali nell'attività propria dell'impresa o quote di partecipazione in società, possono applicare le disposizioni del presente articolo a condizione che tutti i soci risultino iscritti nel libro dei soci, ove prescritto, alla data del 30 settembre 2014, ovvero che vengano iscritti entro trenta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, in forza di titolo di trasferimento avente data certa anteriore al 1º ottobre 2014. Le medesime disposizioni si applicano anche alle società che hanno per oggetto esclusivo o principale la gestione dei predetti beni.

6-*ter*Sulla differenza tra il valore normale dei beni assegnati o, in caso di trasformazione, quello dei beni posseduti. all'atto della trasformazione, e il loro costo fiscalmente riconosciuto, si applica una imposta sostitutiva delle imposte sui redditi e dell'imposta regionale sulle attività produttive (IRAP) nella misura del 7 per cento; per i beni la cui assegnazione è soggetta all'imposta sul valore aggiunto può essere applicata, in luogo di tale imposta, una maggiorazione dell'imposta sostitutiva di cui al periodo precedente pari al 30 per cento dell'imposta sul valore aggiunto applicabile al valore normale dei beni, con l'aliquota propria dei medesimi. Le riserve in sospensione di imposta annullate per effetto dell'assegnazione dei beni ai soci e quelle delle società che si trasformano sono assoggettate ad imposta sostitutiva nella misura del 20 per cento.

6-*quater*. Per gli immobili, su richiesta della società e nel rispetto delle condizioni prescritte, il valore normale può essere determinato in misura pari a quello risultante dall'applicazione dei moltiplicatori stabiliti dalle singole leggi di imposta alle rendite catastali ovvero a quella stabilita ai sensi dell'articolo 12 del decreto-legge 14 marzo 1988, n. 70, convertito, con modificazioni, dalla legge 13 maggio 1988, n. 154, riguardante la procedura per l'attribuzione della rendita catastale. Per le

quote di partecipazione si assume il maggiore tra il costo fiscalmente riconosciuto e quello determinato in proporzione del patrimonio netto della società partecipata.

6-*quinquies*. il costo fiscalmente riconosciuto delle azioni o quote possedute dai soci delle società trasformate va aumentato della differenza assoggettata ad imposta sostitutiva. Nei confronti dei soci assegnatari non si applicano le disposizioni di cui all'articolo 44 del citato testo unico delle imposte sui redditi. Tuttavia il valore normale dei beni ricevuti, al netto dei debiti accollati, riduce il costo fiscalmente riconosciuto delle azioni o quote possedute.

6-*sexies*. e assegnazioni ai soci sono soggette all'imposta di registro nella misura fissa dell'1 per cento, nonché alle imposte ipotecaria e catastale in misura fissa e non sono considerate cessioni agli effetti dell'IVA.

6-*septies*. Le società che intendono avvalersi delle disposizioni del presente articolo devono chiederne l'applicazione con apposito modello, approvato con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze da presentare all'Agenzia delle entrate competente per territorio, e versare l'imposta sostitutiva nella misura del 40 per cento, entro il 30 settembre 2015; la restante parte dell'imposta sostitutiva va versata in due quote di pari importo, entro il 30 gennaio e il 30 giugno 2016, con i criteri di cui al decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241.

6-*octies*. Le disposizioni di cui ai precedenti commi si applicano, alle stesse condizioni e relativamente ai medesimi beni, anche alle cessioni a titolo oneroso ai soci aventi i requisiti di cui al comma 1. In tale caso, ai fini della determinazione dell'imposta sostitutiva, il corrispettivo della cessione, se inferiore al valore normale del bene, determinato ai sensi dell'articolo 9 del testo unico delle imposte sui redditi, approvato con decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, o in alternativa, ai sensi del comma 3 del predetto articolo 29 della legge n. 449 del 1997, è computato in misura non inferiore ad uno dei due valori.

6-*novies*. Per le assegnazioni e le cessioni di partecipazioni effettuate il valore normale delle partecipazioni stesse è determinato ai sensi dell'articolo 9 del testo unico delle imposte sui redditi, approvato con decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917.

6-*decies*. Per le partecipazioni non negoziate nei mercati regolamentati il valore del patrimonio netto deve risultare da relazione giurata di stima, cui si applica l'articolo 64 del codice di procedura civile, redatta da soggetti iscritti all'albo dei dottori commercialisti, dei ragionieri e periti commerciali, nonché nell'elenco dei revisori contabili. Il valore periziato è riferito all'intero patrimonio sociale esistente ad una data compresa nei trenta giorni che precedono quella in cui l'assegnazione o la cessione è stata deliberata o realizzata».

3.56

FRAVEZZI, LANIECE, BATTISTA, PANIZZA, PUPPATO, FAUSTO GUILHERME LONGO

Dopo il comma 6, aggiungere i seguenti:

«6-*bis*. Le società in nome collettivo, in accomandita semplice, a responsabilità limitata e per azioni che, entro il 1º settembre 2015, assegnano ai soci beni immobili, diversi da quelli indicati nell'articolo 43, comma 2, primo periodo, del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, o beni mobili iscritti in pubblici registri non utilizzati come beni strumentali nell'attività propria dell'impresa o quote di partecipazione in società, possono applicare le disposizioni del presente articolo, a condizione che tutti i soci risultino iscritti nel libro dei soci, ove prescritto, alla data del 1 o gennaio 2015, ovvero che vengano iscritti entro trenta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, in forza di titolo di trasferimento avente data certa anteriore al 10 gennaio 2015. Le medesime disposizioni si applicano alle società che hanno per oggetto esclusivo o principale la gestione dei predetti beni e che entro il 10 settembre 2015 si trasformano in società semplici.

6-*ter*. Sulla differenza tra il valore normale dei beni assegnati o, in caso di trasformazione, quello dei beni posseduti all'atto della trasformazione, e il loro costo fiscalmente riconosciuto, si applica una imposta sostitutiva delle imposte sui redditi e dell'imposta regionale sulle attività produttive (IRAP) nella misura del 10 per cento; per i beni la cui cessione è soggetta all'imposta sul valore aggiunto,

l'imposta sostitutiva è aumentata di un importo pari al 30 per cento dell'imposta sul valore aggiunto applicabile al valore normale con l'aliquota propria del bene. Le riserve in sospensione di imposta annullate per effetto dell'assegnazione dei beni ai soci e quelle delle società che si trasformano sono assoggettate ad imposta sostitutiva nella misura del 20 per cento.

6-*quater*. Per gli immobili, su richiesta della società e nel rispetto delle condizioni prescritte, il valore normale è quello risultante dall'applicazione dei moltiplicatori stabiliti dalle singole leggi di imposta alle rendite catastali ovvero a quella stabilita ai sensi dell'articolo 12 del decreto-legge 14 marzo 1988, n. 70, convertito, con modificazioni, dalla legge 13 maggio 1988, n. 154, riguardante la procedura per l'attribuzione della rendita catastale. Per le quote di partecipazione si assume il maggiore tra il costo fiscalmente riconosciuto e quello determinato in proporzione del patrimonio netto della società partecipata.

6-*quinquies*. Il costo fiscalmente riconosciuto delle azioni o quote possedute dai soci delle società trasformate va aumentato della differenza assoggettata ad imposta sostitutiva. Nei confronti dei soci assegnatari non si applicano alle disposizioni di cui all'articolo 47 del citato testo unico di cui al decreto legislativo n. 917 del 1986. Tuttavia il valore normale dei beni ricevuti, al netto dei debiti accollati, riduce il costo fiscalmente riconosciuto delle azioni o quote possedute.

6-*sexies*. Le assegnazioni ai soci sono soggette all'imposta di registro nella misura fissa dell'1 per cento, nonché alle imposte ipotecaria e catastale in misura fissa e non sono considerate cessioni agli effetti dell'IVA.

6-*septies*. Le società che intendono avvalersi delle disposizioni di cui ai commi dà 6-*bis* a 6-*septies* devono chiederne l'applicazione con apposito modello, da approvare entro sessanta giorni della data di entrata in vigore della presente legge, con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, da presentare all'Agenzia delle entrate competente per territorio e versare l'imposta sostitutiva nella misura del 50 per cento, entro il 30 settembre 2015; la restante parte dell'imposta sostitutiva va versata entro il 30 settembre 2016. Per la riscossione, i rimborsi ed il contenzioso si applicano le disposizioni previste per le imposte sui redditi.

6-*octies*. Alla copertura degli oneri di cui ai commi da 6-*bis* a 6-*septies*, valutati in 15 milioni di euro annui, si provvede, a partire dall'anno 2015, mediante corrispondente riduzione delle dotazioni da includere nel Fondo speciale di parte corrente, di cui alla "Tabella A" della presente legge, utilizzando l'accantonamento relativo al Ministero dell'economia e delle finanze per il triennio 2015-2017. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio.

3.57

BERGER

Dopo il comma 6, inserire i seguenti:

«6-*bis*. I soggetti indicati nell'articolo 73, comma 1, lettere *a)* e *b)*, del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, che non adottano i princìpi contabili internazionali nella redazione del bilancio, possono, anche in deroga all'articolo 2426 del codice civile e ad ogni altra disposizione di legge vigente in materia, rivalutare i beni d'impresa e le partecipazioni di cui alla sezione II del capo I della legge 21 novembre 2000, n. 342, e successive modificazioni, ad esclusione degli immobili alla cui produzione o ai cui scambio è diretta l'attività di impresa, risultanti dal bilancio dell'esercizio in corso al 31 dicembre 2014.

6-*ter*. La rivalutazione deve essere eseguita nel bilancio o rendiconto dell'esercizio successivo a quello di cui al comma 6-*bis*, per il quale il termine di approvazione scade successivamente alla data di entrata in vigore della presente legge, deve riguardare tutti i beni appartenenti alla stessa categoria omogenea e deve essere annotata nel relativo inventario e nella nota integrativa

6-*quater*. Il saldo attivo della rivalutazione può essere affrancato, in tutto o in parte, con l'applicazione in capo alla società di un'imposta sostitutiva delle imposte sui redditi, dell'imposta regionale sulle attività produttive e di eventuali addizionali nella misura del 10 per cento da versare con le modalità indicate al comma 6-*septies*.

6-*quinquies*. Il maggior valore attribuito ai beni in sede di rivalutazione si considera riconosciuto ai fini delle imposte sui redditi e dell'imposta regionale sulle attività produttive a decorrere dal terzo esercizio successivo a quello con riferimento al quale la rivalutazione è stata eseguita, mediante il versamento di un'imposta sostitutiva delle imposte sui redditi e dell'imposta regionale sulle attività produttive e di eventuali addizionali nella misura del 16 per cento per i beni ammortizzabili e del 12 per cento per i beni non ammortizzabili. Qualora si tratti di soggetti indicati nell'articolo 73, comma 1, lettera *b)*, del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, il maggior valore attribuito ai beni in sede di rivalutazione si considera riconosciuto ai fini delle imposte sui redditi e dell'imposta regionale sulle attività produttive a decorrere dall'esercizio successivo a quello con riferimento al quale la rivalutazione è stata eseguita, mediante il versamento di un'imposta sostitutiva delle imposte sui redditi e dell'imposta regionale sulle attività produttive e di eventuali addizionali nella misura del 3 per cento per i beni, ammortizzabili e del 1,5 per cento per i beni non ammortizzabili.

6-*sexies*. Nel caso di cessione a titolo oneroso, di assegnazione ai soci, di destinazione a finalità estranee all'esercizio dell'impresa ovvero al consumo personale o familiare dell'imprenditore dei beni rivalutati in data anteriore a quella di inizio del quarto esercizio successivo a quello nel cui bilancio la rivalutazione è stata eseguita, ai fini della determinazione delle plusvalenze o minusvalenze si ha riguardo al costo del bene prima della rivalutazione. Qualora si tratti di soggetti indicati nell'articolo 73, comma 1, lettera *b)*, del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, nel caso di cessione a titolo oneroso, di assegnazione ai soci, di destinazione a finalità estranee all'esercizio dell'impresa ovvero al consumo personale o familiare dell'imprenditore dei beni rivalutati in data anteriore a quella di inizio del secondo esercizio successivo a quello nel cui bilancio la rivalutazione è stata eseguita, ai fini della determinazione delle plusvalenze o minusvalenze si ha riguardo al costo del bene prima della rivalutazione.

6-*septies*. Le imposte sostitutive di cui ai commi 6-*quater* e 6-*quinquies* sono versate nel periodo d'imposta successivo a quello in corso al 31 dicembre 2014 in tre rate di pari importo, senza pagamento di interessi, di cui la prima entro il giorno 16 del sesto mese dalla fine del periodo d'imposta, la seconda entro il giorno 16 del nono mese dalla fine del periodo d'imposta e la terza entro il giorno 16 del dodicesimo mese dalla fine del periodo d'imposta. Gli importi da versare possono essere compensati ai sensi del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241.

6-*octies*. Si applicano, in quanto compatibili, le disposizioni degli articoli 11, 13, 14 e 15 della legge 21 novembre 2000, n. 342, quelle del decreto del Ministro delle finanze 13 aprile 2001, n. 162, nonché le disposizioni del regolamento di cui al decreto dei Ministro dell'economia e delle finanze 19 aprile 2002, n. 86, e dei commi 475, 477 e 478 dell'articolo 1 della legge 30 dicembre 2004, n. 311.

6-*novies*. Le previsioni di cui all'articolo 14, comma 1, della legge 21 novembre 2000, n. 342, si applicano anche ai soggetti che redigono il bilancio in base ai princìpi contabili internazionali di cui al regolamento (CE) n. 1606/2002 del Parlamento europeo e del Consiglio, del 19 luglio 2002, anche con riferimento alle partecipazioni, in società ed enti, costituenti immobilizzazioni finanziarie ai sensi dell'articolo 85, comma 3-*bis*, del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917. Per tali soggetti, per l'importo corrispondente ai maggiori valori oggetto di riallineamento, al netto dell'Imposta sostitutiva di cui al comma 6-*quinquies*, è vincolata una riserva in sospensione di imposta ai fini fiscali che può essere affrancata ai sensi del comma 6-*quater*».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2016: ? 50.000.000;

2017: ? 50.000.000.

3.58

BERGER, ZELLER, PALERMO, PANIZZA, LANIECE, BATTISTA, ROMANO, FAUSTO GUILHERME LONGO

Dopo il comma 6 inserire il seguente:

«6.-*bis*. ? 1. Le società considerate non operative nel periodo di imposta in corso alla data del 30 giugno 2014, nonché quelle che a tale data si trovavano nel primo periodo di imposta e che, entro il quinto mese successivo alla chiusura del medesimo periodo d'imposta, deliberano lo scioglimento ovvero la trasformazione in società semplice e richiedono la cancellazione dal registro delle imprese a norma degli articoli 2312 e 2495 del codice civile entro un anno dalla delibera di scioglimento o trasformazione, sono assoggettate alla disciplina prevista dai commi da 2 a 7 a condizione che tutti i soci siano persone fisiche e che risultino iscritti nel libro dei soci, ove previsto, alla data di entrata in vigore della presente legge ovvero che vengano iscritti entro trenta giorni dalla medesima data, in forza di titolo di trasferimento avente data certa anteriore ali o novembre 2014.

2. Sul reddito di impresa del periodo compreso tra l'inizio e la chiusura della liquidazione, determinato ai sensi dell'articolo 182 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto, del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, o nel caso di trasformazione, sulla differenza tra il valore normale dei beni posseduti all'atto della trasformazione ed il loro valore fiscalmente riconosciuto, si applica un'imposta sostitutiva delle imposte sui redditi e dell'imposta regionale sulle attività produttive nella misura del 15 per cento; le perdite di esercizi precedenti non sono ammesse in deduzione. Le riserve e i fondi in sospensione di imposta sono assoggettati alla medesima imposta sostitutiva; per i saldi attivi di rivalutazione, l'imposta sostitutiva è stabilita nella misura del 5 per cento e non spetta il credito di imposta, previsto dalle rispettive leggi di rivalutazione, nell'ipotesi di attribuzione ai soci del saldo attivo di rivalutazione.

3. Ai fini dell'applicazione dell'articolo 47, comma 7, del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, riguardante la qualificazione come utili delle somme e dei beni ricevuti dai soci in caso di recesso, di riduzione di capitale esuberante e di liquidazione, le somme o il valore normale dei beni assegnati ai soci sono diminuiti degli importi assoggettati all'imposta sostitutiva di cui al comma 2 da parte della società, al netto dell'imposta sostitutiva stessa. Detti importi non costituiscono redditi per i soci. Il costo fiscalmente riconosciuto delle azioni o quote possedute dai soci delle società trasformate va aumentato della differenza assoggettata ad imposta sostitutiva.

4. Ai fini delle imposte sui redditi, le cessioni a titolo oneroso e gli atti di assegnazione ai soci, anche di singoli beni, anche se di diversa natura, posti in essere dalle società di cui al comma 1 successivamente alla delibera di scioglimento, si considerano effettuati ad un valore non inferiore al valore normale dei beni ceduti o assegnati. Per gli immobili, su richiesta del contribuente e nel rispetto delle condizioni prescritte, il valore normale è quello risultante dall'applicazione dei moltiplicatori stabiliti dalle singole leggi di imposta alle rendite catastali ovvero a quella stabilita ai sensi dell'articolo 12 del decreto-legge 14 marzo 1988, n. 70, convertito, con modificazioni, dalla legge 13 maggio 1988, n. 154, riguardante la procedura per l'attribuzione della rendita catastale.

5. L'applicazione della disciplina prevista dai commi da 1 a 4 deve essere richiesta, a pena di decadenza, nella dichiarazione dei redditi del periodo di imposta anteriore allo scioglimento e alla trasformazione; per il medesimo periodo di imposta, alle società che si avvalgono della predetta disciplina non si applicano le disposizioni dell'articolo 30 della legge 23 dicembre 1994, n. 724, e successive modificazioni.

6. Le assegnazioni ai soci sono soggette all'imposta di registro nella misura dell'1 (uno) per cento e non sono considerate cessioni agli effetti dell'imposta sul valore aggiunto. Nel caso in cui le assegnazioni abbiano ad oggetto beni immobili, le imposte ipotecaria e catastale sono applicabili in misura fissa per ciascun tributo; in tali ipotesi la base imponibile non può essere inferiore a quella risultante dall'applicazione dei moltiplicatori stabiliti dalle singole leggi di imposta alle rendite catastali ovvero a quella stabilita ai sensi dell'articolo 12 del decreto-legge 14 marzo 1988, n. 70, convertito, con modificazioni, dalla legge 13 maggio 1988, n. 154, su richiesta del contribuente e nel rispetto delle condizioni prescritte. Per le assegnazioni di beni la cui base imponibile non è determinabile con i predetti criteri, si applicano le disposizioni contenute negli articoli 50, 51 e 52 del

testo unico delle disposizioni concernenti l'imposta di registro, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 26 aprile 1986, n. 131, riguardanti la determinazione della base imponibile di atti e operazioni concernenti società, enti, consorzi, associazioni e altre organizzazioni commerciali e agricole, e le imposte sono dovute nelle misure precedentemente indicate. L'applicazione del presente comma deve essere richiesta, a pena di decadenza, nell'atto di assegnazione ai soci.

7. Per la liquidazione, l'accertamento, la riscossione, le sanzioni e il contenzioso si applicano le disposizioni previste per le imposte sui redditi».

3.59

BERGER, ZELLER, PALERMO, PANIZZA, LANIECE, FRAVEZZI, BATTISTA, ROMANO, FAUSTO GUILHERME LONGO

Dopo il comma 6 inserire il seguente:

«6.-*bis*. L'imprenditore individuale che alla data del 30 giugno 2014 possiede beni immobili strumentali, ai sensi dell'articolo 43, comma 2, del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, può, entro il 31 dicembre 2014; optare per l'esclusione dei beni stessi dal patrimonio dell'impresa, con effetto dal periodo di imposta in corso alla data del 1 gennaio 2015, mediante il pagamento di una imposta sostitutiva dell'imposta sul reddito delle persone fisiche, delle relative addizionali, dell'imposta regionale sulle attività produttive e dell'imposta sul valore aggiunto, nella misura del 10 per cento della differenza tra il valore normale di tali beni ed il relativo valore fiscalmente riconosciuto.

Per gli immobili la cui cessione è soggetta all'imposta sul valore aggiunto, l'imposta sostitutiva è aumentata di un importo pari al 30 per cento dell'imposta sul valore aggiunto applicabile al valore normale con l'aliquota propria del bene.

Per gli immobili, il valore normale è quello risultante dall'applicazione dei moltiplicatori stabiliti dalle singole leggi d'imposta alla rendita catastale ovvero a quella stabilita ai sensi dell'articolo 12 del decreto-legge 14 marzo 1988, n. 70, convertito, con modificazioni dalla legge 13 maggio 1988, n. 154, concernente la procedura per l'attribuzione della rendita catastale.

L'imprenditore che si avvale delle disposizioni di cui ai periodi precedenti deve versare il 40 per cento dell'imposta sostitutiva entro il termine di presentazione della dichiarazione relativa al periodo di imposta in corso alla data del 30 giugno 2014 e la restante parte in due rate di pari importo entro il 16 dicembre 2015 e il 16 marzo 2016, con i criteri di cui al decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241. Sull'importo delle rate successive alla prima sono dovuti interessi nella misura del 3 per cento annuo, da versare contestualmente al versamento di ciascuna rata. Per la riscossione, i rimborsi ed il contenzioso si applicano le disposizioni previste per le imposte sui redditi».

3.60

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 6, inserire il seguente:

«6-*bis*. All'articolo 2, della legge n. 286 del 2006, i commi 48, 49 e 49-*bis*, sono sostituiti dai seguenti:

48. I trasferimenti di beni e diritti per causa di morte sono soggetti all'imposta di cui al comma 47 con le seguenti aliquote sul valore complessivo netto dei beni:

"*a)* devoluti a favore del coniuge e dei parenti in linea retta sul valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 500.000 euro; 5 per cento;

a-bis) devoluti a favore dei fratelli e delle sorelle sul valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 100.000 euro; 8 per cento;

b) devoluti a favore degli altri parenti fino al quarto grado e degli affini in linea retta, nonché degli affini in linea collaterale fino al terzo grado; 8 per cento;

c) devoluti a favore di altri soggetti; 10 per cento".

49. Per le donazioni e gli atti di trasferimento a titolo gratuito di beni e diritti e la costituzione di vincoli di destinazione di beni l'imposta è determinata dall'applicazione delle seguenti aliquote al valore globale dei beni e dei diritti al netto degli oneri da cui è gravato il beneficiario diversi da quelli

indicati dall'articolo 58, comma 1, del citato testo unico di cui al decreto legislativo 31 ottobre 1990, n. 346, ovvero, se la donazione è fatta congiuntamente a favore di più soggetti o se in uno stesso atto sono compresi più atti di disposizione a favore di soggetti diversi, al valore delle quote dei beni o diritti attribuiti:

"*a)* a favore del coniuge e dei parenti in linea retta sul valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 500.000 euro; 5 per cento;

a-bis) a favore dei fratelli e delle sorelle sul valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 100.000 euro; 8 per cento;

b) a favore degli altri parenti fino al quarto grado e degli affini in linea retta, nonché degli affini in linea collaterale fino al terzo grado; 8 per cento;

c) a favore di altri soggetti; 10 per cento".

49-*bis*. Se il beneficiario dei trasferimenti di cui ai commi 48 e 49 è una persona portatrice di *handicap* riconosciuto grave ai sensi della legge 5 febbraio 1992, n. 104, l'imposta si applica esclusivamente sulla parte del valore della quota o del legato che supera l'ammontare di 1.000.000 di ruro».

3.61

FRAVEZZI, BATTISTA, LANIECE, FAUSTO GUILHERME LONGO, PALERMO, PANIZZA, CONTE, GAMBARO, LUMIA, MASTRANGELI, MAURO MARIA MARINO, PAGLIARI, PUPPATO, ROMANO, VACCARI

Dopo il comma 6, inserire i seguenti:

«6-*bis*. Agli "impianti iscritti al Registro ai sensi dall'articolo 9 del D.M. 6 luglio 2012 in posizione tale da non rientrare nel contingente di potenza come aggiornato secondo quanto indicato nel Bando del 29 marzo 2014 ? Codice identificativo del registro: IDRO_RG 2014" (Tabella C) si attribuisce, in deroga a quanto previsto dal decreto, un incentivo corrispondente a quello previsto per gli impianti di cui alla "Graduatoria degli impianti iscritti al Registro ai sensi dell'articolo 9 del D.M. 6 luglio 2012 in posizione tale da rientrare nel contingente di potenza previsto per impianti idroelettrici come aggiornato secondo quanto indicato nel Bando del 29 marzo 2014 Codice identificativo del registro: IDRO_RG 2014" (Tabella A). Gli impianti indicati nella Tabella C citata, ai fini del riconoscimento dell'incentivo, possono accedere dopo l'entrata in esercizio, non oltre il 31 dicembre 2015, in ordine temporale di presentazione fino all'esaurimento delle disponibilità residue di cui al comma 6-*ter*.

6-*ter*. Il finanziamento di tali incentivi sarà effettuato senza oneri aggiuntivi a carico della finanza pubblica utilizzando le disponibilità residue del conto energia Fotovoltaico ? D.M. 05.07.2012 ? e di quello per impianti alimentati da Fonti Rinnovabili diverse dal Fotovoltaico ? D.M. 06.07.2012 ? non utilizzati dal 2012 ad oggi, nei differenti scaglioni e tipologie di intervento».

3.62

DONNO, BULGARELLI, GAETTI, FATTORI, VACCIANO, LEZZI, MANGILI

Dopo il comma 6, aggiungere i seguenti:

«6-*bis*. A decorrere dallo gennaio 2015 sono esenti dall'imposta municipale propria di cui all'articolo 13 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, i terreni agricoli e fabbricati rurali di cui all'articolo 13, commi 5 e 8, del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, e successive modificazioni.

6-*ter*. Il comma 5-*bis* dell'articolo 4 del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16, convertito, con modificazioni, dalla legge 26 aprile 2012, n. 44, così come modificato dal comma 2 dell'articolo 22 del decreto legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito con modificazioni dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, è abrogato».

Conseguentemente. al medesimo articolo 3, apportare le seguenti variazioni:

al comma 10, sostituire le parole: «1.716 milioni» con le seguenti: «1.916 milioni» al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in

conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 800 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016, 2017».

3.63

GUERRA, FORNARO, GATTI, GOTOR, PEGORER, GRANAIOLA, MATTESINI, GUERRIERI PALEOTTI

Dopo il comma 6, aggiungere i seguenti:

«6-*bis*. AI comma 2 dell'articolo 5, legge 28 dicembre 2001, n. 448,e successive modificazioni, le parole: "4 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "8 per cento" e le parole: "2 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "4 per cento".

6-*ter*. Al comma 2 dell'articolo 7 della legge 28 dicembre 2001, n. 448, e successive modificazioni, le parole: "4 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "8 per cento".

6-*quater*. Le maggiori entrate di cui ai commi 6-*bis* e 6-*ter* sono destinate per un ammontare pari a 150 milioni di euro per l'anno 2015 e a 70 milioni di euro per ciascuno degli anni 2016 e 2017, al Fondo di cui all'articolo 81 comma 29, del decreto-legge 25 giugno 2008 n. 112, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 agosto 2008. n. 133,ai fini della progressiva estensione della sperimentazione del programma di sostegno per l'inclusione attiva di cui al comma 216 della legge 27 dicembre 2013, n. 147».

3.64

DONNO, BULGARELLI, GAETTI, FATTORI, VACCIANO, LEZZI, MANGILI

Dopo il comma 6, aggiungere il seguente:

«6-*bis*. A decorrere dallo gennaio 2015 sono esenti dall'imposta municipale propria di cui all'articolo 13 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, relativa ai terreni agricoli, nonché quelli non coltivati, di cui all'articolo 13, comma 5, del decreto-legge n. 201 del 2011, posseduti e condotti dai coltivatori diretti e dagli imprenditori agricoli professionali iscritti nella previdenza agricola nonché dei fabbricati rurali ad uso strumentale di cui all'articolo 13, comma 8, del decreto-legge n. 201 del 2011. Sono altresì esenti dall'imposta municipale propria i terreni a immutabile destinazione agro-silvo-pastorale a proprietà collettiva indivisi bile e inusucapibile.»

Conseguentemente, al medesimo articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 125 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016, 2017.

3.65

FUCKSIA

Dopo il comma 6, aggiungere il seguente:

«6-*bis* A partire dall'anno 2015, i proprietari di terreni sono esenti dal pagamento dell'Imposta IMU prevista ai sensi del decreto Legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, e successive modificazioni, nel caso in cui siano coltivatori diretti e imprenditori agricoli professionali (IAP) di cui all'articolo 1, decreto legislativo 29 marzo 2004, n. 99, iscritti nella previdenza agricola. L'esenzione si applica anche nel caso di concessione dei terreni in comodato o in affitto ai predetti soggetti».

Conseguentemente, al medesimo articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 500 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016, 2017».

3.66

GUALDANI

Dopo il comma 6, aggiungere il seguente:

«6-*bis*. Per gli immobili locati con contratti stipulati ai sensi dell'articolo 2, comma 3, della legge 9 dicembre 1998, n.431, la somma delle aliquote dell'Imu e della Tasi non può superare il 4 per mille».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 137, della legge del 27 dicembre 2006, n.296 il secondo periodo è soppresso.

Agli onere derivanti dalla presente disposizione si provvede mediante corrispondente riduzione del Fondo per gli interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n.282, convertito con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n.307.

3.67

GUALDANI

Dopo il comma 6 aggiungere il seguente:

«6-*bis*. All'articolo 1, comma 677, della legge 27 dicembre 2013, n.147, le parole: "Per il 2014," sono soppresse».

Agli onere derivanti dalla presente disposizione si provvede mediante corrispondente riduzione del Fondo per gli interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307.

3.68

GUALDANI

Dopo il comma 6 aggiungere il seguente:

«6-*bis*. I moltiplicatori di cui all'articolo 13, comma 4 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito dalla legge 22 dicembre 2011, 0.214, sono ridotti del tre per cento a decorrere dall'1º gennaio 2015».

Agli onere derivanti dalla presente disposizione si provvede mediante corrispondente riduzione del Fondo per gli interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, 0.282, convertito con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004,0.307.

3.69

GUALDANI

Dopo il comma 6 aggiungere il seguente:

«6-*bis*. All'articolo 1 della legge 27 dicembre 2013, n. 147, i commi 717 e 718 sono soppressi».

Agli oneri derivanti del presente articolo si provvede mediante corrispondente riduzione del Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307.

3.70

GUALDANI

Dopo il comma 6, aggiungere il seguente:

«6-*bis*. Al comma 4-*bis* dell'articolo 37 del testo unico delle imposte sui redditi, approvato con decreto del Presidente della repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, le parole: "5 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "15 per cento"».

Agli oneri derivanti dal presente articolo si provvede mediante corrispondente riduzione del Fondo per gli investimenti strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5 del decreto legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n.307.

3.71

DEL BARBA

Dopo il comma 6, inseguire il seguente:

«6-*bis*. Al comma 1 dell'articolo 3-*bis* del Decreto legge 25 marzo 2010, n. 40, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 maggio 2010, n. 73, e successive modificazioni, sono apportate le seguenti modifiche:

a) la lettera *a)* è sostituita dalla seguente: "3 milioni di euro per l'effettuazione, anche disgiuntamente delle attività, comprese quelle propedeutiche e di supporto alla riscossione, ne! comuni con popolazione fino a 10.000 abitanti, con un numero di comuni contemporaneamente gestiti che, in

ogni caso, non superino complessivamente 200.000 abitanti";

b) la lettera *b)* è sostituita dalla seguente: "5 milioni di euro per l'effettuazione, anche disgiuntamente, delle attività di accertamento dei tributi e di quelle di riscossione dei tributi e di altre entrate nelle province, nelle regioni e nei comuni con popolazione superiore a 200.000 abitanti";

c) la lettera *c)* è soppressa».

3.72

ZELLER, BERGER, PALERMO, LANIECE, BATTISTA, FRAVEZZI, PANIZZA

Dopo il comma 6, aggiungere i seguenti:

«6-*bis*. Ai sensi dell'articolo 1, comma 2, della legge 27 luglio 2000, n. 212, l'articolo 1, comma 162, lettera *a)*, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, si interpreta nel senso che si considerano deducibili anche le quote annuali di ammortamento dei mutui contratti per l'acquisto di beni immobili strumentali per l'esercizio dell'arte o della professione, di cui all'articolo 54, comma 2, del decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015:

CP ? 100 milioni;

CS: ? 100 milioni;

2016:

CP ? 160 milioni;

CS: ? 160 milioni;

2017:

CP ? 160 milioni;

CS: ? 160 milioni.

3.73

GUALDANI

Dopo il comma 6, aggiungere il seguente:

«6-*bis*. All'articolo 10, comma 1, lettera *a)* del decreto legislativo 14 marzo 2011, n. 23, è aggiunto, alla fine, il seguente periodo: "Se il trasferimento ha per oggetto beni immobili compresi in piani urbanistici particolareggiati diretti all'attuazione di programmi prevalentemente di edilizia residenziale, comunque denominati, a condizione che il completamento dell'intervento avvenga entro undici anni dal trasferimento: 1 per cento"».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 77, aggiungere, infine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 46,4 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016 e 2017».

3.74

MARGIOTTA, FILIPPI, BORIOLI, CANTINI, CARDINALI, STEFANO ESPOSITO, RANUCCI, SONEGO, LAI

Dopo il comma 6 aggiungere il seguente:

«6-*bis*. All'articolo 10, comma 1, lettera *a)* del decreto legislativo 14 marzo 2011, n.23, aggiungere, alla fine, il seguente periodo: "Se il trasferimento ha per oggetto beni immobili compresi in piani urbanistici particolareggiati diretti all'attuazione di programmi prevalentemente di edilizia residenziale, comunque denominati, a condizione che il completamento dell'intervento avvenga entro undici anni dal trasferimento: 1 per cento"».

Conseguentementel Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni In diminuzione:*

2015: ? 46.400.000;

2016: ? 46.400.000;

2017: ? 46.400.000.

3.75

RANUCCI

Dopo il comma 6, è aggiunto il seguente:

«6-*bis*. All'articolo 10, comma 1, lettera *a)* del decreto legislativo 14 marzo 2011, n.23, aggiungere, alla fine, il seguente periodo: "Se il trasferimento ha per oggetto beni immobili compresi in piani urbanistici particolareggiati diretti all'attuazione di programmi prevalentemente di edilizia residenziale, comunque denominati, a condizione che il completamento dell'intervento avvenga entro undici anni dal trasferimento: 1 per cento"».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 77, aggiungere, infine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo». Le dotazioni di porte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pori o 46,4 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016 e 2017.

3.76

BONFRISCO, CERONI, D'ALÌ, MANDELLI, GIBIINO, MILO

Dopo il comma 6, aggiungere il seguente:

«6-*bis*. All'articolo 10, comma 1, lettera *a)* del decreto legislativo 14 marzo 2011, n. 23, aggiungere, alla fine, il seguente periodo: "Se il trasferimento ha per oggetto beni immobili compresi in piani urbanistici particolareggiati diretti all'attuazione di programmi prevalentemente di edilizia residenziale, comunque denominati, a condizione che il completamento dell 'intervento avvenga entro undici anni dal trasferimento: l per cento"».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 77, aggiungere, infine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo». Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 46,4 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016 e 2017.

3.77

COMAROLI, BELLOT, TOSATO, ARRIGONI, BISINELLA

Al comma 7, sopprimere la lettera a).

Conseguentemente:

All'articolo 1, sopprimere i commi 116, 177 e 125.

All'articolo 2, sopprimere il comma 207.

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo». Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 550 milioni di euro a decorre dal 2015.

3.78

TOMASELLI, LAI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA, FAVERO, COLLINA

Al comma 7, lettera a), *dopo le parole:* «demolizione, di installazione di impianti e di completamento relative ad edifici» *inserire le seguenti:* «nonché alle operazioni effettuate dai consorziati nei confronti di consorzi se l'operazione posta in essere dal consorzio rientra nell'ambito di applicazione dell'articolo 17-*ter*».

3.79

TOMASELLI, SANGALLI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ

Al comma 7, lettera a), *numero 2), dopo lo lettera a*-ter *aggiungere lo seguente: «a-quater*) alle cessioni di beni e alle prestazioni di servizi effettuate da subappaltatori nei confronti dei soggetti che operano con la pubblica amministrazione ai quali si applica la disposizione di cui all'articolo 17-*ter* del decreto dei Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633».

Conseguentemente, al medesimo comma, alla lettera b), *dopo le parole:* «di imposta sul reddito», *aggiungere il seguente periodo:* «Le disposizioni di cui al comma 1 si applicano anche nei rapporti di cui all'articolo 3, comma 3, ultimo periodo, del decreto del presidente della Repubblica 26 ottobre

1972, n. 633».

3.80

COMAROLI, BELLOT, TOSATO

Al comma 7, lettera a), *numero 3) sopprimere la lettera d*-quinquies.

Conseguentemente:

All'articolo 1 sopprimere i commi 116 e 117.

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo». Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 350 milioni di euro a decorre dal 2015.

3.81

PAGLIARI

Al comma 7, lettera a), *al numero 3) al capoverso «d*-quinquies*)» dopo le parole:* «supermercati (codice attività 47.11.2)» *sostituire le parole:* «e *discount* alimentari (codice attività 47.11.3)» *con le seguenti:* «, *discount* alimentari (codice attività 47.11.3) e loro società o consorzi di acquisto».

3.82

SPOSETTI

Al comma 7, lettera a), *dopo le parole:* «(codice attività 47.11.3)» *aggiungere le seguenti:* «e loro società o consorzi di acquisto».

3.83

COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI, BISINELLA

Al comma 7, dopo la lettera a) *inserire la seguente:*

«a-*bis*) Per gli acquirenti. dei beni e servizi alla lettera precedente, il rimborso dell'eccedenza dell'imposta sul valore aggiunto è regolata secon.do quanto previsto dagli articoli 30, comma 3 e 38-*bis*, comma 2 del Decreto del presidente della Repubblica del 26-10-1972, n. 633, e successive modificazioni.» .

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 177 e 125. All'articolo 2, sopprimere il comma 207.

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole:

«, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 550 milioni di euro a decorre dal 2015».

3.84

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Al comma 7, dopo la lettera a) *aggiungere la seguente:*

«a-*bis*) dopo l'articolo 1 comma 142 sono aggiunti i seguenti:

"142-*bis*. I soggetti passivi che intendano acquistare servizi di pubblicità e *link* sponsorizzati *on line*, anche attraverso centri media e operatori terzi, sono obbligati ad acquistarli da soggetti titolari di una partita IVA rilasciata dall'amministrazione finanziaria italiana.

142-*ter*. Gli spazi pubblicitari *on line* e i *link* sponsorizzati che appaiono nelle pagine dei risultati dei motori di ricerca (servizi di *search advertising*), visualizzabili sul territorio italiano durante la visita di un sito internet o la funzione di un servizio *on line* attraverso rete fissa o rete e dispositivi mobili, devono essere acquistati esclusivamente attraverso soggetti, quali editori, concessionarie pubblicitarie, motori di ricerca o altro operatore pubblicitario, titolari di partita IVA rilasciata dall'amministrazione finanziaria italiana. La presente disposizione si applica anche nel caso in cui l'operazione di compravendita sia stata effettuata mediante centri media, operatori terzi e soggetti inserzionisti"».

3.85

COMAROLI, TOSATO, BELLOT, ARRIGONI, BISINELLA

Al comma 7, sopprimere la lettera b).

Conseguentemente:

al medesimo articolo sopprimere i commi 8 e 10.

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 177 e 125.

All'articolo 2, sopprimere il comma 207.

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole:

«, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono adotte in maniera lineare per un importo pari a 550 milioni di euro a decorre dal 2015».

3.86

COMAROLI, TOSATO, BELLOT, ARRIGONI, BISINELLA

Al comma 7, sopprimere la lettera b).

Conseguentemente:

al medesimo articolo sopprimere il comma 8.

Al medesimo articolo, al comma 10, sopprimere le parole ne lettera *b)*.

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 177 e 125.

All'articolo 2, sopprimere il comma 207.

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole:

«, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 550 milioni di euro a decorre dal 2015».

3.87

VERDUCCI, MATURANI, STEFANO ESPOSITO, FABBRI, VACCARI, GIANLUCA ROSSI, CAPACCHIONE, FISSORE, ELENA FERRARA, ZANONI, CARDINALI, ANGIONI, TOMASELLI, FILIPPI, GUERRIERI PALEOTTI

Dopo il comma 7, aggiungere; seguenti:

«7-*bis*. Al fine di favorire l'emersione di nuova di base imponibile, a titolo sperimentale per il triennio 2015-2017, alle spese documentate, di importo complessivo non superiore a 3.000 euro annui, sostenute per la manutenzione ordinaria delle abitazioni di proprietà e degli immobili pertinenziali e le spese sostenute per la riparazione di auto, moto e biciclette, si applica la detrazione per oneri nella misura prevista dall'articolo 15, comma 1, del decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917. Ai fini della detrazione le spese sostenute per la manutenzione ordinaria delle abitazioni e degli immobili pertinenziali e per la riparazione delle auto, moto e biciclette devono essere certificate da apposita fattura contenente la specificazione della natura, qualità e quantità degli interventi realizzati.

7-*ter*. Ai medesimi fini di cui al comma 7-*bis*, per il triennio 2015-2017, alle prestazioni di servizi e opere per la manutenzione ordinaria delle abitazioni di proprietà e degli immobili pertinenziali, nonché per la riparazione di auto, moto e biciclette si applica l'aliquota Iva ridotta di cui alla Tabella A, parte III, del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633.

7-*quater*. Al prestato re d'opera che emette false fatture destinate all'utilizzo delle agevolazioni di cui al comma 7-*ter*, si applica una sanzione amministrativa pecuniaria fino a 6.000 euro ed è inibito all'esercizio dell'attività per un periodo fino a sei mesi.

7-*quinquies*. I soggetti che usufruiscono delle agevolazioni di cui al comma 7-*bis*, senza averne il titolo e detraggono spese non sostenute, sono sottoposti alla sanzione pari a 5 volte la somma illegittimamente detratta ai sensi dell'articolo 15, comma 1, del decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917.

7-*sexies*. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, da adottarsi entro 90 giorni dalla data di entrata in vigore della legge di conversione del presente decreto legge, sono definite le modalità di attuazione del presente articolo.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 25.000.000;
2016: ? 15.000.000;
2017: ? 5.000.000.

3.88

BONFRISCO

All'articolo 3, dopo il comma 7, aggiungere il seguente comma:

«7-*bis*. All'articolo 38 del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito, con modificazioni dalla legge 11 novembre 2014, n. 133, sopprimere i commi 1-*bis*, 3 e 4».

3.89

COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI, BISINELLA

Sostituire il comma 8 con il seguente:

«8. Per i fornitori di beni e di servizi di cui alla lettera *b)* del comma 7 del presente articolo, il Ministro dell'Economia e delle finanze, con decreto di cui all'articolo 17-*ter*, comma 1, del medesimo Decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633, introdotto dalla medesima lettera *b)* del comma 7 del presente articolo, individua le modalità di rimborso dell'eccedenza dell'imposta sul valore aggiunto secondo quanto previsto dagli articoli 30, comma 3 e 38-*bis*, comma 2 del medesimo Decreto del presidente della Repubblica del 26 ottobre 1972, n. 633, e successive modificazioni».

Conseguentemente:

all'articolo ,1, sopprimere i commi 116, 177 e 125.

All'articolo 2, sopprimere il comma 207.

All 'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole:

«, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 550 milioni di euro a decorre dal 2015».

3.90

TOMASELLI, LAI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA

All'articolo 3, dopo il camma 8, aggiungere il seguente:

«8-*bis*. Il Ministro dell'economia e delle finanze, con decreto da emanarsi al sensi del comma 10 dell'articolo 38-*bis* del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633, entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, individua tra coloro nei confronti dei quali il rimborso è seguito in via prioritaria, i soggetti di cui all'articolo 17, sesto comma, lettera d-*quinquies)* del medesimo decreto del Presidente della Repubblica n. 633 del 1972».

3.91

GUALDANI

All'articolo 3, dopo il comma 8, aggiungere il seguente:

«8-*bis*. Il Ministro dell'economia e delle finanze, con decreto da emanarsi ai sensi del comma 10 dell'articolo 38-*bis* del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633, entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, individua tra coloro nei confronti dei quali il rimborso è eseguito in via prioritaria, i soggetti di cui all'articolo 17, sesto comma, lettera d-*quinquies)* del medesimo decreto del Presidente della Repubblica n. 633 del 1972».

3.92

LUIGI MARINO, DI BIAGIO

Dopo il comma 8, aggiungere il seguente:

«8-*bis*. Il Ministro dell'economia e delle finanze, con decreto da emanarsi ai sensi del comma 10 dell'articolo 38-*bis* del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633, entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, individua tra coloro nei confronti dei quali il rimborso è eseguito in via prioritaria, i soggetti di cui all'articolo 17, sesto comma, lettera d-*quinquies)* del medesimo decreto del Presidente della Repubblica n. 633 del 1972».

3.93

TOMASELLI, LAI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA

Dopo il comma 8, aggiungere il seguente:

«8-*bis*. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, di natura non regolamentare, sono stabilite, modalità semplificate di rimborso e di compensazione del credito IVA qualora il medesimo scaturisca, per almeno i due terzi del suo ammontare, dall'applicazione delle disposizioni di cui al comma 7».

3.94

TOMASELLI, SANGALLI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA, COLLINA

Dopo il comma 9, inserire il seguente:

«9-*bis* Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, di natura non regolamentare, sono stabilite modalità semplificate di rimborso e di compensazione del credito IVA qualora il medesimo scaturisca, per almeno i due terzi del suo ammontare, dall'applicazione dell'articolo 17, commi 5 e 6 e 17-*ter*del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633, e successive modificazioni».

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 15.000.000;
2016: ? 15.000.000;
2017: ? 15.000.000.

3.95

GALIMBERTI

Dopo il comma 9, Inserire il seguente:

«9-*bis* Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, di natura non regolamentare, sono stabilite modalità semplificate di rimborso e di compensazione del credito IVA qualora il medesimo scaturisca, per almeno i due terzi del suo ammontare, dall'applicazione dell'articolo 17, commi 5 e 6 e 17-*ter* del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633, e successive modificazioni».

3.96

BONFRISCO, CERONI, D'ALÌ, MANDELLI, MILO

Dopo il comma 9, inserire il seguente:

«9-*bis* Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, di natura non regolamentare, sono stabilite modalità semplificate di rimborso e di compensazione del credito IVA qualora il medesimo scaturisca, per almeno i due terzi del suo ammontare, dall'applicazione dell'articolo 17, commi 5 e 6 e 17-*ter*del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633, e successive modificazioni».

3.97

COMAROLI, TOSATO, BELLOT, ARRIGONI, BISINELLA

Sopprimere il comma 10.

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 177 e 125.

All'articolo 2, sopprimere il comma 207.

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole:

«, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 550 milioni di euro a decorre dal 2015».

3.98

AUGELLO, GUALDANI

Il comma 10 è sostituito dal seguente:

«10. L'efficacia delle disposizioni di cui al comma 7, lettera *a)*, numero 3), capoverso d-*quinquies)*, e lettera *b)*, è subordinata al rilascio, da parte del Consiglio dell'Unione europea, di una misura di deroga ai sensi dell'articolo 395 della direttiva 2006/112/CE del Consiglio, del 28 novembre 2006, e successive modificazioni. In caso di mancato rilascio della suddetta misura di deroga, si provvede mediante provvedimenti di razionalizzazione e di revisione della spesa, di ridimensionamento di strutture, di riduzione delle spese per beni e servizi, nonché di ottimizzazione dell'uso degli immobili, adottati dal Presidente del Consiglio dei Ministri sulla base degli indirizzi del Comitato interministeriale di cui all'articolo 49-*bis*, comma 1, del decreto legge 21 giugno 2013, n. 69 convertito dalla legge 9 agosto 2013, n. 98, tali da assicurare una riduzione della spesa delle amministrazioni pubbliche di cui all'articolo 1, comma 2, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, in misura non inferiore a 1.716 milioni di euro a decorrere dal 2015».

3.99

BONFRISCO

All'articolo 3, il comma 10 è sostituito dal seguente:

«10. L'efficacia delle disposizioni di cui al comma 7, lettera *a)*, numero 3), capoverso d-*quinquies)*, e lettera *b)*, è subordinata al rilascio, da parte del Consiglio dell'Unione europea, di una misura di deroga ai sensi dell'articolo 395 della direttiva 2006/112/CE del Consiglio, del 28 novembre 2006, e successive modificazioni. In caso di mancato rilascio della suddetta misura di, deroga, si provvede mediante provvedimenti di razionalizzazione e di revisione della spesa, di ridimensionamento di strutture, di riduzione delle spese per beni e servizi, nonché di ottimizzazione dell'uso degli immobili, adottati dal Presidente del Consiglio dei Ministri sulla base degli indirizzi del Comitato interministeriale di cui all'articolo 49-*bis*, comma 1, del decreto legge 21 giugno 2013, n. 69 convertito dalla legge 9 agosto 2013, n. 98, tali da assicurare una riduzione della spesa delle amministrazioni pubbliche di cui all'articolo 1, comma 2, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, in misura non inferiore a 1.716 milioni di euro a decorrere dal 2015».

3.100

BONFRISCO

All'articolo 3, il comma 10 è sostituito dal seguente:

«10. L'efficacia delle disposizioni di cui al comma 7, lettera *a)*, numero 3), capoverso d-*quinquies)*, e lettera *b)*, è subordinata al rilascio, da parte del Consiglio dell'Unione europea, di una misura di deroga ai sensi dell'articolo 395 della direttiva 2006/112/CE del Consiglio, del 28 novembre 2006, e successive modificazioni. In caso di mancato rilascio della suddetta misura di deroga, si provvede mediante provvedimenti di razionalizzazione e di revisione della spesa, di ridimensionamento di strutture, di riduzione delle spese per beni e servizi, nonché di ottimizzazione dell'uso degli immobili, adottati dal Presidente del Consiglio dei Ministri sulla base degli indirizzi del Comitato interministeriale di cui all'articolo 49-*bis*, comma 1, del decreto legge 21 giugno 2013, n. 69 convertito dalla legge 9 agosto 2013, n. 98, tali da assicurare una riduzione della spesa delle amministrazioni pubbliche di cui all'articolo 1, comma 2, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, in misura non inferiore a 1.716 milioni di euro a decorrere dal 2015».

3.101

COMAROLI, TOSATO

All'articolo 3, il comma 10 è sostituito dal seguente:

«10. L'efficacia delle disposizioni di cui al comma 7, lettera *a)*, numero 3), capoverso d-*quinquies)*, e lettera *b)*, è subordinata al rilascio, da parte del Consiglio dell'Unione europea, di una misura di deroga ai sensi dell'articolo 395 della direttiva 2006/112/CE del Consiglio, del 28 novembre 2006, e successive modificazioni. In caso di mancato rilascio della suddetta misura di deroga, si provvede mediante provvedimenti di razionalizzazione e di revisione della spesa, di ridimensionamento di strutture, di riduzione delle spese per beni e servizi, nonché di ottimizzazione dell'uso degli immobili, adottati dal Presidente del Consiglio dei Ministri sulla base degli indirizzi del Comitato interministeriale di cui all'articolo 49-*bis*, comma 1, del decreto legge 21 giugno 2013, n. 69

convertito dalla legge 9 agosto 2013, n. 98, tali da assicurare una riduzione della spesa delle amministrazioni pubbliche di cui all'articolo 1, comma 2, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, in misura non inferiore a 1.716 milioni di euro a decorrere dal 2015».

3.102

GIROTTO, CASTALDI, BULGARELLI, CATALFO

Apportare le seguenti modificazioni:

«*a)* al comma 10, sostituire le parole: "1.716 milioni" con le seguenti: "1.836 milioni";

b) sostituire il comma 28 con il seguente:

"28. All'articolo 25, comma l, del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 luglio 2010, n. 122, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al primo periodo, le parole: "4 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "8 per cento";

b) dopo il primo periodo è inserito il seguente: "In ragione dell'eccezionale situazione di crisi economica e sociale che grava su cittadini e imprese, per il solo anno 2015 le banche e le Poste Italiane S.p.a. operano una ritenuta del 4 per cento";

c) al comma 76, aggiungere, infine, le seguenti parole: "ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 800 milioni per l'anno 2015"».

3.103

PETROCELLI, CASTALDI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Dopo il comma 10, aggiungere i seguenti:

«10-*bis*. A decorrere dal 1º gennaio 2015, l'aliquota di prodotto corrisposta allo Stato dai titolari di ciascuna concessione di coltivazione di idrocarburi liquidi e gassosi estratti sia in terraferma che in mare, ai sensi del comma 1 dell'articolo 19 del decreto legislativo 25 novembre 1996, n.625 è stabilità, uniformemente, nella misura del 50 per cento della quantità di idrocarburi estratti.

10-*ter*. Sono soppressi i commi 2, 3, 6 e 6-*bis*, dell'articolo 19 del decreto legislativo 25 novembre 1996, n. 625.

10-*quater*. All'articolo 18 del decreto legislativo 25 novembre 1996, n. 625, il comma 1 è sostituito dal seguente:

«1. A decorrere dal 1º gennaio 2015, i canoni annui per i permessi di prospezione e di ricerca e per le concessioni di coltivazione e di stoccaggio nella terraferma, nel mare territoriale e nella piattaforma continentale italiana, sono così determinati:

a) permesso di prospezione: 2.000 euro per chilometro quadrato;

b) permesso di ricerca: 3.000 euro per chilometro quadrato;

c) permesso di ricerca in prima proroga: 5.000 euro per chilometro quadrato;

d) permesso di ricerca in seconda proroga: 10.000 euro per chilometro quadrato;

e) concessione di coltivazione: 20.000 euro per chilometro quadrato;

f) concessione di coltivazione in proroga: 25.000 euro per chilometro quadrato;

g) concessione di stoccaggio insistente sulla relativa concessione di coltivazione: 5.000 euro per chilometro quadrato;

h) concessione di stoccaggio in assenza di relativa concessione di coltivazione: 20.000 euro per chilometro quadrato».

10-*quinquies*. A decorrere dal lº gennaio 2015, viene applicata una sanzione pecuniaria di 4.000 euro per chilometro quadrato, per ogni anno di mancato inizio delle attività di concessione.

3.104

NUGNES, MARTELLI, MORONESE, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI, CATALFO

Dopo il comma 10 aggiungere i seguenti commi:

«10-*bis*. Per le produzioni di idrocarburi liquidi e gassosi estratti in terraferma, a decorrere dal 1º gennaio 2015, l'aliquota di prodotto che il titolare di ciascuna concessione di coltivazione è tenuto a corrispondere annualmente, ai sensi dell'articolo 19, comma 1, del decreto legislativo 25 novembre 1996, n. 625, è elevata dal 10 per cento al 13 per cento. Le somme corrispondenti al 30 per cento del

valore dell'incremento dell'aliquota sono versate ad apposito capitolo dell'entrata del bilancio dello Stato, per essere interamente riassegnate, in parti uguali, ad appositi capitoli istituiti nello stato di previsione del Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare e del Ministero della salute, per finanziare rispettivamente la realizzazione di azioni di monitoraggio e contrasto della contaminazione dei suoli e dette acque superficiali e sotterranee nelle aree interessate, e l'attuazione di piani di sorveglianza sanitaria e lo svolgimento di azioni di monitoraggio epidemiologico degli effetti sulla salute delle stesse attività produttive. La somma restante del valore dell'incremento dell'aliquota è corrisposta per il 55 per cento alla regione e per il 15 per cento ai comuni. I comuni destinano tali risorse per l'installazione e/o l'adeguamento degli impianti tecnologici e per l'efficientamento energetico degli immobili di proprietà comunale e a interventi di recupero e riqualificazione di aree e spazi pubblici. Le regioni destinano tali risorse per la realizzazione di un apposito programma finalizzato alla promozione e al sostegno di attività imprenditoriali nel settore dell'agricoltura, del commercio al dettaglio, del turismo e somministrazione, dei servizi culturali e alla persona nonché della ricerca e sviluppo, localizzate all'interno di parchi e riserve regionali, di siti di Rete Natura 2000 e parchi nazionali e riserve statali.

10-*ter*. A decorrere dal 1º gennaio 2015, i titolari delle concessioni di coltivazione in mare sono tenuti a corrispondere annualmente l'aliquota di prodotto di cui all'articolo 19, comma 1 del decreto legislativo 25 novembre 1996, n. 625, elevata dal 10 per cento al 13 per cento per gli idrocarburi gassosi, e dal 7 per cento al 10 per cento per gli idrocarburi liquidi. Il titolare della concessione è tenuto a versare le somme corrispondenti al 45 per cento del valore dell'incremento dell'aliquota ad apposito capitolo dell'entrata del bilancio dello Stato, per essere interamente riassegnate, in parti uguali, al capitolo nello stato di previsione del Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio, di cui all'articolo 35 comma 1 del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83 e al capitolo istituito nello stesso stato di previsione per assicurare, rispettivamente, il pieno svolgimento delle azioni'di monitoraggio e contrasto dell'inquinamento marino, e la promozione di attività di ricerca avente come oggetto le relazioni fra le attività di ricerca e coltivazione in mare e lo stato di salute delle specie di ?fauna e flora esposte. La somma restante del valore dell'incremento dell'aliquota è corrisposta alla regione che destina tali risorse per la realizzazione di un apposito programma finalizzato alla promozione e al sostegno di attività imprenditoriali nel settore dell'agricoltura, del commercio al dettaglio, del turismo e somministrazione, dei servizi culturali e alla persona nonché della ricerca e sviluppo, localizzate all'interno di parchi è riserve regionali, di siti di Rete Natura 2000 e parchi nazionali e riserve statali».

3.105

BONFRISCO

Dopo il comma 11, aggiungere i seguenti:

«11-*bis*. Il contratto di compravendita immobiliare che si contraddistingue per la denominazione *Buy Back Engage* e che prevede la consegna dell'immobile in via anticipata rispetto al trasferimento della proprietà e all'integrale pagamento del prezzo, è inquadrato nella figura della compravendita con riserva di proprietà. A tale contratto si applicano le disposizioni di cui agli articoli 1523-1524-1526 del Codice Civile. Si applicano altresì le disposizioni degli articoli da 1803 a 1812 del codice civile in quanto compatibili.

11-*ter*. Il contratto di cui al comma 11-*bis* si risolve in caso di mancato pagamento, anche non consecutivo, di un numero minimo di canoni, determinato dalle parti. Ai fini della valutazione e dell'importanza dell'inadempimento non si applicano le disposizioni di cui gli articoli 1525 e 1455 del codice civile. Il promittente venditore può chiedere la risoluzione del contratto qualora le condizioni patrimoniali del promissario acquirente, sono divenute tali da porre in evidente pericolo il pagamento delle rate di corrispettivo e acconto prezzo, salvo che'sia prestata idonea garanzia. Le parti possono liberamente convenire che in caso di inadempimento del promissario acquirente le rate versate a titolo di acconto e corrispettivo prezzo, sono acquisite al pro mittente venditore a titolo di indennità. All'indennità convenuta non si applicano le disposizioni di cui all'articoli 1526 comma 2 e 1384 del codice civile.

11-*quater*. Il contratto di cui al comma 11-*bis* può avere per oggetto un'immobile industriale, artigianale, commerciale o ad uso civile abitazione. ln caso di eccezioni per vizi occulti, se non è stato diversamente convenuto nel contratto, si applicano le disposizioni di cui agli articoli 1460 e 1492 del codice civile.

11-*quinquies*. Ai fini dell'articolo 2, DPR 633/72, i contratti di cui al comma 11-*bis* non costituiscono cessione di beni se non alla data in cui si verifica l'effetto traslativo o costitutivo della proprietà o di altro diritto reale. L'immissione nel godimento del bene da parte del promittente acquirente in via anticipata rispetto al trasferimento della proprietà, è qualificata a titolo di detenzione.

11-*sexies*. Ai contratti di cui al comma 11-*bis* che risultino trascritti ai sensi articoli 2645-*bis*, si applicano gli articoli 2668 quarto comma, 2775-*bis* e 2825-*bis* del codice civile. Il termine triennale previsto dal comma terzo dell'articolo 2645-*bis* del codice civile è elevato a tutta la durata del contratto e comunque ad un periodo non superiore a dieci anni. 11-*septies*. Il contratto di cui al comma 11-*bis* è registrato ai sensi dell'articolo 2, DPR n. 131 del 26 aprile 1986. L'imposta di registro è stabilita in misura fissa di euro 300,00 indipendentemente dal numero delle clausole contenute, anche se non derivano necessariamente, per la loro intrinseca natura, le une dalle altre. Se il contratto prevede la dazione di somme a titolo di caparra confirmatoria, a quest'ultima si applica il punto 6 della tariffa allegata al DPR n. 131 del 26 aprile 1986. La registrazione attribuisce al contratto efficacia esecutiva'n caso di inadempimento di una delle parti, ai sensi dell'articolo 474 comma l, del codice di procedura civile. Ai sensi dell'articolo 73 comma 2 del regio decreto 16 marzo 1942, n. 267 in caso di fallimento del promittente venditore il contratto prosegue, fatta salva l'applicazione dell'articolo 67, comma 3, lettera *c)*, del regio decreto 16 marzo 1942, n. 267 e successive modificazioni. In caso di fallimento del promissario acquirente, il contratto prosegue se avente ad oggetto un immobile ad uso abitativo destinato a costituire l'abitazione principale dell'acquirente o di suoi parenti ed affini entro il terzo grado, ovvero un immobile ad uso non abitativo destinato a costituire la sede principale dell'attività di Impresa dell'acquirente. Qualora il curatore si sciolga dal contratto, il promittente venditore tratterrà la caparra nonché le rate di corrispettivo e acconto prezzo già riscosse, a titolo di indennizzo per l'uso ed il deperimento dell'immobile.

3.106

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 11 inserire il seguente:

«11-*bis*. All'articolo 6 del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633, e successive modificazioni, sono aggiunti, in fine, i seguenti commi:

"5-*bis*. Qualora il pagamento del corrispettivo non avvenga entro i trenta giorni successivi alla scadenza contrattualmente prevista tra le parti ed espressamente indicata nella fattura, il soggetto passivo di cui all'articolo 17, primo comma ha la facoltà di non considerare a debito, nella liquidazione del periodo di riferimento, l'imposta relativa alle fatture insolute. Qualora sia stata già versata l'imposta relativa alle fatture insolute, il soggetto passivo ha la facoltà di 'portare in detrazione l'importo nella prima liquidazione periodica utile.

5-*ter*. Nel caso si avvalga della facoltà di cui al settimo comma, il cedente o prestatore ha l'obbligo di comunicarlo all'Agenzia delle entrate e al cessionario o committente.

5-*quater*. Il cessionario o committente che riceve la comunicazione di cui all'ottavo comma del presente articolo non deve esercitare il diritto alla detrazione di cui all'articolo 19, primo comma, per gli importi comunicati o, qualora tale diritto sia già stato esercitato, deve provvedere al versamento all'erario dei relativi importi effettivamente portati in detrazione alla prima liquidazione periodica utile».

5-*quinquies*. Le modalità con cui effettuare, preferibilmente in via telematica, le comunicazioni di cui al nono comma sono stabilite con provvedimento dell'Agenzia delle entrate da emanare entro novanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente disposizione"».

3.107

CIAMPOLILLO, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Dopo il comma 11, inserire il seguente:

«n-*bis*. A partire dal 1º gennaio 2015, la tassa di concessione governativa sulle licenze per l'impiego di apparecchiature terminali per il servizio radiomobile pubblico terrestre di telecomunicazione, dovuta ai sensi della tariffa di cui all'articolo 21 del decreto del Presidente della Repubblica del 26 ottobre 1972, n. 641, è soppressa».

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo». Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 150 milioni di euro a decorrere dal 2015.

3.108

ZIZZA

Dopo il comma 11 aggiungere il seguente:

«11-*bis*. Al fine di incrementare i servizi di prevenzione e controllo dei fenomeni legati all'evasione fiscale, la Guardia di Finanza, in deroga a quanto previsto dall'articolo 2199 del decreto legislativo del15 marzo 2010 n. 66, è autorizzato, in via straordinaria ai sensi del medesimo articolo 2199, allo scorrimento dell'ultima graduatoria valida ivi pubblicata il 21 febbraio 2013 per ciascun contingente fermo restando le assunzioni dei volontari in ferma prefissata quadriennale, ai sensi del comma 4, lettera *b*, dello stesso articolo, relative ai predetti concorsi per i ruoli iniziali».

All'attuazione di quanto previsto dal comma 11-*bis*, si provvede nell'ambito delle risorse disponibili a legislazione vigente e senza nuovi o maggiori oneri per la finanza pubblica.

3.109

ZIZZA

Dopo il comma 11 aggiungere il seguente:

«11-*ter*. Per la Guardia di Finanza le assunzioni, di cui al comma 11-*bis*, sono disposte con decorrenza 1º gennaio 2015, nell'ambito delle autorizzazioni alle assunzioni di cui all'articolo 1 comma 464 della legge 27 dicembre 2013, n. 147 e dell'apposito fondo ivi previsto per la parte relativa alla Guardia di Finanza».

All'attuazione di quanto previsto dal comma 11-*bis*, si provvede nell'ambito delle risorse disponibili a legislazione vigente e senza nuovi o maggiori oneri per la finanza pubblica.

3.110

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Dopo il comma 11 aggiungere il seguente:

«11-*bis*. Con provvedimento del Direttore dell'Agenzia delle Dogane, da adottare entro il 1º gennaio 2015 è modificata la determinazione del Direttore dell'Agenzia delle Dogane n. 145744 del 23 dicembre 2013, recante l'aumento della misura delle aliquote dell'accisa sulla birra, sui prodotti alcolici intermedi e sull'alcool etilico, al fine di eliminare gli incrementi dell'accisa sulla birra decorrenti dal 1º gennaio 2015. Agli oneri derivanti dall'attuazione del presente comma, pari a 90 milioni di euro a decorrere dal 2015,si provvede mediante corrispondente riduzione del Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307».

3.111

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 11 inserire il seguente:

«11-*bis*. Al decreto legge 30 agosto 1993, n. 331, è soppresso l'articolo 62-*bis*.»

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117 e 125. All'articolo 2, sopprimere il comma 207.

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole:

«, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni

di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1.303.078 migliaia di euro di euro a decorrere dal 2015».

3.112

DE POLI

Al comma 13 dopo le parole: «anche in relazione ai beni acquisiti o posseduti», *inserire le seguenti:* «tenendo conto dell'applicazione degli studi di settore ed in particolare, degli effetti del regime premiale di cui all'articolo 10, comma da 9 a 13, del decreto legge 6 dicembre 2011 n. 201 convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214».

3.113

TOMASELLI, SANGALLI, GIANLUCA ROSSI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA, COLLINA

Al comma 13 dopo le parole: «anche In relazione ai beni acquisiti o posseduti», *inserire le seguenti:* «tenendo conto dell'applicazione degli studi di settore ed, in particolare, degli effetti del regime premiale di cui all'articolo 10, comma da 9 a 13, del decreto legge 6 dicembre 2011 n. 201 convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214».

3.114

GIANLUCA ROSSI, LAI, FORNARO, GIACOBBE, GUERRA, MOSCARDELLI, RICCHIUTI, TURANO

Al comma 13 dopo le parole: «anche in relazione ai beni acquisiti o posseduti», *inserire le seguenti:* «tenendo, conto dell'applicazione degli studi di settore ed, in particolare, degli effetti del regime premiale di cui all'articolo 10, comma da 9 a 13, del decreto legge 6 dicembre 2011 n. 201 convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214».

3.115

CARIDI

Al comma 13 dopo le parole: «anche in relazione ai beni acquisiti o posseduti», *inserire le seguenti:* «tenendo conto dell'applicazione degli studi di settore ed, in particolare, degli effetti del regime premiale di cui all'articolo 10, comma da 9 a 13, del decreto legge 6 dicembre 2011 n. 201 convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214».

3.116

GAMBARO

Al comma 13 dopo le parole: «anche in relazione ai beni acquisiti o posseduti», *inserire le seguenti:* «tenendo conto dell'applicazione degli studi. di settore ed, in particolare, degli effetti del regime premiale di cui all'articolo 10, comma da 9 a 13, del decreto legge 6 dicembre 2011 n. 201 convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214».

3.117

TOMASELLI, COLLINA, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA, PAGLIARI, CALEO, MAURO MARIA MARINO, VACCARI

Al comma 13 dopo le parole: «anche in relazione ai beni acquisiti o posseduti», *inserire le seguenti:* «tenendo conto dell'applicazione degli studi di settore ed, in particolare, degli effetti del regime premiale di cui all'articolo 10, comma da 9 a 13, del decreto legge 6 dicembre 2011 n. 201 convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214».

3.118

DE PIN, MASTRANGELI, BOCCHINO, CAMPANELLA

Al comma 13 dopo le parole: «anche in relazione ai beni acquisiti o posseduti», *inserire le seguenti:* «tenendo conto dell'applicazione degli studi di settore ed, in particolare, degli effetti del regime premiale di cui all'articolo 10, comma da 9 a 13, del decreto legge 6 dicembre 2011 n. 201 convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214».

3.119

GALIMBERTI

Al comma 13 dopo le parole: «anche in relazione ai beni acquisiti o posseduti», *inserire le seguenti:*

«tenendo conto dell'applicazione degli studi di settore ed, in particolare, degli effetti del regime premiale di cui all'articolo 10, comma da 9 a 13, del decreto legge 6 dicembre 2011 n. 201 convertito, con modificazioni, dallo legge 22 dicembre 2011, n. 214».

3.120

MANDELLI, PICCOLI, BRUNI, BONFRISCO, CERONI, D'ALÌ, MILO

Al comma 13 dopo le parole: «anche in relazione ai beni acquisiti o posseduti», *aggiungere le seguenti:* «, tenendo conto dell'applicazione degli studi di settore ed, in particolare, degli effetti del regime premiale di cui all'articolo 10, comma da 9 a 13, del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214».

3.121

DEL BARBA

Dopo il camma 14 inserire il seguente:

«14-*bis.* Agli atti di trasferimento di beni immobili dai consorzi di funzioni costituiti ai sensi dell'articolo 31 del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, ai comuni, l'imposta di registro di cui al decreto del Presidente della Repubblica 26 aprile 1986, n. 131, si applica nella misura fissa di euro 200,00».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 50.000.000;
2016: ? 50.000.000;
2017: ? 50.000.000.

3.122

TOMASELLI, LAI

Al comma 15, dopo la lettera a)*, aggiungere la seguente:*

«*a-bis)* all'articolo 2, comma 8-*bis*, del decreto del Presidente della Repubblica 22 luglio 1998, n. 322, al primo periodo, le parole: "non oltre il termine prescritto per la presentazione della dichiarazione relativa al periodo d'imposta successivo," sono sostituite dalle seguenti: "non oltre i termini stabiliti dall'articolo 43 del decreto dei Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, n. 600, e successive modificazioni"».

3.123

SCAVONE, MILO

Al comma 15, dopo la lettera b)*, aggiungere le seguenti:*

«*b-quater)* all'articolo 1 , comma 3 del decreto legislativo 21 novembre 2014, n. 175, dopo le parole: "o un iscritto nell'albo dei consulenti del lavoro o in quello dei dottori commercialisti e degli esperti contabili" sono aggiunte le seguenti: "o in quello degli avvocati muniti del titolo di specialista in diritto tributario ai sensi dell'articolo 9 della legge n. 247 del 31 dicembre 2012";

b-quinquies) all'articolo 3, comma 3, lettera *a)* del decreto del Presidente della Repubblica 22 luglio 1998, n. 322, dopo le parole "gli iscritti negli albi dei dottori commercialisti, dei ragionieri e dei periti commerciali e dei consulenti del lavoro" sono aggiunte le seguenti: "e degli avvocati";

b-sexies) all'articolo 36, comma 1 del decreto legislativo 9 luglio 1997 n.241 dopo le parole: "revisori contabili iscritti negli albi dei dottori commercialisti, dei ragionieri e periti commerciali e dei consulenti del lavoro» sono aggiunte le seguenti: «e degli avvocati"».

3.124

GIANLUCA ROSSI, MAURO MARIA MARINO, SANGALLI, FORNARO, GIACOBBE, GUERRA, MOSCARDELLI, RICCHIUTI, TURANO

Dopo il comma 18, aggiungere il seguente:

«18-*bis.* Nei giudizi pendenti, in ogni fase, stato e grado alla data del 1º aprile 2010 e non ancora definiti alla data di entrata in vigore della presente legge, dinanzi alle Commissioni tributarie o all'autorità giudiziaria ordinaria, aventi ad oggetto il recupero dell'accisa sui prodotti energetici e l'alcole e le bevande alcoliche per fatti compiuti da terzi non imputabili al soggetto passivo d'imposta,

la relativa pretesa tributaria è estinta nei confronti del soggetto obbligato al pagamento dell'accisa qualora dalla conclusione del procedimento penale instauratosi per i medesimi fatti non risulti il coinvolgimento del medesimo soggetto obbligato a titolo di dolo o colpa grave. Resta fermo l'eventuale recupero dell'accisa nei confronti dell'effettivo responsabile del reato».

3.125

GIANLUCA ROSSI, MAURO MARIA MARINO, SANGALLI, FORNARO, GIACOBBE, GUERRA, MOSCARDELLI, RICCHIUTI, TURANO, PARENTE

Dopo il comma 18, aggiungere il seguente:

«18-*bis*. AI fine di semplificare ed equiparare la disciplina IVA del commercio elettronico diretto a quella del commercio elettronico indiretto, sono apportate le seguenti semplificazioni:

a) all'articolo 22 del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633, al comma 1, dopo il punto 6-*bis)* aggiungere il seguente

"7) le prestazioni di servizi digitali effettuate in via telematica ed elettronica tra privati consumatori e soggetti passivi di imposta, siano essi operatori nazionali, comunitari o extra comunitari identificati si al fini IVA nel territorio comunitario";

b) all'articolo 2 del decreto del Presidente della Repubblica del 21 dicembre 1996, n. 696, al comma 1, dopo la lettera *tt-bis)* aggiungere la seguente:

"*tt-ter)* le prestazioni di servizi digitali effettuate in via telematica ed elettronica tra privati consumatori e soggetti passivi di imposta, siano essi operatori nazionali, comunitari o extra-comunitari identificatisi ai fini IVA nel territorio comunitario"».

3.126

TOMASELLI, LAI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA

Dopo il comma 18, aggiungere il seguente:

«18-*bis*. AI fine di semplificare ed equiparare la disciplina IVA del commercio elettronico diretto a quella del commercio elettronico indiretto, sono apportate le seguenti semplificazioni:

a) all'articolo 22 del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633, al comma 1, dopo il punto 6-*bis)* aggiungere il seguente:

"6-*ter)* le prestazioni di servizi digitali effettuate in via telematica ed elèttronica tra privati consumatori e soggetti passivi di imposta, siano essi operatori nazionali, comunitari o extra-comunitari identificatisi ai fini IVA nel territorio comunitario";

b) all'articolo 2 del decreto del Presidente della Repubblica del 21 dicembre 1996, n. 696, al comma 1, dopo la lettera *tt-bis)* aggiungere la seguente:

"*tt-ter)* le prestazioni di servizi digitali effettuate in via telematica ed elettronica tra privati consumatori e soggetti passivi di imposta, siano essi operatori nazionali, comunitari o extra-comunitari Identificati si al fini IVA nel territorio comunitario"».

3.127

GUALDANI

Dopo il comma 18 aggiungere il seguente:

«18-*bis*. All'articolo 19 del decreto del Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, dopo il comma 4 è aggiunto il seguente:

"4-*bis*. L'accoglimento dell'istanza di rateizzazione di cui al presente articolo, comporta la sospensione dei procedimenti penali eventualmente connessi e dei relativi termini di prescrizione. La sospensione si applica su istanza del contribuente al tribunale competente. La sospensione decade in caso di decadenza dal beneficio della rateizzazione"».

3.128

GUALDANI

Dopo il comma 18 aggiungere il seguente:

«18-*bis*. Al fine di consentire un trattamento uniforme in sede applicazione giurisprudenziale delle norme fiscali in ambito di concordato preventivo, al regio decreto 16 marzo 1942, n. 267, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al comma 2 dell'articolo 160, dopo le parole: "la proposta" sono aggiunte le seguenti: "fatta eccezione per quanto previsto dall'articolo 182-*ter* esclusivamente in caso di accesso all'istituto della transazione fiscale";

b) al comma 1 dell'articolo 182-*ter*, dopo le parole: "alle ritenute operate e non versate, la proposta" sono aggiunte le seguenti: "contenente la transazione fiscale"».

3.129

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 19, aggiungere i seguenti:

«19-*bis*, All'articolo 2621 del codice civile sono apportate le seguenti modificazioni:

a) il primo comma è sostituito dal seguente: «Fuori dai casi previsti dall'articolo 2622, gli amministratori, i direttori generali, i dirigenti preposti alla redazione dei documenti contabili societari, i sindaci e i liquidatori, i quali, al fine di conseguire per sé o per altri un ingiusto profitto, nei bilanci, nelle relazioni o nelle altre comunicazioni sociali, dirette ai soci o al pubblico, espongono informazioni false ovvero omettono informazioni la cui comunicazione è imposta dalla legge sulla situazione economica, patrimoniale o :finanziaria della società o del gruppo "al quale essa appartiene, in modo concretamente idoneo a indurre in inganno i destinatari sulla predetta situazione, sono puniti con la reclusione da uno a cinque anni";

b) i commi terzo, quarto e quinto sono abrogati.

19-*ter*. All'articolo 2622 del codice civile sono apportate le seguenti modificazioni:

a) il primo comma è sostituito dal seguente: "Gli amministratori, i direttori generali, i dirigenti preposti alla redazione dei documenti contabili societari, i sindaci e i liquidatori di società con azioni quotate in mercati regolamentati o che emettono o garantiscono strumenti finanziari negoziati in mercati regolamentati ovvero diffusi tra il pubblico in misura rilevante, i quali, al fine di conseguire per sé o per altri un ingiusto profitto, nei bilanci, nelle relazioni o nelle altre comunicazioni sociali dirette ai soci o al pubblico, espongono informazioni false ovvero omettono informazioni la cui comunicazione è imposta dalla legge sulla situazione economica, patrimoniale o finanziaria della società o del gruppo al quale essa appartiene, in modo concretamente idoneo ad indurre in inganno i destinatari sulla predetta situazione, sono puniti con la reclusione da due a sei ann1.";

b) al sesto comma, le parole: "per i fatti previsti dal primo e terzo comma" sono soppresse;

c) i commi secondo, terzo, quarto, quinto, settimo, ottavo e nono sono abrogati;

d) la rubrica è sostituita dalla seguente: "False comunicazioni nelle società quotate e nelle società che emettono o garantiscono strumenti finanziarsi";

19-*quater*. Dopo l'articolo 2622 del codice civile è inserito il seguente: "Art. 2622-*bis*. *(Circostanza aggravante)*. ? Se i fatti di cui agli articoli 2621 e 2622 cagionano un grave danno ai soci, ai creditori, ai risparmiatori o alla società, la pena è aumentata fino alla metà".

19-*quinquies*. All'articolo 27 del decreto legislativo 27 gennaio 2010, n. 39, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) il comma 1 è sostituito dal seguente: "1. i responsabili della revisione legale i quali, al fine di conseguire per sé o per altri un ingiusto profitto, nelle relazioni o in altre comunicazioni consapevolmente attestano il falso od occultano informazioni concernenti la situazione economica, patrimoniale o finanziaria della società, ente o soggetto sottoposto a revisione, in modo idoneo a indurre in errore rilevante per natura o per entità i destinatari delle comunicazioni sulla predetta situazione, sono puniti con la reclusione da un anno a cinque anni";

b) il comma 2 è sostituito dal seguente: «2. Se la condotta di cui al comma 1 ha cagionato un grave danno alla società, all'ente o al soggetto sottoposto a revisione, ai soci o ai creditori, la pena è aumentata»,

19-*sexies*. All'articolo 25-*ter*del decreto legislativo 8 giugno 2001, n. 231, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al primo comma, la lettera *a)* è sostituita dalla seguente: "*a)* per il delitto di false comunicazioni sociali, previsto dall'articolo 2621 del codice civile, la sanzione pecuniaria da

duecentocinquanta a seicento quote";

b) al primo comma, la lettera *b)* è sostituita dalla seguente: "*b)* per il delitto di false comunicazioni sociali nelle società quotate e nelle società che emettono o garantiscono strumenti finanziari, previsto dall'articolo 2622 del codice civile, la sanzione pecuniaria da quattrocento a ottocento quote";

c) al primo comma, le lettere *c)*, *d)*, *e), f)* e *g)* sono abrogate;

d) è aggiunto, in fine, il seguente comma: "d-*bis*. Nei casi di condanna per i delitti indicati nel comma 1, lettere *a)*, *b)* e *s)* si applicano le sanzioni interdittive previste dall'articolo 9, comma 2".

19-*septies*. Dopo l'articolo 25-duodecies del decreto legislativo 8 giugno 2001, n. 231, sono inseriti i seguenti:

"Art. 25-*terdecies. ? (Falsità nelle relazioni o nelle comunicazioni dei responsabili della revisione legale). ?1.* In relazione alla commissione dei delitti previsti dal decreto legislativo 27 gennaio 2010, n. 39, si applicano all'ente le seguenti sanzioni pecuniarie:

a) per il delitto di cui all'articolo 27, comma 1, la sanzione pecuniaria da duecentocinquanta a cinquecento quote;

b) per i delitti di cui all'articolo 27, commi 2 e 5, la sanzione pecuniaria da trecento a seicento quote".

"Art. 25-*quaterdecies. ? (Reati in materia di imposte sui redditi e sul valore aggiunto). ?1*. In relazione alla commissione dei reati previsti dal decreto legislativo 10 marzo 2000, n. 74, si applicano all'ente le seguenti sanzioni pecuniarie:

a) per i delitti di cui agli articoli 4,5, comma 1, 10-*bis* e 10-*ter*, la sanzione pecuniaria fino a trecento quote;

b) per i delitti di cui agli articoli 10 e 11, comma 2, la sanzione pecuniaria da duecento a seicento quote;

c) per i delitti di cui agli articoli 2, comma 1, 3,8 e 11, comma 1, la sanzione pecuniaria da duecento cinquanta a settecento quote".

2. Nei casi di condanna per i delitti indicati nel comma 1, lettere *b)* e *c)*, si applicano le sanzioni interdittive previste dall'articolo 9, comma 2, per una durata non superiore ad un anno.».

3.130

GUALDANI

Dopo il comma 19 aggiungere il seguente:

«19-*bis*. L'amministrazione finanziaria ha facoltà di concedere, su richiesta del contribuente, la ripartizione fino a 72 rate del debito tributario per imposte arretrate e relative sopra tasse. Nei casi di particolare difficoltà del contribuente dovuta alla presente congiuntura economica e ad eventi naturali calamitosi particolarmente gravi. la ripartizione può essere concessa fino a 120 rate. Le ripartizioni possono essere concesse alle condizioni previste dalle lettere *a)* e *b)* dell'articolo 52 del Decreto Legge n. 69 del 2013. Fino al31 dicembre 2015, l'amministrazione finanziaria ha facoltà di concedere le rateazioni qui previste anche ai contribuenti che non siano stati in grado, non per propria responsabili ad adempiere a rateazioni concesse in precedenza. In questi casi, il contribuente decade dal beneficio della rateazione se non adempie a 4 rate anche non consecutive».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

? 2015: ? 75.000.000;

?? 2016: ? 75.000.000;

?? 2017: ? 75.000.000.

3.131

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 19 inserire il seguente:

?«19 ?*bis. ? (Invio telematico IUC).* dopo il comma 683 della Legge 27 dicembre 2013, n. 147, è inserito il seguente:

"683-*bis*. I soggetti passivi dei tributi presentano la dichiarazione relativa alla me in coincidenza con la dichiarazione dei redditi del periodo d'imposta nel quale sono intervenute eventuali variazioni rilevanti ai fini della determinazione dell'imposta stessa. Il modello di dichiarazione è predisposto dal Comune e adottato con deliberazione di Giunta e reso disponibile gratuitamente nonché pubblicato sul sito dell'ente"».

3.132

COMAROLI, BISINELLA, TOSATO

Dopo il comma 19, inserire il seguente:

«9-*bis*. All'articolo 12, comma 1, del decreto legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, la parola: "mille" è sostituita con la seguente: "cinquemila"».

3.133

COMAROLI, BISINELLA, TOSATO

Dopo il comma 19, inserire il seguente:

«19-*bis*. All'articolo 12, comma 1, del decreto legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, la parola: "mille" è sostituita con la seguente: "tremila"» .

3.134

BERGER, PANIZZA, LANIECE, BATTISTA, ROMANO, FAUSTO GUILHERME LONGO

Dopo il comma 19, inserire il seguente:

«19-bis. All'articolo 12 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, dopo il comma 1 aggiungere il seguente:

"1-*bis*. Le limitazioni di cui al comma 1 non si applicano per l'acquisto di beni e di prestazioni di servizi legate al turismo, effettuate nelle regioni confinanti direttamente con uno Stato estero. In tal caso, si applica il limite di euro duemilacinquecento"».

3.135

MILO, D'ALÌ

Dopo il comma 19 aggiungere il seguente:

«19-*bis*. All'articolo 8-*bis*, del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633, la lettera *a)* è sostituita dalla seguente:

"*a)* le cessioni di navi adibite alla navigazione in alto mare o al trasporto a pagamento di passeggeri o utilizzate nell'esercizio di attività commerciali industriali e della pesca nonché le cessioni di navi adibite alla pesca costiera o ad operazioni di salvataggio o di assistenza in mare, ovvero alla demolizione, escluse le unità da diporto di cui alla legge 11 febbraio 1971, n. 50;"».

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C. fino al raggiungimento dell'importo di 10 milioni di euro.

3.136

PANIZZA, FAUSTO GUILHERME LONGO, LANIECE, BATTISTA, ZIN

Dopo il comma 19, aggiungere i seguenti:

«19-*bis*. All'articolo 164, comma 1, del decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, alla lettera *b)*, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) le parole: "Non si tiene conto della parte del costo di acquisizione che eccede lire 35 milioni per le autovetture e gli autocaravan, lire 8 milioni per i motocicli, lire 4 milioni per i ciclomotori", sono sostituite dalle seguenti: "Non si tiene conto della parte del costo di acquisizione che eccede euro 30.000,00 per le autovetture e gli autocaravan, euro 6.000,00 per i motocicli, euro 3.000,00 per i ciclomotori";

b) le parole: "il predetto limite di 35 milioni di lire per le autovetture è elevato a 50 milioni di lire per gli autoveicoli utilizzati da agenti o rappresentanti di commercio", sono sostituite dalle seguenti: "il predetto limite di euro 30.000,00 per le autovetture è elevato a euro 40.000,00 per gli autoveicoli utilizzati da agenti o rappresentanti di commercio";

19-*ter*. Alla copertura degli oneri di cui al comma 19-*bis*, valutati in 10 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015, si provvede ,mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa prevista all'articolo 7-*quinquies*, comma 1, del decreto-legge 10 febbraio 2009, n. 5, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 aprile 2009, n. 33, relativa al Fondo per interventi urgenti ed indifferibili, come integrata, da ultimo, dall'articolo 33, comma 1, della legge 12 novembre 2011, n. 183».

3.137

PANIZZA, FAUSTO GUILHERME LONGO, LANIECE, BATTISTA, ZIN

Dopo il comma 19, aggiungere i seguenti:

«19-*bis*. All'articolo 66 del decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, il comma 4 è sostituito dal seguente:

"4. Per gli intermediari e i rappresentanti di commercio e per gli esercenti le attività indicate al primo comma dell'articolo 1 del decreto. del Ministro delle finanze 13 ottobre 1979, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* n. 288 del 22 ottobre 1979, il reddito d'impresa determinato a norma dei precedenti commi è ridotto, a titolo di deduzione forfetaria delle spese non documentate, di un importo pari alle seguenti percentuali dell'ammontare dei ricavi: 3 per cento dei ricavi fino a euro 80.000, 00; 1 per cento dei ricavi oltre euro 80.000,00 e fino a euro 420.000,00; 0,50 per cento dei ricavi oltre euro 420.000,00 e fino a euro 505.000, 00".

19-*ter*. Alla copertura degli oneri di cui al comma 19-*bis*, valutati in 10 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015, si provvede mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa prevista all'articolo 7-*quinquies*, comma 1, del decreto-legge 10 febbraio 2009, n. 5, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 aprile 2009, n. 33, relativa al Fondo per interventi urgenti ed indifferibili, come integrata, da ultimo, dall'articolo 33, comma 1, della legge 12 novembre 2011, n. 183».

3.138

PANIZZA, FAUSTO GUILHERME LONGO, LANIECE, BATTISTA, ZIN

Dopo il comma 19, aggiungere il seguente:

«19-*bis*. All'articolo 30 della legge 23 dicembre 1994, n. 724, al comma 1, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) alla lettera *a)*, le parole: "il 2 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "l'1 per cento";

b) alla lettera *b)*, le parole: "il 6 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "il 3 per cento";

c) alla lettera *c)*, le parole: "il 15 per cento" sono sostituite dalle: "il 7,5 per cento"».

Conseguentemente, alla copertura degli oneri di cui al presente comma, valutati in 3,5 milioni di euro annui, si provvede, per il triennio 2015-2017, mediante corrispondente riduzione della dotazione del Fondo di cui all'articolo 2, comma 616, della legge 24 dicembre 2007, n. 244, relativo allo stato di previsione del Ministero dello sviluppo economico.

3.139

PANIZZA, FAUSTO GUILHERME LONGO, LANIECE, BATTISTA, ZIN

Dopo il comma 19, aggiungere il seguente:

«19-*bis*. All'articolo 1 del DPR n. 100/1998, al comma 1, sostituire le parole: "esigibile nel primo mese precedente" con le seguenti: "esigibile nel secondo mese precedente"».

Conseguentemente, alla copertura degli eventuali oneri di cui al presente comma si provvede, per il triennio 2015-2017, mediante corrispondente riduzione del Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio.

3.140

PANIZZA, FAUSTO GUILHERME LONGO, LANIECE, BATTISTA, ZIN

Dopo il comma 19, aggiungere il seguente:

«19-*bis*. Al decreto legislativo 74/2000 sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 10-*bis*, al comma 1, le parole: "superiore a 50 mila euro" sono sostituite dalle seguenti: "superiore a 150 mila euro";

b) all'articolo 10-*quater*, al comma 1, le parole: "superiore a 50 mila euro" sono sostituite dalle seguenti: "superiori a 20 mila euro"».

Conseguentemente, alla copertura degli oneri di cui al presente comma, valutati in 5 milioni di euro annui, si provvede, per il triennio 2015-2017, mediante corrispondente riduzione dello stanziamento del Fondo speciale di parte corrente iscritto, ai fini del bilancio triennale 2015-2017, nell'ambito del programma «Fondi di riserva e speciali» *della missione* «Fondi da ripartire» *dello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno 2015, allo scopo parzialmente utilizzando l'accantonamento relativo al medesimo Ministero. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio.*

3.141

PANIZZA, FAUSTO GUILHERME LONGO, LANIECE, BATTISTA, ZIN

Dopo il comma 19, aggiungere il seguente:

«19-*bis*. All'articolo 38-*bis* del DPR 633/72, al comma 2, aggiungere, in fine, le seguenti parole: "Il rimborso dovrà essere liquidato entro il secondo mese successivo al trimestre di riferimento"».

Conseguentemente, alla copertura degli eventuali oneri di cui al presente comma si provvede, per il triennio 2015-2017, mediante corrispondente riduzione del Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio.

3.142

PANIZZA, FAUSTO GUILHERME LONGO, LANIECE, BATTISTA, ZIN

Dopo il comma 19, aggiungere il seguente:

«19-*bis*. All'articolo 11 della legge 27 luglio 2000, n. 212, al comma 1, sostituire la parola: "centoventi" con la seguente: "sessanta"».

Conseguentemente, alla copertura degli eventuali oneri di cui al presente comma si provvede, per il triennio 2015-2017, mediante corrispondente riduzione del Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio.

3.143

PANIZZA, FAUSTO GUILHERME LONGO, LANIECE, BATTISTA, ZIN

Dopo il comma 19, aggiungere il seguente:

«19-*bis*. All'articolo 57 del DPR 131/1986, sostituire il comma 1 con il seguente:

"1. Oltre ai pubblici ufficiali, che hanno redatto, ricevuto o autenticato l'atto, e ai soggetti nel cui interesse fu richiesta la registrazione, sono solidalmente obbligati al pagamento defi1imposta le parti contraenti, le parti in causa, coloro che hanno sottoscritto o avrebbero dovuto sottoscrivere le denunce di cui agli articoli 12 e 19, coloro che hanno richiesto i provvedimenti di cui agli articoli 796, 800 e 825 del codice di procedura civile e debitore e ereditore dei decreti ingiuntivi di cui all'articolo 633 del codice di procedura civile"».

Conseguentemente, alla copertura degli eventuali oneri di cui al presente comma si provvede, per il triennio 20] 5-20]7, mediante corrispondente riduzione del Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio.

3.144

PANIZZA, FAUSTO GUILHERME LONGO, LANIECE, BATTISTA, ZIN

Dopo il comma 19, aggiungere il seguente:

«19-*bis*. All'articolo 3-*bis* del decreto legislativo del 18 dicembre 1997, n. 462, al comma 1, sostituire le parole: "di venti rate" con le seguenti: "di venticinque rate"».

Conseguentemente, alla copertura degli oneri di cui al presente comma, valutati in 1,5 milioni di

euro annui, si provvede, per il triennio 2015.-2017, mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 1, comma 139, della legge 24 dicembre 2012, n. 228.

3.145

PANIZZA, FAUSTO GUILHERME LONGO, LANIECE, BATTISTA, ZIN

Dopo il comma 19, aggiungere il seguente:

«19-*bis*. All'articolo 14 del decreto legislativo 472/1997, sostituire il comma 3 con il seguente:

"3. Gli uffici e gli enti indicati nel comma 2 sono tenuti a rilasciare, su richiesta dell'interessato, un certificato sull'esistenza di contestazioni in corso e di quelle già definite per le quali i debiti non sono stati soddisfatti. il certificato, se negativo, ha pieno effetto liberatorio del cessionario, del pari liberato ove il certificato non sia rilasciato entro quindici giorni dalla richiesta, salvo casi particolari per i quali il termine potrà essere prorogato per altri quindici giorni"».

Conseguentemente, alla copertura degli eventuali oneri di cui al presente comma si provvede, per il triennio 2015-2017, mediante corrispondente riduzione del Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio.

3.146

PANIZZA, FAUSTO GUILHERME LONGO, LANIECE, BATTISTA, ZIN

Dopo il comma 19, aggiungere il seguente:

«19-*bis*. All'articolo 102, comma 5, del decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, le parole: "516,46 euro" sono sostituite dalle seguenti: "1.200,00 euro"».

Conseguentemente, alla copertura degli oneri di cui al presente comma, valutati in 5 milioni di euro, si provvede, a partire dall'anno 2015, mediante corrispondente riduzione delle dotazioni da includere nel Fondo speciale di parte corrente, di cui aIla «Tabella A» della presente legge, utilizzando l'accantonamento relativo al Ministero dell'economia e delle finanze per il triennio 2015-2017.

3.147

PANIZZA, FAUSTO GUILHERME LONGO, LANIECE, BATTISTA, ZIN

Dopo il comma 19, aggiungere il seguente:

«19-*bis*. Al comma 4 dell'articolo 10 del decreto legislativo 14 marzo 2011, n. 23, e successive modificazioni, è aggiunto, in fine, il seguente periodo: "È altresi esclusa la soppressione delle esenzioni e delle agevolazioni tributarie riferite agli atti di cui ai commi 1 e 2 aventi ad oggetto immobili pubblici interessati da operazioni di permuta, dalle procedure di cui agli articoli 2, 3, 3-*ter* e 4 del decreto-legge 5 settembre 2001, n. 351, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 novembre 2001, n. 410, e successive modificazioni, all'articolo 11-*quinquies* del decreto-legge 30 settembre 2005, n. 203, convertito, con modificazioni, dalla legge 2 dicembre 2005, n. 248, e successive modificazioni, e agli articoli 33 e 33-*bis* del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, e successive modificazioni, e all'articolo 32 del decreto del Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, n. 601 e all'articolo 20 della legge 28 gennaio 1977, n. 10».

*Conseguentemente, alla copertura degli oneri di cui al comma 19-bis, valutati in 10 milioni di euro 'annui a decorrere dall'anno 2015, si provvede mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa prevista all'articolo 7-*quinquies, *comma 1, del decreto-legge 10 febbraio 2009, n. 5, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 aprile 2009, n. 33, relativa al Fondo per interventi urgenti ed indifferibili, come integrata, da ultimo, dall'articolo 33, comma 1, della legge 12 novembre 2011, n. 183.*

3.148

BERGER, ZELLER, PANIZZA, LANIECE, ROMANO, FAUSTO GUILHERME LONGO

Dopo il comma 19, inserire il seguente:

«19-*bis*. Al decreto-legge 18 ottobre 2012, n. 179, convertito, con modificazioni, dalla legge 17

dicembre 2012, n. 221, sopprimere l'articolo 15, commi 4 e 5».

3.149

BERGER, ZELLER, PANIZZA, LANIECE, ROMANO, FAUSTO GUILHERME LONGO

Dopo il comma 19, inserire il seguente:

«19-*bis*. Il comma 8-*bis* dell'articolo 36 del decreto-legge 18 ottobre 2012, n. 179, convertito, con modificazioni dalla legge 17 dicembre 2012, n. 221, è abrogato».

3.150

BERGER, ZELLER, PANIZZA, LANIECE, ROMANO, FAUSTO GUILHERME LONGO

Dopo il comma 19, inserire il seguente:

«19-*bis*. All'articolo 3 del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16, convertito, con modificazioni, dalla legge 26 aprile 2012, n. 44, dopo il comma 2-*bis*, inserire il seguente:

"2-*ter*. Per gli acquisti di beni e di prestazioni di servizi di cui al comma 1, effettuati da persone fisiche di cittadinanza di uno dei Paesi appartenenti all'Unione europea ovvero allo spazio economico europeo, diversa da quella italiana, che abbiano residenza fuori dal territorio dello Stato, i limiti per il trasferimento di denaro contante sono quelli vigenti nei Paesi di residenza del cessionario. A tali acquisti si applicano le disposizioni di cui alle lettere *a)* e *b)* del comma 1 e dei commi 2 e 2-*bis*».

3.151

BERGER, ZELLER, PANIZZA, LANIECE, ROMANO, FAUSTO GUILHERME LONGO

Dopo il comma 19, inserire il seguente:

«19-*bis*. Le limitazioni all'uso del contante di cui all'articolo 49, commi 1, 5, 8, 12 e 13, del decreto legislativo 21 novembre 2007, n. 231, come adeguate all'importo di euro mille dall'articolo 12, comma 1, del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, non si applicano per l'acquisto di beni e di prestazioni di servizi legate al turismo, effettuati nelle regioni confinanti direttamente con uno Stato estero. In tali casi, si applica il limite di euro duemilacinquecento».

3.152

MALAN

Dopo il comma 19, aggiungere il seguente:

«19-*bis*. All'Articolo 1 della legge 27 dicembre 1953, n. 959, all'ottavo comma, dopo le parole: "i concessionari di grandi" inserire le seguenti: "e piccole"».

3.153

MALAN

Dopo il comma 19 aggiungere il seguente:

«19-*bis*. All'articolo 37 del regio decreto 11 dicembre 1933, n. 1775, i commi primo e secondo sono sostituiti con il seguente:

"Il pagamento del canone decorre sia per le grandi sia per le piccole derivazioni improrogabilmente dalla scadenza del termine originariamente assegnato per l'ultimazione dei lavori. Qualora, l'utilizzazione dell'acqua avvenga prima della scadenza di detto termine, il canone decorre da quando l'acqua è utilizzata"».

3.154

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 19, aggiungere il seguente:

«19-*bis*. All'articolo 2, comma 1, del decreto-legge n. 16 del marzo 2014, come convertito dalla legge n. 68 del 2 maggio 2014, la lettera *a)* è soppressa».

3.155

MILO

Dopo il comma 19 aggiungere il seguente:

«19-*bis*. Allo scopo di incrementare l'utilizzo degli strumenti di pagamento elettronici per contrastare l'evasione fiscale, a decorrere dal 1º gennaio 2015 per i pagamenti di importo inferiori a 100 euro, effettuati mediante carte di pagamento, non è dovuta alcuna commissione o costo

aggiuntivo».

3.156

DEL BARBA

Dopo il comma 19, aggiungere i seguenti:

«19-bis. L'articolo 5, ventinovesimo comma, del decreto-Iegge 30 dicembre 1982, n. 953, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 febbraio 1983, n. 53, come sostituito dall'articolo 7, comma 2, della legge 23 luglio 2009, n. 99, si interpreta nel senso che a decorrere dal 15 agosto 2009 in caso di locazione finanziaria il soggetto tenuto al pagamento della tassa automobilistica è esclusivamente l'utilizzatore; è configurabile la responsabilità solidale della società di *leasing* solo nella particolare ipotesi in cui questa abbia provveduto, in base alle modalità stabilite dall'ente competente, al pagamento cumulativo, in luogo degli utilizzatori, delle tasse dovute per i periodi compresi nella durata del contratto di locazione finanziaria.

19-*ter.* All'articolo 7 della legge 23 luglio 2009, n. 99, il comma 3 è sostituito dal seguente:

"3. La competenza ed il luogo di versamento della tassa automobilistica sono determinati in ogni caso in relazione al luogo di residenza dell'utilzatore a titolo di locazione finanziaria del veicolo".

19-*quater.* La disposizione di cui al comma precedente si applica ai veicoli con scadenza del termine utile per il pagamento successiva al 31 dicembre 2014».

3.156-bis

BONFRISCO

All'Articolo 1 della legge 27 dicembre 1953, n. 959, all'ottavo capoverso dopo le parole: «I concessionari di grandi» inserire le seguenti: «e piccole».

3.156-ter

BONFRISCO

Dopo il comma 19 aggiungere 19-bis.

All'artticolo 37 del regio Decreto 11/12/133 n. 1775 i commi 1 e 2 sono sostituiti con il seguente:

1) Il pagamento del canone decorre sia per le grandi che per le piccole derivazioni improrogabilmente dalla scadenza del termine originariamente assegnato per l'ultimazione dei lavori. Qualora l'utilizzazione dell'acqua avvenga prima della scadenza di detto termine, il canone decorre da quando l'acqua è utilizzata.

3.157

ZELLER, BERGER, PALERMO, LANIECE, BATTISTA, FRAVEZZI, PANIZZA

Dopo il comma 20, inserire i seguenti:

«20-*bis*. All'articolo 12 del decreto legge 28 aprile 2009, n. 39, convertito con modificazioni dalla legge 24 giugno 2009, n. 77, dopo il comma 1, aggiungere il seguente:

"1-*bis*. Le sanzioni previste dal comma 1, lettera *o)*, con decreto del Ministero dell'economia e delle finanze-Amministrazione Autonoma dei Monopoli di Stato, si applicano esclusivamente ai concorsi a premio per i quali è stata accertata la coincidenza con attività di gioco riservate allo Stato si elusione del monopolio statale dei giochi. Per le altre violazioni resta ferma la disciplina sanzionatoria anteriormente vigente in materia".

20-*ter*. All'onere derivante dal comma 20-*bis*, pari a 1 milione di euro a decorrete dall'anno 2015, si provvede mediante corrispondente riduzione dello stanziamento del Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307.

20-*quater*. Le norme di cui al comma 20-*bis* si applicano anche in riferimento alle sanzioni già irrogate, ma non definitive al momento dell'entrata in vigore della presente legge, in quanto impugnate o ancora suscettibili di impugnativa. Le relative sanzioni sono rideterminate d'ufficio da parte dell'autorità competente».

3.158

ZELLER, BERGER, PALERMO, LANIECE, BATTISTA, FRAVEZZI, PANIZZA

Dopo il comma 20, inserire i seguenti:

«20-*bis*. All'articolo 12, comma 1, lettera *o)* del decreto-legge 28 aprile 2009, n. 39, convertito con modificazioni, dalla legge 24 giugno 2009, n. 77, le parole: "si applica la sanzione amministrativa da euro cinquantamila ad euro cinquecentomila", sono sostituite dalle seguenti: "Si applicano le sanzioni di cui all'articolo 124, comma 1, del regio decreto-legge 19 ottobre 1938, n. 1933, convertito, con modificazioni, dalla legge 5 giugno 1939, n. 973, come sostituito dall'articolo 19, comma 5, lettera *c)*, della legge 27 dicembre 1997, n. 449".

20-*ter*. All'onere derivante dal comma 20-*bis*, pari a 1 milione di euro a decorrere dall'anno 2015, si provvede mediante corrispondente riduzione dello stanziamento del Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n.307.

20-*quater*. Le norme di cui al comma 20-*bis* si applicano anche in riferimento alle sanzioni già irrogate, ma non definitive al momento dell'entrata in vigore della presente legge, in quanto impugnate o ancora suscettibili di impugnativa. Le relative sanzioni sono rideterminate d'ufficio da parte dell'autorità competente».

3.159

CERONI

Dopo il comma20, aggiungere i seguenti:

«20-*bis*. L'articolo 5, ventinovesimo comma, del decreto-legge 30 dicembre 1982, n. 953, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 febbraio 1983, n. 53, come sostituito dall'articolo 7, comma 2, della Legge 23 luglio 2009, n. 99 si interpreta nel senso che a decorrere dal 15 agosto 2009 in caso di locazione finanziaria il soggetto tenuto al pagamento della tassa automobilistica è esclusivamente l'utilizzatore; è configurabile la responsabilità solidale della società di leasing solo nella particolare ipotesi in cui questa abbia provveduto, in base alle modalità stabilite dall'ente competente, al pagamento cumulativo, in luogo degli utilizzatori, delle tasse dovute per i periodi compresi nella durata del contratto di locazione finanziaria.

20-*ter*. All'articolo 7 della legge 23 luglio 2009, n. 99 il comma 3 è sostituito dal seguente: "3. La competenza ed in luogo di versamento della tassa automobilistica sono determinati in ogni caso in relazione al luogo di residenza dell'utilizza l'ore a titolo di locazione finanziaria del veicolo.

"20-*quater*. La disposizione di cui al comma precedente si applica ai veicoli con scadenza del termine utile per il pagamento successiva al 31 dicembre 2014".

3.160

DEL BARBA, COLLINA, GUERRA, GUERRIERI PALEOTTI, LUIGI MARINO, DI BIAGIO

«20-*bis*. Nei giudizi pendenti, in ogni fase, stato e grado alla data del 1º aprile 2010 e non ancora definiti alla data di entrata in vigore della presente legge, dinanzi alle Commissioni tributarie o all'autorità giudiziaria ordinaria, aventi ad oggetto il recupero dell'accisa sui prodotti energetici e l'alcole e le bevande alcoliche per fatti compiuti da terzi non imputa bili al soggetto passivo d'imposta, la relativa pretesa tributaria è estinta nei confronti del soggetto obbligato al pagamento dell'accisa qualora dalla conclusione del procedimento penale instauratosi per i medesimi fatti non risulti il coinvolgimento del medesimo soggetto obbligato a titolo di dolo o colpa grave. Resta fermo l'eventuale recupero dell'accisa nei confronti dell'effettivo responsabile del reato».

3.161

MANCUSO, GUALDANI

Dopo il comma 20, inserire il seguente:

«20-*bis*. All'articolo 39, comma 12, del decreto-legge 6 luglio 2011 n. 98, convertito con modificazioni dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, sono apportate le seguenti modifiche:

a) Al primo periodo le parole: "20.000" sono sostituite dalle seguenti: "50.000"e le parole: "31 dicembre 2011" sono sostituite dalle seguenti: "31 dicembre 2013".

b) Alla lettera *a)* le parole: "31 marzo 2012" sono sostituite dalle seguenti: "31 marzo 2015".

c) Alla lettera *b)* le parole: "31 marzo 2013" sono sostituite dalle seguenti: "31 marzo 2015".

d) Alla lettera *c)* le parole: "30 giugno 2012" sono sostituite dalle seguenti: "30 giugno 2015".

e) Alla lettera d) le parole: "15 luglio 2012" sono sostituite dalle seguenti: "15 luglio 2015" e ove ricorrano le parole: "30 settembre 2012" sono sostituite dalle seguenti: "30 settembre 2015"».

Conseguentemente, ai maggiori oneri derivanti dalla presente disposizione si fa fronte mediante corrispondente riduzione dell'importo previsto alla Tabella A, rubrica «Ministero dell'Economia e delle finanze» per l'anno 2015.

3.162

GUALDANI

Dopo il comma 20 aggiungere il seguente:

«20-*bis*. Nelle more del riordino dei criteri per il calcolo del canoni delle concessioni demaniali i pagamenti. riferiti. all'articolo 1, comma. 251, del legge 27 dicembre 2006, n. 296 anche in riferimento ai contenziosi in atto, sono prorogati al 31 maggio 2015».

Conseguentemente le dotazioni di parte corrente, relati.ve alle autorizzazioni di spesa di cui alla Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 100 milioni di euro per l'anno 2015.

3.163

GUALDANI

Dopo il comma 20 aggiungere il seguente:

«20-*bis*. Nelle more del riordino dei criteri. per il calcolo dei canoni delle concessioni demaniali all'articolo 1, comma 732, della legge 27 dicembre 2013, n. 147 sono apportate le seguenti modifiche:

a) le parole: "15 ottobre 2014", sono sostituite dalle seguenti: "31 maggio 2015";

b) le parole: "30 settembre 2013", sono sostituite dalle seguenti: "30 settembre 2014"».

Conseguentemente le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 100 milioni di euro per l'anno 2015.

3.164

ENDRIZZI, CRIMI, BULGARELLI

Sopprimere i commi 21, 22, 23, 24, 25 e 26.

3.165

MILO, MARIO FERRARA

All'articolo 3, sostituire il comma 21 con il seguente:

21. Per esigenze di ordine pubblico e sicurezza nonché di tutela dei minori di età e delle fasce sociali più deboli, in attesa del riordino della disciplina in materia di Giochi Pubblici conseguente all'attuazione della delega legislativa di cui all'articolo 14 della legge 11 marzo 2014, n. 23:

g) I soggetti che offrono, in proprio ovvero mediante Gestori, scommesse con vincite in denaro in «Punti di Gioco» aperti al pubblico in carenza di concessione rilasciata dallo Stato e non collegati al totalizzatore nazionale dell'Agenzia delle dogane e dei monopoli, già attivi al 31 dicembre 2014, possono sanare la propria posizione mediante:

1) Adesione, entro 30 giorni dall'entrata in vigore della presente legge, alle previsioni ivi contenute per ottenere rilascio di «Nulla asta» da parte dell'Agenzia delle dogane e dei monopoli, tramite apposito Modello da questa predisposto contenente apposito Disciplinare per la raccolta delle scommesse e con testuale versamento, per ogni Punto di Gioco, dell'importo forfettario di euro 12.000,00;

2) Richiesta, entro 15 giorni dall'ottenimento del «Nulla Osta», della Licenza di Polizia ex art. 88 TULPS da parte propria o del Gestore incaricato alla raccolta delle scommesse;

3) Collegamento, entro 90 giorni dall'ottenimento del «Nulla'Osta.», al totalizzatore nazionale dell'Agenzia delle dogane e dei monopoli, di tutti i Punti di Gioco;

h) L'adempimento alle previsioni di cui alla lettera a) del presente comma equipara l'attività dei soggetti aderenti a quella. regolata dallo schema di convenzione sottoscritto dai Punti di Gioco operativi ai sensi dell'art. 10, comma 9-*octies* del decreto legge2 marzo 2012, n. 16 convertito con modificazioni dalla legge 26 aprile 2012, n. 44; stante la limitata durata di operatività dei Nulla. Osta, e in previsione del riordino della disciplina dei giochi pubblici, il disciplinare redatto dall'Agenzia delle dogane è dei monopoli dovrà prevedere la non applicazione per questi soggetti delle seguenti

previsioni contenute nella citata convenzione: art. 5, punto 1, lettere *a), b), d) f)*; art. 8, punto l, lettere *c), d), g), h)*; art. 8, punto 5; art. 13, punto 3, lettera *c)*; art. 14, punto 2; art. 14, punto 5, lettera c); art. 16. Il mancato rispetto dei restanti obblighi convenzionali e di ogni regolamento conseguente alla raccolta dei Giochi Pubblici comporterà l'applicazione di quanto previsto dall'art. 22 della suddetta convenzione.

i) Gli atti di accertamento relativi al versamento dell'imposta unica di cui al decreto legislativo 23 dicembre 1998, n. 504 e successive modificazioni, già notificati entro il 3.1 dicembre 2014 ai soggetti che aderiscono alle previsioni di cui alla lettera *a)* del presente comma, perdono effetto a. partire dall'assolvimento di quanto previsto dai precedenti punti 1) e 2) della lettera *a)*.

j) L'articolo 7, comma 10 del decreto legge 13 settembre 2012, n. 158, convertito con modificazioni dalla legge 8 novembre 2012, n. 189 per le concessioni attualmente operative si applica anche ai Punti di Gioco che aderiscono alla presente legge che, in attesa ,del previsto riordino del settore, non tiene conto dalle distanze dai cosiddetti «luoghi sensibili»;

k) Dal 31 gennaio 2015 è vietata la raccolta di Giochi e scommesse in locali aperti al pubblico che operano in carenza di Concessione o di autorizzazione dell'Agenzia delle dogane e dei monopoli di cui alla presente legge.

l) il mancato rispetto del divieto di cui alla lettera *e)* comporta, la non applicabilità di quanto previsto dalla precedente lettera *c)*, l'immediata chiusura del punto vendita, il sequestro di tutte le apparecchiature e il pagamento, per ogni giorno di attività a partire dal 1º gennaio 2015:

1) di una sanzione amministrativa pecuniaria pari al doppio della media della raccolta di scommesse effettuata nella provincia ove è ubicato l'esercizio, desunta dai dati registrati nel totalizzatore nazionale;

2) per ciascuno degli apparecchi di cui all'articolo 110, comma 6, lettera *a)*, del regio decreto n. 773 del 1931, del prelievo unificato previsto a legislazione vigente per tale tipologia di apparecchi su un imponibile medio forfetario giornaliero di euro 750;

3) per ciascun altro apparecchio, dell'imposta unica di cui al decreto legislativo 23 dicembre 1998, n. 504, e successive modificazioni, in ragione di un'aliquota di prelievo del tre per cento su un imponibile medio forfetario giornaliero di euro 750.

4) Per ciascun apparecchio di cui ai precedenti numeri 2) e 3), il titolare dell'esercizio pubblico è soggetto, oltre al pagamento dell'imposta, alla sanzione amministrativa pecuniaria di euro 10.000. L'apparecchio è in ogni caso soggetto a confisca. amministrativa e, qualora di esso non sia consentito l'asporto da parte dell'Agenzia delle dogane e dei monopoli ovvero della Forza di Polizia che procede, il titolare dell'esercizio è custode dell'apparecchio confiscato, con obbligo di procedere a sua cura. e spese alla distruzione dell'apparecchio entro dieci giorni dalla confisca, nonché alla consegna all'Agenzia delle dogane e dei monopoli della scheda madre dell'apparecchio confiscato, in caso di apparecchio di cui all'articolo 110, comma 6, lettera *a)*, del regio decreto n. 773 del 1931, ovvero dell'apparato *hardware* di suo funzionamento, in caso di apparecchio di qualunque altra tipologia il titolare dell'esercizio è soggetto alla sanzione amministrativa pecuniaria di euro duecento per ogni giorno di ritardo nella distruzione dell'apparecchio ovvero nella consegna dei componenti di cui al secondo periodo del presente comma.

Conseguentemente eliminare i comma 24, 25 e 26.

3.166

DEL BARBA, GIANLUCA ROSSI, SANGALLI

Al comma 21, lettera g), *sostituire lo parola:* «triplo» *con la seguente:* «quadruplo».

Conseguentemente, al comma 21, dopo il primo periodo, aggiungere il seguente: «È comunque escluso dal reddito imponibile di cui all'articolo 4, comma 1, lettera *q)* del decreto legislativo 12 dicembre 2003, n.344 un ammontare pari alle erogazioni liberali che gli enti di cui al decreto legislativo 17 maggio 1999, n. 153 effettuano in attuazione di quanto previsto dall'articolo 2, comma 2, del medesimo decreto a favore di soggetti pubblici e privati senza scopo di lucro.

3.167

GIANLUCA ROSSI, SANGALLI

Al comma 21, lettera g), sostituire la parola: «triplo» *con la seguente:* «quadruplo».

Conseguentemente al comma 27 apportare le seguenti modificazioni:

a) sostituire le parole: 22,26 per cento con le seguenti: 45 per cento;

b) sopprimere l'ultimo periodo.

3.168

VERDUCCI

Al comma 21, lett. g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quadruplo».

Conseguentemente Tabella C, Missione Organi Costituzionali, a rilevanza costituzionale e Presidenza del Consiglio dei Ministri, Programma Presidenza del Consiglio dei Ministri *voce* Ministero dell'economia e delle finanze legge n. 230 del 1998, articolo 19 Fondo nazionale per il servizio civile (21.3-Cap. 2185), *apportare le seguenti variazioni:*

2015:

CP: + 134.269.473;

CS: + 134.269.473.

2016:

CP: + 136.572.698;

CS: + 136.572.698

2017:

CP:+ 136.572.698;

CS:+ 136.572.698.

3.169

MARINELLO, MANCUSO, GUALDANI

Sopprimere i commi 22 e 23.

Conseguentemente per la copertura delle minore entrate, alla Tabella C della presente legge, le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 480 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016 e 2017.

3.170

GIUSEPPE ESPOSITO

Sopprimere il comma 22.

Conseguentemente, ai maggiori oneri derivanti dalla presente disposizione si fa fronte mediante corrispondente riduzione dell'importo previsto alla Tabella A, rubrica «Ministero dell'Economia e delle finanze» *per l'anno 2015.*

3.171

RANUCCI

Sostituire i commi 22 e 23 con i seguenti:

«22. Al fine di contemperare l'esigenza di mantenimento ed incremento del gettito erariale con le esigenze di sicurezza e tutela dei minori e delle fasce sociali più deboli:

a) la percentuale destinata alle vincite ed il prelievo fiscale per il gioco praticato mediante gli apparecchi di cui all'articolo 110 del Tulps, comma 6, *b)* sono così rideterminati: a decorrere dal 1º febbraio la percentuale destinata alle vincite fissata in misura non inferiore al 81 per cento ed il prelievo fiscale è elevato alla misura del 48 per cento, applicata ad una base imponibile costituita dalle somme giocate meno le vincite.

b) a decorrere dal 1º gennaio 2015 è istituito il Contributo Obbligatorio per la Prevenzione e il Controllo del gioco. Contribuenti e soggetti passivi di imposta sono i punti vendita in cui si effettua la raccolta del gioco. Il contributo è versato direttamente dai punti vendita e la sua misura è determinata come segue:

i. per le scommesse sportive ed ippiche a quota fissa: 1.000 Euro all'anno per punto vendita. Qualora nel punto vendita sia presente più di un gioco tra quelli di relativi alle scommesse sportive ed ippiche a quota fissa, il contributo è dovuto una sola volta per la totalità di tali giochi ed è fissato nella

misura di 1.200 «Euro all'anno per punto vendita;

ii. per gli apparecchi di cui all'art. 110, comma 6 *a)* del Tulps: 1.000 Euro all'anno per punto vendita;

iii. per gli apparecchi di cui all'art. 110, comma 6 *b)* del Tulps e per il gioco del Bingo: 2.000 Euro all'anno per punto vendita. Qualora nel punto vendita siano presenti anche gli apparecchi di cui all'art. 110, comma 6 *a)* del Tulps, il contributo è dovuto una sola volta per entrambi i giochi ed è fissato nella misura di 2.500 Euro all'anno;

iv. per il Lotto, per le lotterie ad estrazione istantanea o differita, per i giochi numerici a totalizzatore: 500 Euro all'anno per punto vendita. Qualora nel punto di offerta sia'presente più di un gioco tra Lotto, lotterie ad estrazione istantanea o differita e giochi numerici a totalizzatore, il Contributo è dovuto una sola volta per la totalità di tali giochi ed è fissato nella misura di 4.000 EtJro all'anno per punto vendita.

Gli importi di cui ai precedenti punti i, ii, iii e iv, per ciascun punto vendita, si cumulano. Con apposito decreto del Ministro dell'economia e delle finanze sono dettate le disposizioni in materia di accertamento, riscossione, contenzioso e sanzioni, nonché ogni altra disposizione attuativa della presente lettera.

c) Il prelievo sulla quota delle vincite per i giochi di cui al decreto del Ministero dell'Economia e delle Finanze del 16 dicembre 2011, nonché per il gioco del Lotto, è elevato da 6 per cento a 8 per cento a decorrere dal 1- gennaio 2015. Con decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri, su proposta del Ministro dell'Economia e delle finanze, le entrate derivanti dal presente comma sono assegnate alle regioni in cui la raccolta di gioco viene effettuata al fine di finanziare il contrasto alla ludopatia e le attività di prevenzione e contrasto del gioco illegale;

d) il Ministro dell'economia e delle Finanze, con regolamento da emanare, su proposta dell'Agenzia delle Dogane e dei Monopoli, disciplina il processo di evoluzione tecnologica degli apparecchi di cui all'art. 110, comma 6 lettera *a)* del Tulps nella direzione di una maggiore sicurezza e tutela dei minori e delle fasce sociali più deboli;

e) con decreto del Ministero dell'Economia e delle Finanze, da emanare entro il r aprile 2015, sono definiti ruoli e caratteristiche di qualità ed affidabilità dei soggetti che a qualunque titolo operano sulla filiera del gioco, nella direzione di un incremento della sicurezza e trasparenza della filiera;

f) le regioni e i comuni, nell'esercizio delle loro. potestà normative ed amministrative, si astengono dall'introdurre o assumere azioni idonee a vanificare l'unitarietà del quadro regolatorio nazionale in materia di giochi pubblici, il cui ordinamento e la cui gestione sono riservati allo Stato.

23. Le maggiori entrate derivanti dalle disposizioni di cui al comma 21, determinate annualmente a consuntivo, sono così ripartite:

a) gli importi derivanti dalla misura di cui al comma 21, lettera *a)*, alle Regioni in cui la raccolta viene effettuata per finanziare le attività di formazione / informazione sul gioco e la cura delle dipendenze;

b) gli importi derivanti dalla misura di cui al comma 21, lettera *b)*, ai Comuni in cui i punti vendita operano anche al fine di finanziare le attività di prevenzione e contrasto del gioco illegale;

c) il 50 per cento degli importi derivanti dalle misure di cui al comma 21, lettera *c)* al fondo per il contrasto alla ludopatia di cui al comma 1 dell'articolo 14;

d) il 50 per cento degli importi derivanti dalle misure di cui al comma 21, lettera *c)* al Ministero degli Interni per la prevenzione ed il contrasto del gioco illegale».

3.172

LAI, CUCCA, PEGORER, BROGLIA

Sostituire il comma 22 con il seguente:

«22. Il Ministero dell'economia e delle finanze-Agenzia delle dogane e dei monopoli, con propri decreti dirigenziali, entro 120 giorni dall'entrata in vigore della presente legge, dispone l'incremento del prelievo erariale unico entro il limite dell'1 per cento contestualmente al contemporaneo effettivo decremento di pari entità della percentuale destinata alle vincite sugli apparecchi da intrattenimento di

cui all'articolo 110, comma 6, lettere *a)* e *b),* del regio decreto 18 giugno 1931, n. 773».

3.173

ZIZZA, SPILABOTTE, IURLARO, SOLLO

Il comma 22 è sostituito dal seguente comma:

«22. Nell'ambito e nei termini temporali previsti per il riordino della disciplina dei giochi pubblici, in attuazione della delega legislativa di cui all'articolo 14 della legge 11 marzo 2014, n. 23 ed in particolare di quanto previsto al comma 2, lettera *d)*, del predetto articolo, il Governo provvede al riequilibrio del prelievo fiscale sui differenti giochi, tenendo conto delle caratteristiche specifiche di ciascuno e degli effetti delle modifiche apportate sul consumo di gioco».

3.174

MORRA, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Dopo il comma 24 aggiungere i seguenti:

«24-*bis*. Il Ministero dell'economia e delle finanze-amministrazione autonoma dei monopoli di Stato, con propri decreti dirigenziali da emanarsi entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, adotta le disposizioni in materia di giochi pubblici al fine di incrementare ulteriormente la misura del prelievo erariale unico, la percentuale dell'ammontare complessivo delle giocate destinate a montepremi ovvero a vincite in denaro, nonché la percentuale del compenso per le attività di gestione o dei punti vendita, al fine di assicurare, anche con riferimento ai rapporti negoziali in essere alla data di entrata in vigore della presente legge, ulteriori maggiori entrate in misura non inferiore a 400 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015. Nell'ambito di tali misure può essere disposto l'incremento ulteriore ? entro il limite dell'l per cento ? del prelievo erariale unico sugli apparecchi da intrattenimento di cui all'articolo 110, comma 6, lettere *a)* e *b)*, del regio decreto 18 giugno 1931, n. 773.

24-*ter*. Le eventuali maggiori entrate derivanti dal comma l, accertate con decreto del Ministero dell'economia e delle finanze, confluiscono nel Fondo di cui all'articolo 8, comma 11-*bis* del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78 per il finanziamento di misure perequative per il personale delle Forze armate, delle Forze di polizia e del Corpo nazionale dei vigili del fuoco. L'utilizzo delle relative disponibilità è subordinato ad autorizzazione del Ministero dell'economia e delle finanze, che verifica l'assenza di effetti peggiorativi sui saldi di fabbisogno e di indebitamento netto».

3.175

TONINI, GUERRIERI PALEOTTI, BROGLIA, DEL BARBA, LAI, SANGALLI, SPOSETTI, VERDUCCI, ZANONI, GIANLUCA ROSSI, FORNARO, GIACOBBE, GUERRA, MOSCARDELLI, RICCHIUTI, TURANO, PADUA

Dopo il comma 26, aggiungere il seguente:

«26-*bis*. Al comma 636 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2013, n. 147, sono apportate le seguenti modifiche:

a) alla lettera *a)*, le parole: "della soglia minima corrispettiva" sono soppresse;

b) dopo la lettera *e)*, sono introdotte le seguenti:

f) procedura di partecipazione aperta a tutti i soggetti che già esercitano attività di giochi pubblici in uno degli Stati dello spazio economico europeo, avendovi la sede legale ovvero operativa, sulla base di valido ed efficace titolo abilitativo concessorio rilasciato secondo le disposizioni vigenti nell'ordinamento di tale Stato, che abbiano conseguito negli ultimi due esercizi finanziari un fatturato lordo non inferiore ad euro 2.000.000, e che siano altresì ritenuti in possesso dei requisiti di onorabilità, capacità tecnico-infrastrutturale ed affidabilità economico-patrimoniale richiesti dalla normativa in materia di esercizio di giochi pubblici.

g) Il limite massimo delle concessioni messe in gara alle quali può concorrere il medesimo, soggetto, direttamente o indirettamente, attraverso soggetti controllati o collegati, ai sensi dell'articolo 2359 del codice civile, ovvero anche quale membro di un consorzio o di un raggruppamento temporaneo di imprese è fissato nel 10 per cento».

3.176

BERGER, ZELLER, PALERMO, PANIZZA, LANIECE, BATTISTA, ROMANO, FAUSTO GUILHERME LONGO

Dopo il comma 26, aggiungere il seguente:

«26-*bis*. Al comma 2, dell'articolo 52 del decreto-legislativo 26 ottobre 1995, n. 504, dopo la lettera *g)* è aggiunta la seguente:

h) prodotta nei territori montani da piccoli generatori comunque azionati, con potenza elettrica non superiore a 20 kW».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 1.000.000;
2016: ? 1.000.000;
2017: ? 1.000.000.

3.177

GUALDANI

Dopo il comma 26 aggiungere il seguente:

«26-*bis*. Al fine di ridurre l'evasione fiscale derivante dall'esercizio del gioco *on line* su siti esteri, i soggetti residenti su piattaforme estere che intendano esercitare sul territorio nazionale attività di gioco *on line* sotto qualsiasi forma; anche sotto forma di attività non prevalente, anche attraverso centri media e operatori terzi, sono obbligati a detenere una partita IVA rilasciata dall'amministrazione finanziaria italiana e ad esporla su ciascuna pagina del sito. L'amministrazione finanziaria dispone il prelievo dell'aliquota Iva nella misura massima, per ciascuna giocata effettuata. L'amministrazione provvede ad individuare e ad oscurare con effetto immediato, in concorso con la Polizia postale, i siri che non rispettano la disposizione del presente comma o che dichiarino una partita IVA diversa da quella assegnata. A tal fine le Amministrazioni preposte costituiscono appositi uffici, coordinati tra loro, senza nuovi o maggiori oneri di finanza. I fornitori dei servizi resi attraverso reti di comunicazione elettronica sono tenuti a segnalare agli uffici di cui al precedente periodo, qualora ne vengano a conoscenza, le imprese o i soggetti che, a qualunque titolo esercitano il gioco *on-line* o consentono l'accesso a siti. nei quali si esercita il gioco on-line, nonché a comunicare senza indugio, ai suddetti uffici, che ne facciano richiesta, ogni informazione relativa ai contratti con tali imprese o soggetti. Salvo che il fatto costituisca reato, la violazione degli obblighi di cui al precedente periodo comporta una sanzione amministrativa pecuniaria da euro 10.000 a euro 50.000. All'irrogazione della sanzione provvede il Ministero dell'economia e delle finanze».

3.178

BONFRISCO

Sopprimere il comma 27.

Conseguentemente, dopo il comma 28 inserire il seguente:

«28-*bis*. All'articolo 19, comma 6, del decreto legge 201 del 2011, convertito con modificazioni dalla legge 214 del 2011 è aggiunto, in fine, il seguente periodo: "A decorrere dall'anno 2015, l'aliquota è stabilita nella misura del 13,5 per mille"».

3.179

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Sopprimere il comma 27.

Conseguentemente, dopo il comma 28 aggiungere il seguente:

«28-*bis*. All'articolo 19, comma 6 del decreto-legge 201 dei 2011, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 214 del 2011, è aggiunto in fine il seguente periodo: "A decorrere dall'anno 2015 l'aliquota è stabilita nella misura del 13,5 per mille"».

3.180

COMAROLI, TOSATO

Sopprimere il comma 27 dell'articolo 3.

Conseguentemente, sopprimere il comma 125 dell'articolo 1 e il comma 207 dell'articolo 2.

All'articolo 1 comma 116 sostituire lo parola: «2015» *con la seguente:* «2016» *e al comma 117 sostituire le parole:* «250 milioni» *con le seguenti:* «150 milioni».

3.181

GUERRIERI PALEOTTI

Al comma 27, sostituire le parole: «95 per cento» *con le seguenti:* «95 per cento del loro ammontare» *sono inserite le seguenti:* «se l'ente svolge direttamente attività di ricerca e, in quanto esclusi, nella misura del 22,26 per cento del loro ammontare, per tutti gli altri».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 14.100.000;
2016: ? 8.100.000;
2017: ? 8.100.000.

3.182

BONFRISCO

Al comma 27, dopo il primo periodo, inserire il seguente: «È comunque escluso dal reddito imponibile di cui all'articolo 4, comma 1, lettera *q)*, del decreto legislativo 12 dicembre 2003, n. 344, un ammontare pari alle erogazioni liberali che gli enti di cui al decreto legislativo 17 maggio 1999, n. 153, effettuano in attuazione di quanto previsto dall'articolo 2, comma 2, del medesimo decreto a favore dei soggetti pubblici e privati senza scopo di lucro».

Conseguentemente, al comma 75, in fine, aggiungere le seguenti frasi: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 300 milioni di euro per l'anno 2015 e a 150 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016».

3.183

LANZILLOTTA

Al comma 27, dopo il primo periodo, aggiungere il seguente: «È comunque escluso dal reddito imponibile di cui all'articolo 4, comma 1, lettera *q)*, del decreto legislativo 12 dicembre 2003, n. 344, un ammontare pari alle erogazioni liberali che gli enti di cui al decreto legislativo 17 maggio 1999, n. 153, effettuano in attuazione di quanto previsto dall'articolo 2, comma 2, del medesimo decreto a favore di soggetti pubblici e privati senza scopo di lucro».

Conseguentemente, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi compresi le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 300 milioni di euro per l'anno 2015 e a 150 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016».

3.184

COMAROLI, TOSATO

Al comma 27, dopo il primo periodo aggiungere il seguente: «È comunque escluso dal reddito imponibile di cui all'articolo 4, comma 1, lettera *q)* del decreto legislativo 12 dicembre 2003, n. 344, un ammontare pari alle erogazioni liberali che gli enti di cui al decreto legistivo 17 maggio 1999, n. 153, effettuano in attuazione di quanto previsto dall'articolo 2, comma 2, del medesimo decreto a favore di soggetti pubblici.

Conseguentemente, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variaoni di cui al periodo successivo. Le dotaoni di parte comnte, relative alle aut6rizzaoni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 100 milioni di euro per l'anno 2015 e a 50 milioni di euro a decomre dall'anno 2016».

3.185

COMAROLI, TOSATO

Al comma 27, dopo il primo periodo aggiungere il seguente: «È comunque escluso dal reddito imponibile di cui all'articolo 4, comma 1, lettera *q)* del decreto legislativo 12 dicembre 2003, n. 344, un ammontare pari alle erogazioni liberali che gli enti di cui al decreto legislativo 17 maggio 1999, n.

153, effettuano in attuazione di quanto previsto dall'articolo 2, comma 2, del medesimo decreto a favore di soggetti privati senza scopo di lucro».

Conseguentemente, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 200 milioni di euro per l'anno 2015 e a 100 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016».

3.186

BONFRISCO

Al comma 27, sopprimere il secondo periodo.

3.187

MARCUCCI, DEL BARBA

Al comma 27, all'ultimo periodo, dopo le parole: «1º gennaio 2014» *aggiungere le seguenti:* «con l'eccezione dagli enti di cui al decreto legislativo 17 maggio, 1999, n. 153, per i quali la disposizione si applica per gli utili messi in distribuzione a partire dal 1º gennaio 2015».

Conseguentemente:

a) all'articolo 3, comma 21, lettera g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quadruplo»;

b) alla Tabella A,

voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 105.000.000;

2016: ?;

2017: ?.

voce Ministero delle politiche agricole, alimentari e forestaIi*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;

2016: ?;

2017: ?.

voce Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;

2016: ?;

2017: ?.

voce Ministero della giustizia*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

20.15: ? 5.000.000;

2016: ?;

2017: ?.

3.188

LEPRI, ANGIONI, CANTINI, COCIANCICH, COLLINA, CUOMO, DALLA ZUANNA, DEL BARBA, DI GIORGI, STEFANO ESPOSITO, FATTORINI, FAVERO, MANASSERO, MAURO MARIA MARINO, MORGONI, MOSCARDELLI, PAGLIARI, PARENTE, PEZZOPANE, SCALIA , SPILABOTTE, GUERRIERI PALEOTTI

Al comma 27 è aggiunto il seguente periodo: «Gli utili percepiti, anche nell'esercizio d'impresa, dalle fondazioni di cui al decreto legislativo 17 maggio 1999, n. 153, non concorrono alla formazione del reddito imponibile, in quanto esclusi, nella misura del 95 per cento del loro ammontare.»

Conseguentemente:

? *dopo il comma 27, inserire il seguente:*

«27-*bis*. Le fondazioni di cui al decreto legislativo 17 maggio 1999, n. 153, apportano al Fondo nazionale per il servizio civile di cui all'articolo 19, della legge 8 luglio 1998, n. 230, per il solo triennio 2015, 2016 e 2017 un importo pari ad euro 65.730.527 per l'anno 2015, ad euro 63.427.302 per l'anno 2016 e ad euro 63.427.302 per l'anno 2017. Il Ministero dell'economia e delle finanze,

d'intesa con l'Acri, organismo rappresentativo delle fondazioni di origine bancaria, determina con decreto i criteri e le modalità dell'apporto al Fondo da parte delle stesse.»;

? *alla Tabella C, missione* Organi Costituzionali, a rilevanza costituzionale e Presidenza del Consiglio dei ministri, *programma* Presidenza del Consiglio dei ministri *voce* Ministero dell'economia e delle finanze, legge n. 230 del 1998, articolo 19 Fondo nazionale per il servizio civile (21.3 ? cap. 2185)*, apportare le seguenti variazioni:*

2015:

Cp: ? 65.730.527;

Cs: ? 65.730.527;

2016:

Cp: ? 63.427.302;

Cs: ? 63.427.302;

2017:

Cp: ? 63.427.302:

Cs: ? 63.427.302.

3.189

MAURO MARIA MARINO, LAI, GIANLUCA ROSSI, FORNARO, GIACOBBE, GUERRA, MOSCARDELLI, RICCHIUTI, TURANO

Al comma 27 è aggiunto il seguente periodo: «Gli utili percepiti, anche nell'esercizio d'impresa, dalle fondazioni di cui al decreto legislativo 17 maggio 1999, n. 153, non concorrono alla formazione del reddito imponibile, in quanto esclusi, nella misura del 95 per cento del loro ammontare».

Conseguentemente, dopo il comma 27, inserire il seguente:

«27-*bis*. Le fondazioni di cui al decreto legislativo 17 maggio 1999, n. 153, destinano i maggiori risparmi di cui al comma 27, ultimo periodo, ad interventi in favore degli enti locali. Il Ministero dell'economia e delle finanze, d'intesa con l'Acri, organismo rappresentativo delle fondazioni di origine bancaria, determina con decreto i criteri e le modalità dell'apporto delle risorse da parte delle stesse in favore degli enti locali».

3.190

PANIZZA, ZELLER, FRAVEZZI, LANIECE, FAUSTO GUILHERME LONGO, BATTISTA, ZIN

Dopo il comma 27, inserire i seguenti:

«27-*bis*. All'articolo 6 del decreto del Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, n. 601, al comma 1, lettera *c-bis)* dopo le parole: "e loro consorzi" sono aggiunte le seguenti: "nonché enti aventi le stesse finalità degli IACP, anche se istituiti in forma societaria, purché interamente partecipati da enti pubblici e costituiti ed operanti alla data dei 31 dicembre 2013".

27-*ter*. All'articolo 88 del decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, al comma 3, lettera *b)*, all'ultimo periodo dopo le parole: "comunque denominati" sono aggiunte le seguenti: "e agli enti aventi le stesse finalità degli IACP, anche se istituiti in forma societaria, purché interamente partecipati da enti pubblici e costituiti ed operanti alla data del 31 dicembre 2013".

27-*quater*. *Agli oneri derivanti dall'attuazione dei commi 27-bis* e 27-*ter*, pari a 4,5 milioni di euro a decorrere dal 2015, si provvede a valere sul Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307».

3.191

PANIZZA, ZELLER, FRAVEZZI, LANIECE, FAUSTO GUILHERME LONGO, BATTISTA, ZIN

Dopo il comma 27, aggiungere, i seguenti:

27-*bis*. All'articolo 88 del decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, al comma 3, lettera *b)*, all'ultimo periodo dopo le parole: «comunque denominati», sono aggiunte le seguenti: «e agli aventi le stesse finalità degli IACP, anche se istituiti in forma societaria, purché interamente partecipati da enti pubblici e costituiti ed operanti alla data, del 31 dicembre 2013,».

27-*ter*. All'articolo 6 del decreto del Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, n. 601, è

aggiunto, in fine, il seguente comma:

2-*bis*. Per gli enti aventi le stesse finalità degli IACP, anche se istituiti in forma societaria, purché interamente partecipati da enti pubblici e costituiti ed operanti alla data del 31 dicembre 2013, l'imposta sul reddito delle persone giuridiche è ridotta del 40 per cento.

27-quater. Agli oneri derivanti dall'attuazione dei commi 27-*bis* e 27-*ter*, valutati in 3,6 milioni di euro a decorrere dal 2015, si provvede mediante corrispondente riduzione del Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, dei decreto legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307.

3.192

MARINELLO, MANCUSO, GUALDANI

Dopo il comma 27 aggiungere il seguente:

27-*bis*. Al comma 6-*bis*, dell'articolo 4 del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al primo periodo, sono soppresse le parole: «In attesa di armonizzare, a decorrere dal 2015», e le parole: «relativi al periodo dallo luglio al 31 dicembre 2014» sono sostituite con le seguenti: *per ciascun anno fiscale»;*

b) al terzo periodo le parole: «per il 2014» sono sostituite dalle seguenti: «per ciascun anno fiscale».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 40.000.000;
2016: ? 40.000.000;
2017: ? 40.000.000.

3.193

CASTALDI, GIROTTO, CIOFFI, BULGARELLI

Dopo il comma 27, inserire i seguenti:

«27-*bis*. A decorrere dal l o gennaio 2015, all'articolo 03, comma 1, del decreto-legge 5 ottobre 1993, n. 400, convertito, con modificazioni, dalla legge 4 dicembre 1993, n. 494, e successive modificazioni, apportare le seguenti modificazioni:

a) alla lettera *b)*, le parole da: «misura del canone annuo» fino a: « specchi acquei di cui al numero 1.3)» sono sostituite con le seguenti: «misura del canone annuo delle concessioni demaniali marittime, anche in essere, aventi ad oggetto aree, manufatti. e specchi acquei:

1) alle concessioni demaniali marittime con finalità turistico-ricreative si applicano i seguenti importi annualmente aggiornati secondo la percentuale stabilita con decreto del Ministero delle Infrastrutture e Trasporti, sulla base degli indici ISTAT dei prezzi al consumo per le famiglie di operai e impiegati:

1.1) area scoperta: euro 5,2 al metro quadrato per la categoria A; euro 2,6 al metro quadrato per la categoria B. Costituiscono aree scoperte gli arenili, le piattaforme, i piazzali e i percorsi simili anche asfaltati o cementati ovvero ricoperti da altro materiale idoneo ,allo scopo, su cui non insistono edificazioni che sviluppano una volumetria utilizzabile o praticabile;

1.2) area occupata con impianti di facile o di difficile rimozione, ivi comprese le pertinenze demaniali: euro 28,00 al metro quadrato per la categoria A di superficie utile lorda ed euro 16,80 al metro quadrato per la categoria B di superficie utile lorda. Sono escluse dal computo della superficie utile lorda le seguenti superfici: vani tecnici e locali destinati esclusivamente agli impianti tecnici; aree per attrezzature tecnologiche di servizio; sottotetto tecnico; scale aperte di edifici; tettoie poste a protezione di passaggi, di pensiline o di strutture finalizzate a supportare pannelli solari o fotovoltaici; piani seminterrati il cui intradosso del solaio di copertura emerge per un massimo di 1,00 metro dalla linea di spiccato, rispetto ad uno qualunque dei fronti della costruzione; cavedi; spessori di muri perimetrali superiori a 35 centimetri. Per quanto non previsto dal presente numero, per il calcolo della superficie utile lorda si fa riferimento a quanto stabilito dal decreto del Presidente della Repubblica del

23 marzo 1998 n. 138.

1.3) euro 2,00 per ogni metro quadrato di mare territoriale per specchi acquei o delimitati da opere che riguardano i porti definite ai sensi dall'articolo 5 del testo unico di cui 'al regio decreto 2 aprile 1885, n. 3095, e comunque entro 100 metri dalla costa;

1.4) euro 1,44 per gli specchi acquei compresi tra 100 e 300 metri dalla costa; 1.5) euro 1,14 per gli specchi acquei oltre 300 metri dalla costa;

1.6) euro 0,58 per gli specchi acquei utilizzati per il posizionamento di campi boa per l'ancoraggio delle navi al di fuori degli specchi acquei di cui ai numeri 1.3),1.4) e 1.5);».

b) dopo la lettera *e)*, inserire la seguente: «e-*bis)* aumento dei canoni di cui alla lettera *b)* nella misura del 30 per cento per i titolari delle concessioni che violano l'obbligo di cui alla lettera *e)*.

27-*ter*. Il canone minimo per concessioni con finalità turistico-ricreative di aree, pertinenze demaniali, impianti di facile o di difficile rimozione e specchi acquei non può essere in nessun caso inferiore a euro 3.000,00/anno.

27-*quater*. Una quota parte dei canoni concessori annui di cui al comma 27-*bis*, pari al 30 per cento degli stessi, confluisce in un apposito fondo istituito nello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze, denominato «Fondo di Finanziamento Interventi di tutela e valorizzazione del territorio nazionale» e finalizzato alla realizzazione di interventi di manutenzione ordinaria e messa in sicurezza del territorio nazionale, nonché di tutela e valorizzazione del patrimonio ambientale e paesaggistico, con particolare riferimento alle zone costiere.

27-*quinquies*. Entro due mesi dall'istituzione del Fondo di cui al comma 27-*quater*, con decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri, su proposta del Ministro dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, previa intesa in sede di Conferenza unificata, vengono definiti i criteri di individuazione degli interventi da realizzare e le modalità di ripartizione delle risorse tra le Regioni.».

3.194

MARINELLO, MANCUSO, GUALDANI

Dopo il comma 27 aggiungere il seguente:

27-*bis*. L'articolo 1, comma 5-bis, del decreto-legge 21 giugno 2013 n. 69, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 agosto 2013, n. 98, è sostituito dal seguente:

«5-*bis*. Nell'ambito delle risorse del Fondo di cui al comma l e previa adozione di un apposito decreto del Ministro dello sviluppo economico, da adottare di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze e con il Ministro della giustizia, gli interventi ivi previsti sono estesi ai professionisti iscritti agli ordini professionali e a quelli aderenti alle associazioni professionali iscritte nell'elenco tenuto dal Ministero dello sviluppo economico ai sensi della legge 14 gennaio 2013, n. 4, e in possesso dell'attestazione rilasciata ai sensi dello medesima legge n. 4 del 2013 nonché alle piccole e medie. imprese sottoposte alla procedura di concordato in continuità aziendale di cui all'articolo 186-*bis* del regio decreto 16 marzo 1942, n. 267, per i finanziamenti di cui all'articolo 182-*quinquies*, entro i limiti delle risorse del fondo stesso. Con il decreto di cui al primo periodo sono determinate le modalità di attuazione del presente comma, prevedendo in particolare un limite massimo di assorbimento delle risorse del Fondo non superiore al 5 per cento delle risorse stesse.».

3.195

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 27, aggiungere il seguente:

27-*bis*. Al Testo Unico delle Imposte sui Redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986 n. 917, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 10, comma 1, la lettera 1-*bis)* è abrogata;

b) dopo l'articolo 15 è inserito il seguente articolo: *Art. 15-bis. ? Detrazioni per adozione internazionale* ? Dall'imposta lorda si detrae un importo pari al cento per cento delle spese sostenute dai genitori adottivi nei confronti dell'ente autorizzato di cui all'articolo 39-*ter* della legge 4 maggio 1983 n. 184, nonché le altre spese direttamente sostenute e auto certificate dai genitori adottivi per

l'espletamento della procedura di adozione disciplinata dalle disposizioni contenute nel Capo I del Titolo III della legge 4 maggio 1983, n. 184, nei limiti di un tetto di detraibilità fissato di 25.000 euro per ciascuna procedura adottiva ripartito anche su più anni».

27-*ter*. All'articolo 31, comma 3, della legge 4 maggio 1983, n. 184, la lettera *m)*, è abrogata.

27-*quater*, all'articolo 1 della legge 30 dicembre 2004, n. 311, il comma 152 è abrogato.

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 121, sostituire le parole: 200 milioni con le seguenti: 100 milioni.

3.196

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, CROSIO

Sopprimere il comma 28.

Conseguentemente:

All'articolo 1, comma 116, sostituire la parola «2015» con «2016». Ali 'articolo 1, comma 117, sostituire la parola «2015» con «2016». All'articolo 2, comma 207, sostituire la parola «2015» con «2016», All'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole: «, ivi comprese le variazioni. di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 500 migliaia di euro di euro per l'anno 2015».

3.197

LANIECE, PANIZZA, PALERMO, FAUSTO GUILHERME LONGO, ZIN, BATTISTA

Dopo il comma 27, aggiungere il seguente:

«27-*bis*. A decorrere dal periodo di imposta successivo al 31 dicembre 2014 la base imponibile ai fini del calcolo dell'imposta sugli spettacoli per le case da gioco, come determinata dall'art. 3, comma 4, del decreto del Presidente della Repubblica del 26 ottobre 1972, n. 640 è ridotta forfettariamente di una percentuale pari al 50 per cento».

Conseguentemente all'articolo 1, comma 116, sostituire le parole: «100 milioni» *con le seguenti:* «85 milioni».

3.198

GIANLUCA ROSSI, PARENTE

Sopprimere i commi 28 e 29.

Conseguentemente, dopo il comma 272, aggiungere il seguente: «272-bis. A decorrere dal primo gennaio 2015 ridurre i regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale, di cui all'allegato C-*bis* del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, con l'esclusione delle disposizioni a tutela del redditi di lavoro dipendente e autonomo, dei redditi da pensione, della famiglia, della salute, delle persone economicamente o socialmente svantaggiate, del patrimonio artistico e culturale, della ricerca e dell'ambiente. Con uno o più decreti del Ministro dell'economia e delle finanze, da emanare ai sensi dell'articolo 17 della legge 23 agosto 1988, n. 400, sono stabilite le modalità tecniche per l'attuazione della presente disposizione con riferimento ai singoli regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale interessati. Dai decreti di cui al presente comma devono derivare risparmi almeno pari a 150 milioni di euro a decorrere dal 2015».

3.199

MANDELLI, PICCOLI, BRUNI, BONFRISCO, CERONI, D'ALÌ, MILO

Sopprimere il comma 28.

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

3.200

GALIMBERTI

Sopprimere il comma 28

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente del 3 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

3.201

D'ALÌ

Sopprimere il comma 28.

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente del 5 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

3.202

DE PETRIS, URAS

Sopprimere il comma 28.

Conseguentemente all'articolo 1, al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni di euro a decorrere da12015» *con le seguenti* «100 milioni di euro nel 2015 e di 250 milioni di euro a decorrere dal 2016»; *al comma 121, sostituire le parole:* «200 milioni di euro a decorrere dal 2015» *con le seguenti:* «50 milioni di euro nel 2015 di 200 milioni di euro a decorrere dal 2016»; *al comma 124 sostituire le parole:* «850 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015-2016» *con le seguenti:* «350 milioni di euro per il 2015 e di 850 milioni di euro per il 2016»; *all'articolo 2, comma 67 sostituire le parole:* «è ridotta di 238 milioni di euro per l'anno 2015» *con le seguenti:* «è ridotta di 358 milioni di euro per l'anno 2015».

3.203

GAMBARO

Sopprimere il comma 28.

Conseguentemente all'articolo 3, dopo il comma 74 inserire il seguente:

«74-*bis*. A partire dal 1º gennaio 2016 è introdotta un'imposizione straordinaria sulla ricchezza finanziaria, al netto delle passività, con un'aliquota progressiva dello 0,5% a partire 1.500.00 a 3.000.000 euro, dell'1% da 3.000.001 a 8.000.000 euro e dell'1,5% oltre gli 8.000.001».

3.204

BONFRISCO, CERONI, D'ALÌ, MANDELLI, MILO

Sopprimere il comma 28.

3.206

TOMASELLI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA, COLLINA

Sopprimere il comma 28.

3.207

DE POLI

Sopprimere il comma 28.

3.208

CARIDI

Sopprimere il comma 28.

3.209

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 28 aggiungere il seguente:

«28-*bis*. All'articolo 19, comma 6 del decreto-legge n. 201 del 2011, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 214 del 2011, aggiungere, in fine, il seguente periodo: "a decorrere dall'anno 2015 l'aliquota è stabilita nella misura del 13,5 per mille».

3.210

BONFRISCO, CERONI, D'ALÌ, MANDELLI, MILO

Dopo il comma 28, aggiungere il seguente:

«28-*bis*. All'articolo 1, comma 677, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, le parole: "Per il 2014," sono soppresse».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 10.000.000;
2016: ? 10.000.000;
2017: ? 10.000.000.

3.211

BONFRISCO, CERONI, D'ALÌ, MANDELLI, MILO

Dopo il comma 28, aggiungere il seguente:

«28-bis. Gli enti locali individuano e stabiliscono, entro sessanta giorni dall'entrata in vigore della presente legge, le idonee forme per assicurare la partecipazione di rappresentanti designati, rispettivamente, dalle organizzazioni della proprietà edilizia e degli inquilini, alla gestione dei soggetti, pubblici e privati comunque costituiti, che effettuano il servizio di raccolta nel territorio degli stessi enti dei rifiuti urbani».

3.212

BONFRISCO, CERONI, D'ALÌ, MANDELLI, MILO

Dopo il comma 28, aggiungere il seguente:

«28-*bis*. Il ricorso da parte dei Comuni, al fine di contrastare l'emergenza abitativa, all'applicazione dell'articolo 1, comma 3, della legge 9 dicembre 1998, n. 431, costituisce titolo di preferenza nell'assegnazione di contributi pubblici per qualsiasi tipo di edilizia economica e popolare».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

? 2015: ? 10.000.000;
?? 2016: ? 10.000.000;
?? 2017: ? 10.000.000.

3.213

BONFRISCO, CERONI, D'ALÌ, MANDELLI, MILO

Dopo il comma 28, aggiungere i seguenti:

«28-*bis*. All'articolo 37, comma 4-*bis*, decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, sostituire le parole: "5 per cento" con le seguenti: "15 per cento".

28-*ter*. Agli oneri derivanti dal comma 28-*bis* si provvede mediante corrispondente riduzione del Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307».

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

3.214

BONFRISCO, CERONI, D'ALÌ, MANDELLI, MILO

Dopo il comma 28, aggiungere il seguente:

«28-*bis*. I commi 717 e 718 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2013, n. 147 sono soppressi.

28-*ter*. Agli oneri derivanti dal comma 28-*bis* si provvede mediante corrispondente riduzione del Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307».

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente dell'l per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

3.215

CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE, BONFRISCO, D'ALÌ

Sopprimere i commi 29 e 30.

Conseguentemente, al comma 75, alla tabella A voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 140.000.000;
2016: ? 150.000.000;
2017: ? 150.000.000.

3.216

D'ALÌ

Sopprimere i commi 29 e 30.

Conseguentemente, alla tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 140.000.000;
2016: ? 150.000.000;
2017: ? 150.000.000.

3.217

D'ALÌ

Sopprimere i commi 29 e 30.

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 112, sostituire le parole: «250 milioni» con le seguenti: «100 milioni».

3.218

SCALIA

Sopprimere i commi 29 e 30.

Conseguentemente:

Al comma 112 dell'articolo 1, le parole: «250 milioni» sono sostituite dalle seguenti: «100 milioni».

3.219

COMAROLI, TOSATO

Sopprimere i commi 29 e 30.

Conseguentemente:

all'articolo 1, comma 117, sostituire le parole: «250 milioni» con le seguenti: «100 milioni».

3.220

GUALDANI

Sopprimere i commi 29 e 30.

Conseguentemente:

ridurre di 150 milioni di euro lo stanziamento relativo al Fondo istituito nello stato di previsione del Ministero del lavoro e delle politiche sociali, di cui all'articolo 1, comma 83, per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017.

3.221

BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Dopo il comma 29 aggiungere il seguente:

«29-*bis*. È fatto divieto di istituire qualunque imposta straordinaria sull'ammontare dei depositi bancari, postali e presso istituti e sezioni per il credito a medio termine, conti correnti, depositi a risparmio e a termine, certificati di deposito, libretti e buoni fruttiferi, da chiunque detenuti».

3.222

GUALDANI

Al comma 30, dopo le parole: «per i proventi percepiti a decorrere dallo gennaio 2015», sono inserite le seguenti: «con riferimento ai decessi avvenuti da tale data».

Conseguentemente, aggiungere il seguente comma:

«30-*bis*. A decorrere dal primo gennaio 2015 si provvede a ridurre i regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale, di cui all'allegato C-*bis* del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, con l'esclusione delle disposizioni a tutela dei redditi di lavoro dipendente e autonomo, dei redditi da pensione, della famiglia, della salute, delle persone economicamente o socialmente svantaggiate, del patrimonio artistico e culturale, della ricerca e dell'ambiente. Con uno o più decreti del Ministro dell'economia e delle finanze, da emanare ai sensi dell'articolo 17 della legge 23 agosto 1988, n. 400, sono stabilite in modalità tecniche per l'attuazione della presente disposizione con riferimento al singoli regimi di esenzione, esclusione e ,favore fiscale interessati. Dai decreti di cui al presente comma devono derivare risparmi fino a concorrenza del gettito necessario».

3.223

BONFRISCO

Sostituire il comma 31, con il seguente:

«31. All'articolo 63, comma 2, della legge n. 342 del 2000, dopo la parola: "estesa" sono aggiunte le seguenti parole: "in ragione del cinquanta per cento"».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 100.000.000;
2016: ? 100.000.000;
2017: ? 100.000.000.

3.224

BELLOT

Dopo il comma 31, inserire il seguente:

«31-*bis*. Al fine di sostenere la concorrenza dei territori confinanti è istituito, nello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze, uri fondo. per garantire la riduzione del prezzo alla pompa nei territori delle Regioni confinanti con almeno due Regioni a Statuto speciale e uno o più Stati esteri, con una dotazione di 20 milioni di euro annui a decorrere dal 2015.

31-*ter*. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, di concerto con le Regioni interessate, sono definite le modalità di trasferimento delle disponibilità del fondo alle Regioni beneficiarie».

Conseguentemente

All'articolo 2, comma 207, sostituire le parole: «110 milioni» con le seguenti: «90 milioni».

3.225

BROGLIA, VACCARI, LO GIUDICE, GUERRA, SANGALLI

Dopo il comma 31 inserire i seguenti:

«31-*bis*. In via sperimentale, ai fini della ripresa economica dei centri storici colpiti dal sisma del 20 e 29 maggio 2012 e dagli eventi alluvionali del 17 e 19 gennaio 2014, è istituita, ai fini strettamente connessi alla ricostruzione e alla ripresa economica dei centri storici colpiti e comunque per una durata non superiore a dodici mesi, dal termine dello stato di emergenza, una zona franca urbana ai sensi della legge 27 dicembre 2006. n. 296, secondo le seguenti disposizioni:

a) la perimetrazione della suddetta zona franca urbana è limitata ai centri storici dei comuni di Bastiglia, Bomporto, Camposanto, Cavezzo, Concordia sulla Secchia, Crevalcore, Finale Emilia, Medolla, Mirandola, Novi di Modena, Poggio Renatico, Sant'Agostino, San Felice sul Panaro, San Prospero, San Possidonio e definita con atto del Commissario delegato, ai sensi del decreto legge 74 del 2012 convertito con modificazioni dalla legge 122 del 2012. d'intesa con i sindaci dei comuni suddetti;

b) possono beneficiare delle agevolazioni le imprese localizzate all'interno della zona franca di cui alla lettera precedente, con le seguenti caratteristiche:

1) microimprese, così come definite dalla Raccomandazione 2003/361/CE della Commissione, del 6 maggio 2003 e del decreto del Ministro delle attività produttive 18 aprile 2005, con un reddito lordo nel 2013 inferiore a 50.000 euro e un numero di addetti inferiore o uguale a 5;

2) costituzione in data non successiva al 31 dicembre 2014;

3) che svolgano la propria attività all'interno della ZFU, ai sensi di quanto previsto alla successiva lettera *c)*;

4) non essere in stato di liquidazione volontaria o sottoposte a procedure concorsuali;

5) i cui titolari siano nel pieno e libero esercizio dei propri diritti civili;

c) gli aiuti di Stato corrispondenti all'ammontare delle agevolazioni di cui alla successiva lettera *e)* sono concessi ai sensi e nei limiti del Regolamento (CE) n. 1407/2013 del 18 dicembre 2013 della Commissione, relativo all'applicazione degli articoli 107 e 108 del Trattato sul funzionamento

dell'Unione Europea agli aiuti di importanza minore (de minimis) e dal Regolamento, (CE) n. 1408/2013 del 18 dicembre 2013 relativo all'applicazione degli articoli 107 e 108 del Trattato sul funzionamento dell'Unione Europea agli aiuti di importanza minore (de minimis) nel settore agricolo;

d) per accedere alle agevolazioni di cui alla lettera *e)*, i soggetti individuati ai sensi della lettera *b)* devono avere la sede principale o l'unità locale all'interno della ZFU e rispettare i limiti e le procedure previsti dai Regolamenti comunitari di cui alla lettera precedente. Quanto previsto alla presente lettera è attestato mediante dichiarazione sostitutiva dell'atto di notorietà ai sensi dell'articolo 47 del decreto del Presidente della Repubblica del 28 dicembre 2000, n. 445.

e) I soggetti di cui al presente comma possono beneficiare, nel rispetto dei requisiti della lettera *b)* nonché dei limiti previsti alla lettera *f)* e della dotazione finanziaria di cui alla lettera *g)*, delle agevolazioni previste alle lettere *a), b), c)* del comma 341 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2006 n. 296 e consistenti in:

1) esenzione dalle imposte sui redditi;

2) esenzione dall'imposta regionale sulle attività produttive;

3) esenzione dalle imposte municipali proprie per gli immobili siti nella zona franca di cui al presente comma, posseduti e utilizzati dai soggetti per l'esercizio dell'attività economica.

f) le agevolazione di cui alla lettera *e)* sono riconosciute con riferimento ai periodi di imposta 2014 e 2015».

Conseguentemente alla Tabella B, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 25.000.000;

2016: ? 25.000.000;

2017: ?

3.226

VACCARI, BROGLIA, LO GIUDICE, GUERRA, SANGALLI

Dopo il comma 31 inserire il seguente:

«31-*bis*. All'articolo 8, comma 3, del decreto legge 6 giugno 2012, n. 74, le parole: "e comunque non oltre il 31 dicembre 2014" sono sostituite dalle parole: "e comunque non oltre due anni dal termine dello stato di emergenza"».

Conseguentemente:

alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;

2016: ? 5.000.000;

2017: ? 5.000.000.

all'articolo l, comma 132, sostituire le parole: «6,1 milioni di euro per l'anno 2015, di 22,8 milioni per l'anno 2016» *con le seguenti:* «1,1 milioni di euro per l'anno 2015, di 17,8 milioni per l'anno 2016».

3.227

BROGLIA, VACCARI, LO GIUDICE, GUERRA, SANGALLI, BERTUZZI

Dopo il comma 31 inserire il seguente:

«31-*bis*. Al fine di agevolare la ripresa delle attività e consentire l'attuazione dei piani per la ricostruzione e per il ripristino dei danni causati dagli eccezionali eventi, sismici del 20 e 29 maggio 2012, all'articolo 8, comma 3, del decreto-legge 6 giugno 2012, n. 74, convertito, con modificazioni, dalla legge 1º agosto 2012, n. 122, le parole: "e comunque non oltre il 31 dicembre 2014" sono sostituite dalle seguenti: "e comunque non oltre il 31 dicembre 2015"».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 10.000.000;

2016: ?10.000.000;

2017: ?.

3.228

VACCARI, BROGLIA, LO GIUDICE, GUERRA, SANGALLI

Dopo il comma 31 inserire il seguente:

«31-*bis*. Il comma 9-*ter* dell'articolo 1 del decreto-legge 12 maggio 2014, n. 74, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 giugno 2014, n. 93, è sostituito dal seguente:

«9-*ter*. Con effetto dal 29 giugno 2014, per i finanziamenti di cui all'articolo 3-*bis*, comma 1, del decreto-legge 28 gennaio 2014, n. 4, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 marzo 2014, n. 50, ferma restando la durata massima del piano di ammortamento ai sensi del citato articolo 3-*bis*, il pagamento dovuto per la restituzione del debito per quota capitale è sospeso per un periodo di dodici mesi, con conseguente rimodulazione del piano di ammortamento in quote capitale costanti. Ai maggiori oneri per interessi derivanti dalla rimodulazione dei piani di ammortamento di cui al presente comma, si provvede nei limiti dell'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 11, comma 13, del decreto-legge 10 ottobre 2012, n. 174, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 dicembre 2012, n. 213. La Cassa depositi e prestiti S.p.A. e l'Associazione bancaria italiana adeguano le convenzioni di cui all'articolo 11, comma 7, del decreto-legge 10 ottobre 2012, n. 174, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 dicembre 2012, n. 213, integrate ai sensi dell'articolo 1, comma 367, della legge 24 dicembre 2012, n. 228, e ai sensi dell'articolo 6, comma 5, del decreto-legge 26 aprile 2013, n. 43, convertito, con modificazioni, dalla legge 24 giugno 2013, n. 71, nonché ai sensi dell'articolo 3-bis del decretolegge 28 gennaio 2014, n. 4, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 marzo 2014, n. 50, in coerenza con le disposizioni di cui al presente comma. Le garanzie dello Stato di cui ai decreti del Ministro dell'economia e delle finanze emanati ai sensi dell'articolo 11, comma 7, del decreto-legge 10 ottobre 2012, n. 174, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 dicembre 2012, n. 213, nonché ai sensi dell'articolo l, comma 367, della legge 24 dicembre 2012, n. 228, e dell'articolo 6, commi 2 e 3, del decreto-legge 26 aprile 2013, n. 43, convertito, con modificazioni, dalla legge 24 giugno 2013, n. 71, assistono, senza ulteriori formalità e con i medesimi criteri e modalità di operatività stabiliti nei predetti decreti, i finanziamenti contratti ai sensi delle rispettive disposizioni normative, come modificati per effetto dell'attuazione del presente comma».

3.229

BROGLIA, VACCARI, LO GIUDICE, GUERRA, SANGALLI

Dopo il comma 31 inserire il seguente:

«31-*bis*. Il pagamento delle rate scadenti nell'esercizio 2015 dei mutui concessi dalla Cassa depositi e prestiti S.p.A. ai comuni di cui al decreto del Ministro dell'economia e delle finanze 10 giugno 2012, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* n. 130 del 6 giugno 2012, e successive modificazioni, e all'articolo 67-*septies* del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 134, e successive modificazioni, nonché alle province dei predetti comuni, trasferiti al Ministero dell'economia e delle finanze in attuazione dell'articolo 5, commi 1 e 3, del decreto-legge 30 settembre 2003, n. 269, convertito, con modificazioni, dalla legge 24 novembre 2003, n. 326, non ancora effettuato alla data di entrata in vigore del presente comma, è differito, senza applicazione di sanzioni e interessi, al terzo anno immediatamente successivo alla data di scadenza del periodo di ammortamento, sulla base della periodicità di pagamento prevista nei provvedimenti e nei contratti regolanti i mutui stessi. Il presente comma entra in vigore alla data di pubblicazione della presente legge nella *Gazzetta Ufficiale*».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 12.000.000;

2016: ?;

2017: ?.

3.230

BROGLIA, VACCARI, LO GIUDICE, GUERRA, SANGALLI

Dopo il comma 31 inserire il seguente:

«31-*bis*. All'articolo 3-*bis*, comma l, del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, sono apportate le seguenti modifiche:

a) dopo le parole: "lettere *a)*, *b)"* sono aggiunte le seguenti: "b-*bis*)";

b) le parole: "nonché al risarcimento dei danni subìti dai beni mobili strumentali all'attività ed alla ricostituzione delle scorte danneggiate e alla delocalizzazione temporanea delle attività danneggiate dal sisma al fine di garantirne la continuità produttiva," sono sostituite dalle seguenti: "nonché al risarcimento dei danni subìti dai beni mobili strumentali all'attività, alla ricostituzione delle scorte danneggiate, alla delocalizzazione temporanea delle attività danneggiate dal sisma al fine di garantirne la continuità produttiva e al risarcimento dei danni economici subiti da prodotti in corso di maturazione ovvero di stoccaggio ai sensi del regolamento (CE) n. 510/2006 relativo alla protezione delle indicazioni geografiche e delle denominazioni d'origine dei prodotti agricoli e alimentari"».

Conseguentemente, alla Tabella-A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;
2016: ? 5.000.000;
2017: ? 5.000.000.

3.231

VACCARI, BROGLIA, LO GIUDICE, GUERRA, SANGALLI

Dopo il comma 31 inserire il seguente:

«31-*bis*. All'articolo 1, comma 356, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, le parole: "all'anno immediatamente successivo" sono sostituite dalle seguenti: "al secondo anno immediatamente successivo"».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 12.000.000;
2016: ?;
2017: ?.

3.232

PADUA, PIGNEDOLI

Dopo il comma 31 inserire il seguente:

«31-*bis*. Nella parte II della tabella A allegata al decreto del Presidente della Repubblica del 26 ottobre 1972, n. 633, al numero 12-*bis*, dopo la parola: "basilico," sono inserite le seguenti: "origano a rametti o sgranato,"».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 1.000.000;
2016: ? 1.000.000;
2017: ? 1.000.000.

3.233

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Dopo il comma 31 aggiungere il seguente:

«31-*bis*. AI fine di agevolare la ripresa dell'attività economica e il ripristino delle condizioni di normalità, per i comuni colpiti dall'alluvione del 14 ottobre e del 5 novembre 2014 con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, da emanare entro il 30 marzo 2015, dalla data di entrata in vigore della presente legge, nel saldo finanziario in termini di competenza mista, rilevante ai fini della verifica del rispetto del patto di stabilità interno, non sono considerate le risorse provenienti dallo Stato e le relative spese di parte

corrente e in conto capitale sostenute dalle province e dai comuni interessati dall'evento calamitoso, per il rilascio delle autorizzazioni per opere di rilevanza urbanistica quali nuove costruzioni, nonché da alienazione di beni patrimoniali. Alla compensazione dei conseguenti effetti finanziari sui saldi di finanza pubblica recati dal presente comma, nel limite massimo pari a 10 milioni di euro per l'anno 2015, si provvede mediante corrispondente utilizzo del Fondo per la compensazione degli effetti finanziari non previsti a legislazione vigente conseguenti all'attualizzazione di contributi pluriennali, di cui all'articolo 6, comma 2, del decreto-legge 7 ottobre 2008, n. 154, convertito, con modificazioni, dalla legge 4 dicembre 2008, n. 189, e successive modificazioni. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio».

3.235

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 31 aggiungere il seguente:

«31-*bis.* Per l'anno 2015 sono sospesi i versamenti e gli adempimenti tributari, compresi quelli contributivi, e quelli derivanti da cartelle emesse da agenti della riscossione per i territori colpiti dal sisma del 20 e 29 maggio 2012 e/o dai successivi eventi calamitosi ed alluvionali nel territorio della Regione Emilia Romagna».

Conseguentemente, sopprimere i commi 1165 e 125 dell'articolo 1 e il comma 207 dell'articolo 2.

3.236

BERTOROTTA, MOLINARI, VACCIANO, BOTTICI, MANGILI, BULGARELLI

Al comma 32, sostituire le parole: «ai sensi dell'articolo 21, comma 2, del decreto legislativo 31 dicembre 1992, n. 546, e successive modificazioni. Il termine di due anni per la presentazione della suddetta istanza è calcolato a decorrere dalla data di entrata in vigore della legge 28 febbraio 2008, n. 31, di conversione del decreto-legge 31 dicembre 2007, n. 248.» *con le seguenti:* «ai sensi dell'articolo 38, del D.P.R. 29.9.1973, n. 602. Il termine di quarantotto mesi per la presentazione della suddetta istanza è calcolato a decorrere dalla data di entrata in vigore della legge 28 febbraio 2008, n. 31, di conversione del decreto-legge 31 dicembre 2007, n. 248. In alternativa al rimborso, i soggetti di cui al comma precedente hanno diritto a compensare il credito con i tributi maturati o maturandi nei confronti dell'Erario, ai sensi dell'articolo 17 del D.Lgs. 9.7.1997, n. 241 e successive modificazioni. Il diritto alla compensazione deve essere riconosciuto a chi ha provveduto a presentare domanda entro i termini fissati dal comma precedente».

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dtazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni, di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 100 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016, 2017».

3.237

URAS, DE PETRIS

Dopo il comma 32 inserire i seguenti:

«32-*bis.* Al fine di favorire i processi di ricostruzione e di ripresa economica delle Regioni colpite da gravi eventi alluvionali nel bienni 2013-2014, relativamente agli interventi per i quali non sia possibile rispettare le scadenze di impegno, è possibile derogare ai termini per l'assunzione delle obbligazioni giuridicamente vincolanti previsti dalle norme precedenti, a condizione che tali interventi siano aggiudicati entro il termine del 31 dicembre 2015.

32-*ter.* A tal fine, i soggetti aggiudicaori dei predetti interventi dovranno certificare, entro 30 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, le date previste per l'assunzione delle relative obbligazioni giuridicamente vincolanti.

32-*quater.* L'incarico del Commissario delegato, nominato ai sensi dell 'articolo 1, comma 123 della legge 27 dicembre 2013, n. 147 e s.m.i., prosegue oltre la scadenza dello stato di emergenza di cui all'articolo 5, comma 1 della legge 24 febbraio 1992, n. 225, fino al completamento degli interventi di ripristino, in Sardegna, della viabilità nelle strade statali e provinciali interrotte o danneggiate dall'alluvione del 2013 e, comunque, non oltre il 31 dicembre 2015. Restano ferme le disposizioni di

cui all'Ordinanza del Capo del Dipartimento della Protezione Civile n. 144 del 6 febbraio 2014, n. 144, come integrata dall'Ordinanza n. 164 dell'11 aprile 2014».

32-*quinques.* Le risorse dei bienni 2015-2016 di cui al comma 121 della legge n. 147 del 27 dicembre 2013 sono assegnate con uguale copertura finanziaria, dal CIPE, entro sessanta giorni dall'approvazione della presente legge, con propria delibera, adottata d'intesa con la Presidenza del Consiglio dei ministri Dipartimento della protezione civile, alla Regione Sardegna per il ristoro dei danni delle aziende, dei cittadini, dei Comuni e delle infrastrutture pubbliche patiti durante l'alluvione del 13 novembre 2013. I criteri di ristoro dei danni sono determinati con proprio decreto dal Presidente della Regione Sardegna».

3.238

BELLOT, TOSATO

Dopo il comma 32 inserire il seguente:

«32-*bis.* Presso il Ministero dell'interno è istituito il "Fondo speciale per la gestione e il mantenimento del sacrario vittime del Vajont", di seguito denominato "Fondo", allo scopo di finanziare progetti di gestione e manutenzione del sacrario delle vittime del disastro del Vajont sito in località San Martino, Fortogna, comune di Longarone. Per il finanziamento del Fondo è autorizzata la spesa di 50 mila euro per gli anni 2015 e 2016».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 125, sostituire le parole: «187,5 milioni» *con le seguenti:* «187,450 milioni».

3.239

PADUA, MATURANI, MATTESINI, GUERRIERI PALEOTTI

Dopo il comma 32 inserire il seguente:

«32-*bis.* A titolo di ristoro a seguito dei rilevanti danni di immagine subiti e nell'ottica della promozione di un rilancio dell'offerta turistica territoriale è istituito, presso il Ministero dei Beni e delle Attività culturali e del Turismo, un fondo pari a 500.000 mila euro annui per il 2015, per il 2016 e per il 2017, da destinarsi a comuni con popolazione non superiore ai 100.000 abitanti che, durante l'anno 2014, abbiano ospitato più di tremila stranieri extracomunitari in Centri di primo soccorso e accoglienza (CPSA), Centri di accoglienza (CDA) e Centri di accoglienza per richiedenti Asilo (CARA). Entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, il Ministro dei Beni e delle Attività culturali e del Turismo, di concerto con il Ministero dell'economia o delle finanze e sentite le Regioni interessate, provvede alla ripartizione delle quote del Fondo tra i comuni, assicurando maaggiori risorse a quelli con popolazione minore».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 500.000;
2016: ? 500.000;
2017: ? 500.000.

3.240

BELLOT, MUNERATO, COMAROLI, TOSATO, BISINELLA, STEFANI

Dopo il comma 32, aggiungere il seguente:

«32-*bis.* Al fine di finanziare le spese conseguenti allo stato di emergenza derivante dagli eccezionali eventi meteorologici che hanno colpito il territorio del Veneto tra gennaio e febbraio del 2014, nonché per la copertura degli oneri conseguenti allo stesso, è autorizzata la spesa di 50 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016. All'onere derivante dall'applicazione del presente comma si provvede, per l'anno 2015, a valere sulle risorse del Fondo per lo sviluppo e la coesione che si renderanno disponibili a seguito della verifica sull'effettivo stato di attuazione degli interventi previsti nell'ambito della programmazione 2007-2013, per un importo pari a 50 milioni di euro per l'anno 2015, destinato ad interventi in conto capitale nei territori colpiti dai predetti eventi calamitosi.

2. Per le medesime finalità di cui al comma 1, sono assegnati dal CIPE, con propria delibera, adottata d'intesa con la Presidenza del Consiglio dei ministri ? Dipartimento della protezione civile, 50

milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016, a valere sulle risorse della programmazione nazionale 2014-2020 del Fondo per lo sviluppo e la coesione. Con la stessa delibera sono stabilite le procedure per la concessione dei contributi a valere sugli importi assegnati dal CIPE».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 50 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016».

3.241

BLUNDO, BULGARELLI

Dopo il comma 32, aggiungere il seguente:

«32-*bis*. Le persone fisiche che, alla data del 6 aprile 2009, avevano il domicilio fiscale nei comuni individuati dall'articolo 1, comma 2, del decreto-legge 28 aprile 2009, n. 39, convertito con modificazioni dalla legge 24 giugno 2009, n. 77, sono sospesi dal pagamento della TASI fino al periodo di imposta in corso alla data del 31 dicembre 2017. Le disposizioni di cui al presente comma si applicano, altresì, nei confronti dei soggetti diversi dalle persone fisiche aventi il domicilio fiscale o la sede operativa nei comuni di cui al comma 1».

Conseguentemente, al medesimo articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 500 milioni di euro per ciascuno annui per ciascuno degli anni 2015, 2016, 2017».

3.242

BELLOT, MUNERATO, COMAROLI, TOSATO, BISINELLA, STEFANI

Dopo il comma 32, aggiungere il seguente:

«32-*bis*. Al fine di finanziare le spese conseguenti allo stato di emergenza derivante dagli eccezionali eventi meteorologici che hanno colpito il territorio del Veneto tra Gennaio e Febbraio del 2014, nonché per la copertura degli oneri conseguenti allo stesso, è autorizzata la spesa di 50 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016».

Conseguentemente:

all'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole:

«, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 50 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016».

3.243

BERTOROTTA, MOLINARI, VACCIANO, BOTTICI, MANGILI, BULGARELLI

Dopo il comma 32, aggiungere il seguente:

32-*bis*). «In alternativa al rimborso, i soggetti di cui al comma precedente hanno diritto a compensare il credito con i tributi maturati o maturandi nei confronti dell'Erario, ai sensi dell'articolo 17 del Decreto legislativo del 9.7.1997, n. 241 e successive modificazioni. Il diritto alla compensazione deve essere riconosciuto a chi ha provveduto a presentare domanda entro i termini fissati dal comma precedente».

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 100 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016, 2017».

3.244

VACCARI, BROGLIA

Dopo il comma 32 inserire il seguente:

«32-*bis*. A decorrere dall'anno 2014 una quota non superiore allo 0,2 per mille del fondo di finanziamento ordinario delle università statali di cui all'articolo 5 della legge 24 dicembre 1993, n. 537, è destinata a contributi una tantum a università statali che documentino danni subiti in seguito. a

recenti calamità naturali o che, in seguito ad esse, abbiano proceduto ad annullare o ridurre gli importi di tasse e contributi dovuti dagli studenti le cui famiglie risultino colpite dai medesimi eventi».

3.245

URAS

Sopprimere il comma 33.

Conseguentemente: all'articolo 1, comma 112 sostituire la parola: «250» *con la seguente:* «171,5».

3.246

BONFRISCO, GIBIINO

Sopprimere il comma 33.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 100.000.000;
2016: ? 100.000.000;
2017: ? 100.000.000.

3.247

LAI, PEGORER, FORNARO, CUCCA

Sopprimere il comma 33.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni;

2015: ? 78.500.000;
2016: ? 78.500.000;
2017: ? 78.500.000.

3.248

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Sopprimere il comma 33.

Conseguentemente, al comma 75, tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 78.500.000;
2016: ? 78.500.000;
2017: ? 78.500.000.

3.249

GUALDANI

Il comma 33 è soppresso,

Conseguentemente alla tabella A voce: Ministeio dell'economia e delle finanze ridurre come segue gli stanziamenti previsti:

2015: ? 78.500.000;
2016: ? 78.500.000;
2017: ? 78.500.000.

3.251

MANDELLI

Sopprimere il comma 33.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti modificazioni:

2015: ? 78,5;
2016: ? 78,5.

3.252

AMIDEI, PICCOLI, BERTACCO

Sopprimere il comma 33.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti modificazioni:

2015: ? 78,5;

2016: ? 78,5.

2.253

TOSATO, COMAROLI, BISINELLA, FRAVEZZI

Sopprimere il comma 33.

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole:«, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 80 milioni di euro o a decorrere dal 2015».

3.254

FRAVEZZI, BATTISTA, FAUSTO GUILHERME LONGO, ZIN, PUPPATO

Sopprimere il comma 33.

Conseguentemente all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 80 milioni di euro a decorrere dal 2015».

3.255

BIANCONI

Sopprimere il comma 33.

Conseguentemente alla Tabella C, al aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo, Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 78,5 milioni di euro per ciascuno degli anni 2014, 2015 e 2016».

3.256

ZELLER, BERGER, PALERMO, LANIECE, BATTISTA, FRAVEZZI, PANIZZA

Sopprimere il comma 33.

3.257

D'AMBROSIO LETTIERI, MILO

Sopprimere il comma 33.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti modificazioni:

2015: ? 78,5;

2016: ? 78,5.

3.258

DI BIAGIO

Il comma 33 è soppresso.

3.259

GUALDANI

Il comma 33, è sostituito dai seguenti:

«33. Al fine di contrastare la crescita di fenomeni di evasione in relazione al pagamento delle tasse automobilistiche e di assicurare risorse certe alle Regioni è soppresso il comma 24 dell'articolo 17 della legge 27 dicembre 1997, n. 449. Ai fini della circolazione è obbligatorio il pagamento della tassa automobilistica. A tal fine l'articolo 181 del decreto legislativo 30 aprile 1992, n. 285 è sostituito dal seguente: "Articolo 181 ? *(Sanzioni inerenti il mancato pagamento della tassa automobilistica) ? 1.* Non è consentita la circolazione di veicoli e motoveicoli non in regola con pagamento della tassa automobilistica per l'anno in corso e per gli anni precedenti.

2. Per i veicoli di cui al comma 1 non in regola con i pagamenti ivi compresi quelli utilizzati quali

strumenti di lavoro, è disposta la misura immediata del fermo e del sequestro del veicolo. A tal fine si applicano le disposizioni del comma 4 dell'articolo 193.

3. Chiunque viola le disposizioni del presente articolo è soggetto alla sanzione amministrativa del pagamento di una somma da euro 100 ad euro 200. Si applica la disposizione del comma 8 dell'articolo 180. Le Regioni con propri provvedimenti e con oneri a proprio carico, possono prevedere riduzioni della tassa di circolazione automobilistica o introdurre un apposito servizio volto a informare i singoli utenti sulla scadenza della tassa automobilistica per i veicoli in loro possesso".

33-*quater*. Per consentire una adeguata informazione all'utenza delle disposizioni di cui al comma 33, con propri provvedimenti il Ministero delle infrastrutture e dei trasporti dispone un periodo semestrale transitorio, nel corso del quale, fatte salve le sanzioni pecuniarie, è sospesa l'applicazione della misura del sequestro del veicolo. Entro i medesimi termini e con le medesime modalità, anche al fine di evitare disparità di trattamento fiscale, il Ministero delle infrastrutture e dei trasporti individua misure volte ad estendere il pagamento della tassa automobilistica di circolazione ai veicoli iscritti nei registri automobilistici di altri Stati, circolanti in Italia e appartenenti a persone fisiche o soggetti giuridici operanti stabilmente, anche in periodi limitati dell'anno, in Italia. Nel Codice della strada di cui al decreto legislativo 30 aprile 1992, n. 285, ovunque ricorrano, le parole: "tassa di possesso" sono sostituite dalle parole: "tassa di circolazione"».

3.260

TOSATO, COMAROLI, BISINELLA

Sostituire il comma 33, con il seguente:

«33. All'articolo 63, comma 2 della legge 21 novembre 2000, n. 342, dopo la parola: "estesa" sono aggiunte le seguenti parole: "in ragione della metà"».

Conseguentemente, al comma 125, sostituire la cifra: «187,5»*, con la seguente:* «27,5».

3.261

GUALDANI

Il comma 33, è sostituito dal seguente:

«33. All'articolo 63 della legge 21 novembre 2000, n. 342, sono apportate le seguenti modificazioni:

c) al comma 2, le parole: "20 anni", sono sostituite dalle parole: "25 anni";

d) al comma 4 il primo periodo è sostituito dai seguenti: "1 veicoli di cui al comma 1 sono assoggettati, in caso di utilizzazione sulla pubblica strada, ad una tassa di circolazione forfettaria annua di 50 euro per gli autoveicoli e di 20 euro per i motoveicoli. I veicoli di cui al comma 2 sono assoggettati ad una tassa di possesso forfettaria annua di 50 euro per gli autoveicoli e di 20 euro per i motoveicoli"».

Conseguentemente alla tabella A voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, ridurre come segue gli stanziamenti previsti:*

2015: ?25.000.000;

2016: ?25.000.000;

2015: ?25.000.000.

3.262

GUALDANI

Il comma 33 è sostituito dal seguente:

«33. All'articolo 63 della legge 21 novembre 2000, n. 342, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al comma 2 le parole: "20 anni" sono sostituite dalle parole: "25 anni"

b) al comma 4 il primo periodo è sostituito dal seguente: "I veicoli di cui ai commi 1 e 2 sono assoggettati ad una tassa di possesso forfettaria annua di lire 50 euro per gli autoveicoli edi lire 20 per i motoveicoli"«.

Conseguentemente alla tabella A voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *ridurre come segue gli stanziamenti previsti:*

2015: ?30.000.000;
2016: ?30.000.000;
2017: ?30.000.000.

3.263

MANDELLI, PICCINELLI

Il comma 33 è sostituito dal seguente:

«33. All'articolo 63 della legge 21 novembre 2000, n. 342, al comma 2, sostituire le parole: "venti anni" venticinque anni».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti modificazioni:*

3.264

URAS, DE PETRIS

Sostituire il comma 33 con il seguente:

«33. Al comma 4 dell'articolo 63 della Legge 342/2000 dopo le parole: "forfettaria annua" sostituire le parole: "di lire 50.000 per gli autoveicoli e di lire 20.000 per i motoveicoli" con le parole: "di euro 75,00 per gli autoveicoli di euro 35,00 per i motoveicoli"».

Conseguentemente: all'articolo 1, comma 112 sostituire la parola: «250» *con la seguente:* «171,5».

3.265

MANDELLI, GIBIINO, RIZZOTTI, PICCINELLI

Sostituire il comma 33 con il seguente:

«33. Al comma 4 dell'articolo 63 della legge 342/2000 dopo le parole: "forfettaria annua" sostituire le parole: "di lire 50.000 per gli autoveicoli e di lire 20.000 per i motoveicoli" con le parole: «di euro 75,00 per gli autoveicoli di euro 35,00 per i motoveicoli"».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti modificazioni:*

2015: ? 78,5;
2016: ? 78,5.

3.266

FABBRI, BROGLIA

Sostituire il comma 33 con il seguente:

«33. Al comma 4 dell'articolo 63 della Legge 342/2000 dopo le parole: "forfettaria annua" sostituire le parole: "di lire 50.000 per gli autoveicoli e di lire 20.000 per i motoveicoli" con le parole: "di euro 75,00 per gli autoveicoli di euro 35,00 per i motoveicoli"».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 55.000.000;
2016: ? 55.000.000;
2017: ? 55.000.000.

3.267

LAI, PEGORER, FORNARO, CUCCA, BROGLIA

Il comma 33 è sostituito dal seguente:

«Al comma 4 dell'articolo63 della Legge 342/2000 dopo le parole: "forfettaria annua" sostituire le parole: "di lire 50.000 per gli autoveicoli e di lire 20.000 per i motoveicoli" con le parole: "di euro 75,00 per gli autoveicoli di euro 35,00 per i motoveicoli"».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 49.980.000;
2016: ? 49.980.000;
2017: ? 49.980.000.

3.268

BIANCONI

Il comma 33 è sostituito dal seguente:

«33. Al comma 4 dell'articolo 63 della Legge 342/2000 dopo le parole: "forfettaria annua" sostituire le parole: "di lire 50.000 per gli autoveicoli e di lire 20.000 per i motoveicoli" con le parole: "di euro 75,00 per gli autoveicoli di euro 35,00 per i motoveicoli"».

Conseguentemente, ai maggiori oneri derivanti dalla presente disposizione si fa fronte mediante corrispondente riduzione dell'importo previsto alla Tabella A, rubrica «Ministero dell'Economia e delle finanze» *per l'anno 2015 e seguenti.*

3.269

ZELLER, BERGER, PALERMO, LANIECE, BATTISTA, ERAVEZZI, PANIZZA

Sostituire il comma 33 con il seguente:

«33. All'articolo 63, comma 4, della legge 21 novembre 2000, n.342, alla fine del primo periodo, le parole: "di lire 50.000 per gli autoveicoli e di lire 20.000 per i motoveicoli", sono sostituite dalle seguenti: "di euro 75,00 per gli autoveicoli e di euro 35,00 per i motoveicoli"».

3.270

TOSATO, COMAROLI

Sostituire il comma 33 con il seguente:

«33. Al comma 4 dell'articolo 63 della legge 21 novembre 2000, n. 342, sostituire le parole: "di lire 50.000 per gli autoveicoli e di lire 20.000 per i motoveicoli" con le seguenti: "di euro 75,00 per gli autoveicoli e di euro 35,00 per i motoveicoli"».

3.271

DE PIN, MASTRANGELI, BOCCHINO, CAMPANELLA

Sostituire il comma 33 con il seguente:

«Al comma 4 dell'articolo 63 della Legge 342/2000 dopo le parole: "forfettaria annua" sostituire le parole: "di lire 50.000 per gli autoveicoli e di lire 20.000 per i motoveicoli" con le parole: "di euro 75,00 per gli autoveicoli di euro 35,00 per i motoveicoli"».

3.273

D'AMBROSIO LETTIERI, MILO, TARQUINIO, SCOMA

Sostituire il comma 33, con il seguente:

«33. All'articolo 63 della legge 21 novembre 2000, n. 342, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al comma 4, dopo le parole: "forfettaria annua" sostituire le parole: "di lire 50.000, per gli autoveicoli e di lire 20.00 per i motoveicoli" con le parole: "di euro 75,00 per gli autoveicoli di euro 35,00 per gli autoveicoli"».

3.274

TOSATO, COMAROLI, BISINELLA

Al comma 33, sopprimere le lettere a) *e* c)*, sostituire la lettera* b) *con lo seguente:*

b) al comma 4), il primo periodo è sostituito con il seguente: «i veicoli di cui al comma 2 sono assoggettati, in caso di utilizzazione sulla pubblica strada, ad una tassa di circolazione di importo pari a quello della tassa di proprietà dovuto dai mezzi moderni».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 50 milioni di euro o a decorrere dal 2015».

3.275

TOSATO, COMAROLI, BISINELLA

Al comma 33, sopprimere le lettere a) e c) *e sostituire la lettera* b) *con la seguente:*

b) al comma 2 sostituire le parole: «venti anni» con le seguenti: «venticinque anni».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le

variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 50 milioni di euro o a decorrere dal 2015».

3.276

TOSATO, COMAROLI, BISINELLA

Al comma 33, sopprimere la lettera a) *e sostituire la lettera* b) *con la seguente:*

b) al comma 2 sostituire le parole: «agli autoveicoli e» con le seguenti: «ai».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 22 milioni di euro o a decorrere dal 2015».

3.277

TOSATO, COMAROLI, BISINELLA

Al comma 33, sopprimere la lettera a) *e sostituire la lettera* b) *con la seguente:*

b) al comma 2 sostituire le parole: «agli autoveicoli e» con le seguenti: «ai»;

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 117, sostituire le parole: «250 milioni» *con le seguenti:* «228 milioni».

3.278

GUALDANI

Al comma 33, la lettera b) è soppressa.

Conseguentemente alla Tabella C, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 78,5 milioni di euro per ciascuno degli anni 2014, 2015 e 2016».

3.279

TOSATO, COMAROLI, BISINELLA

Al comma 33, sopprimere la lettera b).

Conseguentemente, al comma 125, sostituire la cifra: «187,5» *con la seguente:* «27,5».

3.280

CASALETTO, DE PIN

Dopo il comma 33, inserire il seguente periodo: «l'imu per i terreni agricoli è abolita».

3.281

MANCUSO, GUALDANI

Dopo il comma 33, aggiungere il seguente:

«33-*bis*. Al fine di ridurre le conseguenze degli incidenti stradali, con benefici in termini di migliori condizioni di sicurezza stradale e di riduzione dei costi sanitari, all'articolo 15 del testo unico delle imposte sui redditi, approvato con decreto del Presidente della Repubblica del 22 dicembre 1986, n.917, dopo il comma 1-*quater* è aggiunto il seguente:

"1-*quinquies*. Dall'imposta lorda si detrae un importo pari al 50 per cento delle spese sostenute, per un importo non superiore a 1.000 euro, per l'acquisto di protezioni per la schiena ovvero protettori gonfiabili, per uso motociclistico. La detrazione spetta esclusivamente per l'acquisto dei suddetti Dispositivi di Protezione Individuale per il motociclismo che siano marchiati e certificati CE, di seconda categoria, da Ente Notificato, in conformità alla Direttiva 89/6S6/CE e successive modificazioni"».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 30.000.000;
2016: ? 30.000.000;
2017: ? 30.000.000.

3.282

GIBIINO, MANDELLI

Dopo il comma 33, aggiungere il seguente:

«33-*bis*. All'articolo 23, del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, il comma 21 è soppresso».

Conseguentemente, ridurre dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

3.283

DE PETRIS, STEFANO, PETRAGLIA, URAS

Dopo il comma 33, aggiungere il seguente:

«33-*bis*. Dopo il secondo periodo del comma 5-*bis*, dell'articolo 4, del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16, convertito, con modificazioni, dalla legge 26 aprile 2012, n. 44, è aggiunto il seguente: "L'esenzione è riconosciuta anche ai terreni, ovunque localizzati, posseduti o condotti da produttori agricoli che, nell'anno solare precedente, hanno realizzato un volume d'affari non superiore a 7.000 euro, costituito per almeno due terzi da cessioni di prodotti di cui alla prima parte della tabella A allegata al decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633"».

3.284

URAS, STEFANO, DE PETRIS, PETRAGLIA

Dopo il comma 33, aggiungere il seguente:

«33-*bis*. Dopo il secondo periodo del comma 5-*bis*, dell'articolo 4, del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16, convertito, con modificazioni, dalla legge 26 aprile 2012, n. 44, è aggiunto il seguente: "L'esenzione è riconosciuta anche ai terreni con destinazione a pascolo e bosco ovunque localizzati, qualora posseduti o condotti da coltivatori diretti e imprenditori agricoli professionali di cui all'articolo 1 del decreto legislativo 29 marzo 2004, n. 99, iscritti nella previdenza agricola"».

3.285

STEFANO, DE PETRIS, PETRAGLIA, URAS

Dopo il comma 33, aggiungere il seguente:

«33-*bis*. Nel terzo periodo del comma 5-*bis*, dell'articolo 4, del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16, convertito, con modificazioni, dalla legge 26 aprile 2012, n.44, le parole: "a decorrere dal medesimo anno 2014" sono sostituite dalle seguenti: "per l'anno 2014 e non inferiore a 300 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015"».

Conseguentemente, nel primo periodo del comma 112 dell'articolo 1, sostituire le parole: «250 milioni»*, con le seguenti:* «200 milioni».

3.286

SUSTA, DI BIAGIO

Dopo il comma 34, aggiungere i seguenti:

«34-*bis*. Ai fini dell'applicazione del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633, Tabella A parte II, numero 18), sono da considerarsi libri tutte le pubblicazioni identificate da codice ISBN e veicolate attraverso qualsiasi supporto fisico o, se tramite mezzi di comunicazione elettronica, a condizione che siano ceduti in regime di licenza che preveda (i) il trasferimento a tempo indeterminato e non revocabile del diritto di utilizzare il contenuto; (ii) la trasferibilità *mortis causa* dei diritti derivanti dalla licenza; (iii) il diritto di richiedere ed ottenere senza costi aggiuntivi e facilmente una versione del libro in formato *standard* interoperabile, qualora non già fornita;(iv) il diritto di prestare il libro digitale a terzi, per periodi ragionevoli ma limitati nel tempo; i seguenti elementi possono inoltre essere presenti, a discrezione dell'editore: (i) la possibilità per il licenziatario di stampare su carta il libro almeno una volta; (ii) l'eventuale marcatura del file con il nominativo dell'acquirente anche ai sensi dell'articolo 102-*quinquies*, legge 22 aprile 1941 n. 633 e successive modificazioni e integrazioni.

34-*ter*. Le licenze di cui al comma 31-*bis* sono verificate dall'Autorità per le Garanzie nelle Comunicazioni, la quale ha competenza a verificare, su istanza di editori di libri su reti di comunicazioni elettroniche, le licenze con le quali vengono commercializzati gli *e-book*, rilasciando

apposite certificazioni di idoneità della licenza per l'ottenimento del regime di cui al comma 34-*bis* in favore dei libri digitali ai quali venga applicata. L'Autorità per le Garanzie nelle Comunicazioni comunica all'Agenzia per le Entrate periodicamente quali siano le licenze da essa verificate e ritenute idonee».

Conseguentemente alla tabella A, stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze*, variare gli importi come segue:*

2015: ? 8.200.000;

2016: ? 8.200.000;

2017: ? 8.200.000.

3.287

URAS

Dopo il comma 34, inserire il seguente:

«34-*bis.* Gli interventi pubblici a finanziamento nazionale, regionale e locale anche con il concorso fondi comunitari finalizzati alla ricostruzione dei territori, alla messa in sicurezza del patrimonio edilizio pubblico e privato, al ripristino e allo sviluppo dell'attività economica ed imprenditoriale delle zone della regione Sardegna interessate dagli eventi alluvionali del mese di novembre 2013 non sono assoggettate, per il triennio 2015-2017, al patto di stabilità interno».

Conseguentemente, all'articolo 1, al comma 112 sostituire la parola: «250»*, con la seguente:* «50»*; al comma 121 sostituire la parola:* «200» *con la seguente:* «100» *e all'articolo 2, comma 67 sostituire le parole:* «238 milioni a di euro per l'anno 2015 e di 200 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016»*, con le seguenti:* «338 milioni di euro per l'anno 2015 e di 300 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016».

3.288

BELLOT, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 34, inserire il seguente:

«34-*bis.* L'articolo 15-*bis* della legge 22 aprile 1941, n. 633, è sostituito dal seguente:

"Art. 15-*bis.* 1. I proventi spettanti alla SIAE sono ridotti quando l'esecuzione, la rappresentazione o la recitazione dell'opera avvengono nella sede dei centri o degli istituti di assistenza, formalmente istituiti, nonché delle associazioni di volontariato, di associazioni di promozione sociale, di *Onlus* e di organizzazioni non lucrative di utilità sociale, di cooperative sociali, purché destinate ai soli soci ed invitati e sempre che non vengano effettuate a scopo di lucro. In mancanza di accordi fra la Società italiana degli autori ed editori (SIAE) e le associazioni di categoria interessate, la misura del compenso sarà determinata con decreto del Presidente del consiglio dei Ministri, sentito il Ministro dell'interno".

2. I centri anziani hanno diritto all'esenzione totale dal pagamento dell'imposta dovuta alla Società italiana degli autori ed editori (SIAE) nell'effettuazione delle loro attività; purché queste siano strettamente riservate agli associati e non soggette a pagamento di ingresso da parte degli stessi.

3. Il Ministro dell'economia e delle finanze, di concerto con il Ministro della solidarietà sociale, sentite le associazioni nazionali interessate e la SIAE, adotta con il medesimo decreto di cui al comma 1, da emanare entro sessanta giorni dall'entrata in vigore della presente legge, il regolamento per l'attuazione delle disposizioni del presente comma».

Conseguentemente, all'articolo1, comma 125, sostituire le parole: «187,5 milioni»*, con le seguenti:* «177,5 milioni».

3.289

FUCKSIA

Dopo il comma 34, aggiungere i seguenti:

«34-*bis.* Alla Tabella A, Parte II, allegata al Decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633, dopo il numero 41-*quater)*, è aggiunto il seguente:

"41-*quinquies)* cibo per cani e gatti e prodotti farmaceutici veterinari".

34-*ter.* All'articolo 10, comma 1, del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972,

n. 633, dopo il numero 18), è aggiunto il seguente:

"18-*bis)* prestazioni veterinarie di diagnosi, cura e riabilitazione"».

Conseguentemente, al medesimo articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo . pari a 50 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016, 2017».

3.290

MARTELLI, NUGNES, MORONESE, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI, CATALFO

Dopo il comma 34, aggiungere il seguente:

«34-*bis.* Alla tabella A, parte III del decreto del Presidente della Repubblica 633 del 1972, dopo il numero 114), aggiungere le seguenti parole: "saponi comuni; detersivi prodotti con certificazione biologica e di fabbricazione comunitaria; prodotti per l'igiene della persona prodotti con certificazione biologica e di fabbricazione comunitaria"».

Conseguentemente, al medesimo articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 125 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016, 2017».

3.291

BELLOT

Dopo il comma 34, inserire il seguente:

«34-*bis.* A decorrere dall'anno 2015, per le attività indicate nella tariffa dell'imposta sugli intrattenimenti allegata al decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 640, svolte dai comuni fino a 15.000 abitanti e dalle associazioni territoriali, in occasione di celebrazioni, ricorrenze o altre manifestazioni, l'aliquota è ridotta del 50 per cento.

2. Prima dell'inizio di ciascuna iniziativa di cui al comma 1, è data comunicazione all'ufficio accertatore territorialmente competente».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 117, sostituire le parole: «250 milioni»*, con le seguenti:* «246 milioni».

3.292

DI GIORGI, PUGLISI, MARCUCCI, ELENA FERRARA, IDEM, LEPRI, MARTINI, MINEO, TOCCI, ZAVOLI

Dopo il comma 34, aggiungere il seguente:

«34-*bis.* È autorizzata la spesa di 1 milione di euro per l'anno 2015 al fine di consentire il completamento della digitalizzazione di 73.000 volumi oggetto dell'Accordo di Collaborazione tra il Ministero per il beni e le attività culturali e l'Agenzia per l'Italia Digitale ? AGID siglato il 2 febbraio 2012».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 1.000.000;

2016: ?;

2017: ?.

3.293

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 34 inserire il seguente:

«34-*bis*. Al punto 3 della tabella A del decreto legislativo 26 ottobre 1995, n. 504, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) Dopo le parole: "navigazione nelle acque" è soppressa la parola: "marine";

b) Dopo le parole: "acque marine comunitarie" sono inserite le seguenti: "e nelle acque interne";

c) Dopo le parole: "trasporto delle merci," sono inserite le seguenti: "e al trasporto dei

passeggeri a scopo commerciale,"».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 125, sostituire le parole: «di 187,5 milioni» *con le seguenti:* «di 185, 5 milioni».

3.294

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 34 inserire il seguente:

«34-b*bis*. Al punto 3 della tabella A del decreto legislativo 26 ottobre 1995, n. 504, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) Dopo le parole: "acque marine comunitarie" sono inserite le seguenti: "e nelle acque interne";

b) , Dopo le parole: "trasporto delle merci,» sono inserite le seguenti: "e al trasporto dei passeggeri a scopo commerciale,"».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 125, sostituire le parole: «di 187,5 milioni» *con le seguenti: «di 185,5 milioni».*

3.295

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 34 inserire il seguente:

«34-*bis*. Al punto 3 della tabella A del decreto legislativo 26 ottobre 1995, n. 504, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) Dopo le parole: "navigazione nelle acque ti è soppressa la parola: "marine";

b) Dopo le parole: "trasporto delle merci," sono inserite le seguenti: "e al trasporto dei passeggeri a scopo commerciale,"».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 125, sostituire le parole: «di 187,5 milioni» *con le seguenti:* «di 185, 5 milioni».

3.296

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 34 inserire il seguente:

«34-*bis*. Al punto 3 della tabella A del decreto legislativo 26 ottobre 1995, n. 504, dopo le parole: "trasporto delle merci," sono inserite le seguenti: "e al trasporto dei passeggeri a scopo commerciale,"».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 125, sostituire le parole: «di 187,5 milioni» con le seguenti: «di 185, 5 milioni».

3.297

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 34 inserire il seguente:

«34-*bis*. Al punto 3 della tabella A del decreto legislativo 26 ottobre 1995, n. 504, dopo le parole: "trasporto delle merci," sono inserite le seguenti: "e al trasporto dei passeggeri a scopo commerciale, comprese le imbarcazioni battenti bandiera dei Paesi extracomunitari,"».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 125, sostituire le parole: «di 187,5 milioni» *con le seguenti:* «di 13 7,5 milioni».

3.298

PUPPATO

Dopo il comma 34 inserire i seguenti:

«34-*bis*. Il comma 5 dell'articolo 26 della legge 11 agosto 2014, n. 125, è sostituito dal seguente:

"5. Le cessioni di beni e le relative prestazioni accessorie effettuate, secondo modalità stabilite con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, nei confronti delle amministrazioni dello Stato e dei soggetti della cooperazione allo sviluppo iscritti nell'elenco di cui al comma 3, destinati ad essere trasportati o spediti fuori dell'Unione europea in attuazione di finalità umanitarie, comprese quelle dirette a realizzare programmi di cooperazione allo sviluppo, sono non imponibili agli effetti dell'imposta sul valore aggiunto ai sensi dell'articolo 8-*bis* del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633".

34-*ter*. Nelle more dell'emanazione del decreto di cui all'articolo 26, comma 5, della legge n. 125 del 2014, come sostituito dal comma 104-*bis*, continuano ad applicarsi le disposizioni contenute nel decreto del Ministro delle finanze del 10 marzo 1988, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* della Repubblica Italiana n. 204 del 31 agosto 1988».

3.299

STEFANO, URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA

Dopo il comma 36 aggiungere il seguente:

«36-*bis*. Limitatamente al settore della pesca ed in deroga a quanto previsto dalle disposizioni di legge che prevedono divieti o limiti di partecipazione, le imprese non finanziarie di grandi dimensioni, nonché gli enti pubblici e privati possono partecipare al capitale sociale dei confidi di cui al comma 4 dell'articolo 102 del decreto legislativo 1 settembre 1993, n. 385 e fruire delle garanzie da essi rilasciate, purché le piccole e medie imprese socie dispongano almeno della metà più uno dei voti esercitabili nell'assemblea e la nomina dei componenti degli organi che esercitano funzioni di gestione e di supervisione strategica sia riservata all'assemblea».

3.300

STEFANO, URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA

Dopo il comma 36 aggiungere il seguente:

«36-*bis*. Le risorse per l'attuazione delle convenzioni di cui all'articolo 5 del decreto legislativo 18 maggio 2001, n. 226 sono incrementate di euro 3.000.000 per il 2015, di euro 2.500.000 per il 2016 e di euro 2.000.000 per il 2017. Al relativo onere si provvede a valere sulle risorse recate dal Fondo centrale per il credito peschereccio, istituito presso il ministero delle Politiche agricole, alimentari e forestali, nonché sulle risorse resesi disponibili sul Fondo di Rotazione di cui all'articolo 5, legge 16 aprile 1987, n. 183, valutate in euro 13 milioni per le misure dell'Asse 4 e in euro 36 milioni per le misure dell'Asse 2, a seguito della rimodulazione del tasso di cofinanziamento nazionale relativo al Fondò Europeo Pesca di cui al Regolamento (CE) n. 1198/2006 del 27 luglio 2007, con riferimento alle risorse assegnate dall'articolo 12 del Regolamento stesso. Le quote liberatesi di competenza delle Regioni sono utilizzate per le medesime finalità».

3.301

STEFANO, URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA

Dopo il comma 36 aggiungere il seguente:

«36-*bis*. Con riferimento alle risorse assegnate dall'articolo 12 Regolamento (CE) n. 1198/2006 del 27 luglio 2007, del Consiglio, il Fondo europeo Pesca, il fondo di rotazione di cui all'articolo 5, legge 16 aprile 1987, n. 183, a seguito della rimodulazione del tasso di cofinanziamento nazionale, è incrementato per l'anno 2015 di euro 13 milioni con riferimento alle misure dell'Asse 4 e di euro 36 milioni per le misure dell'Asse 2 del Regolamento stesso. Le quote libera tesi, di competenza delle Regioni, sono utilizzate per le medesime finalità».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 77, tabella C, voce Piano triennale della pesca (ministero infrastrutture ? 4.1. Cap. 2179) la dotazione finanziaria viene incrementata nel 2015 da 338.552 a 1.000.000 euro; nel 2016 da 346.324 a 900.000 euro; nel 2017 da 346.324 a 800.000; e la voce ministero delle politiche agricole, alimentari e forestali, legge 8 luglio 1991, n. 267, relativa all'attuazione del Piano nazionale della pesca marittima e misure in materia di credito peschereccio, nonché di riconversione delle unità da pesca adibite alla pesca con reti da posta derivanti: articolo 1, comma 1, Attuazione del piano nazionale per la pesca marittima (1.5 ? Capp. 1173, 1413, 1414, 1415, 1418, 1477, 1488) *apportare le seguenti variazioni:*

2015: +5.000.000;
2016: +4.000.000;
2017: +3.000.000.

3.302

ARACRI

Dopo il comma 39, aggiungere il seguente:

«39-*bis*. All'articolo 1 della legge 27 dicembre 2013, n. 147, dopo il comma 618, aggiungere i seguenti:

"618-*bis*. Al fine di ridurre il numero delle pendenze giudiziarie, stabilizzando il gettito legato al recupero delle relative imposte, contributi e sanzioni ed. agevolando gli investimenti destinati alla crescita del livello occupazionale ed allo sviluppo delle imprese, le liti derivanti da ogni tipo di contestazione relativa ad attività di impresa o di lavoro autonomo, pendenti alla data del 31 ottobre 2014 dinanzi alle commissioni tributarie, al giudice del lavoro o al giudice ordinario in ogni grado del giudizio e anche a seguito del rinvio, possono essere definite a domanda del soggetto che ha proposto l'atto introduttivo del giudizio, con il pagamento di una somma:

di 500 euro se il valore della lite è di importo fino a euro 2.000;

pari al 30 per cento del valore della lite se il valore della lite è superiore a euro 2.000

e la contestuale presentazione all'ufficio titolare dell'atto impugnato di un piano di investimenti per gli anni 2015 e 2016 pari alla differenza tra quanto versato e il valore della lite stessa.

618-*ter*. Le somme dovute ai sensi del comma 618-*bis* sono versate entro e non oltre il 31 marzo 2015, secondo le ordinarie modalità previste per il versamento diretto dei tributi e contributi cui la lite si riferisce, esclusa in ogni caso la compensazione prevista dall'articolo 17 del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, e successive modificazioni. Dette somme possono essere versate anche ratealmente, in un massimo di sei rate trimestrali se le somme dovute superano euro 50.000. L'importo della prima rata è versato entro il termine indicato nel primo periodo. Gli interessi legali sono calcolati dal 1º aprile 2015 sull'importo delle rate successive. L'omesso versamento delle rate successive alla prima entro le date inicate comporta la decadenza dal beneficio e il recupero del residuo.

618-*quater*. La presentazione del piano di investimenti deve avvenire entro e non oltre il 31 marzo 2015, unitamente alla prova dell'avvenuto pagamento dell'importo dovuto o della prima rata, secondo le modalità stabilite con provvedimento del direttore del competente ufficio dell'amministrazione finanziaria dello Stato parte del giudizio.

618-*quinquies*. Ai fIni del presente articolo si intende:

a) per lite pendente, quella avente ad oggetto avvisi di accertamento, provvedimenti di irrogazione delle sanzioni ed ogni altro atto di imposizione e recupero di imposte e contributi, per i quali alla data di entrata in vigore della presente legge, è stato proposto l'atto introduttivo del giudizio, nonché quella per la quale l'atto introduttivo sia stato dichiarato inammissibile con pronuncia non passata in giudicato. Si intende, comunque, pendente la lite per la quale, alla 31 ottobre 2014, non sia intervenuta sentenza passata in giudicato;

b) per valore della lite, da assumere a base di calcolo della definizione, l'importo dell'imposta, dei contributi e delle sanzioni che hanno formato oggetto di contestazione in primo grado, al netto degli interessi; il valore della lite è determinato con riferimento a ciascun atto introduttivo del giudizio, indipendentemente dal numero di soggetti interessati e dai tributi e contributi in esso indicati.

618-*sexies*. Restano comunque dovute a titolo definitivo, con esclusione. delle sanzioni, le somme il cui pagamento è previsto dalle vigenti disposizioni in pendenza di lite, anche se non iscritte a ruolo o liquidate.

618-*septies*. Le liti che possono essere definite ai sensi delle presenti disposizioni sono sospese fino al 30 giugno 2015; qualora sia stata già fissata la trattazione della lite nel suddetto periodo, i giudizi sono sospesi a richiesta del contribuente che dichiari di volersi avvalere di tali disposizioni.

618-*octies*. Gli uffici di cui al comma 618-*bis* trasmettono alle commissioni tributarie, ai tribunali e alle corte di appello, entro il 30 giugno 2015, un elenco delle liti pendenti per le quali è stata presentata domanda di definizione. Tali liti sono sospese fino a luglio 2017. L'estinzione del giudizio viene dichiarata a seguito di comunicazione degli uffici di cui al comma 618-*bis* attestante la regolarità della domanda di definizione ed il pagamento integrale di quanto dovuto. La predetta comunicazione deve essere depositata nella segreteria della commissione o nella cancelleria degli uffici giudiziari entro luglio 2017. Entro la stessa data l'eventuale diniego della definizione, oltre ad essere comunicato alla segreteria della commissione o alla cancelleria degli uffici giudiziari, viene notificato

all'interessato il quale, entro sessanta giorni, lo può impugnare dinanzi all'organo giurisdizionale presso il quale pende la lite.

618-*novies*. La definizione di cui al comma 618-*bis* effettuata da parte di uno dei coobbligati esplica efficacia a favore degli altri; inclusi quelli per i quali non sia più pendente, fatto salvo quanto previsto dal comma 618-*sexies*"».

Conseguentemente, al comma 66, aggiungere infine le seguenti parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C ad eccezione di quelle relative al Ministero del lavoro e delle politiche sociali, al Ministero della salute e al Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca, sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 100 milioni per l'anno 2015».

Alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 20.000;
2016: ? 20.000;
2017: ? 20.000.

3.303

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 42, aggiungere i seguenti:

«42-*bis*. All'articolo 1 della legge 24 dicembre 2012, n. 228, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al comma 491:

1) sono premesse le seguenti parole: "Nelle more dell'approvazione definitiva della proposta di direttiva COM(2013)71 del Consiglio, del 14 febbraio 2013, in via transitoria";

2) le parole: "Per valore della transazione si intende il valore del saldo netto delle transazioni regolate giornalmente relative al medesimo strumento finanziario e concluse nella stessa giornata operativa da un medesimo soggetto, ovvero il corrispettivo versato," sono sostituite dalle seguenti: "Per valore della transazione si intende il valore della singola operazione";

3) le parole: "Sono altresì esclusi dall'imposta i trasferimenti di proprietà di azioni negoziate in mercati regolamentari o sistemi multilaterali di negoziazione emesse da società la cui capitalizzazione media nei mese di novembre dell'anno precedente a quello in cui avviene il trasferimento di proprietà sia inferiore a 500 milioni di euro" sono sostituite dalle seguenti: "Sono altresì esclusi dall'imposta i trasferimenti di proprietà di azioni emesse da società la cui capitalizzazione media nel mese di novembre deIl'anno precedente a quello in cui avviene il trasferimento di proprietà sia inferiore a 500 milioni di euro";

b) al comma 492:

1) le parole: "che abbiano come sottostante prevalentemente uno o più strumenti finanziari di cui al comma 491, o il cui valore dipenda prevalentemente da uno o più degli strumenti fmanziari di cui al medesimo comma," e le parole: ", che permettano di acquisire o di vendere prevalentemente uno o più strumenti finanziari di cui al comma 491 o che comportino un regolamento in contanti determinato con riferimento prevalentemente a uno o più strumenti finanziari indicati al precedente comma" sono soppresse; le parole: "ad imposta in misura fissa, determinata con riferimento alla tipologia di strumento e al valore del contratto, secondo la tabella 3 allegata alla presente legge" sono sostituite dalle seguenti: "ad imposta con aliquota dello 0,05 per cento siti valore della transazione";

c) dopo il comma 499, è inserito il seguente:

"499-*bis*. Nella nota 3-*ter* all'articolo 13 della tariffa allegata al decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 642, e successive modificazioni, è aggiunto, in fine, il seguente periodo: ?Non sono altresì soggette all'imposta le comunicazioni relative ai depositi di titoli emessi con modalità diverse da quelle cartolari e, comunque oggetto di successiva dematerializzazione, il cui complessivo valore nominale o di rimborso posseduto presso ciascuna banca sia pari o inferiore a mille euro'";

d) al comma 500 è aggiunto, in fine, il seguente periodo: "Le disposizioni previste, in via

transitoria, dai commi da 491 al presente comma, sono adeguate, entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della normativa definitiva di cui alla proposta di direttiva COM(2013)71 del Consiglio, del 14 febbraio 2013, a quanto disposto da tale normativa IlIevedendo, in particolare, l'introduzione del principio di emissione a complemento del generale principio di residenza, al fine di limitare i fenomeni di delocalizzazione degli istituti finanziari.

42-*ter*. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, da emanare entro trenta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono stabilite le modalità di attuazione delle disposizioni di cui al comma precedente"».

3.304

GIOVANNI MAURO

Al comma 43, sostituire la parola: «derivanti» *con:* «corrispondenti»*; dopo le parole:* «meno sviluppate» *sostituire le parole da:* «precedentemente» *a* «europei» *con* «nel rispetto delle previsioni dell'articolo 119 della Costituzione, dell'articolo 174 TFUE e dei meccanismi di perequazione fiscale ed infrastrutturale»*; dopo le parole:* «coesione territoriale» *inserire* «d'intesa con la Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le regioni e le province di Trento e Bolzano».

3.305

TARQUINIO, D'AMBROSIO LETTIERI, BONFRISCO, BRUNI, PERRONE, LIUZZI, ZIZZA, IURLARO, FALANGA, EVA LONGO, D'ANNA, ARACRI, PAGNONCELLI, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNA

Dopo il comma 43, inserire i seguenti:

«43-*bis*. Per la durata di tre anni dall'entrata in vigore della presente legge, in favore delle micro, piccole e medie imprese ubicate nei territori colpiti da eventi straordinari, già oggetto di deliberazione da parte del Consiglio dei ministri, e che abbiano subito danni in conseguenza di tali eventi, l'intervento del Fondo di garanzia di cui all'articolo 2, comma 100, lettera *a)*, della legge 23 dicembre 1996, n. 662, è concesso, a titolo gratuito e con priorità sugli altri interventi, per un importo massimo garantito per singola impresa di 2 milioni e cinquecentomila euro.

43-*ter*. In via sperimentale, fino al 31 dicembre 2017, nei territori delle province interessati dagli eventi calmitosi già oggetto di deliberazione da parte del Consiglio dei ministri, si applica, entro trenta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge la disciplina delle zone a burocrazia zero prevista dall'articolo 43 del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 luglio 2010, n. 122.

43-*quater*. I soggetti che abbiano residenza o sede legale o operativa in uno dei comuni per i quali il Consiglio dei ministri ha dichiarato lo stato di emergenza che siano titolari di mutui ipotecari o chirografari relativi a edifici distrutti, inagibili o inabitabili, anche parzialmente, ovvero relativi alla gestione di attività di natura commerciale ed economica svolte nei medesimi edifici, previa presentazione di autocertificazione del danno subito, resa ai sensi del testo unico di cui al decreto del Presidente della Repubblica 28 dicembre 2000, n. 445, ottengono, a domanda, fino alla ricostruzione, all'agibilità o all'abitabilità del predetto immobile e comunque non oltre il 31 dicembre 2016, una sospensione delle rate dei medesimi mutui in essere con banche o intermediari finanziari, optando tra la sospensione dell'intera rata e quella della sola quota capitale, senza oneri aggiuntivi per il mutuatario».

Conseguentemente all'articolo 2, dopo il comma 45, inserire il seguente:

«45-*bis*. A decorrere dall'anno 2015 è disposta la riduzione lineare delle dotazioni finanziarie disponibili iscritte a legislazione vigente in termini di competenza e di cassa, nell'ambito delle spese rimodulabili delle missioni di spesa di ciascun Ministero di cui all'articolo 21, comma 5, lettera *b)*, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, per un importo pari a 500 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017. Sono esclusi gli stanziamenti relativi all'istituto della destinazione del cinque per mille dell'imposta sul reddito delle persone fisiche, gli stanziamenti relativi alle spese per la tutela dell'ordine e la sicurezza pubblica, nonché per il soccorso pubblico, e gli stanziamenti relativi al fondo sviluppo e coesione. Il Ministro dell'economia e delle finanze, ai fini delle successive riduzioni, è

autorizzato ad accantonare e rendere indisponibili le predette somme. Le amministrazioni potranno proporre variazioni compensative, anche relative a missioni diverse, tra gli accantonamenti interessati nel rispetto dell'invarianza sui saldi di finanza pubblica».

3.306

TARQUINIO, D'AMBROSIO LETTIERI, BONFRISCO, BRUNI, PERRONE, LIUZZI, ZIZZA, IURLARO, FALANGA, EVA LONGO, D'ANNA, ARACRI, PAGNONCELLI, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNA

Dopo il comma 44 inserire i seguenti:

«44-*bis*. In considerazione della eccezionale crisi economica internazionale e della conseguente necessità di accelerare la spesa dei programmi cofinanziati dai fondi strutturali negli anni 2015, 2016 e 2017, le spese effettuate a valere sulle risorse dei cofinanziamenti nazionali dei fondi strutturali comunitari sono escluse dal saldo finanziario, rilevante ai fini della verifica del rispetto del patto di stabilità interno.

44-*ter*. L'esclusione opera nel limite massimo di 1 miliardo di euro milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017.

44-*quater*. Per compensare gli effetti in termini di fabbisogno e di indebitamento netto di cui al comma 1, è istituito nello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze con una dotazione, in termini di sola cassa, di 1.000 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017 un "Fondo di compensazione per gli interventi volti a favorire lo sviluppo", ripartito sulla base della chiave di riparto dei fondi strutturali 2014-2020, così come stabilita nell'Accordo di Partenariato 2014-2020, adottato con Decisione CE del 29 ottobre 2014.

44-*quinques*. All'utilizzo del Fondo si provvede, con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, su proposta dell'autorità politica delegata alla politica di coesione da comunicare al Parlamento e alla Corte dei conti, su richiesta dell'Amministrazione interessata, sulla base dell'ordine cronologico delle richieste e entro i limiti della dotazione assegnata ad ogni singola Amministrazione».

Conseguentemente, all'articolo 2, dopo il comma 45, inserire il seguente:

«45-*bis*. A decorrere dall'anni 2015 è disposta la riduzione lineare delle dotazioni finanziarie disponibili iscritte a legislazione vigente in termini di competenza e di cassa, nell'ambito delle spese rimodulabili delle missioni di spesa di ciascun Ministero di cui all'articolo 21, comma 5, lettera *b)*, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, per un importo pari a 1.000 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017. Sono esclusi gli stanziamenti relativi all'istituto della destinazione del cinque per mille dell'imposta sul reddito delle persone fisiche, gli stanziamenti relativi alle spese per la tutela dell'ordine e la sicurezza pubblica, nonché per il soccorso pubblico, e gli stanziamenti relativi al fondo sviluppo e coesione. Ministro dell'economia e delle finanze, ai fini delle successive riduzioni, è autorizzato ad accantonare e rendere indisponibili le predette somme. Le amministrazioni potranno proporre variazioni compensative, anche relative a missioni diverse, tra gli accantonamenti interessati nel rispetto dell'invarianza sui saldi di finanza pubblica».

3.307

MAURO MARIA MARINO, GIANLUCA ROSSI, FORNARO, GIACOBBE, GUERRA, MOSCARDELLI, RICCHIUTI, TURANO

Dopo il comma 44, aggiungere i seguenti:

«44-*bis*. All'articolo 2 della legge 7 dicembre 2000, n.383, vengono apportate le seguenti modificazioni. Al comma 1 dopo la parola: "federazioni" e prima di "costituiti" è aggiunta la seguente: "nonché le Comunità Intenzionali".

44-*ter*. Sono definite Comunità Intenzionali le aggregazioni di cui al comma 44-*bis* che prevedono tra le loro finalità e caratteristiche la convivenza stabile e continuativa tra una pluralità di componenti, la collegialità delle determinazioni assunte, la solidarietà e il sostegno reciproco tra i componenti medesimi. I requisiti previsti sono l'insediamento stabile in uno specifico territorio omogeneo o area geografica definita. Il progetto intorno al quale si costituisce la Comunità Intenzionale deve risultare indirizzato al raggiungi mento di un comune obiettivo, sia esso anche

finalizzato alle ricerca etica e spirituale, con effetti di utilità sociale a beneficio dei soggetti compartecipi e della comunità circostante. Il Ministero competente, entro 90 giorni dall'entrata di vigore della presente legge, apporta ai registri nazionali di cui gli adeguamenti necessari».

3.308

CHIAVAROLI, BIANCONI, MANCUSO, GUALDANI

Dopo il comma 44 aggiungere il seguente:

«44-*bis*. Il comma 5-*bis* dell'articolo 4 del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16, convertito, con modificazioni, dalla legge 26 aprile 2012, n. 44, come sostituito dal comma 2 dell'articolo 22 del decreto legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito con modificazioni dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, è sostituito dal seguente:

"5-*bis*. Con decreto di natura non regolamentare del Ministro dell'economia e delle finanze, di concerto con i Ministri delle politiche agricole alimentari e forestali, e dell'interno, sono individuati i comuni montani e semi-montani nei quali, a decorrere dall'anno di imposta 2015, si applica l'esenzione di mi alla lettera *h)* del comma 1 dell'articolo 7 del decreto legislativo 30 dicembre 1992, n. 504. Ai fini dell'applicazione del precedente periodo sono considerati territori montani i Comuni censuari situati per almeno 1'80 per cento della loro superficie al di sopra di 600 metri di altitudine sul livello del mare e quelli nei quali il dislivello tra la quota altimetrica inferiore e la superiore del territorio comunale non è minore di 600 metri. Tale soglia è ridotta a 500 metri nelle aree meridionali ricomprese nell'obiettivo convergenza comunitario. L'esenzione in ogni caso si applica anche ai terreni la cui altitudine superi le suddette soglie. L'esenzione si applica diversificando tra terreni posseduti da coltivatori diretti e imprenditori agricoli professionali di cui all'articolo 1 del decreto legislativo 29 marzo 2004, n. 99, iscritti nella previdenza agricola, e gli altri si intendono come posseduti dai soggetti di cui al periodo precedente i terreni da essi condotti di proprietà degli ascendenti, del coniuge o dei fratelli. L'esenzione non si applica ai terreni agricoli lasciati incolti o abbandonati; a tal fine i comuni, con propri regolamenti hanno facoltà di incrementare l'imposta a carico dei suddetti terreni o di introdurre nuove o ulteriori riduzioni in favore dei terreni in attualità di coltura, sino a concorrenza dei minori trasferimenti dallo Stato derivanti dall'applicazione del presente comma. Ai terreni a immutabile destinazione agro-silvo-pastorale a proprietà collettiva indivisibile e inusucapibile che, in base al predetto decreto, non ricadano in zone montane o di collina, è riconosciuta l'esenzione dall'IMU. Dalle disposizioni di cui al presente comma deve derivare un maggior gettito complessivo annuo non inferiore a 350 milioni di euro a decorrere dal medesimo anno 2015. Il recupero del maggior gettito, come risultante per ciascun comune a seguito dell'adozione del decreto di cui al periodo precedente, è operato, per i comuni delle Regioni a statuto ordinaria e delle Regioni Siciliana e Sardegna, con la procedura prevista dai commi 128 e 129 dell'articolo 1 della legge 24 dicembre 2012, n. 228, e, per i comuni delle regioni Friuli-Venezia Giulia e Valle d'Aosta e delle province autonome di Trento e di Bolzano, in sede di attuazione del comma 17 dell'articolo 13 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214. Con riferimento all'anno 2014, in cosiderazione della sospensione dell'applicazione delle misure del presente comma, sono sospese le procedure di cui ai due precedenti periodi. Con apposito decreto del Ministero dell'interno, di concerto con il Ministero dell'economia e delle finanze, sono stabilite le modalità per la compensazione del minor gettito in favore dei. comuni nei quali ricadono terreni a immutabile destinazione agrosilvo-pastorale a proprietà. collettiva indivisibile e inusucapibile non situati in zone montane o di collina, ai quali è riconosciuta l'esenzione dall'IMU».

Conseguentemente all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: »ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 350 milioni di euro per l'anno 2015».

3.309

LEZZI, BULGARELLI, MANGILI

Dopo il comma 45 aggiungere i seguenti:

«45-*bis*. A decorrere dal 1º gennaio 2015, l'aliquota dell'imposta sul valore aggiunto del 22 per cento è rideterminata nella misura del 21,5 per cento;

45-*ter*. Alla legge 27 dicembre 2013, n. 147, apportare le seguenti modifiche:

a) al comma 639, dopo le parole: "a carico sia del possessore che dell'utilizzatore dell'immobile" sono inserite le seguenti: ", escluse le abitazioni principali e le relative pertinenze, ad eccezione delle abitazioni di lusso aventi le caratteristiche individuate dal decreto del Ministro per i lavori pubblici 2 agosto 1969, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* n. 218 del 27 agosto 1969, e comunque dei fabbricati classificati nelle categorie catastali A/8 e A/9,";

b) al comma 669, le parole: ", ivi compresa l'abitazione principale come definita ai sensi dell'imposta municipale propria," sono soppresse;

45-*quater*. A decorrere dalla data di entrata in vigore della presente legge, per i consumi intermedi e per l'acquisto di beni, servizi e forniture prodotti dai produttori *market*, le amministrazioni inserite nel conto economico consolidato della pubblica amministrazione, come individuate dall'Istituto nazionale di statistica (ISTAT) ai sensi dell'articolo 1 della legge 31 dicembre 2009, n. 196, ricorrono ai sistemi di acquisto messi a disposizione da Consip S.p.A o da altre centrali di committenza anche regionali, in modo da assicurare risparmi non inferiori a 4,5 miliardi di euro a decorrere dall'anno 2015;

45-*quinquies*. Al fine di conseguire i risparmi di spesa di cui al comma 45-*quater*, gli enti ricompresi nel conto economico consolidato delle amministrazioni pubbliche ricorrono ai sistemi centralizzati di acquisto di beni, servizi e forniture, in misura non inferiore al 50 per cento delle spese annuali complessive per l'acquisto di beni, servizi e forniture. Gli enti di cui al comma 45*quater* sono tenuti a specificare nel rendiconto dell'esercizio finanziario di ciascun anno l'ammontare delle spese effettuate avvalendosi dei sistemi di acquisto centralizzati, nonché l'ammontare delle spese effettuate;

45-*sexies*. Al fine di conseguire i risparmi di spesa di cui al comma 45-*quater*, entro il 30 giugno di ogni anno, a partire dal 2014, tutti gli enti di cui al comma45-*quater* definiscono e inviano a Consip S.p.A l'elenco dei beni, servizi e forniture di cui necessitano per 1'espletamento delle proprie funzioni istituzionali e per lo svolgimento di ogni altra attività. I comuni e le province provvedono alla trasmissione di tale elenco rispettivamente tramite l'ANCI e l'UPI;

45-*septies*. Entro il 30 novembre di ogni anno, a partire dal 2015, Consip S.p.A, individua e aggiorna, ove necessario, mediante un sistema di *benchmarking*, il rapporto di qualità e prezzo in relazione alle tipologie di beni, servizi e forniture indicate negli elenchi di cui al comma 45-*sexies*; 45-*octies*. In deroga a quanto previsto nei commi da 45-*quater* a 45-*septies*, gli enti di cui al comma 45-*quater*. Possono stipulare contratti di acquisto solo a un prezzo più basso di quello individuato da Consip S.p.A. con criteri di cui ai commi da 45-*quater* a 45-*septies*;

45-*nonies*. In caso di mancato rispetto degli obiettivi di risparmio di spesa di cui al comma 45-*quater*, ai fini del patto di stabilità interno, sono ridotti i trasferimenti statali a qualunque titolo spettanti alle regioni a statuto ordinario, i trasferimenti correnti dovuti a:lle province, ai comuni e i trasferimenti alle regioni a statuto speciale e alle province autonome di Trento e Bolzano in misura pari alla differenza tra il risultato registrato e l'obiettivo programmatico predeterminato; 4045-*decies*. In caso di mancato rispetto degli obiettivi di risparmio di spesa di cui ai commi da 45-*quater* a 45-*octies*, il soggetto inadempiente, nell'anno successivo a quello dell'inadempienza, non può:

a) impegnare spese correnti in misura superiore all'importo annuale medio dei corrispondenti impegni effettuati nell'ultimo triennio;

b) ricorrere all'indebitamento per gli investimenti, i mutui e i prestiti obbligazionari posti in essere con istituzioni creditizie o finanziarie per il finanziamento degli investimenti, i quali devono essere corredati da apposita attestazione da cui risulti il rispetto degli obblighi di cui ai commi da 45-*quater* a 45-*octies* nell'anno precedente; l'istituto finanziatore o l'intermediario finanziario non può procedere al finanziamento o al collocamento del prestito in assenza della predetta attestazione;

c) procedere ad assunzioni di personale a qualsiasi titolo, con qualsivoglia tipologia contrattuale, ivi compresi i rapporti di collaborazione coordinata e continuativa e di somministrazione,

anche con riferimento ai processi di stabilizzazione in atto; è fatto altresì divieto agli enti di stipulare contratti di servizio con soggetti privati che si configurino come elusivi della presente disposizione;

45-*undecies*. I contratti stipulati in violazione degli obblighi di cui ai commi da 45-*quater* a 45-*octies* sono nulli, costituiscono illecito disciplinare e sono causa di responsabilità amministrativa;

45-*duodecies*. I soggetti di cui al comma 45-*quater* comunicano trimestralmente al Ministero dell'economia e delle finanze la quota di acquisti effettuata secondo le modalità di cui ai precedenti commi, in modo da consentire la verifica del rispetto degli obblighi previsti, nonché dei relativi risparmi di spesa;

45-*terdecies*. Gli ulteriori risparmi di spesa che dovessero realizzarsi in attuazione dei precedenti commi sono comunque destinati esclusivamente alla riduzione della pressione fiscale statale;

45-*quaterdecies*. Con decreto di natura non regolamentare, adottato dal Ministero dell'economia e delle finanze di concerto con il Ministero dell'interno entro 30 giorni dalla data di entrata in vigore della legge di conversione del presente decreto, sono stabilite le disposizioni attuative dei commi ai commi da 45-*quater* a 45-*terdecies*».

3.310

RICCHIUTI, ZANONI, PUPPATO, RUTA, LO GIUDICE, CASSON

Dopo il comma 45, inserire i seguenti commi:

«45-*bis*. Al fine di favorire la portabilità dei contratti di conto corrente bancario, il cliente può chiedere di trasferire il rapporto di conto corrente bancario ad altra banca senza oneri aggiuntivi purché le banche coinvolte aderiscano ai protocolli tecnici interbancari italiani.

45-*ter*. Con il trasferimento del rapporto di conto corrente, la banca di destinazione subentra nei mandati di pagamento e riscossione conferiti alla banca di origine, alle condizioni stipulate fra la banca di destinazione e il cliente.

45-*quater*. Ti trasferimento di cui al comma 45-*bis* deve perfezionarsi entro il termine di 15 giorni lavorativi da quando il cliente chiede alla banca di destinazione di acquisire dalla banca di origine i dati relativi ai mandati di pagamento e di riscossione in essere. Contestualmente all'estinzione del rapporto di conto corrente, la banca di origine provvede a trasferire alla banca di destinazione l'eventuale saldo in favore del cliente ed ogni informazione necessaria a garantire il servizio di portabilità del conto corrente. La banca di destinazione può ritirare dal cliente, per conto della banca di provenienza, eventuali strumenti elettronici di pagamento e moduli di assegno inutilizzati, per gli effetti di cui al comma 45-*ter* del precedente articolo.

45-*quinquies*. Con il trasferimento del conto corrente può essere richiesto anche il trasferimento degli strumenti finanziari associati al conto corrente trasferito senza oneri aggiuntivi per il cliente.

45-*sexies*. Nel caso in cui il trasferimento non si perfezioni entro il termine di 15 giorni lavorativi, per cause dovute alla banca di origine, quest'ultima è comunque tenuta a risarcire il cliente in misura pari all'1 per cento del saldo, per ciascun mese o frazione di mese di ritardo, salvo prova di maggior danno. Resta ferma la possibilità per la banca di origine di rivalersi sulla banca di destinazione, nel caso in cui il ritardo sia dovuto a cause a questa imputabili. la responsabilità di cui al presente paragrafo non si applica in caso di circostanze esterne a chi le adduce, anormali e imprevedibili, le cui conseguenze non si sarebbero potute evitare nonostante ogni diligenza impiegata o nei casi in cui una banca sia vincolata da altri obblighi di legge.

45-*septies*. È nullo ogni patto, anche posteriore alla conclusione dei contratto, con il quale si impedisca o si renda più oneroso o complesso per il cliente l'esercizio della facoltà di trasferimento di cui al comma 45-*bis*. La nullità del patto non comporta la nullità del contratto di conto corrente».

3.311

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, CROSIO

Dopo il comma 45, aggiungere il seguente:

«45-*bis*. Il comma 6 dell'articolo 51 del Decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, si interpreta nel senso che i lavoratori rientranti nella disciplina ivi dettata sono quelli per i quali sono presenti contestualmente le seguenti condizioni:

1. la mancata indicazione nel contratto e/o lettera di assunzione della sede di lavoro;
2. lo svolgimento di una attività lavorativa che richiede la continua mobilità del dipendente;
3. la corresponsione al dipendente, in relazione allo svolgimento dell'attività lavorativa in luoghi sempre variabili e diversi, di un'indennità o maggiorazione di retribuzione in misura fissa, attribuiti senza distinguere se il dipendente si è effettivamente recato in trasferta e dove la stessa si è svolta».

3.312

GAMBARO

Dopo il comma 45, aggiungere il seguente:

«45-*bis*. Il comma 6 dell'articolo 51 del Decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, si interpreta nel senso che i lavoratori rientranti nella disciplina ivi dettata sono quelli per i quali sono presenti contestualmente le seguenti condizioni:

1. la mancata indicazione nel contratto e/o lettera di assunzione della sede di lavoro;
2. lo svolgimento di una attività lavorativa che richiede la continua mobilità del dipendente;
3. la corresponsione al dipendente, in relazione allo svolgimento dell'attività lavorativa in luoghi sempre variabili e diversi, di una indennità o maggiorazione di retribuzione in misura fissa, attribuiti senza distinguere se il dipendente si è effettivamente recato in trasferta e dove la stessa si è svolta«.

3.313

CARIDI

Dopo il comma 45, aggiungere il seguente:

«45-*bis*. Il comma 6 dell'articolo 51 del Decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, si interpreta nel senso che i lavoratori rientranti nella disciplina ivi dettata sono quelli per i quali sono presenti con testualmente le seguenti condizioni:

1. la mancata indicazione nel contratto e/o lettera di assunzione della sede di lavoro;
2. lo svolgimento di una attività lavorativa che richiede la continua mobilità del dipendente;
3. la corresponsione al dipendente, in relazione allo svolgimento dell'attività lavorativa in luoghi sempre variabili e diversi, di una indennità o maggiorazione di retribuzione in misura fissa, attribuiti senza distinguere se il dipendente si è effettivamente recato in trasferta e dove la stessa si è svolta».

3.314

TOMASELLI, COLLINA, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA, PAGLIARI, CALEO, MAURO MARIA MARINO, VACCARI

Dopo il comma 45, inserire il seguente:

«45-*bis*. Il comma 6 dell'articolo 51 del decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, si interpreta nel senso che i lavoratori rientranti nella disciplina ivi dettata sono quelli per i quali sono presenti contestualmente le seguenti condizioni:

1) la mancata indicazione nel contratto e/o lettera di assunzione della sede di lavoro;
2) lo svolgimento di una attività lavorativa che richiede la continua mobilità del dipendente;
3) la corresponsione al dipendente, in relazione allo svolgimento dell'attività lavorativa in luoghi sempre variabili e diversi, .di una indennità o maggiorazione di retribuzione in misura fissa, attribuiti senza distinguere se il dipendente si è effettivamente recato in trasferta e dove la stessa si è svolta».

3.315

MANDELLI, PICCOLI, BRUNI, BONFRISCO, CERONI, D'ALÌ, MILO

Dopo il comma 45, aggiungere il seguente:

«45-*bis*. Il comma 6 dell'articolo 51 del decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, si interpreta nel senso che i lavoratori rientranti nella disciplina ivi dettata sono quelli per i quali sono presenti contestualmente le seguenti condizioni:

1. la mancata indicazione nel contratto o nella lettera di assunzione della sede di lavoro;

2. lo svolgimento di una attività lavorativa che richiede la continua mobilità del dipendente;

3. la corresponsione al dipendente, in relazione allo svolgimento dell'attività lavorativa in luoghi sempre variabili e diversi, di una indennità o maggiorazione di retribuzione in misura fissa, attribuiti senza distinguere se il dipendente si è effettivamente recato in trasferta e dove la stessa si è svolta».

3.316

MILO

Dopo il comma 45, aggiungere il seguente:

«45-*bis*. All'articolo 30, comma 1, della legge 11 febbraio 1992, n. 157, la lettera *b)* è soppressa».

3.317

MILO

Dopo il comma 45, aggiungere il seguente:

«45-*bis*. All'articolo 31, comma 1, della legge 11 febbraio 1992, n. 157, dopo la lettera *c)* è aggiunta la seguente:

"c-*bis)* sanzione amministrativa da euro 774 a euro 2065 per chi abbatte, cattura o detiene mammiferi o uccelli compresi nell'elenco di cui all'articolo 2"».

3.318

MILO

Dopo il comma 45, aggiungere, in fine, il seguente comma:

«45-*bis*. L'articolo 39, comma 16, della legge 23 dicembre 1994, n. 724, e successive modificazioni, deve essere interpretato nel senso che il limite massimo di cubatura di 750 metri cubi di cui al comma 1 del richiamato articolo 39 non trova applicazione, al fine del calcolo dell'oblazione e dell'ottenimento del permesso di costruire in sanatori a, alle costruzioni abusive aventi destinazione produttiva , commerciale».

3.319

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 45, inserire il seguente:

«45-*bis*. I commi da 2 a 2-*quinquies* dell'articolo 12 del decreto legislativo 18 dicembre 1997, n. 471, sono abrogati».

3.320

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, CROSIO

Dopo il comma 45, inserire i seguenti:

«45-*bis*. Il comma 1 dell'articolo 14 del decreto legislativo 4 marzo 2011, n. 23 è sostituito dal seguente:

"1. L'imposta municipale propria relativa agli immobili strumentali è deducibile ai fini della determinazione del reddito d'impresa e del reddito di arti e professioni. La medesima imposta è indeducibile ai fini dell'imposta regionale sulle attività produttive".

45-*ter*. La disposizione di cui al comma 45-*bis* ha effetto a decorrere dal periodo d'imposta in corso a13! dicembre 2014».

Conseguentemente, all'articolo 1, sopprimere i commi 116 e 117. All'articolo 2, sopprimere il comma 207. All'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 553.818 migliaia di euro di euro a decorrere dal 2015».

3.321

ALBANO, ELENA FERRARA

Dopo il comma 45 inserire i seguenti:

«45-*bis*. Il comma 1 dell'articolo 14 del decreto legislativo 4 marzo 2011, n. 23 è sostituito dal seguente: "1. L'imposta municipale propria relativa agli immobili strumentali è deducibile ai fini della determinazione del reddito d'impresa e del reddito di arti e professioni. La medesima l'imposta è

indeducibile ai fini dell'imposta regionale sulle attività produttive".

45-*ter*. La disposizione di cui al comma 45-*bis* ha effetto a decorrere dal periodo d'imposta in corso al31 dicembre 2014».

Conseguentemente all'articolo 3, comma 21, lettera g) *sostituire la parola:* "triplo" *con la seguente:* "quadruplo".

3.322

GAMBARO

All'articolo 3, dopo il comma 45, inserire i seguenti:

«45-*bis*. Il comma 1 dell'articolo 14 del decreto legislativo 4 marzo 2011, n. 23 è sostituito dal seguente:

"1. L'imposta municipale propria relativa agli immobili strumentali è deducibile ai fini della determinazione del reddito d'impresa e del reddito di arti e professioni. La medesima imposta è indeducibile ai fini dell'imposta regionale sulle attività produttive".

45-*ter*. La disposizione di cui al comma 45-*bis* ha effetto a decorrere dal periodo d'imposta in corso al31 dicembre 2014».

Conseguentemente all'articolo 3, dopo il comma 74 inserire il seguente: "74-*bis*. A partire da 1 gennaio 2015 è introdotta un'imposizione straordinaria sulla ricchezza finanziaria, al netto delle passività, con un'aliquota progressiva dello 0,5 per cento a partire 1.500.00 a 3.000.000 euro, dell'1 per cento da 3.000.001 a 8.000.000 euro e dell'1,5% oltre gli 8.000.001".

3.323

GALIMBERTI

Dopo il comma 45, inserire i seguenti:

«45-bis. *Il comma 1 dell'articolo 14 del decreto legislativo 4 marzo 2011, n. 23 è sostituito dal seguente:*

"L l'imposta municipale propria relativa agli immobili strumentali è deducibile ai fini della determinazione del reddito d'impresa 'e del reddito di arti e professioni. La medesima imposta è indeducibile ai fini dell'imposta regionale sulle attività produttive".

45-*ter*. La disposizione di cui al comma 45-*bis* ha effetto a decorrere dal periodo d'imposta in corso al 31 dicembre 2014».

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente del 3 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

3.324

MANDELLI, PICCOLI, BRUNI, BONFRISCO

Dopo il comma 45, inserire i seguenti:

«45-*bis*. Il comma 1 dell'articolo 14 del decreto legislativo 4 marzo 2011, n. 23 è sostituito dal seguente:

"1. L'imposta municipale propria relativa agli immobili strumentali è deducibile ai fini della determinazione del reddito d'impresa e del reddito di arti e professioni. La medesima imposta è indeducibile ai fini dell'imposta regionale sulle attività produttive".

45-*ter*. La disposizione di cui al comma 45-*bis* ha effetto a decorrere dal periodo d'imposta in corso al31 dicembre 2014».

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

3.325

CARIDI

All'articolo 3, dopo il comma 45, inserire i seguenti:

«45-*bis*. Il comma 1 dell'articolo 14 del decreto legislativo 4 marzo 2011, n. 23 è sostituito dal seguente:

"1. L'imposta municipale propria relativa agli immobili strumentali è deducibile ai fmi della determinazione del reddito d'impresa e del reddito di arti e professioni. La medesima imposta è

indeducibile ai fini dell'imposta regionale sulle attività produttive".

45-*ter*. La disposizione di cui al comma 45-*bis* ha effetto a decorrere dal periodo d'imposta in corso al 31 dicembre 2014».

3.326

TOMASELLI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA, COLLINA

Dopo il comma 45, inserire i seguenti:

«45-*bis*. Il comma 1 dell'articolo 14 del decreto legislativo 4 marzo 2011, n. 23 è sostituito dal seguente:

"1. L'imposta municipale propria relativa agli immobili strumentali è deducibile ai fini della determinazione del reddito d'impresa e del reddito di arti e professioni. La medesima imposta è indeducibile ai fini dell'imposta regionale sulle attività produttive".

45-*ter*. La disposizione di cui al comma 45-*bis* ha effetto a decorrere dal periodo d'imposta in corso al 31 dicembre 2014».

3.327

COMPAGNONE, MILO, GIOVANNI MAURO

Dopo il comma 45, inserire il seguente:

«45-*bis*. All'articolo 14 del Decreto-legge 31 agosto 2013, n. 10, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 ottobre 2013, n. 124, apportare le seguenti modifiche:

a) al comma 2, sostituire le parole: "15 ottobre 2013" con le seguenti: "15 marzo 2015" e le parole: "15 novembre 2013" con le seguenti: "15 aprile 2015";

b) dopo il comma 2-*ter*, inserire il seguente:

"2-*quater*. Le disposizioni di cui ai commi precedenti si applicano anche ai giudizi, per i quali, alla data di entrata in vigore del presente decreto, pendono ancora i termini per esperire il giudizio di revocazione innanzi alle competenti sezioni giurisdizionali d'appello ai sensi dell'articolo 68, primo comma, del Regio decreto 12 luglio 1934, n. 1214. In questo caso, il calcolo della somma per la definizione del giudizio è operato con riferimento al danno quantificato nella sentenza d'appello ed essa non può accedere il venti per cento del danno liquidato in sentenza"».

Conseguentemente sostituire la rubrica dell'articolo con la seguente: «modificazioni alla legge 27 dicembre 2013, n. 147 e alla legge 28 ottobre 2013, n. 124.

Al fine di garantire il più celere introito per l'erario , la competente Corte dei Conti provvede alla predetta definizione in forma semplificata , entro sei mesi dall'entrata in vigore della presente legge, allo scopo di consentire al responsabile il tempestivo pagamento da effettuarsi in un'unica soluzione.

3.328

COMPAGNONE, MILO, GIOVANNI MAURO

Dopo il comma 45, inserire il seguente:

«45-*bis*. All'articolo 14 del Decreto-legge 31 agosto 2013, n. 10, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 ottobre 2013, n. 124, apportare le seguenti modifiche:

c) al comma 2, sostituire le parole: "15 ottobre 2013" con le seguenti: "15 marzo 2015" e le parole: "15 novembre 2013" con le seguenti: "15 aprile 2015";

d) dopo il comma 2-*ter*, inserire il seguente:

"2-*quater*. Le disposizioni di cui ai commi precedenti si applicano anche ai giudizi, per i quali, alla data di entrata in vigore del presente decreto, pendono ancora i termini per esperire il giudizio di revocazione innanzi alle competenti sezioni giurisdizionali d'appello ai sensi dell'articolo 68, primo comma, del Regio decreto 12 luglio 1934, n. 1214. In questo caso, il calcolo della somma per la definizione del giudizio è operato con riferimento al danno quantificato nella sentenza d'appello ed essa non può accedere il venti per cento del danno liquidato in sentenza"«.

Conseguentemente sostituire la rubrica dell'articolo con la seguente: «modificazioni alla legge 27 dicembre 2013, n. 147 e alla legge 28 ottobre 2013, n. 124».

3.329

MILO

Dopo il comma 45 aggiungere i seguenti:

«45-*bis*. All'articolo 11-*bis*, del decreto legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014,. n. 89, dopo il comma 2 è aggiunto il seguente:

"2-*bis*. Le disposizioni di cui al comma 1, si applicano anche nei confronti dei debitori di cui al comma 618 della legge 27 dicembre 2013, n. 147".

45-*ter*. Alla legge 27 dicembre 2013, n. 147, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al comma 618 le parole "31 ottobre 2013" sono sostituite dalle seguenti: "30 giugno 2014";

b) il comma 620 è sostituito dal seguente: n 620. Entro il 31 marzo 2015 l'Agente della riscossione notifica ai debitori i carichi di cui al comma 618. Entro il 30 aprile 2015 i debitori che intendono aderire alla definizione prevista dal comma 618 versano in un massimo di settantadue rate le somme dovute».

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

3.330

MILO

Dopo il comma 45 aggiungere i seguenti:

«45-*bis*. Gli interessi, le more e gli aggi indicati nelle cartelle esattoriali, maturati fino alla data di entrata in vigore della presente legge, sono sostituiti dal pagamento di un interesse pari alla misura del tasso Euribor a dodici mesi.

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

3.331

SCAVONE

Dopo il comma 45, aggiungere il seguente:

«45-*bis*. (Disposizioni per la riscossione mediante ruolo) del decreto-legge 69 del 21 giugno 2013, comma 1, dopo le parole: "rate mensili.", aggiungere le seguenti: "Tale maggiore rateazione può essere richiesta per qualunque importo del debito".

3.332

SCAVONE

Dopo il comma 45, aggiungere il seguente:

«45-*bis*. (Disposizioni per la riscossione mediante ruolo) del decreto-legge 69 del 21 giugno 2013, comma 1, punto 2), lettera *g)* sostituire le parole: "dell'articolo 563", con le seguenti: "dell'articolo 499"».

3.333

SCAVONE

Dopo il comma 45, aggiungere il seguente:

«45-*bis*. (Disposizioni per la riscossione mediante ruolo) del decreto-legge 69 del 21 giugno 2013, comma 1, punto 2), lettera *g)* dopo la decima riga, aggiungere la seguente lettera:

"a-*bis*. Non dà corso all'espropriazione per uno specifico paniere di beni definiti beni essenziali', individuato con decreto del Ministero dell'Economia e delle Finanze d'intesa con l'Agenzia delle entrate e con l'Istituto Nazionale di Statistica"».

3.334

DE POLI

Dopo il comma 45, inserire i seguenti:

«45-*bis*. Il comma 1 dell'articolo 14 del decreto legislativo 4 marzo 2011, n. 23 è sostituito dal seguente:

"1. L'imposta municipale propria relativa agli immobili strumentali è deducibile ai fini della determinazione del reddito d'impresa e del reddito di arti e professioni. La medesima imposta è indeducibile ai fini dell'imposta regionale sulle attività produttive".

45-*ter*. La disposizione di cui al comma 45-*bis* ha effetto a decorrere dal periodo d'imposta in corso al 31 dicembre 2014«.

3.335

DE POLI

Dopo il comma 45, aggiungere il seguente:

«45-*bis*. Il comma 6 dell'articolo 51 del decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, si interpreta nel senso che i lavoratori rientranti nella disciplina ivi dettata sono quelli per i quali sono presenti contestualmente le seguenti condizioni:

1. la mancata indicazione nel contratto e/o lettera di assunzione della sede di lavoro;
2. lo svolgimento di una attività lavorativa che richiede la continua mobilità del dipendente;
3. la corresponsione al dipendente, in relazione allo svolgimento dell'attività lavorativa in luoghi sempre variabili e diversi, di una indennità o maggiorazione di retribuzione in misura fissa, attribuiti senza, distinguere se il dipendente si è effettivamente recato in trasferta e dove la stessa si è svolta».

3.336

DE PIN, MASTRANGELI, BOCCHINO, CAMPANELLA

Dopo il comma 45, aggiungere il seguente:

«45-*bis*. Il comma 6 dell'articolo 51 del decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, si interpreta nel senso che i lavoratori rientranti nella disciplina ivi dettata sono quelli per i quali sono presenti contestualmente le seguenti condizioni:

1. la mancata indicazione nel contratto e/o lettera di assunzione della sede di lavoro;
2. lo svolgimento di una attività lavorativa che richiede la continua mobilità del dipendente;
3. la corresponsione al dipendente, in relazione allo svolgimento dell'attività lavorativa in luoghi sempre variabili e diversi, di una indennità o maggiorazione di retribuzione in misura fissa, attribuiti senza distinguere se il dipendente si è effettivamente recato in trasferta e dove la stessa si è svolta».

3.337

ZIZZA, IURLARO

Dopo il comma 48, aggiungere il seguente:

«48-*ter*. Tutte le somme esigibili relative a quote affidate agli agenti di riscossione di società del Gruppo Equitalia, se liquidate in un unica soluzione non saranno soggetti a nessuna forma di tassazione di interesse».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'Economia e delle Finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 100.000.000;
2016: ? 100.000.000;
2017: ? 100.000.000.

Ridurre del 5 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente della allegata Tabella C.

3.338

ZIZZA, SPILABOTTE, IURLARO, SOLLO

Dopo il comma 48, aggiungere il seguente:

«48-*ter*. Tutte le somme esigibili relative a quote affidate agli agenti di riscossione di società del Gruppo Equitalia, se liquidate in un unica soluzione saranno soggetti ad una tassazione di interesse del massimo 25 per cento».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'Economia e delle Finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 100.000.000;
2016: ? 100.000.000;
2017: ? 100.000.000.

Ridurre del 5 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente della allegata Tabella C.

3.339

ZIZZA, IURLARO

Dopo il comma 48 aggiungere il seguente:

«48-*ter*. Tutte le somme esigibili relative a quote affidate agli agenti di riscossione di società del Gruppo Equitalia, se liquidate in un unica soluzione saranno soggetti ad una tassazione di interesse del massimo 50 per cento».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'Economia e delle Finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 100.000.000;

2016: ? 100.000.000;

2017: ? 100.000.000.

Ridurre del 5 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente della allegata Tabella C.

3.340

ZIZZA, IURLARO

Dopo il comma 48 aggiungere il seguente:

«48-*bis*. Tutte le somme esigibili e rateizzate dagli agenti di riscossione di società del Gruppo Equitalia, sospese per il mancato pagamento di 8 o più rate, sono soggetti al ripristino della rateizzazione solo e soltanto dopo il saldo in una unica soluzione delle stesse precedentemente non saldate».

Ridurre del 5 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente della allegata Tabella C.

3.341

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, CROSIO

Dopo il comma 52, inserire i seguenti:

«52-*bis*. All'articolo 3-*bis* del decreto legislativo 18 dicembre 1997 n. 462, il comma 1 è sostituito dal seguente:

"1. Le somme dovute ai sensi dell'articolo 2, comma 2, e dell'articolo 3, comma 1, possono essere versate in un numero massimo di sei rate trimestrali di pari importo; se superiori a cinquemila euro, in un numero massimo di venti rate trimestrali di pari importo; se superiore a diecimila euro, in un numero massimo di ventisette rate trimestrali di pari importo; se superiore a trentamila euro, in un numero massimo di quaranta rate trimestrali di pari importo".

52-*ter*.Le disposizioni di cui al comma precedente, si applicano anche ai debiti residui relativi a rateizzazioni già in essere alla data di entrata in vigore della presente legge».

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole:

«, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 50 milioni di euro di euro a decorrere dal 2015».

3.342

GAMBARO

Dopo il comma 52, inserire i seguenti:

«52-*bis*. All'articolo 3-*bis* del decreto legislativo 18 dicembre 1997 n. 462, il comma 1 è sostituito dal seguente:

"1. Le somme dovute ai sensi dell'articolo 2, comma 2, e dell'articolo 3, comma 1, possono essere versate in un numero massimo di sei rate trimestrali di pari importo; se superiori a cinquemila euro, in un numero massimo di venti rate trimestrali di pari importo; se superiore a diecimila euro, in un numero massimo di ventisette rate trimestrali di pari importo; se superiore a trentamila euro, in un numero massimo di quaranta rate trimestrali di pari importo".

52-*ter*. Le disposizioni di cui al comma precedente, si applicano anche ai debiti residui relativi a rateizzazioni già in essere alla data di entrata in vigore della presente legge».

Conseguentemente, al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni di euro a decorrere dal 2015»*, con le seguenti:* «200 milioni di euro a decorrere dal 2015».

3.343

TOMASELLI, COLLINA, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA, PAGLIARI, CALEO, MAURO MARIA MARINO, VACCARI

Dopo il comma 52, inserire i seguenti:

«52-*bis*. All'articolo 3-*bis* del decreto legislativo 18 dicembre 1997 n. 462, il comma 1, è sostituito dal seguente:

"1. Le somme dovute ai sensi dell'articolo 2, comma 2, e dell'articolo 3, comma 1, possono essere versate in un numero massimo di sei rate trimestrali di pari importo; se superiori a cinquemila euro, in un numero massimo di venti rate trimestrali di pari importo; se superiore a diecimila euro, in un numero massimo di ventisette rate trimestrali di pari importo; se superiore a trentamila euro, in un numero massimo di quaranta rate trimestrali di pari importo".

52-*ter*. Le disposizioni di cui al comma 52-*bis*, si applicano anche ai debiti residui relativi a rateizzazioni già in essere alla data di entrata in vigore della presente legge».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 50.000.000;

2016: ? 50.000.000;

2017: ? 50.000.000.

3.344

TOMASELLI, LAI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA, FAVERO, COLLINA

Dopo il comma 52, inserire; seguenti:

«52-*bis*. All'articolo 3-*bis* del decreto legislativo 18 dicembre 1997 n. 462, il comma 1 è sostituito dal seguente: "1. Le somme dovute ai sensi dell'articolo 2, comma 2, e dell'articolo 3, comma 1, possono essere versate in un numero massimo di sei rate trimestrali di pari importo; se superiori a cinquemila euro, in un numero massimo di venti rate trimestrali di pari importo; se superiore a diecimila euro, in un numero massimo di venti sette rate trimestrali di pari importo; se superiore a trentamila euro, in un numero massimo di quaranta rate trimestrali di pari importo".

52-*ter*. Le disposizioni di cui al comma precedente, si applicano anche ai debiti residui relativi a rateizzazioni già in essere alla data di entrata in vigore della presente legge».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 50.000.000;

2016: ? 50.000.000;

2017: ? 50.000.000.

3.345

DE POLI

Dopo il comma 52, inserire i seguenti:

«52-*bis*. All'articolo 3-*bis* del decreto legislativo 18 dicembre 1997 n. 462, il comma 1 è sostituito dal seguente:

"1. Le somme dovute ai sensi dell'articolo 2, comma 2, e dell'articolo 3, comma 1, possono essere versate in un numero massimo di sei rate trimestrali di pari importo; se superiori a cinquemila euro, in un numero massimo di venti rate trimestrali di pari importo; se superiore a diecimila euro, in un numero massimo di ventisette rate trimestrali di pari importo; se superiore a trentamila euro, in un numero massimo di quaranta rate trimestrali di pari importo".

52-*ter*. Le disposizioni di cui al comma precedente, si applicano anche ai debiti residui relativi a rateizzazioni già in essere alla data di entrata in vigore della presente legge».

3.346

CARIDI

Dopo il comma 52, inserire i seguenti:

«52-*bis*. All'articolo3-*bis* del decreto legislativo 18 dicembre 1997 n. 462, il comma 1 è sostituito dal seguente:

"1. Le somme dovute ai sensi dell'articolo 2, comma 2, e dell'articolo 3, comma 1, possono essere versate in un numero massimo di sei rate trimestrali di pari importo; se superiori a cinquemila euro, in un numero massimo di venti rate trimestrali di pari importo; se superiore a diecimila euro, in un numero massimo di ventisette rate trimestrali di pari importo; se superiore a trentamila euro, in un numero massimo di quaranta rate trimestrali di pari importo".

52-*ter*. Le disposizioni di cui al comma precedente, si applicano anche ai debiti residui relativi a rateizzazioni già in essere alla data di entrata in vigore della presente legge».

3.347

MANDELLI, PICCOLI, BRUNI, BONFRISCO, CERONI, D'ALÌ, MILO

Dopo il comma 52, inserire i seguenti:

«52-*bis*. All'articolo 3-*bis* del decreto legislativo 18 dicembre 1997 n. 462, il comma 1 è sostituito dal seguente:

"1. Le somme dovute ai sensi dell'articolo 2, comma 2, e dell'articolo 3, comma 1, possono essere versate in un numero massimo di sei rate trimestrali di pari importo; se superiori a cinquemila euro, in un numero massimo di venti rate trimestrali 'di pari importo; se superiore a diecimila euro, in un numero massimo di ventisette rate trimestrali di pari importo; se superiore a trentamila euro, in un numero massimo di quaranta rate trimestrali di pari importo".

52-*ter*. Le disposizioni di cui al comma precedente, si applicano anche ai debiti residui relativi a rateizzazioni già in essere alla data di entrata in vigore della presente legge».

3.348

GUALDANI

Dopo il comma 52, aggiungere il seguente:

«52-*bis*. Le disposizioni di cui ai precedenti commi dal numero 46 al numero 52 sono valide ed efficaci anche nei confronti degli enti di cui all'articolo 3, comma 24, del decreto-legge 30 settembre 2005, n. 203, convertito in legge 2 dicembre 2005, n. 248, salvo che non abbiano stabilito diversa pattuizione con il concessionario».

3.349

BOTTICI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Dopo il comma 53, aggiungere il seguente:

«53-*bis*. All'articolo 3-*bis*, del decreto legislativo 18 dicembre 1997, n. 462, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al comma 1 sostituire la parola: "sei"*, con la parola: "dodici" e la parola: "venti" con la parola: "quaranta";*

b) al comma 3 sostituire: "3,5" con "2";

c) al comma 4 sostituire le parole: "anche di una sola delle rate diverse dalla prima";

d) al comma 4-*bis* sostituire il primo periodo con il seguente: "Il tardivo pagamento entro il termine di pagamento di almeno tre rate, diverse dalla prima, entro il termine di pagamento delle rate successive comporta l'iscrizione a ruolo a titolo definitivo della sanzione di cui all'articolo 13 del decreto legislativo 18 dicembre 1997, n. 471, e successive modificazioni, commisurata all'importo delle rate versate in ritardo e degli interessi legali"».

Conseguentemente, all'articolo 1, apportare le seguenti variazioni:

a) al comma 116, sostituire le parole: «100 milioni» con le seguenti: «50 milioni».

b) sopprimere il comma 121.

3.350

MAURO MARIA MARINO, GIANLUCA ROSSI, FORNARO, GIACOBBE, GUERRA, MOSCARDELLI, RICCHIUTI, TURANO, VERDUCCI, GUERRIERI PALEOTTI, RUTA

Dopo il comma 53, inserire i seguenti:

«53-*bis*. I contribuenti decaduti dal beneficio della rateazione previsto dall'articolo 19 del decreto

del Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, n. 602, possono richiedere la concessione di un nuovo piano di rateazione, fino a un massimo di settantadue rate mensili, a condizione che:

a) la decadenza sia intervenuta entro e non oltre il 30 novembre 2014;

b) la richiesta sia presentata entro e non oltre il 31 gennaio 2015.

53-*ter*. Il piano di rateazione concesso ai sensi del comma 53-*bis* non è prorogabile e il debitore decade dallo stesso in caso di mancato pagamento di due rate anche non consecutive».

3.351

FORMIGONI, DALLA TOR, GUERRIERI PALEOTTI

Dopo il comma 53, inserire il seguente comma:

«53-*bis*. L'amministrazione finanziaria ha facoltà di concedere, su richiesta del contribuente, la ripartizione fino a 72 rate del debito tributario per imposte arretrate e relative sopratasse. Nei casi di particolare difficoltà del contribuente dovuta alla presente congiuntura economica e ad eventi naturali calamitosi particolarmente gravi, la ripartizione può essere concessa fini a 120 rate. Le ripartizioni possono essere concesse alle condizioni previste dalle lettere *a)* e *b)* dell'articolo 52 del decreto-legge n. 69 del 2013. Fino al 31 dicembre 2015, l'amministrazione finanziaria ha facoltà di concedere le rateazioni qui previste anche ai contribuenti che non siano stati in grado, non per propria responsabilità, ad adempiere a rateazioni concesse in precedenza. In questi casi, il contribuente decade dal beneficio della rateazione se non adempie a 4 rate anche non consecutive».

3.352

TOSATO

Dopo il comma 55, inserire i seguenti:

«55-*bis*. L'ammontare degli interessi, relativo al recupero degli aiuti erogati ai sensi del decreto-legge 29 marzo 1995, n. 96, convertito, con modificazioni, dalla legge 31 maggio 1995, n. 206, nonché ai sensi del decreto-legge 31 dicembre 1996, n. 669, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 febbraio 1997, n. 30, dichiarati incompatibili con il mercato comune con decisione 2000/394/CE della Commissione europea del 25 novembre 1999, per Chioggia e Venezia, è calcolato in forma semplice a partire dalla esecutività dell'avviso di addebito a seguito della procedura prevista dai commi 351 eseguenti dell'articolo 1 della legge 24 dicembre 2012, n. 228.

55-*ter*. Le imprese che hanno, nei confronti dell'INPS, crediti certi, liquidi ed esigibili, possono operare in compensazione con eventuali importi da restituire relativi alle somme concernenti il recupero degli sgravi contributivi concessi alle imprese operanti nei territori di Venezia e Chioggia, in forza della decisione n. 2000/394/CE della Commissione europea del 25 novembre 1999, anche in presenza di attività dell'agente della riscossione».

Conseguentemente, all'articolo 2, abrogare il comma 207.

3.353

SPOSETTI, GUERRIERI PALEOTTI, URAS, VERDUCCI, LAI

Dopo il comma 55, aggiungere il seguente:

«55-*bis*. A decorrere dal 1º gennaio 2015, ai partiti e ai movimenti politici di cui alla legge 3 giugno 1999, n. 157, e successive modificazioni, e alle loro rispettive articolazioni e sezioni territoriali, a prescindere dal numero dei dipendenti, sono estese, nei limiti di spesa di 5 milioni di euro, le disposizioni in materia di trattamento straordinario di integrazione salariale e i relativi obblighi contributivi, nonché la disciplina in materia di contratti di solidarietà di cui al decreto-legge 30 ottobre 1984, n. 726, convertito, con modificazioni, dalla legge 19 dicembre 1984, n. 863».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;

2016: ? 5.000.000;

2017: ? 5.000.000.

3.354

MARINELLO, MANCUSO, GUALDANI

Dopo il comma 55, aggiungere il seguente:

«55-*bis*. All'articolo 3 del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16, convertito, con modificazioni, dalla legge 26 aprile 2012, n. 44, dopo il comma 2-*bis*, è inserito il seguente:

"2-*ter*. Per gli acquisti di beni e di prestazioni di servizi di cui al comma 1, effettuati da persone fisiche di cittadinanza di uno dei paesi appartenenti all'Unione europea ovvero allo spazio economico europeo, diversa da quella italiana, che abbiano residenza fuori dal territorio dello Stato, i limiti per il trasferimento di denaro contante sono quelli vigenti nei paesi di residenza del cessionario. A tali acquisti si applicano le disposizioni di cui alle lettere *a)* e *b)* del comma 1 e dei commi 2 e 2-*bis*"».

3.355

MARINELLO, MANCUSO, GUALDANI

Dopo il comma 55, aggiungere il seguente:

«55-*bis*. Il comma 1 dell'articolo 12 del decreto-legge n. 201 del 6 dicembre 2011, convertito in legge, con modificazioni, dall'articolo 1, comma 1, legge 22 dicembre 2011, n. 214, è sostituito dal seguente:

"1. Le limitazioni all'uso del contante e dei titoli al portatore, di cui all'articolo 49, commi 1, 5, 8, 12 e 13, del decreto legislativo 21 novembre 2007, n. 231, sono adeguate all'importo di euro cinquemila: conseguentemente, nel comma 13 del predetto articolo 49, le parole: "30 settembre 2011" sono sostituite dalle seguenti: "31 marzo 2015". Non costituisce infrazione la violazione delle disposizioni previste dall'articolo 49, commi 1,5, 8, 12 e 13, del decreto legislativo 21 novembre 2007, n. 231, commessa nel periodo dal 6 dicembre 2011 al 31 gennaio 2015 e riferita alle limitazioni di importo introdotte dal presente comma"».

3.356

MARINELLO, MANCUSO, GUALDANI

Dopo il comma 55, aggiungere il seguente:

«55-*bis*. All'articolo 3 del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16, convertito, con modificazioni, dalla legge 26 aprile 2012, n. 44, dopo il comma 2-*bis*, è inserito il seguente:

"2-*ter*. Le disposizioni di cui al comma 1 si applicano anche agli acquisti di prodotti agro alimentari effettuati all'interno di centri agroalimentari e dei mercati all'ingrosso di prodotti ortofrutticoli, da persone fisiche di cittadinanza diversa da quella italiana e che abbiano residenza fuori del territorio dello stato, ovvero da persone giuridiche non residenti nel territorio dello stato ai sensi dell'articolo 73, del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica n. 917 del 1986 e successive modificazioni, a condizione che il cedente provveda ai seguenti adempimenti:

a) all'atto della effettuazione dell'operazione, acquisisca fotocopia del passaporto o altro documento di identità del cessionario ovvero autocertificazione, ai sensi dell'articolo 47 del testo unico delle disposizioni legislative in materia di documentazione amministrativa, di sui al decreto del Presidente della Repubblica 28 dicembre 2000, n. 445, attestante che la persona fisica non è cittadina italiana e che ha la residenza fuori del territorio dello Stato, e che la persona giuridica non è residente nel territorio dello Stato, ai sensi del citato articolo 73;

b) nel primo giorno feriale successivo a quello dell'effettuazione dell'operazione versi il denaro contante incassato in un conto corrente intestato al cedente presso un operatore finanziario, consegnando a quest'ultimo copia della ricevuta della comunicazione di cui al comma 2;

c) effettui gli ulteriori adempimenti di cui ai precedenti commi 2 e 2-*bis*"».

3.357

MANDELLI

Dopo il comma 55, aggiungere il seguente:

«55-*bis*. All'articolo 54, comma 5, del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, e successive modificazioni, l'ultimo periodo è sostituito dal seguente: "le spese sostenute per la partecipazione a convegni, congressi e simili o a corsi di aggiornamento. professionale, comprese quelle di viaggio e quelle di soggiorno, queste nel limite

massimo di 250,00 euro al giorno, ai fini degli obblighi minimi di formazione e/o aggiornamento professionale, sono integralmente deducibili; in tutti gli altri casi, sono deducibili nella misura del 50 per cento del loro ammontare, compresa la parte eccedente 250,00 al giorno per le spese di soggiorno. Al raggiungimento del pieno soddisfacimento del debito forinativo, cosi come individuato, si ha diritto a un'ulteriore deduzione di 500,00 euro"».

Conseguentemente, alla Tabella C, le dotazioni riferite al finanziamento dell'attività di formazione professionale di cui all'articolo 1, comma 1163, della legge finanziaria n. 296 del 2006 sono ridotte del 10 per cento per ciascun anno a decorrere dal 2015. Da tali condizione si evincono le ragioni della proposta di prevedere un'integrale deducibilità delle suddette spese. Relativamente alla copertura finanziaria, le minori entrate stimate sono compensate da una riduzione del 10 per cento, a decorrere dal 2015, delle dotazioni relative al finanziamento dell'attività di formazione professionale di cui alla Tabella C, allegata alla legge di stabilità.

3.358

MANDELLI, PANIZZA

Dopo il comma 55, aggiungere il seguente:

«55-*bis*. All'articolo 164 del decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, comma 1, lettera *b)*, ultimo periodo sostituire le parole "50 milioni di lire" con le seguenti "40 mila euro". All'onere di cui al presente comma valutato in 2 milioni di euro annui, si provvede per il 2014 mediante corrispondente riduzione del Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307, e a decorrere dal 2015 mediante corrispondente riduzione del Fondo speciale di parte corrente dello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze di cui alla tabella A, allegata alla legge 27 dicembre 2013, n. 147».

3.359

BONFRISCO, CERONI, D'ALÌ, MANDELLI

Dopo il comma 56, aggiungere il seguente:

«56-*bis*. I moltiplicatori di cui all'articolo 13, comma 4, del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, sono ridotti del cinque per cento a decorrere dal 1º gennaio 2015.

56-*ter*. Agli oneri derivanti dal comma 56-*bis* si provvede mediante corrispondente riduzione del Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 19 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 10.000.000;
2016: ? 10.000.000;
2017: ? 10.000.000.

3.360

GIOVANNI MAURO

Al comma 57 (prima parte e lettera c*)), sostituire le parole:* «dell'80 per cento» *con* «del 90 per cento» . *Alla lettera* l)*, dopo le parole* «economia e le finanze» *inserire* «d'intesa con la Conferenza apporti tra lo Stato, le regioni e le province di Trento e Bolzano».

3.361

COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI

Al comma 57, sono apportate le seguenti modifiche:

1) nell'alinea dopo le parole: «regioni del Mezzogiorno» sono inserite le seguenti: «e del 20 per cento delle risorse nelle regioni del Centro Nord»;

2) alla lettera *c)* le parole: «non inferiore all'80 per cento» sono sostituite con: «dell'80 per cento»;

3) alla lettera *c)* dopo le parole: «regioni del Mezzogiorno» sono inserite le seguenti : «e del 20

per cento nei territori delle regioni del Centro Nord».

3.362

COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI

Al comma 57, apportare le seguenti modifiche:

1) alla lettera *b)* la parola: «sentita» è sostituita con: «d'intesa con»;

2) alla lettera *b)* le parole: «e li comunica alle competenti Commissioni parlamentari» sono sostituite con: «li comunica alle competenti Commissioni parlamentari e destina il 50 per cento delle risorse alle Regioni e alle Province autonome».

3.363

ZELLER, BERGER, PALERMO, LANIECE, BATTISTA, FRAVEZZI, PANIZZA

Al comma 57, lettera c)*, dopo il primo periodo, inserire il seguente:* «La ripartizione della dotazione finanziaria disponibile del FSC avviene tenendo conto che almeno il 40 per cento della stessa viene attribuita dal CIPE direttamente alle regioni e province autonome che ne dispongono nei rispettivi bilanci per la realizzazione delle attività programmate».

3.364

BOCCHINO, CAMPANELLA, DE PIN

Sostituire nel comma 57, lettera c)*, le parole:* «dell'80 per cento» *con le seguenti*: «del 90 per cento».

3.365

TARQUINIO, ZELLER, BONFRISCO, BRUNI, PERRONE, LIUZZI, ZIZZA, IURLARO, FALANGA, EVA LONGO, D'ANNA, ARACRI, PAGNONCELLI, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Al comma 57, la lettera d) *è sostituita dalla seguente:*

«*d)* nelle more dell'individuazione delle aree tematiche e dell'adozione dei piani operativi ai sensi delle lettere *a)*, *b)* e *c)*, l'Autorità politica per la coesione sottopone all'approvazione del CIPE, entro il 31 gennaio 2015, 2 piani stralcio per la realizzazione di interventi di immediato avvio dei lavori nei settori dell'edilizia scolastica, del contrasto al dissesto idrogeologico e per ridurre i danni di frane e alluvioni, con l'assegnazione nel limite degli stanziamenti iscritti in bilancio, di 4 miliardi di euro. Tali interventi confluiscono nei piani operativi in coerenza con le aree tematiche cui afferiscono».

3.366

BONFRISCO

Al comma 57, la lettera d) *è sostituita dalla seguente:*

«*d)* nelle more dell'individuazione delle aree tematiche e dell'adozione dei piani operativi ai sensi delle lettere *a)*, *b)* e *c)*, l'Autorità politica per la coesione sottopone all'approvazione del CIPE, entro il 31 gennaio 2015, 2 piani stralcio per la realizzazione di interventi di immediato avvio dei lavori nei settori dell'edilizia scolastica, del contrasto al dissesto idrogeologico e per ridurre i danni di frane e alluvioni, con l'assegnazione nel limite degli stanziamenti iscritti in bilancio, di 4 miliardi di euro. Tali interventi confluiscono nei piani operativi in coerenza con le aree tematiche cui afferiscono».

3.367

COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI

Al termine della lettera d)*, del comma 57, dell'articolo 3 del disegno di legge* «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)» *atto Senato n. 1698, è aggiunto il seguente periodo:* «Per l'anno 2015 sono assegnate a Regione Lombardia 50 milioni di euro a sostegno dei servizi di mobilità per garantire l'accessibilità al sito espositivo di Expo 2015».

3.368

BOCCHINO, CAMPANELLA, DE PIN

Aggiungere al comma 57, lettera l)*, dopo le parole:* «Il Ministero dell'economia e delle finanze»*, le seguenti:* «d'intesa con la Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le Regioni e le province di Trento e Bolzano».

3.369

BERTOROTTA, MANGILI, CIOFFI, BULGARELLI

Al comma 57, dopo la lettera m)*, aggiungere la seguente:*

«m-*bis*. Le risorse di cui all'articolo 1, comma 6 della legge 27/12/2013, n. 147, destinate al Fondo sviluppo e Coesione 2014-2020, mantenendo fermo il riparto Mezzogiorno ? Centro Nord di cui al primo comma, sono destinate dal Cipe, nel limite massimo del 10 per cento dei singoli programmi attuativi, al finanziamento di un Obiettivo Tematico dedicato alla Riqualificazione Urbana Integrata, secondo le vigenti modalità di programmazione ed attuazione delle medesime risorse».

3.370

TARQUINIO, ZELLER, BONFRISCO, BRUNI, PERRONE, LIUZZI, ZIZZA, IURLARO, FALANGA, EVA LONGO, D'ANNA, ARACRI, PAGNONCELLI, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Dopo il comma 57, inserire il seguente:

«57-*bis*. Nell'ambito delle risorse programmate ai sensi del comma precedente, il CIPE entro il 31 dicembre 2015, nel limite di 1 miliardo di euro, approva un piano stralcio, di cui alla lettera *d)* del comma precedente, a favore di interventi immediatamente attivabili a favore dei territori colpiti da eventi calamitosi e per i quali è stato già dichiarato, dal Consiglio dei Ministri, lo stato di Emergenza.

57-*ter*. Il piano deve prevedere interventi per la ricostruzione degli edifici e degli impianti pubblici danneggiati, infrastrutture stradali, ferroviarie e idriche, nonché il completamento o l'attivazione di nuovi interventi per la prevenzione del rischio idrogeologico.

57-*quater*. Gli interventi di cui al comma precedente dovranno essere approvati dal CIPE entro il 30 marzo 2015 ed entro il 31 dicembre 2015 devono essere assunte obbligazioni giuridicamente vincolanti.

57-*quinques*. In caso di mancata approvazione degli interventi di cui ai commi precedenti entro i termini sopra previsti, il Governo attiva le misure di accelerazione degli interventi di cui al comma 6 dell'articolo 6 del decreto legislativo 31 maggio 2011 n. 88».

3.371

MILO

Dopo il comma 57, aggiungere i seguenti:

«57-*bis*. A valere sulle risorse del Fondo istituito ai sensi dell'articolo 18, comma 1, lettera *b)*, del decreto-legge 29 novembre 2008, n. 185, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 gennaio 2009, n. 2, è assegnato alla società Stretto di Messina Spa un contributo in conto impianti di 1.300 milioni di euro, al fine rimuovere gli ostacoli frapposti al riavvio delle attività, anche mediante l'adeguamento dei contratti stipulati con il contraente generale e con la società affidataria dei servizi di controllo e verifica della progettazione definitiva, esecutiva e della realizzazione dell'opera, e la conseguente approvazione delle eventuali modifiche del piano economico-finanziario. Il CIPE determina, con proprie deliberazioni, le quote annuali del contributo, compatibilmente con i vincoli di finanza pubblica e con le assegnazioni già disposte.

57-*ter*. Agli oneri derivanti dall'attuazione del comma precedente si provvede mediante corrispondente riduzione del Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307».

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata Tabella C.

3.372

TARQUINIO, ZELLER, BONFRISCO, BRUNI, PERRONE, LIUZZI, ZIZZA, IURLARO, FALANGA, EVA LONGO, D'ANNA, ARACRI, PAGNONCELLI, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Dopo il comma 57, inserire il seguente:

«57-*bis*. Nell'ambito delle risorse programmate ai sensi del comma precedente il CIPE entro il 31 dicembre 2015, nel limite del 5 per cento delle risorse disponibili, approva un piano stralcio, di cui alla

lettera *d)* del comma precedente, a favore di interventi di emergenza con finalità di sviluppo anche nel settore agricolo. Tali interventi confluiscono nei piani operativi in coerenza con le aree tematiche cui afferiscono».

3.373

TARQUINIO, ZELLER, BONFRISCO, BRUNI, PERRONE, LIUZZI, ZIZZA, IURLARO, FALANGA, EVA LONGO, D'ANNA, ARACRI, PAGNONCELLI, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Dopo il comma 57, inserire il seguente:

«57-*bis*. Nell'ambito delle risorse programmate ai sensi del comma precedente, il CIPE entro il 31 dicembre 2015 approva due piani stralcio, di cui alla lettera *d)* del comma precedente, per la realizzazione di interventi di immediato avvio dei lavori nei settori dell'edilizia scolastica, del contrasto al dissesto idrogeologico e per ridurre i danni di frane e alluvioni, con l'assegnazione nel limite degli stanziamenti iscritti in bilancio, di 4 miliardi di euro. Tali interventi confluiscono nei piani operativi in coerenza con le aree tematiche cui afferiscono».

3.374

VACCARI, BROGLIA, ZANONI

Al comma 57, lettera b)*, apportare le seguenti modificazioni:*

? sostituire la parola «sentita» con le seguenti: «d'intesa con»;

? sostituire le parole: «li comunica alle competenti Commissioni parlamentari» con le seguenti: «li comunica alle competenti Commissioni parlamentari e destina il 50 per cento delle risorse alle Regioni e alle Province autonome. Tale assegnazione è attribuita solo nel caso in cui le Regioni abbiano adottato obbligazioni giuridicamente vincolanti entro il 31 dicembre 2015 per un importo complessivo pari al valore del programma per il ciclo 2007-2013».

3.375

GASPARRI

Al comma 61, dopo le parole: «In ogni caso» *aggiungere le seguenti:* «ad esclusione del personale delle Forze armate, delle Forze di polizia e del Corpo nazionale dei vigili del fuoco di cui all'articolo 19, della legge 4 novembre 2010, n. 183».

3.376

CRIMI, BULGARELLI

Al comma 61, dopo le parole: «In ogni caso» *inserire le seguenti:* «, ad esclusione del personale delle Forze armate, delle Forze di polizia e del Corpo nazionale dei vigili del fuoco di cui all'articolo 19 della legge 4 novembre 2010, n. 183,».

3.377

GUALDANI

Al comma 61, dopo le parole: «In ogni caso,» *aggiungere le seguenti parole:* «limitatamente alle pensioni di importo superiore ai 120.000 euro, a partire dal 1 gennaio 2015,», ed aggiungere, dopo le parole *«prestazione stessa»* il seguente periodo: «Sono comunque fatte salve ed utili ai fini pensionistici, le anzianità contributive maturate all'entrata in vigore della presente legge».

3.378

CERONI

Al comma 61, dopo le parole: «prestazione stessa. »*, aggiungere il seguente periodo:* «Sono comunque fatte salve ed utili ai fini pensionistici, le anzianità contributive maturate all'entrata in vigore della presente legge».

3.379

CERONI

Al comma 62, sopprimere il primo periodo.

3.380

GUALDANI

AI comma 62, abrogare il primo periodo.

3.381

BIANCO, DE BIASI, DIRINDIN, MATURANI, MATTESINI, SILVESTRO, FAVERO, PADUA

Al comma 62, sopprimere le seguenti parole: «Il limite di cui al comma 61 si applica ai trattamenti, pensionistici, ivi compresi quelli già liquidati all'entrata in vigore della presente legge, con effetto a decorrere dalla medesima data».

Conseguentemente,

a) Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 105.000.000;

2016: ? 105.000.000;

2017: ? 105.000.000.

voce Ministero delle politiche agricole, alimentari e forestali, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 5.000.000;

2016: ? 5.000.000;

2017: ? 5.000.000.

voce Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 5.000.000;

2016: ? 5.000.000;

2017: ? 5.000.000.

voce Ministero della giustizia, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 5.000.000;

2016: ? 5.000.000; ?

2017: ? 5.000.000.

b) all'articolo 1, comma 132, sostituire le parole: «6,1 milioni di euro per l'anno 2015, di 22,8 milioni per l'anno 2016, di 212,7 milioni di euro per l'anno, 2017» *con le seguenti:* «1,1 milioni di euro per l'anno 2015, di 17,8 milioni per l'anno 2016. di 207,7 milioni di euro per l'anno 2017».

c) all'articolo 3. comma 21, lettera *g)* sostituire la parola: «triplo» con la seguente: «quintuplo».

3.382

GUALDANI

Al comma 62, sopprimere il seguente periodo: «Il limite di cui al comma 1 si applica ai trattamenti pensionistici, ivi compresi quelli già liquidati alla data di entrata in vigore della presente legge, con effetto a decorrere dalla medesima data».

3.383

MARINELLO, MANCUSO, GUALDANI

Al comma 62 dopo le parole: «Il limite di cui al comma 61 si applica ai trattamenti pensionistici,» aggiungere le seguenti: *«di ammontare lordo non inferiore a 150.000 euro annuo,».*

3.384

ROMANO, PANIZZA, BATTISTA, ZIN, FAUSTO GUILHERME LONGO

Al comma 62, dopo le parole: «trattamenti pensionistici,» *sono aggiunte le seguenti:* «di ammontare lordo non inferiore a 150.000 euro annui,».

Conseguentemente, all'onere derivante dall'attuazione del presente comma, a decorrere dall'anno 2015, si provvede mediante riduzione fino al 20 per cento di tutte le dotazioni finanziarie di parte corrente del bilancio dello Stato iscritte nell'ambito delle spese rimodulabili di cui all'articolo 21, comma 5, lettera b)*, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, ad eccezione delle spese relative alle missioni: Diritti sociali, politiche sociali e famiglia; Politiche per il lavoro, Tutela della salute.*

3.385

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Al comma 62, sostituire le parole: «a decorrere dalla medesima data» *con le seguenti:* «a decorrere dal

1º gennaio 2012».

3.386

GIUSEPPE ESPOSITO, CHIAVAROLI

Dopo il comma 62 aggiungere il seguente:

«62-*bis*. Il comma 9, dell'articolo 5, del Decreto-Legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, come modificato dall'articolo 6 del Decreto-Legge 24 giugno 2014, n. 90, convertito con modificazioni, dalla legge 11 agosto 2014, n. 114, è sostituito dal seguente testo: 9. In ogni caso, alle pubbliche amministrazioni è consentito conferire a soggetti, già lavoratori privati o pubblici, collocati in quiescenza, incarichi dirigenziali o direttivi o cariche in organi di governo delle amministrazioni dello Stato, degli enti pubblici territoriali, ovvero all'interno di organi di amministrazione attiva o consultiva di enti pubblici, nazionali o locali, purché il lavoratore in quiescenza rinunci, contestualmente all'accettazione dell'incarico, al trattamento pensionistico durante lo svolgimento dell'incarico e senza diritto di recupero delle somme, salva fatta la disciplina di settore in materia di incarichi e cariche presso organi costituzionali».

3.387

ZIZZA

Dopo il comma 63 aggiungere il seguente:

«63-*bis*. All'articolo 24 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, il comma 15-*bis* è sostituito dal seguente:

"15-*bis*. I lavoratori che abbiano maturato un'anzianità contributiva di almeno 35 anni entro il 31 dicembre 2012 i quali avrebbero maturato, prima dell'entrata in vigore del presente decreto, i requisiti per il trattamento pensionistico entro il 31 dicembre 2012 ai sensi della tabella B allegata alla legge 23 agosto 2004. n. 243, e successive modificazioni, possono conseguire il trattamento della pensione anticipata al compimento di un'età anagrafica non inferiore a 64 anni. Le lavoratrici possono conseguire il trattamento di vecchiaia oltre che, se più favorevole, ai sensi del comma 6, lettera *a)*, con un'età anagrafica non inferiore a 64 anni qualora maturino entro il 31 dicembre 2012 un'anzianità contributiva di almeno 20 anni e alla medesima data conseguano un'età anagrafica di almeno 60 anni.»

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 30.000;

2016: ? 30.000;

2017: ? 30.000.

3.388

LEPRI, CANTINI, COCIANCICH, COLLINA, CUOMO, DALLA ZUANNA, DEL BARBA, DI GIORGI, FATTORINI, FAVERO, MAURO MARIA MARINO, MORGONI, MOSCARDELLI, PAGLIARI, PEZZOPANE, SCALIA

Dopo il comma 63, aggiungere il seguente:

«63-*bis*. A decorrere dal 1º gennaio 2015, sugli importi dei trattamenti pensionistici di cui al D.P.R. 29 dicembre 1973, n. 1092, corrisposti da enti gestori di forme di previdenza obbligatorie secondo il metodo retributivo, è dovuto un contributo di solidarietà a favore delle gestioni previdenziali obbligatorie pari al 10 per cento della parte eccedente la pensione integrata al trattamento minimo. n Ministro del lavoro e delle politiche sociali, con proprio decreto da adottare entro sessanta giorni dall'entrata in vigore della presente legge, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, definisce le modalità di attuazione del presente comma. I risparmi di spesa derivanti dall'attuazione del presente comma sono destinati nella misura del venticinque per cento al Fondo nazionale per il servizio civile di cui all'articolo 19 della legge 8 luglio 1998, n. 230; nella misura del venticinque per cento al sostegno dei centri per le famiglie previsti nelle legislazioni regionali e nella misura del cinquanta per cento al finanziamento della pubblica istruzione, con precedenza al sostegno

delle attività di pulizia,. sorveglianza e assistenza agli alunni nelle scuole svolte da cooperative sociali di tipo B e relativi consorzi, ovvero L.S.U., in applicazione degli accordi sottoscritti al Ministero del lavoro e delle politiche sociali il 14 giugno 2011 e il 28 marzo 2014 tra il Ministero del lavoro e le politiche sociali e le organizzazioni sindacali.»

3.389

COMAROLI, TOSATO, CARRARO, BELLOT

Dopo il comma 64 aggiungere i seguenti:

«64-*bis*. AI fine di assicurare la trasparenza dei loro flussi di spesa e di guadagno atta a rendere facilmente controllabile la situazione contabile, le società, enti e associazioni sportive riconosciute dal CONI o dalle federazioni sportive nazionali nonché da enti di promozione sportive e qualunque altro organismo, comunque denominato, che persegua finalità sportive dilettantistiche, ivi compresi i soggetti che fruiscono delle agevolazioni recate dalla legge 16 dicembre 1991, n. 398, devono effettuare tutti i pagamenti ed i versamenti di importo superiore a 500 euro esclusivamente mediante assegni non trasferibili o bonifici ovvero con altre modalità di pagamento bancario o postale nonche mediante sistemi di pagamento elettronico. I pagamenti a favore degli stessi soggetti devono essere effettuati con le edesime modalità. L'inosservanza della presente disposizione comporta l'applicazione delle sanzioni previste dall'art. 11 del decreto legislativo 18 dicembre 1997, n. 471.

64-*ter*. Ai soggetti di cui al comma precedente non si applicano le disposizioni del comma 5 dell'art. 25 della legge 13 maggio 1999, n. 133, come modificato dall'art. 37, comma 2, lettere *a)* e *b)* della legge 21 novembre 2000, n. 342.

64-*quater*. Le società e le associazioni sportive dilettantistiche, iscritte nel registro del CONI, possono, per i periodi d'imposta non ancora prescritti ai sensi dell'articolo 43 del D.P.R. 29 settembre 1973, n. 600 e dell'articolo 57 del D.P.R. 26 ottobre 1972, n. 633, alla data di entrata in vigore della presente legge, e non oggetto, alla stessa data, di accertamenti o di rettifiche ai fini dell'IRES e dell'IRAP per i quali non è stato instaurato, alla medesima data di entrata in vigore della presente legge, un contenzioso fiscale, procedere alla regolarizzazione con versamento volontario, delle imposte relative ai medesimi periodi di imposta con conseguente preclusione di azioni accertatrici da parte dell'amministrazione finanziaria per i periodo di imposta regola rizzati ed esclusione della punibilità per i reati tributari. La regolarizzazione può essere effettuata anche limitatamente ad uno o più periodi d'imposta.

64-*quinquies*. La regolarizzazione di cui al precedente comma 1, si intende esaustiva, ai fini delle imposte sui redditi, se effettuata nei seguenti modi:

a) in presenza di dichiarazioni dei redditi ai fini IRES e lRAP, con il versamento volontario di un importo pari al 25% dell'IRES imponibile dichiarata e versata per ciascun periodo d'imposta nonché di un importo pari al 25% dell'lRAP dichiarata e versata per lo stesso periodo;

b) in presenza di dichiarazioni negative, con il versamento volontario, relativamente a ciascun periodo d'imposta, di un importo pari ad 800 euro ai fini IRES ed a 500 euro ai fini IRAP;

c) in caso di omesse dichiarazioni con il versamento volontario, relativamente a ciascun periodo d'imposta, di un importo pari ad euro 1.600 ai fini IRES e ad euro 1.000 ai fini IRAP.

64-*sexies*. In presenza di awisi di accertamento per i quali, alla data di entrata in vigore della presente legge non sono ancora scaduti i termini per la proposizione del reclamo di cui all'articolo 17-*bis* del decreto legislativo 31 dicembre 1992, n. 546 o per la proposizione del ricorso, i soggetti di cui al precedente articolo 1 possono procedere alla regolarizzazione di cui al precedente comma 1, riferita al periodo d'imposta oggetto dell'accertamento, con il versamento di un importo pari al 25% delle maggiori imposte accertate ed al 10% delle sanzioni comminate o dell'ammontare degli interessi accertati.

64-*octies*. I soggetti di cui al comma 64-bis, possono procedere alla regolarizzazione delle liti fiscali pendenti dinanzi alle Commissioni Tributarie od al giudice ordinario con il versamento volontario del:

a) 25% del valore della lite e del 10% delle sanzioni ed interessi accertati nel caso in cui, alla'data

di entrata in vigore della presente legge, questa penda ancora nel primo grado di giudizio;

b) 10% del valore della lite e del 5% delle sanzioni ed interessi accertati, in caso di soccombenza in giudizio dell'amministrazione finanziaria nell'ultima o unica pronuncia giurisdizionale resa e non ancora definitiva alla data di entrata in vigore della presente legge;

c) 40% del valore della lite e del 15% delle sanzioni ed interessi accertati in caso di soccombenza della società o associazione nell'ultima o unica pronuncia giurisdizionale resa e non ancora definitiva alla data di entrata in vigore della presente legge.

7. Per valore della lite da assumere a base del calcolo per il versamento e la conseguente regolarizzazione, si intende l'importo che ha formato òggetto di contestazione in primo grado.

8. È possibile effettuare la regolarizzazione con versamento volontario in caso di accertamenti e ricorsi pendenti concernenti l'imposta sul valore aggiunto limitatamente alle sanzioni accertate e/o contestate con il pagamento del 10 percento dell'imposta minima edittale, cioè dell'importo minimo previsto per le violazioni più gravi relative al tributo nonché al pagamento del 10 per cento degli interessi di cui all'avviso di accertamento.

9. La regolarizzazione non è applicabile nei casi di cui ai precedenti commi 3, 4, 5 e 6, qualora l'ammontare complessivo delle imposte accertate o in contestazione, relativamente a ciascun periodo d'imposta, per il quale è stato emesso awiso di accertamento o è pendente ricorso, è superiore ad euro 50.000 per ciascuna delle imposte, IRES e IRAP, accertata o contestata.

10. Il modello di regolarizzazione e le modalità di versamento con i codici di tributo relativi alle diverse imposte, saranno oggetto di Provvedimento del Direttore dell'Agenzia delle ent'rate da pubblicare improrogabilmente entro 30 giorni dalla dàta di entrata in vigore della presente legge.

11. Le somme di cui ai com mi precedenti possono essere versate ratealmente, gravate di interessi legali, in un massimo di sei rate trimestrali di pari importo. Il mancato pagamento della prima o di una delle rate successive determina automaticamente l'annullamento dellà regolarizzazione e la conseguente acquisizione all'erario delle rate eventualmente già pagate.

12. Il modello di regolarizzazione relativo ad uno o più periodi d'imposta dovrà essere inviato all'Agenzia delle entrate con l'indicazione della data e dell'importo versato della prima o unica rata, entro 120 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge.

13. la regolarizzazione con versamento volontario di cui ai precedenti commi, rende definitiva la liquidazione delle imposte dovute e preclude nei confronti del soggetto che la effettua ogni accertamento tributario con riferimento alle imposte medesime; comporta, inoltre, l'estinzione delle sanzioni amministrative tributarie, comprese quelle accessorie nonché l'esclusione della punibilità per i reati tributari».

3.390

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 64 aggiungere i seguenti:

«64-*bis*. a decorrere dal 1º gennaio 2015 è istituita un'imposta di bollo sui trasferimenti di denaro all'estero effettuati attraversò gli istituti bancari, le agenzie "money transfer" o altri agenti in attività finanziaria, pari al 2 per cento, sul denaro trasferito da persone fisiche non munite di matricola Inps e codice fiscale;

64-*ter*. le maggiori entrate derivanti dalle misure di cui al precedente comma affluiscono al fondo di cui all'articolo 1, comma 431 della L 27-12-2013 n. 147».

3.391

BONFRISCO, D'ALÌ, MILO, CERONI, MANDELLI, AMIDEI

Dopo il comma 64, aggiungere il seguente:

«64-*bis*. All'articolo 22, del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) il comma 1 è soppresso;

b) al comma 1-*bis*, primo periodo, le parole: "limitatamente all'anno 2014", sono soppresse;

c) al comma 1-*bis*, primo periodo, le parole: ", sino a 2.400.000 kWh anno," e ", sino a 260.000

kWh anno," sono soppresse.

d) al comma 1-*bis*, secondo periodo, le parole: "di energia, oltre i limiti suddetti" sono sostituite dalle seguenti: "e cessione di energia elettrica e calorica da fonti rinnovabili agroforestali, oltre il limite di 2.400.000 kWh anno, e fotovoltaiche, oltre il limite di 260.000 kWh anno,"».

Conseguentemente, alla tabella A, apportare le seguenti variazioni: ? voce Ministero dell'economia e delle finanze:

2015: ? 10.500.000;

2016: ? 14.000.000;

2017: ? 14.000000.

3.392

BONFRISCO, CERONI, D'ALÌ, MANDELLI, MILO, AMIDEI

Dopo il comma 64, aggiungere il seguente:

«64-*bis*. All'articolo 22, del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) il comma 1 è soppresso;

b) al comma 1-*bis*, primo periodo, le parole: "limitatamente all'anno 2014", sono soppresse;

c) al comma 1-*bis*, primo periodo, le parole: ", sino a 2.400.000 kWh anno," e ", sino a 260.000 kWh anno," sono soppresse;

d) al comma 1-*bis*, secondo periodo, le parole: "di energia, oltre i limiti suddetti" sono sostituite dalle seguenti: "e cessione di energia elettrica e calorica da fonti rinnovabili agroforestali, oltre il limite di 2.400.000 kWh anno, e fotovoltaiche, oltre il limite di 260.000 kWh anno,"».

Conseguentemente, alla tabella B, apportare le seguenti variazioni: voce Ministero dell'economia e delle finanze*:*

2015: ? 10.500.000;

2016: ? 14.000.000;

2017: ? 14.000.000.

3.393

LUIGI MARINO

Dopo il comma 64, aggiungere il seguente:

«64-*bis*. All'articolo 22, del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) il comma 1 è soppresso;

b) al comma 1-*bis*, primo periodo, le parole: "limitatamente all'anno 2014", sono soppresse;

c) al comma 1-*bis*, primo periodo, le parole: ", sino a 2.400.000 kWh anno," e ", sino a 260.000 kWh anno," sono soppresse;

d) al comma 1-*bis*, secondo periodo, le parole: "di energia, oltre i limiti suddetti" sono sostituite dalle seguenti: "e cessione di energia elettrica e calorica da fonti rinnovabili agroforestali, oltre il limite di 2.400.000 kWh anno, e fotovoltaiche, oltre il limite di 260.000 kWh anno,"».

Conseguentemente, alla tabella B, apportare le seguenti variazioni: voce Ministero dell'economia e delle finanze*:*

2015: ? 10.500.000;

2016: ? 14.000.000;

2017: ? 14.000.000.

3.394

DI MAGGIO

Dopo il comma 64, aggiungere il seguente:

«64-*bis*. All'articolo 22, del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) il comma 1 è soppresso;

b) al comma 1-*bis*, primo periodo, le parole: "limitatamente all'anno 2014" sono soppresse;

c) al comma 1-*bis*, primo periodo, le parole: ", sino a 2.400.000 kWh anno," e "«, sino a 260.000 kWh anno," sono soppresse;

d) al comma 1-*bis*, secondo periodo, le parole: "di energia, oltre i limiti suddetti" sono sostituite dalle seguenti: "e cessione di energia elettrica e calorica da fonti rinnovabili agroforestali, oltre il limite di 2.400.000 kWh anno, e fotovoltaiche, oltre il limite di 260.000 kWh anno,"».

Conseguentemente, alla tabella B, apportare le seguenti variazioni: voce Ministero dell'economia e delle finanze*:*

2015: ? 10,500.000;

2016; ? 14,000.000;

2017: ? 14.000.000.

3.395

BONFRISCO, CERONI, D'ALÌ, MANDELLI, MILO, AMIDEI

Dopo il comma 64, aggiungere il seguente:

«64-*bis*. All'articolo 22, del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) il comma 1 è soppresso;

b) al comma 1-*bis*, primo periodo, le parole: "limitatamente all'anno 2014", sono soppresse;

c) al comma 1-*bis*, primo periodo, le parole: ", sino a 2.400.000 kWh anno," e ", sino a 260.000 kWh anno," sono soppresse;

d) al comma 1-*bis*, secondo periodo, le parole: "di energia, oltre i limiti suddetti" sono sostituite dalle seguenti: "e cessione di energia elettrica e calorica da fonti rinnovabili agroforestali, oltre il limite di 2.400.000 kWh anno, e fotovoltaiche, oltre il limite di 260.000 kWh anno,"».

Conseguentemente, aggiungere il seguente periodo: «Agli oneri derivanti dal presente comma si provvede: quanto a 10,5 milioni di euro per l'anno 2015, 14 milioni di euro per l'anno 2016 e 14 milioni di euro per l'anno 2017, mediante utilizzo dei fondi iscritti nello stato di previsione del Ministero dell'economia e finanze ai sensi dell'articolo 49, comma 2, lettere a) *e* b) *del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89».*

3.396

CENTINAIO, ARRIGONI, BELLOT, CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 64, aggiungere il seguente:

«64-*bis*. All'articolo 22 del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito con modificazioni dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, sopprimere il comma 2».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 700 milioni di euro per l'anno 2015, e a 350 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016».

3.397

DE PETRIS, URAS

Dopo il comma 64, inserire il seguente:

«64-*bis*. I contribuenti decaduti dal beneficio della rateazione previsto dall'articolo 19 del decreto del Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, n. 602, possono richiedere la concessione di un nuovo piano di rateazione, fino a un massimo di settantadue rate mensili, a condizione che:

a) la decadenza sia intervenuta entro e non oltre il 31 dicembre 2014;

b) la richiesta sia presentata entro e non oltre il 31 marzo 2015.

Il piano di rateazione non è prorogabile e il debitore decade dallo stesso in caso di mancato pagamento di tre rate anche non consecutive».

3.398

PADUA

Dopo il comma 64, inserire il seguente:

«64-*bis*. I contribuenti decaduti dal beneficio della rateazione previsto dall'articolo 19 del decreto

del Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, n. 602, possono richiedere la concessione di un nuovo piano di rateazione, fino a un massimo di settantadue rate mensili, a condizione che:

a) la decadenza sia intervenuta entro e non oltre il 31 dicembre 2014;

b) la richiesta sia presentata entro e non oltre il 31 marzo 2015. Il piano di rateazione non è prorogabile e il debitore decade dallo stesso in caso di mancato pagamento di tre rate anche non consecutive».

3.399

RUTA, ALBANO, BERTUZZI, FASIOLO, GATTI, PIGNEDOLI, SAGGESE, VALENTINI, PADUA

Dopo il comma 64, inserire il seguente:

«64-*bis*. I contribuenti decaduti dal beneficio della rateazione previsto dall'articolo 19 del decreto del Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, n. 602, possono richiedere la concessione di un nuovo piano di rateazione, fino a un massimo di settantadue rate mensili, a condizione che:

a) la decadenza sia intervenuta entro e non oltre il 31 dicembre 2014;

b) il debitore non abbia mancato il pagamento, nell'ultimo anno di rateazione, di quattro rate consecutive ovvero di sei rate anche non consecutive;

c) la richiesta sia presentata entro e non oltre il 31 marzo 2015. Il piano di rateazione non è prorogabile e il debitore decade dallo stesso in caso di mancato pagamento di quattro rate anche non consecutive».

3.400

BONFRISCO, CERONI, D'ALÌ, MANDELLI, MILO, AMIDEI

Dopo il comma 64, inserire il seguente:

«64-*bis*. I contribuenti decaduti dal beneficio della rateazione previsto dall'articolo 19 del decreto del Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, n. 602, possono richiedere la concessione di un nuovo piano di rateazione, fino a un massimo di settantadue rate mensili, a condizione che:

a) la decadenza sia intervenuta entro e non oltre il 31 dicembre 2014;

b) la richiesta sia presentata entro e non oltre il 31 marzo 2015. Il piano di rateazione non è prorogabile e il debitore decade dallo stesso in caso di mancato pagamento di tre rate anche non consecutive».

3.401

DI MAGGIO

Dopo il comma 64, inserire il seguente:

«64-*bis*. I contribuenti decaduti dal beneficio della rateazione previsto dall'articolo 19 del decreto del Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, n. 602, possono richiedere la concessione di un nuovo piano di rateazione, fino a un massimo di settantadue rate mensili, a condizione che:

a) la decadenza sia intervenuta entro e non oltre il 31 dicembre 2014;

b) la richiesta sia presentata entro e non oltre il 31 marzo 2015. Il piano di rateazione non è prorogabile e il debitore decade dallo stesso in caso di mancato pagamento di tre rate anche non consecutive».

3.402

BISINELLA, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 64, aggiungere il seguente:

«Al fine di assicurare interventi per la sicurezza strutturale e funzionale degli impianti sportivi utilizzati per lo svolgimento delle manifestazioni calcistiche del campionato di serie A, è riservata una quota pari a 1 milione di euro a valere sulle risorse del Fondo di garanzia di cui all'articolo 90, comma 12, della legge 27 dicembre 2002, n. 289 a quegli impianti sprovvisti di idonee barriere di sicurezza per gli spazi dedicati alle tifoserie ospiti, oltre che di duplici vie di fuga e di accesso al campo, e di un sistema di video sorveglianza attraverso telecamere che copra interamente l'area *parterre* nonché di tornelli per l'accesso automatizzato all'impianto».

Conseguentemente, al comma 125, sostituire la cifra: «187,5»*, con la seguente:* «186,5».

3.403

BISINELLA, COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 64, aggiungere il seguente:

«Al fine di assicurare interventi per la sicurezza strutturale e funzionale degli impianti sportivi utilizzati per lo svolgimento delle manifestazioni calcistiche del campionato di serie A, in particolare per la creazione di idonee barriere di sicurezza per gli spazi dedicati alle tifoserie ospiti e di duplici vie di fuga e di accesso al campo, è riservata una quota pari a 1 milione di euro a valere sulle risorse del Fondo di garanzia di cui all'articolo 90, comma 12, della legge 27 dicembre 2002, n. 289».

Conseguentemente, al comma 125, sostituire la cifra: «187,5»*, con la seguente:* «186,5».

3.404

GUALDANI

Dopo il comma 64, aggiungere il seguente:

«54-*bis.* All'articolo 3, primo comma, del decreto-legge 5 ottobre 1993, n. 400, convertito, con modificazioni, dalla legge 4 dicembre 1993, n. 494. dopo la lettera *f)*, aggiungere la seguente:

"*g)* esclusione dai canoni di cui alla lettera *b)* 1.5 e *b)* 1.6 per l'occupazione di specchi acquei destinati a competizioni sportive nautiche organizzate da Federazioni Sportive Nazionali del Coni o dalla Lega Navale Italiana ed inserite nei calendari ufficiali federali nazionali e regionali"».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ?5.000.000;
2016: ?5.000.000;
2017: ?5.000.000.

3.405

SUSTA

Dopo il comma 64, aggiungere il seguente:

«64-*bis.* All'articolo 3, primo comma, del decreto-legge 5 ottobre 1993, n. 400, convertito, con modificazioni, dalla legge 4 dicembre 1993, n. 494, dopo la lettera *f)*, aggiungere la seguente:

"*g)* esclusione dai canoni di cui alla lettera *b)* 1.5 e *b)* 1.6 per l'occupazione di specchi acquei destinati a competizioni sportive nautiche organizzate da Federazioni Sportive Nazionali del Coni o dalla Lega Navale ltaliana ed inserite nei calendari ufficiali federali nazionali e regionali"».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 5.000.000;
2017: ? 5.000.000;
2016: ? 5.000.000.

3.406

IDEM

Dopo il comma 64, aggiungere il seguente:

«64-*bis.* All'articolo 3, primo comma, del decreto-legge 5 ottobre 1993, n. 400, convertito, con modificazioni, dalla legge 4 dicembre 1993, n. 494, dopo la lettera *f)*, aggiungere la seguente:

"*g)* esclusione dai canoni di cui alla lettera *b)* 1.5 e *b)* 1.6 per l'occupazione di specchi acquei destinati a competizioni sportive nautiche organizzate da Federazioni Sportive Nazionali del Coni o dalla Lega Navale Italiana ed inserite nei calendari ufficiali federali nazionali e regionali"».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia o delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 100.000;
2016: ? 100.000;
2017: ? 100.000.

3.407

GUALDANI

Dopo il comma 64, aggiungere il seguente:

«64-*bis*. All'articolo 3, primo comma, del decreto-legge 5 ottobre 1993, n. 400, convertito, con modificazioni, dalla legge 4 dicembre 1993, n. 494, dopo la lettera *f)*, aggiungere la seguente lettera *g)*:

"*g)* esclusione dai canoni di cui alla lettera *b)* 1.5 e *b)* 1.6 per l'occupazione di specchi acquei destinati a competizioni sportive nautiche organizzate da Federazioni Sportive Nazionali del Coni o dalla Lega Navale Italiana ed inserite nei calendari ufficiali federali nazionali e regionali"».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 5.000.000;
2016: ? 5.000.000;
2017: ? 5.000.000.

3.408

BERTUZZI, RUTA, ALBANO, FASIOLO, GATTI, PIGNEDOLI, SAGGESE, VALENTINI

Dopo il comma 64, inserire il seguente:

«64-*bis*. Per le attività di conservazione, commercializzazione e valorizzazione di cui al terzo comma dell'articolo 2135 del codice civile, ancorché considerate autonomamente, che hanno ad oggetto prodotti agricoli acquistati da terzi, nel limite del 20 per cento del volume d'affari complessivo realizzato nell'anno precedente ai fini dell'imposta sul valore aggiunto, il reddito è determinato applicando all'ammontare dei corrispettivi delle operazioni registrate o soggette a registrazione agli effetti dell'imposta sul valore aggiunto, conseguiti con tali attività il coefficiente di redditività del 15 per cento, salvo l'opzione per la determinazione del reddito nel modo ordinario da esercitare con le modalità stabilite dal decreto del Presidente della Repubblica 10 novembre 1997, n. 442, e successive modificazioni».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle Finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 12.000.000;
2016: ? 12.000.000;
2017: ? 12.000.000.

3.409

BONFRISCO, D'ALÌ, MILO, CERONI, MANDELLI, AMIDEI

Dopo il comma 64, inserire il seguente:

«64-*bis*. Per le attività di conservazione, commercializzazione e valorizzazione di cui al terzo comma dell'articolo 2135 del codice civile, ancorché considerate autonomamente, che hanno ad oggetto prodotti agricoli acquistati da terzi, nel limite del 20 per cento del volume d'affari complessivo realizzato nell'anno precedente ai fini dell'imposta sul valore aggiunto, il reddito è determinato applicando all'ammontare dei corrispettivi delle operazioni registrate o soggette a registrazione agli effetti dell'imposta sul valore aggiunto, conseguiti con tali attività, il coefficiente di redditività del 15 per cento, salvo l'opzione per la determinazione del reddito nel modo ordinario da esercitare con le modalità stabilite dal decreto del Presidente della Repubblica 10 novembre 1997, n. 442, e successive modificazioni».

3.410

DI MAGGIO

Dopo il comma 64, inserire il seguente:

«64-*bis*. Per le attività di conservazione, commercializzazione e valorizzazione di cui al terzo comma dell'articolo 2135 del codice civile, ancorché considerate autonomamente, che hanno ad oggetto prodotti agricoli acquistati da terzi, nel limite del 20 per cento del volume d'affari complessivo realizzato nell'anno precedente ai fini dell'imposta sul valore aggiunto, il reddito è determinato applicando all'ammontare dei corrispettivi delle operazioni registrate o soggette a registrazione agli effetti dell'imposta sul valore aggiunto, conseguiti con tali attività, il coefficiente di redditività del 15 per cento, salvo l'opzione per la determinazione del reddito nel modo ordinario da esercitare con le

modalità stabilite dal decreto del Presidente della Repubblica 10 novembre 1997, n. 442, e successive modificazioni».

3.411

LIUZZI

Dopo il comma 64, aggiungere il seguente:

«64-*bis.* All'articolo 1 della legge 2 agosto 1999, n. 264, dopo il comma 1, sono inseriti i seguenti:

"1-*bis.* Ai fini dell'ammissione ai corsi di cui al comma 1, si tiene conto anche della valutazione del percorso scolastico sulla base di un regolamento emanato ai sensi dell'articolo 17, comma 1, della legge 23 agosto 1988, n. 400 entro sei mesi dall'approvazione della presente legge di stabilità il regolamento prevede che una quota del punteggio degli esami di ammissione ai corsi universitari di cui al comma che precede, sia assegnata agli studenti che abbiano conseguito risultati scolastici di particolare valore nell'ultimo triennio e nell'esame di Stato, anche in riferimento alle discipline più significative del corso di laurea prescelto, definendo altresì in detto regolamento, i criteri volti a valorizzare le discipline tecnico-scientifiche.

2-*bis.* È previsto un ampliamento del 10 per cento del numero di posti disponibili per l'accesso alle facoltà di cui al comma 1, a cui corrisponderà al termine del primo anno un corrispondente taglio del 10 per cento dei posti connesso al mancato raggiungimento del superamento degli esami previsti dal piano di studi del primo anno accademico della facoltà corrispondente e di una media scolastica determinata dal regolamento di cui al comma 1-*bis*"».

3.412

LIUZZI

Dopo il comma 64 aggiungere il seguente:

«64-*bis*. All'articolo 1 della legge 2 agosto 1999, n. 264, dopo il comma 1, è inserito il seguente:

«1-*bis*. Ai fini dell'ammissione ai corsi di cui al comma 1, si tiene conto anche della valutazione del percorso scolastico sulla base di un regolamento emanato ai sensi dell'articolo 17, comma 1, della legge 400/97 entro sei mesi che deve tenere conto della valutazione dell'esamedi Stato incidente in misura del 20 per cento e il cculum scolastico degli ultimi tre anni del percorso scolastico, incidente in misura dell'80 per cento. È previsto un ampliamento del 10 per cento del numero dei posti disponibili per l'accesso alle facoltà di cui al comma 1, a cui corrisponderà al termirle del primo anno un corrispondente taglio del 10 per cento dei posti connesso al raggiungimento della media determinata dal medesimo regolamento».

3.413

BONFRISCO, D'ALÌ, MILO, CERONI, MANDELLI, AMIDEI

Dopo il comma 64, inserire il seguente:

«64-*bis*. Il comma 8-*bis* dell'articolo 36 del decreto-legge 18 ottobre 2012, n. 179, convertito dalla legge 17 dicembre 2012, n. 221, è soppresso.».

3.414

DI MAGGIO

Dopo il comma 64, inserire il seguente:

«64-*bis*. Il comma 8-*bis* dell'articolo 36 del decreto-legge 18 ottobre 2012, n. 179, convertito dalla legge 17 dicembre 2012, n. 221, è soppresso.».

3.415

BERTUZZI, COLLINA

Dopo il comma 64, inserire il seguente:

«64-*bis*. Il comma 8-*bis* dell'articolo 36 del decreto-legge 18 ottobre 2012, n. 179, convertito dalla legge 17 dicembre 2012, n. 221, è soppresso.».

3.416

FASIOLO, RUTA, ALBANO, BERTUZZI, GATTI, PIGNEDOLI, SAGGESE, VALENTINI, PADUA, GUERRIERI PALEOTTI, VACCARI

Dopo il comma 64 inserire i seguenti:

«64-*bis*. All'articolo 1 della legge 23 dicembre 2005, n. 266, e successive modificazioni, il comma 423 è sostituito dal seguente:

"423. Ferme restando le disposizioni tributarie in materia di accisa, la produzione e la cessione di energia elettrica e calorica da fonti rinnovabili agroforestali e fotovoltaiche, nonché di carburanti ottenuti da produzioni vegetali provenienti prevalentemente dal fondo e di prodotti chimici derivanti da prodotti agricoli provenienti prevalentemente dal fondo effettuate dagli imprenditori agricoli, costituiscono attività connesse ai sensi dell'articolo 2135, terzo comma, del codice civile. Le stesse attività si considerano produttive di reddito agrario, salvo quelle di produzione e cessione di energia elettrica e calorica da fonti rinnovabili agroforestali e fotovoltaiche oltre i limiti, rispettivamente, di 2.400.000 kWh anno e 260.000 kWh anno, per le quali il reddito delle persone fisiche, delle società semplici e degli altri soggetti di cui all'articolo 1, comma 1093, della legge 27 dicembre 2006, n. 296, è determinato, ai fini IRPEF e IRES, applicando all'ammontare dei corrispettivi delle operazioni soggette a registrazione agli effetti dell'imposta sul valore aggiunto, relativamente alla componente riconducibile alla produzione di energia ceduta, con esclusione della quota incentivo, il coefficiente di redditività del 25 per cento, fatta salva l'opzione per la determinazione del reddito nei modi ordinari, previa comunicazione all'ufficio secondo l modalità previste dal regolamento di cui al decreto del Presidente della Repubblica 10 novembre 1997, n. 442".

64-*ter*. Le disposizioni di cui al comma 64-*bis* si applicano a decorrere dal periodo di imposta successivo a quello in corso al 31 dicembre 2014 e di esse si tiene conto ai fini della determinazione dell'acconto delle imposte sui redditi dovute per il predetto periodo d'imposta.

64-*quater*. All'articolo 22 del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, il comma 1 è soppresso».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 10.500.000;
2016: ? 14.000.000;
2017: ? 14.000.000.

3.417

BERGER, ZELLER, PALERMO, PANIZZA, LANIECE, BATTISTA, ROMANO, FAUSTO GUILHERME LONGO, FRAVEZZI

Dopo il comma 64, inserire il seguente:

«64-*bis*. All'articolo 10, comma 4 del decreto legislativo 14 marzo 2011, n. 23, è aggiunto, in fine, il seguente periodo: ", dell'articolo 9, comma 2, del decreto del Presidente della Repubblica 29 Settembre 1973, n. 601, dell'articolo 5-*bis* della legge 31 gennaio 1994, n. 97 e dell'articolo 5-*bis* del decreto legislativo 18 maggio 2001, n. 228"».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 1, della tariffa 1, parte prima, allegata al testo unico delle disposizioni concernenti l'imposta di registro, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 26 aprile 1986, n. 131, dopo le parole: «Se il trasferimento ha per oggetto terreni agricoli e relative pertinenze a favore di soggetti diversi dai coltivatori diretti e dagli imprenditori agricoli professionali, iscritti nella relativa gestione previdenziale ed assistenziale», *sostituire le parole:* «12 per cento» *con le seguenti:* «15 per cento».

3.418

DEL BARBA

Dopo il comma 64 inserire il seguente:

«64-*bis*. Agli atti di trasferimento di beni immobili dai consorzi di funzioni costituiti ai sensi dell'articolo 31 del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, ai comuni, l'imposta di registro di cui al decreto del Presidente della Repubblica 26 aprile 1986, n. 131, si applica nella misura fissa di euro 200,00.»

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'Economia e delle finanze, *apportare le*

seguenti variazioni:

2015: ? 50.000.000;

2016: ? 50.000.000;

2017: ? 50.000.000.

3.419

PEZZOPANE, CHIAVAROLI, TOMASELLI, ALBANO, MANASSERO, FASIOLO, SOLLO, STEFANO ESPOSITO, D'ADDA, BORIOLI, SPILABOTTE

Dopo il comma 64 inserire il seguente:

«64-bis. I fabbricati, ubicati nelle zone colpite dal sisma del 6 aprile 2009, purché distrutti ovvero oggetto di ordinanze sindacali di sgombero in quanto inagibili totalmente o parzialmente, sono esenti dall'applicazione della TASI di cui all'articolo 1, comma 639, della legge 27 dicembre 2013 e successive modificazioni, fino alla definitiva ricostruzione e agibilità dei predetti fabbricati.»

Conseguentemente:

? *all 'art. 3, comma 21, lett.* g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quintuplo».

? *Alla Tabella A, voce* Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 50.000.000;

2016: ? 50.000.000;

2017: ? 50.000.000.

3.420

PEZZOPANE, CHIAVAROLI, TOMASELLI, ALBANO, MANASSERO, FASIOLO, SOLLO, STEFANO ESPOSITO, D'ADDA, BORIOLI, SPILABOTTE, CARDINALI, PAGLIARI, PUPPATO

Dopo il comma 64 inserire il seguente:

«64-*bis*. Al fine di concorrere ad assicurare la stabilità dell'equilibrio finanziario nel comune dell'Aquila, negli altri comuni del cratere di cui ai decreti del Commissario delegato n. 3 del 16 aprile 2009 e n. Il del 17 luglio 2009, pubblicati rispettivamente nelle Gazzette Ufficiali n. 89 del 17 aprile 2009 e n. 173 del 28 luglio 2009, e nella Provincia dell'Aquila, nonché per assicurare la continuità del servizfo di smaltimento dei rifiuti solidi urbani, è assegnato un contributo straordinario per l'esercizio 2015, sulla base dei maggiori costi sostenuti e/o delle minori entrate conseguite derivanti dalla situazione emergenziale, nel limite di 26 milioni di euro in favore del Comune dell'Aquila, di 4 milioni di euro a beneficio degli altri comuni del cratere e di 5 milioni di euro in favore della Provincia dell'Aquila.»

Conseguentemente:

? *all 'art. 3, comma 21, lett.* g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quadruplo».

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 50.000.000;

2016: ? 50.000.000;

2017: ? 50.000.000.

3.421

PEZZOPANE, CHIAVAROLI, TOMASELLI, ALBANO, MANASSERO, FASIOLO, SOLLO, STEFANO ESPOSITO, D'ADDA, SPILABOTTE, CARDINALI, PAGLIARI, PUPPATO, GUERRIERI PALEOTTI

Dopo il comma 64 inserire il seguente:

«64-*bis.* Al fine di ultimare le attività volte alla rimozione delle macerie nei territori della regione Abruzzo, conseguenti al sisma del 6 aprile 2009, si applicano le seguenti disposizioni:

a) le pubbliche amministrazioni nell'ambito delle loro competenze istituzionali correlate alle operazioni di movimentazione e trasporto dei materiali derivanti dal crollo degli edifici pubblici e privati, dalle attività di demolizione e abbattimento degli edifici pericolanti a seguito di ordinanza sindacale, da interventi edilizi effettuati su incarico della pubblica amministrazione sono autorizzate ad

avvalersi dei siti di stoccaggio autorizzati e localizzati in uno dei comuni del cratere che abbiano in disponibilità aree per il trattamento del rifiuto, senza nuovi o maggiori oneri a carico della finanza pubblica;

b) le Pubbliche amministrazioni vigilano affinché i soggetti incaricati dei lavori effettuino la demolizione selettiva o la raccolta selettiva per raggruppare i materiali di cui al comma precedente in categorie omogenee, caratterizzarli ed identificarli con il corrispondente codice CER, nel rispetto delle disposizioni di legge di cui al decreto legislativo dei 3 aprile 2006 n. 152, e, infine, procedano al trasporto verso siti di recupero e smaltimento autorizzati.;

c) gli Uffici speciali di cui all'articolo 67-*ter*, decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 134, incaricati del monitoraggio finanziario e attuativo, si occupano del monitoraggio delle macerie di cui alle lettere precedenti. A tal fine, per garantire la tracciabilità dei materiali di cui al comma 1 e il monitoraggio delle informazioni relative alla movimentazione degli stessi, i soggetti incaricati dei lavori sono obbligati a registrarsi nella banca dati di gestione delle macerie secondo modalità che verranno definite con provvedimenti dei Responsabili degli Uffici speciali. La mancata o incompleta esecuzione delle comunicazioni relative alla demolizioni e rimozione macerie comporta la revoca della quota di contributo finalizzato allo scopo dei finanziamenti, nonché la revoca delle autorizzazioni ed abilitazioni al trasporto a carico delle ditte inadempienti;

e) al fine di dare attuazione agli interventi previsti dal Protocollo di Intesa stipulato con il Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, con la Provincia dell'Aquila e con il Comune dell'Aquila in data 2 dicembre 2010, e dall'Accordo di Programma siglato in data 14 gennaio 2013 tra il Ministero Ambiente ed il Comune dell'Aquila, concernenti, tra l'altro, le azioni di recupero e riqualificazione ambientale della cava ex Teges in località Pontignone ? Paganica ? Comune dell'Aquila, le macerie di cui alla lettera *a)* vengono prioritaiiamente conferite presso l'anzidetto deposito. Il termine di autorizzazione per l'esercizio della cava ex Teges in località Pontignone, fissato dal decreto del Capo del Dipartimento della Protezione Civile rep. n. 16 del 6 agosto 2009 e autorizzato in via ordinaria con decreto del Soggetto Attuatore per la rimozione delle macerie n. 2 del 18 dicembre 201 è prorogato fino all'esaurimento della sua capacità per la gestione dei rifiuti derivan dal crollo, dalla demolizione degli edifici pubblici a seguito di ordinanza sindacale, da interventi edilizi effettuati su incarico della pubblica amministrazione e da quelli derivanti da edifici privati, conferiti secondo la classificazione di cui al decreto legislativo del 3 aprile 2006 n. 152. Le economie derivanti dal conferimento delle macerie private sono recuperate e destinate alla ricostruzione privata per il finanziamento di ulteriori interventi. I singoli comuni del cratere o il competente Ufficio Speciale sottoscrivono apposite convenzioni direttamente con il soggetto gestore dell'impianto ex Teges, per l'espletamento delle attività di selezione, trasporto, conferimento e trattamento delle macerie senza ulteriori oneri a carico del bilancio statale;

d) per l'attuazione delle fmalità del protocollo d'intesa del 2.12.2010 e dell'accordo di programma del 14.1.20 13 di cui al comma precedente, il Presidente della Regione Abruzzo, d'intesa con il Governo e i Comuni interessati, è autorizzato a rimodulare i fondi di cui ai decreti n. 49/20 Il e n. 11412012 del Commissario delegato alla ricostruzione, anche in vista della realizzazione di quanto previsto nel protocollo d'intesa del 25.10.2011, siglato tra soggetto attuatore per le macerie ? ex OPCM 392312011, Regione Abruzzo, Provincia dell'Aquila ed i Comuni interessati, per il ripristino ambientale di discariche comunali».

Conseguentemente all'art. 3, comma 21, lett. g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quintuplo».

3.422

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 64, aggiungere il seguente:

«64-*bis*. Al fine di favorire il proseguimento e la conclusione degli interventi di ripristino e messa in sicurezza dei territori della regione Marche colpiti dagli eventi meteorologici del 26 e 27 novembre

2013 e del 2 dicembre 2013, sono stanziati per l'anno 2015, 5 milioni di euro. Nei medesimi territori è altresì sospeso il pagamento dell'imposta municipale propria e della TASI, relativo all'anno d'imposta 2015, dovute sugli immobili appartenenti alla categoria catastale D/7, D/8, D/10, C/2.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 50.000.000.

3.423

MAURO MARIA MARINO, GIANLUCA ROSSI, LAI, FORNARO, GIACOBBE, GUERRA, MOSCARDELLI, RICCHIUTI, TURANO

Dopo il comma 64, aggiungere il seguente:

«64-*bis*. All'articolo 13 della legge 27 luglio 2000, n. 212, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) il comma 2 è sostituito dal seguente:

"2. Il Garante del contribuente, operante in piena autonomia e a titolo gratuito, è organo monocratico scelto e nominato dal presidente della commissione tributaria regionale o sua sezione distaccata nella cui circoscrizione è compresa la direzione regionale dell'Agenzia delle entrate, tra gli appartenenti alle seguenti categorie:

a) magistrati, professori universitari di materie giuridiche ed economiche, notai, sia a riposo sia in attività di servizio;

b) avvocati, dottori commercialisti e ragionieri collegiati, pensionati, scelti in una terna formata, per ciascuna direzione regionale delle entrate, dai rispettivi ordini di appartenenza";

b) al comma 4le parole: "e il compenso" sono soppresse».

3.424

GIANLUCA ROSSI, SANGALLI, FORNARO, GIACOBBE, GUERRA, MOSCARDELLI, RICCHIUTI, TURANO

Dopo il comma 64, aggiungere il seguente:

«64-*bis*. All'articolo 12, comma 2 del Testo unico delle imposte dirette di cui al decreto del Presidente della Repubblica n. 917 del 1986, la cifra: "2.840,51 euro", è sostituita dalla seguente: "5.000 euro"».

Conseguentemente:

1) *al medesimo articolo 3, comma 21, lettera* g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quadruplo»;

2) *alla Tabella A, voce:* Ministero delle politiche agricole, alimentari e forestali*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2014: ? 45.000.000;
2015: ? 50.000.000;
2016: ? 50.000.000.

Voce Ministero delle politiche agricole, alimentari e forestali*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;
2016: ? 5.000.000;
2017: ? 5.000.000.

Voce Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;
2016: ? 5.000.000;
2017: ? 5.000.000.

Voce Ministero della giustizia*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;
2016: ? 5.000.000;

2017: ? 5.000.000.

3.425

VERDUCCI, MARGIOTTA

Dopo il comma 64, inserire il seguente:

«64-*bis*. Al fine di tutelare e valorizzare la lingua delle minoranze di cui all'articolo 2, della legge 15 dicembre 1999, n. 482 è autorizzata la spesa di 1 milione di euro annui a decorrere dal 2015».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 1.000.000;
2016: ? 1.000.000;
2017: ? 1.000.000.

3.426

GIANLUCA ROSSI, LAI, FORNARO, GIACOBBE, GUERRA, MOSCARDELLI, RICCHIUTI, TURANO

Dopo il comma 64, aggiungere il seguente:

«64-*bis*. Il decreto di cui all'articolo 9, comma 4, del decreto legislativo 6 maggio 2011, n. 68, è adottato entro il termine di sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge».

3.427

GIANLUCA ROSSI, LAI, FORNARO, GIACOBBE, GUERRA, MOSCARDELLI, RICCHIUTI, TURANO

Dopo il comma 64, inserire il seguente:

«64-*bis*. A fini di consolidamento e salvaguardia delle entrate erariali, è fatta salva in ogni caso l'efficacia della sottoscrizione degli atti di accertamento emessi dagli uffici dell'amministrazione finanziaria, purché riferibili in modo univoco all'ufficio competente ad adottarli e sottoscritti dai dipendenti che, per volontà comunque dell'amministrazione, esercitino l'attività di direzione dell'ufficio o l'abbiano esercitata all'epoca dell'adozione degli atti stessi ovvero da dipendenti delegati dai primi alla sottoscrizione».

3.428

MUCCHETTI, DEL BARBA

Dopo il comma 64, aggiungere il seguente:

«64-*bis*. All'articolo 34, comma 25, della legge 17 dicembre 2012, n. 221, dopo le parole: "nonché alla gestione delle farmacie comunali, di cui alla legge 2 aprile 1968, n. 475" aggiungere le seguenti: "e ai fornitori di servizi di teleriscaldamento e teleraffreddamento domestico"».

3.429

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 64, aggiungere, in fine, il seguente:

«64-*bis*. All'articolo 17, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, dopo il comma 1 è inserito il seguente:

"1.1. In ogni caso, per la copertura finanziaria delle leggi che comportino nuovi o maggiori oneri ovvero minori entrate non possono essere utilizzate le risorse derivanti dalla quota dell'otto per mille del gettito dell'imposta sul reddito delle persone fisiche attribuita alla diretta gestione statale ai sensi dell'articolo 47, secondo comma, della legge 20 maggio 1985, n. 222"».

3.430

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 64, aggiungere il seguente:

«64-*bis*. All'articolo 1, comma 12-*bis* del decreto-legge 13 agosto 2011, n. 138, convertito, con modificazioni, dalla legge 14 settembre 2011, n. 148, dopo le parole: "e 2014 ", sono aggiunte le seguenti: "nonché per il biennio 2015-2016"».

3.431

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 64, aggiungere il seguente:

«64-*bis*. All'articolo 11, comma 1, primo periodo, del decreto legislativo 14 marzo 2011 n. 23, le parole: "dall'anno 2015" sono sostituite dalle parole: "dall'anno 2016"».

3.432

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Dopo il comma 64 aggiungere infine i seguenti commi:

«64-*bis*. A partire dal periodo d'imposta 2015 è istituita un'imposta patrimoniale ordinaria sulle grandi ricchezze, la cui base imponibile è costituita dalla ricchezza netta delle famiglie superiore ad 800.000 euro, risultante dalla somma delle attività reali e delle attività finanziarie al netto delle passività finanziarie, incluso il patrimonio non strumentale delle società, nella misura dello 0,7 per cento per un imponibile da 800.000 euro a 2 milioni, e nella misura dell'l per cento per ricchezze di valore superiore ai 2 milioni.

64-*ter*. Ai fini dell'accertamento del valore patrimoniale da assoggettare all'imposta di cui al comma precedente, si ricorre all'utilizzo delle informazioni desunte dai pubblico registro dei beni mobili registrati e dei dati trasmessi dai soggetti emittenti nello Stato valori mobiliari.

64-*quater*. Al fine di evitare la doppia imposizione, dall'imposta determinata ai sensi dei precedenti commi 40-*bis* e 40-*ter* si detrae un importo pari all'imposta netta già pagata sulle medesime attività».

3.433

MIRABELLI, MAURO MARIA MARINO, VACCARI

Dopo il comma 64, aggiungere il seguente:

«64-*bis*. All'articolo 1 della legge 30 dicembre 2004, n. 311, il comma 465 è abrogato».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 3.500.000;

2016: ? 3.500.000;

2017: ? 3.500.000.

3.434

FASIOLO

Dopo il comma 64, aggiungere il seguente:

«64-*bis*. In considerazione del fatto che l'attività del collaboratore di studio è esclusivamente funzionale a garantire il servizio reso al cittadino assistito, senza generare alcun maggior profitto per il medico titolare della convenzione con il SSN (Servizio sanitario Nazionale), il medico di medicina generale che espleta il servizio pubblico in stretta attuazione di suddetta convenzione con il SSN è pertanto esentato dall'obbligo di presentazione della dichiarazione lRAP relativa alla assunzione del collaboratore di studio per tale finalità».

3.435

CUOMO

Dopo il comma 64 inserire i seguenti:

«64-*bis*. Le imprese di assicurazione sono tenute a riconoscere sia in sede di rinnovo che di nuovo contratto, anche in assenza di esplicita richiesta dei singoli interessati, una tariffa-premio ai contraenti e/o assicurati che non abbiano denunciato sinistri negli ultimi cinque anni. Tale tariffa-premio, dovrà essere riconosciuta con l'applicazione del premio più basso previsto sull'intero territorio nazionale, da ciascuna compagnia, per la corrispondente classe universale (CU) di assegnazione del singolo contraente/assicurato, come risultante dall'attestato di rischio.

64-*ter*. È fatto divieto alle imprese di assicurazione di offrire tariffe diverse a parità di parametri territoriali e personali. Ogni impresa di assicurazione offre un unico tariffario per tutta la propria rete di vendita. Eventuali sconti sui premi assicurativi sono determinati a livello nazionale e sono offerti nella stessa misura in tutta la rete di vendita. .

64-quater. Il comma 2-*ter* dell'articolo 131 del decreto legislativo 7 settembre 2005, n. 209 è

abrogato».

3.436

FABBRI, VERDUCCI

Dopo il comma 64, aggiungere il seguente:

«64-*bis*. Nella parte I della tabella A allegata al Decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633, al numero: »15)«, sopprimere le seguenti parole: » esclusi i«».

Conseguentemente, alla Tabella A, rubrica Ministero dell'economia delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 400.000;

2016: ? 400.000;

2017: ? 400.000.

3.437

PUGLIA, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Dopo il comma 65, aggiungere il seguente:

«65-*bis*. La lettera *c)* del comma 4 dell'articolo 14 del decreto legislativo 9 aprile 2008, n. 81, è sostituita dalla seguente:

"*c)* il pagamento di una somma aggiuntiva rispetto a quelle di cui al comma 6 pari a:

1) 1.950 euro nelle ipotesi di sospensione per lavoro irregolare. Esclusivamente nel caso di imprese che occupino non più di cinque dipendenti, salvo che il provvedimento di sospensione sia motivato dalla reiterazione di cui al comma 1, terzo periodo, del presente articolo, il soggetto obbligato al pagamento della somma aggiuntiva di cui al presente numero procede al versamento della stessa in un'unica 'soluzione ovvero nella misura di un quarto entro trenta giorni dall'adozione del provvedimento di sospensione e della restante parte in un numero massimo di quattro rate mensili. Entro il termine di cinque giorni dai l'emanazione del provvedimento di sospensione dell'attività imprenditoriale, il rappresentante legale dell'impresa, può presentare istanza. adeguatamente motivata e documentata, alla Direzione territoriale del lavoro, intesa ad ottenere la dilazione di pagamento di cui al comma precedente. La Direzione territoriale del lavoro, entro i successivi quindici giorni dalla presentazione della domanda di dilazione, verificate le circostanze, unitamente alle motivazioni ed alla relativa documentazione, emana un provvedimento con il quale stabilisce il numero delle rate e l'importo di ciascuna di esse. TI provvedimento di cui al precedente periodo è notificato immediatamente all'interessato. TI mancato o ritardato pagamento della prima rata entro il termine di cui al secondo periodo, o anche di una sola delle rate diverse dalla prima, entro il termine di pagamento della rata successiva, comporta la perdita del beneficio della rateazione e l'immediata sospensione dell'attività. Dal giorno in cui il titolare dell'impresa viene ammesso al, beneficio della dilazione la sospensione dell'attività imprenditoriale è interrotta;

2) 3.250 euro nelle ipotesi di sospensione per gravi e reiterate violazioni in materia di tutela della salute e della sicurezza sul lavoro"».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 9, al capoverso «1-bis», i numeri 1) e 2) sono sostituiti dai seguenti:

«1) 600 euro, se il reddito complessivo non è superiore a 24.000 euro 2) 600 euro, se il reddito complessivo è superiore a 24.000 euro ma non a 26.000 euro. Il credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra l'importo di 26.000 euro, diminuito del reddito complessivo, e l'importo di 2.000 euro;».

3.438

MANGILI, LEZZI, BULGARELLI

Dopo il comma 65 aggiungere il seguente:

«65-*bis*. Le pensioni ovvero i vitalizi erogati da gestioni previdenziali pubbliche in base al sistema retributivo, non possono superare i 5.000 euro netti mensili. Sono fatti salvi soltanto le pensioni e i vitalizi corrisposti in base al sistema contributivo. Qualora il trattamento di cui al primo periodo sia cumulato con altri trattamenti pensionistici erogati da gestioni previdenziali pubbliche in

base al sistema retributivo, l'ammontare onnicomprensivo non può superare gli 8.000 euro netti mensili».

3.439

MOSCARDELLI, GUERRIERI PALEOTTI

Dopo il comma 65 è aggiunto il seguente comma:

«65-*bis*. A partire dal periodo di imposta successivo al 31 dicembre 2014 nei tributi di competenza degli enti locali con base imponibile collegata alla rendita catastale e relativamente agli immobili accatastati nelle categorie catastali «C» e «O», non si tiene conto dell'eventuale variazione in aumento della rendita catastale accertata in virtù delle componenti impiantistiche dei fabbricati stessi indipendentemente dalla tecnica di ancoraggio al suolo».

3.440

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Dopo il comma 66 inserire il seguente:

«66-*bis*. A decorrere dallo gennaio 2015 l'aliquota IVA normale del 22 per cento è ridotta di un punto percentuale. A decorrere dallo gennaio 2016 la predetta aliquota IVA, come risultante dalla riduzione di cui al primo periodo, è ulteriormente ridotta di un punto percentuale.

Al medesimo articolo, al comma 67, lettera *b)*, sostituire le parole: del 22 per cento con le seguenti: normale.

Conseguentemente:

al medesimo articolo, dopo il comma 68 inserire il seguente:

68-*bis*. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze i regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale di cui all'allegato A della nota integrativa al bilancio di previsione relativa alla Tabella 1 dello Stato di previsione delle entrate prevista ai sensi dell'articolo 21, comma 11, lettera *a)*, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, che appaiono, in tutto o in parte, ingiustificati o superati alla luce delle mutate esigenze sociali o economiche ovvero che costituiscono una duplicazione, sono modificati, soppressi o ridotti, a decorrere dall'anno 2015, al fine di assicurare maggiori entrate pari a 4.100 milioni di euro. Nei casi in cui la disposizione del primo periodo del presente comma non sia suscettibile di diretta e immediata applicazione, con uno o più decreti del Ministro dell'economia e delle finanze sono stabilite le modalità tecniche per l'attuazione del presente comma con riferimento ai singoli regimi interessati;

dopo il comma 74, inserire i seguenti:

74-*bis*. A decorrere dalla data di entrata in vigore della presente legge, per i consumi intermedi e per l'acquisto di beni, servizi e forniture prodotti dai produttori market, le amministrazioni inserite nel conto economico consolidato della pubblica amministrazione, come individuate dall'Istituto nazionale di statistica (ISTAT) ai sensi dell'articolo 1 della legge 31 dicembre 2009, n. 196, ricorrono ai sistemi di acquisto messi a disposizione da Consip spa o da altre centrali di committenza anche regionali, in modo da assicurare risparmi non inferiori a 4.100 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015.

74-*ter*. AI fine di conseguire i risparmi di spesa di cui al comma 1, gli enti ricompresi nel conto economico consolidato delle amministrazioni pubbliche ricorrono ai sistemi centralizzati di acquisto di beni, servizi e forniture in misura non inferiore al 30 per cento delle spese annuali complessive per l'acquisto di beni, servizi e forniture per il 2015, in misura non inferiore al 60 per cento per il 2016 e all'80 per cento per il 2017. Gli enti di cui al comma i sono tenuti à specificare nel rendiconto dell'esercizio finanziario di ciascun anno l'ammontare delle spese effettuate avvalendosi dei sistemi di acquisto centralizzati, nonché l'ammontare delle spese effettuate ai sensi del comma 6.

74-*quater*. AI fine di conseguire i risparmi di spesa di cui al comma 1, entro il 30 giugno di ogni anno, a partire dal 2015, tutti gli enti di cui al comma 1 definiscono e inviano a Consip spa l'elenco dei beni, servizi e forniture di cui necessitano per l'espletamento delle proprie funzioni istituzionali e per lo svolgimento di ogni altra attività. I comuni e le province provvedono alla trasmissione di tale elenco

rispettivamente tramite l'ANCI e PUPI.

74-*quinquies*. Entro il 30 novembre di ogni anno, a partire dal 2015, Consip spa individua e aggiorna, ove necessario, mediante un sistema di *benchmarking*, il rapporto di qualità e prezzo in relazione alle tipologie di beni, servizi e forniture indicate negli elenchi di cui al comma 3.

74-*sexies*. Per il 2015, il termine di cui al comma 3 è fissato al 31 marzo e il termine di cui al comma 4 è fissato al 30 giugno.

74-*septies*. In deroga a quanto previsto nei precedenti commi, gli enti di cui al comma i possono stipulare contratti di acquisto solo a un prezzo più basso di quello individuato. da Consip spa con i criteri di cui ai commi da 1 a 5.

74-*octies*. lncasodi mancato rispetto degli obiettivi di risparmio di spesa di cui al comma 1, ai fini del patto di stabilità interno, sono ridotti i trasferimenti statali a qualunque titolo spettanti alle regioni a statuto ordinario, i trasferimenti correnti dovuti alle province, ai comuni e i trasferimenti alle regioni a statuto speciale e alle province autonome di Trento e Bolzano in misura pari alla differenza tra il risultato registrato e l'obiettivo programmatico predeterminato.

74-*novies*. In caso di mancato rispetto degli obiettivi di risparmio di spesa di cui al comma 1, nonché degli obblighi di cui ai commi da 1 a 12, il soggetto inadempiente, nell'anno successivo a quello dell'inadempienza, non può:

a) impegnare spese correnti in misura superiore all'importo annuale medio dei corrispondenti impegni effettuati nell'ultimo triennio;

b) ricorrere all'indebitamento per gli investimenti, i mutui e i prestiti obbligazionari posti in essere con istituzioni creditizie o finanziarie per il finanziamento degli investimenti, i quali devono essere corredati da apposita attestazione da cui risulti il rispetto degli obblighi di cui ai commi da 1 a 12 nell'anno precedente; l'istituto finanziatore o l'intermediario finanziario non può procedere al finanziamento o al collocamento del prestito in assenza della predetta attestazione;

c) procedere ad assunzioni di personale a qualsiasi titolo, con qualsivoglia tipologia contrattuale, ivi compresi i rapporti di collaborazione coordinata e continuativa e di somministrazione, anche con riferimento ai processi di stabilizzazione in atto; è fatto altresì divieto agli enti di stipulare contratti di servizio con soggetti privati che si configurino come elusivi della presente disposizione.

74-*decies*. I contratti stipulati in violazione degli obblighi di cui ai commi da 1 a 12 sono nulli, costituiscono illecito disciplinare e sono causa di responsabilità amministrativa.

74-*undecies*. I soggetti di cui al comma i comunicano trimestralmente al Ministero dell'economia e delle finanze la quota di acquisti effettuata secondo le modalità di cui ai commi da 1 a 9, in modo da consentire la verifica del rispetto degli obblighi previsti, nonché dei relativi risparmi di spesa.

74-*duodecies*. Gli ulteriori risparmi di spesa che dovessero realizzarsi per le amministrazioni centrali in attuazione del presente articolo sono comunque destinati esclusivamente alla riduzione della pressione fiscale statale.

74-*terdecies*. Con decreto di natura non regolamentare adottato dal Ministero dell'economia e delle finanze di concerto con il Ministero dell'interno entro 30 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono stabilite le disposizioni attuative dei commi 1 a 11 del presente articolo».

3.441

BONFRISCO, BRUNI, PERRONE, LIUZZI, ZIZZA, IURLARO, FALANGA, EVA LONGO, D'ANNA, ARACRI, PAGNONCELLI, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Dopo il comma 66, inserire il seguente:

«66-*bis*. A decorrere dal 1º gennaio 2015 l'aliquota IVA normale del 22 per cento è ridotta di un punto percentuale. A decorrere dal 1º gennaio 2016 la predetta aliquota IVA, come risultante dalla riduzione di cui al primo periodo, è ulteriormente ridotta di un punto percentuale».

Al medesimo articolo 45, al comma 3, lettera b)*, sostituire le parole:* «del 22 per cento» *con le seguenti:* «normale».

Alla rubrica inserire, in fine, le parole: «e modifiche delle aliquote IVA.

Conseguentemente al medesimo articolo 3, dopo il comma 68, inserire il seguente:

«68-*bis*. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze i regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale di cui all'allegato A della nota integrativa al bilancio di previsione relativa alla Tabella 1 dello Stato di previsione delle entrate prevista ai sensi dell'articolo 21, comma 11, lettera *a)*, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, che appaiono, in tutto o in parte, ingiustificati o superati alla luce delle mutate esigenze sociali o economiche ovvero che costituiscono una duplicazione, sono modificati, soppressi o ridotti, a decorrere dall'anno 2015, al fine di assicurare maggiori entrate pari a 4.100 milioni di euro. Nei casi in cui la disposizione del primo periodo del presente comma non sia suscettibile di diretta e immediata applicazione, con uno o più decreti del Ministro dell'economia e delle finanze sono stabilite le modalità tecniche per l'attuazione del presente comma con riferimento ai singoli regimi interessati»;

dopo l'articolo 45, inserire il seguente:

«Art. 45-*bis. ? (Concentrazione degli acquisti della P.A.). ? 1.* A decorrere dalla data di entrata in vigore della presente legge, per i consumi intermedi e per l'acquisto di beni, servizi e forniture prodotti dai produttori *market*, le amministrazioni inserite nel conto economico consolidato della pubblica amministrazione, come individuate dall'Istituto nazionale di statistica (ISTAT) ai sensi dell'articolo 1 della legge 31 dicembre 2009, n. 196, ricorrono ai sistemi di acquisto messi a disposizione da Consip spa o da altre centrali di committenza anche regionali, in modo da assicurare risparmi non inferiori a 4.100 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015.

2. Al fine di conseguire i risparmi di spesa di cui al comma 1, gli enti ricompresi nel conto economico consolidato delle amministrazioni pubbliche ricorrono ai sistemi centralizzati di acquisto di beni, servizi e forniture in misura non inferiore al 30 per cento delle spese annuali complessive per l'acquisto di beni, servizi e forniture per il 2015, in misura non inferiore al 60 per cento per il 2016 e all'80 per cento per il 2017. Gli enti di cui al comma i sono tenuti a specificare nel rendiconto dell'esercizio finanziario di ciascun anno l'ammontare delle spese effettuate avvalendosi dei sistemi di acquisto centralizzati, nonché l'ammontare delle spese effettuate ai sensi del comma 6.

3. Al fine di conseguire i risparmi di spesa di cui al comma 1, entro il 30 giugno di ogni anno, a partire dal 2015, tutti gli enti di cui al comma 1 definiscono e inviano a Consip spa l'elenco dei beni, servizi e forniture di cui necessitano per l'espletamento delle proprie funzioni istituzionali e per lo svolgimento di ogni altra attività. I comuni e le province provvedono alla trasmissione di tale elenco rispettivamente tramite l'ANCI e l'UPI.

4. Entro il 30 novembre di ogni anno, a partire dal 2015, Consip spa individua e aggiorna, ove necessario, mediante un sistema di *benchmarking*, il rapporto di qualità e prezzo in relazione alle tipologie di beni, servizi e forniture indicate negli elenchi di cui al comma 3.

5. Per il 2015, il termine di cui al comma 3 è fissato al 31 marzo e il termine di cui al comma 4 è fissato al 30 giugno.

6. In deroga a quanto previsto nei precedenti commi, gli enti di cui al comma i possono stipulare contratti di acquisto solo a un prezzo più basso di quello individuato da Consip spa con i criteri di cui ai commi da 1 a 5.

7. In caso di mancato rispetto degli obiettivi di risparmio di spesa di cui al comma 1, ai fini del patto di stabilità interno, sono ridotti i trasferimenti statali a qualunque titolo spettanti alle regioni a statuto ordinario, i trasferimenti correnti dovuti alle province, ai comuni e i trasferimenti alle regioni a statuto speciale e alle province autonome di Trento e Bolzano in misura pari alla differenza tra il risultato registrato e l'obiettivo programmatico predeterminato.

8. In caso di mancato rispetto degli obiettivi di risparmio di spesa di cui al comma 1, nonché degli obblighi di cui ai commi da 1 a 12, il soggetto inadempiente, nell'anno successivo a quello dell'inadempienza, non può:

a) impegnare spese correnti in misura superiore all'importo annuale medio dei corrispondenti impegni effettuati nell'ultimo triennio;

b) ricorrere all'indebitamento per gli investimenti, i mutui e i prestiti obbligazionari posti in essere con istituzioni creditizie o finanziarie per il finanziamento degli investimenti, i quali devono

essere corredati da apposita attestazione da cui risulti il rispetto degli obblighi di cui ai commi da 1 a 12 nell'anno precedente; l'istituto finanziatore o l'intermediario finanziario non può procedere al finanziamento o al collocamento del prestito in assenza della predetta attestazione;

c) procedere ad assunzioni di personale a qualsiasi titolo, con qualsivoglia tipologia contrattuale, ivi compresi i rapporti di collaborazione coordinata e continuativa e di somministrazione, anche con riferimento ai processi di stabilizzazione in atto; è fatto altre si divieto agli enti di stipulare contratti di servizio con soggetti privati che si configurino come elusivi della presente disposizione.

9. I contratti stipulati in violazione degli obblighi di cui ai commi da 1 a 12 sono nulli, costituiscono illecito disciplinare e sono causa di responsabilità amministrativa.

10. I soggetti di cui al comma i comunicano trimestralmente al Ministero dell'economia e delle finanze la quota di acquisti effettuata secondo le modalità di cui ai commi da 1 a 9, in modo da consentire la verifica del rispetto degli obblighi previsti, nonché dei relativi risparmi di spesa.

11. Gli ulteriori risparmi di spesa che dovessero realizzarsi per le amministrazioni centrali in attuazione del presente articolo sono comunque destinati esclusivamente alla riduzione della pressione fiscale statale.

12. Con decreto di natura non regolamentare, adottato dal Ministero dell'economia e delle finanze di concerto con il Ministero dell'interno entro 30 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono stabilite le disposizioni attuative dei commi da 1 a 11 del presente articolo».

3.442

ZIZZA

Dopo il comma 66, aggiungere il seguente:

«66-*bis*. A decorrere dall'anno 2015 è ridotta di un punto percentuale l'aliquota IVA del 22 per cento. La stessa è ulteriormente ridotta di un ulteriore punto percentuale a decorrere dal 1º gennaio 2016».

Conseguentemente all'articolo 1 sopprimere i commi 9, 10 e 12.

3.443

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Sostituire i commi 67 e 68, con il seguente:

«67. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze i regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale di cui all'allegato A della nota integrativa al bilancio di previsione relativa alla Tabella 1 dello Stato di previsione delle entrate prevista ai sensi dell'articolo 21, comma11, lettera *a)*, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, che appaiono, in tutto o in parte, ingiustificati o superati alla luce delle mutate esigenze sociali o economiche ovvero che costituiscono una duplicazione, sono modificati, soppressi o ridotti, a decorrere dall'anno 2015, al fine di assicurare maggiori entrate pari a 13.000 milioni di euro. Nei casi in cui la disposizione del primo periodo del presente comma non sia suscettibile di diretta e immediata applicazione, con uno o più decreti del Ministro dell'economia e delle finanze sono stabilite le modalità tecniche per l'attuazione del presente comma con riferimento ai singoli regimi interessati».

Conseguentemente, all'articolo 2, dopo il comma 45, inserire il seguente:

«45-*bis*. Per l'anno 2015 è disposta la riduzione lineare delle dotazioni finanziarie disponibili iscritte a legislazione vigente in termini di competenza e di cassa, nell'ambito delle spese rimodulabili delle missioni di spesa di ciascun Ministero di cui all'articolo 21, comma 5, lettera *b)*, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, per un importo pari a 2.000 milioni di euro annui. Sono esclusi gli stanziamenti relativi all'istituto della destinazione del cinque per mille dell'imposta sul reddito delle persone fisiche, gli stanziamenti relativi alle spese per la tutela dell'ordine e la sicurezza pubblica, nonché per il soccorso pubblico, e gli stanziamenti relativi al fondo sviluppo e coesione. Il Ministro dell'economia e delle finanze, ai fini delle successive riduzioni, è autorizzato ad accantonare e rendere indisponibili le predette somme. Le amministrazioni potranno proporre variazioni compensative, anche relative a

missioni diverse, tra gli accantonamenti interessati nel rispetto dell'invarianza sui saldi di finanza pubblica».

Conseguentemente, all'articolo 2, sostituire il comma 226 con il seguente:

«226. I risparmi ottenuti in seguito all'applicazione dei costi *standard* in ambito sanitario conseguente all'individuazione delle 3 regioni *benchmark* da parte della Conferenza Stato-Regioni, nella seduta del 5 dicembre 2013, determinano a decorrere dall'anno 2015 una riduzione del livello del finanziamento del servizio sanitario nazionale cui concorre ordinariamente lo Stato pari a 3.000 milioni di euro. Con decreto del Ministro della salute, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, previa intesa in sede di Conferenza Stato-Regioni, la quota di risparmi è imputata a ciascuna regione in misura inversamente proporzionale al livello di applicazione dei costi *standard*, come verificato dai tavoli tecnici di cui all'intesa Stato-Regioni del 23 marzo 2005».

Conseguentemente, dopo il comma 74, inserire i seguenti:

«74-*bis*. A decorrere dalla data di entrata in vigore della presente legge, per i consumi intermedi e per l'acquisto di beni, servizi e forniture prodotti dai produttori *market*, le amministrazioni inserite nel conto economico consolidato della pubblica amministrazione, come individuate dall'Istituto nazionale di statistica (ISTAT) ai sensi dell'articolo 1 della legge 31 dicembre 2009, n. 196, ricorrono ai sistemi di acquisto messi a disposizione da Consip spa o da altre centrali di, committenza anche regionali, in modo da assicurare risparmi non inferiori a 4.000 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015.

74-*ter*. Al fine di conseguire i risparmi di spesa di cui al comma 1, gli enti ricompresi nel conto economico consolidato delle amministrazioni pubbliche ricorrono ai sistemi centralizzati di acquisto di beni, servizi e forniture in misura non inferiore al 30 per cento delle spese annuali complessive per l'acquisto di beni, servizi e forniture per il 2015, in misura non inferiore al 60 per cento per il 2016 e all'80 per cento per il 2017. Gli enti di cui al comma 1 sono tenuti a specificare nel rendiconto dell'esercizio finanziario di ciascun anno l'ammontare delle spese effettuate avvalendosi dei sistemi di acquisto centralizzati, nonché l'ammontare delle spese effettuate ai sensi del comma 6.

74-*quater*. Al fine di conseguire i risparmi di spesa di cui al comma 1, entro il 30 giugno di ogni anno, a partire dal 2015, tutti gli enti di cui al comma 1 definiscono e inviano a Consip spa l'elenco dei beni, servizi e forniture di cui necessitano per l'espletamento delle proprie funzioni istituzionali e per lo svolgimento di ogni altra attività. I comuni e le province provvedono alla trasmissione di tale elenco rispettivamente tramite l'ANCI e l'UPI.

74-*quinquies*. Entro il 30 novembre di ogni anno, a partire dal 2015, Consip spa individua e aggiorna, ove necessario, mediante un sistema di *benchmarking*, il rapporto di qualità e prezzo in relazione alle tipologie di beni, servizi e forniture indicate negli elenchi di cui al comma 3.

74-*sexies*. Per il 2015, il termine di cui al comma 3 è fissato al 31 marzo e il termine di cui al comma 4 è fissato al 30 giugno.

74-*septies*. In deroga a quanto previsto nei precedenti commi, gli enti di cui al comma 1 possono stipulare contratti di acquisto solo a un prezzo più basso di quello individuato da Consip spa con i criteri di cui ai commi da 1 a 5.

74-*octies*. In caso di mancato rispetto degli obiettivi di risparmio di spesa di cui al comma 1, ai fini del patto di stabilità interno, sono ridotti i trasferimenti statali a qualunque titolo spettanti alle Regioni a statuto ordinario, i trasferimenti correnti dovuti alle province, ai comuni e i trasferimenti alle regioni a statuto speciale e alle province autonome di Trento e Bolzano in misura pari alla differenza tra il risultato registrato e l'obiettivo programmatico predeterminato.

74-*novies*. In caso di mancato rispetto degli obiettivi di risparmio di spesa di cui al comma 1, nonché degli obblighi di cui ai commi da 1 a 12, il soggetto inadempiente, nell'anno successivo a quello dell'inadempienza, non può:

a) impegnare spese correnti in misura superiore all'importo annuale medio dei corrispondenti impegni effettuati nell'ultimo triennio;

b) ricorrere all'indebitamento per gli investimenti, i mutui e i prestiti obbligazionari posti in essere con istituzioni creditizie o finanziarie per il finanziamento degli investimenti, i quali devono

essere corredati da apposita attestazione da cui risulti il rispetto degli obblighi di cui ai commi da 1 a 12 nell'anno precedente; l'istituto finanziatore o l'intermediario finanziario non può procedere al finanziamento o al collocamento del prestito in assenza della predetta attestazione;

c) procedere ad assunzioni di personale a qualsiasi titolo, con qualsivoglia tipologia contrattuale, ivi compresi i rapporti di collaborazione coordinata e continuativa e di somministrazione, anche con riferimento ai processi di stabilizzazione in atto; è fatto altresì divieto agli enti di stipulare contratti di servizio con soggetti privati che si configurino come elusivi della presente disposizione.

74-*decies*. I contratti stipulati in violazione degli obblighi di cui ai commi da 1 a 12 sono nulli, costituiscono illecito disciplinare e sono causa di responsabilità amministrativa.

74-*undecies*. I soggetti di cui al comma *i* comunicano trimestralmente al Ministero dell'economia e delle finanze la quota di acquisti effettuata secondo le modalità di cui ai commi da 1 a 9, in modo da consentire la verifica del rispetto degli obblighi previsti, nonché dei relativi risparmi di spesa.

74-*duodecies*. Gli ulteriori risparmi di spesa che dovessero realizzarsi per le amministrazioni centrali in attuazione del presente articolo sono comunque destinati esclusivamente alla riduzione della pressione fiscale statale.

74-*terdecies*. Con decreto di natura non regolamentare, adottato dal Ministero dell'economia e delle finanze di concerto con il Ministero dell'interno entro 30 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono stabilite le disposizioni attuative dei commi 1 a 11 del presente articolo».

3.444

D'AMBROSIO LETTIERI, TARQUINIO, BONFRISCO, BRUNI, PERRONE, LIUZZI, ZIZZA, IURLARO, FALANGA, EVA LONGO, D'ANNA, ARACRI, PAGNONCELLI, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Sostituire i commi 67 e 68 con il seguente:

«67. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze i regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale di cui all'allegato A della nota integrativa al bilancio di previsione relativa alla Tabella 1 dello Stato di previsione delle entrate prevista ai sensi dell'articolo 21, comma 11, lettera *a)*, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, che appaiono, in tutto o in parte, ingiustificati o superati alla luce delle mutate esigenze sociali o economiche ovvero che costituiscono una duplicazione, sono modificati, soppressi o ridotti, a decorrere dall'anno 2015, al fine di assicurare maggiori entrate pari a 13.000 milioni di euro. Nei casi in cui la disposizione del primo periodo del presente comma non sia suscettibile di diretta e immediata applicazione, con uno o più decreti del Ministro dell'economia e delle finanze sono stabilite le modalità tecniche per l'attuazione del presente comma con riferimento ai singoli regimi interessati».

Conseguentemente, all'articolo 2, dopo il comma 44, inserire il seguente:

«44-*bis*. Per l'anno 2015 è disposta la riduzione lineare delle dotazioni finanziarie disponibili iscritte a legislazione vigente in termini di competenza e di cassa, nell'ambito delle spese rimodulabili delle missioni di spesa di ciascun Ministero di cui all'articolo 21, comma 5, lettera *b)*, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, per un importo pari a 2.000 milioni di euro annui. Sono esclusi gli stanziamenti relativi all'istituto della destinazione del cinque per mille dell'imposta sul reddito delle persone fisiche, gli stanziamenti relativi alle spese per la tutela dell'ordine e la sicurezza pubblica, nonché per il soccorso pubblico, e gli stanziamenti relativi al fondo sviluppo e coesione. Il Ministro dell'economia e delle finanze, ai fini delle successive riduzioni, è autorizzato ad accantonare e rendere indisponibili le predette somme. Le amministrazioni potranno proporre variazioni compensative, anche relative a missioni diverse, tra gli accantonamenti interessati nel rispetto dell'invarianza sui saldi di finanza pubblica».

Conseguentemente, all'articolo 2, sostituire il comma 226 con il seguente:

«3. I risparmi ottenuti in seguito all'applicazione dei costi *standard* in ambito sanitario conseguente all'individuazione delle 3 regioni *benchmark* da parte della Conferenza Stato-Regioni, nella seduta del 5 dicembre 2013, determinano a decorrere dall'anno 2015 una riduzione del livello del finanziamento del servizio sanitario nazionale cui concorre ordinariamente lo Stato pari a 3.000

milioni di euro. Con decreto del Ministro della salute, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, previa intesa in sede di Conferenza Stato-Regioni, la quota di risparmi è imputata a ciascuna regione in misura inversamente proporzionale al livello di applicazione dei costi *standard*, come verificato dai tavoli tecnici di cui all'intesa Stato-Regioni del 23 marzo 2005».

Conseguentemente, dopo l'articolo 3, inserire il seguente:

«Art. 3-*bis. ? (Concentrazione degli acquisti della P.A.). ? 1.* A decorrere dalla data di entrata in vigore della presente legge, per i consumi intermedi e per l'acquisto di beni, servizi e forniture prodotti dai produttori *market*, le amministrazioni inserite nel conto economico consolidato della pubblica amministrazione, come individuate dall'Istituto nazionale di statistica (ISTAT) ai sensi dell'articolo 1 della legge 31 dicembre 2009, n. 196, ricorrono ai sistemi di acquisto messi a disposizione da Consip spa o da altre centrali di committenza anche regionali, in modo da assicurare risparmi non inferiori a 4.000 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015.

2. Al fine di conseguire i risparmi di spesa di cui al comma 1, gli enti ricompresi nel conto economico consolidato delle amministrazioni pubbliche ricorrono ai sistemi centralizzati di acquisto di beni, servizi e forniture in misura non inferiore al 30 per cento delle spese annuali complessive per l'acquisto di beni, servizi e forniture per il 2015, in misura non inferiore al 60 per cento per il 2016 e all'80 per cento per il 2017. Gli enti di cui al comma i sono tenuti a specificare nel rendiconto dell'esercizio finanziario di ciascun anno l'ammontare delle spese effettuate avvalendosi dei sistemi di acquisto centralizzati, nonché l'ammontare delle spese effettuate ai sensi del comma 6.

3. Al fine di conseguire i risparmi di spesa di cui al comma 1, entro il 30 giugno di ogni anno, a partire dal 2015, tutti gli enti di cui al comma 1 definiscono e inviano a Consip spa l'elenco dei beni, servizi e forniture di cui necessitano per l'espletamento delle proprie funzioni istituzionali e per lo svolgimento di ogni altra attività. I comuni e le province provvedono alla trasmissione di tale elenco rispettivamente tramite l'ANCI e l'UPI.

4. Entro il 30 novembre di ogni anno, a partire dal 2015, Consip spa individua e aggiorna, ove necessario, mediante un sistema di *benchmarking*, il rapporto di qualità e prezzo in relazione alle tipologie di beni, servizi e forniture indicate negli elenchi di cui al comma 3.

5. Per il 2015, il termine di cui al comma 3 è fissato al 31 marzo e il termine di cui al comma 4 è fissato al 30 giugno.

6. In deroga a quanto previsto nei precedenti commi, gli enti di cui al comma 1 possono stipulare contratti di acquisto solo a un prezzo più basso di quello individuato da Consip spa con i criteri di cui ai commi da 1 a 5.

7. In caso di mancato rispetto degli obiettivi di risparmio di spesa di cui al comma 1, ai fini del patto di stabilità interno, sono ridotti i trasferimenti statali a qualunque titolo spettanti alle Regioni a statuto ordinario, i trasferimenti correnti dovuti alle province, ai comuni e i trasferimenti alle regioni a statuto speciale e alle province autonome di Trento e Bolzano in misura pari alla differenza tra il risultato registrato e l'obiettivo programmatico predeterminato.

8. In caso di mancato rispetto degli obiettivi di risparmio di spesa di cui al comma 1, nonché degli obblighi di cui ai commi da 1 a 12, il soggetto inadempiente, nell'anno successivo a quello dell'inadempienza, non può:

a) impegnare spese correnti in misura superiore all'importo annuale medio dei corrispondenti impegni effettuati nell'ultimo triennio;

b) ricorrere all'indebitamento per gli investimenti, i mutui e i prestiti obbligazionari posti in essere con istituzioni creditizie o finanziarie per il finanziamento degli investimenti, i quali devono essere corredati da apposita attestazione da cui risulti il rispetto degli obblighi di cui ai commi da 1 a 12 nell'anno precedente; l'istituto finanziatore o l'intermediario finanziario non può procedere al finanziamento o al collocamento del prestito in assenza della predetta attestazione;

c) procedere ad assunzioni di personale a qualsiasi titolo, con qualsivoglia tipologia contrattuale, ivi compresi i rapporti di collaborazione coordinata e continuativa e di somministrazione, anche con riferimento ai processi di stabilizzazione in atto; è fatto altresì divieto agli enti di stipulare

contratti di servizio con soggetti privati che si configurino come elusivi della presente disposizione.

9. i contratti stipulati in violazione degli obblighi di cui ai commi da 1 a 12 sono nulli, costituiscono illecito disciplinare e sono causa di responsabilità amministrativa.

10. I soggetti di cui al comma 1 comunicano trimestralmente al Ministero dell'economia e delle finanze la quota di acquisti effettuata secondo le modalità di cui ai commi da 1 a 9, in modo da consentire la verifica del rispetto degli obblighi previsti, nonché dei relativi risparmi di spesa.

11. Gli ulteriori risparmi di spesa che dovessero realizzarsi per le amministrazioni centrali in attuazione del presente articolo sono comunque destinati esclusivamente alla riduzione della pressione fiscale statale.

12. Con decreto di natura non regolamentare, adottato dal Ministero dell'economia e delle finanze di concerto con il Ministero dell'interno entro 30 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono stabilite le disposizioni attuative dei commi 1 a 11 del presente articolo».

3.445

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Sostituire i commi 67 e 68, con il seguente:

«67. Qualora i provvedimenti normativi che ai sensi della presente legge, attraverso il conseguimento di maggiori entrate ovvero di risparmi di spesa, non abbiano, in tutto od in parte, gli effetti positivi sui saldi di finanza pubblica previsti, è consentito il superamento del livello di indebitamento netto nominale fino al 4 per cento del Pil».

3.446

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Al comma 67, sostituire le lettere a) e *b)* con le seguenti:

«*a)* a decorrere dal 1º gennaio 2016 sono ridotte in misura lineare le dotazioni finanziarie di parte corrente iscritte a legislazione vigente, in termini di competenza e cassa, delle spese rimodulabili delle missioni di spesa di ciascun Ministero di cui all'articolo 21, comma 5, lettera *b)*, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, per un importo pari a 2,7 miliardi di euro annui;

b) a decorrere dallo gennaio 2016 sono ridotte in misura lineare le dotazioni finanziarie di conto capitale iscritte a legislazione vigente, in termini di competenza e cassa, delle spese rimodulabili delle missioni di spesa di ciascun Ministero di cui all'articolo 21, comma 5, lettera *b)*, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, per un importo di 1,8 miliardi di euro per l'anno 2016, di 1,2 miliardi di euro per l'anno 2017, e di 0,6 miliardi di euro annui a decorrere dal 2018»;

c) all'articolo 2, dopo il comma 39, aggiungere i seguenti:

«39-*bis*. Ai fini della valorizzazione del patrimonio dello Stato e dell'abbattimento del debito pubblico è costituita la società per azioni denominata "fondo immobiliare Italia" S.p.A. con capitale sociale iniziale di 1 milione di euro interamente sottoscritto dal Ministero dell'economia e delle finanze. Successivi aumenti di capitale sociale sono attuati secondo quanto previsto dai successivi commi 2 e 3. La fondo immobiliare Italia S.p.A. può collocare titoli obbligazionari sul mercato.

39-*ter*. Con contratto preliminare di vendita, secondo prezzi e modalità di pagamento concordate, lo Stato trasferisce alla Cassa depositi e prestiti propri beni e diritti disponibili e non strategici per un controvalore di 400 miliardi di euro. Alla Cassa depositi e prestiti medesima viene altresì dato mandato di conferire alla società per azioni fondo immobiliare "Italia" il contratto preliminare di vendita di cui al precedente periodo a fronte di un aumento del capitale sociale pari al valutazione del medesimo contratto preliminare secondo le ordinarie regole stabilite dall'articolo 2343 del codice civile.

39-*quater*. La fondo immobiliare Italia S.p.A., successivamente al conferimento da parte di Cassa depositi e prestiti previsto al precedente comma 2, delibera un aumento di capitale pari a non meno di un quarto del valore periziato dei beni e diritti oggetto del contratto preliminare di vendita indicato dal precedente comma 2. La sottoscrizione delle quote del fondo immobiliare "Italia" è aperta al soggetti

privati italiani ed esteri operanti nel settore bancario e finanziario.

39-*quinquies*. Per acquistare a titolo definitivo i beni e diritti dello Stato da valorizzare, già oggetto del contratto preliminare di cui al comma 2, fondo immobiliare Italia S.p.A. emette e colloca sul mercato obbligazioni a scadenza non inferiore a cinque anni, prive della garanzia dello Stato, con *warrant* negoziabile separatamente.

39-*sexies*. Il Ministro dell'economia e delle finanze con proprio decreto da emanarsi entro tre mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge stabilisce le modalità attuative del presente articolo, con particolare riguardo allo statuto di funzionamento della società, alle modalità attuative riguardanti la sottoscrizione del capitale del fondo immobiliare da parte di operatori bancari e finanziari privati, e ai requisiti richiesti ai predetti operatori bancari e finanziari per la partecipazione al capitale del fondo. Il Ministero dell'economia e delle finanze partecipa al capitale del fondo immobiliare Italia con una propria quota non superiore al 10 per cento del totale. I corrispettivi derivanti dalla cessione dei beni e diritti dello Stato sono destinati esclusivamente alla riduzione del debito pubblico».

Conseguentemente, all'articolo 1, sopprimere il comma 132.

Conseguentemente, all'articolo 2, dopo il comma 253, aggiungere il seguente: «253-*bis.* Nell'attuazione del Patto per la salute di cui al presente articolo devono essere individuate le misure necessarie a garantire l'introduzione dei costi *standard* nel comparto della sanità». Dall'attuazione del presente comma devono derivare risparmi pari a 0,8 miliardi di euro annui a decorrere dal 2015.

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1.303078 migliaia di euro per l'anno 2015, a 1.279.488 migliaia di euro per l'anno 2016 e a 1.279.828 migliaia di euro per l'anno 2017»*; ridurre tutte le voci, con l'esclusione di quella relativa al Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale, di cui alla tabella A; ridurre tutte le voci di cui alla tabella B.*

3.447

BONFRISCO

Al comma 67, la lettera c)*, è soppressa.*

Conseguentemente all'articolo 3, dopo il comma 67, inserire il seguente:

«67-*bis.* Mediante provvedimenti di razionalizzazione e di revisione della spesa, di ridimensionamento di strutture, di riduzione delle spese per beni e servizi, nonché di ottimizzazione dell'uso degli immobili, adottati dal Presidente del Consiglio dei Ministri sulla base degli indirizzi del Comitato interministeriale di cui all'articolo 49-*bis*, comma 1, del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69 convertito dalla legge 9 agosto 2013, n. 98, si provvede ad assicurare una riduzione della spesa delle amministrazioni pubbliche di cui all'articolo 1, comma 2, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, in misura non inferiore a 700 milioni di euro a decorrere dal 2018».

3.448

AUGELLO, GUALDANI

Al comma 67, la lettera c) *è soppressa.*

Conseguentemente, all'articolo 3 dopo il comma 67, inserire il seguente:

«67-*bis.* Mediante provvedimenti di razionalizzazione e di revisione della spesa, di ridimensionamento di strutture, di riduzione delle spese per beni e servizi, nonché di ottimizzazione dell'uso degli immobili, adottati dal Presidente del Consiglio dei Ministri sulla base degli indirizzi del Comitato interministeriale di cui all'articolo 49-*bis*, comma 1, del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69 convertito dalla legge 9 agosto 2013, n. 98, si provvede ad assicurare una riduzione della spesa delle amministrazioni pubbliche di cui all'articolo 1, comma 2, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, in misura non inferiore a 700 milioni di euro a decorrere dal 2018».

3.449

COMAROLI, TOSATO

Al comma 67, la lettera c) *è soppressa.*

Conseguentemente, all'articolo 3 dopo il comma 67 inserire il seguente:

«67-*bis*. Mediante provvedimenti di razionalizzazione e di revisione della spesa, di ridimensionamento di strutture, di riduzione delle spese per beni e servizi, nonché di ottimizzazione dell'uso degli immobili, adottati dal Presidente del Consiglio dei Ministri sulla base degli indirizzi del Comitato interministeriale di cui all'articolo 49-*bis*, comma 1, del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69 convertito dalla legge 9 agosto 2013, n. 98, si provvede ad assicurare una riduzione della spesa delle amministrazioni pubbliche di cui all'articolo 1, comma 2, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, in misura non inferiore a 700 milioni di euro a decorrere dal 2018».

3.450

FASIOLO, RUTA, VALENTINI, VERDUCCI

Dopo il comma 68, inserire i seguenti:

«68-*bis.* Alla lettera *b)* del comma 3, dell'articolo 25 del decreto-legge 12 settembre 2013. n. 104. convertito con modificazioni, dalla legge 8 novembre 2013. n. 128, le parole: "a decorrere dal 1º gennaio 2015" sono sostituite dalle seguenti: "a decorrere dal 1º gennaio 2016".

68-*ter.* Al comma 2 dell'articolo 15 del decreto-legge 8 agosto 2013, n. 91 convertito con modificazioni dalla legge 7 ottobre 2013, n. 112, la lettera e-*ter)* è sostituita dalla seguente: "e-*ter*. Per le finalità di cui all'articolo 8, quanto a 20 milioni di euro, a decorrere dal 2015 si provvede mediante corrispondente rimodulazione del Fondo interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307"».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 21, lettera g), sostituire la parola: «triplo»*, con la seguente:* «quadruplo».

3.451

COMAROLI, TOSATO

Dopo il comma 68, aggiungere il seguente comma:

«58-*bis*. Con provvedimento del Direttore dell'Agenzia delle Dogane e dei Monopoli da adottarsi entro il 2 gennaio 2015 è modificata la determinazione del Direttore dell'Agenzia delle Dogane e dei Monopoli n. 145744 del 23 dicembre 2013, recante l'aumento della misura delle aliquote dell'accisa sulla birra, sui prodotti alcolici intermedi e sull'alcol etilico, al fine di eliminare gli incrementi dell'accisa sulla birra decorrenti dal primo gennaio 2015».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 75, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 70 milioni di euro a decorrere dal 2015».

3.452

SAGGESE

Dopo il comma 68, aggiungere il seguente:

«58-*bis*. All'art. 1, comma 380, lettera *f*), della legge 24 dicembre 2012, n. 228, dopo le parole: "che insistono sul rispettivo territorio" sono aggiunte le parole: "ed alle centrali eoliche, classificate nel gruppo catastale D/1".«

3.453

GIOVANARDI, GUALDANI, AIELLO, MANCUSO

Dopo il comma 68 aggiungere il seguente:

«68-*bis*. Con provvedimento del direttore dell'Agenzia delle dogane e dei monopoli, da adottare entro il 31 gennaio 2015, è ridotta la misura dell'accisa sull'alcol etilico ed i prodotti intermedi per un importo corrispondente a 80 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015. Nelle more della determinazione del direttore dell'Agenzia delle dogane e dei monopoli di cui al primo periodo si applicano le aliquote di accisa vigenti alla data del 31 dicembre 2014.».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 80.000.000;
2016: ? 80.000.000;
2017: ? 80.000.000.

3.454

GIOVANARDI, GUALDANI, AIELLO, MANCUSO

Dopo il comma 68 aggiungere i seguenti:

«68-*bis*. Alla lettera *b*), del comma 3, dell'articolo 25 del decreto-legge 12 settembre 2013, n. 104, convertito, con modificazioni, dalla legge 8 novembre 2013, n. 128, sostituire le parole: "a decorrere dal 1º gennaio 2015" con le seguenti: "a decorrere dal 1º gennaio 2016", Agli oneri derivanti dall'attuazione del precedente periodo, pari a 130 milioni di euro annui, per l'anno 2015 si provvede mediante corrispondente aumento dell'aliquota di imposta sostitutiva prevista agli articoli 15 e seguenti del D.P.R n. 601 del 1973.

68-*ter*. Al comma 2 dell'articolo 15 del decreto-legge 8 agosto 2013, n. 91, convertito, con modificazioni dalla legge 7 ottobre 2013, n. 112, la lettera *e-ter*) è sostituita dalla seguente:

"*e-ter*. Per le finalità di cui all'articolo 8, quanto a 20 milioni di euro, a decorrere dal 2015 si provvede mediante corrispondente rimodulazione del Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307."»

3.455

SCHIFANI, MARINELLO, AZZOLLINI, GUALDANI, CHIAVAROLI, DI BIAGIO

All'articolo 3, aggiungere il seguente comma:

«68-*bis*. Una quota del 20% delle entrate derivanti dai versamenti dei soggetti destinatari di nuove concessioni di coltivazione od estrazione di idrocarburi liquidi o gassosi, ovunque localizzate, sulla terraferma o in mare, sono destinate, mediante accordo tra lo Stato e la regione interessata, al finanziamento di nuovi investimenti per il dissesto idrogeologico, la salute dei cittadini e la tutela della qualità ambientale e paesistica.»

3.456

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Sopprimere il comma 70.

Conseguentemente, all'articolo 2, dopo il comma 85 aggiungere i seguenti:

«85-*bis*. All'articolo 4 della legge dicembre 1997, n. 425, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) il comma 1 è sostituito dai seguenti:

"1. La commissione d'esame è composta dai docenti delle materie di esame della classe del candidato, in numero di sei in qualità di componenti interni, più il presidente, in qualità di componente esterno. Le materie di esame sono scelte annualmente con le modalità e nei termini stabilito con decreto del Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca

1-*bis*. I commissari sono designati dai competenti consigli di classe e nominati dal dirigente scolastico, in modo da assicurare la presenza dei docenti delle materie oggetto della prima e della seconda prova scritta e un'equilibrata presenza delle altre materie d'esame, tenendo presente l'esigenza di favorire, per quanto possibile, l'accertamento della conoscenza delle lingue straniere.

1-*ter*. Per i progetti regolamentati da accordi internazionali, si procede alla nomina di commissari esterni per le specifiche discipline linguistiche oggetto degli accordi stessi.

1-*quater*. li dirigente preposto all'Ufficio scolastico regionale competente nomina il presidente tra il personale dirigente delle scuole secondarie di secondo grado statali, il personale docente con almeno 10 anni di ruolo e i professori universitari di ruolo, sulla base di criteri determinati a livello nazionale con decreto avente natura non regolamentare. Il presidente è nominato su due classi.

1-*quinquies*. È stabilita incompatibilità a svolgere la funzione di presidente nella propria scuola, nelle scuole in cui si sia prestato servizio nei due anni precedenti l'anno in corso, nelle scuole ove si sia già espletato l'incarico per due anni consecutivi nei due anni precedenti e nelle altre scuole del

medesimo distretto scolastico sede di servizio o di incarico.

1-*sexies*. I compensi per i presidenti sono onnicomprensivi e sostitutivi di qualsiasi altro emolumento e rimborso spese; alla loro determinazione si provvede con decreto del Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca, adottato entro sessanta giorni dall'entrata in vigore della presente legge di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, tenendo conto dei, tempi di percorrenza. dalla sede di servizio o di residenza a quella di esame e nel limite di una spesa al lordo di ogni onere riflesso e dell'IRAP pari ad euro 27,7 milioni annui a decorrere dall'anno 2015, Nulla è dovuto ad alcun titolo ai componenti interni".;

b) i commi 2, 3, 4, 6, 7 e 10 sono soppressi.

85-*ter*. Dall'attuazione del comma precedente devono derivare per il bilancio dello Stato risparmi lordi di spesa pari ad euro 150 milioni a decorrere dall'anno 2015.

10-*quater*. È abrogato il comma 2 dell'articolo 3 della legge 11 gennaio 2001, n. 1».

3.457

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Sopprimere il comma 70.

Conseguentemente: All'articolo 1, comma 125, sostituire le parole: «187,5» *con le seguenti:* «30».

3.458

PEZZOPANE, STEFANO ESPOSITO, TOMASELLI, ALBANO, MANASSERO, FASIOLO, ELENA FERRARA, SOLLO, D'ADDA, BORIOLI, DEL BARBA, SPILABOTTE, CUOMO, ORRÙ, FABBRI, ASTORRE, CARDINALI, PAGLIARI, PUPPATO

Dopo il comma 70, aggiungere il seguente:

«70-*bis*. Al fine di soddisfare specifiche e mirate esigenze di risparmio della pubblica amministrazione, la Guardia di Finanza, per l'alimentazione del Ruolo Speciale e del Ruolo tecnico logistico amministrativo, in relazione a specifiche esigenze operative, è tenuta ad assumere a tempo indeterminato, esclusivamente mediante scorrimento di graduatoria, gli Ufficiali in ferma prefissata ausiliari del Ruolo Speciale e del Ruolo tecnico logistico amministrativo,risultati vincitori dei concorsi banditi rispettivamente nel 2008 (*Gazzetta Ufficiale* n. 59 del 29 luglio 2008) e nel 2010 (*Gazzetta Ufficiale* n. 61 del 3 agosto 2010), che abbiano svolto almeno 36 mesi di servizio negli ultimi cinque anni e che, seppur in congedo, siano utilmente collocati quali "idonei non vincitori" nelle rispettive graduatorie per il transito nel servizio permanente effettivo.»

Conseguentemente, , alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 490,000;

2016: ? 490,000;

2017: ? 490.000.

3.459

TOMASELLI, COLLINA, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA, PAGLIARI, CALEO, MAURO MARIA MARINO, VACCARI

Sopprimere il comma 71

Conseguentemente Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;

2016: ? 105.000.000;

2017: ? 105.000.000.

Alla Tabella A, voce Ministero delle politiche agricole, alimentari e forestali, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;

2016: ? 5.000.000;

2017: ? 5.000.000.

Alla Tabella A, voce Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;
2016: ? 5.000.000;
2017: ? 5.000.000.

Alla Tabella A, voce Ministero della giustizia, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 5.000.000;
2016: ? 5.000.000;
2017: ? 5.000.000.

3.460

ALBANO, LAI

Sopprimere il comma 71.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 20.000.000;
2016: ? 120.000.000;
2017: ? 120.000.000.

3.461

GAMBARO

All'articolo 3 sopprimere il comma 71.

Conseguentemente al comma 112, sostituire le parole:«250 milioni di euro a decorrere dal 2015» *con le seguenti* «230 nel 2015 e 130 milioni di euro a decorrere dal 2016».

3.462

GALIMBERTI

Sopprimere il comma 71.

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente del 3 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

3.463

MANDELLI, PICCOLI, BRUNI, BONFRISCO, CERONI, D'ALÌ, MILO

Sopprimere il comma 71.

3.464

CARIDI

Sopprimere il comma 71.

3.465

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, CROSIO

Sopprimere il comma 71.

3.466

DE POLI

Sopprimere il comma 71.

3.467

TOMASELLI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRÙ, SCALIA, COLLINA

Sopprimere il comma 71.

3.468

CATALFO, PUGLIA, PAGLINI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Sostituire il comma 70 con il seguente:

«70. All'articolo 1, comma 1, del decreto legislativo 21 aprile 2011, n. 67, aggiungere, in fine, la seguente lettera:

"*d-bis* lavoratori del settore edile, appartenenti alle qualifiche di operaio comune, operaio qualificato e operaio specializzato."»

Conseguentemente, alla Tabella A, Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti*

modificazioni:

2015: ? 150.000.000;

2016: ? 150.000.000;

2017: ? 150.000.000.

3.469

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Sostituire il comma 71 con il seguente:

«71. Le maggiori risorse derivanti, a decorrere dall'anno 2015, dall'aumento contributivo di cui all'articolo 25 della legge 21 dicembre 1978, n. 845, restano nelle disponibilità dell'INPS per essere destinati al miglioramento delle prestazioni pensionistiche ed assistenziali erogate dall'Istituto medesimo».

Conseguentemente: All'articolo 1, comma 125, sostituire le parole: »187,5» *con le seguenti:* «65».

3.470

PARENTE, FEDELI, ANGIONI, D'ADDA, FAVERO, LEPRI, MANASSERO, PEZZOPANE, SPILABOTTE, GUERRIERI PALEOTTI

Al comma 71 sostituire le parole: «120 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016» *con le seguenti:* «60 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016».

Conseguentemente, Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ?;

2016: ? 60.000.000;

2017: ? 60.000.000.

3.471

PARENTE, FEDELI, ANGIONI, D'ADDA, FAVERO, LEPRI, MANASSERO, PEZZOPANE, SPILABOTTE

Al comma 71, sostituire le parole: «tali risorse gravano sulle quote destinate ai fondi interprofessionali per la formazione continua.» *con le seguenti:* «tali risorse gravano per metà sul fondo di rotazione per le politiche comunitarie di cui all'articolo 5 della legge 16 aprile 1987, n. 183, e sul fondo di rotazione di cui all'articolo 25 della legge 21 dicembre 1978, n. 845, e per metà sulle quote destinate ai fondi interprofessionali.»

3.472

BONFRISCO

Al comma 71 sostituire le parole: «sulle quote destinate ai fondi interprofessionali per lo formazione continua» *con le seguenti:* «sulle quote che non sono destinate ai fondi interprofessionali per la formazione continua».

3.473

TOMASELLI, LAI

Al comma 71, sostituire le parole: «sulle quote destinate al fondi Interprofessionali per la formazione continua» *con le seguenti:* «sulle quote che non sono destinate ai fondi interprofessionali per la formazione continua».

3.474

GUALDANI

Al comma 71 sostituire le parole: «sulle quote destinate ai fondi interprofessionali per la formazione continua» *con le seguenti:* «sulle quote che non sono destinate ai fondi interprofessionali per la formazione continua».

3.475

BULGARELLI, MANGILI, LEZZI, CATALFO, PAGLINI, PUGLIA, AIROLA

Dopo il comma 71 aggiungere il seguente:

«71-*bis*. Le pensioni ovvero i vitalizi erogati da gestioni previdenziali pubbliche in base al

sistema retributivo, non possono superare i 5.000 euro netti mensili. Sono fatti salvi soltanto le pensioni e i vitalizi corrisposti in base al sistema contributivo. Qualora il trattamento di cui al comma 65 sia cumulato con altri trattamenti pensionistici erogati da gestioni previdenziali pubbliche in base al sistema retributivo, l'ammontare onnicomprensivo non può superare gli 8.000 euro netti mensili».

3.476

COMAROLI, STEFANI, TOSATO

Dopo il comma 71 aggiungere il seguente comma:

«71-*bis*. Sopprimere l'articolo 9 del Decreto legge n. 92/2014, convertito con legge 117/2014».

3.477

MANGILI, BULGARELLI, LEZZI

Sopprimere il comma 74.

3.478

FILIPPI, SONEGO, BORIOLI, CANTINI, CARDINALI, STEFANO ESPOSITO, MARGIOTTA, RANUCCI, LAI, BROGLIA, RUSSO, GUERRIERI PALEOTTI

Al comma 74, dopo le parole: «si Interpreta» *aggiungere le seguenti:* «, con efficacia dalla data di entrata in vigore del decreto legislativo 12 dicembre 2003, n.344,».

3.479

DE PIETRO, URAS, CASALETTO, MASTRANGELI

Dopo il comma 81, aggiungere i seguenti:

«81-*bis*. Allo scopo di promuovere la razionalizzazione e il contenimento della spesa pubblica, è stabilito l'avvio di una apposita attività di sperimentazione, autorizzata ai sensi dell'articolo 21 della legge del 24 dicembre 2012, n. 243, al fine di valutare, anche attraverso un'attività di simulazione, gli effetti derivanti dall'adozione di un bilancio dello Stato "a base zero" e dal superamento del criterio della spesa storica in termini di rafforzamento del ruolo programmatorio e allocativo del bilancio.

81-*ter*. A decorrere dal 30 gennaio 2015 è effettuata l'attività di sperimentazione di cui al precedente comma ad opera del Ministero dell'economia e delle finanze ? Dipartimento della Ragioneria generale dello Stato.

81-*quater*. Entro il mese di luglio 2015, il Ministro dell'economia e delle finanze presenta alle Camere una relazione in merito all'attività di sperimentazione svolta, nella quale sono esaminate le conseguenze che deriverebbero per il sistema di contabilità e finanza pubblica dall'adozione di un bilancio "a base zero"».

3.480

CASSON

Dopo il comma 82, inserire il seguente:

«82-*bis*. All'articolo 1 del D.P.R. 26 aprile 1986, n. 131, nota II-*bis*, a punto 3, dopo la lettera *a)* inserire la seguente:

"*a-bis)*. Nel caso di cessioni di fabbricato o di porzioni di fabbricato fino al 31.12.2013 effettuate in regime di esenzione ai sensi dell'articolo 10, punti 8-*bis)* e 8-*ter)* del D.P.R. 26.10.1972, n. 633, a favore di impresa che ha per oggetto esclusivo o principale dell'attività esercitata la rivendita di beni immobili per i quali è stata richiesta l'applicazione dell'imposta di registro dell'1 per cento e delle imposte catastali e ipotecarie in misura fissa, con l'obbligo di ritrasferimento entro tre anni, per gli atti stipulati a decorrere dal 1º gennaio 2006 detto termine viene prorogato ad otto anni, solo in caso di mancato ritrasferimento dall'acquisto agevolato. Dalla scadenza dell'ottavo anno decorre il termine per il recupero delle imposte ordinarie da parte dell'amministrazione finanziaria. In ogni caso non trova applicazione la soprattassa se la mancata vendita non sia imputabile all'impresa"».

3.481

CARIDI, CHIAVAROLI

Dopo il comma 82, inserire il seguente:

«82-*bis*. Per garantire la funzionalità dell'ufficio del processo e per contribuire ai progetti di smaltimento dell'arretrato degli uffici giudiziari, sono stipulati contratti a tempo determinato *part-time*

, per l'anno 2015, dal 1 marzo al 31 dicembre, ai sensi dell'articolo 35 del DL. n. 165/01, per tutti coloro che abbiano svolto il perfezionamento del tirocinio formativo con il Ministero della Giustizia ai sensi dell'articolo 1 comma 344 della legge 147/13. Alla stipulazione di tali contratti si provvede mediante le risorse provenienti dall'aumento di 1/3 della sanzione prevista dall'articolo 5 del D.Lgs. n. 28/2010».

3.482

MANDELLI

Dopo il comma 83, aggiungere i seguenti:

«83-*bis*. Ai commi 1, 5, 8, 12 e 13 dell'articolo 49 del decreto legislativo 21 novembre 2007, n. 231, e successive modificazioni, le parole: "euro mille", ovunque ricorrano, sono sostituite dalle seguenti: "euro tremila".

83-*ter*. Il comma 1-*bis* dell'articolo 49 del decreto legislativo 21 novembre 2007, n. 231, è abrogato.

83-*quater*. Alle lettere *b*) e *c*) del comma 4-*ter* dell'articolo 2 del decreto-legge 13 agosto 2011, n. 138, convertito, con modificazioni, dalla legge 14 settembre 2011, n. 148, e successive modificazioni, le parole: "mille euro", ovunque ricorrano, sono sostituite dalle seguenti: "tremila euro"».

3.483

MANDELLI

Dopo il comma 83, aggiungere il seguente:

«83-*bis*. All'articolo 3 del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16 convertito, con modificazioni, dalla legge 26 aprile 2012, n. 44, dopo il comma 2-*bis*, inserire il seguente:

"2-*ter*. Per gli acquisti di beni e di prestazioni di servizi di cui al comma 1, effettuati da persone fisiche di cittadinanza di uno dei paesi appartenenti all'Unione europea ovvero allo spazio economico europeo, diversa da quella italiana, che abbiano residenza fuori dal territorio dello Stato, i limiti per il trasferimento di denaro contante sono quelli vigenti nei paesi di residenza del cessionario. A tali acquisti si applicano le disposizioni di cui alle lettere *a*) e *b*) del comma 1 e dei commi 2 e 2-*bis*."».

3.484

MANDELLI, PICCINELLI

Dopo il comma 83, aggiungere il seguente:

«83-bis. All'articolo 3 del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16 convertito, con modificazioni, dalla legge 26 aprile 2012, n. 44, dopo il comma 2-*bis*, inserire il seguente:

"2-*ter*. Le disposizioni di cui al comma 1 si applicano anche agli acquisti di prodotti agroalimentari effettuati all'interno di centri agroalimentari e dei mercati all'ingrosso di prodotti ortofrutticoli, da persone fisiche di cittadinanza diversa da quella italiana e che abbiano residenza fuori del territorio dello stato, ovvero da persone giuridiche non residenti nel territorio dello stato ai sensi dell'articolo 73, del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica n. 917 del 1986 e successive modificazioni, a condizione che il cedente provveda ai seguenti adempimenti:

a) all'atto della effettuazione dell'operazione, acquisisca fotocopia del passaporto o altro documento di identità del cessionario ovvero autocertificazione, ai sensi dell'articolo 47 del testo unico delle disposizioni legislative in materia di documentazione amministrativa, di sui al decreto del Presidente della Repubblica 28 dicembre 2000, n. 445, attestante che la persona fisica non è cittadina italiana e che ha la residenza fuori del territorio dello stato, e che la persona giuridica non è residente nel territorio dello stato, ai sensi del citato articolo 73;

b) nel primo giorno feriale successivo a quello dell'effettuazione dell'operazione versi il denaro contante incassato in un conto corrente intestato al cedente presso un operatore finanziario, consegnando a quest'ultimo copia della ricevuta della comunicazione di cui al comma 2;

c) effettui gli ulteriori adempimenti di cui ai precedenti commi 2 e 2-*bis*"».

3.0.1

COMAROLI, TOSATO

*Dopo l'**articolo 3**, aggiungere il seguente:*

«Art. 3-*bis*.

(Razionalizzazione della spesa corrente delle amministrazioni pubbliche e revisione dei regimi agevolativi fiscali ? Istituzione del fondo per l'attuazione della *flat-tax*)

1. Al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986 n. 917 sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 11, il comma 1 è sostituito dal seguente:

"1. L'imposta lorda è determinata applicando al reddito complessivo le seguenti aliquote per scaglioni di reddito:

a) fino a 13.000 euro, 0 per cento;

b) oltre 13.000 euro, 20 per cento.

2. L'imposta netta per il secondo scaglione di reddito è determinata operando sull'imposta lorda, fino alla concorrenza del suo ammontare, le detrazioni previste negli articoli 12, 15, 16 e 16-*bis* nonché in altre disposizioni di legge. Dall'imposta netta si detrae l'ammontare dei crediti d1imposta spettanti al contribuente a norma dell'articolo 165. Se l'ammontare dei crediti d'imposta è superiore a quello dell'imposta netta il contribuente ha diritto, a sua scelta, di computare l'eccedenza in diminuzione dell'imposta relativa al periodo d'imposta successivo o di chiederne il rimborso in sede di dichiarazione dei redditi".

b) È soppresso l'articolo 13.

2. Fermo restando quanto previsto dall'articolo 7, commi 12, 13, 14 e 15, del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito con modificazioni dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, e dall'articolo 1, comma 4, della legge 24 dicembre 2012, n. 228, al fine di consentire alle amministrazioni centrali di pervenire ad una ulteriore riduzione della spesa corrente primaria in rapporto al PIL. Le spese di funzionamento relative alle missioni di spesa di ciascun Ministero, le dotazioni finanziarie delle missioni di spesa di ciascun Ministero, previste dalla legge di bilancio, relative alla categoria interventi, e le dotazioni finanziarie per le missioni di spesa per ciascun Ministero previste dalla legge di bilancio, relative agli oneri comuni di parte capitale e agli oneri comuni di parte corrente, sono ridotte in via permanente a decorrere dall'anno 2015, in misura tale da garantire risparmi di spesa per un ammontare complessivo non inferiore a 2 miliardi di euro. I Ministri competenti predispongono, entro il 30 settembre di ciascun anno a decorrere dall'anno 2015, gli ulteriori interventi correttivi necessari per assicurare, in aggiunta a quanto previsto dalla legislazione vigente, i maggiori risparmi di spesa di cui al presente comma. Il Ministro dell'economia e delle finanze, entro il 15 ottobre di ciascun anno a decorrere dal 2015 verifica gli effetti finanziari sui saldi di finanza pubblica derivanti dagli interventi correttivi di cui al presente comma, ai fini del rispetto degli obiettivi di risparmio di cui al medesimo comma. A seguito della verifica, gli interventi correttivi predisposti dai singoli Ministri e i relativi importi sono inseriti in un apposita tabella allegata alla legge di stabilità. Qualora, a seguito della verifica, le proposte non risultino adeguate a conseguire gli obiettivi in termini di indebitamento netto, il Ministro dell'economia e delle finanze riferisce al Consiglio dei Ministri e con il disegno di legge di stabilità è disposta la corrispondente riduzione delle dotazioni finanziarie, iscritte a legislazione vigente nell'ambito delle spese rimodulabili di cui all'articolo 21, comma 5, lettera *b*), della citata legge n. 196 del 2009, delle missioni di spesa di ciascun Ministero interessato, necessarie a garantire il rispetto degli obiettivi di risparmio di cui al comma 2, nonché tutte le modificazioni legislative eventualmente ritenute indispensabili per l'effettivo raggiungimento degli obiettivi di risparmio di cui al medesimo comma.

3. A decorrere dall'anno 2015 le amministrazioni dello Stato, anche ad ordinamento autonomo, con l'esclusione delle Forze armate e di polizia e del Corpo nazionale dei vigili del fuoco, le agenzie, incluse le agenzie fiscali di cui agli articoli 62, 63 e 64 del decreto legislativo 30 luglio 1999, n. 300, e successive modificazioni, gli enti pubblici non economici e gli enti pubblici di cui all'articolo 70, comma 4, del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165, e successive modificazioni, provvedono a

ridurre le spese sostenute per la remunerazione del lavoro straordinario del 10 per cento rispetto a quanto liquidato per l'anno 2014. Limitatamente all'anno 2015 la misura dei risparmi da conseguire è pari ai sette dodicesimi dell'importo determinato sulla base del primo periodo del presente comma.

4. Nelle more dell'adozione della Carta delle autonomie locali, in attuazione dell'articolo 117, secondo comma, lettera *p*), della Costituzione, a decorrere dal 10 gennaio 2012 e fino al completamento del trasferimento di funzioni statali a regioni ed enti locali di cui alla medesima Carta, le funzioni amministrative esercitate dalle amministrazioni periferiche dello Stato, che devono essere conferite a regioni ed enti locali, sono concentrate provvisoriamente presso le prefetture ? uffici territoriali del Governo. Le prefetture ? uffici territoriali del Governo svolgono, anche nell'ambito delle Conferenze permanenti provinciali e regionali dei servizi della pubblica amministrazione,specifica attività volta a sostenere ed agevolare il trasferimento delle funzioni stesse e delle relative risorse, concorrendo alle necessarie intese con il sistema delle regioni e degli enti locali. Al termine del processo di trasferimento di funzioni, salvo diversamente disposto dalla Carta delle autonomie locali, le residue funzioni statali sul territorio sono esercitate presso le prefetture uffici territoriali del Governo. Con regolamento emanato ai sensi dell'articolo 17, comma 2, della legge 23 agosto 1988, n. 400, si provvede alla specificazione dei compiti e delle responsabilità della prefettura ? ufficio territoriale del Governo, e all'individuazione delle funzioni da esercitare su scala regionale o sovraregionale, nonché delle modalità atte a garantire la dipendenza funzionale della prefettura ufficio territoriale del governo, o di sue articolazione, dai Ministeri per gli aspetti relativi alle materie di rispettiva competenza. La rideterminazione delle strutture periferiche assicura maggiori livelli di funzionalità attraverso l'esercizio unitario delle funzioni logistiche e strumentali, l'istituzione di servizi comuni e l'uso in via prioritaria dei beni immobili di proprietà pubblica. Le disposizioni del presente comma non si applicano alle amministrazioni periferiche dei Ministeri degli affari esteri, della giustizia e della difesa. Non si applicano inoltre agli uffici i cui compiti sono attribuiti ad agenzie statali. Dall'attuazione del presente comma 'devono derivare risparmi di spesa non inferiori a 1 miliardo di euro annui a decorrere dall'anno 2015.

5. A decorrere dalla data di entra in vigore della presente legge, gli uffici del personale, del bilancio e gli uffici preposti agli acquisti di beni e servizi, presenti presso tutti i Ministeri, sono unificati in un unico ufficio denominato «Ufficio del personale, del bilancio e degli acquisti di beni e servizi» al quale viene preposto un unico dirigente. A decorrere dal 1 gennaio 2015 sono ridotti del 3 per ceto tutti gli stanziamenti relativi alle spese rimodulabili di cui all'articolo 21, comma 5, lettera *b*), della legge 31 dicembre 2009, n. 196, del Bilancio dello Stato.

6. È soppresso il fondo per gli interventi strutturali di politica economica.

7. A decorrere dal 1º gennaio 2015, la Commissione per la valutazione, la trasparenza e l'integrità delle amministrazioni pubbliche di cui all'articolo 13 del decreto legislativo 27 ottobre 2009, n. 150, al fine di assicurare l'omogenea attuazione su tutto il territorio nazionale dei principi di imparzialità e buon andamento nella valutazione dirigenti responsabili del personale dipendente delle pubbliche amministrazioni, svolge le proprie funzioni di promozione degli *standard* di trasparenza e di valutazione anche con riferimento al personale dipendente dalle amministrazioni regionali e locali. La Commissione valuta, altresì, il rendimento del personale degli altri organismi di diritto pubblico come definiti a norma dell'articolo 3, comma 26, del codice dei contratti pubblici relativi a lavori, servizi e forniture, di cui al decreto legislativo 12 aprile 2006, n. 163. Le amministrazioni sono tenute, a decorrere dal 1º gennaio 2015, ad adeguare le attività di valutazione previste dalla legge agli indirizzi, requisiti e criteri appositamente formulati dalla Commissione di cui al comma 1. Per i dirigenti delle pubbliche amministrazioni, la componente della retribuzione legata al risultato deve essere fissata in una misura non inferiore al 30 per cento della retribuzione complessiva. A decorrere dal 1º gennaio 2015, in mancanza di una valutazione corrispondente agli indirizzi, requisiti e criteri di credibilità definiti dalla commissione, non possono essere applicate le misure previste dall'articolo 21, del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165, in materia di responsabilità dirigenziale, ed è fatto divieto alle pubbliche amministrazioni di corrispondere ai propri dirigenti la componente della retribuzione legata

al risultato; il dirigente che contravvenga al divieto per dolo o colpa grave risponde per il maggior onere conseguente. A decorrere dal 1 gennaio 2015, è fatto divieto di corrispondere al dirigente il trattamento economico accessorio nel caso in cui risulti che egli, senza adeguata giustificazione, non abbia avviato il procedimento disciplinare nei confronti dei dipendenti in esubero che rifiutino la mobilità, la riqualificazione professionale o la destinazione ad altra pubblica amministrazione, entro un ambito territoriale definito e nel rispetto della qualificazione professionale. A decorrere dal 1º gennaio 2015, è fatto divieto di attribuire aumenti retributivi di qualsiasi genere ai dipendenti di uffici o strutture che siano stati individuati per grave inefficienza, improduttività, o sovradimensionamento dell'organico. Dall'attuazione del presente articolo devono derivare risparmi per 100 milioni di euro per l'anno 2015 e per 200 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016. I risparmi devono essere conseguiti da ciascuna amministrazione secondo un rapporto di diretta proporzionalità rispetto alla consistenza delle rispettive dotazioni di bilancio. In caso di accertamento di minori economie rispetto agli obiettivi di cui al presente comma, si provvede alla corrispondente riduzione, per ciascuna amministrazione inadempiente, delle dotazioni di bilancio relative a spese non obbligatorie, fino alla totale copertura dell'obiettivo di risparmio ad essa assegnato.

8. Le amministrazioni pubbliche i cui organi di vertice siano direttamente o indirettamente espressione di rappresentanza politica, a decorrere dal 10 gennaio 2013, riducono l'organico degli uffici di diretta collaborazione, posti alle dirette dipendenze dell'organo di vertice dell'ente, di una percentuale non inferiore al 40 per cento della dotazione di personale presente alla data dell'entrata in vigore della presente legge.

9. In considerazione delle fisiologiche assenze del personale, nonché della possibilità di svolgere le prestazioni di lavoro mediante computer portatili e tramite collegamenti a *server* remoti, le amministrazioni pubbliche di cui all'articolo 1, comma 2, del decreto legislativo 30 marzo, 2001, n. 165, e successive modificazioni, a decorrere dal 1º gennaio 2013, riducono il numero complessivo di postazioni di lavoro a un rapporto tra dipendenti e postazioni pari a 0,80.

10. Le amministrazioni pubbliche di cui all'articolo 1, comma 2, del decreto legislativo n. 165 del 2001, e successive modificazioni, entro il 31 dicembre 2012, mettono in liquidazione le società già costituite alla data di entrata in vigore della presente legge, ovvero ne cedono le partecipazioni, nel caso in cui le società già costituite:

a) abbiano, al 31 dicembre 2013, il bilancio in perdita negli ultimi tre esercizi;

b) abbiano subito, nei precedenti esercizi, riduzioni di capitale conseguenti a perdite di bilancio;

c) abbiano subito, nei precedenti esercizi, perdite di bilancio in conseguenza delle quali l'ente sia stato gravato dell'obbligo di procede al ripiano delle perdite medesime.

11. Le amministrazioni pubbliche di cui all'articolo 1, comma 2, del decreto legislativo n. 165 del 2001, e successive modificazioni, che, tra l'altro, svolgono anche funzioni di certificazione, provvedono, salvo quanto previsto al comma 2 del presente articolo, ad eliminare le proprie strutture o uffici aventi ad oggetto una attività di certificazione. La previsione di cui al presente comma non trova applicazione nelle seguenti funzioni di certificazione:

a) anagrafe, stato civile e in materia penale;

b) ambientale e di tutela della salute pubblica;

c) in materia di diritti reali sui beni immobili.

La funzione di certificazione eliminata in applicazione del presente comma è affidata a professionisti o a organizzazioni private.

12. Gli enti territoriali, ivi incluso lo Stato, sopprimono gli enti, le agenzie e gli organismi, comunque denominati, che svolgono, alla data di entrata in vigore della presente legge, funzioni di governo di area vasta. Tali funzioni, disciplinate e attribuite con legge regionale, sono assunte e gestite dalle regioni. li personale degli enti, delle agenzie e degli organismi soppressi è assorbito dalle regioni che subentrano nella eventuale riscossione dei tributi previsti e procedono alla liquidazione del relativo patrimonio immobiliare. A decorrere dalla data di entrata in vigore della presente legge, le regioni e le

province autonome provvedono, nell'ambito della propria autonomia, a sopprimere tutti gli enti strumentali, gli organismi e le società titolari dell'esercizio delle loro funzioni di governo ed amministrazione attiva. Il relativo personale e tutte le risorse, nonché tutti i rapporti giuridici, attivi e passivi, in capo a tali enti, sono trasferite alle regioni di appartenenza degli enti. A decorrere dalla data di entrata in vigore della presente legge, gli enti locali, ivi incluso lo Stato, non possono istituire enti, agenzie ed organismi, comunque denominati, per lo svolgimento di funzioni di governo di area vasta.

13. A decorrere dalla data di entrata in vigore della presente legge sono soppresse le Autorità d'ambito territoriale di cui agli articoli 148 e 201 del decreto legislativo 3 aprile 2006, n. 152, e successive modificazioni. Decorso lo stesso termine, ogni atto compiuto dalle Autorità d'ambito territoriale è da considerarsi nullo. Le regioni riattribuiscono, nell'ambito delle proprie rispettive competenze, le funzioni già esercitate dalle Autorità, nel rispetto dei principi di sussidiarietà, differenziazione e adeguatezza. Le disposizioni di cui agli articoli 148 e 201 del citato decreto legislativo n. 152 del 2006, sono efficaci in ciascuna regione fino alla data di entrata in vigore degli atti adottati nell'esercizio delle competenze di cui al terzo periodo.

14. Le regioni, entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, sopprimono gli enti parchi regionali e, contestualmente, ne assorbono le funzioni. li personale degli enti parchi regionali è assorbito dalle regioni che subentrano nella eventuale riscossione dei tributi previsti e procedono alla liquidazione del relativo patrimonio immobiliare.

15. Le autorità portuali di cui alla legge 28 gennaio 1994, n. 84, a decorrere dal 10 gennaio 2015 sono soppresse. Con decreto del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti, di concetto con il Ministero dell'economia e delle finanze e con le regioni interessate si provvede a bandire l'affidamento in concessione della gestione dei porti su cui insistono le autorità portuali, prevedendo che la concessionaria assorba il personale in servizio presso le autorità portuali al momento della loro soppressione.

16. A decorrere dal 10 gennaio 2015 tutti gli enti e le strutture di enti aventi ad oggetto una attività di programmazione o di progettazione sono soppressi. Il personale dei suddetti enti e le relative risorse finanziarie e strumentali sono assorbite e ripartite, a seguito di intesa raggiunta in sede di Conferenza unificata di cui all'articolo 8 del decreto legislativo 28 agosto 1997, n. 281; e successive modificazioni.

17. A decorrere dal 10 gennaio 2015 tutti gli istituti di ricerca, interamente finanziati con risorse pubbliche, esclusi quelli in materia sanitaria e ambientale, sono soppressi. Le funzioni e le risorse sono assegnate al Ministero o alla regione che finanzia l'istituto. Le funzioni svolte dagli istituti di ricerca sono trasferite, rispettivamente, con uno o più decreti di natura non regolamentare del Ministro dell'economia e delle finanze di concerto con il Ministro per la pubblica amministrazione e l'innovazione; con gli stessi decreti sono stabilite le date di effettivo esercizio delle funzioni trasferite e sono individuate le risorse umane, strumentali e finanziarie riallocate. I dipendenti a tempo indeterminato sono inquadrati, nei ruoli del Ministero o della regione sulla base di apposita tabella di corrispondenza approvata con uno dei decreti di cui al presente comma; le amministrazioni di cui al presente comma provvedono conseguentemente a rideterminare le proprie dotazioni organiche; i dipendenti trasferiti mantengono il trattamento economico fondamentale e accessorio, limitatamente alle voci fisse e continuative, corrisposto al momento dell'inquadramento, nel caso in cui tale trattamento risulti più elevato rispetto a quello previsto per il personale del Ministero o della regione, è attribuito per la differenza un assegno *ad personam* riassorbibile con i successivi miglioramenti economici a qualsiasi titolo conseguiti. Per i restanti rapporti di lavoro le amministrazioni di destinazione subentrano nella titolarità dei rispettivi rapporti. I risparmi del presente comma sono destinati al fondo per l'attuazione della *flat tax.*

18. A decorrere dal primo gennaio 2015 si provvede a ridurre i regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale, di cui all'allegato c-*bis* del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, con l'esclusione delle disposizioni a tutela dei redditi di lavoro dipendente e autonomo, dei redditi da pensione, della famiglia, della salute, delle persone

economicamente o socialmente svantaggiate, del patrimonio artistico e culturale, della ricerca e dell'ambiente. Con uno o più decreti del Ministro dell'economia e delle finanze, da emanare ai sensi dell'articolo 17 della legge 23 agosto 1988, n. 400, sono stabilite le modalità tecniche per l'attuazione della presente disposizione con riferimento ai singoli regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale interessati. Dai decreti di cui al presente comma devono derivare risparmi almeno pari a 10 miliardi di euro a decorrere dal 2015. Tutti i risparmi del presente articoli sono destinati al fondo per l'attuazione della *flat tax* istituito nell'ambito dello stato di previsione del Ministero dell'economia. e delle finanze destinato alla copertura delle minori entrate di cui al comma1 del presente articolo.

Conseguentemente, all'articolo 1: al comma 4, è sostituita la parola. «1.000» *con la parola:* «500» *e la parola:* «3.000» *con la parola:* «1000»; *è soppresso il comma 7; sono soppressi i commi 9, 10 e 12; sono soppressi i commi 116 e 139.*

Conseguentemente, Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla allegata Tabella C sono ridotte in maniera lineare del 10 per cento.

È soppressa la tabella A allegata alla presente legge.

3.0.2

D'AMBROSIO LETTIERI, TARQUINIO

*Dopo l'***articolo 3***, inserire il seguente:*

«3-*bis.*

(Regime sperimentale autonomi)

1. A decorrere dal 1 gennaio 2015 le imprese che non rientrano nel regime dei "minimi" e con non più di cinque addetti ?oltre titolare e familiari ? e non più di un milione di euro di totale corrispettivi annui imponibili, possono optare per il regime fiscale sostitutivo degli autonomi.

2. Per i soggetti che aderiscono al sistema di cui al comma precedente tutta la imposizione diretta viene sostituita da un emolumento forfetario calcolato sulla media aritmetica di quanto versato allo stesso titolo dalla stessa ditta nei precedenti cinque anni.

3. Restano ferme tutti gli adempimenti fiscali relativi all'Imposta sul Valore Aggiunto e la relativa tenuta dei registri acquisti e corrispettivi.

4. I soggetti passivi che optano per tale regime si impegnano per cinque anni a versare all'inizio di ogni esercizio fiscale l'emolumento forfetario maggiorato del 10 per cento. Non si fa luogo a tale obbligo solo in caso di chiusura dell'impresa nell'esercizio fiscale precedente.

5. Il diritto di opzione viene esercitata versando entro il trenta del mese di gennaio l'imposta sostitutiva.

6. Le imprese di nuova costituzione che hanno i requisiti di cui al comma 1 e che optano per questo regime verseranno l'imposta sostitutiva che gli sarà comunicata dall'Ufficio al momento della richiesta della nuova partita iva e resterà valida per il resto dell'anno fiscale in corso.

7. 1 soggetti che optano per il regime fiscale sostitutivo degli autonomi non sono assoggetta bili ad accertamenti sulla imposizione diretta.

8. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, e senza nuovi e maggiori oneri per la finanza pubblica, da emanarsi entro trenta giorni dall'approvazione della presente legge saranno definiti i criteri di imposizione connessi all'applicazione del regime di cui al comma 1».

3.0.3

SPOSETTI, ORRU'

*Dopo l'***articolo 3***, aggiungere il seguente:*

«Art. 3-*bis*.

1. In vista della scadenza della concessione vigente, per garantire la tutela degli interessi pubblici nelle attività di raccolta del gioco, la gestione del servizio del gioco del Lotto automatizzato e degli altri giochi numerici a quota fissa, attraverso la rete dei concessionari di cui all'articolo 12 della legge 2 agosto 1982, n. 528, e successive modificazioni, nonché all'articolo 33, comma 1, della legge 23 dicembre 1994, n. 724, e successive modificazioni, è affidata in concessione aggiudicata dalla Agenzia delle dogane e dei monopoli, nel rispetto dei principi e delle regole comunitarie e nazionali, ad una

qualificata impresa con pregresse esperienze nella gestione o raccolta di gioco, con sede legale in uno degli Stati dello Spazio economico europeo, munita di idonei requisiti di affidabilità morale, tecnica ed economica, scelta mediante procedura di selezione aperta, competitiva e non discriminatoria. La procedura è indetta alle seguenti condizioni essenziali:

a) durata della concessione di nove anni, non rinnovabile;

b) selezione basata sul criterio dell'offerta economicamente più vantaggiosa e, quanto alla componente prezzo, base d'asta, per le offerte al rialzo, di 500 milioni di euro;

c) versamento della metà del pezzo indicato nella offerta del concorrente risultato primo in graduatoria, all'atto dell'aggiudicazione, nell'anno 2015, e della residua metà, nell'anno 2016, all'atto dell'effettiva assunzione del servizio del gioco da parte dell'aggiudicatario;

d) facoltà per il concessionario aggiudicato di utilizzare la rete di telecomunicazioni per le prestazioni, dirette o indirette, di servizi diversi dalla raccolta del gioco del Lotto e degli altri giochi numerici a quota fissa purché compatibili con la raccolta stessa a giudizio dell'Agenzia delle dogane e dei monopoli;

e) aggio per il concessionario pari al 6 per cento della raccolta;

f) obbligo per il concessionario aggiudicato di aggiornamento tecnologico del sistema della rete e dei terminali di gioco secondo *standard* qualitativi che garantiscono la massima sicurezza ed affidabilità, secondo il piano pluriennale d'investimento di cui all'offerta tecnica prevista al punto *b)*.

2. La commissione di gara per la procedura di selezione concorrenziale di cui al comma 1, che opera presso l'Agenzia delle dogane e dei monopoli, la quale assicura i relativi servizi di segreteria nell'ambito dei suoi ordinari stanziamenti di bilancio, è composta di 3 membri, di cui almeno il presidente e un componente scelti tra persone di alta qualificazione professionale, inclusi magistrati o avvocati dello Stato In pensione, e l'ulteriore componente tra i dirigenti di livello dirigenziale generale della predetta Agenzia. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze sono stabiliti i compensi per i componenti della commissione diversi dai dirigenti dell'Agenzia.

3. Una quota pari all'un per cento delle risorse derivanti dal comma 2, lettera *c)* è destinata per gli anni, rispettivamente 2015 e 2016, al fondo di cui all'articolo 14, comma 2, lettera *v)*, della legge 11 marzo 2014 n. 23».

3.0.4

BONFRISCO, BRUNI, PERRONE, LIUZZI, ZIZZA, IURLARO, FALANGA, EVA LONGO, D'ANNA, ARACRI, PAGNONCELLI, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

*Dopo l'***articolo 3***, inserire il seguente:*

«Art. 3-*bis*.

(Riduzione delle società e delle partecipazioni societarie mediate piani di razionalizzazione promosse dalle amministrazioni interessate)

1. Al fine di assicurare il coordinamento della Finanza Pubblica, il contenimento della spesa, il buon andamento dell'azione amministrativa e la tutela della concorrenza del mercato, le Regioni, le Provincie autonome di Trento e Bolzano e gli enti locali avviano, a decorrere dal 1 gennaio 2015, un processo di razionalizzazione delle società e delle partecipazioni societarie direttamente o indirettamente possedute, in modo da conseguire la riduzione delle stesse entro il 31 dicembre 2015, anche tenendo conto dei seguenti criteri:

a) eliminazione, entro i130 giugno 2015, delle società e delle partecipazioni da esse controllate direttamente o indirettamente che al 31 dicembre 2014 risultano prive di personale dipendente con contratto a tempo determinato o indeterminato, mediate processi di liquidazioni che comportino anche la decadenza di tutte le cariche sociali;

b) eliminazione delle società e delle partecipazioni non indispensabili al perseguimento delle proprie finalità istituzionali anche mediate messa in liquidazione o cessione;

c) eliminazione delle partecipazioni detenute in società svolgenti attività analoghe o similari a quelle svolte da altre società partecipate o da enti strumentali, anche mediante operazioni di fusione o di internalizzazione;

d) aggregazione di società di servizi pubblici locali di rilevanza economica;

e) contenimento dei costi di funzionamento, anche mediante riorganizzazione degli organi amministrativi e di controllo e delle strutture aziendali nonché attraverso la riduzione delle relative remunerazioni.

2. Il presidenti delle regioni e delle province autonome di Trento e Bolzano, i presidenti delle province i sindaci e gli altri organi di cui al comma 1, in relazione ai rispettivi ambiti di competenza, definiscono e approvano, entro il 31 marzo 2015, un piano operativo di razionalizzazione delle società e delle partecipazioni societarie direttamente ed indirettamente detenute, le modalità e i tempi di attuazione.

3. Dall'attuazione delle disposizioni contenute nei commi precedenti devono derivare risparmi di spesa quantificati in 500 milioni di euro per il 2015 e di 1 miliardo di euro annui a decorrere dal 2016».

3.0.5

MAURO MARIA MARINO

*Dopo l'***articolo 3***, aggiungere il seguente:*

«Art. 3-*bis*.

(Disposizioni in materia di accertamento con adesione)

1. Limitatamente alle somme dovute a seguito di accertamento con adesione definito successivamente al 5 luglio 2011, ancorchè precedentemente rateizzate e iscritte a ruolo per dichiarata decadenza del beneficio della rateizzazione, il debitore può ottenere, a semplice richiesta, da presentare entro tre mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, la rateazione delle somme dovute, senza allegare alcuna documentazione fino a un massimo di settantadue rate mensili, comprensive di quelle già fruite, anche in deroga alle disposizioni dell'articolo 3-*bis*, comma 1, del decreto legislativo 18 dicembre 1997. n. 462.e successive modificazioni, con un piano di ammortamento a rate costanti.

L'importo minimo di ciascuna rata non può essere inferiore a 100 euro.

2. II debitore che propone istanza ai sensi del comma 1 è tenuto al pagamento, dell'importo dell'imposta originaria o di quello residuo, della sanzione pari al 25 per cento di tale importo, in sostituzione a quanto previsto all'articolo 2 comma 5 del decreto legislativo 19 giugno 1997, n. 218, oltre agli interessi al saggio legale decorrenti dalla data di definizione dell'accertamento con adesione, con esclusione degli interessi di mora previsti dall'articolo 30 del decreto del Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, n. 602,e successive modificazioni, degli interessi per ritardata iscrizione a ruolo previsti dall'articolo 20 del medesimo decreto del Presidente della Repubblica. n. 602 del 1973,e successive modificazioni, delle sanzioni previste dall'articolo 13 del decreto legislativo 18 dicembre 1997, n. 471 e successive modificazioni, nonché, dalle sanzioni previste dall'articolo 8, comma 3-*bis* del decreto legislativo n. 218 del 19 giugno 1997.

3. Le disposizioni dei commi 1 e 2 si applicano, anche in deroga all'articolo 19, comma 3, del decreto del Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, n. 602,ai contribuenti già decaduti dalla rateazione alla data di entrata in vigore della presente legge.

4. Se la rateazione prevista dal comma 1 è richiesta dopo una segnalazione effettuata ai sensi dell'articolo 48-*bis* del decreto del Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, n. 602, la stessa non può essere concessa limitatamente agli importi che ne costituiscono oggetto.

5. A seguito del pagamento della prima rata del piano di ammortamento previsto dal comma 1, non possono essere proseguite le procedure eventualmente già avviate per il recupero delle somme dovute.

6. In caso di mancato. pagamento, nel corso del periodo di rateazione di due rate, anche non consecutive:

a) il debitore decade automaticamente dal beneficio della rateazione;

b) l'intero importo dovuto è immediatamente ed automaticamente riscuotibile in unica soluzione;

c) l'importo dovuto non può più essere rateizzato».

3.Tab.A.1-bis

PETRAGLIA, URAS, DE PETRIS

Al comma 75.

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015:

CP: ?100.000.000;

CS: ? 100.000.000;

2016:

CP: ? 100.000.000;

CS: ? 100.000.000;

2017:

CP: ?100.000.000;

CS: ?100.000.000.

Conseguentemente, alla Tabella C, missione tutela e valorizzazione dei beni e attività culturali e paesaggistici programma valorizzazione e tutela del settore dello voce Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo, legge 163/1985, Nuova disciplina per interventi dello Stato a favore dello spettacolo (1.2 ? cap. 1390 .....)*, apportare le seguenti variazioni:*

2015:

CP: + 100.000.000;

CS: + 100.000.000;

2016:

CP: + 100.000.000;

CS: + 100.000.000;

2017:

CP: + 100.000.000;

CS: + 100.000.000.

3.Tab.A.1

GUALDANI

Al comma 75, nella tabella A richiamata, rubrica: Ministero dell'economia e delle finanze*,ridurre come segue gli stanziamenti. previsti:*

2015: ? 80.000.000;

2016: ? 80.000.000;

2017: ? 80.000.000.

Al comma 268 Alla tabella C, missione: Comunicazioni, programma: Sostegno all'editoria voce: Ministero dell'Economia e delle Finanze, Legge n. 67 n. 67 del 1987: Rinnovo delle legge 5 agosto 1981, n. 416, recante disciplina delle imprese editrici e provvidenze per l'editoria (11.2 ? Capp. 2183, 7442)*, apportare le seguenti. variazioni:*

2015:

Cp: + 80.000.000;

Cs: + 80.000.000.

2016:

Cp: + 80.000.000;

Cs: + 80.000.000.

2017:

Cp: + 80.000.000;

Cs: + 80.000.000.

3.Tab.A.2

TOMASELLI, ASTORRE, FABBRI, FISSORE, GIACOBBE, ORRU', SCALIA, MARGIOTTA, RANUCCI

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 80.000.000;
2016: ? 80.000.000;
2017: ? 80.000.000.

Conseguentemente, alla tabella C, missione: Comunicazioni, programma: Sostegno all'editoria, voce: Ministero dell'Economia e delle Finanze, Legge n. 67 del 1987: Rinnovo delle legge 5 agosto 1981, n. 416, recante disciplina delle imprese editrici e provvidenze per l'editoria (11.2 ? Capp. 2183, 7442)*, apportare le seguenti variazioni:*

2015:
CP: + 80.000.000;
CS: + 80.000.000.
2016:
CP: + 80.000.000;
CS: + 80.000.000.
2017:
CP: + 80.000.000;
CS: + 80.000.000.

3.Tab.A.3

DE CRISTOFARO, URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, PETRAGLIA, STEFANO

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ?79.609;
2016: ?79.609;
2017: ? 70.000.

Conseguentemente alla Tabella C, missione Giustizia, programma Amministrazione Penitenziaria, voce Ministero della Giustizia, decreto del Presidente della Repubblica 309/90, Articolo 135, comma 4, Programmi finalizzati alla prevenzione e alla cura dell'Aids, al trattamento socio-sanitario, al recupero e al successivo reinserimento dei tossicodipendenti detenuti (1.1- cap. 1768)*, apportare le seguenti variazioni:*

2015:
CP: + 79.609;
CS: + 79.609;
2016:
CP: + 79.609;
CS: + 79.609;
2017:
CP: + 70.000;
CS: + 70.000.

3.Tab.A.4

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Alla Tabella Al voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015:
CP: ? 60.000.000;
CS: ? 60.000.000;
2016:
CP: ? 60.000.000;
CS: ? 60.000.000;
2017:
CP: ? 60.000.000;
CS: ? 60.000.000.

Conseguentemente, alla Tabella C, missione Organi costituzionale, a rilevanza costituzionale e Presidenza del Consiglio dei Ministri, programma Presidenza del Consiglio dei Ministri, voce Ministero dell'economia e delle finanze, legge 230/1998, Fondo nazionale per il Servizio civile (21.3 ? cap. 2185)*, apportare le seguenti variazioni:*

2015:
CP: + 60.000.000;
CS: + 60.000.000;
2016:
CP: + 60.000.000;
CS: + 60.000.000;
2017:
CP: + 60.000.000;
CS: + 60.000.000.

3.Tab.A.5

DE CRISTOFARO, URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, PETRAGLIA, STEFANO

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015:
CP: ? 60.000.000;
CS: ? 60,.000.000;
2016:
CP: ? 60.000.000;
CS: ? 60.000.000;
2017:
CP: ? 60.000.000;
CS: ? 60.000.000.

Conseguentemente, alla Tabella C, missione L'Italia in Europa e nel mondo, programma Cooperazione allo sviluppo, voce Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale, legge n. 7 del 1981 e legge n. 49 del 1987, stanziamenti aggiuntivi per l'aiuto pubblico allo sviluppo (1.2 ? cap. 2l50, 2152, 2153, 2160, 2161, 2164, 2165, 2166, 2168, 2169, 2170, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184) *apportare le seguenti variazioni:*

2015:
CP: + 60.000.000;
CS: + 60.000.000;
2016:
CP: + 60.000.000;
CS: + 60.000.000;
2017:
CP: + 60.000.000;
CS: + 60.000.000.

3.Tab.A.6

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Alla Tabella A voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015:
CP: ? 50.000.000;
CS: ? 50.000.000;
2016:
CP: ? 50.000.000;
CS: ? 50.000.000;
2017:
CP: ? 50.000.000;

CS: ? 50.000.000.

Conseguentemente, alla Tabella C, missione Ricerca e innovazione programma Ricerca per il settore della sanità pubblica, voce Ministero della Salute, legge 502/1992 (2.1- cap. 3382), Fondo finanziamento attività ricerca, *apportare le seguenti variazioni:*

2015:
CP: + 50.000.000;
CS: + 50.000.000;
2016:
CP: + 50.000.000;
CS: + 50.000.000;
2017:
CP: + 50.000.000;
CS: + 50.000.000.

3.Tab.A.7

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015:
CP: ? 40.000.000;
CS: ? 40.000.000;
2016:
CP: ? 40.000.000;
CS: ? 40.000.000;
2017:
CP: ? 40.000.000;
CS: ? 40.000.000.

Conseguentemente alla Tabella C*, missione Diritti sociali, politiche sociali e famiglie, programma Sostegno alla Famiglia voce* Ministero dell'economia e delle finanze*, decreto-legge n. 223 del 2006: disposizioni urgenti per il rilancio economico e sociale, per il contenimento e la razionalizzazione della spesa pubblica, nonché interventi in materia di entrate e di contrasto all'evasione fiscale ? articolo 19, comma 1: Fondo per le politiche della famiglia (17.3 ? cap. 2102), apportare le seguenti modificazioni:*

2015:
CP: + 40.000.000;
CS: + 40.000.000;
2016:
CP: + 40.000.000;
CS: + 40.000.000;
2017:
CP: + 40.000.000;
CS: + 40.000.000.

3.Tab.A.8

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015:
CP: ? 16.000.000;
CS: ? 16.000.000;
2016:
CP: ? 16.000.000;
CS: ? 16.000.000;
2017:

CP: ? 16.000.000;
CS: ? 16.000.000.

Conseguentemente, alla Tabella C, missione Diritti sociali, politiche sociali e famiglie, programma Trasferimenti assistenziali a enti previdenziali, finanziamento nazionale spesa sociale, programmazione, monitoraggio e valutazione politiche sociali e di inclusione attiva voce Ministero del lavoro e delle politiche sociali*, Fondo infanzia e adolescenza (legge 296/06 articolo 1 e 1258) (4.5 cap. 1258), apportare le seguenti modifiche:*

2015:
CP: + 16.000.000;
CS: + 16.000.000;
2016:
CP: + 16.000.000;
CS: + 16.000.000;
2017:
CP: + 16.000.000;
CS: + 16.000.000.

3.Tab.A.9

CARDINALI, ALBANO, AMATI, ANGIONI, BORIOLI, CIRINNÀ, COLLINA, DI GIACOMO, DI GIORGI, FABBRI, FEDELI, ELENA FERRARA, LANIECE, MASTRANGELI, MATTESINI, ORRÙ, PADUA, PEZZOPANE, GIANLUCA ROSSI, SOLLO, SPILABOTTE

Al comma 75, Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle Finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 15.291.000;
2016: ? 15.206.000;
2017: ? 15.206.000;

Conseguentemente al comma 76, tabella C, apportare le seguenti modificazioni:

- *alla Missione* Diritti sociali, politiche sociali e famiglia*, Programma Trasferimenti assistenziali a enti previdenziali, finanziamento nazionale spesa sociale, programmazione, monitoraggio e valutazione politiche sociali e di inclusione attiva, voce* Ministero del Lavoro e delle politiche sociali *? Legge n. 296 del 2006: Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge finanziaria 2007): ? Art. 1, comma 1258: Fondo nazionale per l'infanzia e l'adolescenza (4.5 ? cap. 3527), apportare le seguenti variazioni:*

2015:
CP: + 15.291.000;
CS: + 15.291.000;
2016:
CP: + 15.206.000;
CS: + 15.206.000;
2017:
CP: + 15.206.000;
CS: + 15.206.000;

3.Tab.A.10

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze; *apportare le seguenti variazioni:*

2015:
CP: ?15.000.000;
CS: ?15.000.000;
2016:
CP: ? 15.000.000;
CS: ? 15.000.000;

2017:
CP: ? 15.000.000;
CS: ? 15.000.000.

Conseguentemente alla Tabella C, *missione* Ricerca e innovazione*, programma* Ricerca in materia ambientale, *voce* Ministero dell'Ambiente e della tutela del territorio e del mare*, decreto-legge 112/2008 Articolo 28, comma 1, ISPRA (2.1 ?cap. 3621- 8831), apportare le seguenti variazioni:*

2015:
CP: + 15.000.000;
CS: + 15.000.000;
2016:
CP: + 15.000.000;
CS: + 15.000.000;
2017:
CP: + 15.000.000;
CS: + 15.000.000.

3.Tab.A.11

TONINI, BERTUZZI, CORSINI, FATTORINI, LUCHERINI, MICHELONI, PEGORER, TRONTI, DALLA ZUANNA, PUPPATO, GUERRIERI PALEOTTI

Alla Tabella A, voce Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale, *apportare le seguenti variazioni.*

2015: - 10.000.000;
2016: - 10.000.000;
2017: - 10.000.000.

Conseguentemente, alla Tabella C, Missione «L'Italia nell'Europa e nel mondo», *Programma* Cooperazione allo sviluppo*, voce ?* Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale *? Legge n. 7 del 1981 e legge n 49 del 1987, apportare le seguenti variazioni:*

2015:
CP: + 10.000.000;
CS: + 10.000.000;
2016:
CP: + 10.000.000;
CS: + 10.000.000;
2017:
CP: + 10.000.000;
CS: + 10.000.000;

3.Tab.A.12

VERDUCCI

Alla Tabella A, rubrica: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 10.000.000;
2016: ? 10.000.000;
2017: ? 10.000.000.

Conseguentemente, alla Tabella C, con riferimento allo stanziamento del Fondo per le politiche giovanili *(Capitolo 2106) sono apportate le seguenti modifiche:*

2015:
5.761.589 di euro è sostituito con 15.761.589 di euro
2016:
5.559.878 di euro è sostituito con 15.559.878 di euro
2017:
6.136.837 di euro è sostituito con 16.136.837 di euro

3.Tab.A.12-bis

ALBANO, VALENTINI, RUTA, BERTUZZI, FASIOLO, GATTI, PIGNEDOLI, SAGGESE, LAI, ANGIONI, FORNARO, PEGORER, GRANAIOLA

Al comma 75, Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle Finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015:

5.700.000

2016:

? 4.655.000

2017:

? 3.555.000

Conseguentemente al comma 76, tabella C, apportare le seguenti modificazioni:

? alla Missione Ordine pubblico e sicurezza, Programma Sicurezza e controllo nei mari, nei porti e sulle coste*, voce* Ministero delle Infrastrutture e dei trasporti *? Legge n. 267 del 1991: attuazione del terzo piano nazionale della pesca marittima e misure in materia di credito peschereccio, nonché di riconversione delle unità adibite alla pesca con reti da posta derivante: ? Articolo 2, comma 1: Attuazione del terzo piano nazionale della pesca marittima (legge n.?41 del 1982) (4.1 ? cap. 2179), apportare le seguenti variazioni:*

2015:

CP: + 700.000;

CS: + 700.000;

2016:

CP: + 655.000;

CS: + 655.000;

2017:

CP: + 555.000;

CS: + 555.000.

- *alla Missione* Agricoltura, politiche agro alimentari e pesca, Programma Politiche competitive, della qualità agroalimentare, della pesca, dell'ippica, e mezzi tecnici di produzione*, voce* Ministero delle Politiche agricole, alimentari e forestali *? Legge n. 267 del 1991: Attuazione del terzo piano nazionale della pesca marittima e misure in materia di credito peschereccio, nonché di riconversione delle unità da pesca adibite alla pesca con reti da posta derivante ? Articolo 1, comma 1: Attuazione del piano nazionale per la pesca marittima (1.5- Capp. 1173,1413, 1414, 1415,1418,1477,1488), apportare le seguenti variazioni:*

2015:

CP: + 5.000.000;

CS: + 5.000.000;

2016:

CP: + 4.000.000;

CS: + 4.000.000;

2017:

CP: + 3.000.000;

CS: + 3.000.000.

3.Tab.A.13

BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO

Alla Tabella A; voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 5.000.000;

2016: ? 5.000.000;

2017: ? 5.000.000.

Conseguentemente alla Tabella C, missione Agricoltura, politiche agroalimentari e pesca, programma Politiche competitive, della qualità agroalimentare, della pesca, dell'ippica e dei mezzi tecnici di produzione*, voce* Ministero delle politiche agricole, alimentari e forestali*, legge 8 luglio 1991, n. 267: Attuazione del piano nazionale della pesca marittima e misure in materia di credito peschereccio, nonché di riconversione delle unità di pesca adibite alla pesca con reti da posta derivanti: articolo 1, comma 1, attuazione del piano nazionale per la pesca marittima (1.5 ? Capp. 1173,1413,1414,1415,1418,1477,1488) apportare le seguenti variazioni:*

2015: + 5.000.000;

2016: + 5.000.000;

3.Tab.A.14

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015:

CP: ? 5.000.000;

CS: ? 5.000.000;

2016:

CP: ? 5.000.000;

CS: ? 5.000.000;

2017:

CP: ? 5.000.000;

CS: ? 5.000.000.

Conseguentemente, alla Tabella C, missione Sviluppo sostenibile e tutela del territorio e dell'ambiente, programma Tutela e conservazione della fauna e della flora, salvaguardia della biodiversità e dell'ecosistema marino*, voce* Ministero dell'Ambiente e della tutela del territorio e del mare*, legge 549/1995 ? Contributi a enti, Istituti e associazioni e altri organismi (1.10 ? cap. 1551), apportare le seguenti variazioni:*

2015:

CP: + 5.000.000;

CS: + 5.000.000;

2016:

CP: + 5.000.000;

CS: + 5.000.000;

2017:

CP: + 5.000.000;

CS: + 5.000.000.

3.Tab.A.15

GUALDANI

Alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 1.400.000;

2016: ? 80.000;

2017: ? 80.000.

Conseguentemente, alla tabella D, Ministero dello sviluppo economico *Missione* Competitività e sviluppo delle imprese, *Programma* Vigilanza sugli enti sul sistema cooperativo e sulle gestioni commissariali *sopprimere la voce* decreto-legge n. 78 del 2010. Articolo 7 comma 31: Manovra- Art. 7 Soppressione ed incorporazione Enti e organismi pubblici (1.2 ? Cap 2302).

3.Tab.A.16

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015:

CP: ? 1.000.000;
CS: ? 1.000.000;
2016:
CP: ? 1.000.000;
CS: ? 1.000.000;
2017:
CP: ? 1.000.000;
CS: ? 1.000.000.

Conseguentemente, alla Tabella D, missione Soccorso civile programma Interventi per soccorsi, *voce* Ministero delle politiche agricole e forestali sopprimere la voce legge n. 136 del 2013, Art. 3, comma 2-*sexies* «Terra dei fuochi- flotta aerea antincendio CFS (4.1- cap. 3080)».

3.Tab.A.17

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015:
CP: ? 1.000.000;
CS: ? 1.000.000;
2016:
CP: ? 1.000.000;
CS: ? 1.000.000;
2017:
CP: ?1.000.000;
CS: ?1.000.000.

Conseguentemente, alla Tabella C, missione Tutela della salute, programma Sanità pubblica veterinaria, *voce* Ministero della Salute, Art. 1, comma 2, legge n. 434 del 1998 ? finanziamento degli interventi in materia di animali di affezione e prevenzione del randagismo*, apportare le seguenti variazioni:*

2015:
CP: + 1.000.000;
CS: + 1.000.000;
2016:
CP: + 1.000.000;
CS: + 1.000.000;
2017:
CP: + 1.000.000;
CS: + 1.000.000.

3.Tab.A.18

TONINI

Alla Tabella A. voce Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 800.000;
2016: ?;
2017: ?.

Conseguentemente alla Tabella C. *Missione* L'Italia in Europa e nel mondo, Programma Cooperazione economica e relazioni internazionali, *voce* Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale, Legge n. 794 del 1996: Ratifica ed esecuzione della convenzione internazionale per la costituzione dell'Istituto italo-Iatino americano, firmata a Roma il re giugno 1966 (1.3 ? cap. 3751)*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: + 800.000;
2016: ?;

2017: ?.

3.Tab.A.19

FILIPPI, MATTESINI, CARDINALI

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 465.691;
2016: ? 492.041;
2017: ? 498.924.

Conseguentemente, alla Tabella D, sopprimere la seguente voce: Legge n. 48 del 2008: Ratifica ed esecuzione della Convenzione del Consiglio d'Europa sulla criminalità informatica ? Art. 12, comma 1: Fondo per il contrasto della pedopornografia su *Internet* e per la protezione delle infrastrutture informatiche di interesse nazionale (3.1 ? cap. 2632) *con i relativi importi.*

3.Tab.A.20

CAMPANELLA, BOCCHINO, DE PIN

Al comma 75,

Alla Tabella A, *voce* Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 10.000.000;
2016: ? 10.000.000;
2017: ? 10.000.000.

Conseguentemente, alla Tabella C, *Missione* «l'Italia nell'Europa e nel mondo»*, Programma* «Cooperazione allo sviluppo»*, voce* Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale, legge n. 7/1981 e n. 49/1987, *apportare le seguenti variazioni:*

2015:
CP +10.000.000;
CS +10.000.000;
2016:
CP +10.000.000;
CS + 10.000.000;
2017:
CP +10.000.000;
CS +10.000.000.

3.Tab.C.1

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Alla Tabella C, missione Organi Costituzionali, a rilevanza costituzionale e Presidenza del Consiglio dei ministri, *programma* Presidenza del Consiglio dei ministri *voce* Ministero dell'economia e delle finanze, legge n. 230 del 1998, articolo 19 Fondo nazionale per il servizio civile (21.3 ? cap. 2185)*, apportare le seguenti variazioni:*

2015:
CP: + 134.269.473;
CS: + 134.269.473;
2016:
CP: + 136.572.698;
CS: + 136.572.698;
2017:
CP: + 136.572.698;
CS: + 136.572.698.

Conseguentemente alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 84.269.473;
2016: ? 86.572.698;

2017: ? 86.572.698.

Conseguentemente, all'articolo 17, comma 21 sostituire le parole: «100 milioni di euro per l'anno 2015 e di 460 milioni di euro annui a decorrere da12016» *con le seguenti:* «50 milioni di euro per l'anno 2015, e di 410 milioni di euro annui a decorrere dal 2016».

3.Tab.C.2

VACCARI, CALEO

Alla Tabella C, Missione Organi Costituzionali, a rilevanza costituzionale e Presidenza del Consiglio dei Ministri, *Programma* Presidenza del Consiglio dei Ministri *voce* Ministero dell'economia e delle finanze Legge n. 230 del 1998, articolo 19 Fondo nazionale per il servizio civile (21.3-Cap. 2185)*, apportare le seguenti variazioni:*

2015:

CP: + 134.269.473;

CS: + 134.269.473.

2016:

CP: + 136.572.698;

CS: + 136.572.698.

2017:

CP:+ 136.572.698;

CS:+ 136.572.698.

Conseguentemente all'articolo 3, comma 21, lettera g) *sostituire la parola:* «triplo» *con la seguente:* «quadruplo».

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare la seguente variazione:*

2015: ? 84.269.473;

2016: ? 86.572.698;

2017: ? 86.572.698.

3.Tab.C.3

PARENTE, FEDELI, ANGIONI, D'ADDA, FAVERO, LAI, LEPRI, MANASSERO, PEZZOPANE, SPILABOTTE, VERDUCCI

Alla Tabella C, missione Organi costituzionali, a rilevanza costituzionale e Presidenza. del Consiglio dei ministri, *programma* Presidenza del Consiglio dei ministri. *Voce* Ministero dell'economia e delle finanze legge n. 230 del 1998: Nuove norme in materia di obiezione di coscienza: ? art. 19: Fondo nazionale per il servizio civile (21.3 ? cap. 2185)*, apportare le seguenti variazioni:*

2014:

CP: + 90.000.000;

CS: + 90.000.000;

2015:

CP: + 90.000.000;

CS: + 90.000.000;

2016:

CP: + 90.000.000;

CS: + 90.000.000.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: ? 90.000.000;

2016: ? 90.000.000;

2017: ? 90.000.000.

3.Tab.C.4

DE PIETRO, URAS, CASALETTO, MASTRANGELI

Alla Tabella C, Missione «L'Italia nell'Europa e nel mondo», *Programma* «Cooperazione allo sviluppo», *voce* Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale, Legge n. 7/19B1 e n.

49/19B7*, apportare le seguenti variazioni:*

2015;

CP +10.000.000;

CS +10.000.000;

2016:

CP +10.000.000;

CS +10.000.000;

2017:

CP +10.000.000;

CS +10.000.000.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: ? 10.000.000;

2016; ? 10.000.000;

2017: ? 10.000.000.

3.Tab.C.5

PUPPATO

Alla Tabella C, Missione *«L'Italia nell'Europa e nel mondo, Programma "Cooperazione allo sviluppo", voce* Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale, *Legge n. 7/1981 e n. 49/1987, apportare le seguenti variazioni:*

2015:

CP +10.000.000;

CS +10.000.000;

2016:

CP +10.000.000;

CS +10.000.000;

2017:

CP +10.000.000;

CS +10.000.000;

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale, apportare le seguenti variazioni:

2015: ?10.000.000;

2016: ?10.000.000;

2017: ?10.000.000.

3.Tab.C.6

DI BIAGIO, ZIN

Alla Tabella C «L'Italia in Europa e nel mondo. Cooperazione economica e relazioni internazionali ? Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale», *voce* Legge n. 794 del 1996 «Ratifica ed esecuzione della convenzione internazionale per la costituzione dell'Istituto italo-latino americano, firmata a Roma il 1º giugno 1966», *apportare le seguenti variazioni:*

2015: + 800.000

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 800.000

3.Tab.C.7

CANDIANI, COMAROLI, TOSATO

Alla Tabella C missione Agricoltura, politiche agroalimentari e, programma *voce* Sostegno al settore agricolo ministero dell'economia e delle e finanze, decreto legislativo n. 165 del 1999: decreto legislativo n. 188 del 2000: Agenzia per le erogazioni in Agricoltura (AGEA) (7.1 ? cap 1525), *apportare le seguenti variazioni:*

2015:
CP: ? 122.271.402;
CS: ?122.271.402;
2016:
CP: ? 118.575.903;
CS: ?118.575.903;
2017:
CP: ? 118.575.903;
CS: ?11.575.903.

3.Tab.C.8

DALLA TOR, GUALDANI

Alla tabella C, Missione: Comunicazioni, Programma: Sostegno all'editoria, *voce*: Ministero dell'Economia e delle Finanze, Legge n. 67 del 1987: Rinnovo della legge 5 agosto 1981, n. 416, recante disciplina delle imprese editrici e provvidenze per l'editoria (11.2 ? Capp. 2183, 7442), *apportare le seguenti variazioni:*

2015:
CP: + 80.000.000;
CS: + 80.000.000;
2016:
CP: + 80.000.000;
CS: + 80.000.000;
2017:
CP: + 80.000.000;
CS: + 80.000.000.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 80.000.000;
2016: ? 80.000.000;
2017: ? 80.000.000.

3.Tab.C.9

DALLA TOR, GUALDANI

Alla tabella C, Missione: Comunicazioni, Programma: Sostegno .all'editoria, *voce*: Ministero dell'Economia e delle Finanze, Legge n. 67 del 1987: Rinnovo della legge 5 agosto 1981, n. 416, recante disciplina delle imprese editrici e provvidenze per l'editoria (11.2 ? Capp. 2183, 7442), *apportare le seguenti variazioni:*

2015:
CP: + 60.000.000;
CS: + 60.000.000;
2016:
CP: + 60.000.000;
CS: + 60.000.000;
2017:
CP: + 60.000.000;
CS: + 60.000.000.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 60.000.000;
2016: ? 60.000.000;
2017: ? 60.000.000.

3.Tab.C.10

TOSATO

Alla tabella C, missione: Comunicazioni, programma: Sostegno all'editoria, *voce*: Ministero dell'Economia e delle Finanze, Legge n. 67 n. 67 del 1987: Rinnovo delle legge 5 agosto 1981, n. 416, recante disciplina delle imprese editrici e provvidenze per l'editoria (11.2 ? Capp. 2183, 7442), *apportare le seguenti variazioni:*

2015:
CP: + 50.000.000
CS: + 50.000.000
2016:
CP: + 50.000
CP: + 50.000.000
2017:
CP: + 50.000.000
CS: + 50.000.000

Conseguentemente, all'articolo 3, dopo il comma 76, inserire il seguente: «76-bis: Le dotazioni di parte corrente relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla Tabella C, sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 50 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

3.Tab.C.11

DALLA TOR, GUALDANI

Alla tabella C, Missione: Comunicazioni, Programma: Sostegno all'editoria, *voce*: Ministero dell'Economia e delle Finanze, Legge n. 67 del 1987: Rinnovo della legge 5 agosto 1981, n. 416, recante disciplina delle imprese editrici e provvidenze per l'editoria (11.2 ? Capp. 2183,.7442), *apportare le seguenti variazioni:*

2015:
CP: + 40.000.000;
CS: + 40.000.000;
2016:
CP: + 40.000.000;
CS: + 40.000.000;
2017:
CP: + 40.000.000;
CS: + 40.000.000.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ?40.000.000;
2016: ? 40.000.000;
2017: ? 40.000.000.

3.Tab.C.12

DIRINDIN, DE BIASI, MATURANI, BIANCO, MATTESINI, PADUA, SILVESTRO, VALDINOSI, FAVERO, GRANAIOLA

Alla tabella C, missione: Diritti sociali, politiche sociali e famiglia, programma: Promozione e garanzia dei diritti e delle pari opportunità, Ministero dell'economia e delle finanze, *voce*: decreto legge n. 93 del 2013, articolo 5-bis, comma 1: Incremento del Fondo per le politiche relative ai diritti e alle pari opportunità al fine dell'assistenza ed al sostegno delle donne vittime di violenza: (17.4 ? cap. 2108/p) *apportare le seguenti variazioni:*

2015:
CP: + 10.000.000;
CS: + 10.000.000;
2016:
CP: + 10.000.000;

CS: + 10.000.000;
2017:
CP: + 10.000.000;
CS: + 10.000.000.

Conseguentemente, Alla Tabella A. voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 10.000.000; .
2016: ? 10.000.000;
2017: ? 10.000.000.

3.Tab.C.13

COMAROLI, TOSATO

Alla tabella C, missione: Comunicazioni, programma: Sostegno all'editoria, *voce*: Ministero dell'Economia e delle Finanze, Legge n. 67 n. 67 del 1987: Rinnovo delle legge 5 agosto 1981, n. 416, recante disciplina delle imprese editrici e provvidenze per l'editoria (11.2 ? Capp. 2183, 7442), *apportare le seguenti variazioni:*

2015:
CP: + 80.000
CP: + 80.000
2016:
CP: + 80.000
CS: + 80.000
2017:
CP: + 80.000
CS: + 80.000

Conseguentemente, all'articolo 3, dopo il comma 76, inserire il seguente:

«76-*bis*: Le dotazioni di parte corrente relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla Tabella C, sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 80 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

3.Tab.D.1

BONFRISCO

Alla Tabella D Missione Ordine Pubblica e Sicurezza programma Sicurezza e Controllo nei Mari, nei Porti e sulle Coste ? Infrastrutture e Trasporti, Legge n. 338 del 200, articolo 145 comma 40: Promozione trasporti Marittimo (4.1- Cap. 2246)

2015
CP +2.000.000,00
CS +2.000.000,00
2016
CP +2.000.000,00
CS +2.000.000,00
2017
CP +2.000.000,00
CS +2.000.000,00

Conseguentemente alla Tabella A Ministero dell'Economia e delle Finanze:

2015
CP +2.000.000,00
CS +2.000.000,00
2016
CP +2.000.000,00
CS +2.000.000,00
2017

CP +2.000.000,00
CS +2.000.000,00

3.Tab.D.2

VOLPI, COMAROLI

Alla Tabella D Missione Ordine Pubblica e Sicurezza programma Sicurezza e Controllo nei Mari, nei Porti e sulle Coste ? Infrastrutture e Trasporti, Legge n. 338 del 200, art. 145 comma 40: Promozione trasporti Marittimo (4.1- Cap. 2246)

2015
CP +2.000.000,00
CS +2.000.000,00
2016
CP +2.000.000,00
CS +2.000.000,00
2017
CP +2.000.000,00
CS +2.000.000,00

Conseguentemente alla Tabella A Ministero dell'Economia e delle Finanze:

2015
CP +2.000.000,00
CS +2.000.000,00
2016
CP +2.000.000,00
CS +2.000.000,00
2017
CP +2.000.000,00
CS +2.000.000,00

3.Tab.D.3

CANDIANI, COMAROLI, TOSATO

Alla tabella D, missione competitività e sviluppo delle imprese, programma Lotta alla contraffazione e tutela della proprietà industriale, Ministero dello Sviluppo economico sopprimere la *voce* decreto-legge n. 2 del 2006. Articolo 4-*bis* comma 7: Interventi urgenti per i settori dell'Agricoltura, dell'Agro industria, della pesca eccetera (1.7 ? Cap 2385).

Conseguentemente, all'articolo 46, comma 2, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 210,895 euro a decorrere dall'anno 2015».

3.Tab.D.4

GUERRIERI PALEOTTI, RUTA, AMATI, BERTUZZI

Alla Tabella D, sopprimere la seguente voce Missione Immigrazione, accoglienza e garanzia dei diritti, programma Flussi migratori, garanzia dei diritti e interventi per lo sviluppo della coesione sociale, *voce* Ministero dell'interno, Legge n. 379 del 1993: Concessione di un contributo annuo dello Stato all'Unione ita-liana ciechi, con vincolo di destinazione all'Istituto per la ricerca, la formazione e la riabilitazione ed all'Istituto europeo ricerca, formazione, orientamento professionale:- ART. l, comma l: Contributo all'Unione italiana ciechi (5.1- cap. 2316), *apportare le seguenti variazioni:*

2015:
CP: ? 192.064;
CS: ? 192.064.
2016:
CP: ? 192.064;
CS: ? 192.064.

2017:
CP: ? 192.064;
CS: ? 192.064.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle :finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: ? 192.064;
2016: ? 192.064;
2017: ? 192.064.

3.Tab.E.1

CIOFFI, SCIBONA, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Alla tabella E, missione: Relazione con le autonomie territoriali *programma:* Elaborazione , quantificazione e assegnazione dei trasferimenti erariali; determinazione dei rimborsi agli enti locali anche in via perequativa*, voce:* Interno, decreto-legge n. 203 del 2005, convertito, con modificazioni, dalla legge 248 del 2005: Misure di contrasto all'evasione fiscale e disposizioni urgenti in materia tributaria e finanziaria: ? Art. 11.*quaterdecies*, comma 20,: Interventi per lo sviluppo (Settore n. 27) Interventi diversi (2.3-cap. 7253)*, apportare le seguenti variazioni:*

Riduzione:
2015:
CP: ? 10.000.000;
CS: ? 10.000.000.
Rifinanziamento:
2015:
CP: ?
CS: ?
Legge di stabilità:
2015:
CP: ?
CS: ?

Conseguentemente, alla Tabella E, missione: Sviluppo sostenibile e tutela del territorio e dell'ambiente*, Programma* Gestione delle risorse idriche, tutela del territorio e bonifiche*, voce* Ambiente e tutela del territorio e del mare, legge n. 147 del 2013: Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato legge di stabilità 2014): ? Art. 1, comma 111: Interventi di messa-in sicurezza del territorio contro il dissesto idrogeologico (Settore n. 19) Difesa del suolo e tutela ambientale (1.9 ? cap. 7511)*, apportare le seguenti variazioni:*

Rifinanziamento:
2015:
CP: + 10.000.000;
CS: + 10.000.000.

3.Tab.E.2

CASTALDI, GIROTTO, BULGARELLI, CIOFFI, LEZZI

Alla tabella E, missione Competitività e Sviluppo delle imprese *programma* Incentivazione del sistema produttivo *voce* Sviluppo economico, decreto-legge n. 66 del 2014, convertito, con modificazioni dalla legge 89 del 2014: Misure urgenti per la competitività e la giustizia sociale: Art. 22-*bis*, comma 1: Risorse destinate alle zone franche urbane (Settore n. 2) Interventi a favore delle imprese industriali (1.3 ? cap. 7350)*, apportare le seguenti variazioni:*

2015:
Legislazione vigente:
CP: 75.000.000;
CS: 75.000.000.
Rifinanziamento:

CP: ?
CS: ?
Riduzione:
CP: ?
CS: ?
Legge di stabilità:
CP: 75.000.000;
CS: 75.000.000.

Conseguentemente, alla medesima tabella E, missione Competitività e Sviluppo delle imprese *programma* Promozione e attuazione di politiche di sviluppo, competitività e innovazione, di responsabilità sociale d'impresa e movimento cooperativo *voce* Sviluppo economico, legge n. 266 del 2005: Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge finanziaria 2006): Art. 1, comma 95, punto 3: Contributo per il proseguimento del programma di sviluppo per l'acquisizione delle unità navali della classe FREMM (Settore n. 2) Interventi a favore delle imprese industriali (1.1 ? cap. 7485)*, apportare le seguenti variazioni:*

2015:
Legislazione vigente:
CP: 778.000.000;
CS: 778.000.000.
Riduzione:
CP: ? 75.000.000;
CS: ? 75.000.000.
Rifinanziamento:
CP: ?
CS: ?
Legge di stabilità:
CP: 703.000.000;
CS: 703.000.000.

3.Tab.E.3

CHIAVAROLI, GUALDANI

Alla Tabella E, missione Competitività e Sviluppo delle imprese, *programma* Incentivazione del sistema produttivo, modificare la *voce* Sviluppo economico, decreto-legge n. 66 del 2014 ? Art. 22-*bis* comma 1: Risorse destinate alle zone franche urbane (1.3 cap. 7350)*, con i seguenti importi variazioni:*

Legislazione vigente:
2015:
CP: 75.000.000;
CS: 75.000.000.
Riduzione:
2015:
CP: 0;
CS: 0.
Rifinanziamento:
2015:
CP: 0;
CS: 0.
Rimodulazione:
2015:
CP: 0;
CS: 0.

Conseguentemente, alla Tabella A voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le*

seguenti variazioni:

2015: ? 75.000.000.

3.Tab.E.4

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Alla tabella E, missione Competitività e sviluppo delle imprese, *programma* Promozione e attuazione di politiche di sviluppo, competitività, di responsabilità sociale d'impresa e movimento cooperativo, *voce* Ministero sviluppo economico, decreto-legge n. 321 del 1996, articolo 5, comma 2 punto a: sviluppo tecnologico del settore aeronautico, interventi diversi (1.1 ? cap. 7420/p), *apportare le seguenti variazioni:*

Riduzione:

2015:

CP: ? 40.000.000;

CS: ? 40.000.000.

2016:

CP: ? 40.000.000;

CS: ? 40.000.000.

2017:

CP: ? 40.000.000;

CS: ? 40.000.000.

Conseguentemente alla medesima missione, al medesimo programma voce Ministero dello sviluppo: decreto-legge n. 321 del 1996, articolo 5, comma 2, punto b: sviluppo tecnologico del settore aeronautico, interventi diversi (1.1 ? cap. 7420/p) *apportare le seguenti variazioni:*

Riduzione:

2015:

CP: ? 40.000.000;

CS: ? 40.000.000.

2016:

CP: ? 80.000.000;

CS: ? 80.000.000.

2017:

CP: ? 60.000.000;

CS: ? 60.000.000.

Decreto-legge n. 321 del 1996, articolo 5, comma 2, punto c: sviluppo tecnologico del settore aeronautico, interventi diversi (1.1 ? cap. 7420/p), *apportare le seguenti variazioni:*

Riduzione:

2015:

CP: ? 40.000.000;

CS: ? 40.000.000.

2016:

CP: ? 70.000.000;

CS: ?70.000.000.

2017:

CP: ? 155.000.000;

CS: ? 155.000.000.

Legge finanziaria n. 266 del 2005, articolo l comma 95 punto 3: contributo per il proseguimento del programma di sviluppo per l'acquisizione delle unità navali FREEM, interventi a favore delle imprese industriali (1.1 ? cap. 7485), *apportare le seguenti variazioni:*

Riduzione:

2015:

CP: ? 778.000.000;

CS: ? 778.000.000.

2016:

CP: ? 526.000.000;

CS: ? 526.000.000.

2017:

CP: ? 470.000.000;

CS: ? 470.000.000.

Legge finanziaria n. 244 del 2007, articolo 2, comma 179, punto a: programmi europei aeronautici interventi a favore delle imprese industriali (1.1 ? cap. 7421/p), *apportare le seguenti variazioni:*

Riduzione:

2015:

CP: ? 20.000.000;

CS: ?20.000.000.

2016:

CP: ? 20.000.000;

CS: ? 20.000.000.

2017:

CP: ? 20.000.000;

CS: ? 20.000.000.

Legge finanziaria n. 244 del 2007, articolo 2, comma 179, punto b: programmi europei aeronautici, interventi a favore delle imprese industriali (1.1 ? cap. 7421/p), *apportare le seguenti variazioni:*

Riduzione:

2015:

CP: ? 25.000.000;

CS: ? 25.000.000.

2016:

CP: ? 25.000.000;

CS: ? 25.000.000.

2017:

CP: ? 25.000.000;

CS: ? 25.000.000.

Legge finanziaria n. 244 del 2007, articolo 2, comma 179, punto c: programmi europei aeronautici interventi a favore delle imprese industriali (1.1 ? cap. 7421/p), *apportare le seguenti variazioni:*

Riduzione:

2015:

CP: ? 25.000.000;

CS: ? 25.000.000.

2016:

CP: ? 25.000.000;

CS: ? 25.000.000.

2017:

CP: ? 25.000.000;

CS: ? 25.000.000.

Legge finanziaria n. 244 del 2007, articolo 2, comma 180: programmi europei aeronautici, interventi a favore delle imprese industriali (1.1 ? cap. 7421/p), *portare le seguenti variazioni:*

Riduzione:

2015:

CP: ? 925.000.000;
CS: ? 925.000.000.
2016:
CP: ? 757.000.000;
CS: ? 757.000.000.
2017:
CP: ? 717.000.000;
CS: ? 717.000.000.

Decreto-legge n. 215 del 2011, articolo 5, comma 4: finanziamento dello sviluppo tecnologico del settore aeronautico, interventi a favore delle imprese industriali (1.1 ? cap. 7420/p), *apportare le seguenti variazioni:*

Riduzione:
2015:
CP: ? 25.000.000;
CS: ? 25.000.000.
2016:
CP: ? 25.000.000;
CS: ? 25.000.000.
2017:
CP: ? 125.000.000;
CS: ? 125.000.000.

Legge di stabilità n. 147 del 2013, articolo 1, comma 37, punto 1: contributi ventennali settore marittimo ? difesa nazionale, interventi a favore delle imprese industriali (1.1 ? cap. 7419/p), *apportare le seguenti variazioni:*

Riduzione:
2015:
CP: ? 37.113.953;
CS: ? 37.113.953.
2016:
CP: ? 37.553.291;
CS: ? 37.553.291.
2017:
CP: ? 37.444.305;
CS: ? 37.444.305.

Legge di stabilità n. 147 del 2013, articolo 1, comma 37, punto 2: contributi ventennali settore marittimo ? difesa nazionale, interventi a favore delle imprese industriali (1.1 ? cap. 7419/p), *apportare le seguenti variazioni:*

Riduzione:
2015:
CP: ? 102.063.371;
CS: ? 102.063.371.
2016:
CP: ?103.271.550;
CS: ?103.271.550.
2017:
CP: ?102.971.838;
CS: ?102.971.838.

Legge di stabilità n. 147 del 2013, articolo 1, comma 37, punto 3: contributi ventennali settore marittimo-difesa nazionale, interventi a favore delle imprese industriali (1.1 ? cap. 7 419/p), *apportare le seguenti variazioni:*

Riduzione:
2015:
CP: ?
CS: ?
2016:
CP: ? 331.620.406;
CS: ? 331.620.406.
2017:
CP: ? 551.783.857;
CS: ? 551.783.857.

3.Tab.E.5

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Alla tabella E missione Diritto alla mobilità e sviluppo dei sistemi di trasporto, *programma* Sistemi ferroviari, sviluppo e sicurezza del trasporto ferroviario, Legge di stabilità 228/2012, articolo 1, comma 208, «Nuova linea ferroviaria Torino-Lione»*, apportare le seguenti variazioni:*

2015:
CP: ? 242.000.000;
CS: ? 242.000.000.
2016:
CP: ? 140.000.000;
CS: ?140.000.000.
2017:
CP: ?102.000.000;
CS: ?102.000.000.
2018:
CP: ? 1.972.000.000;
CS: ? 1.972.000.000.

Conseguentemente alla medesima Tabella E missione Sviluppo sostenibile e tutela del territorio e dell'ambiente, *programma* Gestione delle risorse idriche, tutela del territorio e bonifiche *voce* Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, legge 147/2013, articolo 1, comma 111 «Difesa del suolo e tutela ambientale»*, apportare le seguenti modifiche:*

Rifinanziamento:
2015:
CP: + 242.000.000;
CS: + 242.000.000.
2016:
CP: + 140.000.000;
CS: + 140.000.000.
2017:
CP: + 102.000.000;
CS: + 102.000.000.

3.Tab.E.6

BULGARELLI, LEZZI, MANGILI, SCIBONA

Alla tabella E, missione Diritto alla mobilità e sviluppo dei sistemi di trasporto *programma* Sistemi ferroviari, sviluppo e sicurezza del trasporto ferroviario *voce* Ministero infrastrutture e trasporti Legge n. 228 del 2012: Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2013) ? Articolo 1, comma 208: Nuova linea ferroviaria Torino-Lione (settore n. 11) Interventi nel settore dei trasporti (2.5 ? cap. 7532), *apportare le seguenti variazioni:*

Riduzione:
2015:

CP: ? 100.000.000;
CS: ?100.000.000.
2016:
CP: ? 100.000.000;
CS: ? 100.000.000.
2017:
CP: ? 100.000.000;
CS: ? 100.000.000.

Conseguentemente, alla medesima tabella E, missione Sviluppo e riequilibrio territoriale *programma* Gestione delle risorse idriche, tutela del territorio e bonifiche *voce* Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, Legge n. 147 del 2013: Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2014) ? Articolo 1, comma 111: Interventi di messa in sicurezza del territorio contro il dissesto idrogeologico (Settore n. 19) Difesa del suolo e tutela ambientale (1.9 ? cap. 7511), *apportare le seguenti variazioni:*

Rifinanziamento:
2015:
CP: + 100.000.000;
CS: + 100.000.000.
2016:
CP: + 100.000.000;
CS: + 100.000.000.
2017:
CP: + 100.000.000;
CS: + 100.000.000.

3.Tab.E.7

CIOFFI, SCIBONA, CIAMPOLILLO, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Alla tabella E, missione Diritto alla mobilità e sviluppo dei sistemi di trasporto, *programma* Sviluppo e sicurezza della mobilità stradale *voce* Infrastrutture e trasporti, decreto-legge n. 83 del 2012, convertito con modificazioni, dalla legge n. 135 del 2012 ? Articolo 17-*septies* comma 8: Fondo per il finanziamento del piano nazionale infrastrutturale per la ricarica dei veicoli elettrici (Settore n. 11) Interventi nel settore dei trasporti (2.1- cap. 7119), *apportare le seguenti variazioni:*

Rifinanziamento:
2015:
CP: + 15.000.000;
CS: + 15.000.000.

Conseguentemente, nella medesima tabella E, missione Infrastrutture pubbliche e logistica, *programma* Sistemi stradali, autostradali ed intermodali, *voce* Infrastrutture e trasporti, decreto-legge n. 69 del 2013, convertito con modificazioni, dalla legge n. 98 del 2013: Disposizioni urgenti per il rilancio dell'economia: Art. 18, comma 2, punto 2: Somme da assegnare alla Regione Veneto per la Pedemontana Veneta (Settore n. 11) Interventi nel settore dei trasporti (1.2 ? cap. 7147), *apportare le seguenti variazioni:*

Riduzione:
2015:
CP: ? 15.000.000;
CS: ? 15.000.000.

3.Tab.E.8

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Alla Tabella E, missione Infrastrutture pubbliche e logistica, *programma* Opere strategiche, edilizia statale e interventi speciali e per pubbliche calamità, Legge di stabilità 228 del 2012, articolo 1, comma 184, «Prosecuzione della realizzazione del sistema MOSE», *apportare le seguenti variazioni:*

Riduzione:
2015:
CP: ?261.000.000;
CS: ?261.000.000.
2016:
CP: ?330.000.000;
CS:-330.000.000.

Conseguentemente alla medesima Tabella E missione Sviluppo sostenibile e tutela del territorio e dell'ambiente programma Gestione delle risorse idriche, tutela del territorio e bonifiche, *voce* Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, legge 147 del 2013, Difesa del suolo e tutela ambientale, *apportare le seguenti variazioni:*

Rifinanziamento:
2015:
CP: + 261.000.000;
CS: + 261.000.000.
2016:
CP: + 330.000.000;
CS: + 330.000.000.

3.Tab.E.9

CIOFFI, SCIBONA, CIAMPOLILLO, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Alla tabella E, missione infrastrutture pubbliche e logistica, *programma* Opere strategiche, edilizia statale ed interventi speciali e per pubbliche calamità, *voce* Infrastrutture e trasporti, decreto-legge n. 98 del 2011 ? Art. 32, comma 1, punto 2: Assegnazione di risorse alle piccole e medie opere nel Mezzogiorno (Settore n. 279) Interventi diversi (1.7 ? cap. 7174), *apportare le seguenti variazioni;*

Rifinanziamento;
2015:
CP: + 10.000.000;
CS: + 10.000.000.
2016:
CP: + 20.000.000
CS: + 20:000.000.

Conseguentemente, alla tabella E, missione Infrastrutture pubbliche e logistica, *programma* Opere strategiche, edilizia statale ed interventi speciali e per pubbliche calamità, *voce* Infrastrutture e trasporti, legge n. 147 del 2013 ? Art. 1, comma 71: Prosecuzione e completamento del sistema MOSE (Settore n. 27) Interventi diversi (1.7cap. 7200/P), *apportare le seguenti variazioni:*

Riduzione:
2015:
CP: ? 10.000.000;
CS: ? 10.000.000.
2016:
CP: ?20.000. 000;
CS:- 20.000. 000.

3.Tab.E.10

SCIBONA, CIOFFI, BULGARELLI, LEZZI

Alla Tabella E, missione Sviluppo sostenibile e tutela del territorio e dell'ambiente, *programma* Gestione delle risorse idriche, tutela del territorio e bonifiche, *voce* Ambiente e tutela del territorio e del mare, legge n. 147 del 2013: Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2014): ? Art. 1, comma 111: Interventi di messa in sicurezza del territorio contro il dissesto idrogeologico (Settore n. 19) Difesa del suolo e tutela ambientale (1.9 ? cap. 7511), *apportare le seguenti variazioni:*

Rifinanziamento:
2015:
CP: + 300.000;
CS: +300.000.
2016:
CP: + 130.000.000;
CS: + 130.000.000.

Conseguentemente, alla tabella E, missione Diritto alla mobilità e sviluppo dei sistemi di trasporto, *programma* Sistemi ferroviari, sviluppo e sicurezza del trasporto ferroviario, *voce* Infrastrutture e Trasporti, decreto-legge n. 98 del 2011: Disposizioni urgenti per la stabilizzazione finanziaria: ? Art. 32, comma 1, punto 4: Assegnazione di risorse a favore di RFI per la linea alta velocità/alta capacità Milano-Genova: Terzo Valico dei Giovi ? secondo lotto (Settore n. 11) Interventi nel settore dei trasporti (2.5 ? cap. 7518), *apportare le seguenti variazioni:*

2015:
Riduzione:
CP: ? 300.000;
CS: ? 300.000.
2016:
Riduzione:
CP: ? 30.000.000;
CS: ? 30.000.000.
Rifinanziamento :
CP: ?
CS: ?

G/1698/101/5
LANZILLOTTA
La 5a Commissione,
premesso che:
il tema della sicurezza della rete delle Pubbliche Amministrazioni sta diventando un tema sempre più rilevante, anche nell'ottica della tutela dei dati personali dei cittadini come previsto dal decreto legislativo 30 giugno 2003, n. 196, e successive modificazioni;
i programmi per elaboratore non validi aumentano i! rischio di furto dei dati in possesso della Pubblica Amministrazione e, inoltre, possono provocare instabilità ai sistemi informatici, in quanto non vengono regolarmente aggiornati i sistemi di protezione forniti dai diversi produttori di software;
a seguito dell'adozione di politiche che hanno reso obbligatoria la digitalizzazione dei processi e dei trattamenti delle informazioni da parte della Pubblica Amministrazione, si rende necessario adottare un modello organizzativo e gestionale che possa efficacemente e automaticamente assicurare la tutela e la riservatezza dei dati personali e sensibili dei cittadini in possesso delle Istituzioni:
tale modello organizzativo deve prioritariamente prevedere un continuo controllo dell'aggiornamento e della legittimità del possesso dei programmi per elaboratore presenti su tutti i computer in possesso della Pubblica Amministrazione;
impegna il Governo:
a far sì che le pubbliche amministrazioni centrali adottino un modello organizzativo e gestionale che consenta di verificare in tempo reale la conformità dei sistemi operativi e la legittimità del possesso e dell'utilizzo dei programmi per elaboratore nell'ambito della pubblica amministrazione centrale;
ad individuare opportune risorse per realizzare gli obiettivi indicati in premessa, tramite la costituzione presso la Presidenza del Consiglio dei Ministri di un Fondo "Sicurezza della Rete".

G/1698/102/5
BIGNAMI, PEPE, MAURIZIO ROMANI, MUSSINI

La 5a Commissione, in sede di esame del disegno di legge n. 1698, impegna il Governo a valutare l'opportunità di dare attuazione al contenuto dell'emendamento 1.919.

G/1698/103/5

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO

La 5a Commissione, in sede di esame del disegno di legge n. 1698, impegna il Governo a valutare l'opportunità di dare attuazione al contenuto dell'emendamento 1.956.

G/1698/104/5

SUSTA, DI BIAGIO

La 5a Commissione, in sede di esame del disegno di legge n. 1698, impegna il Governo a valutare l'opportunità di dare attuazione al contenuto dell'emendamento 1.959.

G/1698/105/5

VERDUCCI, MATURANI, STEFANO ESPOSITO, FABBRI, VACCARI, GIANLUCA ROSSI, CAPACCHIONE, FISSORE, ELENA FERRARA, ZANONI, CARDINALI, ANGIONI, TOMASELLI, FILIPPI

La 5a Commissione, in sede di esame del disegno di legge n. 1698, impegna il Governo a valutare l'opportunità di dare attuazione al contenuto dell'emendamento 1.998 (testo 2).

G/1698/106/5

PIGNEDOLI, GATTI, BERTUZZI, RUTA, ALBANO, FASIOLO, SAGGESE, VALENTINI, PADUA

La 5a Commissione, in sede di esame del disegno di legge n. 1698, impegna il Governo a valutare l'opportunità di dare attuazione al contenuto dell'emendamento 1.1316.

1.764 (testo 2)

CONTE

Dopo il comma 105, aggiungere il seguente:

«105-*bis*. Le associazioni e le fondazioni onlus, destinatari di disposizioni testamentarie, che abbiano proposto l'istanza per la formazione dell'inventario ai sensi dell'articolo 769 del Codice di procedura civile, acquistano la proprietà dei beni ereditati in virtù del possesso continuato decennale».

1.935 (testo 3)

MILO

Dopo il comma 114 aggiungere il seguente:

"114-*bis*. Con decreto del Ministro dell'interno, da emanare entro 90 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, sentite le associazioni maggiormente rappresentative del settore armiero sul territorio nazionale, sono definiti, nel rispetto delle direttive comunitarie, un protocollo per attivare le misure di sburocratizzazione dei procedimenti amministrativi, anche attraverso la digitalizzazione delle questure e delle prefetture, e misure di semplificazione delle procedure di esportazione, riguardanti il settore armiero e sportivo-venatorio nazionale. Per lo svolgimento e la realizzazione di tutte le attività relative alle competenze, previste dal periodo precedente, le amministrazioni devono provvedere con le risorse umane, strumentali e finanziarie disponibili a legislazione vigente, senza nuovi e maggiori oneri. "

1.1078 (testo 2)

FEDELI, GUERRA, MANCONI, PADUA, SERRA, DALLA ZUANNA, AMATI, BIANCONI, BORIOLI, CANTINI, COLLINA, D'ADDA, DE CRISTOFARO, DEL BARBA, DI BIAGIO, DIRINDIN, FABBRI, FASIOLO, FATTORINI, FAVERO, ELENA FERRARA, FILIPPIN, GRANAIOLA, ICHINO, IDEM, LAI, LO GIUDICE, MANASSERO, MATTESINI, MATURANI, MAZZONI, ORRÙ, PAGLIARI, PALERMO, PARENTE, PEGORER, PETRAGLIA, PEZZOPANE, ROMANO, GIANLUCA ROSSI, RUTA, SPILABOTTE, VACCARI, VALDINOSI, ZANONI

Dopo il comma 128, aggiungere il seguente:

«128-*bis*. Per l'esercizio finanziario 2015, la Presidenza del Consiglio dei ministri provvede, nell'ambito degli ordinari stanziamento del proprio bilancio e nel limite di 8.000.000,00 di euro al finanziamento delle spese relative alla realizzazione del programma unico di emersione, assistenza e

integrazione sociale previsto dall'articolo 18, comma 3 *bis*, del decreto legislativo 25 luglio 1998, n. 286, attuativo del Piano nazionale di azione contro la tratta e il grave sfruttamento degli esseri umani, di cui all'articolo 13, comma 2 *bis*, della legge 11 agosto 2003, n. 228, nonché per la realizzazione delle correlate azioni di supporto e di sistema. Fino all'adozione del Piano d'Azione Nazionale contro la tratta e il grave sfruttamento degli esseri umani, di cuiall'articolo 13, comma 2-*bis,* della legge 11 agosto 2003, n. 228, e del decreto del Presidente del Consiglio dei minsitri, di cui all'articolo 18, comma 3-*bis*, del decreto legislativo 25 luglio 1998, n. 286, al fine di assicurare la prosecuzione degli interventi di protezione delle vittime di tratta e di grave sfruttamento, restano validi, senza ulteriori oneri a carico della finanza pubblica, il programma di assistenza, adottato ai sensi dell'articolo 13, comma 1, della legge 11 agosto 2003, n. 228 e dell'articolo 18, comma 1, del decreto legislativo 25 luglio 1998, n. 286, ed i conseguenti progetti in essere al 31 dicembre 2014.».

1.1224 (testo 3)

GUERRIERI PALEOTTI, BROGLIA, DEL BARBA, LAI, SANGALLI, SPOSETTI, VERDUCCI, ZANONI

Dopo il comma 140, aggiungere i seguenti:

«140-*bis*. Nell'ambito del piano di cui al comma 140, una quota pari a 30 milioni di euro è destinata alla concessione di un credito d'imposta, in favore delle micro, piccole e medie imprese che, al fine di rafforzare la gestione dei processi di internazionalizzazione e di incrementare gli ordinativi e il fatturato delle sui mercati al di fuori del territorio nazionale, assumono, per un periodo non superiore a 36 mesi, anche non consecutivi, figure professionali di comprovata e documentata esperienza lavorativa nel campo del commercio internazionale, al fine di rafforzare la gestione di processi e programmi di internazionalizzazione ed incrementare il fatturato dell'impresa sui mercati al di fuori del territorio nazionale. Il credito d'imposta è riconosciuto alle micro, piccole e medie imprese per un ammontare pari al 35 per cento delle spese sostenute.

140-*ter*. Con decreto del Ministero dello sviluppo economico, da adottare, di concerto con Il Ministero del lavoro, sentita l'Agenzia delle Entrate, entro novanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono stabilite le modalità applicative delle agevolazioni di cui al comma 140-*bis* .».

1.9203/4 (testo 2)

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI

All'emendamento 1.9203:

al comma 90-*bis*, dopo le parole: "settore agricolo", inserire le seguenti: "e turistico";

al comma 90-*bis*, sostituire le parole: "250 giornate" con le seguenti: "150 giornate";

il comma 90-*ter* è soppresso;

sostituire le parole da: "Conseguentemente:" fino alla fine, con le seguenti:

"*Conseguentemente:*

l'articolo 18, comma 1, del decreto legislativo 25 novembre 1996, n. 625, è sostituito dal seguente: «1. I canoni annui per i permessi di prospezione e di ricerca e per le concessioni di coltivazione e di stoccaggio nella terraferma, nel mare territoriale e nella piattaforma continentale italiana, sono così determinati:

permesso di prospezione: 1.000 euro per chilometro quadrato;

permesso di ricerca: 1.000 euro per chilometro quadrato;

permesso di ricerca in proroga: 1.000 euro per chilometro quadrato;

concessione di coltivazione: 10.000 euro per chilometro quadrato;

concessione di coltivazione in proroga: 10.000 euro per chilometro quadrato;

concessione di stoccaggio insistente sulla relativa concessione di coltivazione: 5.000 euro per chilometro quadrato;

concessione di stoccaggio in assenza di relativa concessione di coltivazione: 5.000 euro per chilometro quadrato.

110-*ter*. I superiori canoni valgono anche nel caso di rilascio del titolo concessorio unico, di cui all'articolo 38 del d.l. 12 settembre 2014, n. 133 convertito, con modificazioni, dalla legge 11 novembre 2014, n. 164.

110-*quater*. Le disposizioni di cui ai commi 110-*bis* e 110-*ter* si applicano a decorrere dal 12 settembre 2014.».

1.3.2.1.11. 5ª Commissione permanente (Bilancio) - Seduta n. 334 (ant.) del 17/12/2014

collegamento al documento su www.senato.it

BILANCIO (5ª)

MERCOLEDÌ 17 DICEMBRE 2014
334ª Seduta (antimeridiana)

Presidenza del Presidente
AZZOLLINI

Intervengono il vice ministro dell'economia e delle finanze Morando e il sottosegretario di Stato per lo stesso dicastero Baretta.

La seduta inizia alle ore 11,30.

IN SEDE REFERENTE

(1699) ***Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017 e relativa Nota di variazioni***, approvato dalla Camera dei deputati
- (Tabb. 1 e 1-*bis*) Stato di previsione dell'entrata per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017 *(limitatamente alle parti di competenza)*
- (Tabb. 2 e 2-*bis*) Stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017 *(limitatamente alle parti di competenza)*

(1698) ***Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)***, approvato dalla Camera dei deputati

(Seguito dell'esame congiunto e rinvio)

Prosegue l'esame congiunto, sospeso nella seduta di ieri.

Il presidente AZZOLLINI comunica che, come preannunciato nella precedente seduta, sono stati presentati alcuni emendamenti del relatore al disegno di legge di stabilità, pubblicati in allegato, che riformulano emendamenti già presentati e accantonati, nell'intento di fornire risposta ad alcune

questioni di grande rilevanza sulle quali si è concentrato il dibattito in Commissione.

Avverte, quindi, che l'esame inizierà dagli emendamenti del relatore, riferiti all'articolo 1 del disegno di legge di stabilità.

Il relatore SANTINI (*PD*) illustra l'emendamento 1.372 (testo 2) che interviene sui fondi (pari ad 8 milioni di euro) stanziati a favore della Protezione civile per fronteggiare le conseguenze delle alluvioni che hanno colpito la Liguria nello scorso novembre. In particolare, la proposta emendativa conferma che le risorse sono effettivamente a disposizione dell'Amministrazione che dovrà utilizzarle.

Il vice ministro MORANDO esprime parere favorevole sull'emendamento: rispetto al testo originario, è stata eliminata la copertura precedentemente disposta, essendo stato accertato che i fondi necessari erano già disponibili. In risposta al senatore ARRIGONI (*LN-Aut*), precisa poi che i fondi in questione riguardano esclusivamente le calamità che hanno colpito Genova e la regione Liguria.

L'emendamento 1.372 (testo 2) viene quindi posto in votazione e approvato.

Il relatore SANTINI (*PD*) illustra successivamente l'emendamento 1.711 (testo 2) che incrementa le dotazioni per le adozioni internazionali del Fondo per le politiche della famiglia.

Il vice ministro MORANDO formula un parere favorevole sulla proposta emendativa 1.711 (testo 2). In replica ad una richiesta del senatore MILO (*GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI)*), fornisce poi chiarimenti sulla copertura utilizzata a valere sul Fondo per le politiche sociali.

Il senatore BOCCHINO (*Misto-ILC*), pur condividendo le finalità dell'emendamento, ritiene inopportuno il ricorso per il finanziamento al Fondo per le politiche sociali e invita a ricercare una copertura alternativa.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*), intervenendo sull'ordine dei lavori, segnala con forza l'esigenza che i commissari possano conoscere preventivamente, prima dell'esame, tutti gli ulteriori emendamenti presentati dal relatore, per avere certezza che tutte le varie questioni sollevate, anche dal proprio Gruppo, nel corso dell'esame, siano state effettivamente affrontate.

Richiama in particolare la necessità di prevedere adeguate risorse per le alluvioni che hanno colpito la Sardegna nel novembre 2013, per le quali lo Stato, malgrado le reiterate sollecitazioni, non ha finora adottato i necessari provvedimenti. Lamenta pertanto che il disegno di legge di stabilità stia ancora una volta discriminando la regione Sardegna, che potrebbe vedersi costretta a sollevare un contenzioso nei confronti del Governo nazionale.

Sull'ordine dei lavori prende la parola anche la senatrice BULGARELLI (*M5S*), la quale si unisce alla richiesta del senatore Uras di mettere a disposizione dei parlamentari tutti gli ulteriori emendamenti del relatore, in quanto diversamente la discussione perderebbe la sua stessa ragion d'essere.

La senatrice LEZZI (*M5S*) ribadisce la suddetta richiesta, sottolineando l'esigenza che le forze politiche possano verificare se le istanze e le questioni da esse sollevate siano state effettivamente prese in considerazione. In caso contrario, ritiene che l'esame dei documenti di bilancio in Commissione si ridurrebbe ad un inutile rito, al quale il suo Gruppo non intenderebbe più partecipare.

Il PRESIDENTE assicura che tutte le questioni sollevate dalle varie forze politiche nel corso del

dibattito sono affrontate dagli ulteriori emendamenti presentati dal relatore, che saranno esaminati nel corso della seduta odierna, fermo restando il giudizio che ciascuna forza politica potrà esprimere circa le soluzioni proposte. In tal senso, sottolinea che la scelta di esaminare singolarmente i vari emendamenti è semplicemente funzionale ad un ordinato andamento dei lavori.

Il senatore CERONI (*FI-PdL XVII*) ricorda che, secondo l'attuale calendario dei lavori parlamentari, la Commissione dovrebbe concludere l'esame dei documenti di bilancio nella giornata odierna per la successiva trasmissione in Assemblea. Ciò appare tuttavia oltremodo difficoltoso, considerando che il Governo non ha ancora chiarito le risposte che intende dare alle questioni più importanti sollevate in Commissione, attraverso la presentazione di appositi emendamenti.

Il presidente AZZOLLINI ricorda che il Governo ha già presentato nei giorni scorsi i suddetti emendamenti, che sono stati anche oggetto di numerosi subemendamenti da parte dei vari Gruppi e che saranno discussi, insieme ai relativi subemendamenti, nel seguito dell'esame. In risposta al senatore BOCCHINO (*Misto-ILC*), assicura che anche gli emendamenti precedentemente accantonati saranno tutti esaminati e posti in votazione.

L'emendamento 1.711 (testo 2) viene infine messo ai voti e approvato.

Il relatore SANTINI (*PD*) illustra la proposta emendativa 1.989 (testo 2), che incrementa di 5 milioni a decorrere dal 2015 i fondi per l'effettuazione gratuita dello *screening* neonatale.

Il vice ministro MORANDO esprime parere favorevole sulla proposta emendativa.

La senatrice LEZZI (*M5S*) chiede chiarimenti sul rapporto tra l'emendamento e i fondi già stanziati per la medesima finalità per l'anno 2014, che non sono mai stati resi effettivamente disponibili. Preannuncia comunque il voto favorevole del proprio Gruppo.

Il vice ministro MORANDO conferma che la disposizione contenuta nell'emendamento 1.989 (testo 2) incrementa a partire dal prossimo anno le dotazioni, che quindi si aggiungono a quelle già esistenti.

La Commissione procede indi alla votazione dell'emendamento 1.989 (testo 2), che è infine approvato all'unanimità.

Il relatore SANTINI (*PD*) illustra quindi l'emendamento 1.1166 (testo 2), volto a rimodulare la copertura prevista per l'attuazione della piattaforma logistica nazionale (PLN).

Con il parere favorevole del vice ministro MORANDO, l'emendamento 1.1166 (testo 2) è infine posto in votazione e approvato.

Il relatore SANTINI (*PD*) illustra successivamente l'emendamento 1.1181 (testo 2), che ridefinisce un *iter* più snello per la realizzazione degli interventi di adeguamento della strada statale n. 372 Telesina tra lo svincolo di Caianello e lo svincolo di Benevento, prevedendo che, qualora la proposta presentata dal soggetto promotore non sia approvata dal CIPE, la procedura sia annullata e le funzioni di soggetto aggiudicatore affidate ad Anas S.p.A.

Il vice ministro MORANDO si esprime in senso favorevole.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*), pur dichiarandosi a favore di interventi infrastrutturali sul territorio, contesta il contenuto dell'emendamento, laddove impone per legge che il progetto in questione sia iscritto di diritto all'ordine del giorno della prima seduta del CIPE, successiva all'entrata in vigore della legge di stabilità. Tale previsione lede infatti le prerogative costituzionali del Presidente del Consiglio, che decide l'ordine del giorno del Comitato, e rappresenta un'evidente forzatura. Dichiara, quindi, il voto contrario del proprio Gruppo.

La senatrice LANZILLOTTA (*SCpI*) concorda con le critiche del senatore D'Alì, ravvisando profili di incostituzionalità nell'emendamento in esame.

Il senatore MILO (*GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI)*) si associa alle considerazioni svolte, criticando altresì il fatto che l'emendamento sembri anticipare surrettiziamente la valutazione del CIPE sul progetto. Dichiara, pertanto, il voto contrario del proprio Gruppo.

Le senatrici LEZZI (*M5S*) e COMAROLI (*LN-Aut*) preannunciano il voto contrario dei rispettivi Gruppi sulla proposta emendativa in esame.

Posto in votazione, l'emendamento 1.1181 (testo 2) è quindi approvato.

Il relatore SANTINI (*PD*) passa ad illustrare l'emendamento 1.9900, che intende fornire una risposta ad una questione di grande rilevanza, riguardante la asimmetria determinatasi nell'applicazione della nuova disciplina Irap prevista dal disegno di legge di stabilità nei confronti dei lavoratori autonomi privi di dipendenti, che risulterebbero eccessivamente penalizzati. A tal fine, si prevede un credito di imposta volto a compensare esattamente il maggior carico fiscale introdotto dal nuovo regime.

Il vice ministro MORANDO esprime un parere favorevole sull'emendamento.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) esprime apprezzamento per lo sforzo del relatore e del Governo di venire incontro alle esigenze di perequazione segnalate a carico dei piccoli lavoratori autonomi. Evidenzia tuttavia l'esigenza che tale agevolazione non vanifichi l'intento primario perseguito con la ridefinizione della normativa Irap, ossia quello di incentivare le assunzioni dei lavoratori dipendenti. Dichiara comunque il voto favorevole del proprio Gruppo, pur segnalando che l'accostamento di regimi fiscali diversi per la medesima imposta potrebbe generare effetti distorsivi.

Il senatore ARRIGONI (*LN-Aut*) esprime anch'egli apprezzamento per la finalità dell'emendamento, pur rimarcando che i lavoratori autonomi interessati non potranno più accedere alla riduzione dell'aliquota Irap del 10 per cento precedentemente prevista e subiranno comunque una perdita in termini di cassa, dovendo anticipare per la maggiore imposta somme che saranno recuperate con il credito fiscale solo l'anno successivo. Annuncia, infine, a nome della propria parte politica, il voto favorevole, pur con le riserve precedentemente espresse.

Il vice ministro MORANDO sottolinea che l'emendamento del relatore intende fornire risposta ad una incongruenza della nuova tassazione Irap contenuta nel disegno di legge di stabilità approvato in prima lettura dalla Camera. Ricorda che il Governo mira a ridurre la suddetta tassazione per favorire le forme di lavoro dipendente, escludendo volutamente gli artigiani o professionisti senza dipendenti. Poiché tale operazione, facendo venire meno le precedenti aliquote ridotte, inasprirebbe la tassazione per alcune categorie di lavoratori autonomi (circa 1.400.000 soggetti), la soluzione proposta è quella di

neutralizzare il maggior carico fiscale attraverso un credito di imposta esattamente equivalente. Per quanto riguarda gli effetti negativi di cassa, evidenzia che si tratta comunque di un impatto limitato.

La senatrice BULGARELLI (*M5S*) dichiara il voto favorevole anche del proprio Gruppo. Osserva tuttavia che l'emendamento non risolve fino in fondo la sperequazione tra le grandi imprese, che fruiscono già dal 2014 della riduzione dell'Irap, e le piccole imprese o lavoratori autonomi, che potranno recuperare l'imposta con il credito fiscale solo nel 2016.

Il senatore MILO (*GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI)*) dichiara il voto favorevole del proprio Gruppo.

Il senatore GUERRIERI PALEOTTI (*PD*) esprime l'apprezzamento del Gruppo del Partito democratico per la soluzione trovata, confermando il voto favorevole sull'emendamento.

Il senatore GUALDANI (*AP (NCD-UDC)*) manifesta, a nome del proprio Gruppo, apprezzamento per l'emendamento, preannunciando un voto favorevole.

Il senatore Luigi MARINO (*PI*) preannuncia a sua volta il voto favorevole del Gruppo Per l'Italia. Si associa tuttavia alle perplessità avanzate dal senatore D'Alì, osservando che la coesistenza di agevolazioni fiscali diverse per l'Irap potrebbe influire negativamente sulla finalità perseguita con la nuova disciplina di incentivare gli imprenditori ad assumere ulteriori dipendenti.

Il senatore FRAVEZZI (*Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE*), a nome del proprio Gruppo, esprime anch'egli soddisfazione per la soluzione adottata e preannuncia un voto favorevole sull'emendamento.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) annuncia che anche il proprio Gruppo voterà a favore della proposta emendativa in esame.

La senatrice LANZILLOTTA (*SCpI*) annuncia un voto favorevole sull'emendamento 1.9900.

La senatrice DE PIN (*Misto*) conferma a sua volta il sostegno del proprio Gruppo al suddetto emendamento.

Infine, la proposta emendativa 1.9900 è posta ai voti e approvata all'unanimità.

Il senatore TREMONTI (*GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI)*) interviene per aggiungere la propria firma all'emendamento 1.978, già accantonato.

La senatrice NUGNES (*M5S*) aggiunge la propria firma alla proposta 2.1130, mentre il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) dichiara di sottoscrivere l'emendamento 1.1670.

Il relatore SANTINI (*PD*) illustra quindi l'emendamento 1.9901, spiegando come si tratti di un'iniziativa volta a risolvere la questione concernente la fiscalità sui fondi previdenziali integrativi e sulle casse cosiddette "privatizzate". Molti Gruppi avevano obiettato circa l'eccesso di imposizione fiscale contenuto nel testo della manovra, e si è pertanto individuata un'ipotesi di riduzione delle aliquote, che passano così al 20 per cento per le casse e al 12,5 per cento per i fondi complementari, limitatamente però agli investimenti durevoli su settori dell'economia reale, così da dare anche un

contributo alla ripresa del ciclo economico.

La senatrice BONFRISCO (*FI-PdL XVII*) interviene per dichiarare un voto favorevole, trattandosi di un miglioramento rispetto al precedente testo, lamentando però, al contempo, la forte inopportunità di un aggravio fiscale sugli enti previdenziali. Esprime, peraltro, scetticismo sull'effettivo contributo che la norma potrà dare al sistema delle imprese.

Il senatore MANDELLI (*FI-PdL XVII*) interviene incidentalmente per criticare l'intervento realizzato con la legge di stabilità nel suo complesso, che va a punire enti quali le casse dei professionisti, dimostratisi prudenti ed oculati nella gestione delle risorse.

La senatrice DE PIN (*Misto*) esprime un orientamento favorevole all'emendamento, aggiungendo una critica più generale sulle perduranti difficoltà di finanziamento delle aziende, mentre la senatrice COMAROLI (*LN-Aut*) preannuncia il voto favorevole, palesando però dubbi circa l'idoneità della copertura finanziaria apprestata.

Il senatore CIOFFI (*M5S*) preannuncia il voto di astensione del proprio Gruppo, in particolare ritenendo poco chiara la successiva fase attuativa di individuazione dei settori di investimento ammessi al beneficio.

Con il parere favorevole del rappresentante del GOVERNO, l'emendamento 1.9901 è posto ai voti e risulta accolto.

Il relatore SANTINI (*PD*) illustra quindi la proposta 1.9902, con la quale si intende ripristinare, per una quota significativa, i fondi per l'Unione italiana ciechi e ipovedenti. Si vuole così venire incontro a diverse segnalazioni emerse nel corso del dibattito.

La senatrice BONFRISCO (*FI-PdL XVII*), nel preannunciare un voto favorevole, lamenta l'assenza di altrettanta attenzione per la categoria di ciechi di guerra superstiti.

Esprimono, a nome dei rispettivi Gruppi, un voto favorevole ed un apprezzamento per la proposta di sintesi formulata i senatori Silvana COMAROLI (*LN-Aut*), FRAVEZZI (*Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE*), GUERRIERI PALEOTTI (*PD*), Federica CHIAVAROLI (*AP (NCD-UDC)*) e MILO (*GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI)*).

Si associa al voto favorevole anche il senatore URAS (*Misto-SEL*), che sottolinea però l'assenza di ulteriori fondi per le altre associazioni di tutela dei portatori di *handicap*.

Con il parere favorevole del vice ministro MORANDO, l'emendamento 1.9902 è approvato.

Il PRESIDENTE sottolinea il valore del voto all'unanimità. Avverte, quindi, che saranno esaminati anche gli emendamenti del relatore all'articolo 2 del disegno di legge di stabilità, pubblicati in allegato, in quanto, analogamente a quelli testé approvati, attengono ad argomenti già discussi.

Il senatore DI BIAGIO (*PI*) ricorda che nella seduta di ieri il proprio Gruppo ha provveduto al ritiro delle proposte 1.1125, 1.1126 e 1.1127. Preannuncia che presenterà un testo di ordine del giorno che faccia luogo alle proposte emendative venute meno.

La senatrice BULGARELLI (*M5S*), intervenendo sull'ordine dei lavori, stigmatizza l'intenzione di procedere all'esame di emendamenti riferiti all'articolo 2 del disegno di legge di stabilità, sul quale non si è svolto alcun confronto con rappresentanti del proprio Gruppo.

Il PRESIDENTE rammenta che sul complesso dell'articolo 2 non sono state ancora espresse tutte le determinazioni, nemmeno da parte dei Gruppi appartenenti alla maggioranza. Nella fase attuale la Commissione è chiamata a dare il proprio voto su alcune proposte di sintesi realizzate dal relatore, il che non preclude il successivo esame dei restanti temi.

Il relatore SANTINI (*PD*) passa dunque ad illustrare l'iniziativa emendativa 2.60 (testo 2), con la quale si intende favorire il progresso del progetto di realizzazione della rete di radiocomunicazioni Te.T.Ra., individuando un procedimento di valutazione della congruità economica degli interventi finanziati.

Interviene per dichiarazione di voto contrario la senatrice BONFRISCO (*FI-PdL XVII*), che critica in radice l'iniziativa, a suo parere contraddittoria rispetto all'affidamento degli interventi in questione alla società Sogei. Appare quindi incomprensibile un nuovo coinvolgimento della Consip, il cui parere riveste una funzione non del tutto comprensibile.

Con il parere favorevole del rappresentante del GOVERNO, la Commissione accoglie l'emendamento 2.60 (testo 2).

Il relatore SANTINI (*PD*) passa dunque all'illustrazione dell'emendamento 2.7 (testo 2), che intende fornire una risposta alle preoccupazioni riguardanti il definanziamento del programma per le zone franche urbane, ripristinando almeno in parte la dotazione finanziaria ad esso dedicata.

Intervengono con dichiarazioni di voto favorevoli, a nome dei rispettivi Gruppi, i senatori D'ALI' (*FI-PdL XVII*), Federica CHIAVAROLI (*AP (NCD-UDC)*), GUERRIERI PALEOTTI (*PD*), Elisa BULGARELLI (*M5S*), Silvana COMAROLI (*LN-Aut*), MILO (*GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI)*) e URAS (*Misto-SEL*).

Previo parere favorevole del rappresentante del GOVERNO, l'emendamento 2.7 (testo 2) è posto ai voti e risulta accolto.

Il PRESIDENTE sottolinea che l'approvazione è avvenuta all'unanimità dei voti della Commissione.

Il relatore SANTINI (*PD*) illustra quindi la proposta 2.9900, dedicata al tema dei corrispettivi ai patronati, nodo segnalato dalla totalità dei Gruppi politici. L'emendamento riduce ulteriormente l'entità del taglio dei fondi e provvede a disciplinare le modalità di gestione delle nuove funzioni affidate agli enti in parola.

Prende la parola il senatore GUALDANI (*AP (NCD-UDC)*) per comunicare che il proprio Gruppo voterà a favore della proposta, pur ritenendola non ancora del tutto sufficiente. Preannuncia, pertanto, che provvederà a ritirare l'emendamento 2.548, vertente sulla stessa materia, ma che formulerà altresì un ordine del giorno che orienti il Governo a dare una sistemazione più soddisfacente all'intero settore.

Con il parere favorevole del vice ministro MORANDO, l'emendamento 2.9900, posto ai voti, è

approvato all'unanimità.

Il relatore SANTINI (*PD*) prende in seguito la parola sull'iniziativa emendativa 2.9901, volta alla detassazione dei redditi derivanti dalle negoziazioni aziendali di produttività.

La relatrice sul disegno di legge di bilancio, senatrice CHIAVAROLI (*AP (NCD-UDC)*), preannuncia voto favorevole, pur non nascondendo che la limitazione del precedente taglio rimane rilevante.

Anche il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*), pur preannunciando un favorevole orientamento, esprime rammarico per la parzialità dell'intervento.

I senatori Paola DE PIN (*Misto*) e URAS (*Misto-SEL*) preannunciano il rispettivo voto di astensione.

L'emendamento 2.9901, sentito il favorevole orientamento governativo, è quindi messo in votazione ed accolto.

Il relatore SANTINI (*PD*) si sofferma indi sulla proposta 2.9902, che intende favorire l'attività del Centro nazionale di adroterapia oncologica (CNAO).

Intervengono per dichiarazioni di voto favorevole a nome dei rispettivi Gruppi, i senatori Silvana COMAROLI (*LN-Aut*), Elisa BULGARELLI (*M5S*), GUALDANI (*AP (NCD-UDC)*), MANDELLI (*FI-PdL XVII*), DI BIAGIO (*PI*) e Linda LANZILLOTTA (*SCpI*), i quali si soffermano tra l'altro sulla caratteristica di centro di eccellenza internazionale della struttura oggetto di finanziamento.

Il senatore SPOSETTI (*PD*), nel confermare l'orientamento favorevole anche del proprio Gruppo, esprime un apprezzamento per il clima di unità che la Commissione ha ritrovato su alcuni temi sensibili.

Con il parere favorevole del rappresentante del GOVERNO, l'emendamento 2.9902 è posto in votazione e risulta approvato.

Il PRESIDENTE dichiara di apprezzare l'unanimità con cui si è espressa la Commissione. Comunica, infine, che sono stati riformulati in un testo 2 alcuni subemendamenti presentati agli emendamenti del Governo, pubblicati in allegato.

Il seguito dell'esame congiunto è, quindi, rinviato.

POSTICIPAZIONE DELL'ODIERNA SEDUTA POMERIDIANA DELLA COMMISSIONE

Il PRESIDENTE comunica che l'odierna seduta pomeridiana della Commissione, già convocata per le

ore 15, è posticipata alle ore 17.

La Commissione prende atto.

La seduta termina alle ore 14,10.

EMENDAMENTI AL DISEGNO DI LEGGE

N. 1698

1.372 (testo 2)
IL RELATORE
Dopo il comma 43, inserire il seguente:
«43-*bis*. Previa ricognizione degli impegni finanziari già assunti o in corso di assunzione a valere sulle risorse giacenti sulla contabilità speciale n. 5459, con Ordinanza del Capo del Dipartimento della Protezione Civile, ai sensi di quanto previsto dai commi 2 e 2-bis dell'articolo 5 della legge n. 225 del 1992, può essere previsto l'utilizzo delle risorse disponìbili sulla predetta contabilità speciale, nel limite massimo di 8 milioni di euro, per fronteggiare le conseguenze degli eventi atmosferici del 9-13 ottobre 2014 per i quali il Consiglio dei Ministri ha deliberato lo stato di emergenza nella seduta del 30 ottobre 2014.»

1.711 (testo 2)
IL RELATORE
Dopo il comma 101, inserire il seguente:
«101-*bis*. Il Fondo per le politiche della famiglia di cui all'articolo 19, comma 1, del decreto-legge 4 luglio 2006, n. 223, convertito, con modificazioni, dalla legge 4 agosto 2006, n. 248, è incrementato di 5 milioni di euro al fine di sostenere le adozioni internazionali ai sensi dell'articolo 1, comma 1250 della legge 27 dicembre 2006, 296.»
Conseguentemente
al comma 118, le parole «300 milioni» sono sostituite dalle seguenti: «295 milioni».

1.989 (testo 2)
IL RELATORE
Dopo il comma 119, inserire il seguente:
«119-*bis*. L'autorizzazione di spesa di cui al comma 229 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2013, n. 147, è incrementata di 5 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015.»
Conseguentemente,
all'articolo 3, dopo il comma 66, inserire il seguente. "66-*bis*. L'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307, è ridotta di 5 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015.

1.1166 (testo 2)
IL RELATORE
Dopo il comma 133, inserire il seguente:
«133-*bis*. All'articolo 1, comma 90 della legge 27 dicembre 2013, n. 147, sono apportate le seguenti modificazioni:
a) dopo le parole: "che gestiscono sistemi di trasporto e logistici settoriali" aggiungere le seguenti: "in particolare va assicurata l'interoperabilità con sistema PMIS delle Capitanerie di Porto attraverso il nodo unico di scambio diretto delle informazioni connesse agli usi civili e produttivi del mare di cui al DPCM 11 febbraio 2014, n. 72";
b) dopo le parole: "ciascuno degli anni 2015 e 2016" aggiungere le seguenti: "in particolare per l'acquisto e l'installazione di apparati di bordo, senza oneri a carico delle imprese di autotrasporto e per ulteriori attività di miglioramento della PLN, il contributo di cui all'articolo 2,

comma 244, della legge 24 dicembre 2007, n. 244, è incrementato ulteriormente, senza obbligo di cofinanziamento da parte del soggetto attuatore unico di cui all'articolo 61-*bis* del decreto-legge 24 gennaio 2012, n. 1, convertito, con modificazioni, dalla legge 24 marzo 2012, n. 27, di 4 milioni di euro ciascuno degli anni 2015 e 2016".

c) alla fine del comma, aggiungere le seguenti parole: "In tal caso, entro tre mesi dalla acquisizione da parte di UIRNet Spa del progetto redatto dal Promotore di cui alla gara di concessione di servizi, prima menzionata, il soggetto attuatore unico, sentito il MIT in merito alla conformità di detto progetto all'interesse pubblico ed alla destinazione funzionale della PLN, stipula apposita convenzione con il Gestore della PLN, previa approvazione nel merito da parte del MIT stesso. Inoltre, al fine di anticipare il tempo di ritorno dell'investimento da parte del Gestore medesimo, attraverso investimenti diretti effettuati dal soggetto attuatore unico, gli enti pubblici e le società a totale partecipazione pubblica, partecipano, secondo le norme del codice civile, al capitale del soggetto attuatore unico della PLN, nel rispetto di quanto previsto dalla legge 24/12/2012 n. 228, articolo 1, comma 211"».

Conseguentemente,

All'articolo 3, dopo il comma 66, inserire il seguente:" 66-*bis*. L'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307, è ridotta di 4 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016.

1.1181 (testo 2)

IL RELATORE

Dopo il comma 133 è inserito il seguente:

«133-*bis.* In relazione all'urgente necessità di realizzare gli interventi di adeguamento della strada statale n. 372 "Telesina" tra lo svincolo di Caianello della medesima strada statale n. 372 e lo svincolo di Benevento sulla strada statale n. 88, la proposta presentata dal soggetto promotore viene iscritta all'ordine del giorno della prima seduta del CIPE successiva alla data di entrata in vigore della presente legge. La mancata approvazione della proposta comporta l'annullamento della procedura avviata e la revoca del soggetto promotore e non determina alcun diritto in capo al medesimo con riguardo alle prestazioni e alle attività già svolte. In tal caso le funzioni di soggetto aggiudicatore sono rimesse all'ANAS S.p.A., che sottopone al CIPE un progetto di adeguamento, manutenzione straordinaria e messa in sicurezza del collegamento viario, nel limite delle risorse già assegnate e disponibili a legislazione vigente.»

1.9900

IL RELATORE

Dopo il comma 16, è aggiunto i1 seguente:

"16- *bis*. A decorrere dal periodo d'imposta successivo a quello in corso al 31 dicembre 2014, ai soggetti che determinano il valore della produzione netta ai sensi degli articoli da 5 a 9 del decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, e che non si avvalgono di lavoratori dipendenti, spetta un credito d'imposta, da utilizzare esclusivamente in compensazione ai sensi dell'articolo 17 del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, a decorrere dall'anno di presentazioni della corrispondente dichiarazione, pari al 10 per cento dell'imposta lorda determinata secondo le disposizioni del citato decreto legislativo n,. 446 del 1997";

Conseguemente,

- al medesimo articolo 1, al comma 44, dopo la lettera c), numero 5), è aggiunta la seguente: "d) 1 redditi conseguiti nell'attività d'impresa, dell'arte o della professione sono in misura prevalente rispetto a quelli eventualmente percepiti come redditi di lavoro dipendente e redditi assimilati a quelli di lavoro dipendente, di cui rispettivamente agli articoli 49 e 50 del TUIR; la verifica della suddetta prevalenza non è, comunque, rilevante se il rapporto di lavoro è cessato o la somma dei redditi d'impresa, dell'arte o professione e di lavoro dipendente e assimilato non eccede l'importo di 20.000 euro."
- All'articolo 3, dopo il comma 66, inserire il seguente. "66-*bis*. L'autorizzazione dì spesa di cui

all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307, è ridotta di 12,8 milioni di euro per l'anno 2015, di 33,9 milioni di euro per l'anno 2017, di 32,4 milioni di euro per l'anno 2018, di 30,2 milioni di euro per l'anno 2019, di 28,3 milioni di euro per l'anno 2020, di 27,9 milioni di euro per l'anno 2021 e di 27,3 milioni di euro a decorrere dall'anno 2022. La medesima autorizzazione di spesa è incrementata di 45,1 milioni di euro per l'anno 2016.

1.9901

IL RELATORE

Dopo il comma 80 sono aggiunti i seguenti:

"80-*bis*. A decorrere dal periodo d'imposta 2015, agli enti di previdenza obbligatoria di cui al decreto legislativo 30 giugno 1994, n. 509 e al decreto legislativo 10 febbraio 1996, n. 103, è riconosciuto un credito d'imposta pari alla differenza tra l'ammontare delle ritenute e imposte sostitutive applicate nella misura del 26 per cento sui redditi di natura finanziaria dichiarate e certificate dai soggetti intermediari o dichiarate dagli enti medesimi e l'ammontare di tali ritenute e imposte sostitutive computate nella misura del 20 per cento a condizione che i proventi assoggettati alle ritenute e imposte sostitutive siano investiti in attività di carattere finanziario a medio o lungo termine individuate con apposito decreto del Ministro dell'economia e delle finanze. Il credito d'imposta va indicato nella dichiarazione dei redditi relativa a ciascun periodo d'imposta non concorre alla formazione del reddito ai fini delle imposte sui redditi e del valore della produzione, ai fini dell'imposta regionale sulle attività produttive. Non rileva ai fini del rapporto di cui agli articoli 61 e 109, comma 5, del testo unico delle Imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917. Il credito d'imposta può essere utilizzato, a decorrere dal periodo d'imposta successiva a quello di effettuazione del citato investimento, esclusivamente in compensazione, ai sensi dell'articolo 17 del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241 nei limiti dello stanziamento di cui al comma 80-*quinquies*. Al credito d'imposta non si applicano i limiti di cui all'articolo l, comma 53, della legge 24 dicembre 2007, n. 244 e all'articolo 34 della legge 23 dicembre 2000, n.388.

80-*ter*. A decorrere dal periodo d'imposta 2015, alle forme di previdenza complementare di cui al decreto legislativo 5 dicembre 2005, n. 252, è riconosciuto un credito d'imposta pari al 9 per cento del risultato netto maturato, assoggettato all'imposta sostitutiva di cui all'articolo 17 di tale decreto applicata in ciascun periodo d'imposta, a condizione che un ammontare corrispondente al risultato netto maturato assoggettato alla citata imposta sostitutiva sia investito in attività di carattere finanziario a medio o lungo termine, individuate con il decreto del Ministro doll'economia e delle finanze di cui al comma 80-*bis*. Il credito d'imposta che non concorre alla formazianc del risultato netto maturato e che, ai fini della formazione delle prestazioni pensionistiche, incrementa la parte corrispondente ai redditi già assoggettati ad imposta, va indicato nella dichiarazione dei redditi relativa a ciascun periodo d'imposta e può essere utilizzato a decorrere dal periodo d'imposta successivo a quello di effettuazione del citato investimento, esclusivamente in compensazione, ai sensi dell'articolo 17 del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241 nei limiti dello stanziamento di cui al successivo comma 80-*quinquies* . Al credito d'imposta non si applicano i limiti di cui all'articolo 1, comma 53, della legge 24 dicembre 2007, n. 244 e all'articolo 34 della legge 23 dicembre 2000, n.388.

80-*quater*. Con il decreto di cui al comma 80-*bis*, sono stabilite le condizioni, i termini e le modalità di applicazione riguardo alla fruizione del credito d'imposta al fine del rispetto del limite di spesa di cui al comma 80-*quinquies* e al relativo monitoraggio.

80-*quinquies*. Per l'attuazione dei commi da 80-*bis* a 80-*quater* è autorizzata la spesa di 80 milioni dì euro a decorrere dall'anno 2016.

80-*sexies*. L'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307, è ridotta di 80 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2016.".

1.9902

IL RELATORE

Dopo il comma 132, inserire il seguente:
«132-*bis*. E' autorizzata la spesa di 6,5 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015 da assegnare all'Unione italiana dei ciechi e degli ipovedenti di cui alla legge 3 agosto 1998, n. 282, alla legge 12 gennaio 1996, n. 24 e alla legge 23 settembre, n. 379.».
Conseguentemente,
All'articolo 3, dopo il comma 66, inserire il seguente:" 66-*bis*. L'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307, è ridotta di 6,5 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015.

2.7 (testo 2)
IL RELATORE
Alla tabella E - Missione Competitività e sviluppo delle imprese, Programma Promozione e attuazione di politiche di sviluppo, competitività e innovazione, di responsabilità sociale d'impresa e movimento cooperativo, Ministero dello sviluppo economico alla voce Decreto legge 66 del 2014 art. 22-bis comma 1, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 89 del 2014: Misure urgenti per la competitività e la giustizia sociale, Risorse destinate alle zone franche urbane (Settore n. 2), Interventi a favore delle imprese industriali (1.3 - cap. 7350)
apportare le seguenti modifiche:

2.60 (testo 2)
IL RELATORE
Dopo il comma 221, inserire il seguente:
"221-*bis*. Dopo il comma 12, dell'articolo 3 del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 novembre 2014, n. 164, inserire il seguente comma: «12-*bis*. Ai sensi dell'articolo 1, comma 209, della legge 24 dicembre 2012, n. 228 e dell'articolo 1, comma 41 della legge 27 dicembre 2013, n. 147, il parere di congruità economica, relativo agli atti di affidamento in attuazione del protocollo d'intesa del 24 febbraio 2003 per la prosecuzione degli interventi per il completamento e la prestazione del servizio di telecomunicazioni relativo alla rete nazionale standard Te.T.Ra., è rilasciato da CONSIP S.p.A., che si pronuncia non oltre 45 giorni dalla richiesta. Il termine è sospeso in caso di richiesta motivata di chiarimenti o documenti e riprende a decorrere dal giorno del loro arrivo a CONSIP SpA. L'affidatario adotta ogni utile variante migliorativa richiesta dall'Amministrazione in ragione della evoluzione tecnologica, nell'ambito delle autorizzazioni di spesa già disposte.»".

2.9900
IL RELATORE
a) Il comma 63 è sostituito dal seguente:
"63. Con riferimento all'esercizio finanziario 2015 gli specifici stanziamenti iscritti nello stato di previsione del Ministero del lavoro e delle politiche sociali per il finanziamento degli istituti di cui al comma 1 dell'articolo 13 della legge 30 marzo 2001, n. 152, sono complessivamente e proporzionalmente ridotti di 35 milioni di euro. I risparmi derivanti dal primo periodo conseguono a maggiori somme effettivamente affluite al bilancio dello Stato in deroga a quanto previsto dal citato articolo 13, comma 1, della legge n. 152 del 2001. Con effetto dall'esercizio finanziario 2016, ai commi 4 e 5 dell'articolo 13 della legge n. 152 del 2001, le parole: «dell'80 per cento» sono sostituite dalle seguenti: «del 72 per cento». A valere sul gettito dei contributi previdenziali obbligatori incassati dall'anno 2014, l'aliquota di prelevamento di cui al comma 1 dell'articolo 13 della legge n. 152 del 2001 è rideterminata nella misura dello 0,207 per cento."
b) Al comma 64 apportare le seguenti modificazioni:
1) Alla lettera c) capoverso "Art. 10" lett. a) aggiungere dopo le parole: "sicurezza del lavoro;" le seguenti: ". Lo schema di convenzione che definisce le modalità di esercizio delle predette attività verrà approvato con decreto del Ministero del lavoro e delle politiche sociali, sentiti gli enti di

patronati ed i Ministeri competenti per materia, da emanarsi entro il 30 giugno 2015;";
2) Alla lettera e) capoverso c-*bis*) le parole "2,5 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "l,5 per cento";
Conseguentemente,
All'articolo 3, dopo il comma 66, inserire il seguente: "66-*bis*. L'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307, è ridotta di 40 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015.

2.9901
IL RELATORE
Al comma 67, *le parole* "di 238 milioni di euro per l'anno 2015" *sono sostituite dalle seguenti:* "di 208 milioni di euro per l'anno 2015".

2.9902
IL RELATORE
Dopo il comma 263, sono inseriti i seguenti:
"263-*bis*. Al fine dì consentire la prosecuzione delle attività dì ricerca, assistenza e cura del malati oncologici, mediante l'erogazione della terapia innovativa salvavita denominata "adroterapia" è autorizzato un contributo fino a 15 milioni di euro per l'anno 2015» a 10 milioni di euro per l'anno 2016 e a 5 milioni di euro per l'anno 2017, a favore del Centro Nazionale di Aeroterapia Oncologica (CNAO), a valere aulle risorse dì cui all'articolo 20 della legge 11 marzo 1988, n, 67, e successive modificazioni. Ai fini della concessione del predetto contributo» il CNAO presenta al Ministero della salute, entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, il piano degli Investimenti in conto capitale da effettuare per il perseguimento degli scopi istituzionali del Centro, nonché la relazione, asseverata dal Collegio del revisori dei conti, di quelli già effettuati per i medesimi scopi, Il contributo è erogato previa approvazione del predetto plano e della predetta relazione da parte del Ministero della salute, con separata indicazione dagli investimenti già eseguiti e di quelli da eseguire. Per gli investimenti da eseguire l'erogazione delle somme è effettuata per stato di avanzamento lavori".
263-*ter*. Al fine di garantire il perseguimento delle finalità di cui al comma precedente, la composizione del Consiglio di indirizzo del CNAO è integrata oon un membro nominato dal Ministro della salute la cui partecipazione al Consiglio non da lungo all'attribuzione di indennità o a compensi comunque denominati. Lo statuto del CNAO è conseguentemente adeguato entto Venta giorni dalla, data di entrata in vigore della presente legge."
2.9812/4 (testo 2)
LEPRI, CUOMO, LO MORO, COLLINA, FAVERO, ZANONI, SOLLO, PADUA, STEFANO ESPOSITO, SAGGESE, MOSCARDELLI, DIRINDIN, BORIOLI, FORNARO, ANGIONI, MANASSERO, PEZZOPANE, SPILABOTTE, SUSTA, ELENA FERRARA, BUEMI, MAURO MARIA MARINO
Dopo il comma 161-octies, aggiungere il seguente:
"161-*novies*. All'art. 5 del decreto-legge 30 settembre 2003, n. 269, convertito, con modificazioni, dalla legge 24 novembre 2003, n. 326, è aggiunto il comma 8-*quinquies.*
8-*quinquies*. Fermo restando quanto previsto dai commi precedenti, la Cassa depositi e prestiti S.p.A. concede, su richiesta, di sospendere, per non più di due anni, la restituzione della quota capitale dei prestiti già riconosciuti alle regioni, tra cui la Regione Piemonte, che non presentino una situazione di equilibrio strutturale ai sensi dell'articolo 4 del decreto-legge 8 aprile 2013, n. 35, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 giugno 2013, n. 64. Resta dovuta la quota interessi alla scadenza prevista dal piano di ammortamento originario. Gli interessi sulla quota capitale sospesa sono calcolati senza spese e oneri aggiuntivi per lo Stato".
Conseguentemente:

All'art. 3, comma 21, lettera *g),sostituire la parola*: "triplo" *con la seguente:* "quadruplo"
Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:
2015: -25.000.000
2016: -25.000.000
2017:- 0.

3.4104/2 (testo 2)

BONFRISCO

Dopo la lettera b) aggiungere la seguente:
b-*bis*) Al comma 30, *sostituire le parole*: "per i proventi percepiti" *con le seguenti:* "per i decessi verificatisi".
Conseguentemente:
ridurre di 12 milioni di euro lo stanziamento della allegata tabella A, rubrica del Ministero dell'economia e delle finanze, per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017.

1.3.2.1.12. 5ª Commissione permanente (Bilancio) - Seduta n. 335 (pom.) del 17/12/2014

collegamento al documento su www.senato.it

BILANCIO (5ª)

MERCOLEDÌ 17 DICEMBRE 2014
335ª Seduta (pomeridiana)

Presidenza del Presidente
AZZOLLINI

Intervengono il vice ministro dell'economia e delle finanze Morando e il sottosegretario di Stato per lo stesso dicastero Baretta.

La seduta inizia alle ore 17,30.

IN SEDE REFERENTE

(1699) ***Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017 e relativa Nota di variazioni***, approvato dalla Camera dei deputati

- (Tabb. 1 e 1-*bis*) Stato di previsione dell'entrata per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017 *(limitatamente alle parti di competenza)*
- (Tabb. 2 e 2-*bis*) Stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017 *(limitatamente alle parti di competenza)*

(1698) ***Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)***, approvato dalla Camera dei deputati

(Seguito dell'esame congiunto e rinvio)

Prosegue l'esame congiunto, sospeso nella seduta antimeridiana.

Il presidente AZZOLLINI avverte che è ancora in corso una valutazione sui profili di ammissibilità di alcuni emendamenti del Governo. Propone dunque di sospendere i lavori fino alle ore 18,15.

Conviene la Commissione.

La seduta, sospesa alle ore, 17,35, riprende alle ore 18,50.

Il presidente AZZOLLINI interviene preliminarmente, revocando l'inammissibilità dell'emendamento 2.1676 e disponendo l'accantonamento. dichiara inammissibili gli emendamenti del Governo 3.2000, 3.4116, 2.9821 e 1.9212. Dispone poi l'accantonamento dell'emendamento 2.786 (testo 2).
Comunica, poi, che la Commissione procederà all'esame dei nuovi emendamenti al disegno di legge di stabilità testé presentati dal relatore, pubblicati in allegato, al quale cede la parola.

Il vice ministro MORANDO ritira gli emendamenti 1.9206, 1.5000, 1.6000, 2.5000 e 1.9204.

Il relatore SANTINI (*PD*) illustra il subemendamento 3.4109/18, che rifinanzia il fondo per le emergenze nazionali di 56 milioni di euro per l'anno 2014 e di 20 milioni per l'anno 2015, di cui 10 a favore della Regione Sardegna, colpita dagli eventi alluvionali del novembre 2013.

Il vice ministro MORANDO, in risposta al senatore ARRIGONI (*LN-Aut*), ricorda che tutti i Gruppi hanno presentato proposte emendative simili e spiega che l'obiettivo del Governo è di incrementare il fondo per le emergenze nazionali, nell'intento ulteriore di sostenere la Regione Sardegna. Esprime, infine, parere favorevole sulla proposta in esame.

Il senatore MILO (*GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI)*) ritiene che l'emendamento crei una disparità tra i cittadini della Sardegna - peraltro aiutati con colpevole ritardo - e i cittadini di altre zone del Paese colpite anch'esse da calamità naturali. In conclusione, denuncia l'incapacità della maggioranza di rispettare gli impegni politici in materia.

Il senatore ARRIGONI (*LN-Aut*) preannuncia il voto favorevole sulla proposta in esame, in quanto analoga ad una proposta presentata dalla propria parte politica.

La senatrice SERRA (*M5S*) interviene a sostegno dell'emendamento in esame.

Il senatore LAI (*PD*), nel ricordare le gravi conseguenze dell'alluvione del novembre 2013, con danni alle infrastrutture viarie, alle abitazioni e alle attività imprenditoriali, valuta insufficienti le risorse destinate alla Regione Sardegna e auspica che in futuro tutte le emergenze verranno affrontate allo stesso modo. In conclusione, preannuncia comunque il proprio voto favorevole all'emendamento in discussione.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) ribadisce la necessità di stanziare congrue risorse per la difesa del suolo e il contrasto al dissesto idrogeologico e denuncia la situazione di abbandono della Regione Sardegna, alla quale peraltro viene anche chiesto un contributo di 97 milioni a favore del conseguimento degli obiettivi di finanza pubblica. Infine, pur lamentando l'esiguità delle risorse messe a disposizione, dichiara il proprio consenso all'emendamento in esame.

Il senatore SPOSETTI (*PD*), precisando che comunque la Commissione, per gli impegni assunti nel tempo e poi non mantenuti, ha un debito morale nei confronti della Sardegna, preannuncia il proprio sostegno all'emendamento in oggetto.

Il relatore SANTINI (*PD*), intervenendo in replica ad alcune critiche testé sollevate, riconosce l'insufficienza delle risorse stanziate a favore della Regione Sardegna, ma considera comunque importante lo sforzo fatto, dato lo specifico contesto, e sottolinea la rilevanza del fondo per le emergenze nazionali, che opera per tutte le Regioni allo stesso modo.

Il senatore MILO (*GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI)*) interviene incidentalmente, denunciando una disparità di trattamento, in caso di alluvioni o altre emergenze, tra Sud e Nord.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*), in relazione alle osservazioni testé svolte dal relatore, dichiara di non condividerle e denuncia che il popolo sardo è stato dimenticato dallo Stato.

Verificata la presenza del prescritto numero di senatori, il subemendamento 3.4109/18 è approvato.

La Commissione conviene di non passare all'esame della proposta 3.4109 e dei relativi subemendamenti, ma di procedere all'esame degli altri emendamenti presentati dal relatore nella presente seduta.

Il relatore SANTINI (*PD*) illustra l'emendamento 1.520-*bis*, testé presentato, pubblicato in allegato, che prevede un finanziamento di 60 milioni di euro per il 2015 volto a consentire il completamento dei piani di gestione degli esuberi di personale, per le aziende in crisi o cessate, relativi al 2014. Rileva che la proposta muove nella stessa direzione dell'emendamento 1.520.

La senatrice CHIAVAROLI (*AP (NCD-UDC)*) interviene in dichiarazione di voto favorevole riguardo all'emendamento in esame e auspica che il Governo possa fare uno sforzo anche a favore del salario di produttività.

Con il parere favorevole del rappresentante del GOVERNO, è posto ai voti e approvato l'emendamento 1.520-*bis*.

Si passa alla votazione dell'emendamento 1.935 (testo 3), già accantonato.

Il relatore SANTINI (*PD*) esprime parere favorevole sull'emendamento 1.935 (testo 3), purché venga riformulato.

Il senatore MILO (*GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI)*) accetta la riformulazione.

Con il parere favorevole del rappresentante del GOVERNO, è posto ai voti e approvato l'emendamento 1.935 (testo 4), pubblicato in allegato.

Si passa alla votazione dell'emendamento 1.546, che risulta accantonato in precedenti sedute.

Il relatore SANTINI (*PD*) esprime parere favorevole sull'emendamento 1.546, precedentemente accantonato.

Il rappresentante del GOVERNO si conforma al parere espresso dal relatore.

Dopo che hanno aggiunto la propria firma all'emendamento in questione i senatori Pamela Giacoma Giovanna ORRU' (*PD*), MILO (*GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI)*), Daniela VALENTINI (*PD*), AZZOLLINI (*AP (NCD-UDC)*), Venera PADUA (*PD*) e Manuela GRANAIOLA (*PD*), la Commissione approva all'unanimità la proposta emendativa 1.546.

Si passa alla votazione dell'emendamento accantonato 1.1047.

Il relatore SANTINI (*PD*) propone una riformulazione dell'emendamento 1.1047, volto a ridurne l'onere finanziario, esprimendo parere favorevole su tale nuovo testo.

Il rappresentante del GOVERNO si conforma al parere espresso dal relatore.

Il senatore BOCCHINO (*Misto-ILC*) aggiunge la propria firma all'emendamento in questione e preannuncia il proprio voto favorevole in ordine allo stesso.

La Commissione approva all'unanimità l'emendamento 1.1047(testo 2), pubblicato in allegato.

Si passa alla votazione dell'emendamento accantonato 1.1126.

Il relatore SANTINI (*PD*) propone una riformulazione dell'emendamento 1.1226, volto a ridurne l'impatto finanziario, esprimendo parere favorevole su tale nuovo testo.

Il rappresentante del GOVERNO si conforma al parere espresso dal relatore.

Il senatore MICHELONI (*PD*), nell'accogliere la proposta di riformulazione prospettata dal relatore, preannuncia il proprio voto favorevole in ordine all'emendamento in questione, soffermandosi sulle finalità perseguite attraverso tale disciplina.

Il senatore GUALDANI (*AP (NCD-UDC)*) aggiunge la propria firma all'emendamento *de quo*.

La senatrice DE PIN (*Misto*) preannuncia il voto di astensione sulla proposta emendativa 1.1226 (testo 2).

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) preannuncia, anche a nome del Gruppo parlamentare di appartenenza, il proprio voto favorevole sulla proposta emendativa in questione.

La senatrice BULGARELLI (*M5S*) preannuncia, anche a nome del Movimento 5 Stelle, il voto di astensione sull'emendamento 1.1226 (testo 2).

La Commissione approva, con apposita votazione, l'emendamento 1.1226 (testo 2), pubblicato in allegato.

Si passa alla votazione della proposta 1.1288, già accantonata.

Il relatore SANTINI (*PD*) esprime parere favorevole sull'emendamento 1.1288.

Il rappresentante del GOVERNO si conforma al parere espresso dal relatore.

Le senatrici DE PIN (*Misto*), BULGARELLI (*M5S*) e COMAROLI (*LN-Aut*) preannunciano il voto di astensione dei propri rispettivi Gruppi sull'emendamento in questione.

La Commissione approva l'emendamento 1.1288.

Dopo che l'emendamento 1.0.2 è stato ritirato dalla senatrice CHIAVAROLI (*AP (NCD-UDC)*), il PRESIDENTE propone di passare all'esame dei restanti emendamenti accantonati riferiti all'articolo 1 del disegno di legge di stabilità.

Conviene la Commissione.

Il PRESIDENTE dispone che le proposte 1.31, 155 e 1.60 restino accantonate.

Si passa alla votazione della proposta 1.103.

Il rappresentante del GOVERNO si conforma al parere espresso dal relatore.

Posto ai voti, l'emendamento 1.103 viene respinto.

Il RELATORE esprime parere contrario sull'emendamento 1.125, al quale si conforma il rappresentante del GOVERNO.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) preannuncia, anche a nome del Gruppo parlamentare di appartenenza, il voto favorevole sull'emendamento in questione, sottolineando che i lavori stagionali non possono essere assimilati ai lavori precari.

Posto ai voti, l'emendamento 1.125 viene respinto.

Il senatore RUTA (*PD*) ritira l'emendamento 1.137, su invito del RELATORE.

Il senatore SUSTA (*SCpI*) ritira l'emendamento 1.158, su invito del RELATORE.

Il RELATORE formula parere contrario sull'emendamento 1.276.

Il rappresentante del GOVERNO si conforma al parere espresso dal relatore.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) preannuncia, anche a nome del Gruppo parlamentare di appartenenza, il proprio voto favorevole sull'emendamento 1.276, evidenziando che lo stesso è orientato nell'ottica prospettica di favorire la razionalizzazione degli assetti amministrativi del Paese.

La senatrice BULGARELLI (*M5S*) preannuncia, anche a nome del Gruppo parlamentare di appartenenza, il proprio voto di astensione sull'emendamento 1.276.

Posto ai voti l'emendamento 1.276 viene respinto.

Con il parere contrario del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, la Commissione respinge, con apposita votazione, l'emendamento 1.309.

Il PRESIDENTE riconferma il giudizio di inammissibilità sull'emendamento 1.333.

Il relatore SANTINI (*PD*) formula parere favorevole sull'emendamento 1.344, il rappresentante del GOVERNO si conforma a tale parere.

La Commissione approva, quindi, l'emendamento 1.344.

Il senatore LAI (*PD*) ritira l'emendamento 1.368, su invito del RELATORE.

Il senatore CALEO (*PD*) ritira l'emendamento 1.372 su invito del RELATORE.

Il PRESIDENTE conferma il proprio giudizio di inammissibilità sull'emendamento 1.471 (testo 2), sottolineando che l'emendamento non reca oneri quantificabili.

La senatrice GRANAIOLA (*PD*) interviene incidentalmente in relazione alle considerazioni svolte dal Presidente sottolineando la necessità che il Governo intervenga per dare soluzione al problema sotteso alla proposta 1.471 (testo 2).

Il RELATORE e il rappresentante del GOVERNO formulano parere contrario sull'emendamento 1.483.

Il senatore MICHELONI (*PD*) preannuncia, anche a nome del Gruppo parlamentare di appartenenza, il proprio voto favorevole sulla proposta emendativa in questione.

Posto ai voti, l'emendamento 1.483 viene respinto.

L'emendamento 1.484 (testo 2 corretto) viene ritirato dai presentatori.

Su invito del RELATORE il senatore RUTA (*PD*) ritira l'emendamento 1.504, trasformandolo nell'ordine del giorno G/1698/114/5, pubblicato in allegato, accolto dal rappresentante del GOVERNO.

Il senatore SUSTA (*SCpI*) ritira l'emendamento 1.561, su invito del RELATORE.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) aggiunge la propria firma all'emendamento 1.670, che rimane accantonato, unitamente all'identica proposta 1.671.

Su invito del RELATORE i presentatori ritirano l'emendamento 1.711.

La senatrice PADUA (*PD*) ritira poi, su invito del RELATORE, l'emendamento 1.736.

Su proposta del RELATORE, il PRESIDENTE dispone di mantenere accantonato l'emendamento 1.741.

L'emendamento 1.749 viene ritirato dal senatore ZELLER (*Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE*), su invito del RELATORE.

Su proposta del RELATORE, il PRESIDENTE dispone di mantenere accantonato l'emendamento 1.755.

Si passa alla votazione dell'emendamento 1.923 (testo 2), già accantonato sul quale il RELATORE formula parere contrario.

Il rappresentante del GOVERNO si conforma al parere espresso dal relatore.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) preannuncia, anche a nome del Gruppo parlamentare di appartenenza, il proprio voto favorevole sull'emendamento 1.923 (testo 2), evidenziando che lo stesso è finalizzato a realizzare gli interventi di messa in sicurezza e ristrutturazione degli edifici scolastici delle scuole materne, elementari e medie site nelle aree della Sardegna danneggiate dagli eventi alluvionali del mese di novembre 2013.

Il senatore SPOSETTI (*PD*) prospetta l'opportunità di lasciare accantonato l'emendamento in questione, atteso che la disciplina contenuta nello stesso risulta ragionevole.

La senatrice BULGARELLI (*M5S*) sollecita il senatore Uras a chiedere di mantenere accantonato l'emendamento in questione, in modo tale da consentire al rappresentante del Governo di rivalutare il proprio giudizio negativo espresso in ordine allo stesso.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) insiste per la votazione dell'emendamento 1.923 (testo 2).

Con il parere contrario del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, posto ai voti, l'emendamento 1.923 (testo 2) viene approvato dalla Commissione.

Il senatore MILO (*GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI)*) stigmatizza l'atteggiamento assunto dal rappresentante dal Governo e dalle forze politiche di maggioranza in occasione della votazione dell'emendamento 1.923 (testo 2).

Gli emendamenti 1.978, 1.987, 1.989, 1.1046, 1.1181 e 1.1270 vengono ritirati dai rispettivi presentatori, su invito del RELATORE.

Su richiesta del RELATORE, il PRESIDENTE dispone che le proposte 1.109, 1.1030, 1.1041, 1.1088, 1.1091, 1.1148 e 1.1195 restino accantonate.

Si passa alla votazione dell'emendamento 1.273 (testo 2).

Il RELATORE formula parere contrario sull'emendamento 1.1273 (testo 2).

Il rappresentante del GOVERNO si conforma al parere espresso dal relatore.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) preannuncia, anche a nome del Gruppo parlamentare di appartenenza, il proprio voto favorevole sull'emendamento in questione.

Posto ai voti, l'emendamento 1.1273 (testo 2) viene respinto.

Il RELATORE esprime parere contrario sull'emendamento 1.1311, cui si conforma il rappresentante del GOVERNO.

La Commissione respinge con apposita votazione l'emendamento 1.1311.

Su proposta del RELATORE e del senatore ZELLER (*Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE*), il presidente AZZOLLINI dispone, rispettivamente, l'accantonamento degli emendamenti 1.315 e 1.342 (testo 2).

Il relatore SANTINI (*PD*) presenta e illustra l'emendamento 2.9903, pubblicato in allegato, recante interventi a favore dell'Aquila, rilevando che la proposta affronta le problematiche legate al pagamento della TASI sugli edifici inagibili, ed all'equilibrio dei bilanci comunali. Osserva, da ultimo, che gli stanziamenti previsti a copertura delle misure ammontano a 25 milioni di euro.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) chiede delucidazioni in ordine alla riduzione delle aliquote TASI sulle case inagibili successivamente ripristinate nelle loro funzionalità, auspicando che in questo caso vi sia almeno una riduzione del 50 per cento dell'aliquota nel quinquennio successivo al ripristino della funzionalità e presentando, in tal senso, l'ordine del giorno G/1698/109/5, pubblicato in allegato, che rispetta il contenuto della proposta 2.1453, a prima firma della senatrice Pelino.

La senatrice CHIAVAROLI (*AP (NCD-UDC)*), nel preannunciare il voto favorevole sull'emendamento 2.9903, ringrazia il relatore ed il Governo per l'attenzione prestata alle problematiche connesse alla ricostruzione della città dell'Aquila.

Presenta, a sua volta, l'ordine del giorno G/1698/108/5, pubblicato in allegato, firmato anche dalla senatrice Pezzopane, relativo alle abitazioni completate subito dopo la ricostruzione, in ordine alle quali vige tutt'ora un ingiusto criterio di ripartizione basato sulla metratura e non sui consumi.

Il sottosegretario BARETTA osserva che l'emendamento 2.9903 reca già, al suo interno, misure a favore dei fabbricati ubicati nelle zone colpite dal sisma del 6 aprile 2009 totalmente o parzialmente inagibili, e che, a partire dal 2015, saranno esenti dall'applicazione della TASI fino alla definitiva ricostruzione ed agibilità.

Si esprime in senso favorevole all'accoglimento degli ordini del giorno a prima firma dei senatori D'Alì e Chiavaroli.

Avviso favorevole sui predetti ordini del giorno è espresso anche dal relatore SANTINI (*PD*).

Interviene quindi la senatrice PEZZOPANE (*PD*), esprimendo il proprio convinto

apprezzamento all'opera svolta dal relatore e dal Governo.

Posto ai voti, l'emendamento 2.9903 è approvato dalla Commissione.

Gli ordini del giorno G/1698/109/5 e G/1698/108/5 sono accolti dal Governo.

Il relatore SANTINI (*PD*) presenta, dando per illustrato, il subemendamento 3.4106/3 (testo 2), pubblicato in allegato.

Con il parere favorevole del rappresentante del GOVERNO, la predetta proposta subemendativa viene quindi posta ai voti ed approvata dalla Commissione.

Il relatore SANTINI (*PD*) presenta e illustra successivamente l'emendamento 3.63 (testo 2), pubblicato in allegato.

Il vice ministro MORANDO precisa che la proposta in esame reca come copertura la possibilità di tassare il valore di acquisto di terreni edificabili e di partecipazioni dietro il pagamento di una imposta sostitutiva. L'emendamento, raddoppia le aliquote di imposta sostitutiva: in linea teorica è pertanto suscettibile di generare, a parità di condizioni, maggiore gettito di imposta sostitutiva. Tuttavia, l'incremento delle aliquote potrebbe avere riflessi negativi negli anni successivi.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) domanda delucidazioni sui sistemi di copertura.

Il presidente AZZOLLINI ed il vice ministro MORANDO precisano che la misura concerne soltanto le aliquote e non la rideterminazione dei valori dei terreni.

L'emendamento 3.63 (testo 2) viene quindi approvato dalla Commissione.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) interviene sull'ordine dei lavori, domandando chiarimenti sulle modalità della prosecuzione dell'esame degli emendamenti.

Il presidente AZZOLLINI precisa che saranno a breve esaminati i subemendamenti alle proposte del Governo non ancora illustrate. Ciò comporterà la sospensione della seduta per il tempo necessario.

Auspica quindi che i Gruppi mostrino senso di responsabilità non ricorrendo a misure ostruzionistiche e riconducano a numero ragionevole per terminare i lavori della Commissione gli emendamenti già presentati.

I senatori URAS (*Misto-SEL*) e COMAROLI (*LN-Aut*) aderiscono all'auspicio poc'anzi formulato dal Presidente.

Non aderisce, invece, a nome della propria parte politica, la senatrice BULGARELLI (*M5S*) sottolineando come il suo Gruppo abbia sin dall'inizio presentato pochi emendamenti.

Il presidente AZZOLLINI, nel rammentare che la Presidenza farà tutto il possibile per garantire la votazione di tutte le proposte emendative e per pervenire alla conclusione dell'esame dei documenti

di bilancio, apprezzate le circostanze, sospende la seduta.

La seduta, sospesa alle ore 22,10, riprende alle ore 23,50 .

Il presidente AZZOLLINI avverte che si procederà alla votazione degli emendamenti presentati dai relatori e dal Governo e dei subemendamenti ad essi riferiti.

Il PRESIDENTE dichiara inammissibili gli emendamenti 1.8000/2. 1.9200/11, 1.9208/1, 1.9212/1, 1.9214/4, 1.9212/5, 1.9212/6, 2.9823/17, 2.9823/19, 2.9823/19, 2.9823/20, 2.9823/45, 2.9823/46, 2.9801/1, 2.9801/3, 2.9801/4, 2.9801/5, 2.9801/6, 2.9801/7, 2.9801/8, 2.9801/9, 2.9802/2, 2.9802/5, 2.9804/2, 2.9809/1, 2.9810/2, 2.9810/3, 2.9810/4, 2.9810/5, 2.9810/6, 2.9810/21, 2.9810/27, 2.9810/28, 2.9810/29, 2.9810/47, 2.9810/66, 2.9810/81, 2.9810/82, 2.9810/83, 2.9810/84, 2.9810/119, 2.9810/126 (limitatamente al comma 156-quaterdecies), 2.9811/6, 2.9500/1, 2.9700/1, 2.9818/19, 2.9818/20, 2.9818/21, 2.9818/22, 2.9818/23, 2.9818/24, 2.9818/35, 2.9821/4, 3.4100/4, 3.4107/5, 3.4107/7, 3.4107/8, 3.4107/9, 3.4107/10, 3.4107/11, 3.4109/1, 3.4109/3, 3.4109/5, 3.4109/15, 3.4109/16, 3.4109/17, 3.4000/1, 3.4111/7, 3.4111/9, 3.4113/1, 3.4116/1, 3.4116/2 e 3.4116/4.

Si passa alle votazioni.

Previa verifica del numero legale, la Commissione approva l'emendamento 1.4000.

Il PRESIDENTE ricorda che gli emendamenti 1.5000 e 1.6000 sono stati ritirati all'inizio della seduta dal rappresentante del Governo.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) esprima una forte critica alla decisione del rappresentante del Governo, di ritirare l'emendamento 1.5000. Da un lato, perché i contenuti della proposta, volti a prorogare fino al 31 dicembre 2016 l'efficacia delle previsione del ricorso all'anticipazione in favore dell'appaltatore, sono condivisibili e, dall'altro perché, facendo affidamento sull'approvazione dell'emendamento governativo, non ha richiesto l'accantonamento di emendamenti di analogo tenore. Chiede, pertanto, di poter, anche se in modo del tutto irrituale, poter far proprio l'emendamento 1.5000 del Governo, per poterlo trasformare in un ordine del giorno, del quale auspica l'accoglimento.

Alle osservazioni del senatore D'Alì si associa il senatore CIOFFI.

Il PRESIDENTE, con il consenso del vice ministro, concede al senatore D'Alì la possibilità di trasformare l'emendamento 1.5000 nell'ordine del giorno G/1698/119/5, pubblicato in allegato.

Il vice ministro MORANDO, ricordando che il ritiro dell'emendamento trasformato in ordine del giorno è giustificato dal fatto che, a breve, i suoi contenuti saranno ricompresi in uno specifico provvedimento relativo alla proroga dei termini previsti da disposizioni legislative, di prossima emanazione, dichiara di accoglierlo.

Il presidente AZZOLLINI precisa che, essendo stata ritirata la proposta 1.6000, risultano decaduti i subemendamenti ad essa riferiti.

Dopo il ritiro del subemendamento 1.7000/1 da parte dei proponenti, la Commissione approva l'emendamento 1.7000.

Con riferimento alla proposta 1.8000 ed alle relative proposte subemendative, il presidente AZZOLLINI rende noto che il subemendamento 1.8000/2 è da considerarsi inammissibile per mancanza di copertura.

Previo parere contrario del relatore SANTINI (*PD*) e del vice ministro MORANDO su tutti i subemendamenti e favorevole sulle proposte 1.8000 e 1.9000, la Commissione respinge, con separate votazioni, i subemendamenti 1.8000/1 e 1.8000/3 e, con distinte votazioni, approva gli emendamenti 1.8000 e 1.9000.

Il relatore SANTINI (*PD*) ed il vice ministro MORANDO esprimono parere favorevole sulla proposta 1.9100 e sul subemendamento 1.9100/3 e parere contrario sui subemendamenti 1.9100/1 e 1.9100/2, che, posti separatamente ai voti, vengono respinti dalla Commissione.

La Commissione approva, poi, il subemendamento 1.9100/3.

Nel preannunciare il voto contrario della sua parte politica sull'emendamento 1.9100, il senatore CIOFFI (*M5S*) si pone criticamente sui contenuti della proposta, paventando il rischio che i costi derivanti dalle disposizioni in esso contenute (e relative alle reti elettriche ad altissima tensione), vengano in ultimo ingiustamente scaricati sugli utenti del servizio.

Interviene il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) preannunciando parimenti, a nome del Gruppo di appartenenza, il voto contrario sulla proposta in questione per le ragoni previamente indicate.

L'emendamento 1.9100, nel testo modificato dalla proposta 1.9100/3, viene infine posto in votazione e approvato dalla Commissione.

Si passa all'esame della proposta 1.9200 e dei relativi subemendamenti che sono dati per illustrati.

Il presidente AZZOLLINI ricorda che il subemendamento 1.9200/11 è da considerarsi inammissibile per mancanza di copertura.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) dichiara di ritirare i subemendamenti 1.9200/1, 1.9200/2, 1.9200/3 e 1.9200/4 trasformando quest'ultimo nell'ordine del giorno G/1698/125/5, pubblicato in allegato, che impegna il Governo a verificare lo stato dei siti e degli impianti industriali dell'area di Oristano contenenti tracce di amianto.

Il rappresentante del GOVERNO dichiara di accogliere l'ordine del giorno in questione.

La senatrice COMAROLI (*LN-Aut*), dichiara di ritirare il subemendamento 1.9200/5.

Interviene incidentalmente il senatore MILO (*GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI)*), presentando l'ordine del giorno G/1698/126/5, pubblicato in allegato, che recepisce i contenuti dell'emendamento 1.600, ritirato in una precedente seduta, sul tema del censimento dei siti inquinati.

Il rappresentante del GOVERNO dichiara di accogliere l'ordine del giorno.

Il senatore ARRIGONI (*LN-Aut*) preannuncia il voto favorevole sul subemendamento 1.9200/6, ritirando invece la successiva proposta 1.9200/7.

Nel preannunciare, del pari, il proprio voto favorevole, il senatore ORELLANA (*Misto*) aggiunge la propria firma al subemendamento 1.9200/6.

Il subemendamento 1.9200/12 è, infine, ritirato dai presentatori.

Previo parere contrario del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, con distinte votazioni vengono respinti i subemendamenti 1.9200/6, 1.9200/8, 1.9200/9, 1.9200/10, 1.9200/13 e 1.9200/14.

Con il parere favorevole del RELATORE, viene quindi approvato l'emendamento 1.9200.

Si passa all'esame delle della proposta 1.9201 e dei relativi subemendamenti, che sono dati per illustrati.

Vengono ritirati dai rispettivi proponenti i subemendamenti 1.9201/1, 1.9201/2, 1.9201/3 e 1.9201/4.

L'emendamento del GOVERNO 1.9201, con parere favorevole del RELATORE, è posto ai voti ed approvato dalla Commissione.

In assenza di illustrazioni e richieste di interventi, si passa quindi alla votazione dei subemendamenti riferiti all'emendamento del Governo 1.9202.

Dopo che il senatore URAS (*Misto-SEL*) ha ritirato i propri subemendamenti 1.9202/1 e 1.9202/2, viene approvato dalla Commissione, con parere favorevole del GOVERNO, il subemendamento del relatore 1.9202/3.

Il senatore LAI (*PD*) ritira il subemendamento 1.9202/4 e il senatore URAS (*Misto-SEL*) i subemendamenti 1.9202/5, 1.9202/6, 1.9202/7 e 1.9202/8.

La Commissione approva quindi con separata votazione il subemendamento 1.9203/3 e l'emendamento 1.9203.

Il senatore BATTISTA (*Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE*) illustra l'ordine del giorno n. G/1698/63/5 relativo all'introduzione di una legislazione sull'amianto a tutela dei lavoratori marittimi.

Il PRESIDENTE appone la propria firma, insieme al senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) sul predetto ordine del giorno che, previo parere favorevole del RELATORE, viene accolto dal Governo.

In sede di illustrazione dei subemendamenti riferiti all'emendamento del Governo 1.9203, vengono ritirati dal senatore Luigi MARINO (*PI*) i subemendamenti 1.9203/1 e 1.9203/2.

I restanti subemendamenti sono dati per illustrati.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) chiede chiarimenti al rappresentante del Governo sull'ambito di applicazione del comma 90-*bis* dell'articolo 1 del disegno di legge, così come modificato dalla proposta emendativa del Governo illustrando altresì l'emendamento 1.9203/4 (testo 2).

Il vice ministro MORANDO fornisce i chiarimenti richiesti, il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) insieme al senatore CIOFFI (*M5S*) preannunciano voto favorevole sul subemendamento 1.9203/4 (testo 2) e il senatore URAS (*Misto-SEL*) voto contrario.

La senatrice ORRU' (*PD*) interviene, in dichiarazione di voto favorevole, sui subemendamenti 1.9203/6 e 1.9203/7, su cui il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) e il senatore BOCCHINO (*Misto-ILC*) appongono la propria firma.

Previo parere contrario del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, il subemendamento 1.9203/4 (testo 2) è respinto dalla Commissione, che respinge altresì, con separate votazioni, i subemendamenti 1.9203/3, 1.9203/5, 1.9203/6 e 1.9203/7.

L'emendamento del Governo 1.9203, con parere favorevole del RELATORE, viene posto ai voti ed approvato dalla Commissione.

Il PRESIDENTE ricorda che l'emendamento 1.9204 è stato ritirato, risultando conseguentemente precluso il subemendamento 1.9204/1.

La senatrice COMAROLI (*LN-Aut*) ritira il subemendamento 1.9205/1.

La Commissione approva, quindi, l'emendamento 1.9205.

Il PRESIDENTE ricorda che essendo stato ritirato l'emendamento 1.9206, si intendono quindi decaduti tutti i subemendamenti ad esso riferiti.

Si passa all'esame della proposta 1.9207, nonché dei relativi subemendamenti, che sono dati per illustrati.

Previo parere contrario del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, la Commissione, con separate votazioni, respinge i subemendamenti 1.9207/1 e 1.9207/2, mentre l'emendamento del Governo 1.9207 - previo parere favorevole del RELATORE e preannuncio di voto contrario da parte della senatrice COMAROLI (*LN-Aut*) - è approvato.

Si passa all'esame della proposta 1.5001, nonché dei relativi subemendamenti, che sono dati per illustrati.

La Commissione, con separate votazioni, respinge i subemendamenti 1.5001/1, 1.5001/2 e 1.5001/3, mentre l'emendamento del relatore 1.5001, con parere favorevole del rappresentante del GOVERNO, risulta approvato.

Si passa quindi alla votazione dell'emendamento 1.9208 nonché dei relativi subemendamenti. Il

subemendamento 1.9208/2 - previo parere contrario del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO - viene respinto. L'emendamento 1.9208 è approvato, con il parere favorevole del RELATORE.

Si passa all'esame dell'emendamento 1.9209 nonché dei relativi subemendamenti, che sono dati per illustrati.

Con successive votazioni, la Commissione - con parere contrario del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO - respinge i subemendamenti 1.9209/1 e 1.9209/2; previo parere favorevole del RELATORE, è invece approvato l'emendamento del Governo 1.9209.

Si passa all'esame delle proposte 1.9210 e 1.9211 nonché dei relativi subemendamenti, dati per illustrati.

La Commissione pone ai voti e respinge il subemendamento 1.9210/1; previo parere favorevole del RELATORE e preannuncio di voto contrario della senatrice COMAROLI (*LN-Aut*), accoglie invece l'emendamento del Governo 1.9210; con successive votazioni è respinto il subemendamento 1.9211/1, mentre l'emendamento del Governo 1.9211 - previo parere favorevole del RELATORE - viene approvato.

Avendo dichiarato il Presidente, l'inammissibilità dell'emendamento del Governo 1.9212, si intendono decaduti tutti i subemendamenti ad esso riferiti.

Si passa quindi alla votazione dei subemendamenti relativi all'emendamento del Governo 1.912, che sono dati per illustrati. Con separate votazioni sono respinti dalla Commissione i subemendamenti 1.9213/1, 1.9213/2, 1.9213/3 e 1.9213/4.

Previa richiesta avanzata dai rispettivi presentatori, il PRESIDENTE dispone l'accantonamento dei subemendamenti 1.9213/5, 1.9213/6, 1.9213/7 e 1.9213/8.

Con successive votazioni, la Commissione respinge invece i subemendamenti 1.9213/9, 1.9213/10, 1.9213/11 e 1.9213/12, mentre il subemendamento 1.9213/13 viene ritirato dal senatore URAS (*Misto-SEL*).

Viene pertanto disposto l'accantonamento anche dell'emendamento del Governo 1.9213.

Si passa, quindi, all'esame dell'emendamento 1.9214 nonché dei relativi subemendamenti, dati per illustrati.

Il senatore LAI (*PD*) chiede che venga disposto l'accantonamento del subemendamento 1.9214/1, su cui appongono la propria firma anche i senatori URAS (*Misto-SEL*), Manuela SERRA (*M5S*) e Rosetta Enza BLUNDO (*M5S*), che il PRESIDENTE accoglie.

Con separate votazioni vengono invece respinti dalla Commissione i subemendamenti 1.9214/2, 1.9214/3 e 1.9214/5.

Il PRESIDENTE dispone quindi l'accantonamento anche dell'emendamento del Governo 1.9214.

Si passa all'esame dell'emendamento del Governo 2.9800, nonché dei relativi subemendamenti, che sono dati per illustrati.

La Commissione - con parere contrario del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO - respinge il subemendamento 2.9800/1; mentre, previo parere favorevole del RELATORE, è invece approvato l'emendamento del Governo 2.9800.

Si passa all'esame della proposta 2.9823, nonché dei relativi subemendamenti.

Dopo che il senatore CIOFFI (*M5S*) ha illustrato i subemendamenti a propria firma riferiti all'emendamento del Governo 2.9823, il senatore GUALDANI (*AP (NCD-UDC)*) chiede l'accantonamento dei propri 2.9823/9-*bis,* 2.9823/15, 2.9823/18, 2.9823/29, 2.9823/44.

La Commissione conviene in tal senso.

Con successive separate votazioni, la Commissione - con parere contrario del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO - respinge i subemendamenti 2.9823/1, 2.9823/2, 2.9823/3, 2.9823/4, 2.9823/5, 2.9823/6, 2.9823/7, 2.9823/8, 2.9823/9, 29823/10, 2.9823/11 e 2.9823/12.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) ritira il proprio subemendamento 2.9823/13 e lo trasforma nell?ordine del giorno G/1698/127/5, pubblicato in allegato, che è accolto dal Governo; parimenti il senatore ORELLANA (*Misto*) ritira il proprio emendamento 2.9823/14 per trasformarlo nell'ordine del giorno G/1698/128/5, pubblicato in allegato, che viene accolto dal Governo.

La Commissione pone ai voti e - previo parere contrario del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO - respinge, con distinte votazioni, i subemendamenti 2.9823/16, 2.9823/21, 2.9823/22, 2.9823/23, 2.9823/24, 2.9823/25, 2.9823/26, 2.9823/27, 2.9823/28, 2.9823/30, 2.9823/31, 2.9823/32, 2.9823/33, 2.9823/34, 2.9823/35, 2.9823/36, 2.9823/37, 2.9823/38, 2.9823/39, 2.9823/40, 2.9823/41, 2.9823/42 3 2.9823/43, restando accantonato l'emendamento 2.9823.

Si passa all'esame dell'emendamento del Governo 2.9801 e dei relativi subemendamenti, che sono dati per illustrati.

Con separate votazioni sono respinti - con parere contrario del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO - i subemendamenti 2.9801/2, 2.9801/10 e 2.9801/11.

È invece approvato dalla Commissione - previo parere favorevole del RELATORE - l'emendamento del Governo 2.9801.

Si passa quindi alla votazione dei subemendamenti riferiti all'emendamento del Governo 2.3000.

Con separate votazioni sono respinti dalla Commissione - previo parere contrario del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO - i subemendamenti 2.3000/1, 2.3000/2, 2.3000/3, 2.3000/4,

2.3000/5, 2.3000/6, 2.3000/7, 2.3000/8, 2.3000/9, 2.3000/10, 2.3000/11 e 2.3000/12.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) ritira il subemendamento 2.3000/13.

La proposta 2.3000, previo parere favorevole del RELATORE, risulta approvata.

Con parere favorevole del RELATORE, la proposta del Governo 2.4000, posta ai voti, è approvata.

Si passa all'esame della proposta 2.9802, nonché dei relativi subemendamenti, che sono dati per illustrati.

Dopo che il RELATORE ed il rappresentante del GOVERNO hanno espresso parere contrario su i subemendamenti 2.9802/1 e 2.9802/3, la Commissione - con successive separate votazioni - li respinge. Viene invece approvato l'emendamento 2.9802, previo parere favorevole del RELATORE e preannuncio di voto contrario da parte del senatore MALAN (*FI-PdL XVII*).

La Commissione approva, con distinte votazioni, il subemendamento 2.9803/1 e l'emendamento del Governo 2.9803, come modificato in seguito all'approvazione del relativo subemendamento.

Il senatore ORELLANA (*Misto*) interviene incidentalmente per preannunciare il ritiro dei propri subemendamenti 2.9819/6 e 2.9819/7 e delle proposte 2.1404 e 2.1602.

Si passa all'esame dei subemendamenti riferiti all'emendamento del Governo 2.9804 (segnatamente, i subemendamenti 2.9804/1, 2.9804/3, 2.9804/4 2.9804/5 e 29804/6), che sono dati per illustrati e, in merito a successive votazioni, sono respinti, previo parere contrario del RELATORE e del GOVERNO.

Posto ai voti, viene invece approvato, con parere favorevole del RELATORE, l'emendamento 2.9804.

Il relatore SANTINI (*PD*) presenta ed illustra un nuovo emendamento (2.9904), pubblicato in allegato.

Il senatore VACCARI (*PD*) dichiara il proprio voto favorevole all?emendamento del relatore 2.9904.

La senatrice COMAROLI (*LN-Aut*) dichiara il proprio voto favorevole, poiché l?emendamento va nella direzione di altre proposte emendative del proprio Gruppo, sebbene le risorse stanziate avrebbero potuto essere maggiori.

Il senatore CALEO (*PD*) dichiara il proprio voto favorevole.

La senatrice BULGARELLI (*M5S*) dichiara il voto favorevole del proprio Gruppo, pur rilevando che sarebbe stato possibile concentrare maggiori risorse nell?emendamento in questione.

L?emendamento del relatore 2.9904, posto in votazione, è approvato all?unanimità.

Il PRESIDENTE accoglie la presentazione dell'ordine del giorno G/1698/113/5, pubblicato in allegato, da parte del senatore VACCARI (*PD*) sulle zone franche urbane.

Il vice ministro MORANDO esprime parere favorevole, all'accoglimento dell'ordine del giorno G/1968/113/5 precisando che, al fine di includere il territorio dell?Emilia-Romagna colpito dal sisma nel regime delle zone franche, occorre un preventivo intervento normativo.

Il PRESIDENTE accoglie la presentazione dell'ordine del giorno G/1968/112/5, pubblicato in allegato, a firma del senatore VACCARI (*PD*).

Il rappresentante del GOVERNO dichiara di accogliere l'ordine del giorno in questione.

La senatrice COMAROLI (*LN-Aut*) interviene proponendo di esaurire nella seduta in corso l?esame degli emendamenti del relatore e del Governo, con relativi subemendamenti, riservando ad una seduta antimeridiana da convocare eventualmente domani l'esame di un numero estremamente limitato di emendamenti su cui concentrare le votazioni, intendendo respinti i restanti emendamenti. Ciò consentirebbe la conclusione dell?esame dei documenti di bilancio da parte della Commissione.

Il senatore CIOFFI (*M5S*) rileva invece la necessità di procedere a oltranza per concludere l?esame degli emendamenti, evidenziando come la responsabilità della dilatazione dei tempi di discussione non sia da ascrivere all?opposizione bensì alla maggioranza e al Governo.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) concorda con la proposta della senatrice Comaroli, ipotizzando anche una sospensione immediata dei lavori, al fine di verificare l?esistenza delle condizioni per addivenire, nella mattinata di domani, ad una conclusione dell?esame.

Il senatore GUERRIERI PALEOTTI (*PD*) si unisce all?auspicio di una soluzione condivisa che consenta, attraverso una drastica riduzione degli emendamenti ancora da esaminare, la conclusione della trattazione da parte della Commissione.

Il PRESIDENTE, riconoscendo la ragionevolezza della richiesta e le difficoltà che tuttavia si possono frapporre, propone di proseguire l?esame degli emendamenti del relatore e del Governo e dei relativi subemendamenti nella seduta in corso, e di stabilire poi una scadenza entro la quale far segnalare dai Gruppi gli emendamenti da trattare, restando inteso che, ove l?impegno a una loro drastica riduzione non venga rispettato, non sarà possibile conferire il mandato ai relatori a riferire in Aula.

Si passa, quindi, all'esame dell'emendamento 2.9804 e dei relativi subemendamenti che, con il parere contrario del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, posti ai voti, sono tutti respinti.

La Commissione accoglie, invece, l'emendamento 2.9804.

Si passa, quindi, all?esame dell?emendamento 2.9805 e del relativo subemendamento, che sono dati per illustrati.

Previo parere contrario del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, il subemendamento 2.9805/1, posto in votazione, è respinto, mentre l?emendamento del Governo

2.9805, posto in votazione, è approvato.

Il vice ministro MORANDO chiede di riconsiderare l?emendamento 2.5000, in precedenza ritirato, in quanto - a differenza di quanto valutato in precedenza - ha un rilevante impatto economico.

Non facendosi osservazioni, il PRESIDENTE informa la Commissione che si procederà pertanto all?esame dello stesso e dei relativi subemendamenti, che sono dati per illustrati.

Previo parere contrario del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, i subemendamenti 2.500/3, 2.5000/1 e 2.500/2 sono respinti con separate votazioni.

L?emendamento del Governo 2.5000, posto in votazione, è approvato.

Si passa all?esame dell?emendamento del Governo 2.9806 e dei relativi subemendamenti.

Il senatore GUALDANI (*AP (NCD-UDC)*) chiede di accantonare il subemendamento 2.9806/1.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) ritira il subemendamento 2.9806/2.

Il PRESIDENTE dispone l'accantonamento della proposta 2.9806/1 e conseguentemente dell?emendamento del Governo 2.9806.

La Commissione approva, quindi, con separate votazioni, gli emendamenti del Governo 2.6000 e 2.9807.

Si passa all?esame dell?emendamento del Governo 2.9808 e dei relativi subemendamenti che sono dati per illustrati.

Previo parere contrario del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, i subemendamenti 2.9808/1, 2.9808/2, 2.9808/3 e 2.9808/4 sono respinti con separate votazioni.

L?emendamento del Governo 2.9808, posto in votazione, è approvato, previo parere favorevole del RELATORE. E' altresì posto ai voti e approvato l?emendamento del Governo 2.7000.

Si passa all?esame dell?emendamento del Governo 2.9809 e dei relativi subemendamenti che sono dati per illustrati.

Il PRESIDENTE ricorda che il subemendamento 2.9809/1 è inammissibile.

Su invito del PRESIDENTE, il senatore ZELLER (*Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE*) riformula il subemendamento 2.9809/2 (in un testo 2), pubblicato in allegato.

Previo parere favorevole del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, il subemendamento 2.9809/2 (testo 2), posto in votazione, è approvato.

Previo parere contrario del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, il subemendamento 2.9809/3, posto in votazione, è respinto, mentre l?emendamento del Governo 2.9809 (come subemendato), posto in votazione, è approvato.

La Commissione procede all?esame dell?emendamento del Governo 2.9810 e dei relativi subemendamenti.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) ritira il subemendamento 2.9810/7.

Il senatore CERONI (*FI-PdL XVII*) ritira il subemendamento 2.9810/16.

Il senatore DEL BARBA (*PD*) chiede di accantonare il subemendamento 2.9810/22.

Il senatore CERONI (*FI-PdL XVII*) illustra il subemendamento 2.9810/42, volto a tutelare il personale delle province.

Il RELATORE chiede di accantonare i subemendamenti a propria firma 2.9810/75, 2.9810/125, 2.9810/127 e 2.9810/128.

Il senatore CERONI (*FI-PdL XVII*) ritira il subemendamento 2.9810/131.

Tutti i restanti emendamenti sono dati per illustrati.

Il RELATORE chiede di accantonare le sue proposte 2.9810/75, 2.9810/125, 2.9810/127 e 2.9810/128.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) ritira l'emendamento 2.9810/131.

Previo parere contrario del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, risultano respinti, con distinte votazioni, i subemendamenti 2.9810/1, 2.9810/8, 2.9810/9, 2.9810/10, 2.9810/11, 2.9810/12, 2.9810/13, 2.9810/14, 2.9810/15, 2.9810/17, 2.9810/18, 2.9810/19, 2.9810/20, 2.9810/23, 2.9810/24, 2.9810/25, 2.9810/26, 2.9810/30, 2.9810/31, 2.9810/32, 2.9810/33, 2.9810/34, 2.9810/35, 2.9810/36, 2.9810/37, 2.9810/38, 2.9810/39, 2.9810/40, 2.9810/41, 2.9810/42, 2.9810/43, 2.9810/44, 2.9810/45, 2.9810/46, 2.9810/48, 2.9810/49, 2.9810/50, 2.9810/51, 2.9810/52, 2.9810/53, 2.9810/54, 2.9810/55, 2.9810/56, 2.9810/57, 2.9810/58, 2.9810/59, 2.9810/60, 2.9810/61, 2.9810/62, 2.9810/63, 2.9810/64, 2.9810/65, 2.9810/67, 2.9810/68, 2.9810/69, 2.9810/70, 2.9810/71, 2.9810/72, 2.9810/73, 2.9810/74, 2.9810/76, 2.9810/77, 2.9810/78, 2.9810/79, 2.9810/80, 2.9810/85, 2.9810/86, 2.9810/87, 2.9810/88, 2.9810/89, 2.9810/98, 2.9810/99, 2.9810/100, 2.9810/101, 2.9810/102, 2.9810/103, 2.9810/104, 2.9810/105, 2.9810/106, 2.9810/107, 2.9810/108, 2.9810/109, 2.9810/110, 2.9810/111, 2.9810/112, 2.9810/113, 2.9810/114, 2.9810/115, 2.9810/116, 2.9810/117, 2.9810/118, 2.9810/120, 2.9810/121, 2.9810/122, 2.9810/123, 2.9810/124, 2.9810/126 (testo 2), 2.9810/129, 2.9810/130 e 2.9810/132.

L?emendamento del Governo 2.9810 risulta accantonato insieme alle proposte 2.810/22, 2.9810/75, 2.9810/125, 2.9810/127 e 2.9810/128.

Si passa all?esame dell?emendamento del Governo 2.9811 e dei relativi subemendamenti che

sono dati per illustrati.

Il senatore GUALDANI (*AP (NCD-UDC)*) ritira il subemendamento 2.9811/1 e chiede di accantonare il subemendamento 2.9811/1 (testo 2), pubblicato in allegato.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) chiede di accantonare il subemendamento 2.9811/10.

Il RELATORE chiede di accantonare i subemendamenti a propria firma 2.9811/15 e 2.9811/16

Previo parere contrario del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, i subemendamenti 2.9811/2, 2.9811/3, 2.9811/4, 2.9811/5, 2.9811/7, 2.9811/8, 2.9811/9, 2.9811/11, 2.9811/12, 2.9811/13 e 2.9811/14 sono respinti con separate votazioni.

Il PRESIDENTE dispone l'accantonamento delle proposte 2.9811/1 (testo 2), 2.9811/10, 2.9811/15, 2.9811/16, nonché, di conseguenza, l?emendamento del Governo 2.9811.

Si passa all?esame dell?emendamento del Governo 2.8000 e dei relativi subemendamenti che sono dati per illustrati.

Il rappresentante del GOVERNO ritira l?emendamento 2.8000, decadendo così il relativo subemendamento.

Si passa all?esame dell?emendamento del Governo 2.9812 e dei relativi subemendamenti che sono dati per illustrati.

Previo parere contrario del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, i subemendamenti 2.9812/1, 2.9812/2 e 2.9812/3, sono respinti con separate votazioni.

Il senatore COLLINA (*PD*) ritira il subemendamento 2.9812/4 e chiede di accantonare il subemendamento 2.9812/4 (testo 2).

Il PRESIDENTE conviene e dispone l'accantonamento della proposta 2.9812/4 (testo 2) e conseguentemente dell?emendamento del Governo 2.9812.

Si passa all?esame dell?emendamento del Governo 2.9000 e del subemendamento 2.9000/1, illustrato dal senatore CIOFFI (*M5S*).

Previo parere contrario del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, il subemendamento 2.9000/1, posto in votazione, è respinto.

L?emendamento del Governo 2.9000, posto in votazione, è approvato, previo parere favorevole del RELATORE.

Si passa all?esame dell?emendamento del Governo 2.9813 e del subemendamento 2.9813/1, dati per illustrati.

Previo parere contrario del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, il subemendamento 2.9813/1, posto in votazione, è respinto.

Previo parere favorevole del RELATORE l?emendamento del Governo 2.9813, posto in votazione, è approvato.

Previo parere favorevole del RELATORE l?emendamento del Governo 2.9100, posto in votazione, è approvato.

Si passa all?esame dell?emendamento del Governo 2.9500 e dei relativi subemendamenti che sono dati per illustrati.

La senatrice COMAROLI (*LN-Aut*) ritira il subemendamento 2.9500/2.

Previo parere contrario del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, i subemendamenti 2.9500/3, 2.9500/4, 2.9500/5, 2.9500/6, 2.9500/7, 2.9500/8, 2.9500/9, 2.9500/10, 2.9500/11 e 2.9500/12 sono respinti con separate votazioni.

L?emendamento del Governo 2.9500, posto in votazione, è approvato.

Previo parere favorevole del RELATORE l?emendamento del Governo 2.9200, posto in votazione, è approvato.

Si passa all?esame dell?emendamento del Governo 2.9600 e dei relativi subemendamenti che sono dati per illustrati.

Previo parere contrario del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, i subemendamenti 2.9600/1, 2.9600/2, 2.9600/3, 2.9600/4, 2.9600/5 e 2.9600/6 sono respinti in esito a separate votazioni.

L?emendamento del Governo 2.9600, posto in votazione, è approvato.

Si passa all?esame dell?emendamento del Governo 2.9814 e del subemendamento 2.9814/1 che sono dati per illustrati.

Con il parere contrario del RELATORE e del GOVERNO, il subemendamento 2.9814/1 risulta respinto dalla Commissione.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) dichiara il proprio voto contrario sull'emendamento 2.9814, poiché l?accorpamento in un?unica tornata di più elezioni che, per la natura dell?organo da rinnovare, comportano una diversa partecipazione al voto, ne influenza il risultato, con conseguenze negative non giustificabili con il solo argomento del risparmio di spesa.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) dichiara il proprio voto contrario.

Previo parere favorevole del RELATORE, l?emendamento del Governo 2.9814, posto in votazione, è approvato.

Si passa all?esame dell?emendamento del Governo 2.9815 e dei relativi subemendamenti che sono dati per illustrati.

Il senatore LAI (*PD*) chiede di accantonare il subemendamento 2.9815/3.

Previo parere contrario del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, i subemendamenti 2.9815/1 e 2.9815/2 sono respinti con separate votazioni.

Il PRESIDENTE dispone l'accantonamento della proposta 2.9815/3 e conseguentemente dell?emendamento del Governo 2.9815.

Si passa all?esame dell?emendamento del Governo 2.9300 che, posto in votazione, è approvato, previo parere favorevole del RELATORE.

Si passa all?esame dell?emendamento del Governo 2.9400 e dei relativi subemendamenti che si intendono illustrati.

Previo parere contrario del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, i subemendamenti 2.9400/1 e 2.9400/2 sono respinti con separate votazioni.

Con il parere favorevole del RELATORE, l?emendamento del Governo 2.9400, posto in votazione, è approvato.

Si passa all?esame dell?emendamento del Governo 2.9816 e dei relativi subemendamenti.

Il senatore LANIECE (*Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE*) illustra il subemendamento 2.9816/2 e ne chiede l?accantonamento.

La senatrice DE PIN (*Misto*) aggiunge la propria firma al subemendamento 2.9816/5.

Il senatore TOSATO (*LN-Aut*) illustra il subemendamento 2.9816/5, che ha ad oggetto agevolazioni sul carburante per la parte veneta del Polesine prossima al rigassificatore.

Segue un intervento incidentale del senatore CIOFFI (*M5S*).

Tutti i restanti emendamenti sono dati per illustrati.

Si passa alla votazione.

Previo parere contrario del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, i subemendamenti 2.9816/1, 2.9816/3, 2.9816/4 e 2.9816/5 sono respinti con separate votazioni.

Il PRESIDENTE dispone l'accantonamento della proposta 2.9816/2 e conseguentemente dell?emendamento del Governo 2.9816 risulta accantonato.

Si passa all?esame dell?emendamento del Governo 2.9700 e dei relativi subemendamenti che sono dati per illustrati.

Previo parere contrario del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, il subemendamento 2.9700/2, posto in votazione, è respinto.

Con il parere favorevole del RELATORE, l?emendamento del Governo 2.9700, posto in votazione, è approvato.

Si passa all?esame dell?emendamento del Governo 2.9817 e dei relativi subemendamenti che sono dati per illustrati.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) invita ad approvare il subemendamento 2.9817/1, finalizzato a evitare che, a pochi mesi dall?inizio dell?EXPO, la società competente sia obbligata a servirsi delle convenzioni CONSIP per i propri appalti.

Previo parere contrario del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, i subemendamenti 2.9817/1 e 2.9817/2 sono respinti con separate votazioni.

Previo parere favorevole del RELATORE, l?emendamento del Governo 2.9817, posto in votazione, è approvato.

Si passa all?esame dell?emendamento del Governo 2.9818 e dei relativi subemendamenti.

Il senatore CIOFFI (*M5S*) illustra il subemendamento 2.9818/1, finalizzato a evitare un indebito vantaggio per una specifica compagnia petrolifera.

La senatrice ORRU' (*PD*) trasforma l?emendamento 2.9818/13 nell?ordine del giorno G/1698/110/5, pubblicato in allegato, che impegna il Governo a emanare un decreto del Presidente del Consiglio dei ministri sui contratti di lavoro a tempo determinato in ambito sanitario.

Con il parere favorevole del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, l?ordine del giorno G/1698/110/5 risulta accolto dal Governo e quindi non è posto in votazione.

Previ pareri contrari del RELATORE e del GOVERNO i subemendamenti 2.9818/1, 2.9818/2 e 2.9818/3 sono respinti.

Il subemendamento del relatore, previo parere favorevole del GOVERNO, 2.9818/4 è approvato.

Il senatore VACCARI (*PD*) ritira il subemendamento 2.9818/12, annunciando la presentazione di un ordine del giorno.

Con separate votazioni i subemendamenti 2.9818/5, 2.9818/6, 2.9818/7, 2.9818/8, 2.9818/9, 2.9818/10, 2.9818/11, 2.9818/14, 2.9818/15, 2.9818/16, 2.9818/17, 2.9818/18, 2.9818/19, 2.9818/20, 2.9818/21, 2.9818/22, 2.9818/23, 2.9818/24, 2.9818/25, 2.9818/26, 2.9818/27, 2.9818/28, 2.9818/29, 2.9818/30, 2.9818/31, 2.9818/32, 2.9818/33, 2.9818/34 e 2.9818/35 sono respinti.

Previe dichiarazioni di voto contrarie dei senatori D'ALI' (*FI-PdL XVII*) e URAS (*Misto-SEL*), posto ai voti, è quindi approvato l'emendamento 2.9818, nel testo derivante dall'approvazione del subemendamento 2.9818/4.

Si passa all'esame della proposta 2.9819 nonché dei relativi subemendamenti che sono dati per illustrati.

Posto ai voti, il subemendamento 2.9819/1 è respinto.

Il PRESIDENTE dispone quindi di accantonare i subemendamenti 2.9819/2, 2.9819/5 e 2.9819/8.

Con separate votazioni sono invece respinti i subemendamenti 2.9819/3, 2.9819/4, 2.9819/6, 2.9819/7 e 2.9819/9. E' conseguentemente accantonato l'emendamento 2.9819.

Si passa all'esame dell'emendamento del Governo 2.9820, nonché dei relativi subemendamenti che si intendono illustrati.

Con separate votazioni, previ pareri contrari del RELATORE e del GOVERNO, sono respinti i subemendamenti 2.9820/1 e 2.9820/2.

Posto ai voti, previa dichiarazione di voto contraria del senatore TOSATO (*LN-Aut*), viene approvato l'emendamento 2.9820.

Il presidente AZZOLLINI ricorda che l'emendamento 2.9821 è inammissibile e, pertanto, sono da considerarsi decaduti i relativi subemendamenti.

Previo parere favorevole del RELATORE, la Commissione approva l'emendamento 2.9822.

Si passa alla votazione dell'emendamento 3.4100 nonché dei relativi subemendamenti che si intendono illustrati.

Con successive votazioni vengono respinti i subemendamenti 3.4100/1, 3.4100/2, e 3.4100/4, previ pareri contrari del RELATORE e del GOVERNO.

Il PRESIDENTE dispone invece l'accantonamento del subemendamento 3.4100/3 e, conseguentemente, dell'emendamento 3.4100.

Si passa all'esame dell'emendamento 3.4101 nonché del relativo subemendamento che si dà per illustrato.

La senatrice COMAROLI (*LN-Aut*) interviene per sollecitare l'approvazione del subemendamento 3.4101/1, al quale aggiungono la firma i senatori D'ALI' (*FI-PdL XVII*), MALAN (*FI-PdL XVII*), MANDELLI (*FI-PdL XVII*) e CERONI (*FI-PdL XVII*).

Posto ai voti, il subemendamento 3.4101/1 è respinto.

Posto ai voti, l'emendamento 3.4101 è approvato.

Si passa all'esame dell'emendamento del Governo 3.4102 nonché dei relativi subemendamenti che si intendono illustrati.

Con separate votazioni sono quindi respinti i subemendamenti 3.4102/1, 3.4102/2, 3.4102/3, 3.4102/4, 3.4102/5, 3.4102/6, 3.4102/7, 3.4102/8, 3.4102/9 e 3.4102/10, previ pareri contrari del RELATORE e del GOVERNO.

Posto ai voti, l'emendamento 3.4102 è approvato con il parere favorevole del RELATORE.

Si passa all'esame dell'emendamento 3.4103 nonché dei relativi subemendamenti, dati per illustrati.

Posti ai voti, sono respinti i subemendamenti 3.4103/1, 3.4103/2 e 3.4103/3, previ pareri contrari del RELATORE e del GOVERNO.

Con successiva votazione, l'emendamento 3.4103 è approvato, previo parere favorevole del RELATORE.

Previ pareri contrari del RELATORE e del GOVERNO, con successiva votazione è respinto il subemendamento 3.4104/1.

Il PRESIDENTE dispone quindi di accantonare il subemendamento 3.4104/2 (testo 2) e, conseguentemente, l'emendamento 3.4104.

Con successiva votazione è poi approvato l'emendamento 3.4105.

Si passa all'esame della proposta 3.4106 nonché dei relativi subemendamenti che sono dati per illustrati.

Il RELATORE ed il GOVERNO esprimono pareri contrari su tutti i subemendamenti.

Si passa alle votazioni.

Posto ai voti, il subemendamento 3.4106/1 è respinto.

Il senatore RUTA (*PD*) ritira i subemendamenti 3.4106/2 e 3.4106/3.

Con successive votazioni sono respinti i subemendamenti 3.4106/4, 3.4106/5, 3.4106/6, 3.4106/7 e 3.4106/8.

Posto quindi ai voti, risulta invece approvato l'emendamento 3.4106.

Si passa all'esame dell'emendamento 3.4107 nonché dei relativi subemendamenti che sono dati per illustrati.

Il RELATORE e il GOVERNO esprimono pareri contrari su tutti i subemendamenti, eccetto sulla proposta 3.4107/8 del relatore che risulta ritirata.

Il senatore DI BIAGIO (*AP (NCD-UDC)*) ritira il subemendamento 3.4107/1.

Con separate votazioni sono respinti i subemendamenti 3.4107/2, 3.4107/3, 3.4107/4, 3.4107/5 e 3.4107/6.

La senatrice ZANONI (*PD*) ritira il subemendamento 3.4107/7 e lo trasforma nell'ordine del giorno G/1698/121/5, pubblicato in allegato, che ne recepisce il contenuto.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) auspica che nell'ordine del giorno in discorso sia prevista espressamente una garanzia di non aumento dell'imposizione fiscale.

Il sottosegretario BARETTA si riserva di valutare i contenuti di tale ordine del giorno.

I senatori ARRIGONI (*LN-Aut*) e D'ALI' (*FI-PdL XVII*) intervengono per dichiarazione di voto favorevole sul subemendamento 3.4107/9, il quale, posto ai voti, viene respinto.

Con successive votazioni sono altresì respinti i subemendamenti 3.4107/10, 3.4107/11 e 3.4107/12.

Posto quindi ai voti, l'emendamento 3.4107 è approvato.

Con successiva votazione è altresì approvato l'emendamento 3.4108.

Il presidente AZZOLLINI ricorda che l'emendamento 3.2000 era già stato dichiarato inammissibile.

Si passa all'esame della proposta 3.4109 nonché dei relativi subemendamenti che sono dati per illustrati.

Previ pareri contrari del RELATORE e del GOVERNO su tutti i subemendamenti, con successive votazioni sono respinti i subemendamenti 3.4109/1, 3.4109/2, 3.4109/4, 3.4109/6, 3.4109/7, 3.4109/8, 3.4109/9, 3.4109/10, 3.4109/11, 3.4109/12, 3.4109/13 e 3.4109/14.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) interviene per dichiarazione di voto contraria

sull'emendamento 3.4109. Sottolineandone il carattere disomogeneo, ne chiede la votazione per parti separate.

Il presidente AZZOLLINI fa presente che la votazione per parti separate non può avvenire stante la previsione di una copertura finanziaria riferita al testo nel suo complesso.

Previo parere favorevole del RELATORE, l'emendamento 3.4109, posto ai voti, è approvato.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) interviene per dichiarazione di voto contraria sull'emendamento 3.4110, e ne chiede il ritiro al Governo.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) e la senatrice BULGARELLI (*M5S*) si associano alla richiesta di ritiro.

Posto ai voti, l'emendamento 3.4110 è approvato.

Si passa all'esame dell'emendamento 3.4000 e dei relativi subemendamenti che sono dati per illustrati.

Il senatore VACCARI (*PD*) ritira il subemendamento 3.4000/1. Ritira altresì il subemendamento 3.4000/4, riservandosi di presentare un ordine del giorno che ne riproduca il contenuto.

Posto ai voti, il subemendamento 3.4000/2 è respinto.

Su richiesta del senatore PANIZZA (*Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE*), il PRESIDENTE dispone di accantonare il subemendamento 3.4000/3 e di conseguenza l'emendamento 3.4000.

Si passa all'esame della proposta 3.4111 nonché dei relativi subemendamenti che si danno per illustrati.

Il senatore ARRIGONI (*LN-Aut*) ritira poi i subemendamenti 3.4111/1, 3.4111/2, 3.4111/3 e 3.4111/4.

Il senatore BERGER (*Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE*) interviene per sollecitare l'approvazione del subemendamento 3.4111/5.

Il senatore ARRIGONI (*LN-Aut*) interviene per dichiarazione di voto favorevole sul medesimo subemendamento.

Con il parere contrario del RELATORE e del GOVERNO, posto ai voti, il subemendamento 3.4111/5 è respinto.

Il senatore CIOFFI (*M5S*) interviene per dichiarazione di voto favorevole sul subemendamento 3.4111/6, al quale aggiunge la propria firma la senatrice BLUNDO (*M5S*).

Posto ai voti, il subemendamento 3.4111/6 è respinto.

Con successive votazioni sono altresì respinti i subemendamenti 3.4111/7, 3.4111/8, 3.4111/9 e 3.4111/10.

Previa dichiarazione di voto contrario del senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*), posto ai voti, l'emendamento 3.4111 è approvato.

Posto ai voti, è quindi approvato l'emendamento 3.4112.

Si passa all'esame della proposta 3.4113 nonché del relativo subemendamento che è dato per illustrato.

Con successiva votazione, previ pareri contrari del RELATORE e del GOVERNO, viene respinto il subemendamento 3.4113/1.

Posto quindi in votazione, viene approvato l'emendamento 3.4113.

Posto ai voti, è altresì approvato l'emendamento 3.4114.

Si passa all'esame dell'emendamento 3.4115 e del relativo subemendamento che è dato per illustrato e sul quale il parere del RELATORE e del GOVERNO è contrario.

Con successiva votazione viene respinto il subemendamento 3.4115/1, mentre viene approvato l'emendamento 3.4115.

Con successiva votazione è approvato l'emendamento 3.Tab.B.100.

Posto ai voti, viene respinto il subemendamento 3.3000/1, mentre risulta approvato l'emendamento 3.3000.

Il presidente AZZOLLINI ricorda che l'emendamento 3.4116 è già stato dichiarato inammissibile e pertanto sono da considerarsi decaduti tutti i relativi subemendamenti.

Il PRESIDENTE, stante l'orario, in considerazione della notevole quantità di emendamenti ancora da esaminare, propone che i Gruppi individuino un numero ristretto di proposte da sottoporre al vaglio della Commissione per concludere l'esame dei disegni di legge di stabilità e bilancio nella mattinata di domani.

Dopo gli interventi dei senatori URAS (*Misto-SEL*), D'ALI' (*FI-PdL XVII*) e COMAROLI (*LN-Aut*), la Commissione conviene con la proposta del Presidente.

Il seguito dell'esame congiunto viene quindi rinviato.

CONVOCAZIONE DI UNA ULTERIORE SEDUTA

Il PRESIDENTE avverte che la Commissione è ulteriormente convocata domani, giovedì 18 dicembre 2014, alle ore 9,45, per il seguito dell'esame congiunto dei documenti di bilancio.

La Commissione prende atto.

La seduta termina alle ore 3,20.

ORDINI DEL GIORNO ED EMENDAMENTI

N. 1698

G/1698/107/5

DI BIAGIO

La 5ª Commissione,

in sede di esame del disegno di legge n. 1698, recante "Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)"

premesso che,

il provvedimento in esame introduce misure relative alla formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato, anche attraverso disposizioni di natura previdenziale e fiscale;

il principio di progressiva estensione alle vittime del dovere e loro equiparati dei benefici già previsti in favore delle vittime del terrorismo e della criminalità organizzata, è stato definito dall'art. 1, comma 562, della legge 23 dicembre 2005, n. 266, rettificando, sotto il profilo normativo, una ingiusta disparità di trattamento tra categorie di soggetti vittime di eventi lesivi o luttuosi, nell'ambito del loro servizio allo Stato;

è opportuno ricordare che la categoria delle vittime del dovere interessa coloro - magistrati, personale delle forze di polizia, delle forze armate e dei vigili del fuoco e, più in generale, dipendenti pubblici in attività di servizio o comunque persone che abbiano prestato assistenza legalmente richiesta a ufficiali e agenti di polizia giudiziaria e di pubblica sicurezza - che hanno riportato invalidità permanenti o sono deceduti, nel servizio prestato alle istituzioni e all'intera collettività, in attività quali il contrasto alla criminalità, i servizi di ordine pubblico, le attività di pubblico soccorso, il presidio di infrastrutture civili e militari, la tutela della pubblica sicurezza e le attività che vedono il nostro paese impegnato in difficili scenari nel contesto internazionale;

l'estensione a costoro, nonché ai loro equiparati e familiari, dei benefici già previsti per le vittime del terrorismo e della criminalità organizzata rappresenta un atto doveroso, che esprime anche il più alto senso del valore riconosciuto dallo Stato al sacrificio prestato per l'intera collettività;

la corresponsione dei benefici citati è stata disciplinata dal DPR 7 luglio 2006, n. 243, per quanto riguarda termini e modalità, al quale hanno fatto seguito ulteriori disposizioni legislative che hanno interessato l'estensione di singoli ulteriori benefici, tramite l'art. 34 del decreto-legge 1o ottobre 2007, n. 159 e l'art. 2, comma 105, della legge 24 dicembre 2007, n. 244;

in sede di replica all'atto di sindacato ispettivo n. 3-00758, il Governo ha evidenziato come "allo stato, per la completa equiparazione tra le due categorie di vittime, sono da regolarizzare la maggior parte

dei benefici di carattere pensionistico-previdenziale e il riadeguamento di altri benefici di natura economica", fotografando una situazione in cui, di fatto, a quasi nove anni dall'enunciazione del principio di equiparazione permane una forte disparità di trattamento, che non è giustificabile neanche nell'ottica di una "gradualità" che, declinando l'equiparazione, avrebbe dovuto consentirne il completamento;
in particolare, le provvidenze tuttora mancanti riguardano gli articoli 2,3,4 e 5 commi 3-bis, 3-ter e 3-quater, nonché l'art. 7, della legge 206 del 2004 e l'adeguamento dell'assegno vitalizio di cui all'art. 2 della legge 407 del 1998 e successive modificazioni e integrazioni;
impegna il Governo
ad attivare le opportune misure, anche in sede normativa, al fine di riprendere fattivamente il percorso di estensione alle vittime del dovere e loro equiparati, dei benefici già previsti in favore delle vittime del terrorismo e della criminalità organizzata, anche favorendo una ripresa dei lavori del tavolo tecnico istituito presso la Presidenza del Consiglio, finalizzata ad una definizione delle spese relative ai singoli benefici e ad una pianificazione puntuale degli interventi da predisporre.

G/1698/108/5

CHIAVAROLI, PEZZOPANE

Il Senato,
in sede di discussione del DDL 1698 "Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello stato (legge di stabilità 2015)";
premesso che:
Nell'iter di conversione del decreto-legge n. 133 del 2014, c.d. "Sblocca-Italia", è stato inserito nel testo un emendamento che prevede che tutti gli assegnatari di alloggi del progetto CASE e MAP, ovvero le new town costruite a tempo di record dopo il sisma del 2009, sono tenuti al pagamento del canone concessorio stabilito dai comuni e a sostenere le spese per la manutenzione ordinaria. Per la gestione della complessa situazione emergenziale delineatasi a seguito degli eventi sismici è consentito ai comuni di ripartire i consumi rilevati per ogni edificio, anche per il riscaldamento e la produzione di acqua calda sanitaria, secondo le superfici lorde coperte dagli alloggi;
in sostanza con la norma introdotta i cittadini aquilani pagheranno le utenze non secondo gli effettivi consumi, come avviene per tutti i cittadini italiani, bensì secondo una ripartizione effettuata sulla base dei metri quadrati dei rispettivi alloggi e dei giorni di occupazione degli stessi.
impegna il Governo:
a valutare la possibilità di rivedere, in accordo con i comuni interessati, la norma contenuta all'articolo 3, comma 8-*quinquies* del decreto-legge n. 133 del 2014, prevedendo per gli alloggi progetto CASE e MAP differenti criteri di ripartizione dei consumi, inclusi quelli per il riscaldamento e per la produzione di acqua calda sanitaria, che tengano conto non delle superfici lorde coperte degli alloggi, ma dell'effettivo consumo di ogni alloggio.

G/1698/109/5

PELINO, D'ALÌ

Il Senato,
in sede di discussione del DDL 1698 "Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello stato (legge di stabilità 2015)";
premesso che:
l'articolo 1, comma 676 della legge 27 dicembre 2013, n. 147 (Legge di stabilità 2014), e successive modificazioni e integrazioni, prevede che "L'aliquota di base della TASI è pari all'1 per mille. Il comune, con deliberazione del consiglio comunale, adottata ai sensi dell'articolo 52 del decreto legislativo n. 446 del 1997, può ridurre l'aliquota fino all'azzeramento.";
ad oggi il Comune de L'Aquila non ha deliberato iniziative volte a sospendere il termine di pagamento della tassa sui servizi indivisibili (TASI) per coloro che, a seguito del sisma, non hanno più dimora negli immobili di proprietà o la cui abitazione è stata fortemente danneggiata rendendola totalmente o

parzialmente inagibile: il consiglio comunale de L'Aquila ha fissato un'unica aliquota al 2 per mille che sugli edifici inagibili scende al 50%;
risulterebbero essere circa 15 mila abitazioni le abitazioni fortemente danneggiate;
il Comune pare non essere in grado di farsi carico del 50% della TASI per ogni proprietà inagibile;
è necessaria una azione comune e non di polemiche strumentali sulla tassa sui servizi indivisibili applicata a tutte le abitazioni inagibili nel Comune de L'Aquila;
le risorse del Fondo per gli interventi strutturali di politica economica (FISPE) possono essere utilizzate per sostenere il Comune de L'Aquila in una scelta di azzeramento dell'aliquota della TASI;
considerato che:
per poter usufruire della base imponibile pari al 50% è necessario che il fabbricato presenti condizioni d'inagibilità o inabitabilità e non effettivo utilizzo deirimmobile;
la sussistenza delle suddette condizioni permette di accedere al regime di tributo dimezzato;
una normativa certa e specifica è indispensabile per le case inagibili presenti nel cratere sismico della Regione Abruzzo dove le condizioni di inagibilità, inabitabilità e non utilizzo dell'immobile sono conseguenza diretta di calamità naturale;
per quel che riguarda L'Aquila ed i centri storici degli altri Comuni, non si tratta solo di edifici inagibili, ma bensì d'intere aree in cui è precluso l'accesso ai proprietari degli immobili; infatti dette zone sono ancora interdette in quanto delimitate come "zona rossa";
spesso un edificio viene ricostruito ma non può essere abitato ed utilizzato per cause esterne come ad esempio la realizzazione dei sottoservizi, i rifacimenti stradali, la pericolosità di edifici adiacenti e prospicienti ancora puntellati, la presenza di cantieri aperti,
impegna il Governo,
al fine di promuovere la ripresa dei territori colpiti dal sisma del 6 aprile 2009, quale aiuto alle popolazioni terremotate, dalla data in cui gli immobili saranno nuovamente assoggettabili a TASI, il tributo sia ridotto del 50% per il quinquennio successivo

G/1698/110/5
ORRÙ
Il Senato,
premesso che*:*
vi è la necessità di prorogare, fino al 31 dicembre 2016, i rapporti a tempo determinato instaurati negli enti del Servizio Sanitario regionale della Sicilia con personale, ivi compreso quello appartenente alle aree dirigenziali, medico veterinario, sanitaria, professionale, tecnico, amministrativa, che ha maturato, alla data di pubblicazione della legge n. 125 del 30 ottobre 2013 almeno tre anni di servizio e in scadenza al 31 dicembre 2014;
nel rispetto delle disposizioni normative vigenti, occorre altresì prorogare tutte le altre tipologie di lavoro flessibile, fermo quanto disposto dall'articolo 4, comma 5, del decreto-legge 13 settembre 2012, n. 158, convertito, con modificazioni, dalla legge 8 novembre 2012, n. 189, ed individuare soluzioni normative per i percorsi di stabilizzazione e introdurre nell'ordinamento vincoli per evitare la creazione di nuovo precariato per effetto dell'uso improprio dei rapporti di lavoro flessibile,
impegna il Governo,
ad emanare, entro brevi termini, il DPCM di cui all'articolo 4, comma 10, del decreto-legge 31 agosto 2013, n. 101, convertito con modificazioni dalla legge 30 ottobre 2013, n. 125, anche al fine di garantire i livelli essenziali di assistenza e lo sviluppo dei programmi di ricerca in sanità nella Regione Sicilia.

G/1698/111/5
SANTINI, CALEO, VATTUONE, VACCARI, GUERRIERI PALEOTTI, BROGLIA, CANTINI, LAI, SPOSETTI, VERDUCCI, ORRÙ
Il Senato,

premesso che:
nei territori colpiti dai gravi eventi alluvionali del mese di ottobre e novembre 2014, per le quali è stato dichiarato lo stato di emergenza con apposita delibera del Consiglio dei Ministri, ad oggi perdura ancora uno stato di grande difficoltà, che interessa sia le imprese che le famiglie. Considerato, inoltre, che molte delle attività economiche che hanno subito ingenti danni, anche più volte nel corso di questi ultimi anni, ancora non sono riusciute a riaprire e quindi a produrre utili.
Impegna il Governo:
al fine di favorire la ripresa delle attività in questi territori a sospendere, in favore delle imprese, delle famiglie e dei lavoratori direttamente danneggiati dagli eventi alluvionali e aventi sede o residenza nei predetti territori, fino al 28 febbraio 2015 il versamento di imposte e tasse, dei contributi previdenziali ed assistenziali e dei premi per l'assicurazione obbligatoria, nonché dei termini per la notifica delle cartelle di pagamento da parte degli agenti della riscossione, nonché dei termini di prescrizione e decadenza relativi all'attività degli uffici finanziari.

G/1698/112/5
BROGLIA, VACCARI
Il Senato,
Considerato,
l'esenzione del pagamento delle imposte sui fabbricati inagibili dei comuni dell'Emilia Romagna, Lombardia e Veneto colpiti dal terremoto del 20 e 29 maggio 2012 così come individuati ai sensi dell'art. 8 comma 3 del DL 6 giugno 2012, n. 74 convertito con modificazioni dalla legge 1° agosto 2012 n, 122 per l'anno 2015;
il contenuto dell'emendamento del relatore n.... nel quale si esenta il pagamento dei tributi da reddito dei fabbricati (IMU e Tasi) fino al 30 giugno 2015 nei comuni sopra indicati;
la necessità di meglio definire la platea degli immobili inagibili e di conseguenza la puntuale copertura finanziaria necessaria per l'esenzione delle tasse sui redditi dei fabbricati (IMU e Tasi);
l'opportunità di non applicare dette imposte fino all'avvenuto ripristino di agibilità dei fabbricati stessi come già accaduto anche per altre zone colpite da eventi calamitosi;
Impegna il Governo
in accordo con le regioni Emilia Romagna, Lombardia e Veneto a definire in modo puntuale, entro trenta giorni dall'approvazione della legge di stabilità, la platea degli immobili inagibili per danni connessi al sisma del 20 e 29 maggio 2012 e ad adottare nel primo provvedimento utile l'esenzione del pagamento delle imposte fino all'avvenuto ripristino degli immobili stessi
G/1698/113/5
VACCARI, BROGLIA
Il Senato,
Considerati
i contenuti degli emendamenti 1.1195 e 3.227 T2 nei quali si proponeva ai sensi della legge 27 dicembre 2006 n. 296 e s.m.i., l'istituzione di zone franche urbane ai fini della ripresa economica e della ricostruzione dei centri storici colpiti dal sisma del 20 e 29 maggio 2012 e dagli eventi alluvionali del 17 e 19 gennaio 2014 in Emilia Romagna;
Richiamate
le disposizioni di legge nel delegare al CIPE l'adozione di criteri per l'individuazione e perimetrazione delle ZFU, fissa in maniera chiara la finalità e l'ambito di applicazione dell'istituto, e che la stessa norma stabilisce, inoltre che le zone franche urbane così istituite non possono comprendere territori con un numero di abitanti superiori a 30.000 e stanziano per il finanziamento delle ZFU con questa legge di stabilità 2015 la somma di 40 milioni di euro per l'esercizio 2015;
Sottolineata
la possibilità di istituire in forza di legge, nuove zone franche urbane come già avvenuto per i casi di L'Aquila, di Lampedusa e della zona industriale di Termini Imerese;

Impegna il Governo
1) Ad istituire, in un prossimo provvedimento utile e coerente con le finalità richiamate, nuove zone franche urbane nelle aree dei comuni colpiti dagli eventi sismisi del 20 e 29 maggio 2012 in Emilia Romagna, ai sensi dell'art. 1, comma 340, della legge 27 dicembre 2006, n. 296 e s.m.i.;
2) A destinare alle micro e piccole imprese localizzate nelle zone franche urbane di cui al punto 1) e nei limiti di regolamento (UE) n. 1407/2013 della Commissione del 18/12/2013 relativo all'applicazione degli articoli 107 e 108 del Trattato sul funzionamento dell'Unione europea agli aiuti "*de minimis*", le tipologie di agevolazioni di cui alle lettere da *a)* e *d)* dell'articolo 1, comma 340 della predetta legge n. 296/2006;
3) A prevedere e autorizzare un adeguato finanziamento delle nuove franche urbane di cui al punto 1), al netto degli eventuali costi necessari per l'attuazione degli interventi, sulla base dei medesimi criteri di riparto utilizzati nell'ambito della delibera CIPE n. 14 dell'8/5/2009;
4) A stabilire con apposito decreto del MISE di concerto con il MEF, le condizioni, i limiti e la durata delle agevolazioni di cui al punto 2).

G/1698/114/5
SCALIA, RUTA
Il Senato,
premesso che*:*
in sede di esame del disegno di legge n. 1698,
Impegna il Governo:
a valutare l'opportunità di dare attuazione al contenuto dell'emendamento 1.504.

G/1698/115/5
BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, MANDELLI, D'AMBROSIO LETTIERI
Il Senato,
premesso che*:*
in sede di esame del disegno di legge n. 1698,
Impegna il Governo:
a valutare l'opportunità di dare attuazione al contenuto dell'emendamento 2.9823/13.

G/1698/116/5
ORELLANA
Il Senato,
premesso che*:*
in sede di esame del disegno di legge n. 1698,
Impegna il Governo:
a valutare l'opportunità di dare attuazione al contenuto dell'emendamento 2.9823/14.

G/1698/119/5
D'ALÌ
Il Senato,
premesso che*:*
in sede di esame del disegno di legge n. 1698,
Impegna il Governo:
a valutare l'opportunità di dare attuazione al contenuto dell'emendamento 1.5000.

G/1698/120/5
VACCARI
Il Senato,
considerato*:*
l'emendamento n. 29818 del Governo al comma 223 dell'art. 2 della legge di stabilità attraverso il

quale si provvede ad introdurre semplificazioni all'art. 5 del decreto-legge "sblocca Italia"
ritenuto
necessario provvedere ad un adeguato coinvolgimento delle Regioni nella definizione delle Intese per i rilascio delle Autorizzazioni e permessi di ricerca e coltivazione di giacimenti
impegna il Governo:
a ritenere precluse le attività di stoccaggio in unità geologica in acquifero profondo, di gas naturale o di anidride carbonica, zenza la sottoscrizione di apposita intesa con le Regioni coinvolte.

G/1698/121/5
ZANONI, LEPRI, BROGLIA, COLLINA, CUOMO, FAVERO, PADUA, STEFANO ESPOSITO, DIRINDIN, SAGGESE, MOSCARDELLI, BORIOLI, FORNARO, ANGIONI, MANASSERO, PEZZOPANE, SPILABOTTE, SUSTA, ELENA FERRARA, VACCARI, ORRÙ
Il Senato,
in sede di discussione del disegno di legge recante "Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello stato (legge di stabilità 2015)",
premesso che:
con la riforma del regime immobiliare adottata con la legge di stabilità per il 2014 Parlamento e Governo hanno riconosciuto che il gettito da assicurare, in seguito all'abolizione dell'IMU sull'abitazione principale, era pari a circa 4,3 miliardi, come valutato rispetto al 2013, e che il nuovo regme TASI/IMU per effetto del vincolo del 2,5 per mille sull'abitazione principale e del 10,6 per mille complessivo sugli altri immobili, e considerata l'assenza della copertura delle detrazioni, necessitava di una ulteriore integrazione rispetto a quanto previsto nella stessa legge di stabilità pe il 2014;
il Governo e il Parlamento hanno riconosciuto con il decreto-legge 6 marzo 2014, n. 16, convertito dalla legge 2 maggio 2014, n. 68, la necessità di attribuire ai Comuni la possibilità di applicare una aliquota aggiuntiva pari allo 0,8 per mille finalizzata alla copertura delle detrazioni, azionabile al di fuori del vincolo generale, nonché l'attribuzione di una compensazione di 625 milioni, corrispondente alla stima del gettito non recuperabile da parte di circa 1800 Comuni. Tali previsioni sono state stabilite al fine di agevolare il raggiungimento di obiettivi di realizzazione da parte dei Comuni di un ammontare di risorse analogo a quello ottenuto con l'IMU, come determinatosi nel 2013, nonché a favorire l'introduzione di detrazioni sull'abitazione principale;
a decorrere dal 2015 l'attuale legislazione prevede una diversa e maggiore aliquota massima sulla TASI, a dimostrazione dell'esigenza indefettibile di consentire ai Comuni di recuperare risorse, assolutamente non equivalenti rispetto al regime fiscale antecedente;
il Governo ha però deciso, non procedendo con la riforma dei tributi immobiliari, annunciata all'atto di presentazione del disegno di legge di stabilità, di mantenere il regime che è stato applicato nel 2014 bloccando l'aliquota massima sulla TASI e riconoscendo la sola aliquota aggiuntiva dello 0,8 per cento;
tale decisione determina una riduzione aggiuntiva di risorse a carico dei comuni che si somma alla manovra già assai onerosa ed insostenibile prevista per il 2015 derivante dal taglio di circa 1,5 miliardi e dall'effetto di contrazione sulla spesa corrente derivante dal nuovo sistema di contabilità;
impegna il Governo a:
definire con l'ANCI, in tempi brevi le modalità e le quantità dello spazio fiscale per i Comuni che risulta ridotto a seguito della decisione di proroga del tetto di aliquote fiscali TASI per il 2015.

G/1698/125/5
URAS
Il Senato,
premesso che:
in sede di esame del disegno di legge n. 1698,
Impegna il Governo:

a valutare l'opportunità di dare attuazione al contenuto dell'emendamento 1.9200/4.

G/1698/126/5

MILO

Il Senato,

premesso che*:*

in sede di esame del disegno di legge n. 1698,

Impegna il Governo:

a valutare l'opportunità di dare attuazione al contenuto dell'emendamento 1.600.

G/1698/127/5

D'ALÌ

Il Senato,

premesso che*:*

in sede di esame del disegno di legge n. 1698,

Impegna il Governo:

a valutare l'opportunità di dare attuazione al contenuto dell'emendamento 2.9823/13.

G/1698/128/5

ORELLANA

Il Senato,

premesso che*:*

in sede di esame del disegno di legge n. 1698,

Impegna il Governo:

a valutare l'opportunità di dare attuazione al contenuto dell'emendamento 2.9823/14.

1.520-bis

IL RELATORE

Dopo il comma 84 è aggiunto il seguente:

«84-bis. Al fine di consentire il completamente nel corso dell'anno 2015 dei piani di gestione degli esuberi di personale relativi all'anno 2014, il finanziamento di cui all'articolo 1, comma 183, della legge 27 ottobre 2013, n. 147, previsto per le proroghe dei trattamenti di cui all'articolo 1, comma 1, del decreto-legge 5 ottobre 2004, n. 249, convertito, con modificazioni, dalla legge 3 dicembre 2004, n. 291, e successive modificazioni, è esteso all'anno 2015 nel limite di 60 milioni di euro.

L'onere derivante dal periodo precedente è posto a carico del Fondo sociale per l'occupazione e la formazione, di cui all'articolo 18, comma 1, lettera a), del decreto-legge 29 novembre 2008, n. 185, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 gennaio 2009, n. 2.».

1.935 (testo 4)

IL RELATORE

Dopo il comma 114 aggiungere il seguente:

«114-*bis*. Con decreto del Ministro dell'interno, da emanare entro 90 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono adottate linee guida per la definizione di un Protocollo d'Intesa con le associazioni maggiormente rappresentative del settore armiero-sportivo-venatorio sul territorio nazionale con l'obiettivo di semplificare, nel rispetto degli obblighi derivanti dalla normativa comunitaria e dagli accordi internazionali, i procedimenti amministrativi in materia di esportazione di armi, anche allo scopo di rafforzare la competitività del settore. Le misure di semplificazione possono ricomprendere iniziative pilota per la progressiva digitalizzazione dei procedimenti amministrativi di cui al periodo precedente. A tal fine, al predetto Protocollo si applicano le disposizioni in materia di partenariato, di cui all'articolo 6-*bis* del decreto-legge 14 agosto 2013, n. 93, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 ottobre 2013, n. 119. Dall'attuazione del predetto Protocollo non devono derivare nuovi o maggiori oneri a carico della finanza pubblica.».

1.1047 (testo 2)

CONTE, GUALDANI, MARCUCCI

Dopo il comma 123 aggiungere il seguente:

«123-*bis*. Al fine di sostenere le ricerche e lo sviluppo di partenariati con imprese di alta tecnologia sui progetti internazionali per lo sviluppo e la realizzazione di strumenti di altamente innovativi nel campo della radioastronomia (SKA ? Square Kilometer Array) e dell'astronomia a raggi gamma (CTA ? Cherenkov Telescope Array) è autorizzata la spesa di 10 milioni per il 2015 e di 10 milioni rispettivamente per gli anni 2016 e 2017 a favore dell'INAF-Istituto Nazionale di Astrofisica».

Conseguentemente

alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: ? 10.000.000;
2016: ? 10.000.000;
2017: ? 10.000.000.

1.1226 (testo 2)

IL RELATORE

Dopo il comma 140, inserire il seguente:

«140-*bis*. Per il sostegno alle azioni delle camere di commercio italiane all'estero è autorizzata la spesa di euro 2.000.000 per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017.

All'onere si provvede quanto a euro 2.000.000 per l'anno 2015 mediante utilizzo del fondo di parte corrente iscritto nello stato di previsione del Ministero dello sviluppo economico, ai sensi dell'articolo 49, comma 2, lettera d), del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, e quanto ad euro 2.000.000 per l'anno 2016 e per l'anno 2017, mediante utilizzo del fondo di parte corrente iscritto nello stato di previsione del Ministero dello sviluppo economico, ai sensi dell'articolo 49, comma 2, lettere a) e b), del decreto- legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89.».

2.1757

LANGELLA

Dopo il comma 272 aggiungere il seguente:

272-*bis)* All'art. 1, comma 562 della legge 296 del 27 dicembre 2006, *dopo le parole:* "Per gli enti non sottoposti alle regole del patto di stabilità interno, le spese di personale, al lordo degli oneri riflessi a carico delle amministrazioni e dell'IRAP, con esclusione degli oneri relativi ai rinnovi contrattuali, non devono superare il corrispondente ammontare dell'anno 2008. Gli enti di cui al primo periodo possono procedere all'assunzione di personale nel limite delle cessazioni di rapporti di lavoro a tempo indeterminato complessivamente intervenute nel precedente anno, ivi compreso il personale di cui al comma 558" *sono aggiunte le parole:* "ad eccezione dei comuni con un numero massimo di dipendenti a tempo pieno non superiore a cinque".

2.9809/2 (testo 2)

ZELLER, BERGER, PALERMO, FRAVEZZI, LANIECE, PANIZZA

Apportare le seguenti modificazioni:

Alla lettera *c*), capoverso «149-*ter*», lettera *e*), punto 1), sopprimere le seguenti parole: "*e derivanti dalle altre misure di coordinamento della finanza pubblica stabilite dalla normativa statale*";

Alla lettera *c*), capoverso «149-*ter*», lettera *e*), sostituire il punto 2) con il seguente:

"2) il comma 3 è sostituito dal seguente: «3. Fermo restando il coordinamento della finanza pubblica da parte dello stato ai sensi dell'articolo 117 della Costituzione, le Province provvedono al coordinamento della finanza pubblica provinciale, nei confronti degli enti locali, dei propri enti e organismi strumentali pubblici e privati e di quelli degli enti locali, delle aziende sanitarie, delle università, incluse quelle non statali di cui all'articolo 17, comma 120, della legge 15 maggio 1997, n. 127, delle camere di commercio, industria, artigianato e agricoltura e degli altri enti od organismi a

ordinamento regionale o provinciale finanziati dalle stesse in via ordinaria. Al fine di conseguire gli obiettivi in termini di saldo netto da finanziare previsti in capo alla Regione e alle Province ai sensi del presente articolo, spetta alle Province definire i concorsi e gli obblighi nei confronti degli enti del sistema territoriale integrato di rispettiva competenza. Le Province vigilano sul raggiungimento degli obiettivi di finanza pubblica da parte degli enti di cui al presente comma e, ai fini del monitoraggio dei saldi di finanza pubblica, comunicano al Ministero dell'Economia e delle finanze gli obiettivi fissati e i risultati conseguiti.».";

Alla lettera *c*), capoverso «149-*ter*», lettera *e*), sostituire il punto 3) con il seguente:

"3) il comma 4 è sostituito dai seguenti:

«4. Nei confronti della Regione e delle province e degli enti appartenenti al sistema territoriale regionale integrato non sono applicabili disposizioni statali che prevedono obblighi, oneri, accantonamenti, riserve all'erario o concorsi comunque denominati, ivi inclusi quelli afferenti il patto di stabilità interno, diversi da quelli previsti dal presente titolo. La Regione e le Province provvedono, per sé e per gli enti del sistema territoriale regionale integrato di rispettiva competenza, alle finalità di coordinamento della finanza pubblica contenute in specifiche disposizioni legislative dello Stato, adeguando, ai sensi dell'articolo 2 del decreto legislativo 16 marzo 1992, n. 266, la propria legislazione ai principi costituenti limiti ai sensi degli articoli 4 o 5, nelle materie individuate dallo Statuto, adottando, conseguentemente, autonome misure di razionalizzazione e contenimento della spesa, anche orientate alla riduzione del debito pubblico, idonee ad assicurare il rispetto delle dinamiche della spesa aggregata delle amministrazioni pubbliche del territorio nazionale, in coerenza con l'ordinamento dell'Unione europea.

4-*bis*. Per ciascuno degli anni dal 2018 al 2022, il contributo della Regione e delle Province alla finanza pubblica in termini di saldo netto da finanziare, riferito al sistema territoriale regionale integrato, è pari a 905,315 milioni di euro complessivi, dei quali 15,091 milioni sono posti in capo alla Regione. Il contributo delle Province, ferma restando l'imputazione a ciascuna di esse del maggior gettito derivante dall'attuazione dell'articolo 13, comma 17, del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201 e dell'articolo 1, commi 521 e 712, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, è ripartito tra le Province stesse sulla base dell'incidenza del prodotto interno lordo del territorio di ciascuna Provincia sul prodotto interno lordo regionale; le Province e la Regione possono concordare l'attribuzione alla Regione di una quota del contributo.».";

Alla lettera *c*), capoverso «149-*ter*», lettera *e*), punto 4), al capoverso «5.», all'inizio del secondo periodo, sostituire le parole: "*Il contributo così rideterminato è ripartito*", con le seguenti: "La differenza rispetto al contributo di 905,315 milioni di euro è ripartita";

Alla lettera *c*), capoverso «149-*sexies*», sostituire, ovunque ricorrano, le parole: "*al 2022*" con le seguenti: "al 2017".

2.9811/1 (testo 2)

SACCONI

Sostituire il comma 156-bis con il seguente :

156-*bis*. Al fine della predisposizione del Piano nazionale per la riqualificazione sociale e culturale delle aree urbane degradate (di seguito "Piano"), i Comuni elaborano progetti di riqualificazione costituiti da un insieme coordinato di interventi diretti alla riduzione di fenomeni di marginalizzazione e degrado sociale, nonché al miglioramento della qualità del decoro urbano e del tessuto sociale ed ambientale. Entro il 30 giugno 2015, i Comuni interessati trasmettono i progetti di cui al precedente periodo alla Presidenza del Consiglio dei Ministri, secondo le modalità e la procedura stabilite con apposito bando, approvato con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri, su proposta del Ministro delle infrastrutture e dei Trasporti, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze e il Ministro dei beni e delle attività culturali e del turismo, da adottare entro tre mesi dall'entrata in vigore della presente legge.

Sostituire il comma 156-*ter* con il seguente :

156-*ter* Con il decreto di cui al comma 156-*bis*, sono definite, in particolare:

a) la costituzione ed il funzionamento, presso la Presidenza del Consiglio dei Ministri, senza nuovi o maggiori oneri per la finanza pubblica, di un Comitato per la valutazione dei progetti di riqualificazione sociale e culturale delle aree urbane degradate (di seguito "Comitato"), composto da due rappresentanti della Presidenza del Consiglio dei ministri, di cui uno con funzione di Presidente, del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti, del Ministero dell'economìa e delle finanze e del Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo, nonché da un rappresentante della Conferenza delle Regioni e delle Provincie autonome, dei Dipartimenti della Presidenza del Consiglio dei Ministri per gli affari regionali, le autonomie e lo sport e per la programmazione e il coordinamento della politica economica, dell'Agenzia del demanio e dell'Associazione nazionale comuni italiani. Ai componenti del Comitato non è corrisposto alcun emolumento, indennità o rimborso di spese; il Comitato opera avvalendosi del supporto tecnico delle competenti strutture del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti;

b) la documentazione che i Comuni interessati debbono allegare ai progetti, comprendente, tra l'altro, una relazione degli interventi corredata da tavole illustrative ed elaborati tecnico -economici e dal cronoprogramma attuativo degli stessi;

c) la procedura per la presentazione dei progetti;

d) i criteri di valutazione dei progetti da parte del Comitato, tra i quali:

1. la riduzione dei fenomeni di marginalizzazione e degrado sociale;

2. il miglioramento della qualità del decoro urbano e del tessuto sociale ed ambientale, anche mediante interventi di ristrutturazione edilizia, con particolare riferimento allo sviluppo dei servizi sociali ed educativi e alla promozione delle attività culturali, didattiche e sportive;

3. la tempestiva esecutività degli interventi;

4. la capacita di coinvolgimento di soggetti e finanziamenti pubblici e privati e di attivazione di un effetto moltiplicatore del finanziamento pubblico nei confronti degli investimenti privati.

Sostituire il comma 156-quater con il seguente :

156- *quater* Sulla base dell'istruttoria svolta, il Comitato seleziona i progetti in coerenza con i criteri di cui al comma 156- *ter*, con indicazioni di priorità. Con uno o più decreti del Presidente del Consiglio dei Ministri sono individuati i progetti da inserire nel Piano ai fini della stipulazione di convenzioni o accordi di programma con i Comuni promotori dei progetti medesimi. Tali convenzioni o accordi di programma definiscono i soggetti partecipanti alla realizzazione dei progetti, le risorse finanziarie, ivi incluse quelle a valere sul Fondo di cui al comma 156-*sexies*, e i tempi di attuazione dei progetti medesimi, nonché i criteri per la revoca dei finanziamenti in caso di inerzia realizzativa. Le Amministrazioni che sottoscrivono le convenzioni o gli accordi di programma si impegnano a fornire alla Presidenza del Consiglio dei Ministri ed al Ministero delle infrastrutture e dei trasporti i dati e le informazioni necessarie all'espletamento delle attività di monitoraggio degli interventi. L'insieme delle convenzioni e degli accordi stipulati costituisce il Piano.

Sopprimere il comma 156- *quinquies*.

Sostituire il comma 156- *sexies* con il seguente:.

156-*sexies*. Per l'attuazione degli interventi di cui ai commi da 156-bis a 156-quater, a decorrere dall'esercizio finanziario 2015 e fino al 31 dicembre 2017, è istituito, nello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze, un Fondo denominato "somme da trasferire alla Presidenza del Consiglio dei Ministri per la costituzione del Fondo per l'attuazione del Piano nazionale per la riqualificazione sociale e culturale delle aree urbane degradate". A tal fine è autorizzata la spesa di 50 milioni di euro per l'anno 2015 e 75 milioni di euro per ciascuno degli anni 2016 e 2017. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio.

Sopprimere il comma 156-*septies*.

2.9903

IL RELATORE

All'articolo 2, dopo il comma 158, inserire i seguenti:

"158-*bis*. Al fine di assicurare la continuità delle attività di ricostruzione e di recupero del tessuto urbano e sociale dei territori abruzzesi colpiti dal sisma del 6 aprile 2009, il CIPE, sulla base delle esigenze effettive documentate dalle amministrazioni centrali e locali istituzionalmente preposte alle attività della ricostruzione, ivi compresi gli Uffici speciali per la ricostruzione, può continuare a destinare quota parte delle risorse statali stanziate allo scopo, anche al finanziamento di servizi di natura tecnica e assistenza qualificata.
158-*ter*. Per ultimare le attività volte alla rimozione delle macerie nei territori della regione Abruzzo, conseguenti al sisma del 6 aprile 2009, le pubbliche Amministrazioni nell'ambito delle loro competenze istituzionali correlate alle operazioni di movimentazione e trasporto dei materiali derivanti dal crollo degli edifici pubblici e privati, dalle attività di demolizione e abbattimento degli edifici pericolanti a seguito di ordinanza sindacale, da interventi edilizi effettuati su incarico della pubblica amministrazione, sono autorizzate ad avvalersi dei siti di stoccaggio autorizzati e localizzati in uno dei comuni del cratere che abbiano in disponibilità aree per il trattamento del rifiuto, senza ulteriori oneri a carico del bilancio statale. \
158-*quater*. Le Pubbliche Amministrazioni vigilano affinché i soggetti incaricati dei lavori effettuino la demolizione selettiva e/o la raccolta selettiva per raggruppare i materiali di cui al comma 158-ter in categorie omogenee, caratterizzarli ed identificarli con il corrispondente codice CER, nel rispetto delle disposizioni di legge di cui al decreto legislativodel 3 aprile 2006 n. 152/2006, e, infine procedano al trasporto verso siti di recupero e smaltimento autorizzati.

158-*quinquies*. Gli Uffici Speciali di cui all'articolo 67-ter, decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 134, incaricati del monitoraggio finanziario e attuativo, si occupano del monitoraggio dei materiali di cui al comma 158-*ter*, nonché di quelli derivanti da interventi edilizi privati conseguenti al sisma del 6 aprile 2009. A questo fine, per garantire la tracciabilità dei predetti rifiuti e il monitoraggio delle informazioni relative alla movimentazione degli stessi, i soggetti incaricati dei lavori sono obbligati a registrarsi nella banca dati di gestione delle macerie secondo modalità che verranno definite con provvedimenti dei Responsabili degli Uffici speciali. La mancata o incompleta esecuzione delle comunicazioni relative alla demolizione e rimozione dei materiali derivanti da interventi edilizi privati conseguenti al sisma del 6 aprile 2009, comporta la revoca della quota di contributo analizzato allo scopo, nonché la revoca delle autorizzazioni ed abilitazioni al trasporto a carico delle ditte inadempienti.

158-*sexies*. Al fine di dare attuazione agli interventi previsti dal Protocollo di Intesa stipulato con il Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, con la Provincia dell'Aquila e con il Comune dell'Aquila in data 2 dicembre 2010 e dall'Accordo di Programma siglato in data 14 gennaio 2013 tra il Ministero Ambiente e il Comune dell'Aquila, concernenti, tra l'altro, le azioni di recupero e riqualificazione ambientale della cava ex Teges in località Pontignone - Paganica -Comune dell'Aquila, le macerie di cui al comma 158-ter vengono prioritariamente conferite presso l'anzidetto deposito. Il termine di autorizzazione per l'esercizio della cava ex Teges in località Pontignone, fissato dal decreto del Capo del Dipartimento della Protezione Civile rep. n. 16 del 6 agosto 2009 e autorizzato in via ordinaria con decreto del Soggetto Attuatore per la rimozione delle macerie dei materiali derivanti da interventi edilizi privati conseguenti al sisma del 6 aprile 2009 n. 2 del 18 dicembre 2012 è prorogato fino all'esaurimento della sua capacità per la gestione dei rifiuti derivanti dal crollo, dalla demolizione degli edifici pubblici a seguito di ordinanza sindacale, da interventi edilizi effettuati su incarico della pubblica amministrazione e da quelli derivanti da edifici privati, conferiti secondo la classificazione di cui al decreto legislativo del 3 aprile 2006 n. 152/2006. Le economie derivanti dal conferimento delle macerie private sono recuperate e destinate alla ricostruzione privata per il finanziamento di ulteriori interventi. I singoli Comuni del cratere o il competente Ufficio Speciale sottoscrivono apposite convenzioni direttamente con il soggetto gestore dell'impianto ex Teges, per l'espletamento delle attività di selezione, trasporto, conferimento e

trattamento delle macerie senza ulteriori oneri a carico del bilancio statale.

158-*septies*. Inoltre, per l'attuazione delle finalità del protocollo d'intesa del 2 dicembre 2010 e dell'accordo di programma del 14 gennaio 2013 di cui al comma 158-sexies, il Presidente della Regione Abruzzo, d'intesa con il Governo e i Comuni interessati, è autorizzato a rimodulare i fondi di cui ai decreti n. 49/2011 e n. 114/2012 del Commissario delegato alla ricostruzione, anche in vista della realizzazione di quanto previsto nel protocollo d'intesa del 25 ottobre 2011, siglato tra soggetto attuatore per le macerie - ex OPCM 3923/2011, Regione Abruzzo, Provincia dell'Aquila ed i Comuni interessati, per il ripristino ambientale di discariche comunali.
158-*octies*. Le eventuali economìe ottenute dalla differenza tra contributo concesso, ai sensi dell'articolo 3, comma 3, del decreto-legge 28 aprile 2009, n. 39, convertito, con modificazioni, dalla legge 24 giugno 2009, n. 77, e costo effettivo dell'intervento di riparazione o ricostruzione, comprensivo delle somme a disposizione, in esito allo stato finale, decorsi quattro anni dalla concessione del contributo, sulla base dei dati di monitoraggio di cui al DM MEF 29 ottobre 2012, restano comunque destinate alla ricostruzione privata per il finanziamento di ulteriori interventi. Tali somme vengono direttamente trasferite dagli istituti di credito ai comuni competenti per il finanziamento degli interventi sopra richiamati, previa autorizzazione del Ministero dell'Economia e delle Finanze.
158-*nonies*. Le economie ottenute dalla differenza tra le somme stanziate ed i costi effettivi degli interventi gestiti attraverso finanziamenti diretti dei Comuni, restano nella disponibilità degli stessi Comuni per il finanziamento di ulteriori interventi di ricostruzione privata, previa comunicazione al Ministero dell'Economia e delle Finanze e con apposita risultanza dal monitoraggio della ricostruzione privata prevista dalla vigente normativa,
158-*decies*. Al fine di completare le attività finalizzate alla fase di ricostruzione del tessuto urbano, sociale e occupazionale della città dell'Aquila a seguito del sisma dell'aprile 2009, per il solo anno 2015, il Comune dell'Aquila, nel limite di spesa di 1,7 milioni di euro, e i Comuni del cratere sismico, nel limite di spesa di 0,5 milioni di euro, sono autorizzati a valere sulle economie accertate dal Titolare dell'Ufficio Speciale della città dell'Aquila nell'ambito delle risorse di cui all'OPCM n. 4013 del 23 marzo 2012, a prorogare o rinnovare entro e non oltre il 31 dicembre 2015 i contratti, stipulati sulla base della normativa emergenziale, all'interno dei limiti di spesa come sopra definiti, anche in deroga alle vigenti normative in materia di vincoli alle assunzioni a tempo determinato presso le amministrazioni pubbliche, di cui al decreto legislativo 6 settembre 2001, n. 368, al decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 luglio 2010, n. 122, al testo unico di cui al decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, e al decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165, anche con riferimento all'articolo 19 di quest'ultimo decreto, e di spesa del personale di cui alla legge 27 dicembre 2006, n. 296, e al decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 agosto 2008, n. 133.
158-*undecies*. Al fine di concorrere ad assicurare la stabilità dell'equilibrio finanziario nel comune dell'Aquila, negli altri comuni del cratere di cui ai decreti del Commissario delegato n. 3 del 16 aprile 2009 e n. 11 del 17 luglio 2009, pubblicati rispettivamente nella Gazzetta ufficiale n. 89 del 17 aprile 2009 e n. 173 del 28 luglio 2009, e nella provincia dell'Aquila, è assegnato un contributo straordinario per l'anno 2015, sulla base dei maggiori costi sostenuti o delle minori entrate conseguite derivanti dalla situazione emergenziale, nel limite di 17 milioni di euro in favore del comune dell'Aquila, di 2,5 milioni di euro a beneficio degli altri comuni del cratere e di 1,5 milioni di euro in favore della provincia dell'Aquila.".
158-*duodecies*. Alla copertura degli oneri di cui al comma 158-undecies, pari a 21 milioni di euro per l'anno 2015, si provvede mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307.
158-*terdecies*. I fabbricati, ubicati nelle zone colpite dal sisma del 6 aprile 2009, purché distrutti od

oggetto di ordinanze sindacali di sgombero in quanto inagibili totalmente o parzialmente, sono esenti, dal 2015, dall'applicazione della Tasi di cui all'articolo 1, commi 639 e seguenti, della legge

27 dicembre 2013, n. 147, e successive modificazioni, fino alla definitiva ricostruzione ed all'agibilità dei fabbricati stessi.

158-*quaterdecies*. Alla copertura degli oneri di cui al comma 158-terdecies, pari a 0,5 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015, si provvede mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307.".

2.9904

IL RELATORE

All'articolo2, dopo il comma 195, inserire i seguenti:

"195-*bis*. E' disposta l'esclusione dal patto di stabilità interno, per l'anno 2015, delle spese sostenute dai comuni individuati ai sensi dell'articolo 1, comma 1, del decreto-legge 6 giugno 2012, n. 74, convertito, con modificazioni, dalla legge 1° agosto 2012, n. 122, e dall'articolo 67-*septies* del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 134, con risorse proprie provenienti da erogazioni liberali e donazioni da parte di cittadini privati ed imprese e puntualmente finalizzate a fronteggiare gli eccezionali eventi sismici e la ricostruzione, per un importo massimo complessivo di 5 milioni di euro. L'ammontare delle spese da escludere dal patto di stabilità interno ai sensi del periodo precedente è determinato dalla regione Emilia-Romagna nei limiti di 4 milioni di euro e dalle regioni Lombardia e Veneto nei limiti di 0,5 milioni di euro per ciascuna regione per ciascun anno. Le regioni comunicano al Ministero dell'economia e delle finanze e ai comuni interessati, entro il 30 giugno 2015, gli importi di cui al periodo precedente. Alla compensazione degli effetti finanziari in termini di fabbisogno e di indebitamento netto derivanti dall'attuazione del presente comma, pari a 5 milioni di euro per l'anno 2015, si provvede mediante corrispondente utilizzo del Fondo per la compensazione degli effetti finanziari non previsti a legislazione vigente conseguenti all'attualizzazione di contributi pluriennali, di cui all'artcolo 6, comma 2, del decreto-legge 7 ottobre 2008, n. 154, convertito, con modificazioni, dalla legge 4 dicembre 2008, n. 189 e successive modificazioni.

195-*quater*. Il pagamento delle rate scadenti nell'esercizio 2015 dei mutui concessi dalla Cassa depositi e prestiti S.p.A. ai comuni di cui al decreto del Ministro dell'economia e delle finanze 1° giugno 2012, pubblicato nella Gazzetta Ufficiale n. 130 del 6 giugno 2012, e successive modificazioni, e all'articolo 67-*septies* del decreto-legge 22 giguno 2012, n. 83, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 134, e successive modificazioni, nonché alle province dei predetti comuni, trasferiti al Ministero dell'economia e delle finanze in attuazione dell'articolo 5, commi 1 e 3, del decreto-legge 30 settembre 2003, n. 269, convertito, con modificazioni, dalla legge 24 novembre 2003, n. 326, non ancora effettuato alla data di entrata in vigore del presente comma, è differito, senza applicazione di sanzioni e interessi, al secondo anno immediatamente successivo alla data di scadenza del periodo di ammortamento, sulla base della periodicità di pagamento prevista nei provvedimenti e nei contratti regolanti i mutui stessi. Il presente comma entra in vigore alla data di pubblicazione della presente legge nella Gazzetta Ufficiale. Ai relativi oneri, pari a 12,5 milioni di euro per l'anno 2015, a 6 milioni di euro per l'anno 2016 e a 6 milioni di euro per l'anno 2017, si provvede con le risorse di cui alle contabilità speciali di cui all'articolo 2, comma 6, del decreto-legge 6 giugno 2012, n. 74, convertito, con modificazioni, dalla legge 1° agosto 2012, n. 122, che sono corrispondentemente versate all'entrata del bilancio dello Stato nei predetti anni.

195-*quinquies*. All'articolo 1, comma 356, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, le parole: "*all'anno immediatamente successivo*" sono sostituite da: "*al secondo anno immediatamente successivo*" e le parole: "*5,3 milioni di euro per l'anno 2015, si provvede con le risorse di cui alle contabilità speciali di cui all'articolo 2, comma 6, del decreto-legge 6 giugno 2012, n. 74, convertito, con modificazioni, dalla legge 1° agosto 2012, n. 122, che sono versate all'entrata del bilancio dello Stato*" sono

sostituite dalle seguenti: "*12,1 milioni di euro per l'anno 2015 e 6 milioni di euro per l'anno 2016, si provvede con le risorse di cui alle contabilità speciali di cui all'articolo 2, comma 6, del decreto-legge 6 giugno 2012, n. 74, convertito, con modificazioni, dalla legge 1° agosto 2012, n. 122, che sono versate all'entrata del bilancio dello Stato*".

All'articolo 3, dopo il comma 31, inserire i seguenti:

"31-*bis*. Al fine di agevolare la ripresa delle attività e consentire l'attuazione dei piani per la ricostruzione e per il ripristino dei danni causati dagli eccezionali eventi sismici del 20 e 29 maggio 2012, all'articolo 8, comma 3, del decreto-legge 6 giugno 2012, n. 74, convertito, con modificazioni, dalla legge 1° agosto 2012, n. 122, le parole: "*e comunque non oltre il 31 dicembre 2014*" sono sostituite dalle seguenti: "*e comunque non oltre il 30 giugno 2015*".

31-*ter*. Ai fini della puntuale verifica dell'effettiva platea dei beneficiari, la Regione Emilia Romagna, d'intesa con il Ministero dell'economia e delle finanze, provvede entro il 30 marzo 2015, al monitoraggio degli aventi diritto all'esenzione di cui al comma 31-*bis*.

31-*quater*. Alla copertura degli oneri di cui al comma 31-*bis*, pari a 13,1 milioni di euro per l'anno 2015, si provvede mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, converitto con modificazioni dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307.

3.63 (testo 2)

IL RELATORE

Dopo il comma 6, aggiungere i seguenti:

«6-*bis*. Sui valori di acquisto delle partecipazioni non negoziate in mercati regolamentati e dei terreni, edificabili o con destinazione agricola rideterminati con le modalità e nei termini indicati nel comma 2 dell'articolo 2, del decreto-legge 24 dicembre 2002, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 21 febbraio 2003, n. 27, come modificato dal comma 6 del presente articolo, le aliquote delle imposte sostitutive di cui agli articoli 5, comma 2 e 7, comma 2, della legge 28 dicembre 2001, n. 448, sono raddoppiate.».

6-*ter*. L'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307, è incrementata di 150 milioni di euro per l'anno 2015 e 75 milioni di euro per ciascuno degli anni 2016 e 2017.»

3.4106/3 (testo 2)

IL RELATORE

Apportare le seguenti modificazioni:

Al primo capoverso, dopo le parole: «dei predetti fondi», inserire le seguenti: «Per gli anni 2015, 2016 e 2017 il complesso delle spese finali per la regione Molise è determinato, sia in termini di competenza sia in termini di cassa, dalla somma delle spese correnti e in conto capitale risultanti dal consuntivo al netto di quelle effettuate per la ricostruzione e il ripristino dei danni causati dagli eventi sismici dell'ottobre e del novembre 2002. L'esclusione opera nei limiti complessivi di 5 milioni di euro per l'anno;

Al relativo onere si provvede mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307.

3.4109/18

IL RELATORE

Sostituire il capoverso 55-quater con i seguenti:

55-*quater*. Il fondo per le emergenze nazionali di cui all'articolo 5, comma 5-quinquies, della legge 24 febbraio 1992, n. 225, è rifinanziato di 56 milioni di euro per l'anno 2014 e di 20 milioni di euro per l'anno 2015, di cui 10 milioni di euro per favorire l'opera di ricostruzione e per ripresa economica dei territori della regione Sardegna colpiti dagli eventi alluvionali del mese di novembre 2013.

55-*quater*.1. L'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre

2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307, è ridotta di 20 milioni di euro per l'anno 2015.

1.3.2.1.13. 5ª Commissione permanente (Bilancio) - Seduta n. 336 (ant.) del 18/12/2014

collegamento al documento su www.senato.it

BILANCIO (5ª)

GIOVEDÌ 18 DICEMBRE 2014
336ª Seduta

Presidenza del Presidente
AZZOLLINI

Intervengono il vice ministro dell'economia e delle finanze Morando e il sottosegretario di Stato per il medesimo dicastero Baretta.

La seduta inizia alle ore 10,25.

IN SEDE REFERENTE

(1699) ***Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017 e relativa Nota di variazioni***, approvato dalla Camera dei deputati
- (Tabb. 1 e 1-*bis*) Stato di previsione dell'entrata per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017 *(limitatamente alle parti di competenza)*
- (Tabb. 2 e 2-*bis*) Stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017 *(limitatamente alle parti di competenza)*

(1698) ***Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)***, approvato dalla Camera dei deputati

(Seguito dell'esame congiunto)

Prosegue l'esame congiunto, sospeso nella seduta pomeridiana di ieri.

Il presidente AZZOLLINI comunica che l'avvio dell'esame in Aula dei disegni di legge in titolo è previsto per le ore 14, ragione per cui ritiene che i lavori della Commissione non possano comunque protrarsi oltre le ore 12.

La Commissione prende atto.

Il PRESIDENTE propone altresì di considerare ritirati gli emendamenti tuttora accantonati, riferiti all'articolo 1, che prefigurano interventi specifici su singoli settori, con l'intesa che essi confluiranno in un emendamento di carattere tabellare a firma del relatore.

Non essendovi obiezioni, così rimane stabilito.

Ha quindi la parola il relatore SANTINI (*PD*), il quale comunica che la maggioranza ha individuato alcune tematiche di carattere trasversale su cui intende soffermarsi, attraverso l'esame dei seguenti emendamenti: 2.64, 2.500, 2.1627, 2.1727, 2.1345, 2.1349, 2.305, 1.913/6, 2.1698, 2.1699, 2.49, 2.396, 2.838, 2.1643, 2.1666, 3.160, 3.455 (testo 3), 1.1019, 2.807 e 1.810. Si riserva, nel prosieguo dell'esame, di rendere note le relative riformulazioni che farà proprie e a cui, in taluni casi, è subordinato il proprio orientamento favorevole.

Il PRESIDENTE, per ragioni di economia procedurale, propone ai Gruppi di maggioranza di considerare ritirati gli emendamenti non compresi nella precedente enumerazione, salva la possibilità dei singoli aventi titolo di insistere per la votazione. Assicura comunque ai Gruppi di opposizione che potranno a loro volta indicare le proposte emendative su cui vogliono concentrare l'esame.

Si pronunciano a favore di tale proposta, a nome dei rispettivi Gruppi, i senatori GUERRIERI PALEOTTI (*PD*), SUSTA (*SCpI*), Luigi MARINO (*PI*), Federica CHIAVAROLI (*AP (NCD-UDC)*) e ZELLER (*Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE*), i quali ritirano i rispettivi emendamenti agli articoli 1, 2 e 3 già accantonati e non segnalati dal relatore, ad eccezione dei subemendamenti parimenti accantonati e relativi agli emendamenti del relatore stesso e del Governo.

Il PRESIDENTE segnala che è stata revocata la declaratoria di inammissibilità dell'emendamento 2.1349 (testo 2), a condizione di una riformulazione che i proponenti accettano (emendamento 2.1349 testo 3, pubblicato in allegato). Comunica, quindi, che si passerà all'esame degli emendamenti accantonati all'articolo 1 e non ritirati.

La senatrice COMAROLI (*LN-Aut*) insiste per la votazione dell'emendamento 1.755.

Il relatore SANTINI (*PD*), in proposito, si rimette al parere del rappresentante del Governo.

Il vice ministro MORANDO, pur ritenendo pleonastica la modificazione proposta, è incline a esprimere un parere favorevole, a condizione di una riformulazione del testo.

Poiché la proposta di riformulazione è accolta dalla senatrice COMAROLI (*LN-Aut*), l'emendamento 1.755 è posto in votazione e approvato in un testo 2, pubblicato in allegato, previa dichiarazione di voto favorevole del senatore GUERRIERI PALEOTTI (*PD*).

Il RELATORE, come preannunciato, presenta una riformulazione dell'emendamento 1.1019 (emendamento 1.1019 testo 2, pubblicato in allegato).

Con il parere favorevole del rappresentante del GOVERNO, previa dichiarazione di voto favorevole, a nome del Gruppo, della senatrice BULGARELLI (*M5S*), l'emendamento 1.1019 (testo

2) è quindi posto in votazione e approvato.

Il RELATORE illustra la nuova formulazione proposta per l'emendamento 1.810 (emendamento 1.810 testo 2, pubblicato in allegato).

Con il parere favorevole del rappresentante del GOVERNO, la Commissione approva l'emendamento 1.810 (testo 2).

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) insiste per la votazione dell'emendamento 1.670, rammentando che esso persegue la *ratio* di fare salvi i progetti già presentati dagli enti locali in relazione ai fondi di coesione territoriale.

Con il parere contrario del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, l'emendamento 1.670 è posto in votazione e respinto, previe dichiarazioni di voto favorevole, a nome dei rispettivi Gruppi, dei senatori BOCCHINO (*Misto-ILC*) ed Elisa BULGARELLI (*M5S*).

Dopo il ritiro dell'emendamento 1.55, ad opera del senatore URAS (*Misto-SEL*), si passa all'esame dell'emendamento 1.1030, su richiesta del senatore BOCCHINO (*Misto-ILC*), il quale sottolinea che la proposta emendativa in questione rappresenta probabilmente l'ultima *chance* per rendere possibile un piano di reclutamento di ricercatori universitari.

Posto ai voti con il parere contrario del RELATORE e del rappresentante del GOVERNO, previa dichiarazione di voto favorevole, a nome del suo Gruppo, della senatrice BULGARELLI (*M5S*), l'emendamento 1.1030 è respinto.

Si passa quindi all'esame degli emendamenti all'articolo 2 accantonati e non ritirati.

Il RELATORE presenta una riformulazione per l'emendamento 2.64 (emendamento 2.64 testo 2, pubblicato in allegato).

I senatori ARRIGONI (*LN-Aut*), FRAVEZZI (*Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE*),D'ALI' (*FI-PdL XVII*) ed Elisa BULGARELLI (*M5S*) in sede di dichiarazione di voto, auspicano l'approvazione del suddetto emendamento, in quanto esso reca misure, previste anche da analoghi emendamenti ritirati, per consentire il riscaldamento nelle aree geograficamente o climaticamente svantaggiate.

Con il parere favorevole del rappresentante del GOVERNO, l'emendamento 2.64 (testo 2) è posto in votazione e approvato.

Il relatore SANTINI (*PD*) illustra l'ulteriore emendamento 2.500 (testo 2), pubblicato in allegato, derivante da una precedente proposta emendativa, volto a prorogare il beneficio dell'indennità INAIL per le cure termali almeno per il 2015.

Il vice ministro MORANDO esprime parere favorevole sulla suddetta proposta emendativa.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) dichiara il voto favorevole della sua parte politica.

Posto in votazione, l'emendamento 2.500 (testo 2) è approvato.

Intervenendo sull'ordine dei lavori, il senatore TONINI (*PD*) ricorda che la Conferenza dei Presidenti dei Gruppi parlamentari dovrà riunirsi a breve per definire il nuovo calendario dei lavori parlamentari. Chiede quindi come si intenda procedere in Commissione per il seguito dell'esame congiunto dei documenti di bilancio.

Il presidente AZZOLLINI conferma che, in base alle intese intercorse con la Presidenza del Senato, l'esame in Commissione dovrà concludersi tassativamente entro le ore 12 di oggi, in modo da consentire all'Assemblea di avviare i suoi lavori in tempo utile.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*), a nome del suo Gruppo, segnala all'attenzione del relatore e del Governo gli emendamenti 2.9819/8 e 1.9213/5. Richiama altresì la proposta emendativa 2.9823/13 che ha ritirato nella precedente seduta trasformandola in un ordine del giorno, del quale raccomanda l'accoglimento.
Segnala quindi le ulteriori proposte 2.1140 e 2.1582. Quest'ultima riguarda il riconoscimento ad un'ampia platea di operatori sanitari dei diritti stabiliti da una serie di sentenze ormai passate in giudicato: il Governo dovrebbe quindi predisporre un apposito stanziamento in bilancio al fine di corrispondere le somme dovute, anche come doveroso segnale di attenzione nei confronti di tali soggetti. Preannuncia quindi un ordine del giorno in tal senso del quale sollecita l'accoglimento.

Presenta poi una riformulazione dell'emendamento 3.248 (testo 2), in un testo 3, pubblicato in allegato, che, rispetto al testo precedente, impone al Governo di effettuare una ricognizione sull'intero parco di veicoli di interesse storico e collezionistico, al fine di verificare l'effettivo gettito derivante dalla nuova disciplina sull'esenzione della tassa di circolazione prevista dal disegno di legge di stabilità (che egli ritiene sovrastimata), in vista di un riordino complessivo del settore.

Infine, segnala all'attenzione l'emendamento 2.196 che sopprime il trasferimento di attribuzioni previsto nel testo ad una nuova commissione, generando quindi risparmi per la finanza pubblica.

Il presidente AZZOLLINI ricorda a sua volta che, nella precedente seduta, il rappresentante del Governo ha già dichiarato di accogliere l'ordine del giorno derivante dalla trasformazione dell'emendamento 2.9823/13. Chiede quindi se vi siano altre segnalazioni di emendamenti da parte degli altri Gruppi di opposizione.

La senatrice BULGARELLI (*M5S*) dichiara di non avere emendamenti da segnalare per il Gruppo Movimento 5 Stelle.

La senatrice COMAROLI (*LN-Aut*) segnala la proposta 2.1006 per il Gruppo della Lega Nord e Autonomie.

Il relatore SANTINI (*PD*) presenta l'emendamento 2.305 (testo 2), pubblicato in allegato, derivante da una precedente proposta emendativa, che, rispetto al testo originario, limita al parco del Gran Paradiso la deroga ivi prevista per il blocco del *turn over*, nel limite del 55 per cento della dotazione organica e fino a un importo di 500.000 euro annui a decorrere dal 2015.

Il vice ministro MORANDO esprime parere favorevole sull'emendamento 2.305 (testo 2).

Previa dichiarazione di voto contrario, a nome del Gruppo, del senatore Luigi MARINO (*AP*

(NCD-UDC)), la Commissione approva l'emendamento 2.305 (testo 2).

Il senatore MILO (*GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI)*) dichiara di ritirare tutti gli emendamenti presentati dal Gruppo Grandi Autonomie e Libertà.

Il presidente AZZOLLINI ringrazia il senatore Milo. In risposta a un quesito del senatore SPOSETTI, conferma che il termine delle ore 12 per la conclusione dei lavori della Commissione ha valore tassativo.

La senatrice ZANONI (*PD*) interviene sull'ordine dei lavori, proponendo che tutti i Gruppi ritirino gli emendamenti presentati e non ancora esaminati, al fine di consentire alla Commissione di concludere i lavori entro il termine fissato.

La senatrice BULGARELLI (*M5S*), a nome del suo Gruppo, considera irricevibile la proposta della senatrice Zanoni, osservando che il rallentamento dei lavori della Commissione è da imputarsi principalmente al grande numero di emendamenti presentato dei Gruppi di maggioranza e dal Governo e ai continui rinvii nella loro trattazione. Appare quindi inaccettabile chiedere il ritiro degli emendamenti presentati dai Gruppi di opposizione, che sono in numero assai inferiore.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) precisa che, ove il rappresentante del Governo esprimesse un parere favorevole sugli emendamenti precedentemente segnalati dal suo Gruppo, vi sarebbe la disponibilità a ritirare tutti quanti gli altri.

Il presidente AZZOLLINI osserva che, quand'anche i Gruppi accettassero di ritirare tutti i loro emendamenti, vi sarebbero ancora numerose proposte rimaste accantonate, tra cui molti emendamenti del Governo e del relatore. Prende quindi atto che, approssimandosi la scadenza prima richiamata delle ore 12 ed essendovi ancora un numero assai elevato di emendamenti da esaminare, non sussistono le condizioni per concludere l'esame dei documenti di bilancio, con il conferimento del mandato ai relatori a riferire in Assemblea.

Ringrazia infine tutti i commissari e i rappresentanti del Governo per l'intenso e valido lavoro svolto, nonché gli Uffici per la preziosa assistenza fornita.

Toglie, quindi, la seduta.

La seduta termina alle ore 11,45.

ORDINI DEL GIORNO ED EMENDAMENTI

N. 1698

G/1698/117/5

DI BIAGIO

La 5ª Commissione permanente del Senato,

in sede di esame del disegno di legge n. 1698, recante "Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)"

premesso che,

il provvedimento in esame introduce misure di natura fiscale anche relativamente alle detrazioni per carichi di famiglia di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, e successive modificazioni;

in riferimento alle detrazioni di cui all'art. 24 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al citato

DPR 917/1986, la legge europea 2013 *bis*, recepita dalla legge 161/2014 (G.U. 261 del 10.11.2014) ha sanato un'ingiusta lacuna normativa prevedendo il diritto ad usufruire delle detrazioni per carichi di famiglia ai lavoratori italiani, residenti nell'UE e in paesi aderenti all'Accordo sullo Spazio economico europeo, ma il cui reddito è assoggettabile ad Irpef in Italia;
sulla materia delle detrazioni per carichi di famiglia permane ancora una critcità per i lavoratori italiani operanti all'estero extra UE, ma il cui reddito è parimenti assogettabile ad Irpef in Italia. Si tratta di circa 3000 cittadini che lavorano per l'amministrazione italiana o per società italiane, quindi ogni anno pagano Irpef e addizionali ma a differenza dei colleghi in Italia non possono detrarre;
è opportuno evidenziare che molti di questi lavoratori all'estero non hanno conseguito un riadeguamento salariale, quindi percepiscono poche centinaia di euro e a causa delle mancate detrazioni subiranno un'ulteriore perdita annua alla quale si aggiuinge l'incremento delle addizionali regionali e comunali che loro sono costretti a pagare anche non risiedendo sul nostro territorio;
la possibilità di usufruire delle citate detrazioni è stata definita annualmente, dal 2007 al 2013, mediante interventi normativi *ad hoc* e di proroga, al fine di rettificare un'incoerenza normativa che sarebbe opportuno definire in maniera strutturale e sulla base di un principio di coerenza normativa, rispecchiando il diritto già riconosciuto agli altri lavoratori, residenti in Italia;
impegna il Governo
ad attivare le opportune msiure normative finalizzate a rettificare le criticità evidenziate in premessa, per consentire la fruizione delle detrazioni per carichi di famiglia anche ai soggetti residenti all'estero, anche in uno stato non facente parte dell'Unione europea né aderente all'Accordo sullo Spazio economico europeo, e che producano almeno il 75 per cento del proprio reddito complessivo nel territorio dello Stato italiano, senza godere di agevolazioni fiscali analoghe nello Stato di residenza.

G/1698/118/5

URAS

La 5ª Commissione permanente del Senato,
premesso che il drastico taglio dei fondi per il sostegno all'editoria, operato nel corso degli ultimo otto anni ha messo a rischio la sopravvivenza di oltre cento testate, tra quotidiani e periodici, edite da cooperative, non profit, associazioni e fondazioni;
ricordato che 32 di esse hanno già chiuso i battenti con la perdita di centinaia di migliaia di copie giornaliere e con la scomparsa di oltre 950 posti di lavoro, tra diretti ed indiretti, e che - cosa ancor più grave - si è assestato, in tal modo, per la prima volta e nell'indifferenza generale, un colpo durissimo al pluralismo nonché al diritto ed alla qualità dell'informazione;
sottolineata - nelle more della presentazione ed approvazione della riforma dell'editoria, della RAI e dell'emittenza più in generale, annunciata dal governo - l'assoluta urgenza di un intervento per evitare la scomparsa della restante offerta informativa del comparto che opera, in gran parte, nel campo dell'informazione locale;
tenuto conto, altresì, che - oltre alle difficoltà aggiuntive per INPGI - l'ammontare dei costi per lo Stato, in termini di ammortizzatori sociali e di mancate entrate contributive e fiscali, sarebbe di molto superiore alle somme necessarie per integrare, fino al fabbisogno, le risorse attualmente disponibili;
preso atto che, allo stato attuale, non è sato possibile reperire le risorse necessarie per incrementare gli stanziamenti esistenti nel Fondo per il sostegno all'editoria fino alla copertura del fabbisogno
impegna il Governo
a ricondurre il Fondo per il sostegno all'editoria (cap 2183) alla sua funzione originaria.

G/1698/122/5

LANZILLOTTA

La 5ª Commissione permanente del Senato,
premesso che il comma 207 dell'articolo 2 del disegno di legge in esame dispone un ulteriore finanziamento a favore di Roma Capitale, che segue gli stanziamenti straordinari disposti negli anni per Roma oltre all'assunzione a carico della gestione commissariale del debito accumulato da Roma

fino all'esercizio 2008, pari a circa 12 miliardi di euro, al cui ammortamento lo Stato provvede con un'erogazione annua che dal 2008 al 2010 è stata pari a 500 milioni annui e dal 2011 è pari a 300 milioni di euro l'anno, mentre la restante quota delle somme occorrenti a fare fronte agli oneri derivanti dall'attuazione del piano di rientro, pari a 200 milioni, viene pagata dai cittadini mediante l'addizionale commissariale sui diritti di imbarco e l'addizionale IRPEF;
il decreto-legge 6 marzo 2014, n. 16, convertito, con modificazioni dalla legge 2 maggio 2014, n.68, a fronte dell'onere assunto dallo Stato per il finanziamento di Roma, aveva previsto che sulla base di un piano di rientro da predisporre entro centoventi giorni dalla data di entrata in vigore del decreto citato si provvedesse ad adottare una serie di misure per il contenimento dei costi, tra le quali la dismissione o messa in liquidazione delle società partecipate che non risultassero avere, come fine sociale, attività di servizio pubblico;
considerato che:
il piano è stato effettivamente approvato con Decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri il 30 settembre 2014 e pubblicato in GU solo il 4 dicembre 2014, tant'è che quanto ivi prescritto e le azioni previste dalla legge per tutto il 2014 sono rimaste del tutto inattuate;
quanto emerso dalle recenti vicende giudiziarie conferma l'assoluta urgenza di procedere a una profonda ristrutturazione del bilancio del Comune di Roma e del sistema di società che ad esso fanno capo, accelerando e rendendo stringenti le azioni e gli obiettivi previsti dal piano;
impegna il Governo:
a erogare per *tranches* lo stanziamento di cui all'articolo 2 comma 207 della presente legge e solo a seguito di un costante e progressivo monitoraggio dello stato di attuazione, da effettuarsi ogni tre mesi, delle azioni e degli interventi del Piano di rientro approvato dal Comune di Roma ai sensi dell'articolo 16, comma 1, del decreto-legge 6 marzo 2014, n.216, convertito con modificazioni dalla legge 2 maggio 2014, n.68, con particolare riferimento agli interventi di dismissione delle partecipazioni di secondo livello detenute dal Comune di Roma tramite il Gruppo AMA e il Gruppo ATAC, alla cessione delle partecipate di primo livello e alla liquidazione delle Agenzie specificatamente indicate nel Piano, nonché all'affidamento mediante gare dei servizi attualmente gestiti *in hous*e dalle società AMA, ATAC e dalle altre partecipate;
a trasmettere alle Camere una relazione sull'esito di tale monitoraggio, anche essa su base trimestrale.

G/1698/123/5

DI BIAGIO

La 5ª Commissione permanente del Senato,
premesso che,
il provvedimento in esame dispone misure relative alla formazione del bilancio annuale e pluriennalo dello Stato, introducendo all'art. 56 misure relative alle prestazioni previdenziali corrisposte dall'INPS, ai trattamenti pensionistici, agli assegni, alle pensioni e le indennità di accompagnamento erogate agli invalidi civili, nonché alle rendite vitalizie dell'INAL;
sussistono criticità in merito alla concessione dell'assegno, istituito in favore dei grandi invalidi di guerra o per servizio affetti da particolari patologie ed erogato attraverso il fondo di cui all'art. 2 della legge n. 288 del 2002;
l'autorizzazione delle richieste relative all'assegno di accompagnamento è vincolata al rifinanziamento annuale del citato fondo, il cui ultimo incremento risale alla legge 24 dicembre 2012, n. 228, che ha definito la situazione per gli anni 2013 e 2014, per una spesa complessiva di 3.400.000 euro l'anno;
la mancata integrazione del citato fondo per il triennio 2015-2017, per la quale sarebbero sufficienti 1.200.000 euro l'anno, determinerebbe una situazione di forte criticità in capo ai fruitori del sussidio. Si tratta di circa 900 persone, in età avanzata, che hanno prestato un servizio encomiabile in favore dello Stato, sacrificando anche la propria integrità fisica, e che necessitano di un accompagnamento a fronte di situazioni di forte invalidità;
impegna il Governo:
ad adottare le opportune misure normative, finalizzate al rifinanziamento del fondo per la concessione

di un assegno sostitutivo ai grandi invalidi di guerra o per servizio, di cui all'articolo 2 della legge n. 288 del 2002, al fine di retttificare le criticità evidenziate in premessa;

G/1698/124/5

DI BIAGIO

La 5a Commissione permanente del Senato,

premesso che,

il provvedimento in esame dispone misure relative alla formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato finalizzati alla stabilità dei conti pubblici;

la relazione inviata lo scorso agosto alle Camere dalla Corte dei Conti sull'esercizio finanziario dell'associazione italiana Croce rossa (CRI) nell'anno 2013, presenta un disavanzo finanziario consolidato dell'ente pari a 50.715.945,43 di euro. Considerando che nel 2012 lo stesso ammontava a 15.422.741, si registra un aumento superiore al 200 per cento;

il dato, oltre a rappresentare il segno di una gestione che non è riuscita a conseguire il risanamento auspicato, getta una luce decisamente negativa sugli esiti della privatizzazione dell'ente definita dal decreto legislativo 28 settembre 2012, n. 178 - che ne ha disposto la riorganizzazione trasformandone la natura giuridica da ente pubblico a società privata;

l'applicazione del citato decreto legislativo n. 178, iniziata nel 2012 per essere completata il 31 dicembre 2014, per effetto di proroghe normativamente sancite, sta definendo una situazione dagli effetti deleteri sotto tutti i punti di vista, non ultimo il versante organizzativo-occupazionale. Alle evidenti problematiche determinate da una transizione dal pubblico al privato che in sede locale sta avvenendo in materia disarticolata, determinando altresì notevoli problemi che interessano numerosi aspetti - dalla sorte dei lavoratori allo *status* giuridico dei comitati locali, i loro statuti e la gestione dei fondi - si aggiungono oggi ulteriori perplessità legate agli obiettivi attesi dall'intero processo riorganizzativo;

difatti, a fronte di un costo immensamente elevato in considerazione dell'enorme patrimonio di mezzi, strutture, personale, formazione ed esperienza, che va disperdendosi, la privatizzazione mostra di non conseguire alcun beneficio oggettivo in termini economici, bensì un aumento esagerato di costi a carico della finanza pubblica;

all'enorme aumento del *deficit* dell'ente, va inoltre associato il fatto che rispetto ai 36 milioni originariamente attesi, nell'ambito della privatizzazione, dalla sola vendita degli immobili, ne sono stati conseguiti solo 6 milioni;

occorre inoltre evidenziare che la privatizzazione è stata portata avanti attraverso determinazioni discutibili della Dirigenza, già oggetto di numerosi atti di sindacato ispettivo a firma dell'interrogante, che hanno determinato un enorme contenzioso amministrativo i cui esiti sono difficilmente quantificabili;

non si può tralasciare di ricordare che la CRI ha svolto negli anni un ruolo essenziale di assistenza sanitaria e sociale per i cittadini, in sede nazionale, come in sede internazionale, intervenendo - attraverso il corpo militare - anche in scenari difficili e altamente rischiosi che la vedono coinvolta ed operativa nelle missioni internazionali. A fronte di questo, lo stesso corpo militare vede oggi fortemente messa in discussione la propria sopravvivenza, giacchè, ai sensi del decreto legislativo n. 178/2012 verrà smilitarizzato alla fine del corrente mese di dicembre 2014: dei circa 1100 militari oggi in servizio, 175 unità verranno definitivamente licenziate perchè militari richiamati, da oltre 20 anni, titolari di contratto a tempo determinato; i rimanenti verranno posti in mobilità protetta per due anni e poi licenziati;

il decreto legislativo n. 178/2012 prevede altresì, in maniera del tutto incomprensibile, la definizione di un contingente ad esaurimento di 300 militari da individuare mediante selezione aperta a tutti, per la durata di soli due anni;

le criticità che condizionano in queste ore il corpo militare sono il dato più eclatante di una situazione molto grave che sta interessando tutti i lavoratori della CRI, se si considera che solo nel Lazio sono messi in discussione circa 200 posti di lavoro e, nei giorni scorsi, 24 lavoratori del Centro di

educazione motoria di via Ramazzini a Roma sono stati licenziati;
la gravità dell'attuale situazione, che rischia di determinare una vera e propria emergenza sanitaria, unita alle evidenze sul costo economico di tutto il processo di privatizzazione, impone dunque un'azione incisiva finalizzata a una rivalutazione e ridefinizione delle prospettive di un riordino che, seppure si profila come necessario, non può snaturare la vocazione di una realtà di rilievo come è sempre stata la CRI, la cui perdita rappresenterebbe un danno enorme per l'intera collettività;
impegna il Governo:
ad attivare le opportune misure per definire una proroga, di almeno due anni, dell'entrata in vigore del decreto legislativo n. 178/2012, al fine di riarticolare il processo di riorganizzazione, attivando una cabina di regia presso il Ministero della Pubblica Amministrazione, con la collaborazione del Ministero della Salute e il coinvolgimento dei referenti di categoria dei lavoratori, al fine di gestire in maniera adeguata le problematiche citate in premessa, salvaguardando la natura e la vocazione della Croce Rossa Italiana e le professionalità dei tanti volontari, civili e militari, che da anni prestano il proprio servizio con serietà e sacrificio nell'interesse della collettività.

1.755 (testo 2)

TOSATO

All'articolo 1, comma 105, dopo le parole: "sono effettuati" *aggiungere le seguenti:* "anche tramite donazioni".

1.810 (testo 2)

IL RELATORE

Al comma 109, sono apportate le seguenti modificazioni:

« a) alla lettera *d)*, capoverso 9-*ter*, dopo l'ultimo periodo sono inserite le seguenti parole: "Le selezioni di cui al presente comma sono rivolte a soggetti operanti in ambito locale. Nel caso in cui dalle selezioni non risulti un numero sufficiente ed idoneo, rispetto ai criteri definiti, di operatori di rete in relazione alle frequenze da assegnare, il Ministero dello Sviluppo Economico esamina le domande presentate da soggetti non operanti in ambito locale assegnando i relativi diritti d'uso per le stesse finalità della presente disposizione"

b) alla lettera *d)*, capoverso 9-*quinquies*, dopo l'ultimo periodo è inserito il seguente: "Le suddette graduatorie sono altresì utilizzate per l'attribuzione ai fornitori di servizi di media audiovisivi autorizzati alla diffusione di contenuti audiovisivi in tecnica digitale terrestre in ambito locale dei numeri di cui al seguente 9-*septies*.".

c) alla lettera *d)*, capoverso 9-*septies*, l'ultimo periodo è abrogato.»

1.1019 (testo 2)

IL RELATORE

Dopo il comma 121, sono aggiunti i seguenti:

«121-*bis*. Nell'anno 2015 è autorizzata la spesa di euro 5 milioni per le finalità di cui all'articolo 19, comma 4, del decreto-legge 12 settembre 2013, n. 104, convertito, con modificazioni, dalla legge 8 novembre 2013, n. 128, nonché di euro 1 miliione per le finalità di cui all'articolo 19, comma 5-*bis*, del medesimo decreto-legge.

121-*ter*. Agli oneri derivanti dal comma 121-*bis*, pari ad euro 6 milioni nell'anno 2015, si provvede mediante corrispondente riduzione del fondo di funzionamento di cui all'articolo 1, comma 601, della legge 29 dicembre 2006. n. 296, ferma restando la disponibilità delle risorse di cui all'articolo 7, comma 39, del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito con modificazioni dalla legge 7 agosto 2012, n. 135."»

2.64 (testo 2)

IL RELATORE

Al comma 12, apportare le seguenti modificazioni:

a) Le parole: «38,690 milioni di euro annui" sono sostituite dalle seguenti: "23,690 milioni di euro annui»;

b) dopo il primo periodo aggiungere, in fine, il seguente: «La quota di riduzione da imputare al credito

di imposta di cui agli articoli 8, comma 10, lettera *c)*, della legge 23 dicembre 1998, n. 448 e 2, comma 12, della legge 22 dicembre 2008, n. 203, di cui all'elenco n. 2 allegato alla presente legge non può superare l'importo di 11,605 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2016;

Conseguentemente,

all'articolo 3, dopo il comma 66, inserire il seguente:

«66-*bis*. L'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307, è ridotta di 15 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2016.».

2.305 (testo 2)

IL RELATORE

Dopo il comma 32 aggiungere i seguenti:

«32-*bis*. A decorrere dal 1° gennaio 2015, l'amministrazione dell'Ente Parco Nazionale Gran Paradiso può procedere, in deroga ai limiti di cui all'articolo 66, comma 9-*bis*, del decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 agosto 2008, n. 133, ed all'articolo 1, comma 91, della legge 24 dicembre 2012, n. 228, e, comunque, con un *turn-over* complessivo relativo allo stesso anno non superiore al 55 per cento, ad ulteriori assunzioni di personale a tempo indeterminato nel limite di un contingente complessivo corrispondente ad una spesa annua lorda pari a 500 mila euro. 32-*ter*. All'onere derivante dalle assunzioni di cui al comma 32-*bis* si provvede con le risorse di cui al fondo unico di amministrazione per il miglioramento dell'efficacia e dell'efficienza dei servizi istituzionali del Ministero della giustizia.»

2.500 (testo 2)

IL RELATORE

Sostituire il comma 55 con il seguente: "L'ultimo periodo del comma 1 dell'articolo 5 della legge 24 ottobre 2000, 323, è soppresso a decorrere dal 1° gennaio 2016."

Conseguentemente:

Il comma 59 è sostituito dal seguente: ", l'Inps procede al riversamento all'entrata del bilancio dello Stato di 11 milioni di euro per l'anno 2015 e di 19 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016 in relazione ai risparmi conseguiti attraverso l'attuazione dei commi 55, 56, 57 e 58";

Al comma 62, sopprimere le parole: «tenuto anche conto della previsione di cui al comma 55»;

All'articolo 3, dopo il comma 66, inserire il seguente.

«66-*bis*. L'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307, è ridotta di 8 milioni di euro per l'anno 2015.».

2.1349 (testo 3)

ZELLER, BERGER, PALERMO, LANIECE, BATTISTA, FRAVEZZI, PANIZZA

Dopo il comma 198, inserire il seguente:

«198-*bis*. All'articolo 14, comma 1 del decreto legislativo 14 marzo 2011, n. 23, sono aggiunte, in fine, le seguenti parole: "Le disposizioni di cui al presente comma si applicano anche all'imposta municipale immobiliare IMI della Provincia di Bolzano, istituita con legge provinciale 23 aprile 2014, n. 3."»

3.248 (testo 3)

BONFRISCO, D'ALÌ, CERONI, GIBIINO, MALAN, MANDELLI, MATTEOLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, EVA LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE, FILIPPI, DI BIAGIO

Dopo il comma 33, aggiungere il seguente:

«33-*bis*. Il Ministro delle infrastrutture e dei trasporti, con proprio decreto, da emanarsi entro 6 mesi dall'entrata in vigore della presente legge, provvede, avvalendosi dell'Automobilclub Storico Italiano (ASI), alla ricognizione dell'intero parco degli autoveicoli di interesse storico e collezionistico. Il Ministro dell'economia e delle finanze dispone, entro 30 giorni dall'entrata in vigore della presente

legge, il monitoraggio dell'attuazione dell'articolo 63 della legge 21 novembre 2000, n. 342, come modificato dal comma 33, e presenta al parlamento un'apposita relazione sugli effetti finanziari e di gettito per le eventuali modifiche da apportare alla norma stessa.»

1.4. Trattazione in consultiva

1.4.1. Sedute

collegamento al documento su www.senato.it

Non e' stato possibile includere la seguente risorsa:
http://www.senato.it/versionestampa/stampa.jsp?url=/leg/17/BGT/Schede/Ddliter/cons/45047_cons.htm&thispage

1.4.2. Resoconti sommari

1.4.2.1. 1^ Commissione permanente (Affari Costituzionali)

1.4.2.1.1. 1ªCommissione permanente (Affari Costituzionali) - Seduta n. 228 (pom.) del 09/12/2014

collegamento al documento su www.senato.it

AFFARI COSTITUZIONALI (1ª)

MARTEDÌ 9 DICEMBRE 2014
228ª Seduta (pomeridiana)

Presidenza della Presidente
FINOCCHIARO

Interviene il sottosegretario di Stato alla Presidenza del Consiglio dei ministri Pizzetti.

La seduta inizia alle ore 14,35.

IN SEDE CONSULTIVA

(1699 **e** 1699-*bis* **)** ***Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017*** **e relativa** ***Nota di variazioni***, approvato dalla Camera dei deputati

- (Tabb. 2 e 2-*bis*) Stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017 *(limitatamente alle parti di competenza)*

- (Tabb. 8 e 8-*bis*) Stato di previsione del Ministero dell?interno per l?anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017

(1698) ***Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)***, approvato dalla Camera dei deputati

(Rapporti alla 5a Commissione. Esame congiunto e rinvio)

Il senatore COCIANCICH (*PD*), relatore sullo stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per le parti relative alla Presidenza del Consiglio dei ministri e sulle disposizioni corrispondenti del disegno di legge di stabilità, sottolinea preliminarmente che, alla Presidenza del

Consiglio dei ministri, sono complessivamente destinati 494,27 milioni, mentre agli organi costituzionali, a rilevanza costituzionale e alla Presidenza del Consiglio dei ministri sono complessivamente destinati 2,74 miliardi di euro. In particolare, lo stanziamento in conto competenza, per il 2015, destinato agli organi costituzionali è pari a 1,7 miliardi, con un decremento di circa 67 milioni rispetto alle previsioni assestate per il 2014, imputabile - per 63,5 milioni - riforma del finanziamento dei partiti. Per il 2015, gli stanziamenti destinati alle spese del Senato della Repubblica, della Camera dei deputati e della Corte costituzionale non registrano alcuna variazione rispetto alle previsioni assestate per l?anno 2014, mentre la dotazione della Presidenza della Repubblica registra una riduzione di 4 milioni rispetto ai dati del 2014.

Al programma per le spese per il funzionamento di organi a rilevanza costituzionale (Corte dei Conti, Consiglio di Stato, Tribunali amministrativi regionali, Consiglio di giustizia amministrativa della Regione siciliana, Consiglio nazionale dell'economia e del lavoro e Consiglio superiore della magistratura) è destinato, per il 2015, uno stanziamento in conto competenza pari a 482,2 milioni, con un decremento di circa 44 milioni rispetto alle previsioni assestate per il 2014.

Precisa, quindi, l'ammontare delle dotazioni in termini di competenza per i programmi "Protezione civile", "Sostegno all?editoria", "Protezione sociale per particolari categorie" (che prevede spese connesse agli interventi di tutela delle minoranze linguistiche storiche), "Promozione dei diritti e delle pari opportunità" e "Rapporti con le confessioni religiose".

Segnala, inoltre, gli stanziamenti destinati alle spese di organizzazione e funzionamento dei servizi di informazione per la sicurezza della Repubblica, all'Autorità nazionale anticorruzione, alle spese di funzionamento della Scuola nazionale di amministrazione, all'Agenda digitale, nonché all?ISTAT.

Illustra quindi alcune disposizioni del disegno di legge di stabilità 2015, che recano disposizioni di interesse della Commissione Affari costituzionali.

Il comma 105 dell'articolo 1 conferma la detraibilità dei versamenti effettuati a favore di partiti e movimenti politici, pur se effettuati da candidati o eletti a cariche pubbliche, loro appartenenti. Dall'imposta lorda si detrae un importo pari al 24 per cento per l'anno 2013 e pari al 26 per cento a decorrere dall'anno 2014. La detraibilità vale per importi compresi fra 50 e 10.000 euro annui, a condizione che siano effettuate mediante versamento bancario o postale, tracciabile secondo la normativa antiriciclaggio.

Al comma 119 dello stesso articolo si incrementa la dotazione del Fondo per le non autosufficienze, nella misura di 400 milioni per il 2015 e di 250 milioni annui a decorrere dal 2016, mentre il comma 120 incrementa la dotazione già prevista dalla legislazione vigente per l'Autorità garante per l'infanzia e l'adolescenza di 650.000 euro per ciascun anno del triennio 2015-2017.

Segnala, quindi, il comma 129, che pospone al 31 dicembre 2015 il termine a decorrere dal quale diviene obbligatoria la tracciabilità delle vendite e delle rese di quotidiani e periodici attraverso l?utilizzo di strumenti informatici e telematici basati sulla lettura del codice a barre. Inoltre, prevede l?accesso nel 2015 al credito d?imposta per sostenere l?adeguamento tecnologico degli operatori del settore.

Il comma 131 reca un'autorizzazione di spesa, ai fini della copertura finanziaria di una riforma del terzo settore e dell?impresa sociale e di una revisione della disciplina del servizio civile universale.

Il comma 20 dell'articolo 2 dispone la riduzione dei trasferimenti dal bilancio dello Stato in favore di enti e organismi pubblici indicati nell?allegato 6 al disegno di legge in esame, per un importo complessivo pari a 22 milioni per il 2015 e a 21,7 milioni a decorrere dal 2016. Sono investiti da alcune contenute riduzioni l'Istituto nazionale di statistica, l'Agenzia per l'Italia digitale, il Garante della privacy, l'Autorità nazionale anticorruzione, il Garante per l'infanzia e l'adolescenza, il Formez, la Scuola nazionale della pubblica amministrazione, l'ARAN.

I commi da 22 a 24 dell'articolo 2 dettano norme in materia di contenimento delle spese di personale nel settore del pubblico impiego. In particolare, il comma 22 proroga fino al 31 dicembre 2015 il blocco economico della contrattazione nel pubblico impiego, con un conseguente slittamento del

triennio contrattuale al 2016-2018 (dal 2015-2017). Il comma 23 estende fino al 2018 l?efficacia della norma che prevede che l'indennità di vacanza contrattuale sia quella in godimento al 31 dicembre 2013. Il comma 24 proroga di un anno, al 31 dicembre 2015, la previsione che nei confronti del personale non contrattualizzato in regime di diritto pubblico di cui all?articolo 3 del decreto legislativo n. 165 del 2001 non si applichino i meccanismi di adeguamento retributivo. Inoltre, lo stesso anno non è utile ai fini della maturazione delle classi e degli scatti di stipendio, correlati all?anzianità di servizio.

Resta ferma l?inapplicabilità di queste disposizioni al personale di magistratura di cui alla legge n. 27 del 1981, a seguito della sentenza della Corte costituzionale n. 223 del 2012.

Il comma 37 contiene modifiche alla legislazione vigente in tema di dismissione immobili pubblici e di razionalizzazione degli spazi in uso alle amministrazioni centrali, mentre il comma 3 apporta alcune modifiche all'articolo 24 del decreto-legge n. 66 del 2014, in tema di razionalizzazione degli spazi, dando rilievo alla valutazione dei costi. Istituisce inoltre un "Fondo di rotazione per la razionalizzazione degli spazi", con un?iniziale dotazione di 20 milioni di euro.

Il comma 46 dispone una riduzione dei trasferimenti per le spese di funzionamento della Corte dei conti, del Consiglio di Stato e dei TAR, del CSM e del Consiglio di giustizia amministrativa per la Regione siciliana, pari complessivamente a 10 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017. Il comma 47 prevede che l?espletamento di ogni funzione connessa alla carica di presidente o consigliere del Consiglio nazionale dell?economia e del lavoro (CNEL), così come qualsiasi attività istruttoria finalizzata alle deliberazioni del Consiglio, non possa comportare oneri a carico della finanza pubblica ad alcun titolo e, pertanto, è svolta a titolo gratuito.

Il comma 48 abroga conseguentemente alcune disposizioni della legge n. 936 del 1986, relative agli emolumenti per i componenti del CNEL ed all?affidamento di incarichi a soggetti esterni. Il comma 49 prevede che la Presidenza del Consiglio dei ministri assicura, a decorrere dal 2015, una riduzione delle spese del proprio bilancio non inferiore a 13 milioni di euro.

Il senatore TORRISI (*NCD*), relatore sullo stato di previsione del Ministero dell'interno e sulle parti corrispondenti del disegno di legge di stabilità, ricorda che, per il 2015, gli stanziamenti per lo stato di previsione del Ministero dell'interno (Tabella 8), in termini di competenza, ammontano a 23,5 miliardi di euro, con un incremento degli stanziamenti di 2,43 miliardi.

Si sofferma, quindi, su due capitoli, di interesse per l'amministrazione dell'Interno, collocati nello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze (Tabella 2), che stanziano 98,8 milioni per le assunzioni in deroga di personale a tempo indeterminato per i corpi di polizia per il 2014 e ulteriori 119,84 milioni, da ripartire per fronteggiare le spese derivanti dalle assunzioni di personale del comparto sicurezza-difesa e del Corpo dei vigili del fuoco.

Illustra, quindi, le disposizioni del disegno di legge di stabilità 2015, che recano disposizioni di interesse della Commissione Affari costituzionali. Ricorda, in particolare, l'incremento del Fondo nazionale per le politiche ed i servizi dell'asilo e l'istituzione del Fondo per l'accoglienza dei minori non accompagnati.

Si sofferma, in particolare, sul comma 31 dell'articolo 2, con il quale si prevede che le assunzioni del personale dei Corpi di polizia e del Corpo nazionale dei vigili del fuoco, da effettuarsi nel 2015, non possano avere luogo prima del 1° dicembre 2015, con un risparmio complessivo non inferiore a 27,2 milioni di euro. Inoltre, il comma 32 stabilisce che lo scorrimento delle graduatorie dei concorsi delle Forze di polizia, già autorizzato in via straordinaria in deroga, per i concorsi indetti per l'anno 2013, possa riferirsi anche ai concorsi banditi nell'anno 2012.

I commi 33 e 34 dispongono l'avvio delle procedure e la stipulazione dell?Accordo nazionale quadro di amministrazione delle forze di polizia ad ordinamento civile (Polizia di Stato, Polizia penitenziaria e Corpo forestale), mentre il comma 35 differisce al 31 dicembre 2015 la facoltà di deroga per l'assunzione di personale a tempo determinato delle Regioni a statuto speciale e loro enti locali, purché permangano il fabbisogno organizzativo e comprovate esigenze istituzionali volte ad assicurare i

servizi già erogati.

Ricorda che il comma 39 ripristina la gestione accentrata da parte dell?Agenzia del demanio sugli interventi di manutenzione, ordinaria e straordinaria, delle sedi della Polizia di Stato, dell'Arma dei carabinieri e del Corpo nazionale dei vigili del fuoco, mentre il comma 45 dispone la riduzione delle dotazioni di bilancio, sia in termini di competenza che di cassa, degli stati di previsione dei singoli Ministeri a decorrere dall?anno 2015.

Con il comma 109, si sopprime l'indennità di trasferimento in Italia per il personale delle Forze armate, di polizia, dei vigili del fuoco e prefettizio.

Si sofferma, quindi, sui commi da 141 a 153, che stabiliscono un contributo aggiuntivo delle Regioni alla finanza pubblica per ciascuno degli anni dal 2015 al 2018, pari complessivamente a 4 miliardi di euro, ripartito tra le Regioni a statuto ordinario per 3,45 miliardi e le Regioni a statuto speciale e le Province autonome per 548 milioni. La norma estende inoltre all'anno 2018, il concorso alla finanza pubblica delle Regioni già previsto dal decreto-legge n. 66 del 2014 per gli anni dal 2015 al 2017.

I commi da 154 a 156, invece, definiscono il concorso delle Province e delle Città metropolitane al contenimento della spesa pubblica, attraverso una riduzione della loro spesa corrente, nell?importo complessivo di 2,2 miliardi per il 2015, 3,2 miliardi per il 2016 e 4,2 miliardi a decorrere dall?anno 2017. Al fine del contenimento delle spese correnti, sono disposti una serie di divieti alle Province delle Regioni a statuto ordinario.

Il comma 158 prevede una riduzione del concorso al contenimento della spesa per l'anno 2015 per i Comuni colpiti da eventi sismici negli ultimi anni, mentre il comma 160 estende all?anno 2018 il contributo alla finanza pubblica richiesto agli enti locali. Con il comma 159 dell'articolo 2, si introducono disposizioni in favore delle unioni e fusioni di Comuni, al fine di promuovere la razionalizzazione e il contenimento della spesa degli enti locali attraverso processi di aggregazione e di gestione associata.

Sottolinea che i commi da 162 a 179 introducono per le Regioni a statuto ordinario una diversa modalità di contenimento della spesa pubblica, in luogo del patto di stabilità, con l'obiettivo del conseguimento del pareggio di bilancio. Con i commi da 185 a 195, invece, è modificata la disciplina del patto di stabilità interno per gli enti locali, valevole per le Province e i Comuni con popolazione superiore a 1.000 abitanti.

Si sofferma, quindi, sul comma 207, che attribuisce a Roma Capitale, a decorrere dal 2015, un contributo di 110 milioni di euro annui quale concorso dello Stato agli oneri che lo stesso Comune sostiene in qualità di capitale della Repubblica, nonché sui commi da 208 a 210, che riconoscono al Comune di Milano una serie di deroghe a norme vigenti relative al contenimento delle spese di personale, in relazione ad Expo 2015 e agli eventi connessi al semestre italiano di Presidenza europea.

Ha inizio la discussione.

Il senatore CAMPANELLA (*Misto-ILC*) critica l'ulteriore proroga del blocco dei rinnovi contrattuali per i dipendenti della pubblica amministrazione che, in un contesto di recessione economica, ha un effetto prociclico e determina conseguenze negative sul PIL.

Ritiene inconcepibile, inoltre, l'indizione annuale di concorsi per il personale di pubblica sicurezza: a suo avviso, infatti, sarebbe preferibile esaurire le graduatorie dei candidati risultati idonei, al fine di assecondare la procedura di revisione della spesa.

Il senatore ENDRIZZI (*M5S*) ritiene che gli stanziamenti previsti per il comparto della sicurezza, soprattutto con riferimento al contrasto dell'immigrazione clandestina e all'accoglienza, nonché per la protezione civile e l'Autorità anticorruzione, siano del tutto insufficienti. Osserva che, d'altro canto, si continua a privilegiare alcuni settori. Ricorda, ad esempio, le disposizioni che consentono la detraibilità dei versamenti effettuati a favore di partiti e movimenti politici, peraltro con una aliquota crescente, e che differiscono al 31 dicembre 2015 il termine a decorrere dal quale diviene obbligatoria

la tracciabilità delle vendite e delle rese di quotidiani e periodici.

Formula altresì osservazioni critiche in merito agli ulteriori stanziamenti previsti per Roma capitale e le misure destinate a Expo 2015.

Il senatore Mario MAURO (*GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI)*) rileva che il disegno di legge di stabilità potrebbe presentare profili di compatibilità costituzionale in riferimento all'articolo 81 della Costituzione. A suo avviso, quindi, sarebbe opportuno prevedere interventi adeguati per favorire la crescita economica, piuttosto che intervenire sul versante delle entrate, al fine di rispettare il principio dell'equilibrio strutturale del bilancio.

La PRESIDENTE dichiara chiusa la discussione generale e propone di fissare il termine per la presentazione di emendamenti e ordini del giorno al disegno di legge di bilancio (n. 1699) e di ordini del giorno al disegno di legge di stabilità per il 2014 (n. 1698) alle ore 10 di domani, mercoledì 10 ottobre.

La Commissione conviene.

Il seguito dell'esame congiunto è quindi rinviato.

La seduta termina alle ore 15,30.

1.4.2.1.2. 1ªCommissione permanente (Affari Costituzionali) - Seduta n. 229 (pom.) del 10/12/2014

collegamento al documento su www.senato.it

AFFARI COSTITUZIONALI (1ª)

MERCOLEDÌ 10 DICEMBRE 2014
229ª Seduta

Presidenza della Presidente
FINOCCHIARO

Intervengono i sottosegretari di Stato per l'interno Manzione e alla Presidenza del Consiglio dei ministri Pizzetti.

La seduta inizia alle ore 14,40.

IN SEDE CONSULTIVA

(1699 **e** 1699-*bis* **)** ***Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017*** **e relativa** ***Nota di variazioni***, approvato dalla Camera dei deputati

- **(Tabb. 2 e 2-*bis*)** Stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017 *(limitatamente alle parti di competenza)*

- **(Tabb. 8 e 8-*bis*)** Stato di previsione del Ministero dell?interno per l?anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017

(1698) ***Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)***, approvato dalla Camera dei deputati

(Rapporti alla 5a Commissione. Seguito e conclusione dell'esame congiunto con esiti distinti. Rapporto favorevole con osservazioni sulle Tabelle nn. 2 e 2-*bis*, limitatamente alle parti di competenza, e sulle parti corrispondenti del disegno di legge di stabilità. Rapporto favorevole con osservazioni sulle Tabelle nn. 8 e 8-*bis* e sulle parti corrispondenti del disegno di legge di stabilità)

Prosegue l'esame congiunto, sospeso nella seduta pomeridiana del 9 dicembre.

Il senatore COCIANCICH (*PD*), relatore sullo stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per le parti relative alla Presidenza del Consiglio dei ministri, limitatamente a quanto di competenza, nonché sulle disposizioni corrispondenti del disegno di legge di stabilità, dopo aver valutato con favore l'incremento della dotazione del Fondo per le non autosufficienze, segnala criticamente la proroga, fino al 31 dicembre 2015, del blocco della contrattazione e degli incrementi stipendiali nel pubblico impiego. Ritiene che analoga critica possa essere mossa alla norma che estende, fino al 2018, la preclusione all'incremento dell'indennità di vacanza contrattuale.

Evidenzia con preoccupazione le misure nei confronti del personale non contrattualizzato in regime di diritto pubblico, di cui all'articolo 3 del decreto legislativo n. 165 del 2001, per il quale è prevista la non applicazione dei meccanismi di adeguamento retributivo fino al 31 dicembre 2015. Infatti, tali misure, in un contesto di recessione economica, incidono su una categoria già profondamente penalizzata, determinando inoltre conseguenze negative sul PIL, in ragione della significativa riduzione della sua capacità di acquisto.

Formula, pertanto, una proposta di rapporto favorevole con osservazioni, segnalando la necessità di attenuare la severità delle misure previste dall'articolo 2, commi 22, 23 e 24, in materia di pubblico impiego, riconoscendo, almeno in parte, l'incremento dell'indennità di vacanza contrattuale, con particolare attenzione al personale del comparto sicurezza, che opera in condizioni di estrema difficoltà e di rischio, con carichi di lavoro ben oltre l'ordinario e disponendo di risorse umane e strumentali in molti casi inadeguate.

La senatrice DE PETRIS (*Misto-SEL*), pur ritenendo apprezzabile la misura che pospone al 31 dicembre 2015 il termine a decorrere dal quale diviene obbligatoria la tracciabilità delle vendite e delle rese di quotidiani e periodici, formula osservazioni critiche sulla ulteriore riduzione della dotazione per il sostegno all?editoria, dopo i tagli già previsti lo scorso anno. Auspica, pertanto, un intervento del Governo volto a risollevare il settore dalla grave situazione di crisi.

La senatrice BISINELLA (*LN-Aut*) ritiene che il rilievo riguardante la proroga del blocco della contrattazione e degli incrementi stipendiali nel pubblico impiego, con particolare riferimento alle forze dell'ordine, dovrebbe essere formulato quanto meno come condizione. Tale misura, peraltro, si inserisce in un impianto normativo complessivamente criticabile: a suo avviso, infatti, il Governo non ha adottato misure adeguate per contrastare la fase recessiva dell'economia del Paese. Annuncia pertanto un voto contrario.

Il senatore CAMPANELLA (*Misto-ILC*) apprezza che il relatore abbia inteso recepire, nello schema di rapporto, le considerazioni critiche formulate nel corso della discussione. Ritiene, tuttavia, che queste avrebbero dovuto essere espresse in forma più incisiva, eventualmente con condizioni. Pertanto, dichiara il proprio voto contrario.

Il senatore CRIMI (*M5S*) ritiene che le Tabelle 2 e 2-*bis* e le corrispondenti disposizioni del disegno di legge di stabilità presentino ulteriori profili critici, che dovrebbero essere formulati come condizioni. Annuncia, quindi, a nome del Gruppo, un voto contrario.

Accertata la presenza del prescritto numero di senatori, è posta in votazione e approvata la proposta di rapporto favorevole con osservazioni, avanzata dal relatore Cociancich sulle Tabelle 2 e 2-*bis* del disegno di legge di bilancio e sulle corrispondenti disposizioni del disegno di legge di stabilità,

pubblicata in allegato.

Si procede quindi all'esame degli emendamenti riferiti alle Tabelle 8 e 8-*bis* del disegno di legge n. 1699 (legge di bilancio), pubblicati in allegato.

Il senatore TORRISI (*NCD*), relatore sullo stato di previsione del Ministero dell'interno e sulle disposizioni corrispondenti del disegno di legge di stabilità, dopo aver premesso che, per l'anno 2015, si registra positivamente, rispetto al bilancio assestato 2014, un incremento degli stanziamenti, osserva che è opportunamente previsto un incremento del Fondo nazionale per le politiche e i servizi per l'asilo, destinato all'ampliamento del sistema di protezione per i richiedenti asilo e i rifugiati. Inoltre, a decorrere dal 1° gennaio 2015, è istituito il Fondo per l'accoglienza dei minori stranieri non accompagnati.

Segnala criticamente, tuttavia, le disposizioni che rinviano al 1° dicembre 2015 le assunzioni di personale del corpo di Polizia e del corpo nazionale dei Vigili del fuoco, in quanto un ulteriore blocco del *turnover* è suscettibile di accrescere lo stato di sofferenza in cui versa il comparto. Al riguardo, valuta positivamente la norma che autorizza in via straordinaria le forze di Polizia allo scorrimento delle graduatorie di concorsi già indetti per l'immissione nei rispettivi ruoli, al fine di incrementare i servizi di prevenzione e di controllo del territorio, connessi allo svolgimento di Expo Milano 2015.

Valuta altresì con preoccupazione la riduzione delle dotazioni di bilancio dello stato di previsione del Ministero dell'interno, soprattutto nella parte in cui essa incide sulla missione "ordine pubblico e sicurezza" e sulla missione "soccorso civile". Inoltre, reputa particolarmente critiche le disposizioni che stabiliscono un contributo aggiuntivo delle Regioni alla finanza pubblica per ciascuno degli anni dal 2015 al 2018 e che estendono al 2018 il concorso alla finanza pubblica delle Regioni, già previsto dal decreto-legge n. 66 del 2014. Ritiene, infine, che analoghe considerazioni possano essere svolte sulle disposizioni che prevedono ulteriori riduzioni di spesa anche a carico degli enti locali.

Formula, pertanto, una proposta di rapporto favorevole con osservazioni, segnalando la necessità che siano incrementate le risorse per le attività di sicurezza e di soccorso pubblico, anche attraverso un'opportuna politica di assunzioni che favoriscano il *turnover*. Inoltre, rileva l'opportunità che le Regioni e gli enti locali non siano ulteriormente e irragionevolmente penalizzati, pur in un quadro di contenimento della spesa pubblica. Richiama, infine, l'esigenza di assumere ogni iniziativa utile per provvedere al collocamento del personale dipendente delle Province, al fine di contemperare le esigenze di razionalizzazione con i diritti e le legittime aspettative di quei lavoratori.

Il senatore CRIMI (*M5S*) illustra una proposta di rapporto alternativo in senso contrario, da lui presentata insieme ad altri senatori del proprio Gruppo, pubblicata in allegato, nella quale si rileva criticamente la riduzione degli stanziamenti destinati al comparto sicurezza, all'Autorità nazionale anticorruzione e al programma "Prevenzione dal rischio e soccorso pubblico" nell'ambito della missione "Soccorso civile".

Sottolinea, quindi, la drastica decurtazione dei trasferimenti alle Regioni, con prevedibili ricadute sull'erogazione dei servizi sociali per i cittadini. Rileva, infine, la discrepanza tra le annunciate politiche governative volte al contrasto alla criminalità e gli stanziamenti effettivamente previsti per le risorse economico-strumentali delle forze dell'ordine. A tale proposito, ritiene opportuno incrementare, in particolare, le dotazioni finanziarie destinate alla Direzione investigativa antimafia, all'azione di contrasto al crimine e per la tutela dell'ordine e della sicurezza, nonché per gli stipendi e le retribuzioni del personale della Polizia di Stato.

La senatrice BISINELLA (*LN-Aut*) ritiene che il contributo aggiuntivo delle Regioni alla finanza pubblica per gli anni dal 2015 al 2018 sia insostenibile. Peraltro, il comma 141 dell'articolo 2 del disegno di legge di stabilità prevede che, in assenza di un'intesa con la Conferenza Stato-Regioni sulla

rideterminazione dei livelli di finanziamento degli ambiti individuati e delle modalità di acquisizione delle risorse da parte dello Stato, gli importi siano attribuiti alle singole Regioni, considerando anche le risorse destinate al finanziamento del Servizio sanitario nazionale. A suo avviso, si profila un uso distorto del fondo perequativo, con gravi ripercussioni sui bilanci regionali.

Ricorda, peraltro, che la Corte costituzionale, con la sentenza n. 79 del 2014, pur riconoscendo anche per le Regioni l'obbligo di concorrere agli obiettivi di finanza pubblica, ha stabilito l'illegittimità delle norme che impongono alle Regioni che abbiano sostenuto maggiori spese per i consumi intermedi una corrispondente maggiore riduzione dei trasferimenti statali, se non addirittura la restituzione di risorse già acquisite.

La senatrice DE PETRIS (*Misto-SEL*) formula osservazioni critiche sulla previsione di un ulteriore blocco del *turnover* delle forze di Polizia e dei Vigili del fuoco. Peraltro, il comparto sicurezza risulta già penalizzato dall'assenza di risorse per il rinnovo contrattuale del pubblico impiego. A suo avviso, sarebbe stato opportuno formulare tale rilievo come condizione.

Segnala, quindi, altri profili critici in relazione alla previsione di un ulteriore contributo a carico delle Regioni, che risulta ancora eccessivamente oneroso, nonostante le correzioni introdotte alla Camera dei deputati. Reputa necessari, inoltre, adeguati interventi a favore del personale che - a seguito della soppressione delle Province - risulterà in esubero.

Nel ritenere la manovra del Governo complessivamente inadeguata a stimolare la ripresa economica, annuncia un voto contrario.

Il senatore Mario MAURO (*GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI)*) auspica che la segnalazione circa l'esigenza di nuove assunzioni di personale del corpo di Polizia e del Corpo nazionale dei Vigili del fuoco sia formulata, dalle Commissioni competenti, anche con riferimento al personale dell'Arma dei Carabinieri e della Guardia di Finanza.

Il senatore FORNARO (*PD*) ritiene che l'esigenza di assumere ogni iniziativa utile per provvedere al collocamento del personale dipendente delle Province debba essere riconosciuta anche con riferimento al personale delle Città metropolitane, facendo espresso riferimento agli effetti dell'entrata in vigore della legge n. 59 del 2014, la quale comporterà, tra l'altro, una ridefinizione delle funzioni degli enti di area vasta e un conseguente rischio di esuberi.

Il senatore TORRISI (*NCD*), relatore sullo stato di previsione del Ministero dell'interno e sulle disposizioni corrispondenti del disegno di legge di stabilità, riformula lo schema di rapporto, prevedendo che, nel rilevare l'opportunità che le Regioni e gli enti locali non siano ulteriormente e irragionevolmente penalizzati, pur in un quadro di contenimento della spesa pubblica, si tenga conto della sentenza della Corte costituzionale n. 79 del 2014. Inoltre, accoglie la proposta del senatore Fornaro di estendere anche al personale dipendente delle Città metropolitane le iniziative per il collocamento a riposo e di fare espresso riferimento alla legge n. 59 del 2014.

Esprime, quindi, un parere contrario sugli emendamenti 8.Tab.8.1.1, 8.Tab.8.2.1, 8.Tab.8.3.1 e 8.Tab.8.4.1.

Il sottosegretario MANZIONE esprime parere conforme a quello del relatore. Esprime, inoltre, parere favorevole sullo schema di rapporto, come modificato.

Accertata la presenza del prescritto numero di senatori, gli emendamenti 8.Tab.8.1.1 e 8.Tab.8.2.1, posti separatamente ai voti, sono respinti.

Il senatore GUALDANI (*NCD*) ritira gli emendamenti 8.Tab.8.3.1 e 8.Tab.8.4.1.

È quindi posta in votazione e approvata la proposta di rapporto favorevole con osservazioni, avanzata dal relatore Torrisi sulle Tabelle 8 e 8-*bis* del disegno di legge di bilancio e sulle disposizioni corrispondenti del disegno di legge di stabilità, pubblicata in allegato al resoconto.

Di conseguenza, è preclusa la votazione della proposta alternativa di rapporto.

Il senatore CRIMI (*M5S*) annuncia che la proposta alternativa formerà oggetto di un rapporto di minoranza.

La Commissione prende atto.

La seduta termina alle ore 15,25.

RAPPORTO APPROVATO DALLA COMMISSIONE SULLO STATO DI PREVISIONE DEL MINISTERO DELL'ECONOMIA E DELLE FINANZE PER L'ANNO FINANZIARIO 2015 E PER IL TRIENNIO 2015-2017, LIMITATAMENTE ALLE PARTI DI COMPETENZA, E RELATIVA NOTA DI VARIAZIONI (DISEGNI DI LEGGE NN. 1699 E 1699-*BIS* - TABELLE 2 E 2-*BIS*), E SULLE PARTI CORRISPONDENTI DEL DISEGNO DI LEGGE N. 1698

La Commissione, esaminato lo stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze, per le parti di competenza (relative alla Presidenza del Consiglio dei ministri), e le parti corrispondenti del disegno di legge di stabilità,
premesso che:
si valuta con favore l'incremento della dotazione del Fondo per le non autosufficienze;
si segnala criticamente la proroga, fino al 31 dicembre 2015, del blocco della contrattazione e degli incrementi stipendiali nel pubblico impiego; analoga critica può essere mossa alla norma che estende fino al 2018 la preclusione all'incremento dell'indennità di vacanza contrattuale; si evidenziano con preoccupazione le misure nei confronti del personale non contrattualizzato in regime di diritto pubblico, di cui all'articolo 3 del decreto legislativo n. 165 del 2001, per il quale è prevista la non applicazione dei meccanismi di adeguamento retributivo fino al 31 dicembre 2015;
tali misure, in un contesto di recessione economica, incidono su una categoria già profondamente penalizzata, determinando inoltre conseguenze negative sul PIL, in ragione della significativa riduzione della sua capacità di acquisto;
si pronuncia in senso favorevole,
segnalando la necessità di attenuare la severità delle misure previste dall'articolo 2, commi 22, 23 e 24, in materia di pubblico impiego, riconoscendo, almeno in parte, l'incremento dell'indennità di vacanza contrattuale, con particolare attenzione al personale del comparto sicurezza, che opera in condizioni di estrema difficoltà e di rischio, con carichi di lavoro ben oltre l'ordinario e disponendo di risorse umane e strumentali in molti casi inadeguate.

RAPPORTO APPROVATO DALLA COMMISSIONE SULLO STATO DI PREVISIONE DEL MINISTERO DELL'INTERNO PER L'ANNO FINANZIARIO 2015 E PER IL TRIENNIO 2015-2017, E RELATIVA NOTA DI VARIAZIONI (DISEGNI DI LEGGE NN. 1699 E 1699-*BIS* - TABELLE 8 E 8-*BIS*), E SULLE PARTI CORRISPONDENTI DEL DISEGNO DI

LEGGE N. 1698

La Commissione, esaminati lo stato di previsione del Ministero dell'interno e le corrispondenti disposizioni del disegno di legge di stabilità,
premesso che:
per l'anno 2015 si registra positivamente, rispetto al bilancio assestato 2014, un incremento degli stanziamenti;
è opportunamente previsto un incremento del Fondo nazionale per le politiche e i servizi per l'asilo, destinato all'ampliamento del sistema di protezione per i richiedenti asilo e i rifugiati;
è istituito, a decorrere dal 1° gennaio 2015, il Fondo per l'accoglienza dei minori stranieri non accompagnati;
si segnalano criticamente le disposizioni che rinviano al 1° dicembre 2015 le assunzioni di personale del corpo di Polizia e del corpo nazionale dei Vigili del fuoco, in quanto un ulteriore blocco del *turnover* è suscettibile di accrescere lo stato di sofferenza in cui versa il comparto; al riguardo, si valuta positivamente la norma che autorizza in via straordinaria le forze di Polizia allo scorrimento delle graduatorie di concorsi già indetti per l'immissione nei rispettivi ruoli, al fine di incrementare i servizi di prevenzione e di controllo del territorio connessi allo svolgimento di Expo Milano 2015;
si valuta con preoccupazione la riduzione delle dotazioni di bilancio dello stato di previsione del Ministero dell'interno, soprattutto nella parte in cui essa incide sulla missione "ordine pubblico e sicurezza" e sulla missione "soccorso civile";
si reputano particolarmente critiche le disposizioni che stabiliscono un contributo aggiuntivo delle Regioni alla finanza pubblica per ciascuno degli anni dal 2015 al 2018 e che estendono al 2018 il concorso alla finanza pubblica delle Regioni, già previsto dal decreto-legge n. 66 del 2014; analoghe considerazioni possono essere svolte sulle disposizioni che prevedono ulteriori riduzioni di spesa anche a carico degli enti locali;
si pronuncia in senso favorevole,
segnalando la necessità che siano incrementate le risorse per le attività di sicurezza e di soccorso pubblico, anche attraverso un'opportuna politica di assunzioni che favoriscano il *turnover*;
rilevando l'opportunità che le Regioni e gli enti locali non siano ulteriormente e irragionevolmente penalizzati, pur in un quadro di contenimento della spesa pubblica, tenendo conto della sentenza della Corte costituzionale n. 79 del 2014;
richiamando l'esigenza di assumere ogni iniziativa utile per provvedere al collocamento del personale dipendente delle Province e delle Città metropolitane, a seguito dell'entrata in vigore della legge 7 aprile 2014, n. 56, al fine di contemperare le esigenze di razionalizzazione con i diritti e le legittime aspettative di quei lavoratori.

SCHEMA DI RAPPORTO PROPOSTO DAI SENATORI CRIMI, ENDRIZZI E MORRA SULLO STATO DI PREVISIONE DEL MINISTERO DELL'INTERNO PER L'ANNO FINANZIARIO 2015 E PER IL TRIENNIO 2015-2017 E RELATIVA NOTA DI VARIAZIONI (DISEGNI DI LEGGE NN. 1699 E 1699-*BIS* - TABELLE 8 E 8-*BIS*) E SULLE PARTI CORRISPONDENTI DEL DISEGNO DI LEGGE N. 1698)

La 1ª Commissione permanente,
esaminati, per le parti di competenza, il disegno di legge relativo alla legge di stabilità per il triennio 2015-2017 ed il disegno di legge sul bilancio di previsione dello Stato per il medesimo triennio;
premesso che, con specifico riferimento all'A.S. 1698:
l'articolo 1, comma 43, destina nell'anno 2015 una quota di 60 mln di euro delle risorse disponibili finalizzate al pagamento di mutui e prestiti obbligazionari attivati sulla base di specifiche disposizioni normative a seguito di calamità naturali;

l'articolo 1, comma 105, conferma la detraibilità dei versamenti effettuati a favore di partiti e movimenti politici, anche se effettuati da candidati o eletti a cariche pubbliche, loro appartenenti;
l'articoli 1, comma 119, incrementa la dotazione del Fondo per le non autosufficienze nella misura di 400 milioni per il 2015 e di 250 milioni annui a decorrere dal 2016, compreso quello destinato anche agli interventi a sostegno delle persone affette da sclerosi laterale amiotrofica (SLA);
l'articolo 1, comma 120, incrementa la dotazione per l'Autorità garante per l'infanzia e l'adolescenza di 650.000 euro annui per il triennio 2015/2017;
l'articolo 1, commi 125, incrementa soltanto di 187,5 milioni di euro annui a decorrere dal 2015, il Fondo nazionale per le politiche ed i servizi dell?asilo, destinato all?ampliamento del Sistema di protezione per richiedenti asilo e rifugiati, nonostante il grande flusso migratorio previsto;
l'articolo 1, comma 126, rende permanente lo stanziamento di 3 milioni di euro in favore del Fondo nazionale per le politiche e i servizi dell?asilo, al fine di realizzare iniziative complementari o strumentali necessarie all?integrazione degli immigrati nei comuni, singoli o associati, che siano sedi di Centri di accoglienza per richiedenti asilo (CARA) con una capienza pari o superiore a 3.000 unità;
l'articolo 1, comma 127, istituisce il Fondo per l?accoglienza dei minori stranieri non accompagnati, in cui confluiscono le risorse dell?analogo Fondo nazionale per l'accoglienza dei minori stranieri non accompagnati; inoltre, incrementa il nuovo fondo di 12,5 milioni di euro all?anno a decorrere dal 2015;
l'articolo 1, comma 128, prevede che i minori stranieri non accompagnati accedono ai servizi di accoglienza finanziati con il Fondo nazionale per le politiche ed i servizi dell?asilo;
l'articolo 1, comma 129, proroga al 31 dicembre 2015 il termine a decorrere dal quale diviene obbligatoria la tracciabilità delle vendite e delle rese di quotidiani e periodici attraverso l?utilizzo di strumenti informatici e telematici basati sulla lettura del codice a barre. Inoltre, prevede l?accesso nel 2015 al credito d?imposta per sostenere l?adeguamento tecnologico degli operatori del settore, previsto originariamente per l?anno 2012 e poi differito all?anno 2014;
l'articolo 1, commi 135-138, nel sancire il diritto all'uso esclusivo dei propri segni distintivi (stemmi, emblemi e altro) da parte della Polizia di Stato e del Corpo nazionale dei vigili del fuoco, autorizzano la loro concessione in uso, anche temporaneo, a terzi;
l'articolo 1, comma 142, autorizza il Dipartimento dei vigili del fuoco, del soccorso pubblico e della difesa civile del Ministero dell?interno a stipulare convenzioni e contratti per la permuta di materiali e prestazioni con soggetti sia pubblici sia privati;
l'articolo 2, comma 20, dispone la riduzione dei trasferimenti dal bilancio dello Stato in favore di enti e organismi pubblici indicati nell?allegato 6 al disegno di legge in esame, per un importo complessivo pari a 22 milioni per il 2015 e a 21,7 milioni a decorrere dal 2016. In particolare, si rilevano significative riduzioni per: il funzionamento dell'Istituto Nazionale di Statistica; per il funzionamento dell'Agenzia per l'Italia digitale; per il funzionamento dell'ufficio del Garante per la tutela delle persone e di altri soggetti rispetto al trattamento dei dati personali; della somma da assegnare all'Autorità nazionale anticorruzione e per la valutazione e la trasparenza delle pubbliche amministrazioni; per le spese di funzionamento dell'ufficio dell'Autorità Garante per l'infanzia e l'adolescenza; della somma da corrispondere al centro di formazione e studi - FORMEZ - per le esigenze di funzionamento e per la quota di associazione; del fondo occorrente per il funzionamento della Scuola nazionale della pubblica amministrazione; delle spese di funzionamento dell'Agenzia per la rappresentanza negoziale delle pubbliche amministrazioni - ARAN;
l'articolo 2, comma 22, proroga fino al 31 dicembre 2015 il blocco economico della contrattazione nel pubblico impiego;
l'articolo 2, comma 25, dispone l?abrogazione delle norme del Codice dell?ordinamento militare che prevedono talune promozioni conferite al personale militare all?atto della cessazione dal servizio o alla vigilia del decesso per causa di servizio;
l'articolo 2, comma 31, prevede che le assunzioni del personale dei Corpi di Polizia e del Corpo nazionale dei vigili del fuoco da effettuarsi nel 2015 non possano essere effettuate prima del 1°

dicembre 2015;
l'articolo 2, commi 33 e 34, dispongono l'avvio delle procedure e la stipulazione in ordine all?Accordo nazionale quadro di amministrazione delle forze di polizia ad ordinamento civile (Polizia di Stato, Polizia penitenziaria e Corpo forestale);
l'articolo 2, comma 35, proroga al 31 dicembre 2015 (con riferimento al patto di stabilità per il 2014) la facoltà di deroga per l'assunzione di personale a tempo determinato esclusivamente da parte delle Regioni a statuto speciali o loro enti territoriali, senza incorrere nella sanzione del divieto di assumere personale e senza doversi attenere - in caso di permanenza del fabbisogno organizzativo e di comprovate esigenze istituzionali volte ad assicurare i servizi già erogati - a termini e vincoli valevoli per le altre amministrazioni pubbliche;
l'articolo 2, commi 37 e 38, concernono la gestione del patrimonio immobiliare dello Stato, introducendo la possibilità di dismettere alcuni complessi immobiliari attraverso lo strumento della procedura ristretta alla quale sono invitati a partecipare e, successivamente, a presentare offerte di acquisto nel rispetto delle modalità e dei termini indicati nella lettera di invito, investitori qualificati in possesso di requisiti e caratteristiche fissati con decreto direttoriale del Ministero dell?economia e delle finanze in relazione alla singola procedura di dismissione;
l'articolo 2, comma 45, dispone la riduzione delle dotazioni di bilancio, sia in termini di competenza che di cassa, degli stati di previsione dei singoli Ministeri a decorrere dall?anno 2015. Con riferimento specifico allo stato di previsione del Ministero dell'interno, si segnalano le seguenti riduzioni: 100,93 milioni nel 2015; 100,02 milioni nel 2016; 99,99 milioni nel 2017 e anni successivi. Con riguardo all'anno 2015, tale riduzione incide per 73,9 milioni sulla missione "Ordine pubblico e sicurezza"; per 17,6 milioni sulla missione "Soccorso civile"; per 5,1 milioni sulla missione 2, "Relazioni finanziarie con le autonomie territoriali";
l'articolo 2, commi 46-48, impongono una riduzione dei trasferimenti per le spese di funzionamento della Corte dei conti, del Consiglio di Stato e dei TAR, del CSM e del Consiglio di giustizia amministrativa per la Regione siciliana, pari complessivamente a 10 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017;
l'articolo 2, comma 49, prevede che la Presidenza del Consiglio dei ministri assicura, a decorrere dal 2015, una riduzione delle spese del proprio bilancio non inferiore a 13 milioni di euro;
l'articolo 2, commi 141-153, definiscono un contributo aggiuntivo delle Regioni alla finanza pubblica per ciascuno degli anni dal 2015 al 2018, pari complessivamente a 4 miliardi di euro, ripartito tra le Regioni a statuto ordinario per 3.452 milioni e le Regioni a statuto speciale e le Province autonome per 548 milioni;
l'articolo 2, commi 154-160, definiscono il concorso delle Province e delle Città metropolitane al contenimento della spesa pubblica, attraverso una riduzione della loro spesa corrente, nell?importo complessivo di: 2,2 miliardi per il 2015; 3,2 miliardi per il 2016; 4,2 miliardi a decorrere dall?anno 2017;
l'articolo 2, comma 159, introduce disposizioni in favore delle unioni e fusioni di Comuni, al fine di promuovere la razionalizzazione e il contenimento della spesa degli enti locali attraverso processi di aggregazione e di gestione associata;
l'articolo 2, commi 162-179, introduce per le Regioni a statuto ordinario una diversa modalità di contenimento della spesa pubblica, in luogo del patto di stabilità, volto al conseguimento del pareggio di bilancio, anziché l'osservanza del limite posto alle spese complessive;
l'articolo 2, comma 207, attribuisce a Roma Capitale, a decorrere dal 2015, un contributo di 110 milioni di euro annui quale concorso dello Stato agli oneri che lo stesso Comune sostiene in qualità di capitale della Repubblica;
l'articolo 2, commi 208-210, prevede, a favore del Comune di Milano - in relazione ad Expo 2015 e agli eventi connessi al semestre italiano di presidenza europea - una serie di deroghe a norme vigenti relative al contenimento delle spese di personale;
considerato inoltre che:

con riferimento al disegno di legge di bilancio (A.S. 1699) si rileva che:
alle spese di organizzazione e funzionamento dei servizi di informazione per la sicurezza della Repubblica, confluite nel capitolo 1670, entro la missione Ordine pubblico e sicurezza, programma "Sicurezza" è recato uno stanziamento pari a 605 milioni per il 2015, con un decremento di 0,3 milioni rispetto alle previsioni assestate 2014;
all'Autorità nazionale anticorruzione è previsto uno stanziamento di 5,07 milioni (con un decremento di 0,2 milioni rispetto all'assestamento 2014);
nell'ambito della missione "Ordine pubblico e sicurezza", programma "Contrasto al crimine, tutela dell'ordine e della sicurezza pubblica", macroaggregato "Spese di viaggio, trasporto e mantenimento di indigenti per ragioni di sicurezza pubblica. Spese per il rimpatrio di stranieri a seguito di provvedimento di espulsione o respingimento, ovvero per l'allontanamento dal territorio dello Stato di cittadini appartenenti ad uno stato membro dell'Unione europea. Spese per allontanamento dal territorio nazionale a seguito di accordi e convezioni internazionali" si registra una decurtazione di 4 milioni di euro per l'anno 2015; il macroaggregato "Spese di carattere riservato per la lotta alla delinquenza organizzata" prevede una riduzione di 545 mila euro; il "Fondo per il contrasto alla pedopornografia" di ben 880 mila euro; le "Spese per il potenziamento dei servizi dell'amministrazione di pubblica sicurezza" segna una decurtazione di 706 mila euro;
il programma "Pianificazione e coordinamento Forze di polizia" segna un decremento di ben 110 milioni di euro; al suo interno, il macroaggregato le "Spese riservate della Direzione Investigativa Antimafia" registra una diminuzione di 93 mila euro; le "Spese per la gestione e la manutenzione del sistema di informazione visti finalizzato al contrasto della criminalità organizzata e dell'immigrazione illegale", segna un decremento di un milione e 400 mila euro; le "Spese riservate per l'attuazione dello speciale programma di protezione per coloro che collaborano con la giustizia", meno 25 milioni di euro; "Spese per l'istituzione del sistema di informazione visti, finalizzato al contrasto della criminalità organizzata e dell'immigrazione illegale", vede una riduzione di 980 mila euro;
nell'ambito della missione "Soccorso civile", il Programma "Prevenzione dal rischio e soccorso pubblico" segna una decurtazione di 9 milioni di euro;
considerato dunque che:
emerge, in tutta la sua evidenza, la perdurante discrepanza tra le annunciate politiche governative volte al contrasto alla criminalità ed i concreti finanziamenti connessi alle risorse economico-strumentali ad effettiva disposizione delle forze dell'ordine;
ribadita la necessità almeno di riequilibrare le risorse necessarie alla gestione del comparto sicurezza, con particolare riferimento all'incremento delle risorse umane e strumentali, anche valorizzando e potenziando quelle esistenti;
registrata una immane decurtazione di 4 miliardi di euro alle Regioni, con inevitabili ricadute sull'erogazione dei servizi sociali per i cittadini;
valutata l'opportunità di incrementare le somme per la Pianificazione e coordinamento delle forze di polizia, per le spese riservate alla Direzione Investigativa Antimafia, per il Contrasto al crimine, tutela ordine e sicurezza nonché per gli stipendi e le retribuzioni del personale polizia di Stato,
la Commissione si pronuncia in senso contrario.

EMENDAMENTI AL DISEGNO DI LEGGE

N. 1699

Art. 8

8.Tab.8.1.1
SCIASCIA
Allo stato di previsione del Ministero dell'interno, missione 5 - Immigrazione, accoglienza e garanzia

dei diritti e interventi per lo sviluppo della coesione sociale, legge n. 549 del 1995 "Misure di razionalizzazione della finanza pubblica" - Art. 1, comma 43: Contributi ad enti, istituti, associazioni, fondazioni ed altri organismi (5.1 - cap. 2309), apportare le seguenti variazioni:

«2015:

CP: + 1.000.000;

CS: + 1.000.000.

2016:

CP: + 1.000.000;

CS: + 1.000.000

2017:

CP: + 1.000.000;

CS: + 1.000.000

Conseguentemente, al medesimo stato di previsione, alla missione 6 - Servizi istituzionali e generali delle amministrazioni pubbliche:

a) al programma 6.1 Indirizzo politico, apportare le seguenti variazioni:

2015:

CP: - 500.000;

CS: - 500.000

2016:

CP: - 500.000;

CS: - 500.000

2017:

CP: - 500.000;

CS: - 500.000

b) al programma 6.2 Servizi e affari generali per le amministrazioni di competenza, apportare le seguenti variazioni:

2015:

CP: - 500.000;

CS: - 500.000

2016:

CP: - 500.000;

CS: - 500.000

2017:

CP: - 500.000;

CS: - 500.000»

8.Tab.8.2.1

MARINELLO, MANCUSO

Allo stato di previsione del Ministero dell'interno, missione 5 - Immigrazione, accoglienza e garanzia dei diritti e interventi per lo sviluppo della coesione sociale, legge n. 549 del 1995 "Misure di razionalizzazione della finanza pubblica" - Art. 1, comma 43: Contributi ad enti, istituti, associazioni, fondazioni ed altri organismi (5.1 - cap. 2309), apportare le seguenti variazioni:

«2015:

CP: + 1.000.000;

CS: + 1.000.000

2016:

CP: + 1.000.000;

CS: + 1.000.000

2017:

CP: + 1.000.000;

CS: + 1.000.000

Conseguentemente, al medesimo stato di previsione, alla missione 6 - Servizi istituzionali e generali delle amministrazioni pubbliche:

a) al programma 6.1 Indirizzo politico, apportare le seguenti variazioni:

2015:

CP: - 500.000;

CS: - 500.000

2016:

CP: - 500.000;

CS: - 500.000

2017:

CP: - 500.000;

CS: - 500.000

b) al programma 6.2 Servizi e affari generali per le amministrazioni di competenza, apportare le seguenti variazioni:

2015:

CP: - 500.000;

CS: - 500.000

2016:

CP: - 500.000;

CS: - 500.000

2017:

CP: - 500.000;

CS: - 500.000»

8.Tab.8.3.1

GUALDANI

Allo stato di previsione del Ministero dell'interno, missione 5 - Immigrazione, accoglienza e garanzia dei diritti, programma 5.1 Flussi migratori, garanzia dei diritti e interventi per lo sviluppo della coesione sociale (cap. 2316/1), apportare le seguenti variazioni:

«2015:

CP: + 2.000.000;

CS: + 2.000.000.

2016:

CP: + 2.000.000;

CS: + 2.000.000.

2017:

CP: + 2.000.000;

CS: + 2.000.000.

Conseguentemente, al medesimo stato di previsione, alla missione 6 - Servizi istituzionali e generali delle amministrazioni pubbliche, programma 6.2 Servizi e affari generali per le amministrazioni di competenza, apportare le seguenti variazioni:

2015:

CP: - 2.000.000;

CS: - 2.000.000.

2016:

CP: - 2.000.000;

CS: - 2.000.000.

2017:

CP: - 2.000.000;

CS: - 2.000.000.»

8.Tab.8.4.1

GUALDANI

Allo stato di previsione del Ministero dell'interno, missione 5 - Immigrazione, accoglienza e garanzia dei diritti, programma 5.1 Flussi migratori, garanzia dei diritti e interventi per lo sviluppo della coesione sociale (cap. 2316/2), apportare le seguenti variazioni:

«2015:

CP: + 2.000.000;
CS: + 2.000.000.

2016:

CP: + 2.000.000;
CS: + 2.000.000.

2017:

CP: + 2.000.000;
CS: + 2.000.000.

Conseguentemente, al medesimo stato di previsione, alla missione 6 - Servizi istituzionali e generali delle amministrazioni pubbliche, programma 6.2 Servizi e affari generali per le amministrazioni di competenza, apportare le seguenti variazioni:

2015:

CP: - 2.000.000;
CS: - 2.000.000.

2016:

CP: - 2.000.000;
CS: - 2.000.000.

2017:

CP: - 2.000.000;
CS: - 2.000.000.»

1.4.2.2. 2^ Commissione permanente (Giustizia)

1.4.2.2.1. 2ªCommissione permanente (Giustizia) - Seduta n. 168 (pom.) del 09/12/2014

collegamento al documento su www.senato.it

GIUSTIZIA (2ª)

MARTEDÌ 9 DICEMBRE 2014
168ª Seduta (1ª pomeridiana)

Presidenza del Presidente
PALMA

Interviene il sottosegretario di Stato per la giustizia Ferri.

La seduta inizia alle ore 13,45.

IN SEDE CONSULTIVA

(1699 **e** 1699-*bis* **)** ***Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017 e*** **relativa** ***Nota di variazioni***, approvato dalla Camera dei deputati

- **(Tabb. 5 e 5-*bis*)** ***Stato di previsione del Ministero della giustizia per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017***

(1698) ***Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)***, approvato dalla Camera dei deputati

(Rapporto alla 5a Commissione. Esame congiunto. Rapporto favorevole con osservazioni)

Il relatore LUMIA (*PD*) riferisce sui disegni di legge in titolo.

Il disegno di legge di stabilità 2015 giunge in Senato dopo l?approvazione della Camera dei deputati. I 47 articoli originari del provvedimento, come modificati ed integrati nel corso dell?esame presso la Commissione bilancio della Camera, sono stati raggruppati in tre articoli, sui quali il Governo ha posto la questione di fiducia. Essi contengono rispettivamente le norme relative a "Risultati differenziali del bilancio dello Stato e gestioni previdenziali. Disposizioni per la crescita, per l?occupazione e per il finanziamento di altre esigenze" (articolo 1, che unifica gli articoli da 1 a 18 del testo originario); a "Misure di razionalizzazione e riduzione della spesa e disposizioni in materia di enti territoriali" (articolo 2, che contiene gli articoli da 19 a 43 del testo iniziale); a "Disposizioni per il contrasto

dell?evasione fiscale e altre disposizioni in materia di entrata. Fondi speciali e Tabelle. Entrata in vigore" (articolo 3, che raggruppa gli articoli da 44 a 47 del testo presentato dal Governo).

Per quanto riguarda le disposizioni del disegno di legge di stabilità 2015 di diretta competenza della Commissione giustizia, fra queste si segnalano in primo luogo i commi 81 e 82 dell'articolo 1, recanti misure per l'efficienza del sistema giudiziario.

Più nel dettaglio il comma 81 dell'articolo 1 prevede l'istituzione presso il Ministero della giustizia di un Fondo per il recupero di efficienza del sistema giudiziario e il potenziamento dei relativi servizi, nonché per il completamento del processo telematico. Il Fondo avrà una dotazione finanziaria: di 50 milioni di euro nel 2015; di 90 milioni di euro nel 2016; e di 120 milioni di euro a partire dal 2017.

Il comma 82 dell'articolo 1, introdotto nel corso dell?esame presso l?altro ramo del Parlamento, attraverso modifiche all?articolo 46 della l. n. 374 del 1991, reca l?obbligo delle parti di sostenere i costi di notificazione richiesti agli ufficiali giudiziari (spese di spedizione e indennità di trasferta) nelle cause e attività conciliative in sede non contenziosa davanti al giudice di pace, di valore inferiore a 1.033 euro. E' appena il caso di ricordare che attualmente per tali cause e attività il contributo unificato dovuto dalle parti è di circa 46 euro. Le risorse derivanti dai conseguenti risparmi di spesa sono quindi riassegnate al Ministero della giustizia e destinate a garantire la piena funzionalità degli UEPE (Uffici esecuzione penale esterna).

Di diretta competenza della commissione sono poi i commi 202-206 dell'articolo 2, in materia di spese per funzionamento degli uffici giudiziari.

Più nel dettaglio il comma 202 modifica l?articolo 1 della legge n. 392 del 1941 trasferendo allo Stato, dal 1° settembre 2015, l?obbligo di corrispondere le spese per gli uffici giudiziari, attualmente a carico dei comuniai sensi della stessa legge. La norma, come modificata nel corso dell'esame alla Camera dei deputati, precisa che ai Comuni non sono dovuti canoni di locazione per i propri immobili adibiti a sede di uffici giudiziari e che il trasferimento al Ministero della giustizia della titolarità alle spese obbligatorie per gli uffici giudiziari (al 1° settembre 2015) non comporta lo scioglimento dei rapporti contrattuali in corso e di cui è parte il Comune per le spese obbligatorie (ad esempio, per elettricità, telefono, pulizie, ecc.). La disposizione prevede inoltre che sia le posizioni creditorie sia quelle debitorie esistenti al momento del trasferimento rimangono in capo ai Comuni e che il Ministero della giustizia subentra in detti rapporti contrattuali, fatta salva la facoltà di recesso. Infine il comma stabilisce che, anche dopo il 1° settembre 2015, i locali demaniali destinati a uffici giudiziari continuano a conservare tale destinazione.

Per esigenze di coordinamento, il comma 203 dispone ? sempre a decorrere dal 1°settembre 2015 - l?abrogazione dei successivi articoli 2, 3, 4 e 5 della l. n. 392 del 1941, relativi a disposizioni attuative che, a seguito del trasferimento allo Stato dell?obbligo di corresponsione delle spese per gli uffici giudiziari, perderanno attualità. Per l?anno 2015, i fondi necessari al pagamento di dette spese sono appostati al capitolo 1551 (Contributi ai comuni per le spese degli uffici giudiziari) dello stato di previsione del bilancio del ministero della giustizia; a partire dal 2016, per i fondi relativi a tale capitolo è disposto un aumento di 200 milioni di euro.Le risorse di bilancio che residuino a tale data sul capitolo citato, al 1° settembre 2015, sono destinate ad affluire in un apposito nuovo capitolo istituito nel bilancio del Ministero della giustizia. Per il 2015, le spese obbligatorie sostenute dai comuni sono rimborsate con decreto interministeriale in base ai consuntivi delle spese effettivamente sostenute dai comuni.

Per finalità di razionalizzazione e contenimento della spesa, i commi 204-205 affidano ad un decreto del Ministro della giustizia, di concerto con il Ministro dell?economia e delle finanze, la determinazione dell?entità delle spese per il funzionamento degli uffici giudiziari; l?importo è definito dal decreto sulla base dei costi *standard* per categorie omogenee di beni e servizi (la cui metodologia di quantificazione è a sua volta affidata ad analogo Decreto Ministeriale, di natura non regolamentare) in rapporto al bacino di utenza ed all?indice delle sopravvenienze di ogni ufficio giudiziario.

Il comma 206 affida, infine, ad un regolamento l?individuazione, senza nuovi o maggiori oneri finanziari, delle misure organizzative necessarie ad attuare la nuova disciplina che trasferisce allo Stato

l?onere delle spese per gli uffici giudiziari. Per lo svolgimento dei compiti correlati a tali nuovi oneri, lo stesso comma 206 prevede l?assegnazione prioritaria al Ministero della giustizia del personale delle province che, a seguito dell?attuazione della legge n. 56 del 2014, dovesse risultare in esubero. Per attuare la disciplina sopraindicata si autorizza, infine, il Ministro dell?economia e delle finanze ad apportare le necessarie variazioni di bilancio.

Passando all'esame delle tabelle allegate al disegno di legge di stabilità si segnala che la tabella A reca un accantonamento di parte corrente per il Ministero della giustizia pari a 10 milioni per ciascuno degli anni 2015-2017. Le finalizzazioni contenute nella relazione al disegno di legge di stabilità prevedono che il nuovo accantonamento sia destinato a finanziare interventi diversi. La tabella B non reca una voce "Ministero della giustizia".

E' necessario ricordare che tali tabelle contengono, rispettivamente, per la spesa corrente e per quella in conto capitale, gli accantonamenti nei fondi speciali, iscritti nello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze, finalizzati al finanziamento dei provvedimenti legislativi che si prevede possano essere approvati per il triennio 2015-2017.

La tabella C, la quale determina il finanziamento di leggi di spesa che demandano alla legge di stabilità la quantificazione delle risorse da impiegare annualmente, reca con riguardo alla Missione giustizia, il seguente stanziamento: 220.391 euro per il 2015 e per il 2016, 230.000 euro per il 2017, destinati al finanziamento dei programmi previsti dall?art. 135 del decreto del Presidente della Repubblica del 9 ottobre 1990, n. 309, ai fini della prevenzione e della cura dei detenuti affetti da AIDS, del trattamento socio-sanitario, del recupero e del successivo reinserimento dei detenuti tossicodipendenti; con riferimento alla presente voce della tabella C il disegno di legge di stabilità mantiene lo stanziamento previsto a legislazione vigente per ciascuno degli anni del triennio di riferimento.

La tabella D, che prevede le variazioni da apportare al bilancio a legislazione vigente a seguito della riduzione di autorizzazioni legislative di spesa di parte corrente precedentemente disposte, reca una riduzione di 1,5 milioni per ciascuno degli anni 2015-2017 degli stanziamenti allocati sul capitolo 1478, rubricato "Istituzione e funzionamento della Scuola superiore della magistratura".

Infine con riguardo alla tabella E, recante eventuali rifinanziamenti, riduzioni e rimodulazioni degli importi destinati al finanziamento delle leggi che dispongono spese a carattere pluriennale, si segnala il comparto dell'edilizia penitenziaria, giudiziaria, sanitaria, di servizio (settore 17) per il quale è stabilito uno stanziamento di quasi 141 milioni per il 2015 e 20,6 milioni circa per il 2016.

Il disegno di legge recante il bilancio di previsione dello Stato per l?anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017 è impostato secondo la struttura contabile per missioni e programmi, che privilegia il contenuto funzionale della spesa. In conseguenza di ciò, le risorse finanziarie sono classificate secondo due livelli di aggregazione: 34 missioni, che rappresentano le funzioni principali della spesa pubblica e ne delineano gli obiettivi strategici, a loro volta articolate, nel disegno di legge di bilancio 2015, in 181 programmi, che rappresentano aggregati omogenei di attività svolte all?interno di ogni singolo Ministero. A partire dal disegno di legge di bilancio per il 2011, i programmi costituiscono le nuove unità di voto parlamentare.

Lo stanziamento complessivo della Tabella 5, prevede uno stanziamento di competenza per il 2015 (bilancio a legislazione vigente) pari a 7.820 milioni di euro. Sulla base della Nota di variazioni approvata dalla Camera dei deputati (Tabella 5-*bis*), lo stanziamento complessivo passa a circa 7.760 milioni di euro, di cui circa 7.631 milioni di euro per le spese correnti e circa 128,8 milioni di euro per le spese in conto capitale.

Lo stato di previsione del Ministero della giustizia comprende 3 missioni: nella sua interezza, la missione n. 6, denominata Giustizia - n. 1 nel presente stato di previsione - articolata in 3 programmi di spesa (amministrazione penitenziaria; giustizia civile e penale; e giustizia minorile; *pro quota*, la missione n. 32, denominata Servizi istituzionali e generali delle amministrazioni pubbliche cui fa riferimento il programma indirizzo politico e infine *pro quota*, la missione n. 33, denominata Fondi da ripartire cui fa riferimento il programma fondi da assegnare.

Per la missione "Giustizia" sono stanziati circa 7.707 milioni di euro per il 2015 a legislazione vigente, che la Nota di variazioni riduce di 103 milioni di euro. Nell?ambito di tale missione, gran parte delle risorse sono concentrate nel programma Giustizia civile e penale con uno stanziamento di 4.795 milioni di euro, che la Nota di variazioni riduce a 4.729 milioni di euro. Per il programma Amministrazione penitenziaria sono stanziati 2.767 milioni di euro: ridotti di circa 36 milioni per effetto della Nota di variazioni. Infine per il programma Giustizia minorile sono stanziati circa 145 milioni di euro, che la Nota di variazioni riduce di circa 2 milioni di euro.

Alla missione "Servizi istituzionali e generali delle amministrazioni pubbliche", alla quale fa capo un solo programma denominato "Indirizzo politico", sono destinate per il 2015 risorse (in diminuzione rispetto ai precedenti esercizi) per circa 26.543 milioni di euro, che la Nota di variazione riduce a circa 26.277 milioni.

Alla missione relativa a "Fondi da ripartire" fa capo un solo programma, denominato "Fondi da assegnare". Il programma ha una dotazione di 86.403,4 milioni di euro, in netto aumento (+50 milioni) rispetto agli esercizi precedenti. In seguito all'esame presso l'altro ramo del Parlamento lo stanziamento è stato ulteriormente aumentato di circa 44 milioni di euro.

È annesso allo stato di previsione del Ministero della giustizia il bilancio di previsione dell'Amministrazione degli Archivi notarili. All?amministrazione degli Archivi notarili sono demandati, quali principali compiti istituzionali, il controllo sull?esercizio dell?attività notarile, la conservazione del materiale documentario (in particolare degli atti dei notai cessati) ed il rilascio delle copie degli atti conservati, nonché lo svolgimento di funzioni notarili relativamente agli atti depositati (servizi resi al pubblico) e la gestione del registro generale dei testamenti. L?Amministrazione degli Archivi notarili presenta tradizionalmente un quadro previsionale di sola cassa, nel quale non risultano quindi iscritti stanziamenti di competenza. Sostanzialmente, si tratta di risorse - 439,8 milioni di euro - che l?Amministrazione degli Archivi notarili è autorizzata ad incassare (rispetto alle previsioni assestate della legge di bilancio 2014 si registra un aumento di tali autorizzazioni di 30,3 milioni).

Si segnalano inoltre ulteriori stanziamenti di interesse per la giustizia nello stato di previsione del Ministero dell?Economia (Tabella 2). Nel bilancio a legislazione vigente si segnalano i seguenti stanziamenti nello stato di previsione del Ministero dell'economia e finanze: spese di funzionamento e spese di natura obbligatoria per il Consiglio Superiore della Magistratura: rispettivamente 5,38 milioni (ridotto di circa 825.000 euro dalla Nota di variazioni) e 30 milioni per il 2015; somme da erogare per il pagamento della quota interessi dei mutui concessi dalla Cassa Depositi e Prestiti agli enti locali per interventi e manutenzione di uffici giudiziari e case mandamentali pari a circa 4,6 milioni di euro per il 2015.

Per quanto riguarda le somme da corrispondere a titolo di equa riparazione si registrano stanziamenti identici a quelli degli scorsi due anni; in particolare: per ingiusta detenzione nei casi di errore giudiziario: 21,45 milioni di euro (+ 4,67 milioni rispetto all'assestamento 2014); per violazione del termine ragionevole del processo: 40 milioni di euro (somma identica a quanto previsto dall'assestamento 2014). Tali stanziamenti risultano invariati dopo l'esame alla Camera.

Nello stato di previsione del Ministero dell'interno (Tabella 8) si segnalano, infine i seguenti stanziamenti di interesse: fondo per il contrasto della pedopornografia su internet e per la protezione delle infrastrutture informatiche di interesse nazionale: 1,4 milioni di euro (- 415 mila euro circa rispetto all'assestamento 2014); dopo l'esame alla Camera lo stanziamento è stato rideterminato in 945.370 euro (- 465.691); programmi di protezione dei collaboratori di giustizia e dei loro familiari: 84,66 milioni di euro, (sconta una leggera diminuzione di circa 400 mila euro rispetto all'assestamento 2014); lo stanziamento sul capitolo risulta, dopo l'esame alla Camera, pari a 59,97 milioni con una diminuzione recata dalla nota di variazioni pari a 24,7 milioni circa; fondo di solidarietà alle vittime dei reati di tipo mafioso per le vittime dell?usura e delle richieste estorsive: 2 milioni di euro (invariato rispetto al bilancio 2014).

Si apre il dibattito.

Il senatore CALIENDO (*FI-PdL XVII*) interviene per manifestare perplessità sulla previsione di cui al comma 82 dell'articolo 1 del disegno di legge di stabilità 2015, chiedendosi se, per effettuare un intervento di sostegno alla funzionalità degli uffici di esecuzione penale esterna, sia effettivamente indispensabile la modifica che viene apportata all'articolo 46 della legge n. 374 del 1991 in tema di disciplina delle notificazioni, tenuto conto che tale modifica comporta un aggravio dei costi del servizio giustizia anche nei confronti di soggetti "deboli".

Sotto un altro profilo il senatore Caliendo sottolinea l'esigenza di trovare una soluzione per le problematiche che riguardano i cosiddetti precari della giustizia in una prospettiva che, quanto meno, fornisca una soluzione immediata per l'anno 2015.

Da ultimo il senatore Caliendo rappresenta l'opportunità che il Governo ponga a disposizione dei componenti della Commissione i dati concernenti gli effetti della revisione delle circoscrizioni giudiziarie, anche con riferimento ai risparmi di spesa che da tale riforma erano attesi.

Il senatore LO GIUDICE (*PD*) si sofferma anch'egli sulle problematiche concernenti i cosiddetti precari della giustizia rilevando come non si tratti soltanto di venire incontro alle attese di questi soggetti, ma anche di corrispondere alle esigenze di funzionalità degli uffici giudiziari, in quanto il contributo dei medesimi risulta, nelle presenti condizioni, irrinunciabile a tale fine.

Per quanto concerne invece le disposizioni di cui ai commi da 202 a 206 dell'articolo 1 del disegno di legge di stabilità, se in linea generale deve valutarsi senz'altro positivamente la scelta del trasferimento dai comuni allo Stato della funzione di provvedere all'erogazione delle spese considerate, non può comunque non sottolinearsi come, per il pregresso, esista una rilevante situazione debitoria dello Stato nei confronti dei comuni, in ordine alla quale appare necessario assumere iniziative che portino il prima possibile ad una soluzione.

Il senatore BUCCARELLA (*M5S*) rileva come la modifica proposta dal Governo con il comma 82 dell'articolo 1 del disegno di legge di stabilità 2015 corrisponda all'esigenza di evitare abusi in materia di spese di notificazione. Auspica pertanto una riformulazione della lettera del comma citato che permetta far salva la finalità di contrastare i comportamenti strumentali in questione, senza però gravare eccessivamente sugli utenti del servizio giustizia.

Dopo ulteriori interventi del senatore FALANGA (*FI-PdL XVII*) e del presidente PALMA, prende la parola il senatore CASSON (*PD*) il quale sottolinea come, a suo avviso, sarebbe opportuno che, con riferimento alle problematiche sottese alla previsione di cui al comma 82 dell'articolo 1 del disegno di legge di stabilità, le questioni attinenti alla funzionalità degli uffici dell'esecuzione penale esterna e quelle concernenti, invece, la modifica ivi prevista alla disciplina delle notificazioni fossero trattate separatamente.

Dopo ulteriori interventi della senatrice GINETTI (*PD*), del senatore FALANGA (*FI-PdL XVII*), del senatore BUCCARELLA (*M5S*) e del presidente PALMA (*FI-PdL XVII*), il relatore LUMIA (*PD*) modifica la proposta di rapporto favorevole presentata in un nuovo testo che viene pubblicato in allegato.

Il senatore CAPPELLETTI (*M5S*), a nome dei senatori del suo Gruppo, illustra una proposta di rapporto contrario, che viene anch'essa pubblicata in allegato.

Dopo che il PRESIDENTE ha accertata la presenza del prescritto numero di senatori, viene posta ai voti e approvata la proposta di rapporto favorevole con osservazioni avanzata dal relatore Lumia nel

testo da ultimo riformulato, risultando conseguentemente preclusa la proposta di rapporto contrario presentata dal senatore Cappelletti.

CONVOCAZIONE DELLA COMMISSIONE

Il presidente PALMA avverte che la Commissione tornerà a riunirsi alle ore 15, con all'ordine del giorno l'esame congiunto in sede referente dei disegni di legge nn. 667 e 1421 e in sede consultiva l'esame degli atti del Governo nn. 113 e 117.

La seduta termina alle ore 14,45.

SCHEMA DI RAPPORTO PROPOSTO DAI SENATORI BUCCARELLA, CAPPELLETTI E GIARRUSSO SULLO STATO DI PREVISIONE DEL MINISTERO DELLA GIUSTIZIA PER L'ANNO FINANZIARIO 2015 E PER IL TRIENNIO 2015-2017 E RELATIVA NOTA DI VARIAZIONI (DISEGNI DI LEGGE NN. 1699 E 1699-BIS - TABELLE 5 E 5-BIS) E SULLE PARTI CORRISPONDENTI DEL DISEGNO DI LEGGE N. 1698

La Commissione giustizia, esaminati, per le parti di competenza, il disegno di legge recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (Legge di stabilità 2015) ed il disegno di legge recante il Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2018 (disegni di legge n. 1698 e 1699);
premesso che:
sotto il profilo generale, si rileva lo scarso rilievo assegnato alla materia giustizia nei documenti di bilancio e si conferma, pertanto, la consolidata tendenza a non investire - ed anzi a disinvestire - nella efficienza del sistema giudiziario, nell'accelerazione dei processi, nella rapidità dell'accertamento dei reati e, conseguentemente, nella certezza della pena, quale contributo per il progresso socio-economico del paese;
uno dei problemi più rilevanti che affligge la giustizia italiana concerne la mancata riorganizzazione del comparto giustizia: sia in termini di investimenti, sia in termini di personale. Il perdurare di tale situazione determina riflessi inevitabilmente negativi sulla funzionalità ed efficacia del servizio reso al cittadino, a cominciare dalla ragionevole durata del processo, con impatto assai negativo anche per il settore economico e produttivo;
questione cruciale per il nostro Paese è rappresentata dalla risposta che il sistema giustizia è in grado di offrire al fenomeno della corruzione, che, oltre a determinare sacche di illegalità in ambiti pubblici e privati, costituisce una vera e propria "zavorra" per lo sviluppo. E' evidente che una risposta a tale problema non può essere circoscritta al piano giudiziario, tuttavia occorre rilevare che il Consiglio d'Europa ha più volte sottolineato criticamente come la prescrizione del reati incida pesantemente sui

processi per corruzione, invocando riforme che consentano di addivenire alle sentenze. Per contrastare efficacemente tali problemi occorre che la Amministrazione della Giustizia sia posta in condizione oggettiva di operare con efficienza e funzionalità;
dall'analisi dei bilanci statali per gli anni 2006-2015 risulta che la percentuale delle spese del Ministero della giustizia in rapporto alle spese finali dello Stato è progressivamente diminuita passando dall?1,7% del 2006 all?odierno 1,3 per cento. Nel corso della XVI legislatura la percentuale ha oscillato tra l?1,4 per cento e l?1,6 per cento per scendere all?1,3 per cento a partire dall?esercizio 2013; dato confermato dalle previsioni 2015;
considerato che, con specifico riferimento all'A.S. 1698:
l'articolo 1, comma 81, prevede l? istituzione presso il Ministero della giustizia di un Fondo per il recupero di efficienza del sistema giudiziario e il potenziamento dei relativi servizi, nonché per il completamento del processo telematico. Il Fondo avrà una dotazione finanziaria: di 50 milioni di euro nel 2015; di 90 milioni di euro nel 2016; di 120 milioni di euro a partire dal 2017;
l'articolo 2, comma 20, dispone la riduzione dei trasferimenti dal bilancio dello Stato in favore di enti e organismi pubblici indicati nell?allegato 6 al disegno di legge in esame, per un importo complessivo pari a 22 milioni per il 2015 e a 21,7 milioni a decorrere dal 2016. In particolare, si rilevano significative riduzioni per la somma da assegnare all'Autorità nazionale anticorruzione e per la valutazione e la trasparenza delle pubbliche amministrazioni, nonché per il contributo all'Agenzia nazionale per l'amministrazione e la destinazione dei beni sequestrati e confiscati alla criminalità organizzata per le spese di funzionamento;
l'articolo 2, comma 45, dispone la riduzione delle dotazioni di bilancio, sia in termini di competenza che di cassa, degli stati di previsione dei singoli Ministeri a decorrere dall?anno 2015. Con riferimento specifico allo stato di previsione del Ministero della giustizia, si rileva una riduzione di 102,7 milioni negli anni 2015 e seguenti. In particolare, per quanto riguarda le dotazioni del Ministero della giustizia, la gran parte deriva da riduzioni sul programma Amministrazione penitenziaria (- 36,2 milioni di euro) e del programma Giustizia civile e penale (- 64,2 milioni);
l'articolo 2, commi 46-48, impongono una riduzione dei trasferimenti per le spese di funzionamento della Corte dei conti, del Consiglio di Stato e dei TAR, del Consiglio superiore della magistratura e del Consiglio di giustizia amministrativa per la Regione siciliana, pari complessivamente a 10 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017;
l'articolo 2, commi da 202-206, trasferisce allo Stato, dal 1° settembre 2015, l?obbligo di corrispondere le spese per gli uffici giudiziari, attualmente a carico dei comuni. Spetterà ad un decreto del Ministro della giustizia, adottato di concerto con il Ministro dell?economia e delle finanze, determinare l?entità delle spese per il funzionamento degli uffici giudiziari, sulla base dei costi standard per categorie omogenee di beni e servizi e a un regolamento individuare le misure organizzative necessarie ad attuare la nuova disciplina;
nel complesso, dunque, con riferimento alla legge di stabilità, l'efficienza del sistema giudiziario non risulta perseguita con misure strutturali coerenti ed organiche;
considerato che, con specifico riferimento all'A.S. 1699:
lo stato di previsione del Ministero della giustizia comprende 3 missioni: nella sua interezza, la missione n. 6, denominata Giustizia, articolata in 3 programmi di spesa: 1.1. Amministrazione penitenziaria; 1.2. Giustizia civile e penale; 1.3. Giustizia minorile;
alla dotazione del programma "Amministrazione penitenziaria" per il 2015, rispetto al bilancio 2014 risulta una diminuzione di fondi pari a 172 milioni di euro;
lo stanziamento previsto dal bilancio di previsione 2015 per il programma "Giustizia civile e penale", pur risultando in lieve in aumento rispetto agli esercizi precedenti, registra una decurtazione del macroaggregato "Investimenti" pari a 22 milioni di euro. Si rileva, altresì, che per le "Spese di giustizia per l'intercettazione di conversazioni e di comunicazioni" si prevede un risibile aumento di appena 7 milioni di euro; le "Spese per la gestione ed il funzionamento del sistema informativo, nonché funzionamento e manutenzione delle attrezzature per la microfilmatura di atti", segna un

decremento di 5,5 milioni di euro;
con riferimento al programma "Giustizia minorile", si riscontra una decurtazione di 6 milioni di euro, concentrata per un terzo sugli investimenti. Con riguardo al macroaggregato "Spese per il funzionamento degli uffici centrali e periferici della giustizia minorile, spese per il funzionamento degli uffici giudiziari minorili (...)", si registra un decremento di un milione e 800 mila euro;
valutato, dunque, che:
la legge di stabilità e quella di bilancio non consentono di intravedere alcuna netta inversione di tendenza, neppure per quanto concerne le dotazioni informatiche e strutturali, tenuto conto del fatto che buona parte delle spese iscritte nel bilancio della giustizia rappresentano spese obbligatorie e quindi oneri inderogabili. Il servizio giustizia viene ancora mantenuto ad un livello gravemente insoddisfacente per gli operatori, i cittadini e per le stesse persone detenute, al di là del moltiplicarsi di piani e programmi che non sembrano ancora conseguire gli effettivi risultati da tutti auspicati;
siffatte riduzioni degli investimenti e delle spese correnti non solo non consentiranno di aumentare l'efficienza del servizio giustizia, ma non permetteranno neppure di garantire l'attuale, pur insufficiente, funzionamento degli uffici giudiziari;
valutata l'estrema necessità di reperire necessarie risorse finanziarie per salvaguardare i livelli retribuitivi degli operatori della giustizia e del settore carcerario, nonché per l'edilizia penitenziaria prevedendo, nel rispetto della normativa vigente, la realizzazione di nuove strutture solo ove necessario e, con priorità, l'ampliamento e l'ammodernamento di quelle esistenti che siano adattabili, assicurando anche l'attuazione dei piani e dei programmi a tal fine previsti da precedenti leggi finanziarie, in luogo del ricorso a procedure straordinarie in deroga alla normativa sugli appalti di lavori pubblici;

valutata la necessità di riequilibrare le risorse necessarie alla gestione del settore della giustizia, considerato che la giustizia versa in condizioni di emergenza e tale situazione condiziona lo sviluppo del Paese;
valutata la necessità, anche al fine di sopperire al permanere della scopertura degli uffici giudiziari, con particolare riferimento alle sedi che si trovano in aree più esposte alla criminalità organizzata, di provvedere ad una conseguente rimodulazione del numero di magistrati in distacco presso il Ministero della Giustizia e presso le altre amministrazioni centrali e periferiche dello Stato.

formula rapporto contrario.

SCHEMA DI RAPPORTO PROPOSTO DAL RELATORE SULLO STATO DI PREVISIONE DEL MINISTERO DELLA GIUSTIZIA PER L'ANNO FINANZIARIO 2015 E PER IL TRIENNIO 2015-2017 E RELATIVA NOTA DI VARIAZIONI (DISEGNI DI LEGGE NN. 1699 E 1699-*BIS* - TABELLE 5 E 5-*BIS*) E SULLE PARTI CORRISPONDENTI DEL DISEGNO DI LEGGE N. 1698

La Commissione giustizia, esaminati i disegni di legge in titolo e la Tabella n. 5, relativa allo stato di previsione del Ministero della Giustizia per l?anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017;
preso atto della grave crisi economica in cui versa il nostro Paese che costituisce la causa prima della progressiva riduzione delle risorse destinate alla pubblica amministrazione;
rilevato comunque che:
lo stato di previsione del Ministero della giustizia per il 2015 - a seguito delle modifiche apportate nel corso dell'esame presso la Camera dei deputati - reca spese finali per complessivi 7.760 milioni di euro - con una riduzione complessiva di circa 60 milioni di euro rispetto allo stanziamento iniziale del

disegno di legge di bilancio - articolati nel seguente modo: 7.631 milioni di euro per le spese correnti; 129 milioni di euro per le spese in conto capitale;
complessivamente, rispetto ai 7.553,2 milioni della legge di bilancio 2014, le previsioni 2015 evidenziano un aumento di 207,3 milioni (+3 per cento circa) e rispetto alla legge di assestamento 2014, ovvero 7.731 milioni, si registra un aumento di 29,5 milioni di euro (+0,3 per cento circa), mentre rispetto al complessivo stanziamento di competenza per le spese del bilancio dello Stato la quota destinata al Ministero della giustizia risulta pari a poco meno dell'1,3 per cento;
rilevata in particolare l'esigenza di garantire la piena funzionalità:
degli Uffici di Esecuzione Penale Esterna ed il migliore svolgimento delle attività indicate dall'articolo 72 della legge 26 luglio 1975, n. 354, come modificata dalla legge 27 luglio 2005, n. 154, anche tenuto conto della normativa approvata nel presente legislatura, volta al potenziamento delle misure alternative alla detenzione in carcere, e in attesa della riorganizzazione del Ministero della Giustizia;
dell'Ufficio del processo, istituito dal decreto legge sulla pubblica amministrazione, in una ottica di maggiore efficienza degli uffici giudiziari;
del Dipartimento per la giustizia minorile del Ministero della Giustizia anche tenuto conto della normativa volta al potenziamento delle misure dirette a tutelare i minori nell'ambito delle materie di competenza del predetto Dipartimento, e in vista della riorganizzazione del Ministero della Giustizia;
sottolineata la necessità di trovare una soluzione normativa che valorizzi il tirocinio formativo professionale dei cosiddetti precari della giustizia, alla luce delle esigenze di funzionalità degli uffici giudiziari e del riconoscimento della professionalità acquisita.
preso atto, con riferimento al disegno di legge di stabilità 2015:
che il comma 81 dell'articolo 1 prevede l'istituzione presso il Ministero della giustizia di un Fondo per il recupero di efficienza del sistema giudiziario e il potenziamento dei relativi servizi, nonché per il completamento del processo telematico, fondo che avrà una dotazione finanziaria di 50 milioni di euro nel 2015, di 90 milioni di euro nel 2016 e di 120 milioni di euro a partire dal 2017;
che, nel corso dell?esame presso l?altro ramo del Parlamento, ulteriori misure in materia di giustizia sono state inserite al comma 82 dell'articolo 1, con il quale si introduce un ulteriore comma all?articolo 46 della legge n. 374 del 1991, recante l?obbligo delle parti di sostenere i costi di notificazione richiesti agli ufficiali giudiziari (spese di spedizione e indennità di trasferta) nelle cause e attività conciliative in sede non contenziosa davanti al giudice di pace, di valore inferiore a 1.033 euro (attualmente per tali cause e attività, le parti pagano 46 euro di contributo unificato) stabilendosi correlativamente che le risorse derivanti dai conseguenti risparmi di spesa sono riassegnate al Ministero della giustizia e destinate a garantire la piena funzionalità degli UEPE (Uffici esecuzione penale esterna);
che i commi da 202-206 dell?articolo 2 - modificando l?articolo 1 della legge n. 392 del 1941 - trasferiscono allo Stato, dal 1° settembre 2015, l?obbligo di corrispondere le spese per gli uffici giudiziari, attualmente a carico dei comuni, rimettendo ad un decreto del Ministro della giustizia, adottato di concerto con il Ministro dell?economia e delle finanze, il compito di determinare l?entità delle spese per il funzionamento degli uffici giudiziari, sulla base dei *costi standard* per categorie omogenee di beni e servizi e a un regolamento l'individuazione delle misure organizzative necessarie ad attuare la nuova disciplina, nonché disponendosi che, per lo svolgimento dei compiti correlati a tali nuovi oneri, sia prevista l?assegnazione prioritaria al Ministero della giustizia del personale delle province che, a seguito dell?attuazione della legge n. 56 del 2014, dovesse risultare in esubero;

formula un rapporto favorevole.

RAPPORTO APPROVATO DALLA COMMISSIONE SULLO STATO DI PREVISIONE DEL MINISTERO DELLA GIUSTIZIA PER L'ANNO FINANZIARIO 2015 E PER IL TRIENNIO

2015-2017 E RELATIVA NOTA DI VARIAZIONI (DISEGNI DI LEGGE NN. 1699 E 1699-*BIS* - TABELLE 5 E 5-*BIS*) E SULLE PARTI CORRISPONDENTI DEL DISEGNO DI LEGGE N. 1698

La Commissione giustizia, esaminati i disegni di legge in titolo e la Tabella n. 5, relativa allo stato di previsione del Ministero della Giustizia per l?anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017;
preso atto della grave crisi economica in cui versa il nostro Paese che costituisce la causa prima della progressiva riduzione delle risorse destinate alla pubblica amministrazione;
rilevato comunque che:
lo stato di previsione del Ministero della giustizia per il 2015 - a seguito delle modifiche apportate nel corso dell'esame presso la Camera dei deputati - reca spese finali per complessivi 7.760 milioni di euro - con una riduzione complessiva di circa 60 milioni di euro rispetto allo stanziamento iniziale del disegno di legge di bilancio - articolati nel seguente modo: 7.631 milioni di euro per le spese correnti; 129 milioni di euro per le spese in conto capitale;
complessivamente, rispetto ai 7.553,2 milioni della legge di bilancio 2014, le previsioni 2015 evidenziano un aumento di 207,3 milioni (+3 per cento circa) e rispetto alla legge di assestamento 2014, ovvero 7.731 milioni, si registra un aumento di 29,5 milioni di euro (+0,3 per cento circa), mentre rispetto al complessivo stanziamento di competenza per le spese del bilancio dello Stato la quota destinata al Ministero della giustizia risulta pari a poco meno dell'1,3 per cento;
rilevata in particolare l'esigenza di garantire la piena funzionalità:
degli Uffici di Esecuzione Penale Esterna ed il migliore svolgimento delle attività indicate dall'articolo 72 della legge 26 luglio 1975, n. 354, come modificata dalla legge 27 luglio 2005, n. 154, anche tenuto conto della normativa approvata nel presente legislatura, volta al potenziamento delle misure alternative alla detenzione in carcere, e in attesa della riorganizzazione del Ministero della Giustizia;
dell'Ufficio del processo, istituito dal decreto legge sulla pubblica amministrazione, in una ottica di maggiore efficienza degli uffici giudiziari;
del Dipartimento per la giustizia minorile del Ministero della Giustizia anche tenuto conto della normativa volta al potenziamento delle misure dirette a tutelare i minori nell'ambito delle materie di competenza del predetto Dipartimento, e in vista della riorganizzazione del Ministero della Giustizia;
sottolineata la necessità di trovare una soluzione normativa che valorizzi il tirocinio formativo professionale dei cosiddetti precari della giustizia, alla luce delle esigenze di funzionalità degli uffici giudiziari e del riconoscimento della professionalità acquisita.

preso atto, con riferimento al disegno di legge di stabilità 2015:
che il comma 81 dell'articolo 1 prevede l'istituzione presso il Ministero della giustizia di un Fondo per il recupero di efficienza del sistema giudiziario e il potenziamento dei relativi servizi, nonché per il completamento del processo telematico, fondo che avrà una dotazione finanziaria di 50 milioni di euro nel 2015, di 90 milioni di euro nel 2016 e di 120 milioni di euro a partire dal 2017;
che, nel corso dell?esame presso l?altro ramo del Parlamento, ulteriori misure in materia di giustizia sono state inserite al comma 82 dell'articolo 1, con il quale si introduce un ulteriore comma all?articolo 46 della legge n. 374 del 1991, recante l?obbligo delle parti di sostenere i costi di notificazione richiesti agli ufficiali giudiziari (spese di spedizione e indennità di trasferta) nelle cause e attività conciliative in sede non contenziosa davanti al giudice di pace, di valore inferiore a 1.033 euro (attualmente per tali cause e attività, le parti pagano 46 euro di contributo unificato) stabilendosi correlativamente che le risorse derivanti dai conseguenti risparmi di spesa sono riassegnate al Ministero della giustizia e destinate a garantire la piena funzionalità degli UEPE (Uffici esecuzione penale esterna);
che i commi da 202-206 dell?articolo 2 - modificando l?articolo 1 della legge n. 392 del1941 - trasferiscono allo Stato, dal 1° settembre 2015, l?obbligo di corrispondere le spese per gli uffici giudiziari, attualmente a carico dei comuni, rimettendo ad un decreto del Ministro della giustizia,

adottato di concerto con il Ministro dell?economia e delle finanze, il compito di determinare l?entità delle spese per il funzionamento degli uffici giudiziari, sulla base dei *costi standard* per categorie omogenee di beni e servizi e a un regolamento l'individuazione delle misure organizzative necessarie ad attuare la nuova disciplina, nonché disponendosi che, per lo svolgimento dei compiti correlati a tali nuovi oneri, sia prevista l?assegnazione prioritaria al Ministero della giustizia del personale delle province che, a seguito dell?attuazione della legge n. 56 del 2014, dovesse risultare in esubero;
formula un rapporto favorevole con le seguenti osservazioni:
in relazione al disposto del comma 82 dell'articolo 1 del disegno di legge di stabilità 2015, si rileva che la modifica apportata all'articolo 46 della legge n. 374 del 1991 in tema di notificazione sembra gravare in modo eccessivo sugli intenti del servizio giustizia;
indipendentemente dalla previsione di cui al citato comma 82, si rileva l'insufficienza degli stanziamenti destinati agli UEPE al fine di assicurare l'efficiente funzionamento di tali strutture, rappresentandosi quindi la necessità di incrementare tali stanziamenti, con soluzioni diverse da quelle di cui al predetto comma 82;
in riferimento alla situazione dei cosiddetti precari della giustizia, si rappresenta la necessità di trovare una soluzione normativa e amministrativa che collochi tale personale nella riorganizzazione ed efficientamento degli uffici giudiziari anche per il 2015.

1.4.2.3. 3^ Commissione permanente (Affari esteri, emigrazione)

1.4.2.3.1. 3ªCommissione permanente (Affari esteri, emigrazione) - Seduta n. 62 (pom.) del 09/12/2014

collegamento al documento su www.senato.it

AFFARI ESTERI, EMIGRAZIONE (3ª)

MARTEDÌ 9 DICEMBRE 2014
62ª Seduta

Presidenza del Presidente
CASINI

Interviene il vice ministro degli affari esteri e della cooperazione internazionale Pistelli.

La seduta inizia alle ore 17.

IN SEDE CONSULTIVA

(1699 **e** 1699-bis **)** ***Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017*** **e relativa** ***Nota di variazioni***, approvato dalla Camera dei deputati

- (**Tab. 6 e Allegato e 6-*bis***) Stato di previsione del Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017 e Relazione allegata

(1698) ***Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)***, approvato dalla Camera dei deputati

(Rapporto alla 5a commissione. Esame congiunto e rinvio)

Il presidente CASINI ricorda che l'ordine del giorno reca l'esame congiunto, per quanto di competenza, dei disegni di legge n. 1698 e n. 1699.

Ricorda altresì che il regolamento stabilisce una procedura particolare per la sessione di bilancio, che prevede, tra l'altro, l'abbinamento di diritto dei due disegni di legge, una discussione generale unica, termini per le varie fasi del procedimento e un regime speciale per la presentazione di ordini del giorno ed emendamenti.

Ricorda che la Commissione è chiamata a redigere un rapporto per la Commissione bilancio entro il termine dell'11 dicembre.

Propone fin d'ora di fissare il termine per la presentazione degli ordini del giorno e degli emendamenti alle ore 11 di domani, mercoledì 10 dicembre.

La Commissione conviene.

Il relatore TONINI (*PD*) illustra i provvedimenti in esame, sottolineando in primo luogo che la manovra economica del Governo si muove entro i limiti stabiliti dall'ordinamento comunitario, utilizzando tuttavia i margini di flessibilità che esso prevede, in particolar modo per quanto riguarda i vincoli di medio termini previsti dal Trattato "*Fiscal Compact*".

Tale flessibilità è assolutamente necessaria per sostenere la crescita economica, in un periodo di crisi senza precedenti, e favorire la realizzazione delle riforme intraprese dal Governo. Rileva altresì che il nuovo articolo 81 della Costituzione, generalmente criticato per la previsione del pareggio strutturale di bilancio, consente una maggiore flessibilità rispetto alla vecchia formulazione dell'articolo e alle stesse normative vigenti di contabilità pubblica.

Evidenzia poi, riguardo all'articolato del disegno di legge di stabilità 2015 (A.S. n. 1698), le misure di interesse per la Commissione.

Il provvedimento prevede la rinegoziazione dei termini degli accordi sulla quantificazione dei contributi volontari ed obbligatori alle organizzazioni internazionali di cui è parte il nostro Paese. L'obiettivo è ottenere risparmi di circa 25 milioni di euro per il 2015 e di 8 milioni e mezzo a decorrere dal 2016. Le organizzazioni per cui sono previste riduzioni di contributi sono, tra le altre, le Nazioni Unite (meno 20 milioni di euro), l'OSCE (meno 3 milioni), l'Ufficio regionale UNESCO per l?Europa di Venezia (meno 650.000), il Centro Internazionale di Ingegneria Genetica (meno 200.000), e l'INCE (meno 43.000). Per altre organizzazioni si prevede il recesso dell'Italia (tra queste la Commissione internazionale dello stato civile).

In materia di cooperazione allo sviluppo il testo dispone l'aumento da 60 a 65 milioni di euro per gli anni 2015 e 2016 dei contributi a favore delle azioni di cooperazione realizzate dal Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale (MAECI), in coerenza ed a complemento della politica di cooperazione dell'Unione europea, posti a valere sul Fondo di rotazione per le politiche comunitarie.

In temadi razionalizzazione e contenimento delle spese per il personale pubblico in servizio all?estero, sono previsti, con effetto dal 1° luglio 2015, interventi sul trattamento economico e normativo, con la revisione dei coefficienti per il calcolo dell?indennità, la sua riduzione del 20 per cento e l'aumento della base imponibile dei trattamenti.

Vi è poi una riduzione degli stanziamenti per gli assegni di sede del personale docente delle scuole italiane all?estero, nella misura di 3,7 milioni per il 2015, e di 5,1 milioni a decorrere dal 2016.

Viene poi disposto il rinvio al 17 aprile 2015 delle elezioni per il rinnovo dei Comitati degli italiani all?estero (già previste per il 19 dicembre). Il medesimo comma specifica che all'attuazione di tale misura si provvede con gli stanziamenti disponibili a legislazione vigente.

E' poi disposto il trasferimento alla Presidenza del Consiglio delle attività e delle risorse dedicate alla diffusione di notizie italiane mediante testate all'estero.

Altre disposizioni prevedono, per la promozione del *Made in Italy* e il sostegno all'internazionalizzazione delle imprese, significativi stanziamenti a favore dell'ICE.

Una serie di organismi ed enti riferibili al Ministero sono poi interessati alla riduzione dei contributi

pubblici, tra cui l'Istituto Agronomico per l'Oltremare, l'Istituto italo-latino-americano e, nell'ambito dei fondi del Ministero della salute, la Fondazione Istituto mediterraneo di ematologia.

Nelle tabelle del disegno di legge di stabilità compaiono poi una serie di interventi che incidono direttamente o indirettamente sulle materie di interesse della Commissione.

Nella Tabella A**,** che dà indicazione delle voci da includere nel fondo speciale di parte corrente, sono previsti, con riferimento al MAECI, accantonamenti di circa 52 milioni di euro per il 2015, e di circa 60 milioni per il 2015 e per il 2016, destinati a far fronte essenzialmente agli oneri per le autorizzazioni alla ratifica di Accordi internazionali.

Nella Tabella B**,** compaiono accantonamenti a favore del MAECI per il triennio 2015-2017 pari a quasi 43 mila euro per il 2015 e a 34,7 milioni di euro per il 2016.

Nella Tabella C**,** con riferimento alla cooperazione allo sviluppo (cooperazione a dono), il ddl di bilancio, per il 2015, prevedeva inizialmente uno stanziamento di 150,46 milioni di euro. Le variazioni apportate dal ddl stabilità (per aggiuntivi 30 milioni di euro), consentono di attestare il totale a 180,46 milioni di euro.

E' anche previsto uno stanziamento per le attività di sminamento umanitario per circa 350 mila euro.

Nella Tabella D compaiono 3 riduzioni di spese d'interesse del MAECI: quella relativa alla Convenzione di Parigi sulle armi chimiche con una riduzione di circa 50 mila euro per ciascuna annualità del triennio 2015-2017; quello per il protocollo di Kyoto, con riduzione di 4,81 milioni di euro per il 2015, di 7 milioni per il 2016 e di 6,50 milioni per il 2017; quello sugli accordi internazionali in materia di politiche per l?ambiente marino, con una riduzione di 5 milioni di euro per il 2015, e di 3 milioni per il 2016 e il 2017.

Per quanto riguarda lo stato di previsione del Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale, in relazione al triennio 2015-2017, la Missione n. 4, "L?Italia in Europa e nel mondo", prevede uno stanziamento di competenza di 1.601,33 milioni di euro; la missione n. 32, "Servizi istituzionali e generali delle Amministrazioni pubbliche", di 76,68 milioni; e la Missione n. 33, "Fondi da ripartire", di 9,82 milioni.

In termini complessivi, lo stato di previsione del Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale reca, a seguito delle variazioni apportate dalla Camera dei deputati, stanziamenti di competenza pari a 1.687,83 milioni di euro. L?ammontare dello stanziamento è quasi interamente destinato alle spese di parte corrente (1.644,51 milioni di euro), mentre le spese in conto capitale ammontano a 43,32 milioni di euro. I programmi di spesa che assorbono le maggiori risorse sono quelli relativi alla cooperazione allo sviluppo (programma 4.2), alla promozione della pace e della sicurezza (programma 4.6), e agli interventi per gli italiani nel mondo e le politiche migratorie (programma 4.8).

Il presidente CASINI dichiara aperta la discussione generale.

La senatrice MUSSINI (*Misto-MovX*) sottolinea criticamente la riduzione dei fondi per il personale docente italiano all'estero e rileva la mancanza di indicazioni sulle modalità con cui tali riduzioni di personale potranno essere compensate. Chiede chiarimenti sull'entità delle misure di riduzione dell'indennità di servizio all'estero, sottolineando il rischio che, aumentando la base imponibile dei trattamenti economici, si finisca per vanificare i risparmi a causa dell'aumento della futura spesa pensionistica.

Il senatore MICHELONI (*PD*) condivide la necessità di ridurre il contingente del personale insegnante in servizio all'estero, sottolineando che tale riduzione può essere compensata da un maggior impiego di personale assunto con contratti di diritto locale, con conseguenti risparmi economici. Ritiene però necessaria una maggiore progettualità da parte del Governo per favorire la diffusione della lingua e della cultura italiane nel mondo.

Esprime apprezzamento per il rinvio delle elezioni per il rinnovo dei COMITES, anche se rileva la necessità di riaprire i termini per la presentazione delle liste elettorali.

Critica l'aumento delle risorse destinate all'agenzia ICE, a scapito della rete delle Camere di commercio italiane all'estero.

Chiede infine chiarimenti sugli effetti economici della riforma del trattamento economico del personale in servizio all'estero.

Il vice ministro PISTELLI premette che il bilancio del Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale ha una dotazione finanziaria molto inferiore a quella dei principali Paesi europei. In relazione alle risorse per la cooperazione allo sviluppo, sottolinea che gli stanziamenti in Tabella C sono pari a oltre 245 milioni di euro per il 2015, inclusi i Fondi da destinare a programmi di cooperazione cofinanziati con l'Unione europea.

Gli stanziamenti indicano dunque un incremento delle risorse complessive destinate all'aiuto pubblico allo sviluppo di circa il 6,7 per cento rispetto al 2014, consolidando il progressivo riallineamento del nostro paese agli obiettivi di contribuzione concordati a livello internazionale e dando maggiore slancio all'applicazione della riforma della cooperazione allo sviluppo.

Ricorda che la riforma del trattamento economico del personale in servizio all'estero comporta una rimodulazione complessiva sia di alcune indennità sia della base imponibile. Sottolinea che la riforma consentirà di ottenere un miglioramento dei saldi di bilancio per circa 16 milioni di euro nel 2015 e circa 32 milioni a decorrere dal 2016.

Evidenzia che l'Amministrazione degli affari esteri ha ottenuto la riassegnazione dei proventi derivanti dalla vendita degli immobili all'estero, finalizzata alla ristrutturazione e alla manutenzione delle sedi della rete diplomatico consolare.

Per quanto riguarda il personale insegnante in servizio all'estero, ricorda che tale categoria è stata interessata da recenti norme di contenimento dei trasferimenti e che il processo di riduzione del personale è stato accelerato da un certo numero di rientri anticipati.

Per quanto riguarda le misure a favore dell'internazionalizzazione delle imprese italiane, assicura il maggiore coordinamento dei diversi soggetti coinvolti.

Sul rinvio delle elezioni per il rinnovo dei COMITES, ricorda che non vi è alcun obbligo giuridico di riapertura del termine per la presentazione delle liste elettorali. Assicura però l'impegno del Ministero ad adottare tutte le misure volte a favorire la massima partecipazione possibile all'appuntamento elettorale.

Il senatore MICHELONI (*PD*) esprime apprezzamento per gli impegni assunti dal Governo in relazione alle prossime elezioni di rinnovo dei COMITES. Auspica che nella riforma della legge elettorale, attualmente all'esame della Commissione affari costituzionali del Senato, possa essere previsto un elenco elettorale unico degli italiani residenti all'estero, da utilizzare sia per le elezioni politiche che per le elezioni dei COMITES.

Il presidente CASINI dichiara chiusa la discussione generale.

CONVOCAZIONE DI UNA SEDUTA NELLA GIORNATA DI DOMANI

Il presidente CASINI informa che la Commissione tornerà a riunirsi domani, mercoledì 10 dicembre, alle ore 14,30.

La Commissione prende atto.

La seduta termina alle ore 18.

1.4.2.3.2. 3ªCommissione permanente (Affari esteri, emigrazione) - Seduta n. 63 (pom.) del 10/12/2014

collegamento al documento su www.senato.it

AFFARI ESTERI, EMIGRAZIONE (3ª)

MERCOLEDÌ 10 DICEMBRE 2014
63ª Seduta

Presidenza del Presidente
CASINI

Interviene il vice ministro degli affari esteri e della cooperazione internazionale Pistelli.

La seduta inizia alle ore 14,35.

IN SEDE CONSULTIVA

(1699 **e** 1699-*bis* **)** ***Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017*** e relativa ***Nota di variazioni***, approvato dalla Camera dei deputati

- (**Tab. 6 e Allegato e Tab. 6-*bis***) Stato di previsione del Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017 *e* Relazione allegata

(1698) ***Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)***, approvato dalla Camera dei deputati

(Rapporto alla 5a Commissione. Seguito e conclusione dell'esame congiunto. Rapporto favorevole con osservazioni)

Riprende l'esame congiunto sospeso nella seduta di ieri.

Il presidente CASINI informa che è stato presentato l'ordine del giorno G/1698/1/3, a firma del senatore Razzi.

Si procede quindi all'esame dell'ordine del giorno G/1698/1/3, pubblicato in allegato.

Il senatore RAZZI (*FI-PdL XVII*) illustra l'ordine del giorno, sottolineando che le modalità di svolgimento degli appuntamenti elettorali dei cittadini residenti all'estero presentano varie criticità, legate anche alla procedura di voto per corrispondenza. Auspica pertanto che tali votazioni, a partire dal rinnovo Comitati degli italiani all'estero, previsto per il mese di aprile del 2015, possano svolgersi presso seggi costituiti all'interno delle rappresentanze diplomatiche e consolari italiane.

Il relatore TONINI (*PD*) invita il senatore Razzi a ritirare il proprio ordine del giorno, in quanto la modalità di votazione prospettata scoraggerebbe, invece di favorire, la partecipazione al voto dei cittadini residenti all'estero. In subordine esprime parere contrario.

Il vice ministro PISTELLI esprime parere conforme a quello del relatore.

Il senatore COMPAGNA (*NCD*) dichiara il proprio voto di astensione, sottolineando che il tema in esame coinvolge diversi principi costituzionali.

Il senatore MICHELONI (*PD*) dichiara il voto contrario del proprio Gruppo, perché le modalità proposte ridurrebbero ulteriormente la partecipazione dei cittadini italiani all'estero agli appuntamenti elettorali. Ritiene tuttavia necessario che, nella legge elettorale attualmente in discussione presso la Commissione affari costituzionali del Senato, vengano introdotti opportuni accorgimenti per favorire una maggiore partecipazione al voto, sia alle elezioni politiche che alle elezioni per il rinnovo dei Comites.

Il senatore LUCIDI (*M5S*), pur non condividendo l'impostazione dell'ordine del giorno, ritiene utile avviare una riflessione su nuove modalità di esercizio del voto da parte dei cittadini italiani all'estero.

Il presidente CASINI sottolinea che la Commissione esteri si è già in passato occupata in diverse occasioni del tema della rappresentanza degli italiani all'estero e che pertanto potrà fornire utili elementi di riflessione su questi temi.
Verificata la presenza del numero legale, pone quindi in votazione l'ordine del giorno G/1698/1/3, che risulta respinto.

Il relatore TONINI (*PD*), tenendo conto di quanto emerso nel corso del dibattito, illustra infine una proposta di rapporto favorevole con osservazioni**.**

Il senatore LUCIDI (*M5S*), a nome dei senatori del suo Gruppo, illustra una proposta di rapporto contrario, pubblicata in allegato.

Il presidente CASINI pone quindi in votazione la proposta di rapporto favorevole con osservazioni presentata dal relatore, pubblicata in allegato, che risulta approvata. Risulta conseguentemente preclusa la proposta di rapporto contrario presentata dai senatori Lucidi, Airola e Ornella Bertorotta.

La seduta termina alle ore 15.

RAPPORTO APPROVATO DALLA COMMISSIONE SULLO STATO DI PREVISIONE DEL MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI E DELLA COOPERAZIONE INTERNAZIONALE PER L?ANNO FINANZIARIO 2015 E PER IL TRIENNIO 2015-2017 E RELATIVA NOTA DI VARIAZIONI (DISEGNI DI LEGGE NN. 1699 E 1699-BIS - TABELLA 6 E ALLEGATO E TABELLA 6-BIS) E SULLE PARTI CORRISPONDENTI DEL DISEGNO DI LEGGE N. 1698

La 3a Commissione, Affari esteri, emigrazione,

esaminati i disegni di legge in titolo e le relative Tabelle;

preso atto dei chiarimenti forniti dal Governo nel corso dell'esame in sede consultiva;

rilevato criticamente il persistente sottodimensionamento, rispetto alla media dei principali paesi europei, delle risorse destinate alla politica estera italiana;

rilevato con favore l'aumento complessivo delle risorse per le politiche di cooperazione internazionale allo sviluppo, anche per le modifiche introdotte nel corso dell'esame presso la Camera dei deputati;

apprezzato il rinvio, al 17 aprile 2015, delle elezioni per il rinnovo dei Comitati degli italiani all?estero (con il relativo rinvio del termine per l'iscrizione agli elenchi elettorali), una misura che, accogliendo una sollecitazione fatta proprio anche dalla Commissione Affari esteri, potrà favorire una maggiore partecipazione a questo significativo appuntamento elettorale;

apprezzate le misure introdotte per la razionalizzazione e il contenimento delle spese per il personale in servizio all?estero;

preso atto della riduzione di stanziamento per gli assegni di sede del personale docente delle scuole italiane all?estero;

rilevata positivamente la soppressione della previsione relativa alla riduzione dei contributi per gli Istituti italiani di cultura all'estero;

segnalate positivamente le misure per favorire l'internazionalizzazione delle imprese italiane;

tenuto conto degli accantonamenti previsti dalla Tabella A, destinati a far fronte agli oneri derivanti dalla ratifica di Accordi internazionali,

esprime un rapporto favorevole, con le seguenti osservazioni:

auspica un significativo aumento delle risorse per la cooperazione internazionale allo sviluppo, da incrementare ulteriormente nei prossimi anni, in modo da consentire il rispetto degli impegni internazionali assunti dal nostro Paese e garantire il raggiungimento degli obiettivi cui si ispira la

riforma del settore recentemente approvata;

auspica un potenziamento delle politiche di promozione e diffusione della lingua e della cultura italiana all'estero, strumento essenziale di proiezione internazionale del nostro Paese, attraverso l'incremento delle risorse disponibili e la predisposizione di interventi in grado di compensare gli effetti negativi prodotti dalla riduzione dei contingenti del personale docente impiegato all'estero;

auspica che gli interventi di promozione dell'internazionalizzazione delle imprese italiane si svolgano all'interno di un'efficace azione di coordinamento, per evitare le sovrapposizioni tra i diversi soggetti impegnati e garantire il miglior uso delle risorse disponibili.

SCHEMA DI RAPPORTO PROPOSTO DAI SENATORI LUCIDI, AIROLA E ORNELLA BERTOROTTA SULLO STATO DI PREVISIONE DEL MINISTERO DEGLI AFFARI ESTERI E DELLA COOPERAZIONE INTERNAZIONALE PER L?ANNO FINANZIARIO 2015 E PER IL TRIENNIO 2015-2017 E RELATIVA NOTA DI VARIAZIONI (DISEGNI DI LEGGE NN. 1699 E 1699-BIS - TABELLA 6 E ALLEGATO E TABELLA 6-BIS) E SULLE PARTI CORRISPONDENTI DEL DISEGNO DI LEGGE N. 1698

La 3a Commissione Affari esteri, emigrazione in sede di discussione, per le parti di propria competenza:
dell'Atto Senato 1698 - Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (Legge di stabilità 2015);
degli Atti Senato 1699 e 1699-bis - Bilancio di previsione dello Stato per l?anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017 e relativa Nota di variazioni;
nonché della Tabella 6 e Allegato e Tabella 6-bis - Stato di previsione del Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale per l?anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017 - degli innanzi citati Atti Senato 1699 e 1699-bis;
considerato che:
il Fondo per le missioni internazionali è rifinanziato per un valore pari a 850 milioni di euro per il 2015 e il 2016 (articolo 1, comma 124 dell'Atto Senato 1698). É opportuno ricordare che la legge di

stabilità per l'anno 2014 aveva previsto un incremento di detto Fondo pari a 765 milioni di euro. Si registra quindi un incremento della dotazione del Fondo (capitolo 3004, stato di previsione del MEF), rispetto all'anno precedente, pari a 85 milioni di euro;
il comma 72 dell'articolo 2 ha invece previsto una riduzione, pari a 3,7 milioni, degli stanziamenti per le indennità di servizio del personale docente delle scuole italiane all'estero;
il comma 103 dell'articolo 2 dispone una riduzione diretta di un milione di euro, a decorrere dal 2015, dell?autorizzazione di spesa disposta dall?articolo 3, comma 1, della legge 14 febbraio 1994, n. 124 per la ratifica e l?esecuzione della Convenzione sulla biodiversità fatta a Rio de Janeiro il 5 giugno 1992;
in tema di politiche di cooperazione allo sviluppo, nelle more dell?entrata in vigore della nuova normativa di settore, definita dalla legge 11 agosto 2014, n. 125, la Tabella C del disegno di legge di stabilità prevede un incremento di 30 milioni degli stanziamenti specificamente dedicati a tale settore, portando lo stanziamento complessivo per gli interventi di cooperazione allo sviluppo a 180,467 milioni di euro. È opportuno ricordare che la legge di stabilità per l'anno 2014, all'iniziale articolo 8, comma 9, aveva previsto un incremento del medesimo fondo pari a 60 milioni di euro. Si registra quindi un incremento di detto Fondo di soli 30 milioni di euro, ovvero il 50 per cento in meno rispetto all'incremento del medesimo Fondo nell'anno precedente;
il limite massimo degli stanziamenti a valere sul Fondo rotativo per le politiche comunitarie, destinabili ad azioni di cooperazione allo sviluppo realizzate dal Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale, nell?ambito di programmi europei, è stato elevato dagli iniziali 60 milioni di euro a soli 65 milioni di euro;
si ritengono inoltre assolutamente inefficaci e non risolutivi gli interventi previsti al fine del contenimento della spesa,
esprime parere contrario

ORDINE DEL GIORNO AL DISEGNO DI LEGGE
N. 1698

G/1698/1/3
RAZZI
La 3a Commissione, Affari esteri, emigrazione,

in sede di discussione del disegno di legge recante "Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)",

premesso che:

la legge 27 dicembre 2001, n. 459 recante 'Norme per l'esercizio del diritto di voto dei cittadini italiani residenti all'estero', ha dato attuazione all'art. 48, terzo comma, della Costituzione, stabilendo requisiti e modalità per l'esercizio del diritto di voto dei cittadini residenti all'estero;

la procedura ordinaria di voto è quella per corrispondenza presso l'abitazione degli elettori residenti all'estero;

tale procedura, dopo otto anni dalla sua prima applicazione, ha suscitato varie criticità, a causa di sospetti brogli elettorali che potrebbero essere risultati determinanti per l'esito delle votazioni;

il 17 aprile 2015 si voterà per eleggere i membri dei Comitati degli Italiani all'estero (COMITES);

tali elezioni erano già state già indette per il 19 dicembre 2014, ma a causa di una bassissima percentuale di iscrizioni alla votazione (circa il 2% degli aventi diritto) sono state rinviate alla primavera 2015;

il sistema di votazione risulta essere pernicioso e di difficile applicazione, perciò sarebbe preferibile optare per un procedimento innovativo e lineare da svolgersi all'interno delle sedi diplomatiche e consolari italiane,

impegna il Governo

a valutare l'opportunità di prevedere che il voto degli italiani residenti all'estero, per elezioni di ogni ordine e grado, venga svolto presso seggi costituiti all'interno delle rappresentanze diplomatiche e consolari italiane.

1.4.2.4. 4^ Commissione permanente (Difesa)

1.4.2.4.1. 4ªCommissione permanente (Difesa) - Seduta n. 105 (ant.) del 09/12/2014

collegamento al documento su www.senato.it

DIFESA (4ª)

MARTEDÌ 9 DICEMBRE 2014
105ª Seduta

Presidenza del Presidente
LATORRE

Interviene il sottosegretario di Stato per la difesa Rossi.

La seduta inizia alle ore 12,05.

COMUNICAZIONI DEL PRESIDENTE

Il presidente LATORRE rende noto che il senatore Battista, in qualità di membro della Delegazione parlamentare italiana presso l'Assemblea parlamentare della NATO, ha fatto pervenire i testi delle risoluzioni approvate nella riunione tenutasi recentemente all'Aja. I predetti documenti saranno inviati per posta elettronica a tutti i commissari.

Ricorda inoltre che nella giornata odierna, alle ore 13,30, la Commissione straordinaria per la tutela e la promozione dei diritti umani ascolterà il Capo di Stato maggiore della Marina militare nell?ambito dell'indagine conoscitiva sui livelli e i meccanismi di tutela dei diritti umani, vigenti in Italia e nella realtà internazionale.

Da ultimo, preannuncia che, una volta terminato l'esame dei documenti di bilancio, riferirà, eventualmente nell'ambito di un Ufficio di Presidenza all'uopo convocato, sugli esiti della missione da lui svolta -dal 1° al 3 dicembre scorsi- in Israele, connotata da numerosi incontri con autorità parlamentari e governative di quel Paese.

La Commissione prende atto.

IN SEDE CONSULTIVA

(1699 **e** 1699-*bis* **)** ***Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017*** **e relativa** ***Nota di variazioni***, approvato dalla Camera dei deputati

- **(Tabb. 11 e 11-*bis*)** Stato di previsione del Ministero della difesa per l?anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017

(1698) ***Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)***, approvato dalla Camera dei deputati

(Rapporto alla 5ª Commissione. Esame congiunto e rinvio)

Il presidente LATORRE dà conto delle peculiarità procedurali inerenti all?esame dei documenti di bilancio, precisando che la Commissione è chiamata ad esprimere rapporto alla Commissione bilancio entro giovedì 11 dicembre.

Il relatore Luciano ROSSI (*NCD*) illustra quindi i disegni di legge iscritti all'ordine del giorno, osservando innanzitutto che, per quanto attiene all'originario stato di previsione del Ministero della difesa, la tabella 11 allegata al disegno di legge di bilancio reca un volume finanziario complessivo di 19.776,8 milioni di euro. Il bilancio, in particolare, si articola in quattro missioni: Difesa e sicurezza del territorio, Ricerca ed innovazione, Servizi istituzionali e generali e Fondi da ripartire.

Rispetto al bilancio del 2014 che recava risorse per 20.312,3 milioni di euro, le disponibilità per il 2015 registrano quindi un decremento di 535,5 milioni di euro.

Nel dettaglio, le spese per la funzione difesa per il 2015, si assestano su 13.578,9 milioni di euro (498,02 milioni in meno rispetto alle previsioni di bilancio 2014). Quelle per il personale militare e civile in servizio, pari a circa 9.739,3 milioni di euro, vedono un incremento complessivo -rispetto al bilancio previsionale 2014- di 227,83 milioni di euro, ma le spese di esercizio,pari a 1.170,9 milioni di euro, registrano un decremento di 173,81 milioni rispetto allo scorso anno. Da ultimo, le spese per gli investimenti subiscono a loro volta un decremento, rispetto al 2014, di 552 milioni, attestandosi a 2.668,7 milioni di euro.

Per quanto attiene alla funzione sicurezza del territorio, che comprende spese destinate alle esigenze dell?Arma dei carabinieri, dà conto dello stanziamento di una somma di 5.653,0 milioni di euro, con un leggera variazione negativadi 34,4 milioni di euro rispetto alla dotazione 2014.

Relativamente alle funzioni esterne, ovvero quelle destinate alle attività non strettamente collegate ai compiti istituzionali del dicastero, rileva invece che lo stanziamento ammonta a 102 milioni di euro, con un lieve aumento -rispetto al 2014- di 3,02 milioni.

Infine, le spese per il trattamento di ausiliaria, registrano un piccolo decremento pari a 6,13 milioni di euro rispetto all?esercizio precedente, con uno stanziamento complessivo di 442,9 milioni di euro.

Il relatore prosegue la sua esposizione osservando che, sul quadro poc'anzi delineato, incide la nota di variazioni, recante gli effetti delle modificazioni introdotte ai disegni di legge di bilancio e di stabilità nel corso dell'esame in prima lettura presso la Camera dei deputati.

In particolare, rispetto alle previsioni risultanti dal progetto di legge di bilancio, per quanto concerne la missione "Difesa e sicurezza del territorio", si registra un ulteriore decremento di 594 milioni di euro per il 2015, 742 milioni per il 2016 e 748 milioni per il 2017, sia in termini di competenza che in termini di cassa. Relativamente alla missione "Ricerca ed innovazione", invece, non risulta alcuna variazione. La missione "Servizi istituzionali e generali" viene poi ulteriormente ridotta di 598.387 euro per il 2015, di 598.326 euro per il 2016 e di 600.259 euro per il 2017, sia in termini di competenza che di cassa, mentre la missione "Fondi da ripartire" patisce una riduzione, per il solo 2015, di 10 milioni di euro, sia in termini di competenza che di cassa.

Procede quindi alla disamina del disegno di legge di stabilità, ponendo innanzitutto l'accento sul rifinanziamento del fondo per le missioni internazionali, (articolo 1, comma 124), la cui dotazione è incrementata di 850 milioni di euro per il 2015 e il 2016.

Rileva quindi che il provvedimento reca anche interventi concernenti il personale militare e la dismissione di immobili della difesa, nonché misure di razionalizzazione di spesa.

Nel dettaglio, per quanto attiene al personale militare, viene innanzitutto prevista la proroga fino al 31 dicembre 2015 del blocco economico della contrattazione per il personale. Inoltre, viene estesa fino al 2018 l'efficacia della norma dell'indennità di vacanza contrattuale. Vengono inoltre prorogate le disposizioni del decreto-legge n. 78 del 2010 relative al blocco dei meccanismi di adeguamento retributivo automatico (articolo 2, commi da 22 a 24). Si registra positivamente la non reiterazione di quanto previsto dal terzo periodo del comma 21, dell?articolo 9 del citato decreto-legge, con conseguente sblocco degli adeguamenti economici relativi alle progressioni di carriera. Inoltre, si prevede l?abrogazione delle norme del codice dell?ordinamento militare su talune promozioni conferite al personale militare all?atto della cessazione dal servizio o alla vigilia del decesso per causa di servizio (articolo 2, comma 25). L'articolato prevede anche la riduzione, a decorrere dall?anno 2015, dell?indennità di ausiliaria per il personale in servizio permanente delle Forze armate e delle Forze di polizia ad ordinamento militare (articolo 2, comma 26), nonché degli importi previsti dagli articoli 1803 e 1804 del codice dell?ordinamento militare (del 50 per cento), che regolano, rispettivamente, gli incentivi da riconoscere agli ufficiali piloti in servizio e al personale addetto al controllo del traffico aereo (articolo 2, comma 27).

Si prevede, poi, l?abrogazione delle norme che consentono al personale posto in quiescenza di percepire in unica soluzione il valore corrispondente alle rafferme biennali non contratte per raggiungimento dei limiti di età (articolo 2, comma 28), si dispone la riduzione di 119 milioni di euro per l?anno 2015 dell?autorizzazione di spesa (di cui alla legge 24 dicembre 2003, n. 350), relativa al finanziamento dei provvedimenti di riallineamento delle carriere del personale militare della difesa con quello delle Forze di polizia (articolo 2, comma 29), e che siano versate all?entrata del bilancio 2015 le somme disponibili in conto residui relative agli anni 2011, 2012, 2013 e 2014 (articolo 2, comma 30).

Sempre in materia di personale, viene poi disposta l?abrogazione del comma 4 dell?articolo 1 della legge n. 86 del 2001 (articolo 2, comma 109), e viene fissata in quattro anni la durata della permanenza all?estero del personale militare ivi chiamato a ricoprire determinati incarichi (articolo 2, comma 110). Inoltre, vengono novellati sia l'articolo 906 del Codice dell?ordinamento militare (sulle modalità di computo delle eccedenze di organico dei quadri delle Forze armate ai fini del collocamento in aspettativa per riduzione di quadri), includendo anche gli ufficiali che ricoprano specifici incarichi internazionali all?estero (articolo 2, comma 116), sia l'articolo 584 del medesimo codice, disponendo la riduzione dell?autorizzazione di spesa relativa alla fissazione delle dotazioni organiche e delle consistenze degli ufficiali, dei sottufficiali e dei volontari dell?Esercito, della Marina e dell?Aeronautica, nonché quelle a disposizione per le consistenze dei volontari del Corpo delle capitanerie di porto (articolo 2, comma 119).

Infine, viene abrogato l?articolo 1095 del codice dell'ordinamento militare, che attribuisce agli

ufficiali appartenenti ai ruoli indicati nel medesimo articolo il grado di tenente generale o corrispondente, in sovrannumero rispetto alle dotazioni organiche previste, a condizione che gli stessi abbiano maturato un periodo di permanenza minima pari a un anno nel grado di maggior generale (articolo 2, comma 124).

In ordine alle misure di razionalizzazione della spesa, l'oratore pone innanzitutto l'accento sull?abrogazione dell?articolo 565-*bis* del Codice dell?ordinamento militare che disciplina la cosiddetta "mini naja" (articolo 2, comma 111), nonché sulla novellazione del successivo articolo 1461 effettuata al fine di precisare che la medaglia mauriziana (onorificenza conferita al compimento di cinquant'anni di servizio militare), non verrà coniata in oro (articolo 2, comma 112).

Osserva quindi che l'articolato esclude anche la possibilità, per il Ministero della difesa, di procedere al rinnovo dei contratti di trasporto collettivo in essere con linee bus affidate a terzi per le esigenze del personale della difesa, (articolo 2, comma 113), provvedendo, altresì, alla riduzione degli alloggi di servizio connessi all?incarico con locali di rappresentanza (articolo 2, commi 114 e 115).

Ulteriori disposizioni prevedono poi la riduzione del 10 per cento, a partire dal 1° gennaio 2015, della dotazione organica complessiva del personale civile della difesa degli uffici degli addetti militari all?estero presso le rappresentanze diplomatiche e militari (articolo 2, comma 117), nonché la riduzione del 20 per cento dell?attuale contingente di personale assegnato agli uffici di diretta collaborazione del Ministro della difesa, affidando ad un apposito regolamento il compito di operare le necessarie modifiche alla disciplina attualmente recata su questa materia dal decreto del Presidente della Repubblica n. 90 del 2010 (articolo 2, comma 118).

Sempre in relazione alle misure di razionalizzazione della spesa, si sofferma, da ultimo, sulle modificazioni introdotte dall'altro ramo del Parlamento nel corso dell'esame in prima lettura. In particolare, risulta differito dal 2014 al 2016 il termine previsto dall?articolo 2190 del codice dell?ordinamento militare entro il quale le unità produttive e industriali gestite dall?Agenzia industrie difesa (AID) devono conseguire l?obiettivo dell?economia di gestione, e vengono ridotti, altresì, da 19 a 12 unità gli uffici dirigenziali di livello non generale della medesima agenzia (articolo 2, comma 125). Inoltre, si prevede l?integrale assegnazione alla società "Difesa Servizi s.p.a." delle risorse derivanti dalla gestione economica dei beni della difesa e dai servizi resi a terzi, al fine dello svolgimento delle attività negoziali proprie della stessa società (articolo 2, comma 126).

Per quanto attiene agliimmobili della difesa, osserva quindi che l'articolato (articolo 2, commi da 120 a 123), dispone che il Ministero della difesa, attraverso la dismissione di immobili in proprio uso, realizzi introiti tali da determinare un miglioramento dei saldi di finanza pubblica per un importo non inferiore a 220 milioni di euro nel 2015 e a 100 milioni di euro in ciascuno degli anni 2016 e 2017, nonché che i proventi delle dismissioni vengano versati all?entrata del bilancio dello Stato senza che si applichino le norme in materia di riassegnazione allo stato di previsione della spesa del Ministero medesimo di cui agli articoli 306, comma 3, ultimo periodo e 307, comma 10, lettera *d)*, del codice dell'ordinamento militare fino alla concorrenza dei citati importi.

Vengono poi ridotti i termini attualmente previsti per taluni adempimenti inerenti al procedimento di vendita con il sistema dell?asta e si stabilisce che, per le finalità di miglioramento dei saldi di finanza pubblica, il Ministero della difesa può provvedere al versamento all'entrata del bilancio dello Stato delle risorse derivanti dalla cessione di quote dei fondi comuni di investimento immobiliare. Inoltre si prevede che il Ministero della difesa sia autorizzato a cedere a titolo oneroso, previa intesa con l?Agenzia del demanio, immobili liberi, anche residenziali, a fondi comuni di investimento immobiliare e prioritariamente a quelli gestiti dalla società a capitale pubblico.

Il relatore rileva infine che la Camera dei deputati ha introdotto, con riferimento alla vendita di immobili di pregio di proprietà della difesa, una disposizione concernente la procedura della vendita con il sistema dell?asta in blocco. Ciò al fine di evitare, nel caso di aste deserte, l?emanazione di nuovi bandi d?asta (articolo 2, comma 121, secondo periodo).

Conclude sottolineando la particolare ampiezza dei tagli e delle riduzioni che hanno interessato, negli ultimi anni, le dotazioni economiche della difesa.

Il presidente LATORRE propone di fissare per le ore 18 della giornata odierna il termine per la presentazione di eventuali ordini del giorno ed emendamenti.

Apprezzate le circostanze, propone inoltre di sconvocare l'odierna seduta pomeridiana, e di posticipare alle ore 11 di domani, mercoledì 10 dicembre, la seduta antimeridiana già convocata per le ore 10,30.

La Commissione conviene su entrambe le proposte.

Il seguito dell'esame congiunto è quindi rinviato.

La seduta termina alle ore 12,30.

1.4.2.4.2. 4ªCommissione permanente (Difesa) - Seduta n. 106 (ant.) del 10/12/2014

collegamento al documento su www.senato.it

DIFESA (4ª)

MERCOLEDÌ 10 DICEMBRE 2014
106ª Seduta

Presidenza del Presidente
LATORRE

Interviene il sottosegretario di Stato per la difesa Gioacchino Alfano.

La seduta inizia alle ore 11,10.

IN SEDE CONSULTIVA

(1699 **e** 1699-*bis* **)** ***Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017*** **e relativa** ***Nota di variazioni***, approvato dalla Camera dei deputati
- (Tabb. 11 e 11-*bis*) Stato di previsione del Ministero della difesa per l?anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017

(1698) ***Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)***, approvato dalla Camera dei deputati
(Rapporto alla 5ª Commissione. Seguito dell?esame congiunto e rinvio)

Prosegue l?esame congiunto, sospeso nella seduta di ieri.

Il presidente LATORRE rende noto che, alla scadenza del termine, fissato per le ore 18 di ieri, risultano presentati tre ordini del giorno (*pubblicati in allegato*).

Dichiara quindi aperta la discussione generale

Il senatore ORELLANA (*Misto*) evidenzia il contrasto tra le quattro missioni che compongono il bilancio della Difesa, rispetto alle quali i documenti di bilancio apportano una riduzione del 2,64 per cento ed il fondo per le missioni internazionali e di pace, che vede un incremento di 850 milioni di euro per il 2015-2016. La Nota di variazioni prevede poi ulteriori riduzioni per la funzione Difesa e sicurezza del territorio, anche se, dei sei programmi che la compongono, è solo quello inerente alla pianificazione ed approvvigionamenti a subire tagli significativi, mentre gli altri restano sostanzialmente invariati. Trattandosi della parte di bilancio più vicina alle scelte politiche ed organizzative del Ministro, si domanda se ciò non sia frutto di una difesa corporativa, che per salvaguardare gli interessi del personale ha fatto sì che l?attività di coordinamento ne venisse sacrificata.

Circa il tema del rifinanziamento del fondo per le missioni internazionali, oggetto dell?articolo 1, comma 124, del disegno di legge di stabilità e che vedeva un minore incremento per il 2014, ritiene che l?attuale cifra non sia giustificata, atteso che non sono state autorizzate nuove missioni e, anzi, la presenza in Afghanistan è in forte riduzione. Oltre a esprimere il timore che vi possa essere un maggiore coinvolgimento in Iraq, avanza l?ipotesi, chiedendo al riguardo chiarimenti al Governo, che tali stanziamenti siano in realtà destinati, almeno in parte, a finanziare una prossima missione in Libia, ricordando, al proposito, che il Ministro degli esteri ha subordinato tale eventualità a una situazione nella quale le parti in lotta abbiano raggiunto un accordo e l?intervento italiano abbia perciò natura di *peace-keeping*.

Il senatore ALICATA (*FI-PdL XVII*) dichiara di non condividere l?ulteriore riduzione della spesa per la Difesa, che nel 2015 sarà pari all?1,16 per cento del PIL, rispetto all?1,24 del 2014: con gli scenari geopolitici che si profilano all?orizzonte è difficile infatti esprimere considerazioni positive su questo nuovo taglio, il maggiore tra quelli subiti dai ministeri, con 504,5 milioni in meno nel 2015, 615 nel 2016 e 611 nel 2017.

Rileva che un simile atteggiamento costituisce un prezzo non proporzionato pagato dal Governo alle pulsioni demagogiche, a scapito della sicurezza e degli interessi strategici del Paese. Esprime tuttavia comprensione per il notevole sforzo nel tentativo di razionalizzare e al contempo preservare l?operatività delle nostre Forze armate, che stanno dimostrando un encomiabile livello di sopportazione delle difficoltà: alla luce di ciò, anticipa un voto di benevola astensione da parte del suo Gruppo.

Il senatore MARTON (*M5S*) rileva come, analizzando la ripartizione delle spese per la Difesa tra personale, esercizio e investimenti dal 2002 ad oggi, l?obiettivo di mantenere il rapporto tra le tre voci nei termini di 50, 25 e 25 per cento, inizialmente rispettato, dal 2005 sia stato progressivamente disatteso, concentrando sul personale sempre maggiori risorse e portando la relativa percentuale all?attuale 71 per cento. Al proposito si domanda se ciò sia frutto di manipolazione delle cifre, aumento delle consulenze o aumento delle retribuzioni.

Critica poi il fatto che molte spese per gli investimenti siano fuori dal bilancio del Ministero della difesa e rientrino invece in quello del Ministero dello sviluppo economico, come i programmi per gli *Eurofighter* o le fregate FREMM, così come le spese per le missioni internazionali, che gravano sul bilancio del Ministero dell?economia e delle finanze. Alla luce di ciò le percentuali prima citate risulterebbero falsate, poiché le spese per gli investimenti sono, in concreto, maggiori e, a suo giudizio, eccessive: chiede in proposito chiarimenti al rappresentante del Governo.

Il senatore DIVINA (*LN-Aut*) evidenzia che, se si esaminasse il bilancio della Difesa negli ultimi venti anni, si noterebbe una parabola discendente. Posto che la spesa per il personale è incomprimibile e l?obiettivo dei 190 mila militari sarà raggiunto solo tra una decina di anni, la riduzione delle risorse incide necessariamente sulle altre spese. La riduzione dall?1,24 all?1,16 per cento del PIL dedicato a questa funzione impedisce di dare risposte adeguate ai cittadini in un momento particolarmente critico, a motivo dei fermenti che interessano l?area mediterranea e medio-orientale, aggravati da interventi di destabilizzazione da parte dell?Occidente. In tale contesto, la sicurezza dovrebbe essere al primo posto nelle priorità del Governo e prevalere sulla facile adesione alle tendenze demagogiche che, di fronte alla crisi economica, ritengono ingiustificati gli investimenti in campo militare. Invita perciò la maggioranza ad andare contro corrente rispetto alle tendenze populistiche per dotare il Paese di una funzione di difesa adeguata alle criticità dei tempi.

Il senatore PEGORER (*PD*) invita a leggere le norme sulla Difesa nel contesto più ampio della manovra di bilancio, che tende a ridurre i costi di funzionamento della macchina pubblica e, al contempo, a rilanciare la crescita del Paese. Per il comparto militare, ritiene tuttavia che venga svolto un importante lavoro per la razionalizzazione della spesa, ancora più importante alla vigilia dell?approvazione del "Libro bianco", e nella direzione dell?obiettivo del rapporto 50, 25 e 25 per cento tra le spese per il personale, l?esercizio e gli investimenti: a tale proposito, non condivide i rilievi circa l?incidenza negativa dei provvedimenti in esame sulla funzionalità del comparto.

Valuta quindi positivamente le norme sulla dismissione degli immobili, scelta a suo avviso coraggiosa per innescare un processo virtuoso di riduzione della spesa. Esprime anche apprezzamento per le norme che sbloccano alcuni avanzamenti stipendiali, una soluzione che viene incontro alle aspettative del personale e che avrà positivi effetti sulla domanda interna, così come per le previsioni di nuovi investimenti e le relative ricadute sull?economia nazionale.

Il presidente LATORRE, poiché nessun altro chiede di intervenire, dichiara conclusa la discussione generale.

Il relatore Luciano ROSSI (*NCD*), ringraziando i senatori intervenuti, si riserva di inserire nella proposta di rapporto i suggerimenti emersi in sede di discussione generale. In particolare, si unisce alle valutazioni positive sul programma di dismissione degli immobili e si unisce alla preoccupazione per il futuro dell?area mediterranea, circostanza che richiede che il nostro Paese sia in condizione di farsi parte responsabile e credibile continuando a partecipare alle missioni internazionali e di pace, con la professionalità universalmente riconosciuta.

Il sottosegretario ALFANO, ringraziando i senatori intervenuti e riservandosi di approfondire ulteriormente le questioni poste, replica invitando a distinguere i tagli contenuti nella manovra di bilancio rispetto alle riduzioni già programmate e nota che il testo in esame, già approvato, con modifiche, dalla Camera dei deputati, chiama il Ministero della difesa a un notevole sacrificio. In particolare, cita l?accantonamento di 220 milioni di euro da finanziare attraverso la valorizzazione del patrimonio immobiliare, con la possibilità di ulteriori rimodulazioni della spesa in caso di mancato raggiungimento dell?obiettivo.

Circa il lamentato scostamento dall?obiettivo tendenziale di ripartizione delle spese tra personale, esercizio ed investimenti, nota come questo sia effetto non di un aumento delle spese del personale, che continueranno peraltro a essere oggetto di un parziale blocco degli aumenti, ma della riduzione delle altre due voci: condivide la necessità di invertire la tendenza, anche se ciò si scontra con la mancanza di risorse, che il Ministero non può, in autonomia, allocare.

Per quanto riguarda le missioni internazionali, precisa che si tratta solo di quelle programmate e, perciò, ad oggi autorizzate dal Parlamento, compresa quella in Afghanistan, rispetto alla quale anche

il ritiro richiede fondi adeguati. Qualora dovessero esservi ulteriori missioni, per le quali tuttavia il Ministero della difesa esercita compiti esecutivi di decisioni assunte dal Governo, queste dovranno essere, come di consueto, sottoposte al vaglio del Parlamento.

Il PRESIDENTE propone di sconvocare l?odierna seduta pomeridiana e di posticipare alle ore 11,15 di domani, giovedì 11 dicembre, la seduta antimeridiana già convocata per le ore 10,30.

La Commissione conviene.

Il seguito dell?esame congiunto è quindi rinviato.

SCONVOCAZIONE DELL'ODIERNA SEDUTA POMERIDIANA E POSTICIPAZIONE DELLA SEDUTA ANTIMERIDIANA DI DOMANI

Il presidente LATORRE sconvoca l?odierna seduta pomeridiana e posticipa alle ore 11,15 di domani, giovedì 11 dicembre, la seduta antimeridiana già convocata per le ore 10,30.

La seduta termina alle ore 11,45.

ORDINE DEL GIORNO AL DISEGNO DI LEGGE
N. 1699

G/1699/1/4a/Tab. 11
LATORRE, AMATI, FEDELI, PEGORER, VALENTINI, VATTUONE
La 4ª Commissione permanente del Senato,
nel corso dell'esame del disegno di legge n. 1699 "Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017",
premesso che:
lo stato di previsione della spesa del Ministero della difesa, reca, in un unico capitolo, lo stanziamento destinato all'erogazione di contributi alle associazioni combattentistiche, alle associazioni d'arma e agli enti, istituti e associazioni ritenuti meritevoli del sostegno economico dello Stato e vigilati dallo stesso dicastero della Difesa;
il riparto dello stanziamento è effettuato annualmente dal Ministro della difesa con proprio decreto, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, previo parere delle Commissioni parlamentari competenti;
l'importo del contributo a beneficio delle associazioni combattentistiche e partigiane, a norma dell'articolo 2195 del codice dell'ordinamento militare, così come sostituito dall'articolo 1, comma 271, della legge n. 147 del 2013 (legge di stabilità per il 2014), è determinato, in un milione di euro per ciascuno degli anni del triennio 2014-2016;

impegna il Governo
a garantire, in sede di riparto dello stanziamento sopraindicato, alle associazioni combattentistiche e partigiane un importo per il 2015 non inferiore a un milione di euro.

ORDINI DEL GIORNO AL DISEGNO DI LEGGE N. 1698

G/1698/1/4a

SANTANGELO, COTTI, MARTON, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

La 4ª Commissione permanente del Senato,
considerato che:
il disegno di legge in titolo, all'articolo1 comma 124, rifinanzia il fondo previsto dal comma 1240, dell'articolo unico della legge 27 dicembre 2006 n. 296 (Finanziaria 2007), relativo alle missioni internazionali, per 850 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016. La mole di questo finanziamento induce a pensare che il Governo abbia già deciso di non disimpegnarsi militarmente dal teatro afgano;
la legge n. 141 del 1° ottobre 2014 all'articolo 2 comma 3-*bis* recita: "Concluse le missioni in corso di cui ai commi 1, 2 e 3 del presente articolo alla data di entrata in vigore della legge di conversione del presente decreto, e comunque non oltre il 31 dicembre 2014, la partecipazione dell'Italia ad ulteriori missioni militari in Afghanistan sarà valutata dal Governo italiano in presenza di una eventuale formale richiesta del Governo afgano e di concerto con le organizzazioni internazionali coinvolte; di essa deve essere data preventiva comunicazione alle Camere, che adottano le conseguenti deliberazioni";
il 31 ottobre 2014 era ritenuto il termine ultimo per ritirare i 3000 metri lineari di materiali ancora presenti a Herat, in considerazione del fatto che al 31 dicembre 2014 avrà fine la missione ISAF (*International Security Assistance Force*) alla quale l'Italia partecipa dal dicembre 2001;
secondo informazioni di stampa sarebbero stati firmati il 1° ottobre a Kabul dal consigliere per la Sicurezza nazionale dell'Afghanistan, Hanif Atmar, e dall'ambasciatore Usa, James B. Cunningham gli accordi sulla "sicurezza" tra l'Afghanistan e gli Usa (Bsa) e l'Afghanistan e la Nato (Sofa ? *Status of force agreement*);
la nuova missione, denominata *Resolute Support*, appare di fatto la continuazione dell'occupazione straniera dell'Afghanistan e i suoi contorni giuridici incerti ? un accordo tra governo afghano e Usa e Nato ? non sembrano sufficienti a garantire la copertura del diritto internazionale visto che tale missione non è stata autorizzata dal Consiglio di Sicurezza delle Nazioni Unite;
in assenza di alcuna comunicazione istituzionale del Governo al Parlamento italiano, discordanti e contraddittorie appaiano le indiscrezioni di stampa, che vedrebbero, a fronte di un impegno complessivo di 12mila uomini della Nato nella nuova missione, un numero variabile tra i 500 e gli 800 militari italiani;
dall'inizio dell'invasione Usa a oggi sono 53 gli italiani morti in Afghanistan; la contabilità dei morti afghani dall'invasione militare straniera, in larghissima parte civili, è indefinita. Si parla di migliaia di morti, di generazioni di orfani e di invalidi, di un numero considerevole di vedove. La guerra ha esteso le sacche di povertà, tantissimi sono i campi minati e la popolazione continua a vivere nel terrore;
il processo di transizione democratica appare confuso, pasticciato, intriso dallo scontro tra clan. In particolare le Nazioni Unite si sono rifiutate di validare i risultati dell'elezioni presidenziali a causa degli innumerevoli brogli riscontrati. Anche per questo appare di dubbia legittimità lo stesso governo di unità nazionale formatosi tra i due principali contendenti alla presidenza della Repubblica,
impegna il Governo:
ad accelerare il ritiro del nostro contingente militare dall'Afghanistan comunicando agli altri partner della Nato l'indisponibilità italiana a partecipare alla nuova missione militare denominata *Resolute Support.*

G/1698/2/4a

DI BIAGIO

La 4ª Commissione permanente del Senato,
in sede di esame del disegno di legge n. 1698, recante "Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)",
premesso che:
il provvedimento in esame introduce, all'articolo 2 commi 114 e 115, misure relative agli alloggi di servizio del Ministero della Difesa;
sulla disciplina degli "alloggi di servizio" sussistono attualmente forti criticità che interessano, in particolare, una categoria di utenti storici ingiustamente definiti "*sine titulo*" - la cui titolarità è, invece, stata ribadita dalla Corte dei Conti nella relazione sul Bilancio 2011;
tale categoria è attualmente oggetto, da parte dei comandi territoriali, di una rideterminazione dei canoni di affitto, alla luce del decreto ministeriale 16 marzo 2011, particolarmente vessatoria, a seguito di una interpretazione arbitraria della soppressione del comma 4 dell'articolo 286 del decreto legislativo 66 del 2010, disposta dal decreto legislativo 28 gennaio 2014, n. 7, all'articolo 9, comma 2;
tali utenti sono divenuti, nell'arco dell'ultimo anno, bersaglio di lettere di rideterminazione dei canoni, nonostante già rientrassero tra le categorie "protette" ai sensi dell'articolo 306 comma 2 del decreto legislativo 66 del 2010, ribadite altresì dal decreto annuale 7 maggio 2014, pubblicato nella gazzetta ufficiale del 12 luglio 2014;
è opportuno evidenziare che la volontà di tutelare adeguatamente il personale rientrante nei parametri di cui al citato articolo 306 comma 2 del decreto legislativo 66 del 2010 è stata ribadita dal Governo in numerose occasioni di confronto parlamentare e attraverso reiterati impegni;
la situazione attuale registra fortissime criticità su tutto il territorio nazionale, laddove vengono, di fatto, disconosciute situazioni di particolare criticità, per reddito o per disabilità, precedentemente date per acclarate;
impegna il Governo:
ad adottare le opportune misure, anche in sede normativa, finalizzate a porre rimedio alle criticità evidenziate in premessa per garantire l'adeguata tutela alle categorie protette di cui al citato articolo 306 comma 2 del decreto legislativo 66 del 2010.

1.4.2.4.3. 4ªCommissione permanente (Difesa) - Seduta n. 107 (ant.) dell'11/12/2014

collegamento al documento su www.senato.it

DIFESA (4ª)

GIOVEDÌ 11 DICEMBRE 2014
107ª Seduta

Presidenza del Presidente
LATORRE

Interviene il sottosegretario di Stato per la difesa Gioacchino Alfano.

La seduta inizia alle ore 11,20.

IN SEDE CONSULTIVA

(1699 **e** 1699-*bis* **)** ***Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017*** **e relativa** ***Nota di variazioni***, approvato dalla Camera dei deputati
- (Tabb. 11 e 11-*bis*) Stato di previsione del Ministero della difesa per l?anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017

(1698) ***Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)***, approvato dalla Camera dei deputati
(Rapporto alla 5ª Commissione. Seguito e conclusione dell?esame congiunto. Rapporto favorevole con osservazioni)

Prosegue l?esame congiunto, sospeso nella seduta di ieri.

Il presidente LATORRE, riepilogando l?*iter* della trattazione dei documenti di bilancio nella Commissione, ricorda che sono stati presentati tre ordini del giorno (pubblicati in allegato al resoconto di ieri) e informa altresì che è stato trasmesso uno schema di rapporto da parte del Gruppo Movimento 5 Stelle.

Il senatore PEGORER (*PD*) illustra l?ordine del giorno G/1699/1/4/Tab. 11, finalizzato a garantire l?attuale livello di erogazione di contributi annuali alle associazioni combattentistiche e partigiane.

Il senatore DIVINA (*LN-Aut*) rileva incidentalmente che il contributo di 1 milione di euro oggetto dell?impegno al Governo è analogo a quello previsto dalla vigente normativa.

Previo parere favorevole del relatore, il sottosegretario ALFANO accoglie l?ordine del giorno, che non viene pertanto posto in votazione.

Il senatore SANTANGELO (*M5S*) dà per illustrato l?ordine del giorno G/1698/1/4.

Con il parere contrario del relatore e del rappresentante del Governo, l?ordine del giorno, previa verifica del prescritto numero legale per deliberare, posto in votazione, è respinto.

Il PRESIDENTE prende atto che il relatore Luciano ROSSI (*NCD*) fa proprio l?ordine del giorno G/1698/2/4, a firma del senatore Di Biagio.

Il sottosegretario ALFANO esprime parere favorevole, a condizione che, nel dispositivo, la parola "adottare" sia sostituita dalla seguente "valutare".

Il senatore DI BIAGIO (*PI*) dà quindi conto dell?ordine del giorno, che ha ad oggetto gli alloggi di servizio in uso agli utenti "storici". Tale categoria, definita a suo avviso impropriamente "*sine titulo*", continua ad essere oggetto, da parte dei comandi territoriali, di una rideterminazione dei canoni di affitto particolarmente gravosa, a seguito di una interpretazione, ritenuta dal proponente arbitraria, della normativa applicabile, che non tiene conto di situazioni di particolare criticità, per reddito e disabilità, precedentemente date per acclarate. Chiede perciò un impegno concreto del Governo per garantire l?adeguata tutela a tali categorie protette, accettando inoltre la riformulazione proposta dell?ordine del giorno, che è accolto dal Governo (G/1698/2/4 (testo 2), pubblicato in allegato).

Il presidente LATORRE dichiara concluso l?esame degli ordini del giorno e invita il relatore a illustrare la proposta di rapporto.

Il relatore Luciano ROSSI (*NCD*) dà conto dei contenuti dello schema di rapporto favorevole con osservazioni (pubblicato in allegato), attraverso le quali vengono evidenziati: la necessità di mantenere gli *standard* di capacità addestrativa e operativa delle Forze armate; l?estensione dell?opzione tra indennità di ausiliaria e meccanismo equivalente previsto per le Forze di polizia; l?opportunità di interpretare in senso favorevole al personale il parziale sblocco degli adeguamenti retributivi; la necessità di colmare un vuoto normativo circa la promozione degli ufficiali deceduti o resi inabili al lavoro per servizio; l?assenza di una norma sulla prosecuzione del concorso delle Forze armate al controllo del territorio.

Dà inoltre conto di due osservazioni, in precedenza segnalate dal senatore Di Biagio, aventi ad oggetto l?immissione diretta nei ruoli dei volontari in servizio permanente in favore dei fratelli di appartenenti alle Forze armate deceduti o divenuti permanentemente inabili al servizio, nonché in materia di estensione al personale militare di tutele analoghe a quelle previste per la generalità dei lavoratori iscritti all?INAIL per gli infortuni *in itinere*.

Il PRESIDENTE avverte che si passerà alla votazione.

Il senatore SANTANGELO (*M5S*) preannuncia il voto contrario del proprio Gruppo, a motivo dell?esistenza di una quota consistente di bilancio attinente la Difesa all?interno dei bilanci del Ministero dello sviluppo economico e del Ministero dell?economia e delle finanze, senza che ciò risulti chiarificato e sintetizzato in tabelle sinottiche. Lamenta inoltre la mancata conclusione del processo di redazione del Libro bianco sulla Difesa, rispetto al quale il proprio Gruppo ha più volte sollecitato il Ministro e che dovrebbe costituire invece la base sulla quale costruire il bilancio.

Il senatore DIVINA (*LN-Aut*), preannunciando un voto di astensione, si associa alle considerazioni del senatore Santangelo, in particolare all?invito a una migliore leggibilità del bilancio della Difesa. Manifesta l?esigenza che tale funzione non venga considerata una semplice voce di spesa, esposta alle riduzioni determinate dalle esigenze del momento, destinate peraltro a interessare, almeno finché non sarà stato raggiunto l?obiettivo della riduzione del personale a 190 mila unità, le sole somme per esercizio e investimenti. Evidenziando come, in ogni caso, la quota di PIL destinata dall?Italia alla difesa sia particolarmente esigua, invita il Governo, nell?attuale delicata situazione della Regione mediterranea e medio-orientale, a non cedere ai facili populismi di chi chiede ulteriori contrazioni nella spesa militare.

Il senatore MARTON (*M5S*) puntualizza, incidentalmente, che la collocazione al di fuori del bilancio della Difesa di consistenti spese militari si traduce anche in tagli indiretti per gli altri ministeri interessati.

Il senatore PEGORER (*PD*), nel dichiarare il voto favorevole del proprio Gruppo, esprime l?auspicio che la Commissione bilancio tenga in debito conto i contenuti del rapporto.

Il senatore ORELLANA (*Misto*), esprimendo apprezzamento per il lavoro svolto dal relatore e condivisione per le osservazioni contenute nello schema di rapporto, dichiara tuttavia il proprio voto di astensione, poiché, proprio in virtù delle criticità ivi evidenziate, non ritiene possa esprimersi un rapporto favorevole.

Il presidente LATORRE pone in votazione lo schema di rapporto del relatore, che è approvato dalla Commissione.

Dichiara perciò precluso lo schema di rapporto presentato dai senatori Marton, Cotti e Santangelo (pubblicato in allegato), che sarà trasmesso alla Commissione bilancio come rapporto di minoranza.

Esaurito l?esame dei documenti di bilancio, propone di sconvocare l?odierna seduta pomeridiana.

La Commissione conviene.

SCONVOCAZIONE DELL'ODIERNA SEDUTA POMERIDIANA

Il presidente LATORRE sconvoca la seduta già convocata per le ore 15 di oggi.

La seduta termina alle ore 11,45.

RAPPORTO APPROVATO DALLA COMMISSIONE SULLO STATO DI PREVISIONE DEL MINISTERO DELLA DIFESA PER L'ANNO FINANZIARIO 2015 E PER IL TRIENNIO 2015-2017 E RELATIVA NOTA DI VARIAZIONI (DISEGNI DI LEGGE N. 1699 E 1699-*BIS* - TABELLA 11-*BIS*) E SULLE PARTI CORRISPONDENTI DEL DISEGNO DI LEGGE N. 1698

La Commissione difesa,

esaminati, per quanto di competenza, lo stato di previsione del Ministero della difesa per l?anno finanziario 2015 e le parti corrispondenti del disegno di legge finanziaria;

considerate le notevoli riduzioni imposte al bilancio del Ministero della Difesa nel quadro del contenimento della spesa pubblica e del rilancio dell'economia;

considerata altresì la necessità di proseguire nel processo di razionalizzazione senza tuttavia pregiudicare lo svolgimento delle fondamentali a tutela della piena operatività dello strumento militare,

formula rapporto favorevole con le seguenti osservazioni:

- a fronte di una pesante riduzione degli stanziamenti di bilancio, derivanti dalle previsioni dell?articolo 2, comma 45 del disegno di legge di stabilità, si suggerisce di prevedere meccanismi di flessibilità nella gestione del taglio sul settore investimento, che risulta essere quello maggiormente colpito, affinché non vi siano riflessi sul mantenimento degli attuali *standard* di capacità addestrativa e operativa;

- circa la riduzione dal 70 al 50 per cento della misura della cosiddetta indennità di ausiliaria, sarebbe opportuno estendere anche alle Forze armate la possibilità, già contemplata per le Forze di polizia ad ordinamento militare sulla base dell?articolo 3, comma 7, del decreto legislativo n. 165 del

1997, di optare per l?equivalente meccanismo previsto per le Forze di polizia a ordinamento civile, al fine di mitigare gli effetti negativi sulla determinazione del trattamento pensionistico dati dai più bassi limiti di età imposti per il collocamento a riposo d?ufficio, nonché di omogeneizzare la disciplina in materia;

- con riferimento al parziale sblocco delle retribuzioni previsto dall?articolo 2, comma 24, del disegno di legge di stabilità, occorre ritenere corretta l?interpretazione secondo la quale tutte le progressioni economiche, salvo quelle automatiche, debbano considerarsi ripristinate, comprese quelle legate alla prestazione di servizio senza demerito;

- in merito all?abrogazione, disposta dall?articolo 2, comma 25, del disegno di legge di stabilità, dell'articolo 1076 del codice dell'ordinamento militare, in materia di "promozioni alla vigilia" viene a determinarsi un inopportuno e irragionevole vuoto normativo per gli ufficiali deceduti o divenuti permanentemente inidonei al servizio per ferite, lesioni o malattie riportate in servizio e per causa di servizio durante l?impiego in attività operative e addestrative. Poiché la promozione al grado superiore trova applicazione per gli ufficiali solo grazie al citato articolo 1076, occorrerebbe modificare il successivo articolo 1084, avente ad oggetto il restante personale, per includervi tale categoria;

- si ravvisa l?opportunità di introdurre correttivi alle disposizioni di cui all?articolo 705, comma 1, del decreto legislativo 10 marzo 2010, n. 66, riguardanti l?immissione diretta nei ruoli dei volontari in servizio permanente ai fratelli di appartenenti delle Forze armate deceduto o divenuto permanentemente inabile al servizio militare, per effetto di ferite o lesioni riportate nell'espletamento di missioni internazionali di pace ovvero in attività operative. La norma, nella sua formulazione vigente, limita infatti l?immissione in ruolo dei fratelli alla mancanza di altri superstiti, mentre sarebbe opportuno garantire il beneficio anche in presenza di altri superstiti offrendo in tal modo un sostegno sostanziale, in termini morali ed economici, alle persone colpite da eventi tragici, attraverso la possibilità che più congiunti dello stesso dante causa possano essere destinatari del citato beneficio;

- si ritiene inoltre opportuno intervenire per estendere le disposizioni di cui all'articolo 1878, comma 1, del decreto legislativo n. 66 del 2010, relative all'accertamento della causa di servizio per il personale militare, al fine di omogeneizzarne le tutele, in materia di infortuni *in itinere*, con quelle previste per la generalità dei lavoratori dall?articolo 12 del decreto legislativo n. 38 del 2000;

- si rileva, infine, l?assenza, nel disegno di legge di stabilità, di una norma analoga a quella contenuta nell?articolo 1, comma 264, della legge n. 147 del 2013 (legge di stabilità 2014), volta a consentire anche per l?anno 2015 la prosecuzione del concorso delle Forze armate all?attività di controllo del territorio.

SCHEMA DI RAPPORTO PROPOSTO DAI SENATORI MARTON, COTTI E SANTANGELO SULLO STATO DI PREVISIONE DEL MINISTERO DELLA DIFESA PER L'ANNO FINANZIARIO 2015 E PER IL TRIENNIO 2015-2017 E RELATIVA NOTA DI VARIAZIONI (DISEGNI DI LEGGE NN. 1699 E 1699-*BIS* - TABELLA 11-*BIS*) E SULLE PARTI CORRISPONDENTI DEL DISEGNO DI LEGGE N. 1698

La 4ª Commissione permanente,

in sede di discussione, per le parti di propria competenza, del disegno di legge n. 1698 recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015) e del disegno di legge n, 1699 recante bilancio di previsione dello Stato per l?anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017, nonché della tabella n. 11 recante stato di previsione del Ministero della difesa per l?anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017;

considerato che:

tutta la manovra contraddice gli intenti sui quali il Parlamento ha approvato la legge 244 del 2012 che, ponendosi l?obbiettivo di riorganizzare il nostro sistema difensivo, ha stabilito come strategico il conseguimento di un equilibrio tra le tre principali aree di spesa: l'esercizio, l'investimento ed il personale;

la ripartizione percentuale tra i tre capitoli di spesa del bilancio della Difesa che scaturisce dalla manovra in oggetto aggrava questo disequilibrio: il costo del personale arriva a sfiorare il 72 per cento , quello dell'esercizio si riduce all?8,6 per cento, mentre le risorse destinate all?investimento si assestano poco sotto il 20 per cento;

mentre il personale raggiunge i 9.739,3 milioni di euro, con nuova significativa crescita rispetto ai 9.511,5 milioni del 2014 (+227,8 milioni), l?esercizio sprofonda addirittura a 1.170,9 milioni contro i 1.344,7 di quest?anno (-173,8) e, infine, l?investimento si attesta a 2.668,7 milioni, in contrazione rispetto ai 3.220,7 previsionali del 2014 (-552 milioni);

il disegno di legge per il 2015 stanzia all'articolo 1, comma 124, 850 milioni di euro sia per il 2015 e il 2016. Si tratta di uno stanziamento sovradimensionato e che preoccupa non poco perché fa pensare che, finita finalmente la negativa la missione Isaf, il governo italiano voglia impegnare ancora le Forze armate italiane in Afghanistan con un contingente variabile tra le 800 e le 1000 unità ben lontano da quel disimpegno armato in quel teatro, di cui invece ci sarebbe bisogno;

le disposizioni del disegno di legge n. 1698 contenute all'articolo 2 in tema di pubblico impiego (commi da 22 a 36) e in materia di Difesa (commi da 109 a 126) sono contraddittorie perché alternano misure positive ad altre negative (primo fra tutti il blocco dei contratti, misura vessatoria per tutto il pubblico impiego che vede il proprio potere di acquisto deteriorarsi in quanto bloccato dal 2010); si segnalano, in particolare, come significativamente negative, oltre la proroga del blocco economico dei contratti di lavoro del personale pubblico a tutto il 31.12.2015, le disposizioni riguardanti: l'estensione al 2018 della norma che prevede il computo dell?indennità di vacanza contrattuale (IVC) in godimento al 31.12.2013, e dunque conseguente blocco del suo pagamento per il 2015;

il blocco degli automatismi stipendiali per il personale non contrattualizzato (dunque, anche Forze armate.) previsti dalla legge n. 448 del 1998, e pertanto il 2015 non sarà utile ai fini della maturazione di classi/scatti;

la riduzione (-119 milioni di euro) dell?autorizzazione di spesa relativa al riordino delle carriere del personale non direttivo/dirigente delle Forze armate, con trasferimento al bilancio dello Stato dei residui 2011-2014.;

la svendita degli immobili del Ministero della difesa, inclusi quelli a carattere residenziale, i cui proventi verranno integralmente e definitivamente versati all?entrata del bilancio dello Stato, e non più

riassegnati al Ministero. Si interviene di nuovo sugli immobili della difesa nonostante il Parlamento abbia recentemente normato all?articolo 26 dello "Sblocca Italia" le procedure per l?alienazione degli stessi e non si affronta in modo alcuno la grave penuria di alloggi di servizio per il personale delle Forze armate;

positive ma ancora insufficienti a rompere il circuito di prebende e privilegi acquisiti in questi decenni di spesa allegra sono le misure relative:
all?abrogazione delle norme che prevedono per il personale delle Forze armate la promozione il giorno precedente la cessazione del servizio;

alla riduzione dal 70 al 50 per cento dell?indennità di ausiliaria, calcolata quale differenza tra il trattamento di quiescenza e quello del pari grado in servizio. Qui non si ha il coraggio però di portare a fondo questa linea prevedendo, come invece sarebbe necessario, una estinzione dell?istituto dell?ausiliaria compensandolo magari con la possibilità per i militari di ricorrere alla previdenza integrativa complementare;

alla riduzione del 50 per cento delle indennità per piloti (ufficiali in Servizio permanente effettivo) e di quella per i controllori di volo (ufficiali e sottufficiali in servizio permanente effettivo);

all'abrogazione per i militari pensionati della possibilità di percepire in un?unica soluzione il valore corrispondente alle rafferme biennali non contratte per raggiungimento dei limiti d?età;

all'abrogazione dell?indennità di trasferimento in patria di personale delle Forze armate, pari a trenta diarie intere di missione per il primo anno e del 30 per cento per il secondo, dopo l?impiego in enti o organismi internazionali;

al prolungamento da tre a quattro anni, con rallentamento degli avvicendamenti (-330 annui), del personale trasferito all?estero e riduzione del 10 per cento degli organici del personale civile;

alla riduzione del 20 per cento del personale assegnato agi uffici di diretta collaborazione del Ministro;

all'abrogazione dei cosiddetti "*stage* difesa" nell?ambito delle iniziative di pubblicizzazione delle Forze armate;

alle medaglie mauriziane, concesse al personale militare con 10 lustri di servizio, non coniate solo in oro;

alla riduzione del numero di alloggi ASIR (di rappresentanza), dagli attuali 55 a soli 6, che saranno assegnati ai vertici militari (Capo Stato maggiore Difesa, Capi di Stato maggiore delle tre Armi; Segretario generale della Difesa e Comandante generale dell?Arma dei carabinieri), con contestuale recupero ai fini della loro valorizzazione degli alloggi oggi in uso a comandanti territoriali e altri;

all'abrogazione della norma che prevede l?attribuzione del grado di tenente generale o corrispondente, ancorché non organicamente previsto, agli ufficiali più anziani di vari corpi (TRAMAT, Commissariato, Sanità, Capitanerie di porto e ruolo armi Aeronautica militare) se in possesso di un?anzianità minima pari a un anno nel grado di maggiore generale o corrispondente;

considerato infine che:

l?insieme dei provvedimenti in oggetto proseguono in una politica depressiva e di rigore

anacronistico secondo i dettami stabiliti a Bruxelles dai trattati europei, gli stessi dettami che hanno portato l?Italia e l?Europa in una crisi economica sempre più profonda;

esprime parere contrario.

ORDINE DEL GIORNO AL DISEGNO DI LEGGE
N. 1698

G/1698/2/4 (testo 2)
DI BIAGIO, LUCIANO ROSSI
La 4a Commissione permanente del Senato,
in sede di esame del disegno di legge n. 1698, recante "Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)",
premesso che:
il provvedimento in esame introduce, all'articolo 2 commi 114 e 115, misure relative agli alloggi di servizio del Ministero della Difesa;
sulla disciplina degli "alloggi di servizio" sussistono attualmente forti criticità che interessano, in particolare, una categoria di utenti storici ingiustamente definiti "*sine titulo*" - la cui titolarità è, invece, stata ribadita dalla Corte dei Conti nella relazione sul Bilancio 2011;
tale categoria è attualmente oggetto, da parte dei comandi territoriali, di una rideterminazione dei canoni di affitto, alla luce del decreto ministeriale 16 marzo 2011, particolarmente vessatoria, a seguito di una interpretazione arbitraria della soppressione del comma 4 dell'articolo 286 del decreto legislativo 66 del 2010, disposta dal decreto legislativo 28 gennaio 2014, n. 7, all'articolo 9, comma 2;
tali utenti sono divenuti, nell'arco dell'ultimo anno, bersaglio di lettere di rideterminazione dei canoni, nonostante già rientrassero tra le categorie "protette" ai sensi dell'articolo 306 comma 2 del decreto legislativo 66 del 2010, ribadite altresì dal decreto annuale 7 maggio 2014, pubblicato nella gazzetta ufficiale del 12 luglio 2014;
è opportuno evidenziare che la volontà di tutelare adeguatamente il personale rientrante nei parametri di cui al citato articolo 306 comma 2 del decreto legislativo 66 del 2010 è stata ribadita dal Governo in numerose occasioni di confronto parlamentare e attraverso reiterati impegni;
la situazione attuale registra fortissime criticità su tutto il territorio nazionale, laddove vengono, di fatto, disconosciute situazioni di particolare criticità, per reddito o per disabilità, precedentemente date per acclarate;
impegna il Governo:
a valutare le opportune misure, anche in sede normativa, finalizzate a porre rimedio alle criticità evidenziate in premessa per garantire l'adeguata tutela alle categorie protette di cui al citato articolo 306 comma 2 del decreto legislativo 66 del 2010.

1.4.2.5. 5^ Commissione permanente (Bilancio)

1.4.2.5.1. 5ªCommissione permanente (Bilancio) - Seduta n. 337 (ant.) del 19/12/2014

collegamento al documento su www.senato.it

BILANCIO (5ª)

VENERDÌ 19 DICEMBRE 2014
337ª Seduta (antimeridiana)

Presidenza del Vice Presidente
SANGALLI

Interviene il vice ministro dell'economia e delle finanze Morando.

La seduta inizia alle ore 10,45.

IN SEDE CONSULTIVA

(1699) ***Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017***, approvato dalla Camera dei deputati
(Parere all'Assemblea sugli emendamenti. Esame. Parere in parte non ostativo e in parte contrario, ai sensi dell'articolo 81 della Costituzione)

Il presidente SANGALLI (*PD*), in qualità di relatore, fa presente che sono stati trasmessi dall'Assemblea gli emendamenti al disegno di legge recante il bilancio di previsione 2015 e il bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017.

Al riguardo, ritiene che si possa formulare un parere non ostativo sulle proposte 2.Tab.2.1, 2.Tab.2.2, 2.Tab.2.3, 2.1,10.Tab.10.1 e 17.1.

Prospetta, poi, una valutazione di inammissibilità sulle seguenti proposte: 1.Tab.1.1, in quanto recante una copertura a valere su previsioni di entrata; 4.Tab.4.1, in quanto coperto, nel 2016 e 2017, a valere su spese non rimodulabili; 8.Tab.8.1 e 8.Tab.8.2, poiché coperti su quota parte di spese non rimodulabili;

Segnala che l'emendamento 14.Tab.14.1 risulta improponibile, in quanto non presentato presso la Commissione di merito.

Rileva, poi, che l'emendamento 3.Tab.3.1 è stato dichiarato decaduto nel corso dell'esame presso la Commissione di merito.

Evidenzia, infine, che gli emendamenti 7.Tab.7.1, 8.Tab.8.3 e 8.Tab.8.4 sono stati ritirati nel corso dell'esame presso la Commissione di merito.

Il vice ministro MORANDO prende atto della valutazione di inammissibilità formulata sugli emendamenti del Governo 1.Tab.1.1 e 4.Tab.4.1.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) chiede al vice ministro Morando una valutazione sul merito delle proposte emendative.

Il presidente SANGALLI fa presente come il Governo esprimerà il parere sul merito degli emendamenti soltanto in Assemblea, dal momento che, in questa sede, la Commissione è chiamata a formulare una valutazione esclusivamente sui profili finanziari delle proposte emendative.

I senatori ARRIGONI (*LN-Aut*) e Silvana Andreina COMAROLI (*LN-Aut*) chiedono delucidazioni sugli effetti derivanti dal ritiro, presso le Commissioni di merito, degli emendamenti al disegno di legge di bilancio.

Il presidente SANGALLI (*PD*) ricorda che, secondo quanto previsto dall'articolo 128, comma 3, del Regolamento, possono essere ripresentati in Assemblea gli emendamenti respinti in Commissione. Rammenta, peraltro, che, nelle comunicazioni rese in Assemblea, nella seduta di ieri, il presidente del Senato ha fatto presente che, in deroga all'articolo 128, commi 3 e 4 del Regolamento, e conformemente ai precedenti, potranno essere ripresentati in Assemblea anche gli emendamenti non discussi dalla Commissione bilancio per ragioni temporali.

In ogni caso, sottolinea che, in questa sede, la Commissione si limiterà a fornire un parere sui profili finanziari degli emendamenti. Pertanto, le segnalazioni di carattere procedurale circa gli avvenuti ritiri presso le Commissioni di merito, così come le dichiarazioni di decadenza o le segnalazioni sulla mancata presentazione nelle Commissioni competenti hanno una valenza meramente ricognitiva che non deve intendersi in alcun modo sostitutiva delle prerogative della Presidenza del Senato.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) solleva l'opportunità di espungere dal parere della Commissione bilancio le segnalazioni di carattere procedurale, limitandosi ai soli rilievi sulla copertura finanziaria, evitando di sovrapporsi a valutazioni spettanti soltanto alla presidenza del Senato.

La senatrice BONFRISCO (*FI-PdL XVII*) si associa alle considerazioni testé formulate dal senatore Uras, invitando la Commissione bilancio a limitarsi ad esprimere una valutazione sui profili strettamente finanziari delle proposte emendative.

Il senatore GUERRIERI PALEOTTI (*PD*) ritiene che la proposta di parere prospettata dal senatore Sangalli sia pienamente fondata, in quanto essa reca una valutazione non ostativa su alcuni emendamenti e una valutazione di inammissibilità su altri emendamenti deficitari sul piano della copertura finanziaria.

In merito, invece, ad alcune altre proposte emendative, che non presentano aspetti problematici sul piano contabile, ci si è limitati a rilevare criticità di carattere procedurale, senza assumere alcuna posizione che possa determinare anche il solo sospetto di un'ingerenza nelle prerogative del presidente del Senato.

La senatrice COMAROLI (*LN-Aut*) ricorda che il proprio Gruppo, nel corso della sessione di bilancio,

ha sempre adottato una condotta di grande collaborazione e rispetto istituzionale.

Stigmatizza, quindi, il tentativo, già denunciato questa mattina in Assemblea, di formulare un parere sugli emendamenti presentati al disegno di legge di bilancio ai sensi dell'articolo 100, comma 7, del Regolamento, senza procedere ad una formale convocazione della 5a Commissione.

La senatrice CHIAVAROLI (*AP (NCD-UDC)*) rammenta che la procedura prevista dall'articolo 100, comma 7, del Regolamento, è stata più volte utilizzata e corrisponde a precise prerogative del presidente della 5a Commissione. Pertanto, un parere espresso sugli emendamenti al disegno di legge di bilancio, in base alla disposizione richiamata, è pienamente lecito dal punto di vista regolamentare. Si è, comunque, accolta la richiesta dei gruppi di opposizione, procedendo ad una convocazione formale della Commissione bilancio.

La senatrice BULGARELLI (*M5S*) ritiene che il ricorso all'articolo 100, comma 7, del Regolamento si giustifichi soltanto in presenza di singoli emendamenti, anziché una serie di proposte emendative riferite ad un provvedimento di grande importanza come il disegno di legge di bilancio. Inoltre, anche l'eventuale scelta di un parere reso ai sensi dell'articolo 100, comma 7, del Regolamento richiederebbe una previa consultazione informale tra il presidente della Commissione bilancio e i rappresentanti di tutti i gruppi parlamentari.

Il senatore SANTINI (*PD*) ritiene doveroso ringraziare il presidente Sangalli per la sensibilità istituzionale che ha portato a convocare formalmente la Commissione bilancio. Ricorda, comunque, che un eventuale parere reso ai sensi dell'articolo 100, comma 7, del Regolamento è pienamente legittimo dal punto di vista regolamentare, oltre che coerente con una prassi consolidata. Fa infatti presente che i confini della valutazione degli emendamenti di bilancio sono da rintracciare in norme molto stringenti che lasciano poco spazio alla discrezionalità.

Nel merito, giudica pienamente condivisibile la valutazione prospettata dal presidente Sangalli sugli emendamenti al disegno di legge di bilancio.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) richiama l'esigenza di rispettare rigorosamente il dettato regolamentare e ribadiscono altresì l'opportunità di limitarsi, in questa sede, ad una valutazione sui soli profili finanziari.

Il presidente SANGALLI (*PD*), in qualità di relatore, alla luce delle considerazioni svoltesi nel corso del dibattito, propone alla Commissione l'approvazione di un parere del seguente tenore: "La Commissione programmazione economica, bilancio, esaminati gli emendamenti, trasmessi dall'Assemblea, relativi al disegno di legge in titolo, esprime, per quanto di competenza, una valutazione di inammissibilità sulle seguenti proposte: 1.Tab.1.1, in quanto recante una copertura a valere su previsioni di entrata; 4.Tab.4.1, in quanto coperto, nel 2016 e 2017, a valere su spese non rimodulabili; 8.Tab.8.1 e 8.Tab.8.2, poiché coperti su quota parte di spese non rimodulabili. Rileva che l'emendamento 14.Tab.14.1, che non presenta profili problematici sul piano contabile, non risulta tuttavia presentato presso la Commissione di merito. Segnala, poi, che, ancorché privi di profili problematici in relazione alla copertura finanziaria, in relazione all'articolo 128, comma 3, del Regolamento, l'emendamento 3.Tab.3.1 è stato dichiarato decaduto nel corso dell'esame presso la Commissione di merito e gli emendamenti 7.Tab.7.1, 8.Tab.8.3 e 8.Tab.8.4 sono stati ritirati nel corso dell'esame presso la Commissione di merito.

Formula, infine, un parere non ostativo sulle proposte 2.Tab.2.1, 2.Tab.2.2, 2.Tab.2.3, 2.1,10.Tab.10.1 e 17.1.".

La senatrice COMAROLI (*LN-Aut*) annuncia il voto contrario del proprio Gruppo, rimarcando la forte contrarietà per il metodo seguito ai fini dell'espressione del parere sugli emendamenti al disegno di legge di bilancio, giudicandolo irrispettoso delle prerogative dei gruppi di opposizione.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) annuncia il voto contrario, esprimendo una contrarietà sul merito della proposta formulata dal relatore.

Il senatore D'ALI' (*FI-PdL XVII*) annuncia il voto di astensione del proprio Gruppo.

Verificata la presenza del prescritto numero di legale, la proposta di parere formulata dal relatore risulta approvata.

La seduta termina alle ore 11,20.

1.4.2.6. 6^ Commissione permanente (Finanze e tesoro)

1.4.2.6.1. 6ªCommissione permanente (Finanze e tesoro) - Seduta n. 164 (pom.) del 09/12/2014

collegamento al documento su www.senato.it

FINANZE E TESORO (6ª)

MARTEDÌ 9 DICEMBRE 2014
164ª Seduta

Presidenza del Presidente
Mauro Maria MARINO

Interviene il vice ministro dell'economia e delle finanze Casero.

La seduta inizia alle ore 15,05.

IN SEDE CONSULTIVA

(1699 **e** 1699-*bis* **)** ***Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017*** **e relativa** ***Nota di variazioni***, approvato dalla Camera dei deputati

- **(Tabb. 1 e 1-*bis*)** Stato di previsione dell'entrata per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017 *(limitatamente alle parti di competenza)*

- **(Tabb. 2 e 2-*bis*)** Stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017 *(limitatamente alle parti di competenza)*

(1698) ***Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)***, approvato dalla Camera dei deputati
(Rapporti alla 5a Commissione. Esame congiunto e rinvio)

Il senatore Gianluca ROSSI (*PD*), relatore sulla Tabella n. 1 e sulle parti di interesse del disegno di legge di stabilità, mette a disposizione della Commissione un testo contenente la descrizione analitica delle disposizioni di competenza recate dal disegno di legge n. 1698. Si sofferma quindi sui contenuti del disegno di legge di bilancio.

La rinnovata articolazione delle statuizioni di bilancio riflette la riorganizzazione effettuata da diversi ministeri sulla base del processo attuativo dall?articolo 2, comma 10-*ter*, del decreto-legge n. 95 del 2012, come implementato ai sensi del comma 4 dell?articolo 16 del decreto-legge n. 66 del 2014.

Il disegno di legge é pienamente coerente con lo scenario macroeconomico illustrato nella Nota di aggiornamento del DEF del settembre scorso, nel senso della continuazione del percorso di risanamento dei conti pubblici che ha contraddistinto tutti gli ultimi esercizi. Il documento recepisce tutti gli interventi modificativi della legislazione vigente entrati in vigore nel corrente anno, e, in particolare, quelli riconducibili all?attuazione dell?articolo 49 del decreto legge n. 66 del 2014, in cui si prevede un programma straordinario di riaccertamento dei residui passivi, al fine di consentire la cancellazione dalla contabilità finanziaria di quelli ormai non più esigibili con il versamento all?entrata dei relativi importi e la destinazione a nuovi stanziamenti.

Il bilancio di previsione in esame sconta inoltre le rimodulazioni proposte dalle amministrazioni, ivi compreso il Ministero dell'economia e delle finanze, in base alla flessibilità degli stanziamenti, nei limiti consentiti dalla normativa vigente. In particolare hanno inciso le rimodulazioni proposte dalle amministrazioni sulla base dei criteri di flessibilità previsti ai sensi dell?articolo 23, commi da 1 a 3, della legge n. 196 del 2009, come ampliati dall?articolo 9, comma 10, del decreto-legge n. 150 del 2013, che ha prorogato la possibilità di proporre variazioni compensative anche tra programmi appartenenti a missioni di spesa diverse, sia pure esclusivamente nell?ambito di ciascuno stato di previsione, e dall?articolo 6, commi 15 e 16, del decreto-legge n. 95 del 2012, che invece consente rimodulazioni nel tempo degli stanziamenti di competenza delle leggi pluriennali di spesa, nei limiti dell?ammontare complessivo. La flessibilità introdotta dall?articolo 50, comma 2, del decreto-legge n. 66 del 2014 consente inoltre variazioni compensative nell?ambito degli stanziamenti dei capitoli di bilancio dei consumi intermedi e degli investimenti fissi lordi, al fine di prevenire la formazione di debiti fuori bilancio e contrastare il ritardo nei pagamenti dei debiti commerciali.

In merito alle risultanze, il quadro generale riassuntivo del bilancio di previsione a legislazione vigente, come integrato dalla I Nota di variazione approvata all'esito delle modifiche predisposte in prima lettura, al netto delle regolazioni contabili e dei rimborsi IVA, evidenzia i seguenti importi di sintesi: per il 2015, in termini di competenza, si prevedono entrate finali per 515,7 miliardi di euro e spese finali per 569,3 miliardi; il saldo netto da finanziare risulta pari nel 2015 a -53,6 miliardi di euro; per il biennio 2016-2017 vi è un miglioramento del saldo netto da finanziare, in termini di competenza, pari a -25,5 miliardi di euro nel 2016 e a -13,5 miliardi di euro nel 2017; in termini di cassa, il saldo netto da finanziare è previsto pari a -113,2 miliardi di euro nel 2015, a -83,5miliardi di euro nel 2016 e a -71,5 miliardi di euro nel 2017. La differenza rispetto al corrispondente valore in termini di competenza dipende essenzialmente dal fisiologico scostamento tra i valori degli accertamenti di entrata e i corrispondenti importi degli incassi Il risparmio pubblico in termini di competenza è atteso negativo nel 2015 e pari a -17,8 miliardi di euro, mentre torna su valori positivi nel biennio successivo: +6,6 miliardi del 2016 e +18,3 miliardi nel 2017. Il miglioramento atteso è spiegato sia dall?incremento previsto per le entrate tributarie, sia dalla riduzione delle spese correnti. In termini di cassa, lo stesso saldo segna invece una previsione di -75,4 miliardi di euro nel 2015, -50,8 miliardi nel 2016 e -39 miliardi nel 2016.

Per quanto concerne le modifiche all'articolato operate nel corso dell'esame in prima lettura rileva in particolare quelle operate all'articolo 2 - per cui gli importi di compensazione monetaria riscossi negli scambi fra gli Stati membri dell'Unione europea sono versati nell'ambito della voce «Accisa e imposta erariale su altri prodotti » dello stato di previsione dell'entrata, per cui corrispondentemente la spesa

per contributi da corrispondere all'Unione europea in applicazione del regime delle risorse proprie, nonché per importi di compensazione monetaria è imputata al programma «Partecipazione italiana alle politiche di bilancio in ambito UE », nell'ambito della missione «L'Italia in Europa e nel mondo» dello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno finanziario 2015, sul conto di tesoreria denominato «Ministero del tesoro - FEOGA, Sezione garanzia» - e all'articolo 15, per cui sono stati rideterminati, in termini di competenza e di cassa, i totali generali della spesa dello Stato per il triennio 2015-2017.

Le unità di voto complessive sono state portate da 174 a 181, attraverso l?individuazione di 16 nuovi programmi di spesa e la soppressione di altri 9, principalmente a ragione dell'incremento dei centri di responsabilità, i quali sono passati da 93 a 118, anche per effetto delle ristrutturazioni di alcuni ministeri.

Per quanto riguarda più specificamente le entrate, la relazione illustrativa al disegno di legge di bilancio indica i criteri in base ai quali sono state elaborate le previsioni aggiornate per il triennio 2015-2017, con riferimento alle disposizioni in vigore operanti per il 2015 e anni successivi. Tali previsioni, con riferimento in particolare alle entrate tributarie, risultano inoltre in linea con quelle tendenziali contenute nella Nota di aggiornamento del Documento di economia e finanza 2014. Per quanto riguarda il 2015, le entrate finali, al netto dei rimborsi IVA, ammontano nel bilancio a legislazione vigente a 506.364 milioni, in diminuzione rispetto al dato assestato 2014, nell'importo di 11.424 milioni. Tale riduzione è determinata da minori entrate tributarie per 6.637 milioni, da minori entrate extratributarie per 4.659 milioni, nonché da minor gettito da alienazioni e ammortamento beni patrimoniali per 128 milioni.

Per le annualità 2016 e 2017 si prevede un andamento positivo delle entrate tributarie (+2,4 per cento nel 2016 e +2,0 per cento nel 2017). A fronte dell'incremento delle entrate tributarie, nel bilancio a legislazione vigente si riscontra, invece, una minima diminuzione di quelle extratributarie, sia nel 2016 che nel 2017.

Per quanto riguarda le entrate tributarie, nel 2015 esse diminuiscono di 13.654 milioni le imposte sul patrimonio e sul reddito (-5,2 per cento), a fronte dell'aumento di 6.516 milioni delle tasse e imposte sugli affari (+5,2 per cento), di 158 milioni le imposte sulla produzione, consumi e dogane (+0,4 per cento), di 70 milioni il gettito dai prodotti di monopolio (+0,7 per cento) e di 273 milioni il settore lotto, lotterie e giochi (+2,5 per cento).

Rispetto al dato assestato 2014, nel bilancio a legislazione vigente per il 2015, il gettito IRPEF passa da 186.372 a 176.960 milioni e quello relativo all'IRES diminuisce da 50.359 a 42.399 milioni.

Per il gettito IVA viene indicato un aumento da 100.462 a 108.126 milioni, mentre le accise e imposte sugli oli minerali crescono da 26.761 a 27.499 milioni.

Rispetto alle misure dell'allegato A inserito nella nota integrativa dello stato di previsione delle entrate per l'anno finanziario 2014, il numero delle disposizioni recanti esenzioni o riduzione del prelievo obbligatorio, nel complesso, è pari a 282, risultante dalla variazione in aumento derivante dall'ingresso di nuove disposizioni introdotte nell'esercizio e da quella in diminuzione correlata alle disposizioni non più in vigore. Gli effetti indicati, riferiti al triennio 2015-2017, sono stati aggiornati per tener conto degli affinamenti delle metodologie di stima di alcune misure nonché dei dati delle dichiarazioni dei redditi ultimi disponibili, con estrapolazione all'anno 2015 e proiezioni per il biennio successivo (2016-2017).

Ha quindi la parola il senatore ZELLER (*Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE*), relatore sulla Tabella n. 2 e sulle parti connesse del disegno di legge di stabilità. In riferimento al disegno di legge n. 1699, il relatore nota in primo luogo che lo stanziamento per l'Agenzia delle entrate è allocato al capitolo 3890 e reca uno stanziamento di 2.911 milioni, mentre il disegno di legge di stabilità (articolo 1, comma 116) autorizza la spesa di 100 milioni a decorrere dal 2015 in favore dell'Agenzia delle entrate a titolo di contributo integrativo alle spese di funzionamento. All'Agenzia del demanio (cap.

3901) sono destinati 95,8 milioni, all'Agenzia delle dogane e dei monopoli (cap. 3920) 931 milioni. Alla Scuola superiore dell'economia e delle finanze sono riferiti due capitoli: il cap. 3935 relativo alle spese di funzionamento, con una dotazione di 2,3 milioni, e il cap. 3937, relativo alle spese di natura obbligatoria con una dotazione di 9,8 milioni.

Le risorse relative alla Guardia di finanza sono esposte nel bilancio dello Stato sotto due missioni dello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze: Politiche economico-finanziarie e di bilancio, Programma Prevenzione e repressione delle frodi e delle violazioni agli obblighi fiscali e Ordine pubblico e sicurezza, Programma Concorso della Guardia di finanza alla sicurezza pubblica.

Lo stanziamento per la CONSOB è allocato al cap. 1560, ed espone stanziamenti per 337.766 euro. Per la Consob il disegno di legge di stabilità prevede tagli per 200.000 euro a regime. Per i CAAF, il cap. 3845 reca stanziamenti per 321 milioni.

Per quanto concerne restituzioni e rimborsi, per l'IVA il cap. 3810 reca risorse per 1.870 milioni; per IRPEF, IRES e IRAP il cap. 3811 stanzia risorse per 3.150 milioni per ciascuna annualità. Le disponibilità del cap. 3813, relativo a restituzioni e rimborsi delle imposte dirette effettuati dai concessionari, anche mediante compensazione operata sull'IVA sulle somme spettanti alle regioni, all'INPS e agli altri enti previdenziali risultano pari a 8.805 milioni. Le disponibilità del cap. 3814, relativo a restituzioni e rimborsi dell'IVA, effettuati dai concessionari, a richiesta e d'ufficio, anche mediante compensazione operata sulle imposte dirette, sulle somme spettanti alle regioni, all'INPS e agli altri enti previdenziali, ammontano a 25.551 milioni. Il capitolo 3887 (credito d'imposta fruito dagli enti creditizi e finanziari per le imposte anticipate iscritte in bilancio, in presenza di perdite d'esercizio, derivanti dal riallineamento del valore dell'avviamento e delle altre attività immateriali per effetto di operazioni straordinarie ? rivalutazione di quote in Banca d'Italia): registra un aumento di 1.766 milioni (2.251 milioni nel 2015).

L'articolo 2, comma 12, del disegno di legge di stabilità prevede l'adozione, entro il 30 gennaio 2015, di un decreto del Presidente del Consiglio dei ministri, su proposta del Ministro dell'economia e delle finanze, con cui sono stabilite, per ciascuno dei crediti d'imposta di cui all'elenco n. 1 allegato alla legge di stabilità, le quote percentuali di fruizione dei crediti d'imposta, in maniera tale da assicurare effetti positivi sui saldi di finanza pubblica non inferiori a 16,335 milioni per il 2015 e a 38,690 milioni a decorrere dal 2016.

Si apre la discussione generale.

Il senatore VACCIANO (*M5S*) rileva che sarebbe stato auspicabile un maggiore approfondimento riguardo diversi aspetti di politica tributaria caratterizzanti il disegno di legge di stabilità, quali il ricorso all'imposizione retroattiva, in contraddizione con il dichiarato intento di favorire la collaborazione spontanea del contribuente, nonché la rimodulazione dell'IRAP, che appare insoddisfacente in relazione alle imprese di minori dimensioni; le stesse imprese, prosegue l'oratore, risulteranno oltretutto penalizzate dalle disposizioni concernenti il credito di imposta per investimenti in ricerca e sviluppo e pertanto disincentivate a destinare risorse all'innovazione. Esprime poi perplessità circa la corresponsione del TFR in busta paga, per gli effetti decisamente negativi sul sistema della previdenza complementare e sulle prospettive future degli stessi lavoratori interessati. Rileva inoltre che le risorse aggiuntive stimate dalle misure di contrasto dell'evasione fiscale hanno carattere aleatorio e pertanto non possono essere correttamente considerate una copertura per spese certe, mentre carattere ugualmente aleatorio hanno i risultati prospettati in conseguenza degli interventi in materia di giochi; ulteriori elementi di incertezza sono riconducibili alle ipotesi di entrate per mezzo dell'azione di recupero affidata ai comuni, mentre in riferimento alla definizione dei territori a regime fiscale privilegiato critica la scelta di privilegiare l'elemento dell'apertura allo scambio di informazioni.

Il senatore SCIASCIA (*FI-PdL XVII*) lamenta la penalizzazione riguardante la categoria dei liberi professionisti in relazione alla rimodulazione della soglia del regime dei minimi. Quanto al sistema dell'inversione del pagamento dell'IVA in conseguenza di contratti con le pubbliche amministrazioni, ne ritiene non chiarito l'obiettivo generale, stante il potenziale svantaggio per le imprese; fa presente inoltre che qualora tale misura non superasse il vaglio delle istituzioni comunitarie, scatterebbe la clausola di salvaguardia e comporterebbe un inasprimento dell'imposizione sui carburanti.

La senatrice BELLOT (*LN-Aut*) giudica la manovra predisposta dal Governo del tutto insufficiente specie in rapporto alle concrete esigenze del sistema delle piccole e medie imprese, a fronte del ricorso a misure di carattere propagandistico, come il credito di imposta a favore dei redditi da lavoro dipendente più bassi e di inasprimenti fiscali a danno del sistema di previdenza complementare. La stessa clausola di salvaguardia desta a suo avviso preoccupazione in ragione degli effetti fortemente negativi che la sua applicazione comporterebbe a svantaggio dell'intero sistema economico nazionale.

Il senatore MOSCARDELLI (*PD*) osserva il forte aumento dell'entità della manovra rispetto a quanto disposto dalla legge di stabilità per il 2014, ottenuto in forza di una maggiore flessibilità sul piano del *deficit* di bilancio e dalla riduzione della spesa pubblica, anziché da un inasprimento della pressione fiscale. Il sostegno ai bassi redditi, reso strutturale dal disegno di legge di stabilità in esame, oltre a conseguire risultati benefici in termini di equità e coesione sociali e a consentire la ripresa dell'accumulo di risparmio da parte delle famiglie, potrà a suo avviso tradursi in aumento della domanda interna. La deduzione del costo del lavoro ai fini IRAP è a sua volta una misura opportuna, tenuto conto degli attuali obiettivi in termini di maggiore competitività delle imprese e di maggiore propensione agli investimenti delle stesse. Prosegue accennando alle ulteriori disposizioni contenute nel disegno di legge di stabilità riguardanti il sistema delle imprese e le famiglie, che nel loro insieme costituiscono uno stimolo alla ripresa dell'occupazione e delle attività produttive, pur essendo possibile in questa fase approfondire taluni aspetti, al fine di conferire maggiore efficacia a un provvedimento nel complesso condivisibile, che dovrebbe consentire di conseguire nel 2015 risultati migliori di quelli previsti dalla Nota di aggiornamento al DEF.

Il seguito dell'esame congiunto è quindi rinviato.

La seduta termina alle ore 15,50.

1.4.2.6.2. 6ªCommissione permanente (Finanze e tesoro) - Seduta n. 165 (ant.) del 10/12/2014

collegamento al documento su www.senato.it

FINANZE E TESORO (6ª)

MERCOLEDÌ 10 DICEMBRE 2014
165ª Seduta

Presidenza del Presidente
Mauro Maria MARINO

Interviene il sottosegretario di Stato per l'economia e le finanze Zanetti.

La seduta inizia alle ore 11,40.

IN SEDE CONSULTIVA

(1699 **e** 1699-*bis* **)** ***Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017*** **e relativa** ***Nota di variazioni***, approvato dalla Camera dei deputati

- **(Tabb. 1 e 1-*bis*)** Stato di previsione dell'entrata per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017 *(limitatamente alle parti di competenza)*

- **(Tabb. 2 e 2-*bis*)** Stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017 *(limitatamente alle parti di competenza)*

(1698) ***Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)***, approvato dalla Camera dei deputati

(Rapporti alla 5a Commissione. Seguito e conclusione dell'esame congiunto con esiti distinti. Rapporto favorevole con osservazioni sulle Tabelle 1 e 1-*bis*, limitatamente alle parti di competenza, e sulle parti corrispondenti del disegno di legge di stabilità. Rapporto favorevole sulle Tabelle 2 e 2-*bis*,

limitatamente alle parti di competenza, e sulle parti corrispondenti del disegno di legge di stabilità)

Riprende l'esame congiunto sospeso nella seduta di ieri.

Proseguendo nella discussione generale interviene il senatore MOLINARI (*M5S*) a giudizio del quale le disposizioni recate dai commi 43 e 44 dell'articolo 2 in materia di investimenti in titoli pubblici dei fondi Bancoposta e i servizi di tesoreria svolte da Poste Italiane S.p.A. espongono a rischi finanziari l'ente Poste, senza che siano chiaramente definiti gli effetti degli investimenti in titoli pubblici anche di Paesi non appartenenti all'area euro. Sollecita quindi un chiarimento su tale specifica questione e si riserva un intervento più compiuto in sede di discussione del disegno di legge in Assemblea.

Nessuno chiedendo di svolgere ulteriori interventi e rinunciando alla replica i due relatori, il sottosegretario ZANETTI svolge alcune considerazioni circa i rilievi espressi dal senatore Sciascia sul regime fiscale dei contribuenti minimi e sul cosiddetto *split payment*. Sotto il primo aspetto non nega la problematicità per i professionisti per un regime impositivo di minor favore, vista la riduzione della soglia per rientrare nel regime non ordinario, sottolineando peraltro che il regime semplificato comporta una riduzione degli oneri gestionali e degli adempimenti fiscali. Fa presente che il Governo sta valutando modifiche su tale specifica questione. Per quanto riguarda invece il cosiddetto *split payment*, pur comprendendo i rilievi espressi dal senatore Sciascia, ne sottolinea il valore per rendere certo il gettito erariale rispetto alla previgente disciplina.

Il relatore Gianluca ROSSI (*PD*) dà per illustrato l'ordine del giorno n. 1, pubblicato in allegato.

Il sottosegretario ZANETTI accoglie l'ordine del giorno che, conseguentemente, non viene posto in votazione.

Il presidente Mauro Maria MARINO avverte che si proseguirà disgiuntamente all'esame dei Rapporti riferiti rispettivamente alla Tabella 1 e alla Tabella 2 e alle corrispondenti parti del disegno di legge di stabilità.

Il relatore Gianluca ROSSI (*PD*) illustra la proposta di parere favorevole con osservazioni, pubblicata in allegato.

La senatrice BIGNAMI (*Misto-MovX*) rileva che il suggerimento dell'aliquota agevolata per strumenti e apparecchiature informatiche di ausilio per la cura della dislessia, pur condivisibile, andrebbe esteso anche alle altre categorie di disturbi dell'apprendimento che necessitano di analoghi strumenti e che si manifestano nell'età scolare. Fa rilevare, inoltre, che le varie tipologie di disturbi dell'apprendimento, in assenza di certificazione medica, non potrebbero rientrare nella categoria delle fattispecie meritevole di agevolazione fiscale.

Interviene quindi la senatrice BELLOT (*LN-Aut*) condividendo le osservazioni della senatrice Bignami, con particolare riferimento alle esigenze di certificazione medica del disturbo dell'apprendimento.

Il relatore Gianluca ROSSI (*PD*), dopo aver ricordato che il Governo ha accolto l'ordine del giorno G/1698/1/6, relativO all'analoga questione, modifica l'ultima osservazione del Rapporto nel senso

proposto dalla senatrice Bignami.

La senatrice GUERRA (*PD*) chiede al relatore di modificare l'osservazione del Rapporto riferita all'aumento della tassazione sui fondi pensione, inserendo la specifica sollecitazione a rivedere tale incremento.

Il relatore Gianluca ROSSI (*PD*) accoglie tale suggerimento e modifica la proposta di Rapporto.

Il presidente Mauro Maria MARINO avverte che si passerà alla votazione del Rapporto sulla Tabella 1, come modificato dal relatore.

Il senatore VACCIANO (*M5S*), a nome della propria parte politica, preannuncia il voto contrario sul Rapporto proposto dal relatore, dichiarando peraltro di condividere le osservazioni sui fondi pensione e il suggerimento sull'aliquota agevolata per la cura della dislessia.

Il senatore SCIASCIA (*FI-PdL XVII*) preannuncia a nome della propria parte politica il voto contrario sul Rapporto predisposto dal relatore, precisando altresì di condividere la precisazione sull'aliquota agevolata IVA.

Analogamente si esprime la senatrice BELLOT (*LN-Aut*), preannunciando il voto contrario ed apprezzando la sollecitazione per l'introduzione dell'aliquota agevolata dell'IVA ai fini della cura dei disturbi dell'apprendimento.

Verificata la presenza del numero legale per deliberare, viene posta ai voti ed approvata la proposta di Rapporto favorevole con osservazioni, nel testo modificato, pubblicato in allegato.

Il relatore ZELLER (*Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE*) propone alla Commissione di esprimere un Rapporto favorevole sulla Tabella 2 e sulle parti di competenza del disegno di legge di stabilità.

Verificata la presenza del numero legale per deliberare, posta ai voti la proposta del relatore Zeller viene approvata.

Il presidente Mauro Maria MARINO, essendo concluso l'esame dei documenti di bilancio comunica che le restanti sedute della settimana corrente non avranno più luogo.

La Commissione prende atto.

SCONVOCAZIONE DELLE SEDUTE DELLA COMMISSIONE

Il presidente Mauro Maria MARINO comunica che le sedute, già convocate per oggi alle ore 15 e

domani, giovedì 11 dicembre, alle ore 9 non avranno luogo.

La seduta termina alle ore 12,10.

SCHEMA DI RAPPORTO PROPOSTO DAL RELATORE SULLO STATO DI PREVISIONE DELL'ENTRATA PER L?ANNO FINANZIARIO 2015 E PER IL TRIENNIO 2015-2017, LIMITATAMENTE ALLE PARTI DI COMPETENZA, E RELATIVA NOTA DI VARIAZIONI (DISEGNI DI LEGGE NN. 1699 E 1699-*BIS* ? TABELLE 1 E 1-*BIS*), E SULLE PARTI CORRISPONDENTI DEL DISEGNO DI LEGGE N. 1698

La 6a Commissione Finanze e tesoro,

esaminato lo stato di previsione dell'entrata per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017 e relativa Nota di variazioni (disegni di legge nn. 1699 e 1699-*bis* - Tabelle 1 e 1-*bis*) e le parti di competenza del disegno di legge di stabilità,
rilevato come i documenti di bilancio in esame intendano introdurre un insieme di misure di carattere espansivo volte a sostenere in termini concreti e significativi la ripresa e ad aiutare l'economia nazionale a superare la fase recessiva che ancora la caratterizza;
evidenziato come le scelte di politica economica sottese alla manovra si ispirino a un approccio innovativo che, pur senza violare il quadro di riferimento costituito dalle regole di bilancio europee e dall'obiettivo del pareggio, intende innanzitutto invertire la dinamica negativa che negli ultimi anni ha caratterizzato l'andamento del PIL italiano, individuando in tale obiettivo la priorità fondamentale dell'azione di Governo;
rilevata, in tale prospettiva, l'esigenza di intervenire in primo luogo sul sostegno della domanda e dei consumi, nonché sulla riduzione del carico fiscale gravante sugli operatori dell'economia reale;
esprime parere favorevole con le seguenti osservazioni:
in relazione all'articolo 2, commi 63-66, finalizzati a modificare la disciplina degli istituti di patronato e di assistenza sociale, la Commissione suggerisce di rivedere la misura del finanziamento statale, in modo da assicurare l'operatività degli istituti di patronato in ragione dell'azione di assistenza e di consulenza svolta nei confronti di titolari di reddito medio bassi;
in relazione alle disposizioni concernenti la finanza regionale, la Commissione sollecita la piena attuazione delle disposizioni che attribuiscono alle Regioni una quota di risorse derivanti dalla collaborazione con l'Agenzia delle entrate ai fini della lotta all'evasione fiscale, con specifico riferimento alla quota addizionale dell'imposta sul valore aggiunto;
in relazione alle disposizioni di cui all'articolo 3, commi 1-5, volti ad innalzare l'aliquota della tassazione per i fondi pensione, la Commissione, pur tenendo presente che l'aliquota sui redditi di natura finanziaria è al 26 per cento, rileva che l'incremento dall'11 al 20 per cento sui fondi pensione rischia di essere penalizzante per coloro che hanno già aderito agli strumenti di previdenza complementare. Inoltre la Commissione rileva criticamente che l'incremento di imposta è effettuato in deroga al principio di irretroattività delle norme tributarie (sancito dall'articolo 3 dello Statuto del contribuente). La Commissione suggerisce quindi di applicare l'incremento alla sottoscrizione dei fondi previdenziali a partire dall'anno di imposta 2015.
In relazione all'articolo 3, comma 27, relativo alla tassazione degli enti non commerciali, la Commissione rileva criticamente che il drastico abbattimento della percentuale degli utili percepiti dagli enti *non profit* non soggetti a tassazione rischia di erodere fortemente le risorse a disposizione di tali enti, con particolare riferimento alle fondazioni bancarie. Suggerisce quindi di sopprimere tale

previsione. In subordine, sollecita una modifica finalizzata all'applicazione di tale regime fiscale a partire dagli utili messi in distribuzione dal 1° gennaio 2015, in modo da evitare la deroga non espressa al principio di non retroattività delle nuove disposizioni tributarie sancito dallo Statuto del contribuente.
Per quanto riguarda le disposizioni in materia di imposta sul valore aggiunto, la Commissione suggerisce di prevedere l'aliquota agevolata dell'IVA al 4 per cento per l'acquisto di strumenti e apparecchiature informatiche di ausilio per la cura della dislessia per gli studenti della scuola dell'obbligo.

RAPPORTO APPROVATO DALLA COMMISSIONE SULLO STATO DI PREVISIONE DELL'ENTRATA PER L?ANNO FINANZIARIO 2015 E PER IL TRIENNIO 2015-2017, LIMITATAMENTE ALLE PARTI DI COMPETENZA, E RELATIVA NOTA DI VARIAZIONI (DISEGNI DI LEGGE NN.1699 E 1699-*BIS* ? TABELLE 1 E 1-*BIS*), E SULLE PARTI CORRISPONDENTI DEL DISEGNO DI LEGGE N. 1698

La 6a Commissione Finanze e tesoro,

esaminato lo stato di previsione dell'entrata per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017 e relativa Nota di variazioni (disegni di legge nn. 1699 e 1699-*bis* - Tabelle 1 e 1-*bis*) e le parti di competenza del disegno di legge di stabilità,
rilevato come i documenti di bilancio intendano introdurre un insieme di misure di carattere espansivo volte a sostenere in termini concreti e significativi la ripresa e ad aiutare l'economia nazionale a superare la fase recessiva che ancora la caratterizza;
evidenziato come le scelte di politica economica sottese alla manovra si ispirino a un approccio innovativo che, pur senza violare il quadro di riferimento costituito dalle regole di bilancio europee e dall'obiettivo del pareggio, intende innanzitutto invertire la dinamica negativa che negli ultimi anni ha caratterizzato l'andamento del PIL italiano, individuando in tale obiettivo la priorità fondamentale dell'azione di Governo;
rilevata, in tale prospettiva, l'esigenza di intervenire in primo luogo sul sostegno della domanda e dei consumi, nonché sulla riduzione del carico fiscale gravante sugli operatori dell'economia reale;
esprime parere favorevole con le seguenti osservazioni:
in relazione all'articolo 2, commi 63-66, finalizzati a modificare la disciplina degli istituti di patronato e di assistenza sociale, la Commissione suggerisce di rivedere la misura del finanziamento statale, in modo da assicurare l'operatività degli istituti di patronato in ragione dell'azione di assistenza e di consulenza svolta nei confronti di titolari di reddito medio bassi;
in relazione alle disposizioni concernenti la finanza regionale, la Commissione sollecita la piena attuazione delle disposizioni che attribuiscono alle Regioni una quota di risorse derivanti dalla collaborazione con l'Agenzia delle entrate ai fini della lotta all'evasione fiscale, con specifico riferimento alla quota addizionale dell'imposta sul valore aggiunto;
in relazione alle disposizioni di cui all'articolo 3, commi 1-5, volti ad innalzare l'aliquota della tassazione per i fondi pensione, la Commissione, pur tenendo presente che l'aliquota sui redditi di natura finanziaria è al 26 per cento, rileva che l'incremento dall'11 al 20 per cento sui fondi pensione rischia di essere penalizzante per coloro che hanno già aderito agli strumenti di previdenza complementare. Inoltre la Commissione rileva criticamente che l'incremento di imposta è effettuato in deroga al principio di irretroattività delle norme tributarie (sancito dall'articolo 3 dello Statuto del contribuente). La Commissione suggerisce quindi di sopprimere tale previsione ovvero, in subordine,

di applicare l'incremento alla sottoscrizione dei fondi previdenziali a partire dall'anno di imposta 2015.
In relazione all'articolo 3, comma 27, relativo alla tassazione degli enti non commerciali, la Commissione rileva criticamente che il drastico abbattimento della percentuale degli utili percepiti dagli enti *non profit* non soggetti a tassazione rischia di erodere fortemente le risorse a disposizione di tali enti, con particolare riferimento alle fondazioni bancarie. Suggerisce quindi di sopprimere tale previsione. In subordine, sollecita una modifica finalizzata all'applicazione di tale regime fiscale a partire dagli utili messi in distribuzione dal 1° gennaio 2015, in modo da evitare la deroga non espressa al principio di non retroattività delle nuove disposizioni tributarie sancito dallo Statuto del contribuente.
Per quanto riguarda le disposizioni in materia di imposta sul valore aggiunto, la Commissione suggerisce di prevedere l'aliquota agevolata dell'IVA al 4 per cento per l'acquisto di strumenti e apparecchiature informatiche di ausilio per la cura dei disturbi dell'apprendimento certificati ai sensi di legge e che necessitano di tali apparecchiature, anche di utilizzo domestico, per gli studenti della scuola dell'obbligo.

RAPPORTO APPROVATO DALLA COMMISSIONE SULLO STATO DI PREVISIONE DEL MINISTERO DELL'ECONOMIA E DELLE FINANZE PER L?ANNO FINANZIARIO 2015 E PER IL TRIENNIO 2015-2017, LIMITATAMENTE ALLE PARTI DI COMPETENZA, E RELATIVA NOTA DI VARIAZIONI (DISEGNI DI LEGGE NN. 1699 E 1699-*BIS* ? TABELLE 2 E 2-*BIS*), E SULLE PARTI CORRISPONDENTI DEL DISEGNO DI LEGGE N. 1698

La 6a Commissione Finanze e tesoro,

esaminato lo stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017 e relativa Nota di variazioni (disegni di legge nn. 1699 e 1699-*bis* - Tabelle 2 e 2-*bis*) e le parti di competenza del disegno di legge di stabilità,

esprime parere favorevole.

ORDINE DEL GIORNO AL DISEGNO DI LEGGE
N. 1698

G/1698/1/6
GIANLUCA ROSSI, FORNARO, GIACOBBE, GUERRA, MOSCARDELLI, RICCHIUTI, TURANO, GATTI, PEGORER
La 6a Commissione permanente,
in sede di esame del disegno di legge recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale delle Stato (legge di stabilità 2015),
premesso che:
la legge 8 ottobre 2010, n. 170 recante "Nuove norme in materia di disturbi specifici di apprendimento" definisce "dislessia, la disgrafia, la disortografia e la discalculia quali disturba

specifici di apprendimento, di seguito denominati «DSA», che si manifestano in presenza di capacità cognitive adeguate, in assenza di patologie neurologiche e di deficit sensoriali";
tra gli obiettivi di tale norma l'articolo 2 lettere *a*), *b*), *g*) e *h*) indica: "garantire il diritto all'istruzione; (...) favorire il successo scolastico, anche attraverso misure didattiche di supporto, garantire una formazione adeguata e promuovere lo sviluppo delle potenzialità; (...) incrementare la comunicazione e la collaborazione tra famiglia, scuola e servizi sanitari durante il percorso di istruzione e di formazione; (...) assicurare eguali opportunità di sviluppo delle capacità in ambito sociale e professionale"
L'articolo 5 della legge 8 ottobre 2010 n. 170 reca in titolo "Misure educative e didattiche di supporto"; in particolare, il comma 2 lettere *b*) e *c*) prevedono "l'introduzione di strumenti compensativi, compresi i mezzi di apprendimento alternativi e le tecnologie informatiche, nonché misure dispensative da alcune prestazioni non essenziali ai fini della qualità dei concetti da apprendere"; e "per l'insegnamento delle lingue straniere, l'uso di strumenti compensativi che favoriscano la comunicazione verbale e che assicurino ritmi graduali di apprendimento";
per l'acquisto di sussidi tecnici e informatici finalizzati a facilitare l'autosufficienza e l'integrazione dei portatori di *handicap,* di cui all'articolo 3 della legge n. 104 del 1992, si applica l'aliquota Iva agevolata del 4 per cento;
come previsto all'articolo 2, comma 1, del decreto del Ministro delle finanze del 14 marzo 1998, rientrano nell'agevolazione quelle apparecchiature e quei dispositivi basati su tecnologie meccaniche, elettroniche o informatiche (come ad esempio l'acquisto di un *computer),* siano essi di comune reperibilità o appositamente fabbricati;
considerato che
il *computer,* dotato di appositi programmi di lettura, rappresenta un sussidio fondamentale per l'apprendimento, in grado di sostituire in *toto* i libri scolastici di testo, abbattendo le barriere rappresentate dalla dislessia,
tale metodo di apprendimento ricopia esattamente nel metodo e nell'obiettivo quello utilizzato per i non vedenti. Tuttavia, mentre la cecità è una patologia che consente a chi la patisce di ottenere l'IVA al 4 per cento per i beni informatici, ciò non vale per le persone affette da dislessia,
ritenuto che
la scuola pubblica, ed in particolare nell'arco di tempo dell'istruzione obbligatoria, costituisce un diritto costituzionale - fondamentale ed inviolabile - anche e soprattutto per i minori più disagiati nell'apprendimento,

impegna il Governo
a "rendere effettivo" il diritto allo studio anche per i minori affetti da dislessia, adottando tutte le misure necessarie a consentire di fruire dell'agevolazione Iva al 4 per cento anche ai minori dislessici frequentanti le scuole dell'obbligo.

1.4.2.7. 7^ Commissione permanente (Istruzione pubblica, beni culturali)

1.4.2.7.1. 7ªCommissione permanente (Istruzione pubblica, beni culturali) - Seduta n. 147 (ant.) del 10/12/2014

collegamento al documento su www.senato.it

ISTRUZIONE PUBBLICA, BENI CULTURALI (7ª)

MERCOLEDÌ 10 DICEMBRE 2014
147ª Seduta (antimeridiana)

Presidenza del Presidente
MARCUCCI

Interviene il sottosegretario di Stato per i beni e le attività culturali e per il turismo Francesca Barracciu.

La seduta inizia alle ore 11,10.

IN SEDE CONSULTIVA

(1699 e 1699-*bis* **)** ***Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017*** **e relativa** ***Nota di variazioni***, approvato dalla Camera dei deputati

- **(Tabb. 2 e 2-*bis*)** Stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017 *(limitatamente alle parti di competenza)*
- **(Tabb. 7 e 7-*bis*)** Stato di previsione del Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017
- **(Tabb. 13 e 13-*bis*)** Stato di previsione del Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017

(1698) ***Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di***

stabilità 2015), approvato dalla Camera dei deputati
(Rapporti alla 5ª Commissione. Esame congiunto e rinvio)

Il PRESIDENTE dichiara aperto l'esame dei documenti di bilancio per le parti di competenza della Commissione, precisando che i rapporti alla 5a Commissione dovranno essere trasmessi entro giovedì 11 dicembre. Ricorda quindi che il termine per la presentazione degli emendamenti e degli ordini del giorno al disegno di legge n. 1699 nonché degli ordini del giorno al disegno di legge n. 1698 è stato fissato, con l'accordo dei Capigruppo acquisito per le vie brevi, nella giornata di ieri, martedì 9 dicembre alle ore 18. Nel ringraziare il sottosegretario Francesca Barracciu per la sua presenza, rende noto che i rappresentati del Dicastero dell'istruzione nonchè il sottosegretario Delrio sono assenti per concomitanti impegni istituzionali.

Il relatore CONTE (*NCD*) riferisce quindi sulla Tabella 7 del disegno di legge di bilancio, recante lo stato di previsione del Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca, e sulle connesse parti del disegno di legge di stabilità, ritenendo preliminarmente necessario svolgere una verifica tra i contenuti dei documenti di bilancio e alcuni dei provvedimenti che la Commissione ha all'esame o ha da poco concluso. Pertanto giudica positivamente l'istituzione, all'articolo 1, comma 4, del disegno di legge di stabilità (A.S. n. 1698), del Fondo "La buona scuola", in quanto coerente sia con il relativo documento programmatico del Governo sia con gli approfondimenti che la Commissione ha svolto nell'ambito dell'affare assegnato Scuola (atto n. 386). In proposito, si pronuncia a favore dell'ampliamento delle finalità del Fondo, inizialmente finalizzato alla stabilizzazione dei docenti precari, ma poi esteso anche all'alternanza scuola-lavoro e alla formazione dei docenti e dirigenti scolastici.

Rileva invece criticamente che il testo della disegno di legge di stabilità giunto in Senato sconta alcuni stralci operati in prima lettura anche sulle parti di competenza, con particolare riguardo agli stanziamenti per le istituzioni dell'alta formazione artistica e musicale (AFAM). Afferma infatti che dette risorse avrebbero garantito la sopravvivenza degli *ex* istituti musicali pareggiati per il 2015, in attesa del riordino oggetto dei disegni di legge nn. 322 e abbinati, attualmente all'esame della 7ª Commissione.

Reputa altrettanto positivo l'incremento destinato alle scuole paritarie, che raggiunge un livello quasi paragonabile agli anni 2008-2009, segnalando che tali fondi sono gestiti direttamente dal Dicastero senza passaggi intermedi alle Regioni, con conseguente riduzione dei tempi. Preannuncia invece alcune criticità relative anzitutto al comma 80 dell'articolo 2 del disegno di legge di stabilità sulla soppressione dei cosiddetti vicariati, a partire dal 1° settembre 2015. Registra infatti una distonia tra la data di decorrenza disposta dal testo e la concreta attuazione dell'organico dell'autonomia, che giustificherebbe l'abrogazione dell'articolo 459 del testo unico sulla scuola.

Manifesta altrettante perplessità sulla modifica della composizione delle commissioni per l'esame di Stato, stabilita dai commi da 100 a 102 dell'articolo 2, poiché essa dovrebbe applicarsi all'anno scolastico in corso. Giudica invece preferibile che tale novità entri in vigore a partire dal prossimo anno scolastico, tenuto conto che le nuove modalità finirebbero per essere conosciute dalle scuole in una fase molto avanzata di preparazione agli esami di Stato.

Passando dunque al dettaglio dell'articolato, dà indi conto del comma 11 dell'articolo 1, che interviene sulla normativa in tema di incentivazione del rientro in Italia di lavoratori occupati all'estero. La disciplina novellata prevede che, ai fini delle imposte sui redditi, sia escluso dalla formazione del reddito da lavoro dipendente o autonomo il novanta per cento degli emolumenti percepiti dai docenti e dai ricercatori che, in possesso di titolo di studio universitario o equiparato e non occasionalmente residenti all'estero, abbiano svolto documentata attività di ricerca o docenza all'estero presso centri di ricerca pubblici o privati o università per almeno due anni continuativi.

Dopo essersi soffermato sul comma 30 dell'articolo 1, che novella le norme del decreto-legge n. 145

del 2013 in merito al credito di imposta per le imprese che investono in ricerca e sviluppo sul piano del periodo di imposta di riferimento, dell'importo massimo annuale per ciascun beneficiario, della soglia di spesa in ricerca e sviluppo concretamente sostenuta, della percentuale del credito di imposta, nonchè della qualificazione del personale impiegato nelle attività di ricerca e sviluppo, fa notare che il comma 101 dell'articolo 1 istituisce, nello stato di previsione del Ministero dell?economia e delle finanze, un Fondo per interventi in favore della famiglia, conuna dotazione pari a 108 milioni di euro per il 2015, di cui una quota pari a 100 milioni è riservata al rilancio del piano di sviluppo del sistema territoriale dei servizi socio-educativi per la prima infanzia, inteso al raggiungimento di determinati obiettivi di servizio, nelle more della definizione dei livelli essenziali delle relative prestazioni. Tale finanziamento riguarda dunque il segmento 0-6 anni che, sul piano della disciplina generale, è oggetto dei disegni di legge n. 1260 e abbinati, attualmente all'esame della 7a Commissione.

Nel rilevare che ilcomma 121 dell'articolo 1autorizza, dal 2015, la spesa di 200 milioni di euro annui, per le finalità di cui all?articolo 1, comma 13, della legge 10 marzo 2000, n. 62, da destinare in favore delle scuole paritarie, mette in risalto il comma 122, primo periodo, dell?articolo 1, in virtù del quale dal 2015 il Fondo per il finanziamento ordinario delle università (FFO) è incrementato di 150 milioni di euro, al fine di aumentare la quota premiale. Dopo aver riepilogato la normativa di riferimento in merito alla quota premiale, illustra il secondo periodo del comma 122, secondo cui una quota pari ad almeno il 50 per cento del Fondo per gli investimenti nella ricerca scientifica e tecnologica (FIRST) è destinata al finanziamento di progetti di ricerca di interesse nazionale (PRIN) presentati dalle università. Fa poi notare che un'ulteriore disposizione sul FFO è contenuta nel comma 90 dell'articolo 2, che riduce il suddetto Fondo per 34 milioni di euro nel 2015 e per 32 milioni di euro annui dal 2016, in considerazione della razionalizzazione della spesa per acquisto di beni e servizi che dovrà essere operata dalle università sulla base di indirizzi formulati con decreto del Ministro dell?istruzione, dell?università e della ricerca, da emanare entro trenta giorni dalla data di entrata in vigore della legge di stabilità.

Segnala inoltre che ilcomma 123 dell?articolo 1 autorizza la spesa di 60 milioni di euro per l?anno 2016 e di 170 milioni di euro per ciascuno degli anni dal 2017 al 2020 per la partecipazione italiana ai programmi dell?Agenzia spaziale europea e per i programmi spaziali nazionali di rilevanza strategica. Evidenzia che detta norma, frutto di un emendamento approvato in prima lettura, ha utilizzato le risorse di competenza del Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca originariamente previste nella Tabella B.

Passando all'articolo 2, fa presente che il comma 20 stabilisce, a decorrere dal 2015, una riduzione dei trasferimenti di risorse statali in favore di determinati enti e organismi pubblici elencati nell'allegato n. 6, annesso al disegno di legge, per importi ivi indicati. Quanto al settore dell'istruzione, della ricerca e dell'università, cita le seguenti riduzioni: 171.800 euro dal 2015 dei contributi a enti, istituti, associazioni, fondazioni e altri organismi; 112.000, 112.100, 112.300 euro (rispettivamente per il 2015, 2016 e dal 2017) delle somme da trasferire all'Agenzia nazionale di valutazione del sistema universitario e della ricerca(ANVUR) per il suo funzionamento; 360.000 euro per il 2015 delle somme per il finanziamento della scuola sperimentale di dottorato Gran Sasso *Science Institute;* 500.000 euro dal 2015 del contributo per la gestione del programma di ricerche aerospazionali (PRORA); 500.000 euro dal 2015 del contributo per le esigenze del laboratorio di luce di sincrotrone di Trieste e di Grenoble. Pone peraltro l'accento anche sulla riduzione di 3 milioni di euro per ciascuno degli anni del triennio 2015-2017 per l'Istituto italiano di tecnologia (IIT), vigilato dal Ministero dall'economia e delle finanze.

Riferisce quindi che il comma 72opera riduzioni degli stanziamenti per gli assegni di sede del personale docente delle scuole italiane all?estero, nella misura di 3,7 milioni per il 2015 e di 5,1 milioni a decorrere dal 2016, mentre il comma 76 dell?articolo 2 riduce di 200.000 euro annui, a decorrere dal 2015, il contributo a favore della Scuola per l?Europa di Parma.

Nel sottolineare che il comma 77 dell?articolo 2 riduce di 30 milioni di euro, a decorrere dal 2015, l?autorizzazione di spesa di cui all?articolo 4 della legge n. 440 del 1997 (già Fondo per

l'arricchimento e l'ampliamento dell'offerta formativa), confluita, dal 2013, nel Fondo per il funzionamento delle istituzioni scolastiche, afferma che in base al comma 78 dell?articolo 2, per il 2015, rimane acquisita all?erario quota parte (10 milioni di euro) delle somme che non sono state utilizzate dalle scuole, per tre esercizi finanziari consecutivi, per la realizzazione di progetti in materia di formazione e sviluppo dell?autonomia scolastica.

Il comma 79 dell?articolo 2, prosegue il relatore, dispone che, a decorrere dal 1° settembre 2015, l?organizzazione e il coordinamento periferico del servizio di educazione fisica è di competenza degli Uffici scolastici regionali e del dirigente ad essi preposto, che può avvalersi della collaborazione di un dirigente scolastico o di un docente di ruolo di educazione fisica, eventualmente dispensato in tutto o in parte dall?insegnamento. Ritiene pertanto che in sostanza, rispetto alla normativa vigente, cambi l?ambito territoriale di riferimento, che passa da provinciale a regionale e dunque di fatto si riduce il numero dei coordinatori periferici di educazione fisica che possono usufruire dell?esonero dall?insegnamento.

Ribadisce quindi le perplessità sul comma 80 dell?articolo 2 che elimina, dal 1° settembre 2015, la possibilità di usufruire dell?esonero o del semiesonero dall?insegnamento per i docenti con funzioni vicarie del dirigente scolastico, nonché per i docenti addetti alla vigilanza delle sezioni staccate o delle sedi coordinate delle scuole. A tal fine, si abroga l?articolo 459 del testo unico sulla scuola "in considerazione dell?attuazione dell?organico dell?autonomia", di cui il relatore ripercorre brevemente la disciplina normativa sottolineandone le difficoltà di attuazione rispetto alla data del 1° settembre 2015.

Rileva poi che, secondo il comma 81 dell?articolo 2, la soppressione delle disposizioni inerenti la possibilità di collocare fuori ruolo docenti e dirigenti scolastici per assegnazioni presso enti che operano nel campo delle tossicodipendenze, della formazione e della ricerca educativa e didattica, nonché associazioni professionali del personale direttivo e docente ed enti cooperativi da esse promossi, decorre dall?anno scolastico 2016-2017.

Precisa inoltre che, in base al comma 82 dell?articolo 2, dal 1° settembre 2015, è eliminata la possibilità per il personale del comparto scuola - salve alcune ipotesi - di essere posto in posizione di comando, distacco, fuori ruolo o utilizzazione comunque denominata, per ragioni legate alla continuità didattica. Le fattispecie fatte salve riguardano: il personale dirigente e docente collocato fuori ruolo per compiti connessi con l?attuazione dell?autonomia scolastica, di cui l?amministrazione scolastica centrale o periferica può avvalersi; i dirigenti scolastici e i docenti di ruolo di educazione fisica dispensati in tutto o in parte dall?insegnamento in qualità di coordinatori periferici di educazione fisica; il personale destinato alle scuole italiane all?estero; i docenti delle istituzioni scolastiche collocati in esonero parziale o totale in quanto utilizzati presso le università con compiti di supervisione del tirocinioe di coordinamento del medesimo con altre attività didattiche nell'ambito di corsi di laurea in Scienze della formazione primaria e di corsi di tirocinio formativo attivo (TFA) per l?abilitazione all'insegnamentonelle scuole secondarie.

Segnala altresì che i commi 83 e 84 dell?articolo 2 vietano, a decorrere dal prossimo anno scolastico, il conferimento di supplenze brevi per il primo giorno di assenza dei docenti e per i primi 7 giorni di assenza dei collaboratori scolastici. Vietano altresì il conferimento di supplenze brevi agli assistenti tecnici e agli assistenti amministrativi, salvo, per quest?ultima fattispecie, il caso di istituzioni scolastiche il cui relativo organico di diritto abbia meno di 3 posti. In particolare, il relatore specifica che, secondo il comma 83, per la sostituzione del personale appartenente al profilo di collaboratore scolastico (non solo per i primi 7 giorni di assenza) si può provvedere mediante l?attribuzione al personale in servizio delle ore eccedenti. Fa notare pertanto che l?istituto che prevede la sostituzione dei colleghi assenti con colleghi in servizio attraverso l?attribuzione di ore eccedenti - attualmente disciplinato solo con riferimento al personale docente dall?articolo 30 del CCNL - viene introdotto, in via legislativa, anche per i collaboratori scolastici. Conseguentemente, si dispone che le istituzioni scolastiche destinano il Fondo per il miglioramento dell?offerta formativa prioritariamente alle ore eccedenti. Afferma al riguardo che la disposizione può essere letta in un duplice modo: in senso

positivo, in quanto le ore di supplenza vengono di fatto svolte da personale interno alla scuola, e in senso limitativo nella misura in cui, dovendo impiegare per le ore eccedenti le risorse del summenzionato Fondo, si riduce la possibilità per le scuole di finanziare altre attività.

Prosegue poi illustrando il comma 85, ai sensi del quale con decreto del Ministro dell?istruzione, dell?università e della ricerca, da adottare entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della legge, si procede alla revisione di criteri e parametri per la definizione delle dotazioni organiche del personale ATA, al fine di conseguire economie di personale e di spesa conseguenti anche al processo di digitalizzazione dei procedimenti amministrativi affidati alle segreterie scolastiche, per il quale il comma 86 autorizza la spesa di 10 milioni di euro nel 2015 a valere sui risparmi derivanti dalla ridefinizione delle dotazioni organiche.

Dopo aver dato conto del comma 88 dell?articolo 2 sulla riduzione delle spese per accertamenti medico-legali sostenute da università e dalle istituzioni AFAM per 700.000 euro a decorrere dal 2015, segnala che il comma 89 dell?articolo 2 sopprime il contributo statale alla Scuola di ateneo per la formazione europea *Jean Monnet*, costituita presso la Seconda università degli studi di Napoli, pari a 3,5 milioni di euro annui. Rammenta in merito che dette risorse sono confluite, a decorrere dal 2014, nel FFO delle università.

Descrive indi i contenuti del comma 91 dell?articolo 2, in virtù del quale la somma di 140 milioni di euro, relativa alla gestione stralcio del Fondo speciale per la ricerca applicata (FSRA), è versata all?entrata del bilancio dello Stato entro il 31 gennaio 2015 per essere successivamente riassegnata al FFO. Manifesta poi preoccupazione per la decurtazione, operata dal comma 92 dell'articolo 2, delle risorse destinate per il 2015 al funzionamento delle istituzioni AFAM, pari a un milione di euro. Tiene peraltro a precisare che le destinazioni di spesa alle quali applicare dette riduzioni saranno individuate dal Ministro dell?istruzione, dell?università e della ricerca, di concerto con il Ministro dell?economia e delle finanze ? con particolare riferimento alle istituzioni con più elevato fondo di cassa ? in sede di definizione dei criteri di riparto annuale del suddetto fondo. Sempre in merito all'AFAM, rileva che, in base al comma 93 dell'articolo 2, dal 1° gennaio 2015 l?incarico di presidente delle istituzioni AFAM è svolto a titolo gratuito, anche per gli incarichi già conferiti, salvo il rimborso delle spese sostenute. Inoltre, con decreto del Ministro dell?istruzione, dell?università e della ricerca, di concerto con il Ministro dell?economia e delle finanze, da emanare entro 3 mesi dalla data di entrata in vigore della legge, sono rideterminati i compensi e le indennità del direttore e dei componenti del consiglio di amministrazione delle stesse istituzioni. I risparmi derivanti sia dalla rideterminazione in questione, sia dalla gratuità dell?incarico di presidente, sono previsti in 1.450.000 euro a decorrere dal 2015.

Una disposizione analoga è contenuta nel comma 94 dell'articolo 2, che demanda ad un decreto del Ministro dell?istruzione, dell?università e della ricerca la rideterminazione dei compensi dei componenti degli organi degli enti di ricerca finanziati a valere sul Fondo ordinario per gli enti e le istituzioni di ricerca (FOE), onde consentire il conseguimento di risparmi lordi di spesa per 916.000 euro nel 2015 e 1 milione di euro dal 2016; conseguentemente, il Fondo è ridotto in pari misura. Il relatore aggiunge poi che il comma 95 stabilisce che il medesimo FOE è ridotto di 42 milioni di euro dal 2015 in considerazione di una razionalizzazione della spesa per acquisto di beni e servizi, che gli enti di ricerca devono conseguire sulla base di indirizzi formulati con decreto del Ministro dell?istruzione, dell?università e della ricerca.

Dopo aver evidenziato che, in base al comma 96 dell?articolo 2, dal 1° gennaio 2015 il personale che opera negli uffici di diretta collaborazione del Ministro dell?istruzione, dell?università e dalla ricerca è ridotto da 236 a 190 unità, comprensive della dotazione relativa all?organismo indipendente di valutazione, delinea il contenuto dei commi da 97 a 99 dell?articolo 2, recanti disposizioni finalizzate ad agevolare l?ingresso di ricercatori nelle università "virtuose", a regolare diversamente il rapporto fra assunzioni di professori e chiamate di ricercatori, nonché a consentire il cumulo delle risorse destinate alle assunzioni per un arco temporale non superiore a tre anni. Ricorda quindi che l?articolo 24, comma 3, della legge n. 240 del 2010 ha individuato due tipologie di contratti di ricerca a tempo determinato: la prima (lettera *a*) consiste in contratti di durata triennale, prorogabili per due anni, per

una sola volta, previa positiva valutazione delle attività didattiche e di ricerca svolte; la seconda (lettera *b*) è riservata a candidati che hanno usufruito dei contratti di cui alla lettera *a*), oppure, per almeno tre anni anche non consecutivi, di assegni di ricerca o di borse *post* dottorato, oppure di contratti, assegni o borse analoghi in università straniere - nonché a candidati che hanno usufruito per almeno 3 anni di contratti a tempo determinato stipulati in base alla legge n. 230 del 2005 - e consiste in contratti triennali non rinnovabili. Specifica pertanto che il comma 97prevede che, dal 2015, le università che sono in una situazione finanziaria solida, ovvero che riportano un indicatore delle spese di personale inferiore all?80 per cento, possono procedere alla stipula di contratti per ricercatori a tempo determinato di entrambe le tipologie "in aggiunta" alle facoltà assunzionali previste per il sistema universitario. Si stabilisce, inoltre, che le università possono procedere a ciò "anche" utilizzando le cessazioni dei ricercatori della prima tipologia avvenute nell?anno precedente, già assunti a valere sulle facoltà assunzionali previste dalla legge.

Il comma 98 - prosegue il relatore - modifica uno dei criteri in base ai quali le università predispongono i piani triennali per la programmazione del reclutamento del personale docente, ricercatore, dirigente e tecnico-amministrativo, consentendo una maggiore flessibilità nella scelta della tipologia contrattuale e mantenendo invariati i vincoli numerici assunzionali. Riferisce altresì che il comma 99estende alle università le disposizioni - già introdotte per le Amministrazioni dello Stato, le agenzie e gli enti pubblici non economici - sul cumulo delle risorse destinate alle assunzioni per un arco temporale non superiore a tre anni, nel rispetto della programmazione del fabbisogno e di quella finanziaria e contabile. La relazione tecnica evidenzia che in tal modo si consente agli atenei che non hanno utilizzato integralmente - anche a seguito dei ritardi registrati nella procedura relativa all?abilitazione scientifica nazionale - le risorse per nuove assunzioni, di poter cumulare le disponibilità residue nell?arco temporale di tre anni, evitando interventi di proroga disposti di volta in volta.

Si sofferma indi nuovamente sui commi da 100 a 102 dell?articolo 2, concernenti la composizione delle commissioni per l?esame di Stato, attualmente disciplinata dall'articolo 4 della legge n. 425 del 1997. Nel rinnovare le proprie perplessità sull'applicazione dei nuovi criteri all'anno scolastico in corso, tenuto conto che essi saranno conoscibili dalle scuole all'incirca durante il secondo quadrimestre, chiarisce che entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della legge di stabilità deve essere adottato un decreto del Ministro dell?istruzione, dell?università e della ricerca con cui disciplinare i nuovi criteri per la definizione della composizione delle commissioni d?esame, mentre con successivo decreto saranno definiti i compensi dei commissari nel rispetto di quanto eventualmente previsto in sede di contrattazione collettiva del comparto del personale della scuola, in coerenza con le finalità del Fondo «La buona scuola» di cui ai commi 3 e 4 dell?articolo 1. In proposito, dopo aver segnalato l'esigenza di modificare il riferimento normativo, in quanto il Fondo «La buona scuola» è normato dai commi 4 e 5 (e non 3 e 4) dell'articolo 1, rileva che dalla data di entrata in vigore della nuova disciplina cessano di avere efficacia le disposizioni di cui all?articolo 4 della legge n. 425 del 1997, incompatibili con quanto disposto dal decreto medesimo: il relatore presuppone dunque che non saranno più previsti, come è attualmente, il 50 per cento dei professori interni e il 50 per cento esterni, ma si opterà per una maggioranza di interni, tanto più che si attendono economie di spesa.

Passando all'articolo 3, sottolinea che il comma 72 dispone la riduzione per il 2015, per un importo pari a 4 milioni di euro, dell?autorizzazione di spesa relativa al Fondo integrativo speciale per la ricerca, di cui all?articolo 10, comma 1, lettera *d*), della legge n. 370 del 1999, la cui compensazione è prevista dal successivo comma 73.

In relazione alle Tabelle allegate al disegno di legge di stabilità, rammenta che le Tabelle A e B recano gli importi da iscrivere nei fondi speciali per il finanziamento dei provvedimenti che si prevede possano essere approvati nel triennio 2015-2016, rispettivamente nel fondo speciale di parte corrente e nel fondo speciale in conto capitale. Riguardo al Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca, richiama gli accantonamenti in Tabella A pari a 7.000 euro per il 2015 e a 9.000 euro per il

2016 e 2017, la cui finalizzazione è il finanziamento delle scuole non statali, precisando altresì che, rispetto alla Tabella B, l'accantonamento inizialmente previsto nel testo del Governo è stato utilizzato per finanziare gli interventi di cui all'articolo 1, comma 123, relativi ai programmi spaziali europei.

In merito alla Tabella C, che reca le dotazioni da iscrivere nei singoli stati di previsione del bilancio 2015 e del triennio 2015-2017 relative a leggi di spesa permanente la cui quantificazione è demandata alla legge di stabilità, segnala, per le parti di competenza, le seguenti variazioni di bilancio: l'incremento di 4 milioni di euro per il 2015 delle risorse destinate alla ricerca in base al decreto legislativo n. 204 del 1998 nonchè l'incremento di 1,6 milioni per ciascuno degli anni del triennio 2015-2017 delle risorse destinate all?attività sportiva universitaria.

Quanto alla Tabella D, che determina le riduzioni delle autorizzazioni legislative di spesa di parte corrente, mette in luce le seguenti decurtazioni sul Dicastero dell'istruzione: per l'istituzione dell'ufficio per la gestione delle scuole lingua slovena, - 66.452 euro per il 2015, - 80.008 euro per il 2016 e - 67.428 euro per il 2017, con un sostanziale azzeramento rispetto agli stanziamenti del bilancio a legislazione vigente; per la Fondazione per il merito, - 500.000 euro per il 2015, che dimezza di fatto gli stanziamento previsti dal bilancio a legislazione vigente, mentre non ci sono decrementi per gli anni successivi;per l'istituzione del fondo per la formazione e l'aggiornamento della dirigenza, - 769.000 per ciascuno degli anni del triennio 2015-2017. Infine in Tabella E, che determina, per le leggi che dispongono spese a carattere pluriennale in conto capitale, le quote destinate a gravare per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, sono confermati i finanziamenti previsti a legislazione vigente, per gli anni 2015 e successivi, in favore dei mutui per l'edilizia scolastica, nonchè per il 2015 in favore del finanziamento del Gran Sasso *Science Institute*.

Illustra poi il disegno di legge di bilancio (A.S. n. 1699), il cui articolo 7 approva le spese relative al Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca di cui alla Tabella 7 e autorizza variazioni compensative tra diversi capitoli, disponendo altresì che l'assegnazione del Consiglio nazionale delle ricerche (CNR) per il 2015 è comprensiva delle somme destinate all'Istituto di biologia cellulare afferente all'area di Monterotondo. Richiama, oltre a ciò, la nota integrativa al disegno di legge di bilancio, inserita nella Tabella 7, in cui sono elencati gli obiettivi dei tre Dipartimenti del Ministero, riguardanti in linea generale: il sostegno e il potenziamento delle politiche e delle azioni di innovazione tecnologica nelle scuole; le misure sull'edilizia scolastica per incrementare la sicurezza e migliorare la qualità degli istituti; l'orientamento scolastico e professionale, il reclutamento e la formazione dei docenti, anche universitari; le iniziative volte a rendere la scuola "aperta" anche oltre l'orario delle lezioni; gli interventi di riforma dell'AFAM; la programmazione della ricerca.

In ordine alle previsioni per il 2015, rileva criticamente una generale riduzione degli importi relativi alle missioni del Dicastero rispetto alle previsioni assestate nell'anno finanziario 2014, anche a seguito della nota di variazioni, ad eccezione della missione "Fondi da ripartire", che registra un notevole aumento. Precisa però che all'interno della missione n. 22, "Istruzione scolastica", rispetto al 2014, sono in leggero aumento (seppur contenuto a seguito della nota di variazioni) le dotazioni dei programmi "Programmazione e coordinamento dell'istruzione scolastica" (22.1) e "Istruzione secondaria di primo grado" (22.12), mentre un incremento più sostenuto (quasi il doppio) si rileva per il programma "Istituzioni scolastiche non statali" (22.9). Parimenti, rispetto alle previsioni assestate 2014, il programma "Servizi e affari generali per le amministrazioni di competenza" (32.3), all'interno della missione n. 32, subisce un aumento. Circa la missione n. 23, "Istruzione universitaria e formazione *post* universitaria", benchè essa sia in generale diminuzione rispetto all'assestamento 2014, nota un recupero positivo in virtù della nota di variazioni, che ne incrementa le risorse.

Avviandosi alla conclusione, si sofferma sugli stanziamenti di competenza inclusi tanto nella Tabella 2 del Ministero dell'economia e delle finanze, in cui le risorse della missione n. 22, "Istruzione scolastica", subiscono un lieve decremento, quanto nella Tabella 8 del Ministero dell'interno, in cui le somme per garantire la gratuità, totale o parziale dei libri di testo per la scuola dell'obbligo e la fornitura di libri di testo da dare in comodato d'uso agli studenti della scuola secondaria superiore sono state incrementate di circa 8,1 milioni di euro per il 2015.

Il relatore MARTINI (*PD*) riferisce anzitutto sulla Tabella 13 del disegno di legge di bilancio, recante lo stato di previsione del Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo, e sulle connesse parti del disegno di legge di stabilità. Tiene a precisare a sua volta che numerose norme di interesse sono state stralciate in prima lettura perché di natura ordinamentale, microsettoriale o non riferite alle annualità coperte dai documenti di bilancio.

Mette dunque in evidenza la principale novità contenuta nel disegno di legge di stabilità (A.S. n. 1698), manifestando apprezzamento per il comma 7 dell'articolo 1, che istituisce, nello stato di previsione del Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo, il Fondo per la tutela del patrimonio culturale, con una dotazione iniziale di 100 milioni di euro per ciascuno degli anni dal 2016 al 2020. Fa presente che la relativa copertura è stata effettuata prelevando i corrispondenti accantonamenti del Dicastero presenti originariamente in Tabella B. Comunica inoltre che, ai sensi del successivo comma 8, le risorse sono utilizzate nell?ambito di un programma triennale che il Ministro trasmette al Comitato interministeriale per la programmazione economica (CIPE), per una presa d?atto, entro centoventi giorni dalla data di entrata in vigore della legge di stabilità. Il programma individua gli interventi prioritari da realizzare, le risorse agli stessi destinate e il relativo cronoprogramma, definendo altresì le modalità di definanziamento in caso di mancata attuazione degli interventi programmati. Entro il 31 gennaio di ciascun anno è trasmesso al CIPE il programma aggiornato, corredato della puntuale indicazione dello stato di attuazione degli interventi, in termini di avanzamento fisico e finanziario.

Passando all'articolo 2, il comma 1 riduce le autorizzazioni di spesa concernenti trasferimenti in favore di imprese pubbliche e private, elencate nell'allegato 5, secondo gli importi ivi indicati. Per quanto di competenza, sono ridotte di 1 milione di euro per il 2015 e di circa 2,3 milioni di euro a decorrere dal 2016 le autorizzazioni di spesa relative alla quota degli utili derivanti dal gioco del lotto destinata al Ministero dei beni culturaliper il recupero e la conservazione dei beni culturali, archeologici, storici, artistici, archivistici e librari, nonché per interventi di restauro paesaggistico e per attività culturali.

Segnala inoltre che il comma 20 dell'articolo 2 stabilisce, a decorrere dal 2015, una riduzione dei trasferimenti di risorse statali in favore di determinati enti e organismi pubblici elencati nell'allegato n. 6, annesso al disegno di legge, per importi ivi indicati. Quanto al settore dei beni culturali, si registrano riduzioni per ciò che concerne le competenze del Dicastero in merito di turismo, che però esulano dagli ambiti di interesse della 7a Commissione.

Di carattere trasversale è l'articolo 2, comma 22, che estende anche al 2015 la previsione per cui si dà luogo alle procedure contrattuali e negoziali del personale dipendente dalle Amministrazioni pubbliche (tra cui scuole, università enti pubblici non economici) per la sola parte normativa e senza possibilità di recupero per la parte economica. Riferisce inoltre sul comma 24 dell'articolo 2, secondo cui anche per l?anno 2015 nei confronti del personale non contrattualizzato in regime di diritto pubblico non si applicano i meccanismi di adeguamento retributivo. Dopo avere puntualizzato che lo stesso anno non è utile ai fini della maturazione delle classi e degli scatti di stipendio, correlati all?anzianità di servizio, segnala che tale disposizione interessa, per quanto di competenza, anche i professori e i ricercatori universitari.

Dà poi conto del comma 45 dell'articolo 2, concernente tutte le Amministrazioni, secondo cui, a decorrere dal 2015, le dotazioni di bilancio relative alle missioni e ai programmi di spesa degli stati di previsione dei Ministeri sono ridotte per gli importi indicati nell'elenco n. 3 allegato al disegno di legge. Venendo al riepilogo delle riduzioni rispetto ai Dicasteri di riferimento, fa notare che il Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca subisce una pesante riduzione pari a circa 148,6 milioni di euro per il 2015, 136,2 milioni di euro per il 2016 e 2017 (e successivi); il Ministero dei beni e delle attività culturali registra invece una riduzione pari a circa 21,5 milioni di euro a decorrere dal 2015.

Quanto all'articolo 3, esprime compiacimento per il comma 34, introdotto da un emendamento approvato dalla Camera dei deputati, in base al quale, ai fini dell?applicazione dell?IVA al 4 per cento,

sono da considerarsi libri tutte le pubblicazioni identificate da codice ISBN e veicolate attraverso qualsiasi supporto, inclusi dunque anche gli *e-book*. Si introduce quindi una definizione estensiva di libro, tenuto conto che attualmente sono soggetti all'IVA del 4 per cento: giornali e notiziari quotidiani, dispacci delle agenzie di stampa, libri, periodici, anche in scrittura braille e su supporti audio-magnetici per non vedenti e ipovedenti, edizioni musicali a stampa e carte geografiche; carta occorrente per la stampa degli stessi e degli atti e pubblicazioni della Camera dei deputati e del Senato della Repubblica; materiale tipografico e simile attinente alle campagne elettorali se commissionato dai candidati o dalle liste degli stessi o dai partiti o dai movimenti di opinione politica. Tuttavia, non va dimenticato che la giurisprudenza della Corte di Giustizia europea interpreta in modo restrittivo la normativa comunitaria che consente aliquote inferiori al minimo prescritto (5 per cento), in alcuni ambiti, con riferimento a quelle in vigore al 1° gennaio 1991.

In relazione alle Tabelle allegate al disegno di legge di stabilità, non registra accantonamenti specifici in Tabella A per il Dicastero dei beni culturali, anche se nell'ambito degli accantonamenti nella medesima Tabella riferiti al Ministero dell'economia e delle finanze vi è una finalizzazione specifica per il disegno di legge concernente l'istituzione del "Premio biennale di ricerca Giuseppe Di Vagno" (A.S. n. 1569), di recente approvato dal Senato in seconda lettura. Quanto alla Tabella B, ribadisce che l'accantonamento originariamente previsto nel testo del Governo è stato successivamente utilizzato per finanziare il Fondo per la tutela del patrimonio culturale previsto all'articolo 1, commi 7 e 8.

In merito alla Tabella C, che reca le dotazioni da iscrivere nei singoli stati di previsione del bilancio 2015 e del triennio 2015-2017 relative a leggi di spesa permanente la cui quantificazione è demandata alla legge di stabilità, non rileva variazioni significative rispetto al bilancio a legislazione vigente.

Infine in Tabella E sono confermati i finanziamenti previsti a legislazione vigente, per gli anni 2015 e 2016, per l'impiantistica sportiva, per l'anno 2015 per la tutela del patrimonio dell'UNESCO nella provincia di Ragusa, per gli anni 2015 e 2016 per il Piano strategico "Grandi progetti beni culturali".

In relazione al disegno di legge di bilancio (A.S. n. 1699), richiama la nota integrativa inclusa nella Tabella 13, in cui si pone l'accento sulla recente riorganizzazione del Dicastero, approvata con decreto del Presidente del Consiglio n. 171 del 2014, che ha ridotto gli uffici dirigenziali e le dotazioni organiche operando un riordino dell'Amministrazione centrale e periferica, in ossequio agli obiettivi di razionalizzazione e efficienza delle strutture e dei processi.

Venendo al dettaglio delle missioni, lamenta una generale riduzione delle previsioni per il 2015 rispetto all'assestamento 2014, ad eccezione della missione n. 33 "Fondi da ripartire". Tuttavia, all'interno della missione n. 21, "Tutela e valorizzazione dei beni e delle attività culturali e paesaggistici", alcuni programmi registrano degli incrementi, anche al netto delle eventuali riduzioni apportate dalla nota di variazioni; si tratta dei programmi nn. 21.2 "Sostegno, valorizzazione e tutela del settore dello spettacolo", 21.5 "Vigilanza, prevenzione e repressione in materia di patrimonio culturale", 21.13 "Valorizzazione del patrimonio culturale e coordinamento del sistema museale". Proporzionalmente invece la riduzione più consistente concerne il programma n. 21.16 "Tutela e promozione dell'arte e dell'architettura contemporanee e delle periferie urbane".

Con riferimento alle disposizioni di competenza in materia di sport, contenute nel disegno di legge di bilancio (Tabella 2, limitatamente alle parti di interesse) nonchè alle connesse norme del disegno di legge di stabilità, il relatore fa presente che il comma 115 dell'articolo 1 estende, all'esercizio finanziario 2015 e ai successivi, le disposizioni sulla destinazione del cinque per mille dell'IRPEF, autorizzando una spesa di 500 milioni di euro annui a decorrere dal 2015. Ricorda in proposito che tra le destinazioni del cinque per mille sono inclusi il finanziamento della ricerca scientifica e dell?università nonchè il sostegno delle associazioni sportive dilettantistiche, riconosciute ai fini sportivi dal Comitato olimpico nazionale italiano (CONI) a norma di legge, che svolgono una rilevante attività di interesse sociale.

Segnala peraltro che il summenzionato articolo 2, comma 1, sopprime il contributo all'Istituto per il credito sportivo che, nel bilancio a legislazione vigente, era pari a 1,2 milioni di euro per ciascuno

degli anni del triennio 2015-2017.

Illustra altresì il comma 64 dell'articolo 3, che reca misure di favore sul piano fiscale per le associazioni sportive dilettantistiche non aventi scopo di lucro, affiliate alle federazioni sportive nazionali o agli enti nazionali di promozione sportiva. E' possibile infatti che esse, a seguito dei controlli formali dei pagamenti di determinati tributi, dovessero corrispondere delle somme; fino al 31 ottobre 2014 potevano chiedere la rateizzazione delle somme dovute. Laddove siano decadute da tale beneficio, la norma in questione consente loro di chiedere un nuovo piano di rateizzazione entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della legge di stabilità.

Relativamente al disegno di legge di bilancio, rammenta conclusivamente che i finanziamenti allo sport sono disposti dalla Tabella 2 del Ministero dell'economia e delle finanze, nella quale si registra una flessione negativa del programma n. 30.1 "Attività ricreative e sport", all'interno della missione n. 30 "Giovani e sport".

Il PRESIDENTE dichiara quindi aperta la discussione generale congiunta, che terminerà nella seduta pomeridiana di oggi. Stante la necessità di concludere entro domani l'esame dei documenti di bilancio, propone di trattare, sempre nella seduta pomeridiana di oggi, anche gli ordini del giorno e gli emendamenti presentati, fermo restando che nella seduta di domani mattina si procederà alle dichiarazioni di voto e al voto sugli schemi di rapporto alla 5a Commissione, in merito alle parti di competenza. Preannuncia peraltro che, in base all'andamento dei lavori di oggi pomeriggio, potrebbe essere valutata la possibilità di anticipare l'orario della seduta antimeridiana di domani.

Conviene la Commissione.

Il seguito dell'esame congiunto è rinviato.

La seduta inizia alle ore 12.

1.4.2.7.2. 7ªCommissione permanente (Istruzione pubblica, beni culturali) - Seduta n. 148 (pom.) del 10/12/2014

collegamento al documento su www.senato.it

ISTRUZIONE PUBBLICA, BENI CULTURALI (7ª)

MERCOLEDÌ 10 DICEMBRE 2014
148ª Seduta (pomeridiana)

Presidenza del Presidente
MARCUCCI

Intervengono i sottosegretari di Stato per i beni e le attività culturali e per il turismo Francesca Barracciu e per l'istruzione, l'università e la ricerca Angela D'Onghia.

La seduta inizia alle ore 15,05.

IN SEDE CONSULTIVA

(1699 e 1699-*bis* **)** ***Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017*** **e relativa** ***Nota di variazioni***, approvato dalla Camera dei deputati

- **(Tabb. 2 e** 2-*bis***)** Stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017 *(limitatamente alle parti di competenza)*
- **(Tabb. 7 e** 7-*bis***)** Stato di previsione del Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017
- **(Tabb. 13 e** 13-*bis***)** Stato di previsione del Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017

(1698) ***Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)***, approvato dalla Camera dei deputati

(Rapporti alla 5ª Commissione. Seguito dell'esame congiunto delle Tabelle 2 e 2-*bis*, limitatamente alle parti di competenza, 7 e 7-*bis,* 13 e 13-*bis* e delle parti rispettivamente corrispondenti del disegno di legge di stabilità e rinvio)

Riprende l'esame congiunto, sospeso nella seduta antimeridiana, nel corso della quale erano state svolte le relazioni introduttive ed era stata dichiarata aperta la discussione generale congiunta.

Prende la parola la senatrice SERRA (*M5S*), la quale ringrazia anzitutto i relatori per l'esposizione puntuale. Da una lettura dei documenti di bilancio, ritiene tuttavia persistere una preoccupazione relativa ai reali investimenti sull'istruzione, tenuto conto dei numerosi tagli apportati su diversi capitoli. Pur riconoscendo che è stato stanziato un miliardo di euro per il Fondo "La buona scuola" dall'articolo 1, comma 4, del disegno di legge di stabilità, precisa che nel medesimo testo sono previste svariate decurtazioni, relative ad esempio alle supplenze del personale ATA e docente, alle indennità per gli insegnanti all'estero, agli organici e al personale di diretta collaborazione del Dicastero. Riallacciandosi alla relazione del senatore Conte, manifesta a sua volta dubbi sulla congruità dei termini previsti per l'eliminazione degli esoneri dall'insegnamento rispetto all'attuazione effettiva dell'organico dell'autonomia. Lamenta altresì che le sostituzioni dei collaboratori scolastici dovranno essere effettuate utilizzando le ore eccedenti prelevandole dal Fondo per il miglioramento dell'offerta formativa.

Dopo aver rilevato criticamente la riduzione del personale ATA, deplora altresì il blocco dei contratti della pubblica Amministrazione, anche per il 2015, sottolineando inoltre che il Ministro ha anticipato di voler avviare le trattative per rivedere il contratto del comparto scuola alla luce delle nuove indicazioni del Governo sul tema del merito.

Ravvisa altresì una incongruenza tra l'incremento delle risorse per le scuole paritarie, che è una delle poche voci in attivo presente nel testo, e la riduzione complessiva della missione "Istruzione scolastica". Nel riepilogare le ulteriori decurtazioni concernenti diversi programmi anche all'interno delle missioni "Istruzione universitaria" e "Ricerca e innovazione", si sofferma sugli investimenti per la digitalizzazione delle segreterie scolastiche, i cui fondi saranno reperiti attraverso i tagli. Ritiene pertanto che l'ammontare stesso del Fondo "La buona scuola" sia di fatto un mero recupero di riduzioni disposte altrove, determinando dunque solo uno spostamento di risorse.

Domanda altresì quali siano le somme destinate alle assunzioni e quali alla ricostruzione di carriera, paventando il rischio che l'ammontare stanziato dall'articolo 1, comma 4, riesca a coprire solo le assunzioni.

Pone peraltro il problema del pensionamento dei docenti, cosiddetti "quota 96", che hanno maturato un diritto tuttora negato a causa di un errore legislativo. Ritiene infine ineludibile risolvere i problemi del personale, dell'edilizia scolastica, dell'incremento del tempo pieno, della lotta alla dispersione scolastica, dell'innovazione tecnologica, della didattica, del diritto allo studio e del sostegno.

La senatrice MONTEVECCHI (*M5S*) afferma che le riflessioni riguardanti i tagli al settore dell'istruzione possono essere estese anche al comparto dei beni culturali. Con riferimento al Fondo per la tutela del patrimonio culturale, di cui all'articolo 1, comma 7, del disegno di legge di stabilità, la cui copertura è peraltro ottenuta prelevando un accantonamento già previsto, invita a chiarire quali siano le ragioni dell'istituzione di tale nuovo Fondo, atteso che sarebbe stato a suo avviso opportuno rifinanziare quelli già esistenti. Nel richiamare le affermazioni più volte rese circa l'importanza del patrimonio culturale italiano per assicurare la ripresa economica, non ritiene che il disegno di legge di stabilità compia investimenti coraggiosi per rilanciare detto comparto.

Manifesta dunque un profondo rammarico, non ravvisando alcun cambio di rotta sui beni culturali. Preannunciando di aver presentato nella sede di merito alcuni emendamenti per fronteggiare tali problematiche, si augura in conclusione che l'Esecutivo compia un ulteriore approfondimento e

dunque rimpingui le disponibilità economiche per il settore.

La senatrice IDEM (*PD*), riservandosi di verificare le cifre riguardanti il programma "Giovani e sport", afferma che la soppressione degli stanziamenti all'Istituto per il credito sportivo è compensata dalle risorse relative al cosiddetto progetto "Mille impianti", che alimentano proprio l'attività dell'Istituto.

Tenuto conto che detto Istituto agisce tuttora in una fase di commissariamento, si augura che si giunga al più presto ad un funzionamento ordinario, tanto più che esso gestisce cospicue risorse. Si tratta a suo giudizio di un passaggio politico assai atteso, che si augura venga recepito anche nello schema di rapporto del relatore.

Il senatore BOCCHINO (*Misto-ILC*) giudica opportuno valutare i documenti di bilancio alla luce dei provvedimenti in corso o conclusi in 7ª Commissione, tra cui i disegni di legge nn. 1260 e abbinati e l'affare assegnato sugli enti pubblici di ricerca, come peraltro evidenziato dal relatore Conte. In proposito, non ravvisa alcun collegamento tra tali iniziative e i contenuti del disegno di legge di stabilità, considerato che gli unici grandi interventi sono rappresentati dal Fondo "La buona scuola", dalle risorse per le scuole paritarie e dall'incremento del Fondo di finanziamento ordinario (FFO) per la premialità, che risulta peraltro a suo avviso vanificato da decurtazioni apportate ad opera di altre disposizioni. Pur ritenendo meritoria l'iniziativa riguardante il Fondo "La buona scuola", rimarca alcune criticità che ne ridimensioneranno a suo giudizio la portata: ritiene infatti che si tratti di un problema meramente assunzionale che non risolve alla radice i temi centrali del comparto, quali anzitutto l'obiettivo di una crescita culturale del Paese. Tiene peraltro a precisare che neanche gli aspetti assunzionali possono essere affrontati nella maniera prevista dall'Esecutivo, tenuto conto che la scelta di attingere dalle graduatorie ad esaurimento (GAE) pone in luce ad esempio il tema del merito.

Registra a sua volta con disappunto i numerosi tagli, tra i quali quello al Fondo di cui alla legge n. 440 del 1997, i limiti alle supplenze brevi, le decurtazioni del personale ATA, che testimoniano a suo giudizio una assoluta incoerenza. Manca infatti a suo avviso un'idea di Paese che metta al centro una società basata sulla conoscenza, in modo che il cittadino sia istruito, consapevole e un lavoratore qualificato. Sostiene pertanto che alcuni ambiti nei quali sono più vistose le disuguaglianze sociali e la disoccupazione rendano ancor più necessaria la creazione di una società basata sulla conoscenza. Occorre quindi creare un mercato del lavoro competitivo nel senso di valorizzare i mestieri ad alto tasso di conoscenza.

Per tali ragioni, reputa imprescindibile scorporare detti obiettivi dalle esigenze della finanza pubblica e sollecita l'Esecutivo ad un atto di coraggio per incrementare gli investimenti su istruzione, università e ricerca anche a costo di sforare i parametri europei. Stigmatizza altresì la mancanza di una visione unitaria tra i diversi interventi, con il risultato che si metteranno in moto solo piccole azioni, insufficienti rispetto a problematiche di più ampio respiro.

Avanza dunque alcune proposte, che si augura vengano recepite nello schema di rapporto, tra le quali l'eliminazione della norma che vincola l'assunzione dei ricercatori di tipo b) a un determinato contingente di professori ordinari. Pur ritenendo che ciò non rappresenti la soluzione definitiva, che richiederebbe un volume ben diverso di finanziamenti, rileva come tale disposizione di fatto tarpi le ali a detti ricercatori favorendo i ricercatori di tipo a), senza prospettive di carriera.

Giudicando poi strategico il settore delle politiche aerospaziali, lamenta che tutti i finanziamenti siano allocati a partire dal 2017 in poi. Quanto ai finanziamenti per le università e gli enti pubblici di ricerca, ritiene che i 150 milioni di euro appostati sul FFO per la premialità siano di fatto fittizi. Suggerisce pertanto di destinare tali fondi alle assunzioni di ricercatori di tipo b) in deroga ai vincoli attualmente esistenti per il *turn over*. Nel precisare di aver presentato specifici emendamenti su tali questioni, invoca nuovamente un atto di coraggio, denunciando l'assenza di una strategia di rilancio per i settori della conoscenza.

Il senatore MARIN (*FI-PdL XVII*), pur dando atto ai relatori di aver esposto puntualmente le norme di interesse, giudica incomplete tali esposizioni, lamentando a sua volta i tagli consistenti apportati tanto per l'Istruzione quanto per i Beni culturali. Deplora perciò che ai numerosi annunci del Presidente del Consiglio non corrispondano fatti concreti.

Ritiene altresì insufficiente la qualificazione del Fondo "La buona scuola" per individuarne le azioni reali in favore del settore, ravvisando peraltro una certa logica assistenziale a suo avviso inaccettabile.

In merito allo sport, pur riconoscendo la disponibilità più volte manifestata dal sottosegretario Delrio, rileva criticamente la riduzione dei fondi concernenti il programma "Giovani e sport", che per definizione, dovrebbe essere rivolto alle giovani generazioni.

Deplora inoltre i tagli lineari, che sono il risultato di una mancanza di progetti politici e ritiene che il disegno di legge di stabilità in esame abbia un andamento in sostanza "schizofrenico". Nell'esprimere un giudizio complessivamente negativo sulla manovra, domanda quale sia l'obiettivo finale e quale sia la visione per la scuola, visto che attualmente non ravvisa alcuna svolta. Riconosce comunque l'esigenza di difendere i diritti dei lavoratori, ma si domanda se siano presi in considerazione anche gli obiettivi meritocratici.

Chiede poi di conoscere le ragioni di alcune decurtazioni, come ad esempio quella sulla Scuola per l'Europa di Parma, atteso che occorre capire se le risorse finora stanziate siano state sovrabbondanti o al contrario inefficaci. In proposito, domanda conclusivamente in che modo la *spending review* incida sui tagli apportati.

Il senatore LIUZZI (*FI-PdL XVII*) sottolinea come alcuni interventi provvisti di una bontà intrinseca, se analizzati singolarmente, finiscano per apparire incoerenti nel contesto complessivo. Le misure previste dai documenti di bilancio risultano dunque a suo avviso più una sommatoria di misure individuali che un insieme organico in grado di offrire risposte ai comparti di riferimento.

Dopo essersi soffermato sulla necessità di formare una classe dirigente competente, anche grazie ad una grande adesione del Paese su valori condivisi, lamenta che la ricerca non sia più il primo motore dei dibattiti pubblici, al punto che viene mortificata per ragioni di economie di spesa. Ciò penalizza soprattutto i giovani talenti e non garantisce a suo avviso lo slancio di cui il Paese ha bisogno. Ritiene pertanto che la manovra in esame non possa imprimere alcuna svolta e sollecita a sua volta un'azione dirompente, volta anche a superare i parametri imposti dall'Europa. Occorre infatti motivare tutti gli italiani che credono ancora nelle potenziale dell'Italia.

La senatrice BLUNDO (*M5S*) ritiene che i disegni di legge in titolo rivelino una certa miopia di fondo, frutto dell'incapacità di intercettare i bisogni del Paese e le potenzialità che i settori di competenza potrebbero sfruttare per il rilancio economico italiano. Nel richiamare le affermazioni del vice presidente della Commissione europea circa l'accettazione con riserva della manovra economica del Governo in carica, si interroga sulle reali riforme conseguenti a tali atti, ritenendo che l'Esecutivo abbia ben pochi margini di manovra.

Dopo aver menzionato la recente sentenza della Corte di giustizia europea sui precari della scuola, ribadisce che le risorse per l'assunzione dei docenti derivano di fatto dai tagli inferti ad altre voci di spesa, che non risultano affatto marginali. Stigmatizza pertanto le riduzioni su segmenti vitali per la crescita, che potrebbero invece costituire una forza propulsiva per il Paese. Menziona ad esempio le riduzioni per la ricerca, rimarcando la necessità di dare spazio ai giovani ricercatori, vero motore dell'Italia, su cui peraltro la 7a Commissione aveva espresso precisi indirizzi nell'ambito dell'affare assegnato sugli enti pubblici di ricerca.

Lamentando l'assoluto immobilismo del Paese, rileva criticamente lo stralcio dei finanziamenti destinati all'alta formazione artistica e musicale (AFAM), che rappresenta una realtà da valorizzare e di cui garantire la sopravvivenza. Preannuncia perciò una valutazione negativa su provvedimenti che non consentono a suo giudizio alcuna vera ripresa.

La senatrice PUGLISI (*PD*) fornisce una diversa lettura dei testi in esame, manifestando anzitutto soddisfazione per l'investimento di un miliardo di euro per la stabilizzazione dei precari e per lo svolgimento di nuovi concorsi. Nega perciò l'esistenza di uno iato tra gli annunci e le misure in atto, atteso che l'Esecutivo ha agito in coerenza rispetto agli obiettivi prefissati, ossia quelli di dare alla scuola autonoma un organico stabile. In tale ottica, fa notare che assicurare l'organico funzionale stabile consentirà alle scuole di poter impiegare il personale interno anche per le assenze dei colleghi e dunque ciò spiega a suo avviso la disposizione riguardante l'utilizzo delle ore eccedenti in luogo delle supplenze brevi. Invita peraltro a tener conto che all'interno dell'organico funzionale è compreso anche il personale ATA; nel segnalare comunque che il suo Gruppo ha presentato uno specifico emendamento per evitare il taglio delle supplenze di detto personale, sottolinea come la digitalizzazione dei procedimenti amministrativi nelle scuole consentirà di fatto di snellire il lavoro nelle segreterie scolastiche e dunque l'impatto delle presunte decurtazioni sarà sicuramente meno negativo.

In merito all'università e alla ricerca, si riallaccia alle affermazioni del senatore Bocchino circa i vincoli alle assunzioni di ricercatori di tipo b), ricordando peraltro il percorso professionale e valutativo di questi ultimi. Riconosce comunque che la legge n. 240 delle 2010 ha introdotto numerose limitazioni per le assunzioni, con l'effetto di aver prodotto un eccesso di norme e di precarietà nel comparto universitario. Al riguardo, rileva criticamente che la riduzione delle risorse in vista di una razionalizzazione di beni e servizi dovrebbe comunque preservare l'autonomia universitaria e dunque le singole voci di spesa dovrebbero essere individuate dagli atenei.

Dopo aver citato alcuni dati sulla ricerca presentati dalla FLC CGIL, concorda con la necessità di un piano straordinario per l'assunzione di ricercatori, del resto in linea con la volontà del Ministro, proprio per rispondere al bisogno di innovazione del Paese. Reputa altresì opportuno modificare le modalità di reclutamento del personale sulla falsa riga del contratto unico a tutele crescenti previsto dal cosiddetto "*Jobs act*".

Né va dimenticato, prosegue l'oratrice, che il Governo ha recuperato in modo strutturale i tagli disposti dall'allora ministro Tremonti sui fondi di istituto, in un periodo di scarsità di risorse. Invita peraltro a valutare positivamente lo stanziamento di 150 milioni di euro sul FFO per la premialità nonché la possibilità per le università virtuose di assumere giovani ricercatori in aggiunta al previsto *turn over*.

Con particolare riguardo ai beni culturali, afferma infine che l'istituzione di uno specifico Fondo può spesso evitare che le relative risorse vengano distolte per altri scopi.

La senatrice FASIOLO (*PD*), pur ravvisando alcune criticità nei provvedimenti, si dichiara convinta della portata innovativa sottesa alla manovra, la cui finalità risulta a suo avviso chiara nella volontà di far compiere un salto di qualità alla scuola, specialmente nel rapporto con l'Europa. Dopo aver evidenziato lo stretto collegamento tra scuola e lavoro, reputa opportuno procedere con realismo, valutando oggettivamente le novità introdotte dai provvedimenti in titolo, che guardano ai comparti di riferimento in termini di investimento.

In merito alle affermazioni del senatore Bocchino circa il carattere "meramente occupazionale" delle misure relative a "La buona scuola", fa notare che si tratta anzitutto di risolvere finalmente il problema della stabilizzazione dei precari, protrattasi per molti decenni.

Riprendendo brevemente la parola, la senatrice BLUNDO (*M5S*) puntualizza che le assunzioni riguarderanno solo i docenti e che "La buona scuola" favorisce di fatto la trasformazione in senso aziendalistico-utilitaristico delle scuole, snaturandone la funzione.

Poiché nessun altro chiede di intervenire nel dibattito, il PRESIDENTE dichiara conclusa la discussione generale congiunta.

Si passa indi alle repliche sulle Tabelle 13 e 2, limitatamente alle parti di competenza, e sulle connesse norme del disegno di legge di stabilità.

Il relatore sulle Tabelle 13 e 2, limitatamente alle parti di competenza, e sulle connesse norme del disegno di legge di stabilità, senatore MARTINI (*PD*) apprezza il taglio politico della discussione, preannunciando la volontà di recepire nello schema di rapporto le numerose sollecitazioni avanzate, ferma restando l'esistenza di visioni politiche diverse. Registra comunque positivamente alcune convergenze imperniate sull'aspirazione comune a migliorare la disciplina dei settori di competenza, benché le divisioni emergano nel momento in cui devono essere compiute delle scelte concrete. Tra queste, menziona ad esempio la possibilità di sforare o meno i parametri europei, rispetto ai quali esistono comunque dei vincoli cui non ci si può sottrarre. Afferma del resto che in Europa la battaglia va compiuta non attraverso provocazioni ma con una saggia combinazione tra riforme e flessibilità. Tale prospettiva è comunque la conseguenza di un preciso indirizzo politico che difficilmente può trovare una sintesi unitaria.

Pur ritenendo legittime le lamentele riferite ai tagli, fa notare che si sono susseguite diverse stagioni di riduzioni di fondi, a dimostrazione di un problema generale di contenimento della spesa. Occorre dunque affrontare con rigore e serietà alcune tematiche, tenuto conto che spesso le critiche per le eccessive decurtazioni sono bilanciate dalle rimostranze di chi le ritiene invece insufficienti.

Sottolinea quindi l'estrema politicità dei documenti di bilancio, affermando infine che essi rappresentano la sfida che il Paese si decide a giocare per il futuro, e ribadisce che raccoglierà le diverse istanze avanzate.

Il sottosegretario Francesca BARRACCIU rinuncia alla replica.

Si passa indi alle repliche sulla Tabella 7 e sulle connesse parti del disegno di legge di stabilità.

Il relatore sulla Tabella 7 e sulle connesse norme del disegno di legge di stabilità, senatore CONTE (*NCD*), ritiene che la situazione specifica dell'Istruzione risenta di una logica generale motivata dall'esigenza di rispettare alcuni vincoli. Dopo aver puntualizzato che in altri settori si registrano tagli in percentuale anche maggiore, reputa che in molti casi si tratta di riordinare alcune voci di spesa, per cui delle riduzioni possono eventualmente essere compensate da degli aumenti. Richiama infatti alcuni incrementi su specifici programmi e manifesta compiacimento per la qualificazione attribuita al Fondo "La buona scuola", che sottende a suo giudizio una precisa scelta di campo, rappresentata dalla volontà di collegare la capacità di ripresa del Paese alla conoscenza.

Nel condividere alcune sollecitazioni esposte, manifesta piena disponibilità a tenerne conto nello schema di rapporto, chiedendo eventualmente anche alcuni aggiustamenti al Governo. Avviandosi alla conclusione, giudica con favore la volontà di porre fine ad alcune incertezze, come ad esempio il problema del precariato, atteso che la stabilizzazione dei docenti significa anzitutto migliorare la qualità della scuola e assicurare la continuità didattica. Dichiara infine che su alcune questioni aperte sussiste tuttora un confronto con l'Esecutivo.

Il sottosegretario Angela D'ONGHIA rinuncia a sua volta alla replica.

Si passa indi all'illustrazione degli ordini del giorno presentati al disegno di legge di stabilità, pubblicati in allegato. Il PRESIDENTE comunica che si riserva di compiere una valutazione circa la proponibilità dell'ordine del giorno n. 9.

La senatrice MONTEVECCHI (*M5S*) illustra l'ordine del giorno n. 1 che sollecita l'Esecutivo a

reperire gli adeguati fondi per consentire la prosecuzione dell'esame del disegno di legge n. 1260, tenuto conto che è un provvedimento atteso dal settore e assolutamente condiviso da tutte le forze politiche.

Dà conto altresì dell'ordine del giorno n. 10, che riepiloga gli impegni a suo tempo già assunti dal Governo rispetto alla Badia di S. Salvatore a Settimo nell'ambito del relativo affare assegnato. Dopo aver ripercorso brevemente le tematiche del suddetto affare assegnato, si augura che l'Esecutivo rinnovi la sua disponibilità ad intervenire.

La senatrice SERRA (*M5S*) illustra l'ordine del giorno n. 2, relativo alla cosiddetta "quota 96", nonché l'ordine del giorno n. 4 sul personale scolastico di ruolo delle scuole all'estero. Con riferimento all'ordine del giorno n. 5, solleva il tema degli insegnanti costretti a spostarsi per raggiungere il luogo di lavoro su distanze superiori ai 50 chilometri, ritenendo necessario corrispondere loro degli incentivi economici.

La senatrice BLUNDO (*M5S*) illustra l'ordine del giorno n. 3 che attiene al reclutamento dei docenti, basato attualmente su una pluralità di graduatorie. Ferma restando la necessità di stabilizzazione dei precari, reputa opportuno creare un'unica graduatoria nella quale inserire gli insegnanti in base a diversi parametri di valutazione. Quanto all'ordine del giorno n. 6 invoca un intervento celere del Governo per ottemperare alle statuizioni del TAR del Lazio circa la statizzazione dell'Istituto Braga di Teramo. Dichiara poi di aggiungere la sua firma all'ordine del giorno n. 7.

Il presidente MARCUCCI (*PD*) illustra l'ordine del giorno n. 7 riguardante le manifestazioni dei Carnevale storici, ricordando che un analogo atto di indirizzo era stato già accolto dal Governo ma invocava capitoli di spesa non utilizzabili a tale scopo. Rispondendo anche ad una richiesta di chiarimento della senatrice MONTEVECCHI (*M5S*), precisa che l'ordine del giorno in esame invita a trovare risorse sui fondi della legge n. 662 del 1996, relativa alla quota dei giochi del lotto destinata al Dicastero dei beni culturali.

La senatrice FASIOLO (*PD*) aggiunge a sua volta la firma agli ordini del giorno nn. 7 e 9. Illustra indi l'ordine del giorno n. 8, i cui contenuti sono stati già descritti in occasione dell'esame del decreto-legge n. 83 del 2014 (cosiddetto *art bonus*), soffermandosi sull'esigenza di valorizzare le iniziative culturali plurilinguistiche delle aree di confine, le quali hanno una vocazione internazionalistica ed europea.

Il senatore LIUZZI (*FI-PdL XVII*) sottoscrive l'ordine del giorno n. 8.

L'ordine del giorno n. 9 si dà per illustrato.

Il PRESIDENTE fa presente che sono stati presentati un ordine del giorno e un emendamento al disegno di legge di bilancio, pubblicati in allegato, che si danno per illustrati.

Si passa indi all'espressione dei pareri sugli ordini del giorno al disegno di legge di stabilità.

Il relatore sulle Tabelle 13 e 2, limitatamente alle parti di competenza, e sulle connesse norme del disegno di legge di stabilità, senatore MARTINI (*PD*), manifesta un orientamento positivo sull'ordine del giorno n. 7, mentre si rimette al Governo sugli ordini del giorno nn. 8 e 10. Quanto all'ordine del giorno n. 9, ove fosse confermata la proponibilità, afferma che le tematiche sono superate da accordi intercorsi e dunque occorrerebbe quantomeno una riformulazione.

Il sottosegretario Francesca BARRACCIU accoglie l'ordine del giorno n. 7. In merito all'ordine del giorno n. 8 lo accoglie come raccomandazione. Quanto all'ordine del giorno n. 9, pur rimettendosi alle decisioni del Presidente, propone una riformulazione degli impegni al Governo.

Circa l'ordine del giorno n. 10 suggerisce di riformulare l'alinea della parte dispositiva nel senso di impegnare il Governo a proseguire nell'azione volta a dare attuazione alla risoluzione.

I senatori Francesca PUGLISI (*PD*) e LIUZZI (*FI-PdL XVII*) sottoscrivono l'ordine del giorno n. 9.

La senatrice MONTEVECCHI (*M5S*) accoglie il suggerimento del Sottosegretario e riformula l'ordine del giorno n. 10 in un testo 2, pubblicato in allegato, che risulta accolto dal sottosegretario Francesca BARRACCIU.

Il relatore sulla Tabella 7 e sulle connesse parti del disegno di legge di stabilità, senatore CONTE (*NCD*), si pronuncia favorevolmente sull'ordine del giorno n. 1 purché venga riformulato preservando il ruolo del Parlamento nell'esame del disegno di legge n. 1260, che del resto è di iniziativa parlamentare. Si rimette invece al Governo sugli ordini del giorno nn. 2 e 3 tenuto conto, con riferimento al primo, che occorre valutare la copertura finanziaria e, in merito al secondo, che spetta all'Esecutivo elaborare dei criteri per le assunzioni. Suggerisce altresì di riformulare l'ordine del giorno n. 4 nel senso di valutare gli opportuni provvedimenti per fornire le migliori risposte alle esigenze delle scuole italiane all'estero. Manifesta invece perplessità sull'ordine del giorno n. 5 su cui perciò l'orientamento è negativo. Quanto all'ordine del giorno n. 6 si rimette al Governo segnalando che la questione della statizzazione coinvolge anche altri istituti musicali pareggiati.

Il sottosegretario Angela D'ONGHIA condivide l'orientamento favorevole sull'ordine del giorno n. 1 previa riformulazione. In merito all'ordine del giorno n. 2 ne propone una riscrittura che inviti a valutare il termine del 31 agosto 2012 previa verifica della copertura finanziaria.

Relativamente all'ordine del giorno n. 3, l'orientamento è positivo purché sia eliminato il secondo impegno concernente la graduatoria unica e sia attenuato il primo impegno.

Concorda altresì con la proposta del relatore sull'ordine del giorno n. 4, precisando poi di non accogliere l'ordine del giorno n. 5. Invita poi a ritirare l'ordine del giorno n. 6, ritenendo superato il problema alla luce dell'avvio del cosiddetto "cantiere AFAM".

La senatrice MONTEVECCHI (*M5S*) recepisce la richiesta del relatore e del Sottosegretario e riformula l'ordine del giorno n. 1 in un testo 2, pubblicato in allegato, che risulta accolto dal sottosegretario Angela D'ONGHIA.

La senatrice SERRA (*M5S*) riformula a sua volta l'ordine del giorno n. 2 in un testo 2, pubblicato in allegato, che viene accolto dal sottosegretario Angela D'ONGHIA.

La senatrice BLUNDO (*M5S*) chiede chiarimenti in merito al parere espresso sull'ordine del giorno n. 3, domandando se il Dicastero provvederà a stilare diverse graduatorie dei precari.

Il sottosegretario Angela D'ONGHIA fa presente che l'Esecutivo valuterà al momento opportuno le modalità per procedere alle assunzioni. Ribadisce pertanto la proposta di riformulazione, a cui è subordinato l'orientamento favorevole.

La senatrice BLUNDO (*M5S*) accede dunque all'invito del Sottosegretario e riformula l'ordine del giorno n. 3 in un testo 2, pubblicato in allegato, che viene accolto dal sottosegretario Angela D'ONGHIA.

Previa aggiunta di firma della senatrice MONTEVECCHI (*M5S*), l'ordine del giorno n. 4 viene riformulato in un testo 2, pubblicato in allegato, dalla senatrice SERRA (*M5S*), che risulta accolto dal sottosegretario Angela D'ONGHIA.

La senatrice MONTEVECCHI (*M5S*) domanda delucidazioni sul summenzionato "cantiere AFAM", precisando di aver interloquito con il Dicastero affinché fosse assicurato un *iter* trasparente ed inclusivo delle Commissioni parlamentari competenti.

Il relatore sulle Tabelle 13 e 2, limitatamente alle parti di competenza, e sulle connesse norme del disegno di legge di stabilità, senatore MARTINI (*PD*), rammenta che la 7ª Commissione è impegnata per risolvere anzitutto il tema del finanziamento degli istituti musicali pareggiati, senza il quale non può essere avviata alcuna riforma. Chiede quindi in che modo il Governo intenda recuperare le risorse inizialmente stanziate in prima lettura e poi oggetto di stralcio.

Il sottosegretario Angela D'ONGHIA assicura che i lavori sull'AFAM procederanno in maniera trasparente, con il coinvolgimento delle Commissioni parlamentari nell'ottica del rigore e della qualità. Con riferimento alle risorse, ritiene che vada anzitutto recuperato lo stanziamento di circa 6 milioni di euro per il comparto.

La senatrice BLUNDO (*M5S*) si riserva di valutare le considerazioni del Sottosegretario circa l'ordine del giorno n. 6 e richiede un accantonamento.

Si passa indi all'espressione dei pareri sull'ordine del giorno e sull'emendamento al disegno di legge di bilancio.

Il relatore sulla Tabella 7, e sulle connesse norme del disegno di legge di stabilità, senatore CONTE (*NCD*) ritiene che l'ordine del giorno G/1699/1/7/Tab.7 e l'emendamento 7.Tab.7.1.7 possano confluire in un unico atto di indirizzo finalizzato a valutare l'opportunità di incrementare il programma 22.8.

Il sottosegretario Angela D'ONGHIA si pronuncia in senso conforme al relatore Conte.

Il seguito dell'esame congiunto è rinviato.

La seduta termina alle ore 17,05.

ORDINI DEL GIORNO AL DISEGNO DI LEGGE

N. 1698

G/1698/1/7

MONTEVECCHI, SERRA, BLUNDO, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI, AIROLA

La 7a Commissione permanente del Senato,

in sede di esame del disegno di legge n. 1698, recante «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)»,

premesso che:

il comma 4 dell'articolo 1 istituisce ? nello stato di previsione del Ministero dell'istruzione, dell'università e della Ricerca ? un fondo denominato «Fondo "La buona scuola"»;

detto Fondo prevede una dotazione di 1.000 milioni di euro per l'anno 2015 e di 3 miliardi di euro annui a decorrere dall'anno 2016, ed è finalizzato, come stabilito al comma 5, al rafforzamento dell'offerta formativa e della continuità didattica, con prioritario riferimento «alla realizzazione di un piano straordinario di assunzioni, al potenziamento dell'alternanza scuola-lavoro e alla formazione dei docenti e dei dirigenti»;

inoltre, il comma 101 dell'articolo 1 istituisce per l'anno 2015 un fondo da destinare a «interventi in favore della famiglia», di cui una quota pari a 100 milioni di euro «è riservata per il rilancio del piano per lo sviluppo del sistema territoriale dei servizi socio-educativi per la prima infanzia»;

considerato che:

fra le «innovazioni silenziose» di cui si discetta entro le linee programmatiche de «La buona scuola. Facciamo crescere il Paese», e nei 12 punti posti a compendio, si rinvengono solo cenni indiretti, mercé le pari opportunità di apprendimento, al «sistema integrato di educazione e istruzione dalla nascita fino ai sei anni»: materia dei un disegno di legge che ? d'iniziativa della senatrice Serafini prima, e quindi della senatrice Puglisi nella legislatura corrente come atto Senato n. 1260 ? rischia nuovamente di arenarsi per mancanza di copertura;

considerato inoltre che:

nascosti dietro la foglia di fico dell'articolo 33 del dettato costituzionale, anche nella legge di stabilità 2015 si continuano a finanziare le scuole paritarie (articolo 1, comma 121), senza riuscire a porre mano alle criticità diverse da Regione a Regione e da città a città ? che interessano una realtà essenziale quanto disomogenea come quella degli asili-nido e della scuola per l'infanzia;

al riguardo, il disegno di legge n. 1260 cerca di colmare un ritardo normativo e una lunga serie di disattesi traguardi nella materia, primo fra tutti, a far tempo dall'Agenda di Lisbona, il mancato raggiungimento dell'obiettivo richiesto dall'Europa per il 2010, con una estensione di almeno il 33 per cento del servizio, ora rinviato al 2020;

il medesimo disegno di legge ? nel cercare di raggiungere un adeguato sviluppo dei segmenti zero-tre anni e tre-sei anni ? dovrebbe a ragione figurare come snodo imprescindibile di un progetto che abbia a cuore «la buona scuola»;

impegna il Governo:

a promuovere il diritto allo studio nel pieno rispetto dell'autonomia scolastica, in particolare considerando tanto il segmento zero-tre anni quanto il segmento tre-sei anni vero e proprio «momento educativo», dunque non alla stregua di un semplice servizio sociale, come peraltro già accade in alcuni centri di eccellenza sparsi sul territorio nazionale;

ad adottare con urgenza interventi, anche a carattere normativo, al fine di reperire rapidamente i fondi per la copertura finanziaria del disegno di legge n. 1260 affinché si possa dare attuazione alle disposizioni ivi contenute e vengano raggiunti al più presto ? con l'estensione dell'offerta di asili-nido e scuole per l'infanzia ? un adeguato sviluppo e il progressivo riequilibrio territoriale, anche con riferimento alla soglia del 33 per cento richiesta dall'Europa.

G/1698/1/7 (testo 2)

MONTEVECCHI, SERRA, BLUNDO, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI, AIROLA

La 7a Commissione permanente del Senato,

in sede di esame del disegno di legge n. 1698, recante «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)»,

premesso che:

il comma 4 dell'articolo 1 istituisce ? nello stato di previsione del Ministero dell'istruzione,

dell'università e della Ricerca ? un fondo denominato «Fondo "La buona scuola"»;

detto Fondo prevede una dotazione di 1.000 milioni di euro per l'anno 2015 e di 3 miliardi di euro annui a decorrere dall'anno 2016, ed è finalizzato, come stabilito al comma 5, al rafforzamento dell'offerta formativa e della continuità didattica, con prioritario riferimento «alla realizzazione di un piano straordinario di assunzioni, al potenziamento dell'alternanza scuola-lavoro e alla formazione dei docenti e dei dirigenti»;

inoltre, il comma 101 dell'articolo 1 istituisce per l'anno 2015 un fondo da destinare a «interventi in favore della famiglia», di cui una quota pari a 100 milioni di euro «è riservata per il rilancio del piano per lo sviluppo del sistema territoriale dei servizi socio-educativi per la prima infanzia»;

considerato che:

fra le «innovazioni silenziose» di cui si discetta entro le linee programmatiche de «La buona scuola. Facciamo crescere il Paese», e nei 12 punti posti a compendio, si rinvengono solo cenni indiretti, mercé le pari opportunità di apprendimento, al «sistema integrato di educazione e istruzione dalla nascita fino ai sei anni»: materia dei un disegno di legge che ? d'iniziativa della senatrice Serafini prima, e quindi della senatrice Puglisi nella legislatura corrente come atto Senato n. 1260 ? rischia nuovamente di arenarsi per mancanza di copertura;

considerato inoltre che:

nascosti dietro la foglia di fico dell'articolo 33 del dettato costituzionale, anche nella legge di stabilità 2015 si continuano a finanziare le scuole paritarie (articolo 1, comma 121), senza riuscire a porre mano alle criticità diverse da Regione a Regione e da città a città ? che interessano una realtà essenziale quanto disomogenea come quella degli asili-nido e della scuola per l'infanzia;

al riguardo, il disegno di legge n. 1260 cerca di colmare un ritardo normativo e una lunga serie di disattesi traguardi nella materia, primo fra tutti, a far tempo dall'Agenda di Lisbona, il mancato raggiungimento dell'obiettivo richiesto dall'Europa per il 2010, con una estensione di almeno il 33 per cento del servizio, ora rinviato al 2020;

il medesimo disegno di legge ? nel cercare di raggiungere un adeguato sviluppo dei segmenti zero-tre anni e tre-sei anni ? dovrebbe a ragione figurare come snodo imprescindibile di un progetto che abbia a cuore «la buona scuola»;

impegna il Governo:

a promuovere il diritto allo studio nel pieno rispetto dell'autonomia scolastica, in particolare considerando tanto il segmento zero-tre anni quanto il segmento tre-sei anni vero e proprio «momento educativo», dunque non alla stregua di un semplice servizio sociale, come peraltro già accade in alcuni centri di eccellenza sparsi sul territorio nazionale;

a valutare interventi, anche a carattere normativo, al fine di reperire rapidamente i fondi per la copertura finanziaria del disegno di legge n. 1260 affinché si possa dare attuazione alle disposizioni ivi contenute e vengano raggiunti al più presto ? con l'estensione dell'offerta di asili-nido e scuole per l'infanzia ? un adeguato sviluppo e il progressivo riequilibrio territoriale, anche con riferimento alla soglia del 33 per cento richiesta dall'Europa.

G/1698/2/7

SERRA, CATALFO, MONTEVECCHI, BLUNDO, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI, AIROLA

La 7a Commissione permanente del Senato,

in sede di esame del disegno di legge n. 1698, recante «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)»,

premesso che:

il comma 4 dell'articolo 1 istituisce ? nello stato di previsione del Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca ? un fondo denominato «Fondo "La buona scuola"»;

i commi da 82 a 84 dell'articolo 2 recano disposizioni riguardanti il personale della scuola, mentre i commi da 85 a 89 dell'articolo 1 recano disposizioni in materia di trattamenti pensionistici;

valutato che:

l'articolo 24, comma 14, del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201 (cosiddetta riforma Fornero), convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, stabilisce che le disposizioni in materia di requisiti di accesso e di regime delle decorrenze vigenti prima della data di entrata in vigore della legge continuano ad applicarsi ai soggetti che hanno maturato i requisiti entro il 31 dicembre 2011;

tale disposizione, tuttavia, non tiene conto delle norme vigenti per il comparto scuola, che permettono, invece, agli insegnanti di accedere al pensionamento esclusivamente in coerenza con il calendario scolastico;

il comma 1 dell'articolo 1 del decreto del Presidente della Repubblica 28 aprile 1998, n. 351, «Regolamento recante norme per la semplificazione dei procedimenti in materia di cessazione dal servizio e di trattamento di quiescenza del personale della scuola, a norma dell'articolo 20, comma 8, della legge 15 marzo 1997, n. 59», stabilisce, infatti, che «i collocamenti a riposo a domanda per compimento del quarantesimo anno di servizio utile al pensionamento e le dimissioni dall'impiego del personale del comparto "Scuola" con rapporto di lavoro a tempo indeterminato decorrono dall'inizio dell'anno scolastico o accademico successivo alla data in cui la domanda è stata presentata»;

considerato che:

l'articolo 59 della legge 27 dicembre 1997, n. 449, recante «Misure per la stabilizzazione della finanza pubblica» stabilisce che «per il personale del comparto scuola resta fermo, ai fini dell'accesso al trattamento pensionistico, che la cessazione dal servizio ha effetto dalla data di inizio dell'anno scolastico e accademico dell'anno successivo, con decorrenza dalla stessa data del relativo trattamento economico nel caso di prevista maturazione del requisito entro il 31 dicembre dell'anno» (comma così modificato, con effetto a decorrere dal 1º gennaio 2012, dal comma 21 dell'articolo 1 del decreto-legge 13 agosto 2011, n. 138: tale comma dispone che, con effetto dal 1º gennaio 2012 e con riferimento ai soggetti che maturano i requisiti per il pensionamento a decorrere dalla predetta data all'articolo 59, comma 9, della legge 27 dicembre 1997, n. 449, dopo le parole «anno scolastico e accademico» sono inserite le seguenti: «dell'anno successivo», ferma restando l'applicazione della disciplina vigente prima dell'entrata in vigore del presente comma per i soggetti che maturano i requisiti per il pensionamento entro il 31 dicembre 2011);

tutto ciò premesso e considerato, impegna il Governo:

a provvedere celermente ? anche con interventi a carattere normativo ? al fine di introdurre il termine del 31 agosto 2012 per il personale del comparto scuola che ha maturato i requisiti di accesso e di regime delle decorrenze vigenti prima della data di entrata in vigore del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214.

G/1698/2/7 (testo 2)

SERRA, CATALFO, MONTEVECCHI, BLUNDO, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI, AIROLA

La 7a Commissione permanente del Senato,

in sede di esame del disegno di legge n. 1698, recante «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)»,

premesso che:

il comma 4 dell'articolo 1 istituisce ? nello stato di previsione del Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca ? un fondo denominato «Fondo "La buona scuola"»;

i commi da 82 a 84 dell'articolo 2 recano disposizioni riguardanti il personale della scuola, mentre i commi da 85 a 89 dell'articolo 1 recano disposizioni in materia di trattamenti pensionistici;

valutato che:

l'articolo 24, comma 14, del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201 (cosiddetta riforma Fornero), convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, stabilisce che le disposizioni in materia di requisiti di accesso e di regime delle decorrenze vigenti prima della data di entrata in vigore della legge continuano ad applicarsi ai soggetti che hanno maturato i requisiti entro il 31 dicembre 2011;

tale disposizione, tuttavia, non tiene conto delle norme vigenti per il comparto scuola, che permettono, invece, agli insegnanti di accedere al pensionamento esclusivamente in coerenza con il calendario scolastico;

il comma 1 dell'articolo 1 del decreto del Presidente della Repubblica 28 aprile 1998, n. 351, «Regolamento recante norme per la semplificazione dei procedimenti in materia di cessazione dal servizio e di trattamento di quiescenza del personale della scuola, a norma dell'articolo 20, comma 8, della legge 15 marzo 1997, n. 59», stabilisce, infatti, che «i collocamenti a riposo a domanda per compimento del quarantesimo anno di servizio utile al pensionamento e le dimissioni dall'impiego del personale del comparto "Scuola" con rapporto di lavoro a tempo indeterminato decorrono dall'inizio dell'anno scolastico o accademico successivo alla data in cui la domanda è stata presentata»;

considerato che:

l'articolo 59 della legge 27 dicembre 1997, n. 449, recante «Misure per la stabilizzazione della finanza pubblica» stabilisce che «per il personale del comparto scuola resta fermo, ai fini dell'accesso al trattamento pensionistico, che la cessazione dal servizio ha effetto dalla data di inizio dell'anno scolastico e accademico dell'anno successivo, con decorrenza dalla stessa data del relativo trattamento economico nel caso di prevista maturazione del requisito entro il 31 dicembre dell'anno» (comma così modificato, con effetto a decorrere dal 1º gennaio 2012, dal comma 21 dell'articolo 1 del decreto-legge 13 agosto 2011, n. 138: tale comma dispone che, con effetto dal 1º gennaio 2012 e con riferimento ai soggetti che maturano i requisiti per il pensionamento a decorrere dalla predetta data all'articolo 59, comma 9, della legge 27 dicembre 1997, n. 449, dopo le parole «anno scolastico e accademico» sono inserite le seguenti: «dell'anno successivo», ferma restando l'applicazione della disciplina vigente prima dell'entrata in vigore del presente comma per i soggetti che maturano i requisiti per il pensionamento entro il 31 dicembre 2011);

tutto ciò premesso e considerato, impegna il Governo:

a valutare - previa verifica della copertura finanziaria - il termine del 31 agosto 2012 per il personale del comparto scuola che ha maturato i requisiti di accesso e di regime delle decorrenze vigenti prima della data di entrata in vigore del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214.

G/1698/3/7

BLUNDO, SERRA, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI, AIROLA

La 7a Commissione permanente del Senato,

in sede di esame del disegno di legge n. 1698, recante «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)»,

premesso che:

il comma 4 dell'articolo 1 istituisce ? nello stato di previsione del Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca ? un fondo nominato «Fondo "La buona scuola"», che prevede una dotazione di 1 miliardo di euro per l'anno 2015 e di 3 miliardi di euro annui a decorrere dall'anno 2016;

detto Fondo è finalizzato, come stabilito al comma 5, al rafforzamento dell'offerta formativa e della continuità didattica, con prioritario riferimento «alla realizzazione di un piano straordinario di assunzioni, al potenziamento dell'alternanza scuola-lavoro e alla formazione dei docenti e dei dirigenti»;

i commi da 82 a 84 del provvedimento in esame recano disposizioni riguardanti il personale della scuola;

valutato che:

al primo punto del piano intitolato «La buona scuola» si manifesta l'intenzione di assumere 150.000 precari e chiudere le cosiddette graduatorie a esaurimento (GAE);

considerato che:

lo snodo essenziale che riguarda il mondo della scuola ? entro lo iato che divide l'organico «di

diritto» dall'organico «di fatto» ? è il problema del reclutamento dei docenti che avviene attraverso un sistema basato sulla costituzione di una pluralità di graduatorie, a loro volta suddivise internamente in più fasce;

diverse disomogeneità accumulate si e stratificatesi negli anni hanno trasformato il reclutamento dei docenti della scuola in un'autostrada a più corsie e con diversi ruolini di marcia in cui si sono trovati giustapposti, e talvolta contrapposti, gli esiti di concorsi svolti si a singhiozzo con le innumerevoli corsie abilitanti riservate e preferenziali, apparenti trampolini di lancio che si sono tramutati per numerosi aspiranti docenti in aree di parcheggio: dalle Scuole di specializzazione all'insegnamento secondario (SSIS) alle GAE, dal tirocinio formativo attivo (TFA e TFA speciali) ai percorsi abilitanti speciali (PAS);

ciascuna di queste «corsie preferenziali» ? nel mentre surrogava criticità e lentezze dell'immissione in ruolo per concorso ? ha generato un sistema complesso e farraginoso, spesso iniquo e sempre conflittuale che ha alimentato categorie di lavoratori insoddisfatti e generato, rinnovandoli e procrastinando li di volta in volta, infiniti contenziosi, alimentando inoltre in modo considerevole il numero dei ricorsi e il lavoro dei tribunali amministrativi regionali;

tali contenziosi risultano quasi sempre originati dalle diversità di trattamento nella valutazione del punteggio, dalla selezione delle prove, dal mancato inserimento in una determinata fascia per problemi temporali o cavilli burocratici o, in via più generale, dalla procedura concorsuale per accedervi e dall'attribuzione del relativo punteggio;

impegna il Governo:

a provvedere celermente ? anche con interventi a carattere normativo ? al fine di stabilire dei criteri per aggiornare e uniformare le diverse graduatorie nonché garantire assoluta equità nel valutare il merito e il servizio dei diversi percorsi formativi compiuti da abilitati e abilitandi;

a formare un'unica graduatoria, insieme con i relativi parametri di valutazione (titolo di studio, anni di servizio prestati, titoli scientifici, eventuali specializzazioni, e via enumerando), affinché, indipendentemente dalla provenienza e dalla categoria di appartenenza, tutti gli aspiranti docenti siano immessi in ruolo a pettine in base a criteri di equità, trasparenza e meritocrazia.

G/1698/3/7 (testo 2)

BLUNDO, SERRA, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI, AIROLA

La 7a Commissione permanente del Senato,

in sede di esame del disegno di legge n. 1698, recante «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)»,

premesso che:

il comma 4 dell'articolo 1 istituisce ? nello stato di previsione del Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca ? un fondo nominato «Fondo "La buona scuola"», che prevede una dotazione di 1 miliardo di euro per l'anno 2015 e di 3 miliardi di euro annui a decorrere dall'anno 2016;

detto Fondo è finalizzato, come stabilito al comma 5, al rafforzamento dell'offerta formativa e della continuità didattica, con prioritario riferimento «alla realizzazione di un piano straordinario di assunzioni, al potenziamento dell'alternanza scuola-lavoro e alla formazione dei docenti e dei dirigenti»;

i commi da 82 a 84 del provvedimento in esame recano disposizioni riguardanti il personale della scuola;

valutato che:

al primo punto del piano intitolato «La buona scuola» si manifesta l'intenzione di assumere 150.000 precari e chiudere le cosiddette graduatorie a esaurimento (GAE);

considerato che:

lo snodo essenziale che riguarda il mondo della scuola ? entro lo iato che divide l'organico «di diritto» dall'organico «di fatto» ? è il problema del reclutamento dei docenti che avviene attraverso un sistema basato sulla costituzione di una pluralità di graduatorie, a loro volta suddivise internamente in

più fasce;

diverse disomogeneità accumulate si e stratificatesi negli anni hanno trasformato il reclutamento dei docenti della scuola in un'autostrada a più corsie e con diversi ruolini di marcia in cui si sono trovati giustapposti, e talvolta contrapposti, gli esiti di concorsi svolti si a singhiozzo con le innumerevoli corsie abilitanti riservate e preferenziali, apparenti trampolini di lancio che si sono tramutati per numerosi aspiranti docenti in aree di parcheggio: dalle Scuole di specializzazione all'insegnamento secondario (SSIS) alle GAE, dal tirocinio formativo attivo (TFA e TFA speciali) ai percorsi abilitanti speciali (PAS);

ciascuna di queste «corsie preferenziali» ? nel mentre surrogava criticità e lentezze dell'immissione in ruolo per concorso ? ha generato un sistema complesso e farraginoso, spesso iniquo e sempre conflittuale che ha alimentato categorie di lavoratori insoddisfatti e generato, rinnovandoli e procrastinando li di volta in volta, infiniti contenziosi, alimentando inoltre in modo considerevole il numero dei ricorsi e il lavoro dei tribunali amministrativi regionali;

tali contenziosi risultano quasi sempre originati dalle diversità di trattamento nella valutazione del punteggio, dalla selezione delle prove, dal mancato inserimento in una determinata fascia per problemi temporali o cavilli burocratici o, in via più generale, dalla procedura concorsuale per accedervi e dall'attribuzione del relativo punteggio;

impegna il Governo:

a valutare l'opportunità di provvedere celermente ? anche con interventi a carattere normativo ? al fine di stabilire dei criteri per aggiornare e uniformare le diverse graduatorie nonché garantire assoluta equità nel valutare il merito e il servizio dei diversi percorsi formativi compiuti da abilitati e abilitandi.

G/1698/4/7

SERRA, BLUNDO, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI, AIROLA

La 7a Commissione permanente del Senato,

in sede di esame del disegno di legge n. 1698, recante «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)»,

premesso che:

l'Italia finanzia le scuole statali italiane all'estero, in particolare l'organizzazione e lo svolgimento di corsi di lingua italiana per i figli di emigrati italiani, nonché per un numero sempre crescente di studenti stranieri interessati allo studio della lingua del nostro Paese;

il Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale e il Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca, previa valutazione dei requisiti di cui all'articolo 1 del decreto del Presidente della Repubblica n. 215 del 1967, nominano personale scolastico di ruolo iscritto nelle graduatorie permanenti (per titoli ed esami);

modalità e funzioni dei contingenti del personale scolastico italiano destinato alle istituzioni scolastiche all'estero sono disciplinati ? congiuntamente alla legge n. 153 del 1970 ? dagli articoli nn. 639 e seguenti del decreto legislativo 16 aprile 1994, n. 297;

considerato che:

il depotenziamento delle risorse economiche a tali scopi dedicate, operato negli ultimi anni, ha compromesso il buon funzionamento di queste iniziative scolastiche italiane all'estero. In particolare, a far tempo dal 2012, il contingente ha subito un taglio di quattrocento unità di personale, passando da 1024 a 624 unità: tali scelte rischiano di depauperare e impoverire, e dunque compromettere, un patrimonio culturale e sociale italiano che si è andato componendo e definendo negli anni;

tale settore appare importante anche sotto il profilo della politica estera, intesa a più vasto raggio come promozione della cultura italiana e delle sue eccellenze nel mondo. Da ciò, ragionevolmente, consegue un ritorno economico in termini di turismo e di investimenti nel nostro Paese;

impegna il Governo:

ad adottare gli opportuni provvedimenti, anche a carattere normativo, al fine di garantire l'invarianza del contingente *de quo* così come previsto dall'articolo 14, comma 11, lettera *b)* del decreto legislativo n. 135 del 2012, allo scopo di conservare la *ratio* originaria dell'istituto in questione.

G/1698/4/7 (testo 2)

SERRA, BLUNDO, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI, AIROLA, MONTEVECCHI

La 7a Commissione permanente del Senato,

in sede di esame del disegno di legge n. 1698, recante «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)»,

premesso che:

l'Italia finanzia le scuole statali italiane all'estero, in particolare l'organizzazione e lo svolgimento di corsi di lingua italiana per i figli di emigrati italiani, nonché per un numero sempre crescente di studenti stranieri interessati allo studio della lingua del nostro Paese;

il Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale e il Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca, previa valutazione dei requisiti di cui all'articolo 1 del decreto del Presidente della Repubblica n. 215 del 1967, nominano personale scolastico di ruolo iscritto nelle graduatorie permanenti (per titoli ed esami);

modalità e funzioni dei contingenti del personale scolastico italiano destinato alle istituzioni scolastiche all'estero sono disciplinati ? congiuntamente alla legge n. 153 del 1970 ? dagli articoli nn. 639 e seguenti del decreto legislativo 16 aprile 1994, n. 297;

considerato che:

il depotenziamento delle risorse economiche a tali scopi dedicate, operato negli ultimi anni, ha compromesso il buon funzionamento di queste iniziative scolastiche italiane all'estero. In particolare, a far tempo dal 2012, il contingente ha subito un taglio di quattrocento unità di personale, passando da 1024 a 624 unità: tali scelte rischiano di depauperare e impoverire, e dunque compromettere, un patrimonio culturale e sociale italiano che si è andato componendo e definendo negli anni;

tale settore appare importante anche sotto il profilo della politica estera, intesa a più vasto raggio come promozione della cultura italiana e delle sue eccellenze nel mondo. Da ciò, ragionevolmente, consegue un ritorno economico in termini di turismo e di investimenti nel nostro Paese;

impegna il Governo:

a valutare gli opportuni provvedimenti allo scopo di fornire le migliori risposte alle esigenze delle scuole italiane all'estero.

G/1698/5/7

SERRA, BLUNDO, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI, AIROLA

La 7a Commissione permanente del Senato,

in sede di esame del disegno di legge n. 1698, recante «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)»,

premesso che:

dagli indicatori demografici ISTAT si ricava che in Italia, nel corso del 2013, sono nati 541 mila bambini, con un insistito calo delle nascite e una percentuale di nuovi nati che si è andata riducendo progressivamente per il quinto anno consecutivo;

tali indicatori demografici, riferiti all'anno 2013, evidenziano non solo un problema di calo demografico *tout court*, ma, altresì, il preoccupante e più generale invecchiamento della popolazione italiana che, ragionevolmente, può ricondursi fra gli effetti relativi al perdurare e all'acuirsi della crisi economica;

considerato che:

a un'aspettativa di vita che è andata progressivamente migliorando per entrambi i sessi ? pari, in media, a 79,8 anni per gli uomini e 84,6 anni per le donne ? si associa, in modo inversamente

proporzionale, una riduzione sensibile del numero dei giovani; al punto che ? sempre all'altezza del 2013 ? i giovanissimi, fino a quattordici anni di età rappresentavano il 13,9 per cento della popolazione rispetto a un 21,4 per cento di ultrasessantacinquenni;

considerato inoltre che:

la *ratio* del comma 95 dell'articolo 1 è quella di incentivare la natalità attraverso un contributo economico alle famiglie per ogni figlio naturale o adottivo, fino al compimento del terzo anno di età o per tre anni a partire dal mese di adozione;

risulta ragionevole incrementare gli incentivi economici per le famiglie di cui almeno un genitore svolga la propria attività lavorativa a una distanza significativa rispetto al luogo di residenza;

valutato che:

il pendolarismo in particolare penalizza numerosi insegnanti che, come altri lavoratori, si vedono costretti quotidianamente a faticosi trasferimenti fra scuola e abitazione di residenza, vanificando o minando al tempo stesso il principio stesso della continuità didattica;

impegna il Governo:

ad adottare gli interventi opportuni, anche a carattere normativo, al fine di stabilire degli incentivi economici ? prevedendo al contempo i criteri per la fruizione e per l'assegnazione ? in favore degli insegnanti che svolgono la propria attività lavorativa a una distanza non inferiore a 50 chilometri dal luogo di residenza e il cui nucleo familiare ha un indicatore della situazione economica (ISEE) non superiore a 20.000 euro.

G/1698/6/7

BLUNDO

La 7a Commissione permanente del Senato,

in sede di esame del disegno di legge n. 1698, recante «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)»,

premesso che:

il comma 92 dell'articolo 2 dispone un taglio pari a un milione di euro per l'anno 2015 delle disponibilità iscritte nello stato di previsione del Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca destinate al funzionamento delle istituzioni dell'alta formazione artistica, musicale e coreutica (AFAM);

gli istituti superiori di studi musicali rappresentano un patrimonio culturale e una importante risorsa per il nostro Paese che va salvaguardata e tutelata; un prestigio nazionale che si deve preservare intervenendo al più presto con soluzioni definitive e con strategie di riordino che rispondano a obiettivi di efficienza, qualità e risparmio;

da tempo, presso la 7a Commissione permanente del Senato sono in discussione i disegni di legge n. 322 e connessi, recanti «Norme per la statizzazione degli istituti musicali pareggiati»;

considerato che:

l'Istituto superiore di studi musicali «Gaetano Braga», fondato a Teramo nel 1895, è stato pareggiato ai Conservatori di musica dello Stato nel 1939 e ha sempre mantenuto un ruolo di primo piano nel panorama musicale cittadino, provinciale e regionale svolgendo un'importante opera educativa e formativa di alto livello culturale;

attualmente l'Istituto conta 350 allievi e una pianta organica di 21 docenti di ruolo fra cui 3 a tempo determinato e i restanti contrattisti, nonché tre unità di personale amministrativo e ausiliario;

dal 1995 la Regione Abruzzo, con un intervento finanziario permanente si è affiancata all'Amministrazione provinciale di Teramo, contribuendo al consolidamento economico dell'Istituto e allo svolgimento delle sue attività;

considerato altresì che:

il Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca ? con protocollo d'intesa datato 25 marzo 2005, stipulato con la Regione Abruzzo, il Comune e l'Amministrazione di Teramo, il Comune di Giulianova e l'Istituto Braga ? si è impegnato alla statizzazione, ai sensi dell'articolo 2, commi 7 e 8, della legge n. 508 del 1999. A esso, tuttavia, non è mai seguita l'emanazione del relativo regolamento

di attuazione;

con sentenza n. 00733/2014 del 21 gennaio 2014 il Tar del Lazio ha imposto al Ministero di procedere alla statizzazione dell'Istituto a seguito del protocollo d'intesa sopra citato, nominando altresì un commissario *ad acta* in caso di inottemperanza;

con ulteriore ordinanza, n. 11772/2014 del 29 novembre 2014, il Tar del Lazio ? registrato l'insistito procrastinarsi d'inottemperanza del Ministero ? ha ulteriormente condannato il Ministero a procedere entro 20 giorni all'emanazione del regolamento già approvato dal Consiglio nazionale per l'alta formazione artistica e musicale (CNAM) e confermato la nomina del commissario *ad acta*, il quale, nella medesima sentenza, «viene autorizzato ad assumere ogni ulteriore iniziativa e/o atto e/o provvedimento di pertinenza ministeriale utile allo scopo della statizzazione dell'Istituto "Braga" di Teramo»;

impegna il Governo:

a provvedere celermente, accogliendo quanto disposto dal Tar del Lazio, all'emanazione del regolamento citato in premessa, al fine di procedere alla statizzazione dell'Istituto «Braga» di Teramo.

G/1698/7/7

MARCUCCI, GRANAIOLA, LIUZZI, MATTESINI, PUGLISI, BLUNDO, FASIOLO

La 7a Commissione,

in sede di esame del disegno di legge n. 1698, recante: «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)»,

premesso che:

le attività e le manifestazioni del Carnevale hanno un importante valore storico e culturale e nella tradizione italiana e popolare e sono un fondamentale veicolo per lo sviluppo turistico dei territori;

le manifestazioni del Carnevale non sono ancora riconosciute a pieno titolo tra i beni culturali del nostro Paese. Il Codice dei beni culturali e del paesaggio di cui al decreto legislativo 22 gennaio 2004, n. 42, non considera i beni culturali di natura immateriale alla stregua dei beni culturali di natura materiale;

l'articolo 4-*ter* del decreto-legge n. 91 del 2013, convertito con modificazioni, dalla legge n. 112 del 2013, riconosce il valore storico e culturale nella tradizione italiana del Carnevale e delle attività e manifestazioni ad esso collegate e ne favorisce la tutela e lo sviluppo in accordo con gli enti locali;

la Convenzione UNESCO per la salvaguardia del patrimonio culturale immateriale approvata dalla Conferenza generale dell'UNESCO a Parigi il 3 novembre 2003 e ratificata dall'Italia il 27 settembre 2007 con legge n. 167 e la Convenzione UNESCO sulla protezione e la promozione delle diversità delle espressioni culturali, approvata il 20 ottobre 2005 dalla XXIII Conferenza generale dell'UNESCO e successivamente ratificata dall'Italia il 19 febbraio 2007 con legge n. 19, hanno stabilito il riconoscimento delle espressioni di identità culturale collettiva anche quando siano rappresentate da testimonianze immateriali;

manifestata preoccupazione per la riduzione delle autorizzazioni di spesa di cui all'articolo 2, comma 1, del provvedimento in esame relative alla quota degli utili derivanti dal gioco del lotto dedicata al Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo di cui alla legge n. 662 del 1996,

impegna il Governo:

a reperire in tempi brevi risorse aggiuntive, a valere triennalmente sui fondi di cui all'articolo 3, comma 83, della legge n. 662 del 1996, riservati alle attività dello spettacolo, al fine di favorire la tutela e lo sviluppo delle attività e delle manifestazioni dei Carnevale storici nei territori italiani.

G/1698/8/7

FASIOLO, PEGORER, RUSSO, SONEGO, IDEM, PUPPATO, LANIECE, SANTINI, MARAN, PANIZZA, BERGER, PALERMO, LIUZZI

La 7a Commissione,

in sede di esame del disegno di legge n. 1698, recante: «Disposizioni per la formazione del

bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)»,

premesso che:

è necessario ed urgente realizzare interventi organici di tutela, riqualificazione, valorizzazione e promozione culturale del nostro, Paese;

le aree confinarie plurilinguistiche e pluriculturali sono state nell'Italia democratica un fattore di sviluppo culturale e di impulso socio-economico improntato alla pacificazione e alla solidarietà tra genti e popoli diversi, quindi un laboratorio privilegiato per l'integrazione europea;

tali aree costituiscono, nella nostra delicata fase storica, grazie anche al ruolo europeo ed internazionale che il nostro Paese e il nostro Governo rivestono, una grande opportunità di crescita sotto molteplici aspetti e delle «porte privilegiate» dell'integrazione europea e internazionale, centrali allo sviluppo delle giovani generazioni;

queste realtà confinarie hanno rappresentato, unitamente alle associazioni culturali ed agli enti locali, dall'inizio del secondo Dopoguerra, un indispensabile motore nello strategico settore dell'integrazione tra i popoli;

nel nostro Paese, che rappresenta un crocevia privilegiato tra nord e sud, est ed ovest, più di ogni altro in Europa, va riconosciuta e sostenuta la rilevante funzione svolta dalle comunità confinarie nel mantener vivo lo spirito di relazione e di dialogo anche con le comunità italiane viciniori (vale per tutti l'esempio delle comunità minoritarie presente in Istria e Dalmazia) e l'impegno nella direzione dell'integrazione reciproca, del confronto, dell'accoglienza nell'obiettivo della costruzione e formazione della cittadinanza europea;

la caratterizzazione che il Governo intende dare alla cultura in tutte le sue espressioni, anche per gli indubitabili effetti che ne possono derivare per le attività turistiche e culturali, della ricerca, dell'innovazione, dell'ambiente, richiede un nuovo impulso e una nuova attenzione alle fasce confinarie plurilinguistiche, che costituiscono una straordinaria opportunità per il nostro Paese e per l'Europa stessa,

impegna il Governo:

ad adottare tutte le iniziative necessarie al fine di riconoscere, valorizzare e sostenere gli interventi finalizzati alla promozione della conoscenza dei reciproci patrimoni storico-culturali e paesaggistici, specie laddove ne sussista la necessità considerata la naturale continuità tra popoli e genti, nonché a reperire le risorse necessarie ad assicurare tali iniziative.

G/1698/9/7

D'ADDA, MANASSERO, PUGLISI, LIUZZI, FASIOLO

La 7a Commissione,

in sede di esame del disegno di legge n. 1698, recante: «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)»,

premesso che:

il Memoriale italiano di Auschwitz rappresenta un esempio unico, prezioso e originale di opera di testimonianza. Nel Memoriale, infatti, la testimonianza passa attraverso il lavoro artistico e l'arte si fa carico dell'impegno di testimoniare;

proprio in questa scelta di campo operata all'inizio dall'Aned ? Associazione nazionale *ex* deportati nei campi nazisti ? risiede la specificità e l'originalità del Memoriale che si impone in prima istanza come documento prezioso della storia italiana del Novecento e, non secondariamente, come esempio originale dell'arte contemporanea;

il progetto architettonico fu ideato dallo studio di architettura milanese BBPR (allora composto da Ludovico Belgiojoso, Enrico Peressuti, Alberico Belgiojoso, Giuseppe Lanzani collaboratore), la stesura del testo concepito per dare voce al Memoriale fu opera di Primo Levi, il progetto artistico fu realizzato dal maestro Mario Samonà, detto Pupino, la regia fu curata da Nelo Risi mentre Luigi Nono concesse l'utilizzo del suo pezzo «Ricorda cosa ti hanno fatto in Auschwitz»;

il Memoriale italiano di Auschwitz e la sua collocazione nel Blocco 21 ricorda e celebra tutti gli italiani, donne e uomini ebrei, rom, omosessuali, dissidenti politici, deportati nei campi di

concentramento nazisti, fra i quali gli stessi autori dell'opera d'arte;

esso è stato ideato e realizzato contestualmente alla dichiarazione di Auschwitz sito UNESCO 1979, e, facendone parte integrante, va considerato patrimonio mondiale dell'umanità;

i campi di sterminio nazisti hanno rappresentato una delle più sconvolgenti tragedie nella storia dell'umanità. In essi anche numerosi Italiani hanno trovato la morte e hanno conosciuto indicibili forme di oltraggio alla dignità umana. Il Memoriale in onore degli italiani caduti nei campi di sterminio nazisti rappresenta un importante e irrinunciabile luogo della memoria, fondamentale in un momento in cui si vanno affermando pericolosamente vari tentativi negazionisti e una diffusa tendenza alla rimozione di quella tragica vicenda. Si ritiene perciò grave e incomprensibile la decisione della Direzione dell'*ex* KZ ? Auschwitz-Birkenau di declassare e chiudere il memoriale. Strapparlo dal suo ambito naturale, il campo di sterminio di Auschwitz, per trasferirlo altrove coincide con la distruzione dell'opera e del suo significato;

nella seduta del 15 febbraio 2012 i Comitati tecnico-scientifici del Ministero per i beni e le attività culturali redassero un verbale nel quale si afferma con chiarezza che detti Comitati hanno ritenuto unanimemente di non poter condividere l'ipotesi, indicata dalla direzione del Museo di Auschwitz per voce del dottor M.A. Cywinsky, di smontaggio e delocalizzazione in Italia dell'installazione progettata per l'interno del Blocco 21;

tutto ciò premesso,

impegna il Governo:

a sollecitare una revisione della decisione assunta dalla Direzione del Museo di Auschwitz, affinché il Memoriale non venga rimosso dal Blocco 21 dello stesso campo di sterminio, in quanto sua parte integrante, e perché venga riaperto al pubblico, restaurato e integrato con apparati didattici esplicativi e congrui, al fine di garantire alle future generazioni la continuità spazio-temporale e spirituale di una memoria insostituibile e inalterabile.

G/1698/10/7

MONTEVECCHI, SERRA, BLUNDO, BENCINI, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI, AIROLA

La 7a Commissione permanente del Senato,

in sede di esame del disegno di legge n. 1698, recante «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)»,

premesso che:

il comma 7 dell'articolo 1 ? al fine di assicurare risorse stabili alla tutela del patrimonio culturale ? istituisce un Fondo nello stato di previsione del Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo, con una dotazione iniziale di 100 milioni di euro per ciascuno degli anni dal 2016 al 2020;

il decreto legislativo n. 42 del 2004 (Codice dei beni culturali e del paesaggio) ? punto d'arrivo d'un percorso di riforma e riorganizzazione normativa della materia ? ha tracciato parametri e condizioni per una più efficace protezione del patrimonio culturale, considerata anche la continua esposizione a rischi di ogni tipo, e per una migliore fruizione da parte dei cittadini: spesso, infatti, i beni culturali finiscono per essere oggetto di abbandono o di rapina, se non addirittura ostaggio di soggetti cui non interessa in alcun modo, a prescindere dal loro valore intrinseco, il loro valore sociale;

l'Abbazia di S. Salvatore a Settimo, in riva d'Amo (Scandicci), può essere considerata a ragione bene emblematico ed esemplare per la tutela del patrimonio culturale nazionale. In breve si può affermare che, nonostante l'azione di tutela (anche a difesa del vincolo paesaggistico) di istituzioni e associazioni locali, sull'Abbazia si sono accaniti ? nel corso delle diverse epoche ? numerosi agenti patogeni che ne hanno decretato l'odierno stato di significativo degrado: smembramento e svendita del patrimonio terriero e di manufatti artistici, destinazione di campi agricoli per costruzioni esteticamente incompatibili e discariche, dequalificazione del tessuto sociale, cancellazione di presidi scolastici e toponomastici, estinzione delle botteghe artigiane, piani di edilizia puramente speculativi, destinazioni per uso industriale senza alcuna coerenza urbanistica, devastazione del sistema naturale di scorrimento delle acque. A questo si deve aggiungere il possesso da parte di privati di una parte consistente del

bene (il cui valore è stimato in circa 2,7 milioni di euro) che ne rende di fatto impossibile una fruizione unitaria;

l'Abbazia di S. Salvatore a Settimo è stata oggetto di un affare assegnato presso la 7a Commissione permanente del Senato, e della relativa risoluzione (*Doc.* XXIV, n. 28) d'iniziativa della senatrice Montevecchi, approvata in data 16 aprile 2014;

considerato che:

fra gli impegni al Governo della citata risoluzione v'era, alla lettera *c)*, la manifesta intenzione di svolgere «una organica riflessione in ordine alle emergenze del patrimonio culturale nazionale, anche al fine di individuare le priorità di intervento e di indirizzarvi risorse straordinarie», che sarà presto oggetto di una indagine conoscitiva presso la medesima 7a Commissione permanente del Senato;

l'intermittente e insufficiente interessamento delle Istituzioni, da ultimo ribadito nella risoluzione citata, fa sì che le preoccupazioni per la conservazione e la tutela del bene in oggetto, così come di altri beni culturali d'inestimabile pregio, siano purtroppo vive e risorgenti;

impegna il Governo:

ad adottare con la massima urgenza interventi, anche a carattere normativo, al fine di riscattare e acquisire la parte della Badia ch'è ancora in possesso di privati al fine di provvedere primariamente a:

a) ricostituire l'unità del bene in oggetto;

b) procedere alle opere necessarie al restauro e alla conservazione del bene;

c) provvedere ? nell'ambito della gestione unitaria del complesso ? alla sua valorizzazione, garantendone la fruibilità.

G/1698/10/7 (testo 2)

MONTEVECCHI, SERRA, BLUNDO, BENCINI, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI, AIROLA

La 7a Commissione permanente del Senato,

in sede di esame del disegno di legge n. 1698, recante «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)»,

premesso che:

il comma 7 dell'articolo 1 ? al fine di assicurare risorse stabili alla tutela del patrimonio culturale ? istituisce un Fondo nello stato di previsione del Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo, con una dotazione iniziale di 100 milioni di euro per ciascuno degli anni dal 2016 al 2020;

il decreto legislativo n. 42 del 2004 (Codice dei beni culturali e del paesaggio) ? punto d'arrivo d'un percorso di riforma e riorganizzazione normativa della materia ? ha tracciato parametri e condizioni per una più efficace protezione del patrimonio culturale, considerata anche la continua esposizione a rischi di ogni tipo, e per una migliore fruizione da parte dei cittadini: spesso, infatti, i beni culturali finiscono per essere oggetto di abbandono o di rapina, se non addirittura ostaggio di soggetti cui non interessa in alcun modo, a prescindere dal loro valore intrinseco, il loro valore sociale;

l'Abbazia di S. Salvatore a Settimo, in riva d'Amo (Scandicci), può essere considerata a ragione bene emblematico ed esemplare per la tutela del patrimonio culturale nazionale. In breve si può affermare che, nonostante l'azione di tutela (anche a difesa del vincolo paesaggistico) di istituzioni e associazioni locali, sull'Abbazia si sono accaniti ? nel corso delle diverse epoche ? numerosi agenti patogeni che ne hanno decretato l'odierno stato di significativo degrado: smembramento e svendita del patrimonio terriero e di manufatti artistici, destinazione di campi agricoli per costruzioni esteticamente incompatibili e discariche, dequalificazione del tessuto sociale, cancellazione di presidi scolastici e toponomastici, estinzione delle botteghe artigiane, piani di edilizia puramente speculativi, destinazioni per uso industriale senza alcuna coerenza urbanistica, devastazione del sistema naturale di scorrimento delle acque. A questo si deve aggiungere il possesso da parte di privati di una parte consistente del bene (il cui valore è stimato in circa 2,7 milioni di euro) che ne rende di fatto impossibile una fruizione unitaria;

l'Abbazia di S. Salvatore a Settimo è stata oggetto di un affare assegnato presso la 7a

Commissione permanente del Senato, e della relativa risoluzione (*Doc.* XXIV, n. 28) d'iniziativa della senatrice Montevecchi, approvata in data 16 aprile 2014;

considerato che:

fra gli impegni al Governo della citata risoluzione v'era, alla lettera *c)*, la manifesta intenzione di svolgere «una organica riflessione in ordine alle emergenze del patrimonio culturale nazionale, anche al fine di individuare le priorità di intervento e di indirizzarvi risorse straordinarie», che sarà presto oggetto di una indagine conoscitiva presso la medesima 7a Commissione permanente del Senato;

l'intermittente e insufficiente interessamento delle Istituzioni, da ultimo ribadito nella risoluzione citata, fa sì che le preoccupazioni per la conservazione e la tutela del bene in oggetto, così come di altri beni culturali d'inestimabile pregio, siano purtroppo vive e risorgenti;

impegna il Governo:

a proseguire nell'azione volta a dare attuazione alla summenzionata risoluzione al fine di provvedere primariamente a:

a) ricostituire l'unità del bene in oggetto;

b) procedere alle opere necessarie al restauro e alla conservazione del bene;

c) provvedere ? nell'ambito della gestione unitaria del complesso ? alla sua valorizzazione, garantendone la fruibilità.

ORDINE DEL GIORNO AL DISEGNO DI LEGGE

N. 1699

G/1699/1/7/Tab.7

DI BIAGIO, SUSTA

La 7a Commissione,

in sede di esame del disegno di legge n. 1699, recante: «Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017:

premesso che:

il provvedimento reca rifinanziamento di numerose voci di spesa facenti capo ai diversi Ministeri, prevedendo alla Tabella 7 le previsioni di spesa del Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca;

risulta una criticità relativa alle borse di studio in favore dei figli delle vittime del terrorismo, della criminalità organizzata e delle vittime del dovere, poiché dal 2013, a seguito della *spending review*, le sovvenzioni sono state dimezzate;

è opportuno ricordare che il diritto allo studio, unico e vero strumento capace di condurre un individuo alla libertà e alla formazione della coscienza umana e civica, è quanto di più prezioso resta a coloro i cui genitori sono caduti o rimasti invalidi mentre svolgevano i loro compiti istituzionali nel servizio al Paese;

la disciplina relativa alle borse di studio, così come regolata dal decreto del Presidente della Repubblica n. 58 del 2009, prevedeva un'assegnazione annuale di 800 borse, nei limiti di stanziamento di cui all'articolo 4 della legge n. 407 del 1998, e successive modificazioni;

la *spending review* ha comportato un dimezzamento del capitolo 1498 dello stato di previsione del Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca, destinato alle borse di studio riservate alle vittime del terrorismo e della criminalità organizzata nonché agli orfani e ai figli con conseguente drastica riduzione dell'importo delle sovvenzioni;

i due concorsi pubblici per titoli indetti quest'anno dalla Presidenza del Consiglio dei ministri, di cui alla IV Serie, Concorsi ed Esami, della *Gazzetta Ufficiale* n. 21 del 14 marzo 2014, hanno di fatto mantenuto gli importi dimezzati;

l'Associazione Vittime del dovere, insieme ad altri referenti dell'associazionismo legato alle

vittime, aveva segnalato già nel corso del 2013 la riduzione degli importi, evidenziando come ciò rappresentasse una forte carenza nel sostegno a coloro che con grande sacrificio personale avevano servito la patria;

impegna il Governo:

a prevedere, nell'ambito programma 22.8 «Iniziative per lo sviluppo del sistema istruzione scolastica e per il diritto allo studio», l'incremento delle risorse destinate al capitolo 1498 ? Borse di studio riservate alle vittime del terrorismo e della criminalità organizzata, di cui all'articolo 4 della legge n. 407 del 1998.

EMENDAMENTO AL DISEGNO DI LEGGE

N. 1699

7.Tab.7.1-7

SUSTA, DI BIAGIO

Allo stato di previsione del Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca, *alla missione* 22, «Istruzione scolastica», *programma* 22.8 «Iniziative per lo sviluppo del sistema istruzione scolastica e per il diritto allo studio», *apportare le seguenti variazioni:*

2015:

CP: + 50.000;

CS: + 50.000;

2016:

CP: + 50.000;

CS: + 50.000;

2017:

CP: + 50.000;

CS: + 50.000.

Conseguentemente, al medesimo stato di previsione del Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca, *alla missione* 32, *programma* 32.2 «Indirizzo politico», *apportare le seguenti variazioni:*

2015:

CP: ? 50.000;

CS: ? 50.000;

2016:

CP: ? 50.000;

CS: ? 50.000;

2017:

CP: ? 50.000;

CS: ? 50.000.

1.4.2.7.3. 7ªCommissione permanente (Istruzione pubblica, beni culturali) - Seduta n. 149 (ant.) dell'11/12/2014

collegamento al documento su www.senato.it

ISTRUZIONE PUBBLICA, BENI CULTURALI (7ª)

GIOVEDÌ 11 DICEMBRE 2014
149ª Seduta (antimeridiana)

Presidenza del Presidente
MARCUCCI

Intervengono i sottosegretari di Stato per i beni e le attività culturali e per il turismo, Ilaria Carla Anna Borletti Dell'Acqua, e per l'istruzione, l'università e la ricerca, Angela D'Onghia.

La seduta inizia alle ore 10,10.

IN SEDE CONSULTIVA

(1699 e 1699-*bis* **)** ***Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017 e relativa Nota di variazioni***, approvato dalla Camera dei deputati

- **(**Tabb. 2 **e** 2-*bis***)** Stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017 *(limitatamente alle parti di competenza)*
- **(**Tabb. 7 **e** 7-*bis***)** Stato di previsione del Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017
- **(**Tabb. 13 **e** 13-*bis***)** Stato di previsione del Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017

(1698) ***Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)***, approvato dalla Camera dei deputati

(Rapporti alla 5ª Commissione. Seguito e conclusione dell'esame congiunto con esiti distinti. Rapporto favorevole con osservazioni sulle Tabelle 13 e 13-*bis* e sulle connesse parti del disegno di legge di stabilità. Rapporto favorevole con osservazioni sulle Tabelle 2 e 2-*bis*, limitatamente alle parti di competenza, e sulle connesse parti del disegno di legge di stabilità. Rapporto favorevole con condizioni e osservazioni sulle Tabelle 7 e 7-*bis* e sulle connesse parti del disegno di legge di stabilità)

Riprende l'esame congiunto, sospeso nella seduta pomeridiana di ieri.

Il PRESIDENTE ricorda che occorre esaminare gli ordini del giorno n. 6 e 9 al disegno di legge di stabilità, nonché l'ordine del giorno e l'emendamento al disegno di legge di bilancio. Rammenta peraltro che tutti gli ordini del giorno e l'emendamento sono pubblicati in allegato al resoconto della seduta pomeridiana di ieri.

In merito all'ordine del giorno n. 6, la senatrice MONTEVECCHI (*M5S*) dichiara di sottoscriverlo e insiste per la votazione.

Il sottosegretario Angela D'ONGHIA manifesta un parere contrario.

Dopo che il PRESIDENTE ha accertato la presenza del numero legale ai sensi dell'articolo 30, comma 2, del Regolamento, la Commissione respinge quindi l'ordine del giorno n. 6.

Con riferimento all'ordine del giorno n. 9, il PRESIDENTE fa presente che erano sorti dubbi circa la proponibilità del testo in quanto, pur avendo ad oggetto un bene culturale, esso impatta sugli ambiti di intervento di altre Amministrazioni. Ritiene tuttavia che esso sia proponibile nella misura in cui venga inserito, tanto nelle premesse quanto nell'impegno al Governo, un richiamo alle competenze e alle prerogative del Governo nella disciplina dei rapporti tra gli Stati coinvolti, facendo così salvi i margini di azione di altri Dicasteri. Rammenta altresì che nella seduta pomeridiana di ieri il sottosegretario Francesca Barracciu aveva proposto una riformulazione.

La senatrice PUGLISI (*PD*) accoglie le proposte del Presidente e del rappresentante del Governo e dunque riformula l'ordine del giorno n. 9 in un testo 2, pubblicato in allegato, che risulta accolto dal sottosegretaria Ilaria BORLETTI DELL'ACQUA.

Passando all'ordine del giorno al disegno di legge di bilancio, il PRESIDENTE rammenta che il relatore Conte e il rappresentante del Governo avevano proposto una riformulazione volta a includere anche i contenuti dell'emendamento presentato.

Il senatore BOCCHINO (*Misto-ILC*) fa proprio l'ordine del giorno G/1699/1/7/Tab. 7 e lo riformula in un testo 2, pubblicato in allegato. Sottoscrive altresì l'emendamento 7.Tab. 7.1-7 che ritira, in quanto i contenuti sono recepiti dalla riformulazione testé presentata.

Il relatore sulla Tabella 7 del disegno di legge di bilancio e sulle connesse parti del disegno di legge di stabilità, senatore CONTE (*NCD*), esprime un parere favorevole sull'ordine del giorno G/1699/1/7/Tab. 7 (testo 2), che viene accolto dal sottosegretario Angela D'ONGHIA.

Concluso l'esame degli ordini del giorno e degli emendamenti, si passa all'illustrazione di uno schema di rapporto sulle Tabelle 13 e 13-*bis* e sulle connesse parti del disegno di legge di stabilità.

Il relatore MARTINI (*PD*) illustra uno schema di rapporto favorevole con osservazioni, pubblicato in allegato, nel quale dichiara di aver recepito i contenuti della discussione generale, con particolare riferimento all'idea per cui gli interventi per la tutela e la valorizzazione del patrimonio rappresentano un investimento imprescindibile per lo sviluppo economico e sociale dell'Italia.

Manifesta nuovamente soddisfazione per la previsione del Fondo per la tutela del patrimonio culturale, pur riconoscendo le criticità sottese ai tagli disposti in altri capitoli. Nel precisare di aver tentato di compiere una sintesi delle istanze avanzate anche in sedi informali, pone l'accento sull'osservazione n. 7, che invoca uno sforzo delle Istituzioni, in termini progettuali e finanziari, affinché gli interventi per la tutela e la valorizzazione del patrimonio culturale costituiscano la scelta più lungimirante per assicurare un avvenire di qualità ai giovani.

Nessuno chiedendo di intervenire in dichiarazione di voto, la Commissione approva quindi a maggioranza lo schema di rapporto favorevole con osservazioni del relatore, relativo alle Tabelle 13 e 13-*bis* e alle connesse disposizioni del disegno di legge di stabilità.

Si passa indi all'illustrazione di uno schema di rapporto sulle Tabelle 2 e 2-*bis*, limitatamente alle parti di competenza, e sulle connesse parti del disegno di legge di stabilità.

Il relatore MARTINI (*PD*) dà conto di uno schema di rapporto favorevole con una osservazione, pubblicato in allegato, relativo alle competenze in materia di sport, nella quale sono indicate tanto le positività quanto gli aspetti negativi dei documenti di bilancio. Fa presente infine di aver inserito un'indicazione della senatrice Idem sulla necessità di garantire il funzionamento ordinario dell'Istituto per il credito sportivo.

Poiché nessuno chiede di intervenire in dichiarazione di voto, la Commissione approva quindi a maggioranza lo schema di rapporto favorevole con una osservazione del relatore, relativo alle Tabelle 2 e 2-*bis* e alle connesse disposizioni del disegno di legge di stabilità.

Si passa indi all'illustrazione di uno schema di rapporto sulle Tabelle 7 e 7-*bis*, e sulle connesse parti del disegno di legge di stabilità.

Il relatore CONTE (*NCD*) illustra uno schema di rapporto favorevole con condizioni e osservazioni, pubblicato in allegato, nel quale vengono anzitutto riepilogate in maniera organica tutte le disposizioni di competenza. Emerge peraltro in termini positivi l'istituzione del Fondo "La buona scuola", le cui finalità sono state ampliate, oltre che alle assunzioni dei precari, anche all'alternanza scuola-lavoro e alla formazione dei docenti e dei dirigenti. Descrive dunque in dettaglio le condizioni contenute nello schema di rapporto, tra le quali anzitutto il ripristino delle norme stralciate in prima lettura che avevano ad oggetto gli stanziamenti per le istituzione dell'alta formazione artistica, musicale e coreutica (AFAM) e per l'Istituto nazionale per la valutazione del sistema educativo di istruzione e di formazione (INVALSI). In aggiunta a ciò, sottolinea l'esigenza di dare sollecita attuazione all'organico funzionale, a cui dovrebbe essere a suo giudizio subordinata l'abrogazione dell'articolo 459 del testo unico sulla scuola concernente i vicariati.

Segnala altresì di aver recepito tra le osservazioni alcune considerazioni emerse nel dibattito con riferimento ai ricercatori e alla vicenda del pensionamento dei docenti.

Il sottosegretario Angela D'ONGHIA concorda con le indicazioni dello schema di rapporto, suggerendo tuttavia di trasformare le condizioni in osservazioni.

La senatrice PUGLISI (*PD*) reputa preferibile mantenere le condizioni, tanto più che si tratta di argomenti cari al Ministero, rispetto ai quali la Commissione può offrire un supporto maggiore anche rispetto ai rapporti con il Dicastero dell'economia.

Il relatore CONTE (*NCD*) preferisce, per le stesse ragioni, confermare le condizioni già descritte.

Il sottosegretario Angela D'ONGHIA prende atto della posizione emersa, ribadendo comunque la piena sintonia con il contenuto dello schema di rapporto. Assicura quindi l'impegno dell'Amministrazione per recuperare la maggior parte delle risorse al fine di dare seguito tanto alle condizioni quanto alle osservazioni prospettate.

La Commissione approva infine a maggioranza lo schema di rapporto favorevole con condizioni e osservazioni, relativo alle Tabelle 7 e 7-*bis* e alle connesse disposizioni del disegno di legge di stabilità.

Il PRESIDENTE dichiara concluso l'esame dei documenti di bilancio.

INTEGRAZIONE DELL'ORDINE DEL GIORNO

Il PRESIDENTE, considerata la conclusione dell'esame dei documenti di bilancio, propone di integrare l'ordine del giorno della seduta già convocata oggi, giovedì 11 dicembre, alle ore 14, con l'audizione del ministro Franceschini sulla riorganizzazione del Dicastero, che era stata richiesta in sede di Ufficio di Presidenza integrato dai rappresentanti del Gruppi.

Conviene la Commissione.

POSTICIPAZIONE DELLA RIUNIONE DELL'UFFICIO DI PRESIDENZA INTEGRATO DAI RAPPRESENTANTI DEI GRUPPI

Il PRESIDENTE comunica che la riunione dell'Ufficio di Presidenza, integrato dai rappresentanti del Gruppi, per la programmazione dei lavori, già prevista al termine della seduta antimeridiana in corso, avrà luogo al termine della seduta pomeridiana di oggi.

Prende atto la Commissione.

La seduta termina alle ore 10,35.

RAPPORTO APPROVATO DALLA COMMISSIONE SULLO STATO DI PREVISIONE DEL MINISTERO DEI BENI E DELLE ATTIVITA' CULTURALI E DEL TURISMO PER L'ANNO FINANZIARIO 2015 E PER IL TRIENNIO 2015-2017, E RELATIVA NOTA DI VARIAZIONI (DISEGNI DI LEGGE NN. 1699 E 1699-*bis* - TABELLE 13 E 13-*bis*), E SULLE PARTI CORRISPONDENTI DEL DISEGNO DI LEGGE N. 1698

La Commissione, esaminati lo stato di previsione della spesa del Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017, nonché le parti connesse del disegno di legge di stabilità per il 2015,

con riguardo al disegno di legge di stabilità:

manifesta soddisfazione per i commi 7 e 8 dell'articolo 1, che istituiscono nello stato di previsione del Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo il Fondo per la tutela del patrimonio culturale, con una dotazione iniziale di 100 milioni di euro per ciascuno degli anni dal 2016 al 2020;

rileva criticamente che, in base all'articolo 2, comma 1, sono ridotte di 1 milione di euro per il 2015 e di 2,295 milioni di euro a decorrere dal 2016 le autorizzazioni di spesa relative alla quota degli utili derivanti dal gioco del lotto destinata al Ministero dei beni culturaliper il recupero e la conservazione dei beni culturali, archeologici, storici, artistici, archivistici e librari, nonché per interventi di restauro paesaggistico e per attività culturali che, in base ai dati presenti nella relazione tecnica, riguarderanno i capitoli nn. 8610 e 8770, concernenti interventi e contributi alle attività cinematografiche e al settore dello spettacolo, nonché alle esigenze della società per lo sviluppo dell?arte, della cultura e dello spettacolo ARCUS s.p.a.;

esprime preoccupazione per le misure recate dal comma 45 dell'articolo 2, che riduce le dotazioni di bilancio relative alle missioni e ai programmi di spesa degli stati di previsione del Ministero dei beni e delle attività culturali per un importo pari a circa 21,5 milioni di euro a decorrere dal 2015;

condivide le previsioni del comma 34 dell'articolo 3, secondo cui, ai fini dell?applicazione dell?IVA al 4 per cento, sono da considerarsi libri tutte le pubblicazioni identificate da codice ISBN e veicolate attraverso qualsiasi supporto fisico o tramite mezzi di comunicazione elettronica, inclusi dunque anche gli *e-book*;

non registra accantonamenti specifici in Tabella A per il Dicastero dei beni culturali, anche se nell'ambito degli accantonamenti nella medesima Tabella riferiti al Ministero dell'economia e delle finanze vi è una finalizzazione specifica per il disegno di legge concernente l'istituzione del "Premio biennale di ricerca Giuseppe Di Vagno" (A.S. 1569), di recente approvato dal Senato in seconda lettura;

prende atto che, in merito alla Tabella B, l'accantonamento originariamente previsto nel testo del

Governo è stato successivamente azzerato per finanziare il Fondo per la tutela del patrimonio culturale previsto all'articolo 1, commi 7 e 8;

non rileva variazioni significative rispetto al bilancio a legislazione vigente per quanto attiene alla Tabella C;

esamina la Tabella E, che conferma i finanziamenti previsti a legislazione vigente, per l'anno 2015, per la tutela del patrimonio dell'UNESCO nella provincia di Ragusa e, per gli anni 2015 e 2016, per il Piano strategico "Grandi progetti beni culturali";

con riferimento al disegno di legge di bilancio:

rileva che nella nota integrativa al disegno di legge di bilancio, inclusa nella Tabella 13, si pone l'accento sulla recente riorganizzazione del Dicastero, approvata con decreto del Presidente del Consiglio n. 171 del 2014, che ha ridotto gli uffici dirigenziali e le dotazioni organiche operando un riordino dell'Amministrazione centrale e periferica, in ossequio agli obiettivi di razionalizzazione e efficienza delle strutture e dei processi;

lamenta una generale riduzione delle previsioni per il 2015 rispetto all'assestamento 2014, ad eccezione della missione n. 33 "Fondi da ripartire", pur osservando che, all'interno della missione n. 21, "Tutela e valorizzazione dei beni e delle attività culturali e paesaggistici", alcuni programmi registrano degli incrementi, anche al netto delle eventuali riduzioni apportate dalla nota di variazioni; si tratta dei programmi nn. 21.2 "Sostegno, valorizzazione e tutela del settore dello spettacolo", 21.5 "Vigilanza, prevenzione e repressione in materia di patrimonio culturale", 21.13 "Valorizzazione del patrimonio culturale e coordinamento del sistema museale";

manifesta preoccupazione per la riduzione più consistente concernente il programma n. 21.16, "Tutela e promozione dell'arte e dell'architettura contemporanee e delle periferie urbane";

condivide l'idea che gli interventi per la tutela e la valorizzazione del nostro patrimonio culturale e paesaggistico rappresentino un investimento imprescindibile per lo sviluppo economico e sociale dell'Italia, per battere la crisi e guardare con più fiducia alle sfide del futuro.

Sulla base di queste premesse, la Commissione formula conseguentemente un rapporto favorevole con le seguenti osservazioni:

1. in merito all'articolo 1, commi 7 e 8, si auspica che il Fondo per la tutela del patrimonio culturale venga dotato di risorse anche per il 2015;
2. si reputa necessario ripristinare l'importo complessivo della quota degli utili derivanti dal gioco del lotto destinata al Ministero dei beni culturaliper il recupero e la conservazione dei beni culturali, archeologici, storici, artistici, archivistici e librari, nonché per interventi di restauro paesaggistico e per attività culturali, ridotta ad opera dell'articolo 2, comma 1;
3. occorre incrementare la quota del Fondo unico per lo spettacolo (FUS), anche in vista dell'imminente disegno di legge collegato alla manovra di bilancio 2015, che dovrebbe aggiornare la disciplina relativa in particolare al cinema e allo spettacolo dal vivo;
4. si invita a valutare l'opportunità di riconoscere crediti d'imposta a favore delle piccole e medie imprese dell'esercizio cinematografico, sui costi sostenuti per realizzazione di nuove sale, per il ripristino di sale inattive, per la ristrutturazione e l'adeguamento tecnologico di sale esistenti, nonchè per l'installazione e il rinnovo di apparecchiature e impianti e per i servizi accessori destinati al *marketing* e alla formazione del pubblico;
5. si invita a valutare l'opportunità di rendere più equa e sostenibile la tassazione delle sale

cinematografiche e teatrali;
6. si reputa opportuno assicurare una gestione più agile e sburocratizzata nei rapporti delle imprese di spettacolo con la pubblica Amministrazione, ad esempio attraverso la revisione del servizio di vigilanza dei Vigili del fuoco per le sale e strutture di spettacolo;
7. si invoca uno sforzo ulteriore da parte del Governo, con il pieno supporto del Parlamento, in terminiprogettuali e di previsioni finanziarie, affinchègli interventi per la tutela e la valorizzazione del patrimonio culturale e paesaggistico rappresentinoanche la scelta più lungimirante per assicurare un avvenire di qualità ai giovani.

RAPPORTO APPROVATO DALLA COMMISSIONE SULLO STATO DI PREVISIONE DEL MINISTERO DELL'ECONOMIA E DELLE FINANZE PER L'ANNO FINANZIARIO 2015 E PER IL TRIENNIO 2015-2017, LIMITATAMENTE ALLE PARTI DI COMPETENZA,E RELATIVA NOTA DI VARIAZIONI (DISEGNI DI LEGGE NN. 1699 E 1699-*bis* - TABELLE 2 E 2-*bis*), E SULLE PARTI CORRISPONDENTI DEL DISEGNO DI LEGGE N. 1698

La Commissione, esaminati lo stato di previsione della spesa del Ministero dell'economia e delle finanze, per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017, limitatamente alle parti di competenza, nonché le parti connesse del disegno di legge di stabilità per il 2015,

in relazione al disegno di legge di stabilità:

valutato positivamente il comma 115 dell'articolo 1 che estende, all'esercizio finanziario 2015 e ai successivi, le disposizioni sulla destinazione del cinque per mille dell'IRPEF, autorizzando una spesa di 500 milioni di euro annui a decorrere dal 2015 e favorendo in tal modo anche le associazioni sportive dilettantistiche, riconosciute ai fini sportivi dal Comitato olimpico nazionale italiano (CONI) a norma di legge, che svolgono una rilevante attività di interesse sociale;

rilevato criticamente che l'articolo 2, comma 1, sopprime il contributo all'Istituto per il credito sportivo che, nel bilancio a legislazione vigente, era pari a 1,2 milioni di euro per ciascuno degli anni del triennio 2015-2017;

ritenuto positivo il comma 64 dell'articolo 3, che reca misure di favore sul piano fiscale per le associazioni sportive dilettantistiche non aventi scopo di lucro, affiliate alle federazioni sportive nazionali o agli enti nazionali di promozione sportiva, consentendo loro di chiedere un nuovo piano di rateizzazione dei contributi dovuti a seguito di accertamenti fiscali;

in merito al disegno di legge di bilancio:

preso atto flessione negativa del programma n. 30.1 "Attività ricreative e sport", all'interno della missione n. 30 "Giovani e sport", contenuto nella Tabella 2 del Ministero dell'economia e delle finanze;

formula conseguentemente un rapporto favorevole con la seguente osservazione:
si reputa indispensabile garantire il funzionamento ordinario dell'Istituto per il credito sportivo, ponendo fine al commissariamento, anche in considerazione dei numerosi progetti da esso gestiti.

RAPPORTO APPROVATO DALLA COMMISSIONE SULLO STATO DI PREVISIONE DEL MINISTERO DELL'ISTRUZIONE, DELL'UNIVERSITA' E DELLA RICERCA PER L'ANNO FINANZIARIO 2015 E PER IL TRIENNIO 2015-2017E RELATIVA NOTA DI VARIAZIONI (DISEGNI DI LEGGE NN. 1699 E 1699-*bis* - TABELLE 7 E 7-*bis*), E SULLE PARTI CORRISPONDENTI DEL DISEGNO DI LEGGE N. 1698

La Commissione, esaminati lo stato di previsione della spesa del Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017, nonché le parti connesse del disegno di legge di stabilità per il 2015,

premesso che, rispetto al testo presentato dal Governo alla Camera dei deputati, il disegno di legge esaminato presso l'altro ramo del Parlamento sconta una serie di norme stralciate (perchè di natura ordinamentale, microsettoriale o non riferite alle annualità coperte dai documenti di bilancio), che impattavano anche sui settori di competenza, tra cui disposizioni diverse in materia di istruzione scolastica e universitaria e del sistema dell'alta formazione artistica, musicale e coreutica (AFAM), nonché interventi concernenti l'Istituto nazionale di valutazione del sistema educativo di istruzione e di formazione" - INVALSI (già articolo 28, commi 15, da 23 a 27 e 31, del disegno di legge n. 2679);

con riguardo alle parti del disegno di legge di stabilità:

manifesta condivisione per ilcomma 4 dell'articolo 1, cheistituisce nello stato di previsione del Ministero dell?istruzione, dell?università e della ricerca il «Fondo "La buona scuola"», con la dotazione di un miliardo di euro per l?anno 2015 e di 3 miliardi di euro annui a decorrere dall?anno 2016, le cui finalità riguardano il rafforzamento dell?offerta formativa e della continuità didattica, la valorizzazione dei docenti e la sostanziale attuazione dell?autonomia scolastica, anche attraverso la valutazione;

valuta favorevolmente il comma 5 dell?articolo 1, in base al quale il Fondo è finalizzato, in via prioritaria, alla realizzazione di un piano straordinario di assunzioni, al potenziamento dell?alternanza scuola-lavoro e alla formazione dei docenti e dei dirigenti scolastici;

prende atto delle ulteriori norme che incidono sugli ambiti di interesse, quali:
- il comma 6 dell'articolo 1, che modifica le finalità dei progetti promossi da imprese in collaborazione con enti di ricerca, università e scuole;
- il comma 11 dell'articolo 1, che interviene sulla normativa in tema di incentivazione del rientro in Italia di lavoratori occupati all'estero;
- il comma 30 dell'articolo 1, che novella le norme del decreto-legge n. 145 del 2013 in merito al credito di imposta per le imprese che investono in ricerca e sviluppo;
- il comma 101 dell'articolo 1 che istituisce, nello stato di previsione del Ministero dell?economia e delle finanze, un Fondo per interventi in favore della famiglia, conuna dotazione pari a 108 milioni di euro per il 2015, di cui una quota pari a 100 milioni è riservata al rilancio del piano di sviluppo del sistema territoriale dei servizi socio-educativi per la prima infanzia, inteso al raggiungimento di determinati obiettivi di servizio, nelle more della definizione dei livelli essenziali delle relative prestazioni;
- il comma 24 dell'articolo 2, secondo cui anche per l?anno 2015 nei confronti del personale non contrattualizzato in regime di diritto pubblico (tra cui professori e ricercatori universitari) non si applicano i meccanismi di adeguamento retributivo;

- il comma 45 dell'articolo 2 in base al quale, a decorrere dal 2015, le dotazioni di bilancio relative alle missioni e ai programmi di spesa del Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca subiscono una pesante riduzione pari a circa 148,6 milioni di euro per il 2015, 136,2 milioni di euro per il 2016 e 2017 (e successivi);

osserva che ilcomma 121 dell'articolo 1autorizza, dal 2015, la spesa di 200 milioni di euro annui, per le finalità di cui all?articolo 1, comma 13, della legge 10 marzo 2000, n. 62, da destinare in favore delle scuole paritarie;

considera positivamente che il comma 122 dell?articolo 1 incrementa di 150 milioni di euro dal 2015 il Fondo per il finanziamento ordinario delle università (FFO), al fine di aumentare la quota premiale, e prevede che una quota pari ad almeno il 50 per cento del Fondo per gli investimenti nella ricerca scientifica e tecnologica (FIRST) è destinata al finanziamento di progetti di ricerca di interesse nazionale (PRIN) presentati dalle università;

rileva criticamente che il comma 90 dell'articolo 2 riduce lo stesso FFO di 34 milioni di euro nel 2015 e di 32 milioni di euro annui dal 2016, in considerazione della razionalizzazione della spesa per acquisto di beni e servizi che dovrà essere operata dalle università sulla base di indirizzi formulati con decreto del Ministro dell?istruzione, dell?università e della ricerca, da emanare entro 30 giorni dalla data di entrata in vigore della legge di stabilità;

valuta con favore che ilcomma 123 dell?articolo 1 autorizza la spesa di 60 milioni di euro per l?anno 2016 e di 170 milioni di euro per ciascuno degli anni dal 2017 al 2020 per la partecipazione italiana ai programmi dell?Agenzia spaziale europea e per i programmi spaziali nazionali di rilevanza strategica;

esamina con attenzione l'articolo 2, comma 20, che stabilisce, a decorrere dal 2015, una riduzione dei trasferimenti di risorse statali in favore di determinati enti e organismi pubblici elencati nell'allegato n. 6, che interessano anche il settore dell'istruzione, della ricerca e dell'università;

rileva in maniera critica che il comma 72dell?articolo 2 opera riduzioni degli stanziamenti per gli assegni di sede del personale docente delle scuole italiane all?estero, nella misura di 3,7 milioni per il 2015 e di 5,1 milioni a decorrere dal 2016;

tiene conto altresì che:

· il comma 76 dell?articolo 2 riduce di 200.000 euro annui, a decorrere dal 2015, il contributo a favore della Scuola per l?Europa di Parma;
· il comma 77 dell?articolo 2 riduce di 30 milioni di euro, a decorrere dal 2015, l?autorizzazione di spesa di cui all?articolo 4 della legge n. 440 del 1997 (già Fondo per l'arricchimento e l'ampliamento dell'offerta formativa), confluita, dal 2013, nel Fondo per il funzionamento delle istituzioni scolastiche;
· il comma 78 dell?articolo 2 prevede che, per il 2015, rimane acquisita all?erario quota parte (10 milioni di euro) delle somme che non sono state utilizzate dalle scuole, per tre esercizi finanziari consecutivi, per la realizzazione di progetti in materia di formazione e sviluppo dell?autonomia scolastica;
· il comma 79 dell?articolo 2 dispone che, a decorrere dal 1° settembre 2015, l?organizzazione e il coordinamento periferico del servizio di educazione fisica è di competenza degli Uffici scolastici regionali e del dirigente ad essi preposto, che può avvalersi della collaborazione di un dirigente scolastico o di un docente di ruolo di educazione fisica, dispensato in tutto o in parte dall?insegnamento;

- il comma 80 dell?articolo 2 elimina, dal 1° settembre 2015, la possibilità di usufruire dell?esonero o del semiesonero dall?insegnamento per i docenti con funzioni vicarie del dirigente scolastico, nonché per i docenti addetti alla vigilanza delle sezioni staccate o delle sedi coordinate delle scuole;
- il comma 81 dell?articolo 2 dispone che la soppressione delle disposizioni inerenti la possibilità di collocare fuori ruolo docenti e dirigenti scolastici per assegnazioni presso enti che operano nel campo delle tossicodipendenze, della formazione e della ricerca educativa e didattica, nonché associazioni professionali del personale direttivo e docente ed enti cooperativi da esse promossi, decorra dall?anno scolastico 2016-2017;
- il comma 82 dell?articolo 2 prevede l?eliminazione, dal 1° settembre 2015, della possibilità per il personale del comparto scuola - salve alcune ipotesi - di essere posto in posizione di comando, distacco, fuori ruolo o utilizzazione comunque denominata presso pubbliche Amministrazioni, Autorità indipendenti, enti, associazioni e fondazioni;
- i commi 83 e 84 dell?articolo 2 vietano, a decorrere dal prossimo anno scolastico, il conferimento di supplenze brevi per il primo giorno di assenza dei docenti e per i primi 7 giorni di assenza dei collaboratori scolastici;
- il comma 85 stabilisce che con decreto del Ministro dell?istruzione, dell?università e della ricerca, di concerto con il Ministro dell?economia e delle finanze, sentita la Conferenza unificata, da adottare entro 60 giorni dalla data di entrata in vigore della legge, si procede alla revisione di criteri e parametri per la definizione delle dotazioni organiche del personale ATA, onde conseguire economie di spesa e di personale anche connesse al processo di digitalizzazione dei procedimenti amministrativi affidati alle segreterie scolastiche, per il quale il comma 86 autorizza la spesa di 10 milioni di euro nel 2015 a valere sui risparmi derivanti dalla ridefinizione delle dotazioni organiche, fatta salva l'applicazione della clausola di salvaguardia di cui al comma 87;
- il comma 88 dell?articolo 2 dispone una riduzione delle spese per accertamenti medico-legali che sono sostenute da università e dalle istituzioni AFAM per 700.000 euro a decorrere dal 2015;
- il comma 89 dell?articolo 2 sopprime il contributo statale alla Scuola di ateneo per la formazione europea *Jean Monnet*, costituita presso la Seconda università degli studi di Napoli, pari a 3,5 milioni di euro annui secondo le norme vigenti;
- il comma 91 dell?articolo 2prevede che la somma di euro 140 milioni, relativa alla gestione stralcio del Fondo speciale per la ricerca applicata (FSRA) è versata all?entrata del bilancio dello Stato entro il 31 gennaio 2015 per essere successivamente riassegnate al FFO;
- il comma 92 dell'articolo 2 dispone che per il 2015 le risorse destinate al funzionamento delle istituzioni AFAM sono ridotte di un milione di euro sulla base di una valutazione del Ministro dell?istruzione, dell?università e della ricerca in sede di definizione dei criteri di riparto annuale del relativo fondo;
- il comma 93 dell'articolo 2 prevede che dal 1° gennaio 2015 l?incarico di presidente delle istituzioni AFAM è svolto a titolo gratuito, anche per gli incarichi già conferiti;
- il comma 94 dell'articolo 2 dispone che, entro trenta giorni dalla data di entrata in vigore della legge di stabilità, è adottato un decreto del Ministro dell?istruzione, dell?università e della ricerca, di concerto con il Ministro dell?economia e delle finanze, al fine di rideterminare i compensi dei componenti degli organi degli enti di ricerca finanziati a valere sul Fondo ordinario per gli enti e le istituzioni di ricerca (FOE), al fine di consentire il conseguimento di risparmi lordi di spesa per 916.000 euro nel 2015 e 1 milione di euro dal 2016; conseguentemente, il Fondo è ridotto in pari misura;
- il comma 95 stabilisce che il medesimo FOE è ridotto di 42 milioni di euro dal 2015 in considerazione di una razionalizzazione della spesa per acquisto di beni e servizi, che gli enti di ricerca devono conseguire sulla base di indirizzi formulati con decreto del Ministro dell?istruzione, dell?università e della ricerca, anche in tal caso da emanare entro trenta giorni dalla data di entrata in

vigore della legge di stabilità;

· il comma 96 dell?articolo 2 prevede che dal 1° gennaio 2015 il personale che opera negli uffici di diretta collaborazione del Ministro dell?istruzione, dell?università e dalla ricerca è ridotto (a 190 unità, comprensive della dotazione relativa all?organismo indipendente di valutazione;

· i commi da 97 a 99 dell?articolo 2 recano disposizioni finalizzate ad agevolare l?ingresso di ricercatori nelle università "virtuose", a regolare diversamente il rapporto fra assunzioni di professori e chiamate di ricercatori, nonché a consentire il cumulo delle risorse destinate alle assunzioni per un arco temporale non superiore a tre anni;

· il comma 98 dell?articolo 2 modifica uno dei criteri in base ai quali le università predispongono i piani triennali per la programmazione del reclutamento del personale docente, ricercatore, dirigente e tecnico-amministrativo;

· il comma 99dell?articolo 2 estende alle università le disposizioni - già introdotte per le Amministrazioni dello Stato, le agenzie e gli enti pubblici non economici - che prevedono il cumulo delle risorse destinate alle assunzioni per un arco temporale non superiore a tre anni, nel rispetto della programmazione del fabbisogno e di quella finanziaria e contabile;

· i commi da 100 a 102 dell?articolo 2prevedono l?adozione di nuovi criteri per la composizione delle commissioni per l?esame di Stato, attualmente disciplinate dall'articolo 4 della legge n. 425 del 1997, da applicare per gli esami che si svolgeranno nel 2015 (anno scolastico 2014-2015);

· con riferimento all'articolo 3, il comma 72 dispone la riduzione per il 2015, per un importo pari a 4 milioni di euro, dell?autorizzazione di spesa relativa al Fondo integrativo speciale per la ricerca, le cui misure di compensazione sono indicate nel comma 73;

prende atto che si registrano accantonamenti in Tabella A pari a 7.000 euro per il 2015 e a 9.000 euro per il 2016 e 2017, la cui finalizzazione è il finanziamento delle scuole non statali, mentre l'accantonamento inizialmente previsto nella Tabella B è stato utilizzato per finanziare gli interventi di cui all'articolo 1, comma 123, relativi ai programmi spaziali europei;

in merito alla Tabella C, registra positivamente le seguenti variazioni di bilancio:

- l'incremento di 4 milioni di euro per il 2015 delle risorse destinate alla ricerca in base al decreto legislativo n. 204 del 1998;
- l'incremento di 1,6 milioni per ciascuno degli anni del triennio 2015-2017 delle risorse destinate all?attività sportiva universitaria;

quanto alla Tabella D, si rammarica delle seguenti decurtazioni:

- per l'istituzione dell'ufficio per la gestione delle scuole lingua slovena: -66.452 euro per il 2015, -80.008 euro per il 2016 e -67.428 euro per il 2017, con un sostanziale azzeramento rispetto agli stanziamenti del bilancio a legislazione vigente;
- per la Fondazione per il merito, - 500.000 euro per il 2015, che dimezza di fatto gli stanziamento previsti dal bilancio a legislazione vigente, mentre non ci sono decrementi per gli anni successivi;
- per l'istituzione del fondo per la formazione e l'aggiornamento della dirigenza: - 769.000 euro per ciascuno degli anni del triennio 2015-2017;

in merito al disegno di legge di bilancio, valuta favorevolmente gli obiettivi dei tre Dipartimenti del Ministero, elencati nella Tabella 7 e riguardanti in linea generale: il sostegno e il potenziamento delle politiche e delle azioni di innovazione tecnologica nelle scuole; le misure sull'edilizia scolastica per incrementare la sicurezza e migliorare la qualità degli istituti; l'orientamento scolastico e professionale, il reclutamento e la formazione dei docenti, anche universitari; le iniziative volte a rendere la scuola "aperta" anche oltre l'orario delle lezioni; gli interventi di riforma dell'AFAM; la programmazione della ricerca;

in ordine alle previsioni per il 2015, rileva criticamente una generale riduzione degli importi relativi alle missioni del Dicastero rispetto alle previsioni assestate nell'anno finanziario 2014, anche a seguito della nota di variazioni, ad eccezione della missione "Fondi da ripartire", che registra un notevole aumento;

rileva comunque positivamente che:
- all'interno della missione n. 22, "Istruzione scolastica", rispetto al 2014, sono in leggero aumento (seppur contenuto a seguito della nota di variazioni) le dotazioni dei programmi "Programmazione e coordinamento dell'istruzione scolastica" (22.1) e "Istruzione secondaria di primo grado" (22.12), mentre un incremento più sostenuto (quasi il doppio) si rileva per il programma "Istituzioni scolastiche non statali" (22.9);
- rispetto alle previsioni assestate 2014, il programma "Servizi e affari generali per le amministrazioni di competenza" (32.3), all'interno della missione n. 32, subisce un aumento;
- circa la missione n. 23, "Istruzione universitaria e formazione post universitaria", benchè essa sia in generale diminuzione rispetto all'assestamento 2014, si nota un recupero positivo in virtù della nota di variazioni, che ne incrementa le risorse;

prende in esame anche gli stanziamenti di competenza inseriti, rispettivamente, nella Tabella 2 del Ministero dell'economia e delle finanze, alla missione n. 22, "Istruzione scolastica", che subisce un lieve decremento, nonchè nella Tabella 8 del Ministero dell'interno, in cui è stato incrementato il finanziamento per garantire la gratuità, totale o parziale dei libri di testo per la scuola dell'obbligo, e la fornitura di libri di testo da dare in comodato d'uso agli studenti della scuola secondaria superiore.

La Commissione formula conseguentemente un rapporto favorevole con le seguenti condizioni:
1. sia ripristinato lo stanziamento inizialmente previsto per le istituzioni dell'AFAM che, con particolare riferimento agli istituti musicali pareggiati, ne avrebbero quanto meno garantito la sopravvivenza per il 2015, in attesa del riordino complessivo oggetto dei disegni di legge n. 322 e abbinati, all'esame della 7a Commissione;
2. siano recuperate le risorse inizialmente stanziate per l'INVALSI e poi stralciate durante l'esame in prima lettura;
3. sia data sollecita attuazione all'organico funzionale per ciascun istituto, indispensabile per garantire l'ordinaria attività didattica, educativa, amministrativa, tecnica e ausiliaria, le esigenze di sviluppo delle eccellenze, di recupero, di integrazione e sostegno ai diversamente abili e di programmazione dei fabbisogni di personale scolastico;
4. in merito all'articolo 2, comma 80, si reputa indispensabile che l'eliminazione dell'esonero dall'insegnamento (derivante dall'abrogazione dell'articolo 459 del testo unico sulla scuola) sia correlata all'effettiva operatività dell'organico dell'autonomia, che potrebbe non essere completamente raggiunta dal 1° settembre 2015;

nonchè con le seguenti osservazioni**:**
a) in merito ai commi da 100 a 102 dell'articolo 2, si manifesta perplessità sull'applicazione all'anno scolastico in corso dei nuovi criteri per la composizione delle commissioni d'esame, tenuto conto che essi saranno conoscibili dalle scuole all'incirca durante il secondo quadrimestre, in una fase molto avanzata di preparazione agli esami di Stato. Circa la formulazione del testo, si segnala altresì l'esigenza di modificare il riferimento normativo, in quanto il richiamo corretto al Fondo «La buona scuola» è contenuto nei commi 4 e 5 (e non 3 e 4) dell'articolo 1;
b) siano riviste le norme riguardanti le indennità di presidenti, direttori e consiglieri di amministrazione delle istituzioni AFAM e dei componenti degli organi degli enti pubblici di ricerca, in

modo da rispettare i previsti risparmi di spesa, garantendo al contempo il mantenimento dell'alta qualità culturale e professionale del personale chiamato ad assumere importanti e delicate responsabilità amministrative;

c) quanto alla partecipazione italiana ai programmi dell?Agenzia spaziale europea e ai programmi spaziali nazionali di rilevanza strategica, si ritiene necessario stanziare adeguate risorse a partire dal 2015*;*

d) nell'attuazione dell'articolo 2, comma 90, sia pienamente salvaguardata l'autonomia delle università nelle scelte inerenti la razionalizzazione della spesa per acquisto di beni e servizi*;*

e) si sollecita l'avvio di un piano straordinario di assunzioni dei ricercatori, per rispondere al bisogno di innovazione del Paese e porre fine alla attuale situazione di precarietà*;*

f) pur apprezzando la maggiore flessibilità garantita agli atenei nella scelta delle tipologie contrattuali, si invita a valutare l'opportunità di ripristinare il vincolo di assunzione previsto per i ricercatori consistente in una determinata percentuale parametrata al numero dei professori di I fascia;

g) si sollecita la soluzione della vicenda "quota 96", che oramai riguarda poco più di 2.000 docenti, affinché entro il 15 gennaio 2015 essi siano messi nelle condizioni di presentare domanda di pensionamento.

ORDINE DEL GIORNO AL DISEGNO DI LEGGE

N. 1698

G/1698/9/7 (testo 2)

D'ADDA, MANASSERO, PUGLISI, LIUZZI, FASIOLO

La 7a Commissione,

in sede di esame del disegno di legge n. 1698, recante: «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)»,

premesso che:

il Memoriale italiano di Auschwitz rappresenta un esempio unico, prezioso e originale di opera di testimonianza. Nel Memoriale, infatti, la testimonianza passa attraverso il lavoro artistico e l'arte si fa carico dell'impegno di testimoniare;

proprio in questa scelta di campo operata all'inizio dall'Aned ? Associazione nazionale *ex* deportati nei campi nazisti ? risiede la specificità e l'originalità del Memoriale che si impone in prima istanza come documento prezioso della storia italiana del Novecento e, non secondariamente, come esempio originale dell'arte contemporanea;

il progetto architettonico fu ideato dallo studio di architettura milanese BBPR (allora composto da Ludovico Belgiojoso, Enrico Peressuti, Alberico Belgiojoso, Giuseppe Lanzani collaboratore), la stesura del testo concepito per dare voce al Memoriale fu opera di Primo Levi, il progetto artistico fu realizzato dal maestro Mario Samonà, detto Pupino, la regia fu curata da Nelo Risi mentre Luigi Nono concesse l'utilizzo del suo pezzo «Ricorda cosa ti hanno fatto in Auschwitz»;

il Memoriale italiano di Auschwitz e la sua collocazione nel Blocco 21 ricorda e celebra tutti gli italiani, donne e uomini ebrei, rom, omosessuali, dissidenti politici, deportati nei campi di concentramento nazisti, fra i quali gli stessi autori dell'opera d'arte;

esso è stato ideato e realizzato contestualmente alla dichiarazione di Auschwitz sito UNESCO 1979, e, facendone parte integrante, va considerato patrimonio mondiale dell'umanità;

i campi di sterminio nazisti hanno rappresentato una delle più sconvolgenti tragedie nella storia dell'umanità. In essi anche numerosi Italiani hanno trovato la morte e hanno conosciuto indicibili forme di oltraggio alla dignità umana. Il Memoriale in onore degli italiani caduti nei campi di sterminio nazisti rappresenta un importante e irrinunciabile luogo della memoria, fondamentale in un momento in cui si vanno affermando pericolosamente vari tentativi negazionisti e una diffusa tendenza alla rimozione di quella tragica vicenda. Si ritiene perciò grave e incomprensibile la decisione della

Direzione dell'*ex* KZ ? Auschwitz-Birkenau di declassare e chiudere il memoriale. Strapparlo dal suo ambito naturale, il campo di sterminio di Auschwitz, per trasferirlo altrove coincide con la distruzione dell'opera e del suo significato;

nella seduta del 15 febbraio 2012 i Comitati tecnico-scientifici del Ministero per i beni e le attività culturali redassero un verbale nel quale si afferma con chiarezza che detti Comitati hanno ritenuto unanimemente di non poter condividere l'ipotesi, indicata dalla direzione del Museo di Auschwitz per voce del dottor M.A. Cywinsky, di smontaggio e delocalizzazione in Italia dell'installazione progettata per l'interno del Blocco 21;

preso atto delle preorgative dell'Esecutivo nella regolazione dei rapporti diplomatici con lo Stato interessato;

tutto ciò premesso,
impegna il Governo:
ferme restando le competenze e le prerogative del Governo nella disciplina dei rapporti tra gli Stati coinvolti, a verificare la possibilità di una revisione della decisione assunta dalla Direzione del Museo di Auschwitz e dalle autorità polacche;
qualora tale revisione non sia possibile, a supportare la ANED nel reperimento di una nuova e degna sede su territorio nazionale e ad adottare tutte le opportune misure, in concorso con le competenti istituzioni locali, affinché il Memoriale venga riaperto al pubblico, restaurato ad opera delle più qualificate strutture del Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo secondo rigorosi criteri filologici e integrato con apparati didattici esplicativi e congrui, al fine di garantire alle future generazioni la continuità di una memoria insostituibile e inalterabile."

ORDINE DEL GIORNO AL DISEGNO DI LEGGE
N. 1699

G/1699/1/7/Tab.7 (testo 2)
DI BIAGIO, SUSTA, BOCCHINO
La 7a Commissione,
in sede di esame del disegno di legge n. 1699, recante: «Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017:
premesso che:
il provvedimento reca rifinanziamento di numerose voci di spesa facenti capo ai diversi Ministeri, prevedendo alla Tabella 7 le previsioni di spesa del Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca;
risulta una criticità relativa alle borse di studio in favore dei figli delle vittime del terrorismo, della criminalità organizzata e delle vittime del dovere, poiché dal 2013, a seguito della *spending review*, le sovvenzioni sono state dimezzate;
è opportuno ricordare che il diritto allo studio, unico e vero strumento capace di condurre un individuo alla libertà e alla formazione della coscienza umana e civica, è quanto di più prezioso resta a coloro i cui genitori sono caduti o rimasti invalidi mentre svolgevano i loro compiti istituzionali nel servizio al Paese;
la disciplina relativa alle borse di studio, così come regolata dal decreto del Presidente della Repubblica n. 58 del 2009, prevedeva un'assegnazione annuale di 800 borse, nei limiti di stanziamento di cui all'articolo 4 della legge n. 407 del 1998, e successive modificazioni;
la *spending review* ha comportato un dimezzamento del capitolo 1498 dello stato di previsione del Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca, destinato alle borse di studio riservate alle

vittime del terrorismo e della criminalità organizzata nonché agli orfani e ai figli con conseguente drastica riduzione dell'importo delle sovvenzioni;

i due concorsi pubblici per titoli indetti quest'anno dalla Presidenza del Consiglio dei ministri, di cui alla IV Serie, Concorsi ed Esami, della *Gazzetta Ufficiale* n. 21 del 14 marzo 2014, hanno di fatto mantenuto gli importi dimezzati;

l'Associazione Vittime del dovere, insieme ad altri referenti dell'associazionismo legato alle vittime, aveva segnalato già nel corso del 2013 la riduzione degli importi, evidenziando come ciò rappresentasse una forte carenza nel sostegno a coloro che con grande sacrificio personale avevano servito la patria;

impegna il Governo:

a valutare l'opportunità di prevedere, nell'ambito programma 22.8 «Iniziative per lo sviluppo del sistema istruzione scolastica e per il diritto allo studio», l'incremento delle risorse destinate al capitolo 1498 ? Borse di studio riservate alle vittime del terrorismo e della criminalità organizzata, di cui all'articolo 4 della legge n. 407 del 1998, eventualmente riducendo per un corrispondente importo gli stanziamenti del programma 32.2 «Indirizzo politico.

1.4.2.8. 8^ Commissione permanente (Lavori pubblici, comunicazioni)

1.4.2.8.1. 8ªCommissione permanente (Lavori pubblici, comunicazioni) - Seduta n. 116 (pom.) del 09/12/2014

collegamento al documento su www.senato.it

LAVORI PUBBLICI, COMUNICAZIONI (8ª)

MARTEDÌ 9 DICEMBRE 2014
116ª Seduta

Presidenza del Presidente
MATTEOLI

Interviene il vice ministro delle infrastrutture e dei trasporti Nencini.

La seduta inizia alle ore 15,15.

IN SEDE CONSULTIVA

(1699 **e** 1699-bis **)** ***Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017 e relativa Nota di variazioni***, approvato dalla Camera dei deputati
- (**Tabb. 10 e 10-*bis*)** Stato di previsione del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017*(limitatamente alle parti di competenza)*
- (Tabb. 3 e 3-*bis*) Stato di previsione del Ministero dello sviluppo economico per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017 *(limitatamente alle parti di competenza)*
(1698) ***Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)***, approvato dalla Camera dei deputati
(Rapporti alla 5a Commissione. Esame congiunto e rinvio)

Il presidente MATTEOLI ringrazia per la sua presenza il vice ministro Nencini.

Il vice ministro NENCINI precisa che seguirà i lavori della seduta odierna in rappresentanza del Governo, sia per la parte di competenza del Ministero delle infrastrutture dei trasporti sia per la parte

di comunicazioni di competenza del Ministero dello sviluppo economico.

La senatrice CANTINI (*PD*), relatrice per la tabella 10 e per le correlate disposizioni del disegno di legge di stabilità, illustra il disegno di legge di stabilità 2015 che giunge in Senato dopo l?approvazione della Camera dei deputati. I 47 articoli originari del provvedimento, come modificati ed integrati nel corso dell?esame presso la Commissione bilancio della Camera, sono stati raggruppati in tre articoli, sui quali il Governo ha posto la questione di fiducia. Essi contengono rispettivamente le norme relative a "Risultati differenziali del bilancio dello Stato e gestioni previdenziali. Disposizioni per la crescita, per l?occupazione e per il finanziamento di altre esigenze" (articolo 1, che unifica gli articoli da 1 a 18 del testo originario); a "Misure di razionalizzazione e riduzione della spesa e disposizioni in materia di enti territoriali" (articolo 2, che contiene gli articoli da 19 a 43 del testo iniziale); a "Disposizioni per il contrasto dell?evasione fiscale e altre disposizioni in materia di entrata. Fondi speciali e Tabelle. Entrata in vigore" (articolo 3, che raggruppa gli articoli da 44 a 47 del testo presentato dal Governo).

Per quanto riguarda il settore delle infrastrutture e dei trasporti, il disegno di legge di stabilità prevede un insieme articolato di interventi, riconducibili, in via generale, ad un duplice obiettivo. Da un lato, si introducono misure di razionalizzazione della spesa, con una specifica attenzione ai rapporti finanziari con i soggetti titolari di contratti di servizio pubblico nazionale; dall?altro lato vengono individuati specifici finanziamenti o misure di agevolazione per interventi ritenuti suscettibili di un impatto positivo sulla crescita economica. Sono inoltre state introdotte norme di regolazione, con riferimento al settore aeroportuale e dell?autotrasporto, nonché per la realizzazione di Expo 2015.

Procedendo in ordine di testo, nell?ambito dell?articolo 1, segnala innanzitutto i commi 112 e 113, che autorizzano una spesa di 250 milioni per l?anno 2015 per interventi in favore del settore dell?autotrasporto, destinandone una quota non superiore al 20 per cento alle imprese del settore che procedano a ristrutturazioni ed aggregazioni, nonché il comma 114, che autorizza una spesa di 100 milioni di euro annui, per tre anni a partire dal 2017, per la realizzazione di opere di accesso agli impianti portuali. Le risorse verranno ripartite dal CIPE previa verifica dell?attuazione dell?articolo 13, comma 4, del decreto-legge n. 145 del 2013 (c.d. "destinazione Italia"), nel quale si erano previsti, a valere su risorse precedentemente assegnate con delibere CIPE e quindi revocate, finanziamenti per accrescere la competitività dei porti.

Sempre con riferimento all?articolo 1, il comma 133 inserisce anche le reti metropolitane di aree metropolitane nell?elenco delle opere alle quali attribuire prioritariamente le risorse revocate del fondo c.d. "sblocca cantieri", secondo quanto stabilito dall?articolo 3, comma 6, del decreto-legge n. 133 del 2014.

All?articolo 2, richiama innanzitutto il comma 1, con il quale vengono ridotte una serie di autorizzazioni di spesa concernenti trasferimenti in favore di imprese pubbliche e private (indicate in dettaglio nell?allegato n. 5 al disegno di legge in esame). Con riferimento alle materie di competenza della Commissione 8a segnala poi la riduzione degli stanziamenti per i progetti di studio e ricerca per la nautica da diporto, nonché degli stanziamenti per i progetti innovativi di prodotti e processi nel campo navale.

Il comma 2 stabilisce che una serie di oneri connessi alla navigazione aerea, finora posti a carico degli stanziamenti del Ministero dell?economia per i contratti di servizio con ENAV, vengono trasferiti a carico delle risorse riscosse dall?ENAV per i servizi di navigazione aerea di rotta svolti a favore del traffico aereo civile.

Il comma 3 interviene poi sui diritti aeroportuali, per stabilire che i modelli tariffari per la definizione di tali diritti, adottati dall?Autorità di regolazione dei trasporti, non debbano tenere conto dei criteri individuati dall?articolo 11-*nonies* del decreto-legge n. 203 del 2005. Il medesimo comma conferma inoltre l?approvazione con decreto ministeriale dei contratti di programma stipulati tra l?ENAC e i gestori aeroportuali.

I commi da 5 ad 8 precisano che le risorse stanziate dall?articolo 1, comma 83, della legge di stabilità 2014 (legge n. 147 del 2013) per il rinnovo dei parchi automobilistici e ferroviari destinati al trasporto pubblico locale nonché della flotta utilizzata per i servizi di trasporto pubblico lagunare sono finalizzate all?acquisto di materiale rotabile su gomma, di materiale rotabile ferroviario nonché di natanti e *ferry-boat*. Vengono quindi fissati i criteri per la ripartizione, su base regionale, di tali risorse tra le società che espletano i servizi di trasporto pubblico locale, con la possibilità di chiedere al Ministero delle infrastrutture e dei trasporti di assumere le funzioni di centro unico di acquisto.

Il comma 9 individua nella manutenzione straordinaria della rete ferroviaria nazionale e nello sviluppo degli investimenti per grandi infrastrutture gli assi di intervento della Strategia di sviluppo della rete ferroviaria per il periodo 2015-2017, da perseguire attraverso i connessi programmi di investimento. All?interno del programma di investimenti per le grandi infrastrutture e, in particolare, per la continuità dei lavori delle tratte Brescia-Verona-Padova della linea ferroviaria AV/AC Milano-Venezia, della tratta Terzo valico dei Giovi della linea AV/AC Milano-Genova e delle tratte del nuovo tunnel ferroviario del Brennero, al comma 10 si prevede che il CIPE possa approvare i progetti preliminari delle opere anche nelle more del finanziamento della fase realizzativa ed i relativi progetti definitivi a condizione che sussistano disponibilità finanziarie sufficienti per il finanziamento di un primo lotto costruttivo di valore non inferiore al 10 per cento del costo complessivo delle opere. Il comma 11 stabilisce infine che, in relazione agli interventi previsti dalla strategia di sviluppo, RFI presenti una relazione al Ministero vigilante, per la trasmissione al CIPE e alle Commissioni parlamentari competenti, entro il mese di giugno di ciascun anno e a consuntivo sulle attività dell?anno precedente, in ordine alle risorse finanziarie disponibili, all?avanzamento lavori e alla consegna in esercizio degli investimenti completati nonché agli eventuali scostamenti registrati rispetto al programma.

I commi da 15 a 19 intervengono sul settore dell?autotrasporto.

In particolare, evidenzia che viene novellato in diverse parti il decreto legislativo n. 286 del 2005 per ridefinire alcune delle caratteristiche generali e delle condizioni del contratto di trasporto merci. Si ampliano le nozioni di vettore e di committente e si introduce la definizione di sub-vettore; si disciplina inoltre la pratica della sub-vettura, tra l?altro introducendo il divieto per il sub-vettore di affidare a sua volta il servizio ad altro soggetto. È poi modificato l?articolo 83-*bis* del decreto-legge n. 112 del 2008, per superare l?attuale sistema di contratti basato sui "costi minimi" a favore di una nuova disciplina nella quale i prezzi e le condizioni dei contratti di trasporto sono rimessi all?autonomia negoziale delle parti, tenuto conto dei principi di adeguatezza in materia di sicurezza stradale e sociale. Al fine di garantire l?affidamento del trasporto a vettori in regola con l?adempimento degli obblighi retributivi, previdenziali ed assicurativi, si stabilisce che il committente sia tenuto a verificare tale regolarità preliminarmente alla stipula del contratto di trasporto. Si prevede inoltre l?adeguamento del corrispettivo del contratto di trasporto, in presenza di variazioni superiori al 2 per cento del valore considerato nel contratto del costo del gasolio per il vettore, nel caso in cui il contratto preveda prestazioni da effettuare in un arco di tempo eccedente i trenta giorni. Si introduce poi l?esperimento preventivo della negoziazione assistita come condizione per esercitare l?azione giudiziaria nelle controversie in materia di contratti di trasporto o di sub-trasporto. Ulteriori norme riguardano la dimostrazione del requisito dell?idoneità finanziaria, anche sotto forma di assicurazione di responsabilità professionale, per le nuove imprese che richiedano l?autorizzazione all?esercizio della professione.

Nell?ambito della riduzione dei trasferimenti dal bilancio dello Stato agli enti, disposta dal comma 20 dell?articolo 2, con riferimento alla competenza della 8a Commissione, segnala l?indicazione, nell?allegato n. 6 al disegno di legge in esame, della diminuzione delle somme da destinare all?ENAC di 1 milione di euro per ciascuno degli anni del triennio 2015-2017.

Il comma 39, tra l?altro, attribuisce al Ministero delle infrastrutture e dei trasporti, a valere sulle risorse allo stesso assegnate per gli interventi relativi agli edifici pubblici statali e agli immobili demaniali, le decisioni di spesa relative agli interventi manutentivi da effettuare. Tali decisioni, in base all?articolo

12 del decreto-legge n. 98 del 2011, erano di competenza dell?Agenzia del demanio.

Il comma 45 rinvia all?elenco n. 3 allegato al disegno di legge di stabilità l?indicazione delle riduzioni delle dotazioni di bilancio dei Ministeri. La riduzione relativa al Ministero delle infrastrutture e dei trasporti ammonta ad un importo di 11.281.000 euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017.

Il comma 51stabilisce che, ai fini del rispetto dei vincoli e delle norme dell?Unione europea, gli stanziamenti relativi agli obblighi di servizio pubblico per il trasporto merci su ferro non possano essere, a decorrere dal 2015, superiori a 100 milioni di euro annui.

Il comma 52 riconosce ad ANAS, in relazione alle attività di costruzione, gestione, manutenzione e miglioramento della rete delle strade e delle autostrade statali, una quota fino al 10 per cento del totale dello stanziamento destinato alla realizzazione dell?intervento per spese non previste da altre disposizioni di legge o regolamentari e non inserite nel quadro economico di progetto. Tali disposizioni, in base al successivo comma 53, sono applicabili anche al c.d. Programma ponti e gallerie, previsto dall?articolo 18, comma 10 del decreto-legge n. 69 del 2013.

Si sofferma poi sui commi da 104 a 108 che contengono norme volte a ridurre le spese del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti.

In particolare, il comma 104 dispone la soppressione del contributo ventennale di 5 milioni di euro a decorrere dall?esercizio 2014 per gli investimenti delle imprese marittime per il rinnovo e l?ammodernamento della flotta, di cui al comma 38, secondo periodo, dell?articolo 1 della Legge di stabilità 2014.

Il comma 105riduce di 8,9 milioni di euro per l?anno 2015 e di 10 milioni di euro a decorrere dall?anno 2016 l?autorizzazione di spesa di cui all?articolo 13, comma 12, della legge n. 67 del 1988, relativa ai contributi statali per l?ammortamento dei mutui contratti dalle ferrovie in regime di concessione e in gestione commissariale governativa per la realizzazione di investimenti ferroviari.

Il comma 106 riduce di 3 milioni di euro per il 2015 l?autorizzazione di spesa relativa al contributo quindicennale per il completamento delle opere infrastrutturali della Pedemontana di Formia, disposta con l?articolo 1, comma 981, della legge 27 dicembre 2006, n. 296 (finanziaria 2007).

Il comma 107 riduce invece 3 milioni di euro a decorrere dal 2015 l?autorizzazione di spesa disposta dall?articolo 144, comma 1, della legge n. 388 del 2000 (finanziaria 2001), concernente il contributo straordinario al comune di Reggio Calabria relativamente agli interventi di risanamento e sviluppo previsti dal decreto-legge n. 166 del 1989.

Il comma 108 dispone il dimezzamento (dal 42 al 21 per cento) della quota di spettanza dell?ANAS S.p.a. del canone annuo a carico dei concessionari autostradali disciplinato dal comma 1020 dell?articolo 1 della legge n. 296 del 2006 (finanziaria 2007). Per compensare i minori introiti, lo stesso comma prevede che l?ANAS effettui risparmi di spesa sul contratto di servizio corrispondenti alle minori entrate, anche in termini di razionalizzazione delle spese relative al personale e al funzionamento amministrativo.

Segnala quindi i commi 208-210 dell?articolo 2 del disegno di legge, che prevedono una serie di norme relative alle realizzazione e allo svolgimento dell?Expo 2015.

In particolare, il comma 208 introduce a favore del comune di Milano, per l?anno 2015, deroghe a disposizioni vigenti in materia di contenimento delle spese di personale a tempo determinato e di compensi per lavoro straordinario a personale non dirigenziale.

Il comma 209 estende agli enti locali e regionali la deroga ai vincoli in materia di personale a tempo determinato, già prevista per le società *in house* degli enti locali soci di Expo 2015 per le attività funzionali all?Expo 2015. Il termine per usufruire di tale deroga viene prorogato fino al 31 dicembre 2016.

Il comma 210 autorizza la spesa di 60 milioni di euro, per l?anno 2015, come contributo dello Stato ai maggiori oneri che deve sostenere il comune di Milano per il potenziamento dei servizi ricettivi, del trasporto pubblico locale, della sicurezza e di ogni altro onere connesso all?evento Expo 2015.

Un?ulteriore misura per Expo è disposta al comma 221, in forza del quale la società Expo S.p.a., fino

al 31 dicembre 2015, in considerazione del suo scopo sociale, è esclusa dall?applicazione delle norme di contenimento delle spese per l?acquisto di beni e servizi nonché di quelle limitative delle assunzioni di personale, anche con forme contrattuali flessibili, previste dalla legislazione vigente, a carico dei soggetti inclusi nell?elenco ISTAT delle amministrazioni pubbliche. Restano fermi il limite di spesa delle risorse disponibili previste dalla legislazione vigente per la realizzazione del Grande Evento Expo Milano 2015 e l?applicazione delle disposizioni sui limiti massimi retributivi delle società pubbliche.

Il comma 222 individua correttamente i territori colpiti dagli eventi sismici del 2009 e del 2012, esentati dall?applicazione delle misure per la centralizzazione degli acquisti, al fine di ricomprendere in tali territori, a decorrere dal 12 novembre 2014, anche quelli delle regioni Lombardia e Veneto colpiti dal sisma del 2012. La disposizione è identica all?articolo 3 del decreto-legge n. 165 del 2014, in corso di conversione presso la Camera dei deputati (A.C. 2715), entrato in vigore il 12 novembre 2014 e di cui è contestualmente disposta l?abrogazione.

Nell?ambito dell?articolo 3, segnala, per l?interesse nelle materie di competenza della Commissione, il comma 33, che sopprime l?esenzione dal bollo per gli autoveicoli e per i motoveicoli ultraventennali di particolare interesse storico e collezionistico, nonché il comma 74, con il quale si precisa che, ai fini dell?effettuazione della ritenuta sui compensi corrisposti a non residenti prevista dall?articolo 25, 4º comma, del DPR n. 600 del 1973 (pari al 30 per cento), non trova applicazione, per la sussistenza del requisito della territorialità, quanto previsto dall?articolo 4 del Codice della navigazione, secondo cui i vettori marittimi ed aerei italiani, che si trovino in luogo non soggetto ad alcuna sovranità statuale, si ritengono in territorio italiano. In particolare, per le aziende del settore marittimo che operino in acque internazionali, si escluderebbe in tal modo l?applicazione sui compensi percepiti della suddetta ritenuta ordinaria del 30 per cento, in luogo del regime di tassazione forfetaria denominato *"tonnage tax"*, previsto dagli articoli 155-161 del TUIR.

Si sofferma quindi sulle tabelle allegate al disegno di legge di stabilità.

Nella Tabella non vi sono allocazioni rientranti nella competenza del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti.

Nella Tabella B (Importi dei fondi speciali per la copertura di nuovi provvedimenti legislativi di conto capitale), per il Ministero delle infrastrutture e dei trasporti si registra uno stanziamento di 27,5 milioni di euro per il 2016 e di 47,5 milioni per il 2017. La relazione illustrativa fa presente che tale accantonamento è preordinato alla realizzazione di interventi diversi.

La relazione illustrativa chiarisce altresì che gli accantonamenti del Ministero dell?ambiente sono finalizzati, tra le altre cose, al provvedimento *"Legge quadro in materia di interporti e di piattaforme logistiche territoriali"* (A.C. 730 - A.S. 1185).

Riguardo alla Tabella C (Stanziamenti autorizzati in relazione a disposizioni di legge la cui quantificazione annua è demandata alla legge di stabilità), anche quest?anno, per quanto riguarda il Ministero delle infrastrutture e dei trasporti lo stanziamento più rilevante risulta quello per il finanziamento dell?Ente nazionale per l?aviazione civile (ENAC) pari a 761.597 euro per il 2015, 597.347 per il 2016 e 532.257 per il 2017, in forte diminuzione rispetto a quanto previsto dalla legge di stabilità per il 2014 (che allocava 8,328 milioni di euro per il 2014, 7,9 milioni per 2015 e 8,216 milioni per il 2016). Stanziamenti più limitati sono previsti per l?Agenzia nazionale per la sicurezza del volo e per il Centro internazionale radio-medico CIRM.

La Tabella D (Variazioni da apportare al bilancio a legislazione vigente a seguito della riduzione di autorizzazioni legislative di spesa di parte corrente precedentemente disposte), riporta i definanziamenti delle autorizzazioni legislative di spesa della sola parte corrente. In materia di infrastrutture e trasporti, segnala una riduzione di circa 3,4 milioni di euro nel 2015 e nel 2016 e di 3,6 milioni nel 2017 del fondo per la promozione di trasporti marittimi sicuri.

Nella Tabella E (Autorizzazioni di spesa a carattere pluriennale in conto capitale con evidenziazione dei rifinanziamenti, delle riduzioni e delle rimodulazioni) figurano molte disposizioni di spesa che

incidono sul settore delle infrastrutture e dei trasporti, per la maggior parte delle quali il disegno di legge di stabilità conferma gli stanziamenti già previsti a legislazione vigente.

Per quanto riguarda le variazioni introdotte con il disegno di legge in esame, all?interno della missione 3 (*"Relazioni con le autonomie territoriali"*), segnala un rifinanziamento di 10 milioni di euro per l?anno 2015, relativo agli interventi per il completamento della diga foranea di Molfetta.

Passando alla missione 13 (*"Diritto alla mobilità e sviluppo dei sistemi trasporto"*), si registra anzitutto un rifinanziamento di 100 milioni di euro per il 2016 e il 2017 e di 200 milioni a decorrere dal 2018 del contributo a favore di RFI per la linea AV/AC Milano-Genova, relativamente al secondo lotto del Terzo Valico dei Giovi.

Un rifinanziamento di 500 milioni di euro per il 2015 è previsto anche per le spese per materiale rotabile su gomma e ferroviario nonché per vaporetti e *ferry-boat*.

Segnala poi una riduzione di 200 milioni di euro per l?anno 2015 e di 50 milioni per ciascuno degli anni 2016 e 2017 al contributo in conto impianti alle Ferrovie dello Stato, che viene però contestualmente incrementato per 320 milioni di euro nel 2016, 350 milioni nel 2017 e 3.735 milioni a decorrere dal 2018.

Il Fondo per le infrastrutture ferroviarie e stradali, per quanto attiene agli interventi nel settore dei trasporti, è ridotto di 83 milioni di euro nel 2015 e nel 2016, ma contemporaneamente rifinanziato per 200 milioni nel 2016 e nel 2017 e per 600 milioni a decorrere dal 2018.

I contratti di programma con RFI, destinati alla realizzazione di un programma di investimenti per lo sviluppo e ammodernamento delle infrastrutture ferroviarie, sono altresì rifinanziati per 70 milioni di euro nel 2015, per 100 milioni nel 2016 e per 200 milioni nel 2017 e nel 2018. Sono inoltre rifinanziati gli interventi affidati ad ANAS per la manutenzione straordinaria della rete stradale, la realizzazione di nuove opere e la prosecuzione degli interventi previsti dai contratti di programma già stipulati, per un importo pari a 50 milioni di euro nel 2016, a 143 milioni nel 2017 e a 200 milioni nel 2018.

Per la manutenzione straordinaria della rete ferroviaria affidata a RFI sono stanziati 500 milioni di euro nel 2015, 750 milioni nel 2016 e nel 2017 e 2.250 milioni a decorrere dal 2018.

Sono poi ridefiniti i finanziamenti a RFI relativi ai lavori per una serie di collegamenti ferroviari. Per il completamento della tratta Cancello-Frasso Telesino e variante alla linea Roma-Napoli, via Cassino, dell?asse ferroviario AV/AC Napoli-Bari si prevede una riduzione di 25 milioni di euro per il 2015. Per il completamento della tratta Brescia-Verona-Padova della linea ferroviaria AV/AC Milano-Venezia, della tratta Apice-Orsara e della tratta Frasso Telesino-Vitulano della linea ferroviaria AV/AC Napoli-Bari è invece disposta una riduzione di 90 milioni di euro nel 2015, a fronte di un rifinanziamento di 200 milioni euro nel 2017 e di 2.800 milioni a decorrere dal 2018. Infine, i fondi per l?adeguamento del tracciato e la velocizzazione dell?asse ferroviario Bologna-Lecce sono ridotti di 135 milioni di euro per l?anno 2015.

Si prevede poi un rifinanziamento di 10 milioni di euro per il 2016, di 30 milioni per il 2017 e di 55 milioni per il 2018 per la realizzazione di una piattaforma d?altura davanti al porto di Venezia.

Infine, nell?ambito della missione 14 (*"Infrastrutture pubbliche e logistica"*), si dispone un rifinanziamento per la prosecuzione e il completamento del sistema MOSE, pari a 30 milioni di euro nel 2015, a 50 milioni nel 2016 e a 57 milioni nel 2017.

Passa quindi ad illustrare il disegno di legge recante il bilancio di previsione dello Stato per l?anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017, che è impostato secondo la struttura contabile per missioni e programmi, che privilegia il contenuto funzionale della spesa.

In conseguenza di ciò, le risorse finanziarie sono classificate secondo due livelli di aggregazione: 34 missioni, che rappresentano le funzioni principali della spesa pubblica e ne delineano gli obiettivi strategici, a loro volta articolate, nel disegno di legge di bilancio 2015, in 181 programmi, che rappresentano aggregati omogenei di attività svolte all?interno di ogni singolo Ministero. A partire dal disegno di legge di bilancio per il 2011, i programmi costituiscono le nuove unità di voto parlamentare.

Lo stanziamento complessivo della Tabella 10, a fronte di previsioni assestate per l?anno 2014 pari a 13,5 miliardi, prevede uno stanziamento di competenza per il 2015 (bilancio a legislazione vigente) pari a 12,5 miliardi di euro, suddiviso in 6,8 miliardi di spese correnti e 5,7 miliardi di spese in conto capitale.

Sulla base della Nota di variazioni approvata dalla Camera dei deputati (Tabella 10-*bis*), lo stanziamento complessivo passa a circa 13,2 miliardi di euro di competenza per il 2015, di cui quasi 6,2 miliardi sono relativi alle spese correnti e circa 7 miliardi alle spese in conto capitale.

Si sofferma, quindi, sulle missioni e sui programmi di maggior rilievo previsti dalla Tabella 10.

Per la missione relativa a *"Infrastrutture pubbliche e logistica"* sono stanziati circa 3,8 miliardi di euro per il 2015 a legislazione vigente (-456,5 milioni di euro rispetto all?assestamento 2014), che la Nota di variazioni aumenta di 21 milioni di euro.

Nell?ambito di tale missione, gran parte delle risorse sono concentrate nel programma *"Opere strategiche, edilizia statale ed interventi speciali e per pubbliche calamità"* (n. 14.10, corrispondente al n. 1.7 della Tabella 10), con uno stanziamento di 2,6 miliardi di euro (-522,8 milioni di euro rispetto alle previsioni assestate 2014), che la Nota di variazioni incrementa di 24 milioni.

Per il programma *"Sistemi stradali, autostradali ed intermodali"* (n. 14.11, equivalente al n. n. 1.2 della Tabella 10) sono stanziati 1,1 miliardi di euro, con un aumento di 63,7 milioni di euro rispetto all?assestamento 2014, cui si aggiunge un?ulteriore decurtazione di 3 milioni prevista dalla Nota di variazioni.

Alla missione relativa al *"Diritto alla mobilità e sviluppo dei sistemi di trasporto"* sono destinate, per il 2015, risorse per 7,5 miliardi di euro a legislazione vigente (-609 milioni di euro sul 2014), che la Nota di variazioni aumenta di 721 milioni.

Come sempre, lo stanziamento più cospicuo è quello del programma 13.6 (corrispondente al n. 2.7 della Tabella 10) relativo a *"Sviluppo e sicurezza della mobilità locale"*, che passa da 5,9 miliardi di euro (assestato 2014) a 5,6 miliardi di euro per il 2015, a legislazione vigente, divenuti 6,1 miliardi dopo l?esame da parte della Camera dei deputati.

Il programma 13.5 (che è il n. 2.5 della Tabella 10), denominato *"Sistemi ferroviari, sviluppo e sicurezza del trasporto ferroviario"*, passa da 478 milioni di euro (assestato 2014) a 778 milioni di euro per il 2015, a legislazione vigente, divenuti 776 milioni con la Nota di variazioni.

Il programma 13.2 (*"Autotrasporto ed intermodalità"*, corrispondente al n. 2.4 della Tabella 10) scende da 492 milioni di euro (assestato 2014) a 112 milioni di euro per il 2015, a legislazione vigente, divenuti 362 milioni dopo l?esame da parte della Camera dei deputati.

Il programma 13.9 (corrispondente al n. 2.6 della Tabella 10), denominato *"Sviluppo e sicurezza della navigazione e del trasporto marittimo e per vie d?acqua interne"*, passa da 832 milioni di euro (assestato 2014), a circa 688 milioni di euro per il 2015 a legislazione vigente, che scendono a 678 milioni nella Nota di variazioni.

Tra gli altri programmi inseriti nella missione, il 13.1 (*"Sviluppo e sicurezza della mobilità stradale"*, equivalente al 2.1 della Tabella 10) passa da 282 milioni di euro (assestato 2014) a 258 milioni di euro nel 2015, a legislazione vigente, divenuti 256 milioni dopo l?esame da parte della Camera dei deputati.

Nell?ambito della missione relativa ad *"Ordine pubblico e sicurezza"* rientra nella competenza del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti la gestione del programma *"Sicurezza e controllo nei mari, nei porti e sulle coste"* (n. 7.7, corrispondente al n. 4.1 della Tabella 10), che sale da 730 milioni di euro (previsioni assestate 2014) a 745 milioni per il 2015 a legislazione vigente, ridotti a 737 milioni dalla Nota di variazioni.

Infine, la missione *"Ricerca e innovazione"* del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti comprende il solo programma 17.6 (*"Ricerca nel settore dei trasporti"* corrispondente al n. 5.1 della Tabella 10), che registra risorse di competenza pari a 4,3 milioni di euro per il 2015, a fronte di 4,4 milioni nell?assestato 2014, che la Nota di variazioni riduce di circa 0,1 milioni.

Ha quindi la parola il senatore RANUCCI (*PD*), relatore per la tabella 3 e per le correlate disposizioni del disegno di legge di stabilità.

Per quanto riguarda il settore delle comunicazioni, sottolinea che il disegno di legge di stabilità contiene norme che intervengono in materia di frequenze televisive e di emittenti televisive locali, nonché disposizioni relative a Poste Italiane S.p.a. Ulteriori misure riguardano i servizi digitali, la distribuzione e vendita della stampa quotidiana e periodica e il canone di abbonamento televisivo della RAI.

Procedendo in ordine testuale, le prime norme introdotte dal disegno di legge di stabilità sono contenute all?articolo 1, comma 106, nel quale si disciplina l?avvio da parte dell?AGCOM di una procedura per l?assegnazione a titolo oneroso delle frequenze radioelettriche della banda 1452-1492 Mhz (banda L), da destinare alle tecnologie di comunicazione elettronica mobili SDL (*Supplemental Down Link*). L?eventuale regolamento di gara deve essere emanato entro il 15 marzo 2015. Le procedure selettive per l?assegnazione delle frequenze - che devono essere liberate entro il 30 giugno del prossimo anno - dovranno comunque essere concluse entro il successivo 31 ottobre. Il comma 107 specifica che l?importo derivante dall?attuazione del comma 106, fino a un massimo di 700 milioni di euro, è destinato alla copertura dell?esclusione, per l?anno 2015, di alcune spese relative al cofinanziamento nazionale dei fondi strutturali europei dal saldo rilevante per il rispetto del patto di stabilità interno da parte delle regioni. La finalizzazione delle ulteriori eventuali maggiori entrate sarà definita con decreto ministeriale, prevedendosi comunque la possibilità della loro destinazione al fondo per l?ammortamento dei titoli di Stato.

I commi 108-110 intervengono poi sulla materia delle frequenze televisive.

Il comma 108, in particolare, modifica la destinazione dei proventi della gara per le frequenze del digitale terrestre: nella legislazione vigente (articolo 3-*quinquies*, comma 2, del decreto-legge n. 16 del 2012) essi venivano interamente finalizzati all?indennizzo dei partecipanti alla precedente procedura di assegnazione delle frequenze, che prevedeva la loro attribuzione gratuita agli attuali operatori nazionali (cd. *Beauty contest*), nonché al finanziamento del Fondo speciale rotativo per l?innovazione tecnologica del Ministero dello sviluppo economico. La norma in esame, invece, dispone che la quota dei proventi della gara da destinare agli indennizzi non possa essere superiore a 600.000 euro, mentre la quota eccedente dovrà essere destinata ad ulteriori misure compensative per gli operatori di rete interessati dal rilascio volontario delle frequenze caratterizzate da situazione interferenziali con l?estero, ai sensi dell?articolo 6 del decreto-legge n. 145 del 2013.

Conseguentemente, il comma 109 proroga dal 31 dicembre 2014 al 30 aprile 2015 sia il termine per il rilascio delle frequenze per il servizio digitale terrestre assegnate a operatori di rete televisivi italiani, che tuttavia siano riconosciute a livello internazionale come nella titolarità di Paesi confinanti e che diano luogo ad accertate situazioni interferenziali, sia il termine per l?attribuzione delle misure economiche compensative agli operatori che volontariamente rilascino le frequenze. È inoltre limitato al 70 per cento delle risorse non utilizzate per l?erogazione dei contributi per l?acquisto di *decoder* per il digitale terrestre lo stanziamento da destinare, successivamente all?erogazione delle misure economiche compensative per gli operatori che volontariamente rilascino le frequenze, ai soggetti che, in conseguenze della disattivazione delle frequenze interessate da situazioni interferenziali con l?estero, si ritrovino privi di frequenze assegnate in base al piano di assegnazione delle frequenze in ambito locale. La normativa vigente prevedeva che tutte le risorse originariamente stanziate per i contributi e non utilizzate per le misure compensative fossero destinate a tale finalità.

Segnala quindi che lo stesso comma 109 prevede l?avvio da parte dell?Autorità per le garanzie nelle comunicazioni delle procedure per l?assegnazione a operatori di rete locali delle frequenze attribuite a livello internazionale all?Italia e non utilizzate da operatori di rete nazionali, definendo in maniera dettagliata i criteri per la redazione delle relative graduatorie da parte del Ministero dello sviluppo economico. Viene inoltre disciplinata l?attribuzione, da parte degli operatori di rete, di capacità trasmissiva ai fornitori di servizi *media* audiovisivi in ambito locale. Vengono infine integrati i princìpi e i criteri direttivi dell?articolo 32, comma 2, del Testo unico dei servizi di media audiovisivi e

radiofonici, in base ai quali l?Autorità per le garanzie nelle comunicazioni adotta un apposito piano di numerazione automatica dei canali della televisione digitale terrestre, con riferimento alla numerazione automatica dei canali per l?emittenza locale.

Il comma 110dispone la compensazione degli effetti finanziari derivanti dalla disposizione di cui al comma 108valutati, in termini di fabbisogno e di indebitamento netto, in 31.626 milioni di euro, a valere sul fondo per la compensazione degli effetti finanziari non previsti a legislazione vigente conseguenti all?attualizzazione di contributi pluriennali.

Sempre con riferimento al settore delle comunicazioni, il comma 111 stabilisce che il credito di imposta per la digitalizzazione degli esercizi ricettivi, previsto dal decreto-legge n. 83 del 2014, sia erogato per le spese relative ad impianti *wi-fi* solo a condizione che l?esercizio ricettivo metta a disposizione dei propri clienti un servizio gratuito di velocità di connessione pari ad almeno 1 Megabit/s in *download*. Nella legislazione vigente, il riconoscimento del credito di imposta per le spese relative ad impianti *wi-fi* non è subordinato ad alcuna condizione.

Segnala poi che il comma 129 conferma per il 2015 la possibilità di usufruire del credito d?imposta per sostenere l?adeguamento tecnologico degli operatori del settore della distribuzione e vendita della stampa quotidiana e periodica; proroga inoltre al 31 dicembre 2015 il termine a decorrere dal quale diviene obbligatoria la tracciabilità delle vendite e delle rese di quotidiani e periodici attraverso l?utilizzo di strumenti informatici e telematici basati sulla lettura del codice a barre.

Il comma 134 autorizza la spesa di 20 milioni di euro annui, a decorrere dal 2015, a favore dell?emittenza radiotelevisiva locale.

Per quanto riguarda l?articolo 2, evidenzia, con riferimento alle materie di interesse per la 8a Commissione, che nell?allegato n. 6 al disegno di legge in esame, richiamato dal comma 20 di tale articolo, si dispone una riduzione delle somme da destinare alle spese di funzionamento dell?Agenzia per l'Italia digitale di 200.000 euro per ciascuno degli anni del triennio 2015-2017.

I commi da 40 a 44 contengono norme relative a Poste Italiane S.p.a.

Al fine di valorizzare la società, assicurando maggiore certezza e stabilità dei rapporti giuridici nonché la sostenibilità dell'onere del servizio postale universale in relazione alle risorse pubbliche disponibili, è innanzitutto prorogata l?efficacia del contratto di programma 2009-2011 tra Ministero dello sviluppo economico e Poste italiane S.p.a. fino alla stipula del nuovo contratto; viene inoltre stabilito che, a partire dal periodo 2015-2019, il nuovo contratto con il fornitore del servizio postale universale abbia durata quinquennale e sia sottoscritto entro il 31 marzo 2015, al termine di un?articolata procedura che contempla anche l?espressione del parere - non vincolante - da parte delle competenti Commissioni parlamentari. Lo stanziamento di bilancio per il nuovo contratto è quantificato in 262,4 milioni di euro a decorrere dal 2015, facendo salvi gli effetti delle verifiche dell'Autorità per le garanzie nelle comunicazioni in ordine alla quantificazione del costo netto del servizio postale universale.

Si conferma inoltre la possibilità per Poste di fornitura del servizio universale e delle prestazioni in esso ricomprese a giorni alterni, che è autorizzata dall'Autorità di regolamentazione, in presenza di particolari situazioni di natura infrastrutturale o geografica in ambiti territoriali con una densità inferiore a 200 abitanti/kmq e comunque fino ad un massimo di un quarto della popolazione nazionale. Nella legislazione vigente, tale limite era fissato ad un ottavo.

È poi aumentata dal 5 al 50 per cento la percentuale massima dei fondi, provenienti da raccolta effettuata da Poste italiane S.p.a. per attività di bancoposta, che può essere investita in titoli, diversi da quelli governativi dell?area euro, assistiti dalla garanzia dello Stato. Sono conseguentemente riaperti i termini per la stipula di appositi accordi o convenzioni tra Poste italiane e il Ministero dell?economia per disciplinare lo svolgimento dei servizi di tesoreria e sono modificati alcuni dei parametri assunti abase per il calcolo delle remunerazioni dei servizi stessi.

Il successivo comma 50 integra infine l?articolo 21, comma 4, del decreto legge n. 66 del 2014 per disporre la riduzione, a decorrere dal 2015, del 5 per cento delle somme derivanti dal canone di abbonamento alla televisione da riversare alla RAI.

Passa quindi ad illustrare le tabelle allegate al disegno di legge di stabilità.

In relazione alla Tabella C, per la parte relativa al settore delle comunicazioni, segnala un contributo di circa 2,8 milioni di euro annui all?Agenzia per l?Italia digitale per il triennio 2015-2018.

Nella Tabella D, per il settore delle comunicazioni si segnala, rispetto al bilancio a legislazione vigente, la riduzione dei contributi alle emittenti radiotelevisive locali pari a 3,2 milioni di euro per ciascuno degli anni del triennio 2015-2018.

Passando al disegno di legge di bilancio, dà succintamente conto degli stanziamenti di competenza del bilancio 2015 del Dipartimento per le comunicazioni istituito presso il Ministero dello sviluppo economico, contenuti nella Tabella 3 e nella relativa Nota di variazioni (Tabella 3-*bis*).

I principali interventi del Ministero dello sviluppo economico, con riferimento agli ambiti di competenza del Dipartimento per le comunicazioni, riguardano la missione relativa alle *"Comunicazioni"*(n. 15, corrispondente al n. 6 della Tabella 3) con uno stanziamento di competenza a legislazione vigente pari a 99,0 milioni di euro per il 2015, assai inferiore ai 182,2 milioni delle previsioni assestate 2014. Sulla base della Nota di variazioni approvata in prima lettura dalla Camera dei deputati (Tabella 3-*bis*), tale valore è aumentato a 115,3 milioni di euro.

Tra i programmi ricompresi nella missione, vi è anzitutto quello relativo alla *"Pianificazione, regolamentazione, vigilanza e controllo delle comunicazioni elettroniche e radiodiffusione"* (n. 15.5, corrispondente al n. 6.1 della Tabella 3), con 10,1 milioni di euro stanziati per il 2015, importo confermato dalla Nota di variazioni, rispetto ai 10,3 milioni delle previsioni assestate 2014.

Per il programma relativo ai *"Servizi di comunicazione elettronica, di radiodiffusione e postali"*(n. 15.8, corrispondente al n. 6.7 della Tabella 3) si prevede uno stanziamento a legislazione vigente di 49,9 milioni di euro per 2015, contro i 130,7 milioni del 2014. La Nota di variazioni aumenta tale valore a 63,2 milioni di euro.

Infine, il programma per le *"Attività territoriali in materia di comunicazioni e di vigilanza sui mercati e sui prodotti"* (n. 15.9, corrispondente al n. 6.8 della Tabella 3) registra 42,0 milioni di euro appostati per 2015, sostanzialmente confermati nell?esame da parte della Camera dei deputati, a fronte di 41,2 milioni assestati nel 2014.

Fa quindi presente che, nell'ambito della missione relativa a *"Ricerca e innovazione"*(n. 17, corrispondente al n. 7 della Tabella 3), con riferimento alle competenze del Dipartimento per le comunicazioni, a legislazione vigente sono stanziati 11,6 milioni di euro per il 2015 - contro gli 11,5 milioni indicati nelle previsioni assestate per 2014 - destinati al programma relativo alla*"Ricerca, innovazione, tecnologie e servizi per lo sviluppodelle comunicazioni e della società dell?informazione"* (n. 17.18, corrispondente al n. 7.3 della Tabella 3). La Nota di variazioni ha sostanzialmente confermato lo stanziamento a legislazione vigente.

Si apre quindi la discussione generale.

Il senatore RANUCCI (*PD*) interviene in riferimento all'articolo 1, comma 114, del disegno di legge di stabilità, osservando che la previsione di uno stanziamento di 100 milioni di euro annui per tre anni a partire dal 2017 per la realizzazione di opere di accesso agli impianti portuali, in sé del tutto condivisibile, appare però troppo tardiva rispetto alle esigenze immediate di finanziamento di queste infrastrutture, per le quali occorrerebbe dare un segnale forte al Paese.

Lamenta quindi la riduzione degli stanziamenti per il 2015 per il completamento della pedemontana di Formia, di cui all'articolo 2, comma 106, del disegno di legge di stabilità: si tratta infatti di un'opera essenziale, attesa da anni e più volte rimandata.

Interviene quindi sulla questione del rinnovo del parco veicoli del trasporto pubblico locale, proponendo di istituire titoli di debito per agevolare l'acquisto dei nuovi mezzi, con una logica simile a quella dei *project bond*.

Il senatore CIOFFI (*M5S*) ritiene anch'egli tardivo ed esiguo lo stanziamento di 100 milioni di euro per la realizzazione delle opere di accesso agli impianti portuali. Contesta poi la norma di cui all'articolo 2, comma 10, del disegno di legge n. 1698, che consente al CIPE di approvare progetti preliminari e progetti definitivi delle opere a condizione che le risorse siano sufficienti per il finanziamento di un primo lotto costruttivo pari ad almeno il 10 per cento del valore complessivo delle opere. Pur considerando la carenza di risorse finanziarie, ritiene infatti che le opere non possano essere realizzate in modo incompleto e discontinuo, dovendosi invece puntare sul metodo dei lotti funzionali.

In relazione alle norme sull'autotrasporto, chiede chiarimenti sull'abolizione del sistema dei contratti basato sui costi minimi a favore dell'autonomia negoziale tra le parti, esprimendo il timore che questo possa innescare una guerra al ribasso delle tariffe attraverso il ricorso sistematico al subappalto.

Domanda altresì chiarimenti sulla portata dell'articolo 2, comma 39 in merito allo spostamento delle decisioni di spesa per le manutenzioni degli immobili pubblici dall'Agenzia del demanio al Ministero delle infrastrutture e dei trasporti. Si sofferma quindi sul tetto di 100 milioni di euro imposto dal successivo comma 51 ai contributi a favore del trasporto merci su ferro, che penalizzato eccessivamente il settore.

Chiede poi rassicurazioni circa il fatto che la quota del 10 per cento dello stanziamento previsto dall'articolo 2, comma 52, a favore di ANAS per le attività di manutenzione stradale, sia effettivamente destinata al programma ponti e gallerie. In relazione al comma 108, domanda quale sia l'ammontare della quota di spettanza dell'ANAS del canone annuo a carico dei concessionari autostradali e qual è la ragione del dimezzamento dello stesso dal 42 al 21 per cento.

In relazione alle norme riguardanti lo svolgimento di Expo 2015, nel confermare ancora una volta la contrarietà del suo Gruppo a tale iniziativa, chiede chiarimenti sulle varie agevolazioni introdotte dal disegno di legge di stabilità, con particolare riguardo al contributo di 60 milioni di euro per il comune di Milano.

Infine, sottolinea la propria perplessità per la soppressione dell'esenzione dal bollo per gli autoveicoli e i motoveicoli ultraventennali di interesse storico e collezionistico, di cui all'articolo 3, comma 33.

Con riferimento alla tabella E del disegno di legge di stabilità, si dichiara perplesso in ordine al finanziamento di 10 milioni di euro disposto per il 2015 a favore del completamento della diga foranea di Molfetta. Analoghe perplessità esprime per le varie rimodulazioni introdotte nella tabella che spostano i finanziamenti per la realizzazione di numerose opere dal 2015 agli anni successivi, secondo uno schema ormai abusato e che mette a rischio le opere stesse.

Ritiene infine eccessivo il finanziamento disposto per la realizzazione di una piattaforma di altura davanti al porto di Venezia e contesta altresì gli stanziamenti per il completamento del MOSE.

In relazione alla tabella n. 10 del disegno di legge di bilancio, osserva con preoccupazione la riduzione degli stanziamenti disposti dalla Nota di variazioni rispetto a quelli del bilancio assestato 2014, per opere spesso importanti, specie considerando che nel programma delle infrastrutture strategiche si continuano a mantenere risorse per opere decisamente inutili che potrebbero essere meglio impiegate.

Esprime altresì perplessità per l'aumento delle somme a favore dell'autotrasporto, mentre censura l'esiguità degli stanziamenti dedicati alle spese per la ricerca e l'innovazione.

Per quanto concerne il settore della comunicazioni, chiede che il Governo si faccia promotore della realizzazione di una grande infrastruttura pubblica per portare la fibra ottica e la banca larga in tutte le abitazioni italiane, anziché cofinanziare progetti di privati in maniera isolata e su scala ridotta. Si sofferma quindi sulle norme previste nel disegno di legge di stabilità per Poste Italiane, dichiarando la sua perplessità circa il carattere non vincolante del parere delle Commissioni parlamentari previsto per il nuovo contratto del servizio postale universale.

Contesta quindi la norma che consente di effettuare a giorni alterni il servizio postale universale in alcune aree periferiche del Paese.

Infine, chiede chiarimenti in ordine agli effetti della disposizione di cui all'articolo 2, comma 43, che

eleva la percentuale massima dei fondi di bancoposta che Poste Italiane può investire in titoli, diversi da quelli governativi dell'area euro, assistiti dalla garanzia dello Stato: in particolare, domanda la tipologia dei suddetti titoli e se gli stessi siano in concorrenza con quelli già emessi da Cassa depositi e prestiti.

Il senatore FILIPPI (*PD*) esprime una valutazione complessivamente positiva sul disegno di legge di stabilità. In particolare, apprezza le norme introdotte per il settore dell'autotrasporto, che vanno nella giusta direzione di fare chiarezza in un settore ancora troppo frammentato e dove operano anche molte aziende fittizie. Nel ribadire la necessità di favorire l'aggregazione degli attuali operatori, giudica positivamente anche i limiti posti ai contratti di subtrasporto, eccessivamente proliferati negli ultimi anni, come pure la previsione di una maggiore responsabilità a carico del primo vettore e il superamento del sistema dei contratti basati sui costi minimi.

Nel valutare favorevolmente gli interventi previsti a favore delle reti metropolitane di aree metropolitane dall'articolo 1, comma 133, del disegno di legge di stabilità, si sofferma quindi sulle varie disposizioni concernenti il settore ferroviario. In merito, chiede ancora una volta che la Commissione possa disporre per tempo dei documenti concernenti i contratti di programma e gli altri impegni assunti dal Gruppo Ferrovie dello Stato per lo sviluppo del sistema, in modo da fare chiarezza in una situazione spesso nebulosa e comprendere quali siano le opere previste e le relative risorse effettivamente disponibili.

In materia di trasporto aereo, lamenta che si intenda di nuovo affidare ad Enac anziché all'Autorità di regolazione dei trasporti competenze per la definizione dei contratti di gestione degli scali aeroportuali (articolo 2, comma 2, del disegno di legge di stabilità). In merito ad ANAS, esprime la preoccupazione che il taglio della quota di spettanza del canone annuo a carico dei concessionari possa tradursi, anziché in maggiori risparmi gestionali, in una riduzione delle risorse per le attività di manutenzione stradale.

Sempre a proposito dell'ANAS, auspica che vi sia un rafforzamento dei controlli sulle concessionarie autostradali, fortemente compromesso negli ultimi tempi, mettendo finalmente in condizione di operare il personale dell'ex IVCA-ANAS transitato al Ministero delle infrastrutture e dei trasporti.

Per quanto concerne Expo 2015, conferma il proprio sostegno a favore dell'evento, criticando però il susseguirsi di norme estemporanee di agevolazione in luogo di un intervento organico.

Esprime quindi perplessità per la soppressione dell'esenzione del bollo per i veicoli storici ultraventennali, trattandosi di un'eccessiva penalizzazione di un settore di grande rilevanza. In ordine alla disposizione dell'articolo 3, comma 74, auspica che si faccia definitivamente chiarezza sul regime impositivo dei corrispettivi derivanti dalle attività marittime svolte in acque internazionali, ai fini dell'applicazione della *tonnage tax* e per non penalizzare le navi italiane.

Tenuto conto della generale scarsità delle risorse pubbliche a disposizione, invita a valutare con attenzione le priorità per il settore delle infrastrutture e dei trasporti. In merito, esprime perplessità sul finanziamento previsto in tabella E per il completamento della diga di Molfetta, mentre rinnova la propria contrarietà, già espressa in altra sede e condivisa da molte forze parlamentari, circa il progetto di realizzazione di una piattaforma d'altura nel porto di Venezia, mirante a costituire un porto *offshore*. Tale iniziativa appare infatti inopportuna sia dal punto di vista dei costi che dell'utilità commerciale, mentre le relative risorse potrebbero essere finalizzate ad altri interventi, sempre a Venezia.

Il presidente MATTEOLI precisa che la disposizione di cui all'articolo 3, comma 33, del disegno di legge di stabilità, non sopprime *tout court* l'esenzione del bollo per i veicoli d'interesse storico e collezionistico di età superiore ai venti anni, ma la limita ai soli veicoli ultratrentennali.

Il senatore BORIOLI (*PD*) ricorda che una norma del decreto-legge n. 98 del 2011 prevedeva un canone aggiuntivo per l'utilizzo delle linee ferroviarie AV/AC o comunque con velocità superiori a

250 km/h., i cui proventi sarebbero dovuti andare a finanziare il servizio ferroviario universale. Poiché il decreto ministeriale di attuazione della disposizione non è mai stato emanato, tale norma è rimasta inapplicata: sollecita quindi il Governo a completare quanto prima l'*iter*, nell'interesse dei cittadini.

Il senatore CERVELLINI (*Misto-SEL*), pur riconoscendo che la crisi economica ha ridotto la disponibilità di risorse per il settore, osserva che il disegno di legge di stabilità prevede interventi inadeguati e improntati a una logica ormai superata. Tale situazione si appalesa soprattutto nel settore del trasporto pubblico locale e delle aree metropolitane, dove anziché investire sul potenziamento dei collegamenti e sul rinnovo del materiale rotabile, si riducono le risorse e si propongono soluzioni ormai abbandonate nella maggior parte degli altri Paesi europei, che stanno puntando molto sul concetto di "*smart cities*".

Critica poi anch'egli il progetto della piattaforma d'altura nel porto di Venezia e chiede rassicurazioni sul mantenimento dell'esenzione del bollo per i veicoli ultratrentennali. Infine, sollecita maggiori disponibilità per i contributi alla stampa quotidiana e periodica.

Il senatore Stefano ESPOSITO (*PD*) contesta anch'egli gli stanziamenti previsti nella tabella E del disegno di legge di stabilità per la realizzazione della piattaforma d'altura nel porto di Venezia.

Chiede quindi notizie sulle disponibilità del Fondo per l'acquisto del materiale rotabile destinato al trasporto pubblico locale, per il quale la legge di stabilità 2014 aveva stanziato 500 milioni di euro, segnalando altresì la necessità di rifinanziare i fondi per le aree metropolitane.

Fa quindi presente che, con una norma approvata dalla Camera dei deputati nel corso dell'esame del cosiddetto "collegato ambientale", attualmente all'esame della Commissione ambiente del Senato (A.S. 1676), è stato ripristinato il regime previgente che assoggetta l'installazione di roulotte e camper all'interno dei campeggi e delle altre strutture ricettive all'aperto all'obbligo di rilascio del permesso di costruzione, sopprimendo la semplificazione recentemente introdotta dal decreto-legge n. 133 del 2014 ("sblocca Italia"). Tale norma rischia di mettere fuori mercato tutti gli operatori specializzati del settore, con gravissimo danno per l'economia del turismo. Chiede quindi al Governo di farsi parte attiva per rivedere tale norma.

Il senatore Maurizio ROSSI (*Misto-LC*) chiede come saranno ripartiti i fondi stanziati per il rinnovo del parco veicoli del trasporto pubblico locale, richiamando in proposito la grave situazione della città di Genova, dove molti veicoli considerati obsoleti o inadeguati rischiano di non poter più viaggiare.

Ricorda quindi l'impegno assunto a suo tempo dal ministro Lupi per il raddoppio della linea ferroviaria Genova-Andora, che è stato però finora disatteso. Cita, infine, la situazione allarmante della manutenzione delle strade provinciali della Liguria e delle altre regioni italiane, per le quali sollecita un intervento immediato.

Si unisce poi anch'egli alla richiesta di rivedere la normativa sui campeggi di camper e roulotte, sottolineando il rischio che molti operatori possano chiudere ovvero trasferire la loro attività all'estero.

In merito al canone di abbonamento Rai, invita il Governo a fare chiarezza circa le modalità di riscossione dello stesso, evitando che si determini un ingiustificato aumento a carico dei cittadini.

Infine, esprime anch'egli una forte critica al progetto di realizzazione della piattaforma di altura nel porto di Venezia.

Il presidente MATTEOLI (*FI-PdL XVII*) ringrazia i relatori per la puntuale illustrazione delle parti dei documenti di bilancio di competenza della Commissione e tutti i commissari per il proficuo dibattito svolto.

Al riguardo, conviene anch'egli con le critiche sul nuovo regime per l'installazione di camper e roulotte all'interno dei campeggi proposto nel "collegato ambientale" e auspica un sollecito ripensamento della

norma.

In merito al disegno di legge di stabilità, in relazione alle norme sull'autotrasporto, osserva che giustamente si incoraggiano le aggregazioni e ristrutturazioni del settore, ma per tale finalità si mettono a disposizione in modo contraddittorio fondi del tutto irrisori.

Per quanto riguarda la riduzione delle risorse del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti, sottolinea criticamente che non si tratta di tagli alle spese di funzionamento, ma di riduzioni degli stanziamenti per interventi a favore di imprese e settori già in profonda difficoltà.

Circa la norma che chiarisce l'estensione dei fondi per la ricostruzione post sismica a favore delle regioni Lombardia e Veneto, osserva che se non vengono contestualmente aumentati gli stanziamenti, tale disposizione diventa di fatto inapplicabile.

Infine, circa la piattaforma di altura del porto di Venezia, ricorda che si tratta di un progetto fortemente voluto dalla locale autorità portuale.

Conclusivamente, ritiene che su molti aspetti il disegno di legge di stabilità non fornisca risposte esaurienti ai problemi economici del Paese e che debba quindi operarsi una profonda riflessione in merito.

Nessun altro chiedendo di intervenire, propone quindi di fissare il termine per la presentazione degli emendamenti alle tabelle di bilancio, per le parti di competenza della Commissione, e degli ordini del giorno per le ore 20 di oggi.

La Commissione conviene con la proposta del Presidente.

Il seguito dell'esame congiunto è quindi rinviato.

SUI LAVORI DELLA COMMISSIONE

Il PRESIDENTE informa la Commissione di aver ricevuto numerose sollecitazioni per mettere all'ordine del giorno l'esame del disegno di legge n. 1678, recante delega per il recepimento delle direttive europee in materia di appalti e concessioni. Ricorda tuttavia che, ai sensi del Regolamento, durante la sessione di bilancio le Commissioni non possono procedere all'esame di provvedimenti, come quello richiamato, che abbiano implicazioni di carattere finanziario.

Assicura comunque che, conclusa la sessione di bilancio, la Commissione procederà quanto prima ad avviare l'esame in questione.

Prende atto la Commissione.

La seduta termina alle ore 17,15.

1.4.2.8.2. 8ªCommissione permanente (Lavori pubblici, comunicazioni) - Seduta n. 117 (ant.) del 10/12/2014

collegamento al documento su www.senato.it

LAVORI PUBBLICI, COMUNICAZIONI (8ª)

MERCOLEDÌ 10 DICEMBRE 2014
117ª Seduta (antimeridiana)

Presidenza del Presidente
MATTEOLI

Interviene il vice ministro delle infrastrutture e dei trasporti Nencini.

La seduta inizia alle ore 9,35.

IN SEDE CONSULTIVA

(1699 **e** 1699-*bis* **)** ***Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017*** **e relativa** ***Nota di variazioni***, approvato dalla Camera dei deputati
- (**Tabb. 10 e 10-*bis*)** Stato di previsione del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017*(limitatamente alle parti di competenza)*
- (Tabb. 3 e 3-*bis*) Stato di previsione del Ministero dello sviluppo economico per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017 *(limitatamente alle parti di competenza)*
(1698) ***Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)***, approvato dalla Camera dei deputati
(Rapporti alla 5a Commissione. Seguito dell'esame congiunto e rinvio)

Prosegue l'esame congiunto, sospeso nella seduta di ieri.

Il presidente MATTEOLI informa che non sono stati presentati emendamenti alle tabelle di bilancio, mentre sono stati presentati gli ordini del giorno G/1698/1/8 e G/1698/2/8 del disegno di legge di stabilità, pubblicati in allegato al resoconto. Chiede quindi se vi siano senatori che desiderano

intervenire in discussione generale.

Il senatore GIBIINO (*FI-PdL XVII*) richiama la disposizione contenuta nell'articolo 3, comma 33, del disegno di legge di stabilità, che sopprime l'esenzione dal bollo per i veicoli di interesse storico e collezionistico ultraventennali, limitandola ai soli veicoli ultratrentennali. Osserva che tale norma penalizza eccessivamente un comparto di grande valore culturale, senza tenere conto degli effetti negativi indotti, anche di tipo economico. Sottolinea infatti che la previsione di maggior gettito per l'erario associata alla disposizione rischia di essere vanificata, in quanto la maggior parte dei proprietari dei veicoli interessati, venendo meno l'attuale agevolazione, saranno indotti probabilmente a dismettere i veicoli. A ciò si aggiungono poi le perdite derivanti dai danni alle attività economiche connesse alla manutenzione e riparazione di questi veicoli, particolarmente rilevanti.

Invita pertanto il Governo a riconsiderare la suddetta disposizione, auspicando l'accoglimento di una formulazione alternativa da lui proposta nell'ordine del giorno G/1698/2/8 che, pur garantendo un maggior gettito per l'erario, evita l'eccessiva penalizzazione del settore.

Il senatore FILIPPI (*PD*) dichiara di sottoscrivere l'ordine del giorno G/1698/2/8.

Il senatore SONEGO (*PD*) interviene sulla disposizione interpretativa di cui all'articolo 3, comma 74, del disegno di legge di stabilità. Ricorda che tale norma è stata inserita presso la Camera dei deputati per fare chiarezza in seguito ad alcune controversie di carattere fiscale insorte sull'applicazione del regime ordinario di tassazione dei proventi derivanti da attività marittime svolte in acque internazionali, in luogo di quello più favorevole della "*tonnage tax*", in modo da evitare una ingiusta penalizzazione dei vettori marittimi italiani rispetto a quelli stranieri.

La formulazione della norma potrebbe però non avere valore retroattivo, lasciando quindi aperti una serie di contenziosi tra l'amministrazione finanziaria e gli operatori marittimi. Chiede quindi al Governo che riformuli opportunamente la suddetta disposizione interpretativa al fine di evitare tale rischio.

Nessun altro chiedendo di intervenire il PRESIDENTE cede la parola al rappresentante del Governo.

Il vice ministro NENCINI, pur dichiarandosi pienamente disponibile a rispondere ai quesiti posti dai senatori intervenuti nel corso del dibattito, segnala l'opportunità di disporre di un tempo aggiuntivo, essendo state poste numerose questioni, alcune delle quali coinvolgono anche profili di competenza di altri Dicasteri.

Il PRESIDENTE propone di rinviare il seguito dell'esame congiunto alla successiva seduta, nella quale si svolgeranno quindi le repliche dei relatori e del Governo.

Il senatore Maurizio ROSSI (*Misto-LC*) chiede rassicurazioni sul fatto che nella successiva seduta sarà presente anche il rappresentante del Ministero dello sviluppo economico, per il settore delle comunicazioni di competenza della Commissione. Evidenzia che nella seduta precedente sono state sollevate una serie di questioni, concernenti ad esempio la preannunciata revisione del canone di abbonamento RAI, sulle quali il Governo dovrebbe fornire chiarimenti.

Il senatore RANUCCI (*PD*), relatore per la tabella 3 e per le correlate disposizioni del disegno di legge di stabilità, chiede anch'egli di conoscere le intenzioni del Governo rispetto alla questione del canone RAI, tenuto conto delle notizie di stampa circa un imminente intervento normativo sul tema, anche per dare certezza ai cittadini.

Il presidente MATTEOLI conferma che nella successiva seduta saranno presenti sia il rappresentante del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti che quello del Ministero dello sviluppo economico.

Il seguito dell'esame congiunto è rinviato.

La seduta termina alle ore 9,50.

ORDINI DEL GIORNO AL DISEGNO DI LEGGE
N. 1698

G/1698/1/8
CANTINI, RELATRICE
L' 8a Commissione permanente del Senato, in sede d'esame del disegno di legge di stabilità 2015, premesso che:
nel disegno di legge di stabilità i commi da 5 a 8 dell' articolo 2 definiscono i materiali rotabili che devono essere rinnovati nei parchi automobilistici e ferroviari destinati al trasporto pubblico locale e i criteri per la sostituzione, e il comma 9 dell'articolo 2 individua nella manutenzione straordinaria della rete ferroviaria nazionale uno degli assi di intervento della Strategia di sviluppo della rete ferroviaria;
il regolamento (CE) n. 1371/2007 stabilisce i diritti fondamentali dei passeggeri nel trasporto ferroviario e impone una serie di obblighi alle società ferroviarie in materia di responsabilità verso i loro clienti; in particolare, l'articolo 21 prevede che le imprese ferroviarie e i gestori delle stazioni siano tenuti a garantire alle persone con disabilità o a mobilità ridotta l'accessibilità alle stazioni, alle banchine, al materiale rotabile e agli altri servizi alle persone;
l'articolo 22 di tale regolamento dispone che, in caso di partenza, transito o arrivo di una persona con disabilità o di una persona a mobilità ridotta in una stazione ferroviaria dotata di personale dedicato, il gestore della stazione è tenuto a fornire gratuitamente a tale soggetto l'assistenza necessaria per salire o scendere dal treno per cui ha acquistato un biglietto; infine, l'articolo 23 dispone che le imprese ferroviarie sono tenute a fornire gratuitamente alle persone con disabilità e alle persone a mobilità ridotta assistenza sia a bordo del treno che per salire e scendere;
l'articolo 16 del decreto legislativo 17 aprile 2014, n. 70 (pubblicato nella Gazzetta Ufficiale del 6 maggio 2014 n. 103 e recante la "Disciplina sanzionatoria delle violazioni delle disposizioni del regolamento (CE) n.1371/2007 relativo ai diritti e agli obblighi dei passeggeri nel trasporto ferroviario"), prevede, inoltre, che le imprese ferroviarie ed i gestori di stazione, entro 60 giorni dall'entrata in vigore del decreto, sono tenuti a dare comunicazione all'organismo di controllo delle norme di accesso non discriminatorie adottate per garantire il diritto di trasporto di persone con disabilità e persone a mobilità ridotta. Lo stesso articolo, al comma 3, pur contemperandole con le decisioni del contratto di programma e il piano pluriennale di interventi per l'accessibilità delle stazioni, dispone sanzioni nel caso di mancato o non conforme adeguamento alle STI (specifiche tecniche di interoperabilità) previste a tutela dell'accessibilità delle stazioni, delle banchine, del materiale rotabile e degli altri servizi alle persone a mobilità ridotta;
l'articolo 25 del decreto del Presidente della Repubblica 24 luglio 1996, n. 503, prevede che le principali stazioni ferroviarie devono essere dotate di passerelle, rampe mobili o altri idonei mezzi di elevazione al fine di facilitare l'accesso alle stesse ed ai treni alle persone con difficoltà di deambulazione;
considerato che:
il superamento delle barriere architettoniche nelle stazioni appare ancora una problematica di grande attualità essendo ancora molte le stazioni presenti sull'intero territorio nazionale prive di strutture per l'accesso diretto ai disabili;

in particolare, per quanto riguarda il servizio erogato, Rete ferroviaria italiana informa che l'organizzazione viene coordinata da 14 "sale blu" presenti nelle principali stazioni ferroviarie, le quali gestiscono l'assistenza nell'ambito di un circuito di 260 stazioni;
è evidente che un siffatto scarso numero di "sale blu" è del tutto insufficiente a garantire assistenza in tutte le stazioni presenti nel Paese, limitando di fatto la libertà delle persone con mobilità ridotta;
l'articolo 25 del decreto del Presidente della Repubblica n. 503 del 1996 al comma 7 stabilisce che «le norme del presente regolamento non sono vincolanti per gli edifici e per gli impianti delle stazioni e delle fermate impresenziate, sprovviste cioè di personale ferroviario sia in via temporanea che in via permanente";
la Federazione italiana per il superamento dell'handicap (FISH) in un documento del 21 ottobre 2011 intitolato "Trasporto ferroviario in Italia per i passeggeri con disabilità" afferma che: «Per quanto analizzato nei regolamenti degli enti gestori, appare evidente che attualmente il trasporto ferroviario per i PRM sia un "servizio su richiesta *sub judice*" e quindi non necessariamente garantito: in linea di principio, per poter viaggiare un PRM deve formulare una richiesta di assistenza all'ente gestore, il quale si riserva di valutare se nella tratta richiesta dal PRM sussistano le condizioni strutturali (accessibilità delle stazioni e dei treni) e di servizio (presenza di personale di assistenza) per accettare la richiesta di viaggio del PRM stesso. Per il PRM, quindi, non esiste la certezza del diritto di poter compiere un qualsivoglia viaggio in treno. Infatti il PRM deve essere conscio che la sua richiesta verrà vagliata e potrebbe anche essere rifiutata. In assenza della certezza del diritto al viaggio, la possibilità per il PRM di prendere un treno è subordinata a valutazioni dell'ente gestore, la cui discrezionalità risulta potenzialmente assai ampia e difficilmente sindacabile. La vera sfida per le associazioni delle persone con disabilità è nel trasformare la concezione del trasporto ferroviario da "servizio su richiesta *sub judice*" a "servizio a accesso diretto", come accade per qualsiasi passeggero;
la situazione rimane anche molto difficile nell'accesso ai mezzi del trasporto pubblico locale per persone con mobilità ridotta;
considerato inoltre che la Convenzione dell'ONU sui diritti delle persone con disabilità, ratificata dal Parlamento italiano con legge del 3 marzo 2009, n. 18, all'articolo 9, indica come dovere degli Stati l'adozione di misure adeguate a garantire alle persone con disabilità, su base di uguaglianza con gli altri, l'accesso ai trasporti, sia nelle aree urbane che in quelle rurali, al fine di consentire alle persone con disabilità di vivere in maniera indipendente e di partecipare pienamente a tutti gli aspetti della vita;
impegna il Governo:
a inserire nei criteri per la ripartizione, su base regionale, delle risorse per il rinnovo dei parchi automobilistici e ferroviari la sostituzione di mezzi privi della necessaria accessibilità per le persone a mobilità ridotta;
a introdurre nella manutenzione straordinaria della rete ferroviaria nazionale il capitolo dell'accessibilità e del superamento delle barriere architettoniche.

G/1698/2/8
GIBIINO, FILIPPI
L' 8a Commissione permanente del Senato, in sede d'esame del disegno di legge di stabilità 2015, premesso che:
nel disegno di legge di stabilità il comma 33 dell'articolo 3, modificando l'articolo 63, commi 2 e 3, della legge n. 342 del 2000, sopprime l'esenzione dal bollo per gli autoveicoli e per i motoveicoli ultraventennali di particolare interesse storico e collezionistico, limitandola in generale a tutti gli autoveicoli e motoveicoli ultratrentennali;
tale disposizione penalizza in maniera eccessiva un settore di rilevante interesse culturale, seguito da milioni di appassionati in tutto il Paese;
la finalità della norma è essenzialmente quella di assicurare un gettito aggiuntivo per le casse dello Stato, che la relazione tecnica di accompagnamento del disegno di legge di stabilità quantifica in 78,5 milioni di euro per ciascuno degli anni dal 2015 al 2017;

tale stima appare però assolutamente eccessiva, in quanto non tiene conto che il venir meno dell'esenzione determinerebbe verosimilmente la rottamazione di gran parte dei veicoli interessati, in quanto i loro proprietari perderebbero la convenienza a mantenerli in circolazione;

a ciò dovrebbero poi aggiungersi gli effetti negativi indotti per l'economia dovuti al mancato esborso per le spese di manutenzione dei veicoli, che colpirebbero in maniera molto pesante soprattutto piccoli riparatori, carrozzieri, distributori di benzina e ricambisti, settori già particolarmente penalizzati per la diminuzione di lavoro;

secondo stime fatte dall'Automotoclub Storico Italiano (ASI), uno degli organismi a cui la legislazione vigente affida ufficialmente il compito di certificare i requisiti dei veicoli di interesse storico e collezionistico, a fronte di una maggiore entrata per l'erario pari a 7,5 milioni euro, tali effetti negativi indotti produrrebbero una perdita per l'economia assai maggiore, oscillante fra 2,2 e 5,8 miliardi di euro;

considerato che:

potrebbero adottarsi soluzioni alternative che, pur assicurando un adeguato gettito aggiuntivo per l'erario, evitino tuttavia di penalizzare in maniera eccessiva ingiustificata il settore dei veicoli di interesse storico e collezionistico e la filiera delle attività economiche ad esso correlate;

in particolare, potrebbero essere rivisti gli attuali importi della tassa di circolazione forfettaria annua, prevista per i suddetti veicoli;

impegna il Governo:

a rivedere la norma di cui all'articolo 3, comma 33, valutando la possibilità di sostituire l'attuale formulazione con la seguente: «Al comma 4 dell'articolo 63 della legge 21 novembre 2000, n. 342, dopo le parole "forfettaria annua" le parole: "di lire 50.000 per gli autoveicoli e di lire 20.000 per i motoveicoli" sono sostituite dalle seguenti: "di euro 75,00 per gli autoveicoli di euro 35,00 per i motoveicoli"».

1.4.2.8.3. 8ªCommissione permanente (Lavori pubblici, comunicazioni) - Seduta n. 118 (pom.) del 10/12/2014

collegamento al documento su www.senato.it

LAVORI PUBBLICI, COMUNICAZIONI (8ª)

MERCOLEDÌ 10 DICEMBRE 2014
118ª Seduta (pomeridiana)

Presidenza del Presidente
MATTEOLI
indi del Vice Presidente
Stefano ESPOSITO

Intervengono il sottosegretario di Stato per lo sviluppo economico Giacomelli e il vice ministro delle infrastrutture e dei trasporti Nencini.

La seduta inizia alle ore 15,05.

IN SEDE CONSULTIVA

(1699 **e** 1699-*bis* **)** ***Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017*** **e relativa** ***Nota di variazioni***, approvato dalla Camera dei deputati

- (**Tabb. 10 e 10-*bis*)** Stato di previsione del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017*(limitatamente alle parti di competenza)*

- (Tabb. 3 e 3-*bis*) Stato di previsione del Ministero dello sviluppo economico per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017 *(limitatamente alle parti di competenza)*

(1698) ***Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)***, approvato dalla Camera dei deputati

(Rapporti alla 5a Commissione. Seguito e conclusione dell'esame congiunto con esiti distinti. Rapporto favorevole con osservazioni sulle Tabelle 10 e 10-*bis*, limitatamente alle parti di competenza, e sulle parti corrispondenti del disegno di legge di stabilità. Rapporto favorevole con osservazioni sulle Tabelle 3 e 3-*bis*, limitatamente alle parti di competenza, e sulle parti corrispondenti del disegno di legge di stabilità)

Prosegue l'esame congiunto, sospeso nella seduta antimeridiana di oggi.

Il presidente MATTEOLI ricorda che nella precedente seduta si è svolta la discussione generale sui provvedimenti in titolo.

Nessun altro chiedendo di intervenire, cede quindi la parola ai rappresentanti del Governo per le repliche.

Il vice ministro NENCINI fornisce risposta ai quesiti formulati nel corso del dibattito relativamente alle questioni relative al settore delle infrastrutture e dei trasporti.

Con riferimento ai quesiti posti dal senatore Ranucci osserva che lo stanziamento di 100 milioni annui per tre anni a partire dal 2017 per la realizzazione di opere di accesso agli impianti portuali deriva dalla legge n. 164 del 2014, il cui articolo 29 dispone che entro 90 giorni dall'entrata in vigore della stessa sia formulato un piano della portualità e della logistica. Ciò comporta il reperimento di fondi di natura pluriennale, ai quali potrebbero comunque aggiungersi, in occasione della legge di stabilità 2015, ulteriori risorse.

In relazione alla riduzione dei fondi per il completamento della Pedemontana di Formia, fa presente che il disegno di legge di stabilità 2015 ha stanziato comunque risorse sufficienti e il Ministero delle infrastrutture e dei trasporti è pronto a ricevere e approvare il progetto.

Per quanto riguarda la questione del rinnovo del parco veicoli del trasporto pubblico locale, precisa che il Ministero concorda con ogni possibile fonte di finanziamento che aumenti le risorse già stanziate, fatte salve le decisioni del Ministero dell'economia e delle finanze ai fini del rispetto dell'equilibrio di bilancio.

Fornisce quindi risposta ad alcuni quesiti avanzati dal senatore Cioffi: in merito alla norma che consente al CIPE di approvare progetti preliminari e definitivi delle opere purché vi siano risorse sufficienti per il finanziamento di un primo lotto costruttivo pari almeno del 10 per cento del valore complessivo, precisa che si tratta di una scelta mirante a tutelare gli investimenti delle ferrovie e a dare certezza della spesa a fronte di un reale avanzamento dei lavori.

Sulle questioni concernenti il settore dell'autotrasporto, fa presente che il superamento del sistema contrattuale basato sui costi minimi è teso a superare una serie di rilievi avanzati dalla Commissione europea per la violazione delle norme a tutela della concorrenza nel settore. Con riferimento all'obiezione del presidente Matteoli circa l'esiguità degli stanziamenti previsti a favore delle aggregazioni e ristrutturazioni del settore, sottolinea che ciò risponde ad una scelta del Governo di superare il metodo dei contributi concessi in maniera indiscriminata, a favore di interventi basati su criteri più selettivi.

Fa quindi presente che l'attribuzione al Ministero delle infrastrutture e dei trasporti le decisioni di spesa per le manutenzioni degli edifici pubblici riguarda espressamente gli interventi di somma urgenza e si prevede comunque la previa comunicazione all'Agenzia del demanio per il necessario coordinamento.

Evidenzia che l'ammontare della quota di spettanza dell'ANAS del canone annuo a carico dei concessionari statali è pari a 50 milioni di euro. Conferma quindi che al programma di manutenzione stradale dell'ANAS dedicato a ponti e gallerie, già in atto da anni e caratterizzato da interventi di piccola dimensione, sarà assegnata l'intera quota del 10 per cento del contributo riconosciuto ad ANAS per le attività di manutenzione delle strade e autostrade statali.

Per quanto riguarda la richiesta di rafforzamento dei controlli sulle concessionarie autostradali, precisa che da luglio 2014 la struttura di vigilanza sulle concessionarie autostradali è una direzione generale del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti che è in grado di esercitare pienamente le proprie

funzioni. Assicura tuttavia un forte impegno del Governo per rafforzare ulteriormente l'attività ispettiva, superando alcuni problemi del passato.

Per quanto concerne i finanziamenti per Expo 2015 specifica che il contributo dei 60 milioni di euro previsto per il comune di Milano è destinato a far fronte alle quote mai versate dalla provincia di Milano per la partecipazione in qualità di socio alla società Expo S.p.A.

In relazione alle perplessità, avanzate da vari senatori, circa i finanziamenti disposti nella tabella E della legge di stabilità per il completamento della diga foranea di Molfetta e per la realizzazione della piattaforma di altura nel porto di Venezia, segnala che si tratta di interventi programmati da lungo tempo; tuttavia il Governo non si dichiara contrario ad una verifica su tali questioni nel corso dell'esame in Commissione bilancio e in Assemblea del disegno di legge di stabilità.

Per quanto concerne le osservazioni del senatore Filippi in materia di trasporto aereo, precisa che non si intende affidare di nuovo all'ENAC anziché all'Autorità di regolazione dei trasporti la competenza per la definizione dei contratti di programma relativi agli aeroporti nazionali, ma solo introdurre una semplificazione nei criteri di elaborazione dei modelli tariffari relativi ai diritti aeroportuali, la cui predisposizione continua ad essere affidata all'Autorità. Inoltre, in materia di contratti di programma, precisa che le disposizioni inserite nel disegno di legge di stabilità non innovano in alcun modo la legislazione vigente.

Con riferimento ad ANAS, assicura che la riduzione delle entrate derivanti dal dimezzamento della quota di spettanza del canone a carico dei concessionari autostradali potrà senz'altro essere compensata con i proventi del contratto di programma - parte servizi, senza ledere le spese destinate agli investimenti e alla manutenzione della viabilità.

In relazione alla questione della *tonnage tax*, conferma che la norma interpretativa inserita nel disegno di legge di stabilità ha valore *ex tunc* a partire dal 2003, anno nel quale è stato introdotto il suddetto regime agevolato. In risposta ad una domanda del senatore SONEGO (*PD*), precisa che il Governo non è comunque contrario ad una eventuale proposta emendativa che chiarisca ulteriormente tale aspetto della norma in questione.

In replica alle osservazioni del senatore Borioli, circa la mancata applicazione della norma contenuta nel decreto-legge n. 98 del 2011 che prevedeva un sovrapprezzo per il canone di utilizzo delle linee ferroviarie di alta velocità o con velocità comunque superiore ai 250 km/h, destinato a finanziare il servizio ferroviario universale, osserva che il Governo ritiene che il ricorso ai finanziamenti *ad hoc* sia meno sperequativo della destinazione di quota parte delle tariffe del traffico ad alta velocità, essendo tale pedaggio regolato dagli enti competenti e in particolare dall'Autorità di regolazione dei trasporti che affronterà in modo ampio la questione.

In risposta al senatore Cervellini e al senatore Stefano Esposito, sottolinea che la legge di stabilità mette a disposizione per il rinnovo del parco veicolare del trasporto pubblico locale circa un miliardo di euro e costituisce un fondo dedicato alla realizzazione di reti metropolitano nelle aree metropolitane. Il Governo è comunque disponibile a valutare qualunque proposta che possa ulteriormente migliorare la disponibilità di risorse dedicate a tali finalità.

Per quanto riguarda la proposta, contenuta nel "collegato ambientale", di un nuovo regime per l'installazione di roulotte e camper nei campeggi, evidenzia che il Ministero delle infrastrutture e dei trasporti concorda sull'incongruenza della disposizione e si farà parte attiva per una rivisitazione della stessa, pur segnalando al riguardo una forte perplessità del Ministero per i beni culturali.

In risposta ad un quesito del senatore Stefano ESPOSITO (*PD*), ribadisce la disponibilità di risorse congrue per le reti metropolitane di aree metropolitane.

Il sottosegretario GIACOMELLI fornisce a sua volta risposta alle questioni sollevate dai senatori relativamente al settore delle comunicazioni.

In primo luogo, accoglie l'invito, avanzato dal senatore Cioffi, a portare la banda larga in tutte le abitazioni, segnalando però che le modalità di intervento previste a tal fine dal Governo non

riguardano il mero finanziamento di progetti di investimento privati di carattere discontinuo ed isolato. Tali interventi sono infatti inseriti in una strategia organica volta al conseguimento degli obiettivi dell'Agenda digitale europea, nella quale si è preferito lasciare spazio all'iniziativa privata per i progetti riguardanti la connettività di base (collegare entro il 2020 tutta la popolazione con una velocità di almeno 30 Mb/s), riservando l'intervento pubblico al potenziamento per il raggiungimento di una connettività superiore (collegare almeno il 50 per cento della popolazione entro il 2020 con velocità fino a 100 Mb/s).

Per quanto riguarda i quesiti sollevati da vari senatori in ordine alle norme su Poste Italiane inserite nel disegno di stabilità, richiama in primo luogo la finalità delle singole disposizioni. In risposta al senatore Cioffi, precisa che il parere non vincolante delle Commissioni parlamentari, in ordine all'approvazione dello schema di contratto di programma per il servizio postale universale tra il Ministero dello sviluppo economico e Poste Italiane, ricalca la procedura attuale e quindi non determina una innovazione rispetto alla legislazione vigente.

Circa la possibilità di effettuare la fornitura del servizio universale a giorni alterni, ricorda che ciò è già previsto dalla legislazione vigente e che comunque si tratta di una mera possibilità tesa ad assicurare una maggiore flessibilità di carattere gestionale. In risposta ad un quesito incidentale del senatore SCIBONA (*M5S*), precisa che, in ogni caso, Poste Italiane può solo avanzare delle proposte, sulla base di motivate esigenze, che l'Autorità per le garanzie delle comunicazioni si riserva poi di valutare ed eventualmente di autorizzare.

Per quanto riguarda i quesiti, avanzati da vari senatori, circa gli effetti della disposizione che eleva dal 5 al 50 per cento la quota dei proventi della raccolta di bancoposta che Poste Italiane può investire in titoli, diversi dai titoli governativi dell'area euro, garantiti dallo Stato, sottolinea che tale questione rientra nella competenza del Ministero dell'economia e delle finanze, che ha giudicato congrua tale disposizione. In ogni caso, questa ulteriore forma di investimento non si pone in contrasto con l'attività di raccolta fondi e investimento svolta da Cassa depositi e prestiti in base alla legislazione vigente.

Si passa quindi all'illustrazione degli ordini del giorno al disegno di legge di stabilità.

Il senatore GIBIINO (*FI-PdL XVII*) illustra l'ordine del giorno G/1698/2/8, volto a correggere la disposizione di cui all'articolo 3, comma 33, del disegno di legge di stabilità che prevede la soppressione dell'esenzione della tassa di circolazione per i veicoli di interesse storico e collezionistico ultraventennali, limitandola ai soli veicoli ultratrentennali.

Richiamando le considerazioni già svolte nella seduta precedente, sottolinea che tale disposizione rischia di arrecare un gravissimo danno ad un settore di grande rilevanza culturale, a fronte della previsione di un maggior gettito per l'erario che appare tuttavia sovrastimata, in quanto non tiene conto sia del fatto che venendo meno l'agevolazione, molti proprietari tenderanno a dismettere i veicoli in questione, sia delle ingenti perdite economiche derivanti dalla riduzione delle attività indotte di manutenzione e riparazione dei veicoli.

Nell'ordine del giorno si propone quindi una soluzione alternativa, che assicura comunque un adeguato gettito per l'erario senza però penalizzare eccessivamente il settore. Auspica quindi un accoglimento della proposta da parte della Commissione e del Governo.

La relatrice CANTINI (*PD*) illustra l'ordine del giorno G/1698/1/8, volto ad agevolare la mobilità delle persone con disabilità.

Dopo aver richiamato le difficoltà ancora esistenti per l'accesso dei disabili sia ai mezzi di trasporto pubblico che nelle strutture della rete ferroviaria nazionale, enuncia la proposta contenuta nell'ordine del giorno, mirante a inserire nei criteri per il riparto delle risorse finalizzate al rinnovo dei parchi automobilistici e ferroviari la sostituzione di mezzi privi dei requisiti per la accessibilità di tali persone, nonché ad introdurre nella manutenzione straordinaria della rete ferroviaria nazionale il

capitolo dell'accessibilità e del superamento delle barriere architettoniche.

Il senatore FILIPPI (*PD*) dichiara di condividere le considerazioni svolte dal senatore Gibiino riguardo all'ordine del giorno G/1698/2/8, al quale ha aggiunto la propria firma. Si tratta infatti di una iniziativa che coglie una sensibilità diffusa nel Paese, mirante a tutelare gli autoveicoli e i motoveicoli di interesse storico e collezionistico: al riguardo, ritiene anch'egli che le previsioni di maggior gettito per l'erario associate alla disposizione che elimina l'esenzione del bollo siano largamente sovrastimate e rischiano di innescare un effetto negativo di cui il Governo deve tenere conto. Cita al riguardo il precedente della tassa di stazionamento introdotta per il settore della nautica da diporto, invitando a non ripetere errori di valutazione e auspicando quindi un accoglimento dell'ordine del giorno.

Il senatore BORIOLI (*PD*) si unisce anch'egli alle considerazioni dei senatori Gibiino e Filippi: l'esenzione del bollo per gli autoveicoli e i motoveicoli di interesse storico e collezionistico prevista dalla normativa vigente mira a tutelare un patrimonio storico e culturale, che affonda le radici nella grande tradizione dell'industria italiana. Auspica quindi anch'egli l'accoglimento dell'ordine del giorno o, comunque, una rivisitazione della norma prevista nel disegno di legge di stabilità, che distingua in maniera più rigorosa i veicoli semplicemente obsoleti da quelli di reale interesse storico.

Il senatore CIOFFI (*M5S*) invita ad una riflessione, segnalando che l'eventuale accoglimento dell'eventuale ordine del giorno G/1698/2/8 potrebbe produrre il paradosso di esentare dal pagamento della tassa di circolazione chi è disposto a spendere denaro per conservare un veicolo di pregio, facendo invece pagare persone che magari mantengono veicoli obsoleti per pura necessità.

Il senatore BUEMI (*Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE*) osserva che l'ordine del giorno in discussione ha giustamente richiamato l'attenzione su un settore di grande importanza, anche se di nicchia. Sottolinea tuttavia che il mantenimento dei veicoli di interesse storico o collezionistico comporta di per sé un certo impegno economico ed alimenta anche un mercato di tipo parallelo. Interventi normativi nel settore dovrebbero allora essere attentamente valutati per contemperare le diverse esigenze.

Il senatore RANUCCI (*PD*) richiama anch'egli l'errore di valutazione compiuto a suo tempo dal Governo Monti con l'adozione della tassa di stazionamento per la nautica da diporto, che produsse alla fine un gettito assai inferiore alle aspettative e mise in crisi un importante settore economico, inducendo molti proprietari a trasferire le proprie imbarcazioni in porti esteri più convenienti. Condivide quindi la finalità dell'ordine del giorno G/1698/2/8, pur invitando a distinguere tra veicoli semplicemente vecchi e veicoli di effettivo pregio storico.

Il senatore CERVELLINI (*Misto-SEL*) condivide le osservazioni svolte nel dibattito, circa l'esigenza di tutelare gli autoveicoli e i motoveicoli di interesse storico e collezionistico. Invita comunque a ricercare soluzioni equilibrate per la questione, segnalando anch'egli l'esigenza di distinguere questi mezzi da quelli obsoleti, spesso utilizzati dai proprietari per motivi economici, ma che hanno anche gravi carenze dal punto di vista dell'impatto ambientale e della sicurezza.

Il senatore PAGNONCELLI (*FI-PdL XVII*) invita anch'egli a discriminare tra i veicoli di reale interesse storico o collezionistico e quelli che, pur essendo vecchi, continuano a circolare e magari dovrebbero essere dismessi e sostituiti.

Il senatore Maurizio ROSSI (*Misto-LC*) sottolinea che uno dei problemi è l'indebito inserimento di

alcuni veicoli negli elenchi dei mezzi di valore storico o collezionistico redatti dalle associazioni di settore come l'ASI (Automobilclub Storico Italiano) o l'FMI (Federazione Motociclistica Italiana). Esistono criteri ben precisi per distinguere i vari mezzi e occorre pertanto adottare una soluzione equilibrata, mentre ritiene che la semplice limitazione dell'esenzione del bollo dai veicoli ultraventennali e quelli ultratrentennali non risolva il problema.

Il senatore DAVICO (*GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI)*) suggerisce di adottare come criterio distintivo tra i veicoli di interesse storico e collezionistico e gli altri l'effettiva circolazione continuativa su strada.

Il viceministro NENCINI si esprime in senso favorevole sull'ordine del giorno della relatrice Cantini, mentre formula parere contrario su quello del senatore Gibiino, in quanto fa venire meno gli effetti di maggior gettito associati alla disposizione del disegno di legge di stabilità ivi richiamata.

In merito, invita quindi a ripensare la questione, dichiarandosi disponibile a valutare soluzioni alternative che facciano chiarezza nel settore, introducendo una distinzione più rigorosa tra veicoli semplicemente obsoleti e altri di reale valore storico e collezionistico. Osserva che in ogni caso il Governo ha mostrato una reale attenzione al problema, avendo previsto non la soppressione *tout court* dell'esenzione del bollo, ma solo la sua limitazione ai veicoli ultratrentennali.

Il senatore GIBIINO (*FI-PdL XVII*) si riserva di formulare una nuova versione dell'ordine del giorno, che tenga conto delle indicazioni emerse nel dibattito.

Dopo una serie di interventi dei senatori BUEMI (*Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE*), FILIPPI (*PD*) e SCIBONA (*M5S*), il presidente Stefano ESPOSITO propone di accantonare l'esame dell'ordine del giorno G/1698/2/8 e di procedere alla votazione sull'ordine del giorno G/1698/1/8.

La Commissione conviene con la proposta del Presidente.

Verificata la presenza del prescritto numero di senatori, il PRESIDENTE pone in votazione l'ordine del giorno G/1698/1/8, che risulta approvato.

Si passa quindi all'illustrazione dei rapporti sui documenti di bilancio.

La senatrice CANTINI (*PD*), relatrice per la Tabella 10 e per le correlate disposizioni del disegno di legge di stabilità, illustra uno schema di rapporto favorevole con osservazioni, pubblicato in allegato, che tiene conto delle indicazioni scaturite nel dibattito.

Il senatore RANUCCI (*PD*), relatore per la Tabella 3 e per le correlate disposizioni del disegno di legge di stabilità, illustra a sua volta uno schema di rapporto favorevole con osservazioni, pubblicato in allegato.

Il senatore CIOFFI (*M5S*) illustra uno schema di rapporto alternativo (pubblicato in allegato), di segno contrario, sulla tabella e sulle parti corrispondenti del disegno di legge di stabilità.

In particolare, richiamando le considerazioni critiche già svolte sui documenti di bilancio in esame, sottolinea il carattere del tutto insufficiente delle risorse stanziate dal Governo per gli investimenti in infrastrutture.

Ribadisce l'esigenza di uno sforzo aggiuntivo per la diffusione della banda larga in Italia, attraverso la

rete in fibra ottica che assicura velocità di connessione assolutamente superiori a quelle dei programmi infrastrutturali proposti dal Governo.

Preannuncia infine il voto contrario sugli schemi di rapporto dei relatori.

Il senatore SONEGO (*PD*) chiede alla relatrice di modificare l'osservazione della proposta di rapporto relativa alla *tonnage tax* inserendo la parola: "ulteriormente" dopo la parola "chiarire", per confermare in maniera più incisiva quanto previsto dalla disposizione contenuta nel disegno di legge di stabilità.

La relatrice CANTINI (*PD*) accoglie la richiesta e riformula conseguentemente lo schema di rapporto in un nuovo testo, pubblicato in allegato al resoconto.

Il senatore FILIPPI (*PD*) ringrazia i relatori per il proficuo lavoro svolto nonché il rappresentante del Governo per la sensibilità dimostrata e le risposte puntuali fornite nel dibattito.

Segnala quindi l'opportunità, in termini generali, di chiarire la programmazione della manutenzione ordinaria e straordinaria della rete viaria affidata ad ANAS, su cui c'è ancora poca chiarezza.

Accoglie poi con favore l'impegno del Governo a potenziare l'attività di controllo sulle concessionarie autostradali, per la quale ricorda che la sua parte politica aveva auspicato un affidamento all'Autorità di regolazione dei trasporti, ma che può essere sicuramente esercitata in maniera adeguata anche dal Ministero delle infrastrutture e dei trasporti.

Lamenta quindi che il sottosegretario Giacomelli non abbia fornito adeguata risposta alla questione del canone di abbonamento RAI, particolarmente rilevante.

In merito alla questione del trasporto aereo, ritiene che debbano comunque essere svolti ulteriori approfondimenti per chiarire l'attuale ruolo di ENAC.

Infine, per quanto riguarda la disposizione del decreto-legge n. 98 del 2011 relativa al sovrapprezzo del canone di utilizzo della rete ad alta velocità, invita a dare piena attuazione alla norma ovvero, se si ritiene che sia superata, ad abrogarla espressamente.

Il senatore Maurizio ROSSI (*Misto-LC*) esprime anch'egli il rammarico per la mancata risposta da parte del sottosegretario Giacomelli in ordine alle intenzioni del Governo circa il canone di abbonamento RAI. Dopo le notizie confuse e fuorvianti delle scorse settimane, si impone infatti di fare chiarezza su questa questione, particolarmente urgente e sentita dai cittadini.

In merito all'osservazione sulla questione contenuta nella proposta di rapporto del relatore Ranucci, ritiene che non si possano subordinare le decisioni relative al canone RAI al riassetto dell'azienda: pur essendo questo un aspetto importante, attiene infatti a un processo più lungo e complesso, mentre la decisione sul canone si impone in tempi immediati.

Il senatore CIOFFI (*M5S*) ringrazia a sua volta il vice ministro Nencini per le risposte fornite.

Il relatore RANUCCI (*PD*), accogliendo il suggerimento del senatore Maurizio Rossi, riformula lo schema di rapporto in un nuovo testo, pubblicato in allegato, sopprimendo, nell'osservazione relativa al canone RAI, le parole "a tal fine" e "preventivamente".

Coglie infine l'occasione per ringraziare i colleghi della Commissione per il proficuo contributo, nonché gli Uffici per l'assistenza fornita.

Il presidente Stefano ESPOSITO (*PD*) ringrazia a sua volta l'Ufficio di Segreteria della Commissione per il prezioso aiuto fornito nel corso della sessione di bilancio.

Dispone quindi una breve sospensione della seduta.

La seduta, sospesa alle ore 17, riprende alle ore 17,45.

Il senatore GIBIINO (*FI-PdL XVII*) annuncia di aver riformulato l'ordine del giorno G/1698/2/8 in un nuovo testo, pubblicato in allegato, che tiene conto delle indicazioni emerse nel dibattito precedente e che procede ad illustrare.

Il presidente Stefano ESPOSITO pone quindi in votazione l'ordine del giorno G/1698/2/8 (testo 2), che risulta infine approvato.

Pone poi in votazione lo schema di rapporto favorevole con osservazioni proposto dalla relatrice Cantini, nel testo riformulato, che risulta infine approvato.

Conseguentemente, annuncia che risulta precluso lo schema di rapporto non favorevole proposto dal senatore Cioffi, che formerà oggetto di un rapporto di minoranza.

Successivamente, previa verifica del prescritto numero di senatori, è posto in votazione lo schema di rapporto favorevole con osservazioni proposto dal relatore Ranucci, nel testo riformulato, che viene quindi approvato.

La seduta termina alle ore 17,55.

RAPPORTO APPROVATO DALLA COMMISSIONE SULLO STATO DI PREVISIONE DEL MINISTERO DELLE INFRASTRUTTURE E DEI TRASPORTI PER L'ANNO FINANZIARIO 2015 E PER IL TRIENNIO 2015-2017, LIMITATAMENTE ALLE PARTI DI COMPETENZA, E RELATIVA NOTA DI VARIAZIONI (DISEGNI DI LEGGE NN. 1699 e 1699- *BIS* - TABELLE 10 e 10- *BIS*) E SULLE PARTI CORRISPONDENTI DEL DISEGNO DI LEGGE N. 1698

L'8a Commissione, esaminato lo stato di previsione del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017, limitatamente alle parti di competenza, nonché le parti corrispondenti del disegno di legge di stabilità,
formula un rapporto favorevole, con le seguenti osservazioni:
- occorre procedere ad un rapido ricambio del parco rotabile, delle flotte e dei *ferry boat* impegnati nel servizio di trasporto pubblico, superando il divario tra l?Italia e gli altri Paesi europei. Appare pertanto positivo il finanziamento posto a tal fine nel disegno di legge di stabilità, che deve però essere reso immediatamente operativo dopo una congruente ripartizione tra le diverse Regioni.
Tale intervento potrebbe essere ulteriormente potenziato attraverso la programmazione di maggiori risorse costanti in un arco di tempo pluriennale, attraverso una forte riduzione delle stazioni appaltanti preposte agli acquisti, nonché attivando nuove strade di reperimento dei mezzi finanziari, con strumenti alternativi analoghi ai *project bond*, o anche con strumenti quali il *leasing* operativo.
Oltre alla riqualificazione del parco mezzi destinato al trasporto pubblico, una strategia siffatta potrebbe supportare un importante piano di politica industriale, in un settore che ha occupato un posto non secondario del Paese e che oggi vive un momento di particolare difficoltà;
- si segnala l?esigenza di favorire e incentivare l'intermodalità tra i diversi servizi di trasporto, superando le vecchie divisioni tra tipologie di servizio e promuovendo, nella logica dell'uso oculato

delle risorse, una migliore e più omogenea copertura del servizio pubblico su tutto il territorio nazionale;
- in relazione alla complessa materia delle concessioni autostradali, anche in considerazione delle importanti modifiche apportate con il decreto-legge n. 113 del 2014 (cosiddetto "sblocca Italia"), occorre che vengano previste forme e modalità certe di controllo e di verifica sugli adempimenti in capo ai concessionari, con particolare riferimento agli investimenti;
- si richiama la norma di cui all?articolo 21, comma 4, lettera *a),* del decreto-legge n. 98 del 2011, che prevede l'applicazione di un sovrapprezzo al canone dovuto per i servizi di trasporto passeggeri sulle linee ad alta velocità, attrezzate per velocità pari o superiori a 250 chilometri orari, da destinarsi al finanziamento degli oneri dei servizi universali di trasporto ferroviario. In proposito si sottolinea la necessità che venga emanato quanto prima il decreto attuativo del Ministro delle infrastrutture e dei trasporti previsto da tale disposizione, senza il quale la stessa non può entrare in vigore e recare quindi i benefici attesi per il servizio di trasporto ferroviario universale;
- nel rispetto degli equilibri di finanza pubblica, occorre destinare maggiori risorse per le infrastrutture dei nodi metropolitani e le opere di raccordo con i porti. In tale ottica appare utile valutare l'opportunità del ripristino di uno specifico fondo per le reti metropolitane;
- si raccomanda di porre una particolare attenzione sull'opportunità di procedere al finanziamento della progettazione della piattaforma di altura nel Porto di Venezia, prevista nella Tabella E del disegno di legge di stabilità, stante la rilevanza ambientale e finanziaria dell'opera, senza aver prima proceduto ad una verifica strategica sul riassetto dei servizi portuali di Venezia e dell'Italia settentrionale;
- con riferimento alla norma di cui all?articolo 2, comma 108, del disegno di legge di stabilità, si raccomanda una puntuale verifica delle modalità con cui ANAS S.p.A. attuerà i risparmi di spesa previsti per compensare la riduzione della quota di sua spettanza del canone annuo a carico dei concessionari stradali, onde evitare che tali compensazioni siano applicate riducendo le spese di manutenzione e investimento sulla viabilità, anziché, come disposto dalla norma stessa, le spese generali di funzionamento e di gestione;
- relativamente all?articolo 3, comma 74, del disegno di legge di stabilità, si valuti la possibilità di riformulare la suddetta norma interpretativa in maniera da chiarire ulteriormente che il regime fiscale ivi indicato si applica anche in via retroattiva, al fine di evitare il permanere di contenziosi che possano danneggiare le attività dei vettori marittimi italiani, anche in rapporto ai concorrenti stranieri;
- infine, si raccomanda il mantenimento dell?attuale regime semplificato previsto dall?articolo 3, comma 1, lettera *e.5)*, del decreto del Presidente della Repubblica n. 380 del 2001, per l?installazione di roulotte, camper, case mobili e simili nelle strutture ricettive all?aperto, al fine di agevolare la circolazione di tali mezzi e di preservare le attività turistiche ed economiche ad essi connesse.

SCHEMA DI RAPPORTO PROPOSTO DALLA RELATRICE SULLO STATO DI PREVISIONE DEL MINISTERO DELLE INFRASTRUTTURE E DEI TRASPORTI PER L'ANNO FINANZIARIO 2015 E PER IL TRIENNIO 2015-2017, LIMITATAMENTE ALLE PARTI DI COMPETENZA, E RELATIVA NOTA DI VARIAZIONI (DISEGNI DI LEGGE NN. 1699 e 1699- *BIS* - TABELLE 10 e 10- *BIS*) E SULLE PARTI CORRISPONDENTI DEL DISEGNO DI LEGGE N. 1698

L'8a Commissione, esaminato lo stato di previsione del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017, limitatamente alle parti di competenza, nonché le parti corrispondenti del disegno di legge di stabilità,
formula un rapporto favorevole, con le seguenti osservazioni:
- occorre procedere ad un rapido ricambio del parco rotabile, delle flotte e dei *ferry boat* impegnati nel servizio di trasporto pubblico, superando il divario tra l?Italia e gli altri Paesi europei. Appare pertanto

positivo il finanziamento posto a tal fine nel disegno di legge di stabilità, che deve però essere reso immediatamente operativo dopo una congruente ripartizione tra le diverse Regioni.
Tale intervento potrebbe essere ulteriormente potenziato attraverso la programmazione di maggiori risorse costanti in un arco di tempo pluriennale, attraverso una forte riduzione delle stazioni appaltanti preposte agli acquisti, nonché attivando nuove strade di reperimento dei mezzi finanziari, con strumenti alternativi analoghi ai *project bond*, o anche con strumenti quali il *leasing* operativo.
Oltre alla riqualificazione del parco mezzi destinato al trasporto pubblico, una strategia siffatta potrebbe supportare un importante piano di politica industriale, in un settore che ha occupato un posto non secondario del Paese e che oggi vive un momento di particolare difficoltà;
- si segnala l?esigenza di favorire e incentivare l'intermodalità tra i diversi servizi di trasporto, superando le vecchie divisioni tra tipologie di servizio e promuovendo, nella logica dell'uso oculato delle risorse, una migliore e più omogenea copertura del servizio pubblico su tutto il territorio nazionale;
- in relazione alla complessa materia delle concessioni autostradali, anche in considerazione delle importanti modifiche apportate con il decreto-legge n. 113 del 2014 (cosiddetto "sblocca Italia"), occorre che vengano previste forme e modalità certe di controllo e di verifica sugli adempimenti in capo ai concessionari, con particolare riferimento agli investimenti;
- si richiama la norma di cui all?articolo 21, comma 4, lettera *a),* del decreto-legge n. 98 del 2011, che prevede l'applicazione di un sovrapprezzo al canone dovuto per i servizi di trasporto passeggeri sulle linee ad alta velocità, attrezzate per velocità pari o superiori a 250 chilometri orari, da destinarsi al finanziamento degli oneri dei servizi universali di trasporto ferroviario. In proposito si sottolinea la necessità che venga emanato quanto prima il decreto attuativo del Ministro delle infrastrutture e dei trasporti previsto da tale disposizione, senza il quale la stessa non può entrare in vigore e recare quindi i benefici attesi per il servizio di trasporto ferroviario universale;
- nel rispetto degli equilibri di finanza pubblica, occorre destinare maggiori risorse per le infrastrutture dei nodi metropolitani e le opere di raccordo con i porti. In tale ottica appare utile valutare l'opportunità del ripristino di uno specifico fondo per le reti metropolitane;
- si raccomanda di porre una particolare attenzione sull'opportunità di procedere al finanziamento della progettazione della piattaforma di altura nel Porto di Venezia, prevista nella Tabella E del disegno di legge di stabilità, stante la rilevanza ambientale e finanziaria dell'opera, senza aver prima proceduto ad una verifica strategica sul riassetto dei servizi portuali di Venezia e dell'Italia settentrionale;
- con riferimento alla norma di cui all?articolo 2, comma 108, del disegno di legge di stabilità, si raccomanda una puntuale verifica delle modalità con cui ANAS S.p.A. attuerà i risparmi di spesa previsti per compensare la riduzione della quota di sua spettanza del canone annuo a carico dei concessionari stradali, onde evitare che tali compensazioni siano applicate riducendo le spese di manutenzione e investimento sulla viabilità, anziché, come disposto dalla norma stessa, le spese generali di funzionamento e di gestione;
- relativamente all?articolo 3, comma 74, del disegno di legge di stabilità, si valuti la possibilità di riformulare la suddetta norma interpretativa in maniera da chiarire che il regime fiscale ivi indicato si applica anche in via retroattiva, al fine di evitare il permanere di contenziosi che possano danneggiare le attività dei vettori marittimi italiani, anche in rapporto ai concorrenti stranieri;
- infine, si raccomanda il mantenimento dell?attuale regime semplificato previsto dall?articolo 3, comma 1, lettera *e.5)*, del decreto del Presidente della Repubblica n. 380 del 2001, per l?installazione di roulotte, camper, case mobili e simili nelle strutture ricettive all?aperto, al fine di agevolare la circolazione di tali mezzi e di preservare le attività turistiche ed economiche ad essi connesse.

RAPPORTO APPROVATO DALLA COMMISSIONE SULLO STATO DI PREVISIONE DEL MINISTERO DELLO SVILUPPO ECONOMICO PER L'ANNO FINANZIARIO 2015 E PER

IL TRIENNIO 2015-2017, LIMITATAMENTE ALLE PARTI DI COMPETENZA, E RELATIVANOTA DI VARIAZIONI (DISEGNI DI LEGGE NN. 1699 E 1699-*BIS* - TABELLE 3 e 3- *BIS*) E SULLE PARTI CORRISPONDENTI DEL DISEGNO DI LEGGE N. 1698

L'8a Commissione, esaminato lo stato di previsione del Ministero dello sviluppo economico per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017, limitatamente alle parti di competenza, nonché le parti corrispondenti del disegno di legge di stabilità,

formula un rapporto favorevole, con le seguenti osservazioni:

- con riferimento alla norma di cui all?articolo 2, comma 43, del disegno di legge di stabilità, che aumenta dal 5 al 50 per cento la percentuale massima dei fondi, provenienti dalla raccolta delle attività di bancoposta, che Poste Italiane S.p.A. può investire in titoli, diversi da quelli governativi dell?area euro, assistiti dalla garanzia dello Stato, occorre assicurare che l?aumento di tale quota di investimento non determini effetti negativi sulla redditività dell?azienda e quindi sul rendimento dei risparmi dei clienti di Poste Italiane, nonché sulle modalità di collocamento e negoziazione nei mercati finanziari dei suddetti titoli garantiti dallo Stato, e non si ponga in contrapposizione alla missione e all'attività di raccolta fondi e investimento svolta dalla Cassa depositi e prestiti;
- in relazione al canone di abbonamento televisivo della RAI, richiamato dall?articolo 2, comma 50, del disegno di legge di stabilità, si raccomanda di porre una particolare attenzione alle eventuali ipotesi di rimodulazione del canone, stante la rilevanza economica e sociale della questione, facendo particolare attenzione a non indurre confusione nei cittadini che potrebbe portare a ulteriore evasione, e si evidenzia l?opportunità di procedere ad una verifica complessiva sulla missione strategica e sull?assetto organizzativo della RAI;
- infine, si segnala la necessità di garantire fondi adeguati per le attività ricomprese nella missione *"Ricerca e innovazione"* di competenza del Dipartimento per le comunicazioni del Ministero dello sviluppo economico, intese come importante volano di crescita economico-industriale e con particolare riferimento allo sviluppo di soluzioni tecnologiche innovative per la stampa quotidiana e periodica.

SCHEMA DI RAPPORTO PROPOSTO DAL RELATORE SULLO STATO DI PREVISIONE DEL MINISTERO DELLO SVILUPPO ECONOMICO PER L'ANNO FINANZIARIO 2015 E PER IL TRIENNIO 2015-2017, LIMITATAMENTE ALLE PARTI DI COMPETENZA, E RELATIVANOTA DI VARIAZIONI (DISEGNI DI LEGGE NN. 1699 E 1699- *BIS* - TABELLE 3 e 3- *BIS*) E SULLE PARTI CORRISPONDENTI DEL DISEGNO DI LEGGE N. 1698

L'8a Commissione, esaminato lo stato di previsione del Ministero dello sviluppo economico per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017, limitatamente alle parti di competenza, nonché le parti corrispondenti del disegno di legge di stabilità,

formula un rapporto favorevole, con le seguenti osservazioni:

- con riferimento alla norma di cui all?articolo 2, comma 43, del disegno di legge di stabilità, che aumenta dal 5 al 50 per cento la percentuale massima dei fondi, provenienti dalla raccolta delle attività di bancoposta, che Poste Italiane S.p.A. può investire in titoli, diversi da quelli governativi dell?area euro, assistiti dalla garanzia dello Stato, occorre assicurare che l?aumento di tale quota di investimento

non determini effetti negativi sulla redditività dell?azienda e quindi sul rendimento dei risparmi dei clienti di Poste Italiane, nonché sulle modalità di collocamento e negoziazione nei mercati finanziari dei suddetti titoli garantiti dallo Stato, e non si ponga in contrapposizione alla missione e all'attività di raccolta fondi e investimento svolta dalla Cassa depositi e prestiti;
- in relazione al canone di abbonamento televisivo della RAI, richiamato dall?articolo 2, comma 50, del disegno di legge di stabilità, si raccomanda di porre una particolare attenzione alle eventuali ipotesi di rimodulazione del canone, stante la rilevanza economica e sociale della questione, facendo particolare attenzione a non indurre confusione nei cittadini che potrebbe portare a ulteriore evasione, e si evidenzia a tal fine l?opportunità di procedere preventivamente ad una verifica complessiva sulla missione strategica e sull?assetto organizzativo della RAI;
- infine, si segnala la necessità di garantire fondi adeguati per le attività ricomprese nella missione *"Ricerca e innovazione"* di competenza del Dipartimento per le comunicazioni del Ministero dello sviluppo economico, intese come importante volano di crescita economico-industriale e con particolare riferimento allo sviluppo di soluzioni tecnologiche innovative per la stampa quotidiana e periodica.

SCHEMA DI RAPPORTO PROPOSTO DAI SENATORI CIOFFI, SCIBONA E CIAMPOLILLO SULLO STATO DI PREVISIONE DEL MINISTERO DELLE INFRASTRUTTURE E DEI TRASPORTI PER L'ANNO FINANZIARIO 2015 E PER IL TRIENNIO 2015-2017, LIMITATAMENTE ALLE PARTI DI COMPETENZA, E RELATIVA NOTA DI VARIAZIONI (DISEGNI DI LEGGE NN. 1699 e 1699- *BIS* - TABELLE 10 e 10- *BIS*) E SULLE PARTI CORRISPONDENTI DEL DISEGNO DI LEGGE N. 1698

La 8a Commissione,
esaminato lo stato di previsione del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017, nonché le parti corrispondenti del disegno di legge di stabilità,
premesso che:
nell?area euro, il peggioramento della congiuntura economica sviluppatosi nel corso degli ultimi mesi ha un carattere comune a tutti i principali paesi: la debolezza degli investimenti, che ha colpito ugualmente la Germania, la Francia e l'Italia. In soli tre mesi, le tre principali economie europee hanno ridotto il valore della spesa per investimenti di 5 miliardi di euro;
in un orizzonte temporale di più lungo periodo emergono, però, differenze tra i vari paesi, con la situazione italiana che mostra una maggiore criticità. Nel 2013, in Italia, si è assistito ad una forte contrazione degli investimenti pubblici. Da un valore di 47 miliardi nel 2007 si era saliti a 54 miliardi nel 2009; nel 2013, siamo scesi a 38 miliardi. Una flessione del 30% rispetto al livello massimo precedentemente raggiunto, che si confronta con il -17% del dato complessivo. Il calo appare ancora più evidente scorporando la dinamica dell?inflazione: in quattro anni, le Amministrazioni pubbliche italiane hanno ridotto di oltre un terzo la quantità dei propri investimenti. Diversa la situazione nelle altre due principali economie europee. In Germania, il valore degli investimenti totali, dopo essere sceso nel primo anno della crisi di quasi 50 miliardi di euro (da 518 a 470 miliardi), ha interamente recuperato quanto perso, salendo oltre i 550 miliardi nel 2013. La componente pubblica è cresciuta da 48 miliardi nel 2007 a 63 miliardi. Al netto della variazione dei prezzi, in sei anni, le Amministrazioni pubbliche tedesche hanno aumentato la quantità dei propri investimenti di oltre un quinto, a fronte di una sostanziale stagnazione del totale economia. Andamento simile in Francia: gli investimenti complessivi si sono ridotti di oltre il 5% in termini reali nel confronto tra il 2013 e il 2007, mentre quelli pubblici sono cresciuti di quasi il 2%;
la correzione dei conti pubblici realizzata nel corso degli ultimi anni in Italia è il risultato di un aumento del peso delle entrate e di un più attento controllo delle uscite. Il contenimento delle spese è

stato, però, interamente realizzato agendo su quelle in conto capitale. Dal 2009 al 2013, le spese delle Amministrazioni pubbliche italiane sono passate da 816 a 827 miliardi di euro. La spesa per investimenti è stata ridotta di 16 miliardi, crollando a 38 miliardi, il valore più basso dal 2003. Il taglio ha interessato in misura simile sia le Amministrazioni centrali sia quelle locali. Anche i contributi agli investimenti sono stati oggetto di una brusca riduzione, scendendo da 27 a 19 miliardi;
un taglio degli investimenti pubblici di tali dimensioni non trova riscontro quindi nelle scelte delle altre principali economie europee. Il taglio degli investimenti pubblici, penalizza infatti anche le potenzialità future di sviluppo. La ripresa di tali investimenti assume, dunque, un?importanza strategica;
un Paese che registra l'80% del territorio nazionale a rischio sismico e che è detentore in Europa del triste record per il maggior numero di catastrofi naturali negli ultimi 50 anni, non può permettersi di continuare a tagliare gli investimenti pubblici, e soprattutto tali investimenti non possono più limitarsi solo alle opere tradizionali. Il documento conclusivo dell'indagine conoscitiva condotta dall'Autorità Garante della Concorrenza e del Mercato e dall?Autorità per le Garanzie nelle Comunicazioni, pubblicato l?8 novembre 2014, evidenzia che: «l'intervento pubblico nella realizzazione vera e propria di reti a banda ultralarga appare oggi più che in passato fondamentale per l?intera collettività, oltre a rappresentare un importante elemento di sviluppo sociale, tenuto conto che l?investimento privato in tale settore può risultare insufficiente rispetto a quello socialmente desiderabile». E' in tale ambito strategico per il futuro del Paese che gli investimenti pubblici dovrebbero essere maggiormente concentrati ;
il Paese non può restare in attesa del "piano Juncker" da 300 miliardi, che si annuncia, tra l'altro, assai meno decisivo di quanto promesso. Rifocalizzare l'attenzione sulla spesa per investimenti a scapito delle spese correnti è un obiettivo irrinunciabile. Senza investimenti il Pil non potrà riprendere a salire davvero;
valutato che:
i provvedimenti in esame risultano del tutto insufficienti per affrontare la difficile situazione del Paese, risvegliare le energie e intercettare e sviluppare i pur debolissimi segnali di ripresa;
in tale quadro si evidenzia lo scarso rilievo assegnato alle infrastrutture e soprattutto alle problematiche relative ai trasporti nella sessione di bilancio e si conferma, pertanto, la consolidata tendenza a non investire in un programma di opere prioritarie la cui realizzazione rappresenta un interesse strategico per il sistema-Paese ed in particolare per le esigenze dei cittadini;
fino a oggi, come dimostra l'ultimo aggiornamento del Programma delle infrastrutture strategiche trasmesso alle Camere, l'auspicio di una valutazione economica comparativa dei maggiori progetti infrastrutturali non si è tradotto in realtà e l?interminabile elenco delle opere strategiche della Legge obiettivo è stato tramandato, con poche varianti, da un Esecutivo all?altro, senza che vi sia stato un reale sforzo di individuare i progetti che realmente meritano di essere realizzati;
tale tendenza ha fatto sì che si perdesse di vista ogni relazione funzionale tra le opere da realizzare e gli obiettivi di crescita e o di qualità della vita da perseguire e che la priorità venisse data alle infrastrutture il cui costo è trasferibile sugli utenti, come autostrade e linee ferroviarie AC/AV, a svantaggio delle opere realmente più utili al Paese, quali la manutenzione delle linee ferroviarie esistenti e la realizzazione di nuove tratte, nonché l'ammodernamento e l'intermodalità dei porti e, non da ultimo, la realizzazione della rete infrastrutturale a banda ultra-larga;
nella selezione degli interventi l?operatore pubblico dovrebbe concentrarsi soprattutto sulla domanda effettiva e potenziale che un'infrastruttura andrà a soddisfare. La dotazione fisica infrastrutturale non è, infatti, un indicatore sufficiente a determinare la necessità di un investimento, né a valutare quale tipo di intervento possa avere l?impatto maggiore sul sistema produttivo. Proprio la necessità di procedere nel consolidamento dei conti pubblici, rende indispensabile la sistematica comparazione dei costi e dei benefici di progetti alternativi;

considerato che, per quanto riguarda le parti di competenza della 8° Commissione,
- con riferimento al disegno di legge di bilancio (A.S. 1699) si rileva che:

lo stato di previsione del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti per il 2014 reca previsioni pari a 13.195 milioni di euro, assestate a 13.456 milioni di euro, che il disegno di legge di bilancio 2015 propone di ridurre di 981 milioni di euro; dopo l?approvazione da parte della Camera dei deputati il 30 novembre 2014 (Nota di variazioni A.S. 1699/10-bis) lo stato di previsione reca spese, in termini di competenza, per complessivi 13.203 milioni di euro, con un aumento di 728 milioni di euro rispetto al progetto di bilancio presentato dal Governo;

distinguendo le spese correnti dalle spese in conto capitale, il complesso delle spese dello stato di previsione del Ministero per il 2015, può essere distinto nel seguente modo: 7.027 milioni di euro per la parte capitale, pari a circa il 53% delle spese totali del Ministero; 6.176 milioni di euro per la parte corrente, pari a circa il 47% delle spese totali;

la missione 14 (infrastrutture pubbliche e logistica) reca 3.806 milioni di euro (-456 sul 2014) a legislazione vigente che la Nota di variazioni aumenta di 21 milioni di euro; nell'ambito di tale missione, il Programma 14.10 (opere strategiche, edilizia statale ed interventi speciali e per pubbliche calamità) reca 2.644 milioni di euro (-522 milioni di euro sul 2014). Dopo l?esame da parte della Camera dei deputati, il Programma 14.10 registra un incremento di 24 milioni di euro, mentre il Programma 14.11 (Sistemi stradali, autostradali, ferroviari ed intermodali) diminuisce di 3 milioni di euro;

se si confronta la serie storica dal 2008 al 2014 degli stanziamenti previsti per la missione 14, che costituiscono la parte principale della politica infrastrutturale di competenza dell'8° Commissione, emerge che le risorse disponibili si sono ridotte drasticamente passando da 4,368 miliardi delle previsioni assestate del 2008 a 3,82 miliardi di euro per il 2015;

in particolare, nell'ambito della Missione 14, rileva il Programma 14.10, che vede aumentare lo stanziamento di 24 milioni di euro, arrivando a 2.668 milioni di euro. L?aumento deriva dallo stanziamento di 30 milioni di euro, sul capitolo 7200, che accoglie le risorse destinate alla realizzazione del sistema Mo.SE;

il programma 14.11 (sistemi stradali, autostradali, ferroviari e intermodali) mostra un risibile aumento di risorse (+63 milioni di euro rispetto al dato assestato 2014), che porta la dotazione a 1.115 milioni di euro. Dopo l?esame dei documenti di bilancio da parte della Camera dei deputati, il Programma 14.11 vede però ridurre lo stanziamento di 3 milioni di euro, arrivando a 1.112 milioni di euro;

la missione 13 (diritto alla mobilità) reca una dotazione di 7.515 milioni di euro (-609 milioni di euro sul 2014) a legislazione vigente che la Nota di variazioni aumenta di 721 milioni di euro portandolo a 8.237 milioni di euro; nell'ambito di tale missione si segnala:

- il programma 13.9 "Sviluppo e sicurezza della navigazione e del trasporto marittimo e per vie d'acqua interne" che passa da 832 (assestato 2014) a 687 milioni di euro, a legislazione vigente, divenuti 678 milioni dopo l?esame da parte della Camera dei deputati;
- il programma 13.6 (sviluppo della mobilità locale) che passa da 5.864 milioni di euro (assestato 2014) a 5.582 milioni di euro, a legislazione vigente, divenuti 6.073 milioni dopo l?esame da parte della Camera dei deputati;
- il programma 13.5 (sistemi ferroviari) che passa da 478 milioni di euro (assestato 2014) a 778 milioni di euro, a legislazione vigente, divenuti 776 milioni dopo l?esame da parte della Camera dei deputati. L'incremento di 299 milioni di euro è imputabile ai maggiori investimenti sul cap. 7532 "Somme da assegnare per la realizzazione della linea ferroviaria Torino-Lione" (+182 milioni di euro; tale capitolo era in precedenza ricompreso nel programma 14.11) e sul cap. 7540 "Somme da assegnare a RFI Spa per gli interventi di miglioramento della rete ferroviaria (+122 milioni di euro). La nota di variazioni incrementa, complessivamente, lo stanziamento di 98 milioni nel 2016 e 2017; si segnala l?aumento, in tali annualità, per 100 milioni di euro, dello stanziamento sul capitolo 7518 (Alta Velocità Milano ? Genova, terzo valico dei Giovi);
- il programma 13.2 (autotrasporto) che passa da 492 milioni di euro (assestato 2014) a 112 milioni di euro, a legislazione vigente, divenuti 362 milioni dopo l?esame da parte della Camera dei deputati;
- il programma 13.1 (mobilità stradale) che passa da 282 milioni di euro (assestato 2014) a 258 milioni

di euro, a legislazione vigente, divenuti 256 milioni dopo l?esame da parte della Camera dei deputati;
- con riferimento al disegno di legge di stabilità per il 2015 (A.S. 1698) si rileva che:
l?articolo 1, comma 112, autorizza la spesa di 250 milioni di euro per l?anno 2015 per interventi in favore del settore dell?autotrasporto, continuando ad erogare sussidi all?autotrasporto, che tendono sostanzialmente al mantenimento sul mercato di imprese marginali e non competitive. Incentivi a pioggia privi di qualsiasi obiettivo di ristrutturazione e sviluppo delle imprese;
l?articolo 1, comma 114, autorizza la spesa di 100 milioni di euro annui, per tre anni a partire dal 2017, per la realizzazione di opere di accesso agli impianti portuali, che sarebbe stato più opportuno destinare specificamente alle opere volte a rendere più efficiente il trasferimento ferroviario e modale all'interno dei sistemi portuali;
i commi da 9 a 11 dell'articolo 2 definiscono la strategia di sviluppo della rete ferroviaria per il periodo 2015-2017 perseguendo i seguenti assi di intervento: manutenzione straordinaria della rete ferroviaria nazionale; sviluppo investimenti grandi infrastrutture. Lo sviluppo di grandi infrastrutture dovrebbe invece essere sostituito da interventi di manutenzione e ammodernamento delle reti esistenti, investendo maggiori risorse su un grande progetto di ammagliamento dei territori;
il comma 10 dell'articolo 2 prevede specifiche modalità per l?approvazione, da parte del CIPE, dei progetti inclusi nel programma di investimento "sviluppo investimenti grandi infrastrutture", onde garantire la continuità dei lavori delle seguenti tratte: Brescia-Verona-Padova della linea ferroviaria AV/AC Milano-Venezia; tratta Terzo valico dei Giovi della Linea AV/AC Milano-Genova; tratte del nuovo tunnel ferroviario del Brennero. A tal fine viene infatti stabilito che il CIPE può approvare i progetti preliminari delle opere anche nelle more del finanziamento della fase realizzativa ed i relativi progetti definitivi a condizione che sussistano disponibilità finanziarie sufficienti per il finanziamento di un primo lotto costruttivo di valore non inferiore al 10% del costo complessivo delle opere;
sono disposizioni di tale natura che vanificano ogni tipo di valutazione ex-ante degli investimenti pubblici. Tali disposizioni risultano ancor più inopportune soprattutto in considerazione della necessità di allocare in modo efficiente le risorse destinate agli investimenti in un momento di grave crisi economica e sociale;
l?articolo 2, comma 51, riduce inopportunamente di 28,3 milioni di euro annui, a decorrere dal 2015, gli stanziamenti relativi agli obblighi di servizio pubblico per il trasporto merci su ferro. Il trasporto su ferro delle merci, che costituisce la modalità di spostamento più efficiente, meno inquinante e più sicura, andrebbe invece maggiormente incoraggiata;
l?articolo 2, comma 108, dimezza la quota di spettanza dell?ANAS S.p.A. del canone annuo a carico dei concessionari autostradali che quindi passa dal 42% al 21%, ma non aumenta a carico dei medesimi concessionari la misura del canone, continuando a favorire rendite di posizione acquisite in un mercato non aperto e privo di concorrenza e a rinunciare a cospicue nuove entrate per il bilancio dello Stato;
l?articolo 2, comma 221, reca disposizioni in materia di Expo', prevedendo l'esclusione per la Società Expo s.p.a., fino al 31 dicembre 2015, dall?applicazione delle norme di contenimento delle spese per l?acquisito di beni e servizi nonché di quelle limitative delle assunzioni di personale;
attesa la necessità di:
- ridefinire con urgenza l'insieme delle opere realmente necessarie per sostenere la crescita dell'economia italiana e di sottoporre a nuova valutazione le opere inserite nel Programma delle Infrastrutture strategiche, sulla base di analisi costi-benefici e sull'uso comparativo delle stesse analisi per definire le priorità di spesa;
- revocare le risorse impegnate per opere faraoniche non più necessarie al fine di destinare le medesime risorse ad altri interventi: dalla manutenzione e la messa in sicurezza della rete ferroviaria italiana, alla manutenzione delle principali infrastrutture di trasporto esistenti, al miglioramento dell?offerta di trasporto pubblico locale, agli investimenti per lo sviluppo della banda larga e ultralarga;
- garantire sempre il ricorso a strumenti di analisi economico-finanziarie dei progetti relativi a opere

infrastrutturali e di monitoraggio sulle infrastrutture realizzate;
- avviare un programma di piccole e medie opere di salvaguardia e messa in sicurezza del territorio, ossia di interventi di significativa e diffusa riqualificazione del territorio e in grado di rimettere in moto un?economia locale del settore fatta di piccole e medie imprese;
- adottare tutte le misure necessarie a rilanciare il trasporto merci su ferro e a favorire il riequilibrio modale della trasporto merci;
- adottare specifici interventi per lo sviluppo del sistema portuale italiano, che rispetto ai principali sistemi concorrenti in Europa e nel mondo, accusa forti ritardi competitivi,

FORMULA RAPPORTO CONTRARIO

NUOVO ORDINE DEL GIORNO AL DISEGNO DI LEGGE
N. 1698

G/1698/2/8 (testo 2)
GIBIINO, FILIPPI
L' 8a Commissione permanente del Senato, in sede d'esame del disegno di legge di stabilità 2015, premesso che:
nel disegno di legge di stabilità il comma 33 dell'articolo 3, modificando l'articolo 63, commi 2 e 3, della legge n. 342 del 2000, sopprime l'esenzione dal bollo per gli autoveicoli e per i motoveicoli ultraventennali di particolare interesse storico e collezionistico, limitandola in generale a tutti gli autoveicoli e motoveicoli ultratrentennali;
tale disposizione penalizza in maniera eccessiva un settore di rilevante interesse culturale, seguito da milioni di appassionati in tutto il Paese;
la finalità della norma è essenzialmente quella di assicurare un gettito aggiuntivo per le casse dello Stato, che la relazione tecnica di accompagnamento del disegno di legge di stabilità quantifica in 78,5 milioni di euro per ciascuno degli anni dal 2015 al 2017;
tale stima appare però assolutamente eccessiva, in quanto non tiene conto che il venir meno dell'esenzione determinerebbe verosimilmente la rottamazione di gran parte dei veicoli interessati, in quanto i loro proprietari perderebbero la convenienza a mantenerli in circolazione;
a ciò dovrebbero poi aggiungersi gli effetti negativi indotti per l'economia dovuti al mancato esborso per le spese di manutenzione dei veicoli, che colpirebbero in maniera molto pesante soprattutto piccoli riparatori, carrozzieri, distributori di benzina e ricambisti, settori già particolarmente penalizzati per la diminuzione di lavoro;
secondo stime fatte dall'Automotoclub Storico Italiano (ASI), uno degli organismi a cui la legislazione vigente affida ufficialmente il compito di certificare i requisiti dei veicoli di interesse storico e collezionistico, a fronte di una maggiore entrata per l'erario pari a 7,5 milioni euro, tali effetti negativi indotti produrrebbero una perdita per l'economia assai maggiore, oscillante fra 2,2 e 5,8 miliardi di euro;
considerato che:
potrebbero adottarsi soluzioni alternative che, pur assicurando un adeguato gettito aggiuntivo per l'erario, evitino tuttavia di penalizzare in maniera eccessiva ingiustificata il settore dei veicoli di interesse storico e collezionistico e la filiera delle attività economiche ad esso correlate,
impegna il Governo:
a riformulare la norma di cui all'articolo 3, comma 74, del disegno di legge di stabilità, nel senso di prevedere una tassazione agevolata di tipo premiale per gli autoveicoli e motoveicoli di interesse storico e collezionistico a decorrere dal ventesimo anno dalla data di costruzione, purché i suddetti

veicoli siano certificati, secondo i criteri vincolanti stabiliti dal Ministero delle infrastrutture e dei trasporti, dall'ASI o dall'FMI (per i soli motoveicoli), ai sensi del comma 3 dell'articolo 63 della legge n. 342 del 2000 e previo esame di ogni singolo esemplare, rispetto al resto del parco automobilistico e motociclistico di pari vetustà.

1.4.2.9. 9^ Commissione permanente (Agricoltura e produzione agroalimentare)

1.4.2.9.1. 9ªCommissione permanente (Agricoltura e produzione agroalimentare) - Seduta n. 94 (pom.) del 09/12/2014

collegamento al documento su www.senato.it

AGRICOLTURA E PRODUZIONE AGROALIMENTARE (9ª)

MARTEDÌ 9 DICEMBRE 2014
94ª Seduta

Presidenza del Presidente
FORMIGONI

Interviene il vice ministro delle politiche agricole alimentari e forestali Olivero.

La seduta inizia alle ore 17.05.

IN SEDE CONSULTIVA

(1699 **e** 1699-*bis* **)** ***Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017*** **e relativa** ***Nota di variazioni***, approvato dalla Camera dei deputati
- **(Tabb. 12 e 12-*bis*)** Stato di previsione del Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017.
(1698) ***Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)***, approvato dalla Camera dei deputati
(Rapporto alla 5a Commissione. Esame congiunto e rinvio)

Il presidente FORMIGONI informa che l'esame congiunto, in sede consultiva, del disegno di legge di bilancio e del disegno di leggedi stabilità 2015 si concluderà con la votazione del rapporto, riguardante lo stato di previsione del Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali e le connesse parti del disegno di legge di stabilità. La Conferenza dei Presidenti dei Gruppi parlamentari ha fissato entro

giovedì 11 dicembre il termine per la trasmissione del predetto rapporto alla Commissione bilancio. Entro lo stesso termine, deve essere presentato anche l?eventuale rapporto di minoranza.

Segnala che nel corso dell'esame dei documenti di bilancio, la Commissione può esaminare ordini del giorno relativi ai predetti documenti, nonché gli emendamenti riferiti alla tabella di bilancio 12, poiché gli emendamenti al disegno di legge di stabilità possono essere presentati solo alla Commissione bilancio.

Ai sensi dell'articolo 127 del Regolamento possono essere esaminati in Commissione gli ordini del giorno aventi ad oggetto le materie di competenza, mentre quelli di carattere generale sono esaminati dalla Commissione bilancio. La Commissione è sede inderogabile di esame degli ordini del giorno, e la loro approvazione, ovvero la dichiarazione di accoglimento da parte del Governo, hanno carattere definitivo. Gli ordini del giorno respinti, o per i quali il Governo abbia dichiarato il non accoglimento, possono invece essere ripresentati solo in Assemblea, con la firma di almeno otto senatori.

Richiama che gli emendamenti al disegno di legge di bilancio vanno presentati alla Commissione competente, che è, ai sensi dell'articolo 128, comma 2 del Regolamento, sede inderogabile di esame degli stessi. Presso le Commissioni permanenti competenti ad esaminare in via consultiva le singole tabelle sono proponibili esclusivamente emendamenti compensativi concernenti lo stesso stato di previsione, emendamenti che non propongono riduzioni nette ad un singolo stato di previsione, non correlate con variazioni di segno opposto in altri stati di previsione, nonché gli emendamenti privi di conseguenze finanziarie.

Se accolti, gli emendamenti al disegno di legge di bilancio sono trasmessi alla 5a Commissione, quali proposte della Commissione. La reiezione, in sede consultiva, ovvero in sede referente presso la Commissione bilancio, consente al proponente di ripresentare l'emendamento in Assemblea, dove non sono invece presentabili gli emendamenti ritirati o già dichiarati improponibili.

Il presidente FORMIGONI (*NCD*), in qualità di relatore, riferisce poi sui due disegni di legge in esame, aventi ad oggetto rispettivamente la legge di stabilità finanziaria 2015 e la legge di bilancio per il triennio 2015-2017, approvati dalla Camera. Essi configurano complessivamente la manovra di finanza pubblica prevista su base triennale, in linea con gli obiettivi programmatici di finanza pubblica indicati nel Documento di economia e finanza, nell'intento di privilegiare la realizzazione delle priorità di politica economica del Governo, consistenti nel favorire la crescita, nel promuovere l'occupazione e nel sostegno al reddito delle famiglie.

Per quanto di competenza, rileva che il disegno di legge di stabilità presenta contenuti di interesse, pur se limitati ad alcuni profili del settore dell'agricoltura da considerare comunque di sicuro rilievo, contenuti all'interno degli articoli 1 e 2.

Quanto all'articolo 1, segnala la disposizione di cui al comma 101, che istituisce nello stato di previsione del Ministero dell?economia e delle finanze un Fondo per interventi in favore della famiglia, conuna dotazione pari a 108 milioni di euro per il 2015, nel cui ambito una quota pari a 5 milioni è destinata al Fondo per l'efficientamento della filiera della produzione e dell'erogazione e per il finanziamento dei programmi nazionali di distribuzione di derrate alimentari alle persone indigenti.

Richiama inoltre l'attenzione sull'importanza di altre due norme nell'articolo 1, quali i commi 140 e 141, in tema di tutela e promozione del *made in Italy*. Si prevede in particolare lo stanziamento di risorse finanziarie per la realizzazione del "Piano straordinario per la promozione del*made in Italy*", con le rispettive dotazioni finanziarie per gli anni 2015, 2016 e 2017, nel cui contesto è prevista l'istituzione del Fondoper le politiche per la valorizzazione, la promozione e la tutela, in Italia e all?estero, delle imprese e dei prodotti agricoli e agroalimentari, con una dotazione di 6 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016.

Con riferimento all'articolo 2, rileva che i commi da 127 a 129 dispongono l?incorporazione dell'Istituto nazionale di economia agraria (INEA) nel Consiglio per la ricerca e la sperimentazione in agricoltura (CRA), che assume la nuova denominazione (introdotta dalla Camera dei deputati) di

Consiglio per la ricerca in agricoltura e l?analisi dell?economia agraria, conservando la natura di ente nazionale di ricerca e di sperimentazione. Il nuovo ente subentra nei rapporti giuridici attivi e passivi dell?INEA, ivi inclusi i compiti e le funzioni ad esso attribuite dalle disposizioni vigenti.

Il comma 130provvede a ridurre la quantità di gasolio da immettere a regime agevolato: i consumi medi standardizzati di gasolio da ammettere all'impiego agevolato sono ridotti - a decorre dal 1° gennaio 2015 - del 23 per cento, anziché del 15 per cento come previsto dalla normativa vigente.

Il comma 131 prevede che, a decorrere dal 2015, venga ridotta di 6 milioni e 400 mila euro l?autorizzazione di spesa per la prosecuzione del Piano irriguo nazionale disposta dalla legge finanziaria 2008 (articolo 2, comma 133, della legge n. 244 del 2007).

Il comma 132 è volto a prevedere che una quota delle disponibilità in conto capitale a favore del Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali per le attività di competenza del medesimo Ministero, finanziate a valere sull?autorizzazione di spesa di cui all?articolo 4, comma 1 della legge n. 499 del 1999, può essere destinata a favorire l?integrazione di filiera del sistema agricolo e agroalimentare e il rafforzamento dei distretti agroalimentari.

Segnala poi i commi 210 e 221, che prevedono misure relative agli eventi di Expo Milano 2015, in considerazione del rilievo che la manifestazione riveste nei confronti del settore primario. Le norme in questione sono volte a consentire al Comune di Milano, in vista degli eventi eccezionali relativi al semestre di Expo 2015, di derogare alla vigente normativa in materia di personale dall?anno 2014 e fino al 31 dicembre 2015, e sono estese agli enti locali e regionali impegnati in attività strettamente funzionali alla realizzazione dell'evento. Al Comune di Milano sono assegnati, come contributo ai maggiori oneri che il comune deve sostenere per il potenziamento dei servizi ricettivi, del trasporto pubblico locale, della sicurezza e di ogni altro onere connesso all?Evento, la somma di 60 milioni di euro.

Quanto alle Tabelle, rileva che sono presenti profili di competenza nella maggior parte di esse, con particolare riferimento alle tabelle C, D ed E, pur ricordando l'accantonamento alla Tabella A (10.312.000 per il 2015 e 12.800.000 per ognuno dei due anni successivi) finalizzato alla salvaguardia degli agrumeti caratteristici.

In via di sintesi, la Tabella C contiene, per i singoli importi triennali elencati nelle diverse Missioni, stanziamenti riguardanti l'attuazione del terzo Piano pesca marittima (in due distinte Missioni), i contributi a enti e associazioni, il contributo al CRA, le dotazioni relative ad AGEA, mentre la Tabella D, contenente le riduzioni a precedenti autorizzazioni di spesa, indica la flotta aerea antincendio del Corpo forestale, il contributo all'ISMEA, la lotta alla contraffazione. La Tabella E prevede un notevole finanziamento delle imprese agricole giovanili (autoimprenditorialità e autoimpiego) tramite rifinanziamento di alcune assegnazioni all'ISMEA, il rifinanziamento per il 2015 del Fondo di solidarietà nazionale-incentivi assicurativi, e infine il rifinanziamento delle politiche di filiera del sistema agricolo e agroalimentare e il rafforzamento dei distretti agroalimentari attraverso i contratti di filiera e di distretto.

Con riferimento al bilancio per il triennio 2015-2017, redatto secondo il criterio della legislazione vigente, evidenzia che gli aggregati di entrata e di spesa includono gli effetti finanziari del complessivo processo di risanamento finanziario già intrapreso negli anni precedenti, attraverso i diversi interventi di contenimento e di razionalizzazione della spesa, con un ulteriore e più evidente impulso in direzione del sostegno all'economia e all'occupazione, del rilancio della competitività del Paese e del miglioramento della qualità della spesa pubblica.

Fa presente che la struttura per missioni e programmi dello stato di previsione del MIPAAF, oggetto della Tabella 12, si avvale della descrizione delle Note integrative allegate allo stato di previsione del medesimo Ministero, e che sempre in allegato sono anche contenute le schede illustrative di ciascun programma di spesa che espongono i rispettivi stanziamenti non rimodulabili e rimodulabili; infine, un ulteriore allegato riporta le schede illustrative delle risorse finanziarie per il triennio per la progettazione e la realizzazione delle opere pubbliche, riguardo al quale la Tabella 12 reca una sola voce, relativa al contributo quindicennale per garantire la realizzazione delle opere previste dal Piano

irriguo nazionale.

Lo stato di previsione del Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali (Tabella 12 del disegno di legge di bilancio) reca, per l'anno 2015, una dotazione di competenza di 1.277 milioni di euro, in riduzione di circa l'8 per cento rispetto alle previsioni iniziali di bilancio per il 2014 e di circa il 10 per cento rispetto alle previsioni assestate 2014, mentre, per gli anni successivi al 2015, la spesa del Ministero conferma un profilo tendenziale con proiezioni pari a 1.224 milioni di euro per il 2016, per poi risalire lievemente a 1.227 milioni euro per il 2017.

Il disegno di legge di bilancio, per il Dicastero agricolo, reca per l'anno 2015 stanziamenti di spesa in conto corrente per 930 milioni di euro, la cui gran parte è destinata alle spese di funzionamento e, in particolare, al personale: le previsioni di spesa sono in crescita nel 2015 rispetto alle previsioni (iniziali e assestate) 2014. Di assai minore rilevanza l'entità delle spese di conto capitale, le quali nell'anno 2015 ammonteranno a 346 milioni, che mostrano un profilo sensibilmente decrescente rispetto alle previsioni iniziali e assestate per l'anno 2014.

Nell'ambito degli stanziamenti, la missione che assorbe la gran parte delle risorse del Ministero (il 47,9 per cento nell'anno 2015) risulta essere la Missione "Agricoltura, politiche agroalimentari e pesca" (Missione 9), al cui interno si segnalano i seguenti programmi: Programma 1.2 (Politiche europee ed internazionali e dello sviluppo rurale), le cui previsioni per l'anno 2015, nella Nota di variazioni approvata dopo l'esame della Camera dei deputati, portano a un totale di competenza per il 2015 di 366 milioni; Programma 1.4 (Vigilanza, prevenzione e repressione delle frodi nel settore agricolo, agroalimentare, agroindustriale e forestale), con previsioni di spesa per l'anno 2015, circa 40 milioni, sostanzialmente in linea rispetto alle previsioni iniziali per il medesimo programma a legge di bilancio 2014; Programma 1.5 (Politiche competitive, della qualità agroalimentare, della pesca, dell'ippica e mezzi tecnici di produzione), le cui previsioni di spesa per l'anno 2015, ammontanti a 265 milioni, risultano lievemente inferiori rispetto alle previsioni iniziali per il medesimo programma a legge di bilancio 2014.

Segnala gli stanziamenti concernenti ulteriori missioni e relativi programmi di interesse della Commissione agricoltura, iscritti nello stato di previsione del MIPAAF, di seguito elencati: il Programma tutela e conservazione della fauna e della flora e salvaguardia della biodiversità (Missione 18 Sviluppo sostenibile e tutela del territorio e dell'ambiente), gestito dal Corpo forestale dello Stato, con stanziamento di competenza di oltre 193 milioni per il 2015; il Programma sicurezza pubblica in ambito rurale e montano (Missione 7 Ordine pubblico e sicurezza), con un importo per il 2015 di quasi 174 milioni; il Programma interventi per soccorsi (Missione Soccorso civile) con stanziamenti di oltre 129 milioni per il 2015; il Programma Indirizzo politico, gestito dal Gabinetto e uffici diretta collaborazione del Ministro, la cui dotazione finanziaria è di 8,7 milioni per il 2015; il Programma fondi da assegnare (Missioni Fondi da ripartire), conprevisioni di spesa per il 2015 di 88 milioni per il 2015 e rilevanti incrementi per i due anni successivi (142 milioni e 168 milioni).

Il presidente FORMIGONI propone quindi di fissare il termine per la presentazione degli ordini del giorno nonché per la presentazione degli emendamenti riferiti alla Tabella 12 per questa sera alle ore 20.

La Commissione conviene.

Il seguito dell'esame congiunto è quindi rinviato.

POSTICIPAZIONE DELLA SEDUTA ANTIMERIDIANA E ANTICIPAZIONE DELLA SEDUTA POMERIDIANA DI DOMANI

Il presidente FORMIGONI avverte che la seduta antimeridiana della Commissione, già convocata per domani alle ore 10, è posticipata alle ore 10,30, mentre la seduta pomeridiana, già convocata alle ore 16, è anticipata alle ore 14. Avverte altresì che l'Ufficio di Presidenza integrato dai rappresentanti dei Gruppi è convocato al termine della seduta pomeridiana.

La Commissione prende atto.

La seduta termina alle ore 17,25.

1.4.2.9.2. 9ªCommissione permanente (Agricoltura e produzione agroalimentare) - Seduta n. 95 (ant.) del 10/12/2014

collegamento al documento su www.senato.it

AGRICOLTURA E PRODUZIONE AGROALIMENTARE (9ª)

MERCOLEDÌ 10 DICEMBRE 2014
95ª Seduta (antimeridiana)

Presidenza del Presidente
FORMIGONI

Interviene il vice ministro delle politiche agricole alimentari e forestali Olivero.

La seduta inizia alle ore 10,35.

IN SEDE CONSULTIVA

(1699 **e** 1699-*bis* **)** ***Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017*** **e relativa** ***Nota di variazioni***, approvato dalla Camera dei deputati
- **(Tabb. 12 e 12-*bis*)** Stato di previsione del Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017
(1698) ***Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)***, approvato dalla Camera dei deputati
(Rapporto alla 5a Commissione. Seguito dell'esame congiunto e rinvio)

Riprende l'esame congiunto sospeso nella seduta di ieri.

Il presidente FORMIGONI dichiara aperta la discussione generale.

La senatrice PIGNEDOLI (*PD*) rileva in premessa l'importante presenza nella manovra di finanza pubblica di un Piano straordinario per la promozione del *Made in Italy*. Esso costituisce un segnale

significativo dell'impegno del Governo a superare la difficile congiuntura economica interna e internazionale. L'elemento di novità è costituito dall'adozione di una strategia complessiva in luogo di misure isolate. Tale impostazione tende anche a venire incontro alle istanze di internazionalizzazione delle piccole e medie imprese italiane. In tal senso, la sinergia con il Ministero dello sviluppo economico riveste una particolare pregnanza, così come l'attenzione alla creazione di figure professionali specializzate nei processi di internazionalizzazione.

Richiama in proposito l'attenzione da tempo dedicata dalla Gruppo del Partito Democratico al tema del sostegno alle esportazioni nel comparto agroalimentare ed esprime pertanto soddisfazione per l'importante segnale fornito dalla legge di stabilità.

Il senatore GAETTI (*M5S*) sottolinea la mancanza di una visione complessiva da parte del Governo del processo di riordino e rilancio del comparto primario nel Paese. Ne costituisce prima testimonianza l'intervento settoriale che ha riguardato l'incorporazione di INEA e CRA, intervento che viene adottato al di fuori di un complessivo riordino degli enti vigilati dal Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali.

Informa che il proprio Gruppo parlamentare si è fatto portatore di specifiche proposte emendative quanto alla soppressione della possibilità di nomina, oltre che di un Commissario straordinario, anche di due sub-commissari, in un'ottica di semplificazione dei centri decisionali.

Quanto al riordino dell'attività di ricerca nel settore agricolo, sollecita il coinvolgimento delle Commissioni parlamentari competenti per materia.

Relativamente poi alla prevista riduzione di 3 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015 del contributo a carico dello Stato in favore del CRA, segnala che i medesimi fondi avrebbero potuto essere invece tratti da altre poste di bilancio quali, ad esempio, quelle destinate all'evento Expo 2015.

A tale ultimo proposito, peraltro, fa presente che gli interventi relativi ad Expo avrebbero potuto essere contenuti in un unico intervento normativo, di cui si sarebbe potuta valutare la portata complessiva, anziché in misure isolate e prive di organicità.

Segnala, infine, che anche sul fronte delle misure per favorire il risparmio energetico si sarebbe potuto agire con maggiore decisione.

Il senatore DALLA TOR (*NCD*) valuta positivamente le misure contenute nella manovra di finanza pubblica relative al comparto agricolo.

Condivide la prevista incorporazione di INEA e CRA, sintomo comunque di una volontà di riordino dell'importante settore della ricerca in agricoltura.

Egualmente favorevole è l'opinione sulle misure di sostegno alle esportazioni di prodotti agroalimentari: sottolinea che tale materia rappresenta una vera e propria urgenza per le imprese italiane soprattutto alla luce della difficile situazione che si è venuta determinando a seguito dell'embargo russo sulle importazioni di prodotti agricoli e agroalimentari dai Paesi dell'Unione europea e, quindi, anche dall'Italia.

Un'ulteriore notazione positiva riguarda le misure relative agli eventi di Expo Milano 2015, che costituirà un'importante occasione di visibilità per le produzioni agroalimentari italiane di eccellenza.

Alla luce peraltro dell'attuale destinazione di una quota del Fondo per interventi in favore della famiglia, pari a 5 milioni di euro, al Fondo per l'efficientamento della filiera della produzione e dell'erogazione e per il finanziamento dei programmi nazionali di distribuzione di derrate alimentari alle persone indigenti, sottolinea l'esigenza di un ulteriore incremento del finanziamento al citato Fondo per il sostegno alle persone in stato di difficoltà. Sempre nella medesima materia del sostegno all'approvvigionamento alimentare, auspica l'introduzione di ulteriori misure per limitare il preoccupante fenomeno dello spreco alimentare in particolare nella grande distribuzione.

Suggerisce inoltre di modificare in senso migliorativo la disciplina in materia di quantità di

gasolio da immettere a regime agevolato quanto al comparto agricolo, in un'ottica di sostegno alle produzioni.

La senatrice BERTUZZI (*PD*) esprime a sua volta un giudizio nel complesso favorevole sui profili di competenza dei documenti di bilancio.

Reputa che il finanziamento assegnato per le misure agevolate per l'autoimprenditorialità e l'autoimpiego nel settore agricolo, destinato all'imprenditoria giovanile e al ricambio generazionale in agricoltura, per la concessione di mutui agevolati per gli investimenti, rappresenti un segnale importante.

Segnala la nota di preoccupazione costituita dalla necessità di garantire in modo più efficace gli agricoltori danneggiati dalle calamità naturali. Il sistema assicurativo dell'agricoltura risulta infatti a suo avviso oneroso per l'erario e inidoneo ad apprestare un effettivo ristoro a chi ha subito danni.

Rileva positivamente peraltro che molte disposizioni contenute nella manovra portano a compimento suggerimenti che erano già contenuti in disegni di legge di iniziativa parlamentare all'esame della Commissione, con riferimento al riordino degli enti vigilati dal Dicastero agricolo e alle misure per il ricambio generazionale in agricoltura. Ciò testimonia il proficuo rapporto di collaborazione che si è instaurato tra Governo e Parlamento, ciascuno nell'esercizio delle proprie funzioni.

Nota tuttavia come restino a tutt'oggi impregiudicati dei temi che ricorrono nell'esame delle manovre di finanza pubblica da tempo quali, a titolo esemplificativo, il regime fiscale dell'IVA nel comparto agricolo e l'ambito di applicazione dell'IMU.

Il senatore AMIDEI (*FI-PdL XVII*) esprime un giudizio nel complesso negativo sui profili di competenza della manovra in esame. Informa di aver presentato puntuali proposte emendative su temi rilevanti.

Segnala l'insufficienza degli interventi a favore delle piccole e medie imprese del comparto agricolo e agroalimentare e, in tal senso, esprime preoccupazione per gli effetti sulle produzioni che potranno derivare dalla nuova disciplina sulle agevolazioni all'utilizzo del gasolio.

Segnala poi criticamente l'esplicita esclusione del settore agricolo dalla previsione di cui all'articolo 1, comma 90, della legge di stabilità, relativa agli sgravi contributivi per le assunzioni a tempo indeterminato.

Richiama l'attenzione della Commissione e del rappresentante del Governo, infine, sulla problematica dell'applicazione dell'IMU nel comparto agricolo, tema questo non affrontato nella manovra di finanza pubblica in esame.

Il presidente FORMIGONI (*NCD*), relatore, nel dichiarare chiusa la discussione generale, si riserva di presentare uno schema di rapporto nella seduta pomeridiana di oggi, che tenga conto dei rilievi emersi nel corso del dibattito.

Interviene quindi in sede di replica il vice ministro OLIVERO.

Rispetto alle considerazioni svolte dai commissari in discussione generale, fa presente che talune delle misure contenute nella manovra di finanza pubblica si pongono in diretta linea di continuità con disegni di legge di iniziativa parlamentare già in corso di esame, tra cui il disegno di legge n. 1328 (collegato agricolo).

Con riferimento al finanziamento per i mutui agevolati ai giovani imprenditori agricoli, fa presente che si tratta di un intervento da lungo tempo atteso dal settore, che viene finanziato con risorse rinvenienti dal comparto stesso e individuate anche in relazione ad altre misure produttive di gettito, quale ad esempio l'intervento modificativo della disciplina sul gasolio in agricoltura e la riforma del bilancio interno del Dicastero. Condivide il rilievo per cui il ricambio generazionale in agricoltura rappresenta

una problematica delicata da affrontare con immediatezza.

Fa osservare che l'impegno del Governo nel sostegno all'internazionalizzazione delle imprese è stato intenso: con specifico riferimento al comparto agricolo e agroalimentare, si tratta di adottare un diverso approccio che consenta alle piccole e medie imprese di accedere a mercati di destinazione, attualmente preclusi, di rilevanza strategica.

Quanto al processo di riordino degli enti vigilati dal Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali, conferma che l'intenzione di affrontare il profilo degli enti deputati alla ricerca rispetto a tutti gli altri è stato determinato dalla congiuntura economica. Peraltro, l'impostazione originaria delle norme su INEA e CRA è stata oggetto di modifica nel corso dell'esame parlamentare e tende a individuare un nuovo soggetto di riferimento. Assicura la disponibilità del Governo a coinvolgere le Commissioni parlamentari competenti per materia quanto al processo di attuazione della riforma del settore della ricerca e che il nuovo ente nascente non comporterà un inferiore livello qualitativo dell'attività attualmente svolta dai due enti, né una minore presenza territoriale.

Prende atto della sollecitazione ad implementare le disponibilità del fondo per il finanziamento dei programmi di distribuzione di derrate alimentari alle persone indigenti e assicura l'attenzione del Dicastero dell'agricoltura sul punto. Segnala che si tratta di una competenza condivisa con il Ministero del lavoro e delle politiche sociali. La prospettiva potrebbe essere quella di individuare apposite forme di collaborazione tra grande distribuzione ed enti di assistenza per la raccolta e la distribuzione dei prodotti invenduti del settore del fresco e del freschissimo, in tal modo limitando lo spreco alimentare.

Quanto alle misure di semplificazione del regime IVA delle imprese agricole, fa presente che occorrerà individuare una soluzione condivisa con il comparto produttivo, che contemperi le diverse esigenze.

Il presidente FORMIGONI informa che sono stati presentati ordini del giorno esclusivamente riferiti alla legge di stabilità, pubblicati in allegato, i quali saranno esaminati nella seduta pomeridiana di oggi.

Il seguito dell'esame congiunto è quindi rinviato.

La seduta termina alle ore 11,25.

ORDINI DEL GIORNO AL DISEGNO DI LEGGE
N. 1698

G/1698/1/9
GAETTI, DONNO
La 9a Commissione permanente,
in sede di esame del disegno di legge n. 1698, recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015),
premesso che:
all'articolo 2, commi da 127 a 129, del disegno di legge in esame si dispone l'incorporazione dell'Istituto nazionale di economia agraria (INEA) nel Consiglio per la ricerca e la sperimentazione in agricoltura (CRA), che assume la denominazione di Consiglio per la ricerca in agricoltura e l'analisi dell'economia agraria;
considerato che:
in particolare, ai fini dell'attuazione delle disposizioni di cui in premessa, al comma 127 si prevede la nomina, con decreto del Ministro delle politiche agricole alimentari e forestali, di un commissario straordinario;
il successivo comma 128 stabilisce altresì che, con il citato decreto, il Ministro delle politiche

agricole alimentari e forestali può nominare anche due sub-commissari, da individuare fra esperti in materia di organizzazione della sperimentazione e della ricerca applicata al settore agricolo e agroalimentare, che affiancano il commissario nell'esercizio delle sue funzioni;

la previsione della nomina del commissario straordinario appare già di per sé sufficiente all'espletamento delle funzioni previste dalle disposizioni di cui in premessa;

al contrario la nomina di due ulteriori figure di vertice appare immotivata e (pur prevedendo si un compenso, che non può comunque eccedere 1'80 per cento di quello del commissario) in contraddizione con le esigenze di razionalizzazione e contenimento della spesa pubblica che vengono indicate, tra le altre, quale motivazione dell'incorporazione dell'INEA nel CRA,

impegna il Governo:

a porre in essere o ad appoggiare un'opportuna modifica del testo del disegno di legge in esame al fine di cancellare la disposizione di cui al comma 128 dell'articolo 2 circa la possibilità di nominare anche due sub-commissari;

in subordine, a valutare l'opportunità, in sede di applicazione delle disposizioni di cui in premessa di non procedere alla nomina dei sub-commissari.

G/1698/2/9

DONNO, GAETTI, FATTORI

La 9a Commissione permanente,

in sede di esame del disegno di legge n. 1698, recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015),

premesso che:

le misure introdotte appaiono insufficienti a fare fronte con efficacia ai problemi del comparto primario i quali vanno dall'aumento dei costi di produzione alle difficoltà di accesso al credito per le aziende agricole;

gli stanziamenti assegnati al nostro Paese a valere sulla politica agricola comune per il periodo 2014-2020, hanno subito una considerevole diminuzione rispetto alla precedente programmazione;

l'agricoltura è l'unico settore in crescita dal punto di vista dell'occupazione con un *trend* positivo in grado di generare per il futuro migliaia di ulteriori posti di lavoro, anche in considerazione del ricambio generazionale al quale va accordato il massimo sostegno e che pertanto le aziende agricole dovranno trovare sostegno e misure di incentivazione,

considerato che:

la crescita di opportunità nel settore agricolo è evidenziata dall'aumento delle iscrizioni negli istituti professionali agricoli e negli istituti tecnici di agraria, agro alimentare ed agro industria, come evidenziato dagli ultimi dati rilevati;

all'articolo 1, commi da 90 a 94, il provvedimento in esame dispone l'esonero dal versamento dei complessivi contributi a carico dei datori di lavoro per un periodo massimo di 36 mesi con riferimento alle nuove assunzioni a tempo indeterminato, con esclusione tuttavia del settore agricolo;

atteso che le forme di occupazione stabile andrebbero sostenute ed incentivate anche nel settore agricolo al fine di garantire nel tempo la competitività del comparto nonché di assicurare la corretta gestione del territorio,

impegna il Governo:

a valutare l'opportunità di estendere anche al settore agricolo l'agevolazione contributiva introdotta dalla citata disposizione.

G/1698/3/9

DONNO, GAETTI, FATTORI

La 9a Commissione permanente,

in sede di esame del disegno di legge n. 1698, recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015),

premesso che:

le misure introdotte appaiono insufficienti a fare fronte con efficacia ai problemi del comparto

primario i quali vanno dall'aumento dei costi di produzione alle difficoltà di accesso al credito per le aziende agricole;

gli stanziamenti assegnati al nostro Paese a valere sulla politica agricola comune per il periodo 2014-2020, hanno subito una considerevole diminuzione rispetto alla precedente programmazione; .

l'agricoltura è l'unico settore in crescita dal punto di vista dell'occupazione con un trend positivo in grado di generare per il futuro migliaia di ulteriori posti di lavoro, anche in considerazione del ricambio generazionale al quale va accordato il massimo sostegno e che pertanto le aziende agricole dovranno trovare sostegno e misure di incentivazione,

considerato che:

la riduzione degli adempimenti burocratici, il cui costo è stimato dai soggetti interessati e dalle organizzazioni di categoria nell'ordine di migliaia di euro all'anno, è condizione indispensabile per promuovere la produttività e la competitività delle aziende agricole;

allo stato attuale, i produttori agricoli di cui all'articolo 34, sesto comma, del decreto del Presidente della Repubblica n. 633 del 26 ottobre 1972, che ricadono nel regime speciale di esonero dal versamento dell'imposta sul valore aggiunto in quanto realizzano un volume d'affari non superiore a 7.000 euro, sono ancora soggetti all'obbligo di comunicazione annuale delle operazioni rilevanti ai fini IVA e, atteso che ciò appare contradditorio poiché, se non si è tenuti per legge a registrare le operazioni a fini IVA si è tuttavia obbligati a comunicare, sempre per legge, le stesse fini dell'accertamento fiscale,

impegna il Governo:

a valutare la possibilità di sopprimere l'obbligo di comunicazioni rilevanti ai fini IVA, disposto dal comma 8-*bis* dell'articolo 36 del decreto-legge 18 ottobre 2012, n. 179, convertito, con modificazioni, dalla legge 17 dicembre 2012, n. 221, per i soggetti che ricadono nel regime speciale di esonero IVA di cui all'articolo 34, sesto comma, del decreto del Presidente della Repubblica n. 633 del 1972.

G/1698/4/9

DONNO, GAETTI, FATTORI

La 9a Commissione permanente,

in sede di esame del disegno di legge n. 1698, recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015),

considerato che:

il disegno di legge in esame non contiene misure volte ad incentivare e tutelare le agricolture contadine indispensabili a promuovere modelli socio economici basati su strutture prevalentemente familiari e pratiche agronomiche conservative e a basso, o assente, impatto ambientale;

gli agricoltori contadini, ovvero coloro che conducono direttamente i fondi, praticano diversificazioni e avvicendamenti colturali, producono prevalentemente beni destinati all'autoconsumo, ovvero rivolti alla vendita diretta presso i mercati locali in circuiti di filiera corta, e trasformano le materie prime di esclusiva produzione propria direttamente in azienda o presso la propria abitazione, costituiscono un patrimonio e una risorsa da valorizzare oltre il semplice parametro economicistico;

in mancanza di adeguate agevolazioni, tali realtà agricole, che operano al di fuori delle logiche di mercato, rischiano di scomparire a causa dei modelli agricoli dominanti che cercano di sussumere e forzare i differenti tipi aziendali nel contesto unico dell'impresa agricola di mercato a carattere industriale con gravi conseguenze per le realtà rurali e per la perdita di biodiversità,

impegna il Governo:

a valutare la possibilità di introdurre adeguate agevolazioni fiscali a favore degli agricoltori contadini, quali in particolare, l'innalzamento fino a diecimila euro del volume d'affari entro il quale si è soggetti al regime speciale di esenzione IVA di cui all'articolo 34 del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633.

G/1698/5/9

FUCKSIA, MONTEVECCHI, GAETTI

La 9a Commissione permanente,

in sede di esame del disegno di legge n. 1698, recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015),

premesso che:

malgrado le numerose valenze positive (economiche, sociali e culturali) il settore dell'ippica italiano ha conosciuto negli ultimi vent'anni una grave riduzione del suo valore economico complessivo, manifestando i segnali di un progressivo declino;

concausa di tale parabola è individuabile nell'introduzione di meccanismi di *governance* e di scelte operative di gestione che hanno privato il comparto di un chiaro modello di sostenibilità economica;

il settore vive, oggi, uno dei momenti più critici della sua intera esistenza, vedendo la sua stessa sopravvivenza di breve-medio termine a rischio;

i valori espressi e le indicazioni che si possono trarre guardando alla gestione dell'ippica in altri Paesi europei, a partire dalla Francia, consentono di ipotizzare un concreto rilancio dell'attività della complessiva filiera ippica italiana, a patto di agire tempestivamente;

il Governo ha riconosciuto implicitamente la rilevanza di un intervento sul settore, inserendo alcuni parziali elementi di riforma tra gli obiettivi della Delega fiscale, ma non dando (ad oggi) corso ad una proposta puntuale in merito, né prospettando interventi su aspetti meramente fiscali né proponendo, come auspicabile, un ridisegno complessivo di logiche e strumenti di gestione del settore,

impegna il Governo:

ad avviare immediatamente un percorso di riforma di un settore tanto importante per il nostro Paese, quale l'ippica, dando seguito concreto alle indicazioni contenute nella Delega fiscale predisposta dal Governo, per giungere ad un disegno ampio e condiviso di riforma;

ad includere la riforma dell'ippica in Italia all'interno della «Legge di stabilità», alla luce della gravità della situazione del settore e dell'urgenza di interventi tanto rapidi quanto certi nei loro tempi di attuazione;

a condividere le linee guida di intervento sul settore con il numero più ampio possibile di rappresentanze di categoria della filiera, per superare modelli di intervento che, storicamente, hanno condotto alla condizione attuale e risultano lontani dalle *best practice* adottate in Europa;

a realizzare un intervento organico ? che risponda tanto all'esigenza improrogabile di rapidità, quanto a quella ineludibile di completezza ? che tocchi, a titolo esemplificativo e non esaustivo, argomenti imprescindibili quali: i meccanismi di *governance* del settore; la gestione delle attività di gara e dei proventi derivanti dalle scommesse ippiche; il valore e la programmazione dei premi e dei calendari di gara; le caratteristiche dei prodotti-scommessa offerti; *l'appeal* internazionale del sistema nazionale; la gestione dell'*asset* rappresentato dagli ippodromi presenti sul territorio nazionale; il legame con l'attività storica e radicata di allevamento e allenamento.

1.4.2.9.3. 9ªCommissione permanente (Agricoltura e produzione agroalimentare) - Seduta n. 96 (pom.) del 10/12/2014

collegamento al documento su www.senato.it

AGRICOLTURA E PRODUZIONE AGROALIMENTARE (9ª)

MERCOLEDÌ 10 DICEMBRE 2014
96ª Seduta (pomeridiana)

Presidenza del Presidente
FORMIGONI

Interviene il vice ministro delle politiche agricole alimentari e forestali Olivero.

La seduta inizia alle ore 14,10.

IN SEDE CONSULTIVA

(1699 **e** 1699-*bis* **)** ***Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017*** **e relativa** ***Nota di variazioni***, approvato dalla Camera dei deputati
- (Tabb. 12 e 12-*bis*) Stato di previsione del Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017
(1698) ***Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)***, approvato dalla Camera dei deputati
(Rapporto alla 5a Commissione. Seguito e conclusione dell'esame congiunto. Rapporto favorevole con osservazioni)

Riprende l'esame congiunto, sospeso nella seduta antimeridiana.

Il presidente FORMIGONI avverte che si procede all'esame degli ordini del giorno riferiti al disegno di legge n. 1698 (legge di stabilità 2015). Dà quindi la parola ai presentatori per l'illustrazione.

Il senatore GAETTI (*M5S*) illustra gli ordini del giorno a sua firma, che riguardano l'eliminazione

della possibilità di nominare anche due sub-commissari del nuovo ente derivante dall'incorporazione dell'INEA nel CRA; il regime degli sgravi contributivi nel settore agricolo; le semplificazioni delle comunicazioni ai fini IVA; le agevolazioni fiscali a favore degli agricoltori contadini e il comparto ippico.

Il presidente FORMIGONI (*NCD*), relatore, si rimette alle valutazioni del rappresentante del Governo.

Il vice ministro OLIVERO invita al ritiro dell'ordine del giorno G/1698/1/9, avvertendo che, in caso contrario, esso non sarebbe accolto.

Relativamente all'ordine del giorno G/1698/2/9, l'accoglimento è condizionato a una riformulazione che assicuri la compatibilità dell'impegno con il rispetto dei saldi di finanza pubblica.

Invita al ritiro dell'ordine del giorno G/1698/3/9, avvertendo che, in caso contrario, esso non sarebbe accolto.

Condiziona poi l'accoglimento dell'ordine del giorno G/1698/4/9, a una riformulazione finalizzata a garantire che l'impegno all'introduzione di agevolazioni fiscali a favore degli agricoltori contadini avvenga tenendo presenti i vincoli dettati dal rispetto dei saldi di finanza pubblica.

Infine, condiziona l'accoglimento dell'ordine del giorno G/1698/5/9, a una riformulazione nel senso di dare conto degli interventi sinora attuati dal Governo nel settore dell'ippica e dell'impegno a proseguire con solerzia tale percorso di riforma anche attraverso un diverso intervento normativo rispetto alla legge di stabilità.

Il senatore GAETTI (*M5S*) ritira gli ordini del giorno G/1698/1/9 e G/1698/3/9.

Riformula, invece, gli ordini del giorno G/1698/2/9, G/1698/4/9 e G/1698/5/9, nel senso suggerito dal rappresentante del Governo.

Il vice ministro OLIVERO accoglie pertanto gli ordini del giorno G/1698/2/9 (testo 2), G/1698/4/9 (testo 2) e G/1698/5/9 (testo 2), pubblicati in allegato.

Il presidente FORMIGONI (*NCD*), relatore, dà per illustrato uno schema di rapporto favorevole con osservazioni, pubblicato in allegato.

La senatrice DONNO (*M5S*) auspica l'inserimento nel rapporto di una menzione circa la necessità di affrontare la tematica della tutela degli uliveti caratteristici, e non solo degli agrumeti.

Il senatore AMIDEI (*FI-PdL XVII*) si associa alla richiesta della senatrice Donno.

Il presidente FORMIGONI (*NCD*), relatore, fa presente che nella proposta di rapporto si fa riferimento alla salvaguardia degli agrumeti caratteristici e non anche degli uliveti poiché essi sono oggetto di un disegno di legge di iniziativa parlamentare, già assegnato alla Commissione in seconda lettura. Accogliendo, peraltro, l'invito della senatrice Donno e del senatore Amidei, riformula la propria proposta di rapporto inserendo un'ulteriore osservazione sull'esigenza di tutela degli uliveti caratteristici.

Il vice ministro OLIVERO valuta positivamente la proposta di rapporto favorevole con osservazioni del Presidente relatore, così come da ultimo riformulata.

Il senatore RUTA (*PD*) informa di essere firmatario di una proposta emendativa, sottoscritta anche

dalla senatrice Orrù, che tende a introdurre misure di equiparazione delle agevolazioni fiscali e contributive previste per l'agricoltura nelle zone svantaggiate e montane anche all'agricoltura esercitata nelle isole minori. Sottolinea l'importanza di tale previsione in un'ottica di sostegno all'economia, in senso ampio, di tali contesti geografici.

Il vice ministro OLIVERO prende atto e condivide l'importanza della tematica richiamata dal senatore Ruta, evidenziando peraltro come la materia possa essere più esaustivamente trattata in sedi diverse da quella della manovra di finanza pubblica.

Si passa alle dichiarazioni di voto.

Il senatore DALLA TOR (*NCD*) preannuncia il voto favorevole, sottolineando positivamente che la proposta di rapporto del Presidente relatore rispecchia le problematiche segnalate in discussione generale.

Il senatore GAETTI (*M5S*) preannuncia l'astensione del Gruppo parlamentare del Movimento 5 Stelle, poiché la proposta di rapporto, così come da ultimo riformulata, tiene conto solo parzialmente delle sollecitazioni da lui esposte nel corso del dibattito.

Il senatore RUTA (*PD*) preannuncia il voto favorevole del Gruppo parlamentare del Partito democratico, apprezzando in particolare i passaggi della proposta di rapporto del Presidente relatore relativi al contrasto allo spreco alimentare, agli sgravi contributivi per le assunzioni a tempo indeterminato in agricoltura e al Piano pesca marittima. Auspica che il maggior numero possibile dei rilievi contenuti nel rapporto possano trovare positivo riscontro nel corso dell'esame dei provvedimenti.

Presente il numero legale per deliberare, la Commissione approva il rapporto favorevole con osservazioni proposto dal Presidente relatore, così come da ultimo riformulato, pubblicato in allegato.

La seduta termina alle ore 14,45.

SCHEMA DI RAPPORTO PROPOSTO DAL RELATORE SULLO STATO DI PREVISIONE DEL MINISTERO DELLE POLITICHE AGRICOLE ALIMENTARI E FORESTALI PER L'ANNO FINANZIARIO 2015 E PER IL TRIENNIO 2015-2017 E RELATIVA NOTA DI VARIAZIONI (DISEGNI DI LEGGE NN. 1699 e 1699-*BIS* - TABELLE 12 e 12-*BIS*) E SULLE PARTI CORRISPONDENTI DEL DISEGNO DI LEGGE N. 1698

La Commissione, esaminati lo stato di previsione del Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali per l'anno finanziario 2015, nonché le parti corrispondenti del disegno di legge di stabilità,

premesso che i due disegni di legge in esame, aventi ad oggetto rispettivamente la legge di stabilità

finanziaria 2015 e la legge di bilancio per il triennio 2015-2017, approvati dalla Camera, configurano complessivamente la manovra di finanza pubblica prevista su base triennale, in linea con gli obiettivi programmatici di finanza pubblica indicati nel Documento di economia e finanza, nell'intento di privilegiare la realizzazione delle priorità di politica economica del Governo, consistenti nel favorire la crescita, nel promuovere l'occupazione e nel sostegno al reddito delle famiglie;

apprezzati gli interventi ivi recati in particolare per quanto riguarda la previsione del Piano straordinario per la promozione del *Made in Italy*, nel cui contesto è prevista l'istituzione del Fondo per le politiche per la valorizzazione, la promozione e la tutela, in Italia e all'estero, delle imprese e dei prodotti agricoli e agroalimentari: si sottolinea che tale materia rappresenta una vera e propria urgenza per le imprese italiane soprattutto alla luce della difficile situazione che si è venuta determinando a seguito dell'embargo russo sulle importazioni di prodotti agricoli e agroalimentari dai Paesi dell'Unione europea e, quindi, anche dall'Italia;

preso atto positivamente delle misure relative al comparto primario, che testimoniano una peculiare attenzione ad un settore che mostra un andamento anticiclico e che riveste portata strategia nell'economia nazionale;

richiamate positivamente altresì le disposizioni che portano a compimento suggerimenti che erano già contenuti in disegni di legge di iniziativa parlamentare all'esame della Commissione, con riferimento al riordino degli enti vigilati dal Dicastero e alle misure per il ricambio generazionale in agricoltura,

formula un rapporto favorevole con le seguenti osservazioni:

occorre assicurare un'idonea copertura per l'attuazione dei disegni di legge di iniziativa parlamentare già in corso di esame presso i due rami del Parlamento e, segnatamente, quelli in materia di agricoltura sociale, salvaguardia degli agrumeti caratteristici, valorizzazione della biodiversità agraria e alimentare, disciplina organica della coltivazione della vite e della produzione e del commercio del vino;

alla luce dell'attuale destinazione di una quota del Fondo per interventi in favore della famiglia, pari a 5 milioni di euro al Fondo per l'efficientamento della filiera della produzione e dell'erogazione e per il finanziamento dei programmi nazionali di distribuzione di derrate alimentari alle persone indigenti, si sottolinea l'esigenza di un ulteriore incremento del finanziamento al citato Fondo per il sostegno alle persone in stato di difficoltà;

sempre in materia di sostegno dal punto di vista dell'approvvigionamento alimentare, occorre favorire con ulteriori misure e agevolazioni relative le cessioni alimentari agli enti operanti nel terzo settore: in particolare, mediante una sinergia tra Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali e Ministero del lavoro e delle politiche sociali, si sottolinea la necessità di individuare apposite forme di collaborazione tra grande distribuzione ed enti di assistenza per la raccolta e la distribuzione dei prodotti invenduti del settore del fresco e del freschissimo, in tal modo, peraltro, limitando il preoccupante fenomeno dello spreco alimentare;

occorre modificare in senso migliorativo la disciplina in materia di quantità di gasolio da immettere a regime agevolato quanto al comparto agricolo, in un'ottica di sostegno alle produzioni;

occorre eliminare l'esplicita esclusione del settore agricolo dalla previsione di cui all'articolo 1, comma 90, relativa agli sgravi contributivi per assunzioni a tempo indeterminato;

occorre introdurre misure di stabilizzazione per l'utilizzo del biogas, considerando la relativa attività di produzione quale attività connessa all'attività dell'impresa agricola, considerandola produttiva di reddito agrario entro limitati regimi quantitativi e requisiti dimensionali;

occorre prevedere un apposito stanziamento per la filiera bieticolo-saccarifera, per il rifinanziamento del fondo per la razionalizzazione e la riconversione;

occorre incrementare gli stanziamenti già contenuti nella Tabella C riguardanti l'attuazione del terzo Piano pesca marittima;

con riferimento alla prevista incorporazione di CRA e INEA, occorre garantire, pur alla luce del previsto risparmio di spesa a regime, la continuità di svolgimento delle attività di sostegno alla ricerca nel comparto primario, anche eventualmente intervenendo sulle dotazioni organiche, in un'ottica di funzionalità operativa del nuovo Consiglio per la ricerca in agricoltura e l'analisi dell'economia agraria; inoltre, si segnala l'esigenza di un coinvolgimento delle Commissioni parlamentari competenti per materia, quanto al processo di attuazione della riforma del settore della ricerca;

occorre intervenire con misure volte a consentire la funzionale prosecuzione dei compiti, in particolare di organismo pagatore dei contributi della politica agricola comune, dell'Agenzia per le erogazioni in agricoltura (AGEA);

occorre introdurre disposizioni per assicurare l'attuazione della nuova politica agricola comune, intervenendo sul sistema di cessione dei crediti all'ISMEA;

occorre introdurre interventi finanziari a sostegno delle imprese agricole, della pesca e dell'acquacoltura, ampliando il novero delle attività consentite all'Istituto per lo Sviluppo Agroalimentare (ISA).

RAPPPORTO APPROVATO DALLA COMMISSIONE SULLO STATO DI PREVISIONE DEL MINISTERO DELLE POLITICHE AGRICOLE ALIMENTARI E FORESTALI PER L'ANNO FINANZIARIO 2015 E PER IL TRIENNIO 2015-2017 E RELATIVA NOTA DI VARIAZIONI (DISEGNI DI LEGGE NN. 1699 e 1699-*BIS* - TABELLE 12 e 12-*BIS*) E SULLE PARTI CORRISPONDENTI DEL DISEGNO DI LEGGE N. 1698

La Commissione, esaminati lo stato di previsione del Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali per l'anno finanziario 2015, nonché le parti corrispondenti del disegno di legge di stabilità,

premesso che i due disegni di legge in esame, aventi ad oggetto rispettivamente la legge di stabilità finanziaria 2015 e la legge di bilancio per il triennio 2015-2017, approvati dalla Camera, configurano complessivamente la manovra di finanza pubblica prevista su base triennale, in linea con gli obiettivi programmatici di finanza pubblica indicati nel Documento di economia e finanza, nell'intento di privilegiare la realizzazione delle priorità di politica economica del Governo, consistenti nel favorire la crescita, nel promuovere l'occupazione e nel sostegno al reddito delle famiglie;

apprezzati gli interventi ivi recati in particolare per quanto riguarda la previsione del Piano

straordinario per la promozione del *Made in Italy*, nel cui contesto è prevista l'istituzione del Fondo per le politiche per la valorizzazione, la promozione e la tutela, in Italia e all'estero, delle imprese e dei prodotti agricoli e agroalimentari: si sottolinea che tale materia rappresenta una vera e propria urgenza per le imprese italiane soprattutto alla luce della difficile situazione che si è venuta determinando a seguito dell'embargo russo sulle importazioni di prodotti agricoli e agroalimentari dai Paesi dell'Unione europea e, quindi, anche dall'Italia;

preso atto positivamente delle misure relative al comparto primario, che testimoniano una peculiare attenzione ad un settore che mostra un andamento anticiclico e che riveste portata strategia nell'economia nazionale;

richiamate positivamente altresì le disposizioni che portano a compimento suggerimenti che erano già contenuti in disegni di legge di iniziativa parlamentare all'esame della Commissione, con riferimento al riordino degli enti vigilati dal Dicastero e alle misure per il ricambio generazionale in agricoltura,

formula un rapporto favorevole con le seguenti osservazioni:

occorre assicurare un'idonea copertura per l'attuazione dei disegni di legge di iniziativa parlamentare già in corso di esame presso i due rami del Parlamento e, segnatamente, quelli in materia di agricoltura sociale, salvaguardia degli agrumeti caratteristici, valorizzazione della biodiversità agraria e alimentare, disciplina organica della coltivazione della vite e della produzione e del commercio del vino;

occorre peraltro affrontare la tematica della tutela degli uliveti caratteristici;

alla luce dell'attuale destinazione di una quota del Fondo per interventi in favore della famiglia, pari a 5 milioni di euro al Fondo per l'efficientamento della filiera della produzione e dell'erogazione e per il finanziamento dei programmi nazionali di distribuzione di derrate alimentari alle persone indigenti, si sottolinea l'esigenza di un ulteriore incremento del finanziamento al citato Fondo per il sostegno alle persone in stato di difficoltà;

sempre in materia di sostegno dal punto di vista dell'approvvigionamento alimentare, occorre favorire con ulteriori misure e agevolazioni relative le cessioni alimentari agli enti operanti nel terzo settore: in particolare, mediante una sinergia tra Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali e Ministero del lavoro e delle politiche sociali, si sottolinea la necessità di individuare apposite forme di collaborazione tra grande distribuzione ed enti di assistenza per la raccolta e la distribuzione dei prodotti invenduti del settore del fresco e del freschissimo, in tal modo, peraltro, limitando il preoccupante fenomeno dello spreco alimentare;

occorre modificare in senso migliorativo la disciplina in materia di quantità di gasolio da immettere a regime agevolato quanto al comparto agricolo, in un'ottica di sostegno alle produzioni;

occorre eliminare l'esplicita esclusione del settore agricolo dalla previsione di cui all'articolo 1, comma 90, relativa agli sgravi contributivi per assunzioni a tempo indeterminato;

occorre introdurre misure di stabilizzazione per l'utilizzo del biogas, considerando la relativa attività di produzione quale attività connessa all'attività dell'impresa agricola, considerandola produttiva di reddito agrario entro limitati regimi quantitativi e requisiti dimensionali;

occorre prevedere un apposito stanziamento per la filiera bieticolo-saccarifera, per il rifinanziamento

del fondo per la razionalizzazione e la riconversione;

occorre incrementare gli stanziamenti già contenuti nella Tabella C riguardanti l'attuazione del terzo Piano pesca marittima;

con riferimento alla prevista incorporazione di CRA e INEA, occorre garantire, pur alla luce del previsto risparmio di spesa a regime, la continuità di svolgimento delle attività di sostegno alla ricerca nel comparto primario, anche eventualmente intervenendo sulle dotazioni organiche, in un'ottica di funzionalità operativa del nuovo Consiglio per la ricerca in agricoltura e l'analisi dell'economia agraria; inoltre, si segnala l'esigenza di un coinvolgimento delle Commissioni parlamentari competenti per materia, quanto al processo di attuazione della riforma del settore della ricerca;

occorre intervenire con misure volte a consentire la funzionale prosecuzione dei compiti, in particolare di organismo pagatore dei contributi della politica agricola comune, dell'Agenzia per le erogazioni in agricoltura (AGEA);

occorre introdurre disposizioni per assicurare l'attuazione della nuova politica agricola comune, intervenendo sul sistema di cessione dei crediti all'ISMEA;

occorre introdurre interventi finanziari a sostegno delle imprese agricole, della pesca e dell'acquacoltura, ampliando il novero delle attività consentite all'Istituto per lo Sviluppo Agroalimentare (ISA).

ORDINI DEL GIORNO AL DISEGNO DI LEGGE

N. 1698

G/1698/2/9 (testo 2)

DONNO, GAETTI, FATTORI

La 9a Commissione permanente,

in sede di esame del disegno di legge n. 1698, recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015),

premesso che:

le misure introdotte appaiono insufficienti a fare fronte con efficacia ai problemi del comparto primario i quali vanno dall'aumento dei costi di produzione alle difficoltà di accesso al credito per le aziende agricole;

gli stanziamenti assegnati al nostro Paese a valere sulla politica agricola comune per il periodo 2014-2020, hanno subito una considerevole diminuzione rispetto alla precedente programmazione;

l'agricoltura è l'unico settore in crescita dal punto di vista dell'occupazione con un *trend* positivo in grado di generare per il futuro migliaia di ulteriori posti di lavoro, anche in considerazione del ricambio generazionale al quale va accordato il massimo sostegno e che pertanto le aziende agricole dovranno trovare sostegno e misure di incentivazione,

considerato che:

la crescita di opportunità nel settore agricolo è evidenziata dall'aumento delle iscrizioni negli istituti professionali agricoli e negli istituti tecnici di agraria, agro alimentare ed agro industria, come evidenziato dagli ultimi dati rilevati;

all'articolo 1, commi da 90 a 94, il provvedimento in esame dispone l'esonero dal versamento

dei complessivi contributi a carico dei datori di lavoro per un periodo massimo di 36 mesi con riferimento alle nuove assunzioni a tempo indeterminato, con esclusione tuttavia del settore agricolo;

atteso che le forme di occupazione stabile andrebbero sostenute ed incentivate anche nel settore agricolo al fine di garantire nel tempo la competitività del comparto nonché di assicurare la corretta gestione del territorio,

impegna il Governo:

a valutare l'opportunità di estendere anche al settore agricolo l'agevolazione contributiva introdotta dalla citata disposizione, compatibilmente con il rispetto dei saldi di finanza pubblica.

G/1698/4/9 (testo 2)

DONNO, GAETTI, FATTORI

La 9a Commissione permanente,

in sede di esame del disegno di legge n. 1698, recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015),

considerato che:

il disegno di legge in esame non contiene misure volte ad incentivare e tutelare le agricolture contadine indispensabili a promuovere modelli socio economici basati su strutture prevalentemente familiari e pratiche agronomiche conservative e a basso, o assente, impatto ambientale;

gli agricoltori contadini, ovvero coloro che conducono direttamente i fondi, praticano diversificazioni e avvicendamenti colturali, producono prevalentemente beni destinati all'autoconsumo, ovvero rivolti alla vendita diretta presso i mercati locali in circuiti di filiera corta, e trasformano le materie prime di esclusiva produzione propria direttamente in azienda o presso la propria abitazione, costituiscono un patrimonio e una risorsa da valorizzare oltre il semplice parametro economicistico;

in mancanza di adeguate agevolazioni, tali realtà agricole, che operano al di fuori delle logiche di mercato, rischiano di scomparire a causa dei modelli agricoli dominanti che cercano di sussumere e forzare i differenti tipi aziendali nel contesto unico dell'impresa agricola di mercato a carattere industriale con gravi conseguenze per le realtà rurali e per la perdita di biodiversità,

impegna il Governo:

a valutare la possibilità di introdurre adeguate agevolazioni fiscali a favore degli agricoltori contadini, tendendo presenti i vincoli dettati dal rispetto dei saldi di finanza pubblica.

G/1698/5/9 (testo 2)

FUCKSIA, MONTEVECCHI, GAETTI

La 9a Commissione permanente,

in sede di esame del disegno di legge n. 1698, recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015),

premesso che:

malgrado le numerose valenze positive (economiche, sociali e culturali) il settore dell'ippica italiano ha conosciuto negli ultimi vent'anni una grave riduzione del suo valore economico complessivo, manifestando i segnali di un progressivo declino;

concausa di tale parabola è individuabile nell'introduzione di meccanismi di *governance* e di scelte operative di gestione che hanno privato il comparto di un chiaro modello di sostenibilità economica;

il settore vive, oggi, uno dei momenti più critici della sua intera esistenza, vedendo la sua stessa sopravvivenza di breve-medio termine a rischio;

i valori espressi e le indicazioni che si possono trarre guardando alla gestione dell'ippica in altri Paesi europei, a partire dalla Francia, consentono di ipotizzare un concreto rilancio dell'attività della complessiva filiera ippica italiana, a patto di agire tempestivamente;

il Governo ha riconosciuto la rilevanza di un intervento sul settore, inserendo alcuni parziali elementi di riforma tra gli obiettivi della Delega fiscale,

impegna il Governo:

a proseguire con solerzia il percorso di riforma di un settore tanto importante per il nostro Paese, quale l'ippica, dando seguito concreto alle indicazioni contenute nella Delega fiscale predisposta dal Governo, per giungere ad un disegno ampio e condiviso di riforma;

a condividere le linee guida di intervento sul settore con il numero più ampio possibile di rappresentanze di categoria della filiera, per superare modelli di intervento che, storicamente, hanno condotto alla condizione attuale e risultano lontani dalle *best practice* adottate in Europa;

a realizzare un intervento organico ? che risponda tanto all'esigenza improrogabile di rapidità, quanto a quella ineludibile di completezza ? che tocchi, a titolo esemplificativo e non esaustivo, argomenti imprescindibili quali: i meccanismi di *governance* del settore; la gestione delle attività di gara e dei proventi derivanti dalle scommesse ippiche; il valore e la programmazione dei premi e dei calendari di gara; le caratteristiche dei prodotti-scommessa offerti; *l'appeal* internazionale del sistema nazionale; la gestione dell'*asset* rappresentato dagli ippodromi presenti sul territorio nazionale; il legame con l'attività storica e radicata di allevamento e allenamento.

1.4.2.10. 10^ Commissione permanente (Industria, commercio, turismo)

1.4.2.10.1. 10ªCommissione permanente (Industria, commercio, turismo) - Seduta n. 113 (pom.) del 09/12/2014

collegamento al documento su www.senato.it

INDUSTRIA, COMMERCIO, TURISMO (10ª)

MARTEDÌ 9 DICEMBRE 2014
113ª Seduta

Presidenza del Presidente
MUCCHETTI

Interviene il vice ministro dello sviluppo economico Calenda.

La seduta inizia alle ore 16,15.

IN SEDE CONSULTIVA

(1699 **e** 1699-*bis* **)** ***Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017 e relativa Nota di variazioni***, approvato dalla Camera dei deputati

- **(Tabb. 2 e 2-*bis*)** Stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017 (*limitatamente alle parti di competenza*)
- **(Tabb. 3 e 3-*bis*)** Stato di previsione del Ministero dello sviluppo economico per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017
- **(Tabb. 13 e 13-*bis*)** Stato di previsione del Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017 (*limitatamente alle parti di competenza*)

(1698) ***Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)***, approvato dalla Camera dei deputati
(Rapporti alla 5ª Commissione. Esame congiunto e rinvio)

Il presidente MUCCHETTI dichiara aperto l?esame dei documenti di bilancio, per le parti di competenza della Commissione.
Tuttavia, stante l'assenza del Rappresentante del Governo, propone di sospendere la seduta fino alle ore 18.

La Commissione conviene.

La seduta, sospesa alle ore 16,20, riprende alle ore 18,10.

Il presidente MUCCHETTI ricorda che, ai sensi dell'articolo 126 del Regolamento, l?esame dei documenti di bilancio avviene congiuntamente per le parti di competenza.
Ricorda altresì che in sede consultiva l'esame dei disegni di legge finanziari si concluderà con la votazione di tre rapporti riguardanti gli stati di previsione del Ministero dello sviluppo economico e, limitatamente alle parti di competenza della Commissione industria, commercio, turismo, del Ministero dell'economia e delle finanze e del Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo e le connesse parti del disegno di legge di stabilità.
A tale proposito, ricorda altresì che i predetti rapporti (nonché eventuali rapporti di minoranza), dovranno essere trasmessi alla Commissione bilancio entro la giornata di giovedì 11 dicembre, così come stabilito dalla Conferenza dei capigruppo.
Avverte infine che è scaduto alle 18 il termine per la presentazione di ordini del giorno ed emendamenti e che è stato presentato soltanto un emendamento 3.Tab.3.1.10 (pubblicato in allegato al presente resoconto).
Invita quindi i relatori ad illustrare i disegni di legge in titolo.

Il senatore ASTORRE (*PD*), relatore sul disegno di legge di approvazione del bilancio dello Stato per il triennio 2015-2017, segnala che le parti di interesse della 10a Commissione riguardano prevalentemente lo stato di previsione del Ministero dello sviluppo economico (Tabella 3), ma occorre considerare anche alcuni programmi indicati negli stati di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze (Tabella 2) e del Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo (Tabella 13).
Lo stato di previsione del Ministero dello sviluppo economico (MISE) per l'anno 2015 (Tab. 3), reca spese complessive di competenza per un totale di 4.488 milioni di euro (come risultanti dalla Nota di variazioni approvata dopo l'esame della Camera dei deputati, rispetto ai 4.498,3 milioni della proposta originaria del Governo), comprensive dei rimborsi di passività finanziarie (253,2 milioni).
Nel bilancio del Dicastero prevalgono nettamente le spese in conto capitale, che assommano a 3.596 milioni. Alle spese correnti sono destinati 639 milioni di euro. La rilevanza percentuale di queste ultime nelle previsioni per il 2015 risulta pari al 15 per cento delle spese complessive del Ministero. Al loro interno, le spese per il personale ammontano a 188 milioni di euro (ossia al 4 per cento delle spese complessive).
La gran parte della dotazione di competenza del Ministero è attualmente collocata sulla missione 11 ("Competitività e sviluppo delle imprese"), con 3.843,8 milioni, pari all'85 per cento delle risorse totali ed allo 0,37 per cento del PIL. Seguono poi le missioni 10 ("Energia e fonti energetiche), con 263 milioni, e 16 ("Commercio internazionale), con 131 milioni.

Le risorse sono ripartite principalmente tra due programmi: il programma "Promozione e attuazione di politiche di sviluppo, competitività e innovazione, di responsabilità sociale d'impresa e movimento cooperativo" (11.5), con 2.866,7 milioni per il 2015, di cui 2.549 milioni per contributi ad imprese per investimenti, ed il programma "Incentivazione del sistema produttivo" (11.7), con 912 milioni di euro nel 2015.

Accanto a questi profili contabili, la riforma del bilancio del 2009 ha introdotto degli indicatori di *performance* che dovrebbero collegare in modo più funzionale gli stanziamenti di bilancio con le politiche pubbliche ad essi sottese (cioè alle missioni ed ai programmi). Tali informazioni sono riportate nelle note integrative al bilancio. A titolo di esempio, per la missione 11 ("Competitività e sviluppo delle imprese"), programma "Promozione e attuazione di politiche di sviluppo, competitività e innovazione", che rappresenta il 68 per cento del totale delle spese per la realizzazione del programma Eurofighters e le fregate della classe FREMM, gli indicatori scelti dal Governo sono il numero di provvedimenti emessi (il *target* è 1.000 per anno) e il totale impegno delle risorse stanziate. Si richiama l'attenzione della Commissione e del Governo ad esaminare con più attenzione questi strumenti per migliorare i risultati delle politiche pubbliche stesse perché - allo stato - non presentano informazioni sufficienti a dare un quadro di collegamento tra risorse stanziate e politica pubblica sottostante, ovvero sull'efficacia dell'azione amministrativa nell'attuazione della politica. Analoghe carenze di tali indicatori erano già emerse da alcune analisi dello Ragioneria Generale dello Stato svolte nel 2009. Nel caso specifico, il numero di provvedimenti emessi di per se rappresenta poco, mentre, di converso, acquisterebbe molto più senso porre come obiettivi della politica pubblica i controlli sulla qualità di esecuzione delle commesse, ad esempio. Altri indicatori potrebbero meglio definire l'efficacia dell'azione svolta dal Ministero in questo settore. Se il MISE fosse soltanto l'ente che trasferisse risorse iscritte in bilancio alle imprese esecutrice di appalti - dato il rilievo degli importi - sarebbe opportuno misurare l'efficacia dal lato delle risorse umane impiegate (con l'obiettivo di migliorare i processi risparmiando personale) o in termini di miglioramento della puntualità dei pagamenti (anche alla luce della Direttiva sui ritardi di pagamento che richiede la corresponsione di oltre l'8 per cento di interessi sui ritardi oltre i 30 giorni nel pagamento delle fatture a fornitori).

Sempre a titolo di esempio fa notare che, per il sostegno al tessuto imprenditoriale attraverso il potenziamento e rafforzamento degli strumenti di garanzia pubblica per l'accesso al credito - stanziamento di circa 700 milioni di euro nel 2015 e 2016 e di 31 milioni nel 2017 -, gli indicatori sono due: percentuale di realizzazione rispetto ai risultati attesi e numero di garanzie concesse sul totale delle richieste.

Per la valutazione e controllo degli incentivi alle imprese - per cui si spende quasi un milione di euro ogni anno - gli indicatori sono: numero di censimenti predisposti sul totale da predisporre, relazioni predisposte sul totale da predisporre e numero controlli da effettuare sul totale di quelli da effettuare, senza alcuna indicazione sul numero di controlli o su un incremento degli stessi da un anno all'altro.

Per la gestione del credito di imposta e di altri incentivi fiscali per cui si stanzia circa 500.000 euro, l'obiettivo è raggiunto se almeno il 70 per cento del credito di imposta è utilizzato dalle imprese: il legame tra la politica e l'azione amministrativa appare molto indiretto. Analoghi indicatori sono presenti per l'attuazione di interventi per la ricerca e per l'efficienza energetica.

Per quanto concerne la lotta alla contraffazione, altro argomento di interesse per la Commissione, per cui si stanziano circa 2 milioni di euro l'anno, gli indicatori di *performance* sono: il numero di iniziative di contrasto al fenomeno contraffattivo e di rafforzamento della tutela dei titoli di proprietà industriale e il numero di soggetti che accedono al sistema brevettuale.

Quanto alla disciplina in materia camerale e la vigilanza su Unioncamere e sul registro delle imprese (missione 12, programma 12.4, obiettivo 345), si fa riferimento solo ad adempimenti burocratico-amministrativi (schede redatte e provvedimenti da adottare), non anche ai criteri di spesa e alla destinazione delle risorse stanziate.

Il Relatore segnala inoltre che la legge di stabilità apporta alcune riduzioni di trasferimenti ad enti (articolo 20, comma 1).

Per quanto riguarda il MISE, gli enti coinvolti nelle riduzioni sono i seguenti: l'Agenzia - ICE per la promozione all'estero e l'internazionalizzazione delle imprese italiane, l'Agenzia per la promozione all'estero, l'internazionalizzazione delle imprese italiane e l'attrazione degli investimenti esteri e l'ENEA - ente per le nuove tecnologie, l'energia e l'ambiente.

Come si è anticipato, la missione 28 ("sviluppo e riequilibrio territoriale"), prima gestita dal Ministero dello sviluppo economico, dal 2015 è gestita dal Dipartimento del tesoro del MEF. È costituita da un solo programma ("Sostegno alle politiche per lo sviluppo e la coesione economica (28.4)" e per l'anno 2015 riceveva, nella proposta originaria del Governo, risorse pari a 6.627,2 milioni di euro, decurtate poi di 383 milioni dalla Nota di variazioni. Le risorse sono quasi interamente assorbite dal capitolo 8000 (Fondo per lo sviluppo e la coesione, nuova denominazione del Fondo per le aree sottoutilizzate ? FAS), con una dotazione di competenza a legislazione vigente di 6.611,1 milioni di euro per il 2015. Per tale fondo è prevista nel bilancio a legislazione vigente una consistente riduzione nell'ambito del triennio, dato che il suo ammontare è previsto a 2.185,2 milioni per il 2016 e 981,7 nel 2017. Si segnala che il capitolo è esposto nella tabella E della legge di stabilità. La nota integrativa al bilancio spiega che le previsioni sono determinate sulla base dei fabbisogni richiesti dalle strutture interessate. L'andamento fortemente decrescente nel tempo del Fondo per lo sviluppo e la coesione è un elemento che merita un approfondimento. Infatti, considerato che un nuovo ciclo di programmazione di fondi europei è iniziato nel 2014 e termina nel 2020, il basso profilo di stanziamenti nel 2016 e, ancor di più, nel 2017 - se non giustificato da un'allocazione di risorse in altre voci di bilancio - sembrerebbe segnalare il rischio che anche questa volta l'assorbimento dei fondi strutturali all'inizio del ciclo di programmazione sarà molto basso con la conseguenza di dover poi assorbire la gran parte dei fondi negli ultimi anni del settennato per evitare di perdere le risorse destinate al paese. Nel precedente ciclo (2007-2013), soltanto il 10 per cento dei fondi strutturali era stato impegnato alla fine del 2010, ovvero a metà quasi del periodo. L'indicatore di *performance* collegato a tale politica è il grado di erogazione dei pagamenti. Anche in questo caso, misure per migliorare l'assorbimento dei fondi potrebbero essere altresì considerate. Anche se si trattasse di un mero compito di trasferimento di risorse, più che sui pagamenti totali alla fine dell'anno, l'accento dovrebbe essere anche posto sui tempi dei pagamenti e sui ritardi medi.

Anche altri stanziamenti a favore del sistema produttivo sono iscritti nello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze.

In particolare si segnalano: il capitolo 1900 (Contributi in conto interessi da corrispondere alla Cassa depositi e prestiti per il finanziamento degli interessi a carico del fondo rotativo per il sostegno alle imprese), che recava una previsione di competenza di 150 milioni di euro nelle previsioni per l'anno 2015, invariata rispetto al precedente e nelle previsioni per il triennio, e che con la Nota di variazioni è passato a 100 milioni; il capitolo 7380, relativo alle somme da assegnare per la valorizzazione dell'Istituto italiano di tecnologia, di 95,5 milioni di euro di competenza, diventati 92,5 con la Nota di variazioni; il capitolo 3822, relativo alle somme occorrenti per la compensazione a favore delle regioni degli oneri derivanti dalla fruizione di tariffe agevolate di energia elettrica e gas (ai sensi del decreto-legge n. 185 del 2008, articolo 3, comma 9), con una dotazione di competenza per l'anno 2015 pari a circa 66,2 milioni di euro; il capitolo 7394, relativo alle somme da assegnare alla Scuola superiore dell'economia e delle finanze per essere destinate al potenziamento delle attività di supporto formativo e scientifico alle attività istituzionali del Ministero dell'economia e delle finanze, anche rivolte alla diffusione del *made in Italy*, con una dotazione di competenza per l'anno 2015 pari a 1,3 milioni di euro.

Come conseguenza dell'emanazione della legge 24 giugno 2013, n. 71, con la quale, all'articolo 1, comma 2, le competenze in materia di turismo della Presidenza del Consiglio dei Ministri sono state attribuite al Ministero per i beni e le attività culturali, la missione 31 "Turismo" e il collegato programma "Sviluppo e competitività del turismo" sono stati trasferiti dal Ministero dell'economia e delle finanze al predetto Ministero, che assume la denominazione di Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo.

La missione 31 "Turismo" recava originariamente stanziamenti per 32,9 milioni di euro decurtati di circa 3 milioni con la Nota di variazioni, di cui 2,1 milioni relativi alle spese di funzionamento della Direzione generale turismo.

Anche in questo caso, gli indicatori di bilancio mostrano limiti significativi nell'esplicitazione delle politiche pubbliche ad essi sottesi. A titolo di esempio per sostenere e vigilare l'attività dell'ENIT per la promozione del turismo il parametro è le risorse impegnate su quelle disponibili.

All'interno del programma "Sviluppo e competitività del turismo" (31.1) - che, come si è detto, rappresenta l'unico della missione "Turismo" - si segnalano in particolare alcuni capitoli: il capitolo 6820, "Spese di natura obbligatoria dell'ENIT", con una dotazione di competenza di 15,6 milioni di euro; il capitolo 6821, "Contributo per le spese di funzionamento dell'ENIT", con una dotazione di competenza di circa 2,4 milioni di euro; il capitolo 6823, "Somme da destinare alle politiche di sviluppo e competitività del turismo", con una dotazione di 10,6 milioni di euro, decurtato dalla legge di stabilità di 100 mila euro dal 2015, relativamente alla quota da erogare a favore della Fondazione studi universitari e di perfezionamento sul turismo (che ammonta complessivamente a 2 milioni di euro a legislazione vigente); il capitolo 6825, "spese per lo *start-up* dell'offerta turistica nazionale attraverso l'uso di tecnologie e lo sviluppo di *software* originali", istituito in attuazione dell'articolo 11-bis, comma 1, del decreto-legge n. 83 del 2014, con 2 milioni di euro.

Segnala, altresì, la soppressione (ad opera della legge di stabilità 2014, articolo 1, comma 28) del contributo di 2 milioni di euro (capitolo 6824) in favore dell'istituto nazionale ricerche turistiche (ISNART) per attività di promozione di certificazione del "marchio ospitalità italiana".

Risulta soppresso anche il contributo al Club Alpino Italiano (CAI), di 252.000 euro, ad opera dell'articolo 50, commi 3 e 6, del decreto-legge n. 66 del 2014.

Conclude rilevando la necessità di avviare un ciclo di lavoro con i funzionari ministeriali responsabili delle missioni e dei programmi per migliorare la capacità degli indicatori di bilancio al fine di dar conto di come vengono spesi i soldi pubblici e sfruttare - a fini di trasparenza - tutte le informazioni disponibili invertendo il "peso" oggi attribuito ai dati contabili rispetto alle politiche pubbliche.

Il relatore per il disegno di legge di stabilità, senatore TOMASELLI (*PD*), evidenzia che il disegno di legge di stabilità per il triennio 2015-2017 si compone di 3 articoli, allegati e tabelle e fa notare che, in un'ottica europea, occorre valutare la manovra sotto il profilo della sua capacità di migliorare le prospettive di crescita, mantenere l'attuale avanzo primario sotto stretto controllo, incrementando, al contempo, l'efficienza della spesa pubblica. Da questo punto di vista, la legge di stabilità in esame contiene misure per il sostegno della domanda e dell'offerta.

Passando ad esaminare le parti di più specifica competenza della Commissione industria, ossia le misure che migliorano le prospettive di crescita, segnala in estrema sintesi le seguenti disposizioni, raggruppate in base al criterio delle politiche di settore.

Tra le misure a sostegno della domanda, il comma 9 dell'articolo 1 rende strutturale il credito d?imposta IRPEF (cosiddetto *bonus* di 80 euro) introdotto dall?articolo 1 del decreto-legge n. 66 del 2014 in favore dei lavoratori dipendenti e dei percettori di taluni redditi assimilati, originariamente introdotto per il solo anno 2014.

Il comma 95 del medesimo articolo 1 riconosce, a decorrere dal 1° gennaio 2015 e fino al 31 dicembre 2017, un assegno di importo annuo di 960 euro (cosiddetto bonus bebè) erogato mensilmente, a decorrere dal mese di nascita o adozione.

I commi da 21 a 29 dell'articolo 1 recano disposizioni in materia di trattamento di fine rapporto. Si prevede l'erogazione del TFR in busta paga in via temporanea per i lavoratori dipendenti del settore privato, con sottoposizione al regime di tassazione ordinaria.

Tra le misure a sostegno delle imprese, il comma 11 dell'articolo 1 interviene sulla disciplina in tema di incentivazione del rientro in Italia di lavoratori occupati all'estero, prolungando i periodi d'imposta nei quali si applicano le agevolazioni fiscali in favore dei ricercatori che rientrano in Italia.

I commi da 16 a 20 dell'articolo 1 rendonointegralmente deducibile dall'IRAP il costo sostenuto per lavoro dipendente a tempo indeterminato che eccede le vigenti deduzioni, al fine di abbattere il costo del lavoro, soprattutto per le piccole e medie imprese.

I commi 30 e 31 del medesimo articolo 1 intervengono sulla disciplina del credito di imposta a favore delle imprese che investono in attività di ricerca e sviluppo.

Il comma 42 dell'articolo 1 prevede la proroga delle detrazioni per gli interventi di ristrutturazione edilizia e di riqualificazione energetica (cosiddetto ecobonus), mantenendo anche per il 2015 le attuali misure, con il duplice obiettivo di sostenere il settore dell'edilizia e di promuovere l'efficienza energetica.

I commi da 44 a 79 del medesimo articolo 1 istituiscono, per gli esercenti attività d?impresa e arti e professioni in forma individuale, un regime forfetario di determinazione del reddito da assoggettare a un?unica imposta sostitutiva di quelle dovute con l?aliquota del 15 per cento.

I commi da 90 a 94 dell'articolo 1 introducono uno sgravio contributivo per le assunzioni con contratto a tempo indeterminato. Si tratta di una misura che si sposa con le riforme di sistema che il Governo sta portando avanti, come quelle sul lavoro e sulla giustizia.

I commi 140 e 141 dell'articolo 1 stanziano risorse finanziarie per la realizzazione del Piano straordinario per la promozione del *made in Italy* (settore fondamentale per il rilancio del Paese) e l?attrazione degli investimenti in Italia, di cui all?articolo 30 del decreto-legge n. 133 del 2014. In particolare, il comma 140 autorizza la spesa di 130 milioni di euro per l?anno 2015, di 50 milioni per il 2016 e di 40 milioni per il 2017 per la realizzazione delle azioni relative al predetto Piano straordinario.

Il comma 13 dell'articolo 2 incrementa da 2,5 a 5 miliardi di euro (rifinanziamento legge Sabatini) il *plafond* massimo della provvista che la Cassa depositi e prestiti può mettere a disposizione delle banche per il finanziamento delle piccole e medie imprese che vogliono effettuare investimenti per l'acquisto, anche tramite *leasing*, di macchinari, impianti, attrezzature ad uso produttivo, beni strumentali d'impresa. Visto che in passato le risorse disponibili si sono sempre esaurite rapidamente, ritiene che anche in questa occasione la disposizione sarà molto apprezzata dal mondo delle imprese.

Infine, evidenzia che le misure contenute nella legge di stabilità sfruttano gli spazi di flessibilità consentiti dall'Europa, richiedono un'attenzione maggiore del passato alla fase della loro pronta attuazione, in modo da conseguire gli obiettivi programmatici e rispettare le regole europee. Muovono altresì nella giusta direzione e vanno valutate in un contesto più ampio del disegno riformatore del Governo che, ponendole a sistema con le altre riforme approvate e da approvare, ne esalterà gli effetti positivi sulla crescita.

In conclusione, nell'ambito di un quadro ambizioso di rilancio del Paese, ritiene che l'obiettivo della legge di stabilità si possa così riassumere: rilanciare i consumi e rafforzare la competitività delle imprese nel mercato globale.

Concluse le relazioni introduttive, si apre la discussione.

Nessuno chiedendo di intervenire, il seguito dell'esame congiunto dei disegni di legge in titolo è rinviato ad altra seduta.

POSTICIPAZIONE DELLA SEDUTA ANTIMERIDIANA DI DOMANI

Il PRESIDENTE avverte che la seduta, già convocata per le ore 11 di domani, mercoledì 10 dicembre, avrà inizio alle ore 11,30.

Prende atto la Commissione.

La seduta termina alle ore 18,35.

EMENDAMENTI AL DISEGNO DI LEGGE

N. 1699

3.Tab.3.1.10

GUALDANI

Alla tabella 3, stato di previsione del Ministero dello sviluppo economico, *missione* 1. Competitività e sviluppo delle imprese, *programma* 1.2 Vigilanza sugli enti, sul sistema cooperativo e sulle gestioni commissariali, *apportare le seguenti variazioni:*

2016:

CP: + 2.000.000;

CS: + 2.000.000.

2017:

CP: + 2.000.000;

CS: + 2.000.000.

Conseguentemente, al medesimo stato di previsione, alla missione 9. Servizi istituzionali e generali delle amministrazioni pubbliche, programma 9.2 Servizi e affari generali per le amministrazioni di competenza, apportare le seguenti variazioni:

2016:

CP: - 2.000.000;

CS: - 2.000.000.

2017:

CP: - 2.000.000;

CS: - 2.000.000.

1.4.2.10.2. 10ªCommissione permanente (Industria, commercio, turismo) - Seduta n. 114 (ant.) del 10/12/2014

collegamento al documento su www.senato.it

INDUSTRIA, COMMERCIO, TURISMO (10ª)

MERCOLEDÌ 10 DICEMBRE 2014
114ª Seduta

Presidenza del Presidente
MUCCHETTI

Interviene il vice ministro dello sviluppo economico De Vincenti.

La seduta inizia alle ore 12,15.

IN SEDE CONSULTIVA

(1699 **e** 1699-*bis* **)** ***Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017*** **e relativa** ***Nota di variazioni***, approvato dalla Camera dei deputati

- **(Tabb. 2 e 2-*bis*)** Stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017 (*limitatamente alle parti di competenza*)
- **(Tabb. 3 e 3-*bis*)** Stato di previsione del Ministero dello sviluppo economico per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017
- **(Tabb. 13 e 13-*bis*)** Stato di previsione del Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017 (*limitatamente alle parti di competenza*)

(1698) ***Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)***, approvato dalla Camera dei deputati

(Rapporti alla 5ª Commissione. Seguito e conclusione dell'esame congiunto con esiti distinti. Rapporto favorevole con osservazioni sulle Tabelle 3 e 3-*bis* e sulle parti corrispondenti del disegno di legge di stabilità. Rapporto favorevole con osservazioni sulle Tabelle 2 e 2-*bis*, limitatamente alle parti di competenza, e sulle parti corrispondenti del disegno di legge di stabilità. Rapporto favorevole con osservazioni sulle Tabelle 13 e 13-*bis*, limitatamente alle parti di competenza, e sulle parti corrispondenti del disegno di legge di stabilità)

Riprende l'esame congiunto, sospeso nella seduta di ieri.

Il presidente MUCCHETTI ricorda che sono state svolte le relazioni e dichiara aperta la discussione.

Il senatore PETROCELLI (*M5S*) interviene per ricordare che a più di sei anni dalla crisi finanziaria del 2008 l?eurozona continua a registrare un PIL inferiore a quello del periodo pre-crisi, mentre le altre grandi aree monetarie più colpite dalla crisi - Stati Uniti, Regno Unito e Giappone - hanno recuperato o superato il livello del reddito nazionale del 2008, e sono riuscite a ridurre notevolmente il tasso di disoccupazione.

Un recente rapporto del Parlamento europeo accusa le politiche di austerità di aver provocato uno "*tsunami* sociale" nel continente, confermando quanto numerosi movimenti sociali, organizzazioni e reti della società civile, economisti e sindacati avevano ampiamente previsto e preannunciato.

L'asimmetria, tanto sociale quanto economica, tra i paesi del Centro-Nord e quelli della periferia si mostra evidente anche sotto l'aspetto del PIL: da un lato, infatti, abbiamo Paesi, come la Germania, che hanno raggiunto o superato il livello di PIL pre-crisi, e altri che invece hanno registrato (e continuano a registrare) un crollo del reddito nazionale senza precedenti nella storia moderna. Dopo la Grecia, l?Italia è senz?altro il caso più esemplare. Come si può facilmente evincere dall?andamento del PIL, l'Italia è sostanzialmente in recessione da sei anni.

Venendo ai profili più strettamente nazionali, rimarca quanto i recenti dati ISTAT sulla forza lavoro restituiscano un quadro chiaro e al contempo desolante. Il tasso di disoccupazione continua ad aumentare: +1 per cento rispetto all?anno precedente, raggiungendo il 13,2 per cento della popolazione attiva. Più drammatico il dato sul tasso di disoccupazione giovanile, che raggiunge il 43,3 per cento: +1,9 per cento rispetto al mese di ottobre 2013.

Rispetto ai livelli del 2008 la produzione industriale è al -25 per cento e il PIL al -10 per cento. Il tasso di disoccupazione e quello del debito pubblico sono a livelli record.

Le piccole e medie imprese, che rappresentano il 95 per cento del nostro tessuto economico, attraversano ormai da anni un periodo di forte difficoltà. Se è vero che si registra un numero crescente di imprese che si qualificano come *start-up* innovative, è altrettanto vero che l?intensità e la persistenza della crisi, unite alla restrizione dell?offerta di credito, hanno rappresentato un binomio deleterio per il sistema delle piccole e medie imprese italiane.

Il Rapporto Cerved PMI 2014 evidenzia che "a partire dal 2008, il tasso di uscita delle imprese dal mercato si è impennato, con gravi conseguenze per le PMI. Tra il 2008 e il primo semestre 2014, 13.000 piccole e medie imprese italiane sono fallite, più di 5.000 hanno aperto una procedura concorsuale non fallimentare e 23.000 sono state liquidate volontariamente: complessivamente un quinto delle piccole e medie imprese italiane attive nel 2007 è stato interessato da almeno una di queste procedure".

A tali dati occorre aggiungere l?incredibile numero di aziende che hanno chiuso definitivamente dall?inizio della crisi: alla fine del 2013 erano più di un milione e 700 mila (un?azienda manifatturiera su cinque), di cui 111.000 solo nel 2013.

Un contributo significativamente negativo all'andamento del sistema Paese è dato, poi, dall'accentuazione degli squilibri territoriali e dai cronici problemi del Mezzogiorno che dopo anni di dichiarate politiche volte alla riduzione del *gap* con le altre aree territoriali del Paese, continua a regredire. I dati forniti nel "Rapporto Svimez 2014 sull?economia del Mezzogiorno", presentato ad ottobre 2014, mostrano l'area Sud del Paese a rischio desertificazione umana e industriale, dove si continua a emigrare (116.000 abitanti nel solo 2013), non fare figli (continuano nel 2013 a esserci più morti che nati) ed impoverirsi (+40 per cento di famiglie povere nell'ultimo anno). Il Sud ha perso l'80 per cento dei posti di lavoro nazionali tra il primo trimestre del 2013 e del 2014. L'industria continua a soffrire di più (-53 per cento gli investimenti in cinque anni di crisi, -20 per cento gli addetti). I consumi delle famiglie crollano di quasi il 13 per cento in cinque anni, gli occupati arrivano a 5,8 milioni, il valore più basso dal 1977, e la disoccupazione corretta sarebbe del 31,5 per cento invece che al 19,7 per cento.

La situazione economica e finanziaria del Paese si mantiene allarmante e le iniziative finora assunte dal Governo continuano a rappresentare una risposta debole e del tutto inadeguata alle aspettative dell'intero tessuto sociale e produttivo del Paese.

Manca una visione strategica pubblica del modello economico e industriale italiano. La parola d?ordine dell'agenda del Governo è quella di intervenire il meno possibile in campo economico, proseguendo nel programma disastroso di privatizzazioni (pari allo 0,7 per cento del Pil programmato per il 2015 per un valore di 11,5 miliardi di euro), favorendo l?abbassamento del costo e dei diritti sul lavoro e continuando a fare regali fiscali alle imprese.

La legge di stabilità 2015 continua a proporre una diagnosi sbagliata della crisi e, di conseguenza, una strategia sbagliata per uscirne. Presentata come una legge espansiva, non si discosta nemmeno quest?anno dai parametri dettati dai Trattati europei, fissa al 2,6 per cento il *deficit* per il 2015, posticipa al 2017 il raggiungimento del pareggio di bilancio non per scelta ma per costrizione. Si continua ad ignorare che i principali indicatori economici segnalano in modo evidente il fallimento delle risposte neoliberiste offerte alla crisi: il PIL stimato al -0,4 per cento nel 2014, il debito al 136,4 per cento, la disoccupazione al 12,6 per cento a settembre 2014, quella giovanile al 42,9 per cento.

Dopo il fallimento delle politiche di austerità che hanno contribuito all'aumento delle disparità tra aree forti e deboli dell'Ue, ritiene sia giunto il momento di mettere in campo politiche diverse. Basterebbe cambiare le priorità delle scelte economico-finanziarie, ricordando che la qualità dello sviluppo non si misura solo attraverso il PIL e che sono ormai molte le esperienze economiche alternative che praticano dal basso un diverso modello di sviluppo sociale, economico e sostenibile, rispettoso dei bisogni delle persone e delle comunità. Occorre chiedere con forza in Europa l?abbandono delle politiche adottate sino ad oggi, superando anche, ove necessario, il rispetto a tutti i costi dell'obbligo del pareggio di bilancio.

Emerge poi la perdurante discrepanza tra le annunciate politiche governative volte al rilancio dell'industria italiana ed i concreti finanziamenti connessi.

Non si registrano misure e risorse specifiche volte a creare le condizioni affinché l?innovazione rappresenti un fattore strutturale di crescita sostenibile e di rafforzamento della competitività delle imprese. Scarsamente rilevanti, se non sfavorevoli, risultano le misure a favore della ricerca e dell'innovazione necessarie per recuperare il *gap* che ci separa dagli altri Paesi avanzati. Sarebbe estremamente necessario, in tal senso, superare lo strumento del credito d'imposta per attività di ricerca e sviluppo, per investire nella ricerca pubblica e nell'università.

Appare senza dubbio criticabile l'intervento volto a ridurre, fino ad azzerare per l'anno 2015, le risorse destinate alla creazione e al funzionamento delle zone franche urbane.

Risultano del tutto insoddisfacenti le misure previste in materia di efficientamento energetico e ristrutturazioni edilizie, soprattutto perché non sono permanenti. Entrambi i *bonus*, sia quello sull'efficientamento energetico che quello sulle ristrutturazioni edilizie degli edifici, vengono prorogati solo fino al 31 dicembre 2015.

Non sono presenti misure volte a prevedere che, a decorrere dal 2015, siano adottati interventi tesi a ridurre la quantità di energia consumata e a migliorare le prestazioni energetiche degli edifici pubblici, di proprietà di comuni, province, regioni e Stato, o di altri enti pubblici; né vi è traccia di iniziative volte ad incentivare le opere di ristrutturazione e di efficientamento energetico connesse alla bonifica dell'amianto, a tutela della salute pubblica e dell'ambiente, nonostante il Governo si sia più volte impegnato in tal senso.

Registra l'assenza di un deciso impegno nell?ambito delle politiche della concorrenza e della liberalizzazione dei mercati, che necessitano di apposite misure finalizzate ad innalzare il livello di concorrenzialità nei diversi comparti dell?economia nazionale, a partire dai settori dell?energia e del gas, e dei servizi professionali.

Rileva poi che non si segnalano misure volte a garantire l?effettivo accesso al credito alle piccole e medie imprese. Il provvedimento non contiene nemmeno indirizzi precisi per il sostegno del settore del commercio, ignorando ancora una volta lo stato di difficoltà del settore. Non si registrano misure volte a riconoscere la realizzazione della rete a banda larga ed ultra-larga quale esigenza prioritaria per la competitività dell?intero sistema economico e per la crescita, consentendo il pieno raggiungimento dell?inclusione digitale e sociale.

In considerazione di quanto detto, preannuncia la presentazione di uno schema di rapporto di minoranza contrario sui documenti di bilancio in esame che riprenda i temi trattati.

Il vice ministro DE VINCENTI si dichiara complessivamente in disaccordo con le osservazioni del senatore Petrocelli.

Ritiene infatti che il credito di imposta per attività di ricerca e sviluppo sia fondamentale e che le misure contenute nella legge di stabilità rappresenteranno uno stimolo ai relativi investimenti privati, che in Italia sono più bassi rispetto a quelli degli altri Paesi europei.

Inoltre, nel far notare come le misure riguardanti l'efficienza energetica e le ristrutturazioni edilizie rappresentino un passo ulteriore verso una loro futura stabilizzazione, ricorda che in materia il Governo ha varato il decreto legislativo di recepimento della direttiva 2012/27/UE, che riguarda anche gli edifici pubblici, con risorse sufficienti a mantenere il Paese all'avanguardia nell'Unione europea.

Precisa poi che il Governo sta predisponendo la legge annuale sulla concorrenza e valuta positivamente, sia le misure varate per favorire il credito alle imprese, citando il caso del rifinanziamento della legge Sabatini sui macchinari, sia gli interventi a sostegno della banda larga.

In conclusione, sui provvedimenti in esame conferma una valutazione di segno opposto rispetto a quella del senatore Petrocelli.

Il presidente MUCCHETTI dichiara che si passa all'esame dell'unico emendamento al disegno di legge di bilancio, riferito allo stato di previsione del Ministero dello sviluppo economico, 3.Tab.3.1.10 (pubblicato in allegato al resoconto della precedente seduta).

Stante l'assenza del proponente, il PRESIDENTE lo dichiara decaduto.

Il senatore ASTORRE (*PD*), relatore sul disegno di legge di bilancio, illustra quindi uno schema di rapporto favorevole con osservazioni sulle Tabelle 3 e 3-*bis* del disegno di legge di bilancio e sulle corrispondenti disposizioni del disegno di legge di stabilità, pubblicato in allegato. In particolare si sofferma sulla necessità di avviare un ciclo di lavoro con i funzionari ministeriali responsabili delle missioni e dei programmi per migliorare la capacità degli indicatori di bilancio di dar conto di come vengono spesi i soldi pubblici ed evidenzia i temi del Fondo di garanzia, specie per l'accesso al credito delle PMI, del sostegno alle Camere di commercio italiane all'estero, di un allentamento della pressione fiscale a carico delle imprese e del credito d'imposta per ricerca e sviluppo, paventando il rischio che l'attuale formulazione possa essere meno favorevole per chi ha investito in passato.

Illustra inoltre uno schema di rapporto favorevole con osservazioni sulle Tabelle 2 e 2-*bis* del disegno di legge di bilancio e sulle corrispondenti disposizioni del disegno di legge di stabilità, pubblicato in allegato, sottolineando l'opportunità di un approfondimento sulla riduzione del capitolo 8000 (Fondo per lo sviluppo e la coesione, nuova denominazione del Fondo per le aree sottoutilizzate - FAS).

Illustra infine uno schema di rapporto favorevole con osservazioni sulle Tabelle 13 e 13-*bis* del disegno di legge di bilancio e sulle corrispondenti disposizioni del disegno di legge di stabilità, pubblicato in allegato, soffermandosi sull'urgenza di un intervento a sostegno del turismo, specie in riferimento alle aliquote IVA e al taglio Irap da estendere ai lavoratori stagionali.

Il senatore TOMASELLI (*PD*), relatore sul disegno di legge di stabilità, integra l'illustrazione del collega Astorre e si sofferma sui temi del turismo e del sostegno alla ricerca, in particolare nel settore dello spazio e dell'aerospazio, i cui progetti ritiene vadano sostenuti con adeguate risorse finanziarie, anche attraverso l'impiego efficiente dei fondi strutturali. Rileva che su tali materie sono stati presentati emendamenti presso la 5a Commissione.

Il senatore PETROCELLI (*M5S*), a nome del Gruppo M5S, illustra uno schema di rapporto di minoranza, pubblicato in allegato, che riflette quanto detto in sede di discussione.

Il vice ministro DE VINCENTI, a nome del Governo, condivide lo spirito delle osservazioni contenute nei rapporti illustrati dai relatori, tuttavia evidenzia un problema di coperture di cui tener conto.

Nello specifico si sofferma sul tema del credito di imposta per ricerca e sviluppo, avvertendo che se la misura oggi venisse estesa a tutti gli investimenti - come è negli intendimenti del Governo per il futuro - e quindi non solo a quelli aggiuntivi, gli oneri sarebbero superiori alle risorse rinvenute a tal fine. In conclusione, nel ritenere che non si penalizzerà chi ha già fatto investimenti in passato, evidenzia l'importanza dell'effetto leva sugli investimenti incrementali e dichiara di condividere le tre proposte di rapporto avanzate dai relatori.

Si passa alle dichiarazioni di voto.

La senatrice PELINO (*FI-PdL XVII*) evidenzia l'importanza di sostenere il settore del turismo e delle piccole e medie imprese e, nel confermare il dissenso su molte delle politiche economiche del Governo, annuncia il voto contrario del proprio Gruppo politico sul rapporto relativo alla Tabella 2 del Ministero dell'economia e delle finanze e anticipa il voto di astensione sugli altri due rapporti.

Il senatore CONSIGLIO (*LN-Aut*), apprezza il rapporto di minoranza illustrato dal senatore Petrocelli e giudica criticamente l'intero impianto della manovra di bilancio, con particolare riferimento alla clausola di salvaguardia in materia di IVA e di addizionale sui carburanti.

Si dichiara poi in linea con la posizione della senatrice Pelino, soprattutto in relazione alle politiche per il turismo.

Infine, dichiara il voto di astensione sul rapporto relativo al Ministero dello sviluppo economico e anticipa il voto contrario sugli altri due rapporti, anche per il riferimento al Fondo per lo sviluppo e la coesione (ex FAS).

Si passa alla votazione dello schema di rapporto favorevole con osservazioni, avanzato dai relatori Astorre e Tomaselli, sulle Tabelle 3 e 3-*bis* del disegno di legge di bilancio e sulle corrispondenti disposizioni del disegno di legge di stabilità.

Accertata la presenza del prescritto numero di senatori, lo schema di rapporto, posto ai voti, è accolto.

Di conseguenza, il PRESIDENTE dichiara precluso lo schema di rapporto di minoranza.

Si passa alla votazione dello schema di rapporto favorevole con osservazioni, proposto dai relatori Astorre e Tomaselli, sulle Tabelle 2 e 2-*bis* del disegno di legge di bilancio e sulle corrispondenti disposizioni del disegno di legge di stabilità, limitatamente alle parti di competenza della Commissione.

Lo schema di rapporto, posto quindi ai voti, è accolto.

Si passa alla votazione dello schema di rapporto favorevole con osservazioni, proposto dai relatori Astorre e Tomaselli, sulle Tabelle 13 e 13-*bis* del disegno di legge di bilancio e sulle corrispondenti disposizioni del disegno di legge di stabilità, limitatamente alle parti di competenza della Commissione.

Lo schema di rapporto, posto quindi ai voti, è accolto.

SCONVOCAZIONE DELLA SEDUTA POMERIDIANA

Il presidente MUCCHETTI avverte che la seduta pomeridiana, già prevista per le ore 14,30, non avrà più luogo.

Prende atto la Commissione.

La seduta termina alle ore 12,50.

RAPPORTO APPROVATO DALLA COMMISSIONE SULLO STATO DI PREVISIONE DEL MINISTERO DELLO SVILUPPO ECONOMICO PER L'ANNO FINANZIARIO 2015 E PER IL TRIENNIO 2015-2017 E RELATIVA NOTA DI VARIAZIONI (DISEGNI DI LEGGE NN. 1699 E 1699-*BIS* - TABELLE 3 E 3-*BIS*) E SULLE PARTI CORRISPONDENTI DEL DISEGNO DI LEGGE N. 1698

La Commissione, esaminato lo stato di previsione del Ministero dello sviluppo economico per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017, nonché le parti corrispondenti del disegno di legge di stabilità, come approvati dalla Camera dei deputati,

osservato che gli indicatori di *performance* riportati nelle note integrative al bilancio non presentano - allo stato - informazioni sufficienti a dare un quadro di collegamento tra risorse stanziate e politica pubblica sottostante ovvero a fornire informazioni sull'efficacia dell'azione amministrativa nell'attuazione della politica,

formula un rapporto favorevole

rilevando la necessità di avviare un ciclo di lavoro con i funzionari ministeriali responsabili delle missioni e dei programmi per migliorare la capacità degli indicatori di bilancio di dar conto di come vengono spesi i soldi pubblici e sfruttare - a fini di trasparenza - tutte le informazioni disponibili invertendo il "peso" oggi attribuito ai dati contabili rispetto alle politiche pubbliche.

In relazione alla legge di stabilità per il 2015, il rapporto è favorevole con le seguenti osservazioni:

valuti la Commissione di merito il rafforzamento consistente del Fondo di garanzia, specie per l'accesso al credito delle PMI;

parimenti valuti la Commissione di merito di garantire un maggior sostegno alle camere di commercio italiane all'estero per la delicata funzione che svolgono per la promozione dei produttori e dei prodotti italiani;

valuti, infine, la Commissione di merito un allentamento della pressione fiscale a carico delle imprese, con particolare riferimento alla tassazione dei macchinari, nonché la possibilità di rendere permanente il credito d'imposta per ricerca e sviluppo considerato che l'attuale formulazione potrebbe essere meno favorevole per quelle imprese che hanno sempre fatto investimenti in passato concedendo gli incentivi per la parte in eccesso rispetto alla media del periodo 2013-2015. Sarebbe opportuno che tale politica, proprio per le finalità ad essa sottesa, venga disegnata in modo da non penalizzare le imprese che hanno investito costantemente in ricerca e sviluppo negli ultimi anni.

SCHEMA DI RAPPORTO PROPOSTO DAI SENATORI CASTALDI, GIROTTO E PETROCELLISULLO STATO DI PREVISIONE DEL MINISTERO DELLO SVILUPPO ECONOMICO PER L'ANNO FINANZIARIO 2015 E PER IL TRIENNIO 2015-2017 E RELATIVA NOTA DI VARIAZIONI (DISEGNI DI LEGGE NN. 1699 E 1699-*BIS* - TABELLE 3 E 3-*BIS*) E SULLE PARTI CORRISPONDENTI DEL DISEGNO DI LEGGE N. 1698

La 10a Commissione permanente,

esaminati, per le parti di propria competenza, il disegno di legge A.S. 1699, «Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017» (Tabella n. 3 e 3-*bis*) e le parti corrispondenti del disegno di legge A.S. 1698, recante «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)»;

premesso che:

a più di sei anni dalla crisi finanziaria del 2008 l?eurozona continui a registrare un Pil inferiore a quello del picco pre-crisi, mentre le altre grandi aree monetarie più colpite dalla crisi ? Stati Uniti, Regno Unito e Giappone ? hanno recuperato o superato il livello del reddito nazionale del 2008, e sono riuscite a ridurre notevolmente il tasso di disoccupazione. Almeno per quello che riguarda l?Europa,

quella attuale non è "la peggiore crisi dai tempi della grande depressione", come recita la vulgata giornalistica. Infatti, se consideriamo che negli anni Trenta l?Europa impiegò all?incirca quattro anni e mezzo per tornare ai livelli di crescita pre-crisi, possiamo ragionevolmente sostenere che, perlomeno da un punto di vista macroeconomico, questa crisi è peggiore di quella del ?29;

un recente rapporto del Parlamento europeo accusa le politiche di austerità di aver provocato uno "tsunami sociale" nel continente, confermando quanto numerosi movimenti sociali, organizzazioni e reti della società civile, economisti e sindacati avevano ampiamente previsto e preannunciato. Ad oggi, continuano a moltiplicarsi gli studi che dimostrano in maniera incontrovertibile gli effetti devastanti che queste politiche hanno avuto ? e stanno avendo ? sia in termini sociali che economici. Tra il 2008 ed oggi i salari reali sono diminuiti o sono rimasti stagnanti in tutti i paesi della periferia (con picchi del -20 per cento in Grecia), a fronte di una caduta della quota salari sul Pil che, com?è noto, prosegue ininterrottamente da trent?anni;

secondo gli ultimi dati Eurostat (settembre 2014), il tasso di disoccupazione nell?eurozona e nell?Unione Europea continua a viaggiare a livelli record: 11,5 per cento (19 milioni di persone) nell?eurozona e 10,1 per cento (26 milioni di persone) nell?Europa a 28;

se si escludono gli ultimi due anni, rispetto ai quali il tasso ha mostrato un lievissimo mi-glioramento di qualche decimo di punto percentuale, si tratta del dato più alto dai tempi della firma del Trattato di Maastricht, nel 1992. Ossia da più di vent?anni a questa parte. La natura profondamente asimmetrica della crisi fa sì che, da un lato abbiamo paesi come Spagna e Grecia che presentano un tasso di disoccupazione ? rispettivamente del 24,4 per cento e del 27 per cento ? che è il più alto da cinquant?anni a questa parte (sempre escludendo gli ultimi due anni), e nettamente superiore alla media europea; dall?altro, invece, abbiamo Paesi come la Germania che presentano un tasso di disoccupazione (4,9 per cento) ai minimi storici. Superiore rispetto alla media, seppure di poco, il dato dell?Italia: 12,6 per cento (circa 3 milioni di persone), il tasso più alto dal 1977;

l'asimmetria ? tanto sociale quanto economica ? tra i paesi del Centro-Nord e quelli della periferia si mostra evidente anche sotto l'aspetto del PIL: da un lato, infatti, abbiamo paesi, come la Germania, che hanno raggiunto o superato il livello di Pil pre-crisi, e altri che invece hanno registrato (e continuano a registrare) un crollo del reddito nazionale senza precedenti nella storia moderna. Dopo la Grecia, l?Italia è senz?altro il caso più esemplare. Come si può facilmente evincere dall?andamento del Pil, l'Italia è sostanzialmente in recessione da sei anni;

venendo ai profili più strettamente nazionali, non si può non rimarcare quanto i recenti dati ISTAT sulla forza lavoro restituiscano un quadro chiaro e al contempo desolante: il tasso di disoccupazione continua ad aumentare: +1 per cento rispetto all?anno precedente, raggiungendo il 13,2 per cento della popolazione attiva. Più drammatico il dato sul tasso di disoccupazione giovanile, che raggiunge il 43,3 per cento: +1.9 per cento rispetto al mese di ottobre 2013. Le condizioni peggiorano anche rispetto al secondo trimestre del 2014 (quello appena successivo all'approvazione del cosiddetto decreto Poletti e del provvedimento contenente il bonus degli 80 euro), segno dell?inefficacia di tali politiche nei confronti dell?occupazione;

la chiusura del terzo trimestre non lascia intravedere margini di miglioramento: il numero di occupati stagna, non c?è nessuna variazione positiva del numero di lavoratori con un impiego. Osservando i dati per tipologia di contratto ? nel terzo trimestre del 2013 ? continuano a diminuire i lavoratori con contratti dipendenti a tempo indeterminato e gli indipendenti a tempo pieno, entrambi con una variazione negativa di 80 mila unità, mentre aumentano i lavoratori dipendenti part-time, i contratti a termine e i collaboratori;

la produzione industriale è al -25 per cento e il Pil al -10 per cento rispetto ai livelli del 2008. Il tasso di disoccupazione e quello del debito pubblico sono a livelli record;

anche il Centro Studi di Confindustria nel documento "Scenari economici n. 20 - Giugno 2014 - rileva che "dal terzo trimestre 2011 al primo 2014 l?Italia ha vissuto la seconda reces-sione dall?inizio della crisi. Essa si è differenziata dalla prima per la minore profondità, la maggiore durata e per la più ampia caduta della domanda interna. Nel corso del 2013 il ritmo di contrazione del PIL italiano

è gradualmente diminuito e nel quarto tri-mestre si è avuta una minima espansione (+0,1 per centocongiunturale), la prima dal se-condo2011. Il PIL è tornato a diminuire nei primi tre mesi del 2014 (-0,1 per cento) per il con-tributo negativo di investimenti e scorte, a fronte del sostegno di esportazioni nette e con-sumi (quelli delle famiglie sono aumentati per la prima volta da più di due anni). Nei con-fronti del picco pre-crisi (terzo trimestre 2007) il livello del PIL è risultato inferiore del 9,0 per cento; in termini pro-capite la perdita è di quasi l?11 per cento(pari a 2.900 euro per persona)";
le piccole e medie imprese, che rappresentano il 95 per cento del nostro tessuto economico, attraversano ormai da anni un periodo di forte difficoltà. Se è vero che si registra un numero crescente di imprese che si qualificano come start-up innovative, che accedono a una serie di strumenti volti ad accrescerne il potenziale innovativo (quali le misure per la patrimonializzazione delle imprese, e in particolare l?ACE, - che ha incentivato apporti di capitale di rischio), l?intensità e la persistenza della crisi, unite alla restrizione dell?offerta di credito, hanno rappresentato un binomi0 micidiale per il sistema delle PMI italiane;
con riferimento alle *start-up* innovative, occorreevidenziare che tra è diminuita la presenza di aziende in grado a tre anni dalla nascita di insediarsi sul mercato e sopravvivere, di crescere e strutturarsi fino ad assumere la dimensione di PMI;
il Rapporto Cerved PMI 2014 evidenzia che: "a partire dal 2008, il tasso di uscita delle imprese dal mercato si è impennato, con gravi conseguenze per le PMI. Tra il 2008 e il primo semestre 2014, 13 mila PMI sono fallite, più di 5 mila hanno aperto una procedura concorsuale non fallimentare e 23 mila sono state liquidate volontariamente: complessivamente un quinto delle PMI attive nel 2007 è stato interessato da almeno una di queste procedure. La maggior parte delle imprese che ha lasciato il mercato dopo il 2007 era già in difficoltà nel periodo pre-crisi. Per queste imprese, la crisi ha solo accelerato un processo di selezione già in corso. Esistono però anche imprese che, prima della crisi, davano segni di vitalità e che con ogni probabilità sono state espulse dal mercato più per problemi di liquidità che di sostenibilità economica";
a tali dati occorre aggiungere l?incredibile numero di aziende che hanno chiuso definitivamente dall?inizio della crisi: alla fine del 2013 erano più di un milione e 700 mila (un?azienda manifatturiera su cinque), di cui 111.000 solo nel 2013, secondo uno studio del Centro Studi Cna. Il 94 per cento di queste erano piccole e medie imprese. Le ragioni di tale ecatombe sono principalmente due. La prima è la restrizione del credito da parte delle banche. La Bce riferisce che i prestiti alle imprese e alle famiglie nell?eurozona continuano a crollare, anche se i dati più recenti (ottobre 2014) mostrano un lieve rallentamento nella caduta dei prestiti rispetto all?inizio dell?anno, quando si era registrata la flessione più drammatica degli ultimi vent?anni (-2,3 per cento su base annua, scesa a -1,2 per cento secondo gli ultimi dati). I dati per l?Italia sono da bollettino di guerra: a fine 2014, i prestiti alle imprese hanno registrato un?ulteriore flessione annua del 3,8 per cento, mentre i prestiti alle famiglie sono calati al ritmo dello 0,8 per cento, per una flessione complessiva annua del 2,5 per cento;
a riguardo, la Cgia di Mestre ha segnalato da tempo che i pochi finanziamenti erogati vengono concessi solo alle grandi imprese. Sintomo e allo stesso tempo concausa del calo dei prestiti, e più in generale della crisi in corso, è la crescita vertiginosa delle sofferenze bancarie. Ad agosto 2014 le sofferenze hanno toccato un nuovo *record*, registrando un aumento del 24 per cento rispetto all?anno precedente, portando il totale delle riscossioni a rischio a circa 172,3 miliardi di euro (Bankitalia stima che possano arrivare presto a 300). Complessivamente, alla data attuale, le sofferenze corrispondono al 9 per cento dei prestiti bancari, il valore più alto da più di quindici anni a questa parte, e coinvolgono 1,2 milioni di affidati. La rischiosità dei prestiti è dunque ulteriormente cresciuta, sia per i piccoli operatori (15,3 per cento) che per le imprese (14,8 per cento) e le famiglie (6,6 per cento);
un contributo significativamente negativo all'andamento del sistema Paese è dato, poi, dall'accentuazione degli squilibri territoriali e dai cronici problemi del Mezzogiorno che dopo anni di dichiarate politiche volte alla riduzione del gap con le altre aree territoriali del Paese, continua regredire. Secondo i dati forniti nel "Rapporto Svimez 2014 sull?economia del Mezzogiorno", presentato ad ottobre 2014, mostrano l'area Sud del Paese a rischio desertificazione umana e

industriale, dove si continua a emigrare (116mila abitanti nel solo 2013), non fare figli (continuano nel 2013 a esserci più morti che nati) ed impoverirsi (+40 per cento di famiglie povere nell'ultimo anno). Il Sud ha perso l'80 per cento dei posti di lavoro nazionali tra il primo trimestre del 2013 e del 2014. L'industria continua a soffrire di più (-53 per cento gli investimenti in cinque anni di crisi, -20 per cento gli addetti); i consumi delle famiglie crollano di quasi il 13 per cento in cinque anni; gli occupati arrivano a 5,8 milioni, il valore più basso dal 1977 e la disoccupazione corretta sarebbe del 31,5 per cento invece che il 19,7 per cento;

la situazione economica e finanziaria del Paese continua dunque ad essere allarmante e le iniziative finora assunte dal Governo continuano a rappresentare una risposta debole e del tutto inadeguata alle aspettative dell'intero tessuto sociale e produttivo del Paese;

manca una visione strategica pubblica del modello economico e industriale italiano. La parola d?ordine dell'agenda del Governo è quella di intervenire il meno possibile in campo economico, proseguendo nel programma disastroso di privatizzazioni (pari allo 0,7 per cento del Pil programmato per il 2015 per un valore di 11,5 miliardi di euro), favorendo l?abbassamento del costo e dei diritti sul lavoro e continuando a fare regali fiscali alle imprese;

eppure la Legge di Stabilità 2015 continua a proporre una diagnosi sbagliata della crisi e, di conseguenza, una strategia sbagliata per uscirne. Presentata come una legge espansiva, non si discosta nemmeno quest?anno dai parametri dettati dai Trattati europei, fissa al 2,6 per cento il *deficit* per il 2015, posticipa al 2017 il raggiungimento del pareggio di bilancio non per scelta ma per costrizione. Si continua ad ignorare che i principali indicatori economici segnalano in modo evidente il fallimento delle risposte neoliberiste offerte alla crisi: il Pil stimato al -0,4 per cento nel 2014, il debito al 136,4 per cento, la disoccupazione al 12,6 per cento a settembre 2014, quella giovanile al 42,9 per cento; dopo il fallimento delle politiche di austerità che hanno contribuito all'aumento delle disparità tra aree forti e deboli dell'Ue, è giunto il momento di mettere in campo politiche diverse. Basterebbe cambiare le priorità delle scelte economico-finanziarie, ricordando che la qualità dello sviluppo non si misura solo a suon di punti di Pil e che sono ormai molte le esperienze economiche alternative che praticano dal basso un diverso modello di sviluppo sociale, economico e sostenibile, rispettoso dei bisogni delle persone e delle comunità. Occorre chiedere con forza in Europa l?abbandono delle politiche adottate sino ad oggi, superando anche, ove necessario, il rispetto a tutti i costi dell'obbligo del pareggio di bilancio;

considerato che, per quanto riguarda le parti di competenza della 10a Commissione,

- con riferimento al disegno di legge di bilancio (A.S. 1699) si rileva che:

lo stato di previsione del Ministero dello sviluppo economico (MISE) per l'anno 2015 (Tab. 3), reca spese complessive di competenza per un totale di 4.488 milioni di euro (come risultanti dalla Nota di variazioni approvata dopo l'esame della Camera dei deputati, rispetto ai 4.498,3 milioni della proposta originaria del Governo);

la gran parte della dotazione di competenza del Ministero è attualmente collocata sulla missione 11 ("Competitività e sviluppo delle imprese"), con 3.843,8 milioni. Seguono poi le missioni 10 ("Energia e fonti energetiche), con 263 milioni, e 16 ("Commercio internazionale), con 131 milioni;

le risorse sono ripartite principalmente tra il programma "Promozione e attuazione di politiche di sviluppo, competitività e innovazione, di responsabilità sociale d'impresa e movimento cooperativo" (11.5) eil programma "Incentivazione del sistema produttivo" (11.7). Il primo programma ha una dotazione di 2.866,7 milioni per il 2015 di cui 2.549 milioni per contributi ad imprese per investimenti. Gli stanziamenti più consistenti riguardano il capitolo 7421 (Interventi agevolativi per il settore aeronautico), con 1.428,2 milioni di euro di competenza per il 2015. Si segnalano poi il capitolo 7420 (Fondo per gli interventi agevolativi alle imprese), con 163,1 milioni e il capitolo 7485, relativo all'acquisizione delle unità navali FREMM, con 778 milioni di euro;

il programma 11.7, con 912 milioni di euro nel 2015, ha al suo interno il Fondo per la competitività e lo sviluppo (capitolo 7342, con 695,9 milioni per il 2015, relativi al Fondo di garanzia per le PMI);

il programma "Lotta alla contraffazione e tutela della proprietà industriale" (11.10), mostra uno

stanziamento di circa 50 milioni per il 2015, dopo che la predetta Nota di variazioni ne ha ridotto la dotazione di 5 milioni;
- con riferimento al disegno di legge di stabilità per il 2015 (A.S. 1698) si rileva che:
il comma 11 dell'articolo 1 interviene sulla disciplina in tema di incentivazione del rientro in Italia di lavoratori occupati all'estero, prolungando i periodi d'imposta nei quali si applicano le agevolazioni fiscali in favore dei ricercatori che rientrano in Italia;
i commi da 16 a 20 dell'articolo 1 rendono integralmente deducibile dall'IRAP il costo sostenuto per lavoro dipendente a tempo indeterminato che eccede le vigenti deduzioni. Vengono conseguentemente ripristinate le più alte misure delle aliquote IRAP, antecedenti a quelle introdotte dal decreto legge n. 66 del 2014;
i commi 30 e 31 intervengono sulla disciplina del credito di imposta a favore delle imprese che investono in attività di ricerca e sviluppo. Numerose sono le modifiche apportate alla disciplina vigente, ma quella che più rileva è la riduzione dell?aliquota dell?agevolazione dal 50 al 25 per cento;
il comma 42 dell'articolo 1 contiene proroghe al regime agevolativo delle detrazioni per gli interventi di recupero del patrimonio edilizio e di riqualificazione energetica, mantenendo sostanzialmente anche per il 2015 le percentuali in vigore per il 2014 e precisamente: 50 per cento per il recupero edilizio e per l'acquisto di mobili; 65 per cento per gli interventi di riqualificazione energetica, inclusi quelli relativi alle parti comuni degli edifici condominiali.Per effetto delle modifiche approvate nel corso dell'esame da parte delle Camera dei deputati la detrazione è stata estesa, sempre nella misura del 65 per cento, per le spese sostenute, dal 1°gennaio 2015 fino al 31 dicembre 2015, per le spese di acquisto e posa in opera degli impianti di climatizzazione invernale dotati di generatori di calore alimentati da biomasse combustibili, nel limite massimo di detrazione di 30.000 euro. L'agevolazione è stata altresì estesa all'acquisto e la posa in opera delle schermature solari;
i commi 140 e 141 dell'articolo 1 stanziano risorse finanziarie per la realizzazione del Piano straordinario per la promozione del *made in Italy* e l?attrazione degli investimenti in Italia, di cui all?articolo 30 del decreto-legge n. 133 del 2014. In particolare, il comma 140 autorizza la spesa di 130 milioni di euro per l?anno 2015, di 50 milioni per il 2016 e di 40 milioni per il 2017 per la realizzazione delle azioni relative al predetto Piano straordinario. Tali risorse sono stanziate nell?ambito dello stato di previsione del MISE, per essere assegnate all?agenzia ICE per la promozione all?estero e l?internazionalizzazione delle imprese;
il comma 1 dell'articolo 2 dispone una riduzione di alcune autorizzazioni di spesa concernenti trasferimenti in favore di imprese, elencate in apposito allegato 5, per un importo complessivo pari a 68,5 milioni di euro per l?anno 2015, 94,6 milioni di euro per l?anno 2016 e 17,7 milioni di euro a decorrere dall?anno 2017. Per quanto riguarda le politiche in favore degli investimenti, è ridotto lo stanziamento per i contributi in conto interessi che lo Stato corrisponde alla Cassa depositi e prestiti per i finanziamenti a carico del Fondo rotativo per il sostegno alle imprese.
le riduzioni di cui all'allegato 5 precedentemente citato riguardano anche le risorse destinate a favore delle zone franche urbane che vengono ridotte di 50 milioni di euro nel 2016 a fronte di uno stanziamento di 100 milioni di euro. La Tabella E contestualmente dispone una riduzione di 75 milioni di euro della dotazione per il 2015, che viene conseguentemente azzerata;
vengono altresì ridotti gli stanziamenti ad enti, istituti, associazioni, fondazioni ed altri organismi nella misura di 2 milioni di euro a partire dal 2015. Si tratta dei contributi a sostegno del commercio internazionale ed internazionalizzazione del sistema produttivo, con particolare riferimento alla promozione del made in Italy;
il comma 4 dell'articolo 2 limita al solo anno 2014 la fruizione degli incentivi per la rottamazione dei veicoli meno inquinanti, che era stata prevista, anche per l?anno 2015, dal decreto-legge n. 83 del 2012;
il comma 20 dell'articolo 2 dispone la riduzione dei trasferimenti dal bilancio dello Stato in favore di enti e organismi pubblici indicati nell?allegato 6 al disegno di legge in esame, per un importo complessivo pari a 21 milioni per il 2015 e a 20,7 milioni a decorrere dal 2016. Tra le riduzioni

rilevano quelle a carico di ENEA ed ICE;
il comma 45 dell'articolo 2 dispone la riduzione delle dotazioni di bilancio, sia in termini di competenza che di cassa, degli stati di previsione dei singoli Ministeri a decorrere dall?anno 2015: per il MISE, la riduzione sarà di 11,7 milioni di euro nel 2015, 9 milioni nel 2016 e 10,1 milioni nel 2017;
il comma 28 dell'articolo 3, intervenendo sull'articolo 25, comma 1 del decreto-legge n. 78 del 2010, innalza dal 4 all?8 per cento l'aliquota della ritenuta, operata da banche o da Poste italiane S.p.A., sugli accrediti dei pagamenti, a mezzo bonifici, disposti dai contribuenti per beneficiare di oneri deducibili o in relazione ai quali spettano detrazioni fiscali;

considerato dunque che:
emerge, in tutta la sua evidenza, la perdurante discrepanza tra le annunciate politiche governative volte al rilancio dell'industria italiana ed i concreti finanziamenti connessi;
non si registrano misure e risorse specifiche volte a creare le condizioni affinché l?innovazione rappresenti un fattore strutturale di crescita sostenibile e di rafforzamento della competitività delle imprese. Scarsamente rilevanti, se non sfavorevoli, risultano le misure a favore della ricerca e dell'innovazione necessarie per recuperare il gap che ci separa dagli altri Pesi avanzati. Sarebbe estremamente necessario, in tal senso, superare lo strumento del credito d'imposta per attività di ricerca e sviluppo, per investire nella ricerca pubblica e nell'università;
appare senza dubbio criticabile l'intervento volto a ridurre, fino ad azzerare, per l'anno 2015 le risorse destinate alla creazione e al funzionamento delle zone franche urbane;
del tutto insoddisfacenti risultano le misure previste in materia di efficientamento energetico e ristrutturazioni edilizie, soprattutto perché non strutturali. Entrambi i bonus, sia quello sull'efficientamento energetico che quello sulle ristrutturazioni edilizie degli edifici, vengono prorogati solo fino al 31 dicembre 2015;
non sono presenti misure volte a prevedere che, a decorrere dal 2015, siano adottati interventi tesi a ridurre la quantità di energia consumata e a migliorare le prestazioni energetiche degli edifici pubblici, di proprietà di comuni, province, regioni e Stato, o di altri enti pubblici; né vi è traccia di iniziative volte ad incentivare le opere di ristrutturazione e di efficientamento energetico connesse alla bonifica dell'amianto, a tutela della salute pubblica e dell'ambiente, nonostante il Governo si sia più volte impegnato in tal senso;
si registra l'assenza di un deciso impegno nell?ambito delle politiche della concorrenza e della liberalizzazione dei mercati, che necessitano di apposite misure finalizzate ad innalzare il livello di concorrenzialità nei diversi comparti dell?economia nazionale, a partire dai settori dell?energia e del gas, e dei servizi professionali;
non si segnalano misure volte a garantire l?effettivo accesso al credito alle piccole e medie imprese;
il provvedimento non contiene indirizzi precisi per il sostegno del settore del commercio, ignorando ancora una volta lo stato di difficoltà del settore;
non si registrano misure volte a riconoscere la realizzazione della rete a banda larga ed ultra-larga come un?esigenza prioritaria per la competitività dell?intero sistema economico e per la crescita, consentendo il pieno raggiungimento dell?inclusione digitale e sociale;

valutato che:
il rilancio del sistema Paese richiede uno spettro di interventi di politiche pubbliche che nel medio periodo modifichino vari elementi strutturali di funzionamento del nostro sistema economico,

FORMULA RAPPORTO CONTRARIO

RAPPORTO APPROVATO DALLA COMMISSIONE SULLO STATO DI PREVISIONE DEL

MINISTERO DELL'ECONOMIA E DELLE FINANZE PER L'ANNO FINANZIARIO 2015 E PER IL TRIENNIO 2015-2017, LIMITATAMENTE ALLE PARTI DI COMPETENZA, E RELATIVA NOTA DI VARIAZIONI (DISEGNI DI LEGGE NN. 1699 E 1699-*BIS* - TABELLE 2 E 2-*BIS*) E SULLE PARTI CORRISPONDENTI DEL DISEGNO DI LEGGE N. 1698

La Commissione, esaminato lo Stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017 (Tabelle 2 e 2-*bis*), limitatamente alle parti di competenza, nonché le parti corrispondenti del disegno di legge di stabilità, come approvati dalla Camera dei deputati,

osservato che gli indicatori di *performance* riportati nelle note integrative al bilancio non presentano - allo stato - informazioni sufficienti a dare un quadro di collegamento tra risorse stanziate e politica pubblica sottostante ovvero a fornire informazioni sull'efficacia dell'azione amministrativa nell'attuazione della politica,

formula un rapporto favorevole
rilevando la necessità di avviare un ciclo di lavoro con i funzionari ministeriali responsabili delle missioni e dei programmi per migliorare la capacità degli indicatori di bilancio di dar conto di come vengono spesi i soldi pubblici e sfruttare - a fini di trasparenza - tutte le informazioni disponibili invertendo il "peso" oggi attribuito ai dati contabili rispetto alle politiche pubbliche.

Osserva poi che è prevista nel bilancio a legislazione vigente una consistente riduzione del capitolo 8000 (Fondo per lo sviluppo e la coesione, nuova denominazione del Fondo per le aree sottoutilizzate ? FAS), con una dotazione di competenza di 6.611,1 milioni di euro per il 2015, 2.185,2 milioni per il 2016 e 981,7 nel 2017. A tal proposito L'andamento fortemente decrescente nel tempo del Fondo per lo sviluppo e la coesione è un elemento che merita un approfondimento. Infatti, considerato che un nuovo ciclo di programmazione di fondi europei è iniziato nel 2014 e termina nel 2020, il basso profilo di stanziamenti nel 2016 e, ancor di più, nel 2017 - se non giustificato da un'allocazione di risorse in altre voci di bilancio - sembrerebbe segnalare il rischio che anche questa volta l'assorbimento dei fondi strutturali all'inizio del ciclo di programmazione sarà molto basso con la conseguenza di dover poi assorbire la gran parte dei fondi negli ultimi anni del settennato per evitare di perdere le risorse destinate al Paese.

In relazione alla legge di stabilità per il 2015, il rapporto è favorevole con la seguente osservazione:

valuti la Commissione di merito il rafforzamento, anche attraverso l'impiego efficiente dei fondi strutturali, delle misure di sostegno ai programmi nazionali di ricerca nel settore dello spazio e dell'aerospazio, in considerazione dell'elevato interesse a conservare un posizionamento competitivo dell'industria aerospaziale italiana nel quadro internazionale, garanzia di ritorni significativi sul prodotto potenziale.

RAPPORTO APPROVATO DALLA COMMISSIONE SULLO STATO DI PREVISIONE DEL MINISTERO DEI BENI E DELLE ATTIVITÀ CULTURALI E DEL TURISMO PER L'ANNO FINANZIARIO 2015 E PER IL TRIENNIO 2015-2017, LIMITATAMENTE ALLE PARTI DI COMPETENZA, E RELATIVA NOTA DI VARIAZIONI (DISEGNI DI LEGGE NN. 1699 E 1699-*BIS* - TABELLE 13 E 13-*BIS*) E SULLE PARTI CORRISPONDENTI DEL DISEGNO DI LEGGE N. 1698

La Commissione, esaminato lo Stato di previsione del Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017 (Tabelle 13 e 13-*bis*, limitatamente alle parti di competenza), nonché le parti corrispondenti del disegno di legge di stabilità, come approvati dalla Camera dei deputati,

osservato che gli indicatori di *performance* riportati nelle note integrative al bilancio non presentano - allo stato - informazioni sufficienti a dare un quadro di collegamento tra risorse stanziate e politica pubblica sottostante ovvero a fornire informazioni sull'efficacia dell'azione amministrativa nell'attuazione della politica,

formula un rapporto favorevole

rilevando la necessità di avviare un ciclo di lavoro con i funzionari ministeriali responsabili delle missioni e dei programmi per migliorare la capacità degli indicatori di bilancio di dar conto di come vengono spesi i soldi pubblici e sfruttare - a fini di trasparenza - tutte le informazioni disponibili invertendo il "peso" oggi attribuito ai dati contabili rispetto alle politiche pubbliche.

In relazione alla legge di stabilità per il 2015, il rapporto è favorevole osservando, tuttavia, l'urgenza di sostenere il settore turistico, specie in riferimento alle aliquote IVA e al taglio Irap da estendere ai lavoratori stagionali.

1.4.2.11. 11^ Commissione permanente (Lavoro, previdenza sociale)

1.4.2.11.1. 11ªCommissione permanente (Lavoro, previdenza sociale) - Seduta n. 121 (pom.) del 09/12/2014

collegamento al documento su www.senato.it

LAVORO, PREVIDENZA SOCIALE (11ª)

MARTEDÌ 9 DICEMBRE 2014
121ª Seduta

Presidenza della Vice Presidente
SPILABOTTE

Interviene il sottosegretario di Stato per il lavoro e le politiche sociali Teresa Bellanova.

La seduta inizia alle ore 15.

IN SEDE CONSULTIVA

(1699 **e** 1699-*bis* **)** ***Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017 e relativa Nota di variazioni***, approvato dalla Camera dei deputati
- (Tab. 4 e Allegato e Tab. 4-*bis*) Stato di previsione del Ministero del lavoro e delle politiche sociali per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017 *e* Relazione allegata
(1698) ***Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)***, approvato dalla Camera dei deputati
(Rapporto alla 5a Commissione. Esame congiunto e rinvio)

La presidente SPILABOTTE, nel dichiarare aperta la sessione di bilancio, ringrazia la sottosegretaria Bellanova per la sua presenza alla seduta odierna. Ricorda quindi che l'esame dei disegni di legge e della relativa tabella di bilancio procede congiuntamente e si conclude con l?espressione di un unico rapporto alla Commissione bilancio e che è ammissibile la presentazione di rapporti di minoranza.

Segnala inoltre che in Commissione è possibile presentare ordini del giorno relativi sia al disegno di legge di stabilità che al disegno di legge di bilancio e che gli emendamenti al disegno di legge di stabilità, in base all'articolo 128 del Regolamento, vanno presentati alla Commissione bilancio. In Commissione possono essere presentati emendamenti alle tabelle di bilancio (tabelle 4 e 4-*bis*) o su parti di esse.

Nell'introdurre congiuntamente l'esame, la relatrice FAVERO (*PD*) dà anzitutto conto dei contenuti del disegno di legge di stabilità. In particolare, si sofferma sui commi 2 e 3 dell'articolo 1 ed i commi 59 e 60 dell'articolo 2, che prevedono varie regolazioni finanziarie e contabili nei rapporti tra lo Stato e l'INPS, nonché sul comma 16 dell'articolo 1, che concede a taluni soggetti la possibilità di ridurre la base imponibile dell'IRAP di un importo pari alla differenza tra il costo complessivo sostenuto per il personale dipendente con contratto a tempo indeterminato e quello di alcune spese già deducibili *ex lege*. I successivi commi da 21 a 29introducono la possibilità, per i lavoratori dipendenti del settore privato, di liquidazione nella retribuzione mensile, per il periodo 1° marzo 2015-30 giugno 2018, delle quote del TFR maturate in tale periodo. In relazione alla conseguente riduzione di liquidità per i datori di lavoro, si prevedono alcune forme di compensazione o di finanziamento. Le quote di TFR in oggetto sono sottoposte alla tassazione IRPEF ordinaria, anziché alla tassazione separata IRPEF prevista per i trattamenti di fine rapporto; esse restano peraltro assoggettate all'ordinaria contribuzione previdenziale sulle quote di TFR - costituita da un'aliquota dello 0,50 per cento - e sono, quindi, computate al netto di essa. Per le quote erogate, viene inoltre meno l'obbligo di destinazione in favore dell'apposito Fondo, posto nella disciplina vigente con riferimento ai datori di lavoro del settore privato che abbiano alle proprie dipendenze almeno 50 addetti, con esclusione delle quote di TFR destinate alle forme pensionistiche complementari. Le quote di TFR erogate non sono inoltre computate nel reddito, ai soli fini della verifica dei limiti per l'applicazione del cosiddetto *bonus* di 80 euro.

I successivi commi da 25 a 28 prevedono la possibilità, per i datori di lavoro aventi alle proprie dipendenze meno di 50 addetti e che non intendano erogare immediatamente con proprie risorse le quote di TFR oggetto dell'opzione, di accedere ad un finanziamento, assistito - oltre che da eventuale privilegio speciale su beni mobili, destinati all'esercizio dell'impresa e non iscritti nei pubblici registri - dalla garanzia prestata sia dall'apposito Fondo di garanzia (istituito ai sensi dei commi 27 e 28) sia, in ultima istanza, dallo Stato. Le modalità di presentazione della domanda di finanziamento sono disciplinate dal comma 26, che prevede che la richiesta sia presentata presso una delle banche o degli intermediari finanziari che aderiscano all?apposito accordo-quadro, da stipulare tra il Ministro del lavoro, il Ministro dell?economia e l?ABI; il tasso da applicare al finanziamento non può superare il tasso di rivalutazione della quota di trattamento di fine rapporto e il rimborso correlato al finanziamento è escluso dall'ambito delle azioni revocatorie, previste dalla disciplina sul fallimento.Sotto il profilo della tecnica legislativa, riterrebbe opportuno formulare quest'ultima esclusione in termini di novella, integrando l?elenco di cui al terzo comma dell'articolo 67 del regio decreto 16 marzo 1942, n. 267, e successive modificazioni, in cui sono individuate le fattispecie non soggette all?azione revocatoria.

In base al precedente comma 23, per i datori di lavoro che non si avvalgano del finanziamento, trovano applicazione, per le quote di TFR oggetto di liquidazione nella retribuzione mensile, le medesime misure compensative attualmente vigenti per le quote di TFR destinate a forme pensionistiche complementari o all'apposito Fondo. Per quelli che invece si avvalgano della possibilità di finanziamento, il comma 24 prevede, da un lato, l'applicazione di una di tali misure compensative, e, dall'altro lato, dispone un versamento equivalente al Fondo di garanzia di cui al comma 27.

Il successivo comma 83istituisce un fondo presso il Ministero del lavoro a copertura dei decreti delegati emanati in seguito alla delega attribuita dal Parlamento al Governo col cosiddetto *Jobs Act*.

I commi 86 e 89 concernono alcuni profili della disciplina sui trattamenti pensionistici per i lavoratori esposti all'amianto. In particolare, il comma 86 esclude l'applicazione ai fini pensionistici dei

provvedimenti di annullamento delle certificazioni rilasciate dall'INAIL, relative all'esposizione all'amianto per un periodo superiore a dieci anni. Tale fattispecie di esposizione dà luogo ad un coefficiente moltiplicatore del medesimo periodo, ai soli fini della determinazione dell'importo della pensione (e non anche della maturazione del diritto), pari ad 1,25 punti, a meno che i soggetti non rientrino nella disciplina previgente più favorevole, secondo la quale il coefficiente moltiplicatore è pari a 1,50 punti e rileva anche ai fini della maturazione del diritto; questa normativa più favorevole concerne - secondo la circolare INPS n. 58 del 2005 - i lavoratori in possesso della certificazione rilasciata dall?INAIL, attestante lo svolgimento, entro il 2 ottobre 2003, di attività lavorativa con esposizione ultradecennale all?amianto e quelli il cui periodo di esposizione ultradecennale sia stato riconosciuto con sentenza pronunciata in esito di cause il cui ricorso sia stato depositato a seguito di diniego dell?INAIL su domande di certificazione presentate nel tempo dagli interessati e comunque non oltre il 15 giugno 2005. Al riguardo, la relatrice osserva che potrebbe essere opportuno un chiarimento riguardo alla locuzione, presente nel comma, "ai fini del conseguimento delle prestazioni pensionistiche", tenendo conto che il coefficiente moltiplicatore rileva ai fini del diritto al trattamento solo per i soggetti che rientrino nella normativa pregressa.

Il comma 89 concerne i lavoratori rientranti nella fattispecie di periodo di esposizione ultradecennale - riconosciuto in via giudiziale definitiva -, dipendenti da aziende che abbiano collocato in mobilità tutti i dipendenti per cessazione dell'attività lavorativa e che, avendo presentato domanda successivamente al 2 ottobre 2003, non rientrino nella disciplina pregressa più favorevole. Ad essi è consentita la presentazione entro il 31 gennaio 2015 della domanda all'INPS per l'applicazione di quest'ultima disciplina; in ogni caso, le prestazioni conseguenti non possono avere decorrenza anteriore al 1° gennaio 2015. Con riferimento a questa disposizione, la relatrice suggerisce di valutare la congruità della limitazione ai casi di mobilità inerenti alla cessazione dell'attività lavorativa dell'azienda e ai casi di riconoscimento in via giudiziale del periodo di esposizione ultradecennale, nonché l'esigenza di chiarire se il beneficio riguardi anche le ipotesi in cui il periodo di esposizione ultradecennale si sia compiuto successivamente al 2 ottobre 2003.

La novella di cui al comma 87modifica la norma che esclude alcune fattispecie dall'ambito di applicazione delle riduzioni percentuali dei trattamenti pensionistici; la modifica ha effetto sui trattamenti pensionistici aventi decorrenza dal 1° gennaio 2015. La disciplina vigente esclude dall'applicazione delle riduzioni percentuali i trattamenti liquidati in favore di soggetti che maturino il previsto requisito di anzianità contributiva (attualmente pari a 42 anni e 6 mesi per gli uomini e 41 anni e 6 mesi per le donne) entro il 31 dicembre 2017, qualora, ai fini del possesso del requisito, sia sufficiente l'anzianità contributiva derivante da prestazione effettiva di lavoro, periodi di astensione obbligatoria per maternità, assolvimento degli obblighi di leva, infortunio o malattia, periodi di cassa integrazione guadagni ordinaria, astensione dal lavoro per la donazione di sangue e di emocomponenti, congedi parentali di maternità e paternità o con riferimento a persone con *handicap* in situazione di gravità. La novella sopprime le condizioni relative ai rapporti ed alle fattispecie sottostanti alla contribuzione, richiedendo soltanto che il requisito di anzianità contributiva sia maturato entro il 31 dicembre 2017. Al riguardo, la relatrice ritiene che, con riferimento alla limitazione della novella ai trattamenti pensionistici aventi decorrenza dal 1° gennaio 2015, potrebbe essere opportuno valutare le compatibilità con i profili costituzionali relativi al principio di parità di trattamento.

Il comma 88 riconosce ai datori di lavoro che abbiano assunto entro il 31 dicembre 2012 lavoratori licenziati da imprese con meno di 16 dipendenti ed iscritti nelle liste di mobilità gli sgravi contributivi vigenti con riferimento ai lavoratori iscritti nelle medesime liste. Il riconoscimento è operato nel limite massimo di 35.550.000 euro. La norma è intesa a definire i profili transitori relativi alla mancata proroga delle norme che, di anno in anno, estendevano il diritto all'iscrizione nelle liste a tali lavoratori; iscrizione da cui derivava l'applicazione degli sgravi contributivi per l'eventuale nuovo datore, senza l'attribuzione dell'indennità di mobilità per il lavoratore.

Il comma 90introduce uno sgravio contributivo per le assunzioni con contratto a tempo indeterminato. Lo sgravio riguarda i contratti a tempo indeterminato relativi a nuove assunzioni decorrenti dal 1°

gennaio 2015 e stipulati entro il 31 dicembre 2015. Con riferimento alla disposizione, la relatrice riterrebbe opportuno chiarire se lo sgravio sia riconosciuto anche per i contratti stipulati prima del 1° gennaio 2015, qualora prevedano la decorrenza dell?assunzione nel corso del 2015.Il beneficio consiste nell?esonero dal versamento dei complessivi contributi previdenziali a carico del datore di lavoro, nel limite di 8.060 euro su base annua e per un periodo massimo di trentasei mesi. Il beneficio non è riconosciuto per i contratti di apprendistato, nonché nel settore agricolo ed in quello del lavoro domestico.

Il comma 91 dispone, con riferimento alle assunzioni decorrenti dal 1° gennaio 2015, la soppressione dei benefici contributivi previsti dall?articolo 8, comma 9, della legge n. 407 del 1990 e successive modificazioni. Anche in tal caso, potrebbe essere ritenuto opportuno chiarire la nozione di decorrenza dell?assunzione.Osserva inoltre che in questo caso, diversamente dal beneficio di cui al precedente comma 90, la soppressione è permanente.

I commi da 95 a 99prevedono, per ogni figlio nato o adottato nel periodo 1° gennaio 2015-31 dicembre 2017, un assegno di importo annuo pari a 960 euro, erogato mensilmente a decorrere dal mese di nascita o adozione. Il riconoscimento del beneficio, nel testo come riformulato dalla Camera, è subordinato alla condizione che il nucleo familiare di appartenenza del genitore richiedente l?assegno sia in una condizione economica corrispondente a un valore dell?ISEE non superiore a 25.000 euro annui; qualora esso sia pari o inferiore a 7.000 euro annui, la misura dell'assegno è attribuita in misura doppia. L'assegno - che non concorre alla formazione del reddito complessivo - è corrisposto fino al compimento del terzo anno d?età, ovvero del terzo anno di ingresso nel nucleo familiare a seguito dell?adozione, per i figli di cittadini italiani o di uno Stato membro dell?Unione europea o di cittadini extracomunitari con permesso di soggiorno, residenti in Italia.

Il comma 100riconosce, per il 2015, nel limite di 45 milioni di euro per il medesimo anno, al fine di contribuire alle spese per il mantenimento dei figli, buoni per l?acquisto di beni e servizi, in favore dei nuclei familiari con un numero di figli minori pari o superiore a quattro ed aventi una situazione economica corrispondente ad un valore ISEE non superiore a 8.500 euro annui.

Il comma 101 istituisce nello stato di previsione del MEF un Fondo per interventi in favore della famiglia, conuna dotazione pari a 108 milioni di euro per il 2015. La Camera ha specificato che una quota pari a 100 milioni è riservata al rilancio del piano di sviluppo del sistema territoriale dei servizi socio-educativi per la prima infanzia, inteso al raggiungimento di determinati obiettivi di servizio, nelle more della definizione dei livelli essenziali delle relative prestazioni, ed una quota pari a 5 milioni è destinata al Fondo per l'efficientamento della filiera della produzione e dell'erogazione e per il finanziamento dei programmi nazionali di distribuzione di derrate alimentari alle persone indigenti nel territorio della Repubblica Italiana.

I successivi commi da 117 a 119 incrementano, rispettivamente, il Fondo per la cosiddetta carta acquisti ordinaria, la dotazione del Fondo nazionale per le politiche sociali e quella del Fondo per le non autosufficienze. Lo stanziamento è destinato anche agli interventi a sostegno delle persone affette da SLA.

Il comma 21del successivo articolo 2 riconosce alla Commissione bicamerale di controllo sull?attività degli enti gestori di forme obbligatorie di previdenza e assistenza sociale alcune funzioni di vigilanza sulla gestione separata della Cassa depositi e prestiti S.p.A..

Il comma 54 dispone la soppressione sia della norma che autorizza il Ministero del lavoro ad integrare la dotazione organica del personale ispettivo sia di quella che limita al personale in possesso di specifiche professionalità compatibili con quelle di ispettore del lavoro o di ispettore tecnico l'applicazione del meccanismo generale vigente di assegnazione alle pubbliche amministrazioni che intendano bandire il concorso del personale collocato in disponibilità. Al riguardo, sotto il profilo formale, la relatrice riterrebbe opportuno limitare la norma di abrogazione ai soli primi tre periodi dell'articolo 14, comma 1, lettera a), del decreto-legge n. 45 del 2013, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 9 del 2014. Infatti, poiché la relazione tecnica allegata alla versione originaria del disegno di legge ricollega a tale abrogazione un risparmio di spesa, si intende che la riduzione di spesa

di cui al successivo quarto periodo resti operante.

Il comma 55disponela soppressione delle prestazioni economiche accessorie, a carico dell'INPS e dell'INAIL, e relative agli aventi diritto ai regimi speciali di cure termali garantite dal Servizio sanitario nazionale.

Il comma 56 prevede che, a decorrere dal 1° gennaio 2015, i trattamenti pensionistici e le prestazioni in favore degli invalidi civili corrisposti dall'INPS e le rendite vitalizie dell?INAIL, nei soli casi di beneficiari di più trattamenti, in assenza di cause ostative, siano erogati con un unico pagamento il giorno 10 di ciascun mese.

Il comma 57 introduce, a decorrere dal 1° gennaio 2015, l'obbligo di segnalazione per via telematica all?INPS, da parte del medico necroscopo, dell'accertamento del decesso di un soggetto. A tale riguardo, la relatrice riterrebbe opportuno valutare i casi in cui sia impossibile rispettare il termine delle 48 ore dall'evento, in relazione, per esempio, al ritardo nella conoscenza del decesso.

Il comma 58concerne le modalità di pagamento delle prestazioni in denaro da parte dell'INPS per il periodo successivo al decesso dell'avente diritto. Si prevede, tra l'altro, che tale corresponsione, qualora eseguita su un conto corrente presso un istituto bancario o postale, si intenda operata con riserva.

I commi 61 e 62richiedono, a decorrere dal 2015, il versamento da parte dell?INPS e dell?INAIL all?entrata del bilancio dello Stato di determinate somme annue, in relazione ai risparmi di spesa di natura organizzativa o derivante da convenzioni. I commi da 63 a 66 operano invece modifiche alla disciplina degli istituti di patronato e di assistenza sociale, riducendo la misura del finanziamento statale. Tale finanziamento riguarda le attività e l'organizzazione di tali istituti relativamente al conseguimento, in Italia e all'estero, delle prestazioni in materia di previdenza e quiescenza obbligatorie e delle prestazioni di carattere socio-assistenziale, comprese quelle in materia di emigrazione ed immigrazione.

Le novelle di cui alle lettere *a)* e *b)* del comma 64 modificano i requisiti, ai fini del riconoscimento dell?istituto, relativi all?articolazione territoriale sia delle confederazioni o associazioni nazionali di lavoratori, sia dell?istituto stesso. I nuovi requisiti sembrerebbero applicarsi anche agli istituti già riconosciuti in via definitiva ed operanti, con decorrenza, in tal caso, dal 1° luglio 2015, in base alla novella di cui al successivo comma 65, lettera *b)*; al riguardo, secondo la relatrice potrebbe essere ritenuto opportuno valutare l?esigenza di una formulazione più chiara di tale profilo transitorio, tenendo anche conto che questa novella concerne gli istituti già operanti alla data del 1° gennaio 2013.La novella di cui alla lettera *c)* del comma 64opera invece una riformulazione delle attività diverse da quelle rientranti nel finanziamento ordinario, che possono esser svolte dagli istituti di patronato e di assistenza sociale. Rispetto alla disciplina vigente, la relatrice segnala che la novella inserisce il riferimento all'attività di intermediazione in materia di lavoro ed alle attività di consulenza e trasmissione telematica di dati in materia di previdenza ed assistenza sociale, infortuni e malattie professionali.

Il comma 67 dispone invece una riduzione pari a 238 milioni di euro per il 2015 ed a 200 milioni annui a decorrere dal 2016 del Fondo per il finanziamento di sgravi contributivi per incentivare la contrattazione di secondo livello.

La novella di cui al comma 68 modifica la disciplina degli obblighi di comunicazione all?Anagrafe tributaria posti in capo agli operatori finanziari, prevedendo, tra l'altro, che le informazioni riguardo all'applicazione dell'ISEE siano integrate con il dato del valore medio di giacenza annuo di depositi e conti correnti bancari e postali.

Il comma 69 demanda ad un decreto del Presidente del Consiglio dei ministri, l?individuazione delle iniziative di elevata utilità sociale, valutabili nell?ambito dei piani triennali di investimento dell?INAIL, da finanziare con l?impiego di quota parte delle somme detenute dall'Istituto presso la tesoreria centrale dello Stato.

I commi da 1 a 5 dell?articolo 3prevedono l?innalzamento di due aliquote, il primo - dall?11 per cento

al 20 per cento - concernente l?aliquota dell'imposta sul risultato netto maturato dai fondi pensione; il secondo - dall?11 per cento al 17 per cento - riguardante l'aliquota sui redditi derivanti dalle rivalutazioni dei fondi per il trattamento di fine rapporto.

I successivi commi da 61 a 63concernono la misura del trattamento pensionistico. La novella di cui al comma 61 prevede che l?applicazione del sistema contributivo non possa determinare una misura complessiva del trattamento superiore a quella che sarebbe stata liquidata - sulla base dell?anzianità contributiva necessaria per la maturazione del diritto, maggiorata dell?eventuale periodo intercorrente tra la data di maturazione del diritto e la prima decorrenza possibile del trattamento - nel sistema retributivo integrale. In base al comma 62, la novella si applica anche ai trattamenti già liquidati. Il comma specifica altresì che la novella non determina alcuna modifica nel regime vigente dei termini temporali di attribuzione del TFR dei dipendenti pubblici. Il comma 63 prevede che le economie derivanti dall?applicazione della novella affluiscono in un apposito fondo, istituito presso l?INPS. Per l?individuazione di esse e per la definizione dei criteri e delle modalità di impiego delle risorse, si demanda ad un decreto del Presidente del Consiglio, da emanarsi su proposta del Ministro del lavoro e di concerto con il Ministro dell?economia. Il successivo comma 71 riduce infine le risorse destinate ai fondi paritetici interprofessionali nazionali per la formazione continua.

Passando allo stato di previsione del Ministero del lavoro, la relatrice nota che, mentre il disegno di legge di bilancio conferma il livello tendenziale di spesa a legislazione vigente, gli elenchi e le tabelle del disegno di legge di stabilità recano numerose variazioni. In particolare, l'allegato 5riduce di 2 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016 lo stanziamento previsto per gli incentivi in favore dei datori di lavoro per la stabilizzazione (mediante il ricorso a contratti di lavoro subordinato) dei collaboratori a progetto, nel settore dei servizi di *call center*. L'allegato riduce altresì le risorse per il finanziamento delle azioni positive per la parità tra lavoratrici e lavoratori. L'allegato 6prevede poi una riduzione dei trasferimenti dal bilancio dello Stato agli enti ed organismi pubblici ivi elencati; per quanto riguarda lo stato di previsione del Ministero del lavoro, si dispone una riduzione di 500 migliaia di euro annui della spesa per il funzionamento dell'ISFOL. L'elenco 1 reca uno stanziamento di 100 milioni di euro annui per interventi di carattere sociale volti alla stipulazione di convenzioni con i comuni interessati alla stabilizzazione dei lavoratori socialmente utili, con oneri a carico del bilancio comunale, nonché alla prosecuzione del finanziamento di progetti per servizi socialmente utili. La tabella D reca una riduzione di 1.700 migliaia di euro per il 2015 dello stanziamento relativo ai tirocini nelle amministrazioni statali.

Riguardo alla tabella B del disegno di legge di stabilità, la relatrice ricorda che essa costituisce un fondo per le spese in conto capitale, derivanti dai provvedimenti legislativi che si prevede possano essere approvati nel triennio di riferimento. Gli accantonamenti del fondo sono articolati per Dicasteri, benché le risorse siano interamente iscritte nello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze. Tale tabella B reca, per il Ministero del lavoro, un accantonamento pari a 32.753.000 euro annui, importo eguale a quello previsto, per il medesimo accantonamento, nel bilancio a legislazione vigente. Tale accantonamento è preordinato per la stabilizzazione dei lavoratori impiegati in ASU nella città di Napoli, ad eccezione di una quota destinata, secondo il disegno di legge A.S. n. 1629 (già approvato dalla Camera dei deputati e trasmesso al Senato), alla copertura del Fondo (ivi istituito) per il sostegno delle microimprese attive nel settore del commercio al dettaglio.

Tanto premesso, la relatrice si riserva di sottoporre alla Commissione una proposta di rapporto alla Commissione Bilancio nel corso dell'intervento di replica.

La presidente SPILABOTTE ringrazia la relatrice per l'ampia disamina e dichiara aperta la discussione generale.

La senatrice BENCINI (*Misto*) interviene incidentalmente per chiedere un chiarimento in ordine all'estensione ai contratti *part-time* degli sgravi assegnati ai datori di lavoro per l'assunzione di dipendenti.

La sottosegretaria BELLANOVA precisa che l'unica condizione è l'essere il contratto di lavoro stipulato a tempo indeterminato, fermo restando che lo sgravio sarà proporzionato all'orario della prestazione.

Il senatore SERAFINI (*FI-PdL XVII*) sottolinea l'opportunità di un raccordo con la Commissione parlamentare di inchiesta sul fenomeno degli infortuni sul lavoro e delle malattie professionali, al fine di approfondire i profili riguardanti i benefici disposti a favore dei lavoratori esposti all'amianto.

La presidente SPILABOTTE osserva che tale raccordo sarà senz'altro svolto dalla relatrice, la quale è altresì componente di tale Commissione. Annuncia che si sono nel frattempo iscritti a parlare in discussione generale, per la seduta di domani, i senatori CATALFO (*M5S*), ICHINO (*SCpI*), SERAFINI (*FI-PdL XVII*), D'ADDA (*PD*), LEPRI (*PD*), MUNERATO (*LN-Aut*), MANASSERO (*PD*), BERGER (*Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE*) e PUGLIA (*M5S*). Propone altresì di fissare il termine per la scadenza di emendamenti e ordini del giorno, nei limiti già precedentemente chiariti, a domani, 10 dicembre, alle ore 12.

La Commissione concorda.

Il seguito dell'esame congiunto è quindi rinviato.

La seduta termina alle ore 16.

1.4.2.11.2. 11ªCommissione permanente (Lavoro, previdenza sociale) - Seduta n. 122 (ant.) del 10/12/2014

collegamento al documento su www.senato.it

LAVORO, PREVIDENZA SOCIALE (11ª)

MERCOLEDÌ 10 DICEMBRE 2014
122ª Seduta (antimeridiana)

Presidenza della Vice Presidente
SPILABOTTE

Interviene il sottosegretario di Stato per il lavoro e le politiche sociali Bobba.

La seduta inizia alle ore 11,40.

IN SEDE CONSULTIVA

(1699 **e** 1699-*bis* **)** ***Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017*** **e relativa** ***Nota di variazioni***, approvato dalla Camera dei deputati
- (Tab. 4 e Allegato e Tab. 4-*bis*) Stato di previsione del Ministero del lavoro e delle politiche sociali per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017 *e* Relazione allegata
(1698) ***Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)***, approvato dalla Camera dei deputati
(Rapporto alla 5a Commissione. Seguito dell'esame congiunto e rinvio)

Prosegue l'esame congiunto, sospeso nella seduta di ieri.

La presidente SPILABOTTE ricorda che nella precedente seduta la relatrice Favero ha illustrato congiuntamente i disegni di legge e si è aperta la discussione generale.

La senatrice CATALFO (*M5S*) lamenta che la discussione generale si svolga successivamente alla scadenza del termine per la presentazione di emendamenti nella Commissione di merito, ritenendo che sarebbe stato di gran lunga preferibile anticiparne lo svolgimento alla scorsa settimana. Domanda quindi chiarimenti in ordine agli sgravi contributivi riguardanti i contratti a tempo indeterminato, dubitando che il Governo si sia reso conto delle conseguenze dell'applicazione di essi, in particolare con riferimento alle aziende del Sud del Paese. Chiede altresì se esso intenda adottare misure a favore dei disoccupati di lunga durata, richiamando in proposito quanto emerso nell'ultimo rapporto OCSE. A giudizio della sua parte, sarebbe stato assai più opportuno agire sulla disoccupazione di lunga durata, ampliando le misure già previste nella legge n. 407 del 1990 e spalmandone gli effetti sull'intero territorio nazionale. Quanto, poi, agli incentivi e agli aiuti destinati al contrasto della povertà, ritiene trattarsi di misure inidonee e insufficienti, diversamente da quelle invece previste o in via di previsione in altri Paesi, ivi inclusi la Grecia e l'Ungheria. La piaga della povertà affligge oggi in Italia 9 milioni di persone, delle quali un milione e mezzo sono minori: anche in questo, dunque, la manovra economico-finanziaria in esame rappresenta un'occasione mancata.

La presidente SPILABOTTE interviene incidentalmente per far notare alla senatrice Catalfo che la discussione generale è già stata aperta nella seduta di ieri, e dunque sarebbe stato ben possibile intervenire prima della scadenza del termine della presentazione di emendamenti in Commissione bilancio.

Il senatore ICHINO (*SCpI*), premesso che il disegno di legge di stabilità si presenta assai articolato e complesso, si sofferma in particolare sulla scelta del Governo di privilegiare in modo incisivo il contratto di lavoro a tempo indeterminato, scelta sulla quale sono state avanzate molte critiche, ritenendosi da alcuni che per tal via si avrà unicamente un effetto di sostituzione. Il giudizio è a suo avviso inappropriato. Semmai la manovra avrà complessivamente un effetto incrementale sull'occupazione; e, in ogni caso, già l'effetto sostitutivo ha grande importanza, attesa la profonda diversità, sotto ogni punto di vista - sia esistenziale per il lavoratore che di produttività per il datore di lavoro - esistente tra una prestazione oggetto di un contratto il cui orizzonte temporale sia breve e prefigurato, e quella conseguente ad un programma contrattuale di largo respiro, in cui ha senso investire sul capitale umano. Nel contratto a termine ciò evidentemente non si dà, con palesi conseguenze sulla produttività del lavoro, che viene così privato degli investimenti in formazione.

Quanto alla disoccupazione di lunga durata, ritiene necessario passare ad un sistema di protezione contro la disoccupazione di tipo moderno, che consenta il sostegno sulla base di uno schema assicurativo - che infatti viene garantito attraverso l'ASpI -, seguito da una fase in cui, in assenza di risultati, subentra un sostegno al reddito di natura non assicurativa, qual è il reddito di inserimento. Dissente invece da ogni riferimento al reddito di cittadinanza, che ritiene metta capo ad un concetto del tutto errato. L'attivazione di uno schema non basato sul sostegno assicurativo ingenera un forte disincentivo all'occupazione; da ciò l'esigenza di misure che prevedano una partecipazione proattiva del lavoratore. In questo l'Italia è davvero all'anno zero, ed è perciò auspicabile che si sperimentino immediatamente le misure volte al reinserimento del lavoratore. In questo senso assume grande rilievo il Fondo per le politiche attive, sul cui mancato funzionamento sono stati presentati numerosi strumenti di sindacato ispettivo, che chiedono conto dei ritardi nell'adozione del necessario regolamento, che sembra abrogato, nella sostanza, per pura inerzia amministrativa. E' altresì necessario risolvere il problema delle risorse a ciò destinate: allo stato, ingenti fondi vengono spesi per far fronte a situazioni di grave crisi e disagio sociale, ma in modo del tutto disordinato e inappropriato. Sarebbe invece indispensabile risolvere alcuni nodi delicati. Il primo riguarda le pensioni di invalidità. Sul tema occorre partire da un dato numerico: in alcune province tali pensioni vengono assegnate in percentuale doppia o addirittura tripla che in altre, evidenziando così l'esistenza di un fenomeno di utilizzo in funzione di assistenza sociale, e quindi lo snaturamento dell'istituto. Ulteriori problemi concernono i lavoratori socialmente utili, la Cassa integrazione in deroga o straordinaria, che non può trovare

applicazione nei casi in cui non sussista alcuna prospettiva di ripresa di attività da parte dell'impresa, e il nodo delicato delle società partecipate, che, fermo restando l'obiettivo di salvaguardia dell'occupazione, vanno sottratte alla funzione di mera e indebita erogazione di stipendi. Ciò consentirebbe appunto di recuperare risorse per la realizzazione dell'istituto del reddito minimo di inserimento.

Un'ulteriore riflessione occorrerà poi fare sul TFR, che rappresenta una peculiarità dell'ordinamento italiano e la cui ragion d'essere originaria è oggi venuta meno. Attualmente esso rappresenta un elemento di scarsa trasparenza della struttura della retribuzione, e va pertanto superato.

Intervenendo brevemente sull'ordine dei lavori, la senatrice CATALFO (*M5S*) protesta, ritenendo del tutto inconferenti con i disegni di legge all'ordine del giorno le osservazioni del senatore Ichino sul reddito di inserimento, che giudica pretestuose e ironiche nei confronti di un'iniziativa convintamente sostenuta dalla sua parte.

Il senatore ICHINO (*SCpI*) precisa che le sue considerazioni erano semmai volte a raccogliere con estrema serietà una sollecitazione del Gruppo Movimento 5 Stelle.

Il senatore SERAFINI (*FI-PdL XVII*), nel riservarsi ulteriori considerazioni nel corso del dibattito in Assemblea, si sofferma in particolare sulle disposizioni riguardanti i patronati, sottolineandone la rilevante attività, in Italia e all'estero, l'esercizio di un ruolo importante, finalizzato a garantire l'accesso ai diritti sociali e lo svolgimento di una funzione di pubblica utilità. L'azione dei patronati deve garantire l'universalismo delle tutele e la gratuità del servizio. Alla luce delle delicate e imprescindibili funzioni svolte, egli segnala dunque che il pesante taglio al fondo ad essi destinato, contenuto nell'articolo 26, comma 10, del disegno di legge di stabilità, è destinato a produrre per la finanza pubblica costi superiori ai risparmi che si pretenderebbe di ottenere, ingenerando inoltre circa 5.000 esuberi. Chiede pertanto al Governo di rivedere la disposizione, evitando un indebito taglio di risorse.

La senatrice D'ADDA (*PD*) mette in guarda da generalizzazioni riguardanti le aziende municipalizzate, alcune delle quali svolgono una reale e positiva funzione e che vanno dunque distinte da quelle che sono invece fonte di sprechi. Si sofferma quindi in particolare sui commi 83 e 84 dell'articolo 1 del disegno di legge di stabilità, che dispongono stanziamenti a copertura delle deleghe recentemente conferite dal Parlamento al Governo con il cosiddetto *Jobs Act*. A questo scopo il suo Gruppo ha presentato in Commissione bilancio un emendamento finalizzato ad incrementare il fondo destinato a razionalizzare le politiche passive e ad incrementare quelle attive. Coglie altresì l'occasione per sollecitare la sottoposizione alle Commissioni parlamentari dei decreti attuativi della delega, al fine di rendere operanti quanto prima tali misure.

Esprime poi soddisfazione per le disposizioni contenute nei commi 86-89, in materia di lavoratori esposti all'amianto, sottolineando che la Commissione ha recentemente incardinato i disegni di legge nn. 8, 631, 1268 e 1645 (norme tutela esposizione amianto) ed evidenziando l'urgente definizione di un impianto organico e il fondamentale rilievo di uno stanziamento economico che ne garantisca la copertura.

Quanto ai patronati, ricorda che alla Camera dei deputati la formulazione originaria è stata già rivista e migliorata e si augura che l'opera possa proseguire al Senato, convenendo con il senatore Serafini sul giudizio di particolare considerazione nei confronti delle funzioni svolte da tali istituti. Senz'altro il sistema va rivisto e razionalizzato, intervenendo tuttavia in modo organico, e non affidando la necessaria riforma ad un mero taglio di risorse.

Quanto al TFR, ammesso che si tratti di un'esperienza unica e limitata all'Italia, ritiene che ogni riflessione vada tuttavia inquadrata tenendo conto delle ragioni storiche per le quali l'istituto è stato

creato e avendone presente le funzioni. Osserva altresì che le imprese sono preoccupate sia per il drenaggio delle risorse che la disposizione comporta, sia per i gravami burocratici, che finiscono per ricadere maggiormente sulle piccole imprese. Suggerisce pertanto di operare un monitoraggio su base quanto meno triennale, per meglio comprendere gli effetti della misura. Infine, soffermandosi sulle misure destinate al sostegno della famiglia e al contrasto alla povertà, pur giudicandole favorevolmente, riterrebbe importante che si procedesse innanzitutto ad una maggiore armonizzazione ed integrazione tra i vari interventi, in modo da garantirne la maggiore efficacia.

Il senatore LEPRI (*PD*) ritiene che le misure più importanti contenute nella manovra, con riferimento alla competenza della Commissione, siano strettamente legate alle deleghe contenute nel *Jobs Act* e destinate a garantirne la piena efficacia, evidenziando in particolare lo stanziamento di due miliardi e 500 milioni per gli ammortizzatori sociali e le politiche attive, la deducibilità totale dell'IRAP e le misure finalizzate agli sgravi contributivi. Si sofferma quindi su un emendamento che il suo Gruppo ha presentato in materia di contratti di solidarietà presso la Commissione bilancio, caldeggiando l'introduzione di una norma che assegni risorse per contratti di solidarietà ordinaria ed espansiva. Dopo aver evidenziato che la deducibilità dell'IRAP, incidendo fortemente sulle imprese, è destinata senz'altro a generare nuova occupazione, evidenzia il particolare valore degli sgravi disposti per le nuove assunzioni a tempo indeterminato, che, diversamente da quanto avveniva nelle precedenti manovre, in cui i benefici erano destinati ad avere scarso effetto, perché riservati a determinati categorie di lavoratori svantaggiati e all'esito di adempimenti molto complessi, nel caso in esame hanno invece una particolare portata, non esistendo limitazione di categorie e risultandone semplificato l'*iter* di richiesta. Tale caratteristiche inducono quindi a sperare in un effetto positivo. Quanto all'opportunità che gli sgravi vengano limitati unicamente ai contratti aggiuntivi, e non estesi a quelli sostitutivi, ritiene che la scelta del Governo sia stata motivata dalle difficoltà di verificare tale circostanza, nonché dalle apprezzabili conseguenze derivanti anche dai contratti sostitutivi, che comunque saranno connotati da una maggiore stabilizzazione. Il tema è comunque importante, e sarebbe forse possibile, anche senza condizionare il beneficio, impegnare le aziende a dichiarare la configurazione dell'assunzione, attesi i costi molto minori dell'occupazione aggiuntiva a carico dello Stato. Ciò consentirebbe evidentemente di valutare in sede di assestamento la possibilità di un aumento della dotazione, che presumibilmente si rivelerà insufficiente.

Pur apprezzando le misure a favore della natalità e finalizzate al sostegno per i figli a carico, ne lamenta l'occasionalità, ritenendo importante un intervento complessivo sulla materia e ricordando l'iniziativa legislativa allo scopo presentata dal suo Gruppo (A.S. 1473). Nota altresì con favore il rifinanziamento della *social card*, ritenendo che le questioni poste dalla senatrice Catalfo vadano affrontate insieme ad interventi riguardanti i disoccupati involontari, data l'esistenza di una zona grigia, dove la disoccupazione è giustificata da elementi di contesto. Anche in questo caso la questione, di grande delicatezza, andrebbe affrontata in modo complessivo.

Infine, pur accogliendo con favore l'incremento della dotazione assegnata al fondo per le politiche sociali e al fondo per le non autosufficienze, sottolinea l'importanza di una riflessione organica anche su questo punto.

La senatrice MUNERATO (*LN-Aut*) rileva la criticità della deduzione IRAP del costo complessivo del personale dipendente con contratto a tempo indeterminato per il 2015, da cui conseguirà un mancato gettito per le Regioni, non compensato dallo Stato. Ciò tanto più perché lo sgravio riguarda tutte le imprese, indipendentemente da fatturato, numero di dipendenti, mantenimento di posti di lavoro e stato di crisi, con evidente *favor* nei confronti delle imprese di grandi dimensioni.

Per quello che riguarda il TFR, rileva che dal primo marzo del prossimo anno fino al 30 giugno 2018, una volta optato per il TFR in busta ogni mese, la scelta è irrevocabile, e che la disposizione non riguarda lavoratori pubblici, i lavoratori domestici e quelli del settore agricolo. Osserva inoltre che, mentre attualmente il TFR è assoggettato a tassazione separata, la disposizione prevede invece che

esso sia assoggettato a tassazione ordinaria: secondo una stima, con un reddito fino ai 15 mila euro annui conviene la tassazione ordinaria, tra i 15mila ed i 28mila è indifferente (pari), sopra i 28mila la tassazione ordinaria non è convieniente. La norma è a suo avviso contestabile, perché priva le aziende - soprattutto quelle medio-piccole - di liquidità, fa credere ai lavoratori di avere maggiori disponibilità a fine mese, assoggettandoli in realtà ad una maggiore tassazione e privandoli al contempo di una copertura reddituale in età avanzata, cioè nel maggior momento di bisogno.

Dal 1° gennaio 2015 è riconosciuto per un massimo di 36 mesi nel limite massimo di 8.060 euro su base annua l'esonero contributivo per le nuove assunzioni a tempo indeterminato, escluse quelle con contratto di apprendistato, lavoro domestico e settore agricolo (articolo 1, commi 90 e seguenti). Ella non condivide l'esclusione del settore agricolo e ritiene opportuno, anche per abbattere il costo del lavoro eccessivo, prevedere invece uno sgravio a tutti i contratti, anche a quelli in essere, e non soltanto ai nuovi che saranno stipulati dopo il 1° gennaio 2015. L'impresa che oggi è in difficoltà probabilmente non stipulerà alcun contratto nuovo, perché non procederà a nuove assunzioni; anzi, senza opportuni sgravi ed abbattimento del costo del lavoro, procederà a riduzioni del personale.

A proposito del Fondo per le non autosufficienze, rifinanziato per 400 milioni di euro per il 2015, contesta la riduzione disposta invece per gli anni successivi, lamentando che il Governo riesca a recuperare risorse per l'accoglienza di clandestini e non, invece, a trovare le dovute risorse economiche a sostegno dei cittadini più bisognosi.

Non condivide il taglio agli istituti di patronato e dissente sulla riduzione del Fondo contratti di produttività, che è linfa vitale per la sopravvivenza delle piccole-medie aziende e garantisce ai dipendenti un reale maggior netto in busta paga a fine mese.

Osserva inoltre criticamente che per quel che riguarda la tassazione del Fondo pensioni è previsto l'innalzamento dell'aliquota di tassazione dall'11 al 20 per cento per i fondi pensione e dall'11 al 17 per cento per la rivalutazione del TFR e che per l'aliquota IVA è previsto un aumento al 12 per cento dal 2016 e al 13 per cento dal 2017 dell'aliquota al 10 per cento, e un aumento al 24 per cento dal 2016, al 25 per cento dal 2017 e al 25,5 per cento dal 2018 dell'aliquota al 22 per cento. Lamenta altresì la riduzione del Fondo Lavoratori Usuranti, ritenendo vergognoso ricorrere ad esso per recuperare risorse.

Contesta, infine, il versamento al Bilancio dello Stato delle maggiori somme per INPS e INAIL derivanti da risparmi o aumenti contributivi, ritenendo che i risparmi debbano rimanere nelle disponibilità dell'Istituto che li ha prodotti per migliorare le prestazioni e non, invece, andare a sostegno della fiscalità generale. In tal senso il suo Gruppo ha presentato alla Commissione bilancio alcuni emendamenti.

A giudizio della senatrice MANASSERO (*PD*) con la manovra economica si offre la necessaria copertura alle deleghe contenute nel *Jobs Act*; emerge però altresì l'esigenza di armonizzare i tempi di attuazione delle deleghe con gli stanziamenti a ciò destinati. Ciò la induce a segnalare il rilievo dell'articolo 1, comma 83, del disegno di legge di stabilità e a insistere sulla importanza dei finanziamenti in modo da dare effettiva attuazione alla delega.

Anche nel caso della decontribuzione del lavoro e del forte investimento destinato ai contratti a tempo indeterminato, di cui ai commi 90-94 del medesimo articolo, ritiene che la spesa vada resa il più efficace possibile. Deve dunque trattarsi di lavoro aggiuntivo, di lavoro che si radica, scongiurando così la "convenienza" economica del licenziamento che è stata da molti posta in risalto. Sollecita altresì un rifinanziamento del fondo destinato ai lavoratori con disabilità e sottolinea l'esigenza di una particolare attenzione ai lavoratori in capo alle province assegnati ai Centri per l'impiego: un capitolo allo stato non contemplato e bisognoso di attenzione e sostegno.

Esprime inoltre apprezzamento per le misure destinate al supporto alla famiglia con riferimento al *bonus bebè* e al contrasto alla povertà. Osserva però che sulla famiglia insistono interventi plurimi, che tuttavia sono assai scarsamente percepiti dai cittadini. Ciò conferma l'esigenza di un riordino della

materia, in modo da rendere più efficace la spesa e più mirata la realizzazione dell'obiettivo. Infine manifesta pieno consenso per le misure riguardanti il finanziamento della riforma del terzo settore.

Il senatore PUGLIA (*M5S*), premessa una forte critica riferita alla perdita di ruolo del Parlamento, pur ritenendo apprezzabile lo sgravio contributivo destinato ai contratti per i neoassunti, lamenta che il disegno di legge di stabilità operi un'abrogazione dei benefici previsti dalla legge n. 407 del 1990, insistendo sulla esigenza di lasciarla in vigore, non per motivi di parte, ma per le conseguenze sulle giovani generazioni. Si tratta infatti di una legge destinata a sostenere soprattutto le persone più deboli e socialmente esposte ed i disoccupati di lunga durata. Il beneficio che si vorrebbe conseguire con le misure contenute nel disegno di legge di stabilità inoltre non comprende lo sgravio dei contributi INAIL. Si è ancora in tempo per correggere e si augura che il Governo lo faccia. Critica inoltre le misure destinate a finanziare lo sgravio, che insistono sulle risorse attualmente presenti nel fondo di rotazione, sottraendo così fondi alle regioni del Mezzogiorno. Anche la corresponsione di indennizzi a determinati soggetti in ambito sanitario, al pari del *bonus bebè*, appare un'ottima misura, ma conferma l'esigenza di lasciare in vigore la citata legge n. 407. Pur apprezzando le agevolazioni fiscali concesse alle imprese sociali, ritiene importante procedere tuttavia ad una razionalizzazione, in particolare nel campo delle ONLUS. Dissente invece nettamente dalle misure destinate ad incidere sull'operatività dei patronati, appoggiando sul punto le considerazioni svolte dal senatore Serafini e dalla senatrice D'Adda. Dopo essersi soffermato sulle misure destinate a contrastare le patologie aventi un costo sociale elevato, nei confronti delle quali esprime consenso, mette in guardia dagli effetti distorsivi derivanti dall'inserimento del TFR in busta paga, sottolineando che per tal via esso sarebbe sottoposto a tassazione ordinaria e notando la valenza unicamente teorica dei prestiti eventualmente concessi dalle banche, che certamente non verrebbero nella realtà mai assegnati alle piccole imprese.

Secondo la senatrice PAGLINI (*M5S*), l'unico effetto del disegno di legge di stabilità è quello di stabilizzare la disoccupazione. Al riguardo, ella insiste sull'importanza del disegno di legge n. 1148, presentato dal suo Gruppo e riguardante l'introduzione del reddito di cittadinanza. Osserva altresì che la carta acquisti, lungi dall'avere un'effettiva efficacia, finisce per umiliare le persone costrette ad esibirla e rappresenta unicamente uno *spot* a carattere politico. La manovra economica dimentica proprio i più bisognosi, specialmente le donne e i giovani, soprattutto residenti al Sud: questi saranno gli effetti della soppressione della legge n. 407 del 1990: una scelta gravissima da cui si augura che il Governo voglia recedere. La manovra sostanzialmente sacrifica le piccole e medie imprese, che rappresentano il tessuto connettivo del Paese, per favorire quelle grandi; e lo stesso criterio viene adottato con riferimento ai patronati. Al riguardo, sottolinea che i patronati di grande dimensione rappresentano essenzialmente un serbatoio elettorale. L'eliminazione di quelli di piccole dimensioni, oltre a tagliare l'occupazione ed a eliminare servizi essenziali soprattutto nei piccoli centri, finisce col trasferire in sede di manovra economica la razionalizzazione degli istituti, che semmai va operata in modo organico e comunque in altra sede. Espone infine netto dissenso in ordine alle considerazioni riguardanti il TFR svolte dal senatore Ichino.

Il seguito dell'esame congiunto è quindi rinviato.

La seduta termina alle ore 13,20.

1.4.2.11.3. 11ªCommissione permanente (Lavoro, previdenza sociale) - Seduta n. 123 (pom.) del 10/12/2014

collegamento al documento su www.senato.it

LAVORO, PREVIDENZA SOCIALE (11ª)

MERCOLEDÌ 10 DICEMBRE 2014
123ª Seduta (pomeridiana)

Presidenza della Vice Presidente
SPILABOTTE

Interviene il sottosegretario di Stato per il lavoro e le politiche sociali Bobba.

La seduta inizia alle ore 15,35.

IN SEDE CONSULTIVA

(1699 **e** 1699-*bis* **)** ***Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017*** **e relativa** ***Nota di variazioni***, approvato dalla Camera dei deputati
- (Tab. 4 e Allegato e Tab. 4-*bis*) Stato di previsione del Ministero del lavoro e delle politiche sociali per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017 *e* Relazione allegata
(1698) ***Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)***, approvato dalla Camera dei deputati
(Rapporto alla 5a Commissione. Seguito e conclusione dell'esame congiunto. Rapporto favorevole con osservazioni)

Prosegue l'esame congiunto, sospeso nella seduta antimeridiana di oggi.

La senatrice BENCINI (*Misto*), nel concordare con le considerazioni svolte precedentemente dai senatori Catalfo, Paglini e Puglia, affronta innanzitutto la tematica relativa all'anticipazione del TFR in

busta paga, rispetto alla quale non rileva particolari criticità: si tratta infatti di risorse dei lavoratori, che è legittimo possano fruirne nel momento in cui ritengano di averne bisogno. Osserva però che la disposizione è limitata ai lavoratori del settore privato e contesta il diverso regime di tassazione a cui tale trattamento verrebbe assoggettato per effetto dell'anticipazione. Chiede inoltre chiarimenti in ordine ai soggetti cui si riferisce la novella di cui al comma 87 dell'articolo 1 del disegno di legge di stabilità, domandando se ad essi si applichino o meno i requisiti di età anagrafica previsti per gli altri lavoratori a fini pensionistici.

Quanto agli sgravi contributivi riguardanti il contratto a tutele crescenti, pur convenendo sulla opportunità di una disposizione che in sintesi rappresenta una forma di premialità all'imprenditoria, in un momento nel quale la situazione economica complessiva, e quella del mercato del lavoro in particolare, vivono momenti assai difficili, osserva che sarebbe stato opportuno porre dei limiti alla previsione. Essendo stati questi sgravi accordati indipendentemente dall'orario di lavoro previsto, come già da più parti osservato, per un imprenditore potrebbe essere più conveniente assumere due lavoratori a *part-time*, anziché uno soltanto ad orario completo, accedendo così ad una forma di sgravio più consistente.

Dopo aver stigmatizzato l'abrogazione della legge n. 407, che auspica venga invece mantenuta vigente, avanza critiche in ordine alla soppressione delle prestazioni economiche accessorie a carico dell'INPS e dell'INAIL, prevista dall'articolo 2, comma 55, del disegno di legge di stabilità. Chiede inoltre chiarimenti in ordine al comma 57 del medesimo articolo, con riferimento alla sua applicazione unicamente all'INPS e non anche agli altri enti pensionistici. Infine, caldeggia il ripristino dei fondi assegnati all'ISFOL, che ha dimostrato nel tempo di svolgere un apprezzabile lavoro di indagine, auspicando che il Governo rinunci a ridurre i fondi ad esso destinati.

Nessun altro chiedendo la parola, la presidente SPILABOTTE dichiara chiusa la discussione generale.

La relatrice FAVERO (*PD*), premesso un ringraziamento nei confronti del rappresentante del Governo, dei componenti della Commissione, e degli uffici per il prezioso lavoro di supporto, esprime compiacimento per una discussione che si è rivelata proficua e si è giovata dell'apporto positivo da parte di tutti i Gruppi parlamentari. Dà quindi lettura di una bozza di rapporto, favorevole con osservazioni (testo pubblicato in allegato), nella quale ha inteso raccogliere i suggerimenti avanzati nel corso del dibattito.

Il sottosegretario BOBBA rileva che la sottolineatura dell'impianto della manovra per gli aspetti di competenza della Commissione è strettamente legata al privilegio assegnato al contratto di lavoro a tempo indeterminato, alla riduzione del costo del lavoro e all'incremento dei fondi destinati agli ammortizzatori sociali, che rappresentano il contenuto rilevante della delega recentemente attribuita dal Parlamento al Governo attraverso il cosiddetto *Jobs Act*. Le disposizioni della manovra sono infatti strettamente coordinate con le norme contenute in tale provvedimento. Si può certo discutere in ordine all'introduzione di una generalizzazione degli sgravi destinati ai contratti a tempo indeterminato e finalizzati alla riduzione delle forme contrattuali; è tuttavia pur vero che le manovre precedenti non hanno sempre dato risultati brillanti e che l'eccessiva condizionalità spesso ha limitato l'accesso alle norme di vantaggio. Resta peraltro ferma la necessità di avere una controprova e di valutare se le norme in esame si riveleranno idonee a ingenerare uno sviluppo efficace del processo economico complessivo. Ciò si inserisce all'interno del disegno di forte propulsione finalizzato alla crescita del PIL ed all'estensione universalistica dei sistemi di ammortizzatori sociali. In questo senso vanno valutate le considerazioni svolte dal senatore Ichino nel suo intervento con riferimento all'opportunità di calibrare la protezione dei lavoratori in un quadro universalistico. Il sostegno sarà quindi legato all'effettivo reinserimento delle persone; la direzione è quella di una universalizzazione degli strumenti e di una condizionalità nell'erogazione.

Quanto alle osservazioni da più parti avanzate con riferimento ai patronati, la disposizione originariamente prevista nel disegno di legge è già stata modificata con un contenimento del taglio delle risorse e il Ministero del lavoro ha proposto un ulteriore addolcimento della norma stessa. Va peraltro notato che la necessità di una profonda riforma di questi istituti era già stata prefigurata qualche anno fa all'interno della manovra di bilancio, senza alcuna ricaduta pratica. Senz'altro il sistema va ridisegnato nel suo complesso, riorganizzando l'azione degli istituti e le modalità di erogazione delle prestazioni, con l'obiettivo di un efficientamento del sistema e della possibilità di erogazione di servizi aggiuntivi. Anche in tema di politiche sociali e di sostegno alla famiglia, il Governo conviene senz'altro sulla necessità di un riordino d'insieme delle misure previste, garantendo ad esse una maggiore efficacia. Quanto alle osservazioni della senatrice Bencini riguardanti le conseguenze degli sgravi fiscali accordati ai datori di lavoro, senz'altro in sede di attuazione delle disposizioni occorrerà vigilare, scongiurando comportamenti opportunistici o di tipo distorsivo. In ogni caso, egli non ritiene opportuno addossare all'azienda gravami ulteriori, consistenti in una dichiarazione riguardante la natura, aggiuntiva o sostitutiva, del contratto di lavoro. Infine, con riferimento al fondo sulle politiche attive, rende noto che il relativo decreto attuativo è già stato sottoposto alla Corte dei Conti e sarà adottato nei prossimi giorni.

Al fine di consentire lo svolgimento di una riunione del Gruppo Movimento 5 Stelle, la presidente SPILABOTTE sospende quindi la seduta.

La seduta, sospesa alle ore 16,10, riprende alle ore 17,40.

La presidente SPILABOTTE annuncia che, allo scadere del termine, sono stati presentati 6 ordini del giorno, riferiti al disegno di legge di stabilità (testi allegati al resoconto della seduta).

Il senatore PUGLIA (*M5S*) dà conto delle ragioni sottese agli ordini del giorno G/1698/1/11, G/1698/2/11, G/1698/3/11, G/1698/4/11 e G/1698/5/11, di cui è firmatario.
Si dà invece per illustrato l'ordine del giorno G/1698/6/11.

Il sottosegretario BOBBA esprime parere contrario sull'ordine del giorno G/1698/1/11, precisando che la Corte Costituzionale ha dichiarato in due sentenze, la n. 223 del 2012 e la n. 116 del 2013, l'illegittimità costituzionale del contributo di perequazione. Segnala inoltre che l'introduzione di un'imposta sostitutiva limitata ai redditi da pensione è in contrasto con gli articoli 3 e 53 della Costituzione. In ordine all'ordine del giorno G/1698/2/11, si dichiara disponibile ad accogliere il primo impegno, a condizione che venga riformulato, sostituendolo con le parole "a valutare le opportune iniziative in ordine alla modifica delle disposizioni del decreto legislativo n. 564 del 1996, volte a contemperare l'esercizio delle libertà sindacali con la sostenibilità dell'ordinamento pensionistico". Esprime invece parere contrario sul secondo impegno, che non garantisce la riservatezza dei dati personali degli interessati.

La senatrice CATALEO (*M5S*) dichiara di accettare l'invito a tale riformulazione, presentando conseguentemente l'ordine del giorno G/1698/2/11 (testo 2), pubblicato in allegato.

Passando all'ordine del giorno G/1698/3/11, il sottosegretario BOBBA esprime parere favorevole, a condizione che l'impegno venga riformulato, sostituendo l'attuale con il seguente: "a valutare la possibilità di ridurre, a determinate condizioni, il periodo di tempo di inoccupazione necessario per fruire dell'anticipo delle prestazioni pensionistiche da parte delle forme pensionistiche complementari".

La senatrice CATALFO (*M5S*) dichiara di accogliere tale riformulazione, presentando conseguentemente l'ordine del giorno G/1698/3/11 (testo 2), pubblicato in allegato.

Il sottosegretario BOBBA esprime invece netta contrarietà sull'ordine del giorno G/1698/4/11, che a suo avviso potrebbe mettere a rischio la sostenibilità delle forme pensionistiche complementari. Si dichiara inoltre disponibile ad accogliere l'ordine del giorno G/1698/5/11, a condizione che le parole "a porre in essere" vengano sostituite con le parole "a valutare l'opportunità di porre in essere, compatibilmente con il rispetto degli obiettivi di finanza pubblica".

La senatrice CATALFO (*M5S*) dichiara di accogliere tale invito presentando conseguentemente l'ordine del giorno G/1698/5/11 (testo 2), pubblicato in allegato.

Quanto all'ordine del giorno G/1698/6/11, il sottosegretario BOBBA si dichiara favorevole all'accoglimento, a condizione che il Goveno venga impegnato a valutare l'opportunità di promuovere le azioni previste nell'impegno ed a valutare l'opportunità di favorire l'utilizzo dei fondi strutturali europei per i corsi ivi previsti.

La senatrice CATALFO (*M5S*) dichiara di accogliere tale invito, presentando conseguentemente l'ordine del giorno G/1698/6/11 (testo 2), pubblicato in allegato.

Verificata quindi la presenza del prescritto numero di senatori, la Commissione, con distinte e successive votazioni, respinge quindi gli ordini del giorno G/1698/1/11 e G/1698/4/11. Sono invece accolti dal Governo gli ordini del giorno G/1698/2/11 (testo 2), G/1698/3/11 (testo 2), G/1698/5/11 (testo 2) e G/1698/6/11 (testo 2).

La senatrice CATALFO (*M5S*) presenta quindi una proposta di rapporto contrario (testo allegato al resoconto della seduta). La proposta è motivata dal convincimento che dalle disposizioni del disegno di legge di stabilità non emerge una manovra tecnicamente espansiva e che la sostanza delle misure stesse appare debole e fonte di perplessità. Varie criticità riguardano il conferimento del TFR in busta paga, come evidenziato negli interventi dei senatori del suo Gruppo. L'iniziativa del passaggio in busta paga degli accantonamenti TFR, peraltro sottoposti alla tassazione IRPEF ordinaria, con un evidente rischio di aumento della pressione fiscale, non appare destinata a rilanciare i consumi e la crescita, che necessiterebbero invece di leve più dirette, idonee ad iniettare nel sistema economico risorse fresche, e non a redistribuire tra lavoratori e datori risorse già esistenti. La misura rischia inoltre di mettere mano in modo miope e con finalità puramente congiunturali ad un elemento importante ai fini del ridisegno della struttura del costo del lavoro, dell'equiparazione tra lavoro privato e lavoro pubblico e della modernizzazione del sistema pensionistico e di *welfare*. Analoghe critiche si appuntano sulle misure in tema di IRAP: per le imprese senza dipendenti dal 2015 si verificherà un incremento netto di IRAP, perché esse non usufruiranno della diminuzione del costo del lavoro dalla base imponibile, mentre pagheranno l'aggravio dell'IRAP. Risulta inoltre incomprensibile la riduzione degli stanziamenti a favore dell'ISFOL, che nel corso del tempo ha fornito un prezioso apporto documentale. Coglie infine l'occasione per sottolineare l'importanza del disegno di legge n. 1148, auspicando che al più presto la Commissione ne possa iniziare l'esame.

Nessuno chiedendo la parola per dichiarazione di voto, la presidente SPILABOTTE mette quindi ai voti la proposta di rapporto favorevole con osservazioni della relatrice, che è approvata, risultando pertanto preclusa la votazione sulla proposta di rapporto contrario testé illustrata dalla senatrice

CATALFO (*M5S*).

Essendo quindi esaurito l'esame dei documenti di bilancio, la presidente SPILABOTTE dichiara chiusi i lavori e toglie la seduta.

La seduta termina alle ore 18,25.

RAPPORTO APPROVATO DALLA COMMISSIONE SULLO STATO DI PREVISIONE DEL MINISTERO DEL LAVORO E DELLE POLITICHE SOCIALI PER L'ANNO FINANZIARIO 2015 E PER IL TRIENNIO 2015-2017 E RELATIVA NOTA DI VARIAZIONE (DISEGNI DI LEGGE NN. 1699 E 1699-BIS ? TAB. 4 E ALLEGATO E TAB. 4-BIS) E SULLE PARTI CORRISPONDENTI DEL DISEGNO DI LEGGE N. 1698

L'11a Commissione permanente (Lavoro, previdenza sociale),
esaminato il Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017 e relativa Nota di variazioni, le allegate tabelle 4 e 4/*bis*, e le connesse parti del disegno di legge di stabilità,
premesso che il disegno di legge di bilancio conferma, complessivamente, il livello tendenziale di spesa a legislazione vigente,
osservato che il disegno di legge di stabilità tocca numerosi aspetti di competenza di questa Commissione, in particolare nel settore della previdenza, della riduzione del costo del lavoro e del sostegno alla famiglia,
valutati positivamente i profili che concernono la disciplina dei trattamenti pensionistici per i lavoratori esposti all'amianto,
apprezzati gli interventi in favore delle famiglie, di cui ai commi da 95 a 101 dell'articolo 1 del disegno di legge di stabilità, che, tra l'altro, istituiscono un assegno per la maternità pari a 960 euro annui ed un Fondo per interventi in favore della famiglia con una dotazione pari a 108 milioni di euro per il 2015,
formula un rapporto favorevole con le seguenti osservazioni.
Con riferimento al disegno di legge di stabilità, all'articolo 1, commi 83 e 84, al fine di dare piena attuazione alla delega contenuta nel *Jobs Act*, si sottolinea la necessità di aumentare il fondo destinato agli ammortizzatori sociali, ivi inclusi gli ammortizzatori sociali in deroga e dei servizi per il lavoro e politiche attive, finalizzando parte del fondo ai contratti di solidarietà.
Quanto al comma 86, si suggerisce di chiarire la locuzione "ai fini del conseguimento delle prestazioni pensionistiche",tenendo conto che il coefficiente moltiplicatore rileva ai fini del diritto al trattamento solo per i soggetti che rientrino nella normativa pregressa rispetto a quella vigente, secondo quanto previsto nella circolare INPS n. 58 del 15 aprile 2005.
Si riterrebbe inoltre opportuno esplicitare se il beneficio di cui al comma 89 riguardi anche le ipotesi in cui il periodo di esposizione ultradecennale all'amianto si sia compiuto successivamente al 2 ottobre 2003, nonchévalutare la congruità della limitazione ai casi di mobilità inerenti alla cessazione dell'attività lavorativa dell'azienda e a quelli di riconoscimento in via giudiziale del periodo di esposizione ultradecennale.
Riguardo al comma 87, che sopprime alcune condizioni per l'esonero dalle penalizzazioni del

trattamento pensionistico, con riferimento alla limitazione della novella ai trattamenti pensionistici aventi decorrenza dal 1° gennaio 2015, si invita a valutare le compatibilità con i profili costituzionali relativi al principio di parità di trattamento.
Con riferimento ai commi 90 e 91, si sottolinea l'opportunità di specificare se la nozione di decorrenza dell'assunzione si riferisca alla data di stipulazione del contratto di lavoro, ovvero al termine (previsto nel contratto) di inizio del rapporto.
Al fine di favorire l'incremento della produttività del lavoro nell'ambito privato, si suggerisce alla Commissione di merito di inserire una disposizione che alleggerisca il carico fiscale sulle prestazioni, assoggettando le somme erogate a livello aziendale a una imposta sostitutiva dell'imposta sul reddito delle persone fisiche e delle addizionali regionali e comunali pari al 10 per cento, precisando che tali redditi non dovrebbero concorrere, entro certi limiti, ai fini fiscali alla determinazione dell'ISEE del percipiente.
Allo scopo di contenere la spesa delle pubbliche amministrazioni, si invita la Commissione di merito a prevedere che le economie aggiuntive derivanti da processi di ristrutturazione di esse siano utilizzate anche per l'erogazione di componenti premiali della retribuzione.
Quanto all'articolo 2, al comma 54, si invita a limitare la norma di abrogazione ai soli primi tre periodi dell'articolo 14, comma 1, lettera *a)*, del decreto-legge n. 145 del 2013, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 9 del 2014.
Al comma 57 del medesimo articolo, si suggerisce di tener conto dei casi in cui sia impossibile rispettare il termine delle 48 ore da parte del medico necroscopo.
In riferimento all'attività dei patronati, di cui ai commi da 63 a 66, anche nell'ottica di un'ottimizzazione degli stanziamenti ad essi destinati, si suggerisce di prevedere una ristrutturazione degli istituti stessi, ispirandone il funzionamento ad una maggiore efficacia e trasparenza, secondo il principio della dematerializzazione delle informazioni e dell'utilizzo esclusivo del canale telematico.
Allo stesso scopo, si suggerisce di valutare l'inserimento, tra le attività degli istituti, della possibilità di svolgere attività di consulenza in materie come il diritto civile e la legislazione fiscale. Sarebbe utile altresì prevedere che gli istituti stessi possano svolgere, quantomeno per un periodo circoscritto, un'attività in forma consortile.
Con riferimento al comma 65, in relazione alla formulazione letterale delle norme oggetto di novella, si riterrebbe opportuno specificare se il termine di decorrenza del 1° luglio 2015 per l'applicazione dei nuovi requisiti per gli istituti di patronato valga per quelli già operanti alla data del 1° gennaio 2013, ovvero alla data del 1° gennaio 2015.
Si suggerisce altresì di garantire la prosecuzione dell'attività dei centri per l'impiego, prorogando allo scopo i contratti in essere.
Si raccomanda, inoltre, l'incremento delle risorse destinate al servizio civile e l'esigenza di ridurre la penalizzazione degli stanziamenti destinati ai fondi interprofessionali, di cui all'articolo 3, comma 71.
Si suggerisce, poi, di prevedere la creazione di un fondo per favorire l'accesso e l'inserimento delle persone disabili, adeguando gli ambienti e gli strumenti di lavoro alle loro esigenze.
Si reputa, infine, importante prevedere un rifinanziamento del fondo destinato ai lavoratori disabili.

SCHEMA DI RAPPORTO PROPOSTO DAI SENATORI CATALFO, PUGLIA E PAGLINI SULLO STATO DI PREVISIONE DEL MINISTERO DEL LAVORO E DELLE POLITICHE SOCIALI PER L'ANNO FINANZIARIO 2015 E PER IL TRIENNIO 2015-2017 E RELATIVA NOTA DI VARIAZIONE (DISEGNI DI LEGGE NN. 1699 E 1699-BIS ? TAB. 4 E ALLEGATO E TAB. 4-BIS) E SULLE PARTI CORRISPONDENTI DEL DISEGNO DI LEGGE N. 1698

La Commissione 11a del Senato,
in sede d'esame del disegno di legge recante Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015) (AS 1698)
premesso che:
secondo quanto più volte dichiarato da esponenti del Governo, il disegno di legge in esame avrebbe l'obiettivo ambizioso di rilanciare l'economia italiana, con un impatto tangibile su cittadini e imprese, cercando di rompere il circolo vizioso della recessione e di creare lavoro;
tuttavia dalle disposizioni del disegno di legge in esame, non emerge nel complesso una manovra tecnicamente espansiva;
la direzione complessiva giusta sarebbe invece stata quella di stimolare la crescita, con ragionevoli tagli delle tasse, prevedendo sgravi e semplificazioni per le imprese;
la sostanza delle misure appare debole e con specifico riferimento alle parti di competenza della presente commissione sussistono alcuni provvedimenti che lasciano assai perplessi sui loro effetti tangibili;
considerato che:
le disposizioni di cui ai commi da 21 a 29 dell'articolo 1 che prevedono il conferimento del TFR in busta paga, presentano varie criticità:
- anzitutto, ancora una volta non si comprende esattamente quale strada si intenda percorrere riguardo al TFR: conservazione o superamento definitivo dello strumento. Con la normativa in esame infatti accantonamenti futuri continuerebbero a restare in impresa. Vi è da sottolineare peraltro che un superamento definitivo del TFR implicherebbe, mandare a esaurimento il *Fondo di gestione del Tfr* presso l'Inps con ammanchi di bilancio;
- la volontarietà della monetizzazione (a richiesta del lavoratore) tende a contrarre la pretesa dimensione aggregata della manovra pro consumo. I sondaggi mostrano come non tutti i lavoratori vedano di buon occhio questa possibilità e preferiscano tenere i risparmi al sicuro con un tasso di rivalutazione definito per legge e anche attraente in momenti di elevata incertezza e di inflazione bassa o addirittura negativa;
- la manifestazione di volontà, qualora esercitata, è irrevocabile fino al 30 giugno 2018;
- la misura è limitata ai dipendenti del settore privato e crea di fatto l'ennesima disparità di trattamento rispetto ai dipendenti del settore pubblico. Idipendenti pubblici infatti non furono coinvolti dal meccanismo di "silenzio-assenso" per la destinazione del TFR alla previdenza complementare, ma per i neo assunti dal 2000 era ed è rimasto possibile, previa contrattazione collettiva, chiedere lo smobilizzo degli accantonamenti per destinarli a uno strumento di previdenza complementare. Medesima possibilità per coloro che, già assunti prima del 2000, optavano e optano per trasformare il Tfs in Tfr contestualmente aderendo a uno strumento di previdenza complementare. Il meccanismo previsto ha natura puramente nozionale e contabile per evitare flussi finanziari in uscita dalla PA: gli accantonamenti smobilizzati sono depositati in un fondo presso l'Inps (allora Inpdap) e rivalutati a tassi di rendimento medi rappresentativi del comparto dei fondi pensione, per poi corrispondere il montante al lavoratore al momento del pensionamento o della fine del rapporto di lavoro (nei casi previsti dal regolamento).
- le quote di TFR in oggetto sono sottoposte alla tassazione IRPEF ordinaria. In una fase in cui sono necessarie politiche espansive e di alleggerimento fiscale, tale disposizione rischia di tradursi, in mancanza di una ripresa sufficiente dei consumi e del Pil, in un mero aumento di pressione fiscale;
- la misura è limitata dal 1 marzo 2015 al 30 giugno 2018. Per sperare di avere effetti sui consumi l'intervento deve incidere sul reddito disponibile permanente (cosa che per esempio non riesce a fare la distribuzione degli 80 Euro/mese già decisa dal Governo). E' inoltre necessario tener conto del fatto che se i neo assunti con contratti di lavoro a tempo determinato o indeterminato che prevedono il Tfr optassero subito per il versamento del TFR in busta paga, verrebbe meno la fonte più importante di finanziamento della previdenza complementare, proprio per quelle generazioni che

invece ne avranno più bisogno, perché per loro le pensioni pubbliche saranno calcolate integralmente con le regole contributive (tassi di sostituzione attesi tra il 50 e il 60%) e le prestazioni welfariste pubbliche diverranno in futuro sempre più selettive. Il finanziamento multipilastro è una pietra angolare della riforma del welfare, nelle parti già compiute e in quelle in corso; se viene meno la fonte più importante di finanziamento del pilastro privato, questo significa rimettere in discussione un intero percorso di evoluzione sistemica strutturale. La promozione che adesso si sta facendo per il Tfr in busta paga, di là dai ritorni politici immediati, potrebbe costare molto cara in termini di sforzi che si dovranno fare, nel futuro prossimo, per riconvincere i giovani dell'importanza di una adesione precoce alla previdenza complementare.

non appare dunque positiva l'iniziativa di attivare adesso, in questo frangente e in questi termini, il passaggio in busta paga degli accantonamenti Tfr. Per rilanciare i consumi e la crescita servono leve più dirette, libere da contraddizioni e dubbi sia di natura economica che di interpretazione giuridica. Soprattutto, servono leve che iniettino nel sistema economico risorse realmente fresche, e non leve che redistribuiscano tra operatori - lavoratori e datori - risorse già esistenti. Per le sue caratteristiche, e soprattutto per le modifiche parziali, frammentate e non risolutive da cui è già stato interessato, il Tfr non si presta allo scopo, non può essere una leva diretta, rapida e certa. Al contrario, si rischia di metter mano, con finalità congiunturali e guardando soltanto al breve periodo, a un tassello sulla carta piccolo ma che occupa una posizione importante nei ridisegni di struttura della contrattazione del costo del lavoro, nell'equiparazione tra lavoro privato e lavoro pubblico, nella modernizzazione del sistema pensionistico e di welfare.

nella prospettiva di più lungo periodo, si osserva che nel disegno di legge di stabilità per il 2015, che doveva essere una manovra orientata al taglio delle tasse, ci sono purtroppo previsioni di incrementi netti d'imposta che andranno evidentemente ad influenzare il cuneo fiscale, con evidenti ripercussioni sul mercato del lavoro;

infatti, a partire dal 2016, è stabilito un generalizzato aumento delle aliquote Iva, sia di quella ridotta del 10 per cento sia di quella ordinaria del 22 per cento;

l'incremento dell'IVA, spalmato tra il 2016 e il 2018, porterebbe le aliquote dal 10 al 13 per cento e dal 22 al 25,5 per cento, inserendo l'Italia ai primi posti della graduatoria internazionale per il livello delle aliquote delle imposte sui consumi;

approssimativamente, questo innalzamento delle aliquote legali produrrebbe un maggior gettito complessivo di circa 19 miliardi nel 2018 rispetto al 2015, con un impulso superiore ai sei miliardi già nel 2016;

oltre agli effetti negativi su PIL e consumi, come già accaduto in passato, questi incrementi d'imposta deprimeranno anche il gettito atteso *ex ante*, attraverso una verosimile accelerazione dei processi di evasione ed elusione;

se si tiene conto anche dei conseguenti incrementi della pressione fiscale, tanto apparente quanto legale, nel medio termine, risulta fortemente depotenziato ? se non annullato ? il preteso portato espansivo della presente legge di stabilità, come anche il suo preteso effetto in termini di riduzione delle imposte e delle tasse;

inoltre, guardando al solo 2015, se da un lato viene introdotta la deduzione totale del costo del lavoro dipendente a tempo indeterminato dalla base imponibile IRAP, che comporterebbe, secondo le previsioni del Governo, un risparmio di imposta per le imprese con dipendenti, dall'altro, gli effetti positivi di tale misura vengono ridotti dall'aggravio d'imposta sulle altre componenti della base imponibile IRAP (utili, interessi passivi): infatti, dal 2015 l'aliquota IRAP torna al 3,9 per cento, dopo essere stata ridotta, nel 2014, al 3,5 per cento;

per le imprese senza dipendenti, dal 2015, si verificherà, dunque, un incremento netto di IRAP: queste imprese non usufruiranno della deduzione del costo del lavoro dalla base imponibile IRAP mentre pagheranno l'aggravio dell'IRAP;

tenuto conto che in Italia manca un meccanismo di efficace coordinamento dell'imposizione fiscale tra diversi livelli di governo, è lecito avere dubbi sugli effetti dei presunti tagli fiscali: presunti perché, già

di modesta entità, potrebbero essere neutralizzati non solo dai previsti incrementi dell'IVA e delle accise ma, addirittura, e da subito, da eventuali incrementi di tributi stabiliti dalle regioni e dagli altri enti locali;
infine, a fronte di una blanda misura sulle partite IVA, i liberi professionisti, che si pagano la pensione in via esclusiva con i propri contributi ed i connessi investimenti di tipo cautelativo, dopo anni di iniqua sovra tassazione rispetto ai fondi pensione ed un improvviso aumento dell'aliquota dal luglio scorso (mitigato da un farraginoso meccanismo di credito di imposta a termine), si vedranno ? l'anno prossimo ? «armonizzare il regime fiscale» al rialzo, invece di avvicinarsi all'11,5 per cento oggi vigente per i Fondi e le Casse;
all'articolo 1 da 90 a 94, si stabilisce quanto segue:
1) lo sgravio spetta nel caso di nuove assunzioni di soggetti che risultino disoccupati da almeno 6 mesi e non occupati presso qualsiasi altro datore di lavoro;
2) il datore di lavoro non deve comunque aver occupato con contratto a tempo indeterminato nei tre mesi antecedenti l'entrata in vigore della legge, i soggetti per i quali intende usufruire dello sgravio;
3) ipotizzando l'entrata in vigore all'inizio dell'anno 2015, il periodo in cui opera tale condizione sarà da ottobre a dicembre 2014;
4) ogni lavoratore potrà essere portatore dell'incentivo una sola volta; è previsto infatti che se un soggetto è già stato assunto con lo sgravio, nel caso un altro datore di lavoro lo riassumesse, anche se il requisito fosse soddisfatto, non potrà usufruirne; una previsione secca senza alcuna ipotesi di deroga; così come prevista, rischia di penalizzare quei lavoratori che siamo ad esempio stati licenziati ovvero non abbiano superato il periodo di prova;
5) per la compatibilità con altre agevolazioni, è previsto espressamente che lo sgravio non è cumulabile con altri esoneri o riduzioni delle aliquote di finanziamento previsti dalla normativa vigente;
se tali incentivi possono apparire favorevoli in quanto finalizzati a rendere più appetibile il contratto a tempo indeterminato, vi sono due aspetti fortemente negativi:
- la misura risulta *una tantum* in quanto limitata al 2015;
- la misura è accompagnata dalla contemporanea soppressione dei benefici contributivi di cui all'articolo 8, comma 9 della legge 29 dicembre 1990, n. 407 dal 2015; si tratta della venticinquennale agevolazione prevista in caso di assunzioni con contratto a tempo indeterminato di lavoratori disoccupati da almeno ventiquattro mesi o sospesi dal lavoro e beneficiari di trattamento straordinario di integrazione salariale da un analogo periodo: probabilmente la principale tra le misure a favore delle fasce deboli di lavoratori (in particolare dei disoccupati di lungo periodo) delle imprese artigiane e di tutte le aziende del sud che subiranno una riduzione secca dei benefici su base annua pari a 4032 euro e a 12096 euro nel triennio che comprende lo sgravio sul premio INAIL;
alla luce dei dati che indicato in 9 milioni le famiglie in stato di povertà appare nettamente insufficiente lo stanziamento di 45 milioni di euro per il beneficio di cui al comma 100 dell'articolo 1;
il comma 118 dell'articolo 1 prevede un rifinanziamento del Fondo per le politiche sociali di soli 300 milioni di euro;
al comma 117 dell'articolo 1 è previsto un nuovo rifinanziamento della Carta acquisti la quale ha già ampiamente dimostrato di non costituire un intervento adeguato alla situazione di grave emergenza sociale;
è indispensabile semplificare il welfare e renderlo al contempo più certo ed essenziale, più concretamente presente nella vita dei cittadini molti dei quali sono costretti a sopravvivere al problema occupazionale dovendosi al contempo confrontare con un sistema eccessivamente frammentato e non in grado di fornire certezze;
tra gli ammortizzatori sociali deve ritenersi compreso anche il reddito di cittadinanza, essendo anch'esso rientrante nel complesso di misure finalizzate al sostegno del reddito di coloro che si trovano involontariamente in una situazione di non occupazione, strettamente collegato all'inserimento o reinserimento lavorativo del cittadino;

non risultano peraltro stanziamenti di risorse adeguati per il rafforzamento dei servizi pubblici per l'impiego, come invece richiesto con la raccomandazione del Consiglio europeo, del 2 giugno 2014; misure di attuazione del reddito di cittadinanza sono presenti nella maggior parte dei paesi dell'UE e in molti paesi non comunitari;
il reddito di cittadinanza è uno strumento che assicura, in via principale e preminente, l'autonomia delle persone e la loro dignità, e non si riduce ad una mera misura assistenzialistica contro la povertà; appare necessario abbandonare al più presto il criterio della legislazione «emergenziale» ed assicurare al lavoratore la certezza dello stato sociale e il reale accompagnamento all'inserimento lavorativo, quanto allo stato di previsione del Ministero del lavoro, come rilevato anche dalla relatrice mentre il disegno di legge di bilancio conferma il livello tendenziale di spesa a legislazione vigente, gli elenchi e le tabelle del disegno di legge di stabilità recano numerose variazioni:
- l'allegato 5 riduce di 2 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016 lo stanziamento previsto per gli incentivi in favore dei datori di lavoro per la stabilizzazione (mediante il ricorso a contratti di lavoro subordinato) dei collaboratori a progetto, nel settore dei servizi di call center. L'allegato riduce altresì le risorse per il finanziamento delle azioni positive per la parità tra lavoratrici e lavoratori.
- l'allegato 6 prevede poi una riduzione dei trasferimenti dal bilancio dello Stato agli enti ed organismi pubblici ivi elencati; per quanto riguarda lo stato di previsione del Ministero del lavoro, si dispone una riduzione di 500 migliaia di euro annui della spesa per il funzionamento dell'ISFOL.
- la tabella D reca una riduzione di 1.700 migliaia di euro per il 2015 dello stanziamento relativo ai tirocini nelle amministrazioni statali.

DELIBERA DI RIFERIRE IN SENSO CONTRARIO.

ORDINI DEL GIORNO AL DISEGNO DI LEGGE

N. 1698

G/1698/1/11

CATALFO, PAGLINI, PUGLIA

La Commissione 11a del Senato,
in sede d'esame del disegno di legge recante Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015) (AS 1698)
premesso che:
l'articolo 1 del provvedimento in esame ai commi 2 e 3 reca disposizioni in merito a gestioni previdenziali;
considerato che:
la crisi economica che affligge il nostro Paese ha aumentato notevolmente le disuguaglianze con gravi ripercussioni sul piano della coesione sociale. Molti sono ancora i privilegi presenti nell'ordinamento giuridico italiano, che di fatto aumentano indiscriminatamente le disuguaglianze sociali, ed il più emblematico fra tutti è quello delle cosiddette «pensioni d'oro». Nonostante le numerose iniziative legislative per porvi rimedio, il risultato non è stato affatto soddisfacente;
la Corte costituzionale ha dichiarato illegittime le soluzioni normative adottate dai Governi delle precedenti legislature. Nel 2012 con sentenza n. 223 la Corte ha sancito l'illegittimità costituzionale del «prelievo sugli stipendi pubblici elevati» e successivamente, nel 2013, con sentenza n. 116 ha dichiarato l'illegittimità costituzionale del «contributo di perequazione» pari al 5 per cento per la quota di reddito eccedente i 90 mila euro, al 10 per cento per la quota di reddito eccedente i 150 mila euro, ed al 15 per cento per la quota di reddito eccedente i 200 mila euro;
è doveroso segnalare che, nella maggioranza dei casi, l'eccessivo valore delle cosiddette «pensioni d'oro» dipende da varie forme di privilegi oggigiorno non più esistenti. Quindi, le nuove generazioni non solo non vanteranno più di un trattamento previdenziale sostanzialmente uguale a quello

beneficiato dalle precedenti generazioni, ma, altresì, dovranno farsi carico anche dei relativi costi in quanto, nella maggioranza dei casi, le «pensioni d'oro» non sono coperte da un'adeguata e ragionevole contribuzione. Quanto asserito rappresenta una violazione dei valori fondamentali della Costituzione, ed in particolar modo del principio dell'eguaglianza sostanziale dei cittadini;
al fine di rimediare agli errori dei precedenti Governi e di evitare di addebitare i costi degli stessi alle future generazioni, già di per sé afflitte dalla crisi e dalla spietata concorrenza del mercato globale, sarebbe idoneo predisporre misure fiscali che consentano una maggiore e più equa distribuzione del reddito, anche al fine di soddisfare le sempre maggiori esigenze delle classi sociali meno abbienti e prive di quei privilegi di cui hanno beneficiato i loro stessi concittadini senza alcun reale e motivato fondamento costituzionale e non che giustifichi il diverso trattamento giuridico ed economico;
l'articolo 6 del Testo unico delle imposte sui redditi di cui al Decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917 (TUIR), individua sei specifiche categorie di redditi: «*a*) redditi fondiari, *b)* redditi di capitale, *c)* redditi di lavoro dipendente, *d)* redditi di lavoro autonomo, *e)* redditi di impresa, *f)* redditi diversi»;
l'articolo 11 del TUIR, prevede cinque scaglioni di reddito ai quali corrispondono cinque diverse aliquote: «*a)* fino a 15.000 euro, 23 per cento; *b)* oltre 15.000 euro e fino a 28.000 euro, 27 per cento; *c)* oltre 28.000 euro e fino a 55.000 euro, 38 per cento; *d*) oltre 55.000 euro e fino a 75.000 euro, 41 per cento; *e)* oltre 75.000 euro, 43 per cento»;
le categorie di redditi individuate dal suddetto articolo 6 sono sostanzialmente diverse fra loro, non solo sul piano giuridico, ma, nonostante ciò, sono assoggettate alle medesime aliquote fiscali. Infatti, il TUIR prevede una disciplina tributaria specifica per ognuna delle sei categorie di reddito ma, ai fini dell'applicazione dell'imposta sui redditi, individua cinque scaglioni e cinque corrispondenti aliquote, uguali per tutte le diverse categorie di redditi;
i redditi di lavoro dipendente potrebbero essere qualificati simili ai redditi di pensione, ma sono giuridicamente e sostanzialmente diversi dai redditi di impresa o dai redditi di capitale, ed altresì i redditi fondiari sono giuridicamente e sostanzialmente diversi dai redditi di lavoro dipendente o di lavoro autonomo;
l'articolo 49 del TUIR qualifica come redditi di lavoro dipendente anche i redditi di pensione. La disposizione ha effetti sia sul piano giuridico che fiscale. Tale previsione lascia intendere che l'equiparazione dei redditi di pensione e dei redditi di lavoro dipendente non è affatto scontata e necessita, per tal motivo, di una specifica previsione normativa. Conseguentemente, una nuova disposizione normativa potrebbe prevedere l'estinzione della suddetta equiparazione ed altresì introdurre una nuova disciplina normativa con specifiche disposizioni, sia sul piano giuridico che fiscale, per i redditi di lavoro e per i redditi di pensione;
da quanto descritto si evince a giudizio dei firmatari del presente atto di indirizzo l'assenza di vincoli normativi ostativi ad una separazione giuridica e fiscale delle suddette categorie di reddito. Tanto è vero che sono state numerose le iniziative in materia fiscale che hanno predisposto «imposte sostitutive» rispetto alla previgente imposta sul reddito delle persone fisiche (IRPEF). Si possono citare:
a) l'articolo 3 del decreto legislativo 14 marzo 2011, n. 23, così come modificato dal decreto-legge 31 agosto 2013, n. 102, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 ottobre 2013, n. 124, ha introdotto un regime facoltativo, per la tassazione dei redditi dei fabbricati annoverati tra i redditi fondiari, che si sostanzia nel pagamento di un'imposta sostitutiva dell'Irpef e delle addizionali per i redditi dei fabbricati;
b) l'articolo 27 del decreto-legge n. 98 del 2011, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, ha riformato il regime dei minimi dei redditi di lavoro autonomo disciplinato dall'articolo 1, commi da 96 a 119, della legge n. 244 del 2007, introducendo un'imposta sostitutiva sui redditi e delle addizionali regionali e comunali pari al 5 per cento;
c) l'articolo 2, del decreto-legge 13 agosto 2011, n. 138, convertito, con modificazioni, dalla legge 14 settembre 2011, n. 148, introduce numerose modifiche in tema di tassazione delle attività finanziarie.

La nuova disciplina prevede che, a partire dal 1° gennaio 2012, venga istituita un'aliquota unica intermedia del 20 per cento con la quale tassare i redditi da capitale e i redditi diversi, in luogo delle precedenti fissate al 12,50 per cento e al 27 per cento. Con l'articolo 3 del decreto-legge n. 66 del 2014 convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, la precedente aliquota unica pari al 20 per cento è stata sostituita da un'aliquota pari al 26 per cento. In questo caso specifico l'aliquota riguarderà tutte le fattispecie di reddito di capitale relative a interessi e proventi assimilati, fatte salve alcune eccezioni, tra cui, in particolar modo, i titoli pubblici italiani ed equiparati ed i titoli pubblici di Stati dell'Unione europea o *See white list*, tassati al 12,50 per cento;
in particolar modo, è doveroso rilevare che proprio per i redditi da capitale in Italia si è assistito a decenni di imposizione sostitutiva con basse aliquote fiscali (pari al 12,5 per cento). In tal caso, non si riscontrano dichiarazioni di illegittimità costituzionale da parte della Consulta per violazione del principio di eguaglianza per il fatto che il trattamento fiscale attenga ad una sola categoria di reddito e di contribuenti, così come è stato più volte dichiarato per i precedenti interventi legislativi in materia di «pensioni d'oro». Nei principali Paesi europei come Francia, Regno unito e Spagna, per i redditi da capitale, si riscontrano aliquote progressive che sfiorano anche il 45 per cento con addizionali pari al 3 e 4 per cento, portando così la tassazione effettiva ? come nel caso della Francia ? fino al 49 per cento;
in considerazione delle suddette ragioni sociali, economiche e giuridiche, si potrebbe introdurre un'imposta sostitutiva per i redditi di pensione, con un maggior numero di aliquote progressive, in modo tale da tassare maggiormente i redditi eccedenti i 90 mila euro e detassare i redditi di pensione più bassi. Questa soluzione normativa è fondata sulla stessa ratio giuridica delle richiamate imposte sostitutive in materia di redditi fondiari, di lavoro autonomo e di capitale, ma altresì troverebbe ulteriore giustificazione nei valori fondamentali della Costituzione. In primis è doveroso asserire che i primi dodici articoli della Costituzione rappresentano i principi fondamentali della Repubblica e non possono essere oggetto di modifica, neanche attraverso il procedimento di revisione costituzionale di cui agli articoli 138 e 139 della medesima Costituzione. Il principio di universalità dell'imposizione, invece, è sancito dall'articolo 53 della Costituzione, quindi non solo potrebbe essere oggetto di revisione costituzionale, ma, altresì, non può essere in contrasto con i principi fondamentali della Repubblica dei primi dodici articoli della Costituzione. Da quanto asserito si può desumere che l'introduzione di un'imposta sostitutiva in materia di redditi di pensione al fine di porre rimedio agli illegittimi ed irragionevoli privilegi di cui hanno beneficiato solo una parte dei cittadini ed al fine di migliorare le condizioni sociali ed economiche dei ceti meno abbienti, benché in teoria possa violare l'articolo 53 della Costituzione ? anche se si ribadisce che non si comprende il motivo per il quale non siano state dichiarate illegittime anche le altre tipologie di imposte sostitutive ? di fatto trova giustificazione nel principio dell'eguaglianza sostanziale di cui all'articolo 3 della Costituzione (in base al quale «è compito della Repubblica (..) rimuovere gli ostacoli di ordine economico e sociale, che, limitando di fatto la libertà e l'eguaglianza dei cittadini, impediscono il pieno sviluppo della persona umana e l'effettiva partecipazione di tutti i lavoratori all'organizzazione politica, economica e sociale del Paese) e nei doveri inderogabili di solidarietà politica, economica e sociale di cui all'articolo 2 della medesima,
impegna il Governo
a valutare se sussistono i presupposti per assumere iniziative volte a introdurre un'imposta sostitutiva per i redditi da pensione caratterizzata da un maggior numero di aliquote fiscali che consentano una più incisiva progressività, in modo tale da tassare maggiormente i redditi di pensione superiori ai 90 mila euro e destinare il maggior gettito alla riduzione del carico fiscale dei redditi di pensione meno elevati ed all'aumento delle «pensioni minime».

G/1698/2/11

CRIMI, CATALFO, MONTEVECCHI, SERRA, PUGLIA, PAGLINI

La Commissione 11a del Senato,
in sede d'esame del disegno di legge recante Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015) (AS 1698)

premesso che:
l'articolo 1 del provvedimento in esame ai commi 2 e 3 reca disposizioni in merito a gestioni previdenziali;
considerato che:
l'articolo 3, commi 5 e 6, del decreto legislativo 564/96 ha introdotto una particolare forma di contribuzione per i lavoratori in aspettativa sindacale ai sensi dell'articolo 31 della legge 20 maggio 1970, n. 300, ovvero per i lavoratori in distacco sindacale con diritto alla retribuzione da parte del datore di lavoro;
in particolare, la citata disposizione attribuisce alle organizzazioni sindacali la facoltà di versare, per i periodi che si collocano a decorrere dal mese successivo all'entrata in vigore del decreto una contribuzione aggiuntiva sull'eventuale differenza tra le somme corrisposte per lo svolgimento dell'attività sindacale ai lavoratori collocati in aspettativa ex articolo 31 e la retribuzione di riferimento per il calcolo del contributo figurativo;
la suddetta facoltà può essere esercitata dall'Organizzazione sindacale previa richiesta di autorizzazione alla competente Sede dell'INPS, mediante il versamento, entro gli stessi termini previsti per le domande di accreditamento figurativo, di una somma pari all'aliquota di contribuzione del regime pensionistico di appartenenza del lavoratore applicata alla differenza tra le somme corrisposte dall'organizzazione sindacale e la retribuzione figurativa accreditata;
si prevede altresì che negli stessi termini e con le stesse modalità le Organizzazioni sindacali hanno facoltà di effettuare versamenti contributivi per gli emolumenti e le indennità che abbiano corrisposto ai lavoratori collocati in distacco sindacale con diritto a retribuzione erogata dal proprio datore di lavoro;
la suddetta norma prevede, in sostanza, la facoltà, per alcuni dirigenti sindacali, a fronte di versamenti di un solo anno di stipendio, di ricevere, con costi a carico dell'INPS, una pensione integrativa agganciata all'importo dell'ultimo stipendio: stipendi conseguiti sovente, sulla base di un distacco presso lo stesso sindacato, facendo così riferire tale pensione integrativa alla sola attività sindacale;
la detta normativa si pone oggettivamente in antitesi col recentemente mutato orientamento del quadro previdenziale secondo cui il metodo prevalente debba essere quello contributivo in luogo di quello retributivo, dando luogo a vere e proprie «pensioni gonfiate» con gestioni finanziarie senza copertura patrimoniale gravanti sugli enti previdenziali pubblici, cagionando debiti previdenziali latenti, posti a carico dello Stato italiano sotto forma di debito pubblico;
le pensioni integrative sono infatti determinate, ai sensi dell'articolo 3 del decreto legislativo 564/96, e attribuite con un metodo di calcolo slegato dai contributi obbligatori versati, bensì riferito ai soli stipendi, laddove l'aumento elevato di questi per poche mensilità consente di aumentare la riserva matematica corrispondente alla pensione concessa in maniera ben superiore al montante contributivo individuale corrispondente al medesimo lavoratore;
impegna il Governo:
a porre in essere, nel rispetto delle libertà sindacali e garantendo ai rappresentanti dei lavoratori la possibilità di esercitare senza impedimenti il loro mandato, opportuni provvedimenti normativi di correzione delle disposizioni del citato decreto legislativo 564/96 al fine di impedire il verificarsi di nuove situazioni di abusi fin qui posti in essere;
a fornire alle Commissioni Parlamentari competenti, entro il 28 febbraio 2015, il numero e il dettaglio delle situazioni soggettive che godono di forme di contribuzione figurativa e volontaria in relazione all'aspettativa sindacale.

G/1698/2/11 (testo 2)

CRIMI, CATALFO, MONTEVECCHI, SERRA, PUGLIA, PAGLINI

La Commissione 11a del Senato,
in sede d'esame del disegno di legge recante Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015) (AS 1698)
premesso che:

l'articolo 1 del provvedimento in esame ai commi 2 e 3 reca disposizioni in merito a gestioni previdenziali;
considerato che:
l'articolo 3, commi 5 e 6, del decreto legislativo 564/96 ha introdotto una particolare forma di contribuzione per i lavoratori in aspettativa sindacale ai sensi dell'articolo 31 della legge 20 maggio 1970, n. 300, ovvero per i lavoratori in distacco sindacale con diritto alla retribuzione da parte del datore di lavoro;
in particolare, la citata disposizione attribuisce alle organizzazioni sindacali la facoltà di versare, per i periodi che si collocano a decorrere dal mese successivo all'entrata in vigore del decreto una contribuzione aggiuntiva sull'eventuale differenza tra le somme corrisposte per lo svolgimento dell'attività sindacale ai lavoratori collocati in aspettativa ex articolo 31 e la retribuzione di riferimento per il calcolo del contributo figurativo;
la suddetta facoltà può essere esercitata dall'Organizzazione sindacale previa richiesta di autorizzazione alla competente Sede dell'INPS, mediante il versamento, entro gli stessi termini previsti per le domande di accreditamento figurativo, di una somma pari all'aliquota di contribuzione del regime pensionistico di appartenenza del lavoratore applicata alla differenza tra le somme corrisposte dall'organizzazione sindacale e la retribuzione figurativa accreditata;
si prevede altresì che negli stessi termini e con le stesse modalità le Organizzazioni sindacali hanno facoltà di effettuare versamenti contributivi per gli emolumenti e le indennità che abbiano corrisposto ai lavoratori collocati in distacco sindacale con diritto a retribuzione erogata dal proprio datore di lavoro;
la suddetta norma prevede, in sostanza, la facoltà, per alcuni dirigenti sindacali, a fronte di versamenti di un solo anno di stipendio, di ricevere, con costi a carico dell'INPS, una pensione integrativa agganciata all'importo dell'ultimo stipendio: stipendi conseguiti sovente, sulla base di un distacco presso lo stesso sindacato, facendo così riferire tale pensione integrativa alla sola attività sindacale;
la detta normativa si pone oggettivamente in antitesi col recentemente mutato orientamento del quadro previdenziale secondo cui il metodo prevalente debba essere quello contributivo in luogo di quello retributivo, dando luogo a vere e proprie «pensioni gonfiate» con gestioni finanziarie senza copertura patrimoniale gravanti sugli enti previdenziali pubblici, cagionando debiti previdenziali latenti, posti a carico dello Stato italiano sotto forma di debito pubblico;
le pensioni integrative sono infatti determinate, ai sensi dell'articolo 3 del decreto legislativo 564/96, e attribuite con un metodo di calcolo slegato dai contributi obbligatori versati, bensì riferito ai soli stipendi, laddove l'aumento elevato di questi per poche mensilità consente di aumentare la riserva matematica corrispondente alla pensione concessa in maniera ben superiore al montante contributivo individuale corrispondente al medesimo lavoratore;
impegna il Governo:
a valutare le opportune iniziative in ordine alla modifica delle disposizioni del decreto legislativo 564/96 volte a contemperare l'esercizio delle libertà sindacali con la sostenibilità dell'ordinamento pensionistico.

G/1698/3/11
CATALFO, PUGLIA, PAGLINI
La Commissione 11a del Senato,
in sede d'esame del disegno di legge recante Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015) (AS 1698)
premesso che:
l'articolo 1 del provvedimento in esame ai commi da 21 a 29 reca disposizioni in merito alla destinazione di quote del trattamento di fine rapporto dei dipendenti del settore privato;
considerato che:
l'articolo 11, comma 4, del decreto legislativo 5 dicembre 2005, n. 252 stabilisce che le forme

pensionistiche complementari prevedono che, in caso di cessazione dell'attività lavorativa che comporti l'inoccupazione per un periodo di tempo superiore a 48 mesi, le prestazioni pensionistiche siano, su richiesta dell'aderente, consentite con un anticipo massimo di cinque anni rispetto ai requisiti per l'accesso alle prestazioni nel regime obbligatorio di appartenenza;
impegna il Governo:
a porre in essere opportuni provvedimenti normativi, in coerenza con quanto stabilito dalle disposizioni in premessa, al fine di modificare l'articolo 11, comma 4, del decreto legislativo 5 dicembre 2005, n. 252 diminuendo il periodo di tempo di inoccupazione necessario a fruire dell'anticipo delle prestazioni pensionistiche, portandolo da 48 a 12 mesi.

G/1698/3/11 (testo 2)

CATALFO, PUGLIA, PAGLINI

La Commissione 11a del Senato,
in sede d'esame del disegno di legge recante Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015) (AS 1698)
premesso che:
l'articolo 1 del provvedimento in esame ai commi da 21 a 29 reca disposizioni in merito alla destinazione di quote del trattamento di fine rapporto dei dipendenti del settore privato;
considerato che:
l'articolo 11, comma 4, del decreto legislativo 5 dicembre 2005, n. 252 stabilisce che le forme pensionistiche complementari prevedono che, in caso di cessazione dell'attività lavorativa che comporti l'inoccupazione per un periodo di tempo superiore a 48 mesi, le prestazioni pensionistiche siano, su richiesta dell'aderente, consentite con un anticipo massimo di cinque anni rispetto ai requisiti per l'accesso alle prestazioni nel regime obbligatorio di appartenenza;
impegna il Governo:
a valutare la possibilità di ridurre, a determinate condizioni, il periodo di tempo di inoccupazione necessario per fruire dell'anticipo delle prestazioni pensionistiche da parte delle forme pensionistiche complementari.

G/1698/4/11

CATALFO, PUGLIA, PAGLINI

La Commissione 11a del Senato,
in sede d'esame del disegno di legge recante Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015) (AS 1698)
premesso che:
l'articolo 1 del provvedimento in esame ai commi da 21 a 29 reca disposizioni in merito alla destinazione di quote del trattamento di fine rapporto dei dipendenti del settore privato;
considerato che:
l'articolo 8, comma 7, lettera *b)*, del decreto legislativo 5 dicembre 2005, n. 252, attraverso il principio del cosiddetto "silenzio-assenso", prevede il conferimento automatico del TFR alla previdenza complementare nel caso in cui il lavoratore non manifesti il diniego a tale conferimento;
ai sensi della sopra citata disposizione di legge, detto consenso "è irrevocabile";
a causa dell'applicazione dell'istituto del silenzio-assenso, le piccole e medie imprese (fino a 49 dipendenti) non possono avere la disponibilità delle somme di denaro accantonate quale TFR dei propri dipendenti, né avere quella liquidità che viene utilizzata dall'impresa come autofinanziamento della propria attività;
impegna il Governo:
a rendere revocabile il consenso in parola, al fine di consentire al lavoratore di destinare il TFR maturando a favore del proprio datore di lavoro ovvero a favore del Fondo di Tesoreria INPS ai quali si applica la disciplina dell'articolo 2120 del codice civile sia per quanto riguarda le modalità di calcolo che per il regime delle anticipazioni.

G/1698/5/11

PUGLIA, CATALFO, PAGLINI

La Commissione 11a del Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015) (AS 1698)

premesso che:

l'articolo 1 del provvedimento in esame ai commi da 83 a 89 reca disposizioni in merito ad ammortizzatori sociali;

considerato che:

l'articolo 2, comma 31, della legge 28 giugno 2012, n. 92 (come modificato da ultimo dall'articolo 1, comma 250, lett. *f)*, della legge 24 dicembre 2012, n. 228) stabilisce nei casi di interruzione di un rapporto di lavoro a tempo indeterminato per le causali che, indipendentemente dal requisito contributivo, darebbero diritto all'assicurazione sociale per l'impiego (ASpI), intervenuti a decorrere dal 1º gennaio 2013, è dovuta, a carico del datore di lavoro, una somma pari al 41 per cento del massimale mensile di ASpI per ogni dodici mesi di anzianità aziendale negli ultimi tre anni;

impegna il Governo:

a porre in essere opportuni provvedimenti normativi al fine di modificare la normativa citata specificando che la somma prevista è da riproporzionare nei casi di rapporti a tempo parziale in base al rapporto tra le ore pattuite e l'orario normale di lavoro a tempo pieno.

G/1698/5/11 (testo 2)

PUGLIA, CATALFO, PAGLINI

La Commissione 11a del Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015) (AS 1698)

premesso che:

l'articolo 1 del provvedimento in esame ai commi da 83 a 89 reca disposizioni in merito ad ammortizzatori sociali;

considerato che:

l'articolo 2, comma 31, della legge 28 giugno 2012, n. 92 (come modificato da ultimo dall'articolo 1, comma 250, lett. *f)*, della legge 24 dicembre 2012, n. 228) stabilisce nei casi di interruzione di un rapporto di lavoro a tempo indeterminato per le causali che, indipendentemente dal requisito contributivo, darebbero diritto all'assicurazione sociale per l'impiego (ASpI), intervenuti a decorrere dal 1º gennaio 2013, è dovuta, a carico del datore di lavoro, una somma pari al 41 per cento del massimale mensile di ASpI per ogni dodici mesi di anzianità aziendale negli ultimi tre anni;

impegna il Governo:

a valutare l'opportunità di porre in essere, compatibilmente con il rispetto degli obiettivi di finanza pubblica, opportuni provvedimenti normativi al fine di modificare la normativa citata specificando che la somma prevista è da riproporzionare nei casi di rapporti a tempo parziale in base al rapporto tra le ore pattuite e l'orario normale di lavoro a tempo pieno.

G/1698/6/11

DONNO, CATALFO, PAGLINI

La Commissione 11a del Senato,

in sede di esame del disegno di legge recante "Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)"

premesso che

i commi dal 35 al 42 dell'articolo 3 recano attuazione dell'Accordo di Partenariato 2014-2020 per l'impiego dei fondi strutturali e di investimento europei, adottato il 29 ottobre dalla Commissione europea a chiusura del negoziato formale;

nell'obiettivo tematico 10 "Investire nell'istruzione, nella formazione e nella formazione professionale per le competenze e l'apprendimento permanente" si fissano, tra i risultati attesi, anche il rafforzamento della parità di accesso alla formazione permanente per tutte le fasce di età nei contesti formali, non

formali e informali, l'aggiornamento delle conoscenze, delle abilità e delle competenze della manodopera e la promozione di percorsi di apprendimento flessibili anche tramite l'orientamento del percorso professionale e il riconoscimento delle competenze acquisite;
ritenuto inoltre che:
il nostro Paese è ricco di professioni storiche e tradizionali di tipo artigianale di cui senza adeguati incentivi alla formazione se ne rischia la scomparsa;
un settore di pregio e di eccellenza italiano è quello della floricoltura che però non vede un adeguato riconoscimento professionale per gli operatori del settore in cui operano già 32mila imprese nell'intero territorio nazionale, che rappresentano il 3 per cento del totale delle aziende agricole italiane, che producono il 7 per cento della produzione agricola totale (2,5 miliardi di euro) utilizzando lo 0,4 per cento (36 mila ettari) della superficie agricola;
impegna il Governo:
a promuovere nell'ambito dei Piani operativi nazionale e regionali per il periodo 2014-2020 apposite azioni per incentivare la formazione professionale e il sostegno alle arti e ai mestieri tradizionali per favorire l'occupazione del settore e la valorizzazione culturale e turistica dei territori;
a favorire mediante l'utilizzo dei Fondi strutturali europei per corsi professionali per gli operatori del settore della floricoltura e della florovivaistica.

G/1698/6/11 (testo 2)

DONNO, CATALFO, PAGLINI

La Commissione 11a del Senato,
in sede di esame del disegno di legge recante "Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)"
premesso che
i commi dal 35 al 42 dell'articolo 3 recano attuazione dell'Accordo di Partenariato 2014-2020 per l'impiego dei fondi strutturali e di investimento europei, adottato il 29 ottobre dalla Commissione europea a chiusura del negoziato formale;
nell'obiettivo tematico 10 "Investire nell'istruzione, nella formazione e nella formazione professionale per le competenze e l'apprendimento permanente" si fissano, tra i risultati attesi, anche il rafforzamento della parità di accesso alla formazione permanente per tutte le fasce di età nei contesti formali, non formali e informali, l'aggiornamento delle conoscenze, delle abilità e delle competenze della manodopera e la promozione di percorsi di apprendimento flessibili anche tramite l'orientamento del percorso professionale e il riconoscimento delle competenze acquisite;
ritenuto inoltre che:
il nostro Paese è ricco di professioni storiche e tradizionali di tipo artigianale di cui senza adeguati incentivi alla formazione se ne rischia la scomparsa;
un settore di pregio e di eccellenza italiano è quello della floricoltura che però non vede un adeguato riconoscimento professionale per gli operatori del settore in cui operano già 32mila imprese nell'intero territorio nazionale, che rappresentano il 3 per cento del totale delle aziende agricole italiane, che producono il 7 per cento della produzione agricola totale (2,5 miliardi di euro) utilizzando lo 0,4 per cento (36 mila ettari) della superficie agricola;
impegna il Governo:
a valutare l'opportunità di promuovere nell'ambito dei Piani operativi nazionale e regionali per il periodo 2014-2020 apposite azioni per incentivare la formazione professionale e il sostegno alle arti e ai mestieri tradizionali per favorire l'occupazione del settore e la valorizzazione culturale e turistica dei territori;
a valutare l'opportunità di favorire mediante l'utilizzo dei Fondi strutturali europei per corsi professionali per gli operatori del settore della floricoltura e della florovivaistica.

1.4.2.12. 12^ Commissione permanente (Igiene e sanita')

1.4.2.12.1. 12ªCommissione permanente (Igiene e sanita') - Seduta n. 182 (ant.) del 04/12/2014

collegamento al documento su www.senato.it

IGIENE E SANITA' (12ª)

GIOVEDÌ 4 DICEMBRE 2014
182ª Seduta (antimeridiana)

Presidenza della Presidente
DE BIASI

Interviene il sottosegretario di Stato per la salute De Filippo.

La seduta inizia alle ore 8,40.

SUI LAVORI DELLA COMMISSIONE

La PRESIDENTE comunica che, come unanimemente convenuto in sede di Ufficio di Presidenza integrato dai rappresentanti dei Gruppi, nella riunione di ieri, nel corso della seduta già prevista per le ore 14 di oggi sarà convocata un'ulteriore seduta pomeridiana, da dedicare all'esame in sede consultiva dei documenti di bilancio. Tale passaggio è necessario per consentire, a seguito dell'assegnazione dei disegni di legge di bilancio e di stabilità, che avverrà in giornata, un pronto avvio dei lavori in sessione di bilancio: in questo modo, svolta la relazione introduttiva nel pomeriggio odierno, già martedì prossimo potrà avere luogo la discussione generale, con piena contezza dei testi. Di conseguenza, il termine per la presentazione di eventuali emendamenti alle parti di competenza del disegno di legge di bilancio e di ordini del giorno relativi alla materia sanitaria è fissato alle ore 18 della stessa giornata di martedì 9 dicembre. Così, nella successiva giornata di mercoledì 10 dicembre la Commissione sarà in condizione di concludere l'esame, con un margine prudenziale sul termine dell'11 dicembre, data ultima per la formulazione del rapporto alla Commissione di merito.

La Commissione prende atto.

IN SEDE REFERENTE

(998) ***Paola TAVERNA ed altri. - Disposizioni in materia di accertamenti diagnostici neonatali obbligatori per la prevenzione e la cura delle malattie metaboliche ereditarie***
(Seguito dell'esame e rinvio)

Prosegue l'esame, sospeso nella seduta del 2 dicembre.

La PRESIDENTE comunica che, a seguito della riapertura del termine, concordata nel corso dell'Ufficio di Presidenza di ieri, sono stati presentati dieciulteriori emendamenti (pubblicati in allegato).

La Commissione prende atto.

La PRESIDENTE dichiara quindi improponibile, per estraneità di materia, l'emendamento 2.0.1, a prima firma della sen. Petraglia, volto a istituire il "Fondo per la prevenzione e la cura della sordità infantile", con conseguente modifica anche al titolo del disegno di legge. Si riserva di valutare eventuali ulteriori profili di improponibilità, con particolare riguardo ai nuovi emendamenti presentati nella giornata di ieri.

La Commissione prende atto.

Il relatore AIELLO (*NCD*) dichiara incidentalmente di condividere la declaratoria di improponibilità appena pronunciata, sebbene l'emendamento 2.0.1 tratti una tematica che, a suo avviso, è meritevole di approfondimento.

La PRESIDENTE ricorda che le valutazioni in punto di proponibilità e ammissibilità sono prerogativa della Presidenza e attengono a profili strettamente tecnici; non sottendono giudizi di valore sul merito delle proposte.
Avverte che si passerà ora alla fase di illustrazione degli emendamenti.

Non essendovi richieste di intervento, la Presidente comunica che gli emendamenti si intendono illustrati.

Il seguito dell'esame è quindi rinviato.

SULLA PUBBLICAZIONE DI DOCUMENTI ACQUISITI NEL CORSO DELLE AUDIZIONI

La PRESIDENTE comunica che, nell'ambito dell'esame del disegno di legge n. 998 (*screening* neonatale), nel corso della riunione dell'Ufficio di Presidenza tenutasi ieri, è stata depositata documentazione da parte di rappresentanti dell'Associazione italiana sostegno malattie metaboliche ereditarie (AISMME) e della Federazione italiana malattie rare (UNIAMO).

Tale documentazione sarà resa disponibile alla pubblica consultazione sulla pagina *web* della Commissione.

La Commissione prende atto.

La seduta termina alle ore 8,55.

EMENDAMENTI AL DISEGNO DI LEGGE

N. 998

Art. 2

2.100

FUCKSIA

Sostituire il comma 1 con il seguente:

"1. Il Ministro della salute, con decreto da adottare entro due mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, sentiti l'Istituto Superiore di Sanità e la Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le Regioni e le Province autonome di Trento e di Bolzano, prevede l'obbligatorietà su tutto il territorio nazionale di *test* diagnostici neonatali specifici per quelle alterazioni metaboliche ereditarie che possono determinare patologie ad insorgenza precoce o tardiva e per le quali la diagnosi precoce in se stessa, oppure misure terapeutiche adeguate, possano rivelarsi efficaci ai fini della riduzione dei casi e della loro gravità".

2.200

FUCKSIA

Sostituire il comma 3 con il seguente:

"3. Il Ministero della salute provvede, all'interno dell'aggiornamento periodico dei LEA, a rivedere anche l'elenco delle malattie metaboliche ereditarie per le quali prevedere gli *screening* diagnostici neonatali obbligatori.".

Art. 3

3.100

FUCKSIA

Al comma 1, sostituire le parole: «presso l'Age.na.s. (Agenzia nazionale per i servizi sanitari regionali)»*, con le seguenti:* «presso l'Istituto Superiore di Sanità».

Conseguentemente, al comma 2, alla lettera a)*, sostituire le parole:* «dell'Age.na.s.»*, con le seguenti:* «dell'Istituto Superiore di Sanità»*, e alla lettera* b)*, sostituire le parole:* «dall'Age.na.s.»*, con le seguenti:* «dall'Istituto Superiore di Sanità».

3.200

FUCKSIA

Al comma 4 sopprimere la lettera d).

3.300

FUCKSIA

Al comma 4, sostituire la lettera d) *con la seguente:*

"*d)* stabilire il numero e la distribuzione dei centri di *screeening* neonatali in base alla

popolazione residente, prevedendo anche l'accorpamento di aree geografiche contigue, al fine di ottimizzare le risorse disponibili e gli *standard* di qualità;".

3.400

FUCKSIA

Al comma 4, sostituire la lettera g) *con la seguente:*

"*g)* prevedere una banca dati informatizzata dove poter far confluire i flussi informativi raccolti nei vari centri, al fine di permettere una valutazione epidemiologica dei casi positivi, nonchè il monitoraggio e la verifica dell'efficacia dei percorsi intrapresi e gli elementi per prevederne l'eventuale implementazione e miglioramento;".

3.500

FUCKSIA

Al comma 4, sostituire la lettera h) *con la seguente:*

"*h)* i centri di coordinamento sono attivamente coinvolti nei programmi di informazione e formazione in merito alle finalità, alle metodiche utilizzate e all'efficacia preventiva dei *test*.".

Art. 4

4.100

FUCKSIA

Al comma 1 sopprimere le parole: "dell'Agenas,".

4.200

FUCKSIA

Al comma 1, sostituire le parole da "predispone" *fino al termine del comma con le seguenti*: "definisce i protocolli operativi per la gestione degli *screening* neonatali, nonchè le modalità con cui strutturare le campagne formative ed informative sia per gli operatori, sia per la popolazione generale, sia per i genitori nel periodo prenatale e *post* natale, sia per i portatori della patologia stessa, anche con la previsione di sportelli informativi, sia nelle strutture ospedaliere, sia nelle farmacie diffuse sul territorio. Il Ministero della salute, nella predisposizione dell'elenco delle patologie da sottoporre a *screening* neonatali, prevede la suddivisione dello stesso in tre gruppi per i quali, in base alle conoscenze e alle evidenze scientifiche note, i *test* sono «raccomandati», «consigliati» o «incrociati»".

4.300

FUCKSIA

Al comma 2 sopprimere le parole: "L'Agenas".

1.4.2.12.2. 12ªCommissione permanente (Igiene e sanita') - Seduta n. 183 (pom.) del 04/12/2014

collegamento al documento su www.senato.it

IGIENE E SANITA' (12ª)

GIOVEDÌ 4 DICEMBRE 2014
183ª Seduta (1ª pomeridiana)

Presidenza della Presidente
DE BIASI

La seduta inizia alle ore 16,20.

SUI LAVORI DELLA COMMISSIONE

La PRESIDENTE comunica che i documenti di bilancio sono appena stati deferiti alle Commissioni permanenti, con autorizzazione alla convocazione immediata per l'avvio dell'esame. Pertanto, come precedentemente concordato in sede di programmazione dei lavori, la Commissione tornerà a riunirsi a breve con il nuovo ordine del giorno, recante esame congiunto, in sede consultiva, delle parti di competenza dei disegni di legge nn. 1698 (legge di stabilità 2015) e 1699 (bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017).

La Commissione prende atto.

CONVOCAZIONE DELLA COMMISSIONE

La PRESIDENTE comunica che la Commissione è nuovamente convocata alle ore 16,30 di oggi, con l'ordine del giorno già indicato.

La Commissione prende atto.

La seduta termina alle ore 16,25.

1.4.2.12.3. 12ªCommissione permanente (Igiene e sanita') - Seduta n. 184 (pom.) del 04/12/2014

collegamento al documento su www.senato.it

IGIENE E SANITA' (12ª)

GIOVEDÌ 4 DICEMBRE 2014
184ª Seduta (2ª pomeridiana)

Presidenza della Presidente
DE BIASI

Interviene il sottosegretario di Stato per la salute De Filippo.

La seduta inizia alle ore 16,35.

IN SEDE CONSULTIVA

(1699-1699-*bis*) ***Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017*** **e relativa** ***Nota di variazioni*** , approvato dalla Camera dei deputati
- (**Tabb. 14 e 14-*bis***) Stato di previsione del Ministero della salute per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017

(1698) ***Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)***, approvato dalla Camera dei deputati
(Rapporto alla 5a Commissione. Esame congiunto e rinvio)

La PRESIDENTE avverte che il Governo sarà quest'oggi rappresentato dal sottosegretario De Filippo, al quale rivolge un ringraziamento, poiché la Ministro della salute, Beatrice Lorenzin, è nell'impossibilità di partecipare alla seduta in ragione di concomitanti e non differibili impegni istituzionali.

La Commissione prende atto.

Il relatore BIANCO (*PD*) introduce l'esame congiunto dei documenti in titolo, soffermandosi sui profili di competenza della Commissione.

Dopo aver evidenziato che il disegno di legge di bilancio conferma, complessivamente, il livello tendenziale di spesa a legislazione vigente, passa a riferire sui contenuti del disegno di legge di stabilità.

I commi da 224 a 257 dell'articolo 2 del disegno di legge di stabilità sono volti all'attuazione dell?intesa tra Governo, regioni e province autonome sul nuovo Patto per la salute per gli anni 2014-2016, sancita il 10 luglio 2014 dalla relativa Conferenza permanente.

In particolare, mentre il comma 224 si limita ad un'introduzione sul contenuto complessivo dei successivi commi da 225 a 257, il comma 225 fissa il livello di finanziamento statale del Servizio sanitario nazionale per il biennio 2015-2016 nei seguenti termini: 112.062.000.000 euro per il 2015;115.444.000.000 euro per il 2016.

Tali risorse possono, tuttavia, essere rideterminate in relazione all'attuazione della novella di cui al comma 141 dello stesso articolo 2, novella concernente i vincoli generali di risparmio delle regioni.

Il comma 226 conferma il principio secondo il quale gli eventuali risparmi nella gestione del Servizio sanitario nazionale, conseguiti dalle regioni, rimangono nelle disponibilità delle regioni stesse per finalità sanitarie (si fa salvo il rispetto delle norme sulle regioni sottoposte ai piani di rientro dal disavanzo sanitario).

I commi 227 e 228 prevedono che: le quote del finanziamento del Servizio sanitario nazionale vincolate alla realizzazione degli obiettivi di carattere prioritario del Piano sanitario nazionale possano essere impiegate dalle regioni anche per conseguire gli obiettivi definiti dal Patto per la salute, purché relativi al miglioramento dell'erogazione dei livelli essenziali di assistenza; le regioni sottoposte ai piani di rientro dal disavanzo sanitario individuino i progetti di carattere prioritario - inerenti, come detto, al Piano sanitario nazionale o al Patto per la salute - in coerenza con gli obiettivi dei programmi operativi del piano di rientro.

In base al comma 229, a decorrere dal 2015, gli importi delle quote vincolate per *hanseniani* e loro familiari, AIDS, fibrosi cistica ed emersione dei lavoratori extracomunitari confluiscono nel riparto generale (tra le regioni e le province autonome) della quota indistinta del fabbisogno sanitario *standard* nazionale (cioè, della quota non vincolata al perseguimento di specifici obiettivi di carattere prioritario).

Ai sensi del successivo comma 230, le quote vincolate per il finanziamento delle borse di studio dei medici di medicina generale e per l'assistenza sanitaria in favore degli extracomunitari non iscritti al Servizio sanitario nazionale ed una quota non superiore a 41,317 milioni di euro annui delle risorse del fondo per l'esclusività del rapporto dei dirigenti del ruolo sanitario vengono ripartite annualmente all'atto del riparto della quota indistinta summenzionata. In questo caso, per gli importi delle tre specifiche tipologie di risorse e di finalità in oggetto, si fa riferimento all'ultima intesa di riparto (sancita in sede di Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le regioni e le province autonome), operando, se possibile, i relativi aggiornamenti dei dati presi a riferimento.

Riguardo alle quote vincolate per il finanziamento della sanità e medicina penitenziarie (ivi comprese le risorse per il superamento degli ospedali psichiatrici giudiziari), il comma 231 prevede che, dal 2015, il riparto delle stesse tenga conto di eventuali modifiche dei relativi criteri, individuate nell'ambito del Tavolo di consultazione permanente sulla sanità penitenziaria ed approvate dalla Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le regioni e le province autonome.

In virtù della norma di salvaguardia recata dal comma 232, qualora i decreti di riparto per il 2014 non siano stati ancora perfezionati, i criteri e le modalità di riparto di cui ai precedenti commi da 229 a 231 si applicano anche per il medesimo anno 2014.

Il comma 233 prevede che, nel settore sanitario, le regioni e le province autonome garantiscano -

anche in sede di definizione del piano dei flussi di cassa prospettici - una programmabilità degli investimenti da effettuare nel proprio ambito territoriale, attraverso la predisposizione di piani annuali di investimento, accompagnati da un?adeguata analisi dei fabbisogni e della relativa sostenibilità economico-finanziaria complessiva.

Il comma 234 autorizza, per l?anno 2015, la spesa di 2 milioni di euro (iscritta nello stato di previsione del Ministero della salute), per l?avvio dell?implementazione dei flussi informativi per il monitoraggio delle prestazioni erogate nell'ambito dell?assistenza primaria.

Il comma 235 demanda, con esclusione di nuovi o maggiori oneri a carico della finanza pubblica, ad un accordo tra Governo e regioni, da adottare previa concertazione con le rappresentanze scientifiche, professionali e sindacali dei profili sanitari interessati, la definizione dei ruoli, delle competenze, delle relazioni professionali e delle responsabilità individuali e di *équipe* inerenti ai compiti, funzioni ed obiettivi delle professioni sanitarie infermieristiche, ostetrica, tecniche della riabilitazione e della prevenzione, anche attraverso percorsi formativi complementari.

Sono fatte salve le competenze dei laureati in medicina e chirurgia in materia di atti complessi e specialistici di prevenzione, diagnosi, cura e terapia.

La novella di cui al comma 236 prevede che l?accertamento, da parte della regione, del mancato conseguimento degli obiettivi di salute ed assistenziali costituisca grave inadempimento contrattuale per il direttore generale dell'azienda o ente del Servizio sanitario nazionale e comporti la decadenza automatica dello stesso.

In base al comma 237, il controllo del conseguimento, da parte del direttore generale, degli obiettivi di salute ed assistenziali rientra tra gli adempimenti al cui rispetto la disciplina vigente subordina l'attribuzione di una quota del finanziamento del Servizio sanitario nazionale. La verifica dell'adempimento è effettuata nell'ambito del Comitato paritetico permanente per la verifica dell'erogazione dei livelli essenziali di assistenza, di cui all?art. 9 dell'Intesa fra lo Stato, le Regioni e le Province autonome del 23 marzo 2005.

I commi da 238 a 242 concernono le regioni sottoposte ai piani di rientro dal disavanzo sanitario.

I commi 238 e 239 prevedono in particolare che la nomina a commissario *ad acta* per la predisposizione, l?adozione o l?attuazione del piano di rientro sia incompatibile con l?affidamento o la prosecuzione di qualsiasi incarico istituzionale presso la regione soggetta a commissariamento. Si richiede, inoltre, che il commissario sia in possesso di un *curriculum* con qualificate e comprovate professionalità ed esperienze di gestione sanitaria (anche in base ai risultati in precedenza conseguiti). Le suddette norme si applicano alle nomine effettuate - a qualunque titolo, ivi comprese quelle per la sostituzione di precedenti commissari *ad acta* (cfr. la lettera *d)* del comma 238) - successivamente all?entrata in vigore della legge di stabilità.

Il comma 240 prevede che i subcommissari svolgano attività a supporto dell?azione del commissario, essendo il loro mandato vincolato alla realizzazione di tutti o di taluni degli obiettivi affidati al commissario.

In base al comma 241, il commissario *ad acta*, qualora, in sede di verifica annuale dell?attuazione del piano di rientro, riscontri il mancato raggiungimento degli obiettivi del piano, come specificati nel contratto del direttore generale (dell'azienda o ente del Servizio sanitario nazionale), propone, con provvedimento motivato, la decadenza dello stesso, del direttore amministrativo e di quello sanitario.

Il comma 242 prevede che - fermo restando il concerto con il Ministero dell'economia e delle finanze - il Ministero della salute si avvalga anche del supporto tecnico-operativo dell?Agenzia nazionale per i servizi sanitari regionali per l?attività di affiancamento delle regioni sottoposte al piano di rientro.

I commi 243 e 244 riguardano i collegi sindacali delle aziende ed enti del Servizio sanitario nazionale.

Il comma 243 riduce da cinque a tre il numero dei membri del collegio sindacale, prevedendo che i relativi componenti siano designati uno dal presidente della giunta regionale, uno dal Ministro dell?economia e delle finanze e uno dal Ministro della salute.

La novella conferma che la durata del mandato è pari a tre anni.

Il comma 244 demanda ad un decreto del Ministro della salute, da emanarsi entro sessanta giorni dall?entrata in vigore della legge di stabilità, previa intesa in sede di Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le regioni e le province autonome, la definizione dei nuovi requisiti per i componenti dei collegi sindacali, in modo da garantire elevati *standard* di qualificazione professionale.

I commi da 245 a 250 concernono l?obbligo per le regioni e le province autonome di adottare le disposizioni applicative della normativa di riordino degli Istituti zooprofilattici sperimentali - come prefigurate dall'art. 10, comma 1, del D.Lgs. 28 giugno 2012, n. 106 -, prevedendo il commissariamento degli Istituti in caso di superamento di alcuni termini temporali.

Il comma 251 aggiunge ulteriori disposizioni (rispetto a quelle già vigenti) in materia di organizzazione del dipartimento di prevenzione dell'azienda sanitaria locale.

Il comma 252 riduce i termini temporali del blocco automatico del *turn over* del personale del Servizio sanitario regionale, blocco operante nei casi in cui i provvedimenti necessari per il ripianamento del disavanzo di gestione non vengano adottati dal commissario *ad acta* entro la data prevista (31 maggio dell?anno successivo a quello di riferimento). La novella prevede che il blocco duri solo fino all?anno successivo a quello in corso - anziché fino al secondo anno successivo -.

Il comma 253 estende al periodo 2016-2020 i vigenti parametri di contenimento della spesa per il personale degli enti ed aziende del Servizio sanitario nazionale e ridefinisce alcune modalità temporali di attuazione delle norme in materia.

Il comma 254 differisce dal 30 giugno 2013 al 31 dicembre 2015 il termine per la revisione straordinaria, da parte dell'Agenzia Italiana del Farmaco (AIFA), del prontuario farmaceutico nazionale ed introduce, con riferimento a tale revisione, un riferimento esplicito ai criteri del costo/beneficio e dell?efficacia terapeutica ed allo strumento dei prezzi di riferimento per categorie terapeutiche omogenee.

Il comma 255 prevede la definizione, con decreto del Ministro della salute, previa intesa in sede di Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le regioni e le province autonome, delle modalità per l?attivazione di una rete di comunicazione dedicata alla dispositivo-vigilanza, per lo scambio tempestivo e capillare delle informazioni riguardanti incidenti che interessino dispositivi medici. L?attivazione della rete deve avvenire senza oneri per la finanza pubblica.

Il comma 256 demanda ad un decreto del Ministero della salute la definizione di alcuni profili (inerenti anche alle priorità ed alla classificazione) in materia di dispositivi medici, per garantire un?azione coordinata dei livelli nazionale, regionali e delle aziende accreditate del Servizio sanitario nazionale per il governo dei consumi degli stessi dispositivi, sulla base del principio costo-efficacia.

Il comma 257 prevede che l'Agenzia Italiana del Farmaco (AIFA) predisponga valutazioni di *Health Technology Assessment (HTA)*, intese ad individuare i percorsi farmaco-terapeutici in grado di garantire l?impiego efficiente e costo-efficace delle risorse disponibili (con particolare riguardo alla possibilità concreta di accesso, da parte di tutti i cittadini, ai medicinali innovativi o di eccezionale rilevanza terapeutica).

I successivi commi da 258 a 263 - inseriti dalla Camera - recano ulteriori norme in materia sanitaria.

Il comma 258 abroga la norma che, a decorrere dal 1° gennaio 2015, esclude (fatta eccezione per le farmacie rurali sussidiate) la titolarità della direzione della farmacia privata per i farmacisti che abbiano conseguito il requisito di età pensionabile.

Il comma 259 reca specifiche tariffe, al fine di assicurare maggiori entrate, per il rinnovo dell'autorizzazione all'immissione in commercio dei medicinali omeopatici presenti sul mercato italiano alla data del 6 giugno 1995, proroga dal 31 dicembre 2015 al 31 dicembre 2018 il termine di validità dell'attuale autorizzazione per i suddetti medicinali omeopatici e fissa al 30 giugno 2017 il termine per la domanda di rinnovo, secondo le procedure semplificate stabilite dalle norme vigenti, come integrate dal presente comma e dalla determinazione dell'Agenzia Italiana del Farmaco (AIFA) ivi prevista.

I commi 260 e 261 demandano ad un decreto del Ministro della salute, da emanarsi secondo la procedura ivi stabilita e con esclusione di nuovi o maggiori oneri a carico della finanza pubblica, la definizione delle modalità per la produzione e la distribuzione in ambito ospedaliero, in via sperimentale per un biennio, di medicinali in forma monodose e delle modalità per il monitoraggio degli obiettivi finanziari raggiunti. Il decreto stabilisce altresì il periodo in cui è comunque ammessa - in parallelo alla sperimentazione suddetta nell'ambito ospedaliero - la prosecuzione della produzione e della commercializzazione delle confezioni pluridose.

I commi 262 e 263 riguardano le malattie infettive e diffusive.

Il comma 262, in primo luogo, reca un'autorizzazione di spesa pari a 3 milioni di euro per il 2015 ed a 1,5 milioni annui a decorrere dal 2016, da iscriversi nello stato di previsione del Ministero della salute, ai fini del potenziamento delle attività di prevenzione e di contrasto delle malattie infettive e diffusive nel territorio nazionale, anche mediante l?acquisto di idonei dispositivi medici e presidii medico-chirurgici e la predisposizione di spazi adeguatamente allestiti per fronteggiare le emergenze sanitarie nonché mediante l?adeguamento delle conoscenze e della formazione del personale medico e "paramedico".

In secondo luogo, prevede che siano autorizzate anche in deroga alle norme vigenti, nel limite di sei mesi, le richieste di aspettativa da parte del personale medico o "paramedico" che intenda prestare la propria opera nei Paesi del continente africano attualmente interessati dal fenomeno del *virus Ebola*.

Il comma 263 reca uno stanziamento in conto capitale, pari a 2 milioni di euro per il 2015 e ad 1 milione di euro per ciascuno degli anni 2016 e 2017, per garantire l?avvio delle attività nell?unità per alto isolamento dell?Istituto nazionale per le malattie infettive "Lazzaro Spallanzani" di Roma. L'attribuzione di tali risorse all'Istituto è subordinata alla presentazione (da parte del medesimo) al Ministero della salute del piano di sviluppo dell?unità di alto isolamento ed all'approvazione del piano da parte della sezione ricerca del Comitato tecnico-sanitario del Ministero della salute.

Il successivo comma 266 modifica la norma che include tra gli adempimenti al cui rispetto è subordinata l'attribuzione di una quota del finanziamento del Servizio sanitario nazionale l'erogazione, da parte della regione, al proprio Servizio sanitario regionale, entro la fine dell'anno, di almeno il 90 per cento delle somme che la regione incassa nel medesimo anno dallo Stato, a titolo di finanziamento del Servizio sanitario nazionale, e delle somme che la stessa regione, a valere su risorse proprie dell'anno, destina al finanziamento del Servizio sanitario.

La novella in esame eleva da 90 a 95 punti la suddetta misura percentuale ed inserisce la condizione che la restante quota sia erogata (al Servizio sanitario regionale) entro il 31 marzo dell'anno successivo.

Il comma 102 dell'articolo 1 prevede la destinazione, a decorrere dal 2015, nell'ambito delle risorse per il finanziamento del Servizio sanitario nazionale, di una quota annua, pari a 50 milioni di euro, per la prevenzione, la cura e la riabilitazione relative alle patologie connesse alla dipendenza da gioco d?azzardo.

Il testo originario del disegno di legge (così modificato dalla Camera) faceva riferimento soltanto alla cura delle patologie summenzionate.

Alla ripartizione dell?importo si provvede annualmente, all?atto dell?assegnazione delle risorse spettanti alle regioni ed alle province autonome a titolo di finanziamento della quota indistinta - cioè, della quota non vincolata al perseguimento di specifici obiettivi (di carattere prioritario e di rilievo nazionale) - del fabbisogno sanitario *standard* regionale, secondo i criteri e le modalità previsti dalla legislazione vigente in materia di costi *standard*.

L'effettiva destinazione delle risorse per la finalità suddetta e lo svolgimento delle relative attività assistenziali rientrano tra gli adempimenti al cui rispetto la disciplina vigente subordina l'attribuzione di una quota del finanziamento del Servizio sanitario nazionale. La verifica di tale adempimento è effettuata nell'ambito del Comitato paritetico permanente per la verifica dell'erogazione dei livelli essenziali di assistenza, di cui all?art. 9 dell'Intesa fra lo Stato, le Regioni e le Province autonome del

23 marzo 2005.

In base alle norme aggiunte dalla Camera: per la nozione di dipendenza da gioco d?azzardo si fa riferimento a quella adottata dall?Organizzazione mondiale della sanità; una quota delle risorse in esame, nel limite di 1 milione di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, è destinata alla sperimentazione di modalità di controllo dei soggetti a rischio di patologia, mediante l?adozione di *softwares* che consentano al giocatore di monitorare il proprio comportamento, generando conseguentemente appositi messaggi di allerta; il Ministro della salute, con decreto di natura regolamentare, previa intesa in sede di Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le regioni e le province autonome, adotta linee di azione per garantire le prestazioni di prevenzione, cura e riabilitazione rivolte alle persone affette dal gioco d?azzardo patologico (GAP); l'Osservatorio per il contrasto della diffusione del gioco d'azzardo e del fenomeno della dipendenza grave viene trasferito dall'Agenzia delle dogane e dei monopoli al Ministero della salute e si prevede una rideterminazione della composizione del medesimo organo.

Con riferimento ad altre norme dell'articolato del disegno di legge di stabilità, il relatore segnala che: i commi da 95 a 99 dell'articolo 1 prevedono un assegno per i figli nati o adottati nel periodo 1° gennaio 2015-31 dicembre 2017;il successivo comma 100 riconosce, per il 2015, nel limite di 45 milioni di euro per il medesimo anno, al fine di contribuire alle spese per il mantenimento dei figli, buoni per l?acquisto di beni e servizi, in favore dei nuclei familiari con un numero di figli minori pari o superiore a quattro ed aventi una situazione economica corrispondente ad un valore dell?Indicatore della situazione economica equivalente (ISEE) non superiore a 8.500 euro annui;il comma 101 dello stesso articolo 1 istituisce nello stato di previsione del Ministero dell?economia e delle finanze un Fondo per interventi in favore della famiglia, con una dotazione pari a 108 milioni di euro per il 2015 (298 milioni nel testo originario, così modificato dalla Camera). La Camera ha specificato che una quota pari a 100 milioni è riservata al rilancio del piano di sviluppo del sistema territoriale dei servizi socio-educativi per la prima infanzia, inteso al raggiungimento di determinati obiettivi di servizio, nelle more della definizione dei livelli essenziali delle relative prestazioni, ed una quota pari a 5 milioni è destinata al Fondoper l'efficientamento della filiera della produzione e dell'erogazione e per il finanziamento dei programmi nazionali di distribuzione di derrate alimentari alle persone indigenti nel territorio della Repubblica Italiana;il comma 117 incrementa il Fondo per la cosiddetta carta acquisti ordinaria, nella misura di 250 milioni di euro annui, a decorrere dal 2015;il comma 118 ripristina (anche se il testo parla di "incremento") la dotazione del Fondo nazionale per le politiche sociali nella misura di 300 milioni di euro annui, a decorrere dal 2015; analogamente il comma 119 "incrementa" la dotazione del Fondo per le non autosufficienze nella misura di 400 milioni per il 2015 (250 milioni nel testo originario, così modificato dalla Camera) e di 250 milioni annui a decorrere dal 2016. Lo stanziamento è destinato anche agli interventi a sostegno delle persone affette da sclerosi laterale amiotrofica (SLA);il comma 130 prevede l?attribuzione alle regioni e alle province autonome di un contributo, pari a 100 milioni di euro per il 2015, 200 milioni per il 2016, 289 milioni per il 2017 e 146 milioni per il 2018, per il rimborso di una quota degli oneri finanziari da essi sostenuti per la corresponsione di indennizzi previsti dalla legislazione statale vigente in favore di soggetti danneggiati in ambito sanitario;il comma 131 reca un'autorizzazione di spesa, ai fini della copertura finanziaria di una riforma del terzo settore e dell?impresa sociale e di una revisione della disciplina del Servizio civile universale. A tal fine, è previsto uno stanziamento pari a: 50 milioni di euro per il 2015; 140 milioni per il 2016; 190 milioni annui a decorrere dal 2017;il comma 54 dell'articolo 2 dispone la soppressione sia della norma che autorizza il Ministero del lavoro e delle politiche sociali ad integrare la dotazione organica del personale ispettivo nella misura di duecentocinquanta unità (di cui duecento nel profilo di ispettore del lavoro di area III e cinquanta nel profilo di ispettore tecnico di area III) sia della norma che limita al personale in possesso di specifiche professionalità compatibili con quelle di ispettore del lavoro o di ispettore tecnico l'applicazione del meccanismo generale vigente di assegnazione alle pubbliche amministrazioni che intendano bandire il concorso del personale collocato in disponibilità;il successivo comma 55 dispone la soppressione delle prestazioni economiche accessorie (come quelle inerenti al soggiorno presso le strutture alberghiere), a carico dell'INPS e

dell'INAIL, e relative agli aventi diritto ai regimi speciali di cure termali garantite dal Servizio sanitario nazionale;il comma 57 introduce, a decorrere dal 1° gennaio 2015, l'obbligo di segnalazione all?INPS, da parte del medico necroscopo, dell'accertamento del decesso di un soggetto. L'obbligo deve essere adempiuto entro 48 ore dall?evento, per via telematica, secondo le specifiche tecniche e le procedure già stabilite dalla normativa vigente ai fini della comunicazione dello stato di malattia dei lavoratori. In caso di violazione del suddetto obbligo, si applica una sanzione amministrativa pecuniaria da un minimo di 100 ad un massimo di 300 euro;il comma 69 demanda ad un decreto del Presidente del Consiglio dei ministri, da emanarsi secondo la procedura ivi stabilita, l?individuazione delle iniziative di elevata utilità sociale, valutabili nell'ambito dei piani triennali di investimento dell?INAIL, da finanziare, a valere sulle risorse autorizzate nei suddetti piani, con l?impiego di quota parte delle somme detenute dal medesimo Istituto presso la tesoreria centrale dello Stato;i commi 264 e 265 autorizzano una spesa in favore della Regione Molise, per il 2015, fino ad un massimo di 40 milioni di euro. L?autorizzazione di spesa è subordinata alla sottoscrizione di uno specifico Accordo tra lo Stato e le regioni, concernente l?intervento straordinario per l?emergenza economico-finanziaria del Servizio sanitario della suddetta regione e per il riassetto della gestione dello stesso. L?erogazione della somma in favore della Regione Molise è subordinata all?effettiva attuazione dell?Accordo.

Il relatore riferisce quindi sulle modifiche allo stato di previsione del Ministero della salute, al quale gli elenchi e le tabelle del disegno di legge di stabilità recano le seguenti variazioni: l'allegato 6 (a cui fa rinvio l'articolo 2, comma 20) prevede una riduzione dei trasferimenti dal bilancio dello Stato agli enti ed organismi pubblici ivi elencati, compresi i trasferimenti inerenti allo stato di previsione del Ministero della salute (riduzioni di settore evidenziate alla pagina 215 del disegno di legge in esame); l'elenco 3 (a cui fa rinvio l'articolo 2, comma 45) prevede una riduzione degli stanziamenti di alcune missioni e programmi di spesa (le riduzioni inerenti allo stato di previsione del Ministero della salute sono esposte a pag. 236 dell'A.S. n. 1698); la tabella C reca una riduzione del fondo per la ricerca sanitaria, riduzione pari a 17,20 milioni di euro per il 2015, a circa 16,85 milioni per il 2016 ed a circa 16,82 milioni annui a decorrere dal 2017; la tabella D reca una riduzione: 1) dello stanziamento relativo al Centro nazionale per la prevenzione e il controllo delle malattie, Centro istituito presso il Ministero della salute ed operante in via principale con riferimento alle malattie infettive e diffusive ed al bioterrorismo. Tale riduzione è pari a circa 2.283,8 migliaia di euro per il 2015 e a 2.000 migliaia di euro annui per gli esercizi successivi; 2) dello stanziamento relativo alla sorveglianza delle malattie infettive e diffusive degli animali. Tale riduzione è pari a 4.500 migliaia di euro per il 2015 e a 4.000 migliaia di euro annui per gli esercizi successivi. Si segnala, inoltre, che la medesima tabella D reca una riduzione, nella misura di circa 424,8 migliaia di euro, dello stanziamento relativo al Comune di Campione d'Italia e relativo ai maggiori costi (i quali sono a carico del bilancio del suddetto Municipio) dell'assistenza sanitaria per i cittadini del medesimo Comune (tale stanziamento è iscritto nello stato di previsione del Ministero dell'interno); la tabella E prevede un incremento delle risorse in favore degli interventi in materia di edilizia sanitaria pubblica, incremento pari a 200 milioni di euro per il 2015, a 400 milioni per il 2016 ed a 1.200 milioni per il 2017 (tali risorse sono iscritte nello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze).

Riguardo alle tabelle A e B del disegno di legge di stabilità, il relatore ricorda che esse costituiscono due fondi, per le spese, rispettivamente di natura corrente e in conto capitale, derivanti dai provvedimenti legislativi che si prevede possano essere approvati nel triennio di riferimento. Gli accantonamenti dei due fondi sono articolati per Dicasteri, benché le risorse siano interamente iscritte nello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze. La tabella A reca, per il Ministero della salute, un accantonamento pari a 5 milioni di euro per il 2015, a 6,5 milioni per il 2016 ed a 8,5 milioni annui a decorrere dal 2017 (mentre nel bilancio a legislazione vigente non sussiste alcun accantonamento per il Ministero della salute). La relazione illustrativa del disegno di legge originario specifica che tale accantonamento è destinato alla copertura finanziaria di interventi legislativi relativi all'emergenza biologica a livello nazionale. La tabella B reca, per il Ministero della salute, un accantonamento pari a 6 milioni di euro per il 2015 ed a 3 milioni annui a decorrere dal 2016 (mentre nel bilancio a legislazione vigente non sussiste alcun accantonamento per il Ministero della salute).

Secondo la relazione illustrativa del disegno di legge originario, tale accantonamento è destinato ad "interventi diversi".

Infine, riguardo all'illustrato comma 102 dell'articolo 1, il relatore osserva che andrebbe valutata la congruità del riferimento alla natura regolamentare del decreto recante le linee di azione per garantire le prestazioni di prevenzione, cura e riabilitazione rivolte alle persone affette dal gioco d'azzardo patologico, a fronte della diffusa espressione "non regolamentare", per lo più usata in caso di intervento statale in materia potenzialmente di competenza concorrente. Riguardo al comma 57 dell'articolo 2, del pari già illustrato, il relatore rileva che occorrerebbe valutare la congruità del termine di 48 ore per la segnalazione all'INPS dell'accertamento del decesso di un soggetto, che decorre dall'evento e non dal momento della conoscenza dello stesso.

Il seguito dell'esame congiunto è quindi rinviato.

La seduta termina alle ore 17,15.

1.4.2.12.4. 12ªCommissione permanente (Igiene e sanita') - Seduta n. 185 (pom.) del 09/12/2014

collegamento al documento su www.senato.it

IGIENE E SANITA' (12ª)

MARTEDÌ 9 DICEMBRE 2014
185ª Seduta

Presidenza della Presidente
DE BIASI

Interviene il sottosegretario di Stato per la salute De Filippo.

La seduta inizia alle ore 18,10.

IN SEDE CONSULTIVA

(1699 **e** 1699-*bis* **)** ***Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017*** **e relativa** ***Nota di variazioni*** , approvato dalla Camera dei deputati

- (**Tabb. 14 e 14-*bis***) Stato di previsione del Ministero della salute per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017

(1698) ***Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)***, approvato dalla Camera dei deputati

(Rapporto alla 5ª Commissione. Seguito dell'esame congiunto e rinvio)

Prosegue l'esame congiunto, sospeso nella seconda seduta pomeridiana del 4 dicembre.

La PRESIDENTE comunica che il Governo sarà quest'oggi rappresentato dal sottosegretario De

Filippo, cui rivolge un ringraziamento, poiché la ministro della salute, Beatrice Lorenzin, è impossibilitata a partecipare alla seduta in ragione di concomitanti e non differibili impegni istituzionali.

La Commissione prende atto.

Si apre la discussione generale.

La senatrice GRANAIOLA (*PD*) ritiene che il livello del finanziamento del Servizio sanitario nazionale previsto dal disegno di legge di stabilità sia in linea con gli impegni assunti dal Governo con le Regioni nell'ambito del Patto per la salute. Sottolinea l'opportuna previsione, recata dal comma 226 dell'articolo 2, che gli eventuali risparmi effettuati dalle Regioni virtuose possano essere riutilizzati nell'ambito del settore sanitario.

Reputa condivisibili gli obiettivi di miglioramento dell'erogazione dei livelli essenziali di assistenza perseguiti dai commi 227 e 228 dell'articolo 2, così come il contenuto dei successivi commi 236 e 237, che stabiliscono che il mancato conseguimento degli obiettivi di salute ed assistenziali costituisce grave inadempimento per il direttore generale dell'azienda sanitaria e possibile causa di decadenza dall'incarico. A tale ultimo riguardo, osserva che andrebbero chiariti meglio i meccanismi attuativi di tale norma di principio.

In merito ai commi 229 e seguenti, in tema di quote vincolate, formula l'auspicio che la prevista possibilità di confluenza nel riparto generale della quota indistinta del fabbisogno sanitario non determini il mancato perseguimento degli specifici obiettivi di carattere prioritario concordati con le Regioni.

In merito ai fondi per la medicina penitenziaria, sottolinea la permanenza delle quote vincolate, comprese quelle per il superamento degli ospedali psichiatrici giudiziari, e la modalità di riparto secondo accordi con le Regioni, tenendo conto di eventuali modifiche dei criteri definite dal tavolo permanente per la sanità penitenziaria.

Riguardo al comma 234, esprime apprezzamento per la specifica autorizzazione di spesa ivi prevista, finalizzata alla realizzazione dei flussi informativi per il monitoraggio delle prestazioni erogate nell'ambito dell'assistenza primaria.

Quanto al comma 257, in tema di fruizione dei farmaci innovativi o di eccezionale rilevanza terapeutica, segnala l'opportunità di migliorare la formulazione del testo per rendere più concreta la possibilità di accesso agli stessi.

Riguardo ai commi 260 e 261, concernenti la sperimentazione dei farmaci monodose, esprime apprezzamento, pur manifestando perplessità per la circoscrizione dell'attività di sperimentazione all'ambito ospedaliero.

In merito al comma 262, che facilita le richieste di aspettativa per il personale sanitario che intende impegnarsi nei paesi africani per contrastare l'epidemia di Ebola, osserva che sarebbe opportuno facilitare tale impegno anche nei paesi non africani, pur trovando la *ratio* della disposizione del tutto condivisibile.

Manifesta invece perplessità circa i tagli di risorse nel settore della prevenzione e del controllo delle malattie infettive e diffusive, di cui alla tabella D del disegno di legge di stabilità.

Quanto al comma 263, che prevede uno stanziamento specifico per garantire l'avvio delle attività dell'unità per alto isolamento dell'Istituto nazionale per le malattie infettive "Lazzaro Spallanzani" di Roma, si domanda se detto istituto sia il solo a poter operare in tale settore ovvero esistono strutture analoghe in altre zone del Paese.

Riguardo al comma 102 dell'articolo 1, manifesta apprezzamento per lo specifico stanziamento ivi previsto in tema di attività di prevenzione e riabilitazione delle ludopatie, pur osservando che

occorrerebbe evitare il ricorso a forme di proibizionismo, e formulare in maniera più chiara il testo nella parte relativa alle attività di controllo a mezzo di nuovi strumenti informatici.

Dopo aver sottolineato l'importanza delle misure di sostegno finanziario a favore della famiglia, delle politiche sociali e delle non autosufficienze, recate dai commi 101, 118 e 119 dell'articolo 1, segnala le norme in tema di riforma del terzo settore e dell'impresa sociale, di cui al comma 131 dello stesso articolo 1, che a suo avviso potrebbero essere rinforzate sul piano delle coperture finanziarie.

In conclusione, rileva l'importanza della razionalizzazione delle prestazioni accessorie relative alle cure termali garantite dal Servizio sanitario nazionale, del pari prevista dal disegno di legge di stabilità, pur sottolineando la necessità di trovare un adeguato bilanciamento tra contrasto agli sprechi e ai clientelismi e garanzia delle cure alle persone bisognose prive di mezzi sufficienti.

La senatrice TAVERNA (*M5S*) ritiene che i documenti di bilancio in esame presentino numerosi profili problematici, ragione per cui annuncia sin da ora la presentazione di uno schema di rapporto non favorevole da parte del proprio Gruppo. Segnala in primo luogo l'ingente riduzione di spesa della missione numero 20, "tutela della salute", per l'anno 2015, che si tradurrà a suo avviso in riduzione della qualità e quantità delle prestazioni sanitarie e in messa a repentaglio dei Livelli essenziali di assistenza e dello stesso principio universalistico. Osserva inoltre che gli stanziamenti relativi al fondo per le non autosufficienze subiscono una riduzione di 150 milioni a partire dall'anno 2016. Rileva quindi che il disegno di legge di stabilità, in tema di contrasto e prevenzione delle malattie infettive, prevede uno stanziamento quantitativamente insufficiente a fronte della emergenza di salute pubblica rappresentata, anche ad avviso della Organizzazione mondiale della sanità, dalla diffusione del virus Ebola. Stigmatizza infine il taglio agli interventi in materia di animali di affezione e per la prevenzione del randagismo, che tra l'altro non permetterà di garantire le misure previste dalla legislazione vigente per l'attuazione dei piani di controllo delle nascite.

La senatrice SILVESTRO (*PD*), dopo essersi associata alle considerazioni già svolte dalla senatrice Granaiola, esprime un giudizio complessivamente positivo sui documenti in esame, pur segnalando la necessità di un approccio più incisivo per il superamento delle problematiche che attualmente affliggono il personale sanitario. Trova condivisibile l'ipotesi di decadenza dei direttori generali per mancato raggiungimento degli obiettivi, ma occorre a suo avviso assicurare che tali figure possano contare su adeguate risorse di personale e strumentali, allo stato carenti per effetto delle numerose manovre restrittive susseguitesi nel corso degli ultimi anni. Segnala che alcune disposizioni del disegno di legge di stabilità fanno ricorso in maniera altamente impropria al termine "paramedici" per indicare il personale sanitario diverso da quello medico. Esprime, conclusivamente, apprezzamento per le disposizioni volte al contrasto e alla prevenzione delle ludopatie.

Il senatore D'AMBROSIO LETTIERI (*FI-PdL XVII*) dichiara preliminarmente che la manovra finanziaria dovrebbe porsi l'obiettivo ineludibile di preservare i caratteri di solidarietà e universalità del Servizio sanitario nazionale, evitando di acuire la condizione di stress e tensione sociale che già caratterizza il Paese. Soggiunge che, se sono auspicabili misure intese a migliorare la *governance* del settore, non può sottacersi che il Servizio sanitario nazionale è il meno costoso tra i sistemi sanitari europei e rappresenta un paradigma di efficacia e di efficienza a livello internazionale, sia pure con forti disomogeneità territoriali al suo interno. Ritiene che il Patto per la salute recentemente stipulato da Governo e Regioni sia sostanzialmente tradito dalle disposizioni recate dal disegno di legge di stabilità. Paventa, in particolare, che le Regioni possano essere costrette a raggiungere gli obiettivi di risparmio non solo razionalizzando gli acquisti di beni e servizi, in maniera del tutto opportuna, ma anche restringendo ulteriormente la spesa per la farmaceutica, già attualmente assoggettata a tetti di spesa molto rigorosi anche a fronte della comparazione con gli altri sistemi europei. A tale ultimo riguardo, osserva che le misure sperimentali in tema di utilizzo delle confezioni monodose di farmaci sono condivisibili, ma certamente non consentiranno di conseguire risparmi cospicui e tali da mettere

in sicurezza gli altri settori della spesa sanitaria.

Più in generale, esprime l'avviso che la debolezza mostrata dal Governo nei confronti delle istituzioni europee stia minando le basi stesse del Servizio sanitario nazionale, ciò che rischia di acuire ulteriormente lo scollamento tra cittadini e politica.

In conclusione, auspica che l'esame parlamentare dei documenti di bilancio consenta di porre in essere interventi migliorativi sui testi, senza mortificare il ruolo del Senato e introducendo misure di reale contrasto agli ingenti sprechi di risorse ravvisabili nel settore, anziché di restrizione dell'offerta sanitaria.

La senatrice PADUA (*PD*), dopo aver ringraziato il relatore Bianco per l'esaustiva esposizione svolta, esprime l'avviso che i documenti in esame presentino numerosi aspetti meritevoli di apprezzamento, unitamente a taluni profili che suscitano perplessità. In merito al comma 229 dell'articolo 2, manifesta preoccupazione per la prevista confluenza di talune quote vincolate nell'ambito della quota indistinta del fabbisogno sanitario *standard* nazionale. Quanto al comma 236 dell'articolo 2, osserva che la prevista decadenza del direttore generale dell'azienda o ente del Servizio sanitario nazionale, per mancato conseguimento degli obiettivi, andrebbe legata a criteri certi e adeguatamente definiti. Esprime condivisione per i successivi commi 238 e 239, che prevedono incompatibilità tra nomina a commissario *ad acta* e titolarità di incarichi istituzionali presso la Regione soggetta a commissariamento. Dopo aver manifestato apprezzamento per la norma recata dal comma 257, concernente l'accesso dei cittadini ai medicinali innovativi, si sofferma sui successivi commi 260 e 261, auspicando che l'opportuna sperimentazione dei farmaci monodose ivi prevista possa avere luogo non solo nel settore ospedaliero ma anche nell'ambito della medicina territoriale.

Esprime apprezzamento per le misure recate dai commi 101 e 102 dell'articolo 1, in tema di sostegno alla famiglia e al sistema territoriale dei servizi socio-educativi per l'infanzia, e di contrasto e prevenzione delle ludopatie, pur manifestando a tale ultimo riguardo perplessità sui previsti *software* per il monitoraggio del comportamento dei giocatori, nei confronti dei quali andrebbero invece potenziate le campagne informative; plaude infine all'incremento delle risorse per l'edilizia sanitaria pubblica, di cui alla tabella E del disegno di legge di stabilità.

Il seguito dell'esame congiunto è quindi rinviato.

SUI LAVORI DELLA COMMISSIONE

La PRESIDENTE comunica che, in relazione all'andamento dei lavori, nella giornata di domani potrà essere convocata anche una seconda seduta pomeridiana, in aggiunta a quella già prevista per le ore 12.

La Commissione prende atto.

La seduta termina alle ore 19,10.

1.4.2.12.5. 12ªCommissione permanente (Igiene e sanita') - Seduta n. 186 (ant.) del 10/12/2014

collegamento al documento su www.senato.it

IGIENE E SANITA' (12ª)

MERCOLEDÌ 10 DICEMBRE 2014
186ª Seduta

Presidenza della Presidente
DE BIASI

Interviene il sottosegretario di Stato per la salute De Filippo.

La seduta inizia alle ore 12,10.

IN SEDE CONSULTIVA

(1699 **e** 1699-*bis* **)** ***Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017*** **e relativa** ***Nota di variazioni*** , approvato dalla Camera dei deputati

- (**Tabb. 14 e 14-*bis***) Stato di previsione del Ministero della salute per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017

(1698) ***Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)***, approvato dalla Camera dei deputati

(Rapporto alla 5ª Commissione. Seguito e conclusione dell'esame congiunto. Rapporto favorevole con osservazioni)

Prosegue l'esame congiunto, sospeso nella seduta di ieri.

La PRESIDENTE comunica che nel corso dei lavori odierni il Governo sarà rappresentato dal sottosegretario De Filippo, al quale rivolge un ringraziamento, essendo la Ministro della salute impegnata in concomitanti e non rinviabili attività istituzionali.

La Commissione prende atto.

La PRESIDENTE avverte che nella prima parte della seduta si completerà lo svolgimento della discussione generale, cui potrà fare seguito la replica del relatore e del rappresentante del Governo. Sarà quindi disposta una sospensione della seduta, per consentire al relatore di redigere lo schema di rapporto. Alla ripresa dei lavori si procederà all'esame degli ordini del giorno (pubblicati in allegato: uno riferito al disegno di legge di bilancio, 17 relativi al disegno di legge di stabilità) e degli schemi di rapporto. Riguardo a tali ultimi documenti, fa presente che è stato già presentato uno schema di rapporto non favorevole, a firma della senatrice Taverna e di altri; soggiunge che le proposte di rapporto alternative a quella del relatore, pur non potendo essere poste in votazione in caso di approvazione dello schema da questi presentato, saranno trasmesse alla Commissione bilancio come rapporti di minoranza.

La Commissione prende atto.

Riprende quindi la discussione generale.

La senatrice DIRINDIN (*PD*) osserva che il disegno di legge di stabilità dovrebbe essere integrato con alcune misure strategiche in materia di personale, anche al fine di ovviare alle criticità discendenti dalla perdurante operatività delle norme restrittive in materia di *turn over*: occorrerebbero a suo avviso disposizioni specifiche in favore di coloro che operano sull'arco delle 24 ore, in materia di "staffetta intergenerazionale" e per incentivare il ricorso a personale strutturato in luogo di personale interinale. Soggiunge che occorrerebbe apportare modificazioni al testo anche per garantire la continuità delle attività istituzionali dell'Istituto Superiore di Sanità, in particolare in tema di stabilizzazione del personale precario e di soddisfazione dei fabbisogni finanziari. Ritiene condivisibile la norma finalizzata a favorire l'impegno del personale sanitario nel contrasto alla diffusione del virus Ebola, tuttavia, come in precedenza notato, sarebbe opportuno non circoscrivere la portata dell'intervento al solo continente africano. Riguardo all'annunciato intervento emendativo del Governo in materia di farmaci per l'epatite C, esprime l'opinione che sia necessario un approccio strategico complessivo alla tematica dei farmaci innovativi, evitando di concentrare l'attenzione esclusivamente su un singolo tipo di farmaco e ponendo le premesse per un accesso omogeneo, sul territorio nazionale, ai medicinali innovativi. Nello specifico, ritiene che il prefigurato stanziamento di 1,5 miliardi di Euro sia finanche eccessivo, ed esprime perplessità sulla scelta di svolgere le negoziazioni in maniera riservata, essendo preferibile, riguardo all'accesso al farmaco innovativo per l'epatite C, un'impostazione connotata dalla massima trasparenza.

La senatrice RIZZOTTI (*FI-PdL XVII*) ritiene che alcune delle misure recate dal disegno di legge di stabilità siano sostanzialmente condivisibili: in tale ambito, menziona gli stanziamenti per le non autosufficienze, che tuttavia andrebbero ulteriormente ampliati; le disposizioni in materia di ludopatia, che dovrebbero però prestare maggiore attenzione ai profili legati all'informazione e alla prevenzione; le norme per l'accesso ai farmaci innovativi, rispetto alle quali sono peraltro condivisibili le considerazioni svolte dalla senatrice Dirindin; le risorse vincolate per la medicina penitenziaria ed il superamento degli ospedali psichiatrici giudiziari; le norme sulla decadenza dei direttori generali per mancato raggiungimento degli obiettivi; le disposizioni in tema di aggiornamento del nomenclatore

tariffario per i dispositivi medici.

Esprime invece perplessità in merito al finanziamento *ad hoc* previsto per l'ospedale Spallanzani, paventando che detta struttura possa divenire un centro di eccellenza isolato, al di fuori di un percorso sanitario integrato in tema di malattie infettive. Del pari non soddisfacenti sono, a suo avviso, le norme a sostegno delle famiglie ed in materia di carta acquisti che, senza dare luogo a forme di discriminazione, dovrebbero tuttavia garantire maggiormente le famiglie italiane bisognose. Manifesta preoccupazione per le riduzioni ai fondi per la ricerca sanitaria, che ritiene strategici per il Servizio sanitario nazionale, e agli stanziamenti per il contrasto delle malattie infettive e diffusive. Soggiunge che un'ulteriore riduzione della spesa farmaceutica, che sembrerebbe determinata dal disegno di legge di stabilità, sarebbe non sostenibile e porrebbe a repentaglio, ad esempio, le cure per le persone affette da diabete.

La PRESIDENTE(*PD*) sottolinea preliminarmente che, nell'ambito di una manovra finanziaria funzionale alla crescita, quale è a suo giudizio quella in esame, è necessario considerare la tutela della salute come un fattore propulsivo dell'economia e non già come una mera voce di costo su cui incidere.

Ciò posto, osserva che occorrerebbe integrare il disegno di legge di stabilità con misure specifiche a sostegno dell'Istituto Superiore di Sanità, soprattutto volte alla stabilizzazione del personale di ricerca che allo stato svolge le proprie attività a titolo precario. Occorrerebbe inoltre inserire nel testo una disposizione volta all'istituzione del Registro dei gameti, così da porre le premesse per l'adozione di linee guida da parte del Ministero della salute e per ulteriori iniziative legislative in tema di fecondazione eterologa, informate ai principi della trasparenza e della tracciabilità. Quanto alle misure concernenti il gioco d'azzardo, segnala che in materia appare preferibile utilizzare l'espressione "dipendenze da gioco" in luogo di quella "ludopatie", così da radicare al di là di ogni ragionevole dubbio la competenza dei servizi sanitari territoriali; inoltre, occorrerebbe modificare il testo nel senso di attribuire la gestione dei *software* di controllo all'Amministrazione autonoma dei Monopoli di Stato; una parte degli introiti del gioco dovrebbe altresì essere destinata allo svolgimento di attività di informazione e di prevenzione delle patologie correlate.

In merito alla confluenza delle quote vincolate nella cosiddetta quota indistinta del Servizio sanitario nazionale, ossia non destinata a specifici fini, rileva che si tratta di una previsione condivisibile, a patto che non crei difficoltà operative e non metta in discussione l'erogazione dei livelli essenziali di assistenza in relazione agli obiettivi di salute di carattere prioritario. A tale riguardo, sottolinea che occorrerebbero specifiche misure di accompagnamento, anche a carattere deterrente, atte a garantire il rispetto effettivo dei livelli essenziali di assistenza (LEA).

La senatrice VALDINOSI (*PD*), dopo essersi associata alle considerazioni svolte dalla Presidente, rileva che il disegno di legge di stabilità è particolarmente apprezzabile, là dove stabilisce un adeguato livello di finanziamento statale del Servizio sanitario nazionale e incrementa i fondi a sostegno delle non autosufficienze.

Ritiene che il testo sia invece migliorabile nelle parti concernenti il personale sanitario, che dovrebbero essere integrate con misure urgenti, soprattutto in tema di stabilizzazione del precariato, anche nell'ottica della riqualificazione della spesa. A tale riguardo, trova particolarmente condivisibili gli specifici auspici già formulati in relazione al personale dell'Istituto Superiore di Sanità.

Quanto alle disposizioni in tema di accesso ai farmaci innovativi, che reputa condivisibili nella *ratio*, fa proprie le considerazioni già svolte dalla senatrice Dirindin.

In conclusione, segnala l'opportunità di interventi volti ad assicurare la sostenibilità del Servizio sanitario nazionale in relazione alle dinamiche demografiche, che fanno registrare un costante invecchiamento della popolazione ed un correlato incremento delle patologie croniche. In proposito, auspica l'adozione di misure intese a potenziare le attività di prevenzione e di sensibilizzazione circa

l'importanza di adottare corretti stili di vita.

La senatrice SIMEONI (*M5S*) ritiene che attraverso misure volte ad implementare il fascicolo sanitario elettronico si potrebbero conseguire notevoli risparmi, innalzando al contempo l'efficacia e l'efficienza delle cure ai pazienti.

Il senatore FLORIS (*FI-PdL XVII*) auspica scelte più chiare da parte del Governo sui nodi strategici della *governance* sanitaria: parrebbe ad esempio opportuno centralizzare le politiche in materia di ricerca e di prevenzione, nonché di accesso ai farmaci innovativi. Segnala inoltre le criticità derivanti dalla perdurante operatività delle disposizioni restrittive in materia di *turn over* del personale sanitario, particolarmente preoccupanti in ambito ospedaliero.

La senatrice FUCKSIA (*M5S*) pone in rilievo, tra le fonti di spreco nel settore sanitario, le ristrutturazioni "perenni" in corso in alcuni ospedali, con i conseguenti spostamenti dei reparti e i costi connessi.

Ritiene che la razionalizzazione dell'acquisto di beni e servizi potrebbe essere migliorata se all'interno della CONSIP fossero inseriti degli esperti in materia sanitaria in grado di individuare con accortezza gli oggetti da acquisire.

Reputa condivisibile l'auspicio in precedenza formulato in tema di implementazione del fascicolo sanitario elettronico, così come l'accento posto sull'importanza delle attività di prevenzione quale fattore di razionalizzazione della spesa sanitaria.

In tema di ludopatie sarebbe preferibile, a suo giudizio, evitare di disperdere le risorse su *software* informatici di dubbia utilità, puntando invece decisamente sulle attività di informazione e di sensibilizzazione, sopratutto in ambito scolastico.

Quanto alle attività di negoziazione concernenti i farmaci innovativi per l'epatite C, ritiene che siano da evitare secretazioni, anche se l'obiettivo prioritario è quello di garantire la più ampia possibilità di accesso ai medicinali.

Riguardo al contrasto delle malattie infettive, tra le quali la stessa epatite, sarebbe inoltre assai utile, a suo avviso, potenziare le attività di informazione e di prevenzione.

Non essendovi altre richieste di intervento, la PRESIDENTE dichiara chiusa la discussione generale.

Il relatore BIANCO (*PD*), in sede di replica, sottolinea l'ampiezza e profondità del dibattito, che a suo avviso può trovare un punto di sintesi nell'intervento svolto dalla Presidente, fondato sulla considerazione della tutela della salute come fattore di crescita e non già di mero costo.

Annuncia che, nello schema di rapporto che si riserva di predisporre, è intenzionato a soffermarsi in maniera particolare su alcuni aspetti specifici.

In primo luogo, è necessario focalizzare l'attenzione sul rispetto dei LEA, in relazione alle misure concernenti i fondi vincolati e più in generale i trasferimenti dallo Stato alle Regioni.

In secondo luogo, occorre segnalare la necessità di misure in favore del personale sanitario, sul quale si sono riversati in misura prevalente gli effetti pregiudizievoli discendenti dalle manovre restrittive susseguitesi nel corso degli anni.

In terzo luogo, nell'ambito della cosiddetta *technology assessment*, è necessario trattare la tematica dei farmaci innovativi inquadrandola in un orizzonte strategico svincolato da pur rilevanti contingenze. A tal fine, saranno recepite le indicazioni scaturite dal dibattito per ciò che attiene all'Istituto superiore di sanità, punto di riferimento per le attività di ricerca e valutazione.

Infine, in riferimento alle previsioni recate dalla tabella E del disegno di legge di stabilità, in tema di

interventi per l'edilizia sanitaria pubblica, occorre porre in rilievo il carattere prioritario delle attività di messa in sicurezza delle strutture esistenti.

Il sottosegretario DE FILIPPO, intervenendo a sua volta in replica, sottolinea preliminarmente la qualità del dibattito svolto e l'orientamento unanime della Commissione, volto alla difesa del Servizio sanitario nazionale.

In merito alla manovra finanziaria in esame, pone in rilievo che le disposizioni del disegno di legge di stabilità che danno attuazione al Patto per la salute delineano, in maniera alquanto innovativa, un quadro finanziario certo e stabile per il Servizio sanitario nazionale. In proposito, ritiene meritevole di particolare menzione la norma che destina i risparmi conseguiti dalle Regioni virtuose al riutilizzo in ambito sanitario. Soggiunge che dalle disposizioni di rilievo sanitario emerge un nuovo rapporto tra Stato e Regioni, basato su un rigoroso rispetto dei LEA, del quale è espressione la norma sulla decadenza dei direttori generali per mancato raggiungimento degli obiettivi, così come la disposizione sull'incompatibilità tra incarico di commissario *ad acta* e titolarità di cariche all'interno della regione commissariata. Meritevoli di considerazione sono, a suo giudizio, anche le norme in materia di istituti zooprofilattici, di dispositivi medici, di fondi per gli indennizzi agli emotrasfusi, di medicinali omeopatici e di competenze professionali nel settore sanitario, nonché in tema di composizione dei collegi sindacali delle aziende sanitarie.

Si sofferma quindi sulla disciplina innovativa recata dal comma 102 dell'articolo 1, concernente il gioco d'azzardo, nonché sulla prevista sperimentazione dell'utilizzo ospedaliero di farmaci monodose.

Quanto alle perplessità emerse nel corso del dibattito, fa presente che le norme in materia di personale sanitario contenute nel disegno di legge di stabilità sono ispirate ai contenuti del Patto per la salute recentemente stipulato con le Regioni, anche se probabilmente la formulazione del comma 253 dell'articolo 2 è suscettibile di revisione, laddove estende al periodo 2016-2020 i vigenti parametri di contenimento della spesa per il personale sanitario. Del pari attuative del Patto per la salute sono le disposizioni concernenti le quote vincolate: esse sono volte a superare la parcellizzazione rigida dei finanziamenti per consentire una più agevole attività di programmazione da parte delle Regioni.

In conclusione, per ciò che attiene alle indiscrezioni su possibili emendamenti governativi, fa presente che, per quanto gli consta, non è alle viste un emendamento specifico sui farmaci per l'epatite C ma un intervento più generale sui farmaci innovativi, in line con l'impostazione attuale del disegno di legge di stabilità.

La PRESIDENTE dispone quindi la sospensione della seduta. Accedendo ad una specifica richiesta della senatrice Taverna, avverte che i lavori riprenderanno alle ore 17.

La Commissione prende atto.

La seduta, sospesa alle ore 14, riprende alle ore 17.

Si passa all'esame degli ordini del giorno.

La senatrice GRANAIOLA (*PD*) dichiara di aggiungere la propria firma agli ordini del giorno nn. G/1698/4/12, G/1698/16/12 e G/1698/17/12.

Il senatore Maurizio ROMANI (*Misto-MovX*) dichiara di aggiungere la propria firma agli ordini del giorno nn. G/1698/3/12, G/1698/4/12, G/1698/6/12, G/1698/7/12, G/1698/16/12 e G/1698/17/12.

La senatrice ANITORI (*Misto*) dichiara di aggiungere la propria firma all'ordine del giorno n. G/1698/4/12.

Il senatore VICECONTE (*NCD*) dichiara di aggiungere la propria firma agli ordini del giorno nn. G/1699/1/12, G/1698/1/12, G/1698/2/12, G/1698/3/12, G/1698/4/12, G/1698/5/12, G/1698/6/12, G/1698/7/12, G/1698/8/12, G/1698/9/12, G/1698/10/12, G/1698/11/12, G/1698/12/12, G/1698/13/12, G/1698/14/12, G/1698/15/12, G/1698/16/12, G/1698/17/12.

Il senatore SCAVONE (*GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI)*) dichiara di aggiungere la propria firma agli ordini del giorno G/1698/1/12, G/1698/2/12, G/1698/3/12, G/1698/4/12, G/1698/5/12, G/1698/6/12, G/1698/7/12, G/1698/8/12, G/1698/9/12, G/1698/10/12, G/1698/11/12, G/1698/12/12, G/1698/13/12, G/1698/14/12, G/1698/15/12, G/1698/16/12, G/1698/17/12.

La senatrice RIZZOTTI (*FI-PdL XVII*) dichiara di aggiungere la propria firma agli ordini del giorno nn. G/1699/1/12, G/1698/1/12, G/1698/2/12, G/1698/3/12 e G/1698/4/12.

La senatrice FUCKSIA (*M5S*) dichiara di aggiungere la propria firma agli ordini del giorno nn. G/1699/1/12, G/1698/2/12, G/1698/5/12, G/1698/6/12, G/1698/8/12, G/1698/9/12, G/1698/11/12, G/1698/14/12 e G/1698/15/12.

La senatrice TAVERNA (*M5S*) e il senatore ICHINO (*SCpI*) dichiarano di aggiungere la propria firma agli ordini del giorno nn. G/1698/1/12 e G/1698/17/12.

La senatrice PADUA (*PD*) dichiara di aggiungere la propria firma agli ordini del giorno nn. G/1699/1/12 e G/1698/2/12.

La senatrice VALDINOSI (*PD*) dichiara di aggiungere la propria firma agli ordini del giorno nn. G/1698/2/12 e G/1698/4/12, G/1698/16/12 e G/1698/17/12.

Il senatore ROMANO (*Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE*) dichiara di aggiungere la propria firma agli ordini del giorno nn. G/1699/1/12 e G/1698/4/12, G/1698/9/12, G/1698/10/12 e G/1698/16/12.

La senatrice SILVESTRO (*PD*) dichiara di aggiungere la propria firma agli ordini del giorno nn. G/1698/4/12 e G/1698/16/12.

Non essendovi richieste di intervento in sede di illustrazione, la PRESIDENTE dà gli ordini del giorno per illustrati e cede la parola al relatore per l'espressione dei pareri.

Il relatore BIANCO (*PD*) esprime parere favorevole sugli ordini del giorno G/1699/1/12, G/1698/1/12, G/1698/2/12, G/1698/3/12, G/1698/4/12, G/1698/5/12, G/1698/6/12, G/1698/7/12, G/1698/8/12, G/1698/9/12, a condizione di una riformulazione del dispositivo, G/1698/10/12, a condizione di una riformulazione del dispositivo, G/1698/11/12, G/1698/12/12, G/1698/13/12, G/1698/14/12, a condizione di una riformulazione del dispositivo, G/1698/15/12, a condizione di una riformulazione del dispositivo, G/1698/16/12 e G/1698/17/12.

Il sottosegretario DE FILIPPO esprime avviso conforme a quello del relatore.

La PRESIDENTE(*PD*) segnala che la riformulazione dell'ordine del giorno G/1698/15/12 è necessaria per espungere dal testo alcune parti che esulano dalla competenza della Commissione.

Accettando i proponenti le indicate riformulazioni, e nessuno richiedendo la messa in votazione, tutti gli ordini del giorno risultano accolti (i testi 2 degli ordini del giorno G/1698/9/12, G/1698/10/12, G/1698/14/12 e G/1698/15/12 sono pubblicati in allegato).

La PRESIDENTE dà quindi la parola al relatore per illustrazione dello schema di rapporto.

Il relatore BIANCO (*PD*) dà lettura di uno schema di rapporto favorevole con osservazioni, pubblicato in allegato.

La PRESIDENTE chiede se alcuno dei proponenti intenda illustrare la proposta alternativa di rapporto di cui è prima firmataria la senatrice Taverna, pubblicata in allegato. Non essendovi richieste di intervento, detta proposta è data per illustrata.

Il senatore D'AMBROSIO LETTIERI (*FI-PdL XVII*) auspica una breve sospensione della seduta, onde consentire al proprio Gruppo di ultimare la redazione di uno schema di rapporto alternativo.

La PRESIDENTE dispone conseguentemente la sospensione della seduta.

La seduta, sospesa alle ore 17,30, riprende alle ore 17,50.

Il senatore D'AMBROSIO LETTIERI (*FI-PdL XVII*) illustra l'annunciata proposta di rapporto alternativo (pubblicata in allegato), ribadendo le preoccupazioni per la tenuta del Servizio sanitario nazionale già espresse nel corso della discussione generale.

Ha quindi la parola il sottosegretario DE FILIPPO, il quale esprime parere favorevole sullo schema di rapporto predisposto dal relatore.

La PRESIDENTE, rispondendo ad una richiesta di delucidazioni avanzata dal senatore D'Ambrosio Lettieri, ricorda che se sarà approvato lo schema di rapporto predisposto dal relatore le due proposte alternative non potranno essere poste in votazione, in quanto precluse, ma saranno trasmesse alla 5a Commissione come rapporti di minoranza.

La Commissione prende atto.

Si passa alle dichiarazioni di voto.

Il senatore D'AMBROSIO LETTIERI (*FI-PdL XVII*) dichiara di essere disponibile a rinunciare alla dichiarazione di voto a nome del proprio Gruppo, tenuto conto che la rappresentante del Gruppo PD ha informalmente manifestato l'esigenza di chiudere i lavori in tempi rapidi.

La PRESIDENTE fa rilevare che nulla osta alla formulazione delle dichiarazioni di voto, pur prendendo atto della disponibilità manifestata dal senatore D'Ambrosio Lettieri.

Quindi, la senatrice DIRINDIN (*PD*), il senatore ROMANO (*Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE*), il senatore VICECONTE (*NCD*) e la senatrice ANITORI (*Misto*) annunciano a nome dei rispettivi Gruppi voto favorevole sullo schema di rapporto presentato dal relatore. Dichiarano invece voto contrario, a nome dei rispettivi Gruppi, la senatrice TAVERNA (*M5S*) e il senatore ZUFFADA (*FI-PdL XVII*).

Accertata la presenza del prescritto numero di senatori, la PRESIDENTE pone in votazione lo schema di rapporto favorevole con osservazioni predisposto dal relatore, che risulta approvato.

SCONVOCAZIONE DELLA SEDUTA DI DOMANI

La PRESIDENTE avverte che la seduta già convocata per domani alle ore 10 non avrà luogo.

La Commissione prende atto.

La seduta termina alle ore 18,05.

RAPPORTO APPROVATO DALLA COMMISSIONE SULLO STATO DI PREVISIONE DEL MINISTERO DELLA SALUTE PER L'ANNO FINANZIARIO 2015 E PER IL TRIENNIO 2015-2017, E RELATIVA NOTA DI VARIAZIONI (DISEGNI DI LEGGE NN. 1699 E 1699-*BIS* - TABELLA 14 E 14-*BIS*), E SULLE PARTI CORRISPONDENTI DEL DISEGNO DI LEGGE N. 1698

La 12a Commissione permanente;

esaminati i documenti in titolo;

premesso che le risorse pubbliche attribuite al finanziamento del SSN rappresentano non un mero costo di bilancio ma un investimento nello sviluppo civile, sociale ed economico del Paese, in quanto la filiera della salute, costituita da una rilevante concentrazione di fattori produttivi umani e tecnologici ad altissima contenuto di competenze, ricerca ed innovazione, nell'economia reale contribuisce al PIL secondo stime per il 12,5 per cento; presidia tutele di diritti posti a fondamento della identità e coesione sociale e redistribuisce reddito sotto forma di servizi alla persona proteggendo le fasce più deboli soprattutto in condizioni di crisi economica;

considerato che la garanzia di un quadro di certezze economiche alla programmazione regionale in materia sanitaria è un obiettivo da perseguire e soprattutto da tutelare nelle forme e nei contenuti più avanzati possibili, proprio nelle fasi più difficili anche come strumento di governo della crisi economica;

formula, per quanto di competenza, un rapporto favorevole,

con le seguenti osservazioni:

1) fermo restando il principio secondo cui i risparmi conseguiti nella gestione dei servizi sanitari restano nelle disponibilità delle Regioni per esclusive finalità sanitarie, la riduzione dei trasferimenti finanziari alle amministrazioni regionali e comunali implicherà oggettivamente ulteriori misure di contenimento della spesa sanitaria, esaltando quindi la necessità di azioni di monitoraggio e vigilanza sulla effettiva erogazione dei LEA e sui connessi profili di efficacia, qualità e sicurezza, anche mediante le incisive misure di commissariamento dei governi regionali e di decadenza dei vertici delle aziende sanitarie introdotte dal disegno di legge di stabilità;
2) la prevista confluenza delle quote fino ad oggi vincolate a specifici obiettivi di tutela di cui ai commi 229 e 230 dell'articolo 2 del disegno di legge di stabilità nel fondo sanitario da ripartire secondo parametri di costi standard, pur rispondendo ad una logica di funzionalità e disponibilità delle risorse stesse, non deve trascurare una funzione di attenta valutazione sull?effettiva tutela dei soggetti e delle condizioni ai quali quei fondi erano riferiti. Potrebbe risultare coerente a tale scopo prevedere, anche con norme regolamentari, che l'esito di tale valutazione entri a far parte dei criteri per il riparto della quota premiale . Sempre con atti regolamentari sarebbe quindi appropriato identificare agili strutture di monitoraggio sull'erogazione di tali prestazioni, in relazione ai bisogni espressi sulla base di flussi informativi standardizzati;
3) il grande contributo che il SSN ha concretamente dato all?opera di contenimento della spesa pubblica e dei sui riflessi sugli indici macroeconomici ha pesantemente gravato sulle condizioni di lavoro degli operatori ai quali vanno dati segnali di attenzione al loro *status* operativo, normativo e retributivo, a cominciare dalle situazioni più critiche sia nell' ambito ospedaliero (urgenze, emergenze, rianimazioni, trapianti, alta specialità) che in quello delle cure primarie (cure domiciliari integrate ai non autosufficienti, oncologici, psichiatrici);
4) la particolare attenzione che opportunamente viene rivolta alle attività di governo dei farmaci e dei presidi biomedicali e degli ausili nella logica del *technology assessment* necessita di una attenta rivalutazione del ruolo, delle competenze e della funzionalità operativa dell?Istituto Superiore di Sanità e dell' AIFA quali riferimenti di eccellenza pubblica della ricerca e della valutazione di efficacia e sicurezza delle attività sanitarie di prevenzione, diagnosi, cura e riabilitazione. A tale fine appaiono indispensabili interventi di stabilizzazione relativamente al personale di tali strutture, personale di elevata qualificazione oggi impiegato con contratti di lavoro precari e condizionato dalle commesse di ricerca o valutazione a tali enti affidati;
5) la disponibilità di farmaci ad altissima efficacia ed altissimo costo unitario per trattamento capaci di eradicare il virus della Epatite C, cambiando radicalmente la storia clinica dei soggetti infetti e i costi conseguenti al loro trattamento, rende improcrastinabile una misura specifica che, in coerenza con una strategia di approccio a tutti i farmaci innovativi, definisca, sulla base di percorsi diagnostico-terapeutici e priorità cliniche, una appropriata disponibilità economica e relative fonti di finanziamento;
6) la prevista disponibilità di risorse per l'edilizia sanitaria rappresenta lo sforzo massimo possibile in questa fase e proprio per questa ragione dovrebbe riconoscere tra i criteri di priorità di spesa un progetto per la messa in sicurezza degli ospedali.

SCHEMA DI RAPPORTO PROPOSTO DALLE SENATRICI TAVERNA, FUCKSIA, SIMEONI SULLO STATO DI PREVISIONE DEL MINISTERO DELLA SALUTE PER L'ANNO FINANZIARIO 2015 E PER IL TRIENNIO 2015-2017, E RELATIVA NOTA DI VARIAZIONI (DISEGNI DI LEGGE NN. 1699 E 1699-*BIS* - TABELLA 14 E 14-*BIS*), E SULLE PARTI CORRISPONDENTI DEL DISEGNO DI LEGGE N. 1698

La 12a Commissione permanente, esaminati, per le parti di propria competenza, il disegno di legge A.S. 1699 "Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017" e le parti corrispondenti del disegno di legge A.S. 1698 "Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)"
premesso che:
la politica di tagli lineari crescenti dei finanziamenti al SSN imposta negli ultimi anni ha messo seriamente a rischio l?assetto universalistico del sistema e la sua sostenibilità.La crisi economica, ha infatti, imposto tagli e sacrifici, mentre i crescenti bisogni assistenziali richiedono sempre maggiori investimenti;
gli interventi e le iniziative del Governo assunte fino ad oggi non rappresentano una risposta adeguata rispetto alla drammatica situazione economica e finanziaria in cui versa oramai da troppo tempo il nostro Paese;

i tagli previsti al comparto sanitario si traducono in riduzione della qualità e quantità delle prestazioni sanitarie e soprattutto non garantiscono il principio costituzionale dell?assistenza universalistica e mettono a rischio l'erogazione dei Livelli Essenziali di Assistenza;
per quanto di competenza, relativamente al disegno di legge di bilancio per l'anno 2015:
nell'ambito della missione n. 20, "Tutela della salute", è prevista una riduzione di circa 155.824.870 per l'anno 2015, rispetto al dato assestato per il 2014 di 999.471.459, sfavorendo ulteriormente un settore di fondamentale importanza per il Paese;
il programma 20.3, "Programmazione sanitaria in materia di livelli essenziali di assistenza e assistenza" reca una riduzione di 136.529.135 per l'anno 2015, rispetto alle previsioni assestate 2014 di 217.503,956. A seguito delle modifiche apportate dalla Camera dei deputati nella Nota di variazioni al bilancio risulta una ulteriore riduzione di 850.000 per l'anno 2015;
per quanto di competenza, relativamente al disegno di legge di stabilità per l'anno 2015:
il comma 102 dell'articolo 1, destina annualmente, a decorrere dall?anno 2015, nell?ambito delle risorse destinate al finanziamento del Servizio sanitario nazionale una quota pari a 50 milioni di euro per la cura delle patologie connesse alla dipendenza da giocod?azzardo. Per ludopatia (o gioco d'azzardo patologico) si intende l'incapacità di resistere all'impulso di giocare d'azzardo o fare scommesse, nonostante l'individuo che ne è affetto sia consapevole che questo possa portare a gravi conseguenze. Il gioco d'azzardo compulsivo secondo l'OMS è una forma morbosa chiaramente identificata e che, in assenza di misure idonee d'informazione e prevenzione, può rappresentare, a causa della sua diffusione, un'autentica malattia sociale. L'importo stanziato di 50 milioni destinato alla prevenzione, alla cura e alla riabilitazione appare insufficiente alla luce del fatto che nel nostro paese ci sono migliaia di persone affette da questa patologia. C**resce, infatti, il numero di coloro che diventano compulsivamente dipendenti dal gioco d'azzardo e pertanto** bisognerebbe investire più risorse per contrastarlo;
il comma 118 dell'articolo 1, stabilisce uno stanziamento per il Fondo nazionale per le politiche sociali (FNPS)di 300 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015. Uno stanziamento più basso rispetto all'anno 2014 di 317 milioni di euro;
per quanto concerne le politiche sociali ed il welfare, il comma 119 dell'articolo 1, prevede la dotazione del Fondo per le non autosufficienzedi 400 milioni di euro per il 2015, e di 250 milioni a

decorrere dal 2016, prevedendo che lo stanziamento del Fondo sia rivolto anche agli interventi a sostegno delle persone affette da sclerosi laterale amiotrofica (SLA). La legge di stabilità per il 2014, ha stanziato complessivamente 350 milioni euro : 275 milioni di euro per il Fondo per le non autosufficienze, ivi inclusi quelli a sostegno delle persone affette da sclerosi laterale amiotrofica e ulteriori di 75 milioni di euro per l'anno 2014 in favore degli interventi di assistenza domiciliare per le persone affette da disabilità gravi e gravissime, ivi incluse quelle affette da SLA. Le risorse assegnate al Fondo dalla legge di stabilità in esame pur prevedendo uno stanziamento di 400 milioni per il 2015, determina una riduzione di 150 milioni a partire dal 2016;
il comma 264 dell'articolo 2, autorizza per il 2015 la spesa fino ad un massimo di 40 milioni di euro in favore della Regione Molise,in relazione alla grave situazione economico- finanziaria e sanitaria determinatasi nella Regione stessa. Considerato che otto Regioni nel nostro paese sono soggette ai piani di rientro - finalizzati a verificare la qualità delle prestazioni ed a raggiungere il riequilibrio dei conti dei servizi sanitari regionali - lo stanziamento di 40 milioni risulta essere particolarmente elevato per una sola regione; ci sono situazioni di emergenza che si ravvisano nel settore sanitario in molte realtà territoriali e, pertanto, c'è l'esigenza di riequilibrare le risorse necessarie nell'ottica di impiegarle anche per altre finalità;

il comma 262 dell'articolo 2 autorizza la spesa di 3 milioni di euro per il 2015 e di 1,5 milioni di euro annui a decorrere dal 2016 per la prevenzione e contrasto delle malattie infettive e diffuse nel territorio nazionale. A fronte dell'emergenza del virus Ebola lo stanziamento previsto è insufficiente e si riduce del cinquanta percento a decorrere dal 2016. L'Organizzazione mondiale della sanità (OMS) ha dichiarato che la diffusione del virus Ebola in Africa occidentale è un'emergenza di salute pubblica di interesse internazionale. In Italia vi sono 2 centri di riferimento per la patologia (l'ospedale "Lazzaro Spallanzani" di Roma e il "Sacco" di Milano). Al comma 263 dell'articolo 2, viene stanziato un contributo straordinario di 2 milioni di euro per il 2015 e di 1 milione di euro per ciascuno degli anni 2016 e 2017, per potenziare le attività di contrasto delle malattie infettive (Ebola) dell?Istituto Nazionale "Lazzaro Spallanzani" di Roma. Il virus Ebola potenzialmente può diffondersi anche nelle strutture sanitarie se non vi è un adeguato controllo ed è fondamentale che tutte le strutture sanitarie sul territorio nazionale siano organizzate per fronteggiare eventuali casi di contagio del virus e di conseguenza, bisognerebbe aumentare le risorse destinate per la prevenzione e il contrasto delle malattie infettive;
è previsto un taglio del contributo all'Unione italiana ciechi per 192 mila euro per ciascun anno del triennio 2015-2017;
è prevista una riduzione del Fondo per il finanziamento di attività ricerca in ambito sanitario (articolo 12, comma 2 del d.lgs. n. 502/1992). La legge di stabilità del precedente anno assegnava circa 288 milioni di euro per il 2014. La legge di stabilità per il 2015 assegna invece 253,8 milioni per il 2015 e 254, 2 milioni per ciascuno degli anni 2016 e 2017;
è previsto un taglio per gli interventi in materia di animali di affezione e per la prevenzione del randagismo che si riducono da 325 mila euro per l'anno 2014 a 309 mila euro per il 2015 e 310 mila euro per il 2016. Nel nostro Paese la tutela degli animali e la lotta al randagismo sono principi fondamentali sanciti dalla legge 14 agosto 1991, n. 281, "Legge quadro in materia di animali di affezione e prevenzione del randagismo" che stabilisce "*lo Stato promuove e disciplina la tutela degli animali d?affezione, condanna gli atti di crudeltà contro di essi, i maltrattamenti ed il loro abbandono alfine di favorire la corretta convivenza tra uomo e animale e di tutelare la salute pubblica e l?ambiente*". Un passo importante che riconosce agli animali d?affezione il diritto alla vita evitando la soppressione di quelli senza proprietario rinvenuti vaganti sul territorio. Le risorse stanziate non sono sufficienti per garantire tutte le misure previste dalla suddetta legge come ad esempio l'attuazione da parte dei comuni di piani di controllo delle nascite attraverso la sterilizzazione dei randagi;
le misure previste e le riduzioni delle risorse assegnate minano la tutela del diritto alla salute.

Il sistema sanitario nazionale dovrebbe promuovere e migliorare le condizioni di salute dei cittadini, attraverso iniziative di prevenzione, diagnosi, cura e riabilitazione;
è fondamentale potenziare le risorse per la gestione del settore della sanità in quanto la sostenibilità del SSN non può essere garantito con stanziamenti inadeguati;

formula, per quanto di competenza, rapporto contrario.

SCHEMA DI RAPPORTO PROPOSTO DAI SENATORI D'AMBROSIO LETTIERI, RIZZOTTI, FLORIS, SCILIPOTI, ISGRO' E ZUFFADA SULLO STATO DI PREVISIONE DEL MINISTERO DELLA SALUTE PER L'ANNO FINANZIARIO 2015 E PER IL TRIENNIO 2015-2017, E RELATIVA NOTA DI VARIAZIONI (DISEGNI DI LEGGE NN. 1699 E 1699-*BIS* - TABELLA 14 E 14-*BIS*), E SULLE PARTI CORRISPONDENTI DEL DISEGNO DI LEGGE N. 1698

La 12a Commissione, Igiene e sanità,
esaminato lo stato di previsione del Ministero della salute per l?anno finanziario 2015, nonché, limitatamente alle parti di competenza, il disegno di legge di stabilità 2015
premesso che:
il disegno di legge di Stabilità si inserisce in un contesto economico generale che si caratterizza per una forte spinta recessiva;
in tale contesto sarebbe stato necessario varare misure incisive per la crescita e per alleviare il carico fiscale gravante su cittadini e imprese; al tempo stesso sarebbe stato necessario un intervento efficace ed incisivo a tutela dei pensionati, delle famiglie in difficoltà e dei soggetti più fragili;
considerato che:
in un contesto economico così gravemente recessivo, un Governo lungimirante e attento ai bisogni dei cittadini avrebbe dovuto abbandonare l'idea di una sanità intesa solo in termini di voci di costo suscettibili di tagli lineari, e ispirarsi ad una prospettiva più ampia in cui la sanità fosse correttamente considerata come un sensore dei livelli di efficienza ed efficacia delle politiche di welfare in una logica solidale, equa e universale;
per quanto riguarda le parti di interesse della Commissione Igiene e Sanità il disegno di legge di Stabilità prefigura infatti, pesantissimi tagli che minano le basi stesse del SSN pregiudicandone la solidarietà e l'universalità e acuendo le condizioni di stress e tensione sociale che già gravano sul Paese minacciandone la coesione e il patto intergenerazionale;
la spesa sanitaria pubblica in Italia è la più bassa rispetto agli altri Paesi europei e rappresenta un paradigma di efficacia e di efficienza a livello internazionale, sia pure con forti disomogeneità territoriali al suo interno;
considerato inoltre, che:
il Patto per la Salute 2014/2016 recentemente siglato da Governo e Regioni, all'esito di una lunga trattativa, risulta sostanzialmente tradito dalle disposizioni recate nel presente disegno di legge;
in tal senso è sufficiente rilevare (commi da 141 a 161) che il contributo alla finanza pubblica di 4 miliardi richiesto alle Regioni rappresenta già di per sé un taglio mascherato alla sanità, dato che più del 70 per cento della spesa regionale riguarda il comparto sanitario;
a ciò si aggiunga anche che la sbandierata intangibilità del finanziamento del Fsn contenuta nel Patto per la Salute e recepito nel comma 225 dell'articolo 2 del disegno di legge in titolo, ha dimostrato negli ultimi giorni tutta la sua debolezza alla luce dell'Accordo che le Regioni e il Governo si accingono a

concludere e che determinerà il quasi totale azzeramento del previsto incremento di 2 miliardi dell' Fsn per il 2015;
le Regioni infatti hanno già dichiarato che raggiungeranno gli obiettivi di risparmio non solo razionalizzando, come giusto che sia, gli acquisti di beni e servizi ma anche restringendo ulteriormente la spesa farmaceutica già attualmente assoggettata a tetti di spesa molto rigorosi anche a fronte della comparazione con altri sistemi europei;
risulta anche smentito nei fatti l'altrettanto sbandierato principio di cui al comma 226 dell'articolo 2, in base al quale sarebbero stati destinati alle Regioni per finalità sanitarie gli eventuali risparmi conseguiti nella gestione del SSN, in quanto a fronte dei prefigurati tagli non sono rinvenibili ulteriori voci di spesa suscettibili di riduzione senza che ciò non implichi un ulteriore peggioramento della qualità e della continuità delle prestazioni stesse;

considerato infine, che:
ancora una volta si predilige la logica dei tagli lineari, evitando di risolvere le reali criticità che affliggono il SSN. Prova ne è il fatto che il disegno di legge in titolo non contiene alcun riferimento a misure volte a contrastare sprechi, inefficienze e corruzione, voci che ammonterebbero a circa 30 miliardi di euro, come dichiarato dal Ministro Lorenzin lo scorso 14 novembre;
inoltre non vi è riscontro di impegni rivolti a delineare una politica farmaceutica capace di tener conto dell'ingresso di farmaci innovativi che a fronte di un grande impatto in termini finanziari potrebbero consentire un miglioramento delle condizioni di salute e delle aspettative di vita dei cittadini affetti da gravi patologie;
preso atto che:
quanto fin qui esposto si colloca in un contesto già caratterizzato da reiterati interventi economici a carico dei cittadini attraverso l'incremento consistente delle compartecipazioni alla spesa sanitaria registratosi negli ultimi anni e che ha provocato un aumento dei ticket sui farmaci e sulla specialistica pregiudicando quindi l' accessibilità alle cure;
a tale riguardo è stata riscontrata una diminuzione della domanda di farmaci nelle Regioni che hanno aumentato il prezzo dei ticket, così come è cresciuta in maniera significativa la percentuale di coloro che hanno dichiarato di aver rinunciato a visite mediche per motivi economici;
preso atto inoltre, che:
risulta evidente l'impossibilità di garantire gli obiettivi da tempo prefissati e costantemente disattesi concernenti l'aggiornamento dei Livelli Essenziali di Assistenza con riferimento alle patologie croniche e alle Malattie rare, nonchè all'aggiornamento del Nomenclatore Tariffario delle protesi e degli ausili;
risulta altresì evidente, alla luce delle previsioni di cui al comma 253 dell'articolo 2, il disimpegno nei confronti del personale addetto al comparto sanitario, assoggettato da tempo al blocco del turn over, al blocco economico della contrattazione del pubblico impiego nonchè all'estenuante condizione di precarietà contrattuale, circostanze che rischiano di pregiudicare l'erogazione dei livelli essenziali di assistenza a discapito ancora una volta dei cittadini;
preso atto infine, che:
sarebbe stato auspicabile un intervento volto a risolvere alcuni annosi problemi che affliggono il comparto sanità, tra cui ad esempio, il tema della responsabilità professionale. A tal riguardo non si riscontrano nel provvedimento in titolo disposizioni atte ad arginare la diffusa pratica della medicina cosiddetta difensiva che oltre a minare l'alleanza terapeutica medico-paziente rappresenta una fonte significativa di costi a carico del SSN;
inoltre, i prefigurati tagli al fondo sanitario nazionale e alle risorse destinate alle Regioni non consentiranno di affrontare in modo adeguato le imminenti sfide connesse al progressivo invecchiamento della popolazione e con esso al crescente aumento delle cronicità come diabete, malattie cardiovascolari e demenze;
la Commissione per quanto di competenza formula un rapporto favorevole con le seguenti condizioni:

1. occorre garantire che la prefigurata riduzione di 1,5 miliardi di euro dell'incremento del Fsn concordato tra il Governo e le Regioni non pregiudichi l'erogazione dei livelli essenziali di assistenza e non comporti a livello regionale un' ulteriore riduzione della spesa farmaceutica già attualmente assoggettata a tetti di spesa molto rigorosi;
2. é necessario introdurre previo coordinamento con le Regioni, misure specifiche atte a rafforzare il sistema di individuazione, di prevenzione e contrasto alle aree di inefficienza e sprechi, nonchè i fenomeni corruttivi presenti nel Servizio sanitario nazionale al fine di recuperare risorse da destinare prioritariamente all'erogazione dei Livelli essenziali di assistenza;
3. è necessario provvedere mediante appositi finanziamenti all'aggiornamento dei Livelli essenziali di assistenza con riferimento alle patologie croniche e rare, nonchè all'aggiornamento del Nomenclatore tariffario delle protesi e degli ausili;
4. è necessario che le disposizioni di cui al comma 253 lettera a) dell'articolo 2 siano modificate nel senso di ridurre la prevista estensione al periodo 2016-2020 dei vigenti parametri di contenimento della spesa per il personale degli enti e delle aziende del Servizio sanitario nazionale, limitandole al solo anno 2015
5. è necessario rideterminare il finanziamento del Fondo sanitario nazionale alla luce dell'impatto delle cronicità come diabete, malattie cardiovascolari e demenze connesse al progressivo invecchiamento della popolazione.
6. è necessario prevedere specifiche disposizioni idonee a rendere più concreta la possibilità di accesso ai farmaci innovativi unitamente alla sostenibilità del sistema sanitario;
7. è necessario introdurre disposizioni recanti una disciplina organica in materia di condizioni assicurative degli esercenti le professioni sanitarie che tenga conto delle diverse tipologie di professionisti interessati (medici dipendenti, liberi professionisti e convenzionati), nonché delle diverse professioni di area medica, al fine di garantire un?applicazione uniforme su tutto il territorio nazionale e di assicurare la piena obbligatorietà della copertura assicurativa, anche mediante l?istituzione dell?azione diretta del danneggiato nei confronti dell?assicuratore.

ORDINE DEL GIORNO AL DISEGNO DI LEGGE

N. 1699

G/1699/1/12

ORELLANA, MAURIZIO ROMANI, ANITORI, SCAVONE, SCALIA, D'ADDA, VACCARI, SCILIPOTI ISGRÒ, DE PIETRO, PAGLIARI, BATTISTA, MASTRANGELI, BIGNAMI, GAMBARO, PUPPATO, LANIECE, MICHELONI, VICECONTE, RIZZOTTI, FUCKSIA, PADUA, ROMANO

La 12a Commissione,

in sede di discussione del disegno di legge recante «Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017»;

premesso che:

l'articolo 32, primo comma della Costituzione sancisce che: «La Repubblica tutela la salute come fondamentale diritto dell'individuo e interesse della collettività, e garantisce cure gratuite agli indigenti;

l'articolo 168 del Trattato sul funzionamento dell'Unione Europea mira ad assicurare che, nella definizione e nell'attuazione di tutte le politiche ed attività dell'Unione, sia garantito un livello elevato della protezione della salute umana, stabilendo inoltre che l'azione dell'Unione si indirizza alla prevenzione delle malattie e affezioni e all'eliminazione delle fonti di pericolo per la salute fisica e mentale;

premesso altresì che:

con l'articolo 92, comma 1, della legge 23 dicembre 2000, n. 388, recante «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge finanziaria 2001)», è stato istituito il Centro Nazionale di Adroterapia Oncologica (CNAO);

mediante tale disposizione il Ministero della salute ha inteso dotare l'Italia di un centro di eccellenza per la cura dei tumori con particelle pesanti, protoni e ioni carbonio, particelle denominate adroni;

l'adroterapia è un trattamento indolore, preciso e mirato che consente di colpire il tumore in modo selettivo, senza danneggiare i tessuti sani che lo circondano e, in alcuni casi, di uccidere anche le cellule «sopravvissute» alla radioterapia convenzionale. In particolare le patologie trattate riguardano i seguenti tumori: cordomi e condrosarcomi della base cranica, cordomi e condrosarcomi della spina e del sacro, meningiomi intracranici, tumori localmente avanzati della testa-collo, tumori delle ghiandole salivari, sarcomi delle ossa e dei tessuti molli testa-collo e spina, mela nomi mucosi, adenomi pleomorfi ricorrenti, reirradiazioni dei tumori testa-collo, tumori dell'orbita, tumore della prostata ad alto rischio, tumore del pancreas localmente avanzato, reirradiazioni di recidive del cancro del retto, epatocarcinomi. Alle indicazioni precedenti si aggiungeranno le patologie polmonari e i tumori pediatrici;

l'adroterapia si configura, pertanto, come trattamento salvavita;

considerato che:

il 10 luglio scorso è stata sancita l'Intesa tra il Governo, le Regioni e le Province autonome di Trento e di Bolzano sul nuovo Patto per la salute per gli anni 2014-2016, l'accordo finanziario e programmatico tra il Governo e le Regioni, di valenza triennale, in merito alla spesa e alla programmazione del Servizio Sanitario Nazionale, finalizzato a migliorare la qualità dei servizi, a promuovere l'appropriatezza delle prestazioni e a garantire l'unitarietà del sistema;

in particolare, secondo quanto illustrato nel materiale pubblicato dal Ministero della salute, tra i punti cardine del Patto vi è l'obiettivo di garantire a tutti l'accesso alle cure, ai farmaci e a un livello qualitativo di assistenza;

altro elemento caratterizzante il nuovo patto della Salute consiste in un aggiornamento dei Livelli essenziali di assistenza (Lea) che preveda l'eliminazione delle prestazioni e cure ormai obsolete e dispendiose in termini di risorse, introducendo cure più moderne ed efficaci per la cura delle malattie, con specifica attenzione verso le patologie rare o particolarmente gravi;

considerato altresì che:

nel corso del triennio 2015-2017 l'obiettivo della Fondazione CNAO è di aumentare progressivamente il numero dei pazienti trattati: 500 nel 2015, 750 nel 2016 per arrivare a 1.000 nel 2017. Dall'analisi economico-finanziaria risulta che il raggiungimento di questo numero di pazienti rappresenta la possibilità per il Centro di raggiungere pareggio di bilancio;

nel gennaio 2014 è iniziata la fase autorizzata dal Sistema Sanitario Nazionale (SSN) e a oggi sono stati trattati oltre 200 pazienti, che portano il numero complessivo a quasi 400 pazienti trattati;

per riuscire a raccogliere in maniera efficiente i pazienti da tutto il territorio italiano è però necessario che l'adroterapia sia riconosciuta dal Sistema Sanitario Nazionale in modo che sia accessibile a tutti i pazienti;

attualmente solamente la Regione Lombardia e la Regione Emilia-Romagna riconoscono il trattamento di adroterapia pertanto, i pazienti delle altre regioni devono ottenere preventivamente l'autorizzazione delle ASL di provenienza, determinando il frequente verificarsi di ritardi e dinieghi dell'autorizzazione al trattamento;

il provvedimento in esame, nella Tabella n. 14 recante «Stato di previsione del Ministero della salute», stabilisce gli stanziamenti attribuiti al programma 20.3 «Programmazione sanitaria in materia di livelli essenziali di assistenza» della missione 20 Tutela della salute;

considerato altresì che:

la direttiva 2011/24/UE del Parlamento Europeo e del Consiglio del 9 marzo 2011, concernente l'applicazione dei diritti dei pazienti relativi all'assistenza sanitaria transfrontaliera, in particolare con

l'articolo 4 e l'articolo 12, oltre a promuovere la cooperazione in materia di assistenza sanitaria tra gli Stati membri prevede che la libertà di ricevere assistenza sanitaria in tutta l'Unione europea deve essere accompagnata da garanzie di qualità e di sicurezza;

la marcatura CE e l'attività clinica hanno dimostrato la sicurezza e l'efficienza del dispositivo medico CNAO, per tale ragione molti enti stranieri hanno chiesto consulenza, collaborazione e supporto per la realizzazione di molteplici iniziative;

il quinquennio appena trascorso ha visto il consolidarsi dell'immagine del CNAO nel panorama internazionale. Ne sono prova i progetti di ricerca finanziati nel 7º Programma quadro che hanno visto il CNAO come protagonista: nell'ambito del progetto quadriennale ULICE (*Union of Light Ion Centre in Europe*), il CNAO ha coordinato 20 istituti europei organizzati in tre principali aree di attività: *Joint Reasearch Activities, Networking Activities, Trans-National Access*; nel progetto triennale PARTNER (*Particle Training Network for European Radiotherapy*), il Centro ha avuto l'incarico di formare personale medico, tecnico e di fisica medica proveniente da tutto il mondo;

il CNAO ha già presentato progetti di ricerca nel nuovo programma Horizon2020 e sono in finalizzazione progetti di ricerca clinica, inclusi studi randomizzati di fase III, in collaborazione con prestigiosi istituti internazionali;

in particolare, a EBG *Med-Austron* di Vienna, il CNAO ha fornito i progetti e i disegni costruttivi dell'alta tecnologia, sta costruendo i sistemi di distribuzione della dose al paziente e alcuni componenti di diagnostica di fascio e recentemente ha concordato la partecipazione di alcuni membri del proprio *staff* alle attività di *commissioning* del centro;

tenuto conto del fatto che:

ad un quadro scientifico-clinico di eccellenza non ha però corrisposto una situazione finanziaria stabile;

l'impianto CNAO è costato 135 milioni di euro ai quali vanno aggiunti 45 milioni per la sperimentazione chiesta dal Ministero della salute, finalizzata alla marcatura CE e conclusasi nel dicembre 2013;

i contributi a fondo perduto giunti finora ammontano a complessivi 118 milioni di euro, dei quali 94.5 erogati dal Ministero della Salute, 10 milioni da Regione Lombardia, 8.5 milioni da Fondazione Cariplo;

nonostante la legge del 27 dicembre 2006, n. 296, stabilisse un finanziamento annuo al CNAO pari a 10 milioni di euro, l'importo corrisposto dallo Stato è stato disatteso a partire dal 2009 e la somma complessiva si è rivelata largamente insufficiente, determinando pertanto un disavanzo che a fine 2013 ammontava a circa 62 milioni di euro;

nonostante la legge del 27 dicembre 2006, n. 296, stabilisse il finanziamento al CNAO di 10 milioni di euro all'anno, l'importo corrisposto dallo Stato è stato disatteso a partire dal 2009 e la somma complessiva si è rivelata largamente insufficiente, per cui il disavanzo a fine 2013 ammontava a circa 62 milioni di euro;

il governatore della Regione Lombardia, nel luglio 2013 scrisse all'attuale Ministro della salute, On. Beatrice Lorenzin, suggerendo «la possibilità che il CNAO sia individuato quale Centro di riferimento nazionale per le attività da esso erogate. In tale ottica sarebbe opportuno prevedere, nell'ambito del riparto delle risorse del Fondo Sanitario Nazionale, uno specifico stanziamento dedicato in misura sufficiente a garantire la messa a regime del Centro e successivamente la copertura delle spese di funzionamento»,

impegna il Governo a:

destinare quanto prima i 35 milioni di euro necessari per evitare la chiusura del Centro Nazionale di Adroterapia Oncologica, chiusura che sancirebbe la definitiva rinuncia a dare una possibilità di guarigione alle migliaia di pazienti curabili solamente grazie all'adroterapia, determinando comunque la necessità di coprire i debiti in essere e di licenziare il personale attualmente impiegato;

inserire l'adroterapia oncologica nell'insieme delle attività, dei servizi e delle prestazioni che il

Servizio sanitario nazionale eroga a tutti i cittadini gratuitamente o con il pagamento di un *ticket*, indipendentemente dal reddito e dal luogo di residenza.

ORDINI DEL GIORNO AL DISEGNO DI LEGGE
N. 1698

G/1698/1/12
FUCKSIA, GAETTI, SIMEONI, CRIMI, PUGLIA, MONTEVECCHI, CASTALDI, BULGARELLI, VACCIANO, CATALFO, SERRA, SCIBONA, VICECONTE, SCAVONE, RIZZOTTI, TAVERNA, ICHINO

La 12a Commissione,

in sede di esame del disegno di legge recante "Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)"

premesso che:

l'articolo 2 del provvedimento in esame reca norme per l'attuazione del Patto per la salute 2014-2016;

considerato che:

il Centro Nazionale di Adroterapia Oncologica è una fondazione privata senza scopo di lucro che, istituita dal Ministero della Salute nel 2001, ha sede operativa a Pavia;

il CNAO è il primo centro ospedaliero in Italia dedicato al trattamento dei tumori mediante l'adroterapia, una forma di radioterapia a fasci esterni che utilizza fasci di protoni, neutroni o ioni positivi per il trattamento dei tumori che non sono operabili e sono resistenti alla radioterapia tradizionale; il CNAO è l'unico in Italia a praticare l'adroterapia, il secondo in Europa e il terzo a livello mondiale;

il Centro è convenzionato con il Sistema Sanitario Nazionale e all'inizio di quest'anno ha ottenuto dall'Istituto Superiore di Sanità la marcatura europea CE;

l'articolo 1, comma 320 della legge 27 dicembre 2013, n. 147, ha stabilito che «Al fine di consentire le attività di ricerca, assistenza e cura dei malati oncologici, è autorizzata la spesa di 3 milioni di euro per l'anno 2014 a favore del Centro nazionale di adroterapia oncologica (CNAO)»;

considerato inoltre che:

oggi il CNAO, a causa dei tagli ai finanziamenti, si trova in grande difficoltà e rischia di chiudere con grave danno per le diverse migliaia di pazienti oncologici che ogni anno in Italia avrebbero bisogno di un trattamento di adroterapia;

impegna il Governo:

a valutare di destinare le risorse necessarie a scongiurare il pericolo di chiusura del centro di eccellenza del CNAO in misura non inferiore a tre milioni di euro come previsto dalla legge di stabilità per il 2014 e consentire così la continuazione delle attività di ricerca, assistenza e cura dei malati oncologici.

G/1698/2/12
ANITORI, GRANAIOLA, BIANCONI, AIELLO, CONTE, FASIOLO, ORELLANA, MIRABELLI, MANCUSO, CUOMO, AMATI, MASTRANGELI, DE PIETRO, BOCCHINO, PEZZOPANE, VICECONTE, SCAVONE, VALDINOSI, RIZZOTTI, FUCKSIA, PADUA

La 12a Commissione,

premesso che l'Articolo 2, del provvedimento in esame tratta di norme per l'attuazione del Patto per la salute 2014-2016

? considerato che:

l'Italia è il Paese europeo con la maggiore prevalenza di epatite C (HCV), con circa 400.000 casi diagnosticati, con 20.000 morti l'anno per cirrosi e tumore del fegato, di cui 10.000 correlati

all'Epatite C, e con pazienti HCV positivi in attesa di un trapianto che rappresentano circa il 40-50 per cento del totale dei pazienti in lista di attesa;

? considerato inoltre che i nuovi medicinali innovativi per la cura di HCV ? tra ? cui il «sofosbuvir» recentemente approvato anche in Italia per tale patologia, incrementano significativamente i tassi di guarigione sino ad arrivare al 90-100 per cento;

? che da recenti dichiarazioni del Ministro della salute è ipotizzabile un percorso decennale per eradicare completamente l'epatite C dal nostro paese mediante un fondo *ad hoc* decennale per garantire l'accesso ai farmaci, preceduto da un censimento dei malati; fondo che ad oggi sarebbe privo di copertura finanziaria;

? considerato inoltre che 400.000 pazienti sono tuttora in attesa delle risposte da parte dei Ministri competenti in merito al finanziamento speciale che dovrebbe garantire questo importante farmaco salva vita e quelli che seguiranno a breve, efficaci e con effetti collaterali poco significativi per gli ammalati di epatite C;

? ed infine considerato che fornire una cura a tutte le persone affette da epatite c significa anche risparmiare miliardi di euro tuttora spesi per gestire le conseguenze della malattia non curata come giornate di lavoro perse a causa della cirro si, tumori al fegato, trapianti, come anche tutti i costi indiretti sostenuti dalle persone malate e dalle loro famiglie;

impegna il Governo:

a quantificare con maggiore precisione le risorse economiche necessarie per garantire la rimborsabilità dei nuovi farmaci innovativi anti epatite C a tutti i pazienti affetti dalla patologia, al fine di una dettagliata programmazione di finanziamento a partire dal 2015;

ad implementare concretamente il Piano nazionale per la lotta alle epatiti virali garantendo l'accesso alle nuove terapie anti HCV a carico del sistema sanitario nazionale a tutti i pazienti affetti da epatite C, nonché attraverso l'istituzione di un apposito fondo pluriennale vincolato di almeno 650 milioni di euro annui;

a garantire equità ed omogeneità di accesso ai nuovi medicinali innovativi anti epatite C da considerarsi salva vita per migliaia di pazienti e posti a carico del servizio sanitario nazionale in tutte le regioni d'Italia al fine di evitare disparità di accesso al trattamento e di migrazioni tra le regioni.

G/1698/3/12

FUCKSIA, MAURIZIO ROMANI, VICECONTE, SCAVONE, RIZZOTTI

La 12a Commissione,

in sede di esame del disegno di legge recante Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015);

premesso che l'Articolo 2 del provvedimento in esame reca norme per l'attuazione del Patto per la salute 2014-2016;

considerato che:

? l'Italia è il Paese europeo con la maggiore prevalenza di epatite C (HCV), con circa 400.000 casi diagnosticati, con 20.000 morti l'anno per cirrosi e tumore del fegato, di cui 10.000 correlati all'Epatite C, e con pazienti HCV positivi in attesa di un trapianto che rappresentano circa il 40-50 per cento del totale dei pazienti in lista di attesa;

? i nuovi medicinali innovativi per la cura di HCV ? tra cui il «sofosbuvir» recentemente approvato anche in Italia per tale patologia, incrementano significativamente i tassi di guarigione sino ad arrivare al 90-100 per cento;

? da recenti dichiarazioni del Ministro della salute è ipotizzabile un percorso decennale per sradicare completamente l'epatite C dal nostro paese mediante un fondo ad hoc decennale per garantire l'accesso ai farmaci, preceduto da un censimento dei malati; fondo che ad oggi sarebbe privo di copertura finanziaria;

considerato inoltre che:

? 400.000 pazienti sono tuttora in attesa delle risposte da parte dei Ministri competenti in merito al finanziamento speciale che dovrebbe garantire questo importante farmaco salvavita e quelli

che seguiranno a breve, efficaci e con effetti collaterali poco significativi per gli ammalati di epatite C; fornire una cura a tutte le persone affette da epatite C significa anche risparmiare miliardi di euro tuttora spesi per gestire le conseguenze della malattia non curata come giornate di lavoro perse a causa della cirro si, tumori al fegato, trapianti, come anche tutti i costi indiretti sostenuti dalle persone malate e dalle loro famiglie;

impegna il Governo:

a quantificare con maggiore precisione le risorse economiche necessarie per garantire la rimborsabilità dei nuovi farmaci innovativi anti epatite C a tutti i pazienti affetti dalla patologia, al fine di una dettagliata programmazione di finanziamento a partire dal 2015;

ad implementare concretamente il Piano nazionale per la lotta alle epatiti virali garantendo l'accesso alle nuove terapie anti HCV a carico del sistema sanitario nazionale a tutti i pazienti affetti da epatite C, nonché attraverso l'istituzione di un apposito fondo pluriennale vincolato di almeno 650 milioni di euro annui;

a garantire equità ed omogeneità di accesso ai nuovi medicinali innovativi anti epatite C da considerarsi salva vita per migliaia di pazienti e posti a carico del servizio sanitario nazionale in tutte le regioni d'Italia al fine di evitare disparità di accesso al trattamento e di migrazioni tra le regioni.

G/1698/4/12

MATURANI, DIRINDIN, MATTESINI, PADUA, AMATI, ORRÙ, SPILABOTTE, FISSORE, PEZZOPANE, BORIOLI, ZANONI, MANASSERO, CHITI, CANTINI, GUERRA, DALLA ZUANNA, CIRINNÀ, FABBRI, VERDUCCI, GIACOBBE, SOLLO, ELENA FERRARA, COLLINA, ASTORRE, DE BIASI, BIANCO, GRANAIOLA, SILVESTRO, ROMANO, MAURIZIO ROMANI, ANITORI, VICECONTE, SCAVONE, VALDINOSI, RIZZOTTI

La 12a Commissione,

in sede di esame del disegno di legge recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015) (A. S. 1698),

premesso che:

negli ultimi decenni i mutamenti sociali e culturali hanno moltiplicato l'eterogeneità delle composizioni familiari. Con l'affermazione della famiglia mononucleare, o addirittura monogenitoriale, sono aumentate le incertezze, le ansie, i sentimenti depressivi seguenti al parto. La coppia genitoriale si trova in condizioni di maggiore solitudine, a questo si aggiunga il numero sempre più elevato di coppie miste e/o immigrate non ancora ben integrate e radicate nel tessuto sociale e che spesso ignorano l'esistenza di una rete di aiuto;

le ricerche sulla maternità in campo psicologico e sociale, hanno da tempo evidenziato la necessità di dare aiuto alle donne, le cui trasformazioni psicofisiologiche nella gravidanza e nel puerperio provocano in alcune di loro un'elevata vulnerabilità sufficiente a provocare stati di profondo disagio psicologico, disturbi dell'umore o dell'adattamento al ruolo materno di tipo più o meno grave;

a fronte delle suddette criticità appare necessario attivare risorse personali e sociali, organizzare servizi e strutture idonee a creare una rete di supporto che possa avvalersi delle sinergie tra privato sociale e pubblico. Per l'attuazione di interventi di prevenzione e di promozione alla genitorialità, sono necessari operatori che affianchino la famiglia nelle situazioni a rischio sempre più diffuse durante la gravidanza, durante il puerperio e nei primi tempi di vita del bambino, offrendo un supporto ambientale di sostegno e di recupero delle competenze familiari, così come anche l'OMS raccomanda in un documento del 1985;

considerato che:

a fronte di un disagio sempre più diffuso e con esiti, come riportati dalle cronache, spesso drammatici, spetta al legislatore saper cogliere e interpretare i fenomeni collettivi, per poter poi intervenire con politiche in linea con i cambiamenti familiari e sociali degli ultimi anni;

in sede di esame del disegno di legge recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2014), (A.S. 1120), è stato accolto l'Ordine del Giorno G/1120/3/12 (testo 2) di contenuto identico al presente;

ad oggi non risultano adottati atti conseguenti all'approvazione del predetto ordine del giorno,

impegna il Governo:

ad adoperarsi in maniera sollecita al fine di attivare un tavolo tecnico presso il Ministero della salute per definire linee guida sul percorso salute pre-*post partum* sia della donna che del nascituro;

ad intraprendere le opportune iniziative al fine di reperire le risorse necessarie al fine di istituire un servizio idoneo a partire dall'organizzazione dei consultori e a integrare le diverse figure professionali (psicologi, psichiatri, ginecologi, ostetriche) necessarie per la presa in carico globale della paziente, in un'ottica di *screening* e di prevenzione e tutela della salute delle madri e dei bambini nel *post partum*, anche valutando l'opportunità di forme di concertazione interistituzionale.

G/1698/5/12

D'AMBROSIO LETTIERI, ZUFFADA, RIZZOTTI, FLORIS, SCILIPOTI ISGRÒ, VICECONTE, SCAVONE, FUCKSIA

La 12a Commissione,

in sede di esame del disegno di legge recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)

premesso che:

il Decreto del Presidente della Repubblica 8 agosto 1994 n. 542 reca: «regolamento recante norme per la semplificazione del procedimento di autorizzazione all'uso diagnostico di apparecchiature a risonanza magnetica (RM) nucleare sul territorio nazionale»;

l'articolo 8 della legge 7 luglio 2009, n. 8 (Disposizioni per l'adempimento di obblighi derivanti dall'appartenenza dell'Italia alle Comunità europee ? Legge comunitaria 2008) prevede, al comma 3, che «il Governo è autorizzato a riformulare le previsioni riguardanti i dispositivi medici per risonanza magnetica nucleare contenute nel regolamento di cui al Decreto del Presidente della Repubblica 8 agosto 1994, n. 542, assicurando (...) *b)* l'adeguamento allo sviluppo tecnologico ed alla evoluzione delle conoscenze scientifiche, con particolare riferimento alla sicurezza d'uso ed alle indicazioni cliniche dei dispositivi medici in relazione all'intensità del campo magnetico statico espresso in tesla, modificando in tal senso il sistema autorizzativo per renderlo più coerente con le competenze regionali e delle province autonome in materia di programmazione sanitaria previste dalle leggi vigenti, affidando conseguentemente alle regioni e province autonome l'autorizzazione all'installazione delle apparecchiature per risonanza, con esclusione delle sole apparecchiature a risonanza magnetica ritenute di carattere sperimentale»;

considerato che:

risulta pertanto necessario ridurre l'ambito delle apparecchiature a risonanza magnetica soggette all'autorizzazione all'installazione dal parte del Ministero della Salute e ampliare, in modo corrispondente, l'ambito dell'omologa autorizzazione da parte delle regioni e delle province autonome;

occorre, altresì, aggiornare la disciplina delle modalità per l'installazione, l'impiego e la gestione delle apparecchiature a RM da parte delle strutture sanitarie assicurando l'adeguamento allo sviluppo tecnologico e all'evoluzione delle conoscenze scientifiche, con particolare riferimento alla sicurezza d'uso e alle indicazioni cliniche dei dispositivi medici in relazione all'intensità del campo magnetico espresso in tesla;

Impegna il Governo,

ad adottare ogni provvedimento atto a ridurre l'ambito delle apparecchiature a risonanza magnetica soggette all'autorizzazione all'installazione dal parte del Ministero della Salute e ad ampliare, in modo corrispondente, l'ambito dell'omologa autorizzazione da parte delle regioni e delle province autonome, modificando i valori dei campi statici di induzione magnetica attualmente previsti dal Decreto del Presidente della Repubblica n. 542 del 1994 e assicurando, altresì, che la collocazione di apparecchiature a RM con valore di campo statico di induzione magnetica superiore a 4 tesla sia consentita presso grandi complessi di ricerca e studio ad alto livello scientifico (università ed enti di ricerca, policlinici, istituti di ricovero e cura a carattere scientifico), ai fini della validazione clinica di metodologie di RM innovative;

ad aggiornare la disciplina delle modalità per l'installazione, l'impiego e la gestione delle apparecchiature a RM da parte delle strutture sanitarie assicurando l'adeguamento allo sviluppo tecnologico e all'evoluzione delle conoscenze scientifiche, con particolare riferimento alla sicurezza d'uso e alle indicazioni cliniche dei dispositivi medici in relazione all'intensità del campo magnetico espresso in tesla.

G/1698/6/12

D'AMBROSIO LETTIERI, ZUFFADA, FLORIS, SCILIPOTI ISGRÒ, RIZZOTTI, MAURIZIO ROMANI, VICECONTE, SCAVONE, FUCKSIA

La 12a Commissione,

in sede di esame del disegno di legge recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)

premesso che:

dal 2008, l'assistenza sanitaria alla popolazione detenuta è di competenza a tutti gli effetti del Servizio Sanitario Nazionale e dei Servizi Sanitari regionali;

il trasferimento delle competenze sanitarie dal Ministero della Giustizia al Servizio sanitario nazionale e ai Servizi sanitari regionali è stato definito con il decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri del 1 aprile 2008. Con esso, assieme alle funzioni, sono state trasferite al Fondo sanitario nazionale e ai Fondi sanitari regionali le risorse, le attrezzature, il personale, gli arredi e i beni strumentali afferenti alle attività sanitarie nelle carceri;

la corrente grave crisi economica e la *spending rewiew* in atto anche in sanità non devono far dimenticare che il detenuto è titolare di tutti i diritti derivanti dalla persistenza a suo carico della cosiddetta «quota capitaria», come statuito del decreto legislativo 230 del 1999, e dall'esenzione alla compartecipazione alla spesa come stabilito dal Decreto del Presidente della Repubblica n. 230 del 2000;

Premesso inoltre, che:

secondo quanto riportato nel documento del Comitato nazionale di Bioetica a settembre dello scorso anno, su uno studio condotto su dati nazionali sulla differente distribuzione delle problematiche di salute fra detenuti e popolazione generale, è a rischio il 13 per cento della popolazione carceraria contro il 7 per cento della popolazione generale. La sproporzione è particolarmente evidente per alcuni disturbi: la dipendenza da droghe raggiunge il 21,5 per cento fra i detenuti contro il 2,1 per cento della popolazione generale; il 15,3 per cento dei detenuti ha problemi dentali (contro il 4,5 fra la popolazione generale); il 13,5 per cento presenta malattie osteoarticolari e post traumatiche (contro l'11,9 fra la popolazione generale); il 2,08 per cento soffre di infezione da HIV (contro lo 0,2 della popolazione generale);

nell'insieme, il carcere si conferma come ambiente a rischio: per i disturbi mentali e in particolare per i disturbi nevrotici e di adattamento, che sono presenti in misura dieci volte maggiore fra i detenuti, a conferma dello stress da vita carceraria; per le malattie infettive, la cui possibilità di trasmissione è aggravata dalla promiscuità; per le patologie cardiovascolari e per il diabete, legate alla sedentarietà e alle cattive abitudini alimentari;

secondo le recenti dichiarazioni del presidente della Società Italiana Malattie Infettive riportate su organi di stampa, l'importante diffusione stimata tra il 30 ed il 40 per cento dell'infezione da epatite C e l'epatite cronica attiva con evoluzione in cirrosi epatica che ne consegue, appaiono oggi come la prima emergenza sanitaria da affrontare in, ambito carcerario;

emerge, pertanto, la necessità di un Osservatorio Epidemiologico Nazionale sulla Salute in Carcere, poiché i progressi della farmacologia, della clinica, della diagnostica oggi evidenziano un quadro sempre più fluido dell'evento malattia in carcere, con una tendenza dinamica che necessita di approfondita conoscenza per migliorare i *target* dell'intervento;

bisogna anche ricordare come ancora i servizi sanitari attivati dalle Regioni all'interno degli Istituti Penitenziari della Repubblica sono privi del codice struttura che li identifichi al Nuovo Sistema Informativo in Sanità (NSIS) sebbene il Ministero della Salute abbia avviato e concluso uno studio di

fattibilità in merito (SISPe: Sistema Informativo Sanità Penitenziaria);

impegna il Governo,

a valutare l'opportunità di un nuovo ed approfondito monitoraggio della situazione sanitaria nel sistema penitenziario italiano a seguito del transito delle competenze dal Ministero della Giustizia al SSN;

a valutare l'opportunità di istituire presso l'Istituto Superiore di Sanità l'Osservatorio Epidemiologico Nazionale sulla Salute in Carcere;

a valutare l'opportunità di adottare misure idonee a garantire l'accesso ai nuovi farmaci disponibili per la cura dell'Epatite C alle persone detenute in carcere che ne abbiano bisogno;

a valutare l'opportunità di una revisione del DPCM 1 aprile 2008 e dell'allegato *A)* nelle parti relative all'organizzazione dei servizi all'interno delle Aziende Sanitarie ed al transito del personale ex legge n. 740 del 1970;

ad adottare apposite misure legislative per l'attribuzione dei codici-struttura agli Istituti Penitenziari, base indispensabile per integrare le attività finalizzate alla tutela della salute in carcere con il Fascicolo Sanitario Elettronico nazionale, elemento sostanziale per creare ed integrare la continuità diagnostico- terapeutica territorio-carcere-territorio.

G/1698/7/12

D'AMBROSIO LETTIERI, ZUFFADA, RIZZOTTI, FLORIS, SCILIPOTI ISGRÒ, MAURIZIO ROMANI, VICECONTE, SCAVONE

La 12a Commissione,

in sede di esame del disegno di legge recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)

premesso che:

le misure di razionalizzazione e di contenimento della spesa pubblica attuate negli ultimi anni a causa della grave crisi economica che attanaglia il Paese hanno impedito il *turn over* ed hanno imposto il blocco delle assunzioni per tutto il personale della Pubblica Amministrazione, ivi incluso il comparto sanitario;

in particolare, il blocco del *turn over* ha generato gravi criticità, determinando una riduzione dell'efficacia e dell'efficienza delle prestazioni del Servizio Sanitario Nazionale, nonostante l'impegno profuso dagli operatori del settore;

un'ulteriore riduzione o blocco del personale addetto al comparto sanitario potrebbe depauperare il SSN anche con riferimento ai livelli essenziali di assistenza, cagionando un grave nocumento a carico dei cittadini;

considerato che:

sarebbe opportuno, al contrario, implementare il personale in servizio presso le strutture del Servizio Sanitario Nazionale per consentire un'erogazione adeguata delle prestazioni;

gli interventi in tema di *turn over* nel comparto sanitario dovrebbero essere effettuati in relazione all'effettivo fabbisogno, così da garantire ai cittadini adeguati livelli di assistenza;

preso atto che:

il comparto sanitario si avvale della collaborazione di figure professionali che, pur prestando la loro attività con contratti a tempo determinato, contribuiscono in maniera rilevante a garantire la continuità assistenziale;

secondo le recenti dichiarazioni del Presidente della Conferenza delle Regioni e delle Province Autonome riportate su organi di stampa, le Regioni avrebbero convenuto con il Governo di ridurre di 1.5 miliardi il previsto incremento del Fondo Sanitario, riduzioni di cui dovrebbero farsi carico le regioni medesime attraverso un maggior controllo della spesa farmaceutica ed una migliore organizzazione nell'acquisto di beni e servizi;

impegna il Governo:

ad introdurre misure specifiche a favore del personale sanitario che presta la propria attività con rapporti di lavoro precario, al fine di assicurare la tenuta dei Livelli Essenziali di Assistenza;

ad adottare ogni utile misura atta a garantire che il prefigurato taglio di 1.5 miliardi del Fondo Sanitario Nazionale concordato tra le Regioni e il Governo non abbia ripercussioni sull'erogazione dei Livelli Essenziali di Assistenza.

G/1698/8/12

D'AMBROSIO LETTIERI, ZUFFADA, FLORIS, SCILIPOTI ISGRÒ, RIZZOTTI, VICECONTE, SCAVONE, FUCKSIA

La 12a Commissione,

in sede di esame del disegno di legge recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)

premesso che:

le malattie cardiovascolari rappresentano la più importante causa di morte al mondo e l'elevata incidenza di queste patologie rappresenta una minaccia globale alla sostenibilità dei servizi sanitari, sia in termini di prestazioni che di costi;

in particolare, l'*ictus* celebrale è la terza causa più comune di morte e la principale causa di incapacità funzionale: colpisce per il 50 per cento soggetti di età inferiore ai 65 anni, per il 12 per cento soggetti al di sotto dei 45 anni e, inoltre, comporta per il paziente perdita di funzionalità, nonché un significativo peggioramento della qualità della vita;

nell'80 per cento dei casi si verifica un *ictus* ischemico, che può essere legato a carotidopatie extracraniche o ad emboli a partenza dal cuore, questi ultimi quasi sempre in presenza di fibrillazione atriale;

la fibrillazione atriale è un'anomalia del ritmo cardiaco che provoca l'accelerazione o il rallentamento eccessivo della frequenza cardiaca. Ha natura asintomatica, circostanza che contribuisce a ritardare una diagnosi tempestiva e, conseguentemente, l'avvio di un adeguato trattamento farmacologico;

la carotidopatia extracranica è un'affezione delle arterie carotidi al collo, dovuta alla presenza di placche che possono embolizzare e determinare, coma sopra rilevato, un *ictus* cerebrale;

considerato che:

l'adozione di corretti stili di vita contribuisce a ridurre il rischio di malattie cardiovascolari ed è, pertanto, prioritario promuovere campagne di prevenzione, sensibilizzazione e informazione rivolte sia alla popolazione che al personale sanitario;

una corretta terapia delle patologie cardiovascolari indicate in premessa necessita dell'adozione di percorsi diagnostici, terapeutici ed assistenziali che siano mirati e di carattere multidisciplinare. Risulta, altresì, necessario, incentivare la ricerca scientifica e l'accesso ai farmaci e ai dispositivi diagnostico-terapeutici utili per il trattamento delle suddette malattie, nonché promuovere un modello di gestione del percorso terapeutico di tipo coordinato che consenta al paziente, dopo un iniziale *screening* periferico, di accedere a terapie non farmacologiche presso apposite strutture a ciò dedicate;

impegna il Governo:

ad adottare misure atte a:

1) incoraggiare la prevenzione e la diagnosi dell'*ictus* celebrale, della fibrillazione atriale, dell' *ictus* cardioembolico e della carotidopatia extracranica e a favorire la ricerca scientifica;

2) favorire percorsi terapeutici e pratiche sanitarie ottimali nella gestione del paziente colpito da una delle suddette affezioni cardiovascolari;

3) facilitare l'accesso ai farmaci e ai dispositivi diagnostico-terapeutici utili per la prevenzione e il trattamento dell'*ictus* celebrale, della fibrillazione atriale, dell'*ictus* cardioembolico e della carotidopatia extracranica;

4) sensibilizzare, anche mediante apposite campagne informative, sia l'opinione pubblica che gli operatori sanitari sull'importanza dell'adozione di corretti stili di vita in termini di prevenzione delle malattie cardiovascolari;

5) promuovere l'adozione di percorsi diagnostici, terapeutici ed assistenziali mirati e multidisciplinari, nonché un modello di gestione del percorso terapeutico di tipo coordinato che

consenta al paziente, dopo un iniziale *screening* periferico, di accedere a terapie non farmacologiche presso strutture specificamente idonee ad erogare tali prestazioni;

G/1698/9/12 (testo 2)

D'AMBROSIO LETTIERI, ZUFFADA, FLORIS, RIZZOTTI, SCILIPOTI ISGRÒ, ROMANO, VICECONTE, SCAVONE, FUCKSIA

La 12a Commissione,

in sede di esame del disegno di legge recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)

premesso che:

la normativa che disciplina le scuole di specializzazione di area sanitaria e che ne regolamenta l'accesso da parte dei laureati in medicina e chirurgia è il decreto legislativo 17 agosto 1999, n. 368, recante attuazione della direttiva 93/16/CEE del Consiglio, del 5 aprile 1993, (e 97/50/CE, 98/21/CE, 98/63/CE e 99/46/CE che modificano la direttiva 93/16/CEE) in materia di libera circolazione dei medici, e di reciproco riconoscimento dei loro diplomi, certificati e altri titoli (articoli 34-41);

l'accesso alle scuole di specializzazione per i laureati appartenenti alle categorie dei farmacisti, degli odontoiatri, dei veterinari, dei biologi, dei chimici, dei fisici, degli psicologi e delle altre categorie equipollenti è disciplinato dal decreto del Presidente della Repubblica 10 marzo 1982, n. 162, recante disposizioni in materia di riordinamento delle scuole dirette a fini speciali, delle scuole di specializzazione e dei corsi di perfezionamento;

la programmazione delle scuole di specializzazione prevista per i laureati in medicina è stata successivamente estesa in ambito nazionale ad un'ampia platea di laureati (veterinari, odontoiatri, farmacisti, biologi, chimici, fisici, psicologi) con una ripartizione delle borse di studio nell'ambito delle risorse già previste (articolo 8 della legge n. 401 del 2000);

l'Italia ha recepito la normativa comunitaria che prevede un contributo economico in favore della formazione medica *post* laurea (direttive75/362/CEE e 75/363/CEE emendate dalla direttiva 82/76/CEE e poi abrogate dalla direttiva 93/16/CEE, da ultimo a sua volta abrogata dalla direttiva 2005/36/CE) e che fissa un trattamento economico-normativo, ovvero una remunerazione in favore degli specializzandi (articolo 13 della direttiva 82/76/CEE e Allegato I alla direttiva 93/16/CEE, ora abrogata dalla direttiva 2005/36/CE);

il Ministro dell'Istruzione, dell'Università e della Ricerca con decreto dell'1º agosto 2005 ha provveduto al riassetto delle scuole di specializzazione di area sanitaria e con successivo decreto del 29 marzo 2006 ha provveduto alla definizione degli *standard* e dei requisiti minimi delle scuole di specializzazione;

la *ratio* del citato decreto ministeriale dell'1º agosto 2005, ad oggi non riconosciuta, dovrebbe risiedere proprio nella necessità di riconoscere il diritto all'inquadramento dell'attività svolta da soggetti specializzandi mediante uno specifico contratto di formazione specialistica con relativa corresponsione di un trattamento economico. Peraltro il citato Decreto del 2006 individua, fra i presupposti di ciascuna Scuola di Specializzazione dell'Area Sanitaria, la copertura economico-finanziaria e prevede, inoltre, un comune denominatore organizzativo fino ad individuare un Osservatorio Nazionale unico per le discipline Mediche e non mediche. Dalla normativa ministeriale testé citata, quindi, si evince una assoluta equiparazione;

secondo quanto previsto dal vigente Piano Sanitario Nazionale, i Ministeri competenti e le Regioni avrebbero dovuto incrementare le risorse per il finanziamento dei contratti di formazione specialistica dei medici e delle professioni di veterinario, farmacista, odontoiatra, biologo, psicologo, chimico e fisico sanitario;

il Consiglio di Stato, con sentenza n. 6037/2013, ha accolto il ricorso presentato da alcuni studenti, laureati in biologia, chimica e fisica, che avevano diffidato i Ministeri della Salute, dell'Istruzione, dell'Università e della Ricerca, dell'Economia e delle Finanze a provvedere agli adempimenti di cui all'articolo 35 del decreto legislativo 17 agosto 1999, n. 368 per la determinazione del numero globale degli specialisti non medici annualmente iscrivibili alle singole scuole accreditate

di specializzazione *post* laurea;

in particolare, tale sentenza intima le suddette amministrazioni ad assumere le determinazioni di cui agli articoli 8 della legge 29 dicembre 2000, n. 401, e 35 del decreto legislativo 17 agosto 1999, n. 368, entro il termine di novanta giorni dalla data di comunicazione (17 dicembre 2013) nominando, per il caso di persistente ulteriore inadempimento, un commissario *ad acta* nella persona del Sottosegretario di Stato alla Presidenza del Consiglio dei Ministri o suo delegato, che avrebbe dovuto provvedere in sostituzione dei Ministeri inadempienti;

Premesso inoltre, che:

secondo notizie riportate su stampa specializzata risulta che presso il Ministero dell'Istruzione, dell'Università e della Ricerca siano in corso incontri tecnici che mirerebbero al riordino delle scuole di specializzazione per l'anno accademico 2014/2015;

all'interno del riordino suindicato pare che si voglia prevedere l'esclusione degli specializzandi «non medici» dal Decreto Ministeriale del 1 agosto 2005;

all'interno della Commissione incaricata, inoltre, non vi sarebbero rappresentanze per le Aree non mediche ed in particolare per quella della Farmacia Ospedaliera (esiste una conferenza dei Direttori delle Scuole di Specializzazione in Farmacia Ospedaliera, con un presidente che non risulta consultato);

l'esclusione dall'ambito di applicazione del Decreto Ministeriale sopracitato determinerebbe l'annullamento dell'equiparazione dei doveri tra lo specializzando medico e quello «non medico» e, dunque, annullerebbe l'equiparazione dello *status* contrattuale;

considerato che:

le molteplici problematiche emerse fra gli specializzandi medici e «non medici» sono già state sollevate in specifici atti di sindacato ispettivo (n. 1-00320 del 9 ottobre 2014 e n. 3-01469 del 26 novembre 2014), ad oggi ancora privi di risposta, in cui si chiedeva un impegno del Governo a garantire un consono trattamento economico degli specializzandi non medici;

il decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90 recante «Misure urgenti per la semplificazione e la trasparenza amministrativa e per l'efficienza degli uffici giudiziari», convertito con modificazioni dalla legge 11 agosto 2014, n. 114, all'articolo 15 ha disposto d'ufficio una riduzione della durata delle scuole di specializzazione mediche;

già nel 2011 era stata paventata la possibilità di prevedere una riduzione anche per le scuole di specializzazioni non mediche, sebbene detta proposta a suo tempo non trovò applicazione;

inoltre, nel 2006, con Decreto Ministeriale del 31 luglio, la scuola di specializzazione della facoltà di Farmacia Ospedaliera aveva subito una riduzione da 5 a 4 anni, considerato il percorso Europeo *in itinere* del *common training framework* finalizzato al mutuo riconoscimento dello specifico titolo sanitario, che risulta tarato sui 4 anni (Spagna, Olanda, Francia, Portogallo e Italia);

risulta necessario fare chiarezza sulle disposizioni che coinvolgono le scuole di specializzazione mediche e «non mediche», affinché si possa delineare definitivamente un quadro dettagliato degli interventi da mettere in atto: ciò con particolare riferimento ai farmacisti in formazione specialistica che hanno un corso di studi e di tirocinio a tempo pieno nonché uno sbocco professionale del tutto analogo a quello dei medici in formazione specialistica;

impegna il Governo:

ad adottare ogni necessaria iniziativa atta a porre rimedio all'annosa questione delle scuole di specializzazione per i «non medici ».

.

G/1698/9/12

D'AMBROSIO LETTIERI, ZUFFADA, FLORIS, RIZZOTTI, SCILIPOTI ISGRÒ, ROMANO, VICECONTE, SCAVONE, FUCKSIA

La 12a Commissione,

in sede di esame del disegno di legge recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)

premesso che:

la normativa che disciplina le scuole di specializzazione di area sanitaria e che ne regolamenta l'accesso da parte dei laureati in medicina e chirurgia è il decreto legislativo 17 agosto 1999, n. 368, recante attuazione della direttiva 93/16/CEE del Consiglio, del 5 aprile 1993, (e 97/50/CE, 98/21/CE, 98/63/CE e 99/46/CE che modificano la direttiva 93/16/CEE) in materia di libera circolazione dei medici, e di reciproco riconoscimento dei loro diplomi, certificati e altri titoli (articoli 34-41);

l'accesso alle scuole di specializzazione per i laureati appartenenti alle categorie dei farmacisti, degli odontoiatri, dei veterinari, dei biologi, dei chimici, dei fisici, degli psicologi e delle altre categorie equipollenti è disciplinato dal decreto del Presidente della Repubblica 10 marzo 1982, n. 162, recante disposizioni in materia di riordinamento delle scuole dirette a fini speciali, delle scuole di specializzazione e dei corsi di perfezionamento;

la programmazione delle scuole di specializzazione prevista per i laureati in medicina è stata successivamente estesa in ambito nazionale ad un'ampia platea di laureati (veterinari, odontoiatri, farmacisti, biologi, chimici, fisici, psicologi) con una ripartizione delle borse di studio nell'ambito delle risorse già previste (articolo 8 della legge n. 401 del 2000);

l'Italia ha recepito la normativa comunitaria che prevede un contributo economico in favore della formazione medica *post* laurea (direttive75/362/CEE e 75/363/CEE emendate dalla direttiva 82/76/CEE e poi abrogate dalla direttiva 93/16/CEE, da ultimo a sua volta abrogata dalla direttiva 2005/36/CE) e che fissa un trattamento economico-normativo, ovvero una remunerazione in favore degli specializzandi (articolo 13 della direttiva 82/76/CEE e Allegato I alla direttiva 93/16/CEE, ora abrogata dalla direttiva 2005/36/CE);

il Ministro dell'Istruzione, dell'Università e della Ricerca con decreto dell'1º agosto 2005 ha provveduto al riassetto delle scuole di specializzazione di area sanitaria e con successivo decreto del 29 marzo 2006 ha provveduto alla definizione degli *standard* e dei requisiti minimi delle scuole di specializzazione;

la *ratio* del citato decreto ministeriale dell'1º agosto 2005, ad oggi non riconosciuta, dovrebbe risiedere proprio nella necessità di riconoscere il diritto all'inquadramento dell'attività svolta da soggetti specializzandi mediante uno specifico contratto di formazione specialistica con relativa corresponsione di un trattamento economico. Peraltro il citato Decreto del 2006 individua, fra i presupposti di ciascuna Scuola di Specializzazione dell'Area Sanitaria, la copertura economico-finanziaria e prevede, inoltre, un comune denominatore organizzativo fino ad individuare un Osservatorio Nazionale unico per le discipline Mediche e non mediche. Dalla normativa ministeriale testé citata, quindi, si evince una assoluta equiparazione;

secondo quanto previsto dal vigente Piano Sanitario Nazionale, i Ministeri competenti e le Regioni avrebbero dovuto incrementare le risorse per il finanziamento dei contratti di formazione specialistica dei medici e delle professioni di veterinario, farmacista, odontoiatra, biologo, psicologo, chimico e fisico sanitario;

il Consiglio di Stato, con sentenza n. 6037/2013, ha accolto il ricorso presentato da alcuni studenti, laureati in biologia, chimica e fisica, che avevano diffidato i Ministeri della Salute, dell'Istruzione, dell'Università e della Ricerca, dell'Economia e delle Finanze a provvedere agli adempimenti di cui all'articolo 35 del decreto legislativo 17 agosto 1999, n. 368 per la determinazione del numero globale degli specialisti non medici annualmente iscrivibili alle singole scuole accreditate di specializzazione *post* laurea;

in particolare, tale sentenza intima le suddette amministrazioni ad assumere le determinazioni di cui agli articoli 8 della legge 29 dicembre 2000, n. 401, e 35 del decreto legislativo 17 agosto 1999, n. 368, entro il termine di novanta giorni dalla data di comunicazione (17 dicembre 2013) nominando, per il caso di persistente ulteriore inadempimento, un commissario *ad acta* nella persona del Sottosegretario di Stato alla Presidenza del Consiglio dei Ministri o suo delegato, che avrebbe dovuto provvedere in sostituzione dei Ministeri inadempienti;

Premesso inoltre, che:

secondo notizie riportate su stampa specializzata risulta che presso il Ministero dell'Istruzione, dell'Università e della Ricerca siano in corso incontri tecnici che mirerebbero al riordino delle scuole di specializzazione per l'anno accademico 2014/2015;

all'interno del riordino suindicato pare che si voglia prevedere l'esclusione degli specializzandi «non medici» dal Decreto Ministeriale del 1 agosto 2005;

all'interno della Commissione incaricata, inoltre, non vi sarebbero rappresentanze per le Aree non mediche ed in particolare per quella della Farmacia Ospedaliera (esiste una conferenza dei Direttori delle Scuole di Specializzazione in Farmacia Ospedaliera, con un presidente che non risulta consultato);

l'esclusione dall'ambito di applicazione del Decreto Ministeriale sopracitato determinerebbe l'annullamento dell'equiparazione dei doveri tra lo specializzando medico e quello «non medico» e, dunque, annullerebbe l'equiparazione dello *status* contrattuale;

considerato che:

le molteplici problematiche emerse fra gli specializzandi medici e «non medici» sono già state sollevate in specifici atti di sindacato ispettivo (n. 1-00320 del 9 ottobre 2014 e n. 3-01469 del 26 novembre 2014), ad oggi ancora privi di risposta, in cui si chiedeva un impegno del Governo a garantire un consono trattamento economico degli specializzandi non medici;

il decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90 recante «Misure urgenti per la semplificazione e la trasparenza amministrativa e per l'efficienza degli uffici giudiziari», convertito con modificazioni dalla legge 11 agosto 2014, n. 114, all'articolo 15 ha disposto d'ufficio una riduzione della durata delle scuole di specializzazione mediche;

già nel 2011 era stata paventata la possibilità di prevedere una riduzione anche per le scuole di specializzazioni non mediche, sebbene detta proposta a suo tempo non trovò applicazione;

inoltre, nel 2006, con Decreto Ministeriale del 31 luglio, la scuola di specializzazione della facoltà di Farmacia Ospedaliera aveva subito una riduzione da 5 a 4 anni, considerato il percorso Europeo *in itinere* del *common training framework* finalizzato al mutuo riconoscimento dello specifico titolo sanitario, che risulta tarato sui 4 anni (Spagna, Olanda, Francia, Portogallo e Italia);

risulta necessario fare chiarezza sulle disposizioni che coinvolgono le scuole di specializzazione mediche e «non mediche», affinché si possa delineare definitivamente un quadro dettagliato degli interventi da mettere in atto: ciò con particolare riferimento ai farmacisti in formazione specialistica che hanno un corso di studi e di tirocinio a tempo pieno nonché uno sbocco professionale del tutto analogo a quello dei medici in formazione specialistica;

impegna il Governo:

ad adottare ogni necessaria iniziativa atta a porre rimedio all'annosa questione delle scuole di specializzazione per i «non medici »;

a dare tempestiva attuazione alla sentenza del Consiglio di Stato n. 6037 del 2013;

ad adottare misure specifiche volte all'equiparazione dello *status* contrattuale ed economico dello specializzando «non medico», a quello dello specializzando medico, così da scongiurare i paventati rischi di una ingiusta collocazione degli specializzandi «non medici» in un ordinamento parallelo rispetto a quello di cui al decreto ministeriale dell'1 agosto 2005.

G/1698/10/12 (testo 2)

D'AMBROSIO LETTIERI, ZUFFADA, FLORIS, RIZZOTTI, SCILIPOTI ISGRÒ, ROMANO, VICECONTE, SCAVONE

La 12a Commissione,

in sede di esame del disegno di legge recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)

premesso che:

l'articolo 3 del decreto-legge 13 settembre 2012, n. 158 convertito, con modificazioni, dalla legge 8 novembre 2012, n. 189 (cosiddetto decreto Balduzzi) prevede, al comma 1, che: «l'esercente la professione sanitaria che nello svolgimento della propria attività si attiene a linee guida e buone

pratiche accreditate dalla comunità scientifica non risponde penalmente per colpa lieve. In tali casi resta comunque fermo l'obbligo di cui all'articolo 2043 del codice civile. Il giudice, anche nella determinazione del risarcimento del danno, tiene debitamente conto della condotta di cui al primo periodo»;

l'articolo su citato, al comma 2, stabilisce che: «con decreto del Presidente della Repubblica, adottato ai sensi dell'articolo 17, comma 1, della legge 23 agosto 1988, n. 400, da emanare entro il 30 giugno 2013 (...) anche in attuazione dell'articolo 3, comma 5, lettera *e)*, del decreto-legge 13 agosto 2011, n. 138, convertito, con modificazioni, dalla legge 14 settembre 2011, n. 148, al fine di agevolare l'accesso alla copertura assicurativa agli esercenti le professioni sanitarie, sono disciplinati le procedure e i requisiti minimi e uniformi per l'idoneità dei relativi contratti, in conformità ai seguenti criteri: *a)* determinare i casi nei quali, sulla base di definite categorie di rischio professionale, prevedere l'obbligo, in capo ad un fondo appositamente costituito, di garantire idonea copertura assicurativa agli esercenti le professioni sanitarie, anche nell'esercizio dell'attività libero-professionale intramuraria, nei limiti delle risorse del fondo stesso. Il fondo viene finanziato dal contributo dei professionisti che ne facciano espressa richiesta, nella misura determinata dal soggetto gestore del fondo di cui alla lettera *b)*, e da un ulteriore contributo a carico delle imprese autorizzate all'esercizio dell'assicurazione per danni derivanti dall'attività medico-professionale, determinato in misura percentuale ai premi incassati nel precedente esercizio, comunque non superiore al 4 per cento del premio stesso, con provvedimento adottato dal Ministro dello sviluppo economico, di concerto con il Ministro della salute e il Ministro dell'economia e delle finanze, sentite la Federazione nazionale degli ordini dei medici chirurghi e degli odontoiatri, nonché le Federazioni nazionali degli ordini e dei collegi delle professioni sanitarie; *b)* determinare il soggetto gestore del Fondo di cui alla lettera *a)* e le sue competenze senza nuovi o maggiori oneri a carico della finanza pubblica; *c)* prevedere che i contratti di assicurazione debbano essere stipulati anche in base a condizioni che dispongano alla scadenza la variazione in aumento o in diminuzione del premio in relazione al verificarsi o meno di sinistri e subordinare comunque la disdetta della polizza alla reiterazione di una condotta colposa da parte del sanitario accertata con sentenza definitiva»;

l'articolo 44 del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69, convertito, con modificazioni, con legge 9 agosto 2013, n. 89, al comma 4-*quater* prevede che: «nelle more dell'emanazione della disciplina organica in materia di condizioni assicurative per gli esercenti le professioni sanitarie, di cui all'articolo 3 del decreto-legge 13 settembre 2012, n. 158, convertito, con modificazioni, dalla legge 8 novembre 2012, n. 189 e al fine di agevolare l'accesso alla copertura assicurativa anche per i giovani esercenti le professioni sanitarie, incentivandone l'occupazione, nonché di consentire alle imprese assicuratrici e agli esercenti stessi di adeguarsi alla predetta disciplina, il comma 5.1 dell'articolo 3 del decreto-legge 13 agosto 2011, n. 138, convertito, con modificazioni, dalla legge 14 settembre 2011, n. 148, è sostituito dal seguente: "5.1. Limitatamente agli esercenti le professioni sanitarie, gli obblighi di cui al comma 5, lettera *e)*, si applicano decorsi due anni dalla data di entrata in vigore del decreto del Presidente della Repubblica di cui all'alinea del medesimo comma 5"»;

ad oggi non risulta ancora emanato il provvedimento attuativo dell'articolo 3 del cosiddetto decreto Balduzzi deputato a delineare la disciplina organica in materia di condizioni assicurative per gli esercenti le professioni sanitarie;

considerato che:

il tema della responsabilità medica rappresenta una questione di particolare rilevanza tanto sotto il profilo professionale, quanto dal punto di vista economico e di tutela della salute e degli interessi dei pazienti;

come noto, le richieste di elevati risarcimenti hanno contribuito all'esplosione del fenomeno della cosiddetta medicina difensiva, con gravi ripercussioni sul rapporto fiduciario medico-paziente, sul diritto alla cura e all'assistenza, nonché sull'efficienza del Servizio Sanitario Nazionale nel suo complesso;

il nostro ordinamento prevede un'anomala assicurazione obbligatoria per gli esercenti le

professioni sanitarie in quanto non è prevista l'azione diretta del danneggiato verso la compagnia assicurativa;

sussiste, inoltre, un problema relativo alle polizze, legato alla difficoltà per la classe sanitaria, soprattutto per quella più esposta a rischio denunce, di trovare compagnie di assicurazione disposte a stipulare convenzioni, nonostante sia previsto per legge l'obbligo di copertura assicurativa;

impegna il Governo

a valutare ogni necessario provvedimento atto ad introdurre una disciplina organica in materia di condizioni assicurative degli esercenti le professioni sanitarie che tenga conto delle diverse tipologie di professionisti interessati (medici dipendenti, liberi professionisti e convenzionati), nonché delle diverse specializzazioni mediche, al fine di garantire un'applicazione uniforme su tutto il territorio nazionale.

G/1698/10/12

D'AMBROSIO LETTIERI, ZUFFADA, FLORIS, RIZZOTTI, SCILIPOTI ISGRÒ, ROMANO, VICECONTE, SCAVONE

La 12a Commissione,

in sede di esame del disegno di legge recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)

premesso che:

l'articolo 3 del decreto-legge 13 settembre 2012, n. 158 convertito, con modificazioni, dalla legge 8 novembre 2012, n. 189 (cosiddetto decreto Balduzzi) prevede, al comma 1, che: «l'esercente la professione sanitaria che nello svolgimento della propria attività si attiene a linee guida e buone pratiche accreditate dalla comunità scientifica non risponde penalmente per colpa lieve. In tali casi resta comunque fermo l'obbligo di cui all'articolo 2043 del codice civile. Il giudice, anche nella determinazione del risarcimento del danno, tiene debitamente conto della condotta di cui al primo periodo»;

l'articolo su citato, al comma 2, stabilisce che: «con decreto del Presidente della Repubblica, adottato ai sensi dell'articolo 17, comma 1, della legge 23 agosto 1988, n. 400, da emanare entro il 30 giugno 2013 (...) anche in attuazione dell'articolo 3, comma 5, lettera *e)*, del decreto-legge 13 agosto 2011, n. 138, convertito, con modificazioni, dalla legge 14 settembre 2011, n. 148, al fine di agevolare l'accesso alla copertura assicurativa agli esercenti le professioni sanitarie, sono disciplinati le procedure e i requisiti minimi e uniformi per l'idoneità dei relativi contratti, in conformità ai seguenti criteri: *a)* determinare i casi nei quali, sulla base di definite categorie di rischio professionale, prevedere l'obbligo, in capo ad un fondo appositamente costituito, di garantire idonea copertura assicurativa agli esercenti le professioni sanitarie, anche nell'esercizio dell'attività libero-professionale intramuraria, nei limiti delle risorse del fondo stesso. Il fondo viene finanziato dal contributo dei professionisti che ne facciano espressa richiesta, nella misura determinata dal soggetto gestore del fondo di cui alla lettera *b)*, e da un ulteriore contributo a carico delle imprese autorizzate all'esercizio dell'assicurazione per danni derivanti dall'attività medico-professionale, determinato in misura percentuale ai premi incassati nel precedente esercizio, comunque non superiore al 4 per cento del premio stesso, con provvedimento adottato dal Ministro dello sviluppo economico, di concerto con il Ministro della salute e il Ministro dell'economia e delle finanze, sentite la Federazione nazionale degli ordini dei medici chirurghi e degli odontoiatri, nonché le Federazioni nazionali degli ordini e dei collegi delle professioni sanitarie; *b)* determinare il soggetto gestore del Fondo di cui alla lettera *a)* e le sue competenze senza nuovi o maggiori oneri a carico della finanza pubblica; *c)* prevedere che i contratti di assicurazione debbano essere stipulati anche in base a condizioni che dispongano alla scadenza la variazione in aumento o in diminuzione del premio in relazione al verificarsi o meno di sinistri e subordinare comunque la disdetta della polizza alla reiterazione di una condotta colposa da parte del sanitario accertata con sentenza definitiva»;

l'articolo 44 del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69, convertito, con modificazioni, con legge 9 agosto 2013, n. 89, al comma 4-*quater* prevede che: «nelle more dell'emanazione della disciplina

organica in materia di condizioni assicurative per gli esercenti le professioni sanitarie, di cui all'articolo 3 del decreto-legge 13 settembre 2012, n. 158, convertito, con modificazioni, dalla legge 8 novembre 2012, n. 189 e al fine di agevolare l'accesso alla copertura assicurativa anche per i giovani esercenti le professioni sanitarie, incentivandone l'occupazione, nonché di consentire alle imprese assicuratrici e agli esercenti stessi di adeguarsi alla predetta disciplina, il comma 5.1 dell'articolo 3 del decreto-legge 13 agosto 2011, n. 138, convertito, con modificazioni, dalla legge 14 settembre 2011, n. 148, è sostituito dal seguente: "5.1. Limitatamente agli esercenti le professioni sanitarie, gli obblighi di cui al comma 5, lettera *e)*, si applicano decorsi due anni dalla data di entrata in vigore del decreto del Presidente della Repubblica di cui all'alinea del medesimo comma 5"»;

ad oggi non risulta ancora emanato il provvedimento attuativo dell'articolo 3 del cosiddetto decreto Balduzzi deputato a delineare la disciplina organica in materia di condizioni assicurative per gli esercenti le professioni sanitarie;

considerato che:

il tema della responsabilità medica rappresenta una questione di particolare rilevanza tanto sotto il profilo professionale, quanto dal punto di vista economico e di tutela della salute e degli interessi dei pazienti;

come noto, le richieste di elevati risarcimenti hanno contribuito all'esplosione del fenomeno della cosiddetta medicina difensiva, con gravi ripercussioni sul rapporto fiduciario medico-paziente, sul diritto alla cura e all'assistenza, nonché sull'efficienza del Servizio Sanitario Nazionale nel suo complesso;

il nostro ordinamento prevede un'anomala assicurazione obbligatoria per gli esercenti le professioni sanitarie in quanto non è prevista l'azione diretta del danneggiato verso la compagnia assicurativa;

sussiste, inoltre, un problema relativo alle polizze, legato alla difficoltà per la classe sanitaria, soprattutto per quella più esposta a rischio denunce, di trovare compagnie di assicurazione disposte a stipulare convenzioni, nonostante sia previsto per legge l'obbligo di copertura assicurativa;

impegna il Governo

ad adottare ogni necessario provvedimento atto ad introdurre una disciplina organica in materia di condizioni assicurative degli esercenti le professioni sanitarie che tenga conto delle diverse tipologie di professionisti interessati (medici dipendenti, liberi professionisti e convenzionati), nonché delle diverse specializzazioni mediche, al fine di garantire un'applicazione uniforme su tutto il territorio nazionale e di assicurare la piena obbligatorietà della copertura assicurativa, anche mediante l'istituzione dell'azione diretta del danneggiato nei confronti dell'assicuratore.

G/1698/11/12

D'AMBROSIO LETTIERI, ZUFFADA, FLORIS, RIZZOTTI, SCILIPOTI ISGRÒ, VICECONTE, SCAVONE, FUCKSIA

La 12a Commissione,

in sede di esame del disegno di legge recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)

premesso che:

l'attuale nomenclatore tariffario è quello di cui al decreto ministeriale n. 332 del 27 agosto 1999, (Regolamento recante norme per le prestazioni di assistenza protesica erogabili nell'ambito del servizio sanitario nazionale: modalità di erogazione e tariffe). Tale regolamento individua i soggetti aventi diritto alle suddette prestazione e indica, negli annessi elenchi 1, 2 e 3 le tipologie di dispositivi erogate a carico del SSN;

dal 1999 ad oggi non si è mai provveduto ad aggiornare il nomenclatore, nonostante l'articolo 11 del predetto decreto ministeriale preveda che: «il nomenclatore è aggiornato periodicamente, con riferimento al periodo di validità del Piano sanitario nazionale e, comunque, con cadenza massima triennale, con la contestuale revisione della nomenclatura dei dispositivi erogabili» e l'articolo 5, comma 2-*bis* del decreto-legge 13 settembre 2012, n. 158 abbia poi fissato al 31 maggio 2013

l'aggiornamento dello stesso;

il mancato aggiornamento del nomenclatore preclude di fatto, l'accesso, da parte dei soggetti che ne hanno bisogno, a nuovi strumenti tecnologicamente più avanzati e, proprio perché tali, potenzialmente idonei a migliorare la qualità della loro vita,

impegna il Governo:

a provvedere tempestivamente all'aggiornamento del Regolamento recante norme per le prestazioni di assistenza protesica erogabili nell'ambito del servizio sanitario nazionale, al fine di garantire ai pazienti la disponibilità di protesi, ortesi ed ausili più adeguati alle specifiche esigenze terapeutiche e in linea con l'attuale avanzamento tecnologico.

G/1698/12/12

D'AMBROSIO LETTIERI, ZUFFADA, RIZZOTTI, FLORIS, SCILIPOTI ISGRÒ, VICECONTE, SCAVONE

La 12a Commissione,

in sede di esame del disegno di legge recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)

premesso che:

la donazione di medicinali non utilizzati, ma in piena efficacia e validità, a organizzazioni senza fini di lucro, svolta con finalità di solidarietà sociale nonché di tutela ambientale, economicità produttiva, è un'attività encomiabile e meritevole di incentivazione;

il decreto legislativo n. 219 del 2006, recante attuazione della direttiva 2001/83/CE all'articolo 157 rinvia ad un decreto interministeriale la disciplina relativa «alla utilizzazione, da parte di organizzazioni senza fini di lucro, di medicinali non utilizzati, correttamente conservati e ancora nel periodo di validità»;

premesso, inoltre, che:

per medicinali inutilizzati dovrebbero intendersi quei medicinali destinati a essere eliminati dal circuito commerciale o a non esservi immessi a causa, ad esempio, di difetti di confezionamento o di produzione dovuti al processo produttivo o distributivo tali da non comprometterne l'idoneità all'utilizzo in termini di qualità, sicurezza ed efficacia per il consumatore;

detti medicinali inutilizzati potrebbero essere oggetto di donazione a organizzazioni non lucrative di utilità sociale qualificate nel rispetto delle disposizioni previste dal decreto legislativo n. 219 del 2006 ovvero se accertato e documentato dal produttore la qualità e l'efficacia dei farmaci medesimi,

impegna il Governo:

a promuovere ogni iniziativa utile a stabilire, in tempi rapidi, idonei sistemi di raccolta dei medicinali non utilizzati chiarendo il ruolo dell'azienda donatrice e degli altri soggetti coinvolti nel processo di solidarietà al fine di consentire una corretta e sicura fruizione dei prodotti donati.

G/1698/13/12

D'AMBROSIO LETTIERI, ZUFFADA, FLORIS, SCILIPOTI ISGRÒ, RIZZOTTI, VICECONTE, SCAVONE

La 12a Commissione,

in sede di esame del disegno di legge recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015);

premesso che:

la legge 29/1994 disciplina la professione di terapista della riabilitazione non vedente;

il disposto della predetta legge è stata resa di fatto inapplicabile, poiché la figura professionale di terapista della riabilitazione non vedente è stata eliminata dal novero delle professioni sanitarie e sostituita con quella di fisioterapista in possesso del relativo diploma universitario dalla legge 26 febbraio 1999, n. 42, e dalla legge n. 251/2000;

l'articolo 4-*quater* del decreto-legge n. 250/2005 (convertito in legge n. 27/2006), ha poi ribadito che «ai sensi dell'articolo 6, comma 3, del decreto legislativo 30 dicembre 1992, n. 502, e

successive modificazioni, la formazione per l'accesso alle professioni sanitarie infermieristiche e tecniche della riabilitazione e della prevenzione è esclusivamente di livello universitaria»;

il combinato disposto di queste norme ha, pertanto, lasciato priva della copertura del sistema di collocamento al lavoro una delle figure storicamente più rilevanti per l'inserimento socio-lavorativo dei ciechi e degli ipovedenti, quale quella del fisioterapista e delle altre figure ad essa equiparate dall'ordinamento;

considerato che:

i fisioterapisti non vedenti sono professionisti sanitari in grado di praticare la fisioterapia e di elaborare e attuare direttamente interventi di prevenzione, diagnosi, cura e riabilitazione nelle aree della motricità, delle funzioni corticali superiori e di quelle viscerali,

impegna il Governo:

a valutare la possibilità di promuovere ogni iniziativa atta a consentire ai fisioterapisti non vedenti l'esercizio della professione sanitaria di riabilitazione;

a valutare la possibilità di prevedere il collocamento obbligatorio dei fisioterapisti non vedenti come già previsto per i terapisti della riabilitazione dalla legge 29/1994.

G/1698/14/12 (testo 2)

D'AMBROSIO LETTIERI, ZUFFADA, FLORIS, SCILIPOTI ISGRÒ, RIZZOTTI, VICECONTE, SCAVONE, FUCKSIA

La 12a Commissione,

in sede di esame del disegno di legge recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015);

premesso che:

le malattie neurodegenerative, come il morbo di Alzheimer, sono molto diffuse nell'età senile e sono destinate a coinvolgere un numero sempre maggiore di soggetti a causa del progressivo invecchiamento della popolazione;

il morbo di Alzheimer è un processo degenerativo irreversibile che distrugge lentamente e progressivamente le funzioni cognitive superiori, quali la memoria, il ragionamento e il linguaggio, fino a compromettere l'autonomia funzionale e la capacità di compiere le normali attività quotidiane;

le persone portatrici di questa malattia hanno problemi complessi per la cui soluzione, seppure parziale, è necessaria l'attività coordinata di specialisti medici e paramedici, oltre che di operatori socio-assistenziali;

sotto il profilo sanitario il problema fondamentale è che, attualmente, non se ne conoscono i fattori eziologici e le patogenesi, mentre dal punto di vista socio-economico il problema peggiore risiede nel fatto che tale patologia colpisce soggetti in età presenile rendendoli parzialmente o totalmente non autosufficienti, causando un peggioramento della qualità della loro vita e della vita dei loro familiari,

impegna il Governo:

a garantire l'attuazione del Piano demenze per la prevenzione, la diagnosi precoce e il trattamento terapeutico e assistenziale delle persone affette da morbo di Alzheimer;

a promuovere idonee iniziative atte a sostenere lo sviluppo della ricerca scientifica nel campo delle malattie neurodegenerative e della demenza;

a promuovere campagne di sensibilizzazione e di educazione sanitaria della popolazione al fine di migliorarne la consapevolezza e le modalità per rapportarsi alle strutture e agli operatori del Servizio Sanitario Nazionale.

G/1698/14/12

D'AMBROSIO LETTIERI, ZUFFADA, FLORIS, SCILIPOTI ISGRÒ, RIZZOTTI, VICECONTE, SCAVONE, FUCKSIA

La 12a Commissione,

in sede di esame del disegno di legge recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015);

premesso che:

le malattie neurodegenerative, come il morbo di Alzheimer, sono molto diffuse nell'età senile e sono destinate a coinvolgere un numero sempre maggiore di soggetti a causa del progressivo invecchiamento della popolazione;

il morbo di Alzheimer è un processo degenerativo irreversibile che distrugge lentamente e progressivamente le funzioni cognitive superiori, quali la memoria, il ragionamento e il linguaggio, fino a compromettere l'autonomia funzionale e la capacità di compiere le normali attività quotidiane;

le persone portatrici di questa malattia hanno problemi complessi per la cui soluzione, seppure parziale, è necessaria l'attività coordinata di specialisti medici e paramedici, oltre che di operatori socio-assistenziali;

sotto il profilo sanitario il problema fondamentale è che, attualmente, non se ne conoscono i fattori eziologici e le patogenesi, mentre dal punto di vista socio-economico il problema peggiore risiede nel fatto che tale patologia colpisce soggetti in età presenile rendendoli parzialmente o totalmente non autosufficienti, causando un peggioramento della qualità della loro vita e della vita dei loro familiari,

impegna il Governo:

a promuovere la definizione apposite linee guida per la prevenzione, la diagnosi precoce e il trattamento terapeutico e assistenziale delle persone affette da morbo di Alzheimer;

a promuovere idonee iniziative atte a sostenere lo sviluppo della ricerca scientifica nel campo delle malattie neurodegenerative e della demenza;

a promuovere campagne di sensibilizzazione e di educazione sanitaria della popolazione al fine di migliorarne la consapevolezza e le modalità per rapportarsi alle strutture e agli operatori del Servizio Sanitario Nazionale.

G/1698/15/12 (testo 2)

D'AMBROSIO LETTIERI, ZUFFADA, FLORIS, SCILIPOTI ISGRÒ, RIZZOTTI, VICECONTE, SCAVONE, FUCKSIA

La 12a Commissione,

in sede di esame del disegno di legge recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015);

premesso che:

la Cementifera Fibronit spa era una azienda produttrice di elementi per l'edilizia, tra cui l'eternit, fondata a Bari nel 1935;

la predetta società ha chiuso gli stabilimenti nel 1985 al termine di lunghissime vertenze sindacali e processuali promosse, con il sostegno di tutta la società civile, dai lavoratori che si ammalavano e morivano per l'esposizione alle polveri di amianto;

dal 1985 ad oggi, anche dopo la chiusura degli stabilimenti, Fibronit continua ad arrecare gravi danni alla collettività: i capannoni dismessi, infatti, non opportunamente bonificati, e soggetti ad un progressivo degrado con conseguente dispersione nell'aria di polveri sottili, divenuti una sorta di discarica a cielo aperto, si sono trasformati in una vera e propria «bomba ecologica» che, nel corso degli anni, ha provocato gravi patologie e talora anche la morte di numerosi residenti;

a causa di tale stato di cose si è venuto a creare un vasto movimento di opinione che ha coinvolto e sensibilizzato tutti i cittadini;

nel corso degli anni la vasta area inquinata è stata oggetto di più sequestri da parte dell'autorità giudiziaria che ha bloccato la rimozione e il trasporto in luoghi adatti allo smaltimento delle migliaia di tonnellate di materiali contenenti amianto;

premesso, inoltre, che:

la legge che in Italia mette al bando l'amianto risale al 1992 (legge 27 marzo 1992, n. 257);

i lavoratori la cui esposizione all'amianto è stata accertata alcuni anni dopo la chiusura degli stabilimenti sono costretti, ancora oggi, a defatiganti controversie per vedere riconosciuti i trattamenti straordinari di integrazione salariale o i pensionamenti anticipati secondo le norme vigenti;

il numero dei casi di malati d'amianto continua a crescere;

considerato che:

l'ex Fibronit è stata inserita nell'elenco dei siti inquinati di interesse nazionale allegato al decreto ministeriale ambiente e tutela del territorio 8 settembre 2001, n. 468 «Regolamento recante: programma nazionale di bonifica e ripristino ambientale»;

considerato, inoltre, che:

il Comune di Bari, nell'ottobre 2005, ha approvato il progetto esecutivo dei lavori di messa in sicurezza «di emergenza» dell'area. Detti lavori, interrotti nel 2007, nelle intenzioni, avrebbero dovuto portare al seppellimento dei rifiuti in un sarcofago e alla conseguente trasformazione del suolo inquinato nel Parco della Rinascita;

il Comune di Bari, da ultimo, ha approvato, lo scorso 13 febbraio 2013, il progetto definitivo e il quadro economico relativo alla messa in sicurezza «permanente» del sito inquinato di interesse nazionale ex Fibronit;

all'interrogante risulta che al termine della gara d'appalto, non ancora avviata, ? 14.983.930 milioni di euro previsti, 14.227.664 milioni di euro già stanziati e disponibili ? l'opera complessiva di bonifica potrebbe iniziare il prossimo anno,

impegna il Governo:

a valutare l'opportunità di predisporre una indagine al fine di verificare il numero di coloro i quali hanno contratto malattie a seguito dell'esposizione alle polveri di amianto.

G/1698/15/12

D'AMBROSIO LETTIERI, ZUFFADA, FLORIS, SCILIPOTI ISGRÒ, RIZZOTTI, VICECONTE, SCAVONE, FUCKSIA

La 12a Commissione,

in sede di esame del disegno di legge recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015);

premesso che:

la Cementifera Fibronit spa era una azienda produttrice di elementi per l'edilizia, tra cui l'eternit, fondata a Bari nel 1935;

la predetta società ha chiuso gli stabilimenti nel 1985 al termine di lunghissime vertenze sindacali e processuali promosse, con il sostegno di tutta la società civile, dai lavoratori che si ammalavano e morivano per l'esposizione alle polveri di amianto;

dal 1985 ad oggi, anche dopo la chiusura degli stabilimenti, Fibronit continua ad arrecare gravi danni alla collettività: i capannoni dismessi, infatti, non opportunamente bonificati, e soggetti ad un progressivo degrado con conseguente dispersione nell'aria di polveri sottili, divenuti una sorta di discarica a cielo aperto, si sono trasformati in una vera e propria «bomba ecologica» che, nel corso degli anni, ha provocato gravi patologie e talora anche la morte di numerosi residenti;

a causa di tale stato di cose si è venuto a creare un vasto movimento di opinione che ha coinvolto e sensibilizzato tutti i cittadini;

nel corso degli anni la vasta area inquinata è stata oggetto di più sequestri da parte dell'autorità giudiziaria che ha bloccato la rimozione e il trasporto in luoghi adatti allo smaltimento delle migliaia di tonnellate di materiali contenenti amianto;

premesso, inoltre, che:

la legge che in Italia mette al bando l'amianto risale al 1992 (legge 27 marzo 1992, n. 257);

i lavoratori la cui esposizione all'amianto è stata accertata alcuni anni dopo la chiusura degli stabilimenti sono costretti, ancora oggi, a defatiganti controversie per vedere riconosciuti i trattamenti straordinari di integrazione salariale o i pensionamenti anticipati secondo le norme vigenti;

il numero dei casi di malati d'amianto continua a crescere;

considerato che:

l'ex Fibronit è stata inserita nell'elenco dei siti inquinati di interesse nazionale allegato al decreto ministeriale ambiente e tutela del territorio 8 settembre 2001, n. 468 «Regolamento recante:

programma nazionale di bonifica e ripristino ambientale»;

considerato, inoltre, che:

il Comune di Bari, nell'ottobre 2005, ha approvato il progetto esecutivo dei lavori di messa in sicurezza «di emergenza» dell'area. Detti lavori, interrotti nel 2007, nelle intenzioni, avrebbero dovuto portare al seppellimento dei rifiuti in un sarcofago e alla conseguente trasformazione del suolo inquinato nel Parco della Rinascita;

il Comune di Bari, da ultimo, ha approvato, lo scorso 13 febbraio 2013, il progetto definitivo e il quadro economico relativo alla messa in sicurezza «permanente» del sito inquinato di interesse nazionale ex Fibronit;

all'interrogante risulta che al termine della gara d'appalto, non ancora avviata, ? 14.983.930 milioni di euro previsti, 14.227.664 milioni di euro già stanziati e disponibili ? l'opera complessiva di bonifica potrebbe iniziare il prossimo anno,

impegna il Governo:

a verificare, stante il costante aumento dei casi di malati da amianto, che l'intera area oggetto dello smaltimento risulti essere attualmente in sicurezza secondo le modalità di legge per gli aspetti inerenti la tutela della salute pubblica;

a verificare quante e quali risorse siano state fin qui impiegate per il ripristino dell'area e con quali risultati;

a verificare che nel corso degli ultimi dieci anni vi siano state responsabilità riguardo il mancato e/o ritardato recupero dell'area ex Fibronit e, in caso affermativo, a carico di chi e per quali atti;

a verificare i motivi per i quali non è stata ancora indetta la gara d'appalto per i lavori del progetto per la messa in sicurezza «permanente» dell'area ex Fibronit;

a verificare i criteri in base ai quali l'importo complessivo dei lavori è stato aggiornato;

a valutare l'opportunità di predisporre una indagine al fine di verificare il numero di coloro i quali hanno contratto malattie a seguito dell'esposizione alle polveri di amianto;

a valutare l'opportunità di nominare un Commissario Straordinario con il compito di assicurare nel minor tempo possibile la realizzazione dei lavori necessari per la messa in sicurezza «permanente» del sito ex Fibronit.

G/1698/16/12

MATURANI, DIRINDIN, MATTESINI, PADUA, AMATI, ORRU', SPILABOTTE, FISSORE, PEZZOPANE, BORIOLI, ZANONI, MANASSERO, CHITI, CANTINI, GUERRA, DALLA ZUANNA, CIRINNA', FABBRI, VERDUCCI, GIACOBBE, SOLLO, ELENA FERRARA, COLLINA, ASTORRE, DE BIASI, GRANAIOLA, SILVESTRO, ROMANO, MAURIZIO ROMANI , VICECONTE, SCAVONE, VALDINOSI

La 12a Commissione,

in sede di esame del disegno di legge recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015) (A.S.1698);

premesso che:

in data 25 novembre, come riportato da diversi organi di stampa nazionali, nel reparto di ginecologia dell'Ospedale Cervello di Palermo è stata ricoverata una donna di 30 anni con l'accusa di omicidio volontario, a seguito della morte della figlia neonata gettata nei rifiuti subito dopo il parto;

il predetto caso di cronaca è solo l'ultimo di una lunga serie di casi che vedono la morte di neonati abbandonati subito dopo il parto in condizioni che non consentono in alcun modo la sopravvivenza dei medesimi;

la nascita di un bambino è un evento straordinario nell'esistenza di una donna, che incide profondamente nella sua vita concreta, emotiva, nonché relazionale. Non tutte le donne riescono ad accogliere o sostenere la loro maternità, per una complessità di motivazioni che occorre ascoltare, comprendere e riconoscere. Durante la gravidanza, specie in situazioni di difficoltà di varia natura della madre a rispondere adeguatamente ai bisogni del bambino, occorre che la donna sia seguita in

maniera qualificata, per la tutela sua e del nascituro, in modo da evitare decisioni dagli esiti drammatici al momento del parto;

considerato che:

il comma 1, dell'articolo 30, del decreto Presidente della Repubblica, 3 novembre 2000, n. 396, recante «Regolamento per la revisione e la semplificazione dell'ordinamento dello stato civile, a norma dell'articolo 2, comma 12, della legge 15 maggio 1997, n. 127», dispone che: «La dichiarazione di nascita è resa da uno dei genitori, da un procuratore speciale, ovvero dal medico o dalla ostetrica o da altra persona che ha assistito al parto, rispettando l'eventuale volontà della madre di non essere nominata»;

le strutture ospedaliere presso le quali avviene la nascita sono dunque tenute ad assicurare alla madre e al neonato, per il quale è disposto l'immediato avvio del procedimento di adottabilità, la piena attuazione dei diritti sopra evidenziati, tramite i suoi operatori sanitari, psico-sociali, assistenziali e amministrativi, nella specificità delle loro professioni e competenze e nella interazione con le altre istituzioni demandate a tale tutela;

rilevato inoltre che:

diverse regioni ed in particolare alcune città italiane, per prevenire il fenomeno dell'abbandono traumatico del neonato, hanno promosso campagne informative in proposito, potenziando i servizi a tutela della donna in difficoltà e orientando gli ospedali più specializzati a seguire il parto in anonimato. Difatti, tempestive e adeguate informazioni alla donna in gravidanza, nonché interventi concreti in suo aiuto, di tipo sociale, economico e psicologico, consentono di garantire il diritto alla salute della gestante e del nascituro, un parto protetto nella struttura ospedaliera e, infine, la possibilità di esercitare una libera, cosciente e responsabile scelta da parte della donna, se riconoscere o meno il bambino;

il carattere non sistemico e strutturale delle predette campagne informative non è riuscito ad oggi a garantire il non ripetersi dei continui fatti di cronaca che registrano con una cadenza drammaticamente regolare le morti di neonati, abbandonati immediatamente dopo il parto,

impegna il Governo:

ad intraprendere iniziative al fine di realizzare su tutto il territorio nazionale, anche d'intesa con le Regioni, una capillare campagna informativa, nonché al fine di sostenere ogni altro mezzo idoneo ad arginare un fenomeno tragico che ancora oggi conta troppe vittime;

a promuovere l'istituzione di servizi di ascolto e di aiuto presso le Aziende Sanitarie Locali, con particolare attenzione al coinvolgimento dei consultori familiari, nonché presso le strutture ospedaliere al fine di garantire un'adeguata conoscenza del diritto per le donne di partorire nell'anonimato.

G/1698/17/12

FUCKSIA, GRANAIOLA, MAURIZIO ROMANI, VICECONTE, SCAVONE, VALDINOSI, TAVERNA, ICHINO

La 12a Commissione,

in sede di esame del disegno di legge recante «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)»;

premesso che:

nella tabella C del disegno di legge in esame si prevede per l'anno 2015 uno stanziamento per gli interventi in materia di animali di affezione e per la prevenzione del randagismo di 309 mila euro per il 2015 e 310 mila euro per il 2016; la legge di stabilità dell'anno precedente prevedeva invece per l'anno 2014 uno stanziamento di 325 mila euro;

considerato che:

la tutela degli animali e la lotta al randagismo sono principi fondamentali sanciti dalla legge 14 agosto 1991, n. 281, «Legge quadro in materia di animali di affezione e prevenzione del randagismo» che stabilisce «lo Stato promuove e disciplina la tutela degli animali d'affezione, condanna gli atti di

crudeltà contro di essi, i maltrattamenti ed il loro abbandono alfine di favorire la corretta convivenza tra uomo e animale e di tutelare la salute pubblica e l'ambiente». Un passo importante che riconosce agli animali d'affezione il diritto alla vita evitando la soppressione di quelli senza proprietario rinvenuti vaganti sul territorio;

le risorse stanziate dalla legge di stabilità in esame non sono sufficienti per garantire tutte le misure previste dalla legge n. 281/1991, come ad esempio l'attuazione da parte dei comuni di piani di controllo delle nascite attraverso la sterilizzazione dei randagi con conseguenti rischi per la salute pubblica;

il randagismo è una piaga dilagante nel nostro paese (soprattutto nel centro meridione), determinata soprattutto dagli abbandoni, circa 50.000 mila l'anno secondo le stime 2013 delle più accreditate associazioni animaliste (Lav e Gaia Animali Ambiente) e dalla mancanza di sterilizzazione,

impegna il Governo:

a valutare l'adozione di una reale politica di contrasto, di prevenzione e di soluzione del fenomeno del randagismo, conforme ai più alti standard europei di tutela degli animali, anche attraverso lo stanziamento di maggiori risorse finanziarie.

1.4.2.13. 13^ Commissione permanente (Territorio, ambiente, beni ambientali)

1.4.2.13.1. 13ªCommissione permanente (Territorio, ambiente, beni ambientali) - Seduta n. 110 (pom.) del 09/12/2014

collegamento al documento su www.senato.it

TERRITORIO, AMBIENTE, BENI AMBIENTALI (13ª)

MARTEDÌ 9 DICEMBRE 2014
110ª Seduta

Presidenza del Vice Presidente
DI BIAGIO

Interviene il sottosegretario di Stato per l'ambiente e la tutela del territorio e del mare Barbara Degani.

La seduta inizia alle ore 15.

IN SEDE CONSULTIVA

(1699 **e** 1699-*bis* **)** ***Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017 e relativa Nota di variazioni***, approvato dalla Camera dei deputati

- **(Tabb. 2 e 2-*bis*)** ***Stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017*** (limitatamente alle parti di competenza)
- **(Tabb. 9 e 9-*bis*)** ***Stato di previsione del Ministero dell'ambiente, della tutela del territorio e del mare per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017***
- **(Tabb. 10 e 10-*bis*)** ***Stato di previsione del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017*** (limitatamente alle parti di competenza)
- **(Tabb. 13 e 13-*bis*)** ***Stato di previsione del Ministero per i beni e le attività culturali per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2013-2017*** (limitatamente alle parti di competenza)

(1698) ***Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)***, approvato dalla Camera dei deputati

(Rapporti alla 5a Commissione. Esame congiunto e rinvio)

Il senatore LANIECE (*Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE*) illustra lo stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze (Tabella 2), per le parti di interesse della Commissione, sottolineando la rilevanza, nell'ambito della missione 8 (Soccorso civile), dei programmi 8.4 (Interventi per pubbliche calamità) e 8.5 (Protezione civile). Per tali programmi è prevista una dotazione complessiva di 1.751 milioni di euro, a seguito delle modifiche apportate dalla Camera, con una diminuzione di 671,6 milioni di euro rispetto all?assestato 2014 (- 30,6 per cento). La dotazione del programma 8.4 (Interventi per pubbliche calamità) è pari a 100,5 milioni di euro e sconta una riduzione di 36,1 milioni rispetto all?assestato per il 2014. Lo stanziamento del programma riguarda solo spese in conto capitale non rimodulabili. Le principali voci di spesa, relative ad investimenti, sono ripartite nel capitolo 7095 per la prosecuzione degli interventi di ricostruzione conseguenti agli eventi sismici della Campania, Basilicata, Puglia e Calabria del 1980 e 1982, con uno stanziamento, invariato rispetto al dato assestato, di 75,4 milioni di euro e nel capitolo 7411 "Fondo di solidarietà nazionale - interventi indennizzatori", con uno stanziamento di 25,1 milioni di euro (- 36,1 milioni rispetto all?assestato 2014). La dotazione complessiva del programma 8.5 (Protezione civile) era pari, nel testo originario, a 1.580,5 milioni di euro. A seguito delle modifiche della Camera, la dotazione ha avuto un incremento di 70 milioni di euro e risulta di un importo complessivo pari a 1.650,5 milioni di euro, in diminuzione di 635,5 milioni rispetto al dato assestato 2014.

Illustra poi lo stato di previsione del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti (Tabella 10), per le parti di interesse della Commissione, soffermandosi sulle missioni 14 (Infrastrutture pubbliche e logistica) e 19 (Casa e assetto urbanistico). Lo stanziamento di competenza relativo alle citate missioni recava, nel testo originario, previsioni di spesa per complessivi 4.054,6 milioni di euro, con un decremento, rispetto alle previsioni assestate per il 2014, di 470,1 milioni di euro, pari al 10,4 per cento . Tale stanziamento è attribuibile per gran parte alla missione 14. A seguito delle modifiche della Camera, lo stanziamento per la missione 14 (Infrastrutture pubbliche e logistica) è stato incrementato di 21,4 milioni di euro. Lo stanziamento di competenza relativo alle citate missioni 14 e 19 reca quindi previsioni di spesa per complessivi 4.076 milioni di euro. Lo stanziamento complessivo delle missioni 14 e 19 rappresenta più del 30 per cento dello stanziamento totale del Ministero. La maggior parte dello stanziamento di competenza per il 2015 è rappresentato da spese in conto capitale, le quali costituiscono oltre il 90 per cento del totale. La consistenza complessiva dei residui passivi presunti al 1° gennaio 2015 è valutata in 3.853 milioni di euro. Rispetto al dato assestato 2014, si registra una diminuzione dei residui, pari a 311,7 milioni di euro, corrispondente al 7,5 per cento. La quasi totalità dei residui (94 per cento) è concentrata nella missione 14. Data una massa spendibile di 7.907,6 milioni di euro ed autorizzazioni di cassa pari a 4.142,1 milioni di euro, il coefficiente di realizzazione risulta essere pari al 52,4 per cento (nel bilancio assestato era pari al 55,6 per cento) e rappresenta la capacità di spesa relativa alle due missioni. Lo stanziamento relativo alla missione 14 (Infrastrutture pubbliche e logistica) per l?anno 2015 era pari, nel disegno di legge originario, a 3.806,6 milioni di euro. A seguito delle modifiche della Camera, lo stanziamento per la missione 14 (Infrastrutture pubbliche e logistica) è stato incrementato di 21,4 milioni di euro. L'importo attuale dello stanziamento ammonta, pertanto, a 3.828 milioni euro. Nell'ambito di tale missione, circa il 70 per cento delle risorse è concentrato nel programma 14.10 (opere strategiche, edilizia statale ed interventi speciali e per pubbliche calamità) con 2.668,6 milioni di euro, a seguito delle modifiche della Camera. Le risorse iscritte nel programma 14.5 (Sistemi idrici, idraulici ed elettrici) sono pari a 42 milioni di euro, il 58 per cento dei quali è rappresentato da spese correnti. Oltre l?80 per cento dello stanziamento

complessivo è costituito da spese non rimodulabili. Le risorse iscritte nel programma 14.9 (Sicurezza, vigilanza e regolamentazione opere pubbliche) ammontano a 4,5 milioni di euro, quasi interamente destinati al funzionamento del Consiglio superiore dei lavori pubblici. Si tratta per la maggior parte (87 per cento), di spese per il personale non rimodulabili. La denominazione del programma 14.11 (Sistemi stradali, autostradali e intermodali) è stata modificata rispetto all?esercizio precedente, eliminando il riferimento ai sistemi ferroviari, in virtù dello spostamento dei capitoli relativi alle opere ferroviarie all?interno della missione 13 (Diritto alla mobilità). Le risorse del programma 14.11, nel testo originario del disegno di legge, ammontavano a 1.115,9 milioni di euro (+63,7 milioni rispetto al dato assestato, pari al 6 per cento). A seguito delle modifiche della Camera, lo stanziamento del programma ha avuto un decremento di 3 milioni di euro e risulta pertanto di 1.112,9 milioni di euro. Il decremento ricade intermente sull'azzeramento dello stanziamento per il capitolo 7501, relativo alla realizzazione delle opere infrastrutturali della pedemontana di Formia. Lo stanziamento relativo alla missione 19 (Casa e assetto urbanistico) per l?anno 2015 è pari a 248 milioni di euro, minore di 13,6 milioni rispetto all?assestato 2014 (-5,2 per cento). Nell'ambito di tale missione, lo stanziamento complessivo è attribuito al programma 19.2 (Politiche abitative, urbane e territoriali). La gran parte del programma 19.2 è costituita da spese correnti. Le spese rimodulabili sono pari circa al 63 per cento del totale dello stanziamento del programma. All?interno della missione 14 (Infrastrutture pubbliche e logistica) e della missione 19 (Casa e assetto urbanistico) vi sono programmi collocati nello stato di previsione del Ministero dell'economia (Tabella n. 2). Lo stanziamento di competenza relativo al programma 14.8 era, nel testo originario, pari a 611,4 milioni di euro. A seguito delle modifiche della Camera, lo stanziamento è stato incrementato di 200 milioni di euro. Risulta pertanto un ammontare dello stanziamento del programma pari a 811,4 milioni di euro. Le risorse assegnate al programma 19.1, costituite interamente da spese in conto capitale rimodulabili, erano pari, nel testo originario, a 1.218,5 milioni di euro. A seguito dell'esame presso la Camera dei deputati, lo stanziamento è stato incrementato di 200 milioni di euro e risulta pari a 1.418,5 milioni di euro. La gran parte dello stanziamento è destinata ai territori dell?Abruzzo colpiti dal sisma del 2009.

Il senatore VACCARI (*PD*) fa preliminarmente presente la complessità della manovra finanziaria per il triennio 2015-2017, che si inscrive in un contesto economico internazionale particolarmente complesso e, per alcuni tratti, contrastante. In tale quadro, il disegno della manovra richiede un contributo dalla spesa di ciascun comparto pubblico e mira al contempo a stimolare la ripresa dei diversi settori produttivi. Procede poi ad illustrare lo stato di previsione del Ministero dell?ambiente e della tutela del territorio e del mare (Tabella 9) osservando che lo stanziamento complessivo di competenza iscritto nello stato di previsione del Ministero dell?ambiente per il 2015 ammontava, nel testo originario presentato alla Camera dei deputati, a 632,8 milioni di euro. Rispetto al dato assestato 2014 (597,2 milioni) si registrava, quindi, un aumento di 35,6 milioni di euro (pari al 5,9 per cento). La nota di variazione N. 2680/bis, che recepisce gli effetti del disegno di legge di stabilità approvato dalla Camera, nonché le variazioni al progetto di bilancio a legislazione vigente apportate nel corso dell'esame parlamentare, fissa in 609,1 milioni di euro lo stanziamento complessivo di competenza iscritto nello stato di previsione del Ministero dell?ambiente, diminuendolo di 21,1 milioni di euro. Si registra, pertanto, rispetto al dato assestato un aumento di 14,5 milioni di euro. Lo stanziamento previsionale è composto per 365,5 milioni di euro da spese correnti, mentre le spese in conto capitale coprono una quota pari 233,5 milioni di euro. La consistenza dei residui passivi presunti al 1° gennaio 2015 è valutata complessivamente in 245,4 milioni di euro. Rispetto al dato assestato 2014 (325,1 milioni) si registra una consistente riduzione dei residui per 79,7 milioni di euro (pari al 24,5 per cento). Data una massa spendibile di 878,2 milioni di euro ed autorizzazioni di cassa pari a 662,8 milioni di euro, il coefficiente di realizzazione risulta essere pari al 75,5 per cento e rappresenta la capacità di spesa del Ministero. L?analisi per missioni evidenzia che i principali settori di intervento del Ministero ricadono nella missione 18 (Sviluppo sostenibile e tutela del territorio e dell?ambiente) con 482,3 milioni di euro e nella missione 17 (Ricerca e innovazione), in particolare nel programma 17.3 (Ricerca ambientale) con 81,9 milioni di euro. Gli stanziamenti della missione 18, a seguito delle

modifiche della Camera, sono pari a 482,3 milioni di euro per il 2015, con un aumento di 6,2 milioni di euro rispetto al dato assestato 2014. Le risorse del programma 18.3 (Valutazioni e autorizzazioni ambientali) ammontano a 8,9 milioni di euro con una riduzione di circa 2,9 milioni di euro rispetto al dato assestato 2014 (-24,4 per cento). Lo stanziamento del programma è imputato, quasi interamente, alle spese correnti, di cui le spese non rimodulabili ammontano a 3,7 milioni di euro. Le spese attinenti al programma 18.5 (Sviluppo sostenibile, rapporti e attività internazionali) erano pari a 45,5 milioni di euro, in gran parte dedicati all?attuazione di programmi europei ed internazionali, e registravano una diminuzione sul dato assestato 2014 per 7,9 milioni di euro (-14,9 per cento). A seguito della Nota di variazione, risulta uno stanziamento di 40,7 milioni di euro, con una diminuzione di 4,8 milioni di euro. La dotazione del programma 18.8 (Vigilanza, prevenzione e repressione in ambito ambientale) è di 19,9 milioni di euro. In aumento (+ 405 mila euro) rispetto al dato assestato 2014, è imputata alle spese correnti, prevalentemente non rimodulabili. La dotazione del programma 18.11 (Coordinamento generale, informazione ed educazione) era di 16,2 milioni di euro e scontava un aumento del 20,9 per cento rispetto al dato assestato 2014. Il 79,6 per cento dello stanziamento del programma riguarda spese in conto capitale rimodulabili. A seguito della Nota di variazione risulta una diminuzione di 400.000 euro e uno stanziamento di 15,8 milioni di euro. La dotazione di competenza del programma 18.12 (Gestione delle risorse idriche, tutela del territorio e bonifiche) era pari a 232,5 milioni di euro e registrava un aumento di 27,9 milioni di euro rispetto al dato assestato 2014 (13,6 per cento). Lo stanziamento del programma riguarda per il 69,5 per cento le spese in conto capitale, di cui il 75,4 per cento sono spese rimodulabili. A seguito della Nota di variazione risulta una diminuzione di 400.000 euro e uno stanziamento di circa 232 milioni di euro. Il decremento dello stanziamento ricade sul capitolo 7805 riguardante le spese per l'informazione e l'educazione ambientale, la dotazione del quale passa da 900.000 euro a 500.000 euro. La dotazione del programma 18.13 (Tutela e conservazione della fauna e della flora, salvaguardia della biodiversità e dell?ecosistema marino) ammontava a 154,5 milioni di euro, con un aumento del 3,2 per cento rispetto al dato assestato 2014. A seguito della Nota di variazione risulta uno stanziamento di 145 milioni di euro, con una diminuzione di 9,5 milioni di euro. La dotazione del programma 18.15 (Prevenzione e gestione dei rifiuti, prevenzione degli inquinamenti) ammonta a 10,2 milioni di euro, con una diminuzione del 6,4 per cento rispetto al dato assestato 2014. Il 66,7 per cento dello stanziamento del programma riguarda spese in conto capitale rimodulabili. La dotazione del programma 16 (Programmi e interventi per il governo dei cambiamenti climatici, gestione ambientale ed energie rinnovabili) ammontava a circa 12 milioni di euro con una diminuzione del 4,8 per cento rispetto al dato assestato 2014. Il 76,7 per cento dello stanziamento del programma riguarda spese in conto capitale rimodulabili. A seguito della Nota di variazione risulta uno stanziamento di 9,5 milioni di euro, con una diminuzione di 2,5 milioni di euro. Le risorse che, nell?ambito della missione 17 (Ricerca e innovazione), riguardano il Ministero dell'ambiente sono concentrate nel programma 17.3 (Ricerca in materia ambientale). Lo stanziamento di competenza del programma era pari a 82,4 milioni di euro, con una riduzione di 2,8 milioni di euro rispetto alle previsioni assestate 2014 (pari al 3,3 per cento). Lo stanziamento del programma riguarda per il 76 per cento spese correnti, di cui il 95 per cento è costituito da spese non rimodulabili. A seguito della Nota di variazione risulta uno stanziamento di 81,9 milioni di euro, con una diminuzione di 0,5 milioni di euro rispetto allo stanziamento previsto dal testo originario. Vi sono poi stanziamenti di interesse ambientale nello stato di previsione degli altri Ministeri. In particolare, all?interno dello stato di previsione del Ministero dell?economia gli stanziamenti relativi alla missione 18 (Sviluppo sostenibile e tutela del territorio e dell?ambiente) sono pari a 36,9 milioni di euro. Tale importo, iscritto nel programma 18.14 (Sostegno allo sviluppo sostenibile), è pressoché identico a quello previsto dal dato assestato 2014. Lo stanziamento del programma riguarda totalmente le spese in conto capitale e per il 90,2 per cento è costituito da spese non rimodulabili, insistendo prevalentemente sul capitolo 7328 "Annualità quindicennali per mutui per interventi relativi al patrimonio idrico nazionale da parte dei consorzi ed enti irrigui", ove sono allocati 33,3 milioni di euro. Si segnala, inoltre, nella missione 3 (Relazioni finanziarie con le autonomie territoriali), il programma 3.7 Rapporti finanziari con enti territoriali, di competenza del Ministero dell?economia, che reca uno stanziamento di 140 milioni di

euro per gli anni 2015 e 2016 per gli interventi di cui all?articolo 3, comma 9, del decreto legge n. 148 del 1993, concernente un contributo da destinare alla regione Calabria per interventi nei settori della manutenzione idrica e forestale, limitatamente ai lavoratori occupati in tale settore. Nello stato di previsione del Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali gli stanziamenti insistono sul programma 18.7 (Tutela e conservazione della fauna e della flora e salvaguardia della biodiversità), che nel testo originario prevedeva 195,9 milioni di euro destinati al Corpo forestale dello Stato. Lo stanziamento del programma riguarda spese correnti per il 97,4 per cento , di cui circa il 94 per cento riguarda spese non rimodulabili. A seguito delle modifiche apportate nel corso dell'esame presso la Camera dei deputati, lo stanziamento suddetto ha subito un decremento di 2,4 milioni di euro e, quindi, ammonta a 193,6 milioni di euro. Nello stato di previsione del Ministero dello sviluppo economico è presente il programma 15.5 (Pianificazione, regolamentazione, vigilanza e controllo delle comunicazioni elettroniche e radiodiffusione, riduzione inquinamento elettromagnetico) della missione Comunicazioni (15), con una dotazione di competenza di circa 10 milioni di euro per il triennio 2015-2017, e il programma 17.18 (Ricerca, innovazione, tecnologie e servizi per lo sviluppo delle comunicazioni e della società dell'informazione), con uno stanziamento originario di 11,6 milioni di euro per il 2015, 8,5 milioni di euro per il 2016 e 8,4 milioni di euro per il 2017, in cui tra l?altro sono incluse le azioni di prevenzione e riduzione dell'inquinamento elettromagnetico. Con riferimento all'ecobilancio inserito nel disegno di legge di bilancio 2015-2017, le risorse stanziate dallo Stato per la spesa primaria per la protezione dell?ambiente e l?uso e gestione delle risorse naturali secondo il disegno di legge di bilancio ammontano a circa 2,2 miliardi di euro nel 2015, pari allo 0,4 per cento della spesa primaria complessiva del bilancio dello Stato. Le stesse rimangono sostanzialmente stabili nel 2016 e subiscono una lieve riduzione nel 2017 (rispettivamente, 0,4 per cento e 0,3 per cento del bilancio dello Stato). Rispetto agli stanziamenti iniziali destinati alle stesse finalità nel 2014, pari a oltre 1,5 miliardi di euro, si registra un incremento del 4 per cento circa per il 2015. Osservando la distribuzione delle risorse tra i Ministeri, si nota che la maggior parte delle risorse destinate a finalità ambientali è assegnata al Ministero delle infrastrutture e dei trasporti (29,9 per cento nel 2015), al Ministero dell'ambiente (27,3 per cento) e al Ministero delle Politiche agricole alimentari e forestali (21,6 per cento) che insieme assorbono circa il 78,9 per cento del totale degli stanziamenti iniziali. L?analisi per missioni evidenzia invece che la quota maggiore di risorse per finalità ambientali riguarda la Missione Sviluppo sostenibile e tutela del territorio e dell'ambiente (31,8 per cento nel 2015, 32,8 per cento nel 2016 e 36,6 per cento nel 2017), nella quale rientra la maggior parte delle attività del Ministero dell?ambiente che ha competenza su tutti i settori di intervento.

Illustra quindi lo stato di previsione del Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo (Tabella 13), per le parti di interesse della Commissione, soffermandosi sulla missione 21 (Tutela e valorizzazione dei beni e attività culturali e paesaggistici). Lo stanziamento assegnato era originariamente pari a 1.408,1 milioni di euro e corrispondeva all?88,2 per cento dello stanziamento complessivo del Ministero. A seguito delle modifiche della Camera, lo stanziamento ha subito una riduzione di 22,3 milioni di euro e risulta pari a 1.385,7 milioni di euro. Tra i programmi in cui è articolata la missione rileva il programma 21.12 (Tutela delle belle arti, dell?architettura e dell?arte contemporanee; tutela e valorizzazione del paesaggio) che presenta uno stanziamento di competenza pari a 155, 7 milioni di euro. Il programma 21.14 (Coordinamento ed indirizzo per la salvaguardia del patrimonio culturale) presenta uno stanziamento di competenza pari a 5,2 milioni di euro. Il programma 21.15 (Tutela del patrimonio culturale) presenta uno stanziamento di competenza pari 164,1 milioni di euro. Il programma 21.16 (Tutela e promozione dell?arte e dell?architettura contemporanea e delle periferie urbane) presentano uno stanziamento di competenza pari a 13,3 milioni di euro.

Illustra, di seguito, le disposizioni del disegno di legge di stabilità per il 2015 di interesse della Commissione. Con riferimento all'articolo 1 del disegno di legge di stabilità, il comma 42 prevede la proroga delle detrazioni per gli interventi di ristrutturazione edilizia e di riqualificazione energetica, mantenendo anche per il 2015 le attuali misure del 50 per cento per le ristrutturazioni e per il connesso acquisto di mobili e del 65 per cento per gli interventi di riqualificazione energetica, inclusi quelli

relativi alle parti comuni degli edifici condominiali. Il comma 43 destina una quota di 60 milioni di euro delle risorse disponibili di cui all?articolo 2, comma 2, del decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri 28 ottobre 2014 finalizzate al pagamento di mutui e prestiti obbligazionari attivati sulla base di specifiche disposizioni normative a seguito di calamità naturali, in favore del Fondo emergenze nazionali di cui all'articolo 5, comma 5-*quinquies*, della legge n. 225 del 1992. L'articolo 2, comma 103, riduce di 1 milione di euro, a decorrere dal 2015, l?autorizzazione di spesa disposta dall?articolo 3, comma 1, della legge n. 124 del 1994, per la ratifica e l?esecuzione della convenzione sulla biodiversità fatta a Rio de Janeiro il 5 giugno 1992. Il comma 131 prevede che, a decorrere dal 2015, venga ridotta di 6,4 milioni di euro l?autorizzazione di spesa per la prosecuzione del Piano irriguo nazionale disposta dalla legge finanziaria 2008. I commi da 154 a 156 definiscono il concorso delle province e delle città metropolitane al contenimento della spesa pubblica, attraverso una riduzione della loro spesa corrente, nell?importo complessivo di 2.200 milioni per il 2015, 3.200 milioni per il 2016 e 4.200 milioni a decorrere dall?anno 2017. Al fine del contenimento delle spese correnti, si dispongono una serie di divieti alle province delle regioni a statuto ordinario. Il comma 157 riduce la dotazione del Fondo di solidarietà comunale di 1.200 milioni di euro a decorrere dall?anno 2015, mentre il comma 158 prevede una riduzione del concorso al contenimento della spesa per l'anno 2015 per i comuni colpiti da eventi sismici negli ultimi anni. Il comma 211 proroga all?anno 2015 l?applicazione della disciplina concernente l?utilizzo dei proventi dei permessi di costruire e delle sanzioni previste dal testo unico in materia edilizia contenuta nell?articolo 2, comma 8, della legge n. 244 del 2007. Il comma 218 proroga al 31 dicembre 2015, il termine per il riconoscimento del compenso per prestazioni di lavoro straordinario rese per attività connesse allo stato di emergenza, per gli eventi sismici che hanno interessato, il 20 e il 29 maggio 2012, i territori delle Regioni Emilia-Romagna, Lombardia e Veneto. L?articolo 2, comma 222, individua correttamente i territori colpiti dagli eventi sismici del 2009 e del 2012, esentati dall'applicazione delle misure per la centralizzazione degli acquisti al fine di ricomprendere, a decorrere dal 12 novembre 2014, in tali territori, anche quelli delle regioni Lombardia e Veneto colpiti dal sisma del 2012. La disposizione è identica all?articolo 3 del decreto-legge 165 del 2014, in corso di conversione (Atto Camera 2715) entrato in vigore il 12 novembre 2014, di cui è contestualmente disposta l?abrogazione. Il comma 267 interviene sulla disciplina vigente dei servizi pubblici locali modificando e innovando in materia di: ruolo e funzioni degli enti di governo degli ambiti o bacini territoriali ottimali o omogenei; mantenimento della concessione in caso di acquisizione o fusione societaria; criteri per i finanziamenti disposti a valere su risorse statali relativamente ai servizi pubblici locali a rete di rilevanza economica; esclusione di talune categorie di spese dal patto di stabilità interno. I commi da 268 a 271 prevedono la realizzazione da parte di regioni, enti locali, camere di commercio, università, autorità portuali, di un piano di razionalizzazione delle società e partecipazioni societarie in modo da conseguire la riduzione delle stesse entro il 31 dicembre 2015. Il comma 272 modifica la disciplina vigente sull'affidamento diretto ammettendolo per società con i requisiti prescritti dall'ordinamento europeo per la gestione in house comunque partecipate da enti locali ricadenti nell'ambito territoriale ottimale. L'articolo 3, comma 28, intervenendo sull'articolo 25, comma 1 del decreto-legge n. 78 del 2010, innalza dal 4 all?8 per cento l'aliquota della ritenuta, operata da banche o da Poste italiane SpA, sugli accrediti dei pagamenti, a mezzo bonifici, disposti dai contribuenti per beneficiare di oneri deducibili o in relazione ai quali spettano detrazioni fiscali. Il comma 31 stabilisce che il finanziamento garantito dallo Stato a favore dei titolari di imprese industriali, commerciali, agricole ovvero per i lavoratori autonomi, che abbiano subito un danno economico alle loro attività a seguito del sisma del maggio 2012 è concesso nei limiti e alle condizioni del Regolamento (CE) n. 1998 del 2006 della Commissione relativo all?applicazione degli articoli 87 e 88 del trattato agli aiuti di importanza minore, cosiddetto *de minimis*. Il comma 32 attribuisce ai soggetti colpiti dal sisma del 13 e 16 dicembre 1990, che ha interessato le province di Catania, Ragusa e Siracusa, che abbiano versato imposte per il triennio 1990-1992 per un importo superiore al dovuto, il diritto al rimborso di quanto indebitamente versato, purché abbiano presentato apposita istanza.

Il presidente DI BIAGIO propone di fissare il termine per la presentazione degli emendamenti e degli ordini del giorno per le ore 10 di domani, mercoledì 10 dicembre 2014. A tale riguardo, ricorda che presso le Commissioni permanenti in sede consultiva alle singole tabelle sono proponibili soltanto emendamenti compensativi concernenti lo stesso stato di previsione, emendamenti che propongono riduzioni nette ad un singolo stato di previsione, non correlate con variazioni di segno opposto in altri stati di previsione, nonché emendamenti privi di conseguenze finanziarie.

La Commissione conviene.

Il seguito dell'esame congiunto è quindi rinviato.

SULLA PUBBLICAZIONE DI DOCUMENTI ACQUISITI

Il presidente DI BIAGIO comunica che nel corso delle audizioni informali svolte in Ufficio di Presidenza integrato dai rappresentanti dei Gruppi per l'esame del disegno di legge n. 1676, nelle riunioni della scorsa settimana, sono state consegnate documentazioni che, appena possibile, saranno rese disponibili per la pubblica consultazione sulla pagina *web* della Commissione.

La Commissione prende atto.

La seduta termina alle ore 15,40.

1.4.2.13.2. 13ªCommissione permanente (Territorio, ambiente, beni ambientali) - Seduta n. 111 (pom.) del 10/12/2014

collegamento al documento su www.senato.it

TERRITORIO, AMBIENTE, BENI AMBIENTALI (13ª)

MERCOLEDÌ 10 DICEMBRE 2014
111ª Seduta

Presidenza del Presidente
MARINELLO
indi del Vice Presidente
DI BIAGIO
indi del Presidente
MARINELLO

Interviene il sottosegretario di Stato per l'ambiente e la tutela del territorio e del mare Barbara Degani.

La seduta inizia alle ore 15.

IN SEDE CONSULTIVA

(1699 **e** 1699-*bis* **)** ***Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017*** **e relativa** ***Nota di variazioni***, approvato dalla Camera dei deputati

- **(Tabb. 2 e 2-*bis*)** Stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017 *(limitatamente alle parti di competenza)*
- **(Tabb. 9 e 9-*bis*)** Stato di previsione del Ministero dell'ambiente, della tutela del territorio e del mare per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017
- **(Tabb. 10 e 10-*bis*)** Stato di previsione del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017 *(limitatamente alle parti di competenza)*
- **(Tabb. 13 e 13-*bis*)** Stato di previsione del Ministero per i beni e le attività culturali per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2013-2017 *(limitatamente alle parti di competenza)*

(1698) ***Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)***, approvato dalla Camera dei deputati

(Rapporti alla 5a Commissione. Seguito e conclusione dell'esame congiunto con esiti distinti. Rapporto favorevole sulle Tabelle 2 e 2-*bis*, per le parti di competenza, e sulle parti corrispondenti del disegno di legge di stabilità. Rapporto favorevole con osservazioni sulle Tabelle 9 e 9-*bis* e sulle parti corrispondenti del disegno di legge di stabilità. Rapporto favorevole con condizione e osservazione sulle Tabelle 10 e 10-*bis*, per le parti di competenza, e sulle parti corrispondenti del disegno di legge di stabilità. Rapporto favorevole sulle Tabelle 13 e 13-*bis*, per le parti di competenza, e sulle parti corrispondenti del disegno di legge di stabilità)

Riprende l'esame congiunto sospeso nella seduta di ieri.

Il presidente MARINELLO dichiara aperta la discussione generale congiunta.

La senatrice MORONESE (*M5S*) rileva preliminarmente che la manovra finanziaria in esame si attesta su un valore complessivo di 36 miliardi, ben 15 dei quali provenienti dalla *spending review*, presentati come un taglio agli sprechi, ma che potrebbero tradursi nella riduzione dei servizi ai cittadini. Altri 11 miliardi derivano dall'aumento del *deficit* e determinano ritardi negli interventi strutturali sui conti pubblici. Ben 3,8 miliardi dovrebbero arrivare dalla lotta all'evasione, 3,6 miliardi dalla tassazione delle rendite finanziarie, 1 miliardo dalle *slot machine* e 1 miliardo dalla riprogrammazione dei fondi europei. L'articolo 2, comma 103, prevede a decorrere dall'esercizio finanziario 2015 un'altra significativa riduzione degli obblighi di ratifica ed esecuzione della convenzione sulla biodiversità, stipulata a Rio de Janeiro il 5 giugno 1992 per le cui finalità è previsto un taglio di un milione di euro, pari al 25 per cento dell'importo originariamente previsto. Le riduzioni indicate superano l'importo di autorizzazione di spesa contemplata dall'articolo 3, comma 1, della legge n. 124 del 2004 e il capitolo su cui opera la riduzione (capitolo 1617 dello stato di previsione del Ministero dell'ambiente) ha una dotazione di competenza di 3,95 milioni di euro per il triennio 2015- 2017. L'articolo 1, comma 45, prevede per il Ministero dell'ambiente, un ulteriore taglio pari a 6,5 milioni di euro, di cui 3,5 relativi all'unità previsionale di base 18.1 «Sviluppo sostenibile e tutela del territorio e dell'ambiente» e 3 milioni di euro relativi a fondi da ripartire. L'articolo 2, commi da 154 a 158 e 160, riduce del 50 per cento il Fondo di solidarietà comunale che interessa i comuni dell'Emilia Romagna, della Lombardia e del Veneto colpiti dal sisma dell'aprile 2009, nonché i comuni della Toscana colpiti dal sisma che il 21 giugno 2013 ha interessato le province di Lucca e Massa Carrara. Inoltre, il capitolo 7511 prevede uno stanziamento di 50 milioni di euro, per interventi di messa in sicurezza del territorio contro il dissesto idrogeologico rispetto al dato assestato del 2014 di 30 milioni di euro. Tale stanziamento risulta essere comunque insufficiente per far fronte alla messa in sicurezza del territorio. Il capitolo 7512 prevede uno stanziamento di 30 milioni di euro, per la costituzione di un fondo per il finanziamento di un piano straordinario di bonifica delle discariche abusive, a fronte di uno stanziamento iniziale di 60 milioni di euro. Il programma 18.12 (Gestione delle risorse idriche, tutela del territorio e bonifiche) aveva una dotazione di competenza pari a 232,5 milioni di euro registrando un aumento di 27,9 milioni di euro rispetto al dato assestato 2014 (13,6 per cento) e che a seguito della Nota di variazione risulta in diminuzione di 400.000 euro. Ne risulta, quindi, uno stanziamento di circa 232 milioni di euro. Il relativo decremento ricade sul capitolo 7805, relativo alle spese per l'informazione e l'educazione ambientale, la cui dotazione passa da 900.000 euro a 500.000 euro. Nella tabella "D" sono disposti

tagli relativi alla ratifica ed esecuzione del protocollo di Kyoto alla Convenzione quadro delle Nazioni Unite. In tale contesto, le risorse a disposizione del Ministero dell'ambiente sembrano insufficienti ad affrontare le grandi sfide a cui il Paese è chiamato e sono lontane dal correggere il *trend* negativo che fissa, per il 2015, nello stato di previsione del Dicastero dell?ambiente uno stanziamento complessivo di competenza di 609,1 milioni di euro, diminuendolo di 21,1 milioni di euro, come disposto dalla nota di variazione n. 2680/*bis*. La tabella 10 del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti, missione 14 (in particolare la missione 14.11 sistemi stradali, autostradali e intermodali pari a 1.112 milioni di euro), per l?anno 2015 era pari, nel disegno di legge originario, a 3.806,6 milioni di euro, che a seguito delle modifiche della Camera dei deputati, è stato incrementato di 21,4 milioni di euro. L'importo attuale dello stanziamento ammonta a 3.828 milioni di euro. Infine, lo stanziamento di 30 milioni di euro per la bonifica delle discariche abusive appare incapiente anche per il solo pagamento delle sanzioni comunitarie inflitte dalla Corte di Giustizia europea per la violazione della normativa comunitaria sulla gestione del ciclo dei rifiuti. Sulla base di quanto evidenziato, lo schema di rapporto proposto dal suo Gruppo, pubblicato in allegato, è contrario.

Il senatore PICCOLI (*FI-PdL XVII*) osserva preliminarmente che il disegno della manovra risulta incapace di attivare meccanismi di crescita economica. Si sofferma in particolare sulla proroga relativa delle detrazioni fiscali di cui al cosiddetto *ecobonus* al 31 dicembre 2015, che potrebbero ottenere risultati apprezzabili, se l'incentivo fiscale venisse stabilizzato. Quasi nulla è poi l'incidenza delle disposizioni in materia di fonti rinnovabili per la produzione di energia, in una situazione che vede fortemente sfavoriti gli investimenti per la produzione energetica da fotovoltaico. Il disegno di legge di stabilità poteva essere l'occasione per approfondire i risvolti ambientali di una rinnovata strategia energetica nazionale, ma così non è. Andrebbero rimossi i limiti alla spesa delle Amministrazioni locali per gli interventi a tutela del territorio e a salvaguardia dal rischio idrogeologico, sui quali anche la Corte dei Conti ha espresso una valutazione fortemente critica. Urgente è un intervento incisivo sul reticolo idrografico minore, che rappresenta un elemento cruciale ai fini della sicurezza del territorio e della incolumità personale in caso di piogge eccezionali. Le disposizioni relative al riassetto delle società partecipate dagli Enti locali per la gestione dei servizi pubblici sembrano contraddittorie ed evidenziano incongruenze significative con particolare riferimento all'approvazione dei piani d'ambito e al sostenimento dei costi di nuovi investimenti infrastrutturali che prevedono l'intervento dello Stato.

Il senatore MIRABELLI (*PD*) ritiene che la manovra di finanza pubblica si muova, con riferimento ai temi di interesse della Commissione, in coerenza con il dibattito svolto in Commissione. Nonostante la riduzione generalizzata della spesa pubblica, nelle materie di interesse ambientale il Governo ha riservato specifica attenzione alle aree del Paese colpite da catastrofi naturali, fornendo assistenza alle popolazioni per la ripresa della vita economica. Anche il tema della prevenzione del rischio idrogeologico è stato oggetto di disposizioni particolari volte a dare seguito alla normativa introdotta nel decreto-legge n. 133 del 2014, cosiddetto "decreto sblocca Italia". Importanti interventi sono stati infine riservati ai territori in cui purtroppo il rischio idrogeologico si è concretizzato in danno. Suggerisce poi di ampliare la platea dei soggetti che possono accedere alle detrazioni dell'*ecobonus* a quelli che operano nell'edilizia sociale. Tale estensione consentirebbe di intervenire sul degrado abitativo di certa edilizia conferendo un ulteriore impulso alle connesse attività imprenditoriali. Sempre con riferimento all'edilizia sociale andrebbero ulteriormente sfruttati gli strumenti di leva fiscale per incrementare il numero degli alloggi offerti sul mercato degli affitti, mirando a risolvere il problema abitativo delle fasce sociali più deboli non con lo sviluppo di grandi quartieri popolari ma mediante l'incentivazione degli affitti a canone concordato.

Il senatore ARRIGONI (*LN-Aut*) ritiene che, nonostante le ottimistiche affermazioni del Presidente del Consiglio dei Ministri, la manovra non riesca a migliorare la competitività del sistema nazionale poiché si prosegue nella logica dei tagli contabili lineari e delle coperture finanziarie incerte. Anche

quando si promette un taglio dell'imposta regionale sulle attività produttive (IRAP) per il prossimo anno, si trascura di intervenire sul costo già gravoso per l'anno appena trascorso. Difficilmente sostenibile è poi la posizione del Governo sul bonus degli 80 euro, che esclude ancora diverse categorie di soggetti, ed insufficienti sono le risorse stanziate per la difesa del suolo e per la protezione dell'ambiente. L'*ecobonus* per l'efficientamento energetico degli edifici e le detrazioni per la ristrutturazione edilizia meriterebbero di essere stabilizzati, mentre grava sulle imprese la prossima entrata in vigore delle sanzioni del Sistema di controllo della tracciabilità dei rifiuti (SISTRI). Regioni ed enti locali sono sottoposti a tagli contabili a prescindere dal modo in cui sono stati amministrati e gravi sono le difficoltà in cui versano allorché devono realizzare interventi di tutela del territorio. Il Governo aveva promesso una semplificazione della imposizione fiscale locale mediante la fusione della tassa sui servizi indivisibili (TASI) e l'imposta municipale unica (IMU) nella *local tax*. Ad oggi però l'unica certezza rimane il pagamento dell'IMU sui terreni incolti e collinari. Sulla base di tali considerazioni preannuncia il voto contrario del suo Gruppo.

Il senatore CALEO (*PD*) fa presente che il disegno della manovra di bilancio punta a fronteggiare una situazione economica e finanziaria di grave difficoltà. Va però considerata favorevolmente la maggiore capacità di spesa dei residui da parte del Ministero dell'ambiente. In tale prospettiva, la proroga dell'*ecobonus* rappresenta un elemento di fiducia, anche in considerazione dell'impulso che in passato le relative detrazioni fiscali hanno conferito all'edilizia. Appare opportuno prevedere una specifica disciplina per il finanziamento degli interventi di demolizione o rimozione degli immobili abusivi realizzati in aree soggette a rischio idrogeologico elevato o molto elevato. Risulta altresì importante un intervento volto a consentire l'operatività delle principali agenzie ambientali, quali l'Istituto superiore per la protezione e la ricerca ambientale (ISPRA) e le agenzie regionali per la protezione dell'ambiente (ARPA). Auspica infine che lo sforzo coeso dei componenti della Commissione consenta di migliorare il provvedimento nel corso dell'esame in Senato.

Poichè non vi sono altri interventi, il presidente DI BIAGIO dichiara conclusa la discussione generale congiunta.

La seduta, sospesa alle ore 16, riprende alle ore 17.

Il relatore VACCARI (*PD*), in sede di replica, dà conto delle parti che intende inserire nello schema di rapporto sulle tabelle 9 e 9-*bis* e sulle parti connesse del disegno di legge di stabilità.

Il relatore LANIECE (*Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE*) rinuncia alla replica.

Il sottosegretario DEGANI fa presente che i temi sollevati in discussione sono all'attenzione del Governo e del Ministero dell'ambiente. Significativi sono gli interventi nel campo delle bonifiche: il numero delle discariche abusive è drasticamente diminuito da 4.866 a 45 e sono stati stanziati 60 milioni di euro per un programma straordinario che consentirà, in tempi brevi, di ridurre ulteriormente il numero a 15, mentre è in corso con l'Unione europea un dialogo per limitare gli effetti delle sanzioni comunitarie. Sottolinea poi gli interventi di razionalizzazione con riferimento al servizio idrico integrato e al sistema delle autorità di bacino. Per quanto concerne la gestione del ciclo dei rifiuti, forte è l'orientamento dell'Esecutivo di incentivare le strategie di riciclaggio. In merito al dissesto idrogeologico esprime l'orientamento favorevole del Governo ad un emendamento che preveda un piano straordinario per il finanziamento dei progetti già cantierabili. Il Ministero dell'ambiente crede fortemente negli effetti positivi delle misure di fiscalità ambientale, quali l'ecobonus per le ristrutturazioni energetiche, che auspica possa essere stabilizzato. Il Governo ha inoltre ben presente le difficoltà degli operatori economici interessati dall'avvio di meccanismi sanzionatori del SISTRI. Nel

disegno di legge 1676, cosiddetto "collegato ambientale", è previsto il rinvio dell'entrata in vigore delle sanzioni a fine del prossimo anno. Avverte infine che il tema dell'IMU sui terreni incolti e collinari è all'attenzione dell'Esecutivo, che sta lavorando per la presentazione di un apposito emendamento.

Il presidente MARINELLO avverte che l'ordine del giorno n. 1 è stato sottoscritto dal senatore Iurlaro.

Dopo che i relatori hanno espresso parere favorevole sull'ordine del giorno n. 1, il sottosegretario DEGANI dichiara di accoglierlo.

Il presidente MARINELLO verifica la presenza del prescritto numero legale.

Il relatore LANIECE (*Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE*) propone lo schema di rapporto favorevole sulle tabelle 2 e 2-*bis*, per le parti di competenza della Commissione, e sulle parti connesse del disegno di legge di stabilità, pubblicato in allegato, che posto ai voti risulta approvato.

Il relatore LANIECE (*Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE*) propone lo schema di rapporto favorevole con condizione e osservazione sulle tabelle 10 e 10-*bis*, per le parti di competenza della Commissione, e sulle parti connesse del disegno di legge di stabilità, pubblicato in allegato, che posto ai voti risulta approvato.

Il relatore VACCARI (*PD*) propone lo schema di rapporto favorevole con osservazioni sulle tabelle 9 e 9-*bis* e sulle parti connesse del disegno di legge di stabilità, pubblicato in allegato, che posto ai voti risulta approvato.

Il relatore VACCARI (*PD*) propone lo schema di rapporto favorevole sulle tabelle 13 e 13-*bis*, per le parti di competenza della Commissione, e sulle parti connesse del disegno di legge di stabilità, pubblicato in allegato, che posto ai voti risulta approvato.

Il presidente MARINELLO (*NCD*) dichiara quindi concluso l'esame congiunto dei documenti di bilancio.

SULLA GESTIONE DEL CICLO DEI RIFIUTI NELLA REGIONE SICILIANA

Il senatore COMPAGNONE (*GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI)*) esprime preoccupazione per le notizie riportate in questi giorni dagli Organi di stampa, secondo le quali il Presidente della Regione Siciliana intende inoltrare la richiesta di dichiarazione di emergenza per le criticità accertate nella gestione del ciclo dei rifiuti, in conseguenza della chiusura di due impianti di discarica. Ciò consentirebbe di impiegare analoghe strutture già esistenti sul territorio per assicurare lo smaltimento dei rifiuti prodotti per un periodo di sessanta giorni circa. Nonostante le reiterate dichiarazioni di emergenza ed i benefici di legge di cui il Governo regionale ha usufruito, trascorsi oltre i quindici anni

dalle prime evidenze di tali criticità, l'unica strada percorsa continua ad essere il ricorso allo smaltimento in discarica senza che nulla sia stato attivato per avviare un sistema regionale di recupero e riciclo dei rifiuti, secondo quanto imposto dalla normativa comunitaria e nazionale. Ritiene pertanto opportuno che la Commissione si attivi per acquisire elementi informativi sul livello di criticità causato dall'assenza di una gestione del ciclo dei rifiuti nell'Isola.

Il presidente MARINELLO si associa alle preoccupazioni espresse dal senatore Compagnone ed assicura di essersi già attivato per acquisire gli opportuni elementi informativi dal Ministro dell'ambiente e, laddove necessario, dal Presidente del Consiglio dei Ministri.

La Commissione prende atto.

La seduta termina alle ore 17,20.

RAPPORTO APPROVATO DALLA COMMISSIONE SULLO STATO DI PREVISIONE DEL MINISTERO DELL'ECONOMIA E DELLE FINANZE PER L'ANNO FINANZIARIO 2015 E PER IL TRIENNIO 2015-2017, LIMITATAMENTE ALLE PARTI DI COMPETENZA, E RELATIVA NOTA DI VARIAZIONI (DISEGNI DI LEGGE NN. 1699 e 1699-*BIS* - TABELLE 2 E 2-*BIS*), E SULLE PARTI CORRISPONDENTI DEL DISEGNO DI LEGGE N. 1698

La 13a Commissione permanente, esaminate le parti di competenza dello stato di previsione del Ministero dell?economia e delle finanze per l'anno finanziario 2015, e le parti corrispondenti del disegno di legge di stabilità,

esprime rapporto favorevole.

SCHEMA DI RAPPORTO PROPOSTO DAI SENATORI MARTELLI, MORONESE E NUGNES SULLO STATO DI PREVISIONE DEL MINISTERO DELL'AMBIENTE, DELLA TUTELA DEL TERRITORIO E DEL MARE, PER L'ANNO FINANZIARIO 2015 E PER IL TRIENNIO 2015-2017 E RELATIVA NOTA DI VARIAZIONI (DISEGNI DI LEGGE NN. 1699 e 1699-BIS - TABELLE 9 E 9-BIS), E SULLE PARTI CORRISPONDENTI DEL DISEGNO DI LEGGE N. 1698

La 13a Commissione permanente, esaminate le parti di competenza dello stato di previsione del Ministero dell'ambiente, della tutela del territorio e del mare per l'anno finanziario 2015, e le parti corrispondenti del disegno di legge di stabilità,

premesso che,

la manovra del Governo Renzi si attesta su un valore complessivo di 36 miliardi, dei quali: ben 15 miliardi provenienti dalla *spending review*, promossi come un taglio agli sprechi, ma che potrebbero tradursi nella riduzione dei servizi ai cittadini, 11 miliardi dall'aumento del *deficit*, che potrebbero rimandare interventi strutturali sui conti pubblici, 3,8 miliardi dovrebbero arrivare dalla lotta all'evasione, 3,6 miliardo dalla tassazione delle rendite finanziarie, 1 miliardo dalle *slot machine* e 1 miliardo dalla riprogrammazione dei fondi europei;

l'articolo 2, al comma 103, prevede, a decorrere dall'esercizio finanziario 2015, un'altra significativa riduzione, riguardante la legge 14 febbraio 1994, n. 124 rubricata: «Ratifica ed esecuzione della convenzione sulla biodiversità, stipulata a Rio de Janeiro il 5 giugno 1992», per le cui finalità è previsto un taglio di un milione di euro, pari al 25 per cento dell'importo originariamente previsto per il 2015. Si precisa, che le riduzioni indicate superano l'importo di autorizzazione di spesa contemplata dall'articolo 3, comma 1, della legge n. 124 del 2004 e che il capitolo su cui opera la riduzione (capitolo 1617 dello stato di previsione del Ministero dell'ambiente) ha una dotazione di competenza di 3,95 milioni di euro per il triennio 2015- 2017;

l'articolo 1 al comma 45 prevede per il Ministero dell'ambiente, un ulteriore taglio pari a 6,5 milioni di euro, di cui 3,5 relativi all'unità previsionale di base 18.1 «Sviluppo sostenibile e tutela del territorio e dell'ambiente» e 3 milioni di euro relativi a fondi da ripartire;

l'articolo 2, commi da 154 a 158 e 160 riducono del 50 per cento (1.200 milioni di euro) il Fondo di solidarietà comunale che interessa i comuni dell'Emilia Romagna, della Lombardia e del Veneto colpiti dal sisma dell'aprile 2009, nonché i comuni della Toscana colpiti dal sisma che il 21 giugno 2013 ha interessato le province di Lucca e Massa Carrara;

rilevato inoltre che:

il capitolo 7511 prevede uno stanziamento di 50 milioni di euro, per interventi di messa in sicurezza del territorio contro il dissesto idrogeologico rispetto al dato assestato del 2014 di 30 milioni di euro; stanziamento che risulta essere comunque insufficiente per far fronte alla grande e grave piaga della messa in sicurezza del territorio contro dissesto idrogeologico italiano;

capitolo 7512 prevede uno stanziamento di 30 milioni di euro, per la costituzione di un fondo per il finanziamento di un piano straordinario di bonifica delle discariche abusive, a fronte di uno stanziamento iniziale di 60 milioni di euro;

il programma 18.12 (Gestione delle risorse idriche, tutela del territorio e bonifiche) aveva una dotazione di competenza pari a 232,5 milioni di euro registrando un aumento di 27,9 milioni di euro rispetto al dato assestato 2014 (13,6 per cento) e che a seguito della Nota di variazione risulta una diminuzione di 0,4 milioni di euro. Ne risulta, quindi, uno stanziamento di circa 232 milioni di euro. Decremento, che ricade sul capitolo 7805 relativo alle spese per l'informazione e l'educazione ambientale, la cui dotazione passa da 0,9 milioni di euro a 0,5 milioni di euro;

nella tabella "D" sono disposti tagli di 4. 800.000 milioni di euro relativi alla ratifica ed esecuzione del protocollo di Kyoto alla Convenzione quadro delle Nazioni Unite, a cui si deve la definizione di principi chiave in materia di lotta internazionale ai cambiamenti climatici;

considerato che:

le risorse a disposizione del ministero dell'ambiente e del territorio e del mare sembrano del tutto insufficienti ad affrontare le grandi sfide a cui il nostro Paese è chiamato e sono ben lontane dal correggere il devastante trend negativo che fissa, per il 2015, nello stato di previsione del Dicastero dell?ambiente uno stanziamento complessivo di competenza di 609,1 milioni di euro, diminuendolo di 21,1 milioni di euro, come disposto dalla nota di variazione n. 2680/*bis*;

la tabella 10 del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti, missione 14 (in particolare la missione 14.11sistemi stradali, autostradali e intermodali pari a 1.112 milioni di euro), per l?anno 2015 era pari, nel disegno di legge originario, a 3.806,6 milioni di euro, che a seguito delle modifiche della Camera dei deputati, è stato incrementato di 21,4 milioni di euro. L'importo attuale dello stanziamento ammonta a 3.828 milioni; si ritiene, pertanto, tale stanziamento, sproporzionato rispetto ad altri come quello per le bonifiche (solo 30 milioni di euro) che evidenzia ancora una volta la scarsa sensibilità del governo circa la risoluzione di problemi che implicano, pregiudicandolo, il costituzionale diritto alla salute;

lo stanziamento di 30 milioni di euro per la bonifica delle discariche abusive è palesemente insufficiente, non idoneo ad adempiere neanche la multa pari a 40 milioni di euro, inflitta dalla Corte di Giustizia europea all?Italiaper violazione della normativa UE;

esprime rapporto contrario.

RAPPORTO APPROVATO DALLA COMMISSIONE SULLO STATO DI PREVISIONE DEL MINISTERO DELL'AMBIENTE, DELLA TUTELA DEL TERRITORIO E DEL MARE PER L'ANNO FINANZIARIO 2015 E PER IL TRIENNIO 2015-2017 E RELATIVA NOTA DI VARIAZIONI (DISEGNI DI LEGGE NN. 1699 e 1699-*BIS* - TABELLE 9 E 9-*BIS*) E SULLE PARTI CORRISPONDENTI DEL DISEGNO DI LEGGE N. 1698

La Commissione permanente, esaminato lo stato di previsione del Ministero dell?ambiente e della tutela del territorio e del mare per l'anno finanziario 2015, e le parti corrispondenti del disegno di legge di stabilità,

premesso che:

a fronte di una riduzione generalizzata della spesa pubblica, si registra un aumento degli stanziamenti quantificati nel bilancio assestato per il 2014 e si rileva un miglioramento della capacità di spesa dei residui in bilancio, pari al 75 per cento;
si valuta con preoccupazione la circostanza in base alla quale l'azione di riduzione della spesa pubblica colpisce in maniera indistinta gli enti locali e le regioni, rischiando di pregiudicare la capacità di spesa per investimenti in prevenzione e adeguamento delle infrastrutture territoriali ai cambiamenti climatici;
si esprime altresì apprezzamento per le disposizioni volte a rispondere alle esigenze dei territori colpiti da calamità naturale, anche se risulta necessario porre in essere un'azione più incisiva in favore delle popolazioni interessate;
si rileva, in particolare, l'esigenza di approntare misure specifiche per far fronte ai disagi sofferti dalle comunità colpite da calamità naturali e l'opportunità che le amministrazioni interessate possano realizzare le attività necessarie grazie all'esclusione dal calcolo per la verifica del rispetto del patto di stabilità interno delle spese per la difesa del suolo, la protezione dell'ambiente e la prevenzione dei rischi conseguenti al dissesto idrogeologico;

si esprime infine apprezzamento per la proroga delle detrazioni fiscali relative alle spese sostenute per il miglioramento delle prestazioni energetiche degli edifici, cosiddetto *ecobonus*, e per la ristrutturazione edilizia, la cui stabilità andrebbe assicurata nel lungo periodo;

esprime rapporto favorevole, con le seguenti osservazioni:

con riferimento alla proroga delle misure relative alla conferma delle detrazioni per le

ristrutturazioni e l'efficientamento energetico degli edifici, si ritiene necessario fissare il termine, limitato nel disegno di legge alla fine del 2015, ad un orizzonte temporale più ampio, al fine di consentire una maggiore certezza nella programmazione degli interventi in parola da parte dei soggetti pubblici e privati, nonché di estenderlo agli interventi attuati sul patrimonio di edilizia sociale, degli Istituti autonomi per le case popolari, di enti di edilizia residenziale pubblica e degli immobili delle cooperative a proprietà indivisa;

con riferimento alle provvidenze erogate al fine di facilitare la ripresa delle attività economiche nelle zone dei Comuni colpiti dagli eventi alluvionali del 2014, per il triennio 2015-2017, il Fondo di garanzia di cui all'articolo 2, comma 100, lettera a), della legge 23 dicembre 1996, n. 662, andrebbe esteso in favore delle micro, piccole e medie imprese, con unità locali ubicate nelle predette zone e che abbiano subito danni in conseguenza di tali eventi, con priorità sugli altri interventi e a titolo gratuito, per un importo massimo per singola impresa di duecentomila euro ed andrebbe previsto in favore di tali Comuni la concessione di agevolazioni, nella forma di contributo a ristoro dei tributi locali o di contributo in conto interessi, alle imprese con sede o unità locali ubicate nelle zone colpite dagli eventi meteorologici, in relazione ai danni effettivamente subiti;

in tale contesto, le somme residue conseguenti alla completa attuazione della programmazione relativa all?erogazione dei contributi a privati, per le prime abitazioni e le attività economiche, previsti dall?ordinanza del Presidente del Consiglio dei ministri n. 3903 del 4 ottobre 2010, quantificate in complessivi euro 8 milioni dovrebbero essere versate, in deroga a quanto previsto dal penultimo periodo del comma 5-*bis* dell?articolo 5 della legge 24 febbraio 1992, n. 225, alla contabilità speciale in corso di apertura per fronteggiare le conseguenze degli eventi atmosferici dei giorni dal 9 al 13 ottobre 2014, per i quali il Consiglio dei ministri ha deliberato lo stato di emergenza nella seduta del 30 ottobre 2014;

dovrebbe inoltre essere disposta l'esclusione dal patto di stabilità interno, per l?anno 2015, delle spese sostenute dai Comuni colpiti dagli eventi metereologici dei giorni dal 10 al 14 ottobre 2014, individuati nel decreto del Ministro dell?economia e delle finanze in data 20 ottobre 2014, pubblicato nella Gazzetta Ufficiale del 22 ottobre 2014, n. 246, con risorse proprie provenienti da erogazioni liberali e donazioni da parte di cittadini privati ed imprese e puntualmente finalizzate a fronteggiare le conseguenze di detti eventi, per un importo almeno apri a 10 milioni di euro. Il riparto delle maggiori disponibilità utili alle predette finalità andrebbe determinato dal Ministero dell'economia previo accordo con la Conferenza Stato - Città ed autonomie locali entro il 31 gennaio 2015;

tra le misure da intraprendere si invita a considerare la possibilità che il pagamento delle rate in scadenza nel 2015 dei mutui concessi dalla Cassa depositi e prestiti ai Comuni di cui al decreto del Ministro dell'economia e delle finanze 1º giugno 2012, pubblicato nella Gazzetta Ufficiale n. 130 del 6 giugno 2012, e all'articolo 67-*septies* del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 134, nonché alle province dei predetti comuni, trasferiti al Ministero dell'economia e delle finanze in attuazione dell'articolo 5, commi 1 e 3, del decreto-legge 30 settembre 2003, n. 269, convertito, con modificazioni, dalla legge 24 novembre 2003, n. 326, non ancora effettuato alla data di entrata in vigore della legge di stabilità per il 2015, sia differito, senza applicazione di sanzioni e interessi, al terzo anno immediatamente successivo alla data di scadenza del periodo di ammortamento, sulla base della periodicità di pagamento prevista nei provvedimenti e nei contratti regolanti i mutui stessi;

una quota pari a 175 milioni di euro delle risorse disponibili di cui agli articoli 2, comma 2, e 3, commi 3 e 4, del decreto del Presidente del Consiglio dei ministri del 28 ottobre 2014, adottato in attuazione dell?articolo 2, comma 1-*bis*, del decreto-legge 12 maggio 2014, n. 74, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 93 del 2014 è destinata al Fondo per le emergenze nazionali di cui all?articolo 5, comma 5-*quinquies*, della legge 24 febbraio 1992, n. 225 specificamente per l?avvio dell'attuazione delle prime misure volte a far fronte alle esigenze urgenti di cui alla lettera d), del comma 2, dell?articolo 5, della medesima legge n. 225 del 1992 per quanto concerne i danni subiti dalle abitazioni private e dalle attività economiche e produttive, relativamente agli eventi calamitosi

per i quali il previsto percorso di quantificazione dei fabbisogni sia stato completato e verificato dal Dipartimento della Protezione civile entro il 31 dicembre 2014, ed a tal fine rimane acquisita al bilancio della Presidenza del Consiglio dei ministri nell?anno 2015;

in considerazione delle esigenze di spesa dovute agli eventi alluvionali dell?ottobre 2014, andrebbe valutata la sospensione per il quinquennio 2015-2019 dell?applicazione ai Comuni della disposizione di cui al comma 11 dell'articolo 56-*bis* del decreto-legge n. 69 del 2013 convertito, con modificazioni, dalla legge n. 98 del 2013. Conseguentemente, i Comuni alluvionati non dovrebbero esere tenuti per il quinquennio 2015-2019 a destinare al Fondo per l'ammortamento dei titoli di Stato, né ad altri scopi di riduzione del debito, il 10 per cento delle risorse nette derivanti dall'alienazione dell'originario patrimonio immobiliare disponibile;

una ulteriore disposizione di vantaggio in favore dei Comuni alluvionati potrebbe essere la facoltà di utilizzare, nel triennio 2015- 2017, le entrate derivanti dal plusvalore realizzato con l?alienazione di beni patrimoniali, inclusi i beni immobili, per spese, aventi carattere non permanente, connesse alle finalità di cui all?articolo 187, comma 2, del testo unico di cui al decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267;

inoltre, per ciascuno degli anni dal 2015 al 2019, nell?ambito delle incentivazioni statali a sostegno degli investimenti locali, potrebbe essere riservato un importo non inferiore ai venti milioni di euro per la copertura degli oneri di mutui accesi dai Comuni alluvionati allo scopo di attivare interventi di risanamento idrogeologico e ambientale per la messa in sicurezza del territorio e la prevenzione dei rischi idrogeologici;

in particolare, per i Comuni della Regione Liguria colpiti dagli eventi alluvionali dell?ottobre 2014, ai fini dell? assestamento di bilancio di cui all?articolo 175 del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, le relative variazioni dovrebbero essere deliberate entro il 31 dicembre 2014;

al fine di garantire le attività di monitoraggio ambientale in particolare rivolte alla pianificazione degli interventi di mitigazione del rischio idrogeologico e idraulico e alle attività di protezione civile, anche attraverso la Rete Ondametrica Nazionale, la Rete Mareografica Nazionale e la Rete Mareografica della Laguna di Venezia e dell'Alto Adriatico, nonché attraverso il sistema di previsioni meteo-marine per mari e principali porti italiani, lagune e litorali nord-adriatici, andrebbe previsto che la Struttura di missione di cui al decreto del Presidente del Consiglio dei ministri 27 maggio 2014 è autorizzata a rendere disponibili alle strutture statali e regionali preposte alla realizzazione di interventi relativi alle reti nazionali di monitoraggio risorse pari almeno a 4,5 milioni di euro annui per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017 a valere sulle risorse poste nella disponibilità della Struttura di missione stessa;

si rileva altresì l'urgenza di prevedere una specifica disciplina volta al finanziamento degli interventi di rimozione o di demolizione di immobili abusivi realizzati in aree soggette a rischio idrogeologico elevato o molto elevato, ovvero esposti a rischio idrogeologico;

per quanto riguarda le problematiche connesse alla ricostruzione a seguito del terremoto del 2012 in Emilia-Romagna, si fa presente la necessità di valutare misure fondamentali che le comunità colpite dal terremoto stanno chiedendo con forza, quali la proroga, anche per il 2015, della deroga al Patto di stabilità per i Comuni dell?area del cratere, così come la proroga dell?esclusione dal Patto di stabilità delle donazioni, in modo da consentire agli Enti locali di poter effettivamente spendere quei fondi che i privati hanno voluto destinare alla ricostruzione delle zone danneggiate;

dovrebbe essere valutata anche l'ipotesi del differimento delle rate dei mutui accesi dagli Enti locali sospendendo, anche per il 2015, il pagamento delle rate dei mutui contratti con la Cassa depositi e prestiti e disponendo la loro rimodulazione al momento della ripresa dei pagamenti. In sostanza, le rate sospese per il 2012 dovrebbero essere restituite nell'anno successivo alla scadenza dell'ammortamento, quelle relative al 2013 e 2014 dovrebbero essere restituite dal secondo anno successivo alla scadenza e quelle del 2015 sarebbero restituite dal terzo anno;

al fine di velocizzare le pratiche amministrative per la ricostruzione, si chiede di prevedere la

possibilità che il rinnovo oltre i trentasei mesi dei contratti a tempo determinato del personale tecnico e amministrativocontabile - temporaneamente assunto per far fronte ai superiori carichi di lavoro connessi alle attività amministrative e di verifica, conseguenti al sisma - non comporti l?obbligo della relativa stabilizzazione a tempo indeterminato;

in considerazione della prossima scadenza dell?esenzione dal pagamento dell?Imu sui fabbricati danneggiati, appare iniquo prevedere in capo ai proprietari di immobili inutilizzabili una imposizione fiscale tali beni. Andrebbe pertanto disposta la proroga dell?esenzione dal pagamento dell?Imu sulle case inagibili e l?istituzione di zone franche urbane, che rappresentano una misura di fiscalità di vantaggio necessaria per far ripartire le attività produttive e commerciali che si trovano nei centri storici danneggiati o nelle zone colpite sia da sisma che alluvione;

in tale contesto, sempre tra gli interventi finalizzati andrebbe sostenuto lo spostamento del finanziamento dei prodotti DOP e IGP, necessario affinché alcune domande relative ai contributi per i danni subiti da tali prodotti possano essere coperti a valere sui 6 miliardi del Fondo per la ricostruzione, ed andrebbe altresì specificato, come richiesto dall'Associazione bancaria italiana e dalla Cassa depositi e prestiti, che con riguardo al prestito per il pagamento dei tributi, la copertura degli oneri e della garanzia dello Stato sono già previste e non servono pertanto ulteriori atti;

al fine di dare attuazione alla risoluzione del Parlamento europeo del 14 marzo 2013 e di concorrere alla tutela e alla salvaguardia dell'ambiente e della salute, anche attraverso l'adozione di misure straordinarie volte a promuovere e sostenere la bonifica dei beni e delle aree contenenti amianto andrebbe istituto un programma di finanziamento straordinario per le bonifiche dall'amianto di lungo periodo, dal 2015 al 2035 che, in concomitanza con il piano già esistente, consenta ai presidenti delle Regioni, in qualità di commissari straordinari del Governo, di contrarre mutui per finanziare gli interventi di bonifica necessari;

al fine di realizzare gli interventi di mitigazione del rischio idrogeologico necessari per fronteggiare le situazioni di criticità ambientali, con particolare riferimento alle aree metropolitane interessate da fenomeni di esondazione e di alluvione andrebbe previsto un fondo stralcio di finanziamento straordinario per la mitigazione di tale rischio su un orizzonte temporale trentennale, a partire dal 2015. Tale fondo sarebbe alimentato dalle risorse disponibili derivanti dal fondo di sviluppo e di coesione e mediante un meccanismo di investimenti finanziato dal Ministero dell'ambiente, anche attraverso mutui contratti con la Banca europea degli investimenti;

si rinnovano gli impegni già assunti dal Governo in occasione dell'approvazione dell'ordine del giorno sulle problematiche ambientali connesse all'attività di prospezione, ricerca ed estrazione degli idrocarburi in mare, nella seduta antimeridiana del 2 aprile 2014 dell'Assemblea del Senato;

al fine di valorizzare la peculiare specificità naturalistica di straordinari ecosistemi marini sommersi, dei Banchi Graham, Terribile, Pantelleria e Avventura nel Canale di Sicilia, interessati da fenomeni di rischio sismico e vulcanico e contraddistinti da una considerevole varietà delle specie presenti, andrebbero approfonditi gli aspetti scientifici ambientali attraverso specifiche attività di indagine e di studio;

con riferimento agli oneri relativi alle attività di monitoraggio di cui all'articolo 14, comma 3, e 19, comma 9, del decreto legislativo 20 novembre 2008, n. 188, nonché gli oneri di funzionamento del Comitato di vigilanza e controllo, del Comitato di indirizzo sulla gestione dei RAEE e di tenuta del Registro nazionale di cui all'articolo 29 dello stesso decreto dovrebbero essere posti a carico dei produttori di apparecchiature elettriche ed elettroniche, in base alle rispettive quote di mercato;

con riferimento alla normativa sul polietilene di cui all'articolo 234 del Codice dell'ambiente di cui al decreto legislativo 3 aprile 2006 n. 152 - che genera molteplici dubbi interpretativi sulla tipologia di beni concretamente ricompresi nella gestione consortile di cui allo stesso articolo 234 e non rispecchia le tipicità di alcuni prodotti - al fine di sciogliere i dubbi interpretativi, si ritiene opportuno che tali prodotti siano inseriti tra le deroghe di cui all'articolo 234, comma 1, chiarendo in maniera puntuale, come previsto dalla normativa, l'elenco dei beni coinvolti nella gestione consortile;

con riferimento alle agevolazioni fiscali per ristrutturazioni edilizie, adeguamenti anti-sismici *et*

similia, si ritiene che anche gli interventi di riqualificazione e sviluppo del verde - quali ad esempio la trasformazione dei lastrici solari in giardini pensili, dei parcheggi o delle aree inutilizzate in giardini - possano contribuire, oltre a rendere più gradevoli le aree esterne, a garantire un miglioramento delle prestazioni energetiche delle unità immobiliari, a favorire il risparmio energetico, l'assorbimento delle polveri sottili e la riduzione dell'effetto "isola di calore", con conseguenti benefici sulla qualità della vita.

RAPPORTO APPROVATO DALLA COMMISSIONE SULLO STATO DI PREVISIONE DEL MINISTERO DELLE INFRASTRUTTURE E DEI TRASPORTI PER L'ANNO FINANZIARIO 2015 E PER IL TRIENNIO 2015-2017, LIMITATAMENTE ALLE PARTI DI COMPETENZA, E RELATIVA NOTA DI VARIAZIONI (DISEGNI DI LEGGE NN. 1699 e 1699-*BIS* - TABELLE 10 E 10-*BIS*), E SULLE PARTI CORRISPONDENTI DEL DISEGNO DI LEGGE N. 1698

La 13a Commissione permanente, esaminate le parti di competenza dello stato di previsione del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti per l'anno finanziario 2015, e le parti corrispondenti del disegno di legge di stabilità,

premesso che

in relazione al comma 119 dell'articolo 2, che dispone la riduzione dell'autorizzazione di spesa relativa alla fissazione delle dotazioni organiche e delle consistenze degli ufficiali, dei sottufficiali e dei volontari dell'Esercito, della Marina e dell'Aeronautica, nonché di quelle a disposizione per le consistenze dei volontari del Corpo delle capitanerie di porto, è opportuno valutare l'impatto di tale previsione sulla quantità dei volontari delle Capitanerie di porto, tenendo presente che il quadro normativo che disciplina l?attività di salvaguardia e protezione dell?ambiente marino e costiero pone in capo alle Capitanerie di porto gravose funzioni di coordinamento della lotta agli inquinamenti e di accertamento di tutti gli illeciti in danno dell?ecosistema marino/costiero, anche in ragione della capillare presenza del Corpo lungo il litorale dello Stato ed a garanzia degli attuali livelli di presidio dell?ambiente e del territorio;

nelle sedi istruttorie che la Commissione ha avuto modo di svolgere dall'inizio della Legislatura, nell'ambito dell'attività legislativa e di quella informativa, anche a seguito di specifici sopralluoghi, è emersa la rilevanza delle problematiche ambientali connesse alla manutenzione delle reti delle infrastrutture idriche e di trasporto. In tale contesto, si è avuto modo di acquisire consapevolezza della necessità di un costante monitoraggio del territorio, non soltanto riguardo alle reti di livello nazionale, ma anche e specialmente con riguardo alle reti infrastrutturali medie e piccole, la cui efficienza consente di prevenire il verificarsi di danni rilevanti in occasione degli eventi alluvionali e dei fenomeni di dissesto idrogeologico,

esprime rapporto favorevole, con la seguente condizione:

con riferimento al comma 119 dell'articolo 2, in relazione alla riduzione dell'autorizzazione di spesa relativa alla fissazione delle dotazioni organiche e delle consistenze degli ufficiali, dei sottufficiali e dei volontari delle Forze Armate, sia prevista l?esclusione del Corpo delle capitanerie di porto da tale riduzione ? già contemplata dalla legge n. 244 del 2012 e dal decreto legislativo n. 8 del 2014, nelle parti in cui prevedono l'esclusione del Corpo delle Capitanerie di Porto da riduzioni di organico in

ragione delle funzioni esercitate ? al fine di garantire gli attuali livelli di presidio dell?ambiente marino e costiero, la responsabilità della cui salvaguardia e tutela è posta in capo al Corpo delle capitanerie di porto in virtù del quadro ordinamentale e dalle discendenti linee di indirizzo del Ministero dell?ambiente e della tutela del territorio e del mare;

e con la seguente osservazione:

si richiama l'attenzione dell'Esecutivo sulla necessità di elaborare un piano di livello nazionale per la manutenzione delle infrastrutture di dimensioni medie e piccole finalizzato a mantenere alto il livello di efficienza delle reti infrastrutturali, idriche e dei trasporti di tali dimensioni, il cui presidio consente di prevenire danni la cui riparazione comporta oneri finanziari più gravi rispetto a quelli necessari per la ordinaria manutenzione. In tale contesto, andrebbero valorizzati i vantaggi ambientali derivanti dal mantenimento del reticolo ferroviario minore anche in considerazione della minore impronta ecologica del trasporto ferroviario rispetto a quello su gomma.

RAPPORTO APPROVATO DALLA COMMISSIONE SULLO STATO DI PREVISIONE DEL MINISTERO PER I BENI E LE ATTIVITA' CULTURALI E DEL TURISMO PER L'ANNO FINANZIARIO 2015 E PER IL TRIENNIO 2015-2017, LIMITATAMENTE ALLE PARTI DI COMPETENZA, E RELATIVA NOTA DI VARIAZIONI (DISEGNI DI LEGGE N. 1699 e 1699-*BIS* - TABELLE 13 E 13-*BIS*), E SULLE PARTI CORRISPONDENTI DEL DISEGNO DI LEGGE N. 1698

La 13a Commissione permanente, esaminate le parti di competenza dello stato di previsione del Ministero per i beni e le attività culturali per l'anno finanziario 2015, e le parti corrispondenti del disegno di legge di stabilità,

esprime rapporto favorevole.

ORDINE DEL GIORNO AL DISEGNO DI LEGGE
N. 1698

G/1698/1/13
DONNO, MORONESE, NUGNES
La 13ª Commissione permanente, in sede di esame del disegno di legge di stabilità per il 2015, premesso che:

l'articolo 2, commi 131, del disegno di legge in esame reca disposizioni circa l'autorizzazione di spesa per la prosecuzione del Piano irriguo nazionale;
considerato che:
nel 2004 l'Acquedotto Pugliese SpA predisponeva un progetto preliminare inserito nell'Accordo di programma quadro per la tutela delle acque e gestione integrata delle risorse idriche di realizzazione di un nuovo impianto di depurazione a servizio degli abitanti di Sava, Manduria e delle marine di Manduria (Taranto);
a seguito dell'analisi delle alternative riguardanti l'ubicazione dell'impianto di depurazione, gli enti coinvolti stabilivano che il sito dovesse essere posto in prossimità delle marine di Manduria;
con decreto n. 210/CD/A del 19 dicembre 2005, il commissario delegato per l'emergenza ambientale finanziava la costruzione dell'impianto per un importo di 11.360.000 euro, rinviando "l'assunzione di

determinazioni in ordine all'importo necessario a finanziare la realizzazione della condotta sottomarina all'adozione del successivo provvedimento", prevedendo lo scarico del nuovo impianto in battigia;
l'Acquedotto Pugliese SpA predisponeva, con protocollo n. 2802 del 30 maggio 2006, un ulteriore progetto preliminare di realizzazione di un nuovo impianto di depurazione avente la previsione dello scarico in battigia;
stante l'importanza dell'opera, l'elevata mole di pareri e autorizzazioni da acquisire nonché le implicazioni paesaggistiche, ambientali e archeologiche, veniva indetta una Conferenza dei servizi, poi sospesa con esito negativo a causa del parere contrario del Comune di Manduria alla realizzazione del progetto;
con nota 2830 del 9 luglio 2007, il commissario delegato per l'emergenza ambientale in Puglia nel prendere atto degli esiti della Conferenza dei servizi, invitava l'Acquedotto Pugliese SpA a procedere comunque alla redazione del successivo livello di progettazione;
con determina dirigenziale n. 232 del 26 maggio 2009 il commissario approvava il progetto dell'opera con valore di pubblica utilità, urgenza ed indifferibilità e di variante urbanistica;
nonostante numerosi atti presentati dalle amministrazioni locali limitrofe e da taluni cittadini, con deliberazione n. 1236 del 12 giugno 2012, la Giunta regionale pugliese confermava formalmente la volontà di realizzare l'impianto e l'intera rete di distribuzione;
la realizzazione dello scarico a mare dei reflui per il tramite di condotta sottomarina determinerebbe gravi danni all'ecosistema marino e alla risorsa naturale costiera in aperto contrasto con l'articolo 73 del codice dell'ambiente di cui al decreto legislativo n. 152 del 2006;
il depuratore consortile, così come attualmente previsto, si porrebbe altresì in contrasto con l'articolo 106, il quale stabilisce che le acque reflue urbane che scaricano in acque recipienti individuate quali aree sensibili, devono essere sottoposte ad un trattamento più spinto;
l'area in cui dovrebbe sorgere il depuratore è stata dichiarata area naturale protetta dalla legge regionale n. 24 del 2002, nonché il tratto di terre e di mare prospiciente è stato individuato quale "zona SIC" (sito d'interesse comunitario) con decreto del Ministero dell'ambiente del 7 marzo 2012. Pertanto, l'allocazione dell'impianto di depurazione in tali zone risulterebbe certamente inidonea alla tutela delle stesse e contraria alle normative richiamate;
considerato inoltre che:
si sono susseguiti numerosi incontri con le autorità e gli uffici regionali preposti alla gestione della problematica;
in data 11 aprile 2012 il comitato cittadino di Manduria "Noscaricoamare" incontrava presso la Regione il presidente della Commissione regionale Ambiente, l'assessore per i lavori pubblici e il dirigente del Settore tutela delle acque. In tale occasione, il comitato presentava una proposta alternativa al progetto regionale del costruendo depuratore consortile;
tale proposta prevede l'utilizzo di pozzi sperdenti in zona non satura quale recapito finale dei reflui, insieme agli altri interventi di riutilizzo dei reflui del depuratore quali il "riuso in agricoltura" e lo "stoccaggio per irrigazione di soccorso", previsti nello stesso piano di tutela delle acque, approvato con deliberazione del Consiglio regionale n. 230 del 20 ottobre 2009, e per di più ribaditi nella stessa delibera regionale n. 1236 del 12 giugno 2012;
la relazione tecnica è stata oggetto di riscontro da parte del Servizio tutela delle acque della Regione, con nota protocollo n. AOO_075-0003586 del 2 agosto 2012, in cui non sono state fatte particolari obiezioni, fatta salva l'ovvia necessità di individuare preventivamente un comprensorio idrico e predisporre la rete di distribuzione tramite protocollo d'intesa;
la proposta alternativa presenta indiscutibili vantaggi ambientali quali la riduzione degli effetti della contaminazione salina in atto lungo la fascia del litorale jonico, l'assenza di scarico di reflui nel mare data da un completo riutilizzo dei reflui, nonché la tutela dell'economia agricola e turistica;
la tutela della salute, annessa e conseguente a tale problematica, costituisce *ex* articolo 117 della Costituzione materia di legislazione concorrente con potestà legislativa spettante alle Regioni e comprensiva di poteri autorizzativi in deroga alla legislazione nazionale,

impegna il Governo:

a valutare la possibilità, nell'ambito delle proprie competenze,

di sollecitare la Regione Puglia, di concerto con i Comuni di Manduria, Avetrana, Sava e Maruggio, a individuare soluzioni tecniche condivisibili che tutelino l'ambiente, l'ecosistema e che rispettino il dettato normativo del codice dell'ambiente;

attivare politiche ambientali atte al contrasto dell'intrusione marina e della costante desertificazione dei territori interessati, scongiurando il rischio concreto della compromissione dell'equilibrio ambientale.

1.4.2.14. 14^ Commissione permanente (Politiche dell'Unione europea)

1.4.2.14.1. 14ªCommissione permanente (Politiche dell'Unione europea) - Seduta n. 94 (pom.) del 10/12/2014

collegamento al documento su www.senato.it

POLITICHE DELL'UNIONE EUROPEA (14ª)

MERCOLEDÌ 10 DICEMBRE 2014
94ª Seduta

Presidenza del Presidente
CHITI

Interviene il sottosegretario di Stato alla Presidenza del Consiglio dei ministri Pizzetti.

La seduta inizia alle ore 13,10.

IN SEDE CONSULTIVA

(1699 **e** 1699-*bis* **)** ***Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017*** **e relativa** ***Nota di variazioni***, approvato dalla Camera dei deputati

- **(Tabb. 2 e 2-*bis*)** Stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017 (*limitatamente alle parti di competenza*)

(1698) ***Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)***, approvato dalla Camera dei deputati

(Rapporto alla 5a Commissione. Esame congiunto. Rapporto favorevole con rilievi)

Il senatore GUERRIERI PALEOTTI (*PD*) riferisce sui provvedimenti in titolo, che si collocano nell?ambito dell?esercizio del "Semestre europeo" per il coordinamento delle politiche economiche degli Stati membri, che comprende una procedura di sorveglianza sui bilanci nazionali e una procedura di sorveglianza sugli squilibri macroeconomici.

Spiega, quindi, come, ai sensi del regolamento (UE) n. 473/2013, la Commissione europea, il 28 novembre 2014, ha adottato un parere sul documento programmatico di bilancio per il 2015 e sulle

misure aggiuntive annunciate pubblicamente il 27 ottobre 2014, poi incorporate nel disegno di legge di stabilità 2015.

Sebbene il predetto parere della Commissione europea, del 28 novembre scorso, non rivesta carattere giuridicamente vincolante, esso costituisce un?importante indicazione per le misure da adottare nei documenti di bilancio in titolo, in vista della valutazione, che la stessa Commissione ha preannunciato per il mese di marzo 2015 "in relazione agli obblighi dell?Italia ai sensi del patto di stabilità e crescita alla luce del testo definito della legge di stabilità e dei chiarimenti attesi sul programma di riforme strutturali annunciato dalle autorità", nonché in vista dell?esame approfondito previsto dal regolamento (UE) n. 1176/2011 sulla prevenzione e la correzione degli squilibri macroeconomici.

Il parere del 28 novembre, inoltre, tiene conto sia della Raccomandazione del Consiglio dell?8 luglio 2014 (2014/C 247/11) relativa al programma nazionale di riforma 2014 e al programma di stabilità dell?Italia 2014, sia della comunicazione della Commissione europea del 5 marzo 2014, recante i risultati degli esami approfonditi ai sensi del regolamento (UE) n. 1176/2011 sulla prevenzione e la correzione degli squilibri macroeconomici.

Secondo i dati macroeconomici riportati nel documento programmatico di bilancio e nel parere della Commissione europea del 28 novembre, il PIL dell?Italia è previsto in aumento nel 2015 dello 0,6 per cento, rispetto alla crescita negativa del -0,3 per cento del 2014 (-0,4 per cento secondo la Commissione europea). Il *deficit* nominale di bilancio è previsto scendere nel 2015 al 2,6 per cento del PIL (2,7 per cento secondo i calcoli della Commissione europea), rispetto al 3 per cento del 2014. In termini strutturali, è previsto un lieve miglioramento del saldo di bilancio nel 2015, per attestarsi tuttavia a un valore ancora negativo, pari a -0,8 per cento, e pertanto il raggiungimento dell?Obiettivo di medio termine (pareggio strutturale di bilancio) viene rinviato al 2017. Per quanto riguarda il rapporto debito/PIL, è previsto che esso raggiunga un picco nel 2015, del 133,1 per cento, con un aumento di 1,5 punti percentuali rispetto all?anno precedente, per poi diminuire gradualmente a partire dal 2016, con un anno di ritardo rispetto a quanto previsto nel programma di stabilità dell?aprile 2014.

Secondo il citato parere della Commissione europea del 28 novembre, prosegue il relatore, mentre nel 2014 le condizioni economiche eccezionalmente gravi (crescita negativa e divario tra prodotto effettivo e prodotto potenziale negativo superiore al 4 per cento del PIL) giustificano il fatto che l?Italia non sia tenuta a soddisfare il requisito di un saldo strutturale prossimo all?Obiettivo a medio termine, nel 2015 le previsioni della Commissione indicano una deviazione significativa dall?aggiustamento richiesto verso l?Obiettivo a medio termine nell?arco di un anno e una deviazione significativa dal pilastro del parametro di riferimento della spesa con possibili rischi di ulteriori revisioni al ribasso delle proiezioni di bilancio che potrebbero derivare da risultati macroeconomici peggiori del previsto, dal persistere di bassi livelli di inflazione e da un?attuazione solo parziale delle misure di bilancio programmate.

I documenti di bilancio per il 2015 dell?Italia prevede importanti misure di riduzione del carico fiscale sul lavoro, attraverso sia la deduzione agli effetti dell?imposta regionale sulle attività produttive (IRAP) del costo del lavoro, sia l?esonero dei datori di lavoro privati, per tre anni, dal versamento dei contributi previdenziali per il personale neoassunto nel 2015 e sia l?estensione del credito di imposta di un anno a favore dei lavoratori a basso reddito, introdotto nell?aprile 2014, che viene reso permanente, vale a dire un insieme di misure raccomandate da tempo all?Italia dal Consiglio UE.

Peraltro, e in definitiva, la Commissione europea, nel predetto parere del 28 novembre 2014, sostiene che il documento programmatico di bilancio dell?Italia, aggiornato con le modifiche apportate durante l?esame presso la Camera dei deputati, rischia di non assicurare il rispetto del Patto di stabilità e crescita, e invita l?Italia, che attualmente è soggetta al braccio preventivo e alla regola del debito transitoria, ad "adottare le misure necessarienell?ambito della procedura di bilancio nazionale al fine di assicurare che il bilancio 2015 rispetti il Patto di stabilità e crescita". La Commissione europea sostiene, in particolare, che le politiche che migliorano le prospettive di crescita, il mantenimento di uno stretto controllo sulla spesa primaria corrente migliorando allo stesso tempo l?efficienza complessiva della spesa pubblica, nonché le privatizzazioni programmate, contribuirebbero a riportare

nei prossimi anni il rapporto debito/PIL su un percorso discendente in linea con la regola del debito.

Il relatore rileva, inoltre, che, nella sessione straordinaria dell?Eurogruppo, dell?8 dicembre 2014, concernente i documenti programmatici di bilancio, i Ministri delle finanze della zona euro hanno avallato la valutazione della Commissione europea sul programma dell?Italia, ritenendolo a rischio di non conformità con il Patto di stabilità e crescita, con riguardo, in particolare, alla discrepanza tra la prevista correzione strutturale del *deficit* dello 0,1 per cento, rispetto allo 0,5 per cento richiesto dal Patto di stabilità. Preoccupazione è stata espressa anche per gli alti livelli del debito pubblico, pur riconoscendo che le difficoltà derivanti dalle sfavorevoli condizioni economiche e dal livello estremamente basso del tasso di inflazione hanno reso più complicato e impegnativo l?adempimento ai criteri di riduzione del rapporto debito/PIL previsti dal Patto di stabilità. A differenza delle misure di correzione aggiuntive richieste alla Francia, all?Italia sono state chieste "misure efficaci" ("*effective measures*"), ovvero di attuare con efficacia le disposizioni previste e gli impegni presi dal nostro Governo, rimandando al mese di marzo 2015 ogni ulteriore valutazione sul rispetto del Patto di stabilità.

Il relatore rileva, peraltro, che, con riferimento alla variazione del *deficit* strutturale, sussiste una discrepanza tra le stime italiane (miglioramento dello 0,3 per cento) e le stime della Commissione europea (miglioramento dello 0,1 per cento) con la conseguente richiesta da parte di quest?ultima al nostro Paese di realizzare entro marzo 2015 "misure efficaci" per un miglioramento del *deficit* strutturale, a fronte della correzione allo 0,5 per cento del PIL richiesta dal Patto di stabilità. Tali difformità sono da attribuire, tra l?altro, alle notevoli divergenze sulla stima dell?"output gap", con significativa sottostima nelle procedure di calcolo da parte della Commissione europea del PIL potenziale italiano (rispetto ad esempio alle valutazioni effettuate dall?OCSE) e dell?impatto delle riforme sullo stesso PIL potenziale.

Occorre, inoltre, considerare che il disegno di legge di stabilità per il 2015 si inserisce nel quadro economico che vede l?Italia, nel 2014, ancora in recessione, per il terzo anno consecutivo, con un tasso di inflazione estremamente basso, e prevede pertanto una manovra di politica economica espansiva, del valore complessivo di 36 miliardi di euro, in cui si conciliano le misure di aggiustamento di bilancio (orientate ad incrementare ulteriormente la sostenibilità del debito pubblico) con l?esigenza di stimolare la ripresa economica.

Il saldo netto da finanziare, di cui all?articolo 1 del disegno di legge di stabilità, è stato ridotto di 4 miliardi di euro, con un ridimensionamento dell?indebitamento pari a 4,53 miliardi di euro e una conseguente riduzione del *deficit* nominale di bilancio dal 2,9 per cento, al 2,6 per cento del PIL, per venire incontro alle osservazioni preliminari formulate dalla Commissione europea il 23 ottobre 2014, attraverso le seguenti misure: riduzione del Fondo per la riduzione della pressione fiscale (con effetti di minore spesa pari a 3,3 miliardi nel 2015); estensione del meccanismo dell?inversione contabile per l?IVA al settore della grande distribuzione (con effetti di maggiore entrata pari a circa 730 milioni dal 2015); e riduzione delle risorse per il cofinanziamento dei fondi strutturali europei esentate dagli obiettivi di spesa delle regioni ai fini del patto di stabilità interno (con effetti di minore spesa pari a 500 milioni di euro per il 2015).

Inoltre, il comma 57 dell?articolo 3 del disegno di legge di stabilità, ridefinisce le modalità di funzionamento del Fondo di sviluppo e coesione (FSC), modificando i principali elementi di *governance* e di procedura relativamente alle risorse assegnate al FSC per il ciclo di programmazione 2014-2020, con conseguente abrogazione delle analoghe disposizioni vigenti, prevedendo, in particolare, che entro il 30 aprile 2015 l?autorità politica per la coesione provveda a disciplinare e istituire una "Cabina di regia", senza nuovi o maggiori oneri per la finanza pubblica, composta da rappresentanti delle Amministrazioni interessate e delle Regioni, incaricata di definire specifici piani operativi per ciascuna area tematica nazionale, con l?indicazione di risultati attesi e azioni e singoli interventi necessari al loro conseguimento, con relativa stima finanziaria.

Per quanto riguarda l?entità degli stanziamenti previsti nel disegno di legge di bilancio, tabella n. 2, Programma n. 1.3 (unità di voto 21.3), in cui è riportata la dotazione finanziaria spettante alla

Presidenza del Consiglio dei ministri, a cui attinge anche il Dipartimento per le politiche europee, nonché la dotazione spettante all?Agenzia per la coesione territoriale. Per effetto di un emendamento del Governo approvato durante l?esame presso la Camera dei deputati, la dotazione dell?Agenzia, prevista per il 2015, è stata spostata al bilancio del Ministero dello sviluppo economico (tabella n. 3), Programma 32.3 (unità di voto 9.2) Servizi e affari generali per le amministrazioni di competenza, al fine di pagare i redditi da lavoro dei dipendenti dell?Agenzia.

Rilevano - continua il relatore - anche gli stanziamenti relativi al Programma n. 4.10 (unità di voto 3.1) sulla "Partecipazione italiana alle politiche di bilancio in ambito UE", rientrante nella Missione n. 4, relativa a "L?Italia in Europa e nel mondo", in cui sono previsti 5 miliardi annui, per il Fondo di rotazione per il cofinanziamento dei fondi strutturali europei, che sono stati lievemente ridotti per ciascuno dei anni 2015-2017, durante l?esame presso la Camera dei deputati.

Dopo aver ricordato come le evoluzioni politiche in Grecia potrebbero avere effetti di ricaduta in tutti gli Stati membri dell'Unione, il relatore illustra, quindi, uno schema di rapporto favorevole con rilievi, nel quale si auspica che il Governo prosegua nell?adottare ogni iniziativa utile, presso le Istituzioni dell?Unione europea, e nel rispetto dei parametri del Patto di stabilità e crescita, perché le spese delle Amministrazioni pubbliche finalizzate ad investimenti produttivi possano essere scomputate dal calcolo del *deficit* strutturale relativo al raggiungimento dell?obiettivo di medio termine (OMT) concordato con l?Unione europea, ovvero ? in subordine ? possano rientrare nelle "deviazioni temporanee" dal percorso di raggiungimento di tale obiettivo. Tale obiettivo è anche rinvenibile nel Contributo approvato dalla LII COSAC (Conferenza degli organismi parlamentari specializzati negli affari dell?Unione dei parlamenti dell?Unione europea).

Si auspica altresì che il Governo continui ad attivarsi perché vengano adottate politiche fiscali espansive a livello europeo in grado soprattutto di sostenere la domanda interna.

In riferimento alla politica di coesione e all?utilizzo dei fondi strutturali europei, si auspica che la Cabina di regia, la cui istituzione è prevista dal comma 57 dell?articolo 3 del disegno di legge di stabilità 2015 per la fase di programmazione dei fondi, sia opportunamente coordinata con l?Agenzia per la coesione territoriale, concernente la fase di attuazione dei programmi.

Il senatore MOLINARI (*M5S*) illustra una proposta di rapporto alternativo contrario, soffermandosi sul nuovo organismo per la gestione dei fondi strutturali europei, la cosiddetta "cabina di regia", che dovrà definire i piani operativi per ogni area tematica, con l'indicazione dei risultati attesi, azioni, singoli interventi necessari e relativa stima finanziaria.

Nella proposta di rapporto contrario si censura la creazione di questo nuovo organismo di gestione dei fondi strutturali, che essenzialmente ricalca i compiti dell'Agenzia per la coesione territoriale, mai di fatto divenuta operativa.

Fortemente criticabile è anche la decisione del Governo di ridurre il **co-finanziamento nazionale** dal 50 per cento al 25 per cento di tre regioni meridionali (Campania, Calabria e Sicilia) per i prossimi sette anni di programmazione europea e quindi con un taglio di circa 11 miliardi che verranno utilizzati per altri obiettivi, così di fatto decurtando le risorse per i territori meridionali, già fortemente penalizzati.

Il senatore COCIANCICH (*PD*), a fronte dei pericoli per la zona euro che potrebbero derivare dalle evoluzioni politiche in Grecia, osserva come la credibilità italiana possa essere salvaguardata con le necessarie riforme, valevoli anche per aggredire l'imponente debito pubblico. Le riforme, inoltre, sono importanti per una rinascita morale dell'Italia, soprattutto a seguito dei recenti fenomeni diffusi di corruzione. Per quanto concerne il tema dei fondi strutturali, osserva come la loro gestione non sia sempre positiva e come quindi, talvolta, si renda doverosa una loro diversa allocazione che ne garantisca un utilizzo più efficace.

Il senatore PICCOLI (*FI-PdL XVII*) ritiene che il pur pregevole lavoro svolto dal relatore non sia sufficiente a dissipare i dubbi su provvedimenti finanziari che non appaiano idonei ad orientare e sostenere una crescita vigorosa in Italia. Sul tema dei fondi strutturali, le scelte compiute si connotano per una scarsa incisività. Preannuncia, quindi, il voto contrario del suo Gruppo parlamentare.

Il senatore URAS (*Misto-SEL*) formula un giudizio contrario sui provvedimenti in titolo, con particolare riferimento alle disposizioni in materia di fondi strutturali. Lamenta che le difficoltà nell'utilizzo degli stessi in alcune regioni del Paese si traducono, sovente, in trasferimenti alle regioni economicamente più floride, così aggravando le problematicità per le prime. Deplora, inoltre, che alcuni atteggiamenti delle competenti strutture burocratiche andrebbero controbilanciati da positive azioni di impulso da parte del Governo, e non, invece, aggravando le disfunzionalità con il proliferare di ulteriori unità organizzative. Conclude osservando che neanche questa legge di stabilità riesce ad incidere con forza sull'utilizzo efficace dei fondi europei.

Il senatore COMPAGNA (*NCD*) preannuncia il voto favorevole del suo Gruppo parlamentare, affermando come la manovra finanziaria in esame si ponga in linea con il contesto generale europeo, vocato ora, in misura adeguata, anche alle problematiche della crescita. Ritiene, inoltre, che la difficile situazione greca, nonché la particolare situazione della Francia, pongano l'Italia in una situazione che potrà consentirle di affrontare con il giusto approccio la sfida dei prossimi mesi.

Nell'apprezzare i riferimenti del collega Uras ad una certa interpretazione degli squilibri territoriali che tuttora sono diffusi sul territorio italiano, ritiene peraltro che essi vadano contestualizzati soprattutto in un percorso che ha visto le regioni affermarsi come enti intermedi che in taluni casi hanno appesantito il livello di amministrazione dei vari processi previsti dall'ordinamento, piuttosto che agevolarle. In tali situazioni, la presenza di diffusi livelli di regolazione determina l'accrescimento dei possibili fenomeni di corruzione, con la necessità, quindi, di un più efficace momento di gestione a livello nazionale se non anche europeo.

Il senatore Giovanni MAURO (*GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI)*) rileva come il forte impulso all'economia e l'insistita lotta alla disoccupazione, cardini fondamentali alla base della nascita del Governo attualmente in carica, avrebbero richiesto un atteggiamento maggiormente incisivo. Lamenta invero come l'Agenzia per la coesione territoriale, istituita dal precedente Governo, non sia ancora entrata in funzione e venga sostituita da una cabina di regia, in contraddizione con le istanze di semplificazione e sburocratizzazione. Rileva ancora in senso critico la riduzione del cofinanziamento per le politiche strutturali in alcune regioni del Mezzogiorno. Nel ricordare come il tessuto sociale del Sud si stia progressivamente sfibrando e come la sua parte politica non abbia mai speculato contro il paese, nei casi in cui le agenzie di *rating* formulano giudizi negativi sull'Italia, preannuncia il voto contrario del suo Gruppo parlamentare.

Il sottosegretario PIZZETTI osserva come i provvedimenti finanziari in esame si inscrivano in un percorso riformatore che il Paese ha intrapreso da tempo. L'Italia sta tenendo una linea di politica economica che si inscrive nel contesto europeo, ma cerca di orientarne le determinazioni in maniera più aderente alle necessità della crescita e dello sviluppo. Nel rinviare alle osservazioni già formulate dal sottosegretario Delrio sulla complessa questione dei fondi strutturali, ritiene condivisibile la proposta di rapporto formulata dal relatore Guerrieri Paleotti.

Il PRESIDENTE, accertata la presenza del prescritto numero di Senatori, pone in votazione la proposta di rapporto favorevole con rilievi formulata dal relatore, pubblicata in allegato, che risulta quindi approvata.

Conseguentemente, la proposta di rapporto alternativo contrario viene allegata al resoconto.

La seduta termina alle ore 14,25.

RAPPORTO APPROVATO DALLA COMMISSIONE SULLO STATO DI PREVISIONE DEL MINISTERO DELL'ECONOMIA E DELLE FINANZE PER L'ANNO FINANZIARIO 2015 E PER IL TRIENNIO 2015-2017, LIMITATAMENTE ALLE PARTI DI COMPETENZA E RELATIVA NOTA DI VARIAZIONI, (DISEGNI DI LEGGE. NN. 1699 E 1699-*BIS* - TABELLE 2 E 2-*BIS*) E SULLE PARTI CORRISPONDENTI DEL DISEGNO DI LEGGE N. 1698

La Commissione, esaminati lo stato di previsione del Ministero dell?economia e delle finanze per l?anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017, limitatamente a quanto di competenza, e le parti corrispondenti del disegno di legge di stabilità 2015, come approvati dalla Camera dei deputati,
considerato che i predetti documenti di bilancio si collocano nell?ambito dell?esercizio del "Semestre europeo" per il coordinamento delle politiche economiche degli Stati membri, che comprende una procedura di sorveglianza sui bilanci nazionali e una procedura di sorveglianza sugli squilibri macroeconomici;
considerato, inoltre, che ai sensi del regolamento (UE) n. 473/2013, che prevede un meccanismo di monitoraggio rafforzato dei bilanci nazionali nella zona euro, per una loro valutazione rispetto agli indirizzi di politica economica emanati nel contesto del Patto di stabilità e crescita e del Semestre europeo per il coordinamento delle politiche economiche, la Commissione europea, il 28 novembre 2014, ha adottato un parere sul documento programmatico di bilancio per il 2015 e sulle misure aggiuntive annunciate pubblicamente il 27 ottobre 2014, poi incorporate nel disegno di legge di stabilità 2015 con un emendamento governativo;
rilevato che, sebbene il predetto parere della Commissione europea, del 28 novembre scorso, non rivesta carattere giuridicamente vincolante, esso costituisce un?importante indicazione per le misure da adottare nei documenti di bilancio in titolo, in vista della valutazione, che la stessa Commissione ha preannunciato per il mese di marzo 2015 "in relazione agli obblighi dell?Italia ai sensi del patto di stabilità e crescita alla luce del testo definito della legge di stabilità e dei chiarimenti attesi sul programma di riforme strutturali annunciato dalle autorità", nonché in vista dell?esame approfondito previsto dal regolamento (UE) n. 1176/2011 sulla prevenzione e la correzione degli squilibri macroeconomici;
considerato che il parere del 28 novembre tiene conto sia della Raccomandazione del Consiglio dell?8 luglio 2014 (2014/C 247/11) relativa al programma nazionale di riforma 2014 e al programma di stabilità dell?Italia 2014, sia della comunicazione della Commissione europea del 5 marzo 2014, recante i risultati degli esami approfonditi ai sensi del regolamento (UE) n. 1176/2011 sulla prevenzione e la correzione degli squilibri macroeconomici;
ricordato che la citata Raccomandazione dell?8 luglio, pur prendendo atto che l?allungamento dei tempi di aggiustamento verso l?obiettivo di medio termine era giustificato dalle condizioni di recessione economica e dagli sforzi necessari per attuare il programma di riforme strutturali con un impatto positivo sulla crescita economica potenziale e sul rapporto debito/PIL, precisava che qualora nel 2014 si ripetesse una deviazione dal percorso di aggiustamento verso l?obiettivo a medio termine, questa "potrebbe essere valutata come significativa", anche in base al parametro di riferimento per la

spesa pubblica, e che in relazione alla riduzione del debito sono "necessari sforzi aggiuntivi, in particolare nel 2014, per garantire la conformità ai requisiti del patto di stabilità e crescita";
ricordato, inoltre, che nella comunicazione del 5 marzo 2014 sugli squilibri macroeconomici, la Commissione europea affermava che l?Italia presenta "squilibri macroeconomici eccessivi che richiedono un monitoraggio specifico e un?azione politica vigorosa" e che "in particolare, è urgente prestare attenzione politica alle implicazioni di un debito pubblico molto elevato e di una competitività esterna debole, entrambi ascrivibili in ultima analisi al protrarsi di una crescita deludente della produttività";
considerato che, secondo i dati macroeconomici riportati nel documento programmatico di bilancio e nel parere della Commissione europea del 28 novembre, il PIL dell?Italia è previsto in aumento nel 2015 dello 0,6 per cento, rispetto alla crescita negativa del -0,3 per cento del 2014 (-0,4 per cento secondo la Commissione europea). Il *deficit* nominale di bilancio è previsto scendere nel 2015 al 2,6 per cento del PIL (2,7 per cento secondo i calcoli della Commissione europea), rispetto al 3 per cento del 2014. In termini strutturali è previsto un lieve miglioramento del saldo di bilancio nel 2015, per attestarsi tuttavia a un valore ancora negativo, pari a -0,8 per cento, e pertanto il raggiungimento dell?Obiettivo di medio termine (pareggio strutturale di bilancio) viene rinviato al 2017. Per quanto riguarda il rapporto debito/PIL, è previsto che esso raggiunga un picco nel 2015, del 133,1 per cento, con un aumento di 1,5 punti percentuali rispetto all?anno precedente, per poi diminuire gradualmente a partire dal 2016, con un anno di ritardo rispetto a quanto previsto nel programma di stabilità dell?aprile 2014;
rilevato, al riguardo, che secondo il citato parere della Commissione europea del 28 novembre, mentre nel 2014 le condizioni economiche eccezionalmente gravi (crescita negativa e divario tra prodotto effettivo e prodotto potenziale negativo superiore al 4 per cento del PIL) giustificano il fatto che l?Italia non sia tenuta a soddisfare il requisito di un saldo strutturale prossimo all?Obiettivo a medio termine, nel 2015 le previsioni della Commissione indicano una deviazione significativa dall?aggiustamento richiesto verso l?Obiettivo a medio termine nell?arco di un anno e una deviazione significativa dal pilastro del parametro di riferimento della spesa (che non consente aumenti della spesa superiori al tasso di crescita media del PIL potenziale a meno che non vi sia adeguata copertura finanziaria), con possibili rischi di ulteriori revisioni al ribasso delle proiezioni di bilancio che potrebbero derivare da risultati macroeconomici peggiori del previsto, dal persistere di bassi livelli di inflazione e da un?attuazione solo parziale delle misure di bilancio programmate;
considerato altresì che il documento programmatico di bilancio 2015 dell?Italia prevede importanti misure di riduzione del carico fiscale sul lavoro, attraverso sia la deduzione agli effetti dell?imposta regionale sulle attività produttive (IRAP) del costo del lavoro, sia l?esonero dei datori di lavoro privati, per tre anni, dal versamento dei contributi previdenziali per il personale neoassunto nel 2015 e sia l?estensione del credito di imposta di un anno a favore dei lavoratori a basso reddito, introdotto nell?aprile 2014, che viene reso permanente, vale a dire un insieme di misure raccomandate da tempo all?Italia dal Consiglio UE;
rilevato che, in definitiva, la Commissione europea, nel predetto parere del 28 novembre 2014, sostiene che il documento programmatico di bilancio dell?Italia, aggiornato con le modifiche apportate durante l?esame presso la Camera dei deputati, rischia di non assicurare il rispetto del Patto di stabilità e crescita, e invita l?Italia, che attualmente è soggetta al braccio preventivo e alla regola del debito transitoria, ad "adottare le misure necessarienell?ambito della procedura di bilancio nazionale al fine di assicurare che il bilancio 2015 rispetti il Patto di stabilità e crescita". La Commissione europea sostiene, in particolare, che le politiche che migliorano le prospettive di crescita, il mantenimento di uno stretto controllo sulla spesa primaria corrente migliorando allo stesso tempo l?efficienza complessiva della spesa pubblica, nonché le privatizzazioni programmate, contribuirebbero a riportare nei prossimi anni il rapporto debito/PIL su un percorso discendente in linea con la regola del debito;
considerato inoltre che, nella sessione straordinaria dell?Eurogruppo, dell?8 dicembre 2014, concernente i documenti programmatici di bilancio, i Ministri delle finanze della zona euro hanno

avallato la valutazione della Commissione europea sul programma dell?Italia, ritenendolo a rischio di non conformità con il Patto di stabilità e crescita, con riguardo, in particolare, alla discrepanza tra la prevista correzione strutturale del *deficit* dello 0,1 per cento, rispetto allo 0,5 per cento richiesto dal Patto di stabilità. Preoccupazione è stata espressa anche per gli alti livelli del debito pubblico, pur riconoscendo che le difficoltà derivanti dalle sfavorevoli condizioni economiche e dal livello estremamente basso del tasso di inflazione hanno reso più complicato e impegnativo l?adempimento ai criteri di riduzione del rapporto debito/PIL previsti dal Patto di stabilità. In definitiva, a differenza delle misure di correzione aggiuntive richieste alla Francia, all?Italia sono state chieste "misure efficaci" ("*effective measures*"), ovvero di attuare con efficacia le disposizioni previste e gli impegni presi dal nostro Governo, rimandando al mese di marzo 2015 ogni ulteriore valutazione sul rispetto del Patto di stabilità;

rilevato che, con riferimento alla variazione del *deficit* strutturale, sussiste una discrepanza tra le stime italiane (miglioramento dello 0,3 per cento) e le stime della Commissione europea (miglioramento dello 0,1 per cento) con la conseguente richiesta da parte di quest?ultima al nostro Paese di realizzare entro marzo 2015 "misure efficaci" per un miglioramento del *deficit* strutturale, a fronte della correzione allo 0,5% del PIL richiesta dal Patto di stabilità. Tali difformità sono da attribuire, tra l?altro, alle notevoli divergenze sulla stima dell?"output gap", con significativa sottostima nelle procedure di calcolo da parte della Commissione europea del PIL potenziale italiano (rispetto ad esempio alle valutazioni effettuate dall?OCSE) e dell?impatto delle riforme sullo stesso PIL potenziale;

considerato che il disegno di legge di stabilità per il 2015 si inserisce nel quadro economico che vede l?Italia, nel 2014, ancora in recessione, per il terzo anno consecutivo, con un tasso di inflazione estremamente basso, e prevede pertanto una manovra di politica economica espansiva, del valore complessivo di 36 miliardi di euro, in cui si conciliano le misure di aggiustamento di bilancio (orientate ad incrementare ulteriormente la sostenibilità del debito pubblico) con l?esigenza di stimolare la ripresa economica;

rilevato che il saldo netto da finanziare, di cui all?articolo 1 del disegno di legge di stabilità, è stato ridotto di 4 miliardi di euro, con un ridimensionamento dell?indebitamento pari a 4,53 miliardi di euro e una conseguente riduzione del *deficit* nominale di bilancio dal 2,9 per cento, al 2,6 per cento del PIL, per venire incontro alle osservazioni preliminari formulate dalla Commissione europea il 23 ottobre 2014, attraverso le seguenti misure: riduzione del Fondo per la riduzione della pressione fiscale (con effetti di minore spesa pari a 3,3 miliardi nel 2015); estensione del meccanismo dell?inversione contabile per l?IVA al settore della grande distribuzione (con effetti di maggiore entrata pari a circa 730 milioni dal 2015); e riduzione delle risorse per il cofinanziamento dei fondi strutturali europei esentate dagli obiettivi di spesa delle regioni ai fini del patto di stabilità interno (con effetti di minore spesa pari a 500 milioni di euro per il 2015);

considerato inoltre, che il comma 57 dell?articolo 3 del disegno di legge di stabilità, ridefinisce le modalità di funzionamento del Fondo di sviluppo e coesione (FSC), modificando i principali elementi di *governance* e di procedura relativamente alle risorse assegnate al FSC per il ciclo di programmazione 2014- 2020, con conseguente abrogazione delle analoghe disposizioni vigenti, prevedendo, in particolare, che entro il 30 aprile 2015 l?autorità politica per la coesione provveda a disciplinare e istituire una "Cabina di regia", senza nuovi o maggiori oneri per la finanza pubblica, composta da rappresentanti delle Amministrazioni interessate e delle Regioni, incaricata di definire specifici piani operativi per ciascuna area tematica nazionale, con l?indicazione di risultati attesi e azioni e singoli interventi necessari al loro conseguimento, con relativa stima finanziaria;

valutata l?entità degli stanziamenti previsti nel disegno di legge di bilancio, tabella n. 2, relativamente al Programma n. 1.3 (unità di voto 21.3), in cui è riportata la dotazione finanziaria spettante alla Presidenza del Consiglio dei ministri, a cui attinge anche il Dipartimento per le politiche europee, nonché la dotazione spettante all?Agenzia per la coesione territoriale. Per effetto di un emendamento del Governo approvato durante l?esame presso la Camera dei deputati, la dotazione dell?Agenzia,

prevista per il 2015, è stata spostata al bilancio del Ministero dello sviluppo economico (tabella n. 3), Programma 32.3 (unità di voto 9.2) Servizi e affari generali per le amministrazioni di competenza, al fine di pagare i redditi da lavoro dei dipendenti dell?Agenzia;

valutati, inoltre, gli stanziamenti relativi al Programma n. 4.10 (unità di voto 3.1) sulla "Partecipazione italiana alle politiche di bilancio in ambito UE", rientrante nella Missione n. 4, relativa a "L?Italia in Europa e nel mondo", in cui sono previsti 5 miliardi annui, per il Fondo di rotazione per il cofinanziamento dei fondi strutturali europei, che sono stati lievemente ridotti per ciascuno dei anni 2015-2017, durante l?esame presso la Camera dei deputati,

formula, per quanto di competenza, un rapporto favorevole, con i seguenti rilievi:

si auspica che il Governo prosegua nell?adottare ogni iniziativa utile, presso le Istituzioni dell?Unione europea, e nel rispetto dei parametri del Patto di stabilità e crescita, perché le spese delle Amministrazioni pubbliche finalizzate ad investimenti produttivi, capaci di "*generare benefici finanziari diretti a lungo termine, compreso il rafforzamento del potenziale di crescita sostenibile, e che pertanto abbiano un impatto quantificabile sulla sostenibilità a lungo termine delle finanze pubbliche*", ai sensi dell?articolo 5 del regolamento (CE) n. 1466/97 sul rafforzamento della sorveglianza delle posizioni di bilancio, possano essere scomputate dal calcolo del *deficit* strutturale relativo al raggiungimento dell?obiettivo di medio termine (OMT) concordato con l?Unione europea, ovvero ? in subordine ? che possano rientrare nelle "deviazioni temporanee" dal percorso di raggiungimento di tale obiettivo"*qualora si produca un evento inconsueto al di fuori del controllo dello Stato membro interessato che abbia rilevanti ripercussioni sulla situazione finanziaria generale di detto Stato o in caso di grave recessione economica della zona euro o dell?intera Unione*", previste dallo stesso articolo 5 del regolamento (CE) n. 1466/97;

a tale riguardo, si ricorda che il cosiddetto "Piano Juncker" per 315 miliardi di euro di investimenti, annunciato recentemente dal Presidente della Commissione europea, già prevede un meccanismo di scorporo dal calcolo del *deficit* per i contributi versati dagli Stati membri nell?ambito del Piano, e che il documento conclusivo approvato dalla LII COSAC (Conferenza degli organismi parlamentari specializzati negli affari dell?Unione dei parlamenti dell?Unione europea) che si è svolta a Roma dal 30 novembre al 2 dicembre 2014, al punto 1.6 fa appello all?esclusione, dal calcolo del *deficit* strutturale ai sensi del Patto di stabilità e crescita, della spesa pubblica relativa all?attuazione dei programmi cofinanziati dai fondi strutturali e di investimento europei, poiché si tratta di spese destinate al raggiungimento degli obiettivi della strategia Europa 2020 di competitività, crescita economica e occupazione;

auspica altresì che il Governo continui ad attivarsi perché vengano adottate politiche fiscali espansive a livello europeo in grado soprattutto di sostenere la domanda interna europea (consumi più investimenti) che, in forte diminuzione, da tempo penalizza la crescita dell?intera area europea. Per promuovere politiche fiscali espansive occorre l?uso di meccanismi di aggiustamento simmetrici tra Paesi debitori e creditori, che impongano sia ai Paesi in *deficit* sia a quelli in *surplus* misure di aggiustamento tra loro compatibili. In particolare nel caso dei Paesi in *surplus* è necessario applicare le regole della MIP (*Macroeconomic Imbalances Procedure*), imponendo la riduzione dei loro enormi avanzi commerciali con un?espansione della loro domanda interna a beneficio della ripresa dell?intera area dell?euro. Lo sfruttamento delle potenzialità della domanda e del mercato interni europei deve diventare il nuovo baricentro del rilancio dello sviluppo europeo;

in riferimento alla politica di coesione e all?utilizzo dei fondi strutturali europei, si auspica che la Cabina di regia, la cui istituzione è prevista dal comma 57 dell?articolo 3 del disegno di legge di stabilità 2015 per la fase di programmazione dei fondi, sia opportunamente coordinata con l?Agenzia per la coesione territoriale, concernente la fase di attuazione dei programmi.

SCHEMA DI RAPPORTO PROPOSTO DAI SENATORI DONNO, FATTORI E MOLINARI

SULLO STATO DI PREVISIONE DEL MINISTERO DELL'ECONOMIA E DELLE FINANZE PER L'ANNO FINANZIARIO 2015 E PER IL TRIENNIO 2015-2017, LIMITATAMENTE ALLE PARTI DI COMPETENZA E RELATIVA NOTA DI VARIAZIONI, (DISEGNI DI LEGGE. NN. 1699 E 1699-*BIS* - TABELLE 2 E 2-*BIS* E SULLE PARTI CORRISPONDENTI DEL DISEGNO DI LEGGE N. 1698

La Commissione 14ª,
esaminato, per le parti di propria competenza, il disegno di legge recante «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)» (Atto Senato 1698) e il disegno di legge recante «Bilancio di previsione dello Stato per l?anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017» (Atto Senato 1699);
premesso che:
all'articolo 3 ai commi da 35 a 44 dell' Atto Senato 1698 si recano disposizioni in tema di cofinanziamento dei fondi europei per il ciclo di programmazione 2014-2020 e al comma 57 vengono ridefinite le modalità di funzionamento del Fondo di sviluppo e coesione (FSC), modificando i principali elementi di *governance* e di procedura relativamente alle risorse assegnate al fondo stesso per il ciclo di programmazione 2014-2020;
considerato che:
in data 29 ottobre 2014 la Commissione europea ha adottato l'Accordo di Partenariato con l'Italia in cui si definisce la strategia per un uso ottimale dei Fondi strutturali e di investimento europei per i prossimi sette anni in cui all'Italia saranno destinati 32,2 miliardi di euro di finanziamenti totali a titolo della politica di coesione oltre a 10,4 miliardi di euro per lo sviluppo rurale e 537,3 milioni di euro per il settore marittimo e della pesca;
nella spesa e l'utilizzo dei fondi strutturali del periodo di programmazione 2007-2013 l'Italia è in netto ritardo: al mese di ottobre 2014 mancavano all?appello 18,6 miliardi, da spendere entro la fine del 2015., di questi, oltre 15 miliardi nelle regioni meridionali;
con il decreto-legge 31 agosto 2013, n. 101 recante "Disposizioni urgenti per il perseguimento di obiettivi di razionalizzazione nelle pubbliche amministrazioni" convertito con la legge del 30 ottobre 2013, n. 125, è stata instituita l?Agenzia per la Coesione Territoriale con l?idea di farne uno strumento per migliorare i risultati nell?impiego dei fondi strutturali europei e dei finanziamenti nazionali per lo sviluppo. La suddetta Agenzia è attualmente un organismo fantasma, nonostante nel mese di luglio 2014 ne sia stato emanato lo statuto e nominato il direttore;
ora con la legge di stabilità 2015 viene istituito un nuovo organismo per la gestione dei fondi strutturali europei, viene creata una "cabina di regia" composta dai rappresentanti delle amministrazioni locali e delle Regioni, che dovrà definire i piani operativi per ogni area tematica, con l?indicazione di risultati attesi, azioni, singoli interventi necessari e relativa stima finanziaria;
la cabina di regia dovrà monitorare lo stato di attuazione degli interventi dei piani operativi nel corso del settennato di programmazione e in caso di mancato rispetto dei tempi e delle inadempienze sarà possibile per il Governo ripartire la dotazione finanziaria degli obiettivi tematici nazionali di cui all'accordo di partenariato, rimodulare le quote annuali e revocare le assegnazioni dei fondi;
è da censurare la creazione di questo nuovo organismo di gestione dei fondi strutturali che essenzialmente ricalca i compiti dell'Agenzia per la coesione territoriale, mai di fatto diventata operativa;

fortemente criticabile è anche la decisione del Governo di ridurre il co-finanziamernto nazionale dal 50 per cento al 25 per cento di tre regioni meridionali (Campania, Calabria e Sicilia) per i prossimi sette anni di programmazione europea e quindi un taglio di circa 11 miliardi che verranno utilizzati per altri obiettivi, che sebbene l'intento è quello di meglio raccordare programmi nazionali e regionali di fatto decurta le risorse per i territori meridionali, già fortemente penalizzati;

formula, per quanto di competenza, rapporto contrario.

1.5. Trattazione in Assemblea

1.5.1. Sedute

collegamento al documento su www.senato.it

Non e' stato possibile includere la seguente risorsa:
http://www.senato.it/versionestampa/stampa.jsp?url=/leg/17/BGT/Schede/Ddliter/aula/45047_aula.htm&thispage

1.5.2. Resoconti stenografici

1.5.2.1. Seduta n. 364 (ant.) del 03/12/2014

collegamento al documento su www.senato.it

SENATO DELLA REPUBBLICA
------ XVII LEGISLATURA ------

364a SEDUTA PUBBLICA
RESOCONTO STENOGRAFICO
MERCOLEDÌ 3 DICEMBRE 2014

_____

Presidenza della vice presidente FEDELI,
indi del vice presidente GASPARRI,
del presidente GRASSO,
della vice presidente LANZILLOTTA
e del vice presidente CALDEROLI

N.B. Sigle dei Gruppi parlamentari: Forza Italia-Il Popolo della Libertà XVII Legislatura: FI-PdL XVII; Grandi Autonomie e Libertà (Grande Sud, Libertà e Autonomia-noi SUD, Movimento per le Autonomie, Nuovo PSI, Popolari per l'Italia): GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI); Lega Nord e Autonomie: LN-Aut; Movimento 5 Stelle: M5S; Nuovo Centrodestra: NCD; Partito Democratico: PD; Per le Autonomie (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE: Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE; Per l'Italia: PI; Scelta Civica per l'Italia: SCpI; Misto: Misto; Misto-Italia Lavori in Corso: Misto-ILC; Misto-Liguria Civica: Misto-LC; Misto-Movimento X: Misto-MovX; Misto-Sinistra Ecologia e Libertà: Misto-SEL.

_____

RESOCONTO STENOGRAFICO

Presidenza della vice presidente FEDELI

PRESIDENTE. La seduta è aperta *(ore 9,32)*.

Si dia lettura del processo verbale.

VOLPI, *segretario, dà lettura del processo verbale della seduta antimeridiana del 27 novembre.*

Sul processo verbale

SCILIPOTI ISGRO' *(FI-PdL XVII)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

SCILIPOTI ISGRO' *(FI-PdL XVII)*. Signora Presidente, chiedo la votazione del processo verbale, previa verifica del numero legale.

Verifica del numero legale

PRESIDENTE. Invito il senatore Segretario a verificare se la richiesta risulta appoggiata dal prescritto numero di senatori, mediante procedimento elettronico.

(La richiesta risulta appoggiata).

Invito pertanto i senatori a far constatare la loro presenza mediante procedimento elettronico.

(Segue la verifica del numero legale).

Il Senato è in numero legale.

Ripresa della discussione del processo verbale

PRESIDENTE. Metto ai voti il processo verbale.

È approvato.

Comunicazioni della Presidenza

PRESIDENTE. L'elenco dei senatori in congedo e assenti per incarico ricevuto dal Senato, nonché ulteriori comunicazioni all'Assemblea saranno pubblicati nell'allegato B al Resoconto della seduta odierna.

Preannunzio di votazioni mediante procedimento elettronico

PRESIDENTE. Avverto che nel corso della seduta odierna potranno essere effettuate votazioni qualificate mediante il procedimento elettronico.

Pertanto decorre da questo momento il termine di venti minuti dal preavviso previsto dall'articolo 119, comma 1, del Regolamento *(ore 9,38)*.

Seguito della discussione e approvazione del disegno di legge:

(1428-B) ***Deleghe al Governo in materia di riforma degli ammortizzatori sociali, dei servizi per il lavoro e delle politiche attive, nonché in materia di riordino della disciplina dei rapporti di lavoro e dell'attività ispettiva e di tutela e conciliazione delle esigenze di cura, di vita e di lavoro*** *(Approvato dal Senato e modificato dalla Camera dei deputati) (Collegato alla manovra finanziaria) (Votazione finale qualificata ai sensi dell'articolo 120, comma 3, del Regolamento) (Relazione orale)* **(ore 9,38)**

Discussione e approvazione della questione di fiducia

PRESIDENTE. L'ordine del giorno reca il seguito della discussione del disegno di legge n. 1428-B, già approvato dal Senato e modificato dalla Camera dei deputati.

Ricordo che nella seduta di ieri è stata respinta una questione pregiudiziale e ha avuto inizio la discussione generale.

È iscritto a parlare il senatore Malan. Ne ha facoltà.

MALAN *(FI-PdL XVII)*. Signora Presidente, questo provvedimento... *(Brusio)*.

PRESIDENTE. Scusi, senatore Malan. Chiedo alle senatrici e ai senatori di abbassare la voce perché è difficile ascoltare.

Prego, senatore Malan, prosegua.

MALAN *(FI-PdL XVII)*. Questo provvedimento ha suscitato grandi aspettative sia negli operatori economici sia tra i tanti italiani che cercano lavoro. Proprio in questi giorni stiamo sperimentando il massimo tasso di disoccupazione della storia, e non degli ultimi 37 anni come affrettatamente alcuni interpretano. Si dice che è la prima volta dal 1977 che c'è un tasso di disoccupazione così alto solo perché è dal 1977 che c'è l'attuale tipo di misurazione del tasso di disoccupazione. Giova però ricordare che nel 1977 la disoccupazione era al 7 per cento, mentre oggi è al 13,4 per cento: nel 1977 dunque non era più alta.

In precedenza non si è mai raggiunto l'attuale livello, quindi oggi abbiamo il massimo livello di disoccupazione di sempre e l'attuale Esecutivo non può limitarsi a dire che è colpa dei Governi precedenti; quanto meno non dovrebbe aumentare più.

Con questo provvedimento si è fatto credere che si aprono orizzonti sconfinati per la crescita dell'occupazione, mentre invece non si apre un bel nulla. Tanto per cominciare, come ho avuto modo

di dire ieri illustrando la questione pregiudiziale a nome del Gruppo Forza Italia, si tratta di norme così generiche che sono atte a generare incertezza, ed è esattamente l'incertezza che induce a non fare investimenti (e assumere nuovi lavoratori e lavoratrici è un investimento).

Non solo. Dentro il provvedimento non c'è praticamente nulla; l'unica certezza è che non ci sarà la possibilità di reintegro per i licenziamenti dovuti a ragioni economiche. Ma questo, come ha chiaramente precisato l'ex ministro Fornero, era già previsto nel suo decreto, che peraltro non ha una buona fama in nessuna delle categorie produttive del Paese. Dunque questa previsione c'era già: è stata riscritta; un po' come è stato riscritto che le pubbliche amministrazioni non possono chiedere documenti di cui già sono in possesso: una norma antichissima che purtroppo il Governo - in questo caso anche altri Governi precedenti - non fa applicare. Dunque, tale previsione non è una novità perché già c'era prima; inoltre, di fatto, quando l'azienda riduce il suo personale per ragioni economiche, è davvero difficile pensare a un reintegro forzoso, perché causerebbe verosimilmente il fallimento dell'azienda.

Non abbiamo nessuna certezza sui tempi e sui modi, mentre il secondo elemento di cui abbiamo certezza è che i vari contratti che vanno sotto il nome di precariato (ad esempio, i contratti di collaborazione) vengono aboliti o progressivamente superati. I termini sono tutti molto vaghi, ma questa sembra essere una certezza. Conoscendo la realtà dell'impresa italiana, è estremamente verosimile che, su cento contratti di questo tipo oggi vigenti, forse una metà, ad essere davvero molto ottimisti, potranno diventare quei contratti a tempo indeterminato a tutele crescenti di cui si parla. Anche in questo caso peraltro dobbiamo affidarci alla bontà del Governo per sapere quali sono queste tutele, quanto e quando crescono sia dal punto di vista del lavoratore sia dal punto di vista dell'imprenditore.

Dunque, pensare che la metà degli imprenditori che oggi assumono a tempo determinato passi a questi contratti significa già essere ottimisti. Mi chiedo infatti se l'imprenditore si fiderà veramente del fatto che, qualora non dovesse avere più bisogno di questo lavoratore - magari dopo sei mesi o comunque dopo il tempo a cui era generalmente abituato a legare la durata dei contratti a tempo determinato - potrà mandarlo a casa senza problemi. Basta vedere quello che accade oggi, a proposito del decreto che porta il nome del ministro Poletti (che ringrazio per la sua presenza in Aula: se dirà ai suoi colleghi di fare lo stesso quando sono in discussione provvedimenti di loro specifico interesse, gliene saremo ancora più grati, ma intanto lodo sua presenza in Aula nella discussione del provvedimento, che qualifica maggiormente il suo Dicastero).

Dunque, il contratto a tutele crescenti non dà affidamento alle aziende; le aziende infatti oggi, a seguito del decreto che porta il nome del ministro Poletti, che ha reso possibile - a differenza della legge Fornero - fare diversi «turni» di assunzione a tempo determinato, a volte non utilizzano questa possibilità e applicano invece la vecchia legge, temendo che poi, davanti a un magistrato del lavoro o alle richieste di un sindacato, venga detto loro che non vale la norma odierna, ma vale ancora la normativa precedente. Forse sbagliano, ma nella realtà accade questo: figuriamoci cosa potrebbe accadere con un contratto che, bene o male, si chiama contratto a tempo indeterminato. Gli imprenditori potrebbero dunque chiedersi se, assumendo un lavoratore a tempo indeterminato, poi davvero lo possono mandare via. Potrebbe sembrar loro difficile. Già è difficile adesso, con questi tipi di contratto, figuriamoci in futuro.

È possibile, dunque, che il 50 per cento di questi contratti diventeranno magari contratti a tempo indeterminato a tutele crescenti - e dobbiamo sperarlo, per il bene del nostro Paese, dei lavoratori e dei disoccupati che vorrebbero non esserlo più - ma gli altri lavoratori, ovvero l'altro 50 per cento, diventeranno disoccupati.

Questo è un fatto davvero molto negativo e va sottolineato: in questo senso si spiega la dichiarazione del Presidente del Consiglio, che ha detto che quello in esame è il provvedimento più di sinistra preso dal suo Governo. Effettivamente, il fatto di credere che basti una norma per cambiare la realtà fa parte di una certa mentalità di sinistra, che non vale per tutta la sinistra, e che spereremmo, per il bene del Paese, che venga superata, a sinistra come a destra, naturalmente. Mi riferisco all'idea che basti

scrivere una norma per far cambiare la realtà. La realtà può essere tutt'al più può essere migliorata o incentivata ad andare in una certa direzione, ma la realtà non cambia. Se la situazione è quella attuale, almeno la metà di questi contratti a tempo determinato si trasformerà in «contratti» di disoccupazione. Se questa è la nuova sinistra, non vedo grosse novità rispetto alla sinistra che pensavamo fosse superata, ascoltando le dichiarazioni stesse dei dirigenti del Partito Democratico e dello stesso Matteo Renzi.

Comunque, il problema più grave del provvedimento in esame resta l'assoluta genericità della delega, che dà modo al Governo di fare esattamente quello che vuole, magari immettendo nei decreti legislativi delle norme decise non in Parlamento, ma nella direzione centrale (o nel comitato di direzione: non ricordo esattamente come si chiama questo organo) del Partito Democratico. Si tratta di un organo rispettabilissimo, ma che non è il Parlamento, al quale l'articolo 70 della Costituzione affida il potere e il dovere di fare le leggi e di farle alle luce del sole, e in cui le varie posizioni vengono rendicontate e dove chi vota sa per che cosa vota.

Voi, colleghi, che vi apprestate a votare il provvedimento, molto verosimilmente attraverso il voto di fiducia, davvero farete un atto di fiducia. Anzi, più che un atto di fiducia si tratta di un atto di fede, ma la fede, a mio parere, andrebbe riservata a cose più serie, e non a una delega genericissima, attraverso cui il Governo potrà fare qualunque cosa. Ad esempio, potrà stabilire che la paga minima è di 50 centesimi all'ora - e dunque anche chi lavora a tempo pieno potrebbe non avere nemmeno i mezzi per sopravvivere - oppure stabilire una paga minima alta e demagogica, che nell'immediato farà sperare i lavoratori, ma che nel medio o nel breve termine vorrà dire che quei posti di lavoro non ci saranno più. *(Applausi dal Gruppo FI-PdL XVII. Congratulazioni)*.

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore Angioni. Ne ha facoltà.

ANGIONI *(PD)*. Signora Presidente, signori del Governo, colleghi senatori, dall'inizio della discussione del provvedimento ho ascoltato diverse affermazioni, sia a sostegno che critiche, rivolte a mio parere più a ridefinire i ruoli delle forze che incidono sul mondo del lavoro che non a misurarsi effettivamente su strumenti che comportino un'inversione di tendenza del numero di occupati del nostro Paese e un miglioramento delle condizioni di chi un lavoro ce l'ha, lo sta per perdere o l'ha già perso.

Occorre, quindi, innanzitutto riprendere il merito del confronto e, allora, diciamo subito che una legge non ha in sé la capacità di creare nuovo lavoro. Neppure questo provvedimento da solo avrà la possibilità taumaturgica di farlo. Un nuovo provvedimento legislativo può però intercettare la disponibilità ad assumere quando un imprenditore si sente sufficientemente sicuro di fronte alle nuove condizioni di mercato. Certamente, però, è l'andamento del mercato a fare la differenza, come sempre, ed è certo che il principale problema che ha ridotto in questi anni l'occupazione è lo stato della nostra economia, la recessione degli ultimi anni, ma soprattutto una crescita che non riparte da circa quindici anni.

Senza una forte ripresa non ci può essere nessun nuovo entusiasmo da parte delle imprese per fare nuovi investimenti e, quindi, per nuove assunzioni. I più recenti dati dell'ISTAT ci dicono che anche nel 2014 perderemo mezzo punto di PIL e che gli investimenti sono diminuiti di un punto in percentuale già oggi.

Accennavo prima alla qualità del lavoro in alcuni settori produttivi con le attuali norme sul lavoro. Devo dire di non essere affatto convinto, come ho sentito in questi mesi dire a qualcuno, di un diffuso rapporto idilliaco nel nostro mondo delle imprese, di un rapporto di collaborazione tra le parti; anzi, mi sembra che negli ultimi due decenni siano riemerse forme di sfruttamento e, direi, di spadroneggiamento tra le parti. Mi riferisco a quei contratti che, oggi, con le attuali norme, lasciano al lavoratore poche possibilità di affermare i propri diritti. Stiamo parlando di diritti elementari: dalla malattia alle ferie, alla maternità per le donne. Ormai due generazioni di lavoratori, per buona parte, svolgono la loro attività con contratti di questo genere, quelli che fino a poco tempo fa abbiamo chiamato atipici e che sono invece diventati i tipici contratti di due generazioni di lavoratori. In larga parte dell'attuale sistema non c'è tutela del lavoratore come persona; non c'è agevolazione di un

percorso di vita individuale e familiare.

La riforma da questo punto di vista dà centralità al contratto a tempo indeterminato definendolo come forma comune di contratto di lavoro. Questo mi sembra fondamentale per rinnovare il valore del lavoro. Si riprende a pensare al lavoratore come persona e come responsabile del proprio progetto di vita. Allo stesso modo, mi sembra fondamentale affermare nella riforma il valore della maternità per tutte le lavoratrici. Ancora, mi sembra un dato di enorme rilevanza il riconoscimento del diritto universale agli ammortizzatori sociali, con lo Stato che si fa carico di non lasciare soli i cittadini, tutti, che perdono il lavoro.

Devo anche dire che non credo che la modifica dell'articolo 18 in questo provvedimento fosse avvertita come questione decisiva o importante, neanche dal mondo dell'impresa. L'emendamento del Governo, approvato alla Camera, che reintroduce la possibilità del reintegro anche per i licenziamenti disciplinari (ancorché su alcuni specifici casi, che il decreto del Governo dovrà stabilire), mi sembra sia già un passo in avanti rispetto al testo licenziato dal Senato.

Peraltro, sottolineo come su questo punto nel nostro ordinamento restano in vigore la nostra Costituzione, le leggi fondamentali del nostro ordinamento e una magistratura in grado di applicare quei principi e quelle norme. Io non penso che ci sia un magistrato che non consentirà il reintegro nel posto di lavoro quando il licenziamento sia avvenuto fintamente per motivi economici, mentre in realtà nasconde qualcosa d'altro.

Sulle questioni delle politiche attive del lavoro mi rifaccio a quanto sottolineato già da diversi colleghi, come anche sulle questioni che si pongono sulle risorse da destinare.

Per tornare al merito del provvedimento, con riguardo sia alla legge delega che ai decreti delegati, occorre riprendere un rapporto leale e costruttivo con tutti i soggetti interessati dalla riforma, sindacato compreso. Nella storia della Repubblica il sindacato è stato, non soltanto uno strumento di affermazione dei diritti dei lavoratori, ma anche uno degli attori più impegnati nella costruzione dei valori morali della nostra democrazia. È un fatto questo che nessuno può ignorare.

È vero, certamente, che neppure il sindacato può chiamarsi fuori dalla responsabilità di non avere compreso fino in fondo i processi che negli ultimi decenni si affermavano nella nostra società, con la nascita di nuovi disagi e bisogni sociali e con la richiesta, spesso drammaticamente inascoltata, di rappresentanza di quei disagi, di quei bisogni che hanno investito almeno due generazioni di lavoratori.

Eppure, allo stesso tempo, io credo che il nostro Paese dovrebbe essere grato al sindacato per come è riuscito a svolgere un ruolo di equilibrio e responsabilità nelle fasi più acute della crisi, non cedendo alla tentazione di strumentalizzare l'esasperazione delle centinaia di migliaia di persone più pesantemente colpite dalla crisi stessa. Mi chiedo quali tensioni attraverserebbero probabilmente oggi il nostro Paese, dopo oltre sei anni di crisi, senza quell'equilibrio e quella responsabilità.

Sono convinto che anche oggi vada riconosciuto il ruolo determinante del sindacato nell'evitare degenerazioni incontenibili della protesta sociale, anche da un punto di vista della tutela dell'ordine pubblico. Questo riconoscimento non è superfluo attribuirlo, nel momento in cui si mette mano ancora una volta, in pochi anni, al mercato del lavoro.

I decreti delegati saranno determinanti per comprendere realmente se questa riforma sarà una buona riforma, come io credo, per superare le numerose perplessità che sul provvedimento si continuano a esprimere; per aumentare davvero la possibilità di creare nuovi posti di lavoro, ma anche per aumentare diritti e non per toglierli.

Per questo, è necessario che il Governo, e il Ministro in particolare, nella predisposizione dei decreti si confronti in maniera fattiva con il Parlamento e con le parti sociali, senza rinunciare al proprio ruolo, alla propria autonomia e al proprio dovere, ma anche sapendo che il confronto darà maggiore forza ed efficacia a questo provvedimento. E molti di noi vogliono che questo provvedimento sia forte ed efficace per il bene del nostro Paese. *(Applausi dal Gruppo PD. Congratulazioni)*.

PRESIDENTE. È iscritta a parlare la senatrice Munerato. Ne ha facoltà.

MUNERATO *(LN-Aut)*. Signora Presidente, onorevoli colleghi, ci ritroviamo riuniti oggi a ridiscutere la grande riforma del lavoro che il vostro *premier* Renzi, forte e convinto nella sua conoscenza dell'inglese, ha deciso di nominare *jobs act.*

Questo Governo vuole e pretende deleghe in bianco per attuare la riforma degli ammortizzatori sociali, dei servizi per il lavoro e delle politiche attive, per il riordino della disciplina dei rapporti di lavoro e dell'attività ispettiva e di tutela e conciliazione delle esigenze di cura, di vita e di lavoro. Ecco, con due parole in inglese - *jobs act* - il Governo vuole intervenire su tutte queste materie senza alcun paletto da parte nostra!

Chiarissimo vero?

Il Governo vuole da questo Parlamento una delega in bianco per decidere il futuro di milioni di lavoratori, di 3,5 milioni di disoccupati, di 400.000 esodati e di tanti precari.

Con noi il Governo non vuole discutere. E dico «noi», colleghi senatori, ma intendo anche i colleghi della Camera dei deputati, che con regolari elezioni siamo stati eletti - ripeto: eletti - a differenza degli abusivi che sono seduti sugli scranni di questo Governo. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut)*.

Il Governo vuole essere autorizzato a fare ciò che vuole sulla pelle di chi lavora o, ancor peggio, di chi un lavoro non ce l'ha più.

Vorrei ricordare che i componenti di questo Governo sono stati i promotori e quelli che hanno architettato e votato la legge Fornero. Secondo voi, cari colleghi, con che coraggio possiamo dare in mano a loro il futuro del nostro Paese?

È da mesi che si parla solo dell'articolo 18 per nascondere il vero volto di questa riforma che distrugge lo Stato sociale.

Chiamo in causa il sindacato, che come uno *zombie* è riapparso con la bandierina dell'articolo 18 solo per giustificare il prelievo di ogni mese nelle buste paga di lavoratori e pensionati. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut)*. Tre anni fa non ha battuto ciglio mentre si approvava la legge Fornero!

Ora, però, sembra si sia svegliato e dovrebbe appoggiare il nostro *referendum* sull'abrogazione della famigerata legge della signora «lacrime di coccodrillo».

Se la disoccupazione giovanile è in continuo aumento - ricordo che gli ultimi dati parlano del 43 per cento, *record* storico - è colpa di quella legge, che tiene i nonni a lavorare e lascia i giovani nei bar.

Questa riforma non accontenta né i piccoli e medi imprenditori, né i lavoratori, perché non offre a nessuno dei due rispettivamente né garanzia di maggiore flessibilità, né maggior tutela del posto di lavoro. Una bruttissima copia di quel modello vincente di *flexicurity* applicato in altri Paesi europei e che da anni la Lega Nord propone. Una norma truffaldina, perché comunque aggirabile: il datore di lavoro, per non incorrere nel contenzioso del licenziamento disciplinare ingiustificato, licenzierà solo per ragioni economiche. Comunque vada, al massimo dovrà risarcire ma non reintegrare.

Siamo molto scettici sul contratto a tutele crescenti quale strumento di rilancio della domanda interna. Ai fini della richiesta di mutui, finanziamenti o prestiti personali o comunque di maggiori consumi in generale, la solvibilità del lavoratore assunto con tale tipologia contrattuale è pari a quella di un contrattista a termine o di un collaboratore a progetto, per lo meno nei primi tre anni. Tutto ciò sicuramente non potrà contribuire alla ripresa economica.

Anche se sono stati accolti alcuni nostri ordini del giorno, rimaniamo molto critici sulla riforma degli ammortizzatori sociali. Il riordino di cui parla il comma 1 del provvedimento è anch'esso oggetto di una delega in bianco. Noi volevamo essere certi che il nuovo ammortizzatore universale, la cosiddetta ASPI, potesse garantire ai lavoratori prestazioni di importo pari o superiori a quelle attuali, di certo non inferiori. A ciò erano finalizzate le nostre proposte emendative. La loro bocciatura da parte della maggioranza e le dichiarazioni del Ministro a proposito della necessita di utilizzare maggiori risorse sugli ammortizzatori sociali non ci rincuorano. Anzi, ci preoccupano, perché le interpretiamo come la conferma dei nostri timori.

Esprimiamo perplessità anche sulle disposizioni recate dai commi 3 e 4 in materia di riordino dei servizi per il lavoro, con particolare riguardo all'istituzione dell'ennesimo carrozzone pubblico,

un'Agenzia nazionale per l'occupazione, per la gestione integrata delle politiche attive e passive del lavoro. Per creare nuova occupazione, e soprattutto di qualità, è necessario intervenire anche sui servizi essenziali in materia di politica attiva del lavoro, per migliorarne l'efficienza e la funzionalità.

Per evitare ulteriore spreco di risorse pubbliche riteniamo doveroso razionalizzare le strutture già esistenti procedendo all'eliminazione di quelle improduttive. Lungi dal voler fare pura demagogia, è un dato di fatto che i centri per l'impiego in alcune realtà territoriali funzionano espletando al meglio il compito di far incontrare domande ed offerte di lavoro. Altri invece sono dei carrozzoni pubblici inefficienti e costosi. Per questo motivo avevamo presentato alcuni emendamenti contemplanti la soppressione, con relativo accorpamento della struttura e del personale a quella territorialmente più vicina, di quei centri che nell'arco solare di un anno non abbiano collocato o ricollocato almeno una percentuale di lavoratori pari alla media nazionale ridotta dell'1 per cento e la perdita dell'accreditamento per le agenzie per il lavoro che nell'arco dell'anno solare non abbiano collocato o ricollocato una percentuale di lavoratori almeno uguale alla media nazionale ridotta dell'1 per cento. I nostri emendamenti, purtroppo, non sono stati presi neanche in considerazione a riprova che il Governo è sordo a proposte migliorative e, come un mulo, procede per la strada che ha già deciso.

Con meno criticità valutiamo, invece, gli interventi recati dai commi 8 e 9 in materia di sostegno alla genitorialità e per favorire le opportunità di conciliazione dei tempi di vita e di lavoro, innanzitutto per l'accoglimento già in sede di prima lettura qui al Senato del nostro emendamento sulle cosiddette ferie solidali, ovvero la possibilità di donarsi tra colleghi i giorni di riposo in più eccedenti quelli previsti dal contratto nazionale *(Applausi dal Gruppo LN-Aut)* per consentire a chi ha un figlio malato di stargli vicino anche se ha terminato il periodo massimo di riposo. Abbiamo presentato in Commissione anche un'altra proposta per estendere tale tutela ai lavoratori e alle lavoratrici malati oncologici o genitori di minori con tale patologia, ma purtroppo non è stata neanche presa in considerazione. La Commissione si è limitata ad accogliere il nostro ordine del giorno. Confidiamo ora nell'Assemblea.

Condividiamo la finalità di estendere la tutela della maternità a tutte le lavoratrici madri. Non vorremmo però che tale ampliamento della platea si traduca in un ulteriore aumento del costo del lavoro per le imprese, perché così non si favorirebbe l'occupazione femminile ma, al contrario, la si ostacolerebbe. Non riteniamo giusto che gli oneri debbano ricadere sul reddito della lavoratrice perché in tal modo non la si sostiene, bensì la si punisce.

Condividiamo, anche la modifica apportata al testo concernente i congedi dedicati alle donne inserite nei percorsi di protezione relativi alla violenza di genere.

Siamo rammaricati del silenzio emendativo in Commissione sull'eventuale abolizione della detrazione per coniuge a carico. In realtà, la questione è una sorta di giallo il cui mistero sarà svelato dal decreto delegato. Una bozza circolante prima che il provvedimento giungesse al Senato ne prevedeva espressamente l'abolizione escludendo le dipendenti pubbliche. Il testo depositato invece, lo stesso che ora giunge all'esame dell'Assemblea, utilizza l'espressione «armonizzazione», ma è chiaro a tutti che si tratta di un eufemismo. Vogliamo ricordare al Governo ed alla maggioranza parlamentare che l'abolizione della detrazione equivale ad un taglio dello stipendio o della pensione di circa 1.000 euro annui per chi ha un reddito compreso tra gli 8.000 e i 20.000 euro annui e di circa 700 euro per chi ha un reddito da 21.000 a 25.000 euro annui. Una batosta per tutte le famiglie di lavoratori e pensionati monoreddito! Ci rammarica che nessuno tra i tanti colleghi che sbandierano la propria politica di sostegno alle famiglie abbia puntato il dito contro il rischio di tale abrogazione. Noi auspichiamo che possano ravvedersi durante l'esame in Assemblea.

Detto tutto ciò, secondo il vostro *premier* Renzi, con questa riforma ci sarà la grande ripresa. I nostri imprenditori non avranno più alibi e cominceranno ad assumere *à gogo*, occupando magari anche tutti i clandestini che ogni giorno sbarcano sulle nostre coste.

Caro Presidente del Consiglio, secondo lei le nostre aziende non delocalizzeranno più solo perché abbiamo tolto dei diritti ai lavoratori? Se questo è veramente il suo pensiero, Signor Presidente del Consiglio, mi preoccupa molto perché mi sembra di capire che secondo lei la colpa della crisi in cui ci troviamo è di chi lavora per 1.000 euro al mese!

Non è togliendo le ferie ai lavoratori, e magari cancellandogli anche la tredicesima, che l'Italia diventa la Nazione numero uno in Europa! *(Applausi dal Gruppo LN-Aut)*.

Secondo lei, presidente Renzi, se ai nostri lavoratori diamo una ciotolina di riso al giorno i nostri imprenditori non andranno più a produrre in Cina e l'Italia risorgerà? *(Applausi dal Gruppo LN-Aut. Congratulazioni)*.

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore Fornaro. Ne ha facoltà.

FORNARO *(PD)*. Signor Ministro, colleghi, a leggere in questi giorni alcune dichiarazioni mi sono venuti in mente quei giochi di immagini ambivalenti che si usano nei corsi di formazione. Nella prima di queste immagini - l'immagine più nota, inventata nel 1930 - sono rappresentate e possono essere viste sia una vecchia signora, sia una giovane donna con veletta. Detto in altri termini, a seconda della percezione di ognuno di noi, la stessa immagine può avere una lettura anche doppia.

Perché mi è venuta in mente questa immagine? Leggiamo alcune dichiarazioni in sequenza. Il 29 novembre il ministro Alfano ha detto: «Se noi possiamo dire che abbiamo realizzato il programma di centrodestra è anche per il *jobs act*, per l'articolo 18, per la riforma del mercato del lavoro». Ma il *premier* Renzi, il segretario del mio partito, nel suo intervento in direzione il 1° dicembre ha detto che il *jobs act* è la riforma più a sinistra che sia stata fatta nel mondo del mercato del lavoro. È evidente che entrambi vedono nello stesso testo due cose completamente diverse, signor Ministro. Noi crediamo che entrambi le vedano - lo dico pesando le parole - attraverso il filtro dell'ideologia: essi vedono quello che vogliono vedere. Noi - invece - abbiamo cercato e ci siamo sforzati, in queste settimane, sia nel primo passaggio al Senato, sia alla Camera, di rimanere nel merito, ostinatamente nel merito, fedeli - noi sì e lo rivendico - ad un approccio riformista e non astrattamente ideologico. Come ho già avuto modo di sottolineare la volta scorsa, sono stati altri a brandire l'articolo 18 come una sorta di randello contro i sindacati e, quindi, contro i lavoratori.

Nel merito, riconosciamo miglioramenti che sono stati compiuti, prima, in Commissione al Senato, e successivamente in Commissione alla Camera. Li riteniamo miglioramenti importanti e passi in avanti. Da ultimi: una miglior definizione dei controlli a distanza sugli impianti e non sui lavoratori; il diritto al reintegro del lavoratore licenziato non solo per motivi discriminatori, ma anche per ingiustificato motivo disciplinare, seppur solo in fattispecie che andranno opportunamente specificate.

Ma è proprio rimanendo nel merito che non possiamo non osservare che esistono ancora elementi di criticità assai significativi per i quali ci aspettiamo, sia dalla replica del Ministro sia nei decreti attuativi, delle risposte non ambigue, ovvero che non possano essere lette come il testo che ricordavo all'inizio. C'è un tema che abbiamo posto, che ribadiamo e che non troviamo nel testo che è stato approvato dalla Camera: mi riferisco al fatto che tutta la parte relativa alla riforma degli ammortizzatori sociali e delle nuove politiche attive del lavoro debbano, a nostro giudizio, precedere la riforma dei contratti e non, ancora una volta, nella migliore delle ipotesi, seguire questa riforma dei contratti, se non essere accantonata in un cassetto, come è già avvenuto per altre riforme del lavoro. C'è una questione di risorse, signor Ministro, e su questo chiediamo chiarezza nella replica. C'è un balletto di cifre che francamente ci lascia perplessi. È evidente che la realizzazione dell'impianto fondamentale del *jobs act*, che non è la modifica dell'articolo 18, ma proprio un'idea avanzata di moderno mercato del lavoro, ha bisogno di risorse aggiuntive e significative rispetto ai precedenti stanziamenti che riguardavano i vecchi ammortizzatori sociali.

C'è un'altra questione, che è quella dei licenziamenti per motivazioni economiche. Questo è un punto su cui il Governo ha tenuto duro, che ha consentito quindi di dire che non c'era più l'articolo 18 per i nuovi assunti. Ebbene, su questo auspichiamo che nei decreti attuativi sia fatta chiarezza e ci sia la possibilità di intervenire in caso di abusi, da parte dell'imprenditore, di questa motivazione. Altrimenti - non prendiamoci in giro - diventeranno tutti licenziamenti per motivazioni economiche e quella che dovrebbe essere un'eccezione diventerà la regola.

Infine, c'è una questione su cui noi ci sentiamo con la coscienza a posto. Una proposta l'abbiamo fatta e l'abbiamo espressa nell'emendamento che abbiamo presentato la volta scorsa. La proposta era che il cosiddetto nuovo contratto a tutele crescenti, strumento utile per razionalizzare e disboscare la giungla

dei contratti precari e favorire l'ingresso in un sistema di tutele dei lavoratori, in particolare di quelli giovani, dovesse avere un termine, che noi abbiamo proposto a trentasei mesi, ma si poteva eventualmente anche andare oltre, ma il principio delle tutele crescenti significa che ad un certo punto la crescita finisce e si entra nella normalità. Ebbene, con questo decreto noi sanciamo invece che i nuovi assunti, giovani e vecchi, dal 1° gennaio 2015, saranno soggetti che avranno, sì, un contratto a tempo indeterminato, ma a tutele che invece di crescere saranno ridotte, e ridotte per tutta la vita. È vero che questo può essere visto, anche in questo caso, nella logica dell'immagine ambivalente, come un passo in avanti per le partite IVA, per i co.co.pro e per altri contratti precari, ma è stata sostanzialmente cancellata la possibilità, per un'intera generazione, di avere un punto di arrivo che è stato, per la generazione dei nostri padri e per la nostra, il contratto a tempo indeterminato con tutela dell'articolo 18. L'articolo 18, dobbiamo dircelo fino in fondo, che nessun imprenditore, nessun investitore estero pone al primo posto come motivazione per non venire ad investire in Italia. Sono altre le questioni, le conosciamo bene e non le ripeto per brevità, che gli imprenditori pongono al sistema Italia per rilanciare gli investimenti.

Ci attendiamo, quindi, che nella replica, signor Ministro, lei sappia darci risposte chiare e non interpretabili. Il Paese ha bisogno di chiarezza, non ha bisogno di immagini ambivalenti. Noi faremo, come sempre, la nostra parte responsabilmente e chiediamo che il Governo abbia, nei confronti delle nostre osservazioni e delle nostre critiche, che sono sempre rimaste sul piano del merito e quindi animate da spirito costruttivo, delle risposte.

In conclusione, desidero riconfermare in quest'Aula che il nostro impegno continuerà, perché a questa legge delega, che continua ad avere troppi elementi di genericità, seguirà il passaggio dei decreti attuativi. Riconfermiamo quindi il nostro impegno per una costante, severa e costruttiva vigilanza sui decreti attuativi, che auspichiamo e crediamo il Governo emanerà d'intesa ed ascoltando le Commissioni parlamentari competenti, in un rapporto corretto tra Parlamento ed Esecutivo. *(Applausi dal Gruppo PD)*.

PRESIDENTE. È iscritta a parlare la senatrice Montevecchi. Ne ha facoltà.

MONTEVECCHI *(M5S)*. Signora Presidente, il modo di guardare al mondo del lavoro ci impone qualche riflessione per la complessità dell'argomento, ma soprattutto per le sue implicazioni su quelli che potremmo definire gli immediati dintorni, quella necessità di ovviare a tutti gli ostacoli formali e sostanziali per assicurare a tutti i cittadini un'esistenza libera e dignitosa. È la Costituzione che ce lo ricorda: ce lo ricorda all'articolo 1 e, soprattutto, all'articolo 3.

Negli anni, abbiamo assistito dapprima all'affermarsi dei diritti dei lavoratori con la legge n. 300 del 1970, il cosiddetto Statuto dei lavoratori, cui sono seguite, in base alle innovate esigenze del mondo del lavoro, la legge Biagi del 2003, il cosiddetto collegato lavoro del 2010 nonché, da ultimo, la legge Fornero del 2012. Tutti provvedimenti mirati, nell'*animus* del legislatore, ad innovare, tutelare, favorire e migliorare e i cui esiti sono noti a tutti: tutti stiamo pagando le conseguenze dell'esito di questi provvedimenti.

Abbiamo assistito inermi allo smantellamento della dignità dei lavoratori; pezzo dopo pezzo tutti i diritti sono stati mutati per sopravvenire ad esigenze economico-organizzative, anche se poi ci è stato raccontato che ciò è avvenuto invece a causa della globalizzazione piuttosto che della crisi economica, della *débâcle* dei sistemi capitalistici occidentali. Insomma, ciascuno ha raccontato il proprio personalissimo Truman *show*.

Da ultimo, la presente legge delega al Governo che, nella sua vacuità, delimita in modo fumoso i principi e i criteri direttivi entro i quali viene delegato l'esercizio della funzione legislativa, quella che noi abbiamo chiamato una delega in bianco. Tuttavia, senza chiare delimitazioni all'esercizio della funzione legislativa delegata all'Esecutivo, non si ottiene alcun risultato certo e forse neanche apprezzabile.

In parole povere, siamo alle solite: si tende a sanare situazioni ormai non più sostenibili, anziché definire una volta per tutte e nel dettaglio - magari anche con scelte impopolari, ma di più ampio respiro - la condizione dei precari nel mondo del lavoro.

Proprio di recente la Corte di giustizia dell'Unione europea si è pronunciata -questa volta in riferimento al settore della scuola e non però per la prima volta in riferimento all'argomento in generale - in relazione alla normativa italiana sui contratti di lavoro a tempo determinato in quanto, secondo la Corte, tale normativa sarebbe contraria al diritto dell'Unione. In particolare, la Corte di giustizia ha evidenziato che il rinnovo illimitato dei contratti a tempo determinato per soddisfare esigenze permanenti e durevoli nelle scuole statali non è giustificato.

Mi piace ribadire questo punto in quest'Aula, dove oggi ci troviamo a discutere il *jobs act*. Da gennaio 2015, stante le linee guida illustrate il 3 settembre dal nostro *Premier* (ancora ci chiediamo come mai all'epoca non lo fece la ministra Giannini, forse per un problema di cappelli politici), partiranno i provvedimenti sulla scuola. Ma allora il Ministro e il nostro *Premier* dovranno tener conto di questa sentenza, nella quale la Corte ricorda poi come l'accordo quadro si applichi a tutti i lavoratori, senza fornire distinzioni in riferimento alla natura pubblica o privata del datore lavoro, nonché al settore di attività interessato. Quindi, ancora una volta, siamo stati bacchettati in sede europea, giacché la normativa nazionale è in disaccordo con i principi comunitari, quegli stessi principi sottoscritti e recepiti nel nostro ordinamento giuridico, ma che evidentemente sfuggono al legislatore.

Anche senza entrare ulteriormente nel merito della sentenza, è sufficiente sottolineare la necessità di intervenire in modo definitivo sulla spregiudicata e insistita reiterazione dei contratti a tempo determinato per sopperire a mancanze strutturali e ritardi, tanto nella pubblica amministrazione, quanto nel settore privato, ricorrendo anche a misure sanzionatorie, se necessario, prevedendo e possibilmente comminando una sanzione proporzionata, effettiva e dissuasiva.

Concludo con un accorato appello. Viviamo in un'epoca in cui tutti ormai, anche le persone meno informate, percepiscono come questo Paese si trovi su una china e stia scendendo verso una condizione di subalternità, di sudditanza e di Paese colonia. Io ho vissuto in Paesi del Terzo mondo che sono state ex colonie di grandi imperi; ho visto come si vive là, ho studiato il declino di quei Paesi e quanto non è stato fatto dai Governi locali per cercare di porre limiti a questo declino. Io non voglio e lotterò fino all'ultimo, insieme al mio Gruppo, perché questo Paese rimanga sovrano e non si riduca ad una colonia alle periferie di grandi centri. *(Applausi dal Gruppo M5S)*.

PRESIDENTE. È iscritta a parlare la senatrice Pelino. Ne ha facoltà.

PELINO *(FI-PdL XVII)*. Signora Presidente, signor Ministro, onorevoli colleghi, oggi si discute della delega in materia di lavoro, che ha già ottenuto l'approvazione prima al Senato, soltanto grazie al voto di fiducia al Governo, e poi alla Camera, con l'eclatante uscita di 40 deputati del Partito Democratico al momento della votazione. In ciascuno dei due passaggi parlamentari, il giudizio di Forza Italia è stato, ed è tuttora, profondamente critico.

Dal punto di vista formale, si tratta di una delega vaga, indeterminata ed eccessiva, che lascia al Governo il potere di modificare in un senso o nell'altro - e questo è un aspetto per noi inaccettabile - questioni così importanti e così delicate, esautorando, al tempo stesso, il Parlamento dalle proprie funzioni attribuitegli dalla Costituzione.

Prima di descrivere i punti più controversi del provvedimento, occorre richiamare l'attenzione sugli allarmanti dati della disoccupazione. Il tasso di disoccupazione è in continua crescita. Addirittura ad ottobre si è registrato il peggiore dato dal 1977, raggiungendo la percentuale *record* del 13,2 per cento, e sono quasi 3 milioni e mezzo le persone in cerca di lavoro.

È indubbio che viviamo un momento storico difficile dal punto di vista economico e sociale, che rischia di tradursi in un tracollo irreversibile, se si continuano a partorire misure che non considerano la realtà contingente. In questo senso va il nostro assoluto dissenso rispetto alla volontà di eliminare le forme contrattuali che facilitano ciò che la sinistra definisce lavoro precario. Alla luce di quanto scritto nella delega, verranno eliminati i rapporti di collaborazione coordinata e continuativa. Queste tipologie contrattuali di lavoro subordinato, introdotte dalla legge Biagi, rappresentano - a differenza di quanto generalmente si pensi - uno strumento indispensabile per l'inserimento nel mondo del lavoro. In particolare, tenuto conto della grave recessione che avvolge l'Italia, dove chiudono migliaia di imprese e dove il lavoro sta diventando un miraggio, è inconcepibile abolire questi contratti che, comunque sia,

rendono agevole l'instaurazione dei rapporti di lavoro.

Da più parti si vuole ribadire soltanto che i co.co.co. creano rapporti di lavoro instabili, e perciò da demonizzare. Bene, noi li consideriamo congrui e compatibili con il tentativo di superare questa drammatica realtà in cui perfino la disoccupazione giovanile raggiunge il livello *record* del 43,3 per cento, che si traduce in più di 700.000 giovani tra i quindici e i ventiquattro anni che non hanno un lavoro.

Non solo, ma si legge nella delega che, a fronte dell'eliminazione dei contratti cosiddetti atipici, vengono favorite le assunzioni a tempo indeterminato attraverso sgravi contributi riconosciuti al datore di lavoro per un periodo temporale di tre anni. Le risorse poste a copertura delle agevolazioni, indicate nella legge di stabilità, non sembrano essere sufficienti per dare slancio all'effettiva creazione di nuovi posti di lavoro a tempo indeterminato. Non è il momento di guardare dalla lente ideologica che vede la stabilità del rapporto di lavoro come unico parametro di valutazione della qualità del lavoro, ma è il momento di contrastare con misure efficaci il fenomeno della disoccupazione.

D'altra parte, il Governo si è detto determinato nel sostenere un più efficiente intervento pubblico in grado di dare supporto e stimolo per la ricerca di un nuovo lavoro, attraverso efficaci ammortizzatori e idonee politiche attive. Ma si riscontra che, per dare attuazione alle disposizioni previste in materia dalla legge delega, servono ingenti risorse finanziarie, che il Governo inizialmente aveva promesso di stanziare nella legge di stabilità. Bene: dove sono i miliardi che servirebbero? Il testo della legge di stabilità, ora in discussione in Parlamento, prevede misure di finanziamento della riforma del lavoro che si sono rivelate di entità modesta e assolutamente insufficienti a dare il sostegno economico necessario. Non siamo solo noi di Forza Italia a sostenere l'inadeguatezza dei finanziamenti finora previsti, ma anche tecnici ed esponenti del Partito Democratico alla Camera. Solo per riportare alcune cifre, la legge di stabilità inizialmente prevedeva l'assegnazione di due miliardi ad un fondo per la riforma e l'estensione degli ammortizzatori sociali, per il riordino e il potenziamento delle politiche attive e dei servizi per l'impiego e per il miglioramento dei sistemi ispettivi. L'esame della Camera si è limitato ad apportare un esiguo aumento del fondo: solo 200 milioni per il 2015 e per il 2016.

Merita soffermarsi sul progetto di revisione dell'articolo 18. Le velleità del Governo di superare la barriera più grande ad un mercato del lavoro più flessibile e moderno si sono sgretolate sotto le pressioni delle varie minoranze e correnti filo sindacali interne al Partito democratico. Del resto, lo stesso *Premier* nei giorni scorsi ha dovuto ammettere che questa è la riforma del lavoro più di sinistra mai fatta. Quello che leggiamo oggi è un proposito tanto limitato nelle ambizioni di riforma quanto controproducente, frutto di compromessi interni al Partito Democratico, che non modificano nella sostanza la disciplina dei licenziamenti. Infatti, per quelli disciplinari rimane l'impostazione originaria della reintegrazione obbligatoria per tutte quelle fattispecie che devono ancora essere individuate e categorizzate dal Governo e che lasciano piena discrezionalità al giudice nel risolvere il caso concreto.

Forza Italia ha proposto, invece, una via più semplice e inequivoca, legando la reintegrazione all'insussistenza del fatto contestato lesivo della dignità e della figura morale e professionale del lavoratore e prevedendo comunque la possibilità per il datore di lavoro di optare per il pagamento di un'indennità risarcitoria chiara e definita.

In conclusione, mi limito a dire che Forza Italia non condivide né l'impostazione né il contenuto di questa delega. *(Applausi dal Gruppo FI-PdL XVII. Congratulazioni)*.

PRESIDENTE. È iscritta a parlare la senatrice Pezzopane. Ne ha facoltà.

PEZZOPANE *(PD)*. Signora Presidente, signor Ministro, siamo arrivati oggi ad un importante traguardo e non è stato semplice. Abbiamo dedicato alla discussione di questa legge delega mesi significativi in termini di tempo e di attenzione. Era giusto che si discutesse e che si trovasse il giusto equilibrio tra le varie esigenze. A mio giudizio si è raggiunta un'avanzata sintesi e il ruolo del Senato è stato importante e decisivo, perché è qui che sono avvenute le più significative modifiche ed innovazioni anche rispetto al testo iniziale del Governo. Ed i lavori in Commissione, sempre seguiti con solerzia dalla nostra sottosegretaria Villanova e con la guida del presidente Sacconi e della vice presidente Spilabotte, sono stati significativi da ogni punto di vista, anche per il dialogo costruttivo

con le opposizioni, che però, stranamente, come dottor Jekyll e mister Hide, in Commissione hanno un comportamento collaborativo e tenero e poi qui in Aula scatenano le ire funeste.

Francamente trovo ingiuste, assurde e poco limpide molte delle osservazioni e critiche che sono venute fuori nel dibattito. In alcuni momenti, quando ascolto alcuni commenti o interventi qui dentro mi chiedo: ma stiamo parlando della stessa cosa? Si sta parlando di quello che stiamo approvando o di altro? Da aprile non abbiamo fatto altro che discutere, modificare, precisare, ma è come se ci fosse uno scollamento tra quello che molti vogliono rappresentare all'esterno e quello che realmente stiamo facendo. Mi viene in mente Flaiano quando scrive: «I nomi collettivi servono a far confusione. "Popolo, pubblico....". Un bel giorno ti accorgi che siamo noi. Invece, credevi fossero gli altri». Sì, cari colleghi, tocca a noi, anche se ipocritamente si crede che tocchi sempre ad altri. Tocca a noi colmare ritardi e dare risposte. Siamo noi, qui ed ora, a dover decidere. Ci sarà chi andrà avanti - ed io sarò tra questi - e chi invece continuerà a fare comodamente l'anima bella e ad ostacolare.

Ma ci rendiamo conto che troppe volte, quando abbiamo trovato le risposte, ci hanno già cambiato le domande? Forse questa è già una di quelle occasioni in cui, mentre troviamo le risposte, le domande del Paese sono già diventate altre. Viviamo così, in questo assurdo Paese, sempre in ritardo. Oggi, mentre approviamo questa delega, qualcuno si accorge che ci sono delle iniquità; altri si accorgono che c'è la disoccupazione; altri ancora convengono che i giovani disoccupati siano troppi, come se non ci fosse una storia delle ragioni, delle questioni grandi, a volte più grandi di noi. Qualcuno sostiene magari che questi problemi nascano proprio con la delega. In realtà, questa è una riforma necessaria, e saranno i dettagli dei decreti delegati a specificare e scrivere il vero e complessivo *jobs act*.

L'Italia ha bisogno delle riforme; ne hanno bisogno i giovani e i soggetti più deboli. Siamo un popolo e un Paese a volte intorpidito, e non sarà svegliato da un infausto *mix* di rabbia, qualunquismo ed esasperazione, non certo utile a rafforzare le fila di certi massimalismi di una parte della nostra sinistra; ad avvantaggiarsi di questo clima saranno le aree della demagogia razzista e populista. Ma così è: si preferisce esasperare i toni per un po' di visibilità e per trascinare anche il sindacato in una contesa politica, piuttosto che guardare al merito della riforma.

Auspicabile e necessario - mi rivolgo al Ministro e al Sottosegretario - è invece un dialogo positivo tra Esecutivo, sindacati e imprese su come aumentare la produttività del Paese, e come aumentare le occasioni di lavoro. Ho sentito infatti improvvisati difensori dei diritti e dei sindacati, gli stessi che abbiamo sentito inveire contro i sindacati nell'ultima campagna elettorale. Chiedo: ma avete mai conosciuto qualche giovane o qualche disoccupato che è andato via dall'Italia per cercare altrove l'articolo 18? Io non ne conosco di questi giovani; io conosco giovani che vanno via con le lauree e con i *master* a cercare un lavoro, qualsiasi esso sia, a volte nero e precario. Cosa raccontiamo a questi ragazzi? Che cosa stiamo difendendo? Su cosa ci stiamo arroccando? Sull'articolo 18 o non invece sulle nostre resistenze ai mutamenti?

Questa riforma è urgente, altroché. Sono stati citati i dati: al 42,9 per cento è il tasso di disoccupazione giovanile. È altissimo, troppo alto, non possiamo permettercelo. Tra i quindici e i ventiquattro anni sono 698.000 i disoccupati e 3,2 milioni è il numero complessivo dei disoccupati. Di fronte a questi numeri enormi, non possiamo rimanere ostaggio di divisioni. Stiamo giocando una partita più grande di noi e dobbiamo averne la consapevolezza.

Chiudere la riforma entro l'anno restituisce un po' di credibilità all'Italia. Con le nuove regole dell'impiego e la contemporanea decontribuzione dal 1° gennaio per chi assume a tempo indeterminato diamo un segnale di fiducia non solo alle imprese che intendono creare lavoro ma anche a chi lo cerca.

La riforma delega che approviamo cammina mentre nella legge di stabilità saranno disponibili nuove risorse per chi perde il posto di lavoro. Questa delega ha un suo equilibrio che non va snaturato; toccherà poi ai decreti attuativi, che saranno il vero cuore della riforma, entrare ancor più nel merito di alcune questioni. Banale e sciocco ridurre quindi tutto il dibattito alla questione dell'articolo 18. La legge delega ha infatti raccolto una sfida più grande: costruire un mercato del lavoro nuovo. Infatti la delega prevede anche l'armonizzazione dei sussidi di disoccupazione, la riorganizzazione delle politiche attive, la creazione di un salario minimo legale, oltre all'estensione della tutela della

maternità. Inoltre, prevede una riorganizzazione del sistema dei centri per l'impiego, attraverso l'Agenzia nazionale per l'occupazione, e non dimentica il personale proveniente dalle amministrazioni o dagli uffici soppressi o riorganizzati.

La delega restituisce equità ad un sistema profondamente iniquo. In Italia ci sono 8 milioni di dipendenti a tempo indeterminato protetti dall'articolo 18 nelle aziende private e 9 milioni di lavoratori a tempo determinato e con partita IVA più facilmente licenziabili che in qualsiasi altro Paese. Inoltre, voglio sottolineare come aspetto estremamente positivo che la conferma degli 80 euro mensili prevista nella legge di stabilità per i redditi fino a 26.000 euro, insomma gli 80 euro netti, sono molto più di un rinnovo del contratto. Questo è un segno concreto e positivo.

La delega lavoro è qualificata come collegato alla legge di stabilità - come diceva, nell'esordio della discussione, il collega senatore Ichino - con conseguenze tutte positive, ma che ci spingono a concentrarci nel lavoro in pochissimi giorni. Le modifiche apportate alla Camera dei deputati hanno migliorato, ma non hanno mutato i fondamentali della delega, e quindi sono del tutto confermati i presupposti e l'impianto definito in prima lettura al Senato. Ricordo i tre pilastri fondamentali del provvedimento: nuove norme in materia di ammortizzatori sociali, nuove norme in materia di servizi nel mercato e disciplina dei contratti di lavoro e del loro scioglimento. La delega cerca insomma di passare da un ordinamento del lavoro caratterizzato da profonde disparità di protezione, sottoposte più volte a rigide critiche dell'Europa, a un nuovo sistema, tendente piuttosto ad applicare misure per correggere le distorsioni del mercato del lavoro, ancora caratterizzato da enormi ingiustizie.

In molti interventi ho sentito citare casi ed esempi: potrei farlo anche io, magari raccontando alcune pietose vicende della mia città, dove alla crisi economica, di rilievo europeo e internazionale, si è aggiunto il terremoto e il periodo post-terremoto. Sono i racconti di tante vite precarie, perché precario è il loro lavoro, e le storie di quelli che vanno via. Non intendo farlo, perché anche in quest'Aula dobbiamo rispetto a queste persone, cui dobbiamo invece offrire delle soluzioni. Essi vanno alla ricerca del lavoro, sempre più difficile da trovare: se permettete, sono dunque orgogliosa di aver fatto questo faticoso percorso. La parola «vergogna» aleggia quasi sempre a sproposito in questa Aula, brandita come un'arma. Dico allora anche io che ci saremmo dovuti vergognare se non avessimo raggiunto questo obiettivo e se non avessimo consentito al nostro Paese di fare un passo avanti. Non possiamo aspettare tempi migliori, che non vengono mai. «Bisogna usare il tempo come uno strumento, non come una poltrona», diceva Kennedy, e noi dobbiamo usare il tempo che ci è stato dato per cambiare il Paese. Per questo voterò convintamente questa importante riforma. *(Applausi dal Gruppo PD. Congratulazioni)*.

Saluto ad una rappresentanza di studenti

PRESIDENTE. Salutiamo gli studenti e le studentesse dell'Istituto tecnico industriale «Enrico Fermi» di Roma. Benvenuti al Senato. *(Applausi)*.

Ripresa della discussione del disegno di legge n. 1428-B (ore 10,41)

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore Uras. Ne ha facoltà.

URAS *(Misto-SEL)*. Signora Presidente, penso che questo sia un provvedimento sul quale bisogna fare verità. Quando dico che bisogna fare verità, intendo che bisogna anche capire qual è l'origine di questo provvedimento e in quale filone si innesta. In questo Paese abbiamo già messo mano alla normativa in materia di lavoro; lo abbiamo fatto anche abbastanza di recente, moltiplicando le forme contrattuali, precarizzando fortemente la condizione del lavoratore, attribuendo al sistema delle imprese la

possibilità, molto ampia, di agire senza avere particolari vincoli. Abbiamo ridotto la capacità di tutela dello Statuto dei lavoratori, fino a renderla praticamente quasi assente, e tutto questo ha prodotto l'indice di disoccupazione più elevato che la storia del mercato del lavoro in Italia abbia conosciuto, in questi ultimi anni. Non vale solo il 13,2 per cento del dato di ottobre, vale anche il modo con cui è stato raccolto questo dato; tutti sanno infatti che abbiamo modificato la metodologia di raccolta del dato e che basta un'ora di lavoro nel periodo di riferimento o basta essere un familiare all'interno di un'azienda familiare, anche senza percepire reddito, per essere considerati occupati. Basta essere sottoposto ad alcuni regimi particolari di sostegno di ammortizzatori sociali per essere considerato occupato, ma quel lavoratore non è occupato. I numeri sono gonfiati sulla base delle indicazioni europee per far apparire il Paese più sano di quanto effettivamente sia. Quella politica che sta alla base di queste scelte, tutta accademica e per nulla fondata sull'esperienza costante di vita, porta questo Paese al declino e alla rovina. Basterebbe dire cosa sta avvenendo del nostro sistema produttivo e dei servizi. Noi gridiamo alla vittoria quando una storica fabbrica italiana passa dalle mani di un imprenditore o di una impresa di proprietà italiana ad una algerina, quando la compagnia aerea di bandiera passa dalla disponibilità di questo Paese al capitale degli Emirati, quando un ospedale come il San Raffaele, che subisce un*crack*, come a voi tutti noto, trova ad Olbia una soluzione con i capitali del Qatar. Questa è l'Italia che state costruendo. *(Applausi dai Gruppi Misto-SEL, LN-Aut, M5S e della senatrice Mussini)*. È un'Italia inesistente sul piano economico e tramortita sul piano sociale.

Questo è un provvedimento che farà danni perché è fondato sulla menzogna. Non voglio citare tutto quello che c'è, ma solamente al comma 7 le lettere *b)*, *c)*, e *d)*, ovvero la partita del contratto a tempo indeterminato a tutele crescenti, gli interventi sui licenziamenti economici e la revisione della disciplina delle mansioni. Non sappiamo quale impresa potrà ancora operare perché da noi chiudono tutte. Io vengo da una Regione dove nell'ultimo anno il tasso di disoccupazione è aumentato di 4,3 punti percentuali, sono censiti 32.000 disoccupati in più e si sono persi 10.000 occupati. E cosa vuol dire tempo indeterminato? Il tempo indeterminato sarebbe garantito da una formulazione di questo tipo contenuta nel disegno di legge: i decreti legislativi che il Governo è delegato ad adottare conseguentemente a questa legge delega hanno l'obiettivo di «promuovere, in coerenza con le indicazioni europee, il contratto a tempo indeterminato come forma comune di contratto». Cosa vuol dire «forma comune di contratto»? Cosa vuole dire tutele crescenti se il licenziamento per fini economici avviene ogni tre o quattro anni? È la storia del lavoratore che pesa oppure il fatto che il Presidente del Consiglio - e non solo lui - abbia sottolineato tante volte che è finito il tempo del lavoro fisso e che adesso siamo nel tempo del lavoro incerto e insicuro o, anzi, del lavoro che non c'è? *(Applausi dai Gruppi Misto- SEL, M5S e delle senatrici Ricchiuti e Paglini)*.

PRESIDENTE. È iscritta a parlare la senatrice Bulgarelli. Ne ha facoltà.

BULGARELLI *(M5S)*. Signora Presidente, ritengo che ormai sia stato detto un po' tutto. Io desidero soltanto porre l'accento su alcuni punti. Intanto, capisco la necessità, in quest'Aula, di affrontare tematiche singolarmente, un pezzo alla volta. Adesso stiamo ponendo l'accento sulla delega lavoro e, soprattutto, sulla questione della flessibilità del lavoro. Io vorrei ricordare, però, che questa flessibilità nel DEF sposterà, anche a lungo termine, e non solo nel breve, solo di qualche decimale di punto percentuale il PIL; e che sposterà l'occupazione e la disoccupazione di circa un punto percentuale. Quindi, in realtà, questa flessibilità non sposterà l'economia del Paese a lungo termine, ma creerà una guerra fra poveri, una guerra che ormai è già dappertutto e sta diventando, veramente, non più solo una crisi economica, ma una vera e propria emergenza sociale.

Sappiamo che ormai il posto di lavoro non può essere più fisso, come quello dei nostri padri o dei nostri nonni. Ma un reddito certo deve essere per forza stabilito per tutti i cittadini. Se non si ha un lavoro certo, un reddito certo bisogna averlo, perché altrimenti non si mangia. Questo è un punto fondamentale, che mi sembra non venga ancora preso in considerazione. Pertanto, oggi noi terremo una conferenza stampa e, finalmente, forse porteremo la nostra proposta del reddito di cittadinanza in queste Aule.

Volevo però fare un discorso più ampio. Noi qui parliamo sempre di un argomento alla volta,

spezzettando tutte le questioni. Invece, è importante avere sott'occhio il quadro generale. Noi stiamo parlando del lavoro, che non possiamo non inquadrare in una questione più ampia.

Come dicevo prima, nel DEF questa delega sposta veramente poco. Mi chiedo perché questo Governo, in luogo di puntare sulla flessibilità, e quindi su una guerra fra poveri (perché la gente si scannerà per avere un lavoro, con un salario sempre più al ribasso), non vara una legge chiara sull'autoriciclaggio, che, in base a dati della Banca d'Italia, sposterebbe il 10 per cento del PIL. *(Applausi dal Gruppo M5S)*.

Questa legge delega sposterà lo 0,1 o lo 0,2 per cento del PIL, mentre una legge chiara sull'autoriciclaggio sposterebbe il 10 per cento. E una legge chiara sulla corruzione sposterebbe gli investimenti dall'estero verso l'Italia del 15 per cento del PIL. *(Applausi dal Gruppo M5S)*. Quindi, noi sposteremmo il 25 per cento del PIL con due semplicissime leggi, scritte in modo chiaro.

Invece, approviamo questa legge delega (che porterà uno spostamento di pochi punti percentuali) e andiamo anche a dire all'Europa che si tratta di una manovra fondamentale, perché sarà uno dei cardini della rivoluzione che ci sarà in Italia.

Allargo ancora di più la visione e il cerchio. Si punta solo sulla flessibilità, e non si punta sull'autoriciclaggio e sulla lotta alla corruzione. Ora, osservando molto bene la realtà della mia Regione, che è l'Emilia-Romagna, Regione molto ricca dalla quale, tra l'altro proviene anche il Ministro, mi viene da chiedermi perché non si approvino queste leggi sull'autoriciclaggio e sulla corruzione. E poi scopro che in Emilia-Romagna la mafia c'è: anzi le mafie, e non la mafia. E non è una mafia *standard*. Siamo stati talmente bravi in Emilia-Romagna, che la 'ndrangheta la chiamiamo l'altra 'ndrangheta, perché le mafia in Emilia-Romagna hanno creato delle *holding*.

Siccome l'Emilia-Romagna è una Regione ricca (anche se ancora per poco, visto che state distruggendo tutto), le mafie, che non sanno più come investire tutti i loro soldi, vengono in Emilia-Romagna e si inseriscono nell'economia locale.

E questo da chi è permesso, secondo voi? Tornando indietro, ciò è permesso dal fatto che le leggi non sono fatte come dovrebbero; che non abbiamo leggi certe sull'autoriclaggio e sulla corruzione. Il cerchio che si chiude è sempre lo stesso e dunque è sempre la politica. Parlando di politica, sempre in Emilia-Romagna, viene da chiedersi, con un certo imbarazzo, perché parliamo comunque di Delrio, che in questo momento è membro del Governo, come mai lui e altre persone, che erano candidate nel 2009 a Reggio Emilia, abbiano partecipato a una processione a Cutro. Cutro non si trova in Emilia-Romagna, ma in Calabria, ed è il cuore pulsante della famiglia Grande Aracri, capeggiata da Francesco Grande Aracri e dal fratello Nicolino, che è tra i 30 *clan* più ricchi della ndrangheta. Se i politici devono andare, durante la campagna elettorale, a fare la processione a Cutro in Calabria, forse un punto di domanda dovremmo porcelo. Vorrei tenere fuori da questo fatto Sonia Masini, che è l'unica esponente del Partito Democratico che si è rifiutata di andare in processione ed ovviamente è l'unica che ha visto la sua carriera bloccata dopo questo evento. *(Applausi dal Gruppo M5S)*.

Ma in Emilia-Romagna non abbiamo solo l'altra 'ndrangheta. Abbiamo i casalesi e la camorra, soprattutto in Romagna, abbiamo la famiglia Rosarno, che si occupa di riciclaggio, e non parliamo del ciclo dei rifiuti e del ciclo del cemento, su cui la mafia fonda i suoi traffici. Tutto questo va a discapito delle imprese che lavorano nella legalità.

Mi chiedo allora, dal momento che parliamo di rilancio del lavoro e dell'economia, come mai ancora ci fermiamo a guardare la flessibilità dei contratti e non consideriamo l'autoriciclaggio e la corruzione, lasciando le persone a casa senza un lavoro, senza un reddito certo, senza la possibilità di avere un futuro e di mantenere la propria famiglia. *(Applausi dal Gruppo M5S)*.

PRESIDENTE. È iscritta a parlare la senatrice Guerra. Ne ha facoltà.

GUERRA *(PD)*. Signora Presidente, la delega lavoro che oggi ci prepariamo ad affrontare è sicuramente un provvedimento molto importante, che interviene o quantomeno si propone di intervenire su temi cruciali per il funzionamento del mercato del lavoro.

Ritengo molto importante la discussione parlamentare svolta e credo che anche il passaggio di oggi

debba essere una occasione proficua per tutti noi per dare indicazioni, messaggi e suggerimenti al Governo e chiedere che questo, presente in Aula nella persona qualificata del Ministro del lavoro, si impegni su alcuni passaggi che restano piuttosto oscuri.

Sottolineo con forza un punto qualificante del *jobs act*, cui tengo in modo particolare e sul quale, proprio per questo, richiamo il Governo ad assumersi un impegno deciso in quest'Aula per il rispetto che a quest'Assemblea è dovuto. Il punto qualificante che richiamo e sostengo con forza è la costruzione di una rete di sostegno che accompagni l'ingresso e il reingresso del lavoratore e lo sostenga in caso di perdita del lavoro. Sono due gli aspetti rilevanti a tal fine: gli ammortizzatori sociali e i centri per l'impiego.

Per quanto riguarda gli ammortizzatori sociali, qua ci giochiamo una partita rilevantissima e non solo perché sappiamo che la copertura finanziaria è a macchia di leopardo, ma perché sappiamo che la crisi sta colpendo in modo diseguale. Sono anni ed anni di crisi che stanno aumentando le disuguaglianze nel nostro Paese, quindi impegnarsi su questo fronte è fondamentale.

È la quarta volta che, come Parlamento, diamo una delega ad un Governo perché vada nella direzione dell'universalizzazione degli ammortizzatori sociali e questa volta deve essere quella vera. Chiediamo al Governo che questa sia una priorità e che qui si impegni a considerarla tale. C'è ovviamente un problema di risorse e in questo qualche segnale positivo è sicuramente venuto dalla legge di stabilità e dall'aumento ulteriore di risorse che sono state stanziate, pari a 2,2 miliardi oltre ai 700 milioni già stanziati in precedenza. Si tratta di cifre non sufficienti per tutta la delega, ma importanti per gli ammortizzatori sociali. Qual è l'impegno del Governo? Quali saranno i tempi per dare attuazione a questa parte della delega che - lo sottolineo - è fondamentale e che condivido nella sua impostazione di fondo?

Ricordo anche - e basta rifletterci un attimo - che gli ammortizzatori sociali si chiamano così perché non possono essere ricondotti ad una dimensione solo individuale, ma hanno una dimensione collettiva, perché servono a tenere la coesione sociale nei momenti di difficoltà. È quindi fondamentale che da questo processo di definizione non siano escluse tutte le parti sociali ed in particolare i sindacati, che hanno una funzione di rappresentanza dei lavoratori che non può essere assolutamente sottovalutata.

È previsto in questo campo un ulteriore intervento di tipo non assicurativo bensì assistenziale, quando il prolungarsi della disoccupazione metta a repentaglio la sussistenza del lavoratore e della sua famiglia. Un intervento ponte tra gli ammortizzatori sociali e la lotta alla povertà. È fondamentale che tale intervento vada avanti. Riconosco che è molto importante e che dovrebbe essere, come ho detto, un ponte verso le politiche della povertà che purtroppo non hanno trovato albergo nella legge di stabilità. Questo è un aspetto di forte debolezza, che mi fa pensare male anche indietro, su questo intervento che è previsto nella delega che oggi voteremo e la cui realizzazione deve essere assolutamente un impegno preso in questa sede dal Governo.

Molto importante è anche la scelta compiuta per quanto riguarda i servizi per l'impiego, con l'unificazione delle funzioni e delle politiche attive e delle politiche passive, scelta che ancora una volta condivido appieno. Manca però un disegno chiaro, signor Ministro. Non sappiamo se questo verrà fatto con un'agenzia, con una struttura a rete organizzata sul territorio o, viceversa, se questa agenzia avrà solo una funzione di regia nel processo che investirà e continuerà ad investire in modo prevalente le Regioni. Rispondere a questa domanda è urgente. Anche in questo caso si chiede una priorità perché, tra l'altro, interferisce con la revisione delle funzioni delle Province.

Non possiamo trovarci senza l'attuazione di questo pezzo di delega quando le Province non hanno più responsabilità in merito all'impiego, né si sa chi la prenderà in carico e in quale misura. Bisogna che questo disegno sia realizzato e presto. Questo è il senso della delega che oggi vi daremo.

Se non poniamo l'attenzione su questi aspetti (e taccio per questioni di tempo anche se, in realtà, le questioni inerenti la conciliazione, la maternità insieme ad altre reputo siano molto importanti), se non sentiamo in questa sede pronunciare parole chiare, non vediamo nei prossimi giorni interventi chiari su questo punto allora davvero la delega si ridurrà ad una cosa banale su cui sono stati svolti già una

quantità infinita di interventi come la ridefinizione delle forme contrattuali su cui pure passi avanti significativi sono stati fatti grazie anche al nostro lavoro.

Credo che, proprio perché i temi che ho richiamato sono fondamentali, sia un vero peccato che si sia data centralità nella discussione, ma anche nelle scelte dell'ultimo momento del Governo (perché questo tema non era nel disegno originale della delega), al tema della disciplina dei licenziamenti. Credo sia stato un errore perché quella scelta non è motivata. Non ci è stato spiegato il perché di tale scelta, dal momento che gli indici di flessibilità del nostro mercato sono assolutamente cresciuti e che nessuno studio serio è stato mai in grado di dimostrare che l'articolo 18 abbia avuto influenza sulla crescita dimensionale delle imprese. A ciò si aggiunge che c'è stata la riforma Fornero che ha cambiato radicalmente le carte in tavola. E proprio al riguardo vorrei fare due osservazioni. Cosa sappiamo della riforma Fornero? Due cose che ci devono aiutare nei passi successivi e su cui ancora interrogo con forza il Ministro. Quel poco che sappiamo dai monitoraggi relativi agli effetti della riforma ci dice innanzitutto che i casi risolti con la conciliazione, quindi senza l'intervento del giudice, sono in forte aumento.

Allora, mi chiedo e chiedo: che ruolo avrà la tutela del diritto dei lavoratori a contestare davanti ad un organo terzo (in particolare, un giudice) le ragioni con cui il datore di lavoro ha motivato il suo licenziamento anche se sono ragioni economiche? Questa tutela è un diritto da cui non si può assolutamente prescindere ed è tutelato anche dalla carta dei diritti fondamentali dell'Unione europea.

Che ruolo avrà questo? La mia paura è che nel momento in cui si cercherà di tramutare questo in diritto, in un mero diritto di indennizzo (anche incentivato perché magari è un diritto più grande di quello che posso ottenere con un contraddittorio davanti al soggetto terzo con la conciliazione o con il giudice), si vada a ledere un diritto fondamentale: il diritto a non essere in balia della totale discrezionalità del datore di lavoro. Al riguardo formulo un suggerimento, ma anche una richiesta forte di chiarimento.

Il secondo punto emerso dal monitoraggio sugli effetti della riforma Fornero è che stanno aumentando i casi di licenziamento (quelli individuali, naturalmente, perché i licenziamenti collettivi sono banali in un momento di crisi) motivati da ragioni economiche.

Quando si discusse della legge Fornero si voleva già eliminare la reintegra nel posto di lavoro in caso di licenziamento economico. Perché si inserì la clausola che il reintegro è possibile in caso di manifesta insussistenza? Proprio per evitare che diventasse il cavallo di Troia da cui far entrare licenziamenti legati ad altre ragioni e mascherati. Su questo punto chiedo con forza un'attenzione del Governo e possibilmente un impegno già in questa sede.

Questa è la mia domanda (preciso che stiamo parlando di licenziamenti illegittimi giacché negli altri casi il discorso è tutt'altro): se oggi una persona viene licenziata per motivi economici e il giorno successivo nella stessa posizione viene assunta un'altra persona probabilmente si tratta di licenziamento di tipo discriminatorio. Che possibilità si ha di far valere le proprie ragioni e di ottenere comunque la reintegra? E su chi grava l'onere della prova? Questo è il punto su cui chiedo con forza di porre attenzione, altrimenti i diritti davvero vengono capovolti e ciò non è sicuramente nelle intenzioni di questo Governo.

Non sono cieca di fronte alle difficoltà degli imprenditori. Capisco le forti difficoltà legate alla situazione di crisi, ma non voglio neanche credere ad una narrazione di rapporti idilliaci perché purtroppo non è così. I terminali che abbiamo sul territorio ci dicono cosa sta succedendo: nel campo della rete delle consigliere di parità emerge il segnale dell'aumento, ad esempio, delle molestie sessuali (che non sono perseguite penalmente) perché esiste una condizione di ricattabilità. Quindi, si sopporta con più acquiescenza perché si ha paura di perdere il lavoro.

L'altro - e concludo - è un dato che ci deve dire che non è sempre una cosa così di rito ricordare la necessità di tutelare i lavoratori, che deriva dallo studio che ha pubblicato un mese fa, sul suo sito, l'ISTAT, con riguardo all'indagine fatta sul lavoro *part-time*. Da quell'indagine - è l'ISTAT che parla - emerge una cosa terrificante: il 40 per cento circa di ore effettivamente lavorate in più rispetto a quelle dichiarate è retribuito in nero. I lavoratori *part-time*, cioè, effettuano in più, rispetto a quelle dichiarate

e retribuite in chiaro, un 40 per cento di ore e un 20 per cento delle ore di questi falsi *part-time* non è retribuito regolarmente o affatto. Questo ci indica che i rapporti sul mercato del lavoro tra lavoratori e datori sono - lo sappiamo da secoli - caratterizzati da una forte asimmetria.

Quindi, la tutela del lavoro e del lavoratore deve continuare ad essere la nostra stella polare. Bisogna che anche questo *jobs act* sia fedele a questo principio. *(Applausi dai Gruppi PD e Misto-SEL)*.

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore Tosato. Ne ha facoltà.

TOSATO *(LN-Aut)*. Signora Presidente, la prima critica che rivolgiamo al Governo rispetto a questo dibattito è lo strumento che ha deciso di utilizzare per trattare un argomento molto delicato e molto sensibile, che riguarda la vita di molti cittadini italiani, cioè la legge delega. La legge delega dovrebbe essere uno strumento eccezionale, perché, di per se stessa, non rappresenta un'indicazione chiara delle norme che il Parlamento approva. La legge delega è un credito di fiducia che il Parlamento dà al Governo su argomenti che dovrebbero poi essere concretizzati attraverso decreti successivi.

Oggi il lavoro è il tema principale che preoccupa le famiglie italiane: un lavoro che non c'è; un lavoro che si va via via perdendo. Quindi, chiedere al Parlamento di votare una legge delega su questo argomento è, di per se stesso, un errore. Sarebbe stato necessario un provvedimento chiaro che desse certezze ai lavoratori e alle famiglie, non certamente una legge che - invece - stabilisce confini molto ampi e soggetti ad interpretazioni le più diverse e che permette al Governo di rassicurare, magari anche quando ci sono grandi preoccupazioni sul futuro dei decreti che verranno poi via via approvati. Non si hanno elementi certi sui tempi e sulle modalità di approvazione di questi decreti, che dovrebbero essere anche molti rispetto a tutta l'elencazione dei provvedimenti che sono indicati, come in un indice, in questo disegno di legge di delega.

Avremmo voluto discutere di temi concreti e certi e non partecipare ad un dibattito in cui ci si chiede semplicemente di dare fiducia. Da parte nostra questo è praticamente impossibile: non possiamo dare fiducia a questo Governo e su un tema di tale delicatezza.

Ci tengo anche a chiarire che la discussione sull'articolo 18, che sembrava al centro di questa legge delega, non ci appassiona e nemmeno i contrasti tra Renzi, la CGIL e la FIOM: è tutto un teatro a cui non vogliamo e non ci interessa partecipare.

Ci possono essere pareri diversi su questo tema. C'è però, da parte nostra, una certezza: questa riforma non potrà creare un solo posto di lavoro in più. Non è questa la legge che può ridare slancio all'occupazione; non è il vero tema che si sarebbe dovuto trattare con priorità. I problemi che riguardano l'occupazione sono legati all'eccesso del costo del lavoro, all'eccesso del costo dell'energia, ad un eccesso di fiscalità che colpisce le imprese (tutte le imprese: grandi e piccole).

Questi erano i temi su cui il Governo avrebbero dovuto concentrare la propria attenzione e non certamente su una legge delega di così generico contenuto. Le aziende chiudono e si trasferiscono soprattutto per il carico fiscale, non certo per le regole del lavoro.

Un'altra grande preoccupazione legata a questo provvedimento è quella relativa alle tutele per i lavoratori, che evidentemente con questo provvedimento vengono ridotte, creando tra i lavoratori, soprattutto quelli delle cosiddette medie e grandi aziende, grande incertezza sul proprio futuro, sul futuro delle proprie famiglie e sulle reali intenzioni delle proprie aziende, una volta approvati i decreti attuativi: se mantenerli al posto di lavoro o fare delle scelte drastiche che riguarderanno il loro futuro. Si va quindi a toccare un tasto molto delicato, senza che questo crei effetti necessariamente positivi e concreti, ma creando nel Paese uno stato d'animo di grande preoccupazione, di grave disagio e di grande incertezza.

Non c'è fiducia, in questo momento, nei confronti della politica e quindi affrontare in questo modo, senza certezze, un tema così delicato non potrà che aumentare questa preoccupazione e questa sfiducia.

La problematica che veramente doveva essere ripresa in mano era, ad esempio, l'approvazione della legge Fornero: una legge, da qualunque punto di vista la si voglia guardare, profondamente ingiusta, perché ha allungato il tempo di lavoro dei lavoratori e di fatto ha diminuito le prospettive

pensionistiche delle generazioni future e di quelle che attualmente stanno lavorando. Lavorare di più ed avere pensioni più basse: questo, per semplificare, è il contenuto della legge Fornero, che è stata approvata, lo ricordiamo, non dallo Spirito Santo, ma da un Parlamento a maggioranza PD che oggi è ancora qui a governare e che chiede ancora fiducia su manovre di questo tipo, che non creano certezze, ma creano grandi preoccupazioni.

La legge Fornero doveva essere ridiscussa, una legge che poi di fatto ha bloccato un ricambio generazionale nel mondo del lavoro, perché trattenendo più a lungo al lavoro gli attuali occupati, di fatto impedisce alle nuove generazioni di accedere ad un posto di lavoro. La rivisitazione di questa riforma avrebbe fatto sicuramente giustizia ed avrebbe dato delle prospettive lavorative maggiori di una generica legge delega chiamata *jobs act*.

Vanno benissimo gli ammortizzatori sociali, ma il Paese non può vivere di ammortizzatori sociali, di pensionati, di cassa integrati, di persone che vengono assistite dallo Stato attraverso gli ammortizzatori sociali: la vera priorità è ricreare l'occupazione e dare la possibilità a chi dà lavoro di mantenere in vita la propria attività e a chi lo cerca di avere delle prospettive per il futuro.

Questo passa attraverso un'unica manovra: quella di una drastica riduzione del prelievo fiscale. Tutto il resto gira intorno, ma non risolve, non affronta e non aggredisce alla radice il problema occupazionale.

Un altro elemento che ci preoccupa moltissimo è il tema dell'armonizzazione del regime delle detrazioni per il coniuge a carico. Su questo tema, già affrontato dalla mia collega, voglio tornare perché armonizzare le detrazioni del coniuge a carico, nell'interpretazione comune di qualsiasi cittadino, purtroppo non significa aumentare questo diritto, ma significa di fatto ridurlo o abolirlo.

Su questa nostra preoccupazione, vorremmo chiarezza e delle certezze, perché un taglio delle detrazioni del coniuge a carico rappresenta, di fatto, un taglio dello stipendio e del reddito delle famiglie monoreddito. Si può dirlo come si vuole, ma questo è il risultato concreto e questo andrebbe in conflitto con recenti provvedimenti come quello dei famosi 80 euro, che sono stati erogati ad una fascia ristretta di popolazione, che non ha visto tra l'altro al suo interno i pensionati, che hanno redditi ben più bassi, in alcuni casi, rispetto a quelli di coloro che sono stati assistiti con questo noto *bonus*.

L'abolizione o la riduzione delle detrazioni del coniuge a carico rappresenterà un'altra ferita molto profonda alla capacità di mantenere le proprie famiglie da parte di molti lavoratori e di molti pensionati. Su questo il Governo glissa, non interviene, non chiarisce e vuole una delega in bianco per agire.

È evidente che non possiamo appoggiare questa linea di comportamento, perché il Presidente del Consiglio ci ha ormai abituato ad azioni da prestigiatore: con una mano concede 80 euro ad alcuni e con l'altra toglie indistintamente a tutti, con mille altri balzelli, con mille altri accorgimenti e con mille altre manovre. Non vorremmo che questa fosse una delle tante, che va ad aggiungersi a quelle già avviate e che verranno realizzate con la prossima legge di stabilità.

La linea costante del Governo, alla fine, è andare di fretta, di corsa, senza approfondire, procedendo con leggi delega e voti di fiducia e questo perché vuole creare nel Paese la sensazione che si affrontano e si aggrediscono i veri problemi: nella realtà va avanti con un provvedimento dietro l'altro, spesso privo o povero di contenuti, esclusivamente per spostare l'attenzione dei cittadini su un obiettivo successivo e per evitare che essa si concentri sui veri problemi che ci sono, che sono molti e non ancora assolutamente risolti.

Il Partito Democratico governa ormai ininterrottamente il Paese da oltre tre anni, attraverso i Governi Monti, Letta e Renzi. In questo periodo le riforme di cui noi ci ricordiamo - e credo i cittadini si ricordino - si chiamano legge Fornero, IMU, TASI, tasse, balzelli, tagli agli enti locali e ai servizi minimi essenziali; si chiamano abolizione del reato di immigrazione clandestina e Mare nostrum. Non si chiamano certo lavoro, occupazione e crescita.

Per questi motivi non possiamo e non vogliamo dare deleghe in bianco al Governo Renzi, al quale non crediamo e nel quale non ci riconosciamo.

Per tale ragione la nostra valutazione su questo provvedimento non può che essere assolutamente

critica. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut)*.

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore Campanella. Ne ha facoltà.

CAMPANELLA *(Misto-ILC)*. Signora Presidente, colleghi, ho ascoltato in quest'Aula tantissime dichiarazioni, alcune entusiaste di questo disegno di legge delega sul lavoro, altre preoccupate, così come io stesso sono preoccupato per quello che questa Camera si appresta a votare, sia per il contenuto che per le modalità.

Abbiamo segnalato che le deleghe sono indefinite e che in questo modo il Parlamento dà al Governo un potere eccessivamente grande. Abbiamo segnalato che questo provvedimento è stato licenziato da quest'Aula con un voto di fiducia che ha zittito il Senato e ci sono oggi *boatos* di una nuova richiesta di fiducia, per cui temo che questo nostro parlare sia sostanzialmente un parlarci addosso, il che - come dire - mi carica di rabbia frenata.

Questo disegno di legge si propone come migliorativo delle condizioni dei lavoratori precari: si parla di una riduzione delle tipologie di lavoro precario e di assistenza estesa ai lavoratori precari, dopo la perdita del lavoro. A fronte di queste concessioni, però, il Governo toglie ai lavoratori precari in pratica la possibilità di uscire dal precariato. Perché? Che cosa è il contratto a tutele crescenti? È solo un contratto a tempo indeterminato che parte senza tutele. Senza contare che le norme che verranno approvate dal Governo con i decreti delegati andranno a sommarsi a quanto previsto nel decreto Poletti che ha eliminato la necessità di specificare la causale per il lavoro a tempo determinato; decreto che si sostanzia in una sorta di sanatoria per tutti coloro che hanno dato lavoro a tempo determinato negli ultimi anni con causali insufficienti, perché eccessivamente vaghe.

La prospettiva, però, che ci viene proposta dal Governo, quella in base alla quale il Governo e la maggioranza lavorano, è l'incremento dell'occupazione ed è la *flexicurity*. Ma sono istanze virtuali. Da quando si è sviluppato in Italia il lavoro precario, dalla legge Treu, il lavoro flessibile avrebbe dovuto aumentare l'occupazione. Al contrario, ha aumentato le preoccupazioni dei lavoratori, perché le uniche cose che effettivamente ha accresciuto sono il livello di precarietà del lavoro e il livello di insicurezza dei lavoratori indipendenti.

In pratica, mi chiedo - e invito ciascuno di voi ad interrogarsi - con un lavoro istituzionalmente precarizzato i nostri giovani, donne e uomini, quando e come potranno pianificare la propria vita? Quando potranno azzardarsi a mettere su casa e a fare figli?

In questi giorni, e in quest'Aula, ho sentito persone affermare con seria gravità che si sarebbero assunte la responsabilità politica di smontare lo Statuto dei lavoratori dalle fondamenta. Signori, negli ultimi quarant'anni lo Statuto dei lavoratori ha consentito ai lavoratori dipendenti di dire qualche no al loro datore di lavoro. Si parlava di molestie nei luoghi di lavoro. Lo Statuto dei lavoratori ha consentito al lavoratore di stare nell'azienda da cittadino. Quindi, quanto il Governo intende fare, e cioè creare le condizioni per le imprese perché possano costituirsi liberamente in Italia, perché tanto i lavoratori non vengono in sostanza difesi più da nessuno, è un tipo di prospettiva che non mi appassiona e francamente mi terrorizza.

D'altro canto, tornando alle promesse ai lavoratori precari, l'unica cosa certa in questo disegno di legge delega è la distruzione delle regole. I vantaggi promessi sono incerti e da produrre nel futuro.

Ora vorrei che coloro che probabilmente, in quest'Aula, saranno messi di fronte al bivio se dire sì a tutto o no a tutto ed hanno consapevolezza e condividono la mia visione, che a grandi linee ho prospettato adesso, facciano uno sforzo di temerarietà e si assumano la responsabilità delle proprie idee che hanno chiare dentro; idee che devono venire prima dell'obbedienza a qualsiasi organizzazione. Di fronte alle nostre idee, infatti, noi restiamo da soli e con esse dobbiamo fare i conti, prima ancora che con il partito.

Quindi, prego i colleghi, che condividono con me la contrarietà alla precarizzazione istituzionale del lavoro dipendente, di votare no a questo provvedimento, anche laddove dovessero essere messi di fronte al ricatto di una questione di fiducia che temo sarà posta anche oggi. *(Applausi dai Gruppi Misto-ILC e Misto-SEL e delle senatrici De Pin e Mussini)*.

Saluto ad una rappresentanza di studenti

PRESIDENTE. Salutiamo le studentesse e gli studenti del liceo «Leoniano» di Anagni, in provincia di Frosinone, ai quali rivolgiamo il nostro benvenuto in Senato. *(Applausi)*.

Ripresa della discussione del disegno di legge n. 1428-B (ore 11,24)

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore Gaetti. Ne ha facoltà.

GAETTI *(M5S)*. Signora Presidente, in questa delega lavoro non c'è solo la modifica dell'articolo 18. Un altro aspetto molto controverso è il comma 7, lettera *i)*, che riguarda la soppressione dei controlli in materia di contributi previdenziali svolti dall'INPS e dall'INAIL, i quali, insieme alla vigilanza esercitata dal Ministero del lavoro, sono destinati ad essere sostituiti da una non meglio precisata Agenzia ispettiva unica.

Con il pretesto di un ineludibile passo in avanti sulla strada della modernità, del progresso e del rinnovamento, corroborata da una tattica mediatica consolidata e sempre efficace, il Governo va ripetendo che la creazione dell'Agenzia ispettiva unica consentirà di ottenere un risparmio in termini di spesa pubblica e di accrescere l'efficienza, evitando la duplicazione delle ispezioni da parte dei vari enti e garantendo il minor disturbo possibile alle imprese, le quali non correranno più il rischio di essere vessate da continui controlli in materia di previdenza e sicurezza sul lavoro.

Ma la realtà è molto diversa e molto meno attraente. In primo luogo, è evidente la schizofrenia di un'operazione che vorrebbe perseguire un risparmio di denaro pubblico attraverso la creazione di un nuovo ente, il quale comporterà, al contrario, un sicuro aumento dei costi, vista la necessità di nuove sedi, di mezzi aggiuntivi, di nuove strutture organizzative con conseguente moltiplicazione di posizioni dirigenziali. Occorre poi chiedersi quanto sia indispensabile creare un nuovo soggetto pubblico per raggiungere lo scopo di evitare le duplicazioni delle ispezioni.

Fa specie che nel Paese delle morti bianche e del lavoro nero ci si preoccupi, invece, dell'eccessiva frequenza dei controlli. Infatti, secondo i dati diffusi dall'ANIV (l'associazione professionale che raccoglie gli ispettori dell'INPS, dell'INAIL e del Ministero del lavoro), la possibilità statistica che un'impresa sia oggetto di accertamenti ridondanti si aggira intorno ad un misero 1,3 per cento nel corso di un anno.

Per evitare questo fenomeno, basterebbe un maggior coordinamento tra gli enti attualmente esistenti, ad esempio attraverso la creazione di una banca dati unica, la quale era già prevista dal decreto legislativo n. 124 del 2004, anche perché anche altri enti, come l'Agenzia delle entrate e la Guardia di finanza, hanno competenze, seppur marginali, per gli illeciti in tema di lavoro.

Sappiamo che in Italia l'efficienza è sempre stata la prima parola utilizzata dal legislatore, ma l'ultimo pensiero dei riformatori. Non è difficile immaginare che, proprio attraverso la sostanziale riduzione dei controlli e il conseguente naturale aumento dell'evasione contributiva e dello sfruttamento della manodopera, si intenda dare un qualche aiutino all'economia italiana, ovviamente sulla pelle dei dipendenti.

C'è da chiedersi come l'INPS potrà continuare i suoi controlli, visto che ha un sistema complesso rodato da anni di lavoro e piuttosto complesso. L'equilibrio finanziario dell'INPS è dovuto anche all'attività dei suoi ispettori, che nel solo anno 2013 - come evidenziato dalla Corte dei conti - hanno accertato contributi evasi per più di un miliardo e 200 milioni di euro, oltre ad aver smascherato svariate migliaia di truffe ai danni del sistema previdenziale, le quali, com'è noto, in certe Regioni sono orchestrate dalla criminalità organizzata.

Ricordo che ciascuno di questi ispettori ha recuperato mediamente, negli ultimi dieci anni, 9,8 milioni di euro. Non è difficile immaginare che l'INPS dovrà accontentarsi - nella migliore delle ipotesi - dell'autoliquidazione dei contributi da parte dei datori di lavoro: in concreto, il rischio per l'Istituto è quello di subire passivamente un'evasione senza controllo.

Di conseguenza, sorge il dubbio che uno degli obiettivi che si celano dietro la creazione dell'Agenzia ispettiva unica sia appunto quello di provocare intenzionalmente il *default* dell'ente previdenziale pubblico, aprendo così la strada alla completa privatizzazione del sistema pensionistico italiano. Del resto, è facilmente intuibile che il risparmio previdenziale faccia gola al capitalismo speculativo sia nostrano che straniero. Se, e in che misura, ciò corrisponda ai reali interessi del Paese, che nell'attuale congiuntura di crisi finanziaria internazionale avrebbe piuttosto bisogno di una solida previdenza pubblica, è un dettaglio di cui la poco avveduta e trasparente maggioranza non sembra preoccuparsi.

Così, insieme alla modifica dell'articolo 18, la nascente Agenzia ispettiva unica, ad onta delle rassicuranti promesse di risparmio ed efficienza, altro non è che un ulteriore tassello del programma complessivo di smantellamento delle tutele dei lavoratori in Italia. *(Applausi dal Gruppo M5S)*.

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore Serafini. Ne ha facoltà.

SERAFINI *(FI-PdL XVII)*. Signora Presidente, è da diversi mesi che parliamo di questo provvedimento. Non voglio essere ripetitivo, quindi espongo solamente brevi considerazioni.

Per chiarezza politica, questa legge non può essere intesa come una norma che farà crescere l'occupazione: infatti, solo con una politica di sviluppo si creano nuovi posti di lavoro. Né, d'altra parte, può essere intesa come uno strumento di cancellazione dei diritti dei lavoratori, perché nessuno intende intaccare il principio della nullità di licenziamenti fatti per finalità discriminatorie, in assenza delle formalità essenziali e per motivazioni illecite.

Ma veniamo al merito. Prescindiamo da un ragionamento, più che fondato, su una delega a legiferare che appare molto generica e può giustificare dei dubbi non infondati, che saranno però affrontati quando saranno noti i testi dei decreti su cui il Parlamento dovrà dare un parere. È vero che l'obiettivo dichiarato, che certamente è condivisibile, è quello di avviare un meccanismo virtuoso con il contratto a tutele crescenti, ma resta tutto da stabilire, in un quadro normativo oggettivamente confuso, per quanto riguarda le modalità e la pluralità delle tipologie di assunzione, che deve essere davvero convincente e in misura tale da spingere gli imprenditori a privilegiare l'assunzione a tempo indeterminato.

D'altronde, la stessa parte della legge che modifica l'articolo 18, se introduce esplicitamente la scelta dell'indennizzo per il datore di lavoro almeno per i licenziamenti per motivi economici, per quanto riguarda i licenziamenti disciplinari lascia ampi spazi alla discrezionalità dei giudici.

I deputati e i senatori sono delegati dal popolo a legiferare, quindi debbono sempre ricercare un giusto equilibrio quando si affrontano temi di grande sensibilità. Il lavoro è sicuramente uno dei problemi più importanti e più delicati del nostro Paese. È vero che dal lontano 1970 il mondo del lavoro è cambiato, e non solo quello. Per questo la politica, sui problemi di grande interesse, deve essere protagonista e anche mediatrice con le parti sociali coinvolte, rispettandone i ruoli.

Troppe ombre gravano sulla formulazione di questa legge delega, nella forma e nei contenuti, per manifestare un consenso sulla base di semplici dichiarazioni politiche del Governo in ordine al testo dei futuri decreti. I decreti che il Governo si accinge a emanare devono aprire preventivamente un confronto con le parti sociali, onde evitare proteste di piazza che possono generare conflitti non auspicabili in questo delicato momento per il nostro Paese. *(Applausi dal Gruppo FI-PdL XVII e del senatore Albertini)*.

PRESIDENTE. È iscritta a parlare la senatrice Spilabotte. Ne ha facoltà.

SPILABOTTE *(PD)*. Signora Presidente, signori del Governo, onorevoli colleghi, la legge delega per la riforma del lavoro è la risposta a quello che oggi rappresenta il punto più pungente di afflizione sociale: la situazione critica del mercato del lavoro. Sono diversi mesi che tale provvedimento è protagonista nelle Commissioni lavoro di Senato e Camera, come nelle Aule del Parlamento.

Ringrazio quindi il Governo per la scelta di una legge delega che ha permesso un ampio dibattito e confronto, e dunque un significativo miglioramento rispetto al testo originario.

Si è trattato di un grande lavoro e di una grande battaglia portati avanti dal nostro Gruppo, quello del PD, che ha prodotto diversi risultati. Alla Camera si è sacrificato il dibattito affrontando ed esaminando, in tempi brevissimi, gli emendamenti. Risultati, dicevo, tipo: l'introduzione del compenso orario minimo solo per i lavoratori che non hanno un contratto di lavoro di riferimento, una formula che estende l'idea della dignità della retribuzione a chi, purtroppo, non ha la possibilità di avere dei contratti di lavoro; il mantenimento, in caso di cambiamento delle mansioni, della retribuzione percepita (conservare il posto di lavoro, magari con un cambio di mansione, tutelando così, anche il compenso); la scelta di rendere più convenienti le assunzioni a tempo indeterminato attraverso il contratto a tutele crescenti, dove è anche prevista la possibilità di reintegro nel caso di licenziamenti discriminatori, nulli e disciplinari (si è così superata la forma di lavoro precario che sta inchiodando un'intera generazione, affermando in tal modo la centralità del lavoro a tempo indeterminato); e poi la conferma del *plafond* per i *voucher* di 5.000 euro annuali per quanto riguarda il lavoro stagionale e saltuario.

Senza dimenticare, signora Presidente, la battaglia fatta, prima in Senato e poi alla Camera, dalle parlamentari di diversi Gruppi sul tema delle dimissioni in bianco: avremo nei decreti attuativi anche una certificazione della firma autentica della lavoratrice per combattere la barbarie delle dimissioni in bianco. Come anche l'introduzione di congedi dedicati alle donne inserite nei percorsi di protezione relativi alla violenza di genere.

Inoltre, penso che sia stato importante cambiare una formula che c'era nella delega, quella del sostegno alla genitorialità, sostituita con la formula «sostegno alle cure parentali»: si tratta di uno schema più innovativo, che allarga la potenzialità della difesa delle persone più deboli.

Tra gli altri punti importanti desidero segnalare il controllo a distanza sugli impianti e sugli strumenti di lavoro - e non sulle persone - e il mantenimento della cassa integrazione, ove l'impresa cessata, per diversi motivi, sia in grado di riprendere l'attività.

È particolarmente importante l'universalizzazione per l'ASPI, con il sostegno al reddito in caso di disoccupazione a quanti oggi ne sono sprovvisti, in particolare ai molti giovani impegnati nei lavori atipici e parasubordinati. Si calcola che saranno circa 300.000 in più di oggi coloro che potranno usufruire di questo sussidio. Aumentano, quindi, la quantità e la durata di tale misura, portandole al livello degli *standard* europei più avanzati. È prevista inoltre una prestazione sociale per le situazioni di disoccupazione involontaria con redditi bassi, una volta esaurita l'ASPI, con l'obbligo di attivazione per cercare lavoro.

È bene ricordare, colleghe e colleghi, che nella legge di stabilità per il 2015 sono contenute diverse misure che daranno immediata applicazione al contenuto della legge delega. Manovra «a espansione qualificata», l'ha definita il ministro Padoan. In particolare, sono previsti: un forte incentivo, per il 2015, per le nuove assunzioni con il nuovo contratto a tempo indeterminato, attraverso la totale decontribuzione per tre anni, per un valore annuo di 1,9 miliardi di euro; la cancellazione della tassazione IRAP riferita al lavoro, impegnando risorse per 2,7 miliardi di euro; lo stanziamento di 1,7 miliardi di euro per sostenere la riforma degli ammortizzatori sociali, in particolare per rendere universale l'ASPI e aumentarne la durata; la conferma definitiva degli 80 euro al mese per 11 milioni di lavoratori dipendenti, con un reddito annuo fino a 26.000 euro (si tratta della misura cardine della legge di stabilità); e poi c'è la decisione di assumere in ruolo, dal settembre 2015, ben 150.000 insegnanti, impegnando 1,2 miliardi di euro.

Parliamo, dunque, di una riduzione di tasse e contributi su imprese e famiglie che nessun Governo ha mai operato in queste dimensioni, di un provvedimento che contribuirà, in modo sostanzioso e sostanziale, ad arrestare una situazione di recessione che ormai da anni vive il nostro Paese, sottolineando un impegno preso dal Governo, che è quello di estendere la rete degli ammortizzatori sociali.

L'obiettivo del *jobs act* è quindi quello di migliorare la vita dei lavoratori e di favorire la coesione

sociale: per questo colgo l'occasione per ricordare che da parte nostra, di tutto il Parlamento, c'è la piena consapevolezza di non dover screditare il ruolo dei sindacati, di ciò che essi rappresentano, del loro lavoro, mantenendo viva la disponibilità a un confronto di merito. Appare purtroppo, tuttavia, poco comprensibile e poco motivata un'opposizione frontale attraverso lo sciopero generale indetto da rilevanti componenti del sindacalismo confederale, con l'obiettivo esplicito di contrastare e bloccare la riforma del lavoro e la legge di stabilità.

Concludo, ringraziando tutti coloro che hanno avuto un ruolo fondamentale e decisivo nell'approvazione di questa legge delega, tutti i membri della 11a Commissione, il presidente, senatore Maurizio Sacconi, relatore del testo in prima lettura, e il senatore Ichino, relatore per il secondo passaggio in Senato. Ringrazio il ministro Poletti e, in particolare, la sottosegretaria Bellanova, che ha dato un contributo importante durante il dibattito in Commissione.

La motivazione convinta della validità di questo provvedimento non è fondata su una posizione astratta o ideologica, ma sulla convinzione di aver fatto il nostro lavoro, il nostro mestiere, perché il nostro compito è fare le leggi e, facendo leggi, vogliamo migliorare le condizioni delle persone vere, concrete, degli uomini e delle donne che stanno soffrendo una crisi, una mancanza di futuro, una preoccupazione per loro, per le loro famiglie e per i loro figli. Facciamo il nostro mestiere e il Paese ci sarà riconoscente e la distanza tra noi e il Paese reale potrà finalmente accorciarsi. *(Applausi dal Gruppo PD)*.

PRESIDENTE. Dichiaro chiusa la discussione generale.

Ha facoltà di parlare il relatore.

*ICHINO, *relatore*. Signora Presidente, anche io ringrazio i colleghi che hanno partecipato a questo dibattito dando un contributo davvero rilevante di discussione e di approfondimento di ciascuno dei tanti aspetti di questo provvedimento così importante per il futuro prossimo del nostro Paese. Ringrazio anche gli Uffici che hanno assistito il nostro lavoro con grande attenzione ed efficienza, come sempre.

Presidenza del vice presidente GASPARRI **(ore 11,40)**

(*Segue* ICHINO, *relatore*). Vorrei rapidamente rispondere alle obiezioni che sono state mosse al disegno di legge delega punto per punto, rinviando per prima cosa a quanto è stato detto in questa Aula ieri dal senatore Tonini riguardo alla critica di eccessiva genericità della delega e, quindi, alla prospettata censura di incostituzionalità per difetto di precisione dei principi della delega stessa.

La critica che viene da alcuni altri interventi, in particolare da quelli della senatrice D'Adda e del senatore De Cristofaro, riguarda il punto del cosiddetto "nuovo dualismo": si dice che questa legge vuole superare un vecchio dualismo, ma ne crea uno nuovo. Non è così. Il vecchio dualismo, quello che abbiamo sotto gli occhi e che caratterizza il mercato del lavoro oggi, è il dualismo tra lavoratori protetti e lavoratori poco o per nulla protetti. Ciò che si determinerà per effetto di questa riforma è, certo, una transitoria compresenza di due regimi di protezione: uno vecchio e uno nuovo, che riteniamo preferibile rispetto al vecchio, anche dal punto di vista della sicurezza economica e professionale del lavoratore. Il nuovo è preferibile non soltanto perché si supera un regime di protezione che per sua natura produce esclusione. Il vecchio regime infatti - lo si è constatato attraverso decenni di esperienza - non può essere esteso all'intera forza lavoro perché non è accidentalmente ma intrinsecamente produttivo di dualismo, cioè di esclusione di una parte della forza lavoro. Inoltre il vecchio sistema, basato sull'ingessatura del rapporto di lavoro, mette il lavoratore stesso che gode di questa protezione a grave rischio quando il gesso si scioglie perché arriva l'acquazzone. Ne sanno qualcosa i lavoratori, pur protetti dall'articolo 18, ma non protetti nel mercato del lavoro, dopo la cessazione dell'attività, la chiusura del reparto dall'azienda, finito un periodo di ammortizzatori sociali senza speranza, perché non assistiti da servizi seri di assistenza intensiva nella ricerca del nuovo posto di lavoro, capaci di guidare il lavoratore, nel percorso di riqualificazione necessario per occupare i nuovi posti di lavoro, che pure esistono anche in questo periodo di gravissima crisi.

Non dimentichiamo che in Italia oggi si registra mezzo milione di posti di lavoro che restano permanentemente scoperti per mancanza di manodopera che abbia le qualifiche richieste. È questo uno degli aspetti di più grave inefficienza del vecchio regime di protezione, dove esso mostra maggiormente la sua inadeguatezza.

Come si è detto da parte di alcuni, il nuovo sistema di protezione non intende difendere il lavoratore dal mercato del lavoro, ma intende difenderlo proprio nel mercato del lavoro, dargli sicurezza nel passaggio dalla vecchia alla nuova occupazione: un passaggio che sarà sempre più frequente nella vita di lavoro delle prossime generazioni.

Presidenza del presidente GRASSO **(ore 11,45)**

(*Segue* ICHINO, *relatore*). Quest'ultima costituisce la migliore risposta a chi, invece, ha sostenuto che in questa transizione dal vecchio al nuovo sistema sarebbe in gioco la dignità e la libertà dei lavoratori. Lo hanno detto la collega Ricchiuti e la collega Paglini, e una venatura di preoccupazione su questo punto l'ho sentita anche negli interventi delle colleghe Gatti e Guerra. Ma io chiedo loro, e lo ha chiesto qui anche la collega Pezzopane: tutti i giovani (spesso i migliori tra i nostri figli e nipoti) che cercano all'estero il lavoro che non trovano in Italia vanno forse all'estero per cercare l'articolo 18. Certamente no. Non è quello che cercano, anche perché sanno che non lo troverebbero da nessuna parte.

D'altra parte sostenere che senza l'articolo 18 non ci sono dignità e libertà del lavoratore significa sostenere che, non soltanto quattro milioni di lavoratori dipendenti italiani (tutti i dipendenti delle aziende con meno di 15 dipendenti, tutti i dirigenti, i dipendenti dei sindacati e dei partiti, i dipendenti dei nostri Gruppi parlamentari) sarebbero deprivati della loro dignità e libertà: affermazione che nessuno fa perché sarebbe evidente insensata; ma equivarrebbe a dire che senza dignità e libertà sono anche 200 milioni di lavoratori dipendenti in tutta Europa.

Evidentemente non è così. La dignità e libertà del lavoratore non sono date dall'ingessatura del rapporto di lavoro, ma dalla sicurezza che il lavoratore deve avere, e che noi dobbiamo essere in grado di garantire, molto meglio di quanto non lo garantiamo oggi, anche a chi è protetto secondo il vecchio paradigma: la sicurezza che, se il posto di lavoro viene meno, questo non segnerà una catastrofe economica o professionale (o economica e professionale) per il lavoratore e per la sua famiglia. Questo è lo scopo fondamentale di questa riforma.

Con riferimento sempre agli interventi della senatrice Gatti e della senatrice Ricchiuti, si obietta, a questa prospettiva, che in Italia manca il lavoro. Non c'è dubbio che in Italia la domanda di lavoro sia troppo fiacca e che debba essere rinvigorita. Altrettanto indubbio, però, è che, nell'attuale congiuntura, l'unica leva di cui disponiamo per rinvigorire la domanda di lavoro è riaprire la porta agli investimenti esteri; porta che noi abbiamo chiuso, se è vero che da anni l'Italia si trova fortemente al di sotto della media europea per capacità di attrarre investimenti stranieri. Gli investimenti stranieri, certo, non sono ostacolati solo dalla peculiarità del nostro ordinamento di lavoro: pesa anche la pressione fiscale e l'inefficienza delle amministrazioni. Ma non c'è alcun dubbio che anche le peculiarità negative del nostro ordinamento del lavoro e delle disfunzioni del nostro mercato del lavoro pesino nell'ostacolare gli investimenti stranieri.

Dobbiamo renderci conto del fatto che anche in periodi di crisi grave come quello che stiamo attraversando, in Italia esistono rilevanti flussi di domanda e offerta di lavoro dai quali le nuove generazioni sono totalmente escluse per un difetto gravissimo dei servizi di orientamento scolastico e professionale: un difetto che costituisce la principale spiegazione della differenza tra il tasso di disoccupazione giovanile al 43 per cento e il tasso di disoccupazione generale al 13 per cento.

Oggi a questi flussi i disoccupati non accedono perché sono flussi accessibili solo sulla base di reti parentali, amicali e professionali. Chi non dispone di queste reti non accede a quegli 800.000 incontri fra domanda ed offerta di lavoro che avvengono ogni mese nel nostro Paese anche in questo periodo di crisi nera, secondo i dati delle Comunicazioni obbligatorie al Ministero del lavoro.

Quando sento la collega Paglini molto opportunamente richiamare il principio per cui tutti nascono

liberi ed uguali, osservo che nel nostro mercato del lavoro queste libertà ed uguaglianza non ci sono: chi dispone delle reti parentali, amicali e professionali alimenta i flussi di incontro tra domanda ed offerta di lavoro, chi non dispone di quelle reti non ha alcun aiuto dai centri per l'impiego, salvo casi particolari, rari ed isolati, di efficienza nel realizzare l'incontro fra domanda e offerta.

Alla senatrice Gatti non piace la pubblicità che si fa alle agenzie private. È una scelta, quella che stiamo compiendo, non certo di delegare al settore privato una funzione pubblica, ma di valorizzare in questa funzione le agenzie specializzate, le imprese che conoscono la domanda e sanno accompagnare il lavoratore là dove il lavoro c'è. Sono imprese che sanno svolgere il lavoro che oggi, come dobbiamo onestamente constatare, i centri per l'impiego perlopiù non sanno svolgere; anche perché in un mercato del lavoro moderno, fortemente segmentato e specializzato in ciascun settore, conoscere la domanda implica avere non solo delle competenze specifiche settore per settore, ma anche la capacità di adattare la griglia di lettura della domanda e dell'offerta di lavoro in modo continuo: ciò che le strutture pubbliche per loro natura non possono fare.

Puntiamo allora - e anche questa è una scelta che stiamo compiendo - sul ridare centralità al centro per l'impiego, affidando alla struttura pubblica il compito di mettere in comunicazione il lavoratore con i servizi di cui egli può disporre; e poi impegniamo chi vuole cooperare alla funzione pubblica a rispettarne i principi fondamentali e cioè trasparenza ed imparzialità. Quando la struttura privata specializzata faccia propri questi principi, accetti di operare entro questo quadro e sotto il controllo della struttura pubblica, non c'è alcuna ragione di diffidare di questa cooperazione.

Credo abbia ragione la senatrice Bencini, quando denuncia, parlando addirittura di "scandalo" a questo proposito, la grave inefficienza del nostro sistema di assistenza del lavoratore nel mercato del lavoro.

Con la disoccupazione generale al 13 per cento e quella giovanile al 43 per cento ci sono enormi giacimenti occupazionali che lasciamo inutilizzati, mentre ogni anno in Italia chiudono 20.000 imprese artigiane per limiti di età del titolare, senza che si possano trasferire alle nuove generazioni il *know-how* specifico e l'avviamento commerciale: questo è davvero uno scandalo. Dobbiamo in tutti i modi voltar pagina rispetto a questa situazione! Chiunque abbia a cuore gli interessi in tutti i modi deve superare questa situazione. Dobbiamo in tutti i modi far sì che, da qui in avanti, non si sprechino più questi giacimenti occupazionali.

A questo proposito, la senatrice Munerato dice che occorre fissare degli *standard* ed esigerne il rispetto da parte delle strutture che svolgono la funzione di assistenza nel mercato. È esattamente la funzione che intendiamo affidare alla nuova Agenzia nazionale per i servizi per l'impiego, cioè quello di fissare il *benchmark*: fissare i requisiti di efficienza ed efficacia che dovranno essere rispettati da tutte le Regioni. È una cosa che finora non abbiamo fatto e che è alla base della gravissima inefficienza e non produttività dei servizi per l'impiego in troppe Regioni (non in tutte, per fortuna, ma certo in troppe Regioni italiane). Occorre poi controllarne il rispetto e, laddove la Regione non sia in grado di rispettare lo *standard*, surrogarsi ad essa per svolgere quella funzione.

Il senatore Gaetti teme che l'Agenzia determini un aumento di spese. L'obiettivo, certamente, è l'opposto: riqualificare la spesa pubblica in questo campo. Essa, oggi, è di per sé troppo bassa: dobbiamo adeguare la nostra spesa per le politiche attive del lavoro rispetto alla media europea. Ma la bassa nostra spesa su questo capitolo è di cattiva qualità. Dobbiamo urgentemente riqualificarla; questo è l'impegno che la nuova Agenzia assumerà fissando degli obiettivi misurabili di riqualificazione della spesa su questo terreno.

In qualche misura lo stesso discorso vale per la questione delle risorse per gli ammortizzatori sociali. Noi oggi spendiamo più di 20 miliardi in politiche passive del lavoro, cioè per il sostegno del reddito a chi perde il lavoro, senza alcun controllo sulla disponibilità del lavoratore e sul suo attivarsi nel mercato del lavoro, con il risultato di un dilatarsi assolutamente innaturale dei periodi di disoccupazione in corrispondenza con il periodo di durata del sostegno del reddito. Invece noi dobbiamo riqualificare questa spesa e riportare il sostegno del reddito a quella stretta coniugazione con le misure per il reinserimento del lavoratore nel tessuto produttivo che oggi manca. Con questo rispondo anche alla preoccupazione sacrosanta espressa dal senatore Fornaro.

Il discorso non dovrà limitarsi alla parte assicurativa del sostegno. Qui accolgo in pieno - del resto lo stesso disegno di legge lo fa - la sollecitazione della senatrice Guerra: occorre che coloro che entro il periodo assicurato non riescono a trovare il lavoro abbiano un sostegno di natura assistenziale moderno, collegato strettamente alle misure per il reinserimento nel tessuto produttivo. Tuttavia non riusciremo mai a istituire questo reddito minimo di inserimento se non sapremo fare il reinserimento, appunto. Oggi non lo sappiamo fare. Tutto quanto stiamo facendo per darci questa capacità, che gli altri Paesi del Centro e del Nord Europa hanno in misura molto superiore a noi, è una premessa anche per poter risolvere il problema e dare attuazione al capitolo del reddito minimo di inserimento.

Passo all'ultimo punto: gli interventi del senatore Malan e della senatrice Pelino esprimono la preoccupazione che la soppressione della figura contrattuale del collaboratore a progetto possa generare disoccupazione.

Qui bisogna essere molto chiari: non c'è alcun dubbio sul fatto che l'intendimento non è quello di irrigidire il mercato del lavoro producendo disoccupazione, ma semmai il contrario: vogliamo una maggior flessibilità del mercato del lavoro e delle strutture produttive, compensata da un forte sostegno ai lavoratori nel mercato. Tutto questo però non deve mai portare a disoccupazione.

Ora i casi sono due: o la protezione che noi istituiamo o che manteniamo nel nostro ordinamento del lavoro è capace di estendersi ed applicarsi realmente a tutti i lavoratori, di essere cioè universale, e allora è una protezione che può servire utilmente a correggere le distorsioni del mercato del lavoro ed è giusto che essa si applichi a tutti i lavoratori in posizione di sostanziale dipendenza dal datore di lavoro. Oppure questa protezione genera disoccupazione, cioè è incompatibile con l'equilibrio tra domanda e offerta nel mercato del lavoro, e allora è uno strumento al servizio degli *insider* contro l'interesse degli *outsider*, in questo caso quella protezione deve essere corretta. Perché l'ordinamento non può farla propria senza violare la Costituzione. Questo è il principio fondamentale a cui dovremo attenerci anche, ovviamente, nell'attuazione della delega, in sede di decreti delegati.

Spero di aver risposto a tutte le principali critiche e obiezioni che sono state sollevate e mi scuso con i colleghi che non ho potuto menzionare, ma ho cercato di raggruppare gli interventi per questi capitoli per articolare le mie risposte. Vi ringrazio dell'attenzione. *(Applausi dai Gruppi PD e SCpI e del senatore Berger)*.

PRESIDENTE. Ha facoltà di parlare il rappresentante del Governo.

POLETTI, *ministro del lavoro e delle politiche sociali*. Signor Presidente, ringrazio tutti i senatori che sono intervenuti nel dibattito e voglio ringraziare il Parlamento - Camera e Senato - per il lavoro che ha svolto, in quanto credo vada detto in maniera esplicita che il testo che arriva alla conclusione di questa discussione è un testo che è stato significativamente cambiato e significativamente migliorato.

Credo quindi che questo sia un dato che va assunto e riconosciuto, perché è il riconoscimento del lavoro che il Parlamento ha fatto e che il Governo accoglie positivamente.

Il Governo ha pensato e pensa che il tema del lavoro sia una delle questioni essenziali, se non la questione essenziale, sulla quale dobbiamo agire oggi per invertire una situazione di fatto che si è realizzata in questo lungo periodo di crisi che il nostro Paese sta attraversando.

Possiamo discutere sui numeri della disoccupazione, dell'occupazione, degli inoccupati o degli inattivi, possiamo riflettere su come vanno interpretati questi dati, ma oggi siamo di fronte ad un dato di fatto, che è quello di una pesantissima crisi, di una situazione di stallo del nostro Paese e di una caduta degli investimenti, dei consumi interni e dell'occupazione.

Questo è il risultato di moltissimi anni, e oggi giustamente ci interroghiamo tutti preoccupatissimi, a cominciare dal Governo, sullo stato delle cose, ma dobbiamo anche prendere atto che questa è la risultante di questa situazione e oggi bisogna agire perché questa situazione cambi, e cambi radicalmente.

La nostra scelta, allora, l'abbiamo fatta a cominciare dalla nostra posizione in Europa, perché abbiamo cominciato a lavorare pesantemente affinché l'Europa cambi il proprio atteggiamento. Oggi questo viene dato quasi per scontato, sembra un fatto assunto, ma non lo è. Fino a qualche mese fa, non

sarebbe stato scontato parlare delle cose così come ne parliamo oggi, discutere del piano Juncker, discutere della legge di stabilità italiana, che è stata costruita a partire da un'idea diversa da quella che storicamente si era costruita, riflettendo cioè sulla possibilità di utilizzare pienamente i Trattati, e quindi non cambiarli ma usarli, perché le cose nel tempo cambiano e bisogna avere la capacità di usare le potenzialità che all'interno dei Trattati ci sono.

Non bisogna, quindi, presentarsi con il cappello in mano, ma con la responsabilità, l'impegno e la coerenza che un Paese grande ed importante come l'Italia ha all'interno della dinamica europea, con l'idea cioè che, se l'Europa non cambia le sue politiche, il problema non è e non sarà solo dell'Italia, ma dell'Europa, della prospettiva generale e del posizionamento dell'Europa dentro lo scenario globale.

Abbiamo fatto dunque questa scelta, collegando ad essa la legge di stabilità attualmente in discussione, che recupera risorse, taglia tasse, mette a disposizione una riduzione del cuneo fiscale, riduce il costo del lavoro per le imprese, consegnando loro una maggiore capacità di competere. Ricade poi naturalmente sulle imprese la responsabilità di investire, di stare sui mercati e di innovare i prodotti, ma questa è una condizione necessaria.

Credo che quella che abbiamo fatto sia comunque una scelta giusta ed importante, una scelta compiuta - e non voglio dilungarmi su questo - lavorando su un ventaglio molto largo di riforme, perché siamo profondamente convinti che l'uscita dalla situazione in cui si trova oggi il nostro Paese non sarà possibile se non realizzando complessivamente tutte le riforme che abbiamo posto all'ordine del giorno.

È chiaro che non saranno le norme a produrre i posti di lavoro: in tutta sincerità, mi pare una discussione piuttosto priva di fondamento. Le regole sono il quadro, il contesto e la condizione in cui i soggetti agiscono. Da questo punto di vista abbiamo un problema, che va detto in maniera molto chiara: sull'impresa poi possiamo discutere, perché non ho una visione romantica e non penso che l'impresa sia fatta di rose e fiori e di gente che si fa carezze. Dobbiamo però intenderci: nel nostro Paese l'impresa, che per il modo in cui funziona e per la sua tipicità deve assumersi dei rischi e fare valutazioni in un contesto di incertezza, deve tuttavia poter riferire il contesto di incertezza nel quale si muove alle proprie azioni tipiche, sapendo cioè che cosa accade sul mercato, che cosa fanno i propri concorrenti, che cosa accade sul costo delle materie prime. Questo è il punto di incertezza tipico dell'impresa.

Quando all'impresa vengono aggiunte, per così dire, delle quote di incertezza, che non sono tipiche della sua funzione, da un cattivo funzionamento del sistema giudiziario o da regole del mercato del lavoro poco definite ed incerte e delle quali non si conosce l'esito finale - solo per citare alcune criticità, ma potremmo citare la burocrazia, piuttosto che i tempi per il rilascio delle autorizzazioni - si produce a quel punto un dato di inibizione che, dobbiamo saperlo, si scaricherà poi sui lavoratori, perché non ci saranno opportunità di lavoro.

Questo Paese deve uscire da un binomio che oggi è chiaro. L'Italia per una certa fase ha in qualche modo accarezzato le rendite invece di scegliere con forza la politica dello stare al fianco e del premiare le opportunità, e farlo non è per nulla facile, perché le rendite sono tante, diverse, piccole e grandi e tendono a sostenersi l'una con l'altra. Intervenire per cambiare questa situazione, quindi, è e sarà uno sforzo assolutamente rilevante, ma bisogna farlo se vogliamo davvero far aumentare le opportunità, perché questo è quello che dobbiamo fare per i nostri giovani, per i disoccupati e per tutti coloro che hanno bisogno di provare a fare un passo avanti importante.

La nostra idea non è certamente quella per cui saranno le regole a cambiare e a produrre posti di lavoro; siamo però convinti che un buon contesto aumenti le opportunità e che quindi dentro a un contesto migliore vi sia la possibilità di promuovere una fase di crescita ulteriore.

Su questo versante credo che dovremmo anche farci una domanda. Storicamente l'Italia ha un tasso di occupazione più basso della media europea. Anche quando ha toccato le vette più alte di occupazione, l'Italia è rimasta sempre 5, 6 o 7 punti sotto il livello di occupazione di molti altri Paesi europei. Qui il tema riguarda il Nord e il Sud; riguarda gli impianti sociali; riguarda le politiche sociali, e questa è un'altra questione che il Paese ha di fronte.

Sono convinto e consapevole che c'è bisogno di cambiare anche su tale versante. Non abbiamo mai costruito nel nostro Paese una politica sociale a funzione generale, capace di fare i conti con questi bisogni. E quando parliamo dell'occupazione femminile, trenta secondi dopo dobbiamo parlare di servizi e via dicendo. È di questo che dobbiamo parlare, altrimenti il tasso di occupazione continuerà ad essere storicamente e sistematicamente più basso. Ma avere un tasso di occupazione stabilmente più basso vuol dire produrre meno ricchezza, avere meno opportunità, avere una minore propulsione per il futuro. Quindi, questo è il tema che abbiamo davanti.

Rispetto a questa questione, la riflessione che abbiamo avviato credo debba cercare di rispondere alle tematiche generali e di farlo per la parte che compete alla legge delega.

Non tornerò su tutti i temi del disegno di legge, essendo stati ampiamente e ripetutamente discussi. Voglio solo intervenire su alcuni argomenti, anche per cercare di chiarire il senso delle scelte compiute.

Non credo che questa legge delega sia troppo vaga o non si capisca che cosa si voglia fare. A volte credo di poter dire che si è fatta di essa una lettura troppo parziale, nel senso che ognuno ha preso il pezzettino che gli serviva per sostenere la propria tesi. Al contrario, dobbiamo leggere tutto ciò che è scritto in ogni sua parte, i punti di equilibrio, che rispondono anche a preoccupazioni che ho ascoltato evidenziare in questa sede e che sono anche le mie preoccupazioni. Noi non vogliamo distruggere chissà che cosa o ledere i diritti dei lavoratori: è fuori dal nostro modo di pensare ed affrontare le questioni. Ma se leggiamo completamente ciò che abbiamo scritto dentro il provvedimento, troveremo dei punti di equilibrio rispetto al bisogno di avere una dimensione dinamica dell'azione dell'impresa, ma anche la tutela dei diritti e delle condizioni di vita dei lavoratori.

Lo sforzo che si sostiene è il seguente: non si deve pensare che l'equilibrio si risolve tenendo le cose come sono. L'equilibrio si risolve costruendo qualcosa di nuovo equilibrato. Questo è il passaggio, lo sforzo che vogliamo fare, e su questo bisogna farsi qualche domanda e darci una qualche risposta.

Perché non abbiamo mai fatto interventi in materia di politiche attive e di ammortizzatori sociali? Oggi diciamo che siamo d'accordo, anch'io sono d'accordo, ma la mia domanda è: come siamo arrivati qui? Perché non abbiamo fatto la scelta di investire sui servizi per l'impiego? Perché abbiamo fondato una parte essenziale degli interventi fondamentalmente attraverso i trasferimenti monetari? Questo è il tema. Dall'altro lato, perché non siamo riusciti a costruire una strumentazione che, sul piano sociale, combattesse le iniquità? Infatti, dentro questa crisi si è prodotta anche la situazione che chi ha di più ha ancora di più e chi ha di meno ha ancora di meno. Noi abbiamo un problema di lotta alla povertà in questo Paese: abbiamo bisogno di costruire strumenti che agiscano anche su questo versante.

Dobbiamo sapere, quindi, che questo cambiamento mette in gioco una parte fondamentale delle logiche che abbiamo utilizzato. È chiaro infatti che, se valuteremo solo il fatto che l'ammortizzatore mi dà un euro in più o in meno, se dura un giorno in più o uno in meno, rimarremo sempre all'interno della vecchia logica. Se invece insieme a questo ci mettiamo anche che cosa accade il giorno in cui esco da una situazione in cui il mio lavoro non c'è più e fuori dalla porta trovo un sistema di servizi capace di prendersi in carico quella condizione e di aiutarmi ad occuparmi di cosa fare e di come farlo, allora probabilmente possiamo trovare un altro punto di equilibrio, che non è esattamente quello del passato, ma è quello che vogliamo fare.

Quindi, noi ragioniamo in termini di estensione delle coperture. Noi ragioniamo in termini di inclusione e non di esclusione. Noi ragioniamo in termini di responsabilità, perché vogliamo che ogni cittadino si senta e sia nelle condizioni di essere responsabile rispetto anche alla condizione temporanea di non avere un lavoro e, quindi, di essere messo nella condizione di fare questo passo.

Da questo punto di vista mi sento di dare una risposta: legittimamente si chiedono le risorse rispetto agli ammortizzatori sociali e alla loro estensione. Credo che le risorse appostate nella legge di stabilità siano fondamentalmente vicine all'esigenza di affrontare il tema che abbiamo di fronte. Infatti, erano postati due miliardi di euro, che sono stati incrementati di 200 milioni per il 2015 e per il 2016, e abbiamo il Fondo per l'occupazione che vale un miliardo e 400 milioni, all'interno del quale sono postati 700 milioni per gli ammortizzatori sociali in deroga.

Tuttavia - dobbiamo dircelo - sugli ammortizzatori sociali in deroga abbiamo approvato un decreto-legge che ha stretto i termini di utilizzabilità di questo strumento. Gli ammortizzatori sociali in deroga, infatti, che sono stati una risposta al dramma sociale esploso con la crisi sei, sette, otto anni fa, nel tempo, essendo in deroga, e quindi con poche regole, hanno dato adito a comportamenti non sempre virtuosi e coerenti. E poiché sono finanziati con i soldi della comunità, con le tasse, credo sia giusto, necessario e doveroso andare a definirne puntualmente un buon uso. Peraltro, la norma prevede che gli ammortizzatori sociali in deroga mano a mano, con il passare del tempo, vadano ad esaurire la loro funzione.

Quindi, credo che sul piano delle risorse siamo vicini all'esigenza di coprire la necessità, dichiarata e che abbiamo intenzione di realizzare, di estendere gli stessi ammortizzatori sociali.

Una seconda questione che desidero trattare rapidamente riguarda il tema della precarietà, del contratto a tempo indeterminato a tutele crescenti e dei problemi relativi a tale contesto. Da questo punto di vista si deve partire da un dato di fatto, vale a dire la fotografia, oggi, della realtà del mercato del lavoro nel nostro Paese. Su 100 avviamenti al lavoro (parlo di avviamenti, non di posti di lavoro) oggi abbiamo 85 avviamenti con contratti a tempo determinato e di tutte le altre tipologie similari e 15 a tempo indeterminato.

Credo che l'affermazione contenuta nella delega, che vuole fare del contratto a tempo indeterminato il perno essenziale della nuova situazione, debba essere resa possibile, e per fare ciò abbiamo bisogno di una norma più flessibile, aperta e gestibile sul piano normativo e di un dato di convenienza sul piano economico. Altrimenti il dato di fatto non è quello che succederà, non è la paura di ciò che accadrà, perché noi dobbiamo chiederci cosa è accaduto già oggi. Oggi, la pluralità di queste tipologie contrattuali e il fatto che tra di loro siano economicamente disallineate ha provocato una cannibalizzazione, nel senso che molte imprese competono tra loro non nel miglioramento della qualità del prodotto, dell'efficienza, dell'efficacia e così via, ma in una rincorsa finalizzata a catturare la tipologia contrattuale più economica. Ma se lasciamo che le cose stiano così, il sistema imprenditoriale del nostro Paese non migliorerà nella sua capacità competitiva globale, avrà sempre più problemi.

Pertanto, anche qui abbiamo bisogno di dare una sistemata ad un terreno di confronto e competizione tra le imprese che avvenga sul piano vero della competizione e non sulla rincorsa al ribasso delle tipologie contrattuali «più competitive» in termini di flessibilità e costo, che è quanto è accaduto effettivamente in questi anni.

Quindi, questa è la situazione da cambiare. Questa è la scelta che abbiamo fatto e vogliamo fare e che viene confermata da due elementi inconfutabili. Abbiamo deciso di destinare nella legge di stabilità 1,9 miliardi di euro per la decontribuzione, per i primi tre anni, dei contratti a tempo indeterminato e abbiamo deciso di ridurre la base imponibile IRAP del costo del lavoro dei contratti a tempo indeterminato. A me pare che se occorreva un segno chiaro della volontà di questo Governo di andare nella direzione del contratto a tempo indeterminato, questi due segni siano assolutamente inequivocabili. Credo che questo sia un terreno che dice in termini molto chiari quali siano le nostre volontà e i nostri impegni.

Su questo versante, come in generale sul tema da cui sono partito, abbiamo ascoltato posizioni diverse sul piano sociale. Le organizzazioni sindacali e le organizzazioni di rappresentanza imprenditoriale hanno espresso le loro valutazioni e le loro opinioni, ed è previsto uno sciopero generale. Credo che da questo punto di vista quello che dobbiamo dire è che siamo rispettosi della responsabilità che ogni soggetto assume nello svolgere il proprio ruolo. È importante che si ascolti, si rifletta, si tenga in considerazione la posizione di un'associazione di rappresentanza o di un sindacato. Detto ciò, credo che dall'altro lato il Governo e il Parlamento abbiano il dovere di assumere le proprie decisioni, di compiere responsabilmente le scelte che sono demandate loro e di essere in grado di portare a compimento le scelte fatte, perché queste sono le cose che servono al nostro Paese.

Non ho molte altre osservazioni da farvi, se non ribadire un dato: il Governo italiano assegna all'approvazione del disegno di legge delega in materia di lavoro un'importanza essenziale. Sono

partito da questo punto e concludo il mio intervento su tale versante. Siamo convinti e consapevoli che su questo terreno si misura l'effettiva possibilità del Governo e della maggioranza di produrre un cambiamento necessario al nostro Paese. Si tratta di un passaggio difficile, pieno di tensioni e di difficoltà; lo sappiamo, lo comprendiamo, ma sappiamo anche che su molti contenuti di questo disegno di legge c'è consenso e condivisione: parlo dell'estensione degli ammortizzatori sociali e della loro riforma, delle politiche attive per il lavoro e l'occupabilità, della revisione e della semplificazione delle norme, della revisione delle tipologie contrattuali, del contratto a tempo indeterminato a tutele crescenti, della tutela della genitorialità e delle politiche per l'occupazione femminile, del coordinamento delle attività ispettive dell'Agenzia unica.

Il Governo, nella stesura dei decreti, saprà tenere nella giusta considerazione il lavoro che è stato fatto in Parlamento e le posizioni che sono state espresse. Nel lavoro, veramente gigantesco, di cambiamento del nostro Paese c'è un impegno e una responsabilità per tutti. Credo che ognuno possa e debba fare la propria parte, e non penso che ci sia qualcuno che possa onestamente sostenere di essere a posto e di avere già fatto tutto ciò che doveva.

Ho aperto il mio intervento a partire dalla drammatica consapevolezza della gravità e centralità nel nostro Paese del lavoro per i nostri giovani, per noi tutti e, in primo luogo, per il Governo. Cambiare questa situazione è l'obiettivo che ci siamo dati e lavoriamo fortemente in questa direzione.

Pertanto, a nome del Governo, con l'autorizzazione del Consiglio dei ministri, pongo la questione di fiducia sull'approvazione dell'articolo unico del disegno di legge n. 1428-B, nel testo già approvato dal Senato e modificato dalla Camera dei deputati. *(Applausi dal Gruppo PD. Commenti e applausi ironici dai Gruppi M5S, Misto-SEL e Misto-MovX).*

PRESIDENTE. La Presidenza prende atto della posizione della questione di fiducia da parte del Governo.

È pertanto immediatamente convocata la Conferenza dei Capigruppo per organizzare il relativo dibattito. Sospendo quindi la seduta fino al termine della Conferenza.

(La seduta, sospesa alle ore 12,23, è ripresa alle ore 13,22).

Sui lavori del Senato Organizzazione della discussione della questione di fiducia Inchieste parlamentari, deferimento Commissioni permanenti, autorizzazione alla convocazione e all'integrazione dell'ordine del giorno

PRESIDENTE. La Conferenza dei Capigruppo ha proceduto all'organizzazione dei lavori sulla questione di fiducia posta dal Governo sul disegno di legge di delega lavoro, nel testo approvato dalla Camera dei deputati.

Ha inoltre approvato a maggioranza modifiche al calendario di questa settimana e il nuovo calendario dei lavori dell'Assemblea fino al 18 dicembre.

La discussione generale sulla fiducia, per la quale sono state ripartite 2 ore e 40 minuti in base a specifiche richieste dei Gruppi, avrà inizio alle ore 15.

Seguiranno quindi le dichiarazioni di voto. La chiama avrà pertanto inizio attorno alle ore 19.

Durante la discussione sulla fiducia, la Commissione bilancio è autorizzata a convocarsi.

Restano confermati gli argomenti già previsti dal calendario della settimana corrente, con il seguente ordine: documenti definiti dalla Giunta delle elezioni e delle immunità parlamentari; disegno di legge sul rientro dei capitali detenuti all'estero, ove concluso dalle Commissioni; norme contro il traffico di organi; disegno di legge fatto proprio dal Gruppo Misto sull'identificazione delle Forze dell'ordine.

Nella seduta unica di domani la Presidenza renderà le proprie comunicazioni sul contenuto del disegno

di legge di stabilità, ai sensi dell'articolo 126, comma 4, del Regolamento non appena pervenute le valutazioni della 5a Commissione permanente. Da quel momento avrà inizio la sessione di bilancio, per la quale è stato definito il seguente calendario.

La prossima settimana sarà interamente dedicata ai lavori delle Commissioni, che dovranno trasmettere i propri rapporti alla Commissione bilancio entro giovedì 11 dicembre.

L'Assemblea tornerà a riunirsi a partire da martedì 16 dicembre, alle ore 12, per la discussione dei disegni di legge di stabilità e di bilancio.

Nella stessa giornata di martedì 16 dicembre, dalle ore 14 e alle ore 16,30, si svolgeranno le comunicazioni del Presidente del Consiglio dei ministri sul Consiglio europeo del 18 dicembre 2014. Al termine del dibattito, per il quale sono stati ripartiti i tempi tra i Gruppi, potranno essere votati strumenti di indirizzo.

In relazione alle sedute uniche previste dal calendario la Presidenza potrà prevedere sospensioni in relazione all'andamento dei lavori.

Inoltre, è stata deferita in sede deliberante alla Commissione affari costituzionali, con il parere della 5a Commissione permanente, la proposta di proroga della durata della Commissione d'inchiesta sulle intimidazioni nei confronti degli amministratori locali. Le predette Commissioni sono state autorizzate a convocarsi immediatamente per l'esame del provvedimento. I Capigruppo hanno convenuto all'unanimità di autorizzare le Commissioni stesse ad inserire all'ordine del giorno il documento anche durante la sessione di bilancio.

Calendario dei lavori dell'Assemblea Discussione e reiezione di proposta di modifica

Mercoledì	3	dicembre	ant.	h. 9,30-13,30	- Seguito disegno di legge n. 1428-B - Delega lavoro *(Approvato dal Senato e modificato dalla Camera dei deputati) (Collegato alla manovra di finanza pubblica) (Voto finale con la presenza del numero legale)* - Documenti definiti dalla Giunta delle elezioni e delle immunità parlamentari - Disegno di legge n. 1642 - Rientro capitali detenuti all'estero e autoriciclaggio *(Approvato dalla Camera dei deputati) (Ove concluso dalle Commissioni)* - Seguito disegno di legge n. 922 - Traffico di organi destinati al trapianto - Disegno di legge n. 803 - Identificazione degli appartenenti alle Forze dell'ordine *(Fatto proprio dal Gruppo Misto, ai sensi dell'articolo 53, comma 3, del Regolamento)* - Comunicazioni del Presidente, ai sensi dell'articolo 126, comma 4, del Regolamento sul contenuto del disegno di legge di stabilità
"	"	"	pom.	h. 15	
Giovedì	4	"	ant.	h. 9,30	

La settimana dal 9 al 12 dicembre sarà dedicata ai lavori delle Commissioni.

Martedì	16	dicembre	ant.	h. 12-21	- Disegni di legge nn. 1698 e 1699 - Legge di stabilità 2015 e Legge di bilancio 2015 e bilancio pluriennale 2015-2017 *(Approvati dalla Camera dei deputati) (Votazioni finali con la presenza del numero legale)* - Comunicazioni del Presidente del Consiglio dei ministri sul Consiglio europeo del 18 e 19 dicembre 2014 ***(martedì 16, dalle ore 14 alle ore 16.30)***
Mercoledì	17	"	ant.	h. 9,30-21	
Giovedì	18	"	ant.	h. 9,30	

Sessione di bilancio: le Commissioni permanenti dovranno trasmettere i propri rapporti alla 5a Commissione entro giovedì 11 dicembre. La 5a Commissione permanente concluderà i propri lavori sui documenti finanziari in tempo utile per poter riferire all'Assemblea nella seduta di martedì 16 dicembre.

Gli emendamenti all'Assemblea per il disegno di legge n. 1699 (Legge di bilancio 2015 e bilancio pluriennale 2015-2017) dovranno essere presentati entro le ore 19 di lunedì 15 dicembre; gli emendamenti al disegno di legge n. 1698 (Legge di stabilità 2015) dovranno essere presentati entro le ore 14 di martedì 16 dicembre.

Per le sedute uniche la Presidenza potrà prevedere sospensioni in relazione all'andamento dei lavori.

Ripartizione dei tempi per la discussione sulle comunicazioni del Presidente del Consiglio dei ministri in vista del Consiglio europeo di Bruxelles del 18 e 19 dicembre 2014

(2 ore e 30 minuti, incluse dichiarazioni di voto)

Governo	30'
Gruppi 2 ore, di cui:	
PD	26'
FI-PdL XVII	17'
M5S	13'
NCD	12'
Misto	10'
LN-Aut	9'
GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI)	9'
Aut (SVP, UV, PATT, UPT) - PSI-MAIE	8'
PI	7'
SCpI	7'
Dissenzienti	5'

Ripartizione dei tempi per la discussione dei disegni di legge nn. 1698 e 1699 (Legge di stabilità e Bilancio dello Stato)

(20 ore, escluse dichiarazioni di voto)

Relatori di maggioranza	1 h.	
Relatori di minoranza	1 h.	
Governo	1 h.	
Votazioni	4 h.	
Gruppi 13 ore, di cui:		
Questioni incidentali e discussione generale (6 ore)		
PD	1 h.	19'
FI-PdL XVII		52'
M5S		40'
NCD		35'
Misto		31'
LN-Aut		26'
GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI)		26'
Aut (SVP, UV, PATT, UPT) - PSI-MAIE		25'
PI		22'
SCpI		22'

Dissenzienti		5'
Discussione su articoli (7 ore)		
PD	1 h.	32'
FI-PdL XVII	1 h.	
M5S		47'
NCD		41'
Misto		36'
LN-Aut		31'
GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI)		31'
Aut (SVP, UV, PATT, UPT) - PSI-MAIE		30'
PI		26'
SCpI		26'
Dissenzienti		5'

DE PETRIS *(Misto-SEL)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

DE PETRIS *(Misto-SEL)*. Signor Presidente, noi non abbiamo votato questo calendario per un motivo molto semplice: sono mesi che, come opposizione, chiediamo il rispetto della norma del Regolamento che prevede l'inserimento automatico in calendario e all'ordine del giorno dell'Aula dei disegni di legge dell'opposizione stessa.

Presidente, dopo svariati rinvii, come lei sa, era stato finalmente inserito nel calendario il disegno di legge n. 803 sull'identificazione degli appartenenti alle Forze dell'ordine, in corso di esame in Commissione e del quale era stato già approvato un testo base. È anche scaduto il termine per la presentazione degli emendamenti. Ora, cosa è accaduto per l'ennesima volta? Secondo il calendario che lei ha appena letto noi domani esamineremo i documenti della Giunta per le elezioni. In questo modo, anche il disegno di legge sul traffico degli organi, che era già stato incardinato, slitterà. Infatti, domani mattina, dopo la votazione dei documenti della Giunta per le elezioni, ci saranno le comunicazioni della Presidenza sul contenuto del disegno di legge di stabilità non appena saranno pervenute le valutazioni della Commissione bilancio e, quindi, si aprirà ufficialmente la sessione di bilancio. Pertanto, l'impegno a discutere finalmente in Aula i disegni di legge dell'opposizione, utilizzando anche l'argomentazione della legge di stabilità (ma si poteva fare diversamente) viene completamente vanificato.

Presidente, noi veniamo qui per votare la fiducia ogni volta che c'è un qualsiasi provvedimento. Lo facciamo una volta a settimana praticamente su tutto. I disegni di legge che pure vengono dalla Camera - penso alla discussione della scorsa settimana sui reati ambientali - arrivano in Aula ma poi non vengono discussi. I disegni di legge dell'opposizione per un motivo o per un altro slittano. Allora, veramente, delle volte, mi chiedo quale sia la funzione legislativa di questo Parlamento e di quest'Aula. Per l'ennesima volta anche questo disegno di legge, che potrà piacere o meno, sarà posticipato.

Voglio denunciare la cosa grave accaduta ieri in Commissione affari istituzionali: ieri avremmo potuto votare il mandato al relatore per il provvedimento sull'identificazione delle Forze dell'ordine e tranquillamente incardinarlo domani o, forse, oggi stesso. Invece, il Governo ha addirittura annunciato degli emendamenti per l'Aula (quando mai il provvedimento vi arriverà) che sono apparsi come una sorta di dichiarazione di identificazione dei cittadini. Non so se il Governo intendesse inaugurare la pratica del marchio sulla fronte per i cittadini con il numero identificativo, ma io sono qui a denunciare un atteggiamento francamente incomprensibile ed ostruzionistico.

Il Governo aveva infatti la possibilità di ragionare e presentare ieri i suoi emendamenti, e poteva farlo anche nei giorni precedenti. Stiamo parlando di norme che sono in vigore in moltissimi Paesi, in

moltissimi Stati europei, e sono dunque norme di civiltà per un Paese democratico.

Quindi, noi interpretiamo l'atteggiamento del Governo, e le conseguenze che derivano oggi dalla riunione dei Capigruppo, come un palese tentativo di ostruzionismo teso ad inficiare totalmente i contenuti del disegno di legge stesso.

Tra l'altro, l'identificazione dei cittadini, come lei sa, signor Presidente, è possibile in ogni momento. Ci sono le norme che proibiscono il travisamento durante le manifestazioni. Il Governo ha addirittura annunciato altre norme sugli arresti in differita, come se non bastassero quelli approvati anche nel decreto di contrasto alla violenza negli stadi.

Riteniamo che, alla fine, i due provvedimenti, che erano di grande interesse, come quello sul traffico degli organi e anche quello dell'opposizione sull'identificazione degli appartenenti alle Forze dell'ordine, ancora una volta slitteranno.

C'è poi una questione di principio. La maggioranza non può disporre di quelle che sono le prerogative e i diritti dell'opposizione. Quando l'opposizione indica un disegno di legge (ad esempio, le opposizioni hanno indicato il disegno di legge sul negazionismo), questo non è a disposizione della maggioranza, perché ancora, formalmente non è in vigore la dittatura della maggioranza (poi magari, dal punto di vista politico, la realtà è diversa).

Per cui, io chiedo che, per quanto riguarda la seduta di domani, rimanga in vigore il calendario votato precedentemente, con la discussione del disegno di legge in materia di traffico di organi destinati al trapianto, a seguire del disegno di legge recante disposizioni in materia di emersione e rientro di capitali detenuti all'estero, del disegno di legge recante disposizioni in materia di identificazione degli appartenenti alle Forze dell'ordine e con la discussione di documenti della Giunta delle elezioni e delle immunità parlamentari.

AIROLA *(M5S)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

AIROLA *(M5S)*. Signor Presidente, quanto volevamo dire lo ha più o meno detto la senatrice De Petris, perché condividiamo il problema. Da due anni noi attendiamo che sia concesso il diritto, riconosciuto dal Regolamento, di poter discutere i disegni di legge dell'opposizione. Sinceramente, è inaccettabile ritardare ogni volta questo diritto in un Parlamento che formalmente è ancora democratico.

Quindi, anche noi chiediamo che venga ripristinato il calendario precedente, come un segno del fatto che in questo Parlamento si cerca di ripristinare un po' di legittimità. Questo Parlamento ne ha assolutamente bisogno, le opposizioni ne hanno assolutamente bisogno.

Se non si riconoscono alle opposizioni i loro diritti, queste, messe all'angolo, reagiranno male. Ma questo si verifica in qualsiasi contesto. Dunque, le scuse addotte dal Governo su problemi tecnici, assolutamente incomprensibili, denotano l'ennesima difficoltà di questo Governo a votare delle leggi utili come questa riguardante le Forze dell'ordine, in quanto essa è divisiva per il Governo.

Così infatti è successo per tutti i disegni di legge che riguardavano i diritti civili, come questa che riguarda le Forze dell'ordine. Tra l'altro, sono tutte questioni assolutamente non divisive nella società, perché vanno a salvaguardare tutti i cittadini, non ancora marchiati dal Governo (per essere riconoscibili, infatti, basta chiedere la carta d'identità), fino a tutelare i poliziotti che si comportano onestamente e che, dunque, non hanno nulla da temere. Anzi, sono loro stessi ad avanzare tale richiesta.

Allora facciamo chiarezza di fronte al popolo italiano e diciamo che non ci sono problemi tecnici, ci sono problemi di maggioranza e di Governo! *(Applausi dal Gruppo M5S)*.

PRESIDENTE. Passiamo alla votazione della proposta di modifica del calendario dei lavori.

BARANI *(GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI))*. Chiediamo la verifica del numero legale.

Verifica del numero legale

PRESIDENTE. Invito il senatore Segretario a verificare se la richiesta risulta appoggiata dal prescritto numero di senatori, mediante procedimento elettronico.

(La richiesta risulta appoggiata).

Invito pertanto i senatori a far constatare la loro presenza mediante procedimento elettronico.
(Segue la verifica del numero legale).
Il Senato è in numero legale.

Ripresa della discussione sul calendario dei lavori dell'Assemblea

PRESIDENTE. Metto ai voti la proposta di modifica del calendario dei lavori, avanzata dai senatori De Petris e Airola.
Non è approvata.

Sull'ordine dei lavori

ENDRIZZI *(M5S)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

ENDRIZZI *(M5S)*. Signor Presidente, nella seduta pomeridiana di ieri ho chiesto al vice presidente Calderoli di convocare la Giunta per il Regolamento in merito alla pratica diffusa di anteporre l'apposizione della questione di fiducia da parte del Governo alla possibilità dei senatori di proporre l'istanza di non passaggio all'esame degli articoli. Per inciso, ringrazio il Governo, il cui rappresentante vedo sta andando via.

Si tratta di una vicenda squallida, non tanto per il diverbio che ne nasce ogni volta, quanto per il fatto che in merito ci sia un'inerzia, un lasciar cadere le cose che consente il perpetuarsi del comportamento.

Oggi abbiamo visto il ministro Poletti porre la questione di fiducia in qualche modo confermando il principio che con la discussione generale si chiude una fase e se ne apre un'altra. Tuttavia, implicitamente, il ministro Poletti ha svolto due interventi in uno, chiudendo la discussione generale e passando alla fase successiva, ancora una volta impedendoci l'esercizio di una nostra prerogativa.

Ho avuto dal vice presidente Calderoli assicurazioni circa il fatto che lei sarebbe stato informato già ieri di questa mia richiesta, ma non ho ancora ricevuto una risposta. Ancora una volta siamo di fronte ad una situazione che si sta perpetuando.

Le chiedo gentilmente se vuole comunicarci la sua decisione in merito al sollecito della convocazione della Giunta per il Regolamento.

PRESIDENTE. Prendo atto di questa richiesta e la valuterò ai fini della convocazione della Giunta per il Regolamento, insieme a tante altre questioni che via via sono state poste all'attenzione di detta Giunta.

BULGARELLI *(M5S)*. Magari prima della fine della legislatura!

Per lo svolgimento e la risposta scritta ad interrogazioni

FATTORI *(M5S)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

FATTORI *(M5S)*. Signor Presidente, intervengo per sollecitare la risposta all'interrogazione 4-02458, pubblicata il 9 luglio 2014, in cui abbiamo interrogato il Ministro dell'interno senza ottenere risposta, come è accaduto per tante interrogazioni, sul tema dei centri di accoglienza, in particolare chiedendo quali fossero i motivi che hanno portato a derogare alle leggi e alle procedure per quanto attiene al centro di accoglienza di Velletri.

Sono stati effettuati 37 arresti, 100 persone sono state indagate in un sistema illegale e si leggono agghiaccianti intercettazioni come la seguente: «Con l'immigrazione si guadagna più che con il traffico di droga».

Dal Ministro dell'interno non arriva mai una risposta, oppure magari era già a conoscenza di questo stato di illegalità e quindi forse la risposta non l'aveva o, almeno, non aveva una risposta decente.

Si parla negli ultimi anni di un miliardo e mezzo di euro spesi per l'immigrazione: una montagna di

soldi gestita in maniera assolutamente inadeguata e, a questo punto, criminale.

I valori fondanti della democrazia prevedono che quando il Parlamento interroga il Governo dovrebbe rispondere non nicchiare e nascondere la polvere sotto il tappeto.

Priebke, i rifiuti e ora i centri di accoglienza: miliardi di euro che vanno in fumo e danneggiano il nostro territorio dei Castelli con delle politiche scellerate. A questo proposito, anche visto che è stata invocata la necessità di discutere disegni di legge dell'opposizione, vorrei sollecitare l'incardinamento (per lo meno l'assegnazione alla Commissione competente) del disegno di legge di mia iniziativa noto come Atto Senato n. 1603. Questo disegno di legge è volto all'armonizzazione del diritto di asilo, che magari risolverebbe le situazioni di emergenza su cui i nostri politici regionali e locali stanno lucrando.

Quindi, sollecito sia lo svolgimento dell'interrogazione, che l'assegnazione in Commissione del suddetto disegno di legge. *(Applausi dal Gruppo M5S)*.

SANTANGELO *(M5S)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

SANTANGELO *(M5S)*. Signor Presidente, sono qui a richiamarle due interrogazioni: per l'esattezza, l'atto 3-00366, pubblicato il 17 settembre 2013, e l'atto 4-03074, del 25 novembre 2014.

Signor Presidente, questi numeri detti così significano poco. Sono certo di trovare in lei la persona giusta per sensibilizzare, in questo caso specifico, i Ministri dell'interno e della giustizia a rispondere a due interrogazioni che riguardano l'urologo siciliano Attilio Manca.

Signor Presidente, sono delle domande semplici. I Ministri possono immediatamente dare risposta ad una famiglia - la famiglia Manca - e a tantissime persone che, ormai da quasi dieci anni, seguono questo caso che ha dell'incredibile. Nella precedente versione dell'interrogazione 4-03074 c'erano meno dati. Ora ho presentato un atto con cinque pagine specifiche.

Sta accadendo dell'incredibile. Consideri che nel processo che si farà a breve la famiglia non ha avuto la possibilità di costituirsi parte civile. Consideri che l'avvocato Ingroia è stato querelato per calunnia per aver pronunciato, durante l'istruttoria dello stesso, alcune frasi.

Non dimentico, presidente Grasso, anche il suo precedente incarico, che era quello di procuratore nazionale antimafia. Sono certo che lei potrà sensibilizzare i Ministri in questione per ottenere una risposta.

Le chiedo un'altra cosa, presidente Grasso, perché, mentre ricopriva quelle funzioni, lei ebbe a dire proprio alla famiglia: trovatemi le prove (lo ha dichiarato anche in alcune interviste). Signor Presidente, queste prove probabilmente ora ci sono. Forse sarebbe il caso di non lasciare sola la famiglia e, magari, da parte sua, come Presidente del Senato, un gesto importante sarebbe quello di poter sentire all'interno di questa Istituzione che lei oggi rappresenta la famiglia Manca. Quindi, le chiedo se gentilmente potesse accogliere i signori Manca per sentire quelle che sono le loro motivazioni. *(Applausi dal Gruppo M5S)*.

ENDRIZZI *(M5S)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

ENDRIZZI *(M5S)*. Signor Presidente, colleghi, il 7 agosto 2014 una società ha richiesto l'avvio dell'*iter* autorizzativo per un sito di trattamento rifiuti e annessa discarica nel Comune di Bergantino, in Provincia di Rovigo, con una serie di istanze alla Regione Veneto, alla Provincia di Rovigo, al Comune di Bergantino, all'ARPAV e al consorzio di bonifica Adige-Po.

La società, costituita *ad hoc* poche settimane prima, è denominata Bergantino Srl, ma in realtà ha sede a Treviso. Da una prima analisi l'amministratore unico risulta Maurizio Biasuzzi, indagato con Coin della Geo Nova SpA, del gruppo Geo Holding srl, attiva nel trattamento, recupero e smaltimento di rifiuti, per non aver avvisato la Provincia che stava gestendo rifiuti in una cava del pordenonese. Secondo la stampa, per oltre un decennio, a cielo aperto, senza autorizzazione, avrebbero accatastato anche rifiuti pericolosi (amianto, in particolare).

I cittadini di Bergantino già hanno subito l'insediamento di una precedente discarica a ridosso del

proprio confine ed hanno costituito questa volta il comitato SAT (salute ambiente e territorio) e incaricato un collegio di esperti in materia idrologica, idrogeologica e giuridico-ambientale. Hanno circostanziato una richiesta agli organi competenti di pronunciarsi negativamente sulla compatibilità ambientale, rigettare il progetto e negare l'autorizzazione integrata ambientale.

Il gigantesco insediamento (164.500 metri quadrati per 990.000 metri cubi di rifiuti) potrebbe infatti impattare altri otto Comuni e le stesse Province di Rovigo, Mantova e Verona. Benché nominalmente indicato per rifiuti non pericolosi, gestirebbe rifiuti contenenti amianto e altre 174 tipologie di sostanze pericolose, quali metalli pesanti e solventi organici, derivanti da processi elettrolitici e della lavorazione dell'amianto, dalla produzione di cemento, pastiglie per freni, materiali isolanti, ceneri pesanti, scorie e polveri di caldaia, prodotte da coincenerimento che possono contenere sostanze pericolose per la salute come il piombo, il cadmio, il vanadio e l'arsenico.

Preoccupano le possibili fuoriuscite di fumi, gas, vapori maleodoranti e particelle fini di sostanze cancerogene, durante il trasporto e le varie fasi di lavorazione: circa 300 tonnellate al giorno per oltre 10 anni. Ma non basta.

La discarica verrebbe posizionata in terreni con disomogeneità tra zone argillose e zone sabbiose e soggetti a cedimenti che, amplificati dalle vibrazioni prodotte dai processi di trattamento previsti, possono causare la vera e propria rottura di parti della discarica, in presenza di falde sotterranee molto superficiali, talvolta anche di pochi centimetri.

La zona è dichiarata esondabile o a ristagno idrico dal Piano territoriale di coordinamento provinciale della Provincia di Rovigo. Peraltro, in seguito ai terremoti del 20 e del 29 maggio 2012, Bergantino è stato riconosciuto Comune danneggiato.

Sollecito dunque i Ministri competenti a rispondere all'interrogazione 4-03060 di cui sono primo firmatario in materia. Sono a conoscenza di questi fatti? Quali iniziative intendono adottare per il monitoraggio della procedura autorizzativa e per il coinvolgimento della popolazione nel processo decisionale ai sensi della Convenzione di Aarhus? Chiedo infine se intendano richiedere lo studio di valutazione di impatto salute, attualmente mancante.

PRESIDENTE. Colleghi, sospendo la seduta fino alle ore 15.

(La seduta, sospesa alle ore 13,46, è ripresa alle ore 15).

Presidenza della vice presidente LANZILLOTTA

Ripresa della discussione del disegno di legge n. 1428-B
e della questione di fiducia (ore 15)

PRESIDENTE. Dichiaro aperta la discussione sulla questione di fiducia.

È iscritto a parlare il senatore Crosio. Ne ha facoltà.

CROSIO *(LN-Aut)*. Signora Presidente, vorrei fare innanzitutto un'analisi. Purtroppo ancora una volta questo Governo, ahimè, Governo che non è presente in Aula, Presidente...

PRESIDENTE. Senatore Crosio, la prego di interrompere il suo intervento, perché il Governo deve essere presente.

Sospendo quindi la seduta per cinque minuti, in attesa del Governo.

(La seduta, sospesa alle ore 15,01, è ripresa alle ore 15,04).

La seduta è ripresa.

Prendiamo atto che il Governo è presente in Aula, per cui, senatore Crosio, può riprendere il suo intervento.

CROSIO *(LN-Aut)*. Signora Presidente, ringrazio il Governo che è arrivato in Aula. Eravamo preoccupati. Signor Ministro, la saluto. Non siete ancora caduti? Non le sto portando male, signor Ministro. Non sono un gufo.

A parte le battute, signor Ministro, con rammarico devo prendere atto che ancora una volta abbiamo una fiducia. Non posso vantare un'esperienza parlamentare molto lunga: sono in Parlamento dal 2008 e nella precedente legislatura ero membro della Camera e sostenevo il Governo Berlusconi, che era tacciato come il Governo che governava grazie alle fiducie. Ma siccome in questo Paese non c'è mai limite al peggio, arrivò l'origine di tutti i mali, il Governo Monti, che di fiducie ne mise molte e tirò a campare a suon di fiducie. E pensavamo sinceramente di aver visto l'apice della pochezza parlamentare. Purtroppo dobbiamo prendere atto, signor Ministro, che il vostro Governo riesce a governare, o comunque cerca di governare, solo ed esclusivamente con la fiducia.

Lei questa mattina ha posto la questione di fiducia. Tra l'altro, mi permetta di dire - non so se esiste un *bon ton* all'interno del Parlamento - che fare la replica senza neanche sedersi e mettere la questione di fiducia con tanta *nonchalance* - ripeto che non ho una grande esperienza parlamentare - non si era mai visto, però c'è sempre una prima volta nella vita.

La cosa che sembra molto palese, signor Ministro, è che effettivamente voi siete fuori dalla realtà. Avete occupato i *media*, avete occupato il dibattito politico del Paese sul teatrino dell'articolo 18. A nostro giudizio, con tutto il rispetto per l'articolo 18 - ci mancherebbe - è questo un chiaro tentativo di distogliere l'interesse del Paese e degli operatori economici dalla vera realtà, dalla vera esigenza del nostro Paese, che è quella di avere più lavoro, lavoro serio e certo, e non un dibattito surreale sull'articolo 18.

Come dicevo, siete veramente fuori dalla realtà, dal nostro punto di vista. Quotidianamente stiamo assistendo, purtroppo, a situazioni che ci preoccupano e credo debbano preoccupare tutto il Parlamento. Sono uscite notizie sulle agenzie di stampa in merito ad alcuni tafferugli avvenuti oggi - non abbiamo avuto modo di vederli con i nostri occhi - ancora sulla questione. Qualcuno voleva addirittura entrare in Senato per dimostrare la propria preoccupazione. E mi limito a dare la notizia senza dire le ragioni e i torti. Qualcuno avrà ragione, qualcuno avrà torto, qualcuno avrà più ragione e qualcuno avrà più torto; non lo so. Ma una cosa è certa, signor Ministro: abbiamo già visto qualche settimana fa e rivediamo ancora una volta che in questo Paese corriamo sempre più il rischio - ripeto, a prescindere dalla ragione e dai torti - che dei lavoratori manganellino altri lavoratori, e questo purtroppo non va bene, non va assolutamente bene, signor Ministro. C'è qualcosa che non va.

Siete fuori dalla realtà, dicevo. Signor Ministro, non la conosco personalmente, se non per quello che posso leggere circa il suo passato, però le garantisco che nel mio mandato rappresenta una priorità il fatto di essere sul territorio e di mettere al centro della mia azione politica le esigenze del territorio. E mai come adesso, signor Ministro, io, che provengo da una delle Province che in questi giorni è stata classificata ancora come una delle più virtuose, una di quelle in cui si vive bene (la quarta o la quinta Provincia, Sondrio), mi ritengo sufficientemente maturo per affermare che una situazione come quella contemporanea non si era mai vista.

Ciò che mi lascia ancora più perplesso - e voglio approfittare della sua presenza per sottolineare un aspetto a mio giudizio molto importante, ma che passa sempre in cavalleria in questo Parlamento sia alla Camera che al Senato - è il fatto che una delle più grandi aziende lombarde si chiama Canton Ticino, che impiega in questo momento più di 62.000 persone nel settore dell'edilizia ed in altri. E, viva Dio, per fortuna che in questo momento di crisi abbiamo il Canton Ticino, con tutte le difficoltà relative alla cannibalizzazione in atto in questo momento da parte della Confederazione elvetica con riferimento alle nostre eccellenze per quanto riguarda imprese, aziende e industrie.

Ma l'aspetto che mi preoccupa, dal momento che da venti anni mi occupo di lavoratori frontalieri, è che mai come in questo momento il nostro Paese è stato così lontano dalla Confederazione elvetica nei rapporti politico-istituzionali.

Poco tempo fa abbiamo assistito a uno screzio pesante tra il nostro Ministro dell'economia e la Ministra dell'economia della Confederazione elvetica, che ci ha lasciato veramente perplessi. Ma forse non sapete, signor Ministro, che i nostri 62.500 frontalieri, che quotidianamente si fanno «un mazzo tanto» per andare a guadagnare il pane oltre confine, in virtù di scelte, legittime, della politica, dei parlamentari e di alcuni partiti politici svizzeri, potrebbero subire in busta paga una diminuzione

sensibile della retribuzione. Infatti, oggi hanno un moltiplicatore comunale per il calcolo delle imposte alla fonte pari al 78 per cento e nel prossimo futuro, in virtù di un disegno di legge - ripeto - legittimo, avranno un moltiplicatore pari al 100 per cento.

Ciò che ci lascia perplessi, signor Ministro, è il fatto che il nostro Paese su tale questione non sia intervenuto. I rapporti internazionali fra il nostro Paese e la Confederazione elvetica sono inesistenti. I nostri lavoratori sono senza protezione; anzi, le dirò di più, addirittura qualcuno vorrebbe rivedere gli accordi firmati nel 1972 in base ai quali si stabiliscono le aliquote per il trasferimento agli enti locali dei ristorni dei frontalieri... *(Il ministro Poletti parla con la senatrice Valdinosi).* Vedo che è distratto, Ministro; so che questo non le interessa, però credo sia una questione importante che sarà anche oggetto di rilevanti interrogazioni. Il problema è che qualcuno vuole andare a trattare anche sui ristorni dei frontalieri: si tratta di oltre 42 milioni di euro che vanno agli enti locali, che qualcuno vuole ritrattare; o peggio, che qualcuno al Governo centrale vuole utilizzare quale merce di scambio a livello internazionale, per una politica non ben precisata, facendo altre trattative. Ebbene, le posso dire che noi su questo non ci stiamo: noi vogliamo vigilare su questa questione, che è troppo importante. Forse non vi rendete conto di cosa... *(Il microfono si disattiva automaticamente).*

PRESIDENTE. Deve concludere il suo intervento, senatore Crosio.

CROSIO *(LN-Aut)*. Sì, signora Presidente.

Forse non vi rendete conto di quali sacrifici queste persone fanno, contrariamente a quello che qualcuno nel Governo centrale può pensare, per sbarcare il lunario.

Signor Ministro, ho colto questa occasione e la sua presenza, in virtù della sua storia, per farle presente una situazione che potrebbe anche degenerare. Pertanto chiedo a lei, al Ministro degli affari esteri e al Ministro dell'economia di fare qualcosa per riavviare il dibattito politico importantissimo fra il nostro Paese e la Confederazione elvetica, perché questa mancanza sta mettendo in ginocchio pesantemente 62.500 lavoratori di quella che, ripeto, resta una delle più grandi aziende ancora performanti della Regione Lombardia. *(Applausi della senatrice Munerato)*.

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore Bocchino. Ne ha facoltà.

BOCCHINO *(Misto-ILC)*. Signora Presidente, colleghe, colleghi, signor Ministro, l'apposizione della questione di fiducia sul provvedimento in discussione spazza via tutte le questioni di merito, alcune delle quali sono state introdotte durante la discussione generale ed affrontate negli emendamenti e negli ordini del giorno presentati sia dal sottoscritto che dai nostri colleghi in questa Camera.

Ci confrontiamo ancora una volta con un voto su un pacchetto chiuso, che non possiamo spacchettare, che non possiamo aprire, con dei risultati, tra l'altro, veramente incredibili. Poco fa, entrando in Senato, si aveva la sensazione di entrare in un posto blindato: questo luogo, al momento, è circondato completamente dalla polizia e poter passare ed entrare dobbiamo esporre il nostro tesserino per indicare agli agenti presenti che siamo dei senatori.

Tutto ciò lascia veramente una sensazione di amaro in bocca. Questo luogo, il Parlamento, che dovrebbe essere la casa degli italiani, dei cittadini, è invece in questo momento distante da essi. Ci sono imponenti manifestazioni in corso ed è veramente amaro considerare che il voto di fiducia sul provvedimento cosiddetto *jobs act* si traduce di fatto in un problema di ordine pubblico: questa discussione infatti ha generato un problema di ordine pubblico.

Credo che tutto ciò debba far riflettere. Il Governo, che in sostanza ci propone questo provvedimento, credo debba riflettere sulla direzione che sta prendendo questo Paese. Il voto sulla questione di fiducia ripropone ancora una volta il voto sul modello di Paese, visto che non possiamo entrare nel merito delle singole misure contenute nel provvedimento, alcuni delle quali sono anche buone. Il voto di fiducia ci pone davanti una questione più generale, per dire sì o no a un modello di sviluppo, un modello di Paese che essenzialmente tende a scaricare sui lavoratori, quindi sulle persone, i costi di una crisi economica. Tutto il discorso sull'articolo 18 verte esattamente su questo, su un modello a mio parere eticamente inaccettabile. Per questo motivo il voto di fiducia mi troverà fermamente contrario.

Fra tutte le questioni che questo voto di fiducia spazza via, signor Ministro, ve n'è una che vorrei

menzionare nel mio intervento, ed è essenzialmente il rapporto tra l'Agenzia nazionale per l'occupazione e l'ISFOL. Vede, signor Ministro, la decisione da parte vostra di toccare l'articolo 18 è legittima, così come tutte le altre decisioni contenute nel provvedimento in esame, nel senso che una maggioranza può prendere tutte le decisioni che ritiene più opportune, se vengono votate dal Parlamento. Non contesto dunque la legittimità del vostro operato. Quando però queste decisioni vengono formate e maturano trascurando un pezzo importante, ovvero l'attività di consulenza al Governo portata avanti da un ente pubblico di ricerca come l'Istituto per lo sviluppo della formazione professionale dei lavoratori (ISFOL), comincio a pensare che qualcosa veramente non funzioni. Penso che la politica in generale, non solo nel campo del lavoro, abbia una ritrosia nell'accettare il lavoro dei ricercatori e le conclusioni scientifiche a cui essi giungono e ad accettare la loro voce, considerandola quasi come fosse una voce di parte. Ebbene, non è così: in realtà la scienza non è di parte, ma mira all'avanzamento delle conoscenze; non c'è una scienza di destra o di sinistra: c'è la «scienza», che ha le sue regole e i suoi meccanismi di monitoraggio e di controllo, che sono universalmente ed internazionalmente riconosciuti.

Ebbene, questo ente pubblico di ricerca, come ho avuto modo di sottolineare nel mio intervento in discussione generale in occasione della prima lettura del *jobs act* in Senato, dà un'indicazione completamente diversa sulle iniziative che la politica dovrebbe portare avanti per rilanciare il mercato del lavoro. Riassumo per sommi capi, per non ripetermi: la cosiddetta flessibilità in uscita non ha nulla a che vedere con il rilancio del mercato del lavoro. Altre considerazioni dovrebbero essere fatte: ad esempio, lo studio dell'ISFOL, realizzato alla fine del 2013 con soldi pubblici e commissionato dallo stesso Ministero del lavoro, ci dice che dovremmo badare di più a creare le condizioni affinché gli imprenditori siano laureati o abbiano un alto livello di istruzione, perché sono le imprese i cui imprenditori sono laureati a competere meglio in un mercato del lavoro ormai globalizzato e che vede la delocalizzazione dei lavori a basso contenuto di conoscenza come fenomeno imperante. Dovremmo dunque puntare sull'istruzione dei lavoratori e degli imprenditori, attraverso investimenti in istruzione, ricerca e sviluppo, ma non c'è nulla di tutto ciò nel *jobs act*.

Ancora una volta la politica ha trascurato le indicazioni che vengono da un ente pubblico di ricerca. Le vostre decisioni in merito, signor Ministro, sono legittime - l'ho già detto prima - ma il fatto che non sia stata ascoltata questa voce, pure riconosciuta dal Ministero del lavoro (l'ISFOL è infatti un ente pubblico di ricerca vigilato da tale Ministero), va di pari passo con l'incerta sorte di questo ente. Nel *jobs act* vi è infatti un articolo che, insieme alla costituzione dell'Agenzia nazionale per l'occupazione, getta un'ombra sul futuro dell'ISFOL. Non è chiaro se tale Agenzia assorbirà i compiti dell'ISFOL. Tra l'altro, ricordo che l'Agenzia non è un ente pubblico di ricerca, ma è e deve essere - in questo caso potrei anche essere d'accordo con la costituzione di tale Agenzia - un braccio armato dell'amministrazione. L'Agenzia, però, non è un ente pubblico di ricerca, che deve essere indipendente e terzo. Questa è la ricerca e questi sono i ricercatori: ricordiamo a tal proposito la Carta europea dei ricercatori.

Ebbene, sul *jobs act* aleggia un'ombra, che non si è ancora dissolta. È in corso una riunione, proprio oggi, per stabilire i rapporti fra l'Agenzia nazionale per l'occupazione e l'ISFOL. La posizione della questione di fiducia porta via con sé una discussione che ritengo sarebbe stata sana ed opportuna, che avremmo fatto in quest'Aula, in occasione della discussione degli ordini del giorno e degli emendamenti, su quello che deve essere il ruolo rispettivamente dell'ISFOL e dell'Agenzia nazionale per l'occupazione. Signor Ministro, la discussione di questo tema molto importante, che ha a che fare con il ruolo della scienza nelle decisioni della politica, viene sottratta a quest'Aula e anche per questo motivo non voterò la fiducia.

Vorrei concludere il mio intervento semplicemente auspicando, signor Ministro, che si superi questa incertezza che rimane nel *jobs act*. È vero che il *jobs act* non dice che l'ISFOL sarà abolito, me ne rendo conto; ma non dice neanche che l'ISFOL continuerà ad essere quell'ente pubblico di ricerca necessario al Ministero per valutare le sue politiche del lavoro e studiarne le ricadute nel tessuto sociale e del mercato del lavoro. Questo è il compito dell'ISFOL. Lo deve fare in modo indipendente e

terzo, perché serve sostanzialmente a voi, ma anche a noi e a tutto il Paese valutare questo aspetto in maniera terza ed indipendente.

Signor Ministro, chiudo il mio intervento dicendo che avete sottratto all'Aula il dibattito sull'ISFOL. Avevo presentato un ordine del giorno al riguardo su cui il Governo e l'Aula dovevano esprimersi. Questo voto di fiducia travolge questa discussione, per cui non posso fare a meno che chiudere questo intervento auspicando che voi stessi, proprio sfruttando le maglie larghe che il *jobs act* lascia nella vicenda dell'Agenzia e dell'ISFOL, riconosciate a pieno la natura positiva di un ruolo di un ente pubblico di ricerca qual è l'ISFOL e conseguentemente abbiate ben in mente la sorte dei 252 ricercatori precari. Ogni lavoro ha una sua dignità, ma questi 252 ricercatori, che dovrebbero essere la forza propulsiva di questo Paese, fino ad ora...

PRESIDENTE. Dovrebbe concludere, senatore Bocchino.

BOCCHINO *(Misto-ILC)*. Sto concludendo.

Dicevo che questi ricercatori hanno garantito la ricerca e con loro si garantisce il *core business* degli enti pubblici di ricerca. Spero che voi teniate bene a mente il ruolo dell'ISFOL e la sorte di questi lavoratori che fino ad ora hanno mantenuto uno *standard* internazionale di eccellenza per questo ente di ricerca.

PRESIDENTE. È iscritta a parlare la senatrice Paglini. Ne ha facoltà.

PAGLINI *(M5S)*. Signora Presidente, signor Ministro, mi scuso se magari non sarò troppo tecnica in questo mio intervento.

Innanzitutto, per la prima volta mi trovo in fortissimo imbarazzo, perché per entrare qua dentro ho dovuto mostrare il mio tesserino da parlamentare a una prima cortina di poliziotti; poi ho dovuto farlo ad una seconda cortina di poliziotti; e poi ancora ad una terza. Mi chiedo se questa è una cosa normale, mi chiedo se il Parlamento, che dovrebbe essere la casa degli italiani, è un luogo destinato a pochi, a intimi e mi chiedo perché, quando sono uscita invece, non ho vissuto nessuno in giro per le strade. Ho visto che le camionette non lasciavano neanche lo spazio per consentire ad una persona di passare. Ho visto centinaia di poliziotti vestiti con le tutte antisommossa e non capivo perché. Le strade erano deserte. Allora, mi sono allontanata e sono andata oltre, fino ad arrivare a largo di Torre Argentina, dove ho trovato un gruppo di persone semplici. Ho trovato lavoratori, disoccupati, studenti e giovani senza futuro che forse volevano venire qui dentro a dire questa cosa e nessuno glielo può permettere perché non si può; questo è un *club* privato e mi chiedo: cosa sono qua dentro? Devo essere parte di un *club* dove faccio quello che mi impone una persona o sono una persona che porta qua dentro la voce del popolo? Io sono quella! Noi dobbiamo essere quelli che portano la voce del popolo! Il popolo dovrebbe essere qua tutti i giorni nelle tribune a dire quello di cui ha bisogno. Se le persone vengono tenute lontane, qualcosa non va, Ministro. Vuol dire che c'è una discrepanza enorme tra quello che noi facciamo qui e i bisogni reali! Questo io lo sento dentro e non so se lo sente dentro l'altra parte dell'Aula, quella che c'è e quella che non c'è, quella che ho visto che ha già pronti i *trolley* e i cappottini per andare stasera nei loro territori! Cosa ci va a fare? A rispondere ai bisogni della gente? La gente è qua fuori! Non serve andare lontano: basta fare al massimo 500 metri!

E tutti stanno dicendo che questa delega lavoro li renderà ancora più schiavi, ancora più arrabbiati, e inizierà una guerra tra poveri, dove ci si scannerà, Ministro, perché la precarietà fa questo effetto. Fa diventare le persone paurose: hanno paura di morire di fame. È questo che si scatena. Siamo come animali: abbiamo bisogno di mangiare e, quando non si ha da mangiare, si diventa cattivi e violenti. Volete questa società? Una società di persone violente?

E voi tutti qui, arroccati in questa cittadella, tutta protetta dalla polizia! Anche loro sono sfruttati, con paghe da fame, correndo dei rischi! Voi mettete contro queste persone! Questa è la vostra politica: *divide et impera*! E anche il corteo era diviso in più parti perché, mentre un corteo intero fa paura, un gruppetto, diviso da poliziotti o da camionette, si riesce a gestire meglio.

Ebbene, sappiate che questa formuletta del *divide et impera* sta andando sempre meno avanti, perché il risultato di queste ultime elezioni, con la gente che non va più a votare, dà una risposta: ha capito che i

voti li state usando! Voi chiedete i voti e poi questo *club* fa quello che interessa al *club*, e non dà risposte e chi è fuori. Altrimenti, le persone entrerebbero qui per dirci grazie per aver risposto ai loro bisogni.

Abbiamo fatto una conferenza stampa poco fa, noi del Movimento 5 Stelle, dove abbiamo dato una soluzione: si chiama reddito di cittadinanza, e potrebbe far sì che le persone capiscano che qui c'è chi lavora per loro. Perché noi vogliamo che le persone abbiano risposte e che sia garantita loro una vita dignitosa, senza paura del domani e senza precarietà, Ministro. La precarietà che questo *jobs act*, questa riforma del lavoro tutta *tweet* e *spot*, non dà. Essa non dà null'altro che le risposte a voi. E le conosciamo tutti quanti le risposte che si verificano. Ieri Roma è stata praticamente rasa al suolo... *(Il microfono si disattiva automaticamente)*.

PRESIDENTE. Senatrice Paglini, la invito a concludere.

PAGLINI *(M5S)*. Sì, signora Presidente, concludo.

Trentasette arresti fanno capire che le amministrazioni sono marce, che i Comuni sono amministrati da persone marce, infilate nel sistema con tutte le mani e i piedi! Noi dobbiamo dare l'esempio e far sì che un fatto del genere non possa più essere!

Signor Ministro, dica per favore a chi di dovere di fermarsi in tempo, perché noi qui siamo 315, mentre le persone sono milioni. Come li terremo fermi? Andiamo con loro nelle manifestazioni, ascoltiamoli veramente e diamo loro le risposte di cui hanno bisogno! *(Applausi dal Gruppo M5S)*.

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore Candiani. Ne ha facoltà.

CANDIANI *(LN-Aut)*. Signora Presidente, signor Ministro, siamo a una nuova fiducia. Questo è l'unico atto di cui, oggettivamente, valga la pena parlare. È chiaro che, arrivando alla terza lettura, la seconda in Senato, il Governo non può permettersi ulteriori perdite di tempo. Mettiamola così, in maniera molto pratica.

Ciò che ci amareggia è che il dibattito parlamentare ne viene stravolto. Si punta, ovviamente, verso una direzione che non consente, attraverso la posizione della questione di fiducia, di dibattere sugli emendamenti ma neanche sugli ordini del giorno, se non attraverso questo dibattito che, in effetti, è incentrato sulla questione di fiducia più che sul contenuto del *jobs act*.

Ci sfugge quale sia la ragione che porta il Governo ad avere tanta difficoltà a coniugare le esigenze delle differenti parti sociali in campo. È ovvio che oggi in piazza non si sta esprimendo il Paese perbene (al contrario di ciò che dice Landini). Io mi auguro, infatti, che non ci siano tafferugli e sommosse e dico che certamente il Paese non può esprimersi attraverso una piazza violenta. Ma è altrettanto vero che il Governo ha il dovere di ricercare, nel dibattito parlamentare, la sintesi di tutte le posizioni, non trascurandone alcuna, anche quella più antitetica, diametralmente più opposta ai propri intendimenti.

Signor Ministro, è difficile negare che questa strada il Governo l'abbia molto poco percorsa. Lo abbiamo visto questi giorni qui in Commissione, lo abbiamo visto alla Camera, lo abbiamo visto precedentemente sempre qui al Senato e lo vediamo ancora oggi con l'imposizione della fiducia. Non c'è possibilità di andare ad esaminare le proposte che abbiamo fatto e gli emendamenti. E sugli ordini del giorno, oggi sappiamo che il nostro sistema parlamentare porta quasi a dire che l'approvazione di un ordine del giorno non si nega a nessuno; ma mi consenta il Presidente di auspicare un po' più di serietà, per suo tramite, da parte del Governo: se si prendono impegni, che siano mozioni o ordini del giorno, che siano non un *pro forma* da mettere nel cassetto, ma una cosa seria, su cui poi dare risposte al Parlamento. Qui infatti - e lo dico anche riferendomi all'intervento di chi mi ha preceduto - ci stanno i rappresentanti dei cittadini; le istanze che qui dentro vengono poste debbono essere considerate in maniera seria, proprio per evitare che tali istanze, non trovando risposta in una sede parlamentare, si sfoghino poi nelle piazze.

Qualcuno oggi avrebbe votato e voterà in maniera differente da come avrebbe votato con una votazione segreta e anche questo è sintomo di una maggioranza che non ha un equilibrio al proprio interno, ma che governa le circostanze con il bastone e con la promessa della purga alle prossime

elezioni, nella composizione delle liste elettorali. È chiaro, signor Ministro, che da questo il dibattito parlamentare sia mortificato e non vorrei che questa fosse una strada di comodo ormai presa: non c'è settimana nella quale non ci sia un'imposizione di questione di fiducia, non c'è settimana nella quale la discussione, alla Camera o al Senato, non sia troncata da tale imposizione. Noi riteniamo che questa non sia una strada che porta ad una condivisione democratica.

Sul contenuto del provvedimento molto è già stato detto, vorrei però soffermarmi su una questione: il lavoro che cos'è? Sa qual è il paradosso, signor Ministro? Che la nostra Costituzione si apre indicando il lavoro come il principale elemento fondante la nostra Repubblica e poi, invece, è uno di quei valori che maggiormente viene tirato da una parte e dall'altra, come fosse di parte. Come dire che la giustizia è di destra e l'ingiustizia è di sinistra, che gli onesti sono a destra e i criminali sono a sinistra, che il lavoro sta dalla parte degli operai e dall'altra parte ci sono le imprese, che tolgono il lavoro agli operai. Questa impostazione, purtroppo ancora ideologica, l'abbiamo vista riemergere qui in Parlamento e questo non va bene, perché è un altro elemento che porta le piazze in una direzione sbagliata.

Se si parla di lavoro bisogna anche in questo caso togliere di mezzo un inganno: non è modificando le regole del licenziamento piuttosto che le modalità di assunzione che si crea più lavoro. Il lavoro lo si crea generando investimenti nel Paese ed economia, evitando che le imprese italiane spostino la loro sede produttiva all'estero. E non voglio neanche pensare ad un sistema che costringa chi produce là dove il sistema fiscale è diventato insostenibile; al contrario, auspico un sistema che si renda conto che il lavoro lo si può creare solo se le condizioni di produzione in questo Paese torneranno ad essere concorrenziali rispetto ai nostri competitori.

Abbiamo affrontato le situazioni più disparate, come stiamo vedendo ancora in questi giorni. Penso ad alcuni casi che ritengo emblematici e certamente uno è quello delle acciaierie di Terni: oggi anche la grande industria italiana dipende inevitabilmente da scelte di soggetti al limite del monopolio non italiani, con situazioni dominanti che obbligano le parti ad inchinarsi rispetto a scelte che poi portano disoccupazione.

Se ThyssenKrupp chiuderà l'attività produttiva in Italia sappiamo che sarà per andare a produrre altrove, dove è meno costoso e più conveniente, e dove si avrà una remunerazione più alta. Cosa resta da fare allora? Semplicemente aprire il paracadute sociale per ammortizzare l'espulsione degli operai dal mondo del lavoro.

Questa non è una soluzione, può essere un cerotto, un tampone: la soluzione sta nel fare in modo che nuovi imprenditori aprano un'attività produttiva e se un'industria se ne vuole andare per proprio interesse vada pure, ma in Italia si continua a produrre. Ma se la nostra energia elettrica costa il 40 per cento in più di quanto costa in Germania o se i nostri operai in busta paga hanno la metà di quanto costano all'impresa il sistema non funziona.

Signor Ministro, liberiamoci dall'illusione che con il *jobs act* e con le deleghe che il Governo attuerà possano crearsi posti di lavoro. Si creerà sicuramente più fluidità nel mondo del lavoro, ma il posto di lavoro, quello che produce ricchezza, lo si crea solo stimolando gli investimenti, e penso innanzitutto a quelli italiani. Ministro, lo dico a lei che è persona di buonsenso perché lo riferisca anche al Presidente del Consiglio: non siamo mica il Katanga o il Burundi. Non dobbiamo mica auspicare che arrivino investimenti dall'estero per elevare il nostro livello sociale ed economico rispetto al Terzo mondo.

Il nostro è un Paese che ha aperto la strada, quanto a pionieri industriali. Oggi però siamo un Paese piegato dalla finanza. Se il nostro mondo del lavoro non ragiona più in termini di occupazione e di come si fa impresa e l'impresa che viene presa ad esempio è quella che fa finanza (penso alla FIAT) dove vogliamo andare? Ma qual è il nostro futuro?

È su queste cose che bisogna essere intellettualmente onesti. Non si può indicare alla gente una fotografia con Marchionne per dire che quello è l'esempio da seguire, perché stiamo parlando di un'impresa che, dopo aver preso per decenni contributi dalla fiscalità generale, ha trasferito la propria sede fiscale in Olanda, la propria sede amministrativa a Londra, è quotata alla borsa di New York e ha attività produttive dappertutto ma praticamente nulla in Italia.

La nostra forza è sempre stata nell'attività produttiva di base, quella degli artigiani, quella degli imprenditori, delle piccole e medie imprese, quella dei commercianti, quella di chi investe del proprio, ha fiducia nel futuro e continua ad investire il reddito che deriva dalla propria attività, e non lo usa per i fine settimana. È su questo che il Governo deve investire. Allora si creeranno i posti di lavoro. Altrimenti, si possono modificare tutte le regole che si vuole: si renderà ancora più fluido il mercato del lavoro, ci saranno giovani che verranno assunti, partite IVA che si apriranno e si chiuderanno a seconda della convenienza, ma non si creerà una nuova economia che ci riporti a dare fiducia e ad avere prospettive di sviluppo economico.

Signor Ministro, il rischio è di essere sempre più vincolati e schiavi di un sistema impostato alla finanza e non all'economia e al lavoro, e noi non condividiamo scelte solo d'immagine che non guardano a questa sostanza. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut)*.

PRESIDENTE. È iscritta a parlare la senatrice Favero. Ne ha facoltà.

FAVERO *(PD)*. Signora Presidente, desidero innanzitutto ringraziare tutti i colleghi e il presidente dell'11a Commissione, il senatore Sacconi (al quale rivolgo un augurio di un pronto ristabilimento), il ministro Poletti e il sottosegretario Bellanova che ci ha accompagnato nei nove mesi di lavoro su questo provvedimento che oggi approda in Aula per la discussione.

Attualmente crisi e disoccupazione rappresentano drammatiche emergenze. Di fronte alle varie forme di lavoro (dipendente, precario, nero o autonomo) è necessario che ci chiediamo che cosa sia effettivamente il lavoro e quale sarà il futuro delle nuove forme di produzione di beni e di servizi.

Il fondamento della Repubblica vacilla nel momento presente sotto colpi di diseguaglianze inaccettabili: la drammatica espulsione di ultraquarantenni, il 43 per cento di disoccupazione giovanile, la precarietà imposta come amaro destino di una generazione, i nostri giovani schiacciati tra la fine di alcuni mestieri e la chiusura dei mercati. Ma sono sempre i nostri giovani le miniere di speranza che la scuola, la formazione devono e possono assolutamente far fiorire.

Quale riforma allora, andando oltre l'individualismo liberista, che non si prende cura dell'altro e delle sue ferite? Occorre estendere garanzie agli esclusi, ai precari, ai giovani sfidando poteri forti, tabù e privilegi.

Di nuovi lavori, di nuove tutele parliamo da anni nei nostri convegni, nei nostri editoriali, in miriadi di dichiarazioni politiche. Fa impressione riascoltare le parole di Massimo D'Alema di quasi vent'anni fa, del 1997, quando affermava: perché questa società più aperta non generi insicurezza bisogna rinnovare profondamente gli strumenti della contrattazione e «costruire nuove e più flessibili reti di rappresentanza e di tutela». In caso contrario «rappresenteremo soltanto un segmento del mondo del lavoro, quello che sta in mezzo, fra chi è sufficientemente bravo per negoziare da solo e chi, in basso, vive di lavoro nero, non tutelato e precario. Ma quelli che stanno in mezzo sono sempre di meno». Ripeto: sono sempre di meno. Acutezza e lungimiranza.

Ma cosa abbiamo fatto? L'ho ricordato nel mio precedente intervento in Aula, quando approvammo in prima lettura questo provvedimento: il Governo Renzi ha l'obbligo - ripeto: l'obbligo - di mettere mano ad una riforma di sistema, che colmi i vuoti del passato, ma senza ripercorrerne gli errori.

Il cuore della riforma del lavoro è il nuovo contratto a tutele crescenti e non l'articolo 18, cui con strabismo si è guardato discutendo in questo periodo. E' questa la risposta che dobbiamo dare ad un mercato che ha perso un milione di posti dal 2008 al primo semestre di quest'anno e dove i contratti *standard* tra gli *under* 35 si sono ridotti del 33 per cento.

Il *jobs act* offre uno schema di costi/benefici che punta alla stabilizzazione dei rapporti di lavoro, perché è solo con contratti più stabili che si accresce il capitale umano. Con gli impieghi stabili si ha il 40 per cento di probabilità in più di ottenere offerta formativa e riqualificazione professionale nel corso di una carriera lavorativa. Le aziende devono tornare ad investire anche in capitale umano per colmare quel *deficit* di investimento complessivo: la spesa per investimenti privati - ahimè - è passata dal 21 per cento del PIL del 2008 all'11,6 per cento attuale. Si tratta di 80 miliardi perduti ogni anno.

Dice l'economista Tommaso Nannicini, consigliere di Palazzo Chigi: «È vero, con l'ingegneria dei

contratti e dei rapporti di lavoro non si crea occupazione. Ciò non toglie, però, che sia utile superare i bizantinismi e le iniquità delle nostre regole e delle nostre politiche del lavoro. Nei prossimi anni, la nostra economia dovrà attraversare un profondo processo di trasformazione: lavoro e capitale dovranno spostarsi da settori poco produttivi ad altri più produttivi. Le nuove regole del mercato del lavoro dovranno aiutare questo sforzo di aggiustamento, senza farne pagare il conto ai soli lavoratori più deboli».

Per questo il Governo ha giustamente fretta di intervenire; con un tasso di disoccupazione che ha raggiunto livelli storici, non possiamo perdere altro tempo in convegni o tavoli. Tre sono, a mio giudizio, i capisaldi della legge che ci apprestiamo a votare e che merita la fiducia: la fiducia non solo della maggioranza, ma anche della minoranza.

Il primo è il nuovo contratto a tutele crescenti, che è concepito per essere il rapporto *standard*, quello più utilizzato in un mercato che coniughi dinamismo e protezione dei lavoratori sul mercato; un contratto che riduca l'incertezza giudiziaria in tema di licenziamenti e faccia in modo che le imprese che hanno bisogno di aggiustare la propria forza lavoro paghino un indennizzo monetario. Ci sono disuguaglianze tra i lavoratori: mentre un parasubordinato ha diritto ad un massimo di 20 giorni per la malattia, uno che lavora nella pubblica amministrazione per le cure ha 36 mesi. Queste sono disuguaglianze (sono state ricordate quelle sulle donne).

Il Governo sta attuando due azioni parallele, da un lato riducendo il costo del lavoro di 8.000 euro l'anno per i nuovi contratti a tempo indeterminato, dall'altro eliminando le rigidità normative sul contratto a tempo indeterminato.

Concludo ricordando le parole del Papa, che, pochi giorni fa, sulle politiche del lavoro, ha affermato che si devono trovare nuovi modi per coniugare flessibilità del mercato e necessaria stabilità e certezza delle prospettive di impiego, indispensabili per lo sviluppo umano dei lavoratori.

Questo provvedimento, con i decreti legislativi successivi, è quella riforma necessaria, quel primo passo in direzione di un cambiamento nel Paese, insieme alle riforme della scuola, della giustizia, della pubblica amministrazione, del fisco, del Senato delle autonomie, della riforma del Titolo V della Costituzione e della legge elettorale. *(Applausi dal Gruppo PD)*.

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore Gaetti. Ne ha facoltà.

GAETTI *(M5S)*. Signor Presidente, signor Ministro, vorrei ritornare sulla questione che ho trattato nel mio intervento in discussione generale, sollevando la criticità del comma 7, lettera *e*), per le preoccupazioni che insorgono per lo smantellamento del sistema dei controlli dell'INPS e dell'INAIL e l'istituzione di una nuova Agenzia ispettiva unica.

Tale preoccupazione è dettata dal fatto che oggi i sistemi dei controlli funzionano. Questo non lo dico io, ma la Corte dei conti, che evidenzia come l'anno scorso - nel 2013 - siano stati recuperati 1.200 milioni e come ogni ispettore, facendo la media degli ultimi dieci anni, ha introitato 9,8 milioni di euro.

In un libro che racconta degli sprechi degli italiani, dice che non c'è funzionario pubblico che renda allo Stato quanto rendono gli ispettori dell'INPS. Tutto quello che viene smantellato per farlo meglio, in realtà va peggio. Qui potrei ricordare il controllo i colleghi medici dell'INPS, che andavano a verificare la veridicità dei certificati di malattia e che di fatto sono stati licenziati. A questo punto, non si capisce più come funzioni il loro lavoro, tant'è vero che in una mia interrogazione avevo chiesto di verificare i numeri e sapere di quanto sono aumentati i certificati e i giorni di malattia, non essendoci più il controllo.

Desidero ringraziare il senatore Ichino, che questa mattina mi ha ascoltato e mi ha risposto, ma la sua risposta non è, a mio modo di vedere, esaustiva, proprio per il fatto che questo sistema di controlli funziona e farlo funzionare ancora di più mi sembra una cosa davvero molto complicata.

Credo poi che non sia questa l'urgenza: che la vera criticità stia nel fatto che manca quella banca dati che è già prevista dal 2004, ma che non viene realizzata. Basterebbe aumentare questi controlli perché la situazione risultasse molto chiara.

Voglio concludere rinviando all'analisi dei dati forniti da alcuni esperti, di cui ho riferito nell'intervento in discussione generale al quale rinvio anche per le conclusioni, ovvero che lo smantellamento del sistema pensionistico italiano viene fatto per consegnare il risparmio previdenziale al capitalismo nostrano ed internazionale. Questa è la vera ragion d'essere di quella norma. *(Applausi dal Gruppo M5S)*.

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore Divina. Ne ha facoltà.

DIVINA *(LN-Aut)*. Signora Presidente, la ringrazio. Ministro Poletti, siete qui, per l'ennesima volta, a chiedere la fiducia al Parlamento. Vorrei porle una domanda che purtroppo non ha possibilità di risposta da parte sua: le azioni del Governo trovano una sintesi, un raccordo, un momento di regia comune? Noi abbiamo la netta impressione che la mano destra non sappia cosa fa la mano sinistra.

Qui portate una riforma del lavoro pensando che si risolvano le questioni della disoccupazione giovanile, e non solo, semplicemente con un provvedimento di natura legislativa. Non serve fare uno sforzo di memoria, ma basta spostare indietro di pochi giorni l'attenzione per dire che il Governo, che in questo momento vuole concludere la discussione sulla delega sul lavoro, ha messo in pista anche la legge di stabilità. Con la legge di stabilità si dice da una parte di voler fare in modo che si esca da questa recessione e da questa gravissima disoccupazione, particolarmente quella giovanile, ma dall'altra parte con la legge di stabilità si vanno a punire fortemente le imprese, chiedendo loro di pagare sul non reddito, sull'organizzazione del lavoro (IMU sui capannoni, implementata delle strutture interne, cioè dei macchinari). Le imprese non guadagnano, fanno fatica a sopravvivere, per lo più chiudono e non possono assumere, e cosa fa il Governo? Spreme tutto quello che può spremere, pretendendo che le aziende che possiedono dei capannoni al cui interno si trovino dei macchinari paghino delle imposte anche su quelli. Ma se quelle macchine sono ferme?

Un po' come per l'IRAP, si paga una tassa sull'organizzazione e non sul reddito. Noi abbiamo sempre detto e ribadiamo che la prima casa è una necessità e si va a punire ancora di più, con TASI e IMU aggiuntiva, il possesso della prima casa, che non dà reddito, ma dà protezione al nucleo fondante della nostra società, cioè la famiglia. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut)*. In più, si mantengono studi di settore che vanno a punire, anche qui presuntivamente, un reddito delle nostre imprese che non esiste più.

Che il Governo si raccordi! Se non vogliamo far chiudere tutto il sistema produttivo, dobbiamo partire da lì per far funzionare la macchina organizzativa, che sono le aziende, che sono le imprese. Se si affossa l'impresa, non servirà il *jobs act*, perché nessuno assumerà più nessuno.

Qui si inizia con il piede sbagliato. Ci si dovrebbe chiedere come si fa ad assumere le persone. Il Governo dice invece: come facciamo a licenziare più facilmente le persone? Andate fuori di qua, pochi metri fuori dal Senato, e chiedete ai sindacati cosa pensano e che tipo di partecipazione hanno avuto nell'elaborazione di questo testo, che è completamente privo di centro, anacronistico. Oggi il problema non è licenziare: oggi il problema è trovare un modo perché le imprese possano assumere. Un Ministro ci ha detto che è stata fatta una norma grazie alla quale chi assume i giovani per tre anni sarà defiscalizzato e non pagherà oneri. Non è una brutta norma, ma è una norma che non serve a niente, perché le imprese non assumono; anche se i giovani costassero zero, le imprese non possono assumere. Servono politiche industriali, politiche a sostegno e vorrei dire anche, in questo momento, politiche keynesiane. Sostituiamo la domanda privata, che non esiste, con domanda di lavoro e domanda di opere pubbliche.

È inutile andare a fare gli sciacquini, anzi gli zerbini in Europa. In Europa si va e si dice che, con l'austerità, la prima a chiudere sarà l'Italia, ma dopo l'Italia seguiranno tante altre Nazioni. Usciamo dalle politiche di austerità, che, come abbiamo visto, non servono assolutamente, se non ad indebolire ancora di più il nostro sistema. E noi, come italiani, dobbiamo aggiungere: se l'euro è tarato su quello che era il marco, se l'euro è tarato sull'economia tedesca, non può andar bene la stessa moneta per un'economia messa sul tappeto, messa all'estremo, messa alla gogna, cui forse rimane ancora qualche anelito. Non va bene l'euro?marco per un'economia in ginocchio qual è l'economia italiana; abbiamo il coraggio di dirlo. Tutti gli economisti, sette premi Nobel, dicono che un euro così forte per un'economia così debole è un massacro. E noi lo vediamo: abbiamo gli euro pesanti in tasca e andiamo

a comperare prodotti convenientissimi provenienti dall'estero, perché, se li comperassimo in Italia, compereremmo esattamente la metà di quei prodotti. È conveniente comperare all'estero; ma, a forza di comperare all'estero, non produciamo più nulla in Italia. E cosa sopravvive del sistema produttivo-economico italiano? *(Applausi dal Gruppo LN-Aut)*.

Ma il genio di Renzi, in questo momento in cui dovrebbe essere sostenuta la produzione italiana, ha deciso di ossequiare le sanzioni europee. Quelle poche aziende e imprese strutturate che riuscivano ad esportare sul mercato russo oggi si vedono bloccata anche quella possibilità. Esportavamo frutta, verdura, carne, latticini; un respiro per l'economia agroalimentare italiana, che invece è stata bloccata, perché noi dobbiamo sanzionare la Russia, dal momento che l'Europa ci ha detto che dobbiamo allinearci alle sanzioni europee. Benissimo. Chi ci ha rimesso? Il Paese che abbiamo sanzionato o noi, i sanzionanti? Economia a terra e poche esportazioni, anche quelle decapitate. Dall'altra parte, la Russia non sta ad aspettare che l'Italia cambi opinione e posizione o che l'Europa si ravveda. Ha guardato ad oriente e ha fatto un contratto con la Cina, in base al quale la Russia cede gas e petrolio, di cui la Cina ha bisogno, essendo un Paese in grandissima espansione, in cambio di tutti quei prodotti agroalimentari che noi abbiamo deciso di mettere al bando e di sacrificare.

Per inciso, noi importiamo il 49 per cento del gas dalla Russia; il 49 per cento non è il 50, ma è comunque quasi la metà del gas che arriva e che viene consumato dalle famiglie e dal nostro sistema imprenditoriale. Putin giustamente dice: se proprio l'Europa ha deciso di farci la guerra, noi giochiamo con le nostre armi e il South Stream, progettato per arrivare in Italia e in Austria, avrà altre destinazioni. Uno dovrebbe iniziare a massaggiarsi la testa e a mettersi le mani nei capelli. Invece il nostro presidente Renzi cosa risponde? Risponde che, tutto sommato, South Stream per noi non è strategico. Ministro Poletti, lei mi sembra una persona ragionevole: dia un po' la sveglia a Renzi.

Noi potremmo essere energeticamente quasi autosufficienti, una volta realizzata l'alternativa al South Stream, che sarebbe quel TAP che dovrebbe arrivare da noi attraverso l'Albania. Non parte però dall'Albania, parte dall'Azerbaigian, grazie ai buoni rapporti che negli anni il sistema parlamentare, politico e governativo ha mantenuto con quell'area caucasica e con quel Paese. Bene, 10 miliardi di metri cubi di gas arriveranno dall'Azerbaigian attraverso l'Albania e la Puglia. Cosa succede però? Gli amici del presidente Renzi, i governatori e gli amministratori pugliesi si oppongono all'arrivo di una *pipeline*, non di petrolio o di olio, ma di gas, l'eccellenza per la compatibilità ambientale. Ci sarebbero ragioni di natura politica e ambientale. Anche qua, e vado a concludere: governate la Puglia, governate il Paese, siamo senza gas e senza alimentazione, la Russia andrà a chiudere tutto, e noi cosa facciamo? Rinunciamo anche all'alternativa! Datevi anche qua un raccordo con i vostri amministratori periferici!

Poco fa, ministro Poletti, mentre lei si era allontanato dall'Aula, ho detto che è una persona ragionevole: provi a far ragionare anche il Presidente del Consiglio, perché una delle prossime scadenze sarà l'elezione del Presidente della Repubblica, persona che sarà quanto mai cardine del futuro prossimo di questo Paese, vista la situazione di emergenza in cui si trova la politica. È stato proposto come Presidente della Repubblica il maestro Muti, persona rispettabilissima, che intelligentemente ha chiesto però di poter continuare a fare quello che sa fare bene, cioè dirigere orchestre.

Gli italiani non hanno più bisogno di *show*, non hanno bisogno dei *tweet*, né dei *selfie* del Presidente del Consiglio: hanno bisogno di un po' di serietà. Se non ci arriva il Presidente, voi, Ministri, dategli una mano a procedere sulla strada giusta.

In questo modo chiaramente non potremo dare la fiducia al Governo. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut)*.

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore Uras. Ne ha facoltà.

URAS *(Misto-SEL)*. Signora Presidente, vengo adesso della Commissione bilancio, che è stata convocata mentre è in corso questo dibattito. Credo che sia stata assolutamente inopportuna - l'ho detto anche al presidente Azzolini - l'autorizzazione data dalla Presidenza del Senato al prosieguo dei lavori, perché il dibattito sulla fiducia su un argomento così delicato e importante sotto il profilo delle relazioni politico-sociali in questo Paese avrebbe meritato di vedere tutti i componenti del Senato, tutti i senatori impegnati nella discussione e nell'ascolto.

PRESIDENTE. Senatore, per amor di precisione, voglio ricordare che la decisione è stata presa dalla Conferenza dei Capigruppo.

URAS *(Misto-SEL)*. Ma i Gruppi non hanno acconsentito all'unanimità a questa decisione, che lede profondamente i diritti dell'opposizione. Ancora una volta ci proponiamo come contestatori di un atteggiamento di direzione dei lavori del Senato che non tiene conto dei diritti dell'opposizione, diritti che non sono tra l'altro particolarmente esigenti. Si tratta solo di partecipare a una discussione che era stata programmata, su un argomento che ha una certa importanza, che viene data anche dal Governo.

Detto questo, a me pare - proprio perché bisogna parlare tra gente che si ascolta - che questo provvedimento è all'inizio del suo percorso, non alla fine e, se qualcuno pensa che una volta approvato il disegno di legge delega sono risolti i problemi, sa benissimo che verrà deluso, intanto perché questa legge delega lascia baratri, burroni, precipizi profondi dal punto di vista delle coperture finanziarie degli interventi che sollecita.

Quando si dice abbiamo messo un miliardo e 900 milioni sugli ammortizzatori sociali, si sa benissimo che, per sostenere l'attuale spesa di cassa integrazione e deroga, non bastano quei soldi. E quindi devono essere aggiuntivi, in una situazione nella quale la finanza pubblica paga prezzo, tra l'altro con un rinvio a marzo dell'esame della manovra da parte della Commissione europea, la quale potrebbe anche obbligare ad un assestamento di bilancio, ad una manovra aggiuntiva in corso di esercizio. Sa benissimo che devono essere adottati tutti decreti legislativi e, quindi, anche la loro composizione normativa pone problemi.

Non faccio un intervento in questa sede - badate, l'ho fatto prima - sull'opinione che ho in merito all'efficacia di queste misure. Faccio un intervento per dire anche al Ministro e al Governo che i problemi che porrà questa legge delega sono problemi seri per la sua attuazione. Una delle questioni riguarda - per esempio - le politiche del lavoro. Sono rimasto attaccato alla vecchia articolazione «politiche attive e politiche passive», e le politiche attive qua sono ridotte a due fattispecie. Una è quella dell'autoimpiego. Noi, Ministro, abbiamo una letteratura sul funzionamento delle misure di autoimpiego, le quali non risolvono i problemi. Pagano un prezzo altissimo sotto il profilo della stabilità. Lo abbiamo fatto con i prestiti d'onore, con i contributi per le *startup.* L'abbiamo fatto con i contributi a fondo perduto per sostenere le spese su attrezzature e strumentazioni e anche per sostenere la nuova occupazione. Poi la gran parte è fallita: le imprese nate così sono morte, hanno lasciato sulla strada cadaveri, gente piena di debiti, imprenditori che si sono inventati tali, ma che non hanno le competenze e non sono tutorati lungo il percorso, e muoiono lungo la strada, diventando dei disperati aggiuntivi.

L'altro elemento è la droga del mercato del lavoro che ha fatto la pubblica amministrazione in questi decenni. Anche al riguardo ci sono tonnellate di letteratura, e mi riferisco agli incentivi in conto occupazione. Gli incentivi in conto occupazione non fanno occupazione: drogano il mercato del lavoro, lo distolgono, ammazzano la libera concorrenza. Quindi, sono in contrasto netto con le indicazioni dell'Unione europea, in netto contrasto, e sono aiuti, modalità surrettizie di aiuti alle imprese.

Allora, se noi pensiamo che queste sono le trovate che risolvono il problema del lavoro, o - come è nella cultura di un certo giuslavorismo - l'idea che più è libera l'impresa di prendere e lasciare, sfruttare, più serve a creare occupazione e a rilanciare l'economia, dico che verremo delusi e posso scriverlo oggi per vederci domani e capire che avevamo ragione. Questa ragione non ci viene da una intuizione, ma dall'esperienza ormai pluridecennale su questi argomenti.

Inoltre - Dio santo - i contratti, le tipologie contrattuali che passano attraverso la legge: noi dobbiamo delegificare. Dobbiamo restituire ai soggetti del mercato del lavoro la loro funzione, non li dobbiamo cancellare. La lotta di questi giorni al sindacato è lotta anche alle imprese, perché una partita che riguarda i rapporti tra lavoratori e datori di lavoro la gioca il Governo, in modo culturalmente autoritario, attraverso cioè le disposizioni di legge, che diventano un obbligo per soggetti ai quali, invece, bisogna lasciare per qualche misura un ambito di libertà che consenta l'adattamento, la flessibilità delle soluzioni e, quindi, aiuti l'economia e lo sviluppo delle imprese, il rispetto del lavoro e

dei lavoratori.

Questo è il tema. Noi non siamo contro le sfide, chiediamo di mettere in soffitta quella cultura - e a me dispiace, perché sono persone che in questi anni si sono applicate - che da dieci anni sta imperversando e che porta il Paese alla rovina, quella cultura che ha stabilito che attraverso questi provvedimenti si riorganizzano la società e l'economia. Non si riorganizza la società né l'economia: si va a picco!

Questo lo sa benissimo il relatore e lo sa benissimo anche il relatore del precedente provvedimento, che si attardano a definire il contratto a tutele crescenti come forma comune o privilegiata. Ma cosa interessa quell'aggettivo a chi deve lavorare e a chi deve assumere per rendere produttiva la propria impresa? È un esercizio accademico. Significa esattamente consegnare ad uno studio fuori dalla realtà la vita di tutti noi. È un errore.

Questo è il tema. Mandateli in soffitta. Fate le cose che dovete fare voi. Governate tenendo conto delle persone vere, di quelle che vivono in una realtà che è la nostra, non di quelli che hanno il piede al caldo.

PRESIDENTE. Dovrebbe concludere, senatore Uras.

URAS *(Misto-SEL)*. Ho concluso. Quelli con il piede al caldo non sanno che cos'è la sofferenza, non sanno cos'è conquistarsi il diritto di vivere, di lavorare, non sanno cosa vuol dire la difficoltà delle imprese e degli imprenditori. *(Applausi dal Gruppo Misto-SEL e dei senatori Bocchino e De Pin)*.

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore Tosato. Ne ha facoltà.

TOSATO *(LN-Aut)*. Signora Presidente, signor Ministro, ci troviamo, nel giro di poco più di un mese, a votare per la seconda volta la fiducia su questo provvedimento, per di più un provvedimento delega. A me sembra una procedura che ormai definire impropria è poco. Di fatto si è impedito a questo ramo del Parlamento, al Senato, di discutere e mettere in votazione proposte emendative che potessero modificare questo testo delega.

Quindi, il Governo non solo chiede una delega ampia, generica, su un tema così rilevante, ma impedisce di fatto a questo ramo parlamentare di poter incidere sul testo che propone. Siamo ormai arrivati, come è stato detto da altri colleghi, ad un Parlamento che non ha più poteri, esautorato del proprio potere. Credo che il nostro ruolo non sia semplicemente quello di intervenire, parlare, dibattere, esprimere le nostre opinioni sulle proposte di legge. Il nostro ruolo, teoricamente, da Costituzione, dovrebbe essere di legiferare e, qualora le proposte ci vengano portate all'attenzione da parte del Governo, dovrebbe esserci concesso almeno il diritto di proporre degli emendamenti, delle modifiche ai testi proposti. Di fatto, ci troviamo nella situazione paradossale in cui il Governo assomma in sé sia il potere legislativo che quello esecutivo.

Avete esautorato il Parlamento di ogni suo potere. Se questo fosse avvenuto in un'altra fase storica, in cui al Governo non vi fosse stato un rappresentante del centrosinistra, sono sicuro che i colleghi del Partito Democratico, come è avvenuto in passato, avrebbero gridato allo scandalo, che le più alte cariche dello Stato avrebbero censurato questo comportamento improprio del Governo. Ma si sa, le regole non sono uguali per tutte. Per chi è illuminato dall'appartenenza a un certo schieramento politico le regole comuni, normali non valgono e si possono anche non rispettare. *(Applausi del senatore Candiani)*.

Di fronte a questo dibattito, noi non possiamo dare fiducia a questo Governo. Se anche si trattasse di provvedimenti utili e positivi, potremmo mettere da parte tutte queste forse inutili considerazioni, perché in fondo l'importante è che i provvedimenti siano buoni e non è significativo che vengano approvati in un modo o nell'altro. Ma noi stiamo stanchi di dare fiducia a un Governo che sì è reso responsabile di una grave colpa che noi gli imputiamo, ossia quella di avere illuso i cittadini in tutti questi mesi.

Non possiamo dare fiducia a un Presidente del Consiglio che consideriamo soprattutto furbo ed egocentrico nella sua attività di rappresentante del Governo che vuole azzerare ogni forma di dibattito sia nel suo partito che all'interno del Parlamento, come ci sta dimostrando anche in questa giornata.

Non possiamo dare fiducia a un Presidente del Consiglio che ha scalzato il suo predecessore una volta

diventato segretario del PD, mancando della parola data.

Non possiamo dare fiducia a chi afferma di voler ridare speranza al Paese solo con false promesse e chiacchiere vuote.

Non possiamo dare fiducia ad un Presidente del Consiglio che è segretario di quel partito che ha votato la legge Fornero (perché la legge Fornero è figlia del Partito Democratico *(Applausi dal Gruppo LN-Aut)*) e che ha creato grandi ingiustizie sociali all'interno del nostro Paese.

Non possiamo dare fiducia a chi dice che vuole abbassare le tasse e che le sta abbassando, ma è segretario di quel partito che ha rimesso le tasse sulla prima casa, e che ora, con una nuova denominazione della stessa tassa, la *local tax*, intende mantenerla o addirittura aumentarla.

Non possiamo dare fiducia a chi dà lezioni a tutti, come se fosse un extraterrestre calato in questo Paese e illuminato non si sa da quali verità, e dà lezioni alle Regioni, alle Province, ai Comuni e assegna loro dei tagli assolutamente insostenibili per fare bella figura nei confronti dei cittadini, sapendo che gli enti locali o saranno costretti a tagliare i servizi minimi essenziali ai propri cittadini o saranno costretti ad aumentare le tasse locali.

Non possiamo dare fiducia a chi ha cancellato il reato di immigrazione clandestina. Ricordiamo che ciò è avvenuto con la presidenza Renzi, che di fatto ha dato un messaggio all'intero mondo, ossia che qui c'è piena accoglienza e chiunque vi fosse arrivato, in qualsiasi modo, avrebbe trovato le porte aperte, con viaggi della speranza spesso finite con delle immani tragedie.

Non possiamo dare la fiducia al Governo di Mare nostrum, che assicura stanze d'albergo e assistenza a chiunque arrivi da altri Paesi e lascia sulla strada e nella miseria i nostri cittadini, con una disparità che è ormai diventata insostenibile e odiosa alla maggior parte dei cittadini italiani. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut)*.

Non possiamo dare fiducia a chi prende in giro i cittadini cambiando il nome alle politiche dell'invasione, da Mare nostrum a Triton, e vuole anche farci credere che tutto sia cambiato.

Non vogliamo e non possiamo dare fiducia a chi ha varato continui provvedimenti svuota carceri e ora vuole anche depenalizzare i reati contro le persone, i cosiddetti reati minori, che tanto danno e tanta inquietudine creano nelle nostre città e tra la nostra gente.

Non possiamo dare fiducia a chi ha avallato sanzioni assurde contro la Russia, assolutamente autolesioniste, che stanno creando gravi danni alle nostre esportazioni e quindi alla nostra economia.

Non possiamo dare fiducia a chi ha di fatto ipotecato il futuro del nostro Paese aumentando ancor di più il debito pubblico e intende farlo anche nella prossima manovra finanziaria, ipotecando il futuro di tutti noi.

Non possiamo dare fiducia a chi pone la fiducia su ogni provvedimento, che sia rilevante o meno, evitando la discussione ed ogni proposta emendativa.

Non possiamo dare fiducia a chi ha un'unica priorità: cambiare la legge elettorale in fretta per andare subito al voto e nascondere l'inutilità e l'inconcludenza dei provvedimenti del Governo. Questa è la vera priorità del Governo Renzi e di fronte a questa situazione, signor Ministro, noi non possiamo che dire no al vostro Governo, il Governo delle grandi illusioni, che per noi è semplicemente solo ed esclusivamente un grande inganno. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut)*.

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore Amidei. Ne ha facoltà.

AMIDEI *(FI-PdL XVII)*. Signora Presidente, signor Ministro, onorevoli colleghi, ancora una volta oggi è un triste giorno. È un triste giorno per il nostro Paese, perché anziché affrontare i veri problemi del lavoro, con un provvedimento *ad hoc*, anziché confrontarsi con il Paese, il Governo pone la questione fiducia; la fiducia diventa un atto di sfiducia nei propri confronti, perché se avesse fiducia nel provvedimento, non avrebbe bisogno di porre la fiducia. Ahimè, evidentemente non è così, perché il primo attore, colui che costruisce il provvedimento, non ha fiducia nella sua approvazione e nella sua attuazione. D'altronde lo si evince anche nella genesi del termine *jobs act*, che anche nel *web*, a cui molti di noi attingiamo, viene definito un termine inglese farlocco. Quindi, già di per sé quello in esame nasce come un provvedimento a dir poco zoppo. Anzi, se fosse zoppo, avrebbe magari la

possibilità di essere reso operativo: dunque direi piuttosto che il provvedimento di fatto nasce morto.

Queste affermazioni possono sembrare apparentemente plateali ma sono intrise di sostanza. L'articolo 18, infatti, non è il vero problema: il vero problema è il lavoro che non c'è, come più volte è stato ribadito in quest'Aula. Discutendo da mesi - da più di un anno - dell'articolo 18, di fatto si è sfiorata la questione, senza centrare il vero problema, che è il lavoro. Se volessimo entrare nel merito dell'articolo 18 dovremmo prima di tutto chiederci, quando si parla di licenziamento giusto o ingiusto e di giusta causa, quali sono le ragioni giuste e quali quelle ingiuste di un licenziamento, piuttosto che andare a stabilire le conseguenze di questa scelta. Inoltre, si crea una discriminazione tra le aziende che hanno meno di 15 dipendenti e quelle che hanno più di 15 dipendenti. Perché questo? Non hanno forse gli stessi diritti i lavoratori delle aziende con meno di 15 dipendenti e quelli delle aziende con più di 15 dipendenti? Ritengo che i lavoratori di tali aziende abbiano il diritto di essere considerati allo stesso modo dei lavoratori delle aziende più grandi.

Nel provvedimento si ricorre anche a quelli che sono stati definiti ammortizzatori sociali, mentre si eliminano delle forme contrattuali brevi e a tempo determinato, dalla sinistra definite «precarie». In questo modo togliamo di fatto un' opportunità: vorrei capire dunque che cosa si propone in alternativa. Nel momento in cui si toglie la possibilità di lavoro a tempo determinato, attraverso queste forme contrattuali brevi, di fatto si toglie un'opportunità a chi ha bisogno di lavorare. Si toglie dunque quella pagnotta, che potrebbe servire in un momento specifico e anche un'opportunità per far vedere le proprie qualità e le proprie caratteristiche e per far capire al datore di lavoro che si ha voglia di lavorare per l'azienda, mettendo a frutto le proprie potenzialità e le proprie capacità professionali. Quella che andiamo a proporre è dunque un'ulteriore ingiustizia.

Inoltre non si consente la cassa integrazione guadagni, la cosiddetta CIG, a quelle imprese che hanno cessato completamente la loro attività. Perché a quei lavoratori di un'azienda in chiusura non si dà la possibilità di accedere alla cassa integrazione per poi ricorrere a quella falsa opportunità dei cosiddetti sussidi alla disoccupazione, anche detti ASPI? Quindi, da una parte tolgo e da un'altra faccio evidentemente finta di dare; qualcosa evidentemente non quaglia.

Questi sono solo alcuni degli aspetti che andrebbero invece con grande onestà posti all'attenzione dell'Assemblea per discuterne liberamente per trovare delle soluzioni condivise senza ricorrere a questo atto di fiducia che ritengo di sfiducia nei confronti del Paese.

Da uomo della strada e da persona che ha fatto il sindaco per molti anni sono sempre stato abituato, quando mi accingevo ad una scelta, a sentire la piazza. Bastava pochi passi per sentire la gente, capire l'umore e quale poteva essere la scelta migliore. Rivolgo allora a lei, signor Ministro, e al Presidente del Consiglio un invito: quando andate a casa - ma non vorrei fare come una persona molto più nota di me - chiedete al vostro vicino di casa cosa ne pensi del *jobs act*, se ne avete il coraggio. *(Applausi dal Gruppo FI-PdL XVII. Congratulazioni)*.

PRESIDENTE. È iscritta a parlare la senatrice Manassero. Ne ha facoltà.

MANASSERO *(PD)*. Signora Presidente, il testo del *jobs act* sul quale saremo tra poco chiamati ad esprimere la nostra fiducia ha avuto, grazie al lavoro svolto nelle Commissioni di Senato e Camera, dei miglioramenti rispetto al testo della legge delega presentato originariamente dal Governo. Il lavoro parlamentare, come è giusto che sia, ci ha permesso di compiere dei passi avanti. Mi riferisco, ad esempio, ai controlli a distanza sugli impianti e non sui lavoratori e al diritto al reintegro del lavoratore licenziato non solo per motivi discriminatori, ma anche per ingiustificato motivo disciplinare, seppur solo in fattispecie che andranno opportunamente specificate.

Tutti noi affrontiamo questo voto con la preoccupazione e la responsabilità di dover dare risposte ai giovani e non disoccupati (parliamo di ben 3.410.000 persone, come da recenti dati ISTAT), a quei giovani che non conoscono lavoro, se non precario e sottopagato, a rischio di lavoro nero, o dietro le false partite IVA; alle ragazze e ai ragazzi che oggi, senza prospettiva, con i loro *stage*, servizi civili e volontariato tengono in piedi servizi importanti nella pubblica amministrazione e negli enti locali. Signor Ministro, guardiamo con preoccupazione ai primi dati avuti in Commissione sul programma Garanzia giovani: le risorse, da quanto ci è noto, rischiano di non essere quell'opportunità che

volevamo e soprattutto uno strumento efficace per creare lavoro stabile e radicato.

È una responsabilità che sentiamo anche verso il mondo delle imprese, con particolare attenzione per le piccole e medie aziende, rispetto alle quali riconosco la condivisione dei problemi con i lavoratori. Ma sarò sincera, e credo di essere in sintonia con quanto lei ha detto nella replica: non penso sia utile proporre un'idea di uguaglianza tra lavoro dipendente e impresa perché nella loro natura sono diversi. Il primo ha il compito di prestare lavoro e il secondo ha il ruolo di investire ed assumersi il rischio di impresa. Entrambi sono sfiancati dalla crisi in corso, e dobbiamo riconoscere e affrontare le differenze e peculiarità. Se, come è stato detto, ai lavoratori oggi chiediamo di rinunciare alla prospettiva del posto fisso, al mondo delle imprese - e penso alle grandi - non possiamo limitarci a lanciare una sfida, bensì dobbiamo richiamarle alla responsabilità di partecipare fattivamente alla ripresa del Paese.

A noi spetta il compito di dare norme certe ed eque. Conosciamo la misura del bisogno di lavoro e siamo convinti, come lei ci ha ribadito, che una riforma delle sole norme, necessaria per arrivare a quei punti che riconosciamo essere un buon risultato del *jobs act*, come il riordino e la riduzione delle forme contrattuali, le politiche attive e la creazione dell'agenzia nazionale, l'estensione della maternità a tutte le lavoratrici e le norme sulla conciliazione dei tempi, da sola non è sufficiente alla creazione di posti di lavoro.

Occorre una decisa politica di investimenti, pubblici e privati, ed è qui che va richiamata la responsabilità delle imprese. Abbiamo settori strategici che necessitano di una spinta propulsiva. Questi sono stati più volte protagonisti della discussione in quest'Aula, e li ricordo: la manutenzione del territorio come ripristino e prevenzione dal dissesto idrogeologico, la manutenzione del patrimonio immobiliare e per il risparmio energetico, la produzione di energia - di cui siamo affamati - e che vorremmo da fonti alternative e la banda larga. Politiche che nel loro intrecciarsi produrrebbero più dì un effetto positivo: il lavoro, la crescita economica e il cambiamento vero in settori strategici per l'ammodernamento di questo Paese.

Voteremo questa fiducia, signor Ministro, seppur mantenendo delle contrarietà, per disciplina di Gruppo e per responsabilità verso il Paese. Condivido questa posizione con quella parte del Gruppo del Partito Democratico che ha vissuto con preoccupazione e disagio la discussione sul *jobs act*.

Permane per noi la nostra contrarietà ad alcuni punti del testo finale. Riteniamo che si sia insistito nel mantenere la posizione iniziale sull'impostazione del doppio binario nel mondo del lavoro: da una parte i lavoratori già assunti, per i quali rimangono le tutele dell'articolo 18, e, dall'altra i nuovi assunti (giovani e non più giovani) che avranno un nuovo contratto a tutele crescenti (che ne esce purtroppo azzoppato).

La crisi ha prodotto strappi evidenti nel tessuto e nella coesione sociale. Le tensioni che vediamo espresse nelle piazze e nelle manifestazioni (e anche oggi ne abbiamo testimonianze) sono ad essa ascrivibili, e pensiamo che il rischio dell'aumento delle disuguaglianze tra i lavoratori a tempo indeterminato non aiuti a ricostruire il clima necessario per fare uscire il Paese da questo momento di scoraggiamento. Dobbiamo ascoltare con attenzione le parole di questo disagio. Non è nel bene del Paese creare esasperazione e spaccature. Era questo il motivo che ci aveva portato a formulare una proposta, non accolta ma coerente con gli obiettivi del *jobs act*, prevedendo un termine di trentasei mesi per la durata dei contratti a tutele crescenti. Purtroppo, invece, avremo solamente nuovi occupati con minori tutele per tutta la loro vita lavorativa. Abbiamo perso alcune occasioni, perché ci si è intestarditi sull'articolo 18, rinunciando ad affrontare le questioni chiave per favorire la crescita: un serio piano di investimenti e il tema dell'organizzazione e della rappresentanza sui luoghi di lavoro.

Voteremo quindi la fiducia, ma riconfermiamo il nostro impegno per una costante, severa e costruttiva vigilanza sui decreti attuativi della legge delega. *(Applausi dal Gruppo PD e della senatrice Petraglia).*

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore Di Maggio. Ne ha facoltà.

DI MAGGIO *(GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI))*. Signora Presidente, onorevoli colleghi, signor Ministro, dirò da subito che la componente dei Popolari per Italia del Gruppo GAL voterà la fiducia

quest'oggi. Lo dico prima perché vorrei approfittare della sua disponibilità - non capita spesso in quest'Aula di avere un Ministro così attento ai problemi che vengono affrontati in Aula - per segnalarle alcune questioni di metodo, che credo siano opportune.

Questo provvedimento, oltre a essere una legge delega, ha già ricevuto in quest'Aula due fiducie; sarebbe stato molto meglio che questa di oggi non vi fosse stata, perché maggiori avrebbero potuto essere i consensi, ma soprattutto ciò non ci avrebbe messo contro una realtà vera, ma comunque stridente. Mi riferisco al fatto che noi ci troviamo a votare oggi una fiducia su un testo che ci perviene dalla Camera molto modificato rispetto a quello uscito da quest'Aula.

Il dato fondamentale, che è opportuno ribadire, è che il metodo serve proprie per evitare quelle battaglie di religione alle quali noi abbiamo assistito. Mi permetto di fare questo discorso con lei, signor Ministro, che so venire dal mondo della cooperazione. Io, che vengo dal mondo dell'impresa, questa battaglia di religione sull'articolo 18 la trovo veramente stantia.

Qual è il merito di questo provvedimento? Il merito è che esso fotografa oggi una situazione del mondo del lavoro che è completamente diversa da quella che era soltanto qualche anno fa, e a questo merito noi diamo la nostra fiducia. Tuttavia, questa mattina l'ho ascoltata, signor Ministro, con estrema attenzione e vorrei sottoporle alcune riflessioni che penso siano importanti, perché derivano da chi «sta sul pezzo» ogni giorno.

Lei stamattina ci ha ammoniti, dicendo: vogliamo che gli imprenditori cerchino ancora di trovare strade che possano essere sotterfugi per arrivare ad avere lavoratori che possono essere pagati in modo diverso da quello che prevedono le normative? Vogliamo che l'imprenditore ricorra sempre a qualcosa che possa far costare molto meno il lavoro?

Da questa sua osservazione ne deduco che evidentemente il Governo affronta i problemi del lavoro in modo disgiunto dai problema dell'impresa e questo mi preoccupa molto. Dico questo anche verificando alcuni provvedimenti che il Governo ha adottato. Stamattina lei ha detto che sono stati accantonati centinaia di milioni di euro per la cassa integrazione in deroga e poi che sono stati accantonati 1,9 miliardi di euro per poter ridurre il cuneo fiscale. Ebbene, con preoccupazione non posso che valutare che quando un Governo posta 10 miliardi di euro per pagare gli 80 euro in busta paga e 1,9 miliardi per la riduzione del cuneo fiscale nel mondo del lavoro mostra di avere una visione assolutamente miope della crisi che attualmente vive il Paese.

Il problema fondamentale non è se preservare o abolire l'articolo 18, perché l'articolo 18 in questi ultimi vent'anni è riuscito a garantire milioni e milioni di disoccupati. Il problema fondamentale è capire se questo Governo vuole mettere le imprese nelle condizioni di poter iniziare nuovamente ad assumere, laddove la crisi che viviamo e che le imprese attraversano in questo momento è addirittura più drammatica, perché oggi il punto è se riusciamo a mantenere inalterati i livelli occupazionali esistenti. È su questo che dovete darci una mano. Vorrei che questa fosse la visione che ispira il Governo e quindi lei.

Capisco perfettamente, signor Ministro, che alla fine vengano fuori campagne che sono - mi permetta - propagandistiche, ma qui vorrei ragionare sui fatti e, come ho detto, in una situazione abbastanza difficile, nella quale sempre più spesso ci viene chiesto di votare la fiducia ed il dibattito parlamentare è completamente esautorato, ho voluto approfittare di questo intervento per indirizzarle alcune segnalazioni.

Mi auguro che lei possa far condividere dal Governo di cui fa parte quanto ho voluto portare alla sua attenzione, ossia l'opportunità di tornare a discutere con le Aule parlamentari, perché credo che questo possa essere d'aiuto e possa migliorare i provvedimenti. Questo provvedimento avrebbe potuto essere migliorato se non ci fosse questa fretta che continua ad ossessionare la Presidenza del Consiglio.

Credo che i provvedimenti di cui il Paese ha bisogno necessitino di maggiore attenzione e glielo segnalo perché la fiducia che le stiamo dando oggi non possa essere vanificata nel prossimo futuro, visto l'avvicinarsi della votazione della legge di stabilità. *(Applausi dal Gruppo GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI))*.

PRESIDENTE. È iscritta a parlare la senatrice Stefani. Ne ha facoltà.

STEFANI *(LN-Aut)*. Signora Presidente, colleghi, stiamo qui a parlare di un provvedimento che, come tutti, stiamo chiamando *jobs act.* Forse dovremmo anche domandarci e ricordare da dove nasce questo nome: forse dal voler dare una spruzzata di modernizzazione, utilizzando termini anglosassoni e americani. Ma se chiamando il disegno di legge in esame «*jobs act*» si voleva richiamare il provvedimento adottato da Obama negli Stati Uniti, forse Renzi ha sbagliato ad interpretarne il contenuto: il provvedimento adottato negli Stati Uniti prevedeva seri sgravi fiscali per le piccole e medie imprese e rilevanti riduzioni delle trattenute pagate dai datori di lavoro, interventi che non troviamo in questo provvedimento. Dare un nome altisonante a qualcosa che forse ha tutt'altro significato è un po' come andare al ristorante, vedersi servire una salsiccia che viene spacciata per «delicatezza di suino in salsa di qualcosa».

Qui invece stiamo discutendo un provvedimento che dovrebbe riguardare la riforma del lavoro, ma di riforma nel testo non vi è traccia. Soprattutto, non vediamo un provvedimento che possa riverberare degli effetti efficaci, definitivi o risolutivi rispetto ad un problema gravissimo in Italia.

Si è parlato molto del cuneo fiscale, si sta parlando di disoccupazione, degli esodati e di una miriade di problematiche che non sono nemmeno tanto facili da affrontare; non dico da risolvere, ma almeno da affrontare.

I colleghi che mi hanno preceduto hanno già ricordato come in un momento di crisi generalizzata, di crisi economica enorme quale quella che ci sta affliggendo tutti, il lavoro diventi veramente qualcosa di assolutamente prezioso. Prezioso come la propria casa e come tutto quello che nella vita consente di mantenere la propria famiglia. Invece ci ritroviamo imposizioni sul patrimonio immobiliare (assurde per famiglie che oggi cercano di vivere con un solo stipendio, quando ce l'hanno) e un mercato del lavoro che è tramortito da tutte le situazioni che si sono venute a creare.

Ora stiamo parlando del problema del lavoro, ma dobbiamo ricordare il grosso, madornale problema dell'Italia e cioè il fatto che da tempo, da tanto tempo, non si elaborano delle politiche economiche, delle politiche industriali, delle politiche serie. Non avendo fatto ciò ci si trova alla fine nel collo di bottiglia perché, alla fine, tutti i nodi vengono al pettine. È un po' come quando ci si trova di fronte ad una azienda in decozione; è in quel momento che ci si accorge degli errori: degli errori contabili e degli investimenti sbagliati. È alla fine che ci si rende conto di quanto era inconsistente la struttura.

Il problema di oggi sta proprio nel fatto che in Italia qualsiasi intervento deve essere fortemente coraggioso perché con i provvedimenti che stiamo adottando si mette veramente in gioco il futuro dell'Italia. Ci troviamo invece di fronte all'ennesimo provvedimento dipinto con nomi altisonanti e illustrato con presentazioni d'effetto (nelle quali è bravissimo il nostro Presidente del Consiglio), ma vorremmo vedere cosa produrrà nel tempo, cosa riuscirà a fare nei confronti dei 40 milioni di lavoratori, dei 3,5 milioni di disoccupati e dei 400.000 esodati. Vediamo come andrà ad incidere effettivamente questo provvedimento.

Abbiamo dei forti dubbi e delle quasi certezze che questo provvedimento non sia risolutivo. Non è la strada da percorrere questa. Ci sono sì degli elementi che dovrebbero essere meglio sviscerati, ma non è certo facendo filosofia sull'articolo 18 che si risolvono i problemi del lavoro.

Tutti noi, il Governo e la maggioranza, dovremmo avere il coraggio di realizzare degli interventi seri, di fare veramente delle riforme serie. Ne abbiamo davvero bisogno. Ne abbiamo bisogno come qualcuno che si trova su un viale triste, in una situazione di decadenza, e trova difficile invertire la rotta. Dobbiamo veramente preoccuparci.

Come dovremmo preoccuparci per quello che sta accadendo fuori di qui: nel momento in cui si sta per adottare un provvedimento si blinda una zona per evitare che lo scontento di alcune persone possa riverberarsi, con reazioni difficili da controllare, magari violente, arrivando a mostrare la parte peggiore di sé.

Se questo è il provvedimento più di sinistra di questo Governo, guardando i movimenti di piazza organizzati dai sindacati viene da chiedersi cosa succederà di fronte ad un provvedimento che avrà

degli accenni di destra?

Penso che tutte le rimostranze che sono state svolte dovevano essere probabilmente anche ascoltate, perché devono essere ascoltati tutti gli italiani su tale questione; ascoltati tutti quelli che vogliono dire ed esprimere veramente delle opinioni, delle soluzioni e delle proposte e non restare sordi in una situazione italiana così.

Immagino quanto possa essere difficile prendere delle decisioni da parte del Governo in situazioni difficili come queste, però almeno si abbia il decoro - mi rivolgo al Presidente del Consiglio dei ministri - di non avere supponenza e di avere l'umiltà, come la dimostrano anche molti membri del Governo, di dire: dobbiamo affrontare una problematica, dobbiamo ascoltare tutti e dobbiamo avere la possibilità di fare delle riforme serie. Su questo provvedimento, *in camera caritatis*, più di uno ha manifestato delle perplessità, non solo noi dell'opposizione; poi le discipline portano magari ad adottare delle decisioni e dei voti diversi, però si sa qual è il contenuto e quali i problemi e le perplessità su questo tema.

Adesso votiamo una fiducia, però questo non è sicuramente un modo per dire: «Abbiamo intanto risolto un problema del lavoro». I problemi del lavoro si affrontano in continuazione, continuando ad emettere dei provvedimenti efficaci e determinanti senza fermarsi a questo, ma continuando a lavorare.

Vorrei fare invece un ultimo accenno e ribadire di nuovo la nostra ferma contrarietà allo strumento che viene utilizzato, cioè quello della fiducia. Non è possibile continuare a giungere in queste Aule e dover continuamente imporre e supplicare la fiducia. Non è possibile arrivare su temi come questi, vedendo il Parlamento esautorato della possibilità di un confronto su questo tema. Infatti, il problema è che nel confronto possono nascere le problematiche interne e non si può, con il voto di fiducia, cercare continuamente di porre - passatemi il termine - quasi sotto ricatto il Parlamento e la maggioranza per poter portare a casa un provvedimento. Non è questo il metodo, visto che tutte le persone che sono qui sono venute per fare un lavoro serio e dare un contributo serio. Il confronto parlamentare è fondamentale.

Speriamo ed auspichiamo che ci possa essere una svolta e - veramente - un modo diverso di interpretare il rapporto tra il Governo e queste Aule. Ripeto: dobbiamo continuare. Rendetevi conto che fuori non è solo la manifestazione di piazza, ma sono tutti gli italiani che lo chiedono. È ora veramente di porre delle soluzioni serie. *(Applausi dai Gruppi LN-Aut e GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI))*.

PRESIDENTE. È iscritta a parlare la senatrice Petraglia. Ne ha facoltà.

PETRAGLIA *(Misto-SEL)*. Signora Presidente, se c'è una cosa particolare che questo Governo è riuscita a fare con questo disegno di legge delega, che ha diviso di fatto il Paese, è stata sicuramente quella di unire il mondo dei lavoratori, il mondo del lavoro. Ciò è forse stata la migliore risposta a questo modo di lavorare, ispirato al principio del *divide et impera*.

La grande manifestazione del 25 ottobre e le tante mobilitazioni di questi giorni non credo vi lascino indifferenti. Il 12 dicembre è stato proclamato un importante sciopero generale, tra l'altro non soltanto dalla CGIL, ma anche dalla UIL: un fatto del tutto desueto che non accadeva ormai da anni. Anche questo dovrebbe farvi riflettere su come le politiche economiche in Italia e in Europa non sono in linea con le cose che poi annunciate di voler fare.

D'altra parte, questo è un Governo che va avanti per la propria strada, senza confrontarsi con i lavoratori e con chi conosce la fatica del lavoro, qualunque esso sia, perché tutti i lavori conoscono la loro fatica. È un Governo che ha scelto: ha scelto di stare dall'altra parte. Infatti, avete scelto da quale parte stare: dalla parte di coloro che sono più interessati ad accrescere le proprie ricchezze e meno a far crescere il Paese. Avete preferito far prevalere gli interessi particolari su quelli generali, però almeno assumetevene la responsabilità e basta con questa ipocrisia in base alla quale rivendete questo disegno di legge delega come unica possibilità per creare nuovi posti di lavoro, perché anche voi in questo modo siete cascati nel famoso teatrino della politica: presentate politiche di destra, di quella destra liberista, come politiche innovative di una sinistra riformista.

Abbiamo tutti letto le dichiarazioni del senatore Sacconi, contento per aver realizzato dopo anni la sua riforma del lavoro, quella che la sinistra e il centrosinistra all'opposizione solo pochi anni fa riuscì a bloccare (per non parlare poi degli annunci del ministro Alfano). Mentre annunciate i numeri dei posti di lavoro in aumento, vi dimenticate poi di annunciare che tante fabbriche in Italia hanno chiuso o stanno chiudendo. In Toscana, ad esempio, sulla base delle notizie più recenti, a Grosseto l'Eurovinil chiude e manda a casa 102 persone, a Livorno la multinazionale TRW, che abbiamo conosciuto tutti per le cariche della polizia, ordinate evidentemente da forze superiori, chiude e manda a casa 450 persone, mettendo in ginocchio un'intera città che in questi anni ha visto chiudere ben altre aziende. In entrambi i casi è stato chiesto un vostro intervento, ma evidentemente le vostre priorità sono altre. L'elenco potrebbe continuare: penso ai lavoratori ed alle lavoratrici del Sulcis, o della AST di Terni.

Dunque in questo Paese si sta licenziando nonostante il vostro famoso articolo 18, o almeno quello che ne è rimasto dopo l'intervento del governo Monti, politiche sulle quali state proseguendo. Il decreto Poletti, approvato poco tempo fa, cancellando l'obbligo delle causali, ha di fatto reso il contratto a termine come un contratto precario e oggi voi ci chiedete di affidarvi una delega in bianco per riformare il mondo del lavoro sulla base di principi e criteri generici ai quali dovrebbero ispirarsi i decreti attuativi.

Più volte siamo stati tacciati come diffidenti, di essere pregiudiziali e non lasciarvi lavorare. A parte che niente vi ferma, ma in realtà avete raccontato la vostra idea di lavoro già nella legge di stabilità, dove tutto è contro il lavoro e i diritti. Si sostiene che per riattivare il mercato basta una buona dose di fiducia collettiva, basta liberarlo dall'idea novecentesca che i diritti e le tutele del lavoro stabile non possono più essere a carico dell'impresa, basta abbassare le tasse alle imprese e non alle famiglie, e fa niente se poi questo abbassamento delle tasse decidete di coprirlo con tagli alla spesa pubblica, che vanno a colpire ovviamente le fasce più deboli.

Una volta riattivato il mercato si creeranno, secondo voi, magicamente altri posti di lavoro. Ma oggi il mercato non si attiva perché l'economia non funziona: i redditi sono bassi, famiglie intere vivono sulla soglia di povertà, perché anche chi percepisce un reddito di 1.000 euro al mese, in una famiglia di quattro persone, è povero. Si è poveri anche se si ha un lavoro, ma si vive con il terrore di perderlo da un momento all'altro.

Voi rimanete ancorati alla vecchia ricetta, ormai fallita, secondo la quale per far ripartire i mercati si devono aumentare i consumi e non pensate minimamente che con una crisi così feroce è cambiato il nostro modo di consumare. Ci sono coloro che praticano un consumo consapevole ma tanti, troppi, che consumano poco perché i soldi non ce li hanno e molti italiani, per necessità o per prepararsi al peggio, tendono a risparmiare, come la vicenda degli 80 euro ci ha abbondantemente ed ampiamente dimostrato. Se l'economia ristagna, anche il mondo del lavoro sarà fermo. In una fase di crisi piuttosto che tagliare posti di lavoro, piuttosto che tagliare la certezza del posto di lavoro (quella sì che trasmette fiducia) o cambiare le regole del lavoro per renderlo meno stabile e meno retribuito, sperando di attivare in questo modo nuova domanda di lavoro, sono necessarie politiche pubbliche, quelle di cui parlava il senatore Uras, dicendo che noi siamo antichi e quindi per noi sono importanti le politiche di intervento pubblico per rendere il lavoro più stabile e più retribuito.

Politiche attive del lavoro e per il lavoro, quindi, dove s'impegnano risorse economiche pubbliche, così come avviene in moltissime parti d'Europa. Invece affidiamo alle agenzie interinali, portando a termine il progetto di qualche giuslavorista, questo tipo di lavoro e, come Moody's ci ha detto proprio in questi giorni, assisteremo, con l'approvazione del *jobs act*, ad un maggiore ricorso alle agenzie di lavoro temporaneo che aumenteranno ovviamente i loro margini di profitto, perché le imprese ricorreranno sempre di più al lavoro temporaneo.

Molte cose non abbiamo compreso di questa delega: ad esempio cosa intendete per contratto a tutele crescenti, visto che non avete eliminato la miriade dei contratti di lavoro precario. La sensazione è che questa nuova forma contrattuale si aggiunga alle tante già in essere. Avete detto che così sono garantiti tutti allo stesso modo; ma cosa vuol dire, che sono tutti precari? Alla fine il contratto a tutele crescenti, sommato all'indennizzo di licenziamento, rischia di trasformare il nuovo contratto in una molteplicità

di contratti a termine. Beh, devo dire che siete stati proprio bravi.

Tanti interventi della maggioranza hanno plaudito a questo provvedimento, che aiuterà i giovani a trovare lavoro. Tralasciate però di dire che gli effetti nefasti del vostro provvedimento sono rivolti ai giovani, al futuro del Paese. La vicenda dell'ISFOL di questi giorni parla chiaramente: la creazione dell'Agenzia nazionale per l'occupazione avrà come primo effetto la disoccupazione di 250 persone, che da anni monitorano e studiano gli andamenti del mondo del lavoro ed hanno un ruolo di primo piano nell'attuazione della programmazione del Fondo sociale europeo e nella sua traduzione in politiche e strumenti a favore della formazione, dell'occupazione e dell'inclusione sociale. Per non parlare delle difficoltà di rinnovo dei contratti per i giovani ricercatori.

Parlate di estensione degli ammortizzatori sociali, ma non si capisce quali categorie di lavoratori potenziali siano coinvolti, né la durata della copertura o le risorse a disposizione. Non si tutelano le categorie più deboli, che oggi sono escluse anche dagli 80 euro, e si escludono aree significative di lavoro parasubordinato ed autonomo. Si calcola che siano necessari dai 10 ai 20 miliardi all'anno, ma fra le risorse a disposizione nella legge di stabilità e quelle necessarie c'è un baratro enorme, al punto che oggi non si riesce a garantire affatto una protezione di reddito al lavoratore che il lavoro lo perde per davvero. Per non parlare della drammatica scelta dinanzi alla quale si ritroveranno molti lavoratori a causa di uno dei tanti effetti della legge Fornero, cioè la riduzione degli anni di mobilità. Molte industrie, a partire dalla TRW di Livorno, stanno invogliando i lavoratori ad andare via proprio per poter usufruire, entro il 31 dicembre, della possibilità di ottenere i tre anni di mobilità. E voi davanti a questo scempio cosa state facendo?

PRESIDENTE. La invito a concludere, senatrice Petraglia.

PETRAGLIA *(Misto-SEL)*. È necessario, in questo caso, intervenire velocemente.

L'articolo 18 è ininfluente - chiudo, signora Presidente - e non serve combatterlo; servono invece meno burocrazia, velocità, chiarezza sulle regole e sul futuro. Sicuramente serve maggiore trasparenza, serve fare una lotta durissima alla corruzione, come abbiamo visto in questi giorni. Se i capitali esteri non arrivano e non vengono investiti in questo Paese, ciò è sicuramente anche legato all'alto tasso di corruzione che si deve affrontare.

Le esperienze positive che ci sono state in questo Paese sono tante. Pensiamo alla storia della Nuovo Pignone, di cui sono stati festeggiati illustri compleanni in questi giorni, laddove, nonostante l'articolo 18, si è deciso invece di investire e di assumere, nonostante una storia travagliata attraverso la quale si è avviata questa esperienza. In quella realtà - e su questo non avete scuse - un sindacato come la FIOM ha il 60 per cento dei consensi; ebbene, in quella fabbrica si è raggiunto un accordo in questi anni.

PRESIDENTE. Deve concludere, senatrice Petraglia.

PETRAGLIA *(Misto-SEL)*. Chiudo, signora Presidente. Riteniamo che sia molto importante in questo momento privilegiare gli interessi di tutta la classe media e lavoratrice e pensiamo che la vostre politiche siano del tutto sbagliate, perché privilegiano gli interessi di una rendita parassitaria e soprattutto legata a quei pochi che in questi anni si sono arricchiti. Penso che, con queste leggi e con queste vostre azioni ed iniziative, in realtà contribuite a sfasciare lo Stato, perché non contribuite a ricostruire quella dimensione sociale e collettiva dello Stato di cui questo Paese ha urgente bisogno. *(Applausi dal Gruppo Misto-SEL e dei senatori Bocchino e De Pin).*

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore Morra. Ne ha facoltà.

MORRA *(M5S)*. Signora Presidente, leggo delle parole straordinarie: «Credo nella bellezza e nel valore costitutivo della memoria» - ma penso che tutti quanti si creda in ciò. Adoro una frase di James Matthew Barrie, il padre di Peter Pan, che dice: «Dio ci ha donato la memoria, così possiamo avere le rose anche a dicembre». Sono parole che ho letto dalla prefazione di Matteo Renzi ad un piccolo volumetto del quale suggerisco la lettura dal titolo: «Non arrendetevi!».

Questa appassionata esortazione alla memoria e al ricordo mi ha fatto venire in mente parole che lo stesso Matteo Renzi ad aprire 2012 - *post Christum natum*, non avanti Cristo - diceva in uno studio televisivo, per l'esattezza ospite da Santoro. Cosa diceva Matteo Renzi? Esattamente questo: «Non c'è

un solo imprenditore italiano che ponga l'articolo 18 come un problema. Perché, mi dicono, c'è un problema di burocrazia, di tasse, di giustizia, non dell'articolo 18. E non ho mai trovato neanche un ragazzo, precario, che mi abbia detto: "Sogno l'articolo 18". Per quello che mi riguarda l'articolo 18 è un problema mediatico». Questo era Matteo Renzi.

È ovvio che non tutto può essere ricondotto all'articolo 18, perché bisognerebbe anche ricordare l'articolo 13 e l'articolo 4; a me piacerebbe ricordare anche l'articolo 31 dello Statuto dei lavoratori, quello che veniva citato ieri in un articolo di Marco Lillo e che permette al nostro Presidente del Consiglio e ad altri politici di potersi avvantaggiare da un punto di vista previdenziale, forse facendo un danno a tutti i lavoratori che onestamente intraprendono la via della politica, dovendo essere giustamente tutelati e non arrivando a questa contribuzione in maniera privilegiata. Ma tant'è. C'è chi lavora nell'azienda di famiglia e chi invece il lavoro se lo va a cercare sudandoselo, magari superando anche dei concorsi, senza avere un rapporto di lavoro che, dopo essere stato di collaborazione, ad 11, 8 o 7 giorni prima della candidatura a Presidente della Provincia di Firenze si trasforma, diventando un contratto di lavoro a tempo indeterminato con funzioni dirigenziali.

Il punto è che stiamo recependo *in toto* delle indicazioni che i poteri finanziari internazionali ci hanno rivolto nella famosa estate del 2011, quindi di tre anni fa, con una lettera che doveva essere riservata, ma che è stata pubblicata. Noi stiamo comprimendo sempre di più il costo del lavoro perché dobbiamo essere il futuro Paese dell'ex Europa occidentale in cui le aziende di altri Paesi potranno delocalizzare le loro produzioni, continuando quel processo per cui dovranno essere i lavoratori - e soltanto loro - a pagare il conto di un sistema che ha fatto bancarotta e che è fallito. Non si può infatti riversare soltanto sull'anello debole il cancro che ha rovinato l'intera catena. Noi non investiamo più - come si dovrebbe - in innovazione, in tecnologia e in cultura e pertanto la nostra obsolescenza produttiva, la nostra incapacità di fronteggiare la sfida della competitività legata all'innovazione pressano affinché si produca quel risparmio, scaricandolo soltanto sui più deboli, sugli ultimi, su quelli che non hanno voce, cioè sui lavoratori.

Questa riforma sarà presentata, come fanno molti di coloro che siedono anche alla mia sinistra - mi riferisco agli amici del Gruppo Nuovo Centrodestra - come una riforma epocale; in realtà sarà l'ennesima riforma mancata, perché non produrrà alcunché di positivo e, se qualche effetto lo avrà, sarà soltanto per peggiorare le condizioni dei lavoratori, precarizzandole ulteriormente, perché non è questa la soluzione dei problemi, non è questa la flessibilità intelligente. Questa è solo un'ulteriore riduzione verso la schiavitù di una figura che modernamente si è imposta come lavoratore.

PRESIDENTE. La invito a concludere il suo intervento, senatore.

MORRA *(M5S)*. Ma voglio anche rivolgermi ai colleghi che siedono sui banchi alla mia destra e, quindi, ai colleghi del PD.

Ieri ho letto alcune dichiarazioni di D'Attorre, il quale si lamentava del fatto che la fiducia non solo viene chiesta troppe volte, ma finanche su una legge delega. È inutile ragionare sulla fiducia come un istituto che comprime le libertà parlamentari ed offende la dignità di parlamentari, che non sanno più replicare e accettano tutto pur di mantenere in vita una maggioranza che sopprime in radice ogni dignità a questo Parlamento. Desidero ricordare delle cifre.

PRESIDENTE. Senatore Morra, la prego di concludere. È ormai finito il tempo a sua disposizione.

MORRA *(M5S)*. La ringrazio, Presidente.

Siamo arrivati alla ben ventinovesima fiducia su 55 leggi approvate da questo Governo. Se si tolgono le leggi di ratifica, siamo a 74,3 per cento di fiducie richieste.

A questo punto rivolgo un invito al nostro Presidente di fatto, e cioè al presidente del Consiglio Matteo Renzi: piuttosto che trasformare il Senato in altro, chiuda proprio il Parlamento. Forse con quello che si risparmierà, si potrà dare qualche risorsa al lavoro. Almeno, in questo modo, si avrebbe rispetto nei confronti dei lavoratori, visto che non lo si ha nei confronti della democrazia parlamentare. *(Applausi dal Gruppo M5S e del senatore Barozzino)*.

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore Galimberti. Ne ha facoltà.

GALIMBERTI *(FI-PdL XVII)*. Signora Presidente, rappresentanti del Governo, colleghi senatori, siamo all'ennesima discussione di un provvedimento varato dal Governo e che verrà approvato esclusivamente grazie allo strumento della fiducia, impedendo di fatto l'esercizio della democrazia istituzionale. Dovremmo esserci abituati ormai, e questa totale mancanza di rispetto del popolo italiano, rappresentato dal Parlamento, dimostra che il *premier* Renzi non conosce limiti.

Oggi, pertanto, siamo qui per votare un provvedimento che non dice nulla, annunciato - come ormai è consuetudine di questo Esecutivo - con squilli di tromba quale soluzione al problema della disoccupazione e alla paralisi del mercato del lavoro, ma che purtroppo si rivelerà solo una enorme scatola vuota, un vero danno per il Paese, che attendeva dal Governo un provvedimento che spronasse l'economia; un vero danno per i milioni di cittadini che, a causa del forte disagio in cui si trovano, speravano di uscire dalla crisi occupazionale di questi anni; un vero danno per le imprese che si attendevano l'inizio di un ciclo economico di crescita, mentre il *jobs act* non porterà benefici a nessuno.

Pochi giorni fa proprio il *premier* Renzi ha definito gli imprenditori eroi dei nostri giorni. Ebbene, non posso che concordare con lui una volta tanto. È sicuramente un atto di eroismo, infatti, decidere di continuare a fare impresa in un Paese in cui 11.000 aziende sono fallite dall'inizio dell'anno. I consumi e la produzione industriale ristagnano. La disoccupazione è al 13,2 e quella giovanile al 43,3. Inoltre, il prodotto interno lordo, dall'inizio del Governo Renzi, è in costante *trend* negativo. L'ultimo timido trimestre di crescita economica è stato quello in cui la guida del Paese era affidata al presidente Letta.

Questi dati dimostrano un enorme fallimento delle politiche economiche perseguite dall'attuale Esecutivo: o sono del tutto inutili o completamente inefficaci. I dati, però, sono anche facilmente manipolabili a proprio uso. Qualche giorno fa il Ministero del lavoro ha avuto il coraggio di diramare, con orgoglio, un comunicato in cui si elogiavano gli effetti del decreto Poletti, per via degli oltre 400.000 nuovi contratti di lavoro a tempo indeterminato. Vero. Peccato, però, che la disoccupazione è complessivamente aumentata di 300.000 unità nel corso degli ultimi 12 mesi, raggiungendo la drammatica soglia di 3,4 milioni di persone che non possono contare tutti i mesi su un salario.

Inoltre, anche il vice ministro Morando ha ammesso, in un'intervista pubblicata lunedì sulla stampa, che il numero assoluto degli occupati potrebbe non aumentare, ma verosimilmente molti rapporti di lavoro precari si trasformeranno in rapporti di lavoro stabili. Si dimentica però che la stabilità, o ancor meglio la crescita occupazionale, è possibile solo in un contesto economico positivo in cui le imprese prosperano e assumono, anziché chiudere e licenziare come fanno ora.

Bisogna sostenere i consumi interni, che sono in costante calo da troppo tempo e rappresentano il principale *driver* della nostra crescita economica. Bisogna sostenere le piccole e medie imprese italiane, perché garantiscono circa l'80 per cento dell'occupazione ed è proprio nelle PMI che il lavoro non è solo una componente economica, ma al contrario i collaboratori vengono valorizzati al meglio per le loro doti umane e professionali.

A questo punto mi chiedo se abbiamo di fronte un provvedimento finalizzato a creare condizioni per sbloccare il mercato del lavoro e a ridurre la disoccupazione, così come annunciato all'inizio, in fase di partenza. Credo che neanche la maggioranza sappia rispondere. Il *jobs act* non è altro che un disegno di legge in cui si conoscono sommariamente i principi cardine, ma la cui attuazione dovrà essere delineata da specifici decreti i cui contenuti non sono noti.

Dopo l'approvazione del *jobs act* al Senato, la Camera ha apportato alcune modifiche, tra cui il superamento delle collaborazioni coordinate e continuative e la parziale marcia indietro sull'abrogazione dell'articolo 18. Il superamento delle collaborazioni coordinate e continuative rischia di ingessare il mercato del lavoro, riducendo la mobilità interna ossia il passaggio da queste forme contrattuali a quelle del lavoro a tempo determinato e indeterminato.

Inoltre, in merito ai nuovi contratti, che dagli annunci dovranno partire già da inizio 2015 e dovranno garantire le tutele crescenti ai neoassunti, al Governo pongo tre quesiti: come sarà garantito il passaggio alla nuova tipologia di contratto? Cosa ricomprenderà quella dicitura così generica e nebulosa? Quale sarà la progressione prevista? Ancora una volta regna l'incerto e ci si affida alla

speranza, restando in attesa dei decreti attuativi, che nella migliore delle ipotesi saranno disponibili solo tra qualche mese.

La parziale marcia indietro sull'abrogazione dell'articolo 18 rappresenta un grave indietreggiamento delle posizioni iniziali del Governo, che ha ceduto alle pressioni dei sindacati e della sinistra più radicale del PD, e la reintroduzione del reintegro per i licenziamenti disciplinari ingiustificati creerà certamente confusione e numerosi ricorsi alla magistratura, che sarà chiamata ad esprimersi praticamente su ogni provvedimento preso dalle aziende in tal senso.

Lasciatemi inoltre stigmatizzare il comportamento dei sindacati che, sfruttando l'abbrivio demagogico dell'articolo 18, hanno dato il via ad una campagna di difesa corporativistica per tutelare più le loro organizzazioni che non i lavoratori che rappresentano. Hanno cercato di contrapporre i lavoratori agli imprenditori, sulla tipica visione di una società ormai lontana, come fossero due schieramenti contrapposti in cui la vittoria dell'uno comporta la sconfitta dell'altro, quando invece entrambi lottano insieme tutti i giorni sul campo dell'economia reale per garantirsi un futuro.

Proprio i sindacati dovrebbero comprendere che una maggiore flessibilità dei rapporti di lavoro crea nuova occupazione, anche grazie all'emersione del lavoro nero, una vera piaga per la nostra società, una vergogna inaccettabile per tutti quei lavoratori che purtroppo non si vedono riconosciuti i diritti a loro giustamente attribuiti. Certamente questo *jobs act* non creerà nuovi posti di lavoro.

Signor Ministro, è stata persa l'occasione giusta per impostare una politica di sostegno degli investimenti e della domanda, da cui scaturisce naturalmente la crescita occupazionale. È stata persa l'occasione per abbassare i costi della burocrazia, per incentivare la produttività e per ridurre il cuneo fiscale. Ma - ancor più grave - è stata persa l'occasione per dare un futuro migliore ai giovani e, più in generale, al nostro Paese. *(Applausi dal Gruppo FI-PdL XVII)*.

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore Lepri. Ne ha facoltà.

LEPRI *(PD)*. Signora Presidente, oggi ci accingiamo, dopo un lungo lavoro parlamentare, a varare la prima vera grande riforma organica. Intendiamoci, non che quelle finora approvate siano meno importanti, ma sono sicuramente limitate ad alcuni segmenti, ad alcune particolari elementi della cosa pubblica; altre sono in corso ed abbiamo avuto i primi passaggi parlamentari. Questo è davvero il primo atto organico complessivo capace di ridisegnare un intero comparto, quello delle politiche del lavoro.

Naturalmente oggi ci auguriamo che vi sia il sostegno della maggioranza, ma da domani la sfida passa all'approvazione dei decreti legislativi. Abbiamo le linee guida, ma il più è ancora da fare in termini di leggi e di decreti attuativi. Infatti, ben sappiamo che in Italia le leggi le facciamo, spesso male, ma purtroppo ancor meno bene riusciamo a fare i decreti attuativi. Quindi abbiamo una grande sfida di fronte a noi che ci aspetta nei prossimi mesi e che ci vedrà oltremodo impegnati.

In questo senso voglio subito fare un appello al Governo, che sono convinto non potrà che condividere il fatto che questa fase attuativa della delega debba essere oggetto di una forte partecipazione del Parlamento, e in modo particolare della Commissione lavoro. Sono sicuro che questo sia già un intendimento del Governo, ma credo che sia importante in questa sede evidenziare l'opportunità che non vi sia solo un passaggio formale nelle Commissioni. Forse è bene aspettare qualche settimana o qualche giorno in più, senza perdere molto tempo, pur di avere una condivisa e attenta sollecitazione e suggestione anche da parte dell'organo parlamentare.

Tra i tanti elementi importanti di questo provvedimento, soprattutto alla luce del confronto avuto in queste settimane sui territori, facendo convegni e partecipando ad incontri, ascoltando molti lavoratori e imprenditori, voglio evidenziare due sole questioni. La prima riguarda la domanda che ci poniamo e che ha avuto una risposta ambivalente da parte di chi è intervenuto prima di me. Questa misura sarà decisiva nello sbloccare l'occupazione? Naturalmente la risposta è no, se affidiamo a questa misura un'aspettativa quasi messianica e risolutiva. Se invece, più modestamente, pensiamo al contributo che, insieme ad altre misure, il *jobs act* potrà dare, allora possiamo dire sì.

Presidenza del vice presidente CALDEROLI **(ore 17,18)**

(*Segue* LEPRI). Verosimilmente questa misura potrà dare una mano per migliorare l'occupazione, consentire a più persone di trovare un lavoro e, soprattutto, ridare quella fiducia al mondo imprenditoriale che purtroppo - è confermato anche dai confronti di questi giorni - è venuta meno.

In particolare, credo sia importante il combinato disposto che questo Parlamento si accinge a varare prevedendo contemporaneamente sgravi fiscali con l'IRAP, la decontribuzione (due misure importanti contenute nel disegno di legge di stabilità), e la certezza del costo di separazione. Noi scommettiamo su questo, sul fatto che, mettendo insieme dotazioni certe, sgravi fiscali certi e la certezza del costo di separazione, quando purtroppo si manifestano esigenze di licenziamento, questo combinato disposto potrà ridare slancio e fiducia agli imprenditori, anche a quelli stranieri. Abbiamo avuto in queste ore la notizia, che salutiamo con grande soddisfazione, dell'accordo siglato a Terni e solo ieri c'è stato l'accordo relativo all'altra acciaieria di Piombino. Sono quindi due esempi di gruppi stranieri che forse - forse! - anche grazie a questa nuova energia che il Governo e il Parlamento si accingono a riconoscere, ripartono nella scommessa in favore del nostro Paese. Lo stesso vale anche per le piccole imprese: abbiamo ascoltato molti imprenditori che dicono di essere fermi da molti mesi, perché aspettano queste misure: mi riferisco soprattutto agli imprenditori che sono sulla soglia dei 15 dipendenti, che sono disponibili a fare questo salto, ma che volevano la certezza di minori costi e una certezza anche rispetto all'eventuale licenziamento con un costo di separazione certo. Certamente anche il combinato disposto delle misure che ci accingiamo a discutere nella legge di stabilità con quelle previste nel provvedimento è importante, perché crediamo che la contribuzione fino ad 8.000 euro per ogni lavoratore, la riduzione dei vincoli burocratici e l'ampliamento della platea delle persone che beneficeranno di questi sgravi fiscali possano dare uno stimolo forte agli imprenditori.

La seconda considerazione che desidero avanzare, prima di concludere, riguarda le politiche attive del lavoro: abbiamo davanti la grande sfida di ridisegnare totalmente questo comparto, che davvero ha dimostrato poco efficacia. Lo confermano purtroppo anche i primi dati, che speriamo possano essere modificati, relativi alla Garanzia giovani, che dimostrano una grande difficoltà ad applicare una misura importante, anche probabilmente a causa di un certo regionalismo anarchico o comunque poco governato, che purtroppo sempre di più appare sotto i nostri occhi. Ecco allora che, ad esempio, la grande scommessa che abbiamo di fronte è quella di ripensare al ruolo delle Agenzie regionali e provinciali, che non saranno più i centri per l'impiego, ma che dovranno assumere un ruolo di *governance* nuovo, finora non adottato: verosimilmente ci si affiderà alle agenzie del lavoro private e del *no profit,* mentre le Agenzie nazionali, regionali e locali avranno il compito di occuparsi del profilo dei lavoratori, di accreditare i soggetti terzi, di definire le tariffe, di gestire il *voucher*, di gestire il contratto di ricollocazione, insomma di occuparsi del governo di quelle politiche attive che ancora, purtroppo, devono vedere un'efficacia vera nel nostro Paese. Cadono o si riducono molti degli gli alibi, per tutti: per gli imprenditori, per la politica, per i lavoratori.

Voglio solo aggiungere una avvertenza, in conclusione: non dobbiamo mollare circa la vigilanza sulle tutele dei lavoratori. Sono sicuro che il Governo non lo farà e chi ha avanzato questo dubbio stia tranquillo, perché nessuno di noi - e certamente nessuno all'interno di questa maggioranza - intende ridurre le tutele e i diritti dei lavoratori. Ma questa avvertenza la portiamo con noi e siamo sicuri che non potrà essere disattesa. Per oggi, tuttavia, ci basta quello che abbiamo messo in campo e che ci accingiamo a votare. Sappiamo che abbiamo di fronte ancora grandi sfide, ma per oggi questi risultati certamente non sono pochi. *(Applausi dal Gruppo PD)*.

PRESIDENTE. Dichiaro chiusa la discussione sulla questione di fiducia posta dal Governo.

Passiamo alla votazione del disegno di legge n. 1428-B, composto del solo articolo 1, nel testo approvato dalla Camera dei deputati, sul quale il Governo ha posto la questione di fiducia.

LANZILLOTTA *(SCpI)*. Domando di parlare per dichiarazione di voto.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

LANZILLOTTA *(SCpI)*. Signor Presidente, colleghi, credo che in pochi casi la posizione della questione fiducia abbia avuto un significato politico come nel caso dell'approvazione di questo provvedimento, che modifica sostanzialmente le regole del mercato del lavoro. Si tratta infatti di un

disegno di legge che caratterizza l'agenda del Governo e, ancor prima, la sua strategia di lungo periodo. Una strategia che punta ad adeguare il Paese, il suo sistema istituzionale, sociale ed economico alle mutazioni profonde che il mondo, l'Europa, l'Italia hanno vissuto in particolare nell'ultimo quindicennio.

La globalizzazione dei mercati finanziari, l'avvento di Internet, la modifica dei modelli produttivi, la redistribuzione globale del lavoro, la velocità del cambiamento hanno richiesto ai singoli Paesi capacità di adeguamento del sistema produttivo, riconversione delle professionalità dei lavoratori, flessibilità indispensabile per adeguare i sistemi di produzione ai mutamenti rapidissimi delle tecnologie. Chi lo ha fatto ha resistito meglio alla crisi e ha evitato impatti drammatici in termini di disoccupazione, di disagio sociale e di incapacità del cospicuo ammontare di spesa pubblica destinato ai tradizionali ammortizzatori di accompagnare i lavoratori dentro la crisi per farli approdare - tutelando lavoro e protezione - a un mercato flessibile e mutevole. L'Italia non lo ha fatto, e pur avendo chiaro ormai da molti anni quale sarebbe dovuta essere la direzione di marcia del cambiamento - la senatrice Favero ricordava poco fa le parole di D'Alema del 1997: sono passati molti anni, quasi venti - è rimasta immobile, bloccata dai veti di settori del mondo del lavoro legati a modelli produttivi ormai sempre più marginali nei quali, peraltro, il sindacato continuava ad avere la base principale della sua rappresentanza non riuscendo a rappresentare la nuova complessità del mondo del lavoro e le sue nuove forme.

Proprio questo immobilismo, con la conservazione di regole che hanno ingessato il mercato del lavoro, ha determinato lo sviluppo impetuoso di innumerevoli forme di contratti precari, che hanno tolto a due generazioni di giovani lavoratori la possibilità di valorizzare le loro capacità e la loro formazione, l'impossibilità di costruirsi un futuro, la dignità di conquistare l'autonomia dalla famiglia di origine. Questo immobilismo e le sue conseguenze sono una grave responsabilità del sistema politico e sono parte rilevante - io credo - della sua delegittimazione. Tutto questo avrebbe infatti richiesto da parte delle istituzioni lungimiranza e coraggio, anche a costo di pagare prezzi politici nel breve periodo, come fece nel 2000 il socialdemocratico Schroeder, le cui riforme sociali fecero perdere all'SPD le elezioni, ma posero le condizioni per ricostruire la forza dell'economia tedesca. Per questo mi pare paradossale chi oggi parla di fretta.

A differenza di quanto sostengono i suoi avversari, la riforma che oggi approviamo nella terza e definitiva lettura è un provvedimento che tende a superare quella frattura, quel dualismo del diritto del lavoro che genera profonda ingiustizia perché divide i lavoratori tra i protetti da una parte (circa 8 milioni) e dall'altra parte i poco o per nulla protetti, per arrivare a un sistema che tende a coniugare la massima possibile flessibilità con la massima possibile protezione economica e professionale delle persone che lavorano attraverso un sistema universalistico di tutele contro la disoccupazione. Dunque, la finalità di questo provvedimento è quella di dare effettività, realtà e sostanza ai principi fondamentali contenuti negli articoli 1 e 3 della nostra Costituzione, ovvero il principio di uguaglianza innanzitutto rispetto al valore fondante della nostra Carta, che è appunto il lavoro.

È francamente incomprensibile come chi fonda la propria identità proprio sull'uguaglianza dei diritti e sulla giustizia sociale possa contrastare questo obiettivo la cui effettività esige con tutta evidenza il superamento dell'attuale sistema. Non si possono volere le due cose insieme: conservazione del vecchio e cambiamento. Chi lo sostiene non fa, a mio avviso, un'operazione di onestà intellettuale, ma esprime un rifiuto pregiudizialmente ideologico che tenta di nascondere in un perenne benaltrismo.

Colleghi, la riforma non è l'articolo 18, usato come un *totem*. La riforma è: nuovi ammortizzatori sociali, riforma dei servizi per l'impiego, nuovi contratti del lavoro, semplificazione, leggibilità e trasparenza delle regole del mercato del lavoro.

Queste sono le linee di azione su cui si articola la riforma, insieme alle fondamentali misure fiscali contenute nella legge di stabilità, che riducono il costo dei contratti a tempo indeterminato, creando quella tendenziale convergenza di costo tra tempo determinato e tempo indeterminato, che da tanto tempo si sottolinea come assolutamente indispensabile per superare la convenienza della precarietà.

Il testo licenziato dalla Camera, frutto peraltro di un laborioso compromesso, non intacca la sostanza

del provvedimento. Sui nuovi contratti sono rilevanti la radicale semplificazione delle forme contrattuali e il superamento delle forme più odiose di precarietà che hanno rappresentato negli ultimi decenni spesso le uniche forme di lavoro conosciute dai giovani che, entrati nel mercato del lavoro negli ultimi 20 anni, non ne sono più usciti, mantenendo sempre la stessa forma di incertezza e impossibilità di costruire il loro futuro.

L'estensione della tutela della maternità alle lavoratrici, quale che sia la forma contrattuale, è tesa al superamento della vergognosa situazione di lavoratrici che con la maternità spariscono dal mercato del lavoro e silenziosamente diventano invisibili perché non hanno nessun riconoscimento e nessuna tutela. Ed è questa anche una non secondaria ragione del declino demografico nel nostro Paese.

Sull'articolo 18 i decreti delegati chiariranno tutti i dubbi emersi nel corso del dibattito, mantenendo però il principio del reintegro per i contratti discriminatori e definendo le fattispecie, anche dei disciplinari, affinché in sede giurisdizionale queste fattispecie non possano essere dilatate fino a configurare di fatto la illicenziabilità del lavoratore, come avvenuto in passato.

Ora, è chiaro che non si crea solo così, miracolosamente, l'occupazione. Perché ciò avvenga è indispensabile che ci sia una chiara inversione del ciclo economico. Ma questa riforma è sicuramente una *conditio sine qua non* perché l'Italia possa cogliere le opportunità della ripresa e fare sì che, in un mercato globalizzato, i capitali riconoscano nel nostro un Paese in cui è possibile investire. E per questo la riforma del mercato del lavoro è considerata, dai mercati finanziari e dall'Unione europea, un indice essenziale (anche se ovviamente non l'unico) per ritenere che la ripresa è possibile anche in Italia e che, quindi, il nostro debito pubblico, nel medio periodo, rimane sostenibile e finanziabile. Cari colleghi, se ciò non avvenisse, ritorneremmo alla terribile situazione del novembre 2011.

Ci sono due punti, tuttavia che rimangono, a mio avviso, delicati e critici, e sono stati giustamente sottolineati da molti interventi. In primo luogo, le risorse messe a disposizione dal nuovo sistema di ammortizzatori: risorse che oggi risultano sufficienti, poiché ci sarà una gradualità dell'andata a regime del nuovo sistema, ma che, in prospettiva, dovranno essere irrobustite anche, ma non solo, attraverso la graduale riconversione di una parte della enorme somma assorbita dal sistema attuale. Un sistema che finanzia, talvolta per anni o per decenni, posti di lavoro che non ritorneranno mai attivi e abbandonano a se stessi i lavoratori.

Ma vi è un altro punto critico su cui il Governo dovrà spendersi con impegno, perché è questo il terreno su cui in Italia cadono le riforme: e cioè la loro gestione amministrativa, perché questo richiederà di disboscare un sistema inefficiente e di procedere a una verifica profonda del sistema regionale della formazione professionale, senza cedere a resistenze corporative o a gruppi di interesse che talvolta di quel sistema si alimentano. E l'Agenzia nazionale dovrà garantire *standard* di qualità uniforme sul territorio nazionale perché, diversamente, su un terreno delicatissimo come il lavoro, avremo una drammatica disparità di diritti. Su questo aspetto, la responsabilità del Governo è enorme e noi vigileremo perché si proceda nella giusta direzione.

Nel confermare quindi il convinto voto di fiducia dei senatori del Gruppo di Scelta Civica, consentitemi di rivolgere tra tutti uno speciale ringraziamento al senatore Ichino, che di questa riforma è considerato uno dei padri e che ad essa ha dedicato in questi anni il suo impegno scientifico e politico, oltre che la sua passione civile. *(Applausi dal Gruppo SCpI)*.

ZELLER *(Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE)*. Domando di parlare per dichiarazione di voto.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

ZELLER *(Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE)*. Signor Presidente, onorevoli colleghi, il Gruppo delle Autonomie saluta con favore il via libera definitivo che il Senato oggi dà al cosiddetto *jobs act* o, meglio, la legge delega per la riforma del mercato del lavoro.

Il nostro Gruppo considera questo provvedimento come un segnale importante, molto atteso dagli operatori nazionali, ma anche dall'Europa per avvicinarsi all'obiettivo di un mercato regolato in maniera più moderna e flessibile.

Abbiamo da sempre sottolineato il bisogno di semplificare e migliorare la disciplina dei contratti di

lavoro a tempo indeterminato al fine di renderli più convenienti ed attrattivi per le imprese, lasciandole più libere di organizzare i processi di produzione e rimuovendo gli ostacoli che scoraggiano le assunzioni.

Al contempo, però, vanno salvaguardati anche i diritti dei lavoratori con l'introduzione di efficaci deterrenti e sanzioni per i casi più gravi di licenziamenti illegittimi.

Salutiamo con favore poi l'essersi concentrati sulle politiche attive per far incontrare domanda e offerta e l'aver introdotto tutele per chi fino ad ora non ne aveva.

Perché il mercato del lavoro diventi dinamico bisogna assicurare azioni efficaci per la formazione ed il ricollocamento dei lavoratori. In tale contesto l'Italia dovrebbe finalmente introdurre il sistema duale per la formazione professionale, che viene praticato da decenni con grande successo in Germania e in Austria, ma anche in provincia di Bolzano. Tale sistema non contribuisce solamente alla formazione di una manovalanza specializzata, ma anche a combattere in modo efficace la preoccupante disoccupazione giovanile.

L'aver semplificato la giungla di contratti, come avverrà con l'attuazione di questa delega, aiuterà inoltre ad attirare gli investitori esteri.

Auspichiamo quindi che nei decreti attuativi che verranno emanati a breve dal Governo e che daranno la forma finale a questo provvedimento si trovi una soluzione equilibrata per sciogliere il nodo dell'articolo 18.

Per i motivi fin qui esposti, annuncio il voto favorevole del nostro Gruppo. *(Applausi dal Gruppo Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE e dei senatori Puppato e Collina)*.

FERRARA Mario *(GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI))*. Domando di parlare per dichiarazione di voto.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

FERRARA Mario *(GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI))*. Signor Presidente, intervengo in rappresentanza del Gruppo GAL, e come presidente debbo premettere che alcuni senatori del Gruppo voteranno la fiducia al Governo e molti altri non lo faranno. Personalmente faccio parte di questi ultimi, ossia di coloro che non lo voteranno.

Ricordo a me stesso e ai colleghi che tutto quello che stiamo facendo discende dall'articolo 94 della Costituzione. L'articolo 161 del Regolamento del Senato, parimenti a quanto avviene nel Regolamento della Camera, fa riferimento alla questione di fiducia che il Governo può porre sugli oggetti sottoposti al voto dell'Assemblea e questo lo si fa per prassi, e quindi per dottrina e giurisprudenza costituzionale, ma non perché specificatamente attribuito come prerogativa dalla Costituzione.

Una nota quale esito della Giunta per il Regolamento di questo ramo del Parlamento afferma che la questione di fiducia non instaura un dibattito a se stante, ma è una cornice all'oggetto principale del quale si sta discutendo. Dice questo con riferimento al fatto che essendo una cornice, si deve rinnovare la discussione generale e che la discussione generale è un diritto di tutti i parlamentari. Si rinnova quindi il diritto dei parlamentari ad intervenire nella discussione sulla fiducia.

Tuttavia, la Giunta per il Regolamento e quindi il Regolamento del Senato dicendo questo stabilisce una cosa importante e cioè che la questione di fiducia è comunque una questione a se stante ed io, più che di quello che ritengo sia un piccolo quadretto contornato da una grande ed eccessiva cornice che è la questione di fiducia, di quest'ultima vorrei parlare. Perché?

Perché questa cornice è la trentunesima che il Governo vende agli italiani ed è una cornice un po' farlocca, perché si cerca di nascondere la verità, dicendo che potrebbe essere la ventinovesima in quanto non contano le due fiducie ottenute dal Governo quando si formò. D'altronde, il Governo Renzi, dicendo: «Ho fatto 30, faccio 31», non fa altro che ripetere un'antica abitudine dei fiorentini. Si dice: «Ho fatto 30, faccio 31» perché lo disse il figlio di Lorenzo il Magnifico, papa Leone X, quando, preparando una lista di 30 cardinali, si accorse di averne dimenticato uno. Lo aggiunse davanti allo stupore dei cardinali in quel momento presenti dicendo, appunto: «Ne ho fatti 30, posso farne 31». Ecco, questa presunzione tutta toscana - mi scuseranno i fiorentini e i toscani, in generale - appartiene tantissimo al Presidente del Consiglio che dice: «Ho fatto 30, faccio 31».

Ricorrere però sempre alla fiducia per far passare un provvedimento, a mio avviso (non mi critichino troppo i colleghi che saranno costretti, per la loro appartenenza, a votarlo), non è una cosa seria. È come dire per partito preso (partito preso dal Governo che afferma che questa è una legge buona e va votata e tale possibilità viene adombrata dalla dottrina costituzionale): questa legge è parola del Governo, è parola di re. Ma l'ultimo a dire: «Parola di re» fu re Faruk al casinò di Sanremo quando l'altro giocatore voleva vedere il *poker* d'assi da lui dichiarato e, per non farglielo vedere, tra il serio e il faceto e con l'arroganza che gli era data dall'essere re Faruk, disse: «Poker d'assi. Parola di re». Questa «Parola di re» però ha fatto di Faruk uno dei più citati ma non più edificanti nella bibliografia delle biografie del tempo passato. E mi pare che Renzi non sta facendo nulla di più per migliorare lo stato della sua biografia.

Ma ritorniamo alla cornice. La cornice - dicevo - è un po' farlocca: è una grande e grossa cornice di un piccolo quadro. Non me ne voglia il senatore Ichino a cui va tutto il nostro affetto, ma dovrà convenire anche lui sul fatto che il quadro è un po' astratto. È una delega vaga, con connotati di fortissima incostituzionalità (proprio perché vaga) perché ha una perimetrazione troppo ampia dei decreti da emanare, perché è una delega evanescente più che garante di tutele crescenti. È una delega indeterminata, indistinta (è stato detto più volte in quest'Aula), con il solo intento di introdurre, giustamente, nel dibattito giuslavoristico una migliore ricerca di un rinnovato - professor Ichino - equilibrio tra chi cerca lavoro e chi lo offre.

Questa è la vera novità. È una novità filosofica molto importante, ma il Governo con la fiducia tradisce il dovere di discuterne e di farla discutere in Parlamento.

A questo punto sono tentato da una birichinata, presidente Calderoli (lei mi comprenderà poiché di birichinate è molto esperto). È da tempo che desidero farlo, ma non mi è sembrato molto serio. Vorrei cioè citare una pubblicità (per legge abbiamo tutti più di quarant'anni e lo ricorderemo), cioè la pubblicità della Galbani che diceva: «Galbani vuol dire fiducia». Ebbene, io la fiducia a questo Governo, che non è il Governo Galbani, non la do. Io la fiducia al formaggino Renzi, signor Presidente, mi permetta e mi permettano i colleghi, non la do.

E non la do perché questo non è un Governo serio. Perché non è serio andare in Algeria e dichiarare in una conferenza stampa che i problemi dell'acciaio italiano saranno risolti da imprenditori agroalimentari algerini! Non è serio parlare di legge elettorale quando ancora non si è stabilita la forma di Governo, così come ovunque è scritto nel mondo nei testi di dottrina costituzionale! Per parlare di legge elettorale bisognerebbe prima aver preso una decisione sulla forma di Stato e, poi, sulla forma di Governo. Non è serio dire a tutti: «Stai tranquillo», dopodiché non fare la legge sulla burocrazia, non fare la legge sulla giustizia, non fare la legge sull'ambiente, parlare di scuola e mettere soltanto due articoli nella legge di stabilità dove si parla di tutto, ma non si decide nulla.

Ministro Poletti, mi sono scritto il suo nome perché lei è pur famoso, ma questa non passerà alla storia come riforma Poletti: questa sarà la riforma Renzi e dovrebbe esserne contento perché non è una buona riforma. *(Applausi dai Gruppi M5S e LN-Aut)*. Comunque, ministro Poletti, diverso sarebbe stato se, invece di porre poco seriamente la questione di fiducia, il Governo avesse fatto votare il provvedimento. Forse - mi riferisco anche a me - avrebbe avuto migliore fortuna. Ma, proprio per questo, non è un Governo serio e io la fiducia a codesto Governo non la voto. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut e dei senatori Di Maggio, Liuzzi e Razzi)*.

Saluto ad una rappresentanza di studenti

PRESIDENTE. Saluto gli studenti e i docenti dell'Istituto professionale servizi industriali e artigianato «Majorana-Sabin» di Giarre, in provincia di Catania, che stanno assistendo ai nostri lavori. *(Applausi)*.

Ripresa della discussione del disegno di legge n. 1428-B
e della questione di fiducia (ore 17,45)

MUNERATO *(LN-Aut)*. Domando di parlare per dichiarazione di voto.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

MUNERATO *(LN-Aut)*. Signor Presidente, onorevoli colleghi, il mio intervento sarà breve, ma non sarà solo una semplice dichiarazione di voto, bensì una vera dichiarazione di guerra contro questa riforma. Una dichiarazione preparata e condivisa con centinaia e migliaia di persone incazzate, che noi della Lega Nord ogni settimana incontriamo sul territorio.

Signor Ministro, per «persone» non intendo parlamentari che dicono che con 80 euro si fa la spesa per due settimane o europarlamentari che ci fanno l'elenco di quante volte vanno dall'estetista o Ministri che ultimamente vediamo a banchetti con capiclan mafiosi, ma persone preoccupate: uomini, donne e giovani disoccupati, esodati e famiglie in difficoltà.

La cosa più triste è vedere come vi siete ridotti voi, senatori del Partito Democratico: voi, che sotto una bandiera rossa con falce e martello vi siete sempre erti a difendere il mondo dei lavoratori. Almeno questo ci avete fatto credere. Tra di voi c'è anche chi ha un'importante storia sindacale alle spalle; e da veneta non posso non citare Giorgio Santini, dirigente sindacale da quando aveva 23 anni: arrivato alla pensione, ha staccato il biglietto per il Parlamento. In pratica, non ha mai lavorato. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut)*. Sarei curiosa di sapere quanto prende di pensione; spero meno del suo ex capo, Raffaele Bonanni. Decenni di sindacato, mai lavorato, ora è in Parlamento: almeno difenda i lavoratori! *(Proteste dal Gruppo PD)*.

Lo dice una che non ha mai votato a sinistra, ma che ha fatto per tanti anni l'operaia. E invece no: Santini, come tutti gli altri, ipocriti della politica, esponenti del Partito Democratico... *(Vive proteste dal Gruppo PD)*.

PRESIDENTE. Colleghi, se nessuno trascende e fa delle valutazioni politiche, ciascuno ha il diritto di dire quello che vuole. *(Reiterate proteste dal Gruppo PD)*.

Prosegua, senatrice Munerato.

MUNERATO *(LN-Aut)*. È salito sull'autobus del PD e approva tutto, fregandosene di quello che la sua storia gli imporrebbe di fare.

Si chiacchiera tanto dell'articolo 18 e delle tutele crescenti: parole, parole, parole. Noi vogliamo riportarvi alla realtà. Ci rivolgiamo soprattutto a voi, che dite di essere di sinistra, ma non avete mai assaggiato la precarietà e siete con il sedere al caldo e la pensione che vi arriva bella gonfia nel conto in banca. Il vero dramma per chi lavora oggi è la facilità con la quale può essere licenziato. Chi ha cominciato a distruggere i diritti conquistati dai lavoratori con decenni di battaglie sindacali, soprattutto della vostra amata sinistra? Il Governo Monti e la signora «lacrime di coccodrillo» Elsa Fornero. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut)*. Cosa succede con la legge Fornero approvata nel 2012? Il giudice del lavoro, di fronte ad un licenziamento per motivi economici, riconosce un indennizzo tra le 12 e le 24 mensilità. Se le ragioni alla base del licenziamento risultano manifestamente infondate, il giudice può anche ordinare al datore di lavoro di riprendere alle sue dipendenze il lavoratore. In pratica, la Fornero ha aperto le porte all'utilizzo dei lavoratori come merce. Non mi servi più? Ti do 20.000 euro e ti lascio a casa. Quindi, più è bassa la qualifica del dipendente, più è facile e poco oneroso per un imprenditore cacciare un lavoratore. Con questa crisi, chiunque può dire in qualsiasi momento che i motivi economici sussistono. Come fa il giudice e dire che non è vero? E così con una manciata di euro ci si libera di chiunque. In pratica, la Fornero ha reso gli ultimi sempre più servi. I lavoratori devono dire di sì, stare buoni, magari subire prese in giro, battute dei capi, perché appena alzano la testa possono essere cacciati. In pratica, siamo tornati al padrone e ai servi. La dignità degli ultimi si può calpestare per legge!

Chi ha approvato la riforma Fornero? Il Partito Democratico, che nasce dalla fusione dell'evoluzione

del Partito Comunista e della parte più di sinistra della Democrazia Cristiana, i riferimenti naturali dei due sindacati più importanti d'Italia, la CISL e la CGIL. Complimenti! Complimenti davvero! Siete sicuri che i vostri elettori lo sappiano? Ci penseremo noi della Lega Nord, a farglielo sapere! *(Commenti dal Gruppo PD)*. Perché voi siete diventati il partito degli industriali, non un partito popolare.

Così comunque è diventato il mercato del lavoro con la legge Fornero. Ma Renzi, con il suo *jobs act*, sta facendo molto, ma molto peggio. Se il *jobs act* sarà approvato, la facoltà del reintegro nel luogo di lavoro sarà cancellata definitivamente e il giudice potrà solo prevedere un indennizzo economico certo e crescente con l'anzianità di servizio. Complimenti, presidente Renzi! Complimenti al Partito Democratico! Complimenti a Giorgio Santini! Tanto la sua pensione non verrà toccata. Lui che dall'età di 23 anni ha difeso, sulla carta, i lavoratori, oggi approva la morte... *(Proteste dal Gruppo PD)*.

CARDINALI *(PD)*. Ma che c'entra?

PRESIDENTE. Senatrice Munerato, lasciamo perdere i colleghi reiteratamente chiamati in causa. Può intervenire benissimo rivolgendosi all'Assemblea e a me.

MUNERATO *(LN-Aut)*. Ok.

Dicevo che Giorgio Santini oggi approva la morte di decenni di lotte dei lavoratori dipendenti. È tutto legale, ci mancherebbe altro, ma è bene che i vostri concittadini lo sappiano, che si rendano conto di chi hanno mandato a Roma a rappresentarli!

Intanto, il vostro sindacato, la CGIL, ha detto che verrà con noi della Lega Nord a votare per l'abrogazione della legge Fornero. Ora dobbiamo solo aspettare che la Corte costituzionale approvi il quesito referendario. E quando avremo il via libera, si concretizzerà la morte del Partito Democratico, la fine dell'illusione che il PD sia un partito di sinistra vicino ai più deboli, al popolo, agli ultimi! A votare contro la Fornero ci sarà un partito non di sinistra, ma la Lega Nord e il sindacato più di sinistra, la CGIL.

Vedremo cosa farà la gente e, secondo me, la gente sarà dalla nostra parte. Resterà solo da capire se alzerete ancora una volta il livello della vostra ipocrisia e se vi rimangerete le vostre posizioni, magari appoggiando il nostro *referendum*, come ha fatto tardivamente la CGIL. Per voi però sarà troppo tardi, perché ci saremo noi della Lega Nord a ricordare a tutti che lo fate solo per opportunismo, perché siete non soltanto dei privilegiati, ma anche dei politici squallidi e senza valori... *(Vive proteste dal Gruppo PD e del senatore Buemi)*.

PRESIDENTE. No! Senatrice Munerato, la richiamo ufficialmente per questo apprezzamento che eccede rispetto alla sua possibilità di intervento.

MUNERATO *(LN-Aut)*. Porti pazienza, sono una del popolo e sono abituata a parlare in questo modo.

PRESIDENTE. Il popolo questa volta non c'entra.

ESPOSITO Stefano *(PD)*. Ma quale popolo? Tu non sai neanche cos'è, il popolo! Ma vai a lavorare!

MUNERATO *(LN-Aut)*. Concludo dicendo che la Lega Nord sta dalla parte di chi lavora onestamente, di chi lotta per trovare un lavoro, dalla parte degli esodati, che voi ancora una volta avete illuso! Perciò la Lega Nord non voterà la fiducia a questo Governo. Noi siamo a fianco di chi lavora onestamente, e non a fianco dei capimafia. *(Proteste dal Gruppo PD)*.

PRESIDENTE. I richiami valgono per la senatrice come per chi risponde.

MIRABELLI *(PD)*. Ci ha appena detto mafiosi!

ESPOSITO Stefano *(PD)*. Colpa mia, Presidente, mi richiami.

BAROZZINO *(Misto-SEL)*. Domando di parlare per dichiarazione di voto.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

BAROZZINO *(Misto-SEL)*. Signor Presidente, io ho sempre pensato che le favolette si potessero raccontare ai bambini. Che però anche nel Parlamento italiano si continuino a raccontare favolette non lo trovo assolutamente serio.

Vede, signor Ministro (vorrei un po' di attenzione, per favore), a me hanno insegnato che le tutele

crescenti possono definirsi tali se a garantirle sono le leggi e la nostra Costituzione; è molto semplice. Se invece dipendono dalla discrezione e dalla bontà del padrone, diventano una carità, cose del passato, cose vecchie, che le generazioni prima di noi hanno lottato per cancellare e che non hanno portato a nulla di buono, perché la carità non può stare a discrezione del padrone. Il mondo del lavoro deve essere garantito dalle leggi e dalla nostra Costituzione; e così non è con questo *jobs act*.

Per questo noi di SEL non potremo mai votare una riforma di questo genere. Si tratta di una cattiveria anticostituzionale, aggiungo io, perché è anticostituzionale e lo sanno tutti. Come è stata anticostituzionale la riforma Fornero. Dopo la riforma Fornero - è evidente che questo Governo non sta attento - ci sono stati tanti licenziamenti. Io leggo tutti i giorni notizie di lavoratrici malate, di lavoratrici con grossi problemi, di lavoratori che hanno reagito ad un insulto e vengono licenziati; e questo Governo non dice assolutamente nulla. Questo per noi dovrebbe essere il lavoro: garantire quella serenità - perché di questo parliamo - che questo Governo purtroppo non vuol garantire.

E poi finitela di dire che la discussione è stata vera e che c'è stata una discussione ampia, perché non è vero, signor Ministro, non è assolutamente vero: dobbiamo rendere giustizia alla verità. Nelle Commissioni non si è discusso di nulla, perché era tutto blindato e c'era una fretta dell'anima di chiudere questa delega lavoro. Ci è stato praticamente vietato di discutere su qualsiasi cosa che si potesse migliorare. Devo dire che è difficile migliorare questo scempio che avete fatto; però noi ci volevamo provare sul serio e non ci è stato consentito. Lo sanno tutte le persone che realmente volevano dare un contributo alla discussione e che possono testimoniarlo prima e dopo di me, se vorranno. Quindi non parliamo di discussione, perché non c'è stato assolutamente nulla di tutto questo.

Noi volevamo parlare di cose serie. Per esempio, volevamo parlare dell'ultima sentenza della Corte di giustizia europea, che è importante. Mi sembra di capire che il primo punto del *jobs act* interviene proprio lì, sulla causalità del licenziamento; ma non ci è stato dato modo di parlare di questo. Questa è una discussione vera: discutere sugli emendamenti e discutere sugli ordini del giorno. Non è stato assolutamente così; però voi, pur di far credere all'opinione pubblica che c'è stata un'ampia discussione e un'ampia non si capisce che cosa, dite delle falsità e delle bugie, che non fanno onore a nessuno, signor Ministro. Questa è la verità.

Parliamo di dati allarmanti; l'hanno detto in tanti prima di me in questa Assemblea. La disoccupazione ormai raggiunge i 3 milioni e mezzo di persone; la disoccupazione generale è al 13,2 per cento, mentre quella giovanile è al 43,3 per cento. E voi l'unica cosa che siete riusciti a fare molto bene è stato detassare lo straordinario. Avete avallato questa scelta: siccome non c'è lavoro, si detassa lo straordinario. Però fate finta di non capire: agevolate le aziende che, invece di assumere, detassano lo straordinario, cioè pagano di meno le ore di straordinario in confronto alle ore ordinarie! Bella scelta, devo dire, proprio una scelta che va incontro all'occupazione. Però di questo non si è potuto discutere in Commissione, perché - lo ripeto e mi dispiace dirlo - il lavoro in Commissione era blindato e c'era una fretta dell'anima. E, quando c'è fretta, non si fanno mai le cose per bene, ricordatevelo.

Come è possibile non combattere la riforma Fornero, che aumenta l'età pensionabile? Ma di cosa stiamo parlando? Del programma «Garanzia giovani»? Signor Ministro, la prego. Per quanto mi riguarda, e la storia lo insegna, la prima garanzia dei nostri giovani dovrebbe essere quella di mandarli a scuola, perché mandare i nostri giovani a scuola è sinonimo di progresso e di civiltà in questo Paese. Un giovane istruito, infatti, può garantire qualcosa di migliore per il nostro Paese; noi, invece, vogliamo mandare i ragazzi a lavorare a quindici anni. Guardate che non è che i nostri giovani non vanno più a scuola per questo decreto, ma perché i loro genitori non possono più mandarli a scuola. Questo è il dramma che non volete capire; è di questo che volevamo discutere, però non ci è stata data la possibilità.

Allo stesso modo, volevamo discutere di quello che tutto questo in realtà nasconde: non si tratta soltanto dell'articolo 18. Altro che ridurre le tipologie di contratto: la verità è che si vuole cancellare il contratto nazionale di lavoro! La concorrenza deve essere quindi concorrenza selvaggia tra i territori, perché si vogliono avallare i contratti aziendali: questa è verità che purtroppo volete negare, sottraendovi alla discussione su questi temi.

Volete continuare a venire in quest'Aula a dire cose che non stanno né in cielo, né in terra. La verità che a voi fa male è che state avallando quello che avete combattuto - e mi rivolgo veramente con onestà e senza alcuna presunzione ai compagni del Partito Democratico - nell'articolo 8 della riforma Sacconi: adesso lo state avallando. Vi prego, ripeto, vi prego di ritornare sui vostri passi, perché non è la strada giusta!

Il presidente Renzi si fa grande - giustamente - del 37 per cento dei cittadini che vanno a votare; allora non capisco se la rappresentanza, come la democrazia, è variabile a seconda delle circostanze (io non credo che debba essere così): voi state cancellando chi nel mondo del lavoro rappresenta il 60-65 per cento dei lavoratori che hanno diritto e vanno a votare; questo è quello che state cancellando e non è un bene perché persone molto più autorevoli di me hanno detto che da questa crisi, Ministro, si può uscire solo con la partecipazione, non a colpi di fiducia e di arroganza, ricordatevelo bene e ricordiamocelo tutti. *(Applausi dal Gruppo Misto-SEL)*. Si esce dalla crisi, ripeto, con la partecipazione: non sono io a dirlo, ma persone molto più autorevoli. Basta fare attenzione a leggere le cose.

Volevate ridurre le forme di contratto: ma vogliamo parlare di quello che avete fatto con i *voucher*, estendendone l'utilizzo, non solo all'agricoltura, ma un po' a tutto, per cui un lavoratore ormai dovrebbe andare in tabaccheria a comprare un buono per poter lavorare? Ministro, vi prego di riflettere su questo, lo dico veramente con la massima educazione e con il massimo rispetto, perché non porterà nessuna occupazione; al contrario, la toglierà.

E vogliamo parlare del demansionamento e del controllo a distanza? Signori, ma un lavoratore deve andare a lavorare o deve fare un'altra cosa? Io non ho capito che cosa deve fare un lavoratore: sembra che lo dobbiamo mandare a fare un esperimento su Marte! Non deve andare più in un luogo di lavoro, in una fabbrica, a lavorare in serenità, ripeto, in serenità; sembra che lo dobbiamo spedire a fare degli esperimenti e che il lavoro sia diventato qualcosa di incredibile! Al contrario, il lavoro è una cosa molto più semplice di quanto si voglia far intendere. Ma voi anche qui fate finta di non capire: infatti, il vero problema non è che non si capisce: è che vi rifiutate di ascoltare chi con il mondo del lavoro sta a contatto tutti i giorni e forse può darvi dei consigli.

Per questo noi non voteremo mai e poi mai questa riforma, perché noi del Gruppo Misto-SEL - penso di poter parlare per tutto il Gruppo - siamo per un lavoro e per una vita sociale; non siamo per un lavoro che diventi servile, come già accaduto peraltro in passato. Volete cancellare lo Statuto dei lavoratori - e non lo dico io, lo hanno detto i vostri alleati di Governo - mandandolo «finalmente» in soffitta dopo 45 anni! Vi ricordo che lo Statuto dei lavoratori è una legge dello Stato, e chi ha paura della legge ha paura della democrazia! *(Applausi dal Gruppo Misto-SEL e dei senatori Bocchino e De Pin. Congratulazioni. I senatori del Gruppo Misto-SEL mostrano cartelli recanti le scritte: «Statuto dei diritti dei lavoratori» e «Jobs Act, ritorno all'800»)*.

PRESIDENTE. Colleghi, vediamo di ritirare quei cartelli.

Invito gli assistenti parlamentari a ritirare i cartelli. Vista l'assenza cronica dei nostri senatori Questori, procediamo in questo modo. *(Gli assistenti parlamentari tolgono dalle mani dei senatori del Gruppo Misto-SEL i cartelli che mostrano alle telecamere presenti in tribuna)*.

Riprendiamo i nostri lavori.

PAGANO *(NCD)*. Domando di parlare per dichiarazione di voto.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

PAGANO *(NCD)*. Signor Presidente, signor Ministro, membri del Governo, onorevoli colleghe e colleghi, il provvedimento sul quale siamo oggi chiamati a esprimere il nostro voto è quella delega nel settore del lavoro che abbiamo esaminato due mesi fa, su cui il Governo ha ottenuto la fiducia del Senato e alla quale la Camera ha introdotto alcune modifiche, senza tuttavia cambiarne l'impostazione di fondo, ma anzi confermandone e rafforzandone l'impianto complessivo.

Proprio per queste ragioni, oggi desidero innanzitutto ribadire tutte le considerazioni da me già espresse in quest'Aula in prima lettura, nonché, in particolare, le notazioni allora svolte dal presidente

Sacconi.

La prima essenziale considerazione riguarda la valenza generale di questo testo che, nel complessivo lavoro parlamentare, si è avvalso del senso di collaborazione tra i componenti di tutte le forze politiche, giovandosi, nella Commissione lavoro del Senato, della grande capacità di mediazione del presidente Sacconi, a cui va il nostro più affettuoso saluto, e dell'attiva partecipazione della sottosegretaria Bellanova, che ringrazio a nome di tutto il Gruppo del Nuovo Centrodestra. Così come mi preme ringraziare in questa sede l'eccellente e prezioso lavoro svolto dagli uffici della Commissione anche in questo secondo passaggio parlamentare del provvedimento.

Il testo di delega che ci accingiamo a votare è il risultato dell'incontro dei riformisti di destra e di sinistra, che con questo provvedimento vogliono davvero imprimere una svolta al mercato del lavoro in Italia, superando le resistenze conservatrici che ancora vi si oppongono. Si tratta di un testo valido e solido nei contenuti; un testo che coniuga il principio della flessibilità lavorativa - sempre più indispensabile in un mercato del lavoro che cambia con grande rapidità - con quello della sicurezza del lavoratore, e che si fonda su norme certe e tempi brevi. Il primo obiettivo è, infatti, che già dal primo gennaio sia disponibile il primo decreto delegato, quello relativo ai nuovi contratti a tempo indeterminato.

Nei vari passaggi parlamentari, fermo restando l'impianto originario, al testo sono state inserite talune modifiche, alcune delle quali proposte dalle opposizioni. Il Governo, inoltre, ha accolto molti ordini del giorno delle opposizioni, assumendo importanti impegni nelle materie contemplate dalla legge delega e nello spirito della stessa: in merito agli ammortizzatori sociali, con particolare riguardo ad un graduale passaggio al nuovo regime e alla predisposizione di adeguati strumenti di contrasto alla povertà e, quanto alle politiche attive, con specifico riferimento all'inserimento lavorativo e all'inclusione sociale delle persone con disabilità e alla tutela dei lavoratori con gravi patologie.

L'Esecutivo si è impegnato poi ad assumere obblighi non formali su temi delicatissimi, come la semplificazione delle procedure, con specifico riguardo alla tutela della sicurezza e della salute nei luoghi di lavoro e alla certificazione elettronica delle assenze per malattia, e in materia di conciliazione dei tempi di vita e lavoro, con una considerazione particolare per i lavoratori affetti da patologie oncologiche.

Per queste ragioni, onorevoli colleghi, confermo con profonda convinzione quanto già ebbi occasione di dire in quest'Aula la volta scorsa: siamo di fronte ad una svolta storica, che consentirà il superamento di quella politica che per decenni è stata tutela «sempre e comunque» dei lavoratori e pregiudizio nei confronti degli imprenditori.

Questo disegno di legge delega rappresenta, infatti, l'ultimo atto di un faticoso percorso sulla via della semplificazione e flessibilità lavorativa, avviato nel 1997 con la prima legge concepita da Marco Biagi e conosciuta come legge Treu, proseguito con le politiche per il lavoro di Marco Biagi e Maurizio Sacconi, interrotto per effetto dell'approvazione della legge Fornero, che reintrodusse molte rigidità nel sistema, e oggi ripreso dal Governo di coalizione attualmente in carica.

Questo convincimento deriva dalla considerazione non preconcetta dell'attuale realtà dei mercati e delle imprese e, dunque, della necessità di adattarsi ad un mercato globalizzato e caratterizzato da una competizione mondiale serrata e diffusa. Oggi non è più possibile mantenere un mondo del lavoro compresso da antichi pregiudizi che, ingessando il mercato e le imprese, soffocano e inaridiscono le potenzialità e le iniziative delle aziende, con effetti deleteri nei confronti dell'occupazione e dei lavoratori, che sono dunque le prime vittime di impostazioni figlie di tabù superati dalla storia e dalla realtà.

La riforma del mercato del lavoro che andiamo a votare è intesa dunque a voltare pagina rispetto a un sistema ormai superato; si apre una pagina ispirata all'aumento degli investimenti, alla semplificazione di una normativa caotica e a un nuovo contratto di lavoro più semplice ed economicamente più funzionante, sfrondato dagli eccessi di rigidità e di onerosità fiscale.

La questione tanto discussa, spesso in maniera strumentale, dell'articolo 18 dello Statuto dei lavoratori

va dunque considerata nel contesto dell'impianto complessivo della riforma, volto a predisporre gli strumenti per affrontare la crisi delle imprese e gli allarmanti picchi della disoccupazione. In questo senso, la delega, nell'introdurre il contratto a tempo indeterminato a tutele crescenti, apre ad un nuovo statuto, poiché consentirà la redazione di un testo organico semplificato delle discipline delle tipologie contrattuali e dei rapporti di lavoro; e ciò tanto più convince se si fa riferimento all'obiettivo, più volte dichiarato dal Governo, di spronare l'utilizzo del contratto a tempo indeterminato, da una parte facendolo costare di meno di ogni altro e dall'altra eliminando vincoli e incertezze che fino ad oggi hanno bloccato le intenzioni di assumere degli imprenditori, sia italiani che esteri.

Sarebbe perciò superficiale circoscrivere le valutazioni dei caratteri vitali della legge delega al famigerato articolo 18. Tale dibattito ha impedito di guardare agli altri fondamentali aspetti della legge delega: e dunque alla revisione della disciplina degli ammortizzatori sociali, che verrà completata e resa più forte e rassicurante; alla riforma dei servizi per l'impiego, finalizzata ad affermare il principio dell'integrazione tra servizio pubblico e servizi offerti dalle agenzie private; e alla tutela delle esigenze in materia di cura, vita e lavoro. Si tratta di aspetti di assoluto rilievo nella vita dei lavoratori, delle famiglie, dei giovani in cerca di lavoro come di chi un lavoro l'ha perso e vuole ritrovarlo; ma sono aspetti sui quali cala il silenzio da parte di quanti criticano e aggrediscono la riforma partendo da concezioni legate a un'impronta ideologica precostituita.

I tempi sono serrati, bisogna agire in fretta. Già i primi decreti delegati che saranno consegnati alle Camere per il previsto parere dovranno offrire regole certe e utili ad incoraggiare nuove assunzioni con contratti a tempo indeterminato. Questi provvedimenti ci aiuteranno anche nel rapporto con la Commissione europea, perché sono le riforme strutturali, a partire dal lavoro, a consentire l'interpretazione flessibile della disciplina di bilancio e una nuova partenza del mercato e dell'economia intera, vera salvaguardia dell'occupazione e dei lavoratori. Se noi non sostenessimo dunque con vigore quest'occasione, dovremmo rispondere a noi stessi e ai cittadini, ai lavoratori, della responsabilità di aver impedito questo passaggio verso il futuro del nostro Paese.

In sintesi, i senatori del Nuovo Centrodestra possono dirsi davvero soddisfatti, perché è stato compiuto un passo decisivo per il varo definitivo della più organica riforma del mercato del lavoro dopo lo Statuto dei lavoratori, a distanza di ben quarantacinque anni dalla sua approvazione, avvenuta in un contesto sociale ed economico ben diverso dall'attuale.

Il lavoro parlamentare ha consentito in particolare di introdurre una specifica delega alla piena sostituzione dello statuto, con l'eccezione della sola parte sindacale, attraverso un testo unico innovativo e semplificato. Così come il lavoro parlamentare ha sostituito l'inutile ipotesi di un contratto a tempo indeterminato a due fasi - primo triennio deregolato e poi vecchio articolo 1 - con un contratto a tutela monetaria correlata all'anzianità di servizio nel caso di licenziamento ingiustificato, con limitatissime eccezioni prossime alla discriminazione. E, posto che i modelli contrattuali sono cinque o sei, e non quaranta, come dicono coloro che non sanno poi declinarli, la stessa revisione delle tipologie terrà conto della complessità dei lavori e dei disastrosi effetti della legge Fornero.

Quanto agli istituti del mercato del lavoro, il necessario complemento delle deleghe dovrà essere il passaggio di competenze dalle Regioni allo Stato, anche alla luce dei disastrosi risultati del programma Garanzia giovani. Una svolta epocale per una Nazione ancora bloccata dal suo Novecento ideologico, in cui gli effetti culturali indotti saranno forse ancora più importanti di quelli diretti.

Per queste ragioni, con l'orgoglio, come forza politica, di essere stati fautori e sostenitori anche in Parlamento di un provvedimento storico, dichiaro il voto favorevole del Gruppo del Nuovo Centrodestra sul provvedimento. *(Applausi dal Gruppo NCD)*.

CATALFO *(M5S)*. Domando di parlare per dichiarazione di voto.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

CATALFO *(M5S)*. Signor Presidente, signor Ministro, colleghi, inizio col dire che questa non la chiamerei una riforma, perché per fare e attuare una riforma vera bisogna investire risorse finanziarie, in capitale umano, nel sociale; bisogna aiutare coloro i quali in questo momento in Italia non riescono

né a lavorare né a vivere.

Oggi ci apprestiamo a votare, per la seconda volta in quest'Aula, la legge delega con un testo che nei fatti è identico a quello approvato dal Senato due mesi fa.

Il giudizio del Movimento 5 Stelle sull'impianto della legge delega non può che confermarsi profondamente negativo. Nel testo rimangono le criticità circa il livello delle tutele garantite ai lavoratori a cui non si applicherà l'articolo 18 e la totale discrepanza tra gli obiettivi che il disegno di legge delega si propone di raggiungere e le misure messe in campo dal *jobs act*, le quali risultano totalmente inadeguate e controproducenti.

Rimane e si rafforza lo storico dualismo all'interno del mercato del lavoro: il meccanismo infatti che prevede per i neoassunti la possibilità, in caso di licenziamento economico, di usufruire solo dell'indennizzo economico, farà frammentare ancora di più il nostro mercato del lavoro (che io chiamerei non più mercato, ma mondo del lavoro); non vi sarà solo la storica dicotomia tra atipici e tipici, perché essa sarà affiancata da quella creata da questa delega, la differenza tra neoassunti e lavoratori storici, con pesanti conseguenze in tema di *turnover* e di mobilità aziendale.

Il Governo, quindi, che a parole punta ad abbattere le barriere presenti nel nostro mercato del lavoro, oggi di fatto ne innalza un'altra.

Rimangono poi le ben note carenze strutturali dell'impianto della legge delega, che in questa sede mi preme ribadire. In primo luogo, non si investe in servizi per l'impiego e in politiche attive, come è evidente nel disegno di legge di stabilità. Non possiamo dire che stiamo perseguendo o cercando di adeguarci all'Europa, in quanto gli Stati membri, quando hanno fatto delle vere riforme del lavoro, hanno investito grandi risorse finanziarie.

Ancora, questo provvedimento agisce sul costo del lavoro attraverso la possibilità di demansionamento e quindi di riduzione della retribuzione del lavoratore; introduce i controlli a distanza; allarga la possibilità di ricorso al lavoro accessorio; abbassa le tutele contrattuali senza garantire efficaci tutele nel mercato; non prevede l'investimento in politiche fiscali e sociali di sostegno al reddito per i meno abbienti. A tale riguardo devo necessariamente contraddire il senatore Pagano, il quale ha dichiarato che la delega prevede un sostegno alla povertà. Nella legge delega questo è previsto come criterio generale, ma nel disegno di legge di stabilità non si trova nulla del genere *(Applausi dal Gruppo M5S)*, tranne la previsione degli 80 euro per i lavoratori, ossia per coloro che già lavorano. Vi ricordo che il 15,8 per cento degli italiani è a rischio di povertà.

Per non parlare, come detto prima, della «nuova» disciplina sui licenziamenti: si va a novellare un impianto legislativo di recente introduzione, datoci dalla legge Fornero, con un impianto legislativo nuovo. Dato che l'impianto precedente era già molto restrittivo di suo, non si intravedeva la minima necessità di stravolgere per l'ennesima volta la disciplina del licenziamento.

Inoltre, faccio presente a quest'Assemblea che l'Italia, ancor prima della delega, ha immesso un alto tasso di flessibilità nel mercato del lavoro, persino più alto di quello della Germania e della stragrande maggioranza dei Paesi europei: ce lo dicono le statistiche. Quindi, non avevamo l'esigenza di immettere ancora flessibilità: piuttosto si sarebbe dovuto investire in servizi, in politiche attive, in orientamento, in sostegno al reddito e in riorganizzazione dei servizi per l'impiego.

L'aspetto paradossale di tutta questa vicenda è il fatto che il Governo presenta questo disegno di legge come misura per rilanciare l'economia italiana: si usa un appellativo molto sofisticato e molto *british,* come «*jobs»,* ma nella realtà fattuale, di *jobs,* cioè di posti di lavoro, il provvedimento ne porterà pochi o nulla, anzi accentuerà il lento declino dell'economia italiana.

Prendiamo i dati più recenti dell'ISTAT sulla situazione della forza lavoro in Italia. Sembra di leggere un bollettino di guerra: il Ministro e noi tutti lo conosciamo bene. La disoccupazione tocca il livello *record* del 13,2 per cento, in aumento dello 0,3 per cento rispetto al mese precedente, un dato mai così alto dal 2004 ad oggi. Rispetto al mese di settembre l'occupazione è diminuita di 55.000 unità. Ovviamente per i giovani il tasso di disoccupazione si alza ulteriormente.

I numeri sono sotto gli occhi di tutti. Questo Governo non è stato in grado neanche di impiegare bene

quelle poche risorse che venivano dall'Europa e che avrebbero potuto dare un respiro, seppur piccolissimo, ad alcuni dei giovani italiani disoccupati. Parlo del programma Garanzia giovani e mi rivolgo a tutti coloro che ne hanno parlato in quest'Aula. La Commissione lavoro è ben al corrente del fatto che il programma Garanzia giovani, in Italia, è un fallimento: nulla è stato messo in atto dalle Regioni. *(Applausi dal Gruppo M5S)*. Quindi, se si pensa che questo programma dovrebbe essere la base per creare la nuova struttura e la nuova organizzazione dei servizi per l'impiego in Italia, si dice una grande falsità, una bugia, a quest'Assemblea e agli italiani. Vi invito a vedere i numeri e ad ascoltare le audizioni che abbiamo fatto e che stiamo svolgendo con le Regioni, proprio a proposito di tale programma.

Questi sono gli effetti all'interno del sistema economico italiano dell'antipasto del *jobs act* e di ciò che ha provocato il decreto Poletti: ci era stato detto che l'introduzione del contratto a tempo determinato, così come era stato voluto da lei, Ministro, e dal suo Governo, avrebbe aiutato a combattere la disoccupazione giovanile, che invece è cresciuta: quindi non abbiamo risolto nulla. Questi sono gli effetti di una politica del lavoro guidata non dall'interesse della propria Nazione, ma dagli interessi economici delle *lobby* dei potentati della tecnocrazia europea.

Che i contenuti del *jobs act* non avranno effetto positivo sulle piccole e medie imprese è un dato di fatto. Esse non rientrano nel campo d'applicazione dell'articolo 18, non hanno organizzazione gerarchica aziendale verticistica e il demansionamento non sanno cosa sia. Le piccole e medie imprese (sono loro, e non le multinazionali, a rappresentare il 94 per cento del nostro tessuto produttivo) hanno bisogno di una burocrazia snella ed efficiente, di un fisco che non le opprima e di un sistema di infrastrutture materiali ed immateriali completo e accessibile.

Sappiamo bene invece a chi queste norme contenute nel *jobs act* saranno di giovamento. Esse gioveranno alle grandi multinazionali, che vengono in Italia non per investire, ma per sfruttare le occasioni garantite loro e, una volta spremuta ben bene la forza lavoro, fuggire in un altro Paese. Non dite che non è così. Lavoriamo in emergenza, e lo dico al senatore Lepri che citava i casi della ThyssenKrupp e della Lucchini di Piombino, mentre io posso citare la Berco, la Micron e le altre aziende che stanno andando via, dopo aver sfruttato la nostra proprietà intellettuale e mandato a casa i nostri lavoratori. *(Applausi dal Gruppo M5S)*. Tutto questo è unito all'incapacità di prevedere uno sviluppo economico reale, serio e chiaro del nostro Paese: non vi è alcuna programmazione legata al lavoro.

Quello che noi proponiamo non è quello che proponete voi, perché per realizzare le nostre proposte ci vuole una politica organica. Noi proponiamo la sicurezza coniugata alla flessibilità, legata all'innovazione di processo e di prodotto, basata sugli investimenti tecnologici e di ricerca e sugli investimenti in termini di formazione del lavoratore, che certo non si possono fare prendendo come base Garanzia giovani e il suo fallimentare apporto in Italia.

Con questo tipo di *flexicurity* vengono garantiti al lavoratore non solo la riqualificazione costante soprattutto in azienda, ma anche il sostegno al reddito in caso di perdita di lavoro. Nei Paesi in cui è stato applicato questo sistema - penso ad esempio alla Danimarca - vi è stato un aumento della produttività, una tutela delle imprese della Nazione e ha portato dei benefici.

Noi proponiamo che venga immediatamente istituito il reddito di cittadinanza e che venga previsto un sostegno ai 10 milioni di individui che vivono a rischio di povertà, ai precari, ai pensionati, ai ragazzi che hanno perso il futuro, al 16 per cento di giovani che vanno via dall'Italia perché qui non hanno più futuro, e ai quali non si può proporre Garanzia giovani. *(Applausi dal Gruppo M5S)*. Perché bisogna fare molto di più per loro.

Noi diciamo no a questa legge delega: non riforma, Ministro, ma legge delega. Non abbiamo fiducia in questo Governo, né in questo disegno di legge. *(Vivi applausi dal Gruppo M5S edel senatore Barozzino. Congratulazioni)*.

BERNINI *(FI-PdL XVII)*. Domando di parlare per dichiarazione di voto.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

BERNINI *(FI-PdL XVII)*. Signor Presidente, in occasione di questa discussione, purtroppo molto breve e non sufficiente a tratteggiare gli aspetti di una legge delega che dovrebbe definire i presupposti della riforma del mercato del lavoro (in realtà, per quanto ci riguarda, una non riforma, una mancata riforma del mercato del lavoro) da adesso per gli anni a venire, noi abbiamo già anticipato la nostra posizione. Lo abbiamo fatto già durante il «girone» di andata, quando, purtroppo, le nostre aspettative sono state profondamente deluse per il fatto di avere tentato una collaborazione in Commissione e in Aula presentando un numero congruo di emendamenti. Emendamenti sicuramente non emulativi e non ostruzionistici (il ministro Poletti ci è testimone di questo) che, però, purtroppo non hanno penetrato il muro dell'incomunicabilità del Governo.

Il Governo ha prodotto un provvedimento, come ho anticipato, che non crea effetti né strutturali né congiunturali sul mercato del lavoro. Un provvedimento che crea effetti costituzionali: siamo alla 31a fiducia - lo ricordavano i colleghi che mi hanno preceduto - siamo all'ulteriore umiliazione del lavoro di questo Parlamento.

Presidente, colleghi, ministro Poletti, vi prego di credere che queste non sono parole espressive di un dato formale, ma di sostanza. Noi siamo costretti ogni volta a fiduciare provvedimenti su cui non possiamo intervenire se non in minima parte, e questo frustra, perverte e fa scempio non solo della facoltà, ma del dovere di queste Aule parlamentari di partecipare in maniera profonda al processo di formazione della legge e, in particolare, di una legge delega che darà nelle mani del Governo, sulla base di principi e criteri direttivi su cui mi intratterrò a brevissimo, il poter di definire una materia di importanza capitale come la riforma del mercato del lavoro.

Noi abbiamo già detto quanto questa delega non ci piaccia. Abbiamo cercato di intervenire su un testo e una modalità operativa assolutamente e profondamente sbagliata, esclusiva ed escludente. Abbiamo già detto quanto ciò non ci piaccia per provvedimenti legislativi che devono essere caratterizzati per il loro oggetto, soprattutto per il loro impatto dirompente su un Paese che sta vivendo un momento di crisi profonda.

È una formula quasi rituale ormai, ed è terribile ricordarla, perché non si vuole fare disfattismo o "contrismo", né si vuole rientrare in una qualche categoria ornitologica sgradita al Governo: non possiamo però fare a meno di dire che tutti gli indicatori economici (con in testa gli indicatori economici riguardanti la disoccupazione generale, al 13,2 per cento, e la disoccupazione giovanile al 43,5 per cento) ci dicono che dobbiamo essere seri ed includenti, e non veloci, casuali ed escludenti.

Questa delega, purtroppo, dice pochissimo. Lo abbiamo già sottolineato nel girone di andata, Abbiamo precisato i motivi per cui non potevamo (nonostante ci abbiamo provato) votare questa delega. Una delega opaca, una delega scarsamente significativa nei contenuti: cinque progetti di delega importantissimi contenuti in un provvedimento legislativo che, purtroppo, non si manifestano perché non vogliono e perché non possono. Questa delega legislativa è infatti frutto di un'attività fortemente promozionale di questo Governo, che dà per acquisiti e per fatti provvedimenti ancora *in itinere*. E questo lo sappiamo perché, ormai, conosciamo la modalità operativa del presidente Renzi, che, partendo da annunci, cinguettii, comunicati, consultazioni pubbliche, linee guida, decreti-legge esangui, delegittimati, disomogenei e tendenzialmente incostituzionali, arriva a deleghe legislative così vuote, bianche e scarsamente significative da essere in odore di incostituzionalità. Perché ciò che è debole alla fonte, alla base, come questa legge delega, produrrà decreti legislativi fragili.

E questo vale solo per la forma. Per quanto riguarda la sostanza, colleghi, signor Ministro, signor Presidente, noi abbiamo più volte cercato di attirare l'attenzione sulla nostra disponibilità a collaborare. Noi abbiamo creduto a quell'aspetto promozionale che, evidentemente, è l'aspetto *clou* di questo provvedimento.

Abbiamo sentito il presidente Renzi dire più volte che voleva fare sul mercato del lavoro una rivoluzione liberale; l'abbiamo sentito dire che l'articolo 18 e la reintegra altro non erano che un ferro vecchio; l'abbiamo sentito dire da Londra che avrebbe trasformato i numeri della disoccupazione da una cifra a due numeri a una cifra a un solo numero. Abbiamo creduto veramente che il giovane Renzi, rottamatore di una nomenclatura, che ha sfondato le porte del Partito Democratico e di Palazzo Chigi

sulla base e con il presupposto di andare oltre una certa cultura comunista e postcomunista, non avrebbe risentito dei condizionamenti di Palazzo.

Quel giovane Renzi, che ancora non aveva messo piede nei Palazzi, e che parlava di rivoluzione liberale del mercato del lavoro (e che su questo ha costruito le sue primarie), evidentemente, con questo provvedimento, con l'ingresso nei Palazzi, con la necessità di essere compromissorio con la sua minoranza intransigente e con la maggioranza minore, alla fine è invecchiato. Purtroppo, questo non ha giovato neanche al suo provvedimento.

Signor Ministro, lei sa, perché ne abbiamo parlato nel girone di andata, che noi abbiamo trovato del tutto deprecabile che, tra tutti gli emendamenti inseriti nel maxi emendamento (altra perversione dello schema istituzionale che deve sovrintendere a quest'Aula), l'unica parte inserita fosse quella degli emendamenti della minoranza del Partito Democratico. E abbiamo trovato altrettanto deprecabile che nel girone di ritorno, nel passaggio alla Camera, il testo venisse, nella nostra ottica, ulteriormente peggiorato, attraverso l'inserimento solo del testo dell'ordine del giorno della direzione del Partito Democratico. Non è questo il modo di essere includenti! *(Applausi dal Gruppo FI-PdL XVII)*.

Non è questo il modo di fare le riforme. Non è questo il modo di dare uno *shock* economico a un Paese che ha bisogno di far ripartire la crescita; a un Paese che ha bisogno di sfondare un muro. Signor Ministro, lei ha detto che vuole una riforma del lavoro profonda, vera e radicale per dei tempi di eccezionale crisi. Ma lei ritiene veramente, signor Ministro, che questa riforma sia così profonda e così radicale da sfondare il muro dell'*apartheid* tra i garantiti e i non garantiti, tra i giovani e i meno giovani, tra l'impiego pubblico e quello privato?

Ma crede veramente che quell'orribile modifica, quella mutazione genetica dell'articolo 18, che avete prodotto per il vostro compromesso al massimo ribasso, non solamente per quest'Aula e non solamente per questo provvedimento, ma per il Paese, sfonderà questo muro di *apartheid* e di differenza tra persone che operano sul mercato del lavoro? Lo crede veramente? Creando la nuova categoria dei più e dei meno garantiti?

Dal 1° gennaio 2015 avremo una nuova categoria di meno garantiti, che creerà non solamente limiti profondi alla mobilità sul mercato del lavoro, ma anche immensi problemi in termini di coperture, e non lo diciamo noi, signor Ministro, lo dicono economisti che hanno già revocato in dubbio la validità di questo provvedimento prima ancora che varchi la soglia di queste Aule parlamentari.

Ministro, il problema di questo provvedimento è che non ha una stella polare. Esso nasce da una serie di compromessi elaborati giorno per giorno, che non hanno una definizione unitaria, un progetto o un programma di riferimento, né hanno in mente i loro destinatari.

Questa è una riforma contro il lavoro, contro l'impresa, contro il mercato del lavoro, e quindi contro il nostro Paese.

Siamo assolutamente contrari alla limitazione della flessibilità, siamo contrari al fatto che il Governo, qualunque Governo *pro tempore,* assuma impegni e poi li disattenda retroattivamente.

Siamo contrari alla limitazione di quelle fattispecie contrattuali che hanno, vigenti i nostri Governi, consentito l'aumento di posti di lavoro, hanno creato lavoro, alimentando la flessibilità e dando respiro al mercato del lavoro.

Siamo contrari anche a raccontare le bugie, signor Ministro. Non crediamo che si possano creare gli ammortizzatori sociali di cui ho sentito parlare in quest'Aula come di un dato di fatto. Come possiamo finanziare contratti a tempo indeterminato a tutele crescenti, decontribuiti e defiscalizzati, contemporaneamente a tutele universali e ammortizzatori sociali con 2,2 miliardi di euro? Come giustamente ha detto Luca Ricolfi, siamo sicuri che il presidente Renzi legga i documenti economici del suo Governo, legga la Nota di aggiornamento al Documento di economia e finanza e la legge di stabilità?

Noi non ne siamo sicuri. Siamo certi solo di una cosa: che questo è un provvedimento inutile e, come tutte le cose inutili nei tempi eccezionali e di crisi, assolutamente dannoso. È per questo motivo che voteremo convintamente contro questo provvedimento. *(Vivi applausi dal Gruppo FI-PdL XVII.*

Congratulazioni).

PARENTE *(PD)*. Domando di parlare per dichiarazione di voto.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

PARENTE *(PD)*. Signor Presidente, signor Ministro, colleghe e colleghi, pensiamo che nessun'altra riforma tocchi nel profondo la vita di un Paese come quella del lavoro: tocca la vita delle persone che cercano lavoro, di chi lo perde, di chi vuole migliorare la propria condizione lavorativa; tocca la vita delle imprese, della loro possibilità di reggere in un mondo del lavoro molto competitivo e le loro opportunità di crescere; tocca, infine, anche le politiche pubbliche di un sistema Paese, a cominciare dal sistema scolastico.

Pensiamo alla portata fortemente innovativa di una diversa concezione degli ammortizzatori sociali, della riduzione delle tipologie contrattuali in un momento di grande precariato, della realizzazione di un sistema efficiente di sostegno all'occupazione e del rendere semplici le regole del lavoro. A me piace più usare l'espressione «rendere semplici» che parlare di semplificazione.

Inoltre, la delega lavoro non è un intervento isolato, è frutto di un disegno complessivo, di una visione di insieme che mette al centro il lavoro. Cos'altro sarebbero altrimenti l'intervento sull'IRPEF, la riduzione delle tasse sul lavoro, gli 80 euro e l'intervento sull'IRAP? È una scelta politica precisa del Governo, in un mondo così difficile, ridurre le tasse sul lavoro anche a condizioni economiche date.

E che cos'è, se non una visione d'insieme, sostenere la delega lavoro con la stabilità, con sgravi fiscali a chi assume a tempo indeterminato e con risorse economiche.

Concordo pienamente con chi ha detto che le risorse sono e saranno fondamentali perché questa sia una riforma vera.

Una visione d'insieme è testimoniata anche dalla battaglia che il nostro *Premier* sta compiendo in Europa per avere risorse per una politica di investimenti, perché la crisi che stiamo vivendo è europea. Battaglia che si sta conducendo per realizzare politiche della crescita, come ha ricordato il Ministro, perché solo con la crescita si allarga la base occupazionale ed entrano più persone nel mondo del lavoro, soprattutto giovani.

Una visione d'insieme che è contenuta anche in interventi del Governo, come il sostegno al *made in Italy* o come una norma, su cui forse nessuno di noi ha posto tanta attenzione, contenuta nello sblocca Italia, sulla funzione sostitutiva del Governo nel caso in cui i Comuni e le Regioni non spendano risorse. Non spendere soldi pubblici è uno scandalo. Ci scandalizziamo per la corruzione dei politici ed è giusto che sia così, ma altrettanto scandaloso è che in Italia non spendiamo soldi europei.

Signor Ministro e onorevoli colleghi, l'Italia ha bisogno di virtù, ed è senz'altro una virtù saper spendere le risorse europee in un momento di crisi economica ed occupazionale così forte. Dobbiamo avere politici volti al bene comune, dirigenti funzionari della pubblica amministrazione che non tengono nei cassetti autorizzazioni e pratiche. L'Italia ha bisogno di virtù per rinnovare l'intero sistema. Penso alla necessità che avremo di digitalizzare l'intero sistema produttivo italiano: occorre per questo uno sforzo di programmazione e la capacità di lavoratori e lavoratrici di prepararsi. È fondamentale avere cura del capitale umano, perché la vera tutela che noi potremo avere per i nostri lavoratori è dotarli di competenze. La delega mette una base su questo. La maggiore tutela sarà questa.

Il mondo del lavoro (non cito altre cifre perché le ricordiamo tutti, e qui non dobbiamo dare cifre, ma risposte) dal 2008 ad oggi ha perso più di 2 milioni di giovani. È per questo che la *ratio* profonda della delega è creare un terreno favorevole di accesso al lavoro per nuovi assunti, soprattutto a tempo indeterminato, e l'impegno a non lasciare solo nessuno in tutto l'arco della vita lavorativa. Avere inoltre norme diverse per nuove assunzioni, senza intaccare le regole per chi già lavora, è nel pieno rispetto dell'articolo 3 della Costituzione.

Ieri abbiamo votato le pregiudiziali di costituzionalità che non hanno fondamento su tale questione, perché le regole che stiamo approvando per raggiungere uguaglianza sostanziale delle condizioni di lavoro sono pienamente rispettose del dettato costituzionale. Questo è tanto più necessario proprio in un mondo in cui si stanno accentuando le disuguaglianze.

Le disuguaglianze ci sono già: tra generazioni, tra territori, tra gli inclusi e gli esclusi dal lavoro. Ci sono già! Come si fa a non vedere, a non sentire che ci sono già ragazzi o ragazze con finta partita IVA che non hanno diritti, c'è già chi vaga da un contratto a termine all'altro senza avere un sostegno al reddito! *(Applausi dal Gruppo PD)*. Ci sono già le disuguaglianze.

Per intervenire su queste disuguaglianze dobbiamo pensare alla costruzione di una nuova stagione di diritti, per garantire pari opportunità in un contesto mondiale totalmente cambiato. La politica, il Governo, le parti sociali devono assumersi la grande responsabilità di un rinnovato rapporto tra Governo e parti sociali per tenere insieme una società profondamente cambiata e rappresentare le diversità tra lavoratori e lavoratrici e anche per favorire un dialogo con la piazza che anche in queste ore sta protestando.

Sono passati nove mesi da quando il disegno di legge delega in esame è entrato in Parlamento, e nove mesi è il tempo necessario per dare alla luce una vita. Al contrario di quanto dicevano la senatrice Bencini e la senatrice Catalfo, penso invece che ci sia stato un dialogo virtuoso tra Parlamento e Governo.

Il Senato ha migliorato il testo, la Camera dei deputati ha fatto altrettanto, come ha ricordato il Ministro e come, in parte, hanno ammesso alcuni esponenti dell'opposizione in quest'Aula. Questo non è poca cosa per ristabilire un rapporto fecondo tra l'Esecutivo e noi parlamentari.

Presidenza del presidente GRASSO **(ore 18,43)**

(*Segue* PARENTE). Trattandosi di una legge delega, signor Ministro, ora la parola passa a voi, al Governo, che dovrà emanare decreti attuativi, ma noi parlamentari vigileremo, oltre al fatto che dovremo dare dei pareri obbligatori in sede di Commissione sull'effettiva attuazione della delega.

Anche in questo caso il tempo diventa un valore. Dobbiamo essere pronti per l'inizio dell'anno, perché il Paese aspetta e noi dobbiamo dare delle risposte. È per tutte queste ragioni che il Gruppo Partito Democratico voterà la fiducia al Governo. *(Vivi applausi dal Gruppo PD e dei senatori Berger e Romano. Congratulazioni)*.

MINEO *(PD)*. Domando di parlare per dichiarazione di voto in dissenso dal mio Gruppo.

PRESIDENTE. Ne prendo atto e le do la parola.

MINEO *(PD)*. Signor Presidente, non voterò la fiducia sulla legge delega perché ritengo che il Governo stia abusando in modo grave di questo istituto. Già a ottobre ha chiesto la fiducia sulla legge delega qui in Senato, quando era possibile proseguire una discussione assolutamente proficua, e l'ha chiesta sostenendo che il testo non poteva essere modificato. Poi, però, ha modificato quel testo alla Camera, e oggi ritorna al Senato e chiede di nuovo la fiducia. Allora ci sarebbe da chiedere se questa Assemblea è stata sciolta a sua insaputa.

Non voterò la fiducia anche per una questione di merito, perché questa legge delega molto al Governo, ma le dichiarazioni del *Premier,* i continui attacchi al sindacato e le dichiarazioni secondo cui i lavoratori dipendenti sarebbero gli utilizzatori finali di un privilegio da *apartheid* non fanno sperare niente di buono quando si tratterà di trasformare la legge con i decreti attuativi.

Francamente sento il dovere di scusarmi con tutti i senatori del Partito Democratico - davvero - se questa volta non posso far prevalere le ragioni e il sentimento comune di solidarietà che ci ha unito in questi 21 mesi davvero difficili. Sento però il dovere, in una situazione complessa come questa, con la questione morale che riesplode a Roma, con il Parlamento blindato questa mattina dai carri della polizia, perché c'era una manifestazione di protesta, di seguire la mia coscienza, che ha una certa idea della sinistra e della verità. Per questo voterò no. *(Applausi dal Gruppo Misto-SEL e dei senatori Bocchino e De Pin)*.

PRESIDENTE. Procediamo alla votazione.

Votazione nominale con appello

PRESIDENTE. Indìco la votazione del disegno di legge n. 1428-B, composto del solo articolo 1, nel testo approvato dalla Camera dei deputati, sul quale il Governo ha posto la questione di fiducia.

Ricordo che ai sensi dell'articolo 94, secondo comma, della Costituzione e ai sensi dell'articolo 161, comma 1, del Regolamento, la votazione sulla fiducia avrà luogo mediante votazione nominale con appello.

Ciascun senatore chiamato dal senatore Segretario dovrà esprimere il proprio voto passando innanzi al banco della Presidenza.

I senatori favorevoli alla fiducia risponderanno sì; i senatori contrari risponderanno no; i senatori che intendono astenersi si esprimeranno di conseguenza.

Hanno chiesto di votare per primi, per gravi motivi, i senatori Di Giorgi, Nencini, Repetti e Saggese.

Invito il senatore Segretario a procedere all'appello di tali senatori.

(I predetti senatori rispondono all'appello).

Estraggo ora a sorte il nome del senatore dal quale avrà inizio l'appello nominale.

(È estratto a sorte il nome del senatore Girotto).

Invito il senatore Segretario a procedere all'appello, iniziando dal senatore Girotto.

PEGORER*,segretario, fa l'appello.*

Rispondono sì*i senatori:*

Aiello, Albano, Albertini, Amati, Angioni, Anitori, Astorre, Augello, Azzollini

Battista, Berger, Bertuzzi, Bianco, Bianconi, Bilardi, Bonaiuti, Borioli, Broglia, Bubbico, Buemi

Caleo, Cantini, Capacchione, Cardinali, Caridi, Casini, Cassano, Cattaneo, Chiavaroli, Chiti, Cirinnà, Cociancich, Collina, Colucci, Compagna, Conte, Corsini, Cucca, Cuomo

D'Adda, Dalla Tor, Dalla Zuanna, D'Ascola, Davico, De Biasi, De Poli, Del Barba, Della Vedova, Di Biagio, Di Giacomo, Di Giorgi, Di Maggio, Dirindin, D'Onghia

Esposito Giuseppe, Esposito Stefano

Fabbri, Fasiolo, Fattorini, Favero, Fedeli, Ferrara Elena, Filippi, Filippin, Finocchiaro, Fissore, Formigoni, Fornaro, Fravezzi

Gatti, Gentile, Giacobbe, Giannini, Ginetti, Giovanardi, Gotor, Granaiola, Gualdani, Guerra, Guerrieri Paleotti

Ichino, Idem

Lai, Langella, Laniece, Lanzillotta, Latorre, Lepri, Lo Giudice, Lo Moro, Longo Fausto Guilherme, Lucherini, Lumia

Manassero, Manconi, Mancuso, Maran, Marcucci, Margiotta, Marinello, Marino Luigi, Marino Mauro Maria, Martini, Mattesini, Maturani, Mauro Mario Walter, Merloni, Micheloni, Migliavacca, Minniti, Mirabelli, Monti, Morgoni, Moscardelli, Mucchetti

Naccarato, Nencini

Olivero, Orrù

Padua, Pagano, Pagliari, Panizza, Parente, Pegorer, Pezzopane, Pignedoli, Pinotti, Pizzetti, Puglisi, Puppato

Quagliariello

Ranucci, Romano, Rossi Gianluca, Rossi Maurizio Giuseppe, Rubbia, Russo, Ruta

Saggese, Santini, Scalia, Schifani, Silvestro, Sollo, Sonego, Spilabotte, Sposetti, Susta

Tocci, Tomaselli, Tonini, Torrisi, Tronti, Turano

Vaccari, Valdinosi, Valentini, Vattuone, Verducci, Vicari, Viceconte

Zanda, Zanoni, Zavoli, Zeller

Rispondono no*i senatori:*

Airola, Alicata, Amidei, Amoruso, Aracri

Barani, Barozzino, Bellot, Bencini, Bernini, Bertacco, Bertorotta, Bignami, Bisinella, Bocchino, Bonfrisco, Bottici, Bruni, Bruno, Buccarella, Bulgarelli

Calderoli, Caliendo, Campanella, Candiani, Cappelletti, Castaldi, Catalfo, Centinaio, Ceroni, Cervellini, Ciampolillo, Cioffi, Comaroli, Compagnone, Consiglio, Cotti, Crosio
D'Alì, D'Ambrosio Lettieri, De Cristofaro, De Petris, De Pin, De Siano, Divina, Donno
Fasano, Ferrara Mario
Gaetti, Galimberti, Gasparri, Ghedini, Gibiino, Girotto
Lezzi, Liuzzi, Longo Eva, Lucidi
Malan, Mandelli, Mangili, Marin, Marton, Matteoli, Mauro Giovanni, Mazzoni, Messina, Milo, Mineo, Minzolini, Molinari, Montevecchi, Moronese, Morra, Munerato, Mussini
Nugnes
Paglini, Pagnoncelli, Palma, Pelino, Petraglia, Petrocelli, Piccinelli, Piccoli
Razzi, Repetti, Rizzotti, Romani Maurizio, Romani Paolo, Ruvolo
Santangelo, Scavone, Sciascia, Scibona, Scilipoti Isgrò, Scoma, Serafini, Serra, Sibilia, Simeoni, Stefani, Stefano, Stucchi
Tarquinio, Taverna, Tosato
Uras
Vacciano, Verdini, Volpi
Zizza
Si astengono i senatori:
Fucksia

PRESIDENTE. Dichiaro chiusa la votazione e invito i senatori Segretari a procedere al computo dei voti.

(I senatori Segretari procedono al computo dei voti).

Proclamo il risultato della votazione nominale con appello del disegno di legge n. 1428-B, composto del solo articolo 1, nel testo approvato dalla Camera dei deputati, sul quale il Governo ha posto la questione di fiducia:

Senatori presenti	280
Senatori votanti	279
Maggioranza	140
Favorevoli	166
Contrari	112
Astenuti	1

Il Senato approva. *(Applausi dai Gruppi PD e NCD).*

Risultano pertanto preclusi tutti gli emendamenti e gli ordini del giorno riferiti al testo del disegno di legge.

Mozioni, interpellanze e interrogazioni, annunzio

PRESIDENTE. Le mozioni, interpellanze e interrogazioni pervenute alla Presidenza saranno pubblicate nell'allegato B al Resoconto della seduta odierna.

Ordine del giorno per la seduta di giovedì 4 dicembre 2014

PRESIDENTE. Il Senato tornerà a riunirsi in seduta pubblica domani, 4 dicembre, alle ore 9,30, con il seguente ordine del giorno:

(Vedi ordine del giorno)

La seduta è tolta *(ore 19,42)*.

Allegato A

DISEGNO DI LEGGE

Deleghe al Governo in materia di riforma degli ammortizzatori sociali, dei servizi per il lavoro e delle politiche attive, nonché in materia di riordino della disciplina dei rapporti di lavoro e dell'attività ispettiva e di tutela e conciliazione delle esigenze di cura, di vita e di lavoro (1428-B)

ARTICOLO 1 NEL TESTO APPROVATO DALLA CAMERA DEI DEPUTATI (*)

Art. 1.

1. Allo scopo di assicurare, in caso di disoccupazione involontaria, tutele uniformi e legate alla storia contributiva dei lavoratori, di razionalizzare la normativa in materia di integrazione salariale e di favorire il coinvolgimento attivo di quanti siano espulsi dal mercato del lavoro ovvero siano beneficiari di ammortizzatori sociali, semplificando le procedure amministrative e riducendo gli oneri non salariali del lavoro, il Governo è delegato ad adottare, entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, su proposta del Ministro del lavoro e delle politiche sociali, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, uno o più decreti legislativi finalizzati al riordino della normativa in materia di ammortizzatori sociali, tenuto conto delle peculiarità dei diversi settori produttivi.

2. Nell'esercizio della delega di cui al comma 1 il Governo si attiene, rispettivamente, ai seguenti princìpi e criteri direttivi:

a) con riferimento agli strumenti di tutela in costanza di rapporto di lavoro:

1) impossibilità di autorizzare le integrazioni salariali in caso di cessazione definitiva di attività aziendale o di un ramo di essa;

2) semplificazione delle procedure burocratiche attraverso l'incentivazione di strumenti telematici e digitali, considerando anche la possibilità di introdurre meccanismi standardizzati a livello nazionale di concessione dei trattamenti prevedendo strumenti certi ed esigibili;

3) necessità di regolare l'accesso alla cassa integrazione guadagni solo a seguito di esaurimento delle possibilità contrattuali di riduzione dell'orario di lavoro, eventualmente destinando una parte delle risorse attribuite alla cassa integrazione a favore dei contratti di solidarietà;

4) revisione dei limiti di durata da rapportare al numero massimo di ore ordinarie lavorabili nel periodo di intervento della cassa integrazione guadagni ordinaria e della cassa integrazione guadagni straordinaria e individuazione dei meccanismi di incentivazione della rotazione;

5) previsione di una maggiore compartecipazione da parte delle imprese utilizzatrici;

6) riduzione degli oneri contributivi ordinari e rimodulazione degli stessi tra i settori in funzione dell'utilizzo effettivo;

7) revisione dell'ambito di applicazione della cassa integrazione guadagni ordinaria e straordinaria e dei fondi di solidarietà di cui all'articolo 3 della legge 28 giugno 2012, n. 92, fissando un termine certo per l'avvio dei fondi medesimi, anche attraverso l'introduzione di meccanismi standardizzati di concessione, e previsione della possibilità di destinare gli eventuali risparmi di spesa derivanti dall'attuazione delle disposizioni di cui alla presente lettera al finanziamento delle disposizioni di cui ai commi 1, 2, 3 e 4;

8) revisione dell'ambito di applicazione e delle regole di funzionamento dei contratti di solidarietà, con particolare riferimento all'articolo 2 del decreto-legge 30 ottobre 1984, n. 726, convertito, con modificazioni, dalla legge 19 dicembre 1984, n. 863, nonché alla messa a regime dei contratti di solidarietà di cui all'articolo 5, commi 5 e 8, del decreto-legge 20 maggio 1993, n. 148, convertito, con modificazioni, dalla legge 19 luglio 1993, n. 236;

b) con riferimento agli strumenti di sostegno in caso di disoccupazione involontaria:

1) rimodulazione dell'Assicurazione sociale per l'impiego (ASpI), con omogeneizzazione della disciplina relativa ai trattamenti ordinari e ai trattamenti brevi, rapportando la durata dei trattamenti alla pregressa storia contributiva del lavoratore;

2) incremento della durata massima per i lavoratori con carriere contributive più rilevanti;

3) universalizzazione del campo di applicazione dell'ASpI, con estensione ai lavoratori con contratto di collaborazione coordinata e continuativa, fino al suo superamento, e con l'esclusione degli amministratori e sindaci, mediante l'abrogazione degli attuali strumenti di sostegno del reddito, l'eventuale modifica delle modalità di accreditamento dei contributi e l'automaticità delle prestazioni, e prevedendo, prima dell'entrata a regime, un periodo almeno biennale di sperimentazione a risorse definite;

4) introduzione di massimali in relazione alla contribuzione figurativa;

5) eventuale introduzione, dopo la fruizione dell'ASpI, di una prestazione, eventualmente priva di copertura figurativa, limitata ai lavoratori, in disoccupazione involontaria, che presentino valori ridotti dell'indicatore della situazione economica equivalente, con previsione di obblighi di partecipazione alle iniziative di attivazione proposte dai servizi competenti;

6) eliminazione dello stato di disoccupazione come requisito per l'accesso a servizi di carattere assistenziale;

c) attivazione del soggetto beneficiario degli ammortizzatori sociali di cui alle lettere *a)* e *b)* con meccanismi e interventi che incentivino la ricerca attiva di una nuova occupazione, come previsto dal comma 4, lettera *v)*;

d) previsione che il coinvolgimento attivo del soggetto beneficiario dei trattamenti di cui alle lettere a) e *b)* possa consistere anche nello svolgimento di attività a beneficio delle comunità locali, con modalità che non determinino aspettative di accesso agevolato alla pubblica amministrazione;

e) adeguamento delle sanzioni e delle relative modalità di applicazione, in funzione della migliore effettività, secondo criteri oggettivi e uniformi, nei confronti del lavoratore beneficiario di sostegno al reddito che non si rende disponibile ad una nuova occupazione, a programmi di formazione o alle attività a beneficio di comunità locali di cui alla lettera *d)*.

3. Allo scopo di garantire la fruizione dei servizi essenziali in materia di politica attiva del lavoro su tutto il territorio nazionale, nonché di assicurare l'esercizio unitario delle relative funzioni amministrative, il Governo è delegato ad adottare, entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, su proposta del Ministro del lavoro e delle politiche sociali, di concerto, per i profili di rispettiva competenza, con il Ministro dell'economia e delle finanze e con il Ministro per la semplificazione e la pubblica amministrazione, previa intesa in sede di Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le regioni e le province autonome di Trento e di Bolzano, ai sensi dell'articolo 3 del decreto legislativo 28 agosto 1997, n. 281, uno o più decreti legislativi finalizzati al riordino della normativa in materia di servizi per il lavoro e di politiche attive. In mancanza dell'intesa nel termine di cui all'articolo 3 del citato decreto legislativo 28 agosto 1997, n. 281, il Consiglio dei ministri provvede con deliberazione motivata ai sensi del medesimo articolo 3. Le disposizioni del presente comma e quelle dei decreti legislativi emanati in attuazione dello stesso si applicano nelle province autonome di Trento e di Bolzano in conformità a quanto previsto dallo statuto speciale per il Trentino-Alto Adige e dalle relative norme di attuazione nonché dal decreto legislativo 21 settembre 1995, n. 430.

4. Nell'esercizio della delega di cui al comma 3 il Governo si attiene ai seguenti princìpi e criteri direttivi:

a) razionalizzazione degli incentivi all'assunzione esistenti, da collegare alle caratteristiche osservabili per le quali l'analisi statistica evidenzi una minore probabilità di trovare occupazione, e a criteri di valutazione e di verifica dell'efficacia e dell'impatto;

b) razionalizzazione degli incentivi per l'autoimpiego e l'autoimprenditorialità, anche nella forma dell'acquisizione delle imprese in crisi da parte dei dipendenti, con la previsione di una cornice giuridica nazionale volta a costituire il punto di riferimento anche per gli interventi posti in essere da regioni e province autonome;

c) istituzione, anche ai sensi dell'articolo 8 del decreto legislativo 30 luglio 1999, n. 300, senza nuovi o maggiori oneri a carico della finanza pubblica, di un'Agenzia nazionale per l'occupazione, di seguito denominata «Agenzia», partecipata da Stato, regioni e province autonome, vigilata dal Ministero del

lavoro e delle politiche sociali, al cui funzionamento si provvede con le risorse umane, finanziarie e strumentali già disponibili a legislazione vigente e mediante quanto previsto dalla lettera *f)*;

d) coinvolgimento delle parti sociali nella definizione delle linee di indirizzo generali dell'azione dell'Agenzia;

e) attribuzione all'Agenzia di competenze gestionali in materia di servizi per l'impiego, politiche attive e ASpI;

f) razionalizzazione degli enti strumentali e degli uffici del Ministero del lavoro e delle politiche sociali allo scopo di aumentare l'efficienza e l'efficacia dell'azione amministrativa, mediante l'utilizzo delle risorse umane, strumentali e finanziarie già disponibili a legislazione vigente;

g) razionalizzazione e revisione delle procedure e degli adempimenti in materia di inserimento mirato delle persone con disabilità di cui alla legge 12 marzo 1999, n. 68, e degli altri soggetti aventi diritto al collocamento obbligatorio, al fine di favorirne l'inclusione sociale, l'inserimento e l'integrazione nel mercato del lavoro, avendo cura di valorizzare le competenze delle persone;

h) possibilità di far confluire, in via prioritaria, nei ruoli delle amministrazioni vigilanti o dell'Agenzia il personale proveniente dalle amministrazioni o uffici soppressi o riorganizzati in attuazione della lettera *f)* nonché di altre amministrazioni;

i) individuazione del comparto contrattuale del personale dell'Agenzia con modalità tali da garantire l'invarianza di oneri per la finanza pubblica;

l) determinazione della dotazione organica di fatto dell'Agenzia attraverso la corrispondente riduzione delle posizioni presenti nella pianta organica di fatto delle amministrazioni di provenienza del personale ricollocato presso l'Agenzia medesima;

m) rafforzamento delle funzioni di monitoraggio e valutazione delle politiche e dei servizi;

n) valorizzazione delle sinergie tra servizi pubblici e privati nonché operatori del terzo settore, dell'istruzione secondaria, professionale e universitaria, anche mediante lo scambio di informazioni sul profilo curriculare dei soggetti inoccupati o disoccupati, al fine di rafforzare le capacità d'incontro tra domanda e offerta di lavoro, prevedendo, a tal fine, la definizione dei criteri per l'accreditamento e l'autorizzazione dei soggetti che operano sul mercato del lavoro e la definizione dei livelli essenziali delle prestazioni nei servizi pubblici per l'impiego;

o) valorizzazione della bilateralità attraverso il riordino della disciplina vigente in materia, nel rispetto dei princìpi di sussidiarietà, flessibilità e prossimità anche al fine di definire un sistema di monitoraggio e controllo sui risultati dei servizi di *welfare* erogati;

p) introduzione di princìpi di politica attiva del lavoro che prevedano la promozione di un collegamento tra misure di sostegno al reddito della persona inoccupata o disoccupata e misure volte al suo inserimento nel tessuto produttivo, anche attraverso la conclusione di accordi per la ricollocazione che vedano come parte le agenzie per il lavoro o altri operatori accreditati, con obbligo di presa in carico, e la previsione di adeguati strumenti e forme di remunerazione, proporzionate alla difficoltà di collocamento, a fronte dell'effettivo inserimento almeno per un congruo periodo, a carico di fondi regionali a ciò destinati, senza nuovi o maggiori oneri a carico della finanza pubblica statale o regionale;

q) introduzione di modelli sperimentali, che prevedano l'utilizzo di strumenti per incentivare il collocamento dei soggetti in cerca di lavoro e che tengano anche conto delle buone pratiche realizzate a livello regionale;

r) previsione di meccanismi di raccordo e di coordinamento delle funzioni tra l'Agenzia e l'Istituto nazionale della previdenza sociale (INPS), sia a livello centrale che a livello territoriale, al fine di tendere a una maggiore integrazione delle politiche attive e delle politiche di sostegno del reddito;

s) previsione di meccanismi di raccordo tra l'Agenzia e gli enti che, a livello centrale e territoriale, esercitano competenze in materia di incentivi all'autoimpiego e all'autoimprenditorialità;

t) attribuzione al Ministero del lavoro e delle politiche sociali delle competenze in materia di verifica e controllo del rispetto dei livelli essenziali delle prestazioni che devono essere garantite su tutto il territorio nazionale;

u) mantenimento in capo alle regioni e alle province autonome delle competenze in materia di programmazione di politiche attive del lavoro;

v) attivazione del soggetto che cerca lavoro, in quanto mai occupato, espulso dal mercato del lavoro o beneficiario di ammortizzatori sociali, al fine di incentivarne la ricerca attiva di una nuova occupazione, secondo percorsi personalizzati di istruzione, formazione professionale e lavoro, anche mediante l'adozione di strumenti di segmentazione dell'utenza basati sull'osservazione statistica;

z) valorizzazione del sistema informativo per la gestione del mercato del lavoro e il monitoraggio delle prestazioni erogate, anche attraverso l'istituzione del fascicolo elettronico unico contenente le informazioni relative ai percorsi educativi e formativi, ai periodi lavorativi, alla fruizione di provvidenze pubbliche ed ai versamenti contributivi, assicurando il coordinamento con quanto previsto dal comma 6, lettera *i)*;

aa) integrazione del sistema informativo di cui alla lettera *z)* con la raccolta sistematica dei dati disponibili nel collocamento mirato nonché di dati relativi alle buone pratiche di inclusione lavorativa delle persone con disabilità e agli ausili ed adattamenti utilizzati sui luoghi di lavoro;

bb) semplificazione amministrativa in materia di lavoro e politiche attive, con l'impiego delle tecnologie informatiche, secondo le regole tecniche in materia di interoperabilità e scambio dei dati definite dal codice di cui al decreto legislativo 7 marzo 2005, n. 82, allo scopo di rafforzare l'azione dei servizi pubblici nella gestione delle politiche attive e favorire la cooperazione con i servizi privati, anche mediante la previsione di strumenti atti a favorire il conferimento al sistema nazionale per l'impiego delle informazioni relative ai posti di lavoro vacanti.

5. Allo scopo di conseguire obiettivi di semplificazione e razionalizzazione delle procedure di costituzione e gestione dei rapporti di lavoro nonché in materia di igiene e sicurezza sul lavoro, il Governo è delegato ad adottare, entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, su proposta del Ministro del lavoro e delle politiche sociali, di concerto con il Ministro per la semplificazione e la pubblica amministrazione, uno o più decreti legislativi contenenti disposizioni di semplificazione e razionalizzazione delle procedure e degli adempimenti a carico di cittadini e imprese.

6. Nell'esercizio della delega di cui al comma 5 il Governo si attiene ai seguenti princìpi e criteri direttivi:

a) razionalizzazione e semplificazione delle procedure e degli adempimenti, anche mediante abrogazione di norme, connessi con la costituzione e la gestione del rapporto di lavoro, con l'obiettivo di ridurre drasticamente il numero di atti di gestione del medesimo rapporto, di carattere amministrativo;

b) semplificazione, anche mediante norme di carattere interpretativo, o abrogazione delle norme interessate da rilevanti contrasti interpretativi, giurisprudenziali o amministrativi;

c) unificazione delle comunicazioni alle pubbliche amministrazioni per i medesimi eventi e obbligo delle stesse amministrazioni di trasmetterle alle altre amministrazioni competenti;

d) introduzione del divieto per le pubbliche amministrazioni di richiedere dati dei quali esse sono in possesso;

e) rafforzamento del sistema di trasmissione delle comunicazioni in via telematica e abolizione della tenuta di documenti cartacei;

f) revisione del regime delle sanzioni, tenendo conto dell'eventuale natura formale della violazione, in modo da favorire l'immediata eliminazione degli effetti della condotta illecita, nonché valorizzazione degli istituti di tipo premiale;

g) previsione di modalità semplificate per garantire data certa nonché l'autenticità della manifestazione di volontà della lavoratrice o del lavoratore in relazione alle dimissioni o alla risoluzione consensuale del rapporto di lavoro, anche tenuto conto della necessità di assicurare la certezza della cessazione del rapporto nel caso di comportamento concludente in tal senso della lavoratrice o del lavoratore;

h) individuazione di modalità organizzative e gestionali che consentano di svolgere esclusivamente in via telematica tutti gli adempimenti di carattere amministrativo connessi con la costituzione, la

gestione e la cessazione del rapporto di lavoro;

i) revisione degli adempimenti in materia di libretto formativo del cittadino, in un'ottica di integrazione nell'ambito della dorsale informativa di cui all'articolo 4, comma 51, della legge 28 giugno 2012, n. 92, e della banca dati delle politiche attive e passive del lavoro di cui all'articolo 8 del decreto-legge 28 giugno 2013, n. 76, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 agosto 2013, n. 99, anche con riferimento al sistema dell'apprendimento permanente;

l) promozione del principio di legalità e priorità delle politiche volte a prevenire e scoraggiare il lavoro sommerso in tutte le sue forme ai sensi delle risoluzioni del Parlamento europeo del 9 ottobre 2008 sul rafforzamento della lotta al lavoro sommerso (2008/2035(INI)) e del 14 gennaio 2014 sulle ispezioni sul lavoro efficaci come strategia per migliorare le condizioni di lavoro in Europa (2013/2112(INI)).

7. Allo scopo di rafforzare le opportunità di ingresso nel mondo del lavoro da parte di coloro che sono in cerca di occupazione, nonché di riordinare i contratti di lavoro vigenti per renderli maggiormente coerenti con le attuali esigenze del contesto occupazionale e produttivo e di rendere più efficiente l'attività ispettiva, il Governo è delegato ad adottare, su proposta del Ministro del lavoro e delle politiche sociali, entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, uno o più decreti legislativi, di cui uno recante un testo organico semplificato delle discipline delle tipologie contrattuali e dei rapporti di lavoro, nel rispetto dei seguenti princìpi e criteri direttivi, in coerenza con la regolazione dell'Unione europea e le convenzioni internazionali:

a) individuare e analizzare tutte le forme contrattuali esistenti, ai fini di poterne valutare l'effettiva coerenza con il tessuto occupazionale e con il contesto produttivo nazionale e internazionale, in funzione di interventi di semplificazione, modifica o superamento delle medesime tipologie contrattuali;

b) promuovere, in coerenza con le indicazioni europee, il contratto a tempo indeterminato come forma comune di contratto di lavoro rendendolo più conveniente rispetto agli altri tipi di contratto in termini di oneri diretti e indiretti;

c) previsione, per le nuove assunzioni, del contratto a tempo indeterminato a tutele crescenti in relazione all'anzianità di servizio, escludendo per i licenziamenti economici la possibilità della reintegrazione del lavoratore nel posto di lavoro, prevedendo un indennizzo economico certo e crescente con l'anzianità di servizio e limitando il diritto alla reintegrazione ai licenziamenti nulli e discriminatori e a specifiche fattispecie di licenziamento disciplinare ingiustificato, nonché prevedendo termini certi per l'impugnazione del licenziamento;

d) rafforzamento degli strumenti per favorire l'alternanza tra scuola e lavoro;

e) revisione della disciplina delle mansioni, in caso di processi di riorganizzazione, ristrutturazione o conversione aziendale individuati sulla base di parametri oggettivi, contemperando l'interesse dell'impresa all'utile impiego del personale con l'interesse del lavoratore alla tutela del posto di lavoro, della professionalità e delle condizioni di vita ed economiche, prevedendo limiti alla modifica dell'inquadramento; previsione che la contrattazione collettiva, anche aziendale ovvero di secondo livello, stipulata con le organizzazioni sindacali dei lavoratori comparativamente più rappresentative sul piano nazionale a livello interconfederale o di categoria possa individuare ulteriori ipotesi rispetto a quelle disposte ai sensi della presente lettera;

f) revisione della disciplina dei controlli a distanza sugli impianti e sugli strumenti di lavoro, tenendo conto dell'evoluzione tecnologica e contemperando le esigenze produttive ed organizzative dell'impresa con la tutela della dignità e della riservatezza del lavoratore;

g) introduzione, eventualmente anche in via sperimentale, del compenso orario minimo, applicabile ai rapporti aventi ad oggetto una prestazione di lavoro subordinato, nonché, fino al loro superamento, ai rapporti di collaborazione coordinata e continuativa, nei settori non regolati da contratti collettivi sottoscritti dalle organizzazioni sindacali dei lavoratori e dei datori di lavoro comparativamente più rappresentative sul piano nazionale, previa consultazione delle parti sociali comparativamente più rappresentative sul piano nazionale;

h) previsione, tenuto conto di quanto disposto dall'articolo 70 del decreto legislativo 10 settembre

2003, n. 276, della possibilità di estendere, secondo linee coerenti con quanto disposto dalla lettera *a)* del presente comma, il ricorso a prestazioni di lavoro accessorio per le attività lavorative discontinue e occasionali nei diversi settori produttivi, fatta salva la piena tracciabilità dei buoni lavoro acquistati, con contestuale rideterminazione contributiva di cui all'articolo 72, comma 4, ultimo periodo, del decreto legislativo 10 settembre 2003, n. 276;

i) abrogazione di tutte le disposizioni che disciplinano le singole forme contrattuali, incompatibili con le disposizioni del testo organico semplificato, al fine di eliminare duplicazioni normative e difficoltà interpretative e applicative;

l) razionalizzazione e semplificazione dell'attività ispettiva, attraverso misure di coordinamento ovvero attraverso l'istituzione, ai sensi dell'articolo 8 del decreto legislativo 30 luglio 1999, n. 300, senza nuovi o maggiori oneri a carico della finanza pubblica e con le risorse umane, strumentali e finanziarie disponibili a legislazione vigente, di una Agenzia unica per le ispezioni del lavoro, tramite l'integrazione in un'unica struttura dei servizi ispettivi del Ministero del lavoro e delle politiche sociali, dell'INPS e dell'Istituto nazionale per l'assicurazione contro gli infortuni sul lavoro (INAIL), prevedendo strumenti e forme di coordinamento con i servizi ispettivi delle aziende sanitarie locali e delle agenzie regionali per la protezione ambientale.

8. Allo scopo di garantire adeguato sostegno alle cure parentali, attraverso misure volte a tutelare la maternità delle lavoratrici e favorire le opportunità di conciliazione dei tempi di vita e di lavoro per la generalità dei lavoratori, il Governo è delegato ad adottare, su proposta del Presidente del Consiglio dei ministri e del Ministro del lavoro e delle politiche sociali, di concerto, per i profili di rispettiva competenza, con il Ministro dell'economia e delle finanze e con il Ministro per la semplificazione e la pubblica amministrazione, entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, uno o più decreti legislativi per la revisione e l'aggiornamento delle misure volte a tutelare la maternità e le forme di conciliazione dei tempi di vita e di lavoro.

9. Nell'esercizio della delega di cui al comma 8 il Governo si attiene ai seguenti princìpi e criteri direttivi:

a) ricognizione delle categorie di lavoratrici beneficiarie dell'indennità di maternità, nella prospettiva di estendere, eventualmente anche in modo graduale, tale prestazione a tutte le categorie di donne lavoratrici;

b) garanzia, per le lavoratrici madri parasubordinate, del diritto alla prestazione assistenziale anche in caso di mancato versamento dei contributi da parte del datore di lavoro;

c) introduzione del *tax credit*, quale incentivo al lavoro femminile, per le donne lavoratrici, anche autonome, con figli minori o disabili non autosufficienti e che si trovino al di sotto di una determinata soglia di reddito individuale complessivo, e armonizzazione del regime delle detrazioni per il coniuge a carico;

d) incentivazione di accordi collettivi volti a favorire la flessibilità dell'orario lavorativo e dell'impiego di premi di produttività, al fine di favorire la conciliazione tra l'esercizio delle responsabilità genitoriali e dell'assistenza alle persone non autosufficienti e l'attività lavorativa, anche attraverso il ricorso al telelavoro;

e) eventuale riconoscimento, compatibilmente con il diritto ai riposi settimanali ed alle ferie annuali retribuite, della possibilità di cessione fra lavoratori dipendenti dello stesso datore di lavoro di tutti o parte dei giorni di riposo aggiuntivi spettanti in base al contratto collettivo nazionale in favore del lavoratore genitore di figlio minore che necessita di presenza fisica e cure costanti per le particolari condizioni di salute;

f) integrazione dell'offerta di servizi per le cure parentali forniti dalle aziende e dai fondi o enti bilaterali nel sistema pubblico-privato dei servizi alla persona in coordinamento con gli enti locali titolari delle funzioni amministrative, anche mediante la promozione dell'utilizzo ottimale di tali servizi da parte dei lavoratori e dei cittadini residenti nel territorio in cui sono attivi;

g) ricognizione delle disposizioni in materia di tutela e sostegno della maternità e della paternità, ai fini di poterne valutare la revisione per garantire una maggiore flessibilità dei relativi congedi obbligatori e

parentali, favorendo le opportunità di conciliazione dei tempi di vita e di lavoro, anche tenuto conto della funzionalità organizzativa all'interno delle imprese;

h) introduzione di congedi dedicati alle donne inserite nei percorsi di protezione relativi alla violenza di genere debitamente certificati dai servizi sociali del comune di residenza;

i) estensione dei princìpi di cui al presente comma, in quanto compatibili e senza nuovi o maggiori oneri per la finanza pubblica, ai rapporti di lavoro alle dipendenze delle pubbliche amministrazioni, con riferimento al riconoscimento della possibilità di fruizione dei congedi parentali in modo frazionato e alle misure organizzative finalizzate al rafforzamento degli strumenti di conciliazione dei tempi di vita e di lavoro;

l) semplificazione e razionalizzazione degli organismi, delle competenze e dei fondi operanti in materia di parità e pari opportunità nel lavoro e riordino delle procedure connesse alla promozione di azioni positive di competenza del Ministero del lavoro e delle politiche sociali, ferme restando le funzioni della Presidenza del Consiglio dei ministri in materia di parità e pari opportunità.

10. I decreti legislativi di cui ai commi 1, 3, 5, 7 e 8 del presente articolo sono adottati nel rispetto della procedura di cui all'articolo 14 della legge 23 agosto 1988, n. 400.

11. Gli schemi dei decreti legislativi, corredati di relazione tecnica che dia conto della neutralità finanziaria dei medesimi ovvero dei nuovi o maggiori oneri da essi derivanti e dei corrispondenti mezzi di copertura, a seguito di deliberazione preliminare del Consiglio dei ministri, sono trasmessi alla Camera dei deputati e al Senato della Repubblica perché su di essi siano espressi, entro trenta giorni dalla data di trasmissione, i pareri delle Commissioni competenti per materia e per i profili finanziari. Decorso tale termine, i decreti sono emanati anche in mancanza dei pareri. Qualora il termine per l'espressione dei pareri parlamentari di cui al presente comma scada nei trenta giorni che precedono o seguono la scadenza dei termini previsti ai commi 1, 3, 5, 7 e 8 ovvero al comma 13, questi ultimi sono prorogati di tre mesi.

12. Dall'attuazione delle deleghe recate dalla presente legge non devono derivare nuovi o maggiori oneri a carico della finanza pubblica. A tale fine, per gli adempimenti dei decreti attuativi della presente legge, le amministrazioni competenti provvedono attraverso una diversa allocazione delle ordinarie risorse umane, finanziarie e strumentali, allo stato in dotazione alle medesime amministrazioni. In conformità all'articolo 17, comma 2, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, qualora uno o più decreti attuativi determinino nuovi o maggiori oneri che non trovino compensazione al proprio interno, i decreti legislativi dai quali derivano nuovi o maggiori oneri sono emanati solo successivamente o contestualmente all'entrata in vigore dei provvedimenti legislativi, ivi compresa la legge di stabilità, che stanzino le occorrenti risorse finanziarie.

13. Entro dodici mesi dalla data di entrata in vigore dei decreti legislativi di cui al comma 10, nel rispetto dei princìpi e criteri direttivi fissati dalla presente legge, il Governo può adottare, con la medesima procedura di cui ai commi 10 e 11, disposizioni integrative e correttive dei decreti medesimi, tenuto conto delle evidenze attuative nel frattempo emerse. Il monitoraggio permanente degli effetti degli interventi di attuazione della presente legge, con particolare riferimento agli effetti sull'efficienza del mercato del lavoro, sull'occupabilità dei cittadini e sulle modalità di entrata e uscita nell'impiego, anche ai fini dell'adozione dei decreti di cui al primo periodo, è assicurato dal sistema permanente di monitoraggio e valutazione istituito ai sensi dell'articolo 1, comma 2, della legge 28 giugno 2012, n. 92, che vi provvede con le risorse umane, strumentali e finanziarie disponibili a legislazione vigente e, comunque, senza nuovi o maggiori oneri a carico della finanza pubblica.

14. Sono fatte salve le potestà attribuite alle regioni a statuto speciale ed alle province autonome di Trento e di Bolzano dai rispettivi statuti speciali e dalle relative norme di attuazione, le competenze delegate in materia di lavoro e quelle comunque riconducibili all'articolo 116 della Costituzione e all'articolo 10 della legge costituzionale 18 ottobre 2001, n. 3.

15. La presente legge e i decreti legislativi di attuazione entrano in vigore il giorno successivo a quello della loro pubblicazione nella *Gazzetta Ufficiale.*

(*) Approvato, con voto di fiducia, il disegno di legge composto del solo articolo 1

EMENDAMENTI E ORDINI DEL GIORNO NON PRESI IN CONSIDERAZIONE A SEGUITO DELLA POSIZIONE DELLA QUESTIONE DI FIDUCIA SULL'ARTICOLO 1 DEL DISEGNO DI LEGGE N. 1428-B NEL TESTO APPROVATO DALLA CAMERA DEI DEPUTATI

1.3

SERAFINI, BERTACCO, PICCOLI, MARIN, AMIDEI, PICCINELLI, Mariarosaria ROSSI, AURICCHIO, FLORIS

Precluso

Al comma 2, lettera a), numero 1), sopprimere la parola: «definitiva».

1.4

MUNERATO, CENTINAIO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, CANDIANI, COMAROLI, CONSIGLIO, CROSIO, DIVINA, STEFANI, STUCCHI, TOSATO, VOLPI

Precluso

Al comma 2, lettera a), numero 1), sopprimere la parola: «definitiva».

1.9

MUNERATO, CENTINAIO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, CANDIANI, COMAROLI, CONSIGLIO, CROSIO, DIVINA, STEFANI, STUCCHI, TOSATO, VOLPI

Precluso

Al comma 2, lettera b), numero 3), dopo le parole: «fino al suo» inserire la seguente: «progressivo».

1.11

MUNERATO, CENTINAIO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, CANDIANI, COMAROLI, CONSIGLIO, CROSIO, DIVINA, STEFANI, STUCCHI, TOSATO, VOLPI

Precluso

Al comma 2, lettera c), sostituire la parola: «attivazione» con la seguente: «coinvolgimento».

1.12

BAROZZINO, DE PETRIS, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO, URAS, CANDIANI

Precluso

Al comma 2, sopprimere la lettera d).

1.13

CATALFO, PAGLINI, PUGLIA, BERTOROTTA, VACCIANO, DONNO, GIROTTO

Precluso

Al comma 2, lettera d), dopo le parole: «nello svolgimento», inserire le seguenti: «, per un numero di ore settimanali non superiore ad otto,».

1.14

MUNERATO, CENTINAIO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, CANDIANI, COMAROLI, CONSIGLIO, CROSIO, DIVINA, STEFANI, STUCCHI, TOSATO, VOLPI

Precluso

Al comma 2, lettera d), aggiungere, in fine, le seguenti parole: «ovvero a disposizione della Protezione civile in caso di eventi calamitosi nel territorio di residenza».

1.17

CATALFO, PAGLINI, PUGLIA, BERTOROTTA, VACCIANO, DONNO, GIROTTO

Precluso

Al comma 4, lettera g), sostituire le parole da: «avendo cura» fino alla fine della lettera con le seguenti: «avendo cura di valorizzare le competenze delle persone favorendo l'incrocio tra domanda e offerta di lavoro attraverso il collegamento delle banche dati relative al collocamento obbligatorio;».

1.18

PAGLINI, CATALFO, PUGLIA, BERTOROTTA, VACCIANO, DONNO, GIROTTO

Precluso

Al comma 4, lettera g), dopo le parole: «le competenze» inserire le seguenti: «e le peculiarità».

1.19

MUNERATO, CENTINAIO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, CANDIANI, COMAROLI, CONSIGLIO, CROSIO, DIVINA, STEFANI, STUCCHI, TOSATO, VOLPI

Precluso

Al comma 4, lettera g), dopo la parola: «competenze» inserire le seguenti parole: «e le professionalità».

1.20

BERTACCO, PICCOLI, MARIN, AMIDEI, SERAFINI, PICCINELLI, Mariarosaria ROSSI, AURICCHIO, FLORIS

Precluso

Al comma 4, lettera g), aggiungere, in fine, le seguenti parole: «e mettendo a disposizione idonei strumenti di lavoro;».

1.21

PUGLIA, CATALFO, PAGLINI, BERTOROTTA, VACCIANO, DONNO, GIROTTO

Precluso

Al comma 4, lettera n), dopo le parole: «inoccupati o disoccupati» inserire le seguenti: «assicurando la confluenza di tutti dati ai servizi pubblici;».

1.22

CATALFO, PAGLINI, PUGLIA, BERTOROTTA, VACCIANO, DONNO, GIROTTO

Precluso

Al comma 4, lettera n), dopo le parole: «inoccupati o disoccupati» inserire le seguenti: «secondo quanto stabilito dalla lettera bb) e per l'implementazione del fascicolo elettronico unico di cui alla lettera z) nonché del libretto formativo del cittadino;».

1.23

MUNERATO, CENTINAIO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, CANDIANI, COMAROLI, CONSIGLIO, CROSIO, DIVINA, STEFANI, STUCCHI, TOSATO, VOLPI

Precluso

Al comma 4, lettera r), aggiungere, in fine, le seguenti parole: «procedendo altresì al riordino e razionalizzazione dei Centri dell'impiego, con la soppressione di quelli che nell'arco solare non abbiano collocato ovvero ricollocato una percentuale di lavoratori pari alla media nazionale ridotta dell'1 per cento, con relativo accorpamento di strutture e di personale a quello territorialmente più vicino».

1.24

MUNERATO, CENTINAIO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, CANDIANI, COMAROLI, CONSIGLIO, CROSIO, DIVINA, STEFANI, STUCCHI, TOSATO, VOLPI

Precluso

Al comma 4, lettera r), aggiungere, in fine, le seguenti parole: «procedendo, altresì, alla revoca dell'autorizzazione all'esercizio dell'attività per le agenzie per il lavoro di cui all'articolo 4 del decreto legislativo 10 settembre 2003, n. 276, che nell'arco solare di un anno non abbiano collocato ovvero ricollocato una percentuale di lavoratori pari alla media nazionale ridotta dell'1 per cento».

1.25

CATALFO, PAGLINI, PUGLIA, BERTOROTTA, VACCIANO, DONNO, GIROTTO

Precluso

Al comma 4, lettera v), sostituire le parole: «e lavoro,» con le seguenti: «, orientamento al lavoro e inserimento lavorativo,».

1.26

CATALFO, PAGLINI, PUGLIA, BERTOROTTA, VACCIANO, DONNO, GIROTTO

Precluso

Al comma 4, lettera v), sostituire le parole: «e lavoro,» con le seguenti: «e orientamento al lavoro,».

1.27

CATALFO, PAGLINI, PUGLIA, BERTOROTTA, VACCIANO, DONNO, GIROTTO

Precluso

Al comma 4, lettera z), sostituire le parole da: «, assicurando» fino alla fine della lettera, con le seguenti: «, assicurando il coordinamento con quanto previsto dal comma 6, lettera i) e dalla lettera bb) del presente comma;».

1.28

MUNERATO, CENTINAIO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, CANDIANI, COMAROLI, CONSIGLIO, CROSIO, DIVINA, STEFANI, STUCCHI, TOSATO, VOLPI

Precluso

Al comma 6, lettera b), sostituire la parola: «abrogazione» con la seguente: «soppressione».

1.30

PUGLIA, CATALFO, PAGLINI, BERTOROTTA, VACCIANO, DONNO, GIROTTO

Precluso

Al comma 6, lettera i), sostituire le parole da: «, anche con riferimento», fino alla fine della lettera, con le seguenti: «, anche con riferimento al sistema dell'apprendimento permanente fermo restando che ogni modifica deve essere volta alla semplificazione degli adempimenti;».

1.31

PAGLINI, PUGLIA, CATALFO, BERTOROTTA, VACCIANO, DONNO, GIROTTO

Precluso

Al comma 7, lettera b), sostituire la parola: «comune», con la seguente: «unica».

1.32

BAROZZINO, DE PETRIS, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO, URAS, CANDIANI

Precluso

Al comma 7, lettera c), sopprimere le parole da: «, escludendo» fino alla fine della lettera.

1.34

SERAFINI, PICCINELLI, BERTACCO, PICCOLI, MARIN, AMIDEI, Mariarosaria ROSSI, AURICCHIO, FLORIS, GALIMBERTI

Precluso

Al comma 7, lettera c), sostituire le parole da: «escludendo» fino alla fine della lettera, con le seguenti: «che includa una disciplina per i licenziamenti economici che sostituisca l'incertezza e la discrezionalità di un procedimento giudiziario con la chiarezza di un indennizzo economico certo e crescente con l'anzianità, abolendo la possibilità del reintegro. Il diritto al reintegro viene mantenuto per i licenziamenti discriminatori e per quelli di natura disciplinare, di cui sia provata la manifesta insussistenza del fatto contestato nella misura in cui esso prefiguri una lesione della dignità e della figura morale e professionale del lavoratore. In tale ultimo caso, resta ferma l'opzione per il datore soccombente di optare per l'erogazione di una indennità risarcitoria, stabilita dal giudice, entro il limite massimo di 36 mesi».

1.35

SERAFINI, PICCINELLI, BERTACCO, PICCOLI, MARIN, AMIDEI, Mariarosaria ROSSI, AURICCHIO, FLORIS, GALIMBERTI

Precluso

Al comma 7, lettera c), sostituire le parole da: «escludendo» fino alla fine della lettera, con le seguenti: «che includa una disciplina per i licenziamenti economici che sostituisca l'incertezza e la discrezionalità di un procedimento giudiziario con la chiarezza di un indennizzo economico certo e crescente con l'anzianità, abolendo la possibilità del reintegro. Il diritto al reintegro viene mantenuto per i licenziamenti discriminatori e per quelli di natura disciplinare, di cui sia provata la manifesta insussistenza del fatto contestato nella misura in cui esso prefiguri una lesione della dignità e della figura morale e professionale del lavoratore. In tale ultimo caso, resta ferma l'opzione per il datore soccombente di optare per l'erogazione di una indennità risarcitoria, in misura di 1,5 mensilità per ogni

anno di anzianità, entro il limite massimo di 36 mesi».

1.36

CATALFO, PAGLINI, PUGLIA, BERTOROTTA, VACCIANO, DONNO, GIROTTO

Precluso

Al comma 7, lettera c), sostituire le parole da: «, escludendo» fino alla fine della lettera con le seguenti: «, attribuendo alle parti sociali e alla contrattazione collettiva il compito di defInire i criteri per la progressione delle tutele, i tempi e i contenuti della scala crescente di acquisizione dei diritti, mantenendo in ogni caso la tutela reale in caso di licenziamento per motivi discriminatori, per cause vietate dalla legge o irrogato in forma orale e introducendola nelle ipotesi di licenziamento privo dei requisiti della giusta causa, del giustificato motivo soggettivo e oggettivo per i lavoratori delle aziende con almeno quindici dipendenti».

1.37

CATALFO, PAGLINI, PUGLIA, BERTOROTTA, VACCIANO, DONNO, GIROTTO

Precluso

Al comma 7, lettera c), sostituire le parole da: «, escludendo» fino alla fine della lettera con le seguenti: «, mantenendo in ogni caso la tutela reale in caso di licenziamento per motivi discriminatori, per cause vietate dalla legge o irrogato in forma orale e introducendola nelle ipotesi di licenziamento privo dei requisiti della giusta causa, del giustificato motivo soggettivo e oggettivo per i lavoratori delle aziende con almeno quindici dipendenti».

1.38

BAROZZINO, DE PETRIS, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO, URAS, CANDIANI

Precluso

Al comma 7, lettera c), sostituire le parole da: «, escludendo» fino alla fine della lettera con le seguenti: «, prevedendo che l'articolo 18 dello statuto dei lavoratori si applichi integralmente trascorso un anno dalla data dell'assunzione».

1.39

BAROZZINO, DE PETRIS, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO, URAS, CANDIANI

Precluso

Al comma 7, lettera c), sostituire le parole da: «, escludendo» fino alla fine della lettera con le seguenti: «, fatta comunque salva la reintegrazione nel posto di lavoro a seguito di licenziamento ingiustificato, quando risulti necessaria al fine dell'adempimento dei doveri di cui all'articolo 30 della Costituzione».

1.40

CATALFO, PAGLINI, PUGLIA, BERTOROTTA, VACCIANO, DONNO, GIROTTO

Precluso

Al comma 7, lettera c), sostituire le parole da: «, escludendo» fino alla fine della lettera con le seguenti: «, prevedendo la reintegrazione del lavoratore nel posto di lavoro per tutte le ipotesi di licenziamento di cui all'articolo 18 della legge 20 maggio 1970, n. 300;».

1.41

BAROZZINO, DE PETRIS, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO, URAS, CANDIANI

Precluso

Al comma 7, lettera c), sostituire le parole da: «escludendo per i licenziamenti economici» fino alla fine della lettera con le seguenti: «, prevedendo che a partire al massimo dal diciottesimo mese dall'assunzione si applichino le tutele e le garanzie di cui all'articolo 18 della legge 20 maggio 1970, n. 300, che sono estese alle imprese di qualunque dimensione e settore produttivo».

1.42

BAROZZINO, DE PETRIS, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO, URAS,

CANDIANI

Precluso

Al comma 7, lettera c), sostituire le parole da: «, escludendo» fino alla fine della lettera con le seguenti: «, che consenta alle parti la possibilità di prolungare il periodo di prova fino a dodici mesi, escludendo in ogni caso la possibilità del licenziamento senza motivazione o senza giusta causa e prevedendo la trasformazione del contratto in contratto subordinato a tempo indeterminato con tutte le tutele, nel caso in cui il licenziamento sia riconosciuto illegittimo».

1.43

BAROZZINO, DE PETRIS, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO, URAS, CANDIANI

Precluso

Al comma 7, lettera c), sostituire le parole da: «, escludendo» fino alla fine della lettera con le seguenti: «, che preveda la reintegrazione del lavoratore nel posto di lavoro nei casi in cui il licenziamento sia riconosciuto nullo perché discriminatorio o sia annullato quello economico perché nasconde altre motivazioni e prevedendo che al lavoratore sia riconosciuta la possibilità di rinunciare alla reintegrazione optando per la liquidazione di una indennità stabilita dal giudice tra un minimo non inferiore a dodici mensilità di retribuzione e un massimo di trenta mensilità».

1.44

PAGLINI, PUGLIA, CATALFO, BERTOROTTA, VACCIANO, DONNO, GIROTTO

Precluso

Al comma 7, lettera c), sostituire le parole da: «, escludendo» fino alla fine della lettera con le seguenti: «escludendo tale disciplina ai casi che abbiano già avuto corso tra le medesime parti, applicando sempre il diritto alla reintegrazione del lavoratore a licenziamenti nulli e discriminatori e a specifiche fattispecie di licenziamento disciplinare ingiustificato, nonché prevedendo termini certi per l'impugnazione del licenziamento».

1.45

PAGLINI, PUGLIA, CATALFO, BERTOROTTA, VACCIANO, DONNO, GIROTTO

Precluso

Al comma 7, lettera c), sostituire le parole da: «, escludendo» fino alla fine della lettera con le seguenti: «escludendo tale disciplina ai casi che abbiano già avuto corso tra le medesime parti».

1.46

PAGLINI, PUGLIA, CATALFO, BERTOROTTA, VACCIANO, DONNO, GIROTTO

Precluso

Al comma 7, lettera c), apportare le seguenti modificazioni:

a) sostituire la parola: «, escludendo*» con le seguenti:* «escludendo tale disciplina ai casi in cui tra le medesime parti ci sia già stato un rapporto di lavoro ed escludendo»;

b) dopo le parole: «certo e crescente con l'anzianità di servizio» *aggiungere le seguenti:* «sommando in essa i periodi di lavoro precedentemente intercorsi tra le medesime parti».

1.47

PAGLINI, PUGLIA, CATALFO, BERTOROTTA, VACCIANO, DONNO, GIROTTO

Precluso

Al comma 7, lettera c), sostituire la parola; «, escludendo» con le seguenti; «sommando in essa i periodi di lavoro precedentemente intercorsi tra le medesime parti nonché in aziende di società controllate o collegate ai sensi dell'articolo 2359 del codice civile o facenti capo, anche per interposta persona, allo stesso soggetto, escludendo».

1.48

PAGLINI, PUGLIA, CATALFO, BERTOROTTA, VACCIANO, DONNO, GIROTTO

Precluso

Al comma 7, lettera c), apportare le seguenti modificazioni:

a) sostituire le parole: «posto di lavoro», *con le seguenti:* «luogo di lavoro»;

b) dopo la parola: «prevedendo» *inserire la seguente* «anche»;

c) sostituire la parola: «limitando»*, con le seguenti:* «applicando sempre».

1.49

PAGLINI, PUGLIA, CATALFO, BERTOROTTA, VACCIANO, DONNO, GIROTTO

Precluso

Al comma 7, lettera c), dopo le parole: «certo e crescente con l'anzianità di servizio» inserire le seguenti: «, raddoppiandolo ai soggetti economicamente svantaggiati e ai soggetti appartenenti a famiglie economicamente disagiate ai sensi dell'articolo 1, comma 375, della legge 23 dicembre 2005, n. 266,».

1.50

PAGLINI, PUGLIA, CATALFO, BERTOROTTA, VACCIANO, DONNO, GIROTTO

Precluso

Al comma 7, lettera c), dopo le parole: «nulli e discriminatori, » inserire le seguenti; «, ai licenziamenti economici nel riguardi di un lavoratore con valore ISEE inferiore a 15.000,00 euro, calcolato come valore medio dei cinque anni precedenti».

1.51

PAGLINI, PUGLIA, CATALFO, BERTOROTTA, VACCIANO, DONNO, GIROTTO

Precluso

Al comma 7, lettera c), dopo le parole: «nulli e discriminatori,» inserire le seguenti: «, ai licenziamenti economici nel riguardi di un soggetto economicamente svantaggiato o soggetto appartenente a famiglia economicamente disagiata ai sensi dell'articolo 1, comma 375, della legge 23 dicembre 2005, n. 266,».

1.52

PICCINELLI, BERTACCO, SERAFINI, PICCOLI, MARIN, AMIDEI, Mariarosaria ROSSI, AURICCHIO, FLORIS, GALIMBERTI

Precluso

Al comma 7, lettera c), sopprimere le seguenti parole: «e a specifiche fattispecie di licenziamento disciplinare ingiustificato».

1.54

CATALFO, PAGLINI, PUGLIA, BERTOROTTA, VACCIANO, DONNO, GIROTTO

Precluso

Al comma 7, sostituire la lettera d), con la seguente:

«*d)* rafforzamento degli strumenti per favorire l'alternanza tra scuola e lavoro la quale deve assicurare un credito formativo per il rilascio del diploma tecnico-professionale o della qualifica professionale;».

1.55

CATALFO, PAGLINI, PUGLIA, BERTOROTTA, VACCIANO, DONNO, GIROTTO

Precluso

Al comma 7, sostituire la lettera d), con la seguente:

«*d)* rafforzamento degli strumenti per favorire l'alternanza tra scuola e lavoro con particolare riguardo all'apprendistato;».

1.56

GALIMBERTI, SERAFINI

Precluso

Al comma 7 lettera f), sopprimere le parole: «sugli impianti e sugli strumenti di lavoro».

1.57

PAGLINI, PUGLIA, CATALFO, BERTOROTTA, VACCIANO, DONNO, GIROTTO

Precluso

Al comma 7, lettera f), sostituire le parole: «sugli impianti e sugli strumenti di lavoro», con le seguenti: «esclusivamente sugli impianti e comunque escludendo coloro che hanno un grado di

disabilità,».

1.58

PAGLINI, PUGLIA, CATALFO, BERTOROTTA, VACCIANO, DONNO, GIROTTO

Precluso

Al comma 7, lettera f), sostituire le parole: «sugli impianti e sugli strumenti di lavoro», con le seguenti: «esclusivamente sugli impianti e non sugli strumenti di lavoro digitali,».

1.59

PAGLINI, PUGLIA, CATALFO, BERTOROTTA, VACCIANO, DONNO, GIROTTO

Precluso

Al comma 7, lettera f), sostituire le parole: «sugli impianti e sugli strumenti di lavoro», con le seguenti: «esclusivamente sugli impianti limitatamente per finalità di protezione degli impianti stessi e del lavoratore,».

1.60

PAGLINI, PUGLIA, CATALFO, BERTOROTTA, VACCIANO, DONNO, GIROTTO

Precluso

Al comma 7, lettera f), sostituire le parole: «sugli impianti e sugli strumenti di lavoro», con le seguenti: «esclusivamente sugli impianti e non sugli strumenti di lavoro,».

1.61

PAGLINI, PUGLIA, CATALFO, BERTOROTTA, VACCIANO, DONNO, GIROTTO

Precluso

Al comma 7, lettera f), sostituire le parole; «sugli impianti e sugli strumenti di lavoro», con le seguenti; «esclusivamente sugli impianti».

1.62

CATALFO, PAGLINI, PUGLIA, BERTOROTTA, VACCIANO, DONNO, GIROTTO

Precluso

Al comma 7, lettera f), sostituire le parole: «sugli impianti e sugli strumenti di lavoro», con le seguenti: «esclusivamente sugli impianti e sugli strumenti di lavoro».

1.63

PAGLINI, PUGLIA, CATALFO, BERTOROTTA, VACCIANO, DONNO, GIROTTO

Precluso

Al comma 7, lettera f), sostituire le parole: «sugli impianti e sugli strumenti di lavoro», con le seguenti: «sugli impianti e sugli strumenti di lavoro escludendo ogni clausola contrattuale che acconsenta di cedere parte della propria riservatezza,».

1.64

PAGLINI, PUGLIA, CATALFO, BERTOROTTA, VACCIANO, DONNO, GIROTTO

Precluso

Al comma 7, lettera f), sostituire le parole: «sugli impianti e sugli strumenti di lavoro», con le seguenti: «sugli impianti e sugli strumenti di lavoro escludendo qualsiasi forma di registrazione che leda la riservatezza pur se preventivamente acconsentita dal lavoratore,».

1.65

PAGLINI, BERTOROTTA, VACCIANO, DONNO, GIROTTO

Precluso

Al comma 7, lettera f), sostituire le parole: «sugli impianti e sugli strumenti di lavoro», con le seguenti: «sugli impianti e sugli strumenti di lavoro utilizzati durante l'orario di servizio».

1.66

PAGLINI, CATALFO, PUGLIA, BERTOROTTA, VACCIANO, DONNO, GIROTTO

Precluso

Al comma 7, lettera f), sostituire le parole: «sugli impianti e sugli strumenti di lavoro», con le seguenti: «sugli impianti e sugli strumenti di lavoro, esclusi i computer e gli apparecchi telefonici che utilizzano dati personali e di sicurezza del lavoratore,».

1.67

PAGLINI, CATALFO, PUGLIA, BERTOROTTA, VACCIANO, DONNO, GIROTTO

Precluso

Al comma 8, sostituire le parole: «alle cure parentali», con le seguenti: «alla genitorialità».

1.74

SERAFINI, PICCINELLI, BERTACCO, PICCOLI, MARIN, AMIDEI, Mariarosaria ROSSI, AURICCHIO, FLORIS

Precluso

Al comma 9, lettera l), dopo la parola: «organismi» inserire le seguenti: «al fine di eliminare la duplicazione di funzioni e mansioni».

1.75

SERAFINI, PICCINELLI, BERTACCO, PICCOLI, MARIN, AMIDEI, Mariarosaria ROSSI, AURICCHIO, FLORIS

Precluso

Al comma 9, lettera l), dopo la parola: «organismi» inserire le seguenti: «prevedendo la completa gratuità dei componenti esterni».

G1.100

CALDEROLI

Precluso

Il Senato,

premesso che:

esaminato il Disegno di legge «Deleghe al Governo in materia di riforma degli ammortizzatori sociali, dei servizi per il lavoro e delle politiche attive, nonché in materia di riordino della disciplina dei rapporti di lavoro e della attività ispettiva e di tutela e di conciliazione delle esigenza di cura, di vita e di lavoro»;

impegna il Governo nella fase attuativa della legge delega a garantire sempre e comunque il rispetto dell'art. 24, comma primo, della Costituzione: «Tutti possono agire in giudizio per la tutela dei propri diritti e interessi legittimi».

G1.101

CANDIANI, MUNERATO

Precluso

Il Senato,

considerato che la valutazione di buona qualità e convenienza di un bene o di un prodotto deve tenere in considerazione anche le condizioni socio-economiche dei lavoratori, del cui lavoro è frutto il bene prodotto;

tenuto conto che frequentemente i beni e i prodotti importati da paesi terzi rispetto a quelli dell'Unione europea, sono ottenuti in condizioni di scarsa tutela dei lavoratori, sottoposti ad orari di lavoro massacranti o attraverso lo sfruttamento del lavoro minorile o ancora con scarsissima considerazione per i livelli di retribuzione dei lavoratori;

considerato che i Paesi che non garantiscono una tutela dei diritti dei lavoratori equivalenti a quelli adottati in Italia o nell'Unione Europea, attuano al contempo una grave forma di concorrenza sleale e una forma di sfruttamento dei lavoratori («dumping sociale») che non può vedere assenti o muti spettatori tanto il Governo Italiano quanto l'Unione Europea,

impegna il Governo ad adottare in sede nazionale ed europea opportune ed adeguate azioni politiche e legislative (compresa l'imposizione di dazi e sanzioni), al fine di disincentivare l'importazione nel mercato nazionale di beni, prodotti finiti, lavorati o semilavorati, provenienti da Paesi extracomunitari, nei quali la legislazione non garantisce ai lavoratori diritti e condizioni di lavoro equiparabili a quelle garantite in Italia al lavoratore.

G1.102

PAGANO

Precluso

Il Senato,

esaminato il disegno di legge recante «Deleghe al Governo in materia di riforma degli ammortizzatori sociali, dei servizi per il lavoro e delle politiche attive, nonché in materia di riordino della disciplina dei rapporti di lavoro, dell'attività ispettiva e di tutela e conciliazione delle esigenze di cura, di vita e di lavoro»;

premesso che:

l'articolo 1, comma 2, lettera *b)* prevede il superamento dei contratti di collaborazione coordinata e continuativa;

considerato che:

esiste nel nostro mercato del lavoro una quota significativa di lavoratori addetti all'indagine di mercato per i quali una regolazione inidonea determinerebbe, con lo spostamento delle attività al di fuori del territorio nazionale, la perdita del posto di lavoro;

impegna il Governo a valutare l'opportunità di introdurre, in sede di decreti attuativi, una regolazione dei rapporti di lavoro che tenga conto delle specifiche flessibilità orarie decise dal lavoratore e delle modalità di determinazione correlate al risultato, quali si rinvengono nelle attività dedicate all'indagine di mercato anche attraverso telefonate a campioni di consumatori liberamente gestite dai dipendenti.

G1.103

PUGLIA, CATALFO, PAGLINI, BERTOROTTA, VACCIANO, CASTALDI, DONNO, GIROTTO

Precluso

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante «Deleghe al Governo in materia di riforma degli ammortizzatori sociali, dei servizi per il lavoro e delle politiche attive, nonché in materia di riordino della disciplina dei rapporti di lavoro e dell'attività ispettiva e di tutela e conciliazione delle esigenze di cura, di vita e di lavoro» (AS 1428-B)

premesso che:

l'articolo 1, comma 4, lettera *b)* del disegno di legge in esame reca un criterio di delega, volto al riordino degli incentivi per l'autoimpiego e l'autoimprenditorialità, anche nella forma di acquisizione delle imprese in crisi da parte dei dipendenti;

impegna il Governo a porre in essere appositi provvedimenti normativi, e a reperire le necessarie risorse, volti a favorire concretamente le iniziative per l'autoimpiego e autoimprenditorialità nella forma di acquisizione delle imprese in crisi da parte dei dipendenti attraverso il riconoscimento di appositi benefici fiscali e contributivi per i lavoratori che intendano intraprendere tali iniziative.

G1.104

BOCCHINO, CAMPANELLA

Precluso

Il Senato

considerato che:

l'articolo 1, comma 4, del provvedimento in esame, delega al Governo in materia di servizi per l'impiego e di politiche attive per il lavoro, ed in particolare alla lettera *c)* istituisce una Agenzia nazionale per l'occupazione partecipata da Stato, regioni e province autonome, vigilata dal Ministero del lavoro e delle politiche sociali, al cui funzionamento si provvede con le risorse umane, finanziarie e strumentali già disponibili a legislazione vigente e mediante quanto previsto alla lettera *f)* del medesimo provvedimento;

tenuto conto che:

esiste già nel nostro ordinamento l'«Istituto per lo sviluppo della formazione professionale dei lavoratori» (lSFOL) che è un ente nazionale di ricerca sottoposto alla vigilanza del Ministero del Lavoro e delle politiche sociali costituito con Decreto del Presidente della Repubblica, n. 10 del 15 gennaio 1972;

l'Istituto opera nel campo della formazione, del lavoro e delle politiche sociali, al fine di contribuire alla crescita dell'occupazione, al miglioramento delle risorse umane, all'inclusione sociale e allo sviluppo locale, svolge e promuove attività di studio, ricerca, sperimentazione, documentazione, informazione e valutazione nonché fornisce supporto tecnico-scientifico allo Stato, alle Regioni e agli Enti locali. Fa parte del Sistema Statistico Nazionale (Sistan) e collabora con gli organismi e le istituzioni comunitarie oltre che svolgere il ruolo di assistenza metodologica e scientifica per le azioni di sistema del Fondo sociale europeo;

considerato altresì che:

la costituzione dell'Agenzia nazionale per l'occupazione sembrerebbe duplicare funzioni, ruoli e compiti propri dell'ISFOL con possibile grave nocumento dei suoi lavoratori nonché del carattere di terzietà e di indipendenza che da sempre la caratterizzano;

tutto ciò premesso e considerato, impegna il Governo:

ad istituire un tavolo tecnico con tutti i soggetti interessati per la definizione dei compiti e delle funzioni proprie dell'Agenzia nazionale per l'occupazione onde scongiurare inutili e dispendiose sovrapposizioni con l'ISFOL;

a mantenere in ogni caso attivo l'ISFOL nella sua strutturazione di Ente pubblico di ricerca, autonomo ed indipendente al fine di garantirne sempre la terzietà;

a reperire le risorse finanziarie necessarie a prorogare i contratti a tempo determinato dell'ISFOL di prossima scadenza al fine di non disperdere un patrimonio umano di competenze e professionalità formatesi negli anni.

G1.105

PUGLIA, CATALFO, PAGLINI, BERTOROTTA, VACCIANO, CASTALDI, DONNO, GIROTTO

Precluso

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante «Deleghe al Governo in materia di riforma degli ammortizzatori sociali, dei servizi per il lavoro e delle politiche attive, nonché in materia di riordino della disciplina dei rapporti di lavoro e dell'attività ispettiva e di tutela e conciliazione delle esigenze di cura, di vita e di lavoro» (AS 1428-B)

premesso che:

l'articolo 1, comma 4, lettera *g)*, del disegno di legge in esame reca un criterio di delega, volto alla razionalizzazione e revisione delle procedure e degli adempimenti in materia di inserimento mirato delle persone con disabilità (di cui alla legge 12 marzo 1999, n. 68) e degli altri soggetti aventi diritto al collocamento obbligatorio, al fine di favorirne l'inclusione sociale, l'inserimento e l'integrazione nel mercato del lavoro, avendo cura di valorizzare le competenze delle persone;

impegna il Governo ad porre in essere, in sede di esercizio della delega di cui in premessa, provvedimenti concreti per favorire l'incrocio tra domanda e offerta di lavoro attraverso il collegamento, nell'ambito della dorsale informativa di cui all'articolo 4, comma 51, della legge 28 giugno 2012, n. 92, e della banca dati delle politiche attive e passive del lavoro di cui all'articolo 8 del decreto-legge 28 giugno 2013, n. 76, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 agosto 2013, n. 99, delle banche dati relative al collocamento obbligatorio con l'obbligo per le competenti amministrazioni di pubblicare on line le graduatorie relative al collocamento obbligatorio nonchè dei posti disponibili con la specificazione di:

1) tipologia;
2) settore;
3) competenze richieste;
4) sede di lavoro.

G1.106

DE PIETRO, FEDELI, DE PETRIS

Precluso

Il Senato,

in sede di discussione del disegno di legge recante «Deleghe al Governo in materia di riforma degli ammortizzatori sociali, dei servizi per il lavoro e delle politiche attive, nonché in materia di riordino della disciplina dei rapporti di lavoro e dell'attività ispettiva e di tutela e conciliazione delle esigenze di cura, di vita e di lavoro»;

premesso che:

l'articolo 1 della Costituzione sancisce che l'Italia è una Repubblica fondata sul lavoro;

l'articolo 3, comma 2 della Costituzione stabilisce altresì che: «È compito della Repubblica rimuovere gli ostacoli di ordine economico e sociale, che, limitando di fatto la libertà e l'eguaglianza dei cittadini, impediscono il pieno sviluppo della persona umana e l'effettiva partecipazione di tutti i lavoratori all'organizzazione politica, economica e sociale del Paese»;

premesso altresì che:

il daltonismo è un'anomalia congenita della percezione dei colori;

summenzionata anomalia, dovuta a un disturbo funzionale dei coni, viene trasmessa ereditariamente come un carattere recessivo legato al sesso: i geni responsabili del daltonismo sono, difatti, situati sul cromosoma X e, poiché si tratta di geni recessivi, la differenza di percezione di alcuni colori si manifesta in tutti i soggetti di sesso maschile che hanno il gene anomalo, e nelle femmine che hanno il gene anomalo in doppia dose;

il soggetto daltonico ha una diversa percezione di alcune sfumature di alcuni colori, che risultano separati da una zona in cui le sue capacità di discriminazione sono deficitarie;

considerato che:

la lettera *g)*, comma 4 dell'articolo 1 del provvedimento in esame prevede una razionalizzazione e revisione delle procedure e degli adempimenti in materia di inserimento mirato delle persone con disabilità di cui alla legge 12 marzo 1999, n. 68, e degli altri soggetti aventi diritto al collocamento obbligatorio, al fine di favorirne l'inclusione sociale, l'inserimento e l'integrazione nel mercato del lavoro, avendo cura di valorizzare le competenze delle persone»;

il daltonismo viene considerato un impedimento a svolgere molte attività lavorative, tuttavia manca un'attenzione specifica al problema;

a tal proposito, particolare attenzione meriterebbe la disciplina concernente i requisiti per il rilascio della patente di guida, particolarmente sfavorevole per i daltonici;

l'accesso alla patente di guida riveste un'importanza strategica, perché ad essa sono collegate mansioni lavorative, come ad esempio quelle di camionista o di autista di mezzi di trasporto collettivo;

in Italia si continuano a fare i test del colore nell'esame medico per l'idoneità alla guida nonostante tali test siano contrari alla normativa europea in materia, Direttiva 91/439/CEE del Consiglio del 29 luglio 1991 e nei suoi successivi aggiornamenti, che non considera il daltonismo fra le condizioni ostative al rilascio della patente di guida poiché i daltonici sono perfettamente in grado di distinguere le segnalazioni semaforiche e di altro genere. Pertanto, i test che attualmente si effettuano sono illegittimi fin dal 1991 secondo la citata direttiva europea;

valutato infine che:

la lista delle attività proibite ai daltonici è lunga e deve essere revisionata, in quanto molti dei mestieri oggi preclusi lo sono sulla base di una tradizione medica obsoleta e basata su criteri non scientifici;

il concetto che dovrebbe prevalere è, dove possibile, l'adattamento convenzionale dei colori per consentire una corretta percezione a tutti e non la semplicistica esclusione di un'intera categoria di persone;

la normativa europea, fin dalla Direttiva 91/439/CEE del consiglio, del 29 luglio 1991 e nei suoi successivi aggiornamenti, non prevede il controllo della visione dei colori fra i test attitudinali necessari al rilascio della patente di guida,

impegna il Governo ad adottare, entro sei mesi dal conferimento della delega, tutti i provvedimenti necessari per il riassetto e la riforma delle disposizioni vigenti in materia di requisiti visivi per il conseguimento della patente di guida e per l'accesso al mercato del lavoro, nel rispetto

della normativa dell'Unione europea e delle convenzioni internazionali in materia, anche al fine di prevenire esclusioni individuali o collettive dal mercato del lavoro.

G1.107

ORELLANA

Precluso

Il Senato,

in sede di discussione del disegno di legge recante «Deleghe al Governo in materia di riforma degli ammortizzatori sociali, dei servizi per il lavoro e delle politiche attive, nonché in materia di riordino della disciplina dei rapporti di lavoro e dell'attività ispettiva e di tutela e conciliazione delle esigenze di cura, di vita e di lavoro»;

premesso che:

ai sensi della lettera *a)*, comma 2, articolo 28, del decreto legislativo 9 marzo del 2008, n. 81, recante «Attuazione dell'articolo 1 della legge 3 agosto 2007, n. 123, in materia di tutela della salute e della sicurezza nei luoghi di lavoro», ogni datore di lavoro ha l'obbligo di valutare i rischi cui sono soggetti i suoi lavoratori e di indicare quali misure egli intenda adottare per evitare, o quanto meno ridurre, tali rischi;

succitato obbligo deve essere poi cristallizzato all'interno di un apposito documento, il Documento di Valutazione dei Rischi (DVR), la cui dotazione è obbligatoria anche per le Pubbliche Amministrazioni;

giova ricordare che la mancata redazione del DVR, ovvero la mancata valutazione di tutti i rischi incombenti sui lavoratori, è punita dal legislatore con l'irrogazione di un'ammenda da euro 2.192,00 a euro 4.384,00, così come stabilito dall'articolo 55, comma 3 del summenzionato decreto legislativo;

nell'ambito del Ministero del lavoro e delle politiche sociali gli ispettori, che ne sono dipendenti, hanno sollevato un vero e proprio paradosso: il DVR dei propri uffici territoriali - le Direzioni Territoriali del Lavoro non considerano i rischi connessi all'attività ispettiva;

rilevato che:

l'attività degli ispettori è considerata, all'interno del Documento, alla stregua di mera attività di sportello. È di tutta evidenza, invece, che la funzione di un ispettore, non sia affatto assimilabile a quella di un funzionario che lavora presso l'URP, in quanto egli viene sì a contatto con imprenditori e lavoratori, ma nell'ambito dell'attività ispettiva, ossia in un contesto che può riguardare tutti i luoghi di lavoro, quali ad esempio: cantieri edili o navali, ferrovie, imprese agricole, concerie, aziende manifatturiere cinesi;

la crisi socio-economica che attanaglia il nostro Paese rende sempre più frequente il rischio di vere e proprie aggressioni ai danni degli ispettori;

ulteriore criticità che il Ministero del lavoro ha omesso di valutare riguarda il cosiddetto «rischio da lavoro stress-correlato». Su questo tipo di rischio connesso all'attività degli ispettori e sulla necessità di valutarlo, è apparso, nei giorni scorsi, sul n. 6 di «Lavoro @ Confronto», rivista telematica della Fondazione Massimo D'Antona, un articolo molto puntuale scritto dalla dottoressa Federica Bertolazzi, psicologa del lavoro e delle Organizzazioni;

la posizione assunta in materia dal Ministero è emblematicamente rappresentata dalle dichiarazioni rilasciate direttamente ad alcuni ispettori. Difatti, nel corso di un incontro tenutosi a Roma, nel maggio scorso, presso la sede del Ministero tra una delegazione di ispettori e alcuni rappresentanti dell'Amministrazione, alla domanda sulle ragioni per cui il rischio di aggressioni agli ispettori non fosse stato inserito nel DVR, l'Amministrazione rispose che non era stato previsto per non legittimarlo;

gli ispettori, perciò, chiamati a vigilare sulla sicurezza di lavoratori e tenuti a sanzionare quelle aziende che non abbiano redatto il DVR, ovvero non abbiano valutato tutti i rischi, sono a loro volta privi di strumenti che ne tutelino la sicurezza;

considerato che:

la situazione del personale ispettivo è divenuta ancora più insostenibile in seguito ad una serie di suicidi di imprenditori in diverse località del Paese. La responsabilità di tali tragici eventi è stata, in parte, erroneamente attribuita agli ispettori del lavoro;

per questa ragione, dalla scorsa primavera, in quasi sessanta uffici del Ministero, circa 1.200 ispettori hanno avviato azioni di protesta, chiedendo al Ministro Poletti di avviare azioni concrete per migliorare le loro condizioni di lavoro e di rispondere alla campagna denigratoria dei mesi passati, avviando campagne informative per far conoscere il ruolo degli ispettori del Ministero del lavoro, quale presidio di legalità nel mercato del lavoro;

il Ministro Poletti ha risposto a tali sollecitazioni tramite l'avvio di tavoli tecnici presso il Ministero, i cui risultati si sono rilevati, allo stato attuale, piuttosto limitati, determinando il prosieguo delle agitazioni degli ispettori;

lo stesso Ministro ha fortemente voluto l'inserimento, all'interno del *Jobs Act*, dell'Agenzia Unica Ispettiva, quale strumento che, in prospettiva, può risolvere tali problemi, trattandosi di un Ente meno burocratizzato e dotato di autonomia finanziaria e contrattuale;

il raggiungimento degli obiettivi di coordinamento e razionalizzazione del mercato del lavoro, di cui all'articolo 1 del provvedimento in esame, con particolare riferimento alle disposizioni di cui al comma 4, lettere *r)* e *z)*, non può prescindere da un'adeguata tutela del ruolo degli ispettori del lavoro,

impegna il Governo a intraprendere azioni concrete al fine di risolvere i problemi sollevati dal personale ispettivo di tutta Italia, anche in considerazione dei tempi tecnici di realizzazione necessari per la costituzione dell'Agenzia Ispettiva.

G1.108

BENCINI, Maurizio ROMANI, MUSSINI, BOCCHINO

Precluso

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge recante «Deleghe al Governo in materia di riforma degli ammortizzatori sociali, dei servizi per il lavoro e delle politiche attive, nonché in materia di riordino della disciplina dei rapporti di lavoro, dell'attività ispettiva e di tutela e conciliazione delle esigenze di cura, di vita e di lavoro» (AS 1428-B),

premesso che:

l'articolo 1, comma 7, del disegno di legge in esame:

alla lettera *b)* reca disposizioni volte a promuovere, in coerenza con le indicazioni europee, il contratto a tempo indeterminato come forma comune di contratto di lavoro rendendolo più conveniente rispetto agli altri tipi di contratto in termini di oneri diretti e indiretti;

alla lettera *c)* reca la previsione del contratto a tempo indeterminato a tutele crescenti in relazione all'anzianità di servizio nonché disposizioni in materia di cessazioni del rapporto di lavoro;

considerato che:

si rende necessario rafforzare la tutela dei lavoratori attraverso una revisione dell'orario lavorativo, nell'ottica di una riduzione del medesimo, al fine di incrementare l'offerta di lavoro consentendo, al contempo la creazione di un sistema più strutturato che possa davvero agevolare la conciliazione delle esigenze di cura, di vita e di lavoro;

impegna il Governo a rivedere le disposizioni in materia di orario di lavoro nel settore privato, adottando ogni più opportuna iniziativa, al fine di rendere lo stesso uguale a quello previsto nel pubblico impiego ossia pari a 36 ore lavorative settimanali in luogo delle ore 40 ore.

G1.109

PAGLINI, PUGLIA, CATALFO, BERTOROTTA, VACCIANO, CASTALDI, DONNO, GIROTTO

Precluso

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante «Deleghe al Governo in materia di riforma degli ammortizzatori sociali, dei servizi per il lavoro e delle politiche attive, nonché in materia di riordino della disciplina dei rapporti di lavoro e dell'attività ispettiva e di tutela e conciliazione delle esigenze di

cura, di vita e di lavoro» (AS 1428-B)

premesso che:

l'articolo 1, comma 7, lettera *c)*, del disegno di legge in esame reca un criterio di delega, volto alla previsione, per le nuove assunzioni, del contratto a tempo indeterminato a tutele crescenti in relazione all'anzianità di servizio;

impegna il Governo ad assicurare, in sede di esercizio della delega di cui in premessa, che l'anzianità di servizio sia calcolata sommando in essa i periodi di lavoro precedentemente intercorsi tra le medesime parti nonché in aziende di società controllate o collegate ai sensi dell'articolo 2359 del codice civile o facenti capo, anche per interposta persona, allo stesso soggetto.

G1.110

CATALFO, PAGLINI, PUGLIA, BERTOROTTA, VACCIANO, CASTALDI, DONNO, GIROTTO

Precluso

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante «Deleghe al Governo in materia di riforma degli ammortizzatori sociali, dei servizi per il lavoro e delle politiche attive, nonché in materia di riordino della disciplina dei rapporti di lavoro e dell'attività ispettiva e di tutela e conciliazione delle esigenze di cura, di vita e di lavoro» (AS 1428-B)

premesso che:

l'articolo 1, comma 7, lettera *d)*, del disegno di legge in esame reca un criterio di delega, volto al rafforzamento degli strumenti per favorire l'alternanza tra scuola e lavoro;

impegna il Governo a porre in essere il rafforzamento degli strumenti per favorire l'alternanza tra scuola e lavoro con particolare riguardo all'apprendistato, prevedendo che le attività nelle quali tale alternanza si esplica assicurino un credito formativo per il rilascio del diploma tecnico-professionale o della qualifica professionale.

G1.111

PUGLIA, CATALFO, PAGLINI, BERTOROTTA, VACCIANO, CASTALDI, DONNO, GIROTTO

Precluso

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante «Deleghe al Governo in materia di riforma degli ammortizzatori sociali, dei servizi per il lavoro e delle politiche attive, nonché in materia di riordino della disciplina dei rapporti di lavoro e dell'attività ispettiva e di tutela e conciliazione delle esigenze di cura, di vita e di lavoro» (AS 1428-B)

premesso che:

l'articolo 1, comma 7, lettera *d)*, del disegno di legge in esame reca un criterio di delega, volto al rafforzamento degli strumenti per favorire l'alternanza tra scuola e lavoro;

impegna il Governo ad assicurare, in sede di esercizio della delega di cui in premessa, fermo restando le competenze delle Regioni e delle province autonome e tenuto conto della vigente normativa in materia, la possibilità per le scuole di ogni ordine e grado di diventare sedi formative per l'apprendistato di cui agli articoli 3 e 4 del decreto legislativo 14 settembre 2011 n. 167, tenendo anche conto delle buone pratiche realizzate a livello regionale.

G1.112

FUCKSIA, CATALFO, PAGLINI, PUGLIA, BERTOROTTA, VACCIANO, CASTALDI, DONNO, GIROTTO

Precluso

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante «Deleghe al Governo in materia di riforma degli ammortizzatori sociali, dei servizi per il lavoro e delle politiche attive, nonché in materia di riordino della disciplina dei rapporti di lavoro e dell'attività ispettiva e di tutela e conciliazione delle esigenze di cura, di vita e di lavoro» (AS 1428-B)

premesso che:

la lettera *f)* del comma 7 dell'articolo 1 del disegno di legge reca principi di delega per la revisione della disciplina dei controlli a distanza sugli impianti e sugli strumenti di lavoro, tenendo conto dell'evoluzione tecnologica e contemperando le esigenze produttive ed organizzative dell'impresa con la tutela della dignità e della riservatezza del lavoratore;

considerato che:

il decreto legislativo 30 giugno 2003, n. 196 (Codice in materia di protezione dei dati personali) riconosce il diritto del singolo sui propri dati personali e, conseguentemente, disciplina le diverse operazioni di trattamento dei dati, riguardanti la raccolta, l'elaborazione, il raffronto, la cancellazione, la modificazione, la comunicazione o la diffusione degli stessi, al fine di evitare che il trattamento dei dati avvenga senza il consenso dell'avente diritto, ovvero in modo da recargli pregiudizio;

l'imprenditore, a norma dell'articolo 2087 del codice civile, è tenuto ad adottare nell'esercizio dell'impresa le misure che, secondo la particolarità del lavoro, l'esperienza e la tecnica, sono necessarie a tutelare l'integrità fisica e la personalità morale dei prestatori di lavoro;

il decreto legislativo 9 aprile 2008, n. 81 (c.d. Testo unico sulla sicurezza sul lavoro) al Capo III del Titolo I reca disposizioni sulla Gestione della prevenzione nei luoghi di lavoro, in particolare gli articoli 15, 18 e 19 prevedono rispettivamente disposizioni circa le misure generali di tutela della salute e della sicurezza dei lavoratori nei luoghi di lavoro, gli obblighi del datore di lavoro, dei dirigenti e dei preposti;

impegna il Governo a tenere conto in sede di esercizio della delega, nell'ambito di quanto previsto dal comma 7, lettera *f)* in materia di revisione della disciplina dei controlli a distanza, dei diritti dei lavoratori riconosciuti in base ai principi ed alle disposizioni di cui al decreto legislativo 30 giugno 2003, n. 196 nonché dei principi e delle disposizioni a tutela della sicurezza e della salute dei lavoratori stessi secondo quanto previsto dall'articolo 2087 del codice civile e dagli articoli 15, 18 e 19 del decreto legislativo 9 aprile 2008, n. 81.

G1.113

PAGLINI, CATALFO, PUGLIA, BERTOROTTA, VACCIANO, CASTALDI, DONNO, GIROTTO

Precluso

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante «Deleghe al Governo in materia di riforma degli ammortizzatori sociali, dei servizi per il lavoro e delle politiche attive, nonché in materia di riordino della disciplina dei rapporti di lavoro e dell'attività ispettiva e di tutela e conciliazione delle esigenze di cura, di vita e di lavoro» (AS 1428-B)

premesso che:

l'articolo 1, comma 7, lettera *f)*, del disegno di legge in esame reca un criterio di delega, volto alla revisione della disciplina dei controlli a distanza sugli impianti e sugli strumenti di lavoro, tenendo conto dell'evoluzione tecnologica e contemperando le esigenze produttive ed organizzative dell'impresa con la tutela della dignità e della riservatezza del lavoratore;

impegna il Governo ad assicurare, in sede di esercizio della delega di cui in premessa:

a) che i controlli sugli impianti siano limitati a finalità di protezione degli impianti stessi e del lavoratore;

b) l'esclusione di controlli a distanza su *computer* e altri apparecchi elettronici o di telefonia mobile che utilizzano dati personali e di sicurezza del lavoratore;

c) l'esclusione della possibilità di stipulare clausole contrattuali che consentano al lavoratore di cedere parte della propria riservatezza;

d) l'esclusione di qualsiasi forma di registrazione che leda la riservatezza del lavoratore.

G1.114

CATALFO, PAGLINI, PUGLIA, BERTOROTTA, VACCIANO, CASTALDI, DONNO, GIROTTO

Precluso

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante «Deleghe al Governo in materia di riforma degli ammortizzatori sociali, dei servizi per il lavoro e delle politiche attive, nonché in materia di riordino della disciplina dei rapporti di lavoro e dell'attività ispettiva e di tutela e conciliazione delle esigenze di cura, di vita e di lavoro» (AS 1428-B)

premesso che:

l'articolo 1, comma 7, lettera *g)*, del disegno di legge in esame reca un criterio di delega, volto all'introduzione, anche in via sperimentale, del compenso orario minimo, applicabile ai rapporti aventi ad oggetto una prestazione di lavoro subordinato, nonché, fino al loro superamento, ai rapporti di collaborazione coordinata e continuativa, nei settori non regolati da contratti collettivi sottoscritti dalle organizzazioni sindacali dei lavoratori e dei datori di lavoro comparativamente più rappresentative sul piano nazionale, previa consultazione delle parti sociali comparativamente più rappresentative sul piano nazionale;

considerato che:

l'articolo 36, comma primo, della Costituzione stabilisce che il lavoratore ha diritto ad una retribuzione proporzionata alla quantità e qualità del suo lavoro «e in ogni caso sufficiente ad assicurare a sé e alla famiglia un'esistenza libera e dignitosa»;

la risoluzione 1993 adottata dal Consiglio d'Europa il 10 aprile 2014 sollecita gli stati membri ad approvare nei loro rispettivi ordinamenti misure volte a «garantire un salario minimo nazionale e piani di protezione sociale ad un livello che corrisponde alle esigenze di sviluppo nazionali». Allo scopo di garantire una retribuzione equa al lavoratore in modo da assicurare al lavoratore una vita e un lavoro dignitoso in condizioni di libertà, equità, sicurezza e dignità;

in tal senso è stato presentato in Senato il disegno di legge n. 1697 recante, appunto, disposizioni per l'introduzione del salario minimo orario;

impegna il Governo ad assicurare, in sede di esercizio della delega di cui in premessa:

a) l'introduzione di un salario minimo orario di importo non inferiore ai 9 euro lordi da applicare alle ore di lavoro mensili previste dal contratto;

b) il divieto di stipulare contratti di lavoro con una retribuzione inferiore;

c) un meccanismo automatico di incremento del salario orario minimo al 1º gennaio di ogni anno in base alla variazione dell'indice dei prezzi al consumo per le famiglie di operai e impiegati definita dall'lstat;

d) per i contratti di lavoro in essere, fatte salve le condizioni di miglior favore, l'applicazione del salario orario minimo al livello retributivo inferiore e la riparametrazione dei livelli superiori fino ai successivi rinnovi;

e) l'esclusione dal computo del salario minimo orario di eventuali indennità o rimborsi spese spettanti al lavoratore per il lavoro distaccato nonché degli emolumenti non monetari;

f) il divieto di impiegare il salario minimo orario nell'interesse del datore di lavoro (e la nullità di ogni patto contrario) nonché la sua impignorabilità;

g) l'applicazione del salario minimo anche a particolari figure autonome di lavoro come i praticanti degli studi professionali;

h) la previsione di specifiche sanzioni amministrative a carico dei datori di lavoro che violino l'obbligo salariale minimo.

G1.115

PUGLIA, CATALFO, PAGLINI, ENDRIZZI, BERTOROTTA, VACCIANO, CASTALDI, DONNO, GIROTTO

Precluso

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante «Deleghe al Governo in materia di riforma degli ammortizzatori sociali, dei servizi per il lavoro e delle politiche attive, nonché in materia di riordino della disciplina dei rapporti di lavoro e dell'attività ispettiva e di tutela e conciliazione delle esigenze di cura, di vita e di lavoro» (AS 1428-B)

premesso che:

l'articolo 1, comma 9, lettera *h)*, del disegno di legge in esame reca un criterio di delega volto all'introduzione di congedi dedicati alle donne inserite nei percorsi di protezione relativi alla violenza di genere certificati dai servizi sociali del comune di residenza;

impegna il Governo a valutare la possibilità di istituire, con appositi provvedimenti normativi, congedi dedicati ai lavoratori che seguono trattamenti terapeutici e riabilitativi rispetto a patologie di dipendenza, compreso il gioco d'azzardo patologico, debitamente certificati dai competenti servizi per le dipendenze patologiche delle ASL.

G1.116

BAROZZINO, DE PETRIS, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO, URAS

Precluso

Il Senato,

considerato che:

le disposizioni recate dalla proposta di legge *Jobs Act* si distinguono per l'esclusione del sindacato da tutti gli interventi previsti, rinvenendo il suo coinvolgimento solo nella delega sul demansionamento;

il *Jobs Act* non nasconde, quindi, l'obiettivo di ridimensionare e mettere in discussione il ruolo del sindacato, ritenendolo non necessario, come già avvenuto con il decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90, recante misure urgenti per la semplificazione e la trasparenza amministrativa e per l'efficienza degli uffici giudiziari, che è intervenuto sul pubblico impiego;

il Governo e la sua maggioranza, andando contro la Costituzione, non riconoscono la funzione e l'importanza delle associazioni di rappresentanza dei lavoratori e delle lavoratrici, andando a sostituirsi ad essi;

non è possibile che le organizzazioni sindacali siano escluse in un provvedimento che intende intervenire a modificare radicalmente il diritto e il mercato del lavoro,

impegna il Governo a coinvolgere le organizzazioni sindacali nella fase di preparazione di tutti i decreti legislativi, nonché degli altri provvedimenti, quale che sia la natura, che verranno approntati sulla base della proposta di legge in esame. Il coinvolgimento non dovrà limitarsi all'ascolto, ma dovrà consistere nella condivisione e contrattazione delle scelte, convocando appositi tavoli tecnici presso i ministeri competenti.

G1.117

MUNERATO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, CALDEROLI, CANDIANI, CENTINAIO, COMAROLI, CONSIGLIO, CROSIO, DIVINA, STEFANI, STUCCHI, TOSATO, VOLPI

Precluso

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge recante Deleghe al Governo in materia di riforma degli ammortizzatori sociali, dei servizi per il lavoro e delle politiche attive, nonché in materia di riordino della disciplina dei rapporti di lavoro, dell'attività ispettiva e di tutela e conciliazione delle esigenze di cura, di vita e di lavoro,

premesso che:

la cosiddetta Legge Mosca, così chiamata dal nome dell'esponente della Cgil, Giovanni Mosca, che ne fu il relatore, nacque con l'intento di garantire una copertura previdenziale a circa un centinaio di persone che nei decenni successivi al dopoguerra avevano prestato la loro opera nei sindacati o nei partiti senza che a loro nome fossero stati versati i contributi all'Inps; bastava la semplice dichiarazione del rappresentante del partito o del sindacato e all'interessato veniva versata la pensione oltre naturalmente gli arretrati a partire dal 1948;

a beneficiarne sono stati invece oltre 40mila sindacalisti e/o funzionari di partito, con un costo per lo Stato e dunque per i contribuenti calcolato in oltre 12 milioni di euro;

nell'attuale contesto socio-economico di forte e perdurante crisi, caratterizzato dall'impossibilità di tutelare disoccupati, cassintegrati e esodati per mancanza di risorse e dalla

necessità di adottare provvedimenti di *spending review*, risulta anacronistico al limite dell'imbarazzante mantenere in vita un siffatto beneficio;

per le finalità del provvedimento all'esame sono stati accantonati, in sede di legge di stabilità per il 2015, 2 miliardi di euro ma, con specifico riguardo all'universalizzazione del campo di applicazione dell'ASpI, è già stata palesata dalla maggioranza parlamentare la necessità di reperire nuove ed ulteriori risorse, almeno altri 500 o 600 milioni di euro;

è indubbio che l'abrogazione della cosiddetta Legge Mosca porterebbe nelle casse dello Stato un considerevole risparmio utilizzabile per garantire trattamenti di sostegno al reddito di importi consoni al costo della vita,

impegna il Governo ad adottare, nelle more di attuazione del provvedimento con l'emanazione dei decreti delegati, atti di propria competenza contemplanti l'abrogazione della legge 11 giugno 1974, n. 252.

G1.118

BAROZZINO, DE PETRIS, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO, URAS

Precluso

Il Senato,

considerato che:

la proposta di legge in esame, denominata *Jobs Act*, incide in modo sostanziale sul diritto del lavoro e sui diritti dei lavoratori, attribuendo al Governo numerose deleghe che introducono una nuova riforma del mercato del lavoro, a distanza di appena due anni dall'ultima che porta il nome dell'allora Ministro del lavoro, Elsa Fornero (legge n. 92 del 2012);

sulla base delle deleghe conferite, diverse disposizioni dei decreti delegati andranno ad incidere su disposizioni di natura previdenziale e dovranno affrontare la problematica della continuità contributiva dei lavoratori e delle lavoratrici che oggi hanno lavori discontinui;

pensare di riformare il diritto del lavoro o di razionalizzarlo, d'altra parte, non è possibile se non si ripensa e si risistema l'ultima riforma pensionistica che porta ancora una volta il nome dell'allora Ministro del lavoro, Elsa Fornero (articolo 24 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201) e che ha fallito sul piano sociale e giuridico le finalità che si proponeva;

la riforma Fornero del 2011 ha trasformato il sistema previdenziale innalzando di molti anni l'età per la pensione, sia in termini anagrafici che contributivi e a distanza di tre anni contiene ancora errori che non sono stati corretti;

come è stato ormai acclarato non di una «riforma» si è trattato di una «manovra», perché le casse della previdenza dei lavoratori, ovvero i loro risparmi pensionistici, sono state utilizzati per drenare risorse per ridurre il debito pubblico;

una «manovra» scritta in una notte, senza alcun dibattito pubblico, che non ha considerato l'impatto immediato e di lungo termine che produceva su lavoratrici e lavoratori;

l'assenza di disposizioni transitorie che consentissero il passaggio graduale alle nuove regole previdenziali ha prodotto l'inumano fenomeno dei cosiddetti esodati, lavoratori a cui è stato tolto il pane, la dignità e la speranza; la «sesta» salvaguardia che stiamo approvando non può essere un merito del Governo, della sua maggioranza o del Parlamento, ma ribadisce l'incapacità delle istituzioni di rimediare in maniera definitiva e strutturale a una situazione inaccettabile e indegna di un Paese come l'Italia. A distanza di tre anni l'INPS e il Governo non hanno saputo e voluto indicare quanti e quali sono le lavoratrici e i lavoratori esodati;

un problema di «coperture» e di risorse non esiste dal momento che i risparmi che la «manovra» Fornero avrebbe dovuto produrre erano stati calcolati dalla nota tecnica della ragioneria generale dello Stato in circa 23 miliardi nel decennio 2012-2021, mentre l'ufficio attuariale dell'INPS nel 2013 ha calcolato che verranno generati circa 90 miliardi di risparmio nello stesso periodo;

tali risorse devono tornare o rimanere nelle casse previdenziali. Il Governo e la sua maggioranza non possono pensare di destinarle per coprire i 50 miliardi che bisogna mettere da parte ogni anno in base al *Fiscal compact*, come è lecito desumere dalle parole del Ministro Paletti, che nel

corso della riunione del 30 giugno 2014 con le rappresentanze degli esodati e di altre categorie, ha dichiarato di non poter risolvere le tante situazioni gravi che la manovra Fornero ha prodotto «per mancanza di risorse»;

tra gli errori della manovra Fornero ci sono i lavoratori del settore ferroviario, tra cui i macchinisti, non proprio esodati, ma che dovrebbero andare in pensione a 67 anni, mentre hanno un'aspettativa di vita media di solo 63 anni; oppure i lavoratori della scuola, cosiddetta «quota 96» che sono rimasti imprigionati nella Fornero perché a loro non si è voluta applicare la regola, posta dallo Stato, che gli consente di andare in pensione un solo giorno all'anno, il primo settembre; e poi ci sono i lavoratori e le lavoratrici delle poste o quelli che hanno trovato un nuovo lavoro a tempo indeterminato, ma poi lo hanno riperso perché l'azienda è fallita e sono stati puniti e si potrebbero fare molti altri esempi;

ci sono troppi casi e eccessive fattispecie di lavoratori che la «manovra» Fornero ha lasciato sul lastrico e nella disperazione. Forse è possibile salvaguardarli tutti con tante minute disposizioni speciali, ma non si sa quando e come, essendo ormai arrivati alla sesta salvaguardia; per sanare con certezza tutti gli errori serve tornare ad una disposizione che abbia il carattere della legge generale e astratta che possa coprire tutte le fattispecie, ovvero una riforma strutturale della «manovra» Fornero;

la «manovra» Fornero è intervenuta su un sistema pensionistico che non aveva problemi di sostenibilità perché messo in sicurezza dalle numerose riforme succedutesi negli anni 90 e nel primo decennio del 2000. I suoi costi erano già nella media della spesa pensionistica europea, per incidenza sul PIL, nonostante solo nella spesa pensionistica italiana vengano conteggiati anche il TFR o il TFS, che però sono retribuzioni differite;

bisogna prendere atto di tale fallimento e procedere ad una vera riforma pensionistica che abbia il coraggio politico di rafforzare la previdenza rimettendo i lavoratori e la loro dignità al centro del sistema è necessario abbassare l'età pensionistica, distinguere i lavori, riconoscere ai fini contributivi il lavoro domestico e quello di cura, di donne e di uomini, per superare le troppe procedure aperte dall'Unione europea contro l'Italia con riferimento all'età pensionistica delle donne; assicurare che la pensione non valga meno del 60 per cento dell'ultimo salario,

impegna il Governo a presentare al Parlamento una riforma del sistema previdenziale che tenga conto di quanto indicato in premessa che abroghi la «manovra» Fornero in materia di pensioni.

G1.119

MUNERATO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, CALDEROLI, CANDIANI, CENTINAIO, COMAROLI, CONSIGLIO, CROSIO, DIVINA, STEFANI, STUCCHI, TOSATO, VOLPI

Precluso

Il Senato,

esaminato il disegno di legge recante «Deleghe al Governo in materia di riforma degli ammortizzatori sociali, dei servizi per il lavoro e delle politiche attive, nonché in materia di riordino della disciplina dei rapporti di lavoro, dell'attività ispettiva e di tutela e conciliazione delle esigenze di cura, di vita e di lavoro»;

valutato nel dettaglio la delega di cui al comma l in materia di ammortizzatori sociali e, con riferimento agli strumenti di tutela in costanza di lavoro, il criterio di cui al comma 2, lettera *a)*, numero 5) del provvedimento, che prevede una maggiore compartecipazione delle imprese utilizzatrici;

ricordato che da una elaborazione della CGIA di Mestre su dati della World Bank «Doing Business 2011» emerge una pressione fiscale sulle imprese italiane tra le più alte in Europa, superiore al 68,6%, non riscontrabile neanche tra i grandi paesi industrializzati extraUE;

atteso che una reale riforma del mercato del lavoro che rilanci l'occupazione e crei nuovi posti deve essere accompagnata da una politica di drastica riduzione del carico fiscale per le imprese;

impegna il Governo a tenere in particolare considerazione le capacità economiche delle piccole e medie imprese.

G1.120

MUNERATO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, CALDEROLI, CANDIANI, CENTINAIO, COMAROLI, CONSIGLIO, CROSIO, DIVINA, STEFANI, STUCCHI, TOSATO, VOLPI

Precluso

Il Senato,

esaminato il disegno di legge recante «Deleghe al Governo in materia di riforma degli ammortizzatori sociali, dei servizi per il lavoro e delle politiche attive, nonché in materia di riordino della disciplina dei rapporti di lavoro, dell'attività ispettiva e di tutela e conciliazione delle esigenze di cura, di vita e di lavoro, con particolare riguardo alla delega in materia di riforma degli ammortizzatori sociali»;

valutato che per tutte le finalità contenute nel disegno di legge delega il Governo ha previsto in sede di legge di stabilità per il 2015 un accantonamento pari a 2 miliardi di euro, senza peraltro chiarire e specificare la ripartizione tra le diverse materie oggetto di delega;

preso atto delle dichiarazioni dei giorni scorsi del Ministro Poletti e del Presidente della Commissione lavoro della Camera Damiano circa la necessità di mettere maggiori risorse sugli ammortizzatori sociali, pari ad almeno ulteriori 500/600 milioni di euro;

nel timore che, essendo il riordino degli ammortizzatori oggetto di una delega in bianco, il nuovo sussidio universale - definito a mezzo stampa NASPI - non possa riconoscere ai lavoratori trattamenti di pari importo rispetto a quelli attualmente garantiti dall'indennità di disoccupazione;

ritenuto peraltro assurdo il meccanismo con cui si intende procedere alla revisione degli ammortizzatori sociali, ovvero tagliare prima gli strumenti esistenti e con le risorse derivanti dal predetto taglio procedere ad innovare le tutele di sostegno al reddito;

secondo quanto enunciato e non esplicitato nei criteri di delega, infatti, il nuovo ammortizzatore sociale sarebbe finanziato dalla scomparsa della cassa integrazione in deroga;

impegna il Governo a valutare l'opportunità di adottare un'adeguata disciplina transitoria al fine si assicurare un graduale passaggio al nuovo regime di ammortizzatori sociali.

G1.121

MUNERATO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, CALDEROLI, CANDIANI, CENTINAIO, COMAROLI, CONSIGLIO, CROSIO, DIVINA, STEFANI, STUCCHI, TOSATO, VOLPI

Precluso

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge recante «Deleghe al Governo in materia di riforma degli ammortizzatori sociali, dei servizi per il lavoro e delle politiche attive, nonché in materia di riordino della disciplina dei rapporti di lavoro, dell'attività ispettiva e di tutela e conciliazione delle esigenze di cura, di vita e di lavoro, con particolare riguardo alla delega in materia di riforma degli ammortizzatori sociali»;

premesso che:

il criterio di cui al comma 2, lettera *a)*, numero 2), intende prevedere, con riguardo agli strumenti di tutela in costanza di rapporto di lavoro, la semplificazione delle procedure burocratiche considerando anche la possibilità di introdurre meccanismi standardizzati di concessione dei trattamenti prevedendo strumenti certi ed esigibili;

le lungaggini delle vigenti procedure burocratiche di concessione dei trattamenti comporta per i lavoratori e le relative famiglie di ritrovarsi per mesi senza alcun sostegno economico;

un intervento alquanto valido per ovviare al problema della tempistica è stato in passato il cosiddetto «istituto dell'anticipazione» che prevedeva, con riguardo alla cassa in deroga, che l'INPS potesse anticipare i relativi trattamenti sulla base della domanda corredata dagli accordi conclusi dalle parti sociali e dell'elenco dei beneficiari, in attesa dell'emanazione dei provvedimenti di autorizzazione dei predetti trattamenti;

impegna il Governo ad adoperarsi perché l'erogazione dei trattamenti di sostegno del reddito avvenga in tempi certi e congrui.

G1.122

BAROZZINO, DE PETRIS, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO, URAS

Precluso

Il Senato,

considerato che:

all'articolo l, comma 2, lettera *b)*, del provvedimento è previsto che in via sperimentale in tutti i casi di disoccupazione involontaria si possa intervenire sul sistema dell'ASpI, rimodulando e omogeneizzando la disciplina di ASpI e Mini-ASpI, estendendo lo strumento ai soli collaboratori coordinati e continuativi, incrementando la durata massima della prestazione, solo per quei lavoratori che; hanno delle elevate anzianità contributive, ed introducendo in tal modo un ulteriore elemento di conflitto generazionale, oltre a quello previsto per il «contratto a tutele crescenti»;

riguardo a quest'ultimo aspetto, cioè alla volontà di introdurre dei massimali per le prestazioni in funzione della contribuzione figurativa, vuol dire limitare le erogazioni a tutti quei lavoratori per i quali non siano stati versati dei contributi sociali effettivi, ma solo figurativi, circostanza che si verifica in caso di interruzione o riduzione dell'attività lavorativa dovuta a determinate fattispecie quali cassa integrazione guadagni contratti di solidarietà, ma anche disoccupazione e mobilità;

quello dell'anzianità contributiva è peraltro un parametro del quale attualmente già si tiene per l'accesso all'integrazione salariale straordinaria, concessa soltanto ai lavoratori che hanno una anzianità di servizio in azienda pari almeno a 90 giorni;

tuttavia, nell'ottica della citata volontà di introdurre un sistema di garanzia universale, in caso di disoccupazione involontaria, che preveda tutele uniformi e legate alla storia contributiva dei lavoratori, si potrebbe pensare ad una riduzione della severità dei criteri di accesso (per ASpI) per ampliare la platea di lavoratori tutelati, ma modulando la durata della prestazione sulla anzianità contributiva del lavoratore e in particolare, come espressamente indicato incrementando l'attuale durata per i lavoratori che hanno una importante anzianità contributiva;

ancora nella prospettiva generale di legare le tutele del reddito alla storia contributiva dei lavoratori si colloca la volontà di introdurre dei massimali per le prestazioni in funzione della contribuzione figurativa. Ciò significa voler limitare le erogazioni nei confronti dei lavoratori per i quali non siano stati versati dei contributi sociali effettivi, ma appunto figurativi, circostanza, quest'ultima, che si verifica in caso di interruzione o riduzione dell'attività lavorativa dovuta a: cassa integrazione guadagni; contratti di solidarietà; ma anche disoccupazione; mobilità;

in caso di disoccupazione involontaria, la tutela non deve essere legata alla «storia contributiva» perché non c'è nulla di più discriminatorio che la storia contributiva di chi si trova privo di reddito ed in condizione di bisogno. Inoltre rapportare la durata della prestazione, compresa la Cig, alla storia contributiva del singolo è improprio, perché introdurrebbe dei criteri troppo rigidamente «assicurativi» in un ambito, quale è quello degli ammortizzatori sociali, che dovrebbe avere valore solidale;

la suddetta previsione, inoltre, sarebbe fonte di problemi gestionali per l'impresa che mal si concilierebbero con la semplificazione amministrativa e burocratica, più volte evocata dal provvedimento,

impegna il Governo in sede di adozione dei decreti delegati, a prevedere che il sussidio di cui all'articolo 1, comma 2, lettera *a)* si applichi ai lavoratori di cui alla lettera *b)* a prescindere da qualsiasi requisito di anzianità contributiva ed assicurativa.

G1.123

MUNERATO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, CALDEROLI, CANDIANI, CENTINAIO, COMAROLI, CONSIGLIO, CROSIO, DIVINA, STEFANI, STUCCHI, TOSATO, VOLPI

Precluso

Il Senato,

esaminato il disegno di legge recante Deleghe al Governo in materia di riforma degli ammortizzatori sociali, dei, servizi per il lavoro e delle politiche attive, nonché in materia di riordino della disciplina dei rapporti di lavoro, dell'attività ispettiva e di tutela e conciliazione delle esigenze di

cura, di vita e di lavoro, con particolare riguardo alla delega in materia di riforma degli ammortizzatori sociali;

valutati nel dettaglio i criteri ed i principi direttivi cui il Governo deve attenersi nell'esercizio delle delega per riformare gli strumenti di sostegno in caso di disoccupazione involontaria;

preso atto del criterio di cui al numero 6) della predetta lettera *b)* del citato comma 2, relativamente all'eliminazione dello stato di disoccupazione come requisito per l'accesso a servizi di carattere assistenziale;

riscontrato che l'attuale maggioranza governativa e parlamentare antepone le esigenze degli extracomunitari alle necessità ed ai bisogni dei propri cittadini italiani, rinviando il reperimento di risorse per la soluzione della vicenda esodati e di quella dei cosiddetti «quota 96», ma stanziando nella legge di stabilità ben 187,5 milioni di euro, aggiuntivi alle risorse già assegnate a legislazione vigente, in favore di politiche assistenziali per gli immigrati;

temuto, pertanto, che la predetta eliminazione possa pertanto costituire un ulteriore canale privilegiato per gli extracomunitari a danno dei lavoratori e delle lavoratrici italiane,

impegna il Governo a valutare, nelle more di attuazione del provvedimento, la possibilità di prevedere una canale prioritario per i lavoratori e le lavoratrici italiane nell'accesso ai servizi di carattere assistenziale.

G1.124

MUNERATO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, CALDEROLI, CANDIANI, CENTINAIO, COMAROLI, CONSIGLIO, CROSIO, DIVINA, STEFANI, STUCCHI, TOSATO, VOLPI

Precluso

Il Senato,

esaminato il disegno di legge recante deleghe al Governo in materia di riforma degli ammortizzatori sociali, dei servizi per il lavoro e delle politiche attive, nonché in materia di riordino della disciplina dei rapporti di lavoro, dell'attività ispettiva e di tutela e conciliazione delle esigenze di cura, di vita e di lavoro, con particolare riguardo alla delega in materia di ammortizzatori sociali conferita dai commi 1 e 2 del provvedimento;

considerato il criterio di delega di cui alla lettera *d)* del comma 2 nel testo licenziato dalla Camera, relativamente alla previsione di coinvolgere i soggetti beneficiari dei trattamenti di sostegno al reddito nello svolgimento di attività a beneficio delle comunità locali;

ritenuto importante l'impiego dei soggetti beneficiari di ammortizzatori sociali in attività socioassistenziali nel comune di residenza,

impegna il Governo a valutare la possibilità di prevedere una disponibilità dei soggetti di cui in premessa anche per esigenze della Protezione civile nell'ipotesi di eventi calamitosi.

G1.125

MUNERATO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, CALDEROLI, CANDIANI, CENTINAIO, COMAROLI, CONSIGLIO, CROSIO, DIVINA, STEFANI, STUCCHI, TOSATO, VOLPI

Precluso

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge recante deleghe al Governo in materia di riforma degli ammortizzatori sociali, dei servizi per il lavoro e delle politiche attive, nonché in materia di riordino della disciplina dei rapporti di lavoro, dell'attività ispettiva e di tutela e conciliazione delle esigenze di cura, di vita e di lavoro;

premesso che:

il comma 3 del provvedimento, nel testo licenziato dalla Camera, contempla il riordino dei servizi essenziali in materia di politica attiva del lavoro;

il successivo comma 4 prevede, tra i principi e criteri direttivi cui il Governo deve attenersi nell'esercizio della delega, l'istituzione di un'Agenzia nazionale per l'occupazione;

senza una puntuale e capillare revisione dell'efficienza e dell'efficacia delle strutture pubbliche già esistenti ex uffici del collocamento, ora centri per l'impiego la nuova Agenzia rischia di

trasformarsi in un carrozzone pubblico,

impegna il Governo a valutare, nelle more di attuazione del provvedimento ed in fase di stesura dei decreti delegati, il riordino e la razionalizzazione dei centri per l'impiego, procedendo alla soppressione di quelli che nell'arco solare non abbiano collocato ovvero ricollocato una percentuale di lavoratori pari alla media nazionale ridotta dell'1 per cento, con relativo accorpamento di strutture e di personale a quello territorialmente più vicino.

G1.126

BAROZZINO, DE PETRIS, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO, URAS

Precluso

Il Senato,

considerato che:

i commi 3 e 4 recano una delega al Governo in materia di servizi per l'impiego e di politiche attive per il lavoro;

il comma 3 indica le finalità della delega, che sarebbe finalizzata a garantire la fruizione dei servizi essenziali in materia di politiche attive per il lavoro su tutto il territorio nazionale, nonché a garantire l'esercizio unitario delle relative funzioni amministrative. Il comma 4 individua i principi ed i criteri direttivi per l'esercizio della delega;

in considerazione dell'importanza delle politiche attive, le previsioni contenute nel *Jobs Act* rappresentano un esempio della volontà del Governo di non cambiare la difficile situazione attuale che, nei fatti, preclude la possibilità di realizzare in Italia politiche attive;

le politiche attive del lavoro sono costituite dal complesso di misure volte a favorire e promuovere l'inserimento del lavoratore nel mondo del lavoro. Le competenze su di esse appartengono soprattutto ai Centri per l'impiego, la cui riforma, non procrastinabile, avrebbe dovuto essere completata già da tempo e certamente prima che partisse la Garanzia Giovani, l'unica iniziativa degli ultimi anni, con considerevoli risorse economiche a disposizione. Purtroppo per l'incapacità dei Governi Letta e Renzi la Garanzia Giovani è inesorabilmente destinata al fallimento, come più volte denunciato, e non raggiungerà gli obiettivi che si prefiggeva;

ad eccezione delle risorse a disposizione della Garanzia Giovani, la spesa italiana per le politiche attive è inesistente rispetto a quella per le politiche passive e rispetto alle risorse investite nel resto dell'Europa. In assenza di un incremento delle risorse a favore delle politiche attive, la situazione non migliorerà, .neanche se si facesse la migliore delle riforme possibili;

dall'analisi dei dati elaborati da Eurostat risulta che la spesa dell'Italia per le politiche del lavoro è stata pari all'1,99 per cento del PIL (circa 31 miliardi di euro) nel 2012 (in crescita rispetto all'1,7 per cento del 2011), di poco superiore alla media dei 28 Paesi dell'Unione europea (1,89 per cento) e alla Germania (1,67 per cento). Tuttavia, ciò che differenzia notevolmente l'Italia dagli altri Paesi europei è la ripartizione della spesa per le politiche del lavoro tra le sue diverse componenti (servizi per il lavoro, politiche attive e politiche passive), con una spesa per politiche attive assai ridotta al confronto di quella per politiche passive (sostegni al reddito e prepensionamenti);

la spesa sostenuta nel 2011 per i servizi per il lavoro è pari solo all'1,8 per cento del totale degli stanziamenti per le politiche del lavoro nel loro complesso (pari allo 0,03 per cento del PIL nel 2011, sceso ulteriormente allo 0,025 nel 2012), del tutto fuori misura rispetto alla media dell'UE a 28 (11,2 per cento) e alla Germania (19,2 per cento). Si tratta di una spesa circa 5 volte inferiore alla media UE e 11 volte inferiore alla Germania (se noi spendiamo 500 milioni, la Germania spende 5 miliardi). Inoltre, la spesa è quasi del tutto assorbita dai costi dei Centri per l'impiego. Tuttavia, nei nostri centri per l'impiego abbiamo in tutto circa 8.600 persone, di cui 1.500 precari, mentre in Germania sono 110.000 i dipendenti pubblici che lavorano per l'agenzia del lavoro;

le politiche attive del lavoro sono un fattore cruciale per il mercato del lavoro, ma i numeri elencati fanno riflettere sul fatto che l'Italia non destina risorse minimamente sufficienti a svilupparle;

i lavoratori hanno bisogno di un continuo processo di riqualificazione, di formazione, orientamento, bilancio delle competenze, presa in carico: servono risorse umane e investimenti, che

non sono previste né nel *Jobs Act*, né nella legge di stabilità;

dal momento che attualmente le risorse destinare alle politiche attive del lavoro non superano i 600 milioni di euro all'anno, servirebbe almeno triplicare lo stanziamento di tale somma,

impegna il Governoa stanziare, fin dal primo provvedimento utile, anche nella legge di stabilità all'esame del Parlamento, le risorse necessarie per lo sviluppo e l'esercizio effettivo di politiche attive del lavoro.

G1.127

MUNERATO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, CALDEROLI, CANDIANI, CENTINAIO, COMAROLI, CONSIGLIO, CROSIO, DIVINA, STEFANI, STUCCHI, TOSATO, VOLPI

Precluso

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge recante Deleghe al Governo in materia di riforma degli ammortizzatori sociali, dei servizi per il lavoro e delle politiche attive, nonché in materia di riordino della disciplina dei rapporti di lavoro, dell'attività ispettiva e di tutela e conciliazione delle esigenze di cura, di vita e di lavoro;

premesso che:

il comma 3 del provvedimento, nel testo licenziato dalla Camera, contempla il riordino dei servizi essenziali in materia di politica attiva del lavoro ed il successivo comma 4 prevede, tra i principi e criteri direttivi cui il Governo deve attenersi nell'esercizio della delega, la valorizzazione delle sinergie tra servizi pubblici e privati;

per migliorare l'incontro tra domanda ed offerta di lavoro è necessario procedere prima ad una revisione dei soggetti privati attualmente accreditati a tal fine,

impegna il Governo a valutare, in fase di stesura dei decreti delegati secondo il principio di cui alla lettera *n)* del comma 4 relativamente alla definizione dei criteri per l'accreditamento e l'autorizzazione dei soggetti che operano sul mercato del lavoro, la revoca dell'autorizzazione all'esercizio dell'attività per quelle agenzie per il lavoro *ex* articolo 4 del decreto legislativo 10 settembre 2003, n. 276, che nell'arco solare di un anno non abbiano collocato ovvero ricollocato una percentuale di lavoratori pari alla media nazionale ridotta dell'1 per cento.

G1.128

PAGLINI, CATALFO, PUGLIA, BERTOROTTA, VACCIANO, CASTALDI, DONNO, GIROTTO

Precluso

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante «Deleghe al Governo in materia di riforma degli ammortizzatori sociali, dei servizi per il lavoro e delle politiche attive, nonché in materia di riordino della disciplina dei rapporti di lavoro e dell'attività ispettiva e di tutela e conciliazione delle esigenze di cura, di vita e di lavoro» (AS 1428-B),

premesso che:

l'articolo 1, comma 4, lettera *z)*, del disegno di legge in esame reca disposizioni di delega circa valorizzazione del sistema informativo per la gestione del mercato del lavoro e il monitoraggio delle prestazioni erogate, anche attraverso l'istituzione del fascicolo elettronico unico contenente le informazioni relative ai percorsi educativi e formativi, ai periodi lavorativi, alla fruizione di provvidenze pubbliche ed ai versamenti contributivi, assicurando il coordinamento con quanto previsto dal comma 6, lettera *i)*;

l'articolo 1, comma 6 lettera *i)*, del disegno di legge in esame reca disposizioni di delega circa la revisione degli adempimenti in materia di libretto formativo del cittadino, in un'ottica di integrazione con la già prevista dorsale informativa unica e con la banca dati delle politiche attive e passive del lavoro, anche con riferimento al sistema dell'apprendimento permanente,

impegna il Governo a valutare la possibilità, anche nel rispetto delle competenze regionali, di assumere iniziative volte a:

istituire attraverso gli opportuni strumenti normativi il Libretto elettronico formativo

dell'apprendista (LEFA);

definire il modello di LEFA, il formato di trasmissione ed il Sistema di classificazione dei dati contenuti nel LEFA;

al fine di assicurare l'unitarietà e l'omogeneità del sistema informativo lavoro, definire:

a) gli standard e le regole per la trasmissione informatica delle comunicazioni dei dati per l'aggiornamento del LEFA e la sua unificazione con il libretto formativo del cittadino, di cui all'articolo 2, comma 1, lettera *i)* del decreto legislativo 10 settembre 2003, n. 276;

b) la piena interoperabilità tra i dati presenti nel Sistema informativo per le comunicazioni obbligatorie e quelli della Borsa continua nazionale del lavoro di cui all'articolo 15 del decreto legislativo 10 settembre 2003, n. 276;

c) la creazione di una apposita area *web* del libretto formativo del cittadino di cui all'articolo 2, comma 1, lettera *i)* del decreto legislativo 10 settembre 2003, n. 276, che viene aggiornata anche dai dati contenuti nel LEFA;

d) i criteri di trasmissione dei dati delle ore formative registrate nel sistema informatico Inps con quelli del Sistema informativo per le comunicazioni obbligatorie;

al fine di semplificare la redazione del piano formativo individuale di cui al comma 1, lettera *a)* dell'articolo 2 del decreto legislativo 14 settembre 2011, n. 167, assicurare ai datori di lavoro, attraverso il Sistema informatico per le comunicazioni obbligatorie, l'automatismo della predisposizione, archiviazione e stampa del piano informatico individuale sulla base del repertorio delle professioni di cui al comma 3, dell'articolo 6 del decreto legislativo 14 settembre 2011, n. 167, fornendo ai datori di lavoro, in fase di predisposizione del piano formativo individuale, un catalogo formativo da cui selezionare il macro settore, il settore, il profilo e la qualifica con cui si assume l'apprendista. L'inoltro del piano formativo attraverso il Sistema informatico per le comunicazioni obbligatorie deve valere ai fini dell'assolvimento di tutti gli adempimenti amministrativi, le comunicazioni e ogni altra informazione riguardanti l'apprendistato;

assicurare l'abilitazione all'ingresso nel sistema a tutti i soggetti obbligati alla registrazione dei dati della formazione effettuata dagli apprendisti e alla certificazione delle ore di formazione sul LEFA nonché dei soggetti che sono obbligati a registrare, certificare o anche convalidare i dati del libretto formativo del cittadino, di cui all'articolo 2) comma 1, lettera *i)* del decreto legislativo 10 settembre 2003, n. 276;

dare la possibilità ai datori di lavoro di adempiere alla registrazione delle ore di formazione apprendista anche attraverso l'indicazione del dato nelle annotazioni della sezione retributiva del prospetto del libro unico del lavoro di cui articolo 39 del decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112.

G1.129

BAROZZINO, DE PETRIS, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO, URAS

Precluso

Il Senato,

considerato che:

i commi 5 e 6 recano una delega al Governo per la definizione di norme di semplificazione e di razionalizzazione delle procedure e degli adempimenti, a carico di cittadini e imprese, relativi alla costituzione ed alla gestione dei rapporti di lavoro, nonché in materia di igiene e sicurezza del lavoro;

in materia di igiene e sicurezza sul lavoro, la Costituzione italiana (articoli 2, 32 e 41) fissa alcuni principi fondamentali, prevedendo la tutela della persona umana nella sua integrità psicofisica come principio assoluto ai fini della predisposizione di condizioni ambientaili sicure e salubri. Partendo da tali principi costituzionali, la giurisprudenza ha stabilito che la tutela del diritto alla salute del lavoratore si configura sia come diritto all'incolumità fisica sia come diritto ad un ambiente salubre;

il quadro normativo che disciplina la materia della salute e sicurezza sul lavoro è articolato e complesso essendo stato oggetto di molteplici interventi legislativi che hanno trovato un punto di sintesi e di riordinamento nel decreto legislativo 9 aprile 2008, n. 81, con cui, in attuazione alla delega

contenuta nell'articolo 1 della legge 3 agosto 2007, n. 123, si è dettata la normativa quadro per il riassetto e la riforma delle norme vigenti in materia di salute e sicurezza sul lavoro, che si erano succedute negli anni;

gli interventi recati dal decreto legislativo sono stati profondi e importanti a fronte di continui fatti tragici, emblematici del perdurare di gravi infortuni sul lavoro, frutto spesso di procedure di sicurezza mai seguite o della violazione di regole elementari di prudenza, sia nella grande che nella piccola impresa;

uno degli aspetti particolarmente positivi ed apprezzabili del decreto legislativo n. 81 del 2008 consiste, come già indicato, nell'aver dettato un quadro normativo organico e unitario, che richiede un radicamento diffuso della cultura della prevenzione e un impegno costante e coordinato delle istituzioni e dei soggetti che, da versanti diversi (responsabili aziendali del personale, consulenti per la sicurezza, dirigenti e operatori sindacali), sono impegnati in tale delicato settore;

inoltre, l'esigenza di riformare e razionalizzare il quadro normativo di tutela della sicurezza e salute sui luoghi di lavoro ha tratto origine dal fatto che, a distanza di oltre un decennio dall'emanazione del decreto legislativo n. 626 del 1994, il processo di produzione legislativa in materia di tutela e sicurezza del lavoro in pratica non si era mai fermato. In particolare, il legislatore italiano si è trovato di fronte ad una notevole produzione normativa di fonte comunitaria ed ha continuato nel corso degli anni a recepire nell'ordinamento interno quanto prodotto in sede europea. Tutto ciò non soltanto ha comportato una produzione normativa che ha aggiornato o integrato le norme già inserite nel decreto legislativo n. 626 del 1994, ma ha dato vita ad una serie di discipline settoriali che si sono aggiunte alla disciplina-quadro per garantire la protezione e tutela, soprattutto su base preventiva, dei lavoratori esposti a rischi specifici, ad esempio ad agenti o lavorazioni pericolose;

pertanto, il quadro normativo in materia di sicurezza sul lavoro è stato caratterizzato da un'integrazione tra previgente diritto interno e disciplina di origine comunitaria in un nuovo assetto che, definito nelle sue linee essenziali nella prima parte degli anni Novanta, ha continuato a conoscere negli anni un progressivo ampliamento;

inoltre, l'impatto della disciplina comunitaria ha portato ad una profonda trasformazione della normativa applicabile alle diverse attività produttive e della sua ispirazione di fondo, con l'emergere in primo piano di una logica basata sulla prevenzione degli infortuni piuttosto che sulla tutela risarcitoria del lavoratore, che si esplica tra l'altro attraverso un'attività informativa e formativa cui i lavoratori e gli imprenditori sono chiamati a partecipare e collaborare attivamente;

le profonde modificazioni all'impianto normativo determinate dall'impatto della nuova legislazione di origine comunitaria sul previgente diritto interno, nell'offrire risposte più moderne ed efficaci ai problemi della sicurezza, hanno peraltro determinato difficoltà «di transizione», legate alla modificazione dello spirito di fondo dell'azione per la sicurezza imposta a imprenditori, lavoratori e autorità di controllo, alla oggettiva complessità normativa che ne è risultata, nonché ai tempi e alle modalità per la sua attuazione a livello secondario e per la sua concreta applicazione;

anche per tali motivi, il sistema delineato è apparso talvolta connotato da scarsa effettività: il campo della sicurezza sul lavoro è infatti caratterizzato da una non trascurabile dicotomia tra rigore formale delle norme e pratica applicazione delle stesse nel sistema produttivo;

a solo un anno di distanza dall'entrata in vigore del testo unico di cui al decreto legislativo n. 81 del 2008, il Governo era nuovamente intervenuto esercitando la delega per le disposizioni integrative e correttive già previste dalla medesima legge di delega, adottando il decreto legislativo n. 106 del 3 agosto 2009;

durante l'esame dello schema di decreto legislativo correttivo (Atto n. 79), assegnato nel corso della XVI legislatura alle Commissioni riunite XI e XII, sono stati raccolti contributi delle parti sociali e degli altri organismi interessati ed è emersa anche in quella sede la necessità di procedere ad una manutenzione organica della disciplina di cui al decreto n. 81 del 2008 come corretto ed integrato dal successivo decreto legislativo n. 106 del 2009, al fine di colmare le lacune e i problemi riscontrati all'esito della prima fase di applicazione;

nonostante gli interventi correttivi e integrativi recati dal decreto legislativo n. 106 del 2009, ulteriori modifiche sono state successivamente apportate al decreto legislativo n. 81 del 2008 con successivi provvedimenti. Tali interventi di modifica, a volte proposti come misure di semplificazione hanno prodotto un indebolimento dell'impianto normativo con effetti negativi sulla effettiva tutela della salute e della sicurezza delle lavoratrici e dei lavoratori;

il fatto che i commi 5 e 6 rechino una delega al Governo per la semplificazione in materia di igiene e sicurezza del lavoro, senza nessun principio o criterio direttivo, suscita notevoli preoccupazioni, essendo fondato il rischio che il testo unico perda la sua organicità e venga ulteriormente indebolita la necessità di praticare la prevenzione nei luoghi di lavoro;

se a distanza di cinque anni dalla entrata in vigore del testo unico, si dovesse ritenere necessario procedere ad ulteriori manutenzioni sul decreto legislativo 9 aprile 2008, n. 81, occorrerebbe prima verificare quale sia lo stato di attuazione coinvolgendo tutte le parti sociali,

impegna il Governo ad assicurare il rispetto del principio di preminenza della prevenzione in materia di sicurezza e salute nei luoghi di lavoro.

G1.130

BAROZZINO, DE PETRIS, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO, URAS

Precluso

Il Senato,

considerato che:

all'articolo 1, comma 6, la lettera *f)* prevede la revisione del regime delle sanzioni per la violazione delle norme in materia di sicurezza del lavoro, tenendo conto dell'eventuale natura formale della violazione ed in modo da favorire l'immediata eliminazione degli effetti della condotta illecita. In questo ambito si prevede anche la valorizzazione degli istituti di tipo premiale;

per quanto riguarda, più in generale, i benefici riconosciuti dall'ordinamento a seguito di una corretta applicazione delle norme antinfortunistiche da parte delle imprese, la legge ha introdotto un regime premiale con la riduzione dei premi e dei contributi per l'assicurazione obbligatoria contro gli infortuni sul lavoro e le malattie professionali;

tale regime non va ovviamente valorizzato, perché le leggi, soprattutto quelle così importanti come quelle sulla sicurezza sul lavoro, si rispettano a prescindere e non dietro la promessa di un premio, semmai occorre introdurre nuove ipotesi tipiche di ricorso giudiziario da parte delle organizzazioni sindacali per la repressione della condotta antisindacale da rendere attivabili anche in caso di violazioni amministrative quali lavoro nero, appalti abusivi, mancata predisposizione delle misure di prevenzione e sicurezza, con facoltà di transigere identificando percorsi di graduale ritorno verso la legalità che, se rispettati, evitino la comminazione delle sanzioni,

impegna il Governo in sede di adozione dei decreti legislativi allo scopo di conseguire obiettivi di semplificazione e razionalizzazione delle procedure di costituzione e gestione dei rapporti di lavoro in materia di igiene e sicurezza sul lavoro, a sostituire la previsione, nell'ambito del regime sanzionatorio, di una valorizzazione degli istituti di tipo premiale con nuove ipotesi tipiche di ricorso giudiziario da parte delle organizzazioni sindacali per la repressione della condotta antisindacale da rendere attivabili anche in caso di violazioni amministrative quali lavoro nero, appalti abusivi, mancata predisposizione delle misure di prevenzione e sicurezza.

G1.131

MUNERATO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, CALDEROLI, CANDIANI, CENTINAIO, COMAROLI, CONSIGLIO, CROSIO, DIVINA, STEFANI, STUCCHI, TOSATO, VOLPI

Precluso

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge recante «Deleghe al Governo in materia di riforma degli ammortizzatori sociali, dei servizi per il lavoro e delle, politiche attive, nonché in materia di riordino della disciplina dei rapporti di lavoro, dell'attività ispettiva e di tutela e conciliazione delle esigenze di cura, di vita e di lavoro, con particolare riguardo ai criteri di delega contenuti nel comma 7 del

provvedimento»;

premesso che:

il comparto delle regioni negli ultimi anni è quello che ha subito i maggiori tagli di risorse finanziarie sia in termini assoluti che in termini relativi, operati da parte dello Stato centrale che ha scaricato sugli enti territoriali la gran parte dei provvedimenti di revisione della spesa;

nonostante si stia sperimentando almeno sui fondi sanitari un criterio di ripartizione basato sui costi standard, in tutti gli altri settori di competenza regionale poco o nulla è stato fatto al fine di operare una ricognizione completa delle efficienze e delle inefficienze, con il risultato che i tagli sono stati imposti in maniera lineare a regioni virtuose e meno virtuose, con il risultato grottesco di penalizzare di più chi già operava con responsabilità e quindi senza margini di ulteriore risparmio;

in attesa della messa a punto completa e dell'applicazione del federalismo fiscale basato sui costi e sui fabbisogni standard, è necessario utilizzare da subito un metodo teso a premiare, nel trasferimento di fondi alle regioni al fine di attuare politiche attive del lavoro, gli enti che hanno attuato nel tempo una organizzazione efficiente;

impegna il Governo a favorire le amministrazioni maggiormente virtuose nei trasferimenti erariali da destinare a politiche attive e passive del lavoro premiando quelle che evidenziano un rapporto tra numero dei dipendenti e numero dei residenti inferiore alla media nazionale.

G1.132

BAROZZINO, DE PETRIS, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO, URAS

Precluso

Il Senato,

considerato che:

il provvedimento al comma 7 chiede al Governo di intervenire a riformare i contratti di lavoro attualmente esistenti. Tra questi vi è il contratto di apprendistato che è stato disciplinato in maniera organica da parte del decreto legislativo n. 167 del 2011, su cui già più volte il Governo e il legislatore sono intervenuti, indebolendone rimpianto;

da ultimo con il decreto-legge n. 34 del 2014, è stato previsto che nell'apprendistato l'obbligo della forma scritta rimane per il contratto e per il patto di prova, mentre il piano formativo individuale può essere formulato in maniera sintetica e inserito nel contratto;

con tale ultima previsione si è determinato uno snaturamento del contratto di apprendistato, marginalizzando il ruolo e l'importanza della formazione, che è la ragione stessa di questo contratto. L'azienda può più facilmente sfruttare il lavoro di un apprendista che comporta vantaggi in termini fiscali e di salario;

il decreto-legge n. 34 del 2014 ha anche soppresso la condizione che legava la possibilità di assumere nuovi apprendisti, alla prosecuzione del rapporto di lavoro, al termine del periodo di apprendistato, nelle aziende che occupino almeno 10 dipendenti;

in base alla nuova previsione legislativa la condizione rimane applicabile esclusivamente e solo parzialmente alle aziende che occupano almeno 30 dipendenti, le quali devono assicurare la prosecuzione a tempo indeterminato del rapporto di lavoro al termine del periodo di apprendistato. Esse nei trentasei mesi precedenti la nuova assunzione, devono aver assunto almeno il 20 per cento degli apprendisti il cui contratto di apprendistato sia terminato;

con il decreto-legge n. 34 del 2014 si era anche tentato di sopprimere la formazione pubblica (interna o esterna all'azienda), che prima era obbligatoria, che consente di integrare la formazione di tipo professionalizzante e di mestiere svolta in azienda. Con il decreto-legge n. 34, la formazione è rimasta obbligatoria solo se le regioni provvedono «a comunicare al datore di lavoro, entro quarantacinque giorni dalla comunicazione di instaurazione del rapporto, le modalità per usufruire dell'offerta formativa pubblica»;

le modifiche apportate, in appena tre anni dall'adozione del Testo unico che disciplina il contratto di apprendistato, rivelano non un intento semplificatorio, ma il tentativo in atto già da tempo, di trasformare tale forma di contratto nel nuovo contratto modello per lo sfruttamento del lavoro

precario e non finalizzato realmente alla formazione di lavoratrici e lavoratori, facendo venire meno la sua natura di contratto a causale mista (formativa e lavorativa);

il contratto di apprendistato stenta a decollare come contratto a causale mista. Si tende erroneamente ad ascrivere la disaffezione per tale contratto agli «appesantimenti» introdotti dalla riforma Fornero del mercato del lavoro, la quale è intervenuta sul regime della durata, sul numero complessivo degli apprendisti in servizio e sul regime delle conferme dei lavoratori apprendisti. Si tratta di accuse infondate, perché il trend negativo va avanti da svariati anni prima; i dati del bilancio ISFOL, INPS e Ministero del lavoro diffusi il 17 aprile 2014 rivelano che se dal 2011 al 2012 il numero di contratti è calato del 4,6 per cento (469.855 in tutto), il trend decrescente continua dal 2008. Nel 2008 gli apprendisti erano 645.385 unità (con una diminuzione di 175 mila unità rispetto al 2012);

un confronto meramente numerico mostra che in Germania ogni anno i contratti di apprendistato sono 1.5 milioni. Il confronto, tuttavia, non può andare più in là dei numeri, essendo sostanziali le differenze del mercato e dell'organizzazione del lavoro nei due Paesi; in Italia vanno particolarmente male i contratti di apprendistato tra i minori e nella fascia di lavoratori tra i 15 e 29 anni, che sono quelli ai quali - paradossalmente - tale contratto serve maggiormente;

lo scarso ricorso all'apprendistato ha diverse ragioni, nonostante la recente disciplina organica introdotta nel 2011, abbia previsto significativi sgravi fiscali e incentivi normativi. Le regioni hanno ridotto le risorse per la formazione; l'offerta formativa pubblica si è ridotta dell'1,4 per cento tra il 2011 e il 2012. Solo 3 apprendisti sui 10 (31 per cento) hanno preso parte a interventi formativi organizzati da regioni e province autonome (si scende al 13 per cento nel sud e si sale al 43,5 per cento nel nord). Le risorse stanziate dalle regioni nel 2012 sono scese a 161 milioni, pari a meno 15,8 per cento. In alcune regioni, inoltre, non tutti i contratti di apprendistato sono ancora stati normativi per la parte di competenza regionale,

impegna il Governo:

a contrastare, con i decreti delegati, il tentativo di trasformare il contratto di apprendistato in uno strumento per sfruttare i vantaggi fiscali e contributivi che esso assicura, riducendo o facendo scomparire la componente formativa e creando ulteriore precariato;

a valutare gli effetti applicativi delle disposizioni richiamate in premessa, al fine di ridisciplinare nei decreti delegati l'obbligo di mettere per iscritto il piano formativo individuale, nel senso di escludere che esso possa trasformarsi nelle ripetizioni di mere clausole di stile o sterili precetti *standard*;

a individuare, insieme con le regioni, risorse necessarie per assicurare la formazione pubblica

a favore degli apprendisti, riportando gli stanziamenti almeno ai livelli del 2008 e rivendendo l'efficacia dei piani formativi;

a svolgere un esame delle disposizioni e prassi in materia di ispezioni e controlli ai datori di lavoro con riferimento ai lavoratori apprendisti, sviluppando, insieme con le patti sindacali e con esperti del settore, protocolli e *standard* per verificare l'eventuale abuso del contratto, mirato a sfruttare il lavoro degli apprendisti perché economicamente più conveniente e non già a realizzare la indispensabile formazione del lavoratore e della lavoratrice

G1.133

BAROZZINO, DE PETRIS, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO, URAS

Precluso

Il Senato,

considerato che:

il provvedimento in esame, approvato con voto di fiducia dal Senato ed esaminato in sede referente dalla Commissione XI (Lavoro) della Camera dei deputati, appare nel complesso un testo assai pericoloso sia sotto il profilo della tutela e della protezione sociale dei lavoratori, sia e conseguentemente sotto il profilo del rilancio delle attività di sviluppo industriale del nostro Paese, perché omette di indicare in modo chiaro e preciso la via da seguire per riformare l'articolo 18 della legge n. 300/1970 in merito alle sanzioni per i licenziamenti individuali illegittimi e neppure parla di

quelli collettivi;

si segnala in particolare, il comma 7 dell'articolo l della delega ove si prevede esplicitamente che il Governo adotti (entro 6 mesi) «un testo organico semplificato delle discipline delle tipologie contrattuali e dei rapporti di lavoro». In buona sostanza, non viene introdotta la previsione di un «codice semplificato per il lavoro» che corrisponda alla realizzazione di un «testo unico del lavoro». Si parla, invece, di «testo organico semplificato», ove proprio l'organicità e la semplificazione sono in grado di consentire all'Esecutivo non tanto di riordinare, recuperando, l'attuale normativa in materia di rapporti di lavoro, ma piuttosto di poterla riscrivere integralmente seppur nel rispetto della regolazione dell'Unione europea e delle convenzioni internazionali, oltre che dei principi e dei criteri direttivi della stessa legge delega, nell'ambito dei quali può senza dubbio riscontrarsi uno spazio di intervento particolarmente ampio per l'Esecutivo teso a diminuire le tutele oggi previste dall'articolo 18 della legge n. 300/1970;

non è un caso che il provvedimento in esame, di fatto, non menzioni espressamente l'articolo 18 ma neanche definisca i limiti specificamente individuati per circoscrivere l'intervento su tale norma che disciplina il quadro regolatorio delle sanzioni incombenti sui datori di lavoro per i licenziamenti nulli e illegittimi;

inoltre, fra i principi e i criteri direttivi che dovranno essere rispettati nella redazione del codice semplificato la lettera *b)* del comma 7 dell'articolo 1 della delega si prevede la promozione del contratto a tempo indeterminato quale «forma privilegiata di contratto di lavoro», con l'impegno a renderlo «più conveniente rispetto agli altri tipi di contratto», con riferimento agli «oneri diretti e indiretti»;

al riguardo si segnala che proprio su questo passaggio finale del provvedimento in esame potrebbe agganciarsi perfettamente l'intervento sulla rimodulazione del sistema sanzionatorio per i licenziamenti individuali illegittimi, considerato che nell'ambito degli oneri indiretti connessi o comunque derivati dalla gestione dei rapporti di lavoro e dall'amministrazione del personale figurano proprio i «costi» relativi al contenzioso in materia di licenziamento individuale e i profili economici - indennizzo, risarcimento, indennità sostitutiva - attinenti alla stabilità dei rapporti di lavoro conseguente al regime sanzionatorio previsto per i licenziamenti;

anche su questo punto, l'Esecutivo, stando a quanto previsto dal provvedimento in esame, potrà ampiamente modificare i contenuti dell'attuale articolo 18 dello Statuto dei Lavoratori fino a restringere in modo particolarmente rilevante i casi di reintegrazione del lavoratore licenziato e a ridurre gli importi dovuti dal datore di lavoro a titolo di indennizzo ovvero di risarcimento;

come chiaramente espresso nell'ambito della pregiudiziale di costituzionalità presentata dal Gruppo Parlamentare Sinistra Ecologia e Libertà, con riferimento al provvedimento in esame si deve sollevare più di un dubbio per quanto attiene alla compatibilità costituzionale, trattandosi di un testo di legge di delega al Governo talmente ampio e al contempo privo di contorni chiari e definiti;

sotto tale profilo si segnala come l'articolo 76 della Carta Costituzionale indichi i limiti entro i quali il Governo può essere delegato ad esercitare la funzione legislativa, stabilendo che «l'esercizio della funzione legislativa non può essere delegato al Governo se non con determinazione di principi e criteri difettivi e soltanto per tempo limitato e per oggetti definiti»;

la Corte costituzionale si è più volte posizionata in una censura sulla costituzionalità dei decreti delegati per estraneità della disciplina regolatoria stabilita nel decreto delegato in raffronto con l'oggetto della delega (sentenze n. 503 del 18 novembre 2000 e n. 212 de118 giugno 2003), come pure per l'estraneità dell'oggetto rispetto ai contenuti della delega (sentenze n. 251 del 17 luglio 2001 e n. 170 del 17 maggio 2007);

con tutta probabilità, il provvedimento in esame, non avendo ricevuto specifiche puntualizzazioni sul tema delle modifiche da apportare all'articolo 18 dello Statuto dei lavoratori neanche durante l'esame in sede referente presso la Commissione Lavoro, potrebbe produrre un pesante contenzioso costituzionale attivabile da qualsiasi giudice che venga chiamato a valutare la legittimità di un licenziamento individuale;

nel corso dell'esame in sede referente del provvedimento in esame presso la Commissione Lavoro sono state apportate talune modifiche al testo trasmesso dal Senato che, pur tuttavia e con tutta evidenza, non rispondono alla soluzione delle criticità esiziali che caratterizzano l'impianto complessivo del provvedimento;

in particolare, con riferimento al riordino delle forme contrattuali, la modifica di maggiore rilievo ha riguardato la disciplina dei licenziamenti illegittimi nell'ambito del nuovo contratto a tempo indeterminato a tutele crescenti in relazione all'anzianità di servizio;

a tal fine, in particolare, la possibilità di reintegrazione del lavoratore nel posto di lavoro (ferma restando la disciplina vigente per i licenziamenti nulli e discriminatori, a fronte dei quali la reintegra è sempre ammessa) è stata esclusa per i licenziamenti economici, mentre per quanto riguarda i licenziamenti disciplinari ingiustificati è stata limitata a «specifiche fattispecie»;

ad avviso dei firmatari del presente atto di indirizzo parlare di licenziamenti disciplinari per «specifiche fattispecie» non ha alcun senso. Il disciplinare, infatti, può verificarsi per innumerevoli fatti specie che vanno dal litigio con il collega dentro e al di fuori del posto di lavoro, all'incompatibilità caratteriale con i propri superiori o con il proprio datore di lavoro, al furto sul luogo di lavoro eccetera;

per quanto riguarda, invece, la delega in materia di conciliazione delle esigenze di cura, di vita e di lavoro, è stata prevista l'introduzione di congedi dedicati alle donne inserite nei percorsi di protezione relativi alla violenza di genere; inoltre, è stata prevista la semplificazione e razionalizzazione degli organismi, delle competenze e dei fondi operanti in materia di parità e pari opportunità nel lavoro, con il riordino delle procedure connesse alla promozione di azioni positive di competenza del Ministero del lavoro e delle politiche sociali, ferme restando le funzioni in materia di parità e pari opportunità della Presidenza del Consiglio dei ministri;

per quanto concerne la delega per la razionalizzazione degli incentivi per l'autoimprenditorialità, è stata introdotta la possibilità di acquisizione delle imprese in crisi da parte dei dipendenti,

impegna il Governo:

ad adottare le opportune iniziative normative tese ad evitare il rischio di un pesante e costosissimo contenzioso che la presumibile incostituzionalità del provvedimento in esame potrebbe provocare, soffocando al contempo qualsiasi iniziativa imprenditoriale di operare nuove assunzioni;

ad adottare ogni iniziativa normativa tesa a valorizzare la conciliazione vita-lavoro come principio fondamentale che guida il datore di lavoro, pubblico o privato, nell'esercizio del potere organizzativo dell'azienda, per consentire ai lavoratori e alle lavoratrici di accrescere il proprio benessere ed alle imprese di ridurre i propri costi e di beneficiare di una maggiore produttività dei dipendenti e delle dipendenti nonché di incrementare le assunzioni e di sostenere l'occupazione;

ad adottare ogni iniziativa normativa tesa a sostenere in particolare le nuove cooperative costituite da lavoratori dipendenti che intendano riscattare l'azienda subentrandone nella gestione per il mantenimento della continuità produttiva qualora si tratti di piccole e medie imprese che versano in gravi difficoltà di produzione e commercializzazione dei prodotti con imminente pericolo di chiusura oppure che abbiano avviato procedure di delocalizzazione delle attività produttive.

G1.134

CATALFO, PAGLINI, PUGLIA, BERTOROTTA, VACCIANO, CASTALDI, DONNO, GIROTTO

Precluso

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante «Deleghe al Governo in materia di riforma degli ammortizzatori sociali, dei servizi per il lavoro e delle politiche attive, nonché in materia di riordino della disciplina dei rapporti di lavoro e dell'attività ispettiva e di tutela e conciliazione delle esigenze di cura, di vita e di lavoro» (AS 1428-B)

premesso che:

l'articolo 1, comma 7 del disegno di legge in esame:

a) alla lettera *b)* reca disposizioni volte a promuovere, in coerenza con le indicazioni europee, il contratto a tempo indeterminato come forma comune di contratto di lavoro rendendolo più conveniente rispetto agli altri tipi di contratto in termini di oneri diretti e indiretti;

b) alla lettera *c),* reca la previsione del contratto a tempo indeterminato a tutele crescenti in relazione all'anzianità di servizio nonché disposizioni in materia di cessazioni del rapporto di lavoro;

considerato che:

si rende necessario rafforzare la tutela dei lavoratori al momento della cessazione del rapporto di lavoro in caso di mancata trasformazione del contratto a tempo determinato di cui al decreto legislativo 6 settembre 2001, n. 368, incrementando la quota del trattamento di fine rapporto di cui all'articolo 2120 del codice civile;

impegna il Governo a disciplinare la cessazione del rapporto di lavoro a tempo determinato riconoscendo un aumento della quota del trattamento di fine rapporto per queste categorie di lavoratori.

G1.135

CATALFO, PAGLINI, PUGLIA, BERTOROTTA, VACCIANO, CASTALDI, DONNO, GIROTTO

Precluso

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante «Deleghe al Governo in materia di riforma degli ammortizzatori sociali, dei servizi per il lavoro e delle politiche attive, nonché in materia di riordino della disciplina dei rapporti di lavoro e dell'attività ispettiva e di tutela e conciliazione delle esigenze di cura, di vita e di lavoro» (AS 1428-B)

premesso che:

all'articolo 1 del disegno di legge in esame:

a) al comma 7, le lettere *b)* e *c),* recano disposizioni in materia di riordino dei contratti di lavoro;

b) al comma 13, viene disposto l'obbligo, per il Sistema permanente di monitoraggio e valutazione (istituito ai sensi dell'articolo 1, comma 2, della legge n. 92 del 2012), di monitorare in maniera permanente gli effetti degli interventi di attuazione del provvedimento in esame;

considerato che:

le situazioni di disagio lavorativo sono in costante aumento: una percentuale compresa tra il 50 e il 60 per cento delle giornate lavorative perse in un anno è correlata allo stress lavorativo;

secondo studi condotti dalla «European Agency for Safety ànd Health at Work» sono cinque le aree di variabili che rendono emergenti i rischi psicosociali: 1) l'utilizzo di nuove forme di contratto di lavoro (contratti flessibili) e l'incertezza e l'insicurezza del lavoro stesso; 2) forza lavoro sempre più vecchia per mancanza di adeguato *turn over*; 3) alti carichi di lavoro; 4) la tensione emotiva elevata; 5) le interferenze e squilibrio tra lavoro e vita privata;

il ricorso a forme di contratto di lavoro a tempo determinato e flessibile costituisce dunque il primo fattore di rischio per il lavoratore;

è necessario conoscere e monito rare i fattori lavorativi di stress ed in particolare lo stress derivante dall'utilizzo dei contratti di lavoro flessibile e le conseguenze sulla qualità della vita e sul benessere psicosociale del lavoratore anche al fine di prevenire pesanti ricadute economiche sulle aziende e sulle economie nazionali derivanti dal rischio psicosociale di stress che subisce il lavoratore precario,

impegna il Governo a valutare l'opportunità di istituire (senza nuovi o maggiori oneri per la finanza pubblica) una Commissione di analisi e studio formata da esperti per le finalità di monitoraggio, contrasto e prevenzione delle conseguenze sulla qualità della vita, dei fattori lavorativi di stress e sugli effetti derivanti dalla condizione sociale di lavoratore assunto a tempo determinato e flessibile.

G1.136

CATALFO, PAGLINI, PUGLIA, BERTOROTTA, VACCIANO, CASTALDI, DONNO, GIROTTO

Precluso

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante «Deleghe al Governo in materia di riforma degli ammortizzatori sociali, dei servizi per il lavoro e delle politiche attive, nonché in materia di riordino della disciplina dei rapporti di lavoro e dell'attività ispettiva e di tutela e conciliazione delle esigenze di cura, di vita e di lavoro» (AS 1428-B)

premesso che:

all'articolo 1, comma 7, lettera *c),* del disegno di legge in esame si prevede, per le nuove assunzioni, l'istituzione di un contratto a tempo indeterminato a tutele crescenti in relazione all'anzianità di servizio nonché l'esclusione per i licenziamenti economici della possibilità della reintegrazione del lavoratore nel posto di lavoro, prevedendo un indennizzo economico certo e crescente con l'anzianità di servizio e limitando il diritto alla reintegrazione ai licenziamenti nulli e discriminatori e a specifiche fattispecie di licenziamento disciplinare ingiustificato, nonché prevedendo termini certi per l'impugnazione del licenziamento

considerato che:

l'articolo 8 del decreto-legge 13 agosto 2011, n.138, convertito, con modificazioni, dalla legge 14 settembre 2011, n. 148 ha introdotto la possibilità di stipulare contratti collettivi di livello aziendale o territoriale (cosiddetti «contratti collettivi di prossimità») in grado di derogare alla legge e alla contrattazione collettiva nazionale, facilitando, tra le altre cose, i licenziamenti dei lavoratori;

tale norma mette in discussione la legislazione del diritto del lavoro e indebolisce il quadro di tutele sancite nei contratti collettivi, violando, di fatto, l'accordo interconfederale unitario del 28 giugno 2011, che definisce la gerarchia delle fonti contrattuali e i riferimenti alla titolarità dei soggetti sindacali a negoziare, nonché le regole di validazione dei contratti previste nell'accordo, annullando i riferimenti per misurare la rappresentatività dei soggetti sindacali;

in sostanza, vi un è palese svilimento dei diritti fondamentali del lavoratore, compreso il licenziamento senza giusta causa,

impegna il Governo a valutare la possibilità di porre in essere, in coerenza con quanto stabilito all'articolo 1, comma 7, lettera *c),* del disegno di legge in esame, un apposito provvedimento volto all'abrogazione dell'articolo 8 del decreto-legge 13 agosto 2011, n. 138, convertito, con modificazioni, dalla legge 14 settembre 2011, n. 148.

G1.137

BAROZZINO, DE PETRIS, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO, URAS

Precluso

Il Senato,

considerato che:

la proposta di legge in esame si pone l'obiettivo di incidere in modo sostanziale sul diritto del lavoro e sui diritti dei lavoratori, continuando la stagione dello smantellamento dello Statuto dei lavoratori, proprio nel bel mezzo di una crisi economica e del sistema produttivo senza precedenti, quando più forte è la necessità di tutele e garanzie dei lavoratori;

le disposizioni della proposta di legge evidenziano, inoltre, una assenza quasi completa del coinvolgimento delle rappresentanze sindacali nei processi che porteranno all'adozione dei decreti delegati, in continuità con i provvedimenti dei precedenti governi della destra e del Governo in carica, che fanno carta straccia delle relazioni sindacali e dimostrano la volontà di avocare al Governo la rappresentanza diretta dei lavoratori, in violazione della Costituzione;

già con la cosiddetta «manovra-*bis*», dell'estate 2011, e più precisamente con l'articolo 8 del decreto-legge 13 agosto 2011, n. 138, convertito, con modificazioni, dalla legge 14 settembre 2011, n. 148, rubricato «Sostegno alla contrattazione collettiva di prossimità», è stato introdotto un nuovo meccanismo di regolazione delle materie inerenti l'organizzazione del lavoro e della produzione, fondato sulla stipulazione di contratti collettivi di livello aziendale o territoriale, cosiddetti «contratti collettivi di prossimità»; in grado di derogare alla stessa disciplina legale e alla contrattazione

collettiva nazionale;

l'articolo 8 citato è intervenuto, quindi, a modificare la gerarchia delle fonti tra norme di legge ed accordi contrattuali e tra livelli contrattuali e la legittimazione dei soggetti negoziali;

la rappresentatività attribuita dalla citata disposizione alle associazioni sindacali non è qualificata dalle condizioni previste dall'accordo interconfederale del 28 giugno 2011, che prevede una soglia minima del 5 per cento calcolata su iscritti e voti delle associazioni e certificazione degli iscritti. Infatti, il richiamo all'accordo del 2011 nell'attico lo 8 è operato solo con riferimento alle rappresentanze sindacali operanti in azienda, di modo che è da escludersi un suo valore generale, tale da potersi riferire anche alla rappresentatività dei sindacati esterni;

l'articolo 8 citato incidendo sulla gerarchia delle fonti contravviene, innanzitutto, all'articolo 39 della Costituzione con il rischio di lacerare le norme sulle relazioni dei contratti di lavoro e dei rapporti industriali, oltreché a porsi in totale contrasto con le norme comunitarie che, diversamente, impongono la parità di trattamento fra organizzazioni sindacali;

così facendo, il Governo dell'epoca ha voluto invadere la sfera negoziale a cui l'accordo del giugno del 2011 voleva dare risalto, imponendo, con una norma di legge, un principio di rappresentatività più ampio e svincolato di quello concordato fra le parti, riconoscendo maggiore forza alla contrattazione cosiddetta di «prossimità», che in questo modo può operare in deroga sia alla legislazione vigente (legge n. 300 del 1970, cosiddetto «Statuto dei lavoratori») che a quanto stabilito dal contratto nazionale, il tutto con l'avvallo della controparte datoriale che, facendo ricorso alla contrattazione aziendale, intravede la possibilità di avere meno vincoli sul futuro delle relazioni sindacali, oltreché in materia di licenziamenti;

con tale norma, infatti, è stata introdotta per la prima volta nell'ordinamento giuridico italiano la possibilità di una deroga generalizzata ed illimitata ai diritti minimi stabiliti per legge. Non è più necessario stipulare un accordo, di estensione nazionale, ma in ogni porzione di territorio, anche piccolissima, e perfino in ogni singola azienda, diventa lecito ciò che ieri non era consentito, travolgendo ò eliminando garanzie acquisite in passato;

altro punto fondamentale della norma è la previsione della facoltà di stipulare accordi in deroga alla legge anche per quanto concerne la cessazione del rapporto di lavoro, visto che il testo normativo riferisce espressamente di intese sindacali che abbiano ad oggetto le «conseguenze» del recesso dal rapporto stesso;

si rileva altresì che la norma presenta una variegata serie di problemi interpretativi che potrebbero inficiarne l'effettiva utilizzabilità. Innanzitutto sono previsti per i contratti collettivi di prossimità «vincoli di scopo». Detti accordi, infatti, devono essere finalizzati «alla maggiore occupazione» ed alla «crescita dell'occupazione», che la norma, così formulata, pare ritenere condizioni essenziali per l'adozione dei suindicati patti: dunque sarà ammissibile la stipula *ex* articolo 8 solo in ragione di incrementi di produttività ed occupazione;

il problema, partendo dalla complessa ampiezza e genericità delle espressioni adottate dallo stesso Governo, nasce laddove si pensi ai potenziali contenziosi promossi dai lavoratori che, licenziati sulla base della disciplina prevista dall'accordo aziendale, potrebbero chiedere giudizialmente l'applicazione dell'articolo 18 dello Statuto dei lavoratori eccependo che il contratto aziendale non abbia prodotto un reale aumento dell'occupazione della produttività. Si tratterà in tal caso di una questione da gestire in sede giudiziale, ma che presenta indubbie e notevoli problematiche;

un'ulteriore fonte di controversie potrebbe sorgere dal necessario rispetto dei vincoli comunitari espressamente previsto dal testo normativo. il problema più immediato sarà dato dal lavoratore che, potendo adire il giudice nazionale, invochi il rispetto del diritto comunitario, situazione in cui si riproporranno tutte le difficoltà di conoscibilità e corretta interpretazione del diritto dell'Unione europea e della giurisprudenza della Corte di giustizia,

impegna il Governo a prendere le opportune iniziative al fine di abrogare l'articolo 8 del citato decreto-legge 13 agosto 2011, n. 138, convertito, con modificazioni, dalla legge 14 settembre 2011, n. 148.

G1.138

BAROZZINO, DE PETRIS, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO, URAS

Precluso

Il Senato,

considerato che:

il decreto-legge 20 marzo 2014, n. 34 (decreto Poletti) in materia di «Disposizioni urgenti per favorire il rilancio dell'occupazione e per la semplificazione degli adempimenti a carico delle imprese», ha introdotto disposizioni tese a facilitare il ricorso ai contratti a tempo determinato (cosiddetto lavoro a termine) in un'ottica che la rubrica chiama di «semplificazione», ma che nella sostanza ha comportato lo snaturamento del contratto a termine;

la proposta di legge in esame si prefigge l'obiettivo di introdurre il contratto a tempo indeterminato a tutele progressive e a rivedere le altre tipologie contrattuali attualmente in essere, al fine di razionalizzarle e ridurle di numero;

tale intervento non potrà prescindere dalla revisione del contratto, a tempo determinato, al fine di recuperare la sua natura e impedire un ricorso ad esso in maniera abusiva;

il decreto Paletti ha innalzato da 12 a 36 mesi la durata del rapporto a tempo determinato che non necessita dell'indicazione della causale per la sua stipulazione; ha previsto che il numero complessivo di rapporti di lavoro a termine costituiti da ciascun datare può essere fino al 20 per cento del personale complessivo impiegato a tempo indeterminato; infine, ha previsto che un contratto a tempo determinato può essere prorogato fino ad un massimo di cinque volte in 36 mesi;

sono numerose le storie di lavoratrici e lavoratori che hanno avuto più rapporti di lavoro con la stessa impresa fino ad un massimo di 36 mesi, in parte senza causale e in parte con causali che variavano, pur non cambiando l'attività lavorativa svolta. Nonostante la proroga del contratto a tempo determinato, molto spesso i lavoratori non ottengono che il loro rapporto di lavoro venga stabilizzato, dopo i 36 mesi, con un contratto a tempo indeterminato l'esperienza del mondo del lavoro, sempre più precarizzato, dimostra che il ricorso a forme di contratti, come quello a tempo determinato, non porta ad un aumento dei posti di lavoro, né ad una maggiore stabilizzazione degli stessi. Secondo l'*Employment Outlook* dell'OCSE, del settembre 2014, in Italia la quota di neo assunti con un contratto precario è al 70 per cento, «una delle più elevate tra i Paesi Ocse»;

il contratto a termine oggi vigente in Italia contraddice la direttiva europea che lo regola e contraddice il principio di legge secondo cui «la forma comune di rapporto di lavoro è quello a tempo indeterminato»;.

la richiamata direttiva del Consiglio del 28 giugno 1999, n. 1999/70/CE relativa all'accordo quadro CES, UNICE, CEEP sul lavoro a tempo determinato è stata recepita dal decreto legislativo 6 settembre 2001, n. 368;

l'articolo 1 della direttiva 1999/70 stabilisce che essa persegue lo scopo di «attuare l'accordo quadro (...), che figura nell'allegato, concluso (...) fra le organizzazioni intercategoriali a carattere generale (CES, CEEP e UNICE);

il terzo comma del preambolo dell'accordo quadro recita:

«Il presente accordo stabilisce i principi generali e i requisiti minimi relativi al lavoro a tempo determinato, riconoscendo che la loro applicazione dettagliata deve tener conto delle realtà specifiche delle situazioni nazionali, settoriali e stagionali. Esso indica la volontà delle parti sociali di stabilire un quadro generale che garantisca la parità di trattamento ai lavoratori a tempo determinato, proteggendoli, dalle discriminazioni, e un uso dei contratti di lavoro a tempo determinato accettabile sia per i datori di lavoro sia per i lavoratori»; il punto 10 delle considerazioni generali dell'accordo quadro stabilisce che:

«10. considerando che il presente accordo demanda agli Stati membri e alle parti sociali la formulazione di disposizioni volte all'applicazione dei principi generali, dei requisiti minimi e delle norme in esso stesso contenuti, al fine di tener conto della situazione di ciascuno Stato membro e delle circostanze relative a particolari settori e occupazioni, comprese le attività di tipo stagionale»;

la clausola 4, punto 1, dell'accordo quadro, rubricata «Principio di non discriminazione», così prevede:

«1. Per quanto riguarda le condizioni di impiego, i lavoratori a tempo determinato non possono essere trattati in modo meno favorevole dei lavoratori a tempo indeterminato comparabili per il solo fatto di avere un contratto o rapporto di lavoro a tempo determinato, a meno che non sussistano ragioni oggettive»;

la clausola 5 dell'accordo quadro, intitolata «Misure di prevenzione degli abusi», dispone quanto segue:

«1. Per prevenire gli abusi derivanti dall'utilizzo di una successione di contratti o rapporti di lavoro a tempo determinato, gli Stati membri, previa consultazione delle parti sociali a norma delle leggi, dei contratti collettivi e della prassi nazionali, e/o le patti sociali stesse, dovranno introdurre, in assenza di norme equivalenti per la prevenzione degli abusi e in un modo che tenga conto delle esigenze di settori e/o categorie specifici di lavoratori, una o più misure relative a:

a) ragioni obiettive per la giustificazione del rinnovo dei suddetti contratti o rapporti;

b) la durata massima totale dei contratti o rapporti di lavoro a tempo determinato successivi;

c) il numero dei rinnovi dei suddetti contratti o rapporti.

2. Gli Stati membri, previa consultazione delle parti sociali, e/o le parti sociali stesse dovranno, se del caso, stabilire a quali condizioni i contratti e i rapporti di lavoro a tempo determinato:

a) devono essere considerati «successivi»;

b) devono essere ritenuti contratti o rapporti a tempo indeterminato»;

si deve ricordare che la clausola 5, punto 1, dell'accordo quadro intende attuare uno degli obiettivi perseguiti dall'accordo, vale a dire limitare il ricorso a una successione di contratti o rapporti di lavoro a tempo determinato, considerato come una potenziale fonte di abuso in danno dei lavoratori, prevedendo un certo numero di disposizioni di tutela minima tese ad evitare la precarizzazione della situazione dei lavoratori dipendenti (vedi sentenze Adeneler e a., cit., punto 63; del 23 aprile 2009, Angelidaki e a., da C-378/07 a 0380/07, Racc. pag. 1-3071, punto 73, nonché del 26 gennaio 2012, Kiiciik, 0586/10);

detta disposizione dell'accordo quadro impone, quindi, agli Stati membri, per prevenire l'utilizzo abusivo di una successione di contratti o rapporti di lavoro a tempo determinato, l'adozione effettiva e vincolante di almeno una delle misure in essa enunciate qualora il diritto nazionale non preveda norme equivalenti. Le misure così elencate al punto 1, lettere da *a)* a *c)* di detta clausola, in numero di tre, attengono, rispettivamente, a ragioni obiettive che giustificano il rinnovo di tali contratti o rapporti di lavoro, alla durata massima totale degli stessi contratti o rapporti di lavoro successivi ed al numero dei rinnovi di questi ultimi (vedi citate sentenze Angelidaki e a., punto 74, nonché Kuciik, punto 26);.

il decreto-legge Poletti, innalzando da 12 a 36 mesi della durata del rapporto a tempo determinato che non necessita dell'indicazione della causale per la sua stipulazione e prevedendo la possibilità di prorogare fino ad un massimo di cinque volte in 36 mesi tal contratto, ha previsto un rispetto di natura puramente formale della clausola 5 dell'Accordo quadro, non prevedendo criteri oggettivi e trasparenti atti a verificare se il rinnovo dei contratti (troppi e in un tempo troppo lungo) e, soprattutto, la mancanza di causa (generalizzata in ogni settore produttivo e impresa, senza limitazioni) siano compatibili con lo scopo e l'effettività dell'accordo quadro;

oltre a esporre l'Italia al rischio dell'apertura di una procedura di infrazione da parte della Commissione europea, con le conseguenze sul piano economico e procedurale che questo può comportare, il decreto-legge Poletti ha peggiorato la condizione dei lavoratori italiani,

impegna il Governo a rivedere il contratto a tempo determinato, provvedendo a eliminare il ricorso ad esso in assenza di causali; a eliminare la possibilità di rinnovi dei contratti a termini per la stessa mansione svolta, stabilendo che in tal caso il contratto si considera a tempo indeterminato, con le garanzie oggi previste per tali contratti, aggravando le sanzioni per i casi di ricorso abusivo ai contratti a tempo determinato.

G1.139

SERAFINI, PICCINELLI, BERTACCO, PICCOLI, MARIN, AMIDEI, Mariarosaria ROSSI, AURICCHIO, FLORIS

Precluso

Il Senato,

in sede di discussione del disegno di legge in oggetto, recante «Deleghe al Governo in materia di riforma degli ammortizzatori sociali, dei servizi per il lavoro e delle politiche attive, nonché in materia di riordino della disciplina dei rapporti di lavoro e dell'attività ispettiva e di tutela e conciliazione delle esigenze di cura, di vita e di lavoro,

premesso che:

l'articolo 1 del disegno di legge, al comma 7, reca la delega al Governo per il riordino della disciplina dei rapporti di lavoro e delle tipologie dei relativi contratti, nonché per la razionalizzazione e semplificazione dell'attività ispettiva;

la lettera *c)* del predetto comma, tra i criteri e principi direttivi, indica per i licenziamenti economici l'esclusione della possibilità di reintegrazione del lavoratore nel posto di lavoro, prevedendo un indennizzo economico certo e crescente con l'anzianità di servizio, nonché la limitazione del diritto alla reintegrazione per i licenziamenti nulli e discriminatori e per specifiche fattispecie di licenziamento disciplinare ingiustificato, e prevedendo tempi certi per il licenziamento,

impegna il Governo nell'esercizio della delega, fermo restando il diritto alla reintegrazione nel caso di licenziamenti nulli e discriminatori, a prevedere l'esclusione del medesimo diritto per le specifiche fattispecie di licenziamento disciplinare ingiustificato, indicate nella predetta lettera *c)*.

G1.140

CATALFO, PAGLINI, PUGLIA, BERTOROTTA, VACCIANO, CASTALDI, DONNO, GIROTTO

Precluso

La Commissione 11 del Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante «Deleghe al Governo in materia ai riforma degli ammortizzatori sociali, dei servizi per il lavoro e delle politiche attive, nonché in materia di riordino della disciplina dei rapporti di lavoro e dell'attività ispettiva e di tutela e conciliazione delle esigenze di cura, di vita e di lavoro» (AS 1428-B)

premesso che:

all'articolo 1, comma 7, lettera *c),* del disegno di legge in esame si prevede, per le nuove assunzioni, l'esclusione per i licenziamenti economici della possibilità di reintegrazione del lavoratore nel posto di lavoro, prevedendo un indennizzo economico certo e crescente con l'anzianità di servizio e limitando il diritto alla reintegrazione ai licenziamenti nulli e discriminatori e a specifiche fattispecie di licenziamento disciplinare ingiustificato, nonché prevedendo termini certi per l'impugnazione del licenziamento;

impegna il Governo a valutare gli effetti applicativi della norma richiamata al fine di adottare ulteriori iniziative normative volte a ripristinare la reintegrazione del lavoratore nel posto di lavoro per tutte le ipotesi di licenziamento così come stabilito all'articolo 18 della legge 20 maggio 1970, n. 300.

G1.141

BAROZZINO, DE PETRIS, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO, URAS

Precluso

Il Senato,

considerato che:

la proposta di legge si propone di modificare radicalmente il mondo del lavoro, affidando al Governo deleghe attraverso le quali l'esecutivo dovrebbe rivedere le forme contrattuali esistenti, ma soprattutto modificare ulteriormente lo Statuto dei, lavoratori del 1970;

il contenuto delle deleghe mostra l'intenzione di eliminare dal mondo del lavoro importanti regole conquistate nel corso del secolo scorso a tutela dei lavoratori e delle lavoratrici. La convinzione del Governo di Renzi e della sua maggioranza, in maniera del tutto simile a quanto praticato dai

governi della destra, sembra essere che la classe imprenditoriale italiana e i singoli imprenditori siano in grado di assicurare da sé l'interesse dei lavoratori e che abbiamo a cuore il rispetto dei loro diritti;

tale convinzione è errata. Non perché gli imprenditori, al contrario, siano per definizione degli oppressori dei lavoratori, ma perché l'assenza di regole e l'obiettivo di massimizzare i profitti delle imprese ha come conseguenza che i lavoratori, parti deboli del rapporto contrattuale, vedono peggiorare la loro situazione e sono esposti a facili ricatti di licenziamento, di modifica delle condizioni contrattuali e di riduzione delle retribuzioni. Questo potrà avvenire, inoltre, in un contesto nel quale la portata del contratto collettivo nazionale e il ruolo dei sindacati sono stati ridotti e sviliti;

sul fronte delle retribuzioni, il comma 7, lettera *g)* della proposta di legge stabilisce che il Governo introduca, eventualmente anche in via sperimentale, il compenso orario minimo, applicabile ai rapporti aventi ad oggetto una prestazione di lavoro subordinato;

le retribuzioni dei lavoratori e delle lavoratrici italiane, specie in alcune aree del Paese o in relazione ad alcune tipologie contrattuali, non sono in grado di assicurare una retribuzione giusta e sufficiente a provvedere ai bisogni del lavoratore e della sua famiglia. Non è insolito che vi siano lavoratori al di sotto della soglia della povertà nonostante abbiano un lavoro o un contratto;

in ambito Europeo, un recente studio UE, sottolinea come l'Italia si classifichi seconda, dopo il Regno Unito, per livello di disuguaglianza distributiva dei redditi. In particolare, continuano ad essere ingiustificatamente alte le retribuzioni e i *bonus* dei *manager*. Il decreto-legge 24 aprile 2014 n. 66 ha fissato il tetto retributivo nella pubblica amministrazione a 240 mila euro;

nella situazione di crisi nella quale si trova immerso anche il nostro Paese, l'opinione pubblica ritiene opportuno che tutti i settori della società siano compartecipi dei sacrifici necessari e ritiene non più tollerabile i considerevoli e sproporzionati emolumenti fissi e variabili che molti manager anche di società private si auto-elargiscono, nonché le loro super liquidazioni spesso neanche lontanamente giustificate dai risultati conseguiti nelle conduzione delle aziende loro affidate;

di fronte all'aumento delle disuguaglianze sociali e economiche, al crescere della sperequazione, è necessario intervenire per il contenimento delle retribuzioni dei *manager* anche privati e fissare parametri più precisi per i dirigenti pubblici, ai fine di ristabilire equità ed etica; per evitare di violare gli articoli 3 e 53 della Costituzione, i *manager* di banche e imprese private che ricevono a qualunque titolo denaro pubblico (dal Governo nazionale, da istituzioni europee e internazionali) dovrebbero essere sottoposti allo stesso regime dei pubblici;

occorre modificare il quadro normativo del diritto societario e la contrattualistica lavorativa nazionale per le figure dirigenziali prevedendo:

tetto massimo per gli stipendi dei *manager* pubblici e privati che non potranno superare la quota proporzionale 1/20 rispetto al salario medio dei dipendenti;

tetto massimo ai sistemi incentivanti che non potranno comunque superare il rapporto di 1 a 1 con la retribuzione annuale;

approvazione da parte degli azionisti con quorum del 50 per cento e voto favorevole del 66 per cento di ogni *bonus* o *stock option*, entro i limiti prima indicati, parametrando la percentuale da erogare al raggiungimento degli obiettivi di produttività e di utili prodotti;

abolizione dei *bonus* all'uscita e tutte le altre forme di indennità, retribuzioni anticipate, premi per acquisizioni e vendite, nonché di contratti di consulenza con società appartenenti al gruppo per il quale si svolge la prestazione;

liquidazione per la cessazione del rapporto di lavoro commisurata esclusivamente alla sua durata e proporzionale al limite massimo della retribuzione fissa annuale;

altri Paesi europei in tema di regolamentazione delle retribuzioni e dei *bonus* dei *manager*, nel settore pubblico e privato, hanno già intrapreso azioni concrete. Con il pacchetto CRD IV, nel 2013 l'UE ha fissato un tetto ai *bonus* dei banchieri. Nel caso C-507/13, l'avvocato generale della Corte di Giustizia ha invitato la Corte, nelle sue conclusioni formulate il 20 novembre 2014, a respingere il ricorso della Gran Bretagna che contesta la direttiva ritenendo le remunerazioni competenza degli Stati;

la ricetta indicazioni sopra fornite, insieme ad una profonda riforma del nostro sistema fiscale, possono costituire un ulteriore passo nella giusta direzione per ridurre le disuguaglianze nella distribuzione dei redditi,

impegna il Governo a intraprendere le opportune iniziative, anche legislative, per riformare il diritto societario nel senso indicato in premessa, per il contenimento delle retribuzioni dei manager del settore privato e fissare parametri più precisi per i dirigenti pubblici, al fine di ristabilire equità ed etica nelle retribuzioni.

G1.142

MUNERATO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, CALDEROLI, CANDIANI, CENTINAIO, COMAROLI, CONSIGLIO, CROSIO, DIVINA, STEFANI, STUCCHI, TOSATO, VOLPI

Precluso

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge recante Deleghe al Governo in materia di riforma degli ammortizzatori sociali, dei servizi per il lavoro e delle politiche attive, nonché in materia di riordino della disciplina dei rapporti di lavoro, dell'attività ispettiva e di tutela e conciliazione delle esigenze di cura, di vita e di lavoro;

premesso che:

il comma 7, lettera *g)* del provvedimento, nel testo licenziato dalla Camera, prevede il superamento dei rapporti di collaborazione coordinata e continuativa;

le collaborazioni coordinate e continuative propriamente dette permangono nell'ambito della pubblica amministrazione, giacché nel settore privato sono state sostituite - con il decreto legislativo n. 276 del 2003, attuativo dell'articolo 4 delle legge delega n. 30 del 2003, e successive modifiche - dalle collaborazioni a progetto;

in materia impropria si fanno rientrare nei rapporti di natura collaborativa, pur distinguendosi, anche le prestazioni di lavoro autonomo occasionale di cui all'articolo 70 del decreto legislativo n.276 del 2003;

il criterio di cui alla lettera *h)* del medesimo comma 7, nel prevedere l'ampliamento delle possibilità di ricorso al cosiddetto lavoro accessorio, lascia intendere l'esplicita volontà del legislatore - Governo di non procedere al superamento anche di questa tipologia contrattuale; tuttavia resta da chiarire gli intenti in merito alle collaborazioni a progetto -:

impegna il Governo a precisare, nelle more di attuazione del provvedimento, se il superamento di cui alla lettera *g)* del comma 7, citata in premessa, si riferisca alle sole collaborazioni coordinate e continuative propriamente dette ovvero anche ai contratti di collaborazione a progetto.

G1.143

MUNERATO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, CALDEROLI, CANDIANI, CENTINAIO, COMAROLI, CONSIGLIO, CROSIO, DIVINA, STEFANI, STUCCHI, TOSATO, VOLPI

Precluso

Il Senato,

valutato il disegno di legge recante Deleghe al Governo in materia di riforma degli ammortizzatori sociali, dei servizi per il lavoro e delle politiche attive, nonché in materia di riordino della disciplina dei rapporti di lavoro, dell'attività ispettiva e di tutela e conciliazione delle esigenze di cura, di vita e di lavoro, con particolare riguardo alla delega conferita dal comma 8 del provvedimento;

considerata l'importanza che rivestono le politiche di sostegno alla genitorialità, specie alla luce del continuo aumento del tasso delle «nascite zero;»;

impegna il Governo a garantire la destinazione vincolata dei contributi di maternità confluiti nella apposita gestione INPS esclusivamente alle prestazioni in materia, senza distrazioni verso altre gestioni in disavanzo.

G1.144

CATALFO, PAGLINI, PUGLIA, BERTOROTTA, VACCIANO, CASTALDI, DONNO, GIROTTO

Precluso

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante «Deleghe al Governo in materia di riforma degli ammortizzatori sociali, dei servizi per il lavoro e delle politiche attive, nonché in materia di riordino della disciplina dei rapporti di lavoro e dell'attività ispettiva e di tutela e conciliazione delle esigenze di cura, di vita e di lavoro» (AS 1428-B),

premesso che:

all'articolo 1 del disegno di legge in esame, i commi 8 e 9 recano disposizioni volte a garantire adeguato sostegno alle cure parentali attraverso misure volte a tutelare la maternità delle lavoratrici e favorire le opportunità di conciliazione dei tempi di vita e di lavoro per la generalità dei lavoratori;

considerato che:

appare necessario migliorare la conciliazione dei tempi di lavoro e vita privata del lavoratore per quanto concerne la determinazione del periodo di riposo previsto dall'articolo 2109 del codice civile;

in particolare, la legge riconosce all'imprenditore la determinazione delle ferie da comunicarsi al prestatore di lavoro, tenuto conto delle esigenze dello stesso;

pertanto, vi è la necessità, anche mediante lo strumento del telelavoro e la riduzione dell'orario di lavoro, di permettere una maggiore conciliazione tra vita e lavoro modificando l'istituto della determinazione delle ferie,

impegna il Governo al fine di migliorare la qualità e la quantità del lavoro, prevedere una legislazione volta ad invertire il principio espresso dall'articolo 2109 del codice civile, riconoscendo al prestatore di lavoro il diritto di determinare il proprio periodo di riposo, senza pregiudizio per l'azienda e di concerto con gli altri dipendenti.

G1.145

MUNERATO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, CALDEROLI, CANDIANI, CENTINAIO, COMAROLI, CONSIGLIO, CROSIO, DIVINA, STEFANI, STUCCHI, TOSATO, VOLPI

Precluso

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge recante «Deleghe al Governo in materia di riforma degli ammortizzatori sociali, dei servizi per il lavoro e delle politiche attive, nonché in materia di riordino della disciplina dei rapporti di lavoro, dell'attività ispettiva e di tutela e conciliazione delle esigenze di cura, di vita e di lavoro»,

premesso che:

il comma 9 del provvedimento, nel testo licenziato dalla Camera, contiene i criteri di delega al Governo a rivedere le misure volte alla tutela della maternità delle lavoratrici e le forme di conciliazione dei tempi di vita e di lavoro, allo scopo di garantire un adeguato sostegno alla genitorialità;

tra i criteri direttivi cui il Governo deve attenersi nell'esercizio della delega è stato inserito, per volontà della Lega Nord e Autonomie, l'eventuale riconoscimento delle cosiddette «ferie solidali», vale a dire la possibilità di donare i giorni di riposo in più al collega di lavoro genitore di minore malato grave;

tale misura tuttavia, pur ribadendo che non deve costituire una forma di deresponsabilizzazione dello Stato nel garantire un sistema integrato di welfare ai propri cittadini malati gravi, suona come una beffa nei confronti dei tanti lavoratori e lavoratrici malati oncologici, i quali spesso si trovano ad affrontare il problema dell'insufficienza e quindi del superamento dei giorni di aspettativa con conservazione del posto di lavoro rispetto ai periodi di terapia;

l'ultimo caso emblematico denunciato a mezzo stampa il 21 novembre scorso riguarda quello di una donna di 52 anni, P.T., da 25 anni al servizio della Basell Poliolefine Italia, azienda americana con stabilimenti a Terni, Sesto San Giovanni e Ferrara ed operante anche all'interno del polo petrolchimico di Brindisi, rientrata al lavoro dopo aver lottato per tre anni contro un cancro al seno; solo per lei il 17 novembre scorso è arrivata la lettera di licenziamento senza preavviso. L'azienda ha precisato che si

tratta di «un semplice processo di riorganizzazione», ma la motivazione suscita perplessità trattandosi dell'unico esubero su circa 130 unità,

impegna il Governo a tenere in particolare considerazione le esigenze dei lavoratori affetti da patologie oncologiche sì da contemperare nel modo più efficace le esigenze di cura con l'interesse al mantenimento del posto di lavoro.

G1.146

MUNERATO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, CALDEROLI, CANDIANI, CENTINAIO, COMAROLI, CONSIGLIO, CROSIO, DIVINA, STEFANI, STUCCHI, TOSATO, VOLPI

Precluso

Il Senato,

esaminato il disegno di legge recante «Deleghe al Governo in materia di riforma degli ammortizzatori sociali, dei servizi per il lavoro e delle politiche attive, nonché in materia di riordino della disciplina dei rapporti di lavoro, dell'attività ispettiva e di tutela e conciliazione delle esigenze di cura, di vita e di lavoro»,

valutati nel dettaglio i criteri di delega cui il Governo deve attenersi per la revisione e l'aggiornamento delle misure volte a tutelare la maternità e le forme di conciliazione dei tempi di vita e di lavoro;

preso atto che la lettera *c)* del comma 9 del provvedimento all'esame recita: «introduzione del *tax credit,* quale incentivo al lavoro femminile, per le donne lavoratrici, anche autonome, con figli minori o disabili non autosufficienti e che si trovino al di sotto di una determinata soglia di reddito individuale complessivo, e armonizzazione del regime delle detrazioni per il coniuge a carico»;

nel timore che l'espressione «armonizzazione» sia un eufemismo per celare la volontà di procedere all'abrogazione della detrazione per coniuge a carico, come peraltro era esplicitato in una primissima bozza del disegno di legge delega;

ricordato che l'abolizione della detrazione significa un taglio dello stipendio o della pensione di circa mille euro annui per chi ha un reddito compreso tra gli 8 e i 20 mila euro annui e di circa 700 euro per chi ha un reddito da 21 a 25 mila euro annui, il che significherebbe una batosta per tutte le famiglie di lavoratori e pensionati monoreddito;

rammentato che secondo le stime dell'Agenzia dell'Entrate sono circa 5 milioni i contribuenti italiani ai quali viene riconosciuto in media un bonus di 65 euro al mese;

constato che persino "l'Avvenire" ha definito la paventata abrogazione come «il contrario delle pari opportunità e come l'ennesimo passo indietro nella tutela della famiglia»,

impegna il Governo a far salvo, nelle more di attuazione del provvedimento con l'emanazione dei decreti delegati, il vigente regime delle detrazioni per il coniuge a carico.

G1.147

MARAN

Precluso

Il Senato, impegnato nell'esame del disegno di legge n. 1428-B/2014, recante Deleghe al Governo in materia di riforma degli ammortizzatori sociali, dei servizi per il lavoro e delle politiche attive, nonché in materia di riordino della disciplina dei rapporti di lavoro e dell'attività ispettiva e di tutela e conciliazione delle esigenze di cura, di vita e di lavoro,

considerato che:

il disegno di legge stesso prevede un riordino e semplificazione dei tipi contrattuali e dei rapporti di lavoro;

tale riordino e semplificazione dovrà tendere principalmente a prevenire e contrastare l'abuso di tipi contrattuali di lavoro autonomo al fine di ridurre il trattamento e le garanzie a persone operanti in condizione di sostanziale dipendenza economica;

per altro verso esso non potrà produrre l'effetto di un divieto indiscriminato dei contratti di lavoro autonomo aventi per oggetto un'attività continuativa nel tempo, quali per esempio quelli che legano ai rispettivi committenti gli agenti di commercio, gli amministratori di società o di condominio;

impegna il Governo ad adempiere la delega con l'emanazione di una nuova disciplina della materia mirata al risultato di attrarre nell'area di applicazione delle protezioni fondamentali, assicurata dalla Costituzione ai prestatori di lavoro dipendente, tutti e solo i casi di collaborazione continuativa caratterizzati dai tratti essenziali della dipendenza economica dal creditore .

Allegato B

SEGNALAZIONI RELATIVE ALLE VOTAZIONI EFFETTUATE NEL CORSO DELLA SEDUTA

Nel corso della seduta sono pervenute al banco della Presidenza le seguenti comunicazioni:
Sul processo verbale:
sulla votazione relativa alla verifica del numero legale, il senatore Compagna non ha potuto far risultare la sua presenza in Aula.

Congedi e missioni

Sono in congedo i senatori: Anitori, Bubbico, Cassano, Chiti, Ciampi, Della Vedova, De Pietro, De Poli, Di Giorgi, D'Onghia, Lucherini, Minniti, Monti, Nencini, Olivero, Piano, Pizzetti, Quagliariello, Rossi Luciano, Rubbia, Sacconi, Sangalli, Stucchi e Vicari.
Sono assenti per incarico avuto dal Senato i senatori: Palermo, per attività della 1a Commissione permanente; Latorre, per attività della 4a Commissione permanente; Fazzone, Giarrusso, per attività della Commissione parlamentare d'inchiesta sul fenomeno delle mafie e sulle altre associazioni criminali, anche straniere; Arrigoni, Buemi, Iurlaro e Nugnes, per attività della Commissione parlamentare d'inchiesta sulle attività illecite connesse al ciclo dei rifiuti e su illeciti ambientali ad esse correlati; Casson, Crimi, Esposito Giuseppe e Marton, per attività del Comitato parlamentare per la sicurezza della Repubblica; Catalfo, Corsini, Gambaro e Giro (*dalle h. 15)* per attività dell'Assemblea parlamentare del Consiglio d'Europa.

Gruppi parlamentari, variazioni nella composizione

I senatori Lucio Romano e Andrea Olivero hanno comunicato di cessare di far parte del Gruppo parlamentare Per l'Italia e di aderire al Gruppo parlamentare Per le Autonomie (SVP-UV-PATT-UPT)-PSI-MAIE.
Il Presidente del Gruppo parlamentare Per le Autonomie (SVP-UV-PATT-UPT)-PSI-MAIE ha accettato tale adesione.

Commissioni permanenti, variazioni nella Composizione

Il Presidente del Gruppo parlamentare Per le Autonomie (SVP-UV-PATT-UPT)-PSI-MAIE ha comunicato le seguenti variazioni:
1a Commissione permanente: entra a farne parte il senatore Lucio Romano;
12a Commissione permanente: entra a farne parte il senatore Andrea Olivero sostituito in quanto membro del Governo dal senatore Lucio Romano.

Disegni di legge, annunzio di presentazione

Senatori Moronese Vilma, Nugnes Paola, Martelli Carlo, Fucksia Serenella, Paglini Sara, Bertorotta Ornella, Castaldi Gianluca, Catalfo Nunzia, Mangili Giovanna, Serra Manuela, Donno Daniela, Scibona Marco, Lezzi Barbara, Buccarella Maurizio, Taverna Paola, Morra Nicola, Marton Bruno, Bottici Laura, Bulgarelli Elisa, Cioffi Andrea, Airola Alberto, Vacciano Giuseppe, Ciampolillo Lello
Modifiche alla legge 11 febbraio 1992, n. 157, recante norme per la protezione della fauna selvatica omeoterma e per il prelievo venatorio, per l'introduzione del diritto di utilizzo dei richiami vivi (1700)
(presentato in data 02/12/2014);
DDL Costituzionale
senatrice De Petris Loredana
Riconoscimento degli animali nella Costituzione (1701)
(presentato in data 03/12/2014);
senatori Campanella Francesco, Bocchino Fabrizio, De Pin Paola

Modifiche alle norme per l'elezione della Camera dei deputati con reintroduzione del voto di preferenza distinto per genere e garanzia di governabilità e rappresentatività. Introduzione dell'obbligo di elezioni primarie. (1702)
(presentato in data 03/12/2014);
senatori Gatti Maria Grazia, Casson Felice, D'Adda Erica, Manassero Patrizia
Misure previdenziali a tutela dei lavoratori ex esposti all'amianto (1703)
(presentato in data 02/12/2014);
senatori Endrizzi Giovanni, Crimi Vito Claudio, Morra Nicola, Airola Alberto
Modifiche al testo unico di cui al Decreto del Presidente della Repubblica 30 marzo 1957, n. 361, in materia di elezione della Camera dei deputati e al testo unico di cui al Decreto legislativo 20 dicembre 1993, n. 533, in materia di elezione del Senato della Repubblica, in applicazione della sentenza della Corte costituzionale n. 1 del 2014 (1704)
(presentato in data 03/12/2014).

Commissione parlamentare d'inchiesta sul fenomeno delle mafie e sulle altre associazioni criminali, anche straniere, variazioni nella composizione

La Presidente della Camera dei deputati, in data 2 dicembre 2014, ha chiamato a far parte della Commissione parlamentare di inchiesta sul fenomeno delle mafie e sulle altre associazioni criminali, anche straniere il deputato Ernesto Carbone, in sostituzione del deputato Davide Faraone, entrato a far parte del Governo.

Inchieste parlamentari, presentazione di proposte di proroga

È stata presentata la seguente proposta di proroga d'inchiesta parlamentare d'iniziativa dei senatori:
Lo Moro, Gualdani, Zizza, Cirinnà, Tosato, Cardinali, D'Anna, Pagano, Scibona, Susta, Uras, Zeller. - "Proroga del termine di cui all'articolo 1 della deliberazione del 30 luglio 2014, recante proroga del termine di cui all'articolo 1, comma 3, della deliberazione del 3 ottobre 2013, recante istituzione di una Commissione parlamentare di inchiesta sul fenomeno delle intimidazioni nei confronti degli amministratori locali" (*Doc*. XXII, n. 10-*ter*).
Il predetto documento è stato deferito, in sede deliberante, alla 1a Commissione permanente, previo parere della 5a Commissione permanente.

Progetti di atti e documenti dell'Unione europea, trasmissione

Il Presidente della Corte dei conti europea, con lettera in data 5 novembre 2014, in attuazione del Protocollo sul ruolo dei Parlamenti allegato al Trattato sull'Unione europea, ha comunicato la pubblicazione delle Relazioni annuali della Corte relative all'esercizio finanziario 2013, corredate dalle risposte delle istituzioni, nonché del documento "Sintesi dell'audit dell'UE".
La predetta documentazione è stata trasmessa, ai sensi dell'articolo 34, comma 1, secondo periodo, del Regolamento, alla 5a e alla 14a Commissione permanente (Atto n. 412).
Interrogazioni, apposizione di nuove firme
Il senatore Bocchino ha aggiunto la propria firma all'interrogazione 3-01487 delle senatrici Petraglia e De Petris.
I senatori Valentini, Scalia, Collina, Cucca, Lumia e Gianluca Rossi hanno aggiunto la propria firma all'interrogazione 4-03092 della senatrice Bertuzzi ed altri.
Mozioni
DONNO, CAPPELLETTI, NUGNES, CATALFO, PAGLINI, MONTEVECCHI, SERRA, PETROCELLI, CASTALDI, BOTTICI, VACCIANO, SANTANGELO, PUGLIA, SCIBONA, BERTOROTTA, LUCIDI, BUCCARELLA, GIROTTO, MARTON, MORONESE - Il Senato,
premesso che:
a seguito del progresso tecnologico ed infrastrutturale e di una crescente urbanizzazione del territorio nazionale, si è assistito ad un graduale ma inarrestabile abbandono di gran parte della rete ferroviaria nazionale nonché di tronchi stradali dismessi, di strade secondarie e campestri, interpoderali o vicinali, delle strade prima appartenute al demanio militare, degli argini e delle alzaie dei fiumi e dei canali, dei sentieri, delle mulattiere e dei tratturi;

il recupero delle infrastrutture e dei collegamenti territoriali in disuso oltre a rappresentare un'iniziativa volta alla valorizzazione e alla conservazione del patrimonio naturale e culturale favorisce altresì una mobilità e un turismo ecosostenibile;

in un'ottica di riqualificazione dell'ambiente urbano ed extraurbano, la conversione di vecchie ferrovie in disuso e di antiche strade in piste ciclabili e "*greenway*" potrebbe rappresentare una soluzione per contrastare l'abbandono e il degrado ambientale, valorizzando la portata storica, architettonica e paesaggistica delle aree interessate;

all'uopo, l'art. 8 della legge 19 ottobre 1998, n. 366, recante "Norme per il finanziamento della mobilità ciclistica", prevede che "L'area di sedime delle ferrovie dismesse o in disuso è utilizzata prioritariamente per la realizzazione di piste ciclabili. Alle regioni è demandato il compito di individuare i tracciati ferroviari utilizzabili a tal fine e di programmare la realizzazione di itinerari ciclabili ad uso turistico seguendo i tracciati medesimi". Al comma 2 viene inoltre previsto: "Gli argini dei fiumi e dei torrenti possono essere utilizzati, fatto salvo il rispetto della normativa vigente, per la realizzazione di piste ciclabili";

la rete di ciclovie nazionali include, ad oggi, circa 18.000 chilometri di strade ciclabili, 18 itinerari e 50 "ciclovie di qualità", che consentono la fruizione turistica dei paesaggi e delle città in bicicletta;

considerato che:

la qualità e la diversità dei paesaggi locali, regionali e nazionali, nonché europei, rappresentano un inestimabile patrimonio comune della collettività per la cui salvaguardia, gestione e pianificazione occorre cooperare in maniera continuativa;

ai sensi dell'art. 5 della "Convenzione europea sul paesaggio", resa esecutiva nel nostro ordinamento con legge 9 gennaio 2006, n. 14, ogni parte aderente "si impegna a: a) riconoscere giuridicamente il paesaggio in quanto componente essenziale del contesto di vita delle popolazioni, espressione della diversità del loro comune patrimonio culturale e naturale e fondamento della loro identità; b) stabilire e attuare politiche paesaggistiche volte alla protezione, alla gestione, alla pianificazione dei paesaggi tramite l'adozione delle misure specifiche (...); c) avviare procedure di partecipazione del pubblico, delle autorità locali e regionali e degli altri soggetti coinvolti nella definizione e nella realizzazione delle politiche paesaggistiche (...); d) integrare il paesaggio nelle politiche di pianificazione del territorio, urbanistiche e in quelle a carattere culturale, ambientale, agricolo, sociale ed economico, nonché nelle altre politiche che possono avere un'incidenza diretta o indiretta sul paesaggio";

secondo quanto riportato nella comunicazione della Commissione al Parlamento europeo, al Consiglio, al Comitato economico e sociale europeo e al Comitato delle regioni sul piano d'azione sulla mobilità urbana del 30 settembre 2009, "oggi le aree urbane devono affrontare, da un lato, la sfida di garantire la sostenibilità dei trasporti in termini di tutela dell'ambiente (emissioni di CO2, inquinamento atmosferico e acustico) e di concorrenza (congestione) e, dall'altro, le questioni sociali, che comprendono la necessità di rispondere a problemi sanitari e tendenze demografiche, favorire la coesione economica e sociale e prendere in considerazione le esigenze delle persone a mobilità ridotta, delle famiglie e dei bambini";

è evidente, dunque, che prevedere la realizzazione di progetti di mobilità dolce, con particolare riferimento ai percorsi cicloturistici di dimensione sovraregionale, che assicurino il maggior livello di riduzione di emissioni di anidride carbonica, dovrebbe essere una delle priorità del piano straordinario della mobilità turistica, di cui all'articolo 11, comma 1, del decreto-legge 31 maggio 2014, n. 83, convertito, con modificazioni, dalla legge 29 luglio 2014, n. 106;

ritenuto che:

a livello europeo sono presenti diverse esperienze interessanti nell'ambito della mobilità sostenibile e, in particolare, del riutilizzo di linee ferroviarie abbandonate. Il progetto spagnolo "Vías verdes", avviato nei primi anni '90, è stato predisposto con la finalità di sviluppare e valorizzare reti viabili dismesse per destinarle ad un traffico non motorizzato. Attraverso una sinergia collaborativa instauratasi tra i comparti dell'amministrazione pubblica competente, le compagnie ferroviarie, le associazioni coinvolte e la cittadinanza, è stato promosso e realizzato un riutilizzo ecoturistico di gran

parte dei tracciati inutilizzati della rete ferroviaria spagnola;
in Belgio, a partire dal 1997, è stato intrapreso e portato avanti un programma, chiamato successivamente RAVeL (Réseau autonome de voies lentes), volto a realizzare una rete indipendente di percorsi dedicati al traffico "lento", mediante l'utilizzo delle ferrovie dismesse e delle alzaie dei canali;
la National cycle network, una rete di piste ciclabili che si estende in gran parte del Regno Unito, creata dall'organizzazione Sustainable transport e sovvenzionata dai proventi della lotteria nazionale per circa 60 milioni di euro, mediante la riqualificazione di vecchi percorsi pedonali, ferrovie in disuso, strade minori, argini di corsi d'acqua o strade con poco traffico, ha permesso la realizzazione di un tipo di mobilità alternativa a quella a motore;
in Francia, nella regione della Bretagna, è stata recuperata una vecchia ferrovia in disuso, così creando 26 chilometri di piste ciclopedonali, il cui numero di fruitori è cresciuto da zero nel 2003 a 23.000 nel 2008;
a Berlino, dall'intersezione di 3 linee ferroviarie ormai in disuso, tra i due distretti, fortemente edificati, di Kreuzberg e Schöneberg, è stato creato un parco di 26 ettari di verde e di aree attrezzate nel quale, a rafforzamento della riconoscibilità e della memoria storica cittadina, sono presenti reliquie ferroviarie ancora visibili;
esiste, inoltre, a livello europeo, una rete ciclabile chiamata EuroVelo, la quale si inserisce in un progetto gestito dalla Federazione europea dei ciclisti (ECF), in collaborazione con *partner* nazionali e regionali, che incorpora in un'unica rete europea percorsi nazionali e regionali e che vanta oltre 45.000 chilometri di piste ciclabili;
considerato, inoltre, che:
in Italia, il recupero delle ferrovie in disuso è parzialmente avvenuto su iniziativa di Istituzioni per lo più provinciali e, in alcune realtà comunali, con il supporto di alcune associazioni locali, le cui attività più significative sono di seguito elencate: il recupero come pista ciclabile dell'ex ferrovia Modena-Vignola nel tratto San Lorenzo di Castelnuovo-Spilamberto (7 chilometri), realizzato dalla Provincia di Modena; il recupero come percorso sterrato dell'ex ferrovia Rocchette-Asiago, realizzato dalla Associazione artigiani di Asiago (Vicenza); il recupero come percorso sterrato, in estate, e pista per lo sci di fondo, in inverno, della linea ferroviaria dismessa Dobbiaco-Cortina, nel tratto Dobbiaco-lago di Dobbiaco (5 chilometri), in provincia di Belluno; il recupero come percorso ciclo-pedonale dell'ex ferrovia Caltagirone-S. Michele di Ganzaria (Catania) per un tratto di circa 8 chilometri; il recupero di un tratto della vecchia linea ferroviaria dismessa tra Ponte e Benevento di circa 7 chilometri;
attualmente, i progetti in fase di realizzazione nel territorio nazionale risultano essere: il progetto di recupero delle ex ferrovie Modena-Vignola (per la parte non ancora realizzata) e Modena-Mirandola-Finale Emilia (40 chilometri), portato avanti dalla Provincia di Modena; il progetto di conversione in pista ciclabile del tratto Prato Isarco-Ponte Val Gardena (16 chilometri) della linea ferroviaria Verona-Brennero abbandonato negli ultimi anni in seguito alla realizzazione di una variante di tracciato, promosso dalla Provincia di Bolzano; i progetti di recupero come piste verdi delle vecchie linee a scartamento ridotto della Sicilia occidentale (Palermo-S. Carlo, Burgio-Castelvetrano e Salemi-S. Ninfa), promossi dall'Azienda autonoma provinciale del turismo di Palermo; il progetto di recupero come pista ciclabile dell'ex ferrovia Fiuggi-Paliano (22,5 chilometri), promosso dalla Regione Lazio; il progetto di recupero della linea ferroviaria Treviso-Ostiglia, lunga ben 116 chilometri, che la Regione Veneto vuole convertire in una pista ciclabile a valenza interprovinciale;
secondo quanto diffuso da Ferrovie dello Stato, al momento "sono circa 1.700 le stazioni impresenziate della Rete Ferroviaria Italiana che il Gruppo FS sta concedendo tramite contratti di comodato d'uso gratuito alle associazioni e ai comuni affinché siano avviati progetti sociali che abbiano ricadute positive sul territorio e per la qualità dei servizi offerti nelle stesse stazioni";
l'articolo 11, comma 3, del decreto-legge n. 83 del 2014 già prevede che, per favorire la realizzazione di percorsi pedonali, ciclabili, equestri, mototuristici, fluviali e ferroviari, le case cantoniere, i caselli e le stazioni ferroviarie o marittime, le fortificazioni e i fari, nonché ulteriori immobili di appartenenza

pubblica non utilizzati o non utilizzabili a scopi istituzionali, possono essere concessi in uso gratuito, con acquisizione delle eventuali migliorie, senza corresponsione di alcun corrispettivo, al momento della restituzione del bene, mediante procedura ad evidenza pubblica nella quale sia riconosciuta adeguata rilevanza agli elementi di sostenibilità ambientale, efficienza energetica e valutazione dell'opportunità turistica, a imprese, cooperative e associazioni, costituite in prevalenza da soggetti fino a 40 anni, con oneri di manutenzione straordinaria a carico del concessionario,

impegna il Governo:

1) a promuovere, conformemente alla disciplina nazionale ed internazionale vigente in materia, il recupero funzionale delle infrastrutture ferroviarie in disuso da almeno 5 anni, sostenendo la realizzazione di sistemi di mobilità a basso o nullo impatto ambientale, quali la mobilità ciclistica e ciclo-pedonale, tali da favorire il benessere individuale e sociale, nonché l'attività motoria e ricreativa, in particolare per bambini, disabili ed anziani e da cui non derivi in alcun modo l'interruzione di collegamenti ferroviari fra i territori attualmente serviti dalla Rete ferroviaria italiana;

2) a prevedere, nell'ambito della redazione del piano straordinario della mobilità turistica, di cui all'articolo 11 del decreto-legge n. 83 del 2014, la realizzazione di corridoi e di reti di mobilità dolce;

3) a garantire, nell'ambito del piano strategico nazionale per lo sviluppo del turismo in Italia, la previsione di forme di turismo sostenibile, mediante un'adeguata offerta di infrastrutture, di collegamenti e di percorsi turistico-culturali, sottraendo al degrado e all'incuria molte aree del Paese, e il potenziamento di servizi di accoglienza e di informazione turistica volti a valorizzare le risorse naturalistiche e storiche, nazionali e locali;

4) a prevedere misure, anche di carattere normativo, che promuovano ed incentivino l'importante funzione svolta dall'associazionismo operante in ambito turistico-culturale, al fine di migliorare la fruizione pubblica del patrimonio paesaggistico e culturale che caratterizza ampie aree del Paese.

(1-00360)

BATTISTA, ZELLER, PALERMO, ZIN, ORELLANA, MANCONI, CASSON, PUPPATO, MINEO, RICCHIUTI - Il Senato,

premesso che:

l'articolo 39 della Costituzione sancisce il principio di libertà sindacale, ossia il diritto per ogni cittadino, a prescindere dal suo *status* sociale, di organizzarsi liberamente per la tutela dei propri interessi lavorativi, intenso primariamente come diritto soggettivo pubblico di libertà, nei confronti dello Stato e dei poteri pubblici;

ai sensi dell'articolo 52 della Costituzione, l'ordinamento militare si deve conformare allo spirito democratico, di cui il diritto sindacale è uno dei cardini fondamentali;

il codice dell'ordinamento militare, di cui al decreto legislativo n. 66 del 2010, Libro IV, Titolo IX, regola l'esercizio dei diritti dei militari, ivi inclusa la disciplina in materia di libertà sindacale degli appartenenti alle forze armate;

nel *corpus* normativo, è confluita la normativa previgente in ambito militare, tra cui la legge n. 382 del 1978, recante "Norme di principio sulla disciplina militare";

essa istituiva gli organismi rappresentativi del personale militare (rappresentanze militari), articolati su 3 livelli: i consigli di base della rappresentanza militare (COBAR), i consigli intermedi di rappresentanza (COIR) e il consiglio centrale della rappresentanza militare (COCER), attualmente disciplinati dal codice dell'ordinamento militare (artt. 1476 e seguenti);

i consigli della rappresentanza militare si configurano come un sottosistema dell'organizzazione militare. Essi sono organi di natura pubblica, direttamente istituiti con legge, difettano infatti di un soggetto autenticamente sindacale;

il loro legame con l'organizzazione militare è peraltro confermata dal fatto che tali organismi si riuniscono nell'ambito dei luoghi militari o comunque destinati al servizio e che ai componenti dei COCER spettano i compensi previsti dall'art. 1 del decreto del Presidente della Repubblica n. 5 del 1956 (cosiddetti gettoni di presenza), con la conseguenza che lo svolgimento di attività rappresentative è considerato a tutti gli effetti come "servizio", non già come attività sindacale;

premesso altresì che:

ai sensi dell'art. 1475, comma 4, del decreto legislativo n. 66, "I militari non possono esercitare il diritto di sciopero". Analogamente, ai sensi del comma 2, ai militari è fatto inoltre divieto di "costituire associazioni professionali a carattere sindacale o aderire ad altre associazioni sindacali". In ogni caso, il comma 1, stabilisce che "La costituzione di associazioni o circoli fra militari è subordinata al preventivo assenso del Ministero della difesa";

l'art. 1478, comma 4, del codice dell'ordinamento militare disciplina i compiti delle rappresentanze militari e in particolare le competenze del COCER, attribuendogli la facoltà di formulare pareri, richieste e proposte riguardanti le materie oggetto di norme o regolamenti in merito alla condizione, il trattamento, la tutela di natura giuridica, economica, previdenziale, sanitaria, culturale e morale dei militari;

i pareri, le proposte e le richieste vengono comunicati al Ministro della difesa che li trasmette per conoscenza alle Commissioni permanenti competenti per materia dei due rami del Parlamento. È inoltre previsto che le stesse Commissioni possano fare richiesta di audire l'organo centrale relativamente alle materie di pertinenza della rappresentanza militare;

come previsto dall'art. 878, comma 2, del decreto del Presidente della Repubblica n. 90 del 2010, sono espressamente escluse dalle competenze degli organismi rappresentativi le materie concernenti l'addestramento, l'ordinamento, le operazioni, il settore logistico operativo, il rapporto gerarchico-funzionale, l'impiego del personale, ossia gli aspetti più salienti del rapporto professionale e che in misura maggiore incidono sul benessere del personale;

considerato che:

la questione di legittimità costituzionale del divieto assoluto, imposto dalla legge n. 382 del 1978, in capo agli appartenenti alle forze armate, di costituire associazioni professionali a carattere sindacale o di aderire ad associazioni sindacali esistenti è già stata sottoposta al vaglio della Corte costituzionale;

la Corte si è pronunciata, in tempi non recenti, con la nota sentenza n. 449 del 13 dicembre 1999, dichiarando non fondata la questione di legittimità costituzionale dell'art. 8 della legge n. 382, nella parte in cui vieta agli appartenenti alle forze armate di costituire associazioni professionali a carattere sindacale e di aderire ad altre associazioni sindacali;

la sentenza ribadisce il principio secondo il quale «La garanzia dei diritti fondamentali di cui sono titolari i singoli "cittadini militari" non recede quindi di fronte alle esigenze della struttura militare; sì che meritano tutela anche le istanze collettive degli appartenenti alle Forze Armate (...), al fine di assicurare la conformità dell'Ordinamento militare allo spirito democratico. Il rilievo che la struttura militare non è un ordinamento estraneo, ma costituisce un'articolazione dello Stato che in esso vive, e ai cui valori costituzionali si informa (…), non consente tuttavia di ritenere illegittimo il divieto posto dal legislatore per la costituzione delle forme associative di tipo sindacale in ambito militare. Se è fuori discussione, infatti, il riconoscimento ai singoli militari dei diritti fondamentali, che loro competono al pari degli altri cittadini della Repubblica, è pur vero che in questa materia si deve considerare soltanto il rapporto di impiego del militare con la sua amministrazione e, quindi, l'insieme dei diritti e dei doveri che lo contraddistinguono e delle garanzie (anche di ordine giurisdizionale) apprestate dall'ordinamento. Qui rileva nel suo carattere assorbente il servizio, reso in un ambito speciale come quello militare (art. 52, primo e secondo comma, della Costituzione)»;

la Corte costituzionale ha altresì rilevato che la declaratoria di illegittimità costituzionale dell'art. 8 della legge n. 382 del 1978 (disciplina attualmente ricompresa dall'art. 1475 del codice dell'ordinamento militare), ossia della disposizione che vieta ai militari di costituire associazioni professionali di carattere sindacale «aprirebbe inevitabilmente la via a organizzazioni la cui attività potrebbe risultare non compatibile con i caratteri di coesione interna e neutralità dell'ordinamento militare»;

la Corte europea dei diritti dell'uomo, il 2 ottobre 2014, ha emesso due sentenze storiche: la sentenza nel caso Matelly vs Francia (ricorso n. 10609/10) e la sentenza nel caso ADEFDROMIL vs Francia (ricorso n. 32191/09) in materia di divieto assoluto di costituire sindacati all'interno delle forze armate

francesi;
in particolare, la Corte europea ha ritenuto che mentre l'esercizio del diritto di libertà di associazione da parte del personale militare potrebbe essere soggetto a restrizioni legittime, per contro, un divieto generale di formare o aderire ad un sindacato usurpa l'essenza stessa di tale libertà;
per questi motivi, la Corte europea dei diritti dell'uomo ha ritenuto all'unanimità che vi sia stata una violazione dell'art. 11 della Convenzione europea dei diritti dell'uomo, relativamente alla libertà di riunione e di associazione, che garantisce il diritto alla libertà di associazione e il diritto di partecipare alla costituzione di sindacati o di aderirvi per la tutela dei propri interessi, in quanto il divieto, imposto dalla legge, di costituire associazioni professionali a carattere sindacale o di aderire ad associazioni sindacali già esistenti costituisce una restrizione assoluta all'esercizio della libertà sindacale da parte degli appartenenti alle forze armate, che non risponde ad una prevalente finalità di interesse generale e che non può giustificarsi neppure alla luce delle specificità proprie dei corpi militari dello Stato;
il dispositivo della sentenza della Corte europea dei diritti dell'uomo capovolge completamente quanto stabilito dalla Corte costituzionale con la citata sentenza del 1999. Esso prevede infatti che le restrizioni legislative debbano essere interpretate rigorosamente ed essere limitate all'esercizio dei diritti in questione, senza tuttavia pregiudicare l'essenza stessa del diritto di organizzarsi;
la tutela della libertà sindacale trova spazio, *in primis*, nell'ambito dell'Unione europea. A tal riguardo occorre senz'altro menzionare la Carta dei diritti fondamentali dell'Unione europea (Carta di Nizza) del 7 dicembre 2000, adottata a Strasburgo il 12 dicembre 2007 ed avente lo stesso valore giuridico dei trattati ai sensi dell'art. 6 del Trattato sull'Unione europea;
l'art. 12 della Carta riconosce ad ogni individuo il diritto alla libertà di riunione pacifica e alla libertà di associazione a tutti i livelli, segnatamente in campo politico, sindacale e civico, ivi incluso il diritto di fondare sindacati insieme con altri e di aderirvi per la difesa dei propri interessi;
più nello specifico, per quanto concerne la libertà di associazione e azione sindacale degli appartenenti alle forze armate, il Parlamento europeo ha espressamente affrontato la questione con una risoluzione adottata in data 12 aprile 1984. In tale occasione, il Parlamento ha invitato tutti gli Stati membri dell'allora Comunità economica europea (oggi Unione europea) ad accordare ai propri militari, in periodi di pace, il diritto di fondare associazioni professionali per la salvaguardia dei loro interessi sociali, di aderirvi e di svolgervi un ruolo attivo;
anche il Consiglio d'Europa si è più volte pronunciato in tema di diritti sociali, mostrando, in molteplici occasioni, particolare attenzione al fenomeno associativo in relazione agli appartenenti alle forze armate;
la libertà di associazione e di azione sindacale per i membri delle forze armate è stata, infatti, oggetto di alcune risoluzioni adottate dall'assemblea parlamentare del Consiglio d'Europa. Prima fra tutte la risoluzione n. 903 del 1988, la quale richiama l'attenzione degli Stati membri sul fatto che gli appartenenti alle forze armate dovrebbero essere considerati a tutti gli effetti come "cittadini in divisa" e non dovrebbero essere discriminati in ragione della sola appartenenza ad un Corpo militare, risultando isolati dalla società democratica;
la questione è stata affrontata nella successiva raccomandazione n. 1572 del 2002. In tale occasione, il Consiglio d'Europa ha rinnovato l'invito nei confronti degli Stati membri a garantire agli appartenenti delle forze armate il pieno ed effettivo godimento dei diritti di azione sindacale;
di analogo tenore risulta essere la risoluzione dell'assemblea parlamentare n. 1742 del 2006 (in materia di diritti umani dei membri delle forze armate), i cui principi sono stati poi ripresi anche dalla recente raccomandazione del Comitato dei ministri adottata il 24 febbraio 2010, CM/Rec(2010)4;
nell'ambito degli accordi predisposti in seno al Consiglio d'Europa, è fondamentale il richiamo alla Carta sociale europea riveduta (ratificata dall'Italia in seguito ad autorizzazione disposta con la legge n. 30 del 1999);
l'art. 5 della stessa Carta pone in capo agli Stati l'obbligo di determinare in via legislativa o regolamentare la misura in cui la libertà di associazione e di adesione ad organizzazione sindacali, sancita dalla Carta, trovi applicazione nei confronti degli appartenenti alle forze armate;

considerato altresì che:

la rappresentanza militare è un organismo dell'organizzazione militare e pertanto compreso nel sistema gerarchico-disciplinare, finendo di fatto per essere un mero strumento consultivo delle autorità di comando;

la rappresentanza militare non può essere in alcun modo considerata alla stregua di un'organizzazione sindacale, laddove per quest'ultima si intenda un'organizzazione deputata a svolgere attività negoziale esclusiva. La stessa natura della rappresentanza militare, in quanto assoggettata all'organizzazione militare, le vieta di essere in contrapposizione con l'amministrazione della difesa;

risulta evidente che la rappresentanza militare difetta dei caratteri dell'autonomia e dell'indipendenza, elementi indefettibili di qualsivoglia associazione, stante la natura profondamente gerarchizzata dell'intera struttura rappresentativa. Tale mancanza, dunque, compromette irrimediabilmente la democraticità dell'istituzione;

la struttura e le competenze degli organismi in discussione rilevano, senza alcun dubbio, una dipendenza sia funzionale che finanziaria dai vertici della difesa, in tal modo rappresentando una tipologia di sindacato, il "sindacato di comodo" espressamente vietata dall'art.17 dello statuto dei lavoratori di cui alla legge n. 300 del 1970;

per sindacati di comodo (o sindacati gialli) si intendono quelle associazioni sindacali costituite e sostenute dai datori di lavoro e dalle loro associazioni. L'esistenza di tali organizzazioni è vietata dalla legge in quanto comprime la libertà sindacale e ne limita gli spazi per un'attività e un'organizzazione effettivamente genuina. Ciò che il nostro ordinamento ritiene strumento antigiuridico è il rapporto di asservimento dei sindacati di comodo al datore di lavoro;

tenuto conto che:

AS.SO.DI.PRO (Associazione di promozione sociale) e diversi organismi della rappresentanza militare della Guardia di finanza hanno presentato rispettivamente nel 2012 e nel 2013 alla Corte europea dei diritti dell'uomo dei ricorsi volti ad affermare il principio secondo il quale anche gli appartenenti alle forze armate italiane, alla stregua di quanto previsto in altri Stati membri dell'Unione europea, possano e debbano esercitare il diritto costituzionalmente garantito di associarsi in organizzazioni sindacali;

ben 12 Stati membri dell'Unione hanno delle vere e proprie rappresentanze sindacali per le proprie forze armate, con un totale di 17 sigle e 20 associazioni a carattere militare;

la Germania ha un sindacato con circa 206.000 militari iscritti, pari all'86 per cento di tutta la forza organica;

in Austria e Svezia, seppur con delle legittime limitazioni, è addirittura ammesso il diritto di sciopero;

nel Regno Unito, non esiste un sindacato dei militari, ma questi sono liberi di associarsi a quello che ritengono maggiormente consono alla tutela dei propri diritti;

tenuto conto altresì che:

particolarmente rilevanti in materia appaiono i principi sanciti in seno all'Organizzazione internazionale del lavoro (OIL), nel cui ambito sono state predisposte numerose convenzioni a tutela della libertà di associazione, ivi inclusa la libertà sindacale;

in tale contesto, le convenzioni n. 87 del 1948 e n. 98 del 1949 (ratificate dall'Italia in seguito ad autorizzazione disposta con la legge n. 367 del 1958) prescrivono, premesso l'ovvio diritto dei lavoratori di dar vita ad organizzazioni senza alcuna autorizzazione e di iscriversi ad esse, agli artt. 5 e 9, che la legislazione nazionale dovrà determinare la misura delle garanzie previste dalla presente convenzione per quanto si riferisce alla loro applicazione alle forze armate e alla polizia;

il principio enucleato all'interno di tali disposizioni è stato da ultimo ribadito nella convenzione OIL n. 151 del 1978 sulle relazioni di lavoro nella funzione pubblica (ratificata dall'Italia in seguito ad autorizzazione disposta con la legge n. 862 del 1984);

ne consegue, dunque, che le restrizioni eventualmente previste dagli Stati membri all'esercizio dei diritti sindacali da parte degli appartenenti alle forze armate non devono avere carattere di divieto assoluto, quanto piuttosto determinare il perimetro entro cui iscrivere l'azione sindacale all'interno del

comparto militare;
alla luce di quanto sin qui esposto, il sistema delle rappresentanze militari disciplinato dal decreto legislativo n. 66 del 2010 appare profondamente incompleto e, lungi dal proporsi come stato di avanzamento embrionale del fenomeno sindacale, è la totale negazione di quello stesso fenomeno. Tali organi non sono in alcun modo equiparabili ai sindacati e non possono costituire una valida alternativa rispetto alla privazione assoluta della libertà sindacale,
impegna il Governo:
1) ad adottare tutte le misure necessarie al fine di assicurare l'effettivo godimento dei diritti riconosciuti, in materia di libertà sindacale, agli appartenenti alle forze armate, ai sensi dell'art. 11 della Convezione europea dei diritti dell'uomo, riconoscendo loro gli effettivi diritti di azione sindacale nei momenti di pace, ossia quando non siano impegnate in operazioni di carattere militare;
2) ad attivarsi al fine di rimuovere gli ostacoli inerenti ai profili costitutivi, strutturali e funzionali delle rappresentanze militari, che si appalesano quali atti di ingerenza nella libertà di organizzazione di cui devono beneficiare anche i nostri militari, atti di ingerenza che risultano chiaramente vietati dalla medesima convenzione OIL n. 151 del 1978 (art. 5), ratificata dall'Italia con la già citata legge n. 862 del 1984;
3) ad intraprendere le opportune iniziative anche di carattere legislativo volte al riconoscimento dei diritti associativi e sindacali per gli appartenenti alle forze armate, nel rispetto dei dettami costituzionali, allo scopo di uniformarsi alla maggior parte degli Stati europei, tenuto conto della recente giurisprudenza della Corte europea dei diritti dell'uomo.
(1-00361)
Interpellanze
RICCHIUTI, ORELLANA, BIGNAMI, VACCIANO, ZANONI, PUPPATO, CHITI, LO GIUDICE, PEZZOPANE, RUTA, MASTRANGELI, IDEM, GINETTI, CUCCA, Elena FERRARA, AMATI - *Al Ministro dell'economia e delle finanze* - Premesso che:
l'11 luglio 2013, presso la VI Commissione permanente (Finanze) della Camera dei deputati, il vice ministro Casero ha risposto ad un'interrogazione (5-00491) relativa all'analisi dell'ammontare dei ruoli tributari ancora non riscossi, con particolare riferimento all'importo di 545 miliardi di euro, relativo agli anni 2000-2012;
nell'ambito della risposta, il vice ministro ha evidenziato come, a seguito del decorso di un decennio dall'affidamento del carico all'agente della riscossione, il dato del riscosso tenda strutturalmente ad attestarsi intorno al 20 per cento. Egli ha aggiunto che, ferma la necessità di monitorare l'effettività dell'andamento delle riscossioni negli anni più recenti, al 31 dicembre 2012, oltre l'80 per cento del carico residuo era riferibile a debitori iscritti a ruolo per importi complessivamente pari o superiori a 500.000 euro (121.409 soggetti per un carico netto residuo da riscuotere pari a 452 miliardi di euro);
se si considera, allora, che il 20 per cento del carico residuo, iscritto al 31 dicembre 2012, si distribuisce, con somme più contenute, tra milioni di contribuenti, varrebbe la pena riflettere sull'opportunità di orientare l'attività di esazione del credito prioritariamente nei confronti di quei soggetti, 121.409, per l'appunto, che consentirebbero all'erario di recuperare somme più consistenti;
un tale orientamento, peraltro, consentirebbe all'Agenzia delle entrate una maggiore prova di efficienza e di equità, coerente con la linea di rigore espressa in più occasioni dal direttore della stessa Agenzia, dottoressa Rossella Orlandi, che, anche il 20 novembre 2014, nel corso di una audizione presso le Commissioni riunite Giustizia e Finanze e tesoro del Senato, relativamente all'AS 1642, ha espresso le proprie perplessità circa la determinazione di una soglia per le frodi mediante fatture false, al di sotto della quale si verrebbe ad escludere la configurazione della sanzione penale. La giusta osservazione della dottoressa Orlandi era riferita all'attuazione della delega fiscale in ordine al cosiddetto abuso del diritto;
anche in riferimento al reato di dichiarazione infedele, la dottoressa Orlandi ha considerato che sarebbe ragionevole innalzare la soglia della punibilità sul piano penale, da 50.000 euro a importi maggiori, affinché si possa meglio calibrare la risposta penale sulle infedeltà fiscali di maggiore rilievo;

in tal senso, quindi, un prevalente orientamento dell'attività di riscossione nei confronti di coloro che non hanno ancora adempiuto ad un onere debitorio maggiore, oltre a procurare un più consistente recupero, indirizzerebbe l'esazione verso chi ha prodotto alla collettività un maggior danno economico, si chiede di sapere quale sia la valutazione del Ministro in indirizzo e quali iniziative intenda assumere affinché l'Agenzia delle entrate si rivolga con assoluta priorità al gruppo di contribuenti presso i quali si concentra l'80 per cento dei crediti non riscossi, onde recuperare all'erario risorse vitali per il bilancio dello Stato.

(2-00227)

Interrogazioni

SANTANGELO, MARTON, CRIMI - *Al Ministro della difesa* - Premesso che:

i dispositivi "Jammer", detti anche disturbatori, generatori di rumore bianco nonché mascheratori di frequenze elettromagnetiche, sono uno strumento sempre più utilizzato ad uso esclusivo di forze armate e forze dell'ordine il cui principio di funzionamento è basato sull'emissione di radiofrequenze per il disturbo-annullamento del segnale di attivazione a distanza di un ordigno o per impedire le comunicazioni basate su segnali, quali GSM (global system for mobile communication) e GPRS (general packet radio service) utilizzati ad esempio dai telefoni cellulari, operanti anche contemporaneamente su differenti bande di frequenza;

esistono differenti tipologie di Jammer ma, in base al raggio d'azione, essi si dividono in sistemi veicolari a grande capacità e veicolari o portatili a media-piccola capacità. I sistemi disturbatori di grande capacità hanno un elevato raggio d'azione in base alla potenza di trasmissione (ad esempio con potenza di trasmissione di 5 watt, l'area di copertura fornita da un sistema di potenza di 300 watt è pari a circa 200 metri); i sistemi di media-piccola capacità sono idonei a fornire una protezione di tipo puntiforme, quale è quella richiesta per piccoli nuclei di personale (ad esempio su singoli veicoli si può ottenere una copertura fino a 100 metri);

le forze armate hanno in dotazione differenti tipologie di Jammer, impiegate da anni presso i contingenti che operano nei teatri a maggiore rischio, con un notevole accrescimento della protezione del personale operativo;

considerato che:

gli articoli 340, 617 e 617-*bis* del codice penale puniscono l'uso e l'installazione dei citati prodotti per scopi fraudolenti, in quanto potenzialmente idonei all'interruzione di un servizio pubblico come quello delle comunicazioni telefoniche. Tale utilizzo è consentito soltanto alle forze dell'ordine o ai militari;

al comma 1 dell'art. 2 della direttiva 89/336/CEE (modificata dalla direttiva 92/31/CEE e recepita dal decreto legislativo 4 dicembre 1992, n. 476, recante disposizioni di attuazione della citata direttiva per il ravvicinamento delle legislazioni degli Stati membri relative alla compatibilità elettromagnetica) si specifica che la direttiva stessa "fissa i requisiti di protezione in tali materie nonché le relative modalità di controllo";

considerato inoltre che risulta agli interroganti che l'utilizzo da parte dei "talebani" di ordigni improvvisati, noti come IED (improvised explosive device), ha provocato, dal 2009 al 2014, nel solo territorio afghano, oltre 1.100 morti tra i soldati della NATO e che le forze armate hanno da anni associato alle misure passive dei mezzi militari anche sistemi attivi di disturbo (Jammer),

si chiede di sapere:

se il Ministro in indirizzo sia a conoscenza dei fatti esposti;

quali siano le differenti tipologie dei dispositivi Jammer in dotazione all'Esercito italiano impegnato nei differenti teatri di guerra, in particolare quello afghano;

se sia a conoscenza che l'utilizzo del dispositivo Jammer sui mezzi militari possa risultare nocivo per la condizione fisica dei militari e se siano stati condotti studi, e di quale tipo, che accertino quali siano le ripercussioni sulla salute umana di una prolungata esposizione ai campi magnetici prodotti dai dispositivi.

(3-01495)

MALAN - *Al Ministro delle infrastrutture e dei trasporti* - Premesso che:

in attuazione del comma 4 dell'articolo 5 del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 novembre 2014, n. 164 (decreto "sblocca Italia") il 10 novembre 2014 il Ministero delle infrastrutture e dei trasporti ha trasmesso una lettera di invito agli operatori economici prequalificati nella procedura di gara per l'affidamento della concessione dell'autostrada A21 Piacenza-Cremona-Brescia;

la partecipazione alla gara è una grossa operazione imprenditoriale e finanziaria poiché implica, secondo quanto comunicato alla stampa l'11 novembre dal Ministro in indirizzo, investimenti per 683 milioni di euro; lo stesso testo della convenzione prevede l'obbligo per il soggetto aggiudicatario della concessione di corrispondere in un'unica soluzione, al concessionario uscente, il valore di subentro nella misura massima di 260 milioni di euro, garantito con polizza fideiussoria;

i tempi entro i quali i partecipanti devono completare il lavoro e presentare la documentazione al Ministero sono strettissimi, poiché il termine è il 5 febbraio 2015, appena 87 giorni dopo l'invio della lettera, periodo che include le festività natalizie e di inizio 2015;

il soggetto aggiudicatario dovrà versare i 260 milioni del valore di subentro entro 60 giorni dall'aggiudicazione, che potrebbe avvenire nei giorni immediatamente successivi al 5 febbraio, pena la perdita della cauzione stabilita in 13.600.000 euro;

in questi 87 giorni, di cui solo 56 lavorativi, i soggetti invitati dovrebbero dunque analizzare lo schema di convenzione dal punto di vista industriale; successivamente, ove vi fosse un interesse di carattere generale, dovrebbero ottenere la disponibilità della somma da parte delle banche, le quali dovrebbero a loro volta studiare l'intera questione, valutare, nel rispetto delle stringenti disposizioni degli accordi di Basilea, il rischio operativo, il rischio di credito e il rischio di mercato, trovare accordi fra diversi istituti di credito, verosimilmente indispensabili data l'entità dell'operazione e, successivamente ancora, rendere operativamente disponibile la somma, la cui precisa entità non è neppure certa, poiché i 260 milioni sono indicati come "misura massima";

si tratta a giudizio dell'interrogante di tempi incompatibili con la realtà, che impediranno la partecipazione ai soggetti interessati o, nella migliore delle ipotesi, la limiteranno fortemente, peggiorando le condizioni che saranno proposte;

nel caso la gara andasse deserta, si rafforzerebbe notevolmente l'ipotesi della proroga dell'attuale concessione, la quale, come tutte le altre in atto, non è stata attribuita tramite gara,

si chiede di sapere:

come sia stato determinato il valore di subentro di 260 milioni di euro per l'autostrada A21 Piacenza-Cremona-Brescia, che è ben 13 volte superiore al margine operativo lordo registrato complessivamente dal concessionario nel 2012, ultimo anno sul quale si hanno dati, anche considerando che le tariffe dei pedaggi sono aumentate di ben l'11,6 per cento negli ultimi 2 anni;

come sia stato determinato il valore di subentro di 410 milioni per l'autostrada A3 Napoli-Pompei-Salerno;

se al Ministro in indirizzo risulti quali interventi hanno determinato tali alti valori di subentro e se essi siano stati concordati con il Ministero;

che cosa abbia determinato la scelta di imporre tempi così brevi per la presentazione delle offerte, quando invece le procedure di prequalifica si sono protratte molto più a lungo del necessario, essendo iniziate nel 2012;

quale sia il tempo solitamente assegnato per tali procedure;

se non ritenga che si configuri di fatto una competizione asimmetrica, dove un soggetto, l'attuale concessionario, che è tale senza aver vinto una gara e la cui convenzione è scaduta già dall'ottobre 2011, non avendo alcuna scadenza da rispettare, né adempimento da effettuare, può ottenere la concessione anche per i prossimi anni, purché i tempi imposti agli altri siano tali da impedire loro la partecipazione alla gara, tenendo presente che uno dei maggiori ostacoli per questi ultimi consiste proprio nel pagare un'altissima somma;

se non ritenga di prorogare con urgenza il termine per la presentazione della proposte, in modo da consentire una competizione autentica e in quanto tale idonea a determinare i maggiori benefici per

l'interesse nazionale, anche in termini di migliori tariffe di pedaggio, le quali incidono sui costi delle aziende e dunque sulla loro competitività.

(3-01498)

LUMIA - *Ai Ministri dell'interno e della giustizia* - Premesso che:

dalle ultime notizie di stampa si apprende che è tornata altissima l'allerta attorno al sostituto procuratore di Palermo Nino Di Matteo, che insieme al procuratore capo *ad interim* Leonardo Agueci, il procuratore aggiunto Vittorio Teresi, il sostituto Francesco Del Bene, il pubblico ministero Roberto Tartaglia e il procuratore generale Roberto Scarpinato, indaga sulla trattativa Stato-mafia e che il capo di "Cosa nostra", Totò Riina, vorrebbe morto. Lo stesso *boss* Matteo Messina Denaro avrebbe confermato l'intenzione di procede con un attentato al magistrato;

da fonti ritenute attendibili dagli inquirenti sembrerebbe che le famiglie mafiose di Palermo, già da diversi mesi, abbiano raccolto denaro per dotarsi di un'ingente quantità di esplosivo. Addirittura un carico di tritolo sarebbe già nascosto in diversi punti della città;

il piano di morte sarebbe confermato da una dichiarazione rilasciata da uno degli ultimi collaboratori di Cosa nostra, Vito Galatolo, da cui emergerebbe la notizia di un *summit* avvenuto fra i *boss* più in vista di Cosa nostra, dove si sarebbe discusso delle modalità operative dell'attentato. Secondo tale fonte i mafiosi avrebbero preso in considerazione 2 opzioni per colpire Di Matteo: esplosivo a Palermo o *bazooka* e *kalashnikov* a Roma. Ma dalla stessa fonte spunterebbe l'ombra della presenza dei "mandanti esterni", i veri protagonisti di molte stragi e omicidi eccellenti del Paese. "Sono gli stessi mandanti di Borsellino" assicura Galatolo parlando proprio con il pubblico ministero di Palermo e descrivendo i dettagli del progetto omicida di cui il *boss* dell'Acquasanta era il coordinatore;

un altro collaboratore di giustizia, Stefano Lo Verso, avrebbe anche spiegato che l'attentato contro Di Matteo doveva avvenire già nel 2008 a Santa Flavia, dove il magistrato trascorreva le vacanze. Ma il capomafia di Bagheria (Palermo), Pino Scaduto, si sarebbe rifiutato di far eseguire l'ordine di morte nel suo territorio;

non si tratta di una minaccia isolata. Il pubblico ministero, infatti, è stato destinatario anche di diverse lettere anonime. Una di queste rivelerebbe, appunto, l'intenzione di eliminarlo. Nei mesi scorsi Di Matteo è stato duramente minacciato da Totò Riina in persona, come riportato dalle intercettazioni della Direzione investigativa antimafia di Palermo: "Gli farei fare la fine del tonno a questo Di Matteo, del tonno buono: facciamo grossa questa cosa, facciamola presto e non ci pensiamo più" ha detto passeggiando nel cortile del carcere milanese di Opera con il *boss* pugliese Alberto Lorusso. Durante la passeggiata una telecamera della Direzione investigativa antimafia ha ripreso Riina mentre sfilava la mano sinistra dal cappotto e mimava il gesto di fare in fretta. "Perché questo Di Matteo non se ne va, gli hanno rinforzato la scorta, e allora se fosse possibile ucciderlo, un'esecuzione come a quel tempo a Palermo";

parlare di minacce forse è riduttivo e improprio. Quello di Riina è stato un crescendo di parole rabbiose culminate in un vero e proprio ordine di uccidere il pubblico ministero, che il *boss* ha cercato di fare pervenire all'esterno;

è da non sottovalutare un'altra lettera anonima ricevuta dal procuratore Di Matteo, quella del 26 marzo 2013, scritta da un anonimo sedicente "uomo d'onore della famiglia trapanese" che annunciava la sua eliminazione;

Palermo non deve tornare agli anni bui degli attentati e delle stragi. Bisogna ridurre l'esposizione al rischio del pubblico ministero Di Matteo e di tutti gli altri magistrati impegnati nei processi contro la mafia ed in particolare nelle indagini intorno alla "trattativa" e al "protocollo Farfalla", indagini che sicuramente mettono in seria crisi non solo i vertici di Cosa nostra, ma anche diversi settori degli apparati deviati dello Stato. La stessaCommissione d'inchiesta sul fenomeno delle mafie e sulle altre associazioni criminali, anche straniere ha avviato una serie di audizioni dalle quali emergono spaccati inquietanti della realtà su cui opera la Procura antimafia di Palermo;

le minacce dei mafiosi, infatti, hanno riguardato anche altri colleghi di Di Matteo. Quelle, ad esempio, rivolte al procuratore generale Roberto Scarpinato, al quale sarebbe stata lasciata una lettera sulla

scrivania del suo ufficio, trovata dallo stesso il 3 settembre 2014 subito dopo il rientro dalle ferie. L'episodio è molto preoccupante, perché nella lettera verrebbero usati toni e affrontati argomenti che fanno escludere il gesto di un mitomane e fanno pensare che chi scrive appartenga a quella zona grigia delle nostre istituzioni che Giovanni Falcone definì composta da "menti raffinatissime". Inoltre, l'autore delle minacce dimostrerebbe di conoscere bene le abitudini di Scarpinato e i luoghi da lui frequentati, arrivando perfino a descrivere dettagliatamente i particolari delle sue abitazioni;

anche Roberto Tartaglia, pubblico ministero nel processo sulla trattativa Stato-mafia, sarebbe stato raggiunto da lettere anonime contenenti minacce di morte e, subito dopo, da un'incursione molto sospetta nella sua abitazione;

così anche Vittorio Teresi, procuratore aggiunto di Palermo e rappresentante d'accusa nel processo per la trattativa Stato-mafia, nonché il sostituto procuratore Francesco Del Bene. Quest'ultimo sarebbe stato raggiunto da minacce provenienti dal carcere di Palermo. Infatti, nel febbraio 2013 un capomafia del *clan* della Noce, intercettato durante una telefonata con un familiare, avrebbe detto: "Quel Del Bene è troppo zelante, deve buttare il sangue, deve morire". Un mese dopo anche un *boss* dello Zen ha affidato un altro messaggio inquietante ad un parente: "Quel pm è sempre presente in aula, sta rompendo";

al palazzo di giustizia di Palermo c'è grande preoccupazione per l'allarme attentati. È necessario tenere alta la guardia, elevare al massimo i livelli di sicurezza. Ma tutto ciò non basta, e in tal senso ha agito correttamente, a giudizio dell'interrogante, la Commissione antimafia che più volte si è recata direttamente a Palermo ha audito a Roma il procuratore della Repubblica di Palermo Francesco Messineo, i procuratori aggiunti Leonardo Agueci e Vittorio Teresi, il sostituto procuratore Antonino Di Matteo;

è necessario creare una posizione condivisa nelle istituzioni e nella società per scatenare una vera e propria guerra alla mafia a tutto campo, con scelte legislative severe ed efficaci contro il sistema delle collusioni tra mafia e politica e tra mafia ed economia. Bisogna dare pieno sostegno ai magistrati più esposti, condividendo il loro impegno per giungere alla verità e alla giustizia intorno alle questioni più spinose, sia in relazione alla cosiddetta trattativa, sia alle questioni più spinose legate alle stragi del 1992-1993, che a quelle più attuali,

si chiede di sapere:

quali misure siano state adottare per aumentare il livello di sicurezza del sostituto procuratore Nino Di Matteo e degli altri magistrati impegnati nel processo sulla trattativa Stato-mafia Francesco Del Bene, Vittorio Teresi, Roberto Tartaglia;

se, al fine di rafforzare ulteriormente i dispositivi di sicurezza, i Ministri in indirizzo ritengano necessario l'utilizzo del mezzo blindato corredato da *bomb jammer* al servizio della scorta del pubblico ministero Nino di Matteo. Nella sua più avanzata versione esso risulta in grado di prevenire o neutralizzare gli ordigni esplosivi, comandati a distanza, utilizzati con le stesse modalità negli attentati terroristici. Al tempo stesso è in grado di evitare gli effetti collaterali elettromagnetici che sino ad ora ne hanno sconsigliato l'uso;

quali misure siano state adottate per garantire un livello di sicurezza più elevato nel Tribunale di Palermo, al fine di evitare che possano ripetersi casi di intrusione come quelli avvenuti nei confronti del procuratore Scarpinato;

quali provvedimenti legislativi ed amministrativi intendano adottare per rilanciare il contrasto alla criminalità organizzata, dando un carattere sistematico ed organico alla lotta alle mafie così da riuscire a debellare il rapporto collusivo che queste hanno con l'economia e con la politica;

quali azioni di "bonifica" intendano organizzare per eliminare il vizioso sistema di relazioni che Cosa nostra intrattiene con vari settori degli apparati e delle istituzioni.

(3-01499)

GASPARRI - *Al Ministro dell'interno* - Premesso che:

attraverso alcuni organi di informazione si è appreso che recenti discussioni in materia di gestione dell'ordine pubblico hanno portato a un confronto tra Governo e sindacati;

sempre dalle stesse fonti si apprende che da questo dibattito sono scaturite nuove regole di ingaggio con le quali gestire manifestazioni ed eventi pubblici;
il tema è di grande rilevanza, perché investe sia il fondamentale diritto costituzionale di manifestare il proprio pensiero, che l'altrettanto fondamentale tutela della sicurezza e dell'ordine pubblico;
a parere dell'interrogante la questione meriterebbe un confronto parlamentare in quanto è di assoluta rilevanza e si collega alla difficile gestione di una dinamica sociale sempre più complessa e caratterizzata da tensioni crescenti;
un dibattito più approfondito in merito a quanto esposto, consentirebbe ai parlamentari di essere informati sulle decisioni in corso e, al contempo, di poter fornire un contributo di competenze,
si chiede di sapere se il Ministro in indirizzo non ritenga di riferire presso la Commissione parlamentare competente a proposito di quanto esposto in premessa.
(3-01500)
MARTON, SANTANGELO, DONNO, BERTOROTTA, MORRA, PUGLIA, PAGLINI, CRIMI, CAPPELLETTI, MORONESE, BOTTICI, MANGILI - *Al Ministro della difesa* - Premesso che:
il regio decreto 27 ottobre 1937, n. 1935, ha costituito l'ente "Circoli della regia marina" e ne ha approvato il relativo statuto;
lo statuto è stato successivamente modificato dal decreto del Presidente della Repubblica 1° gennaio 1949, n. 83, dal decreto del Presidente della Repubblica 6 giugno 1955, n. 986, dal decreto del Presidente della Repubblica 21 marzo 1957, n. 299, dal decreto del Presidente della Repubblica 29 novembre 1962, n. 1856, nonché dai decreti ministeriali del 5 luglio 1971 e del 24 febbraio 1982;
lo statuto ha disposto, per tutti gli ufficiali e i sottufficiali della Marina militare in servizio, l'assunzione della qualità di soci ordinari e l'obbligo del versamento di una quota sociale mensile in funzione del grado, da 4,50 euro per i sergenti a 18 euro per gli ammiragli, a prescindere dall'apporto di protezione sociale ottenuto;
il decreto del Presidente della Repubblica 13 dicembre 2010, n. 248, abrogando il regio decreto 27 ottobre 1937, n. 1935, ha annullato l'atto costitutivo e lo statuto dell'ente "Circoli della regia marina";
considerato che:
l'art. 1833 del codice dell'ordinamento militare di cui al decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66, e l'art. 465 del testo unico dei regolamenti in materia di ordinamento militare di cui al decreto del Presidente della Repubblica 15 marzo 2010, n. 90, nel rinnovellare la disciplina degli interventi di protezione sociale a favore del personale militare e civile delle Forze armate e dei loro familiari prevista dall'art. 5, comma 3, della legge 23 dicembre 1993, n. 559, e successivi atti discendenti, hanno espressamente disposto la classificazione e la modalità di gestione degli organismi di protezione sociale nell'ambito delle forze armate, tra cui espressamente i circoli, senza prevedere nessuna forma generalizzata e astratta di quota sociale;
a parere degli interroganti, sia pure in assenza di abrogazione espressa, le successive modificazioni introdotte allo statuto dovrebbero seguire gli effetti dell'atto originario del 1937,
si chiede di sapere:
se il Ministro in indirizzo intenda adottare gli opportuni ed urgenti provvedimenti al fine di consentire l'applicazione della volontà del legislatore eliminando qualunque quota;
se non ritenga opportuno rendere pubbliche le entrate e le uscite delle quote sociali dell'ente Circoli della Marina relative all'ultimo quadriennio.
(3-01501)
MANASSERO - *Ai Ministri dello sviluppo economico, della salute e del lavoro e delle politiche sociali* - Premesso che:
il gruppo Sanofi è *leader* nel settore della salute con oltre 100.000 collaboratori nel mondo e un fatturato di oltre 32 miliardi di euro secondo i dati del 2013;
questa azienda in Italia è al secondo posto in termini di fatturato e *leader* a livello industriale tra le aziende farmaceutiche con ben 6 stabilimenti attivi;
considerato che:

proprio l'Italia, in particolare lo stabilimento di Garessio (Cuneo), è stato il primo Paese al mondo a produrre l'artemisinina semisintetica, il principio attivo alla base delle terapie antimalariche per combattere una malattia che colpisce circa 300 milioni di persone ogni anno ed è stata responsabile di oltre 650.000 decessi nel solo 2010;
per arrivare a questo sforzo produttivo l'azienda ha investito 15 milioni di euro in un percorso di 5 anni che ha portato a concretizzare questa innovazione nel polo produttivo cuneese che si segnala tra i più antichi insediamenti industriali farmaceutici in Italia, fondato nel 1894 dalla famiglia Lepetit;
a distanza di un anno e mezzo dall'inizio della produzione del principio attivo l'azienda ha palesato la necessità di rivedere gli assetti occupazionali del sito di Garessio che attualmente occupa 180 addetti, più 150 nell'indotto, in una zona fortemente colpita dalla crisi e con varie situazioni di criticità in una serie di aziende del territorio,
si chiede di conoscere:
se i Ministri in indirizzo siano a conoscenza della grave situazione occupazionale in atto nella val Tanaro e, in particolare, allo stabilimento Sanofi di Garessio;
se, vista la particolare specificità del sito, la rilevanza per i prodotti realizzati e, non ultimo, la storia dell'insediamento industriale che è, per la farmaceutica, tra i più antichi d'Italia, non ritengano di intervenire per evitare di disperdere un patrimonio di eccellenza che, non a caso, ha visto il gruppo Sanofi scegliere lo stabilimento di Garessio per la produzione dell'artemisinina sintetica tra 75 siti disponibili in tutto il mondo.
(3-01502)

Interrogazioni orali con carattere d'urgenza ai sensi dell'articolo 151 del Regolamento

PAGLIARI, CUCCA, AMATI, CUOMO, FATTORINI, PUPPATO, SCALIA, SOLLO - *Ai Ministri della giustizia e dell'economia e delle finanze* - Premesso che, a quanto risulta agli interroganti:
oltre 900 persone sarebbero state truffate dagli avvocati Giacinto Canzona e Anna Orecchioni, in relazione ad una *class action* finalizzata a recuperare somme depositate su libretti di risparmio;
a tali contatti le persone sarebbero state indotte da una pubblicità che le invitava ad inviare una raccomandata a un indirizzo di posta elettronica, preannunciando l'invio di 3 documenti da parte degli avvocati;
tra questi documenti vi sarebbe stata una lettera che assicurava che il costo totale dell'azione sarebbe stato di 100 euro, e che avanzava la richiesta del 10 per cento di quanto ottenuto in caso di esito positivo della causa;
la causa ha avuto esito negativo (sentenza n. 14787/2013 registro sentenze, sezione II, del tribunale civile di Roma) con la condanna al pagamento delle spese degli oltre 900 attori e intervenuti, per complessivi 27.800 euro (oltre all'IVA e alla cassa nazionale di previdenza e assistenza forense);
all'esito, le persone si sarebbero trovate una citazione da parte dell'avvocato Canzona davanti al giudice di pace per 3.498,46 euro in mero conto capitale e, successivamente, una richiesta transattiva di 1.500 euro;
le stesse persone, altresì, avrebbero ricevuto richiesta da parte di Equitalia giustizia del pagamento, ciascuno, di un contributo unificato di 450 euro, oltre 900 euro di sanzione, mai avendo avuto né notizia né richiesta alcuna dai legali ed essendo, peraltro, evidente che il legale non aveva fatto riserva alcuna in ordine al contenuto, allorché aveva chiesto 100 euro onnicomprensivi;
il danno per le persone coinvolte è evidente e appare doveroso chiedere chiarimenti,
si chiede di sapere:
quale sia la debenza per legge del contributo unificato e a quale titolo lo stesso contributo unificato sia stato richiesto in questa misura a ciascuno degli intervenuti da Equitalia giustizia;
se e quali sanzioni il consiglio dell'ordine abbia comunicato al Ministero della giustizia a carico degli avvocati Giacinto Canzona e Anna Orecchioni.
(3-01496)

PAGLIARI, BERTUZZI, LO GIUDICE, LUCHERINI, MOSCARDELLI, SCALIA - *Al Presidente del Consiglio dei ministri* - Premesso che:

l'art. 18, comma 1, del decreto-legge n. 90 del 2014, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 114 del 2014, prevede la soppressione delle "sezioni staccate di TAR aventi sedi in comuni che non sono sedi di Corte di Appello", qualora non siano state emanate misure di attuazione del piano di riorganizzazione previsto dall'art. 1-*bis* del medesimo art. 18 e da emanarsi entro il 31 dicembre 2014;
il piano deve prevedere "misure di ammodernamento e razionalizzazione della spesa e l'eventuale individuazione di sezioni da sopprimere, tenendo conto della collocazione geografica, del carico di lavori e dell'organizzazione degli uffici giudiziari";
la presentazione della relazione e del piano di riorganizzazione è, pertanto, non solo un adempimento molto importante per un'efficace riorganizzazione territoriale della giustizia amministrativa, ma anche perché il piano è l'incontestabile presupposto delle misure di attuazione precise, dalla cui mancanza, il comma 1 dell'art. 18 citato fa discendere la soppressione delle sezioni di TAR;
tenuto conto che per l'emanazione del piano medesimo è previsto anche che sia sentito il Consiglio di presidenza della giustizia amministrativa e che appare imprescindibile il passaggio parlamentare, stante l'approssimarsi del termine del 31 dicembre 2014,
si chiede di sapere se il piano di riorganizzazione sia in fase di elaborazione e quando se ne preveda la presentazione.
(3-01497)

Interrogazioni con richiesta di risposta scritta

LUMIA - *Al Ministro dei beni e delle attività culturali e del turismo* - Premesso che:
si apprende dalla stampa la notizia che l'amministrazione comunale di Bagheria (Palermo) ha deciso di chiudere il museo "Renato Guttuso", a causa degli scarsi introiti derivanti dal basso numero di visite, che non consentono di coprire i costi di gestione;
il museo Guttuso è una realtà artistica e culturale di grande importanza nazionale ed internazionale. Qui, infatti, si trovano alcune delle maggiori opere create da Renato Guttuso, pittore tra i più significativi dell'arte italiana del '9000, donate dall'artista a condizione che fossero rese fruibili al pubblico. Inoltre il museo contiene anche altre rilevanti opere d'arte, come alcuni quadri di Accardi e di Schifano, ed ancora una sezione dedicata all'arte tradizionale dei carretti siciliani decorati dal maestro Ducato e una dedicata alle fotografie di Mimmo Pintacuda e del regista premio Oscar Giuseppe Tornatore, nonché una preziosa collezione di manifesti cinematografici;
la stessa villa Cattolica, che ospita il museo Guttuso, è già di per sé un bene di grande valore storico ed architettonico. Si tratta, infatti, di una delle famose ville di Bagheria fatta edificare dal principe di Cattolica, Francesco Bonanno, nel 1736;
la chiusura del museo, oltre a rappresentare una grave perdita culturale per la città, mette a rischio la stessa permanenza delle opere di Guttuso nel nostro Paese, poiché Fabio Carapezza Guttuso, erede e custode del patrimonio artistico dell'artista, ha fatto sapere che per rispettare la volontà del pittore è pronto a ritirare le opere e a farle esporre altrove e vista la caratura dell'artista è scontato che i più importanti musei stranieri faranno a gara per ospitare le opere di Guttuso;
la permanenza del museo ha un valore simbolico rilevante, perché racchiude una rappresentazione artistica di alto livello di uno spaccato della Sicilia e dell'Italia. Come ha dichiarato lo stesso Carapezza Guttuso alla stampa: «questo Museo non è solo un luogo di cultura ma un presidio di legalità, rappresenta la storia di Bagheria, un microcosmo in cui si vede la parte più bella della città»;
la decisione dell'amministrazione comunale, inoltre, stride con l'avvio nei prossimi mesi dei lavori di ristrutturazione e riqualificazione di villa Cattolica derivanti da un finanziamento di 4,5 milioni di euro ottenuto dall'amministrazione precedente con l'approvazione di 2 progetti PO/FESR 2007-2013;
tale scelta appare altresì incomprensibile in considerazione di una già avanzata procedura amministrativa che coinvolge 5 importanti eventi culturali;
esiste il reale problema della sostenibilità economica del museo e del dissesto finanziario in cui versa il Comune di Bagheria. A fronte di 20.000 euro derivanti dalla vendita dei biglietti d'ingresso per la visita del museo, il Comune eroga 480.000 euro per il pagamento delle competenze agli impiegati;
la chiusura non è a parere dell'interrogante la soluzione obbligata di un problema di gestione assai

oneroso per un Comune già in grave sofferenza economica. Si consideri inoltre che le provvidenze finanziarie per il suo mantenimento, a partire dal 1998, sono state sostenute dalla ex tabella H della Regione Siciliana ed i grandi eventi culturali sovvenzionati dalla progettazione POR Sicilia 2000-2006. Il museo Guttuso, infatti, ha una potenzialità artistica tale da rappresentare una fonte di ricchezza non solo culturale per Bagheria, ma anche economica ed occupazionale;
qualsiasi soluzione che si intenda adottare deve affrontare la questione a livello strutturale al fine di rendere il museo sostenibile e produttivo, avviando una gestione manageriale autonoma ed aperta alle competenze gestionali di alto livello. Sono diverse, pertanto, le strade percorribili, e già ipotizzate, prima di giungere ad una decisione così estrema come la chiusura: dall'avvio di una *governance* istituzionale che coinvolga le istituzioni regionali e nazionali al fine di trovare una soluzione efficace, alla creazione di una fondazione,
si chiede di sapere:
se il Ministro in indirizzo, visto il rilievo culturale ed artistico del museo Renato Guttuso, ritenga opportuno intervenire direttamente, in cooperazione con il Comune, con un finanziamento economico al fine di mantenere aperto il museo ed impedire così che le opere di Guttuso, insieme alle altre, vengano spostate in altri musei nazionali o internazionali;
se intenda promuovere l'istituzione di un tavolo di interlocuzione tra il Comune di Bagheria, la Regione Siciliana, lo stesso Ministero, gli archivi Guttuso di Roma e l'università degli studi di Palermo, affinché si possa predisporre un piano di gestione che renda fruibile il museo e ne consenta la sostenibilità economica.
(4-03107)
FATTORI, MONTEVECCHI, MANGILI, CAPPELLETTI, MORONESE, VACCIANO, CRIMI, LUCIDI, PAGLINI, DE PIETRO, RUTA, VILLARI, SCILIPOTI ISGRO', LAI, LUMIA - *Al Presidente del Consiglio dei ministri e ai Ministri degli affari esteri e della cooperazione internazionale e della salute* - Premesso che:
l'Ebola è un virus altamente letale, apparso per la prima volta in Africa nel 1976 in due focolai contemporaneamente: uno a Zaire nella Repubblica democratica del Congo e l'altro nel Sudan del sud;
dal marzo 2014 l'epidemia di febbre emorragica di Ebola si è diffusa in Africa occidentale, colpendo in particolar modo la Liberia, la Sierra Leone e la Guinea;
la Commissione europea ha annunciato che stanzierà 24,4 milioni di euro dal bilancio dell'Unione europea per finanziare progetti, per la sperimentazione clinica di un potenziale vaccino e per i *test* sui composti esistenti per la cura dell'Ebola nonché su quelli di nuova concezione, mentre non si assiste a nessun finanziamento significativo per interventi urgenti e diretti sul campo da parte dell'Unione europea;
solo alcuni Governi hanno avviato le rispettive procedure di emergenza per attivare le proprie strutture di intervento sanitario urgente all'estero, che si sono concretizzate con l'installazione di ospedali da campo dedicati alla cura dei malati di Ebola, con forniture di risorse logistiche, di materiale sanitario e di personale sanitario, nei Paesi dell'Africa occidentale colpiti dall'epidemia;
considerato che:
l'Organizzazione mondiale della sanità (OMS) ha dichiarato che la diffusione del virus Ebola in Africa occidentale è un'emergenza di salute pubblica di interesse internazionale e ripetutamente la stessa ha sollecitato gli Stati membri delle Nazioni Unite per un maggiore e più significativo intervento diretto degli stessi negli Stati colpiti dall'epidemia;
i dati quotidianamente aggiornati forniti dall'OMS evidenziano una situazione sostanzialmente fuori controllo per quanto riguarda la capacità di contenimento dell'epidemia (circa 100 morti al giorno e crescita esponenziale come da ultimo rapporto dell'OMS del 12 novembre 2014);
solo 27 casi e 10 decessi sono stati registrati fuori dai 3 Paesi più colpiti, Sierra Leone, Liberia e Guinea, che al 12 novembre 2014 registrano un totale di 14.068 casi confermati e 5.147 decessi;
la situazione sanitaria nei Paesi colpiti si presenta come una potenziale emergenza internazionale, per cui sono necessari interventi urgenti nei luoghi attualmente interessati dall'epidemia con particolare

riferimento alla Sierra Leone, ove storicamente vi è una presenza significativa di organizzazioni non governative e organizzazioni missionarie italiane, e dove sono operativi solo 4 centri di cura per l'Ebola con un totale di circa 300 posti letto su una popolazione di circa 6 milioni di abitanti, dislocati principalmente nell'area urbana della capitale Freetown (dati aggiornati alla fine di ottobre);
è del 25 novembre 2014 la notizia del medico italiano, volontario di Emergency, contagiato dal virus Ebola in Sierra Leone e trasferito in Italia con urgenza per essere ricoverato presso l'istituto "Lazzaro Spallanzani" di Roma per essere sottoposto alla terapia sperimentale;
i riferimenti normativi in materia di intervento in situazione di emergenza (art. 5 della legge 24 febbraio 1992, n. 225; decreto-legge 7 settembre 2001, n. 343, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 novembre 2001, n. 401; art. 4, comma 2, del decreto-legge 31 maggio 2005, n. 90, convertito, con modificazioni, dalla legge 26 luglio 2005, n. 152, nel quale si dispone che agli interventi all'estero del Dipartimento della protezione civile si applicano le disposizioni di cui all'art. 5 della legge 24 febbraio 1992, n. 225; decreto-legge del 15 maggio 2012, n. 59, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2012, n. 100, recante: "Disposizioni urgenti per il riordino della protezione civile") fanno riferimento ai poteri attribuiti alla Presidenza del Consiglio dei ministri nell'attivazione dello stato di emergenza e di conseguenza dell'Ufficio del servizio di emergenza sanitaria (Ufficio IV gestione emergenze) che promuove le iniziative di competenza del Dipartimento in relazione a eventi di natura epidemica o pandemica e alle emergenze sanitarie derivanti da eventi di origine naturale o antropica in caso di eventi emergenziali nazionali e internazionali,
si chiede di sapere:
quali iniziative intenda assumere il Governo al fine di dispiegare gli sforzi necessari per fermare l'epidemia in Africa occidentale anche prevedendo, nell'ambito delle procedure di emergenza, proprie strutture ospedaliere per un efficace intervento sanitario;
se, alla luce degli ultimi dati allarmanti sulla diffusione del virus Ebola, abbia attivato o intenda attivare l'Ufficio del servizio di emergenza sanitaria e assistenza alla popolazione;
se e quando intenda attivare una campagna informativa rivolta ai cittadini.
(4-03108)
MARCUCCI - *Ai Ministri dell'economia e delle finanze e dello sviluppo economico* - Premesso che:
la produzione cartaria italiana rappresenta uno dei poli tecnologici di eccellenza nel panorama europeo e mondiale con intere linee produttive caratterizzate da altissima automazione e tecnologia specializzata che viene esportata in tutto il mondo; anche in termini occupazionali il settore risulta trainante con un indotto tecnologico che contribuisce a raddoppiare quasi il numero di occupati;
la produzione di carta dal 2007 al 2013 ha subito una sensibile riduzione, pari a 1,6 milioni di tonnellate, cioè il 18 per cento dell'attuale livello di produzione; il settore ha reagito alla forte flessione interna mediante l'acquisizione di quote di mercato estero, dove lo sviluppo dell'industria cartiera italiana è stato rilevante;
tra i principali gruppi industriali italiani che hanno consistenti produzioni all'estero, molti appartengono al polo di Lucca, vera eccellenza in Italia in questo settore, con esponenti di spicco sia nella produzione, in tutti i settori (*packaging*, *tissue*, ondulato), che nella tecnologia, soprattutto macchinari per *converting* ma anche tecnologie termiche e cogenerative;
come è noto il settore è caratterizzato da elevati costi energetici, principalmente energia elettrica e termica; l'incidenza del costo energetico per il settore cartario rispetto al valore della produzione è molto elevato e si attesta intorno al 20 per cento con punte che arrivano anche al 45 per cento. Se si considera l'incidenza del costo energetico sul valore aggiunto della produzione (come in Germania) il valore aumenta sensibilmente raggiungendo livelli superiori al 50 per cento;
il costo dell'energia per il settore cartario (energia elettrica e gas naturale) è superiore a 1,1 miliardi di euro, superiore al 16 per cento del valore del fatturato, escludendo il costo degli oneri derivanti dall'anidride carbonica, mentre il conto pagato dal settore in termini di oneri di sistema elettrici e gas e di costi accessori delle tariffe arriva a circa 150 milioni di euro all'anno, ovvero il 15 per cento del costo totale della bolletta. Ad esso devono essere aggiunti almeno 10 milioni di euro per il pagamento

degli oneri di sistema all'autoconsumo, oltre a quelli per le emissioni di anidride carbonica che si stima che siano in media di 25 milioni di euro all'anno fino al 2020;

l'aumento dei costi per il supporto delle fonti rinnovabili sta determinando enormi criticità di natura competitiva per tutti i settori energivori in Europa ed in particolar modo in Italia, il cui costo energetico soffre ancora di un elevato *gap* rispetto all'Europa: per la *commodity* elettrica è più elevato anche del 50 per cento rispetto al prezzo tedesco e francese;

l'Unione europea ha da tempo introdotto disposizioni per consentire ai Paesi membri di supportare l'industria energivora, senza ricorrere agli aiuti di Stato;

Francia e Germania hanno varato misure che garantiscono ai settori energivori un costo energetico tale da consentire una competitività ottimale; attualmente per il settore cartario la bolletta per l'energia elettrica in Francia si attesta sui 55-60 euro per megawatt ora ed è addirittura inferiore ai 50 euro per megawatt ora in Germania; la bolletta italiana per lo stesso settore viaggia sui 170 euro per megawatt all'ora, inclusi oneri e trasporto;

la riduzione degli oneri prevista dall'articolo 39 del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 134, non va oltre una media di 10 euro per megawatt all'ora laddove in Germania supera i 70 euro per megawatt all'ora, azzerando in tal modo anche buona parte del trasporto e del dispacciamento;

più in generale sembrerebbe che le modalità attuative della normativa *ex* art. 39 abbiano in gran parte reso impossibile la reale fruizione dell'agevolazione, trasformandola in un *boomerang* finanziario;

infatti l'Autorità per l'energia elettrica il gas e il sistema idrico ha sottoposto l'erogazione dell'agevolazione all'emissione di una garanzia; tuttavia allo stato attuale la condizione del sistema bancario e finanziario italiano induce le aziende a preferire l'utilizzo delle linee di credito per l'attività con la conseguenza di non usufruire delle agevolazioni connesse, anche se di fatto già iscritte a bilancio;

l'istituto dell'interrompibilità rappresenta la misura di politica industriale fruita in modo equilibrato da tutti i settori industriali energivori italiani e rappresenta un indispensabile elemento di mitigazione del crescente impatto del costo della bolletta elettrica per importanti settori industriali, quali siderurgia, carta, chimica ceramiche e fonderie per limitarsi ai principali. Esso è in scadenza alla fine del 2014 ed il suo rinnovo è al centro del decreto "taglia bollette" (decreto-legge n. 91 del 2014, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 116 del 2014). I settori interessati stanno subendo un taglio importante, ben superiore a quel 10 per cento richiesto dal "taglia bollette", condizione che già rischia di pregiudicare la competitività di molte aziende. Oltre a questo sembra che si voglia percorrere anche un'ulteriore riduzione dei corrispettivi tramite una forte contrazione del servizio stesso ed un'allocazione a riduzione del premio, metodologia che certamente acuirà le discriminazioni settoriali tra quelli che godono di altre agevolazioni e quelli che godono pressoché solo di questa. L'industria della carta rischia di uscirne molto penalizzata, forse il settore più compromesso;

un'ulteriore misura di politica industriale per il comparto è rappresentato da "Interconnector" (di cui al regolamento (CE) n. 1228/2003), programma di sviluppo delle interconnessioni con l'Europa che sinora ha permesso di fruire di una misura di avvicinamento del costo della *commodity* a quella tedesca. Alla misura sono ammessi solo i grandi siti industriali, caratterizzati da potenza superiore ai 10 megawatt, e quindi solo in parte fruibile dal settore cartario;

un'altra misura adottata è rappresentata dall'esenzione dalla corresponsione degli oneri di dispacciamento per le aziende che prestano un servizio di interrompibilità superiore ai 40 megawatt mensili, il "comma 19". Questa misura non è fruibile dal settore cartario, così come dalla maggioranza dei settori energivori;

in sintesi il settore cartario accede in modo cospicuo all'istituto dell'interrompibilità elettrica, in modo esiguo alla riduzione oneri prevista dall'articolo 39 del decreto-legge n. 83 ed in modo assolutamente parziale al programma Interconnector;

anche sommando tutte le misure citate il costo dell'energia elettrica acquistata dal settore cartario rimane significativamente superiore ai 120 euro per megawatt all'ora, oltre il doppio di Francia e

Germania;
il processo di cogenerazione ha accompagnato la storia industriale dell'industria cartaria degli ultimi 20 anni almeno ed è l'unico strumento di ulteriore efficientamento per perseguire la competitività; gli impianti di cogenerazione esistente, in gran parte realizzati nei primi anni '90 ed ormai del tutto obsoleti, dovranno essere sostituiti con impianti moderni ed in grado di supportare correttamente lo sviluppo dello stabilimento;
l'articolo 24 del decreto-legge n. 91 del 2014 ha introdotto una misura di netta penalizzazione della cogenerazione, capace di contrastare il suo sviluppo in ambito industriale, bloccando l'ammodernamento del parco cogenerativo, ed i nuovi investimenti, necessari per mantenere efficiente il parco produttivo cartario;
esso ha, infatti, introdotto l'applicazione del 5 per cento dei corrispettivi variabili unitari degli oneri di sistema, previsti per l'energia prelevata da rete, all'energia elettrica autoconsumata a decorrere dal 1° gennaio 2015 (art. 24, comma 3). La disposizione si applica a tutti i sistemi esistenti anche in maniera retroattiva e prevede la possibilità di incrementare ogni 2 anni, a partire dal 30 settembre 2015, la quota del 5 per cento di massimo 2,5 punti percentuali. Gli eventuali ulteriori incrementi saranno applicati agli impianti che entreranno in funzione in data successiva alla decisione di aumento e rendono di fatto impossibile l'esatta quantificazione di tali oneri in caso di investimenti nuovi;
l'Autorità per l'energia elettrica il gas e il sistema idrico, con la deliberazione del 13 novembre 2014, 566/2014/R/eel, ha modificato la precedente deliberazione 301/2014/R/eel, dettando la "Disciplina finale per l'approvvigionamento a termine dei servizi di interrompibilità" con efficacia a decorrere dal 1° gennaio 2015;
in particolare, con la delibera 566/2014/R/eel rispetto alla precedente delibera è stato previsto che i megawatt di servizio passino da 3.900 a 3.300 e che il corrispettivo (massimo) per il premio di riserva per l'assegnazione di capacità interrompibile istantaneamente passi da 150.000 a 135.000 euro per megawatt all'anno;
tali nuovi indirizzi hanno l'obiettivo di conseguire un risparmio stimato di circa 140 milioni di euro;
appare necessario a parere dell'interrogante chiarire alcuni aspetti della delibera in relazione ai nuovi limiti e agli impatti che determineranno sul comparto cartario;
è da valutare, ad esempio, se la compressione del servizio da 3.900 e 3.300 megawatt possa essere accompagnata da altrettanti adattamenti tali da modificare la capacità di servizio prestabile in modo compatibile;
in caso contrario, il mancato adeguamento tra domanda ed offerta (avendo modificato *ex lege* l'offerta portandola a 3300 megawatt) potrebbe comportare per alcuni settori, tra cui certamente quello cartario, una forte riduzione in fase di assegnazione;
la delibera tace relativamente al numero di interruzioni incluse nei premi base d'asta di 135.000 euro. Nel contratto attuale sono incluse 10 interruzioni nel premio (di 150.000 euro). Il numero di interruzioni medio degli ultimi anni è stato 4. Ne deriva che, se il nuovo contratto includesse 5 interruzioni, la riduzione complessiva di costo per il sistema diventerebbe circa 149 milioni di euro. Laddove il numero di interruzioni incluse nel contratto rimanesse 10 la riduzione diventerebbe di circa 200 milioni di euro rispetto all'onere caricato in bolletta,
si chiede di sapere:
se il Governo intenda attivarsi al fine di rivedere le misure sulla cogenerazione previste all'articolo 24 del decreto-legge n. 91 del 2014 al fine di dare certezze sul medio periodo alle scelte di sviluppo industriale, prevedendo che tale misura non si applichi ai settori energivori interessati dall'applicazione dell'art. 39 del decreto-legge n. 83 del 2012;
se intenda consolidare gli istituti attuali che interessano le politiche industriali, a partire da quello dell'interrompibilità elettrica;
se ritenga di attivarsi al fine di rivedere le misure applicative dell'articolo 39 del decreto-legge n. 83 del 2012, in modo da prendere in considerazione dati certi e definitivi e contestualmente rimuovere l'esigenza di prestare garanzia;

se intenda tutelare i settori energivori tra cui il settore cartario, vigilando sull'impatto della riduzione del costo dell'istituto dell'interrompibilità a fronte dell'attuazione delle delibere citate dell'Autorità per l'energia elettrica il gas e il sistema idrico recanti la disciplina finale per l'approvvigionamento a termine dei servizi di interrompibilità.
(4-03109)
LIUZZI, TARQUINIO, PERRONE, BRUNI, CARRARO, D'AMBROSIO LETTIERI, MANDELLI - *Al Ministro delle politiche agricole alimentari e forestali* - Premesso che:
in data 29 novembre 2011 è stato bandito un concorso per il reclutamento di 400 allievi vice ispettori del Corpo forestale dello Stato la cui graduatoria è stata approvata con decreto del capo del Corpo forestale il 24 luglio 2014 e rettificata in data 21 ottobre;
l'*iter* concorsuale si è protratto per 3 anni e dalla graduatoria finale di merito sono risultati 1.046 candidati idonei, di cui 828 esterni e 218 interni;
con decreto del capo del Corpo forestale del 21 ottobre è stato deliberato un aumento dei posti a concorso da 400 a 480, dei quali 319 destinati ai candidati esterni e 161 destinati agli interni. È stato altresì fissato, per il giorno 20 novembre 2014, l'avvio del corso di formazione e addestramento della durata di 15 mesi;
a seguito del recente incorporamento dei 480 candidati vincitori, ad oggi la graduatoria conta ancora 566 candidati idonei, dei quali 509 esterni e 57 interni;
considerato che nei prossimi anni decine di ispettori saranno collocati a riposo per sopraggiunta anzianità di servizio, sarebbe opportuno usufruire per intero della graduatoria vigente già entro la fine dell'anno 2015, senza dover attendere la liberazione di nuovi posti in ruolo;
da dati dell'ispettorato generale del Corpo forestale dello Stato si può evincere che alla data del 31 dicembre 2013 il Corpo presentava un vuoto in organico pari a 1.662 unità;
a giudizio degli interroganti sarebbe opportuno procedere celermente all'esaurimento della graduatoria,
si chiede di sapere:
quali orientamenti il Ministro in indirizzo intenda esprimere in riferimento a quanto esposto e, conseguentemente, quali iniziative voglia intraprendere, nell'ambito delle proprie competenze, per porre rimedio alla questione dell'arruolamento nel Corpo forestale dello Stato dei candidati già ritenuti idonei;
se non intenda promuovere l'adozione di provvedimenti normativi volti ad autorizzare lo scorrimento della graduatoria del concorso pubblico, fino all'esaurimento della stessa.
(4-03110)
CERVELLINI - *Al Ministro dell'interno* - Premesso che:
nelle ultime settimane si sono susseguite in diverse aree delle periferie romane varie manifestazioni di comitati di cittadini, spesso appoggiate da organizzazioni dell'estrema destra romana, contro centri di accoglienza e campi rom;
tali manifestazioni sono spesso sfociate in vere e proprie esternazioni di intolleranza razziale che hanno creato non pochi problemi di ordine pubblico;
considerato che a quanto risulta all'interrogante:
il prossimo 13 dicembre 2014 numerose organizzazioni di estrema destra hanno promosso nel XIV Municipio di Roma una fiaccolata "contro zingari, baraccopoli e degrado", come preannunciano le locandine già ora presenti sul *web*;
la terminologia utilizzata fa riferimento a concetti razzisti inaccettabili, e porta a ritenere che tale manifestazione possa diventare ancora una volta un'offesa allo spirito democratico ed antifascista che Roma, città medaglia d'oro alla Resistenza, non merita,
si chiede di sapere se il Ministro in indirizzo non ritenga opportuno negare l'autorizzazione a tale manifestazione, ovvero, nel caso in cui sia già stata autorizzata, revocarla.
(4-03111)
BERGER - *Al Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca* - Premesso che:
si registra un costante calo dei giovani che praticano gli sport invernali;

in soli 30 anni il numero di bambini e giovani che si avvicinano allo sport sulla neve è diminuito del 30 per cento;
gli esperti del settore avvisano che chi non pratica uno sport con gli sci da giovane, difficilmente si deciderà per una settimana bianca da adulto;
anche la Federazione internazionale di sci ha ammesso che tra i giovani la pratica di sci e *snowboard* sta regredendo e per contrastare la tendenza ha lanciato diverse campagne;
questi dati, insieme alla sfavorevole congiuntura economica, hanno fatto registrare negli ultimi anni un forte calo nella frequentazione delle stazioni invernali e pertanto sono necessarie iniziative per cercare di invertire la tendenza e salvaguardare l'intero comparto con relativo indotto;
la proposta di una "settimana bianca" obbligatoria è stata avanzata a livello nazionale nel 2007 dal vicepresidente del Consiglio dei ministri nonché Ministro per i beni e le attività culturali *pro tempore* Francesco Rutelli, che è stato promotore di una proposta in favore della destagionalizzazione del turismo, in modo da avere una settimana in più di vacanze pasquali e una settimana in più durante l'anno;
anche l'ex presidente della Federazione italiana sport invernali, Giovanni Morzenti, ha lanciato la proposta di estendere a tutte le regioni la settimana bianca obbligatoria come già avviene in Paesi come Francia, Spagna, Svizzera e Germania, solo per citarne alcuni;
diverse Regioni (Friuli-Venezia Giulia, Valle d'Aosta, Trentino-Alto Adige) hanno varato negli ultimi anni una piccola rivoluzione dei calendari scolastici facendo iniziare l'anno scolastico 4-5 giorni prima del previsto e chiudendo le scuole 23 giorni più tardi in modo tale da ricavare a febbraio una settimana di vacanze alla quale viene attribuito lo *status* di "settimana sportiva" oppure "settimana bianca";
anche sotto l'aspetto di risparmio energetico, l'apertura anticipata delle scuole in autunno e la chiusura posticipata di una settimana a giugno, avrebbe ripercussioni positive in termini di risparmio per le casse dello Stato;
considerato che:
la motivazione di una tale iniziativa non deve essere solo sportiva, ma anche economica, ambientale, sociale e culturale al fine di promuovere un'industria del turismo fiorente e una sana economia di montagna;
una settimana bianca "regionale" potrebbe attrarre nel periodi di bassa stagione anche cittadini con una disponibilità economica riservata allo svago più limitata e portare vantaggi per la collettività: riduzione dell'inquinamento atmosferico, benefici in termini di sicurezza, riduzione della congestione stradale;
la scuola è, per il settore turistico alberghiero, un comparto molto interessante con i suoi 726.000 insegnanti, un milione e 100.000 addetti ai lavori e 7 milioni e 800.000 alunni che potrebbero nelle vacanze scolastiche spostarsi con le famiglie in giro per le città d'arte e le località sciistiche,
si chiede di sapere quali siano le valutazioni del Ministro in indirizzo riguardo ad una rimodulazione del calendario scolastico per destagionalizzare i flussi dei vacanzieri e riguardo alla possibilità di introdurre una settimana bianca obbligatoria nelle scuole al fine di rilanciare gli sport invernali.
(4-03112)
PUGLIA, BERTOROTTA, CAPPELLETTI, CATALFO, CRIMI, DONNO, MANGILI, MARTON, MORONESE, NUGNES, PAGLINI, SANTANGELO, SERRA - *Ai Ministri del lavoro e delle politiche sociali, dello sviluppo economico e della giustizia* - Premesso che:
l'azienda "Nuova Sinter" SpA si occupa della produzione di componenti sinterizzati di alta precisione e con geometrie complesse per il mercato dell'*automotive* (motori e trasmissioni). L'impresa vanta un passato di eccellenza nel settore della metallurgia delle polveri, tale da aver portato, per la prima volta in Europa, allo sviluppo della compattazione delle polveri a caldo. Tra i suoi committenti ci sono aziende di livello mondiale, come il gruppo FIAT, Opel, PSA Peugeot Citröen, Isuzu, General Motors, Magna e Pierburg;
le attività produttive della Nuova Sinter SpA sono ripartite su 2 siti, che si distinguono per collocazione territoriale e per competenze specifiche: quello di Ivrea (Torino), attivo dal 1949, dedicato alla progettazione, sviluppo e realizzazione di componenti sinterizzati di piccole e medie

dimensioni, e quello di Arzano (Napoli), dal 1946 centro di eccellenza per la progettazione, sviluppo e realizzazione di componenti sinterizzati di grandi dimensioni, la cui intera produzione è dedicata al mercato dell'*automotive*;

l'attuale Nuova Sinter SpA è il frutto di una serie di passaggi di gestione: in origine c'era la celebre Merisinter, che occupava circa 500 persone, poi confluita nel Miba Sinter group dove è stata attuata una prima razionalizzazione di organico. Quest'ultimo gruppo, austriaco, ha gestito l'azienda per circa un decennio, cercando di conquistare fette di mercato soprattutto in Francia e riducendo drasticamente l'organico. Nel periodo 2007-2008 la Miba Sinter ha passato il testimone al GM Sinter group di Torino, che ha gestito l'attività fino al febbraio 2011, momento in cui gli stabilimenti, tramite cessione di ramo d'azienda, sono stati acquisiti dalla Dytech, azienda con sede a Torino e insediamento produttivo a Chivasso, che fa capo a Giuliano Zucco, amministratore delegato, ex *patron*, fino a qualche anno fa, della società Dayco di Ivrea oltre che di Ivrea Calcio, squadra che raggiunse la serie C1;

considerato che:

nel corso di un recente incontro svoltosi tra i lavoratori della Nuova Sinter ed il primo firmatario del presente atto di sindacato ispettivo, è emerso che dal febbraio 2011 la società ha sviluppato rapporti tesi con i dipendenti, poiché, pur prelevando le somme da destinare al fondo di categoria "Cometa" nonché il quinto degli stipendi da destinare alle finanziarie, non ha mai effettivamente versato tali somme trattenendole presso di sé. I lavoratori hanno di conseguenza subito ritardi, anche di 5 mesi, nel pagamento degli stipendi;

l'atteggiamento delle varie sigle sindacali operanti nell'azienda, oltre che delle rappresentanze sindacali aziendali e unitarie, è sempre stato collaborativo e mai ostruzionistico, anche alla luce della possibile acquisizione degli stabilimenti di Ivrea e Napoli da parte di altri imprenditori;

i lavoratori hanno inoltre evidenziato che dinanzi all'evolversi delle difficoltà economiche dell'impresa, la proprietà non ha mai posto in essere reali iniziative di rilancio aziendale, e anche quando è stata convocata per tavoli istituzionali dinanzi a Comune, Regione e Prefettura l'atteggiamento assunto avrebbe fatto trapelare uno scarso attaccamento al territorio ed un sostanziale disinteresse per la sorte dell'attività e soprattutto dei dipendenti;

considerato inoltre che per quanto risulta agli interroganti:

nel febbraio 2014 Giuliano Zucco ha presentato al Tribunale di Torino la richiesta di "concordato in bianco", facendosi assistere dal dottor Ivan Pagliero;

il 21 luglio 2014, il Tribunale di Torino ha pronunciato la sentenza di fallimento, nominando come curatore il medesimo dottor Pagliero ed autorizzando la produzione in esercizio provvisorio;

il 15 settembre il curatore ha comunicato al sindacato, oltre che ai clienti, la cessazione dell'esercizio provvisorio, mentre il 20 dello stesso mese uno dei maggiori clienti dell'impresa si sarebbe opposto a questa interruzione, proponendo anche di assumersi l'onere delle spese in perdita;

il 30 settembre 2014 l'esercizio provvisorio è stato prorogato fino al 31 ottobre 2014 in quanto 2 "lettere di riservatezza" esprimevano l'interesse di potenziali acquirenti;

infine, il 14 ottobre il Tribunale ha sospeso l'esercizio provvisorio e il 20 ottobre sono stati posti i sigilli all'azienda, lasciando sul lastrico ben 120 famiglie;

considerato altresì che risulta agli interroganti che il curatore fallimentare stia seguendo anche il fallimento di un'azienda (TRM di Ivrea) nella cui gestione è coinvolto Giuliano Zucco;

lo studio presso cui ha operato il dottor Ivan Pagliero ha curato altri interessi riconducibili all'imprenditore Giuliano Zucco;

inoltre, l'imprenditore Giuliano Zucco avrebbe già gestito aziende in seguito coinvolte in procedure fallimentari, tra le quali Ivrea calcio, Dytech Dynamic fluid technologies, TRM (Torino);

considerato infine che, a parere degli interroganti, si dovrebbe verificare: se la nomina del curatore sia avvenuta nel pieno rispetto delle procedure e se la sua gestione sia scevra da interesse privato negli atti del fallimento, nonché se il comportamento sia stato corretto; se tra il curatore fallimentare dottor Ivan Pagliero e l'imprenditore Giuliano Zucco sussistano ulteriori collegamenti di interessi, qualora

risultasse confermato che il dottor Pagliero curi un altro fallimento in cui è coinvolto Zucco e che lo studio presso cui opera abitualmente abbia già seguito altri interessi del medesimo Zucco; se nel periodo di concordato preventivo e procedura fallimentare siano state sostenute spese di consulenze di ingenti importi; se gli impianti attualmente presenti nel sito della Nuova Sinter SpA di Arzano (Napoli) possano essere stati di interesse (precedente a tutta la procedura fallimentare) per qualche società collegata e/o curata dalla struttura presso cui lavora (o lavorava) il dottor Pagliero e quindi se ci sia stato un disegno predeterminato nel far fallire l'azienda, al fine di farla gestire dal dottor Pagliero; se il curatore fallimentare stia ostacolando l'operato della Regione Campania, che vorrebbe individuare una soluzione per far ripartire l'attività dell'impresa nel sito di Arzano; se l'incarico di curatore fallimentare di aziende che vedono la presenza dell'imprenditore Giuliano Zucco sia sempre stato affidato a persona vicina al dottor Ivan Pagliero, quando non al Pagliero stesso; se sia stato attuato un progetto predeterminato per arrivare alla delocalizzazione e smantellamento dell'impresa con l'intenzione di trarne un ingiusto profitto a danno della collettività locale,
si chiede di sapere:
se i Ministri in indirizzo siano a conoscenza dei fatti esposti;
se non ritengano opportuno, nei limiti delle proprie attribuzioni, attivare le procedure ispettive e conoscitive previste dall'ordinamento, anche al fine di prendere in considerazione ogni eventuale sottovalutazione di significativi profili di accertamento, tenuto conto delle criticità sollevate, relativamente alla regolarità della procedura fallimentare, compreso il concordato, riferita alla Nuova Sinter SpA, anche considerando se ci siano i presupposti per una revoca ed in caso positivo quali siano le ragioni per cui non si sia provveduto al riguardo;
quali iniziative di competenza intendano assumere affinché si giunga ad una soluzione che faccia ripartire l'attività di produzione di alta specializzazione nello stesso stabilimento di Arzano e con le maestranze in precedenza occupate, anche promuovendo azioni in raccordo con la Regione Campania.
Ai sensi del comma 3 del testo coordinato delle delibere n. 31 del 18 dicembre e n. 62 del 7 maggio 2015 sul diritto all'oblio il presente atto è integrato con la seguente documentazione.
Con risposta del 2 dicembre 2015 il Sottosegretario di Stato per il Lavoro e le politiche sociali ha dichiarato l'estraneità del dott. Ivano PAGLIERO rispetto ai fatti indicati nell'interrogazione.

(4-03113)
ALBANO - *Ai Ministri del lavoro e delle politiche sociali e dello sviluppo economico* -
(4-03114)
(*Già* 3-01338)
Interrogazioni, da svolgere in Commissione
A norma dell'articolo147 del Regolamento, le seguenti interrogazioni saranno svolte presso le Commissioni permanenti:
1a Commissione permanente(Affari costituzionali, affari della Presidenza del Consiglio e dell'Interno, ordinamento generale dello Stato e della Pubblica Amministrazione):
3-01500, del senatore Gasparri, sulle disposizioni per la gestione dell'ordine pubblico durante le manifestazioni e gli eventi pubblici;
4a Commissione permanente(Difesa):
3-01495, del senatore Santangelo ed altri, sull'utilizzo dei dispositivi "Jammer" da parte delle forze armate;
3-01501, del senatore Marton ed altri, sulle quote di partecipazione all'ente Circoli della Marina;
10ª Commissione permanente(Industria, commercio, turismo):
3-01502, della senatrice Manassero, sullo stabilimento di Garessio (Cuneo) dell'azienda farmaceutica Sanofi.

1.5.2.2. Seduta n. 366 (ant.) del 16/12/2014

collegamento al documento su www.senato.it

SENATO DELLA REPUBBLICA
------ XVII LEGISLATURA ------

366a SEDUTA PUBBLICA
RESOCONTO STENOGRAFICO
MARTEDÌ 16 DICEMBRE 2014

_____

Presidenza del presidente GRASSO,
indi del vice presidente GASPARRI

N.B. Sigle dei Gruppi parlamentari: Area Popolare: AP (NCD-UDC); Forza Italia-Il Popolo della Libertà XVII Legislatura: FI-PdL XVII; Grandi Autonomie e Libertà (Grande Sud, Libertà e Autonomia-noi SUD, Movimento per le Autonomie, Nuovo PSI, Popolari per l'Italia): GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI); Lega Nord e Autonomie: LN-Aut; Movimento 5 Stelle: M5S; Partito Democratico: PD; Per le Autonomie (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE: Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE; Per l'Italia: PI; Scelta Civica per l'Italia: SCpI; Misto: Misto; Misto-Italia Lavori in Corso: Misto-ILC; Misto-Liguria Civica: Misto-LC; Misto-Movimento X: Misto-MovX; Misto-Sinistra Ecologia e Libertà: Misto-SEL.

_____

RESOCONTO STENOGRAFICO

Presidenza del presidente GRASSO

PRESIDENTE. La seduta è aperta *(ore 12,04)*.

Si dia lettura del processo verbale.

SAGGESE, *segretario, dà lettura del processo verbale della seduta del 4 dicembre.*

Sul processo verbale

BARANI *(GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI))*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

BARANI *(GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI))*. Signor Presidente, chiedo la votazione del processo verbale, previa verifica del numero legale.

Verifica del numero legale

PRESIDENTE. Invito il senatore Segretario a verificare se la richiesta risulta appoggiata dal prescritto numero di senatori, mediante procedimento elettronico.

(La richiesta risulta appoggiata).

Invito pertanto i senatori a far constatare la loro presenza mediante procedimento elettronico.

(Segue la verifica del numero legale).

Il Senato è in numero legale.

Ripresa della discussione sul processo verbale

PRESIDENTE. Metto ai voti il processo verbale.

È approvato.

Comunicazioni della Presidenza

PRESIDENTE. L'elenco dei senatori in congedo e assenti per incarico ricevuto dal Senato, nonché ulteriori comunicazioni all'Assemblea saranno pubblicati nell'allegato B al Resoconto della seduta odierna.

Preannunzio di votazioni mediante procedimento elettronico

PRESIDENTE. Avverto che nel corso della seduta odierna potranno essere effettuate votazioni qualificate mediante il procedimento elettronico.

Pertanto decorre da questo momento il termine di venti minuti dal preavviso previsto dall'articolo 119, comma 1, del Regolamento *(ore 12,10)*.

Sui lavori del Senato

PRESIDENTE. Onorevoli colleghi, dovremmo passare all'ordine del giorno della seduta odierna, recante la discussione dei disegni di legge di bilancio e di stabilità.

Do la parola al presidente della 5a Commissione permanente, senatore Azzollini, per riferire sui lavori della Commissione.

AZZOLLINI *(AP (NCD-UDC))*. Signor Presidente, la 5a Commissione bilancio naturalmente è al lavoro e continuerà a lavorare secondo i classici ritmi del disegno di legge di stabilità. Per consentirci di portare in Assemblea un provvedimento il cui esame in Commissione sia stato totalmente concluso - come mi auguro - o che comunque sia stato larghissimamente valutato, esaminato e votato, abbiamo certamente bisogno che il tempo a disposizione per l'esame della Commissione sia esteso fino a mercoledì notte.

Signor Presidente, chiediamo pertanto di consentire alla 5a Commissione di avere un giornata in più per la valutazione dei disegni di legge di bilancio e di stabilità. Questo tempo si è reso infatti necessario in seguito alla presentazione di ulteriori emendamenti, da parte un po' di tutti: è quindi necessario che il tempo a disposizione della Commissione si protragga per un'altra giornata. Le saremmo grati, signor Presidente, se questa possibilità ci fosse accordata. *(Applausi dal Gruppo AP (NCD-UDC))*.

PRESIDENTE. In considerazione di quanto riferito dal presidente Azzollini, per dare modo alla Commissione bilancio di concludere i propri lavori, la seduta dell'Assemblea prevista per la giornata di domani non avrà luogo.

I termini per la presentazione degli emendamenti ai disegni di legge di stabilità e di bilancio, la cui discussione avrà inizio, secondo quanto già previsto dal calendario dei lavori, nella giornata di giovedì 18 dicembre, alle ore 9,30, saranno successivamente comunicati in relazione all'andamento dei lavori della Commissione. *(Commenti del senatore Castaldi)*.

Sospendo la seduta, che riprenderà alle ore 14 con le comunicazioni del Presidente del Consiglio dei ministri sul Consiglio europeo del 18 e 19 dicembre 2014.

Le seduta è sospesa.

(La seduta, sospesa alle ore 12,13, è ripresa alle ore 14,03).

Comunicazioni del Presidente del Consiglio dei ministri sul Consiglio europeo del 18 e 19 dicembre 2014 e conseguente discussione (ore 14,03)

Approvazione della proposta di risoluzione n. 2. Reiezione delle proposte di risoluzione nn. 1, 3, 4, 5 e 6

PRESIDENTE. L'ordine del giorno reca: «Comunicazioni del Presidente del Consiglio dei ministri sul Consiglio europeo del 18 e 19 dicembre 2014 e conseguente discussione».

Ha facoltà di parlare il presidente del Consiglio dei ministri, dottor Renzi.

RENZI, *presidente del Consiglio dei ministri*. Signor Presidente, onorevoli senatori, l'appuntamento di giovedì e forse venerdì - perché pare che per la prima volta il Consiglio europeo si svolga in un giorno solo, e ciò sarebbe molto apprezzato - è un appuntamento particolarmente rilevante e significativo, perché segna l'ultimo Consiglio europeo di quest'anno, l'ultimo Consiglio europeo del nostro semestre e il primo Consiglio europeo guidato dal presidente Tusk, nonché il primo Consiglio europeo in cui la presenza di Juncker è quella del Presidente della Commissione europea a tutti gli effetti, essendo egli entrato in carica a far data dal 1º novembre.

Si tratta dunque di un appuntamento carico di significato, a mio giudizio per due motivi fondamentali. Cercherò di essere il più breve possibile, conscio e consapevole dei numerosi impegni istituzionali previsti anche nella giornata di oggi, sia al Quirinale che per il vostro lavoro particolarmente importante, sia in sede di Commissioni, sia in sede di discussione sulla legge di stabilità.

Da un lato c'è un'Europa che, non dico per la prima volta, perché sarebbe profondamente ingiusto, ma per la prima volta negli ultimi anni prova ad inserire un elemento di politica, un di più di politica, nella propria guida e nella propria *leadership*.

Era senza dubbio politica quella che portò i Padri fondatori ad immaginare, prefigurare, sognare e costruire quello spazio comune che oggi rappresenta forse la più ardita, rivoluzionaria e - permettetemi di dire - bella scommessa istituzionale mai fatta a livello internazionale. Ventotto Paesi adesso - erano sei all'inizio - che si sono messi assieme e che lo hanno fatto garantendo oltre settant'anni di pace alle nostre popolazioni. Era politica dunque quella, una politica che volle immaginare non soltanto i Padri fondatori, ma anche Mitterand e Kohl prendersi la mano, prendersi per mano, ed esprimere un'idea di unione e di comunità che non poteva certo essere ristretta ed immaginata soltanto come vincolo o contratto, come vincolo economico o come parametro.

Era un grande sogno, un grande ideale e c'è stata politica. A nostro giudizio, in questi ultimi anni invece l'afflato politico è venuto un po' meno. L'Europa è stata vista molto più come un insieme di regole (da rispettare, ovviamente), come una serie di contratti, di patti, di accordi che non con lo spirito politico con la «P» maiuscola. Dunque, il passaggio che stiamo vivendo è rilevante proprio per questo.

La presidenza Juncker non deriva semplicemente dall'individuazione di 28 capi di Stato e di Governo ma, innanzitutto, dal fatto che il partito, la grande famiglia arrivata prima alle elezioni europee - il Partito popolare europeo - ha scelto Juncker come candidato da presentare ai cittadini.

Proprio in quest'Aula, grazie al lavoro della Commissione competente, il 1° dicembre scorso si è tenuto l'appuntamento con i membri delle Commissioni degli affari costituzionali dei vari Parlamenti europei guidato dal presidente Chiti. In quell'occasione abbiamo sottolineato come fosse interessante che tra i partecipanti vi fosse anche il primo vice presidente Timmermans, che appartiene alla seconda grande famiglia europea, cioè al Partito socialista europeo. Possiamo pertanto ben dire che la designazione della Commissione ha avuto un forte, evidente mandato di natura politica.

Naturalmente, non è che un inizio. Il fatto che finalmente si scelga la designazione politica e che l'ambizione del cambiamento abbia le caratteristiche che abbiamo espresso in tanti passaggi e in tante circostanze, anche durante il nostro semestre, non sono certo sufficienti, non ci possono bastare; non possiamo accontentarci. Non si può certo affermare che siccome Juncker è stato designato dai partiti a Bruxelles o a Strasburgo è tornata la politica. Assolutamente no, ma è un primo passo ed è un passo che ha visto il nostro Paese coprotagonista. Il nostro Paese ha infatti scelto di aderire a quel mandato, a

quell'impegno vincolandolo ad una serie di decisioni e valutazioni che possono piacere o meno ma che sono quelle che potremmo sintetizzare con la parola «crescita». Abbiamo cioè chiesto al presidente Juncker di farsi carico di ricordarsi che l'acronimo di «Patto di stabilità e crescita» composto da tre lettere comprende anche la «C» di crescita e non soltanto la «S» di stabilità. Quindi, il nostro voto favorevole e positivo rispetto alla candidatura di Juncker è stato collegato all'individuazione di una strategia diversa da parte del Presidente della Commissione sulla politica economica.

Questi saranno altri due temi che verranno discussi nel prossimo Consiglio europeo che si terrà giovedì prossimo, perché, da un lato, è in discussione il piano di investimenti di Juncker con i suoi punti di forza e i suoi punti di debolezza e, dall'altro, la politica estera che il nostro Paese ha voluto rivendicare a sé senza lasciarsi andare a quel messaggio così forte e diffuso che anche nel dibattito politico è risuonato ed emerso laddove si è detto: cosa possiamo fare noi con la politica estera? Se vogliamo andare in Europa andiamo a discutere di deleghe che siano legate ai nostri interessi. Ma affermando ciò si ignora che non c'è interesse più grande oggi di una politica estera degna di questo nome, che non è possibile per nessun Paese oggi sentirsi un'isola, sentirsi slegato dagli altri. Oggi che stiamo affrontando una difficile situazione internazionale nel Mediterraneo e nei Balcani (come stiamo cercando di fare), ma anche guardando più in là, come si fa a non capire che la politica estera è un elemento chiave del futuro dell'Europa e, quindi, dell'Italia, ma, pur viceversa, dell'Italia e quindi dell'Europa?

Leggendo i giornali abbiamo appreso che ieri a Sydney è stato compiuto un atto di violenza e di terrorismo impugnando la bandiera nera dell'ISIS (hanno sbagliato bandiera, ma non il concetto), un terrorismo che diventa sempre più (anche se lo è sempre stato) globale e diffuso, se arriva anche a intaccare la placida e lontana Australia. Pensate ad oggi: come facciamo a non provare un brivido di dolore e di orrore per quello che è accaduto in Pakistan dove i talebani hanno ucciso deliberatamente in una scuola più di 100 bambini? Questi bambini sono stati uccisi come segno, poiché erano quasi tutti figli di militari.

Come facciamo dunque a non renderci conto che, al di là delle diverse opinioni e delle valutazioni che facciamo e che talvolta sono profondamente divergenti, la politica estera non è il giochino per addetti ai lavori ma il luogo della dignità della politica europea e della politica italiana? Di questi due temi discuteremo al Consiglio europeo di giovedì.

Naturalmente in tanti - è già accaduto questa mattina alla Camera - possiamo utilizzare questa occasione per fare un bilancio del semestre italiano alla guida dell'Europa. Io preferirei aspettare il 13 gennaio, quando il Governo italiano interverrà a Strasburgo a conclusione di questo percorso. Possiamo dire che il semestre italiano termina il 31 dicembre dal punto di vista del calendario, ma il 13 gennaio dal punto di vista della politica. In quella occasione sarà per noi importante fare una verifica di tante battaglie più o meno nobili, alte e importanti che abbiamo cercato di combattere. Ancora oggi lo stiamo facendo. In replica alla Camera ho raccontato alcuni passaggi per esempio del Ministero dell'agricoltura perché era stato sottolineato. C'è qui Maurizio Martina che è appena tornato da Bruxelles. Sandro Gozi non l'ha ancora fatto: è ancora al Consiglio degli affari generali, dove tra l'altro si discute della possibilità - che a me sta molto a cuore e che può sembrare banale ai più - della scuola diplomatica europea. Io sono uno di quelli convinti che il percorso di integrazione europea avrà un senso quando noi riusciremo a procedere nell'integrazione della diplomazia europea e, in prospettiva, a costruire una forza militare unitaria europea. Ecco perché, in una vita precedente, avevo candidato la mia città, con l'Istituto universitario europeo, ad essere la sede dell'istituto per diplomatici. Ma non sono questi gli argomenti su cui vorrei intrattenervi (peraltro ancora per poco).

Penso che sia più interessante utilizzare il passaggio del 13 gennaio per fare una verifica perché ancora molto è da fare, ma anche perché, se oggi dovessimo fare un bilancio, dovremmo sottolineare che innanzitutto è cambiato il vocabolario. Noi sappiamo che non basta cambiare le parole, se non cambiano i fatti. Io sono il primo a dire che, finché non cambiano i fatti, non saremo capaci di poterci dare un buon voto. Sono cambiate le parole, però. È un primo passo in Europa.

Vi ricordate con quale spirito e stile guardavano al nostro atteggiamento? Qualcuno di voi ci chiamò

sbruffoncelli perché pensavamo di fare chissà cosa in Europa quando, nel mese di giugno, dicevamo che avremmo proposto e imposto il tema della crescita al dibattito politico europeo. Quanti di voi e di noi guardavano con diffidenza al fatto che finalmente si sarebbe dovuto iniziare a svincolare e sbloccare i fondi per le infrastrutture dal Patto di stabilità? Oggi questo obiettivo ha visto il primo risultato, che per me - voglio dirlo con grande franchezza - è ancora insufficiente rispetto all'ambizione che abbiamo offerto all'opinione pubblica e, innanzitutto, a noi stessi. È insufficiente perché saremo soddisfatti soltanto quando le opere pubbliche italiane o degli altri Paesi potranno essere sbloccate dal computo del Patto di stabilità indipendentemente dalla forma di finanziamento, sia che le risorse provengano dalla Banca europea per gli investimenti (BEI), sia che arrivino con altre modalità scelte dal cosiddetto piano Juncker. Devo però sottolineare che con il piano Juncker per la prima volta si consente di sbloccare una parte degli investimenti slegandoli dal Patto di stabilità. Questo è un dato di fatto. Poi si può discutere nel merito: il piano Juncker non può arrivare troppo in là perché non è una bandiera o una coccarda che un Governo si mette al bavero della giacca; il piano Juncker è il tentativo di rispondere ad un'Europa che ha smesso di crescere e che viene richiamata alla crescita persino da istituzioni quali il Fondo monetario internazionale - che non può essere certo considerato la sezione americana del Partito socialista europeo - o dagli stessi *leader* del G20 che a Brisbane - indipendentemente dal colore politico, da Cameron ad Obama - hanno evidenziato l'esigenza e l'urgenza di investire sulla crescita.

Il piano Juncker è dunque, innanzitutto, la risposta ad una situazione di crisi che l'Europa sta vivendo. Per noi ovviamente è anche l'occasione per poter dire che uno dei nostri obiettivi è stato raggiunto. Questo però non sarà sufficiente fintanto che anche gli investimenti dei singoli Paesi membri, eventualmente verificabili da un'istituzione comunitaria - potremmo infatti immaginare che un elenco di opere pubbliche degli Stati membri possa essere considerato ed approvato dalle istituzioni europee, ma finanziato interamente dallo Stato membro - non saranno sbloccati dal Patto di stabilità. Ci proveremo fino all'ultimo giorno con determinazione, dedizione e tenacia, ma finché questo tipo di attività non sarà sbloccata dal Patto di stabilità, lo ripeto, la vittoria non sarà piena.

Di questo discuteremo e su questo sono intenzionato a richiamare l'attenzione anche dei membri della famiglia politica alla quale appartengo, il Partito socialista europeo; lo dico guardando i colleghi del Partito Democratico, perché credo che tra i nostri cugini d'Oltralpe - di diverse Alpi - vi sia ancora troppa timidezza su questi temi. La battaglia che stiamo cercando di fare è una battaglia che portiamo avanti forti del risultato del 25 maggio, ma forti di un'idea di politica economica europea che purtroppo è troppo spesso ignorata e, direi, quasi mistificata persino da alcuni di noi, persino da alcuni dei nostri colleghi di altri Paesi dell'Unione. È però un tipo di battaglia che faremo, non perché l'Italia ha bisogno della flessibilità, ma perché l'Europa ha bisogno di tornare a crescere. Questo è il primo tema.

Sarebbe molto interessante continuare ad approfondire alcuni di questi passaggi. Ho già ricordato, proprio intervenendo qui in Senato, alcune questioni che rilevano soprattutto in un momento in cui si fanno le riforme, e credo che sia innegabile che in Italia si stiano facendo le riforme. Qualcuno dice che sono anche troppe, altri che sono troppo lente o che non lavoriamo ancora a pieno regime, altri ancora che abbiamo già fatto abbastanza e che bisogna continuare a fare, non c'è dubbio, però, che in questo momento l'Italia sta affrontando una riforma costituzionale, licenziata ad agosto da questo ramo del Parlamento ed ora in discussione alla Camera, che cambia comunque una quarantina di articoli della Carta costituzionale. È all'esame del Senato una legge elettorale già approvata dalla Camera che cambia, com'è fisiologico, le regole del gioco; i decreti sulla pubblica amministrazione e sul lavoro, diventati legge nel mese di giugno, sono a livelli diversi di implementazione; inoltre il disegno di legge delega sul lavoro è già stato approvato definitivamente proprio da quest'Aula, mentre i primi decreti attuativi saranno pronti il 24 dicembre.

È evidente che si sta andando avanti, poi qualcuno potrà apprezzare e qualcuno essere contrario, ma il percorso di riforma sta andando avanti. Immagino che la Commissione affari costituzionali, una volta conclusa la fase di discussione della riforma elettorale, tornerà a ragionare sulla delega per la riforma

della pubblica amministrazione. Inoltre, sarà importante il momento in cui finalmente la discussione che abbiamo fatto nelle piazze, nelle sedi dei partiti (e che continueremo a fare negli istituti e nelle aule) sul sistema educativo scolastico, dell'università e della ricerca, riuscirà finalmente ad approdare alla discussione parlamentare.

Dunque, mentre attendiamo che il pacchetto giustizia sia analizzato e sviscerato ulteriormente, possiamo dire tutto, tranne che l'Italia non stia facendo le riforme.

Ebbene, come dicevo poco fa, proprio in quest'Aula ho ricordato quando il Governo italiano autorizzò altri Paesi - impegnati in un cammino di riforme perfino meno ambiziose delle nostre - a violare i vincoli europei: ogni riferimento alla Germania e alla Francia e a quello che accadde nel 2003 è puramente voluto. Se non ci fosse stata quella flessibilità, le divisioni della Germania sarebbero rimaste divisioni interne, economiche. Se l'Italia non avesse garantito flessibilità (lo dico a chi in questi giorni, utilizzando i *social media* con grande stile, quale il Vice Presidente del Senato, ha avuto parole molto dure sull'argomento, e lo ripeto qui in Aula perché non so se il Vice Presidente del Senato vorrà ripetere allo stesso modo le parole che ha utilizzato su Twitter) la riforma che la Germania ha attuato non avrebbe consentito alle due Germanie di riunificarsi. Se non ci fosse stata la flessibilità concessa dalla Presidenza di turno italiana, la Germania non avrebbe completato un percorso di riunificazione economica.

L'ho detto nella sede del mio partito e lo dico nuovamente qui al Senato, perché ho ricevuto un commento che trovo incredibile! *(Applausi dai Gruppi PD, PI e SCpI e del senatore Buemi)*.

È un dato di fatto, oggettivo. Su queste cose non abbiamo da prendere lezioni da nessuno, però c'è bisogno di portare nella discussione europea il coraggio e l'orgoglio, anche - lasciatemelo dire - l'entusiasmo di una appartenenza.

In queste ore, dopo che l'Italia ha espresso ieri la candidatura alle Olimpiadi del 2024, una minoranza (o maggioranza? Chi lo sa? Lo vedremo) trasversale ha unito varie personalità del mondo della politica, da alcuni aspetti della sinistra dissidente fino ai *leader* dei due movimenti che vengono considerati populisti, a uno dei miei predecessori, che è qui in Aula e che saluto, il presidente Monti, il quale compì una scelta diversa. Diverse sono state le opinioni su questo tema in passato, lo sono nel presente e lo saranno nel futuro. Sono opinioni rispettabili che sinceramente, dal profondo del cuore, considero opinioni da ascoltare. Non considero invece da ascoltare - o meglio considero da ascoltare ma anche da confutare - l'idea che siccome l'Italia ha avuto e purtroppo ha ancora, in alcune città e in alcune circostanze, scandali legali al malaffare, allora bisogna rinunciare a provarci! Come se la presenza di qualcuno che ruba debba impedire agli altri di provare ad inseguire un sogno, che è il sogno dell'Italia e delle sue ambizioni. *(Applausi dai Gruppi PD, AP (NCD-UDC), PI e SCpI. Applausi ironici della senatrice Lezzi)*.

FATTORI *(M5S)*. E fai il bravo, vai!

RENZI, *presidente del Consiglio dei ministri*. Perché sia chiaro: i giochi olimpici del 2024, per il cui percorso ancora molto è da fare, non sono semplicemente l'occasione di eventi sportivi. *(Commenti dal Gruppo M5S. Richiami del Presidente)*.

Sono innanzitutto...

FATTORI *(M5S)*. Ma quali giochi olimpici, che stiamo a morì di fame!

RENZI, *presidente del Consiglio dei ministri*. Il fatto che stiate perdendo pezzi ogni giorno non vi autorizza ad interrompere i discorsi degli altri. Siamo solidali con voi e comprendiamo le vostre difficoltà! *(Applausi dal Gruppo PD. Commenti dal Gruppo M5S)*.

LEZZI *(M5S)*. Prenditeli tu, i pezzi marci!

RENZI, *presidente del Consiglio dei ministri*. Vi mandiamo un caro abbraccio, ma pensiamo che il nostro compito sia quello di continuare a lavorare per il futuro dell'Italia, nonostante le vostra urla! *(Proteste dal Gruppo M5S)*.

PRESIDENTE. Silenzio! Lasciate svolgere le comunicazioni del Presidente.

RENZI, *presidente del Consiglio dei ministri*. Le vostre grida, che ai tempi del Manzoni erano una

cosa seria, con voi sono invece soltanto il senso di una frustrazione che noi comprendiamo, rispettiamo e per la quale siamo solidali. In particolar modo, pensiamo ci sia una ragione per cui milioni di elettori che vi avevano votato nel 2013 non vi votino più, come abbiamo visto anche nelle scorse elezioni. *(Commenti dei senatori Martelli e Marton)*.

SANTANGELO *(M5S)*. E dove? Vergognati! Vieni a provocare?

PRESIDENTE. Senatore Santangelo!

RENZI, *presidente del Consiglio dei ministri*. Ciononostante tornerei, con il vostro permesso o senza, a quella che è la nostra ambizione, quella di cambiare l'Italia anche per voi e di dare all'Italia una dimensione di sogni, di ambizioni e di progetti in grado di entusiasmare noi e le nuove generazioni.

Ecco perché nel progetto delle Olimpiadi del 2024 vedo molto di più che l'organizzazione di alcuni eventi. *(Commenti della senatrice Fattori)*. Vedo l'idea di un Paese che torna a puntare alla medaglia d'oro, vedo l'ambizione di un Paese che crede possibile essere nelle condizioni di puntare al meglio. È quello - ed è il secondo punto del Consiglio europeo - che stiamo cercando di fare nel ruolo, che l'Italia ha profondamente rivendicato, della politica estera del nostro Continente.

Ho esordito parlando dei bambini del Pakistan, ma trovo francamente indecente (e lo dico con il massimo rispetto) che, mentre noi stiamo parlando e a me vengono in mente i bambini del Pakistan, ci sia qualcuno che dica: «Pensa ai bambini italiani!». *(Applausi dai Gruppi PD, AP (NCD-UDC), FI-PdL XVII, Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE, PI e SCpI. Commenti dal Gruppo M5S)*.

Oggi 130 bambini sono morti in una scuola del Pakistan! Almeno su questo, avrebbe un senso non dividersi!

NUGNES *(M5S)*. Ma sentite cosa sta dicendo?

RENZI, *presidente del Consiglio dei ministri*. Almeno su questo, avrebbe un senso avere rispetto verso esseri umani che sono oggetto di un attacco terroristico! Almeno su questo dovrebbe esserci un limite! Un limite alla dignità! Un limite all'umanità!

LEZZI *(M5S)*. Vergogna! Non si usano i morti!

MONTEVECCHI *(M5S)*. Vergogna!

RENZI, *presidente del Consiglio dei ministri*. Ma come si fa a dire: «Pensa ai bambini italiani!»? Stiamo parlando di persone vittime di un attacco terroristico! Ma come si fa? Come si può? Come è credibile dire questo?

LEZZI *(M5S)*. Assassini! Assassini! *(Commenti del senatore Santangelo)*.

PRESIDENTE. Senatrice Lezzi, senatore Santangelo, non interrompete il Presidente del Consiglio! Non consento interruzioni.

SANTANGELO *(M5S)*. Stai mentendo! Sei un vigliacco! *(Commenti della senatrice Lezzi)*.

PRESIDENTE. Senatrice Lezzi, la richiamo all'ordine.

RENZI, *presidente del Consiglio dei ministri*. Quando, davanti a queste tragedie, il Parlamento italiano non è nelle condizioni di avere unità e prova a dividere, credo sia una pagina molto triste per chi lo compone. *(Vivaci commenti della senatrice Lezzi)*.

PRESIDENTE. Senatrice Lezzi, le ho detto di smetterla! *(Commenti del senatore Santangelo)*. Richiamo all'ordine anche lei, senatore Santangelo.

RENZI, *presidente del Consiglio dei ministri*. Tornerei al tema delle Olimpiadi. Il tema delle Olimpiadi è il simbolo di una Italia che riesce ad essere credibile in Europa, ma ritengo che sia anche il simbolo di una idea di politica diversa. In questi sei mesi noi abbiamo visto alcune tappe importanti del nostro lavoro.

La tappa nel Mediterraneo, con ciò che sta avvenendo ancora in queste ore in Libia, ciò che sta avvenendo in Egitto, in Tunisia e in Algeria; storie molto diverse l'una dall'altra e, come è naturale e fisiologico, l'idea di avere un intervento significativo dell'Unione europea in quell'area è l'idea di chi prova a chiedere al nostro Continente di tornare a essere se stesso.

L'Europa non è nata semplicemente affacciata sul Mediterraneo; è nata considerando il Mediterraneo il punto centrale della nostra politica estera. Parlare oggi di politica estera in Europa significa riflettere sull'allargamento. Siamo partiti da sei Paesi e siamo arrivati a 28. In questi sei mesi si è irrobustito tutto il percorso verso l'allargamento al Montenegro e alla Serbia e si è scelto lo *status* di candidato per l'Albania, e trovo sia molto interessante che questo accada esattamente cento anni dopo ciò che avvenne in quell'area, ispirando e facendo partire la Prima guerra mondiale. L'Europa è questo. Non è un vincolo contrattuale, ma è innanzitutto un ideale di pace. L'Europa, prima di essere un insieme di parametri, è un grande sogno.

SIMEONI *(M5S)*. E tu lo stai ammazzando!

RENZI, *presidente del Consiglio dei ministri*. Io mi ostino a credere che il premio Nobel per la pace da noi ricevuto come cittadini europei nel 2012 non sia un premio Nobel alla carriera, ma un premio Nobel di incoraggiamento e di messaggio al futuro.

Accanto a questo c'è naturalmente il grande tema, complicato da molti anni e reso particolarmente difficile da ciò che è avvenuto nei giorni scorsi, dell'allargamento alla Turchia; è del tutto evidente che è impossibile far parte dell'Unione europea senza rispettare le più elementari regole di libertà e democrazia. *(Applausi dal Gruppo PD e della senatrice Bianconi)*.

Tutto questo sarà oggetto di una discussione sulla politica estera che non può essere limitata soltanto alla vicenda ucraina, pur nella sua gravità; perché ciò che sta avvenendo nel mondo chiama, e in qualche modo interroga e interpella, il cuore di ciascuno di noi.

Bene, giovedì il Consiglio europeo ha dunque questi due grandi temi: la politica estera e lo sviluppo economico. Saremo nelle condizioni di essere all'altezza della sfida? Io credo che lo saremo soltanto se, nelle occasioni che stiamo costruendo con determinazione e con passione, torneremo a quell'ideale.

Oggi ho voluto citare Luigi Einaudi, che in suo discorso in Assemblea costituente sottolineò come, se non fosse tornato al centro dell'Europa un ideale umano e moderno, l'Italia si sarebbe perduta, e con lei l'Europa. È un grande tema che trovo di straordinaria e stringente attualità. Erano parole pronunziate nel 1947; sono passate decine di anni eppure siamo nelle stesse condizioni, paradossalmente: molto è cambiato, molti passi in avanti sono stati fatti, grande è la forza, la potenza e la ricchezza del nostro Continente, ma quella necessità di ideale, quell'esigenza di tornare all'ideale di fondo quanto è vera, quanto è forte oggi.

Per questo motivo trovo che sarà molto importante nelle prossime occasioni e opportunità tornare anche ad evidenziare il ruolo culturale dell'Europa: da troppi Consigli europei parliamo di tutto tranne che di cultura. La cultura non è semplicemente come gestire meglio un museo, che pure è una priorità anche in Italia; non è semplicemente come affidarci alla tutela, che pure è una priorità anche in Italia: è l'idea stessa del DNA delle persone e di una storia che rende anche questo Palazzo un luogo carico di opportunità; che rende i nostri monumenti un qualcosa che parla al cuore e alla vita di ciascuno di noi; che rende i nostri studenti il punto di riferimento più forte, più bello e più degno di stima che l'Europa possa avere.

Naturalmente questo impone - e ho terminato - che chi va in Europa a rappresentare l'Italia creda nell'Italia; che quando si siede al Parlamento europeo cerchi di lavorare perché le battaglie vengano vinte e non soltanto enunciate; perché quando siamo nelle condizioni del dibattito politico europeo, per primi noi riusciamo a raccontare all'esterno e all'interno che l'Italia è un Paese con mille problemi - lo sappiamo - ma è anche un Paese che ha fatto la storia di questo Continente e che non accetta di svolgere un ruolo più basso di quello che le sue ambizioni pongono.

Ecco perché ho voluto tenere insieme, in questa comunicazione sul Consiglio di dopodomani, non soltanto le questioni legate ai grandi progetti e ai grandi sogni che nel dibattito sulle infrastrutture e nel dibattito sulla politica estera stiamo portando avanti, ma anche l'idea stessa di che cosa sia il nostro Paese. Oggi il nostro Paese è a un bivio interessante, importante, significativo. Abbiamo portato l'Europa a dire che la crescita non è una parolaccia; abbiamo portato una di noi a guidare la politica estera; felici noi se, cercando di raggiungere questi obiettivi per i quali abbiamo fatto un passo in

avanti così significativo, non cederemo mai alla politica del disfattismo che talvolta anima qualcuno al di fuori di noi, interessato; ma anche qualcuno che, di fronte ai problemi, anziché cercare di risolverli, come fanno le persone pagate dai contribuenti per fare politica, non trova di meglio che urlare, dando fiato alle corde vocali, ma perdendo e tradendo la speranza di chi l'ha votato. *(Applausi dai Gruppi PD, AP (NCD-UDC), Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE, SCpI e PI).*

PRESIDENTE. Avverto che le proposte di risoluzione dovranno essere presentate entro la conclusione del dibattito.

Dichiaro aperta la discussione sulle comunicazioni del Presidente del Consiglio dei ministri.

È iscritta a parlare la senatrice Pignedoli. Ne ha facoltà.

PIGNEDOLI *(PD)*. Signor Presidente, signor Presidente del Consiglio, onorevoli colleghi, ho pochi minuti pertanto devo venire subito al punto. Nella giornata in cui quest'Aula si confronta sugli obiettivi di competitività e crescita dell'Europa, colgo l'occasione per parlare di quel 38 per cento del bilancio europeo destinato all'agricoltura, di quella nuova politica agricola comune 2014-2020 che, pur indicando tematiche e priorità importanti, non coglie ancora tutte le opportunità di un agroalimentare su cui l'Europa, e il nostro Paese in particolare, può investire un pezzo importante del proprio futuro. Si tratta di un comparto in cui possono nascere mestieri e professioni del tutto nuovi, di un settore che ha in sé gli elementi fondamentali della vita e della sostenibilità, che mentre crea economia può produrre miglior ambiente, miglior cibo, più salute e più cultura: il massimo delle aspirazioni che possiamo regalare ai nostri figli.

Il Presidente della Commissione, Jean-Claude Juncker ha inviato una lettera di mandato a ciascun commissario: sono lettere non di circostanza, ma veri e propri programmi di mandato. Al nuovo commissario all'agricoltura, signor Phil Hogan, in estrema sintesi ha affidato questo: implementare la riforma della PAC per massimizzare il suo contributo all'agenda lavoro e crescita; monitorare l'efficacia dei programmi di spesa; contribuire alla revisione del programma 2016.

C'e molto da fare per onorare quegli impegni. La PAC al 2020 ha fondato il suo programma su premesse importanti: giovani, sostenibilità ambientale, qualità degli alimenti, selezione dei beneficiari, cioè agricoltori reali. Finalmente novità importanti, ma siamo lontani ancora da una scelta forte su competitività e dunque dalle potenzialità di lavoro e crescita che l'agroalimentare potrebbe generare.

Questo settore in Italia, come in tutta Europa, ha bisogno di un cambiamento radicale se vuole promuoversi a importante traino di sviluppo economico e per un nuovo tipo sviluppo: deve passare da un diffuso atteggiamento di conservazione di tutele e di rendite ad un atteggiamento di promozione di fattori misurabili di competitività; appunto misurabili come viene chiesto, com'è giusto. La vera novità, signor presidente Renzi, è proprio questa e io spero che l'Italia, come Presidente di turno europeo, ma anche successivamente, sostenga questa tesi: passare dalla conservazione delle tutele del reddito agricolo alla promozione dei fattori generatori di reddito. Serve passare da un'Europa che per troppi anni ha detto ai produttori: «Tu produci e non ti preoccupare del mercato» ad un'Europa che dice: «Ti aiuto a conoscere i diversi mercati e a strutturarti perché tu possa avere gli strumenti per affrontarli direttamente. Ti aiuto a creare le condizioni per valorizzare il tuo prodotto perché tu possa trovare una compensazione adeguata dal mercato di quel valore alto, salubrità certificate, distintività che tu hai creato. Ti sostengo invece di fronte a quei rischi, che non sono i rischi normali di impresa, ma quelli non governabili dal singolo come le emergenze climatiche, dalle grandinate agli eventi alluvionali, alla siccità o alla volatilità dei prezzi, generata il più delle volte da speculazioni globali, oppure là dove il mercato non può remunerare sufficientemente, sulle montagne, sui crinali, dove il produttore ha costi di produzione più alti, dove svolge un servizio di pubblica utilità nella regimentazione delle acque e nel sostegno dei versanti, ma anche qui non a prescindere ma attraverso criteri misurabili, servizi reali e riconoscibili».

È un cambio di approccio che serve: bisogna passare dal premio all'ettaro al premio della qualità di ciò che produco su quell'ettaro, ad una premialità su come intervengo su quel terreno, senza pesticidi, con tecniche di precisione per un uso oculato di acqua e di nutrienti naturali. Occorre prevedere declinazioni di tipo scientifico del concetto di qualità e superare approssimazioni e demagogie.

Ecco, credo che dobbiamo esigere che il dibattito sulla revisione intermedia della PAC prevista per il 2016 si posizioni su una logica avanzata, su una ricerca di naturalità e distintività non imposta da vincoli di ordinanze o decreti ma come scelta strategica di fattori competitivi, perché proprio su questo e non sulle *commodity* indifferenziate può competere l'Europa agricola nel mondo.

È un cambio di approccio, quello attivo che non si arrende all'idea di un modello agricolo impostato sul predominio dei soggetti commerciali nella filiera e la debolezza dei produttori, che stanno perdendo il governo dei propri prodotti in ogni angolo del mondo (in modi diversi, in proporzioni diverse, dai prodotti agricoli alla corsa alle terre coltivabili, dall'Europa al Madagascar, a tanti Paesi dell'Africa).

Io lo definisco il rischio mezzadria del nuovo secolo. Esagero, ma forse neppure tanto, se i produttori di Parmigiano-Reggiano, uno dei simboli del *made in Italy*, rischiano di chiudere le aziende e gli utili vanno a chi il Parmigiano lo confeziona e lo commercializza, se gli industriali cominciano ad acquistare i caseifici, il latte, la materia prima e si introduce la soccida, che ci fa ritornare indietro di un secolo. Di un secolo, Presidente!

Qua sta un grande pezzo della sfida competitività: far sì che i produttori europei possano essere protagonisti in tutte le fasi, fino allo scaffale; far sì che gli utili che si formano nella costruzione della catena del valore possano essere generati e condivisi dai produttori, per una tenuta delle imprese produttive, per una garanzia dei consumatori, perché siano più informati, più consapevoli, più decisivi.

Questo Governo, questo Parlamento, il Ministero delle politiche agricole - il ministro Martina - hanno lavorato in questo 2014 avendo presente questi scenari, tenendo insieme riforme di strutture e misure per la competitività.

Abbiamo proposto e stiamo approvando, in accordo con il Governo, una riforma degli strumenti pubblici di ricerca, degli strumenti per la gestione delle risorse europee e degli strumenti finanziari per le imprese, ma bisogna fare presto, più presto, e intervenire, perché troppi errori e troppe inefficienze hanno fatto perdere risorse, là dove servivano. Occorre fare presto! C'è bisogno ora di quel modello di ricerca, spesso di ottimo livello ma troppo chiuso nelle pubblicazioni dei ricercatori e non utile all'innovazione delle imprese agricole, ovvero l'obiettivo per cui sono nati tali enti. Da oltre due anni lavoriamo su questo aspetto: non c'è più tempo da perdere. Per il settore produttivo abbiamo approvato incentivi a chi si aggrega, a chi fa sistema in reti di impresa e per il ricambio generazionale - perché l'agricoltura sia un mondo per giovani - e misure per l'internazionalizzazione e l'*export*, che vanno dal rafforzamento degli strumenti, a risorse dedicate, a risorse per nuove competenze qualificate.

C'è finalmente un piano straordinario, ma che da solo non basta: c'è bisogno di un' Europa capace di perseguire in modo sistematico accordi di libero scambio con i Paesi delle nuove economie, per la riduzione dei dazi e per il riconoscimento di norme e prassi omogenee nell'ambito internazionale. In questo senso l'accordo con gli Stati Uniti, l'ormai famoso Partenariato transatlantico per il commercio e gli investimenti (TTIP), sarà emblematico e costituirà un banco di prova per tutto il mondo e per gli accordi che seguiranno. C'è una grande spazio per le produzioni europee nei mercati internazionali e uno spazio enorme per il *made in Italy,* ma bisogna avere una consapevolezza forte dello scenario in cui ci muoviamo. Bisogna essere consapevoli del fatto che si sta ridisegnando la mappa delle produzioni a livello mondiale, anche nell'agroalimentare e il baricentro di questa mappa può non essere più l'Europa. Un nuovo assetto si sta costituendo, sospinto da una grande rivoluzione tecnologica e dall'ingresso di nuovi Paesi competitori, soprattutto nell'area orientale, dall'Asia e dal Pacifico. Per questo non bastano certo uno o due decreti, lasciati a sé stessi negli ordinari percorsi procedurali, ma serve una spinta politica forte, di carattere nazionale ed europeo.

Per quanto riguarda il nostro Paese, il Paese dell'Expo 2015, la questione agroalimentare deve essere a tutti gli effetti una questione nazionale: serve un patto straordinario per la competitività, per la creazione di sistemi volti all'internazionalizzazione, per il ricambio generazionale.

Ecco, Presidente: prendo in prestito le parole che lei ha usato in questi giorni, parlando del tempo delle opportunità, che trovo più che mai adeguate per l'agroalimentare. Per l'agroalimentare il tempo delle opportunità è ora: dipende da noi se arrenderci alle dinamiche feroci di mercato o reagire e coglierle,

per una ripartenza vera, stabile e duratura, soprattutto per le generazioni che verranno. *(Applausi dal Gruppo PD e del senatore Berger)*.

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore Monti. Ne ha facoltà.

MONTI *(SCpI)*. Signor Presidente del Senato, signor Presidente del Consiglio e Presidente del Consiglio dell'Unione europea, signore e signori senatori, ringrazio il presidente Susta, che mi ha offerto di prendere la parola nel tempo attribuito al Gruppo di Scelta Civica per l'Italia, benché, cercando di interpretare correttamente il ruolo di senatore a vita, dopo la parentesi governativa, abbia rinunciato a qualunque appartenenza di partito.

MALAN *(FI-PdL XVII)*. Ma se ne hai fatto uno.

MONTI *(SCpI)*. Desidero rallegrarmi con lei, signor Presidente del Consiglio, per due aspetti in particolare dell'azione che ha svolto in Europa, durante il periodo della Presidenza italiana.

Il primo è il punto della politica estera: lei ha dimostrato di voler scommettere, anche con un notevole rischio, insistendo per la designazione di una personalità italiana ad Alto rappresentante dell'Unione per gli affari esteri e la politica di sicurezza e questa scommessa l'ha vinta. Credo come lei che la politica estera sia essenziale, anche per dare identità alla stessa Unione europea e mi è piaciuto il suo riferimento all'allargamento. Si tratta di un tema di cui oggi si parla poco, ma - diciamo la verità - è stato quello il filone più ricco di risultati della politica estera europea degli ultimi quindici anni.

Inoltre, ho apprezzato l'azione che ha svolto sulla crescita economica. Ricordo che la crescita economica è diventata un obiettivo primario dell'Unione europea, con il Consiglio europeo del giugno 2012, in cui - su impulso del Governo italiano e in particolare con la riunione tenuta a Villa Madama pochi giorni prima del Consiglio europeo, con i capi di Governo di Germania, Francia e Spagna - si misero a punto sia il Patto per la crescita sia gli strumenti per la stabilizzazione dell'allora così inquieto mercato nell'ambito dell'eurozona. Lei ha ripreso con forza il tema della crescita, su cui dirò una parola nei prossimi pochi minuti.

A proposito del 2012, signor Presidente, desidero sgombrare il campo da supposte differenti posizioni sul tema delle Olimpiadi.

VOCE DAL GRUPPO M5S. Supposte?

MONTI *(SCpI)*. Sono assolutamente convinto, signor Presidente, che, se si fosse trovato in quella posizione nel febbraio 2012, non avrebbe preso una decisione diversa da quella di allora, perché anche lei avrebbe avuto molto caro il disegno di una Italia olimpica e, tuttavia, sarebbe stato terribilmente preoccupato dall'idea di mettere a repentaglio, con la sua firma su una garanzia in bianco, la situazione finanziaria precaria degli italiani per i prossimi anni, in un momento in cui eravamo in estrema difficoltà.

PALMA *(FI-PdL XVII)*. Che cosa è cambiato?

MONTI *(SCpI)*. Io sono lieto che, con l'attività del Governo di allora e di quello successivo, si siano creati uno spazio e degli strumenti perché lei, oggi, abbia potuto prendere la decisione che ha assunto, per la quale non entro nel merito. Lo spazio c'è, perché la finanza pubblica italiana non è nelle condizioni di allora. Ricordo che siamo il primo Paese del Sud ad essere uscito - come lei sa - dalla procedura di disavanzo eccessivo; e poi anche gli strumenti e ciò che è stato fatto con il pacchetto, a fine 2012, in materia anticorruzione, che il suo Governo sta sviluppando, dovrebbero mettere abbastanza a ripari da certi rischi.

Lei ha molto sottolineato il tema del piano Juncker, che anche a me sembra centrale. Vorrei contribuire all'azione del Governo italiano con una riflessione sugli investimenti pubblici, tema da lei più volte evocato. Come le è noto, dal momento in cui il Patto di stabilità è stato confezionato, nel 1996, sostengo la necessità di dare uno spazio distinto e più favorevole agli investimenti pubblici. Una prima affermazione ufficiale recepita dall'Unione europea c'è stata soltanto nel 2012-2013 quando, dopo alcune battaglie nel Consiglio europeo, la Commissione e gli altri Paesi hanno accettato che, per i Paesi non sottoposti alla procedura di disavanzo eccessivo, ci potesse essere uno sguardo particolarmente favorevole agli investimenti pubblici. Oggi arriviamo al piano Juncker; vorrei darle a

questo riguardo, se mi consente, due suggerimenti e un ammonimento, certamente inutile.

In merito al primo suggerimento, è possibile prendere il piano Juncker e dire che ha delle lacune quantitative al suo interno, come lei stesso e i suoi Ministri avete più volte sostenuto. In ogni caso, sarebbe incoerente nel momento in cui nasce il piano Juncker - ma c'è anche una grande esigenza di sussidiarietà, molto avvertita in Europa - dare un trattamento privilegiato solo a quegli investimenti che passano attraverso la centralizzazione di tale piano, che speriamo non sia troppo burocratica. Sarebbe allora molto più coerente dire di non dare l'esenzione dal Patto di stabilità soltanto ai contributi nazionali dati al fondo Juncker, che tra l'altro potrebbero non riversarsi minimamente in maggiore crescita economica del Paese che li eroga, ma anche agli investimenti pubblici nazionali sottoposti a criteri per quanto possibile rigidi. L'ammonimento - ripeto - superfluo è che ogni voce sugli investimenti pubblici che venga dal Governo italiano è accolta con qualche reticenza, dato che i nostri Governi non sono stati di mostruosa capacità nel mettere sempre a frutto i fondi provenienti dall'Unione europea, anche se in questi anni sono stati compiuti dei progressi.

Certamente è anche cruciale, per la credibilità dell'ulteriore battaglia italiana sugli investimenti pubblici, che la legge di stabilità non abbia scivolamenti dell'ultimo momento. Credo sarebbe davvero pericoloso, per l'intero Paese e per la sua azione in Europa, se - come qualche volta si legge, credo per eccesso di allarme - ci potessimo trovare di nuovo in una situazione a rischio di troika. Quello sarebbe il fallimento di tre anni di sacrifici degli italiani. Speriamo non accada.

Concludo con un'osservazione: spesso in questa e nell'altra Aula parlamentare e nell'opinione pubblica si ha l'impressione, qualche volta anche un po' alimentata da dichiarazioni di Governi, che, se l'Italia riuscisse a spuntare l'autorizzazione ad un disavanzo maggiore oppure, non spostando l'autorizzazione, in modo molto maschio si facesse spazio e superasse i limiti, ebbene quella sarebbe una vittoria sull'Europa e una vittoria sulle tecnocrazie. No, no per due ragioni: l'Italia si indebolirebbe maggiormente ed inoltre recheremmo un *vulnus* non all'Europa, ma ai nostri figli e ai nostri nipoti, i quali sono nella situazione terribile in cui sono perché l'Europa è arrivata troppo tardi, non perché è arrivata troppa Europa con la sua disciplina finanziaria.

Un'ultima considerazione: nelle sue dichiarazioni sull'Europa, signor Presidente del Consiglio, lei coniuga - con la sapienza che le conosciamo, anche sul piano didattico e oratorio - politica, regole e tecnocrazia. Ora, premesso che la tecnica, utile nel proprio ambito, diventa a mio parere tecnocrazia solo quando la politica prende paura, molta paura e chiede essa stessa di poter fare un passo indietro, chiedendo ad altri, comunque designati, di fare un passo avanti (ma non credo che lei disprezzi la tecnica, lei è contro la tecnocrazia, come lo sono anch'io), ebbene, ci vuole più politica in Europa, una politica che, con la forza e con la capacità di convincere, porti a regole migliori. Ma attenzione - se posso permettermi - a non svilire le regole e a non assimilarle a tic nervosi di burocrati, perché, in una comunità come quella europea, senza regole e senza istituzioni terze capaci di farle rispettare (la Commissione, la Corte di giustizia), è il più forte che prevale. Allora sarebbe un tragico errore per l'Italia, che ritiene, non ingiustamente, che le regole attuali siano state troppo influenzate dal potere tedesco, far perdere credibilità al sistema delle regole e della sua osservanza; questo sarebbe un regalo alla peggiore Germania, non alla Germania che vuole essere una responsabile forza in Europa, ma ad una Germania che potrebbe tornare a dilagare. Questo sarebbe il più tragico errore che l'Italia potrebbe compiere.

Desidero infine ricordare in questa giornata, di fronte a lei, nella nostra Aula, una personalità che, per la credibilità e la tenuta del nostro Paese in Europa, anche nei momenti più difficili, ha saputo esercitare un'azione discreta, ma che si è avvalsa dell'enorme credito che ha costruito nel corso degli anni: il presidente Napolitano. *(Applausi dai Gruppi SCpI e PD e dai banchi del Governo).*

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore Scavone. Ne ha facoltà.

SCAVONE *(GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI))*. Signor Presidente del Senato, signor Presidente del Consiglio e del Consiglio dell'Unione europea, membri del Governo, colleghi, l'Italia ha guidato i lavori del Consiglio dell'Unione europea 11 volte dal 1957, anno della firma dei Trattati di Roma. La prima volta nel 1959, con Antonio Segni; da allora, ogni volta l'Italia ha contribuito in maniera

significativa, con tappe fondamentali, al processo di costruzione dell'Unione europea. Ne ricordo alcune: nel dicembre 1975 a Roma si tenne il Consiglio europeo che decise che nel 1978 si sarebbe votato per la prima volta a suffragio universale. Nel giugno 1980 vi fu la dichiarazione di Venezia sul Medio Oriente, che riconosce ai palestinesi il diritto all'autodeterminazione e a tutti, compreso Israele, il diritto all'esistenza e alla sicurezza. Nel giugno 1985, a Milano, si avviò quello che alla fine del 1992 diventerà il Mercato Unico Europeo. E così via fino ad arrivare al 2003, a Roma, con la stesura e l'avvio dell'adozione della versione definitiva della Costituzione europea.

Ora, signor Presidente del Consiglio, non vorrei apparire irriverente, ma mi domando e le domando: per quali motivi potrà mai essere ricordata la sua presidenza europea? Certo, per l'ambizioso programma proposto. Basta consultare Internet per leggere che il programma italiano «è determinato a dare impulso ad una nuova legislatura centrata a fornire risultati concreti e risposte adeguate alle aspettative dei cittadini. Per poter affrontare le sfide politiche, economiche e sociali attuali vi è bisogno di un'Unione europea unita, attiva ed efficace, in grado di prendere decisioni rapide e mirate».

La lotta contro la disoccupazione, in particolare quella giovanile, il rilancio della strategia Europa 2020 per una crescita intelligente, sostenibile e inclusiva come piattaforma per la ripresa economica e l'ulteriore sviluppo della competitività dell'Unione europea, la politica europea in materia di energia e clima, il completamento del mercato unico, il progresso verso un'unione economica e monetaria, la gestione delle frontiere esterne e del difficile problema delle migrazioni nel Mediterraneo sono solo alcuni dei temi di una ricca agenda del politicamente corretto e del moralmente inevitabile che ci è stata descritta come un programma di lavoro rispetto alla quale quanto ella ci ha oggi esposto non può essere descritto come un'attuazione.

Bisogna darle atto, per carità, che buona parte del semestre è trascorso con una Commissione scaduta ed una che faticava a nascere. Mi chiedo però cosa hanno prodotto i consigli tematici? Quanto hanno sollecitato l'azione delle istituzioni europee? Mi perdoni poi se insisto sull'argomento, ma sa, la lingua batte dove il dente duole, come si dice. Cosa avete fatto, o almeno proposto, per il nostro Mezzogiorno, o per dirla meglio per i territori della politica europea di coesione? Abbandonato a se stesso il Sud dell'Italia si limita a scandire il Medioevo prossimo venturo della società italiana. Un futuro di elevata disoccupazione giovanile, di precarietà diffusa, di retrocessione a potenza manifatturiera di secondo livello con un settore pubblico avvitato in un circolo vizioso di alimentazione di spese di sussistenza.

La verità è che quello che sta accadendo all'Unione europea in questi ultimi anni ha poco a che vedere con la crisi economica mondiale e molto con la crisi di un progetto politico e appare a molti come la più diretta sconfessione di un cammino di condivisione fin qui percorso. È probabilmente riconducibile all'esigenza della *leadership* europea, sotto l'evidente egemonia tedesca, di consolidare un assetto sempre più efficiente e sempre più accentrato, anche a costo di perdere qualche pezzo per strada.

Lei oggi con la frase «abbattiamo i muri, costruiamo i ponti» ha evocato La Pira. Meno male che non l'ha ricordata qui perché avrebbe affondato ulteriormente il coltello nella piaga di un ponte, il primo, strutturale che l'Italia aspetta da anni e che lei oggi ha ricordato si realizzerà sul Bosforo grazie alla tecnologia italiana. Quanti altri ponti si dovranno aspettare per il recupero di un Mezzogiorno alla deriva rispetto al quale non cogliamo alcun segnale?

Signor Presidente del Consiglio, nello scorso mese di giugno mi ero permesso di affermare che la presidenza italiana dell'Unione europea sarebbe stata un successo se avesse saputo dare alle genti del Sud Italia, che generosamente si spendono per i profughi nel Mediterraneo (poveri che aiutano i poveri quando i ricchi volgono la testa altrove), un motivo per poter essere orgogliosi di essere italiani ed europei. Mi dispiace oggi dover dire che ella non ce ne ha forniti. *(Applausi dei senatori D'Anna e Candiani)*.

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore Divina. Ne ha facoltà.

DIVINA *(LN-Aut)*. Signor Presidente, presidente Renzi, lei ha esordito parlando di giochi del 2024. Ha fatto po' di confusione. Ha scambiato questa Aula per uno stadio e ha anche anticipato i tempi: sono tra

dieci anni i prossimi giochi. Lei ha alzato la voce, ma noi ci chiediamo per quale platea. Nessuno qua in Aula ha detto le frasi che lei ha citato per cercare un facile applauso. Non abbiamo capito a chi si rivolgeva, se non alla stampa o ai giornalisti. Sappia che questo è poco serio e per piccoli uomini. *(Applausi dai Gruppi LN-Aut eM5S)*.

Finalmente, dopo anni in cui l'Europa parlava di rigore, adesso sembra che si parli di crescita. Peccato che ubbidendo alle direttive dell'Europa noi ci siamo trovati in ginocchio. Ubbidendo all'Europa, uno dei suoi predecessori, Monti, aveva deciso di mettere in ordine i conti. Peccato che mettere in ordine i conti è semplice: basta andare in banca e pagare il debito. Far ripartire l'economia di un Paese è molto più difficile. Monti è un economista e peccato che tutti gli economisti dicano che, in momenti di recessione e di stagnazione, servono politiche di stimolo o, in ogni caso, politiche keynesiane. Noi abbiamo fatto l'esatto opposto. Prendiamo l'ultimo degli imprenditori italiani che sa solo gestire la sua azienda e ditemi se in un momento di difficoltà va a chiudere il mutuo in banca. Va in banca e chiede una dilazione, un differimento come i nostri saggi latini ci suggerivano. *Primum vivere, deinde philosophari*, ma noi abbiamo seguito le direttive dell'Europa. Abbiamo fatto giustamente i nostri compitini. Il problema è che adesso è molto più difficile partire. Sembra che su spinta del presidente Renzi l'Europa cambi corso e, infatti, Juncker decide di mettere in moto 300 miliardi destinati alla crescita. Noi che siamo poveri, piccoli e comprendiamo poco di economia, andiamo a guardare e i 300 miliardi non ci sono. Ce ne sono poco più di 20. Da 20 per arrivare a 300 c'è un moltiplicatore di 15. Ma chi pensate che ci metta gli altri 14? Vorrebbe dire fare politiche di stimolo con il 6,5 per cento d'incentivazione. Vedremo perché vorremmo perderla questa scommessa, ma pensiamo che sarà proprio un grande tuffo nel vuoto.

Per quanto riguarda le sanzioni europee, per seguire l'Europa, abbiamo deciso di sanzionare e siamo stati sanzionati dalla Russia e abbiamo visto che le poche esportazioni che funzionavano in Italia (carni, latticini, frutta e verdura) sono state bloccate. La Cina ha rimpiazzato le nostre mancate forniture in cambio di gas e adesso abbiamo visto che ci abbiamo rimediato la chiusura del progetto di South Stream per cui dipenderemo sempre più per il trasporto del gas da un ramale che passa per la Turchia, che a noi sembra non essere un grande Stato democratico per come si sta comportando e, soprattutto, per i rapporti subdoli che sta tenendo con lo Stato islamico. Forse il nemico comune sono ancora i curdi e si lascia che le cose vadano avanti. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut)*.

Sappiamo cosa significhino terrorismo e fondamentalismo internazionale. Ha citato anche lei ciò che è successo non più di tardi di ieri a Sydney. L'Australia è molto lontana, ma la Libia è davanti a casa nostra. Le coste libiche sono di fronte a noi e noi sappiamo che a Derna è stato istituto un altro califfato e che qualche migliaio di terroristi sono in procinto di partire per le nostre coste. E sappiamo che in Italia sicuramente non vengono a fare vacanze. Di questo non se ne parla e questo Governo sembra che non se ne curi.

Signor Presidente del Consiglio, noi vorremmo che i temi della sicurezza e del sopravvivere della nostra economia siano trattati nel prossimo Consiglio europeo, che siano nella sua agenda e che diventino agenda dell'Europa. Vorremmo che lei li portasse avanti con meno teatralità e con più efficacia. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut)*.

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore Uras. Ne ha facoltà.

URAS *(Misto-SEL)*. Signor Presidente, signor Presidente del Consiglio, io penso che oggi l'Unione europea non esisterebbe senza la cultura, l'iniziativa, la tenace azione politica dell'Italia. Va ricordato: è un merito nostro e della politica italiana.

Detto questo, risultano a noi pressoché totalmente inaccettabili i toni che vengono utilizzati. Mi riferisco ai toni autoritari di chi non è espressione diretta dei popoli dell'Unione europea, ma è espressione indiretta di Governi nazionali spesso deboli nel consenso e contrastati nella politica, e richiama questo e altri Paesi dell'Unione europea al rispetto delle regole in materia economica e di bilancio come se si trattasse di sculacciare un intero popolo per i comportamenti, qualche volta illegittimi qualche volta illegali, che adottano certe burocrazie delle nostre pubbliche amministrazioni, che riguardano alcuni amministratori della cosa pubblica, come pure alcune espressioni della politica

del nostro Paese, ma che non sono il nostro Paese, non sono il nostro popolo e neppure tutta la politica italiana, né tutta l'amministrazione italiana, né tutte le burocrazie, ovvero i servitori dello Stato che operano con attenzione e nell'interesse pubblico.

Noi avevamo salutato, signor Presidente, anche con qualche speranza l'inizio di questo semestre con l'idea di affermare per il nostro Paese un ruolo diverso da quello a cui era stato consegnato negli ultimi anni. Ed è su questo che noi vogliamo approcciare la nostra critica all'azione svolta in questi sei mesi, per la sua non adeguata efficacia rispetto al mutamento delle condizioni.

Si era detto che si sarebbe andati con il bagaglio di un consenso politico elettorale fortissimo che faceva del partito di maggioranza relativa che esprimeva il Presidente del Consiglio il partito democratico e di sinistra più robusto d'Europa, per cui avrebbe dettato regole, comportamenti e aperto scenari. Invece è arrivato un uomo di destra, compromesso sul piano della gestione delle politiche fiscali in Europa, che ha tanto determinato danno a questo Paese e all'insieme dell'Unione europea, e noi ci troviamo ad accettare che faccia i conti in casa nostra: quel signore che non sarebbe dovuto essere il Presidente della Commissione europea proprio per il suo passato di sostenitore dei paradisi fiscali. *(Applausi dai Gruppi Misto-SEL, Misto-ILC e Misto-MovX).* Allora noi aspettavamo, signor Presidente, e aspettiamo ancora un'azione veramente incisiva su questo fronte da parte dell'Italia e del suo Governo. Noi non dobbiamo più accettare che chi ha peccato detti le regole, richiami gli altri; non dobbiamo più accettare che detti le regole chi ha portato questo Paese, l'intera Unione europea e il bacino del Mediterraneo nella confusione, nella disperazione, nell'arretratezza economica più profonda. Le dobbiamo dettare noi, dobbiamo cambiare lo scenario che abbiamo di fronte. Noi vogliamo essere gli artefici di questa nostra politica economica, ma anche della politica economica dell'Unione europea. Basta col sostenere i privilegi di una casta che gioca in borsa e fa il destino dei popoli e li confina alla fame. *(Applausi dai Gruppi Misto-SEL, M5S e LN-Aut).*

Basta con l'accettare procedure che cancellano interi patrimoni di risorse economiche e di vocazioni produttive dei nostri Paesi, a beneficio di idee di sviluppo che inquinano e contaminano il nostro ambiente, senza produrre alcun effetto positivo sul piano della crescita, costringendo l'intero sistema economico europeo a politiche di chiaro stampo recessivo. Pensiamoci, signor Presidente.

L'Italia è ricchissima di potenzialità che stanno nei nostri luoghi, è ricchissima di terra, che oggi vale tanto oro quanto pesa e che varrà ancora di più domani, terra che è la vera ancora per lo sviluppo del futuro e per la soluzione dei problemi di vita del futuro. Non potremo vivere sopra i tettucci delle centrali atomiche e neppure sopra i comignoli delle fabbriche dell'industria tedesca; noi dovremo sfamarci e per fare questo avremo bisogno di risorse agricole rispettate. Dovremo bere e per questo avremo bisogno di fonti incontaminate; dovremo vivere in un ambiente naturale in cui i nostri figli possano conoscere ancora il sole senza essere coperti da una cappa di fumo, così come a Pechino. Abbiamo di fronte una frontiera economica di primissimo piano, vale a dire la tutela dell'ambiente, il suo recupero, il ripristino delle condizioni dei territori compromessi, abbiamo cioè un'economia che si può esportare, uno studio e una ricerca che possono essere utili anche ad altri, a quelli delle economie in pieno sviluppo che, continuando su una strada in cui non vale il prodotto della realizzazione dell'uomo, che è frutto della fatica, ma solo la banconota - per quanto telematica - lasceranno il mondo ormai completamente depredato. *(Applausi dai Gruppi Misto-SEL, M5S e Misto-MovX).*

Basta con chi dà lezioni avendo avuto sempre i piedi al caldo, senza aver mai passato una giornata di sofferenza.

Noi abbiamo un punto di riferimento, vale a dire la capacità di recupero del nostro popolo che, dopo aver attraversato i momenti più tristi, ha rilanciato la propria storia. È questo che dobbiamo recuperare ed imporre anche in ambito europeo.

Signor Presidente del Consiglio, le chiediamo di farsi artefice di questo nostro desiderio. *(Applausi dai Gruppi Misto-SEL, M5S e Misto-MovX).*

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore Compagna. Ne ha facoltà.

COMPAGNA *(AP (NCD-UDC))*. Signor Presidente, onorevole Presidente del Consiglio, è un

appuntamento importante quello del Consiglio europeo, anche se purtroppo, ieri da Sydney ed oggi dal Pakistan, abbiamo visto come questo appuntamento del «piccolo nostro mondo antico» sia stato incalzato da cronache di terrorismo davvero orribili.

Abbiamo molto apprezzato qualche minuto fa il passaggio nel quale in Presidente del Consiglio ha voluto che come italiani non fossimo secondi a nessuno nell'esprimere il dolore per gli oltre 100 bambini pakistani che non ci sono più.

Proprio alla luce di questo sentimento, ma su tutt'altro piano, signor Presidente del Consiglio, il nostro Gruppo si permette di chiedere senza urlare, con discrezione e partecipazione, la massima attenzione del Governo europeo e della politica estera europea al destino di due sottoufficiali italiani maltrattati nelle ultime ore dal Governo di Nuova Delhi. *(Applausi dai Gruppi AP (NCD-UDC), M5S, Misto-MovX e del senatore Zin)*.

Ora, la vicenda che stiamo attraversando in Europa è stata ben riassunta, questa mattina, da un uomo che nell'Aula del Senato abbiamo avuto più volte modo di apprezzare. Mi riferisco a Enzo Moavero Milanesi, il quale in un articolo pubblicato sul «Corriere della Sera» fa notare quanto la febbre antieuropea sia diventata forte, anzi fortissima, fino ad accreditare speranze politiche in posizioni che per settant'anni sono state abbastanza periferiche. Già, ma nello stesso tempo, Moavero Milanesi ci invita a domandarci: certo, l'Unione europea si può sciogliere, ma poi dove andiamo?

E allora, quei due temi dell'agenda europea, la crescita, gli investimenti e insieme le riforme strutturali, diventano temi ai quali agganciarci.

È giusta la considerazione che nessuno, né la generazione che ci ha regalato settant'anni di pace, poteva prevedere che l'unità tedesca si facesse prima e con maggiore coesione dell'unità europea. C'è stato anche un riferimento in questo senso nelle parole del Presidente del Consiglio ed un riferimento più vasto e più intelligente l'ho trovato nel discorso pronunciato dal presidente Napolitano a Torino, cinque giorni fa, insieme al Presidente della Repubblica tedesca, che ha affrontato devo dire con una certa trita banalità il tema della Germania in Europa.

Giorgio Napolitano, citando Benedetto Croce e non Luigi Einaudi, ha ricordato come la Germania possa e debba essere nazione amica; quando pretende di diventare nazione egemone si addensano giorni bui, per la Germania in primo luogo.

Questo punto di vista, per il quale stamattina sul «Corriere della Sera» Enzo Moavero Milanesi continua a dirsi europeista, è irrinunciabile e bene fa il Governo italiano a riproporselo a questo vertice, ma bisogna anche dire che se vuole essere una costruzione politica l'Europa non può avere al suo vertice la moneta.

La moneta può essere un elemento importante, ma non è da essa che può venire coesione politica e per essere soggetti politici in tempi di Cina, di Russia e di India, di America e di Brasile, di cultura dei grandi soggetti politici, l'Europa deve essere più che mai un riferimento irrinunciabile. Ma perché possa esserlo davvero, bisogna che la Mogherini sia davvero alla testa di una politica europea.

Signor Presidente del Consiglio, mi consenta di concludere con due riferimenti che lei ha fatto tra parentesi, quasi a bassa voce e che per noi sono irrinunciabili. Il primo è la difesa europea, in termini non diversi da quelli ai quali avevano pensato De Gasperi e Pacciardi nel 1953 e che la Francia bloccò.

L'altro, glielo dico proprio come fiorentino, e quindi come europeo migliore di un napoletano, è la cultura di una nuova diplomazia europea, che abbia nell'istituto di Fiesole quel riferimento scolastico universitario lasciato opaco per tanti anni, e invece da non lasciar cadere. *(Applausi dal Gruppo AP (NCD-UDC))*.

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore Molinari. Ne ha facoltà.

MOLINARI *(M5S)*. Signor Presidente, signor Presidente del Consiglio, onorevoli colleghi, com'è ormai pacifico, la peggiore crisi economica e finanziaria della recente storia ed in cui ancora stentiamo a galleggiare, ha visto, da parte dell'Unione europea, l'inutilità di ogni sforzo diretto, prima ad evitarla e, dopo, a scongiurarne gli effetti negativi: ogni parola diretta a confutare questa semplice realtà è contraddetta dai fatti.

Una crisi subita anche per colpa di una classe dirigente - la nostra - che ci ha portato in una falsa terra promessa, quella di questo euro, illudendoci che a quei sacrifici sostenuti per arrivarci avrebbe fatto seguito un futuro benessere. La comunicazione della Commissione del 28 novembre scorso parla una lingua che noi italiani, per averla sentita dai nostri Governi, conosciamo molto bene: quella delle mezze verità.

È certo, invece, che in Europa, il modesto aumento di produttività, il basso livello di investimenti e l'elevato livello di disoccupazione strutturale limitano le prospettive di crescita europee, che sono, tutte, il frutto delle scelte di austerità assunte per far fronte a questi anni di crisi.

Ma non è bastato, ora si vogliono vendere, e lo abbiamo sentito anche stamattina, l'insediamento della nuova Commissione (il cui Presidente è uno dei più rappresentativi personaggi del vecchio regime dell'Eurogruppo) e il suo programma - un programma che dice di portare in dote oltre 315 miliardi - come salvifici: è l'ennesima bufala! Di soldi veri, in realtà, si mette a disposizione giusto qualche decina di miliardi, trovati nelle pieghe del già magro bilancio europeo: tutto il resto viene rimesso alle forze taumaturgiche delle leve finanziarie.

È l'ennesimo gioco delle tre carte sulla pelle dei cittadini europei. In pratica continueremo a fare finta di niente, facendo affidamento sulla sola BCE e nei limiti del suo mandato originario. I soloni del pareggio di bilancio tacciono ora di fronte a dati - peraltro complessivi e non rappresentativi di situazioni localmente assai più gravi - sintomatici dei guasti prodotti dalle loro previsioni strutturali, il cui ottimismo si è perso sulla carta. *(Il senatore Marcucci interloquisce con il presidente Renzi)*.

CANDIANI *(LN-Aut)*. Un po' di rispetto per l'Aula!

VOLPI *(LN-Aut)*. Insomma, presti attenzione.

MOLINARI *(M5S)*. Mentre si inventavano regolamenti tesi ad applicare il cappio del *fiscal compact* (con i loro tristi corollari) e strumenti pattizi per ricattare gli Stati usurati da pessime classi politiche e dalla mancanza di risorse, un continente rimaneva fermo al palo per soddisfare gli egoismi di una sua parte, quel 10 per cento della popolazione che ha visto continuare ad aumentare il suo reddito, con buona pace di una classe media in via d'estinzione.

Nel frattempo i consumi delle famiglie e le aspettative delle imprese venivano sacrificate da chi, per tutelare una finanza speculativa e spregiudicata, all'ombra del sistema bancario, bruciava la liquidità del sistema, che occorreva invece destinare al rinnovo delle infrastrutture, della tecnologia, dell'istruzione per 1'innovazione, piuttosto che all'aiuto ad un sistema finanziario-bancario, sostenendo che così si favoriva il sistema economico nel suo complesso: cos'è rimasto di quelle false certezze?

Per salvare i privilegi di un sistema finanziario e bancario corrotto è stata compromessa la capacità produttiva dell'Europa e sono state distrutte le speranze di chi, per sopravvivere, non ha altro da offrire che la propria forza lavoro: come si fa ad avere il coraggio, ora, di venire a parlare di voler salvaguardare le potenzialità di crescita dell'Europa?

Ma in Italia, con questi ultimi tre Governi, siamo ossequiosi e la Commissione può stare tranquilla: le attese riforme strutturali dei mercati dei beni e dei servizi e del mercato del lavoro saranno attuate, ancora una volta, a spese dei lavoratori: e a garantirlo sarà il *jobs act*!

Sentire ancora parlare di strategie di bilancio e di crescita impostate al risanamento coniugate con la crescita economica e con il solito rigore ricorda un po' quelle improbabili diete dove si promette di dimagrire mangiando sempre le stesse minestre.

Ma in Europa dove pensavano che prendessero le risorse gli Stati per rientrare dei debiti elevati, se non dall'aumento delle imposte e dalla diminuzione di investimenti pubblici e prestazioni sociali e dal *dumping* salariale?

Ci sembra che quest'ennesimo semestre europeo sia stata l'ennesima occasione persa dall'Italia e dall'Europa per poter sperare in un'Europa diversa, con in più la sgradevole sensazione di essere presi in giro per quello che trapela dalla cattiva coscienza dell'istituzione europea e che potrebbe farci dire: «Ve l'avevamo detto!».

Signor Presidente del Consiglio, le ripeto l'interrogativo che avevo posto in occasione della Nota di

aggiornamento al DEF: l'Europa senza l'Italia non esisterà, ma conviene all'Italia questa Europa? Ecco, si ponga questa domanda durante il suo viaggio a Bruxelles, perché molti nostri concittadini stanno cominciando a porsela. La colpa è di chi ha perso di vista l'ideale europeo, che non era quello di creare l'ennesimo organo sovranazionale di fronte al quale sbattere i tacchi, ma di rendere pacifica la convivenza di popoli che speravano in un futuro di pace e libertà fra pari e che, purtroppo, la classe dirigente europea ha tradito rimettendo ogni decisione in mano a tecnocrati, trasformando il sogno di Spinelli in un incubo.

È arrivato il momento, in Europa, di tornare a parlare di politica e di ridiscutere i patti per rilanciare quel disegno originario, oppure a patirne le conseguenze saranno i nostri figli, perché all'orizzonte stanno tornando fantasmi che pensavamo di aver relegato nel più buio passato recente della nostra storia. *(Applausi dal Gruppo M5S)*.

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore Malan. Ne ha facoltà.

MALAN *(FI-PdL XVII)*. Signor Presidente, signor Presidente del Consiglio, signora Ministro, signori Sottosegretari, colleghi, questo semestre europeo a guida italiana mi pare si stia concludendo all'incirca nel modo in cui è iniziato: con un discorso molto generico, per la verità ancora più generico di quello che ci fu all'inizio del semestre. Oggi ci saremmo aspettati di ascoltare i risultati, invece questi sei mesi sono stati molto preannunciati nelle aspettative, ma poco realizzati. Di risultati quindi non ne sentiamo perché purtroppo non ce ne sono.

Certo, lei ci ha detto, signor Presidente del Consiglio, che il 13 gennaio è il momento in cui fare il consuntivo, e noi ci auguriamo, per il bene del nostro amato Paese, che in questi quindici giorni, incluse le festività che mancano alla fine del semestre, arrivino i risultati che non sono arrivati fino ad oggi. Il principale risultato pare essere il piano Juncker, che evidentemente, come indica il nome stesso, non è certamente una cosa di origine italiana, con i famosi 300 miliardi (per la precisione sarebbero 315) che però sono frutto di un calcolo fatto di speranze. I fondi che effettivamente mette l'Unione europea sono invece 21 miliardi in tre anni; gli altri miliardi, quasi 300, sono presuntivamente quello che dovrebbe venire fuori con il calcolo della leva finanziaria, da questo investimento di 21 miliardi.

Stiamo parlando di 7 miliardi all'anno: 1,14 euro al mese per ogni cittadino dell'Unione europea, quando i cittadini italiani, mediamente, solo di tasse sulla casa ne pagano 35 al mese. Allora è veramente una goccia e forse non è neppure una goccia. Come aspettarsi che questi 21 miliardi di investimenti a livello di Unione europea ne mobilitino altri 300, quando ad esempio non si è ottenuta una cosa molto semplice su cui era stato assunto un impegno: mi riferisco al fatto che il cofinanziamento dei fondi europei da parte degli enti locali italiani, Regioni incluse, naturalmente, non fosse conteggiato ai fini del Patto di stabilità. Nulla si è mosso in questa direzione, ed è una delle tante ragioni per cui questi soldi, se mai verranno, difficilmente verranno impiegati e tanto meno genereranno una moltiplicazione di investimenti privati.

Cosa è stato realizzato sul *made in Italy*, che è una delle nostre priorità? Noi dobbiamo sicuramente puntare sulle cose positive e straordinarie che ha il nostro Paese, ma le norme europee - come sappiamo, molte ben indirizzate anche da potentissime compagnie e aziende internazionali, magari generose di finanziamenti verso determinati soggetti politici - hanno interesse invece ad appiattire tutto, anche se la straordinaria qualità italiana viene riconosciuta in tutto il mondo. Anzi, se c'è un Paese dov'è riconosciuta di meno è proprio l'Italia. Altrove tutti la portano come esempio di qualità, ma noi lasciamo che sia banalizzata, appiattita, addirittura a volte annullata da norme europee per cui gli ottimi prodotti (in particolare dell'agricoltura, ma anche nella moda e in mille altri settori) italiani perdono di fatto questa dizione, magari con il contentino di poter assumere il marchio *made in Europe*. Pensate un po': *made in Europe*! Ma chi comprerebbe la pasta estone o il prosciutto svedese?

Cosa è stato fatto - sarò brevissimo su questo, perché sono d'accordo che non se ne dovrebbe parlare molto, ma si dovrebbe fare qualcosa - in merito alla questione dei marò, con la Presidenza dell'Unione europea? Si tratta di due soldati europei che sono trattenuti, ormai da troppo tempo, e che se si desse per assodato, se si concedesse che abbiano effettivamente commesso il reato, sia per le norme italiane,

sia per quelle indiane non potrebbero in alcun modo essere più trattenuti in regime di carcerazione preventiva. Lo ripeto: né per la legge indiana, né per la legge italiana. Su questo, anche insieme al senatore Manconi, abbiamo presentato più di una interrogazione, alla quale non abbiamo ricevuto risposta, ma ci interesserebbe conseguire il risultato e il risultato non c'è.

Per quanto riguarda l'immigrazione, cosa è stato ottenuto? L'immigrazione non è il problema di qualche forza politica o di qualche quartiere di Roma, ma è un problema che i nostri concittadini sentono. In un periodo nel quale vengono lesinati e a volte tolti determinati supporti sociali e vitali per le nostre famiglie, centinaia di migliaia di persone che vengono dall'estero a decine di migliaia mese dopo mese una volta che sono nel nostro Paese fruiscono di sostegni molto maggiori di quelli di cui godono le nostre famiglie. Non è una questione di razzismo o di altro, ma si tratta di capire, se ci sono dei soldi, se sia il caso di utilizzarli per incentivare queste persone a venire nel nostro Paese e magari pagarle anche se fanno tanti figli, come si fa adesso con la legge di stabilità, o se con essi si debba piuttosto adottare un approccio diverso, aiutando prima le famiglie italiane.

Un altro problema su cui non vediamo alcun risultato è un problema fondamentale per l'Unione europea: il *surplus* della Germania. Ci sono dei Paesi, inclusa l'Italia, che hanno superato determinati parametri, ma il parametro del *surplus* commerciale è un parametro più importante degli altri. Anche se apparentemente è virtuoso il fatto che due Paesi come la Germania e l'Olanda (quasi solo questi) esportino molto ed importino poco, il problema è che ciò significa che in questo modo la Germania usa la rigidità dell'euro per ottenere un risultato che senza euro non potrebbe mai conseguire, cioè esportare molto più di quel che importa senza perdere concorrenzialità a causa dell'apprezzamento delle moneta, mentre se fossimo nella situazione precedente il marco avrebbe aumentato molto il proprio valore sulla lira e almeno il nostro Paese sarebbe più competitivo. Purtroppo, però, neanche questo aspetto risulta che sia stato seriamente affrontato.

Le sue parole riguardo al terrorismo islamico ci trovano sicuramente tutti concordi: è una minaccia gravissima ed è giusto che lei abbia fatto un forte richiamo su questo punto, ma in concreto qual è l'azione più importante sviluppata dall'Unione europea in questi sei mesi? Le sanzioni alla Russia, che sicuramente non rappresenta neanche lontanamente quel pericolo che costituisce lo Stato islamico e che certamente è un *partner* economico importantissimo per l'Unione europea, *in primis* per l'Italia, che ha un interscambio con la Russia simile a quello degli Stati Uniti d'America in termini di dimensioni non proporzionali ma assolute.

Come si può pensare, allora, che l'azione più importante sia quella contro la Russia? Lei stesso, signor Presidente, si è espresso pubblicamente contro le sanzioni, ma purtroppo nel momento in cui lei presiede il Consiglio europeo, le sanzioni ci sono e danneggiano soprattutto l'economia italiana. Credo peraltro che siano solo un vantaggio per quel famoso Stato islamico di cui lei ha giustamente ricordato la pericolosità.

È giusto anche avere questa visione positiva dell'Europa, il che non vuole dire non essere critici sulle cose che l'Europa sbaglia; ma l'Europa va presa tutta intera, prenderne soprattutto il buono. L'Europa, ad esempio, ci chiederebbe di pagare i debiti della pubblica amministrazione. Ce lo avrebbe chiesto sempre, ma in particolare quando il Governo ha assunto un impegno preciso ed invece dei 68 miliardi è stata pagata solo una piccola parte, a quanto pare meno di un terzo.

Ci dovrebbe essere la concorrenza, che una società sia pubblica o che non lo sia, che essa gestisca già oggi dei beni per conto dello Stato o che sia una società nuova. Noi avevamo fatto un'ottima legge, anche sulla base delle norme europee, affinché le società partecipate entrassero in concorrenza con le altre società: al di là della scelta di abolirle o di tagliarle, se una società partecipata è concorrenziale, va benissimo. C'è stato però un *referendum* per abolire questa norma e ora tali società permangono indisturbate. Chissà perché? L'Unione europea imporrebbe lo svolgimento delle gare per dare in concessione, ad esempio, le autostrade (si tratta di un affare da 40-50 miliardi di euro), ma con una norma contenuta nel cosiddetto decreto sblocca Italia, si è tentato di prorogare queste concessioni, con un profitto per dei gruppi individuabilissimi, che sono proprio quelli che già oggi gestiscono le autostrade senza aver mai vinto una gara.

Purtroppo, questo semestre si conclude evidenziando un altro problema: presidente Renzi, lei è il Presidente del Consiglio con il minor sostegno parlamentare che sia mai stato nei consessi europei, perché con i pareri resi questa mattina alla Camera dei deputati e ad inizio semestre ha completamente impedito a se stesso e al nostro Paese di poter avere un Presidente del Consiglio che si reca nei consessi europei forte di un vasto appoggio parlamentare. Presidente Renzi, lei si accontenta della maggioranza e non stiamo a vedere come questa maggioranza si sia formata. Lei si accontenta della maggioranza - e questo non era mai avvenuto prima -esprimendo un parere favorevole esclusivamente all'approvazione nuda e cruda delle sue dichiarazioni e dando un parere genericamente contrario a tutto il resto. Purtroppo ci sarebbe bisogno di un'Italia più forte. *(Applausi dal Gruppo FI-PdL XVII)*.

PRESIDENTE. È iscritta a parlare la senatrice Fedeli. Ne ha facoltà.

FEDELI *(PD)*. Signor Presidente, signor Presidente del Consiglio, intanto la voglio ringraziare perché non considero così usuale iniziare il dibattito sull'incontro europeo che si terrà nei prossimi giorni citando il tragico episodio avvenuto questa mattina in Pakistan, accompagnato purtroppo dall'altro tragico episodio, anche se magari non delle stesse dimensioni, avvenuto ieri in Australia. Con ciò si vuole segnalare un primo passaggio, per un rilancio politico e di cultura politica ideale, che a mio avviso è importante, ovvero che l'Europa ci serve come dimensione per stare nel mondo globale e che la politica estera - la più unitaria e forte possibile - ci serve esattamente per contrastare le violazioni dei diritti umani e il terrorismo. Questo passaggio mi ha colpito: anche se può sembrare una cosa scontata, questo è un primo passaggio dell'anima di ciascuno di noi, perché nel 2014 - anche se ciò non valeva nemmeno negli anni 2000 e negli anni precedenti - non possiamo più immaginare di non avere un collegamento e un'interdipendenza. Siamo interdipendenti da tutti i punti di vista, e la nostra cultura, la storia dell'Europa e il rispetto dei diritti umani e della pace - per cui ritengo che tutti e tutte operiamo in quest'Aula - devono portare a riconoscere l'importanza di questo aspetto. Non si è trattato dunque di una scelta scontata e questo tema sarebbe potuto restare fuori dall'intervento del Presidente del Consiglio, in apertura del dibattito. Apprezzo dunque tale scelta, proprio perché credo sia collegata alla dimensione europea.

C'è una seconda riflessione che voglio proporre e che è contenuta anche nelle comunicazioni rese dal Presidente del Consiglio. Mi rivolgo in particolare al senatore Malan, che intervenendo appena prima di me ha criticato molto il piano Juncker: avevo capito, senatore Malan, che lei fa parte di quella stessa parte politica. Lo dico perché, francamente, dovremmo essere reciprocamente impegnati, almeno come Paese, fuori dalle nostre frontiere, a determinare insieme quello che, insieme, riteniamo essere fondamentale per l'Europa. Faccio questa riflessione, non per astratta polemica, ma perché sono convinta di un passaggio di cui non c'è ancora grande consapevolezza, nemmeno nel nostro Paese. Forse - anzi, sicuramente - in questa Assemblea questa consapevolezza c'è, ma non c'è complessivamente nel Paese.

Guardate che quello che si sta giocando come scontro politico in Europa, tra una Europa dei conti e dei parametri che è rimasta la stessa e continua a voler rimanere tale e a non essere l'Europa della crescita e del lavoro, esiste e non è scomparso.

Allo stesso modo, con le ultime elezioni europee, si è affacciata un'altra parte di Europa significativa, per fortuna non maggioritaria nei diversi Paesi, che in realtà pensa che, di fronte ai problemi effettivamente creati dall'Europa del solo rigore, si possano affrontare i temi della crescita e del lavoro disfacendosi dell'Europa.

In questo senso nel nostro Paese, certe questioni sono state poste a partire dalle elezioni del 25 maggio di quest'anno, che hanno dato un pezzo di forza in più al Partito Democratico, all'interno del Partito socialista europeo il quale pone il tema della crescita, del lavoro e dell'occupazione.

La riflessione semplice e banale che ho fatto negli anni precedenti, e che voglio fare con voi in questa sede, è la seguente: se lo scontro in Europa è questo, che ciascuno di noi con le sue diverse sfumature afferma, la prima cosa di cui dare atto - secondo me - a questo Governo è oggettivamente il fatto che ha preso parte al percorso più difficile di costruzione della nuova Commissione europea e con determinazione. Secondo me, se avessimo avuto e avremo alle spalle anche successivamente tutto il

Paese unito su questo, avremo più forza a determinare e a far realizzare esattamente quel cambiamento. È l'interesse del Paese che viene prima del singolo interesse di parte.

Su questo penso sia importante intanto affermare che quella europea è, per le politiche economiche e sociali, la dimensione su cui misurarsi: il sistema Paese diventa più forte e più autorevole, se si presenta unito su questi terreni. In casa nostra, poi, possiamo fare tutte le differenze politiche - ci mancherebbe altro - e combattere tutte le battaglie politiche, sane e legittime.

Io penso che il Governo abbia portato a casa questo risultato. Il Presidente del Consiglio dice che ci sono solo parole. Mi permetto di dire, Presidente, conoscendo la dimensione europea da un altro versante grazie alla mia precedente esperienza, quanto segue. Il fatto che Juncker abbia comunque ceduto (certo, sotto la pressione rispetto anche alla sua elezione determinata dai numeri, ovviamente democratici, del Parlamento europeo) sulle necessità di assumere il tema degli investimenti fuori dal patto di stabilità, sul valore di quei *driver* che sottolineano la crescita per l'occupazione di tipo qualitativo e quindi sostenibile, pur continuando a ritenere politicamente nei propri Paesi che l'Europa dei numeri, dei parametri e dell'austerità va invece bene, penso sia un fatto politico importante. Bisogna comprendere che si tratta di un fatto politico importante su cui fermarsi e portare a casa un risultato (per poi ovviamente non fermarsi, ma andare avanti). Se posso permettermi di dirlo, qualche volta in Europa ci dicevano, mentre sostenevamo queste cose, che non eravamo credibili perché in qualche modo non avevamo tutto il Paese dietro di noi; al contrario, questo dobbiamo saperlo affermare con grande forza, perché si tratta di un pezzo dell'autorevolezza e della reputazione che ha un Paese all'interno di questa dimensione.

Desidero svolgere due ultime riflessioni, Presidente. Anche qui - come lei dice giustamente - faremo l'ultima valutazione in merito ai sei mesi. Stiamo parlando di sei mesi di una Presidenza e non di cinque anni di una responsabilità politica dell'Europa *(Applausi dal Gruppo PD)*. Quando si parla, bisogna sapere di che cosa si parla. Allora, concluderemo questi sei mesi, discuteremo e vedremo anche come andrà il prossimo Consiglio; per cui il 13 gennaio ci vedremo su questo terreno.

Voglio sottolineare un altro punto. Alcune cose sono state raggiunte. Ci sono cose, Presidente, importanti, legate agli obiettivi già dichiarati anche all'interno del piano di investimenti che sono rimaste aperte, su cui dovremo lavorare anche dopo il semestre europeo, perché la nostra capacità di stare in Europa non finirà. Anzi, ci dovremo stare di più e cito due aspetti che reputo collegati alla qualità degli investimenti e alla effettiva creazione di lavoro. Uno riguarda - veniva citato da altri in altro modo, io lo cito per come lo conosco - le nuove politiche di investimento, che creano sostenibilità e competitività sostenibile a tutto il sistema europeo, quindi che creano lavoro credibile e di futuro; ma esse hanno bisogno anche che noi teniamo aperto il fronte delle regole reciproche per il commercio internazionale. Non si può continuare a chiedere al manifatturiero e all'industria di investire sull'innovazione e sulla ricerca che crea lavoro e poi non avere pari condizioni nella competizione globale. Guardate, questo è un tema di democrazia e di collegamento sulla questione. *(Applausi dal Gruppi PD)*.

Il secondo ed ultimo elemento riguarda tutto ciò che di importantissimo in questa fase si sta facendo sul rapporto e sul nuovo accordo di libero scambio tra l'Europa e gli Stati Uniti d'America. Signor Presidente, questo è un tema delicatissimo, lo sappiamo: è un tema che contiene terreni molto difficili e contraddizioni. In questo senso, io penso che anche questo sia un tema di seria attenzione; esso riguarda tutta l'Europa e i suoi principi fondamentali, ma riguarda ovviamente in particolare i Paesi produttori di qualità, che vogliono stare nel mondo con pari regole, che non vogliono protezione, ma vogliono pari regole. Anche questo è un elemento fondamentale.

Signor Presidente del Consiglio, vada avanti con il suo lavoro, come ha fatto con determinazione fino ad oggi, perché è chi crede nell'Europa che può cambiare e rilanciare questa Europa. *(Applausi dal Gruppo PD e dai banchi del Governo)*.

PRESIDENTE. Dichiaro chiusa la discussione sulle comunicazioni del Presidente del Consiglio dei ministri.

Comunico all'Assemblea che sono state presentate le proposte di risoluzione n. 1, dal senatore

Calderoli, n. 2, dai senatori Zanda, Sacconi, Zeller, Susta e Di Biagio, n. 3, dalla senatrice De Petris e da altri senatori, n. 4, dal senatore Candiani e da altri senatori, n. 5, dal senatore Airola e da altri senatori, e n. 6, dal senatore Paolo Romani e da altri senatori. I testi sono in distribuzione.

Poiché il Presidente del Consiglio dei ministri rinuncia ad intervenire in replica, chiedo al Governo di esprimere il parere sulle proposte di risoluzione presentate.

BOSCHI, *ministro per le riforme costituzionali e i rapporti con il Parlamento*. Signor Presidente, esprimo parere contrario sulla proposta di risoluzione n. 1, parere favorevole sulla proposta di risoluzione n. 2 e parere contrario sulle proposte di risoluzione nn. 3, 4, 5 e 6.

PRESIDENTE. Passiamo alle votazioni.

DI BIAGIO *(PI)*. Domando di parlare per dichiarazione di voto.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà!

DI BIAGIO *(PI)*. Signor Presidente, onorevoli colleghi, ringrazio il Presidente del Consiglio per aver condiviso in questa Aula gli intendimenti con i quali il nostro Paese si presenterà nei prossimi giorni al Consiglio europeo. Come lei stesso ha affermato, signor Presidente del Consiglio, due saranno i temi rilevanti del prossimo Consiglio europeo: la politica estera e la politica degli investimenti.

Per quanto riguarda lo scorso 26 novembre, Juncker, presentando il piano dei 300 miliardi, ha affermato che quest'anno natale arriverà presto. In questo annuncio sono chiaramente condivisibili le intenzioni di mandare un messaggio all'Europa e al resto del mondo: l'Europa è di nuovo in pista. In effetti l'Europa non è mai stata fuori pista; siamo il vecchio continente, a cui tutti guardano come al vecchio saggio. Dobbiamo dare merito però all'Italia di aver riportato con forza il tema della crescita al centro dell'Europa. E la crescita, soprattutto in una fase di stagnazione come quella che stiamo attraversando, non può prescindere da un aumento cospicuo degli investimenti.

Il piano Juncker, che il prossimo Consiglio europeo dovrà approvare, prevede un fondo europeo per gli investimenti strategici, con una dotazione di 13 miliardi di euro, 8 della Commissione e 5 della BEI. Questi fondi verranno utilizzati quale prima garanzia offerta ai privati per il rischio di eventuali perdite nei progetti di investimento. L'obiettivo dichiarato è stimolare l'investimento privato, senza creare ulteriore debito. Certo, è difficile valutare la probabilità che si raggiunga il totale previsto di 315 miliardi di nuovi investimenti partendo da 13 miliardi ma, al momento, il piano è l'unico progetto europeo di investimento e in quanto tale va accolto con favore.

Questo Consiglio europeo sarà anche l'ultimo che vedrà l'Italia presidente di turno. Aspettiamo gennaio per fare un bilancio del semestre a Presidenza italiana. Tuttavia, possiamo certamente condividere quanto più volte affermato dal Governo, ovvero che il semestre non è costituito solamente dai cinque mesi compresi tra luglio e l'inizio di dicembre: il semestre è costituito da sei mesi, ma anche dai cinque anni di legislatura europea. Condividiamo fortemente l'approccio del Governo, poiché le scelte europee sono frutto di un processo democratico che vede coinvolti 18 Paesi a valuta euro e 28 Paesi in totale.

L'Europa non è ultimata, è un processo in continua evoluzione ed i processi hanno bisogno di tempi lunghi di decisione: non basta certamente un semestre. Questo deve spingere l'Italia a non abbassare mai la guardia su temi rilevanti, come la crescita e la riduzione delle disuguaglianze.

Per fare questo però l'Italia, come lei stesso da sempre afferma signor Presidente del Consiglio, deve continuare a puntare sulla credibilità, sulla reputazione. Questo perché l'assenza di credibilità è strettamente legata all'assenza di reputazione, all'incapacità delle autorità di mantenere gli impegni assunti, dimostrando incoerenza tra annunci e fatti.

L'Italia sta facendo un grande lavoro per recuperare la credibilità perduta, un lavoro che non si esaurisce con il semestre ma che deve andare avanti nel tempo.

Proprio grazie a questa credibilità recuperata, signor Presidente del Consiglio, le sottopongo una questione di copertura. Il piano Juncker prevede infatti che 6 dei 13 miliardi stanziati dal bilancio europeo siano stornati dal programma Horizon 2020, un programma per il finanziamento della ricerca. Noi crediamo che occorra una seria riflessione al riguardo. Riducendo infatti le risorse dedicate alla

ricerca, la Commissione replica lo stesso messaggio dei Governi italiani passati: non credere nel capitale umano quale volano della crescita.

Sappiamo quanto lei abbia fatto dell'istruzione, della scuola, della ricerca i suoi cavalli di battaglia. Le chiediamo quindi di sostenere le stesse argomentazioni al Consiglio europeo per evitare tagli alla ricerca di base e di prima applicazione fatta nelle università e nei centri pubblici e privati che vivono grazie alla capacità di acquisire, su base competitiva, finanziamenti che vengono in buona misura da Horizon 2020.

Vi è poi un altro aspetto da considerare, signor Presidente. La ricerca europea di base, insieme al programma Erasmus, è un potente antidoto alla crescente frammentazione europea. È un contributo incalcolabile alla coesione umana e sociale, prima ancora che intellettuale, di cui ha più che mai bisogno l'Europa nel suo processo di completamento verso una vera unione economica, monetaria, fiscale e dei capitali.

Sappiamo che lei, signor Presidente del Consiglio, condivide questa necessità e siamo pronti a sostenere tutte le iniziative per rilanciare il nostro Paese anche su questo fronte. Ben vengano, anche in questo senso, le nuove occasioni di attrarre investimenti e declinare finanziamenti aprendo nuovi orizzonti di partenariato e cooperazione, come quelli che nasceranno dagli accordi di politica energetica.

Gli scenari che si aprono, in politica energetica come in politica estera, con le sfide importanti che abbiamo davanti ci chiamano a elaborare strategie coraggiose e, allo stesso tempo, costituiscono l'occasione per riappropriarci dell'Unione europea che abbiamo scelto e di cui siamo parte.

In questo quadro, sosteniamo quanto da lei evidenziato e le rinnoviamo con convinzione la fiducia e il supporto nelle sfide che ci attendono. Per questo, condividendone pienamente i contenuti, dichiaro il voto favorevole del Gruppo PI alla proposta di risoluzione presentata dalla nostra maggioranza. *(Applausi dal Gruppo PD e del senatore Marino Luigi)*.

D'ANNA *(GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI))*. Domando di parlare per dichiarazione di voto.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

D'ANNA *(GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI))*. Signor Presidente, non avrò alate parole come qualcuno, in maniera abbastanza incongrua, sotto il profilo della comprensione e della completezza, ha finora fatto.

Non voglio scomodare né Altiero Spinelli, né il buon Luigi Sturzo quando ci richiamavano all'idea di un mercato comune che deve essenzialmente correggere i guasti dello statalismo. Siamo alla presenza di un Presidente del Consiglio che non risponde ad una domanda, così come non hanno risposto i due predecessori, su quale tipo di Governo presieda. È un Governo di matrice socialdemocratica, socialista, liberale o comunista? Vorrei chiedergli se vuole, in effetti, governare questo Paese aggredendo i veri nodi del debito e della spesa parassitaria in uno Stato che somiglia irrimediabilmente a quello che 40 anni fa fu edificato con la leva della spesa pubblica e del debito pubblico. Volevo quindi chiedere al Presidente del Consiglio dell'Unione europea, che con grande baldanzosità venne a manifestare bellicosi propositi sulle opportunità che l'Italia avrebbe colto attraverso il suo turno di Presidenza, quali sono i risultati che ha portato a casa. Io non ho capito quali siano. Abbiamo visto dei discorsi che - mi consentirà di dire il presidente Renzi - sembravano degli anacoluti, delle frasi sintatticamente perfette, ma non attinenti alla relazione che lui doveva fare in questa Aula. Ha portato la ridefinizione dei vincoli di Maastricht? No. Ha ottenuto lo scorporo delle spese di investimento nel rapporto debito-PIL? No. Ha ottenuto che la Banca centrale europea, a tutela della moneta, potesse battere moneta e, quindi, risollevare questo Paese da una crisi essenzialmente monetaria, in quanto non ci sono materialmente i soldi da spendere? No. Ha ottenuto qualcosa di significativo da questa Presidenza? No. Queste sono le cose che la gente si aspetta di sentire.

Il resto, consentitemi di dire, è sfoggio di accademia. Mi dispiace per il senatore Monti: se la gente si allontana dalla politica è perché non la comprende. Le voglio invece dare un motivo di riflessione. Signor Presidente del Consiglio, l'Unione europea ha emanato una norma che vieta l'uso del tabacco

Burley, quello che tiene accesa la sigaretta. Il 100 per cento di quel tabacco viene prodotto in Campania, in Puglia e nelle Regioni meridionali. Questa norma manda in mezzo alla strada decine di migliaia di aziende familiari che coltivano il tabacco Burley e dal quale traggono sostentamento. Da qui al 31 dicembre faccia questa cosa e lasci perdere La Pira, che lei non ha mai letto e studiato. Si legga don Lorenzo Milani, che diceva che la più grande delle ingiustizie è fare parti uguali da disuguali. Vada a Bruxelles e realizzi almeno una delle 100 cose che ha promesso. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut)*.

ZELLER *(Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE)*. Domando di parlare per dichiarazione di voto.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

ZELLER *(Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE)*. Signor Presidente, sarò molto più breve degli otto minuti assegnatimi.

A nome del Gruppo per le Autonomie-PSI-MAIE, voglio innanzitutto ringraziare il presidente del Consiglio Renzi per l'ottimo lavoro svolto in sede europea, in particolare in questo semestre di Presidenza italiana. È infatti innegabile che, grazie al suo operato, l'Italia abbia riacquistato autorevolezza e la sua voce venga nuovamente ascoltata in Europa.

Certo è che per restare credibili non bastano solo gli annunci e i bei propositi, ma servono riforme concrete e un primo passo è già stato fatto con la riforma del mercato del lavoro e con la coraggiosa legge di stabilità per il 2015 che stiamo qui per approvare. Credo che con questi pochi mesi a disposizione, considerati anche i tempi tecnici necessari in Parlamento, il Governo difficilmente poteva fare di più. Se continuiamo, Governo e Parlamento, ad andare avanti sulla strada fin qui intrapresa, riusciremo a dimostrare che l'Italia è cambiata sul serio e solo così il Governo potrà far valere le sue ragioni in Europa e chiedere maggior flessibilità. È evidente che nel 2015 l'Italia dovrà finalmente cominciare a crescere, altrimenti si avrà un peggioramento di una situazione già drammatica.

Per quanto ci riguarda più da vicino, in quanto rappresentanti anche delle autonomie speciali, riteniamo di fondamentale importanza il perseguimento di una strategia macroregionale per le Alpi, perché solo così possiamo risolvere alcuni problemi chiave che interessano tutte le Regioni alpine, *in primis* il trasferimento del traffico merci dalla gomma alla rotaia. Ringraziamo il Presidente del Consiglio per il suo convinto sostegno alla realizzazione della galleria di base del Brennero e siamo fiduciosi sul fatto che riuscirà a sbloccare anche la questione della concessione per l'autostrada del Brennero, il che consentirà il finanziamento della galleria stessa, la quale ha una valenza strategica non solo per la nostra terra, ma anche per l'intero Paese, in quanto contribuirà a potenziare e velocizzare i nostri collegamenti con gli altri Paesi europei.

Concludo, quindi, il mio intervento dichiarando che il Gruppo per le Autonomie-PSI-MAIE si riconosce nella proposta di risoluzione della maggioranza e voterà a suo favore. *(Applausi dal Gruppo Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE)*.

CANDIANI *(LN-Aut)*. Domando di parlare per dichiarazione di voto.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

CANDIANI *(LN-Aut)*. Signor presidente Renzi, è chiaro che il semestre europeo si sta avviando alla fine e non avevamo certamente bisogno di questo dibattito (che non esito a definire più utile in termini di contenuto per quanti si recano ai banchi della Presidenza che ai senatori) per capire che ciò cui abbiamo assistito oggi, che non è altro che la replica di quanto è già avvenuto questa mattina alla Camera, è cioè una messa in scena ben fatta e ben architettata, come lei sa fare da ottimo giocoliere delle parole, per illudere i cittadini che la presidenza italiana del semestre europeo possa aver avuto un qualche significato. Se una Presidenza può avere un significato, lo si deve vedere dai fatti: fatti che non ci sono, signor Presidente.

A tutt'oggi, infatti, questo resta il Paese con il più alto rapporto tra tassazione e prodotto interno lordo (al 53,2 per cento), abbondantemente superiore a qualsiasi altro Paese europeo, anche a quelli nordici che sono ben noti per avere uno Stato sociale elevato e una tassazione elevata. Siamo addirittura sopra

al 51 per cento della Danimarca o della Francia.

Come fare, allora, a non capire i suoi amici come Marchionne, signor Presidente, che se ne è andato con la Ferrari dopo aver portato anche la sede amministrativa della FIAT a Londra per non pagar le tasse? Infatti, la differenza tra noi e lei è che per noi il punto di riferimento d'impresa sono i commercianti, gli artigiani, sono le piccole e medie imprese; non è la FIAT del capitale e della finanza che praticamente non ha più neanche produzione in Italia; non è un'azienda che porta la propria sede fiscale in Olanda o in Lussemburgo o la sede amministrativa a Londra e si quota alla Borsa di New York. Questi non sono punti di riferimento positivi; potranno essere punti di riferimento per lei, se ha bisogno di avere qualche articolo favorevole da parte della stampa o di qualche altro giornale del settore; potranno magari essere articoli favorevoli per avere qualche ospite in più alle cene da 1.000 euro.

Su questo, signor Presidente, anche per coerenza, sia un po' più realista. Noi abbiamo bisogno di tutto fuorché di un Presidente del Consiglio dei ministri che, andando a rappresentare il Paese l'estero, faccia finta che quanto succede in Italia non abbia alcun valore, perché ciò che succede nel nostro Paese in questi giorni è gravissimo e innanzitutto mina la fiducia dei nostri concittadini nel Governo e nelle istituzioni. Infatti, quanto sta avvenendo a Roma Capitale non può essere nascosto con la candidatura posticcia alle Olimpiadi del 2024, quando sappiamo tutti benissimo che responso ci sarà nel 2017 *(Applausi dal Gruppo LN-Aut)*.

La sua visione di Governo, inoltre, non è quella dei mille giorni.

Lei oggi sta tenendo in piedi questa messa in scena con il ricatto nei confronti del suo partito politico, con elezioni che arrivano un giorno sì e un giorno no, con una legge elettorale che un giorno in Commissione accelera e un giorno esce dall'attenzione, con riforme che non hanno alcun contenuto rispetto al benessere dei cittadini, riforme che non riescono a smuovere l'economia, perché non hanno contenuto economico. Questa è la differenza tra noi e lei; questo è quello che ci porta a non essere favorevoli al suo intervento.

Lei oggi qui potrebbe fare una cosa semplicissima: raccogliere i nostri stimoli. Noi, infatti, non ci stiamo limitando come altre forze politiche di opposizione a dire ciò che non va; noi le chiediamo anche, signor Presidente del Consiglio, di fare una riforma fiscale seria del Paese, di applicare una tassazione ad aliquota unica. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut)*. Applichi la *flat tax*; porti il nostro Paese ad essere equo nei confronti di coloro che pagano le tasse e ad essere severo nei confronti di coloro che le evadono. Su questo diventerebbe seria anche la sua partecipazione al Consiglio europeo.

Sia serio, presidente Renzi, e si ricordi che durante questo semestre europeo le occasioni le ha avute. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut)*. Ha avuto l'occasione di sviluppare il *dossier* del *made in Italy*,che invece è rimasto lettera morta, con una miopia che può essere giustificata solamente rispetto agli impegni che lei ha preso con la Merkel e con gli altri *partner* europei, che certamente le hanno concesso di avere il ministro Mogherini quale alto rappresentante della politica estera europea, ma che hanno impedito agli italiani di veder sviluppato il *dossier* del *made in Italy*, che è la cosa più importante alla quale doveva tenere. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut)*.

No, Presidente, non ci siamo. Lei non può continuare ad ingannare i cittadini con questo modo di fare. Noi non mancheremo al nostro dovere di metterla a parte delle nostre proposte. Noi siamo forza di opposizione, ma diciamo anche chiaramente ai cittadini di stare attenti perché gli inganni vengono vestiti in forme molto «gentili», con la ricerca anche dell'applauso facile. Non è così, però, che si governa un Paese: questa è la differenza tra un capopopolo e uno statista, e lei statista certamente non è. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut e della senatrice Bignami)*.

URAS *(Misto-SEL)*. Domando di parlare per dichiarazione di voto.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

URAS *(Misto-SEL)*. Signor Presidente, siamo molto distanti dalla destra liberista e, ancora di più, da quella populista e nostalgica delle tirannidi del '900. Noi vogliamo un'Europa della partecipazione, dell'autonomia, della responsabilità, delle politiche mediterranee, del processo di conversione

ecologica dell'economia, dello sviluppo fondato sulle risorse e sulle vocazioni produttive dei luoghi.

Per questo, Presidente, voteremo a favore della proposta di risoluzione n. 3 e non della n. 2. *(Applausi dal Gruppo Misto-SEL e della senatrice Bignami)*.

SACCONI *(AP (NCD-UDC))*. Domando di parlare per dichiarazione di voto.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

SACCONI *(AP (NCD-UDC))*. Signor Presidente del Consiglio, il Gruppo del Nuovo Centrodestra, che in queste ore, integrandosi con altre colleghe e colleghi, assume la denominazione di Area Popolare, le esprime per il mio tramite un sincero apprezzamento per le sue comunicazioni.

La nostra identità di liberalpopolari volitivi del compimento del sogno europeo ci porta a condividere, in particolare, i suoi richiami a che si riproponga nella dimensione europea il primato della politica, a che esso si esprima in un'ambiziosa visione ideale di allargamento e di influenza dell'Unione, a che moneta, spada e feluca rappresentino i grandi poteri devoluti ad una vera confederazione di Stati sovrani, a che l'Europa sia protagonista di sviluppo per tutti attraverso investimenti e riforme.

Primato della politica significa anche oggi, di fronte a sfide epocali non inferiori a quelle dei padri fondatori o a quelle dei protagonisti di Maastricht, avere una visione del futuro possibile e con essa il coraggio delle decisioni strategiche con cui gli uomini cambiano per un lungo tempo a venire il corso degli eventi. Lei ha qui espresso, per l'Europa di domani, una visione che ci è cara e che potremmo definire insieme occidentale, paneuropea, mediterranea. Si tratta cioè di una prospettiva orgogliosa e ambiziosa, perché ancora il nostro futuro ai principi antichi e moderni della nostra civiltà, aspira alla coincidenza tra Europa geografica ed Europa politica, individua nel Mediterraneo quella nuova frontiera che vogliamo sempre più allargare per includere.

Un solo appunto a lei e al suo Governo: siate, se possibile, ancora più orgogliosi del vero e concreto risultato che avete ottenuto nel semestre di Presidenza del quale si avvicina la conclusione, cioè quello di aver condotto l'Europa intera, per la prima volta, a governare questa frontiera strategica secondo principi condivisi di sicurezza e di umanità. Si tratta forse del primo vero passo nella direzione di quei poteri della spada e della feluca che, con il completamento della funzione della moneta, vogliamo rappresentino il contenuto degli Stati Uniti d'Europa. E senza Mare nostrum, con tutte le sue fatiche e le sue criticità, non ci sarebbe stata ora l'operazione Triton di cui dobbiamo essere, lo ribadisco, legittimamente orgogliosi! *(Applausi dal Gruppo AP (NCD-UDC))*.

Gli stessi investimenti che doverosamente invochiamo, nella consapevolezza che costituiscono una leva fondamentale per lo sviluppo e l'occupazione dei Paesi membri, devono essere disegnati prioritariamente in funzione della visione geopolitica, ovvero di progetti comuni, transnazionali, utili ad esaltare le capacità di relazione tra noi stessi e con gli altri. Ripartiamo cioè da Delors e riproponiamo innanzi tutto quelle grandi infrastrutture a rete e puntuali che hanno la forza di segnare per lungo tempo i rapporti commerciali e politici. Ma nel momento in cui il presidente della Bundesbank Weidmann raffredda le aspettative circa l'uso della leva monetaria da parte della Banca centrale comune è anche doveroso dirci che tutte le politiche di immissione di liquidità, anche quando si realizzano attraverso il bilancio comunitario o, come nel caso della nostra legge di stabilità, attraverso il bilancio nazionale, funzionano solo se incontrano una società reattiva.

Signor Presidente del Consiglio, lei ha opportunamente citato quale metafora di ciò che sto affermando il terzo ponte sul Bosforo. Noi dobbiamo tornare ad essere dinamici, flessibili, ottimisti, sicuri, per cui, quando si vuol fare qualcosa in Italia, la si può davvero fare, individualmente e collettivamente. Per questa ragione abbiamo chiesto che nella risoluzione di approvazione delle sue comunicazioni fosse inserito un ribadito impegno della maggioranza per la rapida approvazione delle riforme del lavoro, del sistema tributario, della giustizia, della pubblica amministrazione, quali strumenti fondamentali per sbloccare l'Italia. E tutte queste riforme dovranno essere semplici e drastiche, perché ogni loro esito pasticciato darebbe solo luogo ad una definitiva ed irreversibile sfiducia nella nostra capacità di cambiare. Per questa stessa ragione, siamo con lei nel volere quei grandi eventi che possono davvero cambiare il destino di una nazione, autentica sfida con noi stessi, prima che con gli altri, portatori di

date catenaccio entro le quali dobbiamo raggiungere obiettivi concreti attraverso la più diffusa mobilitazione delle energie presenti nella nostra società.

Come diceva il *leader* politico che più mi ha formato: «Se si deve fare, si può fare!». Buon lavoro, signor Presidente del Consiglio. *(Applausi dal Gruppo AP (NCD-UDC) e del senatore Marcucci)*.

AIROLA *(M5S)*. Domando di parlare per dichiarazione di voto.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

AIROLA *(M5S)*. Grazie, signor Presidente.

Signor presidente Renzi, gran parte del suo discorso è un copia e incolla degli *slogan* contenuti nel discorso da lei tenuto alla vigilia dell'inizio del semestre europeo. «Non si può essere più attenti all'*austerity* che alla salute dei propri figli»: *slogan*. «Non si può lasciare l'Europa nelle mani dei tecnocrati»: *slogan*. «Basta con l'Europa che si cura solo con lo zero virgola»: *slogan*. «Il piano Juncker prevede 315 miliardi per gli investimenti»: *slogan*.

Intanto, i miliardi di partenza sono 21, che vengono moltiplicati da una base di 8, con un sistema di leve e un piano oscuro che persino il «Financial Times» ha bocciato, e che ricorda tanto le speculazioni sui derivati con i quali l'Europa è caduta in questa crisi. Quindi, anche questo è uno *slogan*: almeno per noi, non certo per le banche.

In mezzo, il nulla. Nessun italiano si è accorto della nostra presidenza dell'Unione europea, di cosa è successo in questi sei mesi. O, meglio, si sono accorti di un cambio di tre ministri degli esteri in un anno; si sono accorti che nell'Unione europea non contiamo nulla; che non contiamo nulla alle Nazioni Unite; e che non contiamo nulla nemmeno nelle relazioni bilaterali, come dimostrano le notizie di oggi sui marò.

Ci siamo accorti che il debito pubblico è cresciuto di 23,5 miliardi: ridi, ridi, Renzi! E che ci hanno declassato il *rating* - pensi - a un gradino sopra i titoli spazzatura. Questa è l'Italia. C'è poco da ridere! *(Applausi dal Gruppo M5S)*.

Si sono accorti gli italiani che sull'immigrazione la situazione è drammaticamente peggiorata, e che l'Europa che doveva darci una mano in realtà ci ha serrato le frontiere. Gli italiani oggi si ricordano tre parole: Trattato di Dublino, quello che ferma i rifugiati in Italia; questo hanno imparato gli italiani.

Gli italiani hanno notato che al Sud la percentuale degli occupati - ripeto, degli occupati, signori, non dei disoccupati - è del 30 per cento e che la disoccupazione, che cresce costantemente in Italia ad un ritmo vertiginoso, è arrivata al 13,2 per cento (e quella giovanile al 43 per cento). In questi mesi gli italiani hanno notato che la casa si può perdere in un battito di ciglia.

Il popolo italiano si è accorto che i suoi *slogan* sulle periferie, quelli che stamane pronunciava alla Camera, secondo i quali le periferie «non si salvano con le manifestazioni e i cortei» ma con i campi sportivi, l'urbanistica e l'associazionismo, sono insulti se si vivono veramente le periferie. Glielo dice uno, come me, che vive da quarant'anni nella periferia di una grande città amministrata da trent'anni dal PD, dal suo partito.

Gli italiani si sono accorti che Mafia Capitale è l'ennesima dimostrazione che questa politica è marcia fino al midollo e che i soldi che andavano spesi per migliorare la vita di tutti, soprattutto di chi vive in periferia ai margini delle nostre città, se li sono spartiti vecchi amici e non della banda della Magliana, ex terroristi, ex o non ex politici a vario grado nell'amministrazione e nella politica locale e nazionale. *(Applausi dal Gruppo M5S)*.

Allora, le sue considerazioni (quelle che fa tra una battuta e un *tweet*) sulla perdita gravissima che sarebbe non avere le Olimpiadi a Roma nel 2024 scandalizzano perché tutti - dico tutti - sanno benissimo cosa è successo a Torino 2006, con le Olimpiadi invernali: un rilancio inesistente della città, una deindustrializzazione della FIAT, una pioggia di finanziamenti e oggi strutture abbandonate (venite pure a trovarmi) e debiti per miliardi (5 o 7, non si sa).

Cosa è successo per i mondiali di nuoto del 2009 a Roma? Stesso film. Cosa è successo a Expo 2015? Arresti *bipartisan*. Expo 2015, quella che Letta diceva che avrebbe salvato l'economia della Nazione: la vostra economia! *(Applausi dal Gruppo M5S)*.

E così i *business* delle larghe intese, che continuano, come Unipol-FonSai, come il MOSE (un'altra mangiatoia). Tanto poi vi salvate con una votazione, bloccando l'utilizzo delle intercettazioni ai magistrati: è facile! *(Applausi dal Gruppo M5S)*.

ENDRIZZI *(M5S)*. Bravo, Alberto!

AIROLA *(M5S)*. A proposito di corruzione, l'organismo internazionale Transparency International ha pubblicato un rapporto che vede l'Italia prima in corruzione nell'Unione europea. Siamo al 69° posto su 175 Paesi nel mondo, fanalino di coda dei Paesi del G7, ultimi in Europa, senza più nessuno dietro di noi. E questo pesa 60 miliardi.

Secondo la Commissione europea, mancano le corrette norme anticorruzione. A proposito, visto che lei si diverte a raccontare in giro che siamo solo degli urlatori, «meetuppari» che gridano *(Vivi commenti del senatore Castaldi che richiama l'attenzione del Presidente del Consiglio)*, ci spieghi un po' se, secondo lei, sono giuste o sbagliate le valutazioni del procuratore nazionale antimafia Roberti, il quale ritiene il nostro piano anticorruzione l'unico efficace tra quelli proposti *(Applausi dal Gruppo M5S)*. Ci dica se in questo Parlamento, qui dove siede lei ora... E la prego di dare un po' di attenzione a questa Camera alta del Parlamento italiano.

Presidenza del vice presidente GASPARRI **(ore 16,21)**

(*Segue* AIROLA). Questo Parlamento è svilito, annichilito dai continui decreti anticostituzionali e incostituzionali, da trenta fiducie, è il luogo ove si violano tutte le regole democratiche e siamo annientati da una dittatura governativa. «Dittatura governativa» lo diceva il senatore Tocci, non un «meetupparo» qualsiasi, capito? *(Applausi dal Gruppo M5S)*. Noi ci si trova per forza di cose a fare la voce grossa. E le dirò di più: soprattutto si fa la voce grossa, se dopo averla fatta ci si vede riconosciuto finalmente il diritto di calendarizzare un disegno di legge delle opposizioni, per esempio quello sul reddito di cittadinanza.

La Commissione bilancio, venerdì, ha ritenuto ammissibili e quindi autentiche le coperture finanziarie per 17 miliardi che andrebbero a dare sostegno a 9 milioni di italiani. Proposte che però voi avete bocciato miserabilmente *(Applausi dal Gruppo M5S. Vivi commenti del senatore Castaldi)*, privando gli italiani che versano in condizioni di povertà e di miseria di 780 euro mensili. Altro che gli 80 euro che avete proposto per un voto di scambio! *(Applausi dal Gruppo M5S)*.

Ci dica se siamo noi a non voler cambiare questo Paese o se è lei e il suo partito, che si accorda con un noto pregiudicato fuori da queste Aule su riforme costituzionali, leggi elettorali e financo l'elezione del Presidente della Repubblica. Tra l'altro ci deve essere qualcuno che mente in questa storia, perché per Berlusconi c'è e per altri no. *(Applausi dal Gruppo M5S)*.

Glielo dico senza gridare, tranquillamente. Forse non se n'è accorto, ma la pressione fiscale è talmente pesante che le urla che sentite non sono quelle dei grillini, ma quelle degli imprenditori che chiudono le aziende e dei lavoratori che perdono il posto. Sono banalità? Sono *slogan*? Provate a uscire di qua e a chiedere al primo che passa.

Volete la fibra su tutto il territorio nazionale? Si può fare, basta tagliare un po' gli sconti agli amici concessionari, magari aumentando due o tre volte le concessioni ad Autostrade. *(Applausi dal Gruppo M5S)*.

Se vogliamo dare un futuro al Paese, votiamo il reddito di cittadinanza. Invece di presentare disegni di legge anticorruzione, diamo spazio ai disegni di legge che ci sono in Commissione giustizia, compreso quello del senatore Grasso.

Abbiamo proposto decine di soluzioni per detassare le piccole e medie imprese, che non erano urlate; sono state proposte in Commissione, ma sono state bocciate.

Infine, il dissesto idrogeologico: continua ancora oggi. Oggi è piovuto, nulla è stato fatto e la gente continuerà a morire e soprattutto avremo un bel regalo di Natale il 22 dicembre, quando gli alluvionati dovranno pagare le tasse. Non so se verranno a chiederli a voi, i soldi.

Questi non sono *slogan*, ma la nostra triste condizione.

Allora, volere è potere. Noi non voteremo la proposta di risoluzione della maggioranza, ma voi potete

votare le nostre proposte, importantissime per il Paese. Noi ci saremo. I numeri ci possono essere, almeno per un po'. È vero: noi perdiamo qualche pezzo, abbiamo qualche defezione, ma voi rischiate che vi arrestino quasi tutti, ricordatevelo. *(Vivi applausi dal Gruppo M5S. Molte congratulazioni. Commenti della senatrice Favero)*.

TARQUINIO *(FI-PdL XVII)*. Domando di parlare per dichiarazione di voto.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà. *(Prolungati applausi dal Gruppo M5S. Richiami del Presidente)*.

TARQUINIO *(FI-PdL XVII)*. Cari colleghi (lo dico anche agli amici grillini e a tutti gli altri), ritorniamo in Aula, non siamo allo stadio. *(Commenti dal Gruppo M5S)*. Lo dico per tutti.

PRESIDENTE. Senatore, faccia il suo intervento, all'Aula ci pensa la Presidenza, altrimenti si complicano le cose.

TARQUINIO *(FI-PdL XVII)*. Signor Presidente, sinceramente mi sembra un po' strano tutto quello che sta avvenendo. Sto assistendo a un dibattito forse più incentrato sulla legge di stabilità, che dovremo discutere, che sull'Europa, sul semestre di presidenza italiana e sul Consiglio europeo presieduto dall'Italia, dal nostro presidente del Consiglio Renzi. Un giudizio su questo, su quello che è l'Europa. Su questo dovremmo pronunciarci. Avremo tempo e modo di parlare delle nostre questioni nazionali già nei prossimi giorni.

Ebbene, presidente Renzi, non mi sembra che questo semestre sia stato foriero di cose positive per il nostro Paese, non mi sembra che portiamo a casa assolutamente nulla, e quando dico «a casa» parlo dell'Italia, ma rispetto alle nostre istanze, che possono essere similari a quelle di tanti altri Paesi d'Europa, in realtà ritengo di parlare per l'Europa, di quell'Europa in cui io credo, di quell'Europa vera che non è solo l'Europa dei forti.

Non abbiamo ottenuto assolutamente niente, nessuna deroga. Quel che incassiamo oggi è un'Europa in cui il tasso di disoccupazione aumenta come in Italia; la politica estera, che abbiamo voluto a tutti i costi, è totalmente cieca rispetto alla vicenda dell'Ucraina e quindi della Russia e ci ha portati a problemi e a sanzioni che hanno danneggiato innanzitutto noi e hanno danneggiato anche il possibile futuro dell'Italia come *hub* energetico. Questo è avvenuto con l'attuale politica estera. Con essa, per quanto presieduta, per una scelta fatta da lei, da una nostra connazionale (anche se io avrei preferito, se fosse stato possibile, avere al suo posto Katainen, era solo un sogno, un desiderio), non ci siamo, non esistiamo ancora. Torno anch'io a parlare dei marò, che sono comunque e continuano ad essere abbandonati ed è qualcosa che grida veramente vendetta. Non è possibile che due nostri connazionali continuino ad essere trattati con questo disprezzo e l'Europa non abbia nulla da dire e nessuno dica niente. Noi siamo spesso troppo deboli e questa è l'Italia in questo Consiglio europeo.

Siamo in una situazione antipatica, non c'è nessuna deroga al tetto del 3 per cento, che non possiamo sforare. Non c'è nessuna deroga al Patto di stabilità, una rigidità unica, imposta con cecità dai Paese forti. Vi è solo la promessa, da parte di Juncker, di 300 miliardi riguardo alle piccole e medie imprese, di cui sono disponibili solo 9 miliardi e qualcuno spera che questo serva da volano per gli interventi dei privati.

Sapete che così non sarà, se non vi sarà una svolta vera, che riguardi l'intera economia europea che sta morendo. Regge ancora solo qualche Paese veramente ricco, l'egoismo teutonico si evidenza in continuazione, ho già parlato di una Germania che non fa più la guerra con i carri armati, ma con l'economia forte. Lo ha ricordato lei, presidente Renzi: in altri tempi, l'Italia e gli altri Paesi europei, consapevoli delle difficoltà della Germania, hanno favorito disavanzi pubblici incredibili, al di là delle regole dei Trattati della Comunità europea per permettere un disegno complessivo dell'unificazione tedesca che non fosse solo politica ma anche economica. Tutto questo non sta avvenendo assolutamente nei nostri confronti: si continua ad essere ciechi e noi cosa facciamo? Parliamo, facciamo proclami, anche lei ne dice tante, tantissime, ma nei fatti non c'è stato un solo riscontro e l'Italia continua ancora a pagare dei prezzi. Lei sa benissimo che, se non cambia la politica europea in termini monetari, se la BCE non diventa una vera banca, se la BCE non sarà libera di stampare moneta senza limiti come hanno fatto gli Stati Uniti, non usciamo da questa crisi. Se non sforiamo i limiti del

Patto, non ne usciamo.

A questo si aggiungano poi le sue politiche nella legge di stabilità, che assolutamente non producono nessun tipo di crescita. Si ostina ancora a fare operazioni *spot*, che possono far prendere tre voti, ma che non ci aiutano certo ad uscire da questa situazione.

Ho sentito qui qualcuno vantarsi dell'operazione Mare nostrum, ma in quell'operazione siamo stati lasciati soli dall'Europa, con costi incredibili, da quella stessa Europa che, insieme alla NATO, ci aveva portati a quella tragedia in Libia e nei Paesi arabi, a quell'errore di politica estera clamoroso, i cui prezzi sono stati pagati innanzitutto da noi, dall'Italia, e si continua a parlare di operazione sostitutiva. Stiamo pagando e pagheremo tutto, non possiamo far finta di niente di fronte al problema dell'immigrazione. Non accusiamo gli altri di strumentalizzare il problema, anche se lo fanno. Le nostre popolazioni hanno dei problemi. Non dico italiani sì, stranieri no, ma non è immaginabile che venga stravolta la vita delle comunità italiane, per tutto quello che accade in ogni dove. Mi riferisco a quello che accade ovunque, da Milano a Trapani! Di questo dobbiamo prendere atto, anche per non permettere di strumentalizzare e generalizzare.

Ma lei cosa fa, signor Presidente del Consiglio? Assolutamente nulla. Parla a *spot*, parla di riforme a tutti i costi. Sembra che la riforma elettorale risolverà i problemi del nostro Paese. Lei vuole le riforme, signor Presidente del Consiglio, ma le vogliamo anche noi e, per quel che mi riguarda, le voglio anche io. Lei però ha una strana concezione: le riforme, o si fanno come dice lei o non si fanno. Lei può cambiare idea, ma nessun altro è libero di farlo! *(Applausi dal Gruppo FI-PdL XVII e del senatore Barani)*. Ha un concezione strana: il Parlamento è a disposizione ed è un orpello fastidioso. Il parlamentare deve solo votare, alzare la mano o premere un bottone, mentre se qualcuno propone emendamenti o discute, ostacola le riforme ed è nemico del Paese. Tutto ciò è inaccettabile! *(Richiami del Presidente)*. Concludo subito, signor Presidente.

Siamo ancora in una Repubblica parlamentare. Glielo chiedo con il cuore in mano: le Assemblee devono pronunciarsi e avere il tempo necessario. Capisco che si ponga fine a un ostruzionismo esagerato, ma non si può andare avanti senza discutere. Non è possibile immaginare che tutto ciò che pensa lei è giusto e quello che pensano gli altri è sbagliato. Tutto questo sta portando ulteriormente il Paese al disastro.

Mi meraviglio poi che questo modo di essere, questo coraggio e questa forza che mostra in Italia, non la stia dimostrando anche in Europa. Purtroppo il suo mandato è finito. Quando a marzo arriverà il giudizio definitivo dell'Europa sui nostri conti, lei non sarà più Presidente: mi riferisco al ruolo di Presidente del Consiglio dell'Unione europea. Questo è il dato reale e vero e per questo noi non condividiamo il suo semestre, l'azione che tuttora sta svolgendo l'Europa intera e quella che lei ha svolto in Europa in questi sei mesi. *(Applausi dai Gruppi FI-PdL XVII e GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI). Congratulazioni)*.

GUERRIERI PALEOTTI *(PD)*. Domando di parlare per dichiarazione di voto.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

GUERRIERI PALEOTTI *(PD)*. Signor Presidente, il Gruppo del Partito Democratico voterà la risoluzione n. 2, in appoggio all'azione che in Europa sta svolgendo il Governo presieduto da Matteo Renzi e in questa dichiarazione vorrei brevemente richiamare le ragioni del nostro voto.

Già nel suo discorso, il Presidente del Consiglio ha ricordato la fase complessa e difficile da affrontare in Europa, segnata da una debolezza dell'economia, da molte gravi crisi politiche e sociali dei Paesi nel vicinato europeo, da un aumento dell'euroscetticismo e del nazionalismo. È del tutto evidente che la principale voce di questa sfiducia che si diffonde è il peggioramento delle condizioni di vita, che ha interessato in questi anni milioni di cittadini europei e che ha spinto verso la disoccupazione, ad oggi, più di 26 milioni di questi cittadini. Tanto più che in Europa si delinea un futuro di ristagno a lungo termine, con il rischio di cadere in una trappola da deflazione, che per il nostro Paese sarebbe particolarmente grave.

Di fronte a queste difficoltà ci sono due reazioni, in qualche modo estreme, ma entrambe

demagogiche: c'è chi evoca l'uscita dall'euro e c'è chi predica di sfondare i vincoli di bilancio, per rilanciare l'economia. Sono due strade entrambe impercorribili. A proposito della prima strada, servirebbero almeno due generazioni per pagare i costi dell'uscita dall'euro; mentre chi evoca in qualche modo la possibilità di riprendere a spendere senza vincoli, non sta evocando altro che il fatto di riportare l'Italia nell'occhio del ciclone dei mercati finanziari internazionali. Il caso della Grecia lo conferma, perché quanto sta accadendo in quel Paese è solo il primo sintomo di mutamenti profondi, che mettono a rischio la stessa esistenza dell'eurozona.

In realtà, la strada obbligata non è uscire dall'euro: è uscire dalle politiche profondamente sbagliate che sono state condotte finora. Ciò comporta, quindi, il rifiuto della tesi di coloro che sostengono che poi le cose non vanno così male, che si possono apportare correzioni di rotta in qualche modo marginali. Non è affatto così. Siamo passati dall'Europa a due velocità all'Europa a due lentezze, e la priorità assoluta è, quindi tornare a crescere. Per questo serve marcare una profonda discontinuità nelle strategie e nelle politiche fin qui condotte.

La diagnosi è, oggi, in qualche modo molto condivisa a livello europeo e anche internazionale. C'è bisogno di muoversi su tre fronti: una politica monetaria non convenzionale, attraverso anche l'acquisto di titoli pubblici, a cui associare una politica fiscale espansiva dell'area dell'euro, che sia imperniata su un piano di investimenti a livello europeo e, in terzo luogo, continuare a rafforzare i processi di riforma strutturale dei singoli Paesi.

Ora, da questo punto di vista, l'affermazione della necessità di tale discontinuità è stata al centro del semestre di Presidenza italiana, durante il quale si è in qualche modo rivendicata la necessità sia di avanzare sul piano delle riforme interne, sempre nel rispetto delle regole di bilancio, sia di avviare un nuovo corso delle politiche dell'Unione. Certo, è una strada ancora impervia e tutta in salita, lo sappiamo benissimo. Lo sappiamo perché ci sono Paesi, con in testa la Germania, che non vogliono che la Banca centrale europea passi a politiche monetarie non convenzionali, perché in qualche modo temono che questo sia un freno alle politiche di riforme nei Paesi più indebitati. E allo stesso tempo, anche sul fronte degli investimenti - è stato già detto - il piano Juncker, con i suoi 315 miliardi di investimenti virtuali, ma in realtà basato su solo 21 miliardi reali, può essere un primo passo, un'indicazione di direzione di marcia, ma non è certo lo *shock* necessario per l'area dell'euro.

Noi però dobbiamo continuare ad adoperarci, come il nostro Governo ha fatto fino ad oggi, perché l'Europa avanzi su questi tre fronti. Soprattutto noi dobbiamo ribadire la priorità di una crescita in Europa trainata dagli investimenti in aree strategiche. Questi investimenti, però, richiederanno risorse aggiuntive; in qualche modo è necessario che i singoli Paesi mettano risorse proprie anche al di fuori del Patto di stabilità. Altrimenti il progetto Juncker può rimanere una scatola vuota, e questo non lo vogliamo certo.

Da questo punto di vista ci sono, oggi, proposte di progetti finanziabili che superano i 1.000 miliardi di euro. Allora è possibile, con contributi degli Stati membri, che gran parte di detti progetti possano rapidamente essere avviati alla loro realizzazione. Questi contributi possono raccogliere poi, a loro volta, altre risorse. Noi dobbiamo continuare a chiedere che queste risorse che verranno dai Paesi possano essere non computate ai fini del rapporto tra *deficit* e debito. Per il nostro Paese e per la nostra economia è vitale, perché noi abbiamo già impostato una nuova strategia di politica economica, in cui stiamo ridefinendo gli obiettivi della funzione di politica economica in chiave di rilancio della crescita e dell'occupazione. Noi abbiamo discusso e stiamo approvando una legge di stabilità che va in questa direzione e persegue detti obiettivi.

La Commissione ha per ora accettato la linea del nostro Governo, cioè il fatto che si possano consolidare i conti pubblici puntando sul rilancio della crescita e accelerando l'attuazione di riforme economiche; ma, certo, il confronto continuerà e da qui a marzo e l'appuntamento di quel mese sarà decisivo. Noi non vogliamo evadere le regole europee: noi vogliamo che si arrivi a ridefinire un'interpretazione di queste regole, in modo che il loro rispetto significhi potenzialità di crescita per i singoli Paesi che lo fanno e per l'area euro nel suo complesso.

Come il Presidente del Consiglio ha ricordato, naturalmente non è solo sulla politica economica che le

sfide dell'Europa sono complesse, ma lo sono anche in termini di politica estera e di sicurezza. Da questo punto di vista, c'è da ribadire la necessità che i 28 Paesi non affrontino queste sfide in ordine sparso, ma che si evitino divisioni e debolezze.

Lasciatemi allora concludere ribadendo che il problema più grosso resta la sfiducia reciproca che regna oggi in Europa. È necessario in realtà affermare una visione condivisa della situazione economica e soprattutto convergere sui modi per uscirne. Bisogna però far presto, perché dalla diffidenza reciproca c'è il rischio di una deriva nazionalistica in Europa. In realtà è una minaccia grave, che il nostro Paese vuole scongiurare e farà di tutto per scongiurare. Molti di questi nodi verranno al pettine nel Consiglio europeo di giovedì; sarà un confronto molto difficile. Noi ribadiamo al Governo e al Presidente del Consiglio tutto il nostro sostegno e gli formuliamo davvero gli auguri di buon lavoro. *(Applausi dal Gruppo PD)*.

PRESIDENTE. Prima di passare alle votazioni, avverto che, in linea con una prassi consolidata, le proposte di risoluzione saranno poste ai voti secondo l'ordine di presentazione e per le parti non precluse né assorbite da precedenti votazioni.

Passiamo alla votazione della proposta di risoluzione n. 1.

GAETTI *(M5S)*. Chiediamo che la votazione venga effettuata a scrutinio simultaneo mediante procedimento elettronico.

PRESIDENTE. Invito il senatore Segretario a verificare se la richiesta risulta appoggiata dal prescritto numero di senatori.

(La richiesta risulta appoggiata).

Indìco la votazione nominale con scrutinio simultaneo della proposta di risoluzione n. 1, presentata dal senatore Calderoli.

(Segue la votazione).

Il Senato non approva. *(v. Allegato B)*.

Passiamo alla votazione della proposta di risoluzione n. 2.

GAETTI *(M5S)*. Chiediamo che la votazione venga effettuata a scrutinio simultaneo mediante procedimento elettronico.

PRESIDENTE. Invito il senatore Segretario a verificare se la richiesta risulta appoggiata dal prescritto numero di senatori.

(La richiesta risulta appoggiata).

Indìco la votazione nominale con scrutinio simultaneo della proposta di risoluzione n. 2, presentata dai senatori Zanda, Sacconi, Zeller, Susta e Di Biagio.

(Segue la votazione).

Il Senato approva. *(v. Allegato B)*.

Passiamo alla votazione della proposta di risoluzione n. 3.

GAETTI *(M5S)*. Chiediamo che la votazione venga effettuata a scrutinio simultaneo mediante procedimento elettronico.

PRESIDENTE. Invito il senatore Segretario a verificare se la richiesta risulta appoggiata dal prescritto numero di senatori.

(La richiesta risulta appoggiata).

Indìco la votazione nominale con scrutinio simultaneo della proposta di risoluzione n. 3, presentata dalla senatrice De Petris e da altri senatori.

(Segue la votazione).

Il Senato non approva. *(v. Allegato B)*.

Passiamo alla votazione della proposta di risoluzione n. 4.

GAETTI *(M5S)*. Chiediamo che la votazione venga effettuata a scrutinio simultaneo mediante procedimento elettronico.

PRESIDENTE. Invito il senatore Segretario a verificare se la richiesta risulta appoggiata dal prescritto numero di senatori.

(La richiesta risulta appoggiata).

Indìco la votazione nominale con scrutinio simultaneo della proposta di risoluzione n. 4, presentata dal senatore Candiani e da altri senatori.

(Segue la votazione).

Il Senato non approva. *(v. Allegato B)*.

Passiamo alla votazione della proposta di risoluzione n. 5.

GAETTI *(M5S)*. Chiediamo che la votazione venga effettuata a scrutinio simultaneo mediante procedimento elettronico.

PRESIDENTE. Invito il senatore Segretario a verificare se la richiesta risulta appoggiata dal prescritto numero di senatori.

(La richiesta risulta appoggiata).

Indìco la votazione nominale con scrutinio simultaneo della proposta di risoluzione n. 5, presentata dal senatore Airola e da altri senatori.

(Segue la votazione).

Il Senato non approva. *(v. Allegato B)*.

Passiamo alla votazione della proposta di risoluzione n. 6.

GAETTI *(M5S)*. Chiediamo che la votazione venga effettuata a scrutinio simultaneo mediante procedimento elettronico.

PRESIDENTE. Invito il senatore Segretario a verificare se la richiesta risulta appoggiata dal prescritto numero di senatori.

(La richiesta risulta appoggiata).

Indìco la votazione nominale con scrutinio simultaneo della risoluzione n. 6, presentata dal senatore Romani Paolo e da altri senatori.

(Segue la votazione).

Il Senato non approva. *(v. Allegato B)*.

Dichiaro così conclusa la discussione sulle comunicazioni del Presidente del Consiglio dei ministri sul Consiglio europeo del 18 e 19 dicembre 2014.

Saluto ad una rappresentanza di studenti e ad una delegazione di consiglieri dell'ANCI Sicilia

PRESIDENTE. Colleghi, rivolgo un saluto ad una rappresentanza di studenti dell'Istituto statale professionale «Filippo Corridoni» di Corridonia, in provincia di Macerata, che sta assistendo ai nostri lavori, e ad una delegazione di consiglieri dell'ANCI Sicilia qui presente.

Interventi su argomenti non iscritti all'ordine del giorno

BLUNDO *(M5S)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

BLUNDO *(M5S)*. Signor Presidente, onorevoli colleghi, lo scorso 5 novembre in occasione della discussione in Aula sul vergognoso decreto-legge cosiddetto sblocca Italia alcuni miei colleghi del Gruppo Movimento 5 Stelle sono stati richiamati. In seguito, io e alcuni colleghi siamo stati sospesi dai lavori d'Aula; alla sottoscritta è stato impedito addirittura per dieci sedute (quindi, per più di tre settimane) di partecipare a quest'Assemblea per il solo fatto di aver difeso il territorio dall'assalto delle *lobby* petrolifere e del cemento, dalle false bonifiche e dalle inutili ulteriori grandi opere come il

gasdotto SNAM e le coltivazioni di petrolio (come voi le definite), che, oltre a danneggiare i territori e a mettere in serio pericolo la salute dei cittadini, faranno precipitare il Paese in nuovi futuri scandali giudiziari e sperperi di denaro pubblico.

Durante i lavori parlamentari avevamo più volte evidenziato la pericolosità dello sblocca Italia e la sua impostazione assolutamente antidemocratica. In queste settimane i cittadini, nel completo silenzio dei *media* e delle televisioni nazionali, stanno organizzando banchetti, incontri, convegni e numerose manifestazioni di protesta per informare sulle conseguenze terribili che lo sblocca Italia produrrà sul nostro Paese. L'allarme che avevamo lanciato era quindi fondato e lo è ancora.

Per questo il nostro Gruppo quel 5 novembre aveva chiesto, rispettando quanto stabilito dagli articoli 96 e 99 del Regolamento del Senato, di non procedere alla votazione degli articoli. A seguito della discussione svolta è stato però impedito il voto sulla questione passando la parola al ministro Boschi per l'annuncio di un'ennesima questione di fiducia posta dal Governo sull'intero provvedimento. Nella precedente legislatura da Regolamento si votavano prima le questioni diverse dalla questione di fiducia, se avanzate in precedenza. Si è dunque trattato di una decisione irrispettosa del Regolamento la cui ligia e rigorosa applicazione non è evidentemente ed ugualmente doverosa per tutti i componenti di questo Senato.

Per questo noi siamo scesi, per tentare di fermare l'abuso del passaggio al voto di fiducia...

PRESIDENTE. Il termine a sua disposizione è scaduto, senatrice Blundo.

BLUNDO *(M5S)*. ...senza consentire all'Assemblea di pronunciarsi liberamente sull'opportunità di procedere alla votazione degli articoli.

Ebbene, oggi, al mio rientro, dopo dieci giorni di sospensione, in quest'Aula ho nuovamente potuto verificare quanto la conduzione dei lavori dell'Aula non sia svolta nel rispetto del Regolamento del Senato, con atti irriguardosi nei confronti dell'opposizione, ignorando le richieste di intervenire sull'ordine dei lavori per comunicare la mancata attivazione... *(Il microfono si disattiva automaticamente)*.

PRESIDENTE. Il tempo è scaduto. Le è già stato concesso più tempo di quello riservato a questo tipo di interventi.

GIACOBBE *(PD)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

GIACOBBE *(PD)*. Signor Presidente, è con un senso di orrore e rabbia che mi accingo a svolgere questo intervento

Onorevoli colleghi e colleghe, esprimo il mio cordoglio per gli oltre 130 bambini, vittime innocenti in Pakistan, e le due vittime innocenti dei recenti fatti di Sydney. Sia l'Australia che il Pakistan rientrano nella mia circoscrizione elettorale. È stato uno *shock* inimmaginabile per me sentire che nella mia città adottiva, a circa un centinaio di metri dal posto dove lavora mio figlio, in un caffè, dove spesso sono stato e dove molti dei miei amici vanno tutti i giorni, un pazzo squilibrato ha messo a repentaglio cosi tante vite innocenti. Non ci sono giustificazioni di alcuna natura. Per fortuna si è trattato di un caso individuale ed isolato. Va comunque detto che tale gesto va anche considerato come la conseguenza di una campagna di violenza che da tanto tempo gruppi integralisti e criminali promuovono nel mondo. In Pakistan e a Sydney hanno dimostrato il loro terrore più violento.

Malgrado i fatti di Sydney e Peshawar, malgrado la campagna di violenza a cui essi sono ispirati, non dobbiamo avere paura: la vita continua e deve continuare. Dobbiamo fare tutto ciò che possiamo per combattere gli estremismi e la violenza in tutto il mondo.

Il nostro pensiero va ai bambini pakistani costretti a guardare il proprio insegnante bruciare vivo e i loro compagni cadere vittime della violenza omicida. Il nostro pensiero va alle persone che per oltre diciassette ore hanno vissuto un incubo nel caffè di Sydney che nessuno può immaginare, e alle famiglie degli oltre 130 bambini vittime in Pakistan. Il nostro pensiero va anche alle famiglie delle due vittime innocenti. Il loro è un dolore enorme e non ci sono parole che possano consolare questo dolore. *(Applausi)*.

DE PIN *(Misto)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

DE PIN *(Misto)*. Signor Presidente, in tema di Europa volevo riportare questo fatto: ieri Giulietto Chiesa, noto giornalista ed ex parlamentare europeo, è stato arrestato a Tallinn, la capitale dell'Estonia. Dopo esser rimasto in carcere per alcune ore, gli è stato comunicato un provvedimento di espulsione dal Paese. Non risultano accuse di carattere penale o civile nei suoi confronti. Giulietto Chiesa non ha ucciso, rubato o commesso reato contro il patrimonio di qualche Stato europeo. La sua grave colpa è quello di esser andato in Estonia per tenere una conferenza dal titolo: «È la Russia il nemico dell'Europa?» Si è trattato, tra l'altro, di un arresto preventivo in quanto Chiesa è stato prelevato dal suo albergo appena arrivato nel Paese baltico, senza avere neppure il tempo di partecipare alla conferenza.

Non entro nel merito della questione se la Russia debba essere considerata un nostro nemico. Vorrei solo considerare che l'opinione pubblica vede con timore l'*escalation* in atto contro la Russia grazie al fatto che i mezzi di comunicazione si sforzano continuamente per creare un clima da guerra fredda. L'opportunità di un dialogo con la Russia non è un'idea bizzarra. È invece condivisa da numerose personalità; mi riferisco, fra i tanti, agli ex presidenti del Consiglio Romano Prodi e Silvio Berlusconi e agli ex cancellieri Schmidt, Kohl e Schroeder, all'ex ministro degli esteri francese de Villepin. In ogni caso, come dicevo, poco importa adesso il merito della questione, ciò che conta è che quanto avvenuto in Estonia è un inaccettabile attacco alla libertà di pensiero, un bieco gesto antidemocratico degno dei regimi totalitari e non di chi, in quanto parte dell'Unione europea, dovrebbe fare della libertà d'espressione il vero pilastro della sua identità. Voglio sapere se - spero sia così - il Governo italiano abbia già inoltrato le più ferme proteste al Governo estone esigendo l'immediato ritiro del provvedimento. *(Applausi dei senatori Campanella e Casaletto)*.

GIOVANARDI *(AP (NCD-UDC))*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

GIOVANARDI *(AP (NCD-UDC))*. Volevo sollecitare il Governo - so che lo sta facendo - per intervenire a risolvere un problema che riguarda 25.000 agenti di assicurazione e il loro fondo pensione complementare, che l'anno scorso ha avuto un riconoscimento internazionale per essere uno dei migliori fondi a livello mondiale. Anche l'anno scorso ha chiuso con 30 o 40 milioni di attivo, ma per legge si deve riequilibrare diventando fondo chiuso.

Giustamente gli agenti faranno la loro parte per arrivare a consolidare il fondo (e sarà un sacrificio, perché lo devono fare immediatamente), ma io chiedo che anche le compagnie di assicurazione facciano la loro parte, perché altrimenti 25.000 persone che hanno effettuato versamenti per assicurarsi una vecchiaia più sicura si troverebbero con un fondo affossato e che rischierebbe di essere chiuso, con un nocumento per tutti e soprattutto per la credibilità del sistema.

Sollecito quindi ancora il Governo a intervenire perché in questo caso non si tratta di tirar fuori fondi pubblici, ma di far in modo che le parti in maniera equa salvino uno strumento efficace di risparmio privato e di pensione integrativa.

Mozioni, interpellanze e interrogazioni, annunzio

PRESIDENTE. Le mozioni, interpellanze e interrogazioni pervenute alla Presidenza saranno pubblicate nell'allegato B al Resoconto della seduta odierna.

Ordine del giorno per la seduta di giovedì 18 dicembre 2014

PRESIDENTE. Il Senato tornerà a riunirsi in seduta pubblica giovedì 18 dicembre, alle ore 9,30, con il seguente ordine del giorno:

(Vedi ordine del giorno)

La seduta è tolta *(ore 16,57)*.

Allegato A

COMUNICAZIONI DEL PRESIDENTE DEL CONSIGLIO DEI MINISTRI SUL CONSIGLIO EUROPEO DEL 18 E 19 DICEMBRE 2014
PROPOSTE DI RISOLUZIONE NN. 1, 2, 3, 4, 5 E 6

(6-00080) n. 1 (16 dicembre 2014)
CALDEROLI.
Respinta
Il Senato,
udite le comunicazioni del Presidente del Consiglio dei ministri in vista del Consiglio europeo del 18 e 19 dicembre, in materia di politica economica e sociale,
non le approva.

(6-00081) n. 2 (16 dicembre 2014)
ZANDA, SACCONI, ZELLER, SUSTA, DI BIAGIO.
Approvata
Il Senato,
premesso che:
il Consiglio europeo del 18 e 19 dicembre, anche in seguito alla presentazione dell'analisi annuale della crescita effettuata dalla Commissione, esaminerà gli ulteriori sforzi da compiere per favorire la crescita, l'occupazione e la competitività europea e, in tale contesto, discuterà in particolare dell'iniziativa della Commissione finalizzata a mobilitare 315 miliardi di euro di investimenti nel periodo 2015-2017;
la mancata crescita dell'economia e la disoccupazione sono i problemi principali di cui sta soffrendo l'Europa, perché malgrado gli sforzi compiuti a livello nazionale e dell'UE, la ripresa è ancora debole e ostacola la riduzione dell'elevato livello di disoccupazione, specie giovanile;
in tali circostanze, appare necessario che le politiche di riforme strutturali, percorso che l'Italia ha già intrapreso e deve proseguire e completare rapidamente, siano affiancate da politiche per la domanda aggregata, motivate dalla consistente componente congiunturale della disoccupazione, fermo restando il necessario equilibrio di bilancio;
infatti, se dal lato della domanda la politica monetaria può e deve svolgere un ruolo chiave, anche mediante il ricorso a "misure non convenzionali", la politica di bilancio deve assumere un ruolo più incisivo dal momento che l'Europa si trova in una tipica situazione di "trappola della liquidità" e politiche "supply side" non sono sufficienti;
è necessario assicurare a tutti i paesi la possibilità di ricorrere appieno alla politica di bilancio nazionale come strumento anticiclico utilizzando tutti i margini di flessibilità esistenti per favorire la ripresa e sviluppando un'azione a livello dell'UE per allentare ulteriormente i vincoli che impediscono di contrastare efficacemente le fasi avverse del ciclo economico;
è altresì necessario sviluppare una politica di investimenti pubblici a livello europeo, specie nei settori che stimolano la crescita, come le infrastrutture, l'istruzione e la ricerca, anche alla luce della fase attuale caratterizzata dalla caduta degli investimenti privati e da tassi d'interesse a livelli storicamente bassissimi;
negli anni della crisi i livelli di investimento in Europa sono precipitati: dal 2007 al 2014 sono diminuiti di circa 430 miliardi di euro, una riduzione del 15 per cento, con picchi del 22 per cento in Italia e del 31 per cento in Spagna;
lo stesso Fondo Monetario, nell'ultimo World Economic Outlook, ha stimato che un aumento delle spese in investimenti pari all'1 per cento del PIL incrementerebbe il prodotto di circa lo 0,4 per cento nello stesso anno e dell'1,5 per cento nei quattro anni successivi, garantendo, a parità di altre condizioni, anche effetti positivi sulla dinamica debito/PIL e *deficit*/PIL attraverso un aumento del denominatore più che proporzionale rispetto a quello del numeratore;

le risorse del bilancio comunitario non sono sufficienti per attivare un intervento pubblico finalizzato al rilancio degli investimenti, poiché ammontano a circa 180 miliardi di euro l'anno, cioè circa l'1 per cento dell'Reddito nazionale lordo dell'UE e sono peraltro destinate solo in parte al sostegno ad investimenti;

il 26 novembre scorso la Commissione europea ha annunciato un piano di investimenti per rilanciare la crescita, articolato in tre filoni principali: (1) la creazione di un nuovo Fondo europeo per gli investimenti strategici (FEIS), garantito con fondi pubblici; (2) la creazione di una riserva di progetti accompagnata da un programma di assistenza per incanalare gli investimenti dove sono maggiormente necessari; (3) una tabella di marcia per rendere l'Europa più attraente per gli investimenti ed eliminare le strettoie regolamentari;

il FEIS verrà istituito in collaborazione con la Banca europea per gli investimenti (BEI) e si avvarrà di una garanzia di 16 miliardi di euro provenienti dal bilancio dell'UE (destinati al finanziamento degli investimenti a lungo termine nelle infrastrutture, nell'istruzione e nella ricerca, nelle energie rinnovabili) in combinazione con 5 miliardi di euro impegnati dalla BEI (in favore delle PMI e delle imprese a media capitalizzazione): secondo le stime della Commissione l'effetto moltiplicatore del fondo dovrebbe essere di 1:15, così da mobilitare non meno di 315 miliardi di euro di investimenti pubblici e privati aggiuntivi nel corso dei prossimi tre anni (2015-2017);

tale effetto moltiplicatore non appare tuttavia adeguatamente dimostrato e rischia di essere sovrastimato. Il Piano della Commissione affida inoltre alla volontà di singoli Stati membri la mobilitazione di ulteriori risorse a sostegno degli investimenti da esso previsti;

è necessario prevedere espressamente che gli investimenti del Piano, sia per quanto riguarda i contributi che gli Stati verseranno nel fondo comune che per i cofinanziamenti nazionali dei progetti selezionati, siano esclusi dal computo dei parametri del Patto di stabilità e crescita, una misura transitoria ed eccezionale attivabile senza modificare i Trattati;

vanno altresì promossi gli investimenti in infrastrutture da parte delle imprese mediante lo sviluppo di strumenti fiscali a livello europeo, soprattutto in quei casi nei quali possono essere utilizzati per correggere esternalità che provengono da fallimenti di mercato, come nel caso della finanza di progetto;

per promuovere un ambiente favorevole agli investimenti sono essenziali mercati del credito più integrati e, pertanto, è opportuno sostenere il programma del nuovo Presidente della Commissione per costituire in Europa un'autentica unione dei mercati dei capitali, completando l'unione monetaria con quella finanziaria;

il piano proposto dal Presidente Juncker per gli investimenti strategici è un primo passo verso una politica europea maggiormente orientata agli investimenti e alla crescita ma va rafforzato perché non appare ancora sufficiente ad attivare la ripresa del ciclo economico;

è necessario che la revisione intermedia della Strategia Europa 2020 - che sarà portata a compimento nel corso del 2015 - provveda, per un verso, ad introdurre misure aggiuntive per il perseguimento degli obiettivi in materia di occupazione e lotta alla povertà, in cui si registra addirittura un arretramento rispetto ai target originari. Per altro verso, andrebbero integrati nella strategia nuovi obiettivi legati al mercato interno, all'erogazione del credito al sistema produttivo e alla politica industriale, senza i quali non è possibile rilanciare crescita e occupazione nell'UE;

a tale scopo occorre in particolare integrare la politica industriale nella procedura del semestre europeo, assicurando che le raccomandazioni specifiche per Paese contengano indicazioni puntuali affinché tutti gli stati membri concorrano all'obiettivo di portare entro il 2020 al 20 per cento del PIL europeo la quota rappresentata dall'industria;

considerato che:

il disegno di legge di stabilità all'esame del Parlamento reca misure espansive orientate alla crescita, coerenti con il piano di investimenti della Commissione europea che sarà sottoposto al prossimo Consiglio europeo;

gli impegni assunti in sede europea dal Governo italiano sono stati ritenuti credibili, tanto che

la Commissione Europea ha sospeso fino a marzo eventuali interventi procedurali: in questo senso si sono espressi sia il documento di valutazione del Documento programmatico di bilancio del 28 novembre, sia la dichiarazione dell'Eurogruppo dell'8 dicembre;

il dialogo in corso con la Commissione e con i nostri *partner*, nel quale si inseriscono anche le comunicazioni del Commissario Moscovici ai Parlamenti nazionali, sta portando a importanti risultati in termini di apertura verso l'Italia, che sta ottenendo una maggiore flessibilità sui tempi e sui percorsi di adeguamento ai parametri di finanza pubblica nel contesto delle regole europee: tale flessibilità è indispensabile per evitare politiche pro-cicliche dannose per la crescita e per poter attuare interventi volti a rilanciare la crescita,

impegna il Governo:

a monitorare in corso d'anno gli effetti della manovra di bilancio, con particolare riguardo al rispetto degli obiettivi programmatici concordati in sede europea;

a promuovere il potenziamento della strumentazione e della dotazione finanziaria dell'Unione europea, finalizzato al sostegno dell'economia, attraverso l'adozione di misure e la sperimentazione di strumenti che svolgano una funzione anticiclica, e a utilizzare la revisione intermedia del quadro finanziario pluriennale, prevista per fine 2016, per orientare ulteriormente il bilancio dell'UE verso l'occupazione, la crescita e la competitività;

a sostenere un processo riformatore che attribuisca alla Banca Centrale Europea un ruolo maggiormente attivo a favore della crescita;

a sollevare il tema della rimozione delle barriere all'integrazione dei mercati dei capitali, sostenendo la proposta del Presidente Juncker sull'unione dei mercati dei capitali, in modo da diminuire il costo della raccolta di fondi, soprattutto per le piccole e medie imprese, contribuendo nel contempo a ridurre la nostra fortissima dipendenza dal finanziamento bancario e aumentando così l'attrattiva dell'Europa come piazza d'investimento;

a promuovere nelle sedi europee lo sviluppo di meccanismi di sostegno e mutualizzazione del debito sovrano per salvaguardare il ruolo di stabilizzatori delle politiche di bilancio nazionali, fermo restando un solido e credibile quadro di riferimento per i conti pubblici;

a sostenere l'esclusione dai saldi rilevanti ai fini del rispetto del Patto di stabilità e crescita e degli altri obblighi comunitari sia dei contributi che gli Stati membri effettueranno al Fondo europeo per gli investimenti strategici sia dei cofinanziamenti nazionali dei progetti previsti dal Piano ovvero nell'ambito dei fondi strutturali e di altri strumenti finanziari dell'UE;

ad assicurare la tempestiva operatività del FEIS e una adeguata assistenza tecnica per l'elaborazione dei progetti, l'utilizzo delle risorse e l'accesso ad altre fonti di finanziamento pubbliche e private;

a promuovere l'adozione di una migliore regolazione a livello europeo e la convergenza delle regolazioni nazionali verso modelli più favorevoli agli investimenti mediante la riduzione dei rischi non finanziari e dei costi regolatori, con particolare attenzione all'implementazione dell'Agenda strategica per l'Unione;

a sollecitare lo sviluppo di speciali strumenti fiscali e finanziari e la definizione a livello internazionale di un quadro regolatorio contabile e prudenziale per incentivare gli investimenti privati di lungo periodo;

a promuovere, attraverso la definizione di criteri rigorosi e puntuali, la concentrazione degli investimenti del Piano nei settori cruciali: reti energetiche e di trasporto, energie rinnovabili ed efficienza energetica, istruzione, ricerca e innovazione, economia digitale, banda larga, infrastrutture sociali, prevenzione del dissesto idrogeologico, garantendo agli investitori privati programmi economicamente solidi;

ad assicurare che la revisione intermedia della Strategia Europa 2020 - che sarà portata a compimento nel corso del 2015 - provveda ad integrare nella medesima strategia nuovi obiettivi legati al mercato interno, all'erogazione del credito al sistema produttivo e alla politica industriale, senza i quali non è possibile rilanciare crescita e occupazione nell'UE;

ad integrare pienamente gli obiettivi della nuova politica industriale europea nella Strategia Europa 2020 e nella procedura del semestre europeo, assicurando che le raccomandazioni specifiche per Paese contengano indicazioni puntuali affinché tutti gli stati membri concorrono all'obiettivo di portare entro il 2020 al 20 per cento del PIL europeo la quota rappresentata dall'industria;

a sostenere le iniziative volte a contrastare l'evasione e l'elusione fiscale a livello europeo e globale, accompagnandole con misure volte ad un maggior coordinamento dei sistemi fiscali nell'UE, anche con riferimento all'imposizione diretta, al fine di ridurre la concorrenza fiscale dannosa;

a proseguire, contestualmente alla predisposizione di politiche ceuropee espansive, nel percorso di riforme strutturali già avviate sul versante del lavoro, della giustizia, del fisco e della pubblica amministrazione;

a favorire, nell'ambito della elaborazione di una Strategia UE per la Macro-Regione Alpina entro giugno 2015, la cooperazione transfrontaliera tra Stati, Regioni, Province autonome di Trento e di Bolzano e società civile, al fine di superare gli squilibri economici, sociali e territoriali esistenti e di ridare slancio agli investimenti, a beneficio di tutti i soggetti coinvolti.

(6-00082) n. 3 (16 dicembre 2014)

DE PETRIS, URAS, DE CRISTOFARO, BAROZZINO, CERVELLINI, PETRAGLIA, STEFANO, PEPE, DE PIN, CAMPANELLA, BIGNAMI, BENCINI, BOCCHINO, MASTRANGELI, MUSSINI.

Respinta

Il Senato,

sentite le comunicazioni del Presidente del Consiglio dei ministri in merito alla riunione ordinaria del Consiglio dell'Unione europea del 18 e 19 dicembre 2014 il cui ordine del giorno provvisorio prevede i seguenti punti:

1) politica economica e sociale: esame degli ulteriori sforzi da compiere per favorire la crescita, l'occupazione e la competitività europea e, ove opportuno, stabilire nuovi orientamenti; in tale contesto, discutere in particolare dell'iniziativa della Commissione destinata a mobilitare 300 miliardi di euro di investimenti nel periodo 2015-2017;

2) altre questioni in materia di relazioni esterne alla luce degli sviluppi del panorama internazionale, ed illustrazione delle misure adottate per rispondere alla crisi dell'Ebola;

premesso che, per quanto concerne la politica economica e sociale:

dobbiamo constatare che la crisi che dura da 7 anni, prosegue senza che all'orizzonte si possa scorgere un'inversione di tendenza, mentre i disoccupati in Europa sono diventati più di 27 milioni ed il loro numero continua ad aumentare;

la disoccupazione crescente rappresenta solo uno dei risultati negativi delle politiche dell'austerità perseguite con ottusità dagli organismi europei come più volte denunciato da molti eminenti economisti, dal FMI e dalla parte politica dei firmatari di questa risoluzione, ultimamente con la Risoluzione 6-00092 presentata in vista del precedente Consiglio europeo del 23-24 ottobre scorso e con la Relazione di minoranza alla legge di stabilità 2015 (AC 2689-bis-A - Relatore Melilla);

molti autorevoli economisti avevano avvertito che difficilmente una moneta unica che unisce paesi molto diversi per livelli di competitività, produttività e inflazione avrebbe potuto essere un motore di sviluppo, soprattutto in mancanza di una forte politica cooperativa e solidale a livello europeo. Le loro previsioni si sono purtroppo avverate;

il sistema della moneta unica divide più che unire i paesi europei e, soprattutto dopo lo scoppio della crisi finanziaria globale, è diventato un freno per la crescita dell'Eurozona e di ogni singolo paese. La moneta unica impedisce i riallineamenti competitivi (cioè le svalutazioni monetarie dei paesi deboli e le rivalutazioni di quelli forti). Inoltre, in assenza di una politica fiscale comunitaria redistributiva, risulta inadatta alle esigenze di crescita di ciascun singolo paese. Ne seguono squilibri commerciali e finanziari, in particolare all'interno dell'Eurozona;

a causa della rigidità intrinseca della moneta unica, i paesi creditori, in primis la Germania, sostengono l'adozione di politiche depressive per i paesi debitori come l'Italia, la Francia, la Spagna e altri paesi del Sud Europa. Per garantirsi il recupero dei crediti, i primi hanno imposto austerità,

riduzioni drastiche del costo del lavoro, tagli del *welfare* e aumenti delle tasse. I debiti pubblici denominati in una moneta che i singoli stati non controllano - e che di fatto appare quindi loro come una moneta straniera - forzano i governi ad adottare politiche pro-cicliche. Le economie meno competitive entrano quindi nella spirale della crisi e finiscono per trascinarvi quelle dei paesi cosiddetti "virtuosi". L'euro, invece di spingere verso la convergenza tra i 18 membri dell'Eurozona, ne aumenta le divaricazioni e i conflitti;

l'Eurozona, e in particolare i paesi mediterranei, si trovano in una situazione economica pesantissima: stagnano o calano i consumi e diminuiscono gli investimenti privati e pubblici. La BCE cerca di dare ossigeno monetario al sistema ma le banche dei diversi paesi trattengono la liquidità e non offrono sufficiente credito all'economia reale, in particolare alle piccole e medie imprese. In pratica: non si investe, non si produce, non si consuma;

crescono massicciamente la disoccupazione e la precarietà del lavoro. Aumentano le divaricazioni territoriali e sociali. Sembra che l'Europa abbia dimenticato i suoi obiettivi originari di piena occupazione, sviluppo sostenibile e benessere per tutti i cittadini: la priorità dichiarata dagli organi della UE è piuttosto mirata esclusivamente ad aumentare la competitività con politiche di austerità e le cd. "riforme strutturali";

la crisi mette a rischio la sopravvivenza stessa di qualsiasi disegno di integrazione. L'economia europea è malata e rischia di infettare l'economia mondiale. In questo quadro di incertezza e di grave sofferenza sono possibili diversi scenari: la continuazione di una fase prolungata di stagnazione, o peggio di recessione e depressione; la ristrutturazione dei debiti dei paesi dell'Europa mediterranea; la rottura caotica dell'eurozona con l'uscita forzata di uno o più paesi dall'euro e il crollo rovinoso del sistema europeo e dell'euro;

il Governo - dobbiamo constatare - non è riuscito a fare "cambiare verso" all'Unione europea malgrado i sei mesi di Presidenza italiana della UE: nel semestre italiano di presidenza UE, infatti, si è ripetuto il seguente copione: il Governo, a Roma, tuona contro l'austerità ma a Bruxelles non ottiene nulla. Il *Premier* italiano, da un lato, invoca flessibilità e crescita, dall'altro promette che l'Italia rispetterà le regole del *fiscal compact*. Mentre dovrebbe scegliere: l'Italia non può investire se rispetta il *fiscal compact*; al contrario l'Italia per investire deve violare il *fiscal compact*. Da questo punto di vista il semestre italiano è stato un'occasione perduta;

secondo i dati Istat, nel terzo trimestre 2014, il PIL cala dello 0,1 per cento rispetto al trimestre precedente e dello 0,5 per cento rispetto al terzo trimestre del 2013, mentre gli investimenti lordi sono diminuiti del 3,1 per cento rispetto ad un anno fa, la produzione industriale di ottobre in Italia è crollata del 3 per cento, la quarta frenata mensile consecutiva, tutte con il Governo Renzi, ed i disoccupati sono il 13,2 per cento della forza lavoro. In una situazione simile avremmo avuto bisogno di una vera manovra espansiva. Al contrario, il Governo non vara investimenti poiché teme una procedura di infrazione per disavanzo eccessivo da Bruxelles;

ma in Europa ci sono due pesi e due misure: nel rapporto *deficit*/PIL la Francia arriverà al 4,5 per cento nel 2014. Sforerà anche nel 2015. Così la Spagna nel 2014 al 5,8 per cento, al 4,2 per cento nel 2015. Dunque, altri Paesi sforano e non succede nulla. Secondo la Commissione UE non solo il nostro debito è eccessivo ma forse non raggiungeremo gli obiettivi di medio termine. Sono dunque da prevedere altri miliardi di tagli alle spese a marzo malgrado con la legge di stabilità ci stiano già facendo i salti mortali per rispettare il 2,6 per cento del PIL;

comparando dal 2008 il rapporto *deficit*/PIL di Roma e Parigi, si constata che: nel 2013 l'Italia sta al 3 per cento, la Francia sfora al 4,3 per cento; nel 2012 noi stiamo sempre al 3 per cento, la Francia sfora al 4,9 per cento; nel 2011 noi sforiamo al 3,9 per cento ma la Francia arriva al 5,2 per cento; nel 2010 noi arriviamo al 4,6 per cento ma Parigi ci surclassa al 7 per cento; nel 2009 Roma arriva al 5,5 per cento e Parigi sfonda al 7,5 per cento; nel 2008 noi stiamo al 2,7 per cento, la Francia comunque sfora al 3,3 per cento;

secondo l'analisi della Commissione europea, l'Italia pur rimanendo sotto il 3 per cento nel rapporto tra *deficit* e PIL, non ha tagliato sufficientemente il disavanzo con ripercussioni sul debito

pubblico, che anziché diminuire continua a crescere, l'anno prossimo al 133,8 per cento. Secondo Bruxelles il *deficit* strutturale scenderà solo dello 0,1 per cento invece del richiesto 0,5 per cento (il Governo sostiene che tale *deficit* scenderà dello 0,3 per cento). Si chiede dunque all'Italia uno sforzo maggiore entro marzo per ridurre il debito;

in cambio del voto dato a Juncker, il Governo avrebbe dovuto ottenere che l'Italia sia trattata dalla Commissione come la Francia. Viceversa Juncker ha dichiarato, rivolto in particolare all'Italia, che senza tagli aggiuntivi "le conseguenze saranno spiacevoli". Egli ha inoltre affermato che "noi abbiamo utilizzato - nei confronti dell'Italia-NdR - la più grande flessibilità mai attuata…Avremmo potuto attivare subito per l'Italia una procedura per debito eccessivo";

finora il *Premier* ha ottenuto nel suo semestre di Presidenza UE un solo reale risultato: il rinvio del giudizio definitivo della Commissione sulla nostra legge di stabilità a marzo 2015;

in ogni caso, porsi il problema, come ha fatto il Governo italiano, se i criteri di calcolo dell'output gap siano giusti o sbagliati, output gap sulla base del quale viene poi stabilita la distanza che ci separa dal raggiungimento del pareggio di bilancio strutturale, è un approccio minimalista: il pareggio di bilancio è il vero problema da affrontare;

il governo Berlusconi, spinto dalla fortissima tensione sui titoli di Stato italiani, nel 2011 assunse l'impegno di conseguire il pareggio di bilancio contabile entro il 2014, poi anticipato dallo stesso Governo al 2013. Questo obiettivo pur perseguito con energia dai governi che si sono man mano succeduti, non è stato finora conseguito, anzi il suo raggiungimento nel prossimo futuro risulta altamente improbabile, a causa della potente carica distruttiva sul PIL contenuta nelle stesse manovre messe in campo da quella data in poi per realizzarlo che non hanno reso possibile neppure acquisire il pareggio strutturale;

la strategia del pareggio contabile o strutturale mira essenzialmente a raggiungere l'obiettivo di frenare e/o bloccare la crescita del numeratore del rapporto debito/PIL, per migliorare nel tempo questo indicatore; nel presupposto che il PIL nominale possa crescere e svilupparsi in forma indipendente dalle misure di consolidamento del bilancio, per effetto delle cosiddette "riforme strutturali" e degli aiuti monetari che i governi e le autorità preposte mettono in campo. Una concezione priva delle più elementari basi logico-razionali. Nessun Paese al mondo può crescere se tutti gli agenti nevralgici sono contemporaneamente orientati al ribasso: investimenti pubblici e privati, consumi pubblici e privati, credito bancario a famiglie e imprese, redditi disponibili e reddito d'impresa, dinamica dei prezzi e fiducia nel futuro;

allo stato attuale, senza cospicui investimenti pubblici, a poco potranno le nuove iniezioni di liquidità che la BCE ha in programma di realizzare per sovvertire un quadro così compromesso. La stessa BCE ha riconosciuto il fallimento delle due aste del maxi prestito alle banche europee denominato "TLTRO": gli istituti di credito dovevano ricevere 400 miliardi di euro, ma ne hanno ritirato da settembre ad oggi solo 212 miliardi;

in questo contesto il Presidente della Commissione Europea, Jean Claude Juncker, ha proposto il suo nebuloso piano di circa 300 miliardi di investimenti. Partirebbe con un Fondo Europeo per gli Investimenti Strategici (EFSI) di 21 miliardi di euro: 5 di denaro vero della BEI, la Banca Europea degli Investimenti, 16 tra liquidità dell'attuale bilancio UE e garanzie. Successivamente la BEI concederebbe prestiti pari a tre volte il capitale iniziale: tali prestiti dovrebbero coinvolgere investitori privati con un ulteriore effetto moltiplicatore pari a cinque. E così si arriverebbe all'importo di 315 miliardi per i 28 Stati UE (con un moltiplicatore pari a 15) . Una *task force* europea dovrebbe valutare quali progetti finanziare;

sono stati presentati dai 28 Paesi dell'UE circa 2.000 progetti nazionali, per un totale di 1.300 miliardi, in competizione per ottenere i 21 miliardi di finanziamenti europei, mentre i finanziamenti dei privati sono tutti da verificare;

il fulcro del piano è la costituzione del Fondo Europeo per gli Investimenti Strategici (European Fund for Strategic Investment - EFSI), organismo nuovo che si occuperà dei progetti di investimento e del loro finanziamento. Il piano dovrebbe essere operativo a partire dal giugno 2015, con un ruolo

chiave della Banca Europea degli Investimenti (BEI), che affiancherà neonato Fondo per rafforzarne la capacità d'azione sui mercati finanziari internazionali;

la maggior parte di quei 21 miliardi verrà attinta da fondi già esistenti, come quello "Horizon 2020", il programma di 80 miliardi dell'Ue destinato alla ricerca e allo sviluppo. Insomma, non si mette in campo nessuna vera risorsa aggiuntiva. La ragione è da ricercarsi da un lato nella resistenza da parte dei Paesi del Nord - Gran Bretagna in primis - ad aumentare di un singolo centesimo il loro contributo al *budget* europeo, dall'altro nell'insistenza della Germania per un coinvolgimento minimo della BEI per evitare il rischio che perda la "tripla A" da parte delle agenzie di *rating*;

il Piano Juncker serve a dare l'illusione all'opinione pubblica europea che qualcosa stia cambiando e che ci siano speranze per il futuro. Purtroppo, non è così: i 315 miliardi di euro di cui si parla sono costituiti da 21 miliardi veri che dovrebbero essere versati dagli Stati in un apposito fondo, il quale successivamente dovrebbe emettere obbligazioni per ottenere dal mercato le risorse mancanti, con una leva finanziaria di 1 a 15 assolutamente poco credibile. Non risulta, infatti, che fondi di investimento pubblico siano mai riusciti ad attivare una leva finanziaria superiore a 3, anche ai tempi della finanza allegra;

si ipotizza che gli investimenti da finanziare (essenzialmente infrastrutture) siano in grado di produrre un reddito sufficiente a remunerare gli investitori privati (banche) che dovrebbero partecipare all'operazione. Ciò significa che i progetti eventualmente finanziabili si riducono drasticamente di numero, restando escluse tutte le opere pubbliche non suscettibili di produrre un reddito direttamente quantificabile (per esempio quelle relative al recupero del territorio), mentre quelli che verranno accettati potrebbero tranquillamente trovare finanziamenti direttamente sul mercato. In sintesi, la proposta appare per molti aspetti come una sostanziale presa in giro. Già 300 miliardi di euro sono meno della metà di quanto servirebbe a rilanciare l'economia europea. Il fatto poi che debbano essere finanziati sul mercato e non in disavanzo secondo criteri di redditività privati conferma che non la crescita ma l'ossessione contabile dei Paesi nordici continua ad essere la vera bussola che orienta le scelte di Bruxelles;

gli economisti della Royal Bank of Scotland hanno calcolato che nell'eurozona gli investimenti siano crollati di 330 miliardi l'anno dall'inizio della crisi. Essi giudicano l'iniziativa di Jucker come sottodimensionata e tardiva. Secondo questi economisti, all'Europa servirebbero almeno 800 miliardi di euro di nuovo capitale, cioè gli investimenti persi nel corso della crisi. Ma l'area euro dovrebbe ripristinare non meno di 1.000 miliardi se consideriamo l'ammortamento e la crescita mancata tra il 2007 e il 2014, perché con la crescita, sia pure contenuta della produttività, non basta ripristinare quanto perduto per recuperare il livello di occupazione iniziale;

inoltre, il rischio è che ne traggano beneficio i Paesi e le regioni più dotati di capitali da investire. Ci si può legittimamente chiedere: ma un investitore straniero, puntando alla redditività, sceglierebbe di investire su un'infrastruttura in Baviera o in Calabria?

infatti, malgrado che il capitale della BEI sia stato aumentato di 10 miliardi nel 2012, i Paesi del Sud Europa, che pure hanno diligentemente sottoscritto le loro quote, non hanno avuto in cambio sostanzialmente nessun vantaggio, dal momento che gran parte dei fondi raccolti sono andati a finanziare progetti di Paesi quali la Germania;

ci sarebbe in astratto la possibilità per gli stati nazionali di contribuire anch'essi all'iniziativa, ma sembra difficile che arrivino risorse da parte loro, anche perché non c'è nessuna garanzia che i fondi stanziati da un singolo stato vengano ristornati allo stesso Paese;

in una situazione economica di stagnazione e deflazione in molti paesi UE, ipotizzare un effetto moltiplicativo di questo genere assomiglia più a un atto di fede che una reale politica economica. Innanzi tutto i capitali privati si muovono se hanno profitti elevati - e la BEI ha abituato gli investitori privati alla "tripla A" delle agenzie di rating: cioè investimenti assolutamente sicuri, a redditività garantita. Non sembra che ci siano molti investimenti nell'economia reale che abbiano oggi queste caratteristiche in Europa. In secondo luogo, la stagnazione provocata dalle politiche di austerità è alla base della rinuncia degli investitori privati a investire - gli investimenti privati dal 2008 sono caduti in

tutta Europa molto di più del PIL. Non si riesce a capire perché mai dovrebbero credere adesso in una ripresa della domanda quando la spesa pubblica è ferma e le esportazioni sono rallentate come mai nel vent'anni passati;

in un contesto in cui le aspettative degli investitori privati erano atterrite - esattamente come lo sono oggi - dallo stato comatoso della domanda pubblica e privata, John Maynard Keynes negli anni trenta reclamava un intervento pubblico "vero" - fatto di risorse pubbliche immediatamente immesse nell'economia per realizzare nuovi beni e servizi - e non aveva illusioni sulla conversione alla ripresa di finanziatori privati chiusi nella trappola di un denaro liquido che non si trasforma in investimento;

nella migliore delle ipotesi - ossia nell'eventualità in cui il piano riesca veramente a raccogliere la cifra auspicata - si tratterebbe comunque di un regalo agli investitori, in cui l'autorità pubblica si accollerebbe il rischio, fornendo ai privati il denaro a copertura delle eventuali perdite sul capitale investito, lasciandogli gli eventuali profitti, secondo la logica dei partenariati pubblico-privato;

considerato, inoltre che, per quanto riguarda le relazioni esterne all'Unione europea:

negli scorsi giorni è stato chiuso il più grande porto di carico del petrolio in Libia, a Es Sider, al confine fra Tripolitania e Cirenaica. In queste ore i capi militari e tribali di Zwara, una comunità che sorge ad Ovest, lungo il percorso del gasdotto che alimenta l'Italia, stanno decidendo se bloccare o meno il gasdotto nella stazione di Mellita dove viene introdotto nel gasdotto che attraversa il canale di Sicilia e introduce il gas in Europa con il rischio di provocare gravi ripercussioni, anche economiche a tutto il continente;

nei dintorni infuria la battaglia fra i miliziani della Petroleum Protection Guard del capo-milizia Ibrahim Jadran e quelli della coalizione Misurata-Islamisti che da agosto controlla Tripoli; in Libia i combattimenti si spostano freneticamente in quasi tutto il paese e la crisi Libica rischia anche di destabilizzare anche i Paesi dello Sahel, come ha anche affermato in una recente audizione al Consiglio di Sicurezza dell'ONU, l'inviato speciale della nella regione, Guebre Sellasie, il quale ha aggiunto: "Se la situazione in Libia non verrà rapidamente messa sotto controllo, numerosi Paesi della regione potrebbero venire destabilizzati in un futuro prossimo: le voci riguardanti dei presunti campi di addestramento dello Stato islamico in Libia sono particolarmente preoccupanti";

la regione del Sahel è particolarmente strategica. Attraverso il Sahel, passano infatti, 20 mila armi da fuoco provenienti dalla Libia, e secondo recenti dati, passano per la regione la maggior parte delle 18 tonnellate di cocaina che giungono in Africa Occidentale;

l'area è inoltre minacciata dalle violenze del gruppo terroristico Boko Haram nel nord della Nigeria e dalle crisi in Mali e nella Repubblica Centroafricana, nonché dalle minacce interne, con un un numero di bambini denutriti che ha superato i 6 milioni, mentre gli sfollati sono raddoppiati nel corso dell'ultimo anno e sono attualmente 3,3 milioni;

la recente comparsa del virus Ebola in Mali, rischia di compromettere sensibilmente la regione anche alla luce degli insufficienti aiuti internazionali per prevenire e combattere l'epidemia; in Libia la situazione è drammatica. Oltre ai diffusi combattimenti in tutto il Paese, l'Alto Commissariato per delle Nazione Unite per i Rifugiati stimava, che solo nello scorso mese, almeno 106.420 persone sono state costrette ad abbandonare le proprie case, il che significa che, da maggio scorso, sono oltre 400 mila le persone sfollate a causa delle violenze in Libia;

nel frattempo, per via delle violenze e dei conflitti diffusi, notevoli difficoltà si riscontrano nelle operazioni umanitarie, per cui la stima degli sfollati è soltanto approssimativa e potrebbe di dimensioni ancora più grandi;

secondo gli ultimi dati diffusi dall'Alto Commissariato per delle Nazione Unite per i Rifugiati, sono oltre 51 milioni gli sfollati nel mondo e rappresenta il dato più alto nel mondo dal 1945;

secondo le stime, soltanto in Siria e Iraq, paesi dove sono in corso i principali conflitti e dove è in corso la campagna dei Paesi occidentali contro l'ISIS, gli sfollati sarebbero più di 14 milioni;

in Iraq la maggior parte degli sfollati ha trovato rifugio all'interno del Paese, mentre la grande maggioranza dei rifugiati siriani ha trovato riparo in Libano, Giordania, Iraq e Turchia che ne ospita circa 1 milione e mezzo all'interno di campi profughi allestiti prevalentemente nel Kurdistan turco; nel

2014 hanno tentato la fuga via mare oltre 348.000 persone, di cui 207.000 sono riuscite a completare la traversata. Un numero di quasi tre volte più alto rispetto al precedente picco di 70.000 nel 2011, quando la guerra civile libica era in pieno svolgimento; la componente dei richiedenti asilo rappresenta la componente maggioritaria di questo flusso e i restanti sono persone beneficiarie di protezione internazionale;

l'offensiva jihadista, da cui gli sfollati scappano, secondo dati recentemente diffusi dalla BBC ed elaborati dal King's College di Londra, ha prodotto soltanto nel mese di novembre, 5.042 vittime, la cui grande maggioranza erano civili (2.079). il Paese in cui si è registrato il maggior numero di vittime è stato l'Iraq, al secondo posto la Nigeria seguita dall'Afghanistan;

con l'idea di fondo che sarebbero diminuiti gli approdi via mare con l'inizio della stagione invernale, dal 1° novembre l'operazione Mare Nostrum è stata sostituita dall'operazione UE Triton che ha soltanto compiti di soccorso entro le 30 miglia;

tuttavia se si paragona il numero di arrivi a novembre scorso, mese di avvio della missione Triton, con quelli registrati a novembre 2013 si scopre che il numero dei profughi arrivati in Italia è quasi quintuplicato;

nel novembre 2013 i profughi soccorsi sono stati 1.883, mentre un anno dopo i profughi arrivati sono stati 9.134, con un aumento del 485 per cento nonostante il ridimensionamento della missione; questi numeri confermano la grandezza del fenomeno delle migrazioni, che sarà sempre più vasto come affermato anche dall'ultima riunione del Consiglio dell'UE "Affari Esteri", che ha preso conoscenza della necessità di una nuova strategia globale dell'UE che vada oltre la sorveglianza delle frontiere, come accade ora con l'agenzia Frontex e affronti la questione dei rifugiati, garantendo accoglienza e standard uniformi in tutti i Paesi in linea con quanto previsto dalla convenzione di Ginevra del 1951 sui rifugiati;

occorre altresì una politica estera forte dell'Unione europea, improntata sul rafforzamento della capacità degli strumenti di prevenzione diplomatica, mediazione e gestione non violenta dei conflitti, anche considerato il numero dei conflitti che vanno espandendosi sempre di più ai confini del continente, la cui sua espressione, la PESC - Politica europea e di sicurezza comune, rimane inefficace e a volte incomprensibile, troppo subordinata alle scelte dell'Alleanza Nord Atlantica e degli Stati Uniti d'America;

manifestazione palese di questa incomprensibile subordinazione è la crisi Ucraina dove l'atteggiamento europeo di puntare sul muro contro muro con Mosca è apparso totalmente sbagliato e noncurante degli storici errori commessi dall'Unione a partire dagli anni 90 che hanno portato in sequenza a conflitti, apertura diplomatiche, minacce reciproche e logoramento delle relazioni;

la partita geopolitica è stata giocata principalmente sul terreno della "sicurezza" e la mossa principale dell'allargamento ad Est della Nato e le trattative per l'ingresso dell'Ucraina nell'Unione europea, sono state una scelta strategica sbagliata così come la gestione della crisi e le conseguenti sanzioni, di cui l'Europa e i suoi Stati membri pagano un prezzo elevato;

ulteriormente la crisi ucraina rischia di riaprire la corsa al riarmo nucleare tra Nato e Russia con l'Alleanza atlantica sempre più determinata a rafforzare la propria capacità di deterrenza tattica attraverso l'acquisizione e il dispiegamento, in varie basi in Europa, tra cui quella di Ghedi, di nuovi sistemi d'arma a proiezione nucleare;

ora l'Italia, che ha anche il massimo esponente della Politica europea e di sicurezza comune, dovrebbe avere il coraggio di porre le questioni cruciali a partire dal promuovere una soluzione del conflitto Israelo-Palestinese come ha già fatto la Svezia e come hanno fatto i Parlamenti di Irlanda, Spagna, Belgio e Francia, ossia di proporre il riconoscimento dello Stato di Palestina così come si riconosce lo Stato di Israele come contributo di politica estera per la ripresa dei negoziati sulla posizione "due popoli, due stati", da sempre la posizione dell'Italia e dell'Unione europea;

appare questa iniziativa l'unica possibile anche alla luce della aggravamento del conflitto dopo l'uccisione del ministro palestinese Ziad Abu Ein, avvenuto nei giorni scorsi da parte dell'esercito israeliano e anche considerate le recenti prese di posizione del primo ministro israeliano Netanyahu, il

quale ha dichiarato che Israele non accetterà mai il ritiro entro i confini del 1967, nonché la ripresa delle violenze a Gerusalemme Est;

osservato, infine che, in merito alla crisi dell'Ebola:

per diversi anni si è cercato di convincere l'Organizzazione mondiale della Sanità a promuovere la ricerca sull'Ebola, ma per troppo tempo si è continuato a considerarla una malattia focale, di focolai virulenti, capaci di estinguersi da soli;

solamente quest'estate l'OMS ha riconosciuto Ebola come un'emergenza internazionale. Un virus che uccide fino all'80 per cento dei soggetti che si ammalano;

le proiezioni pubblicate a metà dello scorso settembre dall'US Centre for Disease Control and Prevention (CDC) di Atlanta sono drammatiche. Solo in Sierra Leone e in Liberia, più di 20.000 nuovi casi potrebbero emergere nelle prossime settimane e qualcosa come 1,4 milioni entro gennaio 2015 se il contagio continuasse a propagarsi ai ritmi attuali;

i Paesi colpiti dall'epidemia, Liberia, Sierra Leone, e con una estensione contenuta Nigeria e Senegal, vanno supportati e va soprattutto scongiurato il loro isolamento per non compromettere lo sforzo degli aiuti internazionali e non aggravare la frattura sociale ed economica;

l'epidemia del virus Ebola rappresenta una seria minaccia alla salute da considerarsi come una minaccia globale. La lenta e inadeguata risposta della comunità internazionale ha amplificato le dimensioni di un dramma che poteva essere contenuto;

il 23 ottobre scorso, Barroso, ex presidente della Commissione europea, dichiarava: «nei confronti dell'Ebola abbiamo ingaggiato una corsa contro il tempo; dobbiamo affrontare la situazione di emergenza ma anche trovare risposte a lungo termine. E poi annunciava un ulteriore finanziamento per velocizzare alcune delle più promettenti ricerche per lo sviluppo di vaccini e di cure»;

pochi giorni dopo la suddetta dichiarazione di Barroso, si è tenuta una riunione dell'OMS con i rappresentanti di Governi, dell'industria, di donatori, di ricercatori medici e delle organizzazioni di soccorso, anche per discutere dell'accesso e il finanziamento dei vaccini per l'Ebola;

come chiesto da Bertrand Draguez, direttore medico di Medici senza Frontiere, alla suddetta riunione dell'OMS deve però "seguire un'azione urgente per veder realizzare quelle promesse in Africa occidentale nel più breve tempo possibile. A questa azione deve seguire la distribuzione massiccia dei vaccini alla popolazione, non appena la loro efficacia sarà stata provata. E' fondamentale che il personale dei sistemi sanitari locali, delle organizzazioni umanitarie e presso la comunità, impegnati nella risposta all'epidemia e nel garantire cure mediche di base, siano protetti. Quasi ovunque le risorse sono al limite";

lo stanziamento di 24,4 milioni di euro stanziati dalla Commissione europea per la ricerca sull'Ebola, è un passo importante ma insufficiente. Come sottolineato da Manica Balasegaram, direttore esecutivo della Campagna di Medici senza Frontiere per l'accesso ai farmaci, per tentare di arginare l'epidemia, sono fondamentali vaccini e trattamenti. I governi e l'industria devono svolgere un ruolo chiave. L'industria deve assumersi dei rischi, mentre i governi devono sostenerla attraverso incentivi e riduzioni al minimo di tali rischi. Servono urgentemente investimenti e incentivi sufficienti per lo sviluppo di farmaci specifici per l'Ebola;

in questo ambito l'Unione europea avrebbe potuto, e dovrebbe avere, un ruolo più centrale; peraltro l'Unione europea e la comunità internazionale si dovranno attivare per evitare che i vaccini e i farmaci in via di sperimentazione da parte di industrie farmaceutiche, vengano introdotti a prezzi troppo elevati. Sotto questo aspetto è indispensabile poter negoziare con le industrie il prezzo dei dispositivi medicali,

impegna il Governo:

A) per quanto concerne la politica economica e sociale:

a creare un fronte comune con i governi disponibili a porre con forza negli organismi della *governance* europea, il tema della revisione dei trattati europei a partire dal *fiscal compact*, correggendo i vincoli del 3 per cento e del debito al 60 per cento che sono del tutto arbitrari ed assurdi, ottenendo la convocazione di una Conferenza europea per definire le necessarie modifiche;

a proporre, nell'ambito di tale una Conferenza, un negoziato sul debito che ricalchi quanto deciso nel 1953 a favore della Germania, cui vennero condonati i debiti di guerra, prevedendo la rinegoziazione del debito che eccede il 60 per cento del Pil;

ad adoperarsi negli organismi europei per consentire nel frattempo lo sforamento del limite del *deficit* del 3 per cento e per ottenere la moratoria, per almeno un quinquennio, sull'applicazione delle misure obbligatorie di abbassamento del debito prevista dal *fiscal compact* nonché la modifica delle modalità di calcolo dei saldi corretti per il ciclo che penalizzano soprattutto Paesi come il nostro in prolungata recessione;

a proporre con determinazione di non conteggiare nei saldi validi ai fini dei Trattati Unione europea i finanziamenti degli investimenti pubblici finalizzati a misure per la crescita dell'occupazione e al co-finanziamento dei Fondi europei;

a proporre un *Green New Deal* continentale (un Piano europeo per l'Occupazione) il quale stanzi almeno 1.000 miliardi di euro con risorse pubbliche nuove ed aggiuntive rispetto a quelle già stanziate (diversamente da quanto previsto dal cosiddetto «Piano Juncker»), per dare occupazione a 5-6 milioni di disoccupati o inoccupati (di cui un milione in Italia): tanti quanti sono quelli che hanno perso il lavoro dall'inizio della crisi, definendo una politica industriale a livello europeo, dando priorità a interventi che rispettano il diritto ad un ambiente sano e integro, al contrario di quanto fanno molte grandi opere che devastano il territorio e che creano poca occupazione, agevolando la transizione verso consumi drasticamente ridotti di combustibili fossili, la creazione di un'agricoltura biologica e multifunzionale, il riassetto idrogeologico dei territori, la valorizzazione non speculativa del patrimonio artistico, il potenziamento dell'istruzione e della ricerca, la messa in sicurezza degli edifici scolastici, la riqualificazione delle città, l'efficienza energetica degli immobili, l'innovazione tecnologica, la riforma e il rinnovamento della PA e del *welfare*, l'innovazione e la sostenibilità delle reti (trasporti, energia, digitalizzazione del Paese, e altro);

e, qualora tali proposte non abbiano esito positivo:

a) ad assumere urgentemente, pur nel contesto dell'euro, iniziative autonome e sovrane per rilanciare l'economia e l'occupazione, come lo sforamento del 3 per cento per il rapporto *deficit*/PIL;

b) a valutare l'opportunità di predisporre misure finanziarie nazionali, come previsto, ad esempio, dalla proposta di alcuni economisti favorevoli alla creazione di una quasi-moneta nazionale complementare all'euro tramite la diffusione a favore dei lavoratori dipendenti e autonomi, delle imprese e dei disoccupati, di Certificati di Credito Fiscale ad utilizzo differito ed all'emissione di BTP fiscali, oppure altre soluzioni che salvaguardino i nostri interessi nazionali;

c) a predisporre anche con le risorse che ne deriverebbero un Piano nazionale per il lavoro secondo le linee direttrici sopra enunciate per il *Green New Deal* continentale;

a porre in essere entro la fine del mese corrente e, quindi, nel contesto della Presidenza italiana del semestre europeo, ogni iniziativa di competenza finalizzata, a far approvare in via definitiva le disposizioni del regolamento del *made in* già approvate dal Parlamento europeo in data 15 aprile 2014 dando seguito agli impegni assunti ormai da diversi mesi attraverso l'approvazione delle mozioni n. 1/00524 , 1/00526, 1/00527 , 1/00528 , 1/00529 , 1/00530 e 1/00532, presentate da tutti i Gruppi Parlamentari alla Camera dei Deputati, potenziando al contempo i sistemi di vigilanza e di repressione dei fenomeni di contraffazione dell'agroalimentare, del *made in* Italy, ovvero dell'*Italian sounding*, che ha purtroppo raggiunto livelli di gravità inammissibile come pure evidenziato da numerose inchieste recentemente pubblicate dalla stampa nazionale e rilanciate da significativi servizi di approfondimento ed informazione da parte dei media televisivi;

B) per quanto concerne le relazioni esterne all'Unione europea:

a sostenere la convocazione di una conferenza internazionale che veda coinvolti tutti Paesi della regione, Arabia Saudita, Iran, Iraq, Turchia in primis, e che affronti anche il conflitto siriano, al fine di mettere a punto un approccio regionale alla crisi e di isolare economicamente e politicamente ISIS e le forze jihadiste che operano in quelle aree, dando applicazione alle decisioni in merito adottate dal Consiglio di Sicurezza ONU;

ad attivarsi prontamente presso il Consiglio europeo e presso i competenti organi delle Nazioni unite per l'invio in tempi rapidi di un contingente internazionale di peace enforcement con il contributo dell'Unione Europea, sotto il comando del segretario generale delle Nazioni Unite e previa autorizzazione del Consiglio di Sicuerezza o qualora si renda necessario dell'Assemblea Generale, che si attenga strettamente alle regole del diritto internazionale e che operi esclusivamente a difesa dei civili minacciati dall'avanzata di ISIS;

a proporre nelle competenti sedi europee un'iniziativa tesa a sospendere l'applicazione del regolamento cosiddetto «Dublino III» e a sostenere la necessità di una sua revisione, che ponga al centro:

a) il rispetto e la protezione dei diritti umani dei rifugiati e dei richiedenti asilo, al fine di garantire un ambiente più favorevole a una loro accoglienza, fornendo loro un'adeguata assistenza fisica, psicologia e legale, nonché un adeguato percorso di integrazione;

b) un sistema di mutuo riconoscimento tra gli Stati membri della concessione del diritto di asilo, che estenda ai richiedenti asilo ed ai rifugiati i diritti previsti per i cittadini europei dal Trattato di Schengen, permettendo così un'allocazione libera e, dunque, più razionale dei flussi migratori;

c) l'istituzione di un'agenzia europea per l'asilo e l'immigrazione, favorendo l'utilizzazione delle sedi diplomatiche già esistenti in alcuni Paesi africani, quali sedi operative nelle zone di maggior transito dei rifugiati;

a farsi portatore in sede europea di un'iniziativa che porti al definitivo superamento del sistema Frontex, affinché quelle risorse siano finalizzate in primis ad organizzare un efficiente sistema di monitoraggio e soccorso l'apertura di canali di «accesso protetto»;

a promuovere una soluzione diplomatica della crisi ucraina che coinvolga tutte le parti in conflitto e svolgendo, in tale direzione, un ruolo di primo piano anche in considerazione dei consolidati rapporti che intercorrono tra i due Paesi, lavorando per garantire l'integrità territoriale dello Stato ucraino ed il rispetto della sua sovranità in quanto principio internazionale inviolabile, nel rispetto della sicurezza della popolazione civile e al contempo per garantire i diritti delle minoranze e delle nazionalità, l'autonomia amministrativa, l'uso della lingua delle minoranze nelle scuole e nelle istituzioni pubbliche, la presenza di esponenti delle diverse nazionalità nel Governo centrale e di forme di contrappeso istituzionale tali da garantire tutte le nazionalità;

a rivedere la posizione dell'Italia riguardo alla partecipazione degli accordi di nuclear sharing della Nato a partire dalla decisione di non permettere il dislocamento in Italia delle nuove testate nucleari B-61-12 e la riconfigurazione dei velivoli dell'aeronautica militare al fine di renderne possibile il trasporto e l'uso;

ad assumere in sede di Consiglio europeo un ruolo propulsore per una soluzione definitiva al conflitto arabo-palestinese anche promuovendo una iniziativa in sede europea affinché gli Stati membri dell'UE riconoscano lo Stato di Palestina;

C) in merito alle misure da adottare per rispondere alla crisi dell'Ebola:

ad attivarsi nei confronti degli altri *partner* europei al fine di coinvolgere la comunità internazionale per incrementare le risorse da destinare alla ricerca clinica di terapie e di farmaci sperimentali;

a farsi promotore in ambito UE, anche attraverso la collaborazione con le ONG, di un'implementazione della cooperazione sanitaria verso i Paesi africani colpiti dal virus, in termini di invio di risorse, personale medico specializzato, attrezzature idonee e medicine;

a sostenere la ricerca farmaceutica relativamente allo studio di farmaci sperimentali e vaccini, attraverso incentivi adeguati;

ad attivarsi in ambito UE e quindi in ambito internazionale, per evitare che i vaccini e i farmaci in via di sperimentazione da parte di industrie farmaceutiche, vengano introdotti a prezzi troppo elevati, anche attraverso la negoziazione con le industrie farmaceutiche, del prezzo dei dispositivi medicali.

(6-00083) n. 4 (16 dicembre 2014)

CANDIANI, CENTINAIO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, CALDEROLI, COMAROLI, CONSIGLIO, CROSIO, DIVINA, MUNERATO, STEFANI, STUCCHI, TOSATO, VOLPI.

Respinta

Il Senato,

premesso che:

l'ordine del giorno del Consiglio Europeo previsto i prossimi 18-19 dicembre a Bruxelles è molto vago, contemplando al punto 1 la discussione delle iniziative da assumere per rilanciare la crescita in Europa, in particolare il ventilato piano da 300 miliardi di euro d'investimenti per il triennio 2015-2017, ed al punto 2 l'eventuale trattazione di questioni attinenti alla politica internazionale oltre all'esame delle misure adottate per fronteggiare la minaccia dell'Ebola;

considerato che:

in quanto Paese detentore della Presidenza di turno delle istituzioni comunitarie il Governo avrà una maggiore possibilità teorica di influire sui dossier che verranno concretamente esaminati;

ritenendo che:

rappresenti una minaccia alla prosperità economica europea il protrarsi delle sanzioni contro la Federazione Russa e delle sanzioni russe contro l'Unione europea, anche per l'impatto che stanno dispiegando su alcune scelte di carattere strategico assunte dal Governo di Mosca;

sottolineando:

in particolare, come la recente rinuncia russa al progetto South Stream, addebitata dal Cremlino alle resistenze opposte dall'Unione Europea al suo avanzamento, insieme al pubblicizzato progetto russo di allestire una pipeline alternativa diretta verso la Turchia, rischino di generare una pericolosa dipendenza strategica europea dal Governo di Ankara;

evidenziando altresì:

come proprio tale futura dipendenza energetica dalla Turchia ponga nelle mani del Governo di Ankara, già sospettato di sostenere surrettiziamente lo Stato Islamico sorto a cavallo tra Iraq e Siria, un rilevante potere di ricatto di cui eventualmente valersi per sostenere la candidatura del proprio Paese alla *membership* comunitaria;

ritenendo che:

sia quanto meno incauto prefigurare l'ingresso della Turchia nell'Unione europea proprio mentre l'Alleanza Atlantica si accinge a spostare equipaggiamenti ed unità dalle basi anatoliche a siti in via di potenziamento in Romania;

esprimendo preoccupazione:

per la mancanza di fattiva collaborazione da parte della maggioranza dei Paesi dell'Unione europea al contenimento dei flussi migratori illegali che dalle coste africane e dell'Asia si dirigono verso quelle della nostra Repubblica;

rilevando inoltre:

la crescente gravità della minaccia jihadista alla sicurezza europea ed internazionale, attestata anche dai recentissimi fatti di Sydney;

lamentando infine:

la debolezza delle iniziative finora intraprese dal Governo nell'ambito del semestre di turno di Presidenza delle istituzioni europee per tutelare il *Made in Italy* anche nell'ambito dei negoziati in sviluppo sul TTIP,

impegna il Governo:

a porre all'ordine del giorno dei lavori del Consiglio Europeo una nuova riflessione sulla questione dei rapporti euro-russi, con l'obiettivo di pervenire alla graduale rimozione delle sanzioni contro la Federazione Russa;

a non dar corso all'annunciato proposito di riaprire il dossier dell'allargamento dell'Unione europea alla Turchia, inopportuno nei tempi e nel merito, stanti il carattere sempre più illiberale del regime di Ankara, che ha appena varato un ulteriore inaccettabile giro di vite contro la libertà di stampa, ed il sostegno da questo apparentemente assicurato a formazioni contro le quali sono in azione

anche unità militari della Repubblica;

a sollecitare una maggior solidarietà dei Paesi membri dell'Unione nella gestione e nel respingimento dei flussi migratori clandestini diretti dall'Africa e dall'Asia verso le coste del nostro Paese;

a discutere un piano più concreto di uscita dall'austerità, che contempli non solo il debole piano di investimenti triennale da 300 miliardi di cui al punto 1 dell'ordine del giorno annunciato dalle autorità europee, ma vincoli altresì i percettori di fondi eventualmente erogati dalla Bce ad utilizzarli per sostenere la piccola e la media impresa, vietandone il reimpiego in operazioni finanziarie;

a chiedere una verifica sull'avanzamento dei negoziati per il TTIP, con attenzione prioritaria all'eventuale inserimento di norme pregiudizievoli per il *Made in Italy* e la tutela della qualità dei suoi prodotti agro-industriali.

(6-00084) n. 5 (16 dicembre 2014)

AIROLA, MOLINARI, BERTOROTTA, BUCCARELLA, CASTALDI, CATALEO, CIAMPOLILLO, CIOFFI, CRIMI, DONNO, ENDRIZZI, FATTORI, GAETTI, GIARRUSSO, GIROTTO, LEZZI, MANGILI, MARTELLI, MONTEVECCHI, MORONESE, MORRA, NUGNES, PAGLINI, PETROCELLI, PUGLIA, SANTANGELO, SCIBONA, SERRA, SIMEONI, VACCIANO.

Respinta

Il Senato,

in vista della riunione del Consiglio europeo che si terrà a Bruxelles il 18 e 19 dicembre 2014,

premesso che:

in seguito alla presentazione dell'Analisi annuale della crescita 2015 da parte della Commissione europea lo scorso 28 novembre 2014, il Consiglio europeo stabilirà nuovi orientamenti di politica economica;

nell'Atto Com (2014) 902 (Analisi annuale della crescita 2015) per la prima volta dall'inizio della crisi economica nella zona euro si inizia a intravedere un tiepido mutamento della politica economica europea e oltre al rigore e all'austerità è tornata la parola "crescita": accanto alle riforme strutturali e al perseguimento del risanamento di bilancio si integra il tentativo di rilanciare gli investimenti che rispetto al livello del 2007 si sono contratti di quasi 430 miliardi di euro;

il piano di investimenti per l'Europa, il cosiddetto "Piano Junker", presentato dalla Commissione europea contestualmente all'Analisi sulla crescita si propone di mobilitare da qui alla fine del 2017 minimo 315 miliardi di euro di investimenti pubblici e privati aggiuntivi, ma rischia di essere ancora totalmente insufficiente per la ripresa dell'economia continentale e soprattutto nazionale e per salvare l'Europa dal rischio della stagnazione, della deflazione e delle previsioni di crescita negative;

degli annunciati 315 miliardi di euro, il capitale pubblico che entrerà nel piano di investimenti sarà appena di 21 miliardi di euro in parte prelevati dal bilancio UE e in parte dalla Banca europea degli investimenti in ragione di 16 e 5 milioni di euro che andranno a costituire un Fondo europeo per gli investimenti strategici;

il capitale dovrebbe essere sostenuto dalle iniezioni di liquidità volontarie di Governi e privati. Un meccanismo che, nel triennio 2015-2017, dovrebbe generare la restante cifra per arrivare ai 315 miliardi di euro annunciati: 240 da destinare a investimenti strategici in energia, trasporti, banda larga e istruzione, ricerca e innovazione; gli altri 75 per l'universo delle piccole e medie imprese;

in tutto questo, però, non è ancora chiaro come dovrebbe funzionare la leva finanziaria che moltiplicherebbe di 15 volte il capitale originario e ancora non è dato sapere se gli investimenti degli Stati membri nel fondo creato saranno scorporati dal Patto di stabilità;

il "Piano Junker" si basa quindi su soldi virtuali e sulla speranza che gli Stati membri e i privati decidano di investire: ancora una volta l'Europa da parte sua fa poco e presenta all'opinione pubblica uno specchietto per le allodole, tanto che non sarà possibile finanziare la mole di progetti presentati dai Governi nazionali: oltre 1800 per un valore di 1100 miliardi di euro;

ritenuto che:

in questi sei anni di crisi gli strumenti di politica economica e finanziaria che i Trattati europei assegnano alle istituzioni comunitarie hanno mostrato tutti i loro limiti: si è perseguita la strada dell'austerità e del risanamento dei bilanci nazionali rafforzando il coordinamento delle politiche economiche nazionali attraverso da un lato i pacchetti di provvedimenti conosciuti come "Six-pack" e "Two Pack" e dall'altro con l'accordo intergovernativo del *fiscal compact*, che hanno compresso la sovranità nazionale e aggravato la condizione sociale degli Stati membri, colpendo soprattutto le fasce più deboli della popolazione. Basti pensare che secondo i dati diffusi dall'Autorità garante per l'infanzia e l'adolescenza nel nostro Paese più di 7 bambini e adolescenti su 100 vivono in condizioni di povertà assoluta. Sono in totale 720.000 i minori ai quali è impedito l'accesso a *standard* di vita minimamente accettabili: un esercito dislocato in gran parte nelle regioni del Sud;

per mantenere in vita la moneta unica, non potendo utilizzare lo strumento della svalutazione monetaria si è optato per la svalutazione salariale che di fatto ha contratto i consumi interni, frenando qualsiasi spiraglio di ripresa, portando il reddito procapite annuo di molte famiglie sulla soglia della povertà, molto più vicino a quello delle economie emergenti o svantaggiate che non degli Stati europei;

la Banca centrale europea, pur potendo agire sul mercato manovrando i tassi di interesse e drenare o immettere liquidità nel sistema attraverso prestiti agli istituti di credito al mercato all'ingrosso, non si avvale di uno degli strumenti principali di cui dispongono le altre grandi banche centrali che è quello di fungere da prestatore di ultima istanza, acquistando titoli di stato o altri titoli e immettendo di fatto nuova moneta sul sistema economico per poter riattivare la domanda interna e agire sulla bilancia commerciale;

l'istituzione di un sistema europeo unico di indebitamento attraverso i cosiddetti Eurobond, con la previsione di garanzie in solido da parte di tutti gli Stati membri sarebbe stata la soluzione ottimale per stabilizzare il mercato europeo ed evitare il tracollo della moneta unica;

considerato che:

in sede di Consiglio europeo il presidente della Commissione e l'Alto rappresentante illustreranno le misure adottate per rispondere all'emergenza sanitaria dovuta alla diffusione del virus dell'Ebola in alcuni Stati africani, su cui già la Commissione affari esteri del Senato della Repubblica ha avviato l'*iter* per un'indagine conoscitiva sul tema congiuntamente alla Commissione sanità;

sebbene la copertura mediatica sull'epidemia in corso in alcuni Stati dell'Africa occidentale, in particolare Liberia, Sierra Leone e Guinea, si sia attenuata, l'emergenza è ancora in corso: dai dati aggiornati forniti dall'OMS, il numero di casi ha superato la soglia dei 10.000, con 4.922 decessi; tra i contagiati almeno 500 appartengono al personale medico e sanitario che fronteggia l'epidemia;

è del 25 novembre 2014 la notizia del medico italiano, volontario di Emergency, contagiato dal virus Ebola in Sierra Leone e trasferito in Italia con urgenza per essere ricoverato presso l'istituto "Lazzaro Spallanzani" di Roma e sottoposto a una terapia sperimentale;

lo scorso 8 dicembre 2014 in occasione di una visita in Guinea, il Commissario europeo alla Cooperazione allo sviluppo, Neven Mimica, ha annunciato che l'Unione europea stanzierà ulteriori 61 milioni di euro come nuovo supporto alla risposta all'emergenza sanitaria del virus Ebola, arrivando così a una cifra di oltre un miliardo di euro di stanziamenti da parte di Stati membri e istituzioni europee,

impegna, quindi, il Governo:

a farsi promotore in sede di Consiglio europeo di una revisione dei Trattati europei al fine di rivedere il limite del 3 per cento del rapporto PIL/debito pubblico, che permetterebbe di rimodulare il patto di stabilità interno. Applicare la "Golden rule" sullo scorporo degli investimenti pubblici produttivi dal *deficit* annuale a trattati invariati produrrebbe effetti economici limitati;

a promuovere da un lato una riforma della *governance* della Banca centrale europea in modo che diventi prestatore di ultima istanza e possa immettere liquidità sul mercato, e dall'altro l'istituzione di un sistema unico di indebitamento con gli Eurobond in una complessiva revisione degli accordi di stabilizzazione economica europea;

in ultimo a farsi promotore di una campagna informativa europea sulla diffusione e il contagio del virus Ebola al fine di prevenire fenomeni di psicosi collettiva dovuti a scarsa conoscenza, e a incentivare a livello comunitario negli Stati colpiti dalla pandemia maggiori interventi di sorveglianza sanitaria, diagnosi e supporto medico in loco attraverso gli strumenti della cooperazione internazionale, anche impegnando le risorse nazionali destinate a tali attività dal Ministero degli affari esteri, e controlli di profilassi negli aeroporti europei per i viaggiatori provenienti dai Paesi toccati dall'emergenza sanitaria sia con voli diretti che indiretti.

(6-00085) n. 6 (16 dicembre 2014)

Paolo ROMANI, BERNINI, BRUNO, PELINO, FLORIS, GIRO, MALAN, GASPARRI.

Respinta

Il Senato,

premesso che:

nel 2013, il PIL della zona euro è sceso dello 0,4 per cento, per tornare ad una modesta crescita dello 0,8 per cento nel 2014. Gli ultimi dati Eurostat relativi a novembre evidenziano che la disoccupazione nell'eurozona rimane all'11,5 per cento (con oltre 18 milioni di disoccupati) e che l'inflazione è scesa allo 0,3 per cento, contro lo 0,4 di ottobre;

per invertire il *trend* economico dell'Unione, che oscilla tra la stagnazione e la recessione, la nuova Commissione europea sotto la presidenza Juncker ha elaborato un piano di investimenti europei per rilanciare la crescita economica;

nonostante le rassicurazioni del presidente Juncker sul nuovo approccio politico maggiormente orientato alla crescita della Commissione, il piano di investimenti, primo capitolo di azione, stanzia nuove risorse solo per 21 miliardi di euro, facendo affidamento sul moltiplicatore dello stimolo degli investimenti privati, per riuscire a mobilitare complessivamente 315 miliardi di euro;

tale meccanismo è apparso a più osservatori inadeguato per rilanciare un processo di crescita basato su politiche economiche espansive a livello europeo; d'altra parte, gli stimoli sul versante della politica monetaria da parte della Banca centrale europea sono frutto di complesse trattative che ne hanno limitato la portata e la potenzialità economica;

la proposta del *board* della BCE di mettere in campo "misure non convenzionali", relative anche al finanziamento di una parte pregressa del debito sovrano, con modalità da stabilire, sembra condivisibile;

la manovra di stabilità del Governo rimane sotto stretta sorveglianza della Commissione, come dimostra la lettera che il commissario UE agli Affari economici ha inviato alla presidente della Camera, in cui si ricorda che il rispetto del Patto di Stabilità è ancora a rischio, ovvero che l'Italia potrebbe sforare i vincoli imposti al rapporto *deficit*/ PIL;

considerato che:

la crisi ucraina vede una forte contrapposizione fra le istanze e gli interessi della minoranza russa, maggioranza nell'est del Paese, e della popolazione ucraina appena uscita da una rivoluzione di cui ancora non sono chiare tutte le sfumature e le conseguenze;

la pressione russa in territorio ucraino ha suscitato forti reazioni dalla comunità internazionale, con l'Unione europea che ha deciso di comminare sanzioni economiche alla Russia;

la situazione di crisi è ben lontana da una soluzione diplomatica, nelle regioni di Donetsk, Kharkiv, Lugansk, infatti, la tensione fra le due comunità rimane molto alta;

a causa delle stesse sanzioni economiche i rapporti tra Russia e Unione europea sono notevolmente deteriorati per la prima volta dopo la firma dell'accordo di Pratica di Mare del 28 maggio 2002, che aveva sancito, grazie all'impegno del Governo Berlusconi, la collaborazione tra Nato e Russia nella lotta al terrorismo, collaborazione oggi fondamentale nella lotta all'IS;

la chiusura del progetto di gasdotto South Stream, decisa unilateralmente dalla Russia proprio a seguito della maldestra politica europea, non è solo il fallimento di un progetto complesso che vedeva la partecipazione non irrilevante di aziende italiane quali l'Eni e la Saipem, ma rappresenta anche l'abbandono della strategia italiana finalizzata a diventare un vero e proprio hub energetico

dell'Europa;

i legami dell'Italia con la Russia sono infatti vitali per il nostro Paese. L'approvvigionamento di gas dalla Russia copre circa il 40 per cento del nostro fabbisogno energetico, e questo blocco commerciale deciso dall'Unione europea ha provocato una crollo del 16 per cento, delle esportazioni italiane verso la Russia;

tenuto conto che:

malgrado le promesse del *premier* Renzi, nel semestre di presidenza italiana non è stata riformata la politica dell'accoglienza e della gestione dei flussi migratori, e l'unico risultato tangibile è stato quello di chiudere l'operazione Mare Nostrum per sostituirla con l'operazione Triton;

contrariamente a quanto sostenuto, l'operazione Triton non può essere sostitutiva di quella di Mare Nostrum, vista la profonda differenza tra le due operazioni, considerato che la prima nasce come operazione umanitaria, vede il pieno coinvolgimento della Marina Militare italiana e può spingersi fino alle coste libiche per trarre in salvo vite umane con un costo complessivo mensile di 9 milioni di euro; mentre la seconda è una mera operazione di pattugliamento delle coste, non prevede attività di search and rescue e le navi di sorveglianza non possono spingersi oltre le 30 miglia marine,

impegna il Governo:

- a terminare il semestre di presidenza italiana dell'Unione europea con un atto importante volto ad affermare una nuova visione del ruolo dell'Europa quale entità sovranazionale motore di sviluppo dei popoli e centro di iniziativa politica nello scacchiere internazionale;

- a raggiungere un'ampia condivisione su una riforma della BCE che preveda l'acquisizione del ruolo di prestatore di ultima istanza, al fine di renderla una vera banca centrale.

- a vigilare affinché i finanziamenti della BCE alle banche italiane siano prioritariamente destinante al credito per lo sviluppo, soprattutto per le PMI;

- a far sì che l'Italia riaffermi la sua centralità nel dialogo euro-mediterraneo nonché nei rapporti con l'est e, specificamente, con la Russia scongiurando la possibilità di nuove sanzioni UE nei confronti di quest'ultima;

- a promuovere l'adozione di una politica sull'immigrazione che coinvolga l'intera Unione nella gestione della frontiera mediterranea ed a scongiurare l'attuazione di nuove operazioni onerose e fallimentari quali Mare Nostrum e Triton;

- a porre particolare attenzione alla questione Ucraina-Russia affinché i negoziati fra i due paesi, instabili dal febbraio 2014, possano riprendere alacremente;

- a modificare il Patto di Stabilità in Patto di Stabilità e Crescita, accompagnando alle necessarie misure di salvaguardia della tenuta dei conti pubblici, coraggiose politiche di stimolo allo sviluppo e all'occupazione .

Allegato B

VOTAZIONI QUALIFICATE EFFETTUATE NEL CORSO DELLA SEDUTA

Congedi e missioni

Sono in congedo i senatori: Anitori, Bertacco, Bottici, Bubbico, Buemi, Cassano, Cattaneo, Ciampi, Della Vedova, De Pietro, De Poli, D'Onghia, Esposito Stefano, Gatti, Marino Mauro Maria, Minniti, Nencini, Olivero, Piano, Pizzetti, Quagliariello, Rubbia, Sangalli, Stucchi e Vicari.

Sono assenti per incarico avuto dal Senato i senatori: Chiti, Liuzzi e Mauro Giovanni, per attività della 14a Commissione permanente; Casson, Crimi, Esposito Giuseppe e Marton, per attività del Comitato Parlamentare per la sicurezza della Repubblica.

Gruppi parlamentari, nuova denominazione

Il Presidente del Gruppo parlamentare Nuovo Centrodestra, senatore Sacconi, con lettera in data 11 dicembre 2014, ha comunicato che il Gruppo assume la seguente nuova denominazione: "Area Popolare (NCD-UDC)".

Gruppi parlamentari, variazioni nella composizione

Con lettera dell'11 dicembre 2014, pervenuta in data 12 dicembre, il senatore Margiotta ha comunicato di cessare di far parte del Gruppo parlamentare Partito Democratico e di aderire al Gruppo Misto.

Con lettera pervenuta in data odierna la senatrice Anitori e il senatore Langella hanno dichiarato di aderire al Gruppo parlamentare Area Popolare (NCD-UDC) cessando di appartenere rispettivamente ai Gruppi Misto e Grandi Autonomie e Libertà.

Il Presidente del Gruppo parlamentare Area Popolare (NCD-UDC) ha accettato tali adesioni.

Commissione parlamentare di controllo sull'attività degli enti gestori di forme obbligatorie di previdenza e assistenza sociale, variazioni nella composizione

La Presidente della Camera dei deputati, in data 10 dicembre 2014, ha chiamato a far parte della Commissione parlamentare di controllo sull'attività degli enti gestori di forme obbligatorie di previdenza e assistenza sociale la deputata Colomba Mongiello, in sostituzione del deputato Siro Marrocu, dimissionario.

Comitato parlamentare per la sicurezza della Repubblica, trasmissione di documenti

Il Presidente del Comitato parlamentare per la sicurezza della Repubblica, con lettera in data 11 dicembre 2014, ha inviato, ai sensi dell'articolo 35, comma 1, della legge 3 agosto 2007, n. 124, la relazione annuale, approvata dal Comitato medesimo nella seduta del 10 dicembre 2014 (*Doc*. XXXIV, n. 1).

Il predetto documento è stampato e distribuito.

Disegni di legge, trasmissione dalla Camera dei deputati

Onn. Ferranti Donatella, Orlando Andrea, Rossomando Anna, Migliore Gennaro, Amoddio Sofia, Bargero Cristina, Bocci Gianpiero, Causi Marco, Cenni Susanna, D'Incecco Vittoria, Fedi Marco, Grassi Gerolamo, Legnini Giovanni, Martella Andrea, Martelli Giovanna, Quartapelle Procopio Lia, Realacci Ermete, Tullo Mario, Verini Walter, Zardini Diego, Vazio Franco, Speranza Roberto

Modifiche al codice di procedura penale in materia di misure cautelari personali. Modifiche alla legge 26 luglio 1975, n. 354, in materia di visita a persone affette da handicap in situazione di gravità (1232-B)

(presentato in data 05/12/2014);

C.631 approvato dalla Camera dei deputati (assorbe C.980, C.1707, C.1807, C.1847); S.1232 approvato con modificazioni dal Senato della Repubblica (assorbe S.380, S.944, S.1290); C.631-B approvato con modificazioni dalla Camera dei deputati.

Disegni di legge, annunzio di presentazione

Regione Puglia

Divieto di prospezione, ricerca e coltivazione di idrocarburi liquidi (1708)

(presentato in data 28/3/2014).

Progetti di atti e documenti dell'Unione europea, trasmissione

Il Dipartimento per le politiche europee della Presidenza del Consiglio dei ministri, in data 27 novembre, 2, 4, 9 e 11 dicembre 2014, ha trasmesso - ai sensi dell'articolo 6, commi 1 e 2, della legge 24 dicembre 2012, n. 234 - progetti di atti dell'Unione europea, nonché atti preordinati alla formulazione degli stessi. Con tali comunicazioni, il Governo ha altresì richiamato l'attenzione su taluni degli atti inviati.

I predetti atti sono trasmessi alle Commissioni, ai sensi dell'articolo 34, comma 1, secondo periodo, del Regolamento.

Il testo degli atti medesimi è disponibile presso il Servizio affari internazionali - Ufficio dei rapporti con le istituzioni dell'Unione europea.

Nel periodo dal 27 novembre al 16 dicembre 2014 la Commissione europea ha inviato atti e documenti di consultazione adottati dalla Commissione medesima.

I predetti atti e documenti sono trasmessi alle Commissioni, ai sensi dell'articolo 34, comma 1, secondo periodo, del Regolamento.

Il testo degli atti e documenti medesimi è disponibile presso il Servizio affari internazionali - Ufficio dei rapporti con le istituzioni dell'Unione europea.

Camera dei deputati, trasmissione di documenti

Il Presidente della Camera dei deputati, con lettere in data 4 e 9 dicembre 2014, ha inviato, ai sensi dell'articolo 127, comma 2, del Regolamento della Camera dei deputati, i seguenti documenti approvati:

dalle Commissioni riunite I (Affari costituzionali) e II (Giustizia) di quella Assemblea, nella seduta del 19 novembre 2014, concernente la comunicazione della Commissione al Parlamento europeo e al Consiglio - Un nuovo quadro dell'Unione europea per rafforzare lo Stato di diritto (COM (2014) 158 final) *(Atto n. 416);*

dalla XIII Commissione (Agricoltura) di quella Assemblea, nella seduta del 4 dicembre 2014, concernente la proposta di regolamento del Parlamento europeo e del Consiglio relativo alla produzione biologica e all'etichettatura dei prodotti biologici, che modifica il regolamento (UE) del Parlamento europeo e del Consiglio [regolamento sui controlli ufficiali] e che abroga il regolamento (CE) n. 834/2007 del Consiglio (COM (2014) 180 final) e la comunicazione della Commissione al Parlamento europeo, al Consiglio, al Comitato economico e sociale europeo e al Comitato delle regioni - Piano d'azione per il futuro della produzione biologica nell'Unione europea (COM (2014) 179 final) (Atto n. 417).

Detti documenti sono depositati presso il Servizio dell'Assemblea a disposizione degli Onorevoli senatori.

Governo, trasmissione di atti per il parere

Il Ministro degli affari esteri e della cooperazione internazionale, con lettera in data 6 dicembre 2014, ha trasmesso - per l'acquisizione del parere parlamentare, ai sensi dell'articolo 32, comma 2, della legge 28 dicembre 2001, n. 448 - lo schema di decreto ministeriale concernente il riparto dello stanziamento iscritto nello stato di previsione della spesa del Ministero degli affari esteri per l'anno 2014, relativo a contributi ad enti, istituti, associazioni, fondazioni ed altri organismi (124).

Ai sensi della predetta disposizione e dell'articolo 139-*bis* del Regolamento, lo schema di decreto è stato deferito - in data 10 dicembre 2014 - alla 3a Commissione permanente, che esprimerà il parere entro il 30 dicembre 2014.

Il Ministro della giustizia, con lettera in data 2 dicembre 2014, ha trasmesso - per l'acquisizione del parere parlamentare, ai sensi degli articoli 1, comma 3, e 3, comma 4, della legge 31 dicembre 2012, n. 247 - lo schema di decreto ministeriale recante regolamento concernente disposizioni relative alle forme di pubblicità del codice deontologico e dei suoi aggiornamenti emanati dal Consiglio nazionale forense (n. 125).

Ai sensi della predetta disposizione e dell'articolo 139-*bis* del Regolamento, lo schema di decreto è deferito alla 2a Commissione permanente, che esprimerà il parere entro il termine del 14 febbraio 2015.

Il Ministro della difesa, con lettera in data 5 dicembre 2014, ha trasmesso - per l'acquisizione del parere parlamentare, ai sensi dell'articolo 536, comma 3, lettera b), del decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66 - lo schema di decreto ministeriale concernente l'approvazione del programma pluriennale di A/R SMD 02/2014, relativo all'acquisizione dei veicoli blindati medi (VBM) 8x8 "Freccia" (n. 126).

Ai sensi della predetta disposizione e dell'articolo 139-*bis* del Regolamento, lo schema di decreto è deferito alla 4a Commissione permanente, che esprimerà il parere entro il termine del 25 gennaio 2015. La 5a Commissione potrà formulare le proprie osservazioni alla Commissione di merito entro il 15 gennaio 2015.

Governo, trasmissione di atti e documenti

Il Presidente del Consiglio dei ministri, con lettera in data 4 dicembre 2014, ha inviato, ai sensi dell'articolo 1, comma 6, della legge 17 maggio 1999, n. 144, le relazioni del Comitato interministeriale per la programmazione economica (CIPE) sul sistema di Monitoraggio degli investimenti pubblici, riferite al primo semestre 2013 (*Doc*. IX-*bis*, n. 3) e al secondo semestre 2013 (*Doc*. IX-*bis*, n. 4).

I predetti documenti sono stati trasmessi, ai sensi dell'articolo 34, comma 1, secondo periodo, del

Regolamento, alla 5a Commissione permanente.

Il Sottosegretario di Stato alla Presidenza del Consiglio dei ministri, con lettera del 10 dicembre 2014, ai sensi dell'articolo 2 della legge 15 aprile 2003, n. 86, recante istituzione dell'assegno vitalizio "Giulio Onesti" in favore degli sportivi italiani, ha disposto l'attribuzione dell'assegno medesimo, per l'anno 2014, in favore dei signori: Carlo Bottoni, Cheick Tidjanisidebè alias Nino La Rocca, Alessandro Giuliano Milani, Pietro Guzzinati, Alberto Oppo.

Tale documentazione è depositata presso il Servizio dell'Assemblea a disposizione degli onorevoli senatori.

Il Ministro dello sviluppo economico, con lettera in data 12 dicembre 2014, ha inviato, ai sensi dell'articolo 30, comma 5, della legge 20 marzo 1975, n. 70, la relazione sull'attività svolta dal Banco nazionale di prova per le armi da fuoco portatili e le munizioni commerciali nell'anno 2013, nonché sul bilancio di previsione per l'anno 2014 e sulla consistenza organica del medesimo Ente.

Il predetto documento è stato trasmesso, ai sensi dell'articolo 34, comma 1, secondo periodo, del Regolamento, alla 10a Commissione permanente (Atto n. 419).

Il Ministro degli affari esteri e della cooperazione internazionale, con lettera in data 10 dicembre 2014, ha inviato, ai sensi dell'articolo 3, comma 1, lettera *g*), della legge 22 dicembre 1990, n. 401, la relazione sull'attività svolta nell'anno 2013 per la riforma degli Istituti italiani di cultura e gli interventi per la promozione della cultura e della lingua italiane all'estero.

Il predetto documento è stato trasmesso, ai sensi dell'articolo 34, comma 1, secondo periodo, del Regolamento, alla 3a e alla 7a Commissione permanente (*Doc*. LXXX, n. 2).

Governo, comunicazione dell'avvio di procedure d'infrazione

Il Sottosegretario di Stato alla Presidenza del Consiglio dei Ministri per le politiche e gli affari europei, con lettera in data 1° dicembre 2014, ha inviato, ai sensi dell'articolo 15, comma 1, della legge 24 dicembre 2012, n. 234, la comunicazione concernente l'avvio della procedura d'infrazione n. 2014/0515, del 25 novembre 2014, ai sensi dell'articolo 258 del Trattato sul funzionamento dell'Unione europea, relativa al "mancato recepimento della direttiva 2009/13/CE del Consiglio del 16 febbraio 2009 recante attuazione dell'accordo concluso dal'Associazione armatori della Comunità europea (ECSA) e dalla Federazione europea dei lavoratori dei trasporti (ETF) sulla convenzione sul lavoro marittimo del 2006 e modifica della direttiva 1999/63/CE".

La predetta comunicazione è stata trasmessa alla 8a, alla 11a e alla 14a Commissione permanente (Procedura d'infrazione n. 108).

Governo, trasmissione di atti concernenti procedure d'infrazione

Il Sottosegretario di Stato alla Presidenza del Consiglio dei ministri per le politiche e gli affari europei, con lettera in data 3 dicembre 2014, ha inviato, ai sensi dell'articolo 15, comma 3, della legge 24 dicembre 2012, n. 234, una comunicazione concernente gli sviluppi della procedura d'infrazione n. 2003/2077, relativa alle "discariche abusive".

La predetta comunicazione è stata trasmessa, ai sensi dell'articolo 34, comma 1, secondo periodo, del Regolamento, alla 13a e alla 14a Commissione permanente (Procedura d'infrazione n. 107/2).

Corte costituzionale, trasmissione di sentenze

La Corte costituzionale, con lettera in data 5 dicembre 2014, ha inviato, a norma dell'articolo 30, comma 2, della legge 11 marzo 1953, n. 87, copia della sentenza n. 273 del 1° dicembre 2014, con la quale la Corte stessa ha dichiarato l'illegittimità costituzionale dell'articolo 516 del codice di procedura penale, nella parte in cui non prevede la facoltà dell'imputato di richiedere al giudice del dibattimento il giudizio abbreviato relativamente al fatto diverso emerso nel corso dell'istruzione dibattimentale, che forma oggetto della nuova contestazione. Il predetto documento è stato trasmesso, ai sensi dell'articolo 139, comma 1, del Regolamento, alla 1a e alla 2a Commissione permanente (*Doc.* VII, n. 117).

Corte dei conti, trasmissione di relazioni sulla gestione finanziaria di enti

Il Presidente della Sezione del controllo sugli Enti della Corte dei conti, con lettera in data 9 dicembre 2014, in adempimento al disposto dell'articolo 7 della legge 21 marzo 1958, n. 259, ha inviato la determinazione e la relativa relazione sulla gestione finanziaria dell'Ente nazionale di previdenza e

assistenza dei medici e degli odontoiatri (Fondazione ENPAM), per gli esercizi dal 2010 al 2012.
Il predetto documento è stato trasmesso, ai sensi dell'articolo 131 del Regolamento, alla 5a e alla 12a Commissione permanente (*Doc*. XV, n. 208).

Corte dei conti, trasmissione di documentazione

Il Presidente della Corte dei conti, con lettera in data 12 dicembre 2014, ha inviato la deliberazione n. 14/SSRRCO/INPR/14, recante "Programmazione dei controlli e delle analisi della Corte dei conti per l'anno 2015", adottata dalle Sezioni Riunite in sede di controllo.
Il predetto documento è stato trasmesso, ai sensi dell'articolo 34, comma 1, secondo periodo, del Regolamento, alla 1a e alla 5a Commissione permanente (Atto n. 418).

Corte di cassazione, trasmissione di ordinanze su richieste di *referendum*

L'Ufficio centrale per il *referendum* presso la Corte Suprema di Cassazione, con lettera in data 4 dicembre 2014, ha trasmesso, ai sensi degli articoli 13 e 32 della legge 25 maggio 1970, n. 352, copia delle ordinanze, emesse dallo stesso Ufficio in pari data, con le quali ha dichiarato legittime le richieste di *referendum* abrogativo proposte, ai sensi dell'articolo 75 della Costituzione, dai delegati dei Consigli regionali delle regioni Abruzzo, Basilicata, Campania, Puglia e Sicilia, con la seguente denominazione:
"1° quesito referendario. Abrogazione delle disposizioni relative alla soppressione di trenta tribunali ordinari, delle corrispondenti procure della Repubblica, nonché di duecentoventi sezioni distaccate di tribunali ordinari.";
"2° quesito referendario. Abrogazione delle disposizioni relative alla soppressione di trenta tribunali ordinari e delle corrispondenti procure della Repubblica.";
"3° quesito referendario. Abrogazione delle disposizioni relative alla soppressione di trenta tribunali ordinari e delle corrispondenti procure della Repubblica, nonché eliminazione della mancata previsione nell'ordinamento giudiziario dei circondari dei tribunali soppressi.".
Dette ordinanze sono depositate presso il Servizio dell'Assemblea a disposizione degli onorevoli senatori.
L'Ufficio centrale per il *referendum* presso la Corte Suprema di Cassazione, con lettera in data 11 dicembre 2014, ha trasmesso, ai sensi degli articoli 13 e 32 della legge 25 maggio 1970, n. 352, copia della ordinanza, emessa dallo stesso Ufficio in pari data, con la quale ha dichiarato legittima la richiesta di *referendum popolare* abrogativo proposta ai sensi dell'articolo 75 della Costituzione, con la seguente denominazione: "Abrogazione delle disposizioni in materia di trattamenti pensionistici di cui all'articolo 24 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201 (convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214)".
Detta ordinanza è depositata presso il Servizio dell'Assemblea a disposizione degli onorevoli senatori.

Consigli regionali e delle province autonome, trasmissione di voti

E' pervenuto al Senato il seguente voto della regione Marche:
risoluzione sulla partecipazione alla procedura di verifica dell'applicazione dei principi di sussidiarietà e di proporzionalità ai sensi del protocollo n. 2 del Trattato sull'Unione europea e sul funzionamento dell'Unione europea - Dialogo politico con le Camere del Parlamento italiano in merito alla Comunicazione della Commissione al Parlamento europeo, al Consiglio, al Comitato economico e sociale europeo e al Comitato delle Regioni "Orientamenti sull'applicazione delle misure per collegare l'efficacia dei fondi strutturali e d'investimento europei ad una sana gestione economica conformemente all'articolo 23 del Regolamento UE 1303/2013 - COM (2014) 494 definitivo del 30 luglio 2014".
Il predetto voto è stato trasmesso, ai sensi dell'articolo 138 del Regolamento, alla 5a e alla 14a Commissione permanente (n. 48).
E' pervenuto al Senato un voto della regione autonoma Friuli-Venezia Giulia concernente: "Disciplina delle unioni civili".
Tale voto è stato trasmesso, ai sensi dell'articolo 138, comma 1, del Regolamento, alla 2a Commissione permanente (n. 49).

Interrogazioni, apposizione di nuove firme

La senatrice Favero ha aggiunto la propria firma all'interrogazione 3-01465 dei senatori Del Barba e Santini.

I senatori Filippi, Granaiola e Guerrieri Paleotti hanno aggiunto la propria firma all'interrogazione 4-03125 della senatrice Ginetti ed altri.

Mozioni

Mario MAURO, FORMIGONI, PEZZOPANE, COMPAGNONE, LIUZZI, SCAVONE, Luigi MARINO, MASTRANGELI, ASTORRE, GAMBARO - Il Senato,

premesso che:

«La difesa della libertà religiosa è la cartina di tornasole per verificare il rispetto di tutti gli altri diritti umani in un Paese»: così disse Giovanni Paolo II nell'ottobre 2003 ai partecipanti all'assemblea parlamentare dell'Osce. Se in un Paese la libertà religiosa non è rispettata, difficilmente lo saranno gli altri diritti umani;

in quella, come in molte altre occasioni, Wojtyla sottolineò «la dimensione internazionale del diritto alla libertà di religione e la sua importanza per la sicurezza e la stabilità della comunità delle nazioni», incoraggiandone la difesa e la promozione da parte dei singoli Stati e di altri organismi internazionali;

oggi circa il 74 per cento della popolazione mondiale (quasi 5,3 miliardi di persone) vive in Paesi in cui la libertà religiosa è soggetta a più o meno gravi violazioni e limitazioni, che si traducono spesso in vere e proprie persecuzioni religiose. Sono 116 i Paesi nel mondo in cui si registrano violazioni della libertà religiosa;

recenti studi dimostrano che circa i 3 quarti dei casi di persecuzioni religiose nel mondo riguardano i cristiani. Sono almeno 500 milioni i cristiani che vivono in Paesi in cui subiscono persecuzione, mentre altri 208 milioni vivono in Paesi in cui sono discriminati a causa del proprio credo;

anche il numero di cristiani uccisi ogni anno in ragione della propria fede è tristemente elevato. Le stime variano da 100.000 a poche migliaia. Non è tuttavia rilevante sapere se vi è un cristiano ucciso in odio alla fede ogni 5 minuti, oppure ogni giorno: è comunque troppo;

tra i colpevoli di discriminazioni e persecuzioni ai danni di gruppi religiosi vi sono i Governi di numerosi Stati. «La libertà religiosa è qualcosa che non tutti i Paesi hanno, ha ricordato Papa Francesco rientrando dal suo viaggio in Terra Santa. «Alcuni esercitano un controllo, altri prendono misure che finiscono in una vera persecuzione. Ci sono martiri oggi, martiri cristiani, cattolici e non cattolici. In alcuni posti non puoi portare un crocifisso, avere una Bibbia, o insegnare il catechismo ai bambini. E io credo che in questo tempo ci siano più martiri che nei primi tempi della Chiesa»;

in Corea del Nord la libertà religiosa è completamente negata. Il Governo controlla le attività religiose e chiunque partecipi ad attività religiose non autorizzate è arrestato e soggetto a torture o perfino esecuzioni. Migliaia di nordcoreani sono internati nei campi di lavoro per motivi religiosi (almeno 15.000 su un totale di 150.000 prigionieri), e se rifiutano di rinunciare alla loro fede, subiscono abusi perfino peggiori di quelli cui sono soggetti gli altri detenuti. Molto simile la situazione dell'Eritrea, nota non a caso come la Corea del Nord d'Africa, dove si contano dai 2.000 ai 3.000 prigionieri di coscienza arrestati a causa del loro credo religioso; prigionieri che subiscono atroci torture e sono costretti a vivere in condizioni disumane;

in Cina il controllo dello Stato sulle attività religiose è andato tristemente aumentando negli ultimi anni, così come il numero degli arresti di cristiani, buddisti e musulmani e la distruzione di edifici religiosi. Recentemente nella provincia di Zhejang oltre 60 chiese sono state demolite o danneggiate. La Costituzione riconosce sulla carta la libertà di religione, ma autorizza le sole attività religiose "normali", senza tuttavia fornirne alcuna definizione. Chiunque partecipi a riunioni o manifestazioni religiose non "autorizzate" è arrestato e può subire torture e abusi. Stessa sorte è toccata ai numerosi cattolici che, per fedeltà al papa, hanno rifiutato di aderire all'Associazione patriottica cattolica cinese;

lo stretto controllo governativo limita in modo rilevante la libertà religiosa anche in altri Paesi asiatici, quali Laos, Vietnam, Malesia, Kazakhistan, Tagikistan, Turkmenistan, Uzbekistan;

uno dei Paesi in cui la libertà religiosa è meno tutelata è senza dubbio il Pakistan. Qui lo strumento

d'elezione per la discriminazione e la persecuzione delle minoranze religiose è la cosiddetta legge anti-blasfemia, corrispondente ad alcuni articoli del codice penale pachistano, che punisce con la pena di morte chi insulta il profeta Maometto e con il carcere a vita chi profana il Corano. In Pakistan sono detenute 36 delle 43 persone arrestate con l'accusa di blasfemia in tutto il mondo. 17 di queste sono state condannate alla pena capitale, mentre le altre stanno scontando una pena detentiva a vita. Senza contare le migliaia di omicidi extragiudiziali compiuti a causa di tale norma. Ne sono un tragico esempio i due coniugi cristiani gettati vivi in una fornace il 4 novembre 2014, a seguito di un'accusa di blasfemia;

anche se tra gli accusati non mancano appartenenti alla maggioranza musulmana, i dati dimostrano come la legge (che non prevede l'onere della prova per chi accusa e si presta dunque facilmente ad un uso improprio) è soprattutto utilizzata per colpire le minoranze religiose. Nel 2013, su 32 casi registrati, 12 hanno riguardato imputati cristiani: si tratta del 40 per cento delle denunce, in un Paese in cui la minoranza cristiana rappresenta appena il 2 per cento della popolazione;

un'altra piaga che colpisce le minoranze religiose del Pakistan è il rapimento e la conversione forzata all'islam di adolescenti e bambine. Secondo i dati ufficiali, ogni anno circa 750 giovani cristiane e 250 indù sarebbero rapite e obbligate a convertirsi per contrarre matrimonio islamico. Ma dal momento che la percentuale dei crimini denunciati è minima, si ritiene che i casi siano almeno il doppio;

nei mesi scorsi il caso di Meriam Yahya Ibrahim Ishaq, la donna sudanese condannata a morte per apostasia, ha portato all'attenzione internazionale il dramma in atto nei Paesi in cui è vietato convertirsi dall'islam ad altra religione. In 21 Paesi il reato di apostasia è regolato dal codice penale e alcuni di questi, tra cui Iran, Sudan, Arabia Saudita, Egitto, Somalia, Afghanistan, Qatar, Yemen, Pakistan e Mauritania contemplano la pena di morte per questo tipo di reato;

gravi sono le violazioni alla libertà religiosa nei Paesi in cui la legge islamica è fonte di diritto, sia che questa venga applicata a tutti i cittadini, come ad esempio in Sudan, sia che sia fatta distinzione tra musulmani e non musulmani. In 17 dei 49 Paesi a maggioranza islamica, l'islam è riconosciuto come religione di Stato. Un primato sancito dalle Costituzioni che implica molteplici conseguenze: dall'esclusione delle minoranze dalla pratica religiosa, è questo il caso dell'Arabia Saudita, fino a forme di tolleranza vincolate a rigidi controlli delle attività religiose;

in Medio oriente, in seguito alla "primavera araba", si è assistito ad un aumento della pressione di gruppi fondamentalisti ed una crescente ostilità nei confronti della minoranza cristiana. In Egitto nel solo 2013 sono stati distrutti o danneggiati oltre 200 tra chiese, edifici religiosi e attività gestite da cristiani;

in alcune aree di diversi Paesi del mondo arabo, tra cui Egitto, Iraq e Siria, gli estremisti pretendono dai cristiani il pagamento della *jizya*, la tassa imposta ai non musulmani durante l'impero ottomano;

la radicalizzazione dei gruppi fondamentalisti ha contribuito ad alimentare il massiccio esodo di cristiani dal Medio oriente. Se appena un secolo fa essi rappresentavano circa il 20 per cento della popolazione mediorientale, oggi raggiungono a stento il 4 per cento. Tra i fattori che spingono i cristiani ad abbandonare il proprio Paese vi è la concezione, tradizionalmente diffusa nelle società islamiche, che i non musulmani siano cittadini di seconda classe. Tale concezione non di rado porta a gravi discriminazioni in ambito scolastico e lavorativo e perfino a disparità nell'applicazione della giustizia;

uno dei Paesi simbolo delle difficoltà cristiane nell'area è senza dubbio l'Iraq, che negli ultimi 25 anni ha visto diminuire la propria comunità cristiana da un milione e mezzo di fedeli a poco più di 300.000. La conquista di vaste aree del Paese da parte dello Stato islamico rischia oggi di porre fine alla millenaria presenza cristiana. Più di 120.000 cristiani sono fuggiti nel Kurdistan iracheno ed ora versano in drammatiche condizioni, stipati nelle scuole, negli edifici abbandonati e condividendo in più famiglie uno stesso appartamento;

anche in molte aree dell'Africa la pressione dei gruppi fondamentalisti islamici è andata fortemente aumentando, con gravi conseguenze per la popolazione locale e in particolar modo per i non musulmani. Caso emblematico è quello della Nigeria, dove dal 2009 ad oggi si sono intensificati gli

attacchi della setta islamica Boko Haram. Nel Nord a maggioranza islamica i fondamentalisti hanno distrutto o danneggiato centinaia di chiese e ucciso migliaia di persone, oltre 2.000 soltanto negli ultimi 12 mesi. Da una ricerca condotta nell'ottobre 2012 è risultato che su 1.201 cristiani uccisi in odio alla fede durante l'anno, ben 791 avevano trovato la morte in Nigeria; dal 2001 all'ottobre 2013 nel Paese sono stati uccisi 32.000 cristiani, di cui 12.000 tra il 2011 e l'ottobre 2013. Il Governo è stato più volte accusato di non aver saputo reagire in maniera adeguata, anche a causa della dilagante corruzione che caratterizza l'apparato statale;

considerato che:

molti dei Paesi citati sono firmatari della Convenzione internazionale sui diritti civili e politici, la quale esige dai Paesi firmatari il rispetto di diritti civili e politici, incluso quello alla libertà religiosa;

la Dichiarazione universale dei diritti umani all'articolo 18 stabilisce che: «Ogni individuo ha diritto alla libertà di pensiero, di coscienza e di religione; tale diritto include la libertà di cambiare di religione o di credo, e la libertà di manifestare, isolatamente o in comune, sia in pubblico che in privato, la propria religione o il proprio credo nell'insegnamento, nelle pratiche, nel culto e nell'osservanza dei riti»,

impegna il Governo:

1) a promuovere, specie in occasione del semestre italiano di presidenza del Consiglio dell'Unione europea, l'istituzione di una giornata europea dei martiri cristiani per ricordare i tanti cristiani del nostro tempo uccisi in odio alla fede;

2) ad attivarsi al fine di rendere il rispetto della libertà religiosa uno dei requisiti necessari alla concessione di aiuti a Paesi terzi e all'instaurazione con questi di relazioni di carattere economico;

3) ad organizzare con regolarità incontri tra rappresentanti del Governo ed esponenti delle minoranze religiose di diversi Paesi per acquisire informazioni dirette e poter realizzare interventi più efficaci;

4) ad inserire il tema del rispetto della libertà religiosa tra le tematiche da trattare durante gli incontri tra il Presidente del Consiglio dei ministri ed il Ministro degli affari esteri e della cooperazione internazionale ed i loro omologhi di altri Paesi, specie se in questi Paesi tale diritto non è pienamente garantito;

5) ad esigere che parte degli aiuti destinati ad altri Paesi siano devoluti a progetti per la promozione delle minoranze religiose, con particolare attenzione all'educazione (ad esempio: borse di studio per appartenenti alle minoranze religiose);

6) ad attivarsi al fine di richiedere che nei Paesi *partner* una quota dei posti nel pubblico impiego sia riservata alle minoranze religiose e che venga introdotto, nei diversi livelli dell'istruzione, lo studio storico ed introduttivo delle religioni cui appartengono le minoranze religiose.

(1-00362)

BERGER, ZELLER, PANIZZA, FRAVEZZI, LANIECE, CASALETTO, CONTE, CIRINNA', DE PIN, GAMBARO, GINETTI, Giovanni MAURO, MASTRANGELI, NACCARATO, ORELLANA, PAGLIARI, PEZZOPANE, PUPPATO, RIZZOTTI, SCAVONE, VACCARI - Il Senato,

premesso che:

con la sigla OGM si identificano gli organismi geneticamente modificati, siano essi animali o vegetali, il cui materiale genetico è stato alterato attraverso l'utilizzo di tecniche ingegneristiche;

la comunità scientifica non ha ancora espresso una posizione univoca riguardo agli effetti sulla salute umana degli OGM;

la mancanza di una certezza scientifica che permetta di escludere ragionevolmente la presenza dei rischi identificati e quella di una valutazione scientifica, realizzata in modo rigoroso e completo sulla base di tutti i dati esistenti presenta opposte posizioni tra chi ritiene che non si abbiano rischi e quanti affermano che i pericoli che scaturiscono da manipolazioni genetiche siano di gran lunga superiori agli eventi benefici;

l'interesse e le preoccupazioni del settore agricolo per gli OGM sono connessi alla produzione e alla commercializzazione alimentare e mangimistica ed alla stretta connessione tra questa e la tutela e sicurezza dei consumatori e dell'ambiente;

lo sviluppo dell'agricoltura transgenica rispetto all'incertezza delle valutazioni scientifiche sulla potenziale tossicità degli OGM appare in contrasto con il principio di precauzione che l'Unione europea pone a tutela della salute umana e con una strategia di gestione del rischio nei casi in cui si evidenzino indicazioni di effetti negativi sull'ambiente o sulla salute degli esseri umani, degli animali e delle piante;

il quadro legislativo di riferimento in materia di OGM è attualmente costituito da una ricca rete di provvedimenti comunitari, che hanno affrontato il tema in ragione della necessità di assicurare la tutela e la sicurezza dei consumatori, nonché la tutela dell'ambiente preservandone la biodiversità;

i provvedimenti di maggior rilievo per il settore agricolo, perché regolano la possibilità di coltivare OGM, sono la direttiva 2001/18/CE (sull'emissione deliberata nell'ambiente e sull'immissione in commercio di OGM), e il regolamento (CE) n. 1829/2003 (sugli alimenti e sui mangimi OGM). Le disposizioni sono completate dai decreti legislativi di attuazione di ogni Stato membro dell'UE;

ai decreti legislativi va aggiunto il provvedimento più rilevante adottato dall'Italia in materia di OGM in agricoltura, il decreto-legge n. 279 del 2004, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 5 del 2005, che ha introdotto una organica disciplina sulla coesistenza tra l'agricoltura transgenica, convenzionale e biologica;

il decreto-legge ha introdotto una sostanziale moratoria sull'utilizzo di OGM in agricoltura nel nostro Paese, destinata ad essere rimossa solo quando tutte le Regioni avessero adottato i piani regionali di coesistenza tra colture tradizionali, biologiche e transgeniche (ossia le regole tecniche volte ad evitare ogni forma di commistione e ad assicurare la separazione delle filiere produttive);

all'avvio della XVII Legislatura sono state presentate numerose mozioni presso entrambi i rami del Parlamento allo scopo di impedire semine OGM. La Camera ha discusso le mozioni nella seduta dell'11 luglio 2013 pervenendo all'approvazione di un testo unitario che chiedeva fondamentalmente l'intervento del Governo per l'attivazione della clausola di salvaguardia prevista dall'articolo 23 della direttiva 2001/18/CE, per scongiurare l'eventuale semina del mais Mon 810 (mozione 1-00015). Analogo intervento del Governo è stato chiesto da numerose mozioni del Senato, poi confluite nell'ordine del giorno unitario 9/1-00019/1 (G1-testo 3), approvato a seguito del dibattito svoltosi nella seduta del 21 maggio 2013;

l'Italia, a fine marzo 2013, ha infatti presentato la richiesta alla Commissione europea della sospensione d'urgenza dell'autorizzazione alla messa in coltura di sementi di mais Mon 810 (*ex* art. 34 del regolamento (CE) n. 1829/2003). Il Ministro della salute ha chiesto, inoltre, alla Commissione europea una nuova valutazione completa del Mon 810 alla luce delle ultime linee guida;

il decreto del 12 luglio 2013 adottato dal Ministro della salute di concerto con il Ministro delle politiche agricole alimentari e forestali e con il Ministro dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare ha poi provveduto a vietare in via provvisoria la coltivazione di varietà di mais Mon 810, proveniente da sementi geneticamente modificate, fino all'adozione di misure comunitarie di cui all'art. 54, comma 3, del regolamento (CE) n. 178/2002;

l'11 novembre 2014 la commissione Ambiente del Parlamento europeo ha votato la proposta di direttiva sulla regolamentazione degli Ogm che conferisce agli Stati membri il diritto di vietarne la coltivazione. Una delle novità più importanti è quella del criterio "ambientale" aggiunto dal Parlamento tra quelli che possono essere invocati per applicare uno *stop* nazionale agli Ogm. Un criterio che si aggiunge a quelli socioeconomici, di uso dei terreni e pianificazione urbana già contemplati dalla disposizione;

mentre, a soddisfazione dei firmatari del presente atto di indirizzo, il Parlamento europeo sta dando un segnale forte volendo conferire a ciascun Paese il diritto di vietare le coltivazioni transgeniche sul proprio territorio, anche quando sono state autorizzate a livello comunitario, dall'altro lato, contemporaneamente desta preoccupazione il TTIP (Transatlantic trade and investment partnership), un accordo in fase di negoziazione tra gli USA ed Europa che riguarda anche lo scambio di prodotti alimentari;

il partenariato transatlantico su commercio e investimenti (TTIP) è un accordo commerciale

attualmente in fase di negoziazione tra l'Unione europea e gli Stati Uniti. I negoziati sono volti ad eliminare gli ostacoli commerciali (tariffe, normative inutili, restrizioni agli investimenti, eccetera) in una vasta gamma di settori economici, e dovrebbero portare ad una semplificazione dell'acquisto e della vendita di beni e servizi tra l'UE e gli USA;
molti agricoltori e consumatori sono preoccupati proprio per il settore dei prodotti farmaceutici, chimici e cosmetici e soprattutto per quello alimentare che rappresenta gran parte dei negoziati e in tutti quei settori in cui la regolamentazione mira sempre a garantire la sicurezza dei prodotti;
infatti in questi settori l'Unione europea si affida al cosiddetto principio di precauzione e al controllo amministrativo *ex ante* nello stabilire l'accesso al mercato dei prodotti innovativi come gli OGM, mentre gli Stati Uniti prediligono un approccio basato sui costi e i benefici e sul controllo *ex post*;
considerato che:
desta altresì preoccupazione il rischio di un allentamento degli *standard* ambientali e quelli del trattamento degli animali, che regolano le condizioni di vita negli allevamenti in batteria e in altre strutture per la produzione industriale di carne. Infatti, in Europa gli agricoltori vengono incoraggiati ad allevare gli animali in condizioni accettabili e a produrre per il mercato locale. Con il trattato transatlantico su commercio e investimenti potrebbe essere favorito il mercato globale a scapito di quello locale;
la diffusione di coltivazioni OGM potrebbe determinare profondi cambiamenti nella nostra agricoltura con pericoli non solo dal punto di vista della sicurezza ambientale e alimentare, ma anche sotto l'aspetto dell'omologazione con la possibilità di perdita delle nostre originalità e peculiarità;
il sistema agroalimentare italiano, incluso quello dell'agricoltura biologica, è una delle più importanti risorse da salvaguardare e potenziare perché rappresenta un punto di eccellenza dei nostri territori, essendo non solamente un settore destinato alla produzione di alimenti, ma anche un patrimonio unico di valori tradizionali che definiscono una parte della cultura e tradizione locale;
l'elevato *standard* di qualità dei prodotti tipici nazionali e dei sistemi agricoli locali (l'Italia è il primo produttore di prodotti biologici in Europa) rappresenta un valore aggiunto unico sul quale puntare, in grado di creare sinergie con il settore turistico nell'attuale momento di crisi. L'agricoltura italiana svolge, inoltre, un ruolo fondamentale per la difesa integrata del territorio e per la tutela del paesaggio;
a livello nazionale ed internazionale emerge il dato che proprio il prodotto genuino sia quello maggiormente richiesto e le cifre dicono che il comparto agroalimentare vale più del 15 per cento di prodotto interno lordo e anche sul mercato dell'esportazione i prodotti maggiormente presenti sul mercato sono proprio quelli tipici di qualità certificata,
impegna il Governo:
1) in questa fase di trattati sul partenariato transatlantico per il commercio e gli investimenti, a garantire che siano mantenuti il principio di precauzione e gli *standard* qualitativi e di sicurezza sui prodotti immessi nei mercati europei e ad adoperarsi affinché i negoziatori rappresentanti l'interesse dell'Italia difendano la specificità dei prodotti alimentari tipici italiani;
2) ad adoperarsi in tutte le sedi competenti affinché il negoziato con gli Stati Uniti difenda e salvaguardi, prima di ogni cosa, salute, sicurezza, livello di qualità dei prodotti agroalimentari, come anche specificità e valore socio- economico del settore agroalimentare italiano, anche attraverso la previsione della possibilità di poter vietare i prodotti OGM in Italia;
3) ad intervenire presso le competenti sedi europee affinché venga garantita per ciascun Stato membro la possibilità di vietare l'immissione nel proprio territorio di organismi geneticamente modificati;
4) ad incentivare la realizzazione di un modello agricolo ambientalmente sostenibile, valorizzando le produzioni dell'agricoltura biologica e garantendo la sicurezza e la qualità del modello agricolo ambientalmente sostenibile, anche attraverso l'intensificazione di un sistema di controllo e un sistema sanzionatorio efficiente e adeguato;
5) a tutelare e a rafforzare in ogni modo il valore culturale ed economico del settore agroalimentare dei prodotti italiani.
(1-00363)

VACCARI, CALEO, RUSSO, TOMASELLI, Gianluca ROSSI, RICCHIUTI, PANIZZA, IDEM, FABBRI, SOLLO, DEL BARBA, FRAVEZZI, SPILABOTTE, PEZZOPANE, MANASSERO, PUPPATO, SCALIA, MASTRANGELI, CONTE, BOCCHINO, BATTISTA, GAMBARO, GIACOBBE, FAVERO, LUCHERINI, VALDINOSI, DE PIETRO, D'ADDA, COMPAGNONE, Elena FERRARA - Il Senato,

premesso che:

l'enciclopedia Treccani definisce l'obsolescenza come: "in genere, invecchiamento, superamento; più specificamente, la perdita di efficienza economica subita da un bene in misura superiore a quella derivante dal logorio fisico di esso, per effetto del progresso economico e delle scoperte e invenzioni della tecnica. (…) Il termine è usato anche con riferimento a beni di consumo (automobili, elettrodomestici, *computer* eccetera) di cui vengono presentati nuove forme o perfezionamenti che portano ad abbandonare il vecchio modello";

più nel dettaglio, si distingue tra "obsolescenza tecnica" e "obsolescenza psicologica", intendendo con la prima il declassamento o la perdita di valore del prodotto dovuti al progresso tecnico ed alla conseguente incapacità dello stesso di svolgere la funzione alla quale è destinato, a causa del normale logorio dovuto all'uso, e con la seconda il precoce declassamento del prodotto connesso alla pubblicità e alla moda, piuttosto che ad usura tecnica o all'introduzione di una reale innovazione. In questo secondo caso, il prodotto non è più appetibile per il consumatore e, pertanto, viene sostituito con uno nuovo, nonostante funzioni ancora e sia, quindi, in grado di assolvere le funzioni per le quali è stato progettato;

differisce dalle ipotesi di obsolescenza tecnica e psicologica la cosiddetta obsolescenza programmata che si produce con l'introduzione intenzionale da parte delle aziende di un difetto nei prodotti, con conseguente usura o difettosità artificiali degli stessi;

secondo l'enciclopedia Treccani per obsolescenza programmata deve intendersi l'"espressione con cui si fa riferimento al processo mediante il quale, nelle moderne società industriali, vengono suscitate nei consumatori esigenze di accelerata sostituzione di beni tecnologici o appartenenti ad altre tipologie. Tale processo viene attivato dalla produzione di beni soggetti a un rapido decadimento di funzionalità, e si realizza mediante opportuni accorgimenti introdotti in fase di produzione (utilizzo di materiali di scarsa qualità, pianificazione di costi di riparazione superiori a quelli di acquisto, eccetera), nonché mediante la diffusione e pubblicizzazione di nuovi modelli ai quali sono apportate modifiche irrilevanti sul piano funzionale, ma sostanziali su quello formale";

peraltro, il decreto del Presidente della Repubblica n. 224 del 1988 che ha recepito nel nostro ordinamento la direttiva 85/374/CE dà all'articolo 5 la seguente definizione di difettosità: "Un prodotto è difettoso quando non offre la sicurezza che ci si può legittimamente attendere tenuto conto di tutte le circostanze, tra cui: a) il modo in cui il prodotto è stato messo in circolazione, la sua presentazione, le sue caratteristiche palesi, le istruzioni e le avvertenze fornite; b) l'uso al quale il prodotto può essere ragionevolmente destinato e i comportamenti che, in relazione ad esso, si possono ragionevolmente prevedere; c) il tempo in cui il prodotto è stato messo in circolazione";

secondo i sostenitori di tale fenomeno, l'obsolescenza precoce del prodotto può derivare essenzialmente da due fattori: 1) da una progettazione diretta ad un funzionamento del prodotto per un periodo di tempo volutamente limitato, con componenti impossibili da sostituire perché non più in produzione, o perché la loro sostituzione comporterebbe un costo più elevato o comunque equivalente a quello dell'acquisto di un prodotto analogo nuovo; 2) dall'incompatibilità del prodotto con il sistema all'interno del quale esso è destinato a funzionare, come avviene nel caso dei *software*;

il fenomeno dell'obsolescenza programmata viene fatto risalire sin dagli anni '20 del Novecento e il primo testo in cui se ne parla è "L'Art du gaspillage" scritto nel 1960 da Packard;

il primo esempio di obsolescenza programmata è stato riscontrato nella produzione delle lampadine; nel dicembre 1924 venne stipulato a Ginevra l'accordo "Phoebus", che coinvolgeva le più importanti case produttrici di lampadine ad incandescenza e prevedeva, tra l'altro, di ridurre la durata delle lampadine dalle 2.500 ore previste a sole 1.000 ore;

ritenuto che:

in Italia fino a pochissimo tempo fa non esistevano studi specifici sul fenomeno dell'obsolescenza programmata e a tutt'oggi il dibattito attorno alla questione non si è aperto;

a livello europeo lo studio più completo è stato condotto nel 2013 dai tedeschi Stefan Schridde e Christian Kreiss (Geplante Obsoleszenz - Entstehungsursachen - Konkrete Beispiele - Schadensfolgen - Handlungsprogramm);

Schridde e Kreiss hanno analizzato alcuni prodotti di uso estremamente comune (stampanti a getto di inchiostro, lavatrici, spazzolini da denti a batteria, giacconi invernali con chiusure lampo) e sono arrivati alla conclusione che talune aziende impiegherebbero deliberatamente e su vasta scala materiali di scadente qualità, cosicché i prodotti sarebbero destinati a degradarsi molto rapidamente;

nel caso delle stampanti a getto di inchiostro hanno rilevato che sul loro *display*, dopo un numero prestabilito di stampe, appariva l'indicazione della necessità di procedere alla riparazione dell'apparecchio mentre, azzerando il contatore che registra il numero di copie stampate l'apparecchio avrebbe ancora funzionato; circa gli spazzolini da denti a batteria, la pila, sigillata all'interno, non sarebbe di fatto sostituibile una volta scarica;

il Senato belga ha approvato il 1° febbraio 2012 la "Proposition de résolution en vue de lutter contre l'obsolescence programmée des produits liés à l'énergie";

in Francia, il 18 marzo 2013 è stata depositata in Senato una proposta di legge volta al contrasto dell'obsolescenza programmata e ad aumentare la durata dei prodotti, prevedendo in particolare l'estensione della garanzia legale di conformità (da 2 a 5 anni), la facilitazione della messa sul mercato di pezzi di ricambio e la punibilità delle strategie di obsolescenza pianificata con una pena detentiva sino a 2 anni e multe;

il 26 settembre 2014, l'Assemblea nazionale francese ha votato un emendamento al progetto di legge sulla "transition énergétique" d'iniziativa dei deputati Eric Alauzet, Denis Baupin e Cécile Duflot, nel quale si definisce come "truffa" la durata della vita del prodotto intenzionalmente accorciata al momento della sua concezione e, in quanto truffa, sanzionata con multe sino 37.500 euro e pene detentive sino a 2 anni;

considerato che:

le questioni sottese all'obsolescenza programmata sono strettamente legate all'esigenza di assicurare al consumatore strumenti efficaci di tutela;

il decreto legislativo n. 24 del 2002, recante "Attuazione della direttiva 1999/44/CE su taluni aspetti della vendita e delle garanzie di consumo", ha introdotto in Italia la garanzia legale di conformità, attualmente disciplinata dal decreto legislativo n. 206 del 2005, recante il codice del consumo, dall'articolo 128 all'articolo 135;

possono beneficiare della garanzia legale i consumatori, dunque le persone fisiche che abbiano acquistato un prodotto per l'uso non inerente a un'attività commerciale, imprenditoriale o professionale;

per quanto attiene specificamente ai diritti del consumatore, l'articolo 130 del codice del consumo prevede la responsabilità del venditore nei confronti del consumatore per qualunque difetto di conformità esistente al momento della consegna del bene;

ai sensi dell'articolo 132, il venditore è responsabile, a norma dell'articolo 130, quando il difetto di conformità si manifesta entro il termine di 2 anni dalla consegna del prodotto (comma 1);

il difetto deve inoltre essere denunciato dal consumatore entro 2 mesi dalla scoperta (comma 2);

la direttiva 99/44/CE stabilisce il periodo minimo di garanzia pari a 2 anni con la possibilità di essere aumentato dagli Stati;

la direttiva 2005/29/CE sancisce che l'operatore economico che non informa il consumatore se il prodotto sia stato progettato per avere durata limitata è passibile di sanzione da parte di ciascun Stato membro;

il Trattato sul funzionamento dell'Unione europea stabilisce che un accordo tra aziende che mira a ridurre la durata di vita dei loro prodotti può integrare una violazione della normativa europea sulla

concorrenza;
questi provvedimenti non sono strumenti sufficienti a tutelare il consumatore e a garantire un uso sostenibile delle risorse;
le due direttive sull'ecodesign (2005/32/CE) e sull'etichetta energetica (2010/30/UE) impongono ai prodotti dei precisi limiti di consumo energetico ed altri criteri ambientali;
si stima che la sola direttiva ecodesign possa fare risparmiare agli europei circa 90 miliardi di euro all'anno al 2020, che si traducono in circa 280 euro per ogni famiglia. L'ambiente è l'altro grande beneficiato dall'applicazione corretta della normativa, con una stima di 2 milioni di tonnellate di anidride carbonica non emesse ogni anno. Purtroppo la normativa non è sempre correttamente applicata;
considerato inoltre che:
la durata in vita dei prodotti elettrici e elettronici ha un impatto diretto sull'ambiente e sulla sua protezione: i costi energetici e ambientali che una tale pratica produce sono enormi, basti pensare allo spreco di energia, di risorse naturali e alla produzione di rifiuti;
le attività di controllo di mercato in questo settore variano da Paese a Paese. Si stima che fino al 20 per cento dei risparmi ottenibili dall'applicazione delle 2 direttive si perdano a causa del fatto che prodotti a obsolescenza programmata, non conformi, con basse prestazioni, riescono comunque ad arrivare sul mercato e nelle case;
questo comporta un enorme spreco di energia, circa 100 TWh all'anno, che corrisponde al consumo domestico di tutta l'Europa orientale, e si traduce in bollette più alte per tutti;
la stessa Commissione europea, nella risposta fornita all'interrogazione della parlamentare finlandese Anneli Jaateenmaki (2011) per sapere se l'obsolescenza programmata fosse considerata o meno un problema e se fossero necessari interventi legislativi da parte dell'Unione europea, ha affermato come questa pratica sia in netto contrasto con quanto previsto dalla strategia "Europa 2020" per l'uso efficiente delle risorse;
le direttive europee più strettamente legate al tema della sostenibilità ambientale non contengono al loro interno una specifica menzione all'obsolescenza programmata e ai mezzi per contrastarla;
ci si riferisce in particolare: 1) alla direttiva 2012/19/UE sui rifiuti di apparecchiature elettriche ed elettroniche (RAEE) attuata in Italia dal decreto legislativo n. 49 del 2014; 2) alla direttiva 2009/125/CE che stabilisce un quadro per l'elaborazione di specifiche per la progettazione ecocompatibile dei prodotti legati all'energia, attuata dal decreto legislativo n. 15 del 2011; 3) alla direttiva 2008/98/CE relativa ai rifiuti, attuata dal decreto legislativo n. 205 del 2010,
impegna il Governo:
1) a favorire la prevenzione dell'obsolescenza programmata e scoraggiare lo sviluppo e la commercializzazione di prodotti legati all'energia la cui durata di vita è stata volontariamente limitata;
2) a prendere le dovute iniziative affinché le aziende produttrici abbiano un obbligo di fornitura di ricambi necessari per la riparazione di un prodotto per almeno 10 anni;
3) ad estendere la garanzia legale di conformità dei prodotti dagli attuali 2 anni a 3 anni per i beni commercializzati entro il 2015, elevati a 4 per quelli immessi nel mercato dal 2016;
4) ad inserire nel piano nazionale di attuazione degli obiettivi europei al 2030 sull'efficienza energetica misure volte a sostenere e incentivare l'immissione sul mercato di prodotti riparabili, favorendo la messa a disposizione di pezzi di ricambio a un prezzo ragionevole per i consumatori;
5) a sostenere a livello europeo l'adozione di un quadro legislativo specifico, coerente con gli obiettivi del pacchetto clima energia al 2030, volto a lottare contro l'obsolescenza programmata dei prodotti legati all'energia, in considerazione del fatto che le misure già adottate all'interno delle direttive 99/44/CE, 2005/29/CE e nel trattato sul funzionamento della UE non sono strumenti sufficienti a tutelare il consumatore e a garantire un uso sostenibile delle risorse.
(1-00364)
FUCKSIA, GAETTI, SIMEONI, CRIMI, PUGLIA, MONTEVECCHI, CASTALDI, BULGARELLI, VACCIANO, CATALFO, SERRA, SCIBONA, MORONESE - Il Senato,

premesso che:

l'articolo 92, comma 1, della legge 23 dicembre 2000, n. 388 ha istituito il Centro nazionale di adroterapia oncologica (CNAO), con sede operativa a Pavia. Si tratta del primo centro ospedaliero in Italia dedicato al trattamento dei tumori mediante l'adroterapia, una forma di radioterapia a fasci esterni che utilizza fasci di protoni, neutroni o ioni positivi per il trattamento dei tumori;

ai fini della realizzazione del CNAO è stato istituito un ente non commerciale dotato di personalità giuridica di diritto privato, con la partecipazione di enti di ricerca, individuati con decreto del Ministro della sanità, di concerto con il Ministro dell'università e della ricerca scientifica e tecnologica, e soggetti pubblici e privati;

sono enti fondatori le fondazioni IRCCS (istituti di ricovero e cura a carattere scientifico) di diritto pubblico (l'ospedale maggiore policlinico "Mangiagalli" e "Regina Elena", l'istituto nazionale per lo studio e la cura dei tumori di Milano, l'istituto neurologico "Besta" di Milano e il policlinico "San Matteo" di Pavia), una fondazione IRCCS di diritto privato (l'istituto europeo di oncologia di Milano) e una fondazione privata scientifica (la "TERA" di Novara);

la forma di partecipazione della fondazione CNAO ha consentito di accogliere nel consiglio altri enti che hanno contribuito al raggiungimento degli obiettivi del CNAO: l'istituto nazionale di fisica nucleare, l'Università statale di Milano, l'Università statale di Pavia, il Politecnico di Milano, il Comune di Pavia e la fondazione Cariplo;

negli anni tra il 2002 e il 2004 si è svolta la fase di organizzazione, coincisa con la progettazione definitiva del centro, con la costituzione della rete di collaborazioni nazionali ed internazionali a supporto e integrazione del gruppo di progetto, con la individuazione del sito e con il completamento dell'attuale struttura del consiglio;

tra gli anni 2005 e 2009 è iniziata la fase di costruzione, con le gare per la realizzazione dei sistemi di alta tecnologia, dell'edificio e degli impianti convenzionali: oltre 400 ditte hanno lavorato per il CNAO, di cui 350 italiane; più di 1.000 gli ordini e i contratti; 15 le gare ad evidenza pubblica bandite in ambito europeo; oltre 70 le autorizzazioni che sono state ottenute in settori che spaziano dalla costruzione alla sicurezza, dalla radioprotezione all'esercizio della struttura. Tale fase si è conclusa il 15 febbraio 2010 con la cerimonia di inaugurazione del centro;

nell'ottobre 2010, dopo l'approvazione del Ministero della salute al piano di progetto, si è avviata la fase di sperimentazione clinica, che si è conclusa nel dicembre 2013 con la certificazione del dispositivo medico da parte dell'Istituto superiore di Sanità;

ad oggi risultano essere stati quasi 400 i pazienti trattati. Le patologie interessate riguardano i seguenti tumori: cordomi e condrosarcomi della base cranica, cordomi e condrosarcomi della spina e del sacro, meningiomi intracranici, tumori localmente avanzati della testa-collo, tumori delle ghiandole salivari, sarcomi delle ossa e dei tessuti molli testa-collo e spina, melanomi mucosi, adenomi pleomorfi ricorrenti, reirradiazioni dei tumori testa-collo, tumori dell'orbita, tumore della prostata ad alto rischio, tumore del pancreas localmente avanzato, reirradiazioni di recidive del cancro del retto, epatocarcinomi;

nel corso del tempo si è assistito al consolidamento e al completamento della struttura del CNAO. Attualmente al centro lavorano 115 persone. Nei primi 10 mesi del 2014 sono state oltre 10.000 le prestazioni sanitarie che si sono rese necessarie per somministrare l'adroterapia a più di 200 pazienti. Oltre al personale costituito dagli esperti delle macchine acceleratrici e da medici, fisici medici, bioingegneri, radiobiologi e infermieri, le funzionalità del CNAO sono completate dal personale dedicato all'amministrazione e ai servizi generali, e dal personale dei servizi di sicurezza, radioprotezione, di direzione sanitaria, e delle risorse umane e di direzione generale;

sempre nel 2014 il CNAO ha avviato la fase di funzionamento autorizzato dal Servizio sanitario nazionale, avendo ottenuto la marcatura CE al termine di un percorso che si è svolto in 3 fasi e che si è concluso con la sperimentazione clinica e il riconoscimento delle tariffe da parte del sistema sanitario di Regione Lombardia;

evidenziato che:

il CNAO rappresenta un centro avanzato di eccellenza per la cura dei tumori, l'unico a praticare l'adroterapia con protoni e ioni carbonio sul territorio italiano, il secondo in Europa e il terzo a livello mondiale;

l'alta tecnologia del CNAO si caratterizza per un insieme di macchine acceleratrici e linee di trasporto dei fasci di particelle. I fasci sono generati da sorgenti che producono ioni carbonio e protoni. La macchina acceleratrice più importante è il sincrotrone. Il sincrotrone del CNAO è un prototipo frutto della ricerca nella fisica delle alte energie, prodotto con tecnologia principalmente italiana e realizzato grazie alla collaborazione dell'istituto nazionale di fisica nucleare (INFN), del CERN (Svizzera), del GSI (Germania), di LPSC (Francia) e dell'Università di Pavia;

l'immagine del CNAO si è fortemente consolidata nel panorama internazionale. Ne sono prova i progetti di ricerca finanziati nell'ambito del 7° Programma quadro di ricerca (7PQ), che è stato il principale strumento dell'Unione europea per il finanziamento della ricerca nel periodo 2007-2013. Tali progetti hanno visto il CNAO come protagonista: in particolare il progetto quadriennale ULICE (Union of Light Ion Centre in Europe), in cui CNAO ha coordinato 20 istituti europei organizzati in 3 principali aree di attività (joint-Reasearch Activities, Networking Activities, Trans-National Access) e il progetto triennale PARTNER (Particle Training network for European Radiotherapy), che ha avuto lo scopo di formare personale medico, tecnico e di fisica medica proveniente da tutto il mondo. Il CNAO ha inoltre già presentato progetti di ricerca nel nuovo programma del sistema di finanziamento integrato destinato alle attività di ricerca della Commissione europea denominato "Horizon2020", e sono in finalizzazione diversi progetti di ricerca clinica, inclusi studi randomizzati di fase III, in collaborazione con prestigiosi istituti internazionali;

la marcatura CE e l'attività clinica hanno dimostrato la sicurezza e l'efficienza del dispositivo medico CNAO, per cui molti enti stranieri chiedono collaborazione e supporto alle loro iniziative. In particolare, a EBG MedAustron di Vienna, il CNAO ha fornito i progetti e i disegni costruttivi dell'alta tecnologia, sta costruendo i sistemi di distribuzione della dose al paziente e alcuni componenti di diagnostica di fascio e recentemente ha concordato la partecipazione di proprio personale alle attività di *commissioning* del centro. Analogamente, si sta discutendo con vari progetti stranieri (in Croazia, Corea, Australia, Emirati Arabi e USA), che sono interessati alla realizzazione di centri di adroterapia. Tali attività possono, con ogni evidenza, dare lustro e ritorno di immagine alla sanità pubblica italiana;

preso atto che:

al quadro scientifico-clinico di eccellenza si contrappone una difficile situazione finanziaria. L'impianto CNAO è costato 135 milioni di euro ai quali vanno aggiunti 45 milioni per la sperimentazione chiesta dal Ministero della salute, finalizzata alla marcatura CE e conclusasi nel dicembre 2013. I contributi a fondo perduto giunti finora, ammontano a complessivi 118 milioni di euro, dei quali 94,5 milioni erogati dal Ministero della salute, 10 milioni da Regione Lombardia, 8,5 milioni da fondazione Cariplo e 5 milioni da altri;

nonostante con il decreto-legge n. 203 del 30 settembre 2005 convertito, con modificazioni, dalla legge 2 dicembre 2005, n. 248 e collegato alla legge n. 296 del 27 dicembre 2006, sia stato stabilito il finanziamento di 10 milioni di euro all'anno al CNAO, l'importo corrisposto dallo Stato è stato disatteso a partire dal 2009 e la somma complessiva si è rivelata largamente insufficiente, per cui il disavanzo a fine 2013 ammontava a 62 milioni di euro. A questi vanno aggiunti i debiti in essere verso i fornitori (pari a 10 milioni), i costi dell'esercizio 2014 e la previsione di *budget* 2015, ossia altri 23 milioni di euro, che portano il fabbisogno totale della fondazione a 85 milioni di euro. Nel 2007 la fondazione, al termine di una lunga istruttoria, ha ottenuto un prestito bancario dalla Banca europea di investimento per un importo complessivo di 50 milioni di euro. Il prestito, intermediato da banche italiane, ha consentito di portare a termine la realizzazione e completare la sperimentazione. Tale prestito è stato ormai completamente utilizzato, e alla luce di ciò oggi mancherebbero risorse per complessivi 35 milioni di euro. Allo stato attuale l'operatività della fondazione sarebbe sostenuta solo da un fido bancario di 4,9 milioni di euro e il suo esaurimento è previsto prima della fine del 2014;

evidenziato che:

il 25 novembre 2014 numerosi eminenti scienziati italiani hanno sottoscritto un appello per salvare dalla chiusura il CNAO rivolto al Presidente della Repubblica, al Presidente del Consiglio dei ministri, al Ministro della salute e al Presidente della Regione Lombardia. In particolare, l'appello è stato sottoscritto da Piero Angela (scrittore e divulgatore scientifico), Sergio Bertolucci (direttore della ricerca del CERN), Giovanni Caprara (presidente dell'unione giornalisti italiani scientifici), Emilia Chiancone (presidente dell'accademia nazionale delle scienze), Marco Durante (direttore della radiobiologia, GSI, Darmstadt), Silvio Garattini (direttore dell'Istituto "Mario Negri"), Fernando Ferroni (presidente dell'istituto nazionale di fisica nucleare), Fabiola Gianotti (prossimo direttore generale del CERN), Lamberto Maffei (presidente dell'accademia dei lincei), Luciano Maiani (ex presidente dell'INFN e del CNR), Carlo Rubbia (premio Nobel per la fisica), Girolamo Sirchia (ex Ministro della salute ed ex direttore del Nord Italia Transplant), Umberto Veronesi (direttore scientifico dell'istituto europeo di oncologia);
l'appello testimonia l'indiscutibile valore per la salute pubblica del CNAO, ed è un richiamo che le istituzioni e la politica non possono ignorare,
impegna il Governo a porre in essere ogni iniziativa utile affinché vengano stanziati i fondi necessari a scongiurare il pericolo di chiusura del CNAO, e a consentire la continuazione e l'implementazione delle attività di ricerca, assistenza e cura dei malati oncologici di tale eccellenza.
(1-00365)
CIOFFI, GIROTTO, VACCIANO, SCIBONA, CIAMPOLILLO, SERRA, PAGLINI, MORRA, LEZZI, MONTEVECCHI, MANGILI, BERTOROTTA, BUCCARELLA, BULGARELLI, SANTANGELO, CASTALDI, FUCKSIA, CATALFO, PUGLIA, MORONESE, DONNO, MARTON , AIROLA, MARTELLI, MOLINARI, CRIMI, TAVERNA - Il Senato,
premesso che:
nel corso degli ultimi decenni, l'uso della rete *internet* ha conosciuto una straordinaria espansione a livello internazionale. In tale contesto, la presenza di connessioni veloci e superveloci rappresenta un volano per la crescita economica e per la coesione sociale e territoriale degli Stati e, in particolare, per migliorare la competitività e l'innovazione delle imprese;
secondo la Commissione europea, un aumento del 10 per cento della penetrazione della banda larga veloce e ultra veloce può contribuire non solo alla formazione di una società digitale, ma anche alla crescita economica, in quanto consente un aumento del PIL dell'1 - 1,5 per cento. La Banca Mondiale stima che una variazione di 10 punti percentuali della penetrazione della banda larga possa generare un aumento di 1,2 punti percentuali di crescita del PIL *pro capite* dei Paesi sviluppati;
il potenziale dell'economia digitale e del mercato unico digitale può essere realizzato solo con la disponibilità di adeguate tecnologie e infrastrutture che consentano l'accesso alla banda larga veloce (velocità superiore a 30 Mbps) e ultra-veloce (velocità superiore a 100 Mbps), tra cui le reti di nuova generazione;
l'infrastruttura di nuova generazione acquisisce valore nella misura in cui abilita la circolazione di contenuti, transazioni, forme di comunicazione e contribuisce a creare lo sviluppo di quell'ecosistema digitale che è alla base del recupero di produttività per creare nuova occupazione qualificata. L'economia digitale non distrugge posti di lavoro: ne crea di nuovi. Il rapporto "McKinsey", datato maggio 2011, presentato al G8 su *internet* tenutosi a Parigi, ha stimato che per 2 posti di lavoro resi obsoleti dal digitale, *internet* ne crea 5 nuovi;
a riguardo, la Commissione europea, nell'ambito dell'Agenda digitale, ha fissato una serie di *target* estremamente ambiziosi per la realizzazione di nuove infrastrutture di telecomunicazione che consentano a tutti i cittadini una connessione a 30 Mbps entro il 2020 e almeno al 50 per cento della popolazione la disponibilità di 100 Mbps;
a tal fine, nel 2014, la Commissione europea ha analizzato i progressi dei 28 Paesi UE in relazione agli obiettivi digitali contenuti nell'Agenda digitale europea, rilevando come le connessioni con velocità superiori a 100 Mbps siano rare in tutta Europa. In particolare, in base al Digital Agenda Scoreaboard (2014), emerge che: a) le tecnologie a banda larga veloci in grado di fornire *internet* ad almeno 30

Mbps sono disponibili per il 62 per cento della popolazione europea (più del doppio rispetto al 2010), soprattutto nella aree urbane, mentre nelle zone rurali solo il 16 per cento delle famiglie risulta coperto; b) gli abbonamenti a *internet* con velocità maggiore di 30Mbps sono sempre più diffusi, mentre quelli che consentono una velocità superiore a 100Mbps sono ancora rari nell'intera UE;

se si considerano più fattori (tra cui anche il prezzo), tra i 5 grandi Paesi europei (Germania, Francia, Spagna, Italia e Regno Unito) è il Regno Unito che raggiunge un punteggio migliore, tenuto conto che mostra percentuali più alte di copertura in banda larga e ultralarga. L'Italia rimane ultima in tutte le graduatorie a 5, tranne per la diffusione della banda su mobile. Risulta particolarmente desolante soprattutto l'attuale situazione sulla banda ultralarga, che vede il Paese posizionarsi all'ultimo posto in Europa;

anche nel *dossier* "Banda larga e Ngn", realizzato dall'Istituto di ricerche sulla pubblica amministrazione, si afferma che «occorrono ingenti investimenti per completare la dotazione infrastrutturale e per la realizzazione, praticamente *ex novo* in molte zone dell'Europa, delle reti di nuova generazione (Next Generation Network - NGN) che consentano l'accesso a *internet* veloce e super veloce (tra i 30 e 100 Mbps) e la diffusione dei servizi digitali di nuova generazione. La Commissione europea stima che tali investimenti richiedano tra i 60 mld di euro (copertura di tutte le utenze con connessioni di 30 Mbps) e 270 mld di euro (50 per cento delle famiglie europee con accesso a servizi alla velocità di 100 Mbps). Per l'Italia, la Banca Europea per gli Investimenti (BEI) stima un fabbisogno di investimenti compreso in un range di 9-24 mld di euro a seconda delle tecnologie adottate»;

in generale, la disponibilità di connessioni in fibra ottica in Europa risulta inferiore a quella registrata negli Stati Uniti e nel Sud-Est Asiatico: pochi cittadini europei dispongono di collegamenti a *internet* superveloci, che in Paesi come Giappone e Sud Corea sono, invece, considerati la norma. In un siffatto contesto internazionale l'Italia appare drammaticamente arretrata;

considerato che:

secondo quanto riportato nel documento conclusivo dell'indagine conoscitiva effettuata dall'autorità Garante della concorrenza e del mercato e dall'autorità per le Garanzie nelle Comunicazioni, pubblicato l'8 novembre 2014, «i dati relativi alla banda ultra-larga su rete fissa collocano il nostro Paese, insieme a Cipro e alla Grecia, tra gli Stati Membri dell'UE dove la percentuale di individui che ha sottoscritto un abbonamento (velocità media di trasmissione dei dati in *download* ? 30 Mbps) è inferiore all'1 per cento. La media europea si attesta, invece, al 21,2 per cento. Si tratta di un *gap* che non accenna a ridursi, ma che si è addirittura amplificato nell'arco del triennio 2011-2014 nei confronti sia della media degli stati membri sia degli altri principali Paesi UE»;

nel documento si afferma, inoltre, che: «il ritardo mostrato dai dati relativi all'Italia rispetto ai livelli di penetrazione della domanda di banda ultra-larga di rete fissa sconta l'assenza di infrastrutture di rete via cavo, che invece nel resto d'Europa forniscono una quota rilevante degli accessi: a gennaio 2014, il 52 per cento delle linee attive a banda ultra-larga in Europa utilizzava il collegamento via cavo»;

in tale contesto spicca la contrapposizione tra lo sviluppo del mobile e lo stallo del fisso e si assiste ad una forte contrazione delle linee fisse e ad una crescita esponenziale di quelle mobili. In Italia, dove pure la fibra ottica aveva cominciato ad essere posata con largo anticipo negli anni Novanta, rispetto ai dati relativi alla banda ultra-larga su rete fissa, si assiste ad un livello bassissimo di copertura del servizio, appena superiore al 20 per cento delle unità abitative residenziali, a fronte di una media europea pari a 62 per cento. Eppure, lo sviluppo del mobile non riduce l'importanza della realizzazione di una rete in fibra. Anche la rete mobile, infatti, ha bisogno di collegamenti di rilegamento in fibra (*backhauling*) fra stazioni radio - base e centrali;

l'elevata domanda di connessione a banda ultra-larga deriva dalla pervasività, nell'attuale contesto sociale, degli strumenti atti alla vita quotidiana che utilizzano la rete, nonché dall'aumento esponenziale dei servizi che sono fruibili esclusivamente *on line*, anche a seguito della progressiva digitalizzazione della pubblica amministrazione centrale e locale, della diffusione della video comunicazione, dell'incremento della potenza di calcolo dei PC (*big data*);

il quadro nazionale si presenta però estremamente disomogeneo per quel che concerne la presenza di investimenti nella rete fissa. In Italia, ad oggi, le strategie di investimento degli operatori risultano alquanto indefinite, quantomeno se si considera un orizzonte temporale di medio periodo (al 2020). L'indagine conoscitiva avviata da AGCM e AGCOM ha confermato come, complessivamente considerati, i piani di investimento degli operatori siano tuttora circoscritti al prossimo biennio, mentre restano soggetti ad un'elevata indeterminatezza in relazione all'estensione dei progetti ed alla tempistica prevista per la loro realizzazione;

le informazioni pubblicamente disponibili in merito agli investimenti nelle reti NGA (reti di accesso di nuova generazione) sono caratterizzati da un'estrema genericità circa l'estensione degli investimenti, le risorse ad essi dedicate e le modalità di realizzazione degli stessi. Tali investimenti risultano inoltre essere, oltre che di breve periodo, concentrati esclusivamente nelle aree urbane del Paese in cui il ritorno dell'investimento è garantito;

nel corso delle audizioni svolte nell'ambito dell'indagine conoscitiva di AGCM e AGCOM, gli operatori hanno illustrato i propri piani di sviluppo della rete. Telecom Italia ha presentato il proprio "Piano di Sviluppo Ultrabroadband", che prevede la copertura FTTC (rete di accesso in fibra ottica) entro il 2016 di oltre il 50 per cento delle unità immobiliari in 177 città e distretti industriali. L'obiettivo di Fastweb per i piani di investimento nelle reti in fibra ottica per gli anni 2013-2014 è quello di dotare altre 6 città, oltre alla città di Milano, di infrastrutture di tipo FTTH per un totale di 2 milioni di unità immobiliari, mentre per 22 città è prevista la copertura del territorio con reti di tipo FTTC, per una spesa attesa pari a circa 400 milioni di euro. Risulta che Fastweb, in un'ottica di più lungo periodo, espanderà la rete in fibra ottica fino a raggiungere 100 comuni. Anche Vodafone ha presentato un piano di investimento nella rete fissa, che prevede la copertura di 150 città entro il 2016, con un'architettura FTTC;

nell'ambito della medesima indagine si evidenzia come «alla luce degli ambiziosi obiettivi imposti dall'Agenda digitale europea, che comportano necessariamente il contributo di investimenti sia privati sia pubblici, dovrebbe assumere maggior rilievo lo svolgimento di un'attività strategica di coordinamento, di monitoraggio e di controllo pubblico ("oversight") del processo complessivo di sviluppo delle reti in fibra che semplifichi notevolmente le relazioni tra i diversi decisori coinvolti e svolga una vera pianificazione degli interventi sulle infrastrutture, che consideri in modo sinergico le risorse pubbliche e private utilizzate per lo sviluppo delle nuove reti. Fino ad oggi infatti in Italia, la *governance* istituzionale dell'agenda digitale ha riguardato principalmente l'importante progetto di digitalizzazione della pubblica amministrazione e dei rapporti di quest'ultima con cittadini ed imprese, piuttosto che gli investimenti nelle reti in fibra ottica»;

l'intervento pubblico è stato sinora caratterizzato da politiche di sostegno indiretto agli investimenti infrastrutturali, soprattutto attraverso la riduzione dei costi amministrativi e l'incentivazione della domanda. Occorre però rilevare come l'intervento pubblico nella realizzazione vera e propria di reti a banda ultralarga appare oggi più che in passato fondamentale per l'intera collettività, oltre a rappresentare un importante elemento di sviluppo sociale, tenuto conto che l'investimento privato in tale settore può risultare insufficiente rispetto a quello socialmente desiderabile. Ciò è ancora più importante nel contesto italiano nel quale, come evidenziato nell'indagine conoscitiva, «risulta assente una reale concorrenza dinamica infrastrutturale e gli operatori effettuano scelte di investimento seguendo sostanzialmente una logica di profitto incrementale in un orizzonte temporale relativamente ridotto»;

rilevato che:

nella comunicazione della Commissione europea 2013/C 25/01 sugli "Orientamenti dell'Unione europea per l'applicazione delle norme in materia di aiuti di Stato in relazione allo sviluppo rapido di reti a banda larga", si afferma che la maggior parte delle strategie adottate nei diversi Paesi membri prevede «il ricorso a risorse pubbliche per estendere la copertura di banda larga ad aree in cui gli operatori commerciali non sono incentivati a investire e per accelerare la diffusione delle reti NGA, che permettono un accesso ad altissima velocità»;

ai sensi dell'articolo 106, paragrafo 2, del trattato sul funzionamento dell'Unione europea, gli Stati membri possono considerare la messa a disposizione di una rete a banda larga come un servizio di interesse economico generale (SIEG). Ciò è possibile solo nelle zone in cui gli investitori privati non siano in grado di fornire nel futuro prossimo un'adeguata copertura alla popolazione, a condizione che: a) l'infrastruttura offra una connessione universale a tutti gli utenti di una determinata regione; b) l'infrastruttura sia passiva, neutra e liberamente accessibile; c) il progetto riguardi solo lo sviluppo della rete e la fornitura di servizi all'ingrosso, senza includere i servizi di comunicazione al dettaglio; d) tutti gli operatori interessati possano concorrere per la realizzazione della rete sovvenzionata; e) il fornitore della rete non possa rifiutare l'accesso all'ingrosso all'infrastruttura in base a criteri discrezionali e/o discriminatori;

nella medesima comunicazione, la Commissione ribadisce che: «È importante tener presente che, nel lungo periodo, le reti NGA sono destinate a sostituire le attuali reti a banda larga di base e non solo a migliorarle. Considerato che le reti NGA richiedono una diversa architettura di rete, tale da offrire servizi in banda larga di qualità notevolmente più elevata rispetto a quelli attuali, (...) difficilmente realizzabili con le attuali reti a banda larga, è probabile supporre l'emergere in futuro di marcate differenze tra aree coperte dalle reti NGA e aree non coperte». Tale circostanza rende, dunque, ancora più urgente la necessità da parte dello Stato di investire nell'immediato nella realizzazione di una copertura sempre più ampia, tenuto conto che sono molte le aree del Paese che non risultano coperte dai piani di investimento privati;

è assolutamente legittimo dire che la banda ultra-larga, e le infrastrutture di telecomunicazioni tutte, possono rappresentare l'oggetto di un livello essenziale delle prestazioni per tutti i cittadini (articolo 117, secondo comma, lettera *m)*, della Costituzione), tenuto conto che una serie di diritti civili e sociali, compreso il diritto alla conoscenza richiedono ormai una sufficiente velocità di accesso;

nel 2012, la Commissione europea, nel valutare la compatibilità dell'aiuto di Stato relativo al Piano digitale banda ultra-larga, rilevava che: "Le autorità italiane sono comunque consapevoli che i servizi a banda larga di base non sono certo sufficienti per offrire i servizi innovativi richiesti da imprese e cittadini, quali ad esempio la TV in alta definizione, le possibilità di telelavoro, la TV 3D, l'e-health e l'e-government e l'uso di applicazioni simultaneamente". È illusorio, dunque, pensare che per allineare il Paese alle *best practice* internazionali sia sufficiente portare la fibra ottica nei soli distretti industriali. Alla luce dei dati relativi alla crescita del traffico negli ultimi anni, appare decisamente necessario sviluppare una rete di nuova generazione capillare sul territorio, in quanto non c'è dubbio che la necessità dei 100 Mbps ed oltre arriverà presto;

un processo di costruzione delle reti di nuova generazione in grado di dare una risposta adeguata ai *target* previsti dall'Agenda Digitale dovrebbe passare attraverso un tipo di infrastruttura che prevede investimenti caratterizzati da ritorni in un orizzonte temporale di medio-lungo periodo e che incontrano difficoltà nel reperire le risorse necessarie in mercati finanziari che sono ancora dominati da ottiche di breve termine;

vi sono Paesi, come il Giappone e la Corea del Sud, che hanno deciso di fare un investimento pubblico, finanziato con risorse di bilancio. Altri Paesi, come il Regno Unito, hanno fatto una scelta diversa e al finanziamento dell'infrastruttura NGN provvede l'*incumbent*, il proprietario della rete in rame, garantendo così una graduale migrazione dal rame alla fibra. Vi sono infine Paesi che hanno da tempo sviluppato infrastrutture di rete in fibra e non per la televisione via cavo, che possono essere, con ridotti costi, utilizzate anche per le telecomunicazioni. L'Italia (insieme alla Grecia) non è tra questi ultimi, anche per la scelta legislativa che introdusse, a suo tempo, il divieto di posare reti cavo multicanale;

come sostenuto il 13 marzo 2012 anche dalla Cassa Depositi e Prestiti in audizione presso la IX Commissione permanente (Trasporti, poste e telecomunicazioni) della Camera dei deputati, il nostro Paese potrebbe anche essere in grado di percorrere la via del ricorso all'*incumbent*, se il proprietario della principale rete di telecomunicazione del Paese, Telecom Italia, fosse nella condizione di finanziare un piano di investimenti adeguato. Va considerato, inoltre, che oggi gli operatori Tlc

tendono a fare investimenti cospicui nel segmento delle reti mobili dove la competizione è estremamente significativa. In particolare, Telecom Italia ha un intenso piano di investimenti nella rete LTE, infrastruttura determinante per la banda ultralarga mobile di ultima generazione, oltre ad avere programmi all'estero. L'insieme di queste circostanze determina la scarsa disponibilità di risorse per investimenti sulla rete fissa italiana;

già nell'ormai lontano 2009, l'allora consulente del Governo in carica per la banda larga, ingegner Francesco Caio, affermava relativamente alle reti NGN che Telecom Italia, non possiede "la capacità di fare da sola la rete passiva" che, in quanto "monopolio naturale", non può essere replicata. L'ingegner Caio affermava, inoltre, che: "non ci possono essere due reti fisse di accesso, per cui quando si percorre un aggiornamento della rete di accesso si deve mettere in discussione il tema della concorrenza, che va lasciata ai servizi";

la rete passiva è un servizio universale, a cui corrisponde un diritto fondamentale dei cittadini (e delle imprese). Se i privati non hanno volontà e mezzi per intervenire su una infrastruttura in regime di monopolio naturale, allora, anche per far sì che la concorrenza si sviluppi e si sviluppi senza asimmetrie, è fondamentale che il decisore pubblico, per quanto complesso possa essere in termini di finanza pubblica, trovi le risorse per un investimento di rilievo, tenuto conto che è fondamentale guardare al rapporto costi-benefici dell'azione politica;

in un momento di crisi economica come quella attuale, appare ragionevole ipotizzare che lo Stato destini le risorse pubbliche in opere che siano prioritarie per la collettività, anche spostando sulla realizzazione della rete a banda ultra larga le risorse attualmente stanziate per grandi opere infrastrutturali prive di utilità ed antieconomiche;

considerato, inoltre, che:

il Governo istituzionale del processo di realizzazione delle reti a banda ultra-larga appare essere meno incisivo rispetto alle esperienze progettuali di altri Paesi europei, quali la Francia e la Germania;

il Governo ha aperto, dal 20 novembre al 20 dicembre 2014, la consultazione pubblica per commentare le azioni dei nuovi piani nazionali "Piano nazionale banda ultra larga" e "Crescita digitale" (obiettivo tematico 2 dell'Agenda digitale: supporto alla infrastrutturazione per la banda ultra larga e potenziamento dei servizi Ict a cittadini e imprese);

la strategia italiana per la banda ultralarga, con cui il Governo intende invertire la tendenza che ci vede, al momento, accumulare ritardi su ritardi rispetto alle medie europee, è stata pubblicata sul sito dell'Agid e, nello stesso tempo, è stata inviata a Bruxelles per una valutazione. L'obiettivo del piano è quello di garantire entro il 2020 una connettività a banda ultralarga (100Mbps) ad almeno l'85 per cento della popolazione italiana per rispettare il 50 per cento di obiettivo definito dalla Ue. Tale livello di copertura dovrà coinvolgere le sedi Pa, scuole, aree di interesse economico o ad alta concentrazione demografica, ospedali, snodi logistici o industriali. La quota restante, il 15 per cento delle aree più remote, avrà invece una copertura a 30 Mbps;

nel piano si prevede che l'intervento pubblico abbia un ruolo sussidiario attraverso 4 modalità principali (diretto, *partnership* pubblico-privato, incentivo, ibrido), a seconda, anche, della struttura dell'area geografica di competenza. In particolare, emerge che solo il Cluster A, ossia quello delle maggiori 15 città italiane (15 per cento della popolazione nazionale), presenta il migliore rapporto costi-benefici e solo in tale area è più probabile che vi sia l'interesse degli operatori privati a investire. Il cosiddetto salto di qualità richiesto dalla normativa UE, ossia portare la velocità di collegamento da 30 a 100 Mbp entro il 2020, interesserà quindi solo il 15 per cento della popolazione nazionale (circa 9,4 milioni di persone);

l'unica città che già oggi gode di una copertura estensiva di servizi a banda ultralarga è Milano, dove l'intervento è stato realizzato dalla società infrastrutturale Metroweb;

Metroweb ha realizzato una rete passiva che affitta agli operatori. Noti sono i rapporti commerciali stabiliti con Fastweb, Telecom Italia e Vodafone nei quali Metroweb si configura come rete neutrale lasciando agli operatori la competizione sui servizi. Con gli stessi operatori Metroweb sta valutando la prospettiva di realizzare accordi al fine di costruire una rete neutrale almeno nelle aree del Paese a

maggiore intensità di traffico (aree urbane, distretti industriali);
con specifico riferimento alla *governance* degli investimenti nelle infrastrutture a banda ultra larga, rileva *in primis* l'attività di Infratel Italia, società *in-house* del Ministero dello sviluppo economico, soggetto attuatore del piano nazionale banda larga e progetto strategico banda ultra larga, nonché l'attività di coordinamento e programmazione delle risorse economiche comunitarie, svolta dal Dipartimento delle politiche di coesione del Ministero dello sviluppo economico;
sul fronte privato, le esperienze più interessanti a livello territoriale riguardano l'utilizzo di infrastrutture esistenti, anche non di tlc (Metroweb) e le iniziative di alcune amministrazioni locali. Le cosiddette "municipalizzate" sono un settore importante dal punto di vista degli investimenti infrastrutturali, in quanto nel tempo esse hanno costituito società di scopo per fornire la rete FFTC o FFTH, finendo, tra l'altro, per dare vita a monopoli locali. In altri contesti, le amministrazioni hanno concesso l'utilizzo di infrastrutture (canalizzazioni, pubblica illuminazione, condotte) a operatori privati, configurando monopoli privati, in ragione dell'esclusività d'uso delle suddette infrastrutture, che si riveleranno un ostacolo rilevante, nel medio-lungo periodo, all'utilizzo delle medesime infrastrutture da parte di altri operatori;
emerge con chiarezza dunque la necessità di definire un piano strategico nazionale che non sia incentrato solo su incentivi agli investimenti degli operatori, come delineato nel piano del Governo sulla banda ultra-larga, ma che muova verso la centralizzazione di un'operazione strategica per il futuro del Paese. La soluzione ideale sarebbe infatti lo sviluppo di infrastrutture da parte di un operatore puro, che separi le reti dai servizi, come accade per le arterie stradali, le ferrovie, l'elettricità e il gas;
l'operazione relativa alla rete elettrica nazionale di trasmissione dovrebbe costituire il modello di riferimento per la realizzazione della rete in fibra ottica. Occorrerebbe infatti replicare, per quanto compatibile, il cosiddetto "modello Terna", ossia favorire la nascita di una società terza a partecipazione statale che realizzi una infrastruttura passiva, alla quale trasferire la proprietà delle infrastrutture di rete realizzate direttamente o indirettamente (come nel caso delle opere delle municipalizzate) con risorse pubbliche, nonché prevedere che la medesima società sia partecipata dalle compagnie che hanno investito nella nuova rete, quali, ad esempio, Metroweb;
in tal modo si eviteranno duplicazioni di investimenti rispetto alle infrastrutture esistenti: a) riutilizzando ed integrando il più possibile quanto già disponibile sul territorio; b) impiegando tutte le tecnologie più moderne ed affidabili; c) aumentando nel tempo l'efficacia dell'investimento pubblico; d) permettendo l'utilizzo delle infrastrutture realizzate a tutti gli operatori interessati ed alla pubblica amministrazione, senza discriminazioni e a condizioni di equità;
solo in un simile ambito le imprese potranno aumentare le loro potenzialità di innovare e le organizzazioni pubbliche potranno contare sul coinvolgimento di cittadini con competenze digitali per offrire servizi sempre più avanzati,
impegna il Governo:
1) a riconoscere la realizzazione della rete a banda ultra-larga come un'esigenza prioritaria per la competitività dell'intero sistema economico, che necessita di un'attenta politica di investimenti pubblici;
2) ad assicurare che lo sviluppo delle nuove reti risponda effettivamente alle esigenze di connettività del Paese e consenta il pieno raggiungimento dell'inclusione digitale e sociale, attraverso l'impegno diretto nella costruzione dell'infrastruttura di banda ultra-larga e la realizzazione di un modello di *governance* che garantisca maggiore efficienza, sicurezza e assenza di ogni discriminazione di utenti o categorie di utenti;
3) nel rispetto dei principi di salvaguardia degli interessi pubblici e di autonomia imprenditoriale dei soggetti attualmente coinvolti nella realizzazione delle infrastrutture, a procedere alla creazione di una società a partecipazione statale maggioritaria, volta a promuovere la realizzazione e la completa unificazione della rete a banda ultra larga nazionale, anche attraverso la partecipazione di soggetti attualmente proprietari delle porzioni di rete passive;

4) a garantire l'effettiva mappatura in tempi certi dello *stock* di infrastrutture di banda larga e ultralarga presenti nel territorio nazionale, anche al fine di minimizzare l'impatto ambientale e i costi di implementazione, e ad adottare in tempi brevi le regole tecniche per la definizione del contenuto del sistema informativo nazionale federato delle infrastrutture di cui all'articolo 6-*bis* del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 novembre 2014, n. 164;
5) a dare seguito alle indicazioni contenute nel documento conclusivo dell'indagine conoscitiva di AGCM e AGCOM volte a definire un piano strategico nazionale per lo sviluppo delle infrastrutture di banda ultra-larga che, a partire dalla ricognizione delle infrastrutture esistenti, individui in maniera organica le aree di intervento, semplifichi le relazioni tra i diversi decisori coinvolti, concentri le risorse pubbliche in pochi e chiari obiettivi, e svolga una pianificazione degli interventi infrastrutturali da realizzare;
6) a garantire un maggiore coordinamento delle strutture ministeriali coinvolte nell'attuazione delle principali disposizioni in materia di Agenda digitale italiana, tenuto conto che il monitoraggio svolto nel mese di febbraio 2014 dalla Camera dei deputati, attestava come fossero stati adottati solo 17 dei 55 adempimenti previsti dalla normativa relativa all'Agenda digitale (regolamenti, decreti ministeriali, linee guida).
(1-00366)

Interpellanze

GIOVANARDI - *Ai Ministri dell'interno e della salute* - Premesso che a quanto risulta all'interpellante:
soltanto il 3 dicembre 2014 Lorena Morselli è stata definitivamente assolta dall'accusa di avere abusato dei 4 figli minorenni unitamente al marito Delfino Covezzi, deceduto nel 2013;
i 4 figli minorenni vennero sottratti ai coniugi Covezzi nel 1998 e da allora è stato loro impedito di avere qualsiasi contatto;
le accuse nei confronti dei coniugi Covezzi vennero raccolte da una giovane assistente sociale, Valeria Donati, dipendente dell'ASL di Mirandola (Modena);
da quel momento i figli, assieme ad altri 25 bambini della zona, risultano affidati dal servizio sociale del distretto di Mirandola e successivamente dal servizio minori dell'Unione comuni modenesi, area nord, al centro aiuto al bambino (CAB), "Cenacolo francescano" di Reggio Emilia;
in un convegno del 2008 intitolato il "Piacere dell'accoglienza" appare come relatrice la stessa assistente sociale, presentata come psicologa e psicoterapeuta nonché responsabile del centro aiuto al bambino di Reggio Emilia;
nel giugno 2011 l'Unione dei comuni Modena, area nord assieme all'ASL di Modena, distretto di Mirandola, ha stipulato una proroga biennale della convezione in vigore con il centro aiuto al bambino e ha fissato in 1.400 euro mensili la quota per i 2 minorenni ancora in carico al centro e in 700 euro mensili la quota per i 3 figli maggiorenni;
da un calcolo sommario risulterebbe che dal 1997, data indicata dai servizi sociali come inizio dei rapporti con il centro, sarebbero stati versati alla struttura parecchi milioni di euro,
si chiede di sapere:
se i dati citati corrispondano a verità;
come sia possibile che l'operatrice sociale che tramite colloqui con i bambini Covezzi (mai registrati) ha dato il via al calvario della famiglia, sia stata o sia ancora responsabile del centro aiuto al bambino di Reggio Emilia, nonché consulente del tribunale di Modena, in qualità di esperta di violenze;
se i Ministri in indirizzo non ritengano che con un piccola parte di denari pubblici "sprecati" per perseguire i Covezzi (compresa la costituzione di parte civile al processo nei loro confronti da parte dei Comuni modenesi dell'area nord) si sarebbe potuto fornire un supporto diretto alle famiglie in difficoltà, senza appiattirsi su ipotesi accusatorie prive di ogni fondamento.
(2-00229)

GIOVANARDI - *Al Ministro dei beni e delle attività culturali e del turismo* - Premesso che a quanto risulta all'interpellante:

EXPO 2015 ha deliberato uno stanziamento di 8 milioni e 415.000 euro a favore di una produzione del Cirque du Soleil di proprietà franco canadese;
l'intero stanziamento annuale del fondo unico per lo spettacolo per il settore del circo e dello spettacolo viaggiante ammonta per il 2014 a 5.281.000 euro;
l'ente nazionale circhi rappresenta più di 100 complessi circensi che tramandano e diffondono una cultura del circo famosa nel mondo,
si chiede di sapere quali iniziative di propria competenza il Ministro in indirizzo intenda urgentemente intraprendere affinché EXPO 2015 possa essere anche una vetrina delle eccellenze circensi italiane.
(2-00230)

GIOVANARDI - *Al Ministro dell'interno* - Premesso che, per quanto risulta all'interpellante:
con una decisione senza precedenti il Comune di Roma ha improvvisamente licenziato senza preavviso 40 ambulanti nell'imminenza delle festività 2014-2015, operanti nel periodo natalizio a piazza Navona;
si interrompe così una tradizione centenaria con la cancellazione nella storica piazza di ogni simbolo relativo al Natale, con la sopravvivenza soltanto di strutture da Luna Park e da un'invasione di venditori abusivi di merce contraffatta,
si chiede di sapere con quali iniziative di competenza il Ministro in indirizzo intenda intervenire per impedire l'invasione dei venditori abusivi e restituire ai romani e ai turisti, nel rispetto della legalità, il tradizionale, festoso mercatino di Natale e dell'Epifania.
(2-00231)

Interrogazioni

LAI - *Al Ministro dei beni e delle attività culturali e del turismo* - Premesso che è stato pubblicato sulla *Gazzetta Ufficiale*, serie generale, n. 274 del 25 novembre 2014 il decreto del Presidente del Consiglio dei ministri n. 171 del 2014 che reca il regolamento di organizzazione del Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo;
considerato che il provvedimento prevede una riorganizzazione generale, fortemente condizionata dalle politiche sulla *spending review* e con la conseguente riduzione della pianta organica;
evidenziato che sono stati disposti, tra l'altro, accorpamenti di uffici e declassamenti di organismi che avranno ripercussioni anche sull'organizzazione di tutto il sistema della regione Sardegna;
evidenziato altresì che, per quanto riguarda la Sardegna, è prevista, in particolare, l'individuazione di una sola Direzione regionale per i beni archeologici dislocata a Cagliari, che comporterebbe la soppressione di quella attuale di Sassari e Nuoro;
tenuto conto che nel nord Sardegna ed in particolare a Sassari operano professionalità ed eccellenze che hanno ottenuto risultati di grande prestigio, ad esempio nel restauro delle statue di Mont'e Prama;
ricordato che la Regione Sardegna ha avviato il percorso per l'istituzione del centro restauro di Li Punti (Sassari) e della scuola di alta formazione per il recupero e la conservazione dei beni culturali. A questo riguardo sono stati rimodulati i fondi POR e previsti i finanziamenti per rendere idonei i locali che ospiteranno sia il centro che la scuola;
sottolineato che si tratta di una grande opportunità per il territorio del nord Sardegna e per l'intera isola, visto e considerato che sia il centro restauro che la scuola di alta formazione si candidano a diventare un punto di riferimento, non solo nazionale, per tutti gli studenti e gli operatori del settore, con evidenti ricadute economiche ed anche dal punto di vista della formazione e dell'occupazione;
sottolineato inoltre che l'eventuale accorpamento in un'unica Direzione regionale dei beni archeologici con sede a Cagliari, non solo non creerebbe un vero e proprio risparmio, ma anzi comporterebbe un ingente spreco di denaro pubblico poiché, di fatto, bloccherebbe il percorso già avviato dalla Regione che individuava proprio a Sassari e nel nord dell'isola un polo di eccellenza per i beni archeologici,
si chiede di sapere:
se il Ministro in indirizzo ritenga opportuno rivedere quanto deciso riguardo alla riorganizzazione delle Direzioni regionali e delle Soprintendenze della Sardegna;
se ritenga necessario verificare e valutare quanto deciso dalla Regione Sardegna riguardo all'istituzione

del centro restauro di Li Punti e della scuola di alta formazione per il recupero e la conservazione dei beni culturali;
quale sia la sua valutazione in merito all'ipotesi di creare due distinti poli in Sardegna, uno dei beni architettonici con sede a Cagliari ed uno dei beni archeologici con sede a Sassari. Tutto ciò per valorizzare adeguatamente le professionalità maturate negli anni e per dare concretezza e maggiore impulso ad un progetto complessivo, quello relativo al centro e alla scuola, che darebbe prestigio e comporterebbe importanti ricadute per tutto il territorio della Sardegna.
(3-01506)

SCILIPOTI ISGRO' - *Al Ministro dell'interno* - Premesso che:
i vigili discontinui, o volontari, sono quei vigili del fuoco ex ausiliari che hanno effettuato il servizio di leva nel Corpo nazionale dei vigili del fuoco, oppure inscritti nei quadri provinciali discontinui dopo il superamento di un corso della durata di 120 ore presso le strutture periferiche del Corpo. I vigili discontinui effettuano mediamente da 20 a 160 giorni di servizio attivo l'anno (in periodi di 20 giorni rispettando la normale turnazione dei colleghi permanenti) rispetto a una normativa che ne consente fino ad un massimo di 180 giorni. Il loro impiego operativo ha un costo stimato in circa 70 milioni di euro all'anno (il 50 per cento in meno rispetto gli anni precedenti in conseguenza della congiuntura nazionale e delle disposizioni emanate dal Governo che tagliano a giudizio dell'interrogante in maniera indiscriminata i fondi per la sicurezza);
questi lavoratori (uomini e donne dai 18 ai 45 anni) hanno maturato una competenza tecnica e vengono impiegati giornalmente in tutte le sedi di servizio operative, lavorando sempre in prima linea con i colleghi permanenti per limitare la fortissima carenza di organico del Corpo e che limita fortemente il servizio di prevenzione, sicurezza e soccorso che il Corpo è deputato a svolgere su tutto il territorio nazionale in maniera ottimale mantenendo gli *standard* europei. I vigili discontinui, rappresentati dall'Associazione nazionale e dal comitato Precari del fuoco, combattono da anni per raggiungere una certezza economica. Sono persone che vivono il loro lavoro come una vera missione, mettendo a repentaglio la loro vita per salvare quella agli altri;
il Governo Prodi, nel 2007, varò una normativa con lo scopo di stabilizzare il precariato nel pubblico impiego (art. 3, comma 90, della legge n. 244 del 2007, legge finanziaria per il 2008);
purtroppo per i vigili del fuoco una norma inserita nella legge di stabilità per il 2015, in discussione nelle aule parlamentari, sembra penalizzare proprio il personale anziano (che negli anni aveva maturato professionalità con un numero di richiami importanti), in favore invece di quel personale giovane, magari senza avere effettuato il servizio di leva nei vigili del fuoco e con soli 120 giorni di richiamo nell'ultimo quinquennio. Infatti, la procedura applicativa ha consentito l'assunzione di circa 3.000 ex discontinui, molti dei quali giovani e con poca esperienza, lasciando al palo ragazzi e ragazze che hanno sulle spalle oltre 500 giorni di servizio attivo e che hanno superato il limite di età per la partecipazione ai concorsi per l'accesso al ruolo di vigile del fuoco fissata in 37 anni oppure perché i comandi provinciali nel quinquennio 2002-2007 avevano effettuato un solo richiamo l'anno per i vigili discontinui, così da non poter arrivare al requisito minimo dei 120 giorni, ma in verità in possesso di oltre 1.000 giorni nel periodo antecedente;
la stabilizzazione non è un concorso ma è una procedura di consolidamento del rapporto di lavoro. Inoltre, il regolamento che norma e salvaguarda i criteri di accesso per il servizio volontario discontinuo nel Corpo prevede che possono partecipare alle selezioni e pertanto possono essere iscritti nei quadri volontari previo superamento di un corso di formazione della durata di 120 ore, i cittadini (uomini e donne) di età compresa fra i 18 e i 45 anni. Pertanto, la realtà stride con la norma applicata secondo la quale si è idonei ad effettuare il servizio discontinuo fino a 45 anni e anche oltre, ma non è permesso partecipare ad una procedura selettiva al personale che ha superato i 37 anni di età. A tutti deve essere garantita una pari opportunità ed è appunto questo il fine e l'obiettivo che si prefigge l'Associazione nazionale discontinui e il comitato Precari vigili del fuoco;
è possibile trovare concorsi senza alcun limite di età, precisamente in una legge specifica, legge 31 marzo 2004, n. 87, recante "Conversione in legge, con modificazioni, del decreto-legge 30 gennaio

2004, n. 24, recante disposizioni urgenti concernenti il personale del Corpo nazionale dei vigili del fuoco, nonché in materia di accise sui tabacchi lavorati" (pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* n. 78 del 2 aprile 2004), e in particolare per Lipari il limite di età venne abrogato, poiché i partecipanti erano vigili discontinui, oppure il concorso straordinario a 25 posti nella qualifica di vigile del fuoco, riservato al personale in possesso dell'abilitazione di cui all'art. 3 della legge 23 dicembre 1980, n. 930, per la società operante presso lo scalo aeroportuale di Cuneo Levaldigi bandito nel 2006, anche questo senza limiti di età. Ancora, nella sentenza registro generale n. 486 del 2008 del T.A.R. Lazio, sezione staccata di Latina, si evince che l'elevazione del limite di età e l'applicazione dei principi generali, qui non limitati, derivanti dalle ulteriori elevazioni nei casi stabiliti dalla legge, trovano fondamento nelle seguenti considerazioni: con la stabilizzazione il legislatore ha inteso tutelare le posizioni di quei lavoratori precari che già hanno prestato la loro attività lavorativa a tempo determinato presso la stessa pubblica amministrazione e, pertanto, sono in possesso di adeguata professionalità. D'altra parte si è inteso favorire una quanto più estesa partecipazione del personale cosiddetto precario alle procedure selettive di stabilizzazione,

si chiede di sapere:

se il Ministro in indirizzo intenda trovare una soluzione adeguata per questi lavoratori che hanno servito lo Stato per lenire la carenza cronica di personale anche in altre amministrazioni;

se non intenda necessario verificare la possibilità di assumere tutti i soggetti interessati con un programma a lungo termine;

se non ritenga necessario valutare la possibilità di transito all'interno del Corpo di personale non operativo (coloro che dovessero essere dichiarati non idonei ad espletare il servizio da pompiere, possono essere tutelati e considerati attraverso l'assunzione nel supporto tecnico, correlato all'attività di soccorso e per cui non è necessario avere il limite di età di 37 anni per la funzionalità del servizio);

se non ritenga opportuno valutare l'ipotesi di assumere personale non operativo all'interno dei comandi provinciali, da utilizzare, ad esempio, per la manutenzione dei mezzi, che oggi invece è affidata ad aziende esterne con relativi costi esorbitanti per le casse statali; per la manutenzione ordinaria dei presidi: muratori, idraulici, elettricisti, eccetera. Queste figure, oltre a garantire un enorme risparmio, ridurrebbero notevolmente i tempi di attesa per la manutenzione.

(3-01507)

FILIPPI - *Al Ministro delle infrastrutture e dei trasporti* - Premesso che, per quanto risulta all'interrogante:

sin dai primi anni '90 ENAV aveva compiuto una scelta strategica rispetto al *know how* del *software* operativo attinente all'ATM (air traffic management) basata su due direttive: essere indipendente quale "*prime provider* di servizi di controllo aereo" nella ricerca e produzione di tali *software* e *hardware* interconnessi e ottenere, tenuto conto del clima internazionale in tema di potenziali attentati terroristici, dei sistemi operativi in grado di respingere tali eventualità congiuntamente alle autorità di Governo preposte istituzionalmente a tale missione;

la strategia di ricercare un'indipendenza nel settore del *software* applicativo, oltre al requisito di sicurezza, era basata anche, elemento questo non meno rilevante, sulla necessità di procedere ad uno sviluppo dei sistemi ATM civili che fosse coerente con le politiche stabilite da Eurocontrol per l'Europa e che consentisse, nel contempo, un cospicuo ritorno economico per la nazione;

tale strategia, oltre a qualificare lo specifico contributo di ricerca e sviluppo, consentiva a ENAV di essere riconosciuta da Eurocontrol come il migliore *provider* europeo e di essere designata quale "*prime*" nel progetto Sesar, per la realizzazione di un sistema di controllo unico ed integrato nel settore Europa;

dal 2011, con la nomina di Massimo Garbini come amministratore unico, ENAV ha modificato la precedente strategia societaria che aveva privilegiato investimenti nei settori di ricerca italiani anche tramite aziende non collegate organicamente al sistema pubblico di Finmeccanica. Con il nuovo indirizzo industriale, e con le conseguenti nomine di nuovi dirigenti, si è difatti verificata una progressiva svendita dei sottosistemi dell'ATM Italia a favore di prodotti esteri apparentemente

equivalenti, ma in realtà tecnologicamente inferiori; basti citare la sostituzione del sistema Satcas;
ne è derivato un travaso di tecnologia estera di qualità inferiore, il più delle volte incompatibile, se non a prezzo di ulteriori interventi costosi, per renderla omogenea all'intera architettura tecnica del sistema ATM italiano;
un'eccezione a tale scelta è stata rappresentata dalla IDS SpA, azienda con marcati interessi in campo internazionale con sedi in Gran Bretagna, Canada, Stati Uniti, Brasile ed Australia, che dagli anni '80 fino ai tempi attuali è stata punto di riferimento costante di sistemi della Selex sistemi integrati (ex Alenia) del gruppo Finmeccanica, per l'esecuzione di progetti che, poi, con un ricarico medio del 300 per cento quest'ultima rivendeva ad ENAV come proprio elaborato. Sebbene IDS SpA concorresse con società equipollenti operanti in campo internazionale, queste altre erano ritenute inaffidabili nello svolgimento delle medesime prestazioni;
è da ricordare, al riguardo, che, cessata la carica di amministratore unico di ENAV, Massimo Garbini è divenuto, sebbene per un breve periodo, vice presidente dell'IDS SpA;
nello stesso tempo, è invalsa in ENAV la pratica di affidare contratti di svariati milioni di euro a trattativa privata. In più occasioni, per esempio, la controllata Techno-Sky ha negoziato a favore di ENAV, con procedura diretta, contratti estranei al proprio oggetto sociale (manutenzione), impedendo ad aziende italiane, pur qualificate, di proporre il proprio prodotto in vece di quello estero;
inspiegabile è apparsa la scelta dell'amministratore unico di partecipare al progetto "Aireon", svincolato da Eurocontrol, Galileo e Sesar e riguardante interessi della Gran Bretagna e degli Stati Uniti (Iridium rete satellitare controllata dalla NSA) nonché, sotto il profilo del controllo aereo, di Nav-Canada (equivalente di ENAV). È utile ricordare che Aireon riguarda le rotte polari e nord oceaniche, che non attengono ai compiti statutari di ENAV né a quelli di sorveglianza Mediterraneo affidati allo stesso ente;
anche le iniziative poste in atto dal responsabile delle strategie internazionali parrebbero essere state assai onerose e non giustificabili a causa dei relativi tempi di realizzazione. Tra queste vanno considerate: l'introduzione di uno strumento per il rilevamento dei conflitti a medio termine (MTCD); l'introduzione di uno strumento per la gestione automatica degli arrivi (AMAN); la sostituzione del già collaudato sottosistema di fusione di dati *radar* (MSF) operativo nei sistemi ENAV prodotto da Selex-ES con un equivalente sviluppato dall'ANSP tedesco (DFS); la fornitura di un sistema sviluppato dal ANSP canadese (Nav-Canada) per rinnovare la piattaforma di torre, sostituendo, anche in questo caso, sistemi già presenti e funzionanti. Peraltro, non è dato sapere se, trattandosi di partecipazioni in società e/o partecipazioni a titolo oneroso, siano state ottenute le relative autorizzazioni previste dai dicasteri delle infrastrutture e dei trasporti quale organo vigilante e dell'economia e delle finanze quale azionista unico, che congiuntamente con i prescritti decreti ministeriali devono esprimere il proprio motivato assenso;
di difficile comprensione, appare, altresì, la politica di gestione delle risorse umane, ove una serie di coincidenze parrebbe denotare una predilezione all'assunzione di persone legate da rapporti di parentela;
l'infrastruttura ENAV è ancora tra le realtà più significative in Europa, ma gli elementi descritti fanno dubitare della sua capacità di mantenere, nel tempo, un profilo di qualità, date le scelte compiute, a giudizio dell'interrogante, incomprensibili e ingestibili sul piano sia economico che tecnico,
si chiede di sapere:
quali siano le informazioni e le valutazioni del Ministro in indirizzo in ordine ai fatti descritti e, più ampiamente, in relazione alla gestione di ENAV nel triennio di amministrazione unica affidata a Massimo Gardini;
se e quali iniziative di competenza intenda intraprendere al fine di assicurare che la politica industriale di ENAV sia sviluppata in linea con Eurocontrol, nel rispetto delle normative nazionali e in piena legalità delle scelte di organizzazione e di investimento.
(3-01508)
LUMIA - *Al Ministro della giustizia* - Premesso che:

l'art. 41-*bis* della legge n. 354 del 1975, meglio conosciuto come "regime di carcere duro", costituisce una misura indispensabile nella lotta alle mafie, perché interrompe il flusso di comunicazione tra i *boss* mafiosi detenuti in carcere e l'esterno. I *boss*, infatti, considerano il carcere un luogo da controllare e da cui poter continuare ad impartire ordini all'organizzazione e non un ambiente nel quale espiare le loro colpe ed avviare un processo di rieducazione e di recupero;
l'intuizione di Giovanni Falcone nel superare il modello del "*grande hotel*", così chiamato dallo stesso magistrato il carcere dell'Ucciardone di Palermo, si è rivelata fondata e di estrema attualità;
sono innumerevoli le denunce delle varie procure antimafia italiane di tentativi di aggiramento del 41-*bis* a cui si è cercato, sul piano legislativo, di dare una risposta, migliorando il sistema di sicurezza previsto dall'articolo senza ledere i diritti umani dei detenuti sottoposti a tale regime. Ma bisogna sempre tenere alta l'attenzione, migliorare e vigilare affinché il 41-*bis* venga correttamente applicato e non diventi, paradossalmente, un'occasione per costruire spazi privilegiati per i detenuti mafiosi rispetto ai detenuti ordinari che vivono, spesso, in condizioni di estrema difficoltà e disagio;
parallelemente al 41-*bis*, all'interno di molte carceri italiane, vige il circuito dell'"alta sicurezza" al quale sono destinati soggetti estremamente pericolosi. Si tratta di condannati per reati di tipo associativo, come mafia e traffico di droga, e molti di loro sono esponenti di primo piano delle varie organizzazioni mafiose, spesso provenienti dal regime di cui all'art. 41-*bis* dell'ordinamento penitenziario a seguito di revoca e, quindi, già ritenuti organicamente inseriti al vertice delle associazioni mafiose;
si tratta, pertanto, di soggetti da non sottovalutare per le attitudini criminali a mantenere collegamenti esterni e per la capacità di utilizzare, anche, la declassificazione del regime del carcere duro di cui all'art. 41-*bis* dell'ordinamento penitenziario come un'ostentata "vittoria", nonché come una condizione di vita privilegiata rispetto al resto della popolazione carceraria;
dal servizio mandato in onda il 30 novembre 2014 dalla trasmissione televisiva "Report" su Rai3 si apprende che nel carcere di Secondigliano (Napoli) sono detenuti più di 1.300 soggetti. Di questi sembrerebbe che soltanto 6 o 7 coltivino l'orto dell'istituto penitenziario. Si tratta di detenuti sottoposti al trattamento di "alta sicurezza", per lo più ergastolani che provengono dalla criminalità organizzata come mafia, 'ndrangheta, sacra corona unita e che, in passato, sono stati sottoposti al regime del 41-*bis* . Tra di loro figurano, a quanto risulta all'interrogante, Gaetano Pennisi ex reggente del *clan* di Acireale legato alla famiglia mafiosa dei Santapaola, il *boss* catanese Concetto Bonaccorsi legato al vertice dell'omonimo *clan*, Raffaele Galatolo storico *boss* dell'Acquasanta di Palermo, Alfonso Molinetti legato alle cosche di Reggio Calabria, Santo Asciutto dell'omonima cosca di Taurianova e Salvatore Buccarella uno dei capi storici della sacra corona unita,
si chiede di sapere:
quali siano i motivi che hanno portato alla scelta delle persone citate tra i circa 1.000 detenuti non lavoratori che vivono in condizioni di estrema emarginazione, per coltivare il tenimento agricolo della casa circondariale di Secondigliano;
se il Ministro in indirizzo intenda intervenire con appositi provvedimenti di competenza al fine di evitare che a detenuti di questo calibro possano essere fatte simili concessioni.
(3-01509)
SERRA, PAGLINI, PUGLIA, CATALFO, SCIBONA, CIOFFI, MARTON, SANTANGELO, MANGILI, MORRA, DONNO, LEZZI, MORONESE - *Al Ministro delle infrastrutture e dei trasporti*
- Premesso che:
la compagnia di navigazione "Tirrenia", avente oggi la denominazione ufficiale di compagnia italiana di navigazione (CIN), è una società di navigazione *leader* nel settore dei trasporti marittimi che, per l'effetto della convenzione sottoscritta con lo Stato italiano, è titolare del servizio pubblico di collegamento con le grandi isole, fra cui la Sardegna, oltre alla Sicilia e alle isole Tremiti. Le tariffe in convenzione prevedono riduzioni del prezzo del biglietto per i nati e residenti in Sardegna e per i residenti in Sicilia;
Tirrenia collega, con navi merci e passeggeri, importanti porti italiani e del Mediterraneo durante tutto

l'arco dell'anno; collega la Sardegna da Genova per Porto Torres e Olbia, da Civitavecchia per Olbia e Cagliari e da Napoli per Cagliari; unisce la Sardegna e la Sicilia con le linee Cagliari-Palermo e Cagliari-Trapani; gestisce unità tutto merci con la Sardegna e la Sicilia, e la linea Livorno-Cagliari opera dal Tirreno verso la Sardegna, mentre la linea Ravenna-Catania unisce l'Adriatico alla Sicilia;
la compagnia di navigazione, per soddisfare al meglio le esigenze dei clienti e per garantire un viaggio all'insegna del *relax* e del divertimento, dedica particolare attenzione alle tariffe e all'intrattenimento. I migliori prezzi per tutto l'anno, speciali promozioni, accoglienza, varietà e qualità dei servizi, assistenza continua del personale, rappresentano l'identità e i valori di Tirrenia. I nuovi servizi di bordo di Tirrenia sono pensati in base alle esigenze del singolo periodo e della differente clientela, in maniera da poter offrire un servizio che rimanga competitivo nei diversi periodi dell'anno;
considerato che:
risulta agli interroganti che nell'ambito del calendario delle corse di navigazione dei periodi autunnale ed invernale 2014-2015, fra i porti di Cagliari e di Civitavecchia, siano state previste forti limitazioni del suddetto collegamento marittimo, con la previsione che dal giorno 15 ottobre 2014 al 18 dicembre 2014 le corse siano svolte esclusivamente nei giorni di lunedì, mercoledì e venerdì, mentre dal 12 al 31 gennaio 2015 le corse saranno limitate ai giorni di martedì, giovedì e sabato. Inoltre per alcune corse da Cagliari per Civitavecchia è prevista la sosta intermedia al porto di Arbatax, sopprimendo la relativa corsa diretta con il continente, con relativo allungamento dei tempi di percorrenza di circa 3 ore;
a parere degli interroganti tali limitazioni ed allungamenti dei collegamenti marittimi fra il capoluogo regionale sardo e il continente costituiscono un grave nocumento al principio del collegamento giornaliero e della continuità dei collegamenti fra l'isola ed il continente,
si chiede di sapere:
se il Ministro in indirizzo sia a conoscenza dei fatti esposti in premessa;
se non ritenga di doversi attivare presso la Tirrenia, compagnia italiana di navigazione, al fine di assicurare il ripristino della continuità dei collegamenti giornalieri, anche nel periodo autunnale - invernale, fra il capoluogo regionale sardo ed il porto di Civitavecchia nel continente, senza allungamenti di percorrenza causati dalle soste intermedie effettuate in altri porti dell'isola.
(3-01511)

BISINELLA - *Al Ministro della salute* - Premesso che:
il nomenclatore tariffario è il documento emanato e periodicamente aggiornato dal Ministero della salute che stabilisce la tipologia e le modalità di fornitura di protesi e ausili a carico del servizio sanitario nazionale;
il nomenclatore tariffario attualmente in vigore è quello stabilito dal decreto ministeriale n. 332 del 27 agosto 1999, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* del 27 settembre 1999, dal titolo: "Regolamento recante norme per le prestazioni di assistenza protesica erogabili nell'ambito del Servizio sanitario nazionale: modalità di erogazione e tariffe";
il servizio sanitario nazionale dovrebbe garantire alle persone riconosciute invalide o in attesa di riconoscimento dell'invalidità le prestazioni sanitarie che comportano l'erogazione di protesi, ortesi ed ausili tecnologici nell'ambito di un progetto riabilitativo individuale volto alla prevenzione, alla correzione o alla compensazione di menomazioni o disabilità funzionali conseguenti a patologie o lesioni, al potenziamento delle abilità residue nonché alla promozione dell'autonomia dell'assistito;
il decreto ministeriale citato individua nel dettaglio le categorie di persone che hanno diritto all'assistenza protesica, le prestazioni che comportano l'erogazione dei dispositivi riportati negli elenchi 1, 2 e 3 del nomenclatore tariffario e le modalità di erogazione;
i problemi del nomenclatore sono tutti riconducibili al suo mancato aggiornamento, ovvero al fatto che da ben 14 anni riporta le medesime tipologie di protesi e ausili, con relativi prezzi. È chiaro che quello che poteva essere all'avanguardia nel 1999 al giorno d'oggi possa essere considerato assolutamente superato. Ma sul fronte nomenclatore tariffario, le parti chiamate in causa non sono solo quelle degli utenti: a essere interessato da questo blocco è un intero comparto, che comprende anche rivenditori e

produttori, oltre che lo stesso Stato;
il nomenclatore tariffario dalla parte dell'utente stabilisce quali ausili possano essere erogati al disabile che abbia la prescrizione da parte di un medico specialista che attesti la necessità di quello strumento (decreto ministeriale n. 332 del 1999 art. 4, comma 2), ma un documento redatto 14 anni fa include necessariamente ausili che al giorno d'oggi possono essere, se non obsoleti, quantomeno superati;
se un paziente necessita di una carrozzina "fruibile" (carrozzina che sarà quella che il medico prescrittore avrà valutato come necessaria alle esigenze), sarà costretto a pagare di tasca propria la differenza di costo rispetto alla tariffa prevista per quell'ausilio dal nomenclatore. È una scelta che non tutti, economicamente parlando, possono prendersi il lusso di sostenere;
se i primi ad essere evidentemente interessati dal mancato aggiornamento del nomenclatore sono, necessariamente, i disabili, è tutto il comparto a essere interessato. Per quanto riguarda i produttori, dal 1999 ad oggi le voci di produzione per il settore hanno visto un aumento nei capitoli di spesa (costo del lavoro, costo delle materie prime, costo dei componenti delle protesi, costo per la sicurezza, costi ambientali e medici per il personale); sono rimasti fermi invece i prezzi: quando ad acquistare è il servizio sanitario nazionale, il prezzo di riferimento è, appunto, quello del nomenclatore tariffario;
il nomenclatore riporta codici generici e specifici per le varie esigenze (del 1999), caratteristiche e relativo prezzo dell'ausilio e della protesi. Quindi il SSN paga al rivenditore al quale un utente si rivolge esattamente il prezzo corrispondente al codice al quale è ricondotto quel dato ausilio. Questo significa che non ha importanza che tipo di modello specifico di carrozzina si scelga, e non ha importanza neppure quanto costi al rivenditore: il SSN rimborserà esattamente la cifra corrispondente a quel codice. Di conseguenza nei casi in cui il prodotto costi meno rispetto al 1999 (è il caso di alcune carrozzine pieghevoli semplici, ad esempio, il cui prezzo è diminuito grazie a industrializzazione del prodotto e abbattimento dei costi che ha ridotto il prezzo del l'ausilio), la Asl va incontro ad un esborso di denaro maggiore. Si stima, secondo calcoli di stampa, che l'aggiornamento del tariffario, per il comparto di massa, quello che comprende carrozzine e montascale, consentirebbe un risparmio enorme: "Un ribasso del 70 per cento per molti ausili", afferma Maria Teresa Agati, presidente autorevole del centro studi e ricerche ausili tecnici per persone disabili di Federvarie-Confindustria;
un intervento, se da un lato deve tenere conto della necessità di ottimizzazione e trasparenza sul fronte della spesa e degli sprechi (ad esempio attraverso il ricorso a pubblici bandi di fornitura), dall'altro non può negare il fondamentale aspetto della efficacia dei dispositivi che per essere tali devono rispondere alle specifiche esigenze di chi ne ha bisogno;
il provvedimento di aggiornamento deve prendere in considerazione tutte le conseguenze possibili al fine di ridurre i costi per i pazienti, *in primis* evitando che per la fretta, si demandi alle ASL la soluzione di quello che compete al Ministero (la definizione delle tariffe o "costi standard" per ogni tipologia di ausilio), imponendo gare d'appalto con tutte le conseguenze infauste: impossibilità per l'assistito di scegliere l'ausilio più idoneo, individuato previe valutazioni tecniche di diversi ausili e dopo prove sul paziente del dispositivo e degli accessori; difformità di assistenza tra le diverse ASL (in un'ASL può vincere un certo modello, in un'altra un modello con diverse caratteristiche, con un prezzo ed un valore inferiore),
si chiede di sapere:
se il Ministro in indirizzo non ritenga assolutamente indifferibile provvedere non solo all'aggiornamento, ma al completo ripensamento del nomenclatore tariffario in vigore in Italia dal 1999, considerando quanto sia necessario a chi, sulla sua base, si vede fornire dal SSN strumenti per la propria vita quotidiana, per il movimento, per la comunicazione, per tutto ciò che comporta una vita dignitosa;
quali misure, nell'ambito delle proprie competenze, intenda adottare al fine di evitare che si creino distorsioni nella fornitura di tali servizi e disparità di trattamento tra i cittadini.
(3-01512)
ALBANO, BORIOLI, FAVERO, PAGLIARI, PUPPATO - *Al Ministro dell'interno* - Premesso che:
in data 3 febbraio 2010 tra l'allora amministratore delegato di UniCredit SpA, Alessandro Profumo e il

capo della Polizia Antonio Manganelli fu siglato un accordo per la protezione dei servizi *online* della medesima banca. Questo accordo, tuttora in essere, è indirizzato a 2 ambiti di intervento specifici quali la prevenzione e il contrasto dei crimini informatici che potrebbero essere stati commessi nel confronti dell'istituto di credito;

l'accordo ha reso operativa sia una collaborazione, sia uno scambio di informazioni e dati tra le strutture informatiche del gruppo bancario e il Cnaipic (Centro nazionale anticrimine informatico per la protezione delle infrastrutture critiche) del servizio di Polizia postale e delle comunicazioni del Ministero dell'interno per la prevenzione ed il contrasto dei crimini informatici sui servizi ed i sistemi di *home banking* e di utilizzo della moneta elettronica;

considerato che:

l'11 ottobre 2012 nella sede di via Lata di Unicredit SpA si è svolta una conferenza stampa in cui veniva presentato il progetto di formazione "Occhio alla truff@: basta poco per navigare in sicurezza" sempre in collaborazione con la Polizia postale e delle comunicazioni finalizzato a sensibilizzare la propria clientela sui rischi connessi all'uso del *web* e alle cautele da adottare per operare in tutta sicurezza su *internet*. In quell'occasione in vari comunicati stampa si leggeva "La collaborazione tra istituzioni e privati è fondamentale per contrastare la criminalità che opera attraverso la rete - ha sottolineato Antonio Apruzzese, direttore della Polizia postale e delle comunicazioni -. Il dipartimento della pubblica sicurezza da diversi anni si sta ispirando ad un modello di sicurezza partecipata e l'iniziativa avviata con UniCredit ne è un esempio concreto. La Polizia Postale è in prima linea nell'attività di contrasto della criminalità informatica e nella difesa dei valori costituzionali della segretezza della corrispondenza e della libertà di ogni forma di comunicazione";

considerato che:

in un'inchiesta condotta da "l'Espresso", pubblicata il 28 maggio 2013, risulta che la Polizia postale monitora, sottoscrivendo specifiche convenzioni, molte aziende partecipate dallo Stato che gestiscono servizi fondamentali, come la rete elettrica di Terna, il controllo del traffico aereo di Enav, i dati sulle auto di Automobile *club* d'Italia, la telefonia di Vodafone e Telecom, i treni di Ferrovie dello Stato, la Consob con le quotazioni di Borsa e Banca d'Italia, la Rai e, prima tra le banche, UniCredit SpA;

da quel momento sono stati stipulati altri accordi di controllo e sicurezza con differenti gruppi bancari, come banca Sella nell'ottobre del 2011, e la Cassa di risparmio di Genova ed Imperia nel novembre 2011, per fare solo alcuni esempi;

il 28 ottobre 2013 è stato presentato il progetto "Of2cen" (On-line fraud cyber centre and expert network) finanziato dall'Unione europea e per la prevenzione e la lotta contro le minacce informatiche rivolte ai servizi bancari *online* e ai meccanismi di gestione del denaro. I *partner* del progetto sono Abi Lab, Booz & Company, Global cyber security center, General inspector of romanian police, National crime agency ed infine come unico gruppo bancario UniCredit SpA;

il 12 marzo 2014 sulla rivista UniNews "UniCredit Magazine" Pierluigi Carbone e Remo Marini parlano specificatamente di come il gruppo bancario sia stato individuato quale "infrastruttura critica informatica di interesse nazionale", che ha consentito di attivare una collaborazione con il CNAIPIC, istituito presso il Ministero dell'interno, servizio Polizia delle comunicazioni,

si chiede di sapere:

se il Ministro in indirizzo sia a conoscenza che, dalle informazioni di pubblico dominio, il gruppo bancario UniCredit SpA risulta essere l'unico istituto bancario che usufruisce del monitoraggio 24 ore su 24 da parte del Centro nazionale anticrimine informatico protezione infrastrutture critiche (CNAIPIC);

in tale caso, se abbia attentamente valutato che il monitoraggio di UniCredit, o anche solo di una minima parte delle banche operanti sul territorio nazionale, potrebbe svantaggiare sia gli istituti bancari che hanno stipulato semplici accordi con la Polizia di Stato, sia gli istituti di credito dotati di un proprio centro di controllo dei dati informatici, risultando di fatto meno tutelati sul piano della sicurezza *online*;

se intenda adottare iniziative di competenza finalizzate ad ampliare il monitoraggio da parte del Centro

nazionale anticrimine informatico protezione infrastrutture critiche (CNAIPIC) a tutti gli istituti bancari italiani in modo tale da non creare disparità di trattamento degli utenti finali.
(3-01513)
IDEM, ALBANO, BERTUZZI, BORIOLI, CALEO, CARDINALI, CASSON, CIRINNA', COLLINA , CUCCA, CUOMO, D'ADDA, FAVERO, FEDELI, Elena FERRARA, FORNARO, GIACOBBE, GOTOR, GUERRIERI PALEOTTI, LAI, MATTESINI, PAGLIARI, PEGORER, PEZZOPANE, PUPPATO, RICCHIUTI, SAGGESE, SCALIA, SOLLO, SPILABOTTE, RANUCCI, VACCARI, VERDUCCI, ZANONI, ANITORI, BATTISTA, BIANCONI, CONTE, DE PIN, DI GIACOMO, LANIECE, ORELLANA, PERRONE, Maurizio ROMANI, ROMANO, VILLARI - *Al Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca* - Premesso che:
"Sport di Classe" è un progetto per promuovere l'educazione fisica fin dalla scuola primaria e favorire i processi educativi e formativi delle giovani generazioni, nato con l'accordo tra Ministero dell'istruzione, università e ricerca, comitato olimpico nazionale italiano (CONI) e Presidenza del Consiglio dei ministri, Dipartimento per gli affari regionali, le autonomie e lo sport, nonché con il sostegno del comitato italiano paralimpico e di diverse Regioni ed enti locali;
il progetto "Sport di Classe" rappresenta un'evoluzione dell'esperienza realizzata, in precedenza, attraverso il programma sperimentale di alfabetizzazione motoria e prevede un modello operativo che consente la partecipazione di tutte le scuole primarie nazionali che desiderino associarsi all'iniziativa;
nella nota del Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca n. 6263 del 3 novembre 2014, avente ad oggetto il progetto "Sport di Classe" per l'anno scolastico 2014/2015, si elencano le caratteristiche generali del progetto, ovvero: coinvolgimento di tutte le classi 3e, 4e, 5e delle Istituzioni scolastiche ed educative sedi di scuola primaria per l'anno scolastico 2014/15 a partire da dicembre 2014; insegnamento dell'educazione fisica per due ore settimanali impartite dall'insegnante titolare della classe; inserimento della figura del "Tutor Sportivo Scolastico" all'interno del Centro Sportivo Scolastico per la scuola primaria; piano di informazione/formazione iniziale ed in itinere dell'insegnante titolare della classe; realizzazione di attività che prevedono percorsi d'integrazione degli alunni con "Bisogni Educativi Speciali (BES); realizzazione dei Giochi invernali e dei Giochi di fine anno scolastico; coinvolgimento delle Regioni e degli Enti Locali per possibili implementazioni del progetto e l'estensione anche alle classi prime e seconde;
considerato che il decreto legislativo 8 maggio 1998, n. 178, recante "Trasformazione degli Istituti superiori di educazione fisica e istituzione di facoltà e di corsi di laurea e di diploma in scienze motorie, a norma dell'articolo 17, comma 115, della legge 15 maggio 1997, n. 127" ha disciplinato la trasformazione degli Isef (Istituti superiori di educazione fisica) e l'istituzione dei corsi di laurea e di diploma in scienze motorie;
valutato che:
il progetto "Sport di classe", piuttosto che una soluzione definitiva alla questione strutturale della mancanza di alfabetizzazione motoria nelle scuole del nostro Paese, rischia di essere a giudizio degli interroganti un rimedio temporaneo al "precariato" del settore formativo e, pertanto, di non dar risposta alle reali esigenze occupazionali;
sul sito *web* "La Buona Scuola", piano proposto dal Governo per la riforma del sistema di istruzione e formazione, si legge che il progetto "Sport di classe" sarà funzionale a portare "più sport tra i banchi, tutor che affiancano gli insegnanti, un'attenzione particolare agli alunni con disabilità, maggiore formazione per i docenti", con l'obiettivo delle istituzioni promotrici di "potenziare l'attività sportiva in aula, in particolare nella primaria, così come prevede anche il Piano de La Buona Scuola";
sebbene la necessità di immettere all'interno delle scuole la figura di un esperto di educazione motoria sia dunque riconosciuta dallo stesso progetto, tuttavia, l'inserimento di tale professionalità, con il compito di fornire supporto organizzativo, metodologico e didattico secondo linee programmatiche definite, è privo dei caratteri della permanenza e della stabilità;
infatti la nota n. 6263 del Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca stabilisce che l'attività per i *tutor*, individuati tramite selezione pubblica, "si concluderà entro il 30 giugno 2015";

il corrispettivo annuo indicato all'interno dell'avviso pubblico per candidature a "*Tutor* Sportivo Scolastico" non appare assolutamente congruo, né in riferimento alla professionalità di laureati in scienze motorie (sia nell'ordinamento vigente che previgente e di diplomati Isef), né alla richiesta di disponibilità per lo svolgimento dell'incarico sia in orario antimeridiano che pomeridiano; pertanto, si rischia di sminuire, non da ultimo anche in termini economici, la professionalità e le competenze acquisite dai soggetti aventi i requisiti per svolgere il ruolo richiesto;

inoltre la sentenza del 26 novembre 2014 della terza sezione della Corte di giustizia europea, nelle cause riunite C-22/13, C-61/13, C-63/13 e C-418/13 in merito al precariato pubblico, ha sancito l'incompatibilità della normativa italiana in tema di contratti a termine nella pubblica amministrazione con le regole europee;

la Corte di giustizia europea ha argomentato in diversi punti della sentenza che il rinnovo di contratti di lavoro o di rapporti di lavoro a tempo determinato per il soddisfacimento di esigenze di carattere non provvisorio, ma permanente e durevole, non può giustificarsi in base alle regole europee, al di là di ragioni obiettive reali e non ipotetiche; inoltre, la Corte ha affermato che la normativa nazionale non può prevedere l'assenza di qualsiasi misura di prevenzione del ricorso abusivo a una successione di contratti di lavoro a tempo determinato, né essere esente dall'osservanza dell'obbligo di prevedere una misura adeguata per sanzionarne debitamente il ricorso abusivo;

considerato inoltre che:

bisogna riconoscere la funzionale sociale, educativa e di promozione di valori che l'attività sportiva svolge in generale e all'interno delle scuole, in particolare nelle classi elementari dove è maggiore l'esigenza di creare le basi per una reale 'cultura sportiva' delle nuove generazioni;

il progetto "Sport di Classe" non riguarda, se non in forma residuale, le classi 1ª e 2ª elementare, anche se è proprio in tale fascia d'età che l'attività motoria è maggiormente connessa all'insegnamento della scrittura, della matematica o, più in generale, influisce più efficacemente sui livelli di concentrazione e attenzione dei bambini; il movimento, anche all'interno delle aule, è peraltro benefico nei casi dei disturbi specifici dell'apprendimento (dislessia, disgrafia, discalculia, disortografia, disturbo specifico della compitazione) degli alunni;

lo sport, anche a livello amatoriale e dilettantistico, è uno strumento utile alla prevenzione della salute fisica e psichica della persona, alla promozione dell'integrazione sociale, delle pari opportunità e dell'inclusione sociale, allo sviluppo delle capacità cognitive degli alunni, nonché veicolo fondamentale per rafforzare la prevenzione contro ogni forma di violenza, razzismo, discriminazione, intolleranza o mancanza di correttezza;

come si legge anche all'interno del "Libro Bianco sullo sport", prima importante iniziativa su scala europea che fornisce orientamenti strategici sul ruolo della pratica sportiva nell'Unione, il tempo impiegato "praticando attività sportive a scuola e all'università produce benefici sanitari ed educativi che occorre promuovere";

è pertanto necessario che lo Stato incentivi, con tutti i mezzi a disposizione, la formazione di una coscienza individuale all'importanza dello sport che sia la più diffusa possibile, partendo già dal livello scolastico elementare;

come emerge dal "Piano nazionale per la promozione dell'attività sportiva" promosso dal "Tavolo Nazionale per la *governance* nello sport", i dati sull'attività sportiva in Italia, relativi al 2011, riportano che nel Paese "le persone di 3 anni e più che hanno praticato sport siano state poco meno di 19 milioni", di cui, tra questi, "il 21,9 per cento si è dedicato allo sport in modo continuativo e il 10,2 per cento in modo saltuario";

dall'analisi comparata a livello europeo emerge come "l'Italia, con una percentuale complessiva pari al 29 per cento per la pratica sportiva (regolare e con qualche regolarità), risulti distanziata da Paesi culturalmente affini, quali la Spagna (39 per cento) e la Francia (48 per cento)" e "sensibile è il distacco anche rispetto alla media europea, attestata al 40 per cento"; nonostante i dati pervenuti dallo studio comparato, l'indagine statistica nazionale riportata nel piano evidenzia come vi sia una "elevata percentuale di praticanti sportivi presente tra i giovani dai 6 ai 17 anni", tanto che "oltre i 2/3 dei

ragazzi con età compresa tra gli 11 e i 14 anni pratica uno o più sport",
si chiede di sapere se il Ministro in indirizzo intenda promuovere, almeno in fase di progettazione all'interno della ordinaria procedura concorsuale, il progressivo inserimento nell'organico dei docenti delle scuole primarie di quote riservate a laureati in Scienze motorie o diplomati Isef ai fini dell'insegnamento dell'educazione motoria.
(3-01514)
BERTOROTTA, MORRA, MOLINARI, DONNO, SERRA, CATALFO - *Ai Ministri della salute e dell'interno* - Premesso che:
dal quotidiano *on line* "ilgiornale" si apprende la notizia che in data 28 novembre 2014, presso l'ospedale di Crotone, è morto un mediatore culturale di origine marocchina colpito da meningite batterica;
il quotidiano evidenzia che "il 40enne, di nazionalità marocchina, lavorava per conto di un'agenzia privata convenzionata con il Ministero dell'interno e prestava servizio come interprete all'Ufficio immigrazione della Questura di Crotone. Per lavoro frequentava anche il Centro di accoglienza per richiedenti asilo di Isola Capo Rizzuto";
risulta agli interroganti che a seguito del decesso si sia riscontrato un diffuso allarme fra gli operatori delle forze dell'ordine che prestano servizio nel Cara (centro di accoglienza per richiedenti asilo) di Crotone, nonostante siano state fornite, dal personale sanitario e dalla Prefettura di Crotone, rassicurazioni tali da escludere che l'infezione possa essere stata contratta nella struttura per immigrati;
inoltre risulta che sia stata "disposta la disinfezione dei locali della questura, ma anche delle aule di un istituto scolastico presso il quale il mediatore culturale aveva tenuto lezioni serali di arabo per adulti. Tutte le persone entrate direttamente in contatto con il marocchino, inoltre, sono state sottoposte a una specifica profilassi a base di antibiotico";
considerato che:
in data 9 dicembre 2014, con nota prot. n. 740, il garante regionale per l'infanzia e l'adolescenza della Regione Calabria, nella persona della dottoressa Marilina Intrieri, ha denunciato la situazione relativa al decesso per meningite del mediatore culturale operante al cara di Isola Capo Rizzuto occorso in data 28 novembre;
in particolare, il garante ha chiesto all'azienda sanitaria provinciale di Crotone alcune delucidazioni circa le procedure di profilassi adottate nei confronti dei minori e delle donne in gravidanza presenti nei campi profughi;
a giudizio degli interroganti non può essere esclusa una possibile diffusione di malattie, come la meningite, causa della morte del mediatore, in un contesto come quello dei rifugiati e più in generale degli immigrati;
considerato inoltre che con la citata comunicazione il Garante regionale ha chiesto all'azienda sanitaria di Crotone di conoscere, *ex* art. 2 della legge regionale n. 28 del 2004: l'elenco delle prestazioni sanitarie obbligatorie praticate ai minori e alle donne in gravidanza collocati presso i campi di Isola Capo Rizzuto nell'anno 2013 e nel corso del 2014; notizie sugli adempimenti periodici svolti al fine di prevenire le malattie diffusive all'interno del Cara e di un altro campo di recente apertura; copia di convenzione con l'ente gestore, qualora risulti stipulata,
si chiede di sapere:
se i Ministri in indirizzo siano a conoscenza dei fatti esposti;
quali procedure di indagine e di controllo di competenza siano state attivate o si ritenga di dover avviare;
quali misure urgenti, nell'ambito delle rispettive attribuzioni, intendano adottare al fine di tutelare il diritto alla salute delle forze dell'ordine, degli operatori che prestano servizio presso la struttura del Cara di Crotone nonché dei minori e delle madri presenti nella medesima struttura di accoglienza.
(3-01515)
SCILIPOTI ISGRO' - *Ai Ministri delle infrastrutture e dei trasporti e degli affari esteri e della cooperazione internazionale* - Premesso che a quanto risulta all'interrogante:

per l'attività addestrativa nell'area del Baltico, cresciuta nel corso del 2014, i piloti degli aerei da guerra della Federazione russa spesso spengono i *transponder* di bordo;
l'incremento della stessa attività di addestramento ha causato da marzo a dicembre 2014 alcune mancate collisioni con aerei di linea svedesi e polacchi;
sono numerosi i vettori italiani che collegano il nostro Paese con la Federazione russa sorvolandone lo spazio aereo,
si chiede di sapere se i Ministri in indirizzo siano al corrente di questa situazione e quali iniziative abbiano posto in essere, anche a livello diplomatico, per garantire la sicurezza dei voli e dei passeggeri in partenza dall'Italia e diretti verso la Federazione russa.
(3-01516)

PADUA - *Al Ministro dell'interno* - Premesso che, per quanto risulta all'interrrogante:
il Comune di Ispica (Ragusa) è stato dichiarato ente finanziariamente dissestato;
a seguito del dissesto finanziario l'ente ha dovuto compiere, fra gli altri adempimenti previsti dalla normativa al riguardo, la rideterminazione della dotazione organica, effettuata con delibera della Giunta municipale n. 120 del 15 novembre 2013;
tale rideterminazione ha stabilito che, in base ai parametri di legge, nell'organico del Comune di Ispica vi sarebbero in eccedenza 61 unità a tempo pieno e 22 a tempo parziale;
avverso tale provvedimento è stato avanzato ricorso al Tar da un gruppo di dipendenti comunali che considerano l'atto illegittimo perché privo di motivazione *ex* legge n. 241 del 1990, senza la necessaria verifica dei fabbisogni e la necessaria informazione delle organizzazioni sindacali (art. 6 del decreto legislativo n. 165 del 2001), illogico e contraddittorio perché non volto al risanamento dell'ente e a tutelare i servizi indispensabili, peraltro non precedentemente indicati;
tale ricorso è a tutt'oggi pendente, avendo rinunciato i ricorrenti a richiedere la sospensione dell'esecutività dell'atto impugnato, non essendovi il rischio immediato di messa in disponibilità del personale in esubero;
con determinazione adottata il 2 luglio 2014 la commissione per la stabilità finanziaria degli enti locali presso il Ministero dell'Interno ha approvato la predetta delibera n. 120 del 2013;
nella lunga fase istruttoria di tale determinazione è intercorso un intenso carteggio fra Comune e Ministero, accompagnato anche da colloqui telefonici con funzionari del Ministero citati negli atti del Comune;
nel corso di tale istruttoria il Comune ha dichiarato l'inesistenza di aziende o istituzioni speciali con propria partecipazione;
tuttavia, tale affermazione contrasta con l'esistenza della farmacia a partecipazione maggioritaria comunale denominata "Ispicenia srl";
nell'istruttoria il Comune ha anche dichiarato l'inesistenza di servizi affidati ad esterni;
tale affermazione contrasta con l'affidamento alla ditta "Technology for people" del servizio di riscossione volontaria e coattiva dei tributi locali;
il Comune di Ispica è altresì socio dell'ambito territoriale ottimale n. 7 di Ragusa per la raccolta e lo smaltimento dei rifiuti solidi urbani e anche di questa partecipazione non vi è cenno nelle comunicazioni del Comune;
in materia di personale dipendente, la sezione di controllo per la Regione Siciliana della Corte dei conti, con deliberazione n. 331 del 2012, ha chiesto al Comune delle misure correttive sulla stabilizzazione di 72 unità di personale con contratto a tempo determinato, dichiarata "illegittima": di queste misure correttive non è traccia negli atti del Comune di Ispica;
infine, il Comune, in data 4 dicembre 2014, ha chiesto formalmente al personale dipendente l'adesione a generici contratti di solidarietà, non specificandone entità e durata,
si chiede di sapere:
se il Ministro in indirizzo intenda verificare, anche con l'esercizio di poteri ispettivi, la reale situazione del Comune di Ispica sulle partecipazioni dell'ente in società esterne e sui servizi effettuati da terzi;
se ritenga che sussistano i presupposti per revocare in autotutela la determinazione della commissione

per la stabilità finanziaria degli enti locali del 2 luglio 2014.
(3-01517)
SCILIPOTI ISGRO' - *Al Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca* - Premesso che a quanto risulta all'interrogante:
tutte le nomine di competenza del Ministro in indirizzo risulterebbero ad oggi bloccate, sebbene abbiano concluso l'*iter* burocratico;
tale situazione è stata già evidenziata dal firmatario del presente atto di sindacato ispettivo in una precedente interrogazione (4-02844);
tra le nomine in attesa di deliberazione vi sono quelle afferenti ai consigli di amministrazione delle scuole appartenenti al convitto nazionale e alle commissioni che hanno, tra le funzioni di competenza, quelle di predisporre la partecipazione ai bandi europei;
quello che, a giudizio dell'interrogante appare come un ritardo ingiustificato nelle nomine, danneggia l'attività di tali enti,
si chiede di sapere se il Ministro in indirizzo sia a conoscenza della situazione descritta e quali iniziative intenda adottare per risolvere tempestivamente la situazione.
(3-01518)
SANTANGELO, DONNO, PUGLIA, MARTON, MORRA, SERRA, BUCCARELLA, PAGLINI, CRIMI, MORONESE, BERTOROTTA - *Al Ministro della difesa* - Premesso che:
è stato indetto un concorso pubblico, per titoli ed esami, per l'ammissione al 4° corso triennale (2014-2017) di allievi marescialli del ruolo ispettori dell'Arma dei Carabinieri, come da *Gazzetta Ufficiale*, serie concorsi, n. 5 del 17 gennaio 2014;
con decreto dirigenziale n. 232/1D del 19 agosto 2014, il Ministero della difesa ha reso nota l'approvazione della graduatoria finale di merito dei candidati idonei al concorso, per titoli ed esami, per l'ammissione al 4° corso triennale (2014-2017) di allievi marescialli del ruolo ispettori dell'Arma dei Carabinieri, riportata nell'allegato "A" del decreto;
sono stati dichiarati vincitori i primi 252 candidati, risultando così ammessi alla frequenza del 4° corso triennale. Inoltre i candidati idonei classificati oltre la 252ª posizione e fino alla 357ª posizione, costituivano riserva per sostituire, entro i termini stabiliti dal bando di concorso, i vincitori che decidessero di rinunciare alla frequenza del corso o che dovessero venirsi a trovare nelle condizioni per esserne esclusi;
considerato che:
successivamente alla pubblicazione della graduatoria dei candidati idonei all'ammissione del 4° corso triennale (2014-2017) di allievi marescialli del ruolo ispettori dell'Arma dei Carabinieri, nella *Gazzetta Ufficiale*, serie concorsi, n. 82 del 21 ottobre 2014, veniva indetto nuovo bando di concorso per l'ammissione al 5° corso triennale per altri 300 allievi marescialli dell'Arma dei Carabinieri;
considerato inoltre che:
il decreto-legge n. 101 del 2013, convertito, con modificazioni, dalla n. 125 del 2013, recante disposizioni urgenti per il perseguimento di obiettivi di razionalizzazione nelle pubbliche amministrazioni, prevede che le amministrazioni pubbliche, comprese quelle militari, debbano, prima di procedere a nuove assunzioni tramite pubblico concorso, provvedere ad assumere tutti i vincitori e gli idonei delle relative graduatorie,
si chiede di sapere:
se il Ministro in indirizzo sia a conoscenza dei fatti esposti in premessa;
quali siano i motivi per cui non sia stata utilizzata la graduatoria approvata come da decreto dirigenziale n. 232/1/D del 19 agosto 2014 del Ministero della difesa e come previsto dal decreto-legge n. 101 del 2013.
(3-01519)
Interrogazioni orali con carattere d'urgenza ai sensi dell'articolo 151 del Regolamento
VALENTINI - *Ai Ministri dell'interno, dello sviluppo economico e del lavoro e delle politiche sociali* - Premesso che:

il 16 ottobre 2014, la Prefettura di Roma, a seguito di un'inchiesta avviata dalla Direzione investigativa antimafia, ha emesso un'informativa antimafia nei confronti della società cooperativa Città di Roma Metronotte Srl, azienda dedicata al settore della vigilanza armata, impegnata su Roma e Provincia, in cui si attesta «la presenza di situazioni relative a tentativi di infiltrazioni mafiose previste dal decreto legislativo n. 159 del 6 settembre 2011»;
nei confronti della stessa società la Prefettura ha emesso un provvedimento di interdizione dal proseguimento delle attività presso le committenze nelle quali ha in essere forniture di servizio;
avverso tale provvedimento Città di Roma Metronotte Srl ha presentato un ricorso al TAR del Lazio che si è espresso a favore dell'azienda revocando la sospensione della licenza disposta dalla Prefettura;
il 26 novembre, il Consiglio di Stato ha rigettato i ricorsi presentati dall'Avvocatura di Stato contro l'annullamento della revoca della licenza;
rilevato che:
Città di Roma Metronotte Srl è un'azienda con oltre 1.000 dipendenti;
tra i suoi clienti annovera enti pubblici italiani, istituzioni diplomatiche di organismi internazionali, Paesi esteri, istituti di credito e grandi aziende, ivi comprese multinazionali;
a seguito del provvedimento emesso dalla Prefettura di Roma molti dei clienti hanno deciso di rescindere i contratti di fornitura sottoscritti con la società affidando i servizi di vigilanza ad altre società che operano nel medesimo settore; tra queste Banca d'Italia e Rai che hanno rescisso il contratto di servizio a far data dal 30 novembre;
con atto notarile del 20 ottobre 2014 è stato stipulato il conferimento di ramo d'azienda dalla Città di Roma Metronotte Srl alla TVE Vigilanza L. Srl per quanto concerne i servizi di vigilanza fissa e portierato; con il medesimo atto si è proceduto anche al trasferimento di tutti i contratti di lavoro facenti capo alla conferente, con la conservazione, ai sensi dell'articolo 2112 del codice civile, per gli stessi lavoratori, dei trattamenti normativi e retributivi previsti dalle vigenti contrattazioni collettive delle categorie interessate;
con una nota dell'11 novembre TVE Viglianza L. Srl comunicava ai sindacati, alla Prefettura e alla Questura di Roma nonché alla Direzione provinciale del lavoro il ritardo nei pagamenti delle retribuzioni dei lavoratori relative al mese di ottobre 2014;
a tutt'oggi Città di Roma Metronotte Srl non ha ancora avviato le procedure di cambio d'appalto previste dal contratto collettivo nazionale di lavoro di categoria, con ciò negando di fatto la possibilità ai propri lavoratori di essere assunti dalle società subentranti;
considerato, inoltre, che:
la situazione che si è determinata è in tutta evidenza grave e pericolosa soprattutto per gli effetti che ne potrebbero derivare sul piano occupazionale;
anche i fatti di cronaca degli ultimi giorni dimostrano quanto preoccupati ed allarmati siano i tantissimi lavoratori coinvolti in tale vicenda che vedono sempre più a rischio il loro posto di lavoro,
si chiede di sapere:
se i Ministri in indirizzo siano a conoscenza dei fatti riportati e quali siano le loro valutazioni in merito;
se non ritengano di adottare con la massima sollecitudine ogni provvedimento, ciascuno per quanto di competenza, utile a risolvere la delicata vicenda, ad evitare pesanti ricadute a livello occupazionale nonché a garantire ai lavoratori la continuità del reddito;
se il Ministro dello sviluppo economico non ritenga di dover valutare tutte le opzioni a tal fine disponibili e in particolare l'ipotesi di disporre qualche forma di commissariamento della società ovvero l'affidamento della sua gestione a un soggetto terzo, a garanzia del mantenimento degli affidamenti in essere, nonché, da ultimo, l'ipotesi di individuare un soggetto disposto a rilevare la società assicurando il mantenimento degli attuali livelli occupazionali;
se non ritenga di dover attivare un tavolo a cui prendano parte tutti i soggetti interessati alla vicenda al fine di addivenire ad una rapida soluzione della vicenda.
(3-01510)

CERVELLINI, DE PETRIS - *Al Ministro dell'interno* - Premesso che:
il I Municipio del Comune di Roma ha deciso una riduzione delle autorizzazioni (da 115 a 72) da concedere agli ambulanti del tradizionale mercatino della "Befana" di piazza Navona;
tale riduzione si è resa necessaria a causa della proliferazione, negli ultimi anni, di *stand* per la vendita di panini e alcol e di oggettistica di scarso valore, poco attinenti con il tema natalizio del mercatino;
queste misure, inoltre, recepiscono una direttiva della Sovrintendenza capitolina ai beni culturali che chiedeva appunto una riduzione del numero delle postazioni di ambulanti;
risulta agli interroganti che durante un sopralluogo in piazza Navona, avvenuto martedì 9 dicembre 2014, per verificare i motivi per i quali la giostra e i 12 spettacoli viaggianti autorizzati ad aprire non l'avessero fatto, la presidente del I Municipio, Sabrina Alfonsi, e l'assessore al Commercio e vicepresidente del Municipio, Jacopo Emiliani Pescetelli, avevano riscontrato un clima ostile da parte di alcuni operatori;
nel corso della riunione del Consiglio del I Municipio, svoltasi giovedì 11 dicembre, una cinquantina di ambulanti sono intervenuti per sostenere le loro ragioni, e durante l'intervento dell'assessore Emiliani lo avevano apostrofato come "infame" e "traditore della piazza";
al termine della riunione, nei pressi dell'ingresso di Via della Greca, il capogruppo di Sel, Mauro Cioffari, è stato avvicinato da uno degli ambulanti, un uomo di mezza età con i capelli brizzolati, che mentre gli mostrava la sua carta di identità gli diceva "Guardati bene il mio nome sul documento perché sono quello che ammazzerà di botte l'assessore";
dopo questa minaccia l'assessore è stato costretto ad uscire da un ingresso secondario, la riunione successiva del Consiglio municipale annullata, e i fatti denunciati alla Polizia municipale;
considerato che le istituzioni capitoline si stanno impegnando per ridare legalità, trasparenza, rispetto delle regole e decoro alla Capitale d'Italia, e in questo caso, ad una delle piazze più belle di Roma e del mondo, dichiarata patrimonio dell'umanità dall'Unesco,
si chiede di sapere se il Ministro in indirizzo intenda prendere immediati provvedimenti al fine di evitare che la situazione possa degenerare ai danni dell'assessore Emiliani Pescitelli e di tutti coloro che, all'interno delle istituzioni, si adoperano per ristabilire la legalità e garantire il rispetto delle regole.
(3-01520)

Interrogazioni con richiesta di risposta scritta

BRUNI - *Al Ministro della giustizia* - Premesso che:
presso la casa circondariale di Lecce il parco automezzi in dotazione al personale della Polizia penitenziaria, utilizzato per i servizi di piantonamento e traduzione, è composto da 44 veicoli;
di questi ben 40 non sono utilizzati o utilizzabili, perché necessitano di urgenti ed improcrastinabili manutenzioni;
i 4 veicoli utilizzati quotidianamente non sono sufficienti per tutte le necessità e, comunque, anche per questi occorre procedere alle ordinarie attività di manutenzione;
domenica 30 novembre 2014 una delle vetture della Polizia penitenziaria è andata fuori strada e, all'esito di tale sinistro, un agente ha subito lesioni con prognosi di 10 giorni per la guarigione;
considerato che gli agenti, già gravati da turni di lavoro onerosi, non possono continuare a svolgere il proprio servizio utilizzando autoveicoli non sicuri, mettendo a repentaglio la propria incolumità fisica ed il proprio benessere psichico,
si chiede di sapere quali iniziative il Ministro in indirizzo intenda adottare per risolvere tale incresciosa situazione e consentire al personale della Polizia penitenziaria della casa circondariale di Lecce di assicurare al meglio le proprie prestazioni lavorative.
(4-03129)

DE POLI - *Al Ministro del lavoro e delle politiche sociali* - Premesso che:
da recenti stime in Italia ci sono 4 milioni di disabili, dei quali soltanto il 16 per cento può accedere al mercato del lavoro;
sembra che il fondo nazionale per il diritto al lavoro delle persone disabili, previsto dalla legge n. 68

del 1999 e istituito presso il Ministero del lavoro e delle politiche sociali, non sia stato rifinanziato per l'anno 2015: non ci saranno né contributi ai datori di lavoro che assumono lavoratori disabili a tempo indeterminato attraverso le apposite convenzioni, né rimborsi parziali delle spese sostenute dalle aziende per l'adattamento del posto di lavoro alla disabilità del lavoratore;
il perdurare della crisi economica e occupazionale che attanaglia il nostro Paese, infatti, si ripercuote maggiormente proprio sui più deboli, che sono messi a dura prova da questo periodo di grandi difficoltà. Basti pensare che il numero delle persone con disabilità iscritte al collocamento obbligatorio e, dunque, in cerca di occupazione, è di circa 700.000 unità;
il fondo previsto dalla legge n. 68 del 1999, inizialmente di oltre 51 milioni di euro, dal 2011 è stato drasticamente ridimensionato fin quasi all'azzeramento: soltanto dopo una sentenza della Corte di giustizia europea del luglio 2013, che dichiarava l'Italia inadempiente nel garantire ai disabili un effettivo inserimento nel mondo del lavoro, è stato aumentato di nuovo fino ad una dotazione di circa 13 milioni per il 2013 e 21 milioni per il 2014;
i disabili sono innanzitutto persone e non pesi: una società degna di questo nome li deve tutelare; bisogna agire concretamente sul diritto all'assistenza, rimuovendo le discriminazioni soprattutto per facilitare loro l'accesso al mondo del lavoro,
si chiede di sapere quali azioni il Ministro in indirizzo intenda disporre per rispondere alla sentenza della Corte europea del luglio 2013 che ha bocciato l'Italia sulle norme dell'inserimento professionale dei disabili, ritenute inadeguate, visto che si impone ogni giorno di più l'esigenza di passare dalla logica del diritto all'assistenza a quella del diritto alla dignità garantendo a costoro l'accesso al mondo del lavoro.
(4-03130)

ZIZZA - *Al Ministro dell'interno* - Premesso che il 20 dicembre 2011 il Comune di Carovigno (Brindisi) chiese la concessione di un finanziamento del programma operativo sicurezza per lo sviluppo "Obiettivo Convergenza 2007 - 2013" per il progetto di realizzazione di un sistema di videosorveglianza. Il Ministero dell'interno comunicò che il progetto proposto non aveva ottenuto il finanziamento richiesto in quanto si era classificato nella graduatoria predisposta sulla base di priorità individuate dalle competenti autorità provinciali di pubblica sicurezza nella prima posizione fra i Comuni idonei ma non finanziabili;
considerato che ad oggi la situazione dell'ordine pubblico ha avuto un'involuzione negativa, con attentati, rapine e atti intimidatori ormai all'ordine del giorno che hanno coinvolto diverse volte anche amministratori pubblici, come si apprende da articoli di stampa: l'ultimo fra tanti casi sono state le dimissioni consegnate da una consigliere comunale dopo aver subito degli atti intimidatori. La situazione della città di Carovigno è al collasso e, nonostante l'impegno profuso dalle forze dell'ordine, non vi sono ad oggi miglioramenti,
si chiede di sapere:
se il Ministro in indirizzo non ritenga opportuno intervenire urgentemente nel rifinanziare il progetto in questione che, ad oggi in virtù della graduatoria risulterebbe il primo da finanziare per la cifra di 350.000 euro. Risulterebbe, infatti, fondamentale per garantire la sicurezza e la serenità dei cittadini di Carovigno;
se non ritenga necessario assumere tempestivamente ulteriori iniziative in sostegno delle forze dell'ordine, volte a combattere la grave situazione che da tempo si vive a Carovigno nello specifico, e nell'*hinterland* della provincia brindisina.
(4-03131)

ZIZZA - *Ai Ministri delle politiche agricole alimentari e forestali e dell'economia e delle finanze* - Premesso che a seguito del decreto-legge n. 66 del 24 aprile 2014, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 89 del 23 giugno 2014, a mezzo di un apposito decreto di natura non regolamentare del Ministero dell'economia e delle finanze, sono previste diverse disposizioni di fiscalità agricola tra cui le misure sulla revisione delle zone montane e collinari esenti dall'IMU. La legge consente al decreto attuativo di individuare Comuni che, sulla base dell'altitudine indicata al di sopra dei 280 metri,

potranno continuare a beneficiare dell'esenzione dall'IMU, mentre sotto tale quota saranno chiamati il 16 dicembre 2014 a versare l'imposta in modo retroattivo,
si chiede di sapere se i Ministri in indirizzo non ritengano opportuno sospendere gli effetti derivanti dal decreto d'iniziativa del Ministro dell'economia e delle finanze del 28 novembre 2014, in attesa di pubblicazione, volto a ridisciplinare le modalità di applicazione dell'imposta municipale ai terreni agricoli, al fine di valutare quale impatto esso potrebbe avere su quelle regioni, come ad esempio la Puglia, a vocazione fortemente, se non essenzialmente agricola, ed in particolare sul mercato olivicolo, già fortemente penalizzato da una scarsa produzione che ha danneggiato tutti i coltivatori.
(4-03132)
SCILIPOTI ISGRO' - *Al Ministro della giustizia* - Premesso che a quanto risulta all'interrogante:
in data 29 novembre 2014 l'assistente capo della Polizia di Stato di Rimini, Margherita Buttarelli, terminato il servizio, ha notato 3 persone che, palesemente ubriache, molestavano un gruppo di donne con gesta e parole pesanti;
pur essendo fuori servizio, l'assistente di Polizia è intervenuta chiedendo ai 3 di porre fine alle molestie, qualificandosi come agente di pubblica sicurezza;
uno dei 3 molestatori, poi identificato come magrebino e già noto alle forze dell'ordine, ha reagito aggredendo la poliziotta con calci e pugni, procurandole lesioni al volto per le quali ha avuto una prognosi di 30 giorni;
il 2 dicembre il giudice del tribunale di Rimini, pur convalidando l'arresto operato dai Carabinieri, ha rimesso in libertà l'aggressore che quindi sarà processato il 19 dicembre da uomo libero;
il pubblico ministero aveva chiesto la custodia cautelare in carcere;
a giudizio dell'interrogante la decisione del tribunale di Rimini appare sconcertante, alla luce del comportamento tenuto dall'aggressore magrebino, già noto alle forze dell'ordine;
a giudizio dell'interrogante appare non scusabile che le istituzioni, sempre solerti nell'esprimere solidarietà alle donne vittime di violenza, non l'abbiano fatto in quest'occasione, soprattutto quando la persona aggredita è un rappresentante delle istituzioni stesse che ha agito a tutela del cittadino,
si chiede di sapere se il Ministro in indirizzo non ritenga opportuno dover attivare i propri poteri ispettivi sulla regolare gestione dell'ufficio del tribunale di Rimini che ha pronunciato la decisione in premessa.
(4-03133)
Giuseppe ESPOSITO, BIANCONI, MANCUSO, CONTE, CARIDI, DALLA TOR, FORMIGONI, MARINELLO, ROMANO - *Al Ministro degli affari esteri e della cooperazione internazionale* - Premesso che:
la geopolitica del Medio Oriente è completamente mutata negli ultimi anni. Non c'è pace tra israeliani e palestinesi. Il Libano è stato dilaniato da una guerra civile. La Siria è al collasso. L'Iraq è devastato. L'Egitto esplode. Milioni di profughi fuggono da una regione all'altra;
in Medio Oriente la situazione dei cristiani e delle minoranze religiose tutte è oggettivamente peggiorata. Gli scontri fra la comunità islamica e le chiese mediorientali sono state una costante dell'epoca moderna e soprattutto dell'Ottocento. Il XX secolo, al contrario, è stato a lungo un momento di pace e di coabitazione. Dopo il biennio 2000-2001, segnato dallo scoppio della seconda "Intifada" a Gerusalemme e dagli attentati dell'11 settembre 2001, il Medio Oriente è stato investito da un'ondata di estremismi e la vita per i cristiani della Terra Santa è tornata a essere difficile. Ebraismo, cristianesimo e Islam, nelle loro connotazioni più radicali, hanno assunto un ruolo ideologico e politico molto più influente rispetto ai decenni passati;
le persecuzioni di cui sono vittima i cristiani sono il risultato di una diffusa perdita di controllo della situazione, soprattutto da parte delle istituzioni locali. I fermenti religiosi hanno trovato facile spazio di manovra a seguito della perdita di influenza da parte dei governi;
in Iraq, ad esempio, la situazione dei cristiani è peggiorata, ed in modo sensibile, dopo la caduta del regime di Saddam Hussein. L'Iraq sta precipitando in una guerra etnico-religiosa in cui a farne le prime spese sono le minoranze, sia quella cristiana, divisa in una decina di chiese che non dialogano

fra loro, sia quelle marginali all'Islam, per esempio gli yazidi, nel nord del Paese;
considerato che:
il Medio Oriente rappresenta ad oggi una polveriera non del tutto ancora esplosa, in cui movimenti magmatici dal punto di vista politico, culturale e religioso costringono la comunità internazionale a fronteggiare per l'immediato futuro sfide dagli esiti incerti. La prima sfida riguarda la gestione dei conflitti politici, che rendono instabile e fragile la condizione in particolare dei gruppi più "deboli", quale è la minoranza cristiana;
la seconda sfida riguarda l'affermazione della libertà religiosa e di coscienza: una questione particolarmente delicata per l'Oriente, dove la religione è, in generale, una scelta sociale e perfino nazionale, non individuale. Cambiare religione è ritenuto un tradimento verso la società, la cultura e la nazione costruita principalmente su una tradizione religiosa. Strettamente legato a questo tema è la questione della tutela dei diritti umani: requisiti indispensabili per la loro tutela sono la pace, la giustizia e la stabilità dell'area. Una terza questione a cui si dovrà prestare molta attenzione è il confronto con l'evoluzione dell'Islam contemporaneo, in particolare l'Islam politico, composto da differenti correnti religiose che vorrebbero imporre un modo di vita islamico alle società arabe, turche o iraniane e a tutti coloro che vi vivono, musulmani e non musulmani;
il governo iracheno sembra essere impotente dinanzi all'inarrestabile avanzata dei criminali dell'ISIS. Questo gruppo jihadista, nel giugno del 2014, approfittando dell'incapacità di al-Maliki di mantenere l'ordine pubblico, ha sferrato un violento attacco contro le regioni settentrionali del Paese, istituendo un fantomatico califfato islamico, comprendente anche territori siriani, alla cui guida è stato nominato al-Baghdadi. La conquista di Mosul e l'avanzata degli jihadisti nel cuore dell'Iraq minacciano ancora una volta la sempre più sparuta minoranza cristiana ancora presente in questo Paese. La comunità cristiana esistente in Iraq è una delle più antiche del mondo. Prima dell'inizio della seconda guerra del Golfo, oltre 1 milione e mezzo di cristiani risiedeva in Iraq, rappresentando circa il 5 per cento della popolazione complessiva. Questi numeri sono diminuiti sensibilmente dopo l'invasione dell'Iraq da parte degli Usa. Il ritiro delle truppe americane sembrava aver creato le condizioni per una rinascita della comunità cristiana, finché nel giugno scorso le milizie dell'ISIS hanno deciso di conquistare l'Iraq settentrionale. Secondo fonti locali, oggi in Iraq risiedono circa 500.000 cristiani, una cifra destinata a diminuire a causa degli attacchi sferrati dagli jihadisti. La maggior parte dei cristiani, stimati in circa 100.000 unità, che risiedevano nelle città di Qaraqosh, Tall Kayf, Bartella e Karamlesh, è stata costretta a fuggire senza portare via niente, solo con gli abiti che aveva indosso, alcuni a piedi, verso la regione autonoma del Kurdistan;
sono proprio i guerriglieri curdi a battersi maggiormente per la riconquista delle regioni settentrionali dell'Iraq. Nonostante gli sforzi dei guerriglieri curdi, niente ha potuto impedire alle milizie dell'ISIS di conquistare le città cristiane. I simboli religiosi, presenti nelle abitazioni o negli edifici pubblici sono stati bruciati, unitamente a circa 1.500 manoscritti. In occasione della presa di Mosul da parte dei jihadisti, ai cristiani catturati vennero offerte 3 possibilità: convertirsi all'islam, pagare un'ingente somma di denaro o essere giustiziati;
la Commissione internazionale Onu di inchiesta sulla situazione dei diritti umani in Siria nel suo ultimo rapporto ha accusato i jihadisti dell'Isis, oltre alle forze governative siriane, di crimini di guerra e crimini contro l'umanità. I miliziani hanno commesso massacri, attacchi, torture ed altre violazioni che equivalgono a crimini contro l'umanità. Secondo il rapporto, bambini di appena 10 anni sono stati reclutati dai miliziani jihadisti dell'Isis attivi in Siria e in Iraq. Nelle zone della Siria controllate dall'Isis, in particolare nel nord e nord-est del Paese, si svolgono regolarmente esecuzioni, amputazioni e flagellazioni in piazza ogni venerdì. I civili, compresi i bambini, sono invitati ad assistere al macabro rituale. I corpi delle persone uccise vengono lasciati in mostra per giorni, per terrorizzare la popolazione. E le donne sono flagellate anche per il mancato rispetto del "codice d'abbigliamento" dell'Isis;
dal Mar Rosso alle rive del Mediterraneo sono sempre più numerosi gli annunci di adesione o sostegno allo Stato islamico. Dal Sinai il gruppo jihadista Ansar Bayt al-Maqdis, legato ad Al Qaeda, ha giurato

fedeltà; ci sono movimenti che vanno in questa direzione anche in Nigeria e in Somalia. Ad essi si aggiunga anche la Libia, dove i salafiti indossano le uniformi delle truppe del Califfato e addestrano oltre 5.000 soldati pronti a immolarsi per la *jihad*, e varie aree del Maghreb, da dove l'ISIS recluta adepti per la costruzione di un Califfato sempre più vasto;
nel mese di settembre 2014, in un messaggio audio diffuso via "Twitter", il portavoce dello Stato islamico, Abu Muhammed Al Adnani, ha lanciato l'ennesima sfida all'Occidente. Ai cristiani ha promesso: "Conquisteremo la vostra Roma, distruggeremo la croce e prenderemo le vostre donne", incitando di conseguenza i jihadisti fuori da Iraq e Siria ad attaccare i civili e ad uccidere i miscredenti in qualunque modo;
l'ISIS oggi utilizza mezzi terroristici non per conquistare una porzione di territorio ma per portare avanti una *jihad* che non ammette confini. Nella sua concezione non sono importanti le suddivisioni statali né le distinzioni nazionali, tantomeno la conquista del territorio in quanto tale, ma la guerra contro l'infedele, la quale non ha limiti geografici. E i cristiani sono quelli più stretti nella morsa. Il loro esodo dai Paesi mediorientali è incessante, non compensato dalla precaria immigrazione nei Paesi ricchi del Golfo di manodopera proveniente dall'Asia;
la protezione delle minoranze in Medio Oriente certo non può essere garantita attraverso il solo intervento armato americano, o americano ed europeo, in quanto questo non farebbe altro che fomentare l'immagine proposta dal califfo al-Baghdadi di una guerra vista come lo scontro finale tra l'islam aggredito e i crociati cristiani. Per questo non possono che essere accolte le parole del pontefice sul coinvolgimento delle Nazioni Unite: l'intervento per fermare l'ingiusta aggressione contro le minoranze deve essere multilaterale e coinvolgere gli altri Paesi musulmani dell'area;
citando le parole del pontefice durante il concistoro per il Medio Oriente: "Sembra che si sia persa la consapevolezza del valore della vita umana, sembra che la persona non conti e si possa sacrificare ad altri interessi. E tutto ciò, purtroppo, nell'indifferenza di tanti". La pace e la stabilità in Medio Oriente devono essere raggiunte attraverso il dialogo, la riconciliazione e l'impegno politico. Devono essere attivate tutte le forme di mediazione possibili per dare un sostegno tangibile alle comunità cristiane e garantire la loro permanenza nella regione,
si chiede di sapere:
quali azioni il Ministro in indirizzo intenda promuovere, anche nell'ambito della comunità internazionale, per garantire una pacificazione dei conflitti regionali, al fine di tutelare i cristiani e le altre minoranze religiose presenti in Medio Oriente;
se non intenda promuovere incontri multilaterali, con il coinvolgimento e la partecipazione attiva dell'Organizzazione delle Nazioni Unite, affinché tutti i profughi possano tornare nelle loro case, anche attraverso l'istituzione di apposite "zone di sicurezza" e affinché ai cristiani siano riconosciuti tutti i diritti civili degli altri cittadini, senza discriminazioni, soprattutto nei Paesi in cui attualmente la religione non è separata dallo Stato;
se il Governo non intenda attivarsi per perseguire penalmente il califfo al-Baghdadi presso la Corte penale internazionale per crimini contro l'umanità, considerate soprattutto le aberrazioni perpetrate dai miliziani dell'Isis nei confronti delle donne e dei bambini, le prime spogliate della loro dignità di persone umane, i secondi, forzatamente schiavi di una guerra non voluta e privati del diritto alla spensieratezza e dell'idea di un futuro sereno.
(4-03134)
AUGELLO - *Al Ministro dell'interno* - Premesso che:
nei giorni scorsi nella città di Roma sono stati effettuati 37 arresti e decine di perquisizioni in seguito ad un'inchiesta della Procura della Repubblica su presunti legami tra un'associazione mafiosa, esponenti politici ed amministratori di Roma capitale;
secondo gli inquirenti, l'associazione avrebbe infiltrato propri uomini nell'amministrazione tanto durante la gestione Alemanno, quanto durante la più recente *governance* del sindaco Ignazio Marino;
in alcune dichiarazioni riportate dalla stampa il 4 dicembre 2014, il sindaco Marino sostiene di aver ricevuto pressioni da parte della Prefettura per accettare un servizio di scorta a seguito di imprecisate

minacce dei *boss* dell'associazione mafiosa;
i timori per la sorte del sindaco sorprendono non poco l'interrogante, tenuto conto che l'inchiesta avrebbe individuato nell'assessore Ozzimo, appena dimessosi dalla Giunta Marino, nel presidente del Consiglio comunale Coratti, appena dimessosi dall'incarico, nel dirigente comunale a cui il sindaco Marino ha affidato, dopo il suo insediamento, i compiti di controllo della trasparenza degli appalti e del contrasto alla corruzione, altrettanti presunti referenti del sodalizio mafioso;
lo stesso capo segreteria del sindaco sarebbe stato oggetto di una perquisizione e risulterebbe citato in alcune intercettazioni;
risulterebbe inoltre certificato nella rendicontazione elettorale del sindaco un versamento di 30.000 euro da parte della cooperativa "29 giugno", il cui presidente è accusato di essere uno dei massimi esponenti dell'associazione mafiosa;
è inoltre noto alle cronache che il sindaco ritenne utile ed esemplare donare il suo primo stipendio proprio al presidente della cooperativa 29 giugno, il signor Buzzi, tessendo un elogio pubblico dell'attività sociale di quella struttura;
risulterebbe anche un significativo incremento di fatturato da parte della cooperativa 29 giugno dopo l'insediamento del sindaco Marino, grazie ad alcune significative aggiudicazioni di lavori di manutenzione del verde del IV e V Municipio, di villa Borghese, del parco di colle Oppio, oltre ad attività di portierato e sorveglianza presso il Bioparco;
il sindaco di Roma, inoltre, usufruirebbe già di una scorta di vigili urbani che veglia sulla sua sicurezza,
si chiede di conoscere:
quali siano le ragioni che inducano a ritenere che il sodalizio criminale mafioso al centro dell'inchiesta della Procura possa nutrire motivi di malanimo, risentimento o persino semplice rivalsa nei confronti del sindaco Marino;
se l'esigenza di dotare di una scorta il sindaco nasca da una decisione della Prefettura o da una richiesta del primo cittadino stesso.
(4-03135)
BUCCARELLA, BERTOROTTA, CASTALDI, MONTEVECCHI, CAPPELLETTI, SANTANGELO, DONNO, VACCIANO, ENDRIZZI, PAGLINI, GIROTTO, PUGLIA, CIOFFI - *Al Presidente del Consiglio dei ministri* - Premesso che:
si apprende da notizie di stampa ("il Fatto Quotidiano" del 18 ottobre 2014) che anche i giornali per gli italiani all'estero, testate che raggiungono tirature molto modeste, ricevono contributi governativi per l'importo di 2 milioni di euro, che nel 2014 sono stati portati a 3 milioni;
"I soldi vengono ripartiti tra meno di un centinaio di pubblicazioni molte delle quali ricevono contributi modesti intorno ai 10.000 euro annui. Spiccano però alcune testate che staccano decisamente le altre. Stando ai dati del 2012, gli ultimi disponibili, il primo fra tutti è L'Italiano (Argentina) con 219.000 euro l'anno, seguito da Comunità Italia (Brasile) 76.000, Corriere Italiano, Specchio e Cittadino Canadese (Canada) rispettivamente con 65.000, 60.000 e 47.000, fino alle riviste edite in Italia ma diffuse all'estero come Il messaggero di Sant'Antonio che riceve 66.000 euro e all'agenzia stampa Aise, con sede a Roma, che ne prende 53.000";
"Con 62.000 euro annui, tra i più finanziati anche Londra Sera, che però solleva più di un dubbio sulla qualità informativa nella comunità italiana della capitale britannica. Diretto dal fotografo Tommaso Bruccoleri, che lo pubblica dal 1976 con pochi e mal pagati collaboratori (come denuncia il *webmaster*, che dal 2012 ne ha addirittura bloccato la versione *on line*), il settimanale mette insieme agenzia stampa sulla vita degli italiani d'oltremanica, molte foto e pubblicità riuscendo a uscire in formato cartaceo di 16 pagine con una tiratura che, stando alle certificazioni arriva a 16.000 copie a settimana";
considerato che:
l'articolo prosegue riportando le dichiarazioni del Dipartimento per l'informazione ed editoria (Die) della Presidenza del Consiglio dei ministri relativamente alla ripartizione dei contributi: "La torta dei contributi viene ripartita sulla base di alcuni criteri, tra cui qualità informativa della pubblicazione,

numero delle pagine, tiratura e copie diffuse. I gruppi editoriali più grandi sono di solito più organizzati e riescono a ricevere più soldi";
per quanto riguarda i controlli limitatamente alle riviste realmente diffuse e di interesse tale da meritare denaro pubblico il Dipartimento informa: "Per le testate che hanno effettivamente sede all'estero non abbiamo modo di verificare se non affidandoci alla rete consolare che ben conosce il territorio e può capitare che le pubblicazioni più collaborative con le istituzioni possano ricevere maggior attenzione";
inoltre il quotidiano riporta che le sedi consolari si limitano a registrare la presenza di pubblicazioni che richiedono il contributo pubblico per l'editoria all'estero, in quanto come riferiscono dal consolato di Londra: "Alla rappresentanza diplomatica, la legge non richiede di entrare nel merito della sostanza della pubblicazione. Nella commissione che decide la ripartizione delle quote i funzionari delle rappresentanze diplomatiche non figurano";
considerato inoltre che:
è giunta agli interroganti la segnalazione di un cittadino italiano, G.G., che lamenta di essere stato sfruttato dal direttore di "Londra Sera", avendo lavorato diversi anni senza ricevere alcun compenso economico per il giornale italiano, nonché di essere stato sottoposto a *mobbing* e *stalking*. Inoltre il lavoratore riferisce di aver subito svariate minacce ed intimidazioni da persona poco raccomandabile affinché lasciasse la direzione *web* con tutti i relativi contatti ottenuti con il suo impegno;
in particolare il cittadino avrebbe ricoperto diversi ruoli presso il suddetto giornale tra cui quello di *webmaster* di edizione *web*, segretario, venditore e *promoter*, e per ragioni di *marketing* contattava ogni settimana tutte le Regioni d'Italia, i consorzi, presidenti, senatori, assessori, produttori, testate giornalistiche per fare pubblicità del "Made in Italy" da tutte le Regioni a Londra,
si chiede di sapere:
se il Governo sia a conoscenza della deprecabile vicenda che ha visto coinvolto il *webmaster*, che non avrebbe mai ricevuto compensi per la direzione del *web* e per il lavoro di aggiornamento che dal 2008 al 2012 ogni settimana ha sempre curato per il giornale "Londra Sera";
se non ritenga urgente adottare iniziative, anche di carattere normativo, al fine di garantire una maggiore trasparenza nella gestione dei contributi pubblici per l'editoria all'estero, anche alla luce del caso esposto in premessa;
quali iniziative di competenza intenda assumere affinché si giunga ad un puntuale controllo dei periodici pubblicati all'estero, valutando se si tratti di periodici diffusi e di interesse tale per la comunità da considerare il contributo governativo, eliminando ogni possibile margine di discrezionalità che potrebbe portare a favorire "le pubblicazioni più collaborative con le istituzioni".
(4-03136)
STUCCHI - *Al Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca* - Premesso che:
gli organi di stampa e vari siti *web* riferiscono che il dirigente scolastico della scuola pubblica "De Amicis" di Bergamo nel quartiere Celadina, Luciano Mastrorocco, abbia nei giorni scorsi negato l'autorizzazione ad allestire un presepe nell'istituto;
il dirigente ha spiegato in un'intervista apparsa sulla stampa locale come a suo parere l'allestimento di un presepe creerebbe discriminazioni in quanto la scuola è frequentata anche da alunni di religioni diverse;
il presepe è la rappresentazione di un messaggio di pace e di speranza che da sempre accomuna tutte le popolazioni del mondo;
a giudizio dell'interrogante non appare logicamente accettabile e sostenibile che, utilizzando la facile giustificazione della tutela dei diritti religiosi di una minoranza, di fatto si impedisca alla stragrande maggioranza degli alunni della scuola di godere della gioia del santo Natale, cancellando aspetti importantissimi della nostra identità storica e culturale,
si chiede di sapere:
se il Ministro in indirizzo non ritenga urgente verificare i fatti riportati;
se non ritenga opportuno disporre un'immediata ispezione per verificare la correttezza del

comportamento e della decisione assunta dal dirigente Mastrorocco e delle motivazioni pubblicamente utilizzate a sostegno della sua scelta;
se, nelle more dei risultati dell'ispezione, non ritenga opportuno sospendere dalle proprie funzioni il preside della scuola "De Amicis" di Bergamo.
(4-03137)

GAMBARO - *Al Ministro degli affari esteri e della cooperazione internazionale* - Premesso che:
il 4 e 5 aprile 2014 si è svolto il seminario internazionale presso l'università di Tunisi "El Manar" dal tema "Dialogo Interculturale - Lo Stato, la Religione e la Ragione", che ha messo in evidenza un notevole *deficit* organizzativo da parte dell'istituto italiano di cultura di Tunisi per la mancata attuazione del protocollo d'accordo tra i Ministeri competenti italiano e tunisino del 2012;
il 20 giugno 2014 è stata inviata dal dottor Ghia, presidente dell'associazione nazionale famiglie emigrati in Tunisia, provato e noto esperto del mondo arabo e dello scenario socioculturale tunisino, al Ministro degli affari esteri *pro tempore* Mogherini, per il tramite del segretario generale ambasciatore Valensise, una sua proposta di candidatura a direttore dell'istituto italiano di cultura di Tunisi per "chiara fama";
non avendo ricevuto alcun riscontro ufficiale alla sua proposta di candidatura, il 14 agosto, anche in considerazione del susseguirsi dei drammatici eventi militari dell'ISIS in Siria e Iraq, lo stesso dottor Ghia ha inviato una lettera personale al Ministro *pro tempore* Mogherini, e per informazione al segretario generale Valensise, recante i puntuali ragguagli sulle motivazioni che erano alla base della candidatura e contenente dettagli circa la drammaticità e l'urgenza della tematica islam, in particolare per l'attività di cooperazione culturale con la Tunisia;
il 24 settembre, con una *e-mail* da parte del Capo dell'Ufficio IV del Ministero, si comunicava allo stesso Ghia che, su iniziativa dello stesso Ministero era in corso la cancellazione del posto di "chiara fama" per Tunisi;
il 1° ottobre, il dottor Riccardo Donato (Divisione cultura del Ministero) ha comunicato a Ghia che, pur valutando le sue indubbie qualità professionali e morali, nonché argomentando congrue e valide le motivazioni di fondo della sua candidatura, il Ministro aveva deciso che Tunisi non rientrasse più negli incarichi di "chiara fama" di sua pertinenza e di conseguenza la Divisione cultura avrebbe provveduto ad inviare sul posto personale dei quadri del Ministero,
si chiede di sapere:
se il Ministro in indirizzo non voglia riesaminare la procedura burocratica seguita dal Ministro *pro tempore* Mogherini che individuava nel posto di capo dell'istituto di cultura italiana a Tunisi un incarico di livello minore e non meritevole di essere guidato da una personalità di chiara fama o comunque da un esperto del territorio e delle sue criticità;
se la nevralgica posizione geografica, le tensioni religiose e sociali della Tunisia, Paese islamico a pochi chilometri dalle coste italiane e nostro storico *partner* commerciale e culturale da millenni, non esiga una valutazione politico-strategica di maggiore spessore e quindi non meriti la derubricazione a Paese non degno di assegnazione di posti di "chiara fama".
(4-03138)

PAGLIARI - *Al Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca* - Premesso che per quanto risulta all'interrogante:
da più parti viene segnalato il mancato pagamento al personale della scuola (sia docente che ATA) di alcune mensilità, in alcuni casi dal mese di settembre 2014;
si tratta di personale assunto con contratto a tempo determinato e per supplenze brevi o saltuarie e per questo ancor più bisognoso di una regolare corresponsione di quanto dovuto;
a quanto sembra, secondo operatori del settore (si veda, tra gli altri, il sito della Cisl scuola), ciò sarebbe dovuto ad una ulteriore decurtazione prevista dalla nota Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca 16230 del 19 novembre 2014, divulgata dalla Direzione generale per la politica finanziaria e per il bilancio, ufficio settimo, indirizzata alle istituzioni scolastiche, con la quale si comunica che "l'importo già assegnato, per esigenze di capienza dei capitoli di bilancio, ha subito

una decurtazione rispetto al fabbisogno desunto",
si chiede di sapere se sia previsto un piano di recupero fondi per ovviare alla situazione e provvedere al sollecito, quanto necessario, saldo del dovuto.
(4-03139)

CARDIELLO - *Al Ministro della salute* - Premesso che a quanto risulta all'interrogante:
la signora A.V.L., nella notte tra l'11 e il 12 luglio 2014, verso le ore 2:30 circa, avrebbe iniziato ad avvertire dolori al fianco destro all'altezza del rene. Accompagnata dai familiari presso il pronto soccorso dell'ospedale di Manduria (Taranto), sarebbe stata visitata dal medico che avrebbe deciso di somministrarle del calmante, tuttavia non alleviandole il dolore;
durante la permanenza presso il pronto soccorso la signora L. avrebbe iniziato a presentare un aggravio dei sintomi;
a seguito di ciò le sarebbero state eseguite analisi del sangue ed una ecografia; da quest'ultimo esame sarebbe emerso che la signora presentava un calcolo renale;
la signora L. sarebbe stata quindi trasferita in ambulanza presso il reparto di urologia dell'ospedale "SS. Annunziata" di Taranto, in quanto, oltre al calcolo renale, vi sarebbe stata una massa fluida non definita;
durante la permanenza in ospedale la signora avrebbe visto aggravarsi ulteriormente i propri sintomi sino ad arrivare ad avere febbre, tremori forti, annebbiamento della vista e prostrazione generale;
in seguito, dopo ripetuti svenimenti, avrebbe cominciato ad avvertire una difficoltà respiratoria;
pare che i medici, in seguito ad una consulenza internistica, abbiano ritenuto che la paziente potesse avere problemi di coaugulazione, pensando che si fosse formato un embolo e avrebbero deciso quindi di somministrarle 2 sacche di plasma. Avrebbero, inoltre, optato anche per una consulenza urologica, poiché sarebbe stato notato un anomalo rigonfiamento addominale e difficoltà urinarie;
verso le ore 3:00 di domenica 13 luglio, la signora L. sarebbe stata sottoposta ad una TAC, a seguito della quale l'urologo comunicava ai familiari che avrebbe disposto un intervento chirurgico di *routine* della durata di 10 minuti circa per decongestionare i reni;
dopo l'intervento chirurgico i medici avrebbero affermato che tutto stava procedendo nella norma e che sarebbe occorso attendere il risveglio della paziente dall'anestesia;
in seguito i dottori pare abbiano smentito quanto affermato ed abbiano ammesso che vi fossero in atto complicazioni tali da riportare la signora L. nel reparto di rianimazione;
sarebbe quindi stata eseguita una dialisi che non avrebbe sortito gli effetti auspicati e nel frattempo i medici avrebbero contattato il reparto di rianimazione del policlinico di Bari per richiedere il loro intervento con strumentazione adeguata al caso;
sarebbe giunto quindi sul posto il responsabile del reparto di rianimazione del Policlinico di Bari, il quale, dopo aver verificato lo stato della paziente, assieme al responsabile del reparto di rianimazione dell'ospedale "SS. Annunziata", avrebbe informato i familiari della gravità assoluta della situazione clinica della signora L. e della necessità di procedere all'utilizzo del polmone artificiale per evitare la morte della paziente. Dopodiché essa sarebbe stata trasportata presso il reparto di rianimazione del policlinico di Bari;
nelle ore successive, ed anche il giorno seguente, il responsabile del reparto di rianimazione del policlinico di Bari avrebbe informato i familiari delle complicanze in atto a livello cerebrale, per cui sarebbe risultata necessaria una ulteriore TAC e un intervento neurochirurgico;
dopo tale intervento, la paziente risulta che sia stata ricondotta nel reparto di rianimazione dove il responsabile avrebbe comunicato ai familiari che la donna non presentava più segni di attività cerebrale;
alle ore 14 circa del 17 luglio la signora L. è spirata;
a seguito della vicenda i familiari della defunta hanno sporto querela all'autorità giudiziaria competente,
si chiede di sapere:
se il Ministro in indirizzo sia a conoscenza dei fatti in premessa;

quali orientamenti intenda esprimere, in riferimento a quanto esposto e, conseguentemente, quali iniziative voglia intraprendere, nell'ambito delle proprie competenze, per valutare le condotte del personale sanitario delle strutture coinvolte al fine di accertare le responsabilità del decesso della signora.
(4-03140)

MARAN - *Al Ministro della giustizia* - Premesso che:
è trascorso oltre un anno dalla sentenza pronunciata il 15 ottobre 2013 dal tribunale di Gorizia, dopo 3 anni e mezzo e 89 udienze, in ordine alla vicenda dell'ex Italcantieri (ora Fincantieri), che ha inflitto ai vertici aziendali una pena complessiva di oltre 55 anni di reclusione per la morte causata dall'esposizione all'amianto di 85 operai del cantiere di Monfalcone (Gorizia);
risulta all'interrogante che ad oggi il giudice di prime cure non abbia depositato la motivazione della sentenza, nonostante i termini siano scaduti il 15 aprile ed abbia già usufruito di una prima proroga;
l'allungamento dei termini di consegna della motivazione comporta di conseguenza anche quello della presentazione del ricorso in appello da parte degli imputati condannati o di altre parti e sono forti lo sdegno e la preoccupazione dettati dal fatto che l'imminente prescrizione potrebbe gravemente ledere il diritto processuale delle parti nonché il diritto ad una giusta riparazione;
il 19 maggio del 2015 inizierà presso il tribunale di Gorizia il terzo processo per le morti di amianto senza che le motivazioni del precedente giudizio siano state rese note;
considerato che:
la motivazione è la parte nella quale sono esposte le ragioni che hanno indotto il giudice a prendere quella decisione e giustificano la stessa;
per una compiuta attività processuale nei successivi gradi di giudizio la motivazione assolve quindi un ruolo centrale ai fini della predisposizione delle scelte difensive successive e un dispositivo, ovvero la parte nella quale è contenuta la decisione del giudice, non sorretto da una motivazione, rende la decisione stessa priva di fondamento logico-giuridico;
nel nostro ordinamento l'obbligo di motivazione è previsto a livello costituzionale all'art. 111 laddove si prevede che "Tutti i provvedimenti giurisdizionali devono essere motivati", come garanzia dei cittadini nei confronti del potere giudiziario e di buona amministrazione della giustizia;
la giustizia deve incardinarsi su binari che si uniformino ai tempi processuali previsti dell'Unione europea e, in ogni caso, che garantiscano la legittima pretesa da parte di ogni cittadino in uno Stato di diritto di potersi difendere in modo appropriato con tutti gli strumenti che l'ordinamento mette loro a disposizione;
si evince dai fatti, dalla stampa e dai dati oggettivi, che il ritardo non ha alcuna spiegazione ed il silenzio appare a giudizio dell'interrogante del tutto ingiustificato,
si chiede di sapere anche in virtù del fatto che già si sono levate dal Parlamento in più occasioni sollecitazioni analoghe alla presente, se il Ministro in indirizzo voglia attivare i poteri di ispezione di cui dispone per accertare per quali ragioni, ad oggi inspiegabili, le motivazioni della sentenza in esame non siano state ancora depositate nonché, qualora ne ravvisi i presupposti e nei limiti di propria competenza, avviare la richiesta di indagini al procuratore generale.
(4-03141)

RANUCCI - *Ai Ministri dell'interno e dei beni e delle attività culturali e del turismo* - Premesso che:
Roma è la capitale d'Italia; è una città che affascina con il suo immenso patrimonio storico e monumentale, dal Colosseo ai fori imperiali fino ad arrivare all'altare della patria, passando per il Pantheon per poi continuare sino ai piedi della scalinata di Trinità dei monti a piazza di Spagna, per poi giungere alla grande piazza del Popolo e così raggiungere castel Sant'Angelo con il suo imponente ponte Vittorio Emanuele con sullo sfondo la città del Vaticano;
da più di 200 anni, durante il periodo delle feste di Natale e Capodanno, bambini ed adulti si danno appuntamento tutti gli anni a piazza Navona, una delle più caratteristiche ed importanti piazze di Roma dove, circondata da una cinta di antichi palazzi e a pochi metri dalla fontana dei Quattro fiumi del Bernini e dalla chiesa di Sant'Agnese in agone del Borromini, ogni Natale trova posto una

meravigliosa e fiabesca giostra d'altri tempi e si viene avvolti dalla tipica atmosfera natalizia che culmina, nella notte tra il 5 e il 6 gennaio, nei tradizionali festeggiamenti dedicati all'Epifania;
negli ultimi anni, in realtà, l'invasione di decine di bancarelle e *camion* di *souvenir*, sciarpe, berretti e bigiotteria, ambulanti della gastronomia su 4 ruote e occasionali venditori di cianfrusaglie stese a terra per turisti e visitatori ha trasformato il tradizionale evento legato strettamente al Natale in una sagra di paese; una delle piazze più frequentate da residenti e turisti, un simbolo della tradizione natalizia nella capitale e nel mondo, è diventato un vero e proprio *suk*; i piccoli presepi, gli addobbi per l'albero di Natale fatti a mano, le calze per i bambini da riempire con i dolciumi non sono più i veri protagonisti;
l'amministrazione del primo Municipio, in accordo con il Campidoglio e con il benestare della Soprintendenza ha deciso di ripristinare il decoro licenziando nel novembre 2014 un nuovo bando che obbliga gli esercenti a vendere oggetti e prodotti strettamente legati alle festività natalizie escludendo tutte le mercanzie che snaturavano la tradizione dell'evento e tutte le attività al limite della legalità; delle 115 postazioni del 2013 quest'anno sono state autorizzate ad aprire 72, circa il 38 per cento in meno;
le associazioni degli ambulanti sono scese in piazza ed hanno deciso di boicottare uno tra i più importanti appuntamenti natalizi della capitale adottando una forma di protesta: neanche coloro che erano autorizzati hanno montato la propria postazione lasciando, di fatto, la piazza vuota;
considerato che:
l'intento del Campidoglio è quello di ripristinare la natura e la tradizione di un mercato deturpato da bancarelle di cianfrusaglie ed il decoro di un museo a cielo aperto qual è Roma e, nel caso particolare, piazza Navona, che rappresenta uno dei suoi scorci più suggestivi soprattutto durante le festività natalizie;
secondo quanto riportato da alcuni organi di stampa, sembrerebbe che circa l'80 per cento delle licenze di chi gestisce i banchi ambulanti in centro, e non solo, siano riconducibili alla famiglia di un consigliere del Popolo della Libertà di Roma capitale, Tredicine, e sembrerebbe che tali licenze, dall' *iter* burocratico molto tortuoso, siano state rilasciate in modo non sempre limpido, grazie alla compiacenza di amministratori e funzionari, permettendo inoltre una proliferazione selvaggia, soprattutto in spregio delle più elementari regole di sicurezza e decoro urbano,
si chiede di sapere:
quali provvedimenti i Ministri in indirizzo intendano adottare, ciascuno nell'ambito delle proprie competenze, per ristabilire e ripristinare legalità, dignità e decoro nella città di Roma, ed in particolare nel suo centro storico, visto il proliferare di bancarelle, di venditori ambulanti di *souvenir*, di bibite e prodotti alimentari, di caldarroste e cianfrusaglie varie, più o meno abusivi, che deturpano e sfigurano queste aree sottoposte a vincoli archeologici e danneggiano il turismo;
se il Ministro dell'interno non intenda intervenire con opportune iniziative al fine di supportare il Comune di Roma capitale ed il Corpo della Polizia municipale nel ripristino del decoro urbano e delle regole di legalità che consentano lo svolgimento del tradizionale mercato natalizio di piazza Navona e dell'evento dell'Epifania affinché adulti e bambini, turisti e residenti, non siano privati di un simbolo delle feste natalizie e della tradizione;
se non ritenga indispensabile fare chiarezza sull'intera vicenda e quali iniziative intenda adottare al fine di accertare le presunte pressioni, denunciate dagli organi di stampa, esercitate dalle associazioni che gestiscono il commercio ambulante nell'area di piazza Navona volte a dettare con atti intimidatori la linea di condotta da seguire impartita agli esercenti.
(4-03142)
DE POLI - *Ai Ministri del lavoro e delle politiche sociali e dello sviluppo economico* - Premesso che:
da recenti notizie di stampa si è venuti a conoscenza che il gruppo commerciale Conad, dopo aver acquisito gran parte dei punti vendita nella zona di Padova, avrebbe manifestato l'intenzione di spostare altrove il centro di smistamento e rifornimento merci, mettendo a rischio il futuro lavorativo di circa 200 operatori del centro logistico ed amministrativo di sua proprietà;
la pesante crisi economica e l'agguerrita concorrenza ai piccoli negozi di prossimità hanno impoverito

il territorio ed ora, con gli spostamenti logistici cui sembra di voler procedere l'azienda, il rischio di una "desertificazione", di un impoverimento e di uno svuotamento del tessuto commerciale e lavorativo si fa sempre più concreto;
le autorità locali e sindacali della zona avrebbero ripetutamente richiesto un incontro con i vertici aziendali, peraltro mai accordato,
si chiede di sapere se i Ministri in indirizzo siano a conoscenza di quali trattative siano in corso e quali siano i reali accordi di compravendita dell'attuale proprietà circa la riorganizzazione che si accinge a realizzare, affinché venga tutelato il diritto al lavoro dei propri dipendenti.
(4-03143)
DI MAGGIO - *Al Ministro dell'interno* - Premesso che:
la clamorosa inchiesta giudiziaria, portata avanti dal procuratore Pignatone, ha sconvolto Roma, arrivando nel cuore del Comune e della Regione: circa 100 indagati e 37 arresti tra imprenditori, politici e dirigenti delle società partecipate;
il fautore di questa maxitruffa ai danni dei cittadini di Roma e del Lazio risulterebbe essere Massimo Carminati, esponente dei NAR e già inquisito per la strage di Bologna. Tramite lui ed il suo "braccio destro" Salvatore Buzzi, uomo delle cooperative sociali, fondatore della società "29 giugno", un serbatoio di voti per qualunque politico che avesse voluto aggredire una fetta importante del consenso sociale, sarebbero state raccolte commesse e appalti per il Comune di Roma e molti di questi appalti risulterebbero essere stati assegnati senza gara;
gli appalti avrebbero riguardato opere di varia entità: dalla costruzione dei campi per i rom, alla gestione dei centri per i profughi. Dalle intercettazioni tra Carminati e Buzzi apparirebbero chiara la matrice e la consistenza degli affari: "interessiamoci dei profughi, soprattutto dei minorenni che costano 91 euro al giorno, contro i 38 degli adulti";
si sarebbero interessati anche della manutenzione delle strade, del verde pubblico, e avrebbero gestito anche l'emergenza della neve a Roma di qualche anno fa;
sempre da intercettazioni, al vaglio degli inquirenti, risulterebbero queste agghiaccianti frasi: "facendo una stima del fatturato dello scorso anno della *holding*, che racchiude circa 60 società per lo più cooperative ed aziende controllate, abbiamo chiuso con 40 milioni di euro di fatturato, gli utili li facciamo sugli zingari, sull'emergenza abitativa e sugli immigrati, con l'immigrazione si guadagna di più che con il narcotraffico";
oggi i profughi e i richiedenti asilo accolti a Roma sono circa 2.581, nel 2014 costeranno allo Stato circa 35 milioni di euro più altri 7 forniti dal Campidoglio. Circa la metà del denaro, fino al giorno dell'arresto del duo Carminati-Buzzi, sarebbe entrata nelle loro tasche;
dagli interrogatori fatti in questi giorni risulterebbe che la prima a parlare è stata la segretaria di Buzzi che avrebbe confermato: "soldi ai politici, così li pagavo";
da un'intervista rilasciata dal Ministro in indirizzo a "Il Messaggero" riguardo allo scioglimento del Comune di Roma per infiltrazioni mafiose, il Ministro ha così risposto: "prima di avventurarci in qualsiasi valutazione occorre studiare la corposa ordinanza del Procuratore Pignatone, solo dopo saremo in grado di prendere una decisione ponderata visto che si tratta, a maggior ragione, della Capitale del nostro Paese. Non si decide con emotività ma a seguito di precise, puntuali e non brevi valutazioni tecniche",
si chiede di conoscere:
se il Ministro in indirizzo fosse già a conoscenza di questo stato di illegalità del Comune di Roma, che sembra andare avanti già da svariati anni;
se non ritenga che il sistema delle aziende municipalizzate debba essere urgentemente riformato;
come e se intenda intervenire affinché il grave problema dei flussi di immigrati e rifugiati venga almeno regolamentato;
se non ritenga necessario commissariare o addirittura attivarsi al fine di sciogliere il Comune di Roma, per dare un segnale forte a tutti i cittadini che pagano le tasse e restituire loro il senso di uno Stato giusto.

(4-03144)

TORRISI - *Al Ministro della salute* - Premesso che:

in Italia si stima che vi siano 300-500.000 casi diagnosticati di pazienti con epatite C", e tra questi molti con malattia avanzata;

a causa della stessa malattia (per il 70 per cento) ogni giorno il nostro Paese conta tra i 20-25 decessi per cirrosi epatica e tumore al fegato;

si tratterebbe, però, di cifre "al ribasso", poiché gli esperti stimano in circa un milione i cittadini che hanno riscontrato l'epatite C, molti dei quali senza nemmeno saperlo;

si tratta di numeri allarmanti che dimostrano come l'epatite C sia ormai una vera e propria malattia sociale;

oggi, di questa malattia si può finalmente guarire grazie a farmaci di nuova generazione, i quali però hanno prezzi molto alti;

è di pochi giorni fa la dichiarazione del direttore dell'Agenzia italiana del farmaco, Luca Pani, il quale ha affermato che "la trattativa per il primo di questi super-farmaci è stata conclusa, ma ora serve un finanziamento speciale", mentre altri 2 farmaci sono ancora in fase di valutazione da parte dell'Aifa, e altrettanti dovrebbero essere approvati dalle autorità competenti;

già da tempo le associazioni onlus EPAC, LILA, NADIR e PLUS affermano che "l'accesso a queste terapie innovative ci darà la possibilità di spazzare via un'intera patologia dal nostro Paese nei prossimi anni. Si tratta di un fatto storico, inimmaginabile sino a qualche anno fa, ma che mai sarà realizzato senza azioni mirate. Curare tutte le persone con epatite C significa anche risparmiare svariati miliardi di euro, spesi per gestire le conseguenze della malattia non curata. Dalle giornate di lavoro persone, ai costi indiretti sostenuti da malati e famiglie". Quindi, "in nessun'altra malattia cronica si può riscontrare un rapporto costo beneficio così vantaggioso in termini di salute, anni di vita produttivi per la società guadagnata, e denaro pubblico risparmiato attraverso queste terapie";

ma i costi per queste cure coi farmaci innovativi, efficaci e con effetti collaterali di scarso rilievo, sono particolarmente esosi. Ciò, allo stato attuale, non consente pertanto a tutti i cittadini affetti da epatite C di accedere alle giuste cure, attuando discriminazioni per cause economiche;

proprio in tal senso, le associazioni chiedono allo Stato un fondo speciale per l'acquisizione dei farmaci salvavita;

nel mese di settembre 2014 le stesse associazioni, in rappresentanza dei malati, hanno chiesto ai Ministri della salute dei Paesi europei una risposta concreta e unanime al problema. L'appello era finalizzato ad invitare le aziende farmaceutiche produttrici dei nuovi farmaci per HCV e i Governi a mettere in atto pratiche e rapide soluzioni, ovvero a trovare i necessari accordi economici per dare accesso ai farmaci a tutti i pazienti senza fare alcuna discriminazione;

il 4 novembre 2014, è stato presentato alla Camera un atto di sindacato ispettivo (3-01133) al Ministro in indirizzo, a prima firma dell'onorevole Anna Margherita Miotto e cofirmata da altri 23 colleghi, che chiedeva se si intendesse "predisporre iniziative urgenti volte a far sì che si possa arrivare in ambito europeo ad una determinazione unica del prezzo effettivo dei farmaci valevole in tutti i Paesi dell'Unione europea", e nel caso specifico del medicinale Sovaldi (sofosbuvir) contro l'epatite C, quali iniziative intendesse assumere "non solo per garantire l'accesso al farmaco Sovaldi a carico del sistema sanitario nazionale a più pazienti possibile, ma anche i tempi di pubblicazione del piano nazionale delle epatiti virali",

si chiede di sapere:

se il Ministro in indirizzo intenda quantificare verosimilmente il numero delle persone infette da epatite C in Italia, e non solo coloro che si trovano in una fase cronica e grave della malattia;

quali iniziative siano in corso per prevedere e programmare le somme necessarie da mettere a bilancio a partire dal 2015, e per gli anni successivi, affinché si garantisca egualmente l'accesso al farmaco a tutti i cittadini che ne necessitano e necessiteranno, inserendole nel piano nazionale per la lotta alle epatiti virali.

(4-03145)

Mauro Maria MARINO - *Al Ministro dell'economia e delle finanze* - Premesso che:
si apprende dagli organi di stampa che la Procura di Cuneo ha notificato il proseguimento di indagini sui vertici della fondazione Cassa di risparmio della città a 6 dei 7 attuali componenti del consiglio d'amministrazione, oltre che a un componente dimissionario e al segretario generale, con le accuse di appropriazione indebita, falso ideologico, ostacolo agli organi di vigilanza e frode fiscale;
le vicende giudiziarie, che vedono coinvolti gli esponenti apicali della fondazione dal 2010, sono state oggetto negli anni di molteplici iniziative parlamentari, alle quali non è seguito alcun provvedimento di ispezione effettiva da parte del Ministero dell'economia e delle finanze;
il protrarsi di tale grave situazione ha causato la seria preoccupazione e in alcuni casi l'indignazione di numerosi cittadini, non solo piemontesi, che hanno chiesto con fermezza ad alcuni esponenti parlamentari di intervenire su un ente che costituisce la settima fondazione bancaria italiana, detenendo il 25 per cento di Ubi-Banca regionale europea e un ingente patrimonio accumulato in oltre 150 anni di storia;
considerato che un potenziale intreccio di interessi tra dimensione privata, finanza e politica pregiudicherebbe il buon funzionamento di un ente che, nato con l'obiettivo di incentivare il risparmio, dovrebbe fondare la propria responsabilità istituzionale sul valore della trasparenza, nella gestione di un patrimonio la cui titolarità appartiene all'intera comunità di riferimento,
si chiede di sapere quali iniziative siano state adottate dal Ministro in indirizzo titolare della vigilanza sulla fondazione e quali azioni intenda tempestivamente avviare, anche attraverso specifiche ispezioni, per risolvere una situazione che da anni crea perplessità nell'opinione pubblica, al fine di fornire risposte concrete a una crescente domanda di chiarezza sull'operato della fondazione Cassa di risparmio di Cuneo, che rappresenta una delle colonne portanti dell'economia piemontese.
(4-03146)

AMORUSO - *Al Presidente del Consiglio dei ministri* - Premesso che:
il 30 novembre 2014 il Presidente del Consiglio dei ministri ha dichiarato, a proposito dell'ILVA di Taranto, che il Governo sta valutando "se intervenire con un soggetto pubblico per rimettere in sesto l'azienda per due o tre anni, difendere l'occupazione, tutelare l'ambiente e poi rilanciarla sul mercato";
è poi intervenuto il Ministro dell'ambiente e del territorio e del mare affermando che, se le ipotesi d'acquisto da parte di privati oggi non fossero in grado di assicurare il risanamento ambientale e la competitività produttiva, allora l'ipotesi di un intervento ponte dello Stato per rimettere in sesto azienda e ambiente e poi rilanciarla sul mercato sarebbe plausibile;
la crisi dell'Ilva sta raggiungendo un punto di non ritorno e per questo, a parere dell'interrogante, il Governo non può fermarsi alla politica degli annunci ma deve fare un passo concreto, dopo anni di giri a vuoto, ed offrire al territorio ionico una prospettiva concreta che garantisca le aspettative per il futuro dei lavoratori e segni un cambio di passo sul fronte sanitario, realizzando un programma serio di risanamento ambientale;
ogni azione riguardante l'ILVA deve essere finalizzata a garantire la piena produttività dello stabilimento e anche ad offrire una risposta concreta a tutta l'imprenditoria locale dell'indotto;
in un contesto economico di forte crisi sia a livello nazionale che, ancor di più, nel Mezzogiorno, la crisi del polo siderurgico di Taranto ha raggiunto livelli non più tollerabili,
si chiede di sapere:
con quali tempi e modalità il Governo intenda avviare la concreta fase di valutazione e di approfondimento sul piano prospettato;
se vi siano le risorse necessarie e in che termini si intenda redigere un cronoprogramma per l'effettivo inizio dell'*iter* prospettato.
(4-03147)

STUCCHI - *Al Ministro dell'interno* - Premesso che a quanto risulta all'interrogante:
a Cividate Al Piano, in provincia di Bergamo, sono stati aggrediti nella serata di martedì 9 dicembre 2014, un uomo di 72 anni, Giovanni Balestra, e il figlio di 45 anni, Giovanni;
alcuni ladri si sono introdotti nell'azienda della famiglia, la "BM Costruzioni meccaniche",

scavalcando una recinzione;
mentre i malviventi tentavano di concludere il furto sono stati sorpresi dai proprietari, che stavano ancora lavorando all'interno della fabbrica;
si è scatenata una feroce colluttazione, durante la quale il proprietario e il figlio sono stati colpiti con inaudita violenza;
i 2 malcapitati proprietari della "BM" sono stati trasportati all'ospedale "Niguarda" di Milano: il padre in fin di vita e il figlio con fratture al braccio e al setto nasale;
i ladri, in 3 e con accento dell'est Europa, sono fuggiti a bordo di un furgoncino dell'azienda;
vista la precaria situazione della sicurezza pubblica, nonostante l'impegno profuso dalle forze dell'ordine operanti *in loco*, l'amministrazione comunale di Cividate Al Piano ha deciso di predisporre pattugliamenti serali straordinari da parte degli agenti della polizia locale;
nella provincia di Bergamo si registra infatti un notevole incremento dei fenomeni di criminalità,
si chiede di sapere se il Ministro in indirizzo ritenga opportuno predisporre un maggiore controllo del territorio da parte delle forze dell'ordine, anche tramite l'invio di nuovo personale in aggiunta a quello attivo nella zona di Cividate Al Piano, al fine di evitare il ripetersi di episodi simili a quelli descritti in premessa.
(4-03148)

MIRABELLI - *Al Ministro dello sviluppo economico* - Premesso che:
l'IVASS (Istituto per la vigilanza sulle assicurazioni) ha condotto un'"Indagine sui siti commerciali di comparazione delle polizze RC autoveicoli", finalizzata a verificare il livello di trasparenza delle informazioni rese al pubblico, i criteri di confronto e l'esistenza di possibili conflitti di interesse che possono influenzare il risultato della comparazione, con l'obiettivo di assicurare la tutela dei consumatori;
dall'indagine sono emersi alcuni profili di criticità per i consumatori legati all'esistenza di conflitti di interesse nella operatività dei siti, alle modalità di formazione delle graduatorie e alla trasparenza e correttezza dei messaggi pubblicitari;
per rimuovere tali criticità l'IVASS è intervenuto nei confronti degli intermediari assicurativi che gestiscono i 6 siti oggetto di verifica, chiedendo loro di adottare misure correttive entro la data del 31 gennaio 2015;
considerato che:
l'IVASS ha segnalato che tra i siti commerciali di comparazione delle polizze RC autoveicoli attualmente attivi l'unico sito completo è "tuopreventivatore" gestito dallo stesso IVASS e dal Ministero dello sviluppo economico rilevando, tra l'altro, che altri siti comparano prevalentemente i prodotti di un ristretto numero di imprese con cui hanno stipulato accordi e da cui percepiscono provvigioni in relazione a ciascun contratto stipulato;
è pratica diffusa dei siti commerciali abbinare alla garanzia RC auto coperture accessorie non richieste dal consumatore, costringendolo a deselezionarle in un momento successivo. Ciò può essere motivato dal fatto che le imprese di assicurazione *partner* in genere riconoscono ai siti, in caso di abbinamento, ulteriori provvigioni;
inoltre, sempre secondo l'indagine IVASS, i siti commerciali fanno largo uso di messaggi pubblicitari formulati in modo da ingenerare nei consumatori il convincimento di poter ottenere notevoli risparmi e di acquistare il miglior prodotto, ma non indicano i criteri di valutazione delle imprese e dei prodotti né le basi di calcolo del risparmio promesso;
considerato, inoltre, che:
la polizza più economica può anche non essere la più adeguata alle esigenze assicurative del richiedente e oggi i meccanismi comparativi sono basati esclusivamente sul prezzo della polizza, senza tenere conto delle condizioni contrattuali (quali, ad esempio, massimali di garanzia, franchigie, diritti di rivalsa, esclusioni e limitazioni della copertura); così come risultano comparati prodotti con clausole diverse;
in Italia negli ultimi anni si è registrato un notevolmente aumento del numero dei soggetti che

circolano con veicoli privi di assicurazione, ciò anche a causa delle difficoltà economiche e dei prezzi delle assicurazioni non sempre accessibili per tutti,
si chiede di sapere:
in considerazione delle conclusioni a cui è pervenuta l'indagine condotta dall'IVASS, se il Ministro in indirizzo non ritenga opportuno, entro i limiti di propria competenza, proporre a tutte le compagnie assicurative un unico testo contrattuale RC autoveicoli di riferimento contenente le garanzie di base che assolvono all'obbligo di legge, a cui possa far riferimento tutto il mercato per un confronto di prezzo oggettivo mediante accesso all'unico sito pubblico non commerciale "tuopreventivatore", ferma la libertà delle imprese e degli intermediari di aggiungere personalizzazioni nell'offerta rispondenti alle effettive esigenze del cliente;
se, fra le iniziative volte a favorire la concorrenza, come raccomandato anche dall'AGCM (autorità garante della concorrenza e del mercato), non ritenga opportuno avviare una campagna mediatica per informare adeguatamente i consumatori che l'unico sito pubblico non commerciale che compara tutte le imprese è quello gestito dall'IVASS e dal Ministero dello sviluppo economico.
(4-03149)

LAI - *Ai Ministri della difesa e dell'istruzione, dell'università e della ricerca* - Premesso che a quanto risulta all'interrogante:
l'Ersu (ente regionale per il diritto allo studio di Sassari) deve procedere alla realizzare di un *campus* universitario, ovvero una residenza universitaria per studenti dotata di ogni servizio per le attività culturali e sportive;
per la realizzazione di tale importante opera è già disponibile un finanziamento di circa 40 milioni di euro di cui circa 20 milioni vincolati dal consiglio d'amministrazione dell'Ersu il 20 dicembre 2010 unicamente per la realizzazione del progetto *campus* e 20 milioni concessi appositamente dal CIPE mediante fondi Fas (fondo per le aree sottoutilizzate) per il quale è disponibile un finanziamento di circa 40 milioni di euro;
lo stesso Ersu ha predisposto un bando per l'acquisto di un 'area da destinare alla realizzazione del *campus*, idonea per il nuovo complesso residenziale studentesco;
rilevato che per tale struttura la dislocazione più adeguata viene considerata l'area dell'ex Semoleria Azzena, adiacente alle principali strutture dell'ateneo e possibilmente integrata con la città;
considerato che:
in alternativa a tale sito il sindaco di Sassari ha proposto di realizzare il nuovo *campus* nell'area della caserma "La Marmora", sede storica della brigata Sassari, parzialmente utilizzata e situata nella zona centrale della cittá;
tale ipotesi ha raccolto il consenso dei commercianti e dei residenti del centro, in quanto la presenza del complesso residenziale studentesco creerebbe le condizioni per rivitalizzare il commercio di tale area, consentendo, al contempo, agli studenti di poter fruire di una struttura e di servizi allocati in una posizione centrale;
considerato che secondo quanto comunicato dal sindaco, una parte della suddetta area, sarebbe già disponibile per usi civili e l'eventuale trasferimento della caserma dal patrimonio statale a quello regionale consentirebbe di realizzare il nuovo *campus* con un significativo risparmio di risorse economiche,
si chiede di sapere:
se ai Ministri in indirizzo risulti che le istituzioni locali abbiano già avanzato una richiesta formale o informale in merito alla disponibilità della struttura e se in merito a tale questione siano intercorse comunicazioni tra l'amministrazione militare e le autorità civili locali;
se risulti che attualmente la caserma La Marmora di Sassari sia utilizzata interamente o solo parzialmente per le finalità istituzionali del Ministero della difesa;
se la caserma La Marmora sia tra i beni vincolati dalla Soprintendenza e se i vincoli siano estesi a tutto o a parte dell'edificio;
se sia stata effettuata una stima del valore dell'immobile;

qualora tale caserma fosse utilizzata solo in parte, se non ritengano utile ed opportuno attivarsi con la massima sollecitudine per far si ché tale struttura possa essere destinata parzialmente o interamente ad alloggi e servizi per studenti universitari, attraverso il trasferimento del bene alla Regione ai sensi dell'art.14 dello Statuto Speciale, riallocando in altro immobile le funzioni ancora presenti nella caserma con oneri a carico dello stessa Regione Sardegna;
qualora tale ipotesi fosse percorribile, entro quali tempi si preveda possa avvenire il trasferimento del bene dal patrimonio statale a quello regionale.
(4-03150)

DE POLI - *Al Presidente del Consiglio dei ministri e al Ministro dell'interno* - Premesso che:
il 10 dicembre 2014 in un centro di accoglienza a Monselice, in provincia di Padova, sono stati portati 54 profughi siriani arrivati nella notte: tra di loro, diverse famiglie e anche 8 bambini in fuga dalla guerra civile e dagli assalti dell'Isis. Per molte ore si sono rifiutati di farsi prendere le impronte digitali, evitando così l'identificazione;
le norme europee sui richiedenti asilo infatti prevedono che la richiesta debba essere fatta nel Paese in cui avviene l'identificazione. Se fossero identificati a Padova dovrebbero attendere che la loro domanda venga esaminata e accolta in Italia per poi ottenere il permesso di soggiorno come rifugiati: essi invece sono diretti nel nord Europa dove hanno parenti o amici;
l'Europa non aiuta lo spostamento di questi profughi e "scarica" sull'Italia un problema collettivo. Infatti, la posizione geografica fa si che l'Italia, con i suoi 7.000 chilometri di coste, sia il primissimo approdo per queste popolazioni che però hanno legami molto stretti con parenti ed amici in altri Paesi d'Europa, ed è lì che vogliono andare per richiedere asilo politico;
il regolamento (UE) n. 604/2013, detto regolamento Dublino III, stabilisce i criteri ed i meccanismi di determinazione dello Stato membro competente per l'esame di una domanda di protezione internazionale presentata in uno degli Stati membri da un cittadino di un Paese terzo o da un apolide. Esso modifica alcune delle disposizioni previste per la determinazione dello Stato membro competente all'esame della domanda di protezione internazionale come, ad esempio, dando agli Stati e non alle persone la facoltà di decidere dove la persona debba presentare la domanda;
tale regolamento impedisce, in tal modo, ai migranti di esercitare il diritto di asilo politico nel Paese europeo di loro scelta e non solamente nel Paese di sbarco e identificazione;
ne consegue che i 54 profughi siriani arrivati nella notte a Padova, secondo le norme europee devono fare richiesta di asilo all'Italia, dove avviene l'identificazione,
si chiede di sapere se il Governo non ritenga opportuno avviare ogni possibile trattativa con l'Unione europea, sfruttando l'opportunità di presidenza del semestre italiano a Bruxelles, per porre sul tavolo la questione dei profughi, valutando la possibilità di rivedere le disposizioni del regolamento (CE) n. 604/2013. Tale regolamento, infatti, conduce a una distribuzione ineguale delle richieste di asilo tra gli Stati membri, con una situazione di particolare onere per l'Italia, tenendo conto del fatto che il flusso ininterrotto di profughi ha come destinazione finale non l'Italia ma gli altri Paesi europei.
(4-03151)

Mauro Maria MARINO - *Al Ministro dello sviluppo economico* - Premesso che:
nel mese di agosto 2014 è stata pubblicata la graduatoria per l'anno 2014 degli impianti ammessi al godimento degli incentivi statali per la produzione di energia da fonti rinnovabili;
l'accesso al sistema premiale è stato curato dal Gestore Servizi Energetici (G.S.E.) in applicazione del decreto 6 luglio 2012 del Ministro dello sviluppo economico. L'esito della selezione ha tuttavia suscitato accese polemiche e numerosi sono i titolari degli impianti esclusi dalla graduatoria "utile" che hanno già adito la magistratura; a non essere condivisa è in particolare l'interpretazione che il Gestore ha fornito del criterio di priorità di cui al punto *f)* dell'art. 10, comma 3, nella parte in cui riconosce un diritto di precedenza agli impianti che risultano già iscritti "al precedente registro";
per effetto di un'interpretazione eccessivamente rigorosa e testuale il criterio citato è stato ritenuto sussistente in capo a tutti gli impianti già iscritti all'atto della selezione al "registro precedente", indipendentemente dalla circostanza che tale iscrizione risultasse anche in altri e più risalenti registri;

la conseguenza è stata la sostanziale equiparazione tra impianti con una più risalente anzianità di iscrizione e impianti di più recente iscrizione e il conseguente riconoscimento di un valore decisivo al criterio, normativamente subordinato, della "minore potenza degli impianti" (art. 10, comma 3 lettera *g*). Ciò è dimostrato dai risultati della recente selezione, i quali evidenziano la collocazione ai vertici della graduatoria di impianti aventi minore anzianità di iscrizione, ma dotati, rispetto a quelli concorrenti e non assegnatari degli incentivi (impianti di cui alla Tabella C) di una minore potenza;
i ricorsi già annunciati rischiano di esporre il GSE e, di conseguenza, l'erario a serie ripercussioni economiche: pare infatti che i danni patrimoniali prospettati dagli impianti estromessi siano quantificabili in diversi milioni di euro;
considerato che:
come chiaramente emerge dalla lettura del testo normativo, i primi 4 criteri di scelta assegnano un vantaggio nella corsa agli incentivi a impianti di piccola potenza, poco remunerativi perché caratterizzati da "salti" modesti: si tratta per lo più di impianti realizzati solo per ottenere gli incentivi e il modesto numero di quelli realizzati prima del decreto ne sono una evidente dimostrazione;
nelle ultime graduatorie gli impianti di questa tipologia che hanno ottenuto l'accesso all'incentivazione sono stati l'89 per cento del totale, penalizzando gli impianti ad alto salto ad acqua fluente tipici dell'arco alpino;
il sistema così delineato ha comportato di fatto un maggior onere per lo Stato a parità di produzione di energia elettrica da fonte idraulica;
i dati a disposizione dimostrano che l'onere annuale sostenuto dallo Stato per incentivare gli impianti rientrati nei registri degli ultimi 3 anni è di 163 milioni di euro.
per lo stesso periodo, una modulazione degli incentivi attenta a un maggiore equilibrio tra le varie fasce di potenza avrebbe consentito una riduzione dell'onere statale pari 127 milioni di euro (per un minor esborso annuale di 35 milioni di euro che corrispondono a 860 milioni di euro per l'intero periodo incentivante di 25 anni). Addirittura, se gli incentivi venissero estesi per i prossimi 6 anni, con la nuova rimodulazione, il minor onere per lo Stato ammonterebbe a 1.700.000.000 euro,
si chiede di sapere:
se il Ministro in indirizzo non ritenga di dover chiarire l'esatta definizione del criterio contenuto nel già citato art. 10, comma 3, lettera *f*) con il conseguente ripristino della priorità gerarchica rispetto a quello di cui alla successiva lettera *g*);
se non ritenga opportuno intervenire in tempi rapidi sull'attuale sistema delle priorità, al fine di assicurare l'accesso agli incentivi a impianti di tutte le fasce di potenza, così da garantire un rapporto più equilibrato tra produttività, costi ed efficienza.
(4-03152)
RICCHIUTI - *Al Ministro dell'economia e delle finanze* - Premesso che:
l'art. 3-*ter*, comma 3, del decreto legislativo n. 502 del 1992 sull'ordinamento delle aziende sanitarie locali, prevede che il collegio sindacale duri in carica 3 anni. Esso è composto da 5 membri, di cui 2 designati dalla Regione, uno designato dal Ministro del tesoro, del bilancio e della programmazione economica (oggi MEF), uno dal Ministro della sanità e uno dalla Conferenza dei sindaci; per le aziende ospedaliere quest'ultimo componente è designato dall'organismo di rappresentanza dei comuni. I componenti del collegio sindacale sono scelti tra gli iscritti nel registro dei revisori contabili istituito presso il ministero di Grazia e giustizia, ovvero tra i funzionari del Ministero dell'economia e delle finanze che abbiano esercitato per almeno 3 anni le funzioni di revisori dei conti o di componenti dei collegi sindacali;
la medesima disposizione prevede altresì che il collegio sindacale verifichi l'amministrazione dell'azienda sotto il profilo economico, vigili sull'osservanza della legge e accerti la regolare tenuta della contabilità e la conformità del bilancio alle risultanze dei libri e delle scritture contabili, nonché, effettui periodicamente verifiche di cassa (art. 3-*ter*, comma 1, lett. *a)*, *b)*, *c)*);
il medesimo collegio sindacale è tenuto a riferire, almeno trimestralmente alla Regione, anche su richiesta di quest'ultima, sui risultati del riscontro eseguito, denunciando immediatamente i fatti se vi è

fondato sospetto di gravi irregolarità. Esso trasmette periodicamente, e comunque con cadenza almeno semestrale, una propria relazione sull'andamento dell'attività dell'unità sanitaria locale o dell'azienda ospedaliera rispettivamente alla Conferenza dei sindaci o al sindaco del comune capoluogo della provincia dove è situata l'azienda stessa (art. 3-*ter*, comma 1, lett. *d)*);
per legge, i componenti del collegio sindacale possono procedere ad atti di ispezione e controllo, anche individualmente (art. 3-*ter*, comma 2);
le disposizioni citate sono molto rilevanti nel contesto italiano, se si considera che 8 regioni su 20 hanno in essere piani di rientro sanitario (Piemonte, Sicilia, Calabria, Puglia, Campania, Abruzzo, Molise e Lazio). In Italia la spesa sanitaria *pro capite* non è particolarmente elevata rispetto alla media europea, ma esistono enormi divari di qualità del servizio e di efficienza di gestione;
è dunque interesse collettivo che la revisione contabile e il controllo di legalità nelle ASL sia scrupoloso e lontano da ogni fenomeno di opacità o, peggio, d'illegalità;
il citato decreto legislativo non prevede alcun ordine gerarchico tra i membri del collegio sindacale e non mette limite alcuno al tipo di documentazione che essi possano prendere in esame nelle ispezioni, né prescrive particolari modalità dell'ispezione medesima che deve essere volta unicamente a un controllo efficace;
infine, i membri del collegio sindacale sono tenuti allo scrupoloso obbligo di riservatezza sui dati che vengono a conoscere in ragione del concreto esercizio delle loro funzioni,
si chiede di sapere:
se il Ministro in indirizzo disponga dei dati sull'andamento dei conti delle aziende sanitarie della Regione Lombardia, anche ai fini del monitoraggio sui livelli essenziali di assistenza;
quali siano i criteri scelti per i membri dei collegi sindacali delle ASL lombarde di nomina ministeriale.
(4-03153)

RICCHIUTI - *Al Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca* - Premesso che:
su "il Fatto quotidiano" del 28 novembre 2014, a pagina 11, a firma di Gianni Barbacetto, è comparso un articolo dal titolo "Il PRG disegnato dai corrotti diventa un titolo accademico";
nel pezzo del cronista si fa riferimento all'esito di 2 concorsi universitari per diventare professore associato al Politecnico di Milano. Proprio in uno di questi concorsi, sembrerebbe essersi collocato in posizione favorevole, un candidato, nel cui *curriculum* figurerebbero i lavori di progettazione del piano di governo del territorio di Desio (Monza e Brianza);
inoltre, nella commissione di tale concorso sarebbe stato presente un professore ordinario, il quale a sua volta avrebbe concorso a redigere il piano di governo del territorio Giussano (Monza e Brianza);
risulta, peraltro, che i piani urbanistici di Desio e Giussano siano stati giudicati da un provvedimento giudiziario, funzionali agli interessi di persone imputate di gravi reati contro la pubblica amministrazione. Il provvedimento riguardava direttamente l'ex assessore regionale Massimo Ponzoni, ma non gli architetti, tuttavia, il Giudice per le indagini preliminari ha utilizzato parole non lusinghiere relative alla loro deontologia professionale;
pertanto, secondo l'articolo, il peso dato al titolo professionale sarebbe stato maggiore rispetto ai titoli scientifici e bibliografici propriamente detti, tanto che, nel secondo concorso, un'altra candidata, che invece aveva requisiti accademici notevoli, sarebbe rimasta esclusa;
l'esito dei concorsi ha indotto un altro docente, il professor Arturo Lanzani, esimio professore del medesimo Politecnico, a rassegnare le dimissioni dalla commissione scientifica del dipartimento di architettura e studi urbani, proprio in ragione della scarsa attenzione ai profili di rigore accademico e di civismo disciplinare che sono emersi nella vicenda,
si chiede si sapere:
se il Ministro in indirizzo sia a conoscenza dei fatti esposti in premessa;
se risulti che nei casi indicati siano state modificate le regole concorsuali a procedura aperta;
quali siano, nell'ambito dei concorsi universitari, i consueti parametri ministeriali di valutazione dei titoli diversi dalle pubblicazioni scientifiche propriamente dette.

(4-03154)

PANIZZA - *Ai Ministri dello sviluppo economico e della giustizia* - Premesso che:

le novità introdotte alla legge fallimentare (di cui al Regio decreto n. 267 del 1942) dal decreto-legge n. 83 del 2012, il cosiddetto decreto sviluppo, hanno avuto solo in parte effetti positivi;

in particolare l'istituto del concordato con continuità aziendale di cui all'art. 186-*bis* della legge fallimentare è nato con il proposito di tutelare la continuità aziendale dell'impresa;

il concordato preventivo è stato però spesso utilizzato con finalità differenti e strumentali, anche ai fini elusivi e di concorrenza;

la procedura offre purtroppo ampi spazi ad abusi, in quanto consente il "saldo a stralcio" delle posizioni debitorie, diventando così anche mezzo di concorrenza sleale a scapito della maggioranza delle imprese sane ed oneste;

per questi motivi l'utilizzo del concordato con continuità aziendale deve essere attentamente monitorato e fortemente limitato per non produrre, come troppe volte è successo, effetti devastanti opposti a quelli che volevano essere perseguiti;

infatti, la stragrande maggioranza degli abusi, soprattutto in alcune zone d'Italia, si concretizza nell'utilizzo distorto dei concordati "in bianco", depositati (il 90 per cento) solo ai fini dilatori, ed anche nell'omologazione dei concordati "truffa" per i piccoli creditori chirografari, con previsione di percentuali ridicole (anche sotto il 5 per cento); tutto ciò sfruttando il voto delle banche (che spesso già vantano una fetta consistente di credito in privilegio, ma che possono votare per la loro porzione di credito "degradato" o "chirografario") e con la connivenza di consulenti senza troppi scrupoli e l'eccessiva tolleranza di alcuni magistrati;

è evidente che una percentuale così bassa, quand'anche venisse incassata, provoca spesso il fallimento delle imprese creditrici; in sostanza la ditta in difficoltà scarica sulle imprese creditrici i propri debiti, con tutte le conseguenze del caso;

in molti casi vengono costituite "*new company*", intestate a prestanome, per ripartire con un azzeramento dei debiti;

in particolare, la possibilità di presentare un concordato in bianco, senza alcuna indicazione circa l'offerta proposta ai creditori, si presta a molteplici abusi;

spesso il concordato in bianco è stato utilizzato come strumento per ottenere un rinvio legittimo della decisione sui ricorsi per la dichiarazione di fallimento, ovvero per bloccare le esecuzioni individuali dei creditori;

in taluni casi appare più uno strumento legale per congelare i debiti e continuare ad operare all'interno del mercato, che non come uno strumento per liquidare il massimo possibile evitando la procedura fallimentare che inevitabilmente diluisce i tempi di pagamento;

la legge non prevede nulla se, alla fine della procedura, il concordato non viene omologato e comunque se i creditori si ritrovano a dover agire per la dichiarazione di fallimento dell'impresa dopo aver atteso circa 6 mesi o più dalla richiesta di ammissione al concordato preventivo stesso;

ai fini dell'omologazione del concordato, il voto delle banche risulta sproporzionato nell'ottenimento dei voti decisivi per fa approvare concordati con percentuali risibili;

rilevato che:

con riferimento agli appalti pubblici, è consentito all'impresa ammessa alla procedura di concordato preventivo la partecipazione alle gare di appalto, purché presenti 2 requisiti: la relazione di un professionista che attesti la conformità al piano e la ragionevole capacità di adempimento del contratto e la garanzia di un'impresa terza, avente i requisiti di carattere generale, di capacità tecnica, finanziaria, economica che garantisca per l'impresa in concordato (tramite l'istituto dell'avvalimento);

tale ultima particolarità mal si concilia con la natura "fiduciaria" che sta alla base di alcune tipologie di affidamento di appalti pubblici (cottimi e procedure negoziate), per le quali l'ente pubblico seleziona i concorrenti da invitare in base a criteri e requisiti del concorrente stesso che sono strettamente connessi alla natura fiduciaria;

pertanto, si ritiene che, quantomeno per le gare di appalto con procedura ristretta (a mezzo di invito

diretto da parte delle stazione appaltante), la partecipazione delle imprese ammesse a concordato debba essere preclusa;
in questa direzione era andata la Provincia autonoma di Trento con la circolare n. 452836/d330/1.1.-2010-70 del 20 agosto 2013, ma il T.R.G.A. (tribunale regionale di giustizia amministrativa) di Trento, con la sentenza n. 58 del 2014, ha annullato parte della circolare, vanificando gli sforzi fatti a livello locale e liberalizzando la partecipazione alle gare di appalto per le imprese ammesse al concordato con continuità;
a questo punto a giudizio dell'interrogante non è più rinviabile un intervento legislativo correttivo di tali distorsioni, che stanno portando alla morte di molte, troppe, piccole e medie imprese incolpevoli e alla perdita di migliaia di posti di lavoro,
si chiede di sapere:
se il Ministro in indirizzo non ritenga di dover intervenire nell'ambito delle proprie attribuzioni sulla normativa attualmente vigente in materia di concordato preventivo, al fine di introdurre nuove norme per evitare distorsioni ed abusi da parte degli imprenditori che accedono alle procedure di concordato preventivo;
in particolare, se non ritenga opportuno abolire *tout court* l'istituto del concordato cosiddetto "in bianco";
se non ritenga di dover introdurre l'inderogabilità di una soglia percentuale (minimo 20 per cento) per il pagamento dei crediti chirografari, quale deterrente contro gli abusi dello strumento concordatario;
se non ritenga opportuno, quantomeno alle gare di appalto con procedura ristretta (a mezzo di invito diretto da parte delle stazione appaltante), precludere la partecipazione delle imprese ammesse a concordato preventivo.
(4-03155)

MARINELLO - *Al Ministro della giustizia* - Premesso che:
la legge n. 67 del 2014, relativa a deleghe al Governo in materia di pene detentive non carcerarie e di riforma del sistema sanzionatorio, ha introdotto l'istituto della messa alla prova anche per i maggiorenni;
il provvedimento, in linea con la funzione rieducativa della pena, sta avendo effetti alquanto positivi perché consente a chi si è macchiato di reato di basso allarme sociale di attivare condotte riparatorie o risarcitorie in favore della collettività;
la normativa individua l'Ufficio per l'esecuzione penale esterna competente al trattamento quello ricadente nel circondario ove il prevenuto, l'indagato o l'imputato ha la residenza;
non contempla il caso o i casi in cui l'imputato sia residente o stabilmente domiciliato all'estero, ma comunque all'interno dei Paesi dell'Unione europea;
ritenuto che ciò a parere dell'interrogante è particolarmente grave, poiché, in un momento storico di forte mobilità delle persone, specie dei giovani, anche e soprattutto per motivi di lavoro, appare assai discriminante consentire ai soli residenti nel territorio italiano di beneficiare degli effetti favorevoli di tale istituto, che consistono in primo luogo nell'estinzione del reato,
si chiede di sapere per quali motivi non sia contemplata anche la casistica riferita ad un imputato residente o stabilmente domiciliato all'estero, ma comunque all'interno dei Paesi dell'Unione europea e se il Ministro in indirizzo non ritenga opportuno intervenire, rapidamente, per modificare tale lacuna normativa.
(4-03156)

CARIDI - *Al Ministro dell'interno* - Premesso che:
il 28 novembre 2014 il presidente del Consiglio dei ministri, Matteo Renzi, si è recato in visita istituzionale presso gli stabilimenti dell'Ansaldo-Breda di Reggio Calabria, accompagnato dall'amministratore di Finmeccanica, Mauro Moretti;
il firmatario del presente atto di sindacato ispettivo, in qualità di parlamentare eletto in Calabria e componente della 10ª Commissione permanente (Industria, commercio, turismo) del Senato della Repubblica, il giorno precedente aveva espresso alla Presidenza del Consiglio dei ministri la volontà di

partecipare;
sollecitato da numerosi lavoratori e rappresentanti istituzionali del territorio, l'interrogante si è recato presso gli stabilimenti dell'Ansaldo-Breda, che rappresenta un fiore all'occhiello del tessuto industriale della Calabria, per assistere alla visita del presidente del Consiglio dei ministri, ma il servizio d'ordine gli ha impedito, inspiegabilmente, la partecipazione all'evento;
considerato che:
nonostante il divieto d'ingresso all'interrogante all'interno dell'Ansaldo-Breda, venivano fatti accomodare ex parlamentari, ex consiglieri regionali e rappresentanti locali del Partito democratico, che molto probabilmente avevano a giudizio dell'interrogante un interesse minore a partecipare rispetto all'interrogante, capogruppo del Nuovo Centro Destra, partito di maggioranza di Governo, presso la 10ª Commissione permanente del Senato;
un tale comportamento del servizio d'ordine a parere dell'interrogante non è degno non soltanto del normale vivere civile, ma non risulta consono neanche al dovuto garbo istituzionale;
tenuto conto che si rende necessario un chiarimento nell'ambito delle prerogative parlamentari,
si chiede di sapere:
se il Ministro in indirizzo non ritenga opportuno attivarsi per chiarire la verità sui fatti, individuare le responsabilità e azionare i dovuti provvedimenti sanzionatori;
se non ritenga opportuno rendere pubblici i nominativi del servizio d'ordine, gli elenchi delle persone invitate, il metodo di selezione degli invitati, le persone effettivamente presenti alla visita del presidente del Consiglio dei ministri Renzi presso gli stabilimenti dell'Ansaldo-Breda di Reggio Calabria.
(4-03157)
GAETTI, SERRA, MONTEVECCHI, BLUNDO, MARTON - *Al Ministro dei beni e delle attività culturali e del turismo* - Premesso che:
il museo civico polironiano del Comune di San Benedetto Po (Mantova) si trova all'interno del complesso monastico del Polirone, fondato nel 1007 dal nonno della contessa Matilde di Canossa, di cui fanno parte la chiesa abbaziale riedificata da Giulio Romano nel XVI secolo, il refettorio monastico e i 3 chiostri, quello dei secolari, quello di S. Simeone e quello di S. Benedetto;
San Benedetto Po grazie alla sua storia e ai suoi monumenti è diventato una meta rinomata tra i turisti e, come eccellenza artistica e culturale d'Italia, nel 2010 ha ottenuto il riconoscimento di "uno dei borghi più belli d'Italia", nel 2012 comune "gioiello d'Italia" dal Ministero del turismo, nel 2013 a causa del terremoto è stato proposto come uno dei 7 siti più a rischio in Europa (progetto "7 most endangered" di "Europa nostra"), nel 2014 ha ottenuto la bandiera gialla di A.C.T.Italia (Associazione campeggiatori turistici d'Italia) per il turismo itinerante ed è stata presentata la sua candidatura come sito Unesco;
il monastero di Polirone, che fa parte della rete dei monasteri cluniacensi con le abbazie di Cluny e di Montecassino, fu molto amato da Matilde di Canossa e amministrato con passione dai Gonzaga: per 8 secoli ha dominato la pianura padana diventando il cuore pulsante dell'Oltrepò mantovano. Grazie all'opera laboriosa dei monaci, che hanno bonificato e coltivato questo territorio, si sono acquisite le competenze necessarie che hanno consentito all'agricoltura locale di svilupparsi rendendo famosa questa terra per la qualità dei suoi formaggi, dei suoi vini e dell'allevamento degli animali;
nel 2015 verrà celebrato il novecentesimo anniversario dalla morte di Matilde di Canossa la cui salma rimase sepolta nel monastero di S. Benedetto in Polirone dal 1115 al 1633, anno in cui per volere del papa Urbano VIII i suoi resti furono traslati prima in castel Sant'Angelo ed infine, nel 1645, nella basilica di San Pietro a Roma dove sono sepolte soltanto 3 donne: Matilde di Canossa, la regina Cristina di Svezia e la principessa Maria Clementina Sobieski. Matilde fu uno dei personaggi femminili più importanti e influenti nella storia d'Europa e una figura decisiva e imprescindibile per comprendere uno dei passaggi più delicati nella storia del Medioevo italiano. Vissuta in un periodo di continue battaglie tra lo Stato pontificio, di cui prese strenua difesa, e l'imperatore Enrico IV, nonché di intrighi e scomuniche, seppe dimostrare una forza straordinaria, sopportando anche grandi dolori e

umiliazioni, ed un'innata attitudine al comando. Matilde ereditò il titolo di marchesa dal padre, signore della Tuscia, e quello di duchessa del regno longobardo, divenne infine regina d'Italia per volere dell'imperatore Enrico V. Oltre al suo celebrato carisma politico fu grande anche l'interessamento che sempre dimostrò non solo per le chiese, ospizi e ospedali, ma anche per i luoghi di cure termali;
all'interno del complesso monastico, negli spazi che furono i dormitori del monastero, è collocato il museo civico polironiano. Fondato nel 1977 si propone di diffondere e ampliare la conoscenza e la frequentazione dell'antico complesso monastico benedettino di Polirone, che in epoca medioevale fu il principale punto di irradiazione della bonifica del territorio padano compreso tra la città di Mantova e l'Emilia e all'interno delle cui mura ebbe sede un rinomato centro scrittorio con annessa biblioteca, già ricca di preziosi codici miniati;
il museo conserva ed espone una collezione di reperti archeologici originari del luogo, a testimonianza della presenza del patrimonio artistico e delle trasformazioni architettoniche dell'ex monastero;
è considerato uno dei maggiori musei etnografici d'Italia e si propone di valorizzare il vasto patrimonio di oltre 13.000 tra oggetti e reperti di cultura popolare raccolti nella campagne tra Mantova e Reggio Emilia: desueti strumenti di lavoro agricolo e dell'artigianato rurale, imbarcazioni fluviali, carri agricoli e frammenti di decorazioni apotropaiche, immagini sacre e ceramiche devozionali, figure e documenti del teatro popolare come marionette, burattini, copioni, scenari. A questi materiali si è aggiunto, tramite donazioni e depositi, un consistente repertorio di opere grafiche e pittoriche realizzate da numerosi artisti del XX secolo che furono attivi in area padana;
considerato che:
il terremoto del 2012 ha colpito il territorio mantovano mentre si stavano terminando le opere per ultimare il restauro integrale del complesso monastico e l'allestimento del museo civico. Un percorso che in questi ultimi anni è stato possibile grazie al reperimento di ingenti risorse finanziarie, circa 15 milioni di euro, ottenute prima tramite l'accordo di programma finanziato dalla Regione Lombardia, dalla Provincia di Mantova, dal Comune di San Benedetto Po e dalla parrocchia di San Benedetto abate, e poi proseguito grazie alla creazione dei distretti culturali ed ai finanziamenti delle fondazioni Cariverona e Cariplo;
dal 2007 al 2012 il primo e il secondo piano dell'ex infermeria monastica era stato adibito a struttura ricettiva come ostello. Il terremoto del 29 maggio 2012 ha reso interamente inagibile la struttura, eccezion fatta per il seminterrato, e interrotto lo sviluppo dei servizi culturali, turistici e di accoglienza, limitando fortemente l'attrattiva del sito in fase di rilancio dopo i recenti interventi di restauro. A giudizio degli interroganti è necessario recuperare al più presto le stanze, alcune con soffitti affrescati, che si affacciano sul lungo corridoio del primo piano;
nelle cantine cinquecentesche dell'ex infermeria monastica è stata allestita l'esposizione permanente della collezione di carri e decorazioni di carri donata dal dottor Carlo Contini di Carpi al museo civico polironiano che, andando ad aggiungersi agli esemplari rinvenuti nelle campagne della pianura mantovana, ne fanno una delle raccolte più complete e rappresentative del carro agricolo padano. Nell'allestimento è possibile ammirare il carro reggiano, il carro agricolo modenese-carpigiano, il carro bolognese, il carro romagnolo, il carro ferrarese, il carro mantovano, il carretto siciliano e manufatti lignei scolpiti con decori e figure di carattere propiziatorio databili fra XIX e XX secolo. L'attuale ubicazione dei carri sarebbe adeguata se non fosse che nella stagione invernale o nei periodi di piogge il seminterrato è soggetto alla tracimazione di acqua dal basso. Le ruote di carri e di altri macchinari agricoli si immergono così nell'acqua di risalita e subiscono un deterioramento progressivo. La grandezza del complesso museale consentirebbe di esporre la collezione dei carri agricoli in un luogo più adatto come il piano rialzato dell'infermeria nuova, compatibilmente con il carico sopportato da parte delle splendide volte cinquecentesche;
la sezione storico-archeologica del museo, attualmente esposta nei seminterrati dell'ex refettorio monastico, ricopre un notevole interesse e comprende innumerevoli materiali architettonici, lapidei, ceramiche e sculture recuperati durante le campagne di scavo come la lastra romanica scolpita con i mesi di novembre e dicembre, la "Madonna con Bambino" in terracotta di Antonio Begarelli, le teste

scolpite del XV e XVI secolo e la raccolta di ceramiche dell'abbazia. Anche in questa sezione l'acqua tracima dal basso in determinati periodi causando il deterioramento dei basamenti e dei contenitori degli oggetti;

considerato inoltre che, per quanto risulta agli interroganti:

il luogo di collocazione altamente umido è del tutto inadatto e la stessa estetica è mortificante. La raccolta di ceramiche monastiche non è catalogata ed è corredata da didascalie non corrette, così da ridurre al minimo le possibilità didattiche e di generale valorizzazione del nucleo. In passato tale raccolta era collocata nel piano soprastante al refettorio, attualmente sottoutilizzato, circondata dalle pitture murali dell'abbazia; l'ingente numero di oggetti che appartengono al museo etnografico fanno parte di diverse collezioni che vengono esposte a rotazione nel chiostro di S. Simeone. Desta preoccupazione la manutenzione, soprattutto degli oggetti che sono lasciati in deposito e che, se non effettuata, li sottopone all'aggressione di tarli e tarme;

l'ingente patrimonio si presta come materiale ideale per lo studio e approfondimento sulle tematiche riguardanti gli antichi mestieri, il lavoro nei campi, le lavorazioni artigianali. La situazione attuale degli ambienti, da riqualificare, con un'impiantistica desueta e ancora invasi dalle strutture di messa in sicurezza a seguito degli eventi sismici del maggio 2012, non ne consente una fruizione efficiente. Un intero settore, quello degli animali imbalsamati, è andato perso per mancanza di manutenzione. Il settore di teatro popolare è in minima parte esposto e non essendo ancora catalogato e studiato, non si ha contezza dell'importanza dei singoli pezzi, alcuni dei quali sono a portata di mano dei visitatori senza alcun controllo organizzato;

considerato infine che:

negli ultimi anni la gestione dell'intero complesso monastico polironiano è risultata insostenibile per il Comune di San Benedetto Po, soprattutto nell'ultimo anno in cui sono stati ridotti drasticamente i trasferimenti da parte del Governo;

a giudizio degli interroganti le nuove norme hanno colpito pesantemente quegli enti che si trovano a gestire servizi, quali quelli culturali, che non godono di risorse proprie, ma che devono trovare costantemente finanziamenti per funzionare;

alle spese di funzionamento dei locali del complesso monastico che ammontano a 160.170 euro vanno aggiunte quelle relative al personale, 62.045 euro, che si occupa della gestione amministrativa, promozionale, didattica e conservativa; tali uscite sono coperte in minima parte (e corrispondono a circa il 30 per cento) dalle entrate;

alcune sale del museo vengono destinate all'esposizione di mostre private;

il progetto di restauro prevede una serie di lavori atti a favorire la riapertura del museo etnografico polironiano ed in particolare interventi di ripristino e consolidamento di strutture portanti, di soffitti e volte lesionati del chiostro di S. Simeone, come lo scalone monumentale, le gallerie, i locali dello *scriptorium*, la ex biblioteca e l'ala Giorgi. Ad oggi sono stati reperiti finanziamenti provenienti dalla Regione Lombardia, dal fondo di solidarietà dell'Unione europea e da donazioni private per un ammontare di 1.200.000 euro, ma mancano oltre 3 milioni di euro di finanziamenti, indispensabili per rendere completamente fruibile nonché consentire la promozione e la valorizzazione dell'intero complesso, di cui 2 milioni di euro per l'ex infermeria monastica e un milione di euro per i depositi del museo civico polironiano,

si chiede di sapere:

se il Ministro in indirizzo sia a conoscenza dei fatti esposti e se non intenda accertare con urgenza le problematiche sollevate;

se siano individuabili *in loco* siti più adeguati per esporre in sicurezza le collezioni e quali iniziative intenda intraprendere per evitare che l'ingente patrimonio del monastero di Polirone e del museo civico sia inesorabilmente dissipato;

quali finanziamenti siano stati previsti per il recupero dell'intero complesso monastico e quali i tempi stimati per l'esecuzione dei lavori;

quali iniziative intenda intraprendere per rilanciare il turismo ed in particolare il turismo sostenibile nei

piccoli borghi, anche in considerazione delle difficoltà rilevate dalle amministrazioni comunali, come quelle riscontrate dal Comune di S. Benedetto Po nel raggiungere il pareggio di bilancio nella gestione del museo civico polironiano.

(4-03158)

BERTOROTTA, CAPPELLETTI, CATALFO, DONNO, MORRA, SERRA, VACCIANO, FATTORI, PUGLIA, GAETTI, MANGILI, PAGLINI, MORONESE, SANTANGELO - *Al Presidente del Consiglio dei ministri e ai Ministri dell'interno, della giustizia e delle politiche agricole alimentari e forestali* - Premesso che:

dal quotidiano *on line* "la Repubblica" del 9 dicembre 2014, si apprende che, nelle tante carte depositate da Giuseppe Cascini, Paolo Ielo e Luca Tescaroli, i pubblici ministeri che stanno indagando sul recente caso di "Mafia Capitale", compare anche il nome dell'attuale sottosegretario di Stato alle politiche agricole, alimentari e forestali, onorevole Giuseppe Castiglione;

il quotidiano evidenzia, inoltre, che a pronunciare il nome del sottosegretario sarebbe stato Luca Odevaine, *alias* Luca Odovaine, nominativo che, peraltro, risulta essere il frutto di un cambio anagrafico occorso anni addietro (si veda "blitzquotidiano" del 3 dicembre 2014);

quest'ultimo è stato prima vice capo di Gabinetto del sindaco Walter Veltroni, poi capo della Polizia provinciale con Nicola Zingaretti presidente della Provincia di Roma. Inoltre, fino a poche settimane fa è stato componente del Coordinamento nazionale sull'accoglienza per i richiedenti asilo del Ministero dell'interno, nonché consulente e dipendente del Consorzio gestore del Centro di accoglienza dei richiedenti asilo (Cara) di Mineo (Catania), ruoli ricoperti, a parere degli interroganti, in un contestabile conflitto di interessi;

risulta agli interroganti che Odevaine abbia ricoperto il ruolo di esperto del settore su nomina dall'allora presidente della Provincia di Catania, oggi sottosegretario di Stato, Giuseppe Castiglione;

lo stesso Odevaine, come riportato dal suddetto quotidiano, racconta al commercialista Stefano Bravo di "quando, da presidente della Provincia di Catania, Castiglione aveva assunto il ruolo di sub commissario all'emergenza immigrazione. Al centro c'è l'appalto per la gestione del Cara di Mineo. Quando io ero andato giù mi è venuto a prendere lui all'aeroporto, mi ha portato a pranzo. Arriviamo al tavolo, c'era una sedia vuota. E praticamente arrivai a capire che quello che veniva a pranzo con noi era quello che avrebbe dovuto vincere la gara";

considerato che:

già in data 24 dicembre 2013 su "il Fatto Quotidiano" veniva diffusa la notizia relativa alla gestione di dubbia liceità del Cara di Mineo da parte dell'attuale sottosegretario Giuseppe Castiglione, ed in particolare veniva riportato che "È un centro importante quello di Mineo, forse tra i più grandi d'Europa: è nato in poche ore il 18 marzo del 2011 quando durante le rivolte in nord Africa venne dichiarato lo stato d'emergenza dal governo Berlusconi. Ed è in questo lembo di terra in provincia di Catania, settantamila ettari tra alberi di arance e limoni, che il Ministero pensò bene di allestire il centro per richiedenti asilo. C'erano già 403 appartamenti costruiti quattordici anni prima dalla Pizzarotti e Co. di Parma per essere affittati alle famiglie dei militari statunitensi, di stanza nella vicina Sigonella. Solo che nel 2010 i militari americani decidono di lasciare le villette di Mineo. Poco male, perché poco dopo arriva il Ministero a salvare la Pizzarotti con un indennizzo da sei milioni di euro all'anno: in quel complesso nasce quindi il centro per richiedenti asilo più grande d'Europa. Ad amministrare il centro in provincia di Catania, c'è un raggruppamento temporaneo di imprese guidato dalla stessa Sisifo che, oltre ad essere finita nella bufera per la gestione del centro di Lampedusa, ha appena vinto anche l'appalto per Cara di Foggia e amministra il Cspa (Centro di soccorso e prima accoglienza) di Cagliari. È un raggruppamento *bipartisan* quello che ha in mano il Cara di Mineo: oltre a Sisifo, che aderisce alla Legacoop, c'è anche la Cascina Social Service, che si occupa di fornire i pasti ai migranti ed è legatissima a Comunione e Liberazione [meglio conosciuta come compagnia delle opere]. Oltre a cattolici e Legacoop, però, hanno trovato rappresentanza nella gestione del Cara di Mineo anche ambienti di centrodestra: fino all'anno scorso il responsabile del centro era il presidente della provincia di Catania Giuseppe Castiglione, poi eletto deputato nelle fila del Pdl, e oggi

luogotenente di Alfano e del Nuovo centrodestra in Sicilia. L'ombra del ministro dell'Interno nella gestione del Cara Mineo si allunga però fino a oggi, dato che dopo il commissariamento delle province siciliane, l'ente attuatore del Cara è diventato il consorzio Calatino Terra di Accoglienza che raggruppa i comuni della zona. La poltrona di presidente del consorzio però non ha cambiato proprietario: in sella è rimasto fino a pochi mesi fa Castiglione, oggi sottosegretario all'Agricoltura del Nuovo Centrodestra. A sostituirlo un altro militante del nuovo partito di Alfano, Anna Aloisi, neo eletta sindaco di Mineo e segnalata più volte nei pressi del Centro d'accoglienza (con cui collaborava da avvocato) in campagna elettorale. Al Cara di Mineo lavorano infatti più di 250 persone: numeri importanti in tempi di elezioni amministrative in un comune che conta cinquemila abitanti. Ma non solo: sono circa quattromila gli ospiti registrati mediamente ogni giorno nel Cara siciliano. Dovrebbero soggiornare poche settimane in attesa di ricevere asilo politico: così non è, dato che le lungaggini burocratiche protraggono la permanenza dei richiedenti nel centro. E di riflesso si allunga anche il contributo che lo Stato elargisce ai gestori di Mineo: 36 euro quotidiane per ogni migrante, per un totale di 144.000 euro al giorno, e più di 40 milioni ogni anno. Un vero e proprio affare, con entrate fisse e sicure, che fa del Cara in provincia di Catania l'azienda principale della zona, tra le più ricche dell'intera Sicilia, dove un bilancio a sette zeri è una vera rarità";

con riferimento al consorzio di cooperative sociali Società Cooperativa Sociale arl, cosiddetto Sisifo, con sede legale a Palermo, risulta agli interroganti che la sede secondaria si trovi a Catania e da organi di stampa si apprende che: "il consorzio che gestisce il CARA di Mineo per decine di milioni di euro e per di più in regime di proroga da oltre un anno avrebbe (...) trovato come propria sede per gli uffici catanesi un lussuoso appartamento di proprietà dell'eurodeputato Giovanni La Via, appartenente alla corrente politica di quel Giuseppe Castiglione" (dal sito "Sud, Giornalismo d'inchiesta" del 14 gennaio 2014);

considerato infine che:

risulta agli interroganti che il partito di cui fa parte il sottosegretario Castiglione, alle elezioni europee del 22-25 maggio 2014, nel solo Comune di Mineo, abbia raggiunto la percentuale del 39,02 per cento, attestandosi come primo partito ed ottenendo un risultato a giudizio degli interroganti anomalo rispetto alle percentuali di voto raggiunte nell'*hinterland* calatino (dal sito "Sud, Giornalismo d'inchiesta" del 7 dicembre 2014);

dall'atto di sindacato ispettivo 4-07194 presentato alla Camera dei deputati risulta inoltre che "da notizie di stampa sembrerebbe, inoltre, che a Vizzini (Catania) lo stesso Consorzio Terra d'accoglienza abbia l'intenzione di utilizzare il dismesso deposito dell'Aeronautica militare, attualmente non bonificato, come futuro centro SPRAR od addirittura, sempre da fonti giornalistiche, come un nuovo CARA, che dovrebbe compensare quello di Mineo; la paventata realizzazione del centro di cui sopra avrebbe conferma dalla costituzione, nei giorni scorsi, di un coordinamento dei consiglieri comunali del Calatino sulle politiche d'accoglienza, con lo scopo di monitorare le modalità di accoglienza dei migranti, richiedenti asilo e minori e di tutto ciò che riguarda il CARA di Mineo e i centri SPRAR sparsi ormai per tutto il territorio del Calatino",

si chiede di sapere:

se il Governo sia a conoscenza dei fatti esposti in premessa;

se sia a conoscenza della realizzazione di una nuova struttura di accoglienza di rifugiati nel territorio di Vizzini, individuato nella citata area militare non bonificata, e a chi facciano capo gli eventuali appalti dell'area in parola;

se non ritenga inopportuna la permanenza del dottor Castiglione nell'incarico di Sottosegretario e non consideri di dover avviare a tal fine le opportune procedure di revoca, nelle more degli accertamenti di responsabilità personale di competenza dell'autorità giudiziaria.

(4-03159)

AUGELLO - *Al Ministro dell'interno* - Premesso che, per quanto risulta all'interrogante:

la recente inchiesta su "mafia capitale", che avrebbe portato alla luce l'esistenza di un articolato sodalizio criminale con al vertice i signori Carminati e Buzzi, ha aperto un dibattito sull'opportunità di

commissariare o meno l'amministrazione capitolina, dopo le gravi accuse mosse dalla Procura di Roma a consiglieri e amministratori in carica oltre che ad un certo numero di dirigenti;
la competente Prefettura sta procedendo all'accesso agli atti al fine di accertare il livello di inquinamento mafioso presente nell'attuale amministrazione;
il sindaco in carica sostiene di essere stato un baluardo contro l'infiltrazione mafiosa dal momento della sua elezione;
non è certo per pregiudizio politico che l'interrogante intende mettere in discussione l'autocertificata condotta antimafiosa del sindaco Marino;
il problema è che ci sarebbero fatti obiettivi, evidenti, indiscutibili che documenterebbero come, dall'elezione dell'attuale sindaco ad oggi, gli affari del presunto sodalizio mafioso abbiano prosperato grazie ad una serie di decisioni e nomine adottate dalla nuova amministrazione;
prescindendo dagli episodi minori, ci sarebbero almeno 15 fatti che dimostrerebbero come il sindaco Marino sia stato del tutto inerme di fronte alla conquista di nuovi spazi da parte del sodalizio criminale, stabilendo una continuità in negativo con l'amministrazione Alemanno;
è convinzione dell'interrogante che Marino non sia stato consapevole degli errori che stava commettendo, ma non esiste alcuna seria ipotesi che la sua amministrazione abbia contrastato o anche solo infastidito "mafia capitale";
tali circostanze sarebbero confermate da almeno 15 diversi episodi che attesterebbero la credibilità e la forza del sodalizio criminale fin dall'avvento della Giunta Marino;
nel maggio 2013, Marino avrebbe ricevuto dalla cooperativa "29 Giugno" due finanziamenti, per un totale di 30.000 euro, per la sua campagna elettorale;
poco dopo si sarebbe recato in vista presso la sede della 29 Giugno, dove avrebbe espresso apprezzamento per la cooperativa, si sarebbe impegnato a ripristinare i fondi per la cooperazione tagliati da Alemanno e avrebbe promesso di donare alla cooperativa di Buzzi il suo primo stipendio da sindaco. In quell'occasione sarebbe stata scattata la foto in cui conversa con Buzzi ed il vice sindaco Nieri;
dopo le elezioni, Marino nomina assessore per la casa Ozzimo, ritenuto dagli inquirenti collegato a mafia capitale;
nella fase di formazione della nuova amministrazione, Marino nomina al vertice dell'autorità comunale per la lotta alla corruzione e per la trasparenza degli appalti il dottor Politano, ritenuto dagli inquirenti collegato a mafia capitale;
il Consiglio comunale di Roma nomina presidente Mirko Coratti, ritenuto dagli inquirenti collegato a mafia capitale. Anche se la nomina è una prerogativa del Consiglio, è difficile credere che la maggioranza non abbia chiesto un assenso preventivo del sindaco;
contestualmente vengono formate le Commissioni e la presidenza della Commissione Affari sociali, incaricata di svolgere le funzioni di controllo della Giunta in materia di gestione dei servizi sociali, viene affidata al consigliere Erica Battaglia, dipendente di un consorzio amministrato da Buzzi;
alla fine del 2013 scoppia l'emergenza rifiuti, con le famose foto dei maiali che fanno il giro del mondo: 5 milioni di euro sarebbero stati destinati alle cooperative di Buzzi per ripulire la città;
le cooperative di Buzzi avrebbero ricevuto un finanziamento straordinario per le pulizie, per 3 settimane, nelle stazioni delle metropolitane;
il 31 gennaio 2014, il primo atto del nuovo amministratore delegato dell'Azienda municipale ambiente (Ama) ma nominato dal sindaco Marino, dottor Fortini, è l'adozione in consiglio d'amministrazione del piano anticorruzione: responsabile della trasparenza e della lotta alla corruzione viene nominato il dottor Fiscon, oggi indagato per aver favorito nelle gare il presunto sodalizio mafioso;
con il bando SPRAR i rifugiati accolti a Roma aumentano da 250 a 3.000 unità, secondo gli inquirenti grazie ai buoni uffici dell'indagato Luca Odevaine. Il Campidoglio partecipa al bando per un importo complessivo che supera i 45 milioni e tra i destinatari delle risorse c'è il consorzio "Eriches", legato a Buzzi, che si aggiudica la gestione di quasi 500 ospiti ad un costo di 35 euro al giorno;
nel maggio 2014 Buzzi si sarebbe aggiudicato l'appalto per la manutenzione delle ville storiche, del

valore di circa un milione di euro;
il 19 maggio, con ordine di servizio n. 29, viene applicata la deliberazione del 14 maggio 2014 del consiglio d'amministrazione dell'Ama, gestione Marino, relativo alla macrostruttura aziendale. Le Direzioni vengono ridotte da 10 a 3: un direttore generale, un amministrativo e un *corporate*. In pratica tutto viene messo sotto il controllo del dottor Fiscon, direttore generale con deleghe su Patrimonio, Impianti e logistica, Acquisti, Cimiteri e Risorse umane, e della dottoressa Anelli, con deleghe al Bilancio, Controllo gestione, Personale, Tariffa rifiuti e Controllo gestione. Fiscon e Anelli sono considerati dagli inquirenti sotto il controllo del sodalizio criminale di mafia capitale;
esplode il caso della Multiservizi, quando l'assessore Cattoi decide di sottrarre a questa società la pulizia e la manutenzione delle scuole, varando una convenzione Consip con Cns: il valore dell'appalto è di 48 milioni di euro e all'interno di Cns ci sono le solite cooperative di Buzzi. Soltanto le proteste e le mobilitazioni del personale della Multiservizi, minacciato dall'assenza di una clausola di salvaguardia dei posti di lavoro nel nuovo contratto, costringe Marino e la Cattoi a tornare sui loro passi;
il 24 ottobre 2014 la Giunta Marino delibera la concessione alla 29 giugno dell'immobile di via Pomona: il canone commerciale valutato dagli uffici del Comune dovrebbe essere di 70.000 euro all'anno, ma alla cooperativa sarebbe stato riconosciuto lo sconto, riducendolo a 15.000 euro. Secondo gli inquirenti la delibera sarebbe stata modificata con un emendamento, che avrebbe consentito alla cooperativa di acquistare il medesimo immobile con uno sconto del 40 per cento e con la riduzione da 5 a 3 anni del requisito minimo di decorrenza dalla stipula del contratto di affitto. Questo ed altri emendamenti sarebbero stati realizzati attraverso l'interessamento di un'impiegata comunale, tale Dina Paone, che avrebbe ottenuto in cambio l'assunzione della figlia presso l'università "Roma Tre", dove la 29 Giugno svolge attività di manutenzione dell'immobile, portierato e pulizia. La Paone lavora nello *staff* dell'assessore Ozzimo ed il suo emendamento sarebbe stato presentato nella Commissione Patrimonio, presieduta dal consigliere Pedetti;
l'assessore per i servizi sociali Cutini, "defenestrata" dalla Giunta dopo l'inchiesta su mafia capitale, avrebbe rivelato che Marino avrebbe tentato di sostituirla con Ozzimo, indagato per presunte complicità col sodalizio criminale, promettendole "altro" il giorno prima degli arresti di Carminati e dei suoi complici;
considerato che:
a prescindere dalle responsabilità penali della Giunta Alemanno e della successiva amministrazione, sulle quali spetta alla magistratura procedere ad un approfondimento sviluppando l'inchiesta, è evidente che il presunto sodalizio mafioso avrebbe dimostrato grandi capacità di adattamento, assumendo il controllo di posizioni chiave nel passaggio tra le due Giunte;
dalle intercettazioni rese note dalla stampa, risulterebbe chiaro il tentativo di favorire nella competizione elettorale Alemanno, ma dopo la vittoria del centrosinistra è però altrettanto evidente la soddisfazione di Buzzi nel comunicare i progressi dell'organizzazione nell'era Marino: il nuovo sindaco, una volta insediato, non sarebbe mai considerato un intralcio, né una risorsa. Semplicemente l'organizzazione si limita a circondarlo senza incontrare alcuna resistenza;
senza l'intervento della magistratura, la cosiddetta mafia capitale avrebbe proseguito indisturbata il saccheggio del Campidoglio, continuando a migliorare le sue posizioni rispetto all'epoca di Alemanno,
si chiede di sapere:
se il Ministro in indirizzo intenda verificare che tutte le circostanze richiamate siano già note ai commissari nominati dal Prefetto e se intendano approfondirle;
se ritenga che la presenza di un così elevato numero di dirigenti e amministratori non indagati nella Giunta Marino, ma artefici di scelte amministrative che avrebbero comunque favorito o tentato di favorire decisioni auspicate ed attese dal sodalizio criminale, testimoni un inquinamento ambientale e politico a tutt'oggi esistente, che indebolisce la credibilità dell'istituzione e la possibilità di riportare il Comune alla legalità e ad un minimo di efficienza amministrativa;
quali siano le procedure comunemente adottate nelle altre amministrazioni quando si registri tra i

consiglieri la presenza di indagati per reati di mafia;
quali siano gli orientamenti assunti in precedenza dal Ministero in situazioni paragonabili a quella di Roma capitale.
(4-03160)

CENTINAIO - *Ai Ministri dell'interno e degli affari esteri e della cooperazione internazionale* - Premesso che:
come risulta da notizie apparse su quotidiani nazionali e su diversi siti *web*, nonché su riviste di settore specialistiche ("In Sella"), il fenomeno dei motocicli (moto anche di grossa cilindrata) rubate che vengono "rivendute" in Ucraina, e negli altri Stati dell'est, anche attraverso siti *internet*, è ormai in crescita oltre ad essere un pratica divenuta consolidata;
a quanto risulta all'interrogante tale diffuso sistema di "ricollocazione" di moto rubate è facilmente "apprezzabile" attraverso la "semplice" consultazione del sito *web* (ucraino) "*motosale.com.ua*", da dove emerge con evidenza che vengono "pubblicizzate" centinaia di moto rubate, molte delle quali ancora con targa italiana, alcune senza targa ma con adesivi o porta targa italiani; attraverso una verifica sul sito della Polizia di Stato si evince con facilità che si tratta di moto oggetto di furto, il cui numero è in considerevole aumento, visto che sono ormai oltre un migliaio;
grazie al lavoro di alcune persone è nato un sito *web* che cerca di far conoscere il "fenomeno" delle moto rubate in Italia e (ri)vendute nei Paesi dell'Est; il sito mette a "disposizione" i "canali" che sono stati creati da questi malfattori per la rivendita (questi delinquenti hanno creato dei canali *youtube* dedicati e *account*personali *Facebook*). Oltre a frasi di derisione sia in riferimento alle persone offese dal reato e sia in riferimento allo Stato italiano, è pubblicato su questi canali "*social*" un vero e proprio *book*fotografico completo dei motocicli rubati;
risulta all'interrogante che il consolato italiano a Kiev (in questo senso si esprimono sia le riviste specializzate di settore che un servizio televisivo apparso sul noto programma "Le Iene"), sembra non intervenire sulle autorità locali al fine di recuperare le moto rubate (oltre a non fornire risposte di alcun tipo) e come è risaputo, il servizio di Cooperazione internazionale di polizia (Interpol) del Ministero dell'interno non può intervenire su sollecitazione da parte di privati,
si chiede di sapere se i Ministri in indirizzo, ognuno per quanto di competenza, intendano porre dei rimedi, da un lato, attraverso l'interessamento del consolato italiano nello Stato dell'Ucraina e negli altri Stati dell'est comunque interessati a questo fenomeno della rivendita di motocicli rubati, nonché l'interessamento e l'efficace intervento del servizio di Cooperazione internazionale di polizia (Interpol), e ciò al fine di sradicare con tempestività questo fenomeno criminale e restituire ai legittimi proprietari i motocicli rubati.
(4-03161)

CAMPANELLA, MUSSINI, BIGNAMI, MASTRANGELI - *Al Ministro dell'economia e delle finanze* - Premesso che:
l'articolo 1 della legge n. 228 del 2012, ai commi da 531 a 535, ha previsto l'istituzione di un comitato di indirizzo e verifica dell'attività di riscossione mediante ruolo effettuata ai sensi dell'articolo 3 del decreto-legge 30 settembre 2005, n. 203, convertito, con modificazioni, dalla legge 2 dicembre 2005, n. 248;
il comitato è composto da un magistrato della Corte dei conti, anche in pensione, con funzione di presidente, e da un massimo di ulteriori 6 componenti, appartenenti 2 al Ministero dell'economia e delle finanze, uno all'Agenzia delle entrate, uno all'Istituto nazionale della previdenza sociale ed i restanti, a rotazione, espressione degli altri enti creditori che si avvalgono delle società del gruppo Equitalia;
al comitato è attribuito il compito di elaborare annualmente i criteri: di individuazione delle categorie dei crediti oggetto di recupero coattivo e linee guida a carattere generale per lo svolgimento mirato e selettivo dell'azione di riscossione che tenga conto della capacità operativa degli agenti della riscossione e dell'economicità della stessa azione; di controllo dell'attività svolta sulla base delle indicazioni impartite; di individuazione mirata e selettiva, nel rispetto dei principi di economicità ed

efficacia, delle posizioni da sottoporre a controllo puntuale, tenuto conto della capacità operativa delle strutture a tal fine deputate;
nella definizione dei suddetti criteri il comitato tiene conto della necessità di salvaguardare i crediti affidati in riscossione, mediante atti idonei a evitare la decadenza e la prescrizione, e di assicurare la deterrenza e la massima efficacia dell'azione di riscossione avuto anche riguardo alle specificità connesse al recupero delle diverse tipologie di crediti;
i criteri sono approvati con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, previo parere obbligatorio delle Commissioni parlamentari competenti ed operano per l'anno successivo a quello in cui sono stati approvati;
considerato che:
l'istituzione del comitato è condizionata all'emanazione di un decreto di natura non regolamentare del Ministro dell'economia e delle finanze che avrebbe dovuto essere emanato entro il 30 giugno 2013;
l'istituzione del comitato costituisce sicuramente un rilevante aspetto di novità in un settore particolarmente complesso quale quello della riscossione dei tributi, in quanto contempla sia il diretto coinvolgimento degli enti impositori, sia delle competenti commissioni parlamentari che in tale contesto potrebbero acquisire elementi funzionali all'adozione degli interventi correttivi necessari ad assicurare il contemperamento tra le esigenze al pronto recupero dei crediti pubblici e la salvaguardia del tessuto produttivo del Paese;
non risulta, ad oggi, ancora emanato il decreto di nomina del comitato citato,
si chiede di sapere quali siano i motivi che ritardano l'adozione del citato provvedimento ministeriale.
(4-03162)
DE CRISTOFARO, DE PETRIS, CUOMO, CERVELLINI, URAS, BENCINI, BIGNAMI, BOCCHINO, DE PIETRO, MASTRANGELI, PEPE, Maurizio ROMANI - *Al Ministro della giustizia*
- Premesso che per quanto risulta all'interrogante:
presso il Tribunale di Napoli, sezione (5-bis) dell'esecuzione forzata, si è da tempo creata una situazione gravissima, che peggiora costantemente, in forza della quale le udienze fissate per il pignoramento presso terzi, vengono differite d'ufficio a una successiva udienza che si svolge normalmente dopo almeno 12 mesi;
l'insostenibilità di tale situazione si manifesta fin dall'avvio della procedura esecutiva tanto che, caso unico nei tribunali Italiani, la cancelleria del tribunale di Napoli appone sul fascicolo dell'esecuzione il numero di ruolo a distanza di 8 mesi dalla consegna del titolo da parte dell'ufficiale giudiziario;
i giudici assegnatari della procedura fissano l'udienza prevista per far rendere la dichiarazione al terzo pignorato dopo ulteriori 4/8 mesi;
la carenza di personale, in particolare di quello amministrativo, ha certamente favorito il verificarsi di tale situazione che non può comunque costituire l'alibi per giustificare ogni tipo di disagio;
tale situazione ha prodotto la giacenza di diverse migliaia di fascicoli, privi finanche di numero di ruolo, il che comporta che crediti riconosciuti giudizialmente non vengano erogati, gettando migliaia di lavoratori, imprese, artigiani e cittadini in una condizione di autentica sofferenza;
considerato che:
tale disservizio è ancor più difficile da tollerare perché si verifica in una realtà, come quella napoletana, che vive una condizione di disagio sociale e produttivo endemico;
le procedure esecutive, pendenti presso il tribunale di Napoli, se risolte nei tempi ordinari produrrebbero, per il loro elevatissimo numero e per il loro conseguente rilevante importo, un significativo beneficio economico per vasti settori della realtà produttiva napoletana;
i benefici derivanti dal pagamento dei debiti della pubblica amministrazione rischiano di essere fortemente compromessi dallo stallo che si produce presso gli uffici dell'esecuzione forzata;
il mancato funzionamento dell'organo che amministra la giustizia favorisce l'assunto, in particolare nei settori produttivi partenopei, che l'inadempimento, soprattutto economico, è sempre la strategia più conveniente,
si chiede di sapere quali azioni il Ministro in indirizzo intenda adottare, nell'ambito delle proprie

competenze, per rendere operativa ed efficiente la sezione dell'esecuzione forzata del tribunale di Napoli.
(4-03163)
ZIZZA - *Ai Ministri del lavoro e delle politiche sociali e dello sviluppo economico* - Premesso che a quanto risulta all'interrogante:
la Soci Srl è impegnata nell'appalto di Acquedotto pugliese in ambito territoriale 14 che comprende tutti i comuni della provincia di Brindisi, inerente al servizio di realizzazione e manutenzione di impianti idrici fognari;
la Soci Srl ha consegnato nei giorni scorsi 60 lettere di risoluzione del rapporto di lavoro ai propri dipendenti, i quali perderanno il posto di lavoro con decorrenza dal 1° gennaio 2015;
Acquedotto pugliese bandisce periodicamente le gare per gli interventi di manutenzione. Ad oggi non è chiaro se la gara per il prossimo periodo sia stata già bandita e aggiudicata ad altra impresa, e quindi se la SOCI Srl sia stata già esclusa, o se la gara, che solitamente avviene con procedura ristretta, sia ancora da fare;
considerato che per quanto risulta all'interrogante:
il provvedimento della Soci Srl è privo delle procedure preventive che si applicano nei casi in cui sono coinvolti imprese impegnate in appalti pubblici, come sottolineato dall'UIL sulla questione;
Acquedotto pugliese, infrastruttura di approvvigionamento idrico-potabile regionale le cui azioni della società appartengono alla Regione Puglia, come riportato per mezzo stampa, entro fine 2014 avvierà gare ulteriori per ulteriori 105 milioni di euro, con l'obiettivo di completare il maggior numero di affidamenti di opere del comparto depurativo finanziate dal fondo di sviluppo e coesione,
chiede di sapere:
se i Ministri in indirizzo siano a conoscenza di quanto esposto in premessa;
quali iniziative intendano adottare, ciascuno per la propria competenza, per salvaguardare l'occupazione dei citati lavoratori.
(4-03164)
STUCCHI - *Al Ministro degli affari esteri e della cooperazione internazionale* - Premesso che:
le rappresentanze diplomatico-consolari italiane hanno il compito di assicurare la tutela degli interessi del Paese, fuori dai confini nazionali;
i consolati offrono diversi servizi ai cittadini italiani che riguardano, ad esempio, i casi di decesso, incidente, malattia grave, arresto o detenzione, atti di violenza, assistenza in caso di crisi gravi (catastrofi naturali, disordini civili, conflitti armati, eccetera), rilascio di documenti di viaggio d'emergenza causa perdita o furto del passaporto;
è stata prevista la chiusura dell'ambasciata italiana a Santo Domingo, nell'ambito della revisione delle spese del Ministero, trasferendo le competenze alla sede diplomatica a Panama,
si chiede di sapere se il Ministro in indirizzo non ritenga opportuno riesaminare la scelta della chiusura dell'ambasciata di Santo Domingo.
(4-03165)
SANTANGELO, DONNO, MORONESE, VACCIANO, CRIMI, MARTON, MOLINARI, PUGLIA, SCIBONA, MANGILI, NUGNES, ENDRIZZI - *Al Ministro dell'interno* - Premesso che per quanto risulta agli interroganti:
i beni definitivamente confiscati alla criminalità organizzata, tra immobili e aziende, al 2013 sono oltre 13.000, tra questi solo 2.000 sono aziende. Il 43 per cento circa di tali beni si trova in Sicilia, il 15 per cento in Campania, il 14 per cento in Calabria, il 9 per cento in Puglia e il restante 19 per cento distribuito nelle altre regioni d'Italia: tra queste, quella con più beni confiscati è la Lombardia;
la maggior parte dei beni confiscati ricadono nella provincia di Palermo, per un valore di circa 30 miliardi di euro. I beni posti sotto sequestro vengono affidati ad un amministratore giudiziario, scelto dal giudice del caso, che dovrebbe gestirli mantenendoli in attività e conservandoli agli stessi livelli che precedevano il sequestro;
il tema della gestione dei beni confiscati è sempre più rilevante, sia per l'alto valore simbolico che per

la testimonianza tangibile della capacità delle istituzioni e della società civile di ripristinare condizioni di legalità in territori fortemente colpiti dal fenomeno criminale;
la legge n. 109 del 1996, per il riutilizzo dei beni sequestrati alla criminalità organizzata, ha compiuto da poco 18 anni, e il bilancio che ne deriva fa emergere, a parere degli interroganti, diverse zone d'ombra. La normativa ha consentito allo Stato di recuperare migliaia di beni tra palazzi, appartamenti, terreni e aziende mentre per le aziende i risultati sono stati al di sotto delle aspettative: quasi il 90 per cento delle imprese confiscate ha chiuso i battenti, causando la dispersione del patrimonio confiscato e, di conseguenza, lasciando una scia di disoccupazione e di costi per le casse pubbliche. A giudizio degli interroganti tale situazione è da attribuirsi ad una normativa che andrebbe rivista;
considerato che:
lo scorso 5 febbraio 2014 durante l'audizione nella Commissione d'inchiesta sul fenomeno delle mafie e sulle altre associazioni criminali, anche straniere del Prefetto Giuseppe Caruso, direttore in carica dell'Agenzia nazionale per l'amministrazione e la destinazione dei beni sequestrati e confiscati alla criminalità, successivamente sostituito, a far data del 13 giugno 2014, come annunciato nella seduta del Consiglio dei ministri dal Prefetto Umberto Postiglione, sono emerse numerose anomalie circa l'amministrazione dei patrimoni sottratti ai mafiosi e, in particolare, si è riscontrata la necessità di verificare le competenze e l'operato degli amministratori giudiziari nominati dall'organo giudicante in fase di sequestro e, spesso, confermati dall'Agenzia nazionale dopo la confisca. Il prefetto Caruso ha riferito, in quella sede, che alcuni amministratori giudiziari hanno "usato a fini personali" i beni confiscati, bloccando il conferimento degli stessi agli enti destinatari, percependo "parcelle stratosferiche" e mantenendo cariche nei consigli di amministrazione delle aziende confiscate, così da rivestire al contempo il ruolo di controllato e controllore;
a giudizio degli interroganti per comprendere ciò che è richiesto all'amministratore giudiziario è necessario distinguere fra provvedimenti che implicano attività meramente conservative (custodie giudiziarie in senso stretto) e quelli che necessitano, invece, di attività gestorie (amministrazioni giudiziarie). Non è sufficiente il *nomen iuris* per discriminare fra i due *genus*; ad esempio il custode di un'azienda (ovvero di singoli beni) sottoposta a sequestro preventivo *ex* art. 321 del codice di procedura penale o *ex lege* n. 575 del 1965, non può e non deve limitarsi ad una statica attività volta alla tutela della loro integrità ma, piuttosto, deve preoccuparsi di conservarne e, se possibile, incrementarne il valore economico. Quindi, compito fondamentale del custode/amministratore dei beni oggetto di sequestro giudiziario (come, d'altronde, di qualsiasi custode di beni o, ancora più in generale, di qualsiasi altra amministrazione giudiziaria) è, in linea generale, quello di conservare ed amministrare, quale organo ausiliario di giustizia (sicché nell'esercizio della funzione gli va riconosciuta la qualifica di "pubblico ufficiale"), i beni affidatigli, sostituendosi al loro titolare, al fine di preservarne e, se possibile, incrementarne il valore economico;
considerato inoltre che:
risulta agli interroganti che il dottor Nicola Ribolla è stato nominato custode giudiziario delle seguenti aziende/società confiscate: Building Trade Srl, Cofin SpA, Cambuca Biagio, Ce.Pr.Edil. Srl, Costa Assicurazioni Srl, Costa Blu Srl, Costa Costruzioni SpA, Costa Immobiliare Srl, Dalfa Srl, F.lli Costa di Costa Giovanni Sas, Alle Verde Costruzioni Srl, Villa Celestina Srl;
inoltre, il dottor Nicola Ribolla, è stato nominato amministratore giudiziario delle seguenti aziende confiscate: FA.MA. Srl, GA.GI.VI. Srl (comprendente: Gruppo 6 G.D.O. Srl e Grigoli Distribuzione Srl), Triassi Maria Giuseppina, Latticini Provenzano;
il decreto legislativo del 6 settembre 2011, n. 159 prevede l'istituzione di un albo pubblico degli amministratori, con l'individuazione delle competenze gestionali, l'indicazione del numero delle nomine assegnate e delle competenze in denaro incassate;
il 17 giugno 2014 la Commissione parlamentare di inchiesta sul fenomeno delle mafie e sulle altre associazioni criminali, come riportato nel Documento XXIII, n. 1, auspica l'identificazione delle categorie di professionisti deputati ad assumere tale incarico, la previsione della nomina congiunta di più professionisti anche per la stessa procedura ed infine l'integrazione della normativa relativa ai

criteri di conferimento dell'incarico basata sulla rotazione e l'equilibrata ripartizione;
considerato altresì che, a quanto risulta agli interroganti:
la fase di sequestro, secondo il decreto legislativo n. 159 del 2011, non deve superare i 6 mesi, e può essere incrementata al massimo di ulteriori 6 mesi. In questo periodo vengono svolte le dovute indagini e si decide il destino del bene stesso: se dichiarato legato ad attività mafiose esso viene confiscato e destinato al riutilizzo sociale, mentre se il bene non è legato ad attività mafiose viene restituito al proprietario;
i beni soggetti alla custodia, o all'amministrazione giudiziaria, non vengono mantenuti nello stato in cui sono consegnati alle autorità; difatti, la gestione finanziaria dell'amministratore giudiziario svolta dal dottor Nicola Ribolla, affiancato in seguito dal consulente avvocato Antonio Gemma, ha portato al depauperamento del capitale della "Latticini Provenzano" che, sotto la stessa gestione, ha chiuso con una posizione debitoria di circa 28 milioni di euro. A tale proposito, per ottenere un chiarimento sulla correttezza dell'operato dell'amministrazione giudiziaria, il 17 giugno 2014, nella seduta n. 263, è stato presentato al Senato l'atto di sindacato ispettivo 4-02342;
risulta agli interroganti che di sovente non vengano rispettate le tempistiche di cui al decreto legislativo n. 159, ed in media il bene resta sotto sequestro per 5-6 anni, ma ci sono casi in cui il tempo si prolunga fino ad arrivare a 16 anni;
a parere degli interroganti l'albo degli amministratori competenti dovrebbe essere la fonte da cui vengono scelte le figure professionali più idonee, in base alle competenze e alle capacità. Ciò eviterebbe la scelta arbitraria effettuata dai giudici delle sezioni delle misure di prevenzione dei tribunali, evitando inoltre la ripetizione delle stesse nomine di custodi e/o amministratori giudiziari;
come riportato dall'ANSA in data 29 ottobre 2014, Franco Roberti, procuratore nazionale antimafia, intervenendo a Palermo alla cerimonia di consegna di 530 beni confiscati in Sicilia, ha sottolineato la necessità dell'istituzione dell'albo degli amministratori giudiziari previsto dal codice antimafia e non ancora realizzato, ed evidenziato che inoltre andrebbe attuata l'anagrafe dei beni confiscati, uno strumento indispensabile per l'autorità giudiziaria,
si chiede di sapere:
se il Ministro in indirizzo sia a conoscenza dei fatti esposti in premessa;
quali siano i tempi previsti per una piena operatività dell'albo, di cui già al decreto legislativo 6 settembre 2011, n. 159, affinché possano essere monitorate le nomine e, a giudizio degli interroganti, svincolare dall'arbitrio del magistrato le nomine dirette, come finora accaduto;
quale sia il quadro economico dell'attività di gestione amministrativa delle aziende o dei beni confiscati ed assegnati dal tribunale di Palermo al dottor Nicola Ribolla, e quanti siano gli incarichi ancora a lui affidati.
(4-03166)

PUGLIA, DONNO, BERTOROTTA, BUCCARELLA, CAPPELLETTI, CASTALDI, FUCKSIA, GAETTI, MARTON, MORRA, SANTANGELO - *Al Ministro della salute* - Premesso che:
la fondazione Salvatore Maugeri (FSM) è un istituto di ricovero e cura a carattere scientifico (IRCCS) che opera in Italia erogando servizi sanitari a livelli di eccellenza nei settori della cura, dell'assistenza e della riabilitazione ed è articolata in 21 sedi ubicate in diverse regioni in Italia presso le quali lavorano 3.817 dipendenti al servizio di oltre 2.000 posti letto;
pur essendo una fondazione privata, FSM opera quasi del tutto esclusivamente tramite l'erogazione di fondi pubblici del Sistema sanitario nazionale (SSN) e delle Regioni nelle quali sono presenti sue sedi (Lombardia, Piemonte, Liguria, Sicilia, Puglia, Veneto e Campania), nonché del Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca per importi complessivi di oltre 300 milioni di euro annui;
considerato che:
fondata nel 1965, solo dal 2011 la FSM redige annualmente bilanci conformi alle direttive dell'ordine nazionale dei commercialisti corredati dalla relazione del collegio dei revisori;
le criticità presenti nei bilanci della FSM, che derivano principalmente dalla conseguenze sulla gestione finanziaria di gravi vicende giudiziarie che dall'aprile 2012 l'hanno coinvolta, sono di

carattere straordinario e contingente e non derivano dalla gestione ordinaria delle attività delle strutture sanitarie, caratterizzate da una significativa redditività evidenziata da un elevato indice EBITDA (earnings before interest taxes depreciation and amortization) così come documentato dai bilanci dell'ente ed evidenziato sia dall'audizione dei vertici FSM in data 23 luglio 2014 presso la Commissione Sanità della Regione Lombardia che dall'interrogazione del 4 settembre 2014 depositata da rappresentanti del Movimento 5 Stelle al Consiglio regionale lombardo;

sebbene dall'aprile 2013 fossero state individuate precise ed efficaci misure di risanamento dettagliatamente descritte nel *business plan* 2013-2017, approvato da parte del consiglio di amministrazione della FSM in data 29 marzo 2013, e redatto dalla società di revisione contabile PricewaterhouseCoopers (PwC) tali misure risultano essere tuttora largamente disattese dal *management* aziendale, tanto da giungere all'attuale compromissione dell'equilibrio finanziario dell'ente;

considerato inoltre che:

risulta agli interroganti che in data 29 ottobre 2014 sia stato depositato il verbale del consiglio di amministrazione della FSM del 28 ottobre, con il quale è stata iscritta in data 31 ottobre 2014, presso il Tribunale di Pavia, la richiesta di concordato in bianco *ex* art. 161, comma 6, della legge fallimentare di cui al regio decreto n. 267 del 1942, e successive modificazioni, con riserva di presentazione di proposta e piano concordatario;

a parere degli interroganti ciò potrebbe preludere ad imminenti manovre speculative con ipotesi di spacchettamento e smantellamento della FSM, con vendite degli *asset* più redditizi e con conseguenti potenziali esuberi fra i lavoratori, ovvero con operazioni che snaturerebbero l'originaria natura morale e senza fini di lucro dell'ente trasformandolo da ente di sanità pubblica a clinica privata con fini di profitto, comportando una svendita ed una privatizzazione di un'eccellenza del SSN, costruita e resa possibile in tutti questi anni interamente da ingenti finanziamenti pubblici;

a suffragare tali ipotesi, risulta agli interroganti che a seguito della rottura dei tavoli di trattativa sindacale da parte della FSM, con nota del 30 ottobre 2014 l'azienda stia procedendo alla disdetta unilaterale del contratto di lavoro per procedere al passaggio per tutti i lavoratori dipendenti dal contratto di sanità pubblica al contratto di sanità privata (AIOP- Associazione italiana ospedalità privata) con conseguenti tagli alle retribuzioni ed ai diritti acquisiti;

a giudizio degli interroganti il peggioramento delle formule contrattuali, con le conseguenze che avrebbe sui livelli salariali e sui diritti acquisiti, prospettato per il personale della FSM, avrebbe un grave impatto sulla qualità delle prestazioni di eccellenza erogate da FSM all'interno del SSN;

considerato infine che:

l'articolo 121 del decreto legislativo n. 112 del 1998 attribuisce allo Stato le funzioni di vigilanza e controllo sugli enti pubblici e privati che operano su scala nazionale e ultraregionale;

ai sensi dell'art. 1, comma 2, del decreto legislativo n. 288 del 2003, recante "Riordino della disciplina degli Istituti di ricovero e cura a carattere scientifico", a norma dell'articolo 42, comma 1, della legge n. 3 del 2003, la vigilanza sugli IRCCS spetta al Ministero della salute, mentre alla Regione competono le funzioni legislative e regolamentari connesse alle attività di assistenza e ricerca, nonché i controlli sulla qualità e congruità delle prestazioni sanitarie erogate dalle strutture accreditate pubbliche e private;

l'assessore per la sanità della Regione Lombardia, Mantovani, interrogato sulla vicenda, ha risposto in data 5 novembre 2014 in Commissione Sanità sostenendo che la Regione ed il suo Assessorato non hanno un potere diretto nella vicenda in atto e non possono interferire nell'autonomia gestionale di una fondazione privata;

l'autonomia giuridico-amministrativa degli istituti di ricovero e cura a carattere scientifico di diritto privato, fatta salva all'art 12 del decreto legislativo n. 288 del 2003, non preclude la citata vigilanza ministeriale e tale autonomia nel caso della FSM risulta già nei fatti compromessa dagli stessi vincoli legislativi imposti all'amministrazione dell'ente dalla procedura di concordato *ex* art. 161, comma 6, della legge fallimentare iscritta in data 31 ottobre 2014 presso il Tribunale di Pavia;

nell'aprile 2012, a seguito di gravi vicende giudiziarie, è stato presentato alla Camera l'atto di sindacato ispettivo 2-01457, firmato da numerosi parlamentari tra cui l'onorevole Lorenzin, Ministro della salute in carica, per chiedere un'iniziativa di vigilanza e controllo nei confronti delle fondazioni qualificate come istituti di ricovero e cura a carattere scientifico privati, con particolare riferimento alla fondazione Salvatore Maugeri,

si chiede di sapere:

se il Ministro in indirizzo intenda, nei limiti delle proprie attribuzioni, attivarsi al fine di dare attuazione alle ricorrenti condizioni di commissariamento della fondazione Salvatore Maugeri ai sensi dell'art. 16, commi 3 e 4, del decreto legislativo n. 288 del 2003, in considerazione delle gravi irregolarità nell'amministrazione dell'ente e delle ingenti perdite che nel bilancio 2013, approvato a luglio 2014, risultano di oltre 300 milioni di debiti;

quali iniziative intenda adottare al fine di monitorare le procedure di concordato in corso che, coinvolgendo un ente del Servizio sanitario nazionale, interessano il SSN nonché i livelli essenziali di assistenza che la stessa fondazione Salvatore Maugeri assicura.

(4-03167)

Interrogazioni, da svolgere in Commissione

A norma dell'articolo147 del Regolamento, le seguenti interrogazioni saranno svolte presso le Commissioni permanenti:

1ª Commissione permanente(Affari costituzionali, affari della Presidenza del Consiglio e dell'Interno, ordinamento generale dello Stato e della Pubblica Amministrazione):

3-01507, del senatore Scilipoti Isgrò, sulla stabilizzazione dei vigili discontinui e volontari del Corpo nazionale dei vigili del fuoco;

3-01513, della senatrice Albano ed altri, sul servizio di monitoraggio svolto dal Centro nazionale anticrimine informatico per la protezione delle infrastrutture critiche;

3-01517, della senatrice Padua, sulla regolarità della gestione del Comune di Ispica (Ragusa);

4ª Commissione permanente(Difesa):

3-01519, del senatore Santangelo ed altri, sul concorso per l'ammissione al 4° corso triennale di allievi marescialli dell'Arma dei Carabinieri;

7ª Commissione permanente(Istruzione pubblica, beni culturali, ricerca scientifica, spettacolo e sport):

3-01462, della senatrice Puglisi, sulla vicenda di un insegnante di religione cattolica nelle scuole superiori in provincia di Palermo;

3-01506, del senatore Lai, sulla riorganizzazione del Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo, con particolare riguardo alla Sardegna;

3-01514, della senatrice Idem ed altri, sul potenziamento dell'insegnamento dell'educazione motoria nella scuola primaria;

3-01518, del senatore Scilipoti Isgrò, sulle nomine afferenti ai consigli d'amministrazione delle scuole appartenenti ai convitti nazionali e alle commissioni;

8ª Commissione permanente (Lavori pubblici, comunicazioni):

3-01508, del senatore Filippi, sulla gestione dell'Enav;

3-01516, del senatore Scilipoti Isgrò, sulla sicurezza dei voli civili nell'area del Baltico;

12ª Commissione permanente (Igiene e sanità):

3-01512, della senatrice Bisinella, sull'aggiornamento del nomenclatore tariffario per l'erogazione di ausili tecnici ai disabili;

3-01515, della senatrice Bertorotta ed altri, sul decesso per meningite di un mediatore culturale presso il Cara di Isola Capo Rizzuto (Crotone).

Avviso di rettifica

Nel Resoconto stenografico della 363a seduta del 2 dicembre 2014, a pagina 77, sotto il titolo "Corte costituzionale, trasmissione di sentenze", all'ultima riga del primo capoverso, sostituire le parole: "*Doc* . VII, n. 109", con le seguenti: "*Doc*. VII, n. 101".

1.5.2.3. Seduta n. 367 (ant.) del 18/12/2014

collegamento al documento su www.senato.it

SENATO DELLA REPUBBLICA
------ XVII LEGISLATURA ------

367a SEDUTA PUBBLICA
RESOCONTO STENOGRAFICO
GIOVEDÌ 18 DICEMBRE 2014

Presidenza del vice presidente GASPARRI,
indi del presidente GRASSO,
del vice presidente CALDEROLI,
della vice presidente FEDELI
e della vice presidente LANZILLOTTA

N.B. Sigle dei Gruppi parlamentari: Area Popolare (NCD-UDC): AP (NCD-UDC); Forza Italia-Il Popolo della Libertà XVII Legislatura: FI-PdL XVII; Grandi Autonomie e Libertà (Grande Sud, Libertà e Autonomia-noi SUD, Movimento per le Autonomie, Nuovo PSI, Popolari per l'Italia): GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI); Lega Nord e Autonomie: LN-Aut; Movimento 5 Stelle: M5S; Partito Democratico: PD; Per le Autonomie (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE: Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE; Scelta Civica per l'Italia: SCpI; Misto: Misto; Misto-Italia Lavori in Corso: Misto-ILC; Misto-Liguria Civica: Misto-LC; Misto-Movimento X: Misto-MovX; Misto-Sinistra Ecologia e Libertà: Misto-SEL.

RESOCONTO STENOGRAFICO

Presidenza del vice presidente GASPARRI

PRESIDENTE. La seduta è aperta *(ore 9,40)*.

Si dia lettura del processo verbale.

SAGGESE, *segretario, dà lettura del processo verbale della seduta del 16 dicembre.*

Sul processo verbale

SCILIPOTI ISGRO' *(FI-PdL XVII)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

SCILIPOTI ISGRO' *(FI-PdL XVII)*. Signor Presidente, chiedo la votazione del processo verbale, previa verifica del numero legale.

Verifica del numero legale

PRESIDENTE. Invito il senatore Segretario a verificare se la richiesta risulta appoggiata dal prescritto numero di senatori, mediante procedimento elettronico.

(La richiesta risulta appoggiata).

Invito pertanto i senatori a far constatare la loro presenza mediante procedimento elettronico.

(Segue la verifica del numero legale).

Il Senato è in numero legale.

Ripresa della discussione sul processo verbale

PRESIDENTE. Metto ai voti il processo verbale.

È approvato.

Comunicazioni della Presidenza

PRESIDENTE. L'elenco dei senatori in congedo e assenti per incarico ricevuto dal Senato, nonché ulteriori comunicazioni all'Assemblea saranno pubblicati nell'allegato B al Resoconto della seduta odierna.

Preannunzio di votazioni mediante procedimento elettronico

PRESIDENTE. Avverto che nel corso della seduta odierna potranno essere effettuate votazioni qualificate mediante il procedimento elettronico.

Pertanto decorre da questo momento il termine di venti minuti dal preavviso previsto dall'articolo 119, comma 1, del Regolamento *(ore 9,44)*.

Disegni di legge, annunzio di presentazione

PRESIDENTE. Comunico che in data 16 dicembre 2014 è stato presentato il seguente disegno di legge:

dal Presidente del Consiglio dei ministri e dai Ministri dell'economia e delle finanze; delle politiche agricole, alimentari e forestali; e dell'istruzione, dell'università e della ricerca

«Conversione in legge del decreto-legge 16 dicembre 2014, n. 185, recante disposizioni urgenti in materia di proroga dei termini di pagamento IMU per i terreni agricoli montani e di interventi di regolazione contabile di fine esercizio finanziario» (1709).

Sull'ordine dei lavori Gruppi parlamentari, cessazione

PRESIDENTE. Onorevoli colleghi, l'ordine del giorno della seduta odierna reca la discussione dei disegni di legge di bilancio e di stabilità.

Do la parola al presidente della 5a Commissione permanente, senatore Azzollini, per riferire sui lavori della Commissione.

AZZOLLINI *(AP (NCD-UDC))*. Signor Presidente, ho già potuto chiedere formalmente al presidente Grasso, ma adesso lo chiedo a lei e all'Aula, la possibilità di rinviare la discussione dei disegni di legge di bilancio e di stabilità, perché la Commissione sta per terminare i suoi lavori.

Chiedo scusa ai colleghi, ma abbiamo lavorato intensamente, ininterrottamente, quindi pensiamo di poter portare il provvedimento all'Assemblea entro la mattinata.

Avevo pertanto chiesto si potesse cominciare la discussione a partire dalle ore 14 in poi quando la Presidenza lo ritiene.

PRESIDENTE. Alla luce di quanto riferito dal presidente Azzollini, per consentire alla 5a Commissione di concludere i propri lavori, sospendiamo la seduta dell'Assemblea.

Comunico che la Conferenza dei Capigruppo si riunirà alle ore 12 e che la seduta riprenderà alle ore 13 per le comunicazioni riguardanti l'esito della Conferenza dei Capigruppo, ferma restando la

previsione, fatta dal presidente Azzollini, della ripresa alle ore 14 per entrare nel merito dei provvedimenti all'ordine del giorno.

La seduta è sospesa.

(La seduta, sospesa alle ore 9,47, è ripresa alle ore 13,01).

Presidenza del presidente GRASSO

La Conferenza dei Capigruppo ha preso atto che la Commissione bilancio non ha concluso i propri lavori sui documenti finanziari.

La seduta riprenderà alle ore 15 con l'intervento del presidente Azzollini sui lavori della Commissione. Seguirà la discussione generale congiunta secondo il contingentamento dei tempi già definito.

Il termine per la presentazione degli emendamenti è fissato per le ore 16.

Conformemente ai precedenti, in deroga a quanto previsto dall'articolo 128, commi 3 e 4, del Regolamento, potranno essere ripresentati anche gli emendamenti non discussi dalla Commissione bilancio per ragioni temporali.

La Conferenza dei Capigruppo ha infine preso atto del venir meno del Gruppo parlamentare Per l'Italia, ai sensi dell'articolo 14, comma 6, del Regolamento.

La seduta è sospesa.

(La seduta, sospesa alle ore 13,03, è ripresa alle ore 15,08).

Discussione congiunta dei disegni di legge:

(1699) ***Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017*** *(Approvato dalla Camera dei deputati) (Votazione finale qualificata, ai sensi dell'articolo 120, comma 3, del Regolamento)*

(1698) ***Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)*** *(Approvato dalla Camera dei deputati) (Votazione finale qualificata, ai sensi dell'articolo 120, comma 3, del Regolamento)* **(ore 15,08)**

PRESIDENTE. L'ordine del giorno reca la discussione congiunta dei disegni di legge nn. 1699 e 1698, già approvati dalla Camera dei deputati.

Ha facoltà di parlare il presidente della 5ª Commissione permanente, senatore Azzollini, per riferire sui lavori della Commissione.

AZZOLLINI *(AP (NCD-UDC))*. Signor Presidente, com'è noto, la Commissione non ha terminato i suoi lavori. Tuttavia, è assai utile rappresentare all'Assemblea che la Commissione ha svolto gran parte del suo lavoro e, sotto il profilo delle questioni di maggior rilievo, praticamente tutto il lavoro che aveva di fronte. Naturalmente, doveva ancora svolgere il lavoro singolo su molti altri emendamenti, il che non avrebbe consentito la convocazione a quest'ora dell'Assemblea, per la quale mi ero impegnato con il presidente Grasso, che ringrazio varie volte per avermi concesso tre rinvii (e di ciò gli sono molto grato). Posso però assicurare, signor Presidente, signore senatrici e signori senatori, che questo tempo ha consentito un lavoro molto serio e molto approfondito sulle questioni che sto per enunciare.

Il passaggio nella Commissione del Senato, se posso dirlo con una simpatica battuta che ho usato questa mattina e che il vice ministro Morando mi consentirà, a memoria di un trentottenne (diciannove finanziarie fatte dal vice ministro Morando e diciannove da me), è stato uno dei più significativi sia per le dimensioni finanziarie dell'intervento sia per le sue dimensioni sociali.

Proverò ad enunciare le maggiori questioni, sulle quali mi preme subito sottolineare un aspetto che forse, signor Presidente, non fa molta scena sui giornali, ma che penso sia oltremodo utile per la storia parlamentare e per la storia dell'Italia. Tutte o quasi tutte le questioni rilevanti sono state votate da tutti, maggioranza ed opposizione: tutti. La maggior parte degli emendamenti fondamentali, sui quali mi soffermerò, sono stati votati da tutti; questo a testimonianza che sia la maggioranza, ma soprattutto le opposizioni, data la loro condizione parlamentare, hanno svolto il loro lavoro nella Commissione

approfonditamente e con grande diligenza, intelligenza e passione.

Mi provo ad illustrare le grandi questioni affrontate e risolte nella Commissione. Vado per ordine di rilievo. La prima, quella cui annetto ed annettiamo - penso - la maggiore importanza, è la rimodulazione dell'IRAP, una rimodulazione che ha consentito il coinvolgimento in una esenzione di oltre 1.400.000 piccoli e piccolissimi operatori economici. Si tratta delle aziende senza dipendenti, che erano escluse dalla versione che è entrata in Senato e sono incluse da quella che è uscita dalla Commissione. L'onere - perché si è trattato di fare delle scelte sugli oneri - per 1.400.000 famiglie peserà in misura proporzionalmente assai inferiore su poco più di 100.000 operatori, i quali peraltro già hanno un altro di quei benefici che si possono trovare nella legge di stabilità, in particolare quello degli 80 euro. C'è dunque il coinvolgimento integrale di 1.400.000 piccoli e piccolissimi operatori economici a fronte di un onere per poco più di 100.000 soggetti.

La seconda questione, che riguarda altrettanti milioni (ormai) di operatori, in particolare di lavoratori autonomi, è stata la rimodulazione della tassazione su fondi pensione e tasse di previdenza, con un sistema che, se dovesse funzionare, sarebbe innovativo e, ritengo, utile. In sostanza si è prevista, naturalmente entro quelli che noi chiamiamo tetti di spesa, cioè entro dei limiti (ma limiti significativi, credo che questa norma l'abbiamo cifrata ad 85 milioni di euro, infatti ho detto che le dimensioni finanziarie sono state notevoli), una riduzione della tassazione che io chiamo di entrata, cioè quella originariamente prevista per questi soggetti nel provvedimento arrivato al Senato, per una quota di investimenti in economia a medio e lungo termine (in termine tecnico), ma attraverso la sua definizione amministrativa, questa volta con un impegno (al quale io attribuisco assoluta fiducia) ad operare in tempi molto rapidi in direzione dell'economia reale per quanto riguarda quella tipologia di investimenti. Cioè noi muoveremmo masse di denaro dei cittadini e degli operatori non più verso gli investimenti, che chiamo in termine tecnico speculativi, cioè a breve termine (che però sono propri dell'oggetto dei fondi pensione e delle casse di previdenza), verso gli investimenti a medio e lungo termine e possibilmente dell'economia reale. Credo che questo sia un fatto positivo. Personalmente, come credo tutti, avrei desiderato il ritorno alla tassazione precedente, ma questo non era possibile nel contesto delle risorse che avevamo ed abbiamo attuato questo intervento significativo.

In terzo luogo, abbiamo consentito alle fondazioni, bancarie e non, un credito di imposta che ridurrà l'ulteriore onere della tassazione in entrata e che, secondo me, al più presto, anche in quel caso, dovrà vedere lo stesso orientamento di cui ho detto, cioè verso investimenti che, nell'ambito della loro autonomia statutaria (aspetto molto discusso in Italia nel decennio scorso), si rivolgano ad iniziative imprenditoriali di carattere sociale. Credo che questo sia un altro passaggio importante.

Non va dimenticato il ripristino delle somme che troppo a cuor leggero erano state totalmente eliminate per le zone franche urbane che, assicuro, nelle dimensioni in cui erano hanno portato, nelle zone dell'Obiettivo convergenza, ad interessare quasi 20.000 piccole imprese, anche se con importi non grandi. Parliamo infatti, prendendo a riferimento la Puglia, che conosco bene (ma immagino che quelli siano gli importi), di 10.000-12.000 euro. In questo momento 10.000-12.000 euro per 20.000 imprese sono quanto concretamente si può fare. Abbiamo ripristinato una parte di quel fondo, tant'è che, con emendamenti che il Governo ha accolto, anche altre zone hanno richiesto questa ipotesi di sviluppo locale e di immediata realizzazione.

Aggiungo con poca enfasi, perché vi sono stato fin troppo affezionato nel corso della discussione in Commissione, che abbiamo ulteriormente ridotto il taglio ai patronati. Chi viene dalla mia esperienza (siamo di media ingenuità) fa questo sapendo che non tutto è perfetto in quelle organizzazioni. Tuttavia, abbiamo ritenuto di dover privilegiare gli utenti ed i fruitori dei patronati, che normalmente sono la gente che enfaticamente si dice «meno abbiente» e che li usa per una serie di adempimenti (troppi) utili per quelle signore e quei signori. Abbiamo pensato a loro e siamo a riusciti a trovare un'impostazione.

Con un pizzico di sorriso dico che naturalmente, seppure non contentando tutti, alluvioni e disgrazie in Italia non mancano. Si è quindi provveduto ancora alle popolazioni colpite, ancorché in maniera non completamente soddisfacente. Sono stati compiuti sforzi in tal senso.

Soprattutto, desidero ricordare un provvedimento di cui non si è parlato a sufficienza. Personalmente comunico malissimo e sono un pessimo cliente per la stampa (sono ottimo come soggetto negativo, ma pessimo come soggetto che parla), ma forse se gli organi di informazione si occupassero con un po' più di attenzione di ciò che sto per dire sarebbe cosa ottima. Nell'ambito - mi consentirà il Governo - di un po' troppi emendamenti governativi presentati in seconda lettura - per cui il mio consiglio è quello di evitare di presentarne tanti - ce n'è uno cui va data rilevanza. Sottolineo che esso ci è costato il sacrificio, in particolare al Governo ed al relatore, di dire di no ad altre esigenze di altrettanta grave rilevanza. Aver introdotto per la prima volta, per una somma complessiva di circa 500 milioni, nel sistema sanitario pubblico la possibilità di erogare, non alla totalità ma ad un certo numero ampio e sperabilmente sempre maggiore di soggetti, il farmaco che - lo dico alla senatrice De Biasi che è esperta in materia - guarisce dall'epatite C, un flagello che ha conseguenze gravissime, credo sia una delle misure più importanti adottate in questa legge di stabilità. *(Applausi dai Gruppi PD e AP (NCD-UDC))*. Tanto importante che ci ha costretti a dire di no ad altre questioni.

VOLPI *(LN-Aut)*. Basta pippotti!

Fate votare gli emendamenti invece di fare le lezioni tutte le volte! *(Commenti dal Gruppo PD)*.

PRESIDENTE. Prego, prosegua, senatore Azzollini.

AZZOLLINI *(AP (NCD-UDC))*. Come dicevo, abbiamo dovuto dire dei no dolorosi rispetto ad altre questioni, lo sappiamo, ma abbiamo scelto un obiettivo, al quale va annesso grande rilievo. Se posso dire, per la velocità dei lavori non sono riuscito a fare una cosa che chiedevo, cioè di intestare questa misura direttamente al Parlamento, ma su questo la collaborazione di tutti i parlamentari e le parlamentari del Senato della Repubblica, di tutte le forze politiche, ha dato un contributo determinante e decisivo senza alcuna divisione e con grandissima onestà intellettuale e di intenti da parte di tutti.

Infine, potrei intrattenermi su molte altre questioni, che più o meno conosciamo, ma credo di dover terminare, avendo inquadrato le questioni di fondo. C'è poi un'altra serie di questioni più o meno piccole che però sono significative per determinati territori, comunità o strati sociali e se ne ho dimenticata qualcuna nel dibattito saranno trattate sicuramente con maggiore precisione di quanto non abbia fatto io.

Termino ringraziando di nuovo tutti i membri della Commissione, nessuno escluso, ma mi consentirà, signor Presidente, di ringraziare in particolare il vice ministro Morando, che ha seguito completamente i lavori, ed il sottosegretario Baretta, che hanno svolto un lavoro di assoluta ed indiscutibile qualità e capacità, con un senso di collaborazione istituzionale che nell'ambito delle divergenze, delle difficoltà e delle convergenze, è stato assolutamente pregevole e prezioso. Soprattutto, però, quanto ho qui detto è stato possibile grazie all'impegno, al sacrificio, all'intelligenza, alla dedizione ed all'onestà del relatore alla legge di stabilità, il senatore Giorgio Santini, e della senatrice Federica Chiavaroli, relatrice sul disegno di legge di bilancio. *(Applausi dai Gruppi PD e AP (NCD-UDC))*.

Lo ripeto, soltanto un piccolissimo finale di partita (credo ci fosse una commedia con questo titolo): il merito essenziale, per quel che riguarda il Parlamento, va al senatore Santini ed alla senatrice Federica Chiavaroli. *(Applausi dal Gruppo PD e della senatrice Mussini)*.

Così rassegno sulla legge di stabilità. Il bilancio non lo abbiamo preso in esame ma, come si sa, ha un'importanza, per quest'ultimo anno, minore perché si va verso l'unificazione dei due documenti. *(Applausi dai Gruppi PD, AP (NCD-UDC) e Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE)*.

PRESIDENTE. Onorevoli colleghi, in relazione a quanto riferito dal senatore Azzollini, non essendosi concluso l'esame in Commissione, i disegni di legge di stabilità e di bilancio saranno discussi nel testo trasmesso dalla Camera dei deputati senza relazione, ai sensi dell'articolo 44, comma 3 del Regolamento. *(Applausi ironici dal Gruppo LN-Aut e della senatrice Bertorotta)*.

Ai sensi dell'articolo 120, comma 3 del Regolamento, le votazioni finali sul bilancio e sulla legge di stabilità avranno luogo con votazione nominale con scrutinio simultaneo mediante procedimento elettronico.

ROMANI Paolo *(FI-PdL XVII)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

ROMANI Paolo *(FI-PdL XVII)*. Signor Presidente, se non ho capito male, il lavoro della Commissione bilancio si è concluso senza dare mandato al relatore di riferire in Aula, il che contraddice gli eccessi di trionfalismo del presidente Azzollini, che mi hanno francamente colpito, anche perché non so esattamente di che cosa egli abbia parlato. Ci ha parlato del testo arrivato dalla Camera? Dei subemendamenti presentati dal Governo? Ci ha parlato della discussione sugli stessi subemendamenti o piuttosto del lavoro che è avvenuto sugli emendamenti?

Non so di che cosa abbia parlato: so solo che, al termine della discussione generale, ci dovrebbe essere la presentazione di un maxiemendamento da parte del Governo, che dovrebbe teoricamente tener conto del lavoro fatto in Commissione, del quale abbiamo avuto contezza nella «relazione» fatta dal presidente Azzollini.

Ebbene, leggo una notizia ANSA di pochi minuti fa: «Il Governo presenterà un maxiemendamento. In linea di massima il testo riprenderà l'esame in Commissione, ma non ci sono garanzie: ora il padrone del provvedimento è il Governo». Ad annunciarlo è il relatore sul disegno di legge di stabilità, Giorgio Santini, parlando proprio del provvedimento.

Complimenti alla maggioranza; complimenti al Presidente della Commissione bilancio; complimenti agli stessi relatori e complimenti al Governo! *(Applausi dal Gruppo FI-PdL XVII. Il senatore Volpi fa cenno di voler intervenire)*.

PRESIDENTE. Su che cosa intende intervenire, senatore Volpi?

VOLPI *(LN-Aut)*. Sull'ordine dei lavori, Presidente, credo che me lo si debba.

PRESIDENTE. Poteva annunciarlo alla Presidenza.

VOLPI *(LN-Aut)*. Guardi che io l'ho fatto; forse lei non mi ha guardato, ma l'ho fatto, Presidente. Purtroppo io e lei non riusciamo mai a vederci. Comunque...

PRESIDENTE. Il senatore Romani ha avuto la delicatezza di avvisare prima la Presidenza.

VOLPI *(LN-Aut)*. Presidente, io credo di poter chiedere di intervenire sull'ordine dei lavori a nome del mio Gruppo alzando la mano; non è che tutte le volte deve esserci un contenzioso fra me e lei su quando posso parlare, mi scusi.

PRESIDENTE. Assolutamente no. Prego.

VOLPI *(LN-Aut)*. Presidente, mi permetta di parlare di altro.

Ho ascoltato l'intervento del presidente Romani, che in parte ha anche anticipato le mie riflessioni; le sottopongo però una questione. Sta per iniziare ora una discussione che, com'è successo più volte negli ultimi mesi, sarà fatta assolutamente sul nulla. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut e della senatrice Bignami)*. Qui si parla infatti di un eventuale - presumo che sia così - maxiemendamento del Governo, che da alcune notizie di agenzia si ipotizza possa arrivare addirittura alle 20 di questa sera. Oggi pomeriggio le senatrici e i senatori parleranno quindi di questioni che non sanno: ci stiamo prendendo in giro.

La cosa che poi mi stupisce di più è che questi signori ci hanno abituato ormai a lezioni di economia e su quello che è stato fatto e spero che il vice ministro Morando, con la sua usuale sintesi, non ci dia oggi un'ulteriore spiegazione della politica economica del Governo.

Presidente, l'altro giorno eravamo insieme al Quirinale e sono state dette alcune cose. È vero che è stato fatto un *endorsement* assolutamente poco elegante ed eccessivo verso il Governo, ma sono state dette anche altre cose. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut e del senatore Campanella)*. È stato detto che forse la decretazione d'urgenza e l'utilizzo della fiducia aveva raggiunto un eccesso: oggi questo eccesso lo facciamo diventare una farsa, facendo perdere tempo al Parlamento per quattro, cinque, sette ore, discutendo su un provvedimento che non sappiamo cosa sia, per porre alla fine una fiducia che voteremo a mezzanotte. Ma a lei sembra di rappresentare in una maniera seria un'istituzione vessata dal Governo in questo modo? Ma un minimo di orgoglio quest'Aula ce l'ha ancora o è

semplicemente serva del signorino seduto a Palazzo Chigi? *(Applausi dai Gruppi LN-Aut, Misto-MovX e dei senatori Orellana e De Pin)*. Ma un minimo di serietà, un minimo di orgoglio in quest'Aula c'è ancora o siamo qua a schiacciare casualmente dei bottoni, a seconda di quello che anche oggi, alle 20 di questa sera, ci dirà il Governo?

Peraltro, vorrei capire se è prassi di questo Parlamento - prima alla Camera ed oggi al Senato - recepire o meno quanto proviene dal lavoro delle Commissioni perché, se così non è, anche le parole sagge - seppur inutili - del presidente Azzollini sono una farsa; perché dire che si lavora bene in Commissione e poi non utilizzare il prodotto del lavoro delle Commissioni è una farsa, Presidente.

Credo che con lei siamo d'accordo sul disagio nel continuare a lavorare in questo modo, e non dipende da maggioranza e opposizione, bensì dalla voglia di ogni singolo senatore di incidere su delle scelte che riguardano il Paese. Io mi sento offeso; non so se si sente offeso anche lei, ma forse dovrebbe. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut e della senatrice Fattori)*.

PRESIDENTE. Lei sa benissimo che se non si fa la discussione generale non si può arrivare...

VOLPI *(LN-Aut)*. Ha capito il senso politico.

PRESIDENTE.Lei sa benissimo cosa prescrive il Regolamento. Sa altrettanto bene che, una volta posta la questione di fiducia, si terrà una Conferenza dei Capigruppo per stabilire i tempi della discussione che ci sarà. Lei sa benissimo che questo prevede il Regolamento e questo sarà il decorso dei nostri lavori.

Dichiaro aperta la discussione generale congiunta.

È iscritta a parlare la senatrice Zanoni. Ne ha facoltà.

ZANONI *(PD)*. Signor Presidente, onorevoli senatrici e senatori, non è facile fare il primo intervento in discussione generale su un provvedimento complesso che, dopo quindici giorni di intenso lavoro, approda in Aula senza che sia stato dato il mandato al relatore. Il mio breve intervento è articolato in tre punti. *(Brusio)*.

PRESIDENTE. Vi prego di fare un po' di silenzio.

ZANONI *(PD)*. Forse il mio intervento sarà un po' noioso, ma forse...

PRESIDENTE. Senatrice Zanoni, prego, continui.

Il mio intervento è articolato in tre punti: contenuti del testo originario e obiettivi della legge di stabilità; una sintesi del lavoro svolto in Commissione da parte di tutti i ruoli che vi hanno partecipato; infine, le misure per gli enti locali.

Il primo punto. Ricordo che il testo originario, con riferimento alla Nota di aggiornamento al DEF, ha previsto una manovra da 36 miliardi articolata nel seguente modo. I 36 miliardi di entrate sono dati da: 11 miliardi dal *deficit*; 15 dalla *spending review*; 3,8 miliardi dalla lotta all'evasione; 0,6 miliardi dalla banda larga; 1 miliardo dalle *slot machine* (da associare ai 50 milioni di spesa del Servizio sanitario nazionale destinata alla prevenzione, cura e riabilitazione dalla ludopatia), 3,6 miliardi dalle rendite e un miliardo dalla riprogrammazione.

Dei 36 miliardi di uscite, ricordiamo in particolare: 9,5 miliardi di euro per il *bonus* degli 80 euro; 5 miliardi per l'IRAP (componente lavoro); 1,9 miliardi... *(Brusio)*.

PRESIDENTE. Per favore, chi deve discutere è pregato di accomodarsi fuori dall'emiciclo. Non vorrei indicare nome per nome chi disturba la discussione. *(Commenti del senatore Castaldi)*.

Prego, senatrice Zanoni, prosegua.

ZANONI *(PD)*. Grazie.

Come dicevo, dei 36 miliardi di uscite ricordiamo in particolare: 9,5 miliardi di euro per il *bonus* degli 80 euro; 5 miliardi per l'IRAP (componente lavoro); 1,9 miliardi per il contratto a tempo indeterminato; 0,8 miliardi sulle partite IVA; 0,5 miliardi sulle famiglie, oltre ad elementi importanti sulla scuola, sugli ammortizzatori sociali, sul Patto di stabilità per i Comuni, eccetera.

La variazione alla Nota di aggiornamento al DEF ha ridotto un po' lo spazio della manovra, ma non ha inficiato tutti gli obiettivi di questa manovra e la tensione allo sviluppo della legge di stabilità nel suo

testo originario.

Alla Camera sono state apportate numerose modifiche migliorative... *(Brusio)* ...mi stupisce un po', signor Presidente, che tutti coloro che volevano un intervento organizzato e ordinato per capire e imparare, adesso stiano chiacchierando. *(Applausi dal Gruppo PD. Richiami del Presidente)*. Alla Camera - dicevo - sono state apportate numerose modifiche migliorative, ma vorrei soffermarmi, visto il poco tempo a disposizione, sul lavoro svolto in Commissione. È stato fatto un grande lavoro in questi quindici giorni, di cui occorre dare atto alla maggioranza ma anche alla minoranza, perché abbiamo partecipato tutti con eguale impegno e molto entusiasmo e dedizione. Molti emendamenti sono stati approvati (molti all'unanimità); molti sono stati i temi oggetto degli emendamenti presentati, a sua volta, dal Governo e degli emendamenti di sintesi del relatore. Molte riformulazioni sono state approvate all'unanimità.

Cito alcuni esempi, alcuni *flash,* perché molte questioni sono già state sottolineate dal presidente Azzollini: l'epatite C, il tema dell'amianto, i patronati, il fondo pensione, l'IRAP dei lavoratori autonomi, il regime dei minimi, le zone franche urbane (all'inizio l'investimento era di 100 milioni, era passato a zero alla Camera ed è diventato di 40 milioni al Senato) e il fondo alluvioni, che prima non c'era. Sicuramente si può sempre fare di più al riguardo, ma si prevedono interventi specifici e c'è grande attenzione a tutte le realtà. Ringrazio in particolare tutti i senatori sardi, che, con la loro passione, hanno inserito elementi migliorativi, ma anche i senatori provenienti dalle Regioni che sono state colpite in questi anni dalle alluvioni, i quali si sono fatti espressione delle necessità: tutti insieme abbiamo cercato di portare qualche beneficio per questi territori.

Passo rapidamente al terzo punto: le politiche per gli enti locali. Tutti ci concentriamo negli ultimi giorni di discussione su alcune questioni e sulle proteste, ma la manovra è molto articolata e contiene elementi di grande novità per gli enti locali. Bene gli incentivi alle unioni e fusioni degli enti locali; bene passare dai tagli lineari ai fabbisogni e ai costi *standard*. Trovo anche che sia stata un'ottima cosa, da parte del Governo, il ritiro dell'emendamento 2.8000 (se non ricordo male il numero), perché, forse, lo strumento con cui partire per un'operazione così importante e condotta a ritmo più accelerato di quello che si pensava prima deve essere più puntale. Sempre bene la rinegoziazione dei mutui, il ripiano del disavanzo dell'accertamento straordinario dei mutui in trent'anni, in connessione con tutta la tematica relativa all'armonizzazione contabile. Bene il limite di indebitamento più ampio; bene il fondo per il conto interessi; bene le anticipazioni di tesoreria; bene alcuni provvedimenti per gli enti in dissesto; bene la partecipazione al contrasto dell'evasione, che è passata dal 33 per cento al 50 per cento, e ora al 55 per cento. Se vogliamo davvero combattere l'evasione, gli enti locali e tutti quelli che sono più vicini al territorio hanno più strumenti e più capacità di investigazione. È giusto anche che resti a loro parte dell'entrata, non da spendere per se stessi (ovviamente), ma per il proprio territorio.

Ci sono però punti su cui il Governo deve intervenire in fretta, in questo o in altri provvedimenti. Ce lo siamo detti in Commissione; il Governo ha già anche preso degli impegni. Per i Comuni bisogna ripensare al cosiddetto fondo TASI, che non c'è (i 625 milioni): in Commissione il sottosegretario Baretta ha già assunto degli impegni. Per quanto riguarda le Province, ci sono i tre provvedimenti (precari, slittamento di due anni dei mutui e alienazione degli immobili). Sicuramente in un provvedimento futuro occorre pensare alle esenzioni dal Patto, in particolare per le città metropolitane, se non vogliamo farle morire prima ancora di averle fatte nascere. Un atteggiamento particolare occorre per le Regioni, perché ciascuna ha le sue specificità e forse è davvero utile prendere sempre provvedimenti specifici e non generali.

Abbiamo fatto molto, ma dobbiamo imparare a lavorare in modo più ordinato. In alcuni casi il rispetto dei tempi e delle regole diventano sostanza, come in questo caso. Abbiamo fatto un grande lavoro, ma alla fine è mancata la confezione e il regalo non è arrivato. Ci saranno molti interventi dopo il mio che entreranno nel merito dei molti temi che interessano i cittadini e che hanno competenze specifiche in materia.

Voglio ringraziare in particolare il presidente Azzolini, che, pur essendo turbato fortemente per motivi personali, non lo ha fatto pesare sui lavori della Commissione. E voglio dire: speriamo di aver lavorato

bene. Lo dico in primo luogo a me stessa: speriamo di varare una buona legge per lo sviluppo e il bene delle donne e degli uomini di questo nostro Paese che non amiamo mai abbastanza. *(Applausi dal Gruppo PD)*.

Saluto ad una delegazione della Fondazione Antonino Caponnetto

PRESIDENTE. Saluto, a nome del Senato, studentesse e studenti, professori e accompagnatori della Fondazione Antonino Caponnetto che partecipano al progetto «I giovani, sentinelle della legalità». Grazie per l'attenzione e per la visita. *(Applausi)*.

Ripresa della discussione congiunta dei disegni di legge nn.1699e 1698 (ore 15,41)

PRESIDENTE. È iscritta a parlare la senatrice Petraglia. Ne ha facoltà.

PETRAGLIA *(Misto-SEL)*. Signor Presidente, mi riservo di parlare in questi otto minuti del disegno di legge di stabilità così come ci è stato presentato e come ne abbiamo discusso, nonostante prenda atto della discussione falsata cui stiamo partecipando. Lo dico perché, in realtà, la legge di stabilità di fatto corrisponde, così come ce l'avete presentata, all'idea di Paese che ha questo Governo.

Noi, valuteremo con attenzione il maxiemendamento e vorremmo tanto essere smentiti, ma temiamo - ahinoi - di trovare solo conferma a quanto già ci avete detto. Il dibattito sulla legge di stabilità, infatti, è un dibattito che necessita di una visione globale. La crisi che stiamo attraversando, infatti, è una crisi datata nel tempo, e che risale al 2008, quando già fu discussa ampiamente dai movimenti e dalle organizzazioni sociali al Forum sociale europeo.

Io ricordo che a Firenze, nel 2002, migliaia di giovani si ritrovarono da ogni parte d'Europa per ascoltare Susan George che raccontava di come i due terzi della ricchezza mondiale fossero falsi e del fatto che si trattasse di una ricchezza solo finanziaria, mentre quella reale, legata alla produzione, fosse solo un terzo. E devo dire che tra quella moltitudine incredibile di giovani venuti da tutta Italia non ricordo di avere visto l'allora Presidente della Provincia di Firenze.

Oggi il rapporto tra ricchezza finanziaria e ricchezza reale è di dieci a uno, ed è un indicatore chiaro di un'alterazione profonda che ci sta esponendo oggi, così come nel 2008, al rischio di un'altra bolla finanziaria. I valori della crisi infatti sono ai livelli precrisi; preoccupa l'ammontare della liquidità, soprattutto dei derivati (78 trilioni di dollari a livello mondiale, una cifra che equivale a circa quattro volte il PIL mondiale). Se questa bolla esplodesse potrebbero fallire due o tre banche cardine (qualcuna europea, anche tedesca) e magari, per salvarle, faremmo ciò che è stato fatto nel 2008: salvare le banche e non i lavoratori; salvare le banche e non le fabbriche.

Abbiamo chiara quale sia la vostra idea di legge di stabilità e quali le scelte politiche. Parlano molto chiaro la vostra carta di identità e la vostra presentazione. Per noi questo è un atto molto importante, perché la crisi che stiamo attraversando ha portato a un impoverimento senza precedenti della classe media e delle classi lavoratrici. In questa legge di stabilità non solo non cogliamo niente di innovativo, ma sono evidenti molti elementi regressivi e prociclici, capaci di approfondire la recessione invece di invertirla.

Le non scelte della legge non ci aiutano a uscire dalla crisi, non creano lavoro nell'immediato e non pongono neanche le premesse per creare lavoro nel futuro. D'altra parte, ce l'avete raccontato voi nel DEF: l'impatto macroeconomico delle principali misure di stabilità è pressoché nullo. Per effetto degli 80 euro prevedete soltanto lo 0,1 per cento di crescita del PIL e lo stesso discorso vale per il *jobs act*: e queste sono previsioni ottimistiche.

Presidenza del vice presidente CALDEROLI **(ore 15,43)**

(*Segue* PETRAGLIA*)*. Noi, Sinistra Ecologia e Libertà, abbiamo presentato diversi emendamenti, per creare buona e ampia occupazione e li avete respinti, perché la vostra legge di stabilità va nella direzione opposta. Invece di creare lavoro vi siete posti l'obiettivo di far risparmiare i grandi imprenditori sul costo del lavoro, lasciando i lavoratori con sempre meno garanzie, tutele e diritti e, soprattutto, con minore potere contrattuale.

Queste scelte sbagliate e drammatiche vengono rivendute al Paese come scelte capaci di riportare in Italia le aziende che hanno delocalizzato all'estero per tornare ad investire in Italia e portare investimenti stranieri, e nel frattempo riducete l'IRAP anche alle aziende che licenziano e delocalizzano. Non avete introdotto niente inoltre che potesse distinguere, in termini di elemento premiale, quelle aziende che investono in ricerca. Anche questo nostro emendamento è stato respinto.

Il presidente Renzi si è sbracciato con Juncker e con i registi dell'austerità per allargare i confini degli stretti parametri economici, impossibili da rispettare in una situazione di recessione e rischio di deflazione come quella attuale. Ma le parole del Presidente del Consiglio - ormai lo abbiamo imparato - non collimano mai con le scelte che il suo Governo fa realmente.

Sarebbe stata coerente un'impostazione diversa, una scelta forte a favore di investimenti pubblici, di misure espansive, di investimenti in quello che è il settore più importante: il nostro capitale umano, ovvero le persone, i lavoratori.

Ma questa legge di stabilità va in direzione opposta. Nei settori della cultura, della scuola e dell'università si prevedono solo tagli. Si prevedono nuovi tagli alla ricerca e un licenziamento in massa per migliaia di assegnisti di ricerca, perché vi siete rifiutati di fermare uno dei tanti disastri della Gelmini. Avete bocciato un emendamento che chiedeva più soldi per la ricerca pubblica superando la premialità.

Dopo la sentenza della Corte europea, che obbliga all'assunzione di 250.000 precari, noi di SEL ci saremmo aspettati un aumento dei fondi per stabilizzare il più grande precariato concentrato in un'unica azienda pubblica, restituendo dignità sociale ed economica al ruolo degli insegnanti. Ma questa legge di stabilità va in direzione opposta: parlate di autonomia scolastica e tagliate 30 milioni di euro alla legge sulla autonomia scolastica; riducete di 10 milioni i fondi per i corsi di recupero, così potranno recuperare solo i ragazzi che si possono permettere lezioni private e, quindi, rinunciate ad una vera lotta contro la dispersione scolastica.

Il fondo dell'offerta formativa è ridotto del 50 per cento. Vengono tagliati ulteriormente i collaboratori scolastici e il personale amministrativo: non osiamo immaginare come potranno i dirigenti scolastici garantire l'apertura dei tanti plessi, così come ci viene indicato nella buona scuola. Avete persino rifiutato di approvare un emendamento sull'INVALSI e gli esami di terza media che avrebbe fatto risparmiare e avrebbe onorato un impegno preso dallo stesso Ministro. Restano ben fermi però i 200 milioni di finanziamento per le scuole private: risorse importanti che potrebbero essere investite nella scuola pubblica statale. Ma è chiaro che voi siete impegnati a proseguire l'opera di smantellamento iniziata da Tremonti e dalla Gelmini.

Non ci sono risorse vere per l'edilizia scolastica e l'emergenza amianto: ne avete stanziate meno di quelle della finanziaria del 2012. Per trovare cinque milioni per le scuole alluvionate della Sardegna - come previsto in un nostro emendamento - è stato necessario mandarvi sotto in Commissione, a tarda serata.

Avete ben delineato la vostra idea di buona scuola nella legge di stabilità. In momenti di crisi così dura investire risorse per il diritto allo studio vuol dire pensare alla buona scuola: risorse per i libri di testo, i trasporti, la mensa, le tante offerte formative; risorse per rendere la scuola uguale per tutti e non per classi sociali e per censo.

Ma anche su questo siete andati in direzione opposta, semplicemente perché avete deciso di combattere i poveri e non la povertà. *(Applausi dal Gruppo Misto-SEL e dei senatori Bignami, Campanella e De Pin)*.

PRESIDENTE. È iscritta a parlare la senatrice Bulgarelli. Ne ha facoltà.

BULGARELLI *(M5S)*. Signor Presidente, comincio il mio intervento ringraziando comunque il relatore, che è stata l'unica persona in Commissione che è riuscita a mettere insieme il pensiero di più parti politiche, a riassumerlo e a presentare emendamenti poi votati all'unanimità. Erano, certo, emendamenti importanti per l'Italia, che non si potevano rimandare, ma è stato capace di fare questo, e credo che, nella situazione in cui ci siamo ritrovati quest'anno in Commissione bilancio, fosse veramente quasi impossibile.

Detto questo, però, devo aggiungere che non abbiamo votato il mandato al relatore e credo sia doveroso spiegare il perché non lo abbiamo fatto. Vorrei partire un po' da lontano.

In Senato ho partecipato solo a due sessioni di finanziaria: una è quella di quest'anno, che ancora non abbiamo terminato, e l'altra è quella dell'anno scorso. Queste due esperienze, però, mi hanno ben chiarito che cosa voglia dire e quale significato abbia la legge di stabilità all'interno dei palazzi.

La legge di stabilità non ha un significato di vita, come per le persone che sono fuori da qui, in quanto, a seconda di quello che viene o meno inserito al suo interno, si cambia la vita delle persone. Essa ha un significato squisitamente politico, direi quasi schifosamente politico, anche se forse in quest'Aula non si può usare questa parola.

L'anno scorso, durante l'esame della legge di stabilità, abbiamo passato il primo mese e mezzo a decidere chi fosse la maggioranza. Non so se vi ricordate, ma l'anno scorso, durante quel periodo, il Gruppo del PdL si divise e si trasformò in due Gruppi separati: da una parte Forza Italia e dall'altra il Nuovo Centrodestra. In Commissione bilancio si passò un mese a decidere, insieme al Governo, chi faceva parte della maggioranza e chi dell'opposizione. A nessuno fregava assolutamente nulla di quello che succedeva fuori dai palazzi: l'unico problema era decidere qual era la maggioranza e come spartirsi gli emendamenti presentati alla legge di stabilità. *(Applausi dal Gruppo M5S)*. E questo è stato veramente triste.

Quest'anno è successo qualcosa di peggiore. Sempre problemi di maggioranza, ma quest'anno i problemi erano del Partito Democratico, che quindi dovrebbe assumersi in pieno la responsabilità della mancata discussione di oggi, perché, visto che non abbiamo votato il mandato al relatore, non possiamo discutere di niente. *(Brusio dal Gruppo PD).* Ma tanto non mi ascoltano e quindi posso dire qualsiasi cosa. Solo il senatore Santini mi ascolta, ma perché ha paura di quello che dico.

Cos'è successo in realtà? È andato tutto bene fino a che sabato scorso il Governo non ha presentato 60 emendamenti, che si sono aggiunti a quelli che il Governo in questa legge di stabilità aveva già presentato, ovvero 20 emendamenti, più i 1.000 emendamenti del Partito Democratico presentati in Commissione bilancio. I 60 emendamenti presentati sabato venivano dai Ministeri, non erano del Governo, e quindi la maggioranza si è trovata in panne, perché questi nuovi emendamenti hanno tolto qualsiasi spazio di manovra per l'approvazione di emendamenti dello stesso PD o delle altre forze di maggioranza, con la conseguenza che durante le votazioni non avrebbero più avuto la possibilità di portare avanti le loro questioni; tant'è che il Governo in Commissione è stato battuto, è andato sotto.

Inoltre, il PD, dopo aver presentato 1.000 emendamenti alla legge di stabilità, ha presentato più di 100 subemendamenti agli emendamenti del Governo. Abbiamo dunque una maggioranza che subemenda gli emendamenti del suo Governo: siamo alla follia pura.*(Applausi dal Gruppo M5S e della senatrice Bignami)*. C'era quindi un testo della legge di stabilità che arrivava dalla Camera, un altro che veniva dai Ministeri e la povera maggioranza all'interno del Parlamento che voleva dare il suo contributo parlamentare presentando i propri emendamenti nella speranza che qualcuno venisse accolto. Ma non c'era più spazio. Pertanto, da lunedì sono iniziate riunioni fiume della maggioranza, che non sapeva più come fare, perché o diceva no ai Ministeri, ma era impossibile, o diceva no alla maggioranza, e dire no al PD non è semplice, perché è la forza politica principale che sostiene il Governo, soprattutto nel corso delle votazioni in Aula, e che stasera dovrà votare la fiducia. Quindi lunedì c'è stata una riunione fiume che praticamente non è servita a nulla. Stanotte, infatti, alle ore 2, dopo due giorni di lavoro praticamente ingolfati a causa degli emendamenti presentati dal Governo e dalla maggioranza, il PD accantonava ancora subemendamenti agli emendamenti del Governo, sapendo che stamattina alle 9,30 si doveva essere in Aula. Credo che questa sia follia, perché se si vuole portare a casa una legge di

stabilità a vantaggio dei cittadini e non per altre questioni, quattro ore prima dei lavori d'Aula non si accantonano ancora subemendamenti perché si vuole che il Governo li accetti.

Riepilogando, c'erano gli emendamenti del Governo, i subemendamenti della maggioranza e i subemendamenti presentati dal relatore: tutti del PD. *(Applausi dal Gruppo M5S)*. Poi dicono a noi che facciamo ostruzionismo: ma dove pensate di andare? Noi facciamo ostruzionismo? C'è stato rimproverato di aver fatto due interventi di venti minuti, quindi di aver esagerato. Abbiamo esagerato? Abbiamo presentato 200 emendamenti scarsi e i subemendamenti erano davvero pochissimi. Il PD ha causato questa situazione fino a stanotte alle ore 3, e poi, conclusi i lavori della Commissione, si è detto di vedere questa cosa sarebbe successo. C'è stata una riunione di due ore, dalle 3 alle 5, del PD e della maggioranza e, magicamente, stamattina c'erano solo 20 emendamenti. Ma non si sarebbe potuto farlo prima? Dovevamo aspettare questa notte o questa mattina, per andare poi a mettere la fiducia. *(Applausi dal Gruppo M5S)*.

Dopo aver lavorato dieci giorni in Commissione, adesso siamo in Assemblea a parlare della legge di stabilità, senza sapere che cosa ci sarà in questo provvedimento. La legge di stabilità è la legge che controlla tutta la vita dei cittadini, incide sulla vita di ognuno, sia dentro che fuori di qui. Solo che qui dentro abbiamo qualche privilegio in più di quelli fuori, che stanno morendo, mentre voi state ancora qui a cincischiare, dicendo: «L'emendamento mio oppure il suo... No è meglio l'altro... Se non concedo questo emendamento a quel Gruppo, poi non vota quando andiamo in Capigruppo, e poi ci sarà l'elezione del Presidente della Repubblica, per cui dobbiamo avere i voti di tutti... E se poi si va a elezioni...». Questo è il significato che date alla legge stabilità: un significato schifosamente politico. Ciò non ha nessun senso! *(Applausi dal Gruppo M5S)*. Ma questo l'ho già detto tante altre volte e quindi lasciamo stare.

Passo a mostrare più nel dettaglio quanto vi interessa dei cittadini in questa legge di stabilità, partendo dall'emendamento sull'IRAP, precedentemente citato dal Presidente della Commissione bilancio, che in questo momento non vedo in Aula. Abbiamo fatto anche un comunicato stampa su questo emendamento, che è una farsa ancora peggiore di quello che è successo in Commissione in questi giorni. Secondo il vice ministro Morando questo emendamento andrà ad incidere su 1,2 milioni di aziende, mentre secondo il presidente Azzollini le aziende su cui andrà ad incidere sono circa 1,4 milioni. Che sia corretta l'una o l'altra cifra, per questo emendamento sono stati stanziati 163 milioni di credito d'imposta per il 2016. Dunque, dividendo i 163 milioni per 1,2 o 1,4 milioni di aziende, anche arrotondando per eccesso, abbiamo un credito di imposta di 12 euro circa, al mese, per ogni azienda. Sono davvero certa che così risolveremo il problema, tra l'altro per il 2016! *(Applausi dal Gruppo M5S)*.

Signor Presidente, le chiedo qualche altro minuto per concludere il mio intervento, perché mi sono un po' dilungata, visto che questa cosa mi ha un po' accalorata. Si può dire «accalorata» in quest'Aula, vero? Non contenti, oltre all'emendamento sull'IRAP, che concede questo credito d'imposta alle poche aziende che saranno rimaste in piedi nel 2016, si abroga totalmente la legge n. 407 del 1990, che era una legge strutturale fatta prima della norma sul pareggio di bilancio in Costituzione e che non aveva bisogno di uno stanziamento di fondi ogni anno. A che cosa serviva questa legge? Aiutava i disoccupati. *(Richiami del Presidente)*. Ho quasi concluso, signor Presidente: chiedo davvero solo un attimo di pazienza. Dunque non solo non aiutiamo i disoccupati e non avremo più la legge n. 407 del 1990, ma offriremo un bellissimo contributo alle aziende, che sicuramente aiuterà le assunzioni. Chi farà assunzioni nel 2015 avrà uno sgravio fiscale per tre anni: però avevamo chiesto che, qualora il lavoratore venga licenziato, lo sgravio non ci sia più, altrimenti l'azienda assume, licenzia il lavoratore e avrà ugualmente lo sgravio fiscale per tre anni. *(Applausi dal Gruppo M5S)*. Siamo alla follia! Nemmeno questo emendamento, però, è stato accettato.

Concludo, signor Presidente, ringraziandola per la pazienza, dicendo che i cittadini non li abbiamo garantiti in niente, non garantiamo loro nemmeno una vita decorosa e un reddito certo, ma siamo riusciti a garantire le banche che hanno stipulato dei derivati con gli enti. *(Applausi della senatrice Bignami)*. La garanzia della Cassa depositi e prestiti non farà da garanzia all'ente, ma alla banca, se ci

perde, con un derivato stipulato con l'ente. Questa vi sembra una cosa sana e normale, in un Paese dove la gente muore di fame? *(Vivi applausi dal Gruppo M5S e delle senatrici Bignami e Mussini. Congratulazioni)*.

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore Moscardelli. Ne ha facoltà.

MOSCARDELLI *(PD)*. Signor Presidente, onorevoli colleghi, rappresentante del Governo, questa legge di stabilità coglie nel segno, perché rispetto allo scorso anno tenta di intercettare una possibile ripresa, attraverso un impiego di risorse, che è tre volte superiore a quello dello scorso anno, non prevede maggiori imposizioni e, anzi, interviene in maniera specifica sull'abbassamento della pressione fiscale sulle imprese, principalmente con la deducibilità del costo del lavoro dalla base imponibile IRAP.

Questa scelta si accompagna al rendere permanente e a carattere strutturale l'aumento dei redditi medio-bassi, con una funzione, nell'immediato, di tenuta sociale e di sostegno, quindi una misura di giustizia sociale, che, nel breve termine, dà la possibilità alle famiglie di ricostituire lo *stock* di risparmio e, nel medio termine, consente di dare uno stimolo ai consumi; tant'è vero che il centro studi di Confindustria prevede, solo per il 2016, un aumento più significativo dei consumi, anche se vi sono segnali lievi di ripresa.

Come è stato ben sottolineato, la Commissione in Parlamento ha fatto un ottimo lavoro su tanti versanti. Tuttavia, signor vice ministro Morando, vorrei che il Governo riflettesse su un dato. Abbiamo uno scenario globale sicuramente migliorato rispetto a tre mesi fa. In questi tre mesi ci sono stati elementi migliorativi, come il crollo del prezzo del petrolio, un abbassamento dei tassi di interesse, una politica monetaria espansiva, un aumento del commercio mondiale trainato dalla ripresa americana. Signor Vice Ministro, abbiamo condizioni rispetto alle quali è possibile agganciare la ripresa, visto che abbiamo passato la seconda fase recessiva.

Mi pare, quindi, che manchi un punto: il Governo ha fatto un'opera meritoria abbassando la pressione fiscale. Cara collega Bulgarelli, le imprese avranno risorse vere con questa legge di stabilità. Il punto è evitare che queste risorse si trasformino solamente in utili per l'impresa. Noi, infatti, abbiamo un problema...

BULGARELLI *(M5S)*. Il problema è che non ci saranno più imprese nel 2016.

MOSCARDELLI *(PD)*. Mi faccia parlare, io non l'ho interrotta.

Il rilancio dei consumi può avvenire non tanto attraverso maggiori disponibilità di risorse, quanto attraverso l'aumento dell'occupazione. Oggi la disoccupazione ha livelli insostenibili, economicamente e socialmente. Il punto, per far ripartire l'occupazione, sono le imprese.

Se oggi abbiamo un problema sul versante degli investimenti, perché dipendiamo dalla politica europea e possiamo fare molto poco (a tale proposito, bene l'allentamento del Patto di stabilità per quanto riguarda le Regioni), abbiamo allora la necessità di far sì che queste risorse in più per le imprese vengano reinvestite dalle imprese, sia in termini di competitività, sia in termini di rafforzamento della capacità produttiva; questo sì che si può tradurre in un contesto migliore di riforme del mercato del lavoro, della giustizia, della pubblica amministrazione, del fisco, in condizioni tali da poter dare una spinta forte all'occupazione.

A mio avviso, doveva essere fatto un intervento (e dobbiamo approntarlo in questo anno, recuperando) sugli investimenti a livello di macchinari industriali. È vero che abbiamo la nuova legge Sabatini compresa nel decreto del fare, ma è un intervento limitato sostanzialmente agli interessi. Nel decreto competitività c'è il credito d'imposta del 15 per cento sulla media degli ultimi cinque anni di investimenti: è poco; funziona, va bene, ma io avrei fatto una misura *shock*, magari come un credito d'imposta sul 50 per cento del capitale, investendo risorse anche per 1 o 2 miliardi di euro, che sarebbero stati anche recuperabili. È stato anche presentato un emendamento in questo senso, con il visto di copertura della Commissione bilancio. È evidente, infatti, che, attraverso un ammodernamento dei macchinari industriali, avremmo dato una forte spinta al settore *leader* della nostra industria manifatturiera - quello dei macchinari industriali, appunto - in presenza di risorse fresche alle imprese

per modernizzare i loro impianti. Peraltro, lo studio di Confindustria rileva che c'è una propensione scarsa all'ammodernamento dei macchinari industriali.

Questo sarebbe stato un elemento forte, per aumentare la produttività, insieme a un credito d'imposta per la ricerca, signor Vice Ministro, che deve riguardare tutto il volume degli investimenti, non solo quelli incrementali. Infatti, la competitività delle nostre imprese e la spinta alla produzione rappresentano la base in un contesto più favorevole all'aumento dell'occupazione.

Un altro elemento importante è il costo dell'energia. Signor Vice Ministro - se è possibile avere la sua attenzione - abbiamo un paradosso nel nostro Paese: da una parte c'è il crollo del prezzo del petrolio; dall'altra abbiamo impianti nuovi, centrali, che hanno problemi per poter avere un futuro davanti a sé, perché c'è un eccesso di offerta. Il paradosso è che la domanda stenta a ripartire per i prezzi eccessivi.

Noi abbiamo bisogno di mettere mano a questo comparto importante, perché è evidente che le imprese energivore nel nostro Paese operano in settori strategici. Questi due elementi, una misura *shock* per gli investimenti sui macchinari e l'ammodernamento industriale e una misura concernente la ricerca sui processi produttivi e sull'innovazione dei prodotti, rappresentano la spinta fondamentale, in un contesto indubbiamente migliorato, per cercare di recuperare occupazione. Da questo punto di vista, è troppo lieve l'impatto sull'occupazione com'è stimato ad oggi, anche se possiamo aspettarci effetti migliori da questo punto di vista.

Esprimo apprezzamento per una misura che è stata sottolineata dal presidente Azzollini: mi riferisco al recupero dei benefici IRAP su 1.400.000 piccole imprese. Si tratta di un emendamento importante, che aiuta ad estendere questi benefici. Io credo che questa occasione di aggancio alla ripresa non debba essere vanificata. Lo scorso anno c'è stata una legge di stabilità che non ha avuto nessun aiuto nell'*iter* parlamentare, c'è stata una direzione politica debole. Quest'anno qualcosa di meglio è stato fatto, ma molto di più poteva essere fatto. Io credo che noi dovremmo lavorare con il Governo per provvedimenti nuovi che aiutino a portare risorse in questa direzione, perché manca a mio avviso un altro elemento, un'altra spinta per cercare davvero quest'anno di riagganciare una ripresa che un nuovo contesto internazionale, migliore anche rispetto alla Nota di aggiornamento al DEF di poco tempo fa, ci pone davanti a che non ci possiamo lasciare sfuggire. *(Applausi dal Gruppo PD)*.

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore Scilipoti Isgrò. Ne ha facoltà.

*SCILIPOTI ISGRO' *(FI-PdL XVII)*. Signor Presidente, cari colleghi, avevo preparato il mio intervento, ma, alla luce delle riflessioni che sono state portate alla nostra attenzione da parte del nostro senatore Azzollini (che stimo e a cui voglio bene, lo dico veramente con il cuore), mi ha colto di sorpresa qualche piccola riflessione che a suo parere doveva essere piccola, ma per me risulta essere molto importante. Mi riferisco, ad esempio, al fatto che secondo il senatore Azzollini siamo di fronte ad una manovra che ha portato tanto interesse e porterà sicuramente qualcosa di buono nell'interesse del Paese.

Prima di fare qualche riflessione, vorrei riferirmi ad un intervento in Aula di un mio collega, portando all'attenzione il fatto che il collega Azzollini non parlava di 140.000 famiglie. In realtà Azzollini parlava di 14.000 famiglie, che in realtà sono 2.500 piccole imprese, perché egli moltiplicava ogni azienda per quattro o per cinque (quanti sono i componenti di una famiglia) ed indicava così un numero più alto, per far capire che le famiglie che potrebbero stare meglio complessivamente sul territorio nazionale sono 14.000 e non 140.000.

Però, non ho capito bene, quando egli diceva che questa manovra è meravigliosa e che è stata la più brillante ed interessante degli ultimi diciannove anni ed è da lodare: nella sua relazione forse si è dimenticato di dire che, a seguito dell'approvazione della manovra stessa, ci saranno farmaci gratis per tutte le fasce deboli e per tutti i pensionati, che ci saranno case popolari per tutti coloro i quali si trovano in difficoltà e vivono senza un tetto sulla propria testa, che verranno rimesse in funzione le infrastrutture che sono in questo momento deficitarie, con situazioni veramente allarmanti e disastrose su tutto il territorio nazionale, che vi saranno misure di prevenzione per il dissesto idrogeologico per non fare interventi sempre di urgenza e sprecare denaro. Non ho capito se ha parlato delle borse di studio che dovrebbero essere date agli studenti meritevoli e che da qualche anno non si danno più e se

ha parlato delle mense scolastiche, dove si danno dei pasti veramente vergognosi. E poi c'è qualcuno che, all'interno di quest'Aula, fa un elogio grande ad un Governo che spende 500.000 euro per dare il farmaco contro l'epatite C, ma non si preoccupa del fatto che all'interno delle scuole, su tutto il territorio nazionale, i bambini e gli operatori sono continuamente a rischio di contrarre l'epatite C a causa delle mense che non garantiscono il prodotto che viene consumato.

Non ho capito se il Governo stesse parlando del ripristino della sovranità monetaria al Paese Italia o se il nostro collega Azzollini, bravo e che noi ammiriamo, parlasse della restituzione della Banca d'Italia agli italiani. Mi par d'aver capito piuttosto che il senatore Azzollini e questo Governo si vantano di aver ridotto l'aumento della tassazione dei fondi di previdenza e dei fondi pensione. Questo Governo si vanta di aver creato una barriera agli istituti di credito in Italia, alle banche, quando queste sono proprietarie della nostra Banca d'Italia, e il nostro Presidente del Consiglio e il Governo non hanno gli attributi per portare all'interno del Parlamento la restituzione della Banca d'Italia agli italiani.

Il Presidente del Consiglio e il Governo non hanno gli attributi per portare all'interno del Parlamento la restituzione della sovranità monetaria al Paese Italia, che potrebbe risolvere interamente la situazione difficile che questo Paese sta attraversando. Non è concepibile che il bene supremo di una Nazione sia nelle tasche dei banchieri e della BCE. Non è concepibile che un Governo non riveda il Trattato di Lisbona e prendendo uno dei passaggi fondamentali, che ci invita a trovare soluzioni quando un Paese attraversa un momento di difficoltà, anche creando una moneta parallela senza uscire dall'euro.

Mi dispiace, cari colleghi presenti, che stimo, che oggi non vi ribelliate e continuiate invece a votare la fiducia, essendo delegittimati del vostro potere di dialogo all'interno di questo Parlamento. *(Richiami del Presidente).*

Discutiamo della manovra senza una relazione e senza un relatore. Ci hanno detto però - e concludo signor Presidente - che un grande lavoro è stato svolto, un grande lavoro che, ahimè, non è stato terminato.

Un'altra riflessione importante, cari colleghi, che dovremmo scrivere nei nostri banchi di scuola - che sono questi che utilizziamo giornalmente - è il rimprovero al Governo che in seconda lettura sono stati presentati troppi emendamenti.

Ma di che cosa stiamo parlando? Stiamo forse giocando all'interno di questo Parlamento? È un Parlamento che hanno delegittimato, e una parte che è in esso presente continua a far sì che la delegittimazione diventi più forte, perché pensa che «meno siamo, meglio stiamo». *(Richiami del Presidente).*

Non si riesce a capire che qui, all'interno di quest'Aula, nelle divergenze delle nostre posizioni, dovrebbe esservi il sale della democrazia, per tirare fuori quello che è o potrebbe essere utile all'interesse del nostro Paese, senza pregiudizi nei confronti degli avversari politici e cercando di difendere le famiglie italiane.

E allora voglio concludere.

PRESIDENTE. Concluda!

SCILIPOTI ISGRO' *(FI-PdL XVII)*. Concludo dicendo: grazie, perché 14.000 famiglie staranno meglio. Grazie, ma perché non avete discusso all'interno di quest'Aula di tutte quelle piccole e medie imprese che non sono in condizione di avere accesso al credito in quanto le banche chiedono il 5, il 6 o l'8 per cento di interessi?

Grazie, Governo, perché più tardi ci darai questa manovra con il voto di fiducia! Grazie, Governo!

Grazie, Governo, perché non ci fai più parlare all'interno di quest'Aula.

PRESIDENTE. Concluda, senatore Scilipoti. Non mi costringa a toglierle la parola.

SCILIPOTI ISGRO' *(FI-PdL XVII)*. Grazie, Governo, perché non contiamo più niente, perché è arrivato un gruppo che pensa di essere il dittatore di turno o i dittatorini di turno. E allora noi ci ribelliamo e diciamo «no!» con grande forza. *(Commenti dal Gruppo PD).*

Non so che valore avrà il mio intervento, non mi interessa. Ma sono libero di dire ciò che penso e di

dire che molti di voi sono dei morti (politicamente), presenti all'interno di quest'Aula! *(Commenti dal Gruppo PD)*.

PRESIDENTE. Fatti tutti i debiti scongiuri, colleghi, è iscritto a parlare il senatore Barani. Ne ha facoltà.

BARANI *(GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI))*. Signor Presidente, ovviamente mi ritengo tra «color che ancor son vivi», come diceva Dante Alighieri, politicamente, anche perché sto portando il seme del riformismo all'interno di questo Senato. Anche perché, signor Presidente, mi preme dire che, in effetti, Renzi non è Craxi, Poletti non è De Michelis, Gentiloni non è Andreotti e ovviamente Napolitano non è Pertini.

Nel periodo in cui c'era il *boom* economico dell'Italia, avevamo dei grandi statisti che le finanziarie le facevano con un PIL al 5 per cento, adesso invece ci troviamo di fronte a tagli alle Regioni, ma vivaddio, da quanto tempo diciamo che bisogna fare le maxi Regioni e bisogna cancellare le piccole Regioni, che non hanno più motivo di essere? Lo ha fatto la Germania, lo ha fatto la Francia, lo ha fatto la Spagna, lo stanno facendo in tutto il mondo e noi facciamo una riforma costituzionale e continuiamo a mantenere le Regioni, a mantenere la sanità alle Regioni quando ormai è risaputo che è necessario riportarla in capo allo Stato per avere una uniformità di trattamento. Il senatore Scilipoti forse ha ragione quando dice che sulla sanità bisogna fare di più, come sulle mense, come sulla scuola. Io aggiungo che nella scuola bisogna svecchiare il corpo docente, come nella sanità: abbiamo bisogno di risorse nuove. La legge Fornero sta facendo tanti danni e li continuerà a fare, se non riusciamo a portare il ricambio generazionale nella sanità, nella cultura, nella scuola, nella formazione, nella didattica.

I sessantenni hanno ormai, nelle materie sanitarie e scolastiche, una formazione antica e non adeguata ai tempi, oserei dire del periodo medioevale, quindi è necessario impedire che le nostre menti, i nostri ricercatori per riuscire ad inserirsi nel mondo del lavoro e della ricerca, dell'impresa e dell'innovazione vadano all'estero. Dobbiamo trattenerli, ma per fare questo dobbiamo ovviamente ricollocare o magari collocare a riposo gli ultrasessantenni che ormai hanno oltre 35-38 anni di servizio e che non hanno più motivazioni per continuare il loro lavoro, che è stato prezioso negli anni ma che non è più adatto ai tempi.

Ecco perché abbiamo una disoccupazione generale al 13,2 per cento, una delle più alte del mondo, ed una disoccupazione giovanile al 42,3 per cento, *record* negativi che non abbiamo mai avuto prima. Questo Governo e parte di questo Parlamento si dicono riformisti e socialisti, ma come dico sempre il DNA socialista qui dentro lo abbiamo in pochi e non si può dire di far parte dell'Internazionale o del PSE, di essere socialisti se non lo si è mai stati e se non si ha quel DNA. Non si è riformisti dando 80 euro, che non significano niente, non si è riformisti non facendo una riforma per lo sviluppo, come aveva fatto sul costo del lavoro quel famoso 14 febbraio degli anni Ottanta il Governo che citavo primo di Bettino Craxi ed altri.

Il tempo è tiranno ed io, ovviamente, non sono qui a dire che tutto quanto è scritto in questa manovra economica è negativo, ma dico che non è di stampo riformista, non è una manovra che porta sviluppo e occupazione: è un vestito che si confeziona per continuare a mantenere lo *status quo* e soprattutto gli interessi delle cooperative rosse.

PRESIDENTE. È iscritta a parlare la senatrice De Pin. Ne ha facoltà.

DE PIN *(Misto)*. Signor Presidente, onorevoli colleghi, posso confermare anch'io che è veramente kafkiano il dibattito che si è svolto in Commissione con emendamenti e subemendamenti, ed ora con il maxiemendamento del Governo.

Vorrei solo richiamare l'attenzione su alcuni punti. Innanzitutto, questa è la prima legge di stabilità del nostro *Premier*, che definirei "annunciatore" e bisogna dire che ci vuole coraggio a definire questa una manovra "espansiva" e in grado di far ripartire la crescita del nostro Paese. Quello che appare evidente è, invece, l'esatto contrario. Ci sono molti punti che lasciano perplessi. *In primis* le coperture affidate alle misure di lotta all'evasione e ai tagli alla spesa pubblica.

Vorrei concentrare l'attenzione dei senatori, in particolare, sulle norme che estendono il *reverse charge* e introducono lo *split payment*. Tali modalità, pensate per contrastare l'evasione fiscale, devono essere ancora autorizzate in sede europea.

In caso di diniego da parte del Consiglio dell'Unione europea, ci saranno aumenti dell'IVA e delle accise sulla benzina e sul gasolio. Questo rischio rappresenta una pesante spada di Damocle, non solo sulle teste dei cittadini, ma soprattutto sulle imprese. Se dovessero scattare queste clausole di salvaguardia, gli effetti recessivi sulla nostra economia sarebbero devastanti.

La drastica diminuzione di risorse, prospettata nei tagli agli enti locali e alle Regioni, comporterà l'eliminazione di servizi ai cittadini oppure un aumento delle imposte locali, o forse entrambi. Alcune Regioni hanno già fatto intravedere la possibilità di ridurre la spesa sanitaria.

Questa manovra, quindi, peggiorerà le condizioni degli italiani, già stremati da una crisi peggiore di quella del '29.

Il Governo, poi, con il pasticcio dell'abolizione delle Province, è riuscito in un colpo solo a mettere uno contro l'altro i precari, i vincitori del concorso pubblico per entrare nella pubblica amministrazione e gli idonei in graduatoria: un vero colpo da maestro.

A proposito di tagli, non tutti i Dicasteri sono stati colpiti allo stesso modo dalla scure del Governo. Si scopre, infatti, che la Difesa potrà evitare il taglio di 200 milioni di euro dal proprio bilancio: queste risorse saranno trovate grazie ad una riduzione del Fondo per gli interventi strutturali di politica economica. Bene per gli impegni presi dall'Italia, un po' meno per le esigenze di famiglie ed imprese.

L'ennesimo regalo alle *lobby* del petrolio, invece, ha la forma del ridicolo importo per le concessioni alle trivellazioni del nostro mare e dell'aumento dell'IVA per i consumatori di *pellet* dal 10 al 22 per cento.

Venendo poi alle misure pensate per la crescita, la scelta di destinare il TFR in busta paga comporterà per i lavoratori a basso reddito il rischio che in futuro le loro pensioni non siano adeguate. In poche parole, quei lavoratori avranno pensioni «da fame». I datori di lavoro, inoltre, che non possono corrispondere immediatamente con risorse proprie il TFR, dovranno far ricorso al credito, sempre che riescano ad ottenere questi finanziamenti, visto il perdurare della stretta creditizia delle banche.

Veniamo quindi al *bonus* degli 80 euro: il Governo dovrebbe avere il coraggio di ammettere che non è stato lo stimolo alla domanda interna di cui l'Italia aveva bisogno. Gli 80 euro hanno avuto un effetto nullo sulla crescita dei consumi. Renderli strutturali non cambierà la situazione.

In cambio di un debolissimo segnale verso la riduzione del carico fiscale, si è resa ancora più insostenibile la vita di autonomi e professionisti. L'introduzione del regime dei minimi porterà alla chiusura di numerose partite IVA. Quando si chiede a un professionista una minima capacità di reddito, che non è reale rispetto ai tempi attuali, si spingono fuori dal mercato del lavoro centinaia di migliaia di *freelance*, professionisti e lavoratori della conoscenza.

È inutile continuare ad ingannarci. Le risorse sono sempre meno ed i vincoli europei stanno ormai ingabbiando il nostro Paese.

Il Presidente del Consiglio si è vantato in quest'Aula che, grazie all'Italia, finalmente in Europa si comincia a parlare di investimenti e non solo di austerità.

Se il punto forte è il Piano Juncker, sappiamo tutti che non ci sono soldi freschi e che i famosi 315 miliardi da destinare alla crescita sono in realtà il frutto di una fantasiosa leva finanziaria. Il tanto declamato Piano Juncker non è altro che un fondo di 21 miliardi, troppo pochi per confidare in una ripresa degli investimenti in Europa.

Questa legge di stabilità, purtroppo, non riuscirà ad evitare la spirale recessiva che l'Italia ha ormai intrapreso.

Infine, e concludo, la Commissione europea ha già espresso forti perplessità nei confronti della manovra. Se ha deciso di non bocciare subito la legge di stabilità dell'Italia è solo per scelta politica e per evitare contestazioni. Inoltre, la manovra è stata classificata tra quelle a rischio di non conformità al Patto di stabilità e crescita. A marzo ci sarà un nuovo esame.

Pertanto, solo un chiaro impegno del Governo verso un'uscita dall'euro e dalle imposizioni dei tecnocrati di Bruxelles ci farà riacquistare la nostra sovranità monetaria e fiscale, unico requisito per risollevare il Paese. Continuando, invece, su questa strada il declino dell'Italia sarà inevitabile.

PRESIDENTE. È iscritta a parlare la senatrice Bertuzzi. Ne ha facoltà.

BERTUZZI *(PD)*. Signor Presidente, spesso il bisogno di doverci raccontare l'ultima mezz'ora o l'ultima ora nelle difficoltà del nostro lavoro parlamentare ci impedisce di individuare un filo conduttore del nostro lavoro. Il mio intervento è lo sforzo di dare un coordinamento a tutto il nostro lavoro nel corso del 2014 che, per me che mi occupo del settore agricolo, è indubbiamente l'anno spartiacque.

Il 2014 è l'anno che divide un periodo precedente, in cui l'agricoltura ha subito un andirivieni che ci ha visti interloquire con cinque Ministri diversi in quattro anni, e un futuro in cui si sta ricomponendo una visione strategica dell'agricoltura e delle sue potenzialità strategiche. È una visione condivisa: ciò è testimoniato da una maggioranza molto più ampia di quella che sostiene il Governo; la testimonianza viene da approvazioni al voto molto più ampie del numero di coloro che compongono la maggioranza.

Puntare su fattori di competitività è la chiave che ha consentito la ricomposizione di questa visione: ne abbiamo chiaramente individuati cinque. Il primo è il fattore umano, principale motore del protagonismo delle imprese, che alimenta l'approccio innovativo e rivolto al mercato dell'imprenditore, a cui sono richieste conoscenze di prodotto e di gestione dell'azienda che punta sulla qualità e sulla distintività del prodotto, sull'aumento delle rese ma compatibile con la sostenibilità dell'ambiente, sul controllo dei costi, sull'approdo ad un mercato globale.

Il fattore umano è decisivo e il ricambio generazionale è centrale affinché quelle che oggi sono singole e sporadiche esperienze vincenti, diventino modello diffuso del sistema produttivo. Sono i giovani che dimostrano più diffusamente di avere questo approccio. I giovani in agricoltura, ancora troppo pochi, rappresentano non una categoria anagrafica, ma un modo nuovo di intendere l'impresa in agricoltura, fatto di passione, di sacrificio e di sfida, nella consapevolezza dell'assunzione di una fetta di rischio che politiche di assistenza avevano illuso si potesse azzerare e hanno per troppo tempo anestetizzato le potenzialità di quel *made in Italy* che è sempre più di marca agroalimentare.

Il secondo fattore di competitività sta nel sistema delle imprese che si mettono insieme per diventare più forti e recuperare la quota di quel valore finale, rappresentato dal prezzo, così ingiustamente distribuito oggi nella catena che porta il prodotto dalla terra al consumatore. Occorrono reti di imprese per svolgere funzioni che vanno oltre la gestione del campo e comprendono il confezionamento, la logistica, la commercializzazione, ma anche professionalità, innovazioni, per portare al produttore nuove fasi del ciclo produttivo e quindi il riconoscimento di quella parte di prezzo capace di rendere sostenibile il suo reddito.

Il terzo fattore di competitività sono i nuovi mercati. Per il prodotto *made in Italy* l'internazionalizzazione paga. Ci sono spazi di domanda ampi e in espansione, e i 60 miliardi di *Italian sounding* ne offrono una dimensione che è sicuramente ancora parziale.

Il quarto fattore di competitività è la sburocratizzazione, la riduzione e la semplificazione degli adempimenti amministrativi, senza però rinunciare all'affidabilità dei controlli: questo libera risorse e tempo.

Il quinto fattore è l'efficientamento degli enti.

L'individuazione e la condivisione di tali fattori di competitività trovano nelle proposte dei provvedimenti approvati nel corso di quest'anno azioni coerenti: il piano per il ricambio generazionale, il piano per investimenti in progetti di aggregazione dell'offerta, il piano straordinario per l'internazionalizzazione, la semplificazione burocratica, il riordino degli enti vigilati dal Ministero delle politiche agricole e forestali. Se la politica è coerente, il cambiamento è possibile. Ed è la coerenza che ha definito gli interventi per il settore agricolo e agroalimentare anche in questa legge di stabilità: piano straordinario per la promozione del *made in Italy*, sostegno alle filiere e al rafforzamento dei distretti, l'imprenditoria giovanile e il ricambio generazionale, come pure gli

interventi per il contenimento della spesa.

Al Senato le proposte emendative approvate hanno consentito di estendere gli sgravi previsti per le assunzioni a tempo indeterminato anche al settore agricolo e si sono recuperati i fondi per gli ammortizzatori sociali per il settore della pesca. Va ricordato altresì l'intervento a favore dell'occupazione, in coerenza - ancora una volta - con le scelte di fondo di sostegno alla crescita e all'occupazione della maggioranza e che dovrebbero trovare spazio nel maxiemendamento. Sicuramente il percorso è ancora lungo e pesante: le resistenze pressanti, le crisi di settore non risolte (come quella del bieticolo saccarifero e della pesca), la pressione dei prezzi e la contrazione del reddito, l'accesso al credito e l'applicazione dell'articolo 62, l'aumento delle fattispecie di calamità naturali e l'inadeguatezza del sistema assicurativo agevolato, la partecipazione del settore ad una tassazione generale che sia più equa e sostenibile.

Bene il rinvio al 26 gennaio dell'IMU per i comuni collinari e bene l'impegno del Governo a rivedere i criteri di applicazione, tenendo conto delle reali capacità di svolgere attività agricola nelle diverse aree del Paese.

Tante sono le questioni che sono ancora aperte e che restano sul tavolo, ma che nella coerenza potranno sicuramente trovare anch'esse risposta. *(Applausi dal Gruppo PD)*.

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore Tosato. Ne ha facoltà.

TOSATO *(LN-Aut)*. Signor Presidente, il Presidente del Consiglio, in questi giorni e in questi mesi, ha definito più volte questa manovra una manovra espansiva: una manovra che, per la prima volta, non mette le mani nelle tasche dei cittadini.

Riteniamo, invece, questa manovra una finanziaria - la finanziaria - delle grandi ingiustizie, delle grandi illusioni e delle grandi menzogne. È una grande ingiustizia anzitutto la scelta di aumentare la tassazione dei fondi pensione e di elargire in anticipo il TFR, ma solo a fronte della sua tassazione. Questa è una grandissima ingiustizia nei confronti dei lavoratori di oggi, che domani si troveranno, da pensionati, con pensioni più basse e con un reddito più basso, insufficiente per garantire una vita dignitosa per sé e per le proprie famiglie.

Sommata poi alla fantomatica cosiddetta legge Fornero, che il Partito Democratico ha votato in queste Aule (che grida vergogna per gli effetti che ha provocato sul futuro dei lavoratori di oggi e dei pensionati di domani), questo insieme di norme rende assolutamente ingiusto il trattamento che questa maggioranza e questo Governo portano avanti nei confronti di coloro che domani, da pensionati, faranno fatica a mantenere se stessi e le proprie famiglie.

Questo punto non è stato risolto; è stato portato avanti con pervicacia ed insistenza ed è evidente che coloro che utilizzeranno la possibilità di usufruire del TFR in anticipo saranno solo coloro che, per disperazione e necessità, dovranno avere risorse sufficienti per pagare l'aumento della pressione fiscale imposta da questo Stato, che anche con questa manovra verrà confermato come una costante delle politiche del Partito Democratico.

Noi consideriamo quindi questi provvedimenti assolutamente ingiusti, così come riteniamo ingiusta l'elargizione dei famosi 80 euro, che è andata a beneficio di alcune famiglie, ma senza prendere in considerazione famiglie con redditi anche più bassi, che sono rappresentate da numerosissimi lavoratori autonomi e soprattutto dai pensionati, nei confronti dei quali non c'è, da parte di Renzi e della sua compagine governativa, alcun provvedimento che vada a tutelarli e a rendere più adeguato il loro potere di acquisto.

La verità, poi, è che in questa manovra c'è un aumento della pressione fiscale, perché vi sono delle norme di salvaguardia che sono, in realtà, delle inevitabili certezze, in quanto gran parte delle coperture della finanziaria sono fittizie e irrealizzabili e sarà quasi inevitabile che avvengano quegli aumenti dell'IVA e delle accise che il Governo ha scritto, nero su bianco, in questa manovra.

E parliamo dell'IVA. Il Governo prevede, in caso di necessità (e purtroppo queste necessità sono una certezza), l'aumento delle accise dell'IVA dal 10 a 13 per cento e di quella del 22 per cento al 25,5 per cento, tra il 2015 e il 2018, con un ulteriore aumento delle accise sulla benzina di 700 milioni. Da

queste "manovre espansive" (così come definite dal Governo) ci si aspetta di incassare 21,26 miliardi di euro nel 2018: una enormità che verrà sottratta alle tasche dei cittadini e che evidenzia ancora di più che questa manovra è recessiva e non certamente espansiva. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut)*.

Queste sono previsioni che avete inserito voi e scritto nero su bianco nella manovra, non sono nostre invenzioni.

Altre ingiustizie: avete scelto di destinare poche risorse per le non autosufficienze e i fondi previsti con tale destinazione sono assolutamente inadeguati. Avete scelto di tagliare 35 milioni ai patronati e di non stanziare risorse sufficienti per le scuole paritarie. Avete scelto di tassare i veicoli storici con nuove tasse automobilistiche. Invece, avete scelto di aumentare le dotazioni per le missioni militari all'estero di 850 milioni. Avete scelto di stanziare ulteriori 110 milioni per Roma Capitale, dopo i 500 che avete stanziato, in pratica annualmente, negli ultimi anni.

Avete scelto di stanziare 200 milioni per i rifugiati che richiedono asilo politico nel nostro Paese, facendoli alloggiare negli alberghi e lasciando magari i nostri cittadini all'aperto, privi di un tetto, perché non in grado di mantenere la propria famiglia. Avete scelto stanziare altri 100 milioni per l'Agenzia delle entrate. Quindi, avete indirizzato le risorse non laddove c'erano le vere priorità, ma dove avete ritenuto opportuno, secondo criteri che noi contestiamo e non condividiamo assolutamente. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut)*.

Avete poi deciso di colpire duramente la montagna con degli interventi mirati.

L'IVA in aumento sul *pellet* è una scelta fiscale che colpisce soprattutto coloro che vivono in montagna e che si sono dotati di questo tipo di stufe che utilizzano tale materiale combustibile. Avete scelto di rinviare il problema dell'aumento vergognoso dell'IMU agricola nelle zone montane, ma non l'avete risolto. Avete rinviato la soluzione di questo problema e quindi, di fatto, non l'avete assolutamente risolto, ma avete colpito questi territori.

Avete tagliato le agevolazioni per il gasolio da riscaldamento per le zone montane, ma non è vero che questo problema sia stato risolto con l'azione emendativa, perché è stato semplicemente ritoccato l'ammontare di questo taglio alle agevolazioni, che non è stato azzerato. Questi sono interventi mirati su un territorio che, invece, meriterebbe diverse attenzioni da parte del Governo.

Mettiamo anche in discussione le scelte di riduzione della spesa. Avete, di fatto, ridotto di poco la spesa per i Ministeri, perché quelle andavano a toccare la politica di ognuno di voi e, in realtà, avete colpito gli enti locali con tagli di sette miliardi. Sette miliardi a partire dall'anno prossimo, che diventeranno otto nell'anno successivo e addirittura nove in quello che passerà e verso il quale ci avviamo.

Sono aumenti insostenibili, che non colpiscono i governatori, non colpiscono gli enti (Comune, Regione e Provincia), ma colpiscono i cittadini, perché queste sono risorse che verranno sottratte alle politiche della casa, alle politiche sociali, alle politiche sanitarie, a tutte le necessità per garantire trasporti pubblici adeguati nei nostri territori.

Ovviamente voi non avete scaricato queste scelte - come sapete ben fare - ad altri amministratori, non assumendovene la responsabilità in prima persona, ma perché a loro avete lasciato solo le scelte da tagliare. Ma si può tagliare la spesa superflua, senza però incidere sulla carne viva dei cittadini con tagli assolutamente insostenibili. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut)*.

E anche qua avete commesso delle ingiustizie perché, attraverso due emendamenti del Governo, avete di fatto cancellato i tagli a due Regioni, il Trentino-Alto Adige e il Friuli-Venezia Giulia: tagli che sicuramente andranno nella direzione positiva per i cittadini che abitano in quelle Regioni - e quindi noi in Commissione, per carità, non abbiamo ritenuto opportuno contestare - ma che creeranno ancora di più ingiustizia nei confronti di tutti quei cittadini *(Applausi dal Gruppo LN-Aut)*che vivono nelle Regioni a statuto ordinario e non godono dello stesso trattamento e delle stesse risorse per garantire loro i servizi di cui hanno pienamente diritto.

In particolare, voglio mettere in evidenza il nostro territorio, mio e di altri colleghi, il Veneto, che subirà un taglio di oltre 300 milioni, a fronte degli azzeramenti dei tagli invece alle due Regioni a

statuto speciale confinanti con il Veneto. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut)*.

CANDIANI *(LN-Aut)*. Vergogna!

TOSATO *(LN-Aut)*. Questo è il trattamento che il relatore Santini, veneto come me, ha garantito al nostro territorio, alla nostra gente, che non ha saputo tutelare. E, al di là del suo ruolo - anch'io riconosco il grande lavoro che ha svolto in Commissione - da questo punto di vista non ha prestato alcuna attenzione nei confronti di chi come lui, veneto, si trova in una situazione di evidente ingiustizia rispetto ai cittadini dei territori confinanti. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut)*.

Presidenza della vice presidente FEDELI **(ore 16,42)**

(*Segue* TOSATO). Credo che questi elementi rafforzino ancora di più la nostra valutazione negativa nei confronti di questo provvedimento.

Nelle manovre emendative - è vero - si sono raccolte le istanze di vari Gruppi, ma nella realtà si sono messe delle pezze: si è deciso, infatti, di inserire piccoli finanziamenti su tutti quei capitoli di fronte ai quali le varie forze di maggioranza e di opposizione mettevano attenzione, ma con cifre talmente simboliche da dare una immagine positiva forse al Governo, ma che non risolveranno assolutamente i problemi verso i quali vengono indirizzati. Facciamo riferimento al dissesto idrogeologico: le risorse indirizzate a chi ha subito danni da alluvioni o terremoti sono insufficienti, assolutamente inadeguate e non permettono di poter dire che la finanziaria in esame dà risposte adeguate, al di là dei trionfalismi di coloro che hanno portato avanti detti provvedimenti. Noi li abbiamo votati, perché inevitabilmente è meglio una pezza che il vuoto totale. Ma questo non vi autorizza a dire che noi, in Commissione, abbiamo avuto un atteggiamento favorevole e positivo - come è stato detto dal presidente Azzollini - nei confronti dell'impianto complessivo del provvedimento.

La realtà è che il Presidente del Consiglio è solo un prestigiatore che sposta le risorse da una parte all'altra con coperture fittizie e non risolve i problemi. Oggi ha una solo priorità, che è l'ossessione di varare in fretta una legge elettorale per andare subito al voto *(Applausi dal Gruppo LN-Aut)*: in sostanza, per scappare dalla responsabilità di aver promosso provvedimenti, manovre economiche e cosiddette riforme che non avranno alcun effetto sulla crescita della nostra economia, del prodotto interno lordo il prossimo anno e sul miglioramento della vita dei nostri cittadini, e che nascondono dietro la cortina fumogena delle promesse, delle illusioni e delle menzogne. E, pur di evitare che venga smascherato tutto ciò, egli è disposto a correre alle urne non appena ciò si renderà possibile.

Quindi, Presidente, noi diciamo "no" ancora una volta a questo Governo. Diciamo no a chi ci chiede ancora una volta la fiducia, come sicuramente farà il Governo nelle prossime ore: una fiducia che non merita e che noi non gli accorderemo né oggi né mai. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut)*.

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore Molinari. Ne ha facoltà.

MOLINARI *(M5S)*. Signora Presidente, signor rappresentante del Governo, innanzitutto permettetemi di esprimere tutta la mia indignazione di fronte a questa rappresentazione, tipica del teatro dell'assurdo, che abbiamo messo in scena questo pomeriggio: discutiamo su qualcosa che non esiste, in attesa di qualcosa che non conosciamo, proprio come la politica economica, e purtroppo anche industriale, di questo Governo.

Infatti, se è vero che nel DEF si tracciano la strada e i limiti entro cui poter intervenire in termini di risorse disponibili, dovrebbe essere la legge di stabilità a decidere come impiegarle. Questa legge di stabilità sembrava nata sotto i migliori auspici, seguendo una Nota di aggiornamento al DEF che aveva comunque fatto sperare in una svolta verso una politica espansiva, capace di far dimenticare quei dettami imposti da un'austerità perversa che hanno contribuito all'aumento delle diseguaglianze sociali.

La mancanza di coraggio, però, è spesso figlia della cattiva coscienza: sarà per quello che, all'ammonimento di "spiacevoli conseguenze" da parte del presidente Juncker, alla presentazione della legge di stabilità alla Commissione europea, il Governo si è prontamente adeguato ai tagli aggiuntivi, così come suggeriti dalla Commissione europea.

E cosa dire poi del fumoso Piano Juncker, di circa 315 miliardi di investimenti che, come ricorda Andrea Del Monaco in un suo articolo, partirebbe da un Fondo europeo per gli investimenti strategici

di 21 miliardi di euro, di cui solo 5 miliardi di denaro reale della Banca europea degli investimenti e 16 tra liquidità e garanzie varie trovate nelle attuali pieghe del bilancio dell'Unione europea. Il meccanismo prevede poi che la BEI conceda prestiti pari a tre volte il capitale iniziale. Il presunto coinvolgimento di investitori privati dovrebbe garantire un effetto moltiplicatore pari a 5. Con questo strano meccanismo si arriverebbe all'importo finale di 315 miliardi, da spalmare tra i 28 Stati UE, con un effetto leva finanziaria finale pari a 15 volte.

Naturalmente poi, a corollario, avremo una *task force* europea della Commissione per valutare i progetti da finanziare. Chiedo a tutti i presenti: secondo voi un investitore straniero, puntando brutalmente alla sola redditività dell'investimento, sceglierebbe di investire su una infrastruttura in Baviera o in Calabria?

Ma poi chiedo al Governo perché chiedere prestiti nel contesto ricattatorio e perdente di questo falso piano quando abbiamo a disposizione 100 miliardi dei nostri programmi UE in agenda? O il Governo non ha fiducia nelle proprie capacità e si è inventato l'ennesimo organo inutile in questa legge di stabilità, il famoso tavolo di concertazione sui Fondi europei?

Perché dall'allarme del ministro Padoan su questa crisi economica che stiamo attraversando, finalmente dichiarata peggiore di quella del '29 (e sappiamo bene che quella ha portato alla Seconda guerra mondiale e alla nascita dei totalitarismi), non sono derivate quelle scomode e non scontate scelte conseguenti?

Si continua invece stancamente, anche in questa legge di stabilità, con il solito tira e molla con le istituzioni europee, nonostante i dati a fondamento della deroga richiesta illustrino una situazione sociale gravissima. Il PIL, stimato, per il 2014 è previsto a meno 0,3 per cento (meno 0,4 per la Commissione), il debito viaggia oltre il 130 per cento del PIL (con una previsione di un picco del 133,1 per cento nel 2015), la disoccupazione ha ormai superato la soglia del 13 per cento, con quella giovanile sulla drammatica soglia del 50 per cento, che arriva a oltre il 65 per cento nelle nostre Regioni meridionali.

Se ci trovassimo davanti ad un'impresa, con questi dati di gestione saremmo stati obbligati a portare i libri contabili in tribunale per chiedere l'amministrazione giudiziaria; al contrario, si persevera in una strategia di politica economica attendista, senza una minima visione di un piano industriale nazionale, e di tipo neoliberista, con il proseguimento nel disastroso programma di privatizzazioni, ribadito in questa legge di stabilità che sarebbe più corretto definire di svendita del patrimonio pubblico.

Nel frattempo, si assiste noncuranti alla ricaduta degli oneri di tale situazione sugli strati più deboli della società, favorendo l'abbassamento dei diritti del lavoro con il *jobs act* - con la scusa di abbassarne il costo - e decretando la morte della micro e piccola impresa: tutto ciò mentre si continuano a fare regali fiscali alle solite grandi industrie transnazionali, nonché all'onnipresente settore bancario e finanziario.

Anche la similitudine della classe dirigente italiana ed europea con quella alle prese con la Grande depressione trova precisi termini di raffronto. Quella del 1929, miope, si trovò a decidere, in quella cruciale situazione, come ricorda Hirschmann, su tre diverse idee su come reagire: «*exit*», ovvero la defezione; «*voice*», ovvero la protesta; «*loyalty*», ovvero la lealtà ad un sistema in declino. È proprio questa malintesa lealtà che si continua a perpetrare nei confronti di Trattati dai quali ci siamo fatti legare mani e piedi.

Stiamo rimanendo schiavi di un'inutile idea rigorista dei conti pubblici e ancora succubi di una pratica filomonetarista e con il passar del tempo ci mostriamo sempre meno liberi nelle scelte, pure rispetto ai nostri avi del 1929, rimanendo passivi di fronte alle decisioni «suggerite» da una finanza speculativa ed incontrollata, che sta esautorando il popolo sovrano.

Le scelte messe in campo da questa legge di stabilità denotano una qualità ancora più grave di quelle del 1929, ovvero un quarto modo di reagire ai problemi che ci stanno portando inesorabilmente verso il baratro: il rifiuto della realtà, tipico dell'impero romano al suo tramonto.

Invece di intraprendere nuove strade, con coraggio, le risposte che si pretende di dare con questa legge

continuano ad essere ossessionate dal continuo riferimento a temi finanziari, che pongono sempre più dubbi ed interrogativi sulla figura e sul ruolo dello Stato. Come, ad esempio, quanto riportato al comma 43 dell'articolo 2. In esso viene aumentata dal 5 al 50 per cento la percentuale massima dei fondi, provenienti dalla raccolta effettuata da Poste Italiane SpA per attività di «bancoposta», che può essere investita in titoli diversi da quelli governativi dell'area euro, con garanzia prestata dallo Stato italiano. La qualità dei titoli - che grazie a questa misura potrebbero essere di qualsiasi natura, anche i cosiddetti titoli spazzatura - imporrebbe ad uno Stato oculato e attento ai conti pubblici una puntualizzazione dei rischi connessi all'estensione della garanzia, con relativa previsione degli stanziamenti a copertura, che in caso di crisi ricadrebbero interamente sul bilancio dello Stato e, quindi, sulle tasche di tutti noi. È dunque possibile cogliere in disposizioni come queste - ce ne sono tante, anche microsettoriali, in questa legge di stabilità - il pericolo insito nel fenomeno della cosiddetta finanziarizzazione delle attività riconducibili ad enti che costituiscono oggettivamente dei pilastri della finanza pubblica.

Ma è il Sud che ancora una volta esce peggio da questa legge di stabilità, e non è - ahimè - una novità. Come non leggere come un'ennesima rapina ai danni dei meridionali quanto stabilito al comma 92 dell'articolo 1 e ai commi che vanno dal 35 al 44 e al comma 57 dell'articolo 3? Una disposizione, quest'ultima, che modifica inopinatamente i principali elementi di *governance* e di procedura relativi alle risorse assegnate al Fondo di sviluppo e coesione per il periodo 2014-2020. Secondo il suddetto comma 92, gli sgravi contributivi per le assunzioni a tempo indeterminato (i famosi 8.000 euro per tre anni ad ogni nuovo assunto, collegati al *jobs act*) verranno dalla riduzione di 3,5 miliardi del Fondo di rotazione per l'attuazione delle politiche comunitarie, che a sua volta finanzia il Piano di azione e coesione da 11,5 miliardi di euro. Si tratta di soldi che erano appannaggio di investimenti in Puglia, Sicilia, Calabria, Campania e Basilicata: un vero e proprio scippo!

Lo scorso ottobre, poi, il sottosegretario Delrio ha comunicato il dimezzamento del cofinanziamento italiano ai programmi FSE e FESR per il periodo 2014-2020, per la Sicilia, la Calabria e la Campania. In questo caso la dotazione per le tre Regioni vedrebbe un taglio di risorse pari a 8,1 miliardi di euro e se il taglio fosse esteso a Puglia e Basilicata si arriverebbe alla somma di 11,1 miliardi persi in sette anni. Il sottosegretario Delrio ha dichiarato, anche il 14a Commissione, che la Puglia e la Basilicata avranno un cofinanziamento al 50 per cento per la loro gestione virtuosa e che i soldi del cofinanziamento relativi a Sicilia, Calabria e Campania rimarranno su quei territori, grazie però ad una legge ad *hoc*. Noi lo attendiamo alla verifica dei fatti, però sappiamo - e lo ricordiamo - che l'ultimo che fece un giochetto del genere, un intervento simile, un tale Berlusconi, utilizzò i fondi comunitari a disposizione delle Regioni del Sud per mettere altre pezze ai buchi del bilancio, tra cui le famose quote latte tanto care alla Lega Nord.

Eppure, durante l'anno, il presidente Renzi e i suoi portavoce governativi hanno tuonato più d'una volta contro il cattivo - quando non il mancato - uso dei fondi comunitari. Nei fatti, però, mi sembra si possa dire che il suo Governo, al pari dei precedenti, si è completamente disinteressato della programmazione dei fondi europei. A guardare bene, solo lo scorso ottobre è riuscito a farsi approvare l'Accordo di partenariato 2014-2020 e manca ancora l'approvazione dei programmi nazionali e regionali; ma, soprattutto, devono essere ancora spesi circa 22 miliardi di euro della programmazione 2007-2013. Da conti fatti, entro il 2015 occorre spendere e certificare questi soldi, dei quali 14 miliardi sono europei, pena la restituzione di questi ultimi a Bruxelles: un risultato niente male - purtroppo - per un Governo il cui *Premier* dichiarava che «il mancato uso di fondi grida vendetta»!

Noi, a differenza vostra, siamo coerenti: continuiamo a sostenere che è necessario violare il *fiscal compact* per varare un vero piano di sviluppo ecosostenibile, a base di investimenti che creino lavoro vero. Serve un *new deal* che rilanci, anche grazie a questi fondi, l'economia italiana; un rilancio che non può non avere in quell'immenso serbatoio di risorse inutilizzate, che è il Mezzogiorno, il suo punto d'origine. Altrimenti, a reclamare giustizia sotto le vostre finestre sarà quel popolo tradito, soprattutto - permettetemi di dire - se si continua con l'esautorazione della sovranità, come è avvenuto anche oggi pomeriggio con questa farsa di discussione, che è un'offesa, prima ancora che a quest'Aula, al popolo

sovrano, che qui dovrebbe essere rappresentato. *(Applausi dal Gruppo M5S. Congratulazioni)*.

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore Borioli. Ne ha facoltà.

BORIOLI *(PD)*. Signora Presidente, signor Vice Ministro, cari colleghi, toccherò in questo intervento un punto della legge di stabilità, che ritengo estremamente qualificante in quanto portatore di un segnale che, nella sua valenza, va molto oltre l'aspetto specifico di cui si occupa.

Prima il presidente Azzollini ricordava, nel suo intervento, l'importante misura relativa al problema dell'epatite C. Ad essa voglio collegare, in queste mie parole, quelle che io considero le altrettanto rilevanti misure che sono contenute nella legge di stabilità a proposito del tema dell'amianto; un tema che ha una valenza non locale, anche se, ovviamente, pronuncio queste parole venendo da quella comunità e avendo anche il dovere di rappresentarla.

Non sono passate molte settimane da quando - lo ricorderete tutti - anche in quest'Aula ci trovammo a commentare con sconcerto e con sgomento la sentenza della Corte di cassazione - che io non commento qui - che indubbiamente ci poneva di fronte a una contraddizione macroscopica, enorme, presente nelle parole stesse del procuratore generale, che chiese il proscioglimento per prescrizione dei termini di Schmidheiny, principale responsabile di quel disastro, riconoscendone però, nel contempo, la responsabilità oggettiva. A partire da quella sentenza, che lasciò sgomenti e che, come uno schiaffo, negò giustizia ai familiari delle vittime, dopo una battaglia durata anni, ci fu una reazione: ci mobilitammo noi, svolgendo il nostro ruolo di parlamentari, trovando l'immediata e pronta attenzione del Governo.

Ora, a valle di questo cammino, condotto in poche settimane, non posso non segnalare con particolare soddisfazione, per il valore che ha, il lavoro che abbiamo cercato di fare come parlamentari del territorio (sono molti i colleghi del Gruppo del Partito Democratico che hanno concorso in questo, non li cito tutti perché ne dimenticherei qualcuno) per predisporre e presentare degli emendamenti. Oggi dobbiamo registrare l'attenzione importante e significativa del Governo, che con un proprio emendamento ha accolto non solo e non tanto le nostre istanze, ma le istanze di quella comunità e di quel territorio, prevedendo risorse molto consistenti per proseguire ed accelerare l'attività di bonifica. E, stanti le caratteristiche subdole di una patologia che ha tempi di incubazione lunghissimi, sappiamo quanto sia fondamentale accelerare le bonifiche, perché rimuovere quei materiali e bonificare i territori vuol dire sottrarre quelle popolazioni al rischio di un'ulteriore propagazione della malattia. Parliamo di 45 milioni all'anno per gli anni 2015, 2016 e 2017, che saranno destinati a quello scopo.

Voglio sottolineare anche le importanti misure che, con il concorso del Governo, sono contenute nella legge di stabilità per far sì che possano accedere al fondo per le vittime dell'amianto, già costituito presso l'INAIL e che ha una capienza ancora consistente, non soltanto i lavoratori che sono stati esposti direttamente per ragioni professionali all'amianto, ma anche i familiari e coloro che in qualche modo rischiano o hanno già contratto la malattia per cause ambientali. Credo che questo sia un segnale importante nel merito, ma sia anche un segnale importante di civiltà e di cultura politica.

Naturalmente sappiamo che restano aperte alcune questioni, che hanno a che fare più direttamente con il tema della giustizia; so che se ne stanno occupando sia il Governo che molti parlamentari, proprio per quanto riguarda la questione della prescrizione. Ma questo è un significativo passo in avanti, non solo per le vittime e per i diretti interessati, ma credo per tutto quanto il Paese.

Volevo commentare questo piccolo ma importantissimo elemento della legge di stabilità, per sottolinearne la positività, che si riscontra in moltissimi altri punti che ora non riprendo.

In conclusione, vorrei fare una considerazione di carattere generale, signora Presidente. Ho sentito prima in quest'Aula alcuni autorevoli colleghi, con l'intenzione - legittima, per carità - di sminuire e di mettere un po' in farsa la portata di questa legge di stabilità, evocare grandi personaggi politici del passato, dicendo che quelli sì che erano statisti e quelle sì che erano leggi di stabilità. Signora Presidente, io mi inchino deferente di fronte alle personalità che sono state ricordate; e tuttavia non posso non dire e non sottolineare a me stesso, che sono l'ultimo arrivato, che, quando poi sollevo la testa dopo l'inchino, mi trovo di fronte la montagna di debito pubblico che quelle personalità hanno

lasciato sulle spalle di chi è qui oggi a cercare di governare il Paese e di risollevarlo da quel baratro verso cui esso è stato sprofondato. E quando sento alcuni colleghi dell'opposizione di oggi, che rispetto e che esprimono legittimamente il loro punto di vista, crocifiggere questa legge di stabilità, non evidenziandone ovviamente i tratti molto significativi, che secondo me ci sono e la rendono complessivamente espansiva ed importante per questo Paese, penso che tali colleghi oggi sono all'opposizione, ma che per vent'anni hanno avuto per le mani l'Italia e avrebbero potuto avviare quelle riforme che invece non sono state neanche cominciate. Quando parliamo delle Regioni e dei territori, perché non si è dato corso a riforme che dessero davvero attuazione ad un federalismo che molto spesso, negli anni che abbiamo alle spalle, è stato tanto conclamato nelle parole quanto negato nei fatti e ridotto alla farsa di quattro ministeri fantoccio aperti nella Villa Reale di Monza?

Noi stiamo cercando di risalire una china difficile. Lo stiamo facendo come parlamentari della maggioranza e lo sta facendo un Governo che cerca di dare segnali forti a questo Paese. Sappiamo benissimo che ci sono ancora moltissime cose da fare, ma credo che siamo sulla strada giusta e questa legge di stabilità è un passo in avanti molto importante. *(Applausi dal Gruppo PD)*.

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore Panizza. Ne ha facoltà.

PANIZZA *(Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE)*. Signora Presidente, colleghe e colleghi, signor Vice Ministro, questa legge di stabilità giunge in Aula a poche ore dalla pubblicazione del centro studi di Confindustria sui dati economici del nostro Paese. Se chiudiamo il 2014 ancora in recessione, dal prossimo trimestre si prevede che il PIL tornerà ad avere segno positivo e vi sono previsioni positive per il biennio 2015-2016 che speriamo vengano confermate.

Tuttavia, gli studi di Confindustria ricordano anche come la corruzione ci faccia perdere ogni anno il 6 per cento della ricchezza prodotta e rappresenti un vero e proprio cappio che strangola il nostro tessuto sociale ed economico, per quanto riguarda la possibilità di esprimere in pieno le proprie potenzialità.

Bene allora, anche alla luce dei fatti di Roma, il disegno di legge anticorruzione presentato del Governo. E bene anche la *ratio* alla base di questa legge di stabilità, volta a creare stimoli positivi per rimettere in moto il Paese.

È evidente che questa legge si muove nei margini e nei vincoli strettissimi imposti dall'Europa, così come constatiamo che in alcuni interventi si poteva fare meglio e di più, per rimarcare in maniera ancora più netta il solco nel quale s'inserisce un provvedimento a favore della crescita e della ripresa.

Tra le note dolenti mi riferisco, ad esempio, al modo con cui si è operato sul regime dei minimi delle partite IVA, con un aumento dell'imponibile e un tetto di fatturazione che penalizzano oltre ogni modo i giovani liberi professionisti. Una misura profondamente sbagliata, perché penalizza soprattutto i giovani in una fase nella quale la disoccupazione giovanile è ai massimi storici e anche Confindustria afferma che non ci sono segnali di un'inversione di tendenza in questa direzione.

Mi riferisco anche all'aumento sostanzioso, sempre dell'IVA, sul *pellet*, dopo che avevamo promosso l'utilizzo delle energie rinnovabili, così come alla riduzione dei quantitativi di carburante agricolo a prezzo agevolato. Fortuna che, almeno, il Governo ha accolto gli emendamenti del nostro e degli altri Gruppi per ripristinare le agevolazioni per il gasolio da riscaldamento nelle zone di montagna e quelli per attenuare la riduzione dei finanziamenti ai patronati, che svolgono un servizio fondamentale soprattutto per le categorie più deboli.

Credo si potesse fare di più sul terreno delle semplificazioni burocratiche, perché la burocrazia in alcuni segmenti economici rappresenta una tassa occulta, pagata sotto forma di ore di lavoro che vengono sottratte alla produzione per inseguire gli adempimenti e le inefficienze del sistema.

Tuttavia, a noi autonomisti, nel saldo complessivo delle misure che favoriscono la crescita e la ripresa e quelle che non vanno in tale direzione, il risultato di questa legge di stabilità ci appare comunque positivo.

Ci sono misure significative a favore delle imprese, la rimodulazione dell'IRAP, le esenzioni per le piccole e le piccolissime aziende, la conferma delle detrazioni fiscali in ambito edilizio e per favorire il risparmio energetico, il sostegno per i giovani agricoltori, le misure a tutela della natalità e delle

famiglie numerose, così come quelle per favorire la competitività di un settore quale l'autotrasporto o quelle per fronteggiare le patologie connesse al gioco d'azzardo o, infine, per alcune categorie come i ciechi, i malati di epatite C o le vittime dell'amianto.

Il nostro apprezzamento, lo ribadisco, va soprattutto allo spirito che ha mosso questa legge di stabilità. Siamo convinti che la *ratio* che ne è alla base troverà più largo respiro ed inciderà con ancor maggiore efficacia, se presto arriveranno provvedimenti che ne puntellino il percorso.

Siamo convinti che l'investimento sulla scuola (la buona scuola, come ama definirla il nostro Presidente) passi da un massiccio investimento sui docenti, sulla valorizzazione delle loro qualità, sulla capacità di creare un raccordo sempre più forte con il mondo dell'impresa e, se vi sarà da un investimento sulla scuola duale su cui, in verità, quest'Esecutivo ha dimostrato finalmente il giusto interesse.

Siamo altresì convinti che per l'agricoltura ci sia bisogno di approvare quanto prima il collegato, un provvedimento che può contribuire a liberare le potenzialità del settore, favorendo anche il ricambio generazionale e rendendo l'agricoltura un importante veicolo del *made in Italy*, anche in vista dell'Expo di Milano sull'agroalimentare. Agricoltura che però è anche quella di montagna: su questo l'auspicio è che, nell'individuazione dei nuovi criteri per definire le aree montante, come avevamo già segnalato al Governo, si tenga conto della reale condizione di svantaggio e non dell'altimetria della sede comunale, che ovviamente non costituisce un parametro equo.

Per quel che riguarda il lavoro svolto in Commissione sulla legge di stabilità, ringraziando anch'io il Presidente ed i relatori, in particolare il collega Santini, esprimo soddisfazione per essere finalmente riusciti a risolvere l'annosa questione della Croce rossa del Trentino-Alto Adige, laddove, per un mero errore tecnico presente nelle disposizioni che hanno portato tempo fa al suo riordino, decine di operatori qualificati rischiavano di perdere il loro posto di lavoro.

Ma il nostro maggior motivo di soddisfazione sta nel fatto che, sempre durante l'*iter* in Commissione, si sia dato finalmente seguito a quanto stabilito con l'accordo stipulato dal Governo con le Province autonome di Trento e di Bolzano lo scorso 15 ottobre.

Il Governo non aveva fatto in tempo a inserirlo nella discussione alla Camera, ma rendiamo merito al presidente Renzi di averlo fatto, secondo gli impegni presi, qui in Senato. Quest'accordo oggi permetterà alle nostre due Province di mettere mano, già dai primi mesi del nuovo anno, a un primo progetto di miglioramento dello Statuto di autonomia, con le Province autonome che, nel rispetto e nella valorizzazione delle proprie prerogative, si impegnano ad essere parte responsabile ed integrante di un percorso di risanamento della finanza pubblica statale. E abbiamo apprezzato che il presidente Renzi ne abbia già dato comunicazione a Vienna, dimostrando sensibilità istituzionale e rispetto per le nostre autonomie speciali.

Finalmente cioè si è messo in moto quel processo che ci auguriamo metta la parola fine all'anomalia di questi ultimi anni, in cui i contenziosi di carattere giuridico e la conflittualità emersa fra Stato e Province autonome hanno reso estremamente difficoltoso l'operato delle nostre istituzioni.

Di questo diamo atto al Governo, così come di aver sempre cercato un dialogo basato sulla lealtà e sulla responsabilità. La stessa che mettono in campo le Province autonome di Trento e di Bolzano nel voler dare il loro contributo rispetto all'interesse generale del Paese.

Mi rivolgo al senatore Tosato, che ho sentito prima pronunciare alcune parole imprecise: avrò piacere di fargli avere uno studio molto articolato e dettagliato con tutti i numeri a disposizione, in cui si dimostra, ad esempio, che il residuo fiscale del Trentino e dell'Alto Adige è maggiore di quello del Veneto, ossia la differenza fra quanto i cittadini pagano in termini di tasse e quanto ricevono in termini di prestazioni pubbliche è superiore nel Trentino e nell'Alto Adige rispetto a quella del Veneto. *(Commenti dal Gruppo LN-Aut)*.

CANDIANI *(LN-Aut)*. Mantenuto!

PRESIDENTE. Senatore, per favore.

PANIZZA *(Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE)*. La differenza è che in Trentino e in Alto Adige

pagano le Province e in Veneto paga soprattutto lo Stato. I conti sono conti, glieli farò avere corredati di studio e si potrà rendere conto che - ripeto - il residuo fiscale nei nostri territori è minore di quello della Lombardia ma è maggiore che nel Veneto. Questa strana percezione che le due autonomie del Trentino e dell'Alto Adige siano mantenute dal resto d'Italia deve essere finalmente sfatata, perché dati alla mano noi non riceviamo nulla più di quanto versiamo e di quanto ricevono le altre Regioni d'Italia. Dati alla mano, lo possiamo dimostrare in qualsiasi momento e l'accordo che è citato nell'emendamento e poi nel subemendamento correttivo che il nostro Gruppo ha presentato contiene spese in più per le nostre Province e competenze in più. Semplicemente, nelle nostre Province sono le Province a spendere.

Mi auguro che anche gli altri territori d'Italia riescano ad aumentare le proprie competenze e la propria autonomia perché non è la nostra autonomia che deve diminuire: è la vostra che deve aumentare e il Veneto ci avrà sempre al suo fianco (parlo soprattutto da segretario politico del Partito autonomista trentino tirolese) ogni volta che rivendicherà maggiori competenze e maggiore autonomia. Su questo siamo sempre stati coerenti e continueremo ad esserlo.

L'Italia non risolverà i propri problemi togliendo autonomia a chi ce l'ha, ma dandola a chi non ce l'ha e parlo di autonomia responsabile in cui ognuno deve rendere conto delle risorse finanziarie che riceve, senza sconti. *(Applausi del senatore Torrisi)*.

Quello stesso interesse generale la nostra delegazione parlamentare lo persegue ogni giorno in quest'Aula, non tirandosi mai indietro nei momenti in cui deve vincere il senso di responsabilità, l'interesse generale, il bene comune. Una responsabilità che manifestiamo anche attraverso il contributo che proviamo a portare nel merito e nei contenuti, soprattutto grazie al rapporto stretto che coltiviamo quotidianamente con i nostri territori: tutte domande, aspettative e bisogni che crediamo non riguardino solo gli abitanti della nostra Regione ma di tutta l'Italia.

Pensiamo, ad esempio, alla burocrazia e al fisco, che troppo spesso hanno un approccio vessatorio, pensiamo alla giustizia civile che troppe volte sembra essere più dalla parte dei debitori che dei creditori.

Avevo presentato in Commissione alcuni ordini del giorno molto specifici con proposte di semplificazione per un fisco più giusto ed in particolare un ordine del girono sulla riforma del concordato preventivo, che troppo spesso, invece di risolvere i problemi delle aziende creditrici, è diventato uno strumento per non pagare i debiti e far fallire le aziende oneste. Mi auguro che il Governo sappia tenerne conto, anche se purtroppo non sono stati approvati per mancanza di tempo.

Noi autonomisti crediamo che il nuovo anno debba servire ad affrontare con sempre maggior decisione questi temi, che sono di vitale importanza perché è anche e soprattutto da qui che passa la possibilità dell'Italia di uscire dalla crisi e di ricominciare a guardare al futuro come ad un orizzonte di fiducia.

Noi autonomisti, come abbiamo fatto in questi anni, siamo pronti a fare la nostra parte e la facciamo anche oggi, a cominciare dal nostro voto favorevole a questa legge di stabilità. *(Applausi dal Gruppo PD e del senatore Longo Fausto Guilherme)*.

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore D'Ambrosio Lettieri. Ne ha facoltà.

D'AMBROSIO LETTIERI *(FI-PdL XVII)*. Signor Presidente, signori del Governo, colleghe e colleghi: «Capisco, ma non riesco a condividere, il diffuso apprezzamento per la marmorea rigidità della politica economica del Governo. Capisco perché so che in Italia non sarebbe stato difficile fare addirittura peggio - manovre espansive in *deficit* senza riforme strutturali - ma non condivido, perché senza riforme il nostro rigore sui conti pubblici, che non muta né la qualità della spesa né le basi del prelievo fiscale, finisce per diventare una componente di passiva renitenza al declino, più che una reazione allo stesso. Può avere effetti di rinvio delle conseguenze più gravi, non certo di superamento dei fattori strutturali di difficoltà».

Queste sono le parole che il senatore Morando, capogruppo del Partito Democratico in Commissione bilancio nella scorsa legislatura, seduto oggi nei banchi del Governo con compiti di assoluto rilievo nell'ambito della politica economica del Paese, pronunziava nel dicembre del 2010, durante l'esame in

Commissione della legge di stabilità.

Non faccio fatica, signor vice ministro Morando, a condividere quelle sue osservazioni di ieri, adattandole allo scenario di oggi. Non voglio fare polemica perché credo che sia assolutamente inopportuna e forse addirittura inutile per la condizione di grande difficoltà in cui si trova il Paese. Tuttavia, mi si consentirà di fare qualche piccola considerazione che riguarda probabilmente più il metodo del lavoro che non il merito.

In proposito, signor Presidente, le chiedo di autorizzarmi a consegnare la versione integrale del mio intervento, che avrei avuto davvero molto piacere ad illustrare, più che a leggere, visto che raramente leggo, facendomi più piacere parlare, accompagnato da appunti e notazioni, nel tentativo di esprimere un pensiero, una proposta, un suggerimento, una visione che siano di aiuto e di stimolo al superamento di questa drammatica fase di recessione in cui vive il Paese. I cinque minuti che mi sono stati assegnati non sono quindi assolutamente sufficienti.

PRESIDENTE. La Presidenza l'autorizza a consegnare il suo intervento.

D'AMBROSIO LETTIERI *(FI-PdL XVII)*. Presidente, provo un senso di pena - mi permetterà - e penso che lo proverà anche lei e tutti i colleghi perché, mentre le piazze sono infiammate dal disagio e dalla sofferenza degli italiani, noi stiamo consumando qui, in un piccolo gruppo di pochi intimi, il penoso, avvilente e mortificante teatrino di una politica ormai prossima - come negli ultimi giorni di Pompei - a decretare il *de profundis* di una democrazia parlamentare offesa ormai da tempo, perché stretta a tenaglia tra voti di fiducia e decreti-legge. Lo osservava finanche il Capo dello Stato in una sua nota dell'agosto 2012, dicendo che bisognava porre rimedio al ruolo intrusivo del Governo nell'agenda parlamentare: lo faceva a margine del commento del 33° voto di fiducia che il Governo Monti chiedeva alle Camere e la reazione del Capo dello Stato non si fece attendere a difesa delle prerogative del Parlamento.

Il caso vuole che anche oggi, così come pare, fra qualche ora, verrà chiesto di approvare con la fiducia la legge di stabilità, che è la legge di programmazione, la legge con la quale nella storia del Paese entra la speranza nella ricostruzione rispetto a quello che sembra un buio pesto, così come quando si entra in un *tunnel* a fari spenti.

Noi a quello stato di bisogno, a quelle piazze, a quegli occhi smarriti e privi ormai della forza per poter continuare finanche a coltivare il senso della speranza, rispondiamo così: con le Aule sguarnite, con cinque minuti dati per esporre un pensiero, con un dibattito compresso. Poi mi viene detto - non so se è vero - che la Conferenza dei Capigruppo ci farà tornare lunedì prossimo per incardinare la legge elettorale. Io sono sgomento e umiliato da questa politica, perché questa è un'offesa al Tricolore. Io vorrei tornare il 22, il 23, il 24 dicembre, stare qui a Natale, ma cercare con voi, rimboccandoci le maniche, di ridisegnare i confini di un perimetro smarrito dentro il quale costruire la parola «speranza». Noi dobbiamo restituire la speranza.

Quale Natale faremo noi, eletti in nome del popolo, tornando nelle nostre case e nei nostri territori? Con quale coraggio incroceremo lo sguardo sofferente di chi non sa neanche che nel calendario è arrivata la nascita del Bambinello? Questa è una ferita assolutamente imperdonabile per una politica che deve rifondare sé stessa, se vuole ritrovare dignità.

Il problema, signora Presidente, è che il Parlamento non serve più a nulla; è un organo di ratifica. Le conversazioni da salotto che qui si fanno, le contese talvolta scivolanti verso un declino anche inelegante per la sacralità del ruolo, non costruiscono più un'efficacia. Si arriva in Aula senza il relatore perché non c'è stato tempo. Ma per cosa c'è il tempo? C'è il tempo per fare altro. Allora io credo che, se non si recupera l'etica della responsabilità, se non si recupera il principio di etica della politica, noi tradiremo anche quell'epitaffio scritto alle sue spalle, signora Presidente, che segnala una tappa importante nella storia della nostra democrazia.

Sono in tanti ad aver espresso nei vari modi, con manifestazioni di protesta in piazza, con comunicati, con lettere, con l'auspicio della formulazione di emendamenti affidato ai parlamentari, il senso di una fiducia riproposta nella funzione del Parlamento. Questo non c'è. I banchi sono vuoti, sguarniti quelli

dei relatori, sguarniti quelli dei Gruppi parlamentari. Non ci resta che prendere atto che ci troviamo davanti al momento peggiore della nostra democrazia, dove probabilmente la crisi più grave che attanaglia il Paese non è quella economica, ma è la crisi valoriale che ha assolutamente inaridito il valore e il senso del ruolo della rappresentanza popolare confinandolo in un esercizio ozioso di demagogia e di populismo, quando non un ruolo destinato a fare nottetempo l'approvazione di emendamenti per accontentare l'amico di turno che finanzierà la prossima campagna elettorale. Ma ho la sensazione, signora Presidente, che questa musica sia terminata. *(Applausi dai Gruppi FI-PDL XVII e LN-Aut)*.

D'ANNA *(GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI))*. Bravo!

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore Vaccari. Ne ha facoltà.

VACCARI *(PD)*. Signora Presidente, onorevoli colleghi, vice ministro Morando, la discussione sul disegno di legge di stabilità che questa Camera ha svolto nelle sue Commissioni, prima, e, poi, in Commissione bilancio, è stata approfondita ed utile, ma soprattutto immediatamente esigibile una volta approvata per milioni di famiglie ed imprese italiane.

Come ha già sottolineato il presidente della Commissione bilancio, senatore Azzollini (che ringrazio per il ruolo che ha svolto in queste due settimane insieme ai relatori Santini e Chiavaroli e al Governo, nelle persone del vice ministro Morando e del sottosegretario Baretta), si tratta di una manovra espansiva e strutturale - è stata definita - che conosciamo bene - non nascondiamoci dietro le procedure parlamentari, colleghi - nelle linee di fondo, già dopo il passaggio alla Camera e che discutiamo e vogliamo approvare oggi qui, dopo alcune modifiche sostanziali, in una situazione difficilissima. Mi riferisco ad un contesto internazionale di ripresa negli Stati Uniti e ad uno europeo che peggiora vistosamente, con indici in continuo calo, dove c'è ancora chi, anziché fare analisi serie e ponderate sulla situazione, propone soluzioni variegate sul futuro dell'Euro astratte e avulse dalla realtà. Si tratta di un contesto che impone a tutti i Paesi europei di raddoppiare gli sforzi per favorire e rilanciare la crescita, per migliorare la nostra competitività e la capacità di offerta e sostenere una domanda interna in stallo, attraverso un *mix* composito di misure strutturali di cui hanno già detto alcuni miei colleghi e la collega Zanoni, in particolare, nell'intervento iniziale. I miglioramenti riguardano fondi principali introdotti da questo ramo del Parlamento: per il lavoro, la crescita, il sostegno alle piccole e medie imprese e gli investimenti nell'economia reale.

Tra le questioni che la Commissione ha affrontato, ne voglio citare tre, molto brevemente, mentre mi auguro che altri colleghi ne affronteranno altri importanti, come quello riguardante il futuro dei dipendenti delle Province del nostro Paese, in attesa di leggere i contenuti del maxiemendamento. Mi riferisco, in particolare, da un lato, al rifinanziamento (che qui al Senato è stato possibile grazie alla disponibilità del Governo e ad emendamenti presentati in pari modo dal Partito Democratico, ma anche da altre forze politiche) del Fondo nazionale per il servizio civile, per 50 milioni di euro aggiuntivi che potrà dare una risposta importante a decine di migliaia di giovani nel nostro Paese e che alla Camera, invece, non aveva potuto trovare una risposta importante.

La seconda questione riguarda il cosiddetto «pacchetto terremoto» per la ricostruzione *post* terremoto, che ha ovviamente coinvolto i colleghi del territorio de L'Aquila, ma che, per quanto mi riguarda, ha a che fare con l'Emilia-Romagna, il Veneto e la Lombardia, colpite due anni e mezzo fa da un terremoto molto violento. L'evento ha colpito un territorio che produce il 2 per cento del PIL del Paese per cui decine e decine di migliaia di imprese e migliaia di famiglie sono state colpite negli affetti più cari. A due anni e mezzo di distanza, dopo tre manovre finanziare e tre Governi diversi, ovviamente siamo ancora qui a cercare di individuare risposte concrete per dare a quei territori degli strumenti in grado di favorire e sostenere il percorso di ricostruzione che sta dando buoni risultati. Stiamo parlando di otto famiglie su dieci che sono tornate a casa e soltanto di qualche centinaio di lavoratori in cassa integrazione sui 40.000 iniziali. Stiamo parlando di quasi 2.000 cantieri aperti, di cui i due terzi già chiusi. Nonostante questo, c'è bisogno ancora di risposte concrete.

La Commissione bilancio del Senato ha dato il via libera, all'unanimità, a misure importanti contenute negli emendamenti che avevamo proposto insieme al collega Broglia del Partito Democratico e

l'emendamento 2.9904 del relatore, concordato con il Governo, ha raccolto alcune di queste proposte principali che avevamo presentato nel pacchetto sul sisma dell'Emilia-Romagna. Si tratta, in particolar modo, dello stanziamento di 18 milioni di euro di risorse nuove che si affiancano ai 30 milioni di euro a carico della contabilità speciale del commissario, per sostenere la proroga del pagamento delle rate dei mutui dei Comuni del cratere sismico accessi con la Cassa depositi e prestiti; si tratta inoltre dell'esclusione dal Patto di stabilità delle donazioni che i privati hanno fatto ai Comuni e dell'esenzione dal pagamento dell'IMU sugli edifici inagibili e della TASI per il primo semestre 2015. Accanto a queste misure concrete il Governo, però, ha espresso parere favorevole, raccogliendo i contenuti di un emendamento che avevo presentato, ad un ordine del giorno ed esprimendo condivisione del punto politico che poneva, impegnandosi ad istituire, in un prossimo provvedimento, entro il 2014, nuove zone franche urbane nelle aree dei Comuni colpiti dagli eventi sismici del 20 e 29 maggio 2012. Ciò ai sensi della legge n. 296 del 2006, impegnandosi ad attivare la procedura specifica che vede nel CIPE il riferimento per la loro istituzione. È un buon risultato quello che abbiamo ottenuto. Il collega Tosato perdonerà se lo sottolineo ma, a differenza sua, è da due anni e mezzo che io seguo questa vicenda: prima da amministratore locale e poi da senatore.

Riuscire a raggiungere un traguardo simile, che anche il senatore Tosato e i colleghi della Lega hanno certo condiviso nella nostra Commissione, vuol dire mettere a disposizione misure importanti e concrete a vantaggio di tutta l'area colpita dal sisma del 20 e 29 maggio 2012. Non è con le urla e con i proclami sui *media*, ma solo con il lavoro puntuale e congiunto di tutti (enti locali, associazioni di categoria, parlamentari e Governo) che il PD ha svolto, che è possibile conseguire risultati utili per i cittadini e le imprese così duramente colpiti, non solo dalla crisi economica, ma da ben tre calamità naturali nel giro di due anni e mezzo.

Ci auguriamo che questo provvedimento venga votato così come approvato in Commissione e raccolto all'interno del maxiemendamento. In quel maxiemendamento sarà contenuto anche il rifinanziamento di quella legge per 40 milioni di euro, di cui ci auguriamo ovviamente di poter beneficiare già dal 2015.

Il terzo ed ultimo aspetto che voglio citare riguarda il rifinanziamento del fondo per le emergenze nazionali per complessivi 220 milioni, dopo l'importante scelta fatta alla Camera e dopo la scelta fatta dal Governo con l'istituzione dell'unità di missione per la prevenzione del dissesto idrogeologico, che rimette in gioco risorse regionali ferme per un ammontare di due miliardi, accanto a fondi strutturali per complessivi sette miliardi nei prossimi sette anni, e che raccoglie, anche solo parzialmente, indirizzi politici che il PD e altre forze politiche avevano dato.

L'ultimo punto riguarda l'ordine del giorno approvato dalla Commissione all'unanimità, a prima firma dei colleghi Caleo, Santini e Vattuone, che impegna il Governo a rinviare la scadenza del 22 dicembre per il pagamento delle tasse, delle imposte e dei contributi previdenziali e assistenziali per i cittadini dei Comuni colpiti da eventi alluvionali negli ultimi mesi. Si tratta di un impegno importante, che il Governo si è assunto e con il quale chiediamo di essere coerenti in fretta, con un atto specifico, in grado di dare risposta a migliaia di famiglie e imprese colpite da alluvioni e imprese nel nostro Paese.

Serve un segnale immediato e ci auguriamo che il Governo sia coerente con gli impegni presi in Commissione. *(Applausi dal Gruppo PD)*.

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore Barozzino. Ne ha facoltà.

BAROZZINO *(Misto-SEL)*. Signora Presidente, io avevo deciso di fare un intervento diverso ma poi, per caso, mi è capitato di leggere una lettera presente su quasi tutti i *media* della Campania. Riporterò alcune parti di questa lettera, scritta da due ragazzi, figli di operai, che rappresenta bene ciò che sta succedendo in quest'Aula.

Questi ragazzi dicono che per loro ormai il Natale è diventata una triste ricorrenza. Il loro padre è un operaio; anzi, si può quasi dire un *ex* operaio, dal momento che è da sei anni in cassa integrazione. Essi non possono più iscriversi all'università, perché i genitori, non guadagnando neanche 800 euro al mese, non possono farli studiare.

Perché ho citato tale lettera? L'ho fatto perché, insomma, per definire questa una legge di stabilità bisogna essere coraggiosi. Ma da persone che pensano di mandare i propri giovani a lavorare (si fa per dire) a 15 anni, io non mi aspetto di meglio.

Signora Presidente, io ho sempre pensato che i nostri ragazzi dobbiamo mandarli a scuola. Vedo, però, che, nonostante queste sollecitazioni, avanzate da me con una certa insistenza, si fa finta di non capire o, forse, non si vuole capire.

Ho detto questo perché noi abbiamo presentato degli emendamenti che si chiamano di buon senso (perché tra le tante frasi fatte pronunciate in quest'Aula c'è anche quella del buon senso). Con un emendamento si chiedeva al Governo di trovare risorse per 50 milioni di euro per i contratti di solidarietà, che tanto potrebbero dare a queste cause, che sono tantissime in tutta Italia. Questo Governo, invece - sempre per sentito dire e in base a quanto leggiamo - vuole destinare dette risorse per la detassazione del salario di produttività. Si tratta di 208 milioni di euro, Presidente. Si dice che a volte noi usiamo frasi brutte, ma ditemi quale altro aggettivo, oltre a «vergognoso» si può usare per descrivere un tale comportamento.

Sarà perché questa è una battaglia del vero Ministro ombra del Governo, del vero ministro del lavoro Sacconi che avete nella vostra maggioranza, e mi dispiace veramente dirlo.

Allo stesso modo mi dispiace dire che venga sottratto alle Regioni del Sud - e io provengo da una Regione del Mezzogiorno e, quindi, capisco che cosa significa - un altro miliardo di euro per il bilancio della coesione sociale. Questo Governo sottrae un miliardo di euro per cose indispensabili per il nostro Sud. E ogni giorno, Presidente, assistiamo a fatti nuovi, imbarazzanti, allucinanti. L'ultimo riguarda il ritrovamento in Basilicata, di in una discarica, di rifiuti nucleari la cui provenienza è sconosciuta.

Per cui a definire, questa una «legge di stabilità», faccio veramente fatica. Faccio fatica anche perché, dato che leggo davvero molto, poco fa mi è capitato di venire a conoscenza di una notizia, da una fonte culturalmente distante da me, secondo cui da studi fatti emerge che alle aziende converrebbe addirittura licenziare con il famoso *jobs act*: in sostanza, con il combinato disposto delle misure in esame con quelle previste nel *jobs act* - come voi lo chiamate - ad esse converrebbe licenziare, perché risparmierebbero 6.000 euro l'anno, fino ad arrivare a 19.000 euro in tre anni. *(Applausi dal Gruppo M5S)*.

Devo dire che trovo veramente imbarazzante non solo questa situazione - come ho ripetuto più volte, e non mi stancherò mai di farlo - ma anche il fatto che parliamo di cose per sentito dire, astratte, e che poi puntualmente ritroviamo dopo averle apprese dai *media*. Le notizie sono quasi sempre, anzi sempre, vere e si fa finta di niente: si fa finta di non capire; si fa finta di andare avanti così tanto per fare, delegittimando il ruolo della politica. E noi dovremmo essere arrabbiati di farci trattare in questo modo: mi rivolgo a tutti, le opposizioni e maggioranza.

Signora Presidente, ogni tanto arrivano quei messaggi subdoli e cattivi sul fatto che, se le cose non vanno in un certo modo, si va a votare. Vi sta parlando uno che ha lavorato per 25 anni in fabbrica. Non si deve avere paura di esprimere le proprie opinioni perché si deve ritornare al vecchio lavoro. Se un domani i cittadini non mi voteranno più, per me sarà naturale tornare a lavorare. Sarà la cosa più naturale di questo mondo e, anzi, io e gli altri dovremmo essere orgogliosi di aver rappresentato i cittadini nella massima trasparenza e con le capacità che ognuno di noi può mettere in campo, per poi ritornare a fare il proprio lavoro. Non è scritto da nessuna parte che dobbiamo fare a vita i parlamentari. *(Applausi della senatrice Bulgarelli)*.

Quindi, mi sento offeso sul serio. Mi sento offeso da questi atteggiamenti. Mi sento offeso dal fatto che si continua a parlare di cose innovative. Mi sento offeso che si continui a parlare di legge di stabilità. Questa non è una legge di stabilità: è una legge di instabilità, che paradossalmente stabilizzerà la precarietà e la povertà nel nostro Paese. L'unica cosa che riuscirà a fare bene è questo. Noi, però, continuiamo - ognuno di noi si dovrebbe assumere delle responsabilità, e a mio avviso siamo tutti colpevoli di questo - a fare finta di nulla. Continuiamo a fa finta che tutto sia normale e invece non lo è. Ripeto che i cittadini, le persone che sono fuori da questi palazzi ci dimostrano tutti i

giorni, riempiendo le piazze, democratiche e belle, che vogliono altro da questa politica e si aspettano altro. E noi purtroppo, tutti i giorni, non solo continuiamo a deluderli, ma continuiamo a non rispettare il loro volere.

Noi da questa parte non possiamo votare questo provvedimento, perché abbiamo la pretesa, pur essendo un partito piccolo, di voler rappresentare i cittadini come si deve, con tutti i nostri limiti e le nostre debolezze - chiamiamole così - abbiamo cioè la presunzione dell'onestà di voler rappresentare veramente i cittadini. Penso che questo dovrebbe far parte di ognuno di noi, dovrebbe essere, naturalmente con posizioni diverse, la pretesa di tutti i parlamentari presenti. Ma ogni giorno ci accorgiamo che non è così e questo non può essere più tollerato da parte nostra. *(Applausi dai Gruppi Misto-SEL e M5S)*.

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore Mandelli. Ne ha facoltà.

MANDELLI *(FI-PdL XVII)*. Signora Presidente, rappresentante del Governo, onorevoli colleghi, la prima considerazione è che la manovra al nostro esame ha un impatto sul PIL quasi nullo, se si considera che questo, secondo le previsioni, dovrebbe assestarsi al più 0,1 nel 2015, per poi passare al più 0,2 nel 2016. Quindi, un effetto poco più di zero sulla crescita economica. Questa non beneficia nemmeno del fondamentale moltiplicatore degli investimenti pubblici strutturali, che in questo momento storico sarebbero stati opportuni per incentivare quelli privati. Il Governo, infatti, taglia anche il cofinanziamento dei fondi UE per un miliardo.

Ma quella di cui discutiamo è soprattutto una manovra iniqua per il modo in cui ridistribuisce il carico fiscale e per il modo in cui assegna i pochi sostegni alla crescita e all'innovazione. Lontana dal ridurre la pressione fiscale, la legge di stabilità segna un aumento della spesa corrente che avrà effetti nefasti sulle scelte di politica economica degli anni a venire. Chiunque si trovi a governare dal prossimo anno registrerà pesanti ipoteche sui conti pubblici. Quei 18 miliardi di taglio alle imposte urlati da Renzi, infatti, torneranno indietro con gli interessi a partire dal 2016. L'unico anno in cui si «regala» qualcosa agli italiani è il 2015, però facendo spese in *deficit* per 6,5 miliardi.

Il livello dello *stock* di debito diventa così il principale elemento di preoccupazione per la finanza pubblica, avendo raggiunto i 2.175 miliardi di euro. Nonostante il livello dei tassi goda di un momento favorevole, il debito continua a pesare per circa il 5 per cento del PIL, ma sopratutto per il 10 per cento della spesa complessiva. Toglie cioè risorse agli investimenti pubblici. È oltretutto un elemento preoccupante perché incide sulla onorabilità dei debiti delle amministrazioni pubbliche nei confronti dei creditori.

Dei 56 miliardi di debiti della PA nei confronti delle imprese certificate al dicembre 2013, il Governo Renzi ne ha stanziati 8,8 e ne ha pagati 9,7, su un totale di pagamenti di 32,5 miliardi alla fine di ottobre. Ciò significa che lo Stato pagava i suoi debiti alle imprese in maniera maggiore durante il Governo Letta, sostenuto da Berlusconi, rispetto al Governo Renzi.

Il totale della spesa si assesterà a fine anno a 827 miliardi, segnando un nuovo record storico, per passare a più di 848 miliardi nel 2015. Sono circa 21,5 i miliardi di maggiore spesa corrente nel 2015, che supereranno i 30 nel 2016. La presenza delle numerose clausole di salvaguardia crea, lo ribadiamo, una terribile ipoteca su ogni scelta futura. Tradotte in termini comuni, significano il possibile aumento dell'IVA dal 22 sino al 25,5 per cento e dal 10 al 13 per cento, l'aumento delle accise, la riduzione delle detrazioni per le spese cliniche, farmaceutiche, scolastiche e così via.

Ricordiamole, le clausole, perché sono numeri con cui dovremo confrontarci in futuro: 17,8 miliardi nel 2015, 27,2 nel 2016 e poco meno di 30 miliardi nel 2017.

Su alcune di esse l'ipoteca è sicura, considerato che anche Bankitalia ha espresso forti dubbi sul recupero di evasione fiscale per 3,9 miliardi, come forti dubbi riguardano i mancati risparmi di spesa. C'è una netta inversione di tendenza rispetto al seppur minimo lavoro svolto dal Governo immediatamente precedente, che aveva iniziato un'importante ricognizione in materia di revisione della spesa pubblica.

Il Commissario alla spesa è stato liquidato senza che nessuno degli obiettivi di taglio alla spesa da lui

individuati fosse raggiunto. Ridurre la spesa di 18 miliardi di euro per il 2015, di 34 miliardi di euro per il 2016, questi erano gli obiettivi, da cui questa legge di stabilità è lontanissima.

Da questo livello storico di spesa si torna indietro solo affrontando un serio piano di tagli agli sprechi non solo degli enti territoriali, che pagano il sacrificio maggiore in questa legge di stabilità e che inevitabilmente scaricheranno i tagli sui cittadini, aumentando l'imposizione locale. Abbiamo visto quanta sia la mole della spesa pubblica e, consentitemi, le inchieste in corso in questi giorni, hanno fatto emergere anche quale sia il livello di clientele e di sprechi.

Questa manovra di finanza pubblica quindi una cosa la insegna: è ancora enorme il livello di intervento dello Stato nell'economia e quindi larghi i margini per tagliare.

Dunque, parallelamente a una seria e mirata riduzione dei mille rivoli, fondi, missioni e programmi di sprechi, è ormai ineluttabile ridurre il carico fiscale. Quando governava Forza Italia, l'IVA era al 19 per cento e le tasse sui risparmi erano al 12,5 per cento. Come sappiamo, ora l'IVA è al 22 per cento e i risparmi sono ormai tassati al 26 per cento. Il livello di allarme raggiunto deve quindi porre in seria considerazione l'adozione di una tassa unica, la *flat tax*. Una tassa che, attraverso un articolato sistema di detrazioni, sia in grado di garantire la progressività prevista dall'articolo 53 della Costituzione.

Noi avevamo in mente un'idea diversa per questa legge di stabilità e abbiamo presentato una serie di proposte di modifica, soprattutto a tutela dei piccoli imprenditori, proponendo: l'innalzamento della franchigia IRAP a favore delle imprese di ridotte dimensioni, perché condividiamo la detassazione della componente lavoro dell'IRAP; la possibilità per i lavoratori di richiedere il TFR ai datori di lavoro in busta paga, ma solo previo accordo tra le parti, considerato che le piccole imprese sono tutt'oggi a corto di liquidità e togliergliene ancora sarebbe nefasto, conoscendo anche quanti problemi esistono, in questo momento, nei rapporti con le banche; la previsione di rendere l'IMU totalmente deducibile dal reddito d'impresa, perché rappresenta davvero un costo improprio per le aziende; la compensazione tra crediti commerciali e debiti tributari, previdenziali e assistenziali, da attivare su iniziative del creditore a fronte di inadempimenti delle singole Regioni, Province, enti, amministrazioni centrali dello Stato; l'allungamento a dieci anni il periodo di rateizzazione dei debiti emergenti dai cosiddetti avvisi bonari di importo superiore ai 30.000 euro; l'applicazione ai pagamenti effettuati con sistemi elettronici di commissioni in una misura non penalizzante rispetto all'uso del contante, con vantaggio sia per i consumatori, che per gli esercenti.

I pochi, pochissimi risultati, che pure abbiamo ottenuto nel corso dell'esame in Commissione bilancio, non riescono comunque a migliorare il testo al nostro esame, che conserva una impostazione di tipo «socialista» e che non contribuisce sicuramente a fare uscire l'Italia dalla crisi. Al contrario, mai come in questo momento storico ci sarebbe bisogno di una svolta liberale, di una drastica riduzione di ogni tassa, sopratutto delle imposte sui redditi da lavoro, di un'azione energica, che faccia ripartire il settore immobiliare e quello delle costruzioni, che è il volano di ogni ripartenza economica e anche di una lotta attenta alla burocrazia, che ci sta soffocando. I calcoli non si fanno in modo ragionieristico, spostando le poste da una parte all'altra con una grande *ammuina*, come si dice a Napoli, ma si fanno costruendo un progetto politico coraggioso, che guardi al futuro e che impedisca all'Italia di scendere in un baratro, che gli indicatori stanno certificando e che sta diventando sempre più profondo. *(Applausi dal Gruppo FI-PdL XVII e del senatore D'Anna)*.

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore Broglia. Ne ha facoltà.

BROGLIA *(PD)*. Signor Presidente, signor Vice Ministro, anche il mio sarà uno intervento limitato ad un aspetto della manovra finanziaria, anche se prima, però, vorrei rivolgere un ringraziamento al Governo, perché credo che l'aver portato - diciamo così - metà finanziaria alla Camera dei deputati e metà al Senato ha consentito anche a questa Assemblea di discutere in maniera approfondita alcuni temi, come se fossimo in primo lettura: questo non è un fatto scontato, né usuale. Lo condivido: non è certo colpa della minoranza se non abbiamo concluso il nostro lavoro in Commissione, ma forse è colpa della troppa importanza del provvedimento e delle troppe misure in esso contenute, che non ci hanno consentito di approfondire tutti i problemi.

Parto dal presupposto e dalla convinzione che tutto quello che abbiamo votato in Commissione sia

contenuto nel maxiemendamento che presenterà il Governo, a cui chiedo di fare ancora alcune riflessioni su due temi che non abbiamo potuto affrontare fino in fondo, ovvero quello del personale delle Province e quello del taglio ai Comuni legato al gettito della TASI. Voglio richiamare un aspetto molto preciso e puntuale, che ha già sottolineato il senatore Vaccari, a proposito del cosiddetto pacchetto per il terremoto in Emilia. Come ho già detto in Commissione, vorrei che si cominciasse a smettere di parlare di quante risorse diamo per le alluvioni, i terremoti e le calamità naturali. Vorrei che cominciassimo invece a parlare di cosa facciamo con queste risorse e ci chiedessimo a cosa servono le risorse che tutti gli anni cerchiamo di portare a casa per i danni causati dalle calamità naturali o, a volte, dall'incuria dell'uomo. Sotto questo profilo ho molto apprezzato sia il sottosegretario Baretta, che il vice ministro Morando, che, prendendo spunto da due questioni, hanno condiviso il fatto che non si può più arrivare alla manovra finanziaria in questo modo. Bisogna mettersi d'accordo, capire cosa serve, soprattutto a L'Aquila e all'Emilia Romagna, che hanno ancora in fase attiva la ricostruzione, e costruire quel percorso affinché i provvedimenti non siano a *spot*, ma siano accompagnatori di un percorso in cui finalmente il Parlamento nel suo complesso cominci davvero a varare la legge quadro sulle calamità. Infatti, se il terremoto de L'Aquila ha avuto una serie di problemi e se il terremoto dell'Emilia Romagna ne ha avuti altri e se abbiamo prodotto qualcosa come 500 ordinanze del commissario, che hanno rappresentato una legislazione continua e la sua evoluzione, giorno dopo giorno, rispetto alle questioni che avevamo di fronte, almeno che questo non sia stato inutile, ma rappresenti un lavoro che può essere messo a disposizione del Paese per costruire le linee guida, che indirizzino in caso di ricostruzione.

Allora, senza parlare di numeri, mi piace parlare delle cose e di tre risultati che abbiamo portato a casa in accordo con il Governo, cui tengo molto, che sono, secondo me, tutte decisive: l'esenzione dalle imposte locali (IMU e TASI) per tutti i cittadini che hanno le abitazioni o i capannoni inagibili, che scadeva il 31 dicembre 2014; la sospensione, ancora per un anno, dei mutui che i Comuni hanno con la Cassa depositi e prestiti, che compensa i Comuni che hanno un mancato gettito. Infatti, esentare i cittadini da quelle imposte significa assumersi la responsabilità, come enti locali, di un mancato gettito; è, quindi, stato consentito loro, a compensazione di questo mancato gettito, di non dover pagare le rate dei mutui derivati.

L'ultimo risultato, che non è meno importante, è il riconoscimento (anche se con una cifra di 5 milioni di euro che non sarà esaustiva) di un'altra questione che abbiamo denunciato da anni: le donazioni della popolazione non possono essere assoggettate al Patto di stabilità dei Comuni; sono erogazioni liberali, non sono tassazioni, non sono entrate previste. Sono donazioni volontarie che danno anche il metro.

Guardate, il terremoto dell'Emilia ha avuto danni ingentissimi su un raggio vastissimo. Basti pensare a questo dato: quando ieri sera si valutava l'esenzione dall'IMU per L'Aquila, il Ministero dell'economia e delle finanze la stimava in 500.000 euro, mentre per l'Emilia la stimava in 26 milioni di euro. Questo dovrebbe dare il segno dei due diversi danni, dal punto di vista produttivo, che questi terremoti hanno prodotto. Questo lo dico per far capire che, assieme alle ingenti risorse di cui hanno bisogno questi territori, assieme all'Europa, che ha dato per il terremoto dell'Emilia-Romagna 670 milioni di liquidità per far fronte all'emergenza, i fondi delle donazioni sono stati non delle gocce in mezzo al mare, ma delle vere e proprie entrate importantissime, che hanno contributo non solo alla ricostruzione, ma anche alla qualità della ricostruzione.

Abbiamo previsto l'esenzione per l'IMU e la TASI fino al 30 di giugno, ma con un impegno molto stringente in un ordine del giorno, accolto dal Governo, di poterla portare fino alla fine dell'anno. Inoltre, come ha sostenuto il mio collega Vaccari, vi è stato un percorso molto serio per l'avvio non della «*no tax area*», che non è mai stata la nostra bandiera, ma di un riconoscimento delle zone franche urbane, che per noi sono i centri storici, le anime di quei paesi colpiti dal terremoto che hanno bisogno di un rilancio più agevolato per poter riprendere la normale attività produttiva.

L'augurio che faccio è di non trovarci il prossimo anno a discutere ancora di queste cose perché le avremo risolte prima.

E un augurio rivolgo al Governo, con una battuta finale: nel 2012, nel 2013 e nel 2014 abbiamo avuto tre finanziarie e tre Governi; mi auguro che sia questo Governo a fare, una volta tanto, per due anni di fila la finanziaria che riguarda anche i nostri territori. *(Applausi dal Gruppo PD)*.

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore Endrizzi. Ne ha facoltà.

ENDRIZZI *(M5S)*. Signora Presidente, lei è stata eletta senatrice nelle file del Partito Democratico. Ricordo, allora, che il 3 febbraio 2013, nel pieno della campagna elettorale, il suo segretario di partito annunciò pubblicamente e con veemenza: mai più un condono; reintroduciamo il falso in bilancio.

Bene, sono passati due anni e il falso in bilancio è ancora depenalizzato, mentre il Partito Democratico, in questa legge di stabilità, allunga la lista degli odiosi condoni al gioco d'azzardo. Dopo quello di Letta alle *slot machine*, arriva quello di Renzi alle sale scommesse che lavorano in nero. Tra l'altro si tratta di condoni doppiamente odiosi, perché mortificano una volta ancora gli onesti e perché vanno a vantaggio dei migliori soci della politica, le *lobby* del gioco d'azzardo, che impoveriscono le famiglie e finanziano i partiti. Ne è responsabile il Partito Democratico, perché è il Governo a presentare l'emendamento e la delega ai giochi d'azzardo è attribuita al sottosegretario Baretta, veneto, cattolico e, appunto, del PD.

Cosa ci propone di preciso? I soggetti che raccolgono scommesse collegandosi con *bookmaker* esteri, che hanno esercitato fin qui senza licenza italiana e scollegati dal sistema di rilevamento dei Monopoli, possono mettersi in regola fino al 2016 anticipando 10.000 euro, che poi si scaleranno appena iniziano a pagare le tasse. E per il passato? Per gli anni non più soggetti ad accertamento, chi ha dato ha dato e chi ha avuto ha avuto. Per le ultime annualità, invece, possono saldare il dovuto con lo sconto del 33 per cento, senza pagare sanzioni ed interessi. Andiamolo a dire ai nostri imprenditori tartassati da Equitalia e vediamo cosa succede. Io non so se state scherzando. Il comandante della Guardia di finanza, generale Capolupo, lo ha detto: sono 6.000 i punti scommesse illegali, con un giro di evasione da 2 miliardi, spesso incrociato con la malavita e il riciclaggio di denaro sporco. Non ci venite a dire che in questo modo fate emergere il nero; sapete benissimo chi sono e dove operano. Gli operatori in regola avevano già denunciato la concorrenza sleale e censito 4.000 punti già nel 2012.

Altro che condoni, vogliamo norme severissime anticorruzione, contro l'autoriciclaggio e il falso in bilancio.

Presidenza della vice presidente LANZILLOTTA**(ore 17,58)**

(*Segue* ENDRIZZI). Che fine ha fatto il disegno di legge del presidente Grasso, anch'egli eletto nelle file del PD? Glielo dico io, signora Presidente. Pare che un accordo privato tra Renzi e Berlusconi preveda un nuovo assetto del Parlamento che ricalca il disegno della P2: una legge elettorale che blindi un'alternanza di Governo tra i due soci del partito unico. Ora emerge anche l'accordo sul nuovo Presidente della Repubblica e, appunto, un freno a mano sull'anticorruzione. Capite cosa succede? Il presidente del Consiglio Matteo Renzi chiede all'Europa margini di manovra su *deficit* e debito pubblico, mentre il segretario del Partito Democratico Matteo Renzi frena sull'anticorruzione, l'autoriciclaggio, il conflitto di interessi e il falso in bilancio. Vuole la libertà di caricarci di altri debiti, senza dare garanzie all'Europa e ai cittadini italiani che questo denaro - lo dico a lei, signora Presidente, che conosce bene Roma - sia destinato davvero ad investimenti produttivi e non alla porcilaia che si è scoperta con Mafia Capitale.

Ma la lista del favori al gioco d'azzardo non finisce qui.

Presidenza della vice presidente FEDELI **(ore 17,59)**

(*Segue* ENDRIZZI). Il Governo già si preoccupa del rinnovo della concessione per il lotto, che però scade nel 2016. Che fretta c'è? Forse perché a primavera già si andrà a votare e bisogna mettere al sicuro certi affari. Il Governo scrive che ciò viene fatto per garantire la tutela degli interessi pubblici. Ma sarebbe interesse pubblico aumentare la concorrenza, non restringere il campo alle società che hanno già gestito il settore. Interesse pubblico sarebbe limitare al massimo i facili guadagni dei privati concessionari. Invece al vincitore, oltre alla raccolta delle giocate, si garantisce di poter usare la rete per una quantità di servizi a pagamento; si garantisce un aggio, ovvero il margine di guadagno, del 6

per cento, quando ora è del 3,73 per cento. Perché? Qual è la logica?

Ci ricordiamo ancora quando l'affrettato rinnovo della concessione effettuato nel 2004 causò un danno erariale, proprio perché l'aggio venne inopinatamente applicato al 6 per cento e solo in seguito riportato ad un livello più decoroso.

La Corte dei conti ha accertato che in soli quattro anni si sono persi 600 milioni: qui la base d'asta per tutto il pacchetto, che dura nove anni, è fissata a soli 700 milioni.

Signori, qui c'è odore. Ma più che aprire le finestre, dovremmo aprire gli occhi! *(Applausi dal Gruppo M5S)*.

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore Ceroni. Ne ha facoltà.

CERONI *(FI-PdL XVII)*. Signora Presidente, siamo all'esame della quarta legge di stabilità da quando, nel novembre 2011, è stato abbattuto con una congiura di palazzo l'ultimo Governo democraticamente eletto dai cittadini italiani.

Questo disegno di legge prosegue la serie di scelte di politica economica profondamente inadeguate e sbagliate operate negli ultimi tre anni. L'Italia degli imprenditori sommersi dalle tasse, delle fabbriche costrette a chiudere, dei padri di famiglia senza più occupazione, dei giovani obbligati ad emigrare per trovare lavoro e dei nuclei familiari ridotti alla povertà si aspettava di più da questa legge di stabilità. Si aspettava, dal Governo degli *slogan*, misure atte a rilanciare la domanda interna, a stimolare la ripresa dei consumi. Si aspettava la possibilità di entrare nel mondo del lavoro attraverso incentivi veri. Si aspettava un sostegno per le imprese. Si aspettava meno tasse sulla casa. Invece gli italiani si troveranno una legge di bilancio che illusoriamente con una mano sembra dare, mentre con l'altra toglie.

Quali siano le coperture di questa manovra da 36 miliardi di euro non è ancora chiaro, neanche alla benevola ed indulgente Commissione europea, con la quale la resa dei conti è rinviata a marzo. La copertura è affidata ad aumenti della tassazione e a ciò che verrà ricavato dalla *spending review*, della quale, dopo le dimissioni di Cottarelli, si è persa traccia: si è esaurita con la riduzione delle auto blu. È certo che ci sarà un aumento ulteriore della pressione fiscale e che scatteranno necessariamente le cosiddette clausole di salvaguardia, con l'aumento dell'IVA, delle accise e delle imposte indirette.

Il nostro Paese, signor Vice Ministro, si sta inesorabilmente impoverendo. I parametri economici fondamentali che avete conseguito in questi anni parlano con chiarezza: sono un bollettino di guerra. Il PIL continua a scendere per il terzo anno consecutivo: -2,4 nel 2012, -1,9 nel 2013 e -0,5 nel 2014 se tutto va bene. Il debito pubblico è aumentato vertiginosamente a 2.157 miliardi: in meno di tre anni lo avete incrementato di oltre 250 miliardi (più 23,5 miliardi nel solo mese di ottobre) nonostante i sacrifici che sono stati richiesti agli italiani. Il rapporto debito/PIL è passato dal 116,4 per cento al 132,5 per cento. Il pareggio di bilancio previsto dalla legge costituzionale n. 1 del 2012, lo avete spostato dal 2013 al 2017. Solo da gennaio a ottobre di quest'anno, 11.000 imprese sono state dichiarate fallite e oltre 45.000 sono state poste in liquidazione. Nei settori del commercio e del turismo, tra gennaio e dicembre, hanno chiuso l'attività 91.975 imprese.

In tre anni siete riusciti ad aumentare la disoccupazione del 43 per cento, passando dal 9,2 per cento del 2011 al 13,2 per cento secondo l'ultima rilevazione, e a fine anno saremo al 14 per cento. La disoccupazione giovanile sta diventando una piaga sociale, essendo passata dal 31,8 al 43,3 per cento. Caro Vice Ministro, l'incentivo per i nuovi assunti previsto da questa manovra arriva troppo tardi ed è del tutto insufficiente. Chi volete che assuma? Per assumere bisogna avere ordini e gli ordini si hanno se il prezzo dei prodotti risulta essere competitivo.

Questa legge di stabilità è priva di qualsiasi visione prospettica, propone interventi insufficienti ed inadeguati a risolvere i problemi.

Per arginare il debito pubblico bisogna far ripartire la crescita. Bisogna investire in innovazione e ricerca, in infrastrutture, sulla banda larga, sulla scuola, sulle tecnologie che maggiormente possono attivare processi di sviluppo. Voi addirittura dimezzate dal 50 per cento al 25 per cento la misura del credito di imposta a favore delle imprese che investono in ricerca.

La Commissione europea classifica l'Italia come Paese innovatore moderato, al pari della Grecia e dell'Ungheria.

L'Italia nel 2008, signor Vice Ministro, in base ai documenti che avete fornito alla Commissione bilancio, investiva 4.092 milioni di euro in ricerca e innovazione, oggi ne investe 2.818, lo 0,17 per cento del PIL: una miseria. I ricercatori in Italia sono circa 110.000: un numero troppo esiguo. I migliori cervelli migrano all'estero per evitare l'umiliazione e la fame. Quali risultati pensate di ottenere se fate il contrario di quello che serve? È un'autentica follia spendere 130.000 euro per far laureare i nostri ragazzi e poi tenerli a casa davanti a un computer perché il mondo del lavoro non li accoglie, essendo saturo di ultrasessantacinquenni stanchi e privi di entusiasmo. È anche per queste ragioni che il PIL scende.

È chiaro come l'enorme debito pubblico limiti gli investimenti in ricerca, ma è fuor di dubbio che continuerà ad aumentare nei prossimi anni, anche grazie a questa legge di stabilità priva di coperture e di scelte lungimiranti e opportune.

La strategia del Governo è chiara: tirare a campare. Da una parte, associare il proprio volto ai famigerati 80 euro in busta paga assicurandosi così un vasto consenso mediatico ed elettorale in vista delle imminenti elezioni di maggio, e dall'altra scaricare sugli enti territoriali il compito di fare il lavoro sporco.

Comuni, Provincie e Regioni sono vessati da 7 miliardi di minori trasferimenti e saranno costretti a tagliare sul sistema sanitario, su quello dei trasporti, su quello dell'assistenza alle persone svantaggiate, a imporre la *local tax*, a far pagare l'IMU sui terreni agricoli delle zone montane.

A mio avviso, state percorrendo una strada completamente sbagliata. Lo Stato spenderà di più dei previsti 848 miliardi, che già sono un *record*, e incasserà meno delle aspettative e sarete costretti, dopo le elezioni di maggio, a varare misure di austerità ben più pesanti di quelle previste in questa legge.

Continuate così. Fate pure come volete, ormai ci siete abituati. L'importante è che vi assumiate le vostre responsabilità di fronte al Paese quando sarete chiamati a rispondere del disastro che avete combinato in questi anni. *(Applausi dal Gruppo FI-PdL XVII)*.

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore Giacobbe. Ne ha facoltà.

GIACOBBE *(PD)*. Signora Presidente, colleghe senatrici e colleghi senatori, il Paese è in attesa di una svolta che riporti il nostro sistema economico a competere nel contesto internazionale. La recente Nota di aggiornamento ha previsto una modesta crescita per il prossimo anno ed un ritmo di crescita più sostenuto fino al 2018, crescita possibile soltanto attraverso l'adozione di un insieme di interventi espansivi di sostegno alla domanda ed ai redditi. La legge di stabilità va in questa direzione in modo deciso, con una manovra espansiva sostenuta da un consistente taglio alle spese e nel rispetto degli stringenti vincoli di stabilità dei conti pubblici.

Un ruolo importante nel processo di crescita è svolto dal valore dell'*export* italiano e dalle vendite all'estero, che si confermano asso trainante del *made in Italy* e questo grazie anche alla presenza di molti di noi che viviamo all'estero. La legge di stabilità non può quindi non tenere in considerazione gli italiani nel mondo e, strettamente legato a ciò, il processo di internazionalizzazione dei prodotti e servizi italiani. Molto spesso questi due temi non vengono associati e penso che sia un grande errore. I nostri connazionali all'estero sono stati, e per molti versi continuano ad essere i pionieri della diffusione di prodotti e servizi italiani. Sono gli ambasciatori di fatto del *made in Italy*. Ignorare questa realtà, non utilizzare questo *competitive advantage* di notevole entità sarebbe un grande errore per l'economia italiana.

L'insegnamento della lingua italiana e la promozione di attività culturali sono mezzi molto più efficaci per promuovere interessi in Italia e nel *made in Italy* di costose campagne pubblicitarie e - permettetemi di dire - sterili uffici, spesso di lusso e costosissimi, pieni di altrettanto costosi funzionari italiani che vi lavorano. Ecco perché penso che aggiungere a questo capitolo di spesa risorse per la cultura e per l'insegnamento della lingua italiana all'estero, non solo soddisfa il desiderio di quanti all'estero - come me - amano l'Italia, ma rappresenta anche un investimento in grado di incrementare la

domanda del *made in Italy* e di generare interesse per il nostro Paese quale destinazione turistica.

Ovviamente molto di più si potrebbe fare anche in altri settori. È vero che le risorse sono limitate, ma quando in un'azienda in crisi, signor Vice Ministro, bisogna scegliere come impiegare le poche risorse disponibili, si scelgono sempre le attività che producono i risultati migliori. Per ciò che ci riguarda, questi devono includere la promozione dell'Italia come destinazione turistica e l'incremento della domanda di prodotti e servizi *made in Italy.* Entrambi questi obiettivi possono essere realizzati con una certa facilità: il grande patrimonio ambientale e culturale italiano, la qualità e la fantasia del *made in Italy* rendono il compito molto più facile.

Il problema non è come vendere, ma come far arrivare il *made in Italy* all'estero e come generare interesse per il nostro Paese. Per questo penso che le poche risorse disponibili dovrebbero essere destinate all'insegnamento della lingua italiana all'estero, alla promozione di attività culturali, all'assistenza delle piccole e medie imprese italiane che producono il meglio del *made in Italy* nel processo di internazionalizzazione, prima in Italia e poi nei Paesi stranieri. Non si deve trattare però, signor Vice Ministro, di interventi a pioggia, ma di interventi legati ad una logica di criteri di *performance,* assegnati cioè sulla base dei risultati raggiunti.

La legge di stabilità potrebbe anche risolvere - ce lo auguriamo - l'annoso problema dei rimborsi IVA riconosciuti e dovuti, sulla base di numerose sentenze pronunciate dai tribunali italiani, alle aziende turistiche che operano nei Paesi extraeuropei. Se queste aziende che versano in una grave situazione finanziaria dovessero chiudere i battenti, oppure rivolgersi a mercati a loro più favorevoli, a perdere sarebbe solo l'economia italiana: pensate che un solo operatore in Australia manda in Italia oltre 45.000 persone all'anno.

In conclusione, penso che il Governo debba cambiare verso e dare un forte segnale, investendo in attività che coinvolgono i concittadini che vivono all'estero, anche per promuovere l'economia italiana. Il Governo non può fare a meno di includere nel maxiemendamento le proposte che noi senatori eletti all'estero abbiamo avanzato per l'insegnamento della lingua italiana, per la promozione di attività culturali, per il sostegno alle Camere di commercio e al processo di internazionalizzazione delle piccole e medie imprese e per facilitare il lavoro delle agenzie turistiche. Queste risorse, signor Presidente, signor Vice Ministro, non saranno una spesa, ma un investimento in grado di contribuire alla ripresa della nostra economia.

Penso infine, e concludo davvero, che a partire da domani il Governo debba valutare con attenzione e criticità costante i risultati che derivano dall'utilizzo delle risorse destinate agli enti preposti alla promozione dell'internazionalizzazione del *made in Italy*, intervenendo immediatamente per assicurarne l'uso più efficace ed efficiente.

Quello che posso assicurare, vivendo all'estero, è che vigileremo con attenzione sui risultati conseguiti. *(Applausi del senatore Zin)*.

PRESIDENTE. È iscritta a parlare la senatrice Bignami. Ne ha facoltà.

BIGNAMI *(Misto-MovX)*. Signor Presidente onorevoli colleghi, la legge di stabilità che stiamo esaminando è lontana anni luce da quella che vorrei. In quello che pure si vorrebbe essere uno Stato sociale, il *welfare*, l'assistenza ai più deboli, ai poveri, gli interventi per l'inclusione sociale restano proclami del Governo che non trovano spazio, o lo trovano solo a fatica, tra le misure contenute in questa legge. Manca una visione di insieme coraggiosa che ci faccia uscire dalla fase di recessione che stiamo vivendo.

Basta con i tagli lineari e senza senso. Basta agli interventi tampone, provvisori, di emergenza, mossi da logiche compassionevoli più che dalla presa in carico di un problema e dalla ricerca di soluzioni a lungo termine. Ma è possibile che non riusciate a fare di più? Non vedo piani industriali, non vedo marketing, ma solo «marketting». *(Applausi dei senatori Bulgarelli e Consiglio).*

È una manovra priva di alcun intervento strutturale, coperta da presunti tagli di spesa che, se non si attueranno, faranno scattare le cosiddette clausole di salvaguardia, che prevedono l'aumento dell'IVA al 25,5 per cento e una maggiorazione consistente dell'accisa sulla benzina.

Questa manovra in alcuni casi illude (ma sarebbe meglio dire beffa) il lavoratore, come nel caso in cui gli riconosce la facoltà di ottenere mensilmente per tre anni dal prossimo gennaio una quota di TFR maturato, ma tassata con un'aliquota maggiore. È solo uno stratagemma per assicurare allo Stato entrate immediate o si rischierà di compromettere i fondi pensione e la previdenza integrativa?

Il maggior reddito derivante dall'anticipo di una parte del TFR farà aumentare il livello ISEE del lavoratore, facendo venir meno le agevolazioni per la famiglia: dalle mense scolastiche, alle tasse universitarie, agli asili nido. È una trappola. Non è sicuramente questa una misura che farà ripartire l'economia; al contrario, si tratta di un'operazione finanziaria rischiosa anche per le piccole e medie imprese, che dovranno contare su una fonte di credito in meno e saranno molto probabilmente costrette a chiedere finanziamenti e ad indebitarsi per poter soddisfare le richieste dei lavoratori, sempre a vantaggio delle banche.

Un'altra disposizione propagandistica e non risolutiva contenuta nella legge di stabilità è il *bonus* bebè, per il quale sono stati stanziati 202 milioni di euro per il 2015, 607 milioni di euro per il 2016 e 1.012 milioni di euro per il 2017: 1.800 milioni per i prossimi tre anni. Quante case popolari e asili potremmo costituire con queste risorse?

Non dimentichiamo che in Italia oggi vivono 6 milioni di poveri, secondo i dati ISTAT, tra cui 1,5 milioni di minori, costretti a rivolgersi alle mense di carità per avere un piatto caldo. Chi è qui il populista? Il numero di coloro che non riescono ad acquistare beni e servizi per condurre una vita dignitosa è in aumento e peggiora soprattutto la condizione delle famiglie con quattro, cinque o più componenti. A costoro non serve il *bonus* bebè, né la *social card*, tantomeno l'anticipo del TFR in busta paga, o i famosi 80 euro: a loro occorrono beni di prima necessità.

Avete un'idea di quanti italiani si sono visti tagliare la luce e togliere il riscaldamento negli ultimi mesi? Ma il Governo in questa legge di stabilità aveva dimenticato persino di destinare risorse al Fondo nazionale per gli indigenti. Con un emendamento in Commissione bilancio del Senato sono stati trovati 8 milioni di euro, ma lo scorso anno erano 10 milioni di euro; ma come, gli indigenti aumentano e le risorse diminuiscono? Quali sono i criteri? Quelli della logica? Renzi, non mi incanti, ti valuto dai fatti e qui vieni meno.

Le risposte offerte dal Governo per l'inclusione sociale restano tardive e insufficienti. Grazie ad un emendamento approvato in Commissione (non so se presente nel maxiemendamento perché non l'ha visto nessuno) sono state attribuite competenze all'INAIL in materia di reinserimento e di integrazione lavorativa delle persone con disabilità da lavoro, ma sarebbe anche necessario condurre un'indagine conoscitiva per capire se e come viene data attuazione alle normative in materia di inserimento dei disabili nel mondo del lavoro. Sono mesi che ho presentato tale proposta alla Commissione lavoro del Senato, ma non ho mai ricevuto una risposta.

Il tema dell'inclusione sociale, che a noi sta particolarmente a cuore, non sembra essere tra le priorità dell'agenda di questo Governo. Non dimentichiamo poi la doccia fredda che il *premier* Renzi aveva riservato ai malati di SLA e ai disabili in generale, con il famoso taglio di 100 milioni di euro al Fondo per le non autosufficienze e di 17 milioni di euro al Fondo per le politiche sociali. Dopo le proteste delle associazioni dei disabili e grazie alla caparbietà di tanti parlamentari sono state trovate le risorse per la SLA, ma non quelle tolte al Fondo per le politiche sociali, necessarie per garantire l'inclusione di soggetti in difficoltà, quali ad esempio disabili, anziani e tossicodipendenti. Il Governo deve comprendere che la spesa in questi settori rappresenta in realtà un risparmio per lo Stato. Questa è la nostra idea di *welfare*.

Il problema fondamentale non è quello di stanziare nuove risorse, ma quello di gestirle diversamente, con più rigore e trasparenza.

In tema di immigrazione abbiamo presentato un emendamento e un ordine del giorno che prevedono che siano sottoposte obbligatoriamente al controllo del Ministero dell'interno sia la destinazione sia la gestione delle risorse stanziate per fronteggiare questa emergenza. Migranti che sfuggono dalle terre di origine segnate da guerre e massacri, giunti in Italia, anziché ricevere accoglienza adeguata trovano chi specula sulla loro pelle. Le inchieste della magistratura stanno facendo emergere molti lati oscuri nella

gestione dell'emergenza immigrazione. Su una questione tanto delicata occorre una seria azione di controllo da parte del Governo.

Altro settore che richiede un maggiore controllo a livello centrale è quello relativo ai contratti sui derivati della pubblica amministrazione. Su questo tema abbiamo presentato sia un emendamento sia un ordine del giorno, per censire tutti i derivati sottoscritti dalle pubbliche amministrazioni centrali e dagli enti locali, classificandoli in base alla tipologia ed indicando gli istituti finanziari coinvolti nelle operazioni, coinvolgendo anche la CONSOB nell'azione di verifica sui contratti stipulati.

Queste le mie proposte; questa è la tua carta straccia. Queste le mie proposte, ragionevoli e coperte; queste sono le tue risposte. È necessario ed urgente un cambio di rotta. Mentre la grande finanza gioca con i computer, traducendo il gioco d'azzardo in prodotti finanziari derivati e fermentanti sulle spalle della gente e delle amministrazioni comunali, le imprese devono vedersela con la cassa integrazione e la disoccupazione e gli enti locali con le nuove emergenze. Occorrono scelte politiche coraggiose e non tagli lineari, che danneggiano solo le realtà virtuose.

Mentre i plutocrati sorridenti si arricchiscono di continuo, i lavoratori e le piccole e medie imprese, ormai in via di estinzione, viste ormai come il dodo, non riescono ad arrivare a fine mese o a pagare per tempo i contributi fiscali. Le famiglie vengono travolte dalla speranza di riscatto dell'utopia del gioco d'azzardo, presente ovunque, su cui lo Stato fa cassa, ignorandone le conseguenze catastrofiche a lungo termine. Il rapporto tra gli stipendi minimi e massimi è arrivato ormai a cifre impronunciabili.

L'articolo 54 della Costituzione viene improrogabilmente dopo il 53. La fedeltà alla Repubblica ed il dovere di rispettare le leggi (dovere espresso dall'articolo 54, di cui la seconda parte è già quotidianamente oltraggiata) vacilla di fronte alle iniquità commesse in spregio all'articolo 53.

Non abbiamo mai sentito la parola «patrimoniale», ma molto abbiamo sentito le parole «articolo 18» che, tanto per restare in tema di Costituzione, ne sbeffeggiano il diritto espresso all'articolo 1. Non abbiamo mai sentito nulla sull'8 per mille, ma ci sono stati negati interventi a favore delle piccole e medie imprese, a vantaggio delle banche che traggono profitti inaccettabili sulle transazioni dei POS.

Caro presidente Renzi, hai dato il colpo di grazia a quello che era rimasto di una sinistra disunita, frammentata e obsoleta, ma hai rottamato l'unica auto che avevi e sei salito su di un cavallo che ha un altro cavaliere: la destra!

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore D'Alì. Ne ha facoltà.

D'ALI' *(FI-PdL XVII)*. Signora Presidente, anzitutto vorrei ringraziare il senatore Santini, il vice ministro Morando e il senatore Azzollini perché, anche se quest'anno (come l'anno passato) non arriviamo in Aula con il relatore, in realtà non vi è alcuna responsabilità, né del relatore nominato, senatore Santini, né del vice ministro Morando, tantomeno del presidente della Commissione Azzollini. La verità è che questo meccanismo di legge di stabilità, nonostante il cambio di nome, non ha modificato di molto ciò che accadeva con le famose leggi finanziarie. Soprattutto, poi, il fatto che il provvedimento sia arrivato in Senato solamente quindici giorni fa (data l'enorme congerie di norme che contiene e che conteneva il testo Camera, più quelle che si sono aggiunte nel dibattito Senato) non ha permesso quel maggior tempo necessario per poter essere compiutamente esaminato. Purtuttavia eravamo arrivati alla parte conclusiva, ma poi, purtroppo, la tagliola dei tempi ci ha costretti ad arrivare in Aula senza relatore. Ciò nulla toglie al valore del senatore Santini, del presidente Azzolini e del vice ministro Morando, che hanno seguito il dibattito con grande attenzione e puntualità.

Ancora una volta il Governo porrà la questione di fiducia; avrà certamente la fiducia del Parlamento, perché le forze che sorreggono il Governo non possono consentirsi alcun passo falso, ma non avrà la fiducia di molti italiani, vorrei dire di quasi la totalità degli italiani. Non avrà certamente la fiducia dei cittadini del Sud Italia, scippati di 4 miliardi di fondi, di cui 3,5 miliardi riservati allo sviluppo e alla coesione, per decisione del precedente Governo, del ministro Barca e - poi - del ministro Trigilia, scippati in maniera tra l'altro traumatica, perché con una tagliola messa al 30 settembre 2014, si bloccano tutti i progetti che già erano *in itinere*. Oltre alla perdita per la mancata realizzazione di questi progetti, chi risarcirà quei Comuni che già avevano speso, e anche molto, per poter avanzare

questa progettazione? Chi risarcirà le Regioni del Sud Italia (la Sardegna, la Sicilia, la Calabria, la Puglia, la Campania, il Molise e l'Abruzzo), coinvolte in questo scippo volto a finanziare l'iniziativa, sicuramente lodevole, della decontribuzione totale dei nuovi assunti, ma in tutto il territorio nazionale? Invano abbiamo cercato di convincere il Governo che questa prassi rappresentava un trasferimento netto di risorse dal Sud Italia al resto del Paese, e principalmente a quella parte di Paese che ancora può consentirsi di fare assunzioni a tempo indeterminato.

In tanti anni di esperienza parlamentare, e anche in Commissione bilancio, io non avevo mai visto una legge così antimeridionalista come questa: con questo trasferimento di fondi e la penalizzazione delle più importanti attività economiche del meridione d'Italia. L'agricoltura esce massacrata da questa legge e questo Governo non avrà certo la fiducia degli agricoltori, con questa legge di stabilità. Non si è voluto recuperare l'IMU dei terreni agricoli (350 milioni di ulteriore aggravio fiscale). Con un meccanismo diabolico, il Governo dice che gli agricoltori devono pagare l'IMU agricola e la recupera immediatamente con un taglio ai Comuni, imponendo a questi di attivare le procedure di riscossione di questa imposta, mettendo così in difficoltà soprattutto quei Comuni dove sappiamo esistere un alto tasso di evasione fiscale. I Comuni naturalmente protestano, ma non protesta certamente l'ANCI; protestano i piccoli Comuni, che non sanno come chiudere i bilanci, mentre l'ANCI ha un suo rapporto privilegiato e diretto con il Governo, forse anche per motivi politici. Quindi, tutto ciò passa, se non in cavalleria, sulle spalle degli agricoltori e sulle spalle dei piccoli Comuni.

Ancora una volta gli agricoltori subiranno un taglio delle percentuali di gasolio agricolo agevolato; e di questo, naturalmente, nessuno se ne fa carico. Si è recuperato un minimo di possibilità di utilizzo del *bonus* sulle assunzioni, ma, guarda caso, per gli agricoltori la copertura per questo *bonus* si trova all'interno dei finanziamenti dello stesso Ministero. Si tolgono le risorse alle leggi per l'incentivazione della giovane impresa agricola, mentre, quando si parla di altri comparti (per carità, tutti degni di attenzione), subito si individuano risorse altre. Guai a finanziare gli incentivi all'occupazione nel settore manifatturiero e industriale con fondi dell'industria e del settore manifatturiero! Si vanno a cercare nelle Regioni del Sud.

Questa legge di stabilità, come dicevo poco fa, acuisce ulteriormente il divario tra il Sud e il Nord. Io ho scritto una nota a tutti i colleghi senatori eletti in quelle Regioni, augurandomi che ci sia un sussulto di orgoglio da parte dei colleghi eletti nelle Regioni che hanno subito questo clamoroso scippo. Mi auguro che essi non votino, anche non partecipando al voto, questa legge di stabilità; che dimostrino così il loro dissenso da una iniziativa del Governo che non è tollerabile.

Le Regioni naturalmente protestano poco, perché anche nelle Regioni, anche nella nostra provenienza territoriale, prevalgono più i filoni partitici, le subordinazioni alle segreterie romane, piuttosto che non gli interessi del territorio e dei cittadini che ci eleggono. Io non so quanto ancora i cittadini saranno disposti a votare noi stessi, se non ci opponiamo fermamente a questo tipo di situazione.

Ancora, oltre agli agricoltori piangeranno gli operatori turistici, che non avranno nessuna fiducia in questo Governo, perché privati di potere usare nel loro contratto di lavoro principale (che è quello della stagionalità) gli sgravi contributivi previsti, invece, per il lavoro a tempo indeterminato. Anche lì, invano, abbiamo sollecitato il Governo perché intervenisse.

Potrei elencare categorie infinite di cittadini che non voteranno la fiducia a questo Governo. Cito i proprietari di immobili, ancora una volta non agevolati dalle tassazioni. Se è vero che una norma dice che i Comuni - naturalmente sono sempre i Comuni e gli altri, e non il Governo, ad assumersi le proprie responsabilità, anche economiche - non possono aumentare TARI e TASI, in realtà l'aumento ci sarà. Se è stato tolto il fondo per le detrazioni dei Comuni, è chiaro che, pur mantenendo l'aliquota formale numerica in quei valori, essi non potranno fare altro che addossare nuove tasse a coloro che hanno usufruito delle detrazioni fiscali. Quindi, il patrimonio immobiliare degli italiani, soprattutto per quanto riguarda le prime case, ancora una volta crollerà, come la Banca Italia ci ha detto nel suo ultimo rapporto sulla situazione patrimoniale dei cittadini.

Pertanto, affrontiamo i problemi del futuro dell'Italia con sistemi vecchi, con una legge di stabilità che ha ormai i connotati delle vecchie leggi finanziarie e soprattutto con la mancanza di nuove iniziative.

Avevamo detto che bisognava ridurre le tasse. Appena, però, l'Europa ha dato un colpo di tosse, il primo ad essere tagliato è stato il Fondo per la riduzione della pressione fiscale: sono stati tolti 3,3 miliardi e altri 500 milioni - come ho inizialmente detto -sono stati tolti al cofinanziamento relativo sempre alle Regioni meridionali che, tra l'altro, alimenta un maggiore volume di investimenti.

Poi, però, si danno - per esempio - ancora 110 milioni di contributo straordinario a Roma Capitale. Signora Presidente, credo che questo sia veramente un momento in cui cose del genere non dovrebbero accadere; quantomeno bisognerebbe soprassedere prima di procedere, ancora una volta, ad aumentare il *plafond* straordinario della capitale, che è arrivato a superare i 500 milioni annui di intervento.

Credo veramente che avremo una sfiducia complessiva, come parlamentari, non tanto come parte politica, perché ci siamo fermamente opposti, con un lungo dibattito e utilizzando tutti i mezzi di cui disponevamo, allo scippo delle Regioni meridionali, ai finanziamenti a pioggia, alla mancanza di strategia economica (e quest'ultima, alla fine, si condensa in alcune cose singolari).

Gli unici ad essere oggetto di attenzione in questo provvedimento sono, come sempre, i petrolieri, che hanno sempre la strada spianata e agevolazioni. Il Governo ha, addirittura, fatto un classico e clamoroso autogol quando ha presentato la proposta di aumentare i canoni del demanio marittimo e terrestre, laddove i petrolieri hanno i loro insediamenti. Si immagini, signora Presidente, un chilometro quadrato che, per chi ha pratica agricola, come molti rustici di noi ha, significa 100 ettari di terreno, come canone demaniale costa alle compagnie petrolifere (sia di terreno che di mare che di piattaforma continentale) 100 euro. Questo è il costo previsto dal Governo nella sua proposta, che poi ha ritirato, avendo noi messo sul tavolo la possibilità di un sensibile aumento di questi canoni, che avrebbe rappresentato una clamorosa ed utile copertura di tante altre utili iniziative che il Governo poteva mettere in campo; ma l'ha rifiutata: pur di non aumentare una scandalosa situazione di privilegio nei confronti delle compagnie petrolifere, ha preferito accantonare la questione dei canoni. Spero che la voglia riprendere in esame nelle prossime ore in Consiglio dei ministri, perché si tratta di tariffe che vigono dal 1996. La proposta che veniva dal grandioso Ministero dello sviluppo economico era solo la trasformazione da lire in euro, in quanto nel 1996 vigevano ancora le lire, senza alcun sensibile, doveroso e dovuto aumento.

Tutta una serie di incongruenze ci porterà, quindi, con grande convincimento - ripeto - a parte la posizione politica, a votare no alla fiducia a questa legge di stabilità. Soprattutto sarà una sfiducia votata con il loro cuore dai cittadini italiani, ancora una volta penalizzati dalle previsioni di questa legge, ancora una volta privati di un obiettivo strategico di recupero economico del Paese. Mi riferisco in particolare ai cittadini del Sud Italia, i quali si vedono ancora costretti a essere divisi dal resto del Paese. Quando qualcuno dice che ci sono forze politiche che propongono la secessione, dovrebbe invece considerare quali sono gli effetti degli atti concreti che compie. Queste sono leggi che spingono alla secessione, ma non tanto per un Nord una volta ricco che voleva lasciare il Sud meno ricco di lui, ma per un Sud esasperato che non può più tollerare una politica di discriminazione in questi termini. *(Applausi dal Gruppo FI-PdL XVII)*.

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore Lai. Ne ha facoltà.

LAI *(PD)*. Signora Presidente, questa manovra ha un aspetto tradizionale e uno di innovazione. Sull'aspetto tradizionale vado molto velocemente perché mi pare si possa dire con nettezza che questa manovra si inserisce nel solco di tutte quelle che da 2012 in poi hanno dovuto farsi carico degli effetti delle scelte che, dal 2008 al 2011, hanno portato il Paese in queste condizioni. Sappiamo da quali scelte derivano quelle manovre e chi ha operato quelle scelte e sappiamo come ci fu consegnato il Paese: in preda ad una crisi profonda e a dati macroeconomici assolutamente disastrosi. In questo senso l'attuale manovra continua a recuperare ciò che può nel campo del risparmio nelle pubbliche amministrazioni, cerca di lavorare per evitare di aumentare oltre misura l'indebitamento, e cerca di stare dentro i numeri dati dall'Unione europea relativamente al nostro Paese.

Tuttavia presenta anche degli elementi innovativi. Molte, infatti, possono essere le critiche a questa manovra, ma di certo non ha il difetto dell'indecisione. Infatti, se il maxiemendamento - e io ne sono certo perché queste sono state le rassicurazioni del Governo - confermerà la struttura della manovra

discussa in Commissione, essa sarà sicuramente espansiva ed ambiziosa. Espansiva perché, come sappiamo, le grandi cifre proposte nella manovra sono frutto della scelta precisa di voler utilizzare fino in fondo gli spazi di espansione possibile alle regole date, senza forzature, e quindi della scelta precisa di agire all'interno di una negoziazione con la Commissione europea che non ha visto l'Italia né perire né eccedere nei suoi spazi; e il Senato ha confermato questa impostazione.

È una manovra espansiva, ma che insiste anche su alcune scelte di fondo precise e spiegabili. Ne dico tre tra tutte. In primo luogo, è una manovra che riduce il cuneo fiscale per sostenere la domanda, e in questa direzione vi sono una serie di interventi che rafforzano quest'obiettivo. Interviene ancora a sostegno della domanda attraverso un innovativo strumento, il *bonus* bebè, che aiuta il sistema familiare e sostiene la natalità in un Paese che è il più vecchio d'Europa e ha le Regioni più vecchie del mondo. In terzo luogo, pone le condizioni per cogliere un effetto estraneo al nostro lavoro, ma che può sicuramente essere di grande efficacia in un Paese come il nostro, vale a dire l'aumento delle risorse disponibili nelle famiglie e nei cittadini per effetto della riduzione del prezzo del petrolio.

Il combinato disposto di questi tre interventi, su ceti nettamente definiti, può consentire un aumento della disponibilità di risorse economiche, che possono andare in maggioranza nei consumi e in misura minore nei risparmi e, in ogni caso, innescare un circuito virtuoso di fiducia nel futuro e di rassicurazione.

Però è anche una manovra ambiziosa - e questa è la seconda parola chiave - perché mette insieme riforme e risorse necessarie affinché le riforme siano credibili. Le riforme cui mi riferisco sono certamente quella sul lavoro, appena varata, e quella sulla scuola, sulla quale si sta molto lavorando e sono stati presi impegni ancora prima che l'Unione europea decidesse di confermare l'inadeguatezza di un sistema precario nella scuola. Sono risorse necessarie a rendere credibili quelle riforme, così come è necessario, per renderle credibili, il fattore tempo. Infatti, se c'è una cosa su cui l'Europa è stata chiara è che fra tre mesi noi dovremo certamente rispondere della legge di stabilità e della sua connessione con le riforme, facendo in modo che le riforme e le risorse ad esse dedicate siano vere, efficaci e facciano delle stesse non soltanto riforme annunciate ma già operative.

Sono convinto che le condizioni ci siano, perché quelle riforme diventino operative e perché questa legge di stabilità sia al servizio di queste riforme, ma sappiamo anche che molto del lavoro che abbiamo davanti dipende da ciò che farà l'Europa, perché senza l'Europa la ripresa di questo Paese non potrà basarsi solo sugli interventi che faremo. Sappiamo quanto è stato deludente, per noi, l'avvio del piano Juncker, nella sua descrizione iniziale, ma sappiamo anche che l'Europa vive di *soft power*, della capacità di negoziare, di stare attenti a mettere insieme tutte le risorse e le sensibilità, ovvero tutto ciò che riguarda la forma in cui gli Stati e i popoli hanno scelto di stare insieme. Ecco perché è giusto dare un giudizio sul piano Juncker, ma anche segnalare che l'Italia deve impegnarsi perché esso diventi il punto di partenza di uno strumento che faccia ripartire gli investimenti in tutta Europa e possa diventare la base di un sistema avanzato di coniugazione degli investimenti nel sistema europeo.

Questa manovra - e passo al secondo punto del mio intervento, prima delle conclusioni - in Senato è entrata in un modo, offrendo un quadro iniziale, e ne esce con degli interventi che vanno in due direzioni: da una parte rafforzano alcune scelte fatte alla Camera dei deputati e, dall'altra, riequilibrano gli effetti di altre scelte fatte sempre nell'altro ramo del Parlamento. A fronte delle molte misure di sostegno all'impresa, alla competitività e all'intelligenza - penso al credito d'imposta su ricerca e sviluppo e al *patent box* - contenute nella manovra proposta dal Governo e di alcuni investimenti sull'innovazione, oggi vediamo una manovra rafforzata nel senso del riequilibrio, che è la direzione di marcia che ha guidato il lavoro del nostro Gruppo e quello dei senatori di opposizione presenti in Commissione, che voglio ringraziare, i quali si sono comportati costantemente in maniera corretta, dando un contributo alla costruzione di questo senso di riequilibrio civile, sociale ed economico della manovra, come ha riconosciuto il Presidente della Commissione.

Rappresenta infatti un riequilibrio il completamento del lavoro avviato alla Camera sul *bonus* degli 80 euro, riversato e in qualche modo mirato sui lavoratori autonomi. Costituiscono un riequilibrio gli interventi sul tema dei fondi pensione e delle strutture previdenziali dei lavoratori autonomi e anche le

scelte fatte sul fronte della sanità e del sociale, a partire dal rifinanziamento del fondo di cui alla legge n. 68 del 1999. Sono completamenti importanti gli interventi su alcuni temi, come quello, fondamentale, del patronato e quello degli investimenti; sull'internazionalizzazione non tutto è stato raccolto, ma è importante ciò che è stato fatto; e sono importanti anche alcune scelte assunte come indirizzi nella fase finale del lavoro della Commissione in Senato: penso al tema del riequilibrio sul tema del gasolio per le aree montane e per i territori geograficamente svantaggiati e a quello delle scuole nelle Province, e penso anche - lo dico con convinzione - al lavoro fatto con le piccole riforme o con il sostegno alle riforme nel campo dell'agricoltura, dove si è fatto un lavoro di semplificazione in alcuni campi e anche un lavoro innovativo, come quello sul fondo lattiero-caseario. A tal proposito faccio una raccomandazione al rappresentante del Governo e, tramite lui, al Ministro dell'agricoltura. Quel fondo è importante per il settore lattiero-caseario, che in un Paese come la Francia è considerato strategico, mentre noi lo consideriamo marginale, un settore che non è composto soltanto del patrimonio bovino, ma anche del tanto esteso patrimonio di esperienze e competenze, e anche di animali, che specialmente nel Mezzogiorno, dalla Toscana in giù, è rappresentato dal patrimonio ovino e caprino, i cui frutti rappresentano delle eccellenze, con cui possiamo competere in Europa: in questo senso va, a mio avviso, allargato.

Un segnale positivo è costituito dal delicato passaggio riformatore sul tema dal pareggio di bilancio delle Regioni. È un passo determinante affinché sia più trasparente e più comprensibile tutto il sistema della pubblica amministrazione e della contabilità della pubblica amministrazione.

Concludo soffermandomi su due criticità. Condivido il fatto che ci sia stato - l'ha segnalato con delicatezza il Presidente - un ruolo preponderante del Governo rispetto alla Commissione. Bisogna evitare che questo avvenga. Bisogna far lavorare di più la Commissione; è giusto che il Parlamento esprima le sue competenze e le sue risorse e non venga, in questo senso, troppo ristretto.

Sul tema del Mezzogiorno, tuttavia, ha ragione il mio collega D'Alì, che onestamente ha condotto la battaglia in Commissione. Ma è anche vero che succede sempre, all'inizio del settennio della programmazione europea, che le risorse accantonate vengano sottratte; è successo sette anni fa con il Governo Berlusconi per la questione Alitalia, ed erano fondi del Mezzogiorno. Potrei fare un elenco di iniziative che hanno visto quei fondi andare a questioni che niente avevano a che fare con il Mezzogiorno. È vero anche che deve essere rispettato - e su questo l'impegno del Governo deve essere richiamato in Aula - il fatto che quei fondi devono ritornare alle risorse per il Mezzogiorno.

Mi preoccupa, però, che la grande rivoluzione, avviata due anni fa dall'allora ministro degli affari regionali Delrio, che aveva in qualche modo scelto una strada di accompagnamento delle Regioni del Mezzogiorno rispetto alla progettazione e all'utilizzo migliore dei fondi europei, oggi non abbia ancora una concretezza: si possono spostare quei fondi perché i progetti ancora non ci sono. Su questo fronte serve sicuramente qualcosa in più nel lavoro che è stato impostato un anno fa per una sua concreta realizzazione.

Mi tocca, ma lo faccio perché penso che sia un dovere, richiamare un tema finale, che riguarda la mia Regione, la mia isola. Lo dico perché è giusto che il Parlamento lo sappia e stia a memoria del Parlamento. Con questa legge di stabilità, per la prima volta, a distanza di un anno dall'alluvione in Sardegna, che ha ucciso 18 persone e colpito 88 Comuni su 370, vengono finalmente messe a disposizione le prime risorse. Sono 15 milioni di euro: 10 milioni per l'avvio del risarcimento danni e 5 milioni per completare la ristrutturazione delle scuole abbattute dall'alluvione. Voglio dire che sono 15 milioni di euro a fronte di 664 milioni di euro certificati dalla Protezione civile: 15 milioni su 664. Noi possiamo coglierlo come un segnale, ma deve essere un segnale cui segue un impegno concreto del Governo affinché, per lo meno, il risarcimento alle vittime civili e alle imprese possa ripartire e dare in qualche modo una fiducia che in questo anno, purtroppo, non è stato possibile avere. Infatti, le iniziative che anche il Parlamento aveva messo in campo non sono andate a buon fine e non sono state completate.

Lo dico perché sono convinto che siamo in un Paese che riconosce tutti i suoi cittadini e tutti i suoi territori come uguali e sono convinto che nei prossimi provvedimenti il Governo non mancherà di

tenere a mente questo aspetto e, quindi, di riprendere il percorso avviato a gennaio dello scorso anno e non ancora completato. *(Applausi dal Gruppo PD)*.

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore Cioffi. Ne ha facoltà.

CIOFFI *(M5S)*. Signora Presidente, immaginiamo una riunione dei Ministri avvenuta giovedì, prima che arrivassero tutti gli emendamenti. Immagino, in una sala, il Presidente del Consiglio in mezzo e tutti i suoi Ministri intorno che gli cantano una canzoncina, che potrebbe essere questa *(Intonando un motivo musicale)*: «Presidente, siamo con te. Per fortuna che il Senato c'è». *(Ilarità. Applausi dai Gruppi M5S e LN-Aut)*.

È bella questa canzoncina, perché ci fa capire che i Ministri hanno portato all'attenzione della legge di stabilità ben 80 emendamenti, su una legge che avevano già approvato alla Camera. Allora il Senato serve? Questa è una bella domanda. Forse il Senato serve? *(Applausi dal Gruppo M5S)*.

Se il Senato serve, quantomeno siete incoerenti; ma questo è banale: il fatto che siate incoerenti è una cosa acclarata. E se fate tutta questa confusione, se i Ministri portano gli emendamenti, li firma il Governo, lo stesso Governo li porta nelle Commissioni e, casualmente, i senatori della maggioranza (non solo, ma principalmente i senatori della maggioranza) presentano una montagna, una valanga di emendamenti, ancora una volta l'accentramento del potere è chiaro. Quindi ci troviamo in una strana situazione, come sempre, in cui il Governo comanda e i parlamentari non servono a niente.

Però, se poi vi serve il Senato per cambiarlo ancora, allora anche qui siamo in contraddizione, è un ossimoro, perché voi usate il fatto di avere il Senato per cambiare quello che fate alla Camera, ma non date la possibilità ai senatori di fare qualcosa. Allora forse aveva ragione Silvio Berlusconi, quando diceva che bastava che votassero i Capigruppo: mi sembra che ci siano delle assonanze e la canzoncina ce lo ricorda.

Ma cosa c'è dentro questa finanziaria? Tante cose. Ci sono alcuni emendamenti presentati dal Governo che hanno nome e cognome. Ce n'è uno che si chiama «Total». Se volete, possiamo usare «Total» sia come nome che come cognome: «Total Total». *(Applausi dal Gruppo M5S)*. Quando voi inserite nella legge che rendiamo opere strategiche anche i tubi che servono per portare il petrolio di Tempa Rossa (che è una concessione data alla Total), nonché le infrastrutture che verranno realizzate nel porto di Taranto, stiamo facendo un regalo alla Total. Ci verrebbe allora da chiedere: ma la Total ha soffiato nell'orecchio di qualcuno, che è il Governo, e gli scrive un emendamento? La Total per caso - lo pongo come ipotesi, signora Presidente, mi consenta; sa, «mi consenta» si porta - ha agevolato il percorso per presentare un emendamento a suo favore? La Total ha contribuito economicamente - in maniera trasparente, perché non si possa mai pensare che lo faccia in maniera non trasparente, nel qual caso sarebbe un reato e i reati li accerta la magistratura, ed è il caso che li inizi ad accertare, magari su questa cosa - la Total, dicevo, ha dato dei contributi al Governo che gli fa un regalo?

Vogliamo parlare di Poste? Ne ha già parlato il mio collega Molinari. Quando diciamo che usiamo il 50 per cento dei soldi delle Poste per comprare titoli di Stati esteri al di fuori dell'UE, cosa ne pensa, ad esempio, il presidente di Cassa depositi e prestiti Franco Bassanini, che usa gli stessi soldi, che sono i soldi delle Poste? Magari ce lo dirà la senatrice Lanzillotta, alla quale chiederemo una risposta. *(Applausi dal Gruppo M5S)*.

PRESIDENTE. La prego, non confonda le cose politiche con altro.

Prego, vada avanti, senatore Cioffi.

CIOFFI *(M5S)*. Presidente, che ho detto di strano? Non ho detto niente, per carità.

E cosa abbiamo fatto, oltretutto? Abbiamo fatto anche un'altra cosa: abbiamo incrementato i fondi per la contrattazione di secondo livello, una cosa che - come ricordiamo tutti - fece Marchionne, quando disse che il contratto collettivo di lavoro si poteva superare con i contratti di secondo livello. E noi incrementiamo i fondi; quindi abbiamo sposato il metodo di Marchionne. Complimenti! Ma veramente complimenti! Questo Governo vive di luce propria, è un sole che splende, è il sol dell'avvenire. Qualcuno forse se lo ricorda che cos'è il sol dell'avvenire.

Noi vi abbiamo chiesto di fare delle cose. Abbiamo chiesto di aumentare le concessioni autostradali. I

concessionari autostradali - ricordiamolo - pagano il 2,4 per cento degli incassi netti; ciò significa 760 milioni di euro l'anno. Vi abbiamo chiesto di triplicarli, perché i concessionari realizzano degli utili spaventosi. Gli utili dei concessionari autostradali superano i 10 miliardi, negli ultimi cinque anni, al netto degli investimenti. Quindi, sono gli unici che hanno tantissimi soldi; e noi pigliamo i beni pubblici e non li facciamo pagare. Invece facciamo pagare tanti poveri cristi, perché siete ancora legati alla regola che far pagare poco a tanti è più facile che far pagare tanto a pochi. Se voi siete un Governo di sinistra... Ma, insomma, la sinistra è una parola morta e defunta, oramai, da quando è caduto il Muro di Berlino. *(Applausi dal Gruppo M5S)*.

Vogliamo parlare delle concessionarie tv? Faccio presto, signora Presidente. Sapete quanto paga la RAI per le concessioni delle frequenze? Ha pagato 23 milioni di euro, un beneamato niente; lo stesso si dica di Mediaset, ben rappresentata in questo Parlamento fino a poco tempo fa, ma ancora oggi ben rappresentata. Quand'è che andrete a colpire un pochino i potenti? Per la RAI si tratta di una partita di giro, perché il trasferimento è da Stato a Stato. E Mediaset non la vogliamo toccare? Ricordiamo le parole dell'onorevole Violante, quando disse che non si sarebbero toccate le televisioni?

PRESIDENTE. La invito a concludere, senatore Cioffi.

CIOFFI *(M5S)*. Mi taccio, signora Presidente. Mi dia solo un altro minutino per altre due o tre cose.

PRESIDENTE. Gliene ho dati già tre in più.

CIOFFI *(M5S)*. Allora finisco, signora Presidente.

Sull'anticorruzione, come abbiamo detto, perché si annuncia di fare qualcosa contro la corruzione e non si vara un decreto-legge ma si presenta un disegno di legge? Il disegno di legge lo mettiamo lì e lo facciamo morire, il decreto-legge diventa immediatamente operativo: ce l'avete gli attributi per intervenire in maniera decisa contro quello che sta avvenendo? Noi vi chiediamo di farlo, e vi chiediamo di fare immediatamente un disegno di legge sull'allungamento dei termini della prescrizione.

Insomma, vi chiediamo di agire e di non stare a galleggiare, perché sapete cosa galleggia? Immaginatelo! *(Applausi dal Gruppo M5S)*.

PRESIDENTE. Peccato, le cadute di stile nel linguaggio non sono mai utili.

È iscritto a parlare il senatore Zuffada. Ne ha facoltà.

ZUFFADA *(FI-PdL XVII)*. Signora Presidente, cari colleghi, alcuni mesi fa il segretario del Partito Democratico Matteo Renzi disarcionò l'allora presidente del Consiglio Enrico Letta perché - disse - erano insoddisfatti dell'operato del Governo in quanto gli indici della produttività e della disoccupazione erano tali che bisognava avere un colpo d'ala.

Tant'è vero che il presidente Renzi venne qui in Senato come un puledro abbastanza bizzarro, con un atteggiamento in alcuni casi strafottente, per dire innanzi tutto che il suo era un obiettivo riformatore di due tipi, cioè intendeva riformare il Paese con le riforme costituzionali ed intervenendo fortemente nel campo economico finanziaria, perché era intollerabile che l'Italia avesse un indice di disoccupazione tra i maggiori d'Europa.

Ebbene, a distanza di qualche mese e soprattutto mentre Matteo Renzi presiede il Consiglio europeo nel semestre italiano, bisogna trarre qualche conclusione. Egli disse che non era stato lui l'artefice della legge di stabilità del 2014 e che la legge di stabilità attuale, che varrà per il 2015 e per il triennio, avrebbe segnato naturalmente una grande svolta.

La svolta la vediamo nei fatti perché, come hanno ricordato i miei colleghi che sono intervenuti, gli indici in Europa e soprattutto dell'ISTAT e degli enti non legati direttamente a questo o quel partito non mi sembrano particolarmente favorevoli. Siamo i primi in Europa per debito pubblico, i primi, oserei dire, per la tassazione, sia sulle società che sui singoli cittadini, e siamo i primi per il fatto che non usciamo da questa crisi di carattere economico. Tant'è vero che Matteo Renzi è andato in Europa dicendo: bisogna assolutamente cambiare, per l'orgoglio dell'Italia che è tra i Paesi fondatori dell'Europa unita, dobbiamo far sentire la nostra voce e convincere finalmente quella cattivona della Merkel che occorre passare dal periodo della recessione a quello della crescita.

Ebbene, a conclusione del semestre di Presidenza del Consiglio europeo, mi pare che risultati concreti al di là delle buone intenzioni non ve ne siano stati, dato che gli indici sono addirittura peggiorati.

Questa legge di stabilità, poi, aveva due compiti: diminuire la spesa corrente ed aumentare la spesa di investimento e, soprattutto, chiedere una pausa di riflessione per quanto riguarda il pareggio di bilancio. Essa si era fatta forte dell'operato del commissario per la *spending review* Cottarelli, che aveva previsto addirittura un taglio di circa 36 miliardi.

A quanto pare, questo taglio non si riuscirà ad attuare e allora cosa fa Renzi, che è bravissimo nello spostare l'attenzione su altri e a dare responsabilità ad altri? Nei primi mesi aveva iniziato con la Confindustria, ricordate? Dopo di che, tranquillamente, sta adottando alcuni provvedimenti per Confindustria e i giornali, che dopo averlo osannato come salvatore di questa Patria incominciavano ad essere particolarmente critici nei suoi confronti, hanno iniziato a cambiare parere e posizioni.

Il risultato finale, cari colleghi, è che, a mio parere, con questa legge di stabilità non si esce dalla crisi nel modo più assoluto, sono i dati che lo dicono: soprattutto, però, si è peggiorato anche nel metodo, a livello parlamentare. Ai tempi, infatti, si accusava Berlusconi di mettere la fiducia troppo spesso, ma qui non c'è un provvedimento che non passi attraverso di essa.

Ho quindi la certezza, nella mia personale opinione, che quel puledro sbarazzino che si è presentato in quest'Aula, a distanza di mesi, incominci ad avere un po' di bolsaggine e ad andare verso il cavallo ronzino, più che quello imbizzarrito.

Questo credo debba far testo per tutti noi. Forza Italia, non volendo passare come conservatrice, per senso di responsabilità in questo mese ha votato - non tanto convintamente - alcune riforme istituzionali non molto ben fatte. Non pensi con il ricatto di dettare le tempistiche e i modi per poter arrivare al risultato che si prefigge. È molto timoroso, infatti, perché quanto ha promesso non sarà in grado di mantenerlo, e questa legge di stabilità lo dimostra. Non pensi di ricorrere ai voti anticipati, ma si assuma la responsabilità fino in fondo di questa legge di stabilità. Lo dico molto apertamente: noi non stiamo molto sereni. *(Applausi dal Gruppo FI-PdL XVII e dei senatori D'Anna e Consiglio)*

PRESIDENTE. È iscritta a parlare la senatrice Pezzopane. Ne ha facoltà.

PEZZOPANE *(PD)*. Signora Presidente, colleghi senatrici e senatori, la coperta era veramente molto, molto stretta, e il rischio di lacerarla e lasciare scoperti pezzi importanti è stato in ogni momento presente e ancora incombe su questo Parlamento. Attendiamo quindi la proposta del Governo, che sono convinta conterrà gli auspicati miglioramenti che da più parti e con convinzione sono stati sollecitati.

Molte cose necessarie rimangono certo in sospeso e dovranno di nuovo essere trattate. Non siamo all'anno zero, ma non siamo nemmeno all'apocalisse: penso quindi che alcune delle questioni che abbiamo cominciato ad affrontare con decisione debbano poi essere riprese con altri strumenti.

Mi riferisco in particolare alle norme per accompagnare meglio e in maniera più puntuale la trasformazione delle Province, per evitare buchi gravi nei servizi da esse finora erogati. Parimenti, ritengo dobbiamo dare la necessaria cura - e so che nell'emendamento del Governo si presta attenzione a tale aspetto - a chi, dentro alle Province, opera con competenza (lavoratori a tempo indeterminato e precari).

Una giusta e maggiore attenzione avrei auspicato per gli idonei nelle graduatorie dei concorsi della Guardia di finanza e delle Forze dell'ordine dello Stato e degli enti locali, ma so che si tratta solo di un rinvio della discussione, quindi prendo atto della buona volontà. Su questo, avevo presentato con altri colleghi alcune proposte emendative, in parte prese in considerazione nell'emendamento del Governo e in parte, invece, per il momento sospese. Sulle altre continuerò a lavorare con i colleghi in occasione dei prossimi provvedimenti, perché non sono abituata a mollare.

Si interviene poi in maniera importante su alcune calamità naturali, e questo è un segnale molto forte e positivo che mandiamo fuori da queste Aule. So cosa significa, perché ci sto dentro da quel maledetto 6 aprile del 2009, e, quando ascolto le parole dei colleghi di Liguria, Emilia-Romagna, Sardegna e degli altri territori colpiti, avverto la mia stessa preoccupazione e la mia ansia di fare presto e bene,

nonché la preoccupazione della mia gente, spaesata come lo è chi viene colpito da queste tragedie.

A distanza, però, di oltre cinque anni da quel tragico sisma, il Parlamento e il Governo tornano finalmente e seriamente ad occuparsi dei territori colpiti dal terremoto.

Finalmente si torna a mettere risorse programmate fino al 2018 per finanziare la ricostruzione pubblica e quella privata: 6,2 miliardi per i prossimi quattro anni che ci permetteranno di arrivare positivamente al 2019, ovvero dieci anni dopo il terremoto, con la possibilità finalmente di poter ricostruire i territori colpiti dal sisma. Infatti, dopo il decreto *spot* iniziale del 2009, non si era più programmato un intervento in maniera adeguata e tale da consentire un flusso continuo di risorse. Bene, in questa legge di stabilità si fa quello che non si era fatto, e di questo, quindi, non posso che ringraziare il Governo, che ha ascoltato con attenzione gli enti locali, i cittadini, i comitati, tutti desiderosi di ricostruire le nostre città colpite.

Inoltre, nel maxiemendamento del Governo viene recepita la grandissima parte delle proposte che avevo sottoposto, insieme ad altri colleghi, all'attenzione della Commissione bilancio. I miei emendamenti, sottoscritti anche dalla vice presidente del Senato, Fedeli, che voglio qui pubblicamente ringraziare, e dalla senatrice Chiavaroli, oltre che da tanti altri colleghi, che davvero ringrazio con affetto, in Commissione bilancio hanno avuto un'adeguata attenzione e un'adeguata corresponsione di impegno finanziario e concreto. Infatti, c'è stata una condivisione sulla necessità e sulla validità delle proposte nonché sull'urgenza di tali provvedimenti. Il risultato raggiunto, insomma, è importante e credo che di questo possiamo essere tutti orgogliosi.

Anzitutto, l'esenzione dall'assurdo pagamento della TASI per gli immobili dichiarati inagibili con ordinanze; l'assegnazione di una somma di 20 milioni per il raggiungimento degli equilibri di bilancio dei Comuni e della Provincia (gli enti locali del cratere sismico, infatti, dal 2009 sono sottoposti ad uno sforzo impari e mancano di entrate a causa della inagibilità di migliaia di immobili). Manca qualcosa rispetto al fabbisogno, ma magari ci torneremo; ora dobbiamo prendere atto che c'è stato un degno impegno serio, e di questo ringrazio anche il Presidente della Commissione e soprattutto il relatore, che non ha mai fatto mancare la sua paziente attenzione e la sua sensibilità.

Ancora, tra i provvedimenti, la possibilità per gli enti locali di prorogare i contratti degli operatori della ricostruzione, che, se non avessimo affrontato il tema in questa legge di stabilità, il 31 dicembre sarebbero tornati tutti a casa, con la conseguenza che si sarebbero fermati gli uffici e le strutture della ricostruzione.

È poi prevista la destinazione di una quota dei fondi assegnati di anno in anno per l'assistenza tecnica alla ricostruzione, e l'autorizzazione alle pubbliche amministrazioni alla raccolta e allo smaltimento dei rifiuti con il soggetto pubblico gestore del sito di smaltimento. Inoltre, l'assegnazione ai Comuni delle economie ottenute tra differenza di contributo concesso e costo effettivo dell'intervento, ai fini di un rapido reimpegno delle risorse, per non farle rimanere inutilmente e penosamente nelle casse di enti o delle banche. Questi sono i punti qualificanti di un intervento decisivo che ci apprestiamo a fare con questa legge di stabilità.

Un apprezzamento voglio farlo anche per il recepimento dell'emendamento presentato sia me che dal collega Tomaselli e da altri senatori per il sostegno di 30 milioni l'anno per tre anni al programma COSMO-Skymed, iniziativa importante e prestigiosa che darà alla Thales Alenia e ai suoi siti, ivi compreso quello dell'Aquila, l'opportunità di proseguire una iniziativa di altissimo valore strategico, e che consentirà nello stesso tempo di non perdere lavoratori e tecnici molto ambiti e ricercati all'estero.

PRESIDENTE. La prego di concludere, senatrice.

PEZZOPANE *(PD)*. Per la ricostruzione dei territori colpiti dal sisma del 2009 c'è ancora molto da fare, ma questa legge di stabilità dà un segnale forte ed importante. *(Applausi dal Gruppo PD)*.

PRESIDENTE. È iscritta a parlare la senatrice Lanzillotta. Ne ha facoltà.

LANZILLOTTA *(SCpI)*. Signora Presidente, colleghi, prima di entrare nel merito della legge di stabilità non posso non esprimere il mio profondo rammarico e anche un certo disagio per come si è concluso l'esame del provvedimento in Commissione bilancio, e per come oggi l'Assemblea del Senato

è costretta a discutere.

Concordo assolutamente con il presidente Azzollini sulla qualità e sull'impegno del lavoro svolto dalla Commissione e da tutti i suoi membri, ivi compresi quelli di tutte le opposizioni, che hanno dato, in queste giornate di lavoro intensissimo, un contributo molto serio e costruttivo.

Ringrazio il relatore in Commissione, senatore Santini, e anche il presidente Azzollini per l'enorme e paziente contributo che hanno dato ai nostri lavori e per la cura e l'attenzione con cui il vice ministro Morando, credo grazie anche alla sua lunga esperienza e sensibilità parlamentare, ha affrontato e molto spesso risolto le tante questioni, piccole e grandi, poste dai Gruppi e dai singoli senatori.

Ma proprio per questo non posso condividere pienamente la soddisfazione del Presidente della Commissione bilancio, Commissione il cui compito è quello di consegnare all'Aula un testo compiuto che raccolga il nostro lavoro istruttorio, costruito sulla base di un confronto e di decisioni trasparenti per consentire poi a tutti i senatori di affrontare nel merito le questioni e valutare le soluzioni indicate in quella sede.

Ciò che è avvenuto, per di più in seconda lettura - è vero, c'è il precedente dell'anno scorso, ma eravamo in prima lettura, quindi con una gestione un po' più complessa - merita una riflessione più profonda sulla sessione di bilancio e su come il Parlamento deve attrezzarsi per evitare che la nuova legge di bilancio, prevista dalla legge di attuazione del nuovo articolo 81 della Costituzione, non sia immediatamente travolta dalla prassi parlamentare. La disposizione stabilisce, nella nuova legge che unificherà manovra finanziaria e bilancio, che non possono essere inserite norme di carattere ordinamentale né interventi di natura localistica o microsettoriale, ma che ci si debba concentrare sugli interventi macroeconomici, di redistribuzione fiscale, di sostegno all'economia reale, di misure solo tabellari per il potenziamento degli investimenti pubblici e per l'introduzione di stimoli all'economia pubblica e privata e che, sul versante della riduzione di spesa, ci si concentri solo su misure di razionalizzazione ai vari livelli di Governo.

Questo lo dico non per criminalizzare gli interventi settoriali o riguardanti singoli territori, perché credo che ogni senatore interpreta legittimamente i bisogni reali dei cittadini che rappresenta, che in un tempo di così profondo disagio economico e sociale inevitabilmente aumentano. Lo dico, al contrario, perché è necessario trovare uno strumento e una sede che, entro una cornice finanziaria chiara e netta, consentano però di intervenire su questioni su cui i parlamentari sono chiamati a dare risposte, e lo faccia però senza sommergere o oscurare la legge di stabilità, oggi, e la nuova legge di bilancio, domani, che devono essere dedicate alle decisioni di politica economica e alla manovra di finanza pubblica.

È proprio questa azione di politica economica che qualifica quest'anno la manovra approvata dal Governo che, per la prima volta, dopo molti anni in cui era stato promesso senza mai riuscire a farlo, realizza un'operazione di riduzione del carico fiscale sul lavoro e sulle imprese; trasferisce una parte del carico sulle rendite finanziarie; riduce il costo del lavoro, realizzando un'operazione complementare a quanto abbiamo poche settimane fa deciso con la delega lavoro, una misura che il Senato ha esteso parzialmente al settore agricolo e a quello del turismo.

Infatti, attraverso la riduzione del costo del lavoro a tempo indeterminato, ha fatto venir meno una delle ragioni che anche negli anni della crescita economica hanno fatto espandere a dismisura le forme di lavoro precario, cioè la sua netta convenienza economica. Credo che questo elemento non sia stato abbastanza sottolineato, così come anche le misure di sostegno alle imprese, sia sul versante fiscale con la riduzione dell'IRAP (misura anch'essa integrata e rafforzata dal Senato anche grazie a un nostro emendamento), sia con misure di sostegno agli investimenti nell'economia reale attraverso il sostegno alle piccole imprese e all'estensione del sistema delle garanzie pubbliche.

Dunque, quest'anno il centro della manovra cambia di segno, cambia visione e orientamento perché non è solo quello della stabilizzazione finanziaria e del rigore finanziario, ma è la crescita e la consapevolezza che senza crescita non c'è sostenibilità finanziaria. Giusta è stata la scelta fatta di confermare il nostro rispetto dei limiti europei, ma sul piano politico è sacrosanto mettere al centro della manovra la crescita e farlo non solo in Italia ma in Europa, perché, al di là delle singole azioni

che pure ci sono, credo che questo sia il segno più importante del semestre europeo, cioè un cambio di cultura e di cultura di politica economica, avendo imposto questo tema nell'agenda europea, avendo convinto almeno una parte dell'Europa che o si ritorna a crescere, o l'Europa sa creare lavoro e valorizzare la sua storia e la sua cultura mescolandola al suo sapere manifatturiero, o sarà rifiutata dai popoli e dai suoi cittadini. Occorre altresì chiarire che ormai questo non è un problema solo italiano o dell'Europa mediterranea, perché i dati del PIL ci dicono che ormai è un problema europeo.

Dunque, da questa consapevolezza si dipana una serie di linee d'azione che riguardano gli investimenti pubblici, le condizioni per l'attrazione degli investimenti privati ed esteri che, come abbiamo visto in molte operazioni, cominciano a tornare a essere interessati a un'Italia che conferma la sua volontà di cambiamento, misure per ridare liquidità alle imprese.

A questo riguardo credo che noi dobbiamo guardare ai prossimi anni sapendo che una delle operazioni che dovremo affrontare è quella di mettere il sistema bancario in condizione di ridare liquidità al sistema, perché vanno benissimo le misure sulle garanzie, ma se non si attenua la morsa dell'appesantimento nei bilanci di crediti in sofferenza, credo che le banche non ricominceranno a fare credito. Inoltre, un'altra linea che è stata forse criticata da alcuni colleghi delle Regioni meridionali è quella di utilizzare, anche se a copertura delle misure di incentivazione del lavoro a tempo indeterminato, una parte dei fondi di coesione. È giusto, ma noi dobbiamo evitare in ogni caso il rischio che poi, con un obbligo di restituzione all'Europa dei fondi non utilizzati, noi realizziamo ancora una volta un saldo negativo del dare/avere con l'Unione europea. Quindi concentriamoci, e si concentrino soprattutto le Regioni meridionali, sul rafforzamento della loro capacità di realizzazione.

Rispetto a questo nuovo orizzonte, noi italiani dobbiamo fare la nostra parte. Cominciamo a farlo con questa manovra; lo dobbiamo fare con riforme che rendano efficienti i servizi che segnano la qualità di un sistema Paese (la pubblica amministrazione, come abbiamo detto, la giustizia, la scuola) e non solo per le imprese, ma per tutti cittadini. Vorrei sottolineare che alcune delle misure di efficienza della pubblica amministrazione non sono astratte o teoriche, ma sono di equità sociale; infatti, quanto più è inefficiente la pubblica amministrazione, tanto più sono danneggiati e colpiti i cittadini che hanno meno possibilità e opportunità di rivolgersi a un mercato privato dei servizi di interesse collettivo.

Ma per fare questo, colleghi, innanzitutto bisogna sradicare la corruzione e la criminalità, perché le cronache che attengono a questi fenomeni sono un colpo che ogni volta ci riporta all'indietro e sembra che azzeri la tanta fatica che le amministrazioni, la politica e i cittadini fanno per portarsi avanti e per cambiare il nostro Paese.

Le vicende romane, al di là delle responsabilità giudiziarie che saranno accertate, ci fanno capire come operino i meccanismi di infiltrazione, di cattura e di condizionamento del sistema politico e amministrativo. Se lo abbiamo capito, se abbiamo identificato questi meccanismi allora non abbiamo più alibi. Su quei meccanismi dobbiamo agire, estirpando ciò che produce e alimenta questo sistema.

Da questo punto di vista, noi abbiamo presentato una serie di emendamenti, che puntano proprio a incidere su questi meccanismi, dando, nello stesso tempo, trasparenza, efficienza ed economicità. Quindi, l'emendamento presentato insieme alla collega Chiavaroli sulla riduzione di un numero di partecipazioni societarie (che dovrebbe ridurre di circa 2.000 entità questo arcipelago) non è tutto e non è sufficiente, ma è un inizio e, rispetto al passato, vi è un'aggiunta che dà la speranza che finalmente qualcosa succeda. Vi è una sanzione a carico sia dei dirigenti amministrativi che degli amministratori che non rispettano questi vincoli.

C'è una norma, piccola ma significativa, che costringe anche il sistema delle cooperative a meccanismi trasparenti, efficienti e comparativi per avere l'assegnazione di appalti pubblici. Vi è una circoscrizione e una maggiore trasparenza nei meccanismi di allungamento delle concessioni, che il testo opportunamente prevede a sostegno dei processi di aggregazione e fusione, che servono all'Italia per creare dei *player* competitivi in questi settori, anche a livello internazionale, ma che non devono invece essere finalizzate al consolidamento di rendite di posizione e di inefficiente. Queste nostre proposte sono state accolte e di questo noi siamo molto soddisfatti. *(Brusio).*

PRESIDENTE. Colleghi, vi invito nuovamente ad abbassare il tono di voce.

LANZILLOTTA *(SCpI)*. La ringrazio, signora Presidente, perché davvero non riuscivo a proseguire.

Non è stata invece accolta una proposta che noi abbiamo fatto relativamente alle vicende romane, e che noi avevamo inteso come un forte sostegno del Parlamento e della politica nazionale all'azione che il sindaco Marino intende portare avanti proprio per sradicare quei meccanismi.

L'intento dell'emendamento era di grande supporto alla Giunta capitolina nell'azione di risanamento che occorre intraprendere e che deriva da un piano che, lo voglio ricordare, è stato adottato solo grazie alle norme da noi presentate lo scorso anno, e che all'epoca incontrarono la più netta opposizione in Parlamento da parte di alcuni esponenti che sono poi risultati coinvolti nelle vicende giudiziarie.

Tali norme sono diventate legge solo grazie alla decisione del Governo e del primo ministro Renzi. Forse, se si fosse agito subito, cominciando immediatamente ad agire nelle direzioni che erano state indicate, anche da quel testo legislativo, alcuni dei fatti (certo non tutti) emersi nelle recenti inchieste giudiziarie potevano essere evitati.

Si deve andare avanti in quella direzione, sapendo però che quei tempi, un po' tranquilli e pluriennali, che sono stati ipotizzati, non sono più compatìbili con l'emergenza amministrativa, finanziaria e morale che è emersa con le recenti indagini. Quindi, occorre una accelerazione ma anche un incentivo.

Come è stato ricordato, Roma gode, in quanto capitale, di una mole ingente di risorse dello Stato e di risorse straordinarie date dai contribuenti italiani e romani, che pagano, in particolare a Roma, le più alte imposte rispetto alle altre città.

È quindi necessario incentivare e condizionare almeno una parte degli ulteriori finanziamenti che il disegno di legge di stabilità dispone a favore di Roma alla concreta attuazione, nell'arco di un biennio, delle iniziative che attengono alla riduzione delle partecipate, alla revisione del bilancio che è stato predisposto prima di quello che siamo andati via via scoprendo attraverso le inchieste giudiziarie. Bisogna verificare se l'allocazione delle risorse corrisponda a effettivi interessi pubblici o anche ad altri parametri e poi rompere il sistema di rendite che c'è nelle grandi municipalizzate romane che ha visto una degenerazione di quei sistemi.

Dunque, azioni di ristrutturazione e di risanamento su cui crediamo che il sindaco continuerà a incontrare molte resistenze nel Consiglio comunale che rimane lo stesso e che deve avere le istituzioni nazionali al suo fianco schierate a sostenerlo e che può avere delle leve, attraverso il condizionamento dell'erogazione dei contributi, molto forti per imporre alla sua maggioranza l'effettiva attuazione di quegli interventi.

Su questo purtroppo, nonostante - devo sottolinearlo - la disponibilità del vice ministro Morando, non c'è stata un'intesa nella maggioranza. Tuttavia, al punto in cui eravamo arrivati è stato comunque assunto l'impegno politico di dare seguito ad alcune di queste indicazioni.

Ciò detto, rimane il nostro giudizio favorevole sulla linea, sull'impostazione, sulla struttura e sull'impianto di questo disegno di legge di stabilità, rammaricandoci, infine, per il fatto che non siano state trovate le risorse necessarie ad agevolare il regime IVA sui contratti di ricollocazione, che sono uno degli strumenti della delega lavoro; ci auguriamo che in futuro questo possa essere realizzato per dare gambe ad un nuovo sistema di gestione del mercato del lavoro più efficiente e più forte.

Riteniamo, tuttavia, che su queste linee guida occorra andare avanti, sviluppando gli orientamenti che questo disegno di legge di stabilità inizia a dare riaffermando però che la nostra priorità, il nostro orizzonte deve essere la crescita economica senza la quale non ci sarà sostenibilità finanziaria, né stabilità sociale e politica.

Su questo lavoro saremo quindi a fianco del Governo insieme al resto della maggioranza. *(Applausi dai Gruppi SCpI e PD)*.

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore D'Anna. Ne ha facoltà.

D'ANNA *(GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI))*. Signora presidente Fedeli, ho molto piacere che sia lì a presiedere con accanto il vice presidente Gasparri...

PRESIDENTE. Spero che gradisca anche il cambio turno, perché in effetti si accinge a presiedere i lavori il vice presidente Gasparri.

Presidenza del vice presidente GASPARRI **(ore 19,29)**

D'ANNA *(GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI))*. In questa Aula non si svolge una qualche discussione di carattere politico. Ormai è un circolo degli scacchi e questo è il tè delle 17, perché stiamo discutendo di un provvedimento che non ci è ancora noto. Lo voglio ripetere, perché tutti gli interventi che sono stati fatti poc'anzi si riferiscono al disegno di legge licenziato dalla Camera dei deputati che non sappiamo se sarà cambiato in queste ore con la redazione di un maxiemendamento sul quale il Governo pare voglia apporre la fiducia. Ho sentito pareri discordanti, ma siamo sempre nella condizione aleatoria di non sapere con precisione su cosa stiamo discutendo.

E allora, consentitemi di fare un po' di intrattenimento citando il filosofo Protagora di Abdera. Egli affermava che l'uomo è la misura di tutte le cose, di quelle che sono in quanto sono e di quelle che non sono in quanto non sono. Con ciò voglio dire che abbiamo letto lo stesso testo, per quanto superato, e vi abbiamo trovato spunti come la encomiastica lettera natalizia della senatrice Pezzopane, che mi ha ricordato un po' "Natale in casa Cupiello", in cui vi sono stati ringraziamenti ecumenici. Nei ringraziamenti della senatrice Pezzopane, infatti, non mi è parso di rilevare alcun riferimento a quei ragazzi, rivoltisi a lei oltre che a me, che da due anni aspettano di scorrere la graduatoria, essendo idonei al concorso per la Guardia di finanza, essendo idonei al concorso per la Pubblica sicurezza, essendo idonei al concorso per allievi e marescialli dei Carabinieri.

Se il vice ministro Morando mi consente, volevo proporre al MEF di mettere la seguente epigrafe: «*fluctuat nec mergitur*», che si trova sullo stemma del Comune di Parigi, «barcollo tra i flutti del mare, ma non affondo», perché credo che questa sia l'essenza della finanziaria; ci barcameniamo, e in questo caso lo facciamo senza neanche sapere di che cosa compiutamente stiamo parlando.

Caro Vice Ministro, ho la sensazione - e così la finiamo con le citazioni - che ci debba soccorrere Orazio, il quale diceva: *Carpe diem quam minimum credula postero*», cogli l'attimo e lascia perdere al minimo l'interesse per quelli che verranno dopo. Sostanzialmente, infatti, in questo documento - ammesso che sia questo - voi proponete una manovra di 38 miliardi di euro, più 18 miliardi di sgravi contributivi, presi quasi tutti dall'incremento del debito pubblico. Infatti, 11 miliardi vengono dalla deroga al bilancio 2015.

Mi sovviene allora la seguente considerazione: se con Renzi e questo portentoso Governo un giorno sì e l'altro pure parliamo di riforme per uscire dalle secche del debito pubblico, per ricondurre l'economia di questa Nnazione a livelli che in realtà sono peggiorati negli ultimi tre anni di governi Monti, Letta e Renzi, com'è che ribadiamo il concetto che si possa continuare a usare la leva della spesa pubblica producendo ulteriore debito pubblico? È una contraddizione in termini.

Ci dovreste spiegare a cosa servono le riforme che volete fare, se indugiate nel cinquantennale vizio della politica italiana di risolvere i problemi dei contemporanei addossandone il costo ai posteri. Perché il debito altro non è che questo. Chi pagherà questi 11 miliardi di debito? I futuri grassatori dello statalismo, che si inventeranno, forse attingendo un poco anche a qualche buona lettura, la tassa sul chiaro di luna che Ignazio Silone nel libro «Fontamara» ricordava ai cafoni del Fucino per alimentare vieppiù gli introiti del Principe. Non so se la metterete la tassa sul chiaro di luna, ma non vedo molte altre cose da tassare in questa Nazione.

Voi cosa fate, allora? Aumentate il debito di 11 miliardi di euro e ci dite che il resto lo taglierete alle Regioni, ai Comuni e alle Province. Va premesso che questa è una pia intenzione e che le Regioni vi hanno già fatto sapere che, essendo il loro bilancio costituito per il 60 per cento dalla sanità, non hanno alcuna intenzione di tagliare ulteriormente un servizio essenziale come la tutela della salute. Ma ammesso che sia così, ci dovreste spiegare le ragioni del vostro comportamento, frutto di tanta scienza, e delle riforme che verranno, per far uscire l'Italia dalle secche della crisi economica. Mi dispiace per il vice ministro Morando, perché so che è uomo di buone letture, ma voi volete incentivare la ripresa economica aumentando l'IVA, quindi incrementando la tassazione sui generi di consumo e il carico fiscale sui cittadini.

In tutta questa scienza infusa, che da otto mesi a questa parte ci state proponendo, tra una fiducia e l'altra, scrivete nella legge di stabilità che questa manovra, mantenendo il tasso di crescita, dovrebbe

sostanzialmente portarci ad un incremento del PIL nel lontano 2022. Caro Morando, qua siamo al vaticinio di Tiresia! Da qui al 2022, innanzitutto auguro a te e a me di essere ancora vivi. A questo proposito ci soccorre Keynes: a chi gli domandava, infatti, che cosa sarebbe stata l'economia centralizzata nel medio-lungo periodo, lui diceva che, in economia, nel medio-lungo periodo una sola cosa è certa, ovvero la morte dell'economista. Se dunque fate questa manovra oggi, per stabilizzare l'economia italiana nel 2022, siete più nell'ambito del vaticinio, che non nell'ambito della buona amministrazione del questo Paese.

A proposito dell'IVA, la aumentate sui prodotti agricoli dal 10 al 12 per cento e aumentate l'IVA fino al 24 per cento dal primo gennaio del 2016 e fino al 25 per cento dal primo gennaio del 2017: in tal modo scoraggiate l'acquisto, la produzione e l'incremento del PIL e dell'occupazione. Se c'è qualcuno, di grazia, tra i miei dotti colleghi della maggioranza, che possa confutare il fatto che queste cose siano scritte in quel documento - salvo poi vedere che cosa sarà scritto nel maxiemendamento - e se le cose che sto dicendo non sono quelle che si evincono dalla lettura del documento approvato, su proposta del Governo, dalla Camera dei deputati vi prego di darmi dell'asino e del cretino.

Pertanto, per gli 800.000 posti di lavoro, che il ministro Padoan ritiene di poter garantire nell'immediato, dovremmo aspettare il 2022. Oggi è certo solo l'aumento della tassazione. Oggi è certo solo l'aumento del debito. Oggi è certo solo l'aumento dell'IVA.

E per fare cosa? Il vice ministro Morando, infatti, sa meglio di me quali sono i modi di spendere il danaro. Lo vogliamo dire anche ai nostri colleghi? Il danaro si può spendere, con i propri soldi, per fare qualcosa che serve a se stessi: è quello che fa il cittadino con i propri soldi. Si possono spendere i soldi del Governo per fare qualcosa per se stessi: in questo caso si abbonderà nelle risorse economiche che si impiegheranno. Si possono prendere soldi pubblici per fare cose che riguardano altri: in questo caso avremmo il massimo del danaro impegnato con il minimo della sicurezza di impegnarlo per qualcosa che ci serve.

Allora voi, con questo provvedimento, reiterate nel corso dei prossimi anni il concetto dello statalismo: una programmazione economica al 2022. Stiamo parlando di sette anni, quindi abbiamo battuto anche la Russia di Stalin, i cui piani erano quinquennali: noi facciamo programmazione economica a sette anni. Gli economisti liberali chiamano la programmazione statale la «tragica presunzione». Voi avete la presunzione, in un quadro mutevole di crisi ormai ciclica, di poter sapere, con questi provvedimenti che deprimono ancora di più l'economia, quali siano gli sviluppi che l'economia e che la società italiana possono avere addirittura tra sette anni.

In politica ciascuno può essere quello che vuole, ma lo deve essere a patto di dichiarare quello che è. Caro Morando, qua siamo al socialismo reale, siamo all'economia pianificata, siamo alla vecchia abitudine di fare debiti. Diceva Forlani del debito pubblico: «È come la pioggerellina di maggio: fa crescere un poco tutti». Io, invece, dico a te, se mi consenti, da buon liberale, che vale un'altra massima sul debito pubblico (che voi aumentate di ben 11 miliardi di euro), che non è quella di forlaniana memoria: è ben altro. Gli 11 miliardi altro non sono che le future imposte che graveranno sul contribuente.

Come è nato il debito pubblico? Con provvedimenti come questi. La metà dei 38 miliardi di euro che voi impegnate non hanno copertura. Il credito privato diminuisce di 6 miliardi e mezzo e noi continuiamo nella politica del *laissez-faire* statale, impiegando una montagna di soldi, lasciando finanche a casa decine e decine di giovani, che oggi servirebbero in quei corpi di polizia per rispondere a un'esigenza primaria, che è quella della sicurezza. Come la volete combattere voi la corruzione e la criminalità? In un Paese in cui si fanno 100 miliardi di euro di evasione o di elusione fiscale, noi rinunciamo ad assumere 760 finanzieri, mentre infarciamo la scuola di altri 40.000 precari.

Sono queste le cose che la gente vuol capire.

Voi continuate in questo verso ed avete la voce della maggioranza, che è la voce dei numeri. Però, attenzione, verrà il giorno in cui voi maggioranza non sarete e non vi potrete più atteggiare, come spesso avete fatto in nome della doppia morale, come gli antesignani della libertà e della democrazia e come i risanatori di questa nazione, perché con questi provvedimenti e queste procedure, che

sottopongono il Parlamento all'imperio del Governo, discutendo di provvedimenti che non sono ancora in Aula, voi avete segnato ogni limite ed avete superato le colonne d'Ercole del modo di fare governo in maniera liberticida. *(Applausi dal Gruppo AP (NCD-UDC))*.

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore Arrigoni. Ne ha facoltà.

ARRIGONI *(LN-Aut)*. Signor Presidente, colleghi, rappresentanti del Governo, la legge di stabilità sin dal suo varo è stata presentata con sperticate lodi dal *Premier*, generando molte aspettative nel Paese. «Espansiva», l'aveva definita Renzi; ma espansiva non lo sarà. Per la Lega Nord la manovra non ha respiro, è depressiva, non rilancerà la competitività del Paese, ormai inesistente e lasciata solo all'intraprendenza e al coraggio di coraggiosi ma vessati imprenditori. Essa crea ancora debito, diversi miliardi, e presenta ancora troppi tagli lineari ed ancora tante pesanti tasse, anche quelle locali, che scatteranno inevitabilmente. E poi ha coperture finanziarie incerte, a partire dal maggior gettito di 3,8 miliardi che si è ipotizzato dovrebbe derivare dalla lotta all'evasione fiscale; certamente scatteranno le clausole di salvaguardia e dunque l'IVA potrà arrivare al 25,5 per cento e al 13 per cento quella agevolata. Scatteranno anche le accise sulla benzina.

La mancata conclusione dei lavori in Commissione rappresenta un fallimento del Governo e della sua maggioranza. Eppure i tempi non erano stretti, ma c'erano tutti. Ad ostacolare i lavori della Commissione bilancio - lo denunciamo - non sono state le opposizioni, ma i rappresentanti della maggioranza e soprattutto il Governo, che ha presentato quasi 100 emendamenti.

Voglio accennare a quelle che per Renzi dovevano rappresentare le pietre miliari del provvedimento: il taglio IRAP, il *bonus* di 80 euro e gli spazi finanziari per il patto di stabilità a Comuni, Province e Regioni. Sull'IRAP, è vero, c'è il positivo intervento dal 2015 sul costo del lavoro, che viene dedotto dall'imponibile soggetto a tassazione; ma avete escluso gli stagionali e dunque non avete fatto cosa buona e saggia per il settore del turismo. Inoltre a 1.400.000 lavoratori autonomi avete tolto retroattivamente per il 2014 la riduzione del 10 per cento dell'aliquota, che pensavano già di avere in tasca. Li avete presi in giro.

Sul *bonus* di 80 euro, il peccato originale, la marchetta elettorale inserita nel decreto IRPEF dell'aprile di quest'anno, che ha fruttato a Renzi e al suo PD il 40,8 per cento alle europee, viene a mancare un'altra promessa del *Premier*, quella di estenderlo a tutte le fasce deboli, alle quali a questo punto non rimarrà che pagare più tasse. Mi riferisco ai pensionati con la minima, ai disoccupati, agli incapienti, ai lavoratori autonomi a basso reddito, ma anche a quelle famiglie numerose monoreddito per le quali tanto si era espresso e speso il Nuovo Centrodestra, a questo punto inutilmente. Tutti soggetti che rimarranno a bocca asciutta. Il *bonus* di 80 euro si conferma dunque iniquo e, come quest'anno, non rilancerà i consumi; ma soprattutto, esso blinderà il bilancio dello Stato per il suo costo eccessivo di 10 miliardi e limiterà, come sta limitando, gli spazi di manovra per fare una vera politica espansiva.

Sugli spazi finanziari concessi agli enti territoriali per il patto di stabilità c'è poi la vera presa in giro di questo Governo. Concedete loro di spendere i soldi che dovrebbero avere in cassa per gli investimenti, ma il problema è che li scippate un secondo prima tagliando loro risorse per quattro volte tanto.

Questo è l'aspetto più vergognoso di questa legge di stabilità: voi finanziate il *bonus* di 80 euro con 4 miliardi di nuovi tagli alle Regioni, che si aggiungeranno a quelli precedenti. La Lombardia avrà 950 milioni di euro in meno. Ne deriveranno tagli alla sanità, ovvero l'aumento dei *ticket* sanitari, e ci saranno tagli al trasporto pubblico locale su ferro e gomma.

Voi finanziate il *bonus* di 80 euro con 1 miliardo di tagli alle Province, che diventeranno 2 miliardi nel 2016 e 3 miliardi nel 2017. Queste Province, ancora in vita ma in gran parte in dissesto per la scellerata legge Delrio, non avranno più soldi per il riscaldamento delle scuole, per tappare i buchi e spalare la neve sulle strade. Bravi! *(Applausi dal Gruppo LN-Aut)*.

Voi finanziate il *bonus* di 80 Euro con 1,2 miliardi di euro di tagli ai Comuni, dove chiamate ancora i sindaci a fare gli esattori per vostro conto. Bravi ancora!

E veniamo agli aspetti scandalosi. Dopo il *business* e il malaffare che stanno emergendo connessi al fenomeno dell'immigrazione e gli scandali legati a Mafia Capitale, che vedono coinvolto il capo delle

cooperative Buzzi, finanziatore del Partito Democratico e del sindaco Marino che, vantandosene, amava lucrare su rom e clandestini, è davvero scandaloso il finanziamento per altri 200 milioni per il triennio per il sistema d'accoglienza degli immigrati.

È scandaloso l'attacco alla montagna con la tassa sull'altitudine, vale a dire l'IMU sui terreni agricoli incolti montani, con il rincaro IVA sul *pellet* e la riduzione delle agevolazioni su GPL e gasolio da riscaldamento. I territori montani sono vittime di un attacco senza precedenti e il carnefice è, ancora una volta, questo Governo.

È vergognoso, poi, dare ancora 90 milioni ai terremotati della Sicilia per un sisma di 24 anni fa e limitarsi a pochi e insufficienti milioni per le zone recentemente terremotate: date infatti solo 15 milioni per i territori dell'Emilia-Romagna, Lombardia e Veneto, colpiti dal sisma del 2012, e nulla, dico nulla, ai recenti alluvionati della Liguria, del Piemonte, della Toscana, del Veneto, del Friuli e della Provincia di Foggia. A queste comunità non solo non vengono date risorse sufficienti per la ricostruzione e per il risarcimento dei danni, ma avete persino imposto di pagare entro il prossimo 22 dicembre le imposte fiscali e contributive che erano state sospese.

Devastante è poi il meccanismo del *reverse charge,* il quale prevede che i fornitori della grande distribuzione emettano fatture senza l'applicazione dell'IVA. Questa misura non è lotta all'evasione fiscale! Questa misura non è altro che un prestito forzoso e senza interessi preteso dallo Stato a carico delle aziende che forniscono i beni alla distribuzione organizzata. Colleghi, la portata della norma è devastante: moltissimi fornitori, non incassando più l'IVA, resteranno senza liquidità per un rimborso, almeno di 10 miliardi, che riceveranno solo dopo anni di attesa. E quale sarà il risultato di questa norma vessatoria, sciagurata e demenziale? Una catena inarrestabile di fallimenti, la chiusure di migliaia di imprese e la perdita di centinaia di migliaia di posti di lavoro.

Un'ultima osservazione, sullo *stop* alla TASI nel 2015. Innanzi tutto, la sterilizzazione mette in evidenza un'altra mancata promessa del *premier* Renzi: l'introduzione per il prossimo anno della *local tax* non ci sarà. Dunque i cittadini e le imprese resteranno ancora in attesa dell'agognata semplificazione.

E mi dispiace, ma lo *stop* ai rincari delle tasse sulla casa e sui capannoni è una balla clamorosa: i rincari ci saranno e saranno l'ennesima batosta per responsabilità di questo Governo. A pesare, infatti, oltre al taglio di 1,2 miliardi, c'è il mancato rifinanziamento del fondo perequativo di 625 milioni previsto dalla precedente legge di stabilità per attenuare l'effetto della TASI.

Infatti, la sterilizzazione non blocca le aliquote decise dai Comuni, ma solo i massimali, così gli enti locali colpiti dai tagli e dal mancato rifinanziamento del «fondo cuscinetto» saranno costretti certamente a gravare ancora sui cittadini, aumentando, ove possibile, le aliquote. Qua evidenziamo come la maggioranza abbia bocciato un nostro emendamento volto a ripristinare il fondo e dare così respiro fiscale a cittadini e Comuni. Avevamo previsto che parte di quelle risorse fosse attinta da quelle oggi destinate a Roma Capitale: 110 milioni di euro, che dal prossimo anno si aggiungeranno ai 420 milioni, ripeto, 420 milioni che dal 2007 il Campidoglio toglie dalle tasche di tutti gli italiani. Maggioranza e Governo, però, hanno preferito per l'ennesima volta inondare di soldi l'amministrazione capitolina, nel pieno dello scandalo della terra di mezzo, e per i Comuni rimangono solo vessazioni e stangate. Per gli sprechi dell'amministrazione Marino, però, i soldi non mancano mai.

In conclusione, noi della Lega Nord, sorridiamo per il ripristino del finanziamento di 6,5 milioni di euro all'Unione italiana dei ciechi e degli ipovedenti. Renzi, anziché risparmiare sugli sprechi, ancora abbondantemente presenti a piene mani nel Paese e mai abbastanza aggrediti, ha cercato di farlo sulle spalle di chi ha davvero bisogno: grazie alle pressioni della Lega e del nostro segretario Salvini, invece, si è sventata questa vera rapina.

In fondo, però, siamo molto preoccupati per il Paese, perché la legge di stabilità non contiene incisive azioni di crescita e per il rilancio della competitività; non contiene politiche di investimento e di riduzione della pressione fiscale. È una manovra a cui bisogna ribellarsi, e la Lega lo farà, qui, in questa sede, e sul territorio, dove da sempre sa esprimersi al meglio. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut).*

PRESIDENTE. È iscritta a parlare la senatrice Lezzi. Ne ha facoltà.

LEZZI *(M5S)*. Signor Presidente, non coglierò l'occasione di quest'intervento per parlare con il Governo o con i colleghi, perché sostanzialmente è stato detto tutto in Commissione. Ho interesse invece a farmi ascoltare più che altro fuori, perché purtroppo il messaggio che passa rispetto a questa legge di stabilità è che sia finalmente «espansiva». Se così fosse, questo significherebbe che essa immette nell'economia reale finalmente nuove risorse e, cosa ancora più importante, delle sicurezze.

Quello che è certo è che questa legge di stabilità deve rientrare e stare comoda nel solco dei Trattati europei che Renzi deve osservare, perché così ha promesso di fare e così il nostro Presidente della Repubblica ritiene necessario fare.

Su cosa si regge, dunque? Innanzitutto, sull'abrogazione di una legge che era strutturale. Voglio parlare soprattutto di Sud, ma non solo, perché nelle *slide* si andava dicendo di questa grandissima idea della decontribuzione per i nuovi assunti, con riferimento ai contributi sia assistenziali sia previdenziali. Ebbene, scorrendo bene la legge di stabilità e conoscendo le leggi, si scopre che ne viene abrogata un'altra che era strutturale, che esisteva già dal 1990. Con questa legge avevamo per il Sud lo sgravio del cento per cento sia dei contributi INPS sia di quelli INAIL e, per le altre Regioni, del 50 per cento, ma comunque il cento per cento ritornava per tutte le imprese artigiane. Ebbene, si cancella questa e se ne fa un'altra, in cui lo sgravio è solo per i contributi INPS e c'è un tetto di 8.000 euro, che vale - come molto del Governo Renzi - come uno *spot*, cioè soltanto per il 2015: poi, il vuoto. Quella vecchia legge costava circa 1,1 miliardi, mentre questa - a quanto pare, almeno così dicono - 900 milioni.

A fronte di questo doppio saccheggio, ce n'è un altro: quello che toglie un miliardo per tre anni e mezzo miliardo per il 2018 dai fondi coesione e sviluppo, quei fondi che l'Italia riceve dopo aver dato di suo per uguagliare le Regioni, per far sì che quelle Regioni svantaggiate non lo siano più. È vero, però, che facevano parte della vecchia programmazione, e le amministrazioni delle Regioni del Sud, quasi tutte di centrosinistra, hanno avuto la grandissima capacità di non saperli spendere. A questo punto, mi sarebbe parso giusto, in un momento di urgenza, prendere questi soldi ma mantenere quella legge strutturale e aumentare la platea, cioè far sì che in tutta la Nazione si potesse usufruire di questo sgravio del 100 per cento per tre anni per tutti i nuovi assunti: sarebbe stato anche un atto di solidarietà per quello che adesso è diventato un territorio svantaggiato (perché possiamo dire che ormai anche il Nord, come il resto d'Italia, è svantaggiato). Bene, abbiamo cercato di partecipare al balletto del Governo e del presidente Azzollini: segnalateci quell'emendamento, lo accantoniamo, lo teniamo da parte; aspetta, ma è proprio di quelli importanti? Abbiamo cercato di dialogare e di dirlo al Governo: guardate che noi andiamo a togliere risorse e non ci sarà più alcun rifinanziamento, ma l'ex sindacalista, relatore del disegno di legge di stabilità, senatore Santini, dice che faremo un ordine del giorno che - come il presidente Azzollini assicura - non si nega a nessuno, essendo una promessa eventuale del Governo di vedere. Quindi, si elimina quanto è strutturale per fare degli interventi *spot*. *(Applausi dal Gruppo M5S)*.

Poi c'era l'abolizione dell'IRAP: "Ce la spendiamo già da maggio? Allora il 10 per cento per tutte le imprese; anzi no. Non è vero; ho cambiato idea: togliamo solo la componente lavoro. Però anche il Movimento 5 Stelle è tra i primi a gridare allo scandalo, perché il 70 per cento di quelle risorse riguarda soltanto le grandi imprese. Allora facciamoli stare zitti: presentiamo un emendamento del relatore e diciamo che l'anno prossimo il 10 per cento si toglierà alle piccole imprese che non hanno ancora dipendenti e quindi potranno avere anche questa agevolazione. Sì, ma quella valeva già a partire da quest'anno perché il Governo, cari cittadini che ci ascoltate, non ha ancora ben compreso quanto sia emergenziale la situazione fuori da qui. Allora, abbiamo fatto questo minicontentino per cercare di placare il Movimento 5 Stelle che rivendicava il diritto anche per le piccole e medie imprese: sostanzialmente un contentino inutile perché, data la scarsa serietà di questo Governo, sicuramente tornerà indietro".

Poi ci sono le clausole di salvaguardia. Non vorrei che questa parola «espressione, clausola di salvaguardia», venisse sottovalutata e che entrasse nel linguaggio comune come un qualcosa che in

fondo non è niente, va bene, poi non scatta. No. È stata scritta esattamente come quella di Monti, non come quella di Letta, perché quella prevedeva che se non si fanno i tagli si deve fare un provvedimento per aumentare le tasse. Qui si dice: le tasse aumentano dal 2016 - questo è poco ma sicuro - e aumenta l'IVA, aumenta, cioè, l'imposizione indiretta che colpisce tutti indistintamente, qualsiasi sia il reddito. Allora che cosa si fa? Si fissa per il 2016 l'aumento sia dell'aliquota al 10 per cento sia di quella al 22 per cento, che arriveranno una al 13 e l'altra al 25,5. Chiediamo allora al Governo spiegazioni circa questa clausola.

Tutto era basato sulla *spending review* e Renzi aveva rivendicato questo coraggio: «Io taglierò, cosa sono questi sprechi?». Poi abbiamo visto che la montagna ha partorito il topolino; mi pare le ferie dei magistrati: 5-6 giorni avanti e indietro dovrebbero darci circa 50 miliardi nel prossimo triennio. Dal momento che noi non ci fidiamo abbiamo chiesto spiegazioni, e allora il vice ministro Morando, signori che ci ascoltate, non ha potuto fare altro che dire: effettivamente siamo in netto ritardo. Gli ho chiesto: «Si ricorda che c'era anche un'altra clausola di salvaguardia che avevate messo a copertura del pagamento alle imprese che avrebbe dovuto comportare un aumento delle entrate dell'IVA?». Lui mi ha risposto che quella non scatterà, dicendomi di stare tranquilla: ma nella legge di stabilità arriva negli 80 emendamenti la clausola che invece si deve pagare. E da dove si prende? Dal pagamento delle imprese; quindi è un cane che si morde la coda.

Allora, dal momento che negli 80 emendamenti sono arrivate tante mancette, che poco hanno a che fare con la *spending review*, non mi rimane altro che dirvi: signori, noi non siamo quelli che vogliono tinteggiare fosche strade o burroni o baratri, ma purtroppo è il Governo Renzi che ci impone di essere sinceri con voi per non farvi sentire piagnucoloni sterili, aridi. Vi dicono che voi piagnucolate perché siete così, non siete ottimisti. Non avete un euro in tasca, ma zitti, siate contenti! Uscite di casa e spendete; probabilmente troverete tutti i negozi chiusi ormai, perché le saracinesche scendono, ma voi insistete e andate a cercare con qualche carta di credito di fare qualcosa.

Io chiederei un atto di coraggio al Presidente del Senato, al Capo dello Stato, al *Premier*, affinché parlassero al Paese e dicessero: «Le cose vanno male e quelle poche risorse le abbiamo allocate malissimo perché abbiamo dato le mancette a destra e a manca». Tant'è vero che, a ridosso della scadenza per l'approvazione della legge di stabilità, siamo qui ancora ad aspettare il litigio tra destra, sinistra, Lega, SEL, perché tutti partecipano ma noi non siamo chiamati, perché si devono spendere questi 5 milioni avanti e indietro. Perché questo è ciò che sta succedendo. *(Applausi dal Gruppo M5S)*.

E i 100 milioni a Roma capitale? Sì, perché Marino è una persona perbene quindi si devono dare. Ma quando il Movimento 5 Stelle dice: «Va bene, bisogna dare questi soldi. Li possiamo rendicontare e vedere dove vengono spesi?», no, non si può fare. Allora si possono dare i soldi dei cittadini come si sono dati a maggio: sempre il Governo Renzi infatti ha dato 100 milioni all'EUR SpA, che purtroppo è agli onori della cronaca. Ma noi siamo stati tranquilli, buoni, educati, per arrivare a questo punto e chiedere quest'atto di coraggio.

Vorrei anche un altro atto di coraggio. Il Governo ha emendato sé stesso e bloccato sé stesso dal liberare le mani dei Comuni, che adesso non devono aumentare la TASI, ma ha dimenticato di dire ai cittadini che l'anno scorso erano stati stanziati 625 milioni per le detrazioni. Quindi la TASI, che è stata disciplinata da Renzi, è stata più pesante per chi ha dei redditi piccoli e case più modeste, e lo sarà ancora di più, perché i Comuni saranno impossibilitati a concedere anche quel poco di detrazioni che il Governo Letta aveva concesso.

Purtroppo, era questo che vi dovevo dire. Avrei invece voluto dirvi: «Sforiamo i patti, abbassiamo le tasse, istituiamo il reddito di cittadinanza, diamo forza e vigore a questo Paese che deve ricominciare a consumare e a vivere», ma non posso, perché c'è il Governo Renzi, e mi dispiace molto dovervelo dire. *(Applausi dal Gruppo M5S)*.

PRESIDENTE. È iscritta a parlare la senatrice Bonfrisco. Ne ha facoltà.

BONFRISCO *(FI-PdL XVII)*. Signor Presidente, ringrazio il Presidente della 5a Commissione, i relatori di questa legge di stabilità per il lavoro svolto e, consentitemi, l'intera Commissione, perché anche negli interventi che hanno segnato la cifra che l'opposizione ha voluto lasciare in questa legge di

stabilità hanno sempre avuto come ultimo fine quello di migliorare questa legge stabilità. Da migliorare c'era tanto, signor Presidente, e mi rivolgo con grande rispetto al Governo che ha introdotto all'interno della legge di stabilità, che ci perveniva dalla Camera, una nuova legge di stabilità, un'altra grande manovra, quella che probabilmente domani dovremo fotografare e verificare in quella Nota di aggiornamento che andremo a votare.

Si è trattato di una corposa manovra, all'interno di una legge di stabilità già votata dalla Camera e che quindi probabilmente vedrà aumentare il netto da finanziare, oltre ai 50 miliardi che già quotava la legge di stabilità quando è giunta dall'esame della Camera in queste Aule del Parlamento.

Si tratta di una legge di stabilità che avrebbe dovuto e potuto portare nel suo architrave il dispiegarsi di una *spending review* che finalmente dovremmo riuscire a quantificare (e che invece non quantifichiamo nemmeno oggi), perché solo quella rivisitazione corretta della spesa pubblica ci consente di abbassare quella pressione fiscale alla quale tutti guardiamo, ma anche di realizzare un risanamento dei conti pubblici su cui tanto si era speso il commissario alla *spending review* e sulla base del quale poi il Presidente del Consiglio aveva mosso le sue considerazioni, da una *slide* a un'altra, all'inizio del suo mandato. A distanza di pochi mesi il commissario è tornato al suo lavoro o forse se n'è andato in pensione, ma del suo lavoro svolto per il Governo italiano nessuna traccia è rimasta, né fuori né dentro questa legge di stabilità.

Anzi, questa è una legge di stabilità - e lo segnaliamo con grande preoccupazione - che svolge una *spending review*, ma al contrario: crescono molte spese, spesso quelle delle amministrazioni centrali, sempre di più vengono allocate risorse riempiendo e svuotando all'occorrenza il fondo cosiddetto FISPE (Fondo interventi strutturali di politica economica) per poter dar loro copertura. Cresce da una parte quella spesa e, ad esempio, diminuiscono le poste nei confronti dei Comuni. Pertanto, quella *spending review*, invece di migliorare la qualità della spesa pubblica, scarica il peso sui soggetti più deboli, in questo caso, dal punto di vista istituzionale sui Comuni, ma dal punto di vista del bene comune sui cittadini, perché sono quei cittadini che alla fine pagheranno il conto anche di questa legge di stabilità. Del resto, è una legge di stabilità su cui, quanto ai documenti di bilancio, persino l'Unione europea ha espresso qualche perplessità. Noi siamo preoccupati di questo e cioè di come faremo - se questa è la tendenza di marcia - a ridurre il nostro livello di indebitamento di un altro 0,5 per cento.

Tuttavia, la cosa che più ci amareggia è vedere come anche in questa legge di stabilità questo Governo si sia esercitato, al contrario dello spirito della *spending review*, ad allocare risorse tutte provenienti da nuove tasse nei confronti dei cittadini italiani. Sì, perché se i Comuni soffriranno per il presunto blocco dell'IMU (quello che è stato annunciato con tanta enfasi per l'anno 2015), cioè se i Comuni non avranno quelle risorse, certo è che scaricheranno sui propri cittadini il costo di quei servizi; quindi è un finto blocco quello dell'IMU, ma è certo ciò che i cittadini pagheranno con l'aumento magari di tasse locali.

Vecchie e nuove tasse si rincorrono in questa legge di stabilità, alcune ai limiti della fantasia, come abbiamo già detto durante la discussione in Commissione bilancio. Una nuova tassa che non immaginavamo possibile è quella che va ad aumentare l'IVA sul *pellet*, cioè quel truciolato di legno che oggi aiuta le nostre famiglie a scaldarsi risparmiando sulle spese classiche del metano o del gasolio. Si arriva quindi velocemente, dalla tassa sul macinato a quella sul truciolato, a inventare una nuova tassazione. Un'altra che ho trovato ancora più curiosa è quella che raddoppia la tassazione, cioè il prelievo, sulle modalità con le quali le imprese artigiane, grazie allo sgravio fiscale sulle ristrutturazioni degli immobili, possono strappare un po' di mercato e lavorare; ebbene, su quelle entrate spese qualificate, che vengono certificate dai bonifici bancari, il prelievo passa dal 4 all'8 per cento.

Ciò significa che noi continuiamo a togliere liquidità alle imprese e alle famiglie italiane: alle famiglie con la tassa sulla casa, alle imprese con vecchie e nuove tasse; e togliere liquidità alle nostre imprese, che spesso non hanno la forza finanziaria di coprire il loro rischio in banca, vuol dire togliere risorse preziosissime alla vita di quelle imprese, cioè l'ossigeno di quelle imprese. Infatti, ad un'impresa artigiana viene mangiato già quasi tutto il suo margine di utile con l'aumento di questo prelievo: quindi

quel 4 per cento in più è un minore guadagno per quell'impresa e un maggiore guadagno per lo Stato.

Se sommiamo questo alle tante altre sofferenze delle imprese italiane (ad esempio, sul fronte della liquidità; dei rimborsi IVA, per avere i quali servono due anni; degli acconti sui periodi di imposta che ormai superano di gran lunga il 100 per cento; del costo dei finanziamenti che pagano in banca, quando e come vi accedono), allora comprendiamo l'erosione di quel già piccolo margine che resta a quel povero artigiano o a quella piccola e media impresa che, con fatica, conquista un lavoro, una commessa sulle ristrutturazioni in *bonus* fiscale.

Perché ho voluto insistere su questo dato, signor Presidente, e soprattutto con lei, vice ministro Morando? Perché forse questo è persino più grave di quella pressione fiscale complessiva che il sistema economico sconta. In questa fase, togliere liquidità vuol dire togliere la possibilità di accedere al mercato finanziario del denaro e ridurre la capacità di resistere a questa crisi.

Vorrei sottolineare qui un solo elemento di favore che noi troviamo in questa legge di stabilità. Se, da una parte, ci delude molto l'intervento del Governo in termini di aumento delle tassazioni a valere sulle casse di previdenza e sugli investimenti di queste, ci aiuta invece ad avere un po' di speranza l'intervento sull'IRAP.

Voglio però anche far notare che quell'intervento sull'IRAP non aiuta la componente lavoro, vale a dire quel lavoro autonomo che tanto abbiamo chiesto di poter favorire al pari del lavoro dipendente con riguardo al famoso *bonus* degli 80 euro. Va bene, che oggi, grazie a Dio, il Governo capisca l'errore fatto e conceda l'ampliamento di questa platea al lavoro autonomo; ma noi dobbiamo aiutare quel lavoro autonomo ad assumere le persone e, quindi, non vincolare questo beneficio solo a chi non ha dipendenti: favoriamo per il lavoro autonomo anche l'assunzione di eventuali lavoratori.

Il nostro voto a questa legge di stabilità sarà un voto contrario, signor Presidente, perché noi sappiamo che non è attraverso questa legge di stabilità che potremo riprendere la corsa verso un'economia più solida. Ci accontentiamo per ora di vedere questi risultati modesti che però, ne sono certa, alla lunga, con il passare delle settimane, vedremo messi fortemente in stato di accusa da parte di chi sa che questi conti non sono in ordine. Invece, noi sappiamo che solo abbassando le tasse quei conti potranno tornare in ordine.

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore Guerrieri Paleotti. Ne ha facoltà.

GUERRIERI PALEOTTI *(PD)*. Signor Presidente, alla fine di un dibattito così lungo e così ricco è naturalmente difficile intervenire per aggiungere considerazioni, tra l'altro su una manovra, la legge di stabilità, che è molto articolata e complessa.

In questo breve intervento vorrei soffermarmi su alcune delle osservazioni che ho sentito oggi pomeriggio, perché molte o talune di esse mi paiono a dir poco criticabili e infondate.

Vorrei innanzitutto sottolineare i miglioramenti che il lavoro svolto in Commissione bilancio del Senato (colgo l'occasione per ringraziare il Presidente della Commissione, il relatori e l'intera Commissione) ha potuto apportare al disegno di legge di stabilità.

Dal momento che non lo ha fatto nessuno, vorrei però ricordare il contesto in cui questo provvedimento si colloca. Come sappiamo, lo spazio europeo vive ancora momenti di grande difficoltà, di disagio che ci fanno capire come ci siano minacce, rischi che vanno affrontati e ai quali è necessario rispondere con una strategia di politica economica adeguata ed efficace. Il rischio maggiore - dobbiamo ricordarlo - è rappresentato dalla deflazione. Poiché l'aumento dei prezzi è ormai pressoché vicino allo zero per molti Paesi, incluso il nostro, ciò potrebbe provocare delle conseguenze gravissime.

È innanzitutto per rispondere a queste minacce che è necessario che la nostra economia torni a crescere, e sappiamo che per tornare a crescere servono misure importanti che si devono muovere su entrambi i fronti: sul fronte del rilancio della domanda, dei consumi, degli investimenti e sul fronte di quella capacità di competere, di produrre che i grandi capitoli del lavoro, del fisco, della pubblica amministrazione aggrediscono.

Ebbene, se la leggiamo nelle sue grandi linee, notiamo che questo disegno di legge di stabilità si

muove in questa direzione e c'è una prima innovazione importante che vorrei sottolineare e che non ho sentito rimarcare da nessuno. Questo disegno di legge di stabilità si è presentato in Europa, a livello di Commissione europea, e ha posto non teoricamente ma nei fatti, nei numeri, nelle misure che ha presentato, per la prima volta dopo anni, il fatto che per migliorare e consolidare anche azioni rigorose sul bilancio pubblico bisogna rivedere la spesa attraverso stimoli di rilancio dell'economia. Qui sta la novità del disegno di legge di stabilità che stiamo discutendo. Se non guardiamo a questo aspetto non si capisce nulla di che cosa poi di diverso questo provvedimento propone. Naturalmente, si può essere d'accordo o meno, ma è innegabile che questo è un dato di fatto e una novità.

Ho sentito dire che questo Governo non ha una politica economica, non sa cosa vuol fare sul fronte della politica economica. Vorrei sapere come si fa ad affermare una cosa del genere quando si può leggere abbastanza facilmente qual è la strategia di politica economica, sia attraverso questo disegno di legge di stabilità, sia attraverso altre misure che lo hanno preceduto. È una composizione tra misure di domanda.

Vorrei chiedere alla senatrice Bonfrisco che parla, del fatto che sono state applicate più tasse: dove sono queste maggiori tasse? Vogliamo ricordare cosa significa, sul piano della possibilità del cuneo fiscale, il consolidamento del *bonus* di 80 euro?

Vogliamo ricordare cosa significano le misure per il lavoro autonomo, le agevolazioni agli investimenti? Sono misure che incidono sulla domanda, ma anche sulla capacità di offerta della nostra economia.

Come si fa a dire che l'abolizione della componente IRAP dal costo del lavoro pari a 5,6 miliardi di euro «va bene, ma...»? È qualcosa che sento auspicare da anni, ma che nessun Governo in questi anni è riuscito a fare.

Come si fa a non parlare della decontribuzione sui nuovi assunti come qualcosa che va incontro alla necessità di riduzione dei costi delle imprese?

E le misure a favore dell'internazionalizzazione e dell'innovazione non ci interessano? Non sono importanti?

Naturalmente non dico che quando si individua una strategia di politica economica bisogna essere d'accordo, ma non si può affermare che una strategia di questo genere, fatta di misure sul piano della domanda e dell'offerta, non risponde a una linea d'azione. Si può dire che non è abbastanza, ma non la si può negare, come invece ho sentito fare.

Certo, è assolutamente vero che l'impatto macroeconomico netto non è così rilevante, perché abbiamo voluto mantenere determinati vincoli nell'ambito del Patto con l'Europa. Ciò, naturalmente, non significa che non vi sia un effetto espansivo, che deriva dall'aver spostato il peso di tutto l'onere fiscale dal sistema produttivo, lavoro e imprese, verso altre forme di rendita. Anche su questo, sulle attività finanziarie, il nostro Paese si sta riavvicinando alla media europea. Non abbiamo alcun elemento di peculiarità. È inutile, da questo punto di vista, gridare ad un insopportabile onere.

È molto importante sottolineare che questa diversa impostazione oggi si sta confrontando con l'Europa, con la Commissione europea. Sapevamo che non era facile un confronto di questo genere, che avviene soprattutto perché in Europa, come sappiamo, c'è bisogno di nuove politiche. Certo, chi non si preoccupa dell'Europa dice: «Ma perché non sfondiamo il tetto? Spendiamo, investiamo. Che cosa ce ne importa del 3 per cento?» Ce ne importa, perché noi non vogliamo che succeda quello che sta accadendo in Grecia, semplicemente perché si sta evocando la possibilità di infrangere certe regole. Naturalmente, per chi dice addirittura che è meglio sbarazzarsi della moneta europea, dell'euro, i problemi non ci sono, perché da questo punto di vista basta preoccuparsi di pagare i costi che ne deriveranno e che per anni graveranno sulle generazioni future. Noi non abbiamo fatto una scelta di questo genere, ma abbiamo pensato che il nostro posto - e lo ribadiamo - è quello di un Paese fondatore dell'Europa unita, un Paese che quindi continua a gestire una politica di critica e di confronto.

Da questo punto di vista è importante sottolineare che la partita è aperta. Vedremo, di qui a primavera,

cosa accadrà, ma la nostra credibilità sarà l'arma migliore se continueremo a portare avanti, come stiamo facendo nell'ambito di questa legge di stabilità, un piano di riforme, misure di rilancio della domanda e di ristrutturazione dell'offerta.

Va detto con molta forza che dobbiamo collocare questa misura nella prospettiva dei mille giorni. Sarebbe gravissimo se continuassimo a dire che vogliamo le riforme ma poi di qui a qualche tempo ce ne dimenticassimo. Non è questa la strategia da seguire, perché da questo punto di vista avremmo delle ripercussioni gravemente negative.

Per le ragioni che ho ricordato, credo si possa dire che questo disegno di legge di stabilità va approvato. Questa è la propensione del Partito Democratico, perché si tratta di una legge di stabilità che contribuisce a rilanciare la nostra economia. È possibile immaginare che di qui al prossimo anno avremo sicuramente una capacità di domanda e di offerta rafforzata, grazie anche a ciò che stiamo approvando in questi giorni. Proprio per ricordare il lavoro fatto in Senato, voglio evidenziare che si sono rafforzate alcune misure importanti, ricordate anche da altri colleghi prima di me, quali il regime fiscale agevolato per i lavoratori autonomi, il rafforzamento del credito d'imposta e la tassazione dei fondi pensione. È la prima volta che si pone con forza questo legame tra attività finanziarie e investimenti, a livello del sistema produttivo e dell'economia reale: non sottovaluterei anche un aspetto di questo genere.

Naturalmente questo non significa che possiamo considerare tutto come soddisfacente. Considero, ad esempio, non soddisfacente il fatto di non essere riusciti a portare a termine questo lavoro, con la possibilità di approvare un nostro testo. Lasciatemi però dire che allora dobbiamo anche chiederci se di alcune lungaggini procedurali e di alcune regole e misure, che ancora gravano sulle sessioni di bilancio, possiamo essere soddisfatti. Ora, senza naturalmente voler accampare scuse di questo genere, credo sia importante, proprio in vista dell'applicazione della nuova legge di bilancio e quindi di una nuova contabilità, guardare alla possibilità di accompagnare questo tipo di misure anche sul piano procedurale. Credo dunque di poter ribadire come il segno di questa legge di stabilità non sia astrattamente quello di aver posto un obbiettivo di crescita, che varrebbe fino ad un certo punto, ma quello di aver messo in campo, concretamente, misure e strumenti per perseguire questo obbiettivo di crescita. *(Applausi dal Gruppo PD e del senatore Buemi)*.

PRESIDENTE. Dichiaro chiusa la discussione generale congiunta.

Ha facoltà di parlare il vice ministro dell'economia e delle finanze, dottor Morando.

MORANDO, *vice ministro dell'economia e delle finanze*. Signor Presidente, la lettura del Senato - che si è svolta in Commissione bilancio nel corso di questi giorni e un po' anche, diciamo la verità, nel corso di queste notti - conferma e rafforza la linea di politica economica e fiscale che caratterizza la politica di bilancio di questo Governo. È una linea stretta e difficile: questo è il punto che mi interessa sottolineare, anche se lo ha fatto adesso, benissimo, il professor Guerrieri Paleotti.

VOLPI *(LN-Aut)*. Basta con le lezioni! Facci votare gli emendamenti!

PRESIDENTE Senatore Volpi, faccia replicare il vice ministro Morando. Non abbiamo il maxiemendamento, ma almeno abbiamo il senatore Morando: lo faccia parlare.

MORANDO, *vice ministro dell'economia e delle finanze*. È una linea stretta e difficile, tra l'esigenza di sostenere, da un lato, una domanda aggregata da troppo tempo troppo debole e, dall'altro, l'esigenza di realizzare quelle riforme strutturali che da decenni sappiamo di dover fare e che da decenni, a causa della debolezza della politica, non riusciamo a fare.

Questa è quindi la sostanza della linea di politica economica e di bilancio che il Governo sta seguendo. Da una parte c'è tutta la politica di bilancio espansiva, compatibile con la stabilità della finanza pubblica, ricercando e - diciamo le cose come stanno: qui c'è una novità importante - finalmente anche un po' trovando e ottenendo la flessibilità necessaria a livello europeo. Dall'altra parte c'è il concreto finanziamento - stiamo infatti parlando di politica di bilancio - del cambiamento in settori cruciali, in strutture fondamentali - verrebbe voglia di dire in istituzioni economiche fondamentali - come il servizio scuola, le regole del mercato del lavoro, il sistema delle tutele dalla disoccupazione e il

funzionamento della giustizia civile, che è cruciale per il buono o il cattivo andamento dell'economia.

Riassunto in poche parole, è questo il contesto di politica economica e fiscale nel quale abbiamo collocato, nel corso di questa lettura del Senato, le scelte di maggiore rilievo compiute in Commissione.

Basteranno, per dare il segno di questo equilibrio - difficile, naturalmente, e sempre esposto ad errori - tra politiche dal lato della domanda e politiche dal lato dell'offerta due esempi precisi, che hanno a che fare con le innovazioni che il Senato, durante l'esame in Commissione bilancio, si appresta ad introdurre nella legge di stabilità.

Il primo esempio è questo: si era detto, in sostanza, che è importante la scelta di espulsione del costo del lavoro stabile (quello dei lavoratori con contratto di lavoro a tempo indeterminato) dalla base imponibile dell'IRAP; ma si era anche detto - ed è un po' paradossale che si sia tentato di dire, anche questa sera, dopo la scelta fatta in Commissione bilancio - che almeno in parte questa espulsione, che certamente è onerosa, dalla base imponibile dell'IRAP della componente «costo del lavoro stabile» la pagano 1,4 milioni di lavoratori autonomi, ai quali la legge di stabilità, nella sua versione originaria, così come giunta al Senato anche dopo la lettura della Camera, in parte creava un onere attraverso il ritorno dell'aliquota IRAP al livello degli anni precedenti al 2014, quando, con il decreto cosiddetto degli «80 euro», nella primavera scorsa, l'aliquota IRAP venne portata a meno 10 per cento rispetto a ciò che era.

A questo proposito si sono molto sprecate sui *media* - soprattutto in televisione, naturalmente - le strumentalizzazioni un po' ridicole, del tipo «con la mano destra si prende quello che si dà con la mano sinistra»; chiunque abbia soltanto una vaga cognizione delle dimensioni in campo, non può sostenere tesi di questo tipo. Il contributo negativo dato alla legge di stabilità da questo milione e 400.000 lavoratori autonomi in termini di ritorno all'aliquota a livello pieno del 2013 era pari a 163 milioni di euro, mentre tutti sanno che il costo dell'eliminazione dalla base imponibile dell'IRAP della componente «costo del lavoro» supera di gran lunga i 5 miliardi di euro: dimensioni che certamente non sono tra di loro paragonabili.

Tuttavia, politicamente e almeno come sensazione diffusa nel Paese, vi era una certa qual considerazione critica, che faceva dire che, sì, va bene, però c'è una componente importante del nostro mondo produttivo, del settore del commercio, che ha un ruolo decisivo nell'economia del Paese, che comunque dalla legge di stabilità, con la manovra IRAP, riceve una qualche penalizzazione.

Per di più - era un argomento più sottile, ma c'era, fino all'intervento di ieri mattina della Commissione bilancio del Senato - si poteva dire che quegli stessi lavoratori autonomi che si vedono aumentare l'aliquota rispetto al 2014, senza avere alle proprie dipendenze un lavoratore con contratto di lavoro a tempo indeterminato, magari vedono il proprio concorrente, sullo stesso mercato, solo perché ha un lavoratore dipendente con contratto a tempo indeterminato, condurre sotto il profilo fiscale una qualche forma di concorrenza sleale.

Si poteva persino arrivare a sostenere questa tesi (anche se penso che queste siano esagerazioni): le imprese più strutturate sono avvantaggiate e quelle meno strutturate, costituite soltanto dal tradizionale artigiano senza dipendenti, ricevono una penalizzazione. Ora, io ho sostenuto in Commissione e voglio ripetere qui che noi, con il provvedimento IRAP, così come con la misura sulla decontribuzione, abbiamo operato una scelta netta di cui non solo non ci vergogniamo, ma che rivendichiamo apertamente. Sì, la misura sull'IRAP riguarda solo coloro che hanno almeno un lavoratore con contratto di lavoro stabile, perché vogliamo fare in modo che dare lavoro stabile costi di meno, finalmente in Italia, rispetto a dare lavoro precario o a tempo determinato. Questo è quello che vogliamo, non è che l'abbiamo fatto perché ci siamo sbagliati. *(Applausi dal Gruppo PD)*.

E tuttavia quel tarlo rimaneva. Sì, però questa cosa degli artigiani e dei commercianti di tipo tradizionale non piace; è una scelta sbagliata. Ora, c'è una contraddizione che noi abbiamo considerato significativa, al punto che abbiamo lavorato con la Commissione, non negandoci ad un confronto con le forze di opposizione, per il superamento di questa pur non enorme contraddizione. Perché questa contraddizione era significativa? Perché, sia che si guardasse al tema dal lato della domanda (più di un

milione di persone hanno un piccolo ridimensionamento del loro reddito), sia che si guardasse a questo tema dal lato dell'offerta (le persone che svolgono un'attività di impresa hanno un qualche aggravio di costi rispetto alla situazione del 2014, in un Paese nel quale il costo del lavoro è determinato in maniera molto pesante da un livello di pressione fiscale sul lavoro e sull'impresa particolarmente elevato), questa contraddizione rimaneva.

Di qui la decisione che abbiamo preso in Commissione e che, secondo me, andrebbe valorizzata di più. Io sono rimasto stupito che nel dibattito di oggi pomeriggio solo pochi l'abbiano messa in evidenza. Devo dare atto, da questo punto di vista, alla senatrice Bonfrisco di averlo fatto; ma, per il resto, quasi nessuno dell'opposizione ha sottolineato il rilievo di questa scelta. In Commissione abbiamo deciso che, attraverso un impiego di risorse significativo, questa contraddizione, la si giudicasse grande (come faceva l'opposizione) o la si giudicasse un po' più piccola (come faceva la maggioranza), venisse superata. Da quando questa legge entrerà in vigore, i lavoratori artigiani e i commercianti autonomi (1.400.000 persone) senza dipendenti con contratto di lavoro stabile pagheranno nel 2015 esattamente l'IRAP che hanno pagato nel 2014, non un euro di meno, non un euro di più. Si dice che gli euro sono pochi; se erano pochi, allora perché avete fatto tutta questa polemica sul fatto che si tornava all'aliquota precedente? Questa è la prima scelta, a proposito di equilibrio tra domanda ed offerta.

Secondo esempio, molto rapido. Gli investimenti sono l'anello di congiunzione tra la domanda (perché sono parte essenziale della domanda aggregata) e l'offerta, perché naturalmente aumentano, quando sono significativi e ben orientati, la capacità produttiva di un Paese e la sua competitività. Gli investimenti quindi collegano domanda e offerta in modo indissolubile.

Ma si è detto criticamente verso la legge di stabilità: con la scelta che si fa sui fondi pensione integrativi e sulle cosiddette casse privatizzate aumentando l'aliquota di prelievo sul *capital gain* degli investimenti da questi realizzati si opera una scelta contraddittoria perché, da un lato, ci sarà la penalizzazione dei lavoratori iscritti ai fondi pensione e, dall'altro, questi fondi avranno meno risorse da impiegare negli investimenti.

Anche in questo caso, secondo me, non si trattava di una contraddizione insanabile, perché in fondo la scelta era orientata a tassare esattamente con la stessa aliquota tutte le attività finanziarie che determinano un guadagno da capitale. Ma qui, in Commissione, con grande consenso abbiamo fatto un'operazione qualitativamente ancora più interessante di quella sull'IRAP e mi rivolgo in particolare alla senatrice Bonfrisco. Perché?

Perché per la prima volta introduciamo sulla tassazione del guadagno da capitale una discriminazione esplicita, fissata per legge e da attuare in via amministrativa, tra gli investimenti di questi soggetti, che hanno grandi capacità finanziarie, nell'economia reale e di medio-lungo periodo, che saranno tassati con aliquota molto bassa rispetto a quella ordinaria, e gli investimenti di carattere speculativo, naturalmente legittimi, di breve periodo, che non meritano di essere premiati fiscalmente. Naturalmente non è che siccome non sono premiati fiscalmente non vogliamo che li facciano. Sceglieranno, ma se sceglieranno di effettuare investimenti di medio-lungo periodo sull'economia reale otterranno il risultato di pagare molto meno di tasse e se pagheranno molto di meno, faranno più investimenti e se faranno più investimenti avremo più occupazione e se avremo più occupazione contribuiremo allo sviluppo del Paese, di cui sentiamo la mancanza almeno dal 2007-2008.

Come vedete, anche in questo caso, attraverso un'operazione che considero qualitativamente di grande rilievo, non a caso sottolineata da un voto a larga maggioranza in Commissione, abbiamo attuato una qualche riforma. Abbiamo cioè orientato la politica di tassazione sui guadagni da capitale lungo un indirizzo che differenzia in rapporto agli interessi del Paese in gioco: aiuti di più lo sviluppo ti tasso di meno, aiuti meno lo sviluppo e guadagni - non c'è niente di male - attraverso un attività speculativa di breve termine e paghi di più.

Questo orientamento è la dimostrazione che se invece di polemizzare prendendoci reciprocamente a schiaffi nelle trasmissioni televisive, esasperando la critica o la geografia della norma e delle scelte del Governo, si va nel merito dei problemi, si vedono le contraddizioni e si possono persino risolvere,

inaugurando orientamenti di politica economica e di bilancio che vanno nell'interesse del Paese. Per questa ragione, alla fine, dopo aver fatto tutte le varie sceneggiate l'uno contro l'altro armati, abbiamo votato all'unanimità su queste scelte fondamentali.

L'ultima considerazione è la seguente, e poi ho terminato. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut)*.

CANDIANI *(LN-Aut)*. Ma no!

MORANDO, *vice ministro dell'economia e delle finanze*. Ringrazio per gli applausi, ma li gradirei alla fine.

PRESIDENTE. Non incoraggiate il vice ministro Morando con un consenso che lo spingerebbe a parlare ancora di più!

MORANDO, *vice ministro dell'economia e delle finanze*. Questo non vuol dire minimamente che nella lettura della Commissione bilancio non siano emersi problemi, difficoltà e anche gravi manchevolezze.

Abbiamo nel Paese un disagio sociale crescente, che si manifesta drammaticamente. Soltanto quelli che non conoscono il Parlamento e non hanno mai lavorato in Commissione bilancio sulle migliaia di emendamenti pensano che in tutta quella "roba", non passi davanti il Paese, che invece ci sta tutto dentro, con i suoi drammi sociali, culturali e civili. Durante la legge finanziaria, se hai la pazienza di guardare - e noi abbiamo dovuto e potuto averla, perché ve n'erano il modo e il tempo - vedi l'Italia che ti passa dinanzi, in tutta la sua la tragedia sociale; vedi le difficoltà di un Paese che è senza crescita dal 2008 e che ha perso 10 punti di reddito e 9,5 di prodotto.

In questo contesto, ad esempio, si impongono scelte drammatiche. Abbiamo affrontato anche discussioni difficili in Commissione, tra una cosa e l'altra, tra un dramma sociale e l'altro. Ci è stato proposto il tema di intere categorie di lavoratori precari, e penso ad esempio ai collaboratori scolastici di Palermo: ci è stato posto pressantemente il tema di come dare un minimo di sicurezza a queste centinaia di lavoratori, che non hanno prospettive in questo momento. Non è stato possibile, però, perché gli oneri erano troppo rilevanti in rapporto alle possibilità. Fare il bilancio vuol dire fare scelte discrezionali e difficili in un contesto di risorse scarse: questa è la scelta di bilancio e sulla base di questo abbiamo deciso di non poterlo fare; avremmo voluto decidere il contrario, naturalmente. E così potrei citare molti altri esempi, soprattutto nel settore della sanità. La senatrice De Biasi, per esempio, ci ha proposto il tema - e aveva sacrosantamente ragione - di come affrontare, attraverso una politica ordinata di interventi di risarcimento...

PRESIDENTE. Le rimane un minuto, signor Vice Ministro.

MORANDO, *vice ministro dell'economia e delle finanze*. Ho terminato, signor Presidente, mi lasci finire un momento questo concetto.

VOCI DAL GRUPPO FI-PdL XVII. No, basta!

MORANDO, *vice ministro dell'economia e delle finanze*. Abbiamo affrontato la discussione sulla tragedia di coloro che sono stati infettati da sangue infetto durante le trasfusioni e non abbiamo le risorse necessarie per intervenire. Ci siamo impegnati - mi sono impegnato, e voglio ribadire qui l'impegno - sia sull'uno sia sull'altro fronte, perché il Governo, nelle prossime settimane - non nei prossimi anni - imposti scelte che riguardano questi settori che abbiano un minimo di respiro programmatorio, nel tentativo cioè di risolvere i problemi strutturalmente, anziché rinviarli sistematicamente ogni anno, sperando soltanto nella buona sorte. *(Applausi dai Gruppi PD e AP (NCD-UDC))*.

PRESIDENTE. Onorevoli colleghi, dovremmo ora passare all'esame degli emendamenti e degli articoli del disegno di legge di bilancio.

Poiché non è ancora pervenuto il parere della 5ª Commissione permanente, il seguito della discussione è rinviato alla seduta di domani, convocata, ai sensi dell'articolo 55, comma 6, del Regolamento, alle ore 10.

Interventi su argomenti non iscritti all'ordine del giorno

ENDRIZZI *(M5S)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

ENDRIZZI *(M5S)*. Signor Presidente, colleghi, domani, 18 dicembre - anzi, ormai si tratta di oggi, perché avevo richiesto di poter intervenire ieri - nel Consiglio comunale di Padova si è assistito probabilmente all'ennesimo scippo perpetrato dal sindaco nei confronti della mia città. Già nel 2012, infatti, il sindaco Flavio Zanonato aveva usato la scusa della fusione di una società partecipata dal Comune con Hera per decidere arbitrariamente il valore della stessa. Ugualmente oggi, l'ex senatore leghista e attuale sindaco di Padova Bitonci userà la stessa tecnica per svendere la nostra APS a BusItalia. Non si riesce a capire, infatti, come il Consiglio comunale si possa esprimere su una valutazione della società degli autobus patavina quando ai consiglieri comunali che devono votare la fusione non è stato nemmeno reso noto il piano industriale.

Non sono state sottoposte le perizie giurate di conferimento e non è stata sottoposta alla valutazione dell'esperto indipendente quanto già sottoposto a perizia giurata di conferimento, in base all'articolo 2343-*ter* del codice civile. Ma allora, come si è arrivati a decidere il rapporto di concambio tra le due società? In base a quale sfera di cristallo un consigliere comunale dovrebbe serenamente e indipendentemente esprimersi in merito ad una manovra che potrebbe risultare dannosa per i cittadini che quotidianamente usano il trasporto pubblico di APS? Perché a tutt'oggi l'unico studio disponibile è quello redatto dal commercialista Francesco Giordano, arrestato nell'ambito dell'inchiesta MOSE?

Il 6 giugno di quest'anno Bitonci dichiarava: «Giordano è il consulente di fiducia di questa amministrazione. I tentativi di smarcarsi del prosindaco non eletto sono patetici». I padovani devono sapere «perché Rossi-Zanonato hanno dato 172.000 euro a Francesco Giordano per una consulenza sulla fusione BusItalia-APS? Perché Rossi-Zanonato hanno favorito il commercialista Giordano, già revisore di Acegas-APS e tuttora Presidente del collegio sindacale dell'interporto, in quota Comune di Padova?». *(Brusio)*. Presidente, in questa confusione non è fattibile.

PRESIDENTE. Senatore, lei comprende che ci sono altri senatori che intendono intervenire; concluda il suo intervento. Il tempo è esaurito.

Gli interventi a fine seduta servono a segnalare alcune questioni, non a decidere le sorti dell'umanità.

ENDRIZZI *(M5S)*. Ci siamo trovati a ritardare i lavori per le esigenze del Governo e il conseguente ritardo dei lavori in Commissione, e ora mi trovo in una situazione in cui c'è il totale disinteresse per una questione che vale milioni di euro.

La tecnica usata dai sindaci Zanonato e Bitonci nei confronti dei consiglieri comunali è sempre la stessa: «non preoccuparti, vota a favore, è tutto a posto, garantisco io». La verità è che l'impatto di queste fusioni nella vita dei cittadini non si avverte subito, ma a distanza di due o tre anni.

Alcuni sindacati indipendenti denunciano già ora come saranno tagliati 1,8 milioni di chilometri percorsi serviti e si rischierà un severo aumento del costo del biglietto: si creerà un circolo vizioso che condannerà sempre di più chi non può permettersi di muoversi con mezzi propri. Ma come per la fusione di Zanonato i motivi economici nascondevano mire politiche ben precise, anche in questo caso si millantano motivi economici per nascondere motivi politici.

PRESIDENTE. Deve concludere, senatore.

ENDRIZZI *(M5S)*. Abbia pazienza.

PRESIDENTE. Il tempo a sua disposizione è scaduto, quindi la invito a concludere.

ENDRIZZI *(M5S)*. È in atto a tutti i livelli una massiccia cessione della sovranità dei Comuni sui servizi essenziali verso *multiutility* che avranno sempre meno collegamento con il territorio e sempre più collegamento con gli investitori.

Il progetto è la conseguenza finale di uno Stato fallito che, pensando di sistemare i conti, ha ceduto

giorno dopo giorno pezzi di sovranità a tutti i livelli

MONTEVECCHI *(M5S)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

MONTEVECCHI *(M5S)*. Signor Presidente, questo mio intervento è piuttosto un appello al Ministro dei beni e delle attività culturali e del turismo.

Apprendiamo dagli organi di stampa che il «vizietto» di promuovere chi si è distinto per demerito è duro a morire, e questa volta riguarda qualcuno all'interno del Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo. Parliamo della direttrice regionale per i beni culturali e paesaggistici dell'Emilia-Romagna, la signora Carla Di Francesco, che, come apprendiamo dagli organi di stampa, è indagata per fatti connessi ad abuso di atti d'ufficio per aver conferito degli appalti nella ricostruzione *post* sisma ad una società, il cui titolare è risultato essere il compagno. Per sua stessa ammissione, la direttrice avrebbe affidato ben 18 appalti a questa società, andando in deroga - sempre per sua stessa ammissione - perché spinta da spirito emergenziale, data appunto l'emergenza venutasi a creare dopo il sisma e la necessità di ricostruire. Però tutta questa emergenza è andata - pare, le indagini lo verificheranno - a favore di queste società in cui compare il compagno.

Bene, questa signora è anche indagata dalla Corte dei conti. Bene, nella riforma che il ministro Franceschini, ci è venuto ad illustrare, il giorno 11 dicembre, compare la creazione di una nuova direzione, quella dell'arte contemporanea. Benissimo, siamo tutti contentissimi, perché in Italia l'arte contemporanea - ahimè - è trascurata, quindi noi abbiamo applaudito alla creazione di questa nuova direzione. Però - guarda, guarda caso - la signora Di Francesco, stando a quanto riportano gli organi di stampa, andrebbe proprio a ricoprire la poltrona di dirigente di questa nuova direzione. *(Commenti ironici dal Gruppo M5S)*.

Allora, poiché c'è ancora tempo, perché ci risulta che le nomine non siano ancora state fatte, e poiché noi ci troviamo in un momento in cui siamo alle prese con «Mafia Capitale», con una piovra corrotta i cui tentacoli si stanno insinuando palesemente - si erano insinuati già in passato, ma sta emergendo che si fossero insinuati in numerosi Ministeri...

PRESIDENTE. Deve concludere, senatrice.

MONTEVECCHI *(M5S)*. Onde evitare che all'interno del MIBAC si possano perpetrare delle attività poco virtuose e possano circolare persone pericolose per l'immagine del MIBAC e per il bene dei cittadini, noi chiediamo al ministro Franceschini di fare un atto di coraggio, di ritornare sui suoi passi, se l'intenzione era quella di affidare la direzione alla signora Carla Di Francesco... *(Il microfono si disattiva automaticamente. Applausi dal Gruppo M5S)*.

PRESIDENTE Va bene, senatrice, abbiamo capito.

FATTORI *(M5S)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

FATTORI *(M5S)*. Signor Presidente, questo è un intervento che è stato richiesto da un gruppo di attivisti, che approfitto per ringraziare per avermelo preparato, e riguarda l'epidemia di ebola in *West* Africa, che può essere fermata solo con un massiccio e tempestivo intervento da parte di chi vuole veramente fermarla.

Questo intervento dovrebbe consistere nell'inviare in quei posti il maggior numero di risorse umane e materiali possibili, come si fa quando ci sono catastrofi naturali (e questa, fino a prova contraria, lo è). L'intervento consiste nell'installare il più possibile ospedali da campo dedicati, laboratori, materiale sanitario dedicato, logistica per la distribuzione di cibo e personale sanitario. Sotto questo punto di vista, purtroppo, solo l'Inghilterra si è mossa massicciamente in Sierra Leone, ma non può essere la sola.

Le organizzazioni più preparate in queste situazioni sono di tipo militare, oppure la protezione civile. In Europa esiste il Meccanismo europeo di protezione civile, che in questo caso non è stato attivato; o, se lo è stato, non l'hanno fatto in modo congruo alla dimensione di questa tragedia. Si sta delegando l'intervento alle ONG come Emergency, che ovviamente non possono essere all'altezza di affrontare

l'immane organizzazione e le cospicue risorse che richiederebbe questa epidemia. Per non parlare poi dei danni immani che lascerà ebola come strascico sotto il punto di vista sia delle economie che del sistema sanitario di queste zone che, già di per sé, è molto fragile.

Noi ci chiediamo come mai l'Europa, pur avendo gli strumenti di intervento, non li sta utilizzando. A questo proposito vorrei chiedere veramente un sollecito urgente - non un semplice sollecito, perché l'epidemia avanza - dell'interrogazione 4-03108, che tra l'altro è stata firmata da senatori appartenenti a diversi Gruppi politici, quindi non solo al Movimento 5 Stelle. Tale interrogazione riguarda proprio questo tema. Chiederei veramente uno sforzo per queste questioni, che hanno carattere d'urgenza perché il *virus* non si ferma, affinché si abbia un occhio di riguardo e si venga a riferire in Aula.

PAGLINI *(M5S)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

PAGLINI *(M5S)*. Signor Presidente, in Toscana il territorio del Comune di Castagneto Carducci in Provincia di Livorno è noto a livello internazionale per la bellezza dei borghi e per i luoghi resi celebri dalle poesie uscite dalla penna di Giosuè Carducci, premio Nobel della letteratura italiana.

Recentemente il sindaco e la Giunta comunale di sinistra di Castagneto hanno approvato un piano di interventi che prevede l'abbattimento di una pineta storica e di dune in un'area ecologicamente molto pregiata. Un'amministrazione comunale dovrebbe essere custode del territorio e lo dovrebbe valorizzare e preservare, soprattutto se si tratta di aree incontaminate e finora risparmiate dalla cementificazione.

Il nostro Paese è visitato da milioni di turisti proprio per la bellezza del paesaggio, oltretutto tutelato dalla Costituzione all'articolo 9. Un principio base che ogni amministratore dovrebbe sempre ricordare è che non si può costruire in aree di interesse paesaggistico: lo prevede la legge, lo prevede la nostra Costituzione e ce lo dice anche il buon senso.

A chi giova questo intervento? La Giunta di sinistra di Castagneto Carducci chiama questa iniziativa come un'opera di riqualificazione, ma in realtà si tratta più prosaicamente di dare carta bianca per la costruzione di un parcheggio per 525 posti auto e la costruzione di ben due centri commerciali ai danni dell'ambiente e delle coste. L'area sarà grande praticamente come otto campi da calcio; sono circa otto gli ettari interessati.

Se nel territorio del Comune di Castagneto ci sono piante storiche secolari, nessuno deve avere il diritto di abbatterle, così come non si può accettare che per una delibera comunale possa essere autorizzato il taglio di una pineta e che su questi luoghi si possa costruire liberamente e selvaggiamente, spianando dune e distruggendo boschi vergini. Le dune e le relative fasce di vegetazione che si trovano nel Comune di Castagneto Carducci rappresentano un ambito unico, incommensurabile, il cui valore è molto significativo. Purtroppo questo avviene in molte parti d'Italia lungo le nostre coste.

Mentre il sindaco e la sua Giunta vogliono intervenire in modo invasivo proprio su quest'area, i nostri attivisti e il nostro consigliere ci hanno segnalato questa realtà. Faccio quindi presente a quest'Aula che ho presentato un atto di sindacato ispettivo al Ministro per le politiche agricole, alimentari e forestali perché vigili su quanto sta accadendo a Castagneto Carducci.

Ringrazio tutti gli attivisti e il nostro consigliere Manrico Micheletti per l'importante lavoro svolto in Consiglio comunale e su tutto il territorio toscano; segnale questo che se i cittadini si attivano si riesce a salvare il nostro patrimonio storico, culturale e paesaggistico. *(Applausi dal Gruppo M5S)*.

Mozioni, interpellanze e interrogazioni, annunzio

PRESIDENTE. Le mozioni, interpellanze e interrogazioni pervenute alla Presidenza saranno pubblicate nell'allegato B al Resoconto della seduta odierna.

Ordine del giorno per la seduta di venerdì 19 dicembre 2014

PRESIDENTE. Il Senato tornerà a riunirsi in seduta pubblica domani, venerdì 19 dicembre, alle ore 10, con il seguente ordine del giorno:

(Vedi ordine del giorno)

La seduta è tolta *(ore 21,08)*.

Allegato B

Integrazione all'intervento del senatore D'Ambrosio Lettieri nella discussione generale congiunta dei disegni di legge nn. 1699 e 1698

Signor Presidente, signori del Governo, colleghe e colleghi. Questa legge di stabilità rischia di passare alla storia come la legge della instabilità. Partiamo dai fatti.

Confesercenti ci fa sapere che il 2014 è stato un anno nero con un saldo tra chiusure e aperture negativo per oltre 23.500 imprese. E a trascinare in rosso il bilancio è soprattutto il commercio al dettaglio, in profonda sofferenza. E d'altronde i consumi delle famiglie sono stati ridotti all'osso, con una crescita praticamente pari a zero. Il 92 per cento degli italiani ha dichiarato di aver ridotto qualche capitolo di spesa.

Gli ultimi dati ISTAT pubblicati il 28 novembre e afferenti al mese di ottobre 2014 rilevano che la disoccupazione segna il nuovo *record* del 13,2 per cento e quella giovanile raggiunge quota 43,3 per cento.

Bankitalia fotografa nell'ultimo bollettino statistico una realtà che definire preoccupante è troppo poco: cala la ricchezza delle famiglie - in flessione dell' 1,4 per cento - che diventano sempre più povere.

E proprio le famiglie, alle prese in questi giorni con quell'oggetto oscuro e misterioso che è la TASI, sembrano essere il bersaglio preferito da questa legge di stabilità. Il governo si era impegnato a mantenere l'incidenza della TASI sotto quella della vecchia IMU, che il Governo Berlusconi - lo voglio ricordare - aveva eliminato sulla prima casa. Ma accade proprio il contrario.

Praticamente, non solo una famiglia su due, cioè il 54 per cento delle famiglie italiane, paga un conto molto più salato rispetto a quello pagato con l'IMU sulla prima casa che - lo voglio subito sottolineare - è una tassa iniqua, un balzello vergognoso di cui riproponiamo con forza e convinzione, la eliminazione. Ma le famiglie hanno visto anche sparire dalla sera alla mattina le agognate detrazioni di cui avrebbero dovuto farsi carico i Comuni che applicano le aliquote di riferimento, fino a un massimo del 3,3 per mille, e su cui avrebbe dovuto vigilare il Governo.

Ogni ente locale, naturalmente, sta facendo a modo suo. E così, ci troviamo di fronte a cittadini e famiglie beffati, salassati e pure discriminati. Tutto può cambiare, a seconda se vivi a Lecco o a Bari.

Insomma, non solo la pressione fiscale invece di calare continua a salire, ma è il caos più completo.

La sanità, un altro campo minato, che, se resta così, rischia davvero di mettere in serio pericolo la garanzia dei livelli essenziali di assistenza.

A parte il fondo per i farmaci innovativi, che però dispone di una dote finanziaria insufficiente, per il resto, il Governo ha proseguito nella scelta inutile e deleteria di effettuare tout court tagli lineari nei trasferimenti alle regioni.

Il nostro Paese gode di una sanità ispirata ai principi di quella universalità che rappresenta l'elemento distintivo finanche della nostra democrazia: universalità, solidarietà ed equità che vogliamo e dobbiamo difendere, oltre e contro ogni demagogia ed inganno. Eppure dobbiamo registrare, anche con grande sofferenza oltre che delusione e dissenso, il permanere nel nostro Paese negli ultimi anni di una tendenza alla produzione legislativa che mette il Paese stesso in una condizione di stress, che sta determinando una condizione grave di tensione sociale.

Le politiche sanitarie sono scritte nel libro d'oro del nostro *welfare*; dobbiamo necessariamente raggiungere un più adeguato livello di *governance*; però la nostra sanità è quella che in Europa costa di meno: si stima un costo che non supera il 7,1 per cento rispetto al PIL, una percentuale molto inferiore rispetto a quella della Francia che arriva al 9 per cento, della Germania che arriva all'8,6, del Regno Unito 7,8 per cento. Questo nonostante la nostra sanità, a livello internazionale, rappresenti un

paradigma virtuoso che riesce, con risorse più ridotte, a dare prestazioni più efficaci ed efficienti, sia pure in un quadro di profonda difformità che registriamo nelle varie Regioni del nostro Paese, e addirittura all'interno di ciascuna Regione in modo talvolta anche profondamente divaricato.

Come si fa dunque a tacere ed ignorare l'inganno scritto negli articoli 35 e 39, nel Patto per la salute? Signor Presidente, colleghi e colleghe, l'articolo 35 porta 4 miliardi in meno al Fondo sanitario e l'articolo 39 fa un riferimento al recepimento - a questo punto dovrei definire «fittizio» - di quanto stabilito nel difficile confronto con le Regioni in riferimento alle cifre.

Il 10 luglio si arrivò alla sottoscrizione del Patto per la salute dopo un contrasto molto profondo, che riguarda in particolare due aspetti, il finanziamento del Fondo e la possibilità di utilizzare i risparmi ed i virtuosismi di una buona *governance* dentro alla stessa sanità.

Abbiamo visto questi due principi assolutamente ignorati e dimenticati perché è espressamente previsto nella legge finanziaria che le cifre del finanziamento al Fondo sanitario debbano intendersi valide, salvo ulteriori modifiche che si rendessero necessarie in relazione al conseguimento degli obiettivi di finanza pubblica ed a variazioni del quadro macroeconomico. Si tratta di una clausola che, a mio avviso, cancella la conquista fatta dalle Regioni perché l'aver poi trasferito sulle stesse, a fronte della riduzione di finanziamento deciso dalla legge di stabilità, il compito di recuperare le modalità di ottenere risparmi, magari intervenendo sulla farmaceutica e sul comparto dei beni e servizi, credo meriti veramente il premio Nobel dell'inganno e della demagogia.

Quando si dice che da parte delle Regioni si possono recuperare risorse dal Fondo per la farmaceutica, intanto dimentichiamo che questa è l'unica spesa ad avere un tetto. Sui tetti bisognerà pur aprire una riflessione: mi sembra veramente un paradosso tentare di incidere, con tagli arrivati al 45 per cento dell'intera somma da risparmiare, su quello che pesa per un 15 per cento nel bilancio del Fondo sanitario.

Sappiamo peraltro dalle statistiche - e da quanto ci raccontano i dati dell'OCSE e dell'AIFA - che, quanto al costo medio dei farmaci, spendiamo meno di tutti gli altri Paesi. Come si fa, allora, a dire al Paese che poi le Regioni provvederanno a risparmiare intervenendo sulla spesa farmaceutica e su beni e servizi? Sul secondo capitolo deve essere fatto, con grande determinazione.

Il problema è che abbiamo visto fare molto poco su quel versante in questo disegno di legge. Sulla spesa pubblica non si è intervenuti quasi per nulla. Spero, quindi, che questo dibattito consenta di poter arrivare ad una correzione sostanziale e allo scioglimento di quei nodi che impediscono la crescita e, dunque, nuova occupazione.

Sarebbe un forte segnale al Paese se il Governo ammettesse di non aver mantenuto le promesse sino ad oggi.

L'elenco è lungo: la riforma del lavoro era stata promessa entro marzo. Niente.

Quella della pubblica amministrazione, entro aprile. Idem.

La riforma del fisco doveva essere pronta entro maggio. Pure qui parole, parole. La riforma della giustizia: entro giugno. Un sogno.

Per il pagamento di 68 miliardi di debiti della pubblica amministrazione, promessa entro luglio è poi arrivato puntuale il rinvio al 21 settembre.

Il taglio dell'IRAP è stato fatto ad aprile aumentando la tassazione sul risparmio, ma poi bellamente cancellato nella legge di stabilità.

Resta il *bonus* degli 80 euro per pochi, non per tutti.

Sul lavoro, stendiamo un velo pietoso.

E poi ci sono i marò. Sui nostri due militari si è consumata una vergogna senza fine. Il 22 febbraio, in una telefonata a Girone e a Latorre, Renzi dichiarava che la loro vicenda era una priorità del Governo. Sappiamo tutti come, a distanza di 11 mesi, il Governo sia rimasto con le mani in mano tanto da arrivare all'epilogo di due giorni fa, con il rigetto, da parte della Corte indiana, delle richieste dei nostri due fucilieri.

Ora, il quadro è questo. Ma noi vogliamo provare a ridipingerlo. Innanzitutto, di fronte ad una situazione del genere, non si può pensare di persistere con la vessazione fiscale. Perché di questo si

tratta. Di vessazione.

Un forte taglio di tasse ora, subito, in parte finanziato superando temporaneamente il tetto del 3 per cento del *deficit* - solo per il tempo necessario a realizzare un programma credibile (perché con obiettivi prefissati) di tagli alla spesa pubblica e vere riforme strutturali - sarebbe la strada giusta da seguire perché il nostro Paese possa tornare a crescere, e con la maggiore crescita anche riuscire a risanare i conti pubblici in modo sostenibile.

Ben tre sono le tasse introdotte retroattivamente, in violazione dello Statuto del contribuente, della delega fiscale e dello Stato di diritto:

1) Il ripristino delle aliquote IRAP antecedenti al taglio del 10 per cento deciso con il decreto IRPEF: la copertura di quel taglio (l'aumento della tassazione sulle rendite finanziarie) è confermata, mentre l'impiego (il taglio IRAP), è cancellato, il che si traduce in un aumento netto di imposizione per 2 miliardi a valere sul 2014;

2) Aumento della tassazione sui rendimenti dei fondi pensione e sui dividendi di fondazioni ed enti non commerciali anch'esso dal 2014;

3) Tassazione sui rendimenti delle polizze vita per causa di morte.

Ci sono poi nuove tasse a scattare automaticamente: TASI dal 2015 e Iva/accise dal 2016/2017. Un disastro.

Purtroppo, il Governo Renzi non ha avuto il coraggio di andare fino in fondo né nel taglio alla spesa pubblica, né nella sfida ai vincoli europei: dopo aver programmato un aumento del deficit di 11 miliardi, su pressione della Commissione UE ha accettato di ridurlo a circa 6 miliardi. Dall'aggiustamento nella misura dello 0,5 per cento del PIL che avremmo dovuto adottare seguendo le regole di Bruxelles, il "compromesso" raggiunto è uno 0,38 per cento. Per cui il margine di flessibilità realmente concessoci è dello 0,1 per cento. In questa gabbia è impossibile realizzare lo choc fiscale - in positivo - che proponiamo.

La nostra proposta, indirizzata ad imprese, lavoratori, consumatori e famiglie, vale 40 miliardi di tasse in meno in 2 anni, e 12 nei successivi 3, definendo tre grandi aree di intervento (imprese/lavoro, consumi, casa), coperti con vere operazioni di attacco alla spesa pubblica eccessiva e improduttiva.

Dimezzamento dell'IRAP entro un anno e abolizione completa entro due; riduzione dell'aliquota Ires dal 27,5 al 23 per cento nei successivi 3 anni; 10 miliardi di tasse in meno sui redditi: non attraverso *bonus* che discriminano tra lavoratori e lavoratori, e distorcono la progressività e l'efficienza economica dell'IRPEF, ma attraverso una rimodulazione delle aliquote nominali; riduzione dell'IVA al 20 per cento; immediata abolizione della tassazione sulla prima casa. Questi i punti principali.

Presentiamo emendamenti al disegno di legge stabilità anche sugli investimenti, come chiedono le imprese, e Fondo di coesione. La legge di stabilità 2014 ha stabilito in 54 miliardi di euro la sua dotazione per il periodo 2014-2020. Dopo oltre un anno, il Governo non ha compiuto nessun atto di programmazione dello stesso FSC e ad oggi le risorse non risultano programmate.

Proponiamo, dunque, interventi nell'edilizia scolastica, nel dissesto idrogeologico, per l'emergenza agricola, interventi di ricostruzione nei territori colpiti da alluvione e altre calamità atmosferiche. A tal proposito vorrei stigmatizzare con forza la decisione folle di non prorogare il pagamento delle tasse per le zone alluvionate.

L'esclusione dal Patto di stabilità delle risorse destinate al cofinanziamento dei programmi comunitari è, poi, irrinviabile.

Insomma, è troppo chiedere coerenza a questo Governo? È troppo chiedere che guardi agli interessi degli italiani, di tutti gli italiani. È troppo chiedere una politica autorevole in Europa che non si riduca alla faccia imbronciata davanti ai rimbrotti del commissario UE per poi immediatamente tornare in riga senza pensare a difendere seriamente le prerogative del Paese?

È troppo, colleghe e colleghi, chiedere meno demagogia e più pragmatismo quando si parla di Sud? Il grande assente dalle politiche di questo governo.

Nemmeno il semestre di Presidenza europea è stato sufficiente a questo Governo, pur rappresentato da un Presidente del Consiglio che si era espresso in toni assolutamente vivaci e vibranti - probabilmente

anche troppo - a recuperare autorevolezza e a scrivere pagine più eque e lungimiranti sul piano sociale ed economico.

Concludo con due considerazioni: anzitutto credo faremmo davvero molto male - e mi riferisco al Governo e alle forze politiche che lo sostengono *in primis* - ad ignorare quanto sta accadendo nel nostro Paese, se fingessimo di non vedere che le piazze sono ad un punto di rottura rispetto al rapporto che le lega al Palazzo, che si è sciupato, sfilacciato, si è - talvolta penso -irrimediabilmente rovinato.

La rovina di questo rapporto è funestato ancora di più dalla drammatica cronaca di questi ultimi giorni, che riguarda, purtroppo, in modo diffuso, tutta la politica, come se essa fosse stata schizzata da una valanga di fango messa nel ventilatore. Dobbiamo necessariamente farci carico della situazione, rimanendo garantisti, ma non dimenticando lo stato di disagio, di rabbia, di protesta e di indignazione che si leva dalle piazze rispetto a quanto accade a Roma, come in altre parti del Paese.

Mi aggancio alle considerazioni che ha fatto anche il Ministro della salute in relazione agli sperperi e alla corruzione che si registrano nel comparto sanitario. Non voglio scendere nel merito dei numeri perché chiunque citi dei numeri deve anche avere la capacità di documentarli. Potrei usare le stesse parole e riportare le stesse cifre date dal Ministro, che sarebbero una pugnalata al cuore di ognuno di noi, di ciascuna persona che nel nostro Paese lavora e paga le tasse. Ma certamente sappiamo che ci sono cifre molto importanti che vengono sottratte ai bilanci pubblici per corruzione, per sprechi, per sperperi, per inefficienze.

Credo che il Governo abbia il dovere morale - e noi di seguito - di provvedere a dare un segnale evidente, concreto e tangibile di efficace contrasto a questo odiosissimo capitolo. E deve farlo ancora prima di utilizzare le forbici che, più che tagliare risorse, tagliano diritti alla nostra comunità.

Abbiamo proposto emendamenti "meno spesa/meno tasse" alla legge di stabilità. Essendo credibili e coperti, la maggior parte dei nostri emendamenti sono stati dichiarati ammissibili, ma il Governo si è assunto le responsabilità di respingerli, dicendo no a chiare e praticabili richieste riformatrici.

Sull'Europa c'è da battersi contro tutti i peggiori vincoli, a partire dalla cancellazione di quanto nel 2012 è stato aggiunto all'articolo 81 della Costituzione (e anche questo è già oggetto della nostra azione emendativa in sede di riforma costituzionale).

Abbiamo il dovere di dare risposte, di rimetterci in comunicazione con il mondo produttivo che, da Confcommercio a Confartigianato, ma anche Confindustria e Confesercenti, per non parlare del popolo bistrattato delle partite Iva, ci dice a gran voce che gli interventi contenuti nella legge di stabilità non solo non risolvono tante questioni, in primis la questione dei costi del lavoro, ma addirittura rischiano di produrre solo effetti restrittivi.

In prima fila anche il Forum delle Famiglie e i sindacati.

Se proprio non vuole ascoltare noi, invitiamo Governo e maggioranza ad ascoltare loro, gli italiani.

Congedi e missioni

Sono in congedo i senatori: Anitori, Bubbico, Cassano, Ciampi, Della Vedova, De Pietro, De Poli, Di Giorgi, D'Onghia, Floris, Formigoni, Minniti, Monti, Nencini, Olivero, Pepe, Piano, Pizzetti, Puppato, Rubbia, Sangalli, Stucchi e Vicari.

Sono assenti per incarico avuto dal Senato i senatori: Casson, Crimi, Esposito Giuseppe e Marton, per attività del Comitato Parlamentare per la sicurezza della Repubblica.

Gruppi parlamentari, variazioni nella composizione

La senatrice Maria Paola Merloni ha comunicato di aderire al Gruppo parlamentare Per le Autonomie (SVP-UV-PATT-UPT)-PSI-MAIE, cessando di far parte del Gruppo parlamentare Per l'Italia.

Il Presidente del Gruppo parlamentare Per le Autonomie (SVP-UV-PATT-UPT)-PSI-MAIE ha accettato tale adesione.

Con lettere in data 16 dicembre 2014, i senatori Casini, De Poli, Di Biagio e Luigi Marino hanno dichiarato di aderire al Gruppo parlamentare Area Popolare (NCD-UDC) cessando di appartenere al Gruppo parlamentare Per l'Italia.

Il Presidente del Gruppo parlamentare Area Popolare (NCD-UDC) ha accettato tali adesioni.

Commissioni permanenti, variazioni nella composizione

Il Presidente del Gruppo parlamentare Per le Autonomie (SVP-UV-PATT-UPT)-PSI-MAIE ha comunicato che la senatrice Maria Paola Merloni entra a far parte della 5a Commissione permanente.
Conseguentemente la senatrice Merloni cessa di far parte delle Commissioni permanenti 6a, 8a e 10a.

Comitato parlamentare di controllo sull'attuazione dell'Accordo di Schengen, di vigilanza sull'attività di Europol, di controllo e vigilanza in materia di immigrazione, variazioni nella composizione

Il Presidente del Senato, in data 17 dicembre 2014, ha chiamato a far parte del Comitato parlamentare di controllo sull'attuazione dell'Accordo di Schengen, di vigilanza sull'attività di Europol, di controllo e vigilanza in materia di immigrazione la senatrice Laura FASIOLO, in sostituzione del senatore Carlo PEGORER, dimissionario.

Disegni di legge, annunzio di presentazione

Ministro economia e finanze
Ministro istruz., univ., ric.
Ministro politiche agricole
Presidente del Consiglio dei ministri
(Governo Renzi-I)
Conversione in legge del decreto-legge 16 dicembre 2014, n. 185, recante disposizioni urgenti in materia di proroga dei termini di pagamento IMU per i terreni agricoli montani e di interventi di regolazione contabile di fine esercizio finanziario (1709)
(presentato in data 16/12/2014);
senatrice Montevecchi Michela
Istituzione della figura del "fundraiser" nei ruoli del Ministero di beni e delle attività culturali e del turismo (1710)
(presentato in data 15/12/2014);
senatrice Montevecchi Michela
Modifiche al decreto legislativo 19 febbraio 2014, n. 59, in materia di formazione del personale docente della Scuola dell'infanzia (1711)
(presentato in data 15/12/2014);
senatori Centinaio Gian Marco, Stefani Erika, Candiani Stefano, Divina Sergio, Arrigoni Paolo, Bellot Raffaela, Bisinella Patrizia, Calderoli Roberto, Comaroli Silvana Andreina, Consiglio Nunziante, Crosio Jonny, Munerato Emanuela, Stucchi Giacomo, Tosato Paolo, Volpi Raffaele
Introduzione del trattamento farmacologico di blocco androgenico totale a carico dei condannati per delitti di violenza sessuale (1712)
(presentato in data 15/12/2014);
senatori Campanella Francesco, Mineo Corradino, Bocchino Fabrizio, De Pin Paola, Ricchiuti Lucrezia, Bencini Alessandra, Gambaro Adele, Puppato Laura, Palermo Francesco
Modifiche al codice penale in materia di prescrizione dei reati (1713)
(presentato in data 12/12/2014);
senatori Buemi Enrico, Longo Fausto Guilherme
Disposizioni per il reclutamento del personale nelle carriere iniziali delle Forze di Polizia (1714)
(presentato in data 10/12/2014);
senatore Di Biagio Aldo
Estensione alle vittime del dovere e della criminalità organizzata dei benefici riconosciuti alle vittime del terrorismo (1715)
(presentato in data 05/12/2014);
senatori Mancuso Bruno, Gualdani Marcello, Perrone Luigi, Zizza Vittorio, Alicata Bruno, Spilabotte Maria, Gambaro Adele, Cucca Giuseppe Luigi Salvatore, Compagnone Giuseppe, Pagliari Giorgio, Conte Franco, Scalia Francesco, Cuomo Vincenzo, Aiello Piero, Marinello Giuseppe Francesco Maria, Dalla Tor Mario, Scilipoti Isgro' Domenico, Esposito Giuseppe
Disposizioni per il mantenimento degli uffici dei giudici di pace soppressi ai sensi del decreto

legislativo 7 settembre 2012, n. 156 (1716)
(presentato in data 05/12/2014);
senatori Cucca Giuseppe Luigi Salvatore, Lumia Giuseppe, Capacchione Rosaria, Casson Felice, Cirinna' Monica, Filippin Rosanna, Ginetti Nadia, Lo Giudice Sergio
Disposizioni per la riapertura dei termini per la presentazione delle richieste di mantenimento degli uffici dei giudici di pace (1717)
(presentato in data 17/12/2014);
DDL Costituzionale
Senatrice Ginetti Nadia
Modifica dell'articolo 68 della Costituzione in materia di intercettazioni (1718)
(presentato in data 18/12/2014).

Disegni di legge, assegnazione

In sede referente
6ª Commissione permanente Finanze e tesoro
Conversione in legge del decreto-legge 16 dicembre 2014, n. 185, recante disposizioni urgenti in materia di proroga dei termini di pagamento IMU per i terreni agricoli montani e di interventi di regolazione contabile di fine esercizio finanziario (1709)
previ pareri delle Commissioni 1° (Affari Costituzionali), 5° (Bilancio), 7° (Istruzione pubblica, beni culturali), 9° (Agricoltura e produzione agroalimentare), 13° (Territorio, ambiente, beni ambientali), 14° (Politiche dell'Unione europea), Commissione parlamentare questioni regionali; E' stato inoltre deferito alla 1° Commissione permanente, ai sensi dell'articolo 78, comma 3, del Regolamento.
(assegnato in data 16/12/2014).

Affari assegnati

In data 17 dicembre 2014, è stato deferito alla 10a Commissione permanente, ai sensi dell'articolo 34, comma 1, e per gli effetti di cui all'articolo 50, comma 2, del Regolamento, l'affare "sulle strategie dei nuovi vertici della società Sogin SpA" (Atto n. 420).
In data 17 dicembre 2014, sono stati deferiti alle Commissioni permanenti 3a (Affari esteri, emigrazione) e 4a (Difesa) riunite, ai sensi dell'articolo 34, comma 1, e per gli effetti di cui all'articolo 50, comma 2, del Regolamento, due affari concernenti, l'uno, la vicenda relativa ai due fucilieri di Marina (Atto n. 421), l'altro, gli impegni internazionali dell'Italia (Atto n. 422).
L'affare sulle strategie dei nuovi vertici della società Sogin S.p.a., già assegnato in data 17 dicembre 2014 alla 10a Commissione permanente (Atto n. 420), è stato riassegnato alle Commissioni riunite 10a e 13a, ai sensi dell'articolo 34, comma 1, e per gli effetti di cui all'articolo 50, comma 2, del Regolamento.

Governo, trasmissione di atti per il parere

Il Ministro dell'economia e delle finanze, con lettera in data 9 dicembre 2014, ha trasmesso - per l'acquisizione del parere parlamentare, ai sensi dell'articolo 12, comma 3, della legge 30 dicembre 1991, n. 413 - lo schema di decreto ministeriale concernente l'esonero dall'obbligo di certificazione tramite ricevuta o scontrino fiscale dei corrispettivi per determinate prestazioni rese da soggetti concessionari del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti (n. 127).
Ai sensi della predetta disposizione e dell'articolo 139-*bis* del Regolamento, lo schema di decreto è deferito alla 6a Commissione permanente, che esprimerà il parere entro il termine del 16 gennaio 2015. Le Commissioni 5a e 8a potranno formulare le proprie osservazioni alla Commissione di merito entro il 5 gennaio 2015.

Governo, trasmissione di atti e documenti

Il Ministro della difesa, con lettera in data 12 dicembre 2014, ha inviato la Nota aggiuntiva allo stato di previsione per la Difesa per l'anno 2015, aggiornato a novembre 2014.
Il predetto documento è stato trasmesso, ai sensi dell'articolo 34, comma 1, secondo periodo, del Regolamento, alla 4a e alla 5a Commissione permanente (Atto n. 423).
Il Ministro dei beni e delle attività culturali e del turismo, con lettere in data 27 novembre e 15

dicembre 2014, ha inviato, ai sensi dell'articolo 24 del decreto legislativo 29 gennaio 1998, n. 19, le relazioni sull'attività svolta dalla Fondazione La Biennale di Venezia nell'anno 2012 (*Doc*. CLXX, n. 1) e nell'anno 2013 (*Doc*. CLXX, n. 2).

Il predetto documento è stato trasmesso, ai sensi dell'articolo 34, comma 1, secondo periodo, del Regolamento, alla 7a Commissione permanente.

Corte dei conti, trasmissione di relazioni sulla gestione finanziaria di enti

Il Presidente della Sezione del controllo sugli Enti della Corte dei conti, con lettere in data 11 e 12 dicembre 2014, in adempimento al disposto dell'articolo 7 della legge 21 marzo 1958, n. 259, ha inviato la determinazione e la relativa relazione sulla gestione finanziaria:

dell'ICE - Agenzia per la promozione all'estero e l'internazionalizzazione delle imprese italiane, per l'esercizio 2013. Il predetto documento è stato trasmesso, ai sensi dell'articolo 131 del Regolamento, alla 5a e alla 10a Commissione permanente (*Doc*. XV, n. 209);

dell'EXPO 2015 S.p.A., per l'esercizio 2013. Il predetto documento è stato trasmesso, ai sensi dell'articolo 131 del Regolamento, alla 5a e alla 10a Commissione permanente (*Doc*. XV, n. 210);

dell'Ente Parco Nazionale dell'Arcipelago di La Maddalena, per gli esercizi 2012 e 2013. Il predetto documento è stato trasmesso, ai sensi dell'articolo 131 del Regolamento, alla 5a e alla 13a Commissione permanente (*Doc*. XV, n. 211);

dell'Opera nazionale di assistenza per il personale del corpo nazionale dei Vigili del fuoco, per l'esercizio 2013. Il predetto documento è stato trasmesso, ai sensi dell'articolo 131 del Regolamento, alla 1a e alla 5a Commissione permanente (*Doc*. XV, n. 212);

dell'Istituto nazionale per la storia del movimento di liberazione in Italia (INSMLI), per l'esercizio 2013. Il predetto documento è stato trasmesso, ai sensi dell'articolo 131 del Regolamento, alla 5a e alla 7a Commissione permanente (*Doc*. XV, n. 213);

dell'Ente Parco Nazionale del Cilento, Vallo di Diano e Alburni, per l'esercizio 2013. Il predetto documento è stato trasmesso, ai sensi dell'articolo 131 del Regolamento, alla 5a e alla 13a Commissione permanente (*Doc*. XV, n. 214);

della Cassa nazionale di previdenza ed assistenza a favore dei dottori commercialisti (CNPADC), per gli esercizi 2011 e 2012. Il predetto documento è stato trasmesso, ai sensi dell'articolo 131 del Regolamento, alla 5a e alla 11a Commissione permanente (*Doc*. XV, n. 215).

Corte di cassazione, trasmissione di ordinanze su richieste di *referendum*

L'Ufficio centrale per il *referendum* presso la Corte Suprema di Cassazione, con lettera in data 15 dicembre 2014, ha trasmesso, ai sensi degli articoli 13 e 32 della legge 25 maggio 1970, n. 352, copia delle ordinanze, emesse dallo stesso Ufficio in data 11 dicembre 2014, con le quali ha dichiarato non legittime le quattro richieste di *referendum* popolare presentate in materia di pubblica sicurezza, di discriminazione razziale, etnica e religiosa, di accesso dei cittadini degli Stati membri dell'Unione europea ai posti di lavoro presso le amministrazioni pubbliche e di regolamentazione della prostituzione, in quanto sono state riscontrate irregolarità non sanabili.

Dette ordinanze sono depositate presso il Servizio dell'Assemblea a disposizione degli onorevoli senatori.

Commissione europea, trasmissione di progetti di atti normativi per il parere motivato ai fini del controllo sull'applicazione dei principi di sussidiarietà e di proporzionalità

La Commissione europea, in data 10 dicembre 2014, ha inviato, per l'acquisizione del parere motivato previsto dal protocollo n. 2 del Trattato sull'Unione europea e del Trattato sul funzionamento dell'Unione europea relativo all'applicazione dei principi di sussidiarietà e di proporzionalità, la proposta di regolamento del Parlamento europeo e del Consiglio relativo agli indici dei prezzi al consumo armonizzati e recante abrogazione del regolamento (CE) n. 2494/95 (COM (2014) 724 definitivo).

Ai sensi dell'articolo 144 del Regolamento, l'atto è deferito alla 5ª Commissione permanente che, ai fini del controllo sull'applicazione dei principi di sussidiarietà e proporzionalità, esprimerà il parere motivato entro il termine del 22 gennaio 2015.

Le Commissioni 1ª, 3ª e 14ª potranno formulare osservazioni e proposte alla 5ª Commissione entro il 15 gennaio 2015.

Petizioni, annunzio

Sono state presentate le seguenti petizioni:
il signor Alessandro Pachera, di Verona, chiede la revisione dell'articolo 403 del codice civile in materia di intervento della pubblica autorità a favore dei minori (*Petizione n. 1379*);
la signora Renata Grattoni, di San Giovanni al Natisone (Udine), chiede nuove disposizioni in materia di ricerca delle persone scomparse (*Petizione n. 1380*);
il signor Pier Angelo Bertolotti, di Brescia, chiede l'introduzione di forme di "lotteria immobiliare" per il rilancio del settore, particolarmente colpito dalla crisi in atto (*Petizione n. 1381*);
il signor Benito Alberto Ruiu, di Vercelli, chiede nuovi interventi a tutela del diritto alla casa e in materia di edilizia popolare (*Petizione n. 1382*);
il signor Massimiliano Valdannini, di Viterbo, chiede l'avvio della previdenza complementare per il personale del Comparto Sicurezza e Difesa (*Petizione n. 1383*);
il sindaco di Pachino (Siracusa), Roberto Bruno, e numerosissimi altri cittadini chiedono l'istituzione di una Commissione parlamentare d'inchiesta sulla morte del militare di leva Emanuele Scieri (*Petizione n. 1384*);
la signora Rosanna Occhiodoro, di Ancona, chiede interventi legislativi atti a rimuovere ogni forma di discriminazione nei confronti dei figli nati fuori dal matrimonio (*Petizione n. 1385*);
la signora Sandra Maria Da Silva, di Condado (Brasile), chiede che, nell'ambito della riforma della giustizia in corso di approvazione, si abolisca o almeno si limiti l'istituto della prescrizione e si adottino misure in favore dei cittadini vittime di errori giudiziari (*Petizione n. 1386*);
il signor Renato Lelli, di Raiano (L'Aquila), chiede:
la dismissione delle società a partecipazione pubblica (*Petizione n. 1387)*;
nuove norme in materia di requisiti per l'erogazione dell'assegno sociale (*Petizione n. 1388)*;
nuove norme in materia di diritto d'autore (*Petizione n. 1389)*;
nuove norme in materia di destinazione dell'otto per mille del gettito IRPEF (*Petizione n. 1390)*.
Tali petizioni, ai sensi dell'articolo 140 del Regolamento, sono state trasmesse alle Commissioni competenti.

Interrogazioni, apposizione di nuove firme

La senatrice Ricchiuti ha aggiunto la propria firma all'interrogazione 4-03162 del senatore Campanella ed altri.
I senatori Bertorotta, Bottici e Morra hanno aggiunto la propria firma all'interrogazione 4-03166 del senatore Santangelo ed altri.

Mozioni

NUGNES, MORONESE, MARTELLI, PUGLIA, ENDRIZZI, VACCIANO, DONNO, MORRA, BERTOROTTA, SANTANGELO, PAGLINI - Il Senato,
premesso che:
la situazione in cui versa la parte del territorio campano nota come "terra dei Fuochi", benché estremamente grave e complessa, rappresenta oggi una situazione riconoscibile, analizzabile e sicuramente risolvibile;
l'area, a forte vocazione agricola, per atavica assenza di adeguati controlli territoriali, amministrativi ed investigativi, generati anche dalla scarsa messa a disposizione di risorse umane, economiche e tecniche, è diventata nei decenni terra di predazione ambientale, una discarica abusiva d'Italia;
essa rappresenta la punta di un *iceberg* costituito dall'immenso diffondersi su tutto il territorio nazionale degli illeciti ambientali, in particolar modo relativi allo smaltimento dei rifiuti;
il decreto-legge n. 136 del 2013, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 6 del 2014, si è rivelato ad oggi di scarsa efficacia e pochi sono i benefici che ne sono scaturiti, e non poteva essere altrimenti, difatti il 17 ottobre 2014 il Governo, attraverso il sottosegretario di Stato alla Presidenza del Consiglio dei ministri Sesa Amici che ha risposto all'interpellanza 2-00713, ha ammesso alla Camera che i

risultati del decreto sulla terra dei fuochi a distanza di un anno *"non sono stati pari alle aspettative"*;
non è prevista un'organizzazione complessiva dei controlli in materia ambientale che preveda per tutto il personale coinvolto una formazione specializzata, un costante aggiornamento e sistemi di coordinamento tra i vari enti e corpi di polizia impegnati nella tutela ambientale;
una funzione di effettivo coordinamento tra gli enti e i corpi che si occupano del controllo del territorio renderebbe quest'ultimo maggiormente efficace e capillare, evitando il verificarsi di situazioni di duplicazione nei controlli ovvero di totale assenza degli stessi;
si esprimono forti perplessità relativamente all'utilizzo di personale militare in questo territorio e alla proposta di proroga del loro utilizzo anche per l'anno 2015; vi è il sospetto che si tratti di un'azione propagandistica di sola facciata, che ancora una volta non affronta il cuore del problema;
il personale militare non ha funzioni di polizia giudiziaria, ma solo funzione di pubblica sicurezza e non possiede formazione specifica in materia ambientale, con il risultato che il più delle volte è costretto a chiedere l'intervento, non sempre necessario, del Corpo forestale dello Stato o del nucleo operativo ecologico dell'Arma dei Carabinieri, per incompetenza nella materia specifica;
non appare condivisibile lo stanziamento per l'anno 2015 di 10 milioni di euro per l'utilizzo del personale militare e per coprire le spese dei mezzi corazzati soprattutto in considerazione del fatto che la regolare assunzione di un'unità di personale nei corpi di polizia ambientale non costa più di 50.000 euro all'anno e consentirebbe l'implementazione di personale specializzato;
occorre piuttosto fornire alle forze dell'ordine risorse economiche e idonei mezzi per procedere ad un costante ed assiduo controllo ambientale del territorio anche attraverso la realizzazione di rilievi aerofotogrammetrici, che permettano, attraverso la sovrapposizione, di risalire agevolmente alle modifiche della fisionomia del suolo, indice di possibili illeciti sversamenti;
un'importante azione di ausilio per il continuo e costante monitoraggio delle aree a rischio è rappresentata dall'utilizzo di speciali droni, compatibili con i sistemi magnetotermici e termografici, dei quali devono essere dotate le forze dell'ordine e il cui acquisto necessita dello stanziamento di opportune risorse economiche;
è necessario un piano organico di video-sorveglianza che superi le attuali gravi lacune in ordine alla competenza per la gestione delle videocamere;
è necessario che le risorse finanziarie siano utilizzate per perseguire obiettivi di controllo a monte della filiera dello smaltimento dei rifiuti speciali, con impegno massiccio anche del personale della Guardia di finanza in una campagna di controlli sulle aziende sommerse. Individuare le attività sommerse, infatti, è la chiave per arginare il fenomeno degli sversamenti abusivi di rifiuti speciali. Questo *modus operandi* è da privilegiare rispetto all'utilizzo di personale militare finalizzato a sanzionare chi materialmente "appicca il fuoco" al rifiuto, perseguendo così l'ultimo anello della catena senza mai individuare i reali responsabili;
opportuno ed efficace sarebbe, dunque, procedere ad una riorganizzazione di tutte le forze operanti in campo ambientale e agroalimentare appartenenti ai vari corpi di polizia, con il loro accorpamento al Corpo forestale dello Stato che attualmente ha dimostrato di possedere specializzazione e *intelligence* adeguate ad un'efficace azione di contrasto ai reati ambientali;
secondo il rapporto "Ecomafie 2014" pubblicato da Legambiente, il Corpo forestale dello Stato, seppur carente di uomini e mezzi, ha accertato nel 2013 oltre 10.000 reati ambientali contro i soli 65 della Polizia di Stato;
al fine di ottimizzare le risorse esistenti, occorre far confluire all'interno del corpo forestale: le polizie provinciali, i corpi forestali delle Regioni a statuto speciale, i nuclei dei Carabinieri presso il Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali e presso il Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare e l'Ispettorato centrale qualità e repressione frodi, oltre alle unità provenienti dal piano di dismissione dell'Aeronautica. In tal modo, in un arco di tempo estremamente ristretto, circa 6 mesi, si potrebbe aumentare di migliaia di unità il Corpo, senza rinunciare ad un'adeguata formazione ambientale di cui potrebbe e dovrebbe farsi carico lo stesso Corpo forestale dello Stato;
in merito alle bonifiche occorre rilevare che, pur a fronte del cospicuo stanziamento di fondi regionali,

circa 300 milioni di euro, e statali, 25 milioni solo nel 2014, ancora nessun risultato è stato realizzato;
tenuto conto che:
la legislazione sui reati ambientali vigente è inadeguata a fronteggiare le molteplici criticità del settore;
non esiste a livello nazionale un adeguato corpo ambientale interforze specializzato e coordinato strutturalmente con le agenzie ambientali, con le procure generali e distrettuali che possa costituire la base per una valida azione di contrasto agli illeciti ambientali, dalle fasi investigative a quelle del controllo territoriale e del costante monitoraggio, dotato di uomini e mezzi sufficienti, il cui coordinamento oltre che a livello nazionale si sviluppi a livello europeo in collegamento con l'Europol;
manca una banca dati unica nazionale in cui far confluire tutti i dati in possesso di ciascun ente e corpo, che permetterebbe lo scambio immediato di informazioni, aumentando l'efficacia del controllo, mentre attualmente banche dati appartenenti a diversi enti non sono neanche in grado di comunicare tra loro in quanto basate su sistemi di gestione dei dati differenti, ostacolando in tal modo ogni scambio di informazioni utili;
i mezzi tecnici a disposizione delle forze di polizia ambientale sono quasi sempre del tutto insufficienti ed inadeguati rispetto alle effettive necessità;
non esistono attualmente specifiche sezioni d'indagine erariale ambientale da parte dell'Agenzia delle entrate e l'individuazione di specifici indici di rischio per i tributi ambientali potrebbe integrare un'efficace misura per l'individuazione degli illeciti ambientali;
i controlli effettuati dall'Agenzia delle dogane sui traffici commerciali non prevedono la valutazione di specifici indici di rischio ambientale, che andrebbero opportunamente individuati ed applicati;
è necessario stabilizzare gli stanziamenti destinati al controllo ambientale quale unico mezzo possibile per ridurre, attraverso la prevenzione, gli altissimi costi derivanti dalla commissione di illeciti ambientali;
è necessario istituire un Fondo unico ambientale in cui far confluire, oltre alle risorse statali stanziate, tutti i proventi derivanti dai tributi ambientali, dai risarcimenti ottenuti per i danni ambientali, da confische e sequestri, vincolandone l'utilizzo ai fini della repressione e prevenzione degli illeciti ambientali e per la bonifica;
considerato che:
il gruppo europeo "Eurojust", organismo europeo per la cooperazione giudiziaria, ha denunciato nel suo nuovo rapporto "Strategic project on environmental crime" che sulla base dei dati analizzati si è constatato che la maggior parte dei reati ambientali commessi restano impuniti, generando costi altissimi per la società, e che pertanto gli Stati membri devono provvedere ad organizzare ciascuno un proprio corpo specializzato per il controllo ambientale che possa coordinarsi anche a livello europeo;
il presidente dell'Autorità nazionale anticorruzione, Raffaele Cantone, ha recentemente dichiarato alla stampa che l'80 per cento del malaffare si concentra nei reati ambientali, soprattutto quelli connessi con lo smaltimento illegale dei rifiuti, grazie anche alla colpevole mancanza di un'opportuna ed adeguata legislazione in materia di reati ambientali,
impegna il Governo:
1) a potenziare il Corpo forestale dello Stato, carente di uomini e mezzi, facendo confluire in esso risorse umane attualmente impegnate in modo dispersivo in altri enti o corpi, *in primis* attraverso l'accorpamento delle polizie provinciali, dei corpi forestali delle Regioni a statuto speciale, dei nuclei dei Carabinieri presso il Ministero delle politiche agricole e del Ministero dell'ambiente, dell'ispettorato centrale qualità e repressione frodi, e delle unità provenienti dal piano di dismissione dell'Aeronautica, al fine di ottimizzare le risorse esistenti e istituire una forza di polizia ambientale e agroalimentare specializzata e capillarmente distribuita su tutto il territorio nazionale, avente competenze tecniche e investigative, finalizzate al contrasto dei reati ambientali;
2) ad utilizzare il centro di formazione nazionale del Corpo forestale dello Stato di Castel Volturno (Caserta), istituito con decreto del 4 novembre 2011, come centro operativo delle azioni investigative, di *intelligence*, formative ed operative in materia di contrasto alle ecomafie per lo smaltimento illecito dei rifiuti nella terra dei fuochi, puntando a realizzare un modello di lotta ai crimini ambientali di

eccellenza da estendere a tutto il territorio nazionale;

3) a dotare gli organi di polizia impegnati nella tutela dell'ambiente di un sufficiente numero di droni volanti, aventi la possibilità di ospitare dispositivi per la visione notturna ed in grado di rilevare fonti di calore, di individuare variazioni di densità dei materiali e presenze di metalli, per monitorare le aree a rischio;

4) ad investire nella formazione di personale specializzato per il controllo ambientale quale misura atta a prevenire i maggiori costi sanitari ed ambientali derivanti dalla perpetuazione di tali illeciti;

5) a convogliare risorse per perseguire obiettivi di controllo a monte della filiera dello smaltimento dei rifiuti speciali, con impegno massiccio anche del personale della Guardia di finanza e dell'Agenzia delle entrate in una campagna di controlli sulle aziende sommerse e sui collegamenti societari o personali dei soggetti che si siano resi responsabili di pregressi illeciti ambientali, al fine di scardinare illeciti sistemi di gestione, intrecci pericolosi e appalti a ditte di dubbia affidabilità;

6) a prevedere apposite sezioni d'indagine erariale sui tributi ambientali da parte dell'Agenzia delle entrate, con correlati indici di rischio e individuare altrettanti specifici indici di rischio ambientale per i controlli sui traffici commerciali da parte dell'Agenzia delle dogane;

7) ad intraprendere ogni iniziativa finalizzata ad installare sulle strade extraurbane di accesso ai comuni campani, di cui al decreto-legge n. 136 del 2013, e successivi atti e decreti attuativi, appositi impianti di videosorveglianza, in congruo numero, facendo in modo che tali impianti siano gestiti da personale competente e che, qualora le registrazioni effettuate dalle videocamere evidenzino comportamenti illeciti, essi costituiscano elementi di prova negli eventuali procedimenti penali e presupposto per elevare sanzioni sul modello del sistema della flagranza in differita;

8) ad introdurre misure normative che prevedano l'inserimento dei reati ambientali tra quei reati ai quali si applica l'arresto obbligatorio in flagranza;

9) ad emanare ogni provvedimento necessario affinché tutti i lavoratori dell'Agenzia regionale per la protezione ambientale della campania che operano sui territorio dei comuni compresi nella terra dei fuochi assumano la qualifica di agenti di pubblica sicurezza nonché organi di polizia giudiziaria così come da ordine del giorno G3.102 (testo 2) in fase di discussione dell'AS 1275 (disegno di legge di conversione del decreto-legge n. 136) e accolto in data 5 febbraio 2014 come impegno dal Governo;

10) a regolamentare i parametri relativi alla concentrazione di sostanze "inquinanti" contenute nei suoli agricoli e nelle acque irrigue disciplinando le caratteristiche di composizione e di utilizzo delle stesse, in modo che si tenga conto non solo della qualità del prodotto agroalimentare per il profilo sanitario ma del danno concretamente causato alle matrici ambientali e della sua capacità di trasmigrazione;

11) a disporre che l'effettuazione dei controlli sui prodotti agroalimentari avvenga in campo e non solo sul bancale di vendita;

12) ad estendere il piano di controllo e di analisi del suolo e delle acque a tutti i terreni delle zone individuate dal decreto-legge n. 136 del 2013;

13) a stabilire che sui terreni risultati compromessi dall'inquinamento o comunque interdetti alla coltivazione di prodotti agricoli debbano essere avviati immediati interventi di piantumazione di alberi ad alto fusto (come il pioppo), che assolvono la duplice funzione di interdizione all'uso agricolo e di bonifica e risanamento di tipo selettivo tramite fitodepurazione;

14) ad istituire un fondo unico ambientale alimentato da risorse costanti negli anni in modo da dare continuità agli interventi da attuare in base a specifiche priorità di investimento su singoli settori, assegnando ad ognuno di loro importi predeterminati. Al fondo dovranno confluire altresì tutti i proventi derivanti dai tributi ambientali, dai risarcimenti ottenuti per i danni ambientali, da confische e sequestri a seguito di illeciti ambientali, vincolandone l'utilizzo per la repressione e prevenzione degli illeciti ambientali e per gli interventi di bonifica del territorio;

15) ad avviare, accanto alle iniziative di *screening* sanitario sulla popolazione residente, azioni di monitoraggio sanitario che prevedano il raffronto con situazioni a basso rischio ambientale, evidenziando i rispettivi indici di incidenza delle patologie tipicamente connesse a determinati fattori di rischio ambientale, in presenza ed in assenza degli stessi fattori.

(1-00367)

Interpellanze

DI BIAGIO - *Ai Ministri della difesa, della salute, dell'economia e delle finanze, per la semplificazione e la pubblica amministrazione e del lavoro e delle politiche sociali* - Premesso che:

il corpo militare della Croce rossa italiana rischia di essere smilitarizzato da una riforma introdotta dal decreto legislativo n. 178 del 2012 che impone la privatizzazione dell'ente pubblico Croce rossa, il conseguente passaggio dei militari in un ruolo speciale del personale civile della CRI, la mobilità a partire dal 2015;

alla mobilità farà seguito, al termine dei 2 anni, il licenziamento dei militari coinvolti, se non saranno stati assorbiti da altri enti o dicasteri che hanno bandito concorsi e che abbiano le necessarie disponibilità finanziarie, ovvero con probabilità quasi nulle di ricollocamento;

è opportuno ricordare che il corpo militare della Cri, ausiliario delle forze armate dello Stato, è disciplinato dal decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66 recante "Codice dell'ordinamento militare" (modificato e integrato con decreto legislativo 24 febbraio 2012, n. 20) e dal decreto del Presidente della Repubblica 15 marzo 2010, n. 90 recante il testo unico delle disposizioni regolamentari in materia di ordinamento militare (modificato e integrato con decreto del Presidente della Repubblica 24 febbraio 2012, 40), inerente, tra l'altro, allo stato giuridico, all'avanzamento, al trattamento economico e previdenziale di tutti militari dello Stato;

secondo le disposizioni previste dal citato decreto legislativo n. 178 del 2012, che ha privatizzato l'ente pubblico Cri definendo la smilitarizzazione del personale militare, il corpo militare della CRI sarà costituito, a partire dal 1° gennaio 2015, dal solo personale volontario in congedo. Tale contingente si troverà, tuttavia, ad operare in condizioni di forte criticità perché privo di quell'indispensabile supporto amministrativo e logistico garantito, finora, del personale in servizio;

la privatizzazione, i cui effetti negativi si stanno già manifestando a tutti i livelli, determinerà a giudizio dell'interpellante un pesante indebolimento di uno dei principali strumenti di soccorso sanitario e di supporto socio-assistenziale operante per la popolazione in tutte quelle circostanze di pubbliche calamità o gravi emergenze nazionali o internazionali dove il corpo militare è sempre stato presente operando con elevata competenza;

il provvedimento mette a serio rischio il rapporto di impiego per oltre 1.100 militari in servizio, che transitando in un ruolo civile, verranno posti in mobilità protetta per 2 anni, incorrendo poi nel realistico rischio di licenziamento;

a fronte del blocco del *turnover* per la pubblica amministrazione e delle consistenti riduzioni di spesa alle quali sono soggetti tutti i dicasteri dello Stato, la probabilità di un ricollocamento, in questi termini, per il personale coinvolto è assai scarsa;

una sorte ancor più critica interessa, in queste ore, i 175 militari in servizio a tempo determinato che operano per la Croce Rossa anche da 20 anni con grande professionalità e che il 1° gennaio 2015 perderanno il posto di lavoro senza alcuna possibilità di diversa collocazione;

considerato che:

risulta all'interrogante la sussistenza di oggettive difficoltà, in capo alle amministrazioni coinvolte e, soprattutto, in sede di funzione pubblica, in relazione alla gestione del transito ai ruoli civili di questo personale, proprio per le peculiarità derivanti dall'inquadramento militare e dagli effetti di "smilitarizzazione" previsti dal decreto;

una recente sentenza della Corte di Giustizia europea del 26 novembre 2014 ha condannato l'Italia in relazione al rapporto di lavoro instauratosi e per aver reiterato per più di 3 anni i contratti a tempo determinato ai docenti operanti nella pubblica amministrazione, delineandosi, nella fattispecie, anche la possibilità di estendere questo principio giuridico ad altre categorie di lavoratori interessati, quali quelli operanti nel comparto Sicurezza, Difesa e Soccorso pubblico;

appare incontrovertibile che il personale militare richiamato e impiegato per i compiti istituzionali dell'ente pubblico Croce rossa ha già ampiamente superato i 3 anni di permanenza in servizio e, dunque, potrebbe ricadere a pieno titolo nella tipologia di personale per cui si è espressa la Corte di

Giustizia europea;
in virtù del difficile scenario descritto, i cui risvolti sono particolarmente critici sotto il profilo occupazionale, sarebbe auspicabile che il personale interessato, ove disponga dei requisiti previsti, possa essere collocato in quiescenza, analogamente al personale del comparto Sicurezza, Difesa e Soccorso pubblico;
è opportuno evidenziare che, per quanto le amministrazioni preposte all'erogazione dei servizi pensionistici mostrino reticenze in relazione alla qualificazione, ai fini pensionistici, del personale militare della CRI, quale appartenente al comparto Sicurezza, Difesa e Soccorso pubblico, tale appartenenza risulta sancita da una consolidata giurisprudenza;
in particolare, in relazione alla collocazione del corpo militare della Croce rossa italiana si è pronunciata la Corte costituzionale fin dal 1999 con l'ordinanza n. 273, specificando "che il corpo militare della CRI, corpo speciale volontario, ausiliario delle Forze armate, ma non facente parte integrante delle stesse Forze armate ancorché sottoposto alle norme del regolamento di disciplina militare ed a quelle sostanziali del codice penale militare ed obbligato al giuramento, ha mantenuto - in forza del disposto degli artt. 10 e 11 del d.P.R. n. 613 del 1980 - la sua precedente collocazione, nonostante la trasformazione della CRI, accompagnata con l'ulteriore previsione che è a carico dell'Associazione il compito di attendere, in via ordinaria, secondo le direttive e sotto la vigilanza del Ministro della difesa, alla preparazione del personale, dei materiali e delle strutture di pertinenza del Corpo al fine di assicurare costantemente l'efficienza dei relativi servizi, che sono sovvenzionati, sia per l'organizzazione sia per il funzionamento, dallo Stato";
l'appartenenza del corpo militare della CRI al personale militare dello Stato è stata, poi ribadita dal Consiglio di Stato con sentenza n. 4283 del 18 marzo 2003, (personale del corpo militare della Croce rossa italiana, appartenenza alla categoria del personale militare ai sensi del decreto legislativo n. 165 del 2001, giurisdizione del giudice amministrativo per le controversie relative al rapporto di lavoro, Legittimità) che ha sancito come: "Deve, quindi, concludersi che il personale del Corpo militare della CRI è personale militare e che tale natura determina la permanenza nel regime di cui all'art. 3 del D.Lgs. n. 165/2001 e la conseguente giurisdizione del giudice amministrativo per le controversie relative ai rapporti di lavoro ai sensi dell'art. 68, comma 4 dello stesso decreto";
infine, una recente sentenza della Corte dei conti n. 538 del 17 giugno 2014 nell'esaminare un ricorso presentato per esaminare "nella fattispecie derogatoria di cui al menzionato art. 6 del D.L. n. 201/2011" precisa che "Dalla lettura della documentazione in atti appare infatti, in maniera incontrovertibile, che il m.llo D. era un appartenente al Corpo Militare della Croce Rossa e, come tale, la sua posizione istituzionale rientrava, a pieno titolo, nel c.d. comparto Difesa (ma fors'anche in quello di soccorso pubblico) che gode della deroga applicativa di cui all'art. 6 del D.L. citato";
considerato infine che:
le disposizioni di cui al decreto legislativo n. 66 del 2010 e al decreto del Presidente della Repubblica n. 90 del 2010 e successive modificazioni e integrazioni prevedono misure inerenti al trattamento previdenziale del personale militare della Croce rossa italiana;
appare incontrovertibile l'appartenenza del personale militare della Cri al regime previdenziale del comparto Difesa, Sicurezza e Soccorso pubblico, ai sensi dell'art. 3 del decreto legislativo n. 165 del 2001,
si chiede di sapere:
quali iniziative i Ministri in indirizzo intendano predisporre per salvaguardare la professionalità delle 175 unità di personale militare richiamato in servizio temporaneo che, da quasi 20 anni, assicura i servizi socio-assistenziali all'intera collettività e per garantirne, anche quale atto di doveroso riconoscimento, il proseguimento dell'attività lavorativa;
quali iniziative intendano predisporre, anche nell'imminente discussione della legge di stabilità finanziaria per il 2015, per sospendere l'applicazione del decreto legislativo n. 178 del 2012 e valutare una riorganizzazione della Croce rossa nel rispetto dei lavoratori, civili e militari, e della natura e vocazione dell'ente stesso;

quali iniziative intendano predisporre, anche in sede normativa, al fine di assicurare concretamente il giusto collocamento, anche ai fini pensionistici, al personale militare della Cri, dando quindi anche un minimo di serenità alle tante famiglie di militari che si trovano soggette ad un ingiusto trattamento.
(2-00232)

Interrogazioni

PUPPATO, SCALIA, COMPAGNONE, IURLARO, CALEO, PEPE - *Al Ministro dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare* - Premesso che:

nel comune di Statte, nelle immediate vicinanze di Taranto, è situato il deposito di rifiuti radioattivi CEMERAD. L'attività di tale deposito, destinato ai rifiuti di origine ospedaliera e industriale, è iniziata nel 1984 e si è conclusa nel 2000, a seguito di vicende giudiziarie dell'esercente legate alla gestione del deposito stesso. Il sito CEMERAD è stato chiuso e posto in custodia giudiziaria affidata al comune di Statte, ed in particolare, ne è attualmente custode l'assessore all'ecologia della giunta comunale in carica;

il deposito è costituito da un unico capannone dove sono immagazzinati circa 3.000 fusti di rifiuti radioattivi appartenenti alle diverse categorie, comprese la seconda e la terza, cioè rifiuti radioattivi a media e ad alta attività, ed inoltre, il sito contiene anche circa 12.000 fusti di rifiuti di natura diversa;

le informazioni sopra riportate sono contenute nella documentazione presente nel deposito, la cui attendibilità potrebbe non essere totale e lo stesso numero complessivo dei fusti potrebbe non essere facilmente verificabile a causa della loro fitta collocazione su numerosi strati, che rende di fatto impossibili le ispezioni visive;

già nel corso della XVI Legislatura, la situazione del deposito CEMERAD era stata esaminata dalla Commissione parlamentare di inchiesta sul ciclo dei rifiuti allora istituita. L'esame era stato condotto attraverso l'acquisizione di dati e di informazioni dall'ISPRA (l'Istituto per la protezione e la ricerca ambientale a cui sono attribuiti gli specifici compiti di controllo sulle attività a rischio radiologico), nonché, mediante l'audizione del sindaco di Statte. Secondo quanto comunicato dall'ISPRA, il deposito si trovava in uno stato di sostanziale abbandono ed esposto a ogni possibile evento; infatti, sia il capannone che i fusti presentavano segni di notevole degrado;

nel giugno 2012, il sindaco aveva provveduto a comunicare che il comune di Statte, utilizzando un finanziamento della provincia, che ammontava complessivamente a 1,5 milioni di euro, aveva bandito una gara per l'affidamento di lavori di caratterizzazione chimica e fisica dei rifiuti presenti nel deposito. Tenendo anche conto degli esatti termini della gara, come risultanti dalla relativa documentazione ricevuta, la Commissione di inchiesta aveva espresso, nella propria relazione conclusiva, una netta riserva sul percorso scelto dal comune, giudicato non economico e di nessun beneficio immediato. Il Comune avrebbe impegnato una cifra non trascurabile per la sola e per di più parziale caratterizzazione dei rifiuti in deposito, rinviando a un futuro indeterminato ogni operazione concretamente efficace per la riduzione del rischio. Ancora, proprio in riferimento alle modalità con le quali le operazioni di caratterizzazione sarebbero state condotte, la gara è stata successivamente annullata, per il giudizio negativo espresso dal Comando provinciale dei Vigili del fuoco;

la Commissione parlamentare di inchiesta sulle attività illecite connesse al ciclo dei rifiuti e su illeciti ambientali ad esse correlati, istituita nella XVII Legislatura, ritenendo necessario aggiornare e approfondire la conoscenza dell'argomento nell'ambito di una recente missione nella regione Puglia, il 1° dicembre 2014, ha compiuto un sopralluogo sul deposito in questione unitamente alle audizioni del prefetto di Taranto e dello stesso sindaco di Statte;

la situazione rilevata suscita viva preoccupazione, non solo per le condizioni oggettive del deposito, che è apparso inadeguato nelle strutture e privo di efficaci difese (sia contro eventi meteorologici avversi e sia contro eventuali malintenzionati), ma soprattutto, per l'inevitabile disparità tra le risorse finanziarie e di competenza specialistica disponibili in sede locale, e quelle invece necessarie per individuare le opportune modalità tecniche di intervento da condurre nei tempi brevi che lo stato delle cose impone;

nella legislazione vigente le situazioni quali quella qui prospettata sono disciplinate dall'articolo 126-

bis del decreto legislativo 17 marzo 1995, n. 230, e successive modifiche. La norma richiamata stabilisce che, nelle situazioni che comportino un'esposizione prolungata dovuta, tra le altre cause, a un impiego di sorgenti radioattive non più in atto (nella definizione data dal decreto legislativo costituisce impiego anche la sola detenzione di tali sorgenti), le autorità competenti per gli interventi ai sensi della legge 24 febbraio 1992, n. 225, adottano i provvedimenti opportuni, che includono (lett. *c)*) l'attuazione di interventi adeguati, tenuto conto delle caratteristiche reali della situazione,

si chiede di sapere se il Ministro in indirizzo sia a conoscenza dei fatti riportati in premessa e quali iniziative di competenza intenda adottare per rimuovere immediatamente i fusti contenuti nel capannone e bonificare al più presto il sito CEMERAD.

(3-01521)

CAPPELLETTI, GIROTTO, PUGLIA, FUCKSIA, DONNO, CASTALDI, NUGNES, MORRA, SIMEONI, SCIBONA, CATALFO, LUCIDI, BLUNDO, BERTOROTTA, SANTANGELO, MONTEVECCHI, PAGLINI, SERRA, CIOFFI, BUCCARELLA, LEZZI, ENDRIZZI, TAVERNA - *Al Ministro della giustizia* - Premesso che:

il lavoro di pubblica utilità consiste nella prestazione di un'attività non retribuita a favore della collettività da svolgere presso lo Stato, le Regioni, le Province, i Comuni o presso enti ed organizzazioni di assistenza sociale o volontariato;

la prestazione di lavoro, ai sensi del decreto ministeriale 26 marzo 2001, viene svolta a favore di persone affette da HIV, portatori di *handicap*, malati, anziani, minori, ex detenuti ed extracomunitari. Tale prestazione lavorativa può essere svolta nel settore della protezione civile, della tutela del patrimonio pubblico e ambientale o in ambiti pertinenti alla specifica professionalità del condannato;

l'attività viene svolta presso gli enti che hanno sottoscritto con il Ministero, o con i presidenti dei Tribunali delegati, le convenzioni previste dall'art. 1, comma 1, del decreto ministeriale 26 marzo 2001 che disciplinano le modalità di svolgimento del lavoro nonché le modalità di raccordo con le autorità incaricate di svolgere le attività di verifica;

considerato che:

in Italia l'intero sistema penitenziario incide sul bilancio dello Stato complessivamente per 2.800.000.000 euro all'anno e ogni singolo detenuto in carcere costa, comprese le spese di sicurezza, circa 4.000 euro al mese, ovvero circa 100-200 euro al giorno per detenuto;

i detenuti trascorrono la maggior parte del loro tempo in cella, senza essere impiegati in alcuna attività;

i detenuti, oltre a comportare un costo per lo Stato che li mantiene, devono affrontare le spese processuali, i risarcimenti alle vittime ed eventuali multe e ammende;

la recidiva dopo il carcere è del 70 per cento; se i detenuti fossero impiegati in attività lavorative utili anche alla formazione professionale, tale tasso si ridurrebbe notevolmente e si abbatterebbero i costi di manutenzione delle carceri;

considerato inoltre che:

a parere di Nicola Gratteri, procuratore aggiunto del Tribunale di Reggio Calabria, i detenuti andrebbero trattati come i tossicodipendenti nelle comunità terapeutiche, cioè facendoli lavorare per la loro stessa rieducazione;

attualmente le spese per il mantenimento sono partecipate esclusivamente dai detenuti che lavorano, cioè lo 0,6 per cento del totale dei reclusi;

a parere degli interroganti, sarebbe necessario occupare i detenuti (a costo zero), anche per la manutenzione ordinaria e straordinaria delle strutture carcerarie e nella erogazione dei servizi che vedono come destinatari i detenuti stessi,

si chiede di sapere:

se il Ministro in indirizzo sia a conoscenza della situazione;

quali siano i motivi per cui i detenuti non vengono impiegati in lavori di pubblica utilità;

quali provvedimenti intenda adottare al fine di dare piena attuazione alla normativa che consente il lavoro volontario dei detenuti, anche al fine di consentire agli stessi di essere rieducati, formati e reinseriti nella società e permettere alla comunità di usufruire dei benefici derivanti dalla loro attività

lavorativa;
se e con quali modalità intenda procedere, limitatamente alle sue competenze, nel dare piena applicazione al lavoro volontario e non retribuito in carcere, in quanto componente essenziale del processo di rieducazione costituzionalmente garantito;
quali iniziative intenda intraprendere per incentivare gli enti pubblici a ricorrere al lavoro di pubblica utilità.
(3-01522)
PEPE - *Al Presidente del Consiglio dei ministri* - Premesso che:
la legge n. 225 del 1992 ha istituito il Servizio nazionale della protezione civile, che ha attribuito a ciascun ente locale (Regioni, Provincie e Comuni) e agli organi periferici dello Stato (Prefetture) il compito di fronteggiare con le opportune misure eventuali situazioni di emergenza dovute a eventi naturali, catastrofi e calamità che non possano essere affrontate con mezzi ordinari; in particolare, all'art. 15 ha attribuito al sindaco competenze di protezione civile, in ambito di prevenzione, soltanto residuali;
con decreto-legge n. 59 del 2012, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 100 del 2012, il sistema di protezione civile è stato sostanzialmente rivisto e rinnovato. Infatti, attribuisce al Sindaco un ruolo centrale, individuandolo quale autorità comunale di protezione civile, precisandone i compiti nelle attività di soccorso e assistenza alla popolazione;
i sindaci sono divenuti, inoltre, responsabili dei piani di emergenza comunali o piani comunali di protezione civile, che devono essere redatti entro 90 giorni dall'entrata in vigore della legge, e periodicamente aggiornati da parte dei Comuni;
considerato che:
la legge n. 100 del 2012 è rimasta sostanzialmente lettera morta, ovvero risulta all'interrogante che la maggior parte dei Comuni italiani è inadempiente;
in mancanza dei piani di emergenza comunali o piani comunali di protezione civile i cittadini italiani rimangono sostanzialmente indifesi e privi di efficaci misure di prevenzione in caso di calamità naturali;
in Italia, anche a causa dello sconsiderato uso e consumo di suolo, le calamità naturali producono danni e vittime ingenti e con impressionante puntualità,
si chiede di sapere:
se il Presidente del Consiglio dei ministri sia a conoscenza di quanto esposto;
se ritenga che la condizione di sostanziale mancata attuazione delle disposizioni di cui alla legge n. 100 del 2012 sia sopportabile in un Paese civile;
se sia a conoscenza del fatto che la percentuale dei Comuni che hanno adottato i piani sia irrisoria;
quali iniziative intenda assumere al fine di imporre il rispetto della normativa vigente, nazionale e regionale;
se intenda adottare le opportune iniziative al fine di porre termine alle palesi violazioni di legge.
(3-01524)
PADUA, CANTINI, CIRINNA', CUCCA, D'ADDA, Elena FERRARA, LAI, LO GIUDICE, MATTESINI, MINEO, MOSCARDELLI, SCALIA, SOLLO, TURANO, VALDINOSI, BIGNAMI, MASTRANGELI, ROMANO, SERRA - *Al Ministro della salute* - Premesso che l'autismo, come definito dalle linee guida nazionali e internazionali, è una sindrome comportamentale causata da un disordine dello sviluppo biologicamente determinato, con esordio nei primi 3 anni di vita e si configura come una disabilità permanente che accompagna il soggetto nel suo ciclo vitale; si esprime in modo variabile e si caratterizza per un funzionamento mentale atipico tale da richiedere interventi terapeutici e socio-assistenziali particolarmente dedicati;
rilevato che:
già notizie di cronaca del 16 luglio 2014 hanno riferito di maltrattamenti a bambini autistici presso il centro socio educativo riabilitativo (CSER) "Casa di Alice" di Grottammare (Ascoli Piceno), centro istituito nell'anno 1997, in base alle disposizioni della legge regionale 4 giugno 1996, n. 18, recante

"Promozione e coordinamento delle politiche di intervento in favore delle persone handicappate", quale "centro semi residenziale per disabili in rete tra i Comuni dell'Ambito Territoriale Sociale 21 e la locale Area Vasta n. 5"; detta vicenda, che ha portato all'arresto di 5 operatori del centro di assistenza, è stata oggetto di un'inchiesta da parte della Procura di Fermo e dei carabinieri di San Benedetto del Tronto;

un altro episodio di maltrattamenti su persone con disturbi dello spettro autistico (DSA) è stato riportato su organi di stampa il 21 novembre; in particolare il riferimento è ad un articolo apparso sul sito *web* del "Corriere della Sera" (edizione di Bergamo), a firma della giornalista Elvira Serra; in particolare, l'articolo denunciava abusi compiuti nel 2012 su un "ragazzino autistico legato 14 ore al giorno per cinque mesi" nel Reparto B del Servizio psichiatrico di diagnosi e cura dell'ospedale di Alzano Lombardo (Bergamo), una sezione del dipartimento di salute mentale dell'azienda ospedaliera "Bolognini" di Seriate (Bergamo);

nell'articolo si legge che: "contro i metodi di assistenza riservati al ragazzino, lo psichiatra Gavino Maieli, che prestava e presta tuttora servizio in quella struttura, ha presentato una denuncia alla Procura di Bergamo" e che "nel resoconto ufficiale fornito dall'azienda ospedaliera sulle contenzioni documentate durante il 2012, emerge che quell'anno sono stati legati 34 pazienti per un totale di 3.872 ore: di queste, quasi il 57 per cento, cioè 2.192 ore, sono state inferte al ragazzino autistico, con una media di circa quattordici ore al giorno. Nella denuncia si contesta anche il fatto che la madre del sedicenne non sempre veniva informata sul trattamento riservato al figlio. In particolare, il 3 agosto 2012 nella cartella clinica venne data l'indicazione di contenere il ragazzino ai quattro arti durante la notte «in via sperimentale» per fare uno «svezzamento» con il permesso e l'autorizzazione della mamma, che sarebbe dovuta essere allontanata dopo che il paziente si fosse addormentato. Questo sarebbe dovuto servire per interrompere il legame simbiotico tra madre e figlio. Eppure la donna, non soltanto non era stata consultata, ma non aveva autorizzato un simile trattamento"; inoltre, il ragazzo autistico sarebbe stato "costretto e lasciato solo chiuso a chiave dentro la sua stanza" la notte del 6 agosto e spesse volte, dal 27 marzo al 22 agosto di quell'anno, "sottoposto a «contenzione notturna» con una fascia addominale e cavigliere per «prevenire» eventuali atti aggressivi verso di sé o verso gli altri";

sempre in merito a tale vicenda, il 22 novembre 2014, in un articolo di Giuliana Ubbiali, nel sito *web* del "Corriere della Sera", si legge che l'azienda ospedaliera Bolognini di Seriate ha ritenuto doveroso segnalare che "allo stato degli atti non emerga criticità alcuna nella condotta terapeutica dei sanitari che hanno avuto in cura il paziente";

in un precedente articolo del 15 novembre, apparso ancora sul sito *web* del "Corriere della Sera" e firmato da Luigi Tortora, avente come oggetto lo stato disumano del trattamento di pazienti autistici e con sindrome di Down nel centro per bambini disabili greco di Lechaina, si legge che "a causa della crisi economica che da tempo affligge la Grecia, il Paese non ha i soldi per aumentare il personale e le sei operatrici (due per ogni piano) che lavorano nel centro sono costrette a chiudere i bambini nelle celle di legno per controllarli ed evitare che si facciano male" e che, secondo l'Ombudsman greco, nel centro vi siano "condizioni di vita degradanti, la privazione di cure e di sostegno, l'uso di farmaci sedativi, bambini legati, l'uso di gabbie-letti in legno per i ragazzini con difficoltà di apprendimento, la sorveglianza elettronica", ovvero "una violazione dei diritti umani";

infine, da un articolo di Laura Milano apparso qualche giorno fa sul sito del "Corriere delle Alpi" si apprende che a Feltre (Belluno), un bambino di 8 anni sarebbe stato allontanato dalla lezione di catechismo in quanto la sua forma di autismo lo rende "iperattivo, non riesce a star seduto a lungo, nonostante i richiami della mamma che gli è vicina e gli fa da compagna di banco";

considerato che:

la linea guida n. 21, "Trattamento dei disturbi dello spettro autistico nei bambini e adolescenti", emanata dall'Istituto superiore di Sanità nell'ottobre 2011, nell'analizzare gli interventi terapeutici utilizzati per la fascia di età bambini-adolescenti, indica fra gli interventi più efficaci quelli basati su un approccio educativo-comportamentale; tuttavia, gran parte delle strutture pubbliche e

convenzionate non garantiscono un intervento di questo tipo;
bisogna assicurare che le persone autistiche, di ogni età, trovino adeguate cure all'interno di strutture socio-sanitarie attrezzate, al pari delle loro famiglie che devono essere sollevate da un carico psicologico e fisico spesso molto oneroso;
è assolutamente inaccettabile che all'interno di strutture autorizzate all'accoglienza o in strutture pubbliche per l'assistenza sanitaria si perpetrino episodi di violenza e maltrattamenti nei confronti di soggetti affetti da patologie come quella dell'autismo; infatti, dati i particolari momenti di sofferenza che possono vivere tali persone in determinati momenti della propria vita, è indispensabile che in tali strutture il personale sia adeguatamente formato e pronto a gestire situazioni di emergenza o particolarmente gravi;
non va peraltro sottovalutata la necessità di mantenere alta l'attenzione sui problemi relativi ai disturbi dello spettro autistico sia accelerando l'approvazione di strumenti legislativi in materia sia supportando ogni possibile iniziativa, a livello statale e territoriale, in favore delle persone affette da questa grave patologia;
sarebbe anche auspicabile un maggiore coinvolgimento nell'attività di monitoraggio nei centri di cura di famiglie e rappresentanti degli enti locali, onde evitare il più possibile il reiterarsi di analoghi ed incresciosi episodi di coercizione e inciviltà nei confronti di persone che soffrono;
considerato, inoltre, che:
il disegno di legge n. 344 e abbinati, testo unificato in materia di autismo adottato dalla 12ª Commissione permanente (Igiene e sanità) del Senato della Repubblica per i disegni di legge n. 344, 359, 1009, 1073, sta per giungere ad approvazione e nella seduta del 2 dicembre 2014 della suddetta commissione è stata fatta formalmente richiesta alla Presidenza del Senato della sede deliberante;
nonostante il clamore e l'indignazione suscitati sul momento e al netto dell'impegno di diretti interessati o di parte della società civile particolarmente sensibile, si rischia che accadimenti del genere vengano dimenticati troppo celermente o che non si prendano adeguate contromisure,
si chiede di sapere:
se il Ministro in indirizzo sia a conoscenza dei fatti esposti e se essi corrispondano al vero;
se ritenga che il trattamento riservato ai pazienti con disturbo dello spettro autistico nell'ospedale di Alzano Lombardo sia coerente con quanto stabilito dalla linea guida n. 21 dell'Istituto superiore di Sanità;
se risulti che il reparto B del servizio psichiatrico di diagnosi e cura del suddetto ospedale sia adeguatamente fornito, in termini di personale e mezzi a disposizione, per affrontare, nel modo migliore, le eventuali problematiche connesse al trattamento di soggetti con disturbi dello spettro autistico;
se non valuti opportuno predisporre adeguate misure per il monitoraggio dei servizi svolti nella presa in carico e nella cura delle persone con DSA, al fine di prevenire il ripetersi di episodi di violenza;
se non ritenga altresì opportuno promuovere specifiche campagne mediatiche volte a sensibilizzare la pubblica opinione sul trattamento delle persone con disturbi dello spettro autistico.
(3-01525)

Interrogazioni orali con carattere d'urgenza ai sensi dell'articolo 151 del Regolamento

FATTORI, SANTANGELO, VACCIANO, BUCCARELLA, CATALFO, ENDRIZZI, PUGLIA, SIMEONI, LEZZI, DONNO, MOLINARI, MONTEVECCHI, PAGLINI - *Ai Ministri della salute e delle politiche agricole alimentari e forestali* - Premesso che:
il Vice Ministro delle politiche agricole, alimentari e forestali Olivero rispondendo agli atti di sindacato ispettivo 5-04098, 5-04187 e 5-04188 presentato alla Camera dei deputati, e discusso il 3 dicembre 2014 in merito alle misure per fronteggiare la diffusione del parassita delle api *Aethina tumida*, ha illustrato gli interventi messi in atto dal Ministro della salute che ha competenza specifica in materia;
Aethina tumida è un coleottero parassita degli alveari, sconosciuto fino a qualche tempo fa alle nostre latitudini, recentemente approdato in Sicilia dopo aver causato danni agli apicoltori calabresi per oltre

un milione e mezzo di euro;
Aethina tumida, volando, non vede ridotta la propria capacità distruttiva derivante dalla bruciatura degli alveari e, al contrario, grazie alle fiamme sviluppa una maggiore efficienza nel volo e quindi nella propagazione e riproduzione;
risulta che sia stata attivata pedissequamente la procedura imposta dall'Europa che prevede "all'inizio di questi fenomeni, e fintantoché essi non diventino endemici, una strategia molto drastica, volta all'eradicazione";
il Vice Ministro ha affermato che "sono stati esaminati i dati più recenti sulla diffusione dell'*Aethina tumida* e si è prospettata la necessità di studiare eventuali linee di intervento non più volte alla eradicazione, bensì solo al contenimento. A tal riguardo il Ministero della salute si è dichiarato disponibile ad esaminare le condizioni normative europee per un adattamento della strategia, ferme restando le garanzie sul controllo della movimentazione da assicurare all'Unione europea. (...) Siamo consapevoli, come Governo, che le misure di eradicazione, con la distruzione totale degli alveari, hanno comportato danni rilevanti agli operatori economici. (...) Per poter attivare un regime di aiuto a favore degli apicoltori danneggiati da infestazioni di *Aethina tumida* e vespa velutina è necessaria una nuova base giuridica, possibilmente con adeguate dotazioni finanziarie (tenuto conto della scarsità di risorse a disposizione per gli interventi compensativi del Fondo) che dovrà preventivamente essere notificata alla Commissione come aiuto di Stato. (...) Ritengo inoltre indispensabile lanciare un piano di tutela dell'apicoltura a più lungo termine";
considerato che:
l'art. 3, comma 1, lettera *a)*, della decisione di esecuzione della Commissione del 12 dicembre 2014, relativa ad alcune misure di protezione a seguito della presenza confermata del piccolo scarabeo dell'alveare in Italia (notificata con il numero C (2014) 9415), dispone che: "1. L'Italia garantisce l'attuazione delle seguenti misure di protezione nelle zone elencate nell'allegato: a) un divieto di spedizione di partite dei seguenti prodotti dalle zone elencate nell'allegato verso altre zone dell'Unione: i) api mellifere; ii) calabroni; iii) sottoprodotti apicoli non trasformati; iv) attrezzature apistiche; v) miele in favo per il consumo umano";
tra le "zone elencate nell'allegato" soggette a misure di prevenzione, pubblicate nella *Gazzetta Ufficiale* dell'Unione europea n. 359 del 16 dicembre 2014, vengono inserite la Calabria e la Sicilia per l'intero territorio. Di conseguenza, a parere degli interroganti, le aziende calabresi e siciliane specializzate nell'allevamento e nell'esportazione di api, oltre a vedere svanire anni di lavoro, ricerche, sperimentazioni ed investimenti, non potranno più nemmeno alienare le attrezzature apistiche utilizzate come ultimo disperato tentativo per recuperare un po' di liquidità provando una riconversione verso altre produzioni;
nel corso di un convegno tenutosi presso la sala ISMA del Senato il 16 dicembre 2014, promosso dalla prima firmataria del presente atto di sindacato ispettivo, le associazioni nazionali di categoria, rappresentanti i produttori apistici, si sono dette insoddisfatte dell'atteggiamento assunto dall'unità di crisi, attivata presso il Ministero della salute, che le avrebbe escluse da qualsiasi tipo di partecipazione;
si sono anche dette preoccupate per la deliberazione della Giunta della Regione Calabria del 12 settembre 2014, che prevede la messa a fuoco degli alveari, generando così danni ingenti alle economie e alle famiglie nonché un altissimo rischio di perdita di capacità finanziaria per centinaia di famiglie dedite alle produzioni apistiche;
nel corso del convegno, dalle relazioni svolte è emerso come esistano alcune modalità alternative di difesa delle produzioni legate alle api, utili per sconfiggere e limitare i danni della *Aethina tumida*. È stato altresì evidenziato che tali modalità non possono essere portate a conoscenza del Ministero della salute in assenza di dialogo e partecipazione all'unità di crisi;
risulta agli interroganti che analoghe preoccupazioni sono oramai diffuse anche tra i produttori delle altre regioni italiane che, vista la perseveranza del Ministero della salute nell'applicazione delle disposizioni della Regione Calabria, temono che ciò potrebbe favorire lo stesso percorso anche nel resto del territorio nazionale,

si chiede di sapere:
se i Ministri in indirizzo non ritengano, in linea con quanto già affermato dal Ministero delle politiche agricole, alimentari e forestali, che non sussistano più i requisiti probabilistici e di convenienza economica per continuare a perseverare nel tentativo di eradicazione di *Aethina tumida*, a fronte di danni oramai oltre la soglia di accettabilità ad apicoltura, agricoltura e ambiente;
se intendano avviare un percorso alternativo alla distruzione degli alveari per sconfiggere il coleottero parassita;
quali azioni intendano intraprendere nei confronti dell'Unione europea per far rientrare il divieto di esportazione dei prodotti apistici di Calabria e Sicilia;
quali provvedimenti intendano adottare urgentemente al fine di attivare un regime di aiuto a favore degli apicoltori danneggiati da infestazioni di *Aethina tumida*.
(3-01523)

Interrogazioni con richiesta di risposta scritta

DIVINA - *Al Ministro dell'economia e delle finanze* - Premesso che:
a seguito dell'applicazione del decreto legislativo n. 231 del 21 novembre 2007 (antiriciclaggio), gli istituti bancari hanno convocato i titolari dei conti correnti per procedere alla loro identificazione attraverso il *know your customer* (KYC: identificazione del cliente, registrazione e conservazione delle informazioni e segnalazione delle operazioni sospette in base ai "dati identificativi" quali il nome e il cognome, il luogo e la data di nascita, l'indirizzo, il codice fiscale e gli estremi del documento di identificazione o, nel caso di soggetti diversi da persona fisica, la denominazione, la sede legale e il codice fiscale o, per le persone giuridiche, la partita IVA (articolo 1, comma 2, lettera *g)*);
sempre nel decreto legislativo, al Titolo II, capo I, sezione I, articoli 18 e 19 vengono stabiliti gli obblighi di adeguata verifica della clientela e le modalità di adempimento degli obblighi;
al firmatario del presente atto di sindacato ispettivo risulterebbe che alcune banche avrebbero sottoposto i propri clienti alla compilazione di schede in cui venivano richiesti molti più dati identificativi di quelli fissati dal decreto legislativo, andando a schedare dati sensibili totalmente impropri rispetto alle reali necessità;
a parere dell'interrogante gli istituti bancari non avrebbero il potere di chiedere dati riguardanti la « *privacy*» e che siano ininfluenti ai fini del controllo rafforzato dei traffici finanziari che contribuiscono ad una schedatura delle persone sui profili personali, oltre che patrimoniali e finanziari,
si chiede di sapere:
se il Ministro in indirizzo sia a conoscenza di tale prassi;
se essa debba ritenersi conforme alla legge;
quali iniziative, nell'ambito delle proprie competenze, intenda intraprendere, anche sul piano normativo, sentito il Garante per la protezione dei dati personali, per vietare la richiesta di dati personali ininfluenti sotto il profilo finanziario, eventualmente stabilendo la forma del questionario in modo che contenga unicamente elementi utili ai fini delle disposizioni del decreto legislativo n. 231 del 2007.
(4-03168)

BIANCONI, CHIAVAROLI - *Ai Ministri della salute, delle infrastrutture e dei trasporti e dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare* - Premesso che:
l'ospedale "Salesi", polo pediatrico di eccellenza di Ancona, riferimento di tanti piccoli pazienti delle Marche e delle Regioni limitrofe, è nato grazie alla disponibilità di privati e negli anni è divenuto una struttura pubblica che gode dell'assistenza di numerose volontarie (Patronesse del salesi). Da diversi anni ha ormai perso la propria autonomia amministrativa ed è sottoposto alla direzione generale dell'azienda ospedaliera universitaria per adulti;
in questi mesi si è molto discusso sulla costruzione del nuovo Salesi, ospedale pediatrico per il quale il Ministero della salute ha già stanziato una cifra considerevole che supera i 20 milioni di euro. Non a caso, l'attuale struttura ospedaliera sarebbe in condizioni precarie, determinate dalla reiterata mancanza di manutenzione degli impianti a seguito del passaggio all'azienda Ospedali riuniti di Ancona.

L'ospedale viene ritenuto carente e incapace di soddisfare le richieste di prestazioni, considerati anche gli spazi angusti che caratterizzano l'edificio;
considerato che:
il progetto del direttore generale Galassi, sostenuto dall'assessore regionale alla Sanità, consiste nel trasferire il Salesi presso l'ospedale di Torrette, collocando, di fatto, i reparti di accoglienza per i piccoli pazienti in aree attigue a quelli per gli adulti e costituendo un pronto soccorso unico per tutte le esigenze del polo ospedaliero;
in attesa della costruzione del nuovo ospedale pediatrico, per il quale sarebbe stimato un costo di oltre 50 milioni di euro, le funzioni dell'ospedale Salesi verrebbero così limitate nell'ambito di 2 corsie dell'ospedale di Torrette. La cittadinanza anconetana e marchigiana osserva con diffidenza questo progetto di sistemazione provvisoria del Salesi per una pluralità di motivi;
in un periodo in cui la Regione Marche ha difficoltà a garantire il pareggio di bilancio, con la fine del mandato alle porte, il Governatore avrebbe bisogno del trasferimento provvisorio del polo pediatrico, il cui onere è quantificato in oltre 5 milioni di euro, per poter iscrivere successivamente a bilancio la eventuale vendita del complesso Salesi, operazione immobiliare che potrebbe avvenire solo dopo la variante d'uso votata dal Consiglio comunale di Ancona;
in merito a tale operazione, l'amministrazione ed il Consiglio comunale hanno già manifestato la rispettiva mancanza di disponibilità ad avallare l'intera operazione, per la scarsa trasparenza della stessa;
l'amministrazione comunale, pertanto, ha chiesto che il polo pediatrico resti presso l'ospedale Salesi e che nella struttura di Torrette vengano trasferiti solo i reparti di Maternità e Ginecologia, in modo tale che le spese originariamente destinate al trasferimento vengano utilizzate per mettere a norma la struttura fatiscente del Salesi, il cui decadimento è stato preso come pretesto per perseguire il progetto di chiusura (con conseguente risparmio sui costi di personale e gestione),
si chiede di sapere:
se il Ministro in indirizzo non ritenga necessario disporre un'indagine ispettiva per approfondire l'esame di tutta la documentazione relativa al progetto del nuovo ospedale pediatrico, con particolare riferimento: alla relazione geologica sull'area prescelta per la costruzione e agli atti tecnici previsti; alle formalità svolte per l'affidamento al gruppo di progettazione designato, trattandosi di un'opera dal costo di oltre 50 milioni di euro, e agli atti per il conferimento; alla documentazione sulle verifiche di rispondenza tecnica effettuate sull'attuale Salesi; alla relazione ed analisi per la verifica dell'idoneità sismica dell'attuale Salesi; alla documentazione costituente supporto e fondamento dei costi tecnici e di gestione contenuti nella relazione a firma degli assessori regionali Mezzolani e Marcolini, inviata all'amministrazione comunale il 23 luglio 2014, distinta al protocollo Reg. Marche 0541989.
(4-03169)

Mario MAURO, DI MAGGIO - *Al Ministro dell'interno* - Premesso che:
tra qualche giorno verrà definitivamente chiuso anche l'ultimo ufficio a competenza regionale presente in Basilicata: il compartimento della Polizia stradale;
nel corso degli anni, la Regione Basilicata ha subito un totale smembramento di presidi, ad iniziare con la chiusura della direzione regionale delle Poste, per poi proseguire con quelle delle Ferrovie dello Stato, della sede regionale della Telecom, del distretto militare, del Tribunale di Melfi ed ora della sede regionale della Polizia stradale;
tale provvedimento rientra nel piano di riorganizzazione dei presidi di Polizia elaborato dal dipartimento della pubblica sicurezza del Ministero dell'interno;
la chiusura del compartimento comporterebbe il passaggio del territorio di competenza della Basilicata nella giurisdizione del compartimento della Polizia stradale della Campania, con sede a Napoli;
il compartimento di Napoli dista da Potenza 150 chilometri e da Matera 250 chilometri (Policoro, il distaccamento più distante, si trova a oltre 300 chilometri), portando così la Basilicata ad essere periferia della Campania;
tale accorpamento si configura a giudizio degli interroganti come un grave danno nei confronti della

regione Basilicata che verrebbe così privata di un presidio indispensabile per il controllo del territorio;
considerato che:
la recente proclamazione di Matera a capitale europea della Cultura 2019 (avvenuta il 17 ottobre 2014), rende ancor più indispensabile una struttura a competenza regionale, che predisponga e coordini con accuratezza i servizi di Polizia su tutte le arterie regionali, in previsione anche del notevole aumento dei flussi turistici;
il piano di riordino dei presidi come quello del compartimento di Polizia stradale, rientrante nell'applicazione della *spending review*, non incide in alcun modo sulla spesa pubblica, in quanto la sede del compartimento è ubicata in edifici demaniali;
si chiede di conoscere:
se e quali azioni il Ministro in indirizzo intenda mettere in campo per scongiurare la soppressione di un importantissimo presidio per la regione Basilicata;
se non ritenga, vista la lontananza da Napoli, che il servizio fino ad ora erogato sul territorio dal personale del compartimento della Polizia stradale della Lucania, non subisca gravi complicazioni, a seguito dell'accorpamento, considerato soprattutto che le 2 regioni presentano problematiche completamente diverse.
(4-03170)

DE PIETRO - *Ai Ministri dell'economia e delle finanze e degli affari esteri e della cooperazione internazionale* - Premesso che:
il 29 ottobre 2013, in sede di esame del disegno di legge bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2014 e bilancio pluriennale per il triennio 2014-2016, presso la 3ª Commissione permanente (Affari esteri, emigrazione) del Senato il Governo ha accolto un ordine del giorno (G/1121/1/3/Tab.6 al disegno di legge n. 1121), a firma De Pietro, Mussini, Orellana, sulla sperimentazione di un metodo di bilancio «a base zero»;
tale attività di sperimentazione riguarda il Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale;
considerato che l'ordine del giorno ha impegnato il Governo ad adottare ogni iniziativa utile, nel rispetto di quanto stabilito dalla legge n. 243 del 2012, al fine di portare avanti l'attività di simulazione ivi prevista, provvedendo, nella prima fase della sperimentazione, ad adottare, nell'ambito del progetto generale di un bilancio dello Stato «a base zero» come specificato dalla legge n. 243 del 2012, una specifica attività di simulazione degli effetti derivanti dall'adozione di detto strumento da parte del Ministero;
tenuto conto che sono trascorsi ormai più di 12 mesi e non è pervenuta alcuna notizia ufficiale circa l'inizio dell'attività di sperimentazione, tantomeno risultano noti dati specifici concernenti i risultati della prevista simulazione,
si chiede di sapere:
se l'attività di sperimentazione abbia avuto inizio;
quale metodologia abbia adottato il Dipartimento della Ragioneria generale dello Stato per l'attività di simulazione relativa all'adozione di un bilancio dello Stato «a base zero» da parte del Ministero degli affari esteri;
se nell'ambito della simulazione sia stata utilizzata una versione "ibrida", nel senso di "meno rigida", del modello teorico classico del *budget* «a base zero» e quale sia stata la *ratio* della scelta operata;
quali siano i risultati della simulazione.
(4-03171)

MORRA, VACCIANO, SERRA, BOTTICI, SANTANGELO, PUGLIA, MORONESE, BERTOROTTA, BLUNDO, ENDRIZZI, DONNO - *Ai Ministri dell'economia e delle finanze, del lavoro e delle politiche sociali e dello sviluppo economico* - Premesso che:
Poste italiane è una società dello Stato;
numerosi atti di sindacato ispettivo presentati alla Camera dei deputati, tra i quali 4-01963, 4-02333, 4-02404, 4-02495, 4-02515, 4-02854, 4-03405, 4-03655, 4-03950, 4-04064, 4-04077, 4-04159, 4-04483,

4-04662, 5-02880, 4-07062, 4-06328, 4-04991, 4-04662, 4-04483, 4-04159, 4-03655, 4-03405, 4-02854, 4-02495, 4-02295, hanno richiamato l'attenzione del Governo su diverse criticità relative all'attività di Poste Italiane SpA, quali la conduzione delle strutture di tutela aziendale e di Atta sud 1, affidate a Stefano Grassi e Salvatore Malerba, nonché la sconcertante vicenda dell'ispettore Alessandro Carollo estromesso dalle sue funzioni dopo la collaborazione resa alla Procura della Repubblica di Palermo nell'ambito dell'operazione "lost pay";

il 14 maggio 2014 è stata depositata presso la Camera dei deputati la proposta di legge n. 2381 relativa alla richiesta di istituzione di una commissione di inchiesta parlamentare che, fra l'altro, avrà il compito di accertare eventuali responsabilità interne alle suddette strutture e concernenti l'operazione di polizia giudiziaria;

considerato che, per quanto a conoscenza degli interroganti:

nel 2009 il G.I.P (giudice per le indagini preliminari) del Tribunale di Caltanissetta aveva condannato Calogero Sbrazzato, dipendente di Poste italiane, alla pena di 12 mesi di reclusione e al pagamento di 400 euro di multa per fatti d'ufficio;

la Suprema Corte di cassazione, Sez. Lavoro, con le sentenze n. 2168 del 30 gennaio 2013 e n. 3912 del 18 febbraio 2013 ha stabilito che è legittimo il licenziamento di un dipendente a seguito di pronuncia di sentenza di patteggiamento;

considerato inoltre che, a quanto risulta agli interroganti:

con relazione riservata, inviata con raccomandate di ufficio il 12 marzo 2008, il dottor Francesco Carbone avrebbe segnalato a Salvatore Malerba e Dario Sciacca la vicenda dell'allora dipendente Calogero Sbrazzato, precisando che si trattava di fatti di rilievo penale, consumati nell'esercizio delle funzioni, sottoposti al vaglio dell'autorità giudiziaria penale;

in data 23 luglio 2008 il dottor Carbone veniva licenziato, come evidenziato nell'atto di sindacato ispettivo 4-02495 presentato alla Camera dei deputati in data 12 novembre 2013;

l'ispettore Alessandro Carollo avrebbe denunciato la vicenda a Malerba nel 2012, richiamando una precedente comunicazione via *fax* inviata nel 2009, nonché, con più relazioni di servizio, al di lui collaboratore Eugenio Simioli;

l'ispettore Carollo fu escluso, nel 2009, dall'inquadramento alle funzioni superiori di livello A1, maturate già dal 2006; tale circostanza è stata oggetto dell'atto di sindacato ispettivo 4-03405 presentato alla Camera dei deputati in data 31 gennaio 2014;

nel 2011 l'ispettore, presente ad Agrigento per attività ispettive, apprese che il dipendente Calogero Sbrazzato era ancora in servizio;

stante l'assenza di iniziative a tutela degli interessi di Poste italiane SpA, l'ispettore sollecitò a Malerba un incontro con il responsabile delle risorse umane della Sicilia, dottor Mario Pomarico, richiesta che non risulta aver avuto alcun riscontro;

la vicenda relativa a Calogero Sbrazzato era nota anche a Stefano Grassi, direttore di Tutela aziendale di Poste italiane e amministratore delegato di Poste Tutela SpA (società del gruppo), sin dal maggio dell'anno 2013, nonché allo stesso responsabile dell'area territoriale Sicilia, dottor Antonino Foti, cui l'ispettore si era rivolto nel mese di marzo 2014, al rientro da un periodo di infortunio;

nel mese di maggio 2013 il dipendente Sbrazzato era candidato a ricoprire un prestigioso incarico politico;

Malerba è stato delegato dalla Società Poste italiane a partecipare a diverse riunioni, tenutesi da giugno a settembre 2015, alla presenza di istituzioni politiche, mentre Stefano Grassi è stato, recentemente, confermato nel ruolo dal nuovo amministratore delegato, ingegnere Francesco Caio;

in data 24 ottobre 2014, l'ispettore Alessandro Carollo, soltanto a seguito dell'invio dell'ennesimo esposto al nuovo vertice di Poste italiane SpA, è stato convocato a Roma, da rappresentati della struttura Risorse umane, ove ha formalmente denunciato i fatti descritti, unitamente ad altri gravi accadimenti che coinvolgerebbero Salvatore Malerba;

tale vicenda è stata già denunciata alla Procura della Repubblica di Palermo;

considerato altresì che:

l'ispettore Alessandro Carollo la notte del 30 ottobre 2014 è stato oggetto di un vile atto intimidatorio, l'ultimo di una lunga serie, consistito nell'incendio della sua autovettura. Tale atto è avvenuto a seguito della pubblicazione di numerosi articoli di stampa relativi all'ultimo scandalo che ha coinvolto le Poste italiane in Sicilia, la "Parentopoli" denunciata dallo stesso ed attualmente oggetto di accertamenti giudiziari, come si apprende da un articolo di "la Repubblica", edizione di Palermo, del 2 novembre 2014;

a seguito dell'atto intimidatorio, nessun attore di Poste italiane SpA ha manifestato solidarietà e/o vicinanza allo stesso ispettore e ciò testimonia, a parere degli interroganti, lo stato di isolamento cui è stato destinato lo stesso nel recente passato,

si chiede di sapere:

se quanto esposto corrisponda al vero e se i Ministri in indirizzo ne siano a conoscenza;

se corrisponda al vero che il dipendente Calogero Sbrazzato sia stato estromesso da Poste italiane nel luglio 2014;

quali azioni di competenza intendano intraprendere per verificare i fatti e le eventuali correlate responsabilità omissive;

quali provvedimenti, nell'ambito delle rispettive competenze, intendano adottare per consentire al dottor Francesco Carbone di rientrare in Poste italiane, anche al fine di scongiurare un ulteriore esborso di denaro da parte dello stesso in relazione ai danni subiti a seguito del provvedimento, a parere degli interroganti illegittimo, di licenziamento;

se non ritengano che andrebbero restituiti compiti, mansioni e riconoscimenti all'ispettore Alessandro Carollo;

se non considerino di dover debitamente valutare, ad ogni effetto di propria competenza, i provvedimenti adottati dalla società per i fatti in questione.

(4-03172)

CATALFO, SANTANGELO, BERTOROTTA, GIARRUSSO, PAGLINI, PUGLIA, BLUNDO - *Al Ministro dello sviluppo economico* - Premesso che:

l'Autorità per l'energia elettrica e il gas e il sistema idrico (AEEGSI) è un organismo indipendente, istituito dalla legge n. 481 del 1995, con il compito di tutelare gli interessi dei consumatori e di promuovere la concorrenza, l'efficienza e la diffusione di servizi con adeguati livelli di qualità, attraverso l'attività di regolazione e di controllo;

tramite decreto-legge n. 201 del 2011, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 214 del 2011, all'Autorità per l'energia elettrica e il gas sono state attribuite competenze anche in materia di servizi idrici. L'articolo 21, comma 19, prevede, infatti, che "Con riguardo all'Agenzia nazionale per la regolazione e la vigilanza in materia di acqua, sono trasferite all'Autorità per l'energia elettrica e il gas le funzioni attinenti alla regolazione e al controllo dei servizi idrici, che vengono esercitate con i medesimi poteri attribuiti all'Autorità stessa dalla legge 14 novembre 1995, n. 481";

in particolare, l'Autorità deve definire un sistema tariffario certo, trasparente e basato su criteri predefiniti, promuovendo la tutela degli interessi di utenti e consumatori. Il sistema tariffario deve inoltre armonizzare gli obiettivi economico-finanziari dei soggetti esercenti il servizio con gli obiettivi generali di carattere sociale, di tutela ambientale e di uso efficiente delle risorse;

considerato che:

Acquaenna S.c.p.a. (società consortile per azioni) è la società che si è aggiudicata la gara per la gestione del servizio idrico integrato nell'ambito territoriale ottimale (ATO) di Enna per la durata di 30 anni;

in data 19 novembre 2004 Acquaenna ha sottoscritto con l'autorità d'ambito la convenzione di gestione; il cui oggetto è il servizio idrico integrato costituito dall'insieme dei servizi pubblici di captazione, adduzione e distribuzione di acqua ad usi civili, di fognatura e di depurazione delle acque reflue;

l'art. 16 della convenzione prevede uno sviluppo tariffario per tutta la durata trentennale della gestione e afferma che "i ricavi provenienti dall'applicazione di articolazione tariffaria costituiscono il

corrispettivo totale del S.S.I. e che nessun altro compenso potrà essere richiesto per la fornitura del servizio medesimo";

considerato inoltre che:

attualmente, tenendo conto delle modifiche di legge, dell'istituzione dell'AEEGSI e del nuovo metodo tariffario idrico approvato con delibera dall'Autorità, la tariffa idrica applicata da Acquaenna è stata modificata ed è articolata in diverse voci: quota fissa, acquedotto, fognatura, depurazione e oneri di perequazione;

alle suddette voci, è stata aggiunta la nuova definizione "partite pregresse", applicata in forza dell'art. 31 dell'allegato A della delibera dell'Autorità n. 643/2013/R/idr, il quale dispone che "Gli eventuali conguagli relativi a periodi precedenti al trasferimento all'Autorità delle funzioni di regolazione e controllo del settore, e non già considerati ai fini del calcolo di precedenti determinazioni tariffarie, sono quantificati ed approvati, entro il 30 giugno 2014, dagli Enti d'Ambito o dagli altri soggetti competenti e comunicati all'Autorità";

Acquaenna ha dichiarato all'ATO Idrico n. 5 che tali conguagli sono rappresentati degli scostamenti, somme derivanti dalla differenza del costo effettivo annuale del servizio e costo presuntivamente calcolato, accumulati dall'inizio della gestione fino all'anno in corso ed ammontano a circa 21 milioni di euro. A notizia degli interroganti non è certo che tale dichiarazione sia stata accompagnata dai relativi documenti giustificativi;

il totale degli scostamenti è stato approvato con delibera ATO n. 2/2012 e le modalità di riscossione con determina ATO n. 202/2013. Gli scostamenti saranno recuperati da Acquaenna tramite l'addebito di 0,30 euro al metro cubo per tutti i metri cubi consumati per i prossimi 10 anni;

al fine di controllare la fondatezza dell'importo, risulta agli interroganti che non sia nota la modalità di calcolo di tali somme, né se sia stata formulata all'AEEGSI la regolare comunicazione prevista dalla delibera;

considerato altresì che:

ad aggravare ancora di più la situazione, nella bolletta di agosto 2014 è stata inserita un'ulteriore voce denominata "deposito cauzionale", per un importo *una tantum* di 25 euro;

la voce viene giustificata attraverso il richiamo della delibera dell'Autorità n. 86/2013/R/idr che riconosce una facoltà, e non l'obbligo, al gestore, stabilendo un tetto massimo pari "a tre mensilità di consumo storico", il quale quindi potrebbe giustificare la richiesta di ulteriori integrazioni che potrebbero ammontare a decine o addirittura centinaia di euro per ogni utente;

inoltre, la delibera specifica che per le utenze già in essere al momento dell'entrata in vigore dello stesso provvedimento tale deposito dovrebbe essere rappresentato dalle somme già versate dagli utenti a titolo di "anticipo dei consumi", o di "garanzia", che molti utenti hanno già versato al precedente gestore;

dall'aumento causato dalla voce "partite pregresse", attesa l'enormità dei disavanzi accumulati, deriverebbe un costo spropositato della tariffa, che, a detta delle associazioni dei consumatori e con riferimento a campioni di bollette, toccherebbe punte di 3 euro al metro cubo;

la voce viene a gravare su tutti gli utenti, anche su coloro che hanno appena effettuato l'allaccio e a prescindere dal consumo effettivo;

il costante aumento della tariffa del servizio idrico è divenuto un costo insostenibile per il precario *budget* di molti cittadini della provincia di Enna che, già gravati dalla crisi del lavoro, non riescono a pagare i rincari, molti dei quali dovuti, a giudizio degli interroganti, all'inettitudine e alla cattiva gestione della società Acquaenna;

risulta agli interroganti che molti cittadini lamentano il distacco della fornitura di acqua;

la giurisprudenza ha giudicato vessatorio il distacco della fornitura senza preventiva disamina delle situazioni specifiche e tutela delle fasce deboli (Tribunale di Latina sentenza del 13 luglio 2006);

la necessità di un quantitativo minimo d'acqua, comunque riconosciuto anche a chi non può pagarla, è sostenuta anche dalla risoluzione dell'ONU per il diritto all'acqua del 28 luglio 2010 e da numerose sentenze, quali quella del Tribunale di Castrovillari (sentenza n. 5811 del 30 novembre 2012), secondo

cui la morosità dell'utente non è ragione sufficiente a soddisfare la sospensione della fornitura di acqua, in quanto in contrasto con l'articolo 2 della Costituzione;
anche l'Autorità, nel documento DCO n. 204/2012/R/idr, ravvisa l'opportunità di istituire una "tariffa sociale" ed ha avviato su questo argomento una consultazione dei soggetti interessati;
considerato infine che, a parere degli interroganti:
con la soppressione dei consigli di amministrazione degli ATO idrici, stabilita con legge regionale n. 2 del 2013, e l'attuale gestione commissariale degli ambiti ottimali, il Governo regionale dovrebbe assumere tutte le iniziative necessarie affinché siano tutelati gli interessi e i diritti dei cittadini in considerazione del fatto che la sospensione dell'erogazione dell'acqua significa negare un diritto inviolabile;
il gestore è ampiamente tutelato dalla morosità, sia grazie alla sua posizione di forza nei riguardi dell'utente, sia dalla remunerazione di impresa;
i cittadini non possono essere chiamati a colmare i disavanzi accumulati dalla cattiva gestione e dall'inefficienza di Acquaenna, tenuto conto altresì della carenza e/o del cattivo funzionamento di numerosi impianti di depurazione in tutta la provincia, i cui costi gravano iniquamente sugli utenti alla voce "canone di depurazione", e dei derivanti danni alla salute a all'ambiente,
si chiede di sapere:
se il Ministro in indirizzo sia a conoscenza dei fatti esposti;
quali iniziative intenda assumere, per quanto di competenza ed in raccordo con gli enti interessati, con riferimento ai fatti descritti;
se risulti, per quanto di competenza, sia la legittimità delle tariffe applicate dal gestore Acquaenna, con particolare riferimento alla voce "partite pregresse", sotto il profilo della legittimità, della fondatezza e della corretta quantificazione dei cosiddetti "scostamenti", i quali, accumulati dalla società dall'inizio della gestione, ammontano a 21 milioni di euro, sia se l'ente erogatore abbia provveduto alla comunicazione dei conguagli e del piano di rientro all'AEEGSI e, in caso affermativo, quale sia stato il parere espresso dall'Autorità;
se non ritenga, nell'ambito delle proprie attribuzioni, di doversi attivare presso le amministrazioni coinvolte affinché siano intraprese tutte le opportune iniziative al fine di accertare l'operato dell'ATO idrico n. 5 di Enna, la gestione della società Acquaenna, con particolare riferimento anche a numero, qualifiche, mansioni effettivamente svolte e retribuzione dei lavoratori impiegati, alle remunerazioni del *management* nonché a eventuali conflitti d'interesse che, a parere degli interroganti, potrebbero sussistere tra l'ATO idrico n. 5, Acquaenna Scpa e all'interno della compagine sociale di Acquenna;
se non consideri di dover avviare le opportune iniziative di competenza anche al fine di valutare la possibilità di individuare i soggetti responsabili della cattiva gestione del Sistema idrico integrato nella provincia di Enna.
(4-03173)

MARINELLO - *Al Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca* - Premesso che, per quanto risulta all'interrogante:
il personale di segreteria dell'Istituto "P. Carcano" di Como lavora in condizioni di incertezza e assoluta mancanza di definizione di ruoli e funzioni;
l'addetta all'ufficio tecnico è un'assistente tecnica che si occupa degli ordini, della redazione di fatture e del protocollo in uscita, tutti compiti specifici degli assistenti amministrativi;
il direttore dei servizi generali amministrativi agirebbe in modo assolutamente discrezionale nei confronti del personale ma anche nell'espletamento delle sue funzioni e il suo operato è oggetto di un'indagine della Procura della Repubblica di Como, in quanto risulterebbe avere falsificato le graduatorie per agevolare suo figlio;
non si capisce come venga regolamentata la registrazione a protocollo della corrispondenza indirizzata alla scuola considerato che il direttore stesso effettuerebbe una sistematica ingerenza nel protocollo con la variazione di date e delle comunicazioni registrate, attività che è stata prontamente segnalata dal personale sia al dirigente scolastico che al dirigente dell'ambito territoriale (ex provveditorato agli

studi);
la gestione dell'ufficio di segreteria sarebbe caotica e improntata su rapporti personali poco chiari e il personale da tempo lavora senza conoscere a quali compiti sia effettivamente adibito e quali siano le mansioni di sua competenza,
si chiede di sapere dal Ministro in indirizzo quali siano le ragioni che impediscono, in attesa che gli accertamenti della magistratura si completino, una sospensione del direttore dei servizi generali amministrativi, il quale, a quanto risulta all'interrogante, sarebbe stato già oggetto in passato di segnalazioni relative allo svolgimento di un'attività privata parallela per la quale avrebbe altresì utilizzato il personale della scuola (collaboratori scolastici nel cantiere edile del cognato).
(4-03174)

CONSIGLIO - *Al Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca* - Premesso che nei giorni scorsi il signor Luciano Mastrorocco, preside dell'istituto "De Amicis" di Bergamo nel quartiere della Celadina, ha vietato l'allestimento di un presepe all'interno dei locali scolastici;
considerato che:
il presepe è simbolo delle radici culturali e delle tradizioni del nostro Paese e non può essere considerato come un elemento che crea separazione tra gli studenti;
non può neanche essere considerato come un simbolo da imporre a coloro che professano religioni diverse dal cristianesimo;
atteso altresì che:
da notizie di cronaca del passato, precisamente da "L'Eco di Bergamo" del 30 maggio 1980, si evincerebbe che un certo Luciano Mastrorocco, coetaneo del preside della suddetta scuola, sarebbe stato condannato per traffico di droga,
si chiede di sapere:
se al Ministro in indirizzo risulti se tale condanna sia stata irrogata nei confronti della medesima persona, ovvero Luciano Mastrorocco preside dell'istituto De Amicis, o se si tratti di un mero caso di omonimia;
come intenda intervenire visto che, se così fosse, il soggetto in questione evidentemente non avrebbe i requisiti per ricoprire l'importante e delicato incarico;
se siano previsti controlli periodici sul personale della scuola con precedenti legati al consumo o al traffico di droga e se non ritenga di doverli effettuare a tutela degli studenti e delle giovani generazioni.
(4-03175)

DIVINA - *Ai Ministri degli affari esteri e della cooperazione internazionale e della difesa* - Premesso che:
la situazione politico-militare in Libia è in costante deterioramento, con due Esecutivi in contrapposizione tra loro, che si combattono ormai anche con l'utilizzo di mezzi aerei, non esitando a colpire persino le infrastrutture energetiche del Paese, unica vera ricchezza nazionale e fonte di approvvigionamenti diretti all'Europa essenziali all'Italia;
una delle parti in lotta, padrona di Tripoli, è rappresentata da un'aggregazione islamista sorta intorno alla "brigata di Misurata", di cui sono parte elementi della Fratellanza musulmana libica ed anche esponenti più radicali;
un gruppo di natura simile, l'Ansar al Sharia, che opera invece ad est, si è autoaffiliato allo Stato islamico;
contro entrambi combattono, per conto del Governo di Tobruk, le milizie guidate dal generale Khalifa Haftar;
è evidente che non è più possibile tergiversare a lungo e che occorrono iniziative adeguate per sostenere il campo che offre maggiori garanzie dal punto di vista del futuro assetto della Libia, del contenimento della minaccia terroristica e del contrasto ai flussi migratori illegali;
si parla di possibili azioni coordinate con alleati mediorientali, come gli Emirati arabi uniti e l'Egitto, ed europei, come la Gran Bretagna e, forse, la Francia, anche se non c'è nulla di ufficiale;

è intanto analogamente importante rafforzare al più presto la sorveglianza intorno alle acque territoriali libiche ed al relativo spazio aereo,
si chiede di sapere quali azioni il Governo italiano intenda attuare al fine di stabilizzare la Libia, o quanto meno prevenire che diventi un nuovo presidio dello Stato Islamico o comunque una sorgente di rischio terroristico per il nostro Paese.
(4-03176)
LUMIA - *Al Ministro dell'interno* - Premesso che:
dall'inchiesta denominata "Mafia Capitale" condotta dalla Procura di Roma emerge un contesto affaristico-mafioso intorno alla gestione delle risorse pubbliche, guidato dal *boss* Massimo Carminati, ex militante dei Nar e della banda della Magliana. Di questa organizzazione, a buona ragione definita mafiosa dalla Procura di Roma, facevano parte anche Salvatore Buzzi, capo della cooperativa "29 giugno", e Luca Odevaine;
dalle intercettazioni telefoniche emergono dei riferimenti ai Ministeri dell'interno e delle politiche agricole alimentari e forestali ed al ruolo dello stesso Odevaine sulla gestione di un centro per richiedenti asilo, il più grande d'Europa, denominato "Cara Mineo", situato nella provincia di Catania;
nel mese di giugno 2014 era arrivata una segnalazione all'Autorità nazionale anticorruzione in relazione ad un appalto per la gestione dei servizi al Cara Mineo, secondo la quale si sarebbe data una posizione di vantaggio all'associazione temporanea di impresa uscente. Infatti, i requisiti fissati dal bando di gara risulterebbero abbastanza dettagliati e, quasi, su misura fino a sembrare, appunto, di favorire colui che ne è stato il gestore fin dal primo giorno, violando, se così fosse, i principi comunitari in materia;
la gara, della cifra di 97.893.000 euro, è stata bandita dal "consorzio calatino Terra d'accoglienza", ente attuatore del Cara Mineo, e il 25 giugno assegnato, dalla commissione incaricata per la valutazione dell'offerta, della quale faceva parte Luca Odevaine, allo stesso consorzio di cooperative sociali che aveva gestito il Cara negli anni precedenti. Infatti, nel 2011 era già stato assegnatario, da parte della stessa commissione nella quale pure era membro Odevaine, di un altro appalto. Lo stesso Odevaine, il 24 maggio 2013, è stato anche nominato esperto consulente del consorzio, del quale era già dipendente *part time*, ma soprattutto prendeva parte al tavolo di coordinamento nazionale insediato presso il Dipartimento per le libertà civili e l'immigrazione del Ministero dell'Interno,
si chiede di sapere:
se il Ministro in indirizzo sia a conoscenza dei fatti descritti;
se risulti in base a quali criteri Luca Odevaine facesse parte del tavolo di coordinamento nazionale e secondo quali competenze sia stato nominato consulente esperto del consorzio calatino Terra d'accoglienza;
si risulti quali criteri siano stati adottati per la scelta dei requisiti fissati dal bando;
se siano stati effettuati dall'autorità competente i controlli di legalità sulle cooperative partecipanti e assegnatarie delle gare d'appalto;
quali provvedimenti specifici intenda adottare per evitare in futuro altri casi di corruzione.
(4-03177)
COLUCCI - *Al Ministro della giustizia* - Premesso che:
i provveditorati regionali dell'amministrazione penitenziaria, sotto la supervisione del Dipartimento dell'amministrazione penitenziaria del Ministero della giustizia, esercitano, ai sensi del decreto ministeriale 22 gennaio 2002, le competenze relative ad affari di rilevanza circoscrizionale, secondo i programmi, gli indirizzi e le direttive disposti dal Dipartimento, anche al fine di assicurare l'uniformità dell'azione penitenziaria sul territorio nazionale;
tra i compiti conferiti ai provveditori regionali, nell'ambito dell'area del trattamento intramurale dei detenuti, si segnalano in particolare: progettare, programmare e raccordare le iniziative e le esperienze nel campo del trattamento intramurale e delle misure alternative alla detenzione, anche con l'apporto di un gruppo consultivo interprofessionale; esprimere pareri per la nomina degli assistenti volontari; coordinare le attività scolastiche, culturali, ricreative e sportive organizzate dalle direzioni degli istituti

penitenziari per i detenuti e gli internati; coordinare le attività e le risorse per i detenuti e gli internati in materia di lavoro e di addestramento professionale;

le carceri italiane da anni soffrono dell'annoso problema del sovraffollamento. Il nostro Paese sta collezionando ripetutamente condanne da parte della Corte europea diritti umani davanti la quale pendono centinaia di ricorsi per trattamenti degradanti e contrari al senso di umanità. Ben vengano allora tutte le iniziative programmate per incentivare il reinserimento sociale dei detenuti. Molti detenuti attraverso accordi stipulati tra enti locali e case di detenzione vengono destinati a lavori di utilità sociale, o a programmi mirati che offrono una leva motivazionale a giudizio dell'interrogante formidabile per creare un'identità nuova e un diverso percorso esistenziale a persone fragili e vulnerabili;

la scommessa del lavoro come strumento per il recupero dei detenuti: questa sembra essere la strada giusta da perseguire da parte delle case circondariali per ridonare alla collettività soggetti capaci di riabilitarsi nella società dopo gli errori commessi. Sempre che il tutto avvenga nella legalità;

considerato che, per quanto risulta all'interrogante:

il provveditore dell'amministrazione penitenziaria per la Regione Lombardia ha avallato l'avvio e l'operatività, presso il carcere di Milano "Bollate", di un'officina meccanica adibita anche a carrozzeria, al fine di far fronte alle esigenze della struttura in tema di riparazione e manutenzione degli automezzi di servizio e tale iniziativa è stata estesa anche all'interno del carcere di Milano "Opera". I lavori presso l'officina del carcere di Bollate dovrebbero essere eseguiti materialmente ed esclusivamente da detenuti aventi esperienza nel settore, nell'ambito di un programma di reinserimento sociale degli stessi;

in realtà tale prescrizione non è mai stata ottemperata nei fatti poiché il personale di Polizia penitenziaria è stato distolto dai propri compiti istituzionali per essere ordinariamente impiegato, insieme ai detenuti, per qualsiasi lavoro di meccanica e/o di carrozzeria. Non a caso, lo stesso provveditore regionale aveva formalmente stabilito, tra le regole che disciplinano l'operatività dell'officina, che il personale di Polizia penitenziaria con esperienza pregressa nel settore doveva essere impiegato solo con compiti di supervisione dei lavori;

ma questa non sembra essere l'unica irregolarità riscontrata presso l'officina del carcere di Bollate. Infatti, secondo quanto segnalato dal Sindacato nazionale autonomo di Polizia penitenziaria (Si.N.A.P.Pe) in un esposto alla Procura della Repubblica presso il tribunale di Milano del 4 novembre 2014, nell'officina si sarebbero verificati fatti di una gravità inaudita riconducibili all'uso improprio delle attrezzature in dotazione, adibite all'effettuazione di interventi in totale assenza del rispetto delle regole previste dalla normativa vigente in materia. Dal punto di vista logistico, la struttura dispone di uno spazio modesto ed assolutamente inadeguato a garantire il rispetto dei parametri minimi sanciti dalle normative vigenti, costringendo chi vi opera a depositare ed a smaltire ogni genere di scarti e pezzi meccanici (*chassis*, gomme ed altri detriti) nelle vicinanze dell'officina; lo stesso provveditore regionale, inoltre, avrebbe anche acconsentito all'avvio, all'interno dell'officina meccanica, di una sorta di carrozzeria abusiva che non presenta sistemi di aerazione né di un forno per la verniciatura, in palese violazione della normativa vigente e con evidenti rischi per la salute di chi vi opera, cosa che risulta accadere anche presso l'officina del carcere di Opera; in entrambi gli istituti penitenziari risulta la verosimile violazione delle normative vigenti in materia di corretta gestione dei rifiuti ordinari nonché dei rifiuti speciali, potenzialmente pericolosi, cosa assai grave per un'amministrazione dello Stato qual è l'amministrazione penitenziaria regionale della Lombardia;

per quanto riguarda la gestione del personale, è stata più volte denunciata la palese violazione da parte del provveditorato delle regole che disciplinano le procedure in materia di mobilità regionale, che si sono contraddistinte per mancanza di trasparenza e di imparzialità. Infatti, più volte sono stati revocati, in modo arbitrario, con atti contraddittori e privi di titolo giustificativo, alcuni provvedimenti di distacco, salvo poi essere riconfermati senza una logica precisa e l'utilizzo di criteri razionali; a tal proposito corre l'obbligo di evidenziare che l'amministrazione penitenziatria, nel caso di specie il provveditore regionale per la Lombardia, per le finalità d'interesse pubblico che persegue, ha l'obbligo

di agire in maniera imparziale e nel pieno rispetto delle regole, evitando qualsivoglia disparità di trattamento causate da pressioni sindacali finalizzate alla tutela di ingiustificati privilegi per i propri associati;
altri rilievi emergono dal punto di vista della responsabilità amministrativo-contabile. Infatti si sarebbe palesata un'evidente incapacità nel gestire in modo efficiente le risorse umane a disposizione dell'officina del carcere di Opera. In particolar modo presso il carcere, il ricorso allo strumento del lavoro straordinario dovrebbe essere giustificato esclusivamente da improcrastinabili e/o indifferibili esigenze di servizio; al contrario, il personale dell'officina riuscirebbe ad accumulare anche 60 ore di straordinario ogni mese. Se queste informazioni dovessero essere confermate nell'ambito delle indagini della Procura di Milano, si potrebbero verificare delle gravi conseguenze per il provveditore per danni all'erario dello Stato,
si chiede di sapere se il Ministro in indirizzo non ritenga opportuno avviare le necessarie indagini interne al fine di valutare se sussistano o meno gravi e palesi violazioni delle regole vigenti, tali da configurare evidenti profili di responsabilità penale, amministrativa e contabile a carico dei responsabili per i fatti esposti.
(4-03178)
COMPAGNA - *Al Ministro degli affari esteri e della cooperazione internazionale* - Premesso che:
un cittadino italiano, Francesco Morabito, artigiano gioielliere, incensurato, è da più di un anno recluso nella prigione di Anversa, città fiamminga e centro mondiale del commercio dei diamanti;
le difficoltà di comunicazione (non solo linguistiche) hanno precluso finora il diritto alla difesa del cittadino italiano, al quale non è mai stato dato finora modo di leggere in italiano alcun documento relativo al processo,
si chiede di sapere come l'ambasciata italiana abbia finora fornito assistenza al nostro connazionale e se sia stato fatto presente alle autorità belghe quali gravi violazioni sono state finora arrecate al diritto alla difesa di un cittadino italiano in un tribunale fiammingo.
(4-03179)
Giovanni MAURO - *Ai Ministri del lavoro e delle politiche sociali e della giustizia* - Premesso che:
l'articolo 36 della nostra Costituzione prevede che "Il lavoratore ha diritto ad una retribuzione proporzionata alla quantità e qualità del suo lavoro, e in ogni caso sufficiente ad assicurare a sé e alla famiglia un'esistenza libera e dignitosa";
l'articolo 38, secondo comma, recita: "I lavoratori hanno diritto che siano preveduti ed assicurati mezzi adeguati alle loro esigenze di vita in caso di infortunio, malattia, invalidità e vecchiaia, disoccupazione involontaria";
sul pignoramento delle pensioni, la giurisprudenza in merito ha ritenuto che potesse essere considerata una soglia minima vitale l'importo dell'assegno sociale come stabilito dall'art. 3, commi 6 e 7, della legge n. 335 del 1995 in misura pari a 516,46 al mese per 13 mensilità;
con la circolare n. 43 del 2003, l'INPS fornisce alcuni chiarimenti in materia di pignorabilità delle pensioni a seguito delle sentenze n. 468 del 2002 e n. 506 del 2002 della Corte costituzionale;
con la prima sentenza la Corte ha stabilito che le indennità sono pignorabili fino alla concorrenza di un quinto, valutato al netto di ritenute, per tributi dovuti allo Stato, alle Province e ai Comuni;
secondo quanto stabilito invece dalla seconda sentenza, spetta al legislatore individuare in concreto l'ammontare della parte di pensione idonea ad assicurare mezzi adeguati alle esigenze di vita del pensionato (sent. n. 506 del 2002);
considerato che:
il creditore può richiedere all'autorità giudiziaria di emettere un'ordinanza che gli assegni eventuali crediti vantati dal debitore verso soggetti terzi. Tale ordinanza permette al creditore di procedere anche con il pignoramento della pensione del debitore verso l'ente previdenziale INPS;
la disposizione che prevede il pignoramento del limite di un quinto della pensione è, nei fatti, completamente elusa. La legge concede al creditore di pignorare la pensione, nella misura massima di un quinto solo se effettuato alla fonte, cioè direttamente presso l'ente erogatore, ma se essa viene

esercitata su di un conto corrente la quota massima di un quinto non esiste più, e si può distrarre anche il totale importo della pensione erogata mensilmente,
si chiede di conoscere:
se i Ministri in indirizzo non ritengano che il diverso trattamento esercitato nei confronti dei pensionati, e che di fatto fa saltare il principio di equità sociale, non sia da rivedere;
se non reputino giusto e necessario intervenire affinché venga stabilita una norma a garanzia di tutti, dei creditori, Stato, Province e Comuni, ma anche dei pensionati che, vista la crisi in cui versa il nostro Paese, fanno già una grande fatica ad arrivare a fine mese.
(4-03180)
NUGNES, PUGLIA, SERRA, CAPPELLETTI, VACCIANO, SANTANGELO, AIROLA, BLUNDO - *Al Presidente del Consiglio dei ministri e al Ministro dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare* -
(4-03181)
(*Già* 3-01296)
PAGLINI, CAPPELLETTI, SERRA, MONTEVECCHI, AIROLA, LEZZI, BERTOROTTA, BOTTICI, DONNO, MORONESE, MARTON - *Al Ministro dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare* - Premesso che:
le dune e le relative fasce di vegetazione che si trovano nel territorio del comune di Castagneto Carducci (Livorno) rappresentano un ambito ecologicamente pregiato, il cui valore appare ancora più significativo in considerazione della generalizzata cementificazione dei litorali italiani;
il complesso ambientale delle dune e delle retrostanti pinete costituisce parte di un sistema paesaggistico che si sviluppa a scala sovralocale, configurando un corridoio ecologico che caratterizza per larghi tratti buona parte della costa tirrenica, dal Lazio alla Toscana;
le pinete che si estendono di fronte al litorale, benché di origine antropica, rappresentano un elemento tipico del paesaggio maremmano;
nel territorio del comune di Castagneto Carducci si sta realizzando un progetto che potrebbe compromettere questa unitarietà paesaggistica;
risulta agli interroganti che l'amministrazione comunale di Castagneto Carducci ha deciso che un'area di circa 8 ettari incontaminati di duna e pineta costiera sarà oggetto di una riqualificazione che prevede il disboscamento di larghi tratti di pineta;
accanto a questo intervento è stato anche previsto che le dune, presenti in quell'area, verranno spianate in previsione della prossima costruzione di 2 centri commerciali. Inoltre saranno realizzate nuove piazzole, un parcheggio per 525 posti auto e ampliati 2 campeggi contro il parere della Provincia di Livorno ed in dispregio del piano di indirizzo della Regione Toscana che vieta tassativamente qualsiasi ampliamento dei campeggi esistenti in pineta ai danni dell'ambiente e delle dune;
considerato che, a giudizio degli interroganti:
la Giunta comunale di Castagneto Carducci dimostra con questa scelta di essere poco sensibile alla tutela del paesaggio e soprattutto di non avere alcuna visione politica per il futuro sviluppo del territorio, che non può tradursi nel continuo sfruttamento delle risorse e nella cementificazione;
l'amministrazione comunale dovrebbe essere custode del territorio anche valorizzandolo e preservandolo, ancor più se si tratta di aree incontaminate e finora risparmiate dalla cementificazione,
si chiede di sapere quali interventi il Ministro in indirizzo intenda intraprendere, per quanto di propria competenza, per tutelare il territorio e la pineta storica di Castagneto Carducci.
(4-03182)
GAETTI, DONNO - *Ai Ministri delle politiche agricole alimentari e forestali e dell'economia e delle finanze* - Premesso che:
Agecontrol SpA è stata istituita il 5 novembre 1985, in forma di società per azioni e partecipazione azionaria riservata a soggetti pubblici, il cui capitale sociale veniva sottoscritto dal Ministero dell'agricoltura e delle foreste, dall'AIMA (Azienda di Stato per gli Interventi nel Mercato agricolo), oggi AGEA (Agenzia per le erogazioni in agricoltura), e dall'INEA (Istituto nazionale di economia

agraria);
ai sensi del decreto legislativo 29 marzo 2004 n. 99, la proprietà di Agecontrol SpA è stata integralmente trasferita all'AGEA, alla quale spetta di stabilire, anche in attuazione della normativa comunitaria, l'indirizzo generale dell'attività della società stessa;
l'Agecontrol SpA è l'agenzia pubblica per i controlli e le azioni comunitarie che, per conto del Ministero per le politiche agricole, alimentari e forestali e dell'AGEA, effettua controlli di qualità sui prodotti ortofrutticoli freschi sia nel mercato interno che nell'*import*/*export*, oltre che nei comparti interessati dagli aiuti comunitari;
in data 10 aprile 2014, nel corso di una assemblea ordinaria della società, AGEA nominava l'ingegner Fausto Martinelli amministratore unico di Agecontrol SpA;
il verbale di nomina specifica che "Il dottor Mainolfi, in qualità di Commissario straordinario del Socio Unico, AGEA, dà lettura della nota prot. AGEA.CU 2014.22i dell'8 aprile 2014, acquisita in copia agli atti, recante in calce il nulla osta del Ministero delle politiche agricole, alimentari e forestali, con la quale il Commissario AGEA ha proposto al Ministro di nominare, per il triennio 2014-2016, e quindi fino all'approvazione del bilancio 2016 di Agecontrol SpA, in luogo del consiglio di Amministrazione, un Amministratore unico, da investire dei poteri per la gestione ordinaria e straordinaria della Società sin qui attribuiti al Consiglio di Amministrazione, ai sensi dell'art. 11, capo IV dello statuto speciale di Agecontrol SpA (in vigore dal 24 giugno 2009), indicandolo nella persona dell'ingegner Fausto Martinelli, nato a Roma il 18 gennaio 1949, ex vice Capo del Corpo forestale dello Stato, giusto *curriculum* acquisito in copia atti relativo al presente verbale, ed indica il compenso da attribuire al presente Amministratore Unico in euro 40.000,00 (quarantamila) lordi annui";
dal sito del Sapaf (Sindacato autonomo polizia ambientale forestale) (articolo "saluto ai forestali del vice capo del Corpo, Fausto Martinelli") si apprende che l'ingegner Fausto Martinelli dal 31 gennaio 2104 ha concluso l'attività ed è stato collocato a riposo;
il numero totale dei dipendenti in pianta organica di Agecontrol, secondo il progetto di bilancio di esercizio, chiuso al 31 dicembre 2013, è pari a 256 di cui 9 dirigenti (compreso il direttore generale), 24 quadri e 223 impiegati. Il *budget* della società è in continua diminuzione; nel 2013 era pari a circa 21.000.000 euro, mentre nel bilancio di previsione 2014 risulta essere stato ulteriormente ridotto;
secondo i dati forniti dalla stessa società, consultabili sul sito istituzionale di Agecontrol, lo stipendio lordo del direttore generale ammonta per l'anno 2013 a 190.000 euro, comprensivo della retribuzione di risultato pari a 20.000 euro;
il *budget* dei costi del personale di Agecontrol per l'anno 2014 è stato improntato su criteri di economicità e razionalizzazione della spesa tali da non prevedere il rinnovo delle coperture assicurative precedentemente prestate dalla polizza infortuni in vigore per impiegati e quadri;
considerato che:
l'articolo 5, comma 9, del decreto-legge n. 95 del 2012, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 135 del 2012, modificato dal decreto-legge n. 90 del 2014, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 114 del 2014, recita: "È fatto divieto alle pubbliche amministrazioni di cui all'articolo 1, comma 2, del decreto-legge n. 165 del 2011, nonché alle pubbliche amministrazioni inserite nel conto economico consolidato della pubblica amministrazione, come individuate dall'Istituto Nazionale di Statistica (ISTAT) ai sensi dell'articolo 1, comma 2, della legge 31 dicembre 2009, n. 196 nonché alle autorità indipendenti ivi inclusa la Commissione nazionale per le società e la borsa (Consob) di attribuire incarichi di studio e di consulenza a soggetti già lavoratori privati o pubblici collocati in quiescenza. Alle suddette amministrazioni è, altresì, fatto divieto di conferire ai medesimi soggetti incarichi dirigenziali o direttivi o cariche in organi di governo delle amministrazioni di cui al primo periodo e degli enti e società da esse controllati, ad eccezione dei componenti delle giunte degli enti territoriali e dei componenti o titolari degli organi elettivi degli enti di cui all'articolo 2, comma 2-*bis*, del decreto-legge 31 agosto 2013, n. 101, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 ottobre 2013, n. 125. Incarichi e collaborazioni sono consentiti, esclusivamente a titolo gratuito e per una durata non superiore a un anno, non prorogabile né rinnovabile, presso ciascuna amministrazione. Devono essere

rendicontati eventuali rimborsi di spese, corrisposti nei limiti fissati dall'organo competente dell'amministrazione interessata. Gli organi costituzionali si adeguano alle disposizioni del presente comma nell'ambito della propria autonomia";
l'art. 6, comma 2, del decreto-legge n. 90 del 2014 ha poi precisato che le modifiche dell'articolo 5, comma 9, del decreto-legge n. 95 del 2012 si applicano solamente agli incarichi conferiti a decorrere dalla data di entrata in vigore del decreto-legge n. 90 del 2014;
il 1° aprile 2014 è entrato in vigore il decreto del Ministero dell'economia e delle finanze 24 dicembre 2013, n. 166 (pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* n. 63 del 17 marzo 2014), che integra e completa il quadro normativo che regola i compensi degli amministratori delle società non quotate controllate dal Ministero dell'economia e delle finanze. La normativa prevede un tetto ai compensi dei *manager* in relazione alla fascia di complessità di ogni società da loro gestita in termini di percentuale rispetto al trattamento economico del primo presidente di Corte di cassazione. L'entrata in vigore del decreto impone l'immediato adeguamento ai nuovi limiti dei compensi riconosciuti agli amministratori, come affermato dall'adunanza generale del Consiglio di Stato,
si chiede di sapere:
se i Ministri in indirizzo non ritengano opportuno applicare la *ratio* dell'aggiornamento legislativo, anche in virtù delle numerose criticità emerse recentemente nella gestione dell'ente, relativamente alla nomina a commissario unico di Agecontrol SpA dell'ingegner Martinelli, seppur considerando tale designazione formalmente ineccepibile essendo la norma stessa, che ne stabilisce l'incompatibilità, entrata in vigore successivamente;
se risulti che nel 2014 vi sia stato un aumento significativo e di quale entità, anche sotto forma di "premi", della retribuzione lorda dei dirigenti di Agecontrol, ed in particolare del direttore generale, e se non ritenga che debba essere previsto un tetto ai compensi dei *manager* così come è stato determinato per le società non quotate controllate dal Ministero dell'economia e delle finanze;
se risulti che l'azienda abbia accantonato, negli scorsi anni, somme destinate ai dirigenti mentre venivano ridotti i trattamenti economici ai dipendenti tramite circolari ritenute illegittime anche dalla sentenza n. 11727/2014 del 9 dicembre 2014, emessa dal giudice Luna del Tribunale di Roma, che condanna l'azienda al pagamento delle spese e delle differenze economiche riscontrate sulle retribuzioni di 60 dipendenti;
se non considerino che il mancato rinnovo dell'assicurazione sugli infortuni per impiegati e quadri avrà ripercussioni sull'azienda e sui dipendenti considerando che la maggior parte del lavoro viene svolto tramite missioni esterne;
se non intendano verificare se il personale addetto alle ispezioni sia dotato di materiale e strumenti tecnologicamente adeguati per effettuare i controlli a loro preposti.
(4-03183)
CASSON, PEGORER, SONEGO - *Ai Ministri dell'interno e della salute* - Premesso che per quanto risulta agli interroganti:
in data 11 dicembre 2014 il sindacato della Polizia di Stato SILP-CGIL inviava tra gli altri al questore della Provincia di Trieste e per conoscenza al Ministero dell'Interno una segnalazione *ex* art. 50, comma 1, lettera *e)* e Titolo nono del decreto legislativo n. 81 del 2008, in quanto presso gli uffici dipendenti della Questura di Trieste (come il Commissariato di pubblica sicurezza di Oppicina) e presso lo stesso "ufficio capoluogo" sarebbe presente materiale in evidente stato di sfaldamento, potenzialmente riconducibile ad amianto;
come noto il datore di lavoro avrebbe l'obbligo giuridico di sorvegliare costantemente la dispersione di fibre-*killer* come quelle dell'amianto negli ambienti di lavoro, in quanto comportanti notoriamente rischi per la salute e per la sicurezza dei lavoratori;
considerato che;
in particolare, con la citata segnalazione veniva chiesto che la questione fosse affrontata con urgenza, effettuando anche i necessari immediati sopralluoghi;
sarebbe inoltre necessario a parere degli interroganti disporre, a questo proposito, di tutte le

segnalazioni di qualsiasi genere aventi ad oggetto anche la presunta presenza di amianto negli uffici dipendenti dalla Questura di Trieste (compresi i mezzi navali), quanto meno dall'anno 2000 in poi;
ritenuto che va comunque evitato qualsiasi tipo di intervento che possa anche solo essere considerato autoritario o "intimidatorio" nei confronti dei dipendenti della Polizia di Stato, che vogliono soltanto conoscere la verità,
si chiede di sapere:
se i Ministri in indirizzo siano a conoscenza dei fatti suindicati;
se siano già intervenuti in relazione a tali questioni;
in caso negativo, quali siano i loro intendimenti.
(4-03184)

CIOFFI, GIROTTO, PAGLINI, SCIBONA, SERRA, CATALFO, SANTANGELO, BOTTICI, CAPPELLETTI, BUCCARELLA, PUGLIA, DONNO, MORONESE, LEZZI, MONTEVECCHI, ENDRIZZI, FUCKSIA - *Al Ministro delle infrastrutture e dei trasporti* - Premesso che:
l'Anas è il gestore della rete stradale ed autostradale italiana di interesse nazionale, costituita in società per azioni il cui socio unico è il Ministero dell'economia e delle finanze e sottoposta al controllo ed alla vigilanza tecnica ed operativa del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti;
tra le funzioni ad essa attribuite vi sono la gestione, manutenzione ordinaria e straordinaria delle strade ed autostrade; l'adeguamento e progressivo miglioramento della rete delle strade e delle autostrade e della relativa segnaletica; la costruzione di nuove strade ed autostrade, anche a pedaggio, sia direttamente che mediante concessione a terzi; servizi di informazione agli utenti, a partire dagli apparati segnaletici; l'attuazione delle leggi e dei regolamenti concernenti la tutela del patrimonio delle strade ed autostrade e tutela del traffico e della segnaletica; l'adozione dei provvedimenti necessari per la sicurezza del traffico sulle strade e sulle autostrade; la realizzazione e partecipazione a studi, ricerche e sperimentazioni in materia di viabilità, traffico e circolazione;
per l'espletamento delle citate attività l'Anas ricorre al mercato per l'affidamento di lavori, servizi e forniture nel rispetto delle leggi vigenti in materia di contratti pubblici;
considerato che:
l'Anas ha pubblicato in data 25 novembre 2014 un bando di gara con scadenza 2 febbraio 2015 (n. DGACQ15-14) avente ad oggetto "Servizi di prove di laboratorio, controllo di qualità dei materiali, delle lavorazioni e indagini geognostiche per lavori su opere stradali di competenza ANAS" per un totale di 30.000.000 euro;
tale gara è suddivisa in 7 lotti per macro aree geografiche d'Italia; il lotto più piccolo ha un importo a base di gara pari a 3.500.000 euro; la durata dei servizi per i singoli lotti è di 3 anni; ogni impresa può partecipare a tutti i lotti ed eventualmente aggiudicarsene anche più di uno;
considerato inoltre che:
risulta agli interroganti che la maggior parte dei laboratori italiani, non avrebbero i requisiti economici previsti alle lettere *b)* e *c)* sezione III.2.2 del bando di gara anche in caso di raggruppamento temporaneo di imprese;
in particolare, su circa 150 laboratori, autorizzati dal Ministero delle infrastrutture e dei trasporti solo 4 sembrerebbero in grado di partecipare alla gara in relazione ai requisiti economici richiesti nel bando, circoscrivendo *de facto* le società ammissibili prima delle fasi di gara,
si chiede di sapere:
se il Ministro in indirizzo sia a conoscenza di quanto esposto in premessa;
se ritenga che un siffatto *modus operandi* violi il principio di libera concorrenza determinando con ciò un incremento dei costi di aggiudicazione delle gare bandite;
se sia rispettato il principio esplicitamente richiamato dall'art. 2, comma 1-*bis*, del decreto legislativo n. 163 del 2006, in cui si precisa che, al fine di favorire l'accesso alle piccole e medie imprese, le stazioni appaltanti devono ove possibile ed economicamente conveniente suddividere gli appalti in lotti minori e che il principio di economicità può essere subordinato, entro i limiti in cui sia espressamente consentito dalle norme vigenti e dal codice, ai criteri ispirati a esigenze sociali.

(4-03185)

Interrogazioni, da svolgere in Commissione

A norma dell'articolo147 del Regolamento, le seguenti interrogazioni saranno svolte presso le Commissioni permanenti:

2ª Commissione permanente(Giustizia):

3-01522, del senatore Cappelletti ed altri, sul potenziamento del lavoro di pubblica utilità svolto dai detenuti;

12ª Commissione permanente(Igiene e sanità):

3-01525, della senatrice Padua ed altri, su presunti episodi di maltrattamenti di bambini autistici in ospedale;

13ª Commissione permanente(Territorio, ambiente, beni ambientali):

3-01521, della senatrice Puppato ed altri, sul deposito di rifiuti radioattivi Cemerad di Statte (Taranto).

1.5.2.4. Seduta n. 368 (ant.) del 19/12/2014

collegamento al documento su www.senato.it

SENATO DELLA REPUBBLICA
------ XVII LEGISLATURA ------

368a SEDUTA PUBBLICA
RESOCONTO STENOGRAFICO (*)
VENERDÌ 19 DICEMBRE 2014

_____

Presidenza della vice presidente FEDELI,
indi del presidente GRASSO,
della vice presidente LANZILLOTTA
e del vice presidente GASPARRI

_____

(*) Include l'ERRATA CORRIGE pubblicato nel Resoconto della seduta n. 369 del 7 gennaio 2015
(N.B. Il testo in formato PDF non è stato modificato in quanto copia conforme all'originale)

_____

N.B. Sigle dei Gruppi parlamentari: Area Popolare (NCD-UDC): AP (NCD-UDC); Forza Italia-Il Popolo della Libertà XVII Legislatura: FI-PdL XVII; Grandi Autonomie e Libertà (Grande Sud, Libertà e Autonomia-noi SUD, Movimento per le Autonomie, Nuovo PSI, Popolari per l'Italia): GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI); Lega Nord e Autonomie: LN-Aut; Movimento 5 Stelle: M5S; Partito Democratico: PD; Per le Autonomie (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE: Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE; Scelta Civica per l'Italia: SCpI; Misto: Misto; Misto-Italia Lavori in Corso: Misto-ILC; Misto-Liguria Civica: Misto-LC; Misto-Movimento X: Misto-MovX; Misto-Sinistra Ecologia e Libertà: Misto-SEL.

_____

RESOCONTO STENOGRAFICO

Presidenza della vice presidente FEDELI

PRESIDENTE. La seduta è aperta *(ore 10,10)*.

Si dia lettura del processo verbale.

SAGGESE, *segretario, dà lettura del processo verbale della seduta del giorno precedente.*

Sul processo verbale

SCILIPOTI ISGRO' *(FI-PdL XVII)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

SCILIPOTI ISGRO' *(FI-PdL XVII)*. Signora Presidente, chiedo la votazione del processo verbale, previa verifica del numero legale.

Verifica del numero legale

PRESIDENTE. Invito il senatore Segretario a verificare se la richiesta risulta appoggiata dal prescritto numero di senatori, mediante procedimento elettronico.

(La richiesta risulta appoggiata).

Invito pertanto i senatori a far constatare la loro presenza mediante procedimento elettronico.

(Segue la verifica del numero legale).

Il Senato è in numero legale.

Ripresa della discussione sul processo verbale

PRESIDENTE. Metto ai voti il processo verbale.

È approvato.

Comunicazioni della Presidenza

PRESIDENTE. L'elenco dei senatori in congedo e assenti per incarico ricevuto dal Senato, nonché ulteriori comunicazioni all'Assemblea saranno pubblicati nell'allegato B al Resoconto della seduta odierna.

Preannunzio di votazioni mediante procedimento elettronico

PRESIDENTE. Avverto che nel corso della seduta odierna potranno essere effettuate votazioni qualificate mediante il procedimento elettronico.

Pertanto decorre da questo momento il termine di venti minuti dal preavviso previsto dall'articolo 119, comma 1, del Regolamento *(ore 10,14)*.

Seguito della discussione congiunta dei disegni di legge:

(1699) ***Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017*** *(Approvato dalla Camera dei deputati) (Votazione finale qualificata, ai sensi dell'articolo 120, comma 3, del Regolamento)*

(1698) ***Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)*** *(Approvato dalla Camera dei deputati) (Votazione finale qualificata, ai sensi dell'articolo 120, comma 3, del Regolamento)* **(ore 10,15)**

PRESIDENTE. L'ordine del giorno reca il seguito della discussione congiunta dei disegni di legge nn. 1699 e 1698, già approvati dalla Camera dei deputati.

Ricordo che nella seduta di ieri hanno avuto luogo la discussione generale congiunta sui disegni di legge di stabilità e di bilancio e la replica del Vice Ministro dell'economia e delle finanze.

Passiamo ora al seguito della discussione del disegno di legge n. 1699.

Seguito della discussione e approvazione, con modificazioni, del disegno di legge:

(1699) ***Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017*** *(Approvato dalla Camera dei deputati) (Votazione finale qualificata, ai sensi dell'articolo 120, comma 3, del Regolamento) (Comprendente la Seconda Nota di variazioni al bilancio dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017)* **(ore 10,16)**

PRESIDENTE. L'ordine del giorno reca il seguito della discussione del disegno di legge n. 1699, già approvato dalla Camera dei deputati.

Passiamo ora, ai sensi dell'articolo 129, comma 3, del Regolamento, all'esame degli articoli del disegno di legge di bilancio.

In questa fase della discussione, ai sensi del comma 5 del richiamato articolo 129 del Regolamento, potranno intervenire su ciascun articolo unicamente i presentatori di ordini del giorno e di

emendamenti, per illustrarli, e il rappresentante del Governo per esprimere il rispettivo parere.

Con l'approvazione dei singoli articoli si intendono approvati anche le tabelle, i quadri generali, gli allegati e gli elenchi richiamati dagli articoli stessi e riportati negli stampati del disegno di legge di bilancio e nella prima Nota di variazioni.

Ai sensi dell'articolo 129, comma 3, del Regolamento, la votazione finale del disegno di legge di bilancio sarà effettuata solo dopo la votazione finale del disegno di legge di stabilità.

Avverto che è pervenuto, ed è in distribuzione, il parere espresso dalla 5a Commissione permanente sugli emendamenti al disegno di legge in esame.

Passiamo all'esame degli ordini del giorno, su cui invito il rappresentante del Governo a pronunziarsi.

MORANDO, *vice ministro dell'economia e delle finanze*. Signora Presidente, in merito all'ordine del giorno G1 del senatore Colucci, il Governo è disponibile ad accoglierlo come raccomandazione. Se dovesse essere accolto nel suo testo letterale, sarebbe come accogliere un emendamento, cosa che il Governo non può fare. Quindi, può essere accolto solo come raccomandazione. In caso contrario, il parere è contrario. L'ordine del giorno G2 è identico al G1, per cui valgono le stesse considerazioni che ho appena svolto.

Sull'ordine del giorno G3 il parere è, invece, favorevole. Ho ragione di ritenere che i proponenti non dovranno aspettare molto tempo per vederlo accolto e realizzato. Chi ha partecipato ai lavori della Commissione bilancio sa a che cosa mi riferisco.

L'ordine del giorno G6 è accolto.

PRESIDENTE. Chiedo ai presentatori degli ordini del giorno G1 e G2, che sono stati accolti dal Governo come raccomandazione, se insistono per la votazione.

COLUCCI *(AP (NCD-UDC))*. No, Presidente.

MALAN *(FI-PdL XVII)*. Sottoscrivo l'ordine del giorno G2 e non insisto per la votazione.

PRESIDENTE. Poiché i presentatori non insistono per la votazione, gli ordini del giorno G1 e G2 sono accolti come raccomandazione.

Essendo stati accolti dal Governo, gli ordini del giorno G3 e G6 non verranno posti ai voti.

CALDEROLI *(LN-Aut)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

CALDEROLI *(LN-Aut)*. Signora Presidente, dovendo procedere ora all'esame degli emendamenti e degli articoli, mi chiedo, dal momento che non mi risulta, se ci sia stata la convocazione di una seduta della Commissione bilancio per l'espressione dei pareri.

PRESIDENTE. Senatore Calderoli, se vuole, possiamo dare lettura dell'espressione dei pareri.

CALDEROLI *(LN-Aut)*. Visto che i miei colleghi che sono membri della Commissione non hanno partecipato alla seduta della Commissione per la stesura di questi pareri, mi chiedo... *(La senatrice Bulgarelli fa cenno di no).*

PRESIDENTE. Il parere è stato dato in base all'articolo 100, comma 7, del Regolamento.

CALDEROLI *(LN-Aut)*. L'articolo 100 del Regolamento sul disegno di legge di bilancio e sugli emendamenti?

PRESIDENTE. Sì, senatore Calderoli.

CALDEROLI *(LN-Aut)*. Presidente, mi scusi ma quando è stato dato?

PRESIDENTE. Faccio prima a darne lettura.

CALDEROLI *(LN-Aut)*. La ringrazio, Presidente.

PRESIDENTE. Invito la senatrice Segretario a dare lettura del parere espresso dalla 5a Commissione permanente sugli emendamenti al disegno di legge in esame.

SAGGESE, *segretario*. «La Commissione programmazione economica, bilancio, esaminati gli emendamenti, trasmessi dall'Assemblea, relativi al disegno di legge in titolo, esprime, per quanto di competenza, ai sensi dell'articolo 100, comma 7, del Regolamento, un parere non ostativo sulle

proposte 2.Tab.2.1, 2.Tab.2.2, 2.Tab.2.3, 2.1,10.Tab.10.1 e 17.1.

Formula una valutazione di inammissibilità sulle seguenti proposte: 1.Tab.1.1, in quanto recante una copertura a valere su previsioni di entrata; 4.Tab.4.1, in quanto coperto, nel 2016 e 2017, a valere su spese non rimodulabili; 8.Tab.8.1 e 8.Tab.8.2, poiché coperti su quota parte di spese non rimodulabili.

L'emendamento 14.Tab.14.1 che non presenta profili problematici sul piano contabile, non risulta tuttavia presentato presso la Commissione di merito.

Segnala, poi, che, ancorché privi di profili problematici in relazione alla copertura finanziaria, in relazione all'articolo 128, comma 3, del Regolamento, l'emendamento 3.Tab.3.1 è stato dichiarato decaduto nel corso dell'esame presso la Commissione di merito e gli emendamenti 7.Tab.7.1, 8.Tab.8.3 e 8.Tab.8.4 sono stati ritirati nel corso dell'esame presso la Commissione di merito».

COMAROLI *(LN-Aut)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

COMAROLI *(LN-Aut)*. Signora Presidente, nella lettura del parere testé effettuata ho sentito riferirsi alla Commissione bilancio. Sono Capogruppo della Lega Nord in Commissione bilancio e a me non risulta di essere stata convocata per esprimere pareri. Assolutamente. Quindi, se possibile, vorrei capire come mai la Commissione si è espressa in questo modo.

CALDEROLI *(LN-Aut)*. Ma siete matti?

PRESIDENTE. Con calma, la prego, senatore Calderoli.

«Gli emendamenti che importino aumento di spesa»... *(Commenti dal Gruppo LN-Aut. Il senatore Calderoli e la senatrice Lezzi fanno cenno di voler intervenire).*

Stavo leggendo il comma 7 dell'articolo 100 per fare il punto sul Regolamento. È quindi possibile la procedura, perché è stato scelto questo.

CALDEROLI *(LN-Aut)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

CALDEROLI *(LN-Aut)*. Signora Presidente, la procedura che lei ha citato si utilizza talvolta, raramente, per l'esame di un emendamento che nasce nel corso dei lavori dell'Assemblea, ma mai, su una sequenza come quella che abbiamo ascoltato, il parere viene affidato ad una persona sola.

Peraltro, diciamocelo chiaro e tondo, visto che il maxiemendamento del Governo non è ancora pervenuto, il Presidente o il Vice Presidente della Commissione, per il rispetto che devono alla loro Commissione hanno tutto il tempo di convocare la Commissione bilancio e far esprimere ad essa i pareri.

Non può un organo monocratico esprimere pareri su una legge così importante come il bilancio.

Avete privato l'Assemblea addirittura del relatore in Aula perché siete riusciti a litigare fino all'ultimo all'interno della maggioranza, adesso si impedisce anche alla Commissione di esprimere i pareri? Ma scherziamo? *(Applausi dai Gruppi LN-Aut, M5S e Misto-MovX)*.

PRESIDENTE. Sono due cose diverse la legge di stabilità e quella di bilancio, e comunque era non una persona, ma il Presidente della Commissione bilancio che ha utilizzato la norma di Regolamento. *(Proteste dai Gruppi LN-Aut e M5S. Alcuni senatori fanno cenno di voler intervenire).*

LEZZI *(M5S)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

LEZZI *(M5S)*. Signora Presidente, vorrei anzitutto porre una domanda: qui avrà deciso soltanto il presidente Azzollini perché non è stato convocato neanche un Ufficio di Presidenza.

Sono vice presidente della Commissione bilancio e non avevo idea che fosse arrivato il maxiemendamento o che si stessero valutando emendamenti al bilancio.

A questo punto, visto che si sta inserendo nel discorso, vorrei chiedere al vicepresidente Sangalli del Partito Democratico: lei probabilmente ha assistito all'espressione del parere escludendo il resto del Parlamento ma anche chi fa parte dell'Ufficio di Presidenza della Commissione bilancio (e quindi

Lezzi Barbara per il Movimento 5 Stelle e la senatrice Comaroli che ne è il Segretario)?

Ma almeno i membri dell'Ufficio di Presidenza li volete chiamare o no? *(Applausi dai Gruppi M5S e LN-Aut)*.

FERRARA Mario *(GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI))*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

FERRARA Mario *(GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI))*. Signora Presidente, ero appena arrivato e dalla televisione ho appreso che rispetto all'osservazione fatta in Aula dal senatore vice presidente Calderoli la Presidenza ha replicato che il parere era stato dato ai sensi dell'articolo 100. *(Il vice ministro Morando richiama l'attenzione della Presidente)*.

PRESIDENTE. Le chiedo scusa, senatore Ferrara, riprenda dall'inizio perché mi hanno distratto.

FERRARA Mario *(GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI))*. Se ho sentito bene, a ricordo di quanto recita l'articolo 100 del Regolamento in ordine ai pareri, vorrei dare lettura del comma 7 all'Assemblea. Esso recita: «Gli emendamenti che importino aumento di spesa o diminuzione di entrata debbono essere trasmessi, appena presentati, anche alla 5a Commissione permanente perché esprima il proprio parere». Il parere deve quindi essere espresso dalla Commissione bilancio.

Il Regolamento aggiunge, nella seconda parte del comma 7 dell'articolo 100: «Il parere può essere dato anche verbalmente nel corso della seduta, a nome della Commissione, dal suo Presidente o da altro senatore da lui delegato».

È evidente che non ricorre il caso del secondo periodo del comma 7 dell'articolo 100.

Quindi non posso trovarmi d'accordo con quello che ha detto la Presidenza. A meno che la Presidenza non voglia rendere chiaro il giudizio che ha dato sull'applicabilità del comma 7, e voglia citare - vedo che la Presidente ne sta parlando con il Segretario generale - qualche precedente. Ma in ogni caso il precedente, anche se c'è, non prevale sulla norma. Quindi, vorrei che ci fosse data una migliore spiegazione rispetto al semplice enunciato portato dalla Presidenza.

PRESIDENTE. Intanto lei ha correttamente ricordato, come era stato letto nel parere, che il riferimento era al secondo periodo.

SANGALLI *(PD)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

SANGALLI *(PD)*. Signora Presidente, il parere è stato formulato in accordo con il presidente Azzollini proprio per...

MARTON *(M5S)*. Da chi?

SANGALLI *(PD)*. Dal Vice Presidente vicario sulla base dell'articolo 100 del Regolamento.

Io però non ho nessun tipo di riserva, anzi devo dire che trovo francamente giusto e corretto, su un insieme di emendamenti di questo tipo, convocare immediatamente la Commissione per formulare il parere. *(Applausi dai Gruppi M5S e LN-Aut e del senatore Bruno)*.

PRESIDENTE. Sospendo la seduta e chiedo la convocazione della Commissione bilancio.

La seduta riprenderà alle ore 10,50.

(La seduta, sospesa alle ore 10,27, è ripresa alle ore 10,50).

Colleghi, verificato che la seduta della Commissione bilancio è ancora in corso e che intorno alle ore 12 sono previsti impegni di natura istituzionale, sospendo nuovamente la seduta che riprenderà alle ore 15.

(La seduta, sospesa alle ore 10,51, è ripresa alle ore 15,06).

Presidenza del presidente GRASSO

La seduta è ripresa.

Invito la senatrice Segretario a dare lettura del parere espresso dalla 5a Commissione permanente - che è in distribuzione - sugli emendamenti al disegno di legge in esame.

SAGGESE, *segretario*. «La Commissione programmazione economica, bilancio, esaminati gli

emendamenti, trasmessi dall'Assemblea, relativi al disegno di legge in titolo, esprime, per quanto di competenza, una valutazione di inammissibilità sulle seguenti proposte: 1.Tab.1.1, in quanto recante una copertura a valere su previsioni di entrata; 4.Tab.4.1, in quanto coperto, nel 2016 e 2017, a valere su spese non rimodulabili; 8.Tab.8.1 e 8.Tab.8.2, poiché coperti su quota parte di spese non rimodulabili.

Rileva che l'emendamento 14.Tab.14.1, che non presenta profili problematici sul piano contabile, non risulta tuttavia presentato presso la Commissione di merito.

Segnala, poi, che, ancorché privi di profili problematici in relazione alla copertura finanziaria, in relazione all'articolo 128, comma 3, del Regolamento, l'emendamento 3.Tab.3.1 è stato dichiarato decaduto nel corso dell'esame presso la Commissione di merito e gli emendamenti 7.Tab.7.1, 8.Tab.8.3 e 8.Tab.8.4 sono stati ritirati nel corso dell'esame presso la Commissione di merito.

Formula, infine, un parere non ostativo sulle proposte 2.Tab.2.1, 2.Tab.2.2, 2.Tab.2.3, 2.1, 10.Tab.10.1 e 17.1». *(Applausi ironici dal Gruppo LN-Aut)*.

PRESIDENTE. Procediamo dunque all'esame degli articoli.

Passiamo all'esame dell'articolo 1, con l'annessa tabella, sul quale è stato presentato un emendamento che è inammissibile.

Procediamo pertanto alla votazione dell'articolo 1.

GAETTI *(M5S)*. Chiediamo che la votazione venga effettuata a scrutinio simultaneo mediante procedimento elettronico.

PRESIDENTE. Invito il senatore Segretario a verificare se la richiesta risulta appoggiata dal prescritto numero di senatori.

(La richiesta risulta appoggiata).

Indìco la votazione nominale con scrutinio simultaneo dell'articolo 1, con l'annessa tabella.

(Segue la votazione).

Il Senato approva. *(v. Allegato B)*.

Passiamo all'esame dell'articolo 2, con l'annessa tabella ed elenchi, sul quale sono stati presentati emendamenti che invito i presentatori ad illustrare.

FRAVEZZI *(Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE)*. Signor Presidente, visto che la mia proposta era collegata ad un emendamento che poi è stato assorbito in quello del relatore, relativo all'Unione italiana ciechi, ritiro l'emendamento 2.Tab.2.3.

BLUNDO *(M5S)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

BLUNDO *(M5S)*. Signor Presidente, è la seconda volta che la mia scheda non funziona. Anche l'altra volta ha dimenticato di guardare dalla parte delle minoranze (dell'opposizione, come voi ritenete), anche se in realtà sono i cittadini che ci hanno voluto qui. Pertanto, non ho potuto votare.

PRESIDENTE. Ne prendiamo atto, senatrice Blundo, ora le sostituiamo la scheda.

I restanti emendamenti si intendono illustrati.

Credo sia superfluo chiedere il parere del Governo sugli emendamenti in esame, trattandosi di proposte a sua firma.

GAETTI *(M5S)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

GAETTI *(M5S)*. Chiediamo che le votazioni vengano effettuate a scrutinio simultaneo mediante procedimento elettronico.

PRESIDENTE. Invito il senatore Segretario a verificare se la richiesta risulta appoggiata dal prescritto numero di senatori.

(La richiesta risulta appoggiata).

Indìco la votazione nominale con scrutinio simultaneo dell'emendamento 2.Tab.2.1, presentato dal Governo.

(Segue la votazione).

Il Senato approva. *(v. Allegato B)*.

Indìco la votazione nominale con scrutinio simultaneo dell'emendamento 2.Tab.2.2, presentato dal Governo.

(Segue la votazione).

Il Senato approva. *(v. Allegato B)*.

Ricordo che l'emendamento 2.Tab.2.3 è stato ritirato.

Indìco la votazione nominale con scrutinio simultaneo dell'emendamento 2.1, presentato dal Governo.

(Segue la votazione).

Il Senato approva. *(v. Allegato B)*.

Indìco la votazione nominale con scrutinio simultaneo dell'articolo 2, con l'annessa tabella ed elenchi, nel testo emendato.

(Segue la votazione).

Il Senato approva. *(v. Allegato B)*.

Passiamo all'esame dell'articolo 3, con l'annessa tabella, sul quale è stato presentato un emendamento che è inammissibile.

Procediamo pertanto alla votazione dell'articolo 3.

GAETTI *(M5S)*. Chiediamo che la votazione venga effettuata a scrutinio simultaneo mediante procedimento elettronico.

PRESIDENTE. Invito il senatore Segretario a verificare se la richiesta risulta appoggiata dal prescritto numero di senatori.

(La richiesta risulta appoggiata).

Indìco la votazione nominale con scrutinio simultaneo dell'articolo 3, con l'annessa tabella.

(Segue la votazione).

Il Senato approva. *(v. Allegato B)*.

Passiamo all'esame dell'articolo 4, con l'annessa tabella, sul quale è stato presentato un emendamento, che è inammissibile.

Procediamo pertanto alla votazione dell'articolo 4.

GAETTI *(M5S)*. Chiediamo che la votazione venga effettuata a scrutinio simultaneo mediante procedimento elettronico.

PRESIDENTE. Invito il senatore Segretario a verificare se la richiesta risulta appoggiata dal prescritto numero di senatori.

(La richiesta risulta appoggiata).

Indìco la votazione nominale con scrutinio simultaneo dell'articolo 4, con l'annessa tabella.

(Segue la votazione).

Il Senato approva. *(v. Allegato B)*.

Passiamo alla votazione dell'articolo 5, con l'annessa tabella ed appendice.

GAETTI *(M5S)*. Chiediamo che la votazione venga effettuata a scrutinio simultaneo mediante procedimento elettronico.

PRESIDENTE. Invito il senatore Segretario a verificare se la richiesta risulta appoggiata dal prescritto numero di senatori.

(La richiesta risulta appoggiata).

Indìco la votazione nominale con scrutinio simultaneo dell'articolo 5, con l'annessa tabella ed

appendice.

(Segue la votazione).

Il Senato approva. *(v. Allegato B)*.

Passiamo alla votazione dell'articolo 6, con l'annessa tabella ed appendice.

GAETTI *(M5S)*. Chiediamo che la votazione venga effettuata a scrutinio simultaneo mediante procedimento elettronico.

PRESIDENTE. Invito il senatore Segretario a verificare se la richiesta risulta appoggiata dal prescritto numero di senatori.

(La richiesta risulta appoggiata).

Indìco la votazione nominale con scrutinio simultaneo dell'articolo 6, con l'annessa tabella ed appendice.

(Segue la votazione). *(Proteste dal Gruppo M5S all'indirizzo del senatore Di Biagio)*.

Il Senato approva. *(v. Allegato B)*.

CRIMI *(M5S)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

CRIMI *(M5S)*. Signor Presidente, stiamo votando una legge importante: mi sembra anche che non abbiano problemi di maggioranza, quindi questo atteggiamento è strumentale e volto esclusivamente a far considerare la presenza di un senatore che è invece assente. La prego di prendere nota dei voti che sono stati fatti...

GUALDANI *(AP (NCD-UDC))*. Non è assente.

CRIMI *(M5S)*. Dov'è presente? È assente.

Dicevo che occorre prendere nota dei voti fatti dove votavano per tre.

DI BIAGIO *(AP (NCD-UDC))*. Sai perfettamente che è il tuo, invece, ad essere un atteggiamento strumentale.

PRESIDENTE. Senatore Crimi, concluda il suo intervento. Invito i senatori Segretari a verificare questa situazione.

CRIMI *(M5S)*. Io la invito, signor Presidente, a verificare anche i voti pregressi; eliminare la contabilizzazione dei voti pregressi e far rimuovere la tessera disattesa. È il minimo, signor Presidente. *(Vivace scambio di commenti tra il senatore Crimi ed il senatore Di Biagio. Il senatore Maran rimuove la tessera disattesa. Applausi dal Gruppo M5S. Scambio di commenti tra il senatore Di Biagio e diversi senatori del Gruppo M5S)*.

PRESIDENTE. Non siamo allo stadio.

Passiamo all'esame dell'articolo 7, con l'annessa tabella, sul quale è stato presentato un emendamento che è inammissibile.

Procediamo pertanto alla votazione dell'articolo 7.

GAETTI *(M5S)*. Chiediamo che la votazione venga effettuata a scrutinio simultaneo mediante procedimento elettronico.

PRESIDENTE. Invito il senatore Segretario a verificare se la richiesta risulta appoggiata dal prescritto numero di senatori.

(La richiesta risulta appoggiata).

Indìco la votazione nominale con scrutinio simultaneo dell'articolo 7, con l'annessa tabella.

(Segue la votazione). *(Proteste dal Gruppo M5S. Scambio di commenti tra i senatori Crimi e Di Biagio)*.

Il Senato approva. *(v. Allegato B)*.

Senatore Di Biagio, le risulta così difficile sedersi al suo posto, per evitare questi equivoci? *(Il senatore Di Biagio prende posto. Applausi dal Gruppo M5S)*. Ho capito anche da qui, infatti, che il

fatto è frutto di un equivoco. *(Proteste dal Gruppo M5S)*.

CRIMI *(M5S)*. Non c'è alcun equivoco, signor Presidente.

PRESIDENTE. Allora si tratta di un doppio voto?

CRIMI *(M5S)*. È dall'inizio dell'anno e della legislatura che è così, non c'è alcun equivoco e non avete mai preso un provvedimento.

PRESIDENTE. Controlleremo, senatore Crimi, calma.

AIROLA *(M5S)*. Cominciamo a ripristinare le sanzioni che noi abbiamo ricevuto e loro no!

PRESIDENTE. Mi pare che la situazione sia tornata alla normalità, quindi è inutile continuare.

CRIMI *(M5S)*. Sì, ma alla normalità, quella solita!

PRESIDENTE. Passiamo all'esame dell'articolo 8, con l'annessa tabella, elenco ed appendice, sul quale sono stati presentati emendamenti che sono inammissibili.

Procediamo pertanto alla votazione dell'articolo 8.

GAETTI *(M5S)*. Chiediamo che la votazione venga effettuata a scrutinio simultaneo mediante procedimento elettronico.

PRESIDENTE. Invito il senatore Segretario a verificare se la richiesta risulta appoggiata dal prescritto numero di senatori.

(La richiesta risulta appoggiata).

Indìco la votazione nominale con scrutinio simultaneo dell'articolo 8, con l'annessa tabella, elenco ed appendice.

(Segue la votazione).

Il Senato approva. *(v. Allegato B)*.

Passiamo alla votazione dell'articolo 9, con l'annessa tabella.

GAETTI *(M5S)*. Chiediamo che la votazione venga effettuata a scrutinio simultaneo mediante procedimento elettronico.

PRESIDENTE. Invito il senatore Segretario a verificare se la richiesta risulta appoggiata dal prescritto numero di senatori.

(La richiesta risulta appoggiata).

Indìco la votazione nominale con scrutinio simultaneo dell'articolo 9, con l'annessa tabella.

(Segue la votazione).

Il Senato approva. *(v. Allegato B)*.

Passiamo all'esame dell'articolo 10,con l'annessa tabella ed elenchi, sul quale è stato presentato un emendamento che si intende illustrato e sul quale invito il rappresentante del Governo a pronunziarsi.

MORANDO, *vice ministro dell'economia e delle finanze*. Signor Presidente, esprimo parere contrario sull'emendamento 10.Tab.10.1.

PRESIDENTE. Passiamo alla votazione dell'emendamento 10.Tab.10.1.

GAETTI *(M5S)*. Chiediamo che la votazione venga effettuata a scrutinio simultaneo mediante procedimento elettronico.

PRESIDENTE. Invito il senatore Segretario a verificare se la richiesta risulta appoggiata dal prescritto numero di senatori.

(La richiesta risulta appoggiata).

Indìco la votazione nominale con scrutinio simultaneo dell'emendamento 10.Tab.10.1, presentato dal senatore Ceroni.

(Segue la votazione).

Il Senato non approva. *(v. Allegato B)*.

Indìco la votazione nominale con scrutinio simultaneo dell'articolo 10, con l'annessa tabella ed elenchi.

(Segue la votazione).

Il Senato approva. *(v. Allegato B)*.

Passiamo alla votazione dell'articolo 11, con l'annessa tabella.

GAETTI *(M5S)*. Chiediamo che la votazione venga effettuata a scrutinio simultaneo mediante procedimento elettronico.

PRESIDENTE. Invito il senatore Segretario a verificare se la richiesta risulta appoggiata dal prescritto numero di senatori.

(La richiesta risulta appoggiata).

Indìco la votazione nominale con scrutinio simultaneo dell'articolo 11, con l'annessa tabella.

(Segue la votazione).

Il Senato approva. *(v. Allegato B)*.

Passiamo alla votazione dell'articolo 12, con l'annessa tabella.

GAETTI *(M5S)*. Chiediamo che la votazione venga effettuata a scrutinio simultaneo mediante procedimento elettronico.

PRESIDENTE. Invito il senatore Segretario a verificare se la richiesta risulta appoggiata dal prescritto numero di senatori.

(La richiesta risulta appoggiata).

Indìco la votazione nominale con scrutinio simultaneo dell'articolo 12, con l'annessa tabella.

(Segue la votazione).

Il Senato approva. *(v. Allegato B)*.

Passiamo alla votazione dell'articolo 13, con l'annessa tabella.

GAETTI *(M5S)*. Chiediamo che la votazione venga effettuata a scrutinio simultaneo mediante procedimento elettronico.

PRESIDENTE. Invito il senatore Segretario a verificare se la richiesta risulta appoggiata dal prescritto numero di senatori.

(La richiesta risulta appoggiata).

Indìco la votazione nominale con scrutinio simultaneo dell'articolo 13, con l'annessa tabella.

(Segue la votazione).

Il Senato approva. *(v. Allegato B)*.

Passiamo all'esame dell'articolo 14, con l'annessa tabella, sul quale è stato presentato un emendamento che è inammissibile.

Procediamo pertanto alla votazione dell'articolo 14.

GAETTI *(M5S)*. Chiediamo che la votazione venga effettuata a scrutinio simultaneo mediante procedimento elettronico.

PRESIDENTE. Invito il senatore Segretario a verificare se la richiesta risulta appoggiata dal prescritto numero di senatori.

(La richiesta risulta appoggiata).

Indìco la votazione nominale con scrutinio simultaneo dell'articolo 14, con l'annessa tabella.

(Segue la votazione).

Il Senato approva. *(v. Allegato B)*.

Passiamo alla votazione dell'articolo 15.

GAETTI *(M5S)*. Chiediamo che la votazione venga effettuata a scrutinio simultaneo mediante procedimento elettronico.

PRESIDENTE. Invito il senatore Segretario a verificare se la richiesta risulta appoggiata dal prescritto numero di senatori.

(La richiesta risulta appoggiata).

Indìco la votazione nominale con scrutinio simultaneo dell'articolo 15.

(Segue la votazione).

Il Senato approva. *(v. Allegato B)*.

Passiamo alla votazione dell'articolo 16, con il quadro generale riassuntivo e le tabelle allegate.

GAETTI *(M5S)*. Chiediamo che la votazione venga effettuata a scrutinio simultaneo mediante procedimento elettronico.

PRESIDENTE. Invito il senatore Segretario a verificare se la richiesta risulta appoggiata dal prescritto numero di senatori.

(La richiesta risulta appoggiata).

Indìco la votazione nominale con scrutinio simultaneo dell'articolo 16, con il quadro generale riassuntivo e le tabelle allegate.

(Segue la votazione).

Il Senato approva. *(v. Allegato B)*.

Passiamo all'esame dell'articolo 17, sul quale è stato presentato un emendamento del Governo che si intende illustrato.

Passiamo alla votazione dell'emendamento 17.1.

GAETTI *(M5S)*. Chiediamo che le votazioni vengano effettuate a scrutinio simultaneo mediante procedimento elettronico.

PRESIDENTE. Invito il senatore Segretario a verificare se la richiesta risulta appoggiata dal prescritto numero di senatori.

(La richiesta risulta appoggiata).

Indìco la votazione nominale con scrutinio simultaneo dell'emendamento 17.1, presentato dal Governo.

(Segue la votazione).

Il Senato approva. *(v. Allegato B)*.

Indìco la votazione nominale con scrutinio simultaneo dell'articolo 17, nel testo emendato.

(Segue la votazione).

Il Senato approva. *(v. Allegato B)*.

Colleghi, sono così esaurite le votazioni degli articoli del disegno di legge di approvazione del bilancio di previsione dello Stato.

Ricordo che, ai sensi dell'articolo 129, comma 3, del Regolamento, la votazione finale del disegno di legge di bilancio sarà effettuata solo dopo la votazione finale del disegno di legge di stabilità.

Ha chiesto di intervenire il vice ministro Morando. Ne ha facoltà.

MORANDO,*vice ministro dell'economia e delle finanze*. Signor Presidente, chiedo la sospensione dei lavori dell'Aula fino alle ore 17. *(Proteste dai Gruppi FI-PdL XVII e LN-Aut)*. Naturalmente l'impegno è che alle ore 17 si possano cominciare regolarmente i lavori.

Questo ritardo nella nostra iniziativa, come noto di presentazione di un emendamento su cui porre la questione di fiducia sull'intero disegno di legge di stabilità, si è determinato a causa del fatto che il mancato completamento dei lavori della Commissione ha reso... *(Proteste dai Gruppi M5S e Aut-LN)*.

PRESIDENTE. Silenzio. Fate completare l'intervento del Vice Ministro.

MORANDO, *vice ministro dell'economia e delle finanze*. Come dicevo, ciò ha reso necessario valutare testi che, non essendo stati valutati in Commissione durante i suoi lavori non sono stati corredati della necessaria relazione tecnica. Su tutto ciò che abbiamo votato, la relazione tecnica c'era; su tutto ciò che non abbiamo sottoposto materialmente al voto e approvato in Commissione naturalmente la relazione tecnica va fatta adesso.

È per questa ragione che abbiamo bisogno ancora di un po' di tempo, ma poco. Mi impegno personalmente a fare in modo che alle ore 17 possa cominciare regolarmente il nostro lavoro sul disegno di legge di stabilità. La ringrazio, signor Presidente. *(Alcuni senatori dei Gruppi M5S e Aut-LN fanno cenno di voler intervenire)*.

PRESIDENTE. La seduta è sospesa. *(Proteste dai Gruppi M5S e Aut-LN)*.

(La seduta, sospesa alle ore 15,27, è ripresa alle ore 17,08).

Presidenza della vice presidente LANZILLOTTA

La seduta è ripresa.

Ha chiesto di intervenire il vice ministro Morando. *(Applausi ironici dai Gruppi M5S e LN-Aut)*.

MORANDO, *vice ministro dell'economia e delle finanze*. Signora Presidente, non ho ancora ricevuto il testo, quindi... *(Applausi ironici dai Gruppi M5S e LN-Aut e della senatrice Mussini)*.

PRESIDENTE. Allora la pregherei di dire alla Presidenza realisticamente a che ora è opportuno che ci riaggiorniamo.

MORANDO, *vice ministro dell'economia e delle finanze*. A differenza di quanto pensassi, francamente non sono in grado di prendere un impegno preciso.

A questo punto, so che esiste un testo definito e so che il problema è rappresentato esclusivamente dal fatto che non è del tutto pronta la relazione tecnica. Se lei, signora Presidente, ritiene che questa soluzione sia preferibile ad un'attesa senza termini, posso chiedere al Governo, di cui faccio parte, che intanto venga depositato il testo, su cui il Governo apporrà la questione di fiducia, perché i senatori lo possano vedere, impegnandoci per una precisa ora al deposito della relazione tecnica.

CORO DI VOCI DAI GRUPPI M5S E LN-Aut. Nooo!

PRESIDENTE. Scusi, Vice Ministro, credo che questo non sia tecnicamente possibile né opportuno.

MORANDO, *vice ministro dell'economia e delle finanze*. Era un tentativo per cercare di accelerare i tempi. Se ritenete che ci vogliano...

PRESIDENTE. A questo punto deciderà unilateralmente la Presidenza.

La seduta è sospesa fino alle ore 18. *(Il senatore Calderoli richiama con insistenza l'attenzione della Presidenza)*.

Senatore Calderoli, le do la parola ma la prego di fare gesti più tranquilli e richiami meno rumorosi.

CALDEROLI *(LN-Aut)*. Signora Presidente, richiamavo l'attenzione della Presidenza, visto che avevo chiesto la parola anche precedentemente alla sospensione, e qui se non si urla non si viene neanche guardati, non dico ascoltati.

Quello che mi preoccupa è che ieri, nel corso della Conferenza dei Capigruppo, il Ministro per i rapporti con il Parlamento ci ha detto che alle ore 15 sarebbe arrivato il maxiemendamento. Poco meno di due ore fa il vice ministro Morando ci ha detto che il testo sarebbe arrivato alle ore 17. Ora, mi riferiscono che, rientrando dal vertice europeo, il Presidente del Consiglio abbia preso il maxiemendamento e per la prima volta si sia messo personalmente a decidere quali punti vadano bene e quali no, fra l'altro con lo stralcio di parti che erano state approvate in Commissione.

Io credo che la serietà sia dovuta a quest'Aula: o si decide che il concerto di domani salta oppure si rimanda a lunedì prossimo e si affronterà in quel momento la legge di stabilità. *(Applausi dal Gruppo M5S e dei senatori Gambaro, Maran e Mussini)*.

Non è possibile che veniamo riconvocati ogni ora o ogni due ore senza sapere... Bontà ha voluto che ci fosse un testo, anche se io francamente non l'ho ancora visto. Ma un testo di legge di stabilità tradotto in un maxiemendamento senza la relativa relazione tecnica, quindi le necessarie coperture, è praticamente un buco nell'ozono. Quindi, o c'è o non c'è. Se non c'è, stabiliamo quando riconvocarci avendo l'argomento di cui discutere. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut e della senatrice Fucksia)*.

AIROLA *(M5S)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

AIROLA *(M5S)*. Signora Presidente, anch'io mi unisco a ciò che ha dichiarato il senatore Calderoli, con un'aggiunta: le doverose revisioni, che sta facendo probabilmente il Presidente del Consiglio, andavano fatte in Commissione e in Aula, lavorando insieme, perché avevamo chiesto in maniera informale al Senato e in maniera formale alla Camera di fare una valutazione sulle marchette che spesso vengono inserite nella legge di stabilità (chiamiamole così, forse in maniera un po' popolare ma in questo modo chi è fuori capisce).

Anche noi troviamo inaudito essere riconvocati di ora in ora. Dobbiamo prendere il coraggio, anzi la Presidenza abbia il coraggio di fissare un appuntamento coerente con il lavoro completamente sfasato di questa procedura inaccettabile che abbiamo seguito quest'anno, in particolare sulla legge di stabilità.

ZANDA *(PD)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

ZANDA *(PD)*. Signor Presidente, il senatore Calderoli e il senatore Airola hanno delle buone ragioni per chiedere che l'Aula possa discutere la questione per la quale è stata convocata. L'Aula in questo momento è presente nel suo *plenum* e credo che l'esperienza ci dica che anche nelle passate stagioni...

FERRARA Mario *(GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI))*. Mai!

ZANDA *(PD)*. ...abbiamo avuto molto spesso problemi sia per la legge di stabilità sia negli anni precedenti. Rivolgerei un sollecito al Governo perché nei tempi più rapidi possibili la relazione venga completata, ma le chiedo, signora Presidente, di tenere fermo l'annuncio che lei aveva già fatto: lei aveva già dato un orario per la ripresa dei nostri lavori e aveva dichiarato sospesa la seduta. Le chiedo quindi di mantenere ferma la sua decisione.

DE PETRIS *(Misto-SEL)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

DE PETRIS *(Misto-SEL)*. Signora Presidente, e lo dico anche al presidente Zanda, non mi pare che siamo proprio nella normalità. Certamente, anche in passato c'è stata qualche ora di ritardo, ma vorrei ricordare che ieri è stata addirittura convocata una Conferenza dei Capigruppo in modo del tutto irrituale, diciamo preventiva. Il Governo aveva tra l'altro già annunciato che ieri sera, al massimo alle 20, sarebbe stata posta la fiducia sul maxiemendamento e quindi il maxiemendamento sarebbe stato depositato. Invece siamo in una situazione in cui è chiaro ed evidente, dalle parole che ha detto il vice ministro Morando, che il maxiemendamento c'è, ma non c'è la bollinatura, quella indispensabile della Ragioneria, quindi ci sono problemi molte seri e di questo siamo molto preoccupati.

Lo dico a lei, signora Presidente: è chiaro che adesso si è ulteriormente spostato l'orario, portandolo alle 18, ma non può essere tollerabile che, anche alla ripresa alle 18, noi ci troviamo di nuovo di fronte a un nulla di fatto.

Abbiamo l'Aula occupata, domani e dopodomani, per i concerti di Natale. Io tutti gli anni sono molto contenta del concerto, ma forse questo sta cominciando a diventare un problema per i lavori dell'Aula. È chiaro a tutti che non possiamo continuare a tenere i senatori qui, a non fare assolutamente nulla in attesa di non si sa bene cosa.

Quindi, si venga in Aula e si dica esplicitamente quali sono le questioni aperte, perché noi non possiamo continuare a ignorare totalmente quello che può accadere tra qualche ora.

Se poi, dopo tutte queste ore in cui ci avete fatto stare qui ad aspettare (e non si sa per quanto tempo ancora), pensate anche di arrivare a modificare il calendario, io vi dico in anticipo, così da essere molto chiari, che è bene sappiate tutti quanti che questo non sarà tollerato in nessun modo! *(Applausi dal Gruppo Misto-SEL e dei senatori Bocchino, Casaletto, Gambaro e Mussini)*.

FERRARA Mario *(GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI))*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

FERRARA Mario *(GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI))*. Signora Presidente, chiedo scusa per la presunzione, ma mi intesto questa responsabilità. È giunto a mio avviso il momento che il Paese sappia cosa sta succedendo; e che non lo sappia attraverso agenzie di stampa, come sono stato molto tentato

di fare.

L'evidenza è che la relazione tecnica, nel passaggio dalla Camera al Senato, era stata fatta e presentata al Senato perché, nel caso contrario, questo non avrebbe potuto discutere delle legge di stabilità. Ciò significa che è intervenuto qualcosa durante i lavori della legge di stabilità al Senato.

Mi sembra, per una stessa ammissione letta dalle labbra del vice ministro Morando, che gli interventi fatti nella Commissione bilancio non valgano più di 600 milioni di euro. Ora, correggere una relazione tecnica per 600 milioni di euro è un intervento che la Ragioneria generale dello Stato fa in mezz'ora.

Il fatto che siano trascorse ventisei ore da quella scadenza temporale che ci veniva assicurata dal Ministro per i rapporti con il Parlamento (perché quando il senatore Calderoli parlava delle ore 15 stava parlando delle 15 di ieri e siamo alle 17 di oggi) mi fa capire che non si tratti di una correzione per emendamenti che valgono 600 milioni di euro, ma si tratti di molto di più.

Sappiano i colleghi, e sappia quindi - se c'è una maggiore attenzione - il Paese, che ieri il Presidente del Consiglio si trovava a Bruxelles, dove ha parlato della legge di stabilità. E sulla legge di stabilità, a Bruxelles, sono state fatte tante osservazioni al Presidente del Consiglio. E questo è il motivo per cui alcune agenzie parlano del fatto che il Presidente del Consiglio ha quel maxiemendamento di cui si parla e che, quando il vice ministro Morando ci invita a leggerlo, ci dice di farlo per vie informali e non per vie ufficiali.

Io chiedo scusa al vice ministro Morando ma, in ogni caso, quest'Aula vorrebbe sentire qualche dichiarazione da parte di un Ministro. *(Applausi dal Gruppo M5S e del senatore Mandelli)*, perché a parlare all'Aula in nome del Consiglio dei ministri, a legislazione vigente, deve essere un ministro che ne riceve delega. La sua autorevolezza, Vice Ministro, non consente di superare la necessità che vengano rispettate le forme perché, in questo caso, le forme sono molto di più che sostanza, visto che stiamo parlando della legge di stabilità, che è il principio generatore dell'evoluzione sociale e civile del Paese! *(Applausi della senatrice Taverna)*.

Tutto quello che sta avvenendo è scandaloso! Non nella persona del vice ministro Morando, ma nella sua totalità, questo Governo è infingardo! *(Applausi dai Gruppi FI-PdL XVII, M5S e LN-Aut)*. Non si vuole presentare, nasconde la verità e costringe autorevoli esponenti della maggioranza come il senatore Zanda a chiedere un atto di responsabilità al Governo: che si presenti nella persona autorevole del Ministro dell'economia a dirci che non sono pronti, perché il testo è stato sanzionato dall'Unione europea e che forse, viste le dovute correzioni chieste a Bruxelles, sarà pronto soltanto lunedì! Questa la verità! Questa è la sola e unica verità: tutte le altre sono esternazioni di un Governo che - lo ripeto - è soltanto infingardo! *(Applausi dai Gruppi GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI), FI-PdL XVII e LN-Aut e dei senatori Bocchino, Fucksia e Gambaro)*.

ROMANI Paolo *(FI-PdL XVII)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

ROMANI Paolo *(FI-PdL XVII)*. Signora Presidente, vorrei correggere l'intervento del senatore Calderoli, nel senso che il Ministro per i rapporti con il Parlamento, ieri, in Conferenza dei Capigruppo, aveva detto che il maxiemendamento sarebbe arrivato entro le ore 20 di ieri sera. Questa è stata la sua affermazione e a questo orario ci eravamo attenuti.

Lo sbigottimento che abbiamo visto sul volto del vice ministro Morando nel momento in cui la Presidente gli ha dato la parola, la dice lunga sullo stato dell'arte. Francamente, signora Presidente, non sono molto d'accordo sul rinvio di un'ulteriore ora. Penso che lei, con l'autorevolezza che le appartiene, possa e debba chiedere al rappresentante del Governo che si interpellino il Ministro dell'economia e delle finanze o il Presidente del Consiglio *(Applausi dal Gruppo LN-Aut)*, per sapere che intenzioni ci siano esattamente, perché è risibile che la scusa sia il fatto che la relazione tecnica non è ancora pronta. È da ieri sera alle ore 20 che sentiamo questa scusa. Lo dico per esperienza: la relazione tecnica si prepara in poche decine di minuti.

Quindi, signora Presidente, le chiedo formalmente e ufficialmente di chiedere al vice ministro Morando (che è l'unico rappresentante del Governo presente in Aula, ma che, viste le sue espressioni,

ha l'aria di non conoscere nulla dello stato dell'arte su questo argomento) di domandare a sua volta al Ministero dell'economia e delle finanze, in pochi minuti - senza che la seduta si interrompa, o interrompendola per cinque minuti - che intenzioni ci siano e quale sia lo stato dell'arte e, se davvero il problema è rappresentato dalla relazione tecnica non pronta, oppure, come ha detto qualcuno che mi ha preceduto, se il problema è che il Governo non è in grado di presentare al Parlamento un maxiemendamento in base al lavoro non fatto dalla Commissione bilancio *(Applausi dal Gruppo FI-PdL XVII e della senatrice Taverna)*, vista la lezione di politica economica che ci siamo dovuti prendere ieri, in modo totalmente ingiustificato.

VOLPI *(LN-Aut)*. Bravo!

ROMANI Paolo *(FI-PdL XVII)*. Non penso che siamo più nelle condizioni di attendere un'altra ora. Per di più, siamo qui in attesa di un altro evento che ci sembrava dovesse accadere in quest'Aula, del quale nessuno parla, tantomeno la maggioranza, al quale eravamo tutto sommato interessati: ne parlano le agenzie, i giornali e se ne parla anche in quest'Aula. Il continuo slittamento nel tempo della votazione della fiducia sulla legge di stabilità non ha influenza solo su quel voto, ma anche su quello che dovrebbe accadere dopo. E siccome quello che accade dopo è anch'esso di nostro interesse, nei tempi, nei metodi e nei modi in cui quest'Assemblea dovrà approvare o meno quell'evento *(Applausi del senatore Maran)*, ci farebbe veramente piacere che i tempi venissero ristretti al massimo. Dunque non un'altra ora, in attesa di non so che cosa, ma cinque minuti, in attesa di una risposta. *(Applausi dal Gruppo FI-PdL XVII e della senatrice Gambaro)*.

SACCONI *(AP (NCD-UDC))*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

SACCONI *(AP (NCD-UDC))*. Signora Presidente, mi unisco alla considerazione che svolgeva poco fa il collega Zanda, nel chiedere la prosecuzione... *(Commenti dai Gruppi M5S e LN-Aut)*. Ovviamente il Gruppo di Area Popolare, che appartiene a questa maggioranza, si unisce alle considerazioni dei colleghi della maggioranza, nella convinzione che si debba trasmettere alla Camera dei deputati quanto prima la legge di stabilità, in vista di un obiettivo, che non può non essere compreso anche dall'opposizione, cioè quello di approvare la legge di bilancio entro l'anno, per non ritornare all'esperienza degli esercizi provvisori di bilancio, che nella nostra memoria è un ricordo triste e che produrrebbe oggi, ove si dovesse ripetere, conseguenze facilmente prevedibili per quanto riguarda il nostro rapporto con il mercato finanziario.

Penso che, peraltro, tutto ciò sia conseguenza di errori che sono stati compiuti tanto dal Governo nel rapporto con la Commissione parlamentare - il Governo stesso ha infatti concorso con un'intensa attività emendativa a complicare l'esercizio della funzione della Commissione preposta - quanto da parte delle opposizioni, che non solo hanno presentato un consistente numero di emendamenti, ma non hanno accettato di ritirarli e di concentrare l'attenzione della Commissione su pochi argomentiper poter concludere i lavori, in modo tale che il Governo potesse presentare... *(Proteste dai Gruppi M5S e LN-Aut. Applausi del senatore Gibiino. Vivaci commenti dei senatori Comaroli, Martelli e Tosato)*.

PRESIDENTE. Colleghi, facciamo concludere il senatore Sacconi. *(Commenti dai Gruppi M5S e LN-Aut)*.

La prego, senatore Sacconi, concluda.

SACCONI *(AP (NCD-UDC))*. Signora Presidente, non ho capito: si riferisce a me, che devo concludere, per consentire... *(Proteste dai Gruppi M5S e LN-Aut)*.

PRESIDENTE. No, intendo: prosegua pure e concluda.

SACCONI *(AP (NCD-UDC))*. Cosa mi sta chiedendo?

PRESIDENTE. Sto chiedendo di consentire a lei di concludere il suo intervento.

SACCONI *(AP (NCD-UDC))*. Non il contrario?

PRESIDENTE. Non di ridurre il suo tempo, ma di consentirle di concludere.

SACCONI *(AP (NCD-UDC))*. Perfetto.

Ho voluto ricordare le premesse delle inevitabili difficoltà di redigere un emendamento sul quale ragionevolmente, come è stato preannunciato, verrà posta la questione di fiducia, in assenza delle conclusioni della Commissione bilancio e dell'aver poi affrontato il disegno di legge di stabilità senza la necessaria relazione e il testo predisposto dalla Commissione stessa.

Confido che tutto ciò potrà essere lezione utile a ripensare ancora una volta, anche attraverso la semplice riforma dei Regolamenti parlamentari, la sessione di bilancio in funzione di una maggiore essenzialità dello strumento dedicato soltanto alla regolazione delle grandezze finanziarie. Dico subito che mi auguro che il Governo venga in quest'Aula con un testo quanto più asciutto, privo di norme regolamentari, perché così avrebbe dovuto essere fin dall'inizio. Pertanto, se sarà così, saremo ancor più convinti di votare a favore della fiducia che il Governo chiederà su quell'atto. *(Commenti dal Gruppo LN-Aut)*.

VOLPI *(LN-Aut)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Senatore Volpi, è già intervenuto il senatore Calderoli per il suo Gruppo, quindi la pregherei di essere sintetico.

VOLPI *(LN-Aut)*. Signora Presidente, come Gruppo noi ci associamo alle valutazioni fatte dai presidenti Ferrara e Paolo Romani. Io credo che ci sia un dato politico da chiarire in Parlamento e spero e penso che la Presidenza si voglia fare parte attiva per invitare il Ministro dell'economia (sempre che sia ancora titolare del Dicastero, perché non sappiamo chi sta toccando il disegno di legge di stabilità) a venire a riferire al più presto in quest'Aula.

È un dato politico, signora Presidente, e credo che non riguardi unicamente le opposizioni. Premetto che l'ostruzionismo lo sta facendo il Governo a sé stesso. *(Applausi dai Gruppi LN-Aut, FI-PdL XVII,M5S e della senatrice Petraglia)*.

AIROLA *(M5S)*. Bravo!

VOLPI *(LN-Aut)*. Non si venga quindi a raccontare altro. Ma credo che sia un atto di chiarezza per tutti i parlamentari che non sanno cosa sta succedendo e chi sta intervenendo sul disegno di legge di stabilità. Fate questo sforzo: chiedete al Ministro, sempre che sia ancora Ministro, di venire a riferirci in Aula.

PRESIDENTE. Colleghi, io credo che per le istituzioni (il Parlamento e il Governo) prevalga il dovere istituzionale di fare in modo che legge di stabilità e bilancio siano approvati. Ovviamente la nostra situazione è resa molto complessa dal fatto che la Commissione bilancio non ha finito l'esame. *(Commenti dal Gruppo LN-Aut)*. Questo è uno dei motivi. Dopo di che credo, senatore Sacconi, che onestamente bisogna riconoscere che non solo le opposizioni hanno concorso a creare il volume degli emendamenti.

BULGARELLI *(M5S)*. La Commissione ha lavorato; non è colpa nostra.

PRESIDENTE. Senatrice Bulgarelli, mi scusi, il suo Gruppo ha già parlato e io sto riconoscendo il contributo dato.

MARTON *(M5S)*. Anche il Gruppo della Lega ha parlato due volte. *(Commenti del senatore Santangelo)*.

AIROLA *(M5S)*. Abbiamo altri impegni? No.

PRESIDENTE. Io sto parlando e vi prego di farmi concludere, come l'ho consentito a tutti quelli che lo avevano chiesto al momento opportuno.

Ciò detto, quello che avviene all'interno del Governo sono *interna corporis*, al di là delle facce che fa il vice ministro Morando, che non possono essere registrate negli atti parlamentari; evidentemente non è un giocatore di poker e non sa nascondere il suo pensiero, ma è un libro aperto per i senatori e questo è molto apprezzabile.

Io credo che noi dobbiamo dare l'opportunità al Governo, che è stato consultato, di portare il maxiemendamento e quindi attendiamo ancora da adesso per un'ora. Dopodiché la Conferenza dei Capigruppo dovrà eventualmente valutare come proseguire i lavori.

Ciò detto, dopo aver dato la parola alla senatrice Bulgarelli, che l'aveva già chiesta, la seduta verrà sospesa per un'ora, fino alle 18,30. Mi auguro che, per quell'ora, potremo passare al merito del maxiemendamento. *(Commenti dai Gruppi FI-PdL XVII, AP (NCD-UDC), e LN-Aut)*.

BULGARELLI *(M5S)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà. *(Brusio)*. Se volete far parlare la senatrice Bulgarelli, potete fare un po' di silenzio, altrimenti sospendo immediatamente la seduta.

BULGARELLI *(M5S)*. No, no, signora Presidente, parlo anche con il rumore, non si preoccupi.

Le chiedo anzitutto scusa se l'ho interrotta mentre parlava. Però credo che sia opportuno, per giustizia istituzionale, non dare la colpa alla Commissione del fatto che non sia stato votato il mandato al relatore, perché non è colpa della Commissione bilancio se non è stato votato il mandato al relatore. *(Applausi dal Gruppo M5S e del senatore Malan)*. Il PD si assuma questa responsabilità. Smettetela in quest'Aula di scaricare la responsabilità sulla Commissione bilancio tutta; la responsabilità è tutta del PD, che ha ingolfato questa Commissione e i suoi lavori! *(Applausi dai Gruppi M5S e FI-PdL XVII)*. Non è giusto scaricare a livello istituzionale questa cosa su tutti noi! Non è corretto! Mi dispiace. Siccome non è la prima volta che ciò viene detto in quest'Aula, almeno mettiamo in puntini sulle «i». Questa cosa non è vera, basta, non ditela più! Basta! La responsabilità è tutta del PD; mi dispiace, però è loro. *(Applausi dal Gruppo M5S)*.

PRESIDENTE. Senatrice Bulgarelli, questa è una sua legittima valutazione politica. All'Aula consta che la Commissione bilancio purtroppo non ha potuto concludere i suoi lavori per una serie di concomitanti avvenimenti.

La seduta è sospesa.

(La seduta, sospesa alle ore 17,33, è ripresa alle ore 19,10).

Presidenza del presidente GRASSO

Seguito della discussione e approvazione, con modificazioni, del disegno di legge:

(1698) ***Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)*** *(Approvato dalla Camera dei deputati) (Votazione finale qualificata, ai sensi dell'articolo 120, comma 3, del Regolamento)***(ore 19,11)**

Discussione e approvazione della questione di fiducia

PRESIDENTE. L'ordine del giorno reca il seguito della discussione del disegno di legge n. 1698, già approvato dalla Camera dei deputati.

Colleghi, mi scuso - mi scuso io, pur sapendo voi che non dovrei - a nome di tutti quelli che avrebbero dovuto collaborare per far arrivare al più presto il testo dell'emendamento interamente sostitutivo degli articoli del disegno di legge, traffico permettendo. *(Vivaci commenti dai Gruppi M5S e LN-Aut)*. Mi fa piacere che abbiate accolto con ironia questa battuta.

Ha chiesto di intervenire il ministro per le riforme costituzionali e i rapporti con il Parlamento, onorevole Boschi. Ne ha facoltà. *(Brusìo)*.

Adesso la ricreazione è finita! *(Vivaci proteste dai Gruppi FI-PdL XVII, M5S, LN-Aut e Misto-SEL)*.

MALAN *(FI-PdL XVII)*. È il Governo che ha fatto la ricreazione!

VOCI DAL GRUPPO M5S. Vergogna! Vergogna!

URAS *(Misto-SEL)*. Bisogna avere toni istituzionali!

BOSCHI, *ministro per le riforme costituzionali e i rapporti con il Parlamento*. Signor Presidente, onorevoli senatori, a nome del Governo, autorizzata dal Consiglio dei ministri, pongo la questione di fiducia sull'approvazione dell'emendamento, che mi accingo a presentare, al disegno di legge n. 1698.

PRESIDENTE. La Presidenza prende atto dell'apposizione della questione di fiducia sull'approvazione dell'emendamento interamente sostitutivo degli articoli del disegno di legge di stabilità, presentato dal

Governo. *(Vivaci proteste dai Gruppi M5S, LN-Aut e Misto-SEL)*

VOCE DAL GRUPPO LN-Aut. Su che cosa?

PRESIDENTE. Conformemente alla prassi, trasmetto il testo dell'emendamento alla 5a Commissione permanente perché, ai sensi dell'articolo 81 della Costituzione e nel rispetto delle prerogative costituzionali del Governo, informi l'Assemblea circa i profili di copertura finanziaria. Convoco pertanto la Conferenza dei Capigruppo per organizzare il relativo dibattito.

La seduta è sospesa. *(Vivaci proteste dai Gruppi M5S, LN-Aut e Misto-SEL. Commenti dei senatori De Petris, Malan e Airola).*

(La seduta, sospesa alle ore 19,12, è ripresa alle ore 21,05).

Presidenza del vice presidente GASPARRI

Organizzazione della discussione della questione di fiducia

PRESIDENTE. La Conferenza dei Presidenti dei Gruppi parlamentari ha proceduto all'organizzazione del dibattito sulla questione di fiducia posta dal Governo sull'emendamento interamente sostitutivo degli articoli del disegno di legge di stabilità.

La discussione sulla questione di fiducia, per la quale sono state ripartite 2 ore e 30 minuti in base a specifiche richieste dei Gruppi, avrà iniziò alle ore 22, una volta acquisito il parere della Commissione bilancio sui profili di copertura finanziaria. Seguiranno le dichiarazioni di voto. La chiama avrà pertanto inizio alle ore 2.

Una volta approvato il disegno di legge di stabilità, il Governo dovrà presentare la seconda Nota di variazioni al bilancio che sarà immediatamente deferita alla 5a Commissione permanente. Seguirà, quindi, la votazione della Nota di variazioni e il voto finale con la presenza del numero legale sul disegno di legge di bilancio.

MALAN *(FI-PdL XVII)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

MALAN *(FI-PdL XVII)*. Signor Presidente, alla fine del precedente pezzo di seduta, prima della sospensione, avevo chiesto già la parola perché il presidente Grasso, dopo aver dato inizio alla seduta con 45 minuti di ritardo, dopo un ennesimo rinvio, di fronte al giustificatissimo rumoreggiare dell'Aula, ha detto: «La ricreazione è finita».

Allora, la ricreazione è forse finita per il Governo, che ci ha fatto aspettare 23 ore rispetto all'annuncio fatto dal ministro Boschi in Conferenza dei Capigruppo: e lo abbiamo appreso in Aula.

Credo che l'Assemblea meriti rispetto. Il rispetto dell'Assemblea avrebbe richiesto che, all'ora in cui eravamo riconvocati, ovvero alle 18,30, il Presidente (o un Vice Presidente al quale egli avesse dato mandato) fosse venuto a riferire all'Assemblea che non c'erano i presupposti per iniziare. La cosa non sarebbe certamente stata responsabilità della Presidenza o del Senato in generale, perché sappiamo benissimo che eravamo in attesa dell'emendamento di provenienza governativa.

Ciò non è stato fatto e ritengo che sia stato innanzitutto sbagliato, perché l'Assemblea merita rispetto, innanzitutto da parte di chi la rappresenta. Se chi lo rappresenta non rispetta il Senato, mi chiedo chi mai possa rispettarlo. Non c'è stata una parola da parte del Presidente nei confronti del Governo, che esso è sì responsabile di questo ritardo e addirittura c'è stata questa espressione quanto mai irriguardosa - credo involontariamente irriguardosa - verso l'Assemblea, quando si è parlato di "ricreazione". Qui non c'è alcuna ricreazione: qui ci sono dei rappresentanti del popolo, che hanno aspettato 45 minuti, dopo aver atteso 22 ore, e credo perciò che sarebbero opportune, da parte del presidente Grasso, non dico delle scuse, ma una spiegazione della sua espressione, perché l'Assemblea

del Senato non può essere vilipesa.

PRESIDENTE. Senatore Malan, ho sentito le frasi che aveva pronunciato, sebbene non le fosse stata data la parola, e il presidente Grasso, in piedi, passando qui accanto, si è scusato per la battuta e l'affermazione, che poteva creare le perplessità che lei ha nuovamente espresso. Il Presidente ha dunque espresso il suo rincrescimento, che ho ascoltato distintamente, mentre lasciava il banco della Presidenza. Senatore Malan, lei ha puntualizzato questa cosa; se il presidente Grasso vorrà, potrà ulteriormente esprimersi in maniera formale: io l'ho ascoltato mentre diceva quanto ho appena riportato.

MARTON *(M5S)*. Non l'abbiamo sentito!

FERRARA Mario *(GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI))*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

FERRARA Mario *(GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI))*. Signor Presidente, intervengo per dare un aiuto all'organizzazione dei lavori. Ricorderà che in Conferenza dei Capigruppo si ipotizzava di riprendere i lavori per le ore 21, ma poi si è detto che sarebbe stato meglio programmare la ripresa per le ore 22, perché probabilmente la 5a Commissione non sarebbe riuscito ad ultimare i suoi lavori.

Vorrei dare una notizia al presidente Zanda, che non vedo; è però presente il senatore Tonini e comunque lei, nella veste che ricopre, può tenerne conto per organizzare meglio i lavori. Per le ore 22 è convocata la Commissione bilancio, che ha sospeso i suoi lavori. Credo quindi che la decisione, che abbiamo assunto, di convocare l'Assemblea per le ore 22 sia in sovrapposizione con l'organizzazione che si è data la Commissione bilancio. Ritengo dunque più opportuno convocare l'Assemblea, prudentemente, per le ore 23.

PRESIDENTE. Verificheremo questa circostanza, senatore Ferrara.

AIROLA *(M5S)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

AIROLA *(M5S)*. Oggettivamente questa è una giornata da dimenticare per il Parlamento; la goffa espressione del presidente Grasso non è stata grave come il comportamento tenuto oggi dal Governo, con la votazione che finirà per essere effettuata questa notte e con un'ulteriore variazione dell'orario, che percepisco solo adesso, che porterà ad uno slittamento di ulteriori due ore. Perché non fare tutto questo lunedì? Sapete perché? Perché qua non ci sarà più nessuno!

PRESIDENTE. È stata assunta una decisione in Conferenza dei Capigruppo. Senatore Airola, lei ha partecipato a una lunga riunione della Conferenza dei Capigruppo e questa non è la sede per riaprire la discussione.

AIROLA *(M5S)*. Signor Presidente, mi scusi. Abbiamo appena concluso una riunione della Conferenza dei Capigruppo e ci troviamo di nuovo di fronte ad un cambiamento.

PRESIDENTE. La Commissione bilancio è stata informata delle decisioni assunte dalla Conferenza dei Capigruppo, alla quale si dovrà conformare, ne prenderà atto e inizierà a lavorare subito.

AIROLA *(M5S)*. È una vergogna! Quello che accade qua è una vergogna! *(Commenti del senatore Buemi)*.

VOLPI *(LN-Aut)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

VOLPI *(LN-Aut)*. Signor Presidente, ovviamente mi rivolgo a lei perché lei in questo momento siede sullo scranno più alto.

Penso che quando inizieremo a lavorare ci saranno dei momenti in cui bisognerà avere la delicatezza di prestare molta attenzione all'Aula. Io ho sempre la stessa difficoltà e come ce l'ho io ce l'ha il presidente Calderoli e molto spesso gli amici e colleghi del Gruppo Misto-SEL, come la presidente De Petris. Gradirei quindi che ci fosse attenzione quando i senatori chiedono la parola, perché anche oggi è successo che ho chiesto la parola (mi permetto di dirlo senza voler compromettere nessuno), è stato certamente segnalato al Presidente che avevo chiesto la parola e il Presidente, come sempre, se ne è

assolutamente fregato.

PRESIDENTE. Sarà sfuggito.

VOLPI *(LN-Aut)*. No, non è sfuggito come non gli sfugge mai. Lo dico adesso che non è iniziata la discussione per quando si verificheranno altri momenti. Se la gente a un certo punto si arrabbia, come capita sempre di fronte alle provocazioni, e poi si prende anche le punizioni perché in quel momento di arrabbiatura vola il Regolamento, una volta ogni tanto si prenda la responsabilità chi prima di tutto...

PRESIDENTE. Senatore, non facciamo volare i Regolamenti.

La seduta è sospesa.

(La seduta, sospesa alle ore 21,13, è ripresa alle ore 22,04).

Presidenza della vice presidente FEDELI

Ripresa della discussione del disegno di legge n. 1698 e della questione di fiducia (ore 22,04)

PRESIDENTE. La seduta è ripresa.

Ha facoltà di parlare il vice presidente della 5ª Commissione, senatore Sangalli, per riferire all'Assemblea sui profili di copertura finanziaria dell'emendamento 1.10000.

SANGALLI *(PD)*. Signora Presidente, noi avremmo bisogno di prolungare i lavori della Commissione per un'altra ora, per esaminare i profili e per sentire le opinioni sulle coperture. Le chiederemmo, quindi, di aggiornare la seduta alle ore 23.

PRESIDENTE. La seduta è sospesa.

(La seduta, sospesa alle ore 22,05, è ripresa alle ore 23,08).

La seduta è ripresa.

Siccome la Commissione sta finendo di completare il lavoro, sospendo nuovamente la seduta fino alle ore 23,30.

(La seduta, sospesa alle ore 23,08, è ripresa alle ore 23,36).

Presidenza del presidente GRASSO

Saluto ad una rappresentanza di studenti

PRESIDENTE. Colleghi, vorrei porgere il saluto dell'Assemblea agli studenti dell'Istituto statale d'istruzione secondaria superiore «Giulio Cesare» di Bari *(Applausi)*, che è dalle 16 che aspettano di poter assistere ai nostri lavori d'Aula e sono più volte venuti per questo. Li ringraziamo per la tenacia e la costanza. Confidiamo in voi per il futuro. Grazie ragazzi! *(Applausi)*.

Ripresa della discussione del disegno di legge n. 1698 e della questione di fiducia (ore 23,37)

PRESIDENTE. Do la parola al vice presidente della 5a Commissione, senatore Sangalli, perché riferisca all'Assemblea sui profili di copertura finanziaria dell'emendamento 1.10000.

SANGALLI *(PD)*. Signor Presidente, dal punto di vista dei profili di copertura finanziaria, *ex* articolo 81 della Costituzione, la Commissione non solleva alcuna eccezione rispetto al provvedimento. Quindi, non sosteniamo alcun profilo di incongruenza sulle coperture rispetto al testo proposto, che è coerente con quanto già analizzato dalla Commissione: i provvedimenti nel caso sono stati ridotti

rispetto agli interventi precedenti, e non vi sono problemi inerenti la copertura.

Come lei sa, Presidente, la Commissione, nel caso di apposizione della questione di fiducia, non può che raccogliere opinioni e dare sollecitazioni, al di là del rispetto dei profili di copertura. Ebbene, vorrei esprimere queste sollecitazioni, perché mi paiono importanti sia per il lavoro che ha svolto la Commissione sia per il ruolo del Parlamento e per il rapporto che deve esserci tra Parlamento e Governo, nonché per le modalità con cui questo si sta esprimendo negli ultimi tempi. Mi riferisco ad una particolare difficoltà nella relazione e nella soddisfazione reciproca del ruolo che le due istituzioni debbono svolgere. Dico questo perché la Commissione, alle cui riunioni purtroppo non ho potuto partecipare per ragioni di salute - ma ne sono stato testimone negli ultimi giorni - ha svolto un lavoro assolutamente puntuale, preciso, assiduo; molto puntuale rispetto a tutti i punti che un provvedimento corposo come la legge di stabilità proponeva all'attenzione del Parlamento. La Commissione era quasi in condizione di terminare i propri lavori, e debbo dire - lo dico sommessamente, senza alcuno spirito polemico - che se avessimo dovuto calibrare il tempo intercorso tra la fine dei lavori della Commissione e il momento in cui ci troviamo ora in Aula a discutere questo provvedimento, sinceramente la Commissione avrebbe potuto concludere il proprio lavoro, conferendo il mandato al relatore, e dando in questo modo assoluta soddisfazione democratica. *(Applausi dal Gruppo PD, M5S, AP (NCD-UDC), LN-Aut, Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE, GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI), SCpI, Misto-SEL e Misto)*.

PRESIDENTE. Forse anche l'Assemblea avrebbe potuto concludere i suoi lavori.

SANGALLI *(PD)*. Signor Presidente, la penso totalmente come lei.

Quando penso alla soddisfazione democratica, non penso però al fatto che esista la democrazia di qualcuno contro la tirannia di qualcun altro. Penso che la democrazia sia prima di tutto varare una legge di buon senso. E se da una parte era possibile costruire con l'apporto di tutti una legge di stabilità partecipata, dall'altra parte, forse con minori rigidità, era possibile riuscire a trovare forti congruenze tra le necessità e gli obiettivi dell'azione di Governo e gli obiettivi della Commissione e del Parlamento. È una congruenza che ho trovato, da testimone ultimo per ragioni soggettive di questo lavoro, perché la Commissione ha portato avanti un lavoro importante, molto spesso concorde tra maggioranza e opposizione, e anche con il Governo stesso.

Quindi davvero mi autonomino testimone un po' stupito del fatto che non potesse esservi un lavoro compiuto assieme tra Parlamento e Governo, non in una logica di conflitto, non in una logica di affermazione democratica da una parte e non dall'altra, ma semplicemente di collaborazione per raggiungere un obiettivo che è quello che tutti abbiamo e che si ha nella legge di stabilità, ossia fare il bene dell'economia del Paese. Ciò perché nella legge di stabilità noi leggiamo in realtà la radiografia dell'intero Paese, del suo stato di malessere o di benessere, delle sue prospettive, delle azioni che è necessario fare per correggere gli errori che sono stati compiuti, che spesso sono eredità anche molte lontane, delle innovazioni che è necessario apportare.

Questa premessa è necessario farla anche perché, nella fase terminale di questo nostro lavoro in Commissione e dopo che è stata posta la questione di fiducia, noi abbiamo raccolto, da parte dei diversi commissari della Commissione, dei pareri e delle indicazioni che, prima di diventare questioni formali che poi solleciterò, signor Presidente, sono questioni di natura comportamentale e politica, di rapporto.

La prima questione è che, quando si arriva su una legge così importante con un maxiemendamento così corposo, con i tempi e i modi che abbiamo visto esprimersi, può succedere - ed è successo - che non vi sia una facile leggibilità da parte anche di chi ha lavorato a lungo su questo provvedimento, tra la corrispondenza dei temi e magari la cronologia, la numerazione dei singoli commi. Si badi, è un fatto formale, perché la sostanza c'è; abbiamo notato nel dibattito che la sostanza c'è.

Però è anche vero che se il Parlamento svolge una funzione di controllo prima di dare o meno la fiducia, è pur vero che questa sostanza deve essere facilitata, questa azione di controllo deve essere facilitata e la mancanza di corrispondenza - per l'amor di Dio, formale e non sostanziale - potrebbe ingenerare, se qualcuno pensasse male, qualche problema di lealtà nei rapporti tra le due istituzioni.

(Applausi dai Gruppi M5S e LN-Aut e della senatrice Puglisi).

Io non credo che vi sia un problema di questo lo tipo, lo dico chiaramente; credo che vi sia piuttosto un problema nel modo di lavorare. E la sollecito, signor Presidente, sapendo quanto lei ha a cuore il destino del Parlamento e anche di questa Camera, perché in questo modo di lavorare c'è il senso stesso della funzione parlamentare. Perché se tutto si riassume nel fatto che poi si appone la fiducia su un provvedimento che magari è per il 90 per cento condiviso da tutti, ma senza che questo tipo di motivazione possa politicamente esprimersi in modo chiaro ed esplicito, una forzatura rispetto alla volontà parlamentare rischia di esserci, anche quando non c'è nella volontà del Governo stesso.

Questo lo dico con il cuore in mano e pensando che il Parlamento debba ricoprire molto più esplicitamente una funzione, soprattutto in un caso come questo, perché la Commissione ha veramente lavorato bene; lo dico riferendomi ai miei colleghi che vi hanno lavorato. E lo dico riconoscendo al vice ministro Morando un lavoro che so che egli fa, e che tutti mi hanno testimoniato ha fatto in questa fase, in cui c'è stata una collaborazione effettiva nella costruzione del merito del provvedimento; una collaborazione effettiva nella correzione degli errori di impostazione degli uni o degli altri; un'effettiva collaborazione nel superare le difficoltà nel leggere il testo non parzialmente, ma nel riportarlo alla sua complessità e alla sua realtà complessa, sia dal punto di vista strutturale e politico che tecnico.

È capitato, nel passaggio dalla stesura iniziale al maxiemendamento, che vi siano state anche questioni che non erano state sollecitate in Commissione dai relatori e che il Governo ha inserito (credo molto legittimamente). Sono parti frutto di una valutazione politica, che né i relatori né la Commissione avevano sostenuto, ma che nella fase ulteriore sono state proposte. Non capita di frequente in questo provvedimento, ma io ritengo, molto sinceramente, che anche questo sia un fatto molto legittimo. Il Governo può intervenire e, soprattutto quando presenta un maxiemendamento, si assume la responsabilità rispetto alle scelte, che, in questo caso, non sono in contraddizione con l'impostazione della Commissione: semplicemente, magari in taluni casi, non sono state compiutamente approfondite.

Devo dire che la corrispondenza tra la stesura iniziale e quella sulla quale alla fine si darà la fiducia è un fatto che tutta la Commissione ha sottolineato come necessario. Io pregherei il Presidente e i suoi uffici di farne tesoro per il futuro, perché si può non avere un problema di questo tipo. Non è un problema politico: è un problema di rispetto e anche di buon senso reciproci. E qualche volta il buon senso attiene anche al rispetto reciproco, e ritengo sia assolutamente utile averlo. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut e della senatrice Mussini)*.

Devo ora sollevare alcune questioni poste in Commissione, attinenti ad alcune parti di questo provvedimento. È stato sollevato il problema (che io ritengo sia stato in qualche modo risolto, ma che pure è stato sollevato) delle Province e della quantificazione dei problemi di copertura ad esse relativi. Noi non abbiamo rilevato problemi di copertura *ex* articolo 81 della Costituzione. Certamente, quello delle Province è un tema che, nella sua evoluzione, rimarrà sotto il controllo dell'azione di Governo e sotto il controllo dell'azione parlamentare.

Veniva detto che non siamo nella condizione di condividere completamente la qualità della copertura di questo provvedimento, tuttavia non possiamo dire che questo provvedimento non sia coperto *ex* articolo 81. Quindi, non solleviamo una eccezione di questo genere.

Il problema del rispetto del lavoro della Commissione è stato sollevato molto opportunamente da una senatrice dell'opposizione. Se la Commissione lavora, e lavora in modo che l'opposizione ritiri una gran parte dei propri emendamenti, in un momento collaborativo, in una fase difficile per il Paese e su un argomento difficile (perché io vorrei si sapesse che stiamo discutendo della legge più difficile che si approva in un anno, dal momento che la legge di stabilità non è una legge semplice, ma una legge complessa, necessariamente molto complessa), allora è anche giusto che vi sia la maggiore coerenza possibile tra ciò che si fa in Commissione e il testo finale che arriva in Aula. Questa coerenza non dà soddisfazione alle opposizioni, ma al Paese perché, quando vi è maggiore coerenza, tutti insieme percorriamo lo stesso obiettivo, che è quello di risolvere i problemi, di abbassare il tasso di indebitamento, di rilanciare la crescita e aumentare la competitività del Paese. Tutto questo, al di là di ogni altra questione, è un aspetto che va considerato in modo molto importante.

Il Governo ha riconosciuto che nel testo ora al nostro esame, rispetto a quello approvato dalla Commissione, vi sono delle variazioni. È una legittimazione che il Governo ha, su due argomenti in modo particolare, che io mi sento di definire condivisibili: quello dei ricercatori universitari e quello della fibrosi cistica. Grandi argomenti, diversi tra loro, ma di natura politica, di prospettiva per il Paese, di crescita e, contemporaneamente, argomenti di natura sociale e di emergenza solidale del Paese.

È possibile che il Governo lo faccia. La Commissione non solleva problemi che non sarebbero di sua competenza. Io, personalmente, sostengo che sia stato proposto questo tipo di intervento. Il Governo può intervenire là dove la Commissione non ha coperto tutti gli spazi possibili. Sarebbe utile, visto che il lavoro è stato assiduo, che la Commissione concludesse i propri lavori con un Governo che collabora nel preparare un testo che sia condiviso massimamente dal Parlamento. Servirà in futuro, io spero che serva. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut)*.

Sul comma 716 e successivi, relativi al Fondo per interventi strutturali di politica economica (FISPE), devo sollevare una questione più formale, che solleciterei anche il Governo ad assumere come proprio indirizzo. Abbiamo dei commi, dal 716 al 737, che sostanzialmente autorizzano la spesa in relazione ad interventi di politica economica del FISPE e che vengono dettagliati nei diversi commi, in modo differenziato, per arrivare ad una somma totale, che è la stessa. I diversi commi producono un effetto finale, che nel comma 716 è già contenuto. Lo dico più semplicemente di come mi hanno detto gli uffici, perché se forse non ho capito benissimo tutta la questione, ho capito il contenuto. Ho capito infatti che nel comma 716 abbiamo la somma finale e tutte le varie voci contenute nei commi successivi. Proporrei dunque di eliminare i commi successivi, per lavorare sull'unico comma che il riassume tutti, che è - ripeto - il comma 716. Così facendo semplificheremo un po' le cose raggiungendo un risultato che certamente ci darà soddisfazione.

Debbo inoltre segnalare che vi sono alcuni refusi e alcuni errori formali nel testo: d'altronde lavorando così era impossibile che non ve ne fossero, per cui l'attività di segnalazione secondo me è anche più indulgente di quanto forse sarebbe necessario.

L'emendamento recante una spesa di 6 milioni di euro per l'AFAM, è ripetuto due volte in pagine diverse: ne serve uno solo, altrimenti raddoppiamo la spesa. L'emendamento sul progetto Cosmo-Skymed, si ripete due volte. Sono dei refusi, ma li devo citare formalmente in Assemblea, perché due sono troppi; ne basta uno. I commi 48 e 52 sono uguali e uno dei due deve essere tolto, mentre il comma 708 è ripetuto due volte. Si tratta di evidenti refusi, ma è meglio non raddoppiare la spesa, per un refuso, perché sarebbe una spesa inutile. Sul comma 716 mi pare di avere già detto.

Permangono ovviamente dei problemi politici, oltre che quelli di natura formale che spero di aver ricordato. Permangono dunque problemi di natura politica, che attengono ad esempio alle questioni inerenti ai commi 610 e 608, che sono state ricordate da una senatrice, relativamente ai principi che attengono all'allungamento delle concessioni delle società *in house* e al coinvolgimento anche dell'Autorità *antitrust* e che attengono ad accordi politici, in particolare tra le forze di maggioranza. Non posso che riferirli come accordi politici, che vengono sollecitati e mantenuti e che non pongono un problema sulla legge di stabilità, ma che propongono evidentemente un problema sulla prospettiva politica, sui cui il Governo credo sia chiamato giustamente a trovare una soluzione coerente con gli impegni politici che sono stato assunti.

Detto questo, signor Presidente, spero di aver riassunto il lavoro fatto dalla Commissione. Vorrei dire, in modo che va assolutamente al di là di ogni mio merito, perché a questo lavoro ho partecipato soltanto adesso, essendo stato malato in precedenza, che la Commissione ha fatto un grandissimo lavoro: lo hanno fatto il presidente Azzollini, la Commissione e gli uffici della Commissione e, con la Commissione, lo ha fatto il Governo nelle sue espressioni del vice ministro Morando e del sottosegretario Baretta. È stato fatto un lavoro intenso e importante.

Ai colleghi della Commissione e ai rappresentanti del Governo vorrei rivolgere formalmente un ringraziamento per il lavoro che è stato svolto. È un lavoro difficile, certamente non è perfetto. Si potrebbe lavorare meglio con una metodologia diversa; si potrebbe lavorare meglio e più

accuratamente - ripeto - con un'altra metodologia, ma siccome questo è il settimo anno che sono in quest'Aula e questa metodologia l'ho sempre sentita nominare, ma non l'ho mai vista applicare, evidentemente mettere in fila gli obiettivi con la procedura per raggiungerli è più difficile di quanto sembra. Forse la politica rende più difficili le cose più semplici o talvolta cerca di rendere comprensibili cose che la tecnica non riesce a rendere semplici. In tutti i casi, grazie per il lavoro che è stato svolto.

Signor Presidente, la Commissione le consegna questo parere perché possiamo procedere. *(Applausi dai Gruppi PD, FI-PdL XVII, AP (NCD-UDC), Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE, SCpI, Misto e Misto-SEL)* .

PRESIDENTE. Ha chiesto di intervenire il rappresentante del Governo.

MORANDO, *vice ministro dell'economia e delle finanze*. Signor Presidente, il Governo prima di tutto riconosce e si scusa con il Senato per gli errori che ha commesso anche nella relazione tecnica, non a proposito del suo specifico contenuto tecnico, ma del fatto che in essa abbiamo cercato, per rendere più leggibile il testo, di indicare i singoli emendamenti accolti in Commissione che venivano considerati dal testo del Governo, in maniera tale che ogni senatore potesse rintracciare facilmente la fonte della scelta contenuta nell'emendamento di fiducia del Governo. Se guardate la relazione tecnica vedrete che è indicato l'emendamento di riferimento, di fianco il comma di riferimento e poi il testo. La relazione tecnica corrisponde perfettamente, puntualmente (almeno per ciò che è emerso nei lavori della Commissione) con l'analisi dei testi a cui si fa riferimento. I numeri dei commi, invece, spesso mancano o sono addirittura errati e ciò rende difficile la lettura, ma la relazione tecnica si definisce nel suo contenuto proprio sulla base dell'indicazione dell'emendamento di riferimento o del comma. Abbiamo quindi tentato di aiutare, ci siamo riusciti soltanto in parte, un po' di più con l'indicazione dell'emendamento di riferimento, decisamente di meno con l'indicazione dello specifico comma. Per questo errore, che io considero grave perché ha reso più difficile la lettura da parte dei singoli senatori del testo della relazione tecnica, il Governo si scusa con lei, signor Presidente, e con il Senato.

In secondo luogo (verrò subito alle osservazioni più formali), il Governo ha cercato, per ciò che riteneva praticabile, di rispettare una regola non scritta che vuole che il testo dell'emendamento di fiducia sia identico (non dico vicino, ma identico) a quello licenziato dalla Commissione. Avendo dovuto la Commissione interrompere i propri lavori prima di concluderli, nei lavori della stessa si è convenuto in modo esplicito e trasparente che tuttavia il Governo inserisse nel testo anche norme che il relatore e lo stesso Governo avevano indicato come tali da meritare il parere favorevole (quindi propedeutico a una loro approvazione) e norme sulle quali, quindi, per questa ragione (non importa se indicate dalla maggioranza come emendamento originario o dall'opposizione) doveva esserci un lavoro del Governo, salvo la verifica tecnica sulla loro corretta copertura, volto all'approvazione. Ciò naturalmente ha determinato le condizioni perché il Governo si trovasse di fronte alla possibilità di cambiare, di modificare ciò che era stato votato dalla Commissione e di farlo addirittura su sollecitazione della Commissione stessa, con una decisione che naturalmente apriva uno spazio di discrezionalità perché il Governo, anche qui dagli uni apprezzato e dagli altri criticato (e gli uni e gli altri non si riferisce necessariamente alla maggioranza e all'opposizione) compisse delle scelte di intervento sul testo di tipo discrezionale. *(Commenti del senatore Volpi)*. Peraltro la rigidità insita nella prassi adottata al Senato e non nell'altro ramo del Parlamento è tendenzialmente per questa ragione venuta meno.

Naturalmente la valutazione che riguarda il merito di queste scelte è politica. È invece una valutazione di tipo regolamentare e procedurale quella che dice - e io accolgo questa sollecitazione contenuta nella relazione del vice presidente Sangalli - che per il futuro il Governo dovrebbe attenersi di più a ciò che la Commissione approva e licenzia. Il Governo si impegna a farlo di più, naturalmente in funzione di un impegno di tutti a fare in modo che i lavori delle Commissioni si concludano con puntualità e nettezza. Questo perché il margine di incertezza creato con quella fase finale che abbiamo tutti conosciuto e cui ho più volte fatto riferimento ha creato le condizioni per queste scelte discrezionali del Governo, che naturalmente sono sottoposte in questo caso ad una valutazione almeno in parte

critica.

Per quello che riguarda, signor Presidente, il comma 716 e seguenti, fino al comma 737, si tratta semplicemente di questo: i commi, così come li abbiamo scritti (716, 717, eccetera), contengono le singole misure di intervento finanziate sul FISPE e le norme che agiscono rifinanziando il FISPE. È una lunga indicazione, che chiarisce meglio il livello di utilizzo, norma per norma, del fondo FISPE; ma naturalmente, in termini contabilistici, è assai meglio che ci sia un unico comma 716 che dà conto del livello di utilizzo del FISPE stesso, sommando ciò che preleva con ciò che invece rimpingua e determinando un esito (quello contenuto in un comma 716 che il Governo ha formulato sostituendo l'attuale comma 716) che è semplicemente riassuntivo.

Signor Presidente, valuti lei. Il Governo, se viene da lei invitato, sulla base della relazione del vice presidente Sangalli, a modificare il testo del maxiemendamento introducendo il comma 716 riformulato così come le ho detto, sarà lieto di farlo ed ha preparato un testo perfettamente corrispondente a questa esigenza. Ma naturalmente la scelta di correggere il testo a questo punto la compiamo se lei ritiene che possiamo realizzarla. Se lei ritiene diversamente...

PRESIDENTE. Io ritengo che si possa fare.

CALDEROLI *(LN-Aut)*. Bravo! *(Applausi ironici dal Gruppo LN-Aut)*.

MORANDO, *vice ministro dell'economia e delle finanze*. Se lei ritiene diversamente, io mi attengo alla proposta che lei mi avanzerà, auspicando che sia quella che mi sembra più rispondente alle norme e alle regole contabilistiche.

Per quanto riguarda invece l'errore materiale cui ha fatto riferimento il vice presidente Sangalli, si tratta di questo. Anche in questo caso credo che la cosa sia abbastanza facilmente comprensibile, anche se ha una sua complessità tecnica. Al comma 286 del maxiemendamento su cui il Governo ha posto la fiducia, si trova una norma generale che, facendo riferimento all'elenco 3, realizza tagli alle disponibilità dei diversi Ministeri. Nella decisione della Commissione, recepita sulla base di un emendamento del Governo, i tagli al Ministero della difesa sono stati ridotti di 200 milioni rispetto ai 504,495 milioni previsti per l'anno 2015. Ora, nel testo votato in Commissione e recepito dal Governo vi è stata questa riduzione; quindi, sia nella relazione tecnica, che nella decisione della Commissione, si indica correttamente la riduzione del taglio di 200 milioni.

Nell'elenco 3 del Ministero della difesa allegato all'emendamento di fiducia, invece, continua a comparire la cifra «504»: è un errore materiale che deve essere corretto, naturalmente riportando nell'elenco 3, a quel punto, invece di «504,495», la cifra «304,495». Anche in questo caso, naturalmente, si tratta di un errore materiale e il Governo sarebbe lieto che si potesse consentire la sua correzione.

PRESIDENTE. Ne prendiamo atto.

MORANDO, *vice ministro dell'economia e delle finanze*. Il Governo, infine, accetta, ovviamente in modo integrale, i suggerimenti circa il superamento delle norme scritte due volte nel testo, con identico contenuto: si tratta anche in questo caso di errori materiali. Le norme sono assolutamente identiche e perfettamente corrispondenti a quelle votate in Commissione: si tratta semplicemente di una loro duplicazione che deve essere abolita, se la Presidenza ci autorizza.

PRESIDENTE. Scegliamo quale delle due versioni abolire.

MORANDO, *vice ministro dell'economia e delle finanze*. Sono tutte e quattro le duplicazioni indicate dal vice presidente Sangalli. *(Applausi dei senatori Santini e Marcucci)*.

BULGARELLI *(M5S)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

BULGARELLI *(M5S)*. Signor Presidente, intervengo solo per una precisazione. Capisco che l'orario è indegno e che abbiamo veramente lavorato tutti tantissimo, ma credo sia difficile proseguire nei lavori - soprattutto per quanto riguarda una legge come quella di stabilità, che, come diceva giustamente il vice presidente Sangalli, fa la radiografia del Paese - senza sapere cosa contenga di nuovo.

Vero è che il Governo può tranquillamente - facoltà sua - scegliere cosa mettere o non mettere all'interno di un emendamento di fiducia; ma è anche vero che ormai è prassi che, se il Governo prende gli emendamenti già votati in Commissione, questi emendamenti rimangano identici.

In questo testo, oltre a errori formali, materiali, refusi e tecnici (tutte cose che si possono correggere), ci sono alcuni emendamenti votati in Commissione che sono stati riformulati e non sappiamo come. Ne conosciamo alcuni, ma non avendo avuto il tempo di leggere tutte le 140 pagine più le tabelle, non sappiamo esattamente come siano stati riformulati questi emendamenti.

Allora, un conto è avere l'elenco degli emendamenti votati in Commissione e l'elenco degli emendamenti nella relazione tecnica, che ci ha facilitato il compito, e vedere quali sono stati accettati e quali no; un altro conto è dover verificare che negli emendamenti riformulati non siano stati poi reinseriti, con altre parole, emendamenti che in realtà sembrerebbero stralciati.

Credo, quindi, che ci dovrebbe essere data la possibilità di verificare cosa c'è nel testo. Alla fine, per esempio, nell'emendamento che si riferisce alle frequenze locali, viene inserita una frasetta che va a riprendere un emendamento che nell'elenco non c'è, che fa, invece, riferimento a televisioni che possono trasmettere a livello nazionale. *(Applausi dal Gruppo M5S)*.

Era ovviamente una cosa che era stata stralciata. La verità è che non è stata stralciata: è stata soltanto inserita. Davvero non è polemica.

PRESIDENTE. Senatrice, scusi, qual è il comma?

BULGARELLI *(M5S)*. Purtroppo non glielo so dire in questo momento, perché il materiale non è fruibile. Mi dicono il 147, tra l'altro scritto in grassetto (e ringrazio, perché almeno alcune frasi riformulate sono state evidenziate). Senza però poter leggere tutto il testo, nessuno di noi qui in Aula potrà mai sapere cosa c'è nel testo del maxiemendamento, e vorrei ricordare che questa è la legge più importante che ogni anno facciamo qui in Parlamento e che fa la radiografia del Paese.

Vorrei anche sapere come fanno gli altri colleghi a stare sereni, sapendo che i propri emendamenti sono stati riformulati: solo questo vorrei sapere. *(Applausi dal Gruppo M5S)*.

CALDEROLI *(LN-Aut)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

CALDEROLI *(LN-Aut)*. Signor Presidente, ovviamente non intendo cercare di rallentare la discussione in corso, al fine di procedere velocemente verso la conclusione di quest'esame, ma devo prendere atto che il Governo ha interrotto una prassi ormai consolidata di prendere quello che è stato approvato in Commissione, stralciarlo ed inserirlo nel suo maxiemendamento, per inserire altresì cose nuove. Ha dunque interrotto questa prassi, ma francamente questo sta nelle sue prerogative. Quello che invece mi sembra inaccettabile è che in questo momento si debba assistere ad un dialogo modello salumeria: «Signora, come lo vuole? Un po' grasso? Un etto e mezzo di mortadella? No, mi dia un etto di prosciutto cotto.». Stiamo discutendo di una mozione di sfiducia sulla base della quale il Governo condiziona la propria esistenza, ma, nel momento in cui ci dovremo esprimere, non lo faremo rispetto a un qualcosa. Colgo l'occasione per ringraziare veramente il senatore Sangalli per la relazione che ci ha fatto, perché dimostra l'onestà intellettuale e la conoscenza della materia della persona *(Applausi dal Gruppo LN-Aut)*, ed anche il Presidente, che ha accolto tutte le richieste di stralcio e correzione. Noi però vogliamo sapere quale testo andremo a votare: che sia questo o quell'altro, qualcuno, in questo momento, deve mettere a disposizione dell'Aula un testo, che fra l'altro non avrà neanche il coordinamento finale essendo stata posta la questione di fiducia. Ben vengano dunque gli accoglimenti da parte della Presidenza e le correzioni segnalate dal vice presidente Sangalli e dal Vice ministro dell'economia, ma qualcuno deve darci non un testo un po' magro o un po' grasso, bensì quello su cui esprimeremo la fiducia prima di iniziare la discussione. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut e del senatore Zuffada)*.

BONFRISCO *(FI-PdL XVII)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

BONFRISCO *(FI-PdL XVII)*. Signor Presidente, intervengo a conclusione di questo piccolo dibattito

su una modalità tanto importante, che è stata ben descritta dal nostro vice presidente Sangalli nella sua relazione, la quale l'ha aiutata a valutare e decidere come procedere ulteriormente nell'approvazione di questa legge di stabilità. Quest'ultima è stata definita da più parti - all'inizio della discussione proprio dal vice presidente Sangalli, ma poi anche dalla collega Bulgarelli, con una valutazione di merito che peraltro, in questo momento, a noi non compete - come «la fotografia del Paese»: ebbene, sono qui a ricordarle che noi la fotografia di questo Paese non possiamo vederla, tanto è offuscata e confusa.

Com'è stato specificato prima molto bene dal presidente Sangalli e poi, ancora meglio, dal vice ministro Morando, in base alle contestazioni che tutti i Gruppi hanno svolto in sede di analisi in Commissione bilancio dei profili formali, è stato registrato che la numerazione non corrisponde, poiché non vi è corrispondenza tra i commi ed il contenuto dell'emendamento inserito, e che gli emendamenti sono inseriti, ma non nei commi indicati. Ecco, tutta questa modalità appartiene al controllo formale, così come appartiene al compito della Commissione bilancio quel controllo ancora più importante sui saldi di finanza pubblica, perché poi, se questa è la fotografia del Paese, lo è ancor di più della situazione dei conti pubblici del Paese.

A noi non interessa tanto valutare se l'emendamento è stato scritto in modo diverso, che pure è questione rilevantissima, ma valutare oggi che vi sia una totale corrispondenza del maxiemendamento - in omaggio ad una prassi parlamentare, signor Presidente, che a lei affidiamo nel suo controllo rigoroso, nella sua obbligatoria difesa della prerogativa del Parlamento - con ciò che ha operato con le sue decisioni e scritto con i suoi voti la 5a Commissione parlamentare, che svolge una funzione di merito con la discussione della legge di stabilità e di controllo del Governo, che è l'unica vera grande funzione di un Parlamento. A lei, signor Presidente, chiediamo di garantire, anche per il tramite della relazione che le viene affidata dalla Commissione bilancio, attraverso le parole del presidente Sangalli, la totale corrispondenza dei testi, pur sapendo che nel momento in cui il relatore non ha ricevuto il mandato dalla Commissione, in quel preciso istante il Governo è tornato assoluto titolare del testo; e ne vediamo i risultati! Il testo è illeggibile.

Ascriviamo quindi a questo Governo un testo illeggibile della legge di stabilità, altro che fotografia! Speriamo che le fotografie e le radiografie non le facciano così perché qui non si vede niente. Nessuno di noi, lei per primo signor Presidente, è nelle condizioni di svolgere la funzione più importante del Senato.

Ma ancora prima che a lei, signor Presidente, chiedo al Governo di assumersi la responsabilità, a quest'ora, questa notte, di dire al Parlamento cosa è avvenuto dopo la fine dei lavori della Commissione bilancio, circa quarant'otto ore fa, dal momento che per ben due giorni il Governo ha tenuto fermo un testo presso un'Aula parlamentare che lo attendeva e che lo ha atteso fino a questa sera, in una giornata, a dir poco psichedelica, di relazioni tecniche, bollinature di Ragioneria e testi annunciati, poi arrivati in un documento fatto di qualche centinaia di fogli illeggibili, come hanno spiegato tutti i colleghi prima di me, che nessuno è in grado di verificare e controllare.

Quindi, sulla base di ciò che lo stesso vice ministro Morando, nel dibattito in Commissione bilancio, ha riconosciuto essere il fondamento della norma di prassi e di garanzia del Parlamento per cui deve esistere una totale rispondenza tra il testo licenziato dalla Commissione e quello presentato dal Governo nel suo maxiemendamento sottoposto al voto di fiducia, chiedo al Governo se noi, stasera, siamo nelle condizioni di poter svolgere serenamente quel controllo della rispondenza sui testi approvati dalla Commissione, con testi mai approvati dalla Commissione e comunque inseriti dal Governo in questo maxiemendamento, e, cosa più importante, con testi bocciati dalla Commissione bilancio e invece ricompresi in questo maxiemendamento. *(Applausi della senatrice Bulgarelli)*.

Questa è la cosa più grave per la quale le segnalo, signor Presidente, una responsabilità che abbiamo tutti, proprio tutti, ma per primi il presidente del Senato e il rappresentante del Governo, nel garantire al Parlamento, ma soprattutto ai cittadini italiani, il massimo controllo sui soldi pubblici, che qui invece non riusciamo a verificare.

Da questa confusione non è affatto garantito il principio cardine del Parlamento che esercita la sua funzione di controllo sul Governo; un Governo che dice di essere in grado di portare il Paese fuori

dalla crisi mentre invece, con questa modalità, chiara ed evidente a tutti, quasi al limite della non democrazia - e mi limito a dire questo - non sembra poterlo fare. Infatti, nelle prossime ore in questo Parlamento si rappresenterà in modo plastico ciò che qualcun altro, tanti anni fa, ha definito un bivacco, proseguendo i lavori fino alle quattro o alle cinque del mattino per svolgere una funzione che avremmo potuto tranquillamente svolgere entro questi due giorni se il Governo non fosse arrivato, in primo luogo, con tanto ritardo e, in secondo luogo, con un pacco di norme confuse e illeggibili. Questo, signor Presidente, penso che lei non possa permetterlo. *(Applausi dal Gruppo FI-Pdl XVII)*.

BOTTICI *(M5S)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

BOTTICI *(M5S)*. Ho ascoltato tutto e, scorrendo le pagine, mi accorgo che al comma 738 si fa riferimento anche al comma 768 e che al comma 739 si fa riferimento al comma 767. Peccato che questo disegno di legge di stabilità abbia 755 commi. Quindi, a che ci stiamo riferendo? *(Commenti dal Gruppo LN-Aut)*. Qualcuno me lo può spiegare? O la riscriviamo per bene e sappiamo cosa stiamo votando (specialmente chi vuole votare sì, almeno è cosciente), altrimenti smettiamola di prendere in giro i cittadini fuori, visto che poi ci pagano tutti. *(Applausi dal Gruppo M5S)*.

ARRIGONI *(LN-Aut)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà, in una fase di cooperazione istituzionale.

ARRIGONI *(LN-Aut)*. In tema collaborativo, signor Presidente, faccio presente che il comma 751 fa riferimento ad una tabella di cui al comma 779. *(Applausi ironici dei senatori Bottici e Martelli)*.

PRESIDENTE. Il Governo ha osservazioni da fare? *(Proteste dal Gruppo M5S)*.

MORANDO, *vice ministro dell'economia e delle finanze*. Signor Presidente, si tratta evidentemente di errori materiali. *(Commenti dal Gruppo LN-Aut)*. Sto cercando da solo di correggerli e di capire a che commi facevamo riferimento. *(Applausi ironici dal Gruppo LN-Aut)*.

È evidente che si tratta di errori formali, ma adesso non sono in grado di individuare il comma con cui sostituire quelli sbagliati.

BULGARELLI *(M5S)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Senatrice Bulgarelli, è già intervenuta; ne ha facoltà, ma rapidamente.

Nel frattempo il rappresentante del Governo può controllare per vedere se riesce a risolvere il problema dei commi.

BULGARELLI *(M5S)*. Signor Presidente, intervengo molto rapidamente.

Poiché in Commissione ci hanno dato tre pagine da sostituire per il maxiemendamento, forse anche l'ultima pagina è da sostituire; quindi, i commi esistono ma la pagina è quella sbagliata. Magari c'è anche questa possibilità.

PRESIDENTE. È possibile, grazie per la collaborazione.

Siccome il testo del maxiemendamento è stato presentato dal rappresentante del Governo, è stato valutato dalla 5a Commissione, sono state fatte delle osservazioni e delle correzioni che sono state accettate e specificate dallo stesso Governo, la responsabilità del testo è quindi del Governo e il Governo provvederà certamente in sede di... *(Vivaci proteste dal Gruppo LN-Aut)*. Così è.

VOCI DAL GRUPPO LN-Aut. No, no!

MALAN *(FI-PdL XVII)*. No, Presidente!

FERRARA Mario *(GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI))*. È il Presidente che lo deve dire, non il Governo!

PRESIDENTE. Il Governo si assume la responsabilità di quello che ha presentato, la Commissione si assume la responsabilità del parere... *(Vivaci proteste dai Gruppi LN-Aut e M5S)*.

CANDIANI *(LN-Aut)*. Non si può!

AIROLA *(M5S)*. Questo testo non è del Parlamento, perché non ha un relatore! Questo testo non è del Parlamento!

PRESIDENTE. Le osservazioni che ha fatto la Commissione sono state accettate dal Governo, il Governo si è assunto la responsabilità del testo e su quello ha posto la questione di fiducia.

COMAROLI *(LN-Aut)*. Abbiamo avuto mezz'ora per guardarlo!

MALAN *(FI-PdL XVII)*. Ma non sta in piedi!

COMAROLI *(LN-Aut)*. Non è vero!

PRESIDENTE. Comunque nel corso della discussione potremo continuare e chiarire.

Dichiaro aperta la discussione sulla questione di fiducia.

È iscritto a parlare il senatore Vacciano. Ne ha facoltà.

Senatore Vacciano, rinuncia a parlare?

VACCIANO *(M5S)*. Non rinuncio affatto a parlare, semplicemente mi rifiuto di fare un intervento coerente dopo che ho sentito dal Presidente del Senato che si può mettere la fiducia su «Topolino». *(Applausi dai Gruppi LN-Aut e M5S. Congratulazioni)*. Questo è quello che state facendo! Io non credevo possibile che il Parlamento della Repubblica italiana potesse permettersi di votare un provvedimento che è scritto con i piedi, in cui mancano dei pezzi. Cosa vuol dire che il Governo si assume la responsabilità? Ma di che cosa? Si assume la responsabilità degli errori formali di un testo, ma questo non influisce solo sulla vita di questa Assemblea parlamentare: questo influisce sulla vita dei cittadini! Ma un po' di serietà la vogliamo mettere in campo o no? *(Applausi dal Gruppo M5S e del senatore Campanella)*. Ci chiedete una discussione sulla fiducia, ma fiducia su che cosa? La fiducia su un testo che non esiste?

PRESIDENTE. Sono state accettate le correzioni degli errori materiali e su questo noi… *(Vivaci proteste dai Gruppi LN-Aut e M5S)*.

VACCIANO *(M5S)*. Non c'è nessuna correzione! Non si può dire una cosa del genere!

PRESIDENTE. Senatore Vacciano, lei può intervenire per cinque minuti, se vuole continuare, continui.

VACCIANO *(M5S)*. Il mio intervento di cinque minuti me lo state facendo fare su «Topolino». State mettendo la fiducia su un giornaletto. È come quando trovavo degli errori e dicevo: «Pazienza, l'ho pagato poco». Questo è quello che influirà sulla vita dei cittadini italiani per il prossimo anno e questa è una cosa semplicemente vergognosa. Di cosa devo discutere? Di un testo che non è completo? Ma stiamo scherzando? Immagino poi che i colleghi non abbiano nemmeno avuto il tempo di esaminarlo, perché in mezz'ora o in un'ora non si possono esaminare 150 pagine. *(Applausi della senatrice Bottici)*.

Se ci mettessimo lì per un'altra oretta, quante ne verrebbero fuori di cose di questo genere? Ma stiamo scherzando? Il rappresentante del Governo si è allontanato per telefonare e chiedere dove stanno le pagine? Ma per favore, non ci fate ridere! Ma quale discussione? Ma teneteveli, i minuti: questa è una buffonata. *(Appalusi dal Gruppo M5S. Congratulazioni)*.

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore Divina. Ne ha facoltà.

DIVINA *(LN-Aut)*. Signor Presidente, lei porterà una grave responsabilità sulle spalle, perché è la prima volta che un'Aula parlamentare vara una legge di bilancio e di stabilità nonostante le affermazioni gravissime fatte dal Presidente della Commissione bilancio e confermate in modo estremamente umile e genuino anche dall'attuale referente del Dicastero, che in assenza del Ministro è il vice ministro Morando.

Abbiamo sentito che vi sono dei doppioni degli articoli, o meglio, dei commi che portano spese ripetute. Il comma 716 ingloba i venti commi successivi e ripete, pertanto, gli stessi provvedimenti e la stessa forma di spesa.

Noi avevamo delle convinzioni o delle certezze: la prima era la mamma, poi si dice la data sul giornale e la terza erano le statuizioni della Ragioneria dello Stato, per la puntualità e la meticolosità con cui esaminava i provvedimenti. Ma poiché una somma è una somma, come fa la Ragioneria dello Stato a vidimare e bollare un provvedimento che porta spese ripetute? *(Applausi dai Gruppi LN-Aut e M5S)*. Ma il calcolo è stato fatto?

Non so quanti colleghi presenti in questa sede abbiano cognizione della prassi elaborativa di un provvedimento di finanza. Normalmente questo provvedimento viene elaborato dal MEF. Per la prima volta un maxiemendamento viene elaborato dalla Presidenza del Consiglio su ordine del presidente Renzi! *(Applausi dai Gruppi LN-Aut e M5S)*. Il presidente Renzi ha probabilmente spulciato comma su comma, introducendo e togliendo. Mai abbiamo visto presentare un maxiemendamento sulla fiducia dove non si rispettano i lavori e - questo lo dice anche il Presidente della Commissione bilancio - non si coordinano i lavori della Commissione con quelli dell'Aula. La Commissione elabora un testo e il maxiemendamento lo stralcia: 20 emendamenti, e ne introduce altri nuovi. *(Applausi dai Gruppi LN-Aut e M5S)*.

CANDIANI *(LN-Aut)*. Vergogna!

DIVINA *(LN-Aut)*. La Presidenza del Consiglio fa questi pasticci! Ci viene da pensare a questo punto che, oltre ad aver rinnovato, rottamato e cambiato i vertici delle pubbliche amministrazioni, anche nella Ragioneria sono state fatte queste operazioni oppure le è stato chiesto di mostrarsi totalmente supina alla Presidenza del Consiglio. Qua stiamo e lei, Presidente, che forse in quest'Aula è l'unico garante della Costituzione, non può permettere che si distruggano o si innovino procedure parlamentari. Non abbiamo più la certezza di esse, Presidente, se non interviene lei in questo momento.

Qua chi ha voglia di intervenire nel merito procedendo in questa maniera? Siamo tutti fuori regola. Non si dovrebbe neanche procedere alla discussione di questo emendamento. *(Applausi dai Gruppi LN-Aut eM5S e della senatrice Gambaro)*.

Il Governo bene farebbe a prendere questo maxiemendamento, scritto male non dal Ministero dell'economia e delle finanze ma dalla Presidenza del Consiglio, e a riportarlo alla Presidenza del Consiglio, scusandosi con i senatori e con il Paese per il tempo che fa perdere, e rimandando a lunedì ma con un documento che sia tale.

È vergognoso. Mi rifiuto, come il collega che mi ha preceduto, di entrare nel merito. Ci sarebbe da dire nel merito.

Se poi vogliamo, questa è la ventottesima fiducia che il Governo chiede su circa...

BUCCARELLA *(M5S)*. È la trentaduesima.

DIVINA *(LN-Aut)*. Ne abbiamo persa qualcuna.

Su circa duecentottanta giorni di vita, ha chiesto una trentina di fiducie: una fiducia ogni dieci giorni. Ma ricordiamo una cosa: la ripartizione dei poteri. Il potere legislativo governativo è eventuale in casi di necessità ed urgenza. Ponendo fiducie su fiducie su provvedimenti elaborati dal Governo, non lasciando che gli interessi del Paese vengano mediati dai parlamentari, dal mandato popolare, il Governo si sostituisce agli organi legislativi! È un'insubordinazione questa! *(Applausi dai Gruppi LN-Aut, M5S e Misto-MovX e della senatrice Gambaro)*. È un insulto al Parlamento questo.

Se entriamo anche nel merito, una su tutte: introdurre l'IMU sui terreni agricoli fino ai 600 metri di altitudine vuol dire andare a punire non gli agricoltori ma quei piccoli agricoltori di seconda classe, che non sono agricoltori professionali ma coltivano la campagna per necessità, per integrare il proprio reddito. A questi si dice che dovranno pagare per integrare il proprio reddito; sono messi in condizione di non poter lavorare! Forse il Governo ha inventato l'undicesimo comandamento che dice: «Vai a rubare! Non puoi più lavorare; vai rubare e io ti proteggerò». Infatti, anche il furto è stato depenalizzato. Cosa volete? Questo è l'insegnamento che ci dà questo Governo Renzi: ne abbiamo piene le tasche! *(Applausi dal Gruppo LN-Aut e del senatore Malan)*.

ROMANI Paolo *(FI-PdL XVII)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

ROMANI Paolo *(FI-PdL XVII)*. Signor Presidente, ho atteso prima di intervenire perché volevo capire come si svolgeva il dibattito. Ho ascoltato con attenzione la relazione del vice presidente Sangalli e gli interventi dei colleghi dell'opposizione; ho ascoltato i miei senatori che hanno partecipato alla riunione di questa sera della Commissione bilancio. Le devo dire sinceramente, Presidente, che non penso sia

possibile proseguire un dibattito di questo tipo. *(Applausi dai Gruppi FI-PdL XVII, M5S e Misto-MovX e della senatrice Gambaro)*. Questo testo non è in alcun modo aderente ad un provvedimento che abbia un minimo di senso; il povero vice ministro Morando cerca disperatamente di aggiornare e correggere i numeri degli emendamenti e le citazioni dei colleghi dell'opposizione sottolineano gli errori presenti nel testo.

Guardi, Presidente, io sono molto libero e scevro da estremismi, ideologismi e da polemiche che non abbiano senso, ma di proseguire così non ce la sentiamo. Quindi, in tutta serenità e tranquillità il Gruppo di Forza Italia abbandona l'Aula perché non è in grado di proseguire in queste condizioni. *(Applausi dal Gruppo FI-PdL XVII)*. Chiedo agli altri colleghi delle opposizione di fare altrettanto; la maggioranza, se vuole andare avanti, se lo vota da sola perché è veramente una pagina drammatica del Parlamento.

Il presidente Azzollini l'altro giorno evocava i suoi diciannove anni di Presidenza della Commissione bilancio e citava questa legge di stabilità come esempio fulgido (non voglio aggiungere altri aggettivi al riguardo), come un esempio di legislazione che mai si è verificato negli anni precedenti. Ebbene, devo dire che è accaduto esattamente il contrario.

Non mi sento di chiedere ai miei senatori di partecipare a questa pagina nera del Parlamento e del Senato italiano. Non siamo nelle condizioni di continuare. La maggioranza vuole continuare? La maggioranza di Governo se la fa, se la scrive e se la vota! *(Applausi dai Gruppi FI-PdL XVII, M5S e Misto-MovX e della senatrice Gambaro. Congratulazioni)*.

FERRARA Mario *(GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI))*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà. *(I senatori del Gruppo FI-PdL XVII abbandonano l'Aula).*

FERRARA Mario *(GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI))*. Signor Presidente, ho partecipato ai lavori della Commissione anche per il dibattito che si stava tenendo in ordine alla problematica inerente alla comunicazione, che poi è stata brillantemente elaborata dal presidente Sangalli, e mi sono permesso di ricordare a me stesso e al vice ministro Morando che gli unici presenti in quel momento in Commissione, quando si stabilì questo *iter* procedurale, eravamo io e lui. Lui rappresenta il Governo, quindi la parte del Parlamento spettava a me, e ho cercato di puntualizzare quello che stavo facendo perché questo fosse richiamo.

La comunicazione, Presidente, ha un significato, quello di rendere collaborativa l'attività parlamentare nei confronti del Presidente del Senato, perché il Presidente del Senato possa stabilire l'ammissibilità del maxiemendamento ed espungere le parti che ritiene inammissibili.

Presidente, mi dispiace ma debbo dirlo (l'ho già detto al vice ministro Morando, il quale mi ha detto che, rappresentando lui il Governo, dice di essere d'accordo e quindi non contraddice il presidente Sangalli sull'espunzione), è lei che deve determinare l'espunzione. È lei, signor Presidente, che deve dire all'Aula cosa stiamo votando; non è responsabilità del Governo. *(Applausi dai Gruppi M5S e LN-Aut)*. Lo chieda a tutti, è così. Fino a quando questo non viene detto, sarà soltanto una grande confusione.

Ma vorrei richiamare un'altra cosa. Il vice ministro Morando, che fu Presidente della Commissione bilancio nella breve legislatura 2006-2008, in quanto rappresentante autorevole dell'opposizione aveva chiesto che questa procedura venisse incardinata nel 2004 e la procedura fu consentita, ammessa e incardinata dal presidente Pera. Al momento in cui Morando fu Presidente, chiese al Governo, che l'accettò, e il presidente Marini la decretò, l'espunzione di 130 parti. Il motivo era che quelle parti non erano state votate dalla Commissione.

Oggi sottoponiamo a lei, signor Presidente, un problema che può costituire un pericoloso precedente. Ha detto il Presidente della Commissione che quella procedura, quella richiesta del presidente Morando attuata nella legislatura 2006?2008, non poteva essere attuata perché i lavori non si erano completati.

Signor Presidente, questa è una decisione sua. Se l'espunzione viene fatta soltanto quando il procedimento viene completato con la nomina del relatore, significa che in qualsiasi momento e in

futuro il Governo potrà artatamente causare la sospensione del lavoro e del mandato al relatore e presentare un maxiemendamento in cui inserire quello che vuole. Questo fa parte delle prerogative in ordine alla richiesta di fiducia, ma non rispetta il dettato costituzionale che le leggi abbiano il necessario passaggio in Commissione, che è il motivo dottrinale per cui siamo al punto in cui siamo. La responsabilità non è del Governo, Presidente, è sua e lei se la deve assumere nei confronti del Senato e del Paese intero. *(Applausi della senatrice Mussini)*.

DE PETRIS *(Misto-SEL)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

DE PETRIS *(Misto-SEL)*. Signor Presidente, credo che ognuno di noi abbia avuto molto esperienze di leggi finanziarie prima e di leggi di stabilità poi, e ci siamo trovati di fronte, con una certa frequenza, anche alla presentazione di maxiemendamenti, forse anche con qualche incongruenza e qualche errore. Ma credo che quello che è accaduto questa sera e tutti i rilievi che sono stati fatti e che in parte - lei lo sa, signor Presidente - sono stati riconosciuti dalla Commissione nella relazione del Vice Presidente e anche dallo stesso Governo, nonché gli ulteriori elementi che non combaciano sul testo, esigono, proprio per la correttezza della procedura di cui lei è garante, che il testo che viene sottoposto al voto di fiducia abbia, non dico un senso (ognuno può interpretarlo a modo suo), ma sia assolutamente lineare e non contenga errori.

Lei lo sa, signor Presidente, che cosa può accadere? Questo è bene che tutti i colleghi lo sappiano con chiarezza. Questa situazione comporterà il fatto che il testo arriverà alla Camera, che lo correggerà, perché non potrà non farlo. Tutti i colleghi è bene che lo sappiano: la fretta comporterà il fatto che ovviamente anche quest'Aula, non so quando, dovrà riesaminare per l'ennesima volta la legge di stabilità.

Poi non è più ammissibile, signor Presidente, che quest'Aula e questi senatori ormai siano vilipesi dalla mattina alla sera. Questo riguarda i senatori dell'opposizione e i senatori della maggioranza, senza distinzione alcuna. Essi sono portati anche al punto di votare un testo che è per larga parte incomprensibile e che non è corrispondente.

Lei, signor Presidente, non può essere soltanto un notaio perché, siccome il Governo se ne assume la responsabilità, tutto è possibile. Questo non è possibile. Signor Presidente, credo che lei dovrebbe, in questo sì, esercitare fino in fondo il suo potere perché è assolutamente necessario arrivare a sistemare il testo e a correggerlo, perché altrimenti lei si assume una responsabilità grave, mentre noi non possiamo permettere, per l'ennesima volta, che si possa procedere ad approvare in questo modo una legge di stabilità.

Signor Presidente, ci sono dipendenti pubblici che stanno occupando tutte le Province, perché è a rischio la loro vita e il loro posto di lavoro, e qui dentro, in quest'Aula, non vi è rispetto per niente, con un testo di 400 pagine che presenta incongruenze: non ritornano i conti e non ci sono le corrispondenze. Questo è il modo in cui noi trattiamo la vita delle persone, perché di questo si sta parlando.

Lei si deve quindi assumere la responsabilità di fare in modo che questo testo possa essere immediatamente modificato e sistemato prima di procedere al voto di fiducia. *(Applausi dai Gruppi Misto-SEL e M5S)*.

PRESIDENTE. Colleghi, comunico che sono state individuate delle correzioni che vanno apportate al testo e di cui la Presidenza si assume la responsabilità. Si tratta di un lavoro di *drafting*.

CANDIANI *(LN-Aut)*. Ce ne sono anche altre!

PRESIDENTE. Senatore Candiani, vediamo se queste sono conclusive e poi possiamo continuare.

Io continuo a prendere atto di quanto mi ha detto il vice presidente Sangalli, che ha esaminato il testo e ha detto che il contenuto sostanziale non è assolutamente modificato. Il vice presidente Sangalli me lo conferma e, quindi, noi procediamo con la sostanza e, se ci sono problemi formali, la Presidenza si assume la responsabilità di fare le correzioni: naturalmente, quelle formali che si evidenziano.

Invito dunque la senatrice Segretario a dare lettura delle correzioni rilevate, anche grazie alla

collaborazione dei senatori.

SAGGESE, *segretario*. Al comma 174, al posto delle parole «122-*bis*» sostituire le parole «173». Al comma 738, sostituire «768» con «739».

ENDRIZZI *(M5S)*. Sono emendamenti?

SAGGESE, *segretario*. No, sono sostituzioni dei numeri dei commi.

PRESIDENTE. Per favore, senatore Endrizzi, non interrompete la lettura della senatrice Saggese.

SAGGESE, *segretario*. Al comma 739, sostituire «767» con «738». Al comma 751, sostituire «779» con «749»...

VOCI DAL GRUPPO LN-AUT. Olè!

ARRIGONI *(LN-Aut)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

ARRIGONI *(LN-Aut)*. Signor Presidente, sono prima intervenuto in spirito collaborativo, ma questa volta lo spirito non è più collaborativo. Lei ha parlato di errori formali. Io gliene accenno uno di natura sostanziale. Nel comma 665, che tratta il finanziamento o lo spazio finanziario per la Regione Molise, che è stata colpita dal terremoto, si parla, al penultimo periodo, di esclusione del Patto di stabilità «per complessivi 5 milioni» e, al periodo successivo, che è l'ultimo del comma, si parla di «compensazione degli effetti finanziari sui saldi di finanza pubblica, di cui al periodo precedente, pari a 15 milioni di euro per l'anno 2015».

Qual è la sostanza? Che la deroga del Patto deve essere di 15 milioni oppure che la compensazione deve essere di 5 milioni? Le ho portato un esempio di sostanza.

Ne accenno altri quattro, che abbiamo scoperto in cinque minuti. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut)*.

PRESIDENTE. Questo era il comma 665: prego il Governo di annotare queste osservazioni. *(Proteste dal Gruppo LN-Aut)*.

FERRARA Mario *(GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI))*. Andiamo a lunedì, altrimenti la legge la farà il TAR del Lazio!

SUSTA *(SCpI)*. Non è possibile!

ARRIGONI *(LN-Aut)*. Ritengo veramente vergognoso, signor Presidente, che dopo 24 ore di attesa, rispetto all'ora annunciata per la presentazione del maxiemendamento, noi della minoranza, responsabilmente, dobbiamo trovare questi errori. *(Applausi della senatrice Bottici)*. Passo a citarne altri. Il comma 699 recita: «Agli oneri derivanti dai commi 719 e 720 (...)»; si fa quindi riferimento a questi due commi, che non sono altro che autorizzazioni di spesa di cui al fondo FISPE. Dunque, non ci siamo un' altra volta.

MORANDO, *vice ministro dell'economia e delle finanze*. Proprio adesso l'abbiamo cambiato. È chiaro che avendo cambiato il comma 716, poi bisogna tenerne conto. *(Commenti dal Gruppo M5S)*.

ARRIGONI *(LN-Aut)*. No, signor Presidente! No, signor Vice Ministro!

MORANDO, *vice ministro dell'economia e delle finanze*. Questo non è un errore!

PRESIDENTE. Siccome i commi 719 e 720 sono stati unificati nel comma 716, il riferimento si intende fatto a quest'ultimo comma.

ARRIGONI *(LN-Aut)*. Signor Presidente, noi abbiamo capito che i commi dal 716 al 737, che trattano tutti del FISPE, vengono fusi in un' unico comma, ovvero nel 716. Mi riferisco però anche al comma 699, che recita: «Agli oneri derivanti dai commi 719 e 720 (...)» e quindi tratta di disposizioni e di commi che riguardano il FISPE. Dunque, non ci siamo! *(Applausi dal Gruppo LN-Aut)*. Non c'è assolutamente relazione. *(Commenti dal Gruppo M5S)*.

Vado avanti con questi che sono errori che abbiamo trovato in questi minuti. Il comma 706 recita: «Gli schemi dei piani operativi e del piano stralcio di cui al comma 728 sono trasmessi alle Camere (...)» e il comma 728 è uno di quelli che tratta del FISPE, che viene soppresso. Quindi a cosa fanno riferimento i piani stralcio?

Cito inoltre il comma 708, che recita: «Le economie, da accertare a consuntivo sulla base del procedimento di cui all'articolo 14 della legge 7 agosto 1990, n. 241, e successive modificazioni, derivanti dall'applicazione del comma 732 (...)»; e il 732 è un altro comma che fa riferimento al FISPE. Quindi, a cosa fa riferimento il comma 708? E a quale altro comma fa riferimento il comma 706?

PRESIDENTE. Grazie, senatore Arrigoni. Questo è l'effetto dell'unificazione di alcuni commi nel comma 716, per cui bisogna coordinare i riferimenti normativi. Abbiamo compreso.

ARRIGONI *(LN-Aut)*. No, non è così. *(Commenti della senatrice Bottici)*.

ZANDA *(PD)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

ZANDA *(PD)*. Signor Presidente, mi permetta, ma vorrei cercare di rimettere i piedi per terra. Stiamo facendo un dibattito molto delicato, dopo un lavoro duro della Commissione ed è un'ora nella quale è assolutamente necessario che il dibattito segua i binari previsti dal nostro Regolamento. Abbiamo dato la parola, all'inizio della seduta, al Presidente della Commissione bilancio, il quale ha espresso le opinioni della Commissione, ha fatto le sue osservazioni; il Governo ha preso atto e ha dichiarato in Assemblea che sarebbe intervenuto sul testo, apportando le correzioni che erano state rilevate in Commissione.

A questo punto era previsto che noi aprissimo la discussione generale; si è viceversa aperto un dibattito nel quale ciascun senatore che lo richiedeva dava opinioni sul testo, su errori del testo. *(Vive proteste dai Gruppi M5S e LN-Aut)*.

PRESIDENTE. Silenzio: sono intervenuti i Capigruppo sull'ordine dei lavori.

MARTELLI *(M5S)*. Non sei tu il Presidente del Senato.

ZANDA *(PD)*. Presidente, ho ascoltato interventi anche non di Capigruppo.

Io penso questo, signor Presidente: che in un testo così complicato (e i senatori che hanno più di una legislatura sanno che questo accade sempre in leggi di questa complessità) è necessario un lavoro di *drafting* e noi voteremo il testo che il Governo correggerà e che ci presenterà al momento del voto. *(Commenti dal Gruppo LN-Aut)*. Adesso credo che sia necessario andare avanti con la discussione sulla fiducia, perché questo era previsto e questo deve accadere per l'ordinato svolgimento dei lavori. Se noi riapriamo un dibattito nel quale ciascun senatore dà le sue opinioni sugli eventuali - a suo parere - errori tecnici, non ne usciremo più, signor Presidente. È una votazione molto delicata, necessaria, perché la Camera dei deputati sta aspettando questo testo per poterlo approvare.

MARTON *(M5S)*. Ma se non sai cosa voti! Ma cosa?

PRESIDENTE. Silenzio.

ZANDA *(PD)*. Cari colleghi, noi voteremo il testo che la Commissione bilancio ha esaminato e che il Governo correggerà; questo sarà il testo che noi voteremo.

MARTON *(M5S)*. Ma ci sono tutti questi errori!

ZANDA *(PD)*. Per cortesia, dico questo anche ai colleghi di Forza Italia, che sarebbe bene che ritornassero in Aula per una discussione di questo rilievo.

PRESIDENTE. Comunque, senatore Zanda, la Presidenza ha preso atto di alcune correzioni dovute e quindi abbiamo utilizzato questa discussione e queste segnalazioni per poter dare un aiuto al Governo in questa fase di correzione.

BULGARELLI *(M5S)*. Zanda, non ti applaudono neanche i tuoi.

PRESIDENTE. Quindi mi sembra che questa sia una fase di collaborazione.

CANDIANI *(LN-Aut)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

CANDIANI *(LN-Aut)*. Signor Presidente, io continuo ad essere un illuso e confido nel fatto che per questo Senato abbia ancora un senso esistere nonostante la riforma costituzionale.

Il nostro Gruppo si è comportato in maniera responsabile in Commissione: abbiamo lavorato, abbiamo apportato migliorie al testo che sono state poi cancellate. Ora mi chiedo e chiedo a lei, signor Presidente, nella sua funzione di garante nei confronti di questo Senato; ma in qualsiasi consiglio comunale della Repubblica una delibera andrebbe approvata se ci fossero al suo interno carenze di questo tipo? *(Applausi dai Gruppi LN-Aut e M5S)*. Non sto parlando di un organo costituzionale come il Senato della Repubblica dove si approva la legge di stabilità, ma di una delibera di consiglio comunale. Per esperienza, io dico che non arriverebbe nemmeno all'apertura del dibattito; sarebbe sospesa e perfezionata nei suoi contenuti e sottoposta poi a votazione.

Mi rivolgo anche al vice ministro Morando: attenzione, perché dare false informazioni ad un organo costituzionale è reato! *(Applausi dal Gruppo M5S)*. Attenzione, perché qui si stanno dando false informazioni e comunicazioni ad un organo costituzionale! E hanno ragione i senatori che vengono qui e chiedono che ci sia un testo chiaro su cui andare a votare, perché noi non possiamo votare una fiducia sul niente! Per questo, signor Presidente, le chiedo di essere garante. Noi non possiamo oggi chiedere a questo Senato di andare a votare senza un testo chiaro nel suo contenuto, con errori sostanziali, non di *drafting* o di scrittura, ma nella chiara correlazione del contenuto.

Noi non possiamo chiedere che questo diventi un esempio per la storia repubblicana. Che esempio è, signor Presidente? Lei rappresenta in questo caso l'unità di questo Senato. Noi non possiamo andare oggi a legittimare questo modo di operare! Lo chiedo a lei veramente con estremo trasporto: rappresenti l'unità del Senato e non la volontà del senatore Zanda! Per l'amor di Dio, sia responsabile del suo ruolo! *(Applausi dai Gruppi LN-Aut e M5S)*.

AIROLA *(M5S)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

AIROLA *(M5S)*. Signor Presidente, sarò rapidissimo. A parte il fatto che noi siamo qui non ad esprimere delle opinioni, come dice il collega Zanda, ma stiamo facendo un lavoro di correzione in aiuto al Governo e anche al partito del senatore Zanda *(Applausi dal Gruppo M5S)*, che è complice di questo pasticcio, avendo subemendato in questo modo il testo.

Ma, a prescindere da questo, io ritengo che abbia anche ragione il collega Zanda: non si può continuare così. Non possiamo andare avanti fino alle 2 in questo modo. Il testo ritorni in Commissione, finiamo il lavoro in Commissione e lunedì lo votiamo. Noi ci saremo, non faremo ostruzionismo e saremo estremamente collaborativi *(Applausi dal Gruppo M5S)*, come lo siamo ora, perché non stiamo esprimendo delle opinioni, ma stiamo correggendo degli errori sulla legge di stabilità.

Questa è la richiesta del mio Gruppo e penso che anche gli altri Gruppi, con un po' di buonsenso, dovrebbero accettarla, invece di finire di votare alle 5 un testo che non si conosce completamente e che è errato formalmente e sostanzialmente in molte parti, rendendo un vero servizio alla Nazione. *(Applausi dal Gruppo M5S)*.

PRESIDENTE. Riprendiamo la discussione sulla questione di fiducia. *(Commenti dal Gruppo M5S)*.

MARTON *(M5S)*. E andate avanti!

MARTELLI *(M5S)*. Come se niente fosse! *(Commenti dai Gruppi PD e ScPI)*.

PRESIDENTE. È iscritta a parlare la senatrice Serra. Ne ha facoltà.

SERRA *(M5S)*. Signor Presidente, a me non meraviglia che il testo di questo maxiemendamento contenga tanti errori e tante incongruenze. È dalla prima pagina del testo, infatti, che c'è un'enorme incongruenza, dove c'è scritto che «è istituito un fondo denominato "Fondo 'La buona scuola'", con la dotazione di 1.000 milioni di euro per l'anno 2015 e di 3.000 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2016». Ma la buona scuola non esiste. Esiste un titolo ed è il titolo di una scatola vuota, sulla quale sino ad ora ci si è semplicemente accapigliati, accorrendo da una scuola all'altra e facendo finta di fare propaganda per una buona scuola. Propaganda per una scuola che non si conosce e di cui non si capisce nemmeno il senso, perché non si capisce cosa significhi lavorare in una scuola dove l'edilizia crolla, dove i bambini non hanno didattica e dove gli insegnanti stanno lavorando in situazioni di

precariato allucinanti. Per cui non mi meraviglia che il testo di questo maxiemendamento sia ricco di errori, inutile e vergognoso! *(Applausi dal Gruppo M5S)*.

Vergognoso, lo dico al senatore Zanda, che continua sempre a ridicolizzare la nostra professionalità e il nostro essere senatori, come se noi non contassimo. Certo, non abbiamo 15 legislature alle spalle e 25.000 amici nelle varie *lobby*. *(Applausi dal Gruppo M5S)*. No, siamo persone che, con particolare dovizia, studiamo il testo! Io ho preso il testo, l'ho studiato e ne ho analizzato gli errori; e ho visto che nel testo del maxiemendamento, come hanno già dimostrato bene le mie colleghe della Commissione, i colleghi della Lega e lo stesso Sottosegretario, sotto Ministro, Vice Ministro... *(Ilarità)*. Non importa, perché qui ci sono degli errori, degli errori di vita, che questo Governo e questo Parlamento non possono permettersi. Ed è da vergognarsi. *(Applausi dal Gruppo M5S)*.

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore Galimberti. Non essendo presente in Aula, si intende che abbia rinunziato ad intervenire.

È iscritto a parlare il senatore Crosio. Ne ha facoltà.

CROSIO *(LN-Aut)*. Signor Presidente, è difficile prendere la parola questa notte, su questa legge di stabilità. Io non ho una grandissima esperienza da senatore, ma ho fatto la palestra del Governo Berlusconi nella precedente legislatura e ricordo l'accanimento dei colleghi del Partito Democratico quando veniva presentato un maxiemendamento. Infatti, qualche questione fiducia - non così tante - veniva posta anche dal Governo Berlusconi, di cui facevo parte, ma con ritmi più umani e con tempi più certi. Quello cui abbiamo assistito in questi due giorni, invece, è veramente sconcertante.

Entrando nel merito, mi associo alle parole del collega Calderoli, il quale riconosceva al collega Sangalli un'onestà intellettuale che è bene rimarcare. È stato un po' più, non dico imbarazzante, ma particolare l'eccesso di trionfalismo da parte del collega Azzollini, che di fatto è stato smentito dai fatti di queste ore, con la sceneggiata a cui stiamo assistendo.

Voglio sottolineare in modo particolare una questione che mi sta molto a cuore: quella cioè della solita incongruenza, da parte del Governo Renzi, fra quello che propone di fare con toni trionfalistici in determinate leggi e quello che puntualmente disattende al momento dei fatti. È molto semplice capire il perché.

Mi riferisco ad un aspetto particolare. Io sono - e ne sono fiero - un uomo di montagna e tendo sempre a cercare di difendere le peculiarità della montagna, che troppo spesso sono messe a rischio in questo Paese. Il Governo Renzi, con il ministro Delrio, si è riempito la bocca quando ha buttato fumo negli occhi agli italiani dicendo che avrebbe fatto una grandissima riforma nel Paese abolendo le Province, facendole diventare enti di area vasta. Tutto fumo negli occhi.

Siete stati talmente ipocriti da dire che determinate realtà, come quelle montane, avrebbero ricevuto un trattamento particolare a causa del disagio che vivono proprio per una questione morfologica, per una particolarità dal punto di vista della difficoltà di gestire determinati territori. Da qui la vostra pensata di inventarvi la specificità montana, che è stata rappresentata come qualcosa che andava a tutelare, a preservare la montagna e a creare quelle condizioni che troppo spesso mancano.

Purtroppo avevate creato solo un delirio - scusate il gioco di parole - dal punto di vista amministrativo. In questi mesi, nel rinnovo di queste pseudo Province, abbiamo assistito a sceneggiate che non vedevamo più da anni e che pensavamo di aver dimenticato, quando in questo Paese venne fatta la bellissima riforma che faceva sì che il sindaco di un Comune e il Presidente di una Provincia fossero eletti direttamente dai cittadini. Siamo tornati alle vecchie tradizioni in cui, nelle segrete stanze, si eleggeva l'uomo teleguidato di turno (non voglio usare un'altra espressione).

La cosa sconcertante è che noi, in questa legge di stabilità, invece della realizzazione di questa vostra intenzione e di questa vostra visione (che non condividiamo, perché di fatto voi decretate la morte degli enti locali con questa vostra politica, ma è una scelta politica ed è legittima), abbiamo trovato un chiaro accanimento solo verso la montagna: un chiaro accanimento, un attacco alla montagna.

Innanzitutto, avete messo la tassa sull'altitudine, quest'IMU agricola che, di fatto, va ad aggredire i territori di montagna e non è assolutamente condivisa. Avete quasi cancellato del tutto le agevolazioni

per il GPL e il gasolio da riscaldamento per le zone montane e sappiamo benissimo che, in certe zone di montagna, il gasolio si usa dagli inizi di settembre alla fine di aprile, che si tratta di zone disagiate. Non sarà più come prima: non ci saranno quasi più questi incentivi e dovranno pagare i territori di montagna. Avete addirittura avuto la fulminante idea di aumentare l'IVA sui *pellet* da riscaldamento, per cui, dopo averli incentivati e sponsorizzati, adesso vengono tassati.

PRESIDENTE. Concluda, prego.

CROSIO *(LN-Aut)*. Certo, signor Presidente, vado a concludere.

In conclusione, è tutta una farsa. Addirittura il gioco delle tre carte viene fatto anche da chi viene dalla montagna. Ad esempio, avevamo presentato un emendamento, che ci sembrava molto utile per determinate Province, come quelle interamente montane, tendente a far sì che la volontà del Governo di trasferire il 50 per cento dei dipendenti delle Province alle Regioni non valesse per le zone di montagna, lasciando anche le relative risorse. Con il fumo negli occhi, nel maxiemendamento ci ritroviamo il gioco delle tre carte, tale per cui, anziché il 50 per cento, sarà trasferito solo il 30, e questa è anche una presa in giro per i territori di montagna. Posso assicurare a lei, signor Presidente, e a tutti voi, colleghi, che la gente l'ha già capito, come ha già capito che avete buttato fumo negli occhi con la legge Delrio e continuate a farlo adesso con la legge di stabilità.

Andate avanti così, che sicuramente il consenso per questo Governo continuerà a scendere, mentre continuerà a salire quello per qualcun altro, ma - ahimè - sulla pelle dei cittadini, in questo caso quelli di montagna. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut).*

PRESIDENTE. È iscritta a parlare la senatrice Donno. Ne ha facoltà.

DONNO *(M5S)*. Signor Presidente, questa sera stiamo assistendo all'ennesima farsa, e vi spiego anche perché: questo maxiemendamento non è sbagliato solo nella sostanza o solo nella forma, ma in tutto l'insieme.

Ci aspettavamo infatti che il provvedimento in esame potesse garantire un futuro non dico migliore - perché sarebbe assurdo, dati i tempi che corrono - ma almeno diverso per le persone che confidano nei rappresentanti dello Stato. Cos'è successo, invece? Ho visto che in Commissione bilancio non si è fatto altro che fare un gioco a *quiz* (ma tanto qui siete abituati, perché Renzi ha partecipato a «La ruota della fortuna», quindi tutti si sono adeguati). È la giornata dell'enigmistica, che state continuando anche qui in Aula: «Aguzzate la vista», «Cerca l'intruso», «Riempi la casella», «Trova l'errore»; è questo che si sta facendo questa sera sul maxiemendamento in esame. *(Applausi dal Gruppo M5S).*

È una schifezza! Io mi vergogno di stare qua dentro in queste condizioni e chissà cosa staranno pensando tantissimi cittadini fuori: è l'orrore degli orrori, questa sera! Non è giusto che tutto quello che combinate voi lo debbano pagare fuori e che tutte le persone che già hanno perso il lavoro, le garanzie, le agevolazioni fiscali, la tracciabilità degli alimenti e tutte le agevolazioni per le assunzioni dei lavoratori debbano pagare perché qualcuno ha deciso di stringere un patto per garantire la propria salvezza ed avere il salvacondotto per un suo eventuale futuro. Non è giusto, questo.

Allora, cosa c'è da dire? Con riferimento all'IMU sui terreni agricoli, avevamo chiesto emendamenti che non sono stati rispettati ed avevamo ricevuto la rassicurazione da parte del Governo che avrebbe trasformato gli emendamenti in un ordine del giorno, in cui si sarebbe garantita la possibilità ai proprietari dei terreni agricoli di non pagare l'IMU o quantomeno che fosse congelata, ma questo non è avvenuto.

Allo stesso modo avevamo chiesto che ci fosse una facilitazione per la filiera corta, ma anche questo non è avvenuto, perché si preferisce prediligere e favorire la grande distribuzione. Non interessa l'agricoltura italiana e la salvaguardia del *made in Italy*: certo che no! Interessa soltanto fare affari con il mercato dell'Est, con le multinazionali e con i prodotti esteri, che vanno bene, per carità, ma non per l'economia italiana, perché in questo modo non porteremo mai avanti il nostro prodotto! In ogni caso, né a Renzi, né ad altri interessa: Renzi lo ha dimostrato martedì, quand'è venuto in Aula a dire che il Governo vuole portare avanti gli ideali. No, Renzi gli ideali li ha bruciati - glielo ho anche gridato in quest'Aula quando è venuto - e continuerà a bruciare gli ideali di tutti quei cittadini che hanno una

speranza, non dico di vita, ma di sopravvivenza.

Allora siete voi che dovete rendere conto: d'ora in poi, quando nelle piazze ci faranno domande sul perché e sul come, noi diremo: «Andate a casa loro; andate a chiedere perché hanno fatto tutto questo; andategli a chiedere per quale prezzo hanno fatto tutto questo». Io non ho il coraggio di rispondere che vi siete rifiutati di agevolare e di aiutare tutte queste persone, non ho questo coraggio; mi auguro che lo abbiate voi, tanto la faccia di bronzo ce l'avete tutti *(Proteste della senatrice Albano)*. Non mi stupisco, quindi, che butterete là, che farfuglierete qualche giustificazione - come quella che ci ha dato questa sera il Vice Ministro - sugli errori grossolani di questo testo. *(Richiami del Presidente)*. Sto concludendo.

Concludo chiedendovi dove volete arrivare. Dove volete arrivare? A distruggere ancora di più questo Paese? Beh, ci state provando.

C'è una cosa, però, che continuerò a dire: nessuno di noi vi permetterà di farla franca. Prima o poi anche voi dovrete pagare un prezzo come quello che stanno pagando ora i cittadini! *(Applausi dal Gruppo M5S)*.

PRESIDENTE. È iscritta a parlare la senatrice Mussini. Ne ha facoltà.

MUSSINI *(Misto-MovX)*. Signor Presidente, vice ministro Morando, tutto quello che è successo in questi ultimi due giorni è qualcosa di incredibile e, nonostante qualcuno oggi abbia voluto cercare di convincermi che è tutto normale, la sensazione di vivere una situazione surreale è stata alla fine confermata, anche grazie all'onestà intellettuale di persone che hanno preso la parola, come il vice presidente Sangalli, che - lo ripeto - con grande onestà intellettuale ha fatto notare alcune cose che, ad una persona senza esperienza parlamentare, ma di buonsenso, non potevano sfuggire.

Ho partecipato ai lavori della Commissione bilancio, pur non essendo membro della stessa, e come me tanti colleghi. In realtà, il lavoro in Commissione bilancio è stato un lavoro serio, nel corso del quale le opposizioni, in particolare, hanno dato prova di questa grande responsabilità, dichiarandosi di fatto disponibili - non dall'ultimo giorno, ma da diversi giorni prima della chiusura dei lavori in Commissione - a ritirare gli emendamenti. Così è stato fatto. È stato un lavoro serio e va riconosciuto al relatore Santini, insieme al presidente Azzollini, di aver impostato il lavoro per l'intero articolo 1 in un modo tale da rendere possibile un discernimento all'interno delle linee del Governo, da un lato, correttamente rappresentate dal vice ministro Morando, nonché assumendo - per quello che era nei limiti della politica decisa dal Governo - le proposte delle opposizioni, oltre che dei partiti stessi di maggioranza.

La cosa strana, che ha colpito tutti e che qui dobbiamo dirci e dobbiamo far sapere - e lei, signor Presidente, non deve limitarsi a prenderne atto, potendo anche fare un ragionamento su questo - è che di fatto i lavori della Commissione si sono chiusi senza che ci fosse stato un adeguato approfondimento, con un testo che, nel giro degli ultimi giorni, è stato profondamente mutato dalla scelta del Governo di presentare degli emendamenti molto corposi rispetto ai quali è stata discussa solo una parte dei subemendamenti. Questo ci ha impedito di arrivare ad un voto consapevole.

E arrivare al voto ha un valore, perché è nel voto che noi realizziamo veramente la democrazia. Infatti, se si arriva al voto soltanto per una parte e poi ci si trova davanti a un voto di fiducia, aggravato dalla pesantissima situazione odierna in cui ci viene posto un testo riscritto rapidamente e nelle ultime ore, ore che avrebbero potuto essere utilizzate proficuamente per un lavoro in Commissione, evidentemente si vuole svilire il senso di quel voto e così facendo si svilisce il senso stesso della rappresentanza.

Lei, signor Presidente, è il garante dell'esistenza di un'istituzione che deve essere salvaguardata, non solo per l'oggi ma ancora di più per il domani e per circostanze che potremmo anche non controllare e rispetto alle quali dovremmo mettere al riparo una Repubblica come la nostra che, in ogni momento, dimostra di essere ancora troppo giovane per una non ancora realizzata capacità di essere veramente democratica come si vorrebbe. Questa Repubblica oggi sta dando prova di voler cambiare la Costituzione, invece di andare a cambiare i Regolamenti. Diciamocelo con grande franchezza: è vero

che la legge di stabilità parte prima di tutto dal Governo, ed è corretto, in questo caso che sia il Governo a fare delle proposte, ma allora cambiamo i Regolamenti, accettiamo la volontà, più e più volte manifestata da tanti senatori all'interno di questo consesso, di andare a toccare i Regolamenti. E invece no, bisogna forzare i Regolamenti e anche la Costituzione. E questa è la dimostrazione plastica che non siamo adeguati, però è anche la dimostrazione plastica che non vogliamo adeguarci.

Vice ministro Morando, leggendo il suo *curriculum* ho visto che lei è stato un importante rappresentante di questo Senato, importante perché è stato in Commissione bilancio, variamente Presidente e Vice Presidente. Ora, vice ministro Morando le chiedo: se a lei fosse stato proposto un *iter* di questo tipo, come avrebbe reagito, come si sarebbe sentito? Si sarebbe sentito soddisfatto nel suo ruolo di senatore e rappresentante del popolo, nonché di autorevole e responsabile rappresentante di una carica all'interno proprio della Commissione bilancio? Vedete, il problema grave che io vedo in questo momento è che chi occupa una posizione di potere la gestisce con una forma che i greci chiamerebbero di *ubris*, che è la tracotanza che viene punita. Infatti, se si è nella posizione di avere potere, ci si deve prima di tutto ricordare di quando in quella posizione di potere non si era e quindi avere la cura e lo scrupolo di garantire che passi il principio che democrazia vuol dire prima di tutto ascoltare tutti e non assumere la parte del più forte per cui chi arriva prende tutto.

Questa è una logica, cari colleghi del PD, che voi avete spesso criticato, che voi criticate perché nei vostri principi ci dovrebbe essere altro, l'idea che si approva il provvedimento più giusto quando si approva quello più largamente condiviso, perché questo è il principio della democrazia, fatti salvi i punti del proprio programma. E quando si discute un provvedimento come la legge di stabilità, che influenza profondamente la vita di tante persone, non lo si può fare nella logica che chi arriva decide; non si può fare perché questa non è democrazia.

Signor Presidente, il collega Airola ha avanzato una proposta lucida, logica e ragionevole: rinviare il testo in Commissione, perché in sede di Commissione tutti questi errori non ci sarebbero stati. In quella sede, infatti, ci sono 50-60 persone con gli occhi sgranati e con il principale interesse di controllare ogni singola parola. E questo non sarebbe successo. *(Applausi delle senatrici Blundo e Bulgarelli)*.

Questi sono i difetti di chi vuole essere uomo solo al comando e ciò non funziona. In questo Paese lo abbiamo già visto, abbiamo già visto che non funziona, ma purtroppo abbiamo una natura tale per cui ci piace l'idea che qualcuno sia forte. Ci piace questa idea, condita anche dal fatto che questo sia un sognatore, ma oggi questo Paese non ha bisogno di annunci e di sogni: oggi questo Paese ha bisogno di credere e se viene messo davanti a dei pasticci che sono prima di tutto pasticci istituzionali, confusioni di ruoli, incapacità di prendere delle decisioni nette, serie, pulite, trasparenti, noi non realizziamo il desiderio del Paese di credere che ci sia un futuro, perché stiamo solo pasticciando. Pasticciamo con la Costituzione, pasticciamo con la legge elettorale, pasticciamo con la legge di stabilità e questo è brutto e vergognoso! Credo che nessuno di noi possa tornarsene a casa, o anche continuare il proprio mandato, per coloro che hanno evidentemente questa grande ambizione di poter rimanere dove sono, con la coscienza pulita se non avrà fatto in modo che ci sia veramente la possibilità di realizzare una forma democratica anche di riforme, anche di trasformazioni, che siano vere, autentiche e che non siano estratte sempre con la forza.

Signor Presidente, le parlo veramente con il cuore, perché adesso siamo passati in modo quasi ragionieristico alla discussione sulla fiducia, ma qui dai colleghi sono stati messi in evidenza dei temi che non è sufficiente passare meccanicamente alla discussione generale per pensare di averli superati. Il ruolo di responsabilità è un ruolo che deve essere ben lungi dal troncare e sopire, ma deve consistere anche nel prendere decisioni che possono anche essere scomode ma che siano alla fine volte alla tutela della dignità.

Noi siamo stati qui per una giornata intera, il Senato è stato trasformato nella sala d'attesa di una sala parto in cui più di trecento persone si aggiravano in attesa di assistere al parto natalizio. Il frutto di questo parto è risultato ricco di contraddizioni, che è difficile da leggere e questo non mette le persone nella condizione di poter avere una visione e domani di poter uscire e dire: «Abbiamo fatto questo,

sono d'accordo su questo, non sono d'accordo su questo e quest'altro, è stata ascoltata questa voce e questa no». Non lo siamo, non lo è nessuno di noi, non lo è neanche chi questo provvedimento, in questa corsa frenetica delle ultime ore, lo ha concepito. È un provvedimento che è fuori dal controllo e credo che questo, per la nostra dignità e per la dignità che queste istituzioni devono avere, sia impossibile, sia inaccettabile, che sia un pessimo esempio per l'oggi come per l'immediato futuro. *(Applausi dal Gruppo Misto-MovX e delle senatrici Blundo e Fucksia)*.

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore Endrizzi. Ne ha facoltà.

ENDRIZZI *(M5S)*. Signor Presidente, non so se lei abbia mai firmato un contratto in vita sua, ma immagino proprio di sì e penso che lo abbia letto tutto per benino e abbia controllato che ogni parolina fosse al posto giusto, perché sappiamo bene che quando si tratta di soldi non si scherza.

Le ricordo, se non lo sapesse, com'è accaduto che agli inceneritori siano arrivati degli incentivi non dovuti: è bastato inserire due paroline nella legge e dire che andavano alle fonti rinnovabili e assimilate. Le due paroline erano: «e assimilate». Oggi quante di queste paroline potremmo trovare nel testo del Governo?

Come hanno ricordato i colleghi, non si sono limitati ad accettare per quello che era la volontà del Parlamento attraverso la Commissione e accettare come un dato immodificabile quello che la Commissione aveva prodotto: si sono permessi di reinterpretare, di riscrivere e riscrivere veramente in brutta copia. Il Vice Ministro ha fatto proprio lo scolaretto ripetente, affannandosi per quel che poteva a rincorrere i suoi stessi errori.

Io credo che adesso nulla di quello che ho da dire possa servire, perché siamo tutti sotto l'alea di errori che potrebbero emergere da qui in avanti e che, com'è stato giustamente detto, magari sarà la Camera a dover correggere. Ci sono delle cose, però, di sostanza - perché questa, sì, è difficile nascondere - che voglio ricordare, e non di sostanza buona, ma pessima.

Desidero ricordare, sul gioco d'azzardo, la sanatoria alle sale scommesse che sono collegate con i *bookmaker* esteri senza licenza. Voglio ricordare l'anticipo della gara sul lotto, che scadrebbe solo nel 2016: un anticipo che viene fatto su una base d'asta di soli 700 milioni, con un aggio portato al 6 per cento - una cifra incredibile - quando nel 2004 la semplice mancata contrattazione sull'aggio ha causato danni erariali per 600 milioni, accertati dalla Corte dei conti.

Queste sono le paroline che noi oggi ci troviamo a discutere.

Le ricordo ancora un possibile aiuto di Stato al superenalotto, perché qui si dice che, quando ad un settore del gioco d'azzardo capita di avere perdite di fatturato superiori al 15 per cento annuo nell'arco di un triennio, il Ministro dell'economia e delle finanze dovrà intervenire adottando ogni misura utile di sostegno dell'offerta del gioco, abbassando le tasse, aumentando il *jackpot*, introducendo nuovi concorsi e cambiando il livello delle puntate. Tutto questo perché? Per alimentare l'offerta di gioco. Uno si aspetta la domanda: a chi stiamo facendo un favore? Qui non c'è scritto, ma è il superenalotto che è in crisi dall'inizio del 2012 e sta perdendo importanti quote di mercato. Superenalotto vuol dire oggi Sisal: una multinazionale lussemburghese che ha finanziato la fondazione dell'ex presidente del Consiglio Enrico Letta, che dal 2010 ha avuto come presidente l'ex ministro Augusto Fantozzi.

Queste sono le cose che fanno pensare gli italiani. Vedo la sua espressione corrucciata, Presidente. È quella che assumono tante persone quando sentono e vedono cose di questo tipo. Uno dice: ma ci guadagna anche lo Stato. No, non è vero, perché si dice che i provvedimenti adottati ai sensi del presente comma non comportano responsabilità erariali quanto i loro effetti finanziari. In sostanza, si dice che, se lo Stato ci rimette perché riduce le tasse, il Ministro non è responsabile. Capisce?

Allora qui vengono a cadere - e finisco, Presidente - i teoremi per cui aumentando l'imposta sul gioco d'azzardo, si diminuisce il gettito. Qui è esattamente il contrario: diminuendo le tasse, già si prevede che diminuirà anche il gettito. Ma chi salviamo? Gli amici degli amici. Questo deve finire. *(Applausi dal Gruppo M5S)*.

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore Candiani. Ne ha facoltà.

CANDIANI *(LN-Aut)*. Signor Presidente, sembra che tutto si stia normalizzando. Questa è in un certo

senso la sintesi di quanto sta accadendo: il dibattito è in corso, è iniziata la discussione generale. È solamente l'una e trenta del mattino e finiremo più o meno alle sei. Dopodiché, ottenuto "il fiero pasto", il senatore Zanda potrà procedere con l'approvazione, anzi con l'incardinamento della legge elettorale.

Questa è, infatti, la cifra politica di quanto sta avvenendo oggi, altrimenti non ci sarebbe una ragione per la quale il Governo non possa in autotutela sospendere la prosecuzione dei lavori, verificare le carte e aggiustare quegli errori che non sono solo formali e di coordinamento, come ha detto il Vice ministro Morando, ma sono sostanziali e mostrano soprattutto una mancanza di rispetto nei confronti del lavoro svolto dalla Commissione e dai senatori di questo Senato, i quali hanno operato in maniera corretta, seguendo le prassi costituzionali.

Presidente, questa normalizzazione non deve far credere che noi abbassiamo la guardia o che tutto possa scorrere tranquillamente come acqua sul marmo. Una cosa è sicura, Presidente: lei sta scrivendo una nuova pagina della storia del Senato. Era il 31 del mese di luglio quando ebbi a dirle che mi vergognavo per la sua conduzione dell'Aula. Francamente glielo ripeto in maniera molto gentile: mi vergogno della sua conduzione dell'Aula. *(Applausi dai Gruppi LN-Aut e M5S)*.

Presidente, si può essere di una parte politica o dell'altra, e lei certamente non è della mia parte politica: questo non è nascosto, non l'ho votata quando è stato eletto. Le riconosco, però, il ruolo istituzionale che è giusto lei debba svolgere appieno. Deve essere terzo, nelle parti. Deve essere di garanzia nei confronti del Senato, dei senatori e dei cittadini che noi rappresentiamo. Ribadisco che questo non è ancora il Senato che vuole Renzi: quello dei suoi senatori eletti dai consiglieri regionali tra i consiglieri regionali, che tiene al guinzaglio e fa scodinzolare quando vuole.

Questo è un Senato fatto ancora da gente che ha l'ambizione e l'aspettativa di rappresentare i cittadini, e in questa legge di stabilità sono contenuti i sudori, i sacrifici e le aspettative dei cittadini, che vengono frustrate nel momento in cui il Governo si comporta come si sta comportando, e vengono ulteriormente frustrate nel momento in cui le forze di maggioranza, che hanno il dovere di tracciare la linea, confondono invece il percorso.

Chi ha la responsabilità di essere maggioranza deve dare l'esempio; qui, invece, ci troviamo di fronte ad un provvedimento che è stato manomesso dal Governo con più di 80 emendamenti presentati dallo stesso Governo a quella stessa legge di stabilità che il medesimo Governo aveva partorito e fatto approvare dalla Camera dei deputati. Dopodiché, tutto si è impallato e si bloccato, insieme ad altre aspettative da parte dei cittadini che non hanno potuto avere neanche la consolazione del dibattito in Aula.

Avremmo voluto parlare dello scorrimento delle graduatorie; avremmo voluto parlare di quelle politiche che dovrebbero informare il nostro Paese al buon senso, ma si capisce lontano un chilometro che ha più interesse il Governo a bandire un nuovo concorso, illudendo decine di migliaia di giovani che possono trovare un'aspettativa di lavoro in un posto pubblico, magari come agente della Polizia di Stato o magari come agente della Guardia di finanza, piuttosto che semplicemente a far scorrere le graduatorie, risparmiando tempo e denaro e dando il giusto riconoscimento anche ad aspettative che sono assolutamente di buon senso.

Potremmo parlare di quella nuova tassa sul macinato che è l'aumento dell'IVA sul *pellet*; dopo la tassa sul macinato e tassa sul sale, la nuova edizione è la tassa sul *pellet*.

Ministro Morando, non so se lei abbia avuto occasione di visitare una casa in campagna, magari quella di qualcuno che si scalda utilizzando questo nuovo materiale, come facevano i nostri anziani e i nostri vecchi prendendo la legna e mettendola sotto al camino. Avete messo una nuova tassa sul macinato, una nuova tassa sul sale. Vivaddio, non esiste più quella sui passi carrai, ma prego Dio che non venga inserito anche qualcosa di peggio.

Vede, Presidente, forse ci resta l'aspettativa di poter respirare senza pagare; non vorrei che anche questo diventasse un lusso.

Senza perderci nei mille meandri di questi commi, questa è la legge di stabilità che porta la firma del

Governo Renzi *in toto* e di cui il Governo Renzi si intesta *in toto* i 110 milioni che ha deciso, rinnovatamente, di dare alla gestione di Roma Capitale, e lo fa nel momento in cui i ladrocini vengono a galla, nel momento in cui ci sono anche sordidi rapporti tra la maggioranza di Governo della città di Roma, quella del PD, e le cooperative, e tutto quell'altro intreccio che sta alle spalle; non mi interessa che sia di Alemanno o di Veltroni: appartiene a quel modo di fare politica che abbiamo sempre condannato e sul quale non ci può essere soluzione se vengono continuamente date badilate di soldi, perché manca la responsabilità nella spesa, perché vengono comunque spesi soldi guadagnati dagli altri con fatica, senza che vi sia un minimo di responsabilità.

L'ultima volta che abbiamo fatto questo dibattito era il mese di aprile, e non di anni fa, ma di questo stesso 2014, e in quella circostanza ci sentimmo fare rassicurazioni da parte del Governo: saranno gli ultimi 500 milioni che si danno al Comune di Roma; l'ultima volta. Sarà l'ultima volta, ci sarà poi responsabilità. Ci faremo dare i bilanci; verificheremo che cosa fa ATAC, il trasporto dei rifiuti, tutte le altre gestioni comunali: l'infinita galassia delle partecipate del Comune di Roma e gli intrecci con le cooperative che - ricordiamolo - non sono quelle sociali o quelle dei Paesi dove si andava a incontrare la gente nei circoli; queste sono quelle fatte sul malaffare per far guadagnare i partiti politici, il PD che sta alle spalle. Questa è la vergogna che viene nascosta in questa legge di stabilità. Vice ministro Morando, anche di questo dovrete rendere conto.

È la correttezza che manca nei confronti dei cittadini: se ci danno dei soldi bisogna essere responsabili di come vengono spesi. Se il Comune di Roma è amministrato un giorno da un inutile idiota e il giorno dopo questo diventa un baluardo di democrazia da difendere, dovete dirci quale è la coerenza nei confronti dei cittadini, perché questi soldi non vengono grattati giù dall'albero del pane: sono guadagnati con fatica e vengono tolti ai Comuni e alle altre spese sociali che negli altri Paesi i nostri cittadini non hanno più il beneficio di poter avere.

Sono tutte queste incongruenze che rendono questa un'ulteriore prova del voler approvare una legge finanziaria malfatta, non corretta, piena di errori e durante la notte, come fanno i ladri; l'ha detto qualcuno prima in Conferenza dei Capigruppo e lo ripeto: come fanno i ladri.

Signor Presidente, difenda la dignità di questo Senato. Non possiamo essere trattati ed etichettati come i ladri. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut).*

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore Girotto. Ne ha facoltà.

GIROTTO *(M5S)*. Signor Presidente, avevo preparato il mio intervento ma, stante quello che è successo, ovviamente lo modifico. A molti di noi è venuto in mente: visti gli errori che stiamo trovando corposamente in questo testo, se il senatore Sposetti avesse gestito i soldi del vostro partito come ora voi state gestendo questa legge fondamentale, con tutti questi errori, l'avreste concesso? L'anno scorso, nel maxiemendamento avevamo trovato inserite le note a margine: dobbiamo riconoscere che quest'anno siete andati oltre.

Torniamo seri, a parte queste "piccole" considerazioni.

Avrei voluto parlare del fatto che si è chiuso il cerchio dei favori alle *lobby* del fossile, un cerchio che si era aperto quest'estate con la legge di stabilità che è passata come un rullo compressore sopra le possibilità degli enti locali di dire la propria sulle attività estrattive. Sappiamo tutti che adesso il procedimento è estremamente semplificato.

Adesso questo cerchio di favori si è chiuso, dando la possibilità di adottare questo regime semplificato per tutte le opere future e non solo per quelle esistenti, quindi anche a tutte le infrastrutture future, ed inserendo anche tutte le opere di collegamento, quindi di stoccaggio, deposito, infrastrutture portuali. Si è chiuso il cerchio dei favori alle *lobby*. Peccato, perché sappiamo bene che tutto quello che abbiamo sono due anni di autonomia. Una politica di così corto respiro non può giovare a nessuno se non a chi effettivamente fa l'estrazione. Era molto meglio puntare su una politica di lungo respiro, che potevano offrire solo l'efficienza energetica e le rinnovabili.

Dicevo, torniamo seri con una frase di Enrico Mattei, quindi non mia. Enrico Mattei ha detto: «Ho sempre considerato vantaggioso, anche nel lavoro industriale, dire sempre la verità. È un metodo

vecchio ed onesto, ma che si rivela sempre utile in un mondo di astuti come il nostro».

La verità è che forse le mie parole non interessano a quest'Assemblea, e siccome noi siamo dei portavoce io porto la voce di chi sta twittando, visto che siamo nell'epoca dei *tweet* che piacciono moltissimo a questo Presidente del Consiglio. Nonostante l'ora tardissima, stiamo ricevendo decine, centinaia di *tweet*, e ne leggo qualcuno per darvi la sensazione di quello che la popolazione sta pensando in questo momento.

Tweet: Ma è legale correggere al volo le leggi con votazione successiva e immediata? Non credo. *(Applausi della senatrice Bulgarelli)*.

Tweet: Loro possono fare diventare legale qualsiasi cosa, tanto c'è chi li copre e li protegge.

Tweet: Mi sembra assurdo correggere la legge al volo in Parlamento e votarla alle 2 di notte.

Tweet: È legale che abbiano confermato Napolitano pur essendo incostituzionali due mandati successivi?

Tweet: Purtroppo è legale, ma non lo è chiedere la fiducia su un testo formalmente sbagliato.

Tweet: No, Gianni, non lo dovrebbe essere, ma ormai fanno come se fossero a casa loro.

Tweet: Mai sentita una cosa del genere. Se approvassero una legge sbagliata? Correggere al volo è un rischio.

Tweet: Nulla di questa legislatura è legale o normale, nulla.

Tweet: E nessuno fa niente o nessuno può far niente.

Tweet: Chi potrebbe fare è lì che cerca di mettere tutti d'accordo, Grasso, e non si prende responsabilità.

Tweet: È sbagliato a prescindere, visto chi l'ha scritta: l'intero Governo. È sbagliato e lo sanno tutti.

Tweet: Ma è legale un Parlamento eletto con una legge dichiarata incostituzionale?

Tweet: E questi vogliono anche riscrivere la Costituzione.

Tweet. (Applausi dal Gruppo M5S).

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore Arrigoni. Ne ha facoltà.

ARRIGONI *(LN-Aut)*. Signor Presidente, sta per concludersi una farsa sulla legge di stabilità, che dovrebbe essere la legge principale che il Parlamento dovrebbe varare, e che dovrebbe decidere le sorti di un anno del nostro Paese.

È stata una farsa l'interruzione dei lavori della Commissione bilancio che, lo diciamo subito e lo ribadiamo, non è avvenuta per colpa della minoranza, come ieri il Capogruppo del Gruppo NCD ha detto nel suo intervento, ma per responsabilità dei senatori della maggioranza e, soprattutto, per responsabilità del Governo, che ha presentato 80 emendamenti. È un'assurdità!

Un Governo che presenta in seconda lettura 80 emendamenti non ha idee chiare, ma ha idee confuse. La farsa è proseguita nel prendersi questo Governo, e al limite il *premier* Renzi, oltre 24 ore per eliminare degli emendamenti che la Commissione bilancio aveva approvato e per inserire altri emendamenti per far contenti dei parlamentari o delle *lobby*. Non è una legge di stabilità espansiva, questa, ma è una legge di stabilità che fa debito e che contiene ancora tagli lineari. I costi *standard*, invece, li stiamo ancora aspettando.

È una legge di stabilità che contiene ancora tasse, troppe tasse. È una legge di stabilità che contiene delle coperture incerte e che, inevitabilmente, comporterà un aumento differito di altre tasse: come l'Iva, che schizzerà al 25,5 per cento.

Per quanto riguarda gli 80 euro contenuti in quel provvedimento che ha lanciato Renzi e il suo PD al 40,8 per cento alle scorse elezioni europee, rimangono esclusi da quel beneficio le fasce deboli, quelle cui Renzi aveva promesso il *bonus*.

Pensionati con la minima, incapienti, disoccupati, lavoratori autonomi a basso reddito, famiglie numerose e monoreddito (per le quali per mesi, inutilmente, l'NCD si era battuto) resteranno a bocca asciutta. Anzi, dovranno pagare le tasse per finanziare chi gli 80 euro li percepisce.

Sono quegli 80 euro che sette mesi fa hanno fatto decidere l'IMU sui terreni agricoli montani incolti e che, per responsabilità di tre Ministeri, hanno fatto scivolare alla fine di novembre il provvedimento di taglio di 365 milioni di euro ai bilanci di 4.300 Comuni e che comporteranno, per migliaia di proprietari agricoli, il pagamento di una nuova patrimoniale: l'IMU agricola. Sono quegli 80 euro che hanno fatto sì che, a bilancio di esercizio in corso, le Regioni abbiano subito un taglio di 700 milioni e le Province e i Comuni un pari taglio di 700 milioni.

È una farsa lo spazio finanziario, la deroga al Patto di stabilità che questa legge di stabilità concede ai Comuni. Voi date ai Comuni un miliardo di spazio finanziario con la mano sinistra, mentre con la mano destra rubate loro un milione e 200.000 euro: più dello spazio finanziario che concedete loro. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut)*.

È una farsa concedere lo spazio finanziario verticale alle Regioni, e in più un miliardo di euro, quando poi rubate loro quattro miliardi di euro. Le Regioni non potranno fare altro che tagliare sulla sanità (ovvero aumentando i *ticket* sanitari) e sul trasporto pubblico locale. Vergognatevi! *(Applausi dal Gruppo LN-Aut)*.

Questa legge di stabilità contiene delle misure scandalose, come 200 milioni all'anno per l'accoglienza agli immigrati. Questo nel bel mezzo di Mafia Capitale, laddove Buzzi, il *ras* delle cooperative romane, riceveva appalti diretti per gestire campi rom e zingari. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut e delle senatrici Bottici e Bulgarelli)*.

È una vergogna dare questi soldi agli immigrati, quando abbiamo anziani che non arrivano alla fine del mese e il 31 per cento delle famiglie ha superato la soglia della povertà. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut)*.

È una vergogna l'attacco alla montagna, con l'IMU agricola - di cui ho parlato in precedenza - con l'aumento dell'IVA sul *pellet* e con le agevolazioni sul GPL e sul gasolio montano, che vengono quasi azzerate. Per quanto riguarda l'IVA sul *pellet*, mi piace sottolineare come sia andata a finanziare il Fondo per gli interventi strutturali di politica economica, quel pozzo di San Patrizio al quale hanno attinto gran parte dei membri della maggioranza e il Governo per finanziare tante cose, ma con pochi spiccioli, e dunque in modo inefficace, come ad esempio la riduzione della tassazione sui fondi pensione e sulle casse di previdenza. L'aumento, infatti, ci sarà e sarà comunque pesante.

Per ciò che riguarda le Province, l'irresponsabilità continua. Con il provvedimento Delrio avete fatto macelleria istituzionale e avete consegnato le presidenze a tutti uomini del Partito Democratico, o quasi. Ma coloro che si sono offerti di assumere la presidenza delle Province sono rimasti con il cerino in mano ed è vergognoso che con un emendamento, che non è stato approvato, avete pensato di tagliare il 50 per cento del personale: stiamo parlando di 20.000 persone. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut)*.

Infine, per ciò che riguarda la TASI, non è vero che ci sarà un blocco delle tasse sulla casa: con il taglio di 1,2 miliardi di euro per il prossimo anno e con il mancato ripristino del fondo perequativo di 625 milioni di euro, create le condizioni perché la tassa sul mattone il prossimo anno aumenti, per famiglie, professionisti e imprenditori.

PRESIDENTE. La invito a concludere, senatore Arrigoni.

ARRIGONI *(LN-Aut)*. Mentre avete trovato ancora 110 milioni di euro per finanziare Roma capitale, nel bel mezzo dello scandalo di mafia capitale.

VOCE DAL GRUPPO LN-AUT. Vergogna!

ARRIGONI *(LN-Aut)*. Penalizzate 8.000 Comuni, ma per Roma avete sempre un regalo da fare: altri 110 milioni di euro, che si sommano ai 420 milioni di euro, che dal 2007 avete dato ogni anno a Roma, con i soldi degli italiani. Vergogna! *(Applausi dal Gruppo LN-Aut)*.

PRESIDENTE. È iscritta a parlare la senatrice Fucksia. Ne ha facoltà.

FUCKSIA *(M5S)*. Signor Presidente, Vice Ministro, colleghi, l'unica cosa stabile in questa legge di stabilità, che abbiamo ripreso in continuazione, a tratti e a puntate, è il nome. A questo punto chiamiamola diversamente: chiamiamola magari legge di «instabilità» e così siamo più coerenti.

Per quanto riguarda il capitolo della sanità, che è quello che desidero approfondire, anche in questo caso *nihil sub sole novum*. In particolare, ci troviamo fermi ai blocchi di partenza, a ragionare di soluzioni che sono ormai chiare al pubblico, ai cittadini e agli esperti di settore e che non vengono messe in campo, probabilmente per mancanza di coraggio, o forse perché quello che si dice di volere a parole, non corrisponde poi a quello che si vuole realizzare nei fatti. Infatti, a luglio, il patto per la salute - l'articolo 1, comma 4 - ha previsto (ad esempio) che i risparmi della *spending review* dovessero restare alle Regioni per finalità sanitarie.

Presidenza del vice presidente GASPARRI **(ore 1,54)**

(*Segue* FUCKSIA). Adesso però il taglio di 4 miliardi di euro ai *budget* regionali di questa manovra porta comunque, indirettamente, a nuovi tagli, che è ragionevole pensare ricadano sui servizi sanitari. Per dimensioni, infatti, la spesa sanitaria è il candidato più ovvio ai tagli, rappresentando tra il 70 e l'80 per cento delle spese regionali.

Ci sarebbe un'espressione molto colorita per esprimere quanto avvenuto, ma mi trattengo, perché non sarebbe un espressione consona all'Assemblea, anche se forse oggi l'Assemblea ha fatto anche di peggio. Mi limito a dire che il Governo fa lo splendido con le tasche degli altri.

Peraltro, in molte Regioni a maggio si voterà e sarà divertente vedere i candidati andare al voto con la bandiera dei tagli alla salute da presentare in campagna elettorale, quando sappiamo bene che nelle Regioni la sanità è uno dei principali serbatoi di scambi, favori e clientele.

Che fine hanno fatto i tagli agli sprechi, la salvaguardia degli investimenti, il pieno utilizzo delle risorse europee? Si sono persi tra i *tweet* e le *slide* o sono anche questi fermi nel *drafting* di Palazzo Chigi?

Si continua con il teorema del lampione di Fitoussi, cioè a fare come quel tizio che cercava le chiavi sotto un lampione, non perché le avesse perse lì, ma perché quello era l'unico punto illuminato della strada. Tradotto significa che si agisce e si taglia solo dove si vedono le risorse, ma non si va minimamente a ricercare le cause dei costi e si ripetono quindi schemi noti ma inefficaci. I tagli alla sanità non sono solo assurdi perché ricadono sulla pelle dei cittadini, ma anche ingiustificati. Il 10° rapporto sanità dell'università Tor Vergata di Roma, ad esempio, dice chiaramente che l'Italia spende per la sanità molto meno degli altri Paesi europei ed il Rapporto meridiano sanità ci dice che mentre in Europa nel 2012 la spesa sanitaria *pro capite* saliva del 2,42 per cento, in Italia scendeva dello 0,71 per cento.

Per migliorare non serve usare l'accetta, ma il bisturi: serve cioè colpire chirurgicamente le sacche di spreco. Tra le fonti di sperpero nel settore sanitario vogliamo parlare delle ristrutturazioni perenni in corso in alcuni ospedali con i conseguenti spostamenti di reparti e costi annessi? Vogliamo dire che i due terzi della spesa sanitaria pubblica derivano dall'acquisto di beni e servizi (stando poi a vedere cosa è compreso nei servizi)? Vogliamo dire che la CONSIP è stata una buona idea in linea di principio? Si potrebbe dire che è bella ma non balla, perché è necessario che al suo interno ci siano esperti in materia sanitaria che conoscono il mercato e quello che serve davvero. Quando non riesco a salvare la vita di una persona, chi glielo dice che non l'ho fatto perché ho dovuto risparmiare? O la CONSIP prima o poi troverà anche il prezzo delle persone? Intervenire sugli sprechi significa un'organizzazione più efficiente delle ASL, con obiettivi chiari, risorse definite, decisioni trasparenti e direttori generali chiamati a rispondere dei risultati.

Se si vuole risparmiare ulteriormente bisogna mettere in campo un piano serio di razionalizzazione del personale, dimezzando la pletora di amministrativi che vivono nascosti nelle scrivanie delle aziende sanitarie, delle aziende ospedaliere, delle fondazioni ed enti di ricerca. Puniamo chi produce salute con il blocco dei contratti e si riempiono gli ospedali con profili inutili di amici che possono tornare utili. Tutti sono d'accordo sul fascicolo sanitario elettronico, perché consentirebbe di risparmiare un miliardo di euro (ben un punto di IVA), ma di fatto siamo ancora alla fase del "vedremo-faremo".

Per ogni euro speso in prevenzione se ne risparmiano dieci in cure. Io spero che quei 50 milioni di euro per il contrasto alle ludopatie (forse troppi, considerando che l'incremento del fondo per il diritto

al lavoro dei disabili nel 2015 è stato solo di 20 milioni) vengano investiti in questa direzione.

Concludendo, visto che ormai è la cronaca che detta l'agenda al Governo, proviamo a invertire l'ordine delle cose: prima che scoppi il caso "mafia sanitaria", interveniamo su un'emergenza vera, la corruzione in sanità (oltre 23 miliardi di euro). È questo il campo dove si dovrebbe intervenire immediatamente con tagli... *(Il microfono si disattiva automaticamente)*.

PRESIDENTE. È iscritta a parlare la senatrice Pelino. Non essendo presente in Aula, si intende che abbia rinunziato ad intervenire.

È iscritto a parlare il senatore Martelli. Ne ha facoltà.

MARTELLI *(M5S)*. Signor Presidente, prima di tutto vorrei fare un'osservazione su questo plico. Per i *fan* di Fantozzi questo è esattamente come la corazzata Potëmkin. Vi ricordate cos'era? È proprio quello.

Per la Presidenza, visto che dovrebbero essere ammessi solo errori formali, chiedo come l'introduzione di un intero periodo può essere configurata come errore formale. Il comma 147 dava alle televisioni locali delle frequenze radiotelevisive purché avessero abbastanza soldi, esperienze e infrastruttura; ora è stata inserita la previsione in base alla quale, se queste non soddisfano questi requisiti, le diamo all'operatore nazionale. Ma quanti operatori nazionali sono in grado di farlo? Per esempio Mediaset, con la quale state cercando di fare affari sottobanco, tipo la legge elettorale e altro? Ma che caso! Secondo voi questo è un errore formale? No che non lo è! Ditelo, allora, che non è un errore formale.

Vediamo un'altra cosa e mi piacerebbe che il Vice Ministro me la spiegasse.

Qui c'è scritto che si danno 535 milioni alle Poste, in ottemperanza ad una sentenza della Corte europea per aiuti di Stato; peccato che l'abbiamo vinta, non l'abbiamo persa. Allora, noi stiamo dando dei soldi per pagare una multa che in realtà non c'è. La multa poi era di 484 milioni e noi gliene diamo 535. Ma sarebbe giustificato se voi quei soldi, siccome le Poste magari avrebbero dovuto pagarli di tasca loro, li aveste presi da un fondo contenente i trasferimenti all'Unione europea. Ma non vengono da lì quei soldi: vengono dal pagamento dei debiti della pubblica amministrazione. Quindi siete anche dei ladri, oltre che dei disonesti.

Detto questo, vedo che la senatrice Ferrara non c'è, lei che è venuta a fare la splendida a Novara dicendo che era contro le trivellazioni petrolifere. Allora, come si mette con il comma che prevede che sarà ancora più facile fare trivellazioni e che, in caso di contenzioso con le Regioni, comunque le Regioni dovranno abbozzare, perché deciderà il Ministero dello sviluppo economico? Come la mettiamo? Non c'è neanche il senatore Marinello, che era contro le trivellazioni in Sicilia. Come la mettiamo? C'è scritto che si stabiliranno le zone nelle quali si potrà trivellare. Di solito si fa il contrario: si dice dove non si può trivellare, perché, per sapere se lo puoi fare, devi sapere prima di tutto se non lo puoi fare.

C'è inoltre un'altra cosa fantastica, relativamente alle bonifiche. Da qualche parte avete scritto, modificando lo «sblocca Italia» che era quel gioiellino perfetto, che è consentito fare opere lineari, tipo infrastrutture, sopra i terreni da bonificare, purché non si alteri la possibilità di bonificare. Ciò è impossibile. Nel momento in cui vai a toccare e vai a fare delle fondazioni, innanzitutto stai muovendo terreno inquinato, ma in ogni caso dopo qualunque altro lavoro di bonifica andrebbe ad interferire, ad esempio, con le fondazioni delle opere e quindi non potrebbe essere fatto correttamente. Questa è una vaccata, una vaccata che andrebbe tolta, una delle tante.

Un'altra bella cosa da pezzenti: voi date 5 milioni per le scuole della Sardegna che hanno subito danni a seguito dell'alluvione, in compenso riuscite a tirarne fuori 850 in due anni per le missioni di guerra all'estero. State facendo i micragnosi con i bambini che non hanno più la scuola e poi tirate fuori 850 milioni per andare all'estero a fare non si sa bene cosa. Vergogna quattro volte. *(Applausi dal Gruppo M5S)*.

Dite che siete per la riduzione delle emissioni di CO2, per il trasferimento del trasporto merci dalla gomma alla rotaia e poi cosa fate? Date 250 milioni per l'autotrasporto? Certo, perché l'autotrasporto non è conveniente se lo fate su gomma, rispetto a quello su ferro, ha bisogno di essere continuamente

sovvenzionato. 250 milioni rubati a qualcosa che ridurrebbe le emissioni di CO2. E questi sono solo alcuni piccoli esempi.

È stato citato l'esempio degli altri 110 milioni dati a Roma, dopo che si è detto che non si sarebbero dati più soldi a Roma. Ma glieli avete dati lo stesso. Poi ci sono i 200 milioni alle scuole paritarie. Ah, non dimentichiamoci anche la manciata di 60 milioni ad Expo. L'anno scorso avete detto che era ora di smetterla di dare soldi ad Expo e che il comitato per l'Expo si doveva arrangiare da solo; invece gli vengono dati altri 60 milioni. Ci sono poi i 3 miliardi di Renzi per il dissesto idrogeologico, che ancora non si sono visti. Sono 50 milioni, da ripartire tra vari capitoli di spesa. Questo solo per darvi qualche chicca.

Io vi dico una cosa: voi oggi avete dimostrato cosa vuol dire essere schiavi, servi totali di un Governo. *(Applausi dal Gruppo M5S).* Voi siete qua e siete disposti ad accettare qualunque cosa vi venga detta. La cosa brutta è che non solo siete schiavi, ma avete anche perso la capacità di pensare da persone libere. Non siete capaci di dire, in piena libertà: «Caro Governo, questa roba qua te la prendi e te la riporti indietro». Se fossi stato il Vice Ministro, gliel'avrei detto. Avrei chiamato Renzi ed avrei detto: «A bello, 'sta roba qua, 'ste figure» - non dico la parolaccia - «non me le fai fare un'altra volta; 'sta roba te la prendi e te la mangi». E voi, se aveste avuto un minimo di amor proprio, avreste detto esattamente la stessa cosa. Ma manco quello avete, manco l'amor proprio. A casa dovete andare. *(Applausi dal Gruppo M5S).*

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore Campanella. Ne ha facoltà.

CAMPANELLA *(Misto-ILC)*. Signor Presidente, intervenire dopo il collega, che ha fatto una serie di considerazioni corrette, anche se in modo particolarmente frizzante, non è facilissimo.

Il collega della Lega poc'anzi ha ricordato che questa è la ventottesima fiducia che il Governo chiede a quest'Aula. Ora, non so se sia il numero preciso, ma sicuramente so che sono molti di più i provvedimenti che sono stati chiusi con una questione di fiducia rispetto a quelli che sono stati chiusi in modo fisiologico, con il voto degli emendamenti, dei singoli articoli e poi di tutto il provvedimento. Ora, il punto è che il ricorso alla questione di fiducia dovrebbe costituire un'eccezione.

Ovviamente per il Governo è vantaggioso, perché il Governo può controllare il voto di ogni suo parlamentare, può troncare la discussione sul punto che lui decide e così arriva all'approvazione di una legge sottraendola alla discussione e all'emendamento - dovremmo dire forse anche alla conoscenza dei parlamentari che la votano - riservandosi di fatto l'ultima redazione.

Pertanto, porre la questione di fiducia è un atto sintomatico di una patologia: di una maggioranza che funziona male. Anche in questo caso, la questione di fiducia tradisce malesseri nella maggioranza, quantomeno di due tipi: la presenza all'interno del Partito Democratico di pericolose frange di sinistra, sensibili a questioni come la sorte dei dipendenti delle Province; così come tradisce le difficoltà del Governo ad accontentare a pieno poteri forti e burocrazie italiane ed europee, mantenendo il consenso dei cittadini italiani - quelli che pagano le imposte, peraltro altissime - e che quando sono in difficoltà (e adesso sono in difficoltà) si ritrovano senza servizi e senza assistenza pubblica.

I colleghi della Commissione bilancio hanno avuto modo di far rilevare e di portare all'attenzione di quest'Aula che il dispendio notevole di tempo nella trattazione in Commissione della legge di stabilità non è stato dovuto ad un'attività - tra l'altro legittima - delle opposizioni, ma ad una difficoltà politica in cui si trova la maggioranza e, in specie, il Partito Democratico, stretto tra la rappresentanza di interessi che condizionano i singoli parlamentari e la rappresentanza di altri, più forti interessi, che possono accedere direttamente all'interlocuzione con il Governo.

Diciamo, quindi, che piuttosto che cambiare verso, continuiamo sempre nello stesso verso, intensificando, però, gli aspetti più critici delle vecchie abitudini, con buona pace dell'attività di fantasista posta in essere dal Presidente del Consiglio.

Ma l'aspetto su cui vorrei richiamare la vostra attenzione è il danno che il ricorso continuo alla questione di fiducia e a forzature abnormi, come quelle di questa notte, reca alle funzioni e, con esse, al prestigio e alla dignità istituzionale del Parlamento. Ora, sappiamo che questo Governo ha progetti

di ridimensionamento del Parlamento. Il punto è che, con la sua continua attività di delegittimazione, il Governo sta svuotando il Parlamento della sua stessa essenza (la funzione legislativa), imponendo tempi, modalità, decisioni alle Aule parlamentari, fino a ingolfarle di provvedimenti da definire entro una data certa (questa sera dovremo, per forza, cominciare a parlare anche della legge elettorale), indipendentemente dal contenuto e indipendentemente dalla qualità del lavoro che il Parlamento avrà avuto o non avrà avuto la possibilità di fare; ma fino anche a condizionare - e questo è ancora più grave - il lavoro parlamentare ad un'attività di negoziazione extraparlamentare, cui il Parlamento non solo è assoggettato, ma è anche estraneo e che subisce senza poter intervenire.

Siamo lontanissimi dal progetto dei Padri costituenti. Questa è una Costituzione che questa maggioranza e questo Governo stanno cambiando, imponendo il cambiamento, senza neanche provare ad attuarla. È superfluo segnalare che questa delegittimazione del Parlamento crea i presupposti, ovviamente, per una disaffezione dei cittadini nei confronti di tutte le istituzioni e di tutta la vita politica. Il Parlamento dovrebbe essere il luogo principe della negoziazione politica tra le diverse forze, il luogo in cui i conflitti dovrebbero comporsi per la definizione di una sintesi che dovrebbe essere proficua per il Paese.

Nello svuotamento della vita parlamentare, trova origine l'antipolitica, quella stessa che poi viene condannata dalle più alte cariche dello Stato (quelle stesse cariche che poi, oltre a tifare esplicitamente per una parte politica e per le sue scelte, esorbitano dalle proprie funzioni: non è il caso quindi di aspettarsi da loro un richiamo al Governo per tornare al proprio ruolo, alle proprie responsabilità o ai limiti della propria funzione istituzionale).

Comunque, se il Governo può imporre al Parlamento l'umiliazione cui oggi stiamo assistendo, qualche responsabilità sarà pure da attribuire ai parlamentari della maggioranza, che accettano di trattenere il Parlamento, mentre il Governo fa e disfa a suo piacimento.

PRESIDENTE. È iscritta a parlare la senatrice Bellot. Ne ha facoltà.

BELLOT *(LN-Aut)*. Signor Presidente, signor Vice Ministro, la Lega Nord ha già espresso chiaramente i propri dubbi - anzi, le proprie certezze - su questa legge di stabilità, che potremmo definire di instabilità per il Paese. Si tratta sicuramente di un'ulteriore iniezione di tasse, tagli e difficoltà, nonché di un ulteriore aggravio del vivere in questo Paese, già di per sé tanto difficile.

Onestamente, non saprei nemmeno da dove cominciare, tanti sono i punti - e tanto indefinibili - che vanno a vessare le famiglie, creando un loro ulteriore impoverimento, le imprese, i cittadini in generale danneggiando il futuro di questo Paese.

Si tratta di una legge importante, che è la fotografia del Paese, com'è stato detto in precedenza: è una gran brutta fotografia, e questa sera è la dimostrazione che, dopo tre giorni, la vostra fotografia è sicuramente distorta e non ha la cognizione di quella che, fuori da queste porte, è la realtà di un Paese arrivato ormai allo stremo, che non riceve più risposte dal Governo in carica.

Questo Governo, purtroppo, ha un Presidente malato di un grande ego e nient'altro, data la sua totale incapacità di dare risposte concrete, gestire le risorse e distribuire quelle necessarie a chi le merita, nonché tagliarle invece a chi non ha la volontà di avere efficienza, ma le ha da sempre usate male.

Il mio collega della Lega che mi ha preceduto ha parlato di Roma, che è un imbuto diventato ormai insostenibile, a confronto di aree che vanno via via morendo. Mi riferisco in particolare alle aree montane, signor Presidente, sulle quali questo Governo si è accanito e che ha massacrato con il provvedimento in esame, cancellando completamente gli sgravi sul gasolio e sul GPL per il riscaldamento, salvo poi arrivare alla benevolenza di ripristinarli. Addirittura avete creato una nuova formula: riproponiamo quello che abbiamo tolto, così prendiamo in giro due volte i cittadini e facciamo vedere che siamo quasi bravi. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut)*. Togliamo e rimettiamo, così mischiamo le carte della nostra incapacità e inettitudine nei confronti dei cittadini. Ma non è tutto.

Come ha detto sempre il mio collega, vi è stato un aggravio del costo del *pellet*, che è passato dal 10 al 22 per cento: forse non avete idea di cosa voglia dire un 12 per cento di aggravio sul costo di un elemento assolutamente necessario per la vita di chi in montagna ci deve stare e scaldarsi, magari

anche con una pensione minima, visto che l'aumento non so se per qualcuno è stato addirittura di 6 euro lordi, ma forse questo a voi non tocca e Renzi non lo può capire.

Si va dunque con questa manovra finanziaria a gravare ancora sulle tasche di quelle famiglie e di quelle persone, anche anziane, che vengono massacrate in quanto hanno lavorato una vita e ora non possono nemmeno più scaldarsi, dopo che a fatica hanno fatto la riconversione delle vecchie stufe a legna, considerate inquinanti, spinte dalla campagna che voi avete portato avanti. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut e della senatrice Fucksia).*

Ma c'è dell'altro: basti pensare all'IMU agricola, una vergogna sulla vergogna. Questa tassazione è addirittura retroattiva sui terreni agricoli: forse non sapete com'è fatta la montagna e che non è piana, ma in pendio, e che a volte lavorarla è fatica e piegarvisi lo è ancor di più. Non sapete che, come dicevamo prima, la montagna è una risorsa minimale, quell'orticello e quella piccola parte dove qualcuno va a farsi anche la legna, con fatica e con rischio, visto quanto costerà il *pellet*.

Probabilmente bisogna viverla, ma non andando nelle zone turistiche - quando ci sono la neve ed il bel tempo - che peraltro vanno sicuramente incrementate. Da chi governa è giusto che venga visto il Paese quando escono le buche dopo la neve, accadono i disastri, mancano le risorse o le famiglie sono arrivate al limite, perché il dissesto idrogeologico o qualsiasi altro tipo di evento comporta ulteriori costi e aggravi. Questo è accaduto, per esempio, lo scorso anno nel bellunese, con metri e metri di neve, cui il Governo ovviamente non ha dato alcun aiuto o assistenza, perché questo è il suo modo di operare. Se Belluno fosse stata Roma, il contributo sarebbe arrivato immediatamente.

Ma non il primo contributo; il secondo, il terzo, il quarto e il quinto, perché parliamo di cifre ormai ingestibili destinate a Roma.

Questo è solo un esempio di come state distruggendo quelle Province che da Delrio sono state definite «Province montane», riconoscendole in quanto tali connotate da una situazione meritevole di rispetto e prevedendosi per esse perlomeno un aiuto. Parliamo tra l'altro di una Provincia incuneata tra le Province autonome di Trento e Bolzano, che abbiamo visto portare a casa l'ennesimo risultato e l'ennesima agevolazione. Non ce l'abbiamo però con loro: vorremmo solo avere anche noi le stesse possibilità, per essere almeno messi in regime di concorrenza paritaria, niente di più.

Abbiamo un settore turistico che non riesce più ad investire, con albergatori che non hanno risorse; abbiamo strade che fanno pietà, ma giustamente dobbiamo morire. Questo è quello che sta prospettando il Governo per le aree montane e per la nostra montagna.

Per le Regioni avete previsto un taglio di 4,2 miliardi, che sul Veneto inciderebbe per circa 300 milioni di euro. Per le Province parliamo, invece, di un miliardo di euro, mentre per i Comuni di 1,1 miliardi: sono cifre enormi.

Poi invece cosa fate? Passate i dipendenti delle Province alla Regione, tanto qualcuno comunque dovrà sopperire e mantenerli, perché questo è il vostro sistema: è il gioco dei birilli per cui qualcuno paga.

I tagli minori li avete fatti, invece, al Governo centrale, ai Ministeri, a questa Roma, a questa mangiatoia che continua a portare via risorse a chi con fatica e virtuosamente offre e continua ad offrire servizi ai cittadini, cercando comunque di non aumentare le tasse. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut)*.

PRESIDENTE. Ha un minuto, senatrice.

BELLOT *(LN-Aut)*. Un'altra vostra vergogna - e concludo - è la mancanza di coraggio nell'aumentare direttamente le tasse e le imposizioni, usando i sindaci come gabellieri: questa è una grande vergogna. Non avete neanche il coraggio di mostrare la faccia in quella che è la vostra attività principale: tassare, tassare e tassare.

Ancora di più sono i nostri giovani, Presidente, e le famiglie che vivono in montagna a non farcela più, non vedendosi neppure riconosciuto il diritto allo studio: state dando aiuti agli immigrati, facendo fuggire cervelli ed eccellenze che l'estero apprezza e che questo Paese invece rifiuta. È una vergogna e la Lega Nord non lo accetterà più. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut)*.

PRESIDENTE. È iscritta a parlare la senatrice Montevecchi. Ne ha facoltà.

MONTEVECCHI *(M5S)*. Signor Presidente, sorvolerò sullo stato di schizofrenia mentale che ha caratterizzato i lavori di questa legge di stabilità qui in Senato, perché i colleghi che mi hanno preceduto hanno rappresentato ampiamente e in modo esaustivo lo spettacolo al quale abbiamo assistito ed al quale continuiamo ad assistere durante l'esame di questo provvedimento in questo ramo del Parlamento.

Mi voglio soffermare, invece, su alcuni punti. Al comma 9 del testo del maxiemendamento il Governo si ricorda dell'esistenza di una Costituzione. Il comma infatti inizia proprio dicendo: «In attuazione dell'articolo 9 della Costituzione» - che, ricordiamo, richiama il nostro dovere di tutelare il nostro patrimonio artistico e paesaggistico - «al fine di assicurare le risorse stabili alla tutela del patrimonio culturale, è istituito nello stato di previsione del MIBACT il fondo per la tutela del patrimonio culturale con una dotazione iniziale di 100 milioni di euro».

Andiamo poi a leggere nelle Tabelle che la missione «tutela e valorizzazione dei beni e attività culturali e paesaggistici», rispetto alle previsioni assestate per l'anno finanziario 2014, subisce un decremento complessivo di 98.594.624 euro.

Si istituisce dunque un fondo per la tutela del patrimonio culturale e si taglia la medesima somma dalla missione per la tutela e la valorizzazione dei beni e delle attività culturali e paesaggistici. Questo secondo me è un evidente stato di confusione mentale perché già questi soldi c'erano nella missione. Che bisogno c'era allora di istituire questo fondo? Aspetto delle risposte. Ma andiamo avanti.

Al comma 134 il Governo stanzia 10 milioni di euro per l'ente INVALSI, con buona pace delle centinaia di migliaia di insegnanti, di studenti e di genitori che vivono la scuola e che sanno quanto questo *test* sia, oltre che inutile, dannoso, perché gli esiti di questo *test* non rispecchiano assolutamente, né il merito, né i progressi fatti da un studente nel suo percorso di apprendimento.

Bene, questo Governo stanzia 10 milioni all'ente INVALSI, che poi, mesi fa, fu anche colpito da un qualche scandalo. Dove va a prendere questi 10 milioni? Siamo andati a vedere la copertura. Li va a prendere da soldi che derivano da una norma (ovvero la *spending review* dell'agosto 2012), che sopprimeva le contabilità speciali degli istituti di istruzione e prevedeva che questi soldini finissero nelle casse del bilancio dello Stato. Si prevedeva però anche altro: si prevedeva che questi soldini fossero riassegnati ai capitoli relativi alle spese per il funzionamento delle scuole iscritte nello stato di previsione del MIUR (funzionamento delle scuole). Si prevedevano 100 milioni per l'anno 2013; 100 milioni per l'anno 2014; 100 milioni per l'anno 2015. Mi ricordo, però, che nella scorsa legge di stabilità abbiamo assistito solo a tagli nel comparto della scuola. Allora ci chiediamo: questi 100 milioni dove sono finiti? Quelli di questo anno probabilmente finiranno nel piano della buona scuola; quindi finiranno per finanziare una serie di norme e di provvedimenti che ancora non esistono e che sono solamente a livello di annunci.

Concludo, signor Presidente, e la prego di lasciarmi il tempo (un minuto di tempo). Al comma 169 il Governo stanzia 200 milioni annui, a partire dal 2015, per le scuole paritarie. Quindi, al comma 9 del maxiemendamento il Governo si ricorda della Costituzione; al comma 169 invece - oplà - il Governo si dimentica della Costituzione. Il Governo si dimentica dell'articolo 33, che recita che enti e privati hanno il diritto di istituire scuole ed istituti di educazione senza oneri per lo Stato, perché le scuole paritarie già percepiscono finanziamenti dai Comuni e dalle Regioni. Una volta ci si ricorda della Costituzione e una volta la si dimentica, a seconda dei casi e delle necessità.

PRESIDENTE. Senatrice Montevecchi, deve concludere.

MONTEVECCHI *(M5S)*. L'appello è che i nostri colleghi della Camera dei deputati riescano a correggere e a migliorare, se si può, questo testo e a fare in modo che in esso si rispetti la Costituzione, non... *(Il microfono si disattiva automaticamente. Applausi dal Gruppo M5S)*.

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore Tosato. Ne ha facoltà.

TOSATO *(LN-Aut)*. Signor Presidente, vorrei chiarire subito una mia convinzione. Se ci troviamo in questa situazione a dir poco imbarazzante non è responsabilità della Commissione bilancio, non lo è tanto meno di quest'Aula del Senato e - vorrei dire - neanche del vice ministro Morando, che con noi in

Commissione ha accompagnato la discussione e la votazione di questo provvedimento con grande presenza e serietà.

Il motivo per cui ci troviamo in questa situazione imbarazzante è legato esclusivamente alla responsabilità di una persona. Questa persona è il presidente del Consiglio Matteo Renzi. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut)*. Il presidente Renzi ha tenuto in ostaggio quest'Aula per più di una giornata, senza darle la possibilità di lavorare e terminare l'*iter* di approvazione del provvedimento, evidentemente lavorandoci in modo molto disordinato ed approssimativo, a tal punto che oggi ci siamo trovati a dover affrontare un testo farcito di errori non solo formali, ma anche sostanziali. Se non ci fosse stata l'azione responsabile da parte delle minoranze che hanno cercato di individuare i numerosissimi errori che sono contenuti nel testo, che, purtroppo, nonostante questo lavoro saranno ancora presenti, ci troveremmo in una situazione ancora peggiore.

È stata imbarazzante la scena, a cui abbiamo assistito in queste ore, in cui il Vice Ministro, che si è ritrovato un testo del maxiemendamento stravolto tra le mani, ha continuato, penna alla mano, a correggere i numerosissimi errori contenuti nel testo. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut)*. Credo sia stata una scena a cui mai il Senato ha dovuto assistere in presa diretta.

È veramente inaccettabile ciò che è stato detto dai Capigruppo della maggioranza e innanzitutto ciò che ha detto il capogruppo Sacconi, dando responsabilità a chi non ne aveva. Il motivo per cui si sono rallentati i lavori in quest'Aula è legato esclusivamente agli 80 emendamenti presentati, in condizioni assolutamente penose, dal Governo al proprio testo, e ai 1.000 e oltre emendamenti e subemendamenti presentati dal Partito Democratico e dal Nuovo Centrodestra. Questo è il motivo per cui i lavori sono stati rallentati, non certamente per l'azione di minoranze che si sono limitate sia negli interventi che nella presentazione di emendamenti in Commissione. Ma ancor più inaccettabile è stata la dichiarazione di questa sera del presidente del Partito Democratico Zanda, che ha detto di votare la finanziaria perché poi il Governo la correggerà.

Queste sono le sue parole, questo è il senso di ciò che ha detto in quest'Aula. Noi dovremmo essere messi nella condizione di votare una legge di stabilità già corretta, e non da correggere successivamente. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut)*. È una cosa vergognosa quella che è stata detta e dimostra l'atteggiamento di questa maggioranza nei confronti del Parlamento.

Il motivo per cui ci troviamo in questa situazione assurda, il motivo per il quale questa finanziaria viene considerata un incidente di percorso, un ostacolo, è legato al fatto che bisogna approvare assolutamente la legge elettorale in tempi rapidi. Ma chiedo a quest'Assemblea se è più importante e più urgente approvare una legge elettorale o approvare una buona finanziaria, che incide sulla vita di tutti i cittadini italiani. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut)*. La risposta è ovvia, è scontata, ma evidentemente non lo è né per il Presidente del Consiglio né, tanto meno, per la maggioranza che lo sostiene.

La necessità di Renzi è una sola: fuggire, fuggire da questa legislatura, fuggire prima che gli italiani si accorgano che i suoi provvedimenti sono solo ed esclusivamente un grande *bluff (Applausi dal Gruppo LN-Aut)*, che questa manovra e le sue presunte riforme sono il nulla, o peggio, creano ulteriori danni per la vita dei nostri cittadini. Non si può dire infatti che questa finanziaria non inciderà sulla vita della nostra gente. I tagli abnormi nei confronti degli enti locali rappresenteranno un *boomerang*, e non un risparmio, sia in termini di erogazione dei servizi sia nell'aumento della pressione fiscale. Il problema è che Renzi vuole scappare prima che gli italiani se ne accorgano, se ne rendano conto e vivano sulla propria pelle gli effetti di questa manovra. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut).*

Questo è l'unico obiettivo, il motivo per cui non appena avrete votato la fiducia su questo testo fasullo, inesistente, avrete la necessità di riunirci nuovamente in nottata per incardinare la legge elettorale. I tempi sono stretti. Per andare a votare bisogna correre perché la scadenza è entro il 30 maggio e per raggiungere l'obiettivo Renzi deve approvare la legge elettorale entro il 30 gennaio.

Questo è l'unico suo obiettivo. Noi siamo ostaggio di un Presidente del Consiglio che ha questo unico obiettivo: scappare, fuggire dalle sue responsabilità. Ed è per questo che noi, anche questa notte, intervenendo in massa nel dibattito come Gruppo della Lega Nord, vogliamo denunciare questo

atteggiamento, questa irresponsabilità, e dire, per l'ennesima volta, che non abbiamo fiducia in questo Governo, non abbiamo fiducia in un Presidente del Consiglio che ha a cuore solo se stesso e non certamente il futuro e la vita dei nostri cittadini. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut. Congratulazioni)*.

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore Marton. Ne ha facoltà.

MARTON *(M5S)*. Signor Presidente, mi verrebbe voglia di consegnare il foglio del mio intervento, che è molto più chiaro della legge di stabilità che avete consegnato. *(Applausi dal Gruppo M5S)*.

Vice Ministro, l'altro giorno, in Commissione, lei ha detto che, in base alle disponibilità finanziarie, si scelgono delle priorità e si portano avanti. Mi sembrava che credesse a quello che diceva. E sembrava anche ben disposto ad ascoltare le minoranze e a portare avanti un lavoro serio. Peccato però che, nel momento in cui le ho chiesto che cosa avrebbe fatto dei nostri emendamenti di puro taglio agli sprechi, non mi ha risposto. Evidentemente l'aiuto dalle minoranze non le serviva, o sapeva già che sarebbe arrivata la fiducia, e quindi quanto aveva detto prima era una menzogna. Oppure anche lei è stato umiliato dal suo stesso Governo, perché quello a cui ho assistito - credo che lei sia del '50 - è una umiliazione che anche lei ha ricevuto come persona. La vedo abbandonata: non vedo la fatina della fiducia e neanche l'imperatore bambino. L'hanno lasciata qua da solo a prendere in pratica le sberle di tutto il Parlamento, e ritengo che lei sia forse colui che ha meno responsabilità di tutti.

Ora, non abbiamo ricevuto l'umiliazione solo noi e lei, ma l'ha ricevuta anche tutta la maggioranza, perché non potrà esprimersi e si prenderà tutte le colpe di questo disegno di legge, che è osceno. Almeno noi avremo la possibilità di dire che non lo votiamo e che fa schifo. Voi non avrete neanche questa possibilità e vi prenderete tutte le colpe, e sarete contenti così. E tutto perché? Perché l'imperatore bambino ha dato questo ordine.

Non trovo corretto comportarsi in questo modo, Vice Ministro e maggioranza, anche perché il disegno del vostro Presidente del Consiglio mi sembra sia quello di delegittimare questo ramo del Parlamento, e lo sta facendo usando la propria maggioranza. Vedere un Senato che si esprime alle tre del mattino sulla legge più importante sembra proprio fatto apposta per dare la possibilità a un bel *tweet* del Presidente, che dice: «Avete visto che il Senato non serve, che il Senato non lavora bene? Non è neanche capace di votare una stabilità».

Peccato che la colpa sia proprio sua. Peccato che ha presentato 80 emendamenti, come ha detto, che sono ben più di quelli che abbiamo presentato noi. Allora non ci venga a dire - come hanno detto i senatori Tosato e Sacconi - che l'opposizione ha fatto 1.000 emendamenti, perché non è assolutamente vero. *(Applausi dal Gruppo M5S)*. La colpa è solo ed esclusivamente della maggioranza. Non venite a prenderci in giro.

Entro nel merito, e non parlerò del presidente Grasso, che ritengo si sia comportato in maniera oscena, questa sera. Non ne voglio parlare, perché non è in questo momento presente in Aula, e non mi sembra corretto farlo. *(Applausi dal Gruppo M5S)*.

Entrando nel merito, si parla di tagli a tutti i Ministeri. C'è un taglio del taglio della Difesa da 500 a 300 milioni. Bene, è una bugia, Vice Ministro: tutti gli investimenti sono stati spostati sotto altri Ministeri, MISE e MEF, e lo sa meglio di me.

Allora, se vado a leggere, nel 2015 c'è un taglio per il MEF di 85 milioni che aggiunti agli 850 che la Difesa l'ha obbligato a prendere, vuol dire che il MEF sta tagliando per oltre 900 milioni.

Se poi vado a vedere lo Sviluppo economico, che ha un taglio di 11,7 milioni, e aggiungiamo i 2,6 miliardi di tutti i programmi di armamenti, vuol dire che il MISE ha subito tagli per 2,8 miliardi.

Presidenza della vice presidente LANZILLOTTA**(ore 2,34)**

(*Segue* MARTON). Vuol dire che tutta la politica che il MISE poteva fare su altri settori è stata indirizzata esclusivamente sugli armamenti e sulle navi. Trovo tutto questo inconcepibile. *(Applausi dal Gruppo M5S)*. Si poteva indirizzare sulle rinnovabili, oppure sulle università, o su tutti gli altri Ministeri, mentre si fa apparire (perché bisogna far apparire, non si può certo dire ai cittadini che la Difesa è l'unica a non aver ricevuto tagli) che la Difesa è quella che ha subito più tagli quando in realtà non è vero, perché gli unici tagli che ha avuto hanno riguardato il personale, i poveri soldati che hanno

avuto il fermo degli stipendi per l'ennesimo anno, come tutta l'altra pubblica amministrazione. *(Applausi dal Gruppo M5S)*.

Allora noi tagliamo risorse alle persone, le castighiamo e continuiamo la corsa agli armamenti. Perché non diciamo ai cittadini che succede questo? Continuiamo a dire che siamo all'1,16 degli investimenti. Se invece computiamo tutti gli investimenti spostati al MISE, si arriva all'1,40 per cento, che è ben vicino a quel 2 per cento che la NATO vorrebbe.

Allora smettiamola di prenderci in giro o no? Iniziamo a computare i costi della Difesa nella Difesa o no? O andiamo avanti a prenderci in giro, Vice Ministro? *(Applausi dal Gruppo M5S)*.

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore Malan. Non essendo presente in Aula, si intende che vi abbia rinunziato.

È iscritto a parlare il senatore Ferrara Mario. Ne ha facoltà.

FERRARA Mario *(GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI))*. Signora Presidente, vedere lei alla Presidenza, ricordandomi e volendo ricordare all'Assemblea che lei come altri siete passati dal dirigere il funzionamento della Commissione bilancio, mi viene da coniugare il suo nome ad altri funzionari che abbiamo conosciuto nella stessa Commissione. Io ho avuto la fortuna di sentire il dottor De Ioanna, il dottor Vegas, di avere la collaborazione della dottoressa Goretti, di essere diretto dal presidente Morando. In quella sede ho imparato che è sempre difficile parlare di temi economici perché questi, essendo infarciti di numeri, generano nell'Assemblea, nel momento in cui il dibattito della Commissione si riporta all'Assemblea, una certa disattenzione, una certa sufficienza e una certa diffidenza.

È famosissima la citazione in proposito che si fa sempre del raccontino che faceva Cossiga, quando, eletto nel 1987 Presidente della Repubblica, ebbe la tentazione di non firmare la legge finanziaria, e lui diceva che fu convinto dall'allora segretario generale per il fatto che, bene o male, tutti i bilanci sono falsi e che quindi non valeva la pena non firmare quel bilancio.

Ricordo a me stesso, volendo portarlo in politica, quindi non affrontando il tema del bilancio attraverso i numeri che finiscono per essere tediosi, di ricondurmi ad un confronto che tante volte nel passato abbiamo avuto, e cioè che il vero, principale, primo significato del Parlamento, quando si forma, è quello di confrontarsi con il potere del sovrano, limitando la sua capacità di imposizione e indirizzando le risorse che sono disponibili al sovrano in modo da ingenerare un benessere che non sia soltanto il suo, ma, prima, il benessere dei più vicini al sovrano, quindi dei baroni, e poi, con l'avvento più democratico della gestione della cosa pubblica, del popolo intero. Per fare questo si fa la manovra.

Che cos'è la manovra? La manovra si definisce come un'azione su un corpo continuo fatta attraverso la compensazione e il coordinamento di parti continue per ottenere un effetto virtuoso. C'è la manovra militare, la manovra di Valsalva, quella per posteggiare l'automobile e c'è la manovra economica.

La manovra economica si compone di due parti: la ricerca delle risorse e la manovra espansiva. La ricerca delle risorse avviene attraverso minori uscite o maggiori entrate, mentre la manovra espansiva attraverso minori sanzioni o maggiori uscite per favorire l'aumento del PIL, il benessere e quant'altro.

Siamo passati negli ultimi quindici anni attraverso lunghissimi dibattiti sulla qualità che dovessero avere le parti della manovra in riferimento alla ricerca delle risorse e all'utilizzazione delle risorse stesse. Dopo tanti anni, in cui si era visto che l'utilizzazione delle risorse era sempre di difficile conseguenza positiva, intervenne un convincimento, al quale si accodarono tantissimi economisti; primo tra tutti il compianto ministro Padoa-Schioppa il quale, presentando le manovre del 2007 e del 2008 - che il presidente Morando lo ricorda benissimo - faceva l'esempio del Belgio e diceva che occuparci della parte espansiva non aveva grande significato, e che invece si doveva ricorrere molto di più al rigore. C'era quindi il famosissimo esempio del Belgio, che ci costrinse a dibattere sul fatto che si volesse riproporlo da parte di Padoa-Schioppa: facevamo puntualizzazioni sul contesto economico, sulla territorialità, sulla storia e sulla ricchezza diversa dell'Italia e del Belgio e su quei temi ci dilungavamo.

Faccio questa premessa perché, per quanto riguarda la ricerca delle risorse, questa manovra la fa con

l'aumento del debito e non aumentando la pressione fiscale, né diminuendo, se non in modo molto discreto, le uscite; appronta una copertura che è fatta di tagli futuri, su cui avremmo da disquisire, perché i tagli sappiamo che dovrebbero essere fatti non soltanto sulla competenza, ma anche sul fabbisogno e sulla cassa (e su questo abbiamo avuto l'assenso in campo europeo). A questo punto dobbiamo discutere di come utilizzare le risorse disponibili per fare la manovra espansiva. Ecco, io non sono d'accordo con la qualità della manovra espansiva. So perfettamente, vice ministro Morando, che lei ha argomentato dottamente il fatto che questa sia una manovra espansiva, e il convincimento del Governo e suo che questa sia una manovra espansiva dovrà produrre certamente delle conseguenze.

Io non ne sono convinto perché molta parte della manovra espansiva è indirizzata alla ricerca del favorire l'occupazione. Sono radicatamente convinto che per favorire l'occupazione - rivedo la mia posizione - il convincimento di Padoa-Schioppa fosse più proprio rispetto all'evolversi dell'economia europea. Il convincimento è che da un lato bisogna immettere una qualificazione rigorosa alla spesa, dall'altro favorire l'occupazione, e quindi fare una manovra espansiva e alimentare la domanda, che va fatto secondo una qualificazione dell'offerta. La qualificazione dell'offerta, a mio avviso, si può fare soltanto favorendo la produzione, e la produzione si favorisce attraverso tre mezzi classici che sono...

MORANDO, *vice ministro dell'economia e delle finanze*. Lei è un siciliano molto tedesco.

FERRARA Mario *(GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI))*. I tre mezzi classici sono la sicurezza, le infrastrutture e le comunicazioni. Capisco l'interesse e il convincimento del Governo e cioè che è tanto, tanto difficile procedere in questo senso e che quindi l'unica speranza è che questo lo si possa fare con il coinvolgimento di un'azione europea (da qui gli sforzi per l'utilizzazione delle risorse che dovrebbero essere messe a disposizione in campo europeo). Ritengo che questo sia un rimandare il problema; e ritengo che la manovra espansiva approntata adesso sia un rinviare. E nell'attesa che questo si consustanzi, noi non stiamo facendo il nostro dovere: in questa manovra, sul versante della maggiore sicurezza, della qualificazione delle infrastrutture e della comunicazione che ci competono, non stiamo facendo alcunché.

Per il resto, mi riservo di dire nella dichiarazione di voto i motivi per cui non voterò.

PRESIDENTE. È iscritta a parlare la senatrice Stefani. Ne ha facoltà.

STEFANI *(LN-Aut)*. Signora Presidente, è difficile riuscire ad aggiungere qualcosa a quanto è già stato espresso dai mie colleghi, soprattutto della Lega Nord ma non solo. Ci troviamo di fronte a quello che dovrebbe essere il provvedimento cardine di un sistema e di uno Stato, quando si comincia a parlare dell'impianto economico, dell'impianto fiscale, dell'impianto che dovrebbe dare le sostanze per far lavorare la macchina. Invece non solo ci troviamo di fronte, per l'ennesima volta, a un provvedimento che è assolutamente inopportuno e inadatto nei contenuti, ma ci siamo trovati di nuovo di fronte a un modo di procedere assolutamente pericoloso da parte di questo Governo e di questa maggioranza.

Si è parlato di tutte le volte in cui è stata chiesta la fiducia; si è parlato molte volte del rapporto tra Governo e Parlamento; e ci troviamo ancora, per l'ennesima volta, noi delle opposizioni, noi della Lega Nord, a contestare soprattutto il metodo con il quale vengono varati i provvedimenti da quest'Aula. Il problema è la sensazione (e non è solo una sensazione) che i provvedimenti non siano figli di quest'Aula: per l'ennesima volta abbiamo la prova che questi provvedimenti sono frutto e hanno una matrice puramente governativa.

Dobbiamo ricordare che la nostra Carta costituzionale, i nostri princìpi base, hanno creato un'Italia che dovrebbe essere la madre del diritto, viste le nostre origini. Ma ci troviamo per l'ennesima volta in un sistema dove chi ha il potere legislativo non sono più le Aule e le Camere del Parlamento, bensì un potere legislativo che viene esercitato quasi esclusivamente dal Governo, nella sostanza.

Perché, per parlare solo degli ultimi provvedimenti, come del *jobs act* o della riforma della giustizia (e continuo a dire che quella che abbiamo fatto non è assolutamente una riforma), di fronte al pericolo e alla paura che questo Parlamento esprima un dissenso rispetto a quello che è l'asse portante del disegno che aveva in mente il Governo, ci si trova con degli atti che, anche se non è bello definirli così, sono

degli atti puramente di forza.

Viene imposta una volontà governativa su quella che è la nostra attività di Aula, depauperandoci della possibilità, non solo di esprimere la volontà e un'opinione da parte dell'opposizione (perché naturalmente noi facciamo opposizione), ma non vengono neanche inserite nel testo delle considerazioni valide da parte degli stessi elementi che fanno parte della maggioranza.

Ieri mattina la Commissione bilancio è stata esautorata del suo potere perché, nel momento in cui è stata tolta a quella Commissione la possibilità di elaborare un testo, si è arrivati a un procedimento veramente pericoloso. Si è sospesa l'attività di quella Commissione, quasi per paura del tempo, del numero degli emendamenti e di cosa sarebbe potuto passare in quella Commissione.

Ma parliamoci chiaro. Quegli emendamenti non erano così tanti. Noi del Gruppo della Lega Nord avevamo manifestato la nostra assoluta disponibilità anche a ritirare gli emendamenti, se vi era un problema di tempo e per riuscire a varare una legge di stabilità entro la fine dell'anno. Eravamo disponibili anche a concentrare l'attenzione su pochi emendamenti, anche per ogni Gruppo parlamentare. Questo non era ostruzionismo, ma volontà di partecipare alla formazione di un provvedimento assolutamente essenziale.

Ricordiamo, però, che sono stati presentati 1.000 emendamenti da parte del PD. Ma noi ci domandiamo se su questa legge, già approvata dalla Camera, la maggioranza al Senato non dovrebbe essere la stessa di quella della Camera. Come mai alla Camera hanno varato un provvedimento che qui è arrivato con una marea di errori? Inoltre, è un testo del quale gli stessi appartenenti alla forza di maggioranza chiedevano la modifica. Per poi arrivare a un provvedimento al quale, come sottolineato più volte dai colleghi, sono stati presentati quasi 80 emendamenti da parte dello stesso Governo, che va in pratica ad emendare un suo prodotto. Ci chiediamo allora se questa legge di stabilità, che non piace a noi, non piaccia neanche a voi. Perché questa è la sensazione che traspare.

E quanto a questa volontà di far lavorare il Parlamento in seduta notturna, noi siamo disponibili a lavorare. Non ci fa paura lavorare di notte. Ci sono moltissime persone che lo fanno, ed è dignitosissimo. Il problema non è questo, quanto quello di capire perché dobbiamo lavorare di notte. Perché dobbiamo elaborare un testo importante, un maxiemendamento che arriva dopo due giorni di attesa, senza neanche avere una tempistica per il lavoro e avendo solo il tempo di un'ora per esaminarlo. Un'ora per esaminare un maxiemendamento articolato e laborioso, che mi domando se gli stessi funzionari del MEF conoscano e capiscano.

E chissà cosa capiranno gli italiani del provvedimento che sarà approvato. Noi abbiamo capito solo poche cose. Sicuramente, sono stati tagliati per l'ennesima volta i fondi a Comuni e Regioni. Ricordiamo che il problema di Comuni e Regioni non è un problema di *spending review*. I Comuni e le Regioni che lavorano bene (e ve ne sono moltissimi) sono veramente una risorsa. Se poi ci sono delle deviazioni dal sistema, questo non dovrebbe venire ad inficiare tutto il resto.

Tra i risultati di questa legge di stabilità vi sono soldi ancora versati a Roma Capitale, ma quello che vi troviamo, fondamentalmente, è un grande vuoto per tutta l'Italia e per tutti gli Italiani. E l'anno prossimo sarà uguale a quello che abbiamo trascorso, o anche peggio. *(Applausi dai Gruppi LN-Aut e MovX)*.

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore Bocchino. Ne ha facoltà.

BOCCHINO *(Misto-ILC)*. Signora Presidente, faccio alcune riflessioni sul tema della ricerca, in concomitanza con la discussione della legge di stabilità.

Oggi, a distanza di ventuno mesi dall'inizio della legislatura, dopo due Governi e due leggi di stabilità, mi chiedo se un discorso serio e sistematico sulla ricerca sia stato fatto, portato a sintesi e tradotto in azioni concrete e la risposta temo non possa che essere negativa. Questo non lo dico io, ma lo dice la Commissione istruzione, che con un affare assegnato, durato alcuni mesi, e dopo una lunga serie di audizioni, ha tratteggiato un quadro devastato della ricerca pubblica e, allo stesso tempo, ha indicato anche alcune soluzioni, sotto forma di una risoluzione e di impegni politici rivolti al Governo, che però sono stati completamente disattesi in questa legge di stabilità.

I problemi principali sono l'eccessiva burocratizzazione, oltre che l'assenza di una vera pianificazione a lungo termine, ovvero supportata da realistiche risorse. Gli obiettivi europei vengono di fatto recepiti come semplici raccomandazioni, peraltro spesso disattese. Non credo di essere smentito se dico che tutti quei rarissimi interventi sul settore della ricerca dei Governi Letta, prima, e Renzi, poi, inclusi quelli di questa legge di stabilità sono di tipo *spot*, isolati, frutto di combinazioni astrali, che permettono di far emergere ora questa, ora quell'altra rivendicazione, peraltro spesso giustissime e motivate, ma completamente slegate tra di loro. In un vero sistema virtuoso, l'insieme di tutte queste rivendicazioni formerebbe il substrato dove possa germogliare una vera politica della ricerca (mi fa piacere vedere qui presente il ministro Giannini), una vera Politica della Ricerca, con la «P» e la «R» maiuscole, che sappia anche e soprattutto guardare più lontano, al di là di queste rivendicazioni.

Dal punto di vista parlamentare abbiamo due ordini di problemi. Il primo è un problema culturale: i partiti non riconoscono il valore dell'apporto della scienza nella discussione politica, né in termini metodologici, né per le questioni di merito. Nulla di strano in questo: i partiti sono semplicemente lo specchio di una società, dove ad esempio si dà per scontato e dovuto un alto livello tecnologico, con tutti i benefici che questo apporta, senza però considerare quanto è stato necessario, in termini di lavoro intellettuale, nel senso del lavoro di ricerca, per raggiungere questo livello. Il secondo è invece un problema più politico: non si può fare molto in un Parlamento ormai delegittimato e *de facto* svilito della sua funzione originaria, i cui dibattiti sono ormai compressi da vincoli temporali e/o finanziari imposti altrove (e la sessione di bilancio al Senato ne è stata una lampante dimostrazione). Sfortunatamente il problema culturale che dicevo investe in egual misura anche il potere esecutivo, cioè il reale usurpatore di quello legislativo. Il risultato è che un singolo Ministro ricercatore o professore universitario, come la senatrice Giannini, non è sufficiente se non si vi è una presa di coscienza collegiale e condivisa - e sottolineo questi due termini - nell'Esecutivo sull'opportunità di avere, specie in un momento di crisi, un piano strategico pluriennale di rilancio del settore della ricerca pubblica, fatto di un *mix* di investimenti e di sburocratizzazione.

Nella legge di stabilità per il 2015 del Governo Renzi manca ancora, purtroppo, quella presa di coscienza di cui parlavo prima e quel puntare tutto su una società basata sulla conoscenza. Proprio in questi giorni in Senato ci siamo trovati ancora una volta a mettere semplicemente delle pezze, a cercare di realizzare quegli interventi *spot* di cui parlavo prima, muovendo pochi spiccioli da una parte all'altra.

Voglio concludere facendo cenno al grande assente di questa legge di stabilità nel campo della ricerca, ovvero, signor Ministro, i precari della ricerca: si tratta di un precariato devastante, che raggiunge livelli stratosferici - si parla del 50 per cento dei dipendenti - che non trovano paragoni in nessun altro comparto, né pubblico, né privato (addirittura nel comparto privato il limite è del 20 per cento, come sappiamo). Mancano nella legge di stabilità tutti gli emendamenti che miravano ad avere un piano straordinario di assunzioni e che sono stati presentati da tutti i Gruppi politici, persino della maggioranza, e che non sono stati neanche considerati in Commissione. Pongo allora questa riflessione ai colleghi, specialmente a quelli di maggioranza: a cosa serve presentare questi emendamenti se poi non riuscite a farli discutere in Commissione e a inserirli nel maxiemendamento finale del Governo?

Vorrei a questo punto anche sfatare un mito: ho sentito il vice presidente Sangalli e il vice ministro Morando parlare di un intervento sui ricercatori. Se vi riferite all'emendamento della senatrice Cattaneo, quello non è un piano straordinario per i ricercatori: non diciamo falsità. Quell'emendamento, infilato tra l'altro all'ultimo minuto nel maxiemendamento, è semplicemente l'introduzione di un vincolo di salvaguardia burocratico, che salvaguarda i ricercatori, ma non ha nulla a che fare con un piano straordinario di assunzioni. Quei 5 milioni di euro contenuti nel comma 346-*bis*, vice ministro Morando, anche se venissero usati per assumere i ricercatori di tipo B, corrisponderebbero solo a 142 ricercatori, quando negli ultimi cinque anni abbiamo perso 8.200 posti fra professori associati, professori ordinari e ricercatori. Si tratta di una vera emorragia che si configura come un'emergenza sociale (perché la ricerca ha ricadute sociali) e sta svuotando le

università.

Il senatore Sangalli ha detto nel suo intervento che la legge di stabilità è un po' la radiografia di un Paese. Ebbene, se questo è vero, la radiografia che ci restituisce questo disegno di legge di stabilità è quella di un Paese che non ha il proprio cervello, che non ha la propria materia grigia e un Paese senza materia grigia, senza cervello, non va da nessuna parte. Buona fortuna a tutti noi. *(Applausi dai Gruppi Misto-ILC, Misto-MovX e della senatrice Petraglia)*.

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore Puglia. Ne ha facoltà.

PUGLIA *(M5S)*. Signora Presidente, sono le ore 3 e siamo qua; siamo qua per lavorare e va benissimo. Però c'è un problema: perché stiamo qua? Lo abbiamo visto, c'è un provvedimento che non ha assolutamente né testa né coda. C'è poca professionalità: sono tutti annunci poi improvvisamente ritirati, reinseriti; ci sono emendamenti e norme illeggibili. Insomma, siamo alla fiera del pressappochismo. Questo è un provvedimento che alla fine, «gira e avota», come si dice, mette altre tasse.

Il presidente Renzi su una cosa è veramente bravissimo, cioè a fare annunci, ma poi alla fine non c'è sostanza, ma sensazioni. Ha annunciato che con il TFR in busta paga si sarebbe risolto il problema degli italiani. Ovviamente mi sono andato a guardare la norma. State attenti, lavoratori, non lo fate. Accordatevi con il vostro datore di lavoro e chiedete l'anticipo del TFR, perché se prendete il TFR, questo diventa retribuzione aggiuntiva, ossia a tassazione ordinaria, rientra nel vostro imponibile e aumentandolo si mangia anche gli 80 euro. *(Applausi dal Gruppo M5S)*. Stiamoci attenti, perché gli 80 euro li paga con il vostro TFR! Cose incredibili. Abbiamo fatto delle simulazioni e le persone con redditi a partire da 22.000 euro perdono gli 80 euro. Io ne ho viste veramente di cose pazzesche in questi anni in cui, in maniera molto umile, mi sono occupato di lavoro, ma veramente siamo giunti alla fantasia per cui annuncio di darti dei soldi e poi alla fine te li tolgo. Veramente è incredibile. Lavoratori, accordatevi con il vostro datore di lavoro ai sensi del penultimo comma dall'articolo 2120 del codice civile; accordatevi direttamente e prendetevi gli anticipi, se veramente ne avete bisogno.

Detto questo, ormai ci troviamo in un Paese in cui ne abbiamo viste veramente di tutti i tipi: abbiamo avuto l'imprenditore d'assalto, il boiardo di Stato, il professore, o meglio il commissario straordinario della BCE, che è venuto qui - lo avete votato voi - e ha tolto a noi il sangue, anzi alle persone più umili. *(Applausi dal Gruppo M5S)*. Poi abbiamo avuto il giovane rampante democratico cresciuto in Europa e oggi ci avete lasciato il giovane «bla bla», quello che parla e le cui azioni, alla fine, non cambiano assolutamente l'Italia.

Ormai con questo disegno di legge di stabilità mi sono accorto del perché l'Italia non va bene: c'è pressappochismo. Allora, prima ve ne andate da questa Nazione, da questo Stato e da queste istituzioni...

ESPOSITO Stefano *(PD)*. Addirittura!

PUGLIA *(M5S)*. ...meglio sarà per noi e per i nostri futuri ragazzi. *(Applausi dal Gruppo M5S)*.

Concludo, signora Presidente. C'è un'altra norma, quella sullo sgravio contributivo. Ovviamente anche qui mi sono soffermato; è materia mia il lavoro. Inizialmente mi sono detto: bravi, hanno fatto qualcosa di buono: sgravio contributivo, perfetto per le aziende. Ma dove hanno preso i soldi? Hanno preso i soldi su un altro sgravio del 1990 (venticinque anni fa), che era strutturale. *(Applausi dal Gruppo M5S)*. Invece, con questo sgravio che state per concedere, ogni anno bisogna pensare a dove prendere i soldi. Voi fate una politica con cui pensate esclusivamente alle prossime elezioni. La politica pensa alle future generazioni. Questa è politica. *(Applausi dal Gruppo M5S)*.

PRESIDENTE. È iscritto a parlare il senatore Mandelli. Non essendo presente in Aula, si intende che abbia rinunziato ad intervenire.

Dichiaro chiusa la discussione sulla questione di fiducia posta dal Governo.

Passiamo ora alla votazione dell'emendamento 1.10000 (testo corretto), interamente sostitutivo degli articoli del disegno di legge n. 1698, sull'approvazione del quale il Governo ha posto la questione di fiducia.

SUSTA *(SCpI)*. Domando di parlare per dichiarazione di voto.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

SUSTA *(SCpI)*. Signora Presidente, credo che, vista anche l'ora, dirò solo alcune parole e le chiedo di poter consegnare il testo del mio intervento, preannunciando il voto favorevole di Scelta Civica.

Non c'è dubbio che l'atto che stiamo compiendo sia un atto estremamente importante e quindi delicato e complesso, che, come in altre occasioni, ha suscitato polemiche ed anche forti contestazioni da parte dell'opposizione. Qualcuno ha anche tratto delle conclusioni un po' affrettate rispetto al comportamento da tenersi in Aula. Credo però che non possiamo non sottolineare che comunque un qualche *vulnus* c'è stato nei rapporti tra Governo e Parlamento, che ha riguardato anche la maggioranza e che non è giusto sottacere in nome di una solidarietà di maggioranza solo formale.

Proprio perché apparteniamo alla maggioranza con convinzione e sosteniamo con convinzione questo Governo, invitiamo a riflettere sulle modalità future di preparazione e di approvazione di leggi così importanti come la legge di stabilità e la legge di bilancio. Erano state raggiunte intese in Commissione tra la maggioranza e il Governo su questioni estremamente delicate. Avevamo sollevato la questione della disciplina delle partecipate, che spesso sono diventate uno strumento di malaffare in questo Paese; la questione di Roma Capitale e dei suoi finanziamenti; la questione di una maggiore trasparenza nella concessione degli appalti che avevano come protagonista il sistema cooperativo, cui guardiamo comunque con grande interesse. Prendiamo atto del fatto che su alcune cose non abbiamo raggiunto l'accordo in maggioranza; ne abbiamo preso atto. Su altre avevamo raggiunto un accordo, ma non ritroviamo dentro al testo le stesse cose che avevamo concordato e di cui i rappresentanti del Governo si erano fatti in qualche modo garanti. Io credo che questo non sia un problema che riguarda le forze di maggioranza, ma un problema che riguarda anche il rapporto tra il Governo e la maggioranza, pur in una legge delicata come questa. Certo, questi non sono limiti che ci portano ad assumere un atteggiamento diverso da quello di un convincimento forte nel sostenere la legge di stabilità che finalmente dà all'Italia la possibilità di espandere la sua economia e di riattivare la domanda; tutto questo senza sacrificare i conti e senza sacrificare una giusta politica di rigore, accanto ad una necessaria politica di crescita. Credo che questi segnali che vengono dati, anche su fronti importanti come quello della spesa sociale o quello della difesa del territorio, debbano essere considerati da noi positivamente, con lo spirito di costruire un rapporto sempre più efficace e rispettoso reciprocamente delle competenze del Governo e del Parlamento.

Con queste motivazioni dichiaro il voto favorevole di Scelta Civica all'emendamento 1.10000 (testo corretto) del Governo. *(Applausi dai Gruppi SCpI e PD).*

PRESIDENTE. La Presidenza la autorizza ad allegare il testo integrale della dichiarazione di voto al Resoconto della seduta.

FERRARA Mario *(GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI))*. Domando di parlare per dichiarazione di voto.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

FERRARA Mario *(GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI))*. Signora Presidente, meno male che è intervenuto il senatore Susta, così abbiamo sentito un intervento a favore del Governo. È cosa ben strana che si registri un dibattito sulla legge principale, che è la legge di stabilità, e non si senta la maggioranza difendere il Governo. Non capisco se questo è dovuto al tentativo di anticipare quanto prima - saranno contenti loro - l'incardinamento della legge elettorale, o se, invece, è perché hanno serie difficoltà a difendere il Governo e a parlare bene della legge di stabilità. Il senatore Susta ci ha tolto dal dubbio perché, almeno, è intervenuto lui (poi non so se sentiremo altri). L'ha fatto con dovizia e mi consento di coniugarmi a quello che ha detto lui per continuare il ragionamento del passato.

Vice ministro Morando, il motivo principale per cui non voterò a favore della legge di stabilità non è perché non sia d'accordo con essa (mi avrebbe fatto piacere discuterla più approfonditamente), ma perché sulla legge di stabilità è stata posta la questione di fiducia e io non posso votare la fiducia.

Vorrei fare una citazione, una di quelle che gli astanti finiscono per non comprendere; mi ricordo che un giorno lei, riferendosi ad un'affermazione tautologica, disse che era un po' un'affermazione alla

Catalano e io le risposi: «Presidente, non dica "alla Catalano", perché tanto siamo arrivati ad un'età per cui gli altri non capiscono cosa significa questa espressione». Convenimmo allora che si dovesse dire un'affermazione «alla La Palice», ma anche in quel caso convenimmo che non molti avrebbero capito cosa significasse. La citazione che voglio allora fare è che, invece del presidente Grasso, sarebbe opportuno che in quest'Aula ci fosse il compianto Corrado Mantoni, che sapeva ben presentare «La Corrida», dove c'erano i dilettanti allo sbaraglio, e mi pare che qui ci sia una notevole presenza di dilettanti allo sbaraglio. *(Applausi della senatrice Comaroli)*.

Non mi riferisco, certamente, al vice ministro Morando, ma al Governo nella sua più augusta rappresentanza e quindi al presidente Renzi, che un giorno fa e l'altro disfa; arriva a Bruxelles, fa le telefonate in Italia per dire «questo non si deve fare», manda un *tweet* in cui scrive che ora si siede lui a Palazzo Chigi e guarda gli emendamenti uno per uno: tutto questo lascia presupporre una grande dose di improvvisazione. Una legge di stabilità non si fa sedendosi la tavolo a Palazzo Chigi e guardando le disposizioni una per una l'ultimo giorno in cui la legge di stabilità si deve votare. La legge di stabilità è una cosa seria e importante.

Tornando al ragionamento di prima, vorrei spiegare perché ritengo che la parte espansiva non sia stata affrontata con la dovuta attenzione. La manovra, nella sua parte espansiva, infatti, avrebbe dovuto tenere conto che, per favorire, è necessario stimolare la domanda e qualificare l'offerta. Questo provvedimento non contiene nulla delle richieste fatte dagli osservatori mondiali e delle raccomandazioni che sono contenute nelle intese tra Italia e Comunità europea.

Si parla di riforme strutturali, ma le riforme strutturali di cui parlano i mercati non sono né la legge elettorale, né la riforma della Costituzione in quanto a correzione del bicameralismo paritario (su cui siamo tutti d'accordo, ma non siamo d'accordo sulle altre puntualizzazioni, di cui abbiamo già ampiamente discusso). Le modifiche strutturali dovrebbero ben riguardare altre quattro direttrici che sono state citate continuamente dal presidente Renzi ogniqualvolta è venuto a deliziarci qui con la sua presenza e con le sue lezioni di diritto costituzionale, di diritto parlamentare e di economia mondiale. Non ci si rende conto che le modifiche strutturali sono le modifiche della burocrazia, la riforma della sanità, la riforma della pubblica istruzione, un nuovo compendio dispositivo per quanto riguarda la tutela dell'ambiente. Di tutto questo non c'è traccia. Avremmo avuto benissimo il tempo, siamo stati intere settimane senza lavorare in questo ramo del Parlamento, ma non abbiamo fatto alcunché in proposito. Di questo, qualcosa avrebbe potuto essere contenuto nella legge di stabilità. Non è che, per forza, per un approccio alla riforma della burocrazia, bisogna stare a sentire tutti in 1ª Commissione, e cercare di mettere l'emendamento qua e l'emendamento là.

La verità è che le ultime grandi riforme, vere e profonde - senza dover citare Mussolini, anche se so che al presidente Renzi piace moltissimo il paragone - furono fatte nel periodo fascista (e ricordiamo che furono il codice Rocco e la riforma Gentile sulla scuola). La verità è che qua non si ha il coraggio di intraprendere un'azione del genere e non credo che tra i collaboratori del Governo vi siano nessun Gentile o nessun Rocco, né mi sembra che in questo Governo vi sia una grande qualificazione quanto a Ministri (e non me ne voglia il Ministro della pubblica istruzione, della ricerca e dell'università, che ci delizia della sua presenza).

Tutto questo si riflette nell'azione, per cui le 80 proposte emendative di cui un po' si rammarica il presidente Morando sono tanti emendamenti di bassa lega e di piccola bottega. *(Commenti dal Gruppo LN-Aut)*. Scusate, colleghi della Lega, intendevo dire che questi emendamenti non sono di una lega d'oro, perché di una lega d'oro abbiamo soltanto voi, qui presenti. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut)*. Diciamo che si tratta di una lega come la zama, quella fatta di ottone, che è una cosa miserevole.

Non c'è nulla di qualificante: non solo, ma è stato anche commesso un errore da dilettanti allo sbaraglio, perché per quegli 80 emendamenti, non si è utilizzata quell'abitudine - tante volte criticata - di far firmare dai parlamentari quelli di alcuni Ministri, in modo che il vice ministro Morando avesse la possibilità di dare parere contrario; invece, si è trovato nella brutta situazione di non poter esprimere parere contrario ad emendamenti di bassa qualità, che erano stati presentanti a supporto di richieste particolari, disdicevoli. Tali richieste erano tanto disdicevoli, che buona parte degli emendamenti

approvati non è stata riproposta alla votazione dell'Aula in occasione dell'esame del maxiemendamento su cui il Governo ha chiesto la fiducia.

Ma ancora di più: visto che la ripresa nazionale non può che essere coniugata alla necessità di coinvolgere quella parte del Paese che viene trascinata dall'altra e che quindi si riprende più lentamente - cioè il Mezzogiorno d'Italia, che, nel momento in cui dovesse esservi una ripresa del Settentrione, arriverebbe a riprendersi soltanto successivamente - quest'ultima avrebbe dovuto essere aiutata dalla manovra in esame a contenere tale *gap* e tale ritardo rispetto al passato.

Per far questo, la cosa migliore era certamente non utilizzare i fondi per finanziare quelle assunzioni e quelle diminuzioni del costo del lavoro che non possono realizzarsi in assenza di una qualificazione dell'offerta e di uno stimolo della domanda. In questo caso, abbiamo fatto un'inversione della necessaria manovra, cioè quella di intervenire nelle Regioni a più lenta ripresa per favorirle nel raggiungere prima l'obiettivo successivo.

Ribadisco che questo, fra le altre cose, mi è stato insegnato negli anni passati da autorevoli esponenti del centrosinistra in Commissione, che criticavano i Governi di centrodestra perché addirittura non provvedevano a commissariare le Regioni meridionali per la loro inefficienza e per fatti specifici. Dicevano questo, perché in quel momento le Regioni meridionali erano tutte amministrate dal centrodestra, mentre oggi sono amministrate dal centrosinistra: se comunque vi è stato un errore del passato, mi rammarico di osservare che questo Governo lo sta ripentendo oggi.

Per questi motivi, diversamente da altri componenti del Gruppo GAL, che invece la voteranno, io e la maggior parte dei suoi membri non ci sentiamo assolutamente di votare la fiducia a questo Governo, non di incapaci, ma quantomeno di dilettanti.

COMAROLI *(LN-Aut)*. Domando di parlare per dichiarazione di voto.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

COMAROLI *(LN-Aut)*. Signor Presidente, colleghi, la prima manovra del Governo Renzi conferma pienamente l'opinione che ne abbiamo: è il Governo degli annunci roboanti e dei grandi *spot* pubblicitari, che però, alla prova dei fatti, si rivelano mere illusioni, vuote di contenuto.

Riteniamo questa legge di stabilità, non solo inadeguata ed inutile nell'affrontare l'attuale gravissima situazione del Paese, ma addirittura dannosa, pericolosa e devastante per gli anni a venire, perché è stato accentrato nel 2015 tutto quello che si poteva fare, dimenticandosi per gli anni futuri e creando notevoli buchi. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut)*.

È la stabilità che uccide definitivamente il sistema delle autonomie territoriali e locali; è la stabilità funzionale solo alla riforma costituzionale accentratrice e neostatalista che il Governo sta portando avanti alla Camera.

Il Governo completa, con questa legge di stabilità, il perverso - mi si consenta il termine - disegno di cancellare ogni riferimento alle gestioni virtuose, accomunando tutte le autonomie in un unico fronte di enti da depredare con tagli insostenibili e lineari: enti su cui scaricare oneri e responsabilità della riduzione delle spese sociali, dell'aumento dell'imposizione immobiliare, compresa quelle di zone svantaggiate e di montagna.

Non sono state trascurate di certo, invece, nella peggiore tradizione da vecchia politica, le solite marchette, con una sfacciataggine pari solo alla propria arroganza: nel pieno dello scandalo di Mafia Capitale si stanziano ancora 110 milioni all'anno per Roma, per gettarli nel pozzo senza fondo della corruzione e della malagestione, mentre Renzi proclama in televisione l'integrità del nuovo Partito Democratico, che evidentemente ha ereditato tutti i peggiori difetti del vecchio. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut)*.

C'è qualcosa di crudele nell'inserire nella stessa legge 90 milioni di euro per un terremoto avvenuto più di vent'anni fa in Sicilia, dove amministratori inadeguati hanno evidentemente già fallito l'opera di ricostruzione, e la strenua lotta che abbiamo dovuto condurre per assicurare almeno una misura minima del rinvio degli adempimenti fiscali per zone terremotate ed alluvionate dell'Emilia e di altre Regioni dell'area padana.

Ci hanno abituato in questi ultimi anni, complice la crisi economica internazionale ed il linguaggio dei Consigli europei, a ragionare sempre in termini di antinomia tra «rigore dei conti pubblici» e «spesa per la crescita». Con questa legge di stabilità il Governo Renzi è riuscito a superare perfettamente il conflitto tra riduzione del debito e spesa pubblica: consegna infatti al Paese una manovra che aumenta il debito, aumenta le tasse e non fa alcuna politica per la crescita. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut)*. Aumenta il disavanzo dello 0,5 per cento del PIL, aumenta il debito di 6 miliardi, rinvia il pareggio di bilancio in termini strutturali al 2017, dopo aver chiesto solo sei mesi fa di rinviarlo al 2016, garantendo che lo avrebbe rispettato!

Il Governo non ha alcuna visione prospettica, non ha alcuna strategia industriale, né di sviluppo, non ha consapevolezza della realtà quotidiana delle famiglie, ma si limita assai pericolosamente a navigare a vista, adottando misure *spot*, in base al tema che di giorno in giorno domina i titoli dei giornali o i *post* di Facebook o qualche *tweet*.

Sono solo le illusioni di un dottissimo affabulatore quelle descritte in questi documenti di bilancio. Nonostante gli interventi sull'IRAP, condivisibili nella direzione, ma troppo timidi per avere un qualunque effetto sulla fiducia degli imprenditori, il peso fiscale sulle aziende non scenderà.

Nell'audizione del 4 novembre alla Camera, il ministro Padoan ha detto testualmente: «Con la legge di stabilità la pressione fiscale passa dal 43,3 per cento del 2014 al 43,2 nel 2015». Cioè, rimane invariata. Ma forse il Ministro non ricorda che in questa legge di stabilità aumenta le imposte indirette, perché si va ad aumentare la tassa sul *pellet*, si diminuiscono le agevolazioni sul GPL, si introduce l'IMU sui terreni agricoli. Certo, diminuiranno le tasse, ma per chi? Per quelle persone che perderanno il lavoro e non potranno più pagarle. Questo è il vero calo. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut)*. Un calcolo, questo, strano, che sarà ulteriormente peggiorato dal fatto che le Regioni, traducendo i quattro miliardi di tagli imposti dal Governo, dovranno mettere purtroppo mano alle aliquote territoriali.

I contenuti propositivi, secondo il Governo, sarebbero rappresentati sostanzialmente dalla stabilizzazione degli 80 euro in busta paga: una misura che ha già dimostrato di non aver alcun impatto sui consumi, come ha ammesso lo stesso Ministro dell'economia, e che, per la sua stessa natura, non avendo alcuna progressività, non incentiva né il lavoro né il reddito.

Inoltre, il TFR in busta paga: un'altra vera furbata. Si offre ai lavoratori l'illusione di avere più denaro disponibile, ma usando i loro stessi soldi anticipati dalle imprese, aggravandone la liquidità. I cittadini lo hanno capito subito e la stragrande maggioranza di loro ha già annunciato che non utilizzerà la misura.

Vi è altresì il cosiddetto *bonus* bebè, che nasceva come misura per contrastare il calo della natalità del Paese. Questa poteva essere definita (che la si condivida o meno) una misura programmatica. Tuttavia, che senso ha se poi la stessa misura, come riformulata in Commissione, sarà di fatto erogata solo a famiglie extracomunitarie a basso reddito? *(Applausi dal Gruppo LN-Aut)*. È l'ennesima menzogna, perché vogliamo forse incentivare la natalità di chi forse ha altri problemi? Dobbiamo purtroppo, sempre e comunque, cedere all'ipocrisia e al buonismo, elargendo fondi che sono frutto della fiscalità generale, senza investirli - invece - in politiche mirate ad ottenere un beneficio collettivo.

Si tagliano quattro miliardi alle Regioni, anche se quelle governate dagli amici sono state comunque premiate. Siamo contenti per i cittadini del Friuli o del Trentino, le cui Regioni avranno maggiori fondi rispetto al previsto. Tuttavia, se continuiamo a usare pesi e misure diverse e non basate esclusivamente sulla virtuosità, facciamo un grave torto, discriminando i cittadini ed alimentando disparità e tensione sociale.

Nonostante le promesse del Governo, i fatti sono che il taglio alle Regioni si tramuterà in un taglio lineare, che, per una sua definizione, penalizza i più virtuosi e premia chi fino ad oggi ha fatto la cicala. Si smetta di mentire: sarà un taglio che colpirà principalmente la spesa sanitaria. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut)*.

Sono previsti tagli anche ai Comuni per 1,2 miliardi all'anno. L'emersione dei crediti inesigibili, certo non riferiti ai Comuni virtuosi, sarà invece - guarda caso - dilazionata in ben trent'anni. In

Commissione abbiamo assistito all'ennesima presa in giro: prima i fondi per la lotta alla ludopatia sottratti - ripeto, colleghi: sottratti e non aggiunti - al Fondo sanitario nazionale. Viene inoltre cancellata qualsiasi norma atta ad alleviare il Patto di stabilità per i Comuni virtuosi, nonostante il Patto stesso sia tacciato, anche da esponenti del Governo, come la causa principale dei mancati investimenti e dell'accumularsi dei debiti della pubblica amministrazione.

Sarebbe poi interessante che il ministro Alfano ci spiegasse come mai, se davvero l'operazione Mare nostrum è stata interrotta, con il provvedimento di stabilità si stanziano quasi 190 milioni all'anno per l'emergenza immigrati. C'è qualcosa che non torna.

PRESIDENTE. Dovrebbe concludere, senatrice.

COMAROLI *(LN-Aut)*. Sto per concludere.

Se la missione fosse davvero finita, tutti questi soldi potevano essere destinati ad altri scopi.

Dove sta la verità? Lo dico senza polemica, signor Vice Ministro. Le riconosco il merito di averci veramente dedicato attenzione in Commissione: pur non condividendo le nostre idee ed avendo opinioni diverse, almeno ci ha ascoltati e portato rispetto. Vede, è davvero difficile uscire da qui e parlare con le tantissime persone che stanno attraversando questo periodo di crisi profonda: c'è chi, per questioni contingenti, ha perso il posto di lavoro; chi ha subito danni da aventi meteorologici e sta chiudendo la propria azienda; chi ancora un lavoro ce l'ha, ma è scoraggiato, disilluso e pessimista a causa di ciò che vede intorno a sé. Ecco, dire loro, colleghi: «abbiamo predisposto questa legge di stabilità, vi offriamo questa manovra come risposta alle vostre difficoltà» è davvero difficile. Con quale faccia, maggioranza di Governo, vi sentite di uscire da qui ed affrontare un Paese che chiede alla politica risposte concrete, decisioni forti, e uno scatto di consapevolezza e di capacità che non siete in grado di fare?

Per tutti questi motivi, noi voteremo no alla fiducia. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut. Congratulazioni)*.

ZELLER *(Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE)*. Domando di parlare per dichiarazione di voto.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

ZELLER *(Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE)*. Signora Presidente, abbiamo, in questa piacevolissima serata, sentito già tante parole e tanti commenti su questa legge di stabilità e noi non abbiamo intenzione di aggiungere altro. Per gli affezionati che vogliono sapere di più sui fondatissimi motivi per i quali il Gruppo per le Autonomie-PSI-MAIE voterà a favore di questa fiducia, rinvio al testo scritto che chiedo alla Presidenza di poter consegnare agli uffici affinché sia allegato al Resoconto. *(Applausi dai Gruppi Aut (SVP, UV, PATT, UPT)-PSI-MAIE e SCpI e dai banchi del Governo)*.

PRESIDENTE. La Presidenza l'autorizza in tal senso.

URAS *(Misto-SEL)*. Domando di parlare per dichiarazione di voto.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

URAS *(Misto-SEL)*. Signora Presidente, credo che i partiti di maggioranza abbiano oggi perso molto davanti ai cittadini per il modo in cui siamo arrivati alla discussione della legge di stabilità, perché non hanno voluto partecipare a questa discussione e perché ormai appaiono come esseri inadeguati a garantire la stabilità del nostro sistema democratico, la sua cultura, la difesa delle sue radici.

Quei partiti, quei Gruppi parlamentari porteranno la macchia di questa discussione, del modo in cui questa discussione è avvenuta. La porteranno nel tempo, domani, fra un mese, fra un anno e anche di più, la porteranno nella sconfitta elettorale, la porteranno nella delusione dei tanti cittadini che aspettavano di più, la porteranno nella mortificazione delle volontà politiche di rilancio del nostro Paese, del suo futuro, la porteranno perché ne sono colpevoli.

Il merito della manovra è insufficiente rispetto alla crisi: non saranno risolti i problemi dell'occupazione, lo Stato non funzionerà meglio con le disposizioni che sono contenute in questo provvedimento pasticciato, confuso, pieno di errori ed anche di dubbia copertura, non perché lo dico io, ma perché è chiaro, è evidente: è nei modi in cui tenta di cercarla, la copertura finanziaria, che sta

scritto che questo è un provvedimento privo di copertura; lo è per il tempo che ha richiesto la Ragioneria generale dello Stato per procedere alla bollinatura: una fatica, una discussione interna, fogli che volavano, discussioni; lo è, e lo sapete tutti e lo sanno soprattutto i componenti del Governo, i partiti di maggioranza, i Gruppi parlamentari che sostengono questa stagione politica. Lo sanno, e prima o poi saranno chiamati a renderne conto, perché la politica non finisce oggi, la politica continua; continua negli effetti di questa manovra.

Quali sono i più grandi interventi che essa contiene? Contiene una serie di benefici ai soliti noti, benefici di grande portata finanziaria, con l'idea, e lo ha detto più volte il vice ministro Morando, da parte del Governo di non porre condizioni.

Non ha posto condizioni al capitalismo italiano, considerato il peggiore nell'Europa comunitaria, il peggiore nel sistema globale, perché è quello che delocalizza, non produce effetti positivi, non sa rinnovarsi, non investe in ricerca e anzi, in modo parassitario, cerca nella contribuzione dei cittadini italiani la risposta all'esigenza di migliorare prodotto e processo produttivo. E a quell'esigenza cerca di rispondere con due manovre principali: quella sull'IRAP e quella sulla decontribuzione. Una decontribuzione che si fa a carico dei Fondi di sviluppo e coesione, a carico del Mezzogiorno, trasferendo in massa più di un miliardo di euro verso altre Regioni, verso le aree forti del Paese, quelle che hanno meno bisogno, quelle che non pagano il 20 per cento di tasso di disoccupazione, quindi scippando risorse per il riequilibrio territoriale.

Si sostiene dunque, senza alcuna condizione, il finanziamento di quei soggetti del capitale italiano che non porteranno benefici investendo nella produzione, nello sviluppo e nell'occupazione. No. faranno speculazioni finanziarie, compreranno i buoni del tesoro, compreranno una parte del debito dello Stato per ricattarlo ancora e voi siete colpevoli di questo. E, prima o poi, di queste conseguenze vi verrà chiesto il conto.

Infine, quali sono state le procedure di condivisione? Dove stanno i lavoratori, le organizzazioni sindacali, le organizzazioni sociali, le piccole medie imprese, il mondo artigiano? Dove stanno i vostri pensieri, dove stanno i pensieri del Governo? Il mondo che vi ha votato non vi voterà più, a costo di votare *(Indica i banchi del Gruppo LN-Aut)* chi fa scelte politiche in pieno contrasto con quello che pensate e che loro hanno sempre pensato! La saldatura sarà sulla legge Fornero, quando il movimento sindacale e la Lega Nord andranno a chiedere al cittadino di smantellare una delle leggi più inique di questa Repubblica e voi sarete isolati! *(Applausi dai Gruppi LN-Aut e Misto-MovX e della senatrice Serra)*.

Ecco qual è il problema: le conseguenze sociali, quelle economiche, ma soprattutto le conseguenze politiche di questa giornata. Avete consentito qualcosa che nessun altro avrebbe consentito. Non l'avrebbero consentito i dirigenti dei partiti dei quali il Partito Democratico è erede. Non l'avrebbe consentito Enrico Berlinguer, ma non l'avrebbe consentito neppure Zaccagnini. Non l'avrebbero consentito, no, perché, se fossero stati convinti, avrebbero partecipato alla discussione di questa manovra, l'avrebbero difesa, avrebbero detto le ragioni alla base delle scelte operate, le avrebbero difese con i lavoratori, sarebbero andati ad una discussione con loro, avrebbero coinvolto le organizzazioni sindacali, avrebbero chiamato tutti ad esprimersi, li avrebbero convinti o ci avrebbero provato!

E invece no, ormai non siamo nella stagione in cui si cercano gli statisti. Chi fa politica in questo Paese non ha necessità di essere uno statista, basta che sia un comunicatore.

Presidenza del presidente GRASSO **(ore 3,35)**

(*Segue* URAS). Uno che sa raccontarcela, magari con una stampa asservita! *(Applausi dai Gruppi Misto-SEL e Misto-MovX e del senatore Marton)*. Con una stampa espressione di un mondo, di un potere che è sempre lo stesso: è quello che trae vantaggi e lascia i conti da pagare.

È questa l'immagine devastante di un Paese in progressivo declino: quello che non sa discutere; che, anzi, ha quasi come valore la cancellazione del confronto, l'assenza della discussione. Ha come valore bypassare, facendo l'esecutore di un ordine interno di partito, un'indicazione che viene da *leader* della

loro posizione politica, completamente cancellando le proprie volontà, anche le proprie aspirazioni di dire come la pensano, di sostenere le convinzioni che hanno espresso. *(Richiami del Presidente)*. Concludo, signor Presidente.

Questa è l'immagine di un Paese in declino, dove tutto è irrazionale, dove l'Assemblea del Senato sembra quella di un condominio, dove i documenti sono tutti pasticciati, confusi, non corrispondono e passano per essere progetti di legge ben pensati e ben riflettuti e invece non lo sono. *(Applausi dai Gruppi Misto-SEL, M5S e Misto-MovX. Congratulazioni)*.

CHIAVAROLI *(AP (NCD-UDC))*. Domando di parlare per dichiarazione di voto.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

CHIAVAROLI *(AP (NCD-UDC))*. Signor Presidente, in quest'ora tarda faccio questa dichiarazione di voto con un po' di amaro in bocca perché questa legge di stabilità e soprattutto il lavoro che su di essa ha fatto la Commissione bilancio del Senato non meritavano questo epilogo.

In quest'Aula molto poco, anzi quasi per niente si è parlato di tutto quello che la Commissione bilancio ha contribuito a migliorare rispetto alle criticità che questa legge di stabilità presentava nel momento in cui è arrivata in Senato. Molto poco si è detto di quanto è stato fatto sull'IRAP per i lavoratori autonomi senza dipendenti; molto poco si è detto di quanto si è fatto sui patronati, sulla tassazione del *capital gain* di fondi e casse, sul fondo emergenze, sui terremoti e anche sul sociale.

Io mi sento davvero di rivolgere un ringraziamento ai colleghi della Commissione, a tutti i funzionari, al presidente Azzollini che, purtroppo, questa sera non è qui con noi (certamente non per sua volontà), ma che davvero ha guidato i lavori della Commissione che, non per demeriti della Commissione, né della maggioranza né dell'opposizione, probabilmente sono stati appesantiti anche dalla zavorra degli 80 emendamenti che il Governo ha presentato, e forse per questo la Commissione non ha concluso l'esame. Sebbene non abbia concluso, ha dato comunque un segnale positivo su questa legge di stabilità; e un segnale molto positivo lo ha dato anche il lavoro del Gruppo Area Popolare: lo ha dato sulla detassazione della contrattazione di secondo livello, il cui fondo è stato reintegrato; lo ha dato sulle zone franche urbane, il cui fondo, anche in questo caso, è stato reintegrato.

Un segnale importante questa legge lo dà con la chiusura delle società partecipate, perché abbiamo inserito un comma, breve ma molto eloquente, che prevede la chiusura delle società partecipate che hanno solo amministratori o che hanno più amministratori che dipendenti, per iniziare il processo di aggregazione delle società partecipate che le porterà da 8.000 a 1.000, come prevede il piano Cottarelli.

Per questi motivi, per tutto il lavoro che ha fatto la Commissione bilancio e anche per il lavoro che, come Gruppo Area Popolare, abbiamo fatto dentro la legge di stabilità, io annuncio il nostro voto favorevole. *(Applausi dal Gruppo AP (NCD-UDC))*.

LEZZI *(M5S)*. Domando di parlare per dichiarazione di voto.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

LEZZI *(M5S)*. Che vi devo dire? In tutta questa giornata lunghissima, innanzitutto ci sono troppi gufi, troppi piagnucoloni. Uras, tu addirittura hai tirato fuori anche Berlinguer. C'è il nuovo! Non rimanere attaccato alla questione morale. Ma basta! C'è il nuovo che avanza e ti devi adeguare. Il nuovo che avanza è anche un Governo e una Presidenza che si prendono carico e responsabilità di un testo sconosciuto.

Io ora sono un po' perplessa, perché onestamente ancora non ho capito se noi dobbiamo fare la passerella e dare o non dare la fiducia, dal momento che la responsabilità ce l'avete voi. Io credevo che, dopo questa presa d'atto, ci avreste detto: «Potete andare a casa, abbiamo fatto tutti noi». Del resto, c'è la responsabilità di Governo e Presidenza e noi siamo ormai poco utili. Insomma, è venuta anche un po' di frustrazione per questo. Ma per sentirmi un po' meglio domani mattina andrò a leggere l'intervento del collega Zeller, perché lì ci sono i fondatissimi motivi per cui dire sì a questa manovra, e poi magari dalla collega Chiavaroli mi farò dare questo plico di Cottarelli che probabilmente conosce solo lei, perché ha ripreso un po' questo piano.

Ma io volevo fare giusto un piccolo inciso su questi famosissimi lavori di Commissione. Io faccio parte della Commissione bilancio e potrei anche prendermi dei ringraziamenti per il lavoro svolto dalla Commissione, ma io non sono stata parlamentare fino adesso, ho lavorato per ventun'anni in una piccola impresa che mi ha dato da mangiare, ed avevo comprato la casa e la macchina. Però dovevo lavorare e produrre, e dovevo lavorare con ordine e con rigore insieme ai miei colleghi e al mio titolare.

Sono stata sì in Commissione anche di notte, ma non ho lavorato, non ho prodotto: io vedevo sfrecciare emendamenti. Fa quasi ridere ma è così: arrivavano quelli del Governo, quelli del relatore al Governo; ormai facevamo emendamenti tra di noi senza capire in realtà nulla del testo, perché arrivavano dopo attese di mezz'ora, tre quarti d'ora o un'ora, e poi si votava così: numero 1, 2, 3, 4, 5, 6. È così che funziona la Commissione bilancio, diciamolo! *(Applausi dal Gruppo M5S)*. E se magari si chiedeva: «Ma possiamo capire cosa c'è in questo emendamento?», ci si rispondeva: «No, tanto poi lo ritiriamo».

Quello che l'opposizione ha fatto - devo riconoscerlo ai colleghi della Lega e ai colleghi di SEL - è cercare di contenere l'ostruzionismo della maggioranza per venire a capo di una qualche logica, perché un po' io ho pensato: «Forse la maggioranza fa ostruzionismo all'opposizione, così non sono costretti a dire di no. No, forse l'ostruzionismo è veramente diretto contro il Governo».

Poi è arrivata tutta questa pagliacciata di oggi e sono veramente perplessa. Quindi vorrei mi si confermasse se ci state chiedendo la fiducia, il perché e su quali basi. Magari qualche risposta sarebbe anche utile per capire dove stiamo andando, cosa vogliamo fare di questo Paese, perché sarebbe interessante andarlo a dire, come noi lo abbiamo spesso chiesto anche al presidente Napolitano, e lo cito con rispetto, se posso.

Magari sarebbe utile parlare onestamente al Paese, esprimere tutti i gravissimi problemi che incombono su questo Paese, tutti i sacrifici che si dovrebbero fare e stringerci un po' intorno a queste difficoltà, tutti, e magari trascorrere le notti per cercare una soluzione e una via d'uscita al solco delle regole europee, cercando di pensare a chi è rimasto troppo indietro e dargli una mano, che poi sarebbe anche una misura macroeconomica perché incomincerebbero di nuovo a consumare: perché ci sono tanti cittadini che vorrebbero comparsi un paio di scarpe nuove o un panettone per Natale ma non possono, sono veramente impossibilitati a farlo.

Nel frattempo, io ho ricevuto moltissimi messaggi. Io so che il presidente Renzi, sicuramente, nei prossimi giorni andrà in televisione a dire: «Guardate: ho incardinato anche la legge elettorale. Finalmente le grandi riforme strutturali! Il Paese cambierà!». Lo sappiamo ormai da mesi.

Renzi governa forse da più tempo di Letta, però ancora nessuno pensa a rottamarlo. In ogni caso, tra qualche mese, quando la TASI arriverà e sarà più alta (perché Renzi ha azzoppato sé stesso ma ha dimenticato di dire che ha scippato più di mezzo miliardo ai Comuni per le detrazioni), egli dirà ciò che ha detto per la TASI numero uno, che ha disciplinato con il decreto «salva Roma», il contentino di maggio destinato a Roma.

Adesso Renzi dirà sicuramente: «Ma io ancora non ho capito nulla della TASI». Lo ha già detto che non capiva niente della TASI, ma adesso ha saputo chiudere il cerchio.

Tanti i messaggi arrivati e, per far ridere i miei colleghi del Movimento 5 Stelle, leggo questo: «Se potessi chiedere, gentilmente, al Vice Ministro, di darmi il numero della PostePay di Renzi perché, se ne ha bisogno, gli restituisco gli 80 euro». *(Applausi dal Gruppo M5S)*.

BONFRISCO *(FI-PdL XVII)*. Domando di parlare per dichiarazione di voto.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

BONFRISCO *(FI-PdL XVII)*. Signor Presidente, siamo dunque arrivati al merito di questa legge, la grande legge di stabilità. E una buona legge di stabilità, signor Presidente e signori del Governo, si regge, in questo caso, su tre pilastri.

Il primo sono i tagli futuri e incerti, come spesso lo sono, e non solo in questa occasione. Mai, però, come in questa occasione, vi è un aumento della tassazione, quella indiretta. Cito per tutte l'IVA, che

in questa legge di stabilità è programmata come una bomba a orologeria, da qui al 2018, per arrivare alla mirabolante quota del 25,5 per cento. Cioè, oltre il 25 per cento del valore aggiunto di un prodotto sarà incassato dallo Stato e sottratto all'economia.

Vi è un accentramento di spesa pubblica per produrre dei presunti risparmi che, invece, sappiamo già cominciano a produrre indebolimento del sistema economico italiano, soprattutto di quello che vive, per i dati che conosciamo, per circa il 50 per cento di economia pubblica, dell'acquisto di beni e servizi, della spesa dello Stato e di quell'ambito più ampio legato agli enti locali e alla loro spesa.

È una centralizzazione che, se non condotta correttamente, come tutti noi auspichiamo, produrrà effetti prociclici: altro che essere alla base, insieme a interventi sulla domanda, di quella manovra espansiva che si vorrebbe costruire o che, forse, si voleva costruire in questa legge di stabilità!

È una legge di stabilità che, invece, affoga in una pressione fiscale che però è superata, nella sua gravità, da un prelievo quotidiano di liquidità a valere sulle imprese, che rende le nostre imprese ormai debolissime di fronte alla crisi. Quella non è dipesa da noi, ma dipende da noi come sottraiamo ogni giorno al sistema delle imprese liquidità a vario titolo.

Ho già avuto modo di dire che l'elenco delle difficoltà che noi creiamo alle imprese è tale che forse vale più della crisi e vale più della pressione fiscale: a partire dal rimborso dell'IVA che non arriva, della compensazione che non c'è, di tutto quell'anticipo sulla tassazione che, solo nel nostro Paese oramai sfiora quota 130 per cento. E che anticipo è una quota di tassazione che deve essere ceduta allo Stato ancora prima di essere maturata e in quelle dimensioni?

Vi abbiamo chiesto, in questa legge di stabilità, il non aumento della tassazione sulle pensioni future, perché ciò mette a serio rischio quel pilastro della previdenza, che è il pilastro del futuro della nostra previdenza, che è quello che avremmo dovuto favorire di più in questi anni e colpevolmente non lo abbiamo fatto. Oggi però quel pilastro non merita certo di essere penalizzato da un'ulteriore tassazione. Vi abbiamo chiesto di non mettere mano a quella clausola di salvaguardia, che sembra oramai, nel comune sentire, una specie di medicina con un nome che ci rassicura e che invece è un veleno per la nostra economia, perché aumentano e aumenteranno le accise sul gasolio, sul petrolio, sui prodotti derivati dal petrolio e, soprattutto, quella parte di tassazione, che non riusciamo mai a modificare, ovvero quella che lo Stato incamera subito.

Sull'agricoltura vi abbiamo chiesto di non andare con la mano così pesante. Ci siete andati pesanti, stavolta, sull'agricoltura! Signor vice ministro Olivero, le voglio ricordare che la questione dell'IMU agricola non è risolta perché viene spostato il pagamento di qualche giorno e che, a proposito dei fondi sottratti ai giovani in agricoltura (che tanto abbiamo apprezzato, quando sono stati stanziati), se quei soldi spariscono, spariscono anche i giovani, che nel mondo dell'agricoltura moderna oggi possono trovare anche un loro autoimpiego. Poi affidiamo ad Equitalia la riscossione delle quote latte, senza mai interrogarci sul fatto che quelle quote e le multe conseguenti sono state definite come sbagliate da un'indagine dei Carabinieri e da sentenze di magistrati. Non possiamo risolvere il problema mandando Equitalia, ma lo risolviamo se rivediamo quel grave errore commesso dall'Italia.

GAETTI *(M5S)*. Li dovrebbe pagare chi i conti li doveva fare!

BONFRISCO *(FI-PdL XVII)*. Ecco, questa è una legge di stabilità che dovrebbe tenerci in Europa, alla vigilia di quel rientro obbligatorio dello 0,5 per cento che non so proprio come faremo a rispettare - e credo che nessuno di noi, in quest'Aula, lo sappia -- se continuiamo a bruciare un PIL, che prendiamo a martellate, attraverso la diminuzione del potere d'acquisto degli italiani, che in questi ultimi tre anni hanno visto tristemente triplicare la tassazione sulla casa, da 10 a 30 miliardi di euro. Si tratta di 30 miliardi di euro sottratti ai conti correnti degli italiani e finiti direttamente nelle casse dello Stato.

Signor vice ministro Morando, ho troppo rispetto di lei, avendola conosciuta nel suo rigore parlamentare, che a me ha insegnato molto, e pur nel poco che so, non avrei accettato di dover reggere sulle spalle la giornata di oggi, con il peso di un Governo che sembra uscito da un cinepattone *(Applausi dal Gruppo FI-PdL XVII)*, perché solo in un film avremmo potuto vedere le scene di questa sera, con i numeri sbagliati, i testi errati, i riferimenti normativi non verificati. Oggi abbiamo scritto

una brutta pagina della storia parlamentare, anzi, l'avete scritta: noi non abbiamo voluto partecipare, signor Presidente, ad una discussione umiliante per le prerogative del Parlamento e per ciascun rappresentante dei cittadini che siede in quest'Aula.

Ecco perché il nostro voto sarà convintamente contrario a questa legge di stabilità, che nemmeno ai cittadini dell'Aquila è riuscita a dare quello che avrebbero dovuto avere! *(Applausi dei senatori Malan e Pelino)*.

PELINO *(FI-PdL XVII)*. Brava!

BONFRISCO *(FI-PdL XVII)*. Non andate orgogliosi di nessuno di questi risultati; noi siamo qui a dimostrare la nostra forza: la forza del convincimento che in questa legge di stabilità non ci sono le cose buone che servono agli italiani.

Io auguro a questo Governo di chiarire quanto prima il senso del proprio ruolo: se è quello legato all'abbattimento o all'indebolimento del sistema istituzionale democratico, o se invece è quello di chi comincia - spero - da domani a occuparsi della situazione tragica dell'economia italiana. *(Applausi dal Gruppo FI-PdL XVII)*.

SANTINI *(PD)*. Domando di parlare per dichiarazione di voto.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

SANTINI *(PD)*. Signor Presidente, signor Vice Ministro e colleghi, in larga parte io affiderò le mie riflessioni a un testo scritto che consegnerò alla Presidenza affinché sia pubblicato in Allegato ai Resoconti della seduta. Voglio solo usare poche battute innanzitutto per ringraziare la Commissione bilancio, i collaboratori, tutti i colleghi, il Vice Ministro per il lavoro che è stato fatto e che a mio avviso rimane un buon lavoro che ha contribuito a migliorare una buona legge di stabilità.

Affido a voi solo un pensiero. Proviamo a chiederci cosa resta di questa nostra discussione di queste due settimane. Resta il ricordo di queste ultime ore un po' affannate, un po' tumultuose, che sono state anche segnate da momenti di rinvii e anche però da scuse, da rimedi che sono stati apportati agli errori materiali di cui si parlava; oppure rimane - e io penso che sia questa la cosa migliore e voglio citarli solo per un attimo - il fatto che in queste due settimane nel lavoro di Commissione, e ora anche nel testo finale, ritroviamo un lungo elenco di buoni provvedimenti che (questa secondo me è la novità che è sfuggita in questo dibattito, anche in un gioco di ruoli un po' forzato) hanno registrato quasi sempre il voto unanime della Commissione? La riduzione dell'IRAP l'hanno votata tutti in Commissione; la riduzione dei tagli ai patronati l'hanno votata tutti in Commissione. *(Applausi dal Gruppo PD)*. Gli interventi per quanto riguarda l'amianto, tutti li hanno votati in Commissione; gli interventi per le calamità naturali, tutti li hanno votati in Commissione. Gli interventi per L'Aquila, l'Emilia-Romagna, il Molise e la Sicilia, tutti li hanno votati in Commissione. Mi chiedo quindi perché non portarci questo ricordo di questi quindici giorni, che diventa anche un impegno a essere conseguenti, a dare a questa legge di stabilità la prospettiva, l'impegno, la qualità che deve avere per cercare di andare nella direzione che traccia, quella cioè di un Paese che vuole ripartire e che riuscirà a farlo. Io penso che questo è quello dobbiamo portarci di questi quindici giorni; dobbiamo portarcelo nelle nostre teste e soprattutto nella volontà di migliorarlo ancora nei prossimi mesi.

Per questi motivi, signor Presidente, e per quello che è scritto nel testo che lascerò, il Partito Democratico voterà convintamente la fiducia sul disegno di legge di stabilità per tracciare il futuro di un'Italia che vuole migliorare e andare avanti. *(Applausi dai Gruppi PD e AP (NCD-UDC))*.

PRESIDENTE. La Presidenza la autorizza ad allegare il testo del suo intervento al Resoconto della seduta.

VOLPI *(LN-Aut)*. Domando di parlare per dichiarazione di voto in dissenso dal mio Gruppo.

PRESIDENTE. Ne prendo atto e le do la parola.

VOLPI *(LN-Aut)*. Signor Presidente, devo dire che intervengo in dissenso dal Gruppo, non per le motivazioni, che sono ovvie; io, infatti, ho condiviso la contrarietà del mio Gruppo rispetto a questo provvedimento.

Prima di tutto, però, vorrei ringraziare, più che un senatore, un galantuomo, cioè il senatore Sangalli.

Egli mi ha concesso di capire alcune cose, ho imparato e sto imparando molto da lui e credo che molti qui dovrebbero imparare da lui come ci si comporta.

Signor Presidente, fino adesso in questi giorni io ho sentito troppe lezioni di autocompiacimento per poi vedere le sceneggiate di questa sera, con il vice ministro Morando che cinque minuti fa stava ancora scartabellando nelle 300 pagine, forse per capire cosa c'era scritto.

Signor Presidente, questa volgarità antistituzionale che ho visto oggi non mi consente di partecipare al voto. Lo faccio con convinzione e devo dire che non mi ha convinto l'atteggiamento del Governo e - mi dispiace dirlo - ancora una volta non mi ha convinto il suo modo di conduzione dei lavori, che ha concesso ancora qualsiasi cosa ad una maggioranza. Non abbiamo bisogno, signor Presidente, di Ponzio Pilato; abbiamo bisogno di qualcuno che garantisca la verità sulle cose in quest'Aula.

Sta diventando una prassi la fiducia nell'*iter* parlamentare; siamo arrivati a non so quante fiducie. Allora, colleghi, questo è un Governo che sta insieme solamente con le fiducie; ma non funziona così il Parlamento. Mi sembra che una regolatina, due ragionamenti in maggioranza dovreste farli.

Io comunque non intendo legittimare con il mio voto quella che ritengo una umiliante oscenità. *(Applausi dei senatori Crosio e Rizzotti)*.

PRESIDENTE. Senatore Volpi, proprio per darle atto che la Presidenza ha collaborato, attraverso i suoi uffici, a rivedere il testo, per poter eliminare eventuali errori o eventuali discrasie che possano magari, se aggiustate dalla Camera, farci tornare ad esaminare questo provvedimento ancora una volta, vorrei che la senatrice Segretario leggesse le correzioni formali all'emendamento 1.10000, nel testo che è in distribuzione.

SAGGESE, *segretario*. «Al comma 665, ultimo periodo, dopo le parole "Alla compensazione degli effetti finanziari sui saldi di finanza pubblica di cui al periodo precedente", l'importo di "15 milioni di euro" deve intendersi di "5 milioni di euro", coerentemente con l'importo entro il quale opera l'esclusione dai limiti delle spese finali per la regione Molise.

«Al comma 602 sostituire "263-*bis*" con "601"».

«Al comma 685 sostituire "709" con "684"».

«Al comma 686 sostituire "709" con "684"».

«Al comma 698 sostituire "722" con "697"».

«Al comma 699 sostituire "719-720" con "694-695"».

«Al comma 706 sostituire "728" con "703"».

«Dopo il comma 708 cambiare il numero "708" (erroneamente duplicato) con "708-*bis*"».

«In entrambi i commi 708 e 708-*bis* sostituire "732" con "707"».

«Al comma 122 sostituire "120" con "118"».

«Al comma 687 sostituire "708-709" con "683-684"».

«Al comma 688 sostituire "709" con "684"».

PRESIDENTE. Queste sono le correzioni formali al maxiemendamento che si va a votare e che è in distribuzione.

Votazione nominale con appello

PRESIDENTE. Indìco la votazione dell'emendamento 1.10000 (testo corretto), presentato dal Governo, interamente sostitutivo degli articoli del disegno di legge n. 1698, sull'approvazione del quale il Governo ha posto la questione di fiducia.

Ricordo che ai sensi dell'articolo 94, secondo comma, della Costituzione e ai sensi dell'articolo 161, comma 1, del Regolamento, la votazione sulla questione di fiducia avrà luogo mediante votazione

nominale con appello.

I senatori favorevoli alla fiducia risponderanno sì; i senatori contrari risponderanno no; i senatori che intendono astenersi si esprimeranno di conseguenza.

Ricordo che ciascun senatore chiamato dal senatore Segretario dovrà esprimere il proprio voto passando innanzi al banco della Presidenza.

Estraggo ora a sorte il nome del senatore dal quale avrà inizio l'appello nominale.

(È estratto a sorte il nome della senatrice Puppato).

Invito il senatore Segretario a procedere all'appello, iniziando dalla senatrice Puppato.

SAGGESE,*segretario, fa l'appello.*

Rispondono sì*i senatori:*

Aiello, Albano, Amati, Angioni, Anitori, Astorre, Augello

Battista, Berger, Bertuzzi, Bianco, Bianconi, Bilardi, Bonaiuti, Borioli, Broglia, Bubbico, Buemi

Caleo, Cantini, Capacchione, Cardinali, Casini, Cassano, Casson, Chiavaroli, Chiti, Cirinnà, Cociancich, Collina, Colucci, Compagna, Conte, Corsini, Cucca, Cuomo

D'Adda, Dalla Tor, Dalla Zuanna, D'Ascola, Davico, De Biasi, De Poli, Del Barba, Della Vedova, Di Biagio, Di Giacomo, Di Giorgi, Dirindin, D'Onghia

Esposito Giuseppe, Esposito Stefano

Fabbri, Fasiolo, Fattorini, Favero, Fedeli, Ferrara Elena, Filippi, Filippin, Finocchiaro, Fissore, Formigoni, Fornaro, Fravezzi

Gatti, Gentile, Giacobbe, Giannini, Ginetti, Giovanardi, Gotor, Granaiola, Gualdani, Guerra, Guerrieri Paleotti

Ichino, Idem

Lai, Langella, Laniece, Lanzillotta, Latorre, Lepri, Lo Giudice, Lo Moro, Longo Fausto Guilherme, Lucherini, Lumia

Manassero, Manconi, Mancuso, Maran, Marcucci, Margiotta, Marinello, Marino Luigi, Marino Mauro Maria, Martini, Mattesini, Maturani, Merloni, Micheloni, Migliavacca, Mineo, Minniti, Mirabelli, Morgoni, Moscardelli, Mucchetti

Naccarato, Nencini

Olivero, Orrù

Padua, Pagano, Pagliari, Palermo, Panizza, Parente, Pegorer, Pezzopane, Pignedoli, Pinotti, Pizzetti, Puglisi, Puppato

Quagliariello

Ranucci, Romano, Rossi Gianluca, Rossi Luciano, Russo, Ruta

Sacconi, Saggese, Sangalli, Santini, Scalia, Schifani, Silvestro, Sollo, Sonego, Spilabotte, Sposetti, Susta

Tocci, Tomaselli, Tonini, Torrisi, Turano

Vaccari, Valdinosi, Valentini, Vattuone, Verducci, Vicari, Viceconte

Zanda, Zanoni, Zavoli, Zeller.

Rispondono no*i senatori:*

Arrigoni

Barozzino, Bellot, Bencini, Bernini, Bisinella, Bocchino, Bonfrisco, Bruno

Caliendo, Carraro, Cervellini

De Cristofaro, De Petris, De Pin

Galimberti, Gasparri, Gibiino, Giro

Malan, Mandelli, Marin, Mazzoni

Orellana

Pelino, Pepe, Petraglia, Piccoli

Rizzotti, Romani Maurizio, Romani Paolo

Scoma, Serafini, Stefani

Tosato

Uras
Zuffada.
PRESIDENTE. Dichiaro chiusa la votazione e invito i senatori Segretari a procedere al computo dei voti.
(I senatori Segretari procedono al computo dei voti).
Proclamo il risultato della votazione nominale con appello dell'emendamento 1.10000 (testo corretto), interamente sostitutivo degli articoli del disegno di legge n. 1698, sull'approvazione del quale il Governo ha posto la questione di fiducia:

Senatori presenti	200
Senatori votanti	199
Maggioranza	100
Favorevoli	162
Contrari	37

Il Senato approva. *(Applausi dal Gruppo PD)*.
Risultano pertanto preclusi tutti gli emendamenti e gli ordini del giorno riferiti al testo del disegno di legge di stabilità.
Onorevoli colleghi, per effetto dell'approvazione del disegno di legge di stabilità, il Governo dovrà ora procedere alla stesura della conseguente Nota di variazioni, che sarà trasmessa al Senato non appena possibile.
La 5a Commissione permanente è sin d'ora autorizzata a convocarsi per l'esame di tale documento e quindi a riferire all'Assemblea alla ripresa della discussione del bilancio.
In attesa della presentazione da parte del Governo della Nota di variazioni del bilancio, sospendo la seduta.
(La seduta, sospesa alle ore 4,43, è ripresa alle ore 5,22).

Ripresa della discussione del disegno di legge n. 1699 (ore 5,22)

PRESIDENTE. Riprendiamo l'esame del disegno di legge di bilancio.

Onorevoli colleghi, il Ministro dell'economia e delle finanze ha presentato la Seconda Nota di variazioni al bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017. Tale Nota è stata deferita alla 5a Commissione permanente.

Prima di procedere alla votazione finale del bilancio di previsione dello Stato occorre passare, ai sensi dell'articolo 129, comma 3, del Regolamento, all'esame e alla deliberazione sulla Seconda Nota di variazioni, con la quale il Governo ha provveduto ad introdurre nel testo del disegno di legge di bilancio e nelle annesse tabelle modificazioni conseguenti alle determinazioni adottate dal Senato in sede di esame della legge di stabilità.

Ha facoltà di parlare il senatore Sangalli per riferire sulle conclusioni adottate dalla 5a Commissione permanente in ordine alla Seconda Nota di variazioni.

SANGALLI *(PD)*. Signor Presidente, la Commissione bilancio ha testé approvato la Nota di variazioni al bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e per il triennio 2015-2017.

Questa Nota è stata predisposta al fine di recepire gli effetti degli emendamenti approvati al Senato della Repubblica al disegno di legge di stabilità 2015 e al progetto di bilancio in sede di seconda lettura del testo approvato dalla Camera dei deputati, nel quale erano già considerati, mediante apposita Nota di variazioni, gli effetti della prima lettura.

È da porre in evidenza che gli emendamenti al disegno di legge di stabilità per l'anno 2015 e al progetto di bilancio per il triennio 2015-2017, in esito alle valutazioni degli effetti finanziari dei medesimi determinati, riflessi nella presente Nota di variazioni, non comportano, rispetto agli obiettivi prefissati dalla manovra, effetti peggiorativi dei saldi di finanza pubblica.

In relazione a quanto precede, la presente Nota comporta modifiche ai quadri generali riassuntivi per il triennio 2015-2017, in termini di competenza e di cassa, ad alcuni articoli del disegno di legge del bilancio triennale, allo stato di previsione delle entrate (tabella numero 1) e a tutti gli stati di previsione della spesa dei Ministeri, dalla tabella 2 alla tabella 14. Si producono, di conseguenza, anche le modifiche relative agli allegati tecnici per capitoli.

PRESIDENTE. Passiamo dunque alla votazione della Nota di variazioni.

Con l'approvazione della Nota di variazioni si intenderà modificato di conseguenza il testo su cui il Senato si è pronunciato nelle precedenti fasi della procedura, in riferimento sia agli articoli del disegno di legge di bilancio, sia alle annesse tabelle.

Successivamente si procederà alla votazione finale del disegno di legge n. 1699, mediante procedimento elettronico.

SANTINI *(PD)*. Domando di parlare per dichiarazione di voto.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

SANTINI *(PD)*. Signor Presidente, desidero fare una dichiarazione di voto in merito alla Nota di variazioni del bilancio, in quanto riscontriamo la traduzione della manovra finanziaria che abbiamo realizzato in Senato. In particolare, rileviamo il percorso complicato che abbiamo davanti, che riteniamo, però, possa rendere possibile realizzare gli obiettivi che ci siamo dati.

Come abbiamo già fatto in Commissione, dichiariamo, quindi, il voto favorevole alla Nota di variazioni, nella convinzione che essa permette di costruire quel percorso di cui abbiamo parlato nelle nostre precedenti dichiarazioni.

LANZILLOTTA *(SCpI)*. Domando di parlare per dichiarazione di voto.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

LANZILLOTTA *(SCpI)*. Signor Presidente, anche io intendo dichiarare il voto favorevole alla Nota di variazioni, che dà conto dell'entità della manovra realizzata dal Senato, che è di circa un miliardo sul fronte sia dell'entrata che della spesa, e descrive analiticamente - io credo - a completamento della discussione svolta sulle modifiche alla legge di stabilità, l'impatto delle singole modifiche rispetto ad essa. *(Alcuni senatori si affrettano ad entrare in Aula. Applausi ironici dai Gruppi M5S, LN-Aut e Misto-SEL)*.

Per questo annunciamo il nostro voto favorevole.

CALDEROLI *(LN-Aut)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

CALDEROLI *(LN-Aut)*. Prima di procedere al voto, chiediamo la verifica del numero legale.

Verifica del numero legale

PRESIDENTE. Invito il senatore Segretario a verificare se la richiesta risulta appoggiata dal prescritto numero di senatori, mediante procedimento elettronico.

(La richiesta risulta appoggiata).

Invito pertanto i senatori a far constatare la loro presenza mediante procedimento elettronico. *(Commenti dai Gruppi M5S e LN-Aut)*.

(Segue la verifica del numero legale).

BONFRISCO *(FI-PdL XVII)*. Chiuda!

PRESIDENTE. Il Senato è in numero legale.

Ripresa della discussione del disegno di legge n. 1699

PRESIDENTE. Metto ai voti la Seconda Nota di variazioni.

È approvata.

Procediamo ora alla votazione del disegno di legge di bilancio.

Ai sensi dell'articolo 120, comma 3, del Regolamento, indìco la votazione nominale con scrutinio

simultaneo, mediante procedimento elettronico, del disegno di legge n. 1699, nel suo complesso, nel testo emendato.

(Segue la votazione).

Il Senato approva.

Sospendo la seduta e convoco la Conferenza dei Capigruppo.

(La seduta, sospesa alle ore 5,31 è ripresa alle ore 6,14).

Sui lavori del Senato

PRESIDENTE. La Conferenza dei Capigruppo ha approvato a maggioranza il nuovo calendario dei lavori fino all'8 gennaio 2015.

L'odierna seduta proseguirà con l'incardinamento del disegno di legge di riforma elettorale approvato dalla Camera dei deputati. *(Applausi ironici dal Gruppo M5S)*.

VOCI DAL GRUPPO M5S. Bravi! Bravi!

PRESIDENTE. La Presidente della 1a Commissione permanente darà conto dei lavori svolti in Commissione.

L'Assemblea del Senato tornerà a riunirsi mercoledì 7 gennaio, alle ore 16, e giovedì 8, alle ore 9,30, per l'avvio della discussione generale della riforma elettorale, previo esame di eventuali questioni incidentali, ove presentate. *(Proteste dal Gruppo M5S)*.

Nel pomeriggio di giovedì 8 gennaio si svolgerà il sindacato ispettivo.

Programma dei lavori dell'Assemblea, integrazioni

PRESIDENTE. La Conferenza dei Presidenti dei Gruppi parlamentari, riunitasi oggi con la presenza dei Vice Presidenti del Senato e con l'intervento del rappresentante del Governo, ha adottato - ai sensi dell'articolo 53 del Regolamento - la seguente integrazione al programma dei lavori del Senato per i mesi di ottobre, novembre e dicembre 2014.

- Disegno di legge n. 1385 e connesso - Disposizioni in materia di elezione della Camera dei deputati (Approvato dalla Camera dei deputati) (Voto finale con la presenza del numero legale)

Calendario dei lavori dell'Assemblea Discussione e reiezione di proposte di modifica

PRESIDENTE. Nel corso della stessa riunione, la Conferenza dei Presidenti dei Gruppi parlamentari ha altresì adottato - ai sensi dell'articolo 55 del Regolamento - il nuovo calendario dei lavori fino all'8 gennaio 2015:

Venerdì	19	dicembre	ant.	h. 10	- Seguito disegni di legge nn. 1698 e 1699 - Legge di stabilità 2015 e legge di bilancio 2015 e bilancio pluriennale 2015-2017 *(Approvati dalla Camera dei deputati) (Votazioni finali con la presenza del numero legale)* - Disegno di legge n. 1385 e connesso - Legge elettorale *(Approvato dalla Camera dei deputati) (Voto finale con la presenza del numero legale)*
Mercoledì	7	gennaio	pom.	h. 16-20	- Seguito disegno di legge n. 1385 e connesso - Legge elettorale *(Approvato dalla Camera dei deputati) (Voto finale con la presenza del numero legale)*

Giovedì	8	"	ant.	h. 9,30-13,30	
Giovedì	8	gennaio	pom.	h. 16	- Interpellanze e interrogazioni

AIROLA *(M5S)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

AIROLA *(M5S)*. Signor Presidente, la legge elettorale si dovrebbe incardinare stamane perché c'è fretta, perché lunedì e martedì prossimi evidentemente questo Parlamento non può lavorare, ma poi si comincerà a discuterne il 7 e l'8 gennaio, per cui non mi sembra che l'esame di questo provvedimento sia così urgente.

Ritengo - e lo dico anche a nome del mio Gruppo - che sia molto più urgente non raccontare frottole al Paese e incardinare immediatamente lunedì e martedì, facendo partire subito la discussione in Aula, il pacchetto di misure anticorruzione, quello che permetterebbe di punire i signori che quotidianamente rubano miliardi agli italiani. *(Applausi dal Gruppo M5S)*.

In più, osservo che il presidente del Consiglio Matteo Renzi, che ha fatto mille decreti (mille ne ha fatti), per questa occasione, visto che c'era urgenza, ha fatto un disegno di legge per scaricare a questo Parlamento umiliato, svilito, annichilito, la responsabilità di portare avanti per le lunghe, per i problemi che la maggioranza al suo interno continua ad avere su questa tematica importante. Allora io ritengo che questo Parlamento abbia il dovere di dimostrare a questo signore che è in grado di votare il pacchetto di leggi che è stato discusso fino ad oggi in Commissione giustizia e poi insabbiato a causa dei vostri problemi (vostri e di questi signori che oggi non ci sono, perché sono andati a casa) e dare una risposta immediata alla criminalità che appesta questo Paese. Questo è ciò di cui abbiamo bisogno adesso.

Il disegno di legge elettorale è stato licenziato a marzo: non raccontate balle a nessuno dicendo che è molto urgente adesso, umiliando peraltro il Presidente della Commissione affari costituzionali che sarà costretta a dire che non è riuscita a completare i lavori. Questo, questo siete voi. *(Applausi dal Gruppo M5S)*.

DE PETRIS *(Misto-SEL)*. Domando di parlare. *(Numerosi senatori dei Gruppi M5S, LN-Aut e Misto-MovX fanno cenno di voler intervenire)*.

PRESIDENTE. Colleghi, fateci avere un elenco scritto di chi vuole intervenire. Dobbiamo dare un ordine ai lavori.

Prego, senatrice De Petris, ha facoltà di parlare.

DE PETRIS *(Misto-SEL)*. Signor Presidente, siamo arrivati alle 6,20 di questa mattina per tutti gli errori ed i ritardi che sono stati accumulati. Siamo stati esattamente 48 ore ad aspettare il maxiemendamento, che poi è arrivato con tutto quell'insieme di errori e strafalcioni (vedremo poi le conseguenze di tutto questo).

Il Governo (adesso lo abbiamo capito), invece di preoccuparsi della legge di stabilità (e, quindi, anche di confezionare un prodotto almeno formalmente decente), aveva un solo ed unico obiettivo: l'unica cosa che gli interessava era arrivare qui, a quest'ora di mattina, per fare quest'altra cosa, che - francamente - non saprei come definire, Presidente.

CRIMI *(M5S)*. Buffonata!

DE PETRIS *(Misto-SEL)*. Non so se è una pagliacciata o cos'altro: incardinare il disegno di legge elettorale. Si darà cioè la parola alla Presidente della Commissione affari costituzionali, che non so cosa verrà a dire, senza averlo comunicato alla Commissione.

Infatti, la Commissione affari costituzionali è stata interrotta - pure questa - più di 48 ore fa, nonostante avesse voluto e preteso e ottenuto (autorizzata da lei) di poter lavorare sul disegno di legge elettorale durante l'esame del disegno di legge di stabilità, quindi durante la sessione di bilancio. *(Applausi dei senatori Bottici ed Endrizzi)*. Dunque, per quarantott'ore la Commissione non si è più riunita. Per la verità, ieri a mezzogiorno eravamo convocati, ma ci è arrivato un messaggino molto gentile che ci ha spiegato che la Commissione era sconvocata. Quindi, al contrario anche di quello che è accaduto nella Commissione bilancio (dove almeno si sono degnati di dire che si andava in Aula

senza relatore per il disegno di legge di stabilità), nella Commissione affari costituzionali neanche questa cosa di rispetto formale viene fatta. La Commissione non si è più riunita. Abbiamo cominciato ad esaminare gli emendamenti e la Presidente ha cominciato a dare i pareri e le inammissibilità. Nel frattempo, però, il Governo e il Partito Democratico erano tutti presi dal vedere come fare l'alba (anzi, ormai la luce è già arrivata) per poter incardinare il disegno di legge elettorale.

Io ho chiesto, Presidente, lei lo sa, di poter capire l'emergenza. Ci si fa carico dell'emergenza, perché si dice che se non incardiniamo oggi succede qualche dramma, ma il dramma evidentemente non c'è, perché non è stata data risposta, anche perché se ci fosse quest'emergenza, lavoreremmo anche lunedì e martedì! *(Applausi dal Gruppo M5S e della senatrice Mussini)*. Se questo Paese non ha una legge elettorale, allora cavolo, aspettiamo e festeggiamo il santo Natale insieme, che farebbe bene a tutti quanti, così magari ogni tanto pregate pure, anche e soprattutto per questo Paese, che è finito nelle mani di persone che hanno scambiato il Governo, il governare, il dare risposta ai problemi del Paese con i soli annunci!

Noi ci ritroviamo qui a dover fare quest'altra stupidaggine perché domani mattina, tra poco, arriverà un *tweet* (lo leggerete) per dire che abbiamo incardinato la legge elettorale e i cittadini penseranno anche che abbiamo fatto anche la legge elettorale!

Se davvero aveste voglia di lavorare sui problemi delle persone, ci occuperemmo ad esempio dei reati ambientali. Lei che partecipa ai convegni sul tema, caro Presidente, sa che ieri c'è stata un'altra sentenza sull'inquinamento di Bussi per disastro ambientale in cui sono stati tutti assolti, non c'è nessun colpevole! I colpevoli siete voi, perché stiamo chiedendo da mesi di poter finalmente lavorare al provvedimento che introduce il reato di disastro ambientale nel codice penale! Nessuno mi venga a dire che la proposta che le faccio è strumentale, perché sono stanca, stufa, sono mesi che chiedo, in quella benedetta Conferenza dei Capigruppo, che finalmente quel provvedimento possa arrivare in Aula! Gli emendamenti li abbiamo già illustrati, quindi anche quel provvedimento può giungere all'Aula senza relatore. Voi però fate solo quello che vi interessa, non quello che interessa ai cittadini! Dovreste avere il coraggio di dare le risposte alle persone, di fare delle scelte. A quest'ora della mattina, se diceste che si vuole cambiare la legge Fornero, staremmo qui all'alba, lunedì, martedì, il giorno di Natale, perché allora sì che faremmo un regalo agli italiani! E invece no.

Quindi, caro Presidente, noi proponiamo che il disegno di legge che è ormai da mesi all'attenzione delle due Commissioni riunite e che riguarda i reati ambientali sia a questo punto immediatamente incardinato e si prosegua il lavoro lunedì e martedì. E vediamo che cos'è emergenza.

Mentre noi oggi - e con questo concludo - stavamo aspettando il maxiemendamento, qualcuno si divertiva anche a prenderci in giro, perché stavamo qui ad aspettare, come se ci stessimo divertendo. È arrivato il maxiemendamento, ed abbiamo assistito ad uno spettacolo a cui io francamente in tanti anni, anche con altri Governi, non avevo mai assistito, caro Presidente. Qualcuno infatti comunicava all'esterno che c'era voluto tempo perché aveva dovuto cancellare una serie di emendamentini - scusate la brutta parola - detti volgarmente marchette presentati dai senatori. Ma io dico: almeno un po' di dignità la vogliamo mettere in campo tutti quanti per difendere queste istituzioni? *(Applausi dal Gruppo M5S e delle senatrici Gambaro e Mussini)*.

Allora, se volete lavorare, se vogliamo dare una prova al Paese, cominciamo a incardinare e a discutere questioni e problemi incancreniti che aspettano da anni di essere risolti! Questa è la mia proposta, Presidente. *(Applausi dai Gruppi Misto-SEL e M5S e dei senatori Campanella, Gambaro e Mussini)*.

CRIMI *(M5S)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

CRIMI *(M5S)*. Signor Presidente, prima di avanzare la mia proposta di modifica, mi consenta di fare una brevissima premessa in quanto membro della Commissione affari costituzionali e in quanto interessato personalmente al lavoro sulla legge elettorale.

Mi permetta, Presidente, di farlo.

PRESIDENTE. Io le permetto la proposta di modifica.

CRIMI *(M5S)*. Almeno questo ce lo conceda. Presidente. Sono le 6,30 del mattino e siamo stati tutta la

notte...
PRESIDENTE. La proposta di modifica, senatore Crimi.
CRIMI *(M5S)*. Le faccio la proposta, Presidente. Mi dica quanto tempo ho per farla. Mi dica quanto tempo ho.
PRESIDENTE. Il tempo per fare la proposta.
CRIMI *(M5S)*. Mi dica quanto tempo ho.
PRESIDENTE. Ma non deve motivarla. Deve fare la proposta.
CRIMI *(M5S)*. Presidente, la devo motivare e le devo spiegare perché è assurdo...
PRESIDENTE. Faccia la proposta.
CRIMI *(M5S)*. ...andare ad incardinare un provvedimento di legge che è stato già discusso in Commissione affari costituzionali, dove sono stati presentati gli emendamenti e sono stati illustrati. Siamo alla fase di voto, ai pareri del relatore.
Se davvero si vuole la legge letterale, si venga in Aula da lunedì. La Commissione si riunisce e noi saremo presenti. Torniamo ai primi di gennaio e dall'otto cominciamo in Aula ad esaminare il provvedimento discusso in Commissione con il relatore e con gli emendamenti votati.
Questa è la prima proposta che faccio.
In secondo luogo, se proprio dobbiamo votare qualcosa d'urgente, visto che lei, Presidente, ha oggi dimostrato - perché è così - che si può venire in Aula anche con un provvedimento il cui esame non è stato terminato in Commissione, chiedo che lo si faccia immediatamente con il disegno di legge della senatrice Finocchiaro. Ciò per rispetto nei confronti della senatrice Finocchiaro, per quello che ha fatto anche nell'esame della legge elettorale e per quello che si trova a dover subire, in questo caso, da relatrice e da Presidente della Commissione.
Mi riferisco al disegno di legge sul codice antimafia, quello per destinare i beni confiscati ai Comuni, per il quale lei ha anche sollecitato - se mi ricordo bene - le Commissioni, come Presidente del Senato, al fine di intervenire su quell'argomento, e la Presidente ha immediatamente presentato un disegno di legge.
Chiedo che sia incardinato anche questo provvedimento importante, e lunedì si venga in Aula per votarlo, con la Commissione pronta a riunirsi anche nei prossimi giorni. *(Applausi dal Gruppo M5S)*.
CROSIO *(LN-Aut)*. Domando di parlare.
PRESIDENTE. Ne ha facoltà. Per favore le modifiche al calendario.
CROSIO *(LN-Aut)*. Buongiorno, Presidente.
PRESIDENTE. Buon mattino.
CROSIO *(LN-Aut)*. Vorrei proporre una variazione al calendario dei lavori per la discussione di un provvedimento proposto dal collega Centinaio, il disegno di legge n. 728, che è stato presentato il 3 giugno 2013 e contiene disposizioni per favorire lo sviluppo dell'imprenditoria giovanile nel settore agricolo.
Noi crediamo che sia un disegno di legge molto importante nell'attuale momento del Paese. Leggendola puntualmente, si vede chiaramente che essa è volta a favore, sì, dei giovani, ma in settori specifici, come ad esempio l'agricoltura di montagna. Noi crediamo che in questo momento, nel quale il Paese e l'agricoltura sono particolarmente in sofferenza, si possa fare tanto all'interno di questo settore.
Leggendo puntualmente il provvedimento e trattandolo, possiamo fare un favore al Paese.
Quindi, le chiedo gentilmente, Presidente, di poterlo trattare subito.
URAS *(Misto-SEL)*. Domando di parlare.
PRESIDENTE. Ne ha facoltà.
URAS *(Misto-SEL)*. Signor Presidente, stiamo venendo da una manovra finanziaria e da giornate difficili, e non possiamo dimenticare i moniti che ci vengono puntualmente da tutte le parti per...
PRESIDENTE. Senatore Uras, mi dispiace, ma deve fare la proposta di modifica.
URAS *(Misto-SEL)*. Presidente, non ho fatto ricreazione e, quindi, sono stanco. *(Applausi dal Gruppo M5Se del senatore Crosio)*.

PRESIDENTE. Si è iscritto per parlare sulla proposta di modifica.

URAS *(Misto-SEL)*. Sono stanco, perché sono notti e notti che dobbiamo vedere carte pasticciate e chiedere i documenti per lavorare. In Commissione bilancio ho dovuto protestare per avere la Nota di variazioni.

È una conduzione dei lavori di questo Senato offensiva per la Repubblica, per la Costituzione e per il popolo italiano. *(Applausi dai Gruppi Misto-SEL e M5S e dei senatori Campanella, Mussini, Mandelli e Zuffada)*. E lei non mi dà neppure trenta secondi per fare la proposta. Ma la faccia lei, allora. Può un Senato funzionare in questo modo?

PRESIDENTE. Non ha fatto la proposta.

URAS *(Misto-SEL)*. La posso fare?

PRESIDENTE. L'aspettiamo. *(Commenti del senatore Marton)*.

URAS *(Misto-SEL)*. E allora attenda, come ho atteso io, pazientemente, giorni e giorni, e anche quarantacinque minuti.

PRESIDENTE. Lei si è iscritto per fare una proposta.

URAS *(Misto-SEL)*. Mi sono iscritto per fare una proposta che riguarda il disegno di legge n. 1152, relativo all'istituzione del reddito minimo garantito, questione che ha carattere di assoluta urgenza in ragione proprio delle decisioni che sono state adottate da questo Senato e da questo Parlamento; in ragione della difficoltà che i nostri giovani e che tutti i disoccupati...

PRESIDENTE. È un disegno di legge?

URAS *(Misto-SEL)*. Sì, Presidente, ed è assolutamente urgente, essenziale.

BELLOT *(LN-Aut)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà. *(Vivaci commenti del senatore Uras)*.

CARDINALI *(PD)*. Basta!

URAS *(Misto-SEL)*. Basta lo diciamo noi, perché non è più possibile continuare così. Non ci date da leggere neanche le carte su cui dobbiamo votare.

PRESIDENTE. Senatore Uras, la prego, ha fatto la sua proposta.

URAS *(Misto-SEL)*. Noi non possiamo lavorare senza i documenti; abbiamo difficoltà di accesso ai documenti. *(Applausi dal Gruppo LN-Aut e della senatrice Mussini)*. Lei ci deve mettere nelle condizioni di poter lavorare.

PRESIDENTE. Stiamo parlando di proposte di modifica al calendario. Prego senatrice Bellot, faccia la sua proposta di modifica.

DE CRISTOFARO *(Misto-SEL)*. Adesso basta; tutto questo non è più sopportabile.

PRESIDENTE. Senatrice Bellot, faccia il suo intervento.

BELLOT *(LN-Aut)*. Se mantiene il silenzio in Aula io intervengo, Presidente.

Ci sono argomenti che, a quanto pare, anche il Consiglio dei ministri ha rilevato come urgenti, tanto che i primi di dicembre ha approvato un disegno di legge costituzionale che riguarda il distacco dalla Regione Veneto del Comune di Voltago Agordino.

In questo momento abbiamo incardinato un altro disegno di legge, a mia firma, che è già in corso di esame in Commissione. Quindi, se tanta importanza è stata data ad una proposta sul distacco di un Comune dove si è svolto un referendum consultivo, peraltro ancora senza parere della Regione Veneto, a maggior ragione ritengo sia fondamentale e urgente che venga portato avanti il provvedimento concernente il distacco del Comune di Sappada, che è già incardinato in Commissione ed è in attesa della sede deliberante, per la quale attendiamo da lei una risposta da troppi mesi. Chiedo pertanto che venga calendarizzato con urgenza e priorità questo disegno di legge.

PRESIDENTE. Va bene, grazie.

BELLOT *(LN-Aut)*. Se mi fa dire il numero: è il disegno di legge n. 1082.

LEZZI *(M5S)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

LEZZI *(M5S)*. Buongiorno a tutti, vorrei poter discutere e affrontare l'epocale riforma della pubblica amministrazione del presidente Renzi, dal momento che è un provvedimento collegato alla manovra di

stabilità, ma si è impantanato anche quello.
PRESIDENTE. È un disegno di legge depositato?
LEZZI *(M5S)*. È quello sulla pubblica amministrazione, collegato alla stabilità.
MARTON *(M5S)*. Domando di parlare.
PRESIDENTE. Ne ha facoltà.
MARTON *(M5S)*. Signor Presidente, siccome ritengo che non ci siano i tempi per incardinare disegni di legge complessi, vorrei che fossero calendarizzate, per le giornate di lunedì e martedì, le mozioni nn. 1-00366, 1-00360, 1-00309, 1-00114 e 1-00303, che ritengo possano essere trattate in meno di due giorni. La invito pertanto, Presidente, ad evitare di incardinare un disegno di legge complesso e ad occuparci delle mozioni.
MORONESE *(M5S)*. Domando di parlare.
PRESIDENTE. Ne ha facoltà.
MORONESE *(M5S)*. Signor Presidente, come modifica del calendario chiedo che venga inserita la discussione in Aula del disegno di legge n. 1345, recante disposizioni in materia di delitti contro l'ambiente.
Ricordo che questo disegno di legge è stato approvato alla Camera il 26 febbraio scorso; è approdato in Senato il 27 febbraio, e da allora si è arenato nelle Commissioni giustizia e ambiente.
PRESIDENTE. Credo sia lo stesso proposto dalla senatrice De Petris.
MORONESE *(M5S)*. No, non credo.
PRESIDENTE. Sui reati ambientali.
MORONESE *(M5S)*. Il provvedimento che chiedo di trattare è il n. 1345, sui delitti ambientali.
PRESIDENTE. D'accordo, sono connessi. Comunque riguarda i reati ambientali.
ENDRIZZI *(M5S)*. Domando di parlare.
PRESIDENTE. Ne ha facoltà.
ENDRIZZI *(M5S)*. Signor Presidente, io francamente non riesco a capire l'urgenza, e lo dico perché dobbiamo prendere una decisione...
PRESIDENTE. Faccia la sua proposta, per favore.
ENDRIZZI *(M5S)*. Sì, signor Presidente, io devo cercare di spiegare qual è la mia proposta in relazione a quella che è stata adottata in sede di Conferenza dei Capigruppo, altrimenti come facciamo a votare un Regolamento se non capiamo le ragioni dell'una e dell'altra? Devo avere la possibilità di argomentare, almeno quello che ha avuto la collega De Petris. E spiegando, anche per lei, qual è la situazione...
PRESIDENTE. No, lei deve fare una proposta di modifica.
ENDRIZZI *(M5S)*. Sì, devo essere in grado però anche di farmi capire...
PRESIDENTE. Lei deve fare una proposta di modifica. Poi ci saranno le dichiarazioni di voto che illustreranno le proposte di modifica.
ENDRIZZI *(M5S)*. Va bene, Presidente.
Ritengo che sia prioritario discutere il disegno di legge di modifica del testo unico di cui al decreto del Presidente della Repubblica 30 marzo del 1957, n. 361, in materia di elezione della Camera dei Deputati, e del testo unico di cui al decreto legislativo 20 dicembre 1993, n. 533, in materia di elezione del Senato della Repubblica, in applicazione della sentenza della Corte costituzionale n. 1 del 2014. Si tratta del disegno di legge che permette, con un *iter* di mezza giornata...
PRESIDENTE. Ma non è connesso con la legge elettorale?
ENDRIZZI *(M5S)*. Come, non è connesso?
PRESIDENTE. La mia è una domanda: non è connesso con la legge elettorale?
ENDRIZZI *(M5S)*. È una proposta alternativa.
PRESIDENTE. È lo stesso tema.
ENDRIZZI *(M5S)*. È il disegno di legge che permette di dare compiuta applicazione alla sentenza della Corte costituzionale, l'unico che può dirsi urgente e che consentirebbe di dare al Paese nel giro di poche ore la garanzia della continuità delle istituzioni. *(Applausi dal Gruppo M5S)*.

PRESIDENTE. Grazie, senatore.

ENDRIZZI *(M5S)*. No, signor Presidente, ho quasi finito... *(Il microfono si disattiva automaticamente).*

PRESIDENTE. Sì, abbiamo capito.

CIOFFI *(M5S)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà. *(Il senatore Endrizzi continua a parlare).*

Senatore Cioffi, qual è la sua proposta di modifica? Senatore Cioffi, la prego, le ho dato la parola. Senatore Endrizzi, la prego, lei ha già fatto la sua proposta di modifica.

CIOFFI *(M5S)*. Signor Presidente, io penso che dobbiamo accelerare i tempi perché alle 7,35 sorge il sole e molti potrebbero essere inceneriti.

PRESIDENTE. La proposta, senatore.

CIOFFI *(M5S)*. Farò molto rapidamente. Si tratta di calendarizzare la mozione n. 366 del 16 dicembre (quindi fresca fresca), che parla della banda ultralarga, nonché, se possibile, di portare in Aula il disegno di legge del Governo sulla riforma del codice degli appalti. Penso sia un pochino più importante riformare il codice degli appalti piuttosto che fare una legge elettorale.

MORRA *(M5S)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

MORRA *(M5S)*. Signor Presidente, chiedo che venga invece concesso al Senato di poter lavorare sull'Atto Senato n. 1088, se non ricordo male, presentato l'8 ottobre 2013 dal senatore Luigi Manconi. Questo provvedimento riprende in larga misura la legge di iniziativa popolare presentata ed elaborata dall'associazione «Luca Coscioni» che ha come tema la legalizzazione dell'eutanasia.

Io penso che sia ineludibile (anche perché noi stiamo procedendo all'eutanasia del Senato, e forse, in un'ottica democratica, tutto questo sarebbe da evitare) affrontare questo problema perché, per tanti e tanti italiani, è un problema vero e molto più urgente di una pseudoriforma elettorale. *(Il microfono si disattiva automaticamente).*

MARTON *(M5S)*. Ma che fretta ha!

TOSATO *(LN-Aut)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

TOSATO *(LN-Aut)*. Signor Presidente, anch'io, non condividendo le priorità fissate dalla Conferenza dei Capigruppo, chiedo che venga trattato prioritariamente il disegno di legge relativo alla modifica degli articoli 589, 590 e 590-*bis* del codice penale, nonché dell'articolo 381 del codice di procedura penale e l'introduzione degli articoli 589-*bis* e 590 del codice penale, riguardanti la configurazione del reato di omicidio stradale, che è stato presentato al Senato il 12 maggio 2014 e che è in corso di esame in Commissione a partire dal 2 dicembre.

Questa è una priorità certamente superiore a quella che è stata richiesta. *(Il microfono si disattiva automaticamente).*

Signor Presidente, mi lasci almeno dire il numero della proposta di legge.

PRESIDENTE. Non è necessario, senatore. La Presidenza conosce bene tale proposta.

BISINELLA *(LN-Aut)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

BISINELLA *(LN-Aut)*. Signor Presidente, anche io vorrei sottoporre alla Presidenza una variazione rispetto alla proposta della Conferenza dei Capigruppo. Ricordo che la legge elettorale in Commissione bilancio non ha terminato il suo *iter*, che era in corso. Si stavano affrontando dei nodi politici.

PRESIDENTE. Questo lo sappiamo. La invito a fare la sua proposta di modifica al calendario.

BISINELLA *(LN-Aut)*. Signor Presidente, rispetto a questo disegno di legge, esistono altre proposte di legge che, invece, riscontrano maggiormente l'interesse dei cittadini.

Sono interessi che sono davvero sentiti dai nostro concittadini. In particolare, mi riferisco alla proposta di legge n. 753, recante disposizioni in materia di attuazione di un piano straordinario di intervento per lo sviluppo del sistema territoriale dei servizi socioeducativi e di asili nido. Questa è una proposta di

legge che è stata presentata addirittura il 3 giugno 2013... *(Il microfono si disattiva automaticamente)*.

ARRIGONI *(LN-Aut)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

ARRIGONI *(LN-Aut)*. Signor Presidente, la proposta di modifica che vado a fare parte dall'assunto che la legge elettorale non è la priorità degli italiani.

PRESIDENTE. La invito a illustrare la sua proposta di modifica.

ARRIGONI *(LN-Aut)*. La mia richiesta di modifica del calendario è quella di incardinare il disegno di legge n. 412, recante disposizioni per la valorizzazione dell'attività artigianale di interesse storico e degli antichi mestieri.

Ripeto, la priorità del Paese non è la legge elettorale e non sono le riforme costituzionali, ma il recupero del senso del lavoro e dell'attività artigianale abbandonata. *(Il microfono si disattiva automaticamente)*.

STEFANI *(LN-Aut)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

STEFANI *(LN-Aut)*. Signor Presidente, colleghi, considerando le esigenze di alcuni settori della disciplina procedimentale, il nostro codice di procedura civile avrebbe la necessità di essere integrato con alcune norme, anche sotto il profilo strettamente civilistico, riguardo l'affidamento dei minori.

In tal senso, io propongo, in alternativa alla proposta approvata dalla Capigruppo, di modificare il calendario al fine di inserire, o quanto meno di calendarizzare, il disegno di legge n. 1441, a firma mia e di altri colleghi, nonché il disegno di legge n. 1163, del collega Divina, che sono volti a prevedere delle modifiche in materia di affidamento in caso di separazioni personali, visto e considerato le tragedie personali che si determinano nelle famiglie, proprio in ragione di una modalità di affidamento dei figli e delle liti che insorgono di conseguenza tra i genitori.

DIVINA *(LN-Aut)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

DIVINA *(LN-Aut)*. Signor Presidente, la proposta di modifica che le sottopongo è la seguente: le chiedo di poter calendarizzare innanzitutto le mozioni 1-00025, 1-00028 e 1-00343. Sono mozioni datate e rischiano di non vedere la luce per tutta la legislatura. Dopodiché chiedo di iniziare l'esame del disegno di legge n. 412, che parla della valorizzazione di attività artigianali e dei mestieri di interesse storico.

PRESIDENTE. È stato già richiesto.

DIVINA *(LN-Aut)*. Chiedo la calendarizzazione con un altro ordine. Dopodiché propongo l'esame del disegno di legge n. 559, a firma del collega senatore Calderoli, recante modificazioni della normativa delle elezioni alla Camera dei deputati, che rispetto a quello che è in previsione di trattazione...

PRESIDENTE. Anche questo disegno di legge è connesso con la legge elettorale e riguarda lo stesso tema.

DIVINA *(LN-Aut)*. Ha però una sua razionalità, mentre il provvedimento che stiamo per portare all'esame dell'Assemblea è stato un pasticcio unico. Per finire, se mi consente di inserire nella proposta un testo a mia firma, aggiungo il disegno di legge n. 1163, che tratta il tema dell'affido condiviso, che è un altro problema importante.

CANDIANI *(LN-Aut)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

CANDIANI *(LN-Aut)*. Signor Presidente, come sa, durante la Conferenza dei Capigruppo non ho condiviso il calendario, ritenendo - e sarò breve - che la premura sia tale, ma non giustifichi questa accelerazione durante la notte. La proposta è essenzialmente quella di tornare in Assemblea la prossima settimana, di lunedì, con l'incardinamento, la discussione e tutto quello che seguirà, della legge elettorale. Se poi vogliamo proprio dare delle priorità, possiamo tranquillamente aggiungere al lungo elenco che è stato già fatto, il disegno di legge n. 429, proposto dal collega senatore Stucchi, che riguarda un'importante branca della medicina, che è quella omeopatica.

SCIBONA *(M5S)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.
SCIBONA *(M5S)*. Signor Presidente, vorrei uscire dal solco imboccato con le precedenti proposte di variazione del calendario e tornare su un livello propositivo adeguato a quello del Governo.
PRESIDENTE. La proposta, senatore Scibona.
SCIBONA *(M5S)*. Pertanto vorrei chiedere la calendarizzazione urgente di un disegno di legge del 30 febbraio 2014, che dovrebbe regolamentare l'allevamento in area equatoriale della mangusta. *(Ilarità. Applausi dal Gruppo M5S)*.
PAGLINI *(M5S)*. Domando di parlare.
PRESIDENTE. Ne ha facoltà.
PAGLINI *(M5S)*. Io invece vorrei fare la proposta di calendarizzare al più presto l'atto di sindacato ispettivo 1-00220, che abbiamo depositato il 26 febbraio del 2014. Si tratta di una mozione di sfiducia nei confronti di un nostro Ministro, che a breve dovrà prendersi cura dei decreti delegati del *jobs act*. Si tratta del ministro Poletti.
PRESIDENTE. Grazie, senatrice Paglini.
PAGLINI *(M5S)*. Scusi, Presidente, mi sta togliendo anche quei pochi secondi che ho? Qui hanno portato via il tempo agli italiani e a tutti i senatori, mi lasci 30 secondi, per cortesia.
PRESIDENTE. Prego, senatrice Paglini.
PAGLINI *(M5S)*. Dicevo che questo Ministro è in pieno conflitto d'interessi.
PRESIDENTE. La proposta, senatrice.
PAGLINI *(M5S)*. La proposta è quella di calendarizzare la mozione di sfiducia al più presto, quindi lunedì mattina, perché è una cosa che interessa tutti gli italiani, perché dobbiamo mettere la vita in mano a persone oneste e senza conflitti di interessi.
BULGARELLI *(M5S)*. Domando di parlare.
PRESIDENTE. Ne ha facoltà.
BULGARELLI *(M5S)*. Per la gioia di tutti, rinuncio all'intervento.
PRESIDENTE. Ci ha dato una vera gioia. *(Commenti del senatore Marton)*.
GIROTTO *(M5S)*. Domando di parlare.
PRESIDENTE. Ne ha facoltà.
GIROTTO *(M5S)*. Signor Presidente, sono magro, ma se non mi metto di fianco mi si vede.
PRESIDENTE: Lei è quello dei *tweet:* come vede, la riconosco.
GIROTTO *(M5S)*. Signor Presidente, intanto dissento fortemente dalla proposta del mio collega Scibona, perché la mangusta è un animale intelligente e non va assolutamente trattato in questa maniera, quindi la mia è una posizione in dissenso.
PRESIDENTE. Deve fare solo proposte di modifica, poi passeremo alla discussione sulle proposte.
GIROTTO *(M5S)*. Anche io propongo la discussione di un disegno di legge, il n. 1498, recante «Disposizioni per la promozione e l'esercizio del commercio equo e solidale», in contrasto alla GDO (grande distribuzione organizzata) che detiene il monopolio del commercio alimentare.
BOTTICI *(M5S)*. Domando di parlare.
PRESIDENTE. Ne ha facoltà.
BOTTICI *(M5S)*. Signor Presidente, considerato che la legge elettorale sembra una cosa fondamentale in questo momento, io chiedo che venga incardinato, assieme, o poco prima o poco dopo, l'Atto Senato n. 1493, che reca il contrasto della propaganda elettorale abusiva. Lo potete anche trasformare del tutto con qualche emendamento.
Inoltre, siccome nel maxiemendamento è stato inserito il comma 141, che prevede che i contributi "volontari" con cui i parlamentari si comprano il posto nelle liste elettorali (quindi è comunque collegato) se li possano detrarre dal reddito, quando invece li detraggono dalle spese del mandato, sarebbe opportuno iniziare l'esame di un provvedimento non ancora assegnato...
PRESIDENTE. Se non è assegnato...
BOTTICI *(M5S)*. Aspetti. Posso terminare?
PRESIDENTE. Lei deve fare la proposta, non deve dirci il contenuto di un atto non assegnato.

BOTTICI *(M5S)*. ...che è l'Atto Senato n. 1689, recante la modifica dell'articolo 52 del decreto del Presidente della Repubblica n. 917 del 22 dicembre 1986, e che potrebbe essere assegnato in sede deliberante alla 6a Commissione, almeno chiudiamo il cerchio e tentiamo veramente di offrire un servizio ai cittadini.

PUGLIA *(M5S)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

PUGLIA *(M5S)*. Signor Presidente, sono quasi le 7 di mattina.

PRESIDENTE. La ringrazio di averci ricordato l'ora.

PUGLIA *(M5S)*. Signor Presidente, in realtà vorrei proporre di lavorare anche sabato *(Commenti. Ilarità)*.

PRESIDENTE. Siamo già a sabato. Faccia la sua proposta, senatore Puglia.

PUGLIA *(M5S)*. Propongo quindi di incardinare sabato 20 dicembre 2014, dopo l'anteprima, il disegno di legge sul reddito di cittadinanza.

PRESIDENTE. È già stato richiesto. Non ha una proposta originale di modifica? *(Proteste)*.

PUGLIA *(M5S)*. Invece, domenica 21 dicembre, dopo il concerto, sarebbe opportuno finalmente incardinare l'istituzione di una Commissione parlamentare d'inchiesta sul dissesto finanziario dell'istituto di credito del Monte dei Paschi di Siena e lunedì potremmo incardinare immediatamente l'abrogazione della legge 3 febbraio 1963, n. 69, sull'ordinamento della professione di giornalista, mentre martedì andremmo a incardinare un altro disegno di legge recante disposizioni concernenti il divieto di propaganda elettorale per le persone appartenenti ad associazioni mafiose e sottoposte alla misura di...

PRESIDENTE. Mi pare che il suo programma sia abbastanza nutrito.

PUGLIA *(M5S)*. Mercoledì...

PRESIDENTE. Mercoledì ce lo lasci libero.

GAETTI *(M5S)*. Lei deve schiacciare il pulsante, Presidente, altrimenti noi non ci vediamo in video.

PRESIDENTE. Non faccio il regista. Finché mi fate parlare, rimane la mia immagine.

PUGLIA *(M5S)*. Mercoledì 24 è la vigilia, quindi passiamo avanti, giovedì passiamo avanti; venerdì...

PRESIDENTE. No, lei si deve fermare a mercoledì, per favore.

AIROLA *(M5S)*. Perché?

PRESIDENTE. Perché il calendario che abbiamo fatto è per mercoledì.

AIROLA *(M5S)*. Scusi, il 7, 8 e 9 gennaio di cosa parleremo?

PUGLIA *(M5S)*. Ok, perfetto, allora martedì, a questo punto, iniziamo anche le disposizioni in materia di prescrizione e sanzioni interdittive per i diritti contro la pubblica amministrazione.

AIROLA *(M5S)*. Adesso che voteremo la proposta di Zanda ci fermiamo ad oggi. E lunedì e martedì?

BLUNDO *(M5S)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

BLUNDO *(M5S)*. Signor Presidente, io ritengo che sia più urgente incardinare subito l'interpellanza a prima firma Giarrusso che riguarda il caso di Malagrotta e la revoca del commissario straordinario Goffredo Sottile. Io credo che, in base a quello che sta accadendo su mafia capitale, sia importante definire anche tale questione. A seguire, penso che sia necessario - e in quel caso anche trattenendoci, come avete fatto adesso, tutta la notte a lavorare - incardinare l'Atto Senato n. 1018, che è stato assegnato il 16 dicembre 2013, per la modifica della legge 31 ottobre 1965, n. 1261, in materia di riduzione dell'indennità parlamentare e della diaria ed incremento del fondo di politiche sociali. Se vogliamo davvero occuparci del Paese, mettiamoci anche... *(Il microfono si disattiva automaticamente)*.

CATALFO *(M5S)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

CATALFO *(M5S)*. Signor Presidente, chiedo che vengano calendarizzate rispettivamente prima le mozioni di sfiducia nei confronti del ministro Poletti - quindi mi unisco a ciò che ha chiesto la mia collega - e, in secondo luogo, visto che le agenzie di stampa continuano ancora a parlare di aver

finalmente risolto il problema della disoccupazione, visto che però i dati relativi alla disoccupazione in Italia (pari al 13,2 per cento) sono in aumento, e quindi contraddicono...

PRESIDENTE. La proposta.

CATALFO *(M5S)*. Sto per finire. Dicevo che i dati contraddicono tutto ciò che aveva preannunciato il Governo riguardo alla disoccupazione, visto che si toglie...

PRESIDENTE. La proposta.

CATALFO *(M5S)*. Ho quasi finito.

PRESIDENTE. No, lei deve fare la proposta.

CATALFO *(M5S)*. Sto per arrivare alla proposta. L'avrei già detta, se lei non mi avesse interrotto. Dicevo che, visto che si toglie con la 407 la possibilità di assumere colui il quale è in disoccupazione strutturale, che è il grande problema dell'Italia (ce lo dice l'OCSE), e visto che tutte queste persone andranno a rischio di povertà...

PRESIDENTE. La proposta.

CATALFO *(M5S)*. Ho finito; ho solo due frasi da dire. E dato che il Governo preferisce dare 200 milioni alle case di accoglienza, anzi a coloro i quali gestiscono le case di accoglienza (che sono amici, parenti ed affini) e pochissimo ai poveri, chiedo che venga calendarizzato immediatamente ed urgentemente il disegno di legge n. 1148 per l'istituzione del reddito di cittadinanza e del salario minimo. *(Il microfono si disattiva automaticamente)*. *(Applausi dal Gruppo M5S)*.

PRESIDENTE. Già chiesto, grazie.

VACCIANO *(M5S)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

VACCIANO *(M5S)*. Signor Presidente, io chiederei di calendarizzare, già nella giornata di lunedì, un disegno di legge che è in fase molto avanzata di trattazione in 6a Commissione e che sarebbe già stato portato in Aula (preciso che si tratta di un disegno di legge del Partito Democratico), se non fosse stato per la ferrea opposizione del Governo ad un disegno di legge della sua maggioranza. Parlo dell'Atto Senato n. 1259, che tratta della riforma del sistema confidi.

Ritengo sia estremamente importante e possa dare un concreto aiuto al mercato del credito in un momento in cui sappiamo che il credito è congelato.

PETROCELLI *(M5S)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

PETROCELLI *(M5S)*. Signor Presidente, la ringrazio infinitamente di avermi concesso la parola.

Concordemente a quanto espresso dal collega Marton, ritengo sia opportuno nei giorni di lunedì e martedì della prossima settimana, più che incardinare un disegno di legge, incardinare una mozione, la 1-00322, con la quale abbiamo chiesto -mesi fa la sfiducia del Governo Renzi, non potendo chiedere la sfiducia del presidente del Consiglio Renzi, a seguito dei gravi fatti accaduti a Genova, che lo stesso Presidente del Consiglio ha attribuito ad eventi naturali, che in realtà sono eventi di incuria del suo Governo, ma anche di alcuni precedenti. Potrebbe essere l'occasione per poter chiudere una partita che questa Camera non riesce a chiudere perché evidentemente non ha abbastanza persone con la schiena dritta. *(Applausi dal Gruppo M5S)*.

BOCCHINO *(Misto-ILC)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

BOCCHINO *(Misto-ILC)*. Signor Presidente, vorrei proporre una modifica al calendario che riguarda un problema...

PRESIDENTE. Ci dice la modifica e l'atto cui si riferisce?

BOCCHINO *(Misto-ILC)*. Sono due modifiche, signor Presidente, e riguardano la questione del finanziamento premiale degli enti pubblici di ricerca, che ormai non può più essere procrastinata. Propongo, quindi, la calendarizzazione dei disegni di legge che andrò ora ad elencare già dalla prima occasione utile, già fin da lunedì. La mia proposta è la seguente: vorrei calendarizzare l'Atto Senato n. 858, che reca disposizioni per il finanziamento degli enti pubblici di ricerca e modifiche al decreto legislativo n. 213 del 2009. Ma questa proposta, da sola, non è ancora sufficiente. Richiedo, altresì, la

calendarizzazione nella stessa seduta (in una discussione congiunta) dell'Atto Senato n. 1479, a prima firma della senatrice Di Giorgi, che reca modifiche al decreto legislativo n. 213 del 2009.

BAROZZINO *(Misto-SEL)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

BAROZZINO *(Misto-SEL)*. Signor Presidente, chiedo di mettere in calendario, già da lunedì prossimo, il disegno di legge n. 654, presentato a mia prima firma il 14 maggio 2013, che parla di rappresentanza sindacale nei luoghi di lavoro. Lo chiedo con questa insistenza, soprattutto vedendo quello che è successo questa sera, visto che i lavoratori in questi giorni...

PRESIDENTE. D'accordo.

BAROZZINO *(Misto-SEL)*. Signor Presidente, mi deve lasciar finire.

PRESIDENTE. Vorrei sapere se ci sono altre proposte oltre a questa.

BAROZZINO *(Misto-SEL)*. No, la mia è solo questa. Lo chiedo con questa insistenza perché in questi giorni qui dentro si è parlato tanto di *jobs act* e i lavoratori non avranno più alcun diritto: se fosse applicato a quanto è successo questa sera in quest'Aula, i senatori proponenti proprio di quel disegno di legge dovrebbero essere tutti licenziati, perché timbravano il cartellino e andavano a dormire, per poi tornare. *(Il microfono si disattiva automaticamente)*.

GAETTI *(M5S)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

GAETTI *(M5S)*. Signor Presidente, intervengo innanzitutto per dire che i cittadini da casa non riescono a vederci, perché la telecamera inquadra solo lei e questo è veramente poco educato nei nostri confronti. *(Commenti dal Gruppo PD)*.

Vorrei inoltre segnalare che vi è un disegno di legge "sospeso", di cui abbiamo già fatto la discussione generale in questa sede, il n. 1922, che riguarda le modifiche al codice penale in materia di traffico di organi destinati al trapianto. In poco tempo potremmo concluderlo e non vedo la necessità di iniziare l'esame di altri provvedimenti, quando ce ne sono altri in attesa di essere conclusi in questa Camera.

CAPPELLETTI *(M5S)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

CAPPELLETTI *(M5S)*. Signor Presidente, anch'io colgo l'occasione per proporre una modifica al calendario, cogliendo lo spunto da un grido d'allarme lanciato qualche giorno fa da Confindustria, che ha dichiarato che il costo della corruzione nel nostro Paese ammonta a 300 miliardi di euro. Prendo dunque lo spunto da questa dichiarazione di Confindustria per chiedere la calendarizzazione con assoluta priorità della mozione a prima firma del sottoscritto, che ha per oggetto lo scandalo più grande e l'evento corruttivo più importante sicuramente della Repubblica italiana, ma probabilmente anche d'Europa, se non del mondo, che è l'enorme spreco di denaro legato alla costruzione del MOSE di Venezia.

PRESIDENTE. Qual è la mozione?

CAPPELLETTI *(M5S)*. Questa mozione è stata firmata...

PRESIDENTE. Lei mi deve dire il numero della mozione che abbiamo capito essere a sua firma.

CAPPELLETTI *(M5S)*. Signor Presidente, non le sarà sfuggito che i senatori colleghi che sono intervenuti prima di me hanno potuto commentare con ampio spazio le loro argomentazioni senza essere interrotti.

PRESIDENTE. Non mi è sfuggito, ma ho detto che deve fare la sua proposta di modifica, poi, se qualcuno vorrà intervenire in una fase successiva lo farà.

CAPPELLETTI *(M5S)*. Vorrei limitarmi a ricordare all'Aula - e sarò molto sintetico nel farlo - che è un interesse collettivo, di tutta quest'Aula, la messa in discussione della mozione in argomento.

PRESIDENTE. Se ce la dice, però, perché ancora non ce l'ha detta.

CAPPELLETTI *(M5S)*. Per il semplice fatto che è vero che mancano le firme dei parlamentari del Partito Democratico e di Forza Italia ed è vero che alcuni membri di questi partiti sono coinvolti nello scandalo in argomento...

PRESIDENTE. Comunque si tratta di una mozione, ho capito, va bene, grazie.

CAPPELLETTI *(M5S)*. Ma si potrebbe pensare che forse sia proprio questo il motivo per cui non verrà messa all'ordine del giorno la mozione 1-00293.

COTTI *(M5S)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

COTTI *(M5S)*. Signor Presidente, la mia proposta si differenzia da quella della Conferenza dei Capigruppo sia per date che per argomenti.

Con riferimento alle date, propongo di riunirci anche lunedì 22 e martedì 23 dicembre, che non sono giorni di festa e non ho capito perché siamo l'unica categoria di persone dipendenti che decidono di non andare a lavorare, prendendo ugualmente lo stipendio. Propongo poi di riunirci mercoledì 7 e giovedì 8 gennaio.

Con riferimento agli argomenti da discutere, sta per scadere una missione in Afghanistan e sta per partirne una nuova, diversa: è quindi assolutamente urgentissimo che arrivi in Aula il decreto missioni.

Dal momento che non è sicuro che questo sia pronto per lunedì, propongo anche altri tre argomenti: il decreto-legge sull'abolizione del vice comandante dei Carabinieri e della Guardia di finanza, proposto dal senatore Marton; l'istituzione dei corpi civili di pace, proposto dal Gruppo SEL; la legge delega di modifica del codice della strada; così, mentre arriva il decreto missioni - altrimenti dobbiamo far tornare i nostri soldati dall'Afghanistan - abbiamo queste altre quattro proposte.

BERTOROTTA *(M5S)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

BERTOROTTA *(M5S)*. Signor Presidente, vorrei fare innanzitutto un'osservazione in merito al calendario che avete fissato.

PRESIDENTE. Deve fare solo una proposta.

BERTOROTTA *(M5S)*. Probabilmente la fretta di andare a casa non vi ha fatto evidenziare il fatto che l'8 gennaio è un giovedì, giorno in cui di solito lavoriamo mezza giornata. Non ritenete quindi antieconomico far spostare 320 persone per una giornata solamente?

PRESIDENTE. La proposta, prego.

BERTOROTTA *(M5S)*. A questo punto, a mio avviso, si sposti la seduta al lunedì successivo.

Sempre nell'ottica della *spending review*, ho presentato un disegno di legge sull'istituzione di una Commissione d'inchiesta bicamerale sulle società partecipate. Ora, visto che il nostro *premier* Renzi ha licenziato il commissario Cottarelli...

PRESIDENTE. Ha altre proposte oltre a questa?

BERTOROTTA *(M5S)*. Credo sarebbe urgente discutere questo prima di ogni altro disegno di legge.

CAMPANELLA *(Misto-ILC)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

CAMPANELLA *(Misto-ILC)*. Signor Presidente, propongo la discussione del disegno di legge n. 1247, che tratta la modifica al testo unico di cui al decreto legislativo 25 luglio 1998, n. 286, in materia di accoglienza di persone portatrici di esigenze particolari.

Consiste nell'estensione a tutti gli stranieri che arrivano in Italia del trattamento riservato ai minori e alle persone portatrici di esigenze particolari...

PRESIDENTE. L'abbiamo presente, grazie.

CAMPANELLA *(Misto-ILC)*. Proponiamo altresì la discussione del disegno di legge n. 824, recante modifiche al testo unico in materia di espropriazione per pubblica utilità, di cui al decreto del Presidente della Repubblica n. 327 del 2001, concernenti il recupero di immobili abbandonati.

ROMANI Maurizio *(Misto-MovX)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

ROMANI Maurizio *(Misto-MovX)*. Signor Presidente, volevo proporre di ripartire con l'esame del disegno di legge n. 922, che è già stato incardinato e il cui esame è stato sospeso - giustamente - per approvare questa splendida legge di stabilità che ci ha reso tutti molto felici.

PRESIDENTE. La invito a formulare la sua proposta, senatore.

ROMANI Maurizio *(Misto-MovX)*. Certamente. Propongo di passare alla discussione generale di

questo disegno di legge per esaminare poi la legge elettorale e, subito dopo, passare alle dichiarazioni di voto e alla votazione.
PRESIDENTE. Lasci stare le singole fasi, senatore Romani, ci dica le sue proposte.
ROMANI Maurizio *(Misto-MovX)*. Propongo poi l'esame del disegno di legge n. 768, per il riconoscimento della medicina omeopatica e del disegno di legge n. 1323 per il riconoscimento della fibromialgia come malattia invalidante.
BENCINI *(Misto)*. Domando di parlare.
PRESIDENTE. Ne ha facoltà.
BENCINI *(Misto)*. Signor Presidente, preferirei, ancor prima della legge elettorale, per la quale non trovo che vi sia grande necessità...
PRESIDENTE. Ci dica la sua proposta, per cortesia.
BENCINI *(Misto)*. La mia proposta è di calendarizzare le modifiche agli articoli 72 e 172 del codice della strada, di cui al decreto legislativo n. 285, del 30 aprile 1992, in materia di dispositivi per la sicurezza e la rilevazione delle persone fisiche a bordo dei veicoli. Negli anni passati sono già morti dei bambini abbandonati nelle auto: non si è mai posto rimedio a questa situazione. Basterebbe una piccola modifica per apportare un rimedio. Credo che sia urgente anche questo, ancor prima dell'esame della legge elettorale.
MUSSINI *(Misto-MovX)*. Domando di parlare.
PRESIDENTE. Ne ha facoltà.
MUSSINI *(Misto-MovX)*. Signor Presidente, credo che purtroppo alcuni temi in quest'Aula vengano trattati molto poco. Uno di questi è un tema di cui ci si riempie tanto la bocca, ma che in realtà non è mai oggetto di una riflessione completa.
PRESIDENTE. La invito a formulare la sua proposta, senatrice.
MUSSINI *(Misto-MovX)*. Mi riferisco in particolare alla scuola, che ha tanto interessato...
PRESIDENTE. La proposta, senatrice.
MUSSINI *(Misto-MovX)*. Mi lasci argomentare, Presidente.
PRESIDENTE. No, lei prima formula la sua proposta, poi casomai può illustrarla. Stiamo parlando di una proposta di modifica del calendario, non si tratta di un intervento in discussione.
MUSSINI *(Misto-MovX)*. Sono ore che siamo qui, Presidente.
PRESIDENTE. Appunto, proprio per questo la invito alla sintesi.
MARTON *(M5S)*. È anche per colpa tua se siamo ancora qui!
MUSSINI *(Misto-MovX)*. D'accordo, Presidente, ma credo che se ci impegniamo in questo vuol dire che abbiamo delle grosse motivazioni perché, appunto, non ci stiamo «ricreando».
Il disegno di legge n. 1583, che vede me come prima firmataria, ma che è stato firmato da tutte le forze politiche presenti in quest'Aula, è di fatto una legge di iniziativa popolare che viene riproposta.
PRESIDENTE. Ha altre proposte oltre a questa?
MUSSINI *(Misto-MovX)*. Sì.
PRESIDENTE. Passi allora alle altre proposte: questa l'abbiamo registrata.
MUSSINI *(Misto-MovX)*. Poi magari mi farà spiegare anche meglio di che cosa si tratta.
PRESIDENTE. No, lei deve dire quali sono le sue proposte di modifica.
MUSSINI *(Misto-MovX)*. Ci sono anche altri testi di disegni di legge che credo sia molto importante inserire in calendario; i cittadini li chiedono mentre si sono arenati in Commissione giustizia.
PRESIDENTE. La invito ancora una volta a formulare la sua proposta, senatrice; non mi costringa a toglierle la parola.
MUSSINI *(Misto-MovX)*. Chiedo che venga inserito in calendario l'esame del provvedimento sulle unioni civili e sulle coppie di fatto, nonché quello sul tema del divorzio breve, che ormai è pronto ed è atteso con tantissima ansia da una larga parte dei cittadini.
DE CRISTOFARO *(Misto-SEL)*. Domando di parlare.
PRESIDENTE. Ne ha facoltà.
DE CRISTOFARO *(Misto-SEL)*. Signor Presidente, le voglio proporre di calendarizzare il disegno di

legge n. 711, sul ripristino del falso in bilancio, vista anche la situazione che c'è nel Paese e considerando che sarebbe - quella sì - una vera priorità e una vera risposta anche ai fenomeni corruttivi che in qualche modo lo attraversano molto pericolosamente.

PRESIDENTE. Ci sono altre proposte?

DE CRISTOFARO *(Misto-SEL)*. Immagino che le stia a cuore, visto che lei stesso lo ha caldeggiato. Mi sembra un po' più importante dei capricci dei sovrani.

PETRAGLIA *(Misto-SEL)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

PETRAGLIA *(Misto-SEL)*. Signor Presidente, vorrei che venisse inserita subito all'ordine del giorno una mozione a firma dei senatori De Cristofaro, Petraglia, De Petris, Barozzino, Uras, Cervellini, Stefano e Mussini, che è di estrema urgenza. Mi riferisco all'atto 1-00323. È di estrema urgenza perché ce lo chiede l'Europa. Il Parlamento europeo ha approvato l'altro giorno una mozione per il riconoscimento della Palestina e la Corte di giustizia europea ha appena eliminato...

PRESIDENTE. Grazie, già annotato.

PETRAGLIA *(Misto-SEL)*. Voglio finire, Presidente. Mi sia concesso almeno il minuto che sta concedendo a tutti.

Come dicevo, ce lo chiede l'Europa. Vorremmo andare incontro al Governo, che è ligio alle richieste dell'Europa, focalizzando l'attenzione su un tema così importante per la pace nel mondo, che non è irrilevante. L'Italia potrebbe forse giocare un ruolo nel panorama internazionale.

CERVELLINI *(Misto-SEL)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

CERVELLINI *(Misto-SEL)*. Signor Presidente, in primo luogo, sul calendario ha perfettamente ragione il senatore Cotti del Movimento 5 Stelle. Lunedì e martedì tutta Italia si recherà al lavoro: negli uffici, nelle fabbriche e nelle scuole. *(Applausi dal Gruppo M5S)*.

Non si capisce, se c'è urgenza, perché dobbiamo rispettare la sacralità di qualcosa che non esiste. Va bene qualsiasi proposta di discussione di disegno di legge verrà accolta, per lunedì (e anche per martedì, se non bastasse la giornata di lunedì).

In secondo luogo, credo che, non avendo utilizzato la pausa per ricreazione, ho avvertito considerazioni preoccupanti da parte dei sindacati dopo l'incontro con il Governo sul *jobs act*. Andiamo verso una stagione di lotte crescenti. Credo che il disegno di legge n. 803, che propongo di calendarizzare (disposizioni in materia di identificazione degli appartenenti alle Forze dell'ordine), sia il... *(Il microfono si disattiva automaticamente)*.

PRESIDENTE. Lo abbiamo registrato. Era già in calendario.

FERRARA Mario *(GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI))*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

FERRARA Mario *(GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI))*. Signor Presidente, in definitiva, la mia proposta è uguale all'ultima avanzata in sede di Conferenza dei Capigruppo: secondo me bisognerebbe continuare a discutere sul disegno di legge elettorale anche lunedì e martedì. Lo dirò meglio in seguito.

PRESIDENTE. Può farlo subito. *(Commenti del senatore Volpi)*.

FERRARA Mario *(GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI))*. Signor Presidente, sto interpretando quello che mi sta dicendo il senatore Volpi. Come procediamo nella fase successiva? Ognuno interviene sulla singola proposta, sul complesso delle proposte oppure su una sintesi che fa la Presidenza?

PRESIDENTE. Potrà intervenire non più di un oratore per Gruppo, che non sia già intervenuto (il che, per certi Gruppi, mi sembra difficile).

MARTON *(M5S)*. Perché?

PRESIDENTE. Vuole continuare?

FERRARA Mario *(GAL (GS, LA-nS, MpA, NPSI, PpI))*. Sì.

La proposta che ha fatto il senatore Zanda, a seguito della quale si è dispiegata una maggioranza, è quella di rendere pubblicamente necessaria la discussione sul disegno di legge elettorale, altrimenti non ci sarebbe motivo di aver continuato i lavori nella nottata sul disegno di legge di stabilità, aver

fatto la Conferenza dei capigruppo alle ore 6 della mattina e aver ricevuto la proposta. Cioè, il punto sostanziale è il seguente: il disegno di legge elettorale - ha argomentato il presidente Zanda - ha aspettato troppo. I lavori in Commissione - ha detto - non si sono conclusi. I lavori non si sono conclusi per la gran quantità di emendamenti presentati. Quindi questo Gruppo di maggioranza relativa all'interno dello schieramento di maggioranza ritiene che si debba porre immediatamente all'ordine del giorno la legge elettorale. Abbiamo cercato di argomentare in modo dialettico con il Presidente del perché si debba incardinare il provvedimento e poi riprendere la discussione soltanto il 7 e l'8 gennaio. A questo sinceramente non abbiamo ricevuto risposta e, poiché è evidente che il Gruppo di maggioranza relativa interno allo schieramento di maggioranza interpreta in questo senso una precisa volontà del Governo, non abbiamo avuto collaborazione da parte dell'Esecutivo nello spiegare meglio questa necessità. Si dice e si legge che questa necessità è probabile rilevi dal fatto che il Governo, in ordine alle richieste di riorganizzazione dei sistemi di Governo del Paese, debba ottemperare ad una precisa richiesta che è anche quella di dotare il Paese di una nuova organizzazione costituzionale, di una nuova Costituzione e, conseguentemente, di un nuova legge elettorale.

In ordine a ciò, ci sono due riserve: una, a mio avviso, è che in tutte le dottrine che si elaborano ovunque nel mondo è ben precisato che le leggi elettorali si fanno tenuto conto della forma di Governo; e in questo momento la forma di Governo non è cambiata, c'è un acceso dibattito sulla riforma costituzionale e sarebbe prudente e ottemperato agli indirizzi dottrinari che la legge elettorale la si discutesse dopo.

Allora, forse è possibile che il Governo stia interpretando che la richiesta di modifiche strutturali riguardi non la riforma della burocrazia, non la riforma della sanità, non la riforma del codice ambientale, non la riforma della giustizia, ma la legge elettorale. Noi non siamo d'accordo con ciò, ma ad un dato momento la maggioranza ha tutto il diritto di procedere come decide.

C'è una distonia rispetto a questa decisione: non si capisce perché dobbiamo incardinare il disegno di legge e poi sospenderne l'esame. Negli ultimi sette anni (ho limitato la ricerca agli ultimi sette anni per brevità) non è mai successo che non si sia lavorato né l'antivigilia né la vigilia di Natale. Tra le altre cose, è stata sempre difesa questa necessità che, lavorando uno dei rami del Parlamento, l'altro si debba adeguare.

Diciamo che nella comunicazione al Paese appare un po' distonico che i colleghi parlamentari deputati si portino a Roma e lavorino mentre noi si sia già in vacanza. Non capisco il motivo, fra l'altro potremmo benissimo licenziare, se presentate, le questioni incidentali già lunedì e martedì e quindi alla ripresa dei lavori, dopo le ferie, cominciare una discussione che metterà a confronto le nostre diverse interpretazioni.

Si paventa (non espressamente, ma lo si intuisce) che il problema della maggioranza è quello di avere una difficoltà a raggiungere i numeri per respingere le questioni incidentali. Se pare questo al Paese, nella responsabilità che ha il Governo di avere una forte maggioranza, è disdicevole almeno quanto quello che stiamo facendo, con una recita succinta da parte della presidente Finocchiaro, con riguardo ai motivi che conducono la maggioranza ed il Senato ad organizzare i lavori in questo modo abbastanza imprudente, per una presentazione davanti ad un'Aula stanca e probabilmente distratta di una innovazione legislativa così importante come la legge elettorale.

Per un certo recupero di dignità, molto sinceramente - l'ho già detto più volte e lo ripeto, quindi, all'Assemblea - credo si debbano continuare i lavori nelle giornate di lunedì e martedì.

CALDEROLI *(LN-Aut)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Abbiamo detto che sarebbe potuto intervenire un senatore per Gruppo che non fosse già intervenuto. Mi pare lei sia uno dei pochi che non l'ha fatto, per cui ne ha facoltà.

CALDEROLI *(LN-Aut)*. Signor Presidente, mi scusi per la mia mancanza di lucidità, ma ne vedo tanta anche nella maggioranza nel momento in cui ci viene fatta una proposta del genere. Francamente non sta né in cielo né in terra che alle ore 7,25 del mattino siamo qui, non già per calendarizzare, ma per sentirci dire dalla Presidente della Commissione quello che non si è riusciti a fare, perché ce lo avete impedito in Commissione. *(Applausi dal Gruppo M5S e del senatore Campanella)*. Per cui sono

stupito, ma passiamo dal Porcellum al "Pagliaccellum", perché veramente si parte con la gamba sbagliata.

Giusto un anno fa avevo finalmente tirato il fiato quando la famosa sentenza della Corte n. 1 del 2014 aveva cancellato il figlio apocrifo, che mi è sempre stato attribuito e che aveva tante mamme, non sempre proprio fedeli, che siedono ancora in questo Parlamento. Finalmente dissi che era finito l'incubo. Dopodiché esce l'Italicum dalla Camera dei deputati. Quando l'ho letto, ho pensato che, se quello era un Porcellum, questo era una porcata.

Mi sono state contestate per otto anni le liste bloccate: esce l'Italicum ed ha le liste bloccate. D'altronde, l'Italicum è figlio della trattativa tra Verdini e il PD toscano e proprio in Toscana nasce la famosa lista bloccata. Vennero contestati gli sbarramenti differenziati dentro e fuori la coalizione: non solo rimettono gli sbarramenti differenziati, ma li raddoppiano, in modo che Berlusconi possa porre fuori tutti i suoi alleati del centrodestra, e la stessa cosa valga anche per il PD. Ma il Porcellum aveva un premio di maggioranza esagerato, mentre l'Italicum fa sì che un partito che prende il 20 per cento, e che avrebbe dovuto prendere 126 parlamentari in un regime proporzionale, se alleato con quattro forze politiche al 4,4 per cento, prenderebbe 321 deputati, ovvero la maggioranza assoluta. Alla faccia della ragionevolezza! *(Applausi dal Gruppo LN-Aut)*.

Qualcuno dirà che abbiamo parlato di altro. No: quello che arriva oggi in Aula è quel testo. Nessun'altra cosa ci arriva in questo momento in Aula e mi spiace per la procedura che è stata utilizzata la prima volta. Giusto un anno fa, quando abbiamo avuto la bocciatura di due ordini del giorno della senatrice Lo Moro e del senatore Bruno, si decise, su richiesta del presidente Zanda, di non votare in quella stessa giornata il mio ordine del giorno, che proponeva invece il ritorno del Mattarellum. Ogni settimana non era mai la settimana buona: la settimana dopo, quella dopo, e quella ancora dopo, finché la Camera ci «espropriò», facendoci quel bel regalo. Ma questo bel regalo ci è stato trasmesso nel marzo 2014. Fino al 18 novembre, cioè fino ad un mese fa, l'Italicum è rimasto nel cassetto e nessuno si è mai sognato, né maggioranza né Governo, di richiederne la calendarizzazione. Di colpo, invece, diventa urgentissimo e qual è il motivo? Sono i 17.000 emendamenti, di cui 15.003 mi onoro di essere il primo firmatario, che, su proposta esplicita in Commissione, sarebbero stati ritirati, se fosse stato approvato un ordine del giorno di due righe che diceva che l'Italicum sarebbe stato utilizzato a partire dalla fine della primavera 2016, e cioè quello che vediamo scritto tutti i giorni sui giornali o detto in televisione, ma mai formalizzato da alcuna parte.

Quando qualcuno ha deciso di prendere quella strada, gli oltre 17.000 emendamenti ha voluto tenerli la maggioranza perché in questi giorni non è stata in grado di trovare una soluzione rispetto al problema della clausola di salvaguardia: ce le vogliamo dire chiare le cose finalmente? Su tutto il resto credo che ormai si possa aver trovato una strada e una via di uscita, ma mi chiedo se è solo questione di mettere una bandierina. È ancora un attacco di «annuncite». Credo che l'«annuncite» faccia male, Presidente, soprattutto al Governo, che prima o poi ci lascia le penne a furia di «annuncite». *(Applausi dal Gruppo LN-Aut)*.

Io sono piuttosto smaliziato: se si porta in Aula un provvedimento senza il relatore e ci si comporta da bandito rispetto alla stesura degli emendamenti e alla gestione di quelle che sono le ammissibilità e tutto il resto, si rischia che nel giro di due o tre ore il provvedimento venga votato (articoli, emendamenti e voto finale). Non credo si voglia fare una cosa del genere, Presidente. *(Richiami del Presidente)*.

Ho già parlato 10 minuti? Concludo sinceramente chiedendo un esame di coscienza a tutti perché non ricordo un episodio del passato in cui qualcuno, alle 7,30 di mattina, ha abusato così tanto della pazienza dell'opposizione facendo un gesto irresponsabile.

Ministro Boschi, glielo chiedo con il cuore; a gennaio torneremo tutti più buoni dopo Natale, ma le dico francamente: quando lei entra in Aula fa girare la testa a molti, ma quando arrivano 'ste robe qua dal suo Matteo a me gira qualcos'altro!

PRESIDENTE. Senatore Calderoli, evitiamo cadute di stile, per favore. *(Le senatrici Bulgarelli e Montevecchi fanno cenno di intervenire)*.

Possono intervenire per illustrare una proposta di modifica al calendario la senatrice Bulgarelli o la senatrice Montevecchi, che non hanno parlato, o anche la senatrice Taverna.

MARTON *(M5S)*. Ma cosa c'entra?

PRESIDENTE. C'è una regola di ordine dei lavori.

MARTELLI *(M5S)*. Se siamo intervenuti tutti non parla più nessuno? Cosa sta dicendo?

PRESIDENTE. Siamo in fase di discussione delle proposte di modifica.

BULGARELLI *(M5S)*. Domando di parlare.

PRESIDENTE. Ne ha facoltà.

BULGARELLI *(M5S)*. Grazie comandante!

Ne approfitto sicuramente per fare gli auguri a tutta l'Assemblea: buon Natale! In questo clima sereno...

PRESIDENTE. Se continuiamo così, arriviamo a Capodanno.

BULGARELLI *(M5S)*. Allora, anche buon Capodanno. In questa fase posso usufruire del tempo concesso come preferisco.

Vorrei fare un ringraziamento particolare a tutte le persone che comunque hanno permesso a noi di stare qui dentro a fare nulla *(Applausi dei senatori Casini, Di Biagio e Carraro)*; a quelle persone che ci hanno accompagnato in questo percorso e che lavorano qui, e un ringraziamento particolare va ovviamente ai funzionari della Commissione bilancio, che ci accompagnano ogni giorno. *(Applausi del senatore Campanella)*.

Credo davvero che questi giorni siano stati più di una farsa; qui siamo alla follia. Da un momento all'altro mi aspetto ancora che qualcuno ci dica che siamo su «Scherzi a parte». Con i tanti problemi che ci sono, partendo proprio da quelli vicini a noi qui a Roma, quelli di Mafia Capitale, che coinvolgono tutti i partiti trasversalmente (e parlo di partiti, e non di movimento), noi siamo stati qui dieci giorni a parlare del nulla, a trattare un disegno di legge di stabilità di cui tuttora non conosciamo i contenuti.

Stamattina la Presidente della 1a Commissione dirà che in Commissione affari costituzionali non sono riusciti a votare il mandato al relatore, e l'Italia fuori va a rotoli. La mafia è ovunque. Lo so che sono un po' monotona e parlo sempre della mafia. Mi scusi, senatore Mirabelli, se approfitto anche di questo piccolo spazio per lanciare un messaggio. Mi sono però dimenticata di un ringraziamento importante, però, per quanto riguarda la mafia. Nella legge di stabilità una cosa l'avete fatta sicuramente bene: avete finalmente messo mano ai problemi di sicurezza che c'erano nel tribunale di Palermo. *(Applausi dal Gruppo M5S)*. Questa è la cosa più importante che avete fatto, perché di solito i magistrati e tutte le persone, come i testimoni di giustizia, che si battono in prima fila nella guerra alla mafia, lo Stato le lascia da sole. *(Applausi della senatrice Paglini)*. Quindi questa norma che avete previsto nella legge di stabilità è stata la vera cosa importante in 140 pagine, e ve ne ringrazio; anche i magistrati sicuramente vi ringraziano.

Se un giorno qualcuno di voi volesse anche inviare un messaggio di solidarietà, soprattutto le alte cariche dello Stato, alle persone che sono in prima linea anche per voi, sicuramente passeremmo tutti un Natale più sereno. *(Applausi dal Gruppo M5S e del senatore Campanella)*.

PRESIDENTE. Conformemente ai precedenti, procediamo in via preliminare alle votazioni per principi riassuntivi. *(La senatrice Mussini fa cenno di voler intervenire).*

Senatrice Mussini, lei è già intervenuta.

Come dicevo, procediamo in via preliminare alle votazioni per principi riassuntivi desumendoli dalle varie proposte presentate. *(La senatrice Mussini cerca di richiamare l'attenzione della Presidenza).*

Siamo in fase di votazione, senatrice, lei è già intervenuta ed ha illustrato una sua proposta.

Se saranno accolte le proposte riassuntive, si procederà partitamente al voto delle singole richieste.

Passiamo alla votazione della prima proposta di modifica del calendario.

Verifica del numero legale

CANDIANI *(LN-Aut)*. Dovendosi procedere a una votazione, chiedo la verifica del numero legale.

PRESIDENTE. Invito il senatore Segretario a verificare se la richiesta risulta appoggiata dal prescritto

numero di senatori, mediante procedimento elettronico.
(La richiesta risulta appoggiata).
Invito pertanto i senatori a far constatare la loro presenza mediante procedimento elettronico.
(Segue la verifica del numero legale).
Il Senato è in numero legale.

Ripresa della discussione delle proposte di modifica del calendario dei lavori

PRESIDENTE. Metto ai voti la prima proposta di modifica del calendario, volta a posticipare l'incardinamento della legge elettorale a lunedì 22 dicembre.
Non è approvata.
Metto ai voti la seconda proposta di modifica del calendario, volta ad inserire nel calendario dei lavori l'esame di altri disegni di legge.
Non è approvata.
Metto ai voti la terza proposta di modifica del calendario, volta ad inserire nel calendario dei lavori la discussione di mozioni.
Non è approvata.
Resta pertanto definitivo il calendario dei lavori adottato a maggioranza dalla Conferenza dei Capigruppo e da me comunicato all'Assemblea.

Discussione dei disegni di legge:

(1385) ***Disposizioni in materia di elezione della Camera dei deputati*** *(Approvato dalla Camera dei deputati in un testo risultante dall'unificazione di un disegno di legge d'iniziativa popolare e dei disegni di legge d'iniziativa dei deputati Cirielli; Pisicchio; Bersani ed altri; Francesco Saverio Romano; Migliore ed altri; Lenzi; Zampa e Marzano; Zampa e Ghizzoni; Martella; Francesco Sanna; Bobba ed altri; Giachetti ed altri; Giorgia Meloni ed altri; Rigoni ed altri; Rigoni ed altri; Nicoletti ed altri; Martella ed altri; Vargiu; Burtone ed altri; Balduzzi ed altri; Laffranco ed altri; Vargiu; Toninelli ed altri; Porta ed altri; Zaccagnini ed altri; Valiante ed altri; Lauricella; Michele Bordo; Marco Meloni ed altri; Di Battista ed altri)*

(1449) ***BRUNO ed altri. - Disposizioni in materia di elezione della Camera dei deputati***

(Votazione finale qualificata, ai sensi dell'articolo 120, comma 3, del Regolamento) **(ore 7,39)**

PRESIDENTE. L'ordine del giorno reca la discussione dei disegni di legge nn. 1385, già approvato dalla Camera dei deputati in un testo risultante dall'unificazione di un disegno di legge d'iniziativa popolare e dei disegni di legge d'iniziativa dei deputati Cirielli; Pisicchio; Bersani ed altri; Francesco Saverio Romano; Migliore ed altri; Lenzi; Zampa e Marzano; Zampa e Ghizzoni; Martella; Francesco Sanna; Bobba ed altri; Giachetti ed altri; Giorgia Meloni ed altri; Rigoni ed altri; Rigoni ed altri; Nicoletti ed altri; Martella ed altri; Vargiu; Burtone ed altri; Balduzzi ed altri; Laffranco ed altri; Vargiu; Toninelli ed altri; Porta ed altri; Zaccagnini ed altri; Valiante ed altri; Lauricella; Michele Bordo; Marco Meloni ed altri; Di Battista ed altri, e 1449.

Ha facoltà di intervenire la presidente della 1a Commissione permanente, senatrice Finocchiaro, per riferire sui lavori della Commissione.

FINOCCHIARO *(PD)*. Signor Presidente, onorevoli colleghi, volevo dire innanzitutto, con particolare riguardo all'intervento della senatrice De Petris, che è mio per prima il rammarico di non avere potuto convocare la Commissione per prendere atto della calendarizzazione in Aula della legge elettorale. Tutti i colleghi hanno visto che ciò è stato impossibile per mancanza di una soluzione di continuità tra la Conferenza dei Capigruppo e l'inizio dei lavori d'Aula.

Il testo che viene all'esame dell'Aula è stato approvato dalla Camera dei deputati il 12 marzo 2014. Esso ha ad oggetto un sistema elettorale che riguarda esclusivamente il rinnovo della Camera dei deputati, così affermando che si tratta di una riforma volutamente circoscritta al metodo di composizione di quella che sarà l'unica Camera elettiva, in ragione dell'approvazione della riforma

costituzionale di superamento del bicameralismo perfetto e di attribuzione alla sola Camera dei deputati del voto di fiducia. Questa scelta emerge in maniera inequivoca dai lavori svoltisi nell'altro ramo del Parlamento e, in particolare, dalla richiesta avanzata dal relatore di maggioranza, presidente Sisto, di stralciare dal testo l'articolo 2 che - appunto - riguardava il sistema elettorale per il Senato. Ad ulteriore chiarimento e sostegno della richiesta interveniva l'onorevole Giorgis che diceva: «Signor Presidente, come hanno evidenziato quasi tutti i docenti auditi in Commissione e come da tempo sottolineano numerosi esperti, per scongiurare il rischio che in un assetto politico tendenzialmente tripolare dalle elezioni non emerga alcuna chiara e solida maggioranza di Governo, occorre innanzitutto superare il bicameralismo perfetto e prevedere che solo una Camera conferisca la fiducia al Governo. La riforma della legge elettorale, da sola, non è in grado di risolvere compiutamente le esigenze di rappresentatività e di governabilità. In questa prospettiva, per queste ragioni, per legare la riforma della legge elettorale a quella del Senato, abbiamo presentato un emendamento che sopprime l'articolo 2 e che, su richiesta del Presidente, si è trasformato in una richiesta di stralcio».

È questa la ragione per cui la Commissione iniziava la trattazione del testo pervenuto dalla Camera e del connesso disegno di legge n. 1449, unico tra i diversi disegni di legge presentati al Senato in materia elettorale che riguardi il metodo di elezione della sola Camera dei deputati. Nel corso dell'*iter* alcuni senatori prospettavano l'esigenza di abbinare ulteriormente gli altri disegni di legge in materia elettorale, ma questa richiesta non veniva formalizzata con la richiesta di un voto in Commissione. Peraltro, non veniva accolto l'invito della Presidente a riformulare quei disegni di legge limitandone il contenuto al sistema elettivo della sola Camera dei deputati, così da consentirne l'abbinamento.

Iniziato l'esame, veniva disposta un'indagine conoscitiva nel corso della quale venivano auditi 26 docenti di diritto costituzionale, oltre al Ministro dell'interno ed al funzionario della Direzione generale servizi elettorali. La discussione generale registrava 33 interventi di colleghi senatori.

Nella seduta del 5 dicembre, la relatrice concludeva sottolineando la necessità che la riforma elettorale risultasse punto di equilibrio tra l'esigenza di stabilità dei Governi - obiettivo ritenuto costituzionalmente legittimo dalla Corte costituzionale - e di ampia garanzia di rappresentatività, esigenza quest'ultima tanto più avvertita in un sistema costituzionale che prevederà una sola Camera elettiva. In questo senso la relatrice raccoglieva anche il suggerimento venuto dalla discussione generale per l'abbassamento della soglia per l'accesso alla ripartizione dei seggi e sottolineava un altro comune suggerimento: innalzare la quota dei consensi che, nel nuovo sistema elettorale, avrebbe dato diritto all'assegnazione del premio di maggioranza alla lista, nonché introdurre un sistema di riequilibrio di genere nella rappresentanza. Riservava alla successiva costruzione di un'intesa politica l'esame delle ulteriori questioni.

Nella seduta del 9 dicembre, veniva approvato a larghissima maggioranza un ordine del giorno di indirizzo che precisava i punti di riforma maggioritariamente condivisi, inclusi naturalmente quelli sui quali si era soffermata la relatrice nelle sue conclusioni e su di essi la relatrice presentava coerenti emendamenti; ma alla scadenza del termine di presentazione, di emendamenti e subemendamenti se ne contavano complessivamente 17.767.

Nel rivolgere il ringraziamento per il lavoro e la collaborazione a tutti i colleghi, mi preme sottolineare il gravosissimo lavoro svolto dagli Uffici, con la consueta solerzia e puntualità, per ordinare e fascicolare la inusuale mole di emendamenti e subemendamenti presentati in Commissione. *(Applausi dal Gruppo PD)*.

PRESIDENTE. Ringraziamo la senatrice Finocchiaro per tutto il lavoro svolto.

In relazione a quanto riferito dalla stessa senatrice Finocchiaro, non essendosi concluso l'esame in Commissione, il disegno di legge sarà discusso nel testo trasmesso dalla Camera dei deputati, senza relazione, ai sensi dell'articolo 44, comma 3, del Regolamento.

Rinvio il seguito della discussione dei disegni di legge in titolo ad altra seduta.

Mozioni, interpellanze e interrogazioni, annunzio

PRESIDENTE. Le mozioni, interpellanze e interrogazioni pervenute alla Presidenza saranno pubblicate nell'allegato B al Resoconto della seduta odierna.

Ordine del giorno per la seduta di mercoledì 7 gennaio 2015

PRESIDENTE. Il Senato tornerà a riunirsi in seduta pubblica mercoledì 7 gennaio 2015, alle ore 16, con il seguente ordine del giorno:

(Vedi ordine del giorno)

Buon Natale e buon anno a tutti!

La seduta è tolta *(ore 7,46 di sabato 20 dicembre)*.

Allegato A

DISEGNO DI LEGGE DISCUSSO AI SENSI DELL'ARTICOLO 44, COMMA 3, DEL REGOLAMENTO

Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017 (1699)

ORDINI DEL GIORNO

G1

COLUCCI

Non posto in votazione (*)

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017, con particolare riferimento alla Tabella 6: Stato di previsione del Ministero degli affari esteri;

Premesso che:

l'UNIDO ITPO è un organismo che svolge una importante funzione di promozione della tecnologia italiana nel mondo, creando un sensibile giro di affari per le esportazioni delle imprese italiane;

l'attività dell'UNIDO ITPO è finanziata mediante le risorse appostate sul capitolo 2204 della Tabella 6 del Ministero degli Affari esteri;

a fronte dei tagli alle disponibilità di tale capitolo presenti nel testo iniziale del disegno di legge di bilancio l'UNIDO ITPO non potrebbe assolvere alle proprie funzioni, con evidenti ricadute per la promozione e vendita della tecnologia italiana all'estero;

nel corso dell'esame alla Camera del disegno di legge di bilancio la Missione: *Cooperazione allo sviluppo* il Programma: *Sviluppo*, nel quale è allocato il capitolo 2204, è stato rifinanziato con la somma di 50.000 euro;

impegna il Governo:

in sede di ridefinizione dei capitoli di spesa a destinare l'importo di 50.000 euro al capitolo 2204.

_____

(*) Accolto dal Governo come raccomandazione

G2

BONFRISCO, MALAN (*)

Non posto in votazione (**)

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017, con particolare riferimento alla Tabella 6: Stato di previsione del Ministero degli affari esteri;

premesso che:

l'UNIDO ITPO è un organismo che svolge una importante funzione di promozione della tecnologia italiana nel mondo, creando un sensibile giro di affari per le esportazioni delle imprese italiane;

l'attività dell'UNIDO ITPO è finanziata mediante le risorse appostate sul capitolo 2204 della Tabella 6 del Ministero degli Affari esteri;

a fronte dei tagli alle disponibilità di tale capitolo presenti nel testo iniziale del disegno di legge di bilancio l'UNIDO-ITPO non potrebbe assolvere alle proprie funzioni, con evidenti ricadute per la promozione e vendita della tecnologia italiana all'estero;

nel corso dell'esame alla Camera del disegno di legge di bilancio la Missione: *Cooperazione allo sviluppo* il Programma: *Sviluppo*, nel quale è allocato il capitolo 2204, è stato rifinanziato con la somma di 50.000 euro;

impegna il Governo

in sede di ridefinizione dei capitoli di spesa a destinare l'importo di 50.000 euro al capitolo 2204.

_____

(*) Firma aggiunta in corso di seduta

(**) Accolto dal Governo come raccomandazione

G3

DI BIAGIO, SUSTA, BOCCHINO

Non posto in votazione (*)

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge n. 1699, recante: «Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017»,

premesso che:

il provvedimento reca rifinanziamento di numerose voci di spesa facenti capo ai diversi Ministeri, prevedendo alla Tabella 7 le previsioni di spesa del Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca;

risulta una criticità relativa alle borse di studio in favore dei figli delle vittime del terrorismo, della criminalità organizzata e delle vittime del dovere, poiché dal 2013, a seguito della *spending review*, le sovvenzioni sono state dimezzate;

è opportuno ricordare che il diritto allo studio, unico e vero strumento capace di condurre un individuo alla libertà e alla formazione della coscienza umana e civica, è quanto di più prezioso resta a coloro i cui genitori sono caduti o rimasti invalidi mentre svolgevano i loro compiti istituzionali nel servizio al Paese;

la disciplina relativa alle borse di studio, così come regolata dal decreto del Presidente della Repubblica n. 58 del 2009, prevedeva un'assegnazione annuale di 800 borse, nei limiti di stanziamento di cui all'articolo 4 della legge n. 407 del 1998, e successive modificazioni;

la *spending review* ha comportato un dimezzamento del capitolo 1498 dello stato di previsione del Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca, destinato alle borse di studio riservate alle vittime del terrorismo e della criminalità organizzata, nonché agli orfani e ai figli con conseguente drastica riduzione dell'importo delle sovvenzioni;

i due concorsi pubblici per titoli indetti quest'anno dalla Presidenza del Consiglio dei ministri, di cui alla IV Serie, Concorsi ed Esami, della *Gazzetta Ufficiale* n. 21 del 14 marzo 2014, hanno di

fatto mantenuto gli importi dimezzati;

l'Associazione Vittime del dovere, insieme ad altri referenti dell'associazionismo legato alle vittime, aveva segnalato già nel corso del 2013 la riduzione degli importi, evidenziando come ciò rappresentasse una forte carenza nel sostegno a coloro che con grande sacrificio personale avevano servito la patria,

impegna il Governo:

a valutare l'opportunità di prevedere, nell'ambito del programma 22.8 «Iniziative per lo sviluppo del sistema istruzione scolastica e per il diritto allo studio», l'incremento delle risorse destinate al capitolo 1498 - Borse di studio riservate alle vittime del terrorismo e della criminalità organizzata nonché agli orfani e ai figli, di cui all'articolo 4 della legge n. 407 del 1998, eventualmente riducendo per un corrispondente importo gli stanziamenti del programma 32.2 «Indirizzo politico».

_____

(*) Accolto dal Governo

G6

ORELLANA, Maurizio ROMANI, ANITORI, SCAVONE, SCALIA, D'ADDA, VACCARI, SCILIPOTI ISGRO', DE PIETRO, PAGLIARI, BATTISTA, MASTRANGELI, BIGNAMI, GAMBARO, PUPPATO, LANIECE, MICHELONI, VICECONTE, RIZZOTTI, FUCKSIA, PADUA, ROMANO

Non posto in votazione (*)

Il Senato,

in sede di discussione del disegno di legge recante «Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017»,

premesso che:

l'articolo 32, primo comma, della Costituzione sancisce che: «La Repubblica tutela la salute come fondamentale diritto dell'individuo e interesse della collettività, e garantisce cure gratuite agli indigenti»;

l'articolo 168 del Trattato sul funzionamento dell'Unione europea mira ad assicurare che, nella definizione e nell'attuazione di tutte le politiche ed attività dell'Unione, sia garantito un livello elevato della protezione della salute umana, stabilendo inoltre che l'azione dell'Unione si indirizza alla prevenzione delle malattie e affezioni e all'eliminazione delle fonti di pericolo per la salute fisica e mentale;

premesso altresì che:

con l'articolo 92, comma 1, della legge 23 dicembre 2000, n. 388, recante «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge finanziaria 2001)», è stato istituito il Centro nazionale di adroterapia oncologica (CNAO);

mediante tale disposizione il Ministero della salute ha inteso dotare l'Italia di un centro di eccellenza per la cura dei tumori con particelle pesanti, protoni e ioni carbonio, particelle denominate adroni;

l'adroterapia è un trattamento indolore, preciso e mirato, che consente di colpire il tumore in modo selettivo, senza danneggiare i tessuti sani che lo circondano e, in alcuni casi, di uccidere anche le cellule «sopravvissute» alla radioterapia convenzionale. In particolare, le patologie trattate riguardano i seguenti tumori: cordomi e condrosarcomi della base cranica, cordomi e condrosarcomi della spina e del sacro, meningiomi intracranici, tumori localmente avanzati della testa-collo, tumori delle ghiandole salivari, sarcomi delle ossa e dei tessuti molli testa-collo e spina, melanomi mucosi, adenomi pleomorfi ricorrenti, reirradiazioni dei tumori testa-collo, tumori dell'orbita, tumore della prostata ad alto rischio, tumore del pancreas localmente avanzato, reirradiazioni di recidive del cancro del retto, epatocarcinomi. Alle indicazioni precedenti si aggiungeranno le patologie polmonari e i tumori pediatrici;

l'adroterapia si configura, pertanto, come trattamento salvavita;

considerato che:

il 10 luglio scorso è stata sancita l'Intesa tra il Governo, le Regioni e le Province autonome di Trento e di Bolzano sul nuovo Patto per la salute per gli anni 2014-2016, l'accordo finanziario e programmatico tra il Governo e le Regioni, di valenza triennale, in merito alla spesa e alla programmazione del Servizio sanitario nazionale, finalizzato a migliorare la qualità dei servizi, a promuovere l'appropriatezza delle prestazioni e a garantire l'unitarietà del sistema;

in particolare, secondo quanto illustrato nel materiale pubblicato dal Ministero della salute, tra i punti cardine del Patto vi è l'obiettivo di garantire a tutti l'accesso alle cure, ai farmaci e a un livello qualitativo di assistenza;

altro elemento caratterizzante il nuovo Patto della salute consiste in un aggiornamento dei livelli essenziali di assistenza (LEA) che preveda l'eliminazione delle prestazioni e cure ormai obsolete e dispendiose in termini di risorse, introducendo cure più moderne ed efficaci per la cura delle malattie, con specifica attenzione verso le patologie rare o particolarmente gravi;

considerato altresì che:

nel corso del triennio 2015-2017 l'obiettivo della Fondazione CNAO è di aumentare progressivamente il numero dei pazienti trattati: 500 nel 2015, 750 nel 2016 per arrivare a 1.000 nel 2017. Dall'analisi economico-finanziaria risulta che il raggiungimento di questo numero di pazienti rappresenta la possibilità per il Centro di raggiungere pareggio di bilancio;

nel gennaio 2014 è iniziata la fase autorizzata dal Sistema sanitario nazionale (SSN) e a oggi sono stati trattati oltre 200 pazienti, che portano il numero complessivo a quasi 400 pazienti trattati;

per riuscire a raccogliere in maniera efficiente i pazienti da tutto il territorio italiano è però necessario che l'adroterapia sia riconosciuta dal Sistema sanitario nazionale in modo che sia accessibile a tutti i pazienti;

attualmente solamente la Regione Lombardia e la Regione Emilia-Romagna riconoscono il trattamento di adroterapia; pertanto, i pazienti delle altre regioni devono ottenere preventivamente l'autorizzazione delle ASL di provenienza, determinando il frequente verificarsi di ritardi e dinieghi dell'autorizzazione al trattamento;

il provvedimento in esame, nella Tabella n. 14 recante «Stato di previsione del Ministero della salute», stabilisce gli stanziamenti attribuiti al programma 20.3 «Programmazione sanitaria in materia di livelli essenziali di assistenza» della missione 20 Tutela della salute;

considerato altresì che:

la direttiva 2011/24/UE del Parlamento europeo e del Consiglio del 9 marzo 2011, concernente l'applicazione dei diritti dei pazienti relativi all'assistenza sanitaria transfrontaliera, in particolare con l'articolo 4 e l'articolo 12, oltre a promuovere la cooperazione in materia di assistenza sanitaria tra gli Stati membri prevede che la libertà di ricevere assistenza sanitaria in tutta l'Unione europea deve essere accompagnata da garanzie di qualità e di sicurezza;

la marcatura CE e l'attività clinica hanno dimostrato la sicurezza e l'efficienza del dispositivo medico CNAO: per tale ragione molti enti stranieri hanno chiesto consulenza, collaborazione e supporto per la realizzazione di molteplici iniziative;

il quinquennio appena trascorso ha visto il consolidarsi dell'immagine del CNAO nel panorama internazionale. Ne sono prova i progetti di ricerca finanziati nel 7º Programma quadro che hanno visto il CNAO come protagonista: nell'ambito del progetto quadriennale ULICE (*Union of Light Ion Centre in Europe*), il CNAO ha coordinato 20 istituti europei organizzati in tre principali aree di attività: *Joint Reasearch Activities, Networking Activities, Trans-National Access*; nel progetto triennale PARTNER (*Particle Training Network for European Radiotherapy*), il Centro ha avuto l'incarico di formare personale medico, tecnico e di fisica medica proveniente da tutto il mondo;

il CNAO ha già presentato progetti di ricerca nel nuovo programma *Horizon 2020* e sono in finalizzazione progetti di ricerca clinica, inclusi studi randomizzati di fase III, in collaborazione con prestigiosi istituti internazionali;

in particolare, a *EBG Med-Austron* di Vienna, il CNAO ha fornito i progetti e i disegni costruttivi dell'alta tecnologia, sta costruendo i sistemi di distribuzione della dose al paziente e alcuni

componenti di diagnostica di fascio e recentemente ha concordato la partecipazione di alcuni membri del proprio *staff* alle attività di *commissioning* del centro;

tenuto conto del fatto che:

ad un quadro scientifico-clinico di eccellenza non ha però corrisposto una situazione finanziaria stabile;

l'impianto CNAO è costato 135 milioni di euro ai quali vanno aggiunti 45 milioni per la sperimentazione chiesta dal Ministero della salute, finalizzata alla marcatura CE e conclusasi nel dicembre 2013;

i contributi a fondo perduto giunti finora ammontano a complessivi 118 milioni di euro, dei quali 94.5 erogati dal Ministero della salute, 10 milioni da Regione Lombardia, 8.5 milioni da Fondazione Cariplo;

nonostante la legge 27 dicembre 2006, n. 296, stabilisse un finanziamento annuo al CNAO pari a 10 milioni di euro, l'importo corrisposto dallo Stato è stato disatteso a partire dal 2009 e la somma complessiva si è rivelata largamente insufficiente, determinando pertanto un disavanzo che a fine 2013 ammontava a circa 62 milioni di euro;

il governatore della Regione Lombardia, nel luglio 2013, scrisse all'attuale Ministro della salute, On. Beatrice Lorenzin, suggerendo «la possibilità che il CNAO sia individuato quale Centro di riferimento nazionale per le attività da esso erogate. In tale ottica sarebbe opportuno prevedere, nell'ambito del riparto delle risorse del Fondo sanitario nazionale, uno specifico stanziamento dedicato in misura sufficiente a garantire la messa a regime del Centro e successivamente la copertura delle spese di funzionamento»,

impegna il Governo a:

destinare quanto prima i 35 milioni di euro necessari per evitare la chiusura del Centro nazionale di adroterapia oncologica, chiusura che sancirebbe la definitiva rinuncia a dare una possibilità di guarigione alle migliaia di pazienti curabili solamente grazie all'adroterapia, determinando comunque la necessità di coprire i debiti in essere e di licenziare il personale attualmente impiegato;

inserire l'adroterapia oncologica nell'insieme delle attività, dei servizi e delle prestazioni che il Servizio sanitario nazionale eroga a tutti i cittadini gratuitamente o con il pagamento di un *ticket*, indipendentemente dal reddito e dal luogo di residenza.

_____

(*) Accolto dal Governo

ARTICOLO 1 NEL TESTO APPROVATO DALLA CAMERA DEI DEPUTATI

Art. 1.

Approvato

(Stato di previsione dell'entrata)

1. L'ammontare delle entrate previste per l'anno finanziario 2015, relative a imposte, tasse, contributi di ogni specie e ogni altro provento, accertate, riscosse e versate nelle casse dello Stato, in virtù di leggi, decreti, regolamenti e di ogni altro titolo, risulta dall'annesso stato di previsione dell'entrata (Tabella n. 1).

EMENDAMENTO

1.Tab.1.1

Il Governo

Inammissibile

Alla tabella 1, stato di previsione dell'entrata Entrate extra-tributarie-Entrate. ricorrenti-Redditi da capitale - Unità di voto 2.1.3, apportare le seguenti variazioni:

2015:

CP: + 10.000.000;

CS: + 10.000.000.

2016:

CP: + 10.000.000;
CS: + 10.000.000.
2017:
CP: + 10.000.000;
CS: + 10.000.000.

Conseguentemente, alla tabella 3, stato di previsione del Ministero dello sviluppo economico *missione* 5 Energia e diversificazione delle fonti energetiche, *programma* 5.8 - Sviluppo, innovazione, regolamentazione e gestione delle risorse minerarie ed energetiche, *apportare le seguenti variazioni:*

2015:
CP: + 5.000.000;
CS: + 5.000.000.
2016:
CP: + 5.000.000;
CS: + 5.000.000.
2017:
CP: + 5.000.000;
CS: + 5.000.000.

Alla tabella 9, stato di previsione del Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare *missione* 1 Sviluppo sostenibile e tutela del territorio e dell'ambiente, *programma* 1.10 Tutela e conservazione della fauna e della flora, salvaguardia della biodiversità e dell'ecosistema marino, *apportare le seguenti variazioni:*

2015:
CP: + 5.000.000;
CS: + 5.000.000.
2016:
CP: + 5.000.000;
CS: + 5.000.000.
2017:
CP: + 5.000.000;
CS: + 5.000.000.

ARTICOLO 2 NEL TESTO APPROVATO DALLA CAMERA DEI DEPUTATI

Art. 2.

Approvato nel testo emendato

(Stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze e disposizioni relative)

1. Sono autorizzati l'impegno e il pagamento delle spese del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno finanziario 2015, in conformità all'annesso stato di previsione (Tabella n. 2).

2. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato a ripartire, con propri decreti, fra gli stati di previsione delle varie amministrazioni statali i fondi da ripartire iscritti nello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno finanziario 2015, nell'ambito della missione «Fondi da ripartire», programma «Fondi da assegnare», nonché nell'ambito della missione «Diritti sociali, politiche sociali e famiglia», programma «Protezione sociale per particolari categorie».

3. L'importo massimo di emissione di titoli pubblici, in Italia e all'estero, al netto di quelli da rimborsare e di quelli per regolazioni debitorie, è stabilito, per l'anno 2015, in 79.000 milioni di euro.

4. I limiti di cui all'articolo 6, comma 9, del decreto-legge 30 settembre 2003, n. 269, convertito, con modificazioni, dalla legge 24 novembre 2003, n. 326, concernente gli impegni assumibili dalla SACE Spa -- Servizi assicurativi del commercio estero, sono fissati per l'anno finanziario 2015, rispettivamente, in 5.000 milioni di euro per le garanzie di durata fino a ventiquattro mesi e in 12.000 milioni di euro per le garanzie di durata superiore a ventiquattro mesi.

5. La SACE Spa è altresì autorizzata, per l'anno finanziario 2015, a rilasciare garanzie e coperture assicurative relativamente alle attività di cui all'articolo 11-*quinquies*, comma 4, del decreto-legge 14

marzo 2005, n. 35, convertito, con modificazioni, dalla legge 14 maggio 2005, n. 80, entro una quota massima del 30 per cento di ciascuno dei limiti indicati al comma 4 del presente articolo.

6. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato a provvedere, con propri decreti, al trasferimento tra i pertinenti capitoli dello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno finanziario 2015 delle somme complessivamente iscritte, per competenza e per cassa, nel programma «Oneri per il servizio del debito statale», nell'ambito della missione «Debito pubblico» del medesimo stato di previsione, in relazione agli oneri connessi alle operazioni di ricorso al mercato.

7. Gli importi dei fondi previsti dagli articoli 26, 27, 28 e 29 della legge 31 dicembre 2009, n. 196, inseriti nel programma «Fondi di riserva e speciali», nell'ambito della missione «Fondi da ripartire» dello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze, sono stabiliti, rispettivamente, in 900 milioni di euro, 1.200 milioni di euro, 2.000 milioni di euro, 550 milioni di euro e 9.000 milioni di euro.

8. Per gli effetti di cui all'articolo 26 della legge 31 dicembre 2009, n. 196, sono considerate spese obbligatorie quelle descritte nell'elenco n. 1 annesso allo stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze.

9. Le spese per le quali può esercitarsi la facoltà prevista dall'articolo 28 della legge 31 dicembre 2009, n. 196, sono indicate nell'elenco n. 2 annesso allo stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze.

10. Gli importi di compensazione monetaria riscossi negli scambi fra gli Stati membri dell'Unione europea sono versati nell'ambito della voce «Accisa e imposta erariale su altri prodotti» dello stato di previsione dell'entrata. Corrispondentemente la spesa per contributi da corrispondere all'Unione europea in applicazione del regime delle «risorse proprie» di cui alla decisione 2000/597/CE, Euratom del Consiglio, del 29 settembre 2000, alla decisione 2007/436/CE, Euratom del Consiglio, del 7 giugno 2007, e alla decisione 2014/335/UE, Euratom del Consiglio, del 26 maggio 2014, nonché per importi di compensazione monetaria è imputata al programma «Partecipazione italiana alle politiche di bilancio in ambito UE», nell'ambito della missione «L'Italia in Europa e nel mondo» dello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno finanziario 2015, sul conto di tesoreria denominato: «Ministero del tesoro -- FEOGA, Sezione garanzia».

11. Le somme iscritte nello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno finanziario 2015, nei pertinenti programmi relativi ai seguenti fondi da ripartire, non utilizzate al termine dell'esercizio, sono conservate nel conto dei residui per essere utilizzate nell'esercizio successivo: Fondo da ripartire per l'attuazione dei contratti e Fondo da ripartire per fronteggiare le spese derivanti dalle eventuali assunzioni di personale a tempo indeterminato per le Amministrazioni dello Stato da autorizzare in deroga al divieto di assunzione. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato a ripartire tra i pertinenti programmi delle amministrazioni interessate, con propri decreti, le somme conservate nel conto dei residui dei predetti Fondi.

12. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato a provvedere, con propri decreti, alla riassegnazione al programma «Rimborsi del debito statale», nell'ambito della missione «Debito pubblico» dello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno finanziario 2015, delle somme affluite all'entrata del bilancio dello Stato per essere destinate ad alimentare il Fondo per l'ammortamento dei titoli di Stato.

13. Ai fini della compensazione sui fondi erogati per la mobilità sanitaria in attuazione dell'articolo 12, comma 3, lettera *b)*, del decreto legislativo 30 dicembre 1992, n. 502, e successive modificazioni, il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato a provvedere, con propri decreti, alla riassegnazione al programma «Concorso dello Stato al finanziamento della spesa sanitaria», nell'ambito della missione «Relazioni finanziarie con le autonomie territoriali» dello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno finanziario 2015, delle somme versate all'entrata del bilancio dello Stato dalle regioni e dalle province autonome di Trento e di Bolzano.

14. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato a provvedere, con propri decreti, alla riassegnazione al programma «Promozione e garanzia dei diritti e delle pari opportunità», nell'ambito della missione «Diritti sociali, politiche sociali e famiglia» dello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno finanziario 2015, delle somme affluite all'entrata del bilancio dello Stato per contributi destinati dall'Unione europea alle attività poste in essere dalla Commissione nazionale per le pari opportunità tra uomo e donna.

15. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato a provvedere, con propri decreti, al trasferimento delle somme occorrenti per l'effettuazione delle elezioni politiche, amministrative e dei membri del Parlamento europeo spettanti all'Italia e per l'attuazione dei *referendum* dal programma «Fondi da assegnare», nell'ambito della missione «Fondi da ripartire» dello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno finanziario 2015, ai competenti programmi degli stati di previsione del medesimo Ministero dell'economia e delle finanze e dei Ministeri della giustizia, degli affari esteri e della cooperazione internazionale e dell'interno per lo stesso anno finanziario, per l'effettuazione di spese relative a competenze spettanti ai componenti i seggi elettorali, a nomine e notifiche dei presidenti di seggio, a compensi per lavoro straordinario, a compensi agli estranei all'amministrazione, a missioni, a premi, a indennità e competenze varie spettanti alle Forze di polizia, a trasferte e trasporto delle Forze di polizia, a rimborsi per facilitazioni di viaggio agli elettori, a spese di ufficio, a spese telegrafiche e telefoniche, a fornitura di carta e stampa di schede, a manutenzione e acquisto di materiale elettorale, a servizio automobilistico e ad altre esigenze derivanti dall'effettuazione delle predette consultazioni elettorali.

16. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato a trasferire, con propri decreti, per l'anno 2015, ai capitoli del titolo III (Rimborso di passività finanziarie) degli stati di previsione delle amministrazioni interessate le somme iscritte, per competenza e per cassa, nell'ambito del programma «Rimborsi del debito statale», nell'ambito della missione «Debito pubblico» dello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze, in relazione agli oneri connessi alle operazioni di rimborso anticipato o di rinegoziazione dei mutui con onere a totale o parziale carico dello Stato.

17. Nell'elenco n. 5, annesso allo stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze, sono indicate le spese per le quali possono effettuarsi, per l'anno finanziario 2015, prelevamenti dal fondo a disposizione, di cui all'articolo 9, comma 4, della legge 1?o dicembre 1986, n. 831, iscritto nel programma «Prevenzione e repressione delle frodi e delle violazioni agli obblighi fiscali», nell'ambito della missione «Politiche economico-finanziarie e di bilancio», nonché nel programma «Concorso della Guardia di Finanza alla sicurezza pubblica», nell'ambito della missione «Ordine pubblico e sicurezza» del medesimo stato di previsione.

18. Il numero massimo degli ufficiali ausiliari del Corpo della guardia di finanza di cui alla lettera *c)* del comma 1 dell'articolo 937 del codice dell'ordinamento militare, di cui al decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66, da mantenere in servizio nell'anno 2015, ai sensi dell'articolo 803 del medesimo codice, è stabilito in 70 unità.

19. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad effettuare, con propri decreti, variazioni compensative, in termini di competenza e di cassa, tra lo stanziamento di bilancio relativo al «Fondo sanitario nazionale» (capitolo 2700) e quello relativo alle «Somme da erogare alle regioni a statuto ordinario a titolo di compartecipazione dell'IVA» (capitolo 2862) dello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze, in relazione alle deliberazioni annuali del Comitato interministeriale per la programmazione economica (CIPE) ai sensi dell'articolo 39, comma 1, del decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446.

20. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, su proposta del Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca, le variazioni compensative di bilancio occorrenti per trasferire al pertinente programma dello stato di previsione del predetto Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca i fondi per il funzionamento delle commissioni che gestiscono il Fondo integrativo speciale per la ricerca (FISR), istituito ai sensi dell'articolo 1, comma 3, del decreto legislativo 5 giugno 1998, n. 204.

21. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad assegnare ai pertinenti programmi le somme iscritte nell'ambito dei programmi «Incentivi alle imprese per interventi di sostegno» e «Interventi di sostegno tramite il sistema di fiscalità», nell'ambito della missione «Competitività e sviluppo delle imprese» dello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze, ai fini dell'utilizzazione dei fondi relativi al rimborso degli oneri di servizio pubblico sostenuti dalle imprese pubbliche, rispettivamente disciplinati dai contratti di servizio e di programma stipulati con le amministrazioni pubbliche, nonché per agevolazioni concesse in applicazione di specifiche disposizioni legislative.

22. Le somme iscritte nel bilancio autonomo della Presidenza del Consiglio dei ministri, assegnate dal CIPE con propria delibera alle amministrazioni interessate ai sensi dell'articolo 1, comma 7, della legge 17 maggio 1999, n. 144, per l'anno finanziario 2015, destinate alla costituzione di unità tecniche di supporto alla programmazione, alla valutazione e al monitoraggio degli investimenti pubblici, sono versate all'entrata del bilancio dello Stato per essere riassegnate, con decreti del Ministro dell'economia e delle finanze, negli stati di previsione delle amministrazioni medesime.

23. In relazione alle necessità derivanti dall'andamento dei mercati finanziari e dalla gestione del debito statale, il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad effettuare, con propri decreti, variazioni compensative, in termini di competenza e di cassa, tra gli stanziamenti dei capitoli 2214, 2215, 2216, 2217, 2219, 2220, 2221, 2222 e 2263 e tra gli stanziamenti dei capitoli 2242 e 2247 dello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno finanziario 2015, iscritti nel programma «Oneri per il servizio del debito statale». Per le medesime necessità il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad effettuare, con propri decreti, variazioni compensative, in termini di competenza e di cassa, tra gli stanziamenti dei capitoli 9502, 9523, 9537, 9539, 9540, 9541 e 9590 dello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno finanziario 2015, iscritti nel programma «Rimborsi del debito statale».

24. In relazione alle necessità gestionali derivanti dalle diverse variabili connesse al finanziamento del bilancio dell'Unione europea a titolo di risorse proprie, il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad effettuare, con propri decreti, variazioni compensative, in termini di competenza e di cassa, tra gli stanziamenti dei capitoli 2751 e 2752 dello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno finanziario 2015, iscritti nell'ambito della missione «L'Italia in Europa e nel mondo» nel programma «Partecipazione italiana alle politiche di bilancio in ambito UE».

25. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le variazioni compensative di bilancio, anche tra i titoli della spesa, negli stati di previsione dei Ministeri interessati, occorrenti per l'attuazione delle disposizioni recate dal decreto legislativo 6 maggio 2011, n. 68, in materia di federalismo fiscale delle regioni a statuto ordinario.

26. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato a provvedere, con propri decreti, per l'anno finanziario 2015, alla riassegnazione ad apposito capitolo di spesa dello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze, nella misura stabilita con proprio decreto, delle somme versate, nell'ambito della voce «Entrate derivanti dal controllo e repressione delle irregolarità e degli illeciti» dello stato di previsione dell'entrata, dalla società Equitalia Giustizia Spa a titolo di utili relativi alla gestione finanziaria del fondo di cui all'articolo 61, comma 23, del decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 agosto 2008, n. 133.

27. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, per l'anno finanziario 2015, variazioni compensative, anche tra programmi diversi, in termini di residui, di competenza e di cassa, tra gli stanziamenti di bilancio relativi ai capitoli interessati dalla riorganizzazione del Ministero dell'economia e delle finanze prevista dal decreto del Ministro dell'economia e delle finanze 17 luglio 2014, pubblicato nel supplemento ordinario n. 75 alla *Gazzetta Ufficiale* n. 214 del 15 settembre 2014.

28. Il Ministro dell'economia e delle finanze, con propri decreti, provvede all'adeguamento degli stanziamenti dei capitoli destinati al pagamento dei premi e delle vincite dei giochi pronostici, delle scommesse e delle lotterie, in corrispondenza con l'effettivo andamento delle relative riscossioni.

29. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato a provvedere, con propri decreti, alla riassegnazione al programma «Analisi, monitoraggio e controllo della finanza pubblica e politiche di bilancio», nell'ambito della missione «Politiche economico-finanziarie e di bilancio» dello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno finanziario 2015, delle somme versate all'entrata del bilancio dello Stato provenienti dalla chiusura della gestione commissariale del Fondo gestione istituti contrattuali lavoratori portuali in liquidazione coatta amministrativa e della gestione commissariale denominata «Particolari e straordinarie esigenze, anche di ordine pubblico, della città di Palermo» in liquidazione coatta amministrativa.

30. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, nello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno finanziario 2015, le variazioni compensative di bilancio, anche tra i diversi titoli della spesa, occorrenti per il pagamento degli oneri di ammortamento dei mutui e dei prestiti obbligazionari, attivati sulla base di specifiche disposizioni normative a seguito di calamità naturali, effettuati direttamente dal Ministero dell'economia e delle finanze a seguito del trasferimento degli stessi da parte della Presidenza del Consiglio dei ministri -- Dipartimento della protezione civile ai sensi del comma 5-*septies* dell'articolo 5 della legge 24 febbraio 1992, n. 225, e successive modificazioni.

31. Ferme restando le disposizioni dell'articolo 36 del regio decreto 18 novembre 1923, n. 2440, e successive modificazioni, il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad effettuare, con propri decreti, le variazioni di bilancio, in termini di residui, di competenza e di cassa, conseguenti alla ripartizione tra le amministrazioni interessate del fondo iscritto nel programma «Sostegno alle politiche per lo sviluppo e la coesione economica», nell'ambito della missione «Sviluppo e riequilibrio territoriale» dello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze, in relazione alle disposizioni di cui all'articolo 2 della legge 2 maggio 1990, n. 102, e successive modificazioni.

32. Le somme iscritte nello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno finanziario 2015 relative al Fondo per lo sviluppo e la coesione, nonché quelle trasferite dal Fondo medesimo ai pertinenti capitoli degli stati di previsione dei Ministeri destinatari delle risorse finanziarie, disponibili al termine dell'esercizio, sono conservate nel conto dei residui per essere utilizzate nell'esercizio successivo. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato a ripartire, con propri decreti, tra i pertinenti programmi delle amministrazioni interessate le somme conservate nel conto dei residui del predetto Fondo.

EMENDAMENTI

2.Tab.2.1

Il Governo

Approvato

Alla tabella 2, stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze Missione 3 L'Italia in Europa e nel mondo, Programma 3.2 politica economica e finanziaria in ambito internazionale, apportare le seguenti variazioni:

2015:

- CP: - 470.000.000;
  CS: - 470.000.000.

2016:

- CP: - 470.000.000;
  CS: - 470.000.000.

2017:

- CP: - 470.000.000;
  CS: - 470.000.000.

Conseguentemente, alla tabella 6, stato di previsione del Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale *missione* 1 L'Italia in Europa e nel mondo, *programma* 1.2 Cooperazione allo sviluppo *apportare le seguenti variazioni:*

2015:

CP: + 470.000.000;
CS: + 470.000.000.

2016:
CP: + 470.000.000;
CS: + 470.000.000.

2017:
CP: + 470.000.000;
CS: + 470.000.000.

2.Tab.2.2

Il Governo

Approvato

Alla tabella 2, stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze, missione 21 Organi costituzionali, a rilevanza costituzionale e Presidenza del Consiglio dei ministri è modificata la denominazione del programma 21.3 Presidenza del Consiglio dei ministri in «Ordinamento e funzioni della Presidenza del Consiglio dei ministri per lo svolgimento delle autonome funzioni di impulso, indirizzo e coordinamento.

Conseguentemente alla medesima tabella 2, stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze *Missione* 21 Organi costituzionali, a rilevanza costituzionale e Presidenza del Consiglio dei ministri, *programma* 21.3 Ordinamento e funzioni della Presidenza del Consiglio dei ministri per lo svolgimento delle autonome funzioni di impulso, indirizzo e coordinamento *si apportano le seguenti variazioni:*

2015:
- CP: - 69.172.079;
CS: - 69.172.079.

2016:
- CP: - 66.901.804;
CS: - 66.901.804.

2017:
- CP: - 64.085.307;
CS: - 64.085.307.

Missione 17 - Diritti sociali, politiche sociali e famiglia, *prima del programma 1* - Protezione sociale per particolari categorie *inserire il programma* Terzo settore - associazionismo, volontariato, Onlus e formazioni sociali e responsabilità sociale delle imprese e delle organizzazioni:

2015:
CP: + 69.172.079;
CS: + 69.172.079.

2016:
CP: + 66.901.804;
CS: + 66.901.804.

2017:
CP: + 64.085.307;
CS: + 64.085.307.

2.Tab.2.3

FRAVEZZI, BATTISTA, BERGER, PANIZZA, CONTE, PAGLIARI

Ritirato

Alla tabella 2, stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze, missione 1. Politiche economico-finanziarie e di bilancio, programma 1.6 Analisi e programmazione economico-finanziaria, apportare le seguenti variazioni:

2015:
- CP: - 2.000.000;

CS: - 2.000.000.

2016:

- CP: - 2.000.000;

CS: - 2.000.000.

2017:

- CP: - 2.000.000;

CS: - 2.000.000.

Conseguentemente, alla tabella 13, stato di previsione del Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo, *missione* 1. Tutela e valorizzazione dei beni e attività culturali e paesaggistici, *programma* 1.10 Tutela e valorizzazione dei beni librari, promozione e sostegno del libro e dell'editoria, *apportare le seguenti variazioni:*

2015:

CP: + 2.000.000;

CS: + 2.000.000.

2016:

CP: + 2.000.000;

CS: + 2.000.000.

2017:

CP: + 2.000.000;

CS: + 2.000.000.

2.1

Il Governo

Approvato

All'elenco n. 1, annesso allo stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze, alla voce: Ministero dell'economia e delle finanze, missione 1 - Politiche economico-finanziarie e di bilancio-programma 1 - Regolazione giurisdizione e coordinamento del sistema della fiscalità, aggiungere il seguente capitolo: «n. 3931».

ARTICOLO 3 NEL TESTO APPROVATO DALLA CAMERA DEI DEPUTATI

Art. 3.

Approvato

(Stato di previsione del Ministero dello sviluppo economico e disposizioni relative)

1. Sono autorizzati l'impegno e il pagamento delle spese del Ministero dello sviluppo economico, per l'anno finanziario 2015, in conformità all'annesso stato di previsione (Tabella n. 3).

2. Gli importi dei versamenti effettuati con imputazione alle voci «Restituzione, rimborsi, recuperi e concorsi vari» e «Altre entrate in conto capitale» dello stato di previsione dell'entrata sono correlativamente iscritti in termini di competenza e di cassa, con decreti del Ministro dell'economia e delle finanze, negli appositi capitoli dei pertinenti programmi dello stato di previsione del Ministero dello sviluppo economico relativi al Fondo per la competitività e lo sviluppo, al Fondo per gli interventi agevolativi alle imprese, al Fondo rotativo per le imprese e al Fondo rotativo per la crescita sostenibile.

3. Le somme impegnate in relazione alle disposizioni di cui all'articolo 1 del decreto-legge 9 ottobre 1993, n. 410, convertito dalla legge 10 dicembre 1993, n. 513, recante interventi urgenti a sostegno dell'occupazione nelle aree di crisi siderurgica, resesi disponibili a seguito di provvedimenti di revoca, sono versate all'entrata del bilancio dello Stato per essere riassegnate, con decreti del Ministro dell'economia e delle finanze, allo stato di previsione del Ministero dello sviluppo economico, ai fini di cui al medesimo articolo 1 del decreto-legge n. 410 del 1993.

EMENDAMENTO

3.Tab.3.1

GUALDANI

Inammissibile

Alla tabella 3, stato di previsione del Ministero dello sviluppo economico, missione 1 Competitività e sviluppo delle imprese, programma 1.2 Vigilanza sugli enti, sul sistema cooperativo e sulle gestioni commissariali, apportare le seguenti variazioni:

2016:

CP: + 2.000.000;

CS: + 2.000.000.

2017:

CP: + 2.000.000;

CS: + 2.000.000.

Conseguentemente, alla medesima tabella 3, stato di previsione del Ministero dello sviluppo economico, *alla missione* 9 Servizi istituzionali e generali delle amministrazioni pubbliche, *programma* 9.2 Servizi e affari generali per le amministrazioni di competenza, *apportare le seguenti variazioni:*

2016:

- CP: - 2.000.000;

CS: - 2.000.000.

2017:

- CP: - 2.000.000;

CS: - 2.000.000.

ARTICOLO 4 NEL TESTO APPROVATO DALLA CAMERA DEI DEPUTATI

Art. 4.

Approvato

(Stato di previsione del Ministero del lavoro e delle politiche sociali)

1. Sono autorizzati l'impegno e il pagamento delle spese del Ministero del lavoro e delle politiche sociali, per l'anno finanziario 2015, in conformità all'annesso stato di previsione (Tabella n. 4).

EMENDAMENTO

4.Tab.4.1

Il Governo

Inammissibile

Alla tabella 4, allo stato di previsione del Ministero del lavoro e delle politiche sociali: missione 2 Politiche previdenziali, programma 2.2 Previdenza obbligatoria e complementare, assicurazioni sociali apportare le seguenti variazioni:

2015:

- CP: - 8.999.731;

CS: - 8.999.731.

2016:

- CP: - 17.999.462;

CS: - 17.999.462.

2017:

- CP: - 17.999.462;

CS: - 17.999.462.

Conseguentemente, alla tabella 6, stato di previsione del Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale: *missione* 1 L'Italia in Europa e nel mondo, *programma* 1.9 Rappresentanza all'estero e servizi ai cittadini e alle imprese *apportare le seguenti variazioni:*

2015:

CP: + 8.999.731;

CS: + 8.999.731.

2016:

CP: + 17.999.462;

CS: + 17.999.462.

2017:
CP: + 17.999.462;
CS: + 17.999.462.

ARTICOLI DA 5 A 7 NEL TESTO APPROVATO DALLA CAMERA DEI DEPUTATI

Art. 5.

Approvato

(Stato di previsione del Ministero della giustizia e disposizioni relative)

1. Sono autorizzati l'impegno e il pagamento delle spese del Ministero della giustizia, per l'anno finanziario 2015, in conformità all'annesso stato di previsione (Tabella n. 5).
2. Le entrate e le spese degli Archivi notarili, per l'anno finanziario 2015, sono stabilite in conformità agli stati di previsione annessi a quello del Ministero della giustizia (Appendice n. 1).
3. Per provvedere alle eventuali deficienze delle assegnazioni di bilancio, è utilizzato lo stanziamento del Fondo per le spese impreviste iscritto nel programma «Giustizia civile e penale», nell'ambito della missione «Giustizia» dello stato di previsione della spesa degli Archivi notarili. I prelevamenti da detto Fondo, nonché l'utilizzazione delle somme prelevate, sono disposti con decreti del Ministro dell'economia e delle finanze, su proposta del Ministro della giustizia. Tali decreti sono comunicati al Parlamento in allegato al conto consuntivo degli Archivi stessi.
4. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato a provvedere, con propri decreti, alla riassegnazione, in termini di competenza e di cassa, delle somme versate dal Comitato olimpico nazionale italiano (CONI), dalle regioni, dalle province, dai comuni e da altri enti pubblici e privati all'entrata del bilancio dello Stato, relativamente alle spese per il mantenimento, per l'assistenza e per la rieducazione dei detenuti e internati, per gli interventi e gli investimenti finalizzati al miglioramento delle condizioni detentive e delle attività trattamentali nonché per le attività sportive del personale del Corpo di polizia penitenziaria e dei detenuti e internati, nell'ambito del programma «Amministrazione penitenziaria» e del programma «Giustizia minorile», nell'ambito della missione «Giustizia» dello stato di previsione del Ministero della giustizia per l'anno finanziario 2015.

Art. 6.

Approvato

(Stato di previsione del Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale e disposizioni relative)

1. Sono autorizzati l'impegno e il pagamento delle spese del Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale, per l'anno finanziario 2015, in conformità all'annesso stato di previsione (Tabella n. 6).
2. È approvato, in termini di competenza e di cassa, il bilancio dell'Istituto agronomico per l'Oltremare, per l'anno finanziario 2015, annesso allo stato di previsione del Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale (Appendice n. 1).
3. In relazione alle somme affluite all'entrata del bilancio dello Stato per contributi versati da Paesi esteri in applicazione della direttiva 77/486/CEE del Consiglio, del 25 luglio 1977, il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato a provvedere, con propri decreti, alla riassegnazione delle somme stesse ai pertinenti programmi dello stato di previsione del Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale per l'anno finanziario 2015, affinché siano utilizzate per gli scopi previsti dalla medesima direttiva.
4. In relazione alle somme affluite all'entrata del bilancio dell'Istituto agronomico per l'Oltremare, per anticipazioni e rimborsi di spese per conto di terzi nonché di organismi internazionali o della Direzione generale per la cooperazione allo sviluppo del Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale, il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni all'entrata e alla spesa del suddetto bilancio per l'anno finanziario 2015.
5. Il Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale è autorizzato ad effettuare, previe intese con il Ministero dell'economia e delle finanze, operazioni in valuta estera non convertibile pari

alle disponibilità esistenti nei conti correnti valuta Tesoro costituiti presso le rappresentanze diplomatiche e gli uffici consolari, ai sensi dell'articolo 5 della legge 6 febbraio 1985, n. 15, e successive modificazioni, e che risultino intrasferibili per effetto di norme o disposizioni locali. Il relativo controvalore in euro è acquisito all'entrata del bilancio dello Stato ed è contestualmente iscritto, con decreti del Ministro dell'economia e delle finanze, sulla base delle indicazioni del Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale, nei pertinenti programmi dello stato di previsione del medesimo Ministero per l'anno finanziario 2015, per l'effettuazione di spese connesse alle esigenze di funzionamento e mantenimento delle sedi diplomatiche e consolari, degli istituti di cultura e delle scuole italiane all'estero. Il Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale è altresì autorizzato ad effettuare, con le medesime modalità, operazioni in valuta estera pari alle disponibilità esistenti nei conti correnti valuta Tesoro in valute inconvertibili o intrasferibili individuate, ai fini delle operazioni di cui al presente comma, dal Dipartimento del tesoro del Ministero dell'economia e delle finanze su richiesta della competente Direzione generale del Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale.

6. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, su proposta del Ministro degli affari esteri e della cooperazione internazionale, variazioni compensative in termini di competenza e cassa tra i capitoli allocati nel programma «Cooperazione allo sviluppo», nell'ambito della missione «L'Italia in Europa e nel mondo» dello stato di previsione del Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale, relativamente agli stanziamenti per l'aiuto pubblico allo sviluppo determinati nella Tabella della legge di stabilità, di cui all'articolo 11, comma 3, lettera *d)*, della legge 31 dicembre 2009, n. 196. Resta fermo quanto previsto dall'articolo 15, comma 9, primo periodo, della legge 26 febbraio 1987, n. 49, e successive modificazioni.

7. In attuazione degli adempimenti previsti dalla legge 11 agosto 2014, n. 125, recante disciplina generale sulla cooperazione internazionale allo sviluppo, il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, su proposta del Ministro degli affari esteri e della cooperazione internazionale, da comunicare alle Commissioni parlamentari competenti, le occorrenti variazioni di bilancio, in termini di residui, di competenza e di cassa, ivi comprese l'istituzione, la modifica e la soppressione di programmi.

Art. 7.

Approvato

(Stato di previsione del Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca e disposizioni relative)

1. Sono autorizzati l'impegno e il pagamento delle spese del Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca, per l'anno finanziario 2015, in conformità all'annesso stato di previsione (Tabella n. 7).

2. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato a ripartire, con propri decreti, su proposta del Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca, i fondi iscritti nella parte corrente e nel conto capitale del programma «Fondi da assegnare», nell'ambito della missione «Fondi da ripartire» dello stato di previsione del Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca.

3. Ai fini di una razionale utilizzazione delle risorse di bilancio, il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, su proposta del Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca, le occorrenti variazioni compensative, in termini di competenza e di cassa, tra i capitoli «Somma da assegnare per il pagamento della mensa scolastica», nonché tra i capitoli relativi al «Fondo per il funzionamento delle istituzioni scolastiche», iscritti nei pertinenti programmi dello stato di previsione del Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca.

4. L'assegnazione autorizzata a favore del Consiglio nazionale delle ricerche, per l'anno finanziario 2015, è comprensiva della somma, determinata nella misura massima di 2.582.284 euro, a favore dell'Istituto di biologia cellulare per attività internazionale afferente all'area di Monterotondo.

5. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, su proposta del Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca, le occorrenti variazioni, in termini di competenza e di cassa, tra lo stato di previsione del Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca e gli stati di previsione dei Ministeri interessati in relazione al trasferimento di fondi riguardanti

il finanziamento di progetti per la ricerca.

EMENDAMENTO

7.Tab.7.1

SUSTA, DI BIAGIO, BOCCHINO

Inammissibile

Alla tabella 7, stato di previsione del Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca, missione 1 Istruzione scolastica, programma 22.8 Iniziative per lo sviluppo del sistema istruzione scolastica e per il diritto allo studio, apportare le seguenti variazioni:

2015:

CP: + 50.000;

CS: + 50.000;

2016:

CP: + 50.000;

CS: + 50.000;

2017:

CP: + 50.000;

CS: + 50.000.

Conseguentemente, alla medesima tabella 7, stato di previsione del Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca, *missione* 5 servizi istituzionali e generali delle amministrazioni pubbliche *programma* 5.1 Indirizzo politico, *apportare le seguenti variazioni:*

2015:

- CP: - 50.000;

CS: - 50.000;

2016:

- CP: - 50.000;

CS: - 50.000;

2017:

- CP: - 50.000;

CS: - 50.000.

ARTICOLO 8 NEL TESTO APPROVATO DALLA CAMERA DEI DEPUTATI

Art. 8.

Approvato

(Stato di previsione del Ministero dell'interno e disposizioni relative)

1. Sono autorizzati l'impegno e il pagamento delle spese del Ministero dell'interno, per l'anno finanziario 2015, in conformità all'annesso stato di previsione (Tabella n. 8).

2. Le somme versate dal CONI nell'ambito della voce «Entrate derivanti da servizi resi dalle Amministrazioni statali» dello stato di previsione dell'entrata sono riassegnate, con decreti del Ministro dell'economia e delle finanze, al programma «Prevenzione dal rischio e soccorso pubblico», nell'ambito della missione «Soccorso civile» dello stato di previsione del Ministero dell'interno per l'anno finanziario 2015, per essere destinate alle spese relative all'educazione fisica, all'attività sportiva e alla costruzione, completamento e adattamento di infrastrutture sportive concernenti il Corpo nazionale dei vigili del fuoco.

3. Nell'elenco n. 1, annesso allo stato di previsione del Ministero dell'interno, sono indicate le spese per le quali possono effettuarsi, per l'anno finanziario 2015, prelevamenti dal fondo a disposizione per la Pubblica sicurezza, di cui all'articolo 1 della legge 12 dicembre 1969, n. 1001, iscritto nel programma «Pianificazione e coordinamento Forze di polizia», nell'ambito della missione «Ordine pubblico e sicurezza».

4. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le variazioni compensative di bilancio anche tra i titoli della spesa dello stato di previsione del Ministero dell'interno, occorrenti per l'attuazione delle disposizioni recate dall'articolo 61 del decreto legislativo

15 dicembre 1997, n. 446, e successive modificazioni, dall'articolo 10, comma 11, della legge 13 maggio 1999, n. 133, e successive modificazioni, e dall'articolo 8, comma 5, della legge 3 maggio 1999, n. 124, relative ai trasferimenti erariali agli enti locali.

5. In relazione all'articolo 1, comma 1328, della legge 27 dicembre 2006, n. 296, al fine di ridurre il costo a carico dello Stato per il servizio antincendi negli aeroporti, il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato a riassegnare, con propri decreti, nello stato di previsione del Ministero dell'interno le somme versate all'entrata del bilancio dello Stato in applicazione delle disposizioni di cui al citato comma 1328 dell'articolo 1 della legge n. 296 del 2006.

6. Sono autorizzati l'accertamento e la riscossione, secondo le leggi in vigore, delle entrate del Fondo edifici di culto, nonché l'impegno e il pagamento delle spese, relative all'anno finanziario 2015, in conformità agli stati di previsione annessi a quello del Ministero dell'interno (Appendice n. 1).

7. Per gli effetti di cui all'articolo 26 della legge 31 dicembre 2009, n. 196, sono considerate spese obbligatorie del bilancio del Fondo edifici di culto quelle indicate nell'elenco n. 1, annesso al bilancio predetto.

8. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, su proposta del Ministro dell'interno, le occorrenti variazioni, in termini di competenza e di cassa, negli stati di previsione dell'entrata e della spesa del Fondo edifici di culto per l'anno finanziario 2015, conseguenti ai prelevamenti di somme dal conto corrente infruttifero di tesoreria intestato al predetto Fondo, per far fronte alle esigenze derivanti dall'attuazione degli articoli 55 e 69 della legge 20 maggio 1985, n. 222.

9. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato a trasferire, con propri decreti, su proposta del Ministro dell'interno, agli stati di previsione dei Ministeri interessati le risorse iscritte nel capitolo 2313, istituito nell'ambito del programma «Flussi migratori, garanzia dei diritti e interventi per lo sviluppo della coesione sociale» della missione «Immigrazione, accoglienza e garanzia dei diritti» dello stato di previsione del Ministero dell'interno, e nel capitolo 2872, istituito nell'ambito del programma «Pianificazione e coordinamento Forze di polizia» della missione «Ordine pubblico e sicurezza» del medesimo stato di previsione, in attuazione dell'articolo 1, comma 562, della legge 23 dicembre 2005, n. 266, dell'articolo 34 del decreto-legge 1º ottobre 2007, n. 159, convertito, con modificazioni, dalla legge 29 novembre 2007, n. 222, e delle disposizioni di cui all'articolo 2, comma 106, della legge 24 dicembre 2007, n. 244.

10. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, nello stato di previsione del Ministero dell'interno, le variazioni compensative di bilancio anche tra i titoli della spesa, occorrenti per l'attuazione delle disposizioni recate dai decreti legislativi 14 marzo 2011, n. 23, e 6 maggio 2011, n. 68, in materia di federalismo fiscale municipale e di autonomia di entrata delle province.

11. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato a riassegnare, con propri decreti, nello stato di previsione del Ministero dell'interno, i contributi relativi al rilascio e al rinnovo dei permessi di soggiorno, di cui all'articolo 5, comma 2-*ter*, del testo unico di cui al decreto legislativo 25 luglio 1998, n. 286, versati all'entrata del bilancio dello Stato e destinati, ai sensi dell'articolo 14-*bis* del medesimo testo unico, al Fondo rimpatri, finalizzato a finanziare le spese per il rimpatrio degli stranieri verso i Paesi di origine ovvero di provenienza.

12. Al fine di reperire le risorse occorrenti per il finanziamento dei programmi di rimpatrio volontario e assistito di cittadini di Paesi terzi verso il Paese di origine o di provenienza, ai sensi dell'articolo 14-*ter* del testo unico di cui al decreto legislativo 25 luglio 1998, n. 286, e successive modificazioni, il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, su proposta del Ministro dell'interno, le occorrenti variazioni compensative di bilancio, nello stato di previsione del Ministero dell'interno, anche tra missioni e programmi diversi.

13. Ferma restando l'adozione dello specifico sistema di erogazione unificata di competenze fisse e accessorie al personale da parte delle amministrazioni dello Stato, al fine di consentire l'erogazione nell'anno successivo delle somme rimaste da pagare alla fine di ciascun esercizio finanziario a titolo di competenze accessorie, per tutti gli appartenenti alle Forze di polizia si applicano le disposizioni di cui

al comma 3 dell'articolo 2 del decreto del Ministro dell'economia e delle finanze 1º dicembre 2010, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* n. 293 del 16 dicembre 2010.

14. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le variazioni compensative di bilancio tra i programmi di spesa dello stato di previsione del Ministero dell'interno «Elaborazione, quantificazione, e assegnazione dei trasferimenti erariali; determinazione dei rimborsi agli enti locali anche in via perequativa» e «Gestione dell'albo dei segretari comunali e provinciali», in relazione alle minori o maggiori occorrenze connesse alla gestione dell'albo dei segretari provinciali e comunali necessarie ai sensi dell'articolo 7 del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 luglio 2010, n. 122, e dell'articolo 10 del decreto-legge 10 ottobre 2012, n. 174, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 dicembre 2012, n. 213.

EMENDAMENTI

8.Tab.8.1

SCIASCIA

Inammissibile

Alla tabella 8, stato di previsione del Ministero dell'interno, missione 5 Immigrazione, accoglienza e garanzia dei diritti e interventi per lo sviluppo della coesione sociale, legge n. 549 del 1995 «Misure di razionalizzazione della finanza pubblica» - Art. 1, comma 43: Contributi ad enti, istituti, associazioni, fondazioni ed altri organismi (5.1 - cap. 2309), apportare le seguenti variazioni:

2015:
CP: + 1.000.000;
CS: + 1.000.000.
2016:
CP: + 1.000.000;
CS: + 1.000.000.
2017:
CP: + 1.000.000;
CS: + 1.000.000.

Conseguentemente, alla medesima tabella 8, stato di previsione del Ministero dell'interno, *missione* 6 Servizi istituzionali e generali delle amministrazioni pubbliche:

a) al programma 6.1 Indirizzo politico, *apportare le seguenti variazioni:*

2015:
- CP: - 500.000;
CS: - 500.000.
2016:
- CP: - 500.000;
CS: - 500.000.
2017:
- CP: - 500.000;
CS: - 500.000.

b) al programma 6.2 Servizi e affari generali per le amministrazioni di competenza, *apportare le seguenti variazioni:*

2015:
- CP: - 500.000;
CS: - 500.000.
2016:
- CP: - 500.000;
CS: - 500.000.
2017:
- CP: - 500.000;
CS: - 500.000.

8.Tab.8.2

MARINELLO, MANCUSO

Inammissibile

Alla tabella 8, stato di previsione del Ministero dell'interno, missione 5 Immigrazione, accoglienza e garanzia dei diritti e interventi per lo sviluppo della coesione sociale, legge n. 549 del 1995 «Misure di razionalizzazione della finanza pubblica» - Art. 1, comma 43: Contributi ad enti, istituti, associazioni, fondazioni ed altri organismi (5.1 - cap. 2309), apportare le seguenti variazioni:

2015:

CP: + 1.000.000;

CS: + 1.000.000.

2016:

CP: + 1.000.000;

CS: + 1.000.000.

2017:

CP: + 1.000.000;

CS: + 1.000.000.

Conseguentemente, alla medesima tabella 8, stato di previsione dedl Ministero dell'interno, *missione* 6 Servizi istituzionali e generali delle amministrazioni pubbliche:

a) al programma 6.1 Indirizzo politico, *apportare le seguenti variazioni:*

2015:

- CP: - 500.000;

CS: - 500.000.

2016:

- CP: - 500.000;

CS: - 500.000.

2017:

- CP: - 500.000;

CS: - 500.000.

b) al programma 6.2 Servizi e affari generali per le amministrazioni di competenza, *apportare le seguenti variazioni:*

2015:

- CP: - 500.000;

CS: - 500.000.

2016:

- CP: - 500.000;

CS: - 500.000.

2017:

- CP: - 500.000;

CS: - 500.000.

8.Tab.8.3

GUALDANI

Inammissibile

Alla tabella 8, stato di previsione del Ministero dell'interno, missione 5 Immigrazione, accoglienza e garanzia dei diritti, programma 5.1 Flussi migratori, garanzia dei diritti e interventi per lo sviluppo della coesione sociale (cap. 2316/1), apportare le seguenti variazioni:

2015:

CP: + 2.000.000;

CS: + 2.000.000.

2016:

CP: + 2.000.000;

CS: + 2.000.000.
2017:
CP: + 2.000.000;
CS: + 2.000.000.

Conseguentemente, alla medesima tabella 8, stato di previsione del Ministero dell'interno, *missione* 6 Servizi istituzionali e generali delle amministrazioni pubbliche, *programma* 6.2 Servizi e affari generali per le amministrazioni di competenza, *apportare le seguenti variazioni:*

2015:
CP: - 2.000.000;
CS: - 2.000.000.
2016:
CP: - 2.000.000;
CS: - 2.000.000.
2017:
CP: - 2.000.000;
CS: - 2.000.000.

8.Tab.8.4
GUALDANI
Inammissibile

Alla tabella 8, stato di previsione del Ministero dell'interno, missione 5 Immigrazione, accoglienza e garanzia dei diritti, programma 5.1 Flussi migratori, garanzia dei diritti e interventi per lo sviluppo della coesione sociale (cap. 2316/2), apportare le seguenti variazioni:

2015:
CP: + 2.000.000;
CS: + 2.000.000.
2016:
CP: + 2.000.000;
CS: + 2.000.000.
2017:
CP: + 2.000.000;
CS: + 2.000.000.

Conseguentemente, alla medesima tabella 8, stato di previsione del Ministero dell'interno, *missione* 6 Servizi istituzionali e generali delle amministrazioni pubbliche, *programma* 6.2 Servizi e affari generali per le amministrazioni di competenza, *apportare le seguenti variazioni:*

2015:
CP: - 2.000.000;
CS: - 2.000.000.
2016:
CP: - 2.000.000;
CS: - 2.000.000.
2017:
CP: - 2.000.000;
CS: - 2.000.000.

ARTICOLI 9 E 10 NEL TESTO APPROVATO DALLA CAMERA DEI DEPUTATI

Art. 9.

Approvato

(Stato di previsione del Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare)

1. Sono autorizzati l'impegno e il pagamento delle spese del Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, per l'anno finanziario 2015, in conformità all'annesso stato di previsione (Tabella n. 9).

Art. 10.

Approvato

(Stato di previsione del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti e disposizioni relative)

1. Sono autorizzati l'impegno e il pagamento delle spese del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti, per l'anno finanziario 2015, in conformità all'annesso stato di previsione (Tabella n. 10).

2. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, su proposta del Ministro delle infrastrutture e dei trasporti, le variazioni di competenza e di cassa nello stato di previsione dell'entrata e in quello del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti per gli adempimenti previsti dalla legge 6 giugno 1974, n. 298, nonché dall'articolo 10 del regolamento di cui al decreto del Presidente della Repubblica 28 settembre 1994, n. 634, concernente la disciplina dell'ammissione all'utenza del servizio di informatica del centro elaborazione dati del Dipartimento per i trasporti, la navigazione ed i sistemi informativi e statistici del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti.

3. Il numero massimo degli ufficiali ausiliari del Corpo delle capitanerie di porto da mantenere in servizio come forza media nell'anno 2015, ai sensi dell'articolo 803 del codice di cui al decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66, è stabilito come segue: 200 ufficiali in ferma prefissata o in rafferma, di cui alla lettera *c)* del comma 1 dell'articolo 937 del codice di cui al decreto legislativo n. 66 del 2010; 70 ufficiali piloti di complemento, di cui alla lettera *b)* del comma 1 dell'articolo 937 del codice di cui al decreto legislativo n. 66 del 2010.

4. Il numero massimo degli allievi del Corpo delle capitanerie di porto da mantenere alla frequenza dei corsi presso l'Accademia navale e le Scuole sottufficiali della Marina militare, per l'anno 2015, è fissato in 136 unità.

5. Nell'elenco n. 1 annesso allo stato di previsione del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti, riguardante il Corpo delle capitanerie di porto, sono descritte le spese per le quali possono effettuarsi, per l'anno finanziario 2015, i prelevamenti dal fondo a disposizione iscritto nel programma «Sicurezza e controllo nei mari, nei porti e sulle coste», nell'ambito della missione «Ordine pubblico e sicurezza» del medesimo stato di previsione.

6. Ai sensi dell'articolo 2 del regolamento per i servizi di cassa e contabilità delle Capitanerie di porto, di cui al regio decreto 6 febbraio 1933, n. 391, i fondi di qualsiasi provenienza possono essere versati in conto corrente postale dai funzionari delegati.

7. Le disposizioni legislative e regolamentari in vigore presso il Ministero della difesa si applicano, in quanto compatibili, alla gestione dei fondi di pertinenza delle Capitanerie di porto. Alle spese per la manutenzione e l'esercizio dei mezzi nautici, terrestri e aerei e per attrezzature tecniche, materiali e infrastrutture occorrenti per i servizi tecnici e di sicurezza dei porti e delle caserme delle Capitanerie di porto, di cui al programma «Sicurezza e controllo nei mari, nei porti e sulle coste», nell'ambito della missione «Ordine pubblico e sicurezza» dello stato di previsione del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti, si applicano, per l'anno finanziario 2015, le disposizioni dell'articolo 61-*bis* del regio decreto 18 novembre 1923, n. 2440, sulla contabilità generale dello Stato.

8. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, negli stati di previsione dei Ministeri interessati, le variazioni di bilancio, in termini di residui, di competenza e di cassa, conseguenti alla ripartizione del Fondo infrastrutture ferroviarie, stradali e relativo a opere di interesse strategico, di cui all'articolo 32, comma 1, del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, e successive modificazioni.

9. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le variazioni di bilancio occorrenti per l'attuazione dell'articolo 32, comma 6, del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, concernente la revoca dei finanziamenti relativi al Programma delle infrastrutture strategiche.

10. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, negli stati di previsione dei Ministeri interessati, le variazioni di bilancio, in termini di residui, di competenza e di cassa, conseguenti alla ripartizione del Fondo di cui all'articolo 18, comma 1, del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 agosto 2013, n. 98, come rifinanziato

dall'articolo 3 del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 novembre 2014, n. 164.

EMENDAMENTO

10.Tab.10.1

CERONI

Respinto

Alla tabella 10, stato di previsione del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti, missione 7. Fondi da ripartire, programma 7.1 Fondi da assegnare, apportare le seguenti variazioni:

2015:

- CP: - 1.000.000;
  CS: - 1.000.000.

2016:

- CP: - 1.000.000;
  CS: - 1.000.000.

2017:

- CP: - 1.000.000;
  CS: - 1.000.000.

Conseguentemente, alla tabella 14, stato di previsione del Ministero della salute, *missione* 2 Ricerca e innovazione, *programma* 1 Ricerca per il settore della sanità pubblica, *apportare le seguenti variazioni:*

2015:
CP: + 1.000.000;
CS: + 1.000.000.

2016:
CP: + 1.000.000;
CS: + 1.000.000.

2017:
CP: + 1.000.000;
CS: + 1.000.000.

ARTICOLI DA 11 A 14 NEL TESTO APPROVATO DALLA CAMERA DEI DEPUTATI

Art. 11.

Approvato

(Stato di previsione del Ministero della difesa e disposizioni relative)

1. Sono autorizzati l'impegno e il pagamento delle spese del Ministero della difesa, per l'anno finanziario 2015, in conformità all'annesso stato di previsione (Tabella n. 11).

2. Il numero massimo degli ufficiali ausiliari da mantenere in servizio come forza media nell'anno 2015, ai sensi dell'articolo 803 del codice di cui al decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66, è stabilito come segue:

a) ufficiali ausiliari di cui alle lettere *a)* e *c)* del comma 1 dell'articolo 937 del codice di cui al decreto legislativo n. 66 del 2010:

1) Esercito n. 71;
2) Marina n. 16;
3) Aeronautica n. 52;
4) Carabinieri n. 0;

b) ufficiali ausiliari piloti di complemento, di cui alla lettera *b)* del comma 1 dell'articolo 937 del codice di cui al decreto legislativo n. 66 del 2010:

1) Esercito n. 0;
2) Marina n. 50;
3) Aeronautica n. 9;

c) ufficiali ausiliari delle forze di completamento, di cui alla lettera *d)* del comma 1 dell'articolo 937

del codice di cui al decreto legislativo n. 66 del 2010:

1) Esercito n. 98;

2) Marina n. 15;

3) Aeronautica n. 20.

3. La consistenza organica degli allievi ufficiali delle accademie delle Forze armate, compresa l'Arma dei carabinieri, di cui alla lettera *b)* del comma 1 dell'articolo 803 del codice di cui al decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66, è fissata, per l'anno 2015, come segue:

1) Esercito n. 291;

2) Marina n. 270;

3) Aeronautica n. 246;

4) Carabinieri n. 90.

4. La consistenza organica degli allievi delle scuole sottufficiali delle Forze armate, esclusa l'Arma dei carabinieri, di cui alla lettera *b-bis)* del comma l dell'articolo 803 del codice di cui al decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66, è stabilita, per l'anno 2015, come segue:

1) Esercito n. 420;

2) Marina n. 242;

3) Aeronautica n. 265.

5. La consistenza organica degli allievi delle scuole militari, di cui alla lettera *b-ter)* del comma l dell'articolo 803 del codice di cui al decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66, è stabilita, per l'anno 2015, come segue:

1) Esercito n. 480;

2) Marina n. 201;

3) Aeronautica n. 140.

6. Alle spese per accordi internazionali, specificamente afferenti alle infrastrutture multinazionali dell'Alleanza atlantica (NATO), di cui ai programmi «Funzioni non direttamente collegate ai compiti di difesa militare» e «Pianificazione generale delle Forze Armate e approvvigionamenti militari», nonché per l'ammodernamento e il rinnovamento, di cui ai programmi «Approntamento e impiego Carabinieri per la difesa e la sicurezza», «Approntamento e impiego delle forze terrestri», «Approntamento e impiego delle forze navali», «Approntamento e impiego delle forze aeree» e «Pianificazione generale delle Forze Armate e approvvigionamenti militari», nell'ambito della missione «Difesa e sicurezza del territorio» dello stato di previsione del Ministero della difesa, si applicano, per l'anno 2015, le disposizioni contenute nell'articolo 61-*bis* del regio decreto 18 novembre 1923, n. 2440, sulla contabilità generale dello Stato.

7. Alle spese per le infrastrutture multinazionali della NATO, sostenute a carico del programma «Funzioni non direttamente collegate ai compiti di difesa militare» e del programma «Pianificazione generale delle Forze Armate e approvvigionamenti militari», nell'ambito della missione «Difesa e sicurezza del territorio» dello stato di previsione del Ministero della difesa, si applicano le procedure della NATO di esecuzione delle gare internazionali emanate dal Consiglio atlantico. Deve essere in ogni caso garantita la trasparenza delle procedure di appalto, di assegnazione e di esecuzione dei lavori, ai sensi della legge 13 settembre 1982, n. 646.

8. Negli elenchi n. 1 e n. 2 annessi allo stato di previsione del Ministero della difesa sono descritte le spese per le quali possono effettuarsi, per l'anno finanziario 2015, i prelevamenti dai fondi a disposizione relativi alle tre Forze armate e all'Arma dei carabinieri, ai sensi dell'articolo 613 del codice di cui al decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66, iscritti nel programma «Fondi da assegnare», nell'ambito della missione «Fondi da ripartire» del medesimo stato di previsione.

9. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato a provvedere, con propri decreti, alla riassegnazione ai pertinenti programmi dello stato di previsione del Ministero della difesa, per l'anno finanziario 2015, delle somme versate all'entrata del bilancio dello Stato dal CONI, destinate alle attività sportive del personale militare e civile della Difesa.

10. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato a provvedere, con propri decreti, alla

riassegnazione ai pertinenti capitoli del programma «Approntamento e impiego Carabinieri per la difesa e la sicurezza», nell'ambito della missione «Difesa e sicurezza del territorio» dello stato di previsione del Ministero della difesa, per l'anno finanziario 2015, delle somme versate all'entrata del bilancio dello Stato dalla Banca d'Italia per i servizi di vigilanza e custodia resi presso le proprie sedi dal personale dell'Arma dei carabinieri.

Art. 12.

Approvato

(Stato di previsione del Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali e disposizioni relative)

1. Sono autorizzati l'impegno e il pagamento delle spese del Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali, per l'anno finanziario 2015, in conformità all'annesso stato di previsione (Tabella n. 12).

2. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, per l'anno finanziario 2015, le occorrenti variazioni di bilancio tra gli stati di previsione del Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali e delle amministrazioni interessate, in termini di residui, di competenza e di cassa, ai sensi dell'articolo 31 della legge 6 dicembre 1991, n. 394, e successive modificazioni, e dell'articolo 77 del decreto legislativo 31 marzo 1998, n. 112, nonché per l'attuazione del decreto legislativo 4 giugno 1997, n. 143, concernente il conferimento alle regioni delle funzioni amministrative in materia di agricoltura e pesca e la riorganizzazione dell'amministrazione centrale.

3. Per l'attuazione del decreto legislativo 26 maggio 2004, n. 154, e del decreto legislativo 27 maggio 2005, n. 100, il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, nell'ambito della parte corrente e nell'ambito del conto capitale dello stato di previsione del Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali, per l'anno finanziario 2015, le variazioni compensative di bilancio, in termini di competenza e di cassa, occorrenti per la modifica della ripartizione dei fondi tra i vari settori d'intervento del Programma nazionale della pesca e dell'acquacoltura.

4. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato a provvedere, con propri decreti, al trasferimento delle somme iscritte nel capitolo 2827 del programma «Fondi da assegnare», nell'ambito della missione «Fondi da ripartire» dello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno finanziario 2015, ai competenti programmi dello stato di previsione del Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali per il medesimo anno, secondo la ripartizione percentuale indicata all'articolo 24, comma 2, della legge 11 febbraio 1992, n. 157.

5. Per l'anno finanziario 2015, il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato a provvedere, con propri decreti, su proposta del Ministro delle politiche agricole alimentari e forestali, alla riassegnazione ai pertinenti programmi dello stato di previsione del Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali delle somme versate in entrata dall'Agenzia per le erogazioni in agricoltura (AGEA) nonché dai corrispondenti organismi pagatori regionali a titolo di rimborso al Corpo forestale dello Stato per i controlli effettuati ai sensi del regolamento (CE) n. 885/2006 della Commissione, del 21 giugno 2006, e del regolamento (UE) n. 907/2014 della Commissione, dell'11 marzo 2014.

6. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato a provvedere, con propri decreti, alla riassegnazione ai pertinenti programmi dello stato di previsione del Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali per l'anno finanziario 2015 delle somme versate all'entrata del bilancio dello Stato da amministrazioni ed enti pubblici per essere destinate al Corpo forestale dello Stato in virtù di accordi di programma, convenzioni e intese per il raggiungimento di finalità comuni in materia di lotta contro gli incendi boschivi, sicurezza pubblica, monitoraggio e protezione dell'ambiente, divulgazione ed educazione ambientale e tutela delle riserve naturali statali affidate al Corpo medesimo, ivi compresa la salvaguardia della biodiversità anche attraverso la vivaistica sperimentale per la conservazione delle risorse genetiche forestali nazionali.

7. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato a provvedere, con propri decreti, alla riassegnazione ai pertinenti programmi dello stato di previsione del Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali, per l'anno finanziario 2015, delle somme versate all'entrata del bilancio dello Stato dal CONI e da altri enti pubblici e privati, destinate alle attività sportive del personale del Corpo

forestale dello Stato.
8. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato a riassegnare, con propri decreti, nell'ambito del programma «Tutela e conservazione della fauna e della flora e salvaguardia della biodiversità» della missione «Sviluppo sostenibile e tutela del territorio e dell'ambiente» dello stato di previsione del Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali, le somme di pertinenza del Corpo forestale dello Stato, detenute dalla società Cassa depositi e prestiti Spa, individuate d'intesa con il medesimo Ministero e versate all'entrata del bilancio dello Stato.
9. Per l'anno finanziario 2015 il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, nello stato di previsione del Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali, le variazioni compensative di bilancio, in termini di competenza e di cassa, occorrenti per l'attuazione di quanto stabilito dagli articoli 12 e 23-*quater* del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, e successive modificazioni, in ordine alla soppressione e riorganizzazione di enti vigilati dal medesimo Ministero.
10. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato a ripartire, con propri decreti, tra i pertinenti programmi dello stato di previsione del Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali le somme iscritte, in termini di residui, di competenza e di cassa, nel capitolo 7810 «Somme da ripartire per assicurare la continuità degli interventi pubblici nel settore agricolo e forestale» istituito nel programma «Fondi da assegnare», nell'ambito della missione «Fondi da ripartire» del medesimo stato di previsione, destinato alle finalità di cui alla legge 23 dicembre 1999, n. 499, recante razionalizzazione degli interventi nel settore agricolo, agroalimentare, agroindustriale e forestale.
11. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato a provvedere, con propri decreti, alla riassegnazione ai pertinenti programmi dello stato di previsione del Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali, per l'anno finanziario 2015, delle somme versate all'entrata del bilancio dello Stato da amministrazioni ed enti pubblici in virtù di accordi di programma, convenzioni e intese per il raggiungimento di finalità comuni in materia di telelavoro, ai sensi dell'articolo 4 della legge 16 giugno 1998, n. 191, dell'articolo 3 del regolamento di cui al decreto del Presidente della Repubblica 8 marzo 1999, n. 70, e dell'articolo 15 della legge 7 agosto 1990, n. 241, e successive modificazioni.

Art. 13.

Approvato

(Stato di previsione del Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo e disposizioni relative)

1. Sono autorizzati l'impegno e il pagamento delle spese del Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo, per l'anno finanziario 2015, in conformità all'annesso stato di previsione (Tabella n. 13).
2. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, su proposta del Ministro dei beni e delle attività culturali e del turismo, rispettivamente per la parte corrente e per il conto capitale dello stato di previsione del Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo, per l'anno finanziario 2015, le variazioni compensative di bilancio, in termini di residui, di competenza e di cassa, tra i capitoli, iscritti nel programma «Sostegno, valorizzazione e tutela del settore dello spettacolo» nell'ambito della missione «Tutela e valorizzazione dei beni e attività culturali e paesaggistici», relativi al Fondo unico per lo spettacolo.
3. Ai fini di una razionale utilizzazione delle risorse di bilancio, per l'anno finanziario 2015, il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, adottati su proposta del Ministro dei beni e delle attività culturali e del turismo, comunicati alle competenti Commissioni parlamentari e trasmessi alla Corte dei conti per la registrazione, le occorrenti variazioni compensative di bilancio, in termini di competenza e di cassa, tra i capitoli iscritti nei pertinenti programmi dello stato di previsione del Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo, relativi agli acquisti e alle espropriazioni per pubblica utilità, nonché per l'esercizio del diritto di prelazione da parte dello Stato su immobili di interesse archeologico e monumentale e su cose di arte antica, medievale, moderna e contemporanea e di interesse artistico e storico, nonché su materiale archivistico pregevole e materiale bibliografico, raccolte bibliografiche, libri, documenti, manoscritti e pubblicazioni

periodiche, ivi comprese le spese derivanti dall'esercizio del diritto di prelazione, del diritto di acquisto delle cose denunciate per l'esportazione e dell'espropriazione, a norma di legge, di materiale bibliografico prezioso e raro.

4. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, negli stati di previsione dei Ministeri interessati, per l'anno finanziario 2015, le variazioni compensative di bilancio, in termini di competenza e di cassa, occorrenti per l'attuazione di quanto stabilito dall'articolo 1, comma 2, della legge 24 giugno 2013, n. 71, in ordine al trasferimento delle funzioni esercitate dalla Presidenza del Consiglio dei ministri in materia di turismo al Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo.

Art. 14.

Approvato

(Stato di previsione del Ministero della salute e disposizioni relative)

1. Sono autorizzati l'impegno e il pagamento delle spese del Ministero della salute, per l'anno finanziario 2015, in conformità all'annesso stato di previsione (Tabella n. 14).

2. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato a provvedere, con propri decreti, alla riassegnazione delle somme versate in entrata dalle Federazioni nazionali degli ordini e dei collegi delle professioni sanitarie, per il funzionamento della Commissione centrale per gli esercenti le professioni sanitarie, al pertinente programma dello stato di previsione del Ministero della salute per l'anno finanziario 2015.

3. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato a ripartire, con propri decreti, su proposta del Ministro della salute, tra i pertinenti programmi dello stato di previsione del Ministero della salute, per l'anno finanziario 2015, i fondi per il finanziamento delle attività di ricerca e sperimentazione del programma «Ricerca per il settore della sanità pubblica», nell'ambito della missione «Ricerca e innovazione» dello stato di previsione del Ministero della salute, in relazione a quanto disposto dall'articolo 12, comma 2, del decreto legislativo 30 dicembre 1992, n. 502, e successive modificazioni.

EMENDAMENTO

14.Tab.14.1

CERONI

Inammissibile

Alla tabella 14, stato di previsione del Ministero della salute, missione 1 Tutela della salute, programma 1.7 Vigilanza sugli enti e sicurezza delle cure, apportare le seguenti variazioni:

2015:

- CP: - 1.000.000;
  CS: - 1.000.000.

2016:

- CP: - 1.000.000;
  CS: - 1.000.000.

2017:

- CP: - 1.000.000;
  CS: - 1.000.000.

Conseguentemente, alla medesima tabella 14, stato di previsione del Ministero della salute, *missione* 2 Ricerca e innovazione, *programma* 2.1 Ricerca per il settore della sanità pubblica, *apportare le seguenti variazioni:*

2015:

CP: + 1.000.000;
CS: + 1.000.000.

2016:

CP: + 1.000.000;
CS: + 1.000.000.

2017:
CP: + 1.000.000;
CS: + 1.000.000.

ARTICOLI DA 15 A 17 NEL TESTO APPROVATO DALLA CAMERA DEI DEPUTATI

Art. 15.

Approvato

(Totale generale della spesa)

1. Sono approvati, rispettivamente, in euro 846.306.944.201, in euro 824.029.815.114 e in euro 864.673.789.883 in termini di competenza, nonché in euro 857.475.865.917, in euro 833.558.159.209 e in euro 874.215.809.879 in termini di cassa, i totali generali della spesa dello Stato per il triennio 2015-2017.

Art. 16.

Approvato

(Quadro generale riassuntivo)

1. È approvato, in termini di competenza e di cassa, per il triennio 2015-2017, il quadro generale riassuntivo del bilancio dello Stato, con le tabelle allegate.

_____

NB. Per i quadri generali riassuntivi e le Tabelle degli stati di previsione nel testo approvato dalla Camera dei deputati si rinvia alle pagine 45-247 dello stampato Atto Senato n. 1699.

Art. 17.

Approvato nel testo emendato

(Disposizioni diverse)

1. In relazione all'accertamento dei residui di entrata e di spesa per i quali non esistono nel bilancio di previsione i corrispondenti capitoli nell'ambito dei programmi interessati, il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad istituire gli occorrenti capitoli nei pertinenti programmi con propri decreti da comunicare alla Corte dei conti.

2. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato a trasferire, con propri decreti, in termini di residui, di competenza e di cassa, dal «Fondo per i programmi regionali di sviluppo» del programma «Sostegno alle politiche per lo sviluppo e la coesione economica», nell'ambito della missione «Sviluppo e riequilibrio territoriale» dello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze, per l'anno finanziario 2015, ai pertinenti programmi dei Ministeri interessati le quote da attribuire alle regioni a statuto speciale, ai sensi del quinto comma dell'articolo 126 del decreto del Presidente della Repubblica 24 luglio 1977, n. 616.

3. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato a trasferire, in termini di competenza e di cassa, con propri decreti, su proposta dei Ministri interessati, le disponibilità esistenti su altri programmi degli stati di previsione delle amministrazioni competenti a favore di appositi programmi destinati all'attuazione di interventi cofinanziati dall'Unione europea.

4. In relazione ai provvedimenti di riordino delle amministrazioni pubbliche, il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, su proposta dei Ministri competenti, da comunicare alle competenti Commissioni parlamentari, le variazioni compensative di bilancio in termini di residui, di competenza e di cassa, ivi comprese l'istituzione, la modifica e la soppressione di programmi che si rendano necessarie in relazione all'accorpamento di funzioni o al trasferimento di competenze.

5. Su proposta del Ministro competente, con decreti del Ministro dell'economia e delle finanze, da comunicare alle Commissioni parlamentari competenti, negli stati di previsione della spesa che nell'esercizio finanziario 2014 e in quello in corso siano stati interessati dai processi di ristrutturazione di cui al comma 4, nonché da quelli previsti da altre normative vigenti, possono essere effettuate variazioni compensative, in termini di residui, di competenza e di cassa, tra i capitoli di natura rimodulabile dei programmi, fatta eccezione per le autorizzazioni di spesa direttamente regolate con legge, nonché tra capitoli di programmi dello stesso stato di previsione limitatamente alle spese di

funzionamento per oneri relativi a movimenti di personale e per quelli strettamente connessi con l'operatività delle amministrazioni.

6. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le variazioni di bilancio connesse con l'attuazione dei contratti collettivi nazionali di lavoro del personale dipendente dalle amministrazioni dello Stato, stipulati ai sensi dell'articolo 40 del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165, e successive modificazioni, nonché degli accordi sindacali e dei provvedimenti di concertazione, adottati ai sensi dell'articolo 2 del decreto legislativo 12 maggio 1995, n. 195, e successive modificazioni, per quanto concerne il trattamento economico fondamentale e accessorio del personale interessato.

7. Le risorse finanziarie relative ai fondi destinati all'incentivazione del personale civile dello Stato, delle Forze armate, del Corpo nazionale dei vigili del fuoco e dei Corpi di polizia, nonché quelle per la corresponsione del trattamento economico accessorio del personale dirigenziale, non utilizzate alla chiusura dell'esercizio, sono conservate nel conto dei residui per essere utilizzate nell'esercizio successivo. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le variazioni di bilancio occorrenti per l'utilizzazione dei predetti fondi conservati.

8. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato a provvedere, con propri decreti, alla riassegnazione, negli stati di previsione delle amministrazioni statali interessate, delle somme rimborsate dalla Commissione europea per spese sostenute dalle amministrazioni medesime a carico dei pertinenti programmi dei rispettivi stati di previsione, affluite al fondo di rotazione di cui all'articolo 5 della legge 16 aprile 1987, n. 183, e successivamente versate all'entrata del bilancio dello Stato.

9. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le variazioni di bilancio negli stati di previsione delle amministrazioni interessate, occorrenti per l'attuazione dei decreti del Presidente del Consiglio dei ministri emanati ai sensi dell'articolo 7 della legge 15 marzo 1997, n. 59, e successive modificazioni, e dei decreti legislativi concernenti il conferimento di funzioni e compiti amministrativi dello Stato alle regioni e agli enti locali, in attuazione del capo I della medesima legge 15 marzo 1997, n. 59, e successive modificazioni.

10. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, nei pertinenti programmi degli stati di previsione delle amministrazioni interessate, le variazioni di bilancio occorrenti per l'applicazione del decreto legislativo 18 febbraio 2000, n. 56, concernente disposizioni in materia di federalismo fiscale.

11. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad effettuare, con propri decreti, variazioni compensative, in termini di competenza e di cassa, tra lo stanziamento di bilancio relativo al «Fondo occorrente per l'attuazione dell'ordinamento regionale delle regioni a statuto speciale» (capitolo 2797) e quello relativo alla «Devoluzione alle regioni a statuto speciale del gettito di entrate erariali alle stesse spettanti in quota fissa» (capitolo 2790) dello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze, in relazione alla determinazione delle quote di tributi erariali spettanti alle regioni a statuto speciale e alle province autonome di Trento e di Bolzano, ai sensi dei rispettivi statuti di autonomia.

12. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato a provvedere, con propri decreti, alla riassegnazione negli stati di previsione delle amministrazioni interessate, per l'anno finanziario 2015, delle somme versate all'entrata a titolo di contribuzione alle spese di gestione degli asili nido istituiti presso le amministrazioni statali ai sensi dell'articolo 70, comma 5, della legge 28 dicembre 2001, n. 448, nonché di quelle versate a titolo di contribuzione alle spese di gestione di servizi e iniziative finalizzati al benessere del personale.

13. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, nell'ambito di ciascuno stato di previsione dei Ministeri, le variazioni compensative di bilancio tra i capitoli interessati al pagamento delle competenze fisse e accessorie mediante ordini collettivi di pagamento con il sistema denominato «cedolino unico», ai sensi dell'articolo 2, comma 197, della legge 23 dicembre 2009, n. 191.

14. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, negli stati di previsione delle amministrazioni interessate, le variazioni di bilancio compensative occorrenti per l'attuazione dell'articolo 14, comma 2, del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 luglio 2010, n. 122.
15. In attuazione dei commi da 2 a 7 dell'articolo 12 del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, e successive modificazioni, che attribuiscono all'Agenzia del demanio le decisioni di spesa relative agli interventi manutentori degli immobili in uso alle amministrazioni dello Stato, il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad effettuare, per l'anno finanziario 2015, con propri decreti, su proposta dei Ministri interessati, variazioni compensative, in termini di competenza e di cassa, tra gli stanziamenti degli appositi fondi relativi rispettivamente alle spese di manutenzione ordinaria e straordinaria, istituiti nello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze, nonché tra gli stessi e i capitoli o i piani gestionali degli stati di previsione di ciascun Ministero relativi alle spese di manutenzione di impianti e attrezzature, all'adeguamento della sicurezza nei luoghi di lavoro e agli interventi di piccola manutenzione sugli immobili.
16. In attuazione dell'articolo 30, comma 4, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le variazioni compensative, in termini di competenza e di cassa, tra gli stanziamenti dei capitoli degli stati di previsione dei Ministeri, delle spese per interessi passivi e per rimborso di passività finanziarie relative ad operazioni di mutui il cui onere di ammortamento è posto a carico dello Stato.
17. Le risorse finanziarie iscritte nei fondi per il finanziamento di assegni *una tantum* in favore del personale delle Forze armate, delle Forze di polizia e del Corpo nazionale dei vigili del fuoco, istituiti negli stati di previsione dei Ministeri interessati in attuazione dell'articolo 8, comma 11-*bis*, del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 luglio 2010, n. 122, sono ripartite con decreti del Ministro competente.
18. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, negli stati di previsione delle amministrazioni interessate, le variazioni di bilancio compensative occorrenti in relazione alle riduzioni dei trasferimenti agli enti territoriali, disposte ai sensi dell'articolo 16, comma 2, del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135.
19. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato a riassegnare, con propri decreti, negli stati di previsione delle amministrazioni competenti per materia, che subentrano, ai sensi della normativa vigente, nella gestione delle residue attività liquidatorie degli organismi ed enti vigilati dallo Stato, sottoposti a liquidazione coatta amministrativa in base all'articolo 12, comma 40, del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, e successive modificazioni, le somme, residuali al 31 dicembre 2014, versate all'entrata del bilancio dello Stato dai commissari liquidatori cessati dall'incarico.
20. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato a riassegnare, con propri decreti, negli stati di previsione delle amministrazioni interessate, le somme versate in entrata per essere destinate al finanziamento di progetti innovativi nel settore informatico, previsti dalla legge 27 dicembre 2002, n. 289, dalla legge 16 gennaio 2003, n. 3, nonché dalle successive disposizioni legislative di modifica e integrazione delle stesse, individuati e approvati dall'Agenzia per l'Italia digitale.
21. Le somme stanziate sul capitolo 1896 dello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze, destinate al CONI per il finanziamento dello sport, e sul capitolo 2295 dello stato di previsione del Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali, destinate agli interventi già di competenza della soppressa Agenzia per lo sviluppo del settore ippico, per il finanziamento del monte premi delle corse, in caso di mancata adozione del decreto previsto dall'articolo 1, comma 281, della legge 30 dicembre 2004, n. 311, o, comunque, nelle more dell'emanazione dello stesso, costituiscono determinazione della quota parte delle entrate erariali ed extraerariali derivanti da giochi pubblici con vincita in denaro affidati in concessione allo Stato ai sensi del comma 282 del medesimo articolo 1

della citata legge n. 311 del 2004.

22. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le variazioni di bilancio negli stati di previsione delle amministrazioni interessate, occorrenti per l'attuazione dell'articolo 10 del decreto-legge 31 agosto 2013, n. 101, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 ottobre 2013, n. 125, relativo al trasferimento delle risorse umane, strumentali e finanziarie del Dipartimento per lo sviluppo e la coesione economica del Ministero dello sviluppo economico alla Presidenza del Consiglio dei ministri e all'Agenzia per la coesione territoriale.

23. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le variazioni di bilancio negli stati di previsione delle amministrazioni interessate, occorrenti per l'attuazione del decreto del Presidente del Consiglio dei ministri emanato ai sensi dell'articolo 21, comma 6, del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 agosto 2014, n. 114, concernente il trasferimento delle risorse finanziarie e strumentali dalle scuole di formazione unificate alla Scuola nazionale dell'amministrazione.

24. Le risorse finanziarie iscritte nei fondi da destinare alle regioni, alle province autonome e agli altri enti territoriali, istituiti negli stati di previsione dei Ministeri interessati, in relazione all'eliminazione dei residui passivi di bilancio e alla cancellazione dei residui passivi perenti, a seguito dell'attività di ricognizione svolta in attuazione dell'articolo 49, comma 2, lettera *d)*, del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, sono ripartite con decreti del Ministro competente.

25. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato a provvedere, con propri decreti, alle variazioni compensative per il triennio 2015-2017 tra i programmi degli stati di previsione dei Ministeri interessati e il capitolo 3465, articolo 2, dello stato di previsione dell'entrata, in relazione al contributo alla finanza pubblica previsto dal comma 6 dell'articolo 46 del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, e successive modificazioni, da attribuire con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri a carico delle regioni e delle province autonome di Trento e di Bolzano.

EMENDAMENTO

17.1

Il Governo

Approvato

Dopo il comma 25, aggiungere il seguente:

«25-*bis*. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le variazioni di bilancio occorrenti per la ripartizione, tra le diverse finalità di spesa, delle risorse finanziarie iscritte negli stati di previsione del Ministero dello sviluppo economico e del Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare in attuazione dell'articolo 19, commi 2 e 3 del decreto legislativo 13 marzo 2013, n. 30».

DISEGNO DI LEGGE DISCUSSO AI SENSI DELL'ARTICOLO 44, COMMA 3, DEL REGOLAMENTO

Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015) (1698)

EMENDAMENTO 1.10000 SU CUI IL GOVERNO HA POSTO LA QUESTIONE DI FIDUCIA, INTERAMENTE SOSTITUTIVO DEGLI ARTICOLI DEL DISEGNO DI LEGGE

1.10000

Il Governo

V. testo corretto

Emendamento 1.10000 (in formato PDF)

1.10000 (testo corretto)

Il Governo

Approvato con voto di fiducia

NB. Per l'emendamento 1.10000 (testo corretto) si rinvia al messaggio di prossima pubblicazione.

Per gli articoli del disegno di legge, gli allegati, gli elenchi, il prospetto di copertura, le regolazioni contabili e debitorie e le Tabelle A, B, C, D ed E si rinvia allo stampato Atto Senato n. 1698.

EMENDAMENTI E ORDINI DEL GIORNO NON PRESI IN CONSIDERAZIONE A SEGUITO DELLA POSIZIONE DELLA QUESTIONE DI FIDUCIA SULL'EMENDAMENTO 1.10000 INTERAMENTE SOSTITUTIVO DEGLI ARTICOLI DEL DISEGNO DI LEGGE N. 1698

1.1

DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 1, capoverso 1-bis, sopprimere le parole: «con esclusione di quelli indicati nel comma 2, lettera a)».

Conseguentemente: All'articolo 3, dopo il comma 74, aggiungere il seguente:

«74-*bis*. La quota parte degli oneri derivanti dall'articolo 1 comma 9, pari a circa 7 miliardi di euro annui a decorrere dell'anno 2015, si provvede fino a concorrenza del fabbisogno:

1) mediante i maggiori introiti derivanti dall'istituzione, a partire dal periodo d'imposta 2015, di un'imposta patrimoniale ordinaria sulle grandi ricchezze, pari allo 0,5 per cento per una base imponibile di valore compreso tra 3 milioni euro e 4 milioni di euro, e una pari all'1 per cento per le basi imponibili di valore superiore a 4 milioni di euro. Per base, imponibile dell'imposta s'intende la ricchezza netta delle famiglie superiore a 3 milioni di euro, costituita dalla somma delle attività reali e delle attività finanziarie al netto delle passività finanziarie compreso il patrimonio non strumentale delle società.

2) mediante i maggiori introiti derivanti dalle seguenti disposizioni:

all'articolo 3, apportare le seguenti modificazioni:

dopo il comma 6 aggiungere il seguente:

6-*bis*. I commi 48, 49 e 49-*bis,* dell'articolo 2, del decreto-legge n. 262 del 2006, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 286 del 2006, sono sostituiti dai seguenti:

"48. I trasferimenti di beni e diritti per causa di morte sono soggetti all'imposta di cui al comma 47 con le seguenti aliquote sui valore complessivo netto dei beni:

a) devoluti a favore del coniuge e dei parenti in linea retta sul valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 500.000 euro: 5 per cento;

a-bis) devoluti a favore dei fratelli e delle sorelle sui valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 100.000 euro; 8 per cento;

b) devoluti a favore degli altri parenti fino al quarto grado e degli affini in linea retta, nonché degli affini in linea collaterale fino al terzo grado: 8 per cento;

c) devoluti a favore di altri soggetti: 10 per cento;

49. Per le clonazioni e gli atti di trasferimento a titolo gratuito di beni e diritti e la costituzione cui vincoli di destinazione di beni l'imposta è determinata dall'applicazione delle seguenti aliquote al valore globale dei beni e dei diritti al netto degli oneri da cui è gravato il beneficiario diversi da quelli indicati dall'articolo 58, comma 1, del citato testo unico di cui al decreto legislativo 31 ottobre 1990, n. 346, ovvero, se la dotazione è fatta congiuntamente a favore di più soggetti o se in uno stesso atto sono compresi più atti di disposizione a favore di soggetti diversi, al valore delle quote dei beni o diritti attribuiti:

a) a favore del coniuge e dei parenti in linea retta sui valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 500.000 euro: 5 per cento;

a-bis) a favore dei fratelli e delle sorelle sui valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 100.000 euro: 8 per cento;

b) a favore degli altri parenti fino al quarto grado e degli affini in linea retta, nonché degli affini in linea collaterale fino al terzo grado; 8 per cento;

c) a favore di altri soggetti: 10 per cento.

49-*bis.* Se il beneficiario dei trasferimenti -di cui ai commi 48 e 49 è una persona portatrice di *handicap* riconosciuto grave ai sensi della legge 5 febbraio 1992, n. 104, l'imposta si applica esclusivamente sulla parte del valore della quota o del legato che supera l'ammontare di 1.000.000 euro".

Dopo il comma 19, aggiungere i seguenti:

«19-*bis*. Entro sessanta giorni dal termine per la presentazione della comunicazione dei dati dell'IVA stabilito dall'articolo 8-*bis* del regolamento di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 luglio 1998, n. 322, il contribuente presenta l'elenco dei soggetti nei cui confronti sono state emesse fatture nell'anno cui si riferisce la comunicazione nonché, in relazione al medesimo periodo, l'elenco dei soggetti titolari di partita IVA da cui sono effettuati acquisti rilevanti ai fini dell'applicazione dell'imposta. Per ciascun soggetto sono indicati il codice fiscale e l'importo complessivo delle operazioni effettuate, al netto delle relative note di variazione, con l'evidenziazione dell'imponibile e dell'imposta, nonché dell'importo delle operazioni non imponibili e di quelle esenti. Con provvedimento del Direttore dell'Agenzia delle entrate, da pubblicare nella *Gazzetta Ufficiale:*

a) sono individuati gli elementi informativi da indicare negli elenchi previsti dall'alinea, nonché le modalità per la presentazione, esclusivamente in via telematica, degli stessi;

b) il termine di cui all'alinea può essere differito per esigenze di natura esclusivamente tecnica, ovvero per particolari tipologie di contribuenti, anche in considerazione della dimensione dei dati da trasmettere.

19-*ter.* In caso di omissione della comunicazione di cui al comma precedente, ovvero di invio della stessa con dati incompleti o non veritieri, si applicano le disposizioni dell'articolo Il del decreto legislativo 18 dicembre 1997, n. 471, e successive modificazioni.

19-*quater*. Entro un mese dalla data di entrata in vigore della presente legge, il Governo provvede ad apportare le modifiche necessarie all'articolo 8-bis dei regolamento di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 luglio 1998, n. 322, al fine di adeguarlo a quanto stabilito dai commi 3 e 4 del presente articolo.

19-*quinquies*. Dopo il comma 29 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2006, n. 296, sono inseriti i seguenti;

"*29-bis.* Al fine di contrastare l'indebita effettuazione delle compensazioni previste dal decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, i titolari di partita IVA, entro il quinto giorno precedente quello in cui intendono effettuare l'operazione di compensazione per importi superiori a 5.000 euro, comunicano all'Agenzia delle entrate, in via telematica, l'importo e la tipologia dei crediti oggetto della successiva compensazione. La mancata comunicazione da parte dell'Agenzia delle entrate al contribuente, entro il terzo giorno successivo a quello di comunicazione, vale come silenzio assenso.

29-*ter.* Con provvedimento del Direttore dell'Agenzia delle entrate sono definite le modalità, anche progressive, per l'attuazione delle disposizioni del comma 29-*bis* e, in particolare, sono stabilite le procedute di controllo volte ad impedire l'utilizzo indebito di crediti"».

19-*sexies*. All'articolo 2, comma 1, del decreto-legge n. 16 del marzo 2014, come convertito dalla legge n. 68 del 2 maggio 2014, la lettera *a)* è soppressa.

19-*septies*. A decorrere dal gennaio 2015 sono abrogate le seguenti disposizioni:

a) i commi 10, 11 e 12 dell'articolo 15 del decreto-legge n. 185 del 2008, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 gennaio 2009, n. 2;

b) il comma 47 dell'articolo 1, della legge 24 dicembre 2007, n.244;

c) il comma 137 dell'articolo l della legge 27 dicembre 2006, n.296;

d) gli articoli 15, 16, 17, 18 e 20 del decreto del Presidente della Repubblica del 29 settembre 1973 n. 601.

Dopo il comma 42 aggiungere il seguente:

42-*bis*. L'articolo 11, comma 1, del decreto del Presidente della Repubblica n. 917 del 1986, è sostituito dal seguente:

«1. L'imposta lorda è determinata applicando al reddito complessivo, al netto degli oneri deducibili indicati nell'articolo 10, le seguenti aliquote per scaglioni di reddito:

a) 15.000 euro, 23 per cento;

b) oltre 15.000 euro e fino a 28.000 euro, 27 per cento;

c) oltre 28.000 euro e fino a 55.000 euro, 38 per cento;

d) oltre 55.000 euro e fino a 75.000 euro, 41 per cento;

e) oltre 75.000 euro e fino a 100.000 euro, 43 per cento;

f) oltre 100.000 euro e fino a 150.000 euro, 45 per cento;

g) oltre 150.000 euro, e fino a 200,000 euro, 47 per cento;

h) oltre 200.000 euro 49 per cento».

1.2

BULGARELLI, MANGILI, LEZZI, CATALFO, PAGLINI, PUGLIA, AIROLA

Precluso

Dopo il comma 2, aggiungere il seguente:

«2-*bis*. All'articolo 6 della legge 638 dell'11 novembre 1983 e successive modificazioni, dopo il comma 11 è aggiunto il seguente:

"12. Ai soggetti titolari di unico trattamento pensionistico o di più trattamenti pensionistici la cui somma degli importi percepiti, a prescindere dal requisito anagrafico, non superi la soglia di seicento euro, viene comunque corrisposto un rateo integrato nella misura minima di 600 euro per dodici mensilità"».

Conseguentemente al comma 9, capoverso «1-*bis*», *i numeri 1) e 2) sono sostituiti dai seguenti:*

«1) 480 euro, se il reddito complessivo non è superiore a 24.000 euro;

2) 480 euro, se il reddito complessivo è superiore a 24.000 euro ma non a

26.000 euro. il credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra l'importo di 26.000 euro, diminuito del reddito complessivo, e l'importo di 2.000 euro».

1.3

MILO, Giovanni MAURO

Precluso

Sostituire i commi 3 e 4, con i seguenti:

«3. Al fine di dotare il Paese di un sistema d'istruzione scolastica che si caratterizzi per il rafforzamento del pluralismo educativo e dell'offerta formativa e persegua la valorizzazione dell'autonomia scolastica nello stato di previsione del Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca è istituito un Fondo con la dotazione di 1.000 milioni di euro per l'anno 2015 e di 3.000 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016. Il Fondo è finalizzato prioritariamente:

a) a procedere ad assumere a tempo indeterminato personale docente ed educativo a copertura di tutti i posti vacanti e disponibili nell'organico di diritto di cui alle dotazioni organiche del personale nei limiti di quanto previsto dal comma 7 dell'articolo 19 del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111;

b) a procedere ad assumere a tempo indeterminato personale docente ed educativo finalizzato alla costituzione di un organico dell'autonomia, utilizzato dalle istituzioni scolastiche anche in rete tra loro, ovvero dalle articolazioni del Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca. Detto organico è chiamato tra l'altro a far fronte alle necessità di potenziamento dell'offerta formativa, di inclusione degli alunni con bisogni educativi speciali, di valorizzazione delle eccellenze, di individuazione di figure in esonero o semi esonero per i compiti connessi alla valorizzazione della predetta autonomia e alla formazione iniziale e continua del personale scolastico, di sostituzione del personale assente.

4. In prima applicazione di quanto previsto al comma 1, all'esito di una specifica sezione negoziale, il ministero è autorizzato ad assumere personale docente sino all'esaurimento delle graduatorie di merito in essere di cui all'articolo 400 del decreto legislativo 16 aprile 1994, n. 297 e

delle graduatorie permanenti di cui all'articolo 401 del decreto legislativo 16 aprile 1994, n. 297. Ad integrazione di quanto previsto dal comma 7 dell'articolo 19 del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, a decorrere dall'anno scolastico 2015/2016 le dotazioni organiche del personale docente ed educativo sono determinate sulla base delle assunzioni disposte a seguito dell'attuazione dell'articolo 3, comma 1. A decorrere dal predetto anno, le assunzioni sono disposte attraverso concorsi biennali per titoli ed esami a copertura di tutti i posti vacanti e disponibili. A decorrere dal secondo concorso bandito ai sensi delle presenti disposizioni, l'accesso è limitato ad aspiranti in possesso del titolo di abilitazione, ivi compresi i possessori di diploma di maturità magistrale. Restano ferme, per il primo bando concorsuale, le disposizioni di cui al decreto interministeriale 24 novembre 1998, n. 460, al fine di consentire ai possessori dei titoli di studio ivi contemplati un tempo ragionevole per l'acquisizione dell'abilitazione.

Per l'attuazione di quanto disposto al comma 2 si procede con uno o più regolamenti da adottare entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, ai sensi dell'articolo 17. comma 2, della legge 23 agosto 1988, n. 400, su proposta del Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca, anche modificando le disposizioni legislative vigenti.

Le risorse residue dall'attuazione dei commi 3 e 4 sono prioritariamente finalizzate: a) a implementare il sistema di valutazione di cui al decreto del Presidente della Repubblica 28 marzo 2013, n. 80;

b) a rafforzare l'alternanza scuola-lavoro e l'apprendistato nell'ottica di un sistema duale.

1.4

DE PETRIS, URAS

Precluso

Dopo il comma 3, inserire il seguente:

«3-*bis*. A partire dal 1º gennaio 2015 è introdotta un'imposizione straordinaria per i prossimi cinque anni sulla ricchezza finanziaria (al netto delle passività), con un'aliquota progressiva dello 0,5% a partire da 350.000 fino 1.500.000 euro, dell'1% da 1.500.001 a 3.000.000 euro, dell'1,5% da 3.000.001 a 8.000.000 euro e dell'1,8% oltre gli 8.000.001. Le risorse rivenienti sono destinate al finanziamento di una Agenzia Nazionale per un Piano straordinario per l'occupazione, soprattutto giovanile femminile, finalizzata, In primo luogo, al risanamento ambientate e territoriale e per il sostegno dei servizi utili socialmente».

1.6

MALAN

Precluso

Dopo il comma 3, aggiungere il seguente:

«3-*bis*. Alla legge 10 ottobre 2014, n. 147, articolo 2, lettera *a)* le parole: "cessati dal rapporto di lavoro entro il 30 settembre 2012" sono sostituite dalle seguenti: "cessati dal rapporto di lavoro entro il 31 dicembre 2014"».

1.7

CATALFO, PUGLIA, PAGLINI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Dopo il comma 3, aggiungere i seguenti:

«*d*-bis. I trattamenti pensionistici obbligatori, integrativi e complementari, i trattamenti erogati da forme pensionistiche che garantiscono prestazioni definite in aggiunta o ad integrazione del trattamento pensionistico obbligatorio, ivi comprese quelle di cui ai decreti legislativi 20 novembre 1990, n. 357, 16 settembre 1996, n. 563, e 5 dicembre 2005, n.252, nonché i trattamenti che assicurano prestazioni definite per i dipendenti delle regioni a statuto speciale e degli enti di cui alla legge 20 marzo 1975, n. 70, ivi compresi quelli derivanti dalla gestione speciale ad esaurimento di cui all'articolo 75 del decreto del Presidente della Repubblica 20 dicembre 1979, n. 761, e quelli erogati dalle gestioni di previdenza obbligatorie presso l'istituto nazionale della previdenza sociale (INPS) per il personale addetto alle imposte di consumo, per il personale dipendente dalle aziende private del gas

e per il personale già addetto alle esattorie e alle ricevitorie delle imposte dirette, con esclusione delle prestazioni di tipo assistenziale, degli assegni straordinari di sostegno del reddito, delle pensioni erogate alle vittime del terrorismo e delle rendite erogate dall'istituto nazionale per l'assicurazione contro gli infortuni sul lavoro, alla data di entrata in vigore della presente legge, anche in caso di cumulo di più trattamenti pensionistici, non possono essere erogati in misura superiore all'importo netto di euro 5.000. Per il medesimo triennio, la contribuzione accreditata e utilizzata fini della determinazione del montante contributivo individuale non è soggetta a rivalutazione ai sensi dell'articolo 1, comma 8, della legge 8 agosto 1995, n. 335.

3-*ter*. I risparmi di spesa conseguiti attraverso l'applicazione delle disposizioni di cui al comma 1 sono destinati a misure di perequazione dell'integrazione al trattamento minimo de11'INPS, dell'assegno sociale e dei trattamenti corrisposti ai sensi della legge 12 giugno 1984, n. 222».

1.8

BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, Eva LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Sostituire il comma 4 con i seguenti:

«4. A decorrere dall'anno 2015 per il periodo di imposta successivo al 31 dicembre 2015 e fino alla chiusura del periodo d'imposta in corso al 31 dicembre 2017, è istituito un credito di imposta riservato a tutte le imprese che affidano attività di ricerca e innovazione a università, enti pubblici di ricerca o organismi di ricerca, nonché alle imprese che realizzano direttamente investimenti in ricerca e innovazione.

4-*bis*. Sono destinatari del credito di imposta tutti i soggetti titolari di reddito di impresa, indipendentemente dalla forma giuridica assunta e possono fruirne. anche le imprese che effettuano le attività di ricerca in forma associata o aggregata. In questi casi, l'agevolazione è ripartire secondo criteri proporzionali, che tengano conto della partecipazione di ciascuna impresa alle spese di ricerca.

4-*ter*. Il credito d'imposta si applica nella misura del 10 per cento sull'ammontare dei costi ammissibili, che non possono, in ogni caso, superare l'importo di 50 milioni di euro per impresa e per ciascun periodo d'imposta.

4-*quater*. Il credito d'imposta deve essere indicato nella dichiarazione dei redditi. Esso non concorre alla formazione del reddito, né della base imponibile dell'imposta regionale sulle attività produttive; non rileva ai fini del rapporto di cui agli articoli 61 e 109, comma 5, del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, e successive modificazioni; è utilizzabile ai fini dei versamenti delle imposte sui redditi e dell'imposta regionale sulle attività produttive dovute per il periodo d'imposta in cui le spese di cui ai seguenti commi sono state sostenute.

4-*quinquies*. L'eventuale eccedenza è utilizzabile in compensazione ai sensi dell'articolo 17 del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, a decorrere dal mese successivo al termine per la presentazione della dichiarazione dei redditi relativa al periodo d'imposta con riferimento al quale il credito è concesso. Non si applica il limite annuale previsto dal comma 53 dell'articolo 1 della legge 24 dicembre 2007, n. 244.

4-*sexies*. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, da adottarsi entro 30 giorni dalla data di entrata in vigore del presente decreto, di concerto con il Ministro dell'istruzione e dell'università e con il Ministro dello sviluppo economico, sono Individuate le tipologie di intervento agevolabili e i costi ammissibili, nonché le modalità di accertamento delle spese effettivamente sostenute e di verifica della conformità delle stesse alla disciplina comunitaria.

4-*septies*. Per l'attuazione degli interventi di cui ai commi precedenti, è autorizzata la spesa di 1.000 milioni di euro per l'anno 2014, 3.000 milioni di euro per l'anno 2015 e 3.000 milioni di euro per l'anno 2016.

4-*octies*. Con provvedimento del Direttore dell'Agenzia delle entrate, da adottare entro 30 giorni

dalla, data di entrata in vigore della presente legge, sono stabiliti criteri e modalità di attuazione dell'agevolazione di cui al presente articolo, anche al fine di assicurare il rispetto del limite di risorse stanziate.

4-*novies*. Nel caso di richieste superiori alle risorse annue stanziate, si procede a una distribuzione pro quota. Le risorse annuali non integralmente utilizzate nel periodo d'imposta vanno a incrementare quelle rese disponibili per il periodo di imposta successivo.

4-*decies*. Sono abrogati i commi 95, 96 e 97 dell'articolo 1, della legge 24 dicembre 2012, n. 228.».

Conseguentemente sopprimere il comma 5.

1.9

MILO, Giovanni MAURO

Precluso

Al comma 4 sostituire le parole da: «Al fine di dotare il Paese di un sistema d'istruzione scolastica che si caratterizzi per il rafforzamento dell'offerta formativa e della continuità didattica, e per la valorizzazione dei docenti e dell'autonomia scolastica» con le seguenti: «Al fine di dotare il Paese di un sistema d'istruzione scolastica che si caratterizzi per il rafforzamento del pluralismo educativo, dell'offerta formativa e della continuità didattica, e per la valorizzazione dei docenti, dell'autonomia scolastica e della libertà di scelta educativa dei genitori».

1.10

LIUZZI

Precluso

Al comma 4, sostituire le parole: «Al fine di dotare il Paese di un sistema d'istruzione scolastica che si caratterizzi per il rafforzamento dell'offerta formativa e della continuità didattica, e per la valorizzazione dei docenti e dell'autonomia scolastica» con le seguenti: «Al fine di dotare il Paese di un sistema d'istruzione scolastica che si caratterizzi per il rafforzamento del pluralismo educativo, dell'offerta formativa e della continuità didattica, e per la valorizzazione dei docenti, dell'autonomia scolastica e della libertà di scelta educativa dei genitori».

1.11

MILO, Giovanni MAURO

Precluso

Al comma 4, dopo le parole: «per il rafforzamento» aggiungere le seguenti: «del pluralismo educativo» e, dopo le parole: «piano straordinario di assunzioni di docenti» aggiungere le seguenti: «nel sistema nazionale di istruzione, previsto dalla legge 10 marzo 2000, n. 62, che garantisca l'attuazione di un sistema integrato di istruzione e la libertà di scelta educativa delle famiglie».

1.12

LIUZZI

Precluso

Al comma 4, dopo le parole: «Al fine di dotare il Paese di un sistema d'istruzione scolastica che si caratterizzi per il rafforzamento» aggiungere le seguenti: «del pluralismo educativo» e, dopo le parole: «piano straordinario di assunzioni di docenti» aggiungere le seguenti: «nel sistema riazionale di istruzione, previsto dalla legge 10 marzo 2000, n. 62, che garantisca l'attuazione di un sistema integrato di istruzione e la libertà di scelta educativa delle famiglie».

1.13

DE PIETRO, URAS, CASALETTO, MASTRANGELI

Precluso

Al comma 4, dopo le parole: «dell'offerta formativa e della continuità didattica» aggiungere le seguenti: «inclusiva di proposte didattiche e formative rivolte agli studenti disabili».

1.15

ZIN, ROMANO, PANIZZA, LANIECE, BATTISTA

Precluso

Al comma 4, le parole: «Fondo "La buona scuola"», ovunque ricorrano, sono sostituite dalle seguenti: «Fondo "La buona scuola sia in Italia che all'estero"».

1.16

MONTEVECCHI, BLUNDO, SERRA, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Al comma 4, sostituire le parole: «1.000 milioni di euro per l'anno 2015 e di 3.000 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2016» con le seguenti: «2.000 milioni di euro per l'anno 2015 e di 4.000 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2016».

Conseguentemente, sostituire il comma 5 con il seguente: «Il Fondo è finalizzato all'attuazione di interventi in materia di istruzione con particolare riferimento: ad un piano straordinario di assunzioni di docenti e personale ATA, al contrasto della dispersione scolastica, al potenziamento degli interventi relativi al diritto allo studio, all'edilizia scolastica, all'incremento del tempo pieno, all'innovazione didattica e degli ambienti di apprendimento, a nuovi progetti di ampliamento delle metodologie e pratiche per l'innovazione dell'offerta formativa, nonché al potenziamento dell'alternanza scuola-lavoro».

E conseguentemente ancora:

Al comma 9, al capoverso1-*bis*, i numeri 1) e 2) sono sostituiti dai seguenti:

«1) 840 euro, se il reddito complessivo non è superiore a 24.000 euro;

2) 840 euro, se il reddito complessivo è superiore a 24.000 euro ma non a 26.000 euro. Il credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra l'importo di 26.000 euro, diminuito del reddito complessivo, e l'importo di 2.000 euro».

1.17

PETRAGLIA, DE PETRIS, URAS

Precluso

Al comma 4 sostituire le parole: «1.000 milioni» con le seguenti: «2.100 milioni» e le parole: «3.000 milioni» con le seguenti: «5.100 milioni» e al comma 5 dopo le parole: «di assunzione» inserire le seguenti: «dei docenti e del personale ATA titolari di contratti a tempo determinato che hanno svolto servizio di supplenza per un periodo superiore ai trentasei mesi anche non continuativi, alla data del 31 agosto 2015, di cui alla sentenza della Corte di giustizia dell'Unione europea del 26 settembre 2014».

Conseguentemente sopprimere i commi da 16 a 20.

1.18

RUVOLO, MILO, Mario FERRARA

Precluso

Dopo il comma 4, aggiungere il seguente:

«4-*bis*. La dotazione del Fondo per il finanziamento ordinario delle università è incrementata per l'anno 2015 di 100 milioni di euro, nonché di 50 milioni per l'anno 2016 e di 50 milioni per l'anno 2017. A valere su quota parte delle risorse di cui al primo comma del presente comma, con decreto del Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca, da emanare entro il 31 gennaio di ciascun anno, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, è approvato un piano straordinario per la chiamata di professori di prima fascia per ciascuno degli anni 2015-2017».

Conseguentemente alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: - 100.000.000;

2016: - 50.000.000;

2017: - 50.000.000.

1.19

LEZZI, BULGARELLI, MANGILI, MONTEVECCHI, SERRA, BLUNDO

Precluso

Dopo il comma 4, aggiungere il seguente:

«4-*bis*. Al fine di migliorare l'offerta formativa e garantire la continuità e la qualità didattica, il

comma 1 dell'articolo 64 del decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 agosto 2008, n. 133, è sostituito dal seguente: "Ai fini di una migliore qualificazione del servizi scolastici e di una piena valorizzazione professionale del personale docente, a decorrere dall'anno scolastico 2015/2016, sono adottati interventi e misure volti a diminuire gradualmente di un punto il rapporto alunni/docente, da realizzare comunque entro l'anno scolastico 2018/2019"».

Conseguentemente, al medesimo articolo 1, comma 9, capoverso 1-bis*, i numeri 1) e 2) sono sostituiti dai seguenti:*

1) 920 euro per l'anno 2015, 840 euro per l'anno 2016 e 780 euro a decorrere dall'anno 2017, se il .reddito complessivo non è superiore a 24.000 euro;

2) 920 euro per l'anno 2015, 840 euro per l'anno 2016 e 780 euro a decorrere dall'anno 2017, se il reddito complessivo è superiore a 24.000 euro ma non a 26.000 euro. Il credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra l'importo di 26.000 euro, diminuito del reddito complessivo, e importo di 2.000 euro.

1.20

SERRA, BLUNDO, MONTEVECCHI, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Dopo il comma 4 aggiungere il seguente:

«4-*bis*. Al fine di migliorare l'offerta formativa e garantire la continuità e la qualità didattica, il comma 1 dell'articolo 64 del decreto-legge n. 112/2008 è sostituito dal seguente: "Ai fini di una migliore qualificazione dei servizi scolastici e di una piena valorizzazione professionale del personale docente, a decorrere dall'anno scolastico 2015/2016, sono adottati interventi e misure volti a diminuire gradualmente di un punto il rapporto alunni/docente, da realizzare comunque entro l'anno scolastico 2018/2019"».

Conseguentemente:

Al comma 9, al capoverso1-*bis*, i numeri 1) e 2) sono sostituiti dai seguenti:

«1) 920 euro per l'anno 2015, 840 euro per l'anno 2016 e 780 euro a decorrere dall'anno 2017, se il reddito complessivo non è superiore a 24.000 euro;

2) 920 euro per l'anno 2015, 840 euro per l'anno 2016 e 780 euro a decorrere dall'anno 2017, se il reddito complessivo è superiore a 24.000 euro ma non a 26.000 euro. Il credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra l'importo di 26.000 euro, diminuito del reddito complessivo, e l'importo di 2.000 euro».

1.21

BOCCHINO, MUSSINI, BENCINI, CAMPANELLA, MASTRANGELI, DE PIN

Precluso

Sostituire il comma 5 con il seguente:

«5. Il Fondo di cui al comma 4 è finalizzato alla attuazione degli interventi di cui al medesimo comma 4, con riferimento alla realizzazione di un piano straordinario di assunzioni prioritariamente di docenti titolari di contratti a tempo determinato che hanno svolto servizio su posti vacanti e disponibili per un periodo superiore ai 36 mesi, anche non continuativi, computati alla data del 31 agosto 2015.

Il Fondo di cui al comma 4 è altresì finalizzato al potenziamento dell'alternanza scuola-lavoro e alla formazione dei docenti e dei dirigenti.

1.23

BULGARELLI, LEZZI, MANGILI, MONTEVECCHI, SERRA, BLUNDO

Precluso

Al comma 5, dopo le parole: «formazione dei docenti», inserire le seguenti: «iscritti nelle graduatorie ad esaurimento, istituite.ai sensi della legge 27 dicembre 2006 n. 296, articolo 1, comma 605, lettera c) e successive modificazioni».

Conseguentemente, dopo il comma 5, inserire il seguente:

5-*bis*. Al fine di valorizzare la professionalità del personale docente provvisto di abilitazione e di ampliarne le prospettive lavorative, a decorrere dall'anno scolastico 2016-2017 è disposta l'immissione

in ruolo di un numero di docenti almeno corrispondente a quello delle cessazioni di servizio verificatesi nell'anno precedente. L'immissione, in ruolo dei nuovi assunti avverrà per scorrimento delle graduatorie della seconda fascia d'istituto.

1.24

FALANGA

Precluso

Dopo il comma 5, aggiungere i seguenti:

«5-*bis*. Per il triennio 2015-2017, lo stanziamento sul capitolo 1694 dello stato di previsione della spesa del Ministero dell'università e della ricerca è incrementato di 10 milioni di euro per ciascun anno. Tale maggiore spesa, da attribuire al Fondo per il Finanziamento Ordinario delle Università, di cui all'articolo 5, della legge 24 dicembre 1993, n. 537 e successive modificazioni, è destinata alle Università non statali legalmente riconosciute, aventi numero di iscritti non superiore a quattromila studenti, escluse le Università telematiche, con sede legale in una delle Regioni obiettivo convergenza, proporzionalmente al numero di iscritti nella misura massima di 3500 euro a studente, per il sostegno delle spese generali di funzionamento, e alle università italiane non statali legalmente riconosciute limitatamente al numero di studenti che alla data del 31 dicembre 2014 risultino iscritti a corsi di laurea e laurea magistrale di primo e di secondo livello che si svolgono stabilmente nelle medesime regioni obiettivo convergenza,..

5-*ter*. Nel caso in cui le somme stanziate annualmente siano eccedenti rispetto a quanto erogato nei confronti delle Università benefici arie di cui al comma 5-*bis*, la residua parte sarà ripartita tra le stesse per il potenziamento delle infrastrutture materiali e immateriali e dei servizi agli studenti».

Conseguentemente alla Tabella A, voce: «Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti modifiche:

2015: - 10.000 (milioni);

2016: - 10.000 (milioni);

2017: - 10.000 (milioni).

1.26

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 5, aggiungere il seguente:

«5-*bis*. A partire dal 2016, il reclutamento dei dirigenti scolastici si realizza mediante un corso concorso selettivo di formazione, indetto dagli Uffici Scolastici Regionali, svolto nelle sedi regionali con cadenza periodica, per la scuola elementare e media e per la scuola secondaria superiore. Ai corsi concorsi è ammesso il personale docente delle istituzioni statali, residente da almeno 5 anni nelle regioni per i cui ambiti è indetto il concorso, che abbia maturato, dopo la nomina in ruolo, un servizio effettivamente prestato di almeno cinque anni con possesso di laurea, nei rispettivi settori formativi. Con decreto del Ministro della pubblica istruzione sono definiti i criteri e le modalità del nuovo sistema di reclutamento. Agli oneri derivanti dall'attuazione del presente comma, valutati in 5 milioni di euro per il 2016, si provvede mediante corrispondente riduzione dello stanziamento del Fondo rifugiati e richiedenti Asilo di cui all'articolo 17 comma 13 della presente legge».

1.27

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 5, aggiungere il seguente:

«5-*bis*. Per il reclutamento del personale docente il Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca, con cadenza triennale, indice concorsi a gestione regionale, sulla base delle cattedre vacanti e disponibili in ogni regione, a mezzo di procedure curate dagli uffici scolastici provinciali e con la formazione di graduatorie distinte per ciascun ordine e per ciascuna classe di specializzazione, a livello regionale. Il Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca, con proprio decreto determina le modalità di svolgimento del nuovo sistema di reclutamento. Agli oneri derivanti dall'attuazione del

presente comma, valutati in 20 milioni di euro per il 2017, si provvede mediante corrispondente riduzione dello stanziamento del Fondo nazionale per le politiche e i servizi dell'asilo, di cui all'articolo 17, comma 13».

1.28 (testo 2)

DI BIAGIO

Precluso

Dopo il comma 5, inserire il seguente:

«5-*bis*. Il Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca è autorizzato, in via straordinaria, ad adottare, con proprio decreto, l'aggiornamento anticipato delle graduatorie ad esaurimento degli insegnanti per consentire l'inserimento nella prima fascia di tali graduatorie per le seguenti categorie: docenti che hanno conseguito l'abilitazione attraverso i percorsi abilitanti istituiti ai sensi del decreto del ministero 10 settembre 2010, n. 249, del Ministro dell'Istruzione, dell'Università e della Ricerca; docenti inseriti nelle graduatorie di merito del concorso a cattedra di cui al DDG 24 settembre 2012, n. 82; docenti in possesso di laurea in Scienze delta Formazione Primaria; docenti in possesso di diploma magistrale conseguito entro l'anno scolastico 2001/2002. È altresì consentita la presentazione della domanda con riserva a coloro che, pur non avendo ancora concluso il percorso abilitante, risultino iscritti ad uno dei percorsi abilitanti di cui al citato DM249/2010 al DDG. n. 58 del 25 luglio 2013, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* IV serie speciale concorsi n. 60 del 30 luglio 2013. La misura non comporta nuovi oneri a carico della finanza pubblica».

1.32

CERONI, RAZZI

Precluso

Dopo il comma 5 aggiungere il seguente:

«5-*bis*. All'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n. 183, dopo il comma 14-*ter* inserire il seguente:

"14-*quater*. Per gli anni 2015 e 2016 nel saldo finanziario espresso in termini di competenza mista, individuato ai sensi del comma 3, rilevante ai fini della verifica del rispetto del patto di stabilità interno, non sono considerate le spese sostenute dalle province per interventi di edilizia scolastica. In caso di incompleto utilizzo delle risorse da parte dei comuni di cui al comma 14-*ter*, per l'anno 2015, l'eventuale somma residua viene assegnata alle province. Le province beneficiarie dell'esclusione dal parto di stabilità interno delle spese sostenute per interventi di edilizia scolastica e l'importo dell'esclusione stessa sono individuati, sentita la Conferenza Stato-Città ed autonomie locali con decreto del Presidente del Consiglio dei Ministeri"».

1.7500

BOCCHINO

Precluso

Dopo il comma 5, inserire il seguente:

«5-*bis*. Il Fondo di cui al comma 4 è incremento di 660 mila euro a partire dall'anno 2015 e fino al 2017 per la dotazione di connessioni a banda larga e/o ultralarga delle 260 scuole meridionali facenti parte del progetto promosso dal Consorzio Garr di concerto al Ministero dell'Istruzione, Università e ricerca».

1.35

LEZZI

Precluso

Al comma 6, lettera a), sostituire le parole: «composte da almeno 15 individui» con le seguenti: «fino a quindici individui».

Conseguentemente, all'articolo 2, sopprimere il comma 207.

1.36/1.38 (testo 2)

DI BIAGIO, Luigi MARINO

Precluso

Al comma 6, lettera a) sostituire le parole: «aventi soggetività giuridica e fornite di partita IVA (reti-soggetto)» con le seguenti: «aventi nel programma comune di rete lo sviluppo di attività innovative».

1.40

DE PIETRO, URAS, CASALETTO, MASTRANGELI

Precluso

Al comma 6, la lettera b) è sostituita dalla seguente:

«*b)* il comma 57 è sostituito dal seguente:

"57. Le risorse del fondo sono erogate ai soggetti di cui al comma 56, ammessi attraverso procedure selettive indette dal Ministero dello sviluppo economico, tenute a valorizzare le collaborazioni con istituti di ricerca pubblici, università e istituzioni scolastiche autonome, sulla base di progetti della durata di almeno due anni, volti a sviluppare i seguenti princìpi e contenuti:

a) creazione di centri di sviluppo di *software* e *hardware* a codice sorgente aperto per la crescita e il trasferimento di conoscenze alle scuole, alla cittadinanza, agli artigiani e alle microimprese anche in collaborazione con il Centro nazionale di cui al punto *f)*;

b) creazione di centri per l'incubazione di realtà innovative nel mondo dell'artigianato digitale;

c) creazione di centri per servizi di fabbricazione digitale rivolti ad artigiani e a microimprese;

d) messa a disposizione di tecnologie di fabbricazione digitale da parte dei soggetti di cui al comma 56;

e) creazione di nuove realtà artigianali o reti manifatturiere incentrate sulle tecnologie di fabbricazione digitale;

f) è istituito un 'Centro nazionale per lo sviluppo *software* e *hardware*' che opera sotto il controllo del Ministero delle attività produttive, con lo scopo di fornire gratuitamente consulenza, servizi e infrastrutture tecnologiche ai Comuni, alle Province e alle Città metropolitane, alle Regioni, allo Stato in termini di digitalizzazione, sviluppo *software* a codice sorgente aperto e *hardware*, definizione di protocolli di scambio dati e quanto necessario all'armonizzazione del sistema informatico e gestionale della pubblica amministrazione italiana. La Pubblica amministrazione dovrà sottoporre al Centro qualsiasi necessità di sviluppo *software*. Le aziende private potranno rivolgersi al Centro per la proposta di fornitura di sistemi informatici. Il centro cura anche l'anagrafica dei sistemi e dei servizi resi dalla P.A. su scala nazionale, anche con lo scopo di armonizzare nel tempo l'esistente. Sono sciolti o annessi al suddetto Centro nazionale tutti gli altri organismi che svolgono anche parzialmente funzioni analoghe al fine di evitare sovrapposizioni;

g) il Centro nazionale di cui al punto *f)* sarà finanziato anche con le risorse del fondo di cui al comma 4"».

1.41

BONFRISCO

Precluso

Dopo il comma 6, aggiungere i seguenti:

«6-*bis*. All'articolo 39, comma 4, del decreto-legge n. 201 del 6 dicembre 2011 convertito dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, le parole "a piccole e medie imprese" sono sostituite dalle seguenti "alle imprese con un numero di dipendenti non superiore a 499".

6-*ter*. La garanzia di cui al comma precedente è concessa nell'ambito delle disponibilità finanziarie del Fondo, come determinate dal decreto di cui all'articolo 39, comma 4, del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214».

1.49

MARTELLI, MORONESE, NUGNES, MANGILI, LEZZI, CATALFO

Precluso

Dopo il comma 6 aggiungere i seguenti:

«6-*bis*. Al fine di valorizzare sul territorio nazionale le risorse energetiche derivate dalla radiazione solare e al fine di garantire la sicurezza energetica nazionale, rivestono carattere di interesse strategico e di pubblica utilità le seguenti attività: copertura fotovoltaica degli immobili, risparmio

energetico, riqualificazione energetica degli edifici, creazione di reti intelligenti, riqualificazione dell'infrastrutture idroelettriche, ripristino dei sistemi di pompaggio, ricerca e sviluppo di sistemi di accumulo energetico.

6-*ter*. Il Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, di concerto con il Ministero dello sviluppo economico, il Ministero dell'Università e della ricerca e il Ministero dell'economia e delle finanze, procede, entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, all'istituzione dell'Agenzia italiana delle energie rinnovabili che, di concerto con l'Istituto Superiore Protezione e la ricerca ambientale (ISPRA) e l'Agenzia Nazionale per le nuove tecnologie, l'energia e lo sviluppo economico sostenibile (ENEA), promuove le attività di cui al comma 6-*bis*.

6-*quater*. All'onere derivante dall'attuazione del comma 6-*ter* relativo all'istituzione e al funzionamento dell'Agenzia italiana delle Energie Rinnovabili, valutato nel limite massimo di 5.000.000 di euro anni, a decorrere dal 2015, si provvede mediante l'utilizzo del "Fondo per l'energia rinnovabile Italiana" appositamente istituito nello stato di previsione del Ministero dell'ambiente, con dotazione pari a 5 milioni di euro annui a decorrere dal 2015. Il predetto fondo è altresì alimentato mediante i canoni annui di cui all'articolo 81 del decreto legislativo n. 625 del 1996.

6-*quinquies*. Entro sessanta giorni dalla sua costituzione l'Agenzia italiana per le energie rinnovabili provvede a, definire il programma degli obiettivi per l'anno in corso in relazione alle attività di cui al comma 6-*bis* e lo trasmette ai ministeri competenti».

Conseguentemente, alla Tabella A, alla Voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 5.000.000;
2016: - 5.000.000;
2017: - 5.000.000.

1.50

PETRAGLIA, URAS, DE PETRIS

Precluso

Al comma 7, sostituire le parole: «100 milioni di euro per ciascuno degli anni dal 2016 al 2020» con le seguenti: «100 milioni di euro per ciascuno degli anni dal 2015 al 2020».

Conseguentemente: al comma 112 sostituire le parole: «di 250 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015» *con le seguenti:* «di 150 milioni di curo per l'anno 2015 e di 250 milioni annui a decorrere dall'anno 2016».

1.53

URAS, DE PETRIS

Precluso

Dopo il comma 7, aggiungere i seguenti:

«7-*bis*. Entro il 3 mesi dalla approvazione della presente legge, è istituito, su iniziativa del competente Ministero dei Beni Culturali un Comitato di coordinamento Ministero - Regione - Comune di Cagliari con la finalità di definire un Piano organico di interventi di tutela e valorizzazione della "Necropoli punico-romana di Cagliari". In tale ambito, fatte salve le competenze amministrative e operative di ciascuno dei predetti soggetti istituzionali, sono unitariamente valutate le necessarie misure funzionali alla salvaguardia della Necropoli e alla Istituzione, ai fini della sua valorizzazione, di un "Parco Archeologico" alla cui gestione si provvede sulla base di specifica normativa regionale, adottata dalla Giunta Regionale previa intesa con il Ministero e con il Comune di Cagliari. Alle spese relative al funzionamento del Comitato di Coordinamento si provvede nell'ambito delle risorse assegnate, dei rispettivi Bilanci, alle ordinarie attività di ciascuna delle Amministrazioni coinvolte.

7-*ter*. II sistema costituito dei nuraghi presenti nel territorio della Regione Autonoma della Sardegna è considerato un unico bene culturale, pertanto è sottoposto a tutela ai sensi delle vigenti disposizioni di legge. Le risorse destinate dalla Regione sarda nel proprio Bilancio per le misure di tutela e valorizzazione del sistema nuragico, previa intesa con il Ministeri dei Beni Culturali e

dell'Economia, non computabili per il calcolo dei limiti di spesa ai sensi del patto di stabilità e crescita.

7-*quater*. La Regione è autorizzata, in deroga alle vigenti disposizioni in materia di assunzioni nelle PP.AA., ad attivare, ai fini della attuazione del presento articolo, un progetto occupazionale a tempo determinato di durata triennale per giovani laureati fino a 35 anni. II presente progetto opera nell'ambito degli stanziamenti previsti dal Bilancio regionale e non comporta oneri aggiuntivi per il Bilancio dello Stato».

1.54

MUSSINI, MONTEVECCHI, PETRAGLIA, ORELLANA, Maurizio ROMANI, BIGNAMI, BENCINI, GAETTI, PEPE

Precluso

Dopo il comma 7, aggiungere il seguente:

«7-*bis*. Alla legge 20 dicembre 2012, n. 238, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) l'articolo 2 è sostituito dal seguente:

"Art. 2. - *(Contributo straordinario) - 1*. Al fine di sostenere e valorizzare i festival musicali e operistici italiani di assoluto prestigio internazionale è assegnato, a decorrere dal 2014, un contributo di un milione di euro ciascuna a favore, della Fondazione Rossini Opera Festival, della Fondazione Festival dei due Mondi, della Fondazione Ravenna Manifestazioni e della Fondazione Festival Pucciniano Torre del Lago e a decorrere dal 2015 un contributo di un milione di euro a favore del Teatro Regio di Parma".

b) il comma 1 dell'articolo 3 è sostituito dal seguente:

"1. All'onere derivante dall'attuazione dell'articolo 2, quanto a 4 milioni di euro a decorrere dal 2013, e pari a 1 milione di euro a decorrere dal 2015, si provvede mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 1, comma l, lettera *a)*, del decreto-legge 31 marzo 2011, n. 34, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 maggio 2011, n. 75"».

Conseguentemente al comma 121 sostituire la parola: «200» *con la seguente:* «199».

1.55

MUSSINI, MONTEVECCHI, PETRAGLIA, ORELLANA, Maurizio ROMANI, BIGNAMI, BENCINI, GAETTI, PEPE

Precluso

Dopo il comma 7, aggiungere il seguente:

«17-*bis*. All'articolo 2, comma l, della legge 20 dicembre 2012, n. 238, dopo le parole: "un milione di euro ciascuna a favore", inserire le seguenti: "del Teatro Regio di parma,"».

Conseguentemente all'articolo 3, comma 75, Tabella A allegata, voce «Ministero dell'economia e delle finanze», *apportare le seguenti modifiche:*

2015:

- CP: - 1.000.000;
  CS: - 1.000.000.

2016:

- CP: - 1.000.000;
  CS: - 1.000.000.

2017:

- CP: - 1.000.000;
  CS: - 1.000.000.

1.58

ZIZZA, IURLARO

Precluso

Dopo il comma 7, aggiungere il seguente:

«7-*bis*. Considerato che le Chiese in Italia rappresentano parte integrante del patrimonio culturale, storico e turistico è riservato il 10 per cento del fondo della tutela del patrimonio culturale previsto: nel comma 7 istituito nello stato di previsione dal Ministero dei beni e delle attività culturali».

1.59

MILO, Giovanni MAURO

Precluso

Dopo il comma 7, è aggiunto il seguente:

«7-*bis*. All'articolo 1, comma 58, della legge 24 dicembre 2012, n. 228 dopo le parole: "sono fatti salvi" sono inserite le seguenti: ", anche per l'anno scolastico 2015-2016,". Al relativo onere si provvede, con una quota delle entrate di cui all'articolo 7, comma 39, del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, per un importo pari a 3,3 milioni di euro, di cui 1,1 milioni di euro per l'anno 2015 e 2,2 milioni di euro per l'anno 2016».

1.61

MALAN

Precluso

Al comma 8, primo periodo, dopo le parole: «il Ministro dei beni e delle attività culturali e del turismo trasmette», inserire le eseguenti: «alle competenti Commissioni di Camera e Senato e».

Al comma 8, terzo periodo, dopo le parole: «Entro il 31 gennaio di ciascun anno è trasmesso», *inserire le seguenti:* «alle competenti Commissioni di Camera e Senato e».

1.64

DI BIAGIO, Luigi MARINO

Precluso

Dopo il comma 8, aggiungere il seguente:

«8-*bis*. All'articolo 2 della legge 30 marzo 2004, n. 92, dopo il comma 3, aggiungere il seguente:

"4. Con riguardo all'Archivio museo storico di Fiume, in aggiunta ai vigenti stanziamenti di bilancio, è altresì autorizzato un finanziamento di 70.000 euro per l'anno 2015, di 70.000 euro per l'anno 2016 e di 70.000 euro per l'anno 2017 alla Società di studi fiumani. All'onere derivante dall'attuazione del presente articolo si provvede mediante corrispondente utilizzo del Fondo per la compensazione degli effetti finanziari non previsti a legislazione vigente conseguenti all'attualizzazione di contributi pluriennali, di cui all'articolo 6, comma 2, del decreto-legge 7 ottobre 2008, n. 154, convertito, con modificazioni, dalla legge 4 dicembre 2008, n. 189, e successive modificazioni"».

1.66

STEFANI, BELLOT, BISINELLA, MUNERATO, TOSATO, ARRIGONI, CROSIO, COMAROLI

Precluso

Dopo il comma 8, aggiungere il seguente:

«8-*bis*. Le installazioni e i rimessaggi dei mezzi mobili di pernottamento, anche se collocati permanentemente, per l'esercizio dell'attività, entro il perimetro delle strutture turistico-ricettive regolarmente autorizzate, purché ottemperino alle specifiche condizioni strutturali e di mobilità stabilite dagli ordinamenti regionali, non costituiscono in alcun caso attività rilevanti ai fini paesaggistici».

1.68

LEZZI, BULGARELLI, MANGILI

Precluso

Sopprimere i commi 9, 10, 12, 105, 112, 116 e 121.

Conseguentemente, all'articolo 3, apportare le seguenti modifiche:

a) dopo il comma 66, aggiungere il seguente:

«66-*bis*. All'articolo 1 della legge 27 dicembre 2013, n. 147, il comma 430 è soppresso»;

b) al comma 10, sostituire le parole: «1.716 milioni» con le seguenti: «2.916 milioni»;

c) dopo il comma 24, aggiungere il seguente:

«24-*bis*. Il Ministero dell'economia e delle finanze - amministrazione autonoma dei monopoli di Stato, con propri decreti dirigenziali da emanarsi entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, adotta le disposizioni in materia di giochi pubblici al fine di incrementare

ulteriormente la misura del prelievo erariale unico, la percentuale dell'ammontare complessivo delle giocate destinate a montepremi ovvero a vincite in denaro, nonché la percentuale del compenso per le attività di gestione o dei punti vendita, al fine di assicurare, anche con riferimento ai rapporti negoziali in essere alla data di entrata in vigore della presente legge, ulteriori maggiori entrate in misura non inferiore a 400 milioni di euro annui a decorrere dal 2015. Nell'ambito di tali misure può essere disposto l'incremento ulteriore - entro il limite dell'1 per cento - del prelievo erariale unico sugli apparecchi da intrattenimento di cui all'articolo 110, comma 6, lettere *a)* e *b)*, del regio decreto 18 giugno 1931, n. 773»;

d) al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 600 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016, 2017».

1.69

GASPARRI

Precluso

Sostituire il comma 9 con il seguente:

«9. Il comma 1-*bis* dell'articolo 13 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, è sostituito dal seguente:

"1-*bis*. Qualora l'imposta lorda determinata sui redditi di cui agli articoli 49, con esclusione di quelli indicati nel comma 2, lettera *a)*, e 50, comma 1, lettere *a)*, *b)*, *c)*, *c-bis)*, *d)*, *h-bis)* e *l)*, sia di importo superiore a quello della detrazione spettante ai sensi del comma 1, compete un credito rapportato al periodo di lavoro nell'anno che non concorre alla formazione del reddito di importo pari a:

1) 720 euro, se il reddito complessivo non è superiore a 24.000 euro;

2) 720 euro, se il reddito complessivo è superiore a 24.000 euro ma non a 26.000 euro. Il credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra l'importo di 26.000 euro, diminuito del reddito complessivo, e l'importo di 2.000 euro.

1-*ter*. Gli importi di cui ai numeri 1) e 2) del comma 1-*bis* sono aumentati per una somma di euro 240 se l'avente diritto ha un solo familiare a carico e di euro 120 per ciascun ulteriore familiare a carico. In caso di più familiari a carico il limite di reddito per beneficiare del credito è aumentato di un importo di euro 5.000 per ciascun familiare a carico"».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: «Ministero dell'economia e delle finanze», *apportare le seguenti variazioni:*

2015:

- 100.000.000;

2016:

- 100.000.000;

2017:

- 100.000.000.

Ridurre del 5 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente della allegata Tabella C.

1.74

DI BIAGIO

Precluso

Il comma 9 è sostituito con il seguente:

9. Il comma 1-*bis* dell'articolo 13 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, è sostituito dal seguente:

«1-*bis*. Qualora l'imposta lorda determinata sui redditi di cui agli articoli 49, con esclusione di quelli indicati nel comma 2, lettera *a)*, e 50, comma 1, lettere *a)*, *b)*, *c)*, c-*bis)*, *d)*, h-*bis)* e *l)*, sia di importo superiore a quello della detrazione spettante ai sensi del comma 1, compete un credito rapportato al periodo di lavoro nell'anno che non concorre alla formazione del reddito di importo pari

a:

1) 720 euro, se il reddito complessivo non è superiore a 24.000 euro;

2) 720 euro, se il reddito complessivo è superiore a 24.000 euro ma non a 26.000 euro. Il credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra l'importo di 26.000 euro, diminuito del reddito complessivo, e l'importo di 2.000 euro.

1-*ter*. Gli importi di cui alle lettere 1 e 2 del comma 1-*bis* sono aumentati per una somma di euro 240 se l'avente diritto ha un solo familiare a carico e di euro 120 per ciascun ulteriore familiare a carico. In caso di più familiari a carico il limite di reddito per beneficiare del credito è aumentato di un importo di euro 5000 per ciascun familiare a carico».

1.75

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 9 sostituire il capoverso comma 1-bis, con i seguenti:

«1-*bis*. Qualora l'imposta lorda determinata sui redditi di cui agli articoli 49, con esclusione di quelli indicati nel comma 2, lettera *a)*, e 50, comma 1, lettere *a)*, *b)*, *c)* e *l)*, sia di importo superiore a quello della detrazione spettante ai sensi del comma 1, compete un credito rapportato al periodo di lavoro nell'anno che non concorre alla formazione del reddito di importo pari a:

1) 960 euro, se il reddito complessivo comprensivo di eventuali redditi soggetti a tassazione separata non è superiore a 24.000 euro;

2) 960 euro, se il reddito complessivo comprensivo di eventuali redditi soggetti a tassazione separata è superiore a 24.000 euro ma non a 26.000 euro. il credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra l'importo di 26.000 euro, diminuito del reddito complessivo, e l'importo di 2.000 euro.

2-*bis*. Qualora l'imposta lorda determinata sui medesimi redditi di cui al comma precedente, sia di importo inferiore o uguale a quello della detrazione spettante ai sensi del comma 1, è riconosciuta un ulteriore detrazione, che non concorre alla formazione del reddito ai fini della rideterminazione dell'imposta di importo pari a 960 euro. Tale citeriore detrazione compete in misura piena per ciascun periodo di lavora svolto nell'anno solare ed è riconosciuta anche ai lavoratori percettori di misure di sostegno del reddito, inclusa la mobilità».

Conseguentemente: All'articolo 3, dopo il comma 74, aggiungere il seguente:

«74-*bis*. La quota parte degli oneri derivanti dall'articolo 1 comma 9, pari a circa 4 miliardi di euro annui a decorrere dell'anno 2015, si provvede fino a concorrenza del fabbisogno:

1) mediante i maggiori introiti derivanti dall'istituzione, a partire dal periodo d'imposta 2015, di un'imposta patrimoniale ordinaria sulle grandi ricchezze, pari allo 0,5 per cento per una base imponibile di valore compreso tra 3 milioni euro e 4 milioni di euro, e una pari all'1 per cento per le basi imponibili di valore superiore a 4 milioni di euro. Per base, imponibile dell'imposta s'intende, la ricchezza netta delle famiglie superiore a 3 milioni di euro, costituita dalla somma delle attività reali e delle attività finanziarie al netto delle passività finanziarie compreso il patrimonio non strumentale delle società.

2) mediante i maggiori introiti derivanti dalle seguenti disposizioni:

all'articolo 3, apportare le seguenti modificazioni:

dopo il comma 6 aggiungere il seguente:

6-*bis*. I commi 48, 49 e 49-*bis*, dell'articolo 2, del decreto-legge n. 262 del 2006, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 286 del 2006, sono sostituiti dai seguenti:

"48. I trasferimenti di beni e diritti per causa di morte sono soggetti all'imposta di cui al comma 47 con le seguenti aliquote sui valore complessivo netto dei beni:

a) devoluti a favore del coniuge e dei parenti in linea retta sul valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 500.000 euro: 5 per cento;

a-bis) devoluti a favore dei fratelli e delle sorelle sui valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 100.000 euro; 8 per cento;

b) devoluti a favore degli altri parenti fino al quarto grado e degli affini in linea retta, nonché

degli affini in linea collaterale fino al terzo grado: 8 per cento;

c) devoluti a favore di altri soggetti: 10 per cento;

49. Per le clonazioni e gli atti di trasferimento a titolo gratuito di beni e diritti e la costituzione cui vincoli di destinazione di beni l'imposta è determinata dall'applicazione delle seguenti aliquote al valore globale dei beni e dei diritti al netto degli oneri da cui è gravato il beneficiario diversi da quelli indicati dall'articolo 58, comma 1, del citato testo unico di cui al decreto legislativo 31 ottobre 1990, n. 346, ovvero, se la dotazione è fatta congiuntamente a favore di più soggetti o se in uno stesso atto sono compresi più atti di disposizione a favore di soggetti diversi, al valore delle quote dei beni o diritti attribuiti:

a) a favore del coniuge e dei parenti in linea retta sui valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 500.000 euro: 5 per cento;

a-bis) a favore dei fratelli e delle sorelle sui valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 100.000 euro: 8 per cento;

b) a favore degli altri parenti fino al quarto grado e degli affini in linea retta, nonché degli affini in linea collaterale fino al terzo grado; 8 per cento;

c) a favore di altri soggetti: 10 per cento.

49-*bis*. Se il beneficiano dei trasferimenti di cui ai commi 48 e 49 è una persona portatrice di *handicap* riconosciuto grave, ai sensi della legge 5 febbraio 1992, n. 104, rimposta si applica esclusivamente sulla parte del valore della quota o del legato che supera l'ammontare di 1.000.000 euro"».

Dopo il comma 19, aggiungere i seguenti:

«19-*bis*. Entro sessanta giorni dal termine per la presentazione della comunicazione dei dati dell'IVA stabilito dall'articolo 8-*bis* del regolamento di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 luglio 1998, n. 322, il contribuente presenta l'elenco dei soggetti nei cui confronti sono state emesse fatture nell'anno cui si riferisce la comunicazione nonché, in relazione al medesimo periodo, l'elenco dei soggetti titolari di partita IVA da cui sono effettuati acquisti rilevanti ai fini dell'applicazione dell'imposta. Per ciascun soggetto sono indicati il codice fiscale e l'importo complessivo delle operazioni effettuate, al netto delle relative note di variazione, con l'evidenziazione dell'imponibile e dell'imposta., nonché dell'importo delle operazioni non imponibili e di quelle esenti. Con provvedimento del Direttore dell'Agenzia delle entrate, da pubblicare nella *Gazzetta Ufficiale*:

a) sono individuati gli elementi informativi da indicare negli elenchi previsti dall'alinea, nonché le modalità per la presentazione, esclusivamente in via telematica, degli stessi;

b) il termine di cui all'alinea può essere differito per esigenze di natura esclusivamente tecnica, ovvero per particolari tipologie di contribuenti, anche in considerazione della dimensione dei dati da trasmettere.

19-*ter*. In caso di omissione della comunicazione di cui al comma precedente, ovvero di invio della stessa con dati incompleti o non veritieri, si applicano le disposizioni dell'articolo 11 del decreto legislativo 18 dicembre 1997, n. 471, e successive modificazioni.

19-*quater*. Entro un mese dalla data di entrata in vigore della presente legge, il Governo provvede ad apportare le modifiche necessarie all'articolo 8-*bis* dei regolamento di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 luglio 1998, n. 322, al fine di adeguarlo a quanto stabilito dai commi 3 e 4 del presente-articolo.

19-*quinquies*. Dopo il comma 29 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2006, n. 296, sono inseriti i seguenti:

"29-*bis*. Al fine di contrastare l'indebita effettuazione delle compensazioni previste dal decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, i titolari di partita IVA, entro il quinto giorno precedente quello in cui intendono effettuare l'operazione di compensazione per importi superiori a 5.000 euro, comunicano all'Agenzia delle entrate, in via telematica, l'importo e la tipologia dei crediti oggetto della successiva compensazione. La mancata comunicazione da parte dell'Agenzia delle entrate al contribuente, entro il terzo giorno successivo a quello di comunicazione, vale come silenzio assenso.

29-*ter*. Con provvedimento del Direttore dell'Agenzia delle entrate sono definite le modalità, anche progressive, per l'attuazione delle disposizioni del comma 29-*bis* e, in particolare, sono stabilite le procedute di controllo volte ad impedire l'utilizzo indebito di crediti».

19-*sexies*. All'articolo 2, comma 1, del decreto-legge n. 16 del marzo 2014, come convertito dalla legge n. 68 del 2 maggio 2014, la lettera *a)* è soppressa.

19-*septies*. A decorrere dal gennaio 2015 sono abrogate le seguenti disposizioni;

a) i commi 10, 11 e 12 dell'articolo 15 del decreto-legge n. 185 del 2008, convertito, con modificazioni; dalla legge 28 gennaio 2009, n. 2;

b) il, comma 47 dell'articolo 1, della legge 24 dicembre 2007, n. 244;

c) il comma 137 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2006, n. 296;

d) gli articoli 15, 16, 17, 18 e 20 del decreto del Presidente della Repubblica del 29 settembre 1973 n. 601"».

Dopo il comma 42 aggiungere il seguente:

«42-*bis*. L'articolo 11, comma 1, del decreto del Presidente della Repubblica n. 917 del 1986, è . sostituito dal seguente:

"1. L'imposta lorda è determinata applicando al reddito complessivo, al netto degli oneri deducibili indicati nell'articolo 10, le seguenti aliquote per scaglioni di reddito:

a) 15.000 euro, 23 per cento;

b) oltre 15.000 euro e fino a 28.000 euro, 27 per cento;

c) oltre 28.000 euro e fino a 55.000 euro, 38 per cento;

d) oltre 55.000 euro e fino a 75.000 euro, 41 per cento;

e) oltre 75.000 euro e fino a 100.000 euro, 43 per cento;

f) oltre 100.000 euro e fino a 150.000 euro, 45 per cento;

g) oltre 150.000 euro, e fino a 200,000 euro, 47 per cento;

h) oltre 200.000 euro 49 per cento,"».

1.76

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 9, sostituire il capoverso comma 1-bis, con i seguenti:

«1-*bis*. Qualora l'imposta lorda determinata sui redditi di cui agli articoli 49 e 50, comma 1, lettere *a)*, *b)*, *c)*, c-*bis)* e *l)* e 53, sia di importo superiore a quello della detrazione spettante ai sensi del comma 1, compete un credito rapportato al periodo di lavoro nell'anno che non concorre alla formazione del reddito di importo pari a:

1) 960 euro, se il reddito complessivo, comprensivo di eventuali redditi soggetti a tassazione separata, non è superiore a 24.000 euro;

1-*bis)* 960 euro, se, limitatamente ai redditi di cui all'articolo 53, il reddito complessivo non è superiore a 19.000 euro;

2) 960 euro, se il reddito complessivo, comprensivo di eventuali redditi soggetti a tassazione separata, è superiore a 24.000 euro ma non a 26.000 euro. Il credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra l'importo di 26.000 euro, diminuito del reddito complessivo, e l'importo di 2000 euro.

2-*bis*. Qualora l'imposta lorda determinata sui medesimi redditi di cui al comma precedente, sia di importo inferiore o uguale a quello della detrazione spettante ai sensi del comma 1, è riconosciuta un'ulteriore detrazione, che non concorre alla formazione del reddito ai fini della rideterminazione dell'imposta, di importo pari a 960 euro. Tale ulteriore detrazione compete in misura piena per ciascun periodo di lavoro svolto nell'anno solare ed è riconosciuta anche ai lavoratori percettori di misure di sostegno del reddito, inclusa la mobilità».

Conseguentemente: All'articolo 3, dopo il comma 74, aggiungere il seguente:

«74-*bis*. La quota parte degli oneri derivanti dall'articolo 1 comma 9, pari a circa 11 miliardi di euro annui a decorrere dell'anno 2015, si provvede fino a concorrenza del fabbisogno:

1) mediante i maggiori introiti derivanti dall'istituzione, a partire dal periodo d'imposta 2015, di

un'imposta patrimoniale ordinaria sulle grandi ricchezze, pari allo 0,5 per cento per una base imponibile di valore compreso tra 3 milioni euro e 4 milioni di euro, e una pari all'1 per cento per le basi imponibili di valore superiore a 4 milioni di euro. Per base, imponibile dell'imposta s'intende la ricchezza netta delle famiglie superiore a 3 milioni di euro, costituita dalla somma delle attività reali e delle attività finanziarie al netto delle passività finanziarie compreso il patrimonio non strumentale delle società.

2) mediante i maggiori introiti derivanti dalle seguenti disposizioni:

all'articolo 3, apportare le seguenti modificazioni:

dopo il comma 6 aggiungere il seguente:

6-*bis*. I commi 48, 49 e 49-*bis*, dell'articolo 2, del decreto-legge n. 262 del 2006, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 286 del 2006, sono sostituiti dai seguenti:

48. I trasferimenti di beni e diritti per causa di morte sono soggetti all'imposta di cui al comma 47 con le seguenti aliquote sui valore complessivo netto dei beni:

a) devoluti a favore del coniuge e dei parenti in linea retta sul valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 500.000 euro: 5 per cento;

a-*bis)* devoluti a favore dei fratelli e delle sorelle sui valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 100.000 euro; 8 per cento;

b) devoluti a favore degli altri parenti fioo al quarto grado e degli affini in linea retta, nonché degli affini in linea collaterale tino al terzo grado: 8 per cento; *c)* devoluti a favore di altri soggetti: 10 per cento;

49. Per le clonazioni e gli atti di trasferimento a titolo gratuito di beni e diritti e la costituzione cui vincoli di destinazione di beni l'imposta è determinata dall'applicazione delle seguenti aliquote al valore globale dei beni e dei diritti al netto degli oneri da cui è gravato il beneficiario diversi da quelli indicati dall'articolo 58, comma 1, del citato testo unico di cui al decreto legislativo 31 ottobre 1990, n. 346, ovvero, se la dotazione è fatta congiuntamente a favore di più soggetti o se in uno stesso atto sono compresi più atti di disposizione a favore di soggetti diversi, al valore, delle quote dei beni o diritti attribuiti:

a) a favore del coniuge e dei parenti in linea retta sui valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 500.000 euro: 5 per cento;

a-*bis)* a favore dei fratelli e delle sorelle sui valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 100.000 euro: 8 per cento;

b) a favore degli altri parenti fino al quarto grado è degli affini in linea retta, nonché degli affini in linea collaterale fino al terzo grado; 8 per cento;

c) a favore di altri soggetti: 10 per cento.

49-*bis*. Se il beneficiario dei trasferimenti di cui ai commi 48 e 49 è una persona portatrice di *handicap* riconosciuto grave ai sensi della legge 5 febbraio 1992, n. 104, l'imposta si applica esclusivamente sulla parte del valore della quota o del legato che supera l'ammontare di 1.000.000 euro».

Dopo il comma 19, aggiungere i seguenti:

19-*bis*. Entro sessanta giorni dal termine per la presentazione della comunicazione dei dati dell'IVA stabilito dall'articolo 8-*bis* del regolamento di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 luglio 1998, n. 322, il contribuente presenta l'elenco dei soggetti nei cui confronti sono state emesse fatture nell'anno cui si riferisce la comunicazione nonché, in relazione al medesimo periodo, l'elenco dei soggetti titolari di partita IVA da cui sono effettuati acquisti rilevanti ai fini dell'applicazione dell'imposta. Per ciascun soggetto sono indicati il codice fiscale e l'importo complessivo delle operazioni effettuate, al netto delle relative note di variazione, con l'evidenziazione dell'imponibile e dell'imposta, nonché dell'importo delle operazioni non imponibili e di quelle esenti. Con provvedimento del Direttore dell'Agenzia delle entrate, da pubblicare nella *Gazzetta Ufficiale*:

a) sono individuati gli elementi informativi da indicare negli elenchi previsti dall'alinea, nonché le modalità per la presentazione, esclusivamente in via telematica, degli stessi;

b) il termine di cui all'alinea può essere differito per esigenze di natura esclusivamente tecnica, ovvero per particolari tipologie di contribuenti, anche in considerazione della dimensione dei dati da trasmettere.

19-*ter*. In caso di omissione della comunicazione di cui al comma precedente, ovvero di invio della stessa con dati incompleti o non veritieri, si applicano le disposizioni dell'articolo 11 del decreto legislativo 18 dicembre 1997, n. 471, e successive modificazioni.

19-*quater*. Entro un mese dalla data di entrata in vigore della presente legge, il Governo provvede ad apportare le modifiche necessarie all'articolo 8-*bis* dei regolamento di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 luglio 1998, n. 322, al fine di adeguarlo a quanto stabilito dai commi 3 e 4 del presente articolo.

19-*quinquies*. Dopo il comma 29 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2006, n. 296, sono inseriti i seguenti;

«29-*bis*. Al fine di contrastare l'indebita effettuazione delle compensazioni previste dal decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, i titolari di partita IVA, entro il quinto giorno precedente quello in cui intendono effettuare l'operazione di compensazione per importi superiori a 5.000 euro, comunicano all'Agenzia delle entrate, in via telematica, l'importo e la tipologia dei crediti oggetto della successiva compensazione. La mancata comunicazione da parte dell'Agenzia delle entrate al contribuente, entro il terzo giorno'successivo a quello di comunicazione, vale come silenzio assenso.

29-*ter*. Con provvedimento del Direttore dell'Agenzia delle entrate sono definite le modalità, anche progressive, per l'attuazione delle disposizioni del comma 29-*bis* e, in particolare, sono stabilite le procedute di controllo volte ad impedire l'utilizzo indebito di crediti».

19-*sexies*. All'articolo 2, comma 1, del decreto-legge n. 16 del marzo 2014, come convertito dalla legge n. 68 del 2 maggio 2014, la lettera *a)* è soppressa.

19-*septies*. A decorrere dal gennaio 2015 sono abrogate le seguenti disposizioni;

a) i commi 10, 11 e 12 dell'articolo 15 del decreto-legge n. 185 del 2008, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 gennaio 2009, n. 2;

b) il comma 47 dell'articolo 1, della legge 24 dicembre 2007, n. 244;

c) il comma 137 dell'articolo l della legge 27 dicembre 2006, n. 296;

d) gli articoli 15, 16, 17, 18 e 20 del decreto del Presidente della Repubblica del 29 settembre 1973 n. 601.

Dopo il comma 42 aggiungere il seguente:

42-*bis*. L'articolo 11, comma 1, del decreto del Presidente della Repubblica n. 917 del 1986, è sostituito dal seguente:

«1. L'imposta lorda è determinata applicando al reddito complessivo, al netto degli oneri deducibili indicati nell'articolo 10, le seguenti aliquote per scaglioni di reddito: *a)* 15.000 euro, 23 per cento;

b) oltre 15.000 euro e fino a 28.000 euro, 27 per cento;

c) oltre 28.000 euro e fino a 55.000 euro, 38 per cento;

d) oltre 55.000 euro e fino a 75.000 euro, 41 per cento;

e) oltre 75.000 euro e fino a 100.000 euro, 43 per cento;

f) oltre 100.000 euro e fino a 150.000 euro, 45 per cento;

g) oltre 150.000 euro, e fino a 200,000 euro, 47 per cento;

h) oltre 200.000 euro 49 per cento,».

All'articolo 1, sopprimere i commi 16, 17, 18 e 19.

1.77

MANGILI, LEZZI, BULGARELLI

Precluso

Al comma 9, sostituire il capoverso 1-bis con il seguente:

«1-*bis*. Sui redditi di cui agli articoli 49, con esclusione di quelli indicati nel comma 2, lettera *a)*, e 50, comma 1, lettere *a)*, *b)*, *c)*, c-*bis)*, *d)*, *h*-bis) e *l)* del testo unico delle imposte sui redditi di cui al

decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, compete un credito rapportato al periodo di lavoro nell'anno che non concorre alla formazione del reddito di importi pari a:

1) 960 euro, se l'indicatore della situazione reddituale equivalente (ISRE), definito come rapporto tra l'indicatore della situazione reddituale e la scala di equivalenza come individuati dal decreto del Presidente del consiglio dei ministri 5 dicembre 2013, n. 159 non è superiore a 18.000 euro;

2) 960 euro, se l'indicatore della situazione reddituale equivalente (ISRE), definito come rapporto tra l'indicatore della situazione reddituale e la scala di equivalenza come definiti dal decreto del Presidente del consiglio dei ministri 5 dicembre 2013, n. 159 non è superiore a 21.000 euro. Il credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra l'importo di 21.000 euro, diminuito dell'ISRE, e l'importo di 3.000 euro».

Conseguentemente dopo il comma 9, aggiungere il seguente:

«9-*bis*. Per beneficiare dell'erogazione del credito di cui all'articolo 13, comma 1-*bis*, del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986. n. 917, il beneficiario deve presentare al datore di lavoro il certificato I.s.e.e. attestante l'indicazione della situazione economica equivalente del nucleo familiare, affinché questi possa derivare l'indicatore della situazione reddituale equivalente e di conseguenza la spettanza del credito».

1.78

MILO, BONFRISCO

Precluso

Apportare le seguenti modificazioni:

a) al comma 9, capoverso «1-*bis*» sostituire le parole da: «Qualora l'imposta» fino a: «comma 1» con le seguenti: «Qualora l'imposta lorda determinata sui redditi di cui agli articoli 49 e 50, comma 1, lettere *a)*, *b)*, *c)*, c-*bis)*, *d)*, *h*-bis) e *l)*, sia di importo superiore a quello della detrazione spettante ai sensi dei commi 1 e 3»;

b) al comma 9 dopo il capo verso «1-*bis*», aggiungere il seguente:

«1-*ter*. Qualora l'imposta lorda determinata sui redditi di cui all'articolo 53 sia di importo superiore a quello della detrazione spettante ai sensi del comma 5, è riconosciuto un credito d'imposta di importo pari a quello di cui al comma 1-*bis*.;

c) dopo il comma 12 inserire i seguenti:

«12-*bis*. Il credito di imposta di cui all'articolo 13, comma 1-*ter* del decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, come introdotto dalla presente legge, deve essere indicato nella dichiarazione dei redditi relativa al periodo di imposta di maturazione del credito e nelle dichiarazione dei redditi relative ai .periodi di imposta nei quali lo stesso è utilizzato. Esso non concorre alla formazione del reddito né della base imponibile dell'imposta regionale sulle attività produttive non rileva ai :fini del rapporto di cui agli articoli 61 e,109, comma 5, del testo unico delle imposte sui redditi di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, e successive modificazioni ed è utilizzabile esclusivamente in compensazione ai sensi dell'articolo 17 del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, e successive modificazioni.

12-*ter*. Con decreto di natura non regolamentare del Ministro dell'economia e delle finanze, adottato entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della legge di conversione del presente decreto, sono stabilite le modalità applicative delle disposizioni di cui al comma 1-*ter* dell'articolo 13, del decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, come introdotto dalla presente legge, ivi incluse quelle relative ai controlli e alla revoca del beneficio conseguente alla sua indebita fruizione. Per fruire del contributo, i contribuenti presentano un'istanza, secondo le modalità che saranno individuate con il decreto di cui al primo periodo, all'Agenzia delle entrate.

12-*quater*. Entro il 30 giugno 2015 è avviato, ad opera del Ministero dello sviluppo economico, di concerto con il Ministero dell'economia e delle finanze, il procedimento per l'alienazione di quote della partecipazione dello Stato in aziende e società. La vendita dell'intera partecipazione e di tutte le quote deve concludersi entro e non oltre il 31 dicembre 2015. Da tale vendita deve derivare un introito non

inferiore a 450 milioni di euro per il 2015 e di 900 milioni per il 2016».

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente del 3 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

1.79

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 9, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al capoverso 1-bis*, sostituire le parole:* «e 50, comma 1, lettere *a), b), c), c*-bis), *d), h*-bis) e 1)», *con le seguenti:* «50, comma 1, lettere *a), b), c), c*-bis), *e* 1), e 53;

b) al capoverso 1-bis*, dopo il numero 1) aggiungere il seguente:*

1-*bis)* 960, se, limitatamente ai redditi di cui all'articolo 53, il reddito complessivo non è superiore a 19.000 euro.

Conseguentemente: All'articolo 3, dopo il comma 74, aggiungere il seguente:

«74-*bis*. La quota parte degli oneri derivanti dall'articolo 1 comma 9, pari a circa 11 miliardi di euro annui a decorrere dell'anno 2015, si provvede fino a concorrenza del fabbisogno:

1) mediante i maggiori introiti derivanti dall'istituzione, a partire dal periodo d'imposta 2015, di un'imposta patrimoniale ordinaria sulle grandi ricchezze, pari allo 0,5 per cento per una base imponibile di valore compreso tra 3 milioni euro e 4 milioni di euro, e una pari all'1 per cento per le basi imponibili di valore superiore a 4 milioni di euro. Per base, imponibile dell'imposta s'intende la ricchezza netta delle famiglie superiore a 3 milioni di euro, costituita dalla somma delle attività reali e delle attività finanziarie al netto delle passività finanziarie compreso il patrimonio non strumentale delle società;

2) mediante i maggiori introiti derivanti dalle seguenti disposizioni:

all'articolo 3, apportare le seguenti modificazioni:

dopo il comma 6 aggiungere il seguente:

«6-*bis*. I commi 48, 49 e 49-*bis*, dell'articolo 2, del decreto-legge n. 262 del 2006, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 286 del 2006, sono sostituiti dai seguenti:

"48. I trasferimenti di beni e diritti per causa di morte sono soggetti all'imposta di cui al comma 47 con le seguenti aliquote sul valore complessivo netto dei beni:

a) devoluti a favore del coniuge e dei parenti in linea retta sul valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 500.000 euro: 5 per cento;

a-bis) devoluti a favore dei fratelli e delle sorelle sui valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 100.000 euro; 8 per cento;

b) devoluti a favore degli altri parenti fino al quarto grado e degli affini in linea retta, nonché degli affini in linea collaterale fino al terzo grado: 8 per cento;

c) devoluti a favore di altri soggetti: 10 per cento.

49. Per le donazioni e gli atti di trasferimento a titolo gratuito di beni e diritti e la costituzione cui vincoli di destinazione di beni l'imposta è determinata dall'applicazione delle seguenti aliquote al valore globale dei beni e dei diritti al netto degli oneri da cui è gravato il beneficiario diversi da quelli indicati dall'articolo 58, comma 1, del citato testo unico di cui al decreto legislativo 31, ottobre 1990, n. 346, ovvero, se la dotazione è fatta congiuntamente a favore di più soggetti o se in uno stesso atto sono compresi più atti di disposizione a favore di soggetti diversi, al valore delle quote dei beni o diritti attribuiti:

a) a favore del coniuge e dei parenti in linea retta sui valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 500.000 euro: 5 per cento;

a-bis) a favore dei fratelli e delle sorelle sui valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 100.000 euro: 8 per cento;

b) a favore degli altri parenti fino al quarto grado e degli affini in linea retta, nonché degli affini in linea collaterale fino al terzo grado; 8 per cento;

c) a favore di altri soggetti: 10 per cento.

49-*bis*. Se il beneficiario dei trasferimenti di cui ai commi 48 e 49 è una persona portatrice di handicap riconosciuto grave ai sensi della legge 5 febbraio 1992, n. 104, l'imposta si applica esclusivamente sulla parte del valore della quota o del legato che supera l'ammontare di 1.000.000 euro».

Dopo il comma 19, aggiungere i seguenti:

«19-*bis*. Entro sessanta giorni dal termine per la presentazione della comunicazione dei dati dell'IVA stabilito dall'articolo 8-*bis* del regolamento di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 luglio 1998, n. 322, il contribuente presenta l'elenco dei soggetti nei cui confronti sono state emesse fatture nell'anno cui si riferisce la comunicazione nonché, in relazione al medesimo periodo, l'elenco dei soggetti titolari di partita IVA da cui sono effettuati acquisti rilevanti ai fini dell'applicazione dell'imposta. Per ciascun soggetto sono indicati il codice fiscale e l'importo complessivo delle operazioni effettuate, al netto delle relative note di variazione, con l'evidenziazione dell'imponibile e dell'imposta, nonché dell'importo delle operazioni non imponibili e di quelle esenti. Con provvedimento del Direttore dell'Agenzia delle entrate, da pubblicare nella *Gazzetta Ufficiale:*

a) sono individuati gli elementi informativi da indicare negli elenchi previsti dall'alinea, nonché le modalità per la presentazione, esclusivamente in via telematica, degli stessi;

b) il termine di cui all'alinea può essere differito per esigenze di natura esclusivamente tecnico ovvero per particolari tipologie di contribuenti, anche in considerazione della dimensione dei dati da trasmettere.

19-*ter*. In caso di omissione della comunicazione di cui al comma precedente, ovvero di invio della sfessa con dati incompleti o non veritieri, si applicano le disposizioni dell'articolo 11 del decreto legislativo 18 dicembre 1997, n 471, e successive modificazioni.

19-*quater*. Entro un mese dalla data di entrata in vigore della presente legge, il Governo provvede ad apportare le modifiche necessarie all'articolo 8-bis dei regolamento di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 luglio 1998, n. 322, al fine di adeguarlo a quanto stabilito dai commi 3 e 4 del presente articolo.

19-*quinquies*. Dopo il comma 29 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2006, n. 296, sono inseriti i seguenti:

«29-*bis*. Al fine di contrastare rindebita effettuazione delle compensazioni previste dal decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, i titolari di partita IVA, entro il quinto giorno precedente quello in cui intendono effettuare l'operazione di compensazione per importi superiori a 5.000 euro, comunicano all'Agenzia delle entrate, in via telematica, l'importo e la tipologia dei crediti oggetto della successiva compensazione. La mancata comunicazione da parte dell'Agenzia delle entrate al contribuente, entro il terzo giorno successivo a quello di comunicazione, vale come silenzio assenso.

29-*ter*. Con provvedimento del Direttore dell'Agenzia delle entrate sono definite le modalità, anche progressive, per l'attuazione delle disposizioni del comma 29-bis e, in particolare, sono stabilite le procedute di controllo volte ad impedire l'utilizzo indebito di crediti».

19-*sexies*. All'articolo 2, comma 1, del decreto-legge n. 16 del marzo 2014, come convertito dalla legge n. 68 del 2 maggio 2014, la lettera *a)* è soppressa.

19-*septies*. A decorrere dal gennaio 2015 sono abrogate le seguenti disposizioni:

a) i commi 10, 11 e 12 dell'articolo 15 del decreto-legge n. 185 del 2008, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 gennaio 2009, n. 2;

b) il comma 47 dell'articolo 1, della legge 24 dicembre 2007, n.244;

c) il comma 137 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2006, n.296;

d) gli articoli 15, 16, 17, 18 e 20 del decreto del Presidente della Repubblica del 29 settembre 1973 n. 601.

Dopo il comma 42 aggiungere il seguente:

«42-*bis*. L'articolo 11, comma 1, del decreto del Presidente della Repubblica n. 917 del 1986, è sostituito dal seguente:

"1. L'imposta lorda è determinata applicando al reddito complessivo, al netto degli oneri

deducibili indicati nell'articolo 10, le seguenti aliquote per scaglioni di reddito:

a) 15.000 euro, 23 per cento;

b) oltre 15.000 euro e fino a 28.000 euro, 27 per cento;

c) oltre 28.000 euro e fino a 55.000 euro, 38 per cento;

d) oltre 55.000 euro e fino a 75.000 euro, 41 per cento;

e) oltre 75.000 euro e fino a 100.000 euro, 43 per cento;

f) oltre 100.000 euro e fino a 150.000 euro, 45 per cento;

g) oltre 150.000 euro, e fino a 200,000 euro, 47 per cento;

h) oltre 200.000 euro 49 per cento"».

1.80

URAS, BAROZZINO, DE PETRIS, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 9, capoverso 1-bis, dopo le parole: «nell'anno» aggiungere le seguenti: «riconosciuto anche ai lavoratori percettori di misure di sostegno del reddito, inclusa la mobilità».

1.81

BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Al comma 9, capoverso comma 1-bis, sostituire i numeri 1) e 2) con i seguenti:

«1) 480 euro, se il reddito complessivo non è superiore a 24.000 euro;

2) 480 euro, se il reddito complessivo è superiore a 24.000 euro ma non a 26.000 euro. Il credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra l'importo di 26.000 euro, diminuito del reddito complessivo, e l'importo di 2.000 euro».

Conseguentemente, all'articolo 3, dopo il comma 45 aggiungere il seguente:

«45-*bis*. All'articolo 1, della legge 27 dicembre 2013, n. 147 sono apportate le seguenti modifiche:

a) al comma 639, le parole: "di una componente riferita al servizi, che si articola nel tributo per i servizi indivisibili (TASI), a carico sia del possessore che dell'utilizzatore dell'immobile, e nella" sono sostituite dalle seguenti: "della";

b) il comma 640 è abrogato;

c) i commi da 669 a 679 sono abrogati;

d) il comma 681 è abrogato;

e) al comma 682, la lettera *b)* è soppressa;

j) al comma 683 le parole da: "e le aliquote della TASI" fino a: "destinazione degli immobili" sono soppresse;

g) il comma 687 è abrogato;

h) al comma 688 le parole: "e della TASI" e le parole: "e alla TASI" sono soppresse;

i) al comma 730, capoverso comma 380-*ter*, lettera *b),* n. 2, le parole: "e dell'istituzione della TASI" sono soppresse;

j) al comma 731 le parole: "e della TASI" sono soppresse"».

1.82

LEZZI

Precluso

Al comma 9, capoverso comma 1-bis, sostituire i numeri 1) e 2) con i seguenti:

«1) 480 euro, se il reddito complessivo non è superiore a 24.000 euro;

2) 480 euro, se il reddito complessivo è superiore a 24.000 euro ma non a 26.000 euro. Il credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra l'importo di 26.000 euro, diminuito del reddito complessivo, e l'importo di 2.000 euro».

*Conseguentemente, al medesimo articolo 1, al comma 90 dopo le parol:*e «contributi previdenziali» *aggiungere le seguenti:* «e assistenziali (INPS ed INAIL)» *e conseguentemente sopprimere le parole:* «con esclusione dei premi e contributi dovuti all'INAIL».

1.83

LEZZI

Precluso

Al comma 9, capoverso comma 1-bis, sostituire i numeri 1) e 2) con i seguenti:

«1) 480 euro, se il reddito complessivo non è superiore a 24.000 euro;

2) 480 euro, se il reddito complessivo è superiore a 24.000 euro ma non a 26.000 euro. li credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra l'importo di 26.000 euro, diminuito del reddito complessivo, e l'importo di 2.000 euro».

Conseguentemente, sopprimere i commi 17 e 18.

1.84

LEZZI, BULGARELLI, MANGILI

Precluso

Al comma 9, capoverso comma 1-bis, sostituire i numeri 1) e 2) con i seguenti:

1) 720 euro, se il reddito complessivo non è superiore a 24.000 euro;

2) 720 euro, se il reddito complessivo è superiore a 24.000 euro ma non a 26.000 euro. il credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra l'importo di 26.000 euro, diminuito del reddito complessivo, e l'importo di 2.000 euro.

Conseguentemente, dopo il comma 45 aggiungere il seguente:

«45-*bis* All'articolo 1 della legge 27 dicembre 2013, n. 147, i commi da 641 a 668 sono sostituiti dai seguenti:

"641. Il presupposto della TARI è la produzione di rifiuti.

642. La TARI è dovuta da chiunque produca rifiuti urbani.

643. In caso di detenzione temporanea di durata non superiore a sei mesi nel corso dello stesso anno solare, fa TARI è dovuta soltanto dal possessore dei locali e delle aree a titolo di proprietà, usufrutto, uso, abitazione o superficie, in misura corrispondente alla quantità dei rifiuti conferita allo smaltimento finale.

644. Nel caso di focali in multiproprietà e di centri commerciali integrati il soggetto che gestisce i servizi comuni è responsabile del versamento della TARI dovuta per la quantità di rifiuti urbani prodotti e destinata allo smaltimento finale, fermi restando nei confronti di questi ultimi gli altri obblighi o diritti derivanti dal rapporto tributario riguardante i locali e le aree in uso esclusivo. Per l'applicazione della TAR! si considerano le quantità dei rifiuti destinate allo smaltimento finale. 645. Per l'applicazione della TARI si considerano le quantità di rifiuti destinati allo smaltimento finale accertate ai fini dei precedenti prelievi sui rifiuti. Relativamente all'attività di accertamento, il comune, per le unità immobiliari iscritte o iscrivibili nei catasto edilizio urbano, può considerare come quantità assoggettabile alla Tari quella determinata secondo i criteri stabiliti dal regolamento di cui al decreto del Presidente della Repubblica 27 aprile 1999, n. 158.

646. Per le unità immobiliari diverse da quelle a destinazione ordinaria iscritte o iscrivibili nel catasto edilizio urbano la quantità assoggettabile alla TARI rimane quella effettivamente prodotta o desumibile dalle quantità medie dei rifiuti.

647. Nella determinazione della TARI non si tiene conto dei rifiuti speciali, al cui smaltimento sono tenuti a provvedere a proprie spese i relativi produttori, a condizione che ne dimostrino l'avvenuto trattamento in conformità alla normativa vigente. Per i rifiuti speciali assimilati che si producono nei magazzini di materie prime e di prodotti finiti la TAR! è dovuta nella misura del 40 per cento. Sono assimilabili i rifiuti prodotti negli uffici, nelle mense, negli spacci, nei bar e nei locali al servizio dei lavoratori o comunque aperti al pubblico, le cui superfici sono soggette alla TARI per intero. Non sono assimilabili i rifiuti che si formano nelle aree produttive.

648. La TARI è corrisposta in base a tariffa commisurata ad anno solare coincidente con un'autonoma obbligazione tributaria.

649. Il comune, nella commisurazione della tariffa, applica i criteri determinati con il regolamento di cui al decreto del Presidente della Repubblica 27 aprile 1999, n. 158, in particolare

quanto stabilito agli articoli 4, 5 e 6.

650. In fase di prima applicazione ed, in ogni caso, non oltre un anno dalla data di entrata in vigore della presente legge, il comune, in alternativa ai criteri di cui al comma precedente e nel rispetto del principio "chi inquina paga", sancito dall'articolo 14 della direttiva 2008/98/CE del Parlamento europeo e del Consiglio, del 19 novembre 2008, relativa ai rifiuti, può commisurare la tariffa alle quantità e qualità medie ordinarie di rifiuti prodotti per unità di superficie, in relazione agli usi e alla tipologia delle attività svolte nonché al costo del servizio sui rifiuti. Le tariffe per ogni categoria o sottocategoria omogenea sono determinate dai comune moltiplicando il costo del servizio per unità di superficie imponibile accertata, previsto per l'anno successivo, per uno o più coefficienti di produttività quantitativa e qualitativa di rifiuti.

651. A partire dal 2016, nella determinazione dei costi di cui al comma 455, il comune deve avvalersi anche delle risultanze dei fabbisogni *standard*.

652. In ogni caso deve essere assicurata la copertura integrale dei costi di investimento - e di esercizio relativi al servizio, ricomprendendo anche i - costi di cui all'articolo 15 del decreto legislativo 13 gennaio 2003, n. 36, ad esclusione dei costi relativi ai rifiuti speciali al cui smaltimento provvedono a proprie spese i relativi produttori comprovandone l'avvenuto trattamento in conformità alla normativa vigente.

653. Resta ferma la disciplina del tributo dovuto per il servizio di gestione dei rifiuti delle istituzioni scolastiche, di cui all'articolo 33-*bis* del decreto-legge 31 dicembre 2007, n. 248, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 febbraio 2008, n. 31, il costo, relativo alla gestione dei rifiuti delle istituzioni scolastiche è sottratto dal costo che deve essere coperto con il tributo comunale sui rifiuti.

654. La TARI non è dovuta in caso di mancato svolgimento del Servizio di gestione dei rifiuti, ovvero è dovuta nella misura massima del 20 per cento della tariffa, in caso di effettuazione del servizio di gestione dei rifiuti in grave violazione della disciplina di riferimento, nonché di interruzione del servizio per motivi sindacali o per imprevedibili impedimenti organizzativi che abbiano determinato una situazione riconosciuta dalle autorità sanitaria di danno o pericolo di danno alle persone o all'ambiente. Le mancate entrate dovute a tali disservizi sono realizzate attraverso le penali previste o da prevedere nei rispettivi contratti di servizio stipulati tra ente locale e società affidataria del servizio stesso.

655. Nelle zone in cui non è effettuata la raccolta, la TARI si applica quanto disposto dal comma precedente.

656. Nella modulazione della tariffa sono assicurate riduzioni per la raccolta differenziata riferibile alle utenze domestiche.

657. TI tributo non è dovuto in relazione alle quantità di rifiuti assimilati che il produttore dimostri di aver avviato al riciclaggio di cui all'articolo 183, comma 1, lettera *u)*, del decreto legislativo 3 aprile 2006, n. 152.

658. Per il servizio di gestione dei rifiuti assimilati prodotti da soggetti che occupano o detengono temporaneamente locali od aree pubbliche o di uso pubblico, i comuni stabiliscono con il regolamento le modalità di applicazione della TARI, in base a tariffa giornaliera L'occupazione o la detenzione è temporanea quando si protrae per periodi inferiori a 60 giorni nel corso dello stesso anno solare.

659. L'obbligo di presentazione della dichiarazione è assolto con il pagamento della TARI da effettuare con le modalità e nei termini previsti per la tassa di occupazione temporanea di spazi ed aree pubbliche ovvero per l'imposta municipale secondaria di cui all'articolo Il del decreto legislativo 14 marzo 2011, n. 23, a partire dalla data di entrata in vigore della stessa.

660. Per tutto quanto non previsto dai commi da 459 e 460 si applicano in quanto compatibili le disposizioni relative alla TARI annuale.

661. È fatta salva l'applicazione del tributo provinciale per l'esercizio delle funzioni di tutela, protezione ed igiene dell'ambiente di cui all'articolo 19 del decreto legislativo 30 dicembre 1992, n. 504. Il tributo provinciale, commisurato alla quantità di rifiuti destinati allo smaltimento finale, è applicato nella misura percentuale deliberata dalla provincia sull'importo del tributo.

662. Con regolamento da emanare entro 30 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, ai sensi dei dell'articolo 17, comma 1, della legge 23 agosto 1988, n. 400, e successive modificazioni, su proposta del Ministro dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, sentita la Conferenza Stato-città ed autonomie locali, sono stabiliti criteri, le modalità e le tecnologie per la realizzazione da parte dei comuni di sistemi di misurazione puntuale della quantità di rifiuti conferiti al servizio pubblico e di sistemi di gestione caratterizzati dall'utilizzo di correttivi ai criteri di ripartizione del costo del servizio, finalizzati ad attuare un effettivo modello di tariffa commisurata al servizio reso a copertura integrale dei costi relativi al servizio di gestione dei rifiuti urbani e dei rifiuti assimilati, svolto nelle forme ammesse dal diritto dell'Unione europea"».

1.85

MANGILI, LEZZI, BULGARELLI

Precluso

Al comma 9, al capoverso comma 1-bis, sostituire i numeri 1) e 2) con i seguenti:

«1) 720 euro, se il reddito complessivo non è superiore a 24.000 euro;

2) 720 euro, se il reddito complessivo è superiore a 24.000 euro ma non a 26.000 euro. il credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra l'importo di 26.000 euro, diminuito del reddito complessivo, e l'importo di 2.000 euro».

Conseguentemente all'articolo 3, dopo il comma 45 aggiungere il seguente:

«45-*bis.* Con provvedimento del Direttore dell'agenzia delle entrate, da approvare entro 60 giorni dalla data di entrata'in vigore della presente legge, sono indicati i nuovi criteri di redazione dei modelli relativi alla dichiarazione dei redditi al fine di prevedere, per la destinazione dell'8 per mille allo Stato, la facoltà del dichiarante di destinare l'8 per mille ad una delle cinque sottocategorie di destinazione».

1.86

MANGILI, LEZZI, BULGARELLI, CATALFO, PAGLINI, PUGLIA

Precluso

Al comma 9, capoverso «1-bis», sostituire i numeri 1) e 2) con i seguenti:

«1) 840 euro, se il reddito complessivo non è superiore a 24.000 euro;

2) 840 euro, se il reddito complessivo è superiore a 24.000 euro ma non a 26.000 euro. Il credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra l'importo di 26.000 euro, diminuito del reddito complessivo, e l'importo di 2.000 euro».

Conseguentemente, al medesimo articolo 1, sostituire il comma 118 con il seguente:

«118. Lo stanziamento del Fondo nazionale per le politiche sociali di cui all'articolo 20, comma 8, della legge 8 novembre 2000, n. 328, è incrementato di 600 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015».

1.87

BERTOROTTA, MANGILI, MORRA, CRIMI, BULGARELLI

Precluso

Al comma 9, al capoverso «1-bis», i numeri 1) e 2) sono sostituiti dai seguenti:

«1) 855 euro per i12015, 755 euro per il 2016 e 655 euro a decorrere dal2017, se il reddito complessivo non è superiore a 24.000 euro;

2) 855 euro per i12015, 755 euro per i12016 e 655 euro a decorrere dal 2017, se il reddito complessivo è superiore a 24.000 euro ma non a 26.000 euro. Il credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra l'importo di 26.000 euro, diminuito del reddito complessivo, e l'importo di 2.000 euro;».

Conseguentemente, all'articolo 2, il comma 154 è soppresso.

1.88

BERTOROTTA, MANGILI, MORRA, CRIMI, BULGARELLI

Precluso

Al comma 9, al capoverso «1-bis», i numeri 1) e 2) sono sostituiti dai seguenti:

«1) 905 euro per il 2015, 855 euro per il 2016 e 805 euro a decorrere dal 2017, se il reddito complessivo non è superiore a 24.000 euro;

2) 905 euro per il 2015, 855 euro per il 2016 e 805 euro a decorrere dal 2017, se il reddito complessivo è superiore a 24.000 euro ma non a 26.000 euro. Il credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra l'importo di 26.000 euro, diminuito del reddito complessivo, e l'importo di 2.000 euro;».

Conseguentemente, all'articolo 2, al comma 154, sostituire le seguenti parole: «di 1.000 milioni di euro per l'anno 2015, di 2.000 milioni di euro per l'anno 2016 e di 3.000 milioni di euro a decorrere dall'anno 2017» *con le seguenti:* «di 500 milioni di euro per l'anno 2015, di 1.000 milioni di euro per l'anno 2016 e di 1.500 milioni di euro a decorrere dall'anno 2017».

1.89

CATALFO, PUGLIA, PAGLINI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Al comma 9, capoverso «1-bis», i numeri 1) e 2) sono sostituiti dai seguenti:

«1) 920 euro per l'anno 2015, 840 euro per l'anno 2016 e 780 euro a decorrere dall'anno 2017, se il reddito complessivo non è superiore a 24.000 euro;

2) 920 euro per l'anno 2015, 840 euro per l'anno 2016 e 780 euro a decorrere dall'anno 2017, se il reddito complessivo è superiore a 24.000 euro ma non a 26.000 euro. il credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra l'importo di 26.000 euro, diminuito del reddito complessivo, e importo di 2.000 euro;».

Conseguentemente, al medesimo articolo 1, sopprimere il comma 91.

1.90

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 9, capoverso «1-bis», numeri 1) e 2), dopo le parole: «se il reddito complessivo» aggiungere le seguenti: «comprensivo di eventuali redditi soggetti a tassazione separata».

1.92

SCIASCIA

Precluso

Dopo il comma 12, aggiungere i seguenti:

«12-*bis*. All'articolo 53, comma 2, del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, dopo la lettera *f)* è aggiunta la seguente:

"*g)* i compensi per l'attività professionale svolta, nonché quelli derivanti dall'incarico di amministratore, percepiti da persone fisiche che esercitino arti e professioni per il tramite delle società di cui all'articolo 10 della legge 12 novembre 2011, n. 183, da loro stesse partecipate.".

«12-*ter*. All'articolo 5, comma 2, del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633, dopo le parole: "ai sensi della legge 12 giugno 1973, n. 349," è soppressa la parola: "nonché"; dopo le parole: "di cui al regio decreto-legge 26 settembre 1935, n. 1952", sono aggiunte le seguenti: "nonché le prestazioni svolte dai soci professionisti per il tramite delle società di cui all'articolo 10 della legge 12 novembre 2011, n. 183, da loro stessi partecipate, ivi incluse quelle derivanti dallo svolgimento degli incarichi di amministratori delle medesime società".».

1.93

MALAN

Precluso

Al comma 13, sopprimere le parole: «nel caso in culle stesse siano rese in forma elettronica».

1.94

BAROZZINO, URAS

Precluso

Dopo il comma 13, aggiungere il seguente:

«13-*bis*. I lavoratori dipendenti dei settori pubblico e privato, portatori di patologie gravi e/o

sottoposti a cure post-operatori o a terapia salvavita, certificate annualmente da strutture sanitarie pubbliche, sono esclusi dal computo dei limiti massimi di assenza per malattia, previsti dalla contrattazione collettiva o individuale.

13-*ter*. Il lavoratore di cui al comma 1 ha diritto alla conservazione del posto di lavoro, indipendentemente dalla durata del decorso della malattia e dei giorni di assenza dovute alle terapie salvavita.

13-*quater*. Il lavoratore ha diritto alla conservazione del trattamento economico per il periodo e con le modalità previste dalla contrattazione collettiva o individuale.

13-*quinquies*. Le disposizione di cui ai commi precedenti si applicano a tutti i datori di lavoro, indipendentemente dal numero dei lavoratori occupati.

13-*sexies*. Ai soggetti di cui al comma 1 è riconosciuto un assegno mensile, che non concorre alla formazione del reddito imponibile ai fini delle imposte e dei contributi. di importo pari a 600 euro.

13-*septies*. L'assegno di cui al comma 5 è riconosciuto a decorrere dal lº gennaio 2015 e verrà erogato dalle sedi periferiche dell'INPS.

13-*octies*. A copertura degli oneri finanziari di cui ai precedenti commi è istituito, presso il Ministero dell'economia e delle finanze, il "Fondo per patologie gravi", di seguito denominato "Fondo". Le maggiori entrate derivanti dalle previsioni di cui ai successivi commi 8, 9, 10 accertate annualmente con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, affluiscono nel Fondo per essere riassegnate all'INPS per le finalità di cui al presente articolo.

13-*novies*. A partire dal periodo d'imposta 2015, è istituita un'imposta patrimoniale ordinaria sulle grandi ricchezze, pari allo 0,5 per cento per una base imponibile di valore compreso tra 3 milioni euro e 4 milioni di euro, e una pari all'1 per cento per le basi imponibili di valore superiore a 4 milioni di euro. Per base imponibile dell'imposta s'intende la ricchezza netta delle famiglie superiore a 3 milioni di euro, costituita dalla somma delle attività reali e delle attività finanziarie al netto delle passività finanziarie compreso il patrimonio non strumentale delle società.

13-*decies*. Sono soppressi a decorrere dal 1º gennaio 2015:

a) i commi 10, 11 e 12 dell'articolo 15 del decreto-legge n. 185 dei 2008, convertito con modificazioni, dalla legge 28 gennaio 2009, n. 2;

b) il comma 47 dell'articolo 1, della legge 24 dicembre 2007, n. 244;

c) il comma 137 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2006, n. 296;

d) gli articoli 15, 16, 17, 18 e 20 del decreto del Presidente della Repubblica del 29 settembre 1973, n. 601.

13-*undecies*. L'articolo 11, comma 1 del decreto del Presidente della Repubblica n. 917 del 1986, è sostituito dal seguente:

"1. L'imposta lorda è determinata applicando al reddito complessivo, al netto degli oneri deducibili indicati nell'articolo lO, le seguenti aliquote per scaglioni di reddito:

a) 15.000 euro, 23 per cento;

b) oltre 15.000 euro e fino a 28.000 euro, 27 per cento;

c) oltre 28.000 euro e fino a 55.000 euro, 38 per cento;

d) oltre 55.000 euro e fino. a 75.000 euro, 41 per cento;

e) oltre 75.000 euro e fino a 100.000 euro, 43 per cento;

f) oltre 100.000 euro e fino a 150.000 euro, 45 per cento;

g) oltre 150.000 euro, e fino a 200.000 euro, 47 per cento;

h) oltre 200.000 euro 49 per cento"».

1.95

MILO, Giovanni MAURO

Precluso

Dopo il comma 13, aggiungere il seguente:

«13-*bis*. Ai fini della predisposizione di un piano di revisione dell'utilizzo del personale comandato e nelle more della definizione delle procedure di mobilità, sono fatti salvi, anche per l'anno

scolastico 2015-2016, i provvedimenti di collocamento fuori ruolo di cui all'articolo 1, comma 58, della legge 24 dicembre 2012, n. 228».

Conseguentemente: «al relativo onere si provvede, con una quota delle entrate di cui all'articolo 7, comma 39, del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, per un importo pari a 3,3 milioni di euro, di cui 1,1 milioni di euro per l'anno 2015 e 2,2 milioni di euro per l'anno 2016».

1.96

BONFRISCO

Precluso

Dopo il comma 14, aggiungere i seguenti:

«14-*bis*. Alla tariffa di cui all'articolo 22 del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972 n. 641, dopo il punto 8), aggiungere il seguente punto 9): "iscrizione nell'albo di cui all'articolo 31, comma 4, del decreto legislativo 24 febbraio 1998 n. 58". La tassa è dovuta per le iscrizioni successive all'entrata In vigore della presente disposizione.

14-*ter*. A tal fine, le funzioni di vigilanza sul promotori finanziari attribuite alla Consob dal citato decreto legislativo n. 58 del 1998 sono trasferite all'Organismo di cui all'articolo 31, comma 4, del medesimo decreto, che assume anche le funzioni dell'Organismo di cui agli articoli 18-*bis*, comma 6 e 18-*ter*, comma 3 nonché la denominazione di "Organismo di Vigilanza e Tenuta dell'Albo unico dei Consulenti finanziari". Tale Organismo, i cui organi statutari alla data di entrata in vigore della presente legge, restano in carica fino al 30 aprile 2019 al fine di assicurare la massima stabilità al nuovo assetto organizzativo, opera nel rispetto del principi e dei criteri stabiliti dalla Consob con proprio regolamento e sotto la vigilanza della medesima. I riferimenti all'Organismo di Tenuta dell'Albo dei promotori finanziari nonché alla Consob, contenuti agli articoli 18-*bis*, comma 6, 31 comma 7, 55 e 196, comma 2 del predetto decreto legislativo n. 58 del 1998, si intendono riferiti all'Organismo di cui al primo periodo. Sono abrogati i commi 2, 3,4 e 5, dell'articolo 18-*bis* del medesimo decreto legislativo n. 58 del 1998.

14-*quater*. L'albo unico dei promotori finanziari di cui al citato articolo 31, comma 4, del decreto legislativo n. 58 del 1998, assume la denominazione di "albo unico dei consulenti finanziari", nel quale sono iscritti in tre distinte sezioni i consulenti finanziari abilitati all'offerta fuori sede, i consulenti finanziari indipendenti e le società di consulenza finanziaria.

14-*quinquies*. I "promotori finanziari" di cui all'articolo 31 del predetto decreto legislativo n. 58 del 1998 assumono la denominazione di "consulenti finanziari abilitati all'offerta fuori sede" e i "consulenti finanziari" di cui all'articolo 18-*bis* del citato decreto assumono la denominazione di «consulenti finanziari indipendenti». Agli articoli 30, 31, 55, 166, 187-*quater*, 190, 191 e 196 del predetto decreto legislativo n. 58 del 1998, le parole: "promotori finanziari" o "promotore finanziario" ovunque ricorrenti sono sostituite dalle seguenti: "consulenti finanziari abilitati all'offerta fuori sede" o "consulente finanziario abilitato all'offerta fuori sede" e negli articoli 18-*bis* e 190 del medesimo decreto legislativo n. 58 del 1998 le parole: "consulenti finanziari" sono sostituite dalle seguenti: "consulenti finanziari indipendenti".

14-*sexies*. L'Organismo si avvale del proprio personale e di un contingente di personale anche con qualifica

dirigenziale posto in posizione di distacco, comando o altro analogo istituto, da amministrazioni pubbliche incluse le Autorità amministrative indipendenti. L'Organismo rimborsa alle amministrazioni di appartenenza gli oneri relativi al citato personale, restando a carico dell'Organismo anche l'eventuale attribuzione di un compenso aggiuntivo. Al termine del periodo di distacco, comando o altro analogo istituto e degli eventuali rinnovi, il predetto personale rientra nell'amministrazione di appartenenza, salvo che, a richiesta del personale interessato, l'Organismo non lo immetta nel proprio organico a tempo indeterminato. A tal fine le disposizioni occorrenti per l'attuazione della disposizione di cui al primo periodo dell'articolo 29-*bis* della legge 28 dicembre 2005 n. 262 sono stabilite, in coerenza con il provvedimento di cui al quarto periodo del citato articolo 29-*bis* della legge n. 262 del 2005, con

decreto del Presidente del Consiglio dei ministri da adottare entro i successivi 60 giorni. Si applica l'articolo 17, comma 14, della legge 15 maggio 1997, n.127.

14-*septies*. Entro sei mesi dall'adozione del regolamento di cui al comma 14-*ter* la Consob e l'Organismo per la tenuta dell'albo unico del promotori finanziari stabiliscono con protocollo di intesa le modalità operative ed i tempi del trasferimento delle funzioni, gli adempimenti occorrenti per dare attuazione al nuovo assetto statutario ed organizzativo, nonché le attività propedeutiche connesse all'iscrizione con esonero dalla prova valutativa delle persone fisiche consulenti finanziari Indipendenti e delle società di consulenza finanziaria. Con successive delibere da adottarsi, anche disgiuntamente, in conformità al preregolamento di cui al comma 14-*ter* ed al protocollo d'intesa la consob stabilisce:

a) alla data di avvio operatività dell'»albo unico dei consulenti finanziari»;

b) la data di avvio di operatività dell'»Organismo di Vigilanza e Tenuta dell'Albo dei consulentii finanziari«.

14-*octies*. le maggiori entrate derivanti dalla disposizione di cui al comma 14-*bis*, nei limiti di 0,2 milioni di euro per l'anno 2016, affluiscono ad un apposito fondo da istituire presso il Ministero dell'economia e delle finanze da .....

1.97

BONFRISCO

Precluso

Dopo il comma 14, aggiungere i seguenti:

«14-*bis*. Alla tariffa di cui all'articolo 22 del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972 n. 641, dopo il punto 8), aggiungere il seguente punto 9): "Iscrizione nell'albo di cui all'articolo 31, comma 4, del decreto legislativo 24 febbraio 1998 n. 58". la tassa è dovuta per le iscrizioni successive all'entrata in vigore della presente disposizione.

14-*ter*. A tal fine, le funzioni di vigilanza sui promotori finanziari attribuite alla Consob dal citato decreto legislativo n. 58 del 1998 sono trasferite all'Organismo di cui all'articolo 31, comma 4, del medesimo decreto, che assume anche le funzioni dell'Organismo di cui agli articoli 18-*bis*, comma 6 e 18-*ter*, comma 3 nonché la denominazione di "Organismo di Vigilanza e Tenuta dell'Albo unico dei Consulenti finanziari". Tale Organismo, i cui organi statutari alla data di entrata In vigore della presente legge, restano in carica fino al 30 aprile 2019 al fine di assicurare la massima stabilità al nuovo assetto organizzativo, opera nel rispetto dei principi e dei criteri stabiliti'dalla Consob con proprio regolamento e sotto la vigilanza della medesima. I riferimenti all'Organismo di Tenuta dell'Albo dei promotori finanziari nonché alla Consob, contenuti agli articoli 18-*bis*, comma 6, 31 comma 7, 55 e 196, comma 2 del predetto decreto legislativo n. 58 del 1998, si intendono riferiti all'Organismo di cui al primo periodo. Sono abrogati i commi 2, 3, 4 e 5, dell'articolo 18-*bis* del medesimo decreto legislativo n. 58 del 1998.

14-*quater*. L'albo unico dei promotori finanziari di cui al citato articolo 31, comma 4, del decreto legislativo n. 58 del 1998, assume la denominazione di "albo unico dei consulenti finanziari", nel quale sono iscritti in tre distinte sezioni i consulenti finanziari abilitati all'offerta fuori sede, i consulenti finanziari indipendenti e le società di consulenza finanziaria.

14-*quinquies*. I "promotori finanziari" di cui all'articolo 31 del predetto decreto legislativo n. 58 del 1998 assumono la denominazione di "consulenti finanziari abilitati all'offerta fuori sede" e i "consulenti finanziari" di cui all'articolo 18-*bis* del citato decreto assumono la denominazione di "consulenti finanziari indipendenti", Agli articoli 30, 31, 55, 166, 187-quater, 190, 191 e 196 del predetto decreto legislativo n. 58 del 1998, le parole: "promotori finanziari" o "promotore finanziario" ovunque ricorrenti sono sostituite dalle seguenti: "consulenti finanziari abilitati all'offerta fuori sede" o "consulente finanziario abilitato all'offerta fuori sede" e negli articoli 18-*bis* e 190 del medesimo decreto legislativo n. 58 del 1998 le parole: "consulenti finanziari" sono sostituite dalle seguenti: "consulenti finanziari indipendenti".

14-*sexies*. l'Organismo si avvale del proprio personale e di un contingente di personale anche con qualifica

dirigenziale posto in posizione di distacco, comando o altro analogo istituto, da amministrazioni pubbliche incluse le Autorità amministrative indipendenti. L'Organismo rimborsa alle amministrazioni di appartenenza gli oneri relativi al citato personale, restando a carico dell'Organismo anche l'eventuale attribuzione di un compenso aggiuntivo, Al termine del periodo di distacco, comando o altro analogo istituto e degli eventuali rinnovi, il predetto personale rientra nell'amministrazione di appartenenza, salvo che, a richiesta del personale interessato, l'Organismo non lo immetta nel proprio organico a tempo indeterminato. A tal fine le disposizioni occorrenti per l'attuazione della disposizione di cui al primo periodo dell'articolo 29-*bis* della legge 28 dicembre 2005 n. 262 sono stabilite, in coerenza con il provvedimento di cui al quarto periodo del citato articolo 29-bis della legge n. 262 del 2005, con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri da adottare entro I successivi 60 giorni. Si applica l'articolo 17, comma 14, della legge 15 maggio 1997, n. 127.

14-*septies*. Entro sei mesi dall'adozione del regolamento di cui al comma 14-*ter* la Consob e l'Organismo per la tenuta dell'albo unico del promotori finanziari stabiliscono con protocollo di intesa le modalità operative ed i tempi del trasferimento delle funzioni, gli adempimenti occorrenti per dare attuazione al nuovo assetto statutario ed organizzativo, nonché le attività propedeutiche connesse all'iscrizione con esonero dalla prova valutativa delle persone fisiche consulenti finanziari indipendenti e delle società di consulenza finanziaria. Con successive delibere da adottarsi, anche disgiuntamente, in conformità al predetto regolamento di cui al comma 14-*ter* ed al protocollo d'intesa, la Consob stabilisce:

a) la data di avvio di operatività dell'"albo unico del consulenti finanziari";

b) la data di avvio di operatività dell'"Organismo di Vigilanza e Tenuta dell'Albo unico dei Consulenti finanziari"».

1.103

LEZZI, BULGARELLI, MANGILI

Precluso

Al comma 15, dopo le parole: «nell'anno 2015», aggiungere: «, 2016 e 2017».

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 600 milioni di euro per ciascuno degli anni 2016 e 2017».

1.104

BAROZZINO, URAS, DE PETRIS, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 15, aggiungere il seguente:

15-*bis*. Al fine combattere la povertà estrema rappresentata da soggetti disoccupati e da soggetti fiscalmente incapienti, e nella prospettiva che tale misura porti a effetti macroeconomici significativi ai fini della ripresa economica, ai soggetti che percepiscono redditi di cui all'articolo 13 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto dei Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, lettere *a)* dei commi 1, 3 e 4, (nonché ai soggetti disoccupati, come definiti dalle lettere *c)*, *d)*, *e)* ed *f)* del comma 2 dell'articolo 1 dei decreto legislativo 21 aprile 2000, n. 181, è riconosciuto un assegno mensile, che non concorre alla formazione del reddito, di importo pari a 80 euro.

15-*ter*. L'assegno di cui al comma 1 è riconosciuto a decorrere dal 1º gennaio 2015 e verrà erogato dalle sedi INPS.

l5-*quater*. A copertura degli oneri finanziari di cui ai precedenti commi è istituito, presso il Ministero dell'economia e delle finanze, il «Fondo per l'equità», di seguito denominato «Fondo». Le maggiori entrate derivanti dalle previsioni di cui ai successivi commi 5, 6, 7 accertate annualmente con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, affluiscono nel Fondo per essere riassegnate all'INPS per le finalità di cui al presente articolo.

15-*quinquies*. A partire dal periodo d'imposta 2015, è istituita un'imposta patrimoniale ordinaria sulle grandi ricchezze, pari allo 0,5 per cento per una base imponibile di valore compreso tra 3 milioni

euro e,4 milioni di euro, e una pari all'1 per cento per le basi imponibili di valore superiore a 4 milioni di euro. Per base imponibile dell'imposta s'intende la ricchezza netta delle famiglie superiore a 3 milioni di euro, costituita dalla somma delle attività reali e delle attività finanziarie al netto delle passività finanziarie compreso il patrimonio non strumentale delle società.

15-*sexies*. Sono soppressi a decorrere dallo gennaio 2015:

a) i commi 10, 11 e 12 dell'articolo 15 del decreto-legge n. 185 dei 2008, convertito con modificazioni, dalla legge 28 gennaio 2009, n. 2;

b) il comma 47 dell'articolo 1, della legge 24 dicembre 2007, n. 244;

c) il comma 137 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2006, n. 296;

d) gli articoli 15, 16, 17, 18 e 20 del decreto del Presidente della Repubblica del 29 settembre 1973, n. 601.

15-*septies*. L'articolo 11, comma 1 del decreto del Presidente della Repubblica n. 917 del 1986, è sostituito dal seguente:

«1. L'imposta lorda è determinata applicando al reddito complessivo, al netto degli oneri deducibili indicati nell'articolo 10, le seguenti aliquote per scaglioni di reddito:

a) 15.000 euro, 23 per cento;

b) oltre 15.000 euro e fino a 28.000 euro, 27 per cento;

c) oltre 28.000 euro e fino a 55.000 euro, 38 per cento;

d) oltre 55.000 euro e fino a 75.000 euro, 41 per cento;

e) oltre 75.000 euro e fino a 100.000 euro, 43 per cento;

f) oltre 100.000 euro e fino a 150.000 euro, 45 per cento;

g) oltre 150.000 euro, e fino a 200.000 euro, 47 per cento;

h) oltre 200.000 euro 49 per cento.

1.106

ROMANO, PANIZZA, BATTISTA, ZIN, Fausto Guilherme LONGO

Precluso

Dopo il comma 15, aggiungete il seguente:

«15-*bis*. Al comma 1 dell'articolo 34 della legge 23 dicembre 2000, n. 388 è aggiunto il seguente comma:

"1-*bis*. il limite previsto dal comma che precede non si applica nell'ipotesi di compensazione orizzontale in caso di accertata situazione di difficoltà del contribuente per carenza di liquidità da destinare a scopi aziendali primari (retribuzioni, materie prime e utenze)"»

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 25.000.000;

2016: - 25.000.000;

2017: - 25.000.000.

1.108

PETRAGLIA, URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Precluso

Sopprimere i commi 16 e 19 e dopo il comma 20 aggiungere il seguente:

«20-*bis*. Al fine di accelerare gli interventi di bonifica da amianto e di messa in sicurezza degli edifici scolastici, il Fondo unico per l'edilizia scolastica, di cui all'articolo 11, comma 4-*sexies* del decreto-legge 18 ottobre 2012, n. 179, convertito, con modificazioni, dalla legge 17 dicembre 2012, n. 221, è incrementato di 5 miliardi di euro nell'anno 2015 e di 4,3 miliardi di euro per ciascuno degli anni 2016 e 2017, i criteri di assegnazione e di ripartizione delle risorse, sono analoghi e proporzionali a quelli previsti dai commi 8-*quater*, e 8-*quinquies*, articolo 18, del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 agosto 2013, n. 98».

Conseguentemente alla tabella E, Missione Competitività e sviluppo delle imprese, *Programma* Promozione e attuazione di politiche di sviluppo, competitività, di responsabilità sociale d'impresa e

movimento cooperativo, *voce* Ministero sviluppo economico, decreto-legge n. 321 del 1996, articolo 5 comma 2 punto a: sviluppo tecnologico del settore aeronautico, interventi diversi (1.1 - cap. 7420/p) *apportare le seguenti variazioni:*

Riduzione

2015:

CP: - 40.000.000;

CS: - 40.000.000.

2016:

CP: - 40.000.000;

CS: - 40.000.000.

2017:

CP: - 40.000.000;

CS: - 40.000.000.

Conseguentemente alla medesima tabella E, Missione Competitività e sviluppo delle imprese, *Programma* Promozione e attuazione di politiche di sviluppo, competitività, di responsabilità sociale d'impresa e movimento cooperativo, *voce* Ministero sviluppo economico, decreto-legge n.321 del 1996, articolo 5 comma 2 punto b: sviluppo tecnologico del settore aeronautico, interventi diversi (1.1 - cap. 7420/p) *apportare le seguenti variazioni:*

Riduzione

2015:

CP: - 40.000.000;

CS: - 40.000.000.

2016:

CP: - 80.000.000;

CS: - 80.000.000.

2017:

CP: - 60.000.000;

CS: - 60.000.000.

Conseguentemente alla medesima tabella E, Missione Competitività e sviluppo delle imprese, *Programma* Promozione e attuazione di politiche di sviluppo, competitività, di responsabilità sociale d'impresa e movimento cooperativo, *voce* Ministero sviluppo economico, decreto-legge n. 321 del 1996, articolo 5 comma 2 punto c: sviluppo tecnologico del settore aeronautico, interventi diversi (1.1 - cap. 7420/p) *apportare le seguenti variazioni:*

Riduzione

2015:

CP: - 40.000.000;

CS: - 40.000.000.

2016:

CP: - 70.000.000;

CS: - 70.000.000.

2017:

CP: - 155.000.000;

CS: - 155.000.000.

Conseguentemente alla medesima tabella E, Missione Competitività e sviluppo delle imprese, *Programma* Promozione e attuazione di politiche di sviluppo, competitività, di responsabilità sociale d'impresa e movimento cooperativo, *voce* Ministero sviluppo economico Legge finanziaria n. 266 del 2005, articolo 1 comma 95 punto 3: contributo per il proseguimento del *Programma* di sviluppo per l'acquisizione delle unità navali FREEM, interventi a favore delle imprese industriali (1.1 - cap. 7485) *apportare le seguenti variazioni:*

Riduzione

2015:
CP: - 778.000.000;
CS: - 778.000.000.
2016:
CP: - 526.000.000;
CS: - 526.000.000.
2017:
CP: - 470.000.000;
CS: - 470.000.000.

Conseguentemente alla medesima tabella E, Missione Competitività e sviluppo delle imprese, *Programma* Promozione e attuazione di politiche di sviluppo, competitività, di responsabilità sociale d'impresa e movimento cooperativo, *voce* Ministero sviluppo economico, Legge finanziaria n. 244 del 2007, articolo 2 comma 179 punto a: programmi europei aeronautici, interventi a favore delle imprese industriali (1.1 - cap. 74211p) *apportare le seguenti variazioni:*

Riduzione
2015:
CP: - 20.000.000;
CS: - 20.000.000.
2016:
CP: - 20.000.000;
CS: - 20.000.000.
2017:
CP: - 20.000.000;
CS: - 20.000.000.

Conseguentemente alla medesima tabella E, Missione Competitività e sviluppo delle imprese, *Programma* Promozione e attuazione di politiche di sviluppo, competitività, di responsabilità sociale d'impresa e movimento, cooperativo, *voce* Ministero sviluppo economico, Legge finanziaria n. 244 del 2007, articolo 2 comma 179 punto b: programmi europei aeronautici, interventi a: favore delle imprese industriali (1.1 - cap. 7421/p) *apportare le seguenti variazioni:*

Riduzione
2015:
CP: - 25.000.000;
CS: - 25.000.000;
2016:
CP: - 25.000.000;
CS: - 25.000.000.
2017:
CP: - 25.000.000;
CS: - 25.000.000.

Conseguentemente alla medesima tabella E, Missione Competitività e sviluppo delle imprese, *Programma* Promozione e attuazione di politiche di sviluppo, competitività, di responsabilità sociale d'impresa e movimento cooperativo, *voce* Ministero sviluppo economico, Legge finanziaria n. 244 del 2007, articolo 2 comma 179 punto c: programmi europei aeronautici, interventi a favore delle imprese industriali (1.1 - cap. 7421/p) *apportare le seguenti variazioni:*

Riduzione
2015:
CP: - 25.000.000;
CS: - 25.000.000.
2016:
CP: - 25.000.000;

CS: - 25.000.000.

2017:

CP: - 25.000.000;

CS: - 25.000.000.

Conseguentemente alla medesima tabella E, Missione Competitività e sviluppo delle imprese, *Programma* Promozione e attuazione di politiche di sviluppo, competitività, di responsabilità sociale d'impresa e movimento cooperativo, *voce* Ministero sviluppo economico, Legge finanziaria n. 244 del 2007, articolo 2 comma 180: programmi europei aeronautici, interventi a favore delle imprese industriali (1.1 - cap. 7421/p) *apportare le seguenti variazioni:*

Riduzione

2015:

CP: - 925.000.000;

CS: - 925.000.000.

2016:

CP: - 757.000.000;

CS: - 757.000.000;

2017:

CP: - 717.000.000;

CS: - 717.000.000.

Conseguentemente alla medesima tabella E, Missione Competitività e sviluppo delle imprese, *Programma* Promozione e attuazione di politiche di sviluppo, competitività, di responsabilità sociale d'impresa e movimento cooperativo, *voce* Ministero sviluppo economico, decreto-legge n.215 del 2011, articolo 5 comma 4: finanziamento dello sviluppo tecnologico del settore aeronautico, interventi a favore delle imprese industriali (1.1 - cap. 7420/p) *apportare le seguenti variazioni:*

Riduzione

2015:

CP: - 25.000.000;

CS: - 25.000.000.

2016:

CP: - 25.000.000;

CS: - 25.000.000.

2017:

CP: - 125.000.000;

CS: - 125.000.000.

Conseguentemente alla medesima tabella E, Missione Competitività e sviluppo delle imprese, *Programma* Promozione e attuazione di politiche di sviluppo, competitività, di responsabilità sociale d'impresa e movimento cooperativo, *voce* Ministero sviluppo economico, Legge di stabilità n. 147 del 2013, articolo 1 comma 37 punto 1: contributi ventennali settore marittimo - difesa nazionale, interventi a favore delle imprese industriali (1.1 - cap. 7419/p) *apportare le seguenti variazioni:*

Riduzione

2015:

CP: - 37.113.953;

CS: - 37.113.953.

2016:

CP: - 37.553.291;

CS: - 37.553.291.

2017:

CP: - 37.444.305;

CS: - 37.444.305.

Conseguentemente alla medesima tabella E, Missione Competitività e sviluppo delle imprese,

Programma Promozione e attuazione di politiche di sviluppo, competitività, di responsabilità sociale d'impresa e movimento cooperativo, *voce* Ministero sviluppo economico, Legge di stabilità n. 147 del 2013, articolo 1 comma 37 punto 2: contributi ventennali settore marittimo - difesa nazionale, interventi a favore delle imprese industriali (1.1 - cap. 7419/p) *apportare le seguenti variazioni:*

Riduzione

2015:

CP: - 102.063.371;

CS: - 102.063.371.

2016:

CP: - 103.271.550;

CS: - 103.271.550.

2017:

CP: - 102.971.838;

CS: - 102.971.838.

Conseguentemente alla medesima tabella E, Missione Competitività e sviluppo delle imprese, *Programma* Promozione e attuazione di politiche di sviluppo, competitività, di responsabilità sociale, d'impresa e movimento cooperativo, *voce* Ministero sviluppo economico, Legge di stabilità n. 147 del 2013, articolo 1 comma 37 punto 3: contributi ventennali settore marittimo - difesa nazionale, interventi a favore delle imprese industriali (1.1. - cap. 7419/p) *apportare le seguenti variazioni:*

Riduzione

2015:

- CP: - ;

CS: - .

2016:

CP: - 331.620.406;

CS: - 331.620.406.

2017:

CP: - 551.783.857;

CS: - 551.783.857.

1.109

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Sopprimere i commi 16 e 19.

1.110

DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Sostituire i commi da 16 a 19 con i seguenti:

«16. Il Fondo per il Piano triennale straordinario per il lavoro di cui all'articolo 1, comma 90, della presente legge, è finanziato, oltre che con le maggiori entrate ed i risparmi determinati dalle disposizioni di cui ai commi da 95 a 22, con il trasferimento da parte dell'erario a tale Fondo di 5 miliardi di euro per l'anno 2015 e di 4,3 miliardi per ciascuno degli anni 2016 e 2017.

16-*bis*. Al fine di fare fronte all'emergenza lavorativa tramite un Piano triennale straordinario per il lavoro per gli anni 2015-2017, viene istituito presso il ministero del lavoro e delle politiche sociali un Fondo per il Piano straordinario per il lavoro alimentato come stabilito dalle disposizioni di cui al presente articolo.

16-*ter*. Per definire le modalità di attuazione del Piano triennale per il lavoro e per contribuire alla realizzazione di un Programma triennale di interventi urgenti ai fini ecologici e sociali, il Governo adotta, su proposta dei Ministri del lavoro e delle politiche sociali, dello sviluppo economico dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, della pubblica istruzione dell'università e della ricerca e delle politiche agricole alimentari e forestali, entro tre mesi dall'entrata in vigore della

presente legge, uno o più regolamenti ai sensi dell'articolo 17, comma 2, della legge 23 agosto 1988, n. 400.

16-*quater*. I regolamenti di cui al comma 2 si attengono ai seguenti principi e criteri direttivi:

a) costituzione di una Agenzia per lo sviluppo dell'occupazione con il compito di assumere disoccupati con contratti a tempo determinato per la realizzazione del Programma triennale di interventi urgenti ai fini ecologici e sociali le cui spese annue non possono superare il limite massimo di 3 milioni di euro;

b) previsione nel programma triennale di azioni di contrasto del dissesto idrogeologico, di un piano per la messa in sicurezza degli edifici scolastici, della realizzazione dell'autonomia e dell'efficientamento energetici degli edifici pubblici, di un piano straordinario per la creazione di asili nido pubblici;

c) ripartizione regionale e per aree di particolare disagio occupazionale delle risorse e dei disoccupati da avviare alle attività;

d) previsione delle modalità per la presentazione di progetti attinenti al Programma;

e) previsione delle modalità di presentazione della domanda e dei criteri per stabilire le priorità nell'avvio dei disoccupati alle attività;

j) previsione delle modalità di espletamento dell'attività dei disoccupati assunti, inclusi la previsione di attività formative;

g) previsione delle modalità per il vaglio da parte dell'Agenzia dei progetti presentati dando priorità alle ricadute occupazionali, ma anche a quelle produttive in termini di nuovi processi, prodotti o servizi;

h) previsione di forme di collaborazione per la realizzazione dei progetti con università, dipartimenti, centri di ricerca dipartimentali e/o interdipartimentali;

i) definizione delle modalità con le quali l'Agenzia rendiconta annualmente dei risultati conseguiti nella realizzazione dei singoli programmi e piani di cui al comma 2;

j) definizione delle modalità per la partecipazione dei cittadini interessati all'elaborazione ed al controllo dell'attuazione dei progetti di cui alla lettera *d)*.

16-*quinquies*. Sugli schemi di regolamenti di cui ai comma 2 è acquisita l'intesa della Conferenza unificata di cui all'articolo 8 del decreto legislativo 28 agosto 1997, n. 281, e il parere del Consiglio di Stato e delle competenti Commissioni parlamentari. I pareri sono espressi entro trenta giorni dalla ricezione. Decorso tale termine, i regolamenti sono comunque emanati.

16-*sexies*. Al Fondo di cui al comma 1, oltre ai maggiori introiti ed ai maggiori risparmi derivanti dalle disposizioni di cui all'articolo 5-*bis* e dalle modifiche all'articolo 26, comma 11, della presente legge, confluiscono le maggiori entrate ed i risparmi determinati dalle disposizioni di cui ai commi da 6 a 22, il Ministro del lavoro e delle politiche sociali, sentito il Ministro dell'economia e delle finanze, provvede con proprio decreto ad autorizzare le spese per i diversi programmi del Piano per il lavoro sulle base delle risorse del Fondo stesso.

16-*septies*. Al finanziamento del fondo di cui al comma 1 si provvede anche, quanto a un miliardo di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, a valere sulla corrispondente riprogrammazione delle risorse del fondo di rotazione di cui all'articolo 5 della legge 16 aprile 1987, n. 183, già destinate agli interventi del Piano di azione coesione, ai sensi dell'articolo 23, comma 4, della legge 12 novembre 2011, n. 183, che, dal sistema di monitoraggio del Dipartimento della Ragioneria generale dello Stato del Ministero dell'economia e delle finanze, risultano non ancora impegnate alla data del 30 settembre 2014.

16-*octies*. Entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, il Gruppo di azione coesione di cui al decreto del Ministro della coesione territoriale 1º agosto 2012 provvede all'individuazione delle specifiche linee di intervento oggetto di riprogrammazione ai sensi del comma 6. Le predette risorse sono versate all'entrata del bilancio dello Stato e restano acquisite all'Erario.

16-*nonies*. I benefici contributivi di cui all'articolo 8, comma 9, della legge 29 dicembre 1990, n. 407, e successive modificazioni, sono soppressi con riferimento alle assunzioni dei lavoratori ivi

indicati decorrenti dal 1º gennaio 2015. Le maggiori entrate contributive derivanti da tale soppressione confluiscono nel Fondo di cui al comma 1.

16-*decies*. regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale, di cui all'allegato C-*bis* del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, sono ridotti, con l'esclusione delle disposizioni a tutela dei redditi di lavoro dipendente e autonomo, dei redditi da pensione, della famiglia, della salute, delle persone economicamente o socialmente svantaggiate, del patrimonio artistico e culturale, della ricerca e dell'ambiente, in misura tale da determinare effetti positivi, ai fini dell'indebitamento netto, non inferiori a 500 milioni di euro per l'anno 2015, a 1.500 milioni di euro per l'anno 2016 e a 1.700 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2017. Con uno o più decreti dei Ministro dell'economia e delle finanze, da emanare ai sensi dell'articolo 17 della legge 23 agosto 1988, n. 400, sono stabilite le modalità tecniche per l'attuazione dei presente comma con riferimento ai singoli regimi interessati.

17. Le spese sostenute dalle amministrazioni pubbliche inserite nel conto economico consolidato della pubblica amministrazione, come individuate dall'istituto nazionale di statistica (ISTAT) ai sensi dell'articolo 1 della legge 31 dicembre 2009, n. 196, incluse le autorità indipendenti, per l'acquisto, la manutenzione, il noleggio e l'esercizio di autovetture, nonché per l'acquisto di buoni taxi, sono ridotte in misura tale da assicurare almeno 200 milioni per ciascuno degli anni 2015 e 2016 e almeno 250 milioni di euro a decorrere dal 2017. La presente disposizione non si applica alle autovetture utilizzate dal Corpo nazionale dei vigili del fuoco o per i servizi istituzionali di tutela dell'ordine e della sicurezza pubblica. I contratti di locazione o noleggio in corso alla data di entrata in vigore della presente legge possono essere ceduti, anche senza l'assenso del contraente privato, alle Forze di polizia, con il trasferimento delle relative risorse finanziarie sino alla scadenza del contratto, fermi restando i limiti di cui al decreto del Presidente del Consiglio dei ministri 3 agosto 2011, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* n. 214 del 14 settembre 2011, l'utilizzo delle autovetture di servizio e di rappresentanza assegnate in uso esclusivo è concesso per le sole esigenze di servizio del titolare. La violazione delle disposizioni di cui alla presente lettera è valutabile ai fini della responsabilità amministrativa e disciplinare dei dirigenti. Al fine di garantire flessibilità e razionalità nella gestione delle risorse, in conseguenza della riduzione del parco auto il personale già adibito a mansioni di autista o di supporto alla gestione del parco auto ove appartenente ad altre amministrazioni, è restituito con decorrenza immediata alle amministrazioni di appartenenza. Il restante personale è conseguentemente assegnato a mansioni differenti, con assegnazione di un profilo professionale coerente con le nuove mansioni, fermi restando l'area professionale di appartenenza ed il trattamento economico fondamentale in godimento.

17-*bis*. L'aliquota dell'addizionale di cui al comma 16 dell'articolo 81 del decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito con modificazioni dalla legge 6 agosto 2008, n. 133, è aumentata di 1 punto percentuale.

17-*ter*. All'articolo 96 del testo unico delle imposte sui redditi approvato con decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, al comma 5-*bis*, primo periodo, le parole "nei limiti del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti "nei limiti del 95 per cento".

17-*quater*. Al decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, sono apportate le seguenti modifiche: *a)* all'articolo 6, comma 8, le parole "nella misura del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti "nella misura del 95 per cento"; *b)* all'articolo 6, comma 9, le parole "nella misura del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti "nella misura del 95 per cento"; *c)* all'articolo 7, comma 2, le parole "nella misura del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti "nella misura del 95 per cento".

17-*quinquies*. All'articolo 3, comma 1, del decreto-legge 26 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, le parole: "nella misura del 26 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nella misura del 35 per cento".

18. All'articolo 1 della legge 24 dicembre 2012, n. 228, sono apportate le seguenti modifiche:

a) al comma 491, primo periodo premettere le parole: "In attesa dell'introduzione di una normativa europea, in via transitoria";

b) al medesimo comma 491, sostituire le parole: "Per valore della transazione si intende il

valore dei saldo netto delle transazioni regolate giornalmente relative al medesimo strumento fInanziario e concluse nella stessa giornata operativa da un medesimo soggetto, ovvero il corrispettivo versato." con le seguenti: "Per valore della transazione si intende il valore della singola operazione.", e sostituire le parole: "Sono altresì esclusi dall'imposta i trasferimenti di proprietà di azioni negoziate in mercati regolamentari o sistemi multilaterali di negoziazione emesse da società la cui capitalizzazione media nel mese di novembre dell'anno precedente a quello in cui avviene il trasferimento di proprietà sia inferiore a 500 milioni di euro" con le seguenti: "Sono altresi escli dall'imposta i trasferimenti di proprietà di azioni emesse da società la cui capitalizzaziolle media nel mese di novembre dell'anno precedente a quello in cui avviene il trasferimento di proprietà sia inferiore a 500 milioni di euro";

c) dal comma 492, eliminare le parole: "che abbiano come sottostante prevalentemente uno o più strumenti finanziari di cui al comma 491, o il cui valore dipenda prevalentemente da uno o più degli strumenti finanziari di cui al medesimo comma,", ", che permettano di acquisire o di vendere prevalentemente uno o più strumenti finanziari di cui al comma 4910 che comportino un regolamento in contanti determinato con riferimento prevalentemente a uno o più strumenti finanziari indicati al precedente comma" e sostituire le parole "ad imposta in misura fissa, determinata con riferimento alla tipologia di strumento e al valore del contratto, secondo la tabella 3 allegata alla presente legge" con le parole "ad imposta con aliquota dello 0,05 per cento sul valore della transazione";

d) dopo il comma 499, aggiungere il seguente:

"499-*bis*. Nella nota 3-*ter* all'articolo 13 della tariffa allegata al decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 642, è aggiunto, in fine, il seguente periodo: 'Non sono altresì soggette all'imposta le comunicazioni relative ai depositi di titoli emessi con modalità diverse da quelle cartolari e comunque oggetto di successiva dematerializzazione, il cui complessivo valore nominale o di rimborso posseduto presso ciascuna banca sia pari o inferiore a mille euro,'";

e) al comma 500, aggiungere, in fine, il seguente periodo: "Quanto previsto in via transitoria nei commi dal 491 al presente deve essere adeguato alla normativa europea in fase di definizione (proposta di direttiva COM (2013) 71), entro sei mesi dall'entrata in vigore di quest'ultima, prevedendo, in particolare l'introduzione del principio di emissione a complemento dei più generale principio di residenza onde limitare quanto più possibile i fenomeni di delocalizzazione degli istituti finanziari".

18-*bis*. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, da emanare entro trenta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono stabilite le modalità di applicazione delle modifiche introdotte all'imposta sulle transazioni finanziarie dal precedente comma 15.

18-*ter*. All'articolo 2, comma 1, del decreto-legge n. 16 del 6 marzo 2014, come convertito dalla legge n. 68 del 2 maggio 2014, la lettera *a)* è soppressa.

18-*quater*. A decorrere dalla data di entrata in vigore della presente legge sono abrogate le seguenti disposizioni:

a) articolo 37, comma 4-*bis* del decreto del Presidente della Repubblica n. 917 del 1986 (TUIR), ultimo periodo;

b) articolo 90, comma 1 del decreto del Presidente della Repubblica n. 917 del 1986 (TUIR) il terzo ed il quarto periodo; articolo 144, comma 1, del decreto del Presidente della Repubblica n. 917 del 1986 (TUIR) il terzo periodo ed il quarto periodo.

18-*quinquies*. A partire dal periodo d'imposta 2015 è istituita un'imposta patrimoniale ordinaria sulle grandi ricchezze, la cui base imponibile è costituita dalla ricchezza, netta delle famiglie superiore ad 800.000 euro risultante dalla somma delle attività reali e delle attività finanziarie al netto delle passività finanziarie incluso il patrimonio non strumentale delle società, nella misura dello 0,7 per cento per un imponibile da 800.000 euro a 2 milioni, e nella misura dell'1 per cento per ricchezze, di valore superiore ai 2 milioni.

18-*sexies*. Ai fini dell'accertamento del valore patrimoniale da assoggettare all'imposta di cui al comma 19 precedente, si ricorre all'utilizzo delle informazioni desunte dai pubblico registro dei beni mobili registrati e dei dati trasmessi dai soggetti emittenti nello Stato valori mobiliari.

18-*septies*. Al fine di evitare la doppia imposizione, dall'imposta determinata ai sensi dei precedenti commi 19 e 20 si detrae un importo pari all'imposta netta già pagata sulle medesime attività.

18-*octies*. L'articolo 11, comma 1, del decreto del Presidente della Repubblica n. 917 del 1986, è sostituito dal seguente:

"1. L'imposta lorda è determinata applicando al reddito complessivo, al netto degli oneri deducibili indicati nell'articolo 10, le seguenti aliquote per scaglioni di reddito:

a) fino a 15.000 euro, 23 per cento;

b) oltre 15.000 euro e fino a 28.000 euro, 27 per cento;

c) oltre 28.000 euro e fino a 55.000 euro, 38 per cento;

d) oltre 55.000 euro e fino a 75.000 euro, 41 per cento;

e) oltre 75.000 euro, e fino a 100.000 euro, 43 per cento;

f) oltre 100.000 euro e fino a 150.000 euro, 45 per cento;

g) oltre 150.000 euro, e fino a 200.00 euro, 47 per cento;

h) oltre 200.000 euro 49 per cento.

18-*nonies*. Per finanziare gli interventi contro il dissesto idrogeologico e gli interventi integrati finalizzati alla riduzione del rischio, alla tutela e al recupero degli ecosistemi e della biodiversità e che integrino gli obiettivi della Direttiva 2000/60/CE, che istituisce il quadro per razione comunitaria in materia di acque, e della Direttiva 2007/60/CE, relativa alla valutazione e alla gestione dei rischi di alluvioni, è autorizzata una spesa annua per il triennio 2015-2017 pari al 10 per cento delle risorse del Fondo di cui al comma 1.

18-*decies*. Per il finanziamento e l'implementazione dei servizi socio educativi per la prima infanzia al fine di incrementare la presa in carico degli utenti di detti servizi, sono stanziati finanziamenti pari al 5 per cento delle risorse del fondo di cui al comma 1 per ciascun anno del triennio 2015-2017 per la realizzazione di nuovi asili nido pubblici, nonché per la manutenzione e la messa in sicurezza degli asili nido pubblici esistenti. Con decreto del Ministero delle infrastrutture e trasporti di concerto con il Ministero del lavoro e delle politiche sociali, da emanare entro novanta giorni dalla data di approvazione della presente legge, previa intesa in sede di Conferenza unificata di cui all'articolo 8 del decreto legislativo 28 agosto 1997, n. 281, sono stabiliti i criteri e le modalità di attuazione delle disposizioni di cui al presente comma, e le modalità di ripartizione delle risorse tra le regioni e le province autonome di Trento e Bolzano.

19. Per gli anni 2015, 2016 e 2017, nel saldo finanziario in termini di competenza mista rilevate ai fini della verifica del rispetto del patto di stabilità interno, non sono considerate le spese in conto capitale collegato ai progetti di cui al comma 3 sostenute dalle regioni, dalle province e dai comuni, per un importo complessivo annuo pari al 15 per cento del Fondo di cui al comma 2 per ciascun anno del triennio 2015-2017. Ai fini della distribuzione della predetta esclusione tra i singoli enti territoriali, gli enti locali e le regioni comunicano all'Agenzia gli spazi finanziari di cui necessitano per sostenere i pagamenti di cui al presente comma.

19-*bis*. Con decreto del ministero dell'economia e delle finanze, sulla base di una relazione dell'Agenzia in riferimento alle comunicazioni degli enti territoriali di cui al comma 25, sono individuati su base proporzionale, gli importi dei pagamenti da escludere dal patto di stabilità interno.

19-*ter*. Per la prosecuzione degli interventi per la messa in sicurezza di edifici scolastici è autorizzato lo stanziamento di una somma annua pari al15 per cento del Fondo di cui al comma 1, per ciascun anno del triennio 2015-2017.

19-*quater*. Al fine di favorire gli interventi per incrementare l'efficienza e la prestazione energetica negli edifici pubblici e la riduzione del consumo di energia dei medesimi edifici, anche nei rispetto degli obiettivi e delle disposizioni di cui al decreto-legge 4 giugno 2013, n. 63, convertito, con modificazioni, nella legge 3 agosto 2013, n. 90, per una transizione verso gli edifici a energia quasi zero, sono stanziate risorse pari al 5 per cento del Fondo di cui al comma 1 per ciascun anno del triennio 2015-2017. Con decreto del Minitero dello sviluppo economico sentito, il Ministero

dell'economia, da emanare entro sessanta giorni dalla data di approvazione della presente legge, previo parere della Conferenza unificata di cui all'articolo 8 del decreto legislativo 28 agosto 1997, n. 281, sono stabiliti i criteri e le modalità di attuazione delle disposizioni di cui al presente comma.

Conseguentemente, all'articolo 2, comma 67, sostituire le parole: «è ridotta di 238 milioni di euro per l'anno 2015 e di 200 milioni di euro a decorrere dal 2016» *con le seguenti:* «è ridotta di 638 milioni di euro per l'anno 2015 e di 600 milioni a decorrere dal 2016».

1.111

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Sostituire i commi da 16 a 19 con i seguenti:

«16. A decorrere dal periodo di imposta successivo a quello in corso al 31 dicembre 2013, i commi 1 e 4 dell'articolo 2 del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, sono abrogati.

17. Sono fatti salvi gli effetti del comma 2 dell'articolo 2 del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, ai fini della determinazione dell'acconto relativo al periodo di imposta successivo a quello in corso al31 dicembre 2013 secondo, il criterio previsionale, di cui all'articolo 4 del decreto-legge 2 marzo 1989, n. 69, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 aprile 1989, n. 154.

18. Le risorse rinvenienti dall'applicazione dei commi 1 e 2 del presente articolo, opportunamente rendicontate, sono versate all'entrata del bilancio dello Stato per essere riassegnate, fino all'importo massimo di 7 miliardi di euro per l'anno 2015 e 5 miliardi di euro a decorrere dall'anno 2016, ad un apposito fondo istituito nello stato di previsione del Ministero dello sviluppo economico finalizzato:

1) all'erogazione di finanziamenti a tasso agevolato a soggetti privati che investono in ricerca e sviluppo nei settori:

a) delle energie rinnovabili, del risparmio energetico e dei servizi collettivi ad alto contenuto tecnologico, nonché nell'ideazione di nuovi prodotti che realizzano un significativo miglioramento della protezione dell'ambiente per la salvaguardia dell'assolto idrogeologico e le bonifiche ambientali, nonché nella prevenzione dei rischio sismico;

b) dell'incremento dell'efficienza negli usi finali dell'energia nei settori civile, industriale e terziario, compresi gli interventi di *social housing*;

c) dei processi di produzione o di valorizzazione di prodotti, processi produttivi od organizzativi ovvero servizi che, rispetto alle alternative disponibili, comportino una riduzione dell'inquinamento e dell'uso delle risorse nell'arco dell'intero ciclo di vita;

d) della piaillficazione di interventi nell'ambito della gestione energetica, attraverso lo sviluppo di soluzioni *hardware* e *software* che consentano di ottimizzare i consumi, e della demotica;

e) dello sviluppo di soluzioni per la gestione del ciclo dei rifiuti, con particolare riferimento ai modelli di raccolta, trattamento e recupero, e per la gestione idrica, attraverso la progettazione di strumenti che garantiscano un monitorando più attento della rete idrica;

j) progettazione di nuovi sistemi di mobilità ecologici e sostenibili, anche attraverso la definizione di processi che possano ottimizzare la logistica dell'ultimo miglio e le attività di trasporto proprie delle compagnie private in aree urbane, tenendo in considerazione il traffico generato la congestione, l'inquinamento e il dispendio energetico;

2) a sostenere la nascita di imprese operanti nei settori delle tecnologie innovative e lo sviluppo delle imprese operanti in settori a tecnologia avanzata, con particolare riferimento alle piccole e medie imprese, nonché a favorire la valorizzazione e il trasferimento del patrimonio di conoscenza scientifica e tecnologica presente nel sistema della ricerca pubblica e privata per incrementare lo sviluppo economico, compresi gli *spin off* accademici, al fine di sviluppare processi di ricerca comuni tra imprese, università e centri di ricerca pubblici.

19. Con decreto del Ministero dell'economia e delle finanze, di concerto con il Ministro dello sviluppo economico, sono disciplinate le modalità di funzionamento del fondo di cui al comma 3. Il

Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio».

1.112

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Sostituire i commi da 16 a 19 con i seguenti:

«16. A decorrere dal periodo di imposta successivo a quello in corso al 31 dicembre 2013, i commi 1 e 4 dell'articolo 2 del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, sono abrogati.

17. Sono fatti salvi gli effetti del comma 2 dell'articolo 2 del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, ai fini della determinazione dell'acconto relativo al periodo di imposta successivo a quello in corso al 31 dicembre 2013 secondo il criterio previsionale, di cui all'articolo 4 del decreto-legge 2 marzo 1989, n. 69, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 aprile 1989, n. 154.

18. Le risorse rinvenienti dall'applicazione dei commi 1 e 2 del presente articolo, opportunamente rendicontate, sono versate all'entrata del bilancio dello Stato per essere Rassegnate, fino all'importo massimo di 7 miliardi di euro per l'anno 2015 e 5 miliardi di euro a decorrere dall'anno 2016, ad un apposito fondo istituito nello stato di previsione del Ministero dell'ambiente, finalizzato:

a) a un Piano pluriennale di investimenti per l'adattamento ai cambiamenti climatici e per la messa in sicurezza del territorio e il contrasto al dissesto idrogeologico;

b) alla riduzione del rischio idrogeologico attraverso misure volte a favorire la delocalizzazione di immobili e di infrastrutture potenzialmente pericolosi e situati in aree a rischio idrogeologico;

c) a un piano straordinario di risanamento delle risorse fluviali, lacuali e marine;

d) a interventi finalizzati alla tutela del territorio, del patrimonio naturalistico, e per il contenimento del consumo di suolo;

e) al finanziamento delle attività di bonifica e di ripristino dei siti inquinati, con particolare priorità per l'inquinamento da amianto.

19. Agli interventi di cui alla lettera *a)* del precedente comma, è destinato non meno del 50 per cento delle risorse complessive del Fondo.

19-*bis*. Le risorse sono ripartite d'intesa con la Conferenza unificata Stato-Regioni, città e autonomie locali, e previ accordi di programma con gli enti territoriali e locali interessati, che individuano gli interventi prioritari necessari e i soggetti che vi provvedono».

1.113

CERVELLINI, URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Sostituire i commi da 16 a 18 con i seguenti:

«16. A decorrere dal periodo di imposta successivo a quello in corso al 31 dicembre 2013, i commi 1 e 4 dell'articolo 2 del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, sono abrogati.

17. Sono fatti salvi gli effetti del comma 2 dell'articolo 2 del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, ai fini della determinazione dell'acconto relativo al periodo di imposta successivo a quello in corso al 31 dicembre 2013 secondo il criterio previsionale, di cui all'articolo 4 del decreto legge 2 marzo 1989, n. 69, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 aprile 1989, n. 154.

18. Le risorse rinvenienti dall'applicazione dei commi 1 e 2 del presente articolo, opportunamente rendicontate, sorto versate all'entrata del bilancio dello Stato per essere riassegnate, fino all'importo massimo di 7 miliardi di euro per l'anno 2015 e 5 miliardi di euro a decorrere dall'anno 2016, al Fondo nazionale per il concorso finanziario dello Stato agli oneri del trasporto pubblico locale nelle Regioni a statuto ordinario, ai sensi dell'articolo 16-*bis*, comma 1 del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito dalla legge 7 agosto 2012, n. 135. Tali risorse sono finalizzate esclusivamente al

miglioramento e all'incremento del trasporto ferroviario regionale di pendolari e per sostenere piani per la mobilità sostenibile».

1.114

URAS, DE PETRIS

Precluso

Al comma 16, capoverso «4-octies», sostituire il primo periodo con il seguente: «Di fronte ad un aumento degli investimenti, superiore alla media degli ultimi tre anni, o ad un aumento netto della occupazione a tempo indeterminato, fermo restando quanto stabilito dal presente articolo ed in deroga a quanto stabilito negli articoli precedenti, per i soggetti che determinano la produzione netta ai sensi degli articoli da 5 a 9, è ammessa in deduzione la differenza tra costo complessivo per il personale dipendente a tempo indeterminato e le deduzioni spettanti ai sensi dei commi 1, lettera a), 1-bis, 4-bis.1 e 4-quarter del presente articolo».

1.115

BAROZZINO, URAS, DE PETRIS, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 16, capoverso 4-octies, dopo le parole: «5 a 9», aggiungere le seguenti: «e che non abbiano avviato nell'ultimo triennio procedure di licenziamento a carico di nessun dipendente o procedure di delocalizzazione dell'attività con conseguente riduzione dei livelli occupazionali,».

1.116

BAROZZINO, URAS, DE PETRIS, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 16, capoverso 4-octies, dopo le parole: «5 a 9», aggiungere le seguenti: «e che non abbiano avviato nell'ultimo triennio procedure di licenziamento a carico di nessun dipendente».

1.117

BAROZZINO, URAS, DE PETRIS, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 16, capoverso 4-octies, dopo le parole: «5 a 9», aggiungere, le seguenti: «che non abbiano avviato nell'ultimo triennio procedure di delocalizzazione dell'attività con conseguente riduzione dei livelli occupazionali,».

1.120

BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, Eva LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Al comma 16, capoverso comma 4-octies sopprimere le parole: «con contratto a tempo indeterminato».

Conseguentemente, all'articolo 2, sostituire il comma 226 con il seguente:

«226. I risparmi ottenuti in seguito all'applicazione dei costi *standard* in ambito sanitario conseguente all'individuazione delle 3 Regioni *benchmark* da parte della Conferenza Stato-Regioni, nella seduta del5 dicembre 2013, determinano a decorrere dall'anno 2015 una riduzione del livello del finanziamento del Servizio sanitario nazionale cui concorre ordinariamente lo Stato pari a 2.000 milioni di euro. Con decreto del Ministro della Salute, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, previa intesa in sede di Conferenza Stato Regioni, la quota di risparmi è imputata a ciascuna Regione In misura inversamente proporzionale al livello di applicazione dei costi *standard*, come verificato dai tavoli tecnici di cui all'intesa Stato-Regioni del 23 marzo 2005.».

1.121

BONFRISCO, BRUNI, PERRONE, LIUZZI, ZIZZA, IURLARO, FALANGA, Eva LONGO, D'ANNA, ARACRI, PAGNONCELLI, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Al comma 16, capoverso comma 4-octies sopprimere le parole: «con contratto a tempo

indeterminato».

Conseguentemente, all'articolo 2, sostituire il comma 226 con il seguente:

«226. I risparmi ottenuti in seguito all'applicazione dei costi *standard* in ambito sanitario conseguente all'individuazione delle 3 Regioni *benchmark* da parte della Conferenza Stato-Regioni, nella seduta del 5 dicembre 2013, determinano a decorrere dall'anno 2015 una riduzione del livello del finanziamento del Servizio sanitario nazionale cui concorre ordinariamente lo Stato pari a 2.000 milioni di euro. Con decreto del Ministro della Salute. di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze. previa intesa in sede di Conferenza Stato Regioni, la quota di risparmi è imputata a ciascuna Regione in misura inversamente proporzionale al livello di applicazione dei costi standard. come verificato dai tavoli tecnici di cui all'intesa Stato-Regioni del 23 marzo 2005».

1.122

GASPARRI

Precluso

Al comma 16, capoverso «4-octies», sopprimere le parole: «con contratto a tempo indeterminato», ed aggiungere dopo: «dipendente» le seguenti parole: «e assimilato ai sensi dell'articolo 50 del TUIR».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 105.000.000;
2016: - 105.000.000;
2017: - 105.000.000.

Ridurre dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente della allegata tabella C.

1.123

GASPARRI

Precluso

Al comma 16, capoverso «4-octies», dopo le parole: «a tempo indeterminato», aggiungere le seguenti: «e a tempo determinato ai sensi del decreto legislativo 6 settembre 2001, n. 368».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 105.000.000;
2016: - 105.000.000;
2017: - 105.000.000.

Ridurre del 3 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente della allegata tabella C.

1.124

GALIMBERTI

Precluso

Al comma 16, capoverso 4-octies dopo le parole: «con contratto a tempo indeterminato» aggiungere le seguenti: «e con contratto a tempo determinato».

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente del 1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

1.125

BOCCA, D'ALI', PELINO, MANDELLI, FABBRI, LANGELLA

Precluso

Al comma 16, capoverso 4-octies, dopo le parole: «a tempo Indeterminato» aggiungere le seguenti parole: «nonché per il personale assunto con contratto a tempo determinato per lo svolgimento di attività stagionali di cui all'articolo 5, comma 4-ter del decreto legislativo 6 settembre 2001, n. 368.».

Conseguentemente, alla allegata tabella A, ridurre gli importi relativi al Ministero dell'Economia e delle Finanze per 25 milioni di euro.

1.132

DI BIAGIO, Luigi MARINO

Precluso

Al comma 16, capoverso «4-octies» dopo le parole: «a tempo indeterminato» aggiungere le seguenti: «e per il personale assunto per lo svolgimento delle attività stagionali di cui all'articolo 5, comma 4-ter del Decreto Legislativo 6 settembre 2001, n. 368,».

Conseguentemente, nella tabella A, allegata al decreto legislativo 26 ottobre 1995, n. 504, sopprimere il punto n.12.

1.133

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Al comma 16, capoverso 4-octies, dopo le parole: «con contratto a tempo indeterminato» aggiungere le seguenti: «, nonché con contratto di lavoro a tempo determinato stipulato ai sensi dell'articolo 5, comma 4-ter, del decreto legislativo 6 settembre 2001, n. 368,».

Conseguentemente:

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 500 milioni di euro a decorrere dal 2015.

1.134

BONFRISCO, CERONI, D'ALI', MANDELLI, MILO

Precluso

Al comma 16, capoverso 4-octies dopo le parole: «con contratto a tempo indeterminato» aggiungere le seguenti: «e con contratto a tempo determinato stipulato ai sensi dell'articolo 5, comma 4-ter, del disegno legislativo 368/2001».

1.135

Luigi MARINO, DI BIAGIO

Precluso

Al comma 16, capoverso 4-octies dopo le parole: «con contratto a tempo indeterminato» aggiungere le seguenti: «e con contratto a tempo determinato stipulato ai sensi dell'articolo 5, comma 4-ter, del disegno legislativo 368/2001».

1.136

GASPARRI

Precluso

Al comma 16, capoverso «4-octies», dopo le parole: «a tempo indeterminato» aggiungere le seguenti: «e a tempo determinato assunti per lo svolgimento delle attività stagionali di cui al decreto del Presidente della Repubblica 7 ottobre 1963, n. 1525, nonché di quelle così definite dagli avvisi comuni e dai contratti collettivi nazionali dalle organizzazioni dei lavoratori e dei datori di lavoro comparativamente più rappresentative,».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: - 105.000.000;
2016: - 105.000,000;
2017: - 105.000.000.

Ridurre de1 3 per cento tutti gli stanziamenti di part corrente della allegata tabella c).

1.138

BONFRISCO, CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, Eva LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Al comma 16, capoverso comma «4-octies» dopo le parole: «a tempo indeterminato aggiungere le seguenti: «e a tempo detenni nato assunti per lo Svolgimento delle attività stagionali di cui al decreto del Presidente della Repubblica 7 ottobre 1963, n. 1525, nonché di quelle così definite dagli avvisi

comuni e dai contratti collettivi nazionali dalle organizzazioni dei lavoratori e dei datori di lavoro comparativamente più rappresentative,.».

Conseguentemente, alla tabella A, ridurre gli importi relativi al Ministero dell'economia e delle finanze per 25 milioni di euro.

1.140

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Al comma 16, capoverso «4-octies», dopo le parole: «con contratto a tempo indeterminato» aggiungere le seguenti: «e con contratto di lavoro stagionale secondo le disposizioni vigenti in materia per il settore del turismo».

Conseguentemente:

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 500 milioni di euro a decorrere dal 2015».

1.141

BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, MILO, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, Eva LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Al comma 16, capoverso comma «4-octies», aggiungere, in fine, il seguente periodo: «La predetta deduzione si applica anche ai soggetti di cui al citato comma 1.1. per ogni lavoratore agricolo dipendente a tempo determinato alle condizioni e nella misura ivi previste. Agli oneri derivanti dall'attuazione della presente disposizione, pari a 11 milioni di euro annui a decorrere dal 2015, si provvede mediante corrispondente riduzione dei fondo per gli interventi strutturali di politica economica di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni dalla legge 27 dicembre 2004 n. 307.».

1.142

BOCCA, D'ALI', PELINO, MANDELLI, FABBRI, LANGELLA

Precluso

Al comma 16, capoverso «4-octies», aggiungere, in fine, il seguente periodo: «La deduzione di cui al presente comma spetta unicamente ai soggetti che applicano contratti collettivi nazionali di lavoro stipulati da organizzazioni sindacali dei datori di lavoro e dei lavoratori comparativamente più rappresentative».

1.148

BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Dopo il comma 16, aggiungere i seguenti:

«16-*bis*.A decorrere dall'anno 2015 sono escluse dall'ambito d'applicazione dell'imposta regionale sulle attività produttive, di cui al decreto legislativo 15 dicembre 1997, n, 446, le imprese che hanno meno di dieci occupati e un fatturato annuo o un totale di bilancio annuo non superiore a 2 milioni di euro.

16-*ter*. Dalla data di entrata in vigore dei regolamenti di cui al comma 16-*quater*, sono abrogate le disposizioni che determinano trasferimenti a imprese, di parte corrente o in. conto capitale, non giustificati. da una situazione di fallimento di mercato.

16-*quater*. Con uno o più regolamenti, da adottare entro il 30 aprile 2015 ai sensi dell'articolo 17, comma 2, della legge 23 agosto 1988, n. 400, e successive modificazioni, sono individuate le disposizioni di legge e regolamentari che sono abrogate ai sensi del comma 16-*ter*, in modo da determinare risparmi pari a 2 miliardi di euro annui a partire dal 2015.

16-*quinquies*. Sono escluse dall'abrogazione disposta ai sensi del comma 16-*quater* le

disposizioni che prevedono incentivi:

a) finanziabili con fondi europei;

b) diretti a compensare l'adempimento di obblighi di servizio pubblico, con particolare riferimento, ai settori dell'istruzione e della ricerca, della sanità, dell'assistenza sociale e dei trasporti, nel rispetto dei criteri stabiliti dal diritto dell'Unione europea.

16-*sexies.* Possono essere altresì escluse all'abrogazione disposta ai sensi del comma 16-*quater* le disposizioni che prevedono incentivi destinati a:

a) promuovere la realizzazione di importanti progetti di comune interesse europeo;

b) promuovere la cultura nonché la conservazione e la valorizzazione del patrimonio artistico, paesaggistico o ambientale.

16-*septies.* Ai fini dell'individuazione delle disposizioni da abrogare ai sensi del comma 16-*quater* e degli incentivi da ammettere ai sensi dei commi 16-*quinquies* e 16-*sexies,* il Governo si avvale del parere di un apposito comitato tecnico, che procede a verificare la loro necessità e idoneità in caso di una situazione di fallimento di mercato. Il comitato è istituito, senza maggiori oneri a carico della finanza pubblica, con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri».

1.150

LEZZI, BULGARELLI, MANGILI

Precluso

Dopo il comma 16, aggiungere il seguente:

«16-*bis.* Nei limiti di spesa di 100 milioni di euro in caso di *startup* innovative è escluso dall'imposizione sul reddito d'impresa il 50 per cento del valore degli investimenti in nuovi beni strumentali fatti a decorrere dalla data di entrata in vigore della presente legge e fino al 30 giugno 2020. L'agevolazione di cui al presente comma può essere fruita esclusivamente in sede di versamento del saldo delle imposte sui redditi dovute per il periodo d'imposta di effettuazione degli investimenti ed è revocata se la startup innovativa cede a terzi o destina i beni oggetto degli investimenti a finalità estranee all'esercizio d'impresa prima del secondo periodo d'imposta successivo alloro acquisto. L'agevolazione di cui al presente comma è altresì revocata se i beni oggetto degli investimenti sono ceduti a soggetti aventi stabile organizzazione in Paesi non aderenti allo Spazio economico europeo».

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 100 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016, 2017».

1.151

LEZZI, BULGARELLI, MANGILI

Precluso

Dopo il comma 16, aggiungere il seguente:

«16-*bis.* Nei limiti di spesa pari a 70 milioni di euro per gli anni 2015, 2016 e 2017 le imprese fornitrici dei soggetti titolari di attività commerciali, artigianali, turistiche, aventi sede o unità produttive nei territori colpiti di eventi calamitosi, possono dedurre interamente dal reddito imponibile le perdite dovute dal mancato pagamento delle forniture in conseguenza dell'evento calamitoso».

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 70 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016, 2017».

1.152

MANGILI, LEZZI, BULGARELLI

Precluso

Dopo il comma 16, aggiungere il seguente:

«16-*bis.* All'articolo 29 del decreto-legge 18 ottobre 2012, n. 179, convertito, con modificazioni, dalla legge 17 dicembre 2012, n. 221, e successive modificazioni, sono apportate le seguenti

modificazioni:

a) al comma 1:

1) le parole: "e 2016" sono sostituite dalle seguenti: ", 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020";

2) le parole: "19 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "30 per cento";

b) al comma 4:

1) le parole: "e 2016" sono sostituite dalle seguenti: "2016, 2017, 2018, 2019 e 2020";

2) le parole: "20 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "30 per cento";

c) il comma 5 è sostituito dal seguente:

"5. L'eventuale cessione, anche parziale, dell'investimento prima del decorso del termine previsto, comporta la decadenza dal beneficio ed il recupero a tassazione dell'importo dedotto, maggiorato degli interessi legali";

d) i commi 6 e 7 sono abrogati«.

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 80.000.000;

2016: - 80.000.000;

2017: - 80.000.000.

1.153

BERGER, ZELLER, PANIZZA, LANIECE, BATTISTA, ROMANO, Fausto Guilherme LONGO

Precluso

Dopo il comma 16, inserire il seguente:

«16-*bis.* Al comma 1 dell'articolo 9 del decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, dopo le parole: "tra l'ammontare dei corrispettivi" inserire le seguenti: ", ad esclusione delle cessioni di beni ammortizzabili e aree edificabili"».

Conseguentemente agli oneri derivanti dal comma 16-bis, *pari a 5.700.000 di euro a decorrere dal 2015, si provvede a valere sul Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalia legge 27 dicembre 2004, n. 307«.*

1.154

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Sopprimere i commi 17 e 18.

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 16, paragrafo 4-octies, *sostituire dalle parole:* «i soggetti» *fino a:* «9», *con le seguenti:* «le imprese con numero dipendenti inferiore o uguale a 250».

1.155

GASPARRI

Precluso

Sopprimere i commi 17 e 18.

1.156

BERTOROTTA, MOLINARI, VACCIANO, BOTTICI, MANGILI, BULGARELLI

Precluso

Sopprimere il comma 17.

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 30 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016, 2017».

1.157

BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, Eva LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Sostituire il comma 17, con i seguenti:

«17. Dopo il comma 1 dell'articolo 2 del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 69, è inserito il seguente:

"17-*bis*. A decorrere dal periodo d'imposta successivo a quello in corso al 31 dicembre 2014, al decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 16, comma 1, le parole: "l'aliquota del 3,50 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "l'aliquota del 2,70 per cento";

b) all'articolo 16, comma 1-*bis*, sono apportate le seguenti modificazioni:

1) alla lettera *a)*, le parole: "l'aliquota del 3,80 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "l'aliquota del 3 per cento";

2) alla lettera *b)*, le parole: "l'aliquota del 4,20 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "l'aliquota del 3,25 percento";

3) alla lettera *c)*, le parole: "l'aliquota del 5,30 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "l'aliquota del 4,10 per cento";

c) all'articolo 45, comma 1, le parole: "nella misura dell'1,70 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nella misura dell'1,30 per cento"»;

2-*bis*. Al comma 4 dell'articolo 2 del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 69, le parole: "dal comma 1" sono sostituite dalle seguenti: "dai commi 1 e 1-bis."».

Sopprimere il comma 18.

Conseguentemente all'articola 3, dopo il comma 66 inserire il seguente:

«66-*bis*. Con decreto del Ministro dell'economia è delle finanze i regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale di cui all'allegato A della nota integrativa al bilancio di previsione relativa alta Tabella 1 dello Stato di previsione delle entrate prevista ai sensi dell'articolo 21, comma 11, lettera *a)*, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, che appaiono, in tutto o in parte, ingiustificati o superati alla luce delle mutate esigenze sociali o economiche ovvero che costituiscono una duplicazione, sono modificati, soppressi o ridotti, a decorrere dall'anno 2015, al fine di assicurare maggiori entrate pari a 10.200 milioni di euro. Nei casi in cui la disposizione del primo periodo del presente comma non sia suscettibile di diretta e immediata applicazione, con uno o più decreti del Ministro dell'economia e delle finanze sono stabilite le modalità tecniche per l'attuazione del presente comma con riferimento ai singoli regimi interessati».

1.161

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 18, inserire i seguenti:

«18-*bis*. Dopo il comma 10 dell'articolo 24 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, è inserito il seguente:

"10-*bis*. Ai fini del godimento del diritto di cui all'articolo 1, comma 9, della legge 23 agosto 2004, n. 243, non si applicano le disposizioni in materia di decorrenza del trattamento pensionistico e di adeguamento dei requisiti di accesso al sistema pensionistico agli incrementi della speranza di vita ai sensi dell'articolo 12 del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 luglio 2010, n. 122".

18-*ter*. All'articolo 24, comma 14, del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, e successive modificazioni, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'alinea, sono apportate le seguenti modificazioni:

1) dopo le parole: "e successive modificazioni e integrazioni", sono inserite le seguenti: ", ai soggetti rientranti nelle deroghe dall'articolo 2, comma 3, lettera *a)*, del decreto legislativo 30 dicembre 1992, n. 503,";

2) le parole: "che maturano i requisiti entro il 31 dicembre 2011" sono sostituite dalle seguenti: "che maturano i requisiti entro il3l dicembre 2018";

3) le parole: "ai soggetti di cui all'articolo 1, comma 9, della legge 23 agosto 2004, n. 243" sono sostituite dalle seguenti: "ai soggetti di cui all'articolo 1, commi 8 e 9, della legge 23 agosto 2004, n. 243";

b) la lettera *a)* è sostituita dalla seguente:

"*a)* ai lavoratori collocati in mobilità ai sensi degli articoli 4 e 24 della legge 23 luglio 1991, n. 223, e successive modificazioni, sulla base di accordi sindacali stipulati anteriormente al 31 dicembre 2011 o, in caso di fallimento dell'impresa, in mancanza dei predetti accordi, e che maturano i requisiti per il pensionamento entro trentasei mesi dalla fine del periodo di fruizione dell'indennità di mobilità di cui all'articolo 7, commi 1 e 2, della legge 23 luglio 1991, n. 223, a prescindere dalla data di conclusione della procedura di mobilità e dalla data di effettivo collocamento in mobilità, eventualmente preceduto da un periodo di fruizione di cassa integrazione guadagni o seguito da un periodo di sostegno al reddito o di prolungamento della mobilità in deroga; i versamenti volontari eventualmente necessari al raggiungimento dei requisiti pensionistici di cui alla presente lettera, anche in deroga alle disposizioni di cui all'articolo 6, comma 1, del decreto legislativo 30 aprile 1997, n. 184, possono riguardare anche periodi precedenti la domanda di autorizzazione alla contribuzione volontaria Ai fini della concessione dei benefici di cui alla presente lettera non rileva l'eventuale prestazione di un'altra attività lavorativa di natura temporanea dopo la sottoscrizione degli accordi individuali o la stipulazione degli accordi collettivi di incentivo all'esodo ai sensi del periodo precedente.";

c) alle lettere *b), c)* ed *e)* le parole: "4 dicembre 2011", ovunque ricorrono, sono sostituite dalle seguenti: "31 dicembre 2011";

d) alla lettera *b)* sono aggiunte, in fine, le parole: ", a prescindere dall'effettivo collocamento in mobilità entro tale data";

e) la lettera *d)* è sostituita dalla seguente:

"*d)* ai lavoratori che siano stati autorizzati alla prosecuzione volontaria della contribuzione e che abbiano presentato la relativa domanda alla data del 31 gennaio 2012, a condizione che perfezionino i requisiti utili alla decorrenza del trattamento pensionistico entro il 31 dicembre 2018. Ai fini della fruizione dei benefici di cui alla presente lettera non rilevano l'eventuale prestazione lavorativa successiva all'autorizzazione alla prosecuzione volontaria della contribuzione né l'eventuale mancato versamento, alla data di entrata in vigore del presente decreto, di almeno un contributo volontario accreditato o accreditabile".

18-*quater*. L'alinea del comma 15-*bis* dell'articolo 24 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, è sostituito dal seguente: "In via eccezionale, per tutti i lavoratori le cui pensioni sono liquidate a carico dell'assicurazione generale obbligatoria e delle forme sostitutive, esclusive ed esonerative della. medesima, ancorché non titolari di un rapporto di lavoro alla data di entrata in vigore della legge di conversione del presente decreto:".

18-*quinquies*. Al comma 2-*ter* dell'articolo 6 del decreto-legge 29 dicembre 2011, n. 216, convertito, con modificazioni, dalla legge 24 febbraio 2012, n. 14, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) le parole: "il cui rapporto di lavoro si sia risolto entro il 31 dicembre 2011, in ragione di accordi individuali sottoscritti anche ai sensi degli articoli 410, 411 e 412-*ter* del codice di procedura civile, o in applicazione di accordi collettivi di incentivo all'esodo stipulati" sono sostituite dalle seguenti: "il cui rapporto di lavoro si risolva unilateralmente o in conseguenza di fallimento dell'impresa o in ragione di accordi individuali sottoscritti entro il 31 dicembre 2011 o in applicazione di accordi collettivi di incentivo all'esodo stipulati entro la medesima data del 31 dicembre 2011";

b) le parole: "la decorrenza del trattamento medesimo entro un periodo di ventiquattro mesi" sono sostituite dalle seguenti: "la maturazione del diritto al trattamento pensionistico entro un periodo di trentasei mesi".

18-*sexies*. Il comma 2-*quater* dell'articolo 6 del decreto-legge 29 dicembre 2011, n. 216, convertito, con modificazioni, dalla legge 24 febbraio 2012, n. 14, è sostituito dal seguente:

"2-*quater*. All'articolo 24, comma 14, lettera *c)*, del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, le parole: "di almeno 59 anni di età" sono sostituite dalle seguenti: "di almeno 60 anni di età". Le disposizioni dell'articolo 24, comma 10, terzo e quarto periodo, del citato decreto-legge n. 201 del 2011, in materia di riduzione percentuale dei trattamenti pensionistici, non trovano applicazione, limitatamente ai soggetti che maturano il previsto requisito di anzianità contributiva entro il 31 dicembre 2017"».

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117, 124 125, 132, 139;

all'articolo 2, sopprimere il comma 207;

all'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le seguenti parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1.200 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

1.162

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 18, inserire il seguente:

«8-*bis*. All'articolo 1, comma 1, lettera *b)*, della legge n.147 del 2014, le parole: "30 dicembre 2016" sono sostituite dalle seguenti: "30 dicembre 2018"».

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117, 124, 125, 132, 139;

all'articolo 2, sopprimere il comma 207;

all'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le seguenti parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1.200 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

1.163

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 18, inserire i seguenti:

«18-*bis*. Al comma 41 dell'articolo 1 della legge 8 agosto 1995, n. 335, le parole: "Gli importi dei trattamenti. pensionistici ai superstiti sono cumulabili con i redditi del beneficiario, nei limiti di cui all'allegata tabella F. Il trattamento derivante dal cumulo dei redditi di cui al presente comma con la pensione ai superstiti ridotta non può essere comunque inferiore a quello che spetterebbe allo stesso soggetto qualora il reddito risultasse pari al limite massimo delle fasce immediatamente precedenti quella nella quale il reddito posseduto si colloca. I limiti di cumulabilità non si applicano qualora il beneficiario faccia parte di un nucleo familiare con figli di minore età, studenti ovvero inabili, individuati secondo la disciplina di cui al primo periodo del presente comma" sono sostituite dalle seguenti: "Gli importi dei trattamenti pensionistici ai superstiti. sono cumulabili con i redditi del beneficiario, applicando all'importo complessivo derivante dalla loro sommatoria, in quota parte, le relative riduzioni percentuali per ciascuno degli scaglioni di reddito indicati nell'allegata tabella F, ferma restando la corresponsione totale del trattamento ai superstiti per gli importi derivanti dalla sommatoria del reddito diretto del beneficiario con il trattamento medesimo inferiori a cinque volte il trattamento minimo lNPS".

18-*ter*. La tabella F allegata alla legge 8 agosto 1995, n. 335, è sostituita dalla tabella F di cui all'allegato 1 annesso alla presente legge».

Allegato 1 - *Tabella F*

Tabella relativa agli importi dei trattamenti pensionistici ai superstiti e redditi del beneficiario

Pensione di reversibilità/indiretta + ReddIto diretto = importo inferiore a 5	Trattamento ai superstiti corrisposto

volte il trattamento minimo annuo del fondo pensioni lavoratori dipendenti, calcolato in misura pari a 13 volte l'importo in vigore al 1º gennaio	misura integrale
Pensione di reversibilità/indiretta + Reddito diretto = importo superiore a 5 ed inferiore a 7 volte il trattamento minimo annuo del fondo pensioni lavoratori dipendenti, calcolato in misura pari a 13 volte l'importo in vigore al 1º gennaio	Percentuale del trattamento di revers pari all'85 per cento sulla quota che nella sommatoria ad eccedere 5 volte trattamento minimo
Pensione di reversibilità/indiretta + Reddito diretto = Importo superiore a 7 volte ed inferiore a 9 volte il trattamento minimo annuo del fondo pensioni lavoratori dipendenti, calcolato in misura pari a 13 volte l'importo In vigore al 1º gennaio	Percentuale del trattamento di revers pari al 75 per cento sulla quota che nella sommatoria ad eccedere 7 volte trattamento minimo
Pensione di reversibilità/indiretta + Reddito diretto = importo superiore oltre 9 volte il trattamento minimo annuo del fondo pensioni lavoratori dipendenti, calcolato in misura pari a 13 volte l'importo in vigore al 1º gennaio	Percentuale del trattamento di revers pari al 50 per cento sulla quota che nella sommatoria ad eccedere 9 volte trattamento minimo

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117, 124, 125, 132, 139;

all'articolo 2, sopprimere il comma 207;

all'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le seguenti parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1.200 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

1.164

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 18, inserire i seguenti:

«18-*bis*. I commi 12-*sexies*, 12-*septies*, 12-*octies*, 12-*novies*, 12-*decies* e 12-*undecies* dell'articolo 12 del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 luglio 2010, n. 122, sono abrogati. Le disposizioni abrogate o modificate dai commi 12-*sexies*, 12-*octies*, 12-*novies* , 12-*decies* e 12-*undecies* del medesimo articolo 12 del decreto-legge n. 78 del 2010, convertito, con modificazion4 dalla legge n. 122 del 2010, riacquistano efficacia nel testo vigente il giorno antecedente alla data di entrata in vigore della citata legge n. 122 del 2010.

18-*ter*. L'Istituto nazionale della previdenza sociale provvede alla restituzione agli interessati delle somme versate per le finalità di cui ai commi da 12-*sexies* a 12-*undecies* dell'articolo 12 del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito, con modificazioni dalla legge 30 luglio 2010, n. 122, nel periodo dal 30 luglio 2010 alla data di entrata in vigore della presente legge».

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117, 124, 125, 132 e 139;

all'articolo 2, sopprimere il comma 207;

all'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le seguenti parole: «, Ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1.200 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

1.165

ZELLER, PALERMO, PANIZZA, LANIECE, BATTISTA, ROMANO, Fausto Guilherme LONGO

Precluso

Dopo il comma 18, inserire il seguente:

«18-*bis*. Dopo il comma 2 dell'articolo 11 del Decreto-Legge del 24 aprile 2014, n. 66 convertito, con modificazioni dalla Legge 23 giugno 2014, n. 89, è inserito il seguente:

"2-*bis*. Le disposizioni di cui al comma 2 non si applicano ai contributi previdenziali di pertinenza INPS dovuti dai Coltivatori diretti, coloni, mezzadri e impiegati agricoli nonché ai premi e contributi dovuti dai datori di lavoro agricolo per gli operai agricoli a tempo determinato e inderminato"«.

1.166

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 18, inserire il seguente:

«18-*bis*. All'articolo 24, comma 14, del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, e successive modificazioni, è aggiunta, in fine, la seguente lettera:

"*e*-quater) ai lavoratori mobilitati ordinari privi di accordi di mobilità che alla data del 4 dicembre 2011 sono stati collocati in mobilità direttamente dal curatore fallimentare della propria azienda fallita, eventualmente anche a seguito di accordi di conciliazione sulla non opposizione al licenziamento seguiti da periodi di cassa integrazione guadagni straordinaria;

e-quinquies) ai lavoratori contributori volontari, purché siano stati autorizzati alla contribuzione in data antecedente al 4 dicembre 2011 e non abbiano più lavorato in data successiva;

e-sexies) ai lavoratori in mobilità con accordo di esodo precedente al 4 dicembre 2011 e, sulla base di esso, cessati dal servizio in data successiva al 30 settembre 2012;

e-septies) ai lavoratori mobilitati edili con accordi di incentivo all'esodo sottoscritti in data antecedente al4 dicembre 2011"».

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117,124, 125, 132, 139;

all'articolo 2, sopprimere il comma 207;

all'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le seguenti parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1.200 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

1.167

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 18, inserire il seguente:

«18-*bis*. All'articolo 24, comma 18, ultimo periodo, del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, le parole: "al presente articolo" sono sostituite dalle seguenti: "al presente comma" e le parole: "ai lavoratori iscritti al Fondo speciale istituito presso l'INPS ai sensi dell'articolo 43 della legge 23 dicembre 1999, n. 488." sono sostituite dalle seguenti: "ai lavoratori operanti nelle imprese ferroviarie e nelle imprese dei gestori delle infrastrutture ferroviarie con mansioni di addetto alla condotta dei treni, addetto alla scorta treni, addetto alla manovra, traghettamento, formazione treni, ai lavoratori del settore di macchina e agli addetti del settore di coperta della categoria dei marittimi"».

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117, 124, 125, 132, 139;

all'articolo 2, sopprimere il comma 207;

all'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le seguenti parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1.200 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

1.168

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 18, inserire il seguente:

«18-*bis*. All'articolo 6, comma 2-*quater*, del decreto-legge 29 dicembre 2011, n. 216, convertito, con modificazioni, dalla legge 24 febbraio 2012, n. 14, dopo le parole: "includendo" inserire le seguenti: "i periodi di cui al capo IV, articolo 13, comma 8, della legge 27 marzo 1992, n. 257, nonché"».

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117, 124 e 125, 132;

all'articolo 2, sopprimere il comma 207;

all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le seguenti parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1.200 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

1.169

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 18, inserire il seguente:

«18-*bis*. A decorrere dall'entrata in vigore della presente legge l'articolo 24 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n.201, convertito con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n.214 è abrogato. Dalla medesima data, trovano applicazione per tutti gli aventi diritto le disposizioni in materia di requisiti di accesso e di regime delle decorrenze previgenti alla data di entrata in vigore del predetto articolo 24».

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117, 124, 125, 132 e 139;

all'articolo 2, sopprimere il comma 207;

all'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le seguenti parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1.200 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

1.170

MANDELLI, PICCOLI, BRUNI, BONFRISCO, CERONI, D'ALI', MILO

Precluso

Dopo il comma 19, inserire i seguenti:

«19-*bis*. All'articolo 11, comma 4-*bis*, del decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446 sostituire la lettera *d-bis)* con la seguente: "*d-bis)* per i soggetti di cui all'articolo 3, comma 1, lettere *b)* e *c)*, l'importo delle deduzioni indicate nelle lettere da *a)* a *d)* è aumentato, rispettivamente, di euro 7.000, di euro 5.250, di euro 3.500 e di euro 1.750".

19-*ter*. Agli effetti dei versamenti in acconto dell'imposta regionale sulle attività produttive dovuti per il periodo d'imposta in corso al.31 dicembre 2015 non si tiene conto delle disposizioni di cui al comma 19-*bis*.

conseguentemente all'articolo 1, comma 143, lettere d) *ed* e)*, le parole:* «3.272 milioni» *e* «6.272 milioni» *sono, rispettivamente, sostituite dalle seguenti:* «3. 712 milioni» *e* «6.712 milioni».

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

1.172

GALIMBERTI

Precluso

dopo il comma 19, inserire i seguenti:

«19-*bis*. All'articolo 11, comma 4-*bis*, del decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446 sostituire la lettera *d-bis)* con la seguente: "*d-bis)* per i soggetti di cui all'articolo 3, comma 1, lettere *b)* e *c)*, l'importo delle deduzioni indicate nelle lettere da *a)* a *d)* è aumentato, rispettivamente, di euro 7.000, di euro 5.250, di euro 3.500 e di euro 1.750".

19-*ter*. Agli effetti dei versamenti in acconto dell'imposta regionale sulle attività produttive dovuti per il periodo d'imposta in corso al 31 dicembre 2015 non si tiene conto delle disposizioni di cui al comma 19-*bis*.».

Conseguentemente all'articolo 1, comma 143, lettere d) *ed* e)*, le parole:* «3.272 milioni» *e* «6.272 milioni» *sono, rispettivamente, sostituite dalle seguenti:* «3.712 milioni» *e* «6.712 milioni».

1.173

GAMBARO

Precluso

Dopo il comma 19, inserire i seguenti:

«19-*bis*. All'articolo 11, comma 4-*bis*, del decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446 sostituire la lettera *d-bis)* con la seguente: "*d-bis)* per i soggetti di cui all'articolo 3, comma 1, lettere b) e *c)*, l'importo delle deduzioni indicate nelle lettere da *a)* a *d)* è aumentato, rispettivamente, di euro 7.000, di euro 5.250, di euro 3.500 e di euro 1.750".

19-*ter*. Agli effetti dei versamenti in acconto dell'imposta regionale sulle attività produttive dovuti per il periodo d'imposta in corso al31 dicembre 2015 non si tiene conto delle disposizioni di cui al comma 19-bis.».

Conseguentemente all'articolo 1, comma 143, lettere d) *ed* e)*, le parole:* «3.272 milioni» *e* «6.272 milioni» *sono, rispettivamente, sostituite dalle seguenti:* « 3. 712 milioni» *e* «6.712 milioni».

1.178

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, CROSIO

Precluso

Dopo il comma 19, inserire i seguenti:

«19-*bis*. All'articolo 11, comma "4-*bis*", del decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446 sostituire la lettera *d*-bis) con la seguente:

"*d*-bis) per i soggetti di cui all'articolo 3, comma 1, lettere *b)* e *c)*, l'importo delle deduzioni indicate nelle lettere da *a)* a *d)* è aumentato, rispettivamente, di euro 7.000, di euro 5.250, di euro 3.500 e di euro 1.750".

19-*ter*. Agli effetti dei versamenti in acconto dell'imposta regionale sulle attività produttive dovuti per il 'periodo d'imposta in corso al 31 dicembre 2015 non si tiene conto delle disposizioni di cui al comma 19-*bis*».

Conseguentemente:

All'articolo 1, sopprimere i commi 116 e 117.

All'articolo 2, sopprimere il comma 207.

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 553.818 migliaia di euro di euro a decorrere dal 2015».

1.180

BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, Eva LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Dopo il comma 19 inserire il seguente:

«19-*bis*. Al comma "4-*bis*", dell'articolo 11 del decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, la lettera *d*-bis) è sostituita dalla seguente:

d-bis) per i soggetti di cui all'articolo 3, comma 1, lettere *b)* e *c)*, l'importo delle deduzioni indicate nelle lettere da *a)* a *d)* del presente comma è aumentato, rispettivamente, di euro 9.500, di euro 12.125, di euro 14.750 e di euro 17.375»;

all'articolo 3, dopo il comma 66 inserire il seguente:

«66-*bis*. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze i regimi di esenzione, esclusione

e favore fiscale di cui all'allegato A della nota integrativa al bilancio di previsione relativa alla Tabella 1 dello Stato di previsione delle entrate prevista ai sensi dell'articolo 21, comma 11, lettera *a)*, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, che appaiono, in tutto o in parte, ingiustificati o superati alla luce delle mutate esigenze sociali o economiche ovvero che costituiscono una duplicazione, sono modificati, soppressi o ridotti, a decorrere dall'anno 2015, al fine di assicurare maggiori entrate pari a 2.000 milioni di euro. Nei casi in cui la disposizione dei primo periodo del presente comma non sia suscettibile di diretta e immediata applicazione, con uno o più decreti del Ministro dell'economia e delle finanze sono stabilite le modalità tecniche per l'attuazione del presente comma con riferimento ai singoli regimi interessati.».

1.181

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 19 è aggiunto il seguente:

«19-*bis*. Le deduzioni di cui al comma 1 non rilevano ai fini della determinazione della base imponibile IRAP ai fini dell'applicazione delle eventuali variazioni in aumento dell'aliquota adottate dalle Regioni in conformità all'articolo 16, comma 3, del decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446.».

1.183

Luigi MARINO, DI BIAGIO

Precluso

Dopo il comma 19 inserire il seguente:

«19-*bis*. All'articolo 11, comma 3-*bis*, del decreto-legge 31 agosto 2013, n, 101 convertito dalla legge 30 ottobre 2013, n. 125, le parole: "Fino al 31 dicembre 2014" sono sostituite dalle seguenti: "Fino al 31 dicembre 2015"».

1.184

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 19, aggiungere il seguente:

«19-*bis*. Entro il limite massimo di spesa di 500 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016, in via preferenziale e sperimentale, nei confronti dei soggetti sottoposti a IRAP che hanno avviato procedure di mobilità nei confronti di più di 100 lavoratori in zone territoriali in cui il tasso di disoccupazione supera la media nazionale, quali il Mezzogiorno, purché tali soggetti presentino un piano industriale che assicuri la tutela e la protezione sociale dei livelli occupazionali di riferimento precedente all'avvio di messa in mobilità dei lavoratori concordato dai Governo con le parti sociali, è altresì riconosciuto un credito di imposta pari alla maggiore IRES che i predetti soggetti sostengono in virtù delle deduzioni di cui al presente articolo. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, sentiti i Ministri dello sviluppo economico e del lavoro e delle politiche sociali, sono determinate entro tre mesi dall'entrata in vigore della presente legge, le modalità applicative del presente comma in modo tale da non comportare un peggioramento dei saldi programmatici di finanza pubblica concordati in sede europea.

Conseguentemente al comma 124, sostituire le parole: «850 milioni di euro» *con le seguenti:* «350 milioni di euro»».

1.185

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 19, aggiungere il seguente:

«19-*bis*. Entro il limite massimo di spesa di 500 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016, in via sperimentale e preferenziale, nei confronti dei soggetti sottoposti a IRAP che investono in ricerca e sviluppo ed innovazione tecnologica nei settori delle energie rinnovabili, dei risparmio energetico e dei servizi collettivi ad alto contenuto tecnologico, nonché nell'ideazione di nuovi prodotti

che realizzano un significativo miglioramento della protezione dell'ambiente per la salvaguardia dell'assetto idrogeologico e le bonifiche ambientali, è, altresì, riconosciuto un credito di imposta pari alla maggiore IRES che i predetti soggetti sostengono in virtù delle deduzioni di cui al presente articolo. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, sentiti i Ministri dello sviluppo economico e del lavoro e delle politiche sociali, sono determinate, entro tre mesi dall'entrata in vigore della presente legge, le relative modalità applicative in modo tale da non comportare un peggioramento dei saldi programmatici di finanza pubblica concordali in sede europea.

Conseguentemente, al comma 124 sostituire le parole: «850 milioni di euro» *con le seguenti:* «350 milioni di euro»».

1.186

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 19, aggiungere il seguente:

«19-*bis*. Entro il limite massimo di spesa di 150 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, in via sperimentale e preferenziale, nei confronti dei soggetti sottoposti a IRAP che investono in ricerca e sviluppo ed innovazione tecnologica nei settori delle energie rinnovabili, del rispannio energetico e dei servizi collettivi ad alto contenuto tecnologico, nonché nel l'ideazione di nuovi prodotti che realizzano un significativo miglioramento della protezione dell'ambiente per la salvaguardia dell'assetto idrogeologico e le bonifiche ambientali, è, altresì, riconosciuto un eredito di imposta pari alla maggiore IRES che i predetti soggetti sostengono in virtù delle deduzioni di cui al presente articolo. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, sentiti i Ministri dello sviluppo economico e del lavoro e delle politiche sociali, sono determinate, entro tre mesi dall'entrata in vigore della presente legge, le relative modalità applicative in modo tale da non comportare un peggioramento dei saldi programmatici di finanza pubblica concordati in sede europea».

Conseguentemente all'articolo 3, al comma 75, Tabella A allegata, voce Ministero dell'economia e delle finanze apportare le seguenti modifiche:

2015

- CP: - 150.000.000;
  CS: - 150.000.000.

2016

- CP: - 150.000.000;
  CS: - 150.000.000.

2017

- CP: - 150.000.000;
  CS: - 150.000.000.

1.187

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 19 aggiungere il seguente:

«19-*bis*. Entro il limite massimo di spesa di 150 milioni di euro per ciascuno del triennio 2015 , 2016 e 2017, in via preferenziale e sperimentale, nei confronti dei soggetti sottoposti a IRAP che hanno avviato procedure di mobilità nei confronti di più di 100 lavoratori in zone territoriali in cui il tasso di disoccupazione supera la media nazionale, quali il Mezzogiorno, purché tali soggetti presentino un piano industriale che assicuri la tutela e la protezione sociale dei livelli occupazionali di riferimento precedente all'avvio di messa in mobilità dei lavoratori concordato dal Governo con le parti sociali, è, altresì riconosciuto un credito di imposta pari alla maggiore IRES che i predetti soggetti sostengono in virtù delle deduzioni di cui al presente articolo. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, sentiti i Ministri dello sviluppo economico e del lavoro e delle ,politiche sociali, sono determinate, entro tre mesi dall'entrata in vigore della presente legge, le modalità applicative del presente comma in modo tale da non comportare un peggioramento dei saldi

programmatici di finan7.8pubblica concordati in sede europea».

Conseguentemente all'articolo 3, al comma 75, tabella A allegata voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti modifiche:

2015

- CP: - 150.000.000;
  CS: - 150.000.000.

2016

CP: - 150.000.000;
CS: - 150.000.000.

2017

- CP: - 150.000.000;
  CS: - 150.000.000.

1.188

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 19, aggiungere il seguente:

«19-*bis*. A valere sulle risorse di cui ai commi da 16 a 19, in via preferenziale e sperimentale, nei confronti dei soggetti sottoposti a IRAP che hanno avviato procedure di mobilità nei confronti dì più di 100 lavoratori in zone territoriali in cui il tasso dì disoccupazione supera la media nazionale, quali il Mezzogiorno, purché tali soggetti presentino un piano industriale che assicuri la tutela e la protezione sociale dei livelli occupazionali di riferimento precedente all'avvio di messa in mobilità dei lavoratori concordato dal Governo con le parti sociali, è, altresì, riconosciuto un credito di imposta pari alla maggiore IRES che i predetti soggetti sostengono in virtù delle deduzioni dì cui al presente articolo. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, sentiti i Ministri dello sviluppo economico e del lavoro c delle politiche sociali, sono determinate, entro tre mesi dall'entrata in vigore della presente legge, le modalità applicative del presente comma in modo tale da non comportare un peggioramento dei saldi programmatici di finanza pubblica concordati, in sede europea».

1.189

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 19, aggiungere il seguente:

«19-*bis*. A valere sulle risorse di cui dai commi da 16 a 19, in via sperimentale e preferenziale, nei confronti dei soggetti sottoposti a IRAP che investono in ricerca e sviluppo ed innovazione tecnologica nei settori delle energie rinnovabili, del risparmio energetico e dei servizi collettivi ad alto contenuto tecnologico, nonché nell'ideazione di nuovi prodotti che realizzano un significativo miglioramento della protezione dell'ambiente perla salvaguardia dell'assetto idrogeologico c te bonifiche ambientali, è, altresì, riconosciuto un credito di imposta pari alla maggiore IRES che i predetti soggetti sostengono in virtù delle deduzioni di cui al presente articolo. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, sentiti i Ministri dello sviluppo economico e del lavoro e delle politiche sociali, sono determinate, entro tre mesi dall'entrata in vigore della presente legge, le relative modalità applicative in modo tale da non comportare un peggioramento dei saldi programmatici di finanza pubblica concordati ln sede europea».

1.190

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 19, aggiungere il seguente:

«19-*bis*. A valere sulle risorse di cui ai commi da 16 a 19, in via sperimentale e preferenziale, nei confronti dei soggetti sottoposti a IRAP che investono in ricerca e sviluppo ed innovazione tecnologica nei settori delle energie rinnovabili, del risparmio energetico e dei servizi collettivi ad alto contenuto tecnologico, nonché nell'ideazione di nuovi prodotti che realizzano un significativo miglioramento

della protezione dell'ambiente per la salvaguardia dell'assetto idrogeologico e le bonifiche ambientali, può essere riconosciuto un credito di imposta pari alla maggiore IRES che i predetti soggetti sostengono in virtù delle deduzioni di cui al presente articolo. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, sentiti i Ministri dello sviluppo economico e del lavoro e delle politiche sociali, sono determinate, entro tre mesi dall'entrata in vigore della presente legge, le relative modalità applicative in modo tale da non comportare un peggioramento dei saldi programmatici di finanza pubblica concordati in sede europea».

1.191

COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI

Precluso

Dopo il comma 20, inserire il seguente:

«20-*bis*. Per le imposte dirette, indirette non versate in tutto o in parte e risultanti da dichiarazioni fiscali presentate alla data del 31.12.2012, per le quali sono stati emessi ruoli da uffici statali e affidati ai concessionari del servizio nazionale della riscossione fino al 31.12.2013, i contribuenti possono estinguere il debito corrispondente al capitale, sanzioni ed interessi, senza dover corrispondere gli interessi di mora, con il pagamento:

a) di una somma pari al 25 per cento dell'importo iscritto al ruolo e delle somme dovute al concessionario a titolo di rimborso per le spese sostenute per le procedure esecutive eventualmente effettuate dallo stesso.

b) di una somma pari al 10 per cento dell'importo iscritto al ruolo e delle somme dovute al concessionario a titolo di rimborso per le spese sostenute per le procedure esecutive eventualmente effettuate dallo stesso, purché ricorrano le seguenti condizioni:

- che il contribuente persona fisica sia proprietario su tutto il territorio nazionale di un solo immobile adibito ad abitazione principale gravata da mutuo ipotecario in corso di pagamento alla data di adesione a detto provvedimento e abbia un reddito lordo nell'ultimo periodo d'imposta ai fini fiscali inferiore a Euro 24.000.

c) di una somma pari al 6 per cento dell'importo iscritto al ruolo e delle somme dovute al concessionario a titolo di rimborso per le spese sostenute per le procedure esecutive eventualmente effettuate dallo stesso, purché ricorrano le seguenti condizioni:

- che il contribuente persona fisica non sia proprietario di immobili su tutto il territorio nazionale, abbia un reddito lordo nell'ultimo periodo d'imposta ai fini fiscali inferiore a Euro 18.000 e nell'ultimo anno un componente del proprio nucleo familiare abbia cessato l'attività lavorativa a seguito di licenziamento o attività d'impresa arti o professioni svolta in forma individuale.

Per avvalersi delle disposizioni in oggetto oltre al pagamento delle somme dovute agli sportelli dei concessionari, o con bollettino postale, è necessario sottoscrivere e spedire a mezzo posta, via pec o via fax al competente concessionario apposito modello che verrà emanato con apposito provvedimento del direttore dell'Agenzia delle Entrate».

1.192

COMAROLI, TOSATO, BELLOT, ARRIGONI

Precluso

Dopo il comma 20, aggiungere il seguente:

«20-*bis*. Dopo il comma 3 dell'articolo 4 del decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, è aggiunto il seguente:

"3-*bis*. A decorrere dall'anno 2015, per tutti gli immobili ad uso produttivo è stabilita la detraibilità in misura del 35% dalle basi imponibili dell'imposta".

1. Dopo il comma 3 dell'articolo 56 del Decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 971, è inserito il seguente:

"3 -*bis)* Gli immobili ad uso produttivo si detraggono dalla base imponibile dell'imposta in misura del 35%"».

Conseguentemente:

All'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117 e 125. All'articolo 2, sopprimere il comma 207.

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le seguenti parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1.303.078 migliaia di euro di euro a decorrere dal 2015».

1.193

COMAROLI, TOSATO, BELLOT, ARRIGONI

Precluso

Dopo il comma 20, aggiungere il seguente:

«20-*bis*. Dopo il comma 3 dell'articolo 4 del decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, è aggiunto il seguente:

"3-*bis* A decorrere dall'anno 2015, per tutti gli immobili ad uso produttivo è stabilita la detraibilità totale dalle basi imponibili dell'imposta".

1. Al comma 3 dell'articolo 56 del Decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 971, è inserita la seguente lettera:

"*b*-bis*)* gli immobili ad uso produttivo"».

Conseguentemente:

All'articolo 1; sopprimere i commi 116, 117 e 125. All'articolo 2, sopprimere il comma 207.

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1.303.078 migliaia di euro di euro a decorrere dal 20l5».

1.194

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 20, aggiungere il seguente:

«20-*bis*. All'articolo 10 del regio decreto-legge del 13 aprile 1939, n. 652, dopo il comma 1 è aggiunto il seguente:

"1-*bis*. Ai fini della determinazione della rendita catastale per gli immobili ad uso produttivo, per l'individuazione delle componenti che concorrono a formare l'investimento di natura immobiliare, è esclusa la valutazione degli impianti fissi, intesi quali macchinari ed impianti installati all'interno dell'immobile, incorporati nelle opere murarie, fissati al suolo o installati in via transitoria"».

Conseguentemente:

All'articolo 1, abrogare il comma 125.

All'articolo 3, comma 76 aggiungere, infine, le seguenti parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 553.818 milioni di euro a decorrere dal 2015».

1.197

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 20, inserire il seguente:

«20-*bis*. Ai fini del contenimento della spesa pubblica, a decorrere dall'anno 2015, la spesa annua per aspettative, distacchi e permessi sindacali nei confronti delle amministrazioni di cui agli articoli 1, comma 2 e 70, comma 4 del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165, in base ai contingenti fissati dagli accordi quadro di cui all'articolo 50 del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165, e dai contratti collettivi di cui al comma 4 dell'articolo 70 del medesimo decreto legislativo, non può essere superiore, rispettivamente, al 30 per cento per i distacchi sindacali ed al 70 per cento per i permessi sindacali di quella sostenuta nell'anno 2013».

1.199

COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI

Precluso

Dopo il comma 20, aggiungere, in fine, il seguente:

«20-*bis*. Qualora il reddito d'impresa ovvero di lavoro autonomo ecceda quello dichiarato nel periodo d'imposta precedente, l'eccedenza concorre alla formazione del reddito imponibile complessivo nella misura del cinquanta per cento. La disposizione si applica per il periodo d'imposta successivo a quello in corso al 31 dicembre 2014 e per i due successivi.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: - 100.000.000;
2016: - 100.000.000;
2017: - 100.000.000.

1.200

COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI

Precluso

Dopo il comma 20, aggiungere infine il seguente:

«20-*bis*. Qualora il reddito d'impresa ovvero di lavoro autonomo ecceda quello dichiarato nel periodo d'imposta precedente, alla parte di reddito eccedente quello dichiarato l'anno precedente è applicata una aliquota fiscale fissa pari al 15%. La disposizione si applica per il periodo d'imposta successivo a quello in corso al 31 dicembre 2014 e per i due successivi.

Conseguentemente, alla Tabella A. voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: - 150.000.000;
2016: - 150.000.000;
2017: - 150.000.000.

1.203

DE PIN, MASTRANGELI, BOCCHINO, CAMPANELLA

Precluso

Sopprimere i commi da 21 a 29.

Conseguentemente, al comma 112, sostituire le parole: « a decorrere dal 2015» *con le seguenti:*: «nel 2015 e nel 2016, 169 milioni di euro nel 2017, 190 milioni di euro nel 2018 e 250 milioni di euro a decorrere dal 2019»; *al comma 121, sostituire le parole:* «a decorrere dal 2015» *con le seguenti:* «nel 2015 e ne12016, 100 milioni di euro ne1 2017, 100 milioni di euro nel 2018 e 200 milioni di euro a, decorrere dal 2019»; *al comma 124 sostituire la parola:* «850 milioni di euro per ciascuno degli anni 20152016» *con le seguenti:* «707 milioni di euro per il 2015 e di 592 milioni di euro per il 2016».

1.204

GAMBARO

Precluso

Sopprimere i commi da 21 a 29.

Conseguentemente, al comma 112, sostituire le parole: «a decorrere dal 2015» *con le seguenti:* «nel 2015 e nel 2016, 169 milioni di euro nel 2017, 190 milioni di euro nel 2018 e 250 milioni di euro a decorrere dal 2019»; *al comma 121, sostituire le parole:* «a decorrere dal 2015» *con le seguenti:* «ne1 2015 e nel 2016, 100 milioni di euro nel 2017, 100 milioni di euro nel 2018 e 200 milioni di euro a decorrere dal 2019»; *al comma 124 sostituire la parola:* «850 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015-2016» *con le seguenti:* «707 milioni di euro per il 2015 e di 592 milioni di euro per il 2016».

1.205

CENTINAIO, COMAROLI, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, TOSATO

Precluso

Sopprimere i commi 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 29.

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere i commi 116,117 e 125.

All'articolo 2, sopprimere il comma 207.

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole:

«, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1.303.078 migliaia di euro di euro a decorrere dal 2015».

1.206

CATALFO, PUGLIA, BERTOROTTA, PAGLINI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Sopprimere i commi da 21 a 29.

1.208

FRAVEZZI, LANIECE, Fausto Guilherme LONGO, PANIZZA, PUPPATO

Precluso

Sopprimere i commi da 21 a 29.

1.209

BIGNAMI, PEPE, Maurizio ROMANI, MUSSINI

Precluso

Sopprimere i commi da 21 a 29.

1.210

MANDELLI, PICCOLI, BRUNI

Precluso

Sopprimere i commi da 21 a 29.

1.211

MANDELLI

Precluso

Sopprimere i commi da 21 a 29.

1.213

PUGLIA, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Sostituire il comma 21 con il seguente:

«21. Al decreto legislativo 5 dicembre 2002 n. 252, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 8, comma 7, la lettera *b)* è sostituita con la seguente:

«*b)* modalità tacite: nel caso in cui il lavoratore nel periodo di tempo indicato alla lettera *a)* non esprima alcuna volontà, a decorrere dal mese successivo alla scadenza dei sei mesi ivi previsti, il datore di lavoro trasferisce il TFR maturando alla forma pensionistica complementare istituita presso l'INPS»;

b) all'articolo 9, comma 1, primo periodo, le parole: «, n. 3)» sono abrogate».

Conseguentemente:

a) sopprimere i commi da 22 a 28.

E conseguentemente, ancora, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 150 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

1.214

CATALFO, PUGLIA, PAGLINI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Al comma 21, lettera a) capoverso «756-bis», apportare le seguenti modificazioni:

a) dopo le parole: «che abbiano un rapporto di lavoro», inserire le seguenti: «instauratosi successivamente all'entrata in vigore della presente legge»;

b) le parole: «è assoggettata a tassazione ordinaria», sono sostituite dalle seguenti: «è

assoggettata a tassazione separata, determinata mediante l'applicazione del medesimo regime fiscale applica bile in caso di accantonamento delle quote»;

c) le parole: «Resta in ogni caso fermo quanto previsto al comma 756.», sono sostituite dalle seguenti: «Alla predetta parte integrativa della retribuzione non si applica il contributo di cui al comma precedente.».

1.215

MANDELLI, PICCOLI, BRUNI, BONFRISCO, CERONI, D'ALI', MILO

Precluso

Al comma 21, lettera a), capoverso «756-bis», primo periodo, dopo le parole: «possono richiedere al datare di lavoro medesimo», aggiungere le seguenti: «previo accordo».

1.216

CATALFO, PUGLIA, PAGLINI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Al comma 21, lettera a), capoverso «756-bis» apportare le seguenti modificazioni:

a) al primo periodo sopprimere le parole: «compresa quella eventualmente destinata ad una forma pensionistica complementare di cui al decreto legislativo 5 dicembre 2005, n. 252»;

b) aggiungere, in fine, le seguenti parole: «Le disposizioni di cui al presente comma si applicano anche ai lavoratori che hanno aderito ad una forma di previdenza integrativa ai sensi del decreto legislativo 5 dicembre 2005, n. 252».

1.218

COMAROLI, BELLOT, BISINELLA, TOSATO

Precluso

Al comma 21, lettera a), capoverso «756-bis», sostituire il secondo periodo con il seguente:

«La predetta parte integrativa non costituisce reddito per la formazione della base imponibile, secondo quanto disposto dall'articolo 3 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, e non è imponibile ai fini previdenziali. La predetta parte integrativa è assoggettata alla tassazione separata, secondo quanto stabilito dagli articoli 17 e 19 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917. Con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze e con il Ministro del lavoro e delle politiche sociali, da emanare entro trenta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, si disciplinano le modalità di attuazione delle disposizioni di cui al presente articolo relativamente al calcolo dell'imposta applicata al trattamento di fine rapporto secondo i parametri contenuti nell'articolo 19 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917».

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117 e 125.

All'articolo 2, sopprimere il comma 207.

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole:

«, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1.303.078 migliaia di euro di euro a decorrere dal 2015».

1.219

BAROZZINO, URAS, DE PETRIS, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 21, lettera a) capoverso «756-bis», sostituire il secondo periodo con il seguente:

«La predetta parte integrativa è assoggettata al trattamento fiscale di cui agli articoli 17 e 19 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917.

All'onere derivante dalla seguente disposizione, pari a circa 1,5 miliardi per ciascuno degli anni 2015,2016,2017 e 2018, si provvede fino a completa copertura del relativo fabbisogno, dai maggiori

introiti derivanti dalla seguente disposizione:

Conseguentemente il comma 16, ed al comma 19, in fondo sopprimere le parole: «sono aggiunte le seguenti: «e 4-*octies*».

1.220

BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, MILO, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, Eva LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

All'articolo 1, comma 21, lettera a), capoverso «756-bis» secondo periodo, sostituire le parole: «è assoggettata a tassazione ordinaria, non rileva ai fini dell'applicazione delle disposizioni contenute nell'articolo 19 del testo unico delle imposte sui redditi di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, con le seguenti: è assoggettata a tassazione secondo le disposizioni contenute nell'articolo 19 del testo unico delle imposte sui redditi di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917».

Conseguentemente, all'articolo 3, dopo il comma 66, inserire il seguente:

«66-*bis*. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze i regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale di cui all'allegato A della nota integrativa al bilancio di previsione relativa alla Tabella 1 dello Stato di previsione delle entrate prevista ai sensi dell'articolo 21, comma 11, lettera *a)*, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, che appaiono, in tutto o in parte, ingiustificati o superati alla luce delle mutate esigenze sociali o economiche ovvero che costituiscono una duplicazione, sono modificati, soppressi o ridotti, a decorrere dall'anno 2015, al fine di assicurare maggiori entrate pari a 2.500 milioni di euro. Nei casi in cui la disposizione dei primo periodo del presente comma non sia suscettibile di diretta e immediata applicazione, con uno o più decreti del Ministro dell'economia e delle finanze sono stabilite le modalità tecniche per l'attuazione del presente comma con riferimento ai singoli regimi interessati».

1.223

URAS

Precluso

Al comma 21, capoverso «756-bis» secondo periodo, sostituire le parole: «a tassazione ordinaria» con le seguenti: «la specifica tassazione separata».

Conseguentem.ente sopprimere i commi da 16 a 19.

1.224

CATALFO, PUGLIA, PAGLINI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Al comma 21, lettera a), capoverso «756-bis», aggiungere, in fine, le seguenti parole: «In relazione ai periodi di paga decorrenti dal 1º marzo 2015, i lavoratori dipendenti, esclusi i lavoratori domestici e i lavoratori del settore agricolo, che abbiano un rapporto di lavoro in essere da almeno sei mesi presso il medesimo datore di lavoro, possono richiedere di revocare il consenso espresso ai sensi dell'articolo 8, comma 7, lettera b), del decreto legislativo 5 dicembre 2005, n. 252, entro i termini definiti con il decteto del Presidente del Consiglio dei ministri, che stabilisce le modalità di attuazione della presente disposizione, e di conferire l'intero importo del TFR maturando presso il proprio datore di lavoro ovvero presso il Fondo per l'erogazione del trattamento di fine rapporto denominato Fondo di Tesoreria istituito dalla legge n. 296 del 2006 presso l'INPS. Al TFR maturando si applica la disciplina dell'articolo 2120 del codice civile».

1.225

CATALFO, PUGLIA, PAGLINI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Dopo il comma 21, aggiungere il seguente:

«21-*bis.* All'articolo 11, comma 3, del decreto legislativo 5 dicembre 2005, n. 252, sopprimere le parole: "Nel computo dell'importo complessivo erogabile in capitale sono detratte le somme erogate a

titolo di anticipazione per le quali non si sia provveduto al reintegro"».

1.226

CATALFO, PUGLIA, PAGLINI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Dopo il comma 21, aggiungere il seguente:

«21-*bis.* All'articolo 11 del decreto legislativo 5 dicembre 2005, n. 252, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al comma 4, le parole: "48 mesi" sono sostituite dalle seguenti: "12 mesi" e le parole: "5 anni" sono sostituite dalle seguenti: "6 anni";

b) al comma 7, lettera *c)*, le parole: "30 per cento," sono sostituite dalle seguenti: "50 per cento"».

Conseguentemente, agli oneri derivanti dalle presenti disposizioni, stimati in 100 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, si provvede mediante corrispondente riduzione lineare degli importi di parte corrente di cui alla tabella C allegata al presente disegno di legge.

1.227

CATALFO, PUGLIA, PAGLINI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Dopo il comma 21, aggiungere il seguente:

«21-*bis.* All'articolo 11, comma 4, del decreto legislativo 5 dicembre 2005, n. 252, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) le parole: "48 mesi" sono sostituite dalle seguenti: "12 mesi";

b) le parole: "5 anni" sono sostituite dalle seguenti: "6 anni"».

Conseguentemente, agli oneri derivanti dalle presenti disposizioni, stimati in 50 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, si provvede mediante corrispondente riduzione lineare degli importi di parte corrente di cui alla tabella C allegata al presente disegno di legge.

1.228

CATALFO, PUGLIA, PAGLINI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Dopo il comma 21, aggiungere il seguente:

«21-*bis.* All'articolo 11, comma 7, lettera *c)*, del decreto legislativo 5 dicembre 2005, n. 252, le parole: "30 per cento," sono sostituite dalle seguenti: "50 per cento"».

Conseguentemente, agli oneri derivanti dalle presenti disposizioni, stimati in 50 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, si provvede mediante corrispondente riduzione lineare degli importi di parte corrente di cui alla tabella C allegata al presente disegno di legge.

1.229

CATALFO, PUGLIA, PAGLINI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Dopo il comma 21, aggiungere il seguente:

«21-*bis.* All'articolo 14 del decreto legislativo 5 dicembre 2005, n. 252, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al comma 2, lettera *a)*, dopo le parole: "trasferimento ad altra forma pensionistica" aggiungere le segueni: "o, su richiesta esplicita dello stesso lavoratore, trasferimento al sistema previdenziale pubblico";

b) al comma 6, aggiungere, in fine, il seguente periodo: "In caso di esercizio della predetta facoltà di trasferimento della posizione individuale verso il sistema previdenziale pubblico, il lavoratore ha diritto al versamento del TFR maturando con cessazione degli eventuali contributi volontari e a carico del datore di lavoro ai sensi della presente legge applicandosi la normativa di settore relativa"».

1.230

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Al comma 25 aggiungere, in fine, il seguente periodo: «Il finanziamento assistito di cui al presente comma è erogato senza alcun onere aggiuntivo da parte degli intermediari finanziari a carico dei datori di lavoro».

1.232

PUGLIA, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Dopo il comma 26, inserire i seguenti:

«26-*bis*. A decorrere dalla data di entrata in vigore della presente legge, i vitalizi conseguenti a funzioni pubbliche elettive nonché i trattamenti pensionistici a carico dell'assicurazione generale obbligatoria e delle forme sostitutive ed esclusive della medesima di importo complessivo superiore a 6 volte il trattamento minimo dell'istituto nazionale della previdenza sociale (INPS) non sono cumulabili con i redditi da lavoro autonomo, dipendente, o libero professionale.

26-*ter*. Qualora l'importo totale del trattamento pensionistico o vitalizio e del redditi da lavoro autonomo, dipendente o libero professionale superi la somma di cui al comma 1, la differenza è decurtata, nella misura del 50 per cento, a valere sul trattamento pensionistico o sul vitalizio.

26-*quater*. A decorrere dallo stesso termine di cui al comma 1, l'articolo 19 del decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 agosto 2008, n. 133 è abrogato».

1.233

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 29, inserire i seguenti:

«29-*bis*. All'alinea del comma 14 dell'articolo 24 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, dopo le parole: «ad applicarsi» sono inserite le seguenti: «al personale della scuola che abbia maturato i requisiti entro l'anno scolastico 2011/2012, ai sensi dell'articolo 59, comma 9, della legge 27 dicembre 1997, n. 449, e successive modificazioni.

29-*ter*. In considerazione della procedura di ricognizione delle dichiarazioni ai fini del collocamento in quiescenza del personale della scuola che abbia maturato i requisiti entro l'anno scolastico 2011/2012, attivata dal Ministero dell'istruzione; dell'università e della ricerca nel mese di ottobre 2013, il beneficio di cui al comma 1 è riconosciuto, con decorrenza dalla data dello settembre 2014, nel limite massimo di 4.000 soggetti e nei limiti dell'autorizzazione di spesa di cui al comma 4. L'INPS prende in esame le domande di pensionamento, inoltrate secondo modalità telematiche, in deroga alla normativa vigente, entro quindici giorni dalla data di entrata in vigore della legge di conversione del presente decreto, dai lavoratori di cui al comma 1 che intendono avvalersi dei requisiti di accesso e del regime delle decorrenze vigenti prima della data di entrata in vigore del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214. L'INPS provvede al monitoraggio delle domande presentate, definendo un elenco numerico delle stesse basato, ai fini di cui all'ultimo periodo del presente comma e del relativo ordine di priorità, su un criterio progressivo risultante dalla somma dell'età anagrafica e dell'anzianità contributiva vantate dai singoli richiedenti alla data del 31 dicembre 2012. Qualora dal monitoraggio risulti il raggiungimento del limite numerico delle domande di pensione determinato ai sensi del primo periodo del presente comma, l'INPS non prende in esame ulteriori domande di pensionamento finalizzate ad usufruire dei benefici previsti dalla disposizione di cui al medesimo comma 1.

29-*quater*. Per i lavoratori che accedono al beneficio di cui al comma 1, il trattamento di fine rapporto, comunque denominato, è corrisposto al momento in cui il soggetto avrebbe maturato il diritto alla corresponsione dello stesso secondo le disposizioni di cui all'articolo 24 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, e sulla base di quanto stabilito dall'articolo 1, comma 22, del decreto-legge 13 agosto 2011, n. 138, convertito, con modificazioni, dalla legge 14 settembre 20 Il, n. 148, nonché secondo le modalità previste a

legislazione vigente».

Conseguentemente:

All'articolo 1, comma 125, le parole: «187,5 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015» *sono sostituite dalle seguenti:* «152,7 milioni per l'anno 2015 e 86 milioni di euro a decorrere dal 2016».

1.234

RIZZOTTI, Mariarosaria ROSSI

Precluso

Dopo il comma 29, aggiungere il seguente:

«29-*bis*. Dopo il comma 3 dell'articolo 31 della legge 20 maggio 1970 n. 300 aggiungere il seguente:

"3-*bis*. Per poter usufruire dei benefici di cui al comma 3 l'interessato dovrà avere svolto, in modo continuativo, per almenj d anni la propria attività lavorativa"».

1.235

CATALFO, PAGLINI, PUGLIA, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Dopo il comma 29, aggiungere i seguenti:

«29-*bis*. Al fine di dare piena ed effettiva attuazione alle disposizioni di cui all'articolo 36 della Costituzione è istituito il salario minimo orario (SMO).

29-*ter*. Lo SMO non può essere inferiore all'importo definito ai sensi del presente articolo. Nessun contratto di lavoro può essere stipulato con una retribuzione inferiore allo SMO. 29-*quater*. « valore orario dello SMO per il 2015 è di 9 euro lordi. La retribuzione è calcolata sulla base del predetto importo, da applicare alle ore di lavoro mensili previste dal contratto. 29-*quinquies*. Lo SMO è incrementato al 1º gennaio di ogni anno in base alla variazione dell'indice dei prezzi al consumo per le famiglie di operai e impiegati definita dall'lstat. 29-*sexies*. Per i contratti di lavoro in essere alla data di entrata in vigore della presente legge, fatte salve le condizioni di miglior favore, lo SMO si applica al livello retributivo inferiore e si procede altresì alla riparametrazione dei livelli superiori fino ai successivi rinnovi.

29-*septies*. Le eventuali indennità ovvero i rimborsi spese spettanti al lavoratore per il lavoro distaccato non sono considerate componente dello SMO.

29-*octies*. Non possono in alcun modo confluire nella determinazione dello SMO gli emolumenti non monetari percepiti dal lavoratore.

29-*novies*. Lo SMO non può essere in alcun modo impiegato nell'interesse del datore di lavoro. È nullo ogni patto contrario.

29-*decies*. Lo SMO è impignorabile.

29-undecies. Le disposizioni relative allo SMO si applicano a tutti i lavoratori, subordinati e parasubordinati, sia nel settore privato, ivi incluso quello dell'agricoltura, sia in quello pubblico laddove si ricorra a contratti di, lavoro di cui al capo I del titolo VII del decreto legislativo 10 settembre 2003, 276. In ogni caso tali disposizioni debbono essere rispettate per tutte le categorie di lavoratori e settori produttivi 'in cui la retribuzione minima non sia fissata dalla contrattazione collettiva. I contratti collettivi non possono fissare minimi salariali inferiori allo SMO.

29-*terdecies*. Per i soggetti praticanti, presso studi professionali al fine dell'abilitazione all'esercizio della professione, la retribuzione oraria non può essere inferiore a quella stabilita ai commi da 29-*ter* a 29 sexies.

29-*quaterdecies*. Il datore di lavoro che, in violazione delle disposizioni in materia di SMO di cui ai commi 29-*ter* a 29-*decies*, corrisponda al lavoratore compensi inferiori a quelli legali, è soggetto alla sanzione amministrativa da euro 5.000 ad euro 15.000.

29-*quinquiesdecies*. La pena di cui all'articolo 646 del codice penale è aumentata sino alla metà se il reato è commesso dal datore di lavoro in danno del prestato re d'opera mediante la violazione delle norme della presente legge.

29-*sexiesdecies*. All'onere derivante dall'attuazione dei commi da 29-*bis* a 29-*quinquiesdecies*, valutato in 2.300 milioni di euro per l'anno 2015 e in 2.600 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016, si provvede ai sensi del comma 29-*septiesdecies*.

29-*septiesdecies*. I regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale, di cui all'allegato C-*bis* al decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, sono ridotti, con l'esclusione delle disposizioni a tutela dei redditi di lavoro dipendente e autonomo, dei redditi di pensione, della famiglia, della salute, delle persone economicamente o socialmente svantaggiate, del patrimonio artistico e culturale, della ricerca e dell'ambiente, in misura tale da determinare risparmi per una somma complessiva non inferiore, a 2.300 milioni di euro per l'anno 2015 e a 2.600 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016. Con uno o più regolamenti del Ministro dell'economia e delle finanze, da emanare ai sensi dell'articolo 17, comma 3, della legge 23 agosto 1988, n. 400, sono stabilite le modalità'tecniche per l'attuazione del presente comma con riferimento ai singoli regimi interessati.

29-*octiesdecies*. A decorrere dall'anno 2015, le maggiori entrate derivanti dall'attuazione delle disposizioni di cui al comma 29-*septiesdecies*, accertate annualmente con decreto del Ministero dell'economia e delle finanze, sono riassegnate al fondo di cui all'articolo 1, co'mma 235, della legge 24 dicembre 2012, n. 228, per essere destinate alle finalità di cui al presente articolo.

29-*noviesdecies*. Qualora, in ragione delle deroghe introdotte al sistema previdenziale di cui all'articolo 24 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, e successive modificazioni, risulti il raggiungimento del limite delle risorse per esse stanziate dalla presente e da altre leggi, per soddisfare le ulteriori domande relative ai soggetti inclusi tra i beneficiari delle deroghe, si procede a riduzioni ulteriori dei regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale ai sensi del comma 29-*septiesdecies*».

1.238

MANDELLI, SERAFINI

Precluso

Al comma 30, capoverso «Art. 3», comma 1, dopo le parole: «di ricerca e sviluppo» aggiungere le seguenti: «nonché in spese per la comunicazione strettamente connesse alla suddetta attività di ricerca e sviluppo».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 1.000.000;
2016: - 1.000.000;
2017: - 1.000.000.

1.239

BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, Eva LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, MILO, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Al comma 30, capoverso «Art. 3, comma 1» dopo le parole: «di ricerca e sviluppo» aggiungere le seguenti: «nonché in spese per la comunicazione strettamente connesse alla suddetta attività di ricerca e sviluppo,».

1.240

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Al comma 30, capoverso «Art. 3, comma 1» sopprimere dalla parole: «a decorrere dal periodo di imposta» fino a: «dicembre 2019» e sostituire la parola: «25» con la seguente: «15».

Conseguentemente:

All'articolo 1, sopprimere i commi 117 e 125. All'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di conto corrente,

relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 500 milioni di euro per ciascuno a decorrere dal 2015.

1.241

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Al comma 30, capoverso «Art. 3, comma 1», sopprimere dalle parole: «a decorrere dal periodo di imposta» fino a: «dicembre 2019».

Conseguentemente:

All'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117, 125 e 139.

All'articolo 2, sopprimere il comma 207.

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di conto corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 500 milioni di euro per ciascuno a decorrere dal 2015».

1.242

CASTALDI, GIROTTO, BULGARELLI, CIOFFI, CATALFO

Precluso

Al comma 30, capoverso «Art. 3», apportare le seguenti modificazioni:

a) al comma 1, sostituire le parole: «misura del 25 per cento» con le seguenti: «misura del 50 per cento»;

b) sopprimere il comma 7.

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 350 milioni di euro a decorrere dal 2015».

1.243

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA

Precluso

Al comma 30, capoverso «Art. 3», apportare le seguenti modifiche:

«*a)* al comma 1, sostituire le parole: "25 per cento" con le seguenti: "50 per cento";

b) al comma 7, sostituire le parole: "50 per cento" con le seguenti: "75 per cento"».

Conseguentemente, al comma 112, sostituire, le parole: «250 milioni di euro» con le seguenti: «150 milioni di euro e al comma 121 del medesimo articolo 1», sostituire le parole: «200 milioni di euro» con le seguenti: «100 milioni di euro».

1.245

LEZZI

Precluso

Al comma 30, al capoverso «Art.3», al comma 1, dopo le parole: «25 per cento delle spese sostenute» sopprimere le parole: «in eccedenza rispetto alla media dei medesimi investimenti realizzati nei tre periodi di imposta precedenti a quello in corso al 31 dicembre 2015.» e conseguentemente, al medesimo capoverso Art. 3, sopprimere il comma 2.

Conseguentemente, al medesimo articolo, l, apportare le seguenti modificazioni.

a) Sopprimere il comma 105;

b) al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni» con le seguenti: «70 milioni»;

c) al comma 116, sostituire le parole: «100 milioni» con le seguenti: «50 milioni»;

d) al comma 121, sostituire le parole: «200 milioni» con le seguenti: «80 milioni».

1.248

BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, MILO, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, Eva LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Al comma 30, capoverso «Art. 3», comma 1, aggiungere infine il seguente periodo: «Alle imprese che operano nelle regioni Campania, Calabria, Puglia, Basilicata e Sicilia è attribuito un credito di imposta pari ai 50 per cento delle spese sostenute in eccedenza rispetto alla media dei medesimi investimenti realizzati nei tre periodi di imposta precedenti a quello in corso al 31 dicembre 2015.».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 300 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016, 2017.».

1.249

MANDELLI, SERAFINI

Precluso

Al comma 30, capoverso «Art. 3», comma 2, dopo le parole: «di ricerca e sviluppo» aggiungere le seguenti: «nonché in spese per la comunicazione strettamente connesse alla suddetta attività di ricerca e sviluppo,».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 1.000.000;
2016: - 1.000.000;
2017: - 1.000.000.

1.250

DONNO, GAETTI, FATTORI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Al comma 30, capoverso «Art. 3», dopo il comma 2, aggiungere i seguenti:

«2-*bis*. A decorrere dall'anno 2015 è concesso un credito di imposta nella misura del 40 per cento delle spese per gli acquisti sostenuti, e comunque non superiore a 5.000 euro, per l'acquisto da parte delle imprese agricole di prodotti fitosanitari ammessi in agricoltura biologica, di cui all'articolo 5, Reg. (CE) 5 settembre 2008 il. 889/2008, della Commissione recante modalità. di applicazione del Regolamento (CE) il. 834/2007 del Consiglio relativo alla produzione biologica e all'etichettatura dei prodotti biologici, per quanto riguarda la produzione biologica, l'etichettatura e i controlli.

2-*ter*. Il credito d'imposta di cui al comma 2-*bis* è utilizzabile esclusivamente in compensazione ai sensi dell'articolo 17 del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, e successive modificazioni.

2-*quater*. Ai fini dell'attuazione delle disposizioni di cui al comma 2-*bis*, è autorizzata la spesa di 3 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015.

2-*quinquies*. Per la verifica della corretta fruizione del credito d'imposta di cui al comma 2-*bis*, il Ministero delle politiche agricole, alimentari e forestali e l'Agenzia delle entrate effettuano controlli nei rispettivi ambiti di competenza secondo le modalità individuate dal decreto di cui al comma 2-*sexies*.

2-*sexies*. Con decreto del Ministro delle politiche agricole alimentari e forestali, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, sono adottate le disposizioni applicative necessarie del comma 2-*bis* e 2-*ter*, ivi comprese le modalità di verifica e controllo delle spese sostenute e della coerenza delle stesse con le previsioni di cui ai precedenti commi 2-*bis* e 2-*ter*, nonché le cause di decadenza e revoca del beneficio e le modalità di restituzione dell'importo di cui l'impresa ha fluito indebitamente.

2-*septies*. Il Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali effettua gli adempimenti conseguenti ai regolamenti dell'Unione europea in materia di aiuti compatibili con il mercato interno.»

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 3.000.000;
2016: - 3.000.000;
2017: - 3.000.000.

1.252

BERTOROTTA, MOLINARI, VACCIANO, BOTTICI, MANGILI, BULGARELLI

Precluso

Al comma 30, al capoverso «Art. 3» (Credito d'imposta per attività di ricerca e sviluppo), comma 3, sostituire le parole: «5 milioni» con le seguenti: «1 milione», nonché, sostituire le parole: «30.000» con le seguenti: «15.000».

1.253

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 30, capoverso «Art. 3», comma 3, aggiungere infine i seguenti periodi: «Sono destinatari del credito di imposta di cui al presente articolo anche i consorzi e le reti di impresa che effettuano le attività di ricerca, sviluppo e innovazione. In questi casi, l'agevolazione è ripartita secondo criteri proporzionali, che tengono conto della partecipazione di ciascuna impresa alle spese stesse».

Conseguentemente, al comma 112, dell'articolo 1 sostituire, le parole: 250 milioni di euro con le seguenti: 150 milioni di euro e al comma 121 del medesimo articolo 1 sostituire le parole: 200 milioni di euro con le seguenti: 100 milioni di euro.

1.254

MANDELLI, SERAFINI

Precluso

Al comma 30, capoverso «Art. 3», dopo il comma 4 aggiungere il seguente:

«4-*bis*. A valere sulle risorse di cui al presente articolo, sono ammissibili al credito di imposta le attività di comunicazione relative alle attività di ricerca e sviluppo di cui al comma 4, lettere *a), b), c)* e *d)*, nonché le attività di comunicazione relative ai prodotti, processi o servizi messi a punto, modificati o migliorati a seguito delle attività di cui al comma 4, lettere *b)* e *c)*».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 5.000.000;
2016: - 5.000.000;
2017: - 5.000.000.

1.255

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 30, capoverso «Art. 3», comma 5, aggiungere, in fine, le seguenti parole: «ad esclusione dello attività che si concretizzino nella creazione di nuovi brevetti».

1.256

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 30, capoverso «Art. 3», comma 5, aggiungere, in fine, il seguente periodo: «Ai fini dell'applicazione del credito di imposta di cui al presente articolo non si considerano attività di ricerca e sviluppo le attività svolte nell'ambito dell'industria militare».

1.259

DONNO, GAETTI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Al comma 30, capoverso «Art. 3», comma 6, lettera d), aggiungere, in fine, le seguenti parole: «e/o prendendo in considerazione l'utilizzo della permacultura.».

1.260

MANDELLI, SERAFINI

Precluso

Al comma 30, capoverso «Art. 3», dopo il comma 7, aggiungere il seguente:

«7-*bis*. Ai fini della determinazione del credito d'imposta per le attività di cui al comma 4-*bis*,

sono ammissibili nei limiti di copertura finanziaria di cui al presente articolo, le spese relative all'acquisto di spazi su mezzi audiovisivi, radiofonici e altri mezzi di comunicazione di massa di imprese iscritte al registro degli operatori di comunicazione di cui all'articolo 1, comma 6, lettera *a)* numero 5 legge 31 luglio 1997, n. 249, nonché all'acquisto di spazi di pubblicità esterna, pubbliche affissioni e su circuiti cinematografici».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: - 5.000.000;
2016: - 5.000.000;
2017: - 5.000.000.

1.261

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 30, capoverso «Art. 3», dopo il comma 9, aggiungere il seguente:

«9-*bis*. Per fruire del contributo le imprese possono presentare un'istanza telematica mediante modalità tecniche predisposte dal Ministero dello sviluppo».

1.262

BERTOROTTA, MOLINARI, VACCIANO, MANGILI, BULGARELLI

Precluso

All'articolo 1, al comma 30, capoverso «Art. 3», sopprimere i commi 11 e 12.

1.263

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 30, capoverso «Art. 3», comma 13, aggiungere in fine, il seguente periodo: «Ove sussistano soggetti beneficiari della normativa che cessa alla data del 31 dicembre 2014, le relative posizioni giuridiche soggettive sono tenute in considerazione al fine di poter costituire criterio preferenziale nel decreto previsto dal successivo comma 14».

1.265

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 30, capoverso «Art. 3», dopo il comma 15, aggiungere il seguente:

«15-*bis*. Le disposizioni di cui al presente articolo non trovano applicazione in favore delle imprese italiane od estere operanti nel territorio nazionale che abbiano delocalizzato la propria produzione a uno Stato, anche appartenente all'Unione europea, con conseguente riduzione o messa in mobilità del personale».

1.266

CASTALDI, GIROTTO, BULGARELLI, CIOFFI, CATALFO

Precluso

Dopo il comma 30, inserire i seguenti:

«30-*bis*. Ai fini della promozione dell'occupazione nel settore della *green economy* e della ricerca tecnologica nel settore delle *smart cities*, a decorrere dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono concessi finanziamenti a tasso agevolato a soggetti privati che operano nei seguenti settori:

a) protezione del territorio e prevenzione del rischio idrogeologico e sismico;

b) incremento dell'efficienza negli usi finali dell'energia nei settori civile, industriale e terziario, compresi gli interventi di *social housing*;

c) processi di produzione o valorizzazione di prodotti, processi produttivi od organizzativi o servizi che, rispetto alle alternative disponibili, comportino una riduzione dell'inquinamento e dell'uso delle risorse nell'arco dell'intero ciclo di vita;

d) pianificazione di interventi nell'ambito della gestione energetica, attraverso lo sviluppo di soluzioni *hardware* e *software* che aiutino ad ottimizzare i consumi, e della domotica;

e) sviluppo di soluzioni per la gestione del ciclo dei rifiuti, con particolare riferimento ai modelli di raccolta, trattamento e recupero, e per la gestione idrica, attraverso la progettazione di strumenti che garantiscono un monito raggio più attento della rete;

f) progettazione di nuovi sistemi di mobilità ecologici e sostenibili, anche attraverso la definizione di processi che possano ottimizzare la logistica dell'ultimo miglio e le attività di trasporto proprie delle compagnie private in aree urbane, tenendo in considerazione il traffico generato, la congestione, l'inquinamento e il dispendio energetico.

30-*ter*. Per accedere ai finanziamenti di cui al comma 30-*bis*, i progetti di investimento presentati dalle imprese ricadenti nei settori di cui al comma precedente devono prevedere occupazione aggiuntiva a tempo indeterminato di giovani con età non superiore a 35 anni alla data di assunzione. Nel caso di assunzioni superiori a tre unità, almeno un terzo dei posti è riservato a giovani laureati con età non superiore a 28 anni. Per singola impresa richiedente, le nuove assunzioni devono essere aggiunti ve rispetto alla media totale degli ultimi 12 mesi.

30-*quater*. Le modalità di presentazione delle domande e le modalità di erogazione dei finanziamenti sono disciplinate nei modi previsti dall'articolo 2, lettera *s)*, del decreto 25 novembre 2008, prevedendo procedure semplificate e informatizzate di accesso al beneficio.

30-*quinquies*. I finanziamenti a tasso agevolato, concessi nei settori di cui al comma 30-*bis*, hanno durata non superiore a settantadue mesi».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le seguenti parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 300 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016, 2017».

1.269

COMAROLI, TOSATO

Precluso

L'allegato n. 3 dell'articolo 1, comma 31 è sostituito con il seguente:

«Credito di imposta per attività di ricerca e sviluppo

ALLEGATO 3

(articolo 1, comma 31)

«ALLEGATO 1

(articolo 3, comma 6, lettera *a)*

- LM01 Antropologia Culturale ed Etnologia
- LM02 Archeologia
- LM03 Architettura del Paesaggio
- LM04 Architettura e Ingegneria Edile-Architettura
- LM05 Archivistica e Biblioteconomia
- LM06 Biologia
- LM07 Biotecnologie Agrarie
- LM08 Biotecnologie Industriali
- LM09 Biotecnologie Mediche, Veterinarie e Farmaceutiche
- LM10 Conservazione dei Beni Architettonici e Ambientati
- LM11 Conservazione e Restauro dei Beni Culturali
- LM12 Design
- LM13 Farmacia e Farmacia Industriale
- LM14 Filologia Moderna
- LM15 Filologia, Letterature e Storia dell'Antichità
- LM16 Finanza
- LM17 Fisica
- LM18 Informatica
- LM19 Informazione e Sistemi Editoriali

- LM20 Ingegneria Aerospaziale e Astronautica
- LM21 IngegneriaBiomedica
- LM22 Ingegneria Chimica
- LM23 Ingegneria Civile
- LM24 Ingegneria dei Sistemi Edilizi
- LM25 Ingegneria dell'Automazione
- LM26 Ingegneria della Sicurezza
- LM27 Ingegneria delle Telecomunicazioni
- LM28 Ingegneria Elettrica
- LM29 Ingegneria Elettronica
- LM30 Ingegneria Energetica e Nucleare
- LM31 Ingegneria Gestionale
- LM32 Ingegneria Informatica
- LM33 Ingegneria Meccanica
- LM34 Ingegneria Navale
- LM35 Ingegneria per l'Ambiet:lte e il Territorio
- LM36 Lingue e Letterature dell'Africa e dell'Asia
- LM37 Lingue e Letterature Moderne Europee e Americane
- LM38 Lingue Moderne per la Comunicazione e la Cooperazione Internazionale
- LM39 Linguistica
- LM40 Matematica
- LM41 Medicina e Chirurgia
- LM42 Medicina Veterinaria
- LM43 Metodologie Informatiche per le Discipline Umanistiche
- LM44 Modellistica Matematico-Fisica per l'Ingegneria
- LM45 Musicologia e Beni Culturali
- LM46 Odontoiatria e Protesi Dentaria
- LM47 Organizzazione e Gestione dei Servizi per lo Sport e le Attività Motorie
- LM48 Pianificazione Territoriale Urbanistica e Ambientale
- LM49 Progettazione e Gestione dei Sistemi Turistici
- LM50 Programmazione e Gestione dei Servizi Educativi
- LM5l Psicologia
- LM52 Relazioni Internazionali
- LM53 Scienza e Ingegneria'dei Materiali
- LM54 Scienze Chimiche
- LM55 Scienze Cognitive
- LM56 Scienze dell'Economia
- LM57 Scienze dell'Educazione degli Adulti e della Formazione Continua
- LM58 Scienze dell'Universo
- LM59 Scienze della Comunicazione Pubblica, d'Impresa e Pubblicità
- LM60 Scienze della Natura
- LM61 Scienze della Nutrizione Umana
- LM62 Scienze della Politica.
- LM63 Scienze delle Pubbliche Amministrazioni
- LM64 Scienze delle Religioni
- LM65 Scienze dello Spettacolo e Produzione Multimediale
- LM66 Sicurezza Informatica
- LM67 Scienze e Tecniche delle Attività Motorie Preventive e Adattate
- LM68 Scienze e Tecniche dello Sport
- LM69 Scienze e Tecnologie Agrarie

- LM70 Scienze e Tecnologie Alimentari
- LM71 Scienze e Tecnologie della Chimica Industriale
- LM72 Scienze e Tecnologie della Navigazione (801M)
- LM73 Scienze e Tecnologie Forestali ed Ambientali
- LM74 Scienze e Tecnologie Geologiche
- LM75 Scienze e Tecnologie per l'Ambiente e il Territorio
- LM76 Scienze Economiche per l'Ambiente e la Cultura
- LM77 Scienze Economico-Aziendali
- LM78 Scienze Filosofiche
- LM79 Scienze Geofisiche
- LM80 Scienze Geografiche
- LM8l Scienze per la Cooperazione allo Sviluppo
- LM82 Scienze Statistiche
- LM83 Scienze Statistiche Attuariali e Finanziarie
- LM84 Scienze Storiche
- LM85 Scienze Pedagogiche
- LM86 Scienze Zootecniche e Tecnologie Animali
- LM87 Servizio Sociale e Politiche Sociali
- LM88 Sociologia e Ricerca Sociale
- LM89 Storia dell'Arte
- LM90 Studi Europei
- LM91 Tecniche e Metodi per la Società dell'Informazione
- LM92 Teorie della Comunicazione
- LM93 Teorie e Metodologie dell'*E-Leaming* e della *Media Education*
- LM94 Traduzione Specialistica e Interpretariato"»

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117 e 125;

all'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di conto corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 500 milioni di euro per ciascuno a decorrere dal 2015».

1.271

DI BIAGIO, Luigi MARINO

Precluso

Dopo il comma 31, aggiungere il seguente:

«31-*bis*. Al comma 1 dell'articolo 18 del decreto legge 24 giugno 2014, n. 91, convertito in legge, con modificazioni, dalla legge 11 agosto 2014, n. 116, sostituire le parole: "fino al 30 giugno 2015" con le seguenti: "fino al 31 dicembre 2015"».

Conseguentemente, l'articolo 34 del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1973, n. 633 è abrogato a decorrere dalle operazioni di cessione effettuate a partire dal 1º gennaio 2017. Relativamente ai passaggi dei prodotti di cui ai commi 7 e 8 dell'abrogando articolo 34 del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1973, n. 633, le disposizioni dello stesso articolo continuano ad applicarsi alle cessioni dei prodotti conferiti fino al31 dicembre 2016, ancorché effettuate successivamente a tale data.

1.275

BERTOROTTA, MOLINARI, VACCIANO, BOTTICI, MANGILI, BULGARELLI

Precluso

Sopprimere il comma 33.

1.276

D'ALI'

Precluso

Dopo il comma 36, aggiungere i seguenti:

«36-*bis*. In deroga a quanto previsto dall'articolo 3 del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90, convertito, con modificazioni, dalla legge Il agosto 2014, n. 114, per il triennio 2015-2017, le amministrazioni di cui all'articolo 1, comma 523, della legge 27 dicembre 2006, n. 296, ad eccezione dei Corpi di polizia e del Corpo nazionale dei vigili del fuoco, non possono procedere ad assunzione di personale di alcun tipo.

36-*ter*. Entro il 30 marzo del 2015, il Governo provvede alla soppressione di enti intermedi, ivi compresi gli IACP, per un risparmio sulla spesa pubblica non inferiore a 250 milioni, e definisce le procedure di mobilità del personale dei medesimi enti verso le amministrazioni di cui al comma 36-*bis* , per la ricostituzione dei loro organici in deroga alla normativa sul blocco delle assunzioni. Entro la medesima data, pubblica altresì l'elenco del patrimonio immobiliare degli enti soppressi con le specifiche di cui al comma 36-*quater*.

36-*quater*. Il patrimonio immobiliare indisponibile degli enti da sopprimere è assegnato ai Comuni nei quali lo stesso è ubicato. Il patrimonio disponibile è messo a disposizione delle normative di riduzione del debito pubblico.

36-*quinquies*. I risparmi derivanti dal comma 36-ter sono destinati ad incrementare il Fondo per le fusioni dei comuni».

1.277

BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, Eva LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Dopo il comma 40, inserire i seguenti:

«40-*bis*. All'articolo 28-*quinquies* del decreto del Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, n. 602, dopo il comma 2 è inserito il seguente: "2-*bis*. La compensazione di cui al comma 1 del presente articolo si applica, su richiesta del creditore, con riferimento a tutti i crediti non prescritti, certi, liquidi ed esigibili maturati nei confronti dello Stato, degli enti pubblici nazionali, delle regioni, degli enti locali e degli enti del Servizio sanitario nazionale per somministrazioni, forniture e appalti, a tutte le somme dovute dalla medesima data a titolo di tributi e imposte, con l'utilizzo del sistema previsto dall'articolo 17, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, ed esclusivamente attraverso i servizi telematici messi a disposizione dall'Agenzia delle entrate. Si applicano, in quanto compatibili, le previsioni del predetto comma 1".

40-*ter*. Il decreto del Ministro dell'economia e delle finanze di cui al comma 2 dell'articolo 28-*quinquies* del decreto dei Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, n. 602, è emanato entro il 15 gennaio 2015.»,

Conseguentemente, all'articolo 3, dopa il camma 66, inserire il seguente:

«66-*bis*. Con decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri, da emanare entro il 30 settembre 2015, su proposta del Ministro dell'economia e delle finanze, previa deliberazione del Consiglio dei Ministri e previo parere delle Commissioni parlamentari competenti per i profili finanziari, è disposta una riduzione delle dotazioni finanziarie, iscritte a legislazione vigente nell'ambito delle spese rimodulabili di cui all'articolo 21, comma 5, lettera *b)*, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, delle missioni di spesa di ciascun Ministero, tale da assicurare minori spese in termini di indebitamente netto pari a 1.300 milioni di euro a decorrere dal 2015. Le misure di cui al periodo precedente non sono adottate o sono adottate per importi inferiori a quelli indicati ove, entro la data ivi indicata, siano approvati provvedimenti normativi che assicurino, in tutto o in parte, i predetti importi attraverso interventi di razionalizzazione e revisione della spesa pubblica,».

1.278

COMAROLI, TOSATO

Precluso

All'articolo 1 dopo il comma 40 aggiungere i seguenti:

40-*bis*. Al fine di armonizzare il riordino complessivo della tassazione derivante dall'attribuzione dei saldi attivi di rivalutazione con le previsioni, di cui al comma 1 dell'articolo 47 del decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986 «Testo unico delle imposte sui redditi (TUIR»), sono abrogati:

l'ultimo periodo del comma 3 dell'articolo 24 della legge n. 576 del 1975;

il comma 3 dell'articolo 8 della legge n. 72 del 1983;

il comma 4 dell'articolo 4 della legge n. 408 del 1990;

il comma 4 dell'articolo 26 della legge n. 413 del 1991;

il comma 4 dell'articolo 13 della legge n. 342 del 2000.

40-*ter*. Il comma 6 dell'articolo 47 del decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986 (TUIR) è sostituito dal seguente: «6. In caso di aumento del capitale sociale mediante passaggio di riserve o altri fondi a capitale le azioni gratuite di nuova emissione e l'aumento gratuito del valore nominale delle azioni o quote già emesse non costituiscono utili per i soci. Tuttavia se e nella misura in cui l'aumento è avvenuto mediante passaggio a capitale di riserve o fondi diversi da quelli indicati nel comma 5, per la quota di essi non accantonata in sospensione d'imposta, la riduzione del capitale subentrante successivamente deliberata è considerata distribuzione di utili; la riduzione si imputa con precedenza alla parte dell'aumento complessivo di capitale derivante dai passaggi a capitale di riserve o fondi diversi da quelli indicati nel comma 5 e diversi da quelli accantonati in sospensione di imposta, a partire dal meno recente».

Le modifiche si applicano altresì nei casi di riduzione della riserva legale che si sia formata anche con saldi di rivalutazione monetaria.

Conseguentemente All'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 500 milioni di euro a decorrere dal 2015.

1.280

CONSIGLIO, COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI

Precluso

Dopo il comma 40, aggiungere il seguente:

«40-*bis*. Le agevolazioni di cui ai commi da 32 a 39 sono concesse alle imprese che non delocalizzano la produzione al di fuori dei Paesi membri de dello Spazio Economico Europeo e che si impegnano al mantenimento o all'incremento della forza lavoro locale, nonché all'assegnazione di lavori e all'eventuale esternalizzazione di processi produttivi ad imprese appartenenti all'indotto in cui esse operano».

1.281

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 40, aggiungere il seguente:

«40-*bis*. Sono esclusi dall'applicazione delle disposizioni di cui ai commi da 32 a 39 del presente articolo le imprese italiane ed estere operanti nel territorio nazionale che abbiano de1ocalizzato la propria produzione a uno Stato, anche appartenente all'Unione europea, con conseguente riduzione o messa in mobilità del personale».

1.282

DE PIN, MASTRANGELI, BOCCHINO, CAMPANELLA

Precluso

All'articolo 1, dopo il comma 41 inserire il seguente:

«41-bis. Al decreto del Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, n. 602, dopo l'articolo 28-quater, è aggiunto il seguente:

"Art. 28-*quinquies. - (Compensazioni di crediti verso pubbliche amministrazioni). - 1.* I crediti

non prescritti, certi, liquidi ed esigibili, per somministrazione, forniture e appalti, nei confronti delle Amministrazioni e degli enti individuati con le modalità di cui al successivo comma 2, possono essere compensati con l'utilizzo del sistema previsto dall'articolo 17, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, ed esclusivamente attraverso i servizi telematici messi a disposizione dall'Agenzia delle entrate con le somme dovute a titolo tributario, previdenziale e assistenziale. La compensazione è trasmessa immediatamente con flussi telematici dall'Agenzia delle entrate alla piattaforma elettronica per la gestione del rilascio delle certificazioni, predisposta dal Ministero dell'economia e delle finanze - Dipartimento della ragioneria generale dello Stato, con modalità idonee'a garantire l'utilizzo univoco del credito certificato. Qualora l'amministrazione debitrice non versi sulla contabilità speciale numero 1778 'Fondi di bilancio' l'importo compensato entro sessanta giorni dalla richiesta dell'Agenzia delle entrate, la struttura di gestione di cui all'articolo 22, comma 3, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, trattiene l'importo compensato mediante riduzione delle somme dovute all'amministrazione debitrice a qualsiasi titolo, a seguito della ripartizione delle somme riscosse ai sensi dell'articolo 17, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241. Nel caso in cui il recupero .non sia possibile, la suddetta struttura di gestione ne dà comunicazione al Ministeri dell'interno ed al Ministero dell'economia e delle finanze e l'importo è recuperato mediante riduzione delle somme dovute dallo Stato all'Amministrazione debitrice a qualsiasi titolo, incluse le quote dei fondi di riequilibrio o perequativi e le quote di gettito relative alla compartecipazione a tributi erariali.

2. I termini e le modalità di attuazione delle disposizioni di cui al comma 1, sono stabiliti con provvedimento del Direttore dell'Agenzia delle Entrate da emanarsi entro 30 giorni dall'entrata in vigore della presente legge"».

Conseguentemente alla Tabella A, voce «Ministero dell'economia e delle finanze», *apportare le seguenti modifiche:*

2015
- CP: - 100.000.000;
CS: - 100.000.000;

2016
- CP: - 100.000.000;
CS: - 100.000.000;

2017
- CP: - 100.000.000;
CS: - 100.000.000;

1.283
GALIMBERTI
Precluso

Dopo il comma 41 inserire il seguente:

«41-*bis*. Al decreto del Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, n. 602, dopo l'articolo 28-*quater*, è aggiunto il seguente:

"Art. 28-*quinquies*. - *(Compensazioni di crediti verso pubbliche amministrazioni). - 1.* I crediti non prescritti, certi, liquidi ed esigi bili, per somministrazione, forniture e appalti, nei confronti delle Amministrazioni e degli enti individuati con le modalità di cui al successivo comma 2, possono essere compensati con l'utilizzo del sistema previsto dall'articolo 17, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, ed esclusivamente attraverso i servizi telematici messi a disposizione dall'Agenzia delle entrate con le somme dovute a titolo tributario, previdenziale e assistenziale. la compensazione è trasmessa immediatamente con flussi telematici dall'Agenzia delle entrate alla piattaforma elettronica per la gestione del rilascio delle certificazioni, predisposta dal Ministero dell'economia e delle finanze Dipartimento della ragioneria generale dello Stato, con modalità Idonee a garantire l'utilizzo univoco del credito certificato. Qualora l'amministrazione debitrice non versi sulla contabilità speciale numero 1778 'Fondi di bilancio' l'importo compensato entro sessanta giorni dalla richiesta dell'Agenzia delle entrate, la struttura di gestione di cui all'articolo 22, comma 3, del decreto legislativo 9 luglio 1997,

n. 241, trattiene l'importo compensato mediante riduzione delle somme dovute all'amministrazione debitrice a qualsiasi titolo, a seguito della ripartizione delle somme riscosse ai sensi dell'articolo 17, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241. Nel caso in cui il recupero non sia possibile, la suddetta struttura di gestione ne dà comunicazione al Ministeri dell'interno ed al Ministero dell'economia e delle finanze e l'importo è recuperato mediante riduzione delle somme dovute dallo Stato all'Amministrazione debitrice a qualsiasi titolo, incluse le quote dei fondi di riequilibrio o perequativi e le quote di gettito relative alla compartecipazione a tributi erariali.

2. I termini e le modalità di attuazione delle disposizioni di cui al comma 1, sono stabiliti con provvedimento del Direttore dell'Agenzia delle Entrate da emanarsi entro 30 giorni dall'entrata in vigore della presente legge"».

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente del 1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

1.284

MANDELLI, PICCOLI, BRUNI

Precluso

Dopo il comma 41 inserire il seguente:

«41-*bis*. Al decreto del Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, n. 602, dopo l'articolo 28-*quater*, è aggiunto il seguente:

"Art. 28-*quinquies*. - *(Compensazioni di crediti verso pubbliche amministrazioni)*. - *1.* I crediti non prescritti, certi, liquidi ed esigibili, per somministrazione, forniture e appalti, nei confronti delle Amministrazioni e degli enti individuati con le modalità di cui al successivo comma 2, possono essere compensati con l'utilizzo del sistema previsto dall'articolo 17, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, ed esclusivamente attraverso i servizi telematici messi a disposizione dall'Agenzia delle entrate con le somme dovute a titolo tributario, previdenziale e assistenziale. La compensazione è trasmessa immediatamente con flussi telematici dall'Agenzia delle entrate alla piattaforma elettronica per la gestione del rilascio delle certificazioni, predisposta dal Ministero dell'economia e delle finanze Dipartimento della ragioneria generale dello Stato, con modalità idonee a garantire l'utilizzo univoco del credito certificato. Qualora l'amministrazione debitrice non versi sulla contabilità speciale numero 1778 'Fondi di bilancio' l'importo compensato entro sessanta giorni dalla richiesta dell'Agenzia delle entrate, la struttura di gestione di cui all'articolo 22, comma 3, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, trattiene l'importo compensato mediante riduzione delle somme dovute all'amministrazione debitrice a qualsiasi titolo, a seguito della ripartizione delle somme riscosse ai sensi dell'articolo 17, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241. Nel caso in cui il recupero non sia possibile, la suddetta struttura di gestione ne dà comunicazione al Ministeri dell'interno ed al Ministero dell'economia e delle finanze e l'importo è recuperato mediante riduzione delle somme dovute dallo Stato all'Amministrazione debitrice a qualsiasi titolo, incluse le quote dei fondi di riequilibrio o perequativi e le quote di gettito relative alla compartecipazione a tributi erariali.

2. I termini e le modalità di attuazione delle disposizioni di cui al comma 1, sono stabiliti con provvedimento del Direttore dell'Agenzia delle Entrate da emanarsi entro 30 giorni dall'entrata in vigore della presente legge"».

1.286

Luigi MARINO, DI BIAGIO

Precluso

Dopo il comma 41, inserire il seguente:

«41-*bis*. Al decreto del Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, n. 602, dopo l'articolo 28-*quater*, è aggiunto il seguente:

"Art. 28-*quinquies*. - *(Compensazioni di crediti verso pubbliche amministrazioni)*. - *1.* I crediti non prescritti, certi, liquidi ed esigibili, per somministrazione, forniture e appalti, nei confronti delle Amministrazioni e degli enti individuati con le modalità di cui al successivo comma 2, possono essere compensati con l'utilizzo del sistema previsto dall'articolo 17, del decreto legislativo 9 luglio 1997,

n. 241, ed esclusivamente attraverso i servizi telematici messi a disposizione dall'Agenzia delle entrate con le somme dovute a titolo tributario, previdenziale e assistenziale. La compensazione è trasmessa immediatamente con flussi telematici dall'Agenzia delle entrate alla piattaforma elettronica per la gestione del rilascio delle certificazioni predisposta dal Ministero dell'economia e delle finanze - Dipartimento della ragioneria generale dello Stato, con modalità idonee a garantire l'utilizzo univoco del credito certificato. Qualora l'amministrazione debitrice non versi sulla contabilità speciale numero 1778 'Fondi di bilancio' l'importo compensato entro sessanta giorni dalla richiesta dell'Agenzia delle entrate, la struttura di gestione di cui all'articolo 22, comma 3, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, trattiene l'importo compensato mediante riduzione delle somme dovute all'amministrazione debitrice a qualsiasi titolo, a seguito della ripartizione delle somme riscosse ai sensi dell'articolo 17, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241. Nel caso in cui il recupero non sia possibile, la suddetta struttura di gestione ne dà comunicazione al Ministeri dell'interno ed al Ministero dell'economia e delle finanze e l'importo è recuperato mediante riduzione delle somme dovute dallo Stato all'Amministrazione debitrice a qualsiasi titolo, incluse le quote dei fondi di riequilibrio o perequativi e le quote di gettito relative alla compartecipazione a tributi erariali.

2. I termini e le modalità di attuazione delle disposizioni di cui al comma 1, sono stabiliti con provvedimento del Direttore dell'Agenzia delle Entrate da emanarsi entro 30 giorni dall'entrata in vigore della presente legge"».

1.289

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, CROSIO

Precluso

Dopo il comma 41 inserire il seguente:

«41-*bis*. Al decreto del Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, n. 602, dopo l'articolo 28-*quater*, è aggiunto il seguente:

"Art. 28-*quinquies*. - *(Compensazioni di crediti verso pubbliche amministrazioni). - 1.* I crediti non prescritti, certi, liquidi ed esigibili, per somministrazione, forniture e appalti, nei confronti delle Amministrazione degli enti individuati con le modalità di cui al successivo comma 2, possono essere compensati con l'utilizzo del sistema previsto dall'articolo 17, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, ed esclusivamente attraverso i servizi telematici messi a disposizione dall'Agenzia delle entrate con le somme dovute a titolo tributario, previdenziale e assistenziale. La compensazione è trasmessa immediatamente con flussi telematici dall'Agenzia delle entrate alla piattaforma elettronica. per la gestione del rilascio delle certificazioni, predisposta dal Ministero dell'economia e delle finanze Dipartimento della ragioneria generale dello Stato, con modalità idonee a garantire l'utilizzo univoco del credito certificato. Qualora l'amministrazione debitrice non versi sulla contabilità speciale numero 1778 'Fondi di bilancio' l'importo compensato entro sessanta giorni dalla richiesta dell'Agenzia delle entrate, la struttura di gestione di cui all'articolo 22, comma 3, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, trattiene l'importo compensato mediante riduzione delle somme dovute all'amministrazione debitrice a qualsiasi titolo, a seguito della ripartizione delle somme riscosse ai sensi dell'articolo 17, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241. Nel caso in cui il recupero non sia possibile, la suddetta struttura di gestione ne dà comunicazione al Ministeri dell'interno ed al Ministero dell'economia e delle finanze e l'importo è recuperato mediante riduzione delle somme dovute dallo Stato all'Amministrazione debitrice a qualsiasi titolo, incluse le quote dei fondi di riequilibrio o perequativi e le quote di gettito relative alla compartecipazione a tributi erariali.

2. I termini e le modalità di attuazione delle disposizioni di cui al comma 1, sono stabiliti con provvedimento del Direttore dell'Agenzia delle entrate da emanarsi entro 30 giorni dall'entrata in vigore della proposta della presente legge"».

1.291

DE PETRIS, URAS, CASALETTO, MASTRANGELI

Precluso

Dopo il comma 41, aggiungere il seguente:

«41-*bis*. Al decreto del Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, n. 602, dopo 1'articolo 28-*quater*, è aggiunto il seguente:

"Art. 28-*quinquies*. - *(Compensazioni di crediti verso pubbliche amministrazioni)*. - *1*. I crediti non prescritti, certi, liquidi ed esigibili, per somministrazione, forniture e appalti, nei confronti delle Amministrazioni e degli enti individuati con le modalità di cui al successivo comma 2, possono essere compensati con l'utilizzo del sistema previsto dall'articolo 17, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, ed esclusivamente attraverso i servizi telematici messi a disposizione dall'Agenzia delle entrate con le somme dovute a titolo tributario, previdenziale e assistenziale. La compensazione è trasmessa immediatamente con flussi telematici dall'Agenzia delle entrate alla piattaforma elettronica per la gestione del rilascio delle certificazioni, predisposta dal Ministero dell'economia e delle finanze - Dipartimento della ragioneria generale dello Stato, con modalità idonee a garantire l'utilizzo univoco del credito certificato. Qualora l'amministrazione debitrice non versi sulla contabilità speciale numero 1778 'Fondi di bilancio' l'importo compensato entro sessanta giorni dalla richiesta dell'Agenzia delle entrate, la struttura di gestione di cui all'articolo 22, comma 3, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, trattiene l'importo compensato mediante riduzione delle somme dovute all'amministrazione debitrice a qualsiasi titolo, a seguito della ripartizione delle somme riscosse ai sensi dell'articolo 17, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n, 241. Nel caso in cui il recupero non sia possibile, la suddetta struttura di gestione ne dà comunicazione al Ministeri dell'interno ed al Ministero dell'economia e delle finanze e l'importo è recuperato mediante riduzione delle somme dovute dallo Stato all'Amministrazione debitrice a qualsiasi titolo, incluse le quote dei fondi di riequilibrio o perequativi e le quote di gettito relative alla compartecipazione a tributi erariali.

2. I termini e le modalità di attuazione delle disposizioni di cui al comma 1, sono stabiliti con provvedimento del Direttore dell'Agenzia delle entrate da emanarsi entro 30 giorni dall'entrata in vigore della presente legge"».

1.293

GAMBARO

Precluso

Dopo il comma 41, inserire il seguente:

«41-*bis*. Al decreto del Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, n. 602, dopo l'articolo 28-*quater*, è aggiunto il seguente:

«Art. 28-*quinquies*. - *(Compensazioni di crediti verso pubbliche amministrazioni)*. - *1*. I crediti non prescritti, certi, liquidi ed esigibili, per somministrazione, forniture e appalti, nei confronti delle Amministrazioni e degli enti individuati con le modalità di cui al successivo comma 2, possono essere compensati con l'utilizzo del sistema previsto dall'articolo 17, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, ed esclusivamente attraverso i servizi telematici 'messi a disposizione dall'Agenzia delle entrate con le somme dovute a titolo tributario, previdenziale e assistenziale. La compensazione è trasmessa immediatamente con flussi telematici dall'Agenzia delle entrate alla piattaforma elettronica per la gestione del rilascio delle certificazioni, predisposta dal Ministero dell'economia e delle finanze Dipartimento della ragioneria generale dello Stato, con modalità idonee a garantire l'utilizzo univoco del credito. certificato. Qualora l'amministrazione debitrice non versi sulla contabilità speciale numero 1778 'Fondi di bilancio' l'importo compensato entro sessanta giorni dalla richiesta dell'Agenzia delle entrate, la struttura di gestione di cui all'articolo 22, comma 3, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, trattiene l'importo compensato mediante riduzione delle somme dovute all'amministrazione debitrice a qualsiasi titolo, a seguito della ripartizione delle somme riscosse ai sensi dell'articolo 17, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241. Nel caso in cui il recupero non sia possibile, la suddetta struttura di gestione ne dà comunicazione al Ministeri dell'interno ed al Ministero dell'economia e delle finanze e l'importo è recuperato mediante riduzione delle norme dovute dallo Stato all'Amministrazione debitrice a qualsiasi titolo, incluse le quote dei fondi di riequilibrio o perequativi e le quote di gettito relative alla compartecipazione a tributi erariali.

2. I termini e le modalità di attuazione delle disposizioni di cui al comma 1, sono stabiliti con

provvedimento del Direttore dell'Agenzia delle Entrate da emanarsi entro 30 giorni dall'entrata in vigore della presente legge"».

1.294

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 41 aggiungere il seguente:

«41-*bis*. La società Cassa depositi e prestiti Spa è autorizzata ad assolvere ai compiti di istituzione finanziaria per lo sviluppo della "*green economy*".

41-*ter*. il Ministero dello sviluppo economico può stipulare apposita convenzione con la società Cassa depositi e prestiti Spa al fine di avvalersi della medesima e delle società da essa partecipate per l'istruttoria e la gestione dei profili finanziari delle iniziative di investimenti relativi ad operazioni ed interventi di sostegno finanziario diretto ed indiretto e dei quali deve essere garantita una redditività adeguata dei capitale investito, a favore delle imprese di piccole e medie dimensioni, nonché degli enti locali, ivi comprese le società da essi controllate e/o partecipate, per investimenti nel campo della «green economy», con particolare riferimento a quelli interessanti i territori montani e rurali italiani, e con peculiare riguardo per il sostegno agli investimenti nel campo dell'innovazione, della ricerca e dello sviluppo nei territori a cosiddetto «fallimento di mercato» al fine di ammortizzare e annullare i deficit strutturali permanenti di tali territori, perseguendo, in particolare, i seguenti obiettivi:

a) favorire la patrimonializzazione delle imprese di piccole e medie dimensioni per permettere un più facile accesso al credito e sostenere progetti di sviluppo a medio-lungo termine, comprendendo in essi anche il sostegno ad aggregazioni di imprese che mettono in comune *knowhow*, brevetti e innovazioni a beneficio dello sviluppo del territorio, nonché costituzione di *label* (brand o marchi), e-commerce e piattaforme di distribuzione/acquisto specialmente al fine di favorire una più ampia presenza sui mercati esteri;

b) incentivare il processo di aggregazione tra imprese di piccole e medie dimensioni (i) appartenenti allo stesso settore od operanti nello stesso distretto industriale; (ii) appartenenti a settori adiacenti (integrazione c.d. orizzontale); (iii) operanti a monte e a valle di un medesimo processo produttivo o di servizi (integrazione c.d. verticale), permettendo la nascita di realtà caratterizzate da una dimensione più significativa, in grado di rafforzare la propria competitività nei rispettivi settori e di indirizzarsi sempre più verso i mercati internazionali.

41-*quater*. La società Cassa depositi e prestiti Spa può destinare, nel limite massimo annuo di 500 milioni di euro, come da convenzione stipulata tra la medesima Cassa e il Ministero dell'economia e delle finanze, risorse proprie ad iniziative rispondenti alle finalità del presente articolo, anche in regime di cofinanziamento con soggetti privati e pubblici.

41-*sexies*. Con la convenzione di cui al comma 41-ter sono definite le modalità di attuazione del presente articolo».

Conseguentemente:

al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni», con le parole: «50 milioni»;

al comma 121, sostituire le parole: «200 milioni», con le parole: «50 milioni».

All'articolo 2 comma 67 sostituire le parole: «238 milioni di euro per l'anno 2015 e di 200 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016» con le seguenti« 388 milioni di euro per l'anno 2015 e di 350 milioni a decorrere dal 2016.

1.295

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 41, aggiungere il seguente:

«41-*bis*. La Cassa dei depositi e prestiti Spa è autorizzata ad istituire un apposito Fondo speciale, denominato «Fondo *venture capital* per l'industria», con una dotazione iniziale di 1 miliardo di euro annuo a valere sulle disponibilità del Fondo strategico italiano istituito nell'ambito della medesima Cassa, destinato all'integrazione di ulteriori fondi di investimento privati di venture capital tesi a dotare

di maggiore capitale di rischio i progetti imprenditoriali che hanno come oggetto lo sviluppo di nuove tecnologie ad elevato potenziale di crescita elaborati attraverso il coinvolgimento di università e centri di ricerca pubblica Tali progetti presentano le seguenti caratteristiche:

a) elevato contenuto tecnologico (high tech);

b) progetto imprenditoriale in fase precompetitiva;

c) elevato rischio connesso allo sviluppo della tecnologia in progetto;

d) incertezza. relativa alla connessione tra contenuto tecnologico e mercato;

e) periodo di rientro dell'investimento iniziale esclusivamente nel lungo periodo.

41-*ter*. Il finanziamento erogato dalla Cassa depositi e prestiti Spa, mediante il Fondo di cui al comma 41-*bis*, ad uno o più fondi di investimento privati di venture capital non deve superare l'ammontare del 50 per cento del totale del patrimonio del fondo da integrare.

41-*quater*. La durata del finanziamento di ciascun fondo di cui al comma 41-*ter*, da parte della Cassa depositi e prestiti Spa, non può essere superiore a dieci anni.

41-*quinquies*. La remunerazione riconosciuta alla Cassa depositi e prestiti Spa per il finanziamento di cui al comma 41-*ter* non può essere superiore a quella corrispondente al tasso Euribor rilevato alla data della concessione del finanziamento più 2 punti percentuali per ciascun anno di durata del finanziamento.

41-sexies; Con decreto del Ministro dello sviluppo economico da emanare, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze e del Ministro dell'istruzione, del l'università e della ricerca, entro tre mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono le modalità di attuazione dici presente articolo ed individuati i fondi di 'investimento privati di venture capital da integrare. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare le occorrenti variazioni di bilancio».

1.296

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 41, aggiungere il seguente:

«41-*bis*. In attuazione dell'articolo 9 della Costituzione, al fine di assicurare risorse stabili alla tutela del patrimonio culturale, è istituito nello stato di previsione della spesa del Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo il «Fondo per la tutela del patrimonio culturale», con una dotazione iniziale di 700 milioni euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016 e di 200 milioni di euro per l'anno 2017. A decorrere dal 2016, con la legge di stabilità il Fondo è alimentato con una quota almeno pari al tre per cento delle risorse destinate annualmente dalla medesima legge ad interventi infrastrutturali e iscritte negli stati di previsione dei Ministeri; per gli anni 2016 e 2017, la predetta quota è assegnata al Fondo nella sola parte eccedente la dotazione iniziale di cui al primo periodo del presente comma.

41-*ter*. È abrogato il comma 4 dell'articolo 60 della legge 27 dicembre 2002, n. 289.

41-*quater*. Le finalità e le relative risorse di cui ai commi 4-*bis* e 4-*ter* dell'articolo 60 della legge 27 dicembre 2002, n. 289, sono assicurate a decorrere dal 2015 a valere sulle risorse Fondo di cui al comma l del presente articolo. A decorrere dal 2017 con il medesimo Fondo si provvede anche per le finalità di cui all'articolo 7 comma 1 penultimo periodo del decreto-legge 31 maggio 2014, n. 83, convertito con modifiche dalla legge 29 luglio 2014, n. 106.

41-*quinquies*. Le risorse del Fondo sono utilizzate nell'ambito di un programma triennale che il Ministro dei beni e delle attività culturali e del turismo trasmette al CiPE, per una presa d'atto, entro sessanta giorni dall'entrata in vigore della presente legge. Il programma, da attuarsi in coerenza con i decreti legislativi n. 228 e n. 229 del 2011, individua gli interventi prioritari da realizzare, le risorse agli stessi destinate e il relativo cronoprogramma, definendo altresì le modalità di definanziamento in caso di mancata attuazione degli interventi programmati. Entro il 31 gennaio di ciascun anno viene trasmesso al CIPE: il programma aggiornato, corredato del puntuale stato di attuazione degli interventi, in termini di avanzamento fisico e finanziario.

E, di conseguenza, sopprimere il comma 121 ed al comma 124 del medesimo articolo l sostituire le parole: «850 milioni» con le parole: «50 milioni», e, dopo le parole: «alle missioni internazionali di

pace», aggiungere le parole: con esclusione delle missioni a direzione NATO, quali «Join Enterprise», «Multinational Specialized Unit (MSU)», «Active Endeavour», «ISAF Afghanistan» e ,«Ocean Shield,».

1.297

D'ALI'

Precluso

Dopo il comma 41, aggiungere il seguente:

«41-*bis*. Al fine di promuovere la digitalizzazione del turismo, degli istituti e dei luoghi di cultura, dei cinema, dei teatri e di tutti gli eventi, è consentito l'acquisto dei relativi biglietti con le modalità previste dall'articolo 8, comma 3 del decreto-legge 18 ottobre 2012, n. 179, convertito, con modificazioni, dalla legge 17 dicembre 2012, n. 221».

1.298

COMAROLI, TOSATO

Precluso

All'articolo 1 dopo il comma 41 inserire il seguente:

«41-*bis*. Al fine di realizzare una più ampia collaborazione tra centri di ricerca pubblici e privati e mondo delle imprese attraverso la garanzia di strumenti di finanziamento aggiuntivi per i progetti e le attività che determinano una stretta collaborazione tra gli organismi di ricerca e i raggruppamenti di imprese e prevedere, nelle norme regionali e nei bandi di finanziamento dei progetti di innovazione, che anche i costi relativi al titolare della azienda, nonché quelli relativi alla realizzazione dei campionari, possono essere contabilizzati tra i costi della ricerca e sviluppo ai fini normativi e fiscali.

Entro 60 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, con Decreto del Ministro dello sviluppo economico, di concerto con il ministero dell'Istruzione, Università e Ricerca, è istituito il Fondo per il brokeraggio tecnologico con la finalità di favorire l'incontro tra la domanda e l'offerta di innovazione tecnologica e per la diffusione di nuove forme di collaborazione tra gli organismi di ricerca presenti sul territorio nazionale e il mondo imprenditoriale rappresentato dalle micro e piccole imprese.

Il Fondo ha una dotazione pari a 100 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, destinato alla copertura dei costi del personale degli enti di ricerca o delle associazioni nazionali di categoria a supporto dei progetti e delle attività finalizzate al trasferimento tecnologico all'interno delle piccole e medie imprese italiane, nonché per il rilascio di *voucher* individuali per l'innovazione.

Le attività, oggetto del finanziamento del Fondo, dovranno essere dirette ai seguenti obiettivi:

a) distacco funzionale del personale degli Organismi di Ricerca presso le micro e piccole imprese per lo sviluppo di progetti per il trasferimento tecnologico;

b) promozione di attività e progetti da parte delle associazioni di rappresentanza delle imprese artigiane e delle piccole imprese con lo scopo di individuare competenze specializzate di supporto ai processi di innovazione delle micro e piccole imprese.

Il contributo a carico del suddetto Fondo è previsto nella misura del 10% per ciascuna attività progettuale svolta presso singole imprese e nella misura del 50 % per le attività progettuali svolte per conto di aggregazioni di impresa riconosciute giuridicamente e comunque costituite in forma di contratto di rete di imprese, ATI, ATS, consorzi e società consortili, distretti territoriali, GEIE».

1.303

BULGARELLI, LEZZI, MANGILI, CIOFFI, SCIBONA

Precluso

Dopo il comma 41, aggiungere il seguente:

«41-*bis*. Ai fini dell'imposta sul reddito delle persone fisiche, per le spese sostenute entro il 31 dicembre 2015 per l'acquisto degli abbonamenti ai servizi di trasporto pubblico locale, regionale e interregionale spetta una detrazione dall'imposta lorda, fino alla concorrenza del suo ammontare, nella misura del 19 per cento per un importo delle spese stesse non superiore a 250 euro. La detrazione spetta sempreché le spese stesse non siano deducibili nella determinazione dei singoli redditi che

concorrono a formare il reddito complessivo. La detrazione spetta anche se la spesa è stata sostenuta nell'interesse delle persone indicate nell'articolo 12 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917el comma 2 del medesimo articolo 12».

Conseguentemente, al medesimo articolo 1, apportare le seguenti variazioni:

a) Al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni» con le seguenti: «200 milioni»;

b) Al comma 116, sostituire le parole: «100 milioni» con le seguenti: «50 milioni»;

c) Al comma 121, sostituire le parole: «200 milioni» con le seguenti: «100 milioni».

1.304

CATALFO, PUGLIA, PAGLINI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Dopo il comma 41, aggiungere il seguente:

«41-*bis*. Ai fini de1rincentivazione di iniziative rivolte alla partecipazione dei lavoratori al capitale e agli utili delle imprese e per la diffusione dei piani di azionariato rivolti a lavoratori dipendenti, è istituito, presso il Ministero del lavoro e delle politiche sociali un apposito fondo cui sono assegnati 20 milioni euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, le cui modalità e criteri di utilizzo sono determinati con decreto del Ministro del lavoro e delle politiche sociali, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, da adottare, sentite le competenti Commissioni parlamentari, entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge. Ai maggiori oneri derivanti dalla disposizione di cui al presente comma, si provvede per l'anno 2015, a valere sulle risorse di cui all'articolo 1, comma 482, della legge 24 dicembre 2012, n. 228, per gli anni 2016 e 2017, a carico del Fondo di cui all'articolo 1, comma 7, decreto-legge 20 maggio 1993, n. 148, convertito, con modificazioni, dalla legge 19 luglio 1993, n. 236, la cui dotazione è incrementata di 40 milioni di euro».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo, le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 40 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

1.305

PUGLIA, CATALFO, PAGLINI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Dopo il comma 41, è inserito il seguente:

«41-*bis*. Al fine di sostenere il capitale sociale impiegato dai lavoratori in mobilità, che associatesi in forma cooperativa, abbiano rilevato l'azienda presso cui prestavano servizio, sono stanziati 50 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, a valere sulle risorse di cui all'articolo 1 della legge 27 febbraio 1985, n. 49».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 50 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015,2016 e 2017».

1.307

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 42, apportare le seguenti modifiche:

alla lettera *a)*, punto 1), sopprimere le parole: «al 31 dicembre 2015»;

alla lettera *a)*, punto 2), sopprimere le parole: «al 31 dicembre 2015»;

Conseguentemente, al comma 1:

al comma 112, sostituire le parole: 250 milioni, con le parole: 100 milioni;

sopprimere il comma 121.

Conseguentemente, all'articolo 3:

dopo il comma 28, aggiungere i seguenti:

«28-*bis*. Al comma 5-*bis* dell'articolo 96 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, le parole: "nei limiti del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nei limiti del 95 per cento".

28-*ter*. Al decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 6:

1) al comma 8, le parole: "nella misura del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nella misura del 95 per cento";

2) ai comma 9, le parole: "nella misura del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nella misura del 95 per cento";

b) all'articolo 7, comma 2, le parole: "nella misura dei 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nella misura del 95 per cento"».

1.308

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Al comma 42, apportare le seguenti modifiche:

a) Alla lettera *a)* n. 1), sostituire le parole 2015 con le parole: «2017»;

b) Alla lettera *a)* n. 2), sostituire le parole 2015 con le parole: «2017»;

c) Alla lettera *b)* n. 1), sostituire le parole 2015 con le parole: «2017».

1.309

GIROTTO, CASTALDI, BULGARELLI, CIOFFI, CATALFO

Precluso

Al comma 42, lettera a), numero 2), capoverso «2», dopo la lettera b) aggiungere la seguente:

«h-*bis)* per gli interventi di sostituzione delle coperture o degli involucri degli edifici contenenti amianto con impianti di generazione elettrica da fonti rinnovabili, sostenute dal 10 gennaio 2015 al 31 dicembre 2015, fino ad un valore massimo della detrazione di 30.000 euro».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 75, alla Tabella A ivi richiamata, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 20.000.000.

1.310

BONFRISCO

Precluso

Al comma 42, lettera a), numero 2, dopo la lettera b) aggiungere la seguente:

b-*bis)* per gli interventi di sostituzione delle coperture o degli involucri degli edifici contenenti amianto con impianti di generazione elettrica da fonti rinnovabili. All'onere derivante, valutato in 150 milioni di euro per ciascuno degli anni del triennio 2015-2017, si provvede mediante riduzione proporzionale pari all'1 per cento di tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata Tabella C.

1.311

FRAVEZZI, BATTISTA, LANIECE, Fausto Guilherme LONGO, PALERMO, PANIZZA, DI GIACOMO, FORNARO, CONTE

Precluso

Al comma 42, lettera a), punto 2), al capoverso: «2» aggiungere la seguente lettera:

«b-*bis)* per interventi relativi alla rimozione di manufatti di eternit o contenenti amianto, sostenute dal 1º gennaio 2015 a1 31 dicembre 2015».

Conseguentemente, ridurre di 5 milioni di euro la rubrica del MEF della allegata Tabella A.

1.312

CERONI

Precluso

Al comma 42, al punto 2), è aggiunta la seguente lettera:

«*e)* per interventi relativi alla rimozione di manufatti di eternit o contenenti amianto, sostenute dal

1º gennaio 2015 al 31 dicembre 2015».

1.314

FUCKSIA

Precluso

Al comma 42, lettera a), numero 2), aggiungere la seguente lettera:

«*c)* per tutti gli interventi mirati all'abbattimento delle barriere architettoniche su qualsiasi immobile».

1.316

GIROTTO, CASTALDI, BULGARELLI, CIOFFI, MANGILI, LEZZI, CATALFO

Precluso

Al comma 42, lettera a), numero 2), aggiungere il seguente capoverso:

«*2-bis.1.* Al fine di raggiungere l'obiettivo di efficienza energetica per il 2020, le detrazioni di cui ai commmi da 1 a 2-*bis*, si applicano nella misura del:

a) 55 per cento per le spese sostenute dal 1º gennaio 2016 al 31 dicembre 2016;

b) 50 per cento per le spese sostenute dal 1º gennaio 2017 al 31 dicembre 2017;

c) 45 per cento per le spese sostenute dal 1º gennaio 2018 al 31 dicembre 2020».

Conseguentemente,

- *al comma 10, sostituire le parole:* «1.716 milioni» *con le seguenti*: «1.816 milioni»;

- *al comma 76, aggiungere, in fine, le seguenti parole:* «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 420 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016, 2017».

1.319

DE PETRIS, STEFANO

Precluso

Al comma 42, dopo la lettera a) inserire la seguente:

a-bis*)* dopo l'articolo 14 inserire il seguente:

«Art. 14-*bis*.

1. Per le spese documentate, sostenute a partire dall'anno 2015, relative agli interventi di sostituzione delle coperture in amianto con impianti fotovoltaici, che utilizzano esclusivamente componentistica principale di provenienza europea (made in *VE)*, spetta una detrazione dall'imposta sul reddito delle società (IRES) pari al 55 per cento, fino ad un ammontare complessivo delle stesse non superiore a 100.000 euro per intervento».

Conseguentemente al comma 112 sostituire le parole: «di 250 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015» *con le seguenti* «di 247 milioni di euro nel 2015, di 232 milioni di euro nel 2016 e di 238 milioni a decorrere dall'anno 2017».

1.320

MANGILI, LEZZI, BULGARELLI

Precluso

Al comma 42, dopo la lettera a), inserire la seguente:

«*a*-bis*)* all'articolo 15 il comma 1 è sostituito con il seguente:

"1. Nelle more della definizione di misure ed mcentivi selettivi di carattere strutturale, si applicano le disposizioni inerenti le detrazioni fiscali e gli incentivi di cui agli articoli 14 e 16 per tutte le seguenti attività:

1) interventi per il miglioramento e la messa iri. sicurezza degli edifici esistenti e l'incremento del rendimento energetico;

2) interventi per la sistemazione e per il consolidamento di versanti, argini e sponde, che garantiscano la riduzione delle frana nonché per interventi di manutenzione straordinaria e ordinaria delle opere che permettano il regolare deflusso delle acque nonché favoriscano la stabilità del terreno, e in generale per tutti gli interventi che contrastano l'erosione del suolo"».

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le seguenti parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 70 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016, 2017».

1.321

CONSIGLIO, BISINELLA, COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI

Precluso

Al comma 42, lettera b), capoverso 1, e parole: «dal 26 giugno 2012 al 31 dicembre 2015», sono sostituite dalle seguenti: «a decorrere dal 26 giugno 2012».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le seguenti parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1,2 miliardi di euro a decorrere dall'anno 2015».

1.322

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 42, lettera b), punto 1), sopprimere le parole: «al 31 dicembre 2015».

Conseguentemente al comma 112:

- *sostituire le parole:* «250 milioni», *con le seguenti*: «100 milioni»;
- *sopprimere il comma 121.*

Conseguentemente all'articolo 3 dopo il comma 28, aggiungere i seguenti:

«28-*bis*. Al comma 5-*bis* dell'articolo 96 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, le parole: «nei limiti del 96 per cento» sono sostituite dalle seguenti: «nei limiti del 95 per cento.

28-*ter*. Al decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 6:

1) al comma 8; le parole: «nella misura del 96 per cento» sono sostituite dalle seguenti: «nella misura del 95 per cento»;

2) al comma 9, le parole: «nella misura del 96 per cento» sono sostituite dalle seguenti: «nella misura del 95 per cento»;

b) all'articolo 7, comma 2, le parole: «nella misura del 96 per cento» sono sostituite dalle seguenti: «nella misura del 95 per cento».

1.323

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 42, lettera b), dopo il punto 1), aggiungere il seguente:

«1-*bis*). Al comma 1-*bis*, sostituire dalle parole: "detrazione dall'imposta lorda" fino alla fine del comma, con le parole: "detrazione dall'imposta lorda nella misura del 65 per cento".

Conseguentemente al comma 112, sostituire le parole: "250 milioni", con le parole: "100 milioni" e al comma 121, sostituire le parole: "200 milioni", con le parole: "50 milioni"».

Conseguentemente all'articolo 3, dopo il comma 28, aggiungere i seguenti:

«28-*bis*. Al comma 5-*bis* dell'articolo 96 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, le parole: "nei limiti del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nei limiti del 95 per cento"».

«28-*ter*. Al decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 6:

1) al comma 8, le parole: "nella misura del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nella misura del 95 per cento";

2) al comma 9, le parole: "nella misura del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nella

misura del 95 per cento";

b) all'articolo 7, comma 2, le parole: "nella misura del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nella misura del 95 per cento"».

1.324

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 42, lettera b), dopo il punto 1), aggiungere la seguente:

«1-*bis*) al comma 1-*bis*, sostituire dalle parole: "detrazione dall'imposta lorda fino alla fine del comma", con le parole: "detrazione dall'imposta lorda nella misura del 65 per cento per le spese sostenute fino al 31 dicembre 2015"».

Conseguentemente:

al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni», con le parole: «50 milioni»; al comma 121, sostituire le parole: «200 milioni», con le parole: «50 milioni».

1.326

DIVINA, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Al comma 42, lettera b), numero 2), dopo le parole: «dicembre 2015» inserire le seguenti parole: «le parole: "10.000 euro" sono sostituite dalle seguenti: "20.000 euro"».

Conseguentemente:

all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole:

«, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 550 milioni di euro di euro a decorrere dal 2015».

1.327

CONSIGLIO, BISINELLA, COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI

Precluso

Al comma 42, lettera b), dopo il secondo capoverso, inserire il seguente:

«2-*bis*. Dopo il comma 1-*bis*, è inserito il seguente:

"1-*ter*. Per le spese sostenute per gli interventi di cui all'articolo 16-bis, comma 1, lettera l), del testo unico di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, è pari al 65 per cento senza limiti di spesa per le spese documentate, sostenute a decorrere dalla data di entrata in vigore della presente legge"».

Conseguentemente, all'articolo 3, Comma 76, aggiungere, in fine, le parole:

«, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1,2 miliardi di euro a decorrere dall'anno 2015».

1.328

CONSIGLIO, BISINELLA, COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI

Precluso

Al comma 42, lettera b), capoverso 3, le parole: «al 31 dicembre 2015», sono sostituite dalle seguenti: «a decorrere dal 31 dicembre 2014».

Conseguentemente. all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole:

«, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1,2 miliardi di euro a decorrere dall'anno 2015».

1.329

CONSIGLIO, COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI

Precluso

Al comma 42, lettera b), dopo il terzo capoverso, aggiungere il seguente:

3-*bis)* dopo il comma 2, è aggiunto il seguente:

«2-*bis*. All'articolo 3, comma 1, lettera *b)* del decreto del Presidente delle Repubblica 6 giugno 2001, n.380 è aggiunto infine il seguente periodo: "ivi compresi mobili e le parti in legno montati fissi su misura".

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole:

", ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1,2 miliardi di euro a decorrere dall'anno 2015"».

1.330

CONSIGLIO, COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI

Precluso

Al comma 42, lettera b), dopo il terzo capoverso, aggiungere il seguente: 37-bis) dopo il comma 2, è aggiunto il seguente:

«2-*bis*. Al fine di favorire il rilancio del settore legno arredo e per il riavvio delle attività nell'ambito dell'edilizia abitativa, nel decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972 n.633, alla TABELLA A Parte II, "Beni e servizi soggetti all'aliquota del 4 per cento", dopo il numero 24 è inserito il seguente: "24-*bis)* arredi forniti in sede di costruzione, anche in economia, dei fabbricati di cui all'articolo 13 della legge 2 luglio 1949, n. 408, e successive modificazioni, e delle costruzioni rurali di cui al numero 21-*bis)*.

87-*ter*. La misura si applica limitatamente agli anni 2015, 2016 e 2017 ed è subordinata all'autorizzazione della Commissione Europea ai sensi della normativa comunitaria in materia di aiuti di Stato di cui all'articolo 167, comma 2 lettera *b)* del Trattato che adotta una Costituzione per l'Europa, ratificato con la legge 7 aprile 2005, n. 57.

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole:

", ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 500 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017"».

1.331

CONSIGLIO, COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI

Precluso

Al comma 42, lettera b), dopo il terzo capoverso, aggiungere il seguente:

«2-*bis)* dopo il comma 2, è aggiunto il seguente:

"2-*bis*. All'articolo 13-*bis* del decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, al comma 1, dopo la lettera *g)* è aggiunta la seguente:

g-*bis*) le spese sostenute dal 1 gennaio 2015 e fino al 1 gennaio 2016 da coppie che hanno contratto matrimonio dal 1 gennaio 2014, per l'acquisto dei mobili destinati all'arredo della unità immobiliare adibita ad abitazione principale. Tali spese sono riconosciute nella misura massima di 2.500 euro, purché relative ad acquisti effettuati nell'anno di costituzione del nucleo familiare e nel successivo. La detrazione spetta una sola volta per nucleo familiare ed è ripartita in quote costanti nell'anno in cui sono state sostenute le spese e nei due periodi d'imposta successivi"».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole:

«, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 50 milioni di euro per l'anno 2015, 110 milioni di euro per l'anno 2016, 80 milioni di euro per ciascuno degli anni 2017 e 2018».

1.332

CONSIGLIO, COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI

Precluso

Al comma 42, lettera b), dopo il terzo capoverso, aggiungere il seguente:

«31-*bis)* dopo il comma 2, è aggiunto il seguente:

"2-*bis*. A decorrere dal 1 gennaio 2015, la percentuale di ammortamento di cui alle tabelle

annesse al decreto del Ministro delle finanze 31 dicembre 1988, attuativo dell'articolo 67 del decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, con riferimento ai mobili di ufficio è elevata dal 12 al 20 per cento, tenuto conto di quanto prescritto dall'articolo 6 del decreto legge 1 luglio 2009, n. 78, convertito con modificazioni, dalla legge 3 agosto 2009, n. 102, a condizione che le attrezzature rispondano ai criteri di certificazione UNI, individuati con decreto del Ministro della salute, di concerto con il Ministro del lavoro, da emanare entro 30 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge ai sensi dell'articolo 17, comma 3 della legge 23 agosto n. 400"».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole:

«, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 500 milioni di euro a decorrere dal 2015».

1.334

GIROTTO, CASTALDI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI, CIOFFI, CATALFO

Precluso

Dopo il comma 42, inserire i seguenti:

«42-*bis*. Al fine di favorire gli investimenti in edilizia sostenibile e in risparmio energetico, è istituito presso il Ministero per lo sviluppo economico il Fondo per l'ecoprestito, di seguito denominato "Fondo", con una dotazione iniziale di 50 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017. Il Fondo provvede ad erogare anticipazioni di durata decennale, senza pagamento di interessi a carico del beneficiario, fino ad un importo massimo di 20.000 euro, per interventi di riqualificazione energetica di cui all'articolo 14 del decreto-legge 4 giugno 2013, n. 63, convertito con modificazioni, dalla legge 3 agosto 2013, n. 90, e per interventi di ristrutturazione edilizia di cui all'articolo 16 del medesimo decreto-legge 4 giugno 2013, n. 63, convertito con modificazioni, dalla legge 3 agosto 2013, n. 90.

42-*ter*. Possono beneficiare delle anticipazioni di cui al comma 42-*bis*, con riferimento all'articolo 14 del decreto-legge 4 giugno 2013, n. 63, convertito con modificazioni, dalla legge 3 agosto 2013, n. 90, i contribuenti destinatari delle detrazioni di cui all'articolo 1, commi da 344 a 347, della legge 27 dicembre 2006, n. 296, e, con riferimento all'articolo 16 del medesimo decreto-legge, i proprietari, i conduttori o i comodatari di unità immobiliari adibite ad abitazione principale, nonché gli ex istituti autonomi per le case popolari, comunque denominati, per gli alloggi di edilizia residenziale pubblica in proprietà o in gestione degli enti medesimi, nonché gli inquilini assegnatari degli alloggi di edilizia residenziale pubblica, per interventi realizzati in base a un progetto autorizzato dall'ente proprietario o gestore, asseverato da un tecnico abilitato.

42-*quater*. Il Ministro dello sviluppo economico, di concerto con il Ministro delle infrastrutture e dei trasporti, d'intesa con la Conferenza unificata di cui all'articolo 8 del decreto legislativo 28 agosto 1997, n. 261, e successive modificazioni, con proprio decreto, provvede alla ripartizione delle risorse del Fondo tra le regioni sulla base delle domande di anticipazione presentate per interventi di ristrutturazione e di riqualificazione energetica di immobili situati nel territorio regionale. Con il medesimo decreto sono altresì stabiliti i requisiti e le condizioni per l'accesso alle anticipazioni di cui al comma 42-*bis*, nonché le modalità di rimborso dell'anticipazione stessa».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le seguenti parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 200 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

1.335

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 42, aggiungere il seguente:

«42-*bis*. Al decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972 n. 633, dopo la Tabella A, Parte n, aggiungere la seguente Parte:

"Tabella A - Parte II-*bis* - (Beni e servizi soggetti ad aliquota ridotta). - Parte II-*bis* - Beni e servizi soggetti all'aliquota del 5 per cento:

1) interventi di riqualificazione energetica degli edifici di cui ai commi da 344 a 349, articolo 1, della legge n. 296 del 2006, e successive modifiche e integrazioni;

2) interventi di ristrutturazione e di recupero del patrimonio edilizio (indicati nel comma 1 dell'articolo 16-*bis* del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917);

3) prodotti energetici risultanti da impianti di produzione di energia elettrica da fonti rinnova bili, con esclusione delle energie prodotte da fonti assimilate alle rinnovabili e dagli impianti di recupero energetico dei rifiuti».

Conseguentemente al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni», con le seguenti: «50 milioni»; sopprimere il comma 121.

Conseguentemente, all'articolo 2 comma 67, le parole: «ridotta di 238 milioni di euro a decorrere dal 2015 e di 200 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016», *sono sostituite dalle seguenti:* «ridotta di 638 milioni di euro a decorrere dal 2015 e di 600 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016».

Conseguentemente, all'articolo 3 dopo il comma 28 aggiungere i seguente:

«27-*bis*. All'articolo 19, comma 6, del decreto-legge n. 201 del 2011, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 214 del 2011, aggiungere, in fine il seguente periodo: "A decorrere dall'anno 2015 l'aliquota è stabilita nella misura del 13,5 per mille".

27-*ter*. L'aliquota dell'addizionale di cui al comma 16 dell'articolo 81 del decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito con modificazioni dalla legge 6 agosto 2008, n. 133, è aumentata di 2 punti percentuali.

27-*quater*. In deroga all'articolo 3 della legge 27 luglio 2000, n. 212, la disposizione di cui al precedente comma si applica a decorrere dal periodo d'imposta successivo a quello in corso alla data del 31 dicembre 2013.

27-*quinquies*. Al comma 5-*bis* dell'articolo 96 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, le parole: "nei limiti del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nei limiti del 95 per cento".

27-*sexies*. Al decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 6:

1) al comma 8, le parole: "nella misura del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nella misura del 94 per cento";

2) al comma 9, le parole: "nella misura del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nella misura dei 94 per cento";

b) all'articolo 7, comma 2, le parole: "nella misura del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nella misura del 94 per cento"».

1.336

BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Dopo il comma 42, aggiungere i seguenti:

«42-*bis*. Ferme restando le disposizioni più favorevoli di cui all'articolo 10 del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633, e delle tabelle ad esso allegate, è soggetta all'imposta sul valore aggiunto con l'aliquota del 4 per cento: le prestazioni aventi per oggetto interventi di recupero del patrimonio edilizio di cui all'articolo 31, primo comma, lettere *a), b), c)* e *d)*, della legge 5 agosto 1978, n. 457, realizzati su fabbricati a prevalente destinazione abitativa privata.

42-*ter*. L'applicazione delle disposizioni del comma 42-*bis* è subordinata alla previa autorizzazione della Commissione dell'Unione europea ai sensi dell'articolo 108, paragrafo 3, del Trattato sul funzionamento dell'Unione europea».

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le

variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 350 milioni di euro a decorrere dal 2015».

1.337

FUCKSIA

Precluso

Dopo il comma 42, è aggiunto il seguente:

«42-*bis.* Al decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, è inserito il seguente articolo:

"Art. 15-*bis.* - 1. I Comuni con regolamento prevedono, per un periodo non inferiore ai dieci anni, una riduzione tariffaria della TARES fino alla sua completa esenzione, in proporzione all'entità della spesa, per persone fisiche o giuridiche che certificano la realizzazione di interventi fmalizzati a:

a) abbattimento barriere architettoniche;

b) riqualificazione urbana di aree degradate;

c) riqualificazione edilizia ed architettonica;

d) riqualificazione energetica;

e) miglioramento ed adeguamento sismico.

2. Le riduzioni di cui al primo comma sono stabilite:

a) del trenta per cento fino a 10 mila euro di interventi;

b) del quaranta per cento fino a 30 mila euro di interventi;

c) esenzione del tributo se gli interventi superano i 30 mila euro"».

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 90 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

1.338

MILO, Giovanni MAURO

Precluso

Dopo il comma 42, aggiungere il seguente:

«42-*bis.* Alle cessioni di immobili abitativi poste in essere da cedenti che non siano soggetti passivi IVA a favore di società che abbiano per oggetto esclusivo o prevalente dell'attività la costruzione, il recupero e la rivendita di beni immobili, si applicano l'imposta di registro e le imposte ipotecaria e catastale in misura fissa, a condizione che nell'atto l'acquirente dichiari che intende trasferire l'immobile entro cinque anni dall'ultimazione degli interventi di recupero di cui alle lettere *o)* e *d)* dell'articolo 3, primo comma, del decreto del Presidente della Repubblica 6 giugno 2001, n. 380, con il conseguimento della certificazione energetica che attesti un miglioramento del fabbisogno di energia primaria pari almeno al 50 per cento rispetto alla situazione antecedente gli interventi di recupero.

2. Il beneficio di cui al comma 1 si applica altresì al trasferimento di case di abitazione effettuato nei confronti di imprese di costruzione a titolo di permuta per l'acquisto di fabbricati o porzioni di fabbricati oggetto degli interventi di recupero di cui al comma 1.

3. Agli acquirenti dei fabbricati, o porzioni di fabbricati, incisivamente recuperati, di cui al precedente comma spetta una detrazione dall'imposta sul reddito delle persone fisiche pari al 50 per cento delle spese sostenute per l'acquisto, da assumere entro il limite massimo di 150.000 euro. La detrazione è ripartita in dieci quote di pari importo a decorrere dall'anno in cui sono sostenute le spese».

1.339

DIVINA, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 42, inserire il seguente:

«42-*bis*. Le disposizioni dell'articolo 16 del decreto-legge 4 giugno 2013, n. 63, convertito, con modificazioni, dalla legge 3 agosto 2013, n. 90, come modificate ai densi del comma 42, si interpretano nel senso che le detrazioni ivi previste si applicano anche su edifici che per necessità, per convenienza economica o per sicurezza sismica devono essere parzialmente o totalmente demoliti e ricostruiti secondo quanto previsto ai fini della definizione degli "interventi di ristrutturazione edilizia" di cui alla lettera *d)*, del comma 1, dell'articolo 3, del decreto del Presidente della Repubblica 6 giugno 2001, n. 380».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: - 40.000.000;

2016: - 50.000.000;

2017: - 50.000.000.

1.340

PICCOLI, CERONI, AMIDEI

Precluso

Dopo il comma 42, aggiungere il seguente:

«42-*bis*. Al fine di dare continuità alle politiche di sostegno alla produzione di energia da fonti rinnovabili e così di consentire anche una efficace valorizzazione degli impianti da fonte rinnovabile per i quali è stata già presentata istanza di accèsso ai meccanismi di incentivazione ai sensi degli articoli 9 e 10 del decreto interministeriale del Ministro dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare di concerto con il Ministro delle politiche agricole alimentari e forestali del 6 luglio 2012, il GSE pubblica entro il 31 gennaio 2015 il bando relativo alla procedura di iscrizione ad un nuovo registro informatico straordinario relativo alla fonte e alla tipologia di appartenenza dell'impianto, definendo il contingente di potenza disponibile per ciascuna fonte. La durata del periodo di presentazione delle domande di accesso al registro è di 60 giorni consecutivi decorrenti dal trentesimo giorno successivo alla pubblicazione del predetto bando. Fatto salvo quanto previsto nei commi successivi del presente articolo, le graduatorie degli impianti iscritti a ciascun registro saranno formate dal GSE sulla base dei principi vigenti come normati dal decreto interministeriale del 6 luglio 2012 e saranno pubblicate sul sito del GSE entro 60 giorni dalla chiusura del termine di cui al precedente comma. Anche al fine di procedere con una razionalizzazione delle graduatorie fissate con i registri costituiti per l'anno 2014 e di dare un effettivo sostegno alle iniziative ivi comprese e di più possima implementazione, si dispone che gli impianti iscritti al registro per l'anno 2014 e, ad esito del bando del 29 marzo 2014, risultati in posizione tale da non rientrare nel contingente di potenza previsto (Tabella "C") siano ammessi mediante scorrimento alla Tabella "A" del nuovo registro straordinario per l'anno 2015, a condizione che essi siano dotati del definitivo titolo autorizzativo alla costruzione e all'esercizio dell'impianto di cui all'articolo 12 del decreto legislativo n. 387 del 2003, nonché del preventivo di connessione del gestore di rete accettato in via definitiva dal Soggetto Responsabile. Al fine di non alterare il contingente di potenza previsto per ciascuna fonte, la procedura di scorrimento di cui al precedente comma sarà attuata sino al soddisfacimento del contingente di potenza liberato mediante corrispondente declassamento nella Tabella "C" (impianti non ammessi) degli impianti di cui alla Tabella "A" del registro per l'anno 2014, i quali alla data di scadenza del termine di cui al primo comma risultino ancora privi del titolo autorizzativo di cui al comma precedente, nonché del preventivo di connessione accettato in via definitiva. Al fine di consentire al GSE di procedere con la formazione delle graduatorie del registro straordinario per l'anno 2015, tutti gli impianti di cui al presente articolo, vale a dire quelli rientranti nella Tabella "C" del registro per l'anno 2014 e quelli rientranti nella Tabella "A" del medesimo registro, se ivi iscritti senza il definitivo titolo autorizzativo richiesto con le presenti disposizioni, dovranno essere oggetto di nuova istanza di accesso ai sensi dell'articolo 9 del decreto interministeriale del 6 luglio 2012. La mancata presentazione di nuova istanza sarà ritenuta equivalente a rinuncia. Nella formazione delle graduatorie di ciascun registro straordinario per l'anno 2015 sono fatti salvi eventuali criteri di priorità fissati con il decreto

interministeriale del 6 luglio 2012, fermo restando il generale e preordinato criterio di priorità stabilito con il presente articolo in favore degli impianti già oggetto di istanza per l'anno 2014 e inseriti rispettivamente nella Tabella "A" degli impianti ammessi e nella Tabella "C" degli impianti non ammessi alle relative graduatorie. Per l'anno 2015 sono confermati i valori di incentivazione fissati con la Tabella 1.1 di cui all'Allegato 1 del decreto interministeriale del Ministro dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare di concerto con il Ministro delle politiche agricole alimentari e forestali del 6 luglio 2012».

1.341

COMAROLI, TOSATO

Precluso

All'articolo 1 dopo il comma 42 inserire il seguente:

«42-*bis*. Al decreto legislativo 102/2014 dopo il comma 1 dell'articolo 8 è inserito il seguente comma:

1-*bis*. Per i gruppi aziendali con più siti produttivi che svolgono analoga attività su almeno 3 diverse regioni, l'obbligo di cui al comma 1, s'intende ottemperato anche qualora siano state svolte diagnosi energetiche a campione con costruzione di profili di carico tipo su base regionale. Analogamente, i sistemi di gestione conformi EMAS e alle norme ISO 50001 o EN ISO 14001 possono essere realizzati sulla base dello stesso principio. Sono esclusi dagli obblighi di cui al comma l i siti di grandi aziende con consumo annuale inferiore a 1 milione di KWh».

1.342 (testo 2)

BERGER, PANIZZA, ZELLER, PALERMO, LANIECE, BATTISTA, ROMANO, Fausto Guilherme LONGO

Precluso

Dopo il comma 42 aggiungere i seguenti:

«42-*bis*. All'elenco 2 allegato all'articolo 1, comma 577 della legge 27 dicembre 2013, n. 147 sopprimere la voce "legge 22 dicembre 2008, n.-203, articolo 2, comma 12 - Credito d'imposta agevolazione sulle reti di teleriscaldamento".

42-*ter*. Con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri, su proposta del Ministro dell'economia e delle finanze, da adottare entro trenta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono rideterminate le quote percentuali di fruizione dei crediti d'imposta, al fine di mantenere invariati gli effetti positivi derivanti dalla riduzione dei restanti crediti d'imposta di cui all'elenco 2 allegato all'articolo 1, comma 577 della legge 27 dicembre 2013, n. 147, come modificato dal comma 1-*bis*».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 2.000.000;
2016: - 2.000.000;
2017: - 2.000.000.

1.349

NUGNES, MORONESE, MARTELLI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI, CATALFO

Precluso

Dopo il comma 42 aggiungere il seguente:

«42-*bis*. All'articolo 16-*bis* del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, in materia di detrazione delle spese per interventi di recupero del patrimonio edilizio e di riqualificazione energetica degli edifici, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) dopo il comma l è inserito il seguente: "1-*bis*. Per gli interventi di cui alla lettera *l)* del comma 1, eseguiti entro il 31 dicembre 2019, anche su capannoni agricoli e strutture montane, dall'imposta lorda si detrae un importo pari al 72 per cento delle spese documentate, fino a un ammontare complessivo delle spese non superiore a 96.000 euro per unità immobiliare";

b) al comma 7 sono aggiunte in fine, le seguenti parole: ", fatte eccezione per i lavori di bonifica dall'amianto, di cui al comma 1-*bis*, per quali la detrazione è ripartita in cinque quote annuali costanti e, in caso di sostituzione dei pannelli in eternit con impianti fotovoltaici, in tre quote annuali costanti"».

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 130 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016, 2017.

1.356

DI BIAGIO, Luigi MARINO

Precluso

1. All'articolo 1, dopo il comma 42, inserire il seguente:

«42-*bis*. All'articolo 10 del regio decreto-legge del 13 aprile 1939, n.652, dopo il comma 1 è aggiunto il seguente:

"1-*bis*. Ai fini alla determinazione della rendita catasta le degli immobili ad uso produttivo non concorrono gli impianti e i macchinari che, indipendentemente dal mezzo di unione con il quale siano connessi al suolo, sono suscettibili di essere separati dal suolo, smontati e ricollocati in luogo diverso conservando la propria funzione economica.

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui a periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 25 milioni di euro per ciascun anno a decorrere dal 2015.».

1.359

DI BIAGIO, Luigi MARINO

Precluso

1. All'articolo 1, dopo il comma 42, inserire il seguente:

«42-*bis*. A decorrere dal periodo di imposta in corso al 31 dicembre 2015, il comma 1 dell'articolo 14 del decreto legislativo del.14 marzo 2011, n. 23, è sostituito dal seguente: "L'imposta municipale propria relativa agli immobili strumentali è deducibile ai fini della determinazione del reddito di impresa e del reddito derivante dall'esercizio di arti e professioni, nonché ai fini dell'imposta regionale sulle attività produttive, con le seguenti percentuali:

a) nella misura del 40 per cento per il periodo di imposta in corso al 31 dicembre 2015;

b) nella misura del 60 per cento per il periodo di imposta in corso al 31 dicembre 2016;

c) nella misura del 80 per cento per il periodo di imposta in corso al 31 dicembre 2017; d nella misura del 100 per cento dal periodo di imposta in corso al 31 dicembre 2018».

1.361

RIZZOTTI, Mariarosaria ROSSI

Precluso

Dopo il comma 42 aggiungere il seguente:

«42-*bis*. All'articolo 2, comma 3, della legge 28 aprile 2014, n. 67, sopprimere il punto n. 4».

1.362

RIZZOTTI, Mariarosaria ROSSI

Precluso

Dopo il comma 42 aggiungere il seguente:

«42-*bis*. All'articolo 2, comma 3, della legge 28 aprile 2014, n. 67, il punto 4 è sostituito dal seguente:

4) articoli 631, 632, escluse le ipotesi di cui all'articolo 639-*bis*».

1.366

MATTEOLI

Precluso

Dopo il comma 42 aggiungere il seguente:

«42-*bis*. All'articolo 3, comma 6, del decreto del Presidente della Repubblica 9 giugno 2000, n. 277, dopo le parole: "con facoltà di compera" aggiungere le seguenti: ", di comodato d'uso"».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 4.000.000;

2016: - 4.000.000;

2017: - 4.000.000.

1.367

GIBIINO

Precluso

Dopo il comma 42 aggiungere il seguente:

«42-*bis*. All'articolo 37 del decreto legislativo 12 aprile 2006, n. 163, dopo il comma 7 è aggiunto il seguente:

"7-*bis*. I consorzi di cui all'articolo 34, comma 1, lettera *b)*, possono indicare in sede di gara, quali aftidatari dei lavori, eventuali consorzi della stessa natura ma di minore dimensione. Quest'ultimi debbono indicare, sempre in sede di gara, l'impresa consorziata che materialmente eseguirà i lavori. Anche in questo caso è fatto divieto di partecipare, in qualsiasi altra forma, alla medesima gara. In caso di violazione sono esclusi dalla gara sia i consorzi e sia il consorziato che materialmente eseguirà i lavori. In caso di inosservanza di tale divieto si applica l'articolo 353 del codice penale e successive modificazioni"».

1.370

BELLOT, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 43, inserire il seguente:

«43-*bis*. Per le finalità del Fondo per le emergenze nazionali, istituito ai sensi del comma 5-*quinquies* dell'articolo 5, della legge 24 febbraio 1992, n. 225, e successive modificazioni, è autorizzata la spesa di 30 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: - 30.000.000;

2016: - 30.000.000;

2017: - 30.000.000.

1.371

DE PETRIS, URAS, CASALETTO, MASTRANGELI

Precluso

Al comma 43, dopo le parole: «nell'anno 2015» sono aggiunte le seguenti:

«I risultati degli interventi finanziati dal Fondo per le emergenze nazionali nonché l'ammontare delle risorse destinate a ciascun intervento sono pubblicati sul sito della Presidenza del Consiglio e resi disponibili in formato dati di tipo aperto».

1.376

MINZOLINI, Maurizio ROSSI

Precluso

Dopo il comma 43, aggiungere i seguenti:

«43-*bis*. A seguito dell'evento alluvionale verificatosi nei mesi di ottobre e novembre 2014, è autorizzata la spesa di 200 milioni di euro per il 2015 in favore del Comune di Genova, per la realizzazione di un piano per la messa in sicurezza del torrente Bisagno.

43-*ter*. Per l'esercizio finanziario 2015 tutti i trasferimenti a qualsiasi titolo al Comune di Roma Capitale, provenienti dal bilancio dello Stato e dalla Regione Lazio, sono ridotti fino a concorrenza dell'importo di 200 milioni di euro. Roma Capitale provvede a compensare le minori entrate di cui al

presente comma mediante apposite misure di riduzione strutturale della spesa per acquisti di beni e servizi e mediante una revisione straordinaria degli oneri per appalti di beni, servizi e lavori».

1.377

MINZOLINI, Maurizio ROSSI

Precluso

Dopo il comma 43, aggiungere i seguenti:

«43-*bis*. A seguito dell'evento alluvionale verificatosi nei mesi di ottobre e novembre 2014, è autorizzata la spesa di 100 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016 in favore del Comune di Genova, per la realizzazione di un piano per la messa in sicurezza del torrente Bisagno».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 125, sostituire le parole: «187,5 milioni» *con le seguenti:* «87,5 milioni».

1.378

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 43, aggiungere il seguente:

«43-*bis*. Le risorse finanziarie, ulteriori alla dotazione di euro 5.500.000,00, a valere sul Fondo di riserva per le spese impreviste di cui all'articolo 28 della legge 31 dicembre 2009, n. 196, destinata dalla Deliberazione del Consiglio dei Ministri del 30 ottobre 2014 all'attuazione dei primi interventi di emergenza in conseguenza delle eccezionali avversità atmosferiche che hanno colpito il territorio della regione Lombardia tra il 7 luglio e il 31 agosto 2014, provenienti dalla regione Lombardia e dai comuni, sono escluse, fino alla spesa massima di euro 2.000.000,00, in attuazione del comma 8-*bis* dell'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n.183, dal saldo finanziario rilevante ai fini della verifica del rispetto del patto di stabilità interno».

1.379

ARRIGONI, CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 43 inserire il seguente:

«43-*bis*. È autorizzata la spesa di 110 milioni di euro per l'anno 2015 in favore della Regione Lombardia, allo scopo di permettere il completamento degli interventi di ricostruzione dei territori e di ripristino degli immobili e delle attività produttive danneggiati dalle eccezionali avversità atmosferiche che hanno colpito il territorio della medesima regione nei mesi di giugno, luglio e agosto 2014, a condizione che sia stato dichiarato lo stato di emergenza entro 60 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge».

Conseguentemente, all'articolo 2, al comma 207 sostituire le parole: «A decorrere dall'anno 2015» *con le seguenti:* «A decorrere dall'anno 2016».

1.380

ARRIGONI, CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 43 inserire il seguente:

«43-*bis*. Al fine di permettere il completamento degli interventi di ricostruzione dei territori e di ripristino degli immobili e delle attività produttive danneggiati dalle eccezionali avversità atmosferiche che hanno colpito il territorio della Regione Lombardia nei mesi di giugno, luglio e agosto 2014 è autorizzata la spesa in conto capitale in favore della Regione medesima di 80 milioni di euro per l'anno 2015, a condizione che sia stato dichiarato lo stato di emergenza ai sensi dell'articolo 2, comma 1, lettera *c)* della legge 24 febbraio 1992, n. 225, entro 60 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge. Le relative spese sono escluse dai saldi di cui alle lettere *a)* e *b)* del comma 165 dell'articolo 2».

Conseguentemente, al comma 125, sostituire le parole: «187,5 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015» *con le seguenti:* «107,5 milioni di euro per l'anno 2015 e 187,5 milioni di auro annui a decorrere dall'anno 2016».

1.381

BELLOT, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 43, inserire il seguente:

«43-*bis*. Ai fini del ripristino territoriale e infrastrutturale delle aree colpite dalle avversità atmosferiche dei mesi Ottobre-Dicembre 2014 nella provincia di Belluno, è autorizzata la spesa di 20 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, in favore dell'ANAS, ai fini della realizzazione della Galleria di Coltrondo, nel territorio di Comelico».

Conseguentemente,

- alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: - 20.000.000;

- alla Tabella B, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2016: - 20.000.000;

2017: - 20.000.000.

1.382

STEFANI, BELLOT, BISINELLA, MUNERATO, TOSATO, ARRIGONI, CROSIO, COMAROLI

Precluso

Dopo il comma 43 inserire il seguente:

«43-*bis*. È autorizzata la spesa di 80 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, in favore della regione Veneto, quale contributo dello Stato ai fini della realizzazione del canale scolmatore per la diversione delle piene del sistema Brenta-Bacchiglione, sul tracciato del vecchio progetto di idrovia Padova-Venezia, quale opera strategica per la sicurezza idraulica, in attuazione del Piano generale di messa in sicurezza idrogeologica del territorio veneto predisposto a seguito degli eventi alluvionali dell'anno 2010».

Conseguentemente:

all'articolo 2, al comma 207, sostituire le parole: «di 110 milioni di euro annui»*, con le seguenti:* «di 30 milioni annui per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017 e di 110 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2018».

1.383

STEFANI, BISINELLA, MUNERATO, BELLOT, TOSATO, ARRIGONI, CROSIO, COMAROLI

Precluso

Dopo il comma 43 inserire il seguente:

«43-*bis*. È autorizzata la spesa di 50 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015, quale contributo dello Stato ai fini della realizzazione dei bacini di laminazione da parte della regione Veneto, in attuazione del Piano generale di messa in sicurezza idrogeologica del territorio veneto predisposto a seguito degli eventi alluvionali dell'anno 2010».

Conseguentemente,

al comma 125, sostituire le parole: «187,5 milioni»*, con le seguenti:* «132,5 milioni».

1.384

ARRIGONI, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 43, inserire il seguente:

«43-*bis*. Ai fini del finanziamento degli interventi contro il dissesto idrogeologico previsti dagli accordi di programma di cui al comma 111 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2013, n. 147, è autorizzata la spesa di 110 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015».

Conseguentemente,

all'articolo 2, sopprimere il comma 207.

1.385

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 43, aggiungere il seguente:

«43-*bis*. È autorizzata la spesa di 70 milioni di euro per ciascuno dei seguenti anni 2015, 2016 e 2017 per la messa in sicurezza e bonifica dei siti (SIN) di classe di priorità 1 a maggiore rischio e con priorità decrescenti: 4 impianti industriali attivi o dismessi, 319 pubblici o privati a partire da 37 ospedali case di cura, case di riposo; 116 scuole di ogni ordine e grado, istituti di ricerca, 86 uffici della pubblica amministrazione, 27 impianti sportivi, 8 biblioteche, nonché per incentivazione di installazione di impianti fotovoltaici in sostituzione delle coperture in cemento amianto. Sono fatte salve le responsabilità degli autori della contaminazione e del proprietario delle aree in conformità alle leggi vigenti, e fatto salvo il dovere della autorità competenti di procedere alla ripetizione delle spese sostenute per gli interventi di caratterizzazione e messa in sicurezza, nonché per gli ulteriori interventi di bonifica e riparazione del danno ambientale nelle forme e nei modi previsti dalla legge.

Conseguentemente all'articolo 3 al comma 75, Tabella A allegata, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti modifiche:

2015:

CP: - 70.000.000;

CS: - 70.000.000.

2016:

CP: - 70.000.000;

CS: - 70.000,000.

2017:

CP: - 70.000,000;

CS: - 70.000.000.

1.396

PANIZZA, Fausto Guilherme LONGO, LANIECE, BATTISTA, ZIN

Precluso

Dopo il comma 43, inserire il seguente:

«43-*bis*. Ai contribuenti che fruiscono della detrazione di cui all'articolo 11, comma 1, del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 134, è inoltre riconosciuta una detrazione dall'imposta lorda, fino a concorrenza del suo ammontare, nella misura del 30 per cento delle ulteriori spese documentate per interventi di manutenzione ordinaria sugli immobili residenziali. La detrazione di cui al presente comma, da ripartire tra gli aventi diritto in cinque quote annuali, è calcolata su un ammontare complessivo non superiore a 5.000 euro. Nel caso di spese documentate di manutenzione ordinaria, fino ad un ammontare massimo di 5.000 euro, relative ad immobili non oggetto di ristrutturazione la detrazione è riconosciuta nella misura del 20 per cento, da ripartire tra gli aventi diritto in tre quote annuali di pari importo».

*Conseguentemente, ai maggiori oneri, valutati in 50 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015, si provvede mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa prevista all'articolo 7-*quinquies*, comma 1, del decreto-legge 10 febbraio 2009, n. 5, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 aprile 2009, n. 33, relativa al Fondo per interventi urgenti ed indifferibili, come integrata, da ultimo, dall'articolo 33, comma 1, della legge 12 novembre 2011, n. 183.*

1.397

LANIECE, ZELLER, PANIZZA, FRAVEZZI

Precluso

Dopo il comma 43, aggiungere il seguente:

«43-*bis*. Al comma 1, lettera i-sexies*), dell'articolo 15 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, e successive modificazioni, le parole: "100 chilometri" sono sostituite con le seguenti: "50 chilometri"».*

Conseguentemente alla Tabella A, voce Ministero delle politiche agricole, alimentari e forestali,

ridurre come segue gli stanziamenti previsti:

2015: - 30.000.000;

2016: - 30.000.000;

2017: - 30.000.000.

1.399

PUGLIA, CIOFFI, SCIBONA, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Dopo il comma,43, inserirei seguenti:

«43-*bis*. Ai fini dell'imposta sul reddito delle persone fisiche, per le spese sostenute entro il 31 dicembre 2014 per l'acquisto degli abbonamenti ai servizi di trasporto pubblico locale, regionale e interregionale spetta una detrazione dall'imposta lorda, fino alla concorrenza del suo ammontare, nella misura del 19 per cento per un importo delle spese stesse non superiore a 250 euro. La detrazione spetta sempreché le spese stesse non siano deducibili nella determinazione dei singoli redditi che concorrono a formare reddito complessivo. La detrazione spetta anche se la spesa è stata sostenuta nell'interesse delle persone indicate nell'articolo 12 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, e successive modificazioni, che si trovino nelle condizioni indicate nel comma 2 del medesimo articolo 12».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 300 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017 (o a decorrere dal 2015)».

1.402

GAMBARO

Precluso

Dopo il comma 43 aggiungere il seguente:

«43-*bis*. Il comma 19 dell'articolo 30 della Legge n. 99 del 2009 è abrogato».

Conseguentemente l'Autorità per l'energia elettrica, il gas e il servizio idrico garantisce che in occasione dell'aggiornamento dei corrispettivi del dispacciamento per il mese successivo all'entrata in vigore della presente legge siano adeguati al ribasso i suddetti corrispettivi.

1.403

DE PIN, MASTRANGELI, BOCCHINO, CAMPANELLA

Precluso

Dopo il comma 43 aggiungere il seguente:

«43-*bis*. Il comma 19 dell'articolo 30 della Legge n. 99 del 2009 è abrogato».

Conseguentemente l'Autorità per l'energia elettrica, il gas e il servizio idrico garantisce che in occasione dell'aggiornamento dei corrispettivi del dispacciamento per il mese successivo all'entrata in vigore della presente legge siano adeguati al ribasso i suddetti corrispettivi.

1.405

MANDELLI, PICCOLI, BRUNI, BONFRISCO, CERONI, D'ALI', MILO

Precluso

Dopo il comma 43 aggiungere il seguente:

«43-*bis*. Il comma 19 dell'articolo 30 della Legge n. 99 del 2009 è abrogato. L'Autorità per l'energia elettrica, il gas e il servizio idrico garantisce che in occasione dell'aggiornamento dei corrispettivi del dispacciamento per il mese successivo all'entrata in vigore della presente legge siano adeguati al ribasso i suddetti corrispettivi».

1.407

URAS

Precluso

Al comma 44 apportare le seguenti modificazioni:

a) al comma 1, sostituire la lellera a) *con la seguente:*

«*a)* hanno conseguito ricavi ovvero compensi in misura superiore a 45.000 euro;

b) al comma 2 sopprimere la lettera *b)*;

c) sostituire il comma 11 con il seguente:

"11. Il reddito di impresa o di lavoro autonomo è costituito dalla differenza tra l'ammontare dei ricavi o compensi percepiti nel periodo di imposta e quello delle spese sostenute nel periodo stesso nell'esercizio dell'attività di impresa o dell'arte o della professione; concorrono, altresì, alla formazione del reddito le plusvalenze e le minusvalenze dei beni relativi all'impresa o all'esercizio di arti o professione.

Se il reddito così determinato è:

- pari o inferiore a curo 15.000 si applica un'imposta sostitutiva dell'imposta sui redditi, delle addizionali regionali e comunali e dell'imposta regionale sulle attività produttive di cui al decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, pari al 5 per cento;

- compreso tra 15.001 e 30.000 curo si applica un'imposta sostitutiva dell'imposta sui redditi, delle addizionali regionali e comunali e dell'imposta regionale sulle attività produttive di cui al decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, pari al 10 per cento;

- compreso tra 30.001 e 45.000 euro si applica un'imposta sostitutiva dell'imposta sui redditi, delle addizionali regionali e comunali e dell'imposta regionale sulle attività produttive di cui al decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, pari al 15 per cento.

Nel caso di imprese familiari di cui all'articolo 5, comma 4, del citato TUIR, l'imposta sostitutiva, calcolata sul reddito al lordo delle quote assegnate al coniuge e al collaboratori familiari, è dovuta dall'imprenditore. I contributi previdenziali versati in ottemperanza a disposizioni di legge, compresi quelli corrisposti per conto dei collaboratori dell'impresa familiare fiscalmente a carico, ai sensi dell'articolo 12 del citato TUIR, ovvero, se non fiscalmente a carico, qualora il titolare noi abbia esercitato il diritto di rivalsa sui collaboratori stessi, si deducono dal reddito determinato ai sensi del presente comma; l'eventuale eccedenza è deducibile dal reddito complessivo ai sensi dell'articolo 10 del TUIR. Si applicano le disposizioni in materia di versamento dell'imposta sui redditi delle persone fisiche».

Conseguentemente alla Tabella A, voce «Ministero dell'economia e delle finanze», *apportare le seguenti modifiche:*

2015:

CP: - 100.000.000;

CS: - 100.000.000.

2016:

CP: - 100.000.000;

CS: - 100.000.000.

2017:

CP: - 100.000.000;

CS: - 100.000.000.

1.416

GALIMBERTI

Precluso

Al comma 44, lettera a), sostituire la tabella di cui all'Allegato 4 con la seguente:

Progressivo	Gruppo di settore	Codici attività ateco 2007	Valore soglia redditività dei riccavi/compensi	Reddi
1	Industrie alimentari e delle bevande	(10-11)	45.000	40%

2	Commercio all'ingrosso e al dettaglio	45 - (da 46.2 a 46.9) - (da 47.1 a 47.7) - 47.9	50.000	40%
3	Commercio ambulante di prodotti alimentarti e bevande	47.81	40.000	40%
4	Commercio ambulante di altri prodotti	47.82 - 47.89	30.000	54%
5	Costruzioni e attività immobiliari	(41 - 42 - 43) - 68	25.000	86%
6	Intermediari del commercio	46.1	25.000	62%
7	Attività dei Servizi di alloggio e di ristorazione	55-56	50.000	40%
8	Attività Professionali, Scientifiche, Tecniche, Sanitarie, di Istruzione, Servizi Finanziari ed Assicurativi	(64 - 65 - 66) - (69 - 70 - 71 - 72 - 73 - 74 - 75) - (85) - (86 - 87 - 88)	25.000	78%
9	Altre Attività economiche	(01 - 02 - 03) - (05 - 06 - 07 - 08 - 09) - (12 - 13 - 14 - 15 - 16 - 17- 18 - 19 - 20 - 21- 22 - 23 - 24 - 25 - 26 - 27 - 28 - 29 - 30 - 31 - 32 - 33) - (35) - (36 - 37 - 38 - 39) - (49 - 50 - 51 - 52 - 53) - (58 - 59 - 60 - 61 - 62 - 63) - (77 - 78 - 79 - 80 - 81 - 82) - (84) - (90 - 91 - 92 - 93) - (94 - 95 - 96) - (97 - 98) - (99)	30.000	67%

Conseguentemente all'articolo 1 comma 143, alle lettere d) *ed* e), *le parole:* «3.272 milioni» *e* «6.272 milioni» *sono, rispettivamente, sostituite dalle seguenti:* «3.572 milioni» *e* «6.572 milioni».

1.417

LEZZI

Precluso

Al comma 44, lettera a), all'allegato 4, per ciascun «GRUPPO DI SETTORE», sostituire le colonne: «VALORE SOGLIA DEI RICAVI/COMPRESI» e «REDDITIVITÀ» come segue:

Allegato 4

Progressivo	Gruppo di settore	Valore soglia redditività dei riccavi/compensi	Redditività

1	Industrie alimentari e delle bevande	50.000	25%
2	Commercio all'ingrosso e al dettaglio	50.000	25%
3	Commercio ambulante di prodotti alimentarti e bevande	50.000	25%
4	Commercio ambulante di altri prodotti	50.000	25%
5	Costruzioni e attività immobiliari	50.000	30%
6	Intermediari del commercio	50.000	50%
7	Attività dei Servizi di alloggio e di ristorazione	50.000	30%
8	Attività Professionali, Scientifiche, Tecniche, Sanitarie, di Istruzione, Servizi Finanziari ed Assicurativi	50.000	30%
9	Altre Attività economiche	50.000	25%

Conseguentemente, al medesimo articolo 1, apportare le seguenti modificazioni:

a) Sopprimere il comma 105;

b) al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni» *con le seguenti:* «50 milioni»;

c) al comma 116, sostituire le parole: «100 milioni» con le seguenti: «30 milioni»;

d) al comma 121, sostituire le parole: «200 milioni» con le seguenti: «80 milioni».

E conseguentemente ancora, all'articolo 2, sopprimere il comma 207.

Conseguentemente, al medesimo articolo 1, apportare le seguenti modificazioni:

a) Sopprimere il comma 105;

b) al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni» *con le seguenti:* «50 milioni»;

c) al comma 116, sostituire le parole: «100 milioni» con le seguenti: «30 milioni»;

d) al comma 121, sostituire le parole: «200 milioni» con le seguenti: «80 milioni».

E conseguentemente ancora, all'articolo 2, sopprimere il comma 207.

1.418

COMAROLI, TOSATO, BELLOT

Precluso

Al comma 44, lettera a), allegato 4, alla colonna: «Valore soglia dei ricavi compensi» sostituire tutte le cifre con la seguente: «50.0001» ;

Conseguentemente:

All'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117 e 125. All'articolo 2, sopprimere il comma 207.

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 553.818 migliaia di euro di euro a decorrere dal 2015».

1.419

COMAROLI, TOSATO, BELLOT

Precluso

Al comma 44, lettera a), allegato 4, apportare le seguenti modificazioni:

a) alla colonna: «Valore soglia dei ricavi compensi» *sostituire tutte le cifre con la seguente:* «40.0001»;

b) alla colonna: «Redditività»:

1) alla quarta riga sostituire la cifra: «54» con «40»;

2) alla quinta riga sostituire lo cifra: «86» con «62»;

3) all'ottava riga sostituire lo cifra: «78» con «62»;

4) alla nona riga sostituire la cifra: «67» con «62».

Conseguentemente:

All'articolo 1, sopprimere i commi 116,117 e 125.

All'articolo 2, sopprimere il comma 207.

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 553.818 migliaia di euro di euro a decorrere dal 2015».

1.420

COMAROLI, TOSATO, BELLOT

Precluso

Al comma 44, lettera a), allegato 4, alla colonna: «Valore soglia dei ricavi compensi» sostituire tutte le cifre con la seguente: «40.0001».

Conseguentemente:

All'articolo 1, sopprimere i commi 116,117 e 125.

All'articolo 2, sopprimere il comma 207.

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 553.818 migliaia di euro di euro a decorrere dal 2015».

1.422

COMAROLI, TOSATO, BELLOT

Precluso

Al comma 44, lettera a), allegato 4, alla colonna «Redditività», apportare le seguenti modificazioni:

a) alla quarta riga sostituire lo cifra: «54» *con* «40»;

b) alla quinta riga sostituire la cifra: «86» *con* «62»;

c) all'ottava riga sostituire la cifra: «78» con «62»;

d) alla nona riga sostituire lo cifra: «67» con «62».

Conseguentemente:

All'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117 e 125.

All'articolo 2, sopprimere il comma 207.

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 553.818 migliaia di euro di

euro a decorrere dal 2015».

1.423

URAS, DE PETRIS

Precluso

Al comma 44, lettera a), allegato 4, apportare le seguenti modificazioni:

1) al numero 5:

a) sostituire la cifra: «15.000» con la seguente: «30.000»;

b) sostituire la cifra: «86 per cento» *con la seguente:* «62 per cento»;

2) al numero 6, sostituire la cifra: «15.000» con la seguente: «30.000»;

3) al numero 8:

a) sostituire la cifra: «15.000» *con la seguente:* «30.000»;

b) sostituire la cifra: «78 per cento» *con la seguente:* «62 per cento».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 9, al capoverso «1-*bis*», *i numeri 1) e 2) sono sostituiti dai seguenti:*

1) 720 euro, se il reddito complessivo non è superiore a 24.000 euro;

2) 720 euro, se il reddito complessivo è superiore a 24.000 euro ma non a 26.000 euro. II credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra importo di 26.000 euro, diminuito del reddito complessivo, e l'importo di 2.000 euro.

1.424

COMAROLI, TOSATO, BELLOT

Precluso

Al comma 44, lettera a), allegato 4, apportare le seguenti modificazioni:

1) alla quinta riga:

a) sostituire la cifra: «15.000» con la seguente: «30.000»;

b) sostituire la cifra: «86 per cento» *con la seguente:* «62 per cento»;

2) alla sesta riga, sostituire la cifra: «15.000» *con la seguente:* «30.000»;

3) all'ottava riga:

a) sostituire la cifra: «15.000» *con la seguente:* «30.000»;

b) sostituire la cifra: «78 per cento» *con la seguente:* «62 per cento».

Conseguentemente:

All'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117 e 125.

All'articolo 2, sopprimere il comma 207.

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 553.818 migliaia di euro di euro a decorrere dal 2015,».

1.425

COMAROLI, TOSATO, BELLOT

Precluso

Al comma 44, lettera a), allegato 4, apportare le seguenti modificazioni:

1) *alla quinta riga:*

a) sostituire la cifra: «15.000» con la seguente: «30.000»;

b) sostituire la cifra: «86 per cento» *con la seguente:* «62 per cento».

Conseguentemente:

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 553.818 migliaia di euro a decorrere dal 2015».

1.426

COMAROLI, TOSATO, BELLOT

Precluso

Al comma 44, lettera a), allegato 4, alla sesta riga, sostituire la cifra: «15.000» con la seguente: «30.000».

Conseguentemente:

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 553.818 migliaia di euro a decorrere dal 2015».

1.427

BERTOROTTA, MOLINARI, VACCIANO, BOTTICI, MANGILI, BULGARELLI

Precluso

Al comma 44, lettera a), all'allegato 4 ivi richiamato, ai valori della soglia dei ricavi/compensi dei progressivi n. 5, 6 e 8, sostituire le parole: «15.000» con le seguenti: «20.000».

Conseguentemente, al medesimo articolo 1, al comma 121, sostituire le parole: «200 milioni» *con le seguenti:* «80 milioni».

1.428

URAS, DE PETRIS

Precluso

Al comma 44, lettera a), allegato 4, apportare le seguenti modificazioni:

- *al numero 8: sostituire la cifra:* «15.000» *con la seguente:* «30.000»;
- *sostituire la cifra:* «78 per cento» *con la seguente:* «62 per cento».

Conseguentemente, all'articolo 4, comma 1, al capoverso 1-bis*, i numeri 1) e 2) sono sostituiti dai seguenti:*

«1) 720 euro, se il reddito complessivo non è superiore a 24.000 euro;

2) 720 euro, se il reddito complessivo è superiore a 24.000 euro ma non a 26.000 euro. il credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra l'importo di 26.000 euro, diminuito del reddito complessivo, e l'importo di 2.000 euro»

1.429

COMAROLI, TOSATO, BELLOT

Precluso

Al comma 44, lettera a), allegato 4, all'ottava riga sostituire la cifra: «15.000» con la seguente: «30.000» e la cifra: «78%» con la seguente: «62%».

Conseguentemente:

All 'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 553.818 migliaia di euro a decorrere dal 2015».

1.430

URAS, DE PETRIS

Precluso

Apportare le seguenti modifiche:

Al comma 44, allegato n. 4 della presente legge, Riquadro 8, Valore soglia ricavi e compensi, sostituire il valore: «15.000» *con* «30.000».

al comma 54, alla fine del primo periodo, sostituire le parole: «pari al 15 per cento» *con le seguenti:* «pari al 5 per cento per i cinque anni successivi all'entrata in vigore del regime forfetario, con un aumento progressivo annuale di un punto percentuale a partire dal sesto anno fino al raggiungimento del 10 per cento nel decimo anno di attività».

al comma 55, sostituire le parole: «per i due successivi» *con le seguenti:* «per i quattro successivi».

sopprimere il comma 67.

al comma 72, sopprimere il terzo periodo.

dopo il comma 73, aggiungere il seguente:

«73-*bis*. Al decreto legislativo 10 settembre 2003, n. 276, dopo l'articolo 6-*bis* aggiungere il seguente: "69-*ter*. il compenso corrisposto ai soggetti titolari di lavoro autonomo di cui all'articolo 53, comma 1, del testo unico delle imposte sui redditti, approvato con decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, deve essere proporzionato alla quantità e alla qualità del lavoro eseguito e non può essere inferiore ai minimi stabiliti in modo specifico per ciascun settore di attività, eventualmente articolati per i relativi profili professionali tipici ed in ogni caso sulla base dei minimi salariali applicati nel settore medesimo alle mansioni equiparabili svolte dai lavoratori subordinati, doi contratti collettivi sottoscritti dalle organizzazioni sindacali dei lavoratori e dei datori di lavoro comparativamente più rappresentative sul piano nazionale."».

dopo il comma 73, aggiungere il seguente:

«73-*ter*. Ai fini dell'obbligo previsto dall'articolo 2, comma 26; della legge 8 agosto 1995, n. 335, i soggetti titolari di redditi di lavoro autonomo di cui all'articolo 53, comma 1, del testo unico delle tmposte sui redditi, approvato con decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, e successive modificazioni, hanno diritto ad addebitare ai committenti, in via definitiva, una percentuale nella misura:

del 20,48 per cento dei compensi lordi con effetto dal 1º gennaio 2015;

del 21,15 per cento dei compensi lordi con effetto dal 1º gennaio 2016;

del 21,81 per cento dei compensi lordi con effetto dal 1 gennaio 2017;

del 23,09 per cento dei compensi lordi con effetto dal 1 gennaio 2018.».

1.431

COMAROLI, TOSATO, BELLOT

Precluso

Al comma 44, lettera a), allegato 4, all'ottava riga sostituire la cifra: «15.000» con la seguente: «30.000».

Conseguentemente:

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 553.818 migliaia di euro a decorrere dal 2015».

1.432

DI BIAGIO

Precluso

Al comma 44, lettera a), allegato n. 4 alla colonna denominata «valore soglia dei ricavi/compensi» riga n. 8 denominata «attività professionali, scientifiche, tecniche, Sanitarie, di Istruzione, Servizi Finanziari ed Assicurativi», il valore soglia dei ricavi/compensi, sostituire la cifra: «15.000», con la seguente: «30.000».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 50.000.000;

2016: - 50.000,000;

2017: - 50.000.000.

1.433

URAS, DE PETRIS

Precluso

Al comma 44, lettera a), allegato n. 4 alla colonna denominata «valore soglia dei ricavi/compensi» riga n. 8 denominata «attività professionali, scientifiche, tecniche, Sanitarie, di Istruzione, Servizi Finanziari ed Assicurativi», il valore soglia dei ricavi/compensi, sostituire la cifra: «15.000», con la seguente: «30.000».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 50.000.000;
2016: - 50.000,000;
2017: - 50.000.000.

1.437

COMAROLI, TOSATO, BELLOT

Precluso

Al comma 44, lettera a), allegato 4, alla nona riga sostituire la cifra: «20.000» con la seguente: «30.000» .

Conseguentemente:

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole:

«, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 553.818 migliaia di euro a decorrere dal 2015».

1.438

COMAROLI, TOSATO, BELLOT

Precluso

Al comma 44 lettera b) sostituire le parole: «euro 5.000» con le seguenti: «euro 10.000».

Conseguentemente:

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole:

« ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 150 milioni di euro di euro a decorrere dal 2015».

1.439

LEZZI

Precluso

Al comma 44 lettera c), sostituire le parole: «20.000» con le seguenti: «50.000»

Conseguentemente, al medesimo articolo 1, apportare le seguenti modificazioni:

a) *Sopprimere il comma 105;*

b) *al comma 112, sostituire le parole:* «250 milioni» *con le seguenti:* «100 milioni»

c) al comma 116, sostituire le parole: «100 milioni» con le seguenti: «50 milioni»;

d) al comma 121, sostituire le parole: «200 milioni» con le seguenti: «100 milioni»

E conseguentemente ancora, all'articolo 2, sopprimere il comma 207.

1.440

MILO

Precluso

Al comma 44, dopo il punto 5), aggiungere il seguente:

«6). Il comma 1 dell'articolo 14 del decreto legislativo 41 marzo 2011, n. 23, è sostituito dal seguente:

"1. L'imposta municipale propria relativa agli immobili strumentali è deducibile ai fini della determinazione del reddito d'impresa e del reddito di arti e professioni. La medesima imposta è indeducibile ai fini dell'imposta regionale sulle attività produttive.

2. La disposizione di cui al comma 40-bis ha effetto a decorrere dal periodo d'imposta in corso al31 dicembre 2014"».

1.441

LEZZI, BULGARELLI, MANGILI

Precluso

Dopo il comma 44, inserire i seguenti:

«44-*bis*. Nei limiti di spesa di 50 milioni di euro ai soci delle imprese di *start-up* innovative non

si applica il contributo minimale di cui al comma 3 dell'articolo 1 della legge 2 agosto 1990, n. 233, e al comma 7 dell'articolo 6 della legge 31 dicembre 1991, n. 415.

44-*ter*. Il Ministro dello sviluppo economico, entro novanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, stabilisce, con proprio decreto, la misura dei contributi e le modalità per il loro pagamento e la loro riscossione da parte dei soggetti di cui al comma 44-*bis*, iscritti alla gestione artigiani e commercianti».

Conseguentemente, alla tabella A*, voce Ministero dell'economia e finanze, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 50.000.000;

2016: - 50.000.000;

2017: - 50.000.000.

1.442

BERTOROTTA, MOLINARI, VACCIANO, BOTTICI, MANGILI, BULGARELLI

Precluso

All'articolo 1, al comma 45, alla lettera a) sopprimere la parola «non».

1.444

LEZZI

Precluso

Al comma 54, secondo periodo, in fine, sostituire le parole: «pari al 15 per cento» con le seguenti: «pari al 5 per cento».

Conseguentemente, al medesimo articolo 1, apportare le seguenti modificazioni:

a) sopprimere il comma 105;

b) al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni» *con le seguenti:* «100 milioni»;

c) al comma 116, sostituire le parole: «100 milioni» con le seguenti: «50 milioni»;

d) al comma 121, sostituire le parole: «200 milioni» con le seguenti: «100 milioni».

E conseguentemente ancora, all'articolo 2, sopprimere il comma 207.

1.445

COMAROLI, TOSATO, BELLOT

Precluso

Al comma 54, secondo periodo, sostituire le parole: «15 per cento» con le seguenti: «5 per cento».

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117 e 125;

all'articolo 2, sopprimere il comma 207;

all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1.303.078 migliaia di euro a decorrere dal 2015».

1.446

COMAROLI, TOSATO, BELLOT

Precluso

Al comma 54, secondo periodo, sostituire le parole: «15 per cento» con le seguenti: «5 per cento».

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117 e 125;

all'articolo 2, sopprimere il comma 207;

all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 553.818 migliaia di euro a decorrere dal 2015».

1.447

COMAROLI, TOSATO, BELLOT

Precluso

Al comma 54, secondo periodo, sostituire le parole: «15 per cento» con le seguenti: «10 per cento».

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117 e 125;

all'articolo 2, sopprimere il comma 207;

all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1.303.078 migliaia di euro a decorrere dal 2015».

1.448

COMAROLI, TOSATO, BELLOT

Precluso

Al comma 54, secondo periodo, sostituire le parole: «15 per cento» con le seguenti: «10 per cento».

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117 e 125;

all'articolo 2, sopprimere il comma 207;

all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 553.818 migliaia di euro a decorrere dal 2015».

1.449

CERONI

Precluso

Dopo il comma 59, inserire il seguente:

«59-*bis*. All'articolo 54, comma 5, del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, e successive modificazioni, l'ultimo periodo è sostituito dal seguente: "le spese sostenute per la partecipazione a convegni, congressi e simili o a corsi di aggiornamento professionale, comprese quelle di viaggio e quelle di soggiorno, queste nel limite massimo di 250,00 euro al giorno, ai fini degli obblighi minimi di formazione e/o aggiornamento professionale, sono integralmente deducibili; in tutti gli altri casi, sono deducibili nella misura del 50 per cento del loro ammontare, compresa la parte eccedente 250,00 al giorno per le spese di soggiorno. Al raggiungimento del pieno soddisfacimento del debito formativo, cosi come individuato, si ha diritto a un'ulteriore deduzione di 500,00 euro"».

Conseguentemente, alla Tabella C, le dotazioni riferite al finanziamento dell'attività di formazione professionale di cui all'articolo 1, comma 1163, della legge finanziaria n. 296/2006 sono ridotte del 10 per cento per ciascun anno a decorrere dal 2015. Da tali condizioni si evincono le ragioni della proposta di prevedere un'integrale deducibilità delle suddette spese. Relativamente alla copertura finanziaria, le minori entrate stimate sono compensate da una riduzione del 10 per cento, a decorrere dal 2015, delle dotazioni relative al finanziamento dell'attività di formazione professionale di cui alla Tabella C, allegata alla legge di Stabilità.

1.451

CERONI

Precluso

Dopo il comma 59, inserire il seguente:

«59-*bis*. All'articolo 3 del decreto legislativo 21 novembre 2014, n. 175, sono apportate le seguenti modifiche:

a) al comma 3, sopprimere le seguenti parole: "e gli iscritti all'Albo dei medici chirurghi e degli dontoiatri";

b) dopo il comma 3, aggiungere il seguente: "3-*bis*. Gli iscritti all'albo dei medici chirurghi e degli odontoiatri sono invece tenuti ad inviare lo spesometro con i dati delle fatture emesse ai pazienti nei tempi utili affinché l'amministrazione finanziaria provveda a ricavare i dati per la precompilazione del modello 730, da stabilirsi secondo quanto previsto dal comma 4 del presente articolo"».

1.453

MILO

Precluso

Dopo il comma 64, aggiungere il seguente:

«64-*bis.* Con riferimento agli adempimenti tributari e di registrazione relativi agli acquisti di beni o servizi mediante il meccanismo dell'inversione contabile, l'imposta di cui al primo periodo dell'articolo 6, comma 9-*bis*, del decreto legislativo 18 dicembre 1997, n. 471, deve intendersi come imposta dovuta e da versare.»

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: - 2.000.000;

2016: - 2.000.000;

2017: - 2.000.000.

1.454

PANIZZA, BERGER, FRAVEZZI, PALERMO, Fausto Guilherme LONGO, BATTISTA, ZIN, LANIECE

Precluso

Dopo il comma 65, aggiungere i seguenti:

«65-*bis.* All'articolo 10, comma 4, del decreto legislativo 14 marzo 2011, n. 23, sono aggiunte, in fine, le seguenti parole: li, nonché, limitatamente ai coltivatori diretti di età inferiore ai quaranta anni, delle disposizioni di cui all'articolo 9, comma 2, del decreto del Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, n. 601.

65-*ter.* All'articolo 1, comma 1, della tariffa I, parte prima, allegata al testo unico delle disposizioni concernenti l'imposta di registro, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 26 aprile 1986, n. 131, dopo le parole "Se il trasferimento ha per oggetto terreni agricoli e relative pertinenze a favore di soggetti diversi dai coltivatori diretti e dagli imprenditori agricoli professionali, iscritti nella relativa gestione previdenziale ed assistenziale", le parole: "12 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "14 per cento"».

1.455

DI BIAGIO

Precluso

1. Dopo il comma 65, inserire il seguente comma:

65-*bis.* «All'articolo 1, comma 1324, della legge 27 dicembre 2006, n. 296, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) le parole: «e 2014» sono sostituite dalle seguenti: «,2014 e 2015»;

b) è aggiunto, in fine, il seguente periodo: «La detrazione relativa all'anno 2015 non rileva ai fini della determinazione dell'acconto IRPEF per l'anno 2016».

Alla copertura finanziaria degli oneri derivanti dal comma 1, pari a 1 milione di euro per l'anno 2015 e a 3 milioni di euro per l'anno 2016, si provvede mediante corrispondente riduzione dello stanziamento del fondo speciale di parte corrente iscritto, ai fini del bilancio triennale 2015-2017, nell'ambito del programma «Fondi di riserva e speciali» della missione «fondi da ripartire» dello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno 2015, allo scopo parzialmente utilizzando l'accantonamento relativo al Ministero del lavoro e delle politiche sociali.

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: - 1.000.000 euro;

2016: - 3.000.000 euro;

1.456

DI BIAGIO

Precluso

1. Dopo il comma 65, inserire il seguente comma:

65-*bis.* «All'articolo 1, comma 1324, della legge 27 dicembre 2006, n. 296, sono apportate le

seguenti modificazioni:

a) le parole: «e 2014» sono sostituite dalle seguenti: «, 2014 e 2015»;

b) è aggiunto, in fine, il seguente periodo: «La detrazione relativa all'anno 2015 non rileva ai fini della determinazione dell'acconto IRPEF per l'anno 2016».

Alla copertura finanziaria degli oneri derivanti dal comma 1, pari a 1 milione di euro per l'anno 2015 e a 3 milioni di euro per l'anno 2016, si provvede mediante corrispondente riduzione dello stanziamento del fondo speciale di parte corrente iscritto, ai fini del bilancio triennale 2015-2017, nell'ambito del programma «Fondi di riserva e speciali» della missione «fondi da ripartire» dello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno 2015, allo scopo parzialmente utilizzando l'accantonamento relativo al Ministero del lavoro e delle politiche sociali.

1.457

DI BIAGIO

Precluso

1. Dopo il comma 65, inserire il seguente comma:

65-*bis*. «All'articolo 1, comma 1324, della legge 27 dicembre 2006, n. 296, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) le parole: «e 2014» sono sostituite dalle seguenti: «,2014 e 2015»;

b) è aggiunto, in fine, il seguente periodo: «La detrazione relativa all'anno 2015 non rileva ai fini della determinazione dell'acconto IRPEF per l'anno 2016».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: - 1.000.000;

2016: - 3.000.000;

1.458

DI BIAGIO

Precluso

1. Dopo il comma 65, inserire il seguente comma:

65-*bis*. «All'articolo 1, comma 1324, della legge 27 dicembre 2006, n. 296, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) le parole: «e 2014» sono sostituite dalle seguenti: «,2014 e 2015»;

b) è aggiunto, in fine, il seguente periodo: «La detrazione relativa all'anno 2015 non rileva ai fini della determinazione dell'acconto IRPEF per l'anno 2016».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero degli Esteri, apportare le seguenti variazioni:

2016: - 3.000.000;

1.459

PANIZZA, FRAVEZZI, Fausto Guilherme LONGO, LANIECE, BATTISTA, ZIN

Precluso

Dopo il comma 65, inserire il seguente:

«65-*bis*. All'articolo 8, della legge 11 agosto 1991, n. 266, al comma 1, dopo le parole: "di cui all'articolo 3", sono inserite le seguenti: "nonché delle associazioni".

*Conseguentemente, all'onere derivante dall'attuazione del presente comma, pari a 2,5 milioni di euro per tanno 2015, a 3,5 milioni di euro per l'anno 2016 e a 4 milioni di euro per l'anno 2017, si provvede mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa prevista all'articolo 7-*quinquies, *comma 1, del decreto-legge 10 febbraio 2009, n. 5, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 aprile 2009, n. 33, relativa al Fondo per interventi urgenti ed indifferibili, come integrata, da ultimo, dall'articolo 33, comma 1, della legge 12 novembre 2011, n. 183. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio.*

1.460

PANIZZA, Fausto Guilherme LONGO, LANIECE, BATTISTA, ZIN

Precluso

Dopo il comma 65, inserire il seguente:

«65-*bis.* All'articolo 4 del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16, convertito, con modificazioni, dalla legge 26 aprile 2012, n. 44, al comma 1-*bis,* dopo le parole: "alla fideiussone", sono aggiunte le seguenti: "e ad altra garanzia".

Conseguentemente, agli eventuali oneri derivanti dall'attuazione del presente comma si provvede, per il triennio 2015-2017, mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa relativa al Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio.

1.461

PANIZZA, FRAVEZZI, Fausto Guilherme LONGO, LANIECE, BATTISTA, ZIN

Precluso

Dopo il comma 65, inserire il seguente:

«65-*bis*. All'articolo 10 del decreto-legge 31 maggio 2014, n. 83, convertito, con modificazioni, dalla legge 29 luglio 2014, n. 106, al comma 1, dopo le parole: "alle imprese alberghiere" sono inserite le seguenti: ", nonché alle strutture ricettive all'aria aperta, quali i campeggi, i villaggi turistici e le aree attrezzate per la sosta temporanea".

Conseguentemente, all'onere derivante dall'attuazione del presente comma, valutato in 10 milioni di euro annui, si provvede, per il triennio 2015-2017, mediante corrispondente riduzione della dotazione del Fondo di cui all'articolo 2, comma 616, della legge 24 dicembre 2007, n. 244, relativo allo stato di previsione del Ministero dello sviluppo economico.

1.463

DI BIAGIO

Precluso

Dopo il comma 65, aggiungere il seguente:

«65-*bis.* All'articolo 12, comma 2 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, le parole: "2.840,51 euro" sono sostituite dalle seguenti: "5.000 euro"».

1.464

LEZZI

Precluso

Sopprimere il comma 67.

Conseguentemente, al medesimo articolo 1, apportare le seguenti modificazioni.

a) Sopprimere il comma 105;

b) al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni» *con le seguenti:* «100 milioni»;

c) al comma 116, sostituire le parole: «100 milioni» con le seguenti: «50 milioni»;

d) al comma 121, sostituire le parole: «200 milioni» con le seguenti: «100 milioni».

1.465

LEZZI

Precluso

Sopprimere il comma 73 e conseguentemente al comma 74, sostituire le parole: «l'Agenzia delle entrate e l'INPS stabiliscono», con le seguenti: «l'Agenzia delle entrate stabilisce».

1.466

LEZZI

Precluso

Sopprimere il comma 75.

Conseguentemente, al medesimo articolo 1, apportare le seguenti modificazioni:

a) al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni» *con le seguenti:* «240 milioni»;

b) al comma 116, sostituire le parole: «100 milioni» *con le seguenti:* «50 milioni»;

c) al comma 121, sostituire le parole: «200 milioni» con le seguenti: «100 milioni».

1.467

COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI

Precluso

Dopo il comma 79, aggiungere il seguente:

«79-*bis*. Nel caso di carichi iscritti a ruolo, fino alla data di entrata in vigore della presente legge e relativi a imposte regolarmente dichiarate, il contribuente può richiedere, entro il 30 giugno 2015, di pagare l'imposta dovuta che può, con apposita istanza, essere rateizzata secondo le disposizioni di cui all'articolo 19 del decreto del Presidente della Repubblica, 29 settembre 1973, n. 602. Non sono dovute le sanzioni, gli interessi, anche di mora, e gli aggi di riscossione.

2. Nel caso di carichi iscritti a ruolo, fino alla data di entrata in vigore della presente legge e diversi da quelli di cui al comma precedente, il contribuente può richiedere, entro il 30 giugno 2015, di pagare l'imposta dovuta che può, sulla base di apposita istanza, essere rateizzata secondo le disposizioni di cui all'articolo 19 del decreto del Presidente della Repubblica, 29 settembre 1973, n. 602. Le sanzioni, gli interessi, anche di mora, e gli aggi di riscossione sono ridotti nella misura del cinquanta per cento.

3. All'articolo 8, comma 2, del D.Lgs. 19 giugno 1997, n. 218, le parole: "Le somme dovute possono essere versate anche ratealmente in un massimo di otto rate trimestrali di pari importo o in un massimo di dodici rate trimestrali se le somme dovute superano i cento milioni di lire" sono sostituite con le parole: "Le somme dovute possono ssere versate anche ratealmente in un massimo di dodici rate trimestrali di pari importo o in un massimo di venti rate trimestrali se le somme dovute superano i 50.000 euro".

4. All'articolo 48, comma 3, secondo periodo, del D.Lgs. 31 dicembre 1992, n. 546, le parole: "Il processo verbale costituisce titolo per la riscossione delle somme dovute mediante versamento diretto in un'unica soluzione ovvero in forma rateale, in un massimo di otto rate trimestrali di pari importo, ovvero in un massimo di dodici rate trimestrali se le somme dovute superano i 50.000 euro" sono sostituite con le parole: "Il processo verbale costituisce titolo per la riscossione delle somme dovute mediante versamento diretto in un 'unica soluzione ovvero in forma rateale, in un massimo di dodici rate trimestrali di pari importo, ovvero in un massimo di venti rate trimestrali se le somme dovute superano i 50.000 euro".

5. Le disposizioni di cui ai commi 3 e 4 si applicano, previa presentazione di apposita istanza all'Agenzia delle Entrate, anche alle rateazioni di pagamento in corso alla data di entrata in vigore della presente legge, con riferimento ai residui importi da versare. L'Agenzia delle Entrate, cui è rivolta l'istanza, provvede alla rideterminazione degli importi relativi al nuovo piano di rateazione».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 25.000.000;
2016: - 25.000.000;
2017: - 25.000.000.

1.468

COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI

Precluso

Dopo il comma 79, aggiungere il seguente:

«79-*bis*. 1. Qualora il contribuente non congruo agli studi di settore sia invitato al contraddittorio dall'Agenzia delle Entrate e non addivenga alla definizione, lo stesso può chiedere un parere all'osservatorio regionale per gli studi di settore.

2. L'osservatorio, nella prima riunione utile, che non può essere fissata in data successiva a sessanta

giorni dalla richiesta, analizza la problematica sottoposta al suo esame e, se ritiene fondate le ragioni del contribuente, volte alla disapplicazione degli studi di settore, emette un parere cui l'Agenzia

delle Entrate deve uniformarsi.

3. Qualora il contribuente, nelle more del procedimento dinanzi all'osservatorio, abbia prodotto ricorso agli organi della giustizia tributaria e successivamente alla proposizione dello stesso sia intervenuto il parere di cui al comma precedente, l'Agenzia deve rinunciare al contenzioso.

4. La composizione dell'osservatorio regionale per gli studi di settore, di cui alla legge 8 maggio 1998, n. 146 e successive modiflcazioni e integrazioni, è così determinata: un presidente di sezione della Commissione Tributaria Regionale, nominato dal presidente della commissione medesima, con funzioni di presidente; un dirigente dell'Agenzia delle Entrate, con funzioni di vice presidente; un rappresentante per ciascuna Direzione provinciale della medesima Agenzia; i rappresentanti di associazioni di categoria dell'industria, del commercio e dell'artigianato e i rappresentanti degli ordini professionali degli esercenti arti e professioni economiche e giuridiche, tecniche e sanitarie; un rappresentante dell'Associazione Nazionale dei Comuni Italiani.

I componenti dell'osservatorio regionale, che non provengono dall'Agenzia delle Entrate, devono essere numericamente pari a quelli appartenenti alla medesima Agenzia. Con decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri, da emanare entro 30 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono costituiti gli osservatori regionali per gli studi di settore nella nuova composizione».

Conseguentemente,

all'articolo 1, comma 83, sostituire le parole: «2.200 milioni di euro», *con le seguenti:* «2.188 milioni di euro», *e le parole:* «2.000 milioni di euro» *con le seguenti:* «1.988 milioni di euro».

1.474

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 79, inserire il seguente:

«79-*bis*. In via sperimentale i lavoratori cassaintegrati inoccupati che intraprendono un'attività imprenditoriale sono esenti dalle imposte sui redditi per i primi due periodi di imposta, elevato a quattro anni nel caso di assunzione di almeno tre dipendenti a tempo indeterminato entro un anno dall'avvio dell'attività. Le modalità di attuazione della presente disposizione sono affidate ad un decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, da emanarsi entro 60 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge».

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117, 124, 125, 132;

all'articolo 2, sopprimere il comma 207;

all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le seguenti parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1.000 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

1.475

BONFRISCO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, LIUZZI, FALANGA, Eva LONGO, D'ANNA, ARACRI, PAGNONCELLI, SCAVONE, RUVOLO

Precluso

Dopo il comma 80, inserire il seguente:

«80-*bis* - *(Abolizione della TASI sulla prima casa)*. - 1. All'articolo 1 della legge 27 dicembre 2013, n. 147, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al comma 639, dopo le parole: "a carico sia del possessore che dell'utilizzatore dell'immobile," sono inserite le seguenti: "escluse le abitazioni principali e le relative pertinenze, ad eccezione delle abitazioni di lusso aventi le caratteristiche individuate dal decreto del Ministro per i lavori pubblici 2 agosto 1969, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* n. 218 del 27 agosto 1969, e comunque dei fabbricati classificati nelle categorie catastali A/8 e A/9";

b) al comma 669, le parole: "ivi compresa l'abitazione principale," sono soppresse;

c) al comma 677, le parole da: "a condizione" fino alla fine del comma sono soppresse».

Conseguentemente, all'articolo 3, dopo il comma 74 inserire il seguente:

«74-*bis*. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze i regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale di cui all'allegato A della nota integrativa al bilancio di previsione relativa alla Tabella l dello Stato di previsione delle entrate prevista ai sensi dell'articolo 21, comma 11, lettera a), della legge 31 dicembre 2009, n. 196, che appaiono, in tutto o in parte, ingiustificati o superati alla luce delle mutate esigenze sociali o economiche ovvero che costituiscono una duplicazione, sono modificati, soppressi o ridotti, a decorrere dall'anno 2015, al fine di assicurare maggiori entrate pari a 4.000 milioni di euro. Nei casi in cui la disposizione del primo periodo del presente comma non sia suscettibile di diretta e immediata applicazione, con uno o più decreti del Ministro dell'economia e delle finanze sono stabilite le modalità tecniche per l'attuazione del presente comma con riferimento ai singoli regimi interessati L'emendamento prevede l'esenzione TASI sulla prima CASA.».

1.476

BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, Eva LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Dopo il comma 80, aggiungere il seguente:

«80-*bis*. All'articolo 1 della legge 27 dicembre 2013, n. 147, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al comma 639, dopo le parole: "a carico sia del possessore che dell'utilizzatore dell'immobile," sono inserite le seguenti: "escluse le abitazioni principali e le relative pertinenze, ad eccezione delle abitazioni di lusso aventi le caratteristiche individuate dal decreto del Ministro per i lavori pubblici 2 agosto 1969, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* n. 218 del 27 agosto 1969, e comunque dei fabbricati classificati nelle categorie catastali A/8 e A/9,";

b) al comma 669, le parole: "ivi compresa l'abitazione principale," sono soppresse;

c) al comma 677, le parole da: "a condizione" fino alla fine del comma sono soppresse».

Conseguntemente, all'articolo 3, dopo il comma 66 inserire il seguente:

«66-*bis.* Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze i regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale di cui all'allegato A della nota integrativa al bilancio di previsione relativa alla Tabella 1 dello Stato di previsione delle entrate prevista ai sensi dell'articolo 21, comma 11, lettera *a)*, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, che appaiono, in tutto o in parte, ingiustificati o superati alla luce delle mutate esigenze sociali o economiche ovvero che costituiscono una duplicazione, sono modificati, soppressi o ridotti, a decorrere dall'anno 2015, al fine di assicurare maggiori entrate pari a 4.000 milioni di euro. Nei casi in cui la disposizione del primo periodo del presente comma non sia suscettibile di diretta e immediata applicazione, con uno o più decreti del Ministro dell'economia e delle finanze sono stabilite le modalità tecniche per l'attuazione del presente comma con riferimento ai singoli regimi interessati.».

1.478

PANIZZA, FRAVEZZI, Fausto Guilherme LONGO, BATTISTA, ZIN

Precluso

Dopo il comma 80, inserire il seguente:

«80-*bis.* All'articolo 25, della legge 13 maggio 1999, n. 133, dopo il comma 2 è aggiunto il seguente:

«Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)

Emendamento

Articolo l

"2-*bis.* Per le associazioni sportive dilettantistiche e le associazioni *pro loco* che si avvalgono dell'opzione di cui all'articolo 1 della legge 16 dicembre 1991, n. 398, e successive modificazioni ed integrazioni, non concorrono a formare il reddito imponibile i proventi relativi alla gestione di impianti

sportivi di proprietà di enti pubblici, alla cui gestione partecipano in convenzione una pluralità di Comuni e affidati in gestione sulla base di convenzione che regola, almeno parzialmente, il regime tariffario, per un importo non superiore a 250.000 euro.».

Conseguentemente, all'onere derivante dall'attuazione del presente comma, valutato in 3 milioni di euro annui, si provvede, per il triennio 2015-2017, mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa relativa al Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio.

1.479

BONFRISCO, BRUNI, PERRONE, LIUZZI, ZIZZA, IURLARO, FALANGA, Eva LONGO, D'ANNA, ARACRI, PAGNONCELLI, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Dopo il comma 80, inserire il seguente:

«80-*bis*. A decorrere dal 2014 i terreni agricoli, di cui all'articolo 13, comma 5, del decreto-legge n. 201 del 2011, sono esentati dal pagamento dell'imposta municipale propria di cui all'articolo 13 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214».

Conseguentemente, all'articolo 3, dopo il comma 74 inserire il seguente:

«74-*bis*. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze i regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale di cui all'allegato A della nota integrativa al bilancio di previsione relativa alla Tabella 1 dello Stato di previsione delle entrate prevista ai sensi dell'articolo 21, comma 11, lettera *a)*, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, che appaiono, in tutto o in parte, ingiustificati o superati alla luce delle mutate esigenze sociali o economiche ovvero che costituiscono una duplicazione, sono modificati, soppressi o ridotti, a decorrere dall'anno 2015, al fine di assicurare maggiori entrate pari a 350 milioni di euro. Nei casi in cui la disposizione del primo periodo del presente comma non sia suscettibile di diretta e immediata applicazione, con uno o più decreti del Ministro dell'economia e delle finanze sono stabilite le modalità tecniche per l'attuazione del presente comma con riferimento ai singoli regimi interessati».

L'emendamento prevede l'esenzione dell'IMU sui terreni agricoli.

1.482

BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, MILO, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, Eva LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Dopo il comma 80, aggiungere i seguenti:

«80-*bis*. I veicoli a motore nuovi immatricolati a decorrere dallo gennaio 2015 sono esenti dalle tasse automobilistiche nell'anno della prima immatricolazione e nei due anni successivi. L'esenzione di cui al primo periodo si applica fino al quarto anno successivo a quello della prima immatricolazione per i veicoli nuovi alimentati, anche o esclusivamente, a gas di petrolio liquefatto, a metano o ad alimentazione ibrida.

80-*ter*. A decorrere dal 1º gennaio 2015, i veicoli a motore sono assoggettati alle tasse automobilistiche in base al livello delle emissioni del veicolo, come certificato dal produttore. Restano ferme la riduzione prevista per i veicoli alimentati esclusivamente con gas di petrolio liquefatto o con gas metano, di cui all'articolo 17, comma 5, della legge 27 dicembre 1997, n. 449, per gli anni successivi al periodo di esenzione di cui al comma 1 del presente articolo, l'esenzione in favore dei soggetti portatori di handicap prevista dall'articolo 8, comma 7, della legge 27 dicembre 1997, n. 449, nonché l'esenzione prevista per i veicoli elettrici dall'articolo 20 del testo unico delle leggi sulle tasse automobilistiche, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 5 febbraio 1953, n. 39, e successive modificazioni.

80-*quater*. Con decreto del Ministro delle infrastrutture e dei trasporti, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, da emanare entro novanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono stabilite le nuove tariffe delle tasse automobilistiche in applicazione dei criteri di cui al comma 2, nonché le relative disposizioni di attuazione. La facoltà di cui al comma 1 dell'articolo 24 del decreto legislativo 30 dicembre 1992, n. 504, può essere esercitata a decorrere dall'anno successivo a quello di applicazione delle nuove tariffe.

80-*quinquies*. All'articolo 164, comma 1, del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, come modificato, da ultimo, dall'articolo 1, comma 510, della legge 24 dicembre 2012, n. 228, dopo la lettera *b)* è inserita la seguente: "b.1) per i veicoli di cui al primo e al terzo periodo della lettera *b)*, qualora rispettino i requisiti di cui all'articolo 17-*bis*, comma 2, lettera *b)*, del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 134, la percentuale di deducibilità indicata alla medesima lettera *b)* è elevata al 40 per cento per il periodo d'imposta in cui è avvenuta la prima immatricolazione e per i tre periodi d'imposta successivi".

80-*sexies*. La disposizione di cui al comma 4 si applica ai veicoli nuovi immatricolati per la prima volta dopo la data di entrata in vigore della presente legge e ha, efficacia a decorrere dal periodo d1imposta in corso alla data di entrata in vigore della presente legge, in deroga all'articolo 3, comma 1, della legge 27 luglio 2000, n. 212.

80-*septies*. La perdita di gettito derivante, a carico delle regioni, dall'applicazione del presente articolo è compensata attraverso trasferimenti annuali da corrispondere ai predetti enti, il cui ammontare è determinato con decreti del Ministro dell'economia e delle finanze, adottati previa intesa in sede di Conferenza unificata di cui all'articolo 8 del decreto legislativo 28 agosto 1997, n. 281, e successive modificazioni.

80-*octies*. Agli oneri derivanti dall'attuazione dei commi 4 e 6 del presente articolo, pari a 600 milioni di euro annui a decorrere dal 2015, si provvede a valere sulle maggiori entrate derivanti dal comma 8 del presente articolo.

80-*novies*. Con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri, da emanare entro il 30 settembre 2015, su proposta del Ministro dell'economia e delle finanze, previa deliberazione del Consiglio dei ministri e previo parere delle Commissioni parlamentari competenti per i profili finanziari, è disposta una riduzione delle dotazioni finanziarie, iscritte a legislazione vigente nell'ambito delle spese rimodulabili di cui all'articolo 21, comma 5, lettera *b),* della legge 31 dicembre 2009, n. 196, delle missioni di spesa di ciascun Ministero, tale da assicurare minori spese in termini di indebitamente netto pari a 600 milioni di euro a decorrere dal 2015, Le misure di cui al periodo precedente non sono adottate o sono adottate per importi ihferiori a quelli indicati ove, entro la data ivi indicata, siano approvati provvedimenti normativi che assicurino, in tutto o in parte, i predetti importi attraverso interventi di razionalizzazione e revisione della spesa pubblica.

80-*decies*. Qualora le misure di cui ai commi 1, 2, 3 e 4 del presente articolo generino maggiori entrate, l'importo di cui al comma 8 del presente articolo è conseguentemente ridotto.

80-*undecies*. Il Ministro dell'economia e delle finanze è, autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio».

1.484 (testo 2 corretto)

DI BIAGIO, GIACOBBE, TURANO, MICHELONI, Eva LONGO

Precluso

Dopo il comma 80, inserire i seguenti commi:

80-*bis*. All'articolo 24 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, e successive modificazioni, dopo il comma 3-*bis* è aggiunto il seguente comma:

3-*ter*. In deroga alle disposizioni contenute nel comma 1, nei confronti dei soggetti residenti all'estero, in uno Stato non facente parte dell'Unione europea né aderente all'Accordo sullo Spazio economico europeo, che assicuri comunque un adeguato scambio di informazioni, l'imposta dovuta è determinata

sulla base delle disposizioni contenute negli articoli da 1 a 23, a condizione che il reddito prodotto dal soggetto nel territorio dello Stato italiano sia pari almeno al 75 per cento del reddito dallo stesso complessivamente prodotto e che il soggetto non goda di agevolazioni fiscali analoghe nello Stato di residenza. Con decreto di natura non regolamentare del Ministro dell'economia e delle finanze sono adottate le disposizioni di attuazione del presente comma.

80-*ter*. Le disposizioni di cui al comma 80-*bis* si applicano a decorrere dal 2015.

80-*quater*. La lettera *b)* del comma 99 dell'articolo 1 della legge 24 dicembre 2007, n. 244, è sostituita dalla seguente:

Conseguentemente, *all'articolo 3, comma 76 aggiugere, in fine, le seguenti parole:* "ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 2 milioni di euro a decorrere dal 2015".

1.485

BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, MILO, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, Eva LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Dopo il comma 80, inserire i seguenti:

«80-*bis*. Al fine di promuovere la diffusione e la conoscenza delle opere dell'arte contemporanea e dei giovani artisti anche attraverso l'cquisizione delle stesse da parte di musei, gallerie nazionali d'arte, Istituzioni pubbliche, associazioni riconosciute o fondazioni operanti nei settori della promozione di beni artistici e culturali, ai sensi e per gli effetti dell'articolo 102 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, e successive modificazioni, recante norme per l'ammortamento dei beni materiali, l'acquisto di opere d'arte di artisti viventi da parte di soggetti titolari di reddito di impresa è ammortizzabile per l'80 per cento in quote costanti nell'esercizio in cui sono state sostenute e nei nove esercizi successivi fino a concorrenza del 2 per cento del giro di affari per ciascun esercizio.

80-*ter*. Ai fini del comma 1, le cessioni gratuite di opere d'arte di artisti viventi effettuate entro dodici mesi dalla loro acquisizione da soggetti privati anche non titolari di partita dell'imposta sul valore aggiunto (IVA) costituiscono credito di imposta, ai fini dell'imposta sul reddito delle persone fisiche (lRPEF), per un valore pari a quattro volte l'IVA pagta per l'acquisizione dell'opera d'arte di artisti viventi ceduta per importi fino a 10.000 euro; per importi superiori a 10.000 euro, il valore è stabilito dal decreto di cui all'articolo 7. 3. All'onere derivante dall'attuazione del presente articolo si prowede nel limite massimo di 500.000 euro annui».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 500 milioni di euro a decorrere dal 2015».

1.486

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 80 inserire i seguenti:

«80-*bis*. Al numero 1), lettera *a)*, comma 96, articolo 1, della legge 24 dicembre 2007, n. 244, sono aggiunte, in fine, le seguenti parole: ", e non si considerano ricavi, ai fini del predetto limite, la rivalsa di cui al comma 212, articolo 1, della legge 23 dicembre 1996, n. 662";

80-*ter*. Alla lettera *c)*, comma 2, articolo 27, del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, sono aggiunte in fine le seguenti parole: ", nei limiti previsti dal numero 1), lettera *a)*, comma 96, articolo 1, della legge 24 dicembre 2007, n. 244"».

Conseguentemente all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di

spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 500 milioni di euro a decorrere dal 2015».

1.487

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 80, inserire il seguente:

«80-*bis*. Al numero 1), lettera *a)*, comma 96, articolo 1, della legge 24 dicembre 2007, n. 244, sono aggiunte, in fine, le seguenti parole: ", e non si considerano ricavi, ai fini del predetto limite, la rivalsa di cui al comma 212, articolo 1, della legge 23 dicembre 1996, n. 662;"».

Conseguentemente all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 500 milioni di euro a decorrere dal 2015».

1.488

PANIZZA, FRAVEZZI, Fausto Guilherme LONGO, LANIECE, BATTISTA, ZIN

Precluso

Dopo il comma 80, inserire il seguente:

«80-*bis*. All'articolo 1, della legge 16 dicembre 1991, n. 398, è aggiunto, in fine, il seguente periodo: "Tale limite è elevato di ulteriori 250.000 euro nel caso in cui le associazioni sportive dilettantistiche o associazioni *pro loco* gestiscono impianti sportivi di proprietà di enti pubblici, alla cui gestione partecipano in convenzione una pluralità di Comuni e che sono affidati in gestione sulla base di convenzione che regola, almeno parzialmente, il regime tariffario"».

Conseguentemente, all'onere derivante dall'attuazione del presente comma, valutato in 3 milioni di euro annui, si provvede, per il triennio 2015-2017, mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa relativa al Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio.

1.489

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 80, inserire il seguente:

«80-*bis*. Alla lettera *c)*, comma 2, articolo 27, del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, sono aggiunte infine le seguenti parole: ", come previsto dal numero 1), lettera *a)*, comma 96, articolo 1, della legge 24 dicembre 2007, n. 244"».

Conseguentemente All'articolo 3, comma 76 aggiungere, infine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 500 milioni di euro a decorrere dal 2015».

1.490

URAS, DE PETRIS

Precluso

Dopo il comma 80, aggiungere i seguenti:

«80-*bis*. A decorrere dal 1º gennaio 2015, nel limite massimo di 50 milioni di euro annui, ai lavoratori iscritti in via esclusiva alla gestione separata di cui all'articolo 2, comma 26, della legge 8 agosto 1995, n. 335, le percentuali per la prestazione indennitaria previste dall'articolo 2 del decreto del ministero del lavoro - 12 gennaio 2001 sono sostituite dalle seguenti:

- 12 per cento nell'ipotesi di accredito di contribuzione, fino a quattro mensilità, anche non continuativa, nei dodici mesi precedenti la data di inizio del ricovero;

- 16 per cento nell'ipotesi di accredito di contribuzione, da cinque ad otto mensilità, anche non

continuativa, nei dodici mesi precedenti la data di inizio del ricovero;

- 20 per cento nell'ipotesi di accredito di contribuzione, da nove a dodici mensilità, anche non continuativa, nei dodici mesi precedenti la data di inizio del ricovero.

I suddetti periodi sono altresì coperti da contribuzione previdenziale figurativa.

80-*ter*. Il primo e il secondo periodo dell'articolo 1 comma 788 della legge 27 dicembre 2006 n. 296 sono sostituiti dal seguente: "A decorrere dal 1º gennaio 2015, ne limite massimo di 50 milioni di euro annui, ai lavoratori a progetto e categorie assimilate iscritti alla gestione separata di cui all'articolo 2, comma 26, della legge 8 agosto 1995, n. 335, non titolari di pensione e non iscritti ad altre forme previdenziali obbligatorie, è corrisposta un'indennità giornaliera di malattia a carico dell'INPS entro il limite massimo di giorni previsto in caso di degenza ospedaliera. L'indennità è corrisposta a partire dal primo giorno dell'evento morboso e per la predetta prestazione si applicano le percentuali e i requisiti contributivi e reddituali previsti per la corresponsione dell'indennità di degenza ospedaliera a favore dei lavoratori iscritti alla gestione separata. I suddetti periodi di malattia sono altresì coperti da contribuzione previdenziale figurativa".».

Conseguentemente al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni di euro » *con le seguenti:* «150 milioni di euro».

1.492

BULGARELLI, MANGILI, LEZZI, CATALFO, PAGLINI, PUGLIA, AIROLA

Precluso

Dopo il comma 80, inserire i seguenti:

«80-*bis*. Nei limiti di spesa di 50 milioni di euro ai i soci delle imprese di *start-up* innovative non si applica il contributo minimale di cui al comma 3 dell'articolo 1 della legge 2 agosto 1990, n. 233, e al comma 7 dell'articolo 6 della legge 31 dicembre 1991, n. 415.

80-*ter*. Il Ministro dello sviluppo economico, entro novanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, stabilisce, con proprio decreto, la misura dei contributi e le modalità per il loro pagamento e la loro riscossione da parte dei soggetti di cui ai comma 80-*bis*, iscritti alla gestione artigiani e commercianti».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 50.000;

2016: - 50.000;

2017: - 50.000.

1.493

AMIDEI, PICCOLI, BERTACCO

Precluso

Dopo il comma 80, aggiungere il seguente:

«80-*bis*. All'articolo 45 della legge 23 luglio 2009, n. 99, il comma 2 è sostituito dal seguente:

"2. Nello stato di previsione del Ministero dello sviluppo economico è istituito il Fondo preordinato alla riduzione del prezzo alla pompa dei carburanti per i residenti nelle regioni interessate dalla estrazione di idrocarburi liquidi e gassosi, nonché dalle attività di rigassificazione anche attraverso impianti fissi *off-shore*"».

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

1.495

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 80, aggiungere il seguente:

«80-*bis*. All'articolo 13, comma 8, del decreto-legge 30 settembre 2003, n. 269, convertito, con modificazioni, dalla legge 24 novembre 2003, n. 326, aggiungere, infine, il seguente periodo: "In via residuale possono far parte dei confidi anche persone fisiche".».

1.497

MALAN

Precluso

Al comma 81, aggiungere, al termine, il seguente periodo: «Attingendo a tale fondo, e senza superarne i limiti, sono ripristinati gli uffici di Tribunale e di Procura della Repubblica già soppressi di Pinerolo, Bassano del Grappa, Chiavari, Lucera e Rossano Calabro».

1.498

BUCCARELLA, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Dopo il comma 81, aggiungere il seguente:

«81-*bis*. A valere sulle risorse di cui al comma 1, il Ministero della giustizia provvede nell'anno 2015, in aggiunta alle facoltà assunzionali previste dalla normativa vigente, a indire un concorso pubblico per esami per l'assunzione di personale afferente le figure professionali di 350 cancellieri e di 150 ufficiali giudiziari per le posizioni economiche B3, C1 e C2».

1.499

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 81, inserire i seguenti:

«81-*bis*. In considerazione della grande mole di arretrato di civile, è autorizzata, a supporto dell'attività giudiziaria di smaltimento dell'arretrato, per gli anni 2015, 2016 e 2017, la stipula di contratti a tempo determinato, per quei lavoratori cassaintegrati in mobilità, impegnati in lavori socialmente utili, disoccupati o inoccupati, che abbiano svolto il tirocinio formativo presso il Ministero della giustizia.

81-*ter*. in conseguenza di quanto previsto dal comma 1-*bis*, all'articolo 1, comma 25, lettera *c)*, legge del 24 dicembre 2012, alla fine di aggiungere le parole: "autorizzata la spesa di 50 milioni di euro annui per gli anni 2015,2016 e 2017 per la stipula di 2.900 contratti a tempo determinato, per quei lavoratori cassaintegrati, in mobilità, impegnati in lavori socialmente utili, disoccupati o inoccupati, che abbiano svolto il tirocinio formativo presso il Ministero della giustizia".».

Conseguentemente, all'articolo 2, comma 67, sostituire le parole: «è ridotta di 238 milioni di euro per l'anno 2015 e di 200 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016 con le seguenti: è ridotta di 318 milioni di euro annui per gli anni 2015, 2016 e 2017, e di 200 milioni di euro annui a decorrere dal 2018».

1.500

CRIMI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Dopo il comma 81, aggiungere il seguente:

«81-*bis*. Al fine di garantire la funzionalità dell'ufficio del processo e per contribuire ai progetti di smaltimento dell'arretrato degli uffici giudiziari, sono stipulati contratti a tempo determinato per l'anno 2015 per tutti coloro che abbiano svolto il perfezionamento del tirocinio formativo con il Ministero della Giustizia ai sensi dell'articolo 1 comma 344 della legge 27 dicembre 2013, n. 147. All'onere derivante dal presente comma, valutato in 40 milioni di euro per l'anno 2015, si provvede mediante utilizzo di quota parte delle risorse del fondo unico giustizia di cui all'articolo 2 comma 7, del decreto legge 16 settembre 2008, n. 143, convertito, con modificazioni, dalla legge 13 novembre 2008, n. 181».

1.506

COMAROLI, TOSATO

Precluso

All'articolo 1, dopo il comma 81 sono aggiunti i seguenti commi:

«81-*bis.* Dopo il numero 5) dell'articolo 61 del codice penale è inserito il seguente:

5-*bis)* l'avere commesso il fatto contro una persona che ha compiuto il sessantacinquesimo anno

di età;»

81-*ter*. Al secondo comma dell'articolo 640 del codice penale è aggiunto, in fine, il seguente numero:

2-*ter)* se il fatto è commesso in presenza della circostanza di cui all'articolo 61, numero 5-*bis)*.

1.507

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 81, è aggiunto il seguente comma:

«81-*bis*. All'articolo 490 del codice di procedura civile, dopo le parole: "forme della pubblicità commerciale" viene aggiunto il seguente periodo: "Il giudice dispone infine che l'avviso sia inserito almeno quarantacinque giorni prima del termine per la presentazione delle offerte o della data dell'incanto sulle televisioni locali in digitale terrestre specializzate in vendite e aste giudiziarie aventi maggiori ascolti certificati Auditel (ascolto medio e contatti netti, media mensile)"».

1.508

CAPPELLETTI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Dopo il comma 81 inserire i seguenti:

81-*bis*. Al fine di favorire il completamento del processo telematico e la digitalizzazione della giustizia al codice di procedura civile sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 136 il terzo comma è sostituito dal seguente: «Salvo che la legge disponga diversamente, se non è possibile procedere ai sensi del comma che precede, Il biglietto è trasmesso a mezzo di posta elettronica certificata».

b) all'articolo 149-*bis*, il primo comma è sostituito dal seguente: «Salvo che la legge disponga diversamente, la notificazione si esegue a mezzo posta elettronica certificata, anche previa estrazione di copia informatica del documento cartaceo».

c) all'articolo 170, il, primo comma sostituito dal seguente: «Dopo la costituzione In giudizio tutte le notificazioni e le comunicazioni si fanno al procuratore costituito a mezzo di posta elettronica certificata, salvo che la legge disponga altrimenti».

d) all'articolo 330, primo comma, è aggiunto, in fine, il seguente periodo: «Le notificazioni presso il procuratore costituito o domiciliatario sono comunque eseguite mediante consegna a mezzo di posta elettronica certificata».

e) all'articolo 370, Il primo comma è sostituito dal seguente: «La parte contro la quale Il ricorso è diretto, se intende contraddire, deve farlo mediante contrari corso a mezzo di posta elettronica certificata da notificarsi al ricorrente o, in mancanza, presso il domicilio eletto entro venti giorni dalla scadenza del termine stabilito per il deposito del ricorso. In mancanza di tale notificazione, essa non può presentare memorie, ma soltanto partecipare alla discussione orale».

81-*ter*. All'articolo 157 del codice di procedura penale, il comma 8-*bis* è sostituito dal seguente:

«8-*bis*. Le notificazioni successive, In caso di nomina di difensore ai sensi dell'articolo 96 e di imputato non detenuto, sono sempre eseguite mediante consegna ai difensori a mezzo di posta elettronica certificata. SI utilizza a tal fine l'Indirizzo di posta elettronica certificata Indicato dal difensore nel primo scritto difensivo utile, presso cui dichiara di voler ricevere le comunicazioni, comunicato al proprio ordine. Le notificazioni e gli avvisi al difensori a mezzo di posta elettronica si Intendono notificati al momento della ricezione, da parte dell'ufficio notificatore, della ricevuta di consegna dell'atto da parte del sistema Informatico. In caso di Impossibilità di procedere mediante posta certificata le comunicazioni e le notificazioni sono effettuate presso la cancelleria».

81-*quater*. Entro trenta giorni dalla data di entrata In vigore della presente legge, con decreto del Ministro della giustizia, sentiti I consigli dell'ordine forense, sono apportate alla normativa attuativa vigente le modificazioni necessarie ai fini dell'applicazione di quanto previsto in materia di giustizia, digitale e processo telematica, con particolare riferimento alla necessità di assicurare che tutti gli uffici e le amministrazioni pubbliche di cui all'articolo 1, comma 2, del decreto legislativo 30 marzo 2001,

n. 165, I periti e I consulenti tecnici di parte dispongano di Indirizzo di posta elettronica certificata, all'uopo utilizzando le risorse di cui al comma 81.

1.509

BUCCARELLA, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Dopo il comma 81, aggiungere il seguente:

81-*bis*. Al fine di ridurre gli oneri derivanti dalle procedure di notificazione, si provvede come segue:

a) all'articolo 1 della legge 20 gennaio 1992, n. 55, il comma 1 è sostituito dal seguente: «1. La notificazione del ricorso, del controricorso e del ricorso incidentale dinanzi alla Corte di Cassazione può essere effettuata anche dall'ufficiale giudiziario del luogo ove ha sede il giudice che ha pronunziato il provvedimento impugnato, a mezzo del servizio postale»;

b) all'articolo 149 del codice di procedura civile è aggiunto, in fine, il seguente comma : «Se il soggetto notificante non è ancora in possesso dell'avviso di ricevimento, può provare la data di perfezionamento della notificazione producendo una certificazione postale relativa alla consegna, ovvero copia dell'attestazione di consegna del servizio di monitoraggio della corrispondenza rilevabile dal sito internet delle poste. È fatta salva la prova contraria»

1.511

BUCCARELLA, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Sopprimere il comma 82

Conseguentemente, al comma 121, sostituire le parole: «200 milioni», *con le seguenti:* «100 milioni»

1.512

FRAVEZZI, LANIECE, BATTISTA, PANIZZA, PUPPATO, Fausto Guilherme LONGO

Precluso

Al comma 82, sostituire le parole: «dopo il comma 1 è aggiunto il seguente:» con le seguenti: «apportare le seguenti modificazioni:

a) al comma 1, dopo la parola: «valore», sono inserite le seguenti: «senza tener conto degli interessi»

b) dopo il comma 1 è aggiunto il seguente:

Conseguentemente, ridurre di 6 milioni di euro la rubrica del MEF della allegata tabella A.

1.513

BUCCARELLA, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Al comma 82, capoverso 1-bis, primo periodo, aggiungere, infine, le seguenti parole: «, salvo che l'attore o l'istante sia una persona fisica.»

Conseguentemente, al medesimo articolo 1, al comma 121, sostituire le parole: «200 milioni», *con le seguenti:* «150 milioni»

1.515

DE CRISTOFARO, URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 82, inserire il seguente:

«82-*bis*. All'articolo 76, comma 1, del decreto del Presidente della Repubblica 30 maggio 2002, n. 115, Testo unico delle disposizioni legislative regolamentari in materia di spese di giustizia, le parole: "non superiore a euro 9.296,22" sono sostituite dalle seguenti: «non superiore a euro 12,000».

Conseguentemente all'articolo 2, comma 67, sostituire le parole: «è ridotta di 238 milioni di euro per l'anno 2015 e di 200 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016 con le seguenti è ridotta di 388 milioni di euro per l'anno 2015 e di 350 milioni di euro annui a decorrere dal 2016».

1.516

FRAVEZZI, LANIECE, PANIZZA, BATTISTA, PUPPATO, Fausto Guilherme LONGO

Precluso

Dopo il comma 82, inserire il seguente:

«82-*bis*. All'articolo 424 del codice civile è aggiunto, in fine, il seguente comma:

"3-*bis*. Fermo quanto previsto dal primo comma, le disposizioni in materia di contabilità dell'amministrazione di cui all'articolo 380 del codice civile non si applicano qualora tutore dell'interdetto sia uno dei genitori"».

1.517

MUNERATO, CANDIANI, STEFANI, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Al comma 83, dopo le parole: «di tutela e conciliazione delle esigenze di cura, di vita e di lavoro,» inserire le seguenti: «di sostegno ai lavoratori ed alle lavoratrici affetti. da malattie oncologiche ovvero genitori di minori affetti da malattie oncologiche,».

1.519

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 83 sostituire le parole: «di 2.200 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016 e di 2.000 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2017» con le seguenti: «di 4.000 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015, dei quali 1.000 milioni destinati agli ammortizzatori sociali in deroga».

Conseguentemente, sopprimere i commi 16, 17, 18 e 19

1.520

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 83 sostituire le parole: «di 2.200 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016 e di 2.000 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2017» con le seguenti: «di 3.000 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015,2016 e 2017, nonché di 2.500 milioni di euro per l'anno 2018 e di 2.000 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2019».

Conseguentemente, sopprimere i commi 90 e 91 e al comma 92 sostituire le parole: «al finanziamento degli incentivi di cui al presente articolo» *con le seguenti:* «al finanziamento degli incrementi di cui all'ultimo periodo del comma 83 dell'articolo l della presente legge».

1.521

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 83 sostituire le parole: «di 2.200 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016 e di 2.000 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2017» con le seguenti: «di 2.700 milioni di euro per l'anno 2015, 3.400 milioni di euro per l'anno 2016, 3.500 milioni di euro per l'anno 2017, 2.800 milioni di euro per l'anno 2018 e 2.000 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2019.

Conseguentemente, sostituire il comma 90 con i seguenti:

«90. Al fine di promuovere forme di occupazione stabile, ai datori di lavoro privati, con esclusione del settore agricolo, che incrementano il numero dei lavoratori dipendenti con contratto. di lavoro a tempo indeterminato, con esclusione dei contratti di apprendistato e dei contratti di lavoro domestico, decorrenti dal 1º gennaio 2015 con riferimento a contratti stipulati non oltre il 31 dicembre 2015, è riconosciuta, per un periodo massimo di 36 mesi, ferma restando l'aliquota di computo, delle prestazioni pensionistiche, l'esonero del versamento dei complessivi contributi previdenziali a carico dei datori di lavoro, con esclusione dei premi e contributi dovuti all'Istituto nazionale per l'assicurazione contro gli infortuni sul lavoro (INAIL), nel limite massimo di un importo di esonero pari a 8.060 euro su base annua. L'esonero di cui al presente comma spetta ai datori di lavoro in presenza delle nuove assunzioni di cui al primo periodo, con esclusione di quelle relative a lavoratori che nei sei mesi precedenti siano risultati occupati a tempo indeterminato presso qualsiasi datore di

lavoro e non spetta con riferimento a lavoratori per i quali il beneficio di cui al presente comma sia già stato usufruito in relazione a precedente assunzione a tempo indeterminato. L'esonero di cui al presente comma non è cumulabile con altri esoneri o riduzioni delle aliquote di finanziamento previsti dalla normativa vigente. L'esonero di cui al presente comma non spetta ai datori di lavoro in presenza di assunzioni relative a lavoratori in riferimento ai quali i datori di lavoro, ivi considerando società controllate o collegate ai sensi dell'articolo 2359 del codice civile o facenti capo, anche per interposta persona, allo stesso soggetto, hanno comunque già in essere un contratto a tempo indeterminato nei tre mesi antecedenti la data di entrata in vigore della presente legge, l'INPS provvede, con le risorse umane, strumentali e finanziarie disponibili a legislazione vigente, al monitoraggio del numero di contratti incentivanti ai sensi del presente comma e delle conseguenti minori entrate contributive, inviando relazioni mensili al Ministero del lavoro e delle politiche sociali e al Ministero dell'economia e delle finanze.

90-*bis*. il beneficio di cui al comma 1 spetta per ogni unità lavorativa risultante dalla differenza tra il numero dei lavoratori con contratto a tempo indeterminato rilevato in ciascun mese e il numero dei lavoratori con contratto indeterminato mediamente occupati nei dodici mesi precedenti la data di assunzione. Per le assunzioni di dipendenti con contratto di lavoro a tempo parziale, il credito d'imposta spetta in misura proporzionale alle ore prestate rispetto a quelle del contratto nazionale».

1.526

URAS, BAROZZINO, DE PETRIS, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 83, aggiungere, infine, il seguente periodo: «Tale dotazione è incrementata di 1.000 milioni di euro annui per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, nonché di 500 milioni di euro per l'anno 2018».

Conseguentemente:

a) sopprimere i commi 90 e 91;

b) al comma 3 sostituire le parole: "Al finanziamento degli incentivi di cui ai commi 90 e 91" con le seguenti: "Al finanziamento degli incrementi di cui all'ultimo periodo del comma 83 della presente legge.

1.528

Mario MAURO

Precluso

Dopo il comma 83, aggiungere i seguenti:

«83-*bis*. Le disposizioni di cui all'articolo 35, comma 8, del decreto-legge 30 dicembre 2008, n. 207, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 febbraio 2009, n. 14, si interpretano nel senso che ai fini, della liquidazione o della ricostituzione delle prestazioni previdenziali ed assistenziali collegate al reddito in presenza di prestazioni per le quali sussiste l'obbligo di comunicazione al Casellario centrale dei pensionati di cui al decreto del Presidente della Repubblica 31 dicembre 1971, n. 1388, e successive modificazioni e integrazioni, il reddito da lavoro conseguito dal beneficiario nell'anno solare precedente rileva ai fini della definizione del reddito di riferimento solo in misura proporzionale al periodo nel quale esso è stato effettivamente conseguito anche nell'anno di riferimento antecedentemente all'erogazione della prestazione per la quale sussiste l'obbligo di comunicazione al Casellario centrale dei pensionati.

83-*ter*. Le disposizioni dell'articolo 13, terzo comma, del regio decreto-legge 14 aprile 1939, n. 636, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 luglio 1939, n. 1272, e successive modificazioni, si interpretano nel senso che si considerano frequentanti l'Università anche i figli superstiti che nell'anno della morte del pensionato o dell'assicurato siano stati iscritti a corsi di laurea precedentemente e successivamente alla morte del pensionato o dell'assicurato, ancorché alla data della morte stessa non risultino iscritti ad alcun corso.

83-*quater*. I redditi derivanti da trattamenti pensionistici ai superstiti conseguiti dai figli superstiti non concorrono alla determinazione del limite di reddito di cui all'articolo 12, comma 2, del testo

unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, e successive modificazioni».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: - 50.000;

2016: - 10.000;

2017: - 10.000.

1.530

MANGILI, LEZZI, BULGARELLI

Precluso

Dopo il comma 83, aggiungere il seguente:

«83-*bis.* Al fine di adottare un livello di tassazione più elevato per i redditi di pensione superiori ai 90.000 euro annui e destinare il maggior gettito alla riduzione del carico fiscale dei redditi di pensioni meno elevati e all'aumento delle pensioni minime, è introdotta, con decreto del Presidente della Repubblica da adottare ai sensi dell'articolo 17, comma 1 della legge 23 agosto 1988, n. 400, a decorrere dal 2015, una imposta sostitutiva per redditi di pensione, caratterizzata da un maggior numero di aliquote fiscali progressive.»

1.532

GAMBARO

Precluso

Dopo il comma 83, aggiungere i seguenti:

«83-*bis.* Per l'anno 2015 nella dotazione individuata nel precedente comma 1 è compresa la quota pari a 400 milioni di euro destinata al rifinanziamento degli ammortizzatori sociali in deroga di cui all'articolo 2, commi 64, 65 e 66, della legge 28 giugno 2012, n. 92 e successive modificazioni e integrazioni e dei contratti di solidarietà di cui all'articolo 5, della legge n. 236/1993.

83-*ter*. Nella dotazione individuata dal comma 1 è altresì compresa la quota destinata al finanziamento strutturale dei Fondi di Solidarietà Bilaterali, costituiti ai sensi della legge 28 giugno 2012, n. 92, articolo 3, commi 14 e ss.».

1.533

DE PIN, MASTRANGELI, BOCCHINO, CAMPANELLA

Precluso

Dopo il comma 83, aggiungere i seguenti:

«83-*bis.* Per l'anno 2015 nella dotazione individuata nel precedente comma 1 è compresa la quota pari a 400 milioni di euro destinata al rifinanziamento degli ammortizzatori sociali in deroga di cui al!'articolo 2, commi 64, 65 e 66, della legge 28 giugno 2012, n. 92 e successive modificazioni e integrazioni e dei contratti di solidarietà di cui all'articolo 5, della legge n. 236/1993.

83-*ter*. Nella dotazione individuata dal comma 1 è altresì compresa la quota destinata al finanziamento strutturale dei Fondi di Solidarietà Bilaterali, costituiti ai sensi della legge 28 giugno 2012, n. 92, articolo 3, commi 14 e ss».

1.534

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, CROSIO

Precluso

Dopo il comma 83, aggiungere i seguenti:

«83-*bis*. Per l'anno 2015 nella dotazione individuata nel precedente comma 1 è compresa la quota pari a 400 milioni di euro destinata al rifinanziamento degli ammortizzatori sociali in deroga di cui all'articolo 2, commi 64, 65 e 66, della legge 28 giugno 2012, n. 92 e successive modificazioni e integrazioni e dei contratti di solidarietà di cui all'articolo 5, della legge n. 236/1993.

83-*ter*. Nella dotazione individuata dal comma 1 è altresì compresa la quota destinata al finanziamento strutturale dei Fondi di Solidarietà Bilaterali, costituiti ai sensi della legge 28 giugno 2012, n. 92, articolo 3, commi 14 e ss.».

1.535

GALIMBERTI

Precluso

Dopo il comma 83, aggiungere i seguenti:

«83-*bis*. Per l'anno 2015 nella dotazione individuata nel precedente comma 1 è compresa lo quota pari a 400 milioni di euro destinata al rifinanziamento degli ammortizzatori sociali In deroga di cui all'articolo 2 commi 64, 65 e 66, della legge 28 giugno 2012, n. 92 e successive modificazioni e integrazioni e dei contratti di solidarietà di cui all'articolo 5, della legge n. 236/1993.

83-*ter*. Nella dotazione individuata dal comma 1 è altresl compresa la quota destinata al finanziamento strutturale dei Fondi di Solidarietà Bilaterali, costituiti ai sensi della legge 28 giugno 2012, n. 92, articolo 3, commi 14 e ss.».

1.536

MANDELLI, PICCOLI, BRUNI, BONFRISCO, CERONI, D'ALI', MILO

Precluso

Dopo il comma 83, aggiungere i seguenti:

«83-*bis*. Per l'anno 2015 nella dotazione individuata nel precedente comma 1 è compresa la quota pari a 400 milioni di euro destinata al rifinanziamento degli ammortizzatori sociali in deroga di cui all'articolo 2, commi 64, 65 e 66, della legge 28 giugno 2012, n. 92 e successive modificazioni e integrazioni e dei contratti di solidarietà di cui all'articolo 5, della legge n. 236/1993.

83-*ter*. Nella dotazione individuata dal comma 1 è altresì compresa la quota destinata al finanziamento strutturale dei Fondi di Solidarietà Bilaterali, costituiti ai sensi dell'articolo 3 della legge 28 giugno 2012, n. 92.»

1.543

CERONI, RAZZI

Precluso

Dopo il comma 83 inserire il seguente:

«83-*bis*. In attesa della completa attuazione della riforma dellavoro e dell'istituzione dell'Agenzia nazionale per il lavoro, dal 1º gennaio 2015, i centri per l'impiego provinciali e il relativo personale sono trasferiti in via transitoria all'Istituto nazionale della previdenza sociale.».

1.545

LIUZZI

Precluso

Dopo il comma 83 aggiungere il seguente:

«83-*bis*. In attesa della completa attuazione della riforma del lavoro e dell'istituzione dell'Agenzia nazionale per il lavoro, dal 1º gennaio 2015, i centri per l'impiego provinciale e il relativo personale sono trasferiti in via transitoria all'Istituto nazionale della previdenza sociale».

1.548

URAS, BAROZZINO, DE PETRIS, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 84, aggiungere il seguente:

«84-*bis*. È istituito presso il Ministero del lavoro e delle politiche sociali un Fondo per il sostegno ai lavoratori impegnati nei lavori socialmente utili. Per la costituzione di tale Fondo è autorizzata la spesa di 200 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015. il Ministro del lavoro e delle politiche sociali ripartisce annualmente tale somma con proprio decreto dando priorità alte finalità di cui all'articolo 3, comma 1, del decreto-legge 25 marzo 1997, n. 67, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 maggio 1997, n. 135».

Conseguentemente, all'articolo 2, comma 67, sostituire le parole: «è ridotta di 238 milioni di euro per l'anno 2015 e di 200 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016» *con le seguenti:* «è ridotta di 438 milioni di euro per l'anno 2015 e di 400 milioni a decorrere dal 2016».

1.549

URAS, BAROZZINO, DE PETRIS, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 84, aggiungere il seguente:

«84-*bis*. È istituito presso il Ministero del lavoro e delle politiche sociali un Fondo per il sostegno ai Lavoratori impegnati nei lavori socialmente utili. Per la costituzione di tale Fondo è autorizzata la spesa di 100 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015. li Ministro del lavoro e delle politiche sociali ripartisce annualmente tale somma con proprio decreto dando priorità alle finalità di citi all'articolo 3, comma 1, del decreto legge 25 marzo 1997, n. 67, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 maggio 1997, n. 135».

Conseguentemente, all'articolo 2, comma 67, sostituire le parole: «è ridotta di 238 milioni di euro per l'anno 2015 e di 200 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016» *con le seguenti:* «è ridotta di 338 milioni di euro per l'anno 2015 e di 300 milioni a decorrere dal 2016».

1.550

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 84, inserire i seguenti:

«84-*bis*. All'articolo 13 della legge 27 marzo 1992, n. 257, dopo il comma 2 è aggiunto il seguente: "2-*ter*. In deroga a quanto disposto dall'articolo 24 del decreto-legge 6 dicembre 2011 n. 201, convertito con modificazioni dalla legge 22 dicembre 20 Il n. 214 le disposizioni di cui al precedente comma 2, si applicano anche agli ex lavoratori occupati nelle imprese che hanno svolto attività di coibentazione e bonifica, che hanno cessato il loro rapporto di lavoro per effetto della chiusura, dismissione o fallimento della impresa presso cui erano occupati e il cui sito è interessato da Piano di Bonifica da parte dell'ente Territoriale che non abbiano maturato i requisiti anagrafici e contributivi previsti dalla normativa vigente, che risultano ammalati con patologia asbesto correlata accertata e riconosciuta ai sensi dell'articolo 13 comma 7"».

Conseguentemente, all'articolo 2, comma 11, sostituire le parole: «ridotta di 200 milioni» *con le seguenti:* «ridotta di 600 milioni».

1.553

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 84, aggiungere il seguente:

«84-*bis*. Ai fini del conseguimento delle prestazioni pensionistiche da parte dei lavoratori attualmente in servizio, con effetto dal 1° gennaio 2015 non si tiene conto dei provvedimenti di annullamento delle certificazioni rilasciate dall'istituto Nazionale per l'assicurazione contro gli infortuni sul lavoro per il conseguimento dei benefici di cui all'articolo 13, comma 8, della legge 27 marzo 1992, n. 257, salvo il caso di dolo dell'interessato accertato in via giudiziale con sentenza definitiva. Gli oneri di cui al presente comma sono valutati in 6 milioni di euro per l'anno 2015, in 16,5 milioni per l'anno 2016, in 21,5 milioni per l'anno 2017, in 21,5 milioni di euro per l'anno 2018, in 20,5 milioni di euro per l'anno 2019, in 16 milioni di euro per l'anno 2020, in 11 milioni di euro per l'anno 2021, in 6,2 milioni di euro per l'anno 2022, in 3,5 milioni di euro per l'anno 2023 e in 3 milioni di euro per l'anno 2024».

Conseguentemente alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 6.000.000;

2016: - 16.500.000;

2017: - 21.500.000.

1.556

DE CRISTOFARO, URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 84, aggiungere il seguente:

«1-*bis*. L'autorizzazione di spesa per le finalità di cui all'articolo 3, comma 1, del decreto-legge 25 marzo 1997, n. 67, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 maggio 1997, n. 135, è resa permanente a decorrere dall'anno 2015 e la sua quantificazione è rinviata alla legge di stabilità, ai sensi dell'articolo il, comma 3, lettera *d)*, della legge 31 dicembre 2009, n. 196».

Conseguentemente:

a) all'articolo 2, comma 67, sostituire le parole: «è ridotta di 238 milioni di euro per l'anno 2015 e di 200 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016» con le seguenti: «è ridotta di 408 milioni di euro per l'anno 2005 e 370 milioni di euro a decorrere dal 2015»;

b) alla Tabella C, Missione Politiche per il lavoro, Programma Politiche attive del lavoro, i servizi per il lavoro e la formazione, aggiungere la voce: «decreto- legge 25 marzo 1997, n. 67, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 maggio 1997, n. 135».

Articolo 3, comma 1- LSU di Napoli e Palermo:

2015:

CP: + 100.000,000;

CS: + 100.000.000.

2016:

CP: + 100.000.000;

CS: + 100.000.000.

2017:

CP: + 100.000.000;

CS: + 100.000.000.

1.558

BAROZZINO, URAS, DE PETRIS

Precluso

Dopo il comma 84, aggiungere il seguente:

«84-*bis*. Per l'anno 2015, l'ammontare del trattamento di integrazione salariale per i contratti di solidarietà di cui all'articolo 1 del decreto-legge 30 ottobre 1984, n. 726, convertito, con modificazioni, dalla legge 19 dicembre 1984, n. 863, e successive modificazioni, è aumentato nella misura del 10 per cento della retribuzione persa a seguito della riduzione di orario, nel limite massimo di 50 milioni di euro per lo stesso anno 2015».

Conseguentemente al comma 112 la parola: «250» *è sostituita dalla parola:* «200».

1.559

URAS, BAROZZINO, DE PETRIS, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 84, aggiungere il seguente:

«84-*bis*. In attesa della completa attuazione della riforma del lavoro e dell'istituzione dell'Agenzia nazionale per il lavoro, dal 10 gennaio 2015, i centri per l'impiego provinciali e il relativo personale sono trasferiti in via transitoria all'Istituto nazionale della previdenza sociale».

1.562

CENTINAIO, MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 85, inserire il seguente:

«85-*bis*. A decorrere dall'entrata in vigore della presente legge sono riaperti i termini per presentare domanda agli enti previdenziali da parte dei lavoratori esposti all'amianto che intendano ottenere il riconoscimento dei benefici di cui al comma 1 dell'articolo 47 del decreto-legge 30 settembre 2003, n. 269, convertito, con modificazioni, dalla legge 24 novembre 2003, n. 326. I lavoratori affetti da patologie asbesto-correlate di origine professionale, possono accedere al pensionamento anticipato, senza rinunciare alle altre provvidenze vigenti. Le domande per il commissariamento dei benefici per l'esposizione all'amianto per le quali sono decorsi tre anni e trecento giorni, anche in seguito a rigetto dell'azione giudiziaria per decadenza di cui al comma 7,

possono essere ripresentate entro dodici mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge. Il lavoratore può agire in giudizio per l'accertamento dei benefici per l'esposizione all'amianto anche in costanza di rapporto di lavoro. Ai lavoratori *ex* esposti all'amianto, compresi i militari, collocati in trattamento di quiescenza prima della data di entrata inÍ vigore della legge 27 marzo 1992, n. 257, che si ammalano di una patologia correlata all'amianto successivamente al pensionamento è riconosciuto il beneficio previsto dall'articolo 6, comma 7, della medesima legge n. 257 del 1992, e successive modificazioni. In caso di decesso per malattia professionale di un lavoratore *ex* esposto all'amianto, il diritto alla rendita del suddetto superstite decorre, ai fini della prescrizione, da quando i titolari del diritto hanno avuto conoscenza del diritto medesimo. Il diritto ai benefici contributivi è riconosciuto anche ai lavoratori esposti o *ex* esposti all'amianto che sono stati collocati in pensione prima dell'entrata in vigore della legge 27 marzo 1992, n. 257».

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117, 124, 125, 132;

all'articolo 2, sopprimere il comma 207;

all'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le seguenti parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1.200 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

1.568

BERGER, ZELLER

Precluso

Al comma 87, sopprimere le parole: «I Con effetto sui trattamenti pensionistici decorrenti dal 1º gennaio 2015».

1.569

BERGER, ZELLER

Precluso

Al comma 87, sostituire le parole: «Con effetto sui trattamenti pensionistici decorrenti dal 1º gennaio 2015» con le seguenti: «Con effetto sui soli ratei decorrenti dal 1º gennaio 2015 dei trattamenti pensionistici, ivi compresi i trattamenti liquidati prima della suddetta data,».

1.572

Luigi MARINO

Precluso

Dopo il comma 87 aggiungere il seguente:

«87-*bis.* Al comma 239 dell'articolo l della legge 18 dicembre 2012 n. 228 sopprimere le parole: "qualora non siano in possesso dei requisiti per il diritto al trattamento pensionistico"».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 132, sostituire le parole: «6,1 milioni di euro per l'anno 2015, di 22,8 milioni di euro per l'anno 2016, di 212,7 milioni di euro per l'anno 2017, di 191 milioni di euro per l'anno 2018, di 199,5 milioni di euro per l'anno 2019, di 211,4 milioni di euro per l'anno 2020, di 289,65 milioni di euro per l'anno 2021, di 304,05 milioni di euro per l'anno 2022, di 306,75 milioni di euro per l'anno 2023, di 307,25 milioni di euro per l'anno 2024,11» *con le seguenti:* «1,2 milioni di euro per l'anno 2015, di 12,7 milioni di euro per l'anno 2016, di 196,40 milioni di euro per l'anno 2017, di 164,6 milioni di euro per l'anno 2018, di 159,9 milioni di euro per l'anno 2019, di 157,7 milioni di euro per l'anno 2020, di 220,75 milioni di euro per l'anno 2021, di 219,25 milioni di euro per l'anno 2022, di 204,65 milioni di euro per l'anno 2023, di 186,65 milioni di euro per l'anno 2024,».

1.573

Luigi MARINO

Precluso

Dopo il comma 87, aggiungere il seguente:

«87-*bis*. Al comma 239 dell'articolo 1 della legge 18 dicembre 2012 n. 228 sopprimere le parole:

"qualora non siano in possesso dei requisiti per il diritto al trattamento pensionistico"».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 4.900.000;
2016: - 10.100.000;
2017: - 16.300.000;
2018: - 26.400.000;
2019: - 39.600.000;
2020: - 53.700.000;
2022: - 68.900.000;
2023: - 84.800.000;
2016: - 102.100.000;
2017: - 120.600.000.

1.574

Luigi MARINO

Precluso

Dopo il comma 87, aggiungere il seguente:

«87-*bis*. Al comma 239 dell'articolo 1 della legge 18 dicembre 2012 n. 228 sopprimere le parole: "qualora non siano in possesso dei requisiti per il diritto al trattamento pensionistico"».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 4.900.000;
2016: - 10.100.000;
2017: - 16.300.000.

Dal 2018 la quantificazione annuale è demandata alla legge di stabilita (Tabella C).

1.577

PETRAGLIA, DE PETRIS, URAS

Precluso

Dopo il comma 88, aggiungere il seguente:

«88-*bis*. Le risorse di cui al comma 1 dell'articolo 19 del decreto-legge 29 novembre 2008, n. 185, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 gennaio 2009, n. 2, e successive modificazioni, destinate al finanziamento della indennità *una tantum* per collaboratori coordinati e continuativi, di cui all'articolo 61, comma 1, del decreto legislativo 10 settembre 2003, n. 276, iscritti in via esclusiva alla Gestione separata presso l'INPS di cui all'articolo 2, comma 26, della legge 8 agosto 1995, n. 335, sono destinate altresì a sostenere l'erogazione della medesima misura ai collaboratori coordinati e continuativi, o assimilati tali, operanti nella Pubblica Amministrazione, nella Scuola, nelle Università, negli Enti Pubblici di Ricerca, precedentemente esclusi».

Conseguentemente al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni di euro» *con le seguenti:* «150 milioni di euro»; *al comma 121, sostituire le parole:* «200 milioni di euro» *con le seguenti:* «100 milioni di euro».

1.578

PETRAGLIA, URAS

Precluso

Dopo il comma 88, aggiungere il seguente:

«88-*bis*. A far data dall'entrata in vigore della presente legge, i lavoratori di cui all'articolo 2, comma 26, legge n. 335 del 1995, titolari di un rapporto di collaborazione coordinata e continuativa, di un assegno di ricerca e di una borsa per dottorato di ricerca, che per gli anni 2009, 2010, 2011 e 2012 hanno ricevuto il pagamento da parte dell'INPS della prestazione di cui all'articolo 19, comma 2, del decreto-legge n. 185/08, convertito nella legge n. 2/09 e successive modificazioni, decadono dall'obbligo di ripetizione dell'indebito ai sensi dell'articolo 2033 del codice civile».

Conseguentemente al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni di euro» *con le seguenti:* «176 milioni di euro».

1.579

DE PETRIS, URAS

Precluso

Dopo il comma 88, aggiungere il seguente:

«88-*bis*. A far data dall'entrata in vigore della presente legge, i lavoratori di cui all'articolo 2, comma 26, legge n. 335 del 1995, titolari di un rapporto di collaborazione coordinata e continuativa, di un assegno di ricerca e di una borsa per dottorato di ricerca, che per gli anni 2009, 2010, 2011 e 2012 hanno ricevuto il pagamento da parte dell'INPS della prestazione di cui l'articolo 19, comma 2, del decreto-legge n. 185/08, convertito nella legge n. 2/09 e successive modificazioni, decadono dall'obbligo di ripetizione dell'indebito ai sensi dell'articolo 2033 del codice civile».

*Conseguentemente alla Tabella A, voce*Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti modifiche:*

2015:

- CP: - 74.000.000;
  CS: - 74.000.000.

1.581

URAS, DE PETRIS

Precluso

Dopo il comma 88, aggiungere il seguente:

«88-*bis*. A decorrere dal 1º gennaio 2015, e nel limite massimo di 50 milioni di euro annui, le disposizioni dell'articolo 2116 del codice civile sono applicabili ai lavoratori iscritti in via esclusiva alla gestione separata di cui all'articolo 2, comma 26, della legge 8 agosto 1995, n. 335, quando titolare dell'obbligazione contributiva sia il committente, con esclusione dei soggetti individuati dall'articolo 1, comma 212, della legge 23 dicembre 1996, n. 662».

Conseguentemente al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni di euro» *con le seguenti:* «200 milioni di euro».

1.582

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 89, aggiungere il seguente:

«89-*bis*. È istituito, in via sperimentale per gli anni 2015-2017, per fare fronte all'emergenza lavorativa che colpisce in particolare modo le giovani generazioni e per contribuire all'azione di contrasto del dissesto idrogeologico nel territorio nazionale, sotto la vigilanza congiunta dei Ministri dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare e delle politiche agricole alimentari e forestali, il Corpo giovanile per la difesa del territorio, di seguito denominato "Corpo", come elemento parziale di un più generale Piano straordinario pluriennale per la difesa del suolo e la bonifica del territorio.

89-*ter*. Il Corpo opera nell'ambito regionale e delle province autonome di Trento e di Bolzano e ha le seguenti funzioni:

a) opere di pulizia dei corsi d'acqua, dei bacini lacustri e delle rive;

b) rimboschimento dei bacini idrografici;

c) regolazione del flusso delle acque e di difesa del suolo nell'ambito di singoli bacini o sottobacini idrografici, definiti ai sensi dell'articolo 54, comma 1, lettere *r)* e *s)*, del decreto legislativo 3 aprile 2006, n. 152.

3. Le attività del Corpo sono coordinate con quelle del Corpo forestale dello Stato, al quale sono affidate la formazione e la direzione delle unità territoriali del Corpo. Il Corpo forestale dello Stato ha altresì il compito di vigilare sul rispetto dell'ambiente, della flora e della fauna nelle aree interessate dagli interventi del Corpo.

89-*quater*. Le regioni e le province autonome di Trento e di Bolzano individuano annualmente,

nell'ambito dei piani stralcio di assetto idrogeologico (PAI), i piani di intervento per ogni singolo bacino o sottobacino idrografico la cui attuazione è affidata al Corpo.

89-*quinquies*. Il Corpo è autorizzato a fare svolgere annualmente le attività inerenti alle sue funzioni a 10.000 giovani di ambedue i sessi di età compresa tra i diciotto e i ventinove anni iscritti negli elenchi tenuti dai centri per l'impiego da almeno sei mesi e la cui famiglia ha un indicatore della situazione economica equivalente (ISEE) non superiore a una somma definita dal decreto di cui al comma 10, per la durata di un anno, periodo che può essere prorogato una sola volta per un'altra annualità. Tali attività non instaurano alcun rapporto di lavoro subordinato e non comportano la cancellazione dei citati elenchi.

89-*sexies*. Ai giovani di cui al comma 5, l'Istituto nazionale della previdenza sociale versa una indennità mensile pari a 800 euro esente da imposte e contributi. Tale indennità è sostitutiva di ogni altra indennità di disoccupazione o ammortizzatore sociale e, nel caso l'indennità derivante dall'ammortizzatore sociale sia superiore a quella prevista dal presente comma, questa è integrata fino alla concorrenza dell'indennità spettante per il numero di mesi durante i quali il giovane ne avrebbe avuto diritto. Il periodo di impegno nel Corpo per i giovani assunti ai sensi del comma 5 è riconosciuto in via figurativa ai fini previdenziali. I giovani sono assicurati contro gli infortuni e le malattie professionali. La partecipazione dei giovani alle attività del Corpo costituisce, altresì, elemento preferenziale nei concorsi per l'assunzione da parte delle Forze armate e dei Corpi di polizia e nelle pubbliche amministrazioni secondo le modalità definite dal decreto di cui al comma 10.

89-*septies*. Il Corpo avvia i giovani alle attività inerenti alle proprie funzioni, dividendoli per bacini o sottobacini idrografici dando priorità ai residenti nelle aree territoriali caratterizzate da speciali situazioni di dissesto idrogeologico e in proporzione al tasso di disoccupazione per i giovani di età inferiore ai ventinove anni di ogni singola regione e provincia autonoma, come rilevato dall'Istituto nazionale di statistica, e secondo i criteri stabiliti dal decreto di cui al comma 10.

89-*octies*. Il Ministro dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, di concerto con il Ministro delle politiche agricole alimentari e forestali, nomina il dirigente del Corpo che è coadiuvato da un ufficiale del Corpo forestale dello Stato. Il Corpo si articola in unità, ciascuna delle quali è impegnata in un singolo bacino o sottobacino idrografico ed è diretta da un coordinatore scelto tra le figure professionali di cui al comma 9 che deve rendere conto annualmente del lavoro compiuto secondo modalità stabilite dal decreto di cui al comma 10.

89-*nonies*. Il Corpo forestale dello Stato fornisce le figure professionali ritenute utili all'espletamento delle funzioni del Corpo in misura non superiore complessivamente a 200 unità annue secondo un organigramma definito dal decreto di cui al comma 10 e, se necessario, assumendo le figure professionali non disponibili, per una spesa complessiva annua comunque non superiore a 10 milioni di euro.

89-*decies*. Con decreto emanato, entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, dal Ministro dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, di concerto con il Ministro delle politiche agricole alimentari e forestali, previa intesa in sede di Conferenza delle regioni e delle province autonome, sono stabilite:

a) la ripartizione regionale e per aree di particolare dissesto idrogeologico dei giovani da avviare alle attività del Corpo;

b) le modalità di presentazione della domanda e i criteri per stabilire le priorità nell'avvio dei giovani di cui al comma 5 alle attività del Corpo, inclusa la definizione del limite massimo per l'ISEE di cui al medesimo comma 5;

c) le modalità di espletamento dell'attività dei giovani assunti, inclusi la previsione di attività formative obbligatorie da affidare al Corpo forestale dello Stato e l'orario per la prestazione delle attività richieste;

d) le modalità per la definizione della partecipazione alle attività del Corpo quale titolo preferenziale nelle assunzioni da parte delle Forze armate e dei Corpi di polizia e delle pubbliche amministrazioni;

e) la struttura delle unità del Corpo divise per bacini o sotto bacini idrografici;

j) la definizione dei ruoli dirigenziali del Corpo e delle figure professionali che il Corpo forestale dello Stato deve fornire o assumere, sulla base delle specifiche necessità avanzate dalle singole regioni e province autonome, per un numero complessivamente non superiore a duecento unità. Per le modalità del loro reclutamento si applicano le norme previste per il Corpo forestale dello Stato;

g) la definizione delle modalità con le quali i responsabili delle singole unità del Corpo rendicontano annualmente del lavoro compiuto alla direzione dei Corpo e alle regioni e province autonome interessate;

h) la definizione delle attrezzature necessarie all'espletamento delle funzioni del Corpo, le modalità del loro acquisto, nonché la loro distribuzione tra le unità del Corpo, per una somma annua complessiva comunque non superiore a 10 milioni di euro.

89-*undiecies*. Il Ministro dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, di concerto con il Ministro delle politiche agricole alimentari e forestali, trasmette annualmente, anche sulla base dei dati forniti dalle regioni e dalle province autonome di Trento e di Bolzano, una relazione alle Camere sui risultati ottenuti dall'attività del Corpo in termini di difesa del territorio e occupazionali.

89-*dodiecies*. Nei casi di calamità il Corpo è chiamato a collaborare in coordinamento con le strutture della Protezione civile.

89-*trediecies*. Sulla base della relazione di cui al comma II, le attività del Corpo possono essere prorogate per un altro biennio, oltre il periodo sperimentale di cui al comma 1, con decreto emanato dal Ministro dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, di concerto con il Ministro delle politiche agricole alimentari e forestali, previa intesa in sede di Conferenza delle regioni e delle province autonome e previo parere favorevole delle Commissioni parlamentari competenti.

89-*quaterdecies* . L'onere derivante dall'attuazione delle disposizioni del presente articolo, è pari complessivamente a 126 milioni di euro annui per gli anni 2015-2017, di cui 96 milioni di euro per quanto concerne le disposizioni del comma 5, 10 milioni di euro per quanto concerne il costo delle assicurazioni di cui al comma 6, 10 milioni di euro per quanto concerne la disposizione del comma 9 e 10 milioni di euro per l'acquisto delle attrezzature necessarie alle attività del Corpo».

Conseguentemente:

a) al comma 124, sostituire le parole: «850 milioni» *con le seguenti:* «724 milioni»;

b) alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2017: - 126.000.000.

1.583

PETRAGLIA, URAS, BAROZZINO, DE PETRIS, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 89, aggiungere il seguente:

«89-*bis*. Ai fini di cui al comma 9 dell'articolo 1, della legge 23 agosto 2004, n. 243, tra le aventi diritto sono da intendersi incluse anche le lavoratrici che alla data del 31 dicembre 2015 hanno maturato il requisito a 57 anni di età, 58 per le lavoratrici autonome, e 35 anni di contributi escludendo per tutte le lavoratrici, dipendenti e autonome, i periodi di incremento previsti dalle finestre e dall'aumento dell'aspettativa di vita introdotte dalla legge 30 luglio 2010, n. 122 e dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, e non previsti. dalla formulazione autentica del regime sperimentale.

All'onere derivante dalla seguente disposizione pari a 554 milioni di euro fino al 2019, si provvede, fino a concorrenza del fabbisogno, mediante la seguente disposizione».

Conseguentemente, all'articolo 3, dopo il comma 6, aggiungere il seguente:

«6-*bis*. I commi 48, 49 e 49-*bis*, dell'articolo 2, della legge n. 286 del 2006, sono sostituiti. dai seguenti:

"48. I trasferimenti di beni e diritti per causa di morte sono soggetti all'imposta di cui al comma 47 con le seguenti aliquote sul valore complessivo netto dei beni:

a) devoluti a favore del coniuge e dei parenti in linea retta sul valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 500.000 di euro: 5 per cento;

a-bis) devoluti a favore dei fratelli e delle sorelle sul valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 100.000 euro: 8 per cento;

b) devoluti a favore degli altri parenti fino al quarto grado e degli affini in linea retta, nonché degli affini in linea collaterale fino al terzo grado: 8 per cento;

c) devoluti a favore di altri soggetti: 10 per cento.

49. Per le donazioni e gli atti di trasferimento a titolo gratuito di beni e diritti e la costituzione di vincoli di destinazione di beni l'imposta è determinata dall'applicazione delle seguenti aliquote al valore globale dei beni e dei diritti al netto degli oneri da cui è gravato il beneficiario diversi da quelli indicati dall'articolo 58, comma 1, del citato testo unico di cui al decreto legislativo 31 ottobre 1990, n. 346, ovvero, se la donazione è fatta congiuntamente a favore di più soggetti o se in uno stesso atto sono compresi più atti di disposizione a favore di soggetti diversi, al valore delle quote dei beni o diritti attribuiti:

a) a favore del coniuge e dei parenti in linea retta sul valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 500.000 di euro: 5 per cento;

a-bis) a favore dei fratelli e delle sorelle sul valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 100.000 euro: 8 per cento;

b) a favore degli altri parenti fino al quarto grado e degli affini in linea retta, nonché degli affini in linea collaterale fino al terzo grado: 8 per cento;

c) a favore di altri soggetti: 10 per cento.

49-*bis*. Se il beneficiario dei trasferimenti di cui ai commi 48 e 49 è una persona portatrice di *handicap* riconosciuto grave ai sensi della legge 5 febbraio 1992, n. 104, l'imposta si applica esclusivamente sulla parte del valore della quota o del legato che supera l'ammontare di 1.000.000 euro"».

1.586

URAS, BAROZZINO, DE PETRIS, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 89, aggiungere il seguente:

«89-*bis*. Alla legge 20 maggio 1985, n. 207, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 3, primo comma, le parole: "con esclusione di ogni riconoscimento di anzianità, e" sono soppresse;

b) dopo l'articolo 6 è inserito il seguente: "Art. 6-*bis*. - *(Anzianità di servizio)*. - *1*. Il personale già con rapporto di lavoro convenzionato, successivamente trasformato in rapporto di lavoro subordinato con il medesimo ente o con un altro datore di lavoro, ha diritto al riconoscimento degli anni del rapporto di lavoro convenzionato ai fini dell'anzianità di servizio".

89-*ter*. Gli anni del rapporto di lavoro convenzionato, riconosciuti ai sensi del comma 1, non sono computati ai fini del trattamento economico pensionistico. Il lavoratore che intenda beneficiare della possibilità di riscattare gli anni di rapporto convenzionato deve dichiarare il numero di anni per i quali richiede il riscatto. L'ammontare contributivo, ricalcolato in euro e relativo agli anni da riscattare, è certificato dall'INPS; la azienda sanitaria locale (ASL) di provenienza e il lavoratore interessato versano all'INPS le quote contributive di rispettiva pertinenza, al netto di more, interessi e spese accessorie. Il versamento deve avvenire contestualmente alla richiesta di pensionamento. Il lavoratore può richiedere all'INPS la rateizzazione in dieci anni del versamento.

89-*quater*. Nel caso di cui al secondo periodo del comma 2, il trattamento economico è pari a quello corrisposto al lavoratore con rapporto di lavoro subordinato, di pari qualifica e anzianità, già collocato in pensione.

89-*quinquies*. Il lavoratore già con rapporto di lavoro convenzionato, che ha adempiuto al versamento di quanto dovuto ai fini contributivi per gli anni del rapporto di lavoro convenzionato, ha diritto al trattamento pensionistico ai sensi di quanto disposto dal presente articolo.

89-*sexies*. Il lavoratore che, alla data di entrata in vigore della presente disposizione, è già collocato in pensione, ma non benefici a del riconoscimento degli anni di rapporto di lavoro convenzionato ai fini dell'anzianità di servizio e della determinazione del trattamento economico, può richiedere tale riconoscimento ai sensi del presente articolo, previo versamento dei contributi previdenziali. L'ammontare contributivo, ricalcolato in euro e relativo agli anni da riscattare, è certificato dall'INPS; la ASL di provenienza e il lavoratore interessato versano all'INPS le quote contributive di rispettiva pertinenza, al netto di more, interessi e spese accessorie. Il versamento deve avvenire entro dodici mesi dalla certificazione. Il lavoratore può richiedere all'INPS la rateizzazione in dieci anni del versamento.

89-*septies*. Per i lavoratori di cui ai commi 2, secondo periodo, e 5, l'INPS ricalcola e ridefinisce le posizioni previdenziali relative all'anzianità contributiva applicando, ove ricorrano le condizioni relative al metodo retributivo ovvero a quello contributivo ovvero relative ai requisiti di età e di anzianità contributiva che modifichino la posizione del lavoratore ai fini del diritto all'accesso e alla decorrenza del trattamento di vecchiaia o di anzianità, le regole previste dalla normativa previgente all'articolo 4 della legge 28 giugno 2012, n. 92».

Conseguentemente:

a) all'articolo 1, sopprimere il comma 121;

b) all'articolo 3, dopo il comma 28, aggiungere i seguenti:

«28-*bis*. Al comma 5-*bis* dell'articolo 96 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, le parole: "nei limiti del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nei limiti del 95 per cento".

28-*ter*. Al decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 6:

1) al comma 8, le parole: "nella misura del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nella misura del 94,5 per cento";

2) al comma 9, le parole: "nella misura del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nella misura del 94,5 per cento";

b) all'articolo 7, comma 2, le parole: "nella misura del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nella misura del 94,5 per cento";

c) alla Tabella A allegata, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015:

- CP: - 50.000.000;
  CS: - 50.000.000;

2016:

- CP: - 50.000.000;
  CS: - 50.000.000;

2017:

- CP: - 50.000.000;
  CS: - 50.000.000».

1.590

GAETTI, SIMEONI

Precluso

Dopo il comma 89, aggiungere i seguenti:

«89-*bis*. Ai fini della razionalizzazione e dell'unificazione del procedimento relativo al controllo dello Stato di salute dei lavoratori, dalla data di entrata in vigore della presente legge, le funzioni di accertamento medico-legale relative alle assenze per malattia dei dipendenti delle amministrazioni pubbliche, di cui al comma 2, dell'articolo 1, del decreto legislativo del 30 marzo 2001, n. 165, e successive modificazioni, vengono espletate dall'Istituto Nazionale della Previdenza Sociale cui è

affidata la titolarità degli accertamenti medico legali su tutti i lavoratori in malattia.

89-*ter*. Sono abrogati il comma 5-*bis* dell'articolo 17r della legge 15 luglio 2011, n. 111, ed il comma 339 della legge 27 dicembre 2013, n. 147.

89-*quater*. Ai fini dell'attuazione del comma 89-*bis*, l'Istituto Nazionale della Previdenza Sociale continua ad avvalersi dei propri medici addetti alle visite mediche di controllo domiciliare, come individuati dalla legislazione vigente alla data di entrata in vigore della presente legger e secondo i criteri ivi previsti, e delle risorse strumentali e finanziarie come integrate dal successivo comma 89-*quinquies*.

89-*quinquies*. La dotazione degli stanziamenti, con destinazione vincolata agli accertamenti medico-legali per le assenze per malattia di cui al presente articolo, viene trasferita forfettariamente all'INPS nella misura ridotta non inferiore a 60 milioni di euro di cui dall'articolo 17, comma 5, del decreto-legge 6 luglio 2011r n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111.

89-*sexies*. I risparmi di spesa derivanti dall'attuazione dei commi da 89-*bis* a 89-*quinquies* sono destinati al Fondo per l'ammortamento dei titoli di Stato».

1.591

GAETTI, SIMEONI

Precluso

Dopo il comma 89, aggiungere i seguenti:

«89-*bis*. All'articolo 17 del decreto-legge 6 luglio 20111 n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, sono apportate le seguenti modifiche:

a) al comma 5, la lettera *b)* è sostituita con la seguente:

"*b)* a decorrere dall'esercizio 2015, con la legge di bilancio è stabilita la dotazione annua dei suddetti .stanziamenti destinati alla copertura degli accertamenti medico-legali sostenuti dalle amministrazioni pubbliche, per un importo complessivamente non superiore a 60 milioni di euro, ed effettuati dall'Istituto nazionale della previdenza sociale. Conseguentemente il livello del finanziamento del Servizio sanitario nazionale a cui concorre lo Stato, come fissato al comma 11 è rideterminato, a decorrere dal medesimo esercizio 20131 in riduzione di 70 milioni di euro".

b) al comma 5-*bis*, primo periodo, le parole: "dalle Aziende Sanitarie Locali" sono sostituite con le seguenti: "dall'Istituto nazionale della previdenza sociale".

89-*ter*. I risparmi di spesa derivanti dall'attuazione del comma 89-*bis*, sono destinati al Fondo ammortamento titoli di Stato».

1.592

CATALFO, PAGLINI, PUGLIA, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI, AIROLA

Precluso

Dopo il comma 89, aggiungere il seguente:

«89-*bis*. Al fine di omogeneizzare i redditi e le aliquote, di cui agli articoli 6 e 11 del decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917 recante Testo Unico delle Imposte sui redditi, nonché tassare i redditi di pensione superiori ai 90 mila euro e destinare il maggior gettito alla riduzione del carico fiscale dei redditi di pensioni meno elevati e all'aumento delle pensioni minime, è introdotta, a decorrere dal2015, l'imposta sostitutiva per redditi di pensione, caratterizzata da un maggior numero di aliquote fiscali progressive.»

1.594

GIROTTO, CASTALDI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI, CIOFFI, CATALFO

Precluso

Dopo il comma 89, inserire il seguente:

«89-*bis*. Al fine di pervenire alla completa rimozione dell'eternit o dell'amianto negli edifici pubblici e privati, il Ministero delle infrastrutture e dei trasporti, di concerto con il Ministro dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, definisce, entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, un programma di interventi finalizzato a provvedere alla rimozione e allo smaltimento del medesimo materiale presente negli edifici, con priorità per gli edifici

pubblici, per i locali aperti al pubblico o di utilizzazione collettiva e per i blocchi di appartamenti, anche attraverso la sostituzione delle coperture contenenti amianto o eternit con l'installazione di moduli fotovoltaici. Per la realizzazione del programma di cui al presente comma è autorizzata la spesa di 20 milioni di euro per ciascun anno del triennio 2015-2017».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 75, alla Tabella A ivi richiamata, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: - 20.000.000;
2016: - 20.000.000;
2017: - 20.000.000.

1.595

DE CRISTOFARO, DE PETRIS, BAROZZINO, URAS

Precluso

Dopo il comma 89, inserire il seguente:

«89-*bis*. All'articolo 13 della legge 27 marzo 1992, n. 257, dopo il comma 2 è aggiunto il seguente:

"2-*bis*. In deroga a quanto disposto dall'articolo 24 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito con modificazioni dalla legge 22 dicembre 20 Il, n. 214, le disposizioni di cui al comma 2 si applicano anche agli ex lavoratori occupati nelle imprese che hanno svolto attività di coibentazione e bonifica, che hanno cessato il loro rapporto di lavoro per effetto della chiusura, dismissione o fallimento della impresa presso cui erano occupati e il cui sito è interessato da Piano di bonifica da parte dell'ente territoriale, che non abbiano maturato i requisiti anagrafici e contributivi previsti dalla normativa vigente, che risultano ammalati con patologia asbesto correlata accertata e riconosciuta ai sensi dell'articolo 13 comma 7.

2-*ter*. Agli oneri derivanti dall'attuazione del comma 2-*bis* si fa fronte a valere sulle risorse di cui all'articolo 16, nonché sulle risorse del Fondo sociale per occupazione e formazione di cui all'articolo 18, comma 1, lettera *a)*, del decreto-legge 29 novembre 2008 n. 185"».

1.596

DI BIAGIO, Luigi MARINO

Precluso

Dopo il comma 89, aggiungere il seguente comma:

«89-*bis*. All'articolo 13 della legge 27 marzo 1992, n. 257, dopo il comma 2 è aggiunto il seguente:

"2-*bis*. In deroga a quanto disposto dall'articolo 24 del decreto legge 6 dicembre 2011 n. 201, convertito con modificazioni dalla legge 22 dicembre 2011 n. 214, le disposizioni di cui al precedente comma 2) si applicano anche agli ex lavoratori occupati nelle imprese che hanno svolto attività di coibentazione e bonifica, che hanno cessato il loro rapporto di lavoro per effetto della chiusura, dismissione o fallimento della impresa presso cui erano occupati e il cui sito è interessato da Piano di Bonifica da parte dell'Ente Territoriale, che non abbiano maturato i requisiti anagrafici e contributivi previsti dalla normativa vigente, che risultano ammalati con patologia asbesto correlata accertata e riconosciuta ai sensi dell'articolo 13 comma 7.

Agli oneri derivanti dall'attuazione del presente comma si fa fronte a valere sulle risorse di cui all'articolo 16 della legge 27 marzo 1992 n. 257, nonché sulle risorse del Fondo Sociale per Occupazione e Formazione di cui all'articolo 18 comma 1) lettera *a)* del decreto-legge 29 novembre 2008 n. 185"».

1.597

MARTELLI, NUGNES, MORONESE, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI, CATALFO

Precluso

Dopo il comma 89 aggiungere il seguente:

«89-*bis*. Gli interventi di rimozione dell'amianto da edifici privati sono soggetti a defiscalizzazione del 65 per cento nelle regioni italiane e nelle province autonome di Trento e

Bolzano. La defiscalizzazione sarà attivata nelle regioni dotate di un Piano di Gestione Amianto, comprensivo in particolare di siti di discarica di capienza adeguata ai quantitativi di amianto stimati sul rispettivo territorio regionale.»

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui, alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 125 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016, 2017.

1.598

STEFANO, URAS, DE PETRIS

Precluso

Dopo il comma 89, inserire il seguente:

«89-*bis*. La decadenza prevista dall'articolo 47, comma 6 del decreto del Presidente della Repubblica 30 aprile 1970, n. 639, non si applica alle rivalutazioni pensionistiche da esposizione all'amianto di cui all'articolo 13, comma 8 della legge 27 marzo 1992, n. 257.»

Conseguentemente al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni di euro» con le seguenti «230 milioni di euro».

1.600

MILO

Precluso

Dopo il comma 89, aggiungere il seguente:

«89-*bis*. Entro il 30 giugno 2015 i Comuni effettuano un censimento dei siti, nonché delle condutture dell'acqua e delle reti fognarie con presenza di amianto. I Comuni o gli Enti gestori delle reti destinano il 20 per cento delle proprie risorse alla relativa bonifica. I Comuni o gli Enti gestori delle reti prevedono forme di incentivazione, agevolazioni ed esenzioni economiche per coloro che provvedono allo smaltimento secondo le specifiche di legge.»

Conseguentemente ridurre dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

1.603

STEFANO, URAS, DE PETRIS

Precluso

Dopo il comma 89, inserire il seguente:

«89-*bis*. All'Istituto nazionale per l'assicurazione contro gli infortuni sul lavoro (INAIL) sono attribuite le competenze, da esercitare in raccordo con l'Agenzia nazionale per l'occupazione, in materia di promozione del reinserimento e della integrazione lavorativa delle persone con disabilità da lavoro, da realizzare anche mediante il finanziamento con oneri a carico dell'INAIL, a valere sulle risorse finanziarie già disponibili a legislazione vigente, di progetti personalizzati mirati alla conservazione del posto di lavoro e/o alla ricerca di nuova occupazione, di interventi formativi di riqualificazione professionale, di progetti per il superamento e per l'abbattimento delle barriere architettoniche sui luoghi di lavoro, di interventi di adeguamento e di adattamento delle postazioni di lavoro».

1.604

DE PIN, MASTRANGELI, BOCCHINO, CAMPANELLA

Precluso

Dopo il comma 89, inserire il seguente:

«89-*bis*. L'ammontare degli interessi, relativo al recupero degli aiuti erogati ai sensi del decreto-legge 29 marzo 1995, n. 96, convertito, con modificazioni, dalla legge 31 maggio 1995, n. 206, nonché ai sensi del decreto-legge 31 dicembre 1996, n. 669, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 febbraio 1997, n. 30, dichiarati incompatibili con il mercato comune con decisione 2000/394/CE della Commissione del 25 novembre 1999, per Chioggia e Venezia, verrà calcolato in forma semplice a partire dalla esecutività dell'avviso di addebito a seguito della procedura prevista dalla legge 228

n. 2012 art. 1, commi 351 e seguenti.»

Conseguentemente alla Tabella A, voce «Ministero dell'economia e delle finanze», apportare le seguenti modifiche:

CP: - 7.600.000

CS: - 7.600.000

1.605

DE PIN, MASTRANGELI, BOCCHINO, CAMPANELLA

Precluso

Dopo il comma 89, inserire il seguente:

«89-*bis*. Le imprese che hanno nei confronti dell'Inps crediti certi, liquidi ed esigibili possono operare in compensazione con eventuali importi da restituire relativi a somme concernenti il recupero degli sgravi contributivi concessi alle imprese operanti nei, territori di Venezia e Chioggia in forza della Decisione n. 2000/394/CE della Commissione del 25 novembre 1999, anche in presenza di attività dell'agente della riscossione».

Conseguentemente alla Tabella A, voce «Ministero dell'economia e delle finanze», apportare le seguenti modifiche:

CP: - 7.600.000

CS: - 7.600.000

1.607

PUGLIA, CATALFO, PAGLINI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Dopo il comma 89, aggiungere i seguenti:

«89-*bis*. In ragione della particolare usura e delle specifiche aspettative di vita, nonché per garantire la sicurezza del trasporto ferroviario, il personale operante nelle imprese ferroviarie e nelle imprese dei gestori delle infrastrutture ferroviarie con mansioni di addetto alla condotta dei treni; addetto alla scorta dei treni, addetto alla manovra, traghettamento, formazione treni ed il personale imbarcato a bordo delle navi traghetto consegue il diritto alla pensione anticipata al raggiungimento del requisito anagrafico di cinquantotto anni di età e del requisito contributivo di trentotto anni, di cui almeno venti anni effettivamente svolti nelle mansioni di cui al presente comma.

89-*ter*. Al personale addetto alle mansioni di cui al comma 89-*bis*, qualora a causa della perdita dei requisiti psicofisici previsti dalle disposizioni vigenti venga meno la specifica abilitazione per lo svolgimento della mansione, è riconosciuto il diritto alla pensione anticipata se ha raggiunto il requisito contributivo di trentacinque anni, di cui almeno quindici anni effettivamente svolti nelle mansioni di cui al comma 1. In alternativa, il lavoratore può scegliere di rimanere in servizio fino al raggiungimento del limite di età per l'accesso al pensionamento di vecchiaia di cui all'articolo 24, comma 6, del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214.

89-*quater*. Agli oneri derivanti dall'attuazione dei commi 89-*bis* e 89-*ter*, si provvede mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa relativa al Fondo per interventi strutturali di politica economica di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307.

89-*quinquies*. Al secondo periodo del comma 18 dell'articolo 24 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, è successive modificazioni, sono aggiunte, in fine, le seguenti parole: ", con esclusione del personale operante nelle imprese ferroviarie e nelle imprese dei gestori delle infrastrutture ferroviarie con mansioni di addetto alla condotta dei treni, addetto alla scorta dei treni, addetto alla manovra, traghettamento, formazione treni ed il personale imbarcato a bordo delle navi traghetto».

Conseguentemente, all'articolo 4, comma 1, al capoverso «1-*bis*»*, sostituire i numeri 1) e 2) con i seguenti:*

«1) 840 euro, se il reddito complessivo non è superiore a 24.000 euro;

2) 840 euro, se il reddito complessivo è superiore a 24.000 euro ma non a 26.000 euro. Il credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra l'importo di 26.000 euro, diminuito del reddito complessivo, e l'importo di 2.000 euro;».

1.608

PUGLIA, CATALFO, PAGLINI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Dopo il comma 89, aggiungere i seguenti:

«89-*bis*. All'articolo 24, comma 18, del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, l'ultimo periodo è sostituito con il seguente: "Fermo restando quanto indicato al comma 3, primo periodo, le disposizioni di cui al presente comma si applicano anche ai lavoratori operanti nelle imprese ferroviarie e nelle imprese dei gestori delle infrastrutture ferroviarie con mansioni di addetto alla condotta dei treni, addetto alla scorta treni, addetto alla manovra, traghettamento, formazione treni, e ai lavoratori del settore di macchina".

89-*ter*. Agli oneri derivanti dall'attuazione delle disposizioni di cui al comma 90-*bis* si provvede mediante riduzione dell'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 61 della legge 27 dicembre 2002, n. 289, relativa al Fondo per lo sviluppo e la coesione, così rinominato dall'articolo 4 del decreto legislativo 31 maggio 2011, n. 88».

1.609

BOCCHINO, CAMPANELLA, DE PIN

Precluso

Sopprimere i commi 90, 91, 92, 93 e 94.

1.610

MILO

Precluso

Sopprimere i commi da 90 a 94.

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegta tabella C.

1.611

CATALFO, PUGLIA, PAGLINI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Sopprimere i commi da 90 a 94.

1.612

LEZZI

Precluso

Sostituire il comma 90 con il seguente:

«90. All'articolo 8 della legge 29 dicembre 1990, n. 407, il comma 9 è sostituito con il seguente:

"9. A decorrere dal 1° gennaio 2015 nei confronti dei datori di lavoro, inclusi i professionisti, operanti in tutto il territorio nazionale, in caso di assunzioni con contratto a tempo indeterminato di lavoratori disoccupati da almeno sei mesi o sospesi dal lavoro e beneficiari di trattamento straordinario di integrazione salariale da un periodo uguale a quello suddetto, quando esse non siano effettuate in sostituzione di lavoratori dipendenti dalle stesse imprese per qualsiasi causa licenziati o sospesi, i contributi previdenziali ed assistenziali non sono dovuti per un periodo di trentasei mesi"».

1.613

D'ALI'

Precluso

Al comma 90, premettere le seguenti parole: «Nei territori delle regioni interessate, alle previsioni di cui al comma 92,».

1.614

URAS, BAROZZINO, DE PETRIS, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 90, primo periodo, sostituire le parole: «Al fine di promuovere forme di occupazione stabile, ai datori di lavoro privati» con le seguenti: «Al fine di fronteggiare la perdurante crisi occupazionale del Mezzogiorno promuovendo forme di occupazione stabile, ai datori di lavoro privati residenti nei territori dell'obiettivo Convergenza».

Conseguentemente, al comma 92, sostituire le parole: «a valere sulla corrispondente riprogrammazione delle risorse» *con le seguenti:* «a valere sulle risorse».

1.616

BOCCHINO, CAMPANELLA, DE PIN

Precluso

Al comma 90, dopo la parola: «stabile» aggiungere le seguenti: «con destinazione prioritaria, e comunque non inferiore all'80 per cento, alle aree di destinazione degli interventi del Piano di azione e di coesione».

1.617

Giovanni MAURO

Precluso

Al comma 90 dopo la parola: «stabile» inserire le seguenti: «limitatamente alle aree di destinazione degli interventi del Piano di azione e coesione».

1.618

BOCCHINO, CAMPANELLA, DE PIN

Precluso

Al comma 90, dopo la parola: «stabile» aggiungere le seguenti: «limitatamente alle aree di destinazione degli interventi del Piano di azione e di coesione».

1.620

BONFRISCO, CERONI, D'ALI', MANDELLI, MILO, AMIDEI

Precluso

Al comma 90, primo periodo, sopprimere le seguenti parole: «, con esclusione del settore agricolo,».

Conseguentemente, aggiungere il seguente periodo: «Agli oneri derivanti dal presente comma si provvede: quanto a 12 milioni di euro per l'anno 2015, 12 milioni di euro per l'anno 2016 e 12 milioni di euro per l'anno 2017, mediante utilizzo dei fondi iscritti nello stato di previsione del Ministero dell'economia e finanze ai sensi dell'articolo 49, comma 2, lettere *a)* e *b)* del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89».

1.620-bis

BONFRISCO, CERONI, D'ALI', MANDELLI, MILO, AMIDEI

Precluso

Al comma 90, primo periodo, sopprimere le seguenti parole: «, con esclusione del settore agricolo,».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 83, sostituire le parole: «2.200 milioni di euro»*, con le seguenti:* «2.188 milioni di euro»*, e le parole:* «2.000, milioni di euro» *con le seguenti:* «1.988 milioni di euro».

1.621

STEFANO, DE PETRIS, URAS

Precluso

Al comma 90, primo periodo, sopprimere le seguenti parole: «, con esclusione del settore agricolo,».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 83, sostituire le parole: «2.200 milioni di euro»*, con le seguenti:* «2.188 milioni di euro» *, e le parole:* «2.000 milioni di euro» *con le seguenti:* «1.988 milioni di euro».

1.622

DI MAGGIO

Precluso

Al comma 90, primo periodo, sopprimere le seguenti parole: «, con esclusione del settore agricolo,».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 83, sostituire le parole: «2.200 milioni di euro» *, con le*

seguenti: «2.188 milioni di euro»*, e le parole:* «2.000 milioni di euro» *con le seguenti:* «1.988 milioni di euro».

1.623

CANDIANI, MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Al comma 90, sopprimere le parole: «con esclusione del settore agricolo».

Conseguentemente:

All'articolo 1, sopprimere i commi 116,117,124 e 125,132;

all'articolo 2, sopprimere il comma 207;

all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le seguenti parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1.200 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

1.624

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 90, primo periodo, sopprimere le parole: «, con esclusione del settore agricolo».

Conseguentemente, all'articolo 1, sostituire il comma 131 con il seguente:

«18. Per la riforma del Terzo settore, dell'impresa sociale e per la disciplina del Servizio civile universale è autorizzata la spesa di 45 milioni di euro per l'anno 2015, di 135 milioni di euro per l'anno 2016 e di 185 milioni di euro anni a decorrere dall'anno 2017».

1.625

BONFRISCO, CERONI, D'ALI', MANDELLI, MILO, AMIDEI

Precluso

Al comma 90, primo periodo, sopprimere le seguenti parole:

«, con esclusione del settore agricolo,».

Conseguentemente, alla tabella A, apportare le seguenti variazioni: - *voce* Ministero dell'economia e delle finanze:

2015: - 12.000.000;

2016: - 12.000.000;

2017: - 12.000.000.

1.627

BONFRISCO, CERONI, D'ALI', MANDELLI, MILO, AMIDEI

Precluso

Al comma 90, primo periodo, sopprimere le seguenti parole:

«, con esclusione del settore agricolo,».

Conseguentemente, alla tabella B, apportare le seguenti variazioni: - voce Ministero dell'economia e delle finanze:

2015: - 12.000.000;

2016: - 12.000.000;

2017: - 12.000.000.

1.628 (testo 2)

Luigi MARINO

Precluso

Al comma 90, primo periodo, sopprimere le seguenti parole: ", con esclusione del settore agricolo,".

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le seguenti parole: "ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 12 milioni di euro a decorrere dal 2015".

1.629 (testo 2)

Luigi MARINO

Precluso

Al comma 90, primo periodo, sostituire le parole: "del settore agricolo," con le seguenti: "del settore della produzione primaria di prodotti agricoli".

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le seguenti parole: "ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 7 milioni di euro a decorrere dal 2015".

1.630

LEZZI

Precluso

Al comma 90, dopo le parole: «1º gennaio 2015» aggiungere le seguenti: «, in alternativa a quanto previsto dalla Legge 29 dicembre 1990, n. 407,» quindi sopprimere il comma 91.

Conseguentemente, , all'articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 155 milioni di euro nel 2015, 493 milioni di euro nel 2016 e 859 milioni di euro nel 2017».

1.631

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Al comma 90, sostituire le parole: «trentasei mesi» con le seguenti: «quarantotto».

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117, 124 e 125, 132.

1.632

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Al comma 90, dopo le parole: «ferma restando l'aliquota di computo delle prestazioni pensionistiche» inserire le seguenti: «e senza effetti negativi sulla determinazione dell'importo pensionistico del lavoratore».

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117, 124 e 125, 132.

1.634

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Al comma 90, sostituire le parole: «8.060» con le seguenti: «10.000».

Conseguentemente: all'articolo 1, comma 125, sostituire leparole: «187,5» *con le seguenti:* «185».

1.639

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 90, dopo il quarto periodo aggiungere il seguente: «Qualora sia accertata l'indebita fruizione, anche parziale, dello sgravio di cui al presente comma, per il verificarsi del mancato rispetto delle condizioni previste dalle presenti disposizioni, incluso, al termine del periodo di fruizione del beneficio contributivo, il successivo licenziamento, l'INPS procede al recupero del relativo importo, maggiorato di interessi e sanzioni secondo legge».

1.640

BULGARELLI, LEZZI, MANGILI, CATALFO, PAGLINI, PUGLIA

Precluso

Al comma 90, aggiungere, infine, il seguente periodo: «L'importo dell'esonero di cui al presente comma dovrà essere restituito nel caso in cui il lavoratore venga licenziato prima dello scadere dei

trentasei mesi previsti fatti salvi i casi di licenziamento per giusta causa».

1.641

BULGARELLI, LEZZI, MANGILI, CATALFO, PAGLINI, PUGLIA, AIROLA

Precluso

Al comma 90, aggiungere, in fine, il seguente periodo: «L'importo dell'esonero di cui al presente comma dovrà essere restituito nel caso in cui il lavoratore venga licenziato prima dello scadere dei trentasei mesi previsti fatti salvi i casi di licenziamento per giusta causa».

1.7501

PETRAGLIA, DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 90 inserire i seguenti:

«90-*bis*. Il beneficio di cui al comma 1 è riconosciuto, con decorrenza dalla data del 1º settembre 2015, nel limite massimo di 2.500 soggetti e nei limiti dell'autorizzazione di spesa di cui al comma 3. L'INPS provvede al monitoraggio delle domande presentate, secondo modalità telematiche, definendo un elenco numerico delle stesse basato su un criterio progressivo risultante dalla somma dell'età anagrafica e dell'anzianità contributiva vantate dai singoli richiedenti alla data del 31 dicembre 2012. Qualora dal monitoraggio risulti il raggiungimento del limite numerico non prende in esame ulteriori domande di pensionamento finalizzate ad usufruire dei benefici previsti dalla disposizione di cui al medesimo comma 1. Per i lavoratori che accedano al beneficio di cui al comma 1, il trattamento di fine rapporto, comunque denominato; è corrisposto sulla base di quanto stabilito dall'articolo 1, comma 22, del decreto-legge 13 agosto 2011, n. 138, convertito, con modificazioni dalla legge 14 settembre 2011, n. 148, nonché secondo le modalità previste a legislazione vigente.

90-*ter*. Per l'attuazione del presente articolo è autorizzata la spesa totale 83,5 milioni di euro, così ripartiti, 7 milioni nel 2015, 21 milioni nel 2016, 20 milioni nel 2017, 19 milioni nel 2018, 16,5 milioni nel 2019».

Conseguentemente, all'articolo 2, comma 67, sostituire le parole: «è ridotta di 210 milioni di euro per l'anno 2015 e di 284 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016» con le seguenti: «è ridotta di 83,5 milioni di euro per l'anno 2015 e di 76,5 a decorrere dal 2016».

1.7502

GAMBARO

Precluso

Dopo il comma 90, inserire il seguente:

«90-*bis*. Gli effetti dell'articolo 8, comma 9, della legge 29 dicembre 1990, n. 407, e successive comunicazioni, sono sospesi con riferimento alle assunzioni dei lavoratori ivi indicati decorrenti dal 1º gennaio 2015 e con riferimento a contratti stipulati non oltre il 31 dicembre 2015».

Conseguentemente sopprimere il comma 91 dell'articolo 1.

1.645

LEZZI

Precluso

Sopprimere il comma 91.

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 155 milioni di euro nel 2015, 493 milioni di euro nel 2016 e 859 milioni di euro nel 2017».

1.646

GIBIINO, MANDELLI, RIZZOTTI

Precluso

Sopprimere il comma 91.

Conseguentemente, ridurre dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

1.647

MILO

Precluso

Sopprimere il comma 91.

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

1.648

DE PIN, MASTRANGELI, BOCCHINO, CAMPANELLA

Precluso

Al comma 91, sostituire le parole: «sono soppressi con riferimento alle assunzioni dei lavoratori ivi indicati decorrenti dal 10 gennaio 2015» con le seguenti: «sono sospesi con riferimento alle assunzioni dei lavoratori ivi indicati nel periodo 1º gennaio 2015-31 dicembre 2015».

Conseguentemente all'articolo 3, dopo il comma 74, inserire il seguente:

«74-*bis*. A partire dal 1º gennaio 2016 è introdotta un'imposizione straordinaria sulla ricchezza finanziaria, al netto delle passività, con un'aliquota progressiva dello 0,5 per cento a partire 1.500.00 a 3.000.000 euro, dell'1 per cento da 3.000.001 a 8.000.000 euro e dell'1,5 per cento oltre gli 8.000.001».

1.649

GAMBARO

Precluso

Al comma 91, sostituire le parole: «sono soppressi con riferimento alle assunzioni dei lavoratori ivi indicati decorrenti dal 1º gennaio 2015» con le seguenti: «sono sospesi con riferimento alle assunzioni dei lavoratori ivi indicati nel periodo 1º gennaio 2015-31 dicembre 2015».

Conseguentemente all'articolo 3, dopo il comma 74, inserire il seguente:

«74-*bis*. A partire dal 1º gennaio 2016 è introdotta un'imposizione straordinaria sulla ricchezza finanziaria, al netto delle passività, con un'aliquota progressiva dello 0,5 per cento a partire 1.500.00 a 3.000.000 euro, dell'1 per cento da 3.000.001 a 8.000.000 euro e dell'1,5 per cento oltre gli 8.000.001».

1.651

Luigi MARINO, DI BIAGIO

Precluso

Al comma 91, sostituire le parole: «sono soppressi con riferimento alle assunzioni dei lavoratori ivi indicati decorrenti dal 1º gennaio 2015» con le seguenti: «sono sospesi con riferimento alle assunzioni dei lavoratori ivi indicati nel periodo 1º gennaio 2015-31 dicembre 2015».

1.655

MANDELLI, PICCOLI, BRUNI, BONFRISCO, CERONI, D'ALI', MILO

Precluso

Al comma 91 sostituire le parole: «sono soppressi con riferimento alle assunzioni dei lavoratori ivi indicati decorrenti dalla gennaio 2015» con le seguenti: «sono sospesi con riferimento alle assunzioni dei lavoratori ivi indicati nel periodo 1º gennaio 2015-31 dicembre 2015».

1.656

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, CROSIO

Precluso

Al comma 91 sostituire le parole: «sono soppressi con riferimento alle assunzioni dei lavoratori ivi indicati decorrenti dal 1º gennaio 2015» con le seguenti: «sono sospesi con riferimento alle assunzioni dei lavoratori ivi indicati nel periodo 10 gennaio 2015-31 dicembre 2015».

1.659

STEFANO, URAS, DE POLI

Precluso

Sopprimere i commi 92, 93 e 94.

Conseguentemente, apportare le seguenti modificazioni:

al comma 112 sostituire le parole: «250 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015», *con*

le seguenti: «la spesa di 140 milioni di euro annui per gli anni 2015 e 2016, di 70 milioni di euro per l'anno 2016, di 140 milioni di euro per l'anno 2018 e di 250 milioni di euro annui a decorrere dal 2019»;

sopprimere il comma 121;

al comma 124 dopo le parole: «alle missioni internazionali di pace»*, aggiungere le seguenti:* «con esclusione delle missioni a direzione Nato, quali "Join Enterprise", "MultinationalSpecialized Unit (MSU", "Acrive Endeavour", "ISAF Afganistan" e "Ocean Shield";

al comma 124 sostituire le parole: «250 milioni» *con le seguenti:* «350 milioni»;

all'articolo 2, comma 67, sostituire le parole: «è ridotta di 238 milioni di euro per l'anno 2015 e di 200 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016» *con le seguenti:* «è ridotta di 500 milioni di euro per l'anno 2015 e di 550 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016»;

alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015:

- CP: - 90.000.000;
  CS: - 90.000.000;

2016:

- CP: - 90.000.000;
  CS: - 90.000.000;

2017:

- CP: - 90.000.000;
  CS: - 90.000.000.

1.660

BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, MILO, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, Eva LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Sopprimere i commi 92, 93, e 94.

Conseguentemente, all'articolo 2, dopo il comma 45, aggiungere il seguente:

«45-*bis*. A decorrere dall'anno 2015 è disposta la riduzione lineare delle dotazioni finanziarie disponibili iscritte a legislazione vigente in termini di competenza e di cassa, nell'ambito delle spese rimodulabili delle missioni di spesa di ciascun Ministero di cui all'articolo 21, comma 5, lettera *b)* della legge 31 dicembre 2009, n. 196, per un importo pari a 1.000 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015. Sono esclusi gli stanziamenti relativi all'istituto della destinazione del cinque per mille dell'imposta sul reddito delle persone fisiche, gli stanziamenti relativi alle spese per la tutela dell'ordine e della sicurezza pubblica, nonché per il soccorso pubblico, e gli stanziamenti relativi al fondo di sviluppo e coesione. Il Ministro dell'economia e delle finanze, ai fini delle successive riduzioni, è autorizzato ad accantonare e rendere indisponibili le predette somme. Le amministrazioni potranno proporre variazioni compensative, anche relative a missioni diverse, tra gli accantonamenti interessati nel rispetto dell'invarianza sui saldi di finanza pubblica».

1.661

Giovanni MAURO

Precluso

Sopprimere i commi 92 e 93.

1.662

D'ALI'

Precluso

Sostituire il comma 92 con il seguente:

«92. Al finanziamento degli incentivi di cui al presente articolo si provvede, quanto ad euro 1 miliardo per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017 e per 500 milioni per il 2018, a valere sui fondi FAS di cui alla legge 27 dicembre 2002, n. 289 e alla legge 24 dicembre 2007, n. 244 che, alla data del

30 settembre 2014, non siano stati ancora impegnati, come risulta dal monitoraggio del Dipartimento della Ragioneria Generale dello Stato».

1.663

D'ALI'

Precluso

Sostituire il comma 92 con il seguente:

«92. Al finanziamento degli incentivi di cui al presente articolo si provvede, quanto ad euro 1 miliardo per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017 e per 500 milioni per il 2018, a valere sui fondi FAS di cui alla legge 27 dicembre 2002, n. 289 e alla legge 24 dicembre 2007, n. 244 che, alla data del 30 settembre 2015, non siano stati ancora impegnati, come risulta dal monitoraggio del Dipartimento della Ragioneria Generale dello Stato».

1.664

BERTOROTTA, MANGILI, GAETTI, DONNO, BULGARELLI

Precluso

Al comma 92, sopprimere le parole da: «a valere sulla corrispondente riprogrammazione» sino alla fine del comma.

Conseguentemente:

- *sopprimere il comma 93*;

- *alla fine del comma 92 aggiungere le seguenti parole:* «per gli anni 2015, 2016 e 2017, per la quota di 300.000.000 euro mediante autorizzazione al Ministro dell'economia e finanze amministrazione autonoma dei Monopoli di Stato, ad emanare, entro 30 giorni dall'entrata in vigore della presente legge, con propri decreti dirigenziali, disposizioni per modificare la misura del prelievo erariale unico attualmente applicato sui giochi ed eventuali addizionali, nonché la percentuale del compenso per le attività di gestione ovvero per quella dei punti vendita al fine di conseguire un maggior gettito, per gli anni 2015, 2016 e 2017, non inferiore a 300 milioni di euro. Per la quota di 400.000.000 euro mediante l'aumento di 2,7 punti percentuali dell'aliquota dell'addizionale di cui al comma 16 dell'articolo 81 del decreto legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito con modificazioni dalla legge 6 agosto 2008, n. 133, per il conseguimento di una maggiore entrata, per gli anni 2015, 206 e 201, non inferiore a 400.000.000 euro. Per la quota di 300.000.000 euro all'articolo 96 del Testo Unico delle imposte sui redditi approvato con decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, al comma 5-*bis*, primo periodo, le parole "nei limiti del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti "nei limiti del 95 per cento". Per l'anno 2018, per la quota di 200.000.000 euro, si provvede mediante autorizzazione al Ministro dell'economia e finanze Amministrazione autonoma dei Monopoli di Stato, ad emanare, entro 30 giorni dall'entrata in vigore della presente legge, con propri decreti dirigenziali, disposizioni per modificare la misura del prelievo erariale unico attualmente applicato sui giochi ed eventuali addizionali, nonché la percentuale del compenso per le attività di gestione ovvero per quella dei punti vendita al fine di conseguire un maggior gettito, per l'anno 2018, non inferiore a 200 milioni di euro. Per la quota di 300.000.000 euro mediante l'aumento di 2,1 punti percentuali dell'aliquota dell'addizionale di cui al comma 16 dell'articolo 81 del decreto legge 25 giugno 2008, n. 112; convertito con modificazioni dalla legge 6 agosto 2008, n. 133, per il conseguimento di una maggiore entrata, per l'anno 2018, non inferiore a 300.000.000 euro».

1.667

D'ALI'

Precluso

Al comma 92 sostituire le parole: «risultano non ancora impegnate alla data del 30 settembre 2014» con le seguenti: «non risultano ancora attivate, all'esito del secondo monitoraggio rafforzato avviato con al circolare del decreto del Presidente del Senato n. 10556 del 10 novembre 2014, secondo le modalità di cui al successivo comma 93».

1.668

DI BIAGIO

Precluso

Al comma 92 le parole: «risultano non ancora impegnate alla data del 30 settembre 2014.» sono sostituite con le seguenti: «non risultano ancora attivate, all'esito del secondo monitoraggio rafforzato avviato con la circolare del decreto del Presidente del Senato n. 10556 del 10 Novembre 2014, secondo le modalità di cui al successivo comma 4)».

1.671

DI BIAGIO

Precluso

Al comma 92 le parole: «del 30 settembre 2014» sono sostituite con le seguenti: «di entrata in vigoe della presente normativa».

Conseguentemente dopo il comma 92 aggiungere il seguente:

«92-*bis*. È comunque fatta salva la copertura finanziaria per i progetti validamente presentati dagli Enti Locali nelle forme e nei teirmini previsti dalle apposite normative regionali».

1.673

D'ALI'

Precluso

Al comma 92, sostituire le parole: «30 settembre 2014» con le seguenti: «30 aprile 2015».

1.674

Giovanni MAURO

Precluso

Alla fine del comma 92. aggiungere le seguenti parole: «, tenendo conto della destinazione e riparto per Obiettivi e Regioni delle risorse del Fondo di rotazione di cui all'articolo 5 della legge 16 aprile 1987, n. 183, da quantificare secondo la provenienza delle stesse dai programmi operativi oggetto di riprogrammazione nel Piano di Azione Coesione, in coerenza con l'articolo 5, comma 3, con l'articolo 6 e con l'articolo 33 del Regolamento (CE) N. 1083/2006 del Consiglio dell'11 luglio 2006».

1.675

BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, MILO, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, Eva LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Al comma 93, dopo le parole: «ai sensi del comma 92» aggiungere le seguenti: «e secondo quanto stabilito nell'accordo siglato il 3 novembre 2011 tra il Governo e le regioni Abruzzo, Calabria, Campania, Molise, Puglia, Sardegna e Sicilia sulla rimodulazione dei programmi cofinanziati dai Fondi strutturali, con il quale il riutilizzo delle risultanti risorse nazionali viene vincolato al principio di territorialità».

1.676

MILO

Precluso

Al comma 93 aggiungere in fine le seguenti parole: «e secondo quanto stabilito nell'accordo siglato il 3 novembre 2011 tra il Governo e le regioni Abruzzo, Calabria, Campania, Molise, Puglia, Sardegna e Sicilia sulla rimodulazione dei programmi cofinanziati dai Fondi strutturali, che vincola il riutilizzo delle risultanti risorse nazionali al principio di territorialità, ai sensi del comma 6, della legge 27 dicembre 2013, n. 147».

1.677

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 94, aggiungere i seguenti:

«94-*bis*. Presso il Ministero del lavoro e delle politiche sociali è istituito un Fondo con uno stanziamento pari a 5 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017 per realizzare, in accordo con il coordinamento delle Regioni degli assessori alla salute, un programma di indirizzo e

coordinamento e messa in rete dei programmi delle singole regioni in materiali "Sorveglianza sanitaria, diagnosi precoce e terapie efficaci" delle persone dichiaratesi esposte all'amianto, per le persone che hanno ricevuto e riceveranno dall'INAIL, o dalle AUSL l'attestato di avvenuta esposizione all'amianto.

94-*ter*. Il Ministero del lavoro e delle politiche sociali, in accordo con il coordinamento delle regioni con proprio decreto, sentito il Ministero dell'economia e delle finanze, definisce le modalità di utilizzo delle risorse di cui al comma 1.

94-*quater*. Il Ministero del lavoro e delle politiche sociali e il coordinamento delle regioni presentano annualmente una relazione sullo stato di avanzamento e i risultati sanitari del piano di sorveglianza sanitaria per i soggetti esposti all'amianto.

94-*quinquies*. Nello svolgimento delle attività del Piano il Ministero si avvale anche della collaborazione delle rappresentanze delle organizzazioni sindacali dei lavoratori e delle rappresentanze delle associazioni degli ex esposti all'amianto».

Conseguentemente, alla tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 5.000.000;
2016: - 5.000.000;
2017: - 5.000.000.

1.678

BAROZZINO, URAS, DE PETRIS, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 94, aggiungere i seguenti:

«94-*bis*. È autorizzata la spesa di 60 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017 a copertura dei maggiori oneri di cui al comma 94-*ter*.

94-*ter*. All'articolo 47 del decreto-legge 30 settembre 2003, n. 269, convertito, con'modificazioni, dalla legge 24 novembre 2003, n. 326, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al comma l, il secondo periodo è sostituito dal seguente: "con la stessa decorrenza, il predetto coefficiente moltiplicatore si applica, a scelta del lavoratore, o ai fini dell'anticipazione dell'accesso al pensionamento o ai fini della determinazione dell'importo delle prestazioni pensionistiche";

b) dopo il comma 1 è inserito il seguente:

"1-*bis*. La prestazione previdenziale di cui al comma 1 si applica, a scelta dei lavoratori, o ai fini dell'anticipazione dell'accesso al pensionamento o ai fini della determinazione dell'importo delle prestazioni pensionistiche anche ai lavoratori a cui siano state rilasciate dall'INAIL o dal Settore navigazione dell'INAIL (ex IPSEMA) le certificazioni relative all'esposizione all'amianto e che abbiano prestato la loro opera esposti all'amianto per un periodo inferiore a dieci anni, con le seguenti modalità: il coefficiente moltiplicatore si applica nella misura di 1,25 fino ai dieci anni di esposizione;";

c) dopo il comma 2 è inserito il seguente:

"2-bis. Per i lavoratori che hanno prestato la loro opera esposti all'amianto per un periodo superiore a dieci anni, il coefficiente moltiplicatore si applica nella misura di 1,5";

d) il comma 3 è abrogato;

e) il comma 4 è sostituito dal seguente:

"4. La sussistenza e la durata dell'esposizione all'amianto di cui ai commi 1-*bis* e 2-*bis* sono accertate e certificate dall'INAIL o dal Settore navigazione dell'lNAIL (ex IPSEMA) oppure dai dipartimenti di prevenzione delle aziende sanitarie locali presso il cui territorio si trova o si trovava l'installazione o il naviglio militare dello Stato ovvero l'impresa che a qualunque titolo utilizza o utilizzava l'amianto, avvalendosi dei dati di letteratura scientifica in materia, nonché di prove testimoniali e di relazioni tecniche stilate da esperti, anche in considerazione dell'esistenza di casi analoghi e degli eventuali cambiamenti avvenuti nelle aziende, nei cantieri navali e nel naviglio

mercantile, nonché validando quale *curriculum* lavorativo l'estratto matricola mercantile rilasciato dall'autorità marittima. Gli eventuali periodi di cassa integrazione ordinaria o straordinaria fruiti. non interrompono il computo della durata dell'esposizione";

f) il comma 5 è sostituito dai seguenti:

"5. I lavoratori ex esposti all'amianto che intendano ottenere il riconoscimento dei benefici di cui al comma 1, in riferimento al comma 6-*bis* devono presentare domanda alla gestione previdenziale presso la quale sono iscritti, entro dodici mesi dalla data di entrata in vigore della presente disposizione. Per i lavoratori esposti, addetti alle bonifiche, all'escavazione ed all'estrazione di minerale, non è fissato alcun termine al fine di ottenere il riconoscimento dei benefici di cui al comma 1.

5-*bis.* Gli eredi dei lavoratori ex esposti all'amianto aventi diritto ai benefici contributivi, deceduti prima di poterne usufruire, possono presentare richiesta di rivalutazione contributiva presso gli uffici dell'Inps competenti territorialmente";

g) dopo il comma 6-*quinquies* sono aggiunti i seguenti:

"6-*sexies.* I benefici di cui al comma 1 si applicano anche al personale militare delle Forze armate in possesso del *curriculum* lavorativo rilasciato dal Ministero della difesa ai sensi dell'articolo 3, comma 3, del decreto del Ministro del lavoro e delle politiche sociali 27 ottobre 2004, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* n. 295 del 17 dicembre 2004, e sono cumulabili, in deroga all'articolo 1849 del codice dell'ordinamento militare, di cui al decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66, e a quanto disposto del comma 6-*ter* del presente articolo, con gli altri benefici previdenziali che comportano l'anticipazione dell'accesso al pensionamento di anzianità ovvero l'aumento dell'anzianità contributiva, e possono essere fatti valere sia ai fini del diritto che della misura della pensione. Nei confronti del medesimo personale militare per il quale sia stata accertata una malattia professionale asbesto-correlata da parte del competente Dipartimento militare di medicina legale, di cui all'articolo 195, comma 1, lettera *c)*, del codice dell'ordinamento militare, di cui al decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66, si applica, d'ufficio e senza limiti di tempo e in deroga all'articolo 1849 del predetto codice di cui al decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66, e dell'articolo 12-*bis* del decreto-legge 23 febbraio 2009, n. 11, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 aprite 2009, n. 38, sia ai fini del diritto che della misura della pensione, il coefficiente moltiplicatore di cui all'articolo 13, comma 7, della legge 27 marzo 1992, n. 257, e successive modificazioni, nella misura di 1,5 del periodo di esposizione all'amianto, accertabile dal *curriculum* lavorativo rilasciato dal Ministero della difesa ai sensi dell'articolo 3, comma 3, del decreto del Ministro del lavoro e delle politiche sociali 27 ottobre 2004, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* n. 295 del 17 dicembre 2004, ovvero, in mancanza del predetto *curriculum* e per analogia con altri casi, dall'estratto del foglio matricolare.

6-*septies*. I benefici di cui al comma 1 si applicano anche ai lavoratori addetti alla nautica da diporto, nonché ai titolari di piccole imprese che producano idonea documentazione atta a comprovare che il lavoro che ha comportato esposizione all'amianto sia stato svolto per conto terzi.

6-*octies*. Il Governo esercita il potere sostitutivo nei confronti delle regioni nell'adozione di provvedimenti necessari in caso di inadempienza nella predisposizione dei piani di bonifica delle aree interessate dall'inquinamento da amianto.

6-*novies.* Ai lavoratori ex esposti all'amianto, collocati in trattamento di quiescenza prima della data di entrata in vigore della legge 27 marzo 1992, n. 257, sono riconosciuti i benefici previsti dall'articolo 13, comma 8, della medesima legge.

6-*decies.* I lavoratori ex esposti all'amianto, che hanno presentato domanda agli enti previdenziali competenti ai fini del riconoscimento dei benefici di cui al comma 1 e la cui richiesta è stata respinta, possono presentare una nuova domanda per i medesimi fini. Avverso reventuale diniego degli enti previdenziali è ammesso ricorso agli ordinari strumenti di tutela giurisdizionali.

6-*undecies*. I termini per la presentazione delle domande per il riconoscimento dei benefici previdenziali scadono dodici mesi dopo la data di entrata in vigore della presente disposizione.

6-*duodecies.* All'articolo 24, comma 14, del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito,

con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, e successive modificazioni, dopo la lettera *e-bis)* è aggiunta la seguente:

e-quater) ai lavoratori di cui alll'articolo 13 della legge 27 marzo 1992, n. 257, e successive modificazioni".

94-*quater*. Il sesto comma dell'articolo 47 e l'articolo 47-*bis* del decreto del Presidente della Repubblica 30 aprile 1970, n. 639, nonché il comma 35-*quinquies* dell'articolo 35 del decreto-legge 4 luglio 2006, n. 223, convertito, con modificazioni, dalla legge 4 agosto 2006, n. 248, sono abrogati"».

Conseguentemente, alla tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 60.000:000;
2016: - 60.000.000;
2017: - 60.000.000.

1.679

PETRAGLIA, URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 94, aggiungere il seguente:

«94-*bis*. All'alinea del comma 14 dell'articolo 24 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, dopo le parole: "ad applicarsi" sono inserite le seguenti: "al personale della scuola che abbia maturato i requisiti entro l'anno scolastico 2011/2012, ai sensi dell'articolo 59, comma 9, della legge 27 dicembre 1997, n. 449, e successive modificazioni".

94-*ter*. Il beneficio di cui al comma 1 è riconosciuto, con decorrenza dalla data del 1º settembre 2015, nel limite massimo di 4.000 soggetti e nei limiti dell'autorizzazione di spesa di cui al comma 3. L'INPS provvede al monitoraggio delle domande presentate, secondo modalità telematiche, definendo un elenco numerico delle stesse basato su un criterio progressivo risultante dalla somma dell'età anagrafica e dell'anzianità contributiva vantate dai singoli richiedenti alla data del 31 dicembre 2012. Qualora dal monitoraggio risulti il raggiungimento del limite numerico non prende in esame ulteriori domande di pensionamento finalizzate ad usufruire dei benefici previsti dalla disposizione di cui al medesimo comma 1. Per i lavoratori che accedono al beneficio di cui al comma 1, il trattamento di fine rapporto, comunque denominato, è corrisposto al momento in cui il soggetto avrebbe maturato il diritto alla corresponsione dello stesso secondo le disposizioni di cui all'articolo 24 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, e sulla base di quanto stabilito dall'articolo 1, comma 22, del decreto-legge 13 agosto 2011, n. 138, convertito, con modificazioni, dalla legge 14 settembre 2011, n. 148, nonché secondo le modalità previste a legislazione vigente.

94-*quater*. Per l'attuazione del presente articolo è autorizzata la spesa di 35 milioni di euro per l'anno 2015, di 105 milioni di euro per l'anno 2016, di 101 milioni di euro per l'anno 2017, di 94 milioni di euro per l'anno 2018 e di 81 milioni di euro per l'anno 2019».

Conseguentemente, all'articolo 2, comma 67, sostituire le parole: «è ridotta di 238 milioni di euro per l'anno 2015 e di 200 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016» *con le seguenti:* «è ridotta di 418 milioni di euro per l'anno 2015 e di 380 milioni a decorrere dal 2016».

1.680

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 94, aggiungere il seguente:

«94-*bis*. In vista della introduzione di uno strumento nazionale di contrasto alla povertà è istituito, a decorrere dal 2015, nello stato di previsione del Ministero del lavoro e delle politiche sociali, un Fondo con una dotazione di 700 milioni di euro finalizzato al finanziamento della sperimentazione ed il successivo avvio di un programma nazionale di sostegno per l'inclusione attiva volto al superamento della condizione di povertà, all'inserimento e al reinserimento lavorativo e all'inclusione sociale,

secondo i principi della Raccomandazione della Commissione europea, del 3 ottobre 2008, relativa all'inclusione attiva delle persone escluse dal mercato del lavoro. Con decreto del Ministro del lavoro e delle politiche sociali, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, entro sessanta giorni dall'entrata in vigore della presente legge, si definiscono, d'intesa con la Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le regioni e le province autonome di Trento e di Bolzano, le modalità di tale sperimentazione e dell'avvio del programma. Restano fermi i seguenti principi:

a) il programma è destinato ai residenti che versano in condizione di povertà e che siano cittadini italiani o comunitari ovvero familiari di cittadini italiani o comunitari non aventi la cittadinanza di uno Stato membro che siano titolari del diritto di soggiorno o del diritto di soggiorno permanente, ovvero cittadini stranieri in possesso del permesso di soggiorno CE per soggiornanti di lungo periodo;

b) l'accesso al sostegno è condizionato ad una prova dei mezzi effettuata secondo criteri articolati ed omogenei a livello nazionale che identifichino la condizione di povertà; in base alle condizioni reddituali e patrimoniali e al possesso di beni di consumo durevoli. A tal fine, le definizioni di reddito e patrimonio sono assunte in coerenza con quelle adottate ai fini dell'ISEE, di cui all'articolo 5 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214. In ogni caso è adottata una definizione di reddito che include i trattamenti assistenziali, previdenziali e indennitari, incluse carte di debito, a qualunque titolo percepiti da amministrazionipubbliche;

c) l'INPS provvede alla verifica del possesso da parte dei richiedenti il beneficio dei requisiti richiesti, anche avvalendosi dei collegamenti con ranalisi tributaria. Tale attività non deve comportare nuovi o maggiori oneri a carico dell'INPS;

d) l'erogazione del sostegno economico è condizionata alla stipula da parte dei benefici ari di un patto di inserimento con i servizi sociali locali, quale strumento di inclusione e attivazione sociale;

e) il sostegno economico è determinato come differenza tra una soglia di povertà e il reddito familiare, e la sua durata è limitata dal venir meno della condizione di povertà. Con il decreto di cui al presente comma, è stabilita, sulla base delle risorse disponibili, la soglia al cui livello è integrato il reddito familiare e i limiti alla durata del beneficio, superati i quali il sostegno non potrà essere concesso se non trascorsi almeno 6 mesi dall'ultimo beneficio percepito;

f) nel caso non sia possibile coprire l'intera popolazione in condizione di povertà, gli interventi saranno prioritariamente destinati ai nuclei familiari con minorenni, in particolare quelli con tre o più minorenni ovvero composti esclusivamente da genitore solo e figli minorenni ovvero con figli disabili; i nuclei familiari con lavoratori che abbiano perso il posto di lavoro e abbiano esaurito gli strumenti di sostegno al reddito legati agli ammortizzatori sociali; i nuclei familiari in condizione di disagio abitativo;

g) la domanda per l'accesso al sostegno è presentata al comune di residenza, il progetto personalizzato di cui alla lettera *e)* del presente comma è redatto dai competenti servizi sociali del comune ovvero, in caso di gestione integrata, degli ambiti territoriali, di cui all'articolo 8, comma 3, lettera *a)*, della legge 8 novembre 2000, n. 328, in collaborazione con le amministrazioni competenti sul territorio in materia di servizi per l'impiego, tutela della salute e istruzione e le associazioni del terzo settore.

94-*ter*. Con il medesimo decreto di cui al comma 1, sono definite le modalità di estensione della sperimentazione di cui al presente comma, anche prevedendo una razionalizzazione delle attuali forme di sostegno alla povertà, ed un adeguato coordinamento con il Fondo di cui all'articolo 81, comma 32, del decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito, con modificazioni, dalla.legge 6 agosto 2008, n. 133».

Conseguentemente, apportare le seguenti modificazioni:

a) al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni»*, con le seguenti:* «100 milioni»;

b) al comma 124, sostituire le parole: «850 milioni»*, con le seguenti:* «450 milioni»;

c) all'articolo 2, comma 67, sostituire le parole: «è ridotta di 238 milioni di euro per l'anno

2015 e di 200 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016», *con le seguenti:* «è ridotta di 438 milioni di euro per l'anno 2015 e di 400 milioni a decorrere per l'anno 2016 e 200 milioni a decorrere dal 2017»;

d) all'articolo 3, dopo il comma 28, aggiungere i seguenti:

«28-*bis*. Al comma 5-*bis* dell'articolo 96 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1996, n. 917, le parole: "nei limiti del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nei limiti del 95 per cento".

28-*ter*. Al decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 6:

1) al comma 8, secondo periodo, le parole: "nella misura del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nella misura del 95 per cento";

2) al comma 9, le parole: "nella misura del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nella misura del 95 per cento";

b) all'articolo 7, comma 2, secondo periodo, le parole: "nella misura del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nella misura del 95 per cento"».

1.681

URAS, BAROZZINO, DE PETRIS, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 94, aggiungere il seguente:

«94-*bis*. Dopo il comma 10 dell'articolo 24 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, sono inseriti i seguenti:

"10-*bis*. In deroga a quanto previsto al comma 10, è consentito al lavoratore e alla lavoratrice l'accesso alla pensione anticipata, nei limiti delle risorse di cui al comma 2, alle seguenti condizioni:

a) risultare non occupati al 1º gennaio 2012 per avvenuta risoluzione contrattuale a qualsiasi titolo o avere sottoscritto entro il 31 dicembre 2011 accordi collettivi o individuali, in qualsiasi sede, che come esito finale prevedevano il licenziamento;

b) maturare entro il 31 dicembre 2018 i requisiti di età e anzianità contributiva previsti dalla normativa vigente tipo alla data di entrata in vigore del presente decreto".

94-*ter*. Agli oneri derivanti dal comma 94-*bis* si provvede impiegando, a decorrere dal 1º gennaio 2015, i maggiori risparmi, rispetto a quanto preventivato all'atto dell'approvazione del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, derivati dall'articolo 24 del predetto decreto-legge, ed accertati annualmente con provvedimento del Presidente dell'Inps».

1.682

PETRAGLIA, URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 94, aggiungere il seguente:

«94-*bis*. All'articolo 1, comma 9 della legge 28 agosto 2004, n. 243, dopo il primo periodo aggiungere il seguente: "Ai fini di cui al presente comma, il diritto di opzione può essere esercitato da tutte le lavoratrici i cui requisiti anagrafici e contributivi, ai fini dell'accesso al trattamento pensionistico, maturano entro e non oltre il suddetto termine del 31 dicembre 2015».

Conseguentemente, all'articolo 3, dopo il comma 6, aggiungere il seguente:

«6-*bis*. I commi 48, 49 e 49-*bis*, dell'articolo 2, del decreto-legge 3 ottobre 2006, n. 262, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2007, n. 296, sono sostituiti dai seguenti:

"48. I trasferimenti di beni e diritti per causa di morte sono soggetti all'imposta di cui al comma 47 con le seguenti aliquote sul valore complessivo netto dei beni:

a) devoluti a favore del coniuge e dei parenti in linea retta sul valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 500.000 euro: 5 per cento;

a-bis) devoluti a favore dei fratelli e delle sorelle sul valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 100.000 euro: 8 per cento;

b) devoluti a favore degli altri parenti fino al quarto grado e degli affini in linea collaterale fino

al terzo grado: 8 per cento;

c) devoluti a favore di altri soggetti: 10 per cento.

49. Per le donazioni e gli atti di trasferimento a titolo gratuito di beni e diritti e la costituzione di vincoli di destinazione di beni d'imposta è determinata dall'applicazione delle seguenti aliquote al valore globale dei beni e dei diritti al netto degli oneri da cui è gravato il beneficiario diversi da quelli indicati dall'articolo 58, comma 1, del citato testo unico di cui al decreto legislativo 31 ottobre 1990, n. 346, ovvero, se la donazione, è fatta congiuntamente a favore di più soggetti o se in uno stesso atto sono compresi più atti di disposizione a favore di soggetti diversi, al valore delle quote dei beni o diritti attribuiti:

a) a favore del coniuge e dei parenti in linea retta sul valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 500.000 di euro: 5 per cento;

a-bis) a favore dei fratelli e delle sorelle sul valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 100.000 euro: 8 per cento;

b) a favore degli altri parenti fino al quarto grado e degli affini in linea retta, nonché degli affini in linea collaterale fino al terzo grado: 8 per cento;

c) a favore di altri soggetti: 10 per cento.

49-*bis*. Se il beneficiario dei trasferimenti di cui ai commi 48 e 49 è una persona portatrice di *handicap* riconosciuto grave ai sensi della legge 5 febbraio 1992, n. 104, l'imposta si applica esclusivamente sulla parte del valore della quota o del legato che supera l'ammontare di 1.000.000 euro"».

1.683

URAS, BAROZZINO, DE PETRIS, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 94, aggiungere il seguente:

«94-*bis*. L'ultimo periodo del comma 18 dell'articolo 24 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, e successive modificazioni, è sostituto dal seguente: "Fermo restando quanto indicato al comma 3, primo periodo, le disposizioni di cui al presente comma si applicano anche ai lavoratori iscritti all'ex Fondo speciale istituito presso l'INPS ai sensi dell'articolo 43 della legge 23 dicembre 1999, n. 488, nonché al personale operante nelle imprese ferroviarie e nelle imprese dei gestori delle infrastrutture ferroviarie con mansioni di addetto alla condotta dei treni, addetto alla scorta dei treni, addetto alla manovra, traghettamento, formazione treni ed il personale imbarcato a bordo delle navi traghetto. Con regolamento da emanare entro il 31 marzo 2014, ai sensi dell'articolo 17, comma 2, della legge 23 agosto 1988, n. 400, e successive modificazioni, su proposta del Ministro del lavoro e delle politiche sociali, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, sono adottate le relative misure di armonizzazione dei requisiti di accesso al sistema pensionistico, tenendo conto delle obiettive peculiarità ed esigenze dei settori di attività nonché dei rispettivi ordinamenti"».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 7, dopo la lettera a) *aggiungere la seguente:*

«*a-bis)* dopo l'articolo 17 aggiungere il seguente: "Art. 17.1 - *(Acquisto di pubblicità* on line*). - 1.* I soggetti passivi che intendano acquistare servizi di pubblicità e *link* sponsorizzati *on line*, anche attraverso centri media e operatori terzi, sono obbligati ad acquistarli da soggetti titolari di una partita IVA rilasciata dall'amministrazione finanziaria italiana.

2. Gli spazi pubblicitari *on line* e *link* sponsorizzati che appaiono nelle pagine dei risultati dei motori di ricerca (servizi di *search advertising*), visualizzabili sul territorio italiano durante la visita di un sito *internet* o la fruizione di un servizio *on line* attraverso rete fissa o rete e dispositivi mobili, devono essere acquistati esclusivamente attraverso soggetti, quali editori, concessionarie pubblicitarie, motori di ricerca o altro operatore pubblicitario, titolari di partita IVA rilasciata dall'amministrazione finanziaria italiana. La presente disposizione si applica anche nel caso in cui l'operazione di compravendita sia stata effettuata mediante centri media, operatori terzi e soggetti inserzionisti"».

1.684

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 94, aggiungere il seguente:

«94-*bis*. La dotazione del Fondo per le vittime dell'amianto di cui al comma 241 dell'articolo 1 della legge 24 dicembre 2007, n. 244, è incrementata di 50 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017. Il Fondo, a modifica delle sue norme istitutive e regolatorie, è istituito a favore di tutte le persone vittime dell'amianto, colpite da patologie asbesto-correlate contratte a qualsiasi titolo, per ragioni ambientali, familiari o lavorative, che si tratti di lavoratori sia civili che militari. L'organizzazione del Fondo, nonché le procedure e le modalità di erogazione delle prestazioni, sono disciplinate da un nuovo regolamento adottato con decreto del Ministro del lavoro e delle politiche sociali, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, entro novanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 50.000.000;
2016: - 50.000.000;
2017: - 50.000.000.

1.685

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 94, inserire il seguente:

«94-*bis*. A decorrere dall'entrata in vigore della presente legge è istituito, in via sperimentale per il triennio 2015-2017, presso il Ministero del lavoro e delle politiche sociali, un apposito Fondo per incentivare il mantenimento dei livelli occupazionali delle aziende in difficoltà per cause dovute a terzi ovvero per mancato pagamento dei debiti della pubblica amministrazione. Il Fondo ha una dotazione di 187,5 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017. A valere sulle risorse del Fondo di cui al presente articolo; è riconosciuto, in via sperimentale per il medesimo periodo, una riduzione di 50 punti percentuali degli oneri contributivi dovuti dal datore di lavoro, senza effetti negativi sulla determinazione dell'importo pensionistico del lavoratore».

Conseguentemente, all'articolo 1, sopprimere il comma 125.

1.687

BIGNAMI, PEPE, Maurizio ROMANI, MUSSINI

Precluso

Sopprimere i commi da 95 a 99.

Conseguentemente:

a) sostituire il comma 118 con il seguente:

«118. Lo stanziamento del Fondo nazionale per le politiche sociali, di cui all'articolo 20, comma 8, delle legge 8 novembre 2000, n. 328, è incrementato di 317 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015»;

b) al comma 101, secondo periodo, sostituire le parole: «5 milioni di euro», con le seguenti: «10 milioni di euro»;

c) dopo il comma 119, inserire i seguenti:

«119-*bis*. A decorrere dall'anno 2015 il contributo annuo concesso all'Unione italiana ciechi ai sensi dell'articolo 1 della legge 23 settembre 1993, n. 379, è incrementato di 2 milioni di euro.

119-*ter*. A decorrere dall'anno 2015 sono destinati 178 milioni di euro all'edilizia residenziale pubblica».

1.689

MALAN

Precluso

Sostituire il comma 95 con il seguente:

«95. Al fine di sostenere le famiglie con figli di età inferiore ai 3 anni, incentivare la natalità e contribuire alle spese per il suo sostegno, per ogni figlio di età inferiore ai 3 anni, è riconosciuto un assegno di importo pari a euro 178,80 per il 2015, euro 536,40 per il 2016, euro 894 per il 2017, euro 894 per il 2018, euro 536,40 per il 2019, euro 178,80 per il 2020, erogato mensilmente dall'inizio di ogni anno ovvero a decorrere dal mese di nascita o adozione. L'assegno, che non concorre alla formazione del reddito complessivo di cui all'articolo 8 del testo unico di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, e successive modificazioni, è corrisposto fino alla fine di ogni anno, ovvero fino al compimento del terzo anno di età ovvero del terzo anno di ingresso nel nucleo familiare a seguito dell'adozione, per i figli di cittadini italiani o di uno Stato membro dell'Unione europea, a condizione che il nucleo familiare di appartenenza del genitore richiedente l'assegno sia in una condizione economica corrispondente a un valore dell'indicatore della situazione economica equivalente (ISEE), stabilito ai sensi del regolamento di cui al decreto del Presidente del Consiglio dei ministri 5 dicembre 2013, n. 159, non superiore a 25.000 euro annui. L'assegno di cui al presente comma è corrisposto, a domanda, dall'INPS, che provvede alle relative attività, nonché a quelle del comma 97, con le risorse umane, strumentali e finanziarie disponibili a legislazione vigente. Qualora il nucleo familiare di appartenenza del genitore richiedente l'assegno sia in una condizione economica corrispondente a un valore dell'ISEE, stabilito al sensi del citato regolamento di cui al decreto del Presidente del Consiglio dei ministri n. 159 del 2013, non superiore a 7.000 euro annui, l'importo dell'assegno di cui al primo periodo del presente comma è raddoppiato».

1.690

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Al comma 95, dopo le parole: «è riconosciuto» aggiungere le seguenti: «, prioritariamente ai genitori cittadini italiani,».

1.691

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 95, ovunque essa ricorra, sostituire la parola: «assegno» con la seguente: «voucher».

1.692

MALAN

Precluso

Al comma 95, apportare le seguenti modificazioni:

a) al primo periodo, sostituire le parole: «960 euro» *con le seguenti:* «euro 1072,8»;

b) al secondo periodo, sopprimere le parole: «o di cittadini di Stati extracomunitari con permesso di soggiorno di cui all'articolo 9 del testo unico delle disposizioni concernenti la disciplina dell'immigrazione e norme sulla condizione dello straniero, di cui al decreto legislativo 25 luglio 1998, n. 286, e successive modificazioni».

1.693

TOSATO, CENTINAIO, COMAROLI

Precluso

Al comma 95 sopprimere le seguenti parole: «o di cittadini extracomunitari con permesso di soggiorno di cui all'articolo 9 del testo unico delle disposizioni concernenti la disciplina dell'immigrazione e norme sulla condizione dello straniero, di cui al decreto legislativo 25 luglio 1998, n. 286, e successive modificazioni,».

1.694

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Al comma 95 sostituire le parole: «o di cittadini extracomunitari con permesso di soggiorno di cui all'articolo 9 del testo unico delle disposizioni concernenti la disciplina dell'immigrazione e norme sulla condizione dello straniero, di cui al decreto legislativo 25 luglio 1998, n. 286, e successive

modificazioni,» con le seguenti: «il contributo è aumentato di 200 euro per i figli nati o adottati che siano in ordine di nascita terzi o ulteriori».

1.695

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Al comma 95, sopprimere le parole da: «o di cittadini di Stati extracomunitari» fino a: «e successive modificazioni».

1.696

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Al comma 95 dopo le parole: «di cui all'articolo 9» aggiungere le seguenti: «e che ai sensi dell'articolo 4-bis abbiano accumulato almeno 30 punti dopo la sottoscrizione dell'accordo di integrazione».

1.697

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 95, secondo periodo, dopo le parole: «residenti in Italia» inserire le seguenti: «nonché a tutti gli stranieri residenti in Italia titolari del permesso unico di cui al decreto legislativo 40/14 e agli altri stranieri regolarmente soggiornanti in Italia».

1.698

TOSATO, CENTINAIO, COMAROLI

Precluso

Al comma 95 dopo le parole: «residenti in Italia», inserire le seguenti: «da almeno 10 anni».

1.699

TOSATO, COMAROLI

Precluso

Al comma 95 dopo le parole: «residenti in Italia» inserire le seguenti: «da almeno 5 anni».

1.701

GASPARRI

Precluso

Apportare le seguenti modificazioni:

a) al comma 95, sostituire le parole «25.000 euro annui» *con le seguenti:* «30.000 euro annui».

b) al comma 97 sopprimere il secondo periodo.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 100.000.000;
2016: - 100.000.000;
2017: - 100.000.000.

Ridurre dell'1% tutti gli stanziamenti di parte corrente della allegata tabella C.

1.704

DI BIAGIO

Precluso

Al comma 95 le parole: «25.000 euro annui» sono sostituite con le seguenti: «30.000 euro annui».

1.705

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Al comma 95 dopo le parole: «dall'INPS, che provvede alle relative attività», inserire le seguenti: «, verificando la documentazione che attesta i requisiti dei beneficiari,».

1.707

DI BIAGIO

Precluso

Al comma 97 eliminare le parole: «Nel caso in cui, in sede di attuazione del comma 95, si verifichino o siano in procinto di verificarsi scostainenti rispetto alla previsione di spesa di cui al comma 98, con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, di concerto con il Ministro del lavoro e delle politiche sociali e con il Ministro della salute, si provvede a rideterminare l'importo annuo dell'assegno di cui al comma 95, primo periodo, e i valori dell'ISEE di cui al comma 95, secondo periodo».

1.708

PETRAGLIA, URAS

Precluso

Sopprimere il comma 98.

Conseguentemente al comma 112 sostituire la parola: «250» *con la seguente:* «230».

1.709

PETRAGLIA, DE PETRIS, URAS

Precluso

Sopprimere i commi da 100 a 102.

Conseguentemente al comma 112 sostituire la parola: «250» *con la seguente:* «230».

1.710

BERGER, ZELLER, PALERMO, PANIZZA, LANIECE, BATTISTA, ROMANO, Fausto Guilherme LONGO

Precluso

Dopo il comma 100, aggiungere i seguenti:

«100-*bis*. Per l'anno 2015 è ammessa la detrazione dall'imposta lorda pari al 19 per cento delle spese documentate sostenute dai genitori per il pagamento delle vacanze, certificate da fattura o da ricevuta fiscale contenente la specificazione della prestazi.one e l'indicazi.one del codice fiscale del destinatario della detrazione, per un importo complessivamente non superiore a 1.000 euro annui per nucleo familiare, indipendentemente dai fatto che i genitori siano legalmente coniugati

100-*ter*. Per il periodo d'imposta relativo all'anno 2015, in deroga all'articolo 9, comma 9, ultimo periodo, del decreto legislativo 14 marzo 2011, n. 23, come da ultimo modificato dall'articolo 1, comma 717, lettera *b)*, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, l'assoggettamento all'imposta municipale propria concorre interamente alla formazione della base imponibile dell'imposta sul reddito delle persone fisiche e delle relative addizionali per gli immobili ad uso abitativo non locati«.

1.712

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 101, primo periodo sostituire le parole: «108 milioni» con le seguenti: «308 milioni» e al secondo periodo inserire il seguente: «Una quota pari a 200 milioni è riservata alle misure di assistenza ai nuclei con persone non auto sufficienti, anche al fine di far emergere e promuovere, di concerto con la rete dei servizi sociali locali, il lavoro di cura, prevedendo:

a) la possibilità di detrazione fiscale, senza cumulare con la deduzione prevista per i versamenti dei contributi previdenziali, dall'imposta lorda sui redditi del 19 per cento dell'intero costo sostenuto per la collaboratrice o il collaboratore familiare assunto per attività di assistenza familiare a persone non autosufficienti, fino ad un limite massimo di 14.000 euro annui, per i soggetti con reddito imponibile fino a euro 40.000;

b) la possibilità di portare in detrazione da parte dei familiari (articolo 433 Codice Civile) la eventuale parte di spesa che non ha trovato capienza nel reddito dell'invalido».

a) all'articolo 1, comma 112, sostituire le parole: «250 milioni», *con le seguenti:* «100 milioni».

1.716

DI BIAGIO

Precluso

Al comma 101, primo periodo, sostituire le parole: «108 milioni» con le seguenti: «103 milioni».

Conseguentemente:

a) al comma 101, sopprimere il secondo periodo;

b) dopo il comma 101, aggiungere il seguente:

«101-*bis*. Il fondo di cui all'articolo 58, comma 1, del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 134, è rifinanziato di 5 milioni di euro per l'anno 2014».

1.717

RUVOLO, BONFRISCO

Precluso

Al comma 101, primo periodo, sostituire le parole: «108 milioni» con le seguenti: «103 milioni».

Conseguentemente:

a) al comma 101, sopprimere il secondo periodo;

b) dopo il comma 101, aggiungere il seguente:

«101-*bis*. Il fondo di cui all'articolo 58, comma 1, del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 84, è rifinanziato di 5 milioni di euro per l'anno 2014».

1.722

PETRAGLIA, URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 101 aggiungere i seguenti:

«101-*bis*. Al fine di sostenere la genitorialità e riconoscere il lavoro di cura all'interno della famiglia, fatto salvo quanto previsto dalla legislazione vigente, è riconosciuto alla lavoratrice il diritto all'accesso anticipato alla pensione di vecchiaia pari ad un anno per ogni figlio: In alternativa a tale anticipo la lavoratrice può optare per la determinazione del trattamento pensionistico con applicazione del moltiplicatore di cui alla tabella A allegata alla legge 8 agosto 1995, n. 335, e successive modificazioni, relativo all'età di accesso al trattamento pensionistico, maggiorato di un anno in caso di uno o due figli, maggiorato di due anni in caso di tre o quattro figli e maggiorato di tre anni in caso di cinque o più figli.

101-*ter*. È riconosciuta la contribuzione figurativa a copertura dell'intero anno, nel settore pubblico e in quello privato, in caso di accesso anticipato alla pensione ai sensi del comma 1 il beneficio di cui al presente comma non è cumulabile con altri periodi di contribuzione figurati va riconosciuti in ragione della maternità; in tale caso è data facoltà alla lavoratrice di optare tra essi.

101-*quater*. I benefici di cui ai commi 1 e 2 sono riconosciuti anche se la donna risulta inoccupata durante la gestazione o al momento del parto e anche in assenza di precedenti versamenti contributivi.

101-*quinquies*. La misura sperimentale di cui all'articolo 4, comma 24, lettera *b),* della legge 28 giugno 2012, n. 92, è estesa agli anni 2015 e successivi, e il contributo di cui all'articolo 5 decreto ministeriale 22 dicembre 2012, è stabilito in 600 euro mensili, per un massimo di un anno, in base alla richiesta della lavoratrice interessata.

101-*sexies*. Il Ministero del Lavoro e delle politiche sociali, di concerto con il Ministero dell'economia e delle finanze, provvede ad aggiornare, entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, il decreto 22 dicembre 2012 di cui al precedente comma, al fine di garantire ulteriori modalità attuative volte a semplificare sensibilmente le procedure per accedere ai suddetti benefici e garantirne una reale diffusione tra le lavoratrici.

101-*septies*. Nello Stato di previsione del Ministero del Lavoro e delle politiche sociali, è istituito un Fondo con una dotazione di 150 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015-2017, finalizzato alla concessione di agevolazioni fiscali a favore delle micro e medie imprese, sulle quali incidono in misura proporzionalmente maggiore i costi delle misure a favore della maternità delle lavoratrici.

101-*octies*. Con decreto del Ministero dell'economia e delle finanze, di concerto con il Ministero del Lavoro e delle politiche sociali e il Ministero dello Sviluppo economico, da emanarsi entro 120 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono individuati criteri e modalità attuative

per la concessione delle agevolazioni di cui al precedente comma 6.

101-*nonies*. Al fine di implementare le iniziative finalizzate alla conciliazione del tempo di vita e di lavoro, sono stanziati 50 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015-2017, per il finanziamento delle misure di all'articolo 9 della legge 8 marzo 2000, n. 53».

Conseguentemente al comma 112, sostituire le parole: 250 milioni, con le seguenti: 50 milioni;

sopprimere il comma 121;

sopprimere il comma 132;

all'articolo 2, comma 67, sostituire le parole: «è ridotta di 238 milioni di euro per l'anno 2015 e di 200 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016»*con le seguenti:* «è ridotta di 538 milioni di euro per l'anno 2015 e di 500 milioni a decorrere per l'anno 2016»;

all'articolo 3, dopo il comma 28, aggiungere i seguenti:

«28-*bis*. All'articolo 19, comma 6 del decreto-legge n. 201 del 2011, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 214 del 2011, aggiungere, in fine il seguente periodo: a decorrere dall'anno 2015 l'aliquota è stabilita nella misura del 13,5 per mille.

28-*ter*. L'aliquota dell'addizionale di cui al comma 16 dell'articolo 81 del decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito con modificazioni dalla legge 6 agosto 2008, n. 133, è aumentata di 2 punti percentuali.

28-*quater*. In deroga all'articolo 3 della legge 27 luglio 2000, n. 212, la disposizione di cui al precedente comma si applica a decorrere dal periodo d'imposta successivo a quello in corso alla data del 31 dicembre 2013.

28-*quinquies*. Al comma 5-*bis* dell'articolo 96 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto dei Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, le parole: «nei limiti del 96 per cento» sono sostituite dalle seguenti: «nei limiti del 95 per cento».

28-*sexies*. Al decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 6:

1) al comma 8, le parole: «nella misura del 96 per cento» sono sostituite dalle seguenti: «nella misura del 94 per cento»;

2) al comma 9, le parole: «nella misura dei 96 per cento» sono sostituite dalle seguenti: «nella misura del 94 per cento»;

b) all'articolo 7, comma 2, le parole: «nella misura del 96 per cento» sono sostituite dalle seguenti: «nella misura del 94 per cento»;

all'articolo 3, comma 75, Tabella A allegata voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti modifiche:

2015:

- CP: - 70.000.000;
  CS: - 70.000.000.

2016:

- CP: - 70.000.000;
  CS: - 70.000.000.

2017:

- CP: - 70.000.000;
  CS: - 70.000.000.

1.723

PETRAGLIA, URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 101 aggiungere i seguenti:

«101-*bis*. Nello stato di previsione del Ministero del lavoro e delle politiche sociali, è istituito un fondo, con una dotazione di 550 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015, per l'avvio di un piano, di sostegno alla povertà estrema.

101-*ter*. Le risorse del Fondo, quale contributo dello Stato, sono finalizzate a garantire la gratuità dei servizi socio-educativi per la prima infanzia, dei servizi scolastici, nonché dei servizi erogati dagli enti territoriali, compreso il trasporto pubblico locale, ai giovani fino al termine del ciclo di studi obbligatorio, i cui genitori, cittadini italiani o di uno Stato membro dell'unione europea o di cittadini extracomunitari con permesso di soggiorno di cui all'articolo 9 dei testo unico delle disposizioni concernenti la disciplina dell'immigrazione e norme sulla condizione dello straniero, di cui al decreto legislativo 25 luglio 1998, n. 286, e successive modificazioni, residenti in Italia nonché a tutti gli stranieri residenti in Italia titolari del permesso unico di cui al decreto legislativo n. 40 del 2014 e agli altri stranieri regolarmente soggiornanti in Italia, abbiano un reddito complessivamente non superiore alla prima fascia ISEE. Ai fini della fruizione dei suddetti benefici, viene data priorità ai redditi ISEE più bassi. 101-*quater*. Con decreto del Ministero del Lavoro e delle politiche sociali, di concerto con il Ministero dell'economia, e del Ministero dell'Istruzione dell'Università e della ricerca, da emanarsi entro 90 giorni dalla data di entrata in vigore, della presente legge, previa intesa in sede di Conferenza Unificata, sono definite le modalità attuative, i criteri di ripartizione delle risorse tra gli enti territoriali, nonché l'eventuale contributo finanziario dei medesimi enti ai fini dell'attuazione del presente articolo».

Conseguentemente, comma 112, sostituire le parole: «250 milioni», *con le seguenti:* «100 milioni»;

sopprimere il comma 121;

all'articolo 3, dopo il comma 28, aggiungere i seguenti:

28-*bis*. Al comma 5-*bis* dell'articolo 96 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, le parole: «nei limiti del 96 per cento» sono sostituite dalle seguenti: «nei limiti del 95 per cento».

28-*ter*. Al decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 6:

1) al comma 8, le parole: «nella misura del 96 per cento» sono sostituite dalle seguenti: «nella misura del 95 per cento»;

2) al comma 9, le parole: «nella misura del 96 per cento» sono sostituite dalle seguenti: «nella misura del 95 per cento»;

b) all'articolo 7, comma 2, le parole: «nella misura del 96 per cento» sono sostituite dalle seguenti: «nella misura del 95 per cento».

1.724

DI BIAGIO

Precluso

Dopo il comma 101, sono inseriti i seguenti:

«101-*bis*. All'articolo 13 comma 2 del decreto-legge n. 201 del 2011, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 214 del 2011, è aggiunto il seguente periodo: «È considerata direttamente adibita ad abitazione principale l'unità immobiliare posseduta dai cittadini italiani non residenti nel territorio dello Stato e iscritti all'Anagrafe degli Italiani residenti all'Estero (AIRE), a titolo di proprietà o di usufrutto in Italia, a condizione che non risulti locata o data in comodato d'uso».

101-*ter*. Sull'unità immobiliare di cui al presente comma, le imposte comunali TARI e TASI sono applicate, per ciascun anno, in misura ridotta di due terzi.

101-quater. Alla copertura finanziaria degli oneri derivanti dalle diposizioni di cui al presente articolo, pari a 4 milioni di euro annui si provvede mediante corrispondente riduzione dello stanziamento del fondo speciale di parte corrente iscritto, ai fini del bilancio triennale 2015-2017, nell'ambito del programma «Fondi di riserva e speciali» della missione "Fondi da ripartire" dello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno 2015.

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015:
- 4.000.000 euro;
2016:
- 4.000.000 euro;
2017:
- 4.000.000 euro.

1.725

DI BIAGIO

Precluso

Dopo il comma 101, sono inseriti i seguenti commi:

«101-*bis*. All'articolo 13 comma 2 del decreto-legge n. 201 del 2011, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 214 del 2011, è aggiunto il seguente periodo: "È considerata direttamente adibita ad abitazione principale l'unità immobiliare posseduta dai cittadini italiani non residenti nel territorio dello Stato e iscritti all'Anagrafe degli Italiani residenti all'Estero (AIRE), a titolo di proprietà o di usufrutto in Italia, a condizione che non risulti locata o data n comodato d'uso".

101-*ter*. Sull'unità immobiliare di cui al presente comma, le imposte comunali TARl e TASI sono applicate, per ciascun anno, in misura ridotta di due terzi.

101-*quater*. Alla copertura finanziaria degli oneri derivanti dalle diposizioni di cui al presente articolo, pari a 4 milioni di euro annui, si provvede a decorrere dal 1º gennaio 2015 mediante corrispondente riduzione del Fondo speciale di parte corrente del Ministero dell'Economia e delle Finanze».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 116, sostituire le parole: «100 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015» *con le seguenti:* «96 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015».

1.726

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 101 inserire i seguenti

«101-*bis*. Il Fondo per le politiche della famiglia, di cui all'articolo 19, comma 1 del decreto-legge 4 luglio 2006, numero 223 (Disposizioni urgenti per il rilancio economico e sociale, per il contenimento e la razionalizzazione della spesa pubblica, nonché interventi in materia di entrate e di contrasto all'evasione fiscale) e all'articolo 1, comma 1250 della Legge finanziaria2007,è incrementato di 500 milioni di euro per l'anno 2015 e 200 milioni a decorrere dal 2016.

101-*ter*. Le risorse di cui al presente articolo sono destinate al finanziamento delle iniziative di conciliazione del tempo di vita e di lavoro previste dall'articolo 9 della legge 8 marzo 2000, numero 53 (Disposizioni per il sostegno della maternità e della paternità, per il diritto alla cura e alla formazione e per il coordinamento dei tempi delle città) e del sistema d'interventi previsto dall'intesa del 25 ottobre 2012 tra il Governo e le Regioni, le Province autonome di Trento e Bolzano e le Autonomie locali, sul documento "Conciliazione dei tempi di vita e di lavoro per il 2012"».

Conseguentemente, apportare le seguenti modificazioni: a) *sopprimere il comma 121;*

b) *al comma 124 sostituire le parole:* «850 milioni» *con le seguenti:* «550 milioni».

1.727

BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, Eva LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Dopo il comma 101, aggiungere il seguente:

«101-*bis*. Al comma 677 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2013, n. 147, è aggiunto, in fine, il seguente periodo: "Si applica comunque il comma 10 dell'articolo 13 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla 22 dicembre 2011, n. 214"».

Conseguentemente:

All'articolo 2, dopo il comma 45, inserire il seguente:

«45-*bis*. A decorrere dall'anno 2015 è disposta la riduzione lineare delle dotazioni finanziarie disponibili iscritte a legislazione vigente in termini di competenza e di cassa, nell'ambito delle . spese rimodulabili delle missioni di spesa di ciascun Ministero di cui all'articolo 21, comma 5, lettera *b)*, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, per un importo pari a 1.000 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015. Sono esclusi gli stanziamenti relativi all'istituto della destinazione del cinque per mille dell'imposta sul reddito delle persone fisiche, gli stanziamenti relativi ,alle spese per la tutela dell'ordine e la sicurezza pubblica, nonché per il soccorso pubblico, e gli stanziamenti relativi al fondo sviluppo e coesione. Il Ministro dell'economia e delle finanze, ai fini delle successive riduzioni, è autorizzato ad accantonare e rendere in disponibili le predette somme. Le amministrazioni potranno proporre variazioni compensative, anche relative a missioni diverse, tra gli accantonamenti interessati nel rispetto dell'invarianza sui saldi di finanza pubblica;

all'articolo 2 apportare le seguenti modificazioni:

a) al comma 141, lettera *c)*, sostituire le parole: "3.452 milioni di euro annui" *con le seguenti:* "4.252 milioni di euro annui";

b) al comma 154, sostituire le parole da: "1.000 milioni di euro fino a 3.000 milioni di euro" con le seguenti: *"1.240 milioni di euro per l'anno 2015, di 2.240 milioni di euro per l'anno 2016 e di 3.240 milioni di euro";*

c) al comma 157, sostituire le parole: "1.200 milioni di euro annui, ovunque ricorrano"*, con le seguenti:* "1.400 milioni di euro annui"».

1.728

BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, Eva LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Dopo il comma 101, aggiungere il seguente:

«101-*bis*. Al comma 677 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2013, n. 147, al secondo periodo le parole: "Per il 2014" sono soppresse e al terzo periodo le parole; "Per lo stesso anno 2014" sono sostituite dalle seguenti; "Per il 2014"».

1.729

LIUZZI

Precluso

Dopo il comma 101, aggiungere il seguente:

«101-*bis*. L'ammontare delle risorse destinate ai progetti di fattibilità legati ai percorsi formativi "Donna, politica ed istituzioni" per la diffusione della cultura di genere e delle pari opportunità, promossi dal Dipartimento per le Pari Opportunità e avviati in collaborazione con il Ministero dell'Università e della ricerca e la Scuola Superiore della Pubblica Amministrazione, sono incrementate nella misura di euro 2.500.000,00 di euro a valere sulle risorse di cui al "Fondo per le politiche relative ai diritti e alle pari opportunità", assegnate al Dipartimento per i diritti e le pari opportunità capitolo 493 recante Fondo per le politiche relative ai diritti e alle pari opportunità di cui all'articolo 19, comma 3, del Decreto-Legge 4 luglio 2006, n. 223, convertito, con modificazioni, dalla legge 4 agosto 2006, n. 248, ed incrementate dall'articolo 1, comma 1261 della legge 27 dicembre 2006, n. 296"».

1.730

CIOFFI, SCIBONA, CIAMPOLILLO, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Dopo il comma 101, inserire il seguente:

«101-*bis*. Al fine di sostenere le famiglie nell'accesso al bene casa, al Fondo nazionale per il sostegno all'accesso alle abitazioni in locazione, istituito dalla legge 9 dicembre 1998, n. 431, è assegnata una dotazione ulteriore di 30 milioni di euro per ciascun anno del triennio 2015-2017».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 75, alla Tabella A ivi richiamata, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: - 30.000.000;
2016: - 30.000.000;
2017: - 30.000.000.

1.731

BERGER, ZELLER, PALERMO, PANIZZA, LANIECE, FRAVEZZI, BATTISTA, ROMANO, Fausto Guilherme LONGO

Precluso

Dopo il comma 101, inserire il seguente:

«101-*bis*. Le indennità di maternità conseguite in seguito alla iscrizione previdenziale agricola *ex*-Scau da coltivatrici diretti nonché, da coadiuvatori agricoli sono in base al comma 2 dell'articolo 6 del Decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, ricomprese nel reddito agrario di cui all'articolo 32 della appena citata disposizione normativa, e non sono soggette a ritenuta alla fonte».

1.733

ENDRIZZI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Sostituire il comma 102 con il seguente:

«102. I commi da 102 a 102-*quadragiesnovies*, introducono misure volte ad assicurare:

a) la tutela, la cura e la riabilitazione dei soggetti affetti da gioco d'azzardo patologico, definiti ai sensi del comma 102-*bis*, e dei loro familiari;

b) la protezione dei minori e dei soggetti vulnerabili;

c) la prevenzione della diffusione dei fattori di rischio del gioco d'azzardo patologico, anche attraverso un approccio consapevole al gioco.

102-*bis*. Sono considerati affetti da gioco d'azzardo patologico, in conformità a quanto definito dall'Organizzazione Mondiale della Sanità (OMS), i soggetti che presentano sintomi clinicamente rilevanti legati alla perdita di controllo sul proprio comportamento di gioco, con evidente coazione a ripetere e con condotte compulsive tali da arrecare grave deterioramento alla loro personalità, assimilabile ad altre dipendenze.

102-*ter*. Ai fini dell'applicazione delle disposizioni dell'articolo 5, comma 2, del decreto-legge 13 settembre 2012, n. 158, convertito, con modificazioni, dalla legge 8 novembre 2012, n. 189, servizi preposti alle attività di prevenzione della patologia da gioco d'azzardo patologico (GAP) e di cura e riabilitazione dei soggetti che ne sono affetti sono individuati nei servizi per le dipendenze istituiti dalle regioni nell'ambito dei rispettivi sistemi sanitari regionali.

102-*quater*. I medesimi servizi promuovono e attuano interventi di prevenzione, di cura e di riabilitazione ambulatoriale e residenziale delle persone affette da patologia da GAP, anche mediante gruppi di mutuo aiuto, in analogia a quanto previsto per le altre dipendenze, sulla base delle linee guida predisposte dal Ministero della salute, entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge.

102-*quinqies*. La certificazione di diagnosi di gioco d'azzardo patologico dà diritto a:

a) l'esenzione dalla compartecipazione al costo della spesa sanitaria, relativamente alle prestazioni correlate al trattamento della patologia;

b) l'accesso alle strutture dei presidi regionali per la valutazione e la diagnosi, l'assistenza psicologica e farmacologica e il ricovero, se necessario, in centri specializzati nella cura della patologia.

102-*sexies*. Entro trenta giorni dalla data di entrata in vigore del decreto del Presidente del Consiglio dei ministri di cui al suddetto articolo 5, comma 2, del decreto-legge 13 settembre 2012, n. 158, convertito, con modificazioni, dalla legge 8 novembre 2012, n. 189, il Ministro della salute apporta le necessarie integrazioni al decreto ministeriale 28 maggio 1999, come modificato dar decreto

ministeriale 21 maggio 2001, al fine di inserire il gioco d'azzardo patologico tra le malattie e le condizioni che danno diritto all'esenzione dalla partecipazione al costo per le prestazioni di assistenza sanitaria.

102-*septies*. Nelle more dell'attuazione delle disposizioni di cui all'articolo 5, comma 2, del decreto-legge 13 settembre 2012, n. 158, convertito con modificazioni, dalla legge 8 novembre 2012, n. 189, il Ministro della salute con decreto di natura regolamentare, previa intesa della Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le regioni e le province autonome, adotta un Piano nazionale per garantire le prestazioni di prevenzione, cura e riabilitazione rivolte alle persone affette da GAP.

102-*octies*. Al fine di garantire il sostegno e l'aiuto alle famiglie dei soggetti affetti da GAP, nell'ambito del sito istituzionale del Ministero della salute, è dedicata una specifica sezione per fornire indicazioni sul trattamento della patologia, sulle strutture a cui rivolgersi nella zona di residenza e sulle reti 328 dei servizi pubblici e progetti di piani di zona di cui alla legge 8 novembre 2000, n. 328, nonché per fornire informazioni inerenti agli aspetti legali ed economici relativi alle perdite, ai debiti accumulati e alla possibilità di usufruire dell'amministrazione di sostegno.

102-*novies*. A decorrere dalla data di entrata in vigore della presente legge è vietata l'introduzione di nuovi apparecchi e piattaforme *on-line* per il gioco d'azzardo a valere sulle concessioni già in essere e di nuove tipologie di giochi d'azzardo per un periodo di almeno cinque anni.

102-*decies*. Con decreto del Ministro della salute, da emanare entro tre mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, è istituito, presso Ministero della salute, l'Osservatorio nazionale sulla dipendenza da gioco d'azzardo patologico, di seguito denominato "Osservatorio". L'Osservatorio è presieduto dal Ministro della salute o da un suo delegato e svolge le sue attività in collaborazioni con le regioni, anche ove istituiti attraverso gli osservatori regionali sulle dipendenze.

102-*undecies*. Ai componenti dell'Osservatorio non spettano compensi, gettoni, emolumenti o indennità comunque definiti né rimborsi spese. Al funzionamento dell'Osservatorio si provvede nell'ambito delle risorse umane, finanziarie e strumentali disponibili a legislazione vigente e, comunque, senza nuovi o maggiori oneri per la finanza pubblica.

102-*duodecies*. A decorrere dalla costituzione dell'Osservatorio di cui al presente articolo, cessa l'attività dell'Osservatorio istituito ai sensi dell'articolo 7, comma 10, ultimo periodo, del decreto-legge 13 settembre 2012, n. 158, convertito, con modificazioni dalla legge 8 novembre 2012, n. 189.

102-*terdecies*. Il Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca, d'intesa con il Ministero della salute, su proposta dell'Osservatorio, predispone campagne di informazione e promuove progetti di educazione sui fattori di rischio connessi al gioco d'azzardo nelle scuole di ogni ordine e grado.

102-*quaterdecies*. Il Ministero della salute, su proposta dell'Osservatorio, predispone apposite campagne di informazione e sensibilizzazione rivolte ai cittadini e finalizzate:

a) ad aumentare la consapevolezza sui fenomeni di dipendenza correlati al gioco d'azzardo nonché sui rischi che ne derivano per la salute;

b) a pubblicizzare il sito *internet* di cui al comma 102-*quinquagies*, al fine di fornire informazioni sui servizi predisposti dalle strutture pubbliche e del terzo settore per affrontare il problema della dipendenza da gioco d'azzardo;

c) ad informare i genitori e le famiglie sui programmi di filtraggio e blocco dei giochi *on-line*;

102-*quindecies*. Entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, con decreto del Ministro della salute, previa intesa in sede di Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le regioni e le province autonome di Trento e di Bolzano, sentito l'Osservatorio, sono definite le linee guida per lo svolgimento di attività formative e di aggiornamento degli operatori dei servizi per le tossico dipendenze, dei servizi di salute mentale e degli operatori delle associazioni di volontariato e del terzo settore che svolgono attività di prevenzione, cura e riabilitazione dei soggetti affetti da GAP. Tali corsi sono volti all'acquisizione delle competenze necessarie ad affrontare e a prevenire i problemi socio-sanitari connessi al gioco d'azzardo.

102-*sedecies*. All'interno dei luoghi dove vengono effettuati giochi a pagamento è obbligatorio esporre, in modo visibile e nelle vicinanze della postazioni di gioco, la documentazione informativa

relativa ai servizi di assistenza disponibili a livello locale e nazionale in favore dei soggetti affetti da patologia da GAP. Presso i medesimi locali, in maniera visibile e immediatamente individuabile sono altresì disponibili i moduli, predisposti dall'azienda sanitaria locale competente per territorio, tramite cui i giocatori possono sottoporsi a un *test* di autovalutazione per la determinazione del rischio di dipendenza dal gioco d'azzardo.

102-*septiesdecies*. Al soggetto affetto da dipendenza da gioco d'azzardo patologico si applica, ove ne ricorrano i presupposti, l'articolo 404 del codice civile. Sono fatte salve le disposizioni di cui al capo II del Titolo XII del Libro Primo del codice civile.

102-*octiesdecies*. All'articolo 24, comma 21, del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, le parole: "da euro cinque mila a euro venti mila" sono sostituite dalle seguenti: "da euro 10.000 a euro 30:000".

102-*noviesdecies* . L'accesso agli apparecchi da intrattenimento e ai videogiochi previsti dall'articolo 100 comma 6, lettera *a)* e *b)*, del testo unico delle leggi di pubblica sicurezza di cui al regio decreto 18 giugno 1931, n. 773, e successive modificazioni nonché ai giochi *on-line* è consentito esclusivamente mediante l'utilizzo della tessera sanitaria.

102-*vicies*. L'Agenzia delle dogane e dei monopoli, entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, adotta un decreto per rendere obbligatoria l'introduzione di meccanismi idonei a bloccare in modo automatico l'accesso dei minori ai giochi, mediante l'inserimento, nei *software* degli apparecchi da intrattenimento, dei videogiochi e dei giochi *on line*, di appositi sistemi di filtro.

102-*viciessemel*. I dati anagrafici, dei giocatori sono registrati attraverso il sistema "tessera sanitaria", il quale mette a disposizione funzioni per rilevare il numero e l'entità delle somme giocate anche in modo progressivo dai giocatori, al fine di consentire agli stessi di autoescludersi dal gioco, anche temporaneamente, e che permettano ai giocatori medesimi di prevedere un limite alla somma giocata. Con decreto del Ministero dell'economia e delle finanze e del Ministero della salute, sentita l'Agenzia delle Dogane e dei Monopoli e l'Osservatorio di cui al comma 102-*decies*, da adottarsi entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono definite le modalità tecniche per l'attuazione del presente comma in coerenza con le misure di sicurezza previste nel decreto legislativo 30 giugno 2003, n. 196 e nel relativo disciplinare tecnico (allegato B).

102-*viciesbis*. I dati rilevati dal sistema tessera sanitaria ai sensi del comma 102-*viciessemel*, privi di elementi identificativi diretti, sono trasmessi al Ministero della salute. Tali dati non possono in alcun modo essere utilizzati da parte dei concessionari, degli esercenti e dei gestori. Con il decreto di cui al comma 102-*undecies* sono definite le modalità di attuazione del presente comma nel rispetto del codice in materia di protezione dei dati personali, di cui al decreto legislativo 30 giugno 2003, n. 196, e successive modificazioni.

102-*viciester*. Al fine di rilevare in modo sistematico le informazioni relative ai soggetti affetti da GAP, il Sistema Informativo Nazionale delle Dipendenze (SIND) di cui al decreto del Ministro della salute 11 giugno 2010, pubblicato nella *Gazzetta ufficiale* 160 del 12 luglio 2010, è integrato con dati relativi alla patologia da GAP.

102-*viciesquater*. Chiunque installi in locali aperti al pubblico apparecchi o videoterminali di gioco non conformi ai criteri di cui al comma 102-*vicies* è punito con la sanzione amministrativa pecuniaria da euro 5.000 a euro 50.000 a carico del trasgressore. In caso di recidiva si applica la sanzione amministrativa pecuniaria da euro 10.000 a euro 100.000, nonché il sequestro dell'apparecchio o del videoterminale.

102-*viciesquinquies*. Unica forma ammessa per il pagamento delle prestazioni rese dagli apparecchi di cui all'articolo 110, comma 6, lettere *a)* e *b)*, del testo unico delle leggi di pubblica sicurezza, di cui al regio decreto 18 giugno 1931, n. 773, è quella elettronica, mediante carte nominative. Al termine di ogni sessione di gioco gli apparecchi di cui al comma precedente devono rilasciare apposita ricevuta, indicante l'ammontare complessivo della somma spesa e di quella vinta, evidenziando la differenza. La ricevuta deve altresì indicare tempo complessivo di collegamento con l'apparecchio e riportare formule di avvertimento contro i rischi del gioco d'azzardo patologico.

102-*viciessixies*. Le disposizioni di cui al comma 102-*viciesquinquies*, si applicano, in quanto compatibili, al gioco *on line* con corresponsione in denaro.

102-*viciessepties*. È fatto divieto ai concessionari di prevedere penalizzazioni od oneri a carico dei gestori e/o esercenti in caso di richiesta di rimozione degli apparecchi da gioco previsti dall'articolo 110, comma 6, lettere *a)* e *b)* del testo Unico delle leggi di pubblica sicurezza di cui al regio decreto 18 giugno 1931, n. 773, e successive modificazioni.

102-*duodetricies*. I tagliandi delle lotterie istantanee devono contenere messaggi in lingua italiana su entrambi i lati, indicati a stampa e in modo da coprire almeno il 20 per cento della corrispondente superficie, recanti avvertenze relative ai rischi e ai danni connessi al gioco d'azzardo.

102-*undetricies*. Con decreto del Ministero della salute, sentito l'Osservatorio entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono stabiliti il contenuto delle avvertenze e le caratteristiche grafiche con cui deve essere stampato il relativo testo.

102-*tricies*. I tagliandi delle lotterie istantanee devono in ogni caso riportare, su entrambi i lati e con dimensioni adeguate, e comunque tali da assicurarne l'immediata visibilità, almeno le seguenti diciture:

a) "Questo gioco nuoce alla salute";

b) "Questo gioco può provocare dipendenza";

c) "Questo gioco può ridurti in povertà";

d) "Questo gioco è vietato ai minori di 18 anni".

102-*triciessemel*. Le avvertenze di cui al comma 102-*tricies* sono stampate in modo inamovibile ed indelebile, senza poter essere in alcun modo dissimulate, coperte o interrotte da altre indicazioni o immagini.

102-*triciesbis*. La propaganda pubblicitaria, diretta ed indiretta, del gioco d'azzardo è vietata nel territorio nazionale. Chi trasgredisce al divieto di cui al comma 102-*viciessepties* è soggetto alla sanzione amministrativa pecuniaria da 100.000 euro a 500.000 euro. La violazione delle disposizioni di cui al comma 102-*viciessepties*, se reiterata per tre volte, comporta la decadenza dalla concessione o dalle autorizzazioni.

102-*triciester*. Gli esercizi commerciali e i circoli privati che rimuovono dai propri locali gli apparecchi per il gioco lecito previsti dall'articolo 110, comma 6, lettere *a)* e *b)* del testo unico delle leggi di pubblica sicurezza di cui al regio decreto 18 giugno 1931, e successive modificazioni, installati precedentemente al 31 dicembre 2013, possono usufruire, per i due anni successivi alla rimozione, di un apposito indennizzo economico.

102-*triciesquater*. Con decreto del Ministero dell'economia e delle finanze da emanarsi entro sei mesi dalla pubblicazione della presente legge, sentita l'Agenzia delle dogane e dei monopoli, vengono stabilite l'entità e la modalità dell'indennizzo di cui al comma 102-*triciester*, nonché le procedure per effettuarne la richiesta.

102-*triciesquinquies*. È vietata all'interno delle sale gioco e dei locali di cui al comma 102-*viciesquinquies*, l'installazione di sportelli per il prelievo automatico di contanti.

102-*triciessexies*. L'installazione degli apparecchi idonei per il gioco lecito previsti dall'articolo 110, comma 6, lettere *a)* e *b)*, del testo unico delle leggi di pubblica sicurezza, di cui al regio decreto 18 giugno 1931, n. 773, e successive modificazioni, all'interno di locali aperti al pubblico, può essere effettuata esclusivamente in spazi appositi e circoscritti, e comunque separati dal resto del locale, in cui si svolge l'ordinaria attività.

102-*triciessepties*. È vietata all'interno delle sale gioco e dei locali, di cui al comma 102-*triciessexies*, installazione di sportelli per il prelievo automatico di contanti.

102-*triciesocties*. In deroga all'articolo 51, comma 1, lettera *b)*, della legge 16 gennaio 2003, n. 3, nei luoghi in cui si svolgono attività di gioco d'azzardo è sempre vietato fumare, anche in presenza di impianti per la ventilazione e il ricambio di aria. Tale divieto è esteso anche alle sigarette elettroniche.

102-*triciesnovies*. All'interno delle sale da gioco e dei locali in cui si esercita come attività principale l'offerta di scommesse su eventi sportivi, anche ippici, o non sportivi sono vietati la vendita

e il consumo di bevande alcoliche.

102-*quadragies*. L'orario giornaliero di apertura delle sale da gioco e dei locali in cui si esercita come attività principale l'offerta di scommesse su eventi sportivi, anche ippici, o non sportivi, nonché dei locali in cui sono installati apparecchi idonei per il gioco lecito previsti dall'articolo 110, comma 6, lettera *a)* e *b)* del testo unico delle leggi di pubblica sicurezza di cui al regio decreto 18 giugno 1931, n. 773 e successive modificazioni, non può comunque prevedere un orario giornaliero di apertura superiore alle otto ore. Per i locali in cui l'attività di gioco con vincita in denaro non rappresenta l'attività esclusiva o principale, con regolamento comunale si può prevedere che tale limite orario valga esclusivamente per l'attività di gioco.

102-*quadragiessemel*. Al fine di garantire che lo svolgimento delle attività di gioco d'azzardo non determini danni alla salute dei cittadini, con il medesimo regolamento di cui al comma 102-*quadragies* i comuni possono stabilire ultèriori misure per evitare che nei luoghi in cui si svolgono attività di gioco con vincita in denaro siano introdotti strumenti idonei a indurre la dipendenza dal gioco e a favorire la perdita dell'autocontrollo da parte dei giocatori, nonché le misure per prevedere un tempo minimo che intercorra tra una giocata e l'altra.

102-*quadragiesbis*. In caso di condanna da parte del responsabile della sala giochi o del titolare dell'esercizio commerciale dove sono ubicati gli apparecchi, per mancato rispetto delle disposizioni di cui alla presente legge, e della normativa vigente in matèria, comporta l'inabilitazione all'attività commerciale per una durata da uno a cinque anni.

102-*quadragiester*. È istituito, nello stato di previsione del Ministero della salute; il Fondo per la prevenzione, la cura e la riabilitazione del gioco d'azzardo patologico, al fine di finanziare gli interventi di prevenzione, di informazione, di formazione e di cura in favore delle persone affette da patologia da GAP, nell'ambito del Piano obiettivo previsto dal Ministero della salute.

102-*quadragiesquater*. Al fine di ridurre il disagio delle famiglie, anche attraverso apposito numero verde, è istituito altresì Fondo per le famiglie dei soggetti affetti da gioco d'azzardo patologico, nello stato di previsione del Ministero del lavoro e delle politiche sociali

102-*quadragiesquinquies*. Al Fondo di cui al comma 102-*quadragies* sono altresì destinate le maggiori entrate derivanti dall'incremento delle sanzioni Amministrative pecuniarie, di cui all'articolo 24, comma 21, del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111.

102-*quadragiessexies*. Il Ministero dell'economia e delle finanze Amministrazione autonoma dei monopoli di Stato, con propri decreti dirigenziali adottati entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, dispone l'incremento a decorrere dal 1ºgennaio 2015, entro il limite dello 0,7 per cento, prelievo erariale unico sugli apparecchi da intrattenimento di cui all'articolo 110, comma 6, lettere *a)* e *b)*, del regio decreto 18 giugno 1931, n. 773, al fine di assicurare maggiori entrate in misura non inferiore a 200 milioni di euro annui a decorrere dal 2015, che aflluiscono al fondo di cui al comma 102-*quadragiester*.

102-*quadragiessepties*. Per il finanziamento del Fondo per le famiglie dei soggetti affetti da gioco d'azzardo patologico di cui al comma 102-*quadragiesquater* è autorizzata la spesa di 20 milioni di euro per l'anno 2015 e di 30 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2016.

102-*quadragiesocties*. È garantito l'accesso al «Fondo per la prevenzione del fenomeno dell'usura» di cui all'articolo 15 della legge 7 marzo 1996, n. 108, al coniuge e ai parenti entro il primo grado conviventi di soggetti affetti da gioco d'azzardo patologico, nel caso in cui l'indebitamento del nucleo familiare sia causato dalla dipendenza da gioco.

102-*quadragiesnovies*. L'articolo 14 della legge 7 marzo 1996, n. 108, è modificato come segue:

a) dopo il comma 2 è inserito il seguente: "2.1. L'erogazione dei mutui può avvenire con le medesime modalità e limiti di cui al comma 2 anche in favore di persone fisiche o nuclei familiari vittime del delitto di usura per la dipendenza da gioco d'azzardo patologico e parti offese nel relativo procedimento penale;

b) dopo il comma 5 è inserito il seguente: "5-*bis*. Nel caso di erogazione del mutuo in favore

dei soggetti di cui al comma 2-*bis* la domanda deve essere corredata da un piano di utilizzo delle somme per le necessità personali o familiari e per la copertura dei debiti, nonché dell'attestazione di una fonte di reddito idonea a garantire la restituzione delle somme concesse a titolo di mutuo".».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: - 50.000.000;
2016: - 50.000.000;
2017: - 50.000.000.

1.734

DIVINA, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Al comma 102 sostituire il primo periodo con il presente: «Nell'ambito delle risorse destinate al finanziamento del Servizio sanitario nazionale (SSN) al sensi dell'articolo 2, comma 225, a decorrere dall'anno 2015, sono annualmente destinati 50 milioni di euro alla cura delle patologie connesse alla dipendenza da gioco d'azzardo».

Conseguentee all'articolo 1 al comma 125 sostituire la cifra: «187,5» *con la seguente:* «137,5».

1.735

SIMEONI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Al comma 102 sostituire le parole: «50 milioni» con le seguenti: «100 milioni».

Conseguentemente, al comma 121 dell'articolo 1 sostituire le parole: «200 milioni» *con le seguenti:* «150 milioni».

1.737

PUGLIA, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Dopo il comma 102, aggiungere i seguenti:

«102-*bis*. A partire dalla data di entrata in vigore della presente legge le Regioni possono avviare presso le ASL, i Servizi per le dipendenze, DSM e i Consultori, gruppi di auto aiuto e di mutuo soccorso attraverso appositi spazi messi a disposizione all'interno delle citate strutture.

102-*ter*. I gruppi di auto aiuto di cui al comma 1 del presente articolo potranno essere attivati al fine della presa in carico di persone con disturbi della personalità o disturbi del tono dell'umore conciati alla patologia da gioco d'azzardo.

102-*quater*. I conduttori dei gruppi di auto aiuto e di mutuo soccorso potranno essere individuati tra il personale delle ASL addetto alla presa in carico, oppure da parte di ex pazieriti con certificato di remissione da Gioco d'azzardo patologico o da parte di psichiatri del Servizio Sanitario Nazionale.

102-*quinquies*. I conduttori dei gruppi di auto aiuto o di mutuo soccorso dovranno usufruire di supervisioni periodiche da parte di psicoterapeuti con specializzazione in "Psicoterapia di Gruppo". In assenza della figura professionale di cui al presente comma la ASL può avvalersi di psicoterapeuti in regime di consulenza esterna.

102-*sexies*. Entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge presso il Ministero della salute è istituito un numero verde nazionale, attivo ventiquattro ore su ventiquattro finalizzato a fornire ai cittadini informazioni inerenti i luoghi di cura e i contatti con le strutture pubbliche sul territorio nazionale cui rivolgersi in particolari momenti di crisi psicologica, economica od occupazionale. Gli operatori del numuero verde saranno selezionati tramite procedura indicata dall'ordine nazionale di tipo sanitario competente per materia.

102-*septies*. Nell'ambito del sito istituzionale del Ministero della salute una sezione dovrà essere dedicata a fornire ai cittadini in particolari momenti di crisi psicologica economica od occupazionale e ai loro familiari tutte le informazioni necessarie al trattamento suddetto nonché sulle strutture a cui rivolgersi nella zona di residenza e sulle reti dei servizi pubblici ivi operanti.

102-*octies*. Al fine di sostenere l'avvio dei gruppi di auto aiuto e di mutuo soccorso di cui al

presente articolo a decorrere dal 2015 sono stanziati 20 milioni di euro: Entro trenta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge il tero della salute d'intesa con la Conferenza Stato - Regioni determina la modalità di ripartizione delle risorse sulla base dei progetti presentati e le forme di monitoraggio sui gruppi di mutuo soccorso e di auto aiuto.»

Conseguentemente all'articolo 44, comma 20, lettera g) *dopo le parole:* «con aliquota massima», *aggiungere le seguenti:* «aumentata dello 0,25 per cento».

1.738

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 102, aggiungere il seguente:

«102-*bis*. Entro trenta giorni dalla data di entrata in vigore del decreto del Presidente del Consiglio dei ministri di cui al comma 1, il Ministro della salute apporta le necessarie integrazioni al decreto ministeriale 28 maggio 1999, n. 329, come modificato dal decreto ministeriale 21 maggio 2001, n. 296, al fine di inserire il gioco d'azzardo patologico (G.A.P.) tra le malattie e le condizioni che danno diritto all'esenzione dalla partecipazione al costo per le prestazioni di assistenza sanitaria».

Conseguentemente:

all'articolo 1, comma 112, sostituire le parole: «250 milioni», *con le seguenti:* «100 milioni»;

sopprimere il comma 121;

all'articolo 3, dopo il comma 28, aggiungere i seguenti:

«28-*bis*. Al comma 5-*bis* dell'articolo 96 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, le parole: "nei limiti del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nei limiti del 95 per cento».

28-*ter*. Al decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 6:

1) al comma 8, le parole: "nella misura del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nella misura del 95 per cento";

2) al comma 9, le parole: "nella misura del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nella misura del 95 per cento";

b) all'articolo 7, comma 2, le parole: "nella misura del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nella misura del 95 per cento"».

1.739

BELLOT, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 102 inserire il seguente:

«102-*bis*. In via sperimentale, per gli anni 2015, 2016 e 2017, è istituito il "Fondo per la prevenzione e per la riduzione dei danni causati da tabagismo", di seguito denominato "Fondo", presso il Ministero della salute.

2. Il Fondo è finalizzato a:

a) lo svolgimento di campagne e programmi informativi sui danni causati dal tabagismo e di campagne e programmi per la prevenzione della dipendenza dal fumo;

b) la predisposizione di programmi informativi di sostegno per la lotta alla dipendenza da tabagismo;

c) lo svolgimento di campagne la prevenzione della dipendenza dal fumo e di programmi informativi dei danni derivanti dal tabagismo nelle scuole di ogni ordine e grado, in particolare nelle scuole primarie;

d) lo svolgimento di corsi di aggiornamento per i medici di base;

e) la predisposizione di agevolazioni per l'acquisto di farmaci sostitutivi della nicotina finalizzati a ridurre la sintomatologia dovuta alla dipendenza fisica da nicotina.

3. Il Fondo è dotato per gli anni 2015, 2016 e 2017 di 25 milioni di euro per ciascun anno.

4. Le modalità di attuazione delle disposizioni di cui al presente articolo, nonché i criteri, le condizioni e le modalità di funzionamento del Fondo di cui al comma 1 sono disciplinati con decreto del Ministro della Salute, di concerto con il Ministro dell'economia e delle ftnanze, da emanare entro trenta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge».

Conseguentemente:

All'articolo 1, comma 125, sostituire le parole: «187,5 milioni» *con le seguenti:* «112,5 milioni».

1.740

MILO

Precluso

Dopo il comma 102 aggiungere il seguente:

«102-*bis*. all'articolo 18, comma 8-*quinquies*, del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69, convertito con modificazioni, dalla legge 9 agosto 2013, n. 98, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) le parole: "30 giugno 2014", sono sostituite dalle seguenti: "31 marzo 2015";

b) dopo le parole: "debitamente certificati" sono aggiunte le seguenti: "Per gli interventi per i quali il collaudo o il certificato di regolare esecuzione dei lavori non sia intervenuto entro la data del 31 dicembre 2014, i pagamenti devono essere effettuati entro il 31 dicembre 2015".».

1.741

CERONI

Precluso

Dopo il comma 102, aggiungere il seguente:

«102-*bis*. Nell'ambito delle risorse destinate al finanziamento del Servizio sanitario nazionale, per la revisione delle tariffe massime delle prestazioni di assistenza termale, ai sensi di quanto previsto all'articolo 1, comma 170, della legge 30 dicembre 2004, n. 311, e successive modifiche e integrazioni, è autorizzata la spesa di 10 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

Conseguentemente ridurre di 10 milioni per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, gli stanziamenti di cui alla Tabella A, rubrica del Ministero dell'Economia e delle Finanze.

1.744

PETRAGLIA, URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 102 inserire il seguente:

«102-*bis*. Nello stato di previsione del Ministero della salute è istituito un Fondo di 25 milioni di euro per il quinquennio 2015-2019, finalizzato a consentire l'accesso alle nuove terapie e ai nuovi farmaci, con particolare riferimento alla cura delle persone affette da epatite C».

Conseguentemente all'articolo 1 comma 121 sostituire le parole: 200 milioni» *con le seguenti:* «175 milioni».

1.745

DE PETRIS, URAS

Precluso

Sopprimere il comma 103.

Conseguentemente al comma 112 sostituire la parola: «250» *con la seguente:* «249».

1.748

DE PIETRO, URAS, CASALETTO, MASTRANGELI

Precluso

Dopo il comma 104, sono inseriti i seguenti:

«104-*bis*. Il comma 5 dell'articolo 26 della legge 11 agosto 2014, n. 125, è sostituito dal seguente:

"5. Le cessioni di beni e le relative prestazioni accessorie effettuate, secondo modalità stabilite con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, nei confronti delle amministrazioni dello Stato e dei soggetti della cooperazione allo sviluppo iscritti nell'elenco di cui al comma 3, destinati ad essere trasportati o spediti fuori dell'Unione europea in attuazione di finalità umanitarie, comprese quelle

dirette a realizzare programmi di cooperazione allo sviluppo, sono non imponibili agli effetti dell'imposta sul valore aggiunto ai sensi dell'articolo 8-bis del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633".

104-*ter*. Nelle more dell'emanazione del decreto di cui all'articolo 26, comma 5, della legge n. 125 del 2014, come sostituito dal comma 104-*bis*, continuano ad applicarsi le disposizioni contenute nel decreto del Ministro delle finanze del 10 marzo 1988, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* della Repubblica Italiana n. 204 del 31 agosto 1988».

1.749

ZELLER, BERGER, LANIECE, BATTISTA, FRAVEZZI, PANIZZA, PAGANO

Precluso

Dopo il comma 104, inserire i seguenti:

«104-*bis*. Il comma 277 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2013, n 147, è sostituito dal seguente:

"277. Per ampliare il panorama dei servizi culturali per i non vedenti e gli ipovedenti dell'Italia meridionale, delle isole maggiori e dei Paesi del Mediterraneo, è erogato un contributo straordinario di 500 mila euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, da destinare al funzionamento del Polo tattile multimediale della Stamperia regionale Braille ONLUS di Catania. Nell'anno 2015, le somme eventualmente residue del contributo al Polo tattile per l'anno 2014 sono mantenute a bilancio per essere utilizzate al medesimo scopo".

104-*ter*. All'onere derivante dall'attuazione del comma 104-*bis*, pari a 500 mila euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, si provvede mediante corrispondente riduzione della voce "Fondi da ripartire" del Ministero dell'economia e delle finanze, di cui all'elenco n. 3 allegato al comma 45 dell'articolo 2. Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307, così come incrementato, a decorrere da12015, dal comma 132 del presente articolo».

1.751

COMAROLI, BISINELLA

Precluso

Dopo il comma 104, inserire il seguente:

«104-*bis*. All'articolo 96, della legge 21 novembre 2000, n. 342, dopo le parole: "in pubblici registri" sono inserite le seguenti: ", nonché materiale ed attrezzatura di soccorso,"».

Conseguentemente:

All'articolo 1, comma 125, sostituire le parole: «187,5 milioni» *con le seguenti:* «185,5 milioni».

1.754

ENDRIZZI, LEZZI, CRIMI, BULGARELLI, MANGILI, MORRA

Precluso

Sopprimere il comma 105.

1.755

TOSATO

Precluso

All'articolo 1, comma 105, dopo le parole: «o statutarie,», aggiungere le seguenti: «o altre forme di donazione».

1.756

PUGLIA, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Dopo il comma 105, aggiungere i seguenti:

«105-*bis*. Nell'attesa di una riforma organica del sistema *bonus malus* e al fine di contrastare il fenomeno dell'aumento dei premi r.c. auto con specifico riferimento ad alcune aree del Paese a far data dal 1º gennaio 2015 è istituito presso la Consap - Concessionaria Servizi Assicurativi Pubblici S.p.A.,

ai fini dell'adempimento dell'obbligo di assicurazione dei veicoli a motore per gli appartenenti alla prima classe di merito, in via sperimentale e solo fino ad un massimo di tre anni un sistema di assicurazione obbligatoria della responsabilità civile derivante dalla circolazione dei veicoli a motore, volto a garantire esclusivamente un trattamento minimo di copertura obbligatoria, ferma restando la possibilità per gli assicurati della medesima classe di avvalersi di qualsiasi impresa autorizzata ad esercitare nel territorio della Repubblica, a sensi dell'articolo 130 del decreto legislativo 7 settembre 2005, n. 209.

105-*ter*. I soggetti che intendono avvalersi del sistema di assicurazione obbligatoria di cui al comma 1 devono acconsentire all'installazione di meccanismi elettronici che registrano l'attività del veicolo, denominati scatola nera o equivalenti, o ulteriori dispositivi, individuati con decreto del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti, di concerto con il Ministero dello sviluppo economico del 25 gennaio 2013, n. 5, pubblicato nella Gazzetta Ufficiale n. 30 del 5 febbraio 2013.

105-*quater*. Con decreto del Ministro dello sviluppo economico, su proposta dell'IVASS, sentita la Consap, e, per i profili di tutela della riservatezza, il Garante per la protezione dei dati personali, sono definiti, entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, le modalità di gestione dell'offerta dei servizi assicurativi da parte della Consap; le modalità e le condizioni di accesso della medesima Consap alle banche dati di cui all'articolo 135, comma 1, del decreto legislativo 7 settembre 2005, n. 209 e all'anagrafe nazionale delle persone abilitate alla guida prevista dal codice della strada; i criteri volti alla fissazione della tariffa assicurativa per la prima classe di merito e le relative modalità di applicazione, tenendo conto, nell'ottica di una riduzione significativa dei premi, del rischio medio nazionale, dell'andamento dei premi praticati dalle imprese di assicurazione a livello nazionale con l'esclusione del riferimento al parametro della territorialità, nonché degli oneri che concorrono alla determinazione dei tassi di premio.

105-*quinquies*. Il Fondo di Garanzia per le Vittime della Strada, costituito presso la Consap ai sensi dell'articolo 283 del decreto legislativo 7 settembre 2005, n. 209, assolve allo scopo di provvedere al risarcimento dei danni causati dalla circolazione dei veicoli assicurati secondo le modalità di cui al comma 1. Ai fini dell'adempimento delle procedure relative all'istruttoria e alla liquidazione dei danni per i sinistri a carico del Fondo di cui al periodo precedente, si applica il Provvedimento ISVAP n. 2496 del 28 dicembre 2006.

105-*sexies*. Con decreto del Ministro dello sviluppo economico, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, è stabilita la quota dei contributi da riconoscere alla medesima Consap S.p.A. a copertura degli oneri sostenuti per l'esercizio delle funzioni di cui ai commi da 105-*bis* a 105-*quinquies* del presente articolo».

1.757

PUGLIA, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Dopo il comma 105, aggiungere i seguenti:

«105-*bis*. All'articolo 32 del decreto-legge 24 gennaio 2012, n. 1, convertito, con modificazioni, dalla legge 24 marzo 2012, n. 27, dopo il comma 3-*quinquies*, sono aggiunti, in fine, i seguenti: "3-*sexies*. Le imprese di assicurazione sono tenute a riconoscere sia in sede di rinnovo che di nuovo contratto, anche in assenza di esplicita richiesta dei singoli interessati, una tariffa-premio ai contraenti e/o assicurati che non abbiano denunciato sinistri negli ultimi cinque anni. Tale tariffa-premio dovrà essere riconosciuta con l'applicazione del premio più basso previsto sull'intero territorio nazionale, da ciascuna compagnia, per la corrispondente classe universale di rischio (CU) di assegnazione del singolo contraente/assicurato, come risultante dall'attestato di rischio. Ai contraenti e/o assicurati che non abbiano denunciato sinistri negli ultimi otto anni è ulteriormente riconosciuta dall'impresa di assicurazione una significativa riduzione del premio, in misura direttamente proporzionale alla percentuale di sinistrosità rilevata nel territorio dalla medesima impresa".

105-*ter*. Il mancato rispetto da parte dell'impresa assicuratrice dell'obbligo di riduzione del premio nei casi di cui al comma 3-*sexies* dell'articolo 32 del decreto-legge 24 gennaio 2012, n. 1,

convertito, con modificazioni, dalla legge 24 marzo 2012, n. 27, come introdotto dai comma 1 del presente articolo, comporta l'applicazione alla medesima impresa, da parte dell'IVASS, di una sanzione amministrativa pecuniaria da 5.000 euro a 40.000 euro e la -riduzione automatica del premio di assicurazione relativo al con1ratto in essere.

105-*quater.* Al fine del conseguimento della massima trasparenza, ogni imprese di assicurazione pubblica sul proprio sito *internet* l'entità della riduzione dei premi effettuata ai sensi dell'articolo 32, comma 3-*sexies*, come introdotto dal presente articolo, secondo forme di pubblicità che ne rendano efficace e chiara l'applicazione. L'impresa comunica altresì i medesimi dati al Ministero dello sviluppo economico e all'IVASS, ai fini della loro pubblicazione sui rispettivi siti *internet*.

105-*quinquies.* L'IVASS esercita poteri di controllo e di monitoraggio in merito all'osservanza delle disposizioni contenute nel presente articolo. Il mancato rispetto delle disposizioni di cui al comma 105-*quater* comporta l'applicazione da parte dell'IVASS di una sanzione amministrativa pecuniaria da 1.000 euro a 10.000 euro, i relativi importi. sono versati all'entrata del bilancio per essere riassegnate al Fondo di garanzia vittime della strada».

1.758

URAS, DE CRISTOFARO, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 105, inserire id seguente:

«105-*bis*. Nel riconoscimento del ruolo delle Organizzative Non Lucrative di Utilità Sociale (ONLUS), che operano per il conseguimento di finalità pubbliche non patrimoniali, si apportano le seguenti modifiche alle normative vigenti:

a) Al comma 6-*bis* dell'articolo 13 del decreto del Presidente della Repubblica 30 maggio 2002, n. 115, aggiunto dall'articolo 21, comma 4, decreto-legge 4 luglio 2006, n. 223, convertito, con modificazioni, dalla legge 4 agosto 2006, n. 248 e, successivamente, modificato dall'articolo 1, comma 1307, legge 27 dicembre 2006, n. 296, dopo le parole: "Informazione ambientale", sono aggiunte, le seguenti: "nonché per i ricorsi previsti dall'articolo 18, comma 5, della legge 8 giugno 1986, n. 349 e 146, comma 12, del decreto legislativo n. 42 del 2004";

b) All'articolo 27-*bis* della Tabella di cui all'Allegato B del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972 n. 642 dopo la parola: "atti" sono aggiunte le seguenti: "procedimentali, amministrativi e giudiziari";

c) All'articolo 119 del decreto del Presidente della Repubblica n. 115 del 2002 (Testo unico delle disposizioni legislative e regolamentari in materia di spese di giustizia) dopo le parole: "esercitano attività economica" sono aggiunte le seguenti: "ed il cui reddito dichiarato non derivi da utili sulle attività commerciali"».

Conseguentemente all'articolo 2, comma 67, sostituire le parole: «è ridotta di 238 milioni di euro per l'anno 2015 e di 200 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016»*, con le seguenti:* «è ridotta di 258 milioni di euro per l'anno 2015 e di 220 milioni a decorrere per l'anno 2016».

1.759

FRAVEZZI, LANIECE, BATTISTA, PANIZZA, PUPPATO, VACCARI, Fausto Guilherme LONGO

Precluso

Dopo il comma 105, inserire il seguente:

«105-*bis*. Al comma 1, dell'articolo 10, del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n.633, dopo il punto 13), inserire il seguente:

"13-*bis)* le spese sostenute attraverso donazioni volontarie per la ricostruzione di opere di urbanizzazione secondaria di cui al comma2, lettere *a)*, *b)* e *f)* dell'articolo 4 della legge 29 settembre 1964, n. 847 a favore delle popolazioni colpite da calamità naturali e catastrofiche tali ai sensi della legge 8 dicembre 1970, n. 996, o della legge 24 febbraio 1992, n. 225 e successive modificazioni"».

Conseguentemente all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 12 milioni di

euro a decorrere dal 2015».

1.760

BUEMI, Fausto Guilherme LONGO, ZELLER, PANIZZA, PALERMO, LANIECE, ROMANO, BATTISTA, ZIN, DALLA TOR, Stefano ESPOSITO, MANCUSO, Mario MAURO, PAGLIARI, DE PETRIS, AIELLO, AMATI, CONTE, MASTRANGELI, LUMIA, CASSON, LO GIUDICE, FRAVEZZI

Precluso

Dopo il comma 105, inserire i seguenti:

«105-*bis*. Ai sensi dell'articolo 1, comma 276 della legge 23 dicembre 2013, n. 147; al fine di proseguire le attività dell'Associazione nazionale privi della vista ed ipovedenti (ANPVI ONLUS), organizzazione non lucrativa di utilità sociale riconosciuta con decreto del Presidente della Repubblica n. 126 del 13 febbraio 1981, e in particolare le attività del Centro autonomia e mobilità e della scuola cani guida per ciechi di Campagnano di Roma, è autorizzata la spesa di 300.000 euro per gli anni 2015-2017.

105-*ter*. All'onere derivante dall'attuazione del comma 105-*bis*, pari a 300.000 euro, per gli anni 2015-2017, si provvede mediante riduzione dello stanziamento previsto dall'articolo 1, comma 118 della presente legge».

1.761

PANIZZA, FRAVEZZI, Fausto Guilherme LONGO, LANIECE, BATTISTA, ZIN

Precluso

Dopo il comma 105, inserire il seguente:

«105-*bis*. All'articolo 71 della legge 22 aprile 1941, n. 633, dopo il primo comma sono aggiunti i seguenti:

"Alle associazioni di volontariato di cui all'articolo 2, comma 1, della legge 11 agosto 1991, n. 266, e alle associazioni di promozione sociale di cui all'articolo 2, comma 1, della legge 7 dicembre 2000, n. 383, è consentita, per le sole iniziative a scopo benefico, la libera esecuzione dal vivo dell'opera senza pagamento di alcun compenso per diritti di autore"».

Conseguentemente, all'onere derivante dall'attuazione del presente comma, valutato in 2 milioni di euro annui, si provvede, per il triennio 2015-2017, mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa prevista all'articolo 7-quinquies, comma 1, del decreto-legge 10 febbraio 2009, n. 5, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 aprile 2009, n. 33, relativa al Fondo per interventi urgenti ed indifferibili, come integrata, da ultimo, dall'articolo 33, comma 1, della legge 12 novembre 2011, n. 183.

1.763

PANIZZA, FRAVEZZI, Fausto Guilherme LONGO, LANIECE, BATTISTA, ZIN

Precluso

Dopo il comma 105, inserire il seguente:

«105-*bis*. All'articolo 4, comma 10-*ter*, del decreto legge 31 agosto 2013, n. 101, convertito, con modificazioni, dall'articolo 1, comma 1, della legge 30 ottobre 2013, n. 125, dopo le parole: "ad eccezione dei comitati", inserire la seguente: "provinciali"».

1.765

BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, Eva LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Al comma 106, primo periodo, dopo le parole: «procedure per l'assegnazione» aggiungere le seguenti: «agli operatori che ne garantiscano un utilizzo diretto ed efficiente nei confronti dell'utenza finale.».

1.767

CROSIO, ARRIGONI, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Al comma 106, dopo le parole: «procedure per l'assegnazione» aggiungere le seguenti: «agli operatori che ne garantiscano un utilizzo diretto ed efficiente nei confronti dell'utenza finale,».

1.769

STEFANO

Precluso

Sostituire il comma 107 con il seguente:

«107. Per l'anno 2015 le spese relative al cofinanziamento nazionale dei fondi strutturali dell'Unione europea non rilevano, ai fini dei saldi di cui all'articolo 2, comma 165, per un importo pari ai proventi derivanti dall'attuazione del comma 106 del presente articolo, nel limite massimo di 650 milioni di euro. I proventi derivanti dall'attuazione del periodo precedente, per un importo pari ad almeno 50 milioni di euro, sono destinati all'incremento dell'importo previsto dall'articolo 6 comma 9 del decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito, con modifiche, dalla Legge 21 febbraio 2014, n. 9. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze si provvede alla finalizzazione degli eventuali proventi derivanti dall'attuazione del comma 106 del presente articolo, eccedenti gli importi di cui al primo ed al secondo periodo, ivi compresa l'eventuale riassegnazione al Fondo per l'ammortamento dei titoli di Stato,».

1.770

D'AMBROSIO LETTIERI, BRUNI, PERRONE, ZIZZA, IURLARO, LIUZZI, AMORUSO

Precluso

Sostituire il comma 107 con il seguente:

«107. Per l'anno 2015 le spese relative al cofinanziamento nazional dei fondi strutturali dell'Unione europea non rilevano, ai fini dei saldi di cui all'articolo 2, comma 165, per un importo pari ai proventi derivanti dall'attuazione del comma 106 del presente articolo, nel limite massimo di 650 milioni di euro. I proventi derivanti dall'attuazione del periodo precedente, per un importo pari ad almeno 50 milioni di euro, sono destinati all'incremento dell'importo previsto dall'articolo 6 comma 9 del decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito, con modifiche, dalla legge 21 febbraio 2014, n. 9. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze si provvede alla finalizzazione degli eventuali proventi derivanti dall'attuazione del comma 106 del presente articolo, eccedenti gli importi di cui al primo ed al secondo periodo, ivi compresa l'eventuale riassegnazione al Fondo per l'ammortamento dei titoli di Stato».

1.772

BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, Eva LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Sostituire il comma 107 con il seguente:

«107. I proventi derivanti dall'attuazione del comma 106, fino all'importo massimo di 600 milioni di euro sono destinati per le finalità di cui all'articolo 36, comma 6, n. 4 e per un importo di almeno 80 milioni di euro all'incremento dell'importo previsto dall'articolo 6 comma 9 del decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito, con modifiche, dalla legge 21 febbraio 2014, n. 9, relativo alle misure economiche di natura compensativa finalizzate al rilascio di porzioni di spettro funzionali alla liberazione delle frequenze di cui al comma 8 dello stesso decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito, con modifiche, in legge 21 febbraio 2014, n. 9».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole:, «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 80 milioni di euro per l'anno 2015».

1.773

BOCCHINO, CAMPANELLA, DE PIN

Precluso

Al comma 107 sostituire le parole: «700 milioni» con le seguenti: «un miliardo, anche per le regioni a statuto speciale».

1.774

Giovanni MAURO

Precluso

Al comma l07 dopo le parole: «nel limite massimo» sostituire «700 milioni» con «un miliardo, anche per le Regioni a statuto speciale».

1.775

LEZZI, BULGARELLI, MANGILI

Precluso

Al comma 107, secondo periodo, sostituire le parole: «compresa l'eventuale riassegnazione al Fondo per l'ammortamento dei titoli di Stato» con le seguenti: «compreso il finanziamento di progetti elaborati nell'ambito del piano strategico banda ultralarga».

1.776

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 108, aggiungere in fine il seguente periodo: «Al fine di compensare i tagli effettuati sulle risorse per le misure di sostegno dell'emittenza radiotelevisiva locale relative all'anno 2014 è, inoltre, autorizzata la spesa di euro 91 milioni di euro, di cui 27 milioni di euro per il 2015, 32 milioni di euro per il 2016 e 32 milioni di euro per il 2017».

Conseguentemente alla Tabella A, voce «Ministero dell'economia e delle finanze»*, apportare le seguenti modifiche:*

2015
CP: - 24.000.000
CS: - 24.000.000
2016
CP: - 32.000.000
CS: - 32.000.000
2017
CP: - 32.000.000
CS: - 32.000.000

1.777

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 108, aggiungere in fine il seguente periodo: «Al fine di compensare i tagli effettuati sulle risorse per le misure di sostegno dell'emittenza radiotelevisiva locale relative all'anno 2014, è, inoltre, autorizzata la spesa di euro 82 milioni di euro per l'anno 2015, aggiuntivi rispetto alle risorse già assegnate in bilancio. Si autorizza, inoltre, che detta somma segua l'iter dei crediti verso la pubblica amministrazione delle imprese private, con la possibilità di essere scontata tramite accordo tra Governo e Abi ad un tasso concordato dell'1 per cento».

Conseguentemente alla Tabella A, voce «Ministero dell'economia e delle f1nanze»*, apportare le seguenti modifiche*

2015
- CP: - 82.000.000
CS: - 82.000.000

1.778

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 108, aggiungere in fine il seguente periodo: «Per le finalità di cui all'articolo 52, comma 18, della legge 28 dicembre 2001, n. 488, e successive modifiche e integrazioni, è, inoltre, autorizzata la

spesa di 150 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015».

Conseguentemente alla Tabella A, voce «Ministero dell'economia e delle finanze»*, apportare le seguenti modifiche:*

2015
- CP: - 150.000.000
CS: - 150.000.000

2016
- CP: - 150.000.000
CS: - 150.000.000

2017
- CP: - 150.000.000
CS: - 150.000.000

1.779

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 108, aggiungere infine il seguente periodo: «I proventi derivanti dall'attuazione del comma 1, per un importo di almeno 50 milioni di euro sono destinati all'incremento dell'importo previsto dall'articolo 6, comma 9, del decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito, con modifiche, in legge 21 febbraio 2014, n. 9 relativo alle misure economiche di natura compensativa finalizzate al rilascio di porzioni di spettro funzionali alla liberazione delle frequenze di cui al comma 8 dello stesso decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito, con modifiche, in legge 21 febbraio 2014, n. 9».

1.780

BRUNI

Precluso

Dopo il comma 108, aggiungere il seguente:

«108-*bis*. In deroga a quanto previsto dal comma 107, i proventi derivanti dall'attuazione del comma 106, fino alla concorrenza di euro 40 milioni, sono destinati ad ulteriore incremento della somma di cui all'articolo 6, comma 9 del decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito, con modificazioni, dalla legge 21 febbraio 2014, n. 9, e successive modificazioni».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 116, sostituire le parole: «100 milioni» *con le seguenti:* «60 milioni».

1.783

FRAVEZZI, BATTISTA, Fausto Guilherme LONGO, PALERMO, PANIZZA, ZIN, PUPPATO

Precluso

Dopo il comma 108, aggiungere il seguente:

«108-*bis*. In deroga a quanto previsto dal comma 107, i proventi derivanti dall'attuazione del comma 106, fino alla concorrenza di euro 40 milioni, sono destinati ad ulteriore incremento della somma di cui all'articolo 6, comma 9 del decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito, con modificazioni, dalla legge 21 febbraio 2014, n. 9, e successive modificazioni».

1.785

URAS, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 108, aggiungere il seguente:

«108-*bis*. In deroga a quanto previsto dal comma 107, i proventi derivanti dall'attuazione del comma 106, fino alla concorrenza di euro 40 milioni, sono destinati ad ulteriore incremento della somma di cui all'articolo 6, comma 9 del decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito, con modificazioni, dalla legge 21 febbraio2014, n. 9, e successive modificazioni».

1.786

TOSATO, COMAROLI, BELLOT, DIVINA

Precluso

Dopo il comma 108, aggiungere il seguente:

«108-*bis*. In deroga a quanto previsto dal comma 107, i proventi derivanti dall'attuazione del comma 106, fino alla concorrenza di euro 40 milioni, sono destinati ad ulteriore incremento della somma di cui all'articolo 6, comma 9 del decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito, con modificazioni, dalla legge 21 febbraio 2014, n. 9, e successive modificazioni».

1.787

CIOFFI, SCIBONA, BULGARELLI

Precluso

Dopo il comma 108, inserire il seguente:

«108-*bis*. A decorrere dal 1º gennaio 2015, il comma 9 all'articolo 27 della legge 23 dicembre 1999, n. 488, è sostituito dal seguente:

"9. I titolari di concessioni radiotelevisive, pubbliche e private e, comunque, i soggetti che eserciscono legittimamente l'attività di radiodiffusione, pubblica e privata, sonora e televisiva, in ambito nazionale e locale, sono tenuti al pagamento di un canone annuo di concessione pari a:

a) al 3 per cento del fatturato se emittente televisiva, pubblica o privata, in ambito nazionale;

b) all'1 per cento del fatturato fino ad un massimo di:

1) 100.000 euro se emittente radiofonica nazionale;

2) 50.000 euro se emittente televisiva locale;

3) 15.000 euro se emittente radiofonica locale"».

1.788

BRUNI

Precluso

Al comma 109, apportare le seguenti modificazioni:

a) la lettera *a)* è sostituita dalla seguente:

«*a)* Al comma 8, secondo periodo, le parole: "31 dicembre 2014" sono sostituite dalle seguenti: "31 dicembre 2015"»;

b) la lettera *b)* è sostituita dalla seguente:

«*b)* al comma 9, primo e secondo periodo, le parole: "31 dicembre 2014" sono sostituite dalle seguenti: "31 dicembre 2015"».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

- 2015: - 5.000.000;
- 2016: - 5.000.000;
- 2017: - 5.000.000.

1.790

TOSATO, COMAROLI, BELLOT, DIVINA

Precluso

Al comma 109, sono apportate le seguenti modificazioni:

La lettera *a)* è sostituita come segue:

«Al comma 8, secondo periodo, le parole: "31 dicembre 2014" sono sostituite dalle seguenti: "31 dicembre 2015"».

La lettera *b)* è sostituita come segue:

«Al comma 9, primo e secondo periodo, le parole: "31 dicembre 2014" sono sostituite dalle seguenti: "31 dicembre 2015"».

1.791

URAS, STEFANO

Precluso

Al comma 109, sono apportate le seguenti modificazioni:

La lettera *a)* è sostituita come segue:

«Al comma 8, secondo periodo, le parole: "31 dicembre 2014" sono sostituite dalle seguenti: "31

dicembre 2015"».

La lettera *b)* è sostituita come segue:

«Al comma 9, primo e secondo periodo, le parole: "31 dicembre 2014" sono sostituite dalle seguenti: "31 dicembre 2015"».

1.792

FRAVEZZI, BATTISTA, Fausto Guilherme LONGO, PALERMO, PANIZZA, ZIN, PUPPATO

Precluso

Al comma 109, apportare le seguenti modificazioni:

1) la lettera *a)*, è sostituita dalla seguente:

«*a)* al comma 8, secondo periodo, le parole: "31 dicembre 2014" sono sostituite dalle seguenti: "31 dicembre 2015"».

2) la lettera *b)* è sostituita dalla seguente:

«*b)* al comma 9, primo e secondo periodo, le parole: "31 dicembre 2014" sono sostituite dalle seguenti: "31 dicembre 2015"».

1.793

CIAMPOLILLO, BULGARELLI

Precluso

Al comma 109, sostituire ovunque ricorrano, le parole: «30 aprile 2015», con le seguenti: «31 dicembre 2015».

1.797

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Al comma 109, sostituire la lettera d) con la seguente:

«*d)* dopo il comma 9-*bis* è inserito il seguente:

"9-*ter*. Le frequenze attribuite a livello internazionale all'Italia e non assegnate a operatori di rete nazionali per il servizio televisivo digitale terrestre vengono assegnate ai soggetti che devono dismettere le proprie frequenze ai sensi del comma 8"».

Dopo il comma 110, inserire il seguente:

«110-*bis*. Per effetto di quanto previsto ai precedenti commi, lo stanziamento complessivo per le misure compensative di cui all'articolo 6, comma 9 del decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito con modificazioni dalla legge 21 febbraio 2014, n. 9, è di euro 51.026.000,00».

1.800

MANDELLI, SERAFINI

Precluso

Al comma 109, lettera d), capoverso «9-ter», dopo le parole: «per la pianificazione delle frequenze» aggiungere le seguenti: «in via temporanea fino all'avvio della sperimentazione delle trasmissioni per la ricezione delle trasmissioni in tecnologia DVB T2», e dopo le parole: «digitale terrestre», aggiungere la seguente: «necessarie».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 1.000.000;
2016: - 1.000.000;
2017: - 1.000.000.

1.801

MANDELLI, SERAFINI

Precluso

Al comma 109, lettera d), capoverso «9-ter», dopo le parole: «attribuite a livello internazionale all'Italia» aggiungere le seguenti: «non assegnate a seguito della gara pubblica di cui all'articolo 3-quinquies del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16, convertito con modificazioni dalla legge 26 aprile 2012, n. 44».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 1.000.000;
2016: - 1.000.000;
2017: - 1.000.000.

1.802

MANDELLI, SERAFINI

Precluso

Al comma 109, lettera d), capoverso «9-ter», sostituire le parole: «attribuite a livello internazionale all'Italia» con le seguenti: «attualmente pianificate a livello nazionale».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 1.000.000;
2016: - 1.000.000;
2017: - 1.000.000.

1.805

FRAVEZZI, BATTISTA, Fausto Guilherme LONGO, PANIZZA, ZIN, PUPPATO

Precluso

Al comma 109, lettera d), al capoverso: «9-ter.», primo periodo, dopo le parole: «assegnate a operatori di rete nazionali» aggiungere le seguenti: «o locali».

1.806

BRUNI

Precluso

Al comma 109, lettera d), capoverso: «9-ter», al primo periodo, dopo le parole: «assegnate a operatori di rete nazionali» aggiungere le seguenti: «o locali».

1.808

URAS, DE POLI

Precluso

Al comma 109, lettera d), capoverso «9-ter» dopo le parole: «assegnate a operatori di reti nazionali» aggiungere le parole: «o locali».

1.809

CIAMPOLILLO, BULGARELLI

Precluso

Al comma 109, lettera d), capoverso «9-ter», primo periodo, dopo le parole: «operatori di rete nazionali» inserire le seguenti: «o locali».

1.811

BRUNI

Precluso

Al comma 109, capoverso «9-ter», dopo le parole: «per il servizio teevisivo digitale terreste» aggiungere le seguenti: «e non interferenti con il canale adiacente alle frequenze 800MHz».

1.813

MANDELLI, SERAFINI

Precluso

Al comma 109, lettera d), capoverso «9-ter», alinea dopo le parole: «digitale terrestre», aggiungere la seguente: «necessarie» e dopo il secondo periodo, aggiungere il seguente: «Una o più delle suddette frequenze collocate nella banda 694-790 MHz dovranno comunque essere pianificate e utilizzate ai fini della sperimentazione per la ricezione delle trasmissioni in tecnologia DVB T2 su tutto il territorio nazionale».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 1.000.000;
2016: - 1.000.000;
2017: - 1.000.000.

1.814

MANDELLI, SERAFINI

Precluso

Al comma 109, lettera d), capoverso «9-ter», alinea dopo le parole: «digitale terrestre», aggiungere la seguente: «necessarie».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni*:

2015: - 1.000.000;
2016: - 1.000.000;
2017: - 1.000.000.

1.815

CIAMPOLILLO, BULGARELLI

Precluso

Al comma 109, lettera d), capoverso «9-ter», primo periodo, dopo le parole: «capacità trasmissiva» inserire la seguente: «esclusivamente».

1.819

BRUNI

Precluso

Al comma 109, capoverso «119-ter», dopo le parole: «fornitori di servizio media audiovisivo in ambito locale.» aggiungere le seguenti: «Si conferma in capo agli operatori già assegnatari della banda a 800MHz l'onere di mitigazione delle interferenze da ripartire in parti uguali».

1.821

BRUNI

Precluso

Al comma 109, lettera d), capoverso, «19-ter», primo periodo, dopo le parole: «fornitori di servizio media audiovisivo in ambito locale.» aggiungere le seguenti: «Quest'ultimi avranno l'onere di minimizzare le interferenze tra i servizi a banda larga mobile nella banda degli 800MHz e gli impianti per la ricezione domestica».

1.822

BRUNI

Precluso

Al comma 109, lettera d), capoverso, «9-ter», dopo le parole: «fornitori di servizio media audiovisivo in ambito locale» aggiungere le seguenti: «che comunque avranno l'onere di concorrere all'eliminazione di ogni eventuale interferenza ricevuta o prodotta con altri sistemi. Tutti gli operatori inclusi gli assegnatari di frequenze a 800MHz parteciperanno in parti uguali agli oneri di mitigazione delle interferenze».

1.824

FRAVEZZI, BATTISTA, Fausto Guilherme LONGO, PALERMO, PANIZZA, ZIN, PUPPATO

Precluso

Al comma 109, lettera d), al capoverso: «9-ter.», secondo periodo, dopo le parole: «possono essere assegnate unicamente» inserire le seguenti: «ad operatori di rete in ambito locale».

1.825

BRUNI

Precluso

Al comma 109, lettera d), capoverso «9-ter», secondo periodo, dopo le parole: «possono essere assegnate unicamente» aggiungere le seguenti: «ad opertori di rete in ambito locale».

1.827

URAS, STEFANO, DE PETRIS

Precluso

Al comma 109, lettera d), capoverso 9-ter, secondo periodo, dopo le parole: «possono essere assegnate unicamente» aggiungere le parole: «ad operatori di rete in ambito locale».

1.828

CIAMPOLILLO, BULGARELLI

Precluso

Al comma 109, lettera d), capoverso «9-ter», secondo periodo, dopo le parole: «assegnate unicamente» inserire le seguenti: «ad operatori di rete in ambito locale,».

1.829

CIAMPOLILLO, BULGARELLI

Precluso

Al comma 109, lettera d), capoverso «9-ter», secondo periodo, aggiungere, in fine, le seguenti parole: «, garantendo sempre il rispetto della riserva di un terzo della capacità trasmissiva ai soggetti titolari di autorizzazione alla fornitura di contenuti destinati alla diffusione in ambito locale, prevista dalla legge 3 maggio 2004, n. 112».

1.830

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 109, lettera d), capoverso «9-ter», sostituire le parole da: «Il Ministero» sino a: «dei seguenti criteri» con le seguenti parole: «Il Ministero dello sviluppo economico rilascia i relativi diritti d'uso, esclusivamente ai soggetti utilmente collocati in apposite graduatorie regionali, dando priorità agli operatori di rete in ambito locale già destinatari di autorizzazione per i diritti d'uso, redatte sulla base dei seguenti criteri».

1.834

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 109, lettera d), capoverso «comma 9-ter», lettera c), dopo le parole: «esercizio di reti di radiodiffusione televisiva» aggiungere le seguenti: «in ambito locale».

1.837

URAS, STEFANO, DE PETRIS

Precluso

Al comma 109, lettera d), capoverso «9-ter» dopo la lettera e), è aggiunta la seguente:

«*e*-bis) Non possono essere assegnatari delle suddette frequenze i soggetti che hanno dismesso volontariamente le frequenze ai sensi dell'art. 6, comma 9 del decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito con modificazioni, dalla legge 21 febbraio 2014, n. 9 e successive modificazioni, con riferimento alle reti cui tali frequenze appartenevano».

1.838

BRUNI

Precluso

Al comma 109, lettera d), capoverso «9-ter», alla lettera e) aggiungere, in fine, il seguente periodo: «Non possono essere assegnatari delle suddette frequenze i soggetti che hanno dismesso volontariamente le frequenze ai sensi dell'art. 6, comma 9 del decreto legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito con modificazioni, dalla legge 21 febbraio 2014, n. 9 e successive modificazioni, con riferimento alle reti cui tali frequenze appartenevano».

1.842

FRAVEZZI, BATTISTA, Fausto Guilherme LONGO, PALERMO, PANIZZA, ZIN, PUPPATO

Precluso

Al comma 109, lettera d), al capoverso: «9-ter», aggiungere, in fine, il seguente periodo: «Non possono essere assegnatari delle suddette frequenze i soggetti che hanno dismesso volontariamente le

frequenze ai sensi dell'art. 6, comma 9 del decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito con modificazioni, dalla legge 21 febbraio 2014, n. 9 e successive modificazioni, con riferimento alle reti cui tali frequenze appartenevano».

1.843

CIAMPOLILLO, BULGARELLI

Precluso

Al comma 109, lettera d), capoverso «9-ter«, aggiungere, in fine, il seguente periodo: »Non possono essere assegnatari delle suddette frequenze i soggetti che, ai sensi del comma 9, hanno dismesso volontariamente le frequenze relative alle reti cui le medesime frequenze appartenevano».

1.845

FRAVEZZI, BATTISTA, Fausto Guilherme LONGO, PALERMO, PANIZZA, ZIN, PUPPATO

Precluso

Al comma 109, lettera d), al capoverso: «9-quater», sopprimere il primo periodo.

1.847

BRUNI

Precluso

Al comma 109, lettera d), capoverso «9-quater», sopprimere il primo periodo.

1.848

CIAMPOLILLO, BULGARELLI

Precluso

Al comma 109, lettera d); capoverso «9-quater» sopprimere il primo periodo.

1.849

URAS, STEFANO

Precluso

Al comma 109, lettera d), capoverso «9-quater», sopprimere le seguenti parole: «Gli operatori di rete selezionati secondo le modalità di cui al comma 9-ter possono altresì successivamente esercire, per le medesime fmalità, ulteriori frequenze resesi disponibili, assicurando il puntuale rispetto dei vincoli previsti dalla pianificazione dell'Autorità per le garanzie nelle comunicazioni e dei diritti degli Stati radioelettricamente confinanti.».

1.854

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 109, lettera d), sopprimere il comma 9-quinquies.

1.857

FRAVEZZI, BATTISTA, Fausto Guilherme LONGO, PALERMO, PANIZZA, ZIN, PUPPATO

Precluso

Al comma 109, lettera d), al capoverso: «9-quinquies», dopo le parole: «di Trento e di Bolzano» inserire le seguenti: «ovvero per ciascun bacino pluriregionale».

1.859

BRUNI

Precluso

Al comma 109, lettera d), capoverso «9-quinquies», dopo le parole: «di Trento e di Bolzano» aggiungere le seguenti: «ovvero per ciascun bacino pluriregionale».

1.860

URAS, STEFANO

Precluso

Al comma 109, lettera d), capoverso 9-quinquies dopo le parole: «di Trento e di Bolzano» aggiungere le parole: «ovvero per ciascun bacino pluriregionale».

1.861

CIAMPOLILLO, BULGARELLI

Precluso

Al comma 109, lettera d), capoverso «9-quinquies», dopo le parole: «di Trento e di Bolzano,» inserire le seguenti: «ovvero per ciascun bacino pluriregionale,».

1.862

CIAMPOLILLO, BULGARELLI

Precluso

Al comma 109, lettera d), capoverso «9-sexies» sopprimere il secondo periodo.

1.863

FRAVEZZI, BATTISTA, Fausto Guilherme LONGO, PALERMO, PANIZZA, ZIN, PUPPATO

Precluso

Al comma 109, lettera d), il capoverso: «9-septies», è soppresso.

1.864

CIAMPOLILLO, BULGARELLI

Precluso

Al comma 109, lettera d), sopprimere il capoverso «9-septies».

1.865

URAS, STEFANO, DE PETRIS

Precluso

Al comma 109, lettera d), sopprimere il capoverso «9-septies».

1.869

BRUNI

Precluso

Al comma 109, lettera d), sopprimere il capoverso «9-septies».

1.870

STEFANO, URAS, DE PETRIS

Precluso

Al comma 109, lettera d), sostituire il capoverso «9-septies» con il seguente:

«9-*septies*. L 'Autorità per le garanzie nelle comunicazioni, nell'adottare il piano di numerazione automatica dei canali della televisione digitale terrestre, stabilisce con proprio regolamento le modalità di attribuzione dei numeri ai fornitori di servizi di media audiovisivi autorizzati alla diffusione di contenuti audiovisivi in tecnica digitale terrestre in ambito locale sulla base dei criteri di cui al comma 9-*quinquies*. II presente comma integra i princìpi e criteri direttivi dell'articolo 32, comma 2, del testo unico dei servizi» di media audiovisivi e radiofonici, di cui al decreto legislativo 31 luglio 2005, n. 177, e successive modificazioni. Tali criteri integrativi riguardano Il solo riparto di numerazione interno alla categoria dei fornitori di servizi di media audiovisivi autorizzati alla diffusione di contenuti audiovisivi in tecnica digitale terrestre in ambito locale».

1.871

D'AMBROSIO LETTIERI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, ZIZZA, IURLARO, LIUZZI, AMORUSO

Precluso

Al comma 109 sostituire l'alinea 9-septies con il seguente:

«9-*septies*. L'Autorità per le garanzie nelle comunicazioni, nell'adottare il piano di numerazione automatica dei canali della televisione digitale terrestre, stabilisce con proprio regolamento le modalità di attribuzione dei numeri ai fornitori di servizi di media audiovisivi autorizzati alla diffusione di contenuti audiovisivi in tecnica digitale terrestre in ambito locale sulla base dei criteri di cui al comma 9-quinquies. Il presente comma integra i princìpi e criteri direttivi dell'articolo 32, comma 2, del testo unico dei servizi di media audiovisivi e radiofonici, di cui al decreto legislativo 31 luglio 2005, n. 177, e successive modificazioni. Tali criteri integrativi riguardano il solo riparto di numerazione interno alla categoria del fornitori di servizi di media audiovisivi autorizzati alla diffusione di contenuti audiovisivi In tecnica digitale terrestre in ambito locale».

1.874

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 109, lettera d), comma 9-septies, sopprimere l'ultimo periodo.

1.875

BRUNI

Precluso

Dopo il comma 109, aggiungere il seguente:

«109-*bis*. Per gli anni 2014 e 2015, continua ad applicarsi ai soggetti operanti su frequenze televisive terrestri in tecnica digitale in ambito locale il regime di contribuzione previsto dall'articolo 27, comma 9 della legge 23 dicembre 1999, n. 448 e dal decreto ministeriale 23 ottobre 2000. Tale regime di contribuzione sostituisce quello previsto dagli articoli 34 e 35 del Codice delle comunicazioni elettroniche».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

- 2015: - 5.000.000;
- 2016: - 5.000.000;
- 2017: - 5.000.000.

1.876

URAS, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 109, aggiungere il seguente:

«109-*bis*. Per gli anni 2014 e 2015, continua ad applicarsi ai soggetti operanti su frequenze televisive terrestri in tecnica digitale in ambito locale il regime di contribuzione previsto dall'articolo 27, comma 9 della legge 23 dicembre 1999, n. 448 e dal decreto ministeriale 23 ottobre 2000. Tale regime di contribuzione sostituisce quello previsto dagli articoli 34 e 35 del Codice delle comunicazioni elettroniche».

1.880

FRAVEZZI, BATTISTA, Fausto Guilherme LONGO, PALERMO, PANIZZA, ZIN, PUPPATO

Precluso

Dopo il comma 109, inserire il seguente:

«109-*bis*. Per gli anni 2014 e 2015, continua ad applicarsi ai soggetti operanti su frequenze televisive terrestri in tecnica digitale in ambito locale il regime di contribuzione previsto dall'articolo 27, comma 9 della legge 23 dicembre 1999, n. 448 e dal decreto ministeriale 23 ottobre 2000. Tale regime di contribuzione sostituisce quello previsto dagli articoli 34 e 35 del Codice delle comunicazioni elettroniche».

1.881

TOSATO, COMAROLI, BELLOT, DIVINA

Precluso

Dopo il comma 109, aggiungere il seguente:

«109-*bis*. Per gli anni 2014 e 2015, continua ad applicarsi ai soggetti operanti su frequenze televisive terrestri in tecnica digitale in ambito locale il regime di contribuzione previsto dall'articolo 27, comma 9 della legge 23 dicembre 1999, n. 448 e dal decreto ministeriale 23 ottobre 2000. Tale regime di contribuzione sostituisce quello previsto dagli articoli 34 e 35 del Codice delle comunicazioni elettroniche».

1.882

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 110, aggiungere il seguente:

«110-*bis*. al comma 5 dell'articolo 27 del decreto legislativo 177del 2005, alle parole: "o di rami",

premettere le seguenti: "a qualsivoglia titolo autorizzati"».

1.883

DIVINA, COMAROLI, TOSATO, BELLOT

Precluso

Al comma 9-ter dell'articolo 6 del decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito, con modificazioni, dalla legge 21 febbraio 2014, n. 9 e successive modificazioni, come introdotto dall'articolo 1, comma 109 della presente legge, dopo le parole: «assegnate a operatori di rete nazionali», aggiungere le parole: «o locali».

1.884

DIVINA, COMAROLI, TOSATO, BELLOT

Precluso

Dopo il comma 110, aggiungere il seguente:

«110-*bis*. Al comma "9-*ter*" dell'articolo 6 del decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito, con modificazioni, dalla legge 21 febbraio 2014, n. 9 e successive modificazioni, come introdotto dall'articolo l, comma 109 della presente legge, dopo le parole: "possono essere assegnate unicamente" aggiungere le parole: "ad operatori di rete in ambito locale"».

1.885

TOSATO, COMAROLI, BELLOT, DIVINA

Precluso

Dopo il comma 110, aggiungere il seguente:

«110-*bis*. Al comma "9-*ter*" dell'articolo 6 del decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito, con modificazioni, dalla legge 21 febbraio 2014, n. 9 e successive modificazioni, come introdotto dall'articolo l, comma 109 della presente legge, dopo la lettera *e)*, è aggiunto il seguente periodo: "Non possono essere assegnatari delle suddette frequenze gli operatori di rete per la tv digitale terrestre in ambito nazionale, le società che sono esclusivamente titolari di infrastrutture di trasmissione, nonché i soggetti che hanno dismesso volontariamente le frequenze ai sensi dell'articolo 6, comma 9 del decreto legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito con modificazioni, dalla legge 21 febbraio 2014, n. 9 e successive modificazioni, con riferimento alle reti cui tali frequenze appartenevano"».

1.886

TOSATO, COMAROLI, BELLOT, DIVINA

Precluso

Dopo il comma 110, aggiungere il seguente:

«110-*bis*. Al comma "9-*ter*" dell'articolo 6 del decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito, con modificazioni, dalla legge 21 febbraio 2014, n. 9 e successive modificazioni, il periodo compreso tra le parole: "gli operatori di rete selezionati" e le parole: "stati radio elettricamente confinanti" è soppresso».

1.887

DIVINA, COMAROLI, TOSATO, BELLOT

Precluso

Dopo il comma 110, aggiungere il seguente:

«110-*bis*. Al comma "9-*quinquies*" dell'articolo 6 del decreto-legge23 dicembre 2013, n. 145, convertito, con modificazioni, dalla-legge 21 febbraio 2014, n. 9 e successive modificazioni, dopo le parole: "di Trento e di Bolzano" aggiungere le parole: "ovvero per ciascun bacino pluriregionale"».

1.888

TOSATO, COMAROLI, BELLOT, DIVINA

Precluso

Dopo il comma 110, aggiungere il seguente:

«110-*bis*. Il comma "9-*septies*" dell'articolo 6 del decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito, con modificazioni, dalla legge 21 febbraio 2014, n. 9 e successive modificazioni, come

introdotto dall'articolo 1, comma 109 della presente legge, è soppresso».

1.889

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 110, aggiungere il seguente:

«110-*bis*. Ai fornitori di servizi di media in ambito locale che raggiungano una copertura pari ad almeno 1'80 per cento della popolazione nazionale, attraverso accordi con operatori di rete locali, e che abbiano un patrimonio netto non inferiore a euro 6.200.000 ed impieghino non meno di venti dipendenti in regola con le vigenti disposizioni di legge in materia fiscale, previdenziale e contributiva, vengono attribuite numerazioni automatiche dei canali della televisione digitale terrestre destinate ai canali nazionali, incluse le numerazioni destinate ai diversi generi di Programmazione».

1.890

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 110, aggiungere il seguente:

«110-*bis*. Al decreto legislativo 9 gennaio 2008, n. 9, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 5, comma 8, è aggiunto, in fine, il seguente periodo: "Le sanzioni previste nei confronti degli esercenti della radiodiffusione sonora e televisiva in ambito locale sono ridotte ad un decimo.";

b) all'articolo 19, dopo il comma 2, sono inseriti i seguenti:

"2-*bis*. L'autorità per le garanzie nelle comunicazioni vigila sulla corretta applicazione del presente decreto per i profili di propria competenza, avvalendosi dei poteri di cui alla legge 31 luglio 1997, n. 249, ed applica, in caso di violazione delle disposizioni del presente decreto, le sanzioni amministrative previste all'articolo 1, comma 31 della medesima legge.

2-*ter*. Le sanzioni previste nei confronti degli esercenti della radiodiffusione sonora e televisiva in ambito locale sono ridotte ad un decimo".».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76 aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 500.000 di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

1.894

BOCCA, D'ALI', PELINO, MANDELLI, FABBRI, LANGELLA

Precluso

Sopprimere il comma 111.

1.896

CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 111, inserire il seguente:

«111-*bis*. All'articolo 35 del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, dopo il comma 4 è inserito il seguente:

"4-*bis*. Ai medesimi fini indicati al comma 4, l'installazione e l'attivazione di apparati di rete caratterizzati da una potenza massima trasmessa in *uplink* inferiore o uguale a 100 mWatt, e da una potenza massima al connettore di antenna, in *downlink*, inferiore o uguale a 5 W, e aventi un ingombro fisico non superiore a 20 litri, possono essere effettuate senza alcuna comunicazione all'ente locale e agli organismi competenti ad effettuare i controlli di cui all'articolo 14 della legge 22 febbraio 2001, n. 36"».

1.897

CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 111, inserire il seguente:

«111-*bis*. Al fine di dare piena attuazione agli obiettivi dell'Agenda digitale italiana di cui all'articolo 47 del decreto-legge 9 febbraio 2012, n. 5, convertito, con modificazioni, dalla legge 4 aprile 2012, n. 35, il Ministero dell'economia e delle finanze, sentito il Ministero dello sviluppo economico e l'Autorità per le garanzie nelle comunicazioni, entro 90 giorni dall'entrata in vigore della presente legge, adotta un regolamento che stabilisce i criteri per determinare l'ammontare e la ripartizione di un contributo annuale dei soggetti che forniscono in Italia servizi di comunicazione elettronica attraverso *internet*, indipendentemente dal rilascio delle autorizzazioni richieste ai sensi della normativa italiana. Tale contributo, calcolato in rapporto al fatturato generato per i servizi forniti in Italia per ciascuno di tali soggetti, va a sostituire in tutto o in parte il gettito previsto dall'applicazione dell'articolo 21 della tariffa annessa al decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 641, come da ultimo sostituita dalla tariffa di cui al decreto del Ministro delle finanze 28 dicembre 1995, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* n. 303 del 30 dicembre 1995, e successive modificazioni, concernente la tassa di concessione governativa per l'impiego di apparecchiature terminali per il servizio radiomobile pubblico terrestre di comunicazione, che, con lo stesso regolamento, viene conseguentemente abolita, ovvero ridotta. È abrogato, inoltre, l'articolo 160 del decreto legislativo 1º agosto 2003, n. 259.

Conseguentemente, all'articolo 2, comma 207, sostituire le parole: «110 milioni» *con le seguenti:* «109 milioni».

1.898

CIOFFI, SCIBONA, CIAMPOLILLO, LEZZI, MANGILI, BULGARELLI

Precluso

Dopo il comma 111, inserire i seguenti:

«111-*bis*. A decorrere dal 1º gennaio 2015 la misura del canone annuo di cui all'articolo 10, comma 3, della legge 24 dicembre 1993, n. 537, è fissata nel 6,2 per cento dei proventi netti dei pedaggi di competenza dei concessionari.

111-*ter*. Una quota parte delle entrate derivanti dall'attuazione del comma 111-*bis*, pari ai proventi eccedenti la misura del canone annuo corrisposto direttamente ad ANAS S.p.a. ai sensi del comma 1020 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2006, n. 296 e del comma 9-*bis* dell'articolo 19 del decreto-legge 1º luglio 2009, n. 78, convertito con modificazioni dalla legge 3 agosto 2009, n. 102, confluisce in un apposito fondo istituito nello stato di previsione del Ministero dello sviluppo economico, denominato "Fondo per l'attuazione del Piano strategico per la banda ultralarga" e finalizzato all'avvio e alla realizzazione del medesimo Piano».

1.899

CROSIO, ARRIGONI, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 111, aggiungere il seguente:

«111-*bis*. Al fine di colmare il divario digitale l'occupazione dei beni immobili pubblici appartenenti, in gestione o affidati in concessione a qualsiasi Pubblica amministrazione, organismo di diritto pubblico o privato, nonché l'occupazione dei beni del demanio idrico di cui agli articoli 86 e 89 del decreto legislativo 31 marzo 1998, n. 112 (Conferimento di funzioni e compiti amministrativi dello Stato alle regioni ed agli enti locali, in attuazione del capo I della L. 15 marzo 1997, n. 59), con esclusivo riferimento alle infrastrutture funzionali alla costruzione di reti a banda larga e ultralarga, non comporta a carico dell'operatore alcun onere, canone o indennizzo, fermo restando solo l'obbligo di ripristino dello stato dei luoghi. Il divieto in questione è da intendersi riferito agli obblighi pecuniari di qualunque forma imposti dalle Pubbliche amministrazioni, dalle Regioni, dalle Province e dai Comuni ed enti, o società a partecipazione pubblica, nei confronti degli operatori di comunicazione, ad esclusione dell'obbligo di ripristino dello stato dei luoghi. La presente disposizione si applica anche alle concessioni in essere, agli assensi o nulla osta già rilasciati alla data di entrata in vigore della presente legge».

1.902

BERGER, ZELLER, PALERMO, PANIZZA, LANIECE, BATTISTA, ROMANO, Fausto Guilherme LONGO

Precluso

Dopo il comma 111, aggiungere il seguente:

«111-*bis*. Il pagamento del canone di abbonamento speciale consente la detenzione del numero indicato di apparecchi televisivi da parte del titolare dell'esercizio nei luoghi adibiti alla propria attività. Il canone è unico anche qualora l'attività è svolta in edifici distinti comunque autorizzati con un unico provvedimento».

1.903

BERGER, ZELLER, PALERMO

Precluso

Dopo il comma 111, aggiungere il seguente:

«111-*bis*. A decorrere dal 1º gennaio 2015, sono esenti dal pagamento del canone di abbonamento alle radioaudizioni le caserme del corpo dei vigili del fuoco anche volontari».

1.904

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA

Precluso

Al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni», con le seguenti: «50 milioni».

Conseguentemente, sopprimere il comma 9.

Alla Tabella E Missione «Sviluppo sostenibile e tutela del territorio e dell'ambiente», *Programma* «gestione delle risorse idriche, tutela del territorio e bonifiche», *voce* «Ministero dell'ambiente», *legge 147/2013,* «Difesa del suolo e tutela ambientale», *apportare le seguenti modifiche:*

2015:

CP: + 350.000.000;

CS: + 350.000.000;

2016:

CP: + 300.000,000;

CS: + 300.000,000;

2017:

CP: + 400.000.000;

CS: + 400.000.000.

1.905

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 112 sostituire le parole: «250 milioni di euro» con le seguenti: «50 milioni di euro».

Conseguentemente all'articolo 2, dopo il comma 8 aggiungere il seguente:

«8-*bis*. All'articolo 15 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, e successive modificazioni, relativo alle detrazioni per oneri, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al comma 1, dopo la lettera i-*octies)* è aggiunta la seguente:

"*i-novies)* le spese, per un importo non superiore a 250 euro, sostenute per l'acquisto di ciascun abbonamento ai servizi di trasporto pubblico locale, regionale e interregionale. La detrazione spetta sempreché le spese stesse non siano deducibili nella determinazione dei singoli redditi che concorrono a formare il reddito, complessivo. La detrazione spetta anche se la spesa è stata sostenuta nell'interesse delle persone indicate nell'articolo 12, che si trovino nelle condizioni indicate nel comma 2 del medesimo articolo 12";

b) al comma 2, primo periodo, le parole: "*c)*, *e)*, *f)*, *i-quinquies)*, e *i-sexies)*" sono sostituite dalle seguenti: "*c)*, *e)*, *f)*, *i-quinquies)*, *i-sexies)* e *i-novies)*"».

1.906

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni», con le parole: «50 milioni».

Conseguentemente, al comma 121, sostituire le parole: «200 milioni»*, con le seguenti:* «100 milioni»;

all'articolo 2, dopo comma 229, aggiungere i seguenti:

229-*bis*. Salve le esenzioni previste in ottemperanza dell'articolo 8 del Patto per la Salute per gli anni 2014-2016, per la partecipazione alla spesa di tutte le prestazioni sanitarie e di tutte le prestazioni socio-sanitarie si prende a riferimento l'ISEE di cui al decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri n. 159 del 5 dicembre 2013. Di conseguenza, per la partecipazione alla spesa da parte di minori o maggiori di età con disabilità grave di cui all'articolo 3 comma 3 della legge 5 febbraio 1992 n. 104 e da parte di anziani ultrasessantacinquenni non autosufficienti per le prestazioni sanitarie e socio-sanitarie di cui alla Tabella A del Decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri del 14 febbraio 2001, si considera l'ISEE del solo assistito, estendendo alle prestazioni sanitarie le modalità di calcolo di cui all'articolo 6 del decreto del Presidente del Consiglio dei ministri n. 159 del 5 dicembre 2013.

229-*ter*. La partecipazione, nelle modalità descritte al comma 6-*bis*, è unica, anche per le prestazioni socio-sanitarie.

229-*quater*. Le modalità di partecipazione, in base all'ISEE come indicato nei commi precedenti, sono determinate dallo specifico gruppo di lavoro misto di cui al punto 3 dell'articolo 8 del Patto per la Salute per gli anni 2014-2016 di cui all'intesa sottoscritta in data 10 luglio 2014 tra il Governo, le regioni e le province autonome di Trento e di Bolzano.

1.907

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni», con le seguenti: «100 milioni».

Conseguentemente, al comma 119, aggiungere le parole: «Il Fondo è altresì incrementato di 150 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015, da destinare esclusivamente, in aggiunta alle risorse previste dal medesimo Fondo come incrementato dal presente comma, in favore degli interventi di assistenza domiciliare per le persone affette da disabilità gravi e gravissime, ivi incluse quelle affette da sclerosi laterale amiotrofica».

1.908

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni» con le seguenti: «100 milioni».

Conseguentemente dopo il comma 142 aggiungere il seguente:

«142-*bis*. Per le finalità di cui all'articolo 52 comma 18 della legge 28 dicembre 2001, n. 448, e successive modifiche e integrazioni, è autorizzata la spesa di 150 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015».

1.909

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni» con le seguenti: «100 milioni».

Conseguentemente, dopo il comma 142 aggiungere il seguente:

«142-*bis*. Per le finalità di cui all'articolo 10 del decreto-legge 27 agosto 1993, n. 323, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 ottobre 1993 n. 422, è autorizzata la spesa di 150 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015».

1.910

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 112, sostituite le parole: «250 milioni», con le seguenti: «100 milioni».

Conseguentemente: al medesimo articolo 1, sopprimere il comma 121;

all'articolo 2 dopo il comma 194, aggiungere il seguente:

«194-*bis*. L'utilizzo delle risorse proprie e delle risorse provenienti dallo Stato, da parte di regioni ed enti locali, per interventi finalizzati alla bonifica dei Siti di interesse nazionale (SIN), di cui all'articolo 252, comma 2, del decreto legislativo 3 aprile 2006, n. 152, e successive modifiche e integrazioni, è escluso dal saldo finanziario rilevante ai fini della verifica del rispetto del Patto di stabilità interno di cui agli articoli 31 e 32 della legge 12 novembre 2011, a 183, nei limiti di 550 milioni per ciascun anno del triennio 2015-2017;

all'articolo 3, dopo il comma 28, aggiungere i seguenti:

28-*bis*. Al comma 5-*bis* dell'articolo 96 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, le parole: "nei limiti del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nei limiti del 95 per cento".

28-*ter*. Al decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 6:

1) al comma 8, le parole: "nella misura del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nella misura del 95 per cento";

2) al comma 9, le parole: "nella misura del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nella misura del 95 per cento";

b) all'articolo 7, comma 2, le parole: "nella misura del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nella misura del 95 per cento"».

1.911

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 112 sostituire le parole: «250 milioni» con le seguenti: «150. Milioni».

Conseguentemente, al comma 118, primo periodo, sostituire le parole: «300 milioni»*, con le seguenti:* «550 milioni» *e sostituire il secondo periodo con il seguente:* «Sono altresì stanziati 200 milioni per il rilancio di un piano di sviluppo del sistema territoriale dei servizi socio-educativi per la prima infanzia, con particolare riguardo al suo riequilibrio territoriale;

al comma 121, sostituire le parole: «200 milioni» *con le seguenti:* «100 milioni»;

all'articolo 3, dopo il comma 28, aggiungere i seguenti:

28-*bis*. Al comma 5-*bis* dell'articolo 96 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, le parole: «nei limiti del 96 per cento» sono sostituite dalle seguenti: «nei limiti del 95 per cento».

28-*ter*. Al decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 6:

1) al comma 8, le parole: «nella misura del 96 per cento» sono sostituite alle seguenti: «nella misura del 95 per cento»;

2) al comma 9, le parole: «nella misura del 96 per cento» sono sostituite dalle seguenti: «nella misura del 95 per cento»;

b) all'articolo 7, comma 2, le parole: «nella misura del 96 per cento» sono sostituite dalle seguenti: «nella misura del 95 per cento».

1.912

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 112 sostituire le parole: «250 milioni di euro» con le seguenti: «150 milioni di euro».

Conseguentemente all'articolo 2, dopo il comma 8 aggiungere il seguente:

«8-*bis*. Al fine di sostenere le politiche di incentivazione della mobilità sostenibile attraverso il

potenziamento e l'aumento dell'efficienza dei mezzi pubblici, l'incentivazione dell'intermodalità, la valorizzazione degli strumenti del *mobility management* e del *car sharing*, la riorganizzazione e la razionalizzazione del settore di trasporto e di consegna delle merci, attraverso la realizzazione di centri direzionali di smistamento che permetta una migliore organizzazione logistica e la promozione di reti urbane di percorsi destinati alla mobilità ciclistica, sono rese disponibili nello stato di previsione del Ministero dell'ambiente, della tutela del territorio e del mare risorse per 100 milioni di euro per ciascuna delle annualità 2015, 2016 e 2017 per la ricostituzione ed il rifinanziamento del Fondo istituito dall'articolo 1, comma 1121, della legge 27 dicembre 2006 n. 2006».

1.913

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni», con le seguenti: «160 milioni».

Conseguentemente, alla Tabella A allegata, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 45.000.000;
2016: - 45.000.000;
2017: - 45.000.000.

Alla Tabella C allegata, Missione «Organi costituzionale, a rilevanza costituzionale e Presidenza del Consiglio dei Ministri»*, Programma* «Presidenza del Consiglio dei Ministri»*, voce* »Ministero dell'economia e delle finanze»*, legge 230/1998*, «Fondo nazionale per il Servizio civile»*, apportare le seguenti variazioni:*

2015:
CP: + 135.000.000;
CS: + 135.000.000;
2016:
CP: + 135.000.000;
CS: + 135.000.000;
2017:
CP: + 135.000.000;
CS: + 135.000.000.

1.914

PETRAGLIA, URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Precluso

Al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni», con le seguenti: «200 milioni».

Conseguentemente, all'articolo 3, dopo il comma 45 aggiungere il seguente:

«45-*bis*. All'articolo 91-*bis* del decreto-legge 24 gennaio 2012, n. 1, convertito, con modificazioni, dalla legge 24 marzo 2012, n. 27, dopo il comma 1, è inserito il seguente:

"1-*bis*. il requisito dello svolgimento, con modalità non commerciali, delle attività assistenziali, previdenziali, sanitarie, di ricerca scientifica, didattiche, ricettive, culturali, ricreative e sportive, nonché delle attività di cui all'articolo 16, lettera *a)* della legge 20 maggio 1985, n. 222, e di cui al comma 1, lettera *i)*, articolo 7 del decreto legislativo 30 dicembre 1992 n. 504, deve in ogni caso ritenersi assolto in relazione alle attività de commercializzate, esenti o escluse svolte dagli enti non commerciali con le modalità e nei termini previsti dalla vigente normativa fiscale, anche di settore, in materia di tassazione sul reddito"».

1.915

URAS

Precluso

Al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni», con le parole: «200 milioni».

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 75, Tabella A allegata, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti modifiche:*

2015
- CP: - 50.000.000;
CS: - 50.000.000.
2016
- CP: - 50.000.000;
CS: - 50.000.000.
2017
- CP: - 50.000.000;
CS: - 50.000.000.

Conseguentemente, al medesimo articolo, comma 76, Tabella C allegata, Missione Organi costituzionale, a rilevanza costituzionale e Presidenza del Consiglio dei Ministri, *Programma* Presidenza del Consiglio dei Ministri, *voce* Ministero dell'economia e delle finanze, *legge 230/1998*, Fondo nazionale per il Servizio civile, *apportare le seguenti modifiche:*

2015
CP: + 100.000.000;
CS: + 100.000.000.
2016
CP: + 100.000.000;
CS: + 100.000.000.
2017
CP: + 100.000.000;
CS: + 100.000.000.

1.916

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni», con le seguenti: «240 milioni».

Conseguentemente, all'articolo 3, dopo il comma 45 aggiungere il seguente:

«45-*bis*. All'articolo 10, del decreto legislativo 14 marzo 2011, n. 23, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al comma 4 sono aggiunte in fine le seguenti parole: "salvo quanto previsto dal comma 4-bis";

b) dopo il comma 4 è aggiunto il seguente:

"4-*bis*. Ai trasferimenti a favore di organizzazioni non lucrativa di utilità sociale (ONLUS) si applica l'imposta di registro di euro 200 a condizione che la ONLUS dichiari nell'atto che intende utilizzare direttamente i beni per lo svolgimento della propria attività e che realizzi l'effettivo utilizzo diretto entro 2 anni dall'acquisto. In caso di dichiarazione mendace o di mancata effettiva utilizzazione per lo svolgimento della propria attività è dovuta l'imposta nella misura ordinaria nonché una sanzione amministrativa pari al30 per cento della stessa imposta"».

1.917

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni» con le seguenti: «300 milioni».

Conseguentemente, al comma 125, sostituire la cifra: «187,5» *con la seguente:* «137,5».

1.918

URAS, CERVELLINI, DE PETRIS, BAROZZINO, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Sostituire il comma 113 con i seguenti:

«113. Al fine di favorire la competitività e di razionalizzare il sistema dell'autotrasporto, una quota non superiore al 30 per cento delle risorse di cui al comma 112 è destinata alle imprese che pongono di essere iniziative dirette a realizzare processi di ristrutturazione e aggregazione e che

intendono dotarsi di dispositivi tecnologici che consentano la tracciabilità dei percorsi e la gestione satellitare delle flotte.

113-*bis*. L'istituita presso il Ministero delle infrastrutture e dei Trasporti la Banca dati nazionale dell'autotrasporto, di seguito denominata «Banca». Con regolamento adottato con decreto del Ministro delle Infrastrutture e dei trasporti, sentito il Ministro dell'interno, sono disciplinati le modalità di funzionamento della Banca, la modalità di accesso, l'inserimento in essa dei dati relativi alle imprese di autotrasporto, la gestione dei profitti nonché ogni comunicazione e informativa facente riferimento alle imprese stesse. Sono altre si stabiliti i casi e le modalità di cancellazione dalla Banca dei dati relativi alle imprese. La Banca, anche attraverso l'ausilio di organismi accreditati specializzati nella tracciabilità dei percorsi e nella gestione satellitare delle flotte, consente alle Forze dell'ordine e agli operatori del Ministero delle Infrastrutture e dei Trasporti di aumentare i livelli di controllo ai fini della sicurezza e della trasparenza del mercato, nonché per limitare la diffusione del cabotaggio abusivo sul territorio nazionale. La Banca fornisce altresì un *rating*, anche di merito creditizio, alle imprese di autotrasporto che operano sul territorio nazionale nel pieno rispetto della normativa comunitaria e interna. Agli oneri derivanti dall'attuazione del presente comma, pari a 250.000 euro, si provvede mediante le risorse disponibili a legislazione vigente ed eventualmente mediante quota parte dell'autorizzazione di spesa di cui al comma 1 del presente articolo».

1.919

BIGNAMI, PEPE, Maurizio ROMANI, MUSSINI

Precluso

Dopo il comma 113, aggiungere i seguenti commi:

«113-*bis*. Dal 2016 è istituito presso il Ministero delle infrastrutture e dei trasporti, il "Fondo per la Logistica". In tale fondo confluiscono le risorse destinate al settore del trasporto aereo, terrestre e navale di merci e alla logistica, al fine di integrare in un unico strumento incentivante lo sviluppo di una catena logistica efficiente e sostenibile. Tali risorse sono ripartite mediante decreto del ministro delle infrastrutture e dei trasporti.

113-*ter*. Con il decreto di cui al comma precedente, il Ministro delle infrastrutture e dei trasporti provvede a dettare le modalità operative per l'erogazione delle risorse prevedendo forme incentivanti per chi usufruisce di un trasporto con minori costi esterni, calcolati sul percorso e sul mezzo scelto, o sulla combinazione dei mezzi scelti».

1.920

CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 113, inserire il seguente:

«113-*bis*. Entro dodici mesi dalla data di entrata in vigore della legge di conversione del presente decreto, unico documento del veicolo diventa la carta di circolazione di cui alla direttiva 1999/37/CE, e i mutamenti riguardanti l'intestazione dei veicoli, secondo quanto previsto in materia dal decreto legislativo 30 aprile 1992, n. 285 e successive modificazioni ed integrazioni, nonché gli eventi giuridico-patrimoniali sui veicoli medesimi, si registrano in un unico archivio di Stato. Con decreto del Presidente della Repubblica, emanato ai sensi dell'articolo 17, comma 1, della legge 23 agosto 1988, n. 400, è disciplinata l'implementazione dell'archivio unico di Stato di cui al periodo precedente con i dati di quello previsto dall'articolo 225, comma 1, lettera *b)* e 226, comma 5, del decreto legislativo 30 aprile 1992, n. 285 e del Pubblico Registro Automobilistico (PRA). Con il medesimo decreto sono disciplinate la gestione ed il funzionamento dell'archivio stesso, nonché l'assetto del personale centrale e periferico delle strutture pubbliche interessate o, comunque, coinvolto a seguito della sua istituzione».

1.921

URAS, CERVELLINI, DE PETRIS, BAROZZINO, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 113 aggiungere il seguente:

«113-*bis*. Al fine di consentire la realizzazione e il completamento di interventi sui sistemi metropolitani è autorizzata la spesa di 50 milioni di euro per l'anno 2015 e 100 milioni di euro dal 2016 al 2024. Con decreto del Ministro delle infrastrutture e dei trasporti di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, sono individuati gli interventi prioritari da finanziare, le risorse ad essi destinate con relativa ripartizione per annualità, nonché le modalità e le condizioni di monitoraggio medesimo decreto sono stabilite le condizioni di revoca del finanziamento, anche in relazione alla verifica del rispetto del cronoprogramma dei lavori. Le risorse eventualmente revocate confluiscono nel Fondo nazionale per il concorso finanziario dello Stato agli oneri del trasporto pubblico locale nelle Regioni a statuto ordinario, ai sensi dell'articolo 16-*bis*, comma 1, del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito dalla legge 7 agosto 2012, n. 135».

Conseguentemente al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni», *con le seguenti:* «200 milioni».

1.922

URAS, CERVELLINI, DE PETRIS, BAROZZINO, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 113 aggiungere il seguente:

«113-*bis*. Al comma 1 dell'articolo 1 della Legge 21 dicembre 2001 n. 443 il quarto e il quinto periodo sono sostituiti dai seguenti: "Il programma è parte integrante del Piano Nazionale della Mobilità, che aggiorna il Piano Generale dei Trasporti sulla base della domanda di mobilità esistente e con l'obiettivo di perseguire le modalità di trasporto che rispondano alla domanda di mobilità dei cittadini e producano minori costi esterni per la salute, l'ambiente e il consumo del suolo. li Piano Nazionale della mobilità, ha validità decennale ed è redatto entro il giugno 2015 dai Ministero delle Infrastrutture e dei Trasporti, in collaborazione con il Ministero dell'Ambiente e della Tutela del Territorio e del Mare e con il Ministero dell'Economia e delle Finanze. li programma è sottoposto a Valutazione Ambientale Strategica e a valutazione economico-finanziaria, relativamente agli impegni pluriennali di spesa pubblica"».

1.923 (testo 2)

URAS

Precluso

Dopo il comma 113, aggiungere il seguente:

«113-*bis*. Al fine di realizzare gli interventi di messa in sicurezza e ristrutturazione degli edifici scolastici, delle scuole materne, elementari e medie dei comuni della Sardegna danneggiati dagli eventi alluvionali del mese di novembre 2013 è autorizzata la spesa di 5 milioni di euro nel 2015».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce "Ministero dell'economia e delle finanze", *apportare le modifiche:*

2015

- CP: - 5.000.000
  CS: - 5.000.000

1.924

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 113, inserire il seguente:

«113-*bis*. Al decreto legislativo 30 aprile 1992, n. 285, al comma 115, comma 2, lettera *b)*, sostituire le parole: "sessantotto anni" con le seguenti: "settanta anni"».

1.925

BONFRISCO

Precluso

Dopo il comma 114 inserire i seguenti:

«114-*bis. All'articolo 1, comma 90, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, sono apportate le seguenti modificazioni:*

1) dopo le parole: "che gestiscono sistemi di trasporto e logistici settoriali" inserire le seguenti: "in particolare va assicurata l'interoperabilità col sistema PMIS delle Capitanerie di Porto attraverso il nodo unico di scambio diretto delle informazioni connesse agli usi civili e produttivi del mare ex DPCM 11/2/2014 n. 72";

2) dopo le parole: "ciascuno degli anni 2015 e 2016" inserire i seguenti periodi: "In particolare per l'acquisto e l'installazione di apparati di bordo, senza oneri a carico delle imprese di autotrasporto e per ulteriori attività di miglioramento della PlN, il contributo di cui all'art. 2 comma 244, della legge 24/12/2007 n. 244 è incrementato ulteriormente senza obbligo di cofinanziamento da parte del soggetto attuatore unico di cui all'art. 61-*bis* del decreto-legge 24 gennaio 2012, n. 1, convertito, con modificazioni, dalla legge 24 marzo 2012, n. 27, di 7,5 Milioni di euro per gli anni 2015 e 2016. All'onere derivante si provvede mediante corrispondente riduzione dello stanziamento del fondo speciale di parte corrente iscritto, ai fini del bilancio triennale 2014-2016, nell'ambito del programma 'Fondi di riserva e speciali' della missione 'Fondi da ripartire' dello stato di previsione del MEF per l'anno 2014, allo scopo parzialmente utilizzando l'accantonamento relativo al Ministero del lavoro e delle politiche sociali".

3) infine, inserire il seguente periodo: "In tal caso, entro tre mesi dalla acquisizione da parte di UIRNet Spa del progetto redatto dal Promotore di cui alla gara di concessione di servizi, prima menzionata, il soggetto attuatore unico, sentito il MIT in merito alla conformità di detto progetto all'interesse pubblico ed alla destinazione funzionale della PlN, stipula apposita convenzione con il Gestore della PlN, previa approvazione nel merito da parte del MIT stesso. Inoltre, al fine di anticipare il tempo di ritorno dell'investimento da parte del Gestore medesimo, attraverso investimenti diretti effettuati dal soggetto attuatore unico, gli enti pubblici e le società a totale partecipazione pubblica, partecipano, secondo le norme del codice civile, al capitale del soggetto attuatore unico della PlN, nel rispetto di quanto previsto dalla legge 24/12/2012 n. 228, art. 1, comma 211".

114-*ter*. Entro tre mesi dall'entrata in vigore della presente legge, considerato che la Piattaforma per la gestione della Rete logistica nazionale (PLN) è stata inserita nel programm delle infrastrutture strategiche di cui alla legge n. 443 del 2001, per effetto dell'articolo 1, comma 211 della legge 24 dicembre 2012, n. 228, considerato inoltre che per PlN allargata si intende la PLN costituita oltre che secondo le definizioni contenute nell'art. 61-*bis*, comma 4, della legge 24 marzo 2012 n. 27, anche dalle aree di sosta dedicate ai mezzi destinati al traffico logistico, dall'implementa,zione della banda larga l'ultimo miglio logistico su tutto il territorio nazionale, nonché dalle interfacce con le ulteriori Piattaforme telematiche in ambito logistico in essere o da crearsi presso i nodi logistici e intermodali, il soggetto attuatore unico della Piattaforma, UIRNet S.p.A., trasmette il progetto della Piattaforma allargata al Ministero delle infrastrutture e dei trasporti. Il Dipartimento per i trasporti, la navigazione ed il personale del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti ne cura l'istruttoria e formula la propria proposta al CIPE per l'approvazione, ai sensi degli articoli 161 e seguenti del D.lgs. 12 aprile 2006, n. 163. Rispetto al progetto della Piattaforma non trovano applicazione le previsioni contenute nell'allegato tecnico di cui all'articolo 164, comma 1, del medesimo D.Lgs. 12 aprile 2006, n. 163; a detto progetto si applicano le norme sulla progettazione di servizi eforniture, in quanto compatibili. La spesa per la progettazione di 700.000 Euro nel 2015 è a gravare sui fondi di cui al comma precedente».

1.926

CIOFFI, SCIBONA, CIAMPOLILLO, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Dopo il comma 114, inserire il seguente:

«114-*bis*. Al fine di incrementare la quota delle risorse previste all'articolo 13, comma 6, del decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito, con modificazioni, dalla legge 21 febbraio 2014, n. 9, da destinare alla realizzazione degli interventi finalizzati al miglioramento della competitività dei porti italiani e a rendere più efficiente il trasferimento ferroviario e modale all'interno dei sistemi portuali, il Fondo per il finanziamento degli interventi di adeguamento dei porti, di cui all'articolo 18-*bis* della legge 28 gennaio 1994, n. 84, è incrementato di ulteriori 5 milioni di euro per ciascuno degli

anni 2015 e 2016».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 75, alla Tabella B ivi richiamata, alla voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 5.000.000;
2016: - 5.000.000.

1.930 (testo corretto)

CIOFFI

Precluso

Dopo il comma 114, inserire il seguente:

«114-bis. Le disposizioni di cui all'articolo 32, comma 1, del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 novembre 2014, n. 164, sono prorogate per l'anno 2015. »

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 75, alla Tabella A ivi richiamata, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: -12.000.000

1.931

ENDRIZZI, MANGILI, LEZZI, BULGARELLI

Precluso

Dopo il comma 114 inserire il seguente:

«114-*bis*. Per la prosecuzione dei programmi di intervento per la salvaguardia di Venezia e della sua laguna e il suo recupero architettonico, urbanistico, ambientale e socioeconomico di cui alla legge 29 novembre 1984, n. 798, nonché per i Comuni che insistono sulla laguna, sono stanziati 20 milioni per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, da ripartire sulla base dello stato di attuazione degli interventi risultanti da motivate relazioni da parte dei soggetti attuatori, su proposta del comitato di cui all'articolo 4 della legge 29 novembre 1984, n. 798.».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 75, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 20.000.000;
2016: - 20.000.000;
2017: - 20.000.000.

1.935 (testo 3)

MILO

Precluso

Dopo il comma 114 aggiungere il seguente:

«114-*bis*. Con decreto del Ministro dell'interno, da emanare entro 90 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, sentite le associazioni maggiormente rappresentative del settore armiero sul territorio nazionale, sono definiti, nel rispetto delle direttive comunitarie, un protocollo per attivare le misure di sburocratizzazione dei procedimenti amministrativi, anche attraverso la digitalizzazione delle questure e delle prefetture, e misure di semplificazione delle procedure di esportazione, riguardanti il settore armiero e sportivo-venatorio nazionale. Per lo svolgimento e la realizzazione di tutte le attività relative alle competenze, previste dal periodo precedente, le amministrazioni devono provvedere con le risorse umane, strumentali e finanziarie disponibili a legislazione vigente, senza nuovi e maggiori oneri».

1.936

PICCOLI, BERTACCO, CERONI, AMIDEI

Precluso

Dopo il comma 114, aggiungere il seguente:

«114-*bis*. Il sovracanone di cui alla legge 27 dicembre 1953, n. 959, e alla legge 22 dicembre 1980, n. 925, si intende dovuto per gli impianti con potenza nominale media superiore a 220 kW, nella misura prevista per le concessioni di grande derivazione elettrica e le maggiori risorse derivanti

dall'applicazione della presente disposizione sono finalizzate alla realizzazione di interventi di prevenzione e di contrasto del dissesto idrogeologico.».

1.937

BOTTICI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Dopo il comma 115, aggiungere il seguente:

«115-*bis*. All'articolo 47, comma 3, secondo periodo, della legge 20 maggio 1985 n. 222, sostituire le parole: "in proporzione alle scelte espresse" con le seguenti: "in favore dello Stato"».

1.938

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 115 aggiungere il seguente:

«115-*bis*. All'articolo 17 della legge 31 dicembre 2009, n. 196, dopo il comma 1 è inserito il seguente:

"1-*bis*. In ogni caso, per la copertura finanziaria delle leggi che comportino nuovi o maggiori oneri ovvero minori entrate non possono essere utilizzate le risorse derivanti dalla quota dell'otto per mille del gettito dell'imposta sul reddito delle persone fisiche attribuita alla diretta gestione statale ai sensi dell'articolo 47, secondo comma, della legge 20 maggio 1985, n. 222"».

1.939

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 115 aggiungere il seguente:

«115-*bis*. In via sperimentale per l'anno 2015, la misura degli assegni familiari da corrispondersi al lavoratore cittadino italiano o comunitario, di cui all'articolo 33 del decreto del Presidente della Repubblica 30 maggio 1955, n. 797, e successive integrazioni e modificazioni, è aumentata dal 10 per cento in presenza di tre o più figli».

Conseguentemente:

Ai maggiori oneri derivanti dalla disposizione e stimati in 100 milioni di euro, si provvede come segue:

all'articolo 1, comma 125 sostituire le parole: «di 187,5 milioni» con le seguenti: «di 87,5 milioni».

1.940

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Al comma 116, aggiungere in fine, le seguenti parole: «i premi riconosciuti ai dipendenti dell'Agenzia e correlati ai proventi della lotta all'evasione sono calcolati sulla base degli importi effettivamente incassati a seguito dell'attività di accertamento».

1.942

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 116 aggiungere il seguente:

«116-*bis*. È autorizzato a partire dal 1º gennaio 2015, e nell'ambito della determinazione del fabbisogno organico del Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo, lo scorrimento delle graduatorie interne relative ai concorsi per il passaggio tra le aree indetti con D.D. 24 luglio 2007. Allo scorrimento di tali graduatorie si provvede mediante reperimento delle risorse dal fondo istituito dal comma 21-*bis* del presente articolo».

Conseguentemente, dopo il comma 132, aggiungere il seguente:

«132-*bis*. È istituito un apposito fondo presso il Ministero dell'economia direttamente incrementato dai risparmi derivanti dal taglio del 60 per cento delle consulenze presso le amministrazioni pubbliche».

1.943

DE CRISTOFARO, URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 116, aggiungere il seguente:

«116-*bis*. È autorizzato, nell'ambito della determinazione del fabbisogno organico del Ministero degli affari esteri, lo scorrimento della graduatoria relativa al concorso indetto nel 2013 per il reclutamento di segretari di legazione della camera diplomatica. Allo scorrimento di tale graduatoria si provvede mediante reperimento delle risorse dal fondo istituito dal comma 21-*bis* del presente articolo.

Conseguentemente, dopo il comma 132, aggiungere il seguente:

«132-*bis*. È istituito un apposito fondo presso il Ministero dell'economia direttamente incrementato dai risparmi derivanti dal taglio del 60 per cento delle consulenze presso le amministrazioni pubbliche».

1.944

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Sopprimere il comma 117.

Conseguentemente, al camma 119, sostituire le parole: «400 milioni» *con le seguenti:* «650 milioni» *e sostituire le parole:* «250 milioni» *con le seguenti:* «500 milioni».

1.947

BONFRISCO

Precluso

Al comma 117, sostituire le parole: «250 milioni» con le seguenti: «244 milioni».

Conseguentemente:

Alla Tabella D, Missione: Immigrazione, accoglienza e garanzia dei diritti, Programma: Flussi migratori, garanzia dei diritti e interventi per lo sviluppo della coesione sociale, *sopprimere la seguente voce*: Ministero dell'interno, legge n. 379 de1 1993: Concessione di un contributo annuo dello Stato all'Unione italiana ciechi, con vincolo di destinazione all'Istituto per la ricerca; la formazione e la riabilitazione ed all'Istituto europeo ricerca. formazione, orientamento professionale: - ART. 1, comma 1: Contributo all'Unione italiana ciechi (5.1- cap. 2316/1):

2015

- CP: - 192.064;
  CS: - 192.064.

Totale missione

- CP: - 192.064;
  CS: - 192.064.

2016

- CP: - 192.064;
  CS: - 192.064.

Totale missione

- CP: - 192.064;
  CS: - 192.064.

2017

- CP: - 192.064;
  CS: - 192.064.

Totale missione

- CP: - 192.064;
  CS: - 192.064.

Conseguentemente:

Alla tabella E aggiungere le seguenti voci:

Ministero del11ntemo, Legge n 24 del 1996: Concessione di un contributo annuo dello Stato

all'Unione italiana ciechi: - ART. 1, comma l: Contributo all'Unione italiana ciechi (5.1 - cap. 2316/2):

Rifinanziamento
2015
- CP: - 2.000.000;
CS: - 2.000.000.

Legge stabilità
2015
- CP: - 2.000.000;
CS: - 2.000.000.

Rifinanziamento
2016
- CP: - 2.000.000;
CS: - 2.000.000.

Legge stabilità
2016
- CP: - 2.000.000;
CS: - 2.000.000.

Rifinanziamento
2017
- CP: - 2.000.000;
CS: - 2.000.000.

Legge stabilità
2017
- CP: - 2.000.000;
CS: - 2.000.000.

Rifinanziamento
2018 e successivi
- CP: - 2.000.000;
CS: - 2.000.000.

Legge stabilità
2018 e successivi
- CP: - 2.000.000;
CS: - 2.000.000.

Ministero dell'interno, legge n. 379 del 1993: Concessione di un contributo annuo dello Stato all'Unione italiana ciechi, con vincolo di destinazione all'Istituto per la ricerca. la formazione e la riabilitazione ed all'Istituto europeo ricerca. formazione, orientamento professionale: - ART. 1, comma 1: Contributo all'Unione italiana ciechi (5.1- cap. 2316/1):

Rifinanziamento
2015
- CP: - 2.000.000;
CS: - 2.000.000.

Legge stabilità
2015
- CP: - 2.000.000;
CS: - 2.000.000.

Rifinanziamento
2016
- CP: - 2.000.000;
CS: - 2.000.000.

Legge stabilità
2016
- CP: - 2.000.000;
CS: - 2.000.000.

Rifinanziamento
2017
- CP: - 2.000.000;
CS: - 2.000.000.

Legge stabilità
2017
- CP: - 2.000.000;
CS: - 2.000.000.

Rifinanziamento
2018 e successivi
- CP: - 2.000.000;
CS: - 2.000.000.

Legge stabilità
2018 e successivi
- CP: - 2.000.000;
CS: - 2.000.000.

Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo, legge n. 282 del 1998: Concessione di un contributo annuo dello Stato all'Unione italiana ciechi. con vincolo di destinazione al Centro nazionale del libro parlato, e al Centro internazionale del libro parlato di Feltre: - ART. l, comma l: Contributo all'Unione italiana ciechi (1.10 - cap. 3631/3)

Commento

Stanziamento di 6 milioni di euro complessivi per le attività dell'Unione Italiana dei Ciechi e degli Ipovedenti a sostegno delle persone con disabilità visiva di cui alle leggi n. 24 del 1996, n. 379 del 1993 e n. 282 del 1998.

1.948

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, MUNERATO

Precluso

Al comma 117, sostituire le parole: «250 milioni» con le seguenti: «244 milioni».

Conseguentemente:

Alla Tabella D, Missione: Immigrazione, accoglienza e garanzia dei diritti, Programma: Flussi migratori, garanzia dei diritti e interventi per lo sviluppo della coesione sociale, sopprimere la seguente voce: Ministero dell'Interno, Legge n. 379 del 1993: Concessione di un contributo annuo dello Stato all'Unione italiana ciechi, con vincolo di destinazione all'Istituto per la ricerca, la formazione e la riabilitazione ed all'Istituto europeo ricerca, formazione, orientamento professionale: - ART. 1, comma 1: Contributo all'Unione italiana ciechi (5.1- cap. 2316):

2015
- CP: - 192.064;
CS: - 192.064.

Totale missione
- CP: - 192.064;
CS: - 192.064.

2016
- CP: - 192.064;
CS: - 192.064.

Totale missione
- CP: - 192.064;

CS: - 192.064.
2017
- CP: - 192.064;
CS: - 192.064.
Totale missione
- CP: - 192.064;
CS: - 192.064.
Conseguentemente:
Alla tabella E aggiungere la seguente voce: Ministero dell'interno, Legge n. 24 de11996: Concessione di un contributo annuo dello Stato all'Unione italiana ciechi: -ART. 1, comma 1: Contributo all'Unione italiana ciechi (5.1 - cap. 2316/2):
Rifinanziamento
2015
- CP: - 5.800.000;
CS: - 5.800.000.
Legge stabilità
2015
- CP: - 5.800.000;
CS: - 5.800.000.
Rifinanziamento
2016
- CP: - 5.800.000;
CS: - 5.800.000.
Legge stabilità
2016
- CP: - 5.800.000;
CS: - 5.800.000.
Rifinanziamento
2017
- CP: - 5.800.000;
CS: - 5.800.000.
Legge stabilità
2017
- CP: - 5.800.000;
CS: - 5.800.000.
Rifinanziamento
2018 e successivi
- CP: - 5.800.000;
CS: - 5.800.000.
Legge stabilità
2018 e successivi
- CP: - 5.800.000;
CS: - 5.800.000.

1.949

TOSATO, COMAROLI

Precluso

Al comma 117, aggiungere, in fine, le seguenti parole: «All'articolo 81, comma 29, del decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito con modificazioni, dalla legge 6 agosto 2008, n. 113», dopo le parole: «dei cittadini» sono inserite le seguenti: «italiani e comunitari».

1.950

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 117, aggiungere, in fine, il seguente periodo: «Le risorse assegnate ai comuni a valere sul medesimo Fondo, e non erogate per le finalità di cui al suddetto decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112 e successive modifiche e integrazioni, nonché per le finalità di cui all'articolo 60, decreto-legge 9 febbraio 2012, n. 5, convertito dalla legge 4 aprile 2012, n. 35, come integrato dall'articolo 3 del decreto-legge 28 giugno 2013, n. 76, convertito dalla legge 9 agosto 2013, n. 99, e dal comma 1, comma 216, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, devono essere comunque utilizzate per interventi e iniziative volte al contrasto del disagio sociale e della povertà».

1.951

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 117, aggiungere, in fine, il seguente periodo: «Al fine di sostenere efficacemente un programma di inclusione sociale e contrasto alla povertà, le risorse di cui al presente comma, sono finalizzate al finanziamento su tutto il territorio nazionale della sperimentazione di cui all'articolo 60 del decreto-legge 9 febbraio 2012, n. 5, convertito dalla legge 4 aprile 2012, n. 35, secondo le modalità attuative di cui all'articolo 3 del decreto-legge 28 giugno 2013, n. 76, convertito dalla legge 9 agosto 2013, n. 99, e come integrato dal comma l, comma 216, ultimo periodo, della legge 27 dicembre 2013, n. 147».

1.952

PUGLIA, CIOFFI, SCIBONA, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Dopo il comma 117, aggiungere il seguente:

«117-*bis*. Il Fondo Nazionale per il concorso finanziario dello Stato agli oneri del trasporto Pubblico Locale anche ferroviario di cui al comma 1 dell'articolo 16-*bis* del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135 è incrementato di 200 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

Conseguentemente all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 200.000.000 euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

1.953

FUCKSIA

Precluso

Dopo il comma 117, aggiungere il seguente:

«117-*bis*. All'articolo 81, comma 29, del decreto legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 agosto 2008, n. 133, dopo le parole: "cittadini meno abbienti", sono aggiunte le seguenti parole: "la cui età sia pari o superiore a 65 anni o che presentino un grado di invalidità non inferiore al 67%"».

1.954

BUCCARELLA, MANGILI, LEZZI, CATALFO, PAGLINI, PUGLIA, AIROLA

Precluso

Al comma 118, sostituire il primo periodo con il seguente:

«Lo stanziamento del Fondo nazionale per le politiche sociali di cui all'articolo 20, comma 8, della legge 8 novembre 2000, n. 328, è incrementato di 600 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015».

Conseguentemente al comma 9, capoverso: «1-*bis*», *sostituire i numeri* 1) *e* 2) *con i seguenti:*

«*1)* 840 euro, se il reddito complessivo non è superiore a 24.000 euro;

2) 840 euro, se il reddito complessivo è superiore a 24.000 euro ma non a 26.000 euro. Il credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra l'importo di 26.000 euro, diminuito del reddito

complessivo, e l'importo di 2.000 euro».

1.955

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Al comma 118, sostituire la parola: «300», con la seguente: «550».

Conseguentemente, all'articolo 1 sopprimere il comma 117.

1.956

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Al comma 118, apportare le seguenti modifiche:

a) sostituire la parola: «300» con la seguente: «487,5»;

b) dopo le parole: «obiettivi di servizio», inserire le seguenti: «il piano è incentrato sulla ristrutturazione degli immobili comunali in disuso al fine di concederne in convenzione l'utilizzo a titolo gratuito agli operatori privati del settore che si impegnano a mantenere i costi per l'accesso dei bambini alle strutture nel rispetto della media delle rette applicate dai nidi pubblici e privati presenti nella zona territoriale; ad assumere prioritariamente personale dalle liste dei lavoratori socialmente utili aventi profili e competenze coerenti con le mansioni richieste.

Conseguentemente, all'articolo 1, sopprimere il comma 125.

1.958

DE PETRIS, URAS

Precluso

Al comma 118, aggiungere, in fine, le seguenti parole: «, di cui un milione in ragione annua è destinato all'attuazione di misure in favore dell'invecchiamento attivo».

1.960

DE PIETRO, URAS, ORELLANA, BENCINI, ARRIGONI, PUPPATO, CASALETTO, GAMBARO, MASTRANGELI, PAGLIARI, BIANCONI

Precluso

Dopo il comma 118, aggiungere i seguenti:

«118-*bis*. È istituito presso il Ministero del lavoro e delle politiche sociali un Osservatorio nazionale sul daltonismo, di seguito denominato "Osservatorio", presieduto dal Ministro del lavoro e delle politiche sociali.

118-*ter*. L'Osservatorio ha lo scopo di monitorare la legislazione e la produzione documentale dello Stato italiano e della pubblica amministrazione centrale e periferica al fine di evitare ai daltonici situazioni di discriminazione e disagio sociale, proporre iniziative di divulgazione nelle scuole e negli uffici pubblici, sviluppare nei daltonici la presa di coscienza della propria condizione, organizzare mostre e iniziative sociali sul modello di altre già in corso per condizioni di disagio sociale o sanitario similari.

118-*quater*. L'Osservatorio predispone annualmente un piano nazionale di azione e di interventi per la tutela dei diritti e il miglioramento della qualità della vita dei soggetti affetti da daltonismo, di seguito denominato "piano nazionale", con l'obiettivo di conferire priorità ai programmi riferiti a tali soggetti e di rafforzare la cooperazione scientifica per l'individuazione di nuove tecnologie atte al superamento delle condizioni di disagio per i daltonici e per sviluppare una migliore qualità di vita.

118-*quinquies*. Il primo piano nazionale è adottato entro un anno dalla data di entrata in vigore della presente legge e le attività e iniziative ivi previste sono finanziate attraverso il Fondo di cui al comma 118».

1.961

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, MUNERATO

Precluso

Dopo il comma 118, aggiungere il seguente:

«118-*bis*. A decorrere dal 2015, è attribuito un contributo di 6 milioni di euro per le attività

delL'Unione italiana dei ciechi e degli ipovedenti di cui alla legge 3 agosto 1998, n. 282, alla legge 12 gennaio 1996, n. 24 e alla legge 23 settembre 1993, n. 379».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 125, sostituire le parole: «187,5 milioni» *con le seguenti:* «181,5 milioni».

1.962

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, MUNERATO

Precluso

Dopo il comma 118, aggiungere il seguente:

«118-*bis*. È attribuito un contributo di 6 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015 per le attività dell'Unione Italiana dei ciechi e degli ipovedenti di cui alte leggi 3 agosto 1998 n. 282, legge 12 gennaio 1996, n. 24 legge 23 settembre 1993, n. 379».

Conseguentemente al comma 125 sostituire le parole: «187,5 milioni» *con le seguenti:* «181,5 milioni».

1.964

CATALFO, PUGLIA, PAGLINI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Dopo il comma 118, aggiungere il seguente:

«118-*bis*. La dotazione del Fondo per il diritto al lavoro dei disabili di cui al comma 4 dell'articolo 13 della legge 12 marzo 1999, n. 68, è incrementata di 20 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017.»

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 20.000.000;
2016: - 20.000.000;
2017: - 20.000.000.

1.965

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 118 inserire il seguente:

«118-*bis*. per garantire alle famiglie la gratuità dei servizi socio educativi per l'infanzia è istituito presso il ministero del lavoro e delle politiche sociali un fondo con una dotazione di 500 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 500 milioni di euro a decorrere dal 2015».

1.966

CATALFO, PAGLINI, PUGLIA, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI, AIROLA

Precluso

Sostituire il comma 119 con il seguente:

«119. Lo stanziamento del Fondo per le non auto sufficienze di cui all'artico lo 1, comma 1264 della legge 27 dicembre 2006, n. 296, anche ai fini del finanziamento degli interventi a sostegno delle persone affette da sclerosi laterale amiotrofica, è incrementato di un importo non inferiore ai 600 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere infine le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 10.000.0000 a decorrere dall'anno 2015».

1.967

BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Sostituire il comma 119 con il seguente:

«119. Lo stanziamento del Fondo per le non autosufficienze di cui all'articolo 1, comma 1264 della legge 27 dicembre 2006, n. 296, è incrementato di un importo 'non inferiore a 600 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015».

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa .di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 200 milioni di euro per il 2015 e a 350 milioni di euro a decorrere dal 2016».

1.968

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Apportare le seguenti modifiche:

a) al comma 119 sopprimere le seguenti parole: «anche ai fini del finanziamento degli interventi a sostegno delle persone affette da sclerosi laterale amiotrofica»;

b) dopo il comma 119 inserire il seguente:

«119-*bis*. Per garantire gli interventi a sostegno delle persone affette da sclerosi laterale amiotrofica, è istituito presso il ministero della salute un fondo con una dotazione di 250 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015».

Conseguentemente, all'articolo 1 sopprimere il comma 117.

1.969

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Al comma 119 sostituire le cifre: «400» e «250» con la seguente: «787,5».

Conseguentemente all'articolo 1 sopprimente i commi 116, 117, 125 e 126.

1.970

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Al comma 119, sostituire le parole: «400 milioni» con le seguenti: «587,5 milioni» e sostituire le parole: «250 milioni» con le seguenti: «437,5 milioni».

Conseguentemente, sopprimere il comma 125.

1.971

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Al comma 119, sostituire le parole: «400 milioni di euro per l'anno 2015 e di 250 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2016» con le seguenti: «510 milioni di euro per l'anno 2015 e di 360 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2016».

Conseguentemente sopprimere Il comma 207 dell'articolo 2.

1.972

DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Precluso

Al comma 119, sostituire le parole: «400 milioni di euro per l'anno 2015 e di 250 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2016», con le parole: «350 milioni di euro annui a decorrere dal 2015. Il Fondo è altresì incrementato di 150 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015, da destinare esclusivamente, in aggiunta alle risorse previste dal medesimo Fondo come incrementato dal presente comma, in favore degli interventi di assistenza domiciliare per le persone affette da disabilità gravi e gravissime, ivi incluse quelle affette da sclerosi laterale amiotrofica».

Conseguentemente, al comma 112 sostituire le parole: «250 milioni», *con le parole:* «100 milioni».

Conseguentemente, all'articolo 3, dopo il comma 28 inserire i seguenti:

«28-*bis*. Al comma 5-*bis* dell'articolo 96 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, le parole: "nei limiti del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nei limiti del 95 per cento".

28-*ter*. Al decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 6:

1) al comma 8, le parole: "nella misura del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nella misura del 95 per cento";

2) al comma 9, le parole: "nella misura del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "della misura del 95 per cento";

b) all'articolo 7, comma 2, le parole: "nella misura del 96 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "nella misura del 95 per cento"».

1.973

PICCOLI, AMIDEI

Precluso

Al comma 119, sostituire le parole: «è incrementato di 400 milioni di euro per l'anno 2015 e di 250 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2016», con le seguenti: «è incrementato di 400 milioni per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata Tabella C.

1.974

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Al comma 119, sostituire la parola: «250», con la seguente: «500».

Conseguentemente, all'articolo 1, sopprimere il comma 117.

1.975

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 119, inserire i seguenti:

«119-*bis*. Per la realizzazione di un piano straordinario di intervento per lo sviluppo del sistema territoriale dei servizi socio educativi presso il Ministero del lavoro e delle politiche sociali è istituito un fondo denominato "potenziamento offerta dei servizi socioeducativi", la cui dotazione per l'anno 2015 è pari a 100 milioni di euro.

119-*ter*. Fatte salve le competenze delle regioni, delle province autonome di Trento e di Bolzano e degli enti locali, nelle more dell'attuazione dell'articolo 119 della Costituzione, il Ministro del lavoro e delle politiche sociali, di concerto con il Ministro dell'Interno promuove, ai sensi dell'articolo 8, comma 6, della legge 5 giugno 2003, n. 131, una intesa in sede di Conferenza unificata di cui all'articolo 8 del decreto legislativo 28 agosto 1997, n. 281, avente ad oggetto il riparto di una somma di 100 milioni di euro per l'anno 2015. Nell'intesa sono stabiliti, sulla base dei principi fondamentali contenuti nella legislazione statale, i livelli essenziali delle prestazioni e i criteri e le modalità sulla cui base le regioni attuano un piano straordinario di intervento per lo sviluppo del sistema territoriale dei servizi socio-educativi.

119-*quater*. nell'obiettivo comune della copertura territoriale del 33 per cento fissato dal Consiglio europeo di Lisbona del 23-24 marzo 2000 e di attenuare gli squilibri esistenti tra le diverse aree del Paese, il piano di cui al comma 119-*ter* è incentrato sulla ristrutturazione degli immobili comunali in disuso al fine di concederne in convenzione l'utilizzo a titolo gratuito agli operatori privati del settore che si impegnano:

a) a mantenere i costi per l'accesso dei bambini alle strutture nel rispetto della media delle rette applicate dai nidi pubblici e privati presenti nella zona territoriale;

b) ad assumere prioritariamente personale dalle liste dei lavoratori socialmente utili, aventi

profili e competenze coerenti con le mansioni richieste».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 125 sostituire le parole: «di 187,5 milioni»*, con le seguenti:* «di 87,5 milioni».

1.976

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 119, inserire i seguenti:

«119-*bis*. Per la realizzazione di un piano straordinario di intervento per la presa in carico dei genitori separati che a causa della loro condizione vivono in situazioni di disagio sociale è istituito un fondo denominato «misure di sostegno ai genitori separati», la cui dotazione per l'anno 2015 è pari a 100 milioni di euro.

119-*ter*. Fatte salve le competenze delle regioni, delle province autonome di Trento e di Bolzano e degli enti locali, nelle more dell'attuazione dell'articolo 119 della Costituzione, il Ministro dell'economia, di concerto con il Ministro del lavoro e delle politiche sociali, promuove, ai sensi dell'articolo 8, comma 6, della legge 5 giugno 2003, n. 131, una intesa in sede di Conferenza unificata di cui all'articolo 8 del decreto legislativo 28 agosto 1997, n. 281, avente ad oggetto il riparto di una somma di 100 milioni di euro per l'anno 2014, 2015, 2016. Nell'intesa sono stabiliti, sulla base dei princìpi fondamentali contenuti nella legislazione statale, i livelli essenziali delle prestazioni e i criteri e le modalità sulla cui base le regioni attuano un piano straordinario di intervento per lo sviluppo del sistema territoriale dei servizi sociali finalizzati alla presa in carico dei genitori separati che a causa della loro condizione vivono in situazioni di disagio sociale.

119-*quater*. Il piano straordinario di cui al comma 119-*ter* deve prevedere interventi finalizzati al sostegno economico, al sostegno abitativo, a facilitare l'accesso al credito per i genitori separati in condizioni di disagio sociale anche con misure mirate a potenziare su tutto il territorio nazionale la 'rete dei Centri di Assistenza e Centri Mediazione Familiari».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 125 sostituire le parole: «di187,5 milioni» *con le seguenti:* «di 87,5 milioni».

1.977

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 119, inserire i seguenti:

«119-*bis*. Per la realizzazione di un piano straordinario per interventi mirati alla presa in carico delle persone disabili e delle loro famiglie è istituito, presso il Ministero della salute, un fondo denominato "Dopo di noi", la cui dotazione per l'anno 2015 è pari a 100 milioni di euro.

119-*ter*. In via sperimentale per l'anno 2015, fatte salve le competenze delle regioni, delle province autonome di Trento e di Bolzano e degli enti locali, nelle more dell'attuazione dell'artico lo 119 della Costituzione, il Ministro del lavoro e delle politiche sociali promuove, ai sensi dell'articolo 8, comma 6, della legge 5 giugno 2003, n. 131, un'intesa in sede di Conferenza unificata di cui all'articolo 8 del decreto legislativo 28 agosto 1997, n. 281, e successive modificazioni, avente ad oggetto il riparto di una somma di 100 milioni di euro per l'anno 2015. Nell'intesa sono stabiliti, sulla base dei princìpi fondamentali contenuti nella legislazione statale, i livelli essenziali delle prestazioni e i criteri e le modalità sulla cui base le regioni attuano un piano straordinario di intervento per l'adozione di progetti individualizzati diretti a migliorare la qualità della vita e l'assistenza delle persone in condizione di gravità cui all'articolo 3, comma 3, della legge 5 febbraio 1992, n. 104, che restano prive di un adeguato sostegno familiare».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 125 sostituire le parole: «di 187,5 milioni»*, con le seguenti:* «di 87,5 milioni».

1.978

CENTINAIO, ARRIGONI, CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 119, inserire il seguente:

«119-*bis*. A valere sulle risorse di cui all'articolo 20 della legge 11 marzo 1988, n. 67, è autorizzata la spesa in conto capitale di 35 milioni di euro, per l'anno 2015, per le finalità di cui al comma 320 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2013, n. 147».

1.979

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 119, inserire il seguente:

«119-*bis*. All'articolo 188, comma 3 del decreto legislativo 30 aprile 1992, n. 285, aggiungere, in fine, le seguenti parole: "né all'obbligo del pagamento di una somma per il parcheggio o la sosta nei posteggi delimitati da segnaletica blu a pagamento"».

1.980

BATTISTA, ZELLER, PALERMO, PANIZZA, LANIECE, Fausto Guilherme LONGO, ROMANO

Precluso

Dopo il comma 119, inserire il seguente: «119-bis. Per favorire l'attività dell'Unione Italiana dei Ciechi e degli Ipovedenti di cui alla legge 3 agosto 1998, n. 282, alla legge 12 gennaio 996, n. 24 e alla legge 23 settembre 1993, n. 379, è stanziato per l'anno 2015 un contributo pari a 3 milioni di euro».

Conseguentemente al comma 119, sostituire le parole: «400 milioni»*, con le seguenti:* «403 milioni».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: - 3.000.000.

1.982

FRAVEZZI, BATTISTA, Fausto Guilherme LONGO, PALERMO, ZIN, PUPPATO, BIGNAMI

Precluso

Dopo il comma 119, inserire il seguente:

«119-*bis*. A decorrere dall'anno 2015 il contributo annuo concesso all'Unione italiana ciechi ai sensi dell'articolo 1 della legge 23 settembre 1993, n. 379, è incrementato di 2 milioni di euro».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 2.000.000;
2016: - 2.000.000;
2017: - 2.000.000.

1.983

FRAVEZZI, BATTISTA, Fausto Guilherme LONGO, PALERMO, ZIN, PUPPATO, BIGNAMI

Precluso

Dopo il comma 119, inserire il seguente:

«119-*bis*. A decorrere dall'anno 2015 il contributo compensativo di cui alla legge 12 gennaio 1996, n. 24, è incrementato di 2 milioni di euro».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 2.000.000;
2016: - 2.000.000;
2017: - 2.000.000.

1.989

TAVERNA, SIMEONI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Dopo il comma 119, inserire il seguente:

«119-*bis*. All'articolo 1, comma 229, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, sostituire le parole "cinque milioni di euro" con le seguenti: "quindici milioni di euro"».

Conseguentemente, alla Tabella A, Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 10.000.000;
2016: - 10.000.000;
2017: - 10.000.000.

1.990

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 119, aggiungere il seguente:

«119-*bis*. Al fine di incrementare le attività di assistenza e sostegno alle donne vittima di violenza e ai loro figli, di cui alli articolo 5, comma 2, lettera *d)*, del decreto-legge 14 agosto 2013, n. 93, convertito nella legge 15 ottobre 2013, n. 119, le risorse a favore dei servizi territoriali, dei centri antiviolenza e dei servizi di assistenza alle donne vittime di violenza, di cui all'articolo 5 e 5-*bis*, del suddetto decreto, sono incrementate a decorrere dall'anno 2015 di 20 milioni di euro».

Conseguentemente, al comma 121, sostituire le parole: «200 milioni» *con le seguenti:* «180 milioni».

1.991

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA

Precluso

Dopo il comma 119, aggiungere il seguente:

«119-*bis*. Il Fondo di cui all'articolo 6, comma 5, del decreto-legge 31 agosto 2013, n. 102, convertito dalla legge 28 ottobre 2013, n. 124, è incrementato di 40 milioni di euro per ciascun anno del triennio 2015-2017».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 75, Tabella A allegata, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti modifiche:

2015: - 40.000.000;
2016: - 40.000.000;
2017: - 40.000.000.

1.992

ZELLER, BERGER, LANIECE, BATTISTA, FRAVEZZI, PANIZZA, PAGANO

Precluso

Dopo il comma 119, inserire i seguenti:

«119-*bis*. Il comma 277 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2013, n. 147, è sostituito dal seguente: "277. Per ampliare il panorama dei servizi culturali per i non vedenti e gli ipovedenti dell'Italia meridionale, delle isole maggiori e dei Paesi del Mediterraneo, è erogato un contributo straordinario di 500 mila euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, da destinare al funzionamento del Polo tattile multimediale della Stamperia regionale Braille ONLUS di Catania. Nell'anno 2015, le somme eventualmente residue del contributo al Polo tattile per l'anno 2014 sono mantenute a bilancio per essere utilizzate al medesimo scopo".

119-*ter*. All'onere derivante dall'attuazione del comma 119-*bis*, pari a 500 mila euro .per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, si provvede mediante corrispondente riduzione della voce "Fondi da ripartire" del Ministero dell'economia e delle finanze, di cui all'elenco n. 3 allegato al comma 45 dell'articolo 2. Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307, così come incrementato, a decorrere dal 2015, dal comma 132 del presente articolo».

1.993

CENTINAIO, ARRIGONI, CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 119, inserire il seguente:

«119-*bis*. Per le finalità di cui al comma 320 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2013, n. 147,

è autorizzata la spesa in conto capitale di 35 milioni di euro, per l'anno 2015».

Conseguentemente, all'articolo 2, al comma 207, sostituire le parole: «di 110 milioni di euro annui»*, con le seguenti:* «di 75 milioni per l'anno 2015 e di 110 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2016».

1.994

PETRAGLIA, URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 119, aggiungere il seguente:

«119-*bis*. Al fine di consentire il finanziamento di almeno 1.000 contratti/borse di studio da destinare agli specializzandi non medici iscritti alle scuole di specializzazione di area sanitaria, sono stanziati 60 milioni di euro a decorrere dal 2015».

Conseguentemente, al comma 121, sostituire le parole: «200 milioni»*, con le seguenti:* «140 milioni».

1.997

MATTEOLI

Precluso

Dopo il comma 120, inserire il seguente:

«120-*bis*. Per assicurare gli obiettivi di miglioramento dei saldi di finanza pubblica di cui al comma 120, contemperando le finalità di valorizzazione degli ambiti demaniali marittimi e di rilancio delle capacità infrastrutture portuali e salvaguardando, al contempo, gli obiettivi di tutela ambientale e di promozione turistica delle comunità territoriali, con decreto interministeriale, adottato, entro 60 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, ai sensi del comma 3 dell'articolo 17 della legge 23 agosto 1988, n.400, il Ministero dell'economia e delle finanze, di concerto con i Ministeri della difesa e delle infrastrutture e dei trasporti, effettua una ricognizione dei beni e delle infrastrutture in uso alle amministrazioni dello Stato, in regime di consegna ai sensi dell'articolo 34 del Codice della navigazione, allo scopo di verificare il persistere dei presupposti della stessa ed ai fini dell'eventuale trasferimento agli Enti territoriali, anche mediante una revisione degli elenchi redatti ai sensi dell'articolo 5 del decreto legislativo 28 maggio 2010, n. 85».

1.1000

COTTI, SANTANGELO, MARTON, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Dopo il comma 120, aggiungere il seguente:

«120-*bis*. L'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 1, comma 253 della legge 27 dicembre 2013, n.147, finalizzata all'istituzione di un contingente di corpi civili di pace destinato alla formazione e alla sperimentazione della presenza di giovani volontari da impegnare in azioni di pace non governative nelle aree di conflitto o a rischio di conflitto o nelle aree di emergenza ambientale, è incrementata di 20 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 20 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016, 2017».

1.1003

BLUNDO, SERRA, MONTEVECCHI, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Sopprimere il comma 121.

1.1004

PETRAGLIA, DE PETRIS, URAS

Precluso

Sopprimere il comma 121.

1.1005

TOSATO, BISINELLA, COMAROLI, CENTINAIO

Precluso

Sostituire il comma 121, con il seguente:

«121. Al fine di assicurare la qualità e la continuità del servizio scolastico ed educativo offerto dalle scuole paritarie di cui alla legge 10 marzo 2000, n. 62, è autorizzata la spesa di 700 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017 per il finanziamento delle scuole paritarie di cui alla citata legge».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere in fine le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle, autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella c sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 520 milioni di euro a decorrere dal 2015.

Agli ulteriori oneri pari a 180 milioni di euro a decorrere dal 2015, si provvede mediante corrispondente riduzione dello stanziamento del Fondo rifugiati e richiedenti Asilo di cui all'articolo 17 comma 13 del presente decreto-legge. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio».

1.1006

PETRAGLIA, URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Precluso

Sostituire il comma 121 con il seguente:

«121. Per le finalità di cui all'articolo 2, comma 47, della legge 22 dicembre 2008 è autorizzata la spesa di 200 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015 per le seguenti finalità:

1) 100 milioni di euro a favore degli asili nidi e scuole materne comunali. Il Ministro dell'economia e delle finanze con proprio decreto sentita la Conferenza unificata di cui all'articolo 8 del decreto legislativo 28 agosto 1997, n. 281, ripartisce tali somme tra gli enti locali;

2) 100 milioni di euro a favore del Fondo per il Miglioramento dell'Offerta Formativa (MOF) a beneficio delle istituzioni scolastiche e degli alunni della scuola pubblica».

1.1007

PETRAGLIA, URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Precluso

Sostituire il comma 121, con il seguente:

«121. È autorizzata, a decorrere dall'anno 2015, la spesa di 80 milioni di euro da destinare alle scuole comunali per l'infanzia e di 120 milioni di euro per il miglioramento dell'offerta formativa delle scuole statali di ogni ordine e grado».

1.1008

SERRA, BLUNDO, MONTEVECCHI, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Sostituire il comma 121 con il seguente:

«Per le finalità di cui all'articolo 2, comma 47, della legge 22 dicembre 2008, n. 203, è autorizzata la spesa di 200 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015, destinata prioritariamente a misure educative e didattiche di supporto in materia di disturbi specifici di apprendimento, ai sensi dell'art. 5 della legge 8 ottobre 2010, n. 170».

1.1009

LEZZI, BULGARELLI, MANGILI

Precluso

Sostituire il comma 121, con il seguente:

«121. Al fine di incrementare gli investimenti nella formazione specialistica di area medica, garantendo a tutti gli aventi diritto l'accesso alle scuole di specializzazione, è autorizzata la spesa di 200 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015».

1.1010

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Sostituire il comma 121, con il seguente:

«121. Il Fondo nazionale di sostegno per l'accesso alle abitazioni in locazione, di cui alla legge 9 dicembre 1998, n. 431, in materia di locazioni e del rilascio degli immobili adibiti ad uso abitativo, è incrementato di 200 milioni per il 2015 e 200 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015-2016».

1.1011

BERTACCO, PICCOLI, AMIDEI

Precluso

Al comma 121, sostituire le parole: «200 milioni» con le seguenti: «400 milioni».

Conseguentemente, all'articolo 2, comma 49, apportare le seguenti modificazioni:

a) dopo la parola: «assicura», *sono aggiunte le seguenti:* «, a valere sulle spese di funzionamento relative ai dicasteri senza portafoglio»;

b) le parole: «13 milioni» *sono sostituite con le seguenti:* «213 milioni».

1.1012

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 121, sostituire le parole: «200 milioni», con le seguenti: «100 milioni».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, Tabella C allegata, Missione «Soccorso civile», *Programma* «Protezione civile», *voce:* Ministero dell'economia e delle finanze, legge 93/2013, «Fondo emergenze nazionali», *apportare le seguenti modifiche:*

2015:

CP: + 100.000.000;

CS: + 100.000.000;

2016:

CP: + 100.000.000;

CS: + 100.000.000;

2017:

CP: + 100.000.000;

CS: + 100.000.000.

1.1013

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 121, sostituire le parole: «la spesa di 200 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015», con le seguenti: «la spesa di 125 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015».

Conseguentemente, all'articolo 2 sopprimere il comma 63.

1.1014

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 121, sostituire le parole: «200 milioni», con le seguenti: «140 milioni».

Conseguentemente, al comma 127, sostituire le parole: «12,5 milioni»*, con le seguenti:* «70 milioni».

1.1017

BISINELLA, TOSATO, CENTINAIO

Precluso

Al comma 121, aggiungere in fine, il seguente periodo: «Tale spesa è destinata in via esclusiva al finanziamento delle scuole paritarie dell'infanzia».

1.1020

BUEMI, Fausto Guilherme LONGO, ZELLER, PANIZZA, PALERMO, LANIECE, BATTISTA, ZIN, FRAVEZZI

Precluso

Dopo il comma-121, inserire i seguenti:

«121-*bis*. All'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n. 183, dopo il comma 14-*ter*, inserire il seguente:

"14-*quater*. Per gli anni 2015 e 2016 nel saldo finanziario espresso in termini di competenza mista, individuato ai sensi del comma 3, rilevante ai fini della verifica del rispetto del patto di stabilità interno, non sono considerate le spese sostenute dalle province per interventi di. edilizia scolastica in caso di incompleto utilizzò delle risorse da parte dei comuni di cui al comma 14-*ter*, per l'anno 2015, l'eventuale somma residua viene assegnata alle province. Le province beneficiarie dell'esclusione dal patto di stabilità interno delle spese sostenute per interventi di edilizia scolastica e l'importo dell'esclusione stessa sono individuati, sentita la Conferenza Stato-Città ed autonomie locali, con decreto del Presidente del Consiglio dei Ministeri".

121-*ter*. Dall'attuazione della disposizione di cui al comma 121-*bis* non devono derivare nuovi o maggiori oneri a carico della finanza pubblica le amministrazioni interessate provvedono all'adempimento dei compiti ivi previsti con le risorse umane, finanziarie e strumentali disponibili a legislazione vigente.»

1.1021

BONFRISCO

Precluso

Dopo il comma 121, aggiungere il seguente:

«121-*bis*. Al fine di assicurare la qualità e la continuità del servizio scolastico ed educativo offerto dalle scuole paritarie di cui alla legge 10 marzo 2000, n. 62, è autorizzata la spesa di 228 milioni di euro a decorrere dal 2015 per il finanziamento delle scuole paritarie di cui alla citata legge».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 75, aggiungere, in fine, le seguenti parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C, sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 228 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016 e 2017».

1.1023

BISINELLA, TOSATO, CENTINAIO

Precluso

Al comma 121, aggiungere infine il seguente periodo: «A decorrere dal 2015, i contributi dello stato di previsione del Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca relativi alle scuole paritarie e assegnati per il tramite delle Regioni sono esclusi dal patto di stabilità interno».

Conseguentemente: all'articolo 3, comma 76, aggiungere in fine le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare di 200 milioni per l'anno 2015 e di 250 milioni per ciascuno degli anni 2016 e 2017».

1.1024

BISINELLA, TOSATO, COMAROLI, CENTINAIO

Precluso

Dopo il comma 121, aggiungere il seguente:

«121-*bis.* Al comma 1 dell'articolo 10 del decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, dopo la lettera *l-quater* aggiungere la seguente:

"l-quinquies) il cinquanta per cento delle spese sostenute dai genitori per l'iscrizione dei figli a carico presso le scuole paritarie del sistema integrato nazionale dell'istruzione pubblica».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le seguenti parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 200 milioni a decorrere dal 2015».

1.1025

BISINELLA, TOSATO, COMAROLI, CENTINAIO

Precluso

Dopo il comma 121, aggiungere il seguente:

«121-*bis*. Agli immobili di proprietà o in uso alle scuole paritarie del sistema nazionale di istruzione di cui alla legge 10 marzo 2000, n. 62, sede di asili nido, scuola per l'infanzia e scuola primaria che svolgono un servizio pubblico, si applicano le esenzioni previste per gli enti non commerciali dall'articolo 7, comma 1, lettera *i)* del decreto legislativo 30 dicembre 1992, n. 504, così come modificato dall'articolo 91-*bis* della legge 24 marzo 2012, n. 27, secondo quanto previsto dall'articolo 4, comma 3, del Regolamento del Ministero dell'economia e delle finanze del 19 novembre 2012.

5-*ter*. La disposizione opera nel limite massimo di 50 milioni di euro per il 2015 e 100 milioni di euro a decorrere dal 2016.».

Conseguentemente: all'articolo 3, comma 76, aggiungere in fine le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare di 50 milioni per l'anno 2015 e 100 milioni per ciascuno degli anni 2016 e 2017.».

1.1026

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 121, inserire il seguente:

«121-*bis*. All'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n. 183, dopo il comma 14-ter, inserire il seguente:

"14-*quater*. Per gli anni 2015 e 2016 nel saldo finanziario espresso in termini di competenza mista, individuato ai sensi del comma 3, rilevante ai fini della verifica del rispetto del patto di stabilità interno, non sono còonsiderate le spese sostenute dalle province per interventi di edilizia scolastica. In caso di incompleto utilizzo delle risorse da parte dei comuni di cui al comma 14-*ter*, per l'anno 2015, l'eventuale somma residua viene assegnata alle province. Le province beneficiarie dell'esclusione dal patto di stabilità interno delle spese sostenute per interventi di edilizia scolastica e l'importo dell'esclusione stessa sono individuati, sentita la Conferenza Stato-Città ed autonomie locali, con decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri"».

1.1027

LIUZZI

Precluso

Dopo il comma 121 aggiungere il seguente:

«121-*bis*. All'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n. 183, dopo il comma 14-*ter*, inserire il seguente:

"14-*quater*. Per gli anni 2015 e 2016 nel saldo finanziario espresso in termini di competenza mista, individuato ai sensi del comma 3, rilevante ai fini della verifica del rispetto del patto di stabilità interno, non sono considerate le spese sostenute dalle province per interventi di edilizia scolastica. In caso di incompleto utilizzo delle risorse da parte dei comuni di cui al comma 14-*ter*, per l'anno 2015, l'eventuale somma residua viene assegnata alle province. Le province beneficiarie dell'esclusione dal patto di stabilità interno delle spese sostenute per interventi di edilizia scolastica e l'importo dell'esclusione stessa sono individuati, sentita la Conferenza Stato-Città ed autonomie locali, con decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri"».

1.1028

ARRIGONI, COMAROLI, BISINELLA, DIVINA, TOSATO

Precluso

All'articolo 1, dopo il comma 121 inserire il seguente:

«121-*bis*. All'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n. 183, dopo il comma 14-*ter* inserire il seguente:

"14-*quater*. Per gli anni 2015 e 2016 nel saldo finanziario espresso in termini di competenza

mista, individuato ai sensi del comma 3, rilevante ai fini della verifica del rispetto del patto di stabilità interno, non sono considerate le spese sostenute dalle province per interventi di edilizia scolastica. In caso di incompleto utilizzo delle risorse da parte dei comuni di cui al comma 14-*ter*, per l'anno 2015, l'eventuale somma residua viene assegnata alle province. Le province beneficiarie dell'esclusione dal patto di stabilità interno delle spese sostenute per interventi di edilizia scolastica e l'importo dell'esclusione stessa sono individuati, sentita la Conferenza Stato-Città ed autonomie locali, con decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri"».

1.1030

BOCCHINO, MUSSINI, BENCINI, CAMPANELLA, MASTRANGELI

Precluso

Apportare le seguenti modifiche:

a) sostituire il comma 122 con il seguente:

«122. Il Fondo per il finanziamento ordinario delle università, di cui all'articolo 5, comma 1, lettera *a)*, della legge 24 dicembre 1993, n. 537, è incrementato di 150 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015 ed è finalizzato al piano assunzionale di cui all'art. 2, comma 97, del presente disegno di legge».

b) sostituire l'articolo 2, comma 97, con il seguente:

«97. Al fine di favorire il reclutamento di ricercatori, all'articolo 66, comma 13-*bis*, del decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 agosto 2008, n. 133, e successive modificazioni, dopo il secondo periodo è inserito il seguente: "A decorrere dall'anno 2015, le università possono procedere, in aggiunta alle facoltà di cui al secondo periodo del presente comma, all'assunzione di ricercatori di cui all'articolo 24, comma 3, lettere *a)* e *b)*, della legge 30 dicembre 2010, n. 240, anche utilizzando le cessazioni avvenute nell'anno precedente riferite ai ricercatori di cui al citato articolo 24, comma 3, lettera *a)*, già assunti a valere sulle facoltà assunzionali previste dal presente comma».

1.1031

BLUNDO, MONTEVECCHI, SERRA, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Sostituire il comma 122 con il seguente:

«122. Il Fondo per il finanziamento ordinario delle Università, di cui all'articolo 5, comma 1, lettera *a)*, della legge 24 dicembre 1993, n. 537, è incrementato di 150 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015 al fine di:

a) incrementare la quota premiale di cui all'articolo 2, comma 1, del decreto-legge 10 novembre 2008, n. 180, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 gennaio 2009, n. 1, e successive modificazioni, per l'anno 2015 di una somma pari 100 milioni di euro;

b) a partire dall'anno accademico 2015/2016 esonerare dal pagamento della tassa di iscrizione e della contribuzione studentesca alle università. Con decreto del Ministro dell'Istruzione, dell'Università e della ricerca, previa intesa in sede di Conferenza Unificata, di cui all'articolo 8 del decreto legislativo 8 agosto 1997, n. 281, sono definiti i criteri di riparto delle risorse».

1.1032

BOCCHINO, MUSSINI, BENCINI, CAMPANELLA, MASTRANGELI, DE PIN

Precluso

Sostituire il comma 122 con il seguente:

«122. Il Fondo per il finanziamento ordinario delle università, di cui all'articolo 5, comma 1, lettera *a)*, della legge 24 dicembre 1993, n. 537, è incrementato di 150 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015».

1.1033

PETRAGLIA, URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Precluso

Al comma 122, sopprimere le parole da: «Al fine» fino a: «per l'anno 2015».

1.1034

PETRAGLIA, DE PETRIS, URAS

Precluso

Al comma 122 sopprimere il seguente periodo: «Al fine di incrementare la quota premiale di cui all'articolo 2, comma 1, del decreto-legge 10 novembre 2008, n. 180, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 gennaio 2009, n. 1, e successive modificazioni, per l'anno 2015,».

1.7503

BOCCHINO

Precluso

Apportare le seguenti modifiche:

a) al comma 122, dopo le parole: «a decorrere dall'anno 2015», *inserire il seguente periodo:* «L'incremento è prioritariamente finalizzato ad un piano assunzionale di ricercatori che si avvalga delle disposizioni di cui all'articolo 2, comma 97, del presente disegno di legge»;

b) all'articolo 2, comma 97, sopprimere le seguenti parole: «che rispettano la condizione di cui all'articolo 7, comma 1, lettera *c),* del decreto legislativo 29 marzo 2012, n. 49, e successive norme di attuazione del comma 6 del medesimo articolo 7».

1.1035

D'AMBROSIO LETTIERI

Precluso

Al comma 122 dopo il primo periodo aggiungere il seguente: «A valere su quota parte delle risorse di cui al primo periodo del presente comma, con decreto del Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca, da emanare entro il 31 gennaio di ciascun anno, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, è approvato un piano straordinario per la chiamata di professori di prima fascia per ciascuno degli anni 2015-2017».

1.1036

CIOFFI, SCIBONA, CIAMPOLILLO, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Dopo il comma 122, inserire i seguenti:

«122-*bis*. Al fine di garantire la copertura della domanda nazionale di energia elettrica con i necessari margini di riserva, anche in relazione allo sviluppo attuale e futuro degli impianti alimentati da fonti rinnovabili non programmabili, il Ministro dello sviluppo economico definisce, entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, su proposta dell'Autorità per l'energia elettrica e il gas e sentito il Ministro dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, condizioni e modalità per la definizione di un sistema di remunerazione di capacità produttiva per i sistemi di stoccaggio non elettrochimici in grado di fornire gli adeguati servizi di flessibilità, senza incidere sui prezzi e sulle tariffe dell'energia elettrica per i clienti finali, in coordinamento con le misure previste dal decreto legislativo 19 dicembre 2003, n. 379.

122-*ter*. Entro trenta giorni dalla data di entrata in funzione del sistema di cui al comma 122-*bis*, il Ministro dello sviluppo economico, sentita l'Autorità per l'energia elettrica e il gas, provvede con propri decreti a ridurre l'entità e la durata dei sostegni alle unità di produzione ammesse al sistema di remunerazione di cui all'articolo 5 del decreto legislativo 19 dicembre 2003, n. 379, operative alla data di entrata in vigore della presente legge, allo scopo di ridurre gli oneri che gravano sui prezzi dell'energia elettrica e eliminare vantaggi economici che non risultino specificamente motivati e coerenti con gli orientamenti comunitari».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le seguenti parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 50 milioni per l'anno 2015, 30 milioni per ciascuno degli anni 2016 e 2017.

1.1043

BOCCHINO, CAMPANELLA, MASTRANGELI, DE PIN

Precluso

Sostituire il comma 123 con il seguente:

«123. Per la partecipazione italiana ai programmi dell'Agenzia spaziale europea e per i programmi spaziali nazionali di rilevanza strategica è autorizzata la spesa di 35 milioni di euro per l'anno 2015, la spesa di 95 milioni di euro per l'anno 2016 e di 152,5 milioni di euro per ciascuno degli anni dal 2017 al 2020».

1.1048

BIGNAMI, PEPE, Maurizio ROMANI, MUSSINI

Precluso

Dopo il comma 123 è inserito il seguente:

«123-*bis*. Il Ministero della Difesa non può sottoporre a dismissione gli immobili in cui risiedono disabili e/o anziani, senza che sia loro assegnata un'abitazione alternativa».

1.1050

COTTI, SANTANGELO, MARTON, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Al comma 124, sostituire le parole: «850 milioni di euro» con le seguenti: «250 milioni di euro».

1.1051

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 124, sostituire le parole: «850 milioni» con le seguenti: «350 milioni».

Conseguentemente al medesimo comma dopo le parole: «alle missioni internazionali di pace» *aggiungere le seguenti:* «con esclusione delle missioni a direzione NATO, quali "Jom Enterprise", "Multinational Specialized Unit (MSU)", "Active Endeavour", "ISAF Afghanistan" e "Ocean Shield,"».

1.1052

TOSATO, COMAROLI

Precluso

Al comma 124, sostituire le parole: «850 milioni» con le seguenti: «600 milioni».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 119, sostituire le parole: «400 milioni» *con le seguenti:* «650 milioni».

1.1053

TOSATO, COMAROLI

Precluso

Al comma 124, sostituire le parole: «di 850 milioni per ciascuno degli anni 2015 e 2016» con le seguenti: «di 700 per ciascuno degli anni 2015 e 2016».

Conseguentemente all'articolo 1, comma 119, sostituire le parole: «400 milioni» *con le seguenti:* «550 milioni» *e sostituire le parole:* «250 milioni» *con le seguenti:* «400 milioni».

1.1054

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 124, sostituire la parola: «850», con la seguente: «810».

Conseguentemente, dopo il comma 133 inserire il seguente:

«133-*bis*. È istituito presso il Ministero delle politiche agricole, alimentari e forestali, un Fondo per interventi a favore del rafforzamento del sistema agricolo e dell'innovazione in agricoltura, nonché per favorire la presenza dei giovani nel settore agricolo. Le risorse a disposizione di tale Fondo sono pari a 40 milioni annui per il triennio 2015-2017. Il Ministro delle politiche agricole, alimentari e forestali con decreto di natura non regolamentare, previo parere delle Commissioni parlamentari competenti, entro novanta giorni dall'entrata in vigore della presente legge, provvede a ripartire tali risorse tra le finalità di cui al presente comma».

1.1056

BISINELLA, TOSATO, COMAROLI

Precluso

Sopprimere il comma 125.

Conseguentemente, all'elenco n. 2 di cui all'articolo 2, comma 45, le riduzioni delle dotazioni del Ministero dell'interno sono così sostituite:

Ministero dell'interno	2015		2016		2017	
	Riduzioni	di cui predeterminate per legge	Riduzioni	di cui predeterminate per legge	Riduzioni	di cui predeterminate per legge
3 Ordine pubblico e sicurezza	0	0	0	0	0	0
3.1 Contrasto al crimine, tutela dell'ordine e della sicurezza pubblica	0	0	0	0	0	0
3.2 Servizio permanente dell'Arma dei carabinieri per la tutela dell'ordine e la sicurezza pubblica	0	0	0	0	0	0
3.3 Pianificazione e coordinamento Forze di polizia	0	0	0	0	0	0

1.1057

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Sostituire il comma 125 con il seguente:

«125. Al fine di assicurare l'adeguamento del Sistema di protezione per richiedenti asilo e rifugiati agli adempimenti comunitari di cui alla Direttiva 2008/115/CE il Fondo nazionale per le politiche ed i servizi dell'asilo di cui all'articolo 1-*septies* del decreto-Iegge 30 dicembre 1989, n. 416, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 febbraio 1990, n. 39, è incrementato di 187,5 milioni di euro annui per l'anno 2015 da ripartirsi in misura percentuale con il Fondo nazionale di cui all'articolo 14-*bis*, del decreto legislativo 25 luglio 1998, n. 286. La quota percentuale destinata al Fondo nazionale per le politiche ed i servizi dell'asilo sarà stabilita sulla base del numero dei riconoscimenti di *status* di rifugiato, mentre la restante parte verrà destinata al Fondo nazionale di cui all'articolo 14-*bis*, del decreto legislativo 25 luglio 1998, n. 286».

1.1058

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Sostituire il comma 125 con il seguente:

«125. Al fine di assicurare l'adeguamento del Sistema di protezione per richiedenti asilo e rifugiati il Fondo nazionale per le politiche ed i servizi dell'asilo di cui all'articolo 1-*septies* del decreto-legge 30 dicembre 1989, n. 416, convertito, con modlficazioni, dalla legge 28 febbraio 1990, n. 39, è incrementato di 187,5 milioni di euro annui per l'anno 2015 mediante l'istituzione di un'imposta di bollo sui trasferimenti di denaro all'estero effettuati attraverso gli istituti bancari, le agenzie "money transfer" o altri agenti in attività finanziaria pari al 12 per cento sul denaro trasferito da persone fisiche non munite di matricola Inps e codice fiscale».

1.1059

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Sostituire il comma 125 con il seguente:

«125. Al fine di assicurare l'adeguamento del Sistema di protezione per richiedenti asilo e rifugiati agli adempimenti comunitari di cui alla Direttiva 2008/115/CE il Fondo nazionale per le politiche ed i servizi dell'asilo di cui all'articolo 1-*septies* del decreto-legge 30 dicembre 1989, n. 416, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 febbraio 1990, n. 39, è incrementato di 187,5 milioni di euro annui per l'anno 2015. A tale somma dovrà essere detratta una percentuale pari ai dinieghi di *status* di rifugiato registrati nell'anno precedente che verrà destinata al Fondo nazionale di cui all'articolo 14-*bis*, del decreto legislativo 25 luglio 1998, n. 286».

1.1060

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Sostituire il comma 125 con il seguente:

«125. Al fine di assicurare l'adeguamento del Sistema di protezione per richiedenti asilo e rifugiati agli adempimenti comunitari di cui alla Direttiva 2008/115/CE il Fondo nazionale per le politiche ed i servizi dell'asilo di cui all'articolo 1-*septies* del decreto-legge 30 dicembre 1989, n. 416, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 febbraio 1990, n. 39, è incrementato di 187,5 milioni di euro annui per l'anno 2015. Una quota dello stesso verrà destinata al Fondo nazionale di cui all'articolo 14-*bis*, del decreto legislativo 25 luglio 1998, n. 286, nella stessa misura percentuale dei dinieghi di riconoscimento dello *status* di rifugiato registrati nell'anno precedente».

1.1061

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Sostituire il comma 125 con il seguente:

«125. Al fine di assicurare l'adeguamento del Sistema di protezione per richiedenti asilo e rifugiati alle esigenze di ordine pubblico e sanitarie conseguenti il Fondo nazionale per le politiche ed i servizi dell'asilo di cui all'articolo 1-*septies* del decreto-legge 30 dicembre 1989, n. 416, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 febbraio 1990, n. 39, è incrementato di 187,5 milioni di euro annui

per l'anno 2015. Una quota pari al 30 per cento dello stesso verrà destinata ad implementare e assicurare i servizi di accertamento sanitario, in via preventiva, allo scopo di verificare le condizioni sanitarie ed escludere l'esistenza di patologie trasmissibili sul territorio nazionale».

1.1062

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Sostituire il comma 125 con il seguente:

«125. Al fine di assicurare l'adeguamento del Sistema di protezione pr richiedenti asilo e rifugiati alle esigenze di ordine pubblico e sanitarie conseguenti il Fondo nazionale per le politiche ed i servizi dell'asilo di cui all'articolo 1-*septies* del decreto-Iegge 30 dicembre 1989, n. 416, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 febbraio 1990, n. 39, è incrementato di 187,5 milioni di euro annui per l'anno 2015. Una quota pari al 30 per cento dello stesso verrà destinata al Fondo per le indennità delle forze dell'ordine e misure preventive di controllo sanitario».

1.1063

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Il comma 125 è sostituito dal seguente:

«13. Al fine di assicurare l'adeguamento del Sistema di protezione per richiedenti asilo e rifugiati alle esigenze di ordine pubblico e sanitarie conseguenti il Fondo nazionale per le politiche ed i servizi dell'asilo di cui all'articolo 1-*septies* del decreto-legge 30 dicembre 1989, n. 416, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 febbraio 1990, n. 39, è incrementato di 187,5 milioni di euro annui per l'anno 2015. Una quota pari al 30% dello stesso verrà destinata al Fondo per le indennità delle forze dell'ordine».

1.1064

TOSATO, COMAROLI, BISINELLA

Precluso

Al comma 125 sostituire le parole: «187,5 milioni» con le seguenti: «107,5 milioni».

Conseguentemente, sopprimere il comma 33 dell'articolo 3.

1.1065

COMAROLI, MUNERATO, TOSATO

Precluso

Al comma 125 sostituire le parole: «187,5 milioni» con le seguenti: «107,5 milioni».

Conseguentemente, alla Tabella C, Missione: Comunicazioni, *Programma:* Sostegno all'editoria, *voce:* Ministero dell'Economia e delle Finanze, legge n. 67 del 1987: Rinnovo della legge 5 agosto 1981, n. 416, recante , disciplina delle imprese editrici e provvidenze per l'editoria (11.2 - capp. 2183, 7442), *apportare le seguenti variazioni:*

2015:

CP: + 80.000.000;

CS: + 80.000.000.

2016:

CP: + 80.000.000;

CS: + 80.000.000.

2017:

CP: + 80.000.000;

CS: + 80.000.000.

1.1066

COMAROLI, MUNERATO, TOSATO

Precluso

Al comma 125 sostituire le parole: «187,5 milioni» con le seguenti: «137,5 milioni».

Conseguentemente, alla Tabella C, Missione: Comunicazioni, *Programma: Sostegno all'editoria,*

voce: Ministero dell'Economia e delle Finanze, Legge n. 67 del 1987: Rinnovo della legge 5 agosto 1981, n. 416, recante disciplina delle imprese editrici e provvidenze per l'editoria (11.2 - capp. 2183, 7442), *apportare le seguenti variazioni:*

2015:

CP: + 50.000.000;

CS: + 50.000.000.

2016:

CP: + 50.000.000;

CS: + 50.000.000.

2017:

CP: + 50.000.000;

CS: + 50.000.000.

1.1067

CROSIO, ARRIGONI, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Al comma 125, sostituire le parole: «187,5 milioni» con le seguenti: «62,5 milioni».

Conseguentemente, all'art. 2, al comma 108, aggiungere, infine i seguenti periodi: «A decorrere dal 1º gennaio 2015, la misura del canone annuo do cui all'articolo 10, comma 3, della legge 24 dicembre 1993, n. 537, è fissata nell'1,9 per cento dei proventi netti dei pedaggi di competenza dei concessionari. Con delibera del CIPE sono aggiornati i criteri per il calcolo dei pedaggi per la rete autostradale, allo scopo di conseguire una riduzione dell'ammontare dei proventi netti. dei pedaggi di competenza di ciascun concessionario pari allo 0,5 per cento».

1.1069

ARRIGONI, CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Al comma 125, sostituire le parole: «187,5 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015» con le seguenti: «87,5 milioni di euro per l'anno 2015 e 187,5 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2016».

Conseguentemente, all'art. 2, dopo il comma 210 inserire il seguente:

«210-*bis*. Al fine di assicurare il completamento degli interventi necessari per la bonifica dall'amianto del territorio comunale di Casale Monferrato è autorizzata la spesa di 100 milioni di euro per l'anno 2015 da assegnare al comune di Casale Monferrato».

1.1070

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Al comma 125 dopo le parole: «a decorrere dall'anno 2015» sono aggiunte le seguenti: «di cui 100 milioni di euro sono destinati al Fondo Nazionale di cui all'articolo 14-bis, del decreto legislativo 25 luglio 1988, n.286».

1.1071

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Al comma 125 dopo le parole: «a decorrere dall'anno 2015» sono aggiunte le seguenti: «dei quali 87,5 milioni sono destinati al Fondo Nazionale di cui all'articolo 14-bis, del decreto legislativo 25 luglio 1998, n. 286,50 milioni alla prevenzione dei rischi sanitari provenienti da paesi extra-UE o legati al fenomeno migratorio e 40 milioni ad indennità aggiuntive per il personale delle forze dell'ordine».

1.1072

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Al comma 125 dopo le parole: «a decorrere dall'anno 2015» è aggiunto il seguente periodo: «Non potranno accedere alle struttura di accoglienza persone prive di regolare documento di identità e di

regolare certificato medico rilasciato dalla competente Unità Locale Socio Sanitaria attestante le condizioni sanitarie e l'idoneità a soggiornare».

1.1073

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Al comma 125 dopo le parole: «a decorrere dall'anno 2015» è aggiunto il seguente periodo: «Non potranno accedere alle struttura di accoglienza persone prive di regolare certificato medico rilasciato dalla competente Unità Locale Socio Sanitaria attestante le condizioni sanitarie e l'idoneità a soggiornare».

1.1075

BONFRISCO, BRUNI, PERRONE, LIUZZI, ZIZZA, IURLARO, FALANGA, Eva LONGO, D'ANNA, ARACRI, PAGNONCELLI, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Dopo il comma 128 sono inseriti i seguenti:

«128-*bis*. La quota di risorse prevista all'articolo 28, comma 3, del decreto legislativo n. 226 del 2005 a valere sull'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 7, comma 6, della legge 28 marzo 2003, n.53, destinata all'assolvimento del diritto dovere all'Istruzione e formazione nel percorsi di istruzione e formazione professionale, anche ai fini dell'adempimento dell'obbligo di istruzione, è determinata in 50 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con proprio decreto, le occorrenti variazioni di bilancio.

128-*ter*. I pagamenti relativi all'attuazione dei percorsi di cui al comma 1, sostenuti da contributi erogati a tal fine dallo Stato alle regioni, sono esclusi, nei limiti dei relativi importi, dai limiti del patto di stabilità interno delle regioni».

Conseguentemente, all'articolo 3, dopo il comma 74 inserire il seguente:

74-*bis*. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze i regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale di cui all'allegato A della nota integrativa al bilancio di previsione relativa alla Tabella 1 dello Stato di previsione delle entrate prevista ai sensi dell'articolo 21, comma 11, lettera *a)*, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, che appaiono, in, tutto o in parte, ingiustificati o superati alla luce delle mutate esigenze sociali o economiche ovvero che costituiscono una duplicazione, sono modificati, soppressi o ridotti, a decorrere dall'anno 2015, al fine di assicurare maggiori entrate pari a 50 milioni di euro. Nei casi in cui la disposizione del primo periodo del presente comma non sia suscettibile di diretta e immediata applicazione, con uno o più decreti del Ministro dell'economia e delle finanze sono stabilite le modalità tecniche per l'attuazione del presente comma con riferimento ai singoli regimi interessati.

1.1080

BIGNAMI, PEPE, Maurizio ROMANI, MUSSINI

Precluso

Dopo il comma 128, aggiungere il seguente:

«128-*bis*. La gestione delle risorse previste ai commi da1125 al 128, del presente articolo, è sottoposta a controlli da parte del ministero dell'interno, secondo criteri definiti con apposito decreto del ministero dell'interno».

1.1084

CRIMI, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Sopprimere il comma 129.

1.1085

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 129, inserire il seguente:

«129-*bis*. L'autorizzazione di spesa di cui alla legge 25 febbraio 1987, n. 67, come determinata

dalla Tabella C allegata alla presente legge, è incrementata di 80 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C, ad eccezione di quelle relative al Ministero del lavoro e delle politiche sociali, al Ministero della salute, al Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca e al Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo, sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 80 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

1.1086

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 129, inserire il seguente:

«129-*bis*. L'autorizzazione di spesa di cui alla legge 25 febbraio 1987, n. 67, come determinata dalla Tabella C allegata alla presente legge, è incrementata di 50 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C, ad eccezione di quelle relative al Ministero del lavoro e delle politiche sociali, al Ministero della salute, al Ministero, dell'istruzione, dell'università e della ricerca e al Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo, sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 50 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

1.1087

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 129, aggiungere il seguente:

«129-*bis*. Al fine di assicurare la necessaria continuità per gli anni 2015, 2016 e 2017 degli interventi a sostegno dell'editoria di cui alla legge 7 agosto 1990, n. 250, e successive modificazioni, è autorizzata la spesa di 50 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

Conseguentemente, al comma 125, sostituire la cifra: «187,5»*, con la seguente:* «137,5».

1.1089

COMAROLI, CROSIO, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 129, aggiungere il seguente:

«129-*bis*. Al comma 4 dell'articolo 3-*quinquies* del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16, convertito con modificazioni in legge 26 aprile 2012, n. 44, è aggiunto, in fine, il seguente periodo: "A decorrere dall'anno 2015 i contributi annuali per l'utilizzo delle frequenze televisive nazionali non possono essere inferiori al 2 per cento del fatturato per emittente televisiva, pubblica o privata, in ambito nazionale"».

1.1090

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 129, inserire il seguente:

«129-*bis*. Al decreto-legge 18 maggio 2012, n. 63, all'articolo 5, dopo il comma 2, inserire il seguente:

"1-*bis*. Una quota del venti per cento della spesa pubblica destinata alla comunicazione istituzionale da parte di tutte le amministrazioni centrali e periferiche dello Stato deve essere destinata alle imprese editrici in possesso dei requisiti per accedere ai benefici di cui all'articolo 2 del presente decreto-legge. Al fine di garantire una efficiente gestione della pianificazione da parte delle medesime amministrazioni, l'accesso alla pianificazione è consentito esclusivamente ai consorzi costituiti da almeno venti imprese in possesso dei requisiti di cui sopra di cui almeno dieci società editrici di

quotidiani"».

1.1092

LIUZZI

Precluso

Dopo il comma 129, aggiungere il seguente:

«129-*bis*. Al fine di poter continuare ad assicurare la produzione di testi scolastici in versione cartacea e digitale in favore degli alunni ciechi e minorati della vista frequentanti le scuole di ogni ordine e grado il contributo statale in favore della Biblioteca Italiana dei Ciechi "regina Margherita" di cui alla legge 18 maggio 2011, n. 76, aumentato per l'anno, 2015 di 1 milione di euro e per gli anni 2016 e 2017 di 2,5 milioni di euro».

Conseguentemente alla tabella C Stanziamenti autorizzati in relazione a disposizioni di legge la cui quantificazione annua è demandata alla legge di stabilità, alla voce Ministero dei Beni e delle Attività Culturali e del Turismo - -legge n. 549 del 1995 articolo 1 comma 43 Contributi ad enti, Istituzioni associazioni, fondazioni ed altri organismi apportare le seguenti variazioni:

aggiungere «capitolo 3631» *ed agli stanziamenti previsti aggiungere:*

2015: + 1.000.000;
2016: + 2.500.000;
2017: + 2.500.000.

Conseguentemente alla tabella A voce Ministero delle Finanze *apportate le seguenti variazioni:*

2015: - 1.000.000;
2016: - 2.500.000;
2017: - 2.500.000.

1.1094

DI BIAGIO

Precluso

Dopo il comma 129 aggiungere il seguente:

«129-*bis*. Al fine di favorire il completamento di programmi realizzativi nelle aree colpite da eventi calamitosi, il termine previsto dall'articolo 1, comma 154, della legge 27 dicembre 2013, n. 147 è prorogato al 30 settembre 2015. Agli impianti ricadenti nell'ambito di applicazione di tale norma sono assegnate le tariffe relative al periodo in cui sarebbero dovuti originariamente entrare in esercizio ai sensi del decreto ministro dello sviluppo economico 5 luglio 2012».

1.1097

BARANI

Precluso

Dopo il comma 129, inserire i seguenti:

«129-*bis*. Al fine di favorire e realizzare interventi di razionalizzazione della spesa pubblica i compiti e le attribuzioni del commissario di cui all'articolo 19, comma 5 del decreto-legge 8 febbraio 1995, n. 32, convertito nella legge 7 aprile 1995 n. 104 sono esercitate direttamente dal Ministro delle politiche agricole alimentari e forestali. Dal presente comma non derivano nuovi o maggiori oneri a carico della finanza pubblica.

129-*ter*. L'articolo 19 comma 5 del decreto-legge 8 febbraio 1995, n. 32 è soppresso».

1.1100

BARANI

Precluso

Dopo il comma 129, inserire il seguente:

«129-*bis*. Al fine di assicurare l'approvvigionamento idrico in Puglia, Basilicata, parte dell'rpinia e della Calabria, per uso irriguo, potabile ed industriale, mediante l'erogazione idrica all'AQP, all'AQL, ai Consorzi di Bonifica di Puglia e Basilicata, nonchè all'ILVA di Taranto e, considerata anche, la particolare rilevanza di protezione civile che riveste per la gestione di dighe e di grandi adduttori interregionali, ovvero per consentire la continuità dell'esecuzione dei lavori e la realizzazione delle

opere strategiche in corso, all'articolo 1, comma 72 della legge n. 228 del 24 dicembre 2012 le parole: "30 settembre 2014" sono sostituite dalle parole: "30 dicembre 2016"».

1.1102

BARANI

Precluso

Dopo il comma 129, inserire il seguente:

«129-*bis*. All'articolo 1, comma 72 della legge n. 228 del 24 dicembre 2012 le parole "30 settembre 2014" sono sostituite dalle parole "30 dicembre 2016"; entro tale data al fine di completare il risanamento, attesi i risultati positivi di bilancio in ordine ai crediti maturati, l'attuale commissario individua e propone, all'Organo Vigilante, il nuovo modello di soggetto giuridico, secondo la modifica del Titolo V della Costituzione, che dovrà essere valutato nel quadro dei rapporti Stato Regioni, per il trasferimento delle funzioni dell'ex EIPLI».

1.1104

BARANI

Precluso

Dopo il comma 129, inserire il seguente:

«129-*bis:* All'articolo 21, comma 11, secondo periodo, del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, e successive modificazioni, le parole "30 settembre 2014" sono sostituite dalle parole "30 dicembre 2016"».

1.1105

BAROZZINO, DE PETRIS, URAS

Precluso

Dopo il comma 129, aggiungere il seguente:

«129-*bis*. Al decreto legislativo 12 maggio 1995, n. 201, all'articolo15, comma 1, lettera a), *aggiungere la seguente:*

"*a-bis*) per gli appartenenti ai ruoli del Corpo forestale dello Stato, di cui alla lettera *a)*, la durata del corso di formazione e specializzazione è di sei mesi;"».

1.7504

BARANI, MANDELLI

Precluso

Dopo il comma 129, inserire il seguente:

«129-*bis*. All'articolo 3, comma 1, del decreto-legge 12 maggio 2014, n. 73, convertito, con modificazioni, dalla legge 2 luglio 2014, n. 97, la parola: "2014" è sostituita con la parola: "2015"».

1.7505

BARANI, MANDELLI

Precluso

Dopo il comma 129, inserire il seguente:

«129-*bis*.. Al primo periodo dell'articolo 1, comma 1, del decreto-legge 14 gennaio 2013, n. 1, convertito, con modificazioni, dalla legge 1º febbraio 2013, n. 11, e successive modificazioni, le parole: «31 dicembre 2014», sono sostituite dalle seguenti: «31 dicembre 2015».

1.7506

BARANI, MANDELLI

Precluso

Dopo il comma 129, inserire il seguente:

«129-*bis*. Al primo periodo dell'articolo 1, comma 1, del decreto-legge 14 gennaio 2013, n. 1, convertito, con modificazioni, dalla legge 1º febbraio 2013, n. 11, e successive modificazioni, le parole: «31 dicembre 2014» sono sostituite dalle seguenti: «30 giugno 2015».

1.1106

SIMEONI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Al comma 130, nel primo periodo dopo la parola «erogati» aggiungere le seguenti «o da erogare».

Conseguentemente, alla Tabella A, Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 10.000.000;
2016: - 10.000.000;
2017: - 10.000.000.

1.1109

URAS, DE PETRIS

Precluso

Dopo il comma 130, inserire il seguente:

«130-*bis*. L'autorizzazione di spesa di cui alla legge 25 febbraio 1987, n. 67, come determinata dalla Tabella C allegata alla presente legge, è incrementata di 80 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

Conseguentemente al comma 76 dell'articolo 3, aggiungere in fine: «Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C, ad eccezione di quelle relative al Ministero del lavoro e delle politiche sociali, al Ministero della salute e al Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca, e al Ministero dei beni le attività culturali e del turismo, sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 80 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

1.1111

URAS, DE PETRIS

Precluso

Dopo il comma 130, inserire il seguente:

«130-*bis*. L'autorizzazione di spesa di cui alla legge 25 febbraio 1987, n. 67, come determinata dalla Tabella C allegata alla presente legge, è incrementata di 70 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017.

Conseguentemente all'articolo 3, comma 75, Tabella A allegata, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti modifiche:*

2015
- CP: - 70.000.000;
CS: - 70.000.000.

2016
- CP: - 70.000.000;
CS: - 70.000.000.

2017
- CP: - 70.000.000;
CS: - 70.000.000.

1.1112

URAS, DE PETRIS

Precluso

Dopo il comma 130, inserire il seguente:

«130-*bis*. L'autorizzazione di spesa di cui alla legge 25 febbraio 1987, n. 67, come determinata dalla Tabella C allegata alla presente legge, è incrementata di 60 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017.

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 75, Tabella A allegata, voce «Ministero dell'economia e delle finanze», *apportare le seguenti modifiche:*

2015:
- CP: - 60.000.000;
CS: - 60.000.000.

2016:
- CP: - 60.000.000;

CS: - 60.000.000.
2017:
- CP: - 60.000.000;
CS: - 60.000.000.

1.1117

DE PIETRO, URAS, CASALETTO, MASTRANGELI

Precluso

Dopo il comma 130, aggiungere il seguente:

«Con effetto dall'anno 2015, a decorrere dal 1º luglio di ciascun anno, gli importi degli indennizzi del danno biologico erogati dall'INAIL ai sensi dell'articolo 13 del decreto legislativo 23 febbraio, n. 38 sono rivalutati, con decreto del Ministro del lavoro e delle politiche sociali, su proposta del Presidente dell'INAIL, sulla base delle variazioni dei prezzi al consumo per le famiglie di operai e impiegati intervenute rispetto all'anno precedente. Tale incremento si aggiunge a quello complessivo del 16,25 per cento di cui all'articolo 1, commi 23 e 24 della Legge 24 dicembre 2007, n. 247 nonché all'articolo 1, comma 129 della legge 27 dicembre 2013, n. 147 e relativi decreti attuativi e si applica agli indennizzi dovuti dall'Inail ai sensi della "Tabella danno biologico" di cui al decreto ministeriale 12 luglio 2000».

1.1119

DE PETRIS, URAS

Precluso

Dopo il comma 131, aggiungere il seguente:

«131-*bis*. Per il finanziamento del piano straordinario di bonifica delle discariche abusive, di cui all'articolo 1, comma 113, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, sono stanziati 60 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015-2017».

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 75, Tabella A allegata, voce «Ministero dell'economia e delle finanze», *apportare le seguenti modifiche:*

2015:
- CP: - 60.000.000;
CS: - 60.000.000.

2016:
- CP: - 60.000.000;
CS: - 60.000.000.

2017:
- CP: - 60.000.000;
CS: - 60.000.000.

1.1120

DE PETRIS, DE CRISTOFARO, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 131, aggiungere i seguenti:

«131-*bis*. Per la prosecuzione delle azioni e degli interventi di monitoraggio, anche di tipo sanitario, nei territori della regione Campania e nei comuni di Taranto e Statte, di cui all'articolo 2, commi 4-*quater* e 4-*quinquies,* del decreto-legge 10 dicembre 2013, n. 136, convertito dalla legge 6 febbraio 2014, n. 6, è autorizzata, per ciascun anno del triennio 2015-2017, la spesa di 30 milioni di euro.

131-*ter*. Per le indagini sui terreni della regione Campania destinati all'agricoltura, al fine di accertare l'eventuale esistenza di effetti contaminanti a causa di sversamenti e smaltimenti abusivi anche mediante combustione, e per le attività di cui di cui di cui all'articolo 1, commi 1, 5 e 6, del decreto-legge 10 dicembre 2013, h. 136, convertito dalla legge 6 febbraio 2014, n. 6, sono ulteriormente stanziati 5 milioni di euro per ciascun anno del triennio 2015-2017».

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 75, Tabella A allegata, voce Ministero dell'economia

e delle finanze, *apportare le seguenti modifiche:*

2015:

- CP: - 35.000.000;
  CS: - 35.000.000.

2016:

- CP: - 35.000.000;
  CS: - 35.000.000.

2017:

- CP: - 35.000.000;
  CS: - 35.000.000.

1.1121

PETRAGLIA, URAS, DE PETRIS

Precluso

Dopo il comma 131, aggiungere il seguente:

«131-*bis*. Le disposizioni recate dall'articolo 9 del decreto legislativo 4 dicembre 1997, n. 460, relative alle agevolazioni temporanee per il trasferimento di beni patrimoniali a favore di enti non commerciali, si applicano anche nell'anno 2015».

Conseguentemente al comma 112 sostituire la parola: «250» *con la seguente:* «230».

1.1123

PANIZZA, FRAVEZZI, Fausto Guilherme LONGO, LANIECE, BATTISTA, ZIN

Precluso

Dopo il comma 131, aggiungere il seguente:

«131-*bis*. Per l'attuazione degli interventi di cui all'articolo 5 della legge 24 dicembre 2004, n. 313, è autorizzata la spesa di 1 milione di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

Conseguentemente alla Tabella A, voce Ministero delle politiche agricole, alimentari e forestali ridurre come segue gli stanziamenti previsti:

2015: - 1.000.000;
2016: - 1.000.000;
2017: - 1.000.000.

1.1125

DI BIAGIO, SUSTA

Precluso

Dopo il comma 131, aggiungere il seguente:

«131-*bis*. L'articolo 4, comma 1, lettera *b)*, numero 1, del decreto del Presidente della Repubblica 7 luglio 2006 n. 243, si interpreta nel senso che alle Vittime del Dovere ed ai loro familiari superstiti, di cui all'articolo 1, commi 563 e 564, della legge 23 dicembre 2005, n. 266, nonché alle Vittime della Criminalità Organizzata ed ai loro familiari superstiti, di cui all'articolo 1 della legge 20 ottobre 1990, n. 302, spetta l'assegno vitalizio previsto dall'articolo 2 della legge 23 novembre 1998, n. 407, e successive modificazioni, così come modificato dall'articolo 4 comma 238 legge 24 Dicembre 2003 n. 350».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 116, sostituire le parole: «100 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015»*, con le seguenti:* «92 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015».

1.1126

DI BIAGIO, SUSTA

Precluso

Dopo il comma 131, aggiungere il seguente:

«131-*bis*. L'articolo 4, comma 1, lettera b), numero 1, del decreto del Presidente della Repubblica 7 luglio 2006 n. 243, si interpreta nel senso che alle Vittime del Dovere ed ai loro familiari superstiti, di cui all'articolo 1, commi 563 e 564, della legge 23 dicembre 2005, n. 266, nonché alle Vittime della Criminalità Organizzata ed ai loro familiari superstiti, di cui all'articolo 1 della legge 20 ottobre 1990,

n. 302, spetta l'assegno vitalizio previsto dall'articolo 2 della legge 23 novembre 1998, n. 407, e successive modificazioni, così come modificato dall'articolo 4 comma 238 legge 24 Dicembre 2003 n. 350».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76 aggiungere, in fine, le seguenti parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 8 milioni a decorrere dal 2015».

1.1127

DI BIAGIO, SUSTA

Precluso

Dopo il comma 131, aggiungere il seguente:

«131-*bis*. L'articolo 4, comma 1, lettera b), numero 1, del decreto del Presidente della Repubblica 7 luglio 2006 n. 243, si interpreta nel senso che alle Vittime del Dovere ed ai loro familiari superstiti, di cui all'articolo 1, commi 563 e 564, della legge 23 dicembre 2005, n. 266, nonché alle Vittime della Criminalità Organizzata ed ai loro familiari superstiti, di cui all'articolo 1 della legge 20 ottobre 1990, n. 302, spetta l'assegno vitalizio previsto dall'articolo 2 della legge 23 novembre 1998, n. 407, e successive modificazioni, così come modificato dall'articolo 4 comma 238 Legge 24 Dicembre 2003 n. 350».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: - 8.000.000;
2016: - 8.000.000;
2017: - 8.000.000.

1.1128

DI BIAGIO, SUSTA

Precluso

Dopo il comma 131, aggiungere il seguente:

«131-*bis*. L'articolo 4, comma 1, lettera *c)*, numero 1, del decreto del Presidente della Repubblica 7 luglio 2006 n. 243, si interpreta nel senso che sia in sede di prima valutazione, sia in sede di rivalutazione delle percentuali di invalidità si applica il Decreto del Presidente della Repubblica 30 ottobre 2009, n. 181».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76 aggiungere, in fine, le seguenti parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 8 milioni a decorrere dal 2015».

1.1129

DI BIAGIO, SUSTA

Precluso

Dopo il comma 131, aggiungere il seguente:

«131-*bis*. 1. Alle Vittime del Dovere ed ai loro familiari superstiti, di cui all'articolo 1, commi 563 e 564, della legge 23 dicembre 2005, n. 266, nonché alle Vittime della Criminalità Organizzata ed ai loro familiari superstiti, di cui all'articolo 1 della legge 20 ottobre 1990, n. 302, si applicano le misure di cui all'articolo 2, all'articolo 3 commi 1, 1-*bis* e 2, all'articolo 4 commi 1, 2, 2-*bis*, 3 e 4, all'articolo 5 commi 3-*bis*, 3-*ter*, 3-*quater*, all'articolo 7 e all'articolo 9 della legge 3 agosto 2004, n. 206 e successive modificazioni».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76 aggiungere, in fine, le seguenti parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 50 milioni a decorrere dal 2015».

1.1130

DI BIAGIO, SUSTA

Precluso

Dopo il comma 131, aggiungere il seguente:

«131-*bis.* Alle Vittime del Dovere ed ai loro familiari superstiti, di cui all'articolo 1, commi 563 e 564, della legge 23 dicembre 2005, n. 266, nonché alle Vittime della Criminalità Organizzata ed ai loro familiari superstiti, di cui all'articolo 1 della legge 20 ottobre 1990, n. 302 il Presidente della Repubblica concede la medaglia d'oro di "Vittima del Dovere". e "Vittima della criminalità organizzata" per spirito di abnegazione, altruismo e fedeltà allo Stato, con cui le vittime si sono distinte, quali rappresentanti delle Istituzioni. L'onorificenza è conferita alle Vittime del Dovere ovvero alle Vittime della criminalità organizzata in caso di decesso ai parenti ed affini entro il secondo grado, con decreto del Presidente della Repubblica, su proposta del Ministro dell'Interno. Al fine di ottenere la concessione dell'onorificenza, le vittime del dovere o, in caso di decesso, i loro parenti e affini entro il secondo grado, presentano domanda alla prefettura di residenza o al Ministero dell'interno, anche per il tramite delle associazioni rappresentative delle vittime del dovere».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76 aggiungere, in fine, le seguenti parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 200 mila euro a decorrere dal 2015».

1.1131

DI BIAGIO, SUSTA

Precluso

Dopo il comma 131, aggiungere il seguente:

«131-*bis.* Alle vittime del dovere, di cui alla legge 23 dicembre 2005 n 266, alle Vittime del terrorismo e della criminalità organizzata, di cui alla legge 3 agosto 2004 n. 206, che godono del diritto al collocamento obbligatorio con precedenza rispetto ad ogni altra categoria e preferenza a parità di titoli, ai sensi della legge 23 novembre 1998 n. 407, è garantito il diritto all'assunzione sia presso le amministrazioni pubbliche sia nel settore privato, con rispetto della qualifica e delle funzioni corrispondenti al titolo di studio ed alle professionalità possedute. I soggetti tenuti all'adempimento dell'obbligo di assunzione indicano, con cadenza annuale, secondo i parametri di cui al decreto legislativo 27 ottobre 2009, n. 150 e attraverso la pubblicazione sui siti istituzionali, la dotazione organica distinta per aree o categorie, il numero dei soggetti da assumere in base alle previsioni dell'articolo 18 della legge 68 del 1999, il numero dei soggetti già reclutati a copertura della quota obbligatoria e le procedure avviate per il collocamento obbligatorio, con indicazione del tipo di avviamento al lavoro».

1.1132

BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, Eva LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Dopo il comma 131, aggiungere il seguente:

«131-*bis*. All'articolo 39, comma 4 del decreto-legge n. 201 del 6 dicembre 2011 convertito dalla legge 22 dicembre 2011 n. 214 le parole: "a piccole e medie imprese" sono sostituite dalle seguenti: "alle imprese con un numero di dipendenti non superiore a 1500" la garanzia di cui al periodo precedente è concessa nell'ambito delle disponibilità finanziarie del Fondo, come determinate dal decreto di cui all'articolo 39 comma 4 del decreto-legge 6 dicembre 2011 n. 201 convertito dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214».

1.1133

MANGILI, LEZZI, BULGARELLI

Precluso

Dopo il comma 131, aggiungere il seguente:

«131-*bis*. L'imposta municipale propria di cui all'articolo 13 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, si applica altresì agli immobili costruiti su strutture artificiali ubicate nel mare territoriale».

1.1134

DE PIETRO, URAS, CASALETTO, MASTRANGELI

Precluso

Dopo il comma 131, aggiungere il seguente:

«131-*bis*. Presso ogni sportello pubblico, fisico o telefonico, a disposizione dei cittadini per l'espletamento delle pratiche informatizzate sono operativi "facilitatori informatici" scelti fra coloro che espletano il Servizio civile universale o lavori di pubblica utilità che dispongano delle competenze in materia».

1.1205

DE PETRIS, DE CRISTOFARO, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 131, aggiungere il seguente:

«131-*bis*. Per il finanziamento del piano straordinario di bonifica delle discariche abusive, di cui all'articolo 1, comma 113, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, sono stanziati 40 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015-2017».

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 75, Tabella A allegata, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti modifiche:*

2015:

- CP: - 40.000.000;
  CS: - 40.000.000;

2016:

- CP: - 40.000.000;
  CS: - 40.000.000;

2017:

- CP: - 40.000.000;
  CS: - 40.000.000.

1.1141

BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, Eva LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Dopo il comma 132, aggiungere il seguente:

«132-*bis*. Per le finalità di cui all'articolo 52 comma 18 legge 28 dicembre 2001, n. 448 e successive modifiche e integrazioni, è autorizzata la spesa di 150 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 150 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

1.1143

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 132, aggiungere il seguente:

«132-*bis*. Al fine di compensare i tagli effettuati sulle risorse per le misure di sostegno dell'emittenza radiotelevisiva locale relative all'anno 2014 è autorizzata la spesa di euro 91 milioni di euro, di cui 27 milioni di euro per il 2015, 32 milioni di euro per il 2016 e 32 milioni di euro per il 2017».

Conseguentemente, all'articolo 46, comma 1, Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: - 27.000.000;
2016: - 32.000.000;
2017: - 32.000.000.

1.1144

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 132, aggiungere il seguente:

«132-*bis*. Al fine di compensare i tagli effettuati sulle risorse per le misure di sostegno dell'emittenza radiotelevisiva locale relative all'anno 2014, è autorizzata la spesa di euro 82 milioni di euro per l'anno 2015, aggiuntivi rispetto alle risorse già assegnate in bilancio. Si autorizza, inoltre, che detta somma segua l'*iter* dei crediti verso la pubblica Amministrazione delle imprese private, con la possibilità di essere scontata tramite accordo tra Governo e ABI ad un tasso concordato dell'1 per cento».

Conseguentemente alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: - 82.999.000.

1.1145

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 132, aggiungere il seguente:

«132-*bis*. Per le finalità di cui all'articolo 6 comma 9 del decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito, con modifiche, dalla legge 21 Febbraio 2014 n. 9 è autorizzata la spesa di 80 milioni di euro per l'anno 2015».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 75, Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti modifiche:

2015: - 80.000.000.

1.1146

BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, Eva LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Dopo il comma 132, aggiungere il seguente:

«132-*bis*. Per le finalità di cui all'articolo 6 comma 9 del decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145 convertito, con modifiche, dalla legge 21 febbraio 2014 n. 9 è autorizzata la spesa di 80 milioni di euro per l'anno 2015».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 80 milioni di euro per l'anno 2015».

1.1148

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO, CONSIGLIO, ARRIGONI

Precluso

Dopo il comma 132, inserire il seguente:

«132-*bis*. Per l'organizzazione e lo svolgimento dell'edizione straordinaria del Forum UNESCO sulla cultura e sulle industrie culturali, che si terrà a Monza nel 2015, è autorizzata la spesa di 500.000 euro».

Conseguentemente, alla Tabella A, apportare le seguenti modifiche:

Ministero dell'Economia e delle Finanze 2015:

- 500.000.

1.1155

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 132, aggiungere il seguente:

«132-*bis*. All'articolo 10-*bis*, comma 2, del decreto legislativo 21 aprile 2000, n. 185 la lettera *c)* è sostituita dalla seguente:

c) siano amministrate e condotte da un giovane imprenditore agricolo di età compresa tra i 18 ed i 40 anni in possesso della qualifica di coltivatore diretto o di imprenditore agricolo professionale come risultante dall'iscrizione nella gestione previdenziale agricola o che si iscrivano a tale gestione entro cinque mesi dalla data di accoglimento della domanda di cui al precedente comma 1 ovvero, nel caso di società, siano composte, per oltre la metà numerica dei soci e delle quote di partecipazione, da giovani imprenditori agricoli di età compresa tra i 18 ed i 40 anni in possesso della qualifica di coltivatore diretto o di imprenditore agricolo professionale come risultante dall'iscrizione nella gestione previdenziale agricola o che si iscrivano a tale gestione entro cinque mesi dalla data di accoglimento della domanda di cui al precedente comma».

1.1161

BUEMI, Fausto Guilherme LONGO, ZELLER, PANIZZA, PALERMO, LANIECE, BATTISTA, ZIN, FRAVEZZI

Precluso

Dopo il comma 132, inserire i seguenti:

«132-*bis*. Al fine di assicurare la più ampia partecipazione e il coinvolgimento nella programmazione delle politiche a supporto delle produzioni agricole d'eccellenza e nella pianificazione strategica . degli interventi di valorizzazione e promozione del *made in Italy*, sono considerate associazioni nazionali delle Città d'Identità quelle associazioni, anche non riconosciute, costituite allo scopo di svolgere attività di promozione e valorizzazione dei territori e dei relativi beni eno-gastronomici, culturali ed ambientali, operanti, da almeno cinque anni, sul territorio nazionale e i cui associati siano distribuiti in almeno undici regioni e cinquanta comuni.

132-*ter*. Presso il Ministero, delle politiche agricole alimentari e forestali è istituito un Registro nazionale al quale possono iscriversi, previa verifica dei requisiti di cui al comma precedente, le Associazioni nazionali delle Città d'Identità. Entro 60 giorni dalla data di entrata in vigore del presente disegno di legge, il Ministero delle politiche Agricole Alimentari e Forestali provvede all'iscrizione nel registro degli aventi diritto con proprio decreto.

132-*quater*. Dall'attuazione della disposizione di cui ai commi 132-*bis* e 132-*ter* non devono, derivare nuovi o maggiori oneri a carico della finanza pubblica. Le amministrazioni interessate provvedono all'adempimento dei compiti ivi previsti con le risorse umane, finanziarie e strumentali disponibili a legislazione vigente».

1.1165

SCIBONA, CIOFFI, BULGARELLI, AIROLA, CIAMPOLILLO

Precluso

Dopo il comma 133, inserire il seguente:

«133-*bis*. Con delibera CIPE, da adottarsi entro quarantacinque giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, è finanziato, a valere sul Fondo di cui all'articolo 32, comma 1, del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, il prolungamento della linea 1, "tratta 4 Lingotto - Bengasi" della metropolitana di Torino, di cui alla delibere CIPE n. 9/2008 e n. 40/2009».

Conseguentemente, alla tabella E, missione «Diritto alla mobilità e sviluppo dei sistemi di trasporto», *programma* «Sistemi ferroviari, sviluppo e sicurezza del trasporto ferroviario», *voce* «Infrastrutture e Trasporti, legge n. 228 del 2012: Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2013) - Art. 1, comma 208: Nuova Linea Ferroviaria

Torino-Lione (Settore n. 11) Interventi nel settore dei trasporti (2.5 - cap. 7532/)», *apportare le seguenti variazioni:*

Riduzione:

2015:

- CP: - 111.000.000

CS: - 111.000.000

1.1182

CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Sostituire il comma 134 con il seguente:

«134. Per assicurare il sostegno all'emittenza radiotelevisiva locale, è autorizzata la spesa di 20 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015.

Al fine di compensare i tagli effettuati sulle risorse per le misure di sostegno dell'emittenza radiotelevisiva locale relative all'anno 2014, è autorizzata la spesa di euro 82 milioni per l'anno 2015, aggiuntivi rispetto alle risorse già assegnate in bilancio. Si autorizza, inoltre, che detta somma segua l'iter dei crediti verso la pubblica amministrazione delle imprese private, con la possibilità di essere scontata tramite accordo tra Governo e Abi ad un tasso concordato dell'1%».

Conseguentemente all'articolo 3, comma 76, le dotazioni di parte corrente relative alle autorizzazioni di spesa della Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo di 102 milioni di euro per l'anno 2015 e 20 milioni a decorrere dall'anno 2016.

1.1184

COMAROLI, CROSIO, TOSATO

Precluso

Al comma 134, sostituire le parole: «20 milioni» con le seguenti: «80 milioni».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 125, sostituire la cifra: «187,5» *con la seguente:* «107,5».

1.1185

COMAROLI, CROSIO, TOSATO

Precluso

Al comma 134, sostituire le parole da: «20 milioni» fino alla fine del periodo con le seguenti: «50 milioni per l'anno 2015 e 30 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2016».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 125, sostituire la cifra: «187,5» *con la seguente:* «137,5».

1.1187

COMAROLI, CROSIO, TOSATO

Precluso

Al comma 134, sostituire le parole: «20 milioni» con le seguenti: «45 milioni».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 125, sostituire la cifra: «187,5» *con la seguente:* «162,5».

1.1188

CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Al comma 134, sostituire le parole: «20 milioni» con le seguenti: «è autorizzata la spesa di euro 27 milioni per il 2015, e 32 milioni annui a decorrere dall'anno 2016».

Conseguentemente, Ministero dello Sviluppo Economico - Ministero dello Sviluppo Economico - Contributi e rimborso oneri sostenuti dalle emittenti radiofoniche e televisive in ambito locale:

2015: - 27.000.000,00;

2016: - 32.000.000,00;

2017: - 32.000.000,00.

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 125, sostituire la cifra: «187,5» *con la seguente:*

«150,5».

1.1189

CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 134, inserire il seguente:

«134-*bis*. Al fine di assicurare le risorse spettanti ai sensi dell'articolo 10 del decreto-legge 27 agosto 1993, n. 323, convertito con modificazioni, dalla legge 27 ottobre 1993, n. 422, la quota prevista annualmente a sostegno dell'emittenza radiotelevisiva locale, pari a tre quarti delle quote di competenza delle amministrazioni statali del canone di abbonamento di cui al regio decreto-legge 21 febbraio 1938, n. 246, convertito dalla legge 4 giugno 1938, n. 880, e successive modificazioni, e degli introiti equiparati al canone, viene quantificata in 150 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015. I maggiori oneri di cui al presente comma sono quantificati in 112,733 milioni di euro nel 2015, 107,437 milioni di euro nel 2016 e 105,484 milioni di euro nel 2017. A decorrere dall'anno 2015, l'intero importo delle suddette misure di sostegno verrà riconosciuto alle TV locali, ad esclusione di una quota pari al 10 per cento da destinare alle emittenti radiofoniche locali, con regole di distribuzione uguali a quelle relative alla distribuzione tra TV locali. Le risorse destinate all'emittenza radiotelevisiva locale non potranno subire tagli o decurtazioni, né diretti né lineari. Quota parte delle risorse occorrenti, pari a 50 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017 è reperita mediante corrispondete riduzione del Fondo per interventi strutturali di politica economica di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 125, sostituire la cifra: «187,5» *con la seguente:* «162,5».

1.1191

URAS

Precluso

Dopo il comma 134, inserire il seguente:

«134-*bis.* Per assicurare il sostegno all'editoria e compensare parzialmente le riduzioni effettuate nel 2014 per il 2013 di 35 milioni, è autorizzata la spesa di 30 milioni per l'anno 2015».

Conseguentemente alla Tabella A, voce Ministero dell'Economia e delle finanze, *apportare la seguente variazione:*

2005: - 30.000.000.

1.1192

CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 134, inserire il seguente:

«134-*bis*. Per le finalità di cui all'articolo 10 della legge 27 ottobre 1993 n. 422, è autorizzata la spesa di 150 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015».

Conseguentemente, all'articolo 46, comma 2, le dotazioni di parte corrente relative alle autorizzazioni di spesa della Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo di 150 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017.

1.1193

CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 134, inserire il seguente:

«134-*bis*. Per le finalità di cui all'articolo 52 comma 18 legge 28 dicembre 2001, il 488, e successive modifiche e integrazioni, è autorizzata la spesa di 150 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015».

Conseguentemente, all'articolo 46, comma 2, le dotazioni di parte corrente relative alle autorizzazioni di spesa della Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo di 150 milioni

di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017.

1.1194

CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 134, inserire il seguente:

«134-*bis*. Per le finalità di cui all'articolo 6 comma 9 del decreto-legge 23 dicembre 2013, n. 145, convertito, con modifiche, dalla legge 21 febbraio 2014, n. 9 è autorizzata la spesa di 80 milioni di euro, aggiuntivi rispetto ai fondi già stanziati».

Conseguentemente, all'articolo 46, comma 2, le dotazioni di parte corrente relative alle autorizzazioni di spesa della Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo di 80 milioni di euro per l'anno 2015.

1.1196

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 134, inserire il seguente:

«134-*bis.* All'articolo 1, dopo il comma 118, inserire il seguente: "118-*bis.* Per sostenere l'attività imprenditoriale nell'attuale situazione di crisi economica, con effetto, dal 1º gennaio 2015 e per un triennio, per gli immobili ad uso produttivo non trova applicazione l'imposta municipale propria di cui all'articolo 13 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214».

Conseguentemente, all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117, 124, 125, 132, 139; all'articolo 2, sopprimere il comma 207; all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le seguenti parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1.200 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

1.1197

D'AMBROSIO LETTIERI

Precluso

Dopo il comma 134, aggiungere i seguenti:

«134-*bis*. Il Ministro dello Sviluppo Economico nomina una commissione coordinata da un esperto in materia radioelettriche e composta da un esperto designato da ciascuna delle associazioni nazionali delle emittenti con sedi in almeno 15 regioni, da un esperto designato dalla concessionaria pubblica, da un esperto designato da ogni regione e dalle province autonome di Trento e Bolzano, da un esperto in materie giuridiche, da un esperto per la pianificazione e la gestione dello spettro radioelettrico, da un esperto per i servizi di comunicazione elettronica e di radiodiffusione, da un rappresentante della Fondazione Bordoni, da un rappresentante dell'Autorità per le Garanzie nelle Comunicazioni.

134-*ter*. La commissione di cui al comma 134-*bis* formula osservazioni e proposte sul procedimento istruttorio relativo al rilascio dei diritti d'uso delle reti per l'esercizio della radiodiffusione ed opera quale organo consultivo del Ministro delle comunicazioni per i problemi attinenti all'assetto del sistema radiotelevisivo. La partecipazione alla commissione è a titolo gratuito».

1.1198

CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 134 aggiungere il seguente:

«134-*bis*. Le disposizioni di cui all'articolo 7, comma 17 della legge 3 maggio 2004, n. 112, trovano applicazione con riferimento alle ordinanze ingiunzioni emanate prima dell'entrata in vigore della presente legge, a condizione che l'impresa radiofonica o televisiva locale abbia provveduto a regolarizzare, entro lo stesso termine, la propria posizione relativamente alla violazione con riferimento alla quale è stata irrogata la sanzione. I termini di pagamento delle sanzioni amministrative

ridotte decorrono dalla data di entrata in vigore della presente legge».

1.1206

CANDIANI, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 134 aggiungere il seguente:

«134-*bis*. Per garantire la tenuta dei registri e dei libri genealogici e il programma annuale dei controlli funzionali di cui alle finalità della legge 15 gennaio 1991, n. 30, è autorizzata la spesa di 25 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 125, le parole: «è incrementato di 187,5 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015», *sono sostituite dalle seguenti*: «è incrementato di 162,5 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015».

1.1204

D'ALI'

Precluso

Sopprimere i commi da 135 a 138.

1.1207

ZIZZA, SPILABOTTE, SOLLO

Precluso

Dopo il comma 137 aggiungere il seguente:

«137-*bis*. Al fine di incrementare i servizi di prevenzione e controllo dei fenomeni legati alla criminalità e alla sicurezza è istituito un fondo dello stato di previsione del Ministero dell'Interno, riservato agli enti locali, con dotazione di 2 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015».

Conseguentemente, al comma 127, sostituire le parole: «12,5 milioni di euro» *con le seguenti:* «10,5 milioni di euro».

1.1210

MANGILI, BULGARELLI, LEZZI

Precluso

Al comma 139, all'elenco n. 1, sostituire le parole «Interventi di carattere sociale volti alla stipulazione di convenzioni con i comuni interessati alla stabilizzazione dei lavoratori socialmente utili con oneri a carico del bilancio comunale nonché alla prosecuzione del finanziamento di progetti per servizi socialmente utili» con le seguenti: «Interventi per le politiche della famiglia, per le politiche giovanili e per le politiche relative ai diritti e alle pari opportunità mediante rifinanziamento del Fondo per le politiche della famiglia di cui all'articolo 19, comma 1 del decreto-legge 4 luglio 2006, n.223, convertito con modificazioni nella legge 4 agosto 2006, n. 248».

1.1211

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 139, all'elenco 1, sostituire le parole «Prosecuzione del concorso delle Forze armate», con le parole «Rafforzamento delle Forze dell'ordine».

1.1213

PANIZZA, Fausto Guilherme LONGO, LANIECE, BATTISTA, ZIN

Precluso

Dopo il comma 139, inserire i seguenti:

«139-*bis*. Le pubbliche amministrazioni di cui all'articolo 1, comma 2, del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165 possono promuovere il ricambio generazionale mediante la riduzione dell'orario di lavoro da parte del personale in prossimità della maturazione dei requisiti pensionistici, consentendo nel con tempo l'assunzione di nuovo personale. Ai fini del trattamento di quiescenza e previdenza il personale in regime di ricambio generazionale è considerato nel regime di orario svolto al momento della domanda Alla maturazione del diritto a pensione al personale in questione spetta il trattamento di quiescenza e previdenza che avrebbe percepito se avesse continuato a prestare servizio nel regime di

orario svolto al momento della domanda.

139-*ter*. Qualora i medesimi enti, nell'ambito delle loro competenze sostengano il ricambio generazionale nel settore privato od i contratti di solidarietà espansivi di cui all'articolo 2 del decreto-legge 30 ottobre 1984, n. 726, convertito dalla legge 19 dicembre 1984, n. 863, gli stessi sono autorizzati al versamento del differenziale di contribuzione riferito all'orario di lavoro a tempo pieno direttamente all'ente previdenziale di iscrizione ed a favore del lavoratore senior.«

Conseguentemente, all'onere derivante dall'attuazione del presente comma, valutato in 10 milioni di euro a decorrere dal 2015, si provvede mediante corrispondente riduzione del fondo di cui all'articolo 1, comma 83 della presente legge. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con proprio decreto, le occorrenti variazioni di bilancio.

1.1214

DE PETRIS, URAS

Precluso

Dopo il comma 139, aggiungere i seguenti:

«139-*bis*. All'articolo 4 della legge 6 dicembre 1991, n. 394, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al comma 1, dopo la lettera *e),* è aggiunta la seguente:

"*e-bis*) promuove le azioni di sistema rivolte al monitoraggio e alla conservazione della biodiversità e alla tutela di specie di particolare interesse, alla promozione delle aree protette e all'educazione ambientale, alla diffusione delle buone pratiche di gestione, alla formazione professionale del personale degli enti parco".

b) il comma 5 è sostituito dal seguente:

"5. Il programma ha durata triennale ed è approvato, su proposta del Comitato di cui all'articolo 3, dalla Conferenza Unificata di cui all'articolo 8 del decreto legislativo 28 agosto 1997, n. 281".

c) i commi 6, 7, 8 e 9 sono sostituiti dal seguente:

"6. Per l'attuazione degli interventi previsti dal programma è autorizzata la spesa di 50 milioni di euro annui, a decorrere dall'anno 2015".

139-*ter*. L'articolo 76 del decreto legislativo 31 marzo 1998, n. 112, è abrogato».

Conseguentemente al primo periodo del comma 112, dell'articolo 1, sostituire le parole «250 milioni di euro» *con le seguenti:* «200 milioni di euro».

1.1215

STEFANO, URAS, DE PETRIS

Precluso

Dopo il comma 139 aggiungere il seguente:

«139-*bis*. Nelle more dei trasferimenti delle competenze delle province ai Comuni e alle Regioni per i dipendenti Lavoratori socialmente utili dell'ex S.c.i.c.a. che operano all'interno dei centri per l'impiego della provincia di Taranto sia assicurata la continuità lavorativa all'interno delle medesime strutture dei centri per l'impiego».

1.1216

DE PETRIS, URAS

Precluso

Dopo il comma 139, aggiungere il seguente:

«139-*bis*. La dotazione del Fondo di cui all'articolo 7, comma 3, del decreto-legge 12 settembre 2014, n.133, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 novembre 2014, n.164, è incrementata di 100 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016».

Conseguentemente al comma 124 dell'articolo 1, sostituire le parole: «850 milioni di euro» *con le seguenti:* «750 milioni di euro».

1.1218

PELINO

Precluso

All'articolo 1, comma 140, dopo le parole «art. 5, comma 3, della legge 31 marzo 2005, n. 56 e successive modificazioni» è aggiunto il seguente periodo: «e un'ulteriore quota di tali risorse, pari a 3 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, è destinata ai consorzi per l'internazionalizzazione previsti dall'articolo 42, commi 3 e seguenti, del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito nella legge 7 agosto 2012, n. 134, per il sostegno delle piccole e medie imprese nei mercati esteri e la diffusione internazionale dei loro prodotti e servizi nonché».

1.1219

CASTALDI, GIROTTO, BULGARELLI, CIOFFI

Precluso

Al comma 140, ultimo periodo, aggiungere, infine, il seguente periodo: «A valere sulle risorse di cui al secondo periodo, per l'anno 2015 sono assegnati al Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali 500.000 euro per l'adozione di interventi volti a promuovere la corretta e trasparente informazione dei consumatori sulle caratteristiche dei prodotti alimentari e precisamente sulla qualità, sulla conservazione, sull'origine o la provenienza, sul modo di fabbricazione o di ottenimento dei prodotti stessi, prevedendo inoltre che ai prodotti alimentari preconfezionati continuano ad applicarsi le disposizioni di cui al decreto legislativo 27 gennaio 1992, n. 109, relative alla sede dello stabilimento di fabbricazione o di confezionamento. Ai fini del rispetto del Regolamento (UE) n. 1169/2011 del Parlamento Europeo e del Consiglio, del 25 ottobre 2011, l'efficacia delle disposizioni di cui al periodo precedente è subordinata, ai sensi dell'articolo 39, paragrafo 2, del medesimo Regolamento, all'autorizzazione della Commissione europea.».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 75, alla Tabella A ivi richiamata, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: - 500.000;
2016: - 500.000;
2017: - 500.000.

1.1220

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 140, aggiungere, in fine, il seguente periodo: «Al fine di assicurare l'espletamento delle funzioni di promozione del Made in Italy, di sviluppo e di promozione dei rapporti economici e commerciali italiani con l'estero e di sviluppo dell'inlernazionalizzazione delle imprese italiane nonché di commercializzazione dei beni e servizi italiani nei mercati internazionali nonché al fine di far fronte alle richieste di una crescente domanda di internazionalizzazione delle imprese italiane nell'ottica di uno sviluppo del settore tale da renderlo più competitivo ed in grado di generare ricadnte positive sull'economia del Paese, in deroga ai vincoli sulle nuove assunzioni previste dalla legislazione vigente, l'lCE - Agenzia per la promozione all'estero e l'internazionalizzazione delle imprese italiane, è autorizzata ad assumere un contingente di personale, attraverso lo scorrimento della graduatoria in corso di validità di vincitori del concorso pubblico nei ruoli del personale dell'ICE - Area funzionale C - posizione economica C1, bandito nel 2008, entro il limite di spesa di 2,4 milioni di euro per ciascun anno del triennio degli anni 2015, 2016 e 2017 a valere sul fondo di cui all'articolo 6, comma 2, del decreto-legge 7 ottobre 2008, n. 154, convertito, con modificazioni, dalla legge 4 dicembre 2008, n. 189, e successive modificazioni».

1.1221

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 140, aggiungere, in fine, il seguente periodo: «Al fine di assicure l'espletamento delle funzioni di promozione del Made in ltaly, di sviluppo e di promozione dei rapporti economici e commerciali italiani con l'estero e di sviluppo dell'intemazionalizzazione delle imprese italiane nonché di commercializzazione dei beni e servizi italiani nei mercati internazionali, nonché al fme di far fronte alle richieste di una crescente domanda di intemazionalizzazione delle imprese italiane nell'ottica di

uno sviluppo del settore tale da renderlo più competitivo ed in grado di generare ricadute positive sull'economia del Paese, in deroga ai vincoli sulle nuove assunzioni previste dalla legislazione vigente, l'ICE - Agenzia per la promozione all'estero e l'internazionalizzazione delle imprese italiane, è autorizzata ad assumere un contingente di personale, attraverso lo scorrimento della graduatoria in corso di validità di vincitori del concorso pubblico nei ruoli del personale dell'ICE - Area funzionale C - posizione economica C1, bandito nel 2008, entro il limite di spesa di 2,4 milioni di euro per ciascun anno del triennio degli anni 2015, 2016 e 2017».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in riduzione:*

2015: - 2.400;
2016: - 2.400;
2017: - 2.400.

1.1222

MALAN

Precluso

Al comma 140, aggiungere, al termine, il seguente periodo: «Di tali attività è fornita semestralmente relazione alle competenti commissioni di Camera e Senato».

1.1223

GUERRIERI PALEOTTI

Precluso

Dopo il comma 140, aggiungere i seguenti:

«140-*bis*. Nell'ambito del Piano di cui al comma 140, una quota pari a 10 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017 è destinata agli interventi di cui al comma 140-*ter*.

140-*ter*. Al fine di favorire l'introduzione di processi gestionali innovativi tali da incrementare la produttività e l'accesso ai mercati internazionali, alle piccole e medie imprese che assumono, anche con contratto di lavoro a tempo determinato, *manager* o consulenti di direzione, nel periodo di imposta successivo a quello in corso alla data di entrata in vigore della presente legge e nei due periodi di imposta successivi, sono concesse le seguenti agevolazioni:

a) esenzione dal pagamento degli oneri contributivi di qualsiasi natura derivanti dall'assunzione del *manager* o del consulente di direzione;

b) esenzione, ai fini dell'imposta sul reddito delle società, per un importo pari al 50 per cento del maggiore reddito conseguito, rispetto al reddito dichiarato nell'anno precedente l'assunzione del facilitatore.

140-*quater*. Con decreto del Ministero dello sviluppo economico, da adottare, di concerto con il Ministero del lavoro, sentita l'Agenzia delle Entrate, entro novanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono stabilite le modalità applicative delle agevolazioni di cui al comma 140-*ter*, anche al fine di assicurare priorità nell'accesso ai benefici alle imprese che abbiano conseguito un maggior fatturato e un maggior reddito rispetto all'anno precedente e di garantire il rispetto del limite complessivo previsto dello stanziamento di cui al comma 140-*bis*».

1.1224 (testo 3)

GUERRIERI PALEOTTI, BROGLIA, DEL BARBA, LAI, SANGALLI, SPOSETTI, VERDUCCI, ZANONI

Precluso

Dopo il comma 140, aggiungere i seguenti:

«140-*bis*. Nell'ambito del piano di cui al comma 140, una quota pari a 30 milioni di euro è destinata alla concessione di un credito d'imposta, in favore delle micro, piccole e medie imprese che, al fine di rafforzare la gestione dei processi di internazionalizzazione e di incrementare gli ordinativi e il fatturato delle sui mercati al di fuori del territorio nazionale, assumono, per un periodo non superiore a 36 mesi, anche non consecutivi, figure professionali di comprovata e documentata esperienza lavorativa nel campo del commercio internazionale, al fine di rafforzare la gestione di processi e

programmi di internazionalizzazione ed incrementare il fatturato dell'impresa sui mercati al di fuori del territorio nazionale. Il credito d'imposta è riconosciuto alle micro, piccole e medie imprese per un ammontare pari al 35 per cento delle spese sostenute.

140-*ter*. Con decreto del Ministero dello sviluppo economico, da adottare, di concerto con Il Ministero del lavoro, sentita l'Agenzia delle Entrate, entro novanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono stabilite le modalità applicative delle agevolazioni di cui al comma 140-*bis* .».

1.1230

DE PETRIS, STEFANO, URAS

Precluso

Dopo il comma 141, aggiungere i seguenti:

«141-*bis*. Al fine di prevenire il dissesto idrogeologico conseguente all'abbandono del territorio agricolo, nonché di perseguire il potenziamento della strategia nazionale per lo sviluppo delle aree interne del Paese, nel rispetto delle disposizioni comunitarie in materia di aiuti di Stato di cui al regolamento UE n. 1408 del 2013, della Commissione, del 18 dicembre 2013, è concessa, per gli anni 2015, 2016 e 2017, ai soggetti passivi d'imposta di cui all'articolo 2135 del codice civile, anche costituiti in forma cooperativa e societaria, che esercitano la propria attività nei comuni con popolazione al 31 dicembre 2013 inferiore a cinquemila residenti, caratterizzati contemporaneamente da declino demografico e da riduzione della superficie agricola utilizzata, una detrazione a fini IRPEF e IRES fino alla concorrenza dell'importo massimo annuale ammesso dal medesimo regolamento UE.

141-*ter*. L'agevolazione di cui al comma 141-*bis* è altresì concessa ai giovani imprenditori che non abbiano ancora compiuto il quarantesimo anno d'età, anche costituiti in forma cooperativa o societaria, che avviano l'attività agricola nel corso degli anni 2015, 2016 e 2017 nel territorio dei comuni aventi le caratteristiche di cui al medesimo comma.

141-*quater*. Entro tre mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, il Ministro dell'economia e delle finanze, di concerto con il Ministro delle politiche agricole alimentari e forestali, previo parere della Conferenza unificata di cui al decreto legislativo 28 agosto 1997, n. 281, 'determina, con proprio decreto, le modalità di applicazione dell'agevolazione di cui ai commi 141-*bis* e 141-*ter* e i parametri statistici per l'individuazione dei comuni nei quali si applica l'agevolazione stessa.

141-*quinquies*. L'agevolazione fiscale cui ai commi 141-*bis* e 141-*ter* è concessa nel limite massimo di spesa di 15 milioni di euro all'anno per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

Conseguentemente, il primo periodo del comma 112 dell'articolo 1 è sostituito dal seguente: «È autorizzata la spesa di 235 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017 e di 250 milioni di euro annui, a decorrere dall'anno 2018, per interventi in favore del settore dell'autotrasporto».

1.1231

STEFANO, DE PETRIS, URAS

Precluso

Dopo il comma 141, aggiungere il seguente:

«141-*bis*. Con riferimento alle risorse assegnate dall'articolo 12 Regolamento (CE) n. 1198 del 2006 del 27 luglio 2007, del Consiglio, il fondo di rotazione di cui all'articolo 5 della legge 16 aprile 1987, n. 183, a seguito della rimodulazione del tasso di cofinanziamento nazionale, è incrementato per l'anno 2015 di euro 13 milioni con riferimento alle misure dell'Asse 4 e di euro 36 milioni per le misure dell'Asse 2 del Regolamento stesso. Le quote liberatesi, di competenza delle Regioni, sono utilizzate per le medesime finalità».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, tabella C, voce Piano triennale della pesca (ministero infrastrutture - 4.1. Cap. 2179) la dotazione finanziaria viene incrementata nel 2015 da 338.552 a 1.000.000 euro; nel 2016 da 346.324 a 900.000 euro; nel 2017 da 346.324 a 800.000; e alla voce Ministero delle politiche agricole, alimentari e forestali, legge 8 luglio 1991, n. 267, relativa all'attuazione del Piano nazionale della pesca marittima e misure in materia di credito peschereccio,

nonché di riconversione delle unità da pesca adibite alla pesca con reti da posta derivanti: articolo 1, comma 1, Attuazione del piano nazionale per la pesca marittima (1.5 - Capp. 1173, 1413, 1414, 1415, 1418, 1477, 1488) apportare le seguenti variazioni:

2015: + 5.000.000;
2016: + 4.000.000;
2017: + 3.000.000.

1.1232

STEFANO, DE PETRIS, URAS

Precluso

Dopo il comma 141, aggiungere i seguenti:

«141-*bis*. A decorrere dall'anno 2015 è istituito nello stato di previsione del Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali un apposito Fondo destinato all'attuazione dei piani nazionali di settore in ordine ai quali è stato raggiunto l'accordo, ai sensi dell'articolo 4, comma 1, del decreto legislativo 28 agosto 1997, n. 281, nell'ambito della Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le regioni e le province autonome di Trento e Bolzano. Il Ministro delle politiche agricole alimentari e forestali provvede, con proprio decreto, acquisito il parere della Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato: le regioni e le province autonome di Trento e di Bolzano, alla ripartizione annuale delle risorse disponibili nel suddetto Fondo.

141-*ter*. Il Fondo di cui al comma 141-*bis* è alimentato con i proventi derivanti dall'incremento del 25 per cento, a decorrere dall'anno 2015, dell'aliquota di prodotto che i titolari delle concessioni di coltivazione di idrocarburi liquidi e gassosi, estratti in terraferma e in mare, sono tenuti a corrispondere annualmente, ai sensi dell'articolo 19, comma 1, del decreto legislativo 25 novembre 1996, n. 625.

141-*quater*. Per l'anno 2015 le risorse del Fondo di cui al comma 141-*bis* sono prioritariamente destinate all'attuazione degli interventi previsti dal piano del settore olivicolo oleario».

1.1233

STEFANO, DE PETRIS, URAS

Precluso

Dopo il comma 141, aggiungere il seguente:

«141-*bis*. Gli accessi stradali sprovvisti, alla data di entrata in vigore della presente legge; della preventiva autorizzazione dell'ente proprietario della strada ai sensi dell'articolo 22 del decreto legislativo 30 aprile 1992, n. 285, devono essere regolarizzati entro il 30 giugno 2015 mediante presentazione della domanda di cui all'articolo 27 del citato decreto legislativo n. 285 del 1992. Nei comuni, come individuati dall'articolo 22, comma 2, del decreto-legge 2 aprile 2014, n. 66, convertito con modificazioni dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, i coltivatori diretti e gli imprenditori agricoli professionali, iscritti nella relativa gestione previdenziale, che per l'esercizio delle attività agricole di cui all'articolo 2135 del codice civile utilizzano una pluralità di accessi stradali sprovvisti della relativa autorizzazione, sono esonerati, all'atto della regolarizzazione di cui al presente articolo, dal pagamento del canone di concessione per l'accesso stradale più prossimo al fondo rustico ove è ubicato il centro aziendale o il fabbricato rurale adibito ad abitazione. Per gli altri accessi stradali. utilizzati dai soggetti indicati nel precedente periodo per i quali non trova applicazione l'esonero ivi disposto, il canone concessorio è ridotto ad un quinto di quello determinato ai sensi dell'articolo 27 del citato decreto legislativo n. 285 del 1992».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 112, primo periodo, sostituire le parole: «250 milioni» *, con le seguenti:* «245 milioni».

1.1234

STEFANO, DE PETRIS, URAS

Precluso

Dopo il comma 141, aggiungere il seguente:

«141-*bis*. Le risorse per l'attuazione delle convenzioni di cui all'articolo 5 del decreto legislativo

18 maggio 2001, n. 226, sono incrementate di 3 milioni di euro per l'anno 2015, di 2,5 milioni di euro per l'anno 2016 e di 2 milioni di euro per l'anno 2017. Al relativo onere si provvede a valere sulle risorse recate dal Fondo centrale per il credito peschereccio, istituito presso il ministero delle politiche agricole, alimentari e forestali, nonché sulle risorse resesi disponibili sul Fondo di Rotazione di cui all'articolo 5 della legge 16 aprile 1987, n. 183, valutate in euro 13 milioni per le misure dell'Asse 4 e in euro 36 milioni per le misure dell'Asse 2, a seguito della rimodulazione del tasso di cofinanziamento nazionale relativo al Fondo Europeo Pesca di cui al Regolamento (CE) n. 1198 del 2006 del 27 luglio 2007, con riferimento alle risorse assegnate dall'articolo 12 del Regolamento stesso. Le quote liberatesi di competenza delle Regioni sono utilizzate per le medesime finalità».

1.1235

STEFANO, URAS

Precluso

Dopo il comma 141, aggiungere il seguente:

«141-*bis*. Nei territori colpiti da fenomeni alluvionali nel periodo compreso fra il 1 settembre e il 1 dicembre 2014, a favore delle imprese agricole danneggiate che, non avendo provveduto per il corrente anno alla stipula delle polizze assicurative agricole agevolate a copertura del rischio "piogge alluvionali", non beneficiano dei risarcimenti assicurativi, si applicano le agevolazioni di cui all'articolo 5, commi 2 e 3, del decreto legislativo 29 marzo 2004, n. 102, come modificato dal decreto legislativo 18 aprile 2008, n. 82, da attuare secondo le modalità previste dalla medesima norma e nel limite della dotazione finanziaria ordinaria del Fondo di solidarietà nazionale».

1.1237

Luigi MARINO

Precluso

Dopo il comma 141 aggiungere il seguente:

«141-*bis*. Per l'anno 2015 le risorse del programma triennale nazionale della pesca e dell'acquacoltura, adottato con Decreto 31 gennaio 2013 del Ministro delle politiche agricole, alimentari e forestali sono incrementate di 5 milioni di euro, all'uopo utilizzando le risorse del fondo di rotazione di cui all'articolo 5, legge 16 aprile 1987, n. 183, che si renderanno disponibili al 31 dicembre 2014 per effetto del disimpegno automatico di cui agli articoli 90 e successivi del Regolamento (CE) n. 1198/2006 del Consiglio de127 luglio 2006 relativo al Fondo europeo per la pesca».

Conseguentemente, alla Tabella C, alla voce: Politiche competitive, della qualità agroalimentare, della pesca, dell'ippica e mezzi tecnici di produzione - Ministero delle politiche agricole, alimentari e forestali -legge 8 luglio 1991, n. 267: Attuazione del terzo piano nazionale della pesca marittima e misure in materia di . credito peschereccio, nonché di riconversione delle unità da pesca adibite alla pesca con reti da posta derivanti - Art. l, comma 1: Attuazione del piano nazionale della pesca marittima (1.5 - capp. 1173, 1413, 1414, 1415, 1418, 1477, 1488)*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: + 5.000.000

1.1242

BONFRISCO

Precluso

Dopo il comma 141 inserire il seguente:

«141-*bis* :All'articolo 22 del disegno di legge 24 aprile 2014 n.66,sono abrogati i commi 2 e 2-*bis* ».

Conseguentemente la voce «Fondi da ripartire» *del* Ministero dell'economia e delle finanze*, di cui all'elenco n.3 allegato al comma 45 dell'articolo 2 Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10,comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004n.282,convertito,con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004 n.307,cosi come incrementato, a decorrere dal2015,dall'articolo 1, comma 132 della presente legge è ridotta in misura pari a 350.000 euro annui.*

1.1243

PICCINELLI

Precluso

Dopo il comma 141, aggiungere il seguente:

«141-*bis*. Al comma 4-*bis*, dell'articolo 2, del decreto legge 30 dicembre 2099, n. 194, convertito con modificazioni, dalla legge 26 febbraio 2010, n. 25, è aggiunto in fine il seguente periodo: "Le agevolazioni tributarie di cui sopra spettano anche a coloro in possesso al momento dell'atto, anorché precedentemente all'entrata in vigore del presente articolo, dei requisiti prescritti, a prescindere dell'invio della certificazione dell'Ispettorato agrario di cui agli articoli 3 e 4 della legge 6 agosto 1954, n. 604"».

1.1244

PANIZZA, FRAVEZZI, Fausto Guilherme LONGO, LANIECE, BATTISTA, ZIN

Precluso

Dopo il comma 142, aggiugere i seguenti:

«142-*bis*. Al fine di favorire la formazione in azienda quale fattore strategico di sviluppo della competitività, è attribuito un credito d'imposta alle imprese per i costi sostenuti per lo svolgimento di attività di formazione, obbligatoria e continua, sia degli imprenditori che dei dipendenti.

142-*ter*. Nell'attività di formazione di cui al comma 142-*bis*, sono comprese tutte le attività formative inerenti l'attività dell'impresa, svolte sia in Italia che all'estero, per l'accesso ai corsi, per il vitto, l'alloggio e le spese di viaggio.

142-*quater*. Il credito d'imposta di cui al comma 142-*bis* è attribuito nei limiti del fondo di cui al comma 142-*quinquies* ed è utilizzabile in compensazione ai sensi dell'articolo 17 del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241 (modello F24).

142-*quinquies*. Allo scopo di cui ai commi da 142-*bis* a 142-*quater* è istituito apposito fondo nell'ambito dello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze con dotazione pari a 40 milioni di euro per l'anno 2014 e di 50 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015.

142-*sexies*. La Presidenza del Consiglio dei provvede al raggiungimento di risparmi di spesa per l'importo di 40 milioni di euro per l'anno 2014 e di 50 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015, con le seguenti modalità:

a) riduzione dell'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 4, comma 2, del decreto legislativo n. 6 del 2010 come rideterminata dalla tabella C della presente legge di 1 milione di euro per l'anno 2015 e di 2 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016;

b) riduzione dell'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 4, comma 1, del decreto-legge 31 maggio 2005, n. 90, convertito, con modificazioni, dalla legge 26 luglio 2005, n. 152 come rideterminata dalla tabella C della presente di 5 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015;

c) riduzione dell'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 19, comma 2, del decreto-legge 4 luglio 2006, n. 223, convertito, con modificazioni, la legge 4 agosto 2006, n. 248 come rideterminata dalla tabella C della presente legge di 6 milioni di euro per l'anno 2015;

d) riduzione dell'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 19, comma 3, del decreto-legge 4 luglio 2006, n. 223, convertito, con modificazioni, dalla legge 4 agosto 2006, n. 248 come rideterminata dalla tabella C della presente legge di 3 milioni di euro per l'anno 2015 e di 5 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016;

e) riduzione degli stanziamenti di spesa iscritti sullo stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze da trasferire al bilancio autonomo della Presidenza del Consiglio dei Ministri di 10 milioni di euro per l'anno 2015 e di 20 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016. I risparmi di spesa conseguenti sono destinati al fondo di cui al comma 142-*quinquies*».

1.1246

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, CROSIO

Precluso

Dopo il comma 142 inserire i seguenti:

«142-*bis*. Una somma pari a 200 milioni di euro è destinata al sostegno dell'accesso al credito delle piccole e medie imprese attraverso il rafforzamento dei Confidi. All'attuazione della misura si provvede a valere sulle risorse del Fondo di garanzia per le piccole e medie imprese di cui all'articolo 2, comma 100, lettera *a)*, della legge 23 dicembre 1996 n. 662 e successive modificazioni ed integrazioni.

142-*ter*. Entro 30 giorni dall'entrata in vigore del presente provvedimento con decreto del Ministro dello Sviluppo Economico, d'intesa con il Ministro dell'Economia e delle Finanze, sono adottate specifiche disposizioni volte a definire le caratteristiche tecniche dell'operazione nel rispetto dei commi 3 e 4 del presente articolo.

142-*quater*. Ai fini del presente articolo per Confidi si intendono i soggetti di cui all'articolo 13 della legge 24 novembre 2003, n. 326, costituiti da piccole e medie imprese industriali, commerciali, turistiche e di servizi, da imprese artigiane e agricole, come definite dalla disciplina comunitaria.

142-*quinquies*. Le disponibilità di cui al comma 1 sono ripartite tra tutti i Confidi attraverso contributi che ne incrementano i fondi di garanzia finalizzati ad accrescerne l'operatività a favore delle PMI. I contributi hanno una misura massima dell'1 per cento delle garanzie in essere dei Confidi al 31 dicembre dell'anno precedente (ultimo bilancio approvato) rilasciati a favore delle imprese associate e concessi da banche o da altri enti finanziatori quali società di *leasing* e di *factoring*».

1.1247

DE PIETRO, URAS, CASALETTO, MASTRANGELI

Precluso

Dopo il comma 142, aggiungere i seguenti:

«142-*bis*. Una somma pari a 200 milioni di euro è destinata al sostegno dell'accesso al credito delle piccole e medie imprese attraverso il rafforzamento dei Confidi. All'attuazione della misura si provvede a valere sulle risorse del Fondo di garanzia per le piccole e medie imprese di cui all'articolo 2, comma 100, lettera *a)*, della legge 23 dicembre 1996 n. 662 e successive modificazioni ed integrazioni.

142-*ter*. Entro 30 giorni dall'entrata in vigore del presente provvedimento con decreto del Ministro dello Sviluppo Economico, d'intesa con il Ministro dell'Economia e delle Finanze, sono adottate specifiche disposizioni volte a definire le caratteristiche tecniche dell'operazione nel rispetto dei commi 3 e 4 del presente articolo.

142-*quater*. Ai fini del presente articolo per Confidi si intendono i soggetti di cui all'articolo 13 della legge 24 novembre 2003, n. 326, costituiti da piccole e medie imprese industriali, commerciali, turistiche e di servizi, da imprese artigiane e agricole, come definite dalla disciplina comunitaria.

142-*quinquies*. Le disponibilità di cui al comma l sono ripartite tra tutti i. Confidi attraverso contributi che ne incrementano i fondi di garanzia finalizzati ad accrescerne l'operatività a favore delle PMI. I contributi hanno una misura massima dell'1 per cento delle garanzie in essere dei Confidi al 31 dicembre dell'anno precedente (ultimo bilancio approvato) rilasciati a favore delle imprese associate e concessi da banche o da altri enti finanziatori quali società di *leasing* e di *factoring*».

1.1248

GALIMBERTI

Precluso

Dopo il comma 142 inserire i seguenti:

«142-*bis*. Una somma pari a 200 milioni di euro è destinata al sostegno dell'accesso al credito delle piccole e medie imprese attraverso il rafforzamento dei Confidi. All'attuazione della misura si provvede a valere sulle risorse del Fondo di garanzia per le piccole e medie imprese di cui all'articolo 2, comma 100, lettera *a)*, della legge 23 dicembre 1996 n. 662 e successive modificazioni ed integrazioni.

142-*ter*. Entro 30 giorni dall'entrata in vigore del presente provvedimento con decreto del Ministro dello Sviluppo Economico, d'intesa con il Ministro dell'Economia e delle Finanze, sono adottate specifiche disposizioni volte a definire le caratteristiche tecniche dell'operazione nel rispetto

dei commi 3 e 4 del presente articolo.

142-*quater*. Ai fini del presente articolo per Confidi si intendono i soggetti di cui all'articolo 13 della legge 24 novembre 2003 n. 326, costituiti da piccole e medie imprese industriali, commerciali, turistiche e di servizi, da imprese artigiane e agricole, come definite dalla disciplina comunitaria.

142-*quinquies*. Le disponibilità di cui al comma 1 sono ripartite tra tutti i Confidi attraverso contributi che ne incrementano i fondi di garanzia finalizzati ad accrescerne l'operatività a favore delle PMI».

1.1249

Luigi MARINO, DI BIAGIO

Precluso

Dopo il comma 142 inserire i seguenti:

«142-*bis*. Una somma pari a 200 milioni di euro è destinata al sostegno dell'accesso al credito delle piccole e medie imprese attraverso il rafforzamento dei Confidi. All'attuazione della misura si provvede a valere sulle risorse del Fondo di garanzia per le piccole e medie imprese di cui all'articolo 2, comma 100, lettera *a)*, della legge 23 dicembre 1996, n. 662 e successive modificazioni ed integrazioni.

142-*ter*. Entro 30 giorni dall'entrata in vigore del presente provvedimento con decreto del Ministro dello Sviluppo Economico, d'intesa con il Ministro dell'Economia e delle Finanze, sono adottate specifiche disposizioni volte a definire le caratteristiche tecniche dell'operazione nel rispetto dei commi 3 e 4 del presente articolo.

142-*quater*. Ai fini del presente articolo per Confidi si intendono i soggetti di cui all'articolo 13 della legge 24 novembre 2003 n. 326, costituiti da piccole e medie imprese industriali, commerciali, turistiche e di servizi, da imprese cooperative, da imprese artigiane e agricole, come definite dalla disciplina comunitaria.

142-*quinquies*. Le disponibilità di cui al comma 1 sono ripartite tra tutti i Confidi attraverso contributi che ne incrementano i fondi di garanzia finalizzati ad accrescerne l'operatività a favore delle PMI».«

1.1250

MANDELLI, PICCOLI, BRUNI, BONFRISCO, CERONI, D'ALI', MILO

Precluso

Dopo il comma 142 inserire i seguenti:

«142-*bis*. Una somma pari a 200 milioni di euro è destinata al sostegno dell'accesso al credito delle piccole e medie imprese attraverso il rafforzamento dei Confidi. All'attuazione della misura si provvede a valere sulle risorse del Fondo di garanzia per le piccole e medie imprese di cui all'articolo 2, comma 100, lettera *a)*, della legge 23 dicembre 1996 n. 662 e successive modificazioni ed integrazioni.

142-*ter*. Entro 30 giorni dall'entrata in vigore del presente provvedimento con decreto del Ministro dello Sviluppo Economico, d'intesa con il Ministro dell'Economia e delle Finanze, sono adottate specifiche disposizioni volte a definire le caratteristiche tecniche dell'operazione nel rispetto dei commi 3 e 4 del presente articolo.

142-*quater*. Ai fini del presente articolo per Confidi si intendono i soggetti di cui all'articolo 13 della legge 24 novembre 2003 n. 326, costituiti da piccole e medie imprese industriali, commerciali, turistiche e di servizi, da imprese artigiane e agricole, come definite dalla disciplina comunitaria.

142-*quinquies*. Le disponibilità di cui al comma 1 sono ripartite tra tutti i Confidi attraverso contributi che ne incrementano i fondi di garanzia finalizzati ad accrescerne l'operatività a favore delle PMI. I contributi hanno una misura massima dell1 per cento delle garanzie in essere dei Confidi al 31 dicembre dell'anno precedente (ultimo bilancio approvato) rilasciati a favore delle imprese associate e concessi da banche o da altri enti finanziatori quali società di *leasing* e di *factoring*».

1.1255

DE PIN, MASTRANGELI, BOCCHINO, CAMPANELLA

Precluso

All'articolo 1, dopo il comma 142, inserire i seguenti:

«142-*bis*. Una somma pari a 200 milioni di euro è destinata al sostegno dell'accesso al credito delle piccole e medie imprese attraverso il rafforzamento dei Confidi. All'attuazione della misura si provvede a valere sulle risorse del Fondo di garanzia per le piccole e medie imprese di cui all'articolo 2, comma 100, lettera *a)*, della legge 23 dicembre 1996 n. 662 e successive modificazioni ed integrazioni.

142-*ter*. Entro 30 giorni dall'entrata in vigore del presente provvedimento con decreto del Ministro dello Sviluppo Economico, d'intesa con il Ministro dell'Economia e delle Finanze, sono adottate specifiche disposizioni volte a definire le caratteristiche tecniche dell'operazione nel rispetto dei commi 142-*quater* e 142-*quinques* del presente articolo.

142-*quater*. Ai fini dell'applicazione del comma 142-*bis*, per Confidi si intendono i soggetti di cui all'articolo 13 della legge 24 novembre 2003 n. 326, costituiti da piccole e medie imprese industriali, commerciali, turistiche e di servizi, da imprese artigiane e agricole, come definite dalla disciplina comunitaria.

142-*quinquies*. Le disponibilità di cui al comma 142-*bis* sono ripartite tra tutti i Confidi attraverso contributi che ne incrementano i fondi di garanzia finalizzati ad accrescerne l'operatività a favore delle PMI. I contributi hanno una misura massima dell'1 per cento delle garanzie in essere dei Confidi al 31 dicembre dell'anno precedente, come da ultimo bilancio approvato, rilasciati a favore delle imprese associate e concessi da banche o da altri enti finanziatori quali società di *leasing* e di *factoring*».

1.1256

GAMBARO

Precluso

Dopo il comma 142, inserire i seguenti:

«142-*bis*. Una somma pari a 200 milioni di euro è destinata al sostegno dell'accesso al credito delle piccole e medie imprese attraverso il rafforzamento dei Confidi. All'attuazione della misura si provvede a valere sulle risorse del Fondo di garanzia per le piccole e medie imprese di cui all'articolo 2, comma 100, lettera *a)*, della legge 23 dicembre 1996 n. 662 e successive modificazioni ed integrazioni.

142-*ter*. Entro 30 giorni dall'entrata in vigore del presente provvedimento con decreto del Ministro dello Sviluppo Economico, d'intesa con il Ministro dell'Economia e delle Finanze, sono adottate specifiche disposizioni volte a definire le caratteristiche tecniche dell'operazione nel rispetto dei commi 3 e 4 del presente articolo.

142-*quater*. Ai fini del presente articolo per Confidi si intendono i soggetti di cui all'articolo 13 della Legge 24 novembre 2003 n. 326, costituiti da piccole e medie imprese industriali, commerciali, turistiche e di servizi, da imprese artigiane e agricole, come definite dalla disciplina comunitaria.

142-*quinquies*. Le disponibilità di cui al comma 1 sono ripartite tra tutti i Confidi attraverso contributi che ne incrementano i fondi di garanzia finalizzati ad accrescerne l'operatività a favore delle PMI. I contributi hanno una misura massima dell'1 per cento delle garanzie in essere dei Confidi al 31 dicembre dell'anno precedente (ultimo bilancio approvato) rilasciati a favore delle imprese associate e concessi da banche o da altri enti finanziatori quali società di *leasing* e di *factoring*.

1.1257

DONNO, GAETTI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Dopo il comma 142, aggiungere il seguente:

«142-*bis*. Dopo il comma 6, dell'articolo 34 del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633 aggiungere il seguente:

"6-*bis*. il limite massimo del volume d'affari di cui al comma 6 è innalzato a 10.000 euro per i produttori agricoli che conducono direttamente, in forma singola, familiare o associata, i fondi, siano essi di proprietà o concessi in locazione, anche avvalendosi del lavoro di salariati temporanei o fissi in

numero limitato definito con legge regionale, che praticano regolarmente diversificazioni e avvicendamenti colturali a basso impatto ambientale, che producono beni prevalentemente destinati all'auto consumo, ovvero rivolti alla vendita diretta presso i mercati locali e in circuiti di filiera corta e che trasformano le materie prime di esclusiva produzione propria direttamente in azienda o presso la propria abitazione, con esclusione di processi di lavorazione industriale e che ricadono nei comuni interessati dagli eventi alluvionali che hanno colpito il territorio nazionale nell'anno 2014, già oggetto di riconoscimento dello stato di calamità naturale come da apposito Decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri"».

Conseguentemente, agli oneri derivanti dalle presenti disposizioni, stimati in 100 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, si provvede mediante corrispondente riduzione lineare degli importi di parte corrente di cui alla tabella C allegata al presente disegno di legge.

1.1258

DONNO, GAETTI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Dopo il comma 142, aggiungere il seguente:

«142-*bis*. Dopo il comma 6, dell'articolo 34 del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633 aggiungere il seguente:

"6-*bis*. Il limite massimo del volume d'affari di cui al comma 6 è innalzato a 10.000 euro per i produttori agricoli che ricadono nei comuni interessati dagli eventi alluvionali che hanno colpito il territorio nazionale nell'anno 2014, già oggetto di riconoscimento dello stato di calamità naturale come da apposito Decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri"».

Conseguentemente, agli oneri derivanti dalle presenti disposizioni, stimati in 100 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, si provvede mediante corrispondente riduzione lineare degli importi di parte corrente di cui alla tabella C allegata al presente disegno di legge.

1.1259

DONNO, GAETTI, FATTORI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Dopo il comma 142, aggiungere il seguente:

«142-*bis*. Dopo il comma 6, dell'articolo 34 del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633 aggiungere il seguente:

"6-*bis*. il limite massimo del volume d'affari di cui al comma 6 è innalzato a 10.000 euro per i produttori agricoli che conducono direttamente, in forma singola, familiare o associata, i fondi, siano essi di proprietà o concessi in locazione, anche avvalendosi del lavoro di salariati temporanei o fissi in numero limitato definito con legge regionale, che praticano regolarmente diversificazioni e avvicendamenti colturali a basso impatto ambientale, che producono beni prevalentemente destinati all'auto consumo, ovvero rivolti alla vendita diretta presso i mercati locali e in circuiti di filiera corta e che trasformano le materie prime di esclusiva produzione propria direttamente in azienda o presso la propria abitazione, con esclusione di processi di lavorazione industriale"».

Conseguentemente, agli oneri derivanti dalle presenti disposizioni, stimati in 100 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, si provvede mediante corrispondente riduzione lineare degli importi di parte corrente di cui alla tabella C allegata al presente disegno di legge.

1.1273 (testo 2)

BONFRISCO

Precluso

Dopo il comma 142,inserire i seguenti:

«142-*bis*. Al fine di consentire lo sviluppo di iniziative nell'ambito della ricerca scientifica in materia di mitigazione ed adattamento ai cambiamenti climatici è autorizzata la spesa per l'anno 2015 di euro 15 milioni e di euro 5 milioni per gli anni 2016 e 2017.

142-*ter*. Ai relativo onere si provvede quanto a 15 milioni per l'anno 2015 e quanto ai 5 milioni per ciascuno degli anni 2016 e 2017 mediante riduzione dell'1% degli stanziamenti di parte corrente

inseriti nell'allegata tabella C.

142-*quater*. Tali risorse sono destinate al finanziamento di Accordi di Programma Quadro con società,consorzi,associazioni,organismi e fondazioni a totale o prevalente partecipazione di enti pubblici, valutate dall'ANVUR, costituiti con leggi o disposizioni statutarie,per la realizzazione di specifici programmi di ricerca pluriennali.

14-*quinquies*. Il Ministro per l'ambiente e per la Tutela del Territorio e del Mare, con proprio decreto, stabilisce il riparto delle risorse di cui al comma 1 tra i soggetti di cui al comma 2, seguendo un criterio premiale che si basi sulle valutazioni ANVUR.»

1.1274

MILO, Mario FERRARA

Precluso

Dopo il comma 142 aggiungere il seguente:

«142-*bis*. Le disponibilità di cui all'articolo 1 del decreto-legge 30 dicembre 2009, n. 195, convertito, con modificazione, dalla legge 26 febbraio 2010, n. 26 ci del comma 8-*bis* dell'articolo 18 di cui al decreto-legge del 21 giugno 2013, convertito, con modificazione, dalla legge 9 agosto 2013, n. 95, sono integralmente ripristinate per gli anni 2015, 2016, 2017».

All'onere derivante per la relativa copertura pari a complessivi 2,5 milione di euro per il triennio 2015-2017, si provvede mediante corrispondente riduzione, pari a 840.000 di euro per il 2015, 928.000 di euro per il 2016 e 733.000 di euro per il 2017, dello stanziamento del fondo speciale di parte corrente iscritto, ai fini del bilancio triennale 2015-2017 nell'ambito del Programma "fondi di riserva e speciali" della Missione "fondi da ripartire" dello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle Finanze per gli anni 2015 e 2017, allo scopo parzialmente utilizzando l'accantonamento relativo al ministero del lavoro e delle politiche Sociali».

1.1275

MILO, Mario FERRARA

Precluso

Dopo il comma 142 aggiungere il seguente:

«142-*bis*. In relazione atta inderogabilità degli interventi programmati nel settore della prevenzione, del monitoraggio e dei modelli applicati riconducibili al rischio sismico sui territori più vulnerabili e per i particolari meccanismi e parametri che regolano l'evoluzione della spesa, così come determinati all'articolo 1, comma 1, del decreto-legge 30 dicembre 2009, n. 195, convertito, con modificazioni, dalla legge 26 febbraio 2010, n. 26 e dall'articolo 8-*bis* del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 agosto 2013, n. 98 e successive integrazioni, si fa espressa disposizione di applicabilità, nel caso di specie, del comma 6, articolo 21, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, e successive modificazioni a far data dal 1º gennaio 2015. Intendendo, per le ragioni indicate in premessa, la spesa di cui trattasi come non rimodulabile, così come indicato dalla lettera *a)*, comma 5, dell'articolo 21 detta medesima legge».

1.1276

MILO, Mario FERRARA

Precluso

Dopo il comma 142, aggiungere il seguente:

«142-*bis*. In relazione all'esigenza di sostenere il rafforzamento della capacità di attrazione di nuove iniziative imprenditoriali e la mobilitazione di capitali di investimento destinati allo sviluppo delle attività produttive nelle diverse Aree Industriali del Paese, la Federazione Italiana dei Consorzi ed Enti di Industrializzazione (F.I.C.E.I.) cura la costruzione e la operatività della Rete delle Infrastrutture Immateriali per lo Sviluppo Industriale (RIISI) finalizzata allo Sviluppo ed alla Realizzazione di Servizi Innovativi Integrati alle Imprese in materia Ambientale, Territoriale ed Infrastrutturale.

142-*ter*. Per le finalità di cui al precedente capoverso è disposto il finanziamento in favore della Federazione Italiana dei Consorzi ed Enti di Industrializzazione (F.I.C.E.I.) di 3 milioni di euro annui

per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017.

142-*quater*. All'onere derivante dall'attuazione del precedente secondo capoverso, pari a 3 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, si provvede mediante corrispondente riduzione dello stanziamento del fondo speciale in conto capitale iscritto ai fini del bilancio triennale 2015-2017, dello stato di previsione del Ministero dell'economia e finanze di cui alla tabella B della presente legge».

Conseguentemente alla Tabella B, voce «Ministero Economia e Finanze» *apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 3.000.000;
2016: - 3.000.000;
2017: - 3.000.000.

1.1277

DIVINA

Precluso

Dopo il comma 142, inserire i seguenti:

«142-*bis*. Alla legge 18 aprile 1975, n. 110 è apportata la seguente modificazione:

a) al sesto comma dell'articolo 10 è aggiunto il seguente periodo: "La detenzione di armi sportive in numero superiore è subordinata al rilascio di apposita licenza da parte del questore. La licenza ha carattere permanente. Il trasporto e l'utilizzo delle armi detenute in forza di tale licenza è subordinato alla previa comunicazione all'ufficio di polizia amministrativa competente per territorio".

142-*ter*. Alla legge 25 marzo 1986, n. 85, è apportata la seguente modificazione:

a) All'articolo 2, dopo il secondo comma, è aggiunto il seguente:

"2-*bis*. Sono armi sportive di categoria B7 dell'Allegato I della direttiva 91/477/CEE, relativa al controllo dell'acquisizione e della detenzione di armi, le armi lunghe che costituiscono versioni semiautomatiche nello stesso calibro dei fucili militari d'assalto a funzionamento automatico in dotazione a forze armate o forze di polizia italiane o straniere".

142-*quater*. Entro sei mesi dall'entrata in vigore della presente legge chiunque detenga armi riconosciute sportive in numero superiore a sei deve fare istanza al questore per ottenere la licenza per detenerle. La licenza è rilasciata senza altre formalità».

1.1278

PICCOLI, CERONI, AMIDEI

Precluso

Dopo il comma 142, aggiungere il seguente:

«142-*bis*. Il termine per l'adeguamento alle disposizioni di cui al decreto del Presidente della Repubblica 1º agosto 2011, n. 151, è prorogato al 31 dicembre 2015.».

1.1279

PICCOLI, CERONI, AMIDEI

Precluso

Dopo il comma 142, aggiungere il seguente:

«142-*bis*. Il termine "31 dicembre 2014", di cui all'articolo 11, comma 1, del decreto-legge 30 dicembre 2013, n. 150, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 febbraio 2014, n. 15 è prorogato al 31 dicembre 2015.».

1.1280

LIUZZI

Precluso

Dopo il comma 142 aggiungere il seguente:

«142-*bis*. Al fine di dare attuazione a quanto previsto dall'articolo 5, comma 2, lettera *d)*, del decreto-legge 14 agosto 2013, n. 93, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 ottobre 2013, n. 119, rubricato: "potenziare le forme di assistenza e di sostegno alle donne vittime di violenza e ai loro figli attraverso modalità omogenee di rafforzamento della rete dei servizi territoriali, dei centri

antiviolenza e dei servizi di assistenza alle donne vittime di violenza", sono assegnati sul Fondo per le politiche relative ai diritti e alle pari opportunità, 8,41 milioni di euro per l'anno 2015, 12 milioni di euro per l'anno 2016 e 16 milioni di euro, per l'anno 2017. Ai maggiori oneri derivanti dall'attuazione del presente comma, si provvede mediante corrispondente rimodulazione del Fondo interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307 come incrementato dal comma 132 del presente articolo».

1.1281

PICCOLI, CERONI, AMIDEI

Precluso

Dopo il comma 142, aggiungere il seguente:

«142-*bis*. All'articolo 96, comma 1, della legge 21 novembre 2000, n. 342, le parole "Per l'acquisto di autoambulanze e di beni mobili iscritti in pubblici registri destinati ad attività antincendio da parte dei vigili del fuoco volontari," sono sostituite dalle seguenti: "Per l'acquisto di autoambulanze e di beni mobili iscritti in pubblici registri, nonché materiale ed attrezzatura di soccorso, destinati ad attività antincendio da parte dei vigili del fuoco volontari,"».

1.1282

BISINELLA, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 142, inserire il seguente:

«142-*bis)*. Gli oneri previsti dall'articolo 4, punto 14, della legge 12 novembre 2011, n. 183, e relativi agli accertamenti clinico strumentali e di laboratorio indicati dall'amministrazione per il reclutamento del personale volontario per le esigenze dei distaccamenti volontari del Corpo nazionale di cui all'articolo 9, comma 2, lettera *b)* del decreto legislativo 8 marzo 2006, n. 139, sono a carico della medesima».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 125, sostituire le parole: «187,5 milioni di euro» *con le seguenti:* «187 milioni di euro».

1.1283

BISINELLA, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 142, inserire il comma 142-bis) così formulato:

«142-*bis)*. Al comma 1 dell'articolo 20 della Legge 24 novembre 2003, n. 326, dopo la parola: "pubblici registri" sono inserite le parole: "nonché materiale ed attrezzatura di soccorso". All'onere, stimato pari a 500.000 euro nel 2015 e 300.000 euro a decorrere dal 2016 si provvede attingendo alle dotazioni del Fondo nazionale per le politiche e i servizi dell'asilo, di cui all'articolo 1-*septies* del decreto legge 30 dicembre 1989, n. 416, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 febbraio 1990, n. 39».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 125 sostituire le parole: «187,5 milioni di euro annui decorrere dall'anno 2015» *con le seguenti:* «187 milioni di euro nell'anno 2015 e 187,2 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2016».

1.1284

CIAMPOLILLO, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Dopo il comma 143 inserire il seguente:

«143-*bis*. Al decreto legislativo 28 settembre 2012, n. 178, apportare le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 2, comma 1, dopo le parole: "All'Ente si applicano le disposizioni vigenti per gli enti pubblici non economici, salvo quanto previsto dal presente articolo.", inserire le seguenti parole: "L'Associazione verserà all'Ente parte dei fondi derivanti dalla donazione del 5 per mille, in modo da agevolare l'Ente nel favorire i passaggi di personale previsti dall'articolo 6, comma 7, secondo periodo, nel rispetto dell'articolo 9";

b) all'articolo 2, comma 1, dopo le parole: "dal 1º gennaio 2015 fino alla data della sua liquidazione", inserire le seguenti parole: "che dovrà comunque essere successiva alla effettiva esecuzione di tutti i passaggi di personale di cui all'articolo 6, comma 7, con applicazione di quanto previsto dall'articolo 8, comma 2";

c) all'articolo 2, comma 5, sostituire il primo periodo con il seguente: "Le risorse finanziarie a carico del bilancio dello Stato, diverse da quelle di cui all'articolo 1, comma 6, che sarebbero state erogate alla CRI e quindi all'Ente nell'anno 2014, o anche successivamente, qualora si tratti delle risorse previste dall'articolo 30, comma 2.3, del D. Lgs. n. 165/2001, secondo quanto disposto dalla normativa vigente in materia, nonché le risorse finanziarie, di pari ammontare a quelle determinate per l'anno 2014, sono attribuite all'Ente e all'Associazione, fermo restando che, per le risorse previste dall'articolo 30, commi 2.3 e 2.4, del D. Lgs. n. 165/2001, trova applicazione quanto espressamente previsto dal successivo articolo 6, comma 7, secondo periodo, in materia di passaggi di personale";

d) all'articolo 4, comma 1, lettera *c)*, dopo le parole: "gli immobili pervenuti alla CRI," inserire le seguenti parole: "anche al fine del concorso dell'Ente, nel rispetto dell'articolo 9, agli oneri legati ai passaggi di personale previsti dall'articolo 6, o comma 7, secondo periodo";

e) all'articolo 6, comma 2, quarto periodo, dopo le parole: "ovvero la permanenza in servizio presso l'Ente", inserire le seguenti parole: "salva l'eventuale applicazione del successivo comma 7 sui passaggi di personale";

f) all'articolo 6, comma 3, dopo le parole: "salvo quanto previsto al presente articolo", inserire le seguenti parole: "con particolare riguardo al successivo comma 7, primo e secondo periodo";

g) all'articolo 6, comma 6, primo periodo, sostituire le parole: "assunto da" con le seguenti: "passato alle dipendenze di";

h) all'articolo 6, comma 6, secondo periodo, sostituire le parole: "in mobilità" con le seguenti: "in esubero";

i) all'articolo 6, comma 7, dopo le parole: "Con accordo ai sensi dell'articolo 4 del decreto legislativo 28 agosto 1997, n. 281", inserire le seguenti parole: "ovvero tramite accordo tra la CRI o l'Ente e la Regione o altra struttura o azienda dipendente dalla Regione, nel caso in cui le Regioni deliberino di gestire in via diretta, tramite il Servizio sanitario nazionale, le attività sanitarie e socio sanitarie già affidate in convenzione alla CRI";

l) all'articolo 6, comma 7, secondo periodo, eliminare le parole: "in deroga al comma 6, terzo periodo";

m) all'articolo 6, comma 7, secondo periodo, dopo le parole: "disponendo il trasferimento delle risorse finanziarie occorrenti al relativo trattamento economico in applicazione dell'articolo 30, comma 2-*quinquies* del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165.", inserire le seguenti parole: "Trovano, in tal caso, applicazione i commi 2.3 e 2.4 dell'articolo 30 del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165, fermo restando che l'Ente, nel rispetto dell'articolo 9, dovrà concorrere agli oneri per il trasferimento delle risorse tramite utilizzazione di parte dei fondi derivanti dalla donazione del 5 per mille, a lui devoluti dalla CRI o dall'Associazione, ovvero tramite i proventi delle dismissioni regolate dall'articolo 4, comma 1, lettera *c)*, ovvero sulla base delle altre disposizioni del presente decreto";

n) all'articolo 8, comma 1, dopo le parole: "Restano ferme per gli anni 2012 e 2013 le disposizioni vigenti in materia di contributi a carico del bilancio dello Stato in favore della CRI", inserire le seguenti parole: "fermo restando che una parte di tali contributi potrà essere erogata in favore dell'Ente, allo scopo di favorire il passaggio del personale della CRI e quindi dell'Ente ad altri enti e aziende del Servizio sanitario nazionale ovvero alla Regione ed alle relative strutture o aziende";

o) all'articolo 8, comma 2, dopo le parole: "salvo quanto previsto nel secondo periodo del presente comma", inserire le seguenti parole: "e ferma restando la permanenza a carico dell'Ente, eventualmente in gestione liquidatoria, della responsabilità, nel rispetto dell'articolo 9, per il concorso negli oneri legati al trasferimento delle risorse ai sensi dell'articolo 6, comma 7, secondo periodo ovvero ai sensi delle altre norme del presente decreto";

p) all'articolo 8, comma 2, dopo le parole: "il predetto personale, ove non assunto alla data del

1º gennaio 2017 dall'Associazione,", inserire le seguenti parole: "e fuori dai casi contemplati dall'articolo 6, comma 7, secondo periodo";

q) all'articolo 8, comma 2, dopo le parole: "L'assunzione ai sensi dell'articolo 6, comma 4, determina la cessazione dello stato di disponibilità", inserire il seguente periodo: "Resta espressamente inteso che l'Associazione, anche dopo l'eventuale liquidazione dell'Ente, sarà tenuta a versare all'Ente parte dei fondi derivanti dalla donazione del 5 per mille, ai fini del concorso dell'Ente agli oneri per i passaggi di personale previsti dall'articolo 6, comma 7, secondo periodo, sino al completamento delle assunzioni di tutto il personale della CRI transitato alle dipendenze dell'Ente e, quindi, alle Regioni o ad altra struttura o azienda regionale, nel rispetto dell'articolo 9 del presente decreto, delle procedure di *turn over* del personale e degli eventuali vincoli alle assunzioni previste dalla normativa regionale, ivi espressamente compresi gli eventuali piani di rientro dai *deficit* sanitari o i programmi operativi di prosecuzione dei predetti piani, ove esistenti"».

1.1285

DI BIAGIO

Precluso

Dopo il comma 143, aggiungere i seguenti:

«144. Il divieto di cui al terzo comma dell'articolo 2 del decreto del Presidente della Repubblica 24 dicembre 1974, n. 727, non si applica ai crediti, certificati dai competenti organismi pagatori e ceduti a ISMEA, relativi ai regimi di sostegno di cui all'Allegato 1 del regolamento (UE) n. 1307/2013 del Parlamento europeo e del Consiglio del 17 dicembre 2013, recante norme sui pagamenti diretti agli agricoltori nell'ambito dei regimi di sostegno previsti dalla politica agricola comune e che abroga il regolamento (CE) n. 637/2008 del Consiglio e il regolamento (CE) n. 73/2009 del Consiglio, inerenti le operazioni di cui al comma 45, lettera *c)*, dell'articolo 4 della legge 24 dicembre 2003, n. 350. Il beneficiario deve manifestare la volontà di cessione nella Domanda Unica presentata ai sensi dell'articolo 72 del regolamento (UE) n. 1306/2013 del Parlamento europeo del 17 dicembre 2013, sul finanziamento, sulla gestione e sul monitoraggio della politica agricola comune e che abroga i regolamenti del Consiglio (CEE) n. 352/78, (CE) n. 165/94, (CE) n. 2799/98, (CE) n. 814/2000, (CE) n. 1290/2005 e (CE) n. 485/2008. Alle operazioni di cui al presente comma, si applica la compensazione di cui all'articolo 01, comma 16, secondo periodo, del decreto-legge 10 gennaio 2006, n. 2, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 marzo 2006, n. 81, e successive modificazioni e integrazioni, effettuata avuto riguardo alla data della cessione del credito a ISMEA secondo le modalità indicate nel decreto di cui al periodo successivo. Con decreto, di natura non regolamentare, del Ministro delle politiche agricole alimentari e forestali, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, da emanarsi entro trenta giorni dall'entrata in vigore della presente legge, sono definite le modalità, i limiti e i criteri, per la cessione dei crediti, anche in deroga a quanto previsto dagli articoli 69 e 70 del regio decreto del 18 novembre 1923, n. 2440. Alle cessioni di crediti di cui al presente comma non si applica l'articolo 1264 del codice civile e si applicano gli articoli 5 e 6 della legge 21 febbraio 1991, n. 52, e le disposizioni di cui al decreto del Presidente della Repubblica 26 aprile 1986, n. 131.

145. All'articolo 17 del decreto legislativo 29 marzo 2004, n. 102, dopo il comma 2, è aggiunto il seguente:

"2-*bis*. La garanzia di cui al comma 2 può essere concessa anche a fronte di titoli di debito emessi dalle imprese operanti nel settore agricolo, agroalimentare e della pesca, in conformità con quanto previsto dall'articolo 2412 del codice civile e dall'articolo 32 del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito, con modificazioni, dalla legge del 7 agosto 2012, n. 134, acquistati da organismi di investimento collettivo del risparmio (Oicr) le cui quote o azioni siano collocate esclusivamente presso investitori qualificati che non siano, direttamente o indirettamente, soci della società emittente. Per le proprie attività istituzionali, nonché per le finalità del presente decreto legislativo, l'Istituto, si avvale direttamente dell'Anagrafe delle aziende agricole e del fascicolo aziendale elettronico di cui agli articoli 1, comma 1, e 9 del decreto del Presidente della Repubblica 1º dicembre 1999, n. 503".

146. All'articolo 60 del codice dell'amministrazione digitale di cui al decreto legislativo 7 marzo 2005, n. 82, al comma 3-*bis*, dopo la lettera *f*-bis), è aggiunta la seguente:

"*f*-ter). Anagrafe delle aziende agricole di cui all'articolo 1, comma 1, del decreto del Presidente della Repubblica 1º dicembre 1999, n. 503".

147. All'articolo 1-*ter* del decreto legge 24 giugno 2014, n. 91, convertito, con modificazioni, della legge 11 agosto 2014, n. 116, dopo il comma 6, è aggiunto il seguente:

"6-*bis*. Per la selezione degli organismi di consulenza aziendale le regioni e le province autonome di Trento e di Bolzano possono fare ricorso ad accordi quadro, in deroga all'articolo 59, comma 1, del decreto legislativo 12 aprile 2006, n. 163".

148. Dall'attuazione delle disposizioni di cui ai commi 144, 145, 146 e 147 non devono derivare nuovi o maggiori oneri a carico della finanza pubblica».

1.1288

DI BIAGIO

Precluso

Dopo il comma 143, aggiungere i seguenti:

«144. All'articolo 2 della legge 23 dicembre 1996, n. 662, il comma 132 è sostituito dal seguente:

"132. L'Istituto per lo sviluppo agro alimentare Spa (ISA) effettua interventi finanziari, a condizioni agevolate o a condizioni di mercato, in società, sia cooperative che con scopo di lucro, economicamente e finanziariamente sane, che operano nella trasformazione e commercializzazione dei prodotti agricoli, della pesca e dell'acquacoltura, compresi nell'Allegato I del trattato sul funzionamento dell'Unione europea. ISA effettua interventi finanziari, a condizioni agevolate o a condizioni di mercato, in società il cui capitale sia posseduto almeno al 51 per cento da imprenditori agricoli, cooperative agricole a mutualità prevalente e loro consorzi o da organizzazioni di produttori riconosciute ai sensi della normativa vigente o in cooperative i cui soci siano in maggioranza imprenditori agricoli, economicamente e finanziariamente sane, che operano nella distribuzione e nella logistica - anche su piattaforma informatica - dei prodotti agricoli, della pesca e dell'acquacoltura, compresi nell'Allegato I del trattato sul funzionamento dell'Unione europea Nel caso d'interventi a condizioni di mercato, ISA opera esclusivamente come socio di minoranza sottoscrivendo aumenti di capitale ovvero prestiti obbligazionari o strumenti finanziari partecipativi. Nell'ambito delle operazioni di acquisizione delle partecipazioni, ISA stipula accordi con i quali gli altri soci, o eventualmente terzi, si impegnano a riscattare al valore di mercato, nel termine stabilito dal relativo piano specifico di intervento, le partecipazioni acquisite. Nel caso d'interventi a condizioni agevolate, ISA interviene tramite l'erogazione di mutui di durata massima di 15 anni. I criteri e le modalità degli interventi finanziari di ISA sono definiti con decreto del Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali. L'efficacia della presente disposizione è subordinata alla preventiva autorizzazione da parte della Commissione europea".

145. La legge 19 dicembre n. 1983, n. 700, è abrogata All'articolo 2 della legge 23 dicembre 1996, n. 662, i commi 132-*bis* e 132-*ter* sono abrogati. All'articolo 23 della legge 7 agosto 1997, n. 266, i commi da 1 a 4 sono abrogati.

1.1289

DI BIAGIO

Precluso

Dopo il comma 143, aggiungere il seguente:

«144. Per ciascuno degli anni 2016 e 2017 è autorizzata in favore dell'Agenzia per le erogazioni in agricoltura (AGEA) la spesa di 2,5 milioni di euro da destinare a iniziative volte a garantire la qualità e il monitoraggio delle produzioni agroalimentari in attuazione dell'articolo l8:commi 1 e 2, della legge 23 luglio 2009, n. 99».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali, *apportare le seguenti variazioni:*

2016: - 2,5 milioni di euro;

2017: - 2,5 milioni di euro.

1.292

RUVOLO, BONFRISCO

Precluso

Dopo il comma 143, aggiungere il seguente:

«144. Per ciascuno degli anni 2016 e 2017 è autorizzata in favore dell'Agenzia per le erogazioni in agricoltura (AGEA) la spesa di 2,5 milioni di euro da destinare a iniziative volte a garantire la qualità e il monitoraggio delle produzioni agro alimentari in attuazione dell'articolo 18, commi 1 e 2, della legge 23 luglio 2009, n. 99».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali, *apportare le seguenti variazioni:*

2016: - 2,5 milioni di euro;

2017: - 2,5 milioni di euro.

1.1293

D'AMBROSIO LETTIERI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, ZIZZA, IURLARO, LIUZZI, AMORUSO

Precluso

Dopo il comma 143, aggiungere il seguente:

«143-*bis*. Per le finalità di cui all'articolo 52 comma 18 legge 28 dicembre 2001, n. 448, e successive modifiche e integrazioni, è autorizzata la spesa di 120 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015».

Conseguentemente le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 120 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017.

1.1294

STEFANO, URAS, DE PETRIS

Precluso

Dopo il comma 143, aggiungere il seguente:

«143-*bis*. Per le finalità di cui all'articolo 52 comma 18 legge 28 dicembre 2001, n. 448 e successive modifiche e integrazioni, è autorizzata la spesa di 120 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015».

Conseguentemente le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 120 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017.

1.1296

STEFANO, URAS, DE PETRIS

Precluso

Dopo il comma 143, aggiungere il seguente:

«143-*bis*. In attesa della riforma del canone di cui all'articolo 4 della legge 25 giugno 1993, n. 206, e successive modifiche e integrazioni, a decorrere dal 2015 si ottempera a quanto previsto dall'articolo 10 della legge n. 422 del 27 ottobre 1993 destinando i tre quarti dei proventi derivanti dal pagamento del canone suddetto di competenza delle amministrazioni statali, inclusi IVA e tassa di concessione governativa, ai fornitori di servizi di media audiovisivi in ambito locale che svolgono ruolo complementare di servizio pubblico territoriale».

1.1297

D'AMBROSIO LETTIERI

Precluso

Dopo il comma 143, aggiungere il seguente:

«143-*bis*. In attesa della riforma del canone di cui all'articolo 4 della legge 25 giugno 1993, n. 206, e successive modifiche e integrazioni, a decorrere dal 2015 si ottempera a quanto previsto

dall'articolo 10 della legge n. 422 del 27 ottobre 199.3 destinando i tre quarti dei proventi derivanti dal pagamento del canone suddetto di competenza delle amministrazioni statali, inclusi IVA e tassa di concessione governativa, ai fornitori di servizi di media audiovisivi in ambito locale che svolgono ruolo complementare di servizio pubblico territoriale».

1.1299

DI BIAGIO

Precluso

Dopo il comma 143, aggiungere il seguente:

«144. All'articolo 2, comma 2, lettera *a),* ultimo periodo, del decreto del Presidente della Repubblica 10 novembre 1997, n, 441, le parole: "superiore a lire dieci milioni" sono sostituite dalle seguenti: "superiore a euro diecimila o si tratti di beni facilmente deperibili e di modico valore"».

1.1301

MANDELLI

Precluso

Dopo il comma 143, aggiungere il seguente:

«143-*bis*. All'articolo 1, legge 27 dicembre 2013, n. 147, sopprimere i commi 63, 64, 65, 66 e 67».

1.1302

MANDELLI

Precluso

Dopo il comma 143, aggiungere il seguente:

«143-*bis.* All'articolo 1, legge 27 dicembre 2013, n. 147, 67».

1.1303

MANDELLI

Precluso

Dopo il comma 143, aggiungere il seguente:

«143-*bis*. Agli enti previdenziali di cui al decreto legislativo 30 giugno 1994, n. 509, e al decreto legislativo 10 febbraio 1996, n. 103, a decorrere dal 1º gennaio 2015 è riconosciuto un credito di imposta pari alla differenza tra l'ammontare delle ritenute e imposte sostitutive applicate nella misura del 26 per cento sui redditi di natura finanziaria dichiarate e certificate dai soggetti intermediari o dichiarate dagli enti medesimi e l'ammontare di tali ritenute e imposte sostitutive computate nella misura del 20 per cento. Si tiene conto dei criteri indicati nell'articolo 3, commi 6 e seguenti, del decreto legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito nella legge 23 giugno 2014, n. 89. Il credito d'imposta va indicato nella dichiarazione dei redditi dell'anno in cui è maturato, non concorre alla formazione del reddito ai fini delle imposte sui redditi e del valore della produzione ai fini dell'imposta regionale sulle attività produttive, non rileva ai fini del rapporto di cui agli articoli 61 e 109, comma 5, del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al D.P.R. 22 dicembre 1986, n. 917. Il credito d'imposta può essere utilizzato esclusivamente in compensazione, ai sensi dell'articolo 17 del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241. Al credito d'imposta non si applicano i limiti di cui all'articolo 1, comma 53, della legge 24 dicembre 2007, n. 244, e all'articolo 34 della legge 23 dicembre 2000, n. 388».

1.1304

MANDELLI

Precluso

Dopo il comma 143 aggiungere il seguente:

«143-*bis*. Agli enti previdenziali di cui al decreto legislativo 30 giugno 1994, n. 509, e al decreto legislativo 10 febbraio 1996, n. 103, a decorrere dal 1º gennaio 2015 è riconosciuto un credito di imposta pari alla differenza tra l'ammontare delle ritenute e imposte sostitutive applicate nella misura del 26 per cento sui redditi di natura finanziaria dichiarate e certificate dai soggetti intermediari o dichiarate dagli enti medesimi e l'ammontare di tali ritenute e imposte sostitutive computate nella misura del 20 per cento. Si tiene conto dei criteri indicati nell'articolo 3, commi 6 e seguenti, del

decreto legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito nella legge 23 giugno 2014, n. 89. Il credito d'imposta va indicato nella dichiarazione dei redditi dell'anno in cui è maturato, non concorre alla formazione del reddito ai fini delle imposte sui redditi e del valore della produzione ai fini dell'imposta regionale sulle attività produttive, non rileva ai fini del rapporto di cui agli articoli 61 e 109, comma 5, del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al D.P.R. 22 dicembre 1986, n. 917. II credito d'imposta può essere utilizzato esclusivamente in compensazione, ai sensi dell'articolo 17 del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241. Al credito d'imposta non si applicano i limiti di cui all'articolo 1, comma 53, della legge 24 dicembre 2007, n. 244, e all'articolo 34 della legge 23 dicembre 2000, n. 388».

1.1306

RUVOLO, BONFRISCO

Precluso

Dopo il comma 143, aggiungere il seguente:

«144. All'articolo 2, comma 2, lettera *a)*, ultimo periodo, del decreto del Presidente della Repubblica 10 novembre 1997, n. 441, le parole: "superiore a lire dieci milioni" sono sostituite dalle seguenti: "superiore a euro diecimila o si tratti di beni facilmente deperibili e di modico valore"».

1.1311

D'ALI'

Precluso

Dopo il comma 143, aggiungere i seguenti:

«143-*bis*. All'articolo 1, comma 3, del decreto-legge 21 febbraio 2005, n. 16, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 aprile 2005, n. 58, il primo periodo è sostituito dal seguente: "Le risorse di cui al comma 2 sono assegnate con le stesse procedure e modalità di cui all'articolo 23, comma 1, del decreto-legge 24 dicembre 2003, n. 355, convertito con modificazioni, dalla legge 27 febbraio 2004, n. 47".

143-*ter*. All'articolo 1, comma 1230, della legge 27 dicembre 2006, n. 296, il secondo periodo è sostituito dal seguente: "Le risorse di cui al presente comma sono assegnate con le stesse procedure e modalità di cui all'articolo 23, comma 1, del decreto-legge 24 dicembre 2003, n. 355, convertito con modificazioni, dalla legge 27 febbraio 2004, n. 47,11"».

1.1312

LEZZI

Precluso

Dopo il comma 143, aggiungere il seguente:

«143-*bis*. All'articolo 15 del decreto-legge 18 ottobre 2012, n.179, convertito con modificazioni dalla legge 17 dicembre 2012, n. 221, il comma 4 è abrogato.

Conseguentemente, all'articolo 2, sopprimere il comma 207».

1.1314

NUGNES, MARTELLI, MORONESE, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI, CATALFO

Precluso

Dopo il comma 143 aggiungere il seguente:

«143-*bis*. La dotazione del fondo, di cui all'articolo 1 comma 113, della legge 27 dicembre 2013 n. 147, istituito nello stato di previsione del Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare per il finanziamento di un piano straordinario di bonifica delle discariche abusive individuate dalle competenti autorità statali in relazione alla procedura di infrazione comunitaria n. 2003/2007, è aumentata di 30 milioni di euro per ciascuno degli esercizi 2015, 2016 e 2017.

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 30 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017.

1.1315

BERTOROTTA, CRIMI, ENDRIZZI, MORRA, MANGILI, BULGARELLI

Precluso

Dopo il comma 143, aggiungere il seguente:

«143-*bis*. Al comma 20 dell'articolo 12 del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, aggiungere in fine il seguente periodo: "Le disposizioni di cui sopra non si applicano alle commissioni per l'abilitazione alla manutenzione di ascensori e montacarichi».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 75, alla Tabella A ivi richiamata, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti modificazioni:*

2015: - 20.000.000;
2016: - 20.000.000;
2017: - 20.000.000.

1.1317

LEZZI

Precluso

Dopo il comma 143, aggiungere i seguenti:

«143-*bis*. All'articolo 230-*bis* del codice civile, al primo comma, primo periodo, dopo la parola: "familiare" aggiungere le seguenti: "e convivente non familiare".

143-*ter*. All'articolo 5, quarto comma del decreto del Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, n. 597, così come da ultimo modificato dal decreto-legge 19 dicembre 1984, n. 853, convertito con modificazioni dalla legge 17 febbraio 1985, n. 17, la lettera *a)* è sostituita dalla seguente:

"*a)* che i familiari o conviventi partecipanti all'impresa risultino nominativamente, con l'indicazione del rapporto di parentela, di affinità o di convivenza con l'imprenditore, da atto pubblico o da scrittura privata autenticata da un notaio o dottore commercialista o segretario comunale o funzionario delle C.C.I.A.A. o funzionario delle Agenzia delle Entrate o in alternativa da scrittura privata sottoscritta tramite firma digitale, recante la sottoscrizione dell'imprenditore e dei familiari e conviventi partecipanti. Per il periodo di imposta relativo al primo anno della costituzione dell'impresa familiare, la ripartizione dei redditi è proporzionale ai mesi che decorrono dalla data di costituzione;».

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 250 milioni di euro a decorrere dal 2015».

1.1318

ZELLER, BERGER, LANIECE, BATTISTA, FRAVEZZI, PANIZZA, PAGANO

Precluso

Dopo il comma 143, aggiungere, in fine, il seguente:

«143-*bis*. L'articolo 1, comma 277 della legge 27 dicembre 2013, n. 147, è sostituito dal seguente:

"277. Per ampliare il panorama dei servizi culturali per i non vedenti e gli ipovedenti dell'Italia meridionale, delle isole maggiori e dei Paesi del Mediterraneo, è erogato un contributo straordinario di 500 mila euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, da destinare al funzionamento del Polo tattile multimediale della Stamperia regionale Braile ONLUS di Catania. Nell'anno 2015, le somme eventualmente residue del contributo al Polo tattile per l'anno 2014 sono mantenute a bilancio per essere utilizzate al medesimo scopo".

143-*ter*. All'onere derivante dall'attuazione del comma 143-*bis*, pari a 500 mila euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, si provvede mediante corrispondente riduzione della voce "Fondi da ripartire" del Ministero dell'economia e delle finanze, di cui all'elenco n. 3 allegato al comma 45 dell'articolo 2. Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307, così come incrementato, a decorrere dal 2015, dal comma 132 del presente articolo».

1.1321 (testo 2)

ZELLER, BERGER, PALERMO, LANIECE, BATTISTA, FRAVEZZI, PANIZZA

Precluso

Dopo il comma 143, aggiungere, in fine, il seguente:

«143-*bis*. All'articolo 1, comma 515, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, sono apportate le seguenti modificazioni:

al primo periodo, le parole: "30 giugno 2014", sono sostituite dalle seguenti: «30 giugno 2015, o con apposite norme di attuazione agli statuti di autonomia»;

al primo periodo, le parole: "la giustizia civile, penale e minorile", sono sostituite dalle seguenti: «la magistratura ordinaria, tributaria e amministrativa,»

e) al terzo periodo, all'alinea, dopo le parole: "Con i predetti accordi", sono inserite le seguenti: «o con norme di attuazione».

d) sopprimere le parole da: "Aifini di evitare disparità", fino alla fine del comma».

G1.1

CATALFO, PAGLINI, PUGLIA

Precluso

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015),

premesso che:

l'articolo 1 del provvedimento in esame, ai commi 2 e 3, reca disposizioni in merito a gestioni previdenziali;

considerato che:

la crisi economica che affligge il nostro Paese ha aumentato notevolmente le disuguaglianze con gravi ripercussioni sul piano della coesione sociale. Molti sono ancora i privilegi presenti nell'ordinamento giuridico italiano, che di fatto aumentano indiscriminatamente le disuguaglianze sociali, ed il più emblematico fra tutti è quello delle cosiddette «pensioni d'oro». Nonostante le numerose iniziative legislative per porvi rimedio, il risultato non è stato affatto soddisfacente;

la Corte costituzionale ha dichiarato illegittime le soluzioni normative adottate dai Governi delle precedenti legislature. Nel 2012 con sentenza n. 223 la Corte ha sancito l'illegittimità costituzionale del «prelievo sugli stipendi pubblici elevati» e successivamente, nel 2013, con sentenza n. 116 ha dichiarato l'illegittimità costituzionale del «contributo di perequazione» pari al 5 per cento per la quota di reddito eccedente i 90 mila euro, al 10 per cento per la quota di reddito eccedente i 150 mila euro, ed al 15 per cento per la quota di reddito eccedente i 200 mila euro;

è doveroso segnalare che, nella maggioranza dei casi, l'eccessivo valore delle cosiddette «pensioni d'oro» dipende da varie forme di privilegi oggigiorno non più esistenti. Quindi, le nuove generazioni non solo non vanteranno più di un trattamento previdenziale sostanzialmente uguale a quello beneficiato dalle precedenti generazioni, ma, altresì, dovranno farsi carico anche dei relativi costi in quanto, nella maggioranza dei casi, le «pensioni d'oro» non sono coperte da un'adeguata e ragionevole contribuzione. Quanto asserito rappresenta una violazione dei valori fondamentali della Costituzione, ed in particolar modo del principio dell'eguaglianza sostanziale dei cittadini;

al fine di rimediare agli errori dei precedenti Governi e di evitare di addebitare i costi degli stessi alle future generazioni, già di per sé afflitte dalla crisi e dalla spietata concorrenza del mercato globale, sarebbe idoneo predisporre misure fiscali che consentano una maggiore e più equa distribuzione del reddito, anche al fine di soddisfare le sempre maggiori esigenze delle classi sociali meno abbienti e prive di quei privilegi di cui hanno beneficiato i loro stessi concittadini senza alcun reale e motivato fondamento costituzionale e non che giustifichi il diverso trattamento giuridico ed economico;

l'articolo 6 del testo unico delle imposte sui redditi (TUIR) di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, individua sei specifiche categorie di redditi: «*a*) redditi fondiari, *b)* redditi di capitale, *c)* redditi di lavoro dipendente, *d)* redditi di lavoro autonomo, *e)* redditi di impresa, *f)* redditi diversi»;

l'articolo 11 del TUIR, prevede cinque scaglioni di reddito ai quali corrispondono cinque diverse aliquote: «*a)* fino a 15.000 euro, 23 per cento; *b)* oltre 15.000 euro e fino a 28.000 euro, 27 per cento; *c)* oltre 28.000 euro e fino a 55.000 euro, 38 per cento; *d*) oltre 55.000 euro e fino a 75.000 euro, 41 per cento; *e)* oltre 75.000 euro, 43 per cento»;

le categorie di redditi individuate dal suddetto articolo 6 sono sostanzialmente diverse fra loro, non solo sul piano giuridico, ma, nonostante ciò, sono assoggettate alle medesime aliquote fiscali. Infatti, il TUIR prevede una disciplina tributaria specifica per ognuna delle sei categorie di reddito ma, ai fini dell'applicazione dell'imposta sui redditi, individua cinque scaglioni e cinque corrispondenti aliquote, uguali per tutte le diverse categorie di redditi;

i redditi di lavoro dipendente potrebbero essere qualificati simili ai redditi di pensione, ma sono giuridicamente e sostanzialmente diversi dai redditi di impresa o dai redditi di capitale, ed altresì i redditi fondiari sono giuridicamente e sostanzialmente diversi dai redditi di lavoro dipendente o di lavoro autonomo;

l'articolo 49 del TUIR qualifica come redditi di lavoro dipendente anche i redditi di pensione. La disposizione ha effetti sia sul piano giuridico che fiscale. Tale previsione lascia intendere che l'equiparazione dei redditi di pensione e dei redditi di lavoro dipendente non è affatto scontata e necessita, per tal motivo, di una specifica previsione normativa. Conseguentemente, una nuova disposizione normativa potrebbe prevedere l'estinzione della suddetta equiparazione ed altresì introdurre una nuova disciplina normativa con specifiche disposizioni, sia sul piano giuridico che fiscale, per i redditi di lavoro e per i redditi di pensione;

da quanto descritto si evince a giudizio dei firmatari del presente atto di indirizzo l'assenza di vincoli normativi ostativi ad una separazione giuridica e fiscale delle suddette categorie di reddito. Tanto è vero che sono state numerose le iniziative in materia fiscale che hanno predisposto «imposte sostitutive» rispetto alla previgente imposta sul reddito delle persone fisiche (IRPEF). Si possono citare:

a) l'articolo 3 del decreto legislativo 14 marzo 2011, n. 23, così come modificato dal decreto-legge 31 agosto 2013, n. 102, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 ottobre 2013, n. 124, ha introdotto un regime facoltativo, per la tassazione dei redditi dei fabbricati annoverati tra i redditi fondiari, che si sostanzia nel pagamento di un'imposta sostitutiva dell'Irpef e delle addizionali per i redditi dei fabbricati;

b) l'articolo 27 del decreto-legge n. 98 del 2011, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, ha riformato il regime dei minimi dei redditi di lavoro autonomo disciplinato dall'articolo 1, commi da 96 a 119, della legge n. 244 del 2007, introducendo un'imposta sostitutiva sui redditi e delle addizionali regionali e comunali pari al 5 per cento;

c) l'articolo 2, del decreto-legge 13 agosto 2011, n. 138, convertito, con modificazioni, dalla legge 14 settembre 2011, n. 148, introduce numerose modifiche in tema di tassazione delle attività finanziarie. La nuova disciplina prevede che, a partire dal 1º gennaio 2012, venga istituita un'aliquota unica intermedia del 20 per cento con la quale tassare i redditi da capitale e i redditi diversi, in luogo delle precedenti fissate al 12,50 per cento e al 27 per cento. Con l'articolo 3 del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, la precedente aliquota unica pari al 20 per cento è stata sostituita da un'aliquota pari al 26 per cento. In questo caso specifico l'aliquota riguarderà tutte le fattispecie di reddito di capitale relative a interessi e proventi assimilati, fatte salve alcune eccezioni, tra cui, in particolar modo, i titoli pubblici italiani ed equiparati ed i titoli pubblici di Stati dell'Unione europea o *See white list*, tassati al 12,50 per cento;

in particolar modo, è doveroso rilevare che proprio per i redditi da capitale in Italia si è assistito a decenni di imposizione sostitutiva con basse aliquote fiscali (pari al 12,5 per cento). In tal caso, non si riscontrano dichiarazioni di illegittimità costituzionale da parte della Consulta per violazione del principio di eguaglianza per il fatto che il trattamento fiscale attenga ad una sola categoria di reddito e di contribuenti, così come è stato più volte dichiarato per i precedenti interventi legislativi in materia di «pensioni d'oro». Nei principali Paesi europei come Francia, Regno Unito e Spagna, per i redditi da

capitale, si riscontrano aliquote progressive che sfiorano anche il 45 per cento con addizionali pari al 3 e 4 per cento, portando così la tassazione effettiva - come nel caso della Francia - fino al 49 per cento;

in considerazione delle suddette ragioni sociali, economiche e giuridiche, si potrebbe introdurre un'imposta sostitutiva per i redditi di pensione, con un maggior numero di aliquote progressive, in modo tale da tassare maggiormente i redditi eccedenti i 90 mila euro e detassare i redditi di pensione più bassi. Questa soluzione normativa è fondata sulla stessa ratio giuridica delle richiamate imposte sostitutive in materia di redditi fondiari, di lavoro autonomo e di capitale, ma altresì troverebbe ulteriore giustificazione nei valori fondamentali della Costituzione. *In primis* è doveroso asserire che i primi dodici articoli della Costituzione rappresentano i principi fondamentali della Repubblica e non possono essere oggetto di modifica, neanche attraverso il procedimento di revisione costituzionale di cui agli articoli 138 e 139 della medesima Costituzione. Il principio di universalità dell'imposizione, invece, è sancito dall'articolo 53 della Costituzione, quindi non solo potrebbe essere oggetto di revisione costituzionale, ma, altresì, non può essere in contrasto con i principi fondamentali della Repubblica dei primi dodici articoli della Costituzione. Da quanto asserito si può desumere che l'introduzione di un'imposta sostitutiva in materia di redditi di pensione al fine di porre rimedio agli illegittimi ed irragionevoli privilegi di cui hanno beneficiato solo una parte dei cittadini ed al fine di migliorare le condizioni sociali ed economiche dei ceti meno abbienti, benché in teoria possa violare l'articolo 53 della Costituzione - anche se si ribadisce che non si comprende il motivo per il quale non siano state dichiarate illegittime anche le altre tipologie di imposte sostitutive - di fatto trova giustificazione nel principio dell'eguaglianza sostanziale di cui all'articolo 3 della Costituzione (in base al quale «è compito della Repubblica (..) rimuovere gli ostacoli di ordine economico e sociale, che, limitando di fatto la libertà e l'eguaglianza dei cittadini, impediscono il pieno sviluppo della persona umana e l'effettiva partecipazione di tutti i lavoratori all'organizzazione politica, economica e sociale del Paese» e nei doveri inderogabili di solidarietà politica, economica e sociale di cui all'articolo 2 della medesima,

impegna il Governo:

a valutare se sussistono i presupposti per assumere iniziative volte a introdurre un'imposta sostitutiva per i redditi da pensione caratterizzata da un maggior numero di aliquote fiscali che consentano una più incisiva progressività, in modo tale da tassare maggiormente i redditi di pensione superiori ai 90 mila euro e destinare il maggior gettito alla riduzione del carico fiscale dei redditi di pensione meno elevati ed all'aumento delle «pensioni minime».

G1.2

CRIMI, CATALFO, MONTEVECCHI, SERRA, PUGLIA, PAGLINI

Precluso

Il Senato

in sede d'esame del disegno di legge recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015),

premesso che:

l'articolo 1 del provvedimento in esame, ai commi 2 e 3, reca disposizioni in merito a gestioni previdenziali;

considerato che:

l'articolo 3, commi 5 e 6, del decreto legislativo n. 564 del 1996 ha introdotto una particolare forma di contribuzione per i lavoratori in aspettativa sindacale ai sensi dell'articolo 31 della legge 20 maggio 1970, n. 300, ovvero per i lavoratori in distacco sindacale con diritto alla retribuzione da parte del datore di lavoro;

in particolare, la citata disposizione attribuisce alle organizzazioni sindacali la facoltà di versare, per i periodi che si collocano a decorrere dal mese successivo all'entrata in vigore del decreto una contribuzione aggiuntiva sull'eventuale differenza tra le somme corrisposte per lo svolgimento dell'attività sindacale ai lavoratori collocati in aspettativa *ex* articolo 31 e la retribuzione di riferimento per il calcolo del contributo figurativo;

la suddetta facoltà può essere esercitata dall'organizzazione sindacale previa richiesta di autorizzazione alla competente sede dell'INPS, mediante il versamento, entro gli stessi termini previsti per le domande di accreditamento figurativo, di una somma pari all'aliquota di contribuzione del regime pensionistico di appartenenza del lavoratore applicata alla differenza tra le somme corrisposte dall'organizzazione sindacale e la retribuzione figurativa accreditata;

si prevede altresì che negli stessi termini e con le stesse modalità le organizzazioni sindacali hanno facoltà di effettuare versamenti contributivi per gli emolumenti e le indennità che hanno corrisposto ai lavoratori collocati in distacco sindacale con diritto a retribuzione erogata dal proprio datore di lavoro;

la suddetta norma prevede, in sostanza, la facoltà, per alcuni dirigenti sindacali, a fronte di versamenti di un solo anno di stipendio, di ricevere, con costi a carico dell'INPS, una pensione integrativa agganciata all'importo dell'ultimo stipendio: stipendi conseguiti sovente, sulla base di un distacco presso lo stesso sindacato, facendo così riferire tale pensione integrativa alla sola attività sindacale;

la detta normativa si pone oggettivamente in antitesi col recentemente mutato orientamento del quadro previdenziale secondo cui il metodo prevalente debba essere quello contributivo in luogo di quello retributivo, dando luogo a vere e proprie «pensioni gonfiate» con gestioni finanziarie senza copertura patrimoniale gravanti sugli enti previdenziali pubblici, cagionando debiti previdenziali latenti, posti a carico dello Stato italiano sotto forma di debito pubblico;

le pensioni integrative sono infatti determinate, ai sensi dell'articolo 3 del decreto legislativo n. 564 del 1996, e attribuite con un metodo di calcolo slegato dai contributi obbligatori versati, bensì riferito ai soli stipendi, laddove l'aumento elevato di questi per poche mensilità consente di aumentare la riserva matematica corrispondente alla pensione concessa in maniera ben superiore al montante contributivo individuale corrispondente al medesimo lavoratore,

impegna il Governo:

a valutare le opportune iniziative in ordine alla modifica delle disposizioni del decreto legislativo n. 564 del 1996 volte a contemperare l'esercizio delle libertà sindacali con la sostenibilità dell'ordinamento pensionistico.

G1.3

MONTEVECCHI, SERRA, BLUNDO, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI, AIROLA

Precluso

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge n. 1698, recante «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)»,

premesso che:

il comma 4 dell'articolo 1 istituisce - nello stato di previsione del Ministero dell'istruzione, dell'università e della Ricerca - un fondo denominato «Fondo "La buona scuola"»;

detto Fondo prevede una dotazione di 1.000 milioni di euro per l'anno 2015 e di 3 miliardi di euro annui a decorrere dall'anno 2016, ed è finalizzato, come stabilito al comma 5, al rafforzamento dell'offerta formativa e della continuità didattica, con prioritario riferimento «alla realizzazione di un piano straordinario di assunzioni, al potenziamento dell'alternanza scuola-lavoro e alla formazione dei docenti e dei dirigenti»;

inoltre, il comma 101 dell'articolo 1 istituisce per l'anno 2015 un fondo da destinare a «interventi in favore della famiglia», di cui una quota pari a 100 milioni di euro «è riservata per il rilancio del piano per lo sviluppo del sistema territoriale dei servizi socio-educativi per la prima infanzia»;

considerato che:

fra le «innovazioni silenziose» di cui si discetta entro le linee programmatiche de «La buona scuola. Facciamo crescere il Paese», e nei 12 punti posti a compendio, si rinvengono solo cenni indiretti, mercé le pari opportunità di apprendimento, al «sistema integrato di educazione e istruzione

dalla nascita fino ai sei anni»: materia di un disegno di legge che - d'iniziativa della senatrice Serafini prima, e quindi della senatrice Puglisi nella legislatura corrente come atto Senato n. 1260 - rischia nuovamente di arenarsi per mancanza di copertura;

considerato inoltre che:

nascosti dietro la foglia di fico dell'articolo 33 del dettato costituzionale, anche nella legge di stabilità 2015 si continuano a finanziare le scuole paritarie (articolo 1, comma 121), senza riuscire a porre mano alle criticità diverse da Regione a Regione e da città a città - che interessano una realtà essenziale quanto disomogenea come quella degli asili-nido e della scuola per l'infanzia;

al riguardo, il disegno di legge n. 1260 cerca di colmare un ritardo normativo e una lunga serie di disattesi traguardi nella materia, primo fra tutti, a far tempo dall'Agenda di Lisbona, il mancato raggiungimento dell'obiettivo richiesto dall'Europa per il 2010, con una estensione di almeno il 33 per cento del servizio, ora rinviato al 2020;

il medesimo disegno di legge - nel cercare di raggiungere un adeguato sviluppo dei segmenti zero-tre anni e tre-sei anni - dovrebbe a ragione figurare come snodo imprescindibile di un progetto che abbia a cuore «la buona scuola»,

impegna il Governo:

a promuovere il diritto allo studio nel pieno rispetto dell'autonomia scolastica, in particolare considerando tanto il segmento zero-tre anni quanto il segmento tre-sei anni vero e proprio «momento educativo», dunque non alla stregua di un semplice servizio sociale, come peraltro già accade in alcuni centri di eccellenza sparsi sul territorio nazionale;

a valutare interventi, anche a carattere normativo, al fine di reperire rapidamente i fondi per la copertura finanziaria del disegno di legge n. 1260, affinché si possa dare attuazione alle disposizioni ivi contenute e vengano raggiunti al più presto - con l'estensione dell'offerta di asili-nido e scuole per l'infanzia - un adeguato sviluppo e il progressivo riequilibrio territoriale, anche con riferimento alla soglia del 33 per cento richiesta dall'Europa.

G1.4

D'AMBROSIO LETTIERI, ZUFFADA, FLORIS, SCILIPOTI ISGRO', RIZZOTTI, VICECONTE, SCAVONE, FUCKSIA

Precluso

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015),

premesso che:

la Cementifera Fibronit Spa era una azienda produttrice di elementi per l'edilizia, tra cui l'eternit, fondata a Bari nel 1935;

la predetta società ha chiuso gli stabilimenti nel 1985 al termine di lunghissime vertenze sindacali e processuali promosse, con il sostegno di tutta la società civile, dai lavoratori che si ammalavano e morivano per l'esposizione alle polveri di amianto;

dal 1985 ad oggi, anche dopo la chiusura degli stabilimenti, Fibronit continua ad arrecare gravi danni alla collettività: i capannoni dismessi, infatti, non opportunamente bonificati, e soggetti ad un progressivo degrado con conseguente dispersione nell'aria di polveri sottili, divenuti una sorta di discarica a cielo aperto, si sono trasformati in una vera e propria «bomba ecologica» che, nel corso degli anni, ha provocato gravi patologie e talora anche la morte di numerosi residenti;

a causa di tale stato di cose si è venuto a creare un vasto movimento di opinione che ha coinvolto e sensibilizzato tutti i cittadini;

nel corso degli anni la vasta area inquinata è stata oggetto di più sequestri da parte dell'autorità giudiziaria che ha bloccato la rimozione e il trasporto in luoghi adatti allo smaltimento delle migliaia di tonnellate di materiali contenenti amianto;

premesso, inoltre, che:

la legge che in Italia mette al bando l'amianto risale al 1992 (legge 27 marzo 1992, n. 257);

i lavoratori la cui esposizione all'amianto è stata accertata alcuni anni dopo la chiusura degli stabilimenti sono costretti, ancora oggi, a defatiganti controversie per vedere riconosciuti i trattamenti straordinari di integrazione salariale o i pensionamenti anticipati secondo le norme vigenti;

il numero dei casi di malati d'amianto continua a crescere;

considerato che:

l'ex Fibronit è stata inserita nell'elenco dei siti inquinati di interesse nazionale allegato al decreto ministeriale 18 settembre 2001, n. 468, che reca il Regolamento recante: «Programma nazionale di bonifica e ripristino ambientale»;

considerato, inoltre, che:

il Comune di Bari, nell'ottobre 2005, ha approvato il progetto esecutivo dei lavori di messa in sicurezza «di emergenza» dell'area. Detti lavori, interrotti nel 2007, nelle intenzioni, avrebbero dovuto portare al seppellimento dei rifiuti in un sarcofago e alla conseguente trasformazione del suolo inquinato nel Parco della Rinascita;

il Comune di Bari, da ultimo, ha approvato, lo scorso 13 febbraio 2013, il progetto definitivo e il quadro economico relativo alla messa in sicurezza «permanente» del sito inquinato di interesse nazionale ex Fibronit;

risulta che al termine della gara d'appalto, non ancora avviata, - 14.983.930 milioni di euro previsti, 14.227.664 milioni di euro già stanziati e disponibili - l'opera complessiva di bonifica potrebbe iniziare il prossimo anno,

impegna il Governo:

a valutare l'opportunità di predisporre una indagine al fine di verificare il numero di coloro i quali hanno contratto malattie a seguito dell'esposizione alle polveri di amianto.

G1.5

SERRA, CATALFO, MONTEVECCHI, BLUNDO, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI, AIROLA

Precluso

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge n. 1698, recante «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)»,

premesso che:

il comma 4 dell'articolo 1 istituisce - nello stato di previsione del Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca - un fondo denominato «Fondo "La buona scuola"»;

i commi da 82 a 84 dell'articolo 2 recano disposizioni riguardanti il personale della scuola, mentre i commi da 85 a 89 dell'articolo 1 recano disposizioni in materia di trattamenti pensionistici;

valutato che:

l'articolo 24, comma 14, del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201 (cosiddetta riforma Fornero), convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, stabilisce che le disposizioni in materia di requisiti di accesso e di regime delle decorrenze vigenti prima della data di entrata in vigore della legge continuano ad applicarsi ai soggetti che hanno maturato i requisiti entro il 31 dicembre 2011;

tale disposizione, tuttavia, non tiene conto delle norme vigenti per il comparto scuola, che permettono, invece, agli insegnanti di accedere al pensionamento esclusivamente in coerenza con il calendario scolastico;

il comma 1 dell'articolo 1 del decreto del Presidente della Repubblica 28 aprile 1998, n. 351, «Regolamento recante norme per la semplificazione dei procedimenti in materia di cessazione dal servizio e di trattamento di quiescenza del personale della scuola, a norma dell'articolo 20, comma 8, della legge 15 marzo 1997, n. 59», stabilisce, infatti, che «i collocamenti a riposo a domanda per compimento del quarantesimo anno di servizio utile al pensionamento e le dimissioni dall'impiego del personale del comparto "Scuola" con rapporto di lavoro a tempo indeterminato decorrono dall'inizio dell'anno scolastico o accademico successivo alla data in cui la domanda è stata presentata»;

considerato che:

l'articolo 59 della legge 27 dicembre 1997, n. 449, recante «Misure per la stabilizzazione della finanza pubblica» stabilisce che «per il personale del comparto scuola resta fermo, ai fini dell'accesso al trattamento pensionistico, che la cessazione dal servizio ha effetto dalla data di inizio dell'anno scolastico e accademico dell'anno successivo, con decorrenza dalla stessa data del relativo trattamento economico nel caso di prevista maturazione del requisito entro il 31 dicembre dell'anno» (comma così modificato, con effetto a decorrere dal 1º gennaio 2012, dal comma 21 dell'articolo 1 del decreto-legge 13 agosto 2011, n. 138: tale comma dispone che, con effetto dal 1º gennaio 2012 e con riferimento ai soggetti che maturano i requisiti per il pensionamento a decorrere dalla predetta data all'articolo 59, comma 9, della legge 27 dicembre 1997, n. 449, dopo le parole «anno scolastico e accademico» sono inserite le seguenti: «dell'anno successivo», ferma restando l'applicazione della disciplina vigente prima dell'entrata in vigore del presente comma per i soggetti che maturano i requisiti per il pensionamento entro il 31 dicembre 2011),

impegna il Governo:

a valutare - previa verifica della copertura finanziaria - il termine del 31 agosto 2012 per il personale del comparto scuola che ha maturato i requisiti di accesso e di regime delle decorrenze vigenti prima della data di entrata in vigore del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214.

G1.6

BLUNDO, SERRA, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI, AIROLA

Precluso

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge n. 1698, recante «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)»,

premesso che:

il comma 4 dell'articolo 1 istituisce - nello stato di previsione del Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca - un fondo nominato «Fondo "La buona scuola"», che prevede una dotazione di 1 miliardo di euro per l'anno 2015 e di 3 miliardi di euro annui a decorrere dall'anno 2016;

detto Fondo è finalizzato, come stabilito al comma 5, al rafforzamento dell'offerta formativa e della continuità didattica, con prioritario riferimento «alla realizzazione di un piano straordinario di assunzioni, al potenziamento dell'alternanza scuola-lavoro e alla formazione dei docenti e dei dirigenti»;

i commi da 82 a 84 dell'articolo 2 del provvedimento in esame recano disposizioni riguardanti il personale della scuola;

valutato che:

al primo punto del piano intitolato «La buona scuola» si manifesta l'intenzione di assumere 150.000 precari e chiudere le cosiddette graduatorie a esaurimento (GAE);

considerato che:

lo snodo essenziale che riguarda il mondo della scuola - entro lo iato che divide l'organico «di diritto» dall'organico «di fatto» - è il problema del reclutamento dei docenti che avviene attraverso un sistema basato sulla costituzione di una pluralità di graduatorie, a loro volta suddivise internamente in più fasce;

diverse disomogeneità accumulatesi e stratificatesi negli anni hanno trasformato il reclutamento dei docenti della scuola in un'autostrada a più corsie e con diversi ruolini di marcia in cui si sono trovati giustapposti, e talvolta contrapposti, gli esiti di concorsi svoltisi a singhiozzo con le innumerevoli corsie abilitanti riservate e preferenziali, apparenti trampolini di lancio che si sono tramutati per numerosi aspiranti docenti in aree di parcheggio: dalle Scuole di specializzazione all'insegnamento secondario (SSIS) alle GAE, dal tirocinio formativo attivo (TFA e TFA speciali) ai percorsi abilitanti speciali (PAS);

ciascuna di queste «corsie preferenziali» - nel mentre surrogava criticità e lentezze

dell'immissione in ruolo per concorso - ha generato un sistema complesso e farraginoso, spesso iniquo e sempre conflittuale che ha alimentato categorie di lavoratori insoddisfatti e generato, rinnovandoli e procrastinandoli di volta in volta, infiniti contenziosi, alimentando inoltre in modo considerevole il numero dei ricorsi e il lavoro dei tribunali amministrativi regionali;

tali contenziosi risultano quasi sempre originati dalle diversità di trattamento nella valutazione del punteggio, dalla selezione delle prove, dal mancato inserimento in una determinata fascia per problemi temporali o cavilli burocratici o, in via più generale, dalla procedura concorsuale per accedervi e dall'attribuzione del relativo punteggio,

impegna il Governo:

a valutare l'opportunità di provvedere celermente - anche con interventi a carattere normativo - al fine di stabilire dei criteri per aggiornare e uniformare le diverse graduatorie, nonché garantire assoluta equità nel valutare il merito e il servizio dei diversi percorsi formativi compiuti da abilitati e abilitandi.

G1.7

SERRA, BLUNDO, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI, AIROLA, MONTEVECCHI

Precluso

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge n. 1698, recante «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)»,

premesso che:

l'Italia finanzia le scuole statali italiane all'estero, in particolare l'organizzazione e lo svolgimento di corsi di lingua italiana per i figli di emigrati italiani, nonché per un numero sempre crescente di studenti stranieri interessati allo studio della lingua del nostro Paese;

il Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale e il Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca, previa valutazione dei requisiti di cui all'articolo 1 del decreto del Presidente della Repubblica n. 215 del 1967, nominano personale scolastico di ruolo iscritto nelle graduatorie permanenti (per titoli ed esami);

modalità e funzioni dei contingenti del personale scolastico italiano destinato alle istituzioni scolastiche all'estero sono disciplinati - congiuntamente alla legge n. 153 del 1970 - dagli articoli 639 e seguenti del decreto legislativo 16 aprile 1994, n. 297;

considerato che:

il depotenziamento delle risorse economiche a tali scopi dedicate, operato negli ultimi anni, ha compromesso il buon funzionamento di queste iniziative scolastiche italiane all'estero. In particolare, a far tempo dal 2012, il contingente ha subito un taglio di quattrocento unità di personale, passando da 1024 a 624 unità: tali scelte rischiano di depauperare e impoverire, e dunque compromettere, un patrimonio culturale e sociale italiano che si è andato componendo e definendo negli anni;

tale settore appare importante anche sotto il profilo della politica estera, intesa a più vasto raggio come promozione della cultura italiana e delle sue eccellenze nel mondo. Da ciò, ragionevolmente, consegue un ritorno economico in termini di turismo e di investimenti nel nostro Paese,

impegna il Governo:

a valutare gli opportuni provvedimenti allo scopo di fornire le migliori risposte alle esigenze delle scuole italiane all'estero.

G1.8

MONTEVECCHI, SERRA, BLUNDO, BENCINI, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI, AIROLA

Precluso

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge n. 1698, recante «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)»,

premesso che:

il comma 7 dell'articolo 1 - al fine di assicurare risorse stabili alla tutela del patrimonio culturale - istituisce un Fondo nello stato di previsione del Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo, con una dotazione iniziale di 100 milioni di euro per ciascuno degli anni dal 2016 al 2020;

il decreto legislativo n. 42 del 2004 (Codice dei beni culturali e del paesaggio) - punto d'arrivo d'un percorso di riforma e riorganizzazione normativa della materia - ha tracciato parametri e condizioni per una più efficace protezione del patrimonio culturale, considerata anche la continua esposizione a rischi di ogni tipo, e per una migliore fruizione da parte dei cittadini: spesso, infatti, i beni culturali finiscono per essere oggetto di abbandono o di rapina, se non addirittura ostaggio di soggetti cui non interessa in alcun modo, a prescindere dal loro valore intrinseco, il loro valore sociale;

l'Abbazia di S. Salvatore a Settimo, in riva d'Arno (Scandicci), può essere considerata a ragione bene emblematico ed esemplare per la tutela del patrimonio culturale nazionale. In breve si può affermare che, nonostante l'azione di tutela (anche a difesa del vincolo paesaggistico) di istituzioni e associazioni locali, sull'Abbazia si sono accaniti - nel corso delle diverse epoche - numerosi agenti patogeni che ne hanno decretato l'odierno stato di significativo degrado: smembramento e svendita del patrimonio terriero e di manufatti artistici, destinazione di campi agricoli per costruzioni esteticamente incompatibili e discariche, dequalificazione del tessuto sociale, cancellazione di presidi scolastici e toponomastici, estinzione delle botteghe artigiane, piani di edilizia puramente speculativi, destinazioni per uso industriale senza alcuna coerenza urbanistica, devastazione del sistema naturale di scorrimento delle acque. A questo si deve aggiungere il possesso da parte di privati di una parte consistente del bene (il cui valore è stimato in circa 2,7 milioni di euro) che ne rende di fatto impossibile una fruizione unitaria;

l'Abbazia di S. Salvatore a Settimo è stata oggetto di un affare assegnato presso la 7ª Commissione permanente del Senato, e della relativa risoluzione (*Doc.* XXIV, n. 28) d'iniziativa della senatrice Montevecchi, approvata in data 16 aprile 2014;

considerato che:

fra gli impegni al Governo della citata risoluzione v'era, alla lettera *c)*, la manifesta intenzione di svolgere «una organica riflessione in ordine alle emergenze del patrimonio culturale nazionale, anche al fine di individuare le priorità di intervento e di indirizzarvi risorse straordinarie», che sarà presto oggetto di una indagine conoscitiva presso la medesima 7ª Commissione permanente del Senato;

l'intermittente e insufficiente interessamento delle istituzioni, da ultimo ribadito nella risoluzione citata, fa sì che le preoccupazioni per la conservazione e la tutela del bene in oggetto, così come di altri beni culturali d'inestimabile pregio, siano purtroppo vive e risorgenti,

impegna il Governo:

a proseguire nell'azione volta a dare attuazione alla summenzionata risoluzione al fine di provvedere primariamente a:

a) ricostituire l'unità del bene in oggetto;

b) procedere alle opere necessarie al restauro e alla conservazione del bene;

c) provvedere - nell'ambito della gestione unitaria del complesso - alla sua valorizzazione, garantendone la fruibilità.

G1.9

CATALFO, PUGLIA, PAGLINI

Precluso

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015),

premesso che:

l'articolo 1 del provvedimento in esame, ai commi da 21 a 29, reca disposizioni in merito alla destinazione di quote del trattamento di fine rapporto dei dipendenti del settore privato;

considerato che:

l'articolo 8, comma 7, lettera *b)*, del decreto legislativo 5 dicembre 2005, n. 252, attraverso il principio del cosiddetto «silenzio-assenso», prevede il conferimento automatico del TFR alla previdenza complementare nel caso in cui il lavoratore non manifesti il diniego a tale conferimento;

ai sensi della sopra citata disposizione di legge, detto consenso «è irrevocabile»;

a causa dell'applicazione dell'istituto del silenzio-assenso, le piccole e medie imprese (fino a 49 dipendenti) non possono avere la disponibilità delle somme di denaro accantonate quale TFR dei propri dipendenti, né avere quella liquidità che viene utilizzata dall'impresa come autofinanziamento della propria attività;

impegna il Governo:

a rendere revocabile il consenso in parola, al fine di consentire al lavoratore di destinare il TFR maturando a favore del proprio datore di lavoro ovvero a favore del Fondo di tesoreria INPS ai quali si applica la disciplina dell'articolo 2120 del codice civile sia per quanto riguarda le modalità di calcolo che per il regime delle anticipazioni.

G1.10

CATALFO, PUGLIA, PAGLINI

Precluso

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015),

premesso che:

l'articolo 1 del provvedimento in esame, ai commi da 21 a 29, reca disposizioni in merito alla destinazione di quote del trattamento di fine rapporto dei dipendenti del settore privato;

considerato che:

l'articolo 11, comma 4, del decreto legislativo 5 dicembre 2005, n. 252, stabilisce che le forme pensionistiche complementari prevedono che, in caso di cessazione dell'attività lavorativa che comporti l'inoccupazione per un periodo di tempo superiore a 48 mesi, le prestazioni pensionistiche siano, su richiesta dell'aderente, consentite con un anticipo massimo di cinque anni rispetto ai requisiti per l'accesso alle prestazioni nel regime obbligatorio di appartenenza,

impegna il Governo:

a valutare la possibilità di ridurre, a determinate condizioni, il periodo di tempo di inoccupazione necessario per fruire dell'anticipo delle prestazioni pensionistiche da parte delle forme pensionistiche complementari.

G1.11

DONNO, GAETTI, FATTORI

Precluso

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge n. 1698, recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015),

considerato che:

il disegno di legge in esame non contiene misure volte ad incentivare e tutelare le agricolture contadine indispensabili a promuovere modelli socio economici basati su strutture prevalentemente familiari e pratiche agronomiche conservative e a basso, o assente, impatto ambientale;

gli agricoltori contadini, ovvero coloro che conducono direttamente i fondi, praticano diversificazioni e avvicendamenti colturali, producono prevalentemente beni destinati all'autoconsumo, ovvero rivolti alla vendita diretta presso i mercati locali in circuiti di filiera corta, e trasformano le materie prime di esclusiva produzione propria direttamente in azienda o presso la propria abitazione, costituiscono un patrimonio e una risorsa da valorizzare oltre il semplice parametro economicistico;

in mancanza di adeguate agevolazioni, tali realtà agricole, che operano al di fuori delle logiche di mercato, rischiano di scomparire a causa dei modelli agricoli dominanti che cercano di sussumere e

forzare i differenti tipi aziendali nel contesto unico dell'impresa agricola di mercato a carattere industriale con gravi conseguenze per le realtà rurali e per la perdita di biodiversità,

impegna il Governo:

a valutare la possibilità di introdurre adeguate agevolazioni fiscali a favore degli agricoltori contadini, tenendo presenti i vincoli dettati dal rispetto dei saldi di finanza pubblica.

G1.12

DONNO, GAETTI, FATTORI

Precluso

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge n. 1698, recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015),

premesso che:

le misure introdotte appaiono insufficienti a fare fronte con efficacia ai problemi del comparto primario i quali vanno dall'aumento dei costi di produzione alle difficoltà di accesso al credito per le aziende agricole;

gli stanziamenti assegnati al nostro Paese a valere sulla politica agricola comune per il periodo 2014-2020, hanno subito una considerevole diminuzione rispetto alla precedente programmazione;

l'agricoltura è l'unico settore in crescita dal punto di vista dell'occupazione con un *trend* positivo in grado di generare per il futuro migliaia di ulteriori posti di lavoro, anche in considerazione del ricambio generazionale al quale va accordato il massimo sostegno e che pertanto le aziende agricole dovranno trovare sostegno e misure di incentivazione;

considerato che:

la riduzione degli adempimenti burocratici, il cui costo è stimato dai soggetti interessati e dalle organizzazioni di categoria nell'ordine di migliaia di euro all'anno, è condizione indispensabile per promuovere la produttività e la competitività delle aziende agricole;

allo stato attuale, i produttori agricoli di cui all'articolo 34, sesto comma, del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633, che ricadono nel regime speciale di esonero dal versamento dell'imposta sul valore aggiunto in quanto realizzano un volume d'affari non superiore a 7.000 euro, sono ancora soggetti all'obbligo di comunicazione annuale delle operazioni rilevanti ai fini IVA e, atteso che ciò appare contradditorio poiché, se non si è tenuti per legge a registrare le operazioni a fini IVA, si è tuttavia obbligati a comunicare, sempre per legge, le stesse fini dell'accertamento fiscale,

impegna il Governo:

a valutare la possibilità di sopprimere l'obbligo di comunicazioni rilevanti ai fini IVA, disposto dal comma 8-*bis* dell'articolo 36 del decreto-legge 18 ottobre 2012, n. 179, convertito, con modificazioni, dalla legge 17 dicembre 2012, n. 221, per i soggetti che ricadono nel regime speciale di esonero IVA di cui all'articolo 34, sesto comma, del decreto del Presidente della Repubblica n. 633 del 1972.

G1.13

PUGLIA, CATALFO, PAGLINI

Precluso

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015),

premesso che:

l'articolo 1 del provvedimento in esame, ai commi da 83 a 89, reca disposizioni in merito ad ammortizzatori sociali;

considerato che:

l'articolo 2, comma 31, della legge 28 giugno 2012, n. 92 (come modificato da ultimo dall'articolo 1, comma 250, lett. *f)*, della legge 24 dicembre 2012, n. 228) stabilisce nei casi di

interruzione di un rapporto di lavoro a tempo indeterminato per le causali che, indipendentemente dal requisito contributivo, darebbero diritto all'assicurazione sociale per l'impiego (ASpI), intervenuti a decorrere dal 1º gennaio 2013, è dovuta, a carico del datore di lavoro, una somma pari al 41 per cento del massimale mensile di ASpI per ogni dodici mesi di anzianità aziendale negli ultimi tre anni,

impegna il Governo:

a valutare l'opportunità di porre in essere, compatibilmente con il rispetto degli obiettivi di finanza pubblica, opportuni provvedimenti normativi al fine di modificare la normativa citata specificando che la somma prevista è da riproporzionare nei casi di rapporti a tempo parziale in base al rapporto tra le ore pattuite e l'orario normale di lavoro a tempo pieno.

G1.14

DONNO, GAETTI, FATTORI

Precluso

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge n. 1698, recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015),

premesso che:

le misure introdotte appaiono insufficienti a fare fronte con efficacia ai problemi del comparto primario i quali vanno dall'aumento dei costi di produzione alle difficoltà di accesso al credito per le aziende agricole;

gli stanziamenti assegnati al nostro Paese a valere sulla politica agricola comune per il periodo 2014-2020, hanno subito una considerevole diminuzione rispetto alla precedente programmazione;

l'agricoltura è l'unico settore in crescita dal punto di vista dell'occupazione con un *trend* positivo in grado di generare per il futuro migliaia di ulteriori posti di lavoro, anche in considerazione del ricambio generazionale al quale va accordato il massimo sostegno e che pertanto le aziende agricole dovranno trovare sostegno e misure di incentivazione,

considerato che:

la crescita di opportunità nel settore agricolo è evidenziata dall'aumento delle iscrizioni negli istituti professionali agricoli e negli istituti tecnici di agraria, agroalimentare ed agroindustria, come evidenziato dagli ultimi dati rilevati;

all'articolo 1, commi da 90 a 94, il provvedimento in esame dispone l'esonero dal versamento dei complessivi contributi a carico dei datori di lavoro per un periodo massimo di 36 mesi con riferimento alle nuove assunzioni a tempo indeterminato, con esclusione tuttavia del settore agricolo;

atteso che le forme di occupazione stabile andrebbero sostenute ed incentivate anche nel settore agricolo al fine di garantire nel tempo la competitività del comparto nonché di assicurare la corretta gestione del territorio,

impegna il Governo:

a valutare l'opportunità di estendere anche al settore agricolo l'agevolazione contributiva introdotta dalla citata disposizione, compatibilmente con il rispetto dei saldi di finanza pubblica.

G1.15

FUCKSIA, MONTEVECCHI, GAETTI

Precluso

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge n. 1698, recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015),

premesso che:

malgrado le numerose valenze positive (economiche, sociali e culturali) il settore dell'ippica italiano ha conosciuto negli ultimi vent'anni una grave riduzione del suo valore economico complessivo, manifestando i segnali di un progressivo declino;

concausa di tale parabola è individuabile nell'introduzione di meccanismi di *governance* e di scelte operative di gestione che hanno privato il comparto di un chiaro modello di sostenibilità

economica;

il settore vive, oggi, uno dei momenti più critici della sua intera esistenza, vedendo la sua stessa sopravvivenza di breve-medio termine a rischio;

i valori espressi e le indicazioni che si possono trarre guardando alla gestione dell'ippica in altri Paesi europei, a partire dalla Francia, consentono di ipotizzare un concreto rilancio dell'attività della complessiva filiera ippica italiana, a patto di agire tempestivamente;

il Governo ha riconosciuto la rilevanza di un intervento sul settore, inserendo alcuni parziali elementi di riforma tra gli obiettivi della delega fiscale,

impegna il Governo:

a proseguire con solerzia il percorso di riforma di un settore tanto importante per il nostro Paese, quale l'ippica, dando seguito concreto alle indicazioni contenute nella delega fiscale predisposta dal Governo, per giungere ad un disegno ampio e condiviso di riforma;

a condividere le linee guida di intervento sul settore con il numero più ampio possibile di rappresentanze di categoria della filiera, per supererare modelli di intervento che, storicamente, hanno condotto alla condizione attuale e risultano lontani dalle *best practice* adottate in Europa;

a realizzare un intervento organico - che risponda tanto all'esigenza improrogabile di rapidità, quanto a quella ineludibile di completezza - che tocchi, a titolo esemplificativo e non esaustivo, argomenti imprescindibili quali: i meccanismi di *governance* del settore; la gestione delle attività di gara e dei proventi derivanti dalle scommesse ippiche; il valore e la programmazione dei premi e dei calendari di gara; le caratteristiche dei prodotti-scommessa offerti; *l'appeal* internazionale del sistema nazionale; la gestione dell'*asset* rappresentato dagli ippodromi presenti sul territorio nazionale; il legame con l'attività storica e radicata di allevamento e allenamento.

G1.16

SERRA, BLUNDO, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI, AIROLA

Precluso

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge n. 1698, recante «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)»,

premesso che:

dagli indicatori demografici ISTAT si ricava che in Italia, nel corso del 2013, sono nati 541 mila bambini, con un insistito calo delle nascite e una percentuale di nuovi nati che si è andata riducendo progressivamente per il quinto anno consecutivo;

tali indicatori demografici, riferiti all'anno 2013, evidenziano non solo un problema di calo demografico *tout court*, ma, altresì, il preoccupante e più generale invecchiamento della popolazione italiana che, ragionevolmente, può ricondursi fra gli effetti relativi al perdurare e all'acuirsi della crisi economica;

considerato che:

a un'aspettativa di vita che è andata progressivamente migliorando per entrambi i sessi - pari, in media, a 79,8 anni per gli uomini e 84,6 anni per le donne - si associa, in modo inversamente proporzionale, una riduzione sensibile del numero dei giovani; al punto che - sempre all'altezza del 2013 - i giovanissimi, fino a quattordici anni di età rappresentavano il 13,9 per cento della popolazione rispetto a un 21,4 per cento di ultrasessantacinquenni;

considerato inoltre che:

la *ratio* del comma 95 dell'articolo 1 è quella di incentivare la natalità attraverso un contributo economico alle famiglie per ogni figlio naturale o adottivo, fino al compimento del terzo anno di età o per tre anni a partire dal mese di adozione;

risulta ragionevole incrementare gli incentivi economici per le famiglie di cui almeno un genitore svolga la propria attività lavorativa a una distanza significativa rispetto al luogo di residenza;

valutato che:

il pendolarismo in particolare penalizza numerosi insegnanti che, come altri lavoratori, si

vedono costretti quotidianamente a faticosi trasferimenti fra scuola e abitazione di residenza, vanificando o minando al tempo stesso il principio stesso della continuità didattica,

impegna il Governo:

ad adottare gli interventi opportuni, anche a carattere normativo, al fine di stabilire degli incentivi economici - prevedendo al contempo i criteri per la fruizione e per l'assegnazione - in favore degli insegnanti che svolgono la propria attività lavorativa a una distanza non inferiore a 50 chilometri dal luogo di residenza e il cui nucleo familiare ha un indicatore della situazione economica (ISEE) non superiore a 20.000 euro.

G1.17

SANTANGELO, COTTI, MARTON, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Il Senato,

considerato che:

il disegno di legge in titolo, all'articolo 1, comma 124, rifinanzia il fondo previsto dal comma 1240, dell'articolo unico della legge 27 dicembre 2006, n. 296 (Finanziaria 2007), relativo alle missioni internazionali, per 850 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016. La mole di questo finanziamento induce a pensare che il Governo abbia già deciso di non disimpegnarsi militarmente dal teatro afgano;

la legge 1º ottobre 2014, n. 141, all'articolo 2, comma 3-*bis* recita: «Concluse le missioni in corso di cui ai commi 1, 2 e 3 del presente articolo alla data di entrata in vigore della legge di conversione del presente decreto, e comunque non oltre il 31 dicembre 2014, la partecipazione dell'Italia ad ulteriori missioni militari in Afghanistan sarà valutata dal Governo italiano in presenza di una eventuale formale richiesta del Governo afgano e di concerto con le organizzazioni internazionali coinvolte; di essa deve essere data preventiva comunicazione alle Camere, che adottano le conseguenti deliberazioni»;

il 31 ottobre 2014 era ritenuto il termine ultimo per ritirare i 3000 metri lineari di materiali ancora presenti a Herat, in considerazione del fatto che al 31 dicembre 2014 avrà fine la missione ISAF (*International Security Assistance Force*) alla quale l'Italia partecipa dal dicembre 2001;

secondo informazioni di stampa sarebbero stati firmati il 1º ottobre a Kabul dal consigliere per la Sicurezza nazionale dell'Afghanistan, Hanif Atmar, e dall'ambasciatore Usa, James B. Cunningham gli accordi sulla «sicurezza» tra l'Afghanistan e gli Usa (Bsa) e l'Afghanistan e la Nato (Sofa - *Status of force agreement*);

la nuova missione, denominata *Resolute Support*, appare di fatto la continuazione dell'occupazione straniera dell'Afghanistan e i suoi contorni giuridici incerti - un accordo tra governo afghano e Usa e Nato - non sembrano sufficienti a garantire la copertura del diritto internazionale visto che tale missione non è stata autorizzata dal Consiglio di Sicurezza delle Nazioni Unite;

in assenza di alcuna comunicazione istituzionale del Governo al Parlamento italiano, discordanti e contraddittorie appaiano le indiscrezioni di stampa che vedrebbero, a fronte di un impegno complessivo di 12.000 uomini della Nato nella nuova missione, un numero variabile tra i 500 e gli 800 militari italiani;

dall'inizio dell'invasione Usa a oggi sono 53 gli italiani morti in Afghanistan; la contabilità dei morti afghani dall'invasione militare straniera, in larghissima parte civili, è indefinita. Si parla di migliaia di morti, di generazioni di orfani e di invalidi, di un numero considerevole di vedove. La guerra ha esteso le sacche di povertà, tantissimi sono i campi minati e la popolazione continua a vivere nel terrore;

il processo di transizione democratica appare confuso, pasticciato, intriso dallo scontro tra clan. In particolare le Nazioni Unite si sono rifiutate di validare i risultati dell'elezioni presidenziali a causa degli innumerevoli brogli riscontrati. Anche per questo appare di dubbia legittimità lo stesso governo di unità nazionale formatosi tra i due principali contendenti alla presidenza della Repubblica,

impegna il Governo:

ad accelerare il ritiro del nostro contingente militare dall'Afghanistan comunicando agli altri *partner* della Nato l'indisponibilità italiana a partecipare alla nuova missione militare denominata *Resolute Support.*

G1.18

MALAN

Precluso

Il Senato,

premesso che:

il programma del Partito democratico per le ultime elezioni politiche, sul tema delle sedi giudiziarie, affermava che: «è stato omesso qualsiasi serio confronto con le esigenze dei territori», è che è necessario escludere, comunque, dall'elenco degli uffici di Tribunale e di Procura della Repubblica soppressi quelli di Pinerolo, Bassano del Grappa, Chiavari, Lucera, Rossano Calabro e Urbino;

i pareri formulati dalle Commissioni permanenti Giustizia di Camera e Senato nella XVI Legislatura e dalla sola 2 Commissione del Senato in questa Legislatura includevano tutte le suddette sedi nel breve elenco di quelle da salvaguardare;

i disagi per la popolazione delle aree colpite dalle inopportune soppressioni sono anche superiori a quelli previsti, le ottimistiche previsioni su un agevole assorbimento da parte delle sedi accorpanti si sono dimostrate infondate, e dei risparmi previsti, peraltro piccoli e a danno degli utenti, non c'è traccia,

in sede di esame della legge di stabilità 2015 e in particolare dell'articolo 1, comma 81;

impegna il Governo:

a tenere conto di quanto emerge dal confronto con le esigenze dei territori e a ripristinare gli uffici di Tribunali e di Procura della Repubblica soppressi di Pinerolo, Bassano del Grappa, Chiavari, Lucera e Rossano Calabro.

G1.19

MALAN

Precluso

Il Senato,

premesso che:

il programma del Partito democratico per le ultime elezioni politiche, sul tema della revisione delle circoscrizioni giudiziarie, prevedeva di intervenire attraverso «la razionalizzazione del servizio giustizia e al decongestionamento dei grandi tribunali metropolitani tenendo conto della specificità del bacino di utenza, della dimensione territoriale, nonché della situazione infrastrutturale e della presenza di criminalità organizzata» e si riteneva impreScindibile per il buon funzionamento del sistema giudiziario territoriale, il ripristino di determinate sedi precedentemente soppresse,

in sede di esame della legge di stabilità 2015 e in particolare dell'articolo 1, comma 81;

impegna il Governo:

a provvedere al più presto a risolvere il problema della razionallzzazione del servizio giustizia e al decongestionamento dei grandi tribunali metropolitani enendo conto della specificità del bacino di utenza, della dimensione territoriale, nonché della situazione infrastrutturale e della presenza di criminalità organizzata e ad attivarsi per il ripristino degli uffici di Tribunali e di Procura precedentemente soppressi in quanto imprescindibili per il buon funzionamento del sistema giudiziario territoriale.

G1.20

GIROTTO, CASTALDI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015),

premesso che:

il comma 42 dell'articolo 1, contiene proroghe al regime agevolativo delle detrazioni per gli interventi di recupero del patrimonio edilizio e di riqualificazione energetica, mantenendo sostanzialmente anche per il 2015 le percentuali in vigore per il 2014 e precisamente: il 50 per cento per il recupero edilizio e per l'acquisto di mobili; il 65 per cento per gli interventi di riqualificazione energetica, inclusi quelli relativi alle parti comuni degli edifici condominiali;

in particolare, vengono modificati i commi 1 e 2 dell'articolo 14 del decreto-legge 4 giugno 2013, n. 63, dedicato alle detrazioni fiscali per gli interventi di efficienza energetica, prevedendo che le disposizioni di cui all'articolo 1, comma 48, della legge n. 220 del 2010, concernenti la detrazione d'imposta per le spese relative ad interventi di riqualificazion energetica degli edifici, si applicano nella misura del 65 per cento per le spese sostenute dal 6 giugno 2013 (data di entrata in vigore del D.L. n. 63 del 2013) fino al 31 dicembre 2015;

il nuovo comma 2, per effetto delle modifiche approvate nel corso dell'esame da parte delle Camera dei deputati estende la detrazione, sempre nella misura del 65 per cento, per le spese sostenute, dal 1º gennaio 2015 fino al 31 dicembre 2015, per le spese di acquisto e posa in opera delle schermature solari (fino a 60.000 euro) e per l'acquisto e la posa in opem degli impianti di climatizzazione invernale dotati di generatori di calore alimentati da biomasse combustibili, nel limite massimo di detrazione di 30.000 euro;

impegna il Governo:

a prevedere che, qualora le detrazioni previste per gli interventi di riqualificazione energetica e recupero edilizio, nonché per l'acquisto di mobili, siano di ammontare superiore all'imposta lorda diminuita delle detrazioni, la quota di detrazione che non ha trovato capienza nella predetta imposta possa essere computata, in aumento della quota annuale già ammessa in detrazione, nella dichiarazione dei redditi dei periodi d'imposta successivi, per l'intero importo che trova capienza nell'imposta lorda di ciascuno di essi.

G1.21

BATTISTA, ZELLER, PALERMO, PANIZZA, LANIECE, Fausto Guilherme LONGO

Precluso

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge recante «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)»

premesso che:

l'articolo 1, comma 114; della legge di stabilità autorizza la spesa di 100 milioni di euro annui, per tre anni a partire dal 20 17, per la realizzazione di opere di accesso agli impianti portuali;

tale disposizione è volta al miglioramento della competitività dei porti italiani;

considerato che:

il Porto Franco di Trieste rappresenta un unicum nell'ordinamento giuridico italiano e comunitario, soprattutto in considerazione delle vicende storico-politiche che ne segnarono l'istituzione e, più in generale, che interessarono il territorio di Trieste;

dopo la seconda Guerra mondiale, il Porto Franco di Trieste è stato «internazionalizzato» dal Trattato di pace fra l'Italia e le Potenze alleate ed associate, firmato a Parigi il 10 febbraio 1947 e, in particolare, dall'Allegato VIII del Trattato in questione;

il Porto Franco di Trieste, inteso come sommatoria dei suoi «Punti Franchi», è l'unica zona franca situata nell'Unione europea che gode di un regime speciale, più favorevole rispetto a quello più restrittivo posto dal Codice Doganale Comunitario per le zone e depositi franchi;

considerato altresì che:

il regime di porto franco internazionale del porto di Trieste previsto dall'Allegato VITI del Trattato di Parigi del 1947 e fatto salvo dAl successivi trattati comunitari, consente alle imprese di ottenere benefici fiscali attraverso un regime agevolato, ridotte formalità doganali e agevolazioni in termini di stoccaggio e manipolazione dei beni;

tuttavia non è ancora stato predisposto un intervento legislativo volto a dare piena attuazione a quanto disposto nell'Allegato VIII succitato;

impegna il Governo:

a porre in essere le opportune iniziative di carattere legislativo volte a dare piena attuazione alle disposizioni dell'Allegato VIII del Trattato di Parigi del 1947, anche per quanto concerne l'imposizione fiscale diretta e indiretta all'interno dei punti franchi del Porto di Trieste, compatibilmente con quanto previsto dal Trattato sul Funzionamento dell'Unione Europea.

G1.22

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015) (A.S.1698),

premesso che:

il comma 124 dell'articolo 1 del provvedimento in esame incrementa di 850 milioni di euro ciascuno degli anni 2015 e 2016 il fondo di cui all'articolo 1 comma 1240, della legge 27 dicembre 2006, n. 296, destinato al finanziamento della partecipazione alle missioni internazionali di pace nel 2014 i due decreti legge di rifinanziamento delle missioni internazionali hanno stanziato per queste e per le esigenze loro connesse 939.658.581 euro;

il Parlamento italiano non ha ancora approvato norme quadro sulle tipologie di missioni internazionali a cl,lÌ il nostro Paese possa partecipare e alle modalità di partecipazione alle medesime;

la circostanza della prevista smobilitazione e ritiro delle nostre truppe dalla missione militare afgana entro l'anno 2014, che per lo stesso anno ha comportato una spesa pari a 420.239.136 euro,

impegna il Governo:

a non stanziare ulteriori risorse nel 2015 per le missioni internazionali rispetto a quelle previste dal comma 124 dell'articolo 1 del provvedimento in esame;

a destinare la restante quota del fondo a iniziative di cooperazione internazionale allo sviluppo.

G1.23

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Il Senato,

accanto all'aumento dell'Iva e delle accise, il provvedimento in esame, all'elenco allegato al comma 11 dell'articolo 19 stabilisce la rideterminazione delle quote percentuali di fruizione dei crediti di imposta prevedendo, di fatto, la riduzione delle agevolazioni per l'acquisto di GPL e gasolio da riscaldamento per i comuni di montagna e le zone geograficamente svantaggiate;

tale misura assicurerà alle casse dello Stato risparmi non inferiori a 16,335 milioni di euro per il 2015 e a 38,690 milioni di euro annui a decorrere dal 2016, ma, denuncia la stessa Assopetroli, colpisce generi di prima necessità sui quali grava una tassazione che risulta ben quattro volte più alta rispetto al resto d'Europa dove il nostro Paese si posiziona al terzo posto nella graduatoria dei prezzi più alti per il gasolio da riscaldamento, dopo l'Ungheria e la Danimarca, dove però è più sviluppato il riscaldamento a biomasse;

le zone interessate dal provvedimento corrispondono a quelle rientranti nelle zone climatiche E ed F, interessando più di 5.300 Comuni, tra cui tutte le zone climatiche più fredde del Paese, ossia quelle montane caratterizzate da rigide temperature invernali;

soltanto in Friuli Venezia Giulia le zone che non usufruiranno più dei benefici corrispondono a tutta la zona montana, Carnia, Valcanale e Canal del Ferro e buona parte della zona pedemontana, dove, da gennaio 2015, per una famiglia scaldarsi costerà mediamente 260 euro in più, per un'attività alberghiera ben 20 mila euro in più e un pieno da due mila litri costerà 500-600 euro in più rispetto ai 2010;

in Carnia tutti i 28 Comuni, con eccezione di alcune frazioni del Comune di Cavazzo, e quelli

del Tarvisiano, sono inseriti nella fascia climatica F, assegnata in base alla media delle temperature annue, dove lo sconto di gasolio si aggira intorno ai 13 centesimi al litro; altri Comuni, come Venzone, compresi nella fascia Pedemontana sono invece inseriti nella fascia E, dove è ammesso un eguale sconto per i Comuni non collegati con il servizio di metanodotto;

secondo una rilevazione dell'Unione Europea, datata a settembre di questo anno, basata sulle informazioni riportate dal sito dello stesso Ministero dello sviluppo economico, un pieno di mille litri costa ai cittadini italiani 1.381 euro, mentre in Austria il prezzo per lo stesso quantitativo è poco più di 933 euro e in Francia di 900 euro, registrando una differenza di oltre 447 euro;

il prezzo del gasolio al netto delle tasse locali, in Austria, è di quasi 669 euro per mille litri, mentre in Italia di 738 euro, poiché la componente maggiore è giocata dalle accise, dove in Italia ammontano a 403 euro contro i 42 euro dell'Austria;

nonostante le proteste dei sindaci dei Comuni interessati che denunciano l'inadeguatezza di una tale disposizione che, operando un livellamento dei prezzi fra zone montane e zone di pianura, non tiene in debito conto le differenze climatiche che creano una delle cause di maggiore diseguagli, con la popolazione che vive in città o in pianura e nonostante siano stati presentati emendamenti da parte del Gruppo Lega in sede, di esame alla Camera, il governo non solo non ha ascoltato gli appelli degli amministratori locali, ma ha per di più bocciato le proposte presentate in Commissione;

impegna il Governo

ad escludere, dal provvedimento in oggetto, la riduzione dei benefici fiscali per l'acquisto di gpl e gasolio da riscaldamento per i comuni di montagna e le zone geograficamente svantaggiate, con particolare riguardo per le zone climatiche di fascia E ed F anche per gli anni successivi.

G1.24

BATTISTA, ZELLER, PALERMO, PANIZZA, LANIECE, Fausto Guilherme LONGO, ROMANO

Precluso

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)»,

premesso che:

da anni si protrae la questione del riconoscimento dei benefici previdenziali derivanti dall'esposizione all'amianto per i lavoratori del settore marittimo, senza giungere ad una soluzione definitiva;

la categoria è vittima di un'inaccettabile discriminazione per quanto riguarda la concessione dei benefici per l'esposizione a questa fibra killer;

i lavoratori del settore marittimo sono tra le categorie più colpite da patologie asbesto correlate, poiché sono stati esposti per lunghi periodi in ambienti con forte presenza di amianto;

al riguardo, nel decreto ministeriale 27 ottobre 2004, emanato in attuazione dell'articolo 47 del decreto-legge 30 settembre 2003, n. 269, convertito, con modificazioni, dalla legge 24 novembre 2003, n. 326, benefici previdenziali per i lavoratori esposti all'amianto, all'articolo 3, comma 3, è previsto che l'avvio del procedimento di accertamento deIl'INAIL è subordinato alla presentazione, da parte del lavoratore interessato, del curriculum lavorativo, dal quale risulti l'adibizione, in modo diretto ed abituale, ad una delle attività lavorative che comportino esposizione all'amianto;

il curriculum per i lavoratori del mare è un documento pressoché impossibile da produrre per l'alto numero di datori di lavoro avuti durante la carriera,

considerato che:

con la direttiva 14 luglio 2009, del Ministero del lavoro e delle politiche sociali si sono risolte solo in minima parte le problematiche connesse alla certificazione dell'esposizione all'amianto, dal momento che permane un notevole numero di lavoratori del compatto ai quali la direttiva non potrà essere applicata, in quanto impossibilitati a produrre il proprio curriculum lavorativo e a certificare così la propria esposizione all'amianto;

infatti nella direttiva si ritiene di poter applicare alla fattispecie in questione la disposizione di

cui all'articolo 3, comma 5, del decreto 27 ottobre 2004, che in particolari circostanze consente alla Direzione provinciale del lavoro di rilasciare, previe apposite indagini, il curriculum lavorativo, sostituendosi al datore di lavoro;

queste particolari circostanze sono così individuate e circostanziate: «nel caso di aziende cessate o fallite, qualora il datore di lavoro risulti irreperibile»;

attualmente esiste ancora un gran numero di lavoratori del settore marittimo, ai quali la direttiva non può essere applicata, in quanto le compagnie marittime datrici di lavoro risultano ancora in attività;

le stesse compagnie sono spesso riluttanti a fornire documenti che certifichino l'esposizione all'amianto dei lavoratori,

considerato altresì che:

l'articolo 1, comma 89, della legge di stabilità prevede che i lavoratori esposti all'amianto per un periodo superiore a dieci anni che abbiano ottenuto il riconoscimento dei benefici previdenziali ai sensi dell'articolo 47 del decreto-legge 30 settembre 2003, n. 269, convertito con modificazioni dalla legge 24 novembre 2003, n. 326, possono presentare domanda per il riconoscimento della maggiorazione secondo il regime vigente al tempo dell'esposizione,

impegna il Governo:

ad individuare una tempestiva soluzione alla questione del riconoscimento dei benefici previdenziali anche per i lavoratori del settore marittimo esposti al contatto con l'amianto, predisponendo un intervento legislativo che consenta agli aventi diritto di avvalersi dell'estratto matricolare rilasciato dalle Capitanerie di porto o dalle competenti Direzioni provinciali del lavoro, al fine di poter accedere ai benefici summenzionati.

G1.25

RUVOLO

Precluso

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015) (AS 1698),

premesso che:

nella legge di stabilità 2015, con l'articolo 12, comma 2, si introducono gli sgravi fiscali triennali totali dei contributi previsti con l'applicazione dei contratti a tutela crescente;

l'applicazione della suddetta norma prevede la soppressione della legge 407 del 1990, con decorrenza degli effetti a partire dal gennaio 2016;

la legge 407/1990, in vigore da circa 25 anni, è stata ed è una delle agevolazioni più richieste dalle aziende e prevede che in caso di assunzione con contratto a tempo indeterminato di disoccupati, sospesi o in Cig da almeno ventiquattro mesi, i contributi previdenziali ed assistenziali sono app'licati nella misura del 50 per cento per un periodo di 36 mesi. Inoltre, nell'ipotesi che tali assunzioni vengano fatte da imprese, operanti nelle zone svantaggiate del Mezzogiorno, ovvero da imprese artigiane, lo sgravio raggiunge il 100 per cento della contribuzione a carico del datore di lavoro;

gli sgravi contributivi dell'art.12 della legge finanziaria 2015, sono concessi per le assunzioni a decorrere dal r gennaio 2015 e per i contratti stipulati entro il 31 dicembre 2015: la soppressione dei benefici contributivi dell'art, 8, comma 9, della legge 407 del 1990 diventerà definitiva 10 gennaio 2016, allorchè non ci saranno più sgravi contributivi in favore di assunzioni a tempo indeterminato;

considerato che:

per gli artigiani che operano su tutto il territorio nazionale, ma soprattutto per quelli del nostro Mezzogiorno, la soppressione della legge 407/90 ancorchè rinviata al 2016 negli effetti, risulta essere più dannosa rispetto alla riduzione contributiva del contratto a tutela crescente;

impegna il Governo:

ad una profonda riflessione sugli impatti futuri delle previste novità nell'ambito delle agevolazioni per le assunzioni. Quanto previsto dall'articolo 12 della legge di stabilità, sembra mettere

a rischio il progetto governati'vo sul contratto a tutele crescenti ancora prima di entrare in vigore;

a provvedere all'istituzione di una norma di pari impatto economico-sociale, visto che tramite la legge 407/90 nei territori del Mezzogiorno, dove vige lo sgravio contributivo del 100 per cento, sono stati avviati (nei 24 anni di applicazione della legge) alcuni milioni di rapporti di lavoro;

ad avviare una profonda e seria programmazione, indirizzata alla difesa e alla salvaguardia dei posti di lavoro, che tenga conto dell'equilibrio tra il Nord ed il Sud, due realtà la cui forbice di diseguaglianza tende a divaricarsi sempre di più.

G1.26

DE PIETRO, URAS

Precluso

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015) (AS 1698),

premesso che:

per lo sviluppo dell'intero sistema Paese è essenziale sostenere l'avvio di processi innovativi inclusivi di iniziative volte a modernizzare e rendere più efficiente il rapporto tra imprese e Pubblica amministrazione;

considerato che:

il comma 56 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2013, n. 147, istituisce nello stato di previsione del Ministero dello sviluppo economico un fondo, con una dotazione pari a 5 milioni di euro per ciascuno degli anni 2014 e 2015, destinato al sostegno delle imprese che si uniscono in associazione temporanea di imprese (ATI) o in raggruppamento temporaneo di imprese (RTI) al fine di operare su manifattura sostenibile e artigianato digitale, alla promozione, ricerca e sviluppo di *softwar*e e *hardware* e all'ideazione di modelli di attività di vendita non convenzionali e forme di collaborazione tra tali realtà produttive;

il comma 6 dell'articolo 1 del presente provvedimento apporta delle modifiche alla suddetta legge n. 147 del 2013: la dotazione del fondo per il 2015 è aumentata a 10 milioni di euro e vengono specificati princìpi e condizioni concernenti le procedure di erogazione delle risorse del fondo ai soggetti beneficiari;

tenuto conto che:

tra i princìpi e contenuti enucleati dalla lettera *b)*, comma 6 dell'articolo 1 del presente provvedimento figura anche la: «creazione di centri di sviluppo di *software* e *hardware* a codice sorgente aperto per la crescita e il trasferimento di conoscenze alle scuole, alla cittadinanza, agli artigiani e alle microimprese»,

impegna il Governo a:

a) istituire un «Centro nazionale per lo sviluppo *software* e *hardware*», statale che operi sotto il controllo del Ministero dello sviluppo economico, con lo scopo di fornire gratuitamente consulenza, servizi e infrastrutture. tecnologiche ai Comuni, alle Province e alle Città metropolitane, alle Regioni, allo Stato in termini di digitalizzazione, sviluppo *software* a codice sorgente aperto e *hardware*, definizione di protocolli di scambio dati e quanto necessario all'armonizzazione del sistema informatico e gestionale della Pubblica amministrazione italiana;

b) far sì che la prevista creazione di centri di sviluppo di *software* e *hardware* a codice sorgente aperto per la crescita e il trasferimento di conoscenze alle scuole, alla cittadinanza, agli artigiani e alle microimprese avvenga in collaborazione con il menzionato Centro;

c) adottare i provvedimenti necessari affinché la Pubblica amministrazione sottoponga al nuovo Centro qualsiasi necessità di sviluppo *software;*

d) prevedere che il Centro curi anche l'anagrafica dei sistemi e dei servizi resi dalla Pubblica amministrazione su scala nazionale, anche con lo scopo di armonizzare nel tempo l'esistente;

e) sciogliere o annettere al suddetto Centro nazionale tutti gli altri organismi che svolgono anche parzialmente funzioni analoghe al fine di evitare sovrapposizioni;

f) prevedere che le aziende private possano rivolgersi al Centro per la proposta di fomitura di sistemi informatici;

g) adottare tutte le misure necessarie affinché presso ogni sportello pubblico, fisico o telefonico, risultino a disposizione dei cittadini per l'espletamento delle pratiche informatizzate dei «facilitatori informatici», scelti fra coloro che espletano il Servizio civile universale o lavori di pubblica utilità che dispongano delle competenze in materia.

G1.27

BATTISTA, ZELLER, PALERMO, PANIZZA, LANIECE, Fausto Guilherme LONGO, RUSSO

Precluso

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge recante «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (lègge di stabilità 2015)

premesso che:

il porto di Trieste è il più importante Porto ferroviario del sud Europa, dotato di 70 km di binari, che servono tutte le banchine e rendono possibile la composizione dei treni direttamente nei terminali;

i collegamenti e i servizi ferroviari ricoprono un ruolo vitale nella catena logistica incentrata sul Porto;

da lungo tempo ormAl all'interno del Porto di Trieste ha preso forma un sistema di movimentazione delle merci detto «doppia movimentazione», ciò a significare che i treni merci in arrivo al Porto in direzione TerminAl e viceversa, subiscono un doppio passaggio di operatore;

il primo operatore a prendere in carico la merce all'interno della stazione ferroviaria «Trieste Campo Marzio» è la società RFI/SERFER/Trenitalia, che una volta acquisito il carico lo trasporta fino all'esterno del varco portuale del Porto Nuovo, dove avviene un vero e proprio passaggio di consegne alla Adriafer, società di movimentazione ferroviaria interna al perimetro del porto, che sposta la merce fino al Terminal, luogo dell'imbarco;

considerato che:

tale operazione di avvicendamento tra RFI e Adriafer costituisce un grave onere per gli operatori, sia in termini di tempo che di costi;

ciò costituisce evidentemente un vero e proprio «collo di bottiglia» nel trasporto delle merci su rotaia che transitano nel Porto di Trieste;

l'art. 1, comma 114, della legge di stabilità autorizza la spesa di 100 milioni di euro annui, per tre anni a partire dal 2017, per la realizzazione di opere di accesso agli

impianti portuali, tale disposizione è volta al miglioramento della competitività dei porti italiani;

il superamento della doppia movimentazione'comporterebbe, infatti, un maggiore afflusso di merci all'interno del Porto di Trieste e gioverebbe agli operatori nel senso di un abbattimento dei costi di trasporto: Tale misura indurrebbe un beneficio diffuso di competitività e concorrenzialità a favore degli operatori portuali, con ricadute economiche positive per tutto l'indotto e il territorio friulano;

ritenuto che:

alla luce di quanto esposto, il superamento del monopolio di fatto, operato dalla società ferroviaria RFI/SERFER/Trenitalia, è condizione necessaria all'avvio di una gestione integrata delle operazioni di manovra, attraverso la costituzione di un soggetto gestore unico comprensoriale al quale affidare, tramite bando di gara, la gestione delle operazioni integrate,

impegna il Governo:

ad intraprendere tutte le utili iniziative volte al superamento della «doppia movimentazione», contestualmente alle procedure necessarie a costituire un gestore unico per l'intero tratto ferroviario che collega la stazione di «Trieste Campo Marzio» all'interno del Porto, al fine di incentivare la competitività di Trieste nel quadro della portualità europea.

G1.28

BIGNAMI, PEPE, Maurizio ROMANI, MUSSINI

Precluso

Il Senato,

della Repubblica, in sede di esame del disegno di elegge recante «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (Legge di stabilità 2015)»,

premesso che:

l'articolo 1 del presente disegno di legge prevede una accelerazione del piano di dismissione di immobili appartenenti alla Difesa;

il Comitato famiglie militari per la casa lamenta canoni insostenibili applicati negli ultimi anni, che hanno costretto gli inquilini all'esodo forzoso dagli alloggi gestiti dalla Difesa;

spesso tra ,gli inquilini sono presenti anche anziani e disabili che, non potendo corrispondere il canone di locazione degli alloggi o riscattare l'appartamento si .trovano privati dallo Stato della propria abitazione;

impegna il Governo:

a prevedere che nel piano di dismissione degli immobili della Difesa non rientrino quelli nei quali risiedono disabili o anziani, senza che sia assegnata loro un'abitazione alternativa.

G1.29

BIGNAMI, PEPE, Maurizio ROMANI, MUSSINI

Precluso

Il Senato,

in sede di esame del disegno di elegge recante «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (Legge di stabilità 2015)»,

premesso che:

l'articolo 1 del presente disegno di legge, al fine di assicurare l'ampliamento del sistema di protezione dei richiedenti asilo e rifugiati, assegna, a decorrere dal 2015, 187,5 milioni di euro al Fondo nazionale per le politiche ed i servizi dell'asilo di cui all'articolo 1-*sepsties* del decreto legge 30 dicembre 1989, n. 416, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 febbraio 1990, n. 39;

l'articolo 1, prevede inoltre l'incremento di 12.5 milioni di euro annui a decorrere dal 2015, per il Fondo per l'accoglienza dei minori stranieri non accompagnati, istituito nello stato di previsione del Ministero dell'interno;

considerato che:

una recente inchiesta della magistratura sta facendo emergere molti lati oscuri nella gestione dell'emergenza immigrazione, e sta mettendo in luce un complesso intreccio affaristico-istituzionale in merito alla gestione dell'accoglienza dei profughi;

migranti che sfuggono dalle terre di origine segnate da guerre e massacri, giunti in Italia anziché ricevere accoglienza adeguata trovano situazioni in cui c'è chi specula sulla loro condizione;

non sono chiari i criteri con cui vengono assegnati gli appalti riguardanti la gestione dei CIE, dei CARA, e dei Centri di accoglienza e spesso mancano verifiche adeguate sull'operato dei centri;

impegna il Governo:

a sottoporre obbligatoriamente l'assegnazione delle risorse finalizzate all'emergenza immigrazione e ai minori non accompagnati e la gestione dei centri di accoglienza a criteri trasparenti e ad adeguati controlli da parte del Ministero dell'interno.

G1.30

DE PIETRO, FEDELI, URAS, ORELLANA, BENCINI, ARRIGONI, PUPPATO, CASALETTO, GAMBARO, PAGLIARI, BIANCONI

Precluso

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015) (AS 1698),

premesso che:

l'articolo 1 della Costituzione sancisce che l'Italia è una Repubblica fondata sul lavoro;

l'articolo 3, comma 2 della Costituzione stabilisce altresì che: «È compito della Repubblica rimuovere gli ostacoli di ordine economico e sociaie, che, limitando di fatto la libertà e l'eguaglianza dei cittadini, impediscono il pieno sviluppo della persona umana e l'effettiva partecipazione di tutti i lavoratori all'organizzazione politica, economica e sociale del Paese»;

premesso altresì che:

il comma 83 dell'articolo 1 del disegno di legge in esame istituisce un apposito fondo nello stato di previsione del Ministero del lavoro e delle politiche sociali anche per far fronte agli oneri in materia di «tutela e conciliazione delle esigenze di cura, di vita e di lavoro»;

il comma 118 dell'articolo 1 stabilisce un incremento di 300 milioni di euro a decorrere dal 2015, in favore del fondo nazionale per le politiche sociali;

considerato che:

il daltonismo è un'anomalia congenita della percezione di alcuni colori e ancora oggi viene considerato un impedimento a svolgere molte attività lavorative, sulla base di luoghi comuni di derivazione ottocentesca;

tenuto conto che:

particolare attenzione meriterebbe la disciplina concernente i requisiti per il rilascio della patente di guida, particolarmente sfavorevole per i daltonici;

l'accesso alla patente di guida riveste un'importanza strategica, perché ad essa sono collegate mansioni lavorative, come ad esempio quelle di camionista o di autista di mezzi di trasporto collettivo;

in Italia si continuano a fare i test del colore nell'esame medico per l'idoneità alla guida nonostante tali *test* siano contrari alla normativa europea in materia, Direttiva 91/439/CEE del Consiglio del 29 luglio 1991 e nei suoi successivi aggiornamenti, che non considera il daltonismo fra le condizioni ostative al rilascio della patente di guida poiché i daltonici sono perfettamente in grado di distinguere le segnalazioni semaforiche e di altro genere. Pertanto, i test che attualmente si effettuano sono illegittimi fin dal1991 secondo la citata direttiva europea;

valutato infine che:

la lista delle attività proibite ai daltonici deve essere revisionata: molti dei mestieri oggi preclusi lo sono sulla base di una tradizione medica obsoleta e basata su criteri non scientifici;

il concetto che dovrebbe prevalere è, dove possibile, l'adattamento convenzionale dei colori per consentire una corretta percezione a tutti e non la semplicistica esclusione di un'intera categoria di persone;

la normativa europea, fin dalla Direttiva 91/439/CEE del Consiglio e nei suoi successivi aggiornamenti, non prevede il controllo della visione dei colori fra i *test* attitudinali necessari al rilascio della patente di guida;

impegna il Governo a:

a) adottare tutti i provvedimenti necessari per il riassetto e la riforma delle disposizioni vigenti in materia di requisiti visivi per il conseguimento della patente di guida e per l'accesso al mercato del lavoro, nel rispetto della normativa dell'Unione europea e delle convenzioni internazionali in materia, anche al fine di prevenire esclusioni individuali o collettive dal mercato del lavoro;

b) istituire presso il Ministero del lavoro e delle politiche sociali un Osservatorio nazionale sul daltonismo che predisponga annualmente un piano nazionale di azione e di interventi al fine di armonizzare la legislazione vigente, monitorare la produzione documentale dello Stato e della pubblica amministrazione per eliminare le discriminazioni, proporre adeguate iniziative di divulgazione che raggiungano scuole e uffici pubblici, incluse mostre e iniziative sociali sul modello di altre già in corso per condizioni di disagio sociale o sanitario similari.

G1.31

URAS

Precluso

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015) (AS 1698),

premesso che:

l'Associazione regionale ex esposti amianto con sede in Oristano, che rappresenta circa 1000 soci ex esposti all'amiarito, è fortemente preoccupata del disinteresse che si appalesa nel Paese coinvolto emotivamente nella tragica vicenda legata di Casale Monferrato;

uguale disinteresse nei confronti delle problematiche inerenti al rischio amianto in Sardegna, si riscontra nelle autorità nazionali a partire dal Presidente Renzi che ha dimostrato la volontà di convocare un tavolo nazionale con le associazioni rappresentative delle vittime amianto di Casale Monferrato, senza considerare che la stessa drammaticità e le stesse vittime da esposizione amianto ha colpito e continua a colpire il territorio sardo e in particolar modo la provincia di Oristano;

questa è stata una delle poche province in Italia ad aver avuto dagli anni '70 a metà degli anni '90 due insediamenti produttivi in cemento amianto, particolarità che ha agevolato la produzione e l'utilizzo massiccio di prodotti contenenti la fibra, creando una bomba ecologica che mette a serio rischio la salute dei cittadini oltre che degli ex esposti. Infatti dal 2007, anno di istituzione del registro del mesotelioma in Sardegna, Oristano conta 30 decessi correlati all'esposizione all'amianto, dato in sicura crescita visto che latenza della malattia è di oltre 40 anni,

impegna il Governo:

a farsi promotore in tempi rapidi dell'istituzione di un tavolo nazionale, per affrontare le problematiche legate al rischio amianto in Sardegna e in particolare il caso amianto della Provincia di Oristano, considerato che lo stabilimento Sardit di Oristano che conta tra addetti diretti e indiretti, 800 unità lavorative, è stato fino al 1986 di proprietà per un terzo della Eternit, con produzioni identiche allo stabilimento di Casale, e con l'aggiunta dello stabilimento della Cema sarda di Marrubbiu.

G1.32

DE PIETRO

Precluso

Il Senato, in sede di esame del disegno di legge n. 1698, impegna il Governo a valutare l'opportunità di dare attuazione al contenuto dell'emendamento 1.13.

G1.33

MANDELLI

Precluso

Il Senato,

in sede di discussione dell'AS 1698 "legge di stabilità 2015"

premesso che:

il comma 30 dell'articolo 1, modifica la disciplina del credito di imposta a favore delle imprese che investono in attività di ricerca e sviluppo.

impegna il Governo:

ad assumere iniziative volte a rendere ammissibili al credito di imposta anche quelle attività che favoriscono la conoscenza dei prodotti, processi o servizi messi a punto, modificati o migliorati a seguito delle attività di ricerca e sviluppo di cui al comma 4, lettere b) e c).

G1.34

D'ALI'

Precluso

Il Senato, in sede di esame del disegno di legge n. 1198, impegna il Governo a valutare l'opportunità di dare attuazione al contenuto dell'emendamento 1.297.

G1.35

BERGER, PANIZZA, ZELLER, PALERMO, LANIECE, BATTISTA, ROMANO, Fausto Guilherme LONGO

Precluso

Il Senato, in sede di esame del disegno di legge n. 1198, impegna il Governo a valutare l'opportunità di

dare attuazione al contenuto dell'emendamento 1.342.

G1.36

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Il Senato, in sede di esame del disegno di legge n. 1198, impegna il Governo a valutare l'opportunità di dare attuazione al contenuto dell'emendamento 1.385.

G1.37

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Il Senato, in sede di esame del disegno di legge n. 1198, impegna il Governo a valutare l'opportunità di dare attuazione al contenuto dell'emendamento 1.519.

G1.38

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Il Senato, in sede di esame del disegno di legge n. 1198, impegna il Governo a valutare l'opportunità di dare attuazione al contenuto dell'emendamento 1.712.

G1.39

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Il Senato, in sede di esame del disegno di legge n. 1198, impegna il Governo a valutare l'opportunità di dare attuazione al contenuto dell'emendamento 1.726.

G1.40

DIVINA, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Il Senato, in sede di esame del disegno di legge n. 1198, impegna il Governo a valutare l'opportunità di dare attuazione al contenuto dell'emendamento 1.734.

G1.41

SIMEONI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Il Senato, in sede di esame del disegno di legge n. 1198, impegna il Governo a valutare l'opportunità di dare attuazione al contenuto dell'emendamento 1.735.

G1.42

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Il Senato, in sede di esame del disegno di legge n. 1198, impegna il Governo a valutare l'opportunità di dare attuazione al contenuto dell'emendamento 1.738.

G1.43

DI BIAGIO

Precluso

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge n. 1698, recante: «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)»

premesso che,

il provvedimento in esame introduce misure relative alla formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato, anche attraverso disposizioni di natura previdenziale e fiscale;

il principio di progressiva estensione alle vittime del dovere e loro equiparati dei benefici già previsti in favore delle vittime del terrorismo e della criminalità organizzata, è stato definito dall'art. 1, comma 562, della legge 23 dicembre 2005, n. 266, rettificando, sotto il profilo normativo, una ingiusta disparità di trattamento tra categorie di soggetti vittime di eventi lesivi o luttuosi, nell'ambito del loro servizio allo Stato;

è opportuno ricordare che la categoria delle vittime del dovere interessa coloro - magistrati, personale delle forze di polizia, delle forze armate e dei vigili del fuoco e, più in generale, dipendenti pubblici in attività di servizio o comunque persone che abbiano prestato assistenza legalmente richiesta a ufficiali e agenti di polizia giudiziaria e di pubblica sicurezza - che hanno riportato invalidità permanenti o sono deceduti, nel servizio prestato alle istituzioni e all'intera collettività, in attività quali il contrasto alla criminali i servizi di ordine pubblico, le attività di pubblico soccorso, il presidio di infrastrutture civili e militari, la tutela della pubblica sicurezza e le attività che vedono il nostro paese impegnato in difficili scenari nel contesto internazionale;

l'estensione a costoro, nonché ai loro equiparati e familiari, dei benefici già previsti per le vittime del terrorismo e della criminalità organizzata rappresenta un atto doveroso, che esprime anche il più alto senso del valore riconosciuto dallo Stato al sacrificio prestato per l'intera collettività; la corresponsione dei benefici citati è stata disciplinata dal DPR 7 luglio 2006, n. 243, per quanto riguarda termini e modalità, al quale hanno fatto seguito ulteriori disposizioni legislative che hanno interessato l'estensione di singoli ulteriori benefici, tramite l'art. 34 del decreto-legge 1º ottobre 2007, n. 159 e l'art. 2, comma 105, della legge 24 dicembre 2007, n. 444; in sede di replica all'atto di sindacato ispettivo n. 3-00758, il Governo ha evidenziato come «allo stato, per la completa equiparazione tra le due categorie di vittime, sono da regolarizzare la maggior parte dei benefici di carattere pensionistico-previdenziale e il riadeguamento di altri benefici di natura economica», fotografando una situazione in cui, di fatto, a quasi nove anni dall'enunciazione del principio di equiparazione permane una forte disparità di trattamento, che non è giustificabile neanche nell'ottica di una «gradualità» che, declinando l'equiparazione, avrebbe dovuto consentirne il completamento;

in particolare, le provvidenze tuttora mancanti riguardano gli articoli 2, 3, 4 e 5 commi 3-*bis*, 3-*ter* e 3-*quater*, nonchè l'art. 7, della legge 206/2004 e l'adeguamento dell'assegno vitalizio di cui all'art. 2 della legge 407/1998 e ss.mm.ii.;

impegna il Governo:

ad attivare le opportune misure, anche in sede normativa, al fine di riprendere fattivamente il percorso di estensione alle vittime del dovere e loro equiparati, dei benefici già previsti in favore delle vittime del terrorismo e della criminalità organizzata, anche favorendo una ripresa dei lavori del tavolo tecnico istituito presso la Presidenza del Consiglio, finalizzata ad una, definizione delle spese relative ai singoli benefici e ad una pianificazione puntuale degli interventi da predisporre.

G1.7500

AZZOLLINI

Precluso

Il Senato,

premesso che:

l'entrata in funzione dell'Ufficio parlamentare di bilancio costituisce un supporto di conoscenza e di attestazione di affidabilità delle previsioni del Governo, che sostanziano le manoVre dì finanza pubblica;

considerato che:

in materia occorre garantire il massimo della pubblicità e trasparenza a tutte le informazioni disponibili, proprio per l'importanza della politica di bilancio quale trova ora un richiamo anche in Costituzione e per permettere anzitutto al Parlamento, alle sue strutture informative ed alla pubblica opinione una piena valutazione degli sforzi che sta compiendo il Paese sul sentiero sia del consolidamento dei conti pubblici sia della garanzia in ordine ad una crescita sostenuta e duratura; considerato altresì che, nell'ambito delle menzionate esigenze di pubblicità, rientra anche la possibilità di valutare gli effetti sui tre saldi nominali di finanza pubblica delle norme legislative approvate;

impegna il Governo:

ad inviare anche al Parlamento, ai fini delle decisioni di sua competenza, le informazioni fornite al predetto Ufficio parlamentare di bilancio in riferimento ai criteri di costruzione dei saldi a legislazione vigente e del quadro programmatico, nonché le relative ipotesi a rendere noto M nelle

forme, anche telematiche, che saranno ritenute più opportune l'impatto delle norme legislative sui saldi nominali di finanza pubblica, secondo quanto previsto dalla normativa vigente in materia di contabilità e finanza pubblica.

G1.7501

BOCCHINO, CAMPANELLA, BIGNAMI, Maurizio ROMANI, MASTRANGELI, BENCINI, ORELLANA, CASALETTO, GAMBARO

Precluso

Il Senato,

premesso che:

la presenza di una rete Internet nelle scuole sta acquisendo un'importanza crescente nella formazione degli alunni e dei docenti e nella diffusione dell'informazione e della conoscenza tanto da essere ormai definito «quinto potere»;

ad oggi, solo il 10% delle scuole primarie e il 23% delle secondarie è connesso ad Internet con rete veloce, mentre in quasi una scuola su due la connessione non raggiunge le classi impedendo l'applicazione di forme di didattica digitale multidisciplinare;

ne «La Buona Scuola», recentemente proposta dal Governo, si auspica un cambiamento di tendenza potenziando la banda larga e il wi-fi nelle scuole sviluppando servizi di didattica digitale all'avanguardia;

considerato che:

l'art. 11 del decreto-legge n. 104 del 12 settembre 2013, poi convertito con modificazioni dalla legge 8 novembre 2013 n. 128, reca un'autorizzazione di spesa per gli anni 2013-2014 rispettivamente di 5 milioni di euro e 10 milioni di euro per assicurare alle istituzioni scolastiche statali secondarie, prioritariamente di secondo grado, la realizzazione e la fruizione della connettività *wireless,* in modo da consentire agli studenti l'accesso ai materiali didattici e ai contenuti digitali;

considerato inoltre che:

all'art. 1 del decreto-legge 18 ottobre 2012, n. 179 convertito con modificazioni dalla legge 17 dicembre 2012, n.221, la cosiddetta «Agenda Digitale», si afferma che: «Lo Stato promuove lo sviluppo dell'economia e della cultura digitale, definisce politiche di incentivo alla domanda di servizi digitali e favorisce l'alfabetizzazione informatica, nonché la ricerca e l'innovazione tecnologica, quali fattori essenziali di progresso e opportunità di arricchimento economico, culturale e civile»;

la strategia «Europa 2020» (EU2020) sottolinea l'importanza della diffusione della banda larga come elemento del piano di crescita dell'VE per i prossimi sette anni e pone obiettivi ambiziosi per lo sviluppo della banda larga e ultra larga. Una delle sue iniziative faro, l'Agenda Digitale Europea (ADE), riconosce i vantaggi socioeconomici della banda larga, evidenziandone l'importanza per la competitività, l'inclusione sociale e l'occupazione;

dotare la pubblica amministrazione italiana, tra cui la scuola, di reti a banda ultralarga è anche la necessaria premessa per avere un giorno un'Italia più veloce, più agile, meno burocratica in considerazione della necessità dì accelerare l'offerta di servizi digitali affinché le pubbliche amministrazioni, siano da traino per la diffusione della banda ultra larga definita dall'Agenda digitale europea;

visto che:

un pilastro fondamentale della «Strategia per la crescita digitale 2014-2020» pubblicata il 6 novembre 2014 dalla Presidenza del Consiglio dei ministri è riconducibile al progetto «Scuola digitale»

si impegna il Governo:

ad adottare ogni più ampia iniziativa, anche di carattere normativo e/o di bilancio, affmché tutte le 260 scuole meridionali facenti parte del progetto promosso dal Consorzio Garr di concerto al Ministero dell'Istruzione, Università e ricerca si dotino rapidamente di connessioni a banda larga e/o ultralarga agevolandone l'uso e permettendo loro di non rinunciare a tale opportunità per meri motivi economici.

1.0.1

CATALFO, AIROLA, PAGLINI, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI, CIOFFI

Precluso

Dopo l'articolo 1, aggiungere il seguente:

«Art. 1-*bis*.

(Reddito di cittadinanza)

1. È istituito il reddito di cittadinanza, in attuazione dei princìpi fondamentali di cui agli articoli 2, 3, 4, 29, 30, 31, 32, 33, 34 e 38 della Costituzione nonché dei princìpi di cui all'articolo 34 della Carta dei diritti fondamentali dell'Unione europea.

2. Il reddito di cittadinanza è finalizzato a contrastare la povertà, la disuguaglianza e l'esclusione sociale, a garantire il diritto al lavoro, la libera scelta del lavoro, nonché a favorire il diritto all'informazione, all'istruzione, alla formazione, alla cultura attraverso politiche finalizzate al sostegno economico e all'inserimento sociale di tutti i soggetti in pericolo di emarginazione nella società e nel mondo del lavoro.

3. Il reddito di cittadinanza è istituito in tutto il territorio nazionale allo scopo di contrastare il lavoro nero e sottrarre i cittadini al ricatto del lavoro sotto pagato, eliminare la precarietà, nel rispetto della dignità della persona, contribuendo alla ridistribuzione della ricchezza.

4. Il reddito di cittadinanza è parte del sistema delle assicurazioni sociali obbligatorie di cui all'articolo 1886 del codice civile; e compartecipa al sistema di solidarietà complessiva delle casse previdenziali.

5. Per le finalità di cui al comma 1, il Ministero del lavoro e delle politiche sociali, istituisce, entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, un apposito fondo denominato "Fondo per il reddito di cittadinanza". Il Fondo è alimentato mediante il versamento degli importi derivanti dalle maggiori entrate e dalle riduzioni di spesa di cui al comma 74-*bis* dell'articolo 3.

6. Ai fini dell'accesso al reddito di cittadinanza di cui alla presente legge, si intende per:

a) "reddito di cittadinanza": l'insieme delle misure volte al sostegno del reddito per tutti i soggetti residenti ,nel territorio nazionale che hanno un reddito inferiore alla soglia di rischio di povertà, come definita alla lettera *h)*;

b) "beneficiario": qualunque soggetto che, in possesso dei requisiti previsti dalla presente legge, ottiene i benefici del reddito di cittadinanza;

c) "soggetti fruitori dei servizi di politica attiva del lavoro": i beneficiari di cui alla lettera *b)* in età lavorativa e tutti i soggetti non beneficiari del reddito di cittadinanza identificabili nelle categorie dei disoccupati, inoccupati, sottooccupati, cassaintegrati, esodati;

d) "struttura informativa centralizzata": la rete informativa utilizzata per la condivisione e l'aggiornamento di un archivio informatico destinato alla raccolta e alla gestione dei dati necessari per i procedimenti di cui alla presente legge;

e) "sistema informatico nazionale per l'impiego": la banca dati di cui all'articolo 8 del decreto-legge 28 giugno 2013, n. 76, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 agosto 2013, n. 99;

f) "fascicolo personale elettronico del cittadino": l'insieme dei dati disponibili e riferiti al cittadino, raccolti dalla pubblica, amministrazione dalle strutture riconosciute o convenzionate dalla pubblica amministrazione, aventi ad oggetto: l'anagrafica, le competenze acquisite nei percorsi di istruzione e di formazione, i dati contenuti nel libretto formativo elettronico del cittadino, i dati della borsa continua nazionale del lavoro di cui all'articolo 15 del decreto legislativo 10 settembre 2003, n. 276, nonché i dati messi a disposizione dal cassetto fiscale e dal cassetto previdenziale, rispettivamente dell'Agenzia delle entrate e dell'Istituto nazionale della previdenza sociale (INPS);

g) "libretto formativo elettronico del cittadino": documento in formato elettronico che integra il libretto formativo del cittadino, di cui all'articolo 2, comma 1, lettera *i)*, del decreto legislativo 10 settembre 2003, n. 276, aggiorna i dati presenti nella borsa continua nazionale del lavoro di cui all'articolo 15 del decreto legislativo n. 276 del 2003, e del sistema informatico nazionale per l'impiego;

h) "soglia di rischio di povertà": il valore convenzionale, calcolato dall'Istituto nazionale di statistica (ISTAT) nel rispetto delle disposizioni del quadro comune per la produzione sistematica di statistiche europee sul reddito e sulle condizioni di vita (EU-SILC), di cui al regolamento (CE) n. 1177/2003 del Parlamento europeo e del Consiglio, del 16 giugno 2003, definito secondo l'indicatore ufficiale di povertà monetaria dell'Unione europea, pari ai 6/10 del reddito mediano equivalente familiare, al di sotto del quale un nucleo familiare, composto anche da un solo individuo, è definito povero in termini relativi, ossia in rapporto al livello economico medio di vita locale o nazionale;

i) "reddito familiare ai fini del reddito di cittadinanza": il reddito netto medio mensile derivante da tutti i redditi percepiti in Italia o all'estero, anche sotto la forma di sostegno del reddito, al momento della presentazione della domanda, dà parte del richiedente e degli appartenenti al suo nucleo familiare; è escluso dal suddetto computo quanto percepito a titolo di trattamenti pensionistici di invalidità o di forme di sostegno del diritto allo studio;

l) "nucleo familiare": il nucleo composto dal richiedente, dai soggetti con i quali convive e dai soggetti considerati a suo carico. I soggetti con i quali convive il richiedente sono coloro che risultano componenti del nucleo familiare dallo stato di famiglia. I coniugi appartengono sempre al medesimo nucleo familiare, anche se residenti separatamente; l'appartenenza al medesimo nucleo familiare cessa soltanto in caso di separazione giudiziale o di omologazione della separazione consensuale ovvero quando uno dei coniugi è stato escluso dalla potestà sui figli. I figli minori di coniugi non conviventi fanno parte del nucleo familiare al quale appartiene il genitore con il quale convivono. Per le famiglie che non sono comprese nella presente definizione si applica quanto previsto dall'articolo 5 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, e dal regolamento di cui al decreto del Presidente del Consiglio dei ministri 5 dicembre 2013, n. 159. I familiari maggiori di anni diciotto fino al compimento del venticinquesimo anno di età possono essere compresi nel calcolo dei componenti del nucleo familiare, qualora siano studenti in possesso di regolare qualifica o diploma professionale riconosciuti e utilizzabili a livello nazionale e dell'Unione europea., compresi nel repertorio nazionale dei titoli di istruzione e formazione e delle qualificazioni professionali, di cui all'articolo 8 del decreto legislativo 16 gennaio 2013, n. 13, o titolari di un diploma di istruzione secondaria di secondo grado utile per l'inserimento nel mondo del lavoro, ovvero frequentino corsi per il conseguimento di uno dei predetti titoli o qualifiche o siano iscritti presso un centro per l'impiego e seguano il percorso di inserimento lavorativo previsto dalla presente legge, o siano affetti da disabilità tali da renderli inabili allo studio e al lavoro;

m) "Fondo per il reddito di cittadinanza": il Fondo di cui al comma 5, istituito presso il Ministero del lavoro e delle politiche sociali al fine di garantire l'erogazione dei benefici di cui alla presente legge;

n) "bilancio di competenze": il metodo di intervento e consulenza di processo in ambito lavorativo e di orientamento professionale per adulti, consistente in un percorso volontario mirato a promuovere la riflessione e l'auto riconoscimento delle competenze acquisite nei diversi contesti di vita, al fine di renderne possibile il trasferimento e l'utilizzazione nella ridefinizione e riprogettazione del proprio percorso formativo e lavorativo;

o) "registro nazionale elettronico delle qualifiche": l'elenco delle qualifiche riconosciute a livello nazionale ed europeo, istituito presso il Ministero del lavoro e delle politiche sociali, al fine di garantire il riconoscimento delle competenze, favorire la registrazione in formato elettronico delle qualifiche, implementare il libretto formativo del cittadino e il fascicolo personale elettronico del cittadino, semplificare la stesura del piano formativo individuale, collegare in formato elettronico le qualifiche alle comunicazioni obbligatorie;

p) "salario minimo orario": la retribuzione oraria minima che il datare di lavoro è tenuto a corrispondere al lavoratore;

q) "tessera sanitaria nazionale": il sistema attraverso il quale si effettuano tutte le registrazioni previste dalla presente legge.

7. Il reddito di cittadinanza garantisce al beneficiario, qualora sia unico componente di un nucleo familiare, il raggiungimento, anche tramite integrazione, di un reddito annuo netto calcolato secondo l'indicatore ufficiale di povertà monetaria dell'Unione europea, pari ai 6/10 dei reddito mediano equivalente familiare, quantificato per l'anno 2014 in euro 9.360 annui e in euro 780 mensili.

8. Il reddito di cittadinanza garantisce al nucleo familiare il raggiungimento, anche tramite integrazione, di un reddito annuo netto, quantificato sulla base della soglia di povertà di cui al comma 1, commisurato al nucleo familiare secondo la sua composizione tramite la scala di equivalenza OCSE modificata di cui all'allegato 1 alla presente legge.

9. La misura del reddito di cittadinanza di cui ai commi 7 e 8 è fissata sulla base dell'indicatore ufficiale di povertà monetaria dell'Unione europea. Essa, in ogni caso, non può essere inferiore al reddito annuo di 9.360 euro netti. Il valore è aggiornato annualmente secondo l'indice generale di variazione delle retribuzioni orarie contrattuali.

10. L'erogazione del reddito di cittadinanza è posticipata di un numero di mesi calcolabile secondo la formula di cui all'allegato 3 della presente legge.

11. La misura del reddito di cittadinanza di cui ai commi 7 e 8 per i lavoratori autonomi, è calcolata mensilmente sulla base del reddito familiare, comprensivo del reddito da lavoro autonomo del richiedente certificato dai professionisti abilitati che sottoscrivono apposita convenzione con l'INPS per l'assistenza ai beneficiari del reddito di cittadinanza. Nei casi di crisi aziendale irreversibile e certificata, previa chiusura della partita IVA, si attiva per l'imprenditore un piano di ristrutturazione del debito a trent'anni e l'imprenditore diviene soggetto beneficiario del reddito. Entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, con decreto del Ministero del lavoro e delle politiche sociali, di concerto con il Ministero dell'economia e delle finanze, è predisposto il sistema di accesso e di controllo dei redditi per i lavoratori autonomi richiedenti.

12. Ai fini dell'accesso al reddito di cittadinanza si considera il reddito familiare dichiarato al momento della richiesta secondo le modalità previste dalla presente legge.

13. Il richiedente, in caso di esito positivo delle verifiche svolte da parte delle strutture preposte, ha diritto a ricevere esclusivamente la quota di reddito di cittadinanza a lui spettante, calcolata secondo gli allegati 1, 2 e 3 alla presente legge.

14. L'accettazione della domanda di reddito di cittadinanza presentata dal componente di un nucleo familiare comporta, per i componenti maggiorenni del medesimo nucleo, il diritto a ricevere l'erogazione diretta della quota loro spettante secondo i criteri stabiliti negli allegati 1, 2 e 3, previa ottemperanza degli obblighi stabiliti dalla presente legge.

15. La quota del reddito di cittadinanza riferita ai figli minori a carico spetta, suddivisa in parti eguali, a entrambi i genitori, fatte salve diverse disposizioni dell'autorità giudiziaria.

16. Il reddito di cittadinanza non costituisce reddito imponibile e non è pignorabile.

17. Hanno diritto al reddito di cittadinanza tutti i soggetti che hanno compiuto il diciottesimo anno di età, risiedono nel territorio nazionale, percepiscono un reddito annuo calcolato ai sensi del comma 7, e che sono compresi in una delle seguenti categorie:

a) soggetti in possesso della cittadinanza italiana o di Paesi facenti parte dell'Unione europea;

b) soggetti provenienti da Paesi che hanno sottoscritto convenzioni bilaterali di sicurezza sociale.

18. Non hanno diritto al percepimento del reddito di cittadinanza tutti i soggetti che si trovano in stato detentivo per tutta la durata della pena.

19. Per i soggetti maggiori di anni diciotto, fino al compimento del venticinquesimo anno di età:, costituisce requisito per l'accesso al beneficio, il possesso di una qualifica o diploma professionale riconosciuto e utilizzabile a livello nazionale e dell'Unione europea, compreso nel repertorio nazionale dei titoli di istruzione e formazione e delle qualificazioni professionali, di cui all'articolo 8 del decreto legislativo 16 gennaio 2013, n. 13, o di un diploma di istruzione secondaria di secondo grado utile per l'inserimento nel mondo del lavoro, ovvero la frequenza di un corso o percorso di istruzione o di formazione per il conseguimento di uno dei predetti titoli o qualifiche.

20. Nei casi di nucleo familiare con un solo componente inferiore ai venticinque anni, che svolge in modo esclusivo attività di studente, comprovata mediante attestato di frequenza, il reddito di cittadinanza è erogato a condizione che il reddito del nucleo familiare di origine, compreso il richiedente, sia inferiore alla soglia di povertà relativa.

21. Il Governo stipula convenzioni con gli Stati esteri per l'adozione di procedure che consentano di verificare se i richiedenti di cui al comma 17, lettere *a)* e *b)*, siano beneficiari di altri redditi negli Stati di origine o, qualora in possesso della cittadinanza italiana, in altri Stati esteri.

22. Ai fini dell'efficace svolgimento delle procedure di informatizzazione, gestione, controllo ed erogazione del reddito di cittadinanza, e dell'implementazione della struttura informativa centralizzata, del sistema informatico nazionale per l'impiego, del fascicolo personale elettronico del cittadino nonché del libretto formativo elettronico del cittadino, sono attribuite le seguenti funzioni:

a) lo Stato, attraverso i Ministeri competenti, garantisce l'attuazione e il funzionamento della struttura informativa centralizzata e del sistema informatico nazionale per l'impiego; promuove e coordina le azioni di sistema e i programmi nazionali di politica attiva del lavoro; definisce i livelli essenziali delle prestazioni dei centri per l'impiego e in accordo con le regioni interviene per regolarne le attività; in accordo con le regioni stabilisce i requisiti per l'accreditamento dei soggetti autorizzati a erogare servizi per la formazione e per il lavoro, sulla base di standard nazionali uniformi e gestisce con le regioni i sistemi e le reti per l'orientamento e l'apprendimento permanente;

b) le regioni, in coordinamento con i centri per l'impiego, e i comuni favoriscono, d'intesa con i Ministeri competenti per materia, le politiche attive del lavoro nonché la nascita di nuove realtà imprenditoriali attraverso lo scambio di buone pratiche e incentivano a tal fine iniziative fra i comuni stessi, anche consorziati tra loro; verificano il livello qualitativo dei servizi per l'impiego e dei servizi formativi erogati; verificano e garantiscono la corrispondenza tra fabbisogni professionali delle imprese e l'offerta formativa disponibile; gestiscono in coordinamento con il Ministero del lavoro e delle politiche sociali i sistemi e le reti dell'orientamento, della formazione e dell'apprendimento permanente, garantendo il rispetto degli standard qualitativi uniformi stabiliti a livello nazionale; con i dati in loro possesso, rilevati attraverso gli osservatori regionali del mercato del lavoro e delle politiche sociali e con le informazioni fornite dagli operatori accreditati, verificano la distribuzione del reddito e la struttura della spesa sociale, predispongono statistiche sulla possibile platea dei beneficiari, alimentano le banche dati della struttura informativa centralizzata; assistono e coordinano i centri per l'impiego nello svolgimento delle politiche attive nel rispetto dei livelli di qualità delle prestazioni stabiliti a livello nazionale; utilizzano i dati degli osservatori territoriali e dell'osservatorio nazionale del mercato del lavoro e delle politiche sociali per programmare l'offerta formativa e per interrompere i finanziamenti delle iniziative formative che non rispondono in modo efficace alle esigenze occupazionali per le quali sono state avviate, con particolare riferimento al rispetto di quanto previsto al comma 56;

c) i comuni svolgono le procedure per l'accesso ai benefici di cui alla presente legge in favore dei soggetti per i quali è necessario attivare percorsi di supporto e di inclusione sociale con particolare riguardo per le persone disabili e per i pensionati beneficiari ai sensi della presente legge. In tali casi, i servizi sociali, ove necessario, possono provvedere alla presentazione della richiesta al centro per l'impiego competente per territorio, utilizzando la struttura informativa centralizzata. In merito alla composizione del nucleo familiare, i comuni attraverso i propri servizi verificano l'esatta corrispondenza tra quanto dichiarato dai richiedenti, quanto riportato negli stati di famiglia e la reale composizione degli stessi nuclei familiari. I comuni implementano la stessa struttura informativa centralizzata e il sistema informatico nazionale per l'impiego, con l'anagrafica dei soggetti residenti e domiciliati e con tutti i dati utili in loro possesso;

d) i centri per l'impiego ricevono le domande di accesso al reddito di cittadinanza e prendono in carico tutti i soggetti di cui al comma 6, lettere *b)* e *c)*. I centri per l'impiego gestiscono le procedure riferite al reddito di cittadinanza, coordinano le attività degli enti che partecipano allo svolgimento dei procedimenti, raccolgono i pareri da parte dei soggetti incaricati del controllo per ciascuna parte di

loro competenza e nel caso di esito positivo, inviano, attraverso la struttura informativa centralizzata, all'INPS il parere favorevole all'erogazione del reddito di cittadinanza. Al fine dell'implementazione del libretto formativo elettronico del cittadino e del fascicolo personale elettronico del cittadino, i centri per l'impiego sono obbligati, attraverso la struttura informativa centralizzata, alla registrazione, nel sistema informatico nazionale per l'impiego, della scheda anagrafico-professionale del cittadino. I centri per l'impiego sono altresì tenuti al conferimento delle informazioni sui posti vacanti e alla gestione dell'incrocio della domanda e dell'offerta di lavoro. I centri per l'impiego integrano, attraverso la struttura informativa centralizzata; il sistema informatico nazionale per l'impiego con la raccolta sistematica dei dati disponibili nel collocamento mirato di cui alla legge 12 marzo 1999, n. 68, e rimuovono gli ostacoli che impediscono la piena accessibilità dei disabili ai servizi per l'impiego e all'incrocio tra la domanda e l'offerta di lavoro;

e) l'INPS, nell'ambito delle proprie competenze, svolge le attività di verifica e controllo dei dati dichiarati dai richiedenti e provvede, previo parere favorevole da parte del centro per l'impiego territorialmente competente, all'erogazione del contributo economico a ciascun beneficiario; condivide, attraverso la struttura informativa centralizzata, con i centri per l'impiego i dati relativi alle procedure di erogazione dei sussidi in gestione;

f) l'Agenzia delle entrate, nell'ambito delle proprie competenze, esegue le verifiche e i controlli sui dati dichiarati dai richiedenti ai fini dell'erogazione dei benefici di cui alla presente legge;

g) le direzioni regionali e territoriali del lavoro, nell'ambito delle rispettive competenze, alimentano la struttura informativa centralizzata con i dati in loro possesso e implementano il sistema informatico nazionale per l'impiego;

h) l'INPS e le aziende sanitarie locali (ASL), ognuna per le parti di propria competenza, nei casi di percettori di assegni d'invalidità e di reddito di cittadinanza provvedono ad effettuare controlli in ordine alla sussistenza dei requisiti di invalidità;

i) le agenzie per il lavoro di cui al decreto legislativo 10 settembre 2003, n. 276, nonché tutti i soggetti accreditati o autorizzati all'erogazione di interventi di politica attiva o ad attività di intermediazione, sono obbligati al conferimento delle informazioni relative ai posti di lavoro vacanti ed alla registrazione dei dati dei soggetti percettori delle politiche attive del lavoro, anche non beneficiari ai sensi della presente legge, nel sistema informatico nazionale per l'impiego;

l) le scuole di ogni ordine e grado, attraverso la struttura informativa centralizzata, implementano il fascicolo personale elettronico del cittadino con i dati relativi alla certificazione delle competenze degli studenti e con le informazioni relative all'assolvimento degli obblighi scolastici in riferimento al comma 103;

m) le agenzie formative accreditate e riconosciute dalla normativa vigente, sono obbligate a fornire ai centri per l'impiego ogni informazione riferita alla programmazione dei corsi e dei percorsi formativi. Le agenzie formative accreditate sono altresì obbligate, al fine dell'implementazione del fascicolo elettronico personale del cittadino, a registrare e rendere accessibili, tramite la struttura informativa centralizzata e il sistema informatico nazionale per l'impiego, i dati inerenti alla frequenza ai corsi e ai percorsi formativi, alla certificazione delle competenze e delle eventuali qualifiche conseguite, da parte di tutti i soggetti iscritti anche non benefici ari ai sensi della presente legge;

n) le università e gli istituti di alta formazione, sono obbligati, al fine dell'implementazione del fascicolo elettronico personale del cittadino, a registrare e rendere accessibili, tramite la struttura informativa centralizzata, i dati inerenti alla frequenza ai corsi e ai percorsi formativi, alla certificazione delle competenze e ai titoli conseguiti da parte di tutti i soggetti iscritti anche non benefici ari ai sensi della presente legge;

o) le ASL forniscono, attraverso la struttura informativa centralizzata, i dati relativi ai soggetti richiedenti e percettori del reddito di cittadinanza che già fruiscono di trattamenti pensionistici di invalidità e altresì procedono all'inserimento di tutti i dati disponibili nel fascicolo personale elettronico del cittadino.

23. Con decreto del Ministero del lavoro e delle politiche sociali, da adottare entro tre mesi dalla

data di entrata in vigore della presente legge, senza nuovi o maggiori oneri a carico della finanza pubblica, è istituito l'Osservatorio nazionale del mercato del lavoro e delle politiche sociali, presso il medesimo Ministero. L'Osservatorio nazionale del mercato del lavoro e delle politiche sociali, attraverso lo stretto scambio di informazioni con gli osservatori regionali e provinciali del mercato del lavoro e delle politiche sociali e con i comuni, analizza l'evoluzione del mercato dell'occupazione e delle politiche sociali, con particolare riferimento ai settori di attività interessati al riequilibrio tra domanda e offerta di lavoro ed offre un sistema di informazione sulle politiche sociali e occupazionali per l'attuazione della presente legge e degli altri strumenti previsti dall'ordinamento, a tutela delle esigenze di carattere sociale e occupazionale. L'Osservatorio definisce, d'intesa con il Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca, le linee guida per l'attuazione di politiche attive volte al raggiungimento dell'efficienza dei sistemi di istruzione e formazione e collabora con il suddetto Ministero, con il Ministero del lavoro e delle politiche sociali e con e le regioni, alla programmazione dell'offerta formativa nazionale garantendone lo stretto collegamento al tessuto produttivo; monitora e valuta le iniziative formative avvalendosi degli osservatori regionali e provinciali e segnala agli enti preposti le iniziative non efficaci sotto il profilo dell'impatto occupazionale.

24. Entro tre mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, con decreto del Ministro del lavoro e delle politiche sociali, adottato previo parere delle competenti Commissioni parlamentari, sono stabilite le procedure per il coordinamento dell'attività degli enti di cui ai comma 22 e 23.

25. I soggetti di cui al comma 22, in ottemperanza alle disposizioni in materia di agenda digitale europea, secondo le regole tecniche in materia di interoperabilità e di scambio di dati definite dal codice dell'amministrazione digitale, di cui al decreto legislativo 7 marzo 2005, n. 82, condividono attraverso la struttura informativa centralizzata le proprie banche dati al fine di favorire l'incrocio tra la domanda e l'offerta di lavoro; garantire un ampio riconoscimento delle competenze; favorire la registrazione in formato elettronico delle qualifiche; implementare in formato elettronico il libretto formativo del cittadino; collegare il formato elettronico delle qualifiche alle comunicazioni obbligatorie; pianificare l'integrazione del libretto formativo del cittadino nella costruzione del fascicolo personale elettronico del cittadino quale raccolta dei dati su istruzione, formazione e lavoro del cittadino ad uso della pubblica amministrazione; consentire ai cittadini e alle imprese l'uso di tecnologie telematiche nelle comunicazioni con le pubbliche amministrazioni centrali e con i gestori dei servizi statali; favorire il monitoraggio longitudinale delle dinamiche del mercato del lavoro; fornire un sistema uniforme su tutto il territorio nazionale utile per tutti gli addetti ai lavori nell'ambito della pubblica amministrazione; fornire un modello di analisi sistemica per il monitoraggio e la verifica in tempo reale dei risultati raggiunti dai percorsi di politica attiva e passiva, di istruzione e formazione e dagli interventi promossi dalle amministrazioni pubbliche; agevolare la definizione di politiche pubbliche; consentire lo svolgimento delle procedure funzionali alla presente legge attraverso la cooperazione e l'interconnessione tra le banche dati dei soggetti di cui all'articolo 5. I dati essenziali, condivisi e utili all'attuazione della presente legge comprendono in via prioritaria: dati anagrafici, stato di famiglia, dati in possesso del Ministero del lavoro e delle politiche sociali anche riferiti a eventuali trattamenti pensionistici, certificazione dell'indicatore della situazione economica equivalente (ISEE), certificazione del reddito al netto delle imposte riferito all'anno in corso, dati in possesso dell'INPS, dati relativi ai beni immobili di proprietà, competenze certificate acquisite in ambito formale, non formale e informale, certificato di frequenza scolastica dello studente, certificazione del reddito di cittadinanza percepito. Le regioni, i centri per l'impiego, le direzioni territoriali per l'impiego, le agenzie accreditate di cui alla decreto legislativo n. 276 del 2003, i centri di formazione accreditati, condividono attraverso la struttura informativa centralizzata tutti i dati utili all'attuazione della presente legge compresi quelli riferiti al sistema informatico nazionale per l'impiego.

26. I dirigenti delle amministrazioni pubbliche o degli enti pubblici, cui è conferito l'incarico di partecipare allo sviluppo della struttura informativa centralizzata, riferiscono trimestralmente al Ministero del lavoro e delle politiche sociali sullo stato di avanzamento dei lavori finalizzati al completamento della medesima struttura informativa centralizzata. La non ottemperanza è sanzionata

secondo le previsioni di cui ai commi da 97 a 104.

27. Tutti i soggetti identificati come soggetti autorizzati ai sensi del decreto legislativo n. 276 del 2003, e successive modificazioni, e delle circolari del Ministero del lavoro e delle politiche sociali n. 13/SEGR/000440, del 4 gennaio 2007, e n. 13/SEGR/0004746, del 14 febbraio 2007, hanno l'obbligo di registrarsi, entro un mese dalla data di entrata in vigore della presente legge, nel sistema informatico nazionale per l'impiego, e di trasmettere tutti i dati elaborati relativi agli utenti nonché in relazione alla domanda di lavoro, la specifica elencazione delle posizioni lavorative vacanti.

28. La struttura informativa centralizzata comprende i dati riferiti al fascicolo personale elettronico del cittadino ed al libretto formativo elettronico del cittadino, che sono istituiti con decreto del Ministro del lavoro e delle politiche sociali, di concerto con il Ministro per la semplificazione e la pubblica amministrazione e con il Ministro della salute, d'intesa con la Conferenza unificata e sentiti gli enti gestori di forme obbligatorie di previdenza e assistenza sociale.

29. Le registrazioni inerenti al fascicolo personale elettronico del cittadino, al libretto formativo del cittadino, alla certificazione delle competenze acquisite in ambito formale, informale e non formale, ai dati messi a disposizione dal cassetto fiscale e dal cassetto previdenziale, rispettivamente, dell'Agenzia delle entrate e 134 dell'INPS e di quanto previsto dalla presente legge, avvengono attraverso l'utilizzo della tessera sanitaria nazionale e del codice fiscale del cittadino.

30. I dati personali elaborati ai fini della presente legge sono trattati ai sensi del codice in materia di protezione dei dati personali, di cui al decreto legislativo 30 giugno 2003, n. 196.

31. Il soggetto interessato all'accesso ai benefici di cui alla presente legge formula la domanda di ammissione alle strutture preposte territorialmente competenti, di cui al comma 22, lettere *c)* e *d)*, allegando:

a) copia della dichiarazione ISEE;

b) autodichiarazione atte stante i redditi percepiti nei dodici mesi precedenti la richiesta nonché i redditi certi, percepibili nei successivi dodici mesi, da parte del soggetto richiedente e da tutti i componenti del nucleo familiare di appartenenza, fatte salve le ipotesi di cui al comma 11;

c) ogni altra documentazione stabilita, entro tre mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, con decreto del Ministero del lavoro e delle politiche sociali.

32. La sussistenza delle condizioni di cui ai commi da 17 a 21 è verificata e attestata dai soggetti di cui al comma 22, secondo la rispettiva competenza, attraverso la consultazione della struttura informativa centralizzata.

33. I soggetti di cui all'articolo 22 preposti alla ricezione della domanda possono riservarsi la facoltà di richiedere ulteriore documentazione compresa quella inerente ai redditi percepiti nei dodici mesi precedenti la richiesta nonché ai redditi certi, percepibili nei successivi dodici mesi, da parte del soggetto richiedente e da tutti i componenti del nucleo familiare di appartenenza.

34. Il soggetto interessato all'accesso ai benefici di cui alla presente legge, che usufruisce di trattamenti pensionistici di invalidità, è tenuto a sottoporsi a visita medica presso le strutture pubbliche di cui al comma 22, lettera *h)*, competenti a certificare le condizioni di invalidità dichiarate.

35. Sui siti *internet* dei centri per l'impiego sono pubblicate le modalità e resi disponibili i modelli per la presentazione della richiesta.

36. Entro il trentesimo giorno dalla data della presentazione della domanda, il centro per l'impiego presso il quale è stata formulata l'istanza, tramite la consultazione delle banche dati collegate attraverso la struttura informativa centralizzata, accerta la sussistenza dei requisiti del richiedente e del suo nucleo familiare per l'accesso al reddito di cittadinanza e in caso di accoglimento della domanda, invia all'INPS per via telematica la disposizione di erogazione.

37. Il reddito di cittadinanza è erogato per il periodo durante il quale il beneficiario si trova in una delle condizioni previste ai commi da 17 a 21. Per il beneficiario maggiorenne in età non pensionabile, la continuità dell'erogazione del reddito di cittadinanza è subordinata al rispetto degli obblighi di cui alla presente legge.

38. Il beneficiario, esclusi i soggetti in età pensionabile, deve fornire immediata disponibilità al

lavoro presso i centri per l'impiego territorialmente competenti. I lavoratori disabili iscritti nell'elenco di cui all'articolo 8 della legge 12 marzo 1999, n. 68, in quanto soggetti alle disposizioni previste dalla medesima legge nonché alle norme in materia di verifica e di accertamento dello stato di disoccupazione, in merito alla disponibilità al lavoro, non sono tenuti al rispetto di ulteriori obblighi rispetto a quelli previsti dalla suddetta legge n. 68 del 1999.

39. Il beneficiario, fornita la disponibilità di cui al comma 38, deve intraprendere, entro sette giorni, il percorso di accompagnamento all'inserimento lavorativo tramite le strutture preposte alla presa in carico del soggetto, ai commi 47 e da 52 a 58.

40. Il beneficiario ha l'obbligo di comunicare tempestivamente agli enti preposti ogni variazione della situazione reddituale, patrimoniale, lavorativa, familiare che comporti la perdita del diritto a percepire il reddito di cittadinanza o che comporti la modifica dell'entità dell'ammontare del reddito di cittadinanza percepito. Il beneficiario, anche nel periodo in cui sussiste il diritto al beneficio, è tenuto a rinnovare annualmente la domanda di ammissione.

41. In coerenza con il profilo professionale del beneficiario, con le competenze acquisite in ambito formale, non formale e informale, nonché in base agli interessi e alle propensioni emerse nel corso del colloquio di cui al comma 62, lettera *b)*, sostenuto presso il centro per l'impiego, il beneficiario è tenuto ad offrire la propria disponibilità per la partecipazione a progetti gestiti dai comuni, utili alla collettività, in ambito culturale, sociale, artistico, ambientale, formativo e di tutela dei beni comuni, da svolgere presso il medesimo comune di residenza o presso quello più vicino che ne abbia fatto ,richiesta, mettendo a disposizione un numero di ore compatibile con le altre attività del beneficiario stabilite dalla presente legge e comunque non superiore al numero di otto ore settimanali. La partecipazione ai progetti è facoltativa per disabili o soggetti non più in età lavorativa.

42. I comuni, entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, predispongono tutte le procedure amministrative utili per l'istituzione dei progetti di cui ,al comma 41.

43. L'esecuzione delle attività e l'assolvimento degli obblighi del beneficiario previsti dal comma 41 sono subordinati all'attivazione dei progetti di cui al medesimo comma.

44. L'avvenuto assolvimento degli obblighi di cui al comma 41 è attestato dai comuni, tramite l'aggiornamento della struttura informativa centralizzata.

45. I beneficiari del reddito di cittadinanza che provvedono all'assistenza di un parente, ai sensi della legge 5 febbraio 1992, n. 104, sono esclusi dagli obblighi di cui al comma 41.

46. I centri per l'impiego prendono in carico i soggetti beneficiari del reddito di cittadinanza ed erogano i servizi finalizzati all'inserimento lavorativo. Essi provvedono altresì, nel corso del primo anno dalla data di entrata in vigore della presente legge, a pubblicizzare il diritto al beneficio del reddito di cittadinanza.

47. I centri per l'impiego cooperano con lo Stato attraverso i Ministeri, le regioni, gli enti locali, gli enti istituzionali e l'Agenzia del demanio per promuovere la nascita di nuove attività imprenditoriali. Tale cooperazione tiene conto delle caratteristiche produttive, commerciali ed economiche del territorio di riferimento al fine di favorire l'inserimento lavorativo dei beneficiari e fruitori di servizi di politica attiva. I centri per l'impiego sono tenuti a istituire e sviluppare progetti e gruppi, di lavoro per la nascita di nuove imprese attraverso la valorizzazione delle competenze e delle attitudini dei beneficiari e dei fruitori dei servizi di politica attiva.

48. Al fine di realizzare obiettivi di sostenibilità e favorire la diversificazione dei benefici offerti, entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, con decreto del Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali, di concerto con il Ministero dello sviluppo economico e con il Ministero del lavoro e delle politiche sociali, sono adottati le misure e i programmi volti al reinsediamento agricolo di aree remote da destinare ad un'agricoltura a basso impatto ambientale ed al turismo sostenibile, ivi compresa l'agricoltura sociale, rivolti ai beneficiari del reddito di cittadinanza, prevedendo opportuni percorsi di formazione. Il Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali opera la ricognizione di tali aree in accordo con le regioni e i comuni e delega alle regioni e ai comuni medesimi l'attuazione dei suddetti percorsi di formazione.

49. L'articolo 66 del decreto-legge 24 gennaio 2012, n. 1, convertito, con modificazioni, dalla legge 24 marzo 2012, n. 27, è sostituito dal seguente:

"Art. 66. - (Affitto di terreni demaniali agricoli e a vocazione agricola). - *1.* Entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente disposizione, il Ministro delle politiche agricole alimentari e forestali, con decreto di natura non regolamentare da adottare di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, anche sulla base dei dati forniti dall'Agenzia del demanio, nonché su segnalazione dei soggetti interessati, individua i terreni agricoli e a vocazione agricola, non utilizzabili per altre finalità istituzionali, di proprietà dello Stato non compresi negli elenchi predisposti ai sensi del decreto legislativo 28 maggio 2010, n. 85, nonché di proprietà degli enti pubblici nazionali, da dare in concessione a cura dell'Agenzia del demanio. L'individuazione del bene non ne determina il trasferimento al patrimonio disponibile dello Stato. Al suddetto decreto del Ministro delle politiche agricole alimentari e forestali si applicano le disposizioni di cui all'articolo 1, commi 3, 4 e 5, del decreto-legge 25 settembre 200l, n. 351, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 novembre 2001, n. 410.

2. L'affittuario dei terreni di cui al comma 1 non può utilizzare i medesimi per fini non strettamente connessi all'esercizio di attività agricole e di miglioramento del fondo.

3. Ai fini di cui al presente articolo, per attività agricole si intendono:

a) l'allevamento o la coltivazione di prodotti agricoli, compresi la raccolta, la mungitura, l'allevamento e la custodia degli animali per fini agricoli;

b) la realizzazione di insediamenti imprenditoriali agricoli;

c) le attività di silvi coltura e di vivaistica.

4. I terreni di cui al comma 1 del presente articolo possono formare oggetto delle operazioni di riordino fondiario di cui all'articolo 4 della legge 15 dicembre 1998, n. 441.

5. Al fine di promuovere il ricambio generazionale in agricoltura e di favorire il primo'insediamento di nuove aziende agricole, è assegnata una quota non inferiore al 25 per cento del totale dei terreni attribuibili in affitto, individuati ai sensi del comma 1 del presente articolo, ai giov811Ì agricoltori definiti dal regolamento (UE) n. 1305/2013 del Parlamento europeo e del Consiglio, del 17 dicembre 2013.

6. Al fine di promuovere l'inserimento lavorativo dei beneficiari del reddito di cittadinanza in agricoltura e di favorire l'insediamento di nuove aziende agricole, è assegnata, una quota non inferiore al 25 per cento del totale dei terreni attribuibili in affitto, individuati ai sensi del comma 1, ai benefici ari del reddito di cittadinanza tramite l'attuazione di progetti volti all'accompagnamento occupazionale e imprenditoriale opportunamente istituiti e gestiti dai centri per l'impiego in. cooperazione con lo Stato e i Ministeri competenti, anche favorendo la costituzione di contratti di rete.

7. Ai contratti di affitto di cui al presente articolo si applicano le agevolazioni previste dall'articolo 5-bis, commi 2 e 3, del decreto legislativo 18 maggio 2001, n. 228.

8. I giovani imprenditori agricoli e i giovani agricoltori di cui al comma 5 e i beneficiari di cui al comma 6, affittuari dei terreni ai sensi del presente articolo possono accedere ai benefici di cui al capo li del titolo I del decreto legislativo 21 aprile 2000, n. 185, e successive modificazioni.

9. Per i terreni ricadenti all'interno di aree protette di cui alla legge 6 dicembre 1991, n. 394, l'Agenzia del demanio acquisisce preventivamente l'assenso all'affitto da parte degli enti gestori delle medesime aree.

10. Le regioni, le province e i comuni, anche su richiesta dei soggetti interessati possono affittare, per le finalità e con le modalità di cui al comma 1, i terreni agricoli e a vocazione agricola di loro proprietà, compresi quelli attribuiti ai sensi del decreto legislativo 28 maggio 2010, n. 85.

11. Ai terreni affittati ai sensi del presente articolo non può essere attribuita una destinazione urbanistica diversa da quella agricola.

12. Le risorse derivanti dai canoni di affitto, al netto dei costi sostenuti dall'Agenzia del demanio per le attività svolte, sono destinate alla incentivazione, valorizzazione e promozione dell'agricoltura nazionale con priorità all'agricoltura biologica, nonché allo sviluppo delle piccole e micro imprese

agricole. Gli enti territoriali destinano le predette risorse alla riduzione del proprio debito o alla valorizzazione e promozione dell'agricoltura locale".

50. Al fine di favorire la nascita di attività imprenditoriali di cui ai commi 47 e 48 e ai fini dello sviluppo occupazionale nei settori innovativi, dopo il comma 1 dell'articolo 58 del decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 agosto 2008, n. 133, e successive modificazioni, è inserito il seguente:

"1-*bis*. È riservata una quota del 10 per cento del totale dei beni immobiliari di cui al comma l, da destinare a progetti di sviluppo di *start-up* innovative di cui all'articolo 25, comma 2, del decreto-legge 18 ottobre 2012, n. 179, convertito, con modificazioni, dalla legge 17 dicembre 2012, n. 221, nonché a progetti di sviluppo di incubatori certificati di cui all'articolo 25, comma 5, del medesimo decreto-legge n. 179 del 2012, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 221 del 2012".

51. È istituito il Fondo di garanzia per il finanziamento delle iniziative imprenditoriali legate al reddito di cittadinanza. Tale fondo sostiene le iniziative di cui ai commi 47 e 48 del presente articolo e al comma 1-*bis* dell'articolo 58 del decreto-legge n. 112 del 2008, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 133 del 2008, introdotto dal comma 50 del presente articolo, offrendo agli istituti di credito idonea garanzia per il finanziamento delle medesime attività. TI fondo è alimentato attraverso l'impegno annuale di una parte pari al 10 per cento del fondo per il reddito di cittadinanza di cui al comma 5.

52. Le agenzie, iscritte all'albo informatico di cui all'articolo 4, comma 1, lettere *c), d)* ed *e)*, del decreto legislativo 10 settembre 2003, n. 276, purché non iscritte tra quelle di cui alle lettere *a)* e *b)* del medesimo articolo, possono erogare i servizi di aiuto all'inserimento lavorativo in seguito alla presa in carico da parte del centro per l'impiego del soggetto beneficiario di reddito.

53. Le agenzie di cui al comma 52, oltre a tutte le agenzie per il lavoro di cui al decreto legislativo 10 settembre 2003, n. 276, pur escluse dalla possibilità di prendere in carico il soggetto, sono tenute al conferimento dei posti vacanti ed all'inserimento dei dati in loro possesso nella struttura informativa centralizzata e nel sistema informatico nazionale per l'impiego.

54. I centri per l'impiego e le agenzie di cui al comma 52, in relazione ai servizi erogati, procurano proposte di lavoro al beneficiario, tenendo conto delle capacità psico-fisiche, delle disabilità, delle mansioni precedentemente svolte, delle competenze acquisite in ambito formale, non formale e informale, nonché dei suoi interessi e propensioni, emersi nel corso del colloquio, di cui al comma 62, lettera *b)*.

55. I centri per l'impiego, al fine di agevolare la fruizione dei servizi, mettono a disposizione del beneficiario una pagina *web* personale nella quale l'utente visualizza le informazioni inerenti al proprio fascicolo personale elettronico del cittadino e può inserire il proprio curriculum, i dati e i documenti del complesso delle attività svolte per la ricerca di lavoro, oltre alle osservazioni in merito ai colloqui sostenuti ed alla congruità, di cui al comma 64, delle offerte di lavoro ricevute. I predetti dati confluiscono altresì nella struttura informativa centralizzata.

56. Le agenzie di cui ai commi 52 è 53 individuano attraverso la struttura informativa centralizzata, per l'assunzione di persone disoccupate o inoccupate, le candidature idonee a ricoprire le posizioni lavorative per le quali hanno ricevuto incarico da parte dei loro committenti.

57. Le agenzie formative accreditate forniscono ai beneficiari una formazione mirata, orientata verso i settori in cui è maggiore la richiesta di lavoro qualificato, secondo le indicazioni dell'Osservatorio nazionale e degli osservatori regionali e provinciali del mercato del lavoro e delle politiche sociali di cui al comma 23. Le agenzie formative accreditate devono garantire l'occupazione per almeno il 40 per cento degli iscritti ai corsi che abbiano conseguito il titolo finale. Ai predetti fini formativi e di inserimento al lavoro, l'Osservatorio nazionale del mercato del lavoro e delle politiche sociali in accordo con gli osservatori regionali e provinciali del mercato del lavoro e delle politiche sociali, di cui al comma 23, verificano e controllano l'attività delle agenzie formative e comunicano i dati ai Ministeri, alle regioni e agli enti competenti che revocano l'assegnazione di nuovi finanziamenti pubblici per le iniziative formative che non hanno raggiunto l'obiettivo occupazionale fissato.

58. Le agenzie formative accreditate hanno l'obbligo di prestare i propri servizi a qualsiasi cittadino che ne inoltri richiesta attraverso il centro per l'impiego. Le agenzie formative accreditate hanno inoltre l'obbligo di rendere pubblici, attraverso sistemi documentali, audio e video, i contenuti didattici dei propri percorsi formativi, nonché di registrare nella struttura informativa centralizzata e nel sistema informatico nazionale per l'impiego la certificazione delle competenze, la qualifica conseguita, la frequenza ai corsi e ai percorsi formativi e tutte le informazioni in loro possesso sul soggetto iscritto.

59. Il Ministero del lavoro e delle politiche sociali istituisce un sistema di valutazione universale e trasparente relativo alla qualità dei servizi offerti dalle agenzie formative. Tale strumento è utilizzato dall'Osservatorio nazionale del mercato del lavoro e delle politiche sociali per la valutazione dei percorsi e dei corsi formativi, è accessibile nel sito internet del medesimo Ministero e tiene conto dei giudizi resi dagli utenti al termine di ciascun percorso formativo.

60. Il Ministero del lavoro e delle politiche sociali entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge elabora e rende operativo il sistema informatico nazionale per l'impiego al fine di facilitare l'incontro tra la domanda e l'offerta di lavoro temporaneo di tipo accessorio, consentendo al datore di lavoro di conferire i posti vacanti.

61. Il Ministero del lavoro e delle politiche sociali attraverso la struttura informativa centralizzata e il collegamento alle banche dati dell'INPS rende possibile l'acquisto e la registrazione del *voucher online* e rende altresì possibile la facoltà per il lavoratore di essere remunerato in modo tradizionale attraverso il riscatto del *voucher* presso gli uffici postali o in modo automatico *online* su proprio conto corrente o con altri sistemi di pagamento *online*.

62. Il beneficiario, in età non pensionabile e abile al lavoro, fatte salve le disposizioni della legge 12 marzo 1999, n. 68, in relazione alle proprie capacità è tenuto, pena la perdita del beneficio, a:

a) fornire disponibilità al lavoro presso i centri per l'impiego territorialmente competenti e accreditarsi sul sistema informatico nazionale per l'impiego;

b) sottoporsi al colloquio di orientamento di cui all'articolo 3 del decreto legislativo 21 aprile 2000, n. 181, e successive modificazioni;

c) accettare espressamente di essere avviato a un progetto individuale di inserimento o reinserimento nel mondo del lavoro;

d) seguire il percorso di bilancio delle competenze previsto nonché redigere, con il supporto dell'operatore addetto, il piano di azione individuale funzionale all'inserimento lavorativo;

e) svolgere con continuità un'azione di ricerca attiva del lavoro, secondo le modalità definite d'intesa con i servizi competenti, documentabile attraverso l'accesso dedicato al sistema informatico nazionale per l'impiego e con la registrazione delle azioni intraprese anche attraverso l'utilizzo della pagina web personale di cui comma 54, sulla quale possono essere salvati i dati riferiti alle comunicazioni di disponibilità di lavoro inviate ed ai colloqui effettuati. L'azione documentata di ricerca attiva del lavoro non può essere inferiore a due ore giornaliere;

f) recarsi almeno due volte al mese presso il centro per l'impiego;

g) accettare espressamente di essere avviato ai corsi di formazione o riqualificazione professionale in tutti i casi in cui l'ente preposto al colloquio di orientamento e al percorso di bilancio delle competenze, rilevi carenze professionali o eventuali specifiche propensioni. Tali corsi si intendono obbligatori ai fini della presente legge, salvi i casi di comprovata impossibilità, derivante da cause di forza maggiore;

h) sostenere i colloqui psico-attitudinali e le eventuali prove di selezione finalizzate all'assunzione, su indicazione dei servizi competenti e in attinenza alle competenze certificate.

63. Il beneficiario in età non pensionabile e abile al lavoro o, qualora disabile, in relazione alle proprie capacità, perde il diritto all'erogazione del reddito di cittadinanza al verificarsi di una delle seguenti condizioni:

a) non ottempera agli obblighi di cui comma 62;

b) sostiene più di tre colloqui di selezione con palese volontà di ottenere esito negativo,

accertata dal responsabile del centro per l'impiego attraverso le comunicazioni ricevute dai selezionatori o dai datori di lavoro;

c) rifiuta, nell'arco di tempo riferito al periodo di disoccupazione, più di tre proposte di impiego ritenute congrue ai sensi del comma 64 del presente articolo, ottenute grazie ai colloqui avvenuti tramite il centro per l'impiego o le strutture preposte di cui ai commi 22, 46 e da 52 a 58;

d) recede senza giusta causa dal contratto di lavoro, per due volte nel corso dell'anno solare;

e) non ottempera agli obblighi di cui al comma 41, nel caso in cui il comune di residenza abbia istituito i relativi progetti.

64. Ai fini della presente legge la proposta di lavoro è considerata congrua se concorrono i seguenti requisiti:

a) è attinente alle propensioni, agli interessi e alle competenze acquisite dal beneficiario in ambito formale, non formale e informale, certificate, nel corso del colloquio di orientamento, nel percorso di bilancio delle competenze e dagli enti preposti di cui ai commi 46 e da 52 a 58;

b) la retribuzione oraria è maggiore o uguale all'80 per cento di quella riferita alle mansioni di provenienza se la retribuzione mensile di provenienza non supera l'importo di 3.000 euro lordi;

c) fatte salve espresse, volontà del richiedente, il luogo di lavoro non dista oltre 50 chilometri dalla residenza del soggetto interessato ed è raggiungibile con i mezzi pubblici in un arco di tempo non superiore a ottanta minuti.

65. Il beneficiario, al fine di poter mantenere« i benefici di cui alla presente legge, è tenuto ad accettare proposte di lavoro anche in deroga a quanto stabilito dal comma 64, lettera *a)*, qualora sia trascorso un anno di iscrizione al centro per 'l'impiego e il medesimo beneficiario non abbia accettato nessuna proposta di lavoro.

66. I lavoratori disabili iscritti nell'elenco di cui all'articolo 8 della legge 12 marzo 1999, n. 68, sono soggetti alle disposizioni previste dalla medesima legge nonché alle norme in materia di verifica e di accertamento dello stato di disoccupazione.

67. Sono esentate dall'obbligo della ricerca del lavoro e dagli obblighi di cui al comma 62 le madri; fino al compimento del terzo anno di età dei figli, ovvero, in alternativa, i padri, su specifica richiesta o comunque nel caso di nucleo familiare monoparentale.

68. Ai fini della presente legge, la partecipazione del beneficiario a progetti imprenditoriali, promossi dal centro per l'impiego territorialmente competente ai sensi del comma 47, è alternativa ed equivalente all'assolvimento degli obblighi di formazione di cui al comma 62, lettere *e), g)* e *h)*.

69. Il beneficiario del reddito di cittadinanza è libero di accettare proposte di lavoro non rispondenti ai princìpi di congruità di cui al comma64.

70. Lo Stato, le regioni e i comuni riconoscono ad ogni cittadino il diritto all'abitazione quale bene primario collegato alla personalità e annoverato tra i diritti fondamentali della persona tutelati dall'articolo 2 della Costituzione, dall'articolo 11 del Patto internazionale relativo ai diritti economici; sociali e culturali, adottato a New York il 16 dicembre 1966, ratificata e reso esecutivo ai sensi della legge 25 ottobre 1977, n. 881, e dalla Carta sociale europea, riveduta« fatta a Strasburgo il 3 maggio 1996, ratificata e resa esecutiva ai sensi della legge 9 febbraio 1999, n. 30, sia per l'accesso all'alloggio sia nel sostegno al pagamento dei canoni di locazione.

71. I beneficiari del reddito di cittadinanza non proprietari di immobili ad uso abitativo e che sostengono i costi del canone di locazione dell'abitazione principale, qualora non percettori di altri incentivi per l'abitazione, hanno diritto a ricevere le agevolazioni riferite al Fondo nazionale per il sostegno all'accesso alle abitazioni in locazione, di cui all'articolo 11 della legge 9 dicembre 1998, n. 431, come modificato dal comma 6 del presente articolo.

72. Ai fini del presente articolo, per i beneficiari del reddito di cittadinanza, la dotazione del Fondo di cui al comma 71 è aumentata di 500 milioni di euro per ciascuno degli anni 2014, 2015 e 2016. All'onere derivante dall'attuazione del presente comma si provvede mediante le maggiori entrate di cui all'articolo 20.

73. Ai beneficiari del reddito cittadinanza proprietari di un'unità immobiliare adibita ad abitazione

principale su cui grava un contratto di mutuo ipotecario, si estendono le disposizioni di cui ai commi 475 e seguenti dell'articolo 2 della legge 24 dicembre 2007 n. 244.

74. Il percepimento del reddito di cittadinanza costituisce requisito di accesso per le agevolazioni di cui ai commi 71 e 73. Il comune provvede ad aggiornare le banche dati attraverso la struttura informativa centralizzata con i dati inerenti l'accesso alle agevolazioni.

75. All'articolo 11, comma 3, della legge 9 dicembre 1998, n. 431, dopo le parole: «di cui al comma 4» sono inserite le seguenti: «ed ai conduttori beneficiari del reddito di cittadinanza».

76. All'articolo 2 della legge 24 dicembre 2007, n. 244, dopo il comma 479 è inserito il seguente: "479-*bis*. Il percepimento del reddito di cittadinanza costituisce requisito per l'accesso alla sospensione del pagamento delle rate di mutuo ipotecario di cui al comma 476".

77. Ai fini di cui ai commi da 1 a 5 del presente articolo e della relativa omogenea applicazione delle disposizioni su tutto il territorio nazionale, i comuni, anche riuniti in consorzi, è le regioni erogano, compatibilmente con le loro risorse e nei limiti consentiti dal patto di stabilità, servizi integrativi a supporto dei beneficiari del reddito di cittadinanza attraverso:

a) il sostegno alla frequenza scolastica nella fascia d'obbligo, in particolare per l'acquisto di libri di testo;

b) il sostegno all'istruzione e alla formazione dei giovani, con particolare riferimento alla concessione di agevolazioni per l'acquisto di libri di testo e per il pagamento di tasse scolastiche e universitarie;

c) il sostegno per l'accesso ai servizi sociali e socio-sanitari;

d) il sostegno alla formazione e incentivi all'occupazione;

e) il sostegno all'uso dei trasporti pubblici locali;

f) il sostegno alla partecipazione alla vita sociale e culturale.

78. Al fine di coniugare gli obiettivi di efficacia della presente legge e di sostenere la diversificazione dei benefici offerti, il Ministro del lavoro e delle politiche sociali, di concerto con il Ministro dello sviluppo economico e con il Ministro dell'economia e delle finanze, adotta, entro tre mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, un decreto contenente misure volte a fornire agevolazioni per i costi delle utenze di gas, acqua, elettricità e telefonia fissa, attraverso la determinazione di relative tariffe sociali per i beneficiari della presente legge.

79. Al fine di promuovere l'accesso ai benefici di cui alla presente legge, i comuni, anche riuniti in consorzi, in coordinamento con i centri per l'impiego, elaborano annualmente programmi di divulgazione e di assistenza in favore delle persone senza tetto o senza fissa dimora.

80. I programmi di cui al comma 79 contengono obbligatoriamente sia progetti finalizzati alla facilitazione dell'accesso per le persone senza tetto o senza fissa dimora ai benefici della presente legge, sia progetti complementari e finalizzati al miglioramento delle condizioni di vita, alla riduzione del rischio di emarginazione nonché a percorsi virtuosi di autodeterminazione e integrazione sociale delle persone senza tetto o senza fissa dimora.

81. Al fine di verificare l'attuazione del presente articolo« i comuni, anche riuniti in consorzi, comunicano semestralmente al Ministero del lavoro e delle politiche sociali lo stato di attuazione dei programmi di cui al comma 79 e i risultati conseguiti.

82. Entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, il Ministro del lavoro e delle politiche sociali predispone, con proprio decreto, il modello per le comunicazioni di cui al comma 81 e rende disponibile una pagina web nel sito internet del Ministero, sulla quale vengono pubblicati nel dettaglio i progetti attivi.

83. Il reddito di cittadinanza è erogato dall'INPS ed è riscosso dai beneficiari, su loro richiesta:

a) presso qualsiasi ufficio postale, in contanti allo sportello;

b) mediante accredito su conto corrente postale, su conto corrente o di deposito a risparmio o su carta prepagata.

84. Al fine di agevolare la fiscalità generale, l'importo mensile del reddito di cittadinanza è incrementato del 5 per cento in favore dei beneficiari che accettano di ricevere l'erogazione sulla carta

prepagata nominativa di cui al comma 85, utilizzando almeno il 70 per cento dell'importo della mensilità precedente in acquisti effettuati tramite la medesima carta prepagata.

85. Il Ministero del lavoro e delle politiche sociali, di concerto con il Ministero dell'economia e delle finanze, ai fini dell'erogazione degli incentivi di cui al comma 84, stipula una convenzione con la società Poste italiane Spa e con 1'INPS, finalizzata all'erogazione del reddito di cittadinanza tramite una carta prepagata gratuita di uso corrente e alla predisposizione di uno strumento automatico utile per rilevare mensilmente l'ammontare della spesa effettuata tramite la medesima carta prepagata.

86. Al fine di promuovere l'emersione del lavoro irregolare, il beneficiario che segnala alla direzione territoriale del lavoro un'eventuale propria prestazione lavorativa pregressa qualificabile come irregolare, confermata dalle autorità ispettive competenti, riceve, per dodici mesi, una maggiorazione del reddito di cittadinanza nella misura del 5 per cento.

87. Al benefici aria che trova autonomamente un'occupazione che gli consenta di raggiungere un reddito superiore a quanto percepito annualmente in virtù della presente legge, è attribuito un premio commisurato in due mensilità del reddito di cittadinanza percepito. li premio viene corrisposto allo scadere del primo anno di attività lavorativa svolta in modo continuativo.

88. Al fine di promuovere forme di occupazione stabile e in attesa dell'adozione di ulteriori misure, è istituito un incentivo mensile per i datori di lavoro che assumono, con contratto di lavoro a tempo indeterminato, lavoratori destinatari dei benefici di cui alla presente legge.

89. A decorrere dal periodo d'imposta successivo a quello in corso al 31 dicembre 2014, sono escluse dall'ambito di applicazione dell'imposta regionale sulle attività produttive, di cui al decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, le imprese con meno di quindici occupati, che abbiano un fatturato annuo o un totale di bilancio annuo non superiore a 2 milioni di euro e che garantiscano incremento occupazionale attraverso l'assunzione di beneficiari di reddito di cittadinanza.

90. Le assunzioni di cui ai commi 88 e 89 devono comportare un incremento occupazionale netto per l'impresa beneficiaria dell'incentivo.

91. L'incentivo mensile di cui ai commi 88 e 89 è pari al reddito di cittadinanza percepito dal beneficiario al momento dell'assunzione, nel limite dell'importo di 600 euro mensili, corrisposti al datore di lavoro esclusivamente mediante conguaglio nelle denunce contributive mensili del periodo di riferimento, fatte salve le regole vigenti per il versamento dei contributi in agricoltura.

92. L'incentivo mensile di cui al comma 88 ha una durata massima di dodici mesi.

93. L'incremento occupazionale di cui al comma 90 è calcolato sulla base della differenza tra il numero dei lavoratori rilevato in ciascun mese e il numero dei lavoratori mediamente occupati nei dodici mesi precedenti all'assunzione. li numero dei dipendenti con contratto di lavoro a tempo parziale è ponderato in base al rapporto tra le ore pattuite e l'orario normale di lavoro dei lavoratori a tempo pieno.

94. L'incremento occupazionale di cui al comma 90 è considerato al netto delle diminuzioni occupazionali verificatesi in società controllate o collegate ai sensi dell'articolo 2359 del codice civile o facenti capo, anche per interposta persona, al medesimo soggetto titolare.

95. Entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, con decreto del Ministero dello sviluppo economico, di concerto con il Ministero del lavoro e delle politiche sociali, è disciplinata la creazione di convenzioni tra le aziende e il fondo per il reddito di cittadinanza, finalizzate a favorire l'acquisto, da parte dei beneficiari, di beni e servizi la cui origine, produzione, distribuzione, vendita e riciclo rispettino princìpi legati allo sviluppo sostenibile ed alla tutela dei. diritti della persona, del lavoratore e dell'ambiente.

96. Sono escluse dagli incentivi di cui al presente articolo, tutte le aziende che abbiano subito, nel triennio antecedente alla richiesta, qualsiasi tipo di sanzione derivante dall'accertamento dell'impiego di lavoratori in modo non regolare.

97. Nei casi di dichiarazioni mendaci e di conseguente, accertato e illegittimo percepimento del reddito di cittadinanza, gli enti preposti ai controlli ed alle verifiche trasmettono, entro dieci giorni dall'avvenuto accertamento, all'autorità giudiziaria la documentazione completa del fascicolo oggetto

dell'accertamento medesimo. Al responsabile del procedimento che non ottempera a quanto previsto dalle disposizioni di cui al presente comma si applicano le sanzioni disciplinari previste dalla normativa vigente nonché la perdita totale di tutte le indennità di risultato.

98. L'accesso al reddito di cittadinanza è condizionato ad accertamento fiscale. Al predetto fine l'INPS e l'Agenzia delle entrate, sulla base di appositi controlli automatici, individuano l'esistenza di omissioni o difformità dei dati dichiarati rispetto agli elementi conoscitivi in possesso dei rispettivi sistemi informativi e provvedono alle relative comunicazioni al centro per l'impiego territorialmente competente nonché all'autorità giudiziaria.

99. Il beneficiario che rilascia dichiarazioni mendaci perde definitivamente il diritto al reddito di cittadinanza ed è tenuto altresì al rimborso di quanto percepito fino alla data della revoca del beneficio medesimo.

100. Chiunque, nell'ambito della procedura di richiesta di accesso ai benefici previsti dalla presente legge, con dolo, esibisce o trasmette atti o documenti falsi, in tutto o in parte, ovvero con dolo fornisce dati e notizie non rispondenti al vero è punito con la reclusione da un anno e sei mesi a sei anni. L'inosservanza degli obblighi di cui al comma 40, qualora relativi ad un incremento del reddito, a seguito di seconda omessa tempestiva comunicazione, comporta la perdita di ogni beneficio di cui alla presente legge.

101. Il termine per la segnalazione di cui al comma 40, è di trenta giorni dalla data in cui si è verificato l'effettivo incremento del reddito.

102. il beneficiario del reddito di cittadinanza che svolge contemporaneamente attività di lavoro irregolare perde definitivamente il diritto al beneficio ed è tenuto altresì al rimborsa di quanto percepito fino alla data della revoca del beneficio medesimo.

103. In caso di erogazione del reddito di cittadinanza, la mancata frequenza dei corsi scolastici da parte del figlio minore a carico del beneficiario comporta una riduzione del reddito di cittadinanza parametrata sulla quota riferita al minore a carico in dispersione scolastica: Dopo il primo richiamo, la riduzione è pari al 30 per cento, aumentato al 50 per cento dopo il secondo richiamo; il terzo richiamo determina la definitiva revoca del beneficio per la relativa quota.

104. Il Ministro del lavoro e delle politiche sociali, con decreto adottato entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, stabilisce le disposizioni per l'ottimizzazione dei processi funzionati alla realizzazione della struttura informativa centralizzata, all'erogazione del reddito di cittadinanza nonché al riordino dei servizi per l'impiego, altresì prevedendo in particolare:

a) meccanismi sanzionatori a carico del personale dirigenziale demandato alla gestione dei procedimenti di realizzazione della struttura informativa centralizzata., nei casi in cui non vi abbia diligentemente ottemperato, sulla base delle risultanze emerse dai dati monitorati dal Ministero del lavoro e delle politiche sociali;

b) meccanismi sanzionatori di carattere amministrativo per i soggetti di cui al comma 27, da applicare in caso di inottemperanza agli obblighi previsti dal medesimo comma 27;

c) meccanismi sanzionatori a carico del personale dirigente degli uffici competenti nei casi di mancata osservanza dei termini temporali di cui al comma 36;

d) meccanismi sanzionatori a carico degli enti locali coinvolti nella gestione delle procedure di cui alla presente legge, in tutti i casi in cui non ottemperino diligentemente alle previsioni di cui alla presente legge con particolare riferimento ai comma 22, lettera *c)*; 42, 47 e da 79 a 82.

105. In adempimento dei princìpi sanciti dall'articolo 36 della Costituzione, nonché dei commi da 1 a 5 del presente articolo, al fine di integrare le relative misure in favore di tutti i cittadini, il Governo è delegato ad adottare, entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, su proposta del Ministro del lavoro e delle politiche sociali, di concerto con il Ministro per la semplificazione e la pubblica amministrazione, uno o più decreti legislativi contenenti disposizioni per l'istituzione del salario minimo orario (SMO) applicabili a tutti i lavoratori, subordinati e parasubordinati, sia nel settore privato, ivi incluso quello dell'agricoltura., sia in quello pubblico laddove si ricorra a contratti di lavoro di cui al capo I del titolo VII del decreto legislativo 10 settembre 2003, n. 276, e, in ogni

caso, per tutte le categorie di lavoratori e settori produttivi in cui la retribuzione minima non sia fissata dalla contrattazione collettiva.

2. Nell'esercizio della delega di cui al comma 105, il Governo si attiene ai seguenti princìpi e criteri direttivi:

a) fissazione del valore orario dello SMO per l'anno 2015 pari a 9 euro lordi con obbligo di calcolare la retribuzione sulla base del predetto importo, da applicare alle ore di lavoro mensili previste dal contratto;

b) previsione di un meccanismo automatico di incremento dello SMO al 1º gennaio di ogni anno in base alla variazione dell'indice dei prezzi al consumo per le famiglie di operai e impiegati definita dall'ISTAT;

c) divieto di stipulare contratti di lavoro con una retribuzione inferiore allo SMO;

d) per i contratti di lavoro in essere alla data di entrata in vigore della presente legge, fatte salve le condizioni di miglior favore, lo SMO si applica al livello retributivo inferiore e si procede altresì alla riparametrazione dei livelli superiori fino ai successivi rinnovi;

e) esclusione dal computo dello SMO delle eventuali indennità ovvero dei rimborsi spese spettanti al lavoratore per il lavoro distaccato;

f) divieto di computare nella determinazione dello SMO gli emolumenti non monetari percepiti dal lavoratore;

g) divieto di impiego dello SMO in alcun modo nell'interesse del datare di lavoro e previsione della nullità di ogni patto contrario;

h) impignorabilità dello SMO;

i) divieto per la contrattazione collettiva di fissare minimi salariali inferiori allo SMO;

l) estensione delle disposizioni relative allo SMO ai soggetti praticanti, presso studi professionali al fine dell'abilitazione all'esercizio della professione;

m) previsione di sanzioni amministrative da euro 5.000 ad euro 15.000 a carico del datore di lavoro che, in violazione delle disposizioni di cui alle lettere da *a)* a *i)*, corrisponda al lavoratore compensi inferiori a quelli legali;

n) modifica dell'articolo 646 del codice penale con aumento della pena prevista sino alla metà nel caso in cui il reato è commesso dal datare di lavoro in danno del prestatore d'opera mediante la violazione delle norme in materia di SMO.

106. I decreti legislativi di cui al comma 105 sono adottati nel rispetto della procedura di cui all'articolo 14 della legge 23 agosto 1988, n. 400.

107. Gli schemi dei decreti legislativi, corredati di relazione tecnica che dia conto della neutralità finanziaria dei medesimi ovvero dei nuovi o maggiori oneri da essi derivanti e dei corrispondenti mezzi di copertura, a seguito di deliberazione preliminare del Consiglio dei ministri, sono trasmessi alla Camera dei deputati e al Senato della Repubblica perché su di essi siano espressi, entro trenta giorni dalla data di trasmissione, i pareri delle Commissioni competenti per materia e per i profili finanziari. Decorso tale termine, i decreti sono emanati anche in mancanza dei pareri. Qualora il termine per l'espressione dei pareri parlamentari di cui al presente comma scada nei trenta giorni che precedono o seguono la scadenza dei termini prevista al comma 1, questi ultimi sono prorogati di tre mesi.

108. In conformità all'articolo 17, comma 2, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, qualora uno o più decreti attuativi determinino nuovi o maggiori oneri che non trovino compensazione al proprio interno, i decreti legislativi dai quali derivano nuovi o maggiori oneri sono emanati solo successivamente o contestualmente all'entrata in vigore dei provvedimenti legislativi che stanzino le occorrenti risorse finanziarie.».

Conseguentemente, all'articolo 3, dopo il comma 74, aggiungere, il seguente:

«74-*bis*. Agli oneri derivanti dall'attuazione della presente legge, valutati nel limite massimo di 16.961 milioni di euro per l'anno 2015 e di 16.113 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016, si provvede mediante utilizzo delle maggiori entrate derivanti dalle seguenti disposizioni:

a) entro trenta giorni dalla data della pubblicazione della presente legge nella *Gazzetta Ufficiale*, con provvedimenti del direttore generale dell'Agenzia delle dogane e dei monopoli, è modificata la misura del prelievo erariale unico attualmente applicato sui giochi ed eventuali addizionali, nonché la percentuale del compenso per le attività di gestione ovvero per quella dei punti vendita al fine di conseguire un maggior gettito, a decorrere dall'anno 2015, non inferiore a 600 milioni di euro;

b) l'aliquota dell'addizionale di cui al comma 16 dell'articolo 81 del decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 agosto 2008, n. 133, è aumentata di 1 punto percentuale; in deroga all'articolo 3 della legge 27 luglio 2000, n. 212, la disposizione di cui alla presente lettera, si applica a decorrere dal periodo d'imposta in corso alla data di entrata in vigore della presente legge. All'aumento della predetta aliquota si applicano le disposizioni di cui al comma 18 del citato articolo 81 relative al divieto di traslazione dell'onere sui prezzi al conumo;

c) a decorrere dalla data di entrata in vigore della presente legge, la spesa di cui all'articolo 5, comma 2, del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, deve essere ulteriormente ridotta per un ammontare complessivo non inferiore a 100 milioni di euro;

d) a decorrere dal periodo d'imposta 2014, le somme riferite alle scelte non espresse dai contribuenti della quota dell'otto per mille dell'imposta sul reddito delle persone fisiche ai sensi dell'articolo 47 della legge 20 maggio 1985, n. 222, sono destinate integralmente al Fondo di cui all'articolo 1, comma 5, della presente legge;

e) a decorrere dal 1º gennaio 2015 i contributi di cui alla legge 7 agosto 1990, n. 250, sono revocati e le relative risorse iscritte nel bilancio dello Stato sono versate all'entrata del bilancio per essere riassegnate al Fondo di cui all'articolo 1, comma 5, della presente legge;

f) le dotazioni finanziarie iscritte 'nello stato di previsione del Ministero della difesa a legislazione vigente, per competenza e per cassa, a partire dall'anno 2015, ivi inclusi i programmi di spesa relativi agli investimenti pluriennali 'per la difesa'nazionale, sono accantonate e rese indisponibili su indicazione del Ministro della difesa per un importo non inferiore a 3.500 milioni annui, con riferimento al saldo netto da finanziare, per essere riassegnate all'entrata del bilancio dello Stato. Con successivo decreto del Ministero dell'economia e finanze, i predetti fondi sono destinati al finanziamento del Fondo di cui all'articolo 1, comma 5, della presente legge;

g) gli enti pubblici non economici inclusi nell'elenco di cui all'articolo 1, comma 2, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, con esclusione degli ordini professionali e loro federazioni, delle federazioni sportive, degli enti operanti nei settori della cultura e della ricerca scientifica, degli enti la cui funzione consiste nella conservazione e nella trasmissione della memoria della Resistenza e delle deportazioni, anche con riferimento alla legge del 20 luglio 2000, n. 211, istitutiva del Giorno della memoria, e alla legge 30 marzo 2004, n. 92, istitutiva del Giorno del ricordo, nonché delle autorità portuali e degli enti parco, sono soppressi al sessantesimo giorno dalla data di entrata in vigore della presente legge. Sono esclusi dalla soppressione gli enti di particolare rilievo, identificati con apposito decreto del Presidente del Consiglio dei ministri e, per il settore di propria competenza, con decreto del Ministro dei beni e della attività culturali e del turismo, da adottare entro trenta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge. Le funzioni esercitate da ciascun ente soppresso sono attribuite all'amministrazione vigilante, ovvero, nel caso di pluralità di amministrazioni vigilanti, a quella titolare delle maggiori competenze nella materia che ne è oggetto. L'amministrazione così individuata succede a titolo universale all'ente soppresso, in ogni rapporto, anche controverso, e ne acquisisce le risorse finanziarie, strumentali e di personale. I rapporti di lavoro a tempo determinato, alla prima scadenza successiva alla soppressione dell'ente, non possono essere rinnovati o prorogati. Con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri, su proposta del Ministro dell'economia e delle finanze, le funzioni commissariali di gestioni liquidatorie di enti pubblici ovvero di stati passivi, riferiti anche ad enti locali, possono essere attribuite a società interamente possedute dallo Stato;

h) alla legge 31 ottobre 1965, n. 1261, sono apportate le seguenti modificazioni:

1) l'articolo 1 è sostituito dal seguente:

"Art. 1. - *1.* L'indennità spettante ai membri del Parlamento a norma dell'articolo 69 della Costituzione per garantire il libero svolgimento del mandato è regolata dalla presente legge ed è costituita da quote mensili comprensive anche del rimborso di spese di segreteria e di rappresentanza.

2. Gli Uffici di Presidenza delle due Camere determinano l'ammontare di dette quote m misura tale che non superino l'importo lordo di euro 5.000.";

2) l'articolo 2 è sostituito dal seguente:

"Art. 2. - *1.* Ai membri del Parlamento è corrisposta inoltre una diaria a titolo di rimborso delle spese di soggiorno a Roma. Gli Uffici di Presidenza delle due Camere ne determinano l'ammontare in misura non superiore all'importo lordo di euro tremilacinquecento, sulla base esclusiva degli effettivi giorni di presenza per ogni mese nelle sedute dell'Assemblea e delle Commissioni,";

i) a decorrere dal 1º gennaio 2015 è istituita un'imposta progressiva sui grandi patrimoni mobiliari e immobiliari determinata e percepita dallo Stato. Per grandi patrimoni si intendono i patrimoni il cui valore complessivo è superiore a euro 2.000.000. Per patrimoni mobiliari si intendono: le automobili, le imbarcazioni e gli aeromobili; i titoli mobiliari, esclusi i titoli emessi dallo Stato italiano, quelli emessi dalle società quotate e le obbligazioni bancarie e assicurative. Sono esclusi gli immobili di proprietà di persone giuridiche che sono utilizzati dalle medesime ai soli fini dell'esercizio dell'attività imprenditoriale. L'imposta di cui alla presente lettera è dovuta dai soggetti proprietari o titolari di altro diritto reale, persone fisiche o persone giuridiche, nelle seguenti misure: 1) per patrimoni superiori a euro 2.000.000, lo 0,75 per cento; 2) per patrimoni superiori a euro 5.000.000 lo 0,85 per cento; 3) per patrimoni superiori a euro 10 milioni 1'1,5 per cento; 4) per patrimoni superiori a euro 15 milioni il 2 per cento. Entro il 31 marzo 2015, l'Osservatorio del mercato immobiliare del1'Agenzia del territorio individua i valori dei patrimoni immobiliari. Il valore complessivo dei patrimoni immobiliari è calcolato sommando i valori determinati ai sensi dell'articolo 5 del decreto legislativo 30 dicembre 1992, n. 504, e successive modificazioni. Dall'applicazione dell'imposta sono esclusi i fondi immobiliari e le società di costruzioni. L'imposta è versata in un'unica soluzione entro il 30 dicembre di ciascun anno. La somma da versare può essere rateizzata in rate trimestrali, previa autorizzazione dell'Agenzia delle entrate;

l) a decorrere dalla data di entrata in vigore della presente legge, per i consumi intermedi e per l'acquisto di beni, servizi e forniture prodotti dai produttori *market*, le amministrazioni inserite nel conto economico consolidato della pubblica amministrazione, come individuate dall'ISTAT ai sensi dell'articolo l della legge 31 dicembre 2009, n. 196, ricorrono ai sistemi di acquisto messi a disposizione dalla società Consip spa o da altre centrali di committenza anche regionali, in modo da assicurare risparmi non inferiori a 4,5 miliardi di euro a decorrere dall'anno 2015. Al fine di conseguire i predetti risparmi di spesa gli enti ricompresi nel conto economico consolidato delle amministrazioni pubbliche ricorrono ai sistemi centralizzati di acquisto di beni, servizi e forniture in misura non inferiore al 50 per cento delle spese annuali complessive per l'acquisto di beni, servizi e forniture. Gli enti di cui alla presente lettera sono tenuti a specificare nel rendiconto dell'esercizio finanziario di ciascun anno l'ammontare delle spese effettuate avvalendosi dei sistemi di acquisto centralizzati,. nonché l'ammontare delle spese effettuate ai sensi del sesto periodo. Al fine di conseguire i risparmi di spesa di cui alla presente lettera, entro il 30 giugno di ogni anno, a partire dal 2015, tutti gli enti di cui al primo periodo, definiscono e inviano alla società Consip spa l'elenco dei beni, servizi e forniture di cui necessitano per l'espletamento delle proprie funzioni istituzionali e per lo svolgimento di ogni altra attività. I comuni e le province provvedono alla trasmissione di tale elenco rispettivamente tramite l'Associazione nazionale comuni italiani CANCI) e l'Unione delle province d'Italia CUPI). Entro il 30 novembre di ogni anno, a partire dal 2015, la società Consip spa individua e aggiorna, ove necessario, mediante un sistema di *benchmarking*, il rapporto di qualità e prezzo in relazione alle tipologie di beni, servizi e forniture indicate negli elenchi di cui al quarto periodo. In deroga a quanto previsto nei periodi precedenti, gli enti di cui alla presente lettera, possono stipulare contratti di acquisto solo a un prezzo più basso di quello individuato dalla società Consip spa. In caso di mancato rispetto degli

obiettivi di risparmio di spesa di cui al primo periodo, ai :fini del patto di stabilità interno, sono ridotti i trasferimenti statali a qualunque titolo -spettanti alle regioni a statuto ordinario, i trasferimenti correnti dovuti alle province e ai comuni e i trasferimenti alle regioni a statuto speciale e alle province autonome di Trento e di Bolzano in misura pari alla differenza tra il risultato registrato e l'obiettivo programmatico predeterminato. In caso di mancato rispetto degli obiettivi di risparmio di spesa di cui al .primo periodo, e degli obblighi di cui alla presente lettera, il soggetto inadempiente, nell'anno successivo a quello dell'inadempienza, non può: 1) impegnare spese correnti in misura superiore all'importo annuale medio dei corrispondenti impegni effettuati nell'ultimo triennio; 2) ricorrere all'indebitamento per gli investimenti i mutui e i prestiti obbligazionari posti in essere con istituzioni creditizie o finanziarie per il finanziamento degli investimenti, i quali devono essere corredati da apposita attestazione da cui risulti il rispetto degli obblighi di cui alla presente lettera nell'anno recedente; l'istituto finanziatore o l'intermediario finanziario non può procedere al finanziamento o al collocamento del prestito in assenza della predetta attestazione; 3) procedere ad assunzioni di personale a qualsiasi titolo, con qualsivoglia tipologia contrattuale, ivi compresi i rapporti di collaborazione coordinata e continuativa e di somministrazione, anche con riferimento ai processi di stabilizzazione in atto; è fatto altresì divieto agli enti di stipulare contratti di servizio con soggetti privati che si configurino come elusivi della presente disposizione. I contratti stipulati in violazione degli obblighi di cui alla presente lettera sono nulli e costituiscono illecito disciplinare e sono causa di responsabilità amministrativa. I soggetti di cui al primo periodo comunicano trimestralmente al Ministero'dell'economia e delle finanze la quota di acquisti effettuata, in modo da consentire la verifica del rispetto degli obblighi previsti, nonché dei relativi risparmi di spesa. Con decreto di natura non regolamentare, adottato dal Ministero dell'economia e delle finanze, di concerto con il Ministero dell'interno, entro trenta giorni dalla data di entrata in vigore della presunta legge, sono stabilite le disposizioni attuative della presente lettera;

m) in deroga all'articolo 3 della legge 27 luglio 2000, n. 212, a, decorrere il periodo di imposta successivo a quello in corso al 31 dicembre 2014, all'articolo 96, comma 5-*bis*, del testo Unico delle imposte sui redditi di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, al primo periodo, le parole: «nei limiti del 96 per cento» sono sostituite dalle seguenti: «nei limiti del 95 per cento»;

n) in deroga all'articolo 3 della legge 27lugli6 2000, n. 212, a decorrere dal periodo di imposta successivo a quello in corso al 31 dicembre 2014, al decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, sono apportate le seguenti modificazioni:

1) all'articolo 6, comma 8, le parole: 2nella misura del 96 per cento» sono sostituite dalle seguenti: «nella misura del 95 per cento»;

2) all'articolo 6, comma 9, le parole: «nella misura del 96 per cento» sono sostituite dalle seguenti: «nella misura del 95 per cento»;

3) all'articolo 7, comma 2, le parole: «nella misura del 96 per cento» sono sostituite dalle seguenti: «nella misura del 95 per cento»;

o) al fine di razionalizzare gli spazi complessivi per l'utilizzo degli immobili in uso governativo e di ridurre la spesa relativa agli immobili condotti in locazione dallo Stato, il Ministro dell'economia e delle finanze, con propri decreti, determina i piani di razionalizzazione degli spazi e di riduzione della spesa, anche differenziandoli per ambiti territoriali e per patrimonio utilizzato, elaborati per il triennio2015-2017 d'intesa tra l'Agenzia del demanio e le amministrazioni centrali e periferiche, usuarie e conduttrici. Tali piani sono finalizzati a conseguire una riduzione complessiva non inferiore a 100 milioni di euro annui del valore dei canoni per locazioni passive e del costo d'uso equivalente degli immobili utilizzati;

p) gli articoli 586, 992, 2229 e 2230 del codice dell'ordinamento militare, di cui al decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66, sono abrogati. Entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri, su proposta del Ministro della difesa, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze e del Ministro del lavoro e delle

politiche sociali, è predisposto l'esaurimento del personale in ausiliaria entro i cinque anni successivi;

q) ferme restando le disposizioni di cui agli articoli 13 e 14 del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, il Governo, le regioni e gli enti locali, in sede di Conferenza unificata, adottano accordi per la riduzione delle spese. per incarichi di consulenza nelle società partecipate per assicurare maggiori risparmi annui non inferiori a euro 150.000.000 annui a decorrere dall'anno 2015;

r) le risorse giacenti nel Fondo speciale destinato al soddisfacimento delle esigenze prioritariamente di natura alimentare, di cui all'articolo 81, commi 29 e 30, del decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 agosto 2008, n. 133, nonché le risorse destinate alle finalità di cui all'articolo 60 del decreto-legge 9 febbraio 2012, n. 5, convertito, con modificazioni, dalla legge 4 aprile 2012, n. 35, sono versate all'entrata del bilancio dello Stato per essere riassegnate al Fondo di cui al comma 5 dell'articolo 1;

s) al decreto-legge 28 dicembre 2013, n. 149, convertito, con modificazioni, dalla legge 21 febbraio 2014, n. 13, sono apportare le seguenti modificazioni:

1) l'articolo 12 è abrogato;

2) all'articolo 14, il comma 1 è sostituito dal seguente:

"1. Ai partiti e ai movimenti politici ai quali, alla data di entrata in vigore del presente decreto, è riconosciuto il finanziamento pubblico ai sensi della legge 6 luglio 2012, n. 96, e della legge 3 giugno 1999, n. 157, in relazione alle elezioni svoltesi anteriormente alla data di entrata in vigore del presente decreto, il cui termine di erogazione non è ancora scaduto alla data medesima, continuano ad usufruirne nell'esercizio finanziario in corso e nell'esercizio finanziario 2015 nella misura del 25 per cento.";

3) all'articolo 14, i commi 2 e 3 sono abrogati;

t) a decorrere dal periodo di imposta in corso al 10 gennaio 2015, ciascun contribuente può destinare il 2 per mille della propria imposta sul reddito delle persone fisiche a favore del Fondo di cui al comma 5 dell'articolo 1; le suddette destinazioni sono stabilite esclusivamente sulla base delle scelte effettuate dai contribuenti in sede di dichiarazione annuale dei redditi, ovvero da quelli esonerati dall'obbligo di presentare la dichiarazione, mediante la compilazione di una scheda apposita. Per la finalità di cui alla presente lettera è autorizzata la spesa massima di 45 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015;

u) a decorrere dall'anno 2015, gli organi costituzionali possono concorrere all'alimentazione del Fondo di cui al comma 5 dell'articolo 1, deliberando autonomamente riduzioni di spesa sia delle indennità dei parlamentari, sia degli stanziamenti dei propri bilanci per un importo annuo complessivo pari a 62,000.000 di euro. I risparmi deliberati sono versati all'entrata del bilancio dello Stato per essere riassegnati al predetto Fondo;

v) a decorrere dalla data di entrata in vigore della presente legge, i titolari di pensione, erogata da enti previdenziali ovvero da organi, la cui attività è finanziata prevalentemente da risorse a carico del bilancio dello Stato, che svolgono attività retribuite a titolo di lavoro dipendente o di lavoro autonomo, presso organi costituzionali, organi a rilevanza costituzionale, Ministeri, organi di governo degli enti territoriali e locali, tribunali amministrativi regionali, non possono percepire il trattamento pensionistico. I soggetti destinatari della presente lettera hanno l'obbligo di comunicare all'ente, che eroga il trattamento pensionistico, le attività svolte ed i relativi contratti. In caso di mancata comunicazione si applica una penale pari al 30 per cento del trattamento lordo annuo percepito. Le risorse derivanti dalla riduzione dei trattamenti pensionistici, nonché le relative penali, sono versate all'entrata del bilancio dello Stato annualmente per essere riversate al Fondo di cui al comma 5 dell'articolo 1;

z) la Banca d'Italia, nel rispetto delle norme statutarie e nell'ambito della partecipazione ad iniziative d'interesse pubblico e sociale, può concedere contributi a favore del Fondo di cui al comma 5 dell'articolo 1;

aa) a decorrere dall'anno 2015, i dividendi percepiti dall'INPS sulle partecipazioni al capitale della Banca d'Italia, sono destinati al Fondo di cui al comma 5 dell'articolo 1, nella misura del 70 per cento;

bb) il comma 486 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2013, n. 147, è sostituito dai seguenti:

"486. A decorrere dal periodo di imposta 2015, sugli importi lordi dei trattamenti pensionistici corrisposti da enti gestori di forme di previdenza obbligatorie è dovuto un contributo di solidarietà per scaglioni di importo, da calcolare applicando le seguenti aliquote progressive:

a) fino a sei volte il minimo: aliquota 0,1 per cento;

b) per la quota parte oltre undici volte il minimo fino a quindici volte il minimo: aliquota 5 per cento;

c) per la quota parte oltre quindici volte il minimo fino a venti volte il minimo: aliquota 10 per cento;

d) per la quota parte oltre venti volte il minimo fino a venticinque volte il minimo: aliquota 15 per cento;

e) per la quota parte oltre venticinque volte il minimo fino a trentuno volte il minimo: aliquota 20 per cento;

f) per la quota parte oltre trentuno volte il minimo fino a trentanove volte il minimo: aliquota 25 per cento;

g) per la quota parte, oltre trentanove volte il minimo fino a cinquanta volte il minimo: aliquota al 30 per cento;

h) per la quota parte oltre cinquanta volte il minimo: aliquota 32 per cento.

486-*bis*. Ai fini dell'applicazione della trattenuta di cui al comma 486 è preso a riferimento il trattamento pensionistico complessivo lordo per l'anno considerato. L'INPS, sulla base dei dati che risultano dal casellario centrale dei pensionati, istituito con decreto del Presidente della Repubblica 31 dicembre 1971, n. 1388, è tenuto a fornire a tutti gli enti interessati i necessari elementi per l'effettuazione della trattenuta del contributo di solidarietà, secondo modalità proporzionali ai trattamenti erogati. Le somme trattenute vengono acquisite dalle competenti gestioni previdenziali obbligatorie, anche al fine di concorrere al finanziamento degli interventi di cui al comma 191 del presente articolo".

Allegato 1

Allegato 1

totale componenti	Adulti (>14 anni)	Ragazzi (<14 anni)	Scala OCDE modificata Relazione annuale Istat 2014		Erogazione (Relazione annuale Istat 2014)
			Coeff.	Importo annuale massimo erogabile	Importo mensile massimo erogabile
1	1	0	1	euro 9.360	euro 780
2	1	1	1,3	euro 12.168	euro 1.014
2	2	0	1,5	euro 14.040	euro 1.170
3	1	2	1,5	euro 14.976	euro 1.248
3	2	1	1,8	euro 16.848	euro 1.404
4	1	3	1,9	euro 17.784	euro 1.482
3	3	0	2	euro 18.720	euro 1.560
4	2	2	2,1	euro 19.656	euro 1.638
5	1	4	2,2	euro 20.592	euro 1.716
4	3	1	2,3	euro 21.528	euro 1.794
5	2	3	2,4	euro 22.454	euro 1.872

4	4	0	2,5	euro 23.400	euro 1.950
6	1	5	2,5	euro 23.400	euro 1.950
5	3	2	2,6	euro 24.336	euro 2.028
6	2	4	2,7	euro 25.272	euro 2.106
5	4	1	2,8	euro 26.208	euro 2.184
7	1	6	2,8	euro 26.208	euro 2.184
6	3	3	2,9	euro 27.144	euro 2.262
5	5	0	3	euro 28.080	euro 2.340
7	2	5	3	euro 28.080	euro 2.340
6	4	2	3,1	euro 29.016	euro 2.418
7	3	4	3,2	euro 29.952	euro 2.496
6	5	1	3,3	euro 30.888	euro 2.574
7	4	3	3,4	euro 31.824	euro 2.652
6	6	0	3,5	euro 32.750	euro 2.730
7	5	2	3,6	euro 33.696	euro 2.808
7	6	1	3,8	euro 35.568	euro 2.964
7	7	0	4	euro 37.440	euro 3.120

Allegato 2

(articolo 3, comma 5)

ALGORITMI PER IL CALCOLO DEL REDDITO DI CITTADINANZA PER CIASCUN BENEFICIARIO COMPONENTE DI UN NUCLEO FAMILIARE

Caso 1

Tutti i componenti percepiscono 1ID reddito inferiore al reddito di cittadinanza potenziale

Ni = numero dei componenti il nucleo familiare

Sp = Valore della soglia di povertà indicato dalla tabella di cui all'allegato 1

Ra, Rb, Rc, ... Ri = redditi dei componenti del nucleo familiare

Rf = Reddito familiare netto dato dalla somma dei redditi netti dei componenti il nucleo familiare:

Rf = Ra+Rb+Rc+ ... Ri

Rcf = reddito di cittadinanza del nucleo familiare calcolato sulla base del reddito familiare e della tabella di cui all'allegato 1

Rcf= Sp-Rf

Rcx = Reddito di cittadinanza potenziale

Rcx = Sp/Ni

Rca, Rcb, Rcc, ... Rci = reddito di cittadinanza del componente i-esimo del nucleo familiare

Rci = Rcx-Ri

Caso 2

Uno dei componenti del nucleo familiare percepisce un reddito netto superiore al reddito di cittadinanza potenziale

Ni = numero dei componenti il nucleo familiare

Sp = Valore della soglia di povertà indicato dalla tabella di cui all'allegato 1

Ra, Rb, Rc, ... Ri = redditi dei componenti del nucleo familiare

Rs = Reddito del componente del nucleo familiare che supera il reddito di cittadinanza potenziale del componente del nucleo familiare

Rf = Reddito familiare netto dato dalla somma dei redditi dei componenti il nucleo familiare:

Rf = Ra+Rb+Rc+Rs+ ... Ri

Rcf = reddito di cittadinanza del nucleo familiare calcolato sulla base del reddito familiare e della

tabella di cui all'allegato 1

Rcf= Sp-Rf

Rcx= Reddito di cittadinanza potenziale Rcx=Sp/Ni

Es = Extra reddito del componente che ha un reddito superiore al reddito di cittadinanza potenziale

Es = Rs-Rcx

Rca, Rcb, Rcc,= Redditi di cittadinanza riferiti ai componenti a, b, c del nucleo familiare

Rci = reddito di cittadinanza del componente i-esimo del nucleo familiare

Rci = Rcx-(Ri+(Es/(N-l)))

Note.

1. Nel caso 2, il reddito di cittadinanza del componente i-esimo del nucleo familiare che 'percepisce un reddito inferiore al reddito potenziale è dato dal reddito potenziale diminuito della somma del reddito del componente i-esimo e dell'extrareddito del componente che supera il reddito potenziale ripartito tra gli altri familiari.

2. In tutti i casi, il componente del nucleo familiare che percepisce un reddito superiore al reddito potenziale non percepisce alcun reddito di cittadinanza.

Allegato 3

N mesi = parte intera di (Rfa - 3 RdC)/(Rdc/4)

N mesi = Numero di mesi di attesa per 1'erogazione del reddito di cittadinanza

Rfa = Reddito familiare annuale netto (percepito nei 12 mesi precedenti la richiesta)

Rdc = Reddito di cittadinanza annuale netto (secondo tabella A allegato 1)».

2.1

CASTALDI, GIROTTO, BULGARELLI, CIOFFI

Precluso

Al comma 1, all'Allegato 5, ivi richiamato, sostituire la voce:

Ministero	Autorizzazioni di spesa	c/k	Riduzione (in migliaia di euro)		
			2015	2016	2017 e anni successivi
Economia e finanze	legge n. 311 del 2044, articolo 1, comma 361	c	50.000,00	25.000,00	0,0

con la seguente:

Ministero	Autorizzazioni di spesa	c/k	Riduzione (in migliaia di euro)		
			2015	2016	2017 e anni successivi
Economia e finanze	legge n. 311 del 2044, articolo 1, comma 361	c	25.000,00	25.000,00	0,0

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 75, alla tabella A ivi richiamata, alla voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 25.000,000.

2.2

BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, MILO, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, Eva LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Al comma 1, allegato n. 5, voce Ministero sviluppo economico, legge n. 549 del 1995, articolo 1, comma 43, apportare le seguenti modificazioni:

2015: + 2.039,6;
2016: + 2.039,6:
2017: + 2.039,6.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: + 2:039,6;
2016: + 2.039,6;
2017: + 2.039,6.

2.5

BONFRISCO

Precluso

Al comma 1 allegato 5, sopprimere la voce: «Ministero sviluppo economico, decreto-legge n. 66 del 2014, articolo 22-bis comma 1».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 0;
2016: - 50.000;
2017: - 0.

2.6

CASTALDI, GIROTTO, BULGARELLI, CIOFFI

Precluso

Al comma 1, all'Allegato 5 ivi richiamato, sopprimere la seguente voce:

Ministero	Autorizzazioni di spesa	c/k	Riduzione (in migliaia di euro)		
			2015	2016	2017 e anni successivi
Economia e finanze	legge n. 66 del 2044, articolo 22-*bis*, comma 1	k	0,0	50.000,00	0,0

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 75, alla tabella B ivi richiamata, alla voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2016: - 50.000.000.

2.8

BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, MILO, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, Eva LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Al comma 1, allegato 5, sopprimere la voce: Infrastrutture e trasporti - legge n. 388 del 2000, articolo 145, comma 40.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 100.000;
2016: - 100.000;
2017: - 100.000.

2.9

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 1, aggiungere il seguente:

«1-*bis*. Al comma 1-*bis* dell'articolo 70 della legge 22 aprile 1941, n. 633, sostituire le parole: "31 dicembre 2014", con le seguenti: "31 dicembre 2015"».

2.10

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 1, aggiungere il seguente:

1-*bis*. Al comma 1, dell'articolo 2 del decreto, legislativo 31 luglio 2005, n. 177, dopo la lettera *o)* sono inserite le seguenti:

o-*bis*) «opera cinematografica», «opera filmica» o «film», l'opera dell'ingegno ai sensi della disciplina sulla protezione del diritto d'autore, realizzata su supporto di qualsiasi natura, di carattere narrativo, documentaristico o di animazione e destinata dal titolare dei diritti di utilizzazione, prioritariamente, allo sfruttamento economico nelle sale cinematografiche;

o-*ter)* «opera audiovisiva»: l'opera dell'ingegno ai sensi della disciplina sulla protezione del diritto d'autore, realizzata su supporto di qualsiasi natura, di carattere narrativo, documentaristico o di animazione, destinata dal titolare dei diritti di utilizzazione, prioritariamente, allo sfruttamento economico attraverso qualunque tecnologia, supporto; sistema o piattaforma di diffusione e distribuzione diversi dalla sala cinematografica; videoclip musicali con immagini in movimento realizzati a sostegno promozionale del fonogramma interpretato da un artista, fatti salvi i diritti in capo all'artista, al produttore fonografico e agli autori dell'opera musicale o di altre opere dell'ingegno eventualmente incorporate nel videogramma.

2.11

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 1, aggiungere il seguente:

1-*bis*. Al comma 3, dell'articolo 44 del decreto legislativo 31 luglio 2005, n. 177, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al terzo periodo le parole: «assegnando una quota adeguata» sono sostituite con le parole: «assegnando una quota non inferiore al 50 per cento»;

b) le parole: «ovunque prodotte», ovunque ricorrano nel testo, sono soppresse;

c) all'ultimo periodo sono soppresse le parole da; «Con decreto del Ministro dello sviluppo economico e del Ministro per i beni e le attività culturali» fino a: «dello sviluppo del mercato e della disponibilità delle stesse.».

2.12

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 1, aggiungere il seguente:

1-*bis*. All'articolo 44 del decreto legislativo n. 177 del 2005, dopo il comma 4, è inserito il seguente:

«4-*bis*. Ai fini degli obblighi stabiliti dal presente articolo, sono opere cinematografiche e audiovisive di espressione originale italiana, le opere che possiedono i seguenti requisiti:

a) regista italiano;

b) autore del soggetto italiano o autori in maggioranza italiani;

c) sceneggiatore italiano o sceneggiatori in maggioranza italiani;

d) interpreti principali in maggioranza italiani;

e) interpreti secondari per tre quarti italiani;

f) ripresa sonora diretta in lingua italiana;

g) autore della fotografia cinematografica italiano;

h) montatore italiano;
i) autore della musica italiano;
l) scenografo italiano;
m) costumista italiano;
n) troupe italiana;
o) riprese, localizzazione dei set in esterno e uso di teatri di posa situati in Italia;
p) utilizzo d'industrie tecniche italiane;
q) effettuazione in Italia di almeno il 70 per cento della spesa complessiva dell'opera, con riferimento alle componenti tecniche di cui alle lettere *n)*, *o)*, *p)*, nonché agli oneri sociali.

2.13

LIUZZI

Precluso

Dopo il comma 1 aggiungere i seguenti:

1-*bis*. I commi da 24 a 30 dell'articolo 12 del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, sono abrogati. È altresì abrogato il comma 16 dell'articolo 32 del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito dalla legge 15 luglio 2011, n. 111.

1-*ter*. Il Ministro dei beni e delle attività culturali e del turismo, di concerto con il Ministro delle infrastrutture e dei trasporti, provvede con apposito decreto interministeriale ad una revisione del regolamento della società Arcus S.p.A., prevedendo anche la trasmissione al Consiglio Superiore dei Beni Culturali dell'atto di indirizzo per Arcus S.p.A. annualmente emanato con apposito decreto interministeriale dallo stesso Ministro dei beni e delle attività culturali e del turismo, di concerto con il Ministro delle infrastrutture e dei trasporti. Il Consiglio Superiore dei Beni Culturali ha facoltà di proporre osservazioni entro 30 giorni dalla ricezione dell'atto di indirizzo. Il Ministro dei beni e delle attività culturali e del turismo preventivamente all'emanazione del suddetto atto di indirizzo, provvede a trasmetterne il testo alle Commissioni parlamentari competenti di Camera e Senato, che hanno facoltà di proporre osservazioni entro 30 giorni dalla ricezione dell'atto di indirizzo. Dette osservazioni saranno recepite entro e non oltre il termine perentorio di 15 giorni. Nella predisposizione del richiamato atto di indirizzo annuale una quota non inferiore ai due terzi delle risorse utilizzabili ex comma 4 dell'articolo 60 della legge 27 dicembre 2002, n. 289, è destinata al sostegno di programmi d'intervento di rilevanza nazionale o internazionale concernenti i beni e le attività culturali e il turismo, eventualmente nelle loro interrelazioni con le infrastrutture strategiche del Paese.

2.16

MALAN

Precluso

Al comma 3, aggiungere, al termine, il seguente periodo: «Per l'anno 2015, in ogni caso, i diritti aeroportuali non possono essere aumentati di un tasso superiore a quello di inflazione».

2.17

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 3, inserire il seguente:

«3-*bis* I risparmi e gli interessi attivi dei Fondi speciali e delle gestioni INPS già esistenti alla data di entrata in vigore della disposizione di cui all'articolo 21 del decreto-legge n. 201 del 2011. Convertito, con modificazioni, dalla legge n. 214 del 2011, non devono essere utilizzati per ripianare le perdite di esercizio derivanti dall'accorpamento dell'INPDAP.».

2.26

BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, MILO, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, Eva LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Sopprimere il comma 4.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 40.100.000;
2016: - 40.100.000;
2017: - 40.100.000.

2.27

BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, MILO, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, Eva LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Sostituire il comma 4, con il seguente:

4. La concessione dell'agevolazione fiscale sul gasolio agricolo di cui al n. 5 della Tabella A allegata al testo unico approvato con decreto legislativo 26 ottobre 1995, n. 504, e successive modificazioni ed integrazioni, spetta nella misura del 22 per cento ivi prevista agli imprenditori agricoli iscritti nella relativa gestione previdenziale ed assistenziale nonché agli altri soggetti indicati dall'articolo 1 del decreto legislativo 30 aprile 1998, n. 173 e nella misura del 28 per cento agli imprenditori agricoli iscritti soltanto nel registro delle imprese di cui all'articolo 8 della legge 29 dicembre 1993, n. 508.

2.28

MILO

Precluso

Dopo il comma 4, aggiungere il seguente:

«4-*bis*. Ai fini dell'attuazione di un piano di mobilità sostenibile, attraverso l'incremento del *bike-sharing* elettrico, sono assegnati i seguenti contributi:

a) 1,5 milioni di euro al Comune di Milano, per l'anno 2015 in vista dell'evento Expo di Milano 2015;

b) 600 mila euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016 al Comune di Firenze;

c) 500 mila euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016 al Comune di Verona;

d) 350 mila euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016 al Comune di Padova;

e) 300 mila euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016 al Comune di Foggia.

Conseguentemente, all'articolo 2, comma 103, sostituire le parole: «1 milione di euro» *con le seguenti:* «4,250 milioni di euro».

2.31

DI BIAGIO

Precluso

Sostituire i commi 5, 6, 7 e 8 con i seguenti:

«5. Le risorse di cui all'articolo 1, comma 83, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, cosi come rifinanziate dalla Tabella E allegata alla presente legge, sono destinate per l'anno 2015 all'acquisto di materiale rotabile su gomma. Lo Stato contribuisce, nella misura massima dei 75 per cento del costo del materiale rotabile, restando a carico della Regione o della provincia autonoma la restante quota.

6. Con decreto del Ministro delle infrastrutture e dei trasporti, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, sentita la Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le Regioni e le Province autonome di Trento e Bolzano, da adottare entro 60 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono stabilite le modalità di attuazione dei commi da 5 a 8 e la ripartizione delle risorse in favore dei soggetti beneficiari dell'erogazione del contributo, sulla base di una graduatoria unica su base regionale adottata nel rispetto dei seguenti criteri di priorità riferiti all'anno precedente:

a) posti Km prodotti;

b) rapporto tra posti Km prodotti e passeggeri trasportati;

c) condizioni di vetustà degli attuali parchi veicolari;

d) entità del cofinanziamento regionale e locale.

6-*bis*. In conseguenza di quanto disposto dal comma 6 il secondo periodo dell'articolo 1, comma 83, della legge 27 dicembre 2013 n. 147 è abrogato.

7. Con il medesimo decreto di cui al comma 6 sono stabilite, altresì, le modalità di revoca e di successiva riassegnazione delle risorse per le medesime finalità di cui al comma 5.

8. Al fine di razionalizzare la spesa e conseguire economie di scala, il Ministero delle infrastrutture e dei trasporti, assume la funzione di centro unico di acquisto in nome e per conto delle regioni e province autonome interessate».

2.37

PICCOLI, DALLA ZUANNA, PUPPATO, CERONI, DALLA TOR, AMIDEI

Precluso

Dopo il comma 5, aggiungere il seguente:

«5-*bis*. Al fine di consentire il ripristino di indispensabili condizioni di sicurezza al transito lungo la SS 52 "Carnica" alla progressiva km. 86+500, in località S. Stefano di Cadore, mediante realizzazione di opere adeguate alle condizioni geologiche dei versanti interessati, il Comitato paritetico per l'applicazione delle disposizioni di cui all'articolo 2, commi 1117 e177-*bis*, della legge 23 dicembre 2009 n. 191, e successive modificazioni, sottoscrive, entro 90 giorni dall'entrata in vigore della presente legge, apposito Accordo di Programma con ANAS spa volto a definire:

a) l'entità della partecipazione al finanziamento, sino ad un massimo di un terzo dell'investimento complessivo, a valere sulle risorse di cui all'articolo 2, comma 11-7, della legge 23 dicembre 2009 n. 191, e successive modificazioni;

b) il conseguente ammontare del co-finanziamento posto in capo ad ANAS spa;

c) la suddivisione del finanziamento per ciascuna delle annualità 2015, 2016 e 2017;

d) le modalità di erogazione e di approvazione del progetto da parte del Comitato paritetico».

2.38

CERONI

Precluso

Al comma 6, sostituire le parole: «Conferenza permanente per i rapporti con lo stato, le Regioni e le Province autonome di Trento e Bolzano» con le seguenti: «Conferenza Unificata di cui all'articolo 8 del d.lgs. 28 agosto1997, n. 281».

2.39

FRAVEZZI, BATTISTA, LANIECE, Fausto Guilherme LONGO, PALERMO, PANIZZA, DI GIACOMO, FORNARO, CONTE

Precluso

Al comma 6, sostituire le parole: «Conferenza permanente per i rapporti con lo Stato, le regioni e le province autonome di Trento e di Bolzano» con le seguenti: «Conferenza Unificata di cui all'articolo 8 del decreto legislativo 28 agosto 1997, n. 281».

2.41

CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Al comma 6, dopo la lettera b), inserire la seguente:

«b-*bis)* presenza nei bacini territoriali di importanti insediamenti demografici ed industriali».

2.45

CIOFFI, SCIBONA, CIAMPOLILLO, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Dopo il comma 8, inserire i seguenti:

«8-*bis*. Al fine di garantire la razionalizzazione, la trasparenza, l'efficienza e l'efficacia della spesa destinata alla realizzazione di opere pubbliche e di pubblica utilità, entro quattro mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, il Ministro delle infrastrutture e dei trasporti, d'intesa con il Ministro dell'economia e delle finanze e con gli altri Ministri competenti per materia provvede, sentita la Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le regioni e le province autonome di Trento e di

Bolzano e previo parere delle competenti Commissioni parlamentari permanenti, a definire un aggiornamento dell'elenco di opere da finanziare. Tale selezione di opere è effettuata tenendo conto dell'attuale disponibilità di infrastrutture e di offerta di servizi, nonché sulla base della ricognizione prevista dall'articolo 22 della legge 5 maggio 2009, n. 42 e dei seguenti criteri:

a) nei casi di opere le cui procedure di affidamento dei lavori non risultino avviate o concluse o di cui non risulti l'effettivo inizio dei lavori, i piani economico-finanziari dei progetti di investimento e l'analisi di sostenibilità delle medesime opere, nonché, ove richiesta, l'analisi dei rischi, «sono sottoposti, senza oneri aggiunti vi a carico della finanza pubblica, a verifica tecnica degli organismi indipendenti di valutazione individuati dai Ministeri interessati di cui al decreto legislativo 29 dicembre 2011, n. 228, con l'ausilio del CIPE, anche al fine valutare la non prosecuzione dell'opera. li completamento della verifica tecnica deve avvenire entro sei mesi. Nelle more del completamento della verifica tecnica, tutte le attività risultano sospese;».

b) nei casi di opere i cui lavori di realizzazione avviati, risultino in stato di avanzamento in misura inferiore al 20 per cento dell'opera, si procede alla prosecuzione dei lavori solo previa sottoposizione dei piani economico-finanziari delle medesime opere, accompagnati da una completa e dettagliata analisi dell'intervento che attesti la sostenibilità dell'investimento e i profili di rischio, a verifica tecnica degli organismi indipendenti di valutazione individuati dai Ministeri interessati di cui al decreto legislativo 29 dicembre 2011, n. 228, previo parere del CIPE. li completamento della verifica tecnica deve avvenire entro quattro mesi. In esito alla medesima verifica può essere disposta la non prosecuzione dell'opera;

c) nei casi di opere i cui lavori di realizzazione, avviati, risultino in stato di avanzamento in misura pari al 20 per cento e inferiore all'80 per cento dell'opera, a seguito della verifica di cui alla lettera *b)* del presente comma, può essere disposto il completamento delle medesime opere ovvero l'individuazione di varianti progettuali a più basso costo, nonché la non prosecuzione dell'opera;

d) nei casi di opere i cui lavori di realizzazione, avviati, risultino in stato di avanzamento in misura superiore all'80 per cento dell'opera, si dispone l'ultimazione dei medesimi lavori, previa valutazione degli eventuali scostamenti rispetto agli obiettivi e agli indicatori previsti nella documentazione di programmazione e progettazione delle opere e possibile individuazione di interventi correttivi da porre in essere per minimizzare gli impatti economici ed ambientali.

8-*ter*. Dalla data di inizio della verifica tecnica e fino alla definizione dell'elenco aggiornato delle opere ricomprese nel Programma delle infrastrutture strategiche, tutti gli effetti dei contratti stipulati connessi alla realizzazione dell'opera sono sospesi e per il periodo di sospensione non potranno essere avanzate pretese risarcitorie o di atra natura a nessun titolo.

8-*quater*. In caso di non prosecuzione dell'opera, sono caducati tutti gli atti e i rapporti contrattuali stipulati e a definitiva e completa tacitazione di ogni diritto e pretesa, gli effetti della caducazione dei vincoli contrattuali comportano esclusivamente il riconoscimento del pagamento dei lavori eseguiti, dei materiali utili e del io per cento dei lavori non eseguiti, fino a quattro quinti dell'importo del contratto, ai sensi dell'articolo 132, comma 5, del decreto legislativo 12 aprile 2006, n. 163.

8-*quinquies*. Nei casi previsti alle lettere *a), b)* e *c)* del comma 8-*bis*, gli organismi indipendenti di valutazione individuati in sede di esame tecnico, previo parere del CIPE, possono essere chiamati a valutare parti progettuali, dotate di autonoma funzionalità alla cui effettiva realizzazione si potrà procedere, sentite le Regioni interessate, anche prevedendo un utilizzo ridimensionato rispetto alle previsioni del progetto sia mantenendo la stessa destinazione d'uso sia con destinazione d'uso alternativa a quella inizialmente prevista.

8-*sexies*. Al fine di assicurare la partecipazione del pubblico nel procedimento di elaborazione, di modifica e di riesame delle infrastrutture strategiche da finanziare prima che vengano adottate decisioni sulle medesime opere, entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente «legge, il Ministro delle infrastrutture e dei trasporti mette a disposizione, attraverso la pubblicazione sul proprio sito web, il piano economico finanziario aggiornato dell'opera e gli elaborati connessi.

Entro il termine di 45 giorni dalla data di pubblicazione della documentazione di cui al periodo precedente, chiunque può presentare proprie osservazioni o pareri in forma scritta. Ai fini della verifica tecnica, gli organismi indipendenti di valutazione acquisiscono e valutano tutta la documentazione presentata, nonché osservazioni, obiezioni e suggerimenti inoltrati. Gli organismi di valutazione tengono adeguatamente conto delle osservazioni del pubblico presentate nei termini indicati. L'esame delle osservazioni da parte dei medesimi organismi deve risultare da atto scritto e sinteticamente motivato.».

2.46

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 8 inserire il seguente:

«Art. 8-*bis*.

(Razionalizzazione delle spese degli uffici periferici e finanziamento del Trasporto pubblico locale)

1. Al fine di ridurre la disomogeneità delle diseconomie di scala e per un efficientamento del funzionamento degli uffici decentrati dello Stato, gli stanziamenti relativi alla spesa di funzionamento degli stessi sono ridotti per 100 milioni di euro per il triennio 2015-2017. Le amministrazioni possono adottare misure alternative di contenimento della spesa al fine di conseguire risparmi comunque non inferiori a quelli derivanti dall'applicazione del precedente periodo. I risparmi derivanti per lo stesso importo annuo sono destinati al finanziamento del Fondo nazionale trasporti di cui all'articolo 16-*bis* del DL 95/2012. Per l'anno 2015 sono destinati a Regione Lombardia 50 milioni dell'incremento del Fondo per il potenziamento dei servizi di trasporto pubblico locale al fine di garantire la mobilità in occasione di EXPO Milano 2015».

2.48

SCIBONA, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Al comma 9, sostituire la lettera b) con la seguente: «b) miglioramento degli standard di qualità, sicurezza, affidabilità e regolarità del servizio sulle linee complementari».

Conseguentemente, sopprimere il comma 10.

2.49

COMAROLI

Precluso

Dopo il comma 9 aggiungere il seguente:

«9-*bis)*. Rete Ferroviaria Italia preso atto del rilievo strategico dell'asse ferroviario Roma Pescara, è autorizzata a produrre apposito studio di fattibilità mirato al potenziamento di tale asse utilizzando una quota del Contratto di Programma sottoscritto l'8 agosto 2014 con il Ministero delle Infrastrutture e dei Trasporti fino ad un importo di 2 milioni di euro.».

2.50

BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, MILO, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, Eva LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Dopo il comma 9, inserire il seguente:

«9-*bis*. All'articolo 259 del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, comma 1-*ter*, alle parole: "Nei comuni" sono premesse le parole: "Nelle province e" e la parola: "comunali" è soppressa».

2.51

CIOFFI, SCIBONA, CIAMPOLILLO, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Sopprimere il comma 10.

2.63

CENTINAIO, BELLOT, ARRIGONI, CROSIO, COMAROLI, TOSATO, BISINELLA

Precluso

All'Elenco n. 2 di cui al comma 12 dell'articolo 2 sopprimere la seguente voce:

«Legge 23 dicembre 1998, n, 448, articolo 8, comma 10, lettera *c)*; legge 22 dicembre 2008, n. 203, articolo 2, comma 12:

Gasolio e GPL impiegati per riscaldamento in aree geograficamente svantaggiate».

Conseguentemente:

all'articolo 1, comma 125, sostituire le parole: «187,5 milioni» con le seguenti: «147,5 milioni».

2.65

BERGER, PANIZZA, LANIECE, ZELLER, PALERMO, FRAVEZZI, BATTISTA, ROMANO

Precluso

Al comma 12, elenco n. 2, sopprimere la voce: «legge 23 dicembre 1998, n. 448, articolo 8, comma 10, lettera c); legge 22 dicembre 2008, n. 203, articolo 2, comma 12»;

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'Economia e delle Finanze, apportare le seguenti. variazioni:

2016: - 26.605:000;

2017 e successivi: - 26.605.000.

2.67

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Alle disposizioni di cui all'elenco n. 2 allegato al disegno di legge sopprimere la voce «legge 23 dicembre 1998, n. 448, articolo 8, comma 10, lettera c); legge 22 dicembre2008, n. 203, articolo 2, comma 12; Gasolio e GPL impiegati per riscaldamento in aree geograficamente o climaticamente svantaggiate».

Conseguentemente,

all'articolo 2, comma 12 le parole: «38,690» sono sostituite dalle seguenti: «12,085»;

Conseguentemente,

all'articolo 2, dopo il comma 12, inserire il seguente:

«12-*bis*. Mediante provvedimenti di razionalizzazione e di revisione della spesa, di ridimensionamento di strutture, di riduzione delle spese per beni e servizi, poiché di ottimizzazione dell'uso degli immobili, adottati dal Presidente del Consiglio sulla base degli indirizzi del Comitato interministeriale di cui all'articolo 9-*bis*, comma 1, del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69 convertito dalla legge 9 agosto 2013, n. 98 si provvede ad assicurare una riduzione della spesa delle amministrazioni pubbliche di cui all'articolo 1, comma 2. della legge 31 dicembre 2009, n. 196, in misura non inferiore a 26,605 milioni di euro a decorrere dal 2016».

2.69

BONFRISCO

Precluso

Alle disposizioni di cui all'elenco n. 2 allegato al disegno di legge sopprimere la voce: «legge 23 dicembre 1998, n. 448, articolo 8, comma 10, lettera c); legge 22 dicembre 2008, n. 203, articolo 2, comma 12; Gasolio e GPL impiegati per riscaldamento in aree geograficamente o climaticamente svantaggiate».

Conseguentemente, all'articolo 2, comma 12 le parole: «38,690» *sono sostituite dalle seguenti:* «12,085».

Conseguentemente, all'articolo 2, dopo il comma 12, inserire il seguente:

«12-*bis*. Mediante provvedimenti di razionalizzazione e di revisione, della spesa, di ridimensionamento di strutture, di riduzione delle spese per beni e servizi, nonché di ottimizzazione dell'uso degli immobili, adottati dal Presidente del Consiglio sulla base degli indirizzi del Comitato interministeriale di cui all'articolo 4-*bis*, comma 1, del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69, convertito dalla legge 9 agosto 2013, n. 98, si provvede ad assicurare una riduzione della spesa delle amministrazioni pubbliche di cui all'articolo 1, comma 2, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, in

misura non inferiore a 26,605 milioni di euro a decorrere dal 2016».

2.70 (testo 2)

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

All'articolo 2, comma 12, elenco 1, sopprimere la voce: legge 23 dicembre 1998, n. 448, articolo 8, comma 10, lettera c); legge 22 dicembre 2008, n. 203, articolo 2, comma 12; Gasolio e GPL impiegati per riscaldamento in aree geograficamente o climaticamente svantaggiate.

Conseguentemente:

al medesimo comma, sostituire le parole: "e a 38,690 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2016" *con le seguenti*: "e a 12,085 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2016"; *all'articolo 1, comma 121, sostituire le parole:* "200 milioni di euro a decorrere dal 2015" *con le seguenti*: "200 milioni nel 2015 e a 173,4 milioni a decorrere dal 2016".

2.72

CENTINAIO, BELLOT, ARRIGONI, CROSIO, COMAROLI, TOSATO, BISINELLA

Precluso

All'Elenco n. 2 di cui al comma 12 dell'articolo 2 sopprimere la seguente voce: «Legge 23 dicembre 1998, n. 448, articolo 8, comma 10, lettera c); legge 22 dicembre 2008, n. 203, articolo 2, comma 12: Gasolio e GPL impiegati per riscaldamento in aree geograficamente svantaggiate».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pali a 50 milioni di euro di euro a decorrere dal 2015».

2.75

URAS, DE POLI

Precluso

Dopo il comma 12, inserire il seguente:

«12-*bis*. Una quota pari ad euro 100 milioni per ciascuno degli anni 2015-2018 degli accantonamenti disposti per la regione Sardegna a valere sulle compartecipazioni erariali, per effetto del comma 3 dell'articolo 28 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito con modificazioni dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, e successive modificazioni e integrazioni, dai commi 22 dell'articolo 15 e 3 dell'articolo 16 del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito con modificazioni dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, e successive modificazioni e integrazioni e dal comma 526 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2013, n. 147, e successive modificazioni e integrazioni, sono dalla medesima finalizzati alla copertura delle spese derivanti da situazione di crisi economica dell'isola».

Conseguentemente al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni di euro a decorrere dal 2015» *con le seguenti:* «200 milioni di euro annui per ciascun anno del quadriennio 2015-2018 e di 250 milioni di euro a decorrere dal 2019»; *al comma 121, sostituire le parole:* «200 milioni di euro a decorrere dal 2015» *con le seguenti:* «150 milioni di euro annui per ciascun anno del quadriennio 2015-2018 e di 200 milioni di euro a decorrere dal 2019».

2.76

BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Dopo il comma 12 aggiungere il seguente:

«12-*bis*. Al fine di consentire di allungare il piano di ammortamento dei mutui e dei finanziamenti per le famiglie, le micro e piccole e medie imprese individuate dalla Raccomandanone 2003/361/CE della Commissione del 6 maggio 2003, il Ministero dell'economia e delle finanze ed il Ministero dello sviluppo economico, entro 90 giorni dall'entrata in vigore della presente legge e previo accordo con l'ABI e le associazioni dei rappresentanti delle imprese e dei consumatori, predispongono tutte le misure necessarie al fine di sospendere il pagamento della quota capitale delle rate per gli anni da 2015

al 2017».

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 150 milioni di euro a decorrere dal 2015».

2.82

COMAROLI, TOSATO

Precluso

All'articolo 2 dopo il comma 12 inserire il seguente comma:

«12-*bis*. All'obbligo derivante dall'articolo 15, commi 4 e 5, del decreto-legge 18 ottobre 2012, n. 179, convertito nella legge 17 dicembre 2012, n. 221, si applicano commissioni onnicomprensive della gestione e dell'utilizzo delle carte di debito nella misura massima pari allo 0,2 per cento del valore delle transazioni con esse effettuate. Al medesimo obbligo, osservato presso gli impianti di distribuzione carburanti e presso le rivendite di tabacchi, si applicano commissioni onnicomprensive della gestione e dell'utilizzo delle carte di debito nella misura massima pari allo 0,1 per cento del valore delle transazioni con esse effettuate».

2.84

BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, MILO, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, Eva LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Dopo il comma 12, aggiungere il seguente:

12-*bis*. Al comma 715 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2013, n. 147, le parole: «20 per cento» sono sostituite dalle seguenti: «30 per cento». Conseguentemente, al medesimo articolo, dopo il comma 45 inserire il seguente:

«45-*bis*. Le disponibilità di competenza e di cassa delle spese del bilancio dello Stato per consumi intermedi sono ridotte di 300 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015.».

2.87

MANDELLI

Precluso

Al comma 14, dopo la parola: «2017» è aggiunto infine il seguente periodo: «La presente disposizione si applica anche nei confronti delle persone fisiche o giuridiche che, alla data di entrata in vigore della presente legge e per il triennio dal 2015 al 2017, rientrano nell'elenco dei protesti cambiari, ai sensi della legge 12 febbraio 1955, n.77 e successive modificazioni, nonché nell'elenco delle banche dati del sistema di informazioni creditizie, nel caso risultino segnalate negativamente ai sensi dell'articolo 1 del decreto legislativo 13 agosto 2010, n.141, inclusi coloro che presentano degli arretrati nei pagamenti, maturati fino al, 31 dicembre 2014, rispetto al piano di ammortamento originario, per i quali è concessa la dilazione pari ad un massimo di tre anni, a partire dalla scadenza della sospensione relativa all'anno 2017».

2.88

MANDELLI, PICCINELLI

Precluso

Al comma 14, dopo la parola: «2017» è aggiunto infine il seguente periodo: «La presente disposizione si applica anche nei confronti delle persone fisiche o giuridiche che alla data di entrata in vigore della presente legge e per il triennio dal 2015 al 2017 rientrano nell'elenco dei protesti cambiari, ai sensi della legge 12 febbraio 1955, n.77 e successive modificazioni, nonché nell'elenco delle banche dati del sistema di informazioni creditizie, nel caso risultino segnalate negativamente ai sensi dell'articolo l del decreto legislativo 13 agosto 2010, n.141».

2.93

BELLOT, ARRIGONI, CROSIO, CANDIANI, DIVINA, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 14 è inserito il seguente:

«14-*bis*. Le disposizioni di cui al comma 2 dell'articolo 22 del decreto-legge 24 aprile 2014 n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89 non si applicano alle Province di cui al secondo periodo del comma 3 dell'articolo 1 della legge 7 aprile 2014, n. 56».

Conseguentemente all'articolo 1 sopprimere i commi 116 e 117.

Conseguentemente all'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 350 milioni di euro a decorre dal 2015».

2.94

CENTINAIO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Al comma 15 apportare le seguenti modificazioni:

«*a)* alla lettera *a)*, punto 1, dopo le parole: "Si considera vettore", inserire le seguenti: "e non vettore ai sensi della successiva lettera *e-bis)*";

b) alla lettera *a)*, sopprimere il punto 2);

c) alla lettera *b)*, punto 3), al terzo periodo aggiungere in fine le seguenti parole: "e comunque non inferiore al valore di riferimento dei costi di esercizio dell'impresa di autotrasporto per conto di terzi di cui all'articolo 11-*quinquies* della presente legge"».

2.95

DE PIETRO, URAS, CASALETTO, MASTRANGELI

Precluso

Al comma 15, lettera a), capoverso 1 dopo le parole: «si considera vettore», aggiungere le seguenti: «e non sub-vettore ai sensi della successiva lettera e-bis)».

2.96

MANDELLI, PICCOLI, BRUNI, BONFRISCO, CERONI, D'ALI', MILO

Precluso

Al comma 15, lettera a), al numero 1), dopo le parole: «vettore», aggiungere le seguenti: «e non sub-vettore ai sensi della successiva lettera e-bis)».

2.97

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, CROSIO

Precluso

Al comma 15, lettera a), capoverso 1), dopo le parole: «vettore» aggiungere le seguenti: «e non sub-vettore ai sensi della successiva lettera e-bis)».

2.99

DE PIN, MASTRANGELI, BOCCHINO, CAMPANELLA

Precluso

All'articolo 2, comma 15 capoverso 1 dopo le parole: «vettore», aggiungere le seguenti: «e non sub-vettore ai sensi della successiva lettera e-bis)».

2.100

GAMBARO

Precluso

All'articolo 2, comma 15 capoverso 1 dopo le parole vettore, aggiungere le seguenti: «e non sub-vettore ai sensi della successiva lettera e-bis)».

2.104

MANDELLI, PICCOLI, BRUNI, BONFRISCO, CERONI, D'ALI', MILO

Precluso

Al comma 15, lettera a), sopprimere il numero 2).

2.106

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, CROSIO

Precluso

Al comma 15, lettera a), sopprimere il capoverso 2.

2.107

DE PIN, MASTRANGELI, BOCCHINO, CAMPANELLA

Precluso

Al comma 15, sopprimere il capoverso 2.

2.108

GAMBARO

Precluso

Al comma 15, sopprimere il capoverso 2.

2.112

DI BIAGIO, Luigi MARINO

Precluso

Aapportare le seguenti modifiche:

«*a)* al comma 15, lettera *b)*, capoverso "Art. 6-*ter*. - *(Disciplina della sub-vettura)", al comma 1, dopo le parole: "le parti concordino," inserire le seguenti: "per iscritto,";*

b) al comma 16, lettera *b):*

1) al capoverso "4" sopprimere le seguenti parole: ", tenuto conto dei principi di adeguatezza In materia di sicurezza stradale e sociale.";

2) al capoverso "4-*quinquies*" aggiungere, in fine, le seguenti parole: "e riguardanti le fattispecie di cui all'articolo 7, comma 6, del decreto legislativo 21 novembre 2005, n. 286";

3) al capoverso "5", sostituire l'ultimo periodo con il seguente: "Qualora le prestazioni richieste prevedano il transito di tratte stradali o autostradali a pagamento, i relativi pedaggi, compresi i loro eventuali aggiornamenti, sono corrisposti al vettore sulla base di specifica evidenziazione in fattura; entro e non oltre sei mesi dal pagamento della fattura, il committente del trasporto può chiedere di verificare che i costi relativi ai pedaggi siano stati effettivamente sostenuti mediante riscontro delle fatture emesse dalle società concessionarie al vettore.";

c) sopprimere il comma 18».

2.114

MANDELLI, PICCOLI, BRUNI

Precluso

Al comma 15, lettera b) capoverso «Art. 6-ter» al comma 3, al periodo sostituire le parole da: «è tenuto» fino alla fine con le seguenti: «è tenuto ad esibire la propria fattura a semplice richiesta e comunque non inferiore al valore di riferimento dei costi di esercizio dell'impresa di auto trasporto per conto di terzi di cui al successivo comma 18 della presente legge».

2.116

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, CROSIO

Precluso

Al comma 15, lett. b), capoverso «Art. 6-ter», comma 3, al terzo periodo, sostituire le parole da: «è tenuto» fino alla fine del periodo con le seguenti: «è tenuto ad esibire la propria fattura a semplice richiesta e comunque non inferiore al valore di riferimento dei costi di esercizio dell'impresa di autotrasporto per conto di terzi di cui al successivo comma 18 della presente legge».

2.117

DE PIN, MASTRANGELI, BOCCHINO, CAMPANELLA

Precluso

All'articolo 2, comma 15, lett. b) capoverso «Art. 6-ter», comma 3, al terzo periodo sostituire le parole da: «è tenuto» fino alla fine con le seguenti: «è tenuto ad esibire la propria fattura a semplice richiesta e comunque non inferiore al valore di riferimento dei costi di esercizio dell'impresa di autotrasporto per conto di terzi di cui al successivo comma 18 della presente legge».

2.118
GAMBARO
Precluso
All'articolo 2, comma 15, lett. b) capoverso Art. 6-ter, comma 3, al terzo periodo sostituire le parole da: «è tenuto» fino alla, fine con le seguenti: «è tenuto ad esibire la propria fattura a semplice richiesta e comunque non inferiore al valore di riferimento dei costi di esercizio dell'impresa di auto1rasporto per conto di terzi di cui al successivo comma 18 della presente legge».

2.123
CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, CROSIO
Precluso
Al comma 17, apportare le seguenti modifiche:

1) Al primo periodo, sostituire le parole «negoziazione assistita» fino alla fine del periodo con la seguente: «conciliazione».

2) Sopprimere il secondo periodo.

2.127
MANDELLI, PICCOLI, BRUNI
Precluso
Al comma 17, sepprimere le parole da: «negoziazione assistita» a: «si considera comunque valida» con le seguenti: «conciliazione».

2.128
DE PIN, MASTRANGELI, BOCCHINO, CAMPANELLA
Precluso
Al comma 17, secondo periodo sostituire le parole: «la negoziazione assistita esperita si considera comunque valida» con le seguenti: «conciliazione».

2.129
GAMBARO
Precluso
Al comma 17, secondo periodo sostituire le parole: «la negoziazione assistita esperita si considera comunque valida» con le seguenti: «conciliazione».

2.131
URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO
Precluso
Al comma 18 aggiungere, in fine, il seguente periodo: «Al fine di garantire la regolarità e la legalità dell'autotrasporto di cose per conto terzi, in conformità di quanto previsto dal citato articolo 83-bis del decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112, presso il Ministero delle infrastrutture e dei trasporti è istituita la Banca dati nazionale dell'autotrasporto. Con regolamento adottato con decreto del Ministro delle infrastrutture e dei trasporti, sentito il Ministro dell'interno, sono disciplinati le modalità di funzionamento della Banca, la modalità di accesso, l'inserimento in essa dei dati relativi alle imprese di autotrasporto, la gestione dei profili nonché ogni comunicazione e informativa facente riferimento alle imprese stesse. Sono altresì stabiliti i casi e le modalità di cancellazione dalla Banca dei dati relativi alle imprese. La Banca, anche attraverso l'ausilio di organismi accreditati specializzati nella tracciabilità dei percorsi e nella gestione satellitare delle flotte, consente alle Forze dell'ordine e agli operatori del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti di aumentare i livelli di controllo ai fini della sicurezza e della trasparenza del mercato, nonché per limitare la diffusione del cabotaggio abusivo sul territorio nazionale. La Banca fornisce altresì un rating, anche di merito creditizio, alle imprese di autotrasporto che operano sul territorio nazionale nel pieno rispetto della normativa comunitaria e interna. Agli oneri derivanti dall'attuazione del presente comma, pari a 250.000 euro, si provvede mediante le risorse disponibili a legislazione vigente ed eventualmente mediante quota parte dell'autorizzazione di spesa di cui al comma 1 dell'articolo 19 della presente legge».

2.132

MILO

Precluso

Dopo il comma 18, aggiungere il seguente:

«18-*bis*. A decorrere dal 1º gennaio 2015, all'articolo 1, comma 517, primo periodo, della legge 24 dicembre 2012, n. 228, le parole: "5 per cento" sono sostituite dallo seguenti: "0 per cento". Resta ferma la possibilità per le regioni e le province autonome di Trento e Bolzano di disporre maggiorazioni dei quantitativi di gasolio da impiegare in lavori agricoli ad aliquota ridotta alle condizioni e nella misura previste dal decreto del Ministro delle politiche agricole e forestali 26 febbraio 2002».

2.133

MILO

Precluso

Dopo il comma 18, aggiungere il seguente:

«18-*bis*. La concessione dell'agevolazione fiscale sul gasolio agricolo di cui al n. 5 della Tabella A allegata al Testo Unico approvato con decreto legislativo 26 ottobre 1995, n. 504, e successive modificazioni ed integrazioni, spetta nella misura del 22 per cento ivi prevista agli imprenditori agricoli iscritti nella relativa gestione previdenziale ed assistenziale nonché agli altri soggetti indicati dall'articolo 1 del decreto legislativo 30 aprile 1998, n. 173, e nella misura del 28 per cento agli imprenditori agricoli iscritti soltanto nel registro delle imprese di cui all'articolo 8 della legge 29 dicembre 1993, n. 508».

2.140

MANDELLI, PICCOLI, BRUNI

Precluso

Al comma 19, al terzo periodo, aggiungere, in fine le seguenti parole: «e possono essere ripresentate per altri due anni».

2.141

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, CROSIO

Precluso

Al comma 19, al terzo periodo, dopo la parola: «rinnovo» aggiungere le seguenti: «e possono essere ripresentate per altri due anni».

2.142

DE PIN, MASTRANGELI, BOCCHINO, CAMPANELLA

Precluso

All'articolo 2, comma 19 al terzo periodo dopa la parola: «rinnovo» aggiungere le seguenti: «e possono essere ripresentate per altri due anni».

2.143

GAMBARO

Precluso

All'articolo 2, comma 19 al terzo periodo dopo la parola: «rinnovo» aggiungere le seguenti: «e possono essere ripresentate per altri due anni».

2.145

PANIZZA, Fausto Guilherme LONGO, LANIECE, BATTISTA, ZIN

Precluso

Dopo il comma 19, inserire i seguenti:

«19-*bis*. Le società in nome collettivo, in accomandita semplice, a responsabilità limitata e per azioni che, entro il 30 giugno 2015, assegnano ai soci beni immobili, diversi da quelli indicati nell'articolo 43, comma 2, primo periodo, del testo unico delle imposte sui redditi, approvato con decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, o beni mobili iscritti in pubblici registri non utilizzati come beni strumentali nell'attività propria dell'impresa o quote di partecipazione in società, possono applicare le disposizioni del presente articolo, a condizione che tutti i soci risultino

iscritti nel libro dei soci, ove prescritto, alla data del 30 settembre 2014, ovvero che vengano iscritti entro trenta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, in forza di titolo di trasferimento avente data certa anteriore al 10 ottobre 2014. Le medesime disposizioni si applicano alle società che hanno per oggetto esclusivo o principale la gestione dei predetti beni e che entro il 30 giugno 2015 si trasformano in società semplici.

19-*ter*, Sulla differenza tra il valore normale dei beni assegnati o, in caso di trasformazione, quello dei beni posseduti all'atto della trasformazione, e il loro costo fiscalmente riconosciuto, si applica una imposta sostitutiva delle imposte sui redditi e dell'imposta regionale sulle attività produttive (IRAP) nella misura del 10 per cento; per i beni la cui cessione è soggetta all'imposta sul valore aggiunto, l'imposta sostitutiva è aumentata di un importo pari al 30 per cento dell'imposta sul valore aggiunto applicabile al valore normale con l'aliquota propria del bene. Le riserve in sospensione di imposta annullate per effetto dell'assegnazione dei beni ai soci e quelle delle società che si trasformano sono assoggettate ad imposta sostitutiva nella misura del 20 per cento.

19-*quater*. Per gli immobili, su richiesta della società e nel rispetto delle condizioni prescritte, il valore normale è quello risultante dall'applicazione dei moltiplicatori stabiliti dalle singole leggi di imposta alle rendite catastali ovvero a quella stabilita ai sensi dell'articolo 12 del decreto-legge 14 marzo 1988, n. 70, convertito, con modificazioni, dalla legge 13 maggio 1988, n. 154, riguardante la procedura per l'attribuzione della rendita catastale. Per le quote di partecipazione si assume il maggiore tra il costo fiscalmente riconosciuto e quello determinato in proporzione del patrimonio netto della società partecipata. Il costo fiscalmente riconosciuto delle azioni o quote possedute dai soci delle società trasformate va aumentato della differenza assoggettata ad imposta sostitutiva. Nei confronti dei soci assegnatari non si applicano le disposizioni di cui all'articolo 47 del citato testo unico delle imposte sui redditi. Tuttavia il valore normale dei beni ricevuti, al netto dei debiti accollati, riduce il costo fiscalmente riconosciuto delle azioni o quote possedute. Le assegnazioni ai soci sono soggette all'imposta di registro nella misura fissa dell'1 per cento, nonché alle imposte ipotecaria e catastale in misura fissa e non sono considerate cessioni agli effetti dell'IVA.

19-*quinquies*. Le disposizioni di cui ai commi da 19-*bis* a 19-*quater* si applicano, alle stesse condizioni e relativamente ai medesimi beni, anche alle cessioni a titolo oneroso ai soci aventi i requisiti di cui ai commi precedenti. In tale caso, ai fini della determinazione dell'imposta sostitutiva, il corrispettivo della cessione, se inferiore al valore normale del bene, determinato ai sensi dell'articolo 9 del citato testo unico delle imposte sui redditi, o, in alternativa, ai sensi del comma 3 del citato articolo 29 della legge 27 dicembre 1997, n. 449, è computato in misura non inferiore ad uno dei due valori.

19-*sexies*. Le società. che intendono avvalersi delle disposizioni di cui ai commi da 19-*bis* a 19 *quinquies* devono chiederne l'applicazione con apposito modello, da approvare entro 60 giorni della data di entrata in vigore della presente legge, con decreto del Ministro dell'Economia e delle Finanze, da presentare. all'ufficio delle entrate competente per territorio e versare l'imposta sostitutiva nella misura del 40 per cento, entro il termine di presentazione della dichiarazione relativa al periodo di imposta in corso alla data del l gennaio 2014; la restante parte dell'imposta sostitutiva va versata in parti uguali entro il 16 dicembre 2015 e 16 marzo 2016. Sull'importo delle rate successive alla prima sono dovuti gli interessi nella misura del tasso legale, da versare contestuaImente al versamento di ciascuna rata. Per la riscossione, i rimborsi ed il contenzioso si applicano le disposizioni previste per le imposte sui redditi.

19-*septies*. Alla copertura degli oneri di cui ai commi da 19-*bis* a 19-*sexies*, valutati in 10 milioni di euro annui, si provvede, a partire dall'anno 2015, mediante corrispondente riduzione delle dotazioni da includere nel Fondo speciale di parte corrente, di cui alla «Tabella A» della presente legge, utilizzando l'accantonamento relativo al Ministero dell'economia e delle finanze per il triennio 2015-2017. n Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio.

2.146

PANIZZA, FRAVEZZI, Fausto Guilherme LONGO, LANIECE, BATTISTA, ZIN

Precluso

Dopo il comma 19, inserire i seguenti:

19-*bis*. L'imprenditore individuale che alla data del 31 dicembre 2014 possiede beni immobili strumentali di cui all'articolo 43, comma 2, del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, può, entro i130 giugno 2015, optare per l'esclusione dei beni stessi dal patrimonio dell'impresa, con effetto dal periodo di imposta in corso alla data del 1 gennaio 2015, mediante il pagamento di una imposta sostitutiva dell'imposta sul reddito delle persone fisiche, dell'imposta regionale sulle attività produttive e dell'imposta sul valore aggiunto, nella misura del 10 per cento della differenza tra il valore normale di tali beni ed il relativo valore fiscalmente riconosciuto.

19-*ter*. Per gli immobili la cui cessione è soggetta all'imposta sul valore aggiunto, l'imposta sostitutiva è aumentata di un importo pari al 30 per cento dell'imposta sul valore aggiunto applicabile al valore normale con l'aliquota propria del bene. Per gli immobili, il valore normale è quello risultante dall'applicazione dei moltiplicatori stabiliti dalle singole leggi di imposta alla rendita catastale ovvero a quella stabilita ai sensi dell'articolo 12 del decreto-legge 14 marzo 1988, n. 70, convertito, con modificazioni, dalla legge 13 maggio 1988, n. 154, concernente la procedura per l'attribuzione della rendita catastale.

19-*quater*. L'imprenditore che si avvale delle disposizioni di cui ai commi 19-*bis* e 19-*ter* deve. versare il 40 per cento dell'imposta sostitutiva entro il termine di presentazione della dichiarazione relativa al periodo di imposta in corso alla data del 1º gennaio 2014 e la restante parte in due rate di pari importo entro il 16 dicembre 2015 e il 16 marzo 2016, con i criteri di cui al decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241. Sull'importo delle rate successive alla prima sono dovuti interessi nella misura del tasso legale, da versare contestualmente al versamento di ciascuna rata.

19-*quinquies*. Per la riscossione, i rimborsi ed il contenzioso si applicano le disposizioni previste per le imposte sui. redditi.

19-*sexies*. Agli oneri derivanti dall'attuazione dei commi dal 19-bis al 19-quinquies, pari a 10 milioni di euro, a decorrere dall'anno 2015, si provvede mediante corrispondente riduzione dello stanziamento del Fondo speciale di parte corrente iscritto, ai fini del bilancio triennale 2015-2017, nell'ambito del programma «Fondi di riserva e speciali» della missione Fondi da ripartire» dello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno 2015, allo scopo parzialmente utilizzando l'accantonamento relativo al medesimo Ministero. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio.

2.149

CANDIANI, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 19, aggiungere i seguenti:

19-*bis*. Rientrano tra le attività connesse, di cui all'articolo 2135, terzo comma, del codice civile, le attività di fornitura di beni e servizi faunistico venatori, svolte da imprese agricole, effettuate mediante l'utilizzazione prevalente di attrezzature o risorse dell'azienda.

19-*ter*. Le regioni, su richiesta degli Interessati e sentito l'Istituto nazionale per la fauna selvatica, possono autorizzare, regolamentandola, l'istituzione di aziende faunistico-venatorie, con le caratteristiche indicate all'articolo 16, comma 1, lettera *a)* della legge 11 febbraio 1992, n. 157, anche aventi scopo di lucro.

2.150

CANDIANI, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 19, aggiungere il seguente:

19-*bis*. All'articolo 7, del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 91, convertito con modificazioni dalla legge 11 agosto 2014, n. 116, al comma 1 lettera *a)* capoverso 1-*quinquies* sostituire le parole: «trentacinque anni» con le seguenti: «quaranta anni».

Conseguentemente:

1) all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 124 e 125;

2) all'articolo 2, sopprimere il comma 207;

3) all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 200 milioni di euro per l'anno 2015 e 850 milioni di euro per l'anno 2017».

2.151

CANDIANI, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 19, aggiungere il seguente:

19-*bis*. Ai soli fini delle imposte sui redditi, le rivalutazioni dei redditi dominicali ed agrari, previste dal comma 4 dell'articolo 7 del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 91, convertito con modificazioni dalla legge Il agosto 2014, n. 116, non si applicano per i periodi di imposta durante i quali i terreni assoggettati alle medesime rivalutazioni sono concessi in affitto a giovani che non hanno compiuto i 35 anni, aventi la qualifica di coltivatore diretto o di imprenditore agricolo professionale, anche in forma societaria purché, in questo ultimo caso, la maggioranza delle quote o del capitale sociale sia detenuto da giovani in possesso delle suddette qualifiche di coltivatore diretto o imprenditore agricolo professionale.

Conseguentemente:

1) all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 124 e 125;

2) all'articolo 2, sopprimere il comma 207;

3) all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 200 milioni di euro per l'anno 2015 e 850 milioni di euro per l'anno 2017».

2.152

BIGNAMI, PEPE, Maurizio ROMANI, MUSSINI

Precluso

Dopo il comma 19, aggiungere il seguente comma:

«19-*bis*. È altresì concesso l'accesso al fondo di garanzia a favore delle piccole e medie imprese di cui all'articolo 2, comma 100, lettera *a)*, della legge 23 dicembre 1996, n. 662, e successive modificazioni, alle imprese ferroviarie, al fine di porre in essere operazioni di acquisto cl! materiale rotabile ferroviario per il trasporto di merci, entro un limite di importo garantito pari a 4,5 milioni di euro.»

Conseguentemente: all'articolo 1, comma 124, sostituire le parole: «850 milioni», *con le parole:* «600 milioni».

2.156

BONFRISCO, CERONI, D'ALI', MANDELLI, MILO

Precluso

All'articolo 2, dopo il comma 19 inserire il seguente:

«19-*bis*. Alla Legge 27 dicembre 2013, n. 147 sono apportate le seguenti modifiche:

1) Il comma 651 è sostituito dal seguente:

"651. A partire dal 2015, nella determinazione della tariffa, il comune tiene conto dei criteri determinati con regolamento da emanarsi entro 6 mesi dall'entrata in vigore della presente disposizione, ai sensi dell'articolo 17, comma 1, della legge 23 agosto 1988, n. 400, e successive modificazioni, su proposta del Ministro dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, sentita la Conferenza Stato-città ed autonomie locali.

Il regolamento è emanato nel rispetto dei seguenti princìpi:

a) Il costo fisso del servizio di gestione previsto dal piano finanziario del Comune deve riflettere criteri oggettivi e trasparenti da individuare sulla base di parametri dimensionale territoriali dei comuni e in relazione ad intervalli ragionevoli di incidenza (costi *standard*) determinati dalla Commissione tecnica paritetica per l'attuazione del federalismo fiscale (COPAFF) istituita presso il Ministero dell'economia e delle finanze. In assenza e/o nelle more di tale determinazione, i costi fissi dovranno rispettare criteri di contabilità analitica, per centri di costo.

b) La ripartizione dei costi dovrà avvenire sulla base della stima della produzione dei rifiuti a carico delle utenze domestiche, utilizzando coefficienti che ciascun comune dovrà determinare a seguito di attività di misurazione puntuale della produzione di rifiuti. La produzione complessiva delle utenze domestiche dovrà essere calcolata come prodotto tra il numero di famiglie residenti sul Comune, distinte per numero di componenti, e il coefficiente di produzione media, espresso in kg/giorno. La produzione delle utenze non domestiche sarà calcolata per differenza. In assenza di queste misurazioni, ci si riferirà al dato della produzione media pro capite come risulta dai dati MUD (nettata dei rifiuti di imballaggio conferiti in raccolta differenziata).

c) La percentuale del costo allocata a ciascuna categoria di utenza, domestica e non, è fissata tenendo conto della produzione effettiva di rifiuto di ciascuna categoria da determinarsi sulla base di campagne specifiche di pesa tura. In assenza di misurazioni periodiche, la percentuale del costo allocata a ciascuna categoria di utenza, domestica e non, dovrà tener conto della produzione presunta di rifiuto di ciascuna categoria di utenza, determinata sulla base di coefficienti di producibilità e delle superfici iscritte al ruolo.

d) Il comune, con proprio regolamento, deve prevedere riduzioni tariffarie, nella misura massima del cinquanta per cento, nel caso di: abitazioni o locali tenuti a disposizione per uso stagionale od altro uso limitato e discontinuo; aree scoperte non suscettibili di produrre rifiuti (es. concessionari/mobilificio; tipologie di attività che per loro natura dimostrino di produrre principalmente rifiuto differenziato. Nella modulazione della tariffa si tiene conto della qualità del rifiuto prodotto da ciascuna categoria di attività, assicurando riduzioni per la raccolta differenziata crescenti all'aumentare della quota di rifiuto differenziabile. I coefficienti di riduzione sono stabiliti annualmente dal comune nella delibera di approvazione delle aliquote in funzione degli obiettivi di raccolta differenziata, eventualmente distinta per tipologia di rifiuto, fissati nella medesima delibera. Le riduzioni sono concesse sulla base dell'effettivo conferimento e sono pertanto applicate sulle aliquote dell'anno successivo. Il Comune può altresì prevedere sconti o agevolazioni, da riconoscere agli utenti che conferiscano i rifiuti presso gli eco centri. Alla tariffa è applicato un coefficiente di riduzione proporzionale alle quantità .di rifiuti assimilati che il produttore dimostri di aver avviato autonomamente al recupero".

2) Il comma 653 è sostituito dal seguente:

"653. A partire dal 2015, nella determinazione dei costi del servizio, il comune deve avvalersi delle risultanze dei fabbisogni *standard*.

3) Il comma 658 è sostituito dal seguente:

"658. Nella modulazione della tariffa sono assicurate riduzioni per la raccolta differenziata riferibile alle utenze domestiche e non domestiche"».

2.157

GALIMBERTI

Precluso

Dopo il comma 19 inserire il seguente:

«19*bis*. Alla legge 27 dicembre 2013, n. 147 sono apportate le seguenti modifiche:

1) Il comma 651 è sostituito dal seguente:

"651. A partire dal 2015, nella determinazione della tariffa, il comune tiene conto dei criteri determinati con regolamento da emanarsi entro 6 mesi dall'entrata in vigore della presente disposizione, ai sensi dell'articolo 17, comma 1, della legge 23 agosto1988, n. 400, e successive modificazioni, su proposta del Ministro dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, di

concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, sentita la Conferenza Stato-città ed autonomie locali.

Il regolamento è emanato nel rispetto dei seguenti princìpi:

a) Il costo fisso del servizio di gestione previsto dal plano finanziario del Comune deve riflettere criteri oggettivi e trasparenti da Individuare sulla base di parametri dimensionali e territoriali del comuni e In relazione ad intervalli ragionevoli di Incidenza (costi *standard*) determinati dalla Commissione tecnica paritetica per l'attuazione del federalismo fiscale (COPAFF) istituita presso il Ministero dell'economia e delle finanze. In assenza e/o nelle more di tale determinazione, i costi fissi dovranno rispettare criteri di contabilità analitica, per centri di costo.

b) La ripartizione dei costi dovrà avvenire sulla base della stima della produzione dei rifiuti a carico delle utenze domestiche, utilizzando coefficienti che ciascun comune dovrà determinare o seguito di attività di misurazione puntuale della produzione di rifiuti. La produzione complessiva delle utenze domestiche dovrà essere calcolata come prodotto tra il numero di famiglie residenti sul Comune, distinte per numero di componenti, e il coefficiente di produzione media, espresso In kg/giorno. La produzione delle utenze non domestiche sarà calcolata per differenza. In assenza di queste misurazioni, ci si riferirà al data della produzione media pro capite come risulta dai dati MUD (nettata dei rifiuti di imballaggio conferiti In raccolta differenziata).

c) La percentuale del costo allocata a ciascuna categoria di utenza, domestica e non, è fissata tenendo conto della produzione effettiva di rifiuto di ciascuna categoria da determinarsi sulla base di campagne specifiche di pesa tura. In assenza di misurazioni periodiche, la percentuale del costo allocata a ciascuna categoria di utenza, domestica e non, dovrà tener conto della produzione presunta di rifiuto di ciascuna categoria di utenza, determinata sulla base di coefficienti di producibilità e delle superfici iscritte al ruolo.

d) Il comune, con proprio regolamento, deve prevedere riduzioni tariffarie, nella misura massima del cinquanta per cento, nel caso di abitazioni o locali tenuti a disposizione per uso stagionale od altro uso limitato e discontinuo; aree scoperte non suscettibili di produrre rifiuti (es. concessionari/mobilifici); tipologie di attività che per loro natura dimostrino di produrre principalmente rifiuto differenziato. Nella modulazione della tariffa si tiene conta della qualità del rifiuto prodotto da ciascuna categoria di attività, assicurando riduzioni per la raccolta differenziata crescenti all'aumentare della quota di rifiuto differenziabile. l coefficienti di riduzione sono stabiliti annualmente dal comune nella delibera di approvazione delle aliquote In funzione degli obiettivi di raccolta differenziata, eventualmente distinta per tipologia di rifiuto, fissati nella medesima delibera. Le riduzioni sono concesse sulla base dell'effettivo conferimento e sono pertanto applicate sulle aliquote dell'anno successivo. Il Comune può altresì prevedere sconti o agevolazioni, da riconoscere agli utenti che conferiscano i rifiuti presso gli eco centri. Alla tariffa è applicato un coefficiente di riduzione proporzionale alle quantità di rifiuti assimilati che il produttore dimostri di aver avviato autonomamente al recupero".

2) Il comma 653 è sostituito dal seguente:

"653. A partire dal 2015, nella determinazione dei costi del servizio, il comune deve avvalersi delle risultanze dei fabbisogni *standard*".

3) Il comma 658 è sostituito dal seguente:

"658. Nella modulazione della tariffa sono assicurate riduzioni per lo raccolta differenziata riferibile alle utenze domestiche e non domestiche"».

2.158

MILO, PERRONE, TARQUINIO, ZIZZA

Precluso

Dopo il comma 19 è aggiunto il seguente:

«19-*bis*. Al fine di consentire la prosecuzione degli interventi programmati, la continuità dell'esecuzione dei lavori e la realizzazione delle opere strategiche di interesse nazionale, per la sollecita progettazione, istruttoria, affidamento e realizzazione delle infrastrutture, di cui alle Intese

Generali Quadro tra Governo e Regioni interessate, sono assegnati per competenza e realizzazione al DPCM dello »Schema idrico Basento Bradano Tronco di Acerenza distribuzione III lotto«, i progetti riportati all'Allegato A».

ALLEGATO A

1. Completamento schema idrico Basento Bradano: attrezza mento settori A e T nella Regione Basilicata

Il progetto generale dello Schema Idrico «Basento-Bradano», nella configurazione che prevede opere di accumulo, opere di trasporto e attrezza mento Irriguo è stato approvato dalla Delegazione del Consiglio Superiore dei lavori Pubblici presso la Cassa per il Mezzogiorno con voto n. 56 del 05/10/1987.

Si tratta di uno schema idrico articolato e complesso, essenzialmente lucano, che porterà beneficio anche ad alcuni terreni limitrofi ubicati nella Regione Puglia zona di Minervino Murge e Spinazzola. È alimentato dalle risorse d'acqua accumulate negli invasi del Camastra, di Acerenza e Genzano, nonché sull'intercettazione delle fluenze libere del Basento a Trivigno e in una serie di accumuli minori.

In sostanza l'acqua invasata dalla diga del Camastra e quella scorrente nel Basento prelevata a mezzo di una traversa, vengono condottate in una galleria lunga circa 22 chilometri negli invasi di Acerenza e di Genzano.

Da quest'ultimo invaso di Genzano dovrebbe poi partire una condotta denominata adduzione distretto«G per l'Integrazione dell'invaso del Basentello.

Dagli invasi di Acerenza e Genzano e Basentello la risorsa idrica viene d tribuita ai distretti irrigui ricadenti nell'alto Bradano ed Ofanto ed oltre 6.000 ettari Santa Maria D'Irsi Grottole Tricarico Grassano e parte di Matera.

Il completamento dell'infrastruttura garantirebbe un più efficace ed efficiente utilizzo delle risorse idriche, contribuendo notevolmente allo sviluppo del comparto agroindustriale lucano e pugliese.

I distretti «A» e «T» secondo quanto previsto dal «Piano di Bacino - Stralcio del Bilancio Idrico» redatto dall'Autorità di Bacini della Regione Basilicata, riguarda l'attrezzamento irriguo di circa 7.730 Ha ricadenti nei territori dei comuni di Acerenza, Genzano, Oppido, Tolve, Irsina e Tricarico.

Le risorse complessive occorrenti per la realizzazione dell'intervento sono stimate in circa 65 milioni di euro.

2. *Schema idrico Basento Bradano - attrezza mento settori Regione Puglia*

I distretti «M6» e «B4» secondo quanto previsto dal «Plano di Bacino - Stralcio del Bilancio Idrico» redatto dall'Autorità di Bacini della Regione Puglia e Basilicata, riguarda l'attrezzamento irriguo di circa 4.885 ettari ricadenti nella Regione Puglia nei territori dei comuni di Spinazzola per 3.400 ettari e Minervino Murge per 1485 ettari.

Il progetto in argomento prevede il collegamento con le opere In fase di esecuzione dei lavori dello schema idrico basento bradano Acerenza terzo lotto per l'irrigazione di circa 5.000 ettari in vasti territori della Regione Basilicata nei territori di Banzi Genzano Palazzo San Gervasio ed Irsina che delimitano Il confine di Regione con la Regione Puglia.

L'intervento prevede la realizzazione di un adduttore principale del I-II-III tratto con DN 1600, oltre agli adduttori alla vasca M6 e alla vasca B4 con distribuzione del distretto M6 e B4.

Le risorse complessive occorrenti per la realizzazione dell'intervento sono stimate in circa 140 milioni di euro.

3. *Acquedotto Basento Camastra Trivigno nella Regione Basilicata*

L'adduttore Camastra-Trivigno costituisce il collegamento idraulico tra la diga sul torrente Camastra e la traversa di Trivigno, sul fiume Basento, da cui ha origine l'adduttore che trasferisce la risorsa idrica verso le dighe di Acerenza e Genzano. L'opera prevede la posa di una tubazione in acciaio del 1300, di lunghezza pari a circa 3 km, in grado di poter vettoriare una portata massima di 3,7 me/sec.

Le risorse complessive occorrenti per la realizzazione dell'intervento sono stimate in circa 20

milioni di euro.

4. *Razionalizzazione, ottimizzazione e completamento impianti irrigui con recupero efficienza e risparmio idrico*

L'intervento prevede l'attrezzamento dei territori irrigui sottesi dallo schema idrico Basento-Bradano, al fine di consentire la completa infrastrutturazione irrigua degli stessi ed il perseguimento del risparmio idrico.

5. Raddoppio del Sinni nelle Regioni Puglia Basilicata e parte della Calabria

La condotta del Sinni è un opera esistente ed è il più grande Adduttore principale del Mezzogiorno realizzato dall'Ente Pubblico non economico EIPLI che gestisce dighe ed adduttori interregionali in Puglia Basilicata e Campania, l'adduttore attraversa 200 Km dello schema Ionico Sinni realizzato dall'invaso di Monte Cotugno (una delle dighe più grandi dell'Europa) all'impianto di adduzione di potabilizzazione dell'Acquedotto Pugliese per trasferimento di circa 8.000 l/s della risorsa idrica per uso potabile nella Puglia.

L'impianto di potabilizzazione dell'acquedotto pugliese, con potenzialità produttiva massima di 6.000 1/s, è ubicato in Località Masseria del Panettiere in agro di Laterza (TA) lungo la S.P. n. 15 km 9+500.

L'acqua potabilizzata viene inviata mediante sollevamento al nodo idrico di Parco del Marchese ed immessa nella rete di distribuzione idrica dell'Acquedotto Pugliese.

Il progetto di Raddoppio del Sinni trova immediata definizione del tracciato planimetrico, in quanto l'adduttore che si prevede abbia lo stesso tracciato di quello esistente che necessita interventi urgenti di messa in sicurezza, con notevoli vantaggi economici per i mancati espropri, intervento indispensabile, urgente, e non procastinabile, anche ai fini della salvaguardia della sicurezza delle popolazioni del comprensorio e della rete stradale della SS 106 Ionica, oltre alla prevenzione della salute pubblica per il rifacimento di tratte di adduttori in cemento, consente la messa in sicurezza 'del soccorso del trasferimento della risorsa idrica per scopo potabile alla Regione Puglia per evitare emergenze idriche, oltre ad alimentare le utenze irrigue dei Consorzi di Bonifica della Basilicata e Calabria. La messa in esercizio della II Canna del Sinni prevede la realizzazione di impianti idroelettrici con produzione di energia idroelettrica che consentirà di abbattere notevolmente i costi e le tariffe della risorsa idrica per uso irriguo dei comprensori ricadenti nel sistema idrico Ionico-Sinni. L'importo complessivo dell'intervento è stato stimato in circa 180 milioni di euro.

6. *Utilizzazione afflussi del Cogliandrino nella Regione Basilicata*

Si prevede la realizzazione, sul versante Jonico, di n. 3 impianti idroelettrici e la canalizzazione dei deflussi verso l'invaso di Monte Cotugno, Si prevede altresì, la realizzazione del complesso di opere di captazione e derivazione dal fiume Noce per garantire l'alimentazione della centrale di Castrocucco. Le risorse complessive occorrenti per la realizzazione dell'intervento sono stimate in circa 213 milioni di euro.

7. Impianto di dissalazione acque derivate dal Fiume Tara nella Regione Puglia

L'impianto di dissalazione sarà localizzato presso l'impianto di sollevamento del F. Tara, ubicato in località Masseria Bellavista nel comune di Palagiano in agro di Taranto.

L'acqua di alimentazione dell'impianto di dissalazione, verrà prelevata in quota parte dal canale derivatore del fiume Tara, prima del suo sollevamento attraverso l'impianto esistente al canale alto, da cui avviene il prelievo ad uso irriguo ed industriale. L'intervento, comprende due interventi tra loro coordinati ed interdipendenti:

l'Impianto di dissalazione per la produzione d'acqua potabile da utilizzare per l'approvvigionamento dell'area metropolitana della città di Taranto e dell'area,Industriale;

le condotte d'avvicinamento al sistema acquedottistico integrato nei punti di consegna definiti d'intesa con l'AQP attuale soggetto gestore del sistema idricopotabile.

L'intervento considera, pertanto, opere funzionali all'ambito di gestione integrata, previsto a livello regionale, contribuendo a migliorare ed adeguare l'approvvigionamento della città di Taranto e della sua area industriale.

L'Intervento comporta investimenti tecnici per un valore stimato a costi costanti di circa 20 milioni di euro ed un tempo di costruzione di tre anni.

8. *Diga di Acera - Regione Campania*

Realizzazione della Diga dell'Acera in agro di Montella, intervento già ricompreso all'interno delle opere di cui alla Delibera CIPE n. 106 e n. 288/1999, Opera che consente di utilizzare la riserva Idrica In agro di Montella in grado di fornire acqua in molte zone della Campania e del sistema Idrico Ofanto della Regione Puglia per i diversi usi potabile ed irriguo.

9. Piana del dragone - Regione Campania

Progetto per il risanamento del bacino endoreico della Piana del Dragone in agro di Volturara Irpina (Av) -Progetto per il risanamento del bacino endoreico della Piana del Dragone in agro di Volturara Irpina (Av) -Importo complessivo ' 24.900.000,00, progetto per il risanamento del bacino endoreico della'Piana del Dragone in agro di Volturara Irpina (Av), dell'importo complessivo di C 24.900.000,00, approvato con Decreto commissariale dell'ente pubblico EIPLI n« 2199 del 19/11/2013, a seguito di validazione positiva effettuata dal RUP in data 14/11/2013 ai sensi dell'articolo 55 del decreto del Presidente dellaRepubblica n. 207/2013.

L'importanza dell'intervento proposto, attesa la condizione di elevato tasso di inquinamento presente nel bacino endoreico della «Piana del Dragone».

Tale condizione costituisce fonte di contaminazione'del sistema di falde di alimentazione delle sorgenti di valle di Serino e Cassano Irpino, captate dai Consorzi idrici operanti sul territorio (AMAN, AQP, Acquedotto Alto Calore) e destinate prevalentemente ad uso civile.

Alla luce di quanto sinteticamente rappresentato, si ritiene indispensabile, urgente e non procrastinabile, anche ai fini della salvaguardia della salute pubblica, realizzare gli interventi relativi al progetto delle opere di cui in oggetto.

La Struttura Tecnica di Missione, e le competenti Direzioni Generali del Ministero delle Infrastrutture e Trasporti sono a disposizione per ogni utile chiarimento ed informazione per il complesso programma degl interventi n questione.

2.172

CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 19 inserire il seguente:

«19-*bis*. Al fine di assicurare la corretta applicazione del regolamento CE n. 1186/2009 del parlamento Europeo relativo alla fissazione del regime comunitario delle franchigie doganali, per serbatoi normali di cui all'articolo 107, paragrafo 2, lettere. *c)*, fermo restando quanto già previsto, si intendono anche tutti i serbatoi regolarmente omologati dalla motorizzazione».

2.173

CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 19, inserire il seguente:

«19-*bis*. Al fine di assicurare la corretta applicazione del regolamento CE n. 1186/2009 del Parlamento Europeo relativo alla fissazione del regime comunitario delle franchigie doganali, le disposizioni di cui all'articolo 107 si applicano anche nelle aree extradoganali per il carburante contenuto in serbatoi regolarmente omologati dalla motorizzazione».

2.180

LEZZI, BULGARELLI, MANGILI

Precluso

Al comma 20, allegato 6, ivi richiamato sopprimere la seguente voce:

Ministero	Denominazione	Riduzione (in migliaia di

		2015	201
Economia e finanze	Spese di funzionamento dell'ufficio dell'autorità garante per l'Infanzia e l'adolescenza	50,00	50,

Conseguentemente, al medesimo allegato 6, apportare le seguenti modifiche:

Ministero	Denominazione	Riduzione (in migliaia di euro)	
		2015	2016
Economia e finanze	Somme da erogare all'ente pubblico economico «agenzia del demanio»	550,00	550,00

2.181

MORONESE, NUGNES, MARTELLI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI, CATALFO

Precluso

Al comma 20, all'Allegato 6 ivi richiamato, sopprimere la seguente voce:

Ministero	Denominazione	Riduzione (in migliaia di euro)		
		2015	2016	2017 e anni successivi
Ambiente e tutela del territorio e del mare	Enti parco	1.0000,00	1.000,00	1.000,00

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 75, alla tabella A ivi richiamata, alla voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: - 1.000.000;

2016: - 1.000.000;

2017. - 1.000.000.

2.183

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Al comma 20 aggiungere in fine:

«Presidenza del Consiglio dei Ministri spese funzionamento UNAR Ufficio per la promozione della parità di trattamento e la rimozione delle discriminazioni fondate sulla razza o sull'origine etnica riduzione 2015; 1.500,00 riduzione 2016 1.500,00 riduzione 2017 1.500,00.

2.185

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 20 inserire i seguenti:

«20-*bis* A decorrere dal 31 marzo 2015, è soppresso l'Ufficio per il contrasto delle discriminazioni di cui all'articolo 7 del decreto legislativo 9 luglio 2003, n. 215. Con successivo decreto del Presidente del Consiglio dei ministri si provvede ad apportare le opportune modifiche al decreto del Presidente del Consiglio dei ministri 23 luglio 2002, recante ordinamento delle strutture generali della presidenza del Consiglio dei ministri, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* n. 207 del 4 settembre 2002.

20-*ter*. A decorrere dalla data di cui al comma 1, sono abrogati l'articolo 8 del decreti legislativo 9 luglio 2003, n. 215 e l'articolo 29, comma 2 della legge 1º marzo 2002, n. 39».

2.186

DE PIN, MASTRANGELI, BOCCHINO, CAMPANELLA

Precluso

Dopo il comma 20 aggiungere il seguente:

«20-*bis*. È istituito nello stato di previsione del Ministero dello sviluppo economico il Fondo per il finanziamento degli interventi consentiti dagli Ordinamenti UE sugli aiuti di Stato per il salvataggio e la ristrutturazione delle imprese in difficoltà, finalizzato prioritariamente al settore del mobile, con una dotazione finanziaria pari a 100 milioni di euro per l'anno 2015».

Conseguentemente all'articolo 2, comma 67, sostituire le parole: «è ridotta di 238 milioni di euro per l'anno 2015» *con le seguenti:* «è ridotta di 338 milioni di euro per l'anno 2015».

2.188

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 20, aggiungere il seguente:

«20-*bis*. Le amministrazioni di cui all'articolo 1, comma 2, del decreto legislativo n. 165 del 2001, senza ulteriore aggravi o di sposa e nei rispetto dei vincoli di bilancio possono prorogare per un periodo di 36 mesi i rapporti di lavoro a termine, di formazione lavoro, collaborazione coordinata e continuativa, in somministrazione ed altre forme di lavoro accessorio nei casi in cui, per effetto della cessazione dei rapporti di lavoro, si possano prefigurare situazioni d'interruzione del pubblico servizio con grave pregiudizio per l'utenza Per le strette necessità, connesse alle esigenze di continuità dei servizi, le province e le città metropolitane possono prorogare fino 8131 dicembre 2016 i contratti di lavoro a termine di cui all'articolo 4, comma 9, del decreto-legge n 101 del 2013, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 ottobre 2013, n. 125, nel rispetto della vigente normativa di contenimento della spesa complessiva di personale e dei limiti massimi della spesa annua per la stipula dei contratti a tempo determinato. Tale proroga, il cui costo sia coperto con risorse proprie o con fondi nazionali regionali, o comunitari a tali funzioni attribuiti, è consentita anche in deroga ai vincoli connessi al rispetto del patto di stabilità interno e ai limiti temporali sui contratti a termine. In attesa dei provvedimenti di riordino di cui all'articolo 11 dell'accordo, ai sensi dell'articolo 1, comma 91, della legge n. 56 del 2014, tra Governo e regioni, e allo scopo di garantire la continuità dei servizi, il personale non dirigenziale assunto con contratto a tempo determinato impegnato nei servizi di cui al citato articolo 11, in possesso di idoneità concorsuale per assunzioni a tempo indeterminato, dei requisiti di cui all'articolo 4, comma 6, primo periodo, della legge 30 ottobre 2013, n. 125 e il personale non dirigenziale dei sopra citati servizi che abbia sostenuto procedure selettive pubbliche per titoli ed esami indette ai sensi dell'articolo 1 comma 560, della legge n. 296 del 2006 e assunto, a seguito delle stesse, con contratto a tempo determinato, che abbiano maturato una anzianità di servizio di almeno tre anni negli ultimi cinque alla data della presente legge, possono essere stabilizzati a domanda dalla regione territorialmente competente con risorse proprie o fondi regionali o nazionali a tali funzioni attribuiti ed assegnato, in deroga alla vigente disciplina in materia di limiti per le assunzioni e nel rispetto dei vincoli di spesa, ai soggetti istituzionali individuati anche temporaneamente a svolgere le funzioni previste. All'articolo 4, comma 9, terzo periodo, del decreto-legge 31 agosto 2013, n. 101, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 ottobre 2013, n. 125, le parole: "31 dicembre 2014" sono sostituite dalle seguenti: "31 dicembre 2016". Le proroghe, in cui costo sia coperto con risorse proprie o con fondi nazionali regionali, o comunitari a tali funzioni dedicati, è consentita anche in deroga ai vincoli connessi al rispetto del patto di stabilità interno e ai limiti temporali sui contratti a termine. I soggetti istituzionali insediatisi a seguito della legge 7 aprile 2014, n. 56 nonché gli enti o agenzie subentranti nelle funzioni alle province che, ai sensi dell'articolo 35 del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165, stiano assolvendo alla carenza della dotazione organica attraverso il ricorso e l'impiego di personale assumo con procedure ad evidenza pubblica con

contratto di lavoro subordinato a tempo determinato della durata di 36 mesi alla data del 31 dicembre 2014 e i cui contratti di lavoro siano stati oggetto negli ultimi cinque anni di una serie continua e costante di rinnovi e proroghe anche con soluzione di continuità presso il medesimo ente, possono procedere entro il 31 dicembre 2019, con risorse proprie o fondi regionali o nazionali a tali funzioni attribuiti, alla stabilizzazione a domanda del personale interessato. Le disposizioni di cui all'articolo 4, commi 6 e 6-*quater* del decreto-legge 31 agosto 2013, n. 101, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 ottobre 2013, n. 125 si applicano ai soggetti istituzionali individuati a svolgere le funzioni previste dall'accordo, ai sensi dell'articolo comma 91 della legge n. 56 del 2014 tra Governo e regioni, sancito in Conferenza unificata, sentite le organizzazioni sindacali maggiormente rappresentative.

2.189

CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 20, inserire il seguente:

«20-*bis*. Entro il 30 dicembre 2015, il Ministero dello sviluppo economico, di concerto con il Ministero dell'economia e delle finanze, avvia il procedimento per l'alienazione della partecipazione dello Stato nella RAI-Radiotelevisione italiana Spa. Entro il 30 settembre 2015, i Ministeri dello sviluppo economico e dell'economia, con uno o più decreti, provvedono a definire i tempi, le modalità, i requisiti, le condizioni e ogni altro elemento delle offerte pubbliche di vendita, anche relative a specifici rami d'azienda. La vendita dell'intera partecipazione e di tutte le quote deve concludersi entro e non oltre il 3l giugno 2016. I proventi derivanti dal procedimento di cui sopra, sono destinati al Fondo per l'ammortamento dei titoli di Stato, di cui alla legge 27 ottobre 1993, n. 432, e successive modificazioni. Attraverso la stipula di contratti di servizio fra il Ministero dello sviluppo economico e le televisioni private nazionali, secondo quanto previsto dall'articolo 17, comma 1, della legge 3 maggio 2004, n. 112, senza nuovi o maggiori oneri a carico della finanza pubblica, si definiscono gli obblighi di programmazione per l'espletamento del servizio pubblico radiotelevisivo, che tutte le televisioni devono garantire, comunque assicurando il servizio pubblico generale televisivo con trasmissioni, anche nelle fasce orarie di maggior ascolto, che rispondano ai criteri qualitativi previsti dagli articoli 6 e 17 della legge 3 maggio 2004, n. 112. A decorrere dallo gennaio 2017, il canone di abbonamento alle radioaudizioni e alla televisione di cui al regio decreto-legge 21 febbraio 1938, n. 246, convertito dalla legge 4 giugno 1938, n. 880, e successive modificazioni, nonché la tassa di concessione governativa prevista dall'articolo 17 della tariffa delle tasse sulle concessioni governative, di cui al decreto del Ministro delle finanze 28 dicembre 1995, pubblicato nella Gazzetta Ufficiale n. 303 del 30 dicembre 1995, e successive modificazioni, sono aboliti».

Conseguentemente, l'articolo 17 della legge 14 aprile 1975, n. 103, l'articolo 18 della legge 3 maggio 2004, n. 112, e l'articolo 47 del testo unico della radiotelevisione, di cui al decreto legislativo 31 luglio 2005, n. 177, sono abrogati.

2.190

DI BIAGIO

Precluso

1. All'articolo 2, dopo il comma 20, aggiungere il seguente comma:

«20-*bis*. Fatto salvo quanto disposto dall'articolo 10-*ter* della legge 30 ottobre 2013, n. 125, al decreto legislativo 28 settembre 2012, n. 178 e successive modificazioni, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) le parole: "1º gennaio 2015", ovunque ricorrono, sono sostituite dalle seguenti: "1º gennaio 2017";

b) le parole: "31 dicembre 2016", ovunque ricorrono, sono sostituite dalle seguenti: "31 dicembre 2018";

c) le parole: "31 dicembre 2014", ovunque ricorrono, sono sostituite dalle seguenti: "31 dicembre 2016";

d) le parole: "1º gennaio 2017", ovunque ricorrono, sono sostituite dalle seguenti: "1º gennaio

2019";

e) All'articolo 3, comma 3, dopo le parole: ", 2012, 2013 e 2014" sono aggiunte le seguenti parole: ", nonché per il triennio 2015-2017"; dopo le parole: "sarà approvato per il 2012, il 2013 e il 2014" sono inserite le seguenti: ", nonché per il triennio 2015-2017"; dopo le parole: "per le esigenze del bilancio di previsione 2013 e 2014" sono inserite le seguenti: ", nonché per il bilancio di previsione del triennio 2015- 2017".

f) All'articolo 8, comma 1, del decreto legislativo 28 settembre 2012, n. 178, al terzo periodo, dopo le parole: "per gli anni 2012, 2013 e 2014" inserire le seguenti: "nonché per il triennio 2015-2017" e, al quarto periodo, dopo le parole: "per gli anni 2012, 2013 e 2014", inserire le seguenti: "nonché per il triennio 2015-2017"».

2.191

DI BIAGIO

Precluso

1. All'articolo 2, dopo il comma20, aggiungere il seguente comma:

«20-*bis*. Il personale militare della Croce Rossa Italiana già in servizio continuativo per effetto di provvedimenti di assunzione a tempo indeterminato nonché il personale militare in servizio alla data del 1º dicembre 2014, continuativamente e senza soluzione di continuità almeno a far data dal 1º gennaio 2007, permane in servizio militare attivo fino al raggiungimento dell'età utile per il collocamento in quiescenza, in deroga a quanto previsto dall'articolo 5 del decreto legislativo 28 settembre 2012, n. 178. Al predetto personale, già destinatario del trattamento economico previsto per i pari grado delle Forze Armate, secondo la corrispondenza dei gradi di cui all'articolo 986 del decreto del Presidente della Repubblica 15 marzo 2010 n. 90, si applicano le norme previste per il personale del comparto sicurezza, difesa, vigili del fuoco e soccorso pubblico. Dall'attuazione dei presenti commi non derivano nuovi oneri a carico della finanza pubblica».

2.192

DI BIAGIO

Precluso

Dopo il comma 20, aggiungere il seguente:

«20-*bis*. Al Decreto Legislativo 15 marzo 2010, n. 66, all'articolo 1759, dopo il comma 3 aggiungere il seguente comma:

"3-*bis*. Per la determinazione dei requisiti minimi per l'accesso al sistema pensionistico, ai militari in servizio continuativo della Croce Rossa Italiana, non rientranti nella fattispecie di cui ai precedenti commi, si applica la disciplina vigente in materia di accesso e decorrenza del trattamento pensionistico per il personale appartenente al compatto sicurezza, difesa, vigili del fuoco e soccorso pubblico. Ai fini della determinazione dei requisiti si cui al presente comma si tiene conto della corrispondenza dei gradi gerarchici di cui all'articolo 986 del decreto del Presidente della Repubblica 15 marzo 2010, n. 90". Dall'attuazione del presente comma non derivano nuovi o maggiori oneri a carico della finanza pubblica».

2.193

CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 20, inserire il seguente:

«20-*bis*. Entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, la carta di circolazione viene a costituire l'unico documento del veicolo e quanto previsto dal decreto legislativo 30 aprile 1992, n. 285 e successive modificazioni, nonché gli altri eventi giuridico-patrimoniali sui veicoli, si registra nel solo archivio di cui agli articoli 225, comma 1, lettera *b)* e 226, comma 5, del decreto legislativo stesso, attraverso procedure e modalità stabilite con idonee modifiche e integrazioni al decreto del Presidente della Repubblica 16 dicembre 1992, n. 495 (Regolamento di esecuzione e di attuazione del nuovo Codice della Strada). Sono abrogate le previsioni del Codice Civile che trattano i veicoli stradali quali beni mobili registrati, ed in particolare l'articolo 2683, primo comma, numero 3),

del Codice Civile stesso 41-*ter*. Con decreto del Presidente della Repubblica, emanato ai sensi dell'articolo 17, comma 1, della legge 23 agosto 1988, n. 400, sono disciplinati l'implementazione dell'archivio di cui al comma 41-*bis* con i pertinenti dati del Pubblico Registro Automobilistico (PRA) e l'assetto del personale centrale periferico di quest'ultimo ente».

2.194

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 20, inserire il seguente:

«20-*bis*. Entro trenta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge il Ministro delegato per la semplificazione e la pubblica amministrazione provvede alla soppressione dell'Associazione per lo sviluppo nel Mezzogiorno (SVIMEZ)».

2.196

FLORIS

Precluso

Sopprimere il comma 21.

2.209

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 21, aggiungere il seguente:

«21-*bis*. Al fine di accelerare il processo di razionalizzazione della spesa è sospesa l'attuazione per tutte le amministrazioni di cui all'articolo 1, comma 2, del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165 dei Piani assunzionali fino all'adozione di indicatori di riferimento di costo e di fabbisogno che promuovano condizioni di efficienza».

2.210

CRIMI, MARTON, PUGLIA, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI, CIOFFI

Precluso

Dopo il comma 21, aggiungere il seguente:

«21-*bis*. All'articolo 3 del decreto-legge n. 90 del 2014, dopo le parole: "Ai Corpi di polizia, al Corpo nazionale dei vigili del fuoco e al comparto Scuola si applica la normativa di settore", sono inserite le seguenti: "con l'obbligo, ai fini del reclutamento del personale, di scorrere le graduatorie in vigore prima di bandire nuovi concorsi"».

2.211

CATALFO, PUGLIA, PAGLINI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Sopprimere il comma 22.

Conseguentemente all'articolo 1, comma 9, al capoverso 1-bis*, sostituire i numeri 1) e 2) con i seguenti:*

«1) 700 euro, se il reddito complessivo non è superiore a 24.000 euro;

2) 700 euro, se il reddito complessivo è superiore a 24.000 euro ma non a 28.000 euro. Il credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra l'importo di 26.000 euro, diminuito del reddito complessivo, e l'importo di 2.000 euro;».

2.212

BAROZZINO, DE PETRIS, URAS

Precluso

Sopprimere il comma 22.

Conseguentemente all'articolo 1 sopprimere i commi da 16 a 19.

2.213

BOCCHINO, MUSSINI, BENCINI, CAMPANELLA, MASTRANGELI, DE PIN

Precluso

Sopprimere il comma 22.

Conseguentemente all'articolo 3, comma 75, tabella A allegata voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti modifiche:*

2015:

CP: - 47.000.000;

CS: - 47.000.000.

2.213-bis

MANDELLI, GASPARRI

Precluso

Sopprime il comma 22.

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

2.214

CAMPANELLA

Precluso

Sopprimere il comma 22.

2.215

CATALFO, PUGLIA, PAGLINI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Sostituire il comma 22, con il seguente:

«22. A decorrere dal 1º gennaio 2015, in relazione alla specificità del comparto sicurezza e delle peculiarità delle funzioni svolte, in deroga a quanto previsto dall'articolo 9, comma 21, del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito con modificazioni dalla legge 30 luglio 2010, n. 122, le progressioni di carriera del personale della Polizia di Stato, comunque denominate, eventualmente disposte negli anni 2011, 2012, 2013 e 2014 producono effetto per i predetti anni anche ai fini economici».

Conseguentemente, all'articolo 4, comma 1, al capoverso «1-*bis*»*, i numeri 1) e 2) sono sostituiti dai seguenti:*

«1) 720 euro, se il reddito complessivo non è superiore a 24.000 euro;

2) 720 euro, se il reddito complessivo è superiore a 24.000 euro ma non a 26.000 euro. il credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra l'importo di 26.000 euro, diminuito del reddito complessivo, e l'importo di 2.000 euro;».

2.216

LEZZI, BULGARELLI, MANGILI

Precluso

Sostituire il comma 22 con il seguente:

«22. All'articolo 1870, comma 1, del decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66, le parole: "pari al 70 per cento", sono sostituite dalle seguenti: "pari al 30 per cento per il 2015, al 20 per cento per il 2016, al 10 per cento per il 2017. A decorrere dal 1º gennaio 2018 l'istituto dell'ausiliaria è abolito. La percentuale di calcolo di cui sopra trovano applicazione nei confronti del personale che transita nella posizione di ausiliaria a decorrere dal 1º gennaio 2015. Entro il 31 dicembre 2015 il Governo presenta alle competenti commissioni parlamentari un decreto attuativo con il quale si estende agli appartenenti alle Forze armate e ai corpi di polizia ad ordinamento militare, la possibilità di accesso alla previdenza integrativa complementare"».

2.217

TOSATO, BISINELLA, COMAROLI

Precluso

Al comma 22, dopo le parole: «2013, 2014 e 2015», inserire le seguenti: «La presente disposizione non si applica al personale non contrattualizzato in regime di diritto pubblico appartenente al comparto difesa e sicurezza Ai rinnovi contrattuali si provvede attingendo alle risorse attribuite al Fondo nazionale per le politiche e i servizi dell'asilo».

Conseguentemente, sopprimere il comma 125 dell'articolo 1.

2.218

LIUZZI

Precluso

Dopo il comma 22, aggiungere il seguente:

«22-*bis*. Alla data di entrata in vigore della presente legge viene adottata dal Ministro per la semplificazione e la pubblica amministrazione ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca ogni opportuna iniziativa finalizzata a conseguire la ripresa della contrattazione collettiva ai soli effetti normativi, fermo restando che la contrattazione per la parte economica potrà espletare i suoi effetti solo a decorrere dall'anno 2016».

2.219

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Sopprimere il comma 23.

Conseguentemente all'articolo 44, dopo il comma 27 aggiungere il seguente:

«27-*bis*. All'articolo 19, comma 6 del decreto-legge n. 2011 convertito, con modificazioni, dalla legge n. 214 del 2011, aggiungere, in fondo il seguente periodo: "a decorrere dall'anno 2015 l'aliquota è stabilita nella misura dei 13,5 per mille"».

2.219-bis

MANDELLI, GASPARRI

Precluso

Sopprimere il comma 23.

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 132, sopprimere le seguenti parole: «di 191 milioni di euro per l'anno 2018, di 199,5 milioni di euro per l'anno 2019»*; ridurre proporzionalmente dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.*

2.220

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 23, sostituire le parole: «per gli anni 2015-2018», con le seguenti: «fino al 31 dicembre 2014 e dopo il comma 2, aggiungere il seguente: «23-bis. È abrogato l'articolo 1, commi 454 e 455, della legge 27 dicembre 2013, n. 147».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 116, sostituire le parole: «100 milioni»*, con le seguenti:* «80 milioni»*; all'articolo 1, comma 121 le parole:* «200 milioni»*, sono sostituite dalle seguenti:* «150 milioni»*; articolo 3, comma 7 dopo la lettera* a) *aggiungere la seguente:* «a-*bis* all'articolo 1 dopo il comma 142 aggiungere il seguente:

"142-*bis*. I soggetti passivi che intendano acquistare servizi di pubblicità e *link* sponsorizzati *on line*, anche attraverso centri media e operatori terzi, sono obbligati ad acquistarli da soggetti titolari di una partita IVA rilasciata dall'amministrazione finanziaria italiana 142-*ter* Gli spazi pubblicitari *on line* e i *link* sponsorizzati che appaiono nelle pagine dei risultati dei motori di ricerca (servizi di *search advertising*), visualizzabili sul territorio italiano durante la visita di un sito *internet* o la fruizione di un servizio *on line* attraverso rete fissa o rete e dispositivi mobili, devono essere acquistati esclusivamente attraverso soggetti, quali editori, concessionarie pubblicitarie, motori di ricerca o altro operatore pubblicitario, titolari di partita IVA rilasciata dall'amministrazione finanziaria italiana. La presente disposizione si applica anche nel caso in cui l'operazione di compravendita sia stata effettuata mediante centri media, operatori terzi e soggetti inserzionisti. (Acquisto di pubblicità *on line*)".

All'articolo 3, dopo il comma28 aggiungere il seguente:

"28-*bis*. All'articolo 19, comma 6 del decreto-legge n. 201 del 2011, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 214 dei 2011, aggiungere, in fondo il seguente periodo: "A decorrere dall'anno 2015 l'aliquota è stabilita nella misura del 13,5 per mille"».

2.222

CERONI

Precluso

Dopo il comma 23, aggiungere il seguente:

«23-*bis*. Al comma 2 dell'articolo 54 del decreto legislativo 27 ottobre 2009, n. 150, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) sostituire le parole: "quattro comparti", con le seguenti: "cinque comparti";

b) sostituire le parole: "quattro aree separate", con le seguenti: "cinque aree separate";

c) sostituire le parole: "cui corrispondono", con la seguente: "e";

d) sopprimere le parole: "Una apposita sezione contrattuale di"».

2.223

PETRAGLIA, DE PETRIS, URAS

Precluso

Sopprimere il comma 24.

Conseguentemente. al comma 121, sostituire le parole: «200 milioni di euro»*, con le seguenti:* «139,3 milioni di euro»

2.224

BOCCHINO, CAMPANELLA, MASTRANGELI, DE PIN

Precluso

Sopprimere il comma 24.

Conseguentemente all'articolo 1, comma 121, sostituire le parole: «200 milioni»*, con le seguenti:* «160 milioni».

2.224-bis

MANDELLI, GASPARRI

Precluso

Sopprime il comma 24.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 40.000.000;

2016: - 40.000.000;

2017: - 40.000.000.

2.225

GASPARRI

Precluso

Al comma 24, primo periodo, sopprimere le seguenti parole: «e secondo».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 35.000.000;

2016: - 35.000.000;

2017: - 35.000.000.

2.226

TOSATO, BISINELLA, COMAROLI

Precluso

Al comma 24, dopo le parole: «sono ulteriormente prorogate fino al 31 dicembre 2015» inserire le seguenti: «salvo che nei confronti del personale non contrattualizzato in regime di diritto pubblico appartenente al comparto difesa e sicurezza».

Conseguentemente, nell'articolo 1, comma 125, sostituire le parole: «187,5 milioni di euro» *con le seguenti:* «107,5 milioni di euro».

2.227

Mario MAURO

Precluso

Al comma 24, dopo le parole: «fino al 31 dicembre 2015» aggiungere: «limitatamente alla fattispecie di cui al secondo periodo del citato comma 9 dell'articolo 21 del decreto-legge n. 78 del 2010 rimane escluso dall'ulteriore proroga il Comporto difesa, sicurezza e soccorso».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

anno 2015: - 12 mln.

2.229

GASPARRI

Precluso

Al comma 24, dopo il primo periodo, aggiungere il seguente: «La proroga delle disposizioni recate dall'articolo 9, comma 21, secondo periodo, del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 luglio 2010, n. 122, non si applica al personale del Comparto difesa, sicurezza e soccorso».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: - 12,21 milioni;
2016: - 40,40 milioni;
2017: - 68,43 milioni.

2.232

MORRA, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Dopo il comma 24, aggiungere i seguenti:

«24-*bis*. Ai fini del riconoscimento dalla specificità delle forze armate e delle forze di polizia sancito dall'articolo 19 della legge n. 183 del 2010, a decorrere dall'anno 2015, le limitazioni previste dagli articoli 9, comma 1, e 21 del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito con modificazioni della legge 30 luglio 2010, n. 122, non si applicano al personale del comparto sicurezza e difesa.

24-*ter*. Ai conseguenti adeguamenti economici si provvede mediante:

a) utilizzo di quota parte delle maggiori entrate derivanti dal comma 10 dell'articolo 3, nel limite massimo di 600 milioni di euro;

b) utilizzo delle somme già stanziate ai sensi dell'articolo 3, comma 155, ultimo periodo, della legge 24 dicembre 2003, n. 350.

Il ministero dell'economia e delle finanze è autorizzato a disporre, con proprio decreto, le occorrenti variazioni di bilancio».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 10, sostituire le parole: «1.716 milioni» *con le seguenti:* «2.316 milioni».

2.233

PUGLIA, CATALFO, PAGLINI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Dopo il comma 24, aggiungere i .seguenti:

«24-*bis*. Il Ministero dell'economia e delle finanze-amministrazione autonoma dei monopoli di Stato, con propri decreti dirigenziali da emanarsi entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della legge di conversione del presente decreto-legge, adotta le disposizioni in materia di giochi pubblici per la modifica della misura del prelievo erariale unico, la percentuale dell'ammontare complessivo delle giocate destinate a montepremi ovvero a vincite in denaro, nonché la percentuale del compenso per le attività di gestione o dei punti vendita, al fine di assicurare, anche con riferimento ai rapporti negoziali in essere alla data di entrata in vigore della legge di conversione del presente decreto-legge, maggiori entrate in misura non inferiore a 400 milioni di euro per l'anno 2014. Nell'ambito di tali misure può essere disposto l'incremento - entro il limite dell'1 per cento del prelievo erariale unico sugli apparecchi da intrattenimento di cui all'articolo 110, comma 6, lettere *a)* e *b)*, del regio decreto 18 giugno 1931, n. 773.

24-*ter*. Le eventuali maggiori entrate derivanti dal comma 1, accertate con decreto del Ministero dell'economia e delle finanze, confluiscono nel Fondo di cui all'articolo 11-*bis* del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78 per il finanziamento di misure perequative per il personale delle Forze armate, delle Forze di polizia e del Corpo nazionale dei vigili del fuoco. L'utilizzo delle relative disponibilità è subordinato ad autorizzazione del Ministero dell'economia e delle finanze, che verifica l'assenza di effetti peggiorativi sui saldi di fabbisogno e di indebitamento netto».

2.237

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 24, inserire il seguente:

«24-*bis*. Ai fini dell'equiparazione dei trattamenti disciplinari tra il settore pubblico ed il settore privato, il Governo è delegato ad emanare, entro sessanta giorni dall'entrata in vigore della presente legge, uno o più decreti legislativi volti a regolare i licenziamenti individuali per giusta causa o giustificato motivo soggettivo nel pubblico impiego secondo i seguenti principi e criteri direttivi:

1) il licenziamento deve essere comunicato in forma scritta;

2) la comunicazione deve contenere la specificazione dei motivi che lo hanno determinato;

3) il termine per il ricorso giudiziale è fissato in 180 giorni;

4) previsione di un'indennità risarcitoria onnicomprensiva determinata tra un minimo di dodici ed un massimo di ventiquattro mensilità dell'ultima retribuzione di fatto».

2.238

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 24, inserire il seguente:

«24-*bis*. In occasione dei rinnovi dei contratti collettivi nazionali del pubblico impiego successivi all'entrata in vigore della legge di conversione del presente decreto-legge, l'orario ordinario di lavoro applicato al settore del pubblico impiego dovrà essere elevato a quaranta ore settimanali, armonizzandolo a quello del settore privato. L'aumento delle ore contrattuali di lavoro non comporta un incremento di salario».

2.243

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 24, inserire il seguente:

«24-*bis*. Le disposizioni di cui ai commi da 1 a 3 del presente articolo si interpretano nel senso che per il personale non contrattualizzato in regime di diritto pubblico appartenente al Comparto Difesa e Sicurezza il blocco della contrattazione e degli aumenti stipendiali termina al 31 dicembre 2014».

2.245

GASPARRI

Precluso

Apportare le seguenti modificazioni:

a) sopprimere il comma 25;

b) dopo il comma 34 inserire il seguente;

«34-*bis*. In applicazione del principio di specificità di cui all'articolo 19 comma 1, della legge 4 novembre 2010, n. 183 la proroga fino a131 dicembre 2015 delle disposizioni di cui all'articolo 9, comma 21, primo e secondo periodo del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 luglio 2010, n. 122, non si applica al personale delle Forze Armate, delle Forze di Polizia e del Corpo nazionale dei Vigili del Fuoco».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: - 15.000.000;

2016: - 15.000.000;
2017: - 15.000.000.

2.245-bis

MANDELLI, GASPARRI

Precluso

Sopprime il comma 25.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: - 1.000.000;
2016: - 2.200.000;
2017: - 2.600.000.

2.246

Mario MAURO

Precluso

Sopprimere il comma 25.

2.247

MALAN

Precluso

Sopprimere il comma 25.

2.248

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Sostituire il comma 25, con il seguente:

«4. Sono abrogati gli articoli 1076, 1082 e 1083 del decreto legislativo 15 marzo 2010. n. 66, e l'articolo 1, comma 260, lettera *b)*, della legge 23 dicembre 2005, n. 266».

Conseguentemente, sostituire il comma 27 del medesimo articolo con il seguente:

«27. Gli articoli 1803, 1804, 2161 e 2162 dei decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66, sono abrogati».

Sostituire il comma 28 del medesimo articolo con il seguente:

«28. Gli articoli 2261 e 2262 del decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66, sono abrogati».

2.249

MARTON, COTTI, SANTANGELO, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Al comma 25, dopo le parole: «Sono abrogati gli articoli», aggiungere le seguenti: «168», conseguentemente sostituire le parole: «e 1083», con le seguenti: «, 1083 e il comma 2 dell'articolo 32», conseguentemente, aggiungere al comma il seguente periodo: «11 comma 4 dell'articolo 1 del Decreto Legislativo 19 marzo 2001, n. 69 è abrogato».

2.250

MARTON, COTTI, SANTANGELO, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Al comma 25, sostituire le parole: «e 1083», con le seguenti: «, 1083 e 1818».

Conseguentemente, sostituire le parole: «e l'articolo 1, comma 260, della legge 23 dicembre 2005, n. 266.»*, con le seguenti:* «, l'articolo 1, comma 260, della legge 23 dicembre 2005, n. 266 e il comma 3 dell'articolo 5 della legge 1 aprile 1981, n. 121 e successive modificazioni».

2.251

GASPARRI

Precluso

Al comma 25, aggiungere, in fine, il seguente periodo:

«Le promozioni in particolari situazioni degli Ufficiali, le promozioni o conferimento di qualifica in particolari condizioni dei Sottufficiali e dei Graduati, le promozioni agli Ufficiali che cessano dal

servizio per il raggiungimento dei limiti di età, modalità di avanzamento previste dagli articoli 1076, 1077, 1082 e 1083 del decreto legislativo n. 66 del 2010 e successive modifiche, così come le analoghe promozioni per il personale delle Forze di Polizia ad ordinamento civile previste dall'articolo 1, comma 266, della legge n. 266 del 2005, sono consentite unicamente al personale deceduto o giudicato permanentemente inidoneo al servizio militare per causa di servizio. Per il restante personale Ufficiale, Sottufficiale, Sergenti e Graduati la promozione al grado superiore è conferita a titolo onorifico e senza alcun onere per lo Stato, una volta che lo stesso è collocato in ausiliaria, nella riserva o nella riserva di complemento anche oltre il grado massimo stabilito per il ruolo da cui provengono, con esclusione dei generali di corpo d'annata e gradi corrispondenti. In modo analogo si provvede per il personale delle Forze di Polizia ad ordinamento militare e civile».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

- 2015: - 15.000.000;
- 2016: - 15.000.000;
- 2017: - 15.000.000.

2.252

GASPARRI

Precluso

Dopo il comma 25, aggiungere i seguenti:

«25-*bis*. La promozione al grado apicale, considerata ad anzianità, è comunque attribuita il giorno precedente la cessazione dal servizio al personale militare di ogni categoria che, a quella data, è risultato iscritto in quadro di avanzamento o giudicato idoneo una o più volte ma non iscritto in quadro e che non può essere ulteriormente valutato per l'avanzamento al citato grado apicale perché raggiunto dai limiti di età ovvero collocato in aspettativa per riduzione quadri.

25-*ter*. La promozione di cui al precedente comma, è attribuita, ad anzianità e con le stesse modalità, all'ufficiale più anziano dell'Arma trasporti e materiali, del Corpo di Commissariato e del Corpo di Sanità dell'Esercito Italiano, del Corpo delle Capitanerie di Porto e del Corpo di Commissariato e del Corpo di Sanità della Marina Militare, del Corpo di Commissariato, del Corpo di Sanità e del ruolo delle armi dell'Aeronautica Militare che ha maturato un periodo di permanenza minima pari a un anno nel grado rivestito.

25-*quater*. All'articolo 1084 del decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66, e successive modificazioni, sostituire le parole da: "Ai militari appartenenti" fino alle parole: "dell'Arma dei carabinieri" con le seguenti: "Ai militari di ogni categoria"».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 325.000;
2016: - 725.000;
2017: - 875.000.

2.254

GASPARRI

Precluso

Sopprimere il comma 26.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle fmanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 5.000.000;
2016: - 15.000.000;
2017: - 25.000.000.

2.255

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Sostituire il comma 26 con il seguente:

«26. L'articolo 1870 del codice di cui al decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66, non si applica nei confronti del personale che transita nella posizione di ausiliaria a decorrere dal 1º gennaio 2015».

Conseguentemente, all'articolo 2 comma 20, Allegato n. 6 annesso, sopprimere la voce: «Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale - Assegni agli istituti italiani di cultura all'estero».

Conseguentemente all'articolo 2, comma 70, sostituire la parola: «25.243.300» con: «23.393.300» e la parola: «8.488.300» con: «5.653.300» e allegato n. 8 annesso sopprimere le voci: «Organismo delle Nazioni Unite (ONU)» e: «UNESCO».

2.256

COTTI, MARTON, SANTANGELO, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Sostituire il comma il comma 26 con il seguente:

«26. È abrogato l'istituto dell'ausiliaria per il personale militare. Conseguentemente sono abrogate le seguenti norme del Codice dell'Ordinamento Militare di cui al decreto legislativo 15 marzo 2010 n. 66: art. 880 comma 1 lettera *a)* e comma 2, art. 886, artt. dal 992 al 996, artt. 1251 a 1253.

L'articolo 1864 del d.lgs. 15 marzo 2010 n. 66 è così sostituito: "Art. 1864: - Trattamento di quiescenza del personale che è collocato in quiescenza al raggiungimento dei limiti massimi ordinamentali. Per il personale la cui pensione è liquidata in tutto o in parte con il sistema contributivo, il trattamento pensionistico da attribuire all'atto del collocamento in quiescenza per raggiunti limiti ordinamentali viene determinato applicando il coefficiente di trasformazione indicato nella tabella A allegata alla legge 8 agosto 1995, n. 335, come periodicamente rideterminato ai sensi dell'articolo 1, comma 11 della stessa legge".

L'articolo 1865 del d.Lgs. 15 marzo 2010 n. 66 è così sostituito: "Art. 1865: - Trattamento di quiescenza del personale che è collocato in quiescenza prima del raggiungimento dei limiti massimi ordinamentali. Per il personale militare che è collocato in quiescenza prima del raggiungimento dei limiti massimi ordinamentali, si applica l'articolo 3, comma 7, del decreto legislativo 30 aprile 1997, n. 165."».

2.257

MARTON, COTTI, SANTANGELO, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Sostituire il comma 26 con il seguente:

«26. All'articolo 1870, comma 1, del decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66, le parole: "pari al 70 per cento", sono sostituite dalle seguenti: "pari al 30 per cento per il 2015, al 20 per cento per il 2016, al 10 per cento per il 2017. A decorrere dal 1º gennaio 2018 l'istituto dell'ausiliaria è abolito. Le percentuale di calcolo di cui sopra trovano applicazione nei confronti del personale che transita nella posizione di ausiliaria a decorrere dal 1º gennaio 2015. Entro il 31 dicembre 2015 il governo presenta alle competenti commissioni parlamentari un decreto attuativo con il quale si estende agli appartenenti alle Forze Annate e ai corpi di polizia ad ordinamento militare, la possibilità di accesso alla previdenza integrativa complementare"».

2.258

MARTON, COTTI, SANTANGELO, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Sostituire il comma il comma 26 con il seguente:

«26. All'articolo 1870, comma 1, del decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66, le parole: "pari al 70 per cento", sono sostituite dalle seguenti: "pari al 30 per cento per il 2015, al 20 per cento per il 2016, al 10 per cento per il 2017. A decorrere dal 1º gennaio 2018 l'istituto dell'ausiliaria è abolito. Le percentuale di calcolo di cui sopra trovano applicazione nei confronti del personale che transita nella posizione di ausiliaria a decorrere dallo gennaio 2015"».

2.259

Mario MAURO

Precluso

Sostituire il comma 26, con il seguente:

«26. All'articolo 1870, comma 1, del decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66, le parole: "pari al 70 per cento", sono sostituite dalle seguenti: "pari al 65 per cento". Tale percentuale di calcolo trova applicazione nei confronti del personale che si trova ovvero transita nella posizione di ausiliaria a decorrere dallo gennaio 2015».

2.260

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Sostituire il comma 26 con il seguente:

«26. L'articolo 1870 del codice di cui al decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66, non si applica nei confronti del personale che transita nella posizione di ausiliaria a decorrere daI 1º gennaio 2015».

2.261

Mario MAURO

Precluso

Dapo il comma 26 aggiungere il seguente:

«26-*bis*. All'articolo 9927 comma 1, del decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 667 dopo le parole: "ai sensi dell'articolo 9097 comma 4" è aggiunto il seguente periodo ", ovvero ne viene esclusa per espressa e irrevocabile rinuncia"».

2.262

MARTON, COTTI, SANTANGELO, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Dopo il comma 26, aggiungere il seguente:

«26-*bis*. L'articolo 1621 del decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66 è sostituito dal seguente:

"1621. Al personale del Servizio di Assistenza spirituale spetta integralmente il trattamento economico del primo caporal maggiore e gradi corrispondenti della Forza armata presso la quale prestano servizio"».

2.264

MALAN

Precluso

Al comma 27, dopo il primo periodo, aggiungere il seguente: «è comunque escluso dal reddito Imponibile de cui all'art. 4, comma 1, lettera q), del decreto legislativo 12 dicembre 2003, n. 344, un ammontare pari alle erogazioni liberali che gli enti di cui al decreto legislativo 17 maggio 1999, n. 153 effettuano in attuazione di quanto previsto dall'articolo 2, comma 2, del medesimo decreto a favore di soggetti pubblici e privati senza scopo di lucro».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere in fine, le parole: «, Ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C, sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 300 milioni di euro per l'anno 2015 e a 150 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016».

2.265

MARTON, COTTI, SANTANGELO, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Al comma 28 sostituire le parole: «L'articolo 2261 del codice di cui al decreto legislativo 1.5 marzo 2010, n. 66, e successive modificazioni, è abrogato.» Con le seguenti: «Gli articoli 2162 e 2261 del decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66 sono abrogati».

2.266

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 28, aggiungere il seguente:

«28-*bis*. All'articolo 53 comma 6 del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165 è aggiunto, infine, la seguente lettera: *f-ter)* dalla partecipazione a commissioni, comitati ed organismi di altre pubbliche amministrazioni.

2.267

MARTON, COTTI, SANTANGELO, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Dopo il comma 28, aggiungere il seguente:

«28-*bis*. All'articolo 2162 del decreto legislativo 15 marzo 2010, n.66 le parole: «di cui all'articolo 3 della legge 28 febbraio 2000. n. 42», sono sostituite dalle seguenti: «di cui all'art. 2161 del decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66».

2.267-bis

MANDELLI, GASPARRI

Precluso

Sopprimere il comma 29.

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere il comma 132;

ridurre proporzionalmente dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

2.267-ter

MANDELLI, GASPARRI

Precluso

Sopprimere il comma 30.

2.269

MANDELLI, GASPARRI

Precluso

Sopprimere il comma 31.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

- 2015: - 27.200.000;
  2016: - 000.000;
  2017: 000.000.

2.270

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Sopprimere il comma 31.

Conseguentemente, al comma 124 dell'articolo 1, sostituire le parole: «850 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016» *con le seguenti:* «822,8 milioni di euro per l'anno 2015 e di 850 milioni di euro per l'anno 2016».

2.277

BISINELLA, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 31, inserire il seguente:

«31-*bis*. In deroga alle disposizioni di cui al precedente comma, il Ministero dell'Interno è autorizzato ad immettere nel Corpo Nazionale dei Vigili del Fuoco il personale che abbia prestato servizio di leva ausiliario al suo interno, previo accertamento del possesso dei prescritti requisiti psico-fisici, a condizione che non abbia superato i 45 anni di età al 31 dicembre 2014, a prescindere dalla sussistenza di carichi familiari, risulti iscritto alla stessa data da almeno tre anni negli elenchi del Corpo Nazionale e vi abbia prestato non meno di 120 giorni di servizio nel periodo compreso tra il 1º gennaio 2010 ed il 31 dicembre 2014. All'onere conseguente si provvede fino alla concorrenza massima di 28 milioni di euro annui attingendo alle risorse allocate al Fondo nazionale per le politiche

e i servizi dell'asilo».

Conseguentemente:

all'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 30 milioni di euro a decorrere dal 2015».

2.278

BISINELLA, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 31, inserire il seguente:

«31-*bis*. In deroga alle disposizioni di cui al precedente comma, il Ministero dell'Interno è autorizzato ad immettere nel Corpo Nazionale dei Vigili del Fuoco il personale che abbia prestato servizio di leva ausiliario al suo interno, previo accertamento del possesso dei prescritti requisiti psico-fisici, a condizione che non abbia superato i 45 anni di età al 31 dicembre 2014, a prescindere dalla sussistenza di carichi familiari, risulti iscritto alla stessa data da almeno tre anni negli elenchi del Corpo Nazionale e vi abbia prestato non meno di 120 giorni di servizio nel periodo compreso tra il 1º gennaio 2010 ed il 31 dicembre 2014. All'onere conseguente si provvede fino alla concorrenza massima di 28 milioni di euro annui attingendo alle risorse allocate al Fondo nazionale per le politiche e i servizi dell'asilo».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 125 sostituire le parole: «187,5 milioni di euro» *con le seguenti:* «159,5 milioni di euro».

2.279

BISINELLA, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 31, inserire il comma 31-bis) così formulato:

«31-*bis)* In deroga alle disposizioni di cui al precedente comma, il Ministero dell'Interno è autorizzato ad immettere nel Corpo Nazionale dei Vigili del Fuoco il personale che abbia prestato servizio di leva ausiliario al suo interno, previo accertamento del possesso dei prescritti requisiti psico-fisici, a condizione che non abbia superato i 45 anni di età al 31 dicembre 2014, con o senza carichi familiari, risulti iscritto alla stessa data da almeno tre anni negli elenchi del Corpo Nazionale e vi abbia prestato non meno di 120 giorni di servizio nel periodo compreso tra il 1º gennaio 2010 ed il 31 dicembre 2014. All'onere conseguente si provvede fino alla concorrenza massima di 28 milioni di euro annui attingendo alle risorse allocate al Fondo nazionale per le politiche e i servizi dell'asilo».

Conseguentemente:

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole:

«, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 30 milioni di euro di euro a decorrere dal 2015».

2.280

BISINELLA, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 31, inserire il comma 31-bis) così formulato:

«31-*bis)*. In deroga alle disposizioni di cui al precedente comma, il Ministero dell'Interno è autorizzato ad immettere nel Corpo Nazionale dei Vigili del Fuoco il personale che abbia prestato servizio di leva ausiliario al suo in terno, previo accertamento del possesso dei prescritti requisiti psico-fisici, a condizione che non abbia superato i 45 anni di età al 31 dicembre 2014, con o senza carichi familiari, risulti iscritto alla stessa data da almeno tre anni negli elenchi del Corpo Nazionale e vi abbia prestato non meno di 120 giorni di servizio nel periodo compreso tra il 1º gennaio 2010 ed il 31 dicembre 2014. All'onere conseguente si provvede fino alla concorrenza massima di 28 milioni di euro annui attingendo alle risorse allocate al Fondo nazionale per le politiche e i servizi dell'asilo»

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 125 sostituire le parole: «187,5 milioni di euro» *con le seguenti:* «159,5 milioni di euro».

2.281

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 31 aggiungere i seguenti:

«31-*bis*. Al fine di assicurare piena continuità ed efficacia nell'espletamento dei propri compiti istituzionali e, nel contempo, ridurre le forme di lavoro precario, il Corpo nazionale dei vigili del fuoco è autorizzato ad avviare una procedura di stabilizzazione del personale volontario, di cui agli articoli 6, 8 e 9 del decreto legislativo 8 marzo 2006, n. 139, nel limite dello stanziamento di cui al comma 11-*ter* . Con decreto del Ministro dell'interno, fermo restando il possesso dei requisiti ordinari per l'accesso alla qualifica di vigile del fuoco previsti dalle vigenti disposizioni, sono stabiliti i criteri, il sistema di selezione, nonché modalità abbreviate per il corso di formazione.

31-*ter*. All'onere derivante dalle disposizioni di cui al comma 1-*bis* pari a 580 milioni di euro a decorrere dal l'anno 2015, si provvede mediante.

Conseguentemente, all'articolo 1, il comma 121 è soppresso.

Conseguentemente all'articolo 2, comma 67, sostituire le parole: «è ridotta di 238 milioni di euro per l'anno 2015 e di 200 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016» *con le seguenti:* «è ridotta di 538 milioni di euro per l'anno 2015 e di 500 milioni a decorrere per l'anno 2016»;

e, all'articolo 3, comma 7, dopo la lettera a, aggiungere la seguente:

a-*bis)* all'articolo 1 dopo il comma 142 aggiungere il seguente:

142-*bis*. I soggetti passivi che intendano acquistare servizi di pubblicità e link sponsorizzati *on line*, anche attraverso centri media e operatori terzi, sono obbligati ad acquistarli da soggetti titolari di una partita IVA rilasciata dall'amministrazione finanziaria italiana.

142-*ter* . Gli spazi pubblicitari on Une e i link sponsorizzati che appaiono nelle pagine dei risultati dei motori di ricerca (servizi di *search advertising*), visualizzabili sul territorio italiano durante la visita di un sito *internet* o la fruizione di un servizio *on line* attraverso rete fissa o rete e dispositivi mobili, devono essere acquistati esclusivamente attraverso soggetti, quali editori, concessionarie pubblicitarie, motori di ricerca o altro operatore pubblicitario, titolari di partita IVA rilasciata dall'amministrazione finanziaria italiana. La presente disposizione si applica anche nei caso in cui l'operazione di compravendita sia stata effettuata mediante centri media, operatori terzi e soggetti.

2.282

MALAN

Precluso

Dopo il comma 31, aggiungere i seguenti:

«31-*bis*. Al fine di incrementare i servizi di prevenzione e controllo dei fenomeni legati all'evasione fiscale, la Guardia di Finanza, in deroga a quanto previsto dall'articolo 2199 del decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66, é autorizzata, in via straordinaria ai sensi del medesimo articolo 2199, allo scorrimento dell'ultima graduatoria valida ivi pubblicata il 21 Febbraio 2013 per ciascun contingente ferme restando le assunzioni dei volontari in ferma prefissata quadriennale, ai sensi del comma 4, lettera *b)*, dello stesso articolo, relative ai predetti concorsi per i ruoli iniziali 31-*ter*. Per la Guardia di Finanza le assunzioni, di cui al comma 11-*bis*, sono disposte con decorrenza 1 gennaio 2015, nell'ambito delle autorizzazioni alle assunzioni di cui all'articolo 1, comma 464, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, e dell'apposito fondo ivi previsto per la parte relativa alla Guardia di Finanza.

31-*quater*. All'attuazione di quanto previsto dai commi 11-*bis*, 11-*ter*, si provvede nell'ambito delle risorse disponibili a legislazione vigente e senza nuovi o maggiori oneri per la finanza pubblica».

2.283

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 31 inserire il seguente:

«31-*bis*. A decorrere dal 1º gennaio 2015 i richiami in servizio del personale volontario dei Corpo nazionale del vigili del fuoco costituiscono rapporto di impiego con l'amministrazione. Sono fatti salvi gli effetti delle sentenze passate in giudicato alla data di entrata in vigore della presente legge. Agli eventuali oneri si provvede mediante la corrispondente riduzione degli stanziamenti di spesa per la retribuzione del personale volontario del Corpo nazionale dei vigili del fuoco, iscritti nello stato di previsione del Ministero dell'interno, nell'ambito della missione "Soccorso civile"».

2.284

MALAN

Precluso

Dopo il comma 31, aggiungere il seguente:

«31-*bis*. Ai fini delle assunzioni di personale per i ruoli iniziali del Corpo della Guardia di Finanza autorizzate dall'articolo 1, comma 464, della legge 27 dicembre 2013, n. 147 si procede in via straordinaria allo scorrimento dell'ultima graduatoria valida pubblicata il 21 Febbraio 2013 per ciascun contingente ferme restando le assunzioni dei volontari in ferma prefissata quadriennale, ai sensi del comma 4, lettera *b)*, dello stesso articolo, relative al predetto concorso».

2.285

STEFANO, URAS

Precluso

Dopo il comma 31 inserire il seguente:

«31-*bis*. Al fine di incrementare l'efficienza nella lotta all'evasione e all'elusione fiscale, il Corpo della guardia di finanza può Procedere per l'anno 2015, in deroga ai limiti di cui all'articolo 66, comma 9-*bis*, del decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 agosto 2008, n. 133, ed all'articolo 1, comma 91, della legge 24 dicembre 2012, n. 228, all'assunzione di personale a tempo indeterminato, nel limite massimo di spesa di 10 milioni di euro a decorrere dal 1º gennaio, allo scopo facendo ricorso allo scorrimento delle graduatorie degli idonei dei concorsi indetti nel 2012 e nel 2013».

Conseguentemente Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015:

- CP: - 10.000.000;
  CS: - 10.000.000;

2016:

- CP: - 10.000.000;
  CS: - 10.000.000;

2017:

- CP: - 10.000.000;
  CS: - 0.000.000.

2.286

STEFANO, DE PETRIS, URAS

Precluso

Dopo il comma 31, inserire il seguente:

«31-*bis*. Al fine di contrastare fenomeni di degrado ambientale ed assicurare adeguati livelli di tutela della salute pubblica, l'Arpa puglia è autorizzata, per il solo anno 2015 a procedere ad assunzioni di personale fino al 60 per cento della dotazione organica vigente con risorse proprie».

2.287

STEFANO, DE PETRIS, URAS

Precluso

Dopo il comma 31, inserire il seguente:

«31-*bis*. Al fine di contrastare fenomeni di degrado ambientale ed assicurare adeguati livelli di tutela della salute pubblica, l'Arpa Puglia è autorizzata, per il solo anno 2015, in deroga al patto di

stabilità interno, a procedere ad assunzioni di personale fino al 60 per cento della dotazione organica vigente con risorse proprie».

Conseguentemente al comma 112, sostituire la parola: «250» *con la seguente:* «242».

2.288

D'AMBROSIO LETTIERI, MILO, TARQUINIO

Precluso

Al comma 32, sostituire le parole: «banditi nell'anno 2012» con le seguenti: «banditi negli anni 2011 e 2012»;

Conseguentemente, sostituire le parole: «indetti per l'anno 2013» *con le seguenti:* «indetti per gli anni 2012 e 2013» *e aggiungere infine il seguente periodo:* «Per la Polizia di Stato le assunzioni, di cui al comma 3-*bis*, sono nell'ambito delle autorizzazioni alle assunzioni di cui all'articolo 1, comma 464, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, e dell'apposito fondo ivi previsto per la parte relativa alla Polizia di Stato».

2.289

CAMPANELLA

Precluso

Al comma 32, le parole: «banditi nell'anno 2012», sono sostituite dalle le seguenti: «banditi negli anni 2011 e 2012»; conseguentemente, le parole: « indetti per l'anno 2013», sono sostituite con le seguenti: «indetti per gli anni 2012 e 2013».

2.290

MALAN

Precluso

Al comma 32, sostituire le parole: «banditi nell'anno 2012 e indetti per l'anno 2013», con le seguenti: «banditi negli anni 2011 e 2012 e indetti per gli anni 2012 e 2013».

2.293

D'AMBROSIO LETTIERI

Precluso

Dopo il comma 32, aggiungere il seguente:

«32-*bis*. Al fine di potenziare le attività connesse al monitoraggio della spesa pubblica, le funzioni di controllo e di contrasto dell'evasione fiscale, è differito al 31 dicembre 2015 il termine per l'autorizzazione a bandire prevista dal decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri 26 ottobre 2009 per i concorsi dell'amministrazione economico-finanziaria riguardanti il passaggio dalla seconda alla terza area funzionale, limitatamente alla copertura dei posti non coperti in esito a procedure già bandite. Nei medesimi limiti delle facoltà assunzionali è attribuito, dalla data di entrata in vigore della presente legge, l'inquadramento giuridico ed il trattamento economico ai dipendenti cui sono state affidate mansioni della terza Area a seguito di superamento di procedure concorsuali bandite in applicazione del contratto collettivo nazionale di comparto 1998/2001».

2.295

D'ANNA, MILO

Precluso

Dopo il comma 32, aggiungere il seguente:

«32-*bis*. Le assunzioni del personale nel Corpo di Polizia di stato, relativamente alla categoria agenti e assistenti, di cui all'articolo 3, comma 3-quater del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90, convertito con modificazioni dalla Legge 11 agosto 2014, n. 114, sono effettuate a decorrere dal 1º0 gennaio 2015; in via straordinaria, per fronteggiare la necessità di incrementare i servizi di prevenzione e di controllo del territorio, vista la carenza di organico, l'amministrazione è autorizzata ad assumere i soggetti vincitori ed idonei al concorso per titoli ed esami, per il reclutamento di 650 allievi agenti della Polizia di Stato indetto con decreto ministeriale del 7 marzo 2014 e pubblicato nella Gazzetta Ufficiale del 14 marzo 2014, destinando loro un ampliamento di posti fino ad un massimo di 250 unità ulteriori rispetto a quelli previsti».

2.296

CANDIANI, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 32, inserire il seguente:

«32-*bis.* Al fine di incrementare l'efficienza nella lotta all'evasione e all'elusione fiscale, il Corpo della guardia di finanza può procedere, per l'anno 2015, in deroga ai limiti di cui all'articolo 66, comma 9-*bis*, del decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 agosto 2008, n. 133, e di cui all'articolo 1, comma 91, della legge 24 dicembre 2012, n. 228, all'assunzione di personale a tempo indeterminato, nel limite massimo di spesa di 10 milioni di euro a decorrere dal 1º gennaio 2015, allo scopo facendo ricorso allo scorrimento delle graduatorie degli idonei dei concorsi indetti nel 2012 e nel 2013».

Conseguentemente, all'articolo 2, comma 207, sostituire le parole: «110 milioni»*, con:* «100 milioni».

2.297

CAMPANELLA

Precluso

Dopo il comma 32, aggiungere il seguente:

«32-*bis.* Al fine di incrementare l'efficienza nella lotta all'evasione e all'elusione fiscale, il Corpo della guardia di finanza può procedere per l'anno 2015, in deroga ai limiti di cui all'articolo 66, comma 9-*bis*, del decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112. convertito, con modificazioni, dalla legge 6 agosto 2008. n. 133, ed all'articolo 1, comma 91, della legge 24 dicembre 2012, n. 228, all'assunzione di personale a tempo indeterminato nel limite massimo di spesa di 10 milioni di euro a decorrere dallo gennaio 2015, allo scopo facendo ricorso allo scorrimento delle graduatorie degli idonei dei concorsi indetti nel 2012 e nei 2013».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: - 10.000.000;
2016: - 10.000.000;
2017: - 10.000.000.

2.300

CAMPANELLA

Precluso

Dopo il comma 32 aggiungere il seguente:

«32-*bis*. Le assunzioni di personale nel Corpo della Guardia di Finanza in deroga a quanto previsto dall'articolo 2199 del codice dell'ordinamento militare ai sensi del decreto legislativo 15 marzo 2010 n. 66 sono effettuate a decorrere dal gennaio 2015 utilizzando la graduatoria del concorsi le cui graduatorie sono state approvate per l'anno 2013 ferme restando le assunzioni dei volontari in ferma prefissata quadriennale, ai sensi del comma 4 lettera *b)* dello stesso articolo 2199 relative ai predetti concorsi. Alle assunzioni di cui al presente comma si provvede nell'ambito delle autorizzazioni previste dalla normativa vigente».

2.302

DI BIAGIO

Precluso

Dopo Il comma 32 aggiungere il seguente:

«32-*bis*. Al fine di soddisfare specifiche e mirate esigenze di risparmio della pubblica amministrazione, la Guardia di Finanza, per l'alimentazione del Ruolo Speciale e del Ruolo tecnico logistico amministrativo, in relazione a specifiche esigenze operative, è tenuta ad assumere a tempo indeterminato, esclusivamente mediante scorrimento di graduatorla, gli Ufficiali In ferma prefissata ausiliari del Ruolo Speciale e del Ruolo tecnico loglstlco amministrativo, risultati vincitori dei concorsi banditi rispettivamente nel 2008 (*Gazzetta Ufficiale* n. 59 del 29 luglio 2008) e nel 2010 (

Gazzetta Ufficiale n. 61 del 3 agosto 2010), che abbiano svolto almeno 36 mesi di servizio negli ultimi cinque anni e che, seppur in congedo, siano utilmente collocati quali "idonei non vincitori" nelle rispettive graduatorie per il transito nel servizio permanente effettivo».

2.305

LANIECE, CALEO, MARINELLO, DI BIAGIO, COMPAGNONE, ZELLER, FRAVEZZI, PANIZZA, ZIN, ARRIGONI, PALERMO, Fausto Guilherme LONGO, MORONESE

Precluso

Dopo il comma 32, aggiungere il seguente:

«32-*bis*. Sono estese al personale degli Enti parco nazionali funzionalmente equiparato al Corpo forestale dello Stato ai sensi dell'articolo 2, comma 36, della legge 9 dicembre 1998, n. 426, le modalità assunzionali previste per il personale del Comparto di sicurezza. Gli oneri derivanti dalla presente lettera, valutati in euro 500.000 a decorrere dall'anno 2015, sono posti a carico del fondo unico di amministrazione per il miglioramento dell'efficacia e dell'efficienza dei servizi istituzionali del Ministero della giustizia».

2.306

DI BIAGIO

Precluso

Al comma 32 sono apportate le seguenti modifiche: «le parole "anche i concorsi banditi nell'anno 2012 e indetti per l'anno 2013"» sono sostituite dalle seguenti parole: «le graduatorie vigenti dei concorsi espletati a decorrere dal 2008».

2.310

SCAVONE

Precluso

Dopo il comma 32 inserire il seguente:

«32-*bis*. L'Agenzia delle Entrate, in aggiunta alle assunzioni già autorizzate o consentite dalla normativa vigente, ai fini della copertura delle carenze di personale nei profili professionali di funzionari di terza area funzionale, fascia retributiva F1, è autorizzata a procedere, per gli anni 2015, 2016 e 2017, prioritariamente allo scorrimento delle graduatorie degli idonei inseriti nelle graduatorie previste dall'art. 1, comma 4-*bis* del D.L. n. 216/2011 convertito con modificazioni dalla L. 24 febbraio 2012, n.14».

2.314

D'ANNA, MILO

Precluso

Dopo il comma 32, aggiungere il seguente:

«32-*bis*. Al comma 3-*bis* dell'articolo 3 del Decreto 24 giugno 2014, n. 90, convertito, con modificazioni, dalla Legge 11 agosto 2014, n. 114, aggiungere in fine il seguente periodo: "Le disposizioni di cui al presente comma, si applicano, secondo le previste modalità anche al Corpo della Guardia di Finanza per lo scorrimento delle ultime graduatorie per i concorsi indetti per gli anni 2012, e 2013"».

2.315

D'AMBROSIO LETTIERI

Precluso

Dopo il comma 32 aggiungere il seguente:

«32-*bis*. Al comma 3-*bis*, dell'articolo 3 del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90, convertito con modificazioni dalla legge 11 agosto 2014, n. 114, aggiungere, in fine, il seguente periodo: "Le disposizioni di cui al presente comma si applicano, secondo le previste modalità, anche al corpo della Guardia di finanza e dei Vigili del Fuoco per lo scorrimento dell'ultima graduatoria per il ruolo iniziale"».

2.322

MILO, Mario MAURO, Giovanni MAURO

Precluso

Dopo il comma 32, aggiungere, infine, il seguente:

«32-*bis*. L'efficacia delle graduatorie dei concorsi pubblici per il reclutamento di allievi finanzieri della Guardia di finanza banditi nel 2012 è prorogata per cinque anni rispetto alla scadenza prevista, anche in deroga a quanto previsto dalla normativa vigente per il contingentamento delle assunzioni di personale. All'attuazione di quanto previsto dal presente comma si provvede nell'ambito delle risorse disponibili a legislazione vigente e senza nuovi o maggiori oneri per la finanza pubblica».

2.323

D'AMBROSIO LETTIERI, MILO, TARQUINIO

Precluso

Sostituire il comma 32, con i seguente:

«32. Ai fini delle assunzioni di personale previste dall'articolo 3, comma del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90, convertito con modificazioni dalla legge 11 agosto 2014, n. 114, l'articolo 3, comma 3-*bis*, del medesimo decreto, si interpreta nel senso che lo scorrimento ivi previsto riguarda anche i concorsi banditi nell'anno 2012 ed indetti per l'anno 2013, ovvero le graduatorie dei concorsi pubblicate negli anni 2012 e 2013 ancora in corso di validità. Per la Polizia di Stato le assunzioni, di cui al comma 3-*bis*, sona disposte nell'ambito delle autorizzazioni alle assunzioni di cui all'articolo 1, comma 464, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, e dell'apposito fondo ivi previsto per la parte relativa alla Polizia di Stato».

2.324

D'AMBROSIO LETTIERI, MILO, TARQUINIO

Precluso

Sostituire il comma 32, con il seguente:

«32. Ai fini delle assunzioni di personale previste dall'articolo 3, comma 3-*sexies*, del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 agosto 2014, n. 114, il comma 3-*bis* del medesimo articolo si interpreta nel senso che lo scorrimento ivi previsto riguarda anche le graduatorie ancora valide dei concorsi nelle forze di polizia approvate negli 2012 e 2013. Per la Polizia di Stato le assunzioni, di cui al comma 3-*bis*, sono disposte nell'ambito delle autorizzazioni alle assunzioni di cui all'articolo 1, comma 464, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, e dell'apposito fondo ivi previsto per la parte relativa alla Polizia di Stato».

2.325

MANDELLI, GASPARRI

Precluso

Sopprimere i commi 33 e 34.

2.327

MINZOLINI

Precluso

Dopo il comma 34, inserire i seguenti:

«34-*bis*. Al fine di completare il processo di riordino delle province in attuazione della legge 7 aprile 2014, n. 56, in deroga a quanto previsto dall'articolo 3 del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90, le amministrazioni dello Stato, anche ad ordinamento autonomo, le regioni e gli enti locali, le agenzie e gli enti pubblici non economici ivi compresi quelli di cui all'articolo 70, comma 4, del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165 e successive modificazione, non possono procedere ad assunzioni di personale a tempo indeterminato fino al 31 dicembre 2015. Ai Corpi di polizia, al Corpo nazionale dei vigili del fuoco, al servizio sanitario nazionale - per il solo personale medico-infermieristico - alle università e al comparto della scuola - relativamente al solo corpo docente - si applica la normativa di settore.

34-*ter*. Entro 30 giorni dall'entrata in vigore della presente legge, la Presidenza del Consiglio dei Ministri - Dipartimento della funzione pubblica le disponibilità di richieste da parte delle amministrazioni interessate suddivise per provincia, per agevolare le procedure di mobilità volontaria

dalle province ad altre amministrazioni attivando il portale finalizzato all'incontro tra la domanda e l'offerta di mobilità. Sono fatti salvi gli accordi di mobilità conclusi ai sensi dell'articolo 2 del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90.

34-*quater*. Le province e le città metropolitane, al fine di riorganizzare le proprie strutture amministrative in attuazione dell'articolo 1, commi 85 e 88, della legge aprile 2014, n. 56, possono procedere alla rideterminazione delle dotazioni organiche e alla risoluzione unilaterale del rapporto di lavoro nei confronti dei propri dipendenti in possesso dei requisiti anagrafici e contributivi al 31 dicembre 2018, secondo la disciplina vigente prima dell'entrata in vigore dell'articolo 24 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito nella legge 22 dicembre 2011, n. 214, con conseguente valenza dei requisiti anagrafici e di anzianitàcontributiva nonché del regime delle decorrenze previsti dalla predetta disciplina pensionistica».

2.329

CERONI, RAZZI

Precluso

Dopo il comma 34 inserire i seguenti:

«34-*bis*. Al fine di completare il processo di riordino delle Province in attuazione della legge 7 aprile 2014, n 56, in deroga a quanto previsto dall'articolo 3 del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90, le amministrazioni dello Stato, anche ad ordinamento autonomo, le Regioni e gli enti locali, le agenzie e gli enti pubblici non economici ivi compresi quelli di cui all'articolo 70, comma 4, del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165 e successive modificazione, non possono procedere ad assunzÌoni di personale a tempo indeterminato fino al 31 dicembre 2015. Ai Corpi di polizia, al Corpo nazionale dei vigili del fuoco, al servizio sanitario nazionale - per il solo personale medicoinfermieristico - alle università e al comparto della scuola - relativamente al solo corpo docente -si applica la normativa di settore.

34-*ter*. Entro 30 giorni dall'entrata in vigore della presente legge, la Presidenza del Consiglio dei Ministri - Dipartimento della funzione pubblica le disponibilità di richieste da parte delle amminitrazioniinteressate suddivise per provincia, per agevolare le procedure di mobilità volontaria dalle Province ad altre amministrazioniattivando il portale finalizzato all'incontro tra la domanda e l'offerta di mobilità. Sono fatti salvi gli accordi di mobilità conclusi ai sensi dell'art. 2 del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90.

34-*quater*. Le Province e le Città metropolitane, al fine di riorganizzare le proprie strutture amminitrativein attuazione dell'articolo 1, commi 85 e 88, della legge aprile 2014, n. 56, possono procedere alla rideterminazione delle dotazioni organiche e alla risoluzione unilaterale del rapporto di lavoro nei confronti dei propri dipendenti in possesso dei requisiti anagrafici e contributivi al 31 dicembre 2018, secondo la disciplina vigente prima dell'entrata in vigore dell'art. 24 del D.L. 6 dicembre 2011, n. 201, convertito nella L. 22 dicembre 2011, n. 214, con conseguente valenza dei requisiti anagrafici e di anzianità contributiva nonché del regime delle decorrenze previsti dalla predetta disciplina pensionistica».

2.334

DI BIAGIO

Precluso

Dopo il comma 34 inserire il seguente comma:

«34-*bis*. Al fine di assicurare la funzionalità e la piena tutela del personale afferente la polizia locale in relazione alle situazioni di esposizione a rischio, all'art. 6 comma 1, secondo periodo del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito con modificazioni dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, dopo le parole: "vigili del fuoco e soccorso pubblico" inserire le seguenti: ", nonché al personale della polizia locale". Al personale di polizia locale si applicano, in materia previdenziale e infortunistica, le disposizioni previste per il personale delle Forze di polizia statali. Nei procedimenti a carico dei medesimi soggetti per fatti compiuti in servizio e relativi all'uso delle anni o di altro mezzo di coazione fisica si applica l'articolo 32 della legge 22 maggio 1975, n. 152. Si applica, altresì, la

disciplina vigente per le Forze di polizia statali in materia di speciali elargizioni e di riconoscimenti per le vittime del dovere e per i loro familiari. Ai sensi dell'articolo 40 del testo unico delle disposizioni per l'assicurazione obbligatoria contro gli infortuni sul lavoro e le malattie professionali, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 30 giugno 1965, n. 1124, il Ministro del lavoro e delle politiche sociali, entro tre mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, adotta un apposito decreto al fine di istituire una specifica classe di rischio per il personale di polizia locale, adeguata ai compiti da esso svolti ed equivalente al trattamento previsto per gli appartenenti alla Polizia di Stato. Ai maggiori oneri derivanti dall'attuazione del presente comma si provvede, nel limite di una previsione di spesa complessiva pari a 10 milioni di euro annui, a valere delle risorse derivanti dell'incremento dello 0,1 per cento dell'addizionale regionale di cui all'articolo 50, comma 2, del decreto legislativo n. 446 del 1997, dal limite minimo».

2.335

DI BIAGIO

Precluso

Dopo il comma 34 inserire il seguente comma:

«34-*bis*. Al fine di assicurare la funzionalità e la piena tutela del personale afferente la polizia locale in relazione alle situazioni di esposizione a rischio, all'art. 6 comma 1, secondo periodo del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito con modificazioni dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, dopo le parole: "vigili del fuoco e soccorso pubblico" inserire le seguenti: ", nonché al personale della polizia locale". Al personale di polizia locale si applicano, in materia previdenziale e infortunistica, le disposizioni previste per il personale delle Forze di polizia statali. Nei procedimenti a carico dei medesimi soggetti per fatti compiuti in servizio e relativi all'uso delle armi o di altro mezzo di coazione fisica si applica l'articolo 32 della legge 22 maggio 1975, n. 152. Si applica, altresì, la disciplina vigente per le Forze di polizia statali in materia di speciali elargizioni e di riconoscimenti per le vittime del dovere e per i loro familiari. Ai sensi dell'articolo 40 del testo unico delle disposizioni per l'assicurazione obbligatoria contro gli infortuni sul lavoro e le malattie professionali, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 30 giugno 1965, n. 1124, il Ministro del lavoro e delle politiche sociali, entro tre mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, adotta un apposito decreto al fine di istituire una specifica classe di rischio per il personale di polizia locale, adeguata ai compiti da esso svolti ed equivalente al trattamento previsto per gli appartenenti alla Polizia di Stato. Ai maggiori oneri derivanti dall'attuazione del presente comma si provvede, nel limite di una previsione di spesa complessiva pari a 10 milioni di euro annui, si provvede a decorrere dal 1º gennaio 2015 mediante corrispondente riduzione del Fondo speciale di parte corrente del Ministero dell'Economia e delle Finanze».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 116, sostituire le parole: «100 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015» *con le seguenti:* «90 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015».

2.336

DI BIAGIO

Precluso

Dopo il comma 34 inserire il seguente comma:

«34-*bis*. Al fine di assicurare la funzionalità e la piena tutela del personale afferente la polizia locale in relazione alle situazioni di esposizione a rischio, all'art. 6 comma 1, secondo periodo del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito con modificazioni dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, dopo le parole: "vigili del fuoco e soccorso pubblico" inserire le seguenti: ", nonché al personale della polizia locale". Ai maggiori oneri derivanti dal presente articolo, valutati in 1 milione di euro l'anno, si provvede mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa relativa al Fondo per gli interventi strutturali di politica economica di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307».

2.337

DI BIAGIO

Precluso

Dopo il comma 34 inserire il seguente comma:

«34-*bis*. Al fine di assicurare la funzionalità e la piena tutela del personale afferente la polizia locale in relazione alle situazioni di esposizione a rischio, all'art. 6 comma 1, secondo periodo del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito con modificazioni dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, dopo le parole: "vigili del fuoco e soccorso pubblico" inserire le seguenti: ", nonché al personale della polizia locale". Al personale di polizia locale si applicano, in materia previdenziale e infortunistica, le disposizioni previste per il personale delle Forze di polizia statali. Nei procedimenti a carico dei medesimi soggetti per fatti compiuti in servizio e relativi all'uso delle anni o di altro mezzo di coazione fisica si applica l'articolo 32 della legge 22 maggio 1975, n. 152. Si applica, altresi, la disciplina vigente per le Forze di polizia statali in materia di speciali elargizioni e di riconoscimenti per le vittime del dovere e per i loro familiari. Ai sensi dell'articolo 40 del testo unico delle disposizioni per l'assicurazione obbligatoria contro gli infortuni sul lavoro e le malattie professionali, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 30 giugno 1965, n. 1124, il Ministro del lavoro e delle politiche sociali, entro tre mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, adotta un apposito decreto al fine di istituire una specifica classe di rischio per il personale di polizia locale, adeguata ai compiti da esso svolti ed equivalente al trattamento previsto per gli appartenenti alla Polizia di Stato. Ai maggiori oneri derivanti dall'attuazione del presente comma si provvede, nel limite di una previsione di spesa complessiva pari a 10 milioni di euro annui, si provvede a decorrere dal 1º gennaio 2015 mediante corrispondente riduzione del Fondo speciale di parte corrente del Ministero dell'Economia e delle Finanze».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76 aggiungere, in fine, le seguenti parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniem lineare per un importo pari a 10 milioni di euro a decorrere dal 2015».

2.338

DI BIAGIO

Precluso

Dopo il comma 34 inserire il seguente comma:

«34-*bis*. Al fine di assicurare la funzionalità e la piena tutela del personale afferente la polizia locale in relazione alle situazioni di esposizione a rischio, all'art. 6 comma 1, secondo periodo del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito con modificazioni dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, dopo le parole: "vigili del fuoco e soccorso pubblico" inserire le seguenti: ", nonché al personale della polizia locale". Agli oneri derivanti dal presente articolo valutati in 1 milione di euro l'anno a decorrere dal 2015, si provvede mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 1, comma 139, della legge 24 dicembre 2012, n. 228».

2.339

STEFANO, URAS

Precluso

Dopo il comma 34, inserire il seguente:

«34-*bis.* In relazione al Decreto del Presidente della Repubblica 7 luglio 2006 n. 243 l'articolo 4, comma 10 lettera *c)*, punto 1 si interpreta nel senso che sia in sede di prima valutazione sia in sede di rivalutazione delle percentuali di invalidità si applica il Decreto del Presidente della Repubblica 30 ottobre 2009, n. 181».

Conseguentemente, al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni di euro»*, con le seguenti:* «230 milioni di euro».

2.340

STEFANO, URAS

Precluso

Dopo il comma 34, inserire il seguente:

«34-*bis*. In relazione al decreto del Presidente della Repubblica 7 luglio 2006 n. 243, l'articolo 4, comma 10, lettera *b)*, numero 1, si interpreta nel senso che alle Vittime del Dovere ed ai loro familiari, anche superstiti, di cui all'articolo 1, commi 563 e 564, della legge 23 dicembre 2005, n. 266, nonché alle Vittime della Criminalità Organizzata ed ai loro familiari, anche superstiti di cui all'articolo 1 della legge 20 ottobre 1990, n. 302, spetta l'assegno vitalizio previsto dall'articolo 2 della legge 23 novembre 1998, n. 407, e successive modificazioni, così come modificato dall'articolo 4, comma 238, legge 24 Dicembre 2003 n. 350».

Conseguentemente al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni di euro»*, con le seguenti:* «100 milioni di euro»*; al comma 121, sostituire le parole:* «200 milioni di euro»*, con le seguenti:* «100 milioni di euro».

2.341

STEFANO

Precluso

Dopo il comma 34, inserire il seguente:

«34-*bis*. Alle Vittime del Dovere, di cui alla legge 23 dicembre 2005 n. 266, alle Vittime del terrorismo e della criminalità organizzata, di cui alla legge 3 agosto 2004 n. 206, che godono del diritto al collocamento obbligatorio con precedenza rispetto ad ogni altra categoria e preferenza a parità di titoli, ai sensi della Legge 23 novembre 1998 n. 407, deve essere garantito il diritto all'assunzione sia presso le amministrazioni pubbliche sia nel settore privato, con rispetto della qualifica e delle funzioni corrispondenti al titolo di studio ed alle professionalità possedute.

I soggetti tenuti all'adempimento dell'obbligo di assunzione devono indicare con cadenza annuale, secondo i parametri di cui al decreto legislativo 27 ottobre 2009, n. 150 e attraverso lo strumento della pubblicazione sui siti istituzionali, la dotazione organica distinta per aree o categorie, il numero dei soggetti da assumere in base alle previsioni dell'articolo 18 della legge 68 del 1999, il numero dei soggetti già reclutati a copertura della quota obbligatoria, le procedure avviate per il collocamento obbligatorio, con indicazione del tipo di avviamento al lavoro. Al fine di garantire . l'effettività del diritto al collocamento delle Vittime del Dovere, di cui alla legge 23 dicembre 2005 n 266, alle Vittime del terrorismo e della criminalità organizzata, di cui alla legge 3 agosto 2004 n. 206, in caso di inadempimento del datore di lavoro privato e pubblico, saranno applicabili le sanzioni penali, amministrative e disciplinari secondo la vigente normativa».

2.342

STEFANO, URAS

Precluso

Dopo il comma 34, inserire il seguente:

«34-*bis*. Alle Vittime del Dovere ed ai loro familiari, anche superstiti, di cui all'articolo 1, commi 563 e 564, della legge 23 dicembre 2005, n. 266, nonché alle Vittime della Criminalità Organizzata ed ai loro familiari, anche superstiti, di cui all'articolo 1, della legge 20 ottobre 1990, n. 302 il Presidente della Repubblica concede la medaglia d'oro di "Vittima del Dovere" e "Vittima della criminalità organizzata" per spirito di abnegazione, altruismo e fedeltà allo Stato, con cui le vittime si sono distinte, quali rappresentanti delle Istituzioni. L'onorificenza è conferita alle Vittime del Dovere ovvero alle Vittime della criminalità organizzata in caso di decesso ai parenti ed affini entro il secondo grado, con decreto del Presidente della Repubblica, su proposta del Ministro dell'Interno. Al fine di ottenere la concessione dell'onorificenza, le vittime del dovere o, in caso di decesso, i loro parenti e affini entro il secondo grado, presentano domanda alla prefettura di residenza o al Ministero dell'interno, anche per il tramite delle associazioni rappresentative delle vittime del dovere».

2.343

GASPARRI

Precluso

Dopo il comma 34, aggiungere il seguente:

«34-*bis*. All'articolo 5 del decreto legislativo 28 settembre 2012, n. 178, al comma 1, dopo le parole: "Il Corpo militare della CRI, che", aggiungere le seguenti: "dalla data della liquidazione dell'Ente di cui all'articolo 2, comma 1,"».

2.344

GASPARRI

Precluso

Dopo il comma 34, aggiungere il seguente:

«34-*bis*. All'articolo 5 del decreto legislativo 28 settembre 2012, n. 178, al comma 2, apportare le seguenti modificazioni:

a) il primo periodo è soppresso;

b) al secondo periodo sostituire le parole: "Il Corpo delle infermiere volontarie di Croce rossa" con le seguenti: "I Corpi della Croce rossa Italiana, ausiliari delle Forze Armate";

c) al terzo periodo, dopo le parole: "all'articolo 986 comma 1, lettera *b)*," aggiungere le seguenti: "del decreto legislativo di cui al precedente periodo"».

2.345

FUCKSIA

Precluso

Dopo il comma 34, aggiungere i seguenti commi:

«34-*bis*. Al comma 1, primo periodo, dell'articolo 6-*ter*, del decreto legislativo 30 dicembre 1992, n. 502, dopo le parole: "fisici, psicologi,", inserire le seguenti: "ingegneri clinici,".

34-*ter*. Al comma 1, primo periodo, dell'articolo 16-*quinquies*, del decreto legislativo 30 dicembre1992, n. 502, le parole: "fisici e psicologi", sono sostituite dalle seguenti: "fisici, psicologi e ingegneri clinici".

34-*quater*. Agli eventuali oneri derivanti dalle disposizioni di cui ai commi 34-*bis* e 34-*ter* precedenti si provvede, per l'anno 2015, a valere sullo stato di previsione del Ministero della Salute relativo alla Programmazione del Servizio Sanitario Nazionale per l'erogazione dei livelli Essenziali di Assistenza"».

2.346

MORRA, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Dopo il comma 34, aggiungere i seguenti:

«34-*bis*. Entro 120 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, il Ministro dell'interno svolge una ricognizione dei contratti di locazione inerenti a immobili in uso alle forze del comparto della pubblica sicurezza stipulati con soggetti privati e illustra alle Camere i dati raccolti.

34-*ter*. L'amministrazione competente recede, con un preavviso di 120 giorni, anche in deroga a eventuali clausole difformi, dal contratti di locazione di cui al comma precedente dai quali risulti un canone superiore ai prezzi di mercato.

34-*quater*. L'amministrazione competente recede altresì, con le medesime modalità e nei medesimi termini di cui al comma 34-*ter* dai contratti di locazione di cui al comma 34-*bis*, qualora nel territorio provinciale di ubicazione dell'immobile oggetto dei contratti medesimi, siano disponibili beni demaniali o confiscati alla criminalità organizzata utili per la medesima destinazione d'uso, e provvede ai necessari trasferimenti.

34-*quinquies*. I risparmi derivanti dalle disposizioni di cui ai commi 34-*ter* e 34-*quater*, accertate con decreto del ministro dell'economia e delle finanze, confluiscono nel Fondo di cui all'articolo 11-*bis* dei decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, per il finanziamento di misure perequative per il personale delle Forze di Polizia e dei Corpo nazionale dei vigili del Fuoco».

2.348

DI BIAGIO

Precluso

Dopo il comma 34, aggiungere il seguente:

«34-*bis.* Qualora il periodo intercorrente tra la conclusione della ferma permanente quadriennale e l'immissione in molo ai sensi dell'articolo 2199 del decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66 dovesse essere superiore ai trenta giorni, è riconosciuta al personale di cui all'articolo 2199 comma 4 lettera *b)* punto 3) del decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66 un'indennità mensile non inferiore all'80 per cento della retribuzione spettante al molo da ricoprire. Con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri, su Proposta del Ministro dell'economia e delle finanze e del Ministro per la pubblica amministrazione e la semplificazione, nonché del Ministro responsabile dell'amministrazione presso la quale avviene l'immissione in molo di cui al comma 4, lettera *b)* dell'articolo 2199 del decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66, sono individuate le modalità del presente comma. Ai maggiori oneri derivanti dall'attuazione del Presente comma si provvede mediante corrispondente riduzione dello stanziamento del Fondo unico giustizia destinato al Ministero dell'interno ai sensi dell'articolo 2, comma 7, lettera *a)*, della legge n. 181 del 2008».

2.349

DI BIAGIO

Precluso

Dopo il comma 34, aggiungere il seguente:

«34-*bis*. È autorizzata, a partire dal 1º ottobre 2014, l'immissione nei ruoli della Polizia di Stato di tutto il personale giudicato idoneo e utilmente collocato nelle graduatorie relative ai concorsi espletati a decorrere dal 2008 e rientrante nella fattispecie di cui all'articolo 2199 comma 4 lettera *b)* punto 3) del decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66, anche qualora non sia concluso il servizio nelle Forze armate in qualità di volontario in ferma prefissata quadriennale di cui a comma 4 lettera *b)* del decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66. Agli oneri derivanti. dall'attuazione del presente comma si provvede mediante corrispondente riduzione del fondo di cui all'articolo 1, comma 464, della legge 27 dicembre 2013 n. 147».

2.350

GASPARRI

Precluso

Dopo il comma 34 aggiungere il seguente:

«34-*bis*. All'articolo 5 del decreto legislativo 28 settembre 2012, n. 178, al comma 3, apportare le seguenti modificazioni:

a) sostituire il primo periodo con il seguente: "Il Corpo militare volontario, a decorrere dalla data di liquidazione dell'Ente di cui all'articolo 2, comma 1, è costituito anche da personale volontario in congedo.";

b) al secondo periodo sostituire le parole: "Il personale appartenente al ruolo di cui al primo periodo non è soggetto" con le seguenti: "Il personale in servizio appartenente al ruolo di cui al primo periodo è soggetto"».

2.351

GASPARRI

Precluso

Dopo il comma 34 aggiungere il seguente:

«34-*bis*. All'articolo 5 del decreto legislativo 28 settembre 2012, n. 178, al comma 4, dopo le parole: "Il servizio prestato dal" aggiungere le seguenti: "personale in congedo del"».

2.352

GASPARRI

Precluso

Dopo il comma 34 aggiungere il seguente:

«34-*bis*. All'articolo 5 del decreto legislativo 28 settembre 2012, n. 178, sostituire il comma 5, con il seguente:

"5. Il personale del Corpo militare già in servizio continuativo per effetto di provvedimenti di assunzione a tempo indeterminato, a decorrere dalla data di entrata in vigore del decreto del Presidente

del Consiglio dei Ministri di cui all'articolo 6, comma 1, transita a domanda in un ruolo ad esaurimento dell'Ente di cui all'articolo 2, comma 1, conservando il proprio stato, grado rivestito e trattamento economico spettante. Il personale militare di cui al periodo precedente, dalla data della liquidazione del predetto Ente, è immesso a domanda, con Decreto della Presidenza del Consiglio dei Ministri, nei ruoli del personale militare o civile dello Stato o delle A mministrazioni Pubbliche, anche in eccedenza agli organici e senza pregiudizi per il personale già in servizio, conservando il grado rivestito e relativo trattamento economico spettante ed è iscritto in coda all'ultimo nominativo dei pari grado o di pari qualifica. Fatti salvi i casi di incompatibili il personale di cui al precedente periodo potrà permanere iscritto nel Corpo Militare volontario ed essere richiamato temporaneamente in servizio con le modalità previste dal Codice dell'ordinamento militare"».

2.353

GASPARRI

Precluso

Dopo il comma 34 aggiungere il seguente:

«34-*bis*. All'articolo 5 del decreto legislativo 28 settembre 2012, n. 178, al comma 6, sostituire l'ultimo periodo con il seguente: «Dalla data della liquidazione dell'Ente di cui all'articolo 2, comma 1, al personale già appartenente al contingente di cui al presente comma che non è stato assunto dall'Associazione ai sensi dell'articolo 6 del presente decreto o nell'ambito della Fondazione di cui all'articolo 8, comma 2, si applicano le disposizioni previste dal 2º e 3º periodo del comma 5».

2.354

SCILIPOTI ISGRO'

Precluso

Dopo il comma 34, aggiungere il seguente:

«34-*bis*. All'articolo 8 comma 4, del decreto-legge 31 agosto 2013, n. 101, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 ottobre 2013, n. 125, le parole: "non oltre il 31 dicembre 2016" sono sostituite dalle seguenti: "il 31 dicembre 2017"».

2.355

SCILIPOTI ISGRO'

Precluso

Dopo il comma 34, aggiungere il seguente:

«34-*bis*. È prorogata fino al 2018 la graduatoria degli idonei del bando di concorso per titoli ed esami a 814 posti, nella qualifica di Vigile del Fuoco, di cui alla *Gazzetta Ufficiale* - IV Serie Speciale Concorsi ed Esami - n. 90 del 18 novembre 2008».

2.356

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 34, inserire il seguente:

«34-*bis*. A decorrere dal 1º gennaio 2015 il buono pasto è riconosciuto esclusivamente al personale delle amministrazioni pubbliche inserite nel conto economico consolidato della pubblica amministrazione, come individuate dall'Istituto nazionale di statistica (ISTAT) ai sensi dell'articolo 1, comma 2, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, di qualifica non dirigenziale».

2.357

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Sopprimere il comma 35.

2.359

PETRAGLIA, URAS

Precluso

Dopo il comma 35, aggiungere i seguenti:

«35-*bis*. Per gli anni 2015, 2016, 2017, l'Istituto Superiore di Sanità, fermo restando il

reclutamento previsto dall'art. 4 della legge 125/2013, nonché il regime assunzionale ordinario vigente, procede a un piano di assunzione straordinario a tempo indeterminato in deroga ai vincoli assunzionali relativi alla dotazione organica dell'ente, su istanza, del personale non dirigenziale:

a) in servizio con contratto a tempo determinato, in possesso dei requisiti di cui all'articolo 1, commi 519 e 558, della legge 27 dicembre 2006, n. 296, e all'articolo 3, comma 90, della legge 24 dicembre 2007, n. 244;

b) assunto con contratto di lavoro a tempo determinato sottoscritto a conclusione di procedure selettive già espletate e che abbia maturato, alla data di entrata in vigore della presente legge, almeno tre anni di servizio anche non continuativi negli ultimi cinque anni alle proprie dipendenze, con contratto di lavoro a tempo determinato e lo di collaborazione coordinata e continuativa;

c) assunto con contratto di collaborazione coordinata e continuativa, sottoscritto a seguito di procedure selettive già espletate, che abbia maturato, alla data di entrata in vigore della presente legge, almeno tre anni di servizio anche non continuativi alle proprie dipendenze negli ultimi cinque anni.

35-*ter*. Al personale in possesso dei requisiti di cui alla lettera *c),* assunto con procedure diverse da quelle di natura concorsuale o previste da norme di legge, si provvede previo espletamento di prove selettive.

35-*quater*. L'Istituto Superiore di Sanità continua ad avvalersi del personale di cui alle lettere *a)*, *b*), *c),* nelle more della conclusione del suddetto piano di assunzione straordinario.

35-*quinques*. È autorizzata, a decorrere dall'anno 2015, la spesa di 3 milioni annui a favore dell'Istituto Superiore di Sanità, destinata all'assunzione progressiva del personale non dirigenziale di cui al comma 88-*bis* di complessive 550 unità».

Conseguentemente all'articolo 1, comma 121 sostituire la parola: «200» con la parola «175».

2.360

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 35 aggiungere, infine, i seguenti commi:

35-*bis*. Al fine di completare il processo di riordino delle Province in attuazione della legge 7 aprile 2014, n. 56, in deroga a quanto previsto dall'articolo 3 del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90, le amministrazioni dello Stato, anche ad ordinamento autonomo, le Regioni e gli enti locali, le agenzie e gli enti pubblici non economici ivi compresi quelli di cui all'articolo 70, comma 4, del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165 e successive modificazione, non possono procedere ad assunzioni di personale a tempo indeterminato fino al 31 dicembre 2015, Ai Corpi di polizia, al Corpo nazionale dei vigili del fuoco, al servizio sanitario nazionale - per il solo personale medicoinfermieristico - alle università e al comparto della scuola- relativamente al solo corpo docente - si applica la normativa di settore.

35-*ter*. Entro 30 giorni dall'entrata in vigore della presente legge, la Presidenza del Consiglio dei ministri, Dipartimento della funzione pubblica le disponibilità di richieste da parte delle amministrazioni interessate suddivise per provincia, per agevolare le procedure di mobilità volontaria dalle Province ad altre amministrazioni attivando il portale finalizzato all'incontro tra la domanda e l'offerta di mobilità. Sono fatti salvi gli accordi di mobilità conclusi ai sensi dell'articolo 2 del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90.

35-*quater*. Le Province e le Città metropolitane, al fine di riorganizzare le proprie strutture amministrative in attuazione dell'articolo 1, commi 85 e 88, della legge aprile 2014, n. 56, possono procedere alla rideterminazione delle dotazioni organiche e alla risoluzione unilaterale del rapporto di lavoro nei confronti dei propri dipendenti in possesso dei requisiti anagrafici e contributivi che avrebbero comportato la decorrenza del trattamento pensionistico entro 31 dicembre 2016, secondo la disciplina vigente prima dell'entrata in vigore dell'articolo 24 del decreto legislativo 6 dicembre 2011, n. 201, convertito nella legge 22 dicembre 2011, n. 214, con conseguente valenza dei requisiti anagrafici e di anzianità contributiva nonché del regime delle decorrenze previsti dalla predetta disciplina pensionistica.

2.364

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 35 aggiungere, infine, il seguente comma:

35-*bis*. All'articolo 1, comma 219, lettera *d)* della legge 147 del 2013 dopo le parole: «allo scopo di consentire il regolare funzionamento dei servizi per l'impiego», aggiungere le seguenti: «per la formazione, le politiche attive dei lavoro e le politiche comunitarie».

Conseguentemente all'articolo 3 dopo il comma 28 aggiungere il seguente:

28-*bis*. All'articolo 19, comma 6 del decreto-legge n. 201 dei 2011, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 214 del 2011, aggiungere, in fondo il seguente periodo: «A decorrere dall'anno 2015 l'aliquota è stabilita nella misura del 13.5 per mille».

2.365

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 35, inserire il seguente:

«35-*bis*. A decorrere dal 1º gennaio 2015, i sindacati e le loro associazioni, sia di lavoratori sia di datori di lavoro, pubblici e privati, comunque costituiti, che percepiscono a qualsiasi titolo contributi da parte degli iscritti, dello Stato o di enti pubblici, e che sono ammessi alla contrattazione collettiva, sono tenuti alla redazione del bilancio di esercizio ed alla sua pubblicazione entro il 30 giugno di ogni anno su almeno tre quotidiani, di cui uno a diffusione nazionale, il bilancio di esercizio corredato di una sintesi della relazione sulla gestione e della nota integrativa. Il bilancio di esercizio, corredato di una sintesi della relazione sulla gestione e della nota integrativa, sottoscritti dal rappresentante legale o dal tesoriere del sindacato o dell'associazione, della relazione dei revisori dei conti, da essi sottoscritta, nonché delle copie dei quotidiani ove è avvenuta la pubblicazione, è trasmesso dal rappresentante legale o dal tesoriere entro il mese di giugno di ogni anno al Ministero del lavoro e delle politiche sociali».

2.366

DI BIAGIO

Precluso

1. Dopo il comma 35 è aggiunto il seguente comma:

35-*bis*. Il Ministero dell'Interno, in via straordinaria, per l'anno 2015, ai fini della copertura delle esigenze di organico della Polizia di Stato, è autorizzata allo scorrimento delle graduatorie vigenti relative alle procedure concorsuali espletati a decorrere dall'anno 2008 e rientrante nella fattispecie di cui all'articolo 2199 comma 4 lettera *b)* punto 3) del decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66, anche qualora non sia concluso il servizio nelle Forze armate in qualità di volontario in ferma prefissata quadriennale di cui a comma 4 lettera *b)* del decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66. Agli oneri derivanti dall'attuazione del presente comma si provvede mediante corrispondente riduzione del fondo di cui all'art. 1, comma 464 ,della legge 27 dicembre 2013 n. 147.

2.367

PETRAGLIA, DE PETRIS, URAS

Precluso

Dopo il comma 35, inserire il seguente:

«35-*bis*. Il comma 6-*bis*, dell'art. 3, del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90, convertito in legge, con modificazioni, dall'art. 1, comma 1, legge 11 agosto 2014, n. 114, è sostituito dal seguente:

«6-*bis*. I contratti di lavoro a tempo determinato delle province - anche di quelle cui dal 1º gennaio 2015 subentrano le città metropolitane ai sensi della legge 56/2014 prorogati fino al 31 dicembre 2014 ai sensi dell'art. 4, comma 9, del decreto-legge 31 agosto 2013, n. 101, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 ottobre 2013 n. 125, possono essere ulteriormente prorogati, alle medesime finalità e condizioni, sino al 31 dicembre 2015, anche in caso di mancato rispetto del patto di stabilità interno 2014, nel rispetto comunque della vigente normativa di contenimento della spesa

complessiva di personale. Dall'attuazione del presente comma non devono derivare nuovi o maggiori oneri per la finanza pubblica».

2.368

DE PETRIS, URAS, PETRAGLIA

Precluso

Dopo il comma 35, inserire il seguente:

«35-*bis*. Il comma 6-*bis*, dell'art. 3, del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90, convertito in legge, con modificazioni, dall'art. 1, comma 1, legge 11 agosto 2014, n. 114, è sostituito dal seguente:

«6-*bis*. I contratti di lavoro a tempo determinato delle province, anche di quelle cui dal 1º gennaio 2015 subentrano le città metropolitane ai sensi della legge 56/2014, e prorogati fino al 31 dicembre 2014 ai sensi dell'art. 4, comma 9, del decreto-legge 31 agosto 2013, n. 101, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 ottobre 2013 n. 125, possono essere ulteriormente prorogati, alle medesime finalità e condizioni, sino al 31 dicembre 2015, anche in caso di mancato rispetto del patto di stabilità interno 2014, nel rispetto comunque della vigente normativa di contenimento della spesa complessiva di personale».

Conseguentemente Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015:

- CP: - 60.000.000;
  CS: - 60.000.000.

2.369

PETRAGLIA, DE PETRIS, URAS

Precluso

Dopo il comma 35, aggiungere il seguente:

«35-*bis*. l'Isfol è autorizzato a prorogare entro il 31 dicembre 2014 e per la durata di sei anni i contratti per i 252 lavoratori a tempo determinato con contratti in scadenza entro l'anno in corso, a valere sulle risorse del Fondo sociale europeo con programmazione 2014- 2020, già a tal fine destinate».

2.370

PETRAGLIA, DE PETRIS, URAS

Precluso

Dopo il comma 35, aggiungere il seguente:

«35-*bis*. l'Isfol è autorizzato a prorogare entro il 31 dicembre 2014 e per la durata di sei anni i contratti per i 252 lavoratori a tempo determinato con contratti in scadenza entro l'anno in corso».

Conseguentemente al comma 121, sostituire le parole: «200 milioni di euro» *con le seguenti:* «182 milioni di euro».

2.371

Mario MAURO

Precluso

Dopo il comma 35, aggiungere il seguente;

«35-*bis*. All'articolo 7 del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 agosto 2014, n. 114, è inserito il seguente comma:

"1-*ter*. Per l'esclusiva finalità dell'attuazione della legge 31 dicembre 2012, n. 244, e dei discendenti decreti legislativi 28 gennaio 2014, n. 7, e 28 gennaio 2014, n. 8, per ciascuna riunione sindacale correlata, svolta durante l'orario di servizio su convocazione dell'amministrazione, un solo rappresentante per ciascuna organizzazione sindacale non è tenuto al recupero delle ore ivi impiegate. Resta salvo che, per ogni altra riunione sindacale, la partecipazione alla stessa grava sui contingenti complessivi di permessi di cui al comma 1"».

2.373

PUGLIA, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI, CIOFFI

Precluso

Dopo il comma 36, aggiungere i seguenti:

«36-bis. Nel caso di soppressione di enti, il personale a tempo indeterminato attualmente in servizio presso i predetti enti, trasferito alle amministrazioni e agli enti rispettivamente individuati, è inquadrato nell'amministrazione di destinazione, sulla base di un'apposita tabella di corrispondenza approvata con decreto del ministro interessato di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze e con il Ministro per Semplificazione e Pubblica Amministrazione.

36-*ter*. Le amministrazioni di destinazione adeguano le proprie dotazioni organiche in relazione al personale trasferito mediante provvedimenti previsti dai rispettivi ordinamenti.

36-*quater*. I dipendenti trasferiti mantengono il trattamento economico fondamentale e accessorio, limitatamente alle voci fisse e continuative, corrisposto al momento dell'inquadramento.

36-*quinquies*. Nel solo caso in cui risulti più elevato rispetto a quello previsto per il personale dell'amministrazione di destinazione troverà piena applicazione la disposizione di cui all'articolo 2112 Codice civile, comma 3, donde il trattamento economico - a quella data - percepito dal personale trasferito e in forza sarà integralmente sostituito da quello applicato, alla medesima data, al personale dipendente dell'amministrazione e/o ente assorbente.

36-*sexies*. Dall'attuazione delle predette disposizioni non devono derivare nuovi o maggiori oneri a carico della finanza pubblica».

2.374

URAS, BAROZZINO, DE PETRIS, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 36 aggiungere il seguente comma:

«36-*bis*. I soggetti istituzionali insediatisi a seguito della legge 7 aprile 2014, n. 56, nonché gli enti o agenzie subentranti nelle funzioni alle province che, ai sensi dell'articolo 35 del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165, stiano assolvendo alla carenza della dotazione organica attraverso il ricorso e l'impiego di personale assunto con procedure ad evidenza pubblica con contratto di lavoro subordinato a tempo determinato della durata di 36 mesi alla data del 31 dicembre 2014 e i cui contratti di lavoro siano stati oggetto negli ultimi cinque anni di una serie continua e costante di rinnovi e proroghe, anche con soluzione di continuità, presso il medesimo ente, possono procedere entro il 31 dicembre 2016, con risorse o fondi propri alla stabilizzazione a domanda del personale interessato».

Conseguentemente, all'articolo 3, dopo il comma 28 aggiungere il seguente:

«28-*bis*. All'articolo 19, comma 6 del decreto-legge n. 201 del 2011, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 214 del 2011, aggiungere, in fondo il seguente periodo: "A decorrere dall'anno 2015 l'aliquota è stabilita nella misura del 13,5 per mille"».

2.375

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 36 aggiungere il seguente comma:

«36-*bis*. Per le strette necessità connesse alle esigenze di continuità dei servizi, le province e le città metropolitane possono prorogare fino ai 31 dicembre 2016 i contratti di lavoro a termine di cui all'articolo 4, comma 9 del decreto-legge 31 agosto 2013, n. 101 convertito, con modificazioni dalla legge 30 ottobre 2013, n. 125, nel rispetto della vigente normativa di contenimento della spesa complessiva di personale e dei limiti massimi della spesa annua per la stipula dei contratti a tempo determinato e nell'invarianza dei saldi di finanza pubblica. Tale proroga è consentita nel rispetto dei vincoli connessi al rispetto del patto di stabilità interno e ai limiti temporali sui contratti a termine».

Conseguentemente, all'articolo 3, dopo il comma 28 aggiungere il seguente:

«28-*bis*. All'articolo 19, comma 6 del decreto-legge n. 201 del 2011, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 214 del 2011, aggiungere, in fondo il seguente periodo: "A decorrere dall'anno 2015 l'aliquota è stabilita nella misura del 13.5 per mille"».

2.376

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 36 aggiungere il seguente comma:

«36-*bis*. Al fine di sostenere l'attuazione dei processi di riorganizzazione finalizzati all'incremento dell'efficacia e dell'efficienza delle attività e dei servizi, a seguito della riduzione del personale delle aree della dirigenza, le Regioni e gli enti locali, previo accordo di contrattazione collettiva decentrata con le organizzazioni sindacali rappresentative rispettivamente del personale del comparto e dell'area dirigenza, a decorrere dall'anno 2015 possono diminuire in misura non superiore al 10 per cento le risorse stabili dei fondi per il trattamento accessorio del personale con qualifica dirigenziale, con contestuale trasferimento delle medesime, in pari misura, ad incremento delle risorse stabili dei fondi per il trattamento accessorio del personale non dirigenziale».

2.377

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 36 aggiungere il seguente comma:

«36-*bis*. Le disposizioni di cui all'articolo 4, comma 6 e comma 6-*quater*, del decreto-legge 31 agosto 2013, n. 101, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 ottobre 2013, n 125 si applicano ai soggetti istituzionali individuati a svolgere le funzioni previste dall'accordo sancito in Conferenza unificata, ai sensi all'articolo 1 comma 91 della Legge 7 aprile 2014 n 56, tra Governo e Regioni, sentite le organizzazioni sindacali maggiormente rappresentative».

Conseguentemente, all'articolo 3, dopo il comma 28 aggiungere il seguente:

«28-*bis*. All'articolo 19, comma 6 del decreto-legge n. 201 del 2011 convertito, con modificazioni, dalla legge n 214 del 2011, aggiungere, infondo il seguente periodo: "A decorrere dall'anno 2015 l'aliquota è stabilita nella misura del 13,5 per mille"».

2.378

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 36 aggiungere il seguente comma:

«36-*bis*. In attesa dei provvedimenti di riordino di cui all'articolo 11 dell'accordo sancito tra Governo e Regioni ai sensi dell'articolo 1, comma 9 della legge 7 aprile 2014 n. 56, e allo scopo di garantire la continuità dei servizi, il personale non dirigenziale assunto con contratto a tempo determinato impegnato nei servizi di cui al citato articolo 11, in possesso di idoneità concorsuale per assunzioni a tempo indeterminato dei requisiti di cui all'articolo 4 comma 6 primo periodo della legge 30 ottobre 2013, n. 125 e il personale non dirigenziale dei sopra citati servizi che abbia sostenuto procedure selettive pubbliche per titoli ed esami indette ai sensi dell'articolo 1 comma 560 della legge 296/2006 e assunto, a seguito delle stesse, con contratto a tempo determinato che abbiano maturato una anzianità di servizio di almeno tre anni negli ultimi cinque alla data della presente legge, possono essere stabilizzati a domanda dalla Regione territorialmente competente con risorse proprie ed assegnato, in deroga alla vigente disciplina in materia di limiti per le assunzioni e nel rispetto dei vincoli di spesa, ai soggetti istituzionali individuati anche temporaneamente a svolgere le funzioni previste».

Conseguentemente, all'articolo 3, dopo il comma 28 aggiungere il seguente:

«28-*bis*. All'articolo 19, comma 6 del decreto-legge n. 201 del 2011, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 214 de12011, aggiungere in fondo il seguente periodo: "A decorrere dall'anno 2015 l'aliquota è stabilita nella misura del 13.5 per mille"».

2.380

CERONI

Precluso

Dopo il comma 36, aggiungere il seguente:

«36-*bis*. Il Comune può istituire un elenco del personale delle forze armate e di polizia, e del Corpo Nazionale dei vigili del fuoco, in quiescenza e residente nel territorio comunale, per un loro utilizzo, previa il loro consenso, in attività di pubblica utilità afferenti la sicurezza di strutture pubbliche. Il Comune provvede con risorse proprie a stabilire ed erogare i compensi che non possono essere di importo superiore ad un quarto del trattamento pensionistico mensile del soggetto in quiescienza».

2.381

PUGLIA, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Dopo il comma 36, aggiungere i seguenti:

«36-*bis*. Al comma 20 dell'articolo 7 del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78 convertito, con modificazioni, dalla legge 30 luglio 2010, n. 122, al secondo periodo, sono aggiunte, in fine, le parole: "Al suddetto trasferimento si applica, quanto al trattamento economico, la previsione di cui all'articolo 2112 c.c., comma 3, salvo quanto previsto ai successivi due periodi".

36-*ter*. Al comma 20 dell'articolo 7 del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78 convertito, con modificazioni, dalla legge 30 luglio 2010, n. 122, il quinto periodo, è sostituito dal seguente: "Nel solo caso in cui risulti più elevato rispetto a quello previsto per il personale dell'amministrazione di destinazione, continueranno a percepire il trattamento economico all'atto del trasferimento e la differenza sarà imputata alla voce assegno *ad personam* che sarà assorbita con i successivi miglioramenti economici a qualsiasi titolo conseguiti per un periodo massimo di 5 anni; se, al termine del predetto periodo, l'assegno *ad personam* non è stato del tutto riassorbito, cessa di essere corrisposto e, per l'effetto, troverà piena applicazione la disposizione di cui all'articolo 2112 c.c., comma 3, donde il trattamento economico - a quella data - percepito dal personale trasferito e in forza sarà integralmente sostituito da quello applicato, alla medesima data, al personale dipendente dell'amministrazione e/o ente assorbente"».

2.383

SCAVONE

Precluso

Dopo il comma 36, inserire il seguente:

«36-*bis*. Nei limiti delle risorse disponibili a legislazione vigente, l'Agenzia delle Dogane e dei Monopoli è autorizzata, anche in deroga ai limiti assunzionali stabiliti dalle disposizioni correnti, alla copertura delle carenze di personale nei profili professionali di terza area tramite assunzione dei candidati inseriti nelle graduatorie a tale scopo già previste dall'articolo 1, comma 4-*bis* del decreto-legge 29 dicembre 2011 n. 216, con priorità rispetto ad ogni modalità di reclutamento. Tali assunzioni sono effettuate sulla base delle disponibilità finanziarie e delle facoltà assunzionali a tempo indeterminato di cui dispone l'Agenzia delle Dogane e dei Monopoli, per le annualità 2014, 2015 e 2016».

2.386

Mario MAURO

Precluso

Dopo il comma 36, aggiungere il seguente:

«36-*bis*. All'articolo 6, comma 1, del decreto-legge 24 giugno 2014 n. 90, le parole: "non superiore a un anno", sono sostituite dalle seguenti: "non superiore a cinque anni"».

2.387

BIGNAMI, PEPE, Maurizio ROMANI, MUSSINI

Precluso

Dopo il comma 36, inserire il seguente comma:

«36-*bis*. A partire dall'anno 2015 l'Agenzia nazionale per la sicurezza del volo (ANSV) è autorizzata ad avviare le procedure concorsuali e a procedere alle relative assunzioni di 9 funzionari tecnici investigatori a tempo indeterminato, in deroga all'articolo 3, comma 1, del decreto-legge 90 del

2014».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 124, sostituire le parole: «850 milioni»*, con le parole:* «848,5 milioni».

2.388

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 36 aggiungere il seguente comma:

«36-*bis*. All'articolo 4, comma 9, terzo periodo, del decreto-legge 31 agosto 2013, n. 101, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 ottobre 2013, n. 125, le parole: "31 dicembre 2014" sono sostituite dalle seguenti: "31 dicembre 2016"».

Conseguentemente dopo il comma 75 aggiungere il seguente:

«75-*bis*. All'articolo 19, comma 6 del decreto-legge n. 201 del 2011, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 214 del 2011, aggiungere, in fondo il seguente periodo: "A decorrere dall'anno 2015 l'aliquota è stabilita nella misura del 13,5 per mille».

2.389

D'ALI'

Precluso

Sopprimere il comma 37.

2.390

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Al comma 37, dopo le parole: «lettera di invito» aggiungere le seguenti: «; il Governo presenta semestralmente alle competenti commissioni parlamentari una relazione sulle attività intraprese in base della procedura ristretta di cui al precedente periodo,».

2.391

D'ALI'

Precluso

Al comma 37, aggiungere, in fine, le seguenti parole: «, e comunque ad un prezzo non inferiore a tre volte la rivalutazione della rendita catastale prevista per la congruità fiscale.»

2.392

D'ALI'

Precluso

Al comma 37 aggiungere, in fine, il seguente periodo:

«I proventi derivanti dalla vendita degli immobili dello Stato sono per l'80 per cento versati a un apposito fondo costituito presso il Ministero dell'economia e delle finanze, destinato esclusivamente al riacquisto e all'estinzione di titoli del debito pubblico italiano e per il 20 per cento versati ai Comuni di sedime.».

2.393

MALAN

Precluso

Al comma 37, aggiungere, al termine, il seguente periodo: «Tali decreti direttoriali sono inviati tempestivamente alle commissioni competenti di Senato e Camera.»

2.398

CATALFO, PUGLIA, PAGLINI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Dopo il comma 37, aggiungere il seguente:

«37-*bis*. Al fine di sostenere il capitale sociale impiegato dai lavoratori in mobilità., che associatesi in forma cooperativa, abbiano rilevato l'azienda presso cui prestavano servizio, sono stanziati 50 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017 a valere sulle risorse di cui all'articolo 1 della legge 27 febbraio 1985, n. 49.»

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «,ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 50 milioni di euro a per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017.»

2.400

D'ALI'

Precluso

Al comma 38, sopprimere la lettera b).

Conseguentemente, le previste risorse sono destinate ad interventi di efficienza energetica del patrimonio pubblico dello Stato nella quota del 3 per cento annuo per come previsto dalla normativa comunitaria.

2.420

COMAROLI, BISINELLA, DIVINA, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 38, inserire il seguente:

«38-*bis*. All'articolo 56-*bis* del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 agosto 2013, n. 98, sono apportate le seguenti modifiche:

a) al comma 7, primo periodo, dopo le parole "sono ridotte" sono inserite le seguenti parole "per tutta la vigenza dei relativi contratti, se ve ne sono, o per due annualità, se occupate senza titolo,"; e alla fine del primo periodo, dopo le parole "al trasferimento di cui al comma 1", sono inserite le seguenti parole "al netto delle spese di manutenzione e di regolarizzazione tecnica amministrativa sostenute dall'ente richiedente";

b) alla fine del comma 10 è aggiunto il seguente periodo "Resta ferma tuttavia la possibilità per l'ente territoriale di stabilire se destinare la quota residua del 25 per cento prevista dall'articolo 9, comma 5, del decreto legislativo 28 maggio 2010, n. 85, alla riduzione del proprio debito oppure al Fondo per l'ammortamento titoli di. Stato.";

c) al comma 11 le parole da "è altresì" sino alla fine del comma sono sostituite dalle seguenti: "il 10 per cento delle risorse nette derivanti dall'alienazione dell'originario patrimonio immobiliare disponibile degli enti territoriali, è destinato alla riduzione del debito dell'ente."».

2.425

CIOFFI, SCIBONA, CIAMPOLILLO, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Dopo il comma 39, inserire i seguenti:

«39-*bis*. Per favorire la riduzione degli oneri amministrativi a carico dei cittadini ed assicurare l'efficacia, la trasparenza e il controllo in tempo reale dell'azione amministrativa per la locazione o l'alienazione del patrimonio immobiliare pubblico, anche al fine del corretto agire della pubblica amministrazione e di prevenire fenomeni di corruzione, è istituita la "Banca dati nazionale del patrimonio immobiliare pubblico". La Banca dati di cui al presente comma è consultabile in un'apposita sezione del sito internet ufficiale del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti. Nella Banca dati sono evidenziate separate sezioni, recanti l'indicazione: degli immobili locati, di quelli da locare, di quelli per i quali è stata presentata domanda di riscatto nonché di quelli per i quali è stata avviata la procedura di alienazione.

39-*ter*. Entro tre mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, il Ministro delle infrastrutture e dei trasporti, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze e con il Ministro degli affari regionali, stabilisce, con proprio regolamento, previa intesa con la Conferenza unificata di cui all'articolo 8 del decreto legislativo di cui all'articolo 8 del decreto legislativo 28 agosto 1997, n. 281, le modalità di redazione della Banca dati, nonché le modalità di formazione degli elenchi e dei criteri in base ai quali gli immobili adibiti ad edilizia economico popolare di proprietà dei comuni e degli istituti autonomi per le case popolari e gli immobili di proprietà delle regioni, delle province e degli enti di assistenza e beneficenza, anche disciolti, nonché di proprietà statale o di altri enti pubblici

anche partecipati devono essere iscritti nella medesima Banca dati. Il medesimo regolamento disciplina le modalità tecniche per l'accessibilità della Banca dati attraverso i portali o i siti internet, ove esistenti, degli enti e dei soggetti che detengono immobili destinati alla locazione o alla alienazione, nonché le modalità di formazione dell'anagrafe degli assegnatari. Ai fini della fissazione dei criteri di cui al presente comma, si tiene conto delle diverse competenze in materia attribuite allo Stato e alle regioni».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 75, alla tabella A ivi richiamata, alla voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 3000.000;
2016: - 1.000.000;
2017: - 1.000.000.

2.426

CIOFFI, SCIBONA, CIAMPOLILLO, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Dopo il comma 39, inserire i seguenti:

«39-*bis*. Per la migliore definizione dei programmi di intervento di interesse nazionale relativi al patrimonio immobiliare pubblico, nonché alla acquisizione, raccolta, elaborazione, diffusione e valutazione dei dati sulla condizione abitativa, i Comuni, entro tre mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, provvedono al censimento ovvero, ove già effettuato, all'aggiornamento degli immobili di proprietà pubblica presenti nel rispettivo territorio e alla loro catalogazione, con riferimento in particolare alla presenza di unità immobiliari e fabbricati inutilizzati e al loro stato di manutenzione, nonché allo stato di manutenzione degli immobili utilizzati.

39-*ter*. Nel censimento sono ricompresi gli immobili adibiti ad edilizia economico popolare di proprietà dei comuni e degli istituti autonomi per le case popolari e gli immobili di proprietà delle regioni, delle province e degli enti di assistenza. e beneficenza, anche disciolti, nonché di proprietà statale o di altri enti pubblici.

39-*quater*. I comuni e le Regioni sulla base del censimento di cui ai commi 39-*bis* e 39-*ter*, entro diciotto mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, formulano propri programmi di recupero del patrimonio pubblico inutilizzato e di recupero e manutenzione del patrimonio già adibito ad uso abitativo».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 75, alla tabella A ivi richiamata, alla voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 2.000.000;
2016: - 1.000.000;
2017: - 1.000.000.

2.427

BERTOROTTA, PUGLIA, MOLINARI, VACCIANO, BOTTICI, MANGILI, BULGARELLI

Precluso

Dopo il comma 39, aggiungere i seguenti:

«39-*bis*. Le norme di cui all'articolo 23 del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito con legge 11 novembre 2014, n. 164, si applicano alle dismissioni del patrimonio immobiliare eli tutti gli enti di cui all'allegato A del decreto legislativo 30 giugno 1994, n. 509, anche se il loro patrimonio è stato conferito ai vari fini compresa la vendita a fondi immobiliari o SGR.

39-*ter*. Il diritto di riscatto può essere esercitato solo dai conduttori privi di altra abitazione di proprietà adeguata alle esigenze del nucleo familiare nella città di residenza. L'inquilino degli enti e/o soggetti di cui al comma 39-*bis* che esercita il riscatto non può rivendere l'immobile prima del decorso di anni dieci. Allo scadere di tale termine il prezzo di vendita non può essere superiore a quello di acquisto, rivalutato in base agli indici Istat, e nell'ipotesi di vendita è attribuito diritto di prelazione agli enti locali competenti per territorio che decidono per l'acquisto ai fini dell'emergenza abitativa.

39-*quater*. Alle dismissioni degli enti di cui al comma 39-*bis* per la quantificazione del prezzo

trovano applicazione le disposizioni di cui all'articolo 3, commi 7 e 8 del decreto-legge 25 settembre del 2001, n. 351, convertito con modificazioni della legge 23 novembre 2001, n. 410.

39-*quinquies*. Agli inquilini che detengono gli alloggi, così come indicati al comma 39-*bis*, sulla base di un contratto di locazione in essere o scaduto, è riconosciuto il diritto di prelazione all'acquisto ed il diritto di prelazione all'affitto».

2.429

MANGILI, LEZZI, BULGARELLI

Precluso

Dopo il comma 39, aggiungere i seguenti:

«39-*bis*. Entro 120 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, il Ministro dell'interno svolge una ricognizione dei contratti di locazione inerenti a immobili in uso alle forze del comparto della pubblica sicurezza stipulati con soggetti privati e illustra alle Camere i dati raccolti.

39-*ter*. L'amministrazione competente recede, con un preavviso di 120 giorni, anche in deroga a eventuali clausole difformi, dal contratti di locazione di cui al comma precedente dai quali risulti un canone superiore ai prezzi di mercato.

39-*quater*. L'amministrazione competente recede altresì, con le medesime modalità e nei medesimi termini di cui al comma 39-*ter* dai contratti di locazione di cui al comma 39-*bis*, qualora nel territorio provinciale di ubicazione dell'immobile oggetto dei contratti medesimi, siano disponibili beni demaniali o confiscati alla criminalità organizzata utili per la medesima destinazione d'uso, e provvede ai necessari trasferimenti.

39-*quinquies*. I risparmi eventualmente derivanti dalle disposizioni di cui ai commi 39-*ter* e 39-*quater*, accertate con decreto del ministro dell'economia e delle finanze, confluiscono nel Fondo di cui all'articolo 11-*bis* del decreto-legge 31 maggio 2010, n 78, per il finanziamento di misure perequative per il personale delle Forze di Polizia e dei Corpo nazionale dei vigili del Fuoco».

2.432

LIUZZI

Precluso

Dopo il comma 39, aggiungere i seguenti:

«39-*bis*. Al fine di completare il processo di riordino delle Province in attuazione della legge 7 aprile 2014, n. 56, in deroga a quanto previsto dall'articolo 3 del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90, le amministrazioni dello Stato, anche ad ordinamento autonomo, le Regioni e gli enti locali, le agenzie e gli enti pubblici non economici ivi compresi quelli di cui all'articolo 70, comma 4, del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165 e successive modificazione, non possono procedere ad assunzioni di personale a tempo indeterminato fino al 31 dicembre 2015, ai Corpi di polizia, al Corpo nazionale dei vigili del fuoco, al servizio sanitario nazionale - per il solo personale medico-infermieristico - alle università e al comparto della scuola - relativamente al solo corpo docente - si applica la normativa di settore.

39-*ter*. Entro 30 giorni dall'entrata in vigore della presente legge, la Presidenza del Consiglio dei ministri, Dipartimento della funzione pubblica le disponibilità di richieste da parte delle amministrazioni interessate suddivise per provincia, per agevolare le procedure di mobilità volontaria dalle Province ad altre amministrazioni attivando il portale finalizzato all'incontro tra la domanda e l'offerta di mobilità. Sono fatti salvi gli accordi eli mobilità conclusi ai sensi dell'articolo 2 del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90.

39-*quater*. Le Province e le Città metropolitane, al fine di riorganizzare le proprie strutture amministrative in attuazione dell'articolo 1, commi 85 e 88, della legge aprile 2014, n. 56, possono procedere alla rideterminazione delle dotazioni organiche e alla risoluzione unilaterale del rapporto di lavoro nei confronti dei propri dipendenti in possesso dei requisiti anagrafici e contributivi che avrebbero comportato la decorrenza del trattamento pensionistico entro 31 dicembre 2016, secondo la disciplina vigente prima dell'entrata in vigore dell'articolo 24 del decreto legislativo 6 dicembre 2011, n. 201, convertito nella legge 22 dicembre 2011, n. 214, con conseguente valenza dei requisiti

anagrafici e di anzianità contributiva nonché del regime delle decorrenze previsti dalla predetta disciplina pensionistica».

2.436

CERONI

Precluso

Dopo il comma 39, aggiungere il seguente:

«All'articolo 56-*bis* del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69 convertito, con modificazioni, con la legge 9 agosto 2013, n. 98, dopo il comma 2 è inserito il seguente:

"2-*bis*. I Comuni, le Province, le città metropolitane e le Regioni che intendono acquisire la proprietà dei beni di cui al comma 1 possono farne richiesta secondo le modalità previste al comma 2 nel periodo intercorrente tra il 1º gennaio ed il 31 dicembre 2015"».

2.438

BONFRISCO, CERONI, D'ALI', MANDELLI, GIBIINO, MILO

Precluso

Dopo il comma 39, aggiungere il seguente:

«39-*bis*. All'articolo 21, comma 1, del decreto-legge 12 settembre 2014, n.133, convertito, con modificazioni, nella legge 11 novembre 2014, n.164, le parole: ", invendute alla data di entrata in vigore della legge di conversione del presente decreto" sono soppresse.».

2.439

GASPARRI

Precluso

Dopo il comma 39 aggiungere il seguente:

«39-*bis*. All'articolo 1, comma 18, del decreto-legge 30 dicembre 2009, n. 194, convertito, con modificazioni, dalla legge 26 febbraio 2010, n. 25, le parole: "fino al 31 dicembre 2020" sono sostituite dalle seguenti: "fino al 31 dicembre 2080"».

2.440

GASPARRI

Precluso

Dopo il comma 39 aggiungere il seguente:

«39-*bis*. All'articolo 1, comma 18, del decreto-legge 30 dicembre 2009, n. 194, convertito, con modificazioni, dalla legge 26 febbraio 2010, n. 25, le parole: "fino al 31 dicembre 2020" sono sostituite dalle seguenti: "fino al 31 dicembre 2060"».

2.441

GASPARRI

Precluso

Dopo il comma 39 aggiungere il seguente:

«39-*bis*. All'articolo 1, comma 18, del decreto-legge 30 dicembre 2009, n. 194, convertito, con modificazioni, dalla legge 26 febbraio 2010, n. 25, le parole: "fino al 31 dicembre 2020" sono sostituite dalle seguenti: "fino al 31 dicembre 2050"».

2.442

GASPARRI

Precluso

Dopo il comma 39 aggiungere il seguente:

«39-*bis*. All'articolo 1, comma 18, del decreto-legge 30 dicembre 2009, n. 194, convertito, con modificazioni, dalla legge 26 febbraio 2010, n. 25, le parole: "fino al 31 dicembre 2020" sono sostituite dalle seguenti: "fino al 31 dicembre 2030"».

2.443

MILO

Precluso

Dopo il comma 39 aggiungere il seguente:

«39-*bis*. All'articolo 1, comma 18, del decreto-legge 30 dicembre 2009, n. 194, convertito, con modificazioni, dalla legge 26 febbraio 2010, n. 25, dopo il penultimo periodo, è aggiunto il seguente periodo: "Sono altresì prorogate fino al 31 dicembre 2020 le concessioni in essere al 31 dicembre 2012."».

2.446

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 41 aggiungere il seguente:

«41-*bis*. In ogni caso, il contratto di programma di cui al comma 1, lettera *b)* relativo al periodo regolatorio successivo a quello 2012-2014 deve assicurare la tutela, la protezione sociale e il mantenimento dei livelli occupazionali riferibili al contratto di programma per il triennio 2009-2011 che, ai sensi di quanto previsto dal comma 1, lettera *a)*, resta efficace fino alla conclusione della procedura di approvazione del nuovo contratto di programma per il quinquennio 2015-2019».

2.450

BULGARELLI, SCIBONA

Precluso

Sopprimere il comma 43.

2.451

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 45, all'elenco 2, allegato, sopprimere la voce: «Ministero della giustizia».

Conseguentemente, al comma 124 dell'articolo 1, sostituire le parole: «850 milioni» *con le parole:* «747 milioni».

Conseguentemente, alla tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguente variazioni:

2017: - 103.000.

2.452

MONTEVECCHI, SERRA, BLUNDO, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

All'Elenco n. 3, di cui al comma 45, relativo alle «Riduzioni delle dotazioni fmanziarie delle spese dei Ministeri Triennio 2015-2017», con riferimento al Ministero dei Beni e delle Attività culturali, e nello specifico alla Missione 1 «Tutela e Valorizzazione dei beni e attività culturali e paesaggistici», al Programma 1.2 «Sostegno, valorizzazione e tutela del settore dello spettacolo» nella colonna relativa alle riduzioni previste per l'anno 2015 sostituire il numero: «91» con il seguente: «169».

Conseguentemente nel medesimo Elenco, con riferimento alla Missione 3 «Servizi istituzionali e generali delle amministrazioni pubbliche»*, al Programma 3.1* «Indirizzo politico»*, nella colonna relativa alle riduzioni previste per l'anno 2015 sostituire il numero* «78» *con il seguente:* «169».

2.458

BONFRISCO

Precluso

Sostituire il comma 48 con i seguenti:

«48. A partire dalla data di entrata in vigore della presente legge il CNEL svolge. su richiesta del Governo, le sole funzioni rispondenti alle disposizioni di cui agli articoli 151. e 152 del Trattato sul fimzionamento dell'Unione europea In tal caso il Governo trasmette al CNEL, che esprime un parere entro quindici giorn i provvedimenti predisposti ai sensi della legge 24 dicembre 2012, n. 243, compresi quelli concernenti rifonne in materia di lavoro e politiche sociali. n parere espresso viene conseguentemente trasmesso dal Governo al Parlamento.

48-*bis*. Entro trenta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, con decreto del Presidente della Repubblica, su proposta del Presidente del Consiglio dei ministri e previa deliberazione del Consiglio dei ministri, sentito il Presidente della Corte dei conti, sono attribuite alla

Corte dei conti medesima, nonché. qualora necessario in relazione a specifiche attività da trasferire, anche ad altre an'lministrazioni pubbliche, tutte lefunzioni non ricomprese nel precedente comma ed oggi attribuite al CNEL a norma degli articoli 10, 10-*bis*, 16 e 17 della legge 30 dicembre 1986, n. 936, e successive integrazioni e modificazioni, nonché a norma di altre disposizioni legislative. Con successivo decreto del Presidente del Consiglio dei ministri sono conseguentemente definite la destinazione del personale, dei beni strumentali e del patrimonio. Al personale così trasferito si applicano le disposizioni di cui all'articolo 15, comma 1, periodi sesto, settimo e ottavo, del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111. Alla data di emanazione del decreto del Presidente del Consiglio dei ministri di cui al presente comma la citata legge n. 936 del 1986 è abrogata».

2.460

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Al comma 49, dopo le parole: «Presidenza del Consiglio dei ministri» inserire le seguenti: «Presidenza della Repubblica».

2.461

MALAN

Precluso

Al comma 49, aggiungere, al termine, il seguente periodo: «A tal fine, all'articolo 8, comma 1, decreto legislativo 9 luglio 2003, n. 215, le parole: "2.035.357 euro" sono sostituite dalle seguenti: "1.035.357 euro"».

Conseguentemente:

all'articolo 29, della legge 1º marzo 2002, n. 39, le parole: «2.035.357 euro» *sono sostituite dalle seguenti:* «1.035.357 euro».

2.462

STEFANO

Precluso

Al comma 50, dopo le parole: «del 5 per cento» aggiungere le seguenti parole: «, nonché dell'8 per cento da destinare annualmente ai fornitori di servizi di media audiovisivi in ambito locale che svolgono ruolo complementare di servizio pubblico territoriale».

2.463

MALAN

Precluso

Al comma 50, aggiungere, al termine, il seguente periodo: «Conseguentemente, l'importo del canone di abbonamento è ridotto del 5 per cento.»

Conseguentemente:

all'articolo 1, comma 116, sostituire le parole: «100 milioni» *con le seguenti:* «15 milioni».

2.465

D'AMBROSIO LETTIERI, BRUNI, PERRONE, ZIZZA, IURLARO, LIUZZI, AMORUSO

Precluso

Al comma 50, dopo le parole: «del 5 per cento» aggiungere le seguenti: «nonché dell'8 per cento da destinare annualmente ai fornitori di servizi di media audiovisivi in ambito locale che svolgono ruolo complementare di servizio pubblico territoriale.»

2.466

CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 50, inserire il seguente:

«50-*bis*. A decorrere dal 1º gennaio 2015, il canone di abbonamento alle radioaudizioni e alla televisione di cui al regio decreto-legge 21 febbraio 1938, n. 246, convertito dalla legge 4 giugno 1938, n. 880, e successive modificazioni, nonché la tassa di concessione governativa prevista

dall'articolo 17 della tariffa delle tasse sulle concessioni governative, di cui al decreto del Ministro delle finanze 28 dicembre 1995, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* n. 303 del 30 dicembre 1995, e successive modificazioni, sono aboliti».

Conseguentemente, l'articolo 17 della legge 14 aprile 1975, n. 103, l'articolo 18 della legge 3 maggio 2004, n. 112, e l'articolo 47 del testo unico della radiotelevisione, di cui al decreto legislativo 31 luglio 2005, n. 177, sono abrogati.

Conseguentemente, all'articolo 3, dopo il comma 27 inserire il seguente:

«27-*bis*. Entro sessanta giorni dall'approvazione della presente legge il ministro dell'Interno di concerto con il ministro dell'economia e delle finanze, il ministro della salute, il ministro del lavoro e delle politiche sociali e il ministro della Giustizia con proprio decreto stabilisce le modalità finalizzate a regolamentare l'esercizio consentito della prostituzione nelle abitazioni private in edifici ove non sono presenti abitazioni con destinazione d'uso diversa, site in comuni con popolazione superiore a 10.000 abitanti, prevedendo le modalità che garantiscano i dovuti controlli igienico sanitari e stabilendo contemporaneamente nuove misure atte a contrastare il fenomeno della prostituzione in luoghi pubblici o aperti al pubblico».

2.467

CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 50, inserire il seguente:

«5-*bis*. A decorrere dal 1º gennaio 2014, il canone di abbonamento alle radioaudizioni e alla televisione di cui al regio decreto-legge 21 febbraio 1938, n. 246, convertito dalla legge 4 giugno 1938, n. 880, e successive modificazioni, nonché la tassa di concessione governativa prevista dall'articolo 17 della tariffa delle tasse sulle concessioni governative, di cui al decreto del Ministro delle finanze 28 dicembre 1995, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* n 303 del 30 dicembre 1995, e successive modificazioni, sono aboliti».

Conseguentemente, l'articolo 17 della legge 14 aprile 1975, n. 103, l'articolo 18 della legge 3 maggio 2004, n. 112, e l'articolo 47 del testo unico della radiotelevisione, di cui al decreto legislativo 31 luglio 2005, n. 177, sono abrogati.

Conseguentemente, all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117, 124, 125 e 139 e all'articolo 2, sopprimere il comma 207.

2.468

CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 50, aggiungere i seguenti:

«50-*bis*. A decorrere dal 1º gennaio 2016, il canone di cui all'articolo 15 della legge 14 aprile 1975, n. 103, e successive modificazioni ed integrazioni, costituisce il corrispettivo dell'uso di un apparato atto a decodificare le trasmissioni televisive criptate, installato dalla concessionaria del servizio pubblico su richiesta dell'utente, con modalità e caratteristiche stabilite con decreto del Ministro delle comunicazioni.

50-*ter*. Gli utenti che non richiedono l'installazione di cui al comma precedente sono tenuti unicamente al pagamento della tassa di concessione governativa di cui all'articolo 17, comma 1, lettera *b)*, della tariffa delle tasse sulle ,concessioni, approvata con decreto del Ministro delle finanze 28 dicembre 1995, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* n. 303 del 30 dicembre 1991».

Con decreto del Ministro delle comunicazioni sono indicati i programmi di pubblico interesse che la concessionaria del servizio pubblico non può trasmettere con modalità criptate.

Conseguentemente, all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117, 124, 125 e 139 e all'articolo 2, sopprimere il comma 207.

2.469

CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 50, inserire il seguente:

«50-*bis*. Al regio decreto-legge 21 febbraio 1938, n. 246, apportare le seguenti modifiche:

a) All'articolo 1, il primo periodo è sostituito con il seguente: "Chiunque detenga uno o più apparecchi atti alla ricezione delle radioaudizioni ed inoltri richiesta su carta semplice per usufruire del servizio, è tenuto al pagamento dei canone di abbonamento, giusta le norme di cui al presente decreto";

b) all'articolo 1, il secondo periodo è soppresso;

c) all'articolo 10, è aggiunto in fine il seguente periodo: "La procedura prevista per la cessazione dell'uso dell'apparecchio, e di conseguenza per la cessazione dell'abbonamento, ove conclusa giusta le norme di cui al presente decreto, non comporta per l'utente successivi accertamenti da parte degli organi competenti";

d) all'articolo 15, comma 2, della legge 14 aprile 1975, n. 103, dopo le parole: "apparecchi atti", sopprimere fino alla fine del periodo e sostituire con le seguenti: "alla ricezione di trasmissioni sonore o televisive via cavo o provenienti dall'estero e presentino domanda per usufruire del servizio pubblico di diffusione radiofonica e televisiva"».

Conseguentemente, all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117, 124, 125 e 139 e all'articolo 2, sopprimere il comma 207.

2.470

CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 50, inserire il seguente:

«50-*bis*. I proventi del canone di abbonamento di cui al regio decreto-legge 21 febbraio 1938, n. 246, convertito dalla legge 4 giugno 1938, n. 880, nonché i proventi della tassa di concessione governativa prevista dall'articolo 17 della tariffa delle tasse sulle concessioni governative, di cui al decreto del Ministro delle finanze 28 dicembre 1995, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* n. 303 del 30 dicembre 1995, sono versati per il 90 per cento alle regioni, in conformità a quanto stabilito dalla legge 5 maggio 2009, n. 42 in materia di federalismo fiscale, e ripartiti tra le emittenti locali in base al regolamento che sarà emanato dal Ministro dello sviluppo economico entro 6 mesi dalla data di entrata in vigore delle legge di conversione del presente decreto-legge».

2.471

CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 50, inserire il seguente:

«50-*bis*. Non sono tenuti al pagamento del canone di abbonamento speciale di cui agli articolo 1 e 27 del Regio decreto-legge del 21 febbraio 1938, n. 246 e dall'articolo 2 del D.L.Lt. 21 dicembre 1944, n. 458, coloro che detengono uno o più apparecchi atti o adattabili alla ricezione delle trasmissioni radiotelevisive in esercizi pubblici, in locali aperti al pubblico o comunque fuori dell'ambito familiare e che li utilizzino per scopi strettamente connessi alle attività lavorative, di impresa o professionali e comunque diversi dall'intrattenimento».

Conseguentemente, all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117, 124, 125 e 139 e all'articolo 2, sopprimere il comma 207.

2.472

CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 50, inserire il seguente:

«50-*bis*. All'articolo 13, del regio decreto-legge 21 febbraio 1938, n. 246, sostituire il comma 1 con il seguente: "1. In caso di decesso dell'abbonato, l'abbonamento alle radioaudizioni si estingue automaticamente, senza ulteriori adempimenti, a decorrere dalla data di pubblicazione del decesso presso gli uffici competenti"».

2.473

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 50, inserire il seguente:

«50-*bis*. Al Capo II del Testo unico delle disposizioni concernenti gli Enti locali di cui al decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, al fine di rendere facoltativa, per i comuni e le province, la nomina del segretario titolare dipendente dall'Agenzia autonoma per la gestione dell'albo dei segretari comunali e provinciale è apportata la seguente modifica: "articolo 97, comma 1, dopo le parole: 'il Comune e la provincia hanno', sono inserite le seguenti: 'la facoltà di avvalersi di'"».

2.474

CIOFFI, SCIBONA, CIAMPOLILLO, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Sopprimere il comma 51.

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 75, alla Tabella A ivi richiamata, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 28.400.000;
2016: - 28.400.000;
2017: - 28400.000.

2.478

BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, MILO, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, Eva LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Al comma 52, capoverso 3-bis, dopo le parole: «Per le attività», sono inserite le seguenti: «di investimento;» le parole: «fino al 10 per cento», sono sostituite dalle seguenti: «pari al 15 per cento;» dopo le parole: «quadro economico di progetto», sono inserite le seguenti: «approvato a decorrere dal 1º gennaio 2015».

2.480

URAS, CERVELLINI, DE PETRIS, BAROZZINO, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 52, capoverso 3-bis, dopo le parole: «Per le attività,» sono inserite le seguenti: «di investimento;» le parole: «fino al 10 per cento,» sono sostituite dalle seguenti: «pari al 15 per cento;» dopo le parole: «quadro economico di progetto,» sono inserite le seguenti: «approvato a decorrere dal 1º gennaio 2015».

2.482

BONFRISCO, CERONI, D'ALI', MANDELLI, GIBIINO, MILO

Precluso

Dopo il comma 52, aggiungere il seguente:

«52-*bis*. All'articolo 38, del decreto legislativo 12 aprile 2006, n. 163, il comma 2-*bis* è sostituito dal seguente:

"2-*bis*. La mancanza o l'incompletezza delle dichiarazioni sostitutive di cui al comma 2, costituendo un'irregolarità essenziale, obbliga il concorrente che intenda regolarizzarle al pagamento, in favore della stazione appaltante, di una sanzione pecuniaria, stabilita dal bando di gara in un'unica somma, di importo non superiore allo 0,1 per mille e comunque fino ad un massimo di diecimila euro. In tal caso, la stazione appaltante assegna al concorrente un termine, non superiore a dieci giorni, perché siano rese o integrate le dichiarazioni necessarie, indicandone il contenuto e i soggetti che le devono rendere. Nei casi di irregolarità non essenziali ma afferenti ad elementi indispensabili, la stazione appaltante ne richiede la regolarizzazione entro il medesimo termine, senza irrogare alcuna sanzione pecuniaria. In caso di irregolarità non essenziali, ovvero di mancanza o incompletezza di dichiarazioni non indispensabili, la stazione appaltante non ne richiede la regolarizzazione, né applica alcuna sanzione. In caso di inutile decorso del termine di cui al secondo e terzo periodo ovvero di mancato versamento nello stesso termine della sanzione, ove prevista, il concorrente è escluso dalla

gara"».

2.483

BONFRISCO, CERONI, D'ALI', MANDELLI, GIBIINO, MILO

Precluso

Dopo il comma 52, aggiungere il seguente:

«52-*bis*. All'articolo 38, del decreto legislativo 12 aprile 2006, n. 163, il comma 2-*bis* è sostituito dal seguente:

"2-*bis*. In caso di mancanza o incompletezza delle dichiarazioni sostitutive di cui al comma 2, la stazione appaltante assegna al concorrente un termine, non superiore a dieci giorni, perché siano rese, integrate o regolarizzate le dichiarazioni necessarie, indicandone il contenuto ed i soggetti che le devono rendere; in caso di inutile decorso del termine, il concorrente è escluso dalla gara. Nei casi di irregolarità non essenziali, la stazione appa1tante non ne richiede la regolarizzazione"».

2.484

BONFRISCO, CERONI, D'ALI', MANDELLI, GIBIINO, MILO

Precluso

Dopo il comma 52, aggiungere il seguente:

«52-*bis*. All'articolo 357 del decreto del Presidente della Repubblica 5 ottobre 2010, n. 207, dopo il comma 30 è inserito il seguente comma:

"30-*bis*. In relazione all'articolo 194, in deroga a quanto previsto al comma 1, fino al 31 dicembre 2016, il direttore dei lavori redige lo stato di avanzamento dei lavori nei termini specificati nel contratto e, comunque, con cadenza bimestrale, che deve essere esplicitata nel contratto. La disposizione si applica ai contratti stipulati successivamente alla data di entrata in vigore del presente decreto"».

2.485

BONFRISCO, CERONI, D'ALI', MANDELLI, GIBIINO, MILO

Precluso

Dopo il comma 52, aggiungere il seguente:

«52-*bis*. All'articolo 26-*ter* del decreto-legge 21 giugno 2013 n. 69, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 agosto 2013 n. 98, al primo periodo, le parole: "e fino al 31 dicembre 2014", sono soppresse».

2.486

BONFRISCO, CERONI, D'ALI', MANDELLI, GIBIINO, MILO

Precluso

Dopo il comma 52, aggiungere il seguente:

«52-*bis*. All'articolo 26-*ter* del Decreto legge 21 giugno 2013 n. 69, convertito, con modificazioni, dalla Legge 9 agosto 2013 n. 98, al primo periodo, le parole: "e fino al 31 dicembre 2014", sono sostituite dalle parole: "e fino al 31 dicembre 2016"».

2.488

PUGLIA, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI, CIOFFI

Precluso

Dopo il comma 53, aggiungere i seguenti:

«53-*bis*. Al fine di conseguire gli obiettivi di contenimento dei costi e di riqualificazione della spesa pubblica, a decorrere dal gennaio 2015, alle ammnistrazioni pubbliche statali è fatto divieto di acquistare ed utilizzare autovetture di rappresentanza, cosiddette "autoblu".

53-*ter*. Le suddette autovetture di proprietà delle amministrazioni pubbliche statali da dismettere ai sensi del comma 8-*bis* sono assegnate, previa valutazione di convenienza, alle forze del comparto della sicurezza pubblica.

53-*quater*. Restano ferme le vigenti disposizioni concernenti l'uso delle autovetture adibite ai servizi operativi di tutela dell'ordine e della sicurezza pubblica, della salute e incolumità pubblica, della sicurezza stradale, della difesa e della sicurezza militare, nonché ai servizi ispettivi relativi a

funzioni di carattere fiscale e contributivo».

2.491

BISINELLA, CROSIO, CONSIGLIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 53 inserire il seguente:

«53-*bis*. A valere sulle risorse di cui al comma 52, l'ANAS SpA assegna massima priorità al Progetto della sistemazione del Fondo stradale della SS 14 Triestina, per il tratto San Donà Portoguaro, per un importo complessivo pari a 5 milioni di euro».

2.492

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 53, aggiungere il seguente:

«53-*bis*. Le risorse finanziarie assegnate all'Autorità garante per l'infanzia e l'adolescenza, di cui alla legge 12 luglio 2011, n. 112, sono integrate di 700.000 euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: - 700,000;
2016: - 700.000;
2017: - 700.000.

2.493

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Sopprimere il comma 54

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 116, sostituire le parole: «100 milioni»*, con le seguenti:* «89 milioni».

2.494

CATALFO, PUGLIA, PAGLINI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Sopprimere il comma 54.

Conseguentemente, dopo il comma 55, aggiungere il seguente:

«55-*bis*. Il Fondo sociale per occupazione e formazione di cui all'articolo 18, comma 1, lettera *a)*, del decreto-legge 29 novembre 2008, n. 185, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 gennaio 2009, n. 2, è ridotto nella misura di 7 milioni di euro per l'anno 2015 e di 10,2 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016».

2.495

ORELLANA

Precluso

Sopprimere il comma 54.

2.496

LEZZI, BULGARELLI, MANGILI

Precluso

Dopo il comma 54 aggiungere il seguente:

«54-*bis*. A decorrere dall'anno 2015, al fine di contenere la spesa riguardante l'indennità di malattia e poter assicurare continuità ad un'azione efficiente ed efficace di contrasto al fenomeno dell'assenteismo, sono escluse dalle riduzioni di cui all'articolo 1, comma 108, della legge 24 dicembre 2012, n. 228, le spese relative all'espletamento delle visite mediche di controllo domiciliare ai lavoratori assenti dal servizio per malattia, richieste d'ufficio dall'INPS, il cui importo impegnato dall'Istituto stesso non potrà essere inferiore all'ottanta per cento di quello stabilito prima della entrata in vigore della presente legge. I risparmi di spesa conseguenti all'applicazione della disposizione, sono

destinati al fondo indennizzi dell'INPS».

2.497

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Sopprimere il comma 55.

Conseguentemente:

a) *al comma 59, sopprimere la parola:* «55»;

b) *al comma 62, sopprimere le parole:* «tenuto anche conto della previsione di cui al comma 55»;

c) all'articolo 3, comma 75 alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: - 20.000.000;
2016: - 20.000.000;
2017: - 20.000.000.

2.498

CERONI

Precluso

Sopprimere il comma 55.

Conseguentemente, al comma 59 sopprimere il riferimento al comma 55 e al comma 62 le seguenti parole: «tenuto anche conto della previsione di cui al comma 55,».

Conseguentemente, a decorrere dal 2015, ridurre di 16 milioni di euro lo stanziamento dalla allegata tabella A, rubrica del Ministero dell'Economia e delle Finanze.

2.505

LIUZZI

Precluso

Al comma 55, sostituire le parole: «30 aprile», con le seguenti: «30 giugno».

Dopo il comma 55 inserire i seguenti:

55-*bis*. Ai fini dell'attuazione di quanto previsto dai commi 13 e 14, alla legge n. 56 del 2014 sono apportate le seguenti modifiche:

a) all'articolo 1, comma 89, dopo le parole: «continuano ad essere da esse esercitate fino alla data dell'effettivo avvio di esercizio da parte dell'ente subentrante» sono aggiunte le seguenti: «e, comunque non oltre il 30 marzo 2015»;

b) all'articolo 1, comma 95, le parole: «entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge» sono sostituite dalle parole: «entro il 28 febbraio 2015» e le parole: «a dare attuazione all'accordo di cui al comma 91» sono sostituite dalle parole: «ad approvare le leggi di riordino delle funzioni di cui al comma 89»;

c) all'articolo 1, comma 96, dopo le parole: «sono trasferite all'ente destinatario» aggiungere le seguenti: «se eccedenti rispetto alla ricognizione sulle risorse necessarie all'esercizio delle funzioni fondamentali di Province e Città metropolitane di cui al comma 92».

55-*ter*. A conclusione del processo di riordino da effettuarsi inderogabilmente entro il 30 marzo 2015, con decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri, previa valutazione delle risorse finanziarie necessarie all'esercizio delle funzioni fondamentali di Province e Città metropolitane, verranno definiti gli importi finali di cui al comma 13. In caso di incapienza, il Ministero dell'economia e finanze opera le relative compensazioni con il Fondo di cui all'articolo 17, comma 19 della presente legge. Ai fini dell'applicazione di quanto previsto dal presente comma, in deroga all'articolo 151 del testo unico di cui al decreto legislativo n. 267 del 2000, le Province e le Città metropolitane deliberano il bilancio di previsione 2015 entro il 30 maggio 2015.

2.506

LIUZZI

Precluso

Al comma 55, sostituire le parole: «30 aprile», con le seguenti: «30 giugno».

Dopo il comma 55 inserire i seguenti:

«55-*bis*. Ai fini dell'attuazione di quanto previsto dai commi 13 e 14, alla legge n. 56 del 2014 sono apportate le seguenti modifiche:

a) all'articolo 1, comma 89, dopo le parole: «continuano ad essere da esse esercitate fino alla data dell'effettivo avvio di esercizio da parte dell'ente subentrante» sono aggiunte le seguenti: «e, comunque non oltre il 30 marzo 2015»;

b) all'articolo 1, comma 95, le parole: «entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge» sono sostituite dalle parole: «entro il 28 febbraio 2015» e le parole: «a dare attuazione all'accordo di cui al comma 91» sono sostituite dalle parole: «ad approvare le leggi di riordino delle funzioni di cui al comma 89»;

c) all'articolo 1, comma 96, dopo le parole: «sono trasferite all'ente destinatario» aggiungere le seguenti: «se eccedenti rispetto alla ricognizione sulle risorse necessarie all'esercizio delle funzioni fondamentali di province e città metropolitane di cui al comma 92».

55-*ter*. A conclusione del processo di riordino da effettuarsi inderogabilmente entro il 30 marzo 2015, con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri, previa valutazione delle risorse finanziarie necessarie all'esercizio delle funzioni fondamentali di province e città metropolitane, verranno definiti gli importi finali di cui al comma 13 e ripartiti tra i destinatari delle funzioni riordinate Stato, Regioni, province e città Metropolitane. Ai fini dell'applicazione di quanto previsto dal presente comma, in deroga all'articolo 151 del testo unico di cui al decreto legislativo n. 267 del 2000, le Province e le Città metropolitane deliberano il bilancio di previsione 2015 entro il 30 maggio 2015.

2.507

LIUZZI

Precluso

Al comma 55, sostituire le parole: «30 aprile», con le seguenti: «30 giugno»

Dopo il comma 55 inserire i seguenti:

«55-*bis*. Ai fini dell'attuazione di quanto previsto dai commi 13 e 14, alla legge n. 56 del 2014 sono apportate le seguenti modifiche:

a) all'articolo 1, comma 89, dopo le parole: «continuano ad essere da esse esercitate fino alla data dell'effettivo avvio di esercizio da parte dell'ente subentrante», sono aggiunte le seguenti: «e, comunque non oltre il 30 marzo 2015»;

b) all'articolo 1, comma 95 le parole: «entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge» sono sostituite dalle parole: «entro il 28 febbraio 2015» le parole: «a dare attuazione all'accordo di cui al comma 91» sono sostituite dalle seguenti: «ad approvare le leggi di riordino delle funzioni di cui al comma 89»;

c) all'articolo 1, comma 96, dopo le parole: «sono trasferite all'ente destinatario» sono aggiunte le seguenti: «se eccedenti rispetto alla ricognizione sulle risorse necessarie all'esercizio delle funzioni fondamentali di Province e Città metropolitane di cui al comma 92».

55-*ter*. A conclusione del processo di riordino da effettuarsi inderogabilmente entro il 30 marzo 2015, con decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri, previa valutazione delle risorse finanziarie necessarie all'esercizio delle funzioni fondamentali di province e città metropolitane, verranno definiti gli importi finali di cui al comma 13. Ai fini dell'applicazione di quanto previsto dal presente comma, in deroga all'articolo 151 del testo unico di cui al decreto legislativo n. 267 del 2000 le province e le città metropolitane deliberano il bilancio di previsione 2015 entro il 30 maggio 2015.

2.508

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Sopprimere il comma 56.

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere i commi 124 e 125

2.509

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Sopprimere il comma 56.

Conseguentemente, all'articolo 2, dopo il comma 85 aggiungere i seguenti:

85-*bis*. All'articolo 4 della legge 10 dicembre 1997, n. 425, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) il comma 1 è sostituito dai seguenti:

«1. La commissione d'esame è composta dai docenti delle materie di esame della classe del candidato, in numero di sei in qualità di componenti interni, più il presidente, in qualità di componente esterno. Le materie di esame sono scelte annualmente con le modalità e nei termini stabilito con decreto del Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca.

1-*bis*. I commissari sono designati dai competenti consigli di classe e nominati dal dirigente scolastico, in modo da assicurare la presenza dei docenti delle materie oggetto della prima e della seconda prova scritta e un'equilibrata presenza delle altre materie d'esame, tenendo presente l'esigenza di favorire, per quanto possibile, l'accertamento della conoscenza delle lingue straniere.

1-*ter*. Per i progetti regolamentati da accordi internazionali, si procede alla nomina di commissari esterni per le specifiche discipline linguistiche oggetto degli accordi stessi.

1-*quater*. Il dirigente preposto all'Ufficio scolastico regionale competente nomina il presidente tra il personale dirigente delle scuole secondarie di secondo grado statali, il personale docente con almeno 10 anni di ruolo e i professori universitari di ruolo, sulla base di criteri determinati a livello nazionale con decreto avente natura non regolamentare. TI presidente è nominato su due classi.

1-*quinquies*. È stabilita l'incompatibilità a svolgere la funzione di presidente nella propria scuola, nelle scuole in cui si sia prestato servizio nei due anni precedenti l'anno in corso, nelle scuole ove si sia già espletato l'incarico per due anni consecutivi nei due anni precedenti e nelle altre scuole del medesimo distretto scolastico sede di servizio o di incarico.

1-*sexies*. I compensi per i presidenti sono onnicomprensivi e sostitutivi di qualsiasi altro emolumento e rimborso spese; alla loro determinazione si provvede con decreto del Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca, adottato entro sessanta giorni dall'entrata in vigore della presente legge di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, tenendo conto dei tempi di percorrenza dalla sede di servizio o di residenza a quella di esame e nel limite di una spesa al lordo di ogni onere riflesso e dell'IRAP pari ad euro 27.7 milioni annui a decorrere dall'anno 2015. Nulla è dovuto ad alcun titolo ai componenti interni».

b) i commi 2, 3, 4, 6, 7 e 10 sono soppressi.

10-*ter*. Dall'attuazione del comma 10-*bis*, devono derivare per il bilancio dello Stato risparmi lordi di spesa pari ad euro 150 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015.

10-*quater*. È abrogato il comma 2 dell'articolo 3 della legge Il gennaio 2007. n 1

2.510

MALAN

Precluso

Sopprimere il comma 56.

2.512

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Al comma 56, sostituire la parola: «10» con la seguente: «8».

Conseguentemente: all'articolo 1, comma 125, sostituire le parole: «187,5» *con le seguenti:* «176».

2.513

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Al comma 56, sostituire la parola: «10» con la seguente: «5».

Conseguentemente: all'articolo 1, comma 125, sostituire le parole: «187,5» *con le seguenti:* «176».

2.514

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Al comma 56, sostituire la parola: «successivo» con la seguente: «antecedente».

Conseguentemente: all'articolo 1, comma 125, sostituire le parole: «187,5» *con le seguenti:* «176».

2.515

FUCKSIA

Precluso

Dopo il comma 56, aggiungere il seguente:

«56-*bis*. Con effetto dall'anno 2015, a decorrere dal 1º luglio di ciascun anno, gli importi degli indennizzi del danno biologico erogati dall'INAIL ai sensi dell'articolo 13 del decreto legislativo 23 febbraio, n. 38 sono rivalutati, con decreto del Ministro del lavoro e delle politiche sociali, su proposta del Presidente dell'INAlL, sulla base delle variazioni dei prezzi al consumo per le famiglie di operai e impiegati intervenute rispetto all'anno precedente. Tale incremento si aggiunge a quello complessivo del 16,25 per cento di cui all'articolo 1, commi 23 e 24 della legge 24 dicembre 2007, n. 247 nonché all'articolo 1, comma 129 della legge 27 dicembre 2013, n 147 e relativi decreti attuativi e si applica agli indennizzi dovuti dall'INAlL ai sensi della »Tabella danno biologico« di cui al decreto ministeriale 12 luglio 2000».

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 50 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016, 2017».

2.516

DI BIAGIO, MARINELLO

Precluso

Dopo il comma 56, aggiungere il seguente:

«56-*bis*. Il Fondo per la concessione di un assegno sostitutivo ai grandi invalidi di guerra o per servizio, di cui all'articolo 2 della legge 288 del 2002, è incrementato annualmente, a decorrere dallo gennaio 2015 di 1.200.000 euro. Ai maggiori oneri derivanti dall'attuazione del presente comma si provvede mediante corrispondente riduzione del Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n.307».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: - 1.200.000;
2016: - 1.200.000;
2017: - 1.200.000.

2.518

DI BIAGIO

Precluso

Dopo il comma 56, aggiungere il seguente:

«56-*bis*. Il Fondo per la concessione di un assegno sostitutivo ai grandi invalidi di guerra o per servizio, di cui all'articolo 2 della legge 288 del 2002, è incrementato annualmente, a decorrere dal 1º gennaio 2015 di 1 milione di euro. Ai maggiori oneri derivanti dall'attuazione del presente comma si provvede mediante corrispondente riduzione del Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: - 1.000.000;
2016: - 1.000.000;
2017: - 1.000.000.

2.519

DI BIAGIO

Precluso

Dopo il comma 56, aggiungere il seguente:

«56-*bis*. Il Fondo per la concessione di un assegno sostitutivo ai grandi invalidi di guerra o per servizio, di cui all'articolo 2 della legge 288 del 2002, è incrementato annualmente, a decorrere dallo gennaio 2015 di 1.200.000 euro. Agli oneri derivanti dall'attuazione del presente comma si provvede a decorrere dal 1º gennaio 2015 mediante corrispondente riduzione delle proiezioni dello stanziamento iscritto, ai fini del bilancio triennale 2015- 2017, nell'ambito dell'unità previsionale del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno 2015, allo scopo parzialmente utilizzando l'accantonamento relativo al medesimo Ministero».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 116, sostituire le parole: «100 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015» *con le seguenti:* «98.800.000 euro annui a decorrere dall'anno 2015».

2.520

DI BIAGIO

Precluso

Dopo il comma 56, aggiungere il seguente:

«56-*bis*. Il Fondo per la concessione di un assegno sostitutivo ai grandi invalidi di guerra o per servizio, di cui all'articolo 2 della legge 288 del 2002, è incrementato annualmente, a decorrere dal 1º gennaio 2015 di 1.200.000 euro. Ai maggiori oneri derivanti dall'attuazione del presente comma si provvede mediante corrispondente riduzione del Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 116, sostituire le parole: «100 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015» *con le seguenti:* «98.800.000 euro annui a decorrere dall'anno 2015».

2.522

DI BIAGIO

Precluso

Dopo il comma 56, aggiungere il seguente:

«56-*bis*. Il Fondo per la concessione di un assegno sostitutivo ai grandi invalidi di guerra o per servizio, di cui all'articolo 2 della legge 288 del 2002, è incrementato annualmente, a decorrere dal 1º gennaio 2015 di 1 milione di euro. Agli oneri derivanti dall'attuazione del presente comma si provvede a decorrere dallo gennaio 2015 mediante corrispondente riduzione delle proiezioni dello stanziamento iscritto, ai fini del bilancio triennale 2015-2017, nell'ambito deIl'unità previsionale del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno 2015, allo scopo parzialmente utilizzando l'accantonamento relativo al medesimo Ministero».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 116, sostituire le parole: «100 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015» *con le seguenti:* «99 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015».

2.523

DI BIAGIO

Precluso

Dopo il comma 56 aggiungere il seguente:

«56-*bis*. Il Fondo per la concessione di un assegno sostitutivo ai grandi invalidi di guerra o per servizio, di cui all'art. 2 della legge 288/2002, è incrementato annualmente, a decorrere dallo gennaio 2015 di 1 milione di euro. Ai maggiori oneri derivanti dall'attuazione del presente comma si provvede

mediante corrispondente riduzione del Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 116, sostituire le parole: «100 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015» *con le seguenti:* «99 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015».

2.524

MILO

Precluso

Dopo il comma 56 aggiungere il seguente:

«56-*bis*. All'articolo 1, comma 1, della legge 3 dicembre 2009, n. 184, le parole: "per gli anni 2013 e 2014 mediante corresponsione nel 2013 e 2014 dell'assegno ivi previsto" con le seguenti: "per gli anni 2013, 2014 e 2015 mediante corresponsione nel 2013, 2014 e 2015 dell'assegno ivi previsto"».

Conseguentemente, all'articolo 1, al comma 132, sostituire le parole: «6,1 milioni di euro per l'anno 2015» *con le seguenti:* «6 milioni di euro per l'anno 2015».

2.525

FUCKSIA

Precluso

Dopo il comma 56, è aggiunto, il seguente comma:

«56-*bis*. All'Istituto nazionale per l'assicurazione contro gli infortuni sul lavoro (INAIL) sono attribuite le competenze in materia di promozione del reinserimento e della Integrazione lavorativa delle persone con disabilità da lavoro, da realizzare anche mediante il finanziamento con oneri a carico dell'INAIL, a valere sulle risorse finanziarie già disponibili a legislazione vigente, di progetti personalizzati mirati alla conservazione del posto di lavoro e/o alla ricerca di nuova occupazione, di interventi formativl di riqualificazlone professionale, di progetti per il superamento e per l'abbattimento delle barriere architettoniche sui luoghi di lavoro, di interventi di adeguamento e di adattamento delle postazioni di lavoro».

2.527

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

I commi 59, 60 e 61 sono soppressi.

Conseguentemente all'articolo 1, comma 125, sostituire le parole: «187,5» *con le seguenti:* «85».

2.528

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Sostituire i commi 59, 60 e 61 con il seguente:

«59. Tutte le maggiori entrate ed i risparmi dell'INPS derivanti da economie, interessi attivi, processi di razionalizzazione della spesa per i servizi e rinegoziazione di accordi o convenzioni, sono destinati al miglioramento delle prestazioni pensionistiche ed assistenziali erogate dall'Istituto medesimo».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 125, sostituire le parole: «187,5» *con le seguenti:* «85».

2.530

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 59, inserire il seguente:

«59-*bis*. Con effetto dall'anno 2015, a decorrere dal 1º luglio di ciascun anno, gli importi degli indennizzi del danno biologico erogati dall'INAIL ai sensi dell'articolo 13 del Decreto legislativo 23 febbraio, n. 38 sono rivalutati, con Decreto del Ministro del lavoro e delle politiche sociali, su proposta del Presidente dell'Inail sulla base delle variazioni dei prezzi al consumo per le famiglie di operai e impiegati intervenute rispetto all'anno precedente.

Tale incremento si aggiunge a quello complessivo del 16,25 per cento di cui all'articolo 1, commi 23 e 24 della Legge 24 dicembre 2007, n. 247 nonché all'articolo 1, comma 129 della Legge 27 dicembre 2013, n. 147 e relativi decreti attuativi e si applica agli indennizzi dovuti dall'Inail ai sensi della "Tabella danno biologico" di cui al Decreto ministeriale 12 luglio 2000».

2.531

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 59 inserire il seguente:

«59-*bis*. All'Istituto nazionale per l'assicurazione contro gli infortuni sul lavoro (INAIL), sono attribuite le competenze, da esercitare in raccordo con l'Agenzia nazionale per l'occupazione, in materia di promozione del reinserimento e della integrazione lavorativa delle persone con disabilità da lavoro, da realizzare anche mediante il finanziamento con oneri a carico dell'INAIL, a valere sulle risorse finanziarie già disponibili a legislazione vigente, per la realizzazione di progetti personalizzati mirati alla conservazione del posto di lavoro e/o alla ricerca di nuova occupazione, di interventi formativi di riqualificazione professionale, di progetti per il superamento e per l'abbattimento delle barriere architettoniche sui luoghi di lavoro, di interventi di adeguamento e di adattamento delle postazioni di lavoro».

2.534

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Sopprimere il comma 60.

Conseguentemente, all'articolo 1, dopo il comma 132, aggiungere il seguente: «132-*bis*. È istituito un apposito fondo presso il Ministero dell'economia direttamente incrementato dai risparmi derivanti dal taglio del 60 per cento delle consulenze presso le amministrazioni pubbliche».

2.535

BOCCHINO, CAMPANELLA, DE PIN

Precluso

Dopo il comma 60 aggiungere il seguente:

«60-*bis*. Il territorio della regione siciliana è posto fuori dalla linea doganale e costituisce zona franca interclusa dal mare territoriale circostante: i punti di entrata e di uscita sono individuati nei porti ed aeroporti della Sicilia. La zona franca è disciplinata dalle leggi fiscali dello stato Italiano e dell'Unione Europea che si applicano ai territori extradoganali secondo le previsioni delle norme di attuazione dello Statuto in materia che vanno emanate entro tre mesi dall'entrata in vigore della presente legge».

2.536

Giovanni MAURO

Precluso

Dopo il comma 60, aggiungere il seguente:

«60-*bis*. Il territorio della Regione siciliana è posto fuori dalla linea doganale e costituisce zona franca interclusa dal mare territoriale circostante: i punti di entrata e di uscita sono individuati nei porti ed aeroporti della Sicilia La zona franca è disciplinata dalle leggi fiscali dello Stato italiano e dall'Unione europea che si applicano ai territori extradoganali secondo le previsioni delle norme di attuazione dello Statuto in materia che vanno emanate entro tre mesi dall'entrata in vigore della presente legge».

2.537

MILO

Precluso

Sopprimere il comma 63

2.538

URAS, DE PETRIS

Precluso

Dopo il comma 61 inserire i seguenti:

«61-*bis*. Onde procedere alla razionalizzazione e all'unificazione del procedimento relativo al controllo dello stato di salute dei lavoratori, dalla data di entrata in vigore della presente legge è affidata, in via esclusiva, all'Istituto nazionale della previdenza sociale, la titolarità degli accertamenti medico legali sui tutti i lavoratori assenti dal servizio per malattia.

61-*ter*. Ai fini dell'attuazione del comma 12-*bis*, l'Istituto medesimo continua ad avvalersi dei medici come individuati dalla legislazione vigente alla data di entrata in vigore della presente legge e delle proprie risorse strumentali e finanziarie come integrate al successivo comma 12-*quinquies*.

61-*quater*. Sono abrogati il comma 5-*bis* dell'articolo 17, della legge 15 luglio 2011, n. 111, ed il comma 339 della legge 27 dicembre 2013, n. 147.

61-*quinquies*. La dotazione degli stanziamenti, nella misura ridotta non inferiore a 60 milioni di euro di cui dall'articolo 17, comma 5, del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, per l'effettuazione degli accertamenti medico legali dei dipendenti della pubblica amministrazione viene trasferita forfettariamente all'INPS, che non potrà utilizzarla per finalità diverse dagli accertamenti di cui alla presente disposizione.

61-*sexies*. All'articolo 1, comma 340, della legge 27 dicembre 2013, n.147, è aggiunto, in fine, il seguente periodo:

Con decreto del Ministro per la Semplificazione e la Pubblica Amministrazione, di concerto con il Ministro del Lavoro e delle Politiche Sociali e con il Ministro dell'Economia e delle Finanze, sentite le organizzazioni sindacali di categoria, da emanare entro 90 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, è ridefinita, secondo criteri che garantiscano la stabilità, nei limiti del rispetto della normativa vigente in tema di reclutamento del personale alle dipendenze della Pubblica Amministrazione, la natura giuridica del rapporto di collaborazione in essere dei medici di cui al presente comma, e sono definite, altresì, le modalità per la disciplina e l'attuazione dei controlli. Dall'attuazione delle disposizioni di cui al presente comma, non devono derivare nuovi o maggiori oneri a carico della finanza pubblica;

61-*septies*. I risparmi di spesa derivanti dall'attuazione dei commi da 12-bis a 12quinquies sono destinati al Fondo per l'ammortamento dei titoli di Stato».

2.539

URAS, DE PETRIS

Precluso

Dopo il comma 61 inserire i seguenti:

«61-*bis*. Onde procedere alla razionalizzazione e all'unificazione del procedimento relativo al controllo dello stato di salute dei lavoratori, dalla data di entrata in vigore della presente legge è affidata, in via esclusiva, all'Istituto nazionale della previdenza sociale, la titolarità degli accertamenti medico legali sui tutti i lavoratori assenti dal servizio per malattia.

61-*ter*. Ai fini dell'attuazione del comma 12-*bis*, l'Istituto medesimo continua ad avvalersi dei medici come individuati dalla legislazione vigente alla data di entrata in vigore della presente legge e delle proprie risorse strumentali e finanziarie come integrate al successivo comma 12-*quinquies*.

61-*quater*. Sono abrogati il comma 5-*bis* dell'articolo 17, della legge 15 luglio 2011, n. 111, ed il comma 339 della legge 27 dicembre 2013, n. 147.

61-*quinquies*. La dotazione degli stanziamenti, nella misura ridotta non inferiore a 60 milioni di euro di cui dall'articolo 17, comma 5, del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, per l'effettuazione degli accertamenti medico legali dei dipendenti della pubblica amministrazione viene trasferita forfettariamente all'INPS, che non potrà utilizzarla per finalità diverse dagli accertamenti di cui alla presente disposizione.

61-*sexies*. I risparmi di spesa derivanti dall'attuazione dei commi da 12-*bis* a 12-*quinquies* sono destinati al Fondo per l'ammortamento dei titoli di Stato».

2.540

DE PETRIS, URAS

Precluso

Dopo il comma 61 inserire il seguente:

«61-*bis*. All'articolo 17 del decreto-legge 6 luglio 2011, n.98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, sono apportate le seguenti modifiche:

a) al comma 5 sostituire: "2013" con "2015";

b) le parole: "per un importo complessivamente non superiore a 70 milioni di euro, per le medesime finalità di cui alla lettera *a)*" con: "per un importo complessivamente non superiore a 60 milioni di euro, ed effettuati dall'Istituto nazionale della previdenza sociale";

c) Al comma 5-*bis*, le parole: "dalle Aziende Sanitarie Locali" con: "dall'Istituto nazionale della previdenza sociale".

I risparmi di spesa derivanti dall'attuazione del presente comma, sono destinati al Fondo ammortamento titoli di Stato».

2.541

URAS, DE PETRIS

Precluso

Dopo il comma 61 inserire il seguente:

«61-*bis*. A decorrere dall'anno 2015, al fine di contenere la spesa riguardante l'indennità di malattia e poter assicurare continuità ad un'azione efficiente ed efficace di contrasto al fenomeno dell'assenteismo, sono escluse dalle riduzioni di cui al comma 108, della legge 24 dicembre 2012, n. 228, fermo restando l'importo dei risparmi da conseguire ivi previsto, le spese relative all'espletamento delle visite mediche di controllo domiciliare ai lavoratori assenti dal servizio per malattia richieste d'ufficio dall'INPS, il cui importo impegnato dall'Istituto stesso non potrà essere inferiore all'ottanta per cento di quello stabilito prima della entrata in vigore della suddetta legge. I risparmi di spesa conseguenti all'applicazione della disposizione, sono destinati al fondo indennizzi dell'INPS».

2.542

BULGARELLI, MANGILI, LEZZI, CATALFO, PAGLINI, PUGLIA, AIROLA

Precluso

Dopo il comma 61 aggiungere il seguente:

«61-*bis*. A decorrere dall'anno 2015, al fine di contenere la spesa riguardante l'indennità di malattia e poter assicurare continuità ad un'azione efficiente ed efficace di contrasto al fenomeno dell'assenteismo, sono escluse dalle riduzioni di cui all'articolo 1, comma 108, della legge 24 dicembre 2012, n. 228, le spese relative all'espletamento delle visite mediche di controllo domiciliare ai lavoratori assenti dal servizio per malattia, richieste d'ufficio dall'lNPS, il cui importo impegnato dall'Istituto stesso non potrà essere inferiore all'ottanta per cento di quello stabilito prima della entrata in vigore della suddetta legge. I risparmi di spesa conseguenti all'applicazione della disposizione, sono destinati al fondo indennizzi dell'INPS».

2.543

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Sostituire il comma 62 con il seguente:

«62. Tutte i risparmi dell'INAIL conseguenti ad interventi di razionalizzazione e di riduzione delle spese dell'Istituto SODO destinati al miglioramento delle Prestazioni erogate».

Conseguentemente:

All'articolo 1, comma 125, sostituire le parole: «187,5» *con le seguenti:* «137,5».

2.546

PICCINELLI

Precluso

Dopo il comma 62, aggiungere il seguente:

«62-*bis*. Sono attribuiti all'Istituto nazionale per l'assicurazione contro gli infortuni sul lavoro (INAIL) le competenze, da esercitare in raccordo con l'Agenzia nazionale per l'occupazione, in materia di promozione del reinserimento e della integrazione lavorativa delle persone con disabilità da lavoro, da realizzare anche mediante il finanziamento con oneri a carico dell'INAIL, a valere sulle risorse finanziarie già disponibili a legislazione vigente, di progetti personalizzati mirati alla conservazione del posto di lavoro e/o alla ricerca di nuova occupazione, di interventi formativi di riqualificazione professionale, di progetti per il superamento e per l'abbattimento delle barriere architettoniche sui luoghi di lavoro, di interventi di adeguamento e di adattamento delle postazioni di lavoro».

Conseguentemente, ridurre dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente della allegata tabella C.

2.547

PICCINELLI

Precluso

Dopo il comma 62, aggiungere il seguente:

«62-*bis*. Con effetto dall'anno 2015, a decorrere dal 1º luglio di ciascun anno, gli importi degli indennizzi del danno biologico erogati dall'INAIL ai sensi dell'articolo 13 del decreto legislativo 23 febbraio, n. 38 sono rivalutati, con decreto del Ministro del lavoro e delle politiche sociali, su proposta del Presidente dell'Inail, sulla base delle variazioni dei prezzi al consumo per le famiglie di operai e impiegati intervenute rispetto all'anno precedente. Tale incremento si aggiunge a quello complessivo de116,25 per cento di cui all'articolo 1, commi 23 e 24 della legge 24 dicembre 2007, n. 247 nonché all'articolo 1, comma 129 della legge 27 dicembre 2013, n. 147 e relativi decreti attuativi e si applica agli indennizzi dovuti dall'Inail ai sensi della "Tabella danno biologico" di cui al decreto ministeriale 12 luglio 2000».

Conseguentemente, ridurre dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente della allegata tabella C.

2.549

BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, MILO, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, Eva LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Sopprimere il comma 63.

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 154 milioni di euro per l'anno 2015».

2.553

ZIN, PANIZZA, FRAVEZZI, ROMANO, LANIECE, BATTISTA

Precluso

Sopprimere il comma 63.

Conseguentemente alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 75.000.000.

2.554

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Sopprimere il comma 63.

Conseguentemente all'articolo 2, comma 67, sostituire le parole: «è ridotta di 238 milioni di euro per l'anno 2015 e di 200 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016» *con le seguenti:* «è ridotta di 313 milioni di euro per l'anno 2015 e di 275 milioni a decorrere per l'anno 2016».

2.557

FRAVEZZI, BATTISTA, BERGER, PANIZZA, CONTE, PAGLIARI

Precluso

Apportare le seguenti modificazioni:

1) sostituire il comma 63 con il seguente:

«63. Con riferimento all'esercizio finanziario 2015 gli specifici stanziamenti iscritti nello stato di previsione del Ministero del lavoro e delle politiche sociali per il finanziamento degli istituti di cui al comma 1, dell'articolo 13 della legge 30 marzo 2001, n. 152, sono complessivamente e proporzionalmente ridotti di 35 milioni di euro. I risparmi derivanti dal primo periodo conseguono a maggiori somme effettivamente affluite al bilancio dello Stato in deroga a quanto previsto dal citato articolo 13, comma 1, della legge n. 152 del 2001. Con effetto dall'esercizio finanziario 2016, al comma 4 dell'articolo 13 della legge n. 152 del 2001, le parole: "dell'80 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "del 75 per cento". A valere sul gettito dei contributi previdenziali obbligatori incassati dall'anno 2014, l'aliquota di prelevamento di cui al comma 1 dell'articolo 13 della legge n. 152 del 2001, è rideterminata nella misura dello 0,208 per cento».

2) al comma 64, sopprimere la lettera *a)* e sostituire le lettere *b)* e *c)* con le seguenti:

b) l'articolo 11 è sostituito dal seguente:

«Art. 11. - (Attività di supporto alle autorità diplomatiche e consolari italiane all'estero). - 1 Gli istituti di patronato e di assistenza sociale svolgono attività di supporto alle autorità diplomatiche e consolari italiane all'estero, nello svolgimento di servizi non demandati per legge all'esclusiva competenza delle predette autorità. Con apposito decreto del Ministero del Lavoro e del Ministero degli Affari Esteri e della cooperazione internazionale, da emanarsi entro il 30 giugno 2015, si stabiliscono le modalità di esercizio e di valorizzazione economica di detta attività;

c) l'articolo 12 è sostituito dal seguente:

«Art. 12. - (Accesso alle banche dati) - 1. Per lo svolgimento delle proprie attività gli istituti di patronato e di assistenza sociale, nell'ambito del mandato conferito dal soggetto interessato, sono autorizzati ad accedere alle banche dati degli enti eroganti le prestazioni e della Pubblica Amministrazione obbligatoriamente in cooperazione applicati va attraverso porta di dominio certificata secondo i criteri della DigitPA e degli organismi da essa designati alla gestione del sistema di cooperazione. È fatto obbligo agli enti di patronato di rapportarsi per le proprie attività solamente per via telematica, ivi comprese tutte le informazioni necessarie al Ministero del Lavoro per l'attività ispettiva. Il Ministro del lavoro e della previdenza sociale, sentiti il Ministero della Pubblica Amministrazione, Agenda Digitale Italiana (ADI) e il Garante per la protezione dei dati personali, stabilisce con proprio decreto, da adottare entro il 30 marzo 2015, le linee-guida delle modalità di dialogo tra gli istituti di patronato e di assistenza sociale e gli enti eroganti le prestazioni e la Pubblica Amministrazione»;

3) al comma 65, sopprimere la lettera *a)*.

Conseguentemente alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 40.000.000;
2016: - 40.000.000;
2017: - 40.000.000.

2.559

D'AMBROSIO LETTIERI

Precluso

Al comma 63, primo periodo, le parole: «75 milioni di euro», sono sostituite dalle seguenti: «25 milioni di euro».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 20.000.000;
2016: - 20.000.000;

2017: - 10.000.000.

2.560

FRAVEZZI, BATTISTA, BERGER, PANIZZA, CONTE, PAGLIARI

Precluso

Al comma 63, sostituire le parole: «75 milioni», con le seguenti: «30 milioni».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 45.000.000;
2016: - 45.000.000;
2017: - 45.000.000.

2.567

BERGER, ZELLER, PALERMO, PANIZZA, LANIECE, FRAVEZZI, BATTISTA, ROMANO, Fausto Guilherme LONGO

Precluso

Al comma 63, sostituire le parole: «75 milioni» con le seguenti: «50 milioni».

Conseguentemente alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 25.000.000;
2016: - 25.000.000;
2017: - 25.000.000.

2.568

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 63 inserire il seguente:

«63-*bis*. All'articolo 38, comma 1, del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, e successive modificazioni, le parole: "di euro 14 per ciascuna dichiarazione elaborata e trasmessa e di euro 26 per l'elaborazione e la trasmissione delle dichiarazioni in forma congiunta" sono sostituite dalle seguenti: "di euro 8 per ciascuna dichiarazione elaborata e trasmessa e di euro 16 per l'elaborazione e la trasmissione delle dichiarazioni in forma congiunta».

2.569

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 63, inserire il seguente:

«63-*bis*. La legge Il giugno 1974, n. 252 è abrogata».

2.570

MILO, CERONI, D'ALI'

Precluso

Sopprimere i commi 64, 65 e 66.

Conseguentemente, alla. Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 75.000.000;
2016: - 75.000.000;
2017: - 75.000.000.

2.571

BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, MILO, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, Eva LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Sopprimere il comma 64.

Conseguentemente al medesimo articolo 2 dopo il comma 45 aggiungere il seguente:

«45-*bis*. Le disponibilità di competenza e di cassa delle spese del bilancio dello Stato per consumi intermedi sono ridotte di 200 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015».

2.575

DE PIN, MASTRANGELI, BOCCHINO, CAMPANELLA

Precluso

All'articolo 2, comma 64, lettera a) apportare le seguenti modifiche:

1) *sostituire le parole:* «60 per cento» *con le parole:* «80 per cento»;

2) *sopprimere le seguenti parole:* «e che abbiano sedi di istituti di patronato in almeno otto Paesi stranieri».

Conseguentemente, alla lettera e) sopprimere il capoverso «c-ter»,

2.577

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, CROSIO

Precluso

Al comma 64, lettera a) apportare le seguenti modifiche:

1) *sopprimere le seguenti parole:* «e che abbiano sedi di istituti di patronato in almeno otto Paesi stranieri»;

2) *sostituire le parole:* «60 per cento» *con le seguenti:* «80 per cento».

Conseguentemente, al comma 64, lettera e), sopprimere il seguente capoverso:

«c-*ter)* l'istituto non dimostri di svolgere attività, oltre che a livello nazionale, anche in almeno otto Stati stranieri, con esclusione dei patronati promossi dalle organizzazioni sindacali agricole».

2.579

GALIMBERTI

Precluso

Al comma 64, lettera a), apportare le seguenti modifiche:

1) *sopprimere le seguenti parole:* «e che abbiano sedi di Istituti di patronato in almeno otto Paesi stranieri»;

2) *sostituire le parole:* «60 per cento» *con le parole:* «80 per cento».

Conseguentemente, al comma 64, lettera e) *sopprimere il seguente capoverso:*

«c-*ter)* l'istituto non dimostri di svolgere attività, oltre che a livello nazionale anche in almeno otto Stati stranieri, con esclusione dei patronati promossi dalle organizzazioni sindacali agricole».

2.580

GAMBARO

Precluso

All'articolo 2, comma 64, lettera a) apportare le seguenti modifiche:

1) *sopprimere le seguenti parole:* «e che abbiano sedi di istituti di patronato in almeno otto Paesi stranieri»;

2) *sostituire le parole:* «60 per cento» *con le parole:* «80 per cento».

Conseguentemente, al comma 64 lettera e) *sopprimere il seguente capoverso:*

«c-*ter)* l'istituto non dimostri di svolgere attività, oltre che a livello nazionale, anche in almeno otto Stati stranieri, con esclusione dei patronati promossi dalle organizzazioni sindacali agricole».

2.581

MANDELLI, PICCOLI, BRUNI

Precluso

Al comma 64, lettera a) apportare le seguenti modifiche:

1) *sopprimere le seguenti parole:* «e che abbiano sedi di istituti di patronato in almeno otto Paesi stranieri»;

2) *sostituire le parole:* «60 per cento» *con le parole:* «80 per cento».

Conseguentemente, al comma 64, lettera e) *sopprimere il seguente capoverso:*

«c-*ter)* l'istituto non dimostri di svolgere attività, oltre che a livello nazionale, anche in almeno otto Stati stranieri, con esclusione dei patronati promossi dalle organizzazioni sindacali agricole».

2.587

FUCKSIA

Precluso

Al comma 64, lettera a), sopprimere il seguente periodo: «e che abbiano sedi di istituti di patronato in almeno otto Paesi stranieri».

Conseguentemente, al comma 64 lettera e)*, sopprimere il seguente periodo:* «c-*ter*) l'istituto non dimostri di svolgere attività, oltre che a livello nazionale, anche in almeno otto Stati stranieri, con esclusione dei patronati promossi dalle organizzazioni sindacali agricole».

2.590

PICCINELLI

Precluso

Al comma 64, lettera a) sopprimere il seguente periodo: «e che abbiano sedi di istituti di patronato in almeno otto Paesi stranieri».

Conseguentemente, al comma 64 lettera e) *sopprimere il seguente periodo: «c-ter*) l'istituto non dimostri di svolgere attività, oltre che a livello nazionale, anche in almeno otto Stati stranieri, con esclusione dei patronati promossi dalle organizzazioni sindacali agricole».

Conseguentemente, ridurre dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente della allegata tabella C.

2.592

CENTINAIO, COMAROLI, BELLOT, TOSATO

Precluso

Al comma 64, lettera a), sopprimere le seguenti parole: «e che abbiano sedi di istituti di patronato in almeno otto Paesi stranieri».

Conseguentemente, al comma 64, lettera e)*, capoverso* «c-*bis*)»*, sopprimere la lettera* c-*ter*).

2.608

GALIMBERTI

Precluso

Al comma 64, lettera e), sopprimere il capoverso: «c-bis) l'istituto abbia realizzato per due anni consecutivi attività rilevante ai fini del finanziamento di cui all'articolo 13, comma 7, lettera b), sia in Italia che all'estero, in una quota percentuale accertata in via definitiva dal Ministero del lavoro e delle politiche sociali inferiore al 2,5 per cento del totale. Le disposizioni di cui alla presente lettera trovano applicazione nei confronti degli istituti di patronato riconosciuti in via definitiva e operanti da oltre cinque anni alla data di entrata in vigore della presente disposizione con effetto dall'attività dell'anno 2014, definitivamente accertata dal Ministero del lavoro e delle politiche sociali».

2.610

BONFRISCO, CERONI, D'ALI', MANDELLI, MILO

Precluso

All'articolo 2, comma 64, lettera e), eliminare il seguente capoverso: «c-bis) L'istituto abbia realizzato per due anni consecutivi attività rilevante ai fini del finanziamento di cui all'articolo 13, comma 7, lettera b), sia in Italia che all'estero, in una quota percentuale accertata in via definitiva dal Ministero del lavoro e delle politiche sociali inferiore al 2,5 per cento del totale. Le disposizioni di cui alla presente. lettera trovano applicazione nei confronti degli istituti di patronato riconosciuti in via definitiva e operanti da oltre cinque anni alla data di entrata in vigore della presente disposizione con effetto dall'attività dell'anno 2014, definitivamente accertata dal Ministero del lavoro e delle politiche sociali».

2.612

BERGER, ZELLER, PALERMO, PANIZZA, LANIECE, BATTISTA, ROMANO, Fausto Guilherme LONGO

Precluso

Al comma 64, lettera e), sopprimere il capoverso c-bis).

2.613

GALIMBERTI

Precluso

Al comma 64, lettera e), sostituire il capoverso c-bis) con il seguente:

«c-*bis)* l'istituto abbia realizzato per due anni consecutivi attività rilevante ai fini del finanziamento di cui all'articolo 13, comma 7, lettera *b)*1 in una quota percentuale, comprensiva sia dell'attività in Italia che all'estero, accertata in via definitiva dal Ministero del Lavoro inferiore al 2,5 per cento del totale. Le disposizioni di cui alla presente lettera trovano applicazione con effetto dall'attività dell'anno 2015, definitivamente accertata dal Ministero del Lavoro. Tale disposizione non opera qualora l'Istituto di patronato:

a) faccia valere una quota di operatori con contratto di lavoro dipendente a tempo indeterminato impiegati su base annua dall'Istituto non inferiore all'ottanta per cento degli operatori di cui all'articolo 51 commi 1 e 3, della presente legge complessivamente impiegati nello stesso anno;

b) rispetti i criteri di stabilità operativa delle sedi provinciali e zonali determinati con decreto del Ministero del Lavoro da emanarsi entro il 30 settembre 2015 ovvero se già riconosciuto alla data di entrata in vigore della legge 152 del 2011 si sia unito in forma consortile per un periodo massimo di tre anni, con uno o più patronati già operanti all'epoca, entro il 31 dicembre 2017».

2.615

BONFRISCO, CERONI, D'ALI', MANDELLI, MILO

Precluso

All'articolo 2, comma 64, lettera e) sostituire il capoverso c-bis) con il seguente:

«*c-bis)* l'istituto abbia realizzato per due anni consecutivi attività rilevante ai fini del finanziamento di cui all'articolo 13, comma 7, lettera *b)*, in una quota percentuale, comprensiva sia dell'attività in Italia che all'estero, accertata in via definitiva dal Ministero del Lavoro, inferiore al 2,5 per cento del totale. Le disposizioni di cui alla presente lettera trovano applicazione con effetto dall'attività dell'anno 2015, definitivamente accertata dal Ministero del Lavoro. Tale disposizione non opera qualora l'Istituto di patronato:

a) faccia valere una quota di operatori con contratto di lavoro dipendente a tempo indeterminato impiegati su base annua dall'Istituto non inferiore all'ottanta per cento degli operatori di cui all'art. 6, commi 1 e 3, della presente legge complessivamente impiegati nello stesso anno;

b) rispetti i criteri di stabilità operativa delle sedi provinciali e zonali determinati con decreto del Ministero del Lavoro da emanarsi entro il 30 settembre 2015 ovvero se già riconosciuto alla data di entrata in vigore della L. 152/2001, si sia unito in forma consortile per un periodo massimo di tre anni, con uno o più patronati già operanti all'epoca, entro il 31 dicembre 2017».

2.620

PICCINELLI

Precluso

Al comma 64 lett. e) sostituire «2,5 per cento del totale» con «1 per cento del totale», e sostituire le parole «da oltre cinque anni» con le parole «da oltre dieci anni».

Conseguentemente, ridurre dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente della allegata tabella C.

2.622

CENTINAIO, COMAROLI, BELLOT, TOSATO

Precluso

Al comma 64, lettera e) sostituire le parole «2,5 per cento del totale» con le seguenti: «1 per cento del totale» e alla stessa lettera sostituire le parole «da oltre cinque anni» con le seguenti: «da oltre dieci anni».

2.624

PAGLINI

Precluso

Al comma 64, lettera e), capoverso «c-bis)», apportare le seguenti modificazioni:

a) al primo periodo sostituire le parole: «2,5 per cento», *con le seguenti:* «1 per cento»;

b) al secondo periodo sostituire le parole: «dell'anno 2014», *con le seguenti:* «dall'anno 2015».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 75, alla Tabella A ivi richiamata, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: - 75.000.000;
2016: - 75.000.000;
2017: - 75.000.000.

2.628

Mario MAURO

Precluso

Al comma 64, lettera e) sostituire le parole: «2,5» con le seguenti: «1,5» e le parole: «2014» con le seguenti: «2015».

2.629

BONFRISCO, CERONI, D'ALI', MANDELLI, MILO, AMIDEI

Precluso

Al comma 64, lettera e), capoverso «c-bis)», apportare le seguenti modificazioni:

a) al primo periodo sostituire le parole: «per due anni consecutivi», *con le seguenti:* «per tre anni consecutivi»;

b) al primo periodo sostituire le parole: «2.5 per cento», *con le seguenti:* «2 per cento»;

c) al secondo periodo sostituire le parole: «dall'anno 2015».

2.630

DI MAGGIO

Precluso

Al comma 64, lettera e), capoverso «c-bis)», apportare le seguenti modificazioni:

a) al primo periodo sostituire le parole: «per due anni consecutivi», *con le seguenti:* «per tre anni consecutivi»;

b) al primo periodo sostituire le parole: «2.5 per cento», *con le seguenti:* «2 per cento»;

c) al secondo periodo sostituire le parole: «dall'anno 2014», con le seguenti: «dall'anno 2015».

2.632

GASPARRI

Precluso

Al commi 64, lettera e), capoverso «c-bis)», sostituire le parole: «2,5 per cento» con le seguenti: «2 per cento».

Conseguentemente, ridurre dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente della allegata tabella c).

2.633

BERGER, ZELLER, PALERMO, PANIZZA, LANIECE, BATTISTA, ROMANO, Fausto Guilherme LONGO

Precluso

Al comma 64, lettera e), al capoverso «c-bis)», sostituire le parole: «2,5 per cento» con le seguenti: «2 per cento».

2.634

BONFRISCO, CERONI, D'ALI', MANDELLI, MILO, AMIDEI

Precluso

Al comma 64, lettera e), capoverso c-bis), dopo il primo periodo, inserire le seguenti parole: «; tale disposizione non opera qualora l'istituto di patronato faccia valere una quota di operatori, con contratto di lavoro dipendente a tempo indeterminato impiegati su base annua dall'istituto, non inferiore all'80 per cento degli operatori di cui all'articolo 6, commi 1 e 3, complessivamente impiegati nello stesso anno e rispetti i criteri di stabilità operativa delle sedi provinciali e zonali determinati con decreto del

Ministero del Lavoro e politiche sociali da emanarsi entro il 30 settembre 2015 ovvero si sia unito in forma consortile con uno o più patronati già operanti, entro il 31 dicembre 2017».

2.635

DI MAGGIO

Precluso

Al comma 64, lettera e), capoverso c-bis), dopo il primo periodo, inserire le seguenti parole: «; tale disposizione non opera qualora l'istituto di patronato faccia valere una quota di operatori, con contratto di lavoro dipendente a tempo indeterminato impiegati su base annua dall'istituto, non inferiore all'80 per cento degli operatori di cui all'articolo 6, commi 1 e 3, complessivamente impiegati nello stesso anno e rispetti i criteri di stabilità operativa delle sedi provinciali e zonali determinati con decreto del Ministero del Lavoro e politiche sociali da emanarsi entro il 30 settembre 2015 ovvero si sia unito in forma consortile con uno o più patronati già operanti, entro il 31 dicembre 2017».

2.636

STEFANI, DE PETRIS, URAS

Precluso

Al comma 64, lettera e), capoverso c-bis), dopo il primo periodo, inserire le seguenti parole: «; tale disposizione non opera qualora l'istituto di patronato faccia valere una quota di operatori, con contratto di lavoro dipendente a tempo indeterminato impiegati su base annua dall'istituto, non inferiore all'80 per cento degli operatori di cui all'articolo 6, commi 1 e 3, complessivamente impiegati nello stesso anno e rispetti i criteri di stabilità operativa delle sedi provinciali e zonali determinati con decreto del Ministro del lavoro e politiche sociali, da emanarsi entro il 30 settembre 2015, ovvero si sia unito in forma consortile con uno o più patronati già operanti entro il 31 dicembre 2016».

2.637

GASPARRI

Precluso

Al comma 64, lettera e), capoverso «c-bis)», sopprimere il secondo periodo.

Conseguentemente, ridurre dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente della allegata tabella C.

2.646

PICCINELLI

Precluso

Al comma 65, lettera b), sostituire le parole: «entro il 30 giugno 2015» con le parole: «entro il 31 dicembre 2015».

Conseguentemente, ridurre dell'1 per cento tutti gli stanziarnenti di parte corrente della allegata tabella C.

2.648

GALIMBERTI

Precluso

Al comma 65, lettera b), sostituire le parole: «entro il 30 giugno 2015» con le seguenti: «entro il 31 dicembre 2015».

2.652

Luigi MARINO

Precluso

Al comma 65, lettera b), sostituire le parole: «entro il 30 giugno 2015» con le seguenti: «entro il 31 dicembre 2015».

2.653

CENTINAIO, COMAROLI, BELLOT, TOSATO

Precluso

Al comma 65, lettera b) sostituire le parole: «entro il 30 giugno 2015» con le seguenti: «entro il 31 dicembre 2015».

2.655

BONFRISCO, CERONI, D'ALI', MANDELLI, MILO

Precluso

Al comma 65 lettera b) sostituire le parole: «entro il 30 giugno 2015» con le seguenti: «entro il 31 dicembre 2015».

2.658

PICCINELLI

Precluso

Dopo il comma 65 aggiungere il seguente:

«65-*bis*. Gli istituti di patronato esistenti alla data di entrata in vigore della presente legge possono richiedere al Ministero del lavoro e delle politiche sociali l'autorizzazione per lo svolgimento dell'attività in forma consortile per un periodo non superiore a tre anni. Ai consorzi si applicano le disposizioni di cui all'articolo 16 della legge 152 del 2001 qualora entro il periodo transitorio di tre anni non si pervenga alla costituzione di un unico patronato».

Conseguentemente, ridurre dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente della allegata tabella C.

2.659

CENTINAIO, COMAROLI, BELLOT, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 65 inserire il seguente:

«65-*bis*. Gli istituti di patronato esistenti alla data di entrata in vigore della presente legge possono richiedere al Ministero del lavoro e delle politiche sociali l'autorizzazione per lo svolgimento dell'attività in forma consortile per un periodo non superiore a tre anni. Ai consorzi si applicano le disposizioni di cui all'articolo 16 della legge 152 del 2001 qualora entro il Periodo transitorio di tre anni non si pervenga alla costituzione di un unico patronato».

2.662

Luigi MARINO

Precluso

Dopo il comma 65 aggiungere il seguente:

«65-*bis*. "Gli istituti di patronato già operanti alla data di entrata in vigore della legge 152/2001 e che hanno ottenuto la convalida di riconoscimento ai sensi della stessa legge possono richiedere al Ministero del lavoro e delle politiche sociali l'autorizzazione per lo svolgimento dell'attività in forma consortile per un periodo non superiore a tre anni. Ai consorzi si applicano le disposizioni di cui all'articolo 16 della Legge 152 del 2001 qualora entro il periodo transitorio di tre anni non si pervenga alla costituzione di un unico patronato"».

2.664

GALIMBERTI

Precluso

Dopo il comma 65, aggiungere il seguente:

«65-*bis*. Gli istituti di patronato già operanti alla data di entrata in vigore della legge 152 del 2001 e che hanno ottenuto la convalida di riconoscimento ai sensi della stessa legge possono richiedere al Ministero del lavoro e delle politiche sociali l'autorizzazione per lo svolgimento dell'attività in forma consortile per un periodo non superiore a tre anni. Ai consorzi si applicano le disposizioni di cui all'articolo 16 della legge 152 del 2001 qualora entro il periodo transitorio di tre anni non si pervenga alla costituzione di un unico patronato».

2.665

BONFRISCO, CERONI, D'ALI', MANDELLI, MILO

Precluso

Dopo il comma 65, aggiungere il seguente:

«65-*bis*. Gli istituti di patronato già operanti alla data di entrata in vigore della legge 152 del 2001

e che hanno ottenuto la convalida di riconoscimento ai sensi della stessa legge possono richiedere al Ministero del lavoro e delle politiche sociali l'autorizzazione per lo svolgimento dell'attività in forma consortile per un periodo non superiore a tre anni. Ai consorzi si applicano le disposizioni di cui all'articolo 16 della Legge 152 del 2001 qualora entro il periodo transitorio di tre anni non si pervenga alla costituzione di un unico patronato».

2.666

D'ALI'

Precluso

Dopo il comma 65, inserire il seguente:

«65-*bis*. Per le finalità previste all'articolo 1, comma 225, della legge 24 dicembre 2012, n. 228 (legge di stabilità 2013) è attribuito agli enti territoriali interessati un contributo pari a 30 milioni di euro per ciascun anno relativamente agli anni 2015 - 2016 - 2017. La ripartizione delle somme ai Comuni è effettuata con provvedimento del Ministero delle Infrastrutture e dei Trasporti, nel rispetto delle quote percentuali concordate con il Coordinamento degli Enti territoriali interessati».

Conseguentemente, alla tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, ridurre come segue gli stanziamenti previsti:*

2015: - 30.000.000;
2016: - 30.000.000;
2017: - 30.000.000.

2.667

D'ALI'

Precluso

Dopo il comma 65, inserire il seguente:

«65-*bis*. Per le finalità previste all'articolo 1, comma 225, della legge 24 dicembre 2012, n. 228 (legge di stabilità 2013) è attribuito agli enti territoriali interessati un contributo pari a 30 milioni di euro per l'anno 2015. La ripartizione delle somme ai Comuni è effettuata con provvedimento del Ministero delle Infrastrutture e dei Trasporti, nel rispetto delle quote percentuali concordate con il Coordinamento degli Enti territoriali interessati».

Conseguentemente, alla tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, ridurre come segue gli stanziamenti previsti:*

2015: - 30.000.000.

2.670

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Sopprimere il comma 67.

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 117, le parole: «250 milioni»*, sono sostituite dalle seguenti:* «50 milioni».

2.671

CATALEO, PAGLINI, PUGLIA, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI, AIROLA

Precluso

Dopo il comma 67, aggiungere il seguente:

«67-*bis.* Al fine di assicurare il finanziamento dei benefici contributivi, di competenza degli anni 2013 e 2014, per i rapporti di lavoro instaurati prima del 2013 con lavoratori iscritti nelle liste di mobilità ai sensi del comma 1 dell'articolo 4 del decreto-legge 20 maggio 1993, n. 148, convertito, con modificazioni, dalla legge 19 luglio 1993, n. 236, nonché al fine di evitare la restituzione di agevolazioni già beneficiate dalle imprese, è stanziata la somma di euro 40 milioni a decorrere dall'anno 2015 a valere sul fondo di cui all'articolo 1, comma 68, ultimo periodo, della legge 24 dicembre 2007, n. 247, e successive modificazioni».

2.672

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Sopprimere il comma 68.

2.673

Fausto Guilherme LONGO, PANIZZA, LANIECE, BATTISTA, ROMANO

Precluso

Dopo il comma 68, aggiungere il seguente:

«68-*bis*. Dopo il comma 1 dell'articolo 5 del decreto-legge 2 luglio 2007, n. 81, convertito, con modificazioni, dalla legge 3 agosto 2007 n. 127, è inserito il seguente:

"1-*bis*. In mancanza delle informazioni sul reddito prodotto nello stesso anno, l'INPS corrisponde la somma aggiuntiva di cui al comma 1 a conguaglio nell'annualità successiva"».

Conseguentemente, agli eventuali oneri derivanti dall'attuazione del presente comma, per il triennio 2015-2017, si provvede, mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa prevista all'articolo 7-quinquies*, comma 1, del decreto-legge 10 febbraio 2009, n. 5, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 aprile 2009, n 33, relativa al Fondo per interventi urgenti ed indifferibili, come integrata, da ultimo, dall'articolo 33, comma 1, della legge 12 novembre 2011, n. 183.*

2.675

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 68 inserire il seguente:

«68-*bis*. All'articolo 5, comma 1, primo periodo, del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, dopo le parole: "anche se esenti da imposizione fiscale" sono aggiunte le seguenti: "ad eccezione delle provvidenze assistenziali di qualsiasi natura"».

2.677

GUALDANI

Precluso

Dopo il comma 69 aggiungere i seguenti:

«69-*bis* Ai fini della razionalizzazione e dell'unificazione del procedimento relativo al controllo dello stato di salute dei lavoratori, dalla data di entrata in vigore della presente legge, le funzioni dell'accertamento medico-legale relative alle assenze per malattia dei dipendenti delle amministrazioni pubbliche, di cui al comma 2, dell'articolo 1, del decreto legislativo del 30 marzo 2001, n.165, e successive modificazioni, vengono espletate dall'Istituto Nazionale della Previdenza Sociale cui è affidata, in via esclusiva, la titolarità degli accertamenti medico legali su tutti i lavoratori in malattia.

69-*ter*. Sono abrogati il comma 5-*bis* dell'articolo 17, della legge 15 luglio 2011, n. 111, ed il comma 339 della legge 27 dicembre 2013, n. 147.

69-*quater*. Ai fini dell'attuazione del comma 69-*bis*, l'Istituto medesimo continua ad avvalersi dei medici addetti alle visite mediche di controllo domiciliare, come individuati dalla legislazione vigente alla data di entrata in vigore della presente legge, e secondo i criteri ivi previsti, e delle risorse strumentali e finanziarie come integrate al successivo comma 69-*quinquies*.

69-*quinquies*. La dotazione degli stanziamenti, con destinazione vincolata agli accertamenti medico legali per le assenze per malattia di cui al comma 69-*bis*, viene trasferita forfettariamente all'INPS nella misura ridotta non inferiore a 60 milioni di euro di cui dall'articolo 17, comma 5, del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111.

69-*sexies*. I risparmi di spesa derivanti dall'attuazione dei commi da 69-*bis* a 69-*quinquies* sono destinati al Fondo per l'ammortamento dei titoli di Stato».

2.679

CERONI

Precluso

Dopo il comma 69 è aggiunto il seguente:

«69-*bis*. Dopo l'articolo 1, comma 1 lettera *a)*, punto 2 del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69,

convertito con modificazioni, dalla legge 9 agosto 2013, n. 98, è aggiunto il seguente: "2-*bis*. Alle operazioni finanziarie comunque finalizzate all'attività d'impresa di cui all'articolo 1, comma 3-*bis*, del decreto legislativo 11 febbraio 2010, n. 22, di durata non inferiore a 36 mesi, di cui all'articolo 5 del decreto del Ministero dello sviluppo economico, di concerto con il Ministero dell'economia e delle finanze del 26 giugno 2012, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* 20 agosto 2012, n. 193 non si applica il limite previsto dal comma 4. La garanzia diretta del fondo copre fino al 70 per cento dell'ammontare dell'esposizione per capitale, interessi, contrattuali e mora, per un plafond massimo ammissibile di cento milioni di euro annui. Al relativo onere si provvede mediante corrispondente rimodulazione del fondo di cui alla legge 23 dicembre 1996, n. 662 e successive modificazioni. Il fondo concede la garanzia richiesta alle imprese beneficiarie che comprovano il rilascio del titolo concessorio».

2.681

DE PIETRO, URAS, CASALETTO, MASTRANGELI

Precluso

Dopo il comma 69, aggiungere il seguente:

«69-*bis*. Sono attribuite all'Istituto nazionale per l'assicurazione contro gli infortuni sul lavoro (INAIL) le competenze, da esercitare in raccordo con l'Agenzia nazionale per l'occupazione, in materia di promozione del reinserimento e della integrazione lavorativa delle persone con disabilità da lavoro, da realizzare anche mediante il finanziamento con oneri a carico dell'INAIL, a valere sulle risorse finanziarie già disponibili a legislazione vigente, di progetti personalizzati mirati alla conservazione del posto di lavoro e/o alla ricerca di nuova occupazione, di interventi formativi di riqualificazione professionale, di progetti per il superamento e per l'abbattimento delle barriere architettoniche sui luoghi di lavoro, di interventi di adeguamento e di adattamento delle postazioni di lavoro».

2.682

ZIN, ROMANO, PANIZZA, LANIECE, BATTISTA

Precluso

Sopprimere il comma 70.

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

- 2015: - 25.000.300;
  2016: - 8.488.300;
  2017: - 8.488.300.

2.683

RUSSO, FASIOLO, MARAN, PEGORER, SONEGO, VACCARI

Precluso

Al comma 70, allegato n. 8, la voce: «centro internazionale ingegneria genetica» è soppressa.

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C, ad eccezione di quelle relative al Ministero del lavoro e delle politiche sociali, al Ministero della salute e al Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca, e al ministero dei beni le attività culturali e del turismo, sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 200 mila euro a decorrere dall'anno 2015».

2.684

DI BIAGIO

Precluso

Al comma 70 è aggiunto in fine il seguente periodo: «A decorrere dall'anno 2015, il Ministero dei beni culturali e del turismo e la Presidenza del consiglio del Ministri - Dipartimento antidroga provvedono, con le risorse assegnate a legislazione vigente, rispettivamente al contributo previsto per l'Osservatorio europeo dell'audiovisivo pari ad euro 264.603 e a quello per il Gruppo Pompidou pari ad euro 219.669,15».

Conseguentemente, all'allegato 8, di cui all'articolo 2, comma 70, alla seconda colonna in

corrispondenza del secondo e terzo rigo, dopo la parola: «Recesso» *sono aggiunte le seguenti:* «Soppressione per Gruppo Pompidou e Osservatorio Audiovisivo dell'autorizzazione di spesa e attribuzione dell'onere al Ministero dei Beni culturali e del turismo e alla Presidenza del Consiglio dei Ministri».

2.686

BERTOROTTA, LUCIDI, AIROLA, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Al comma 71, dopo la lettera f), aggiungere la seguente:

«f-*bis)* all'articolo 175, comma 2, aggiungere, in fine, il seguente periodo: »L'indennità di sistemazione del personale in godimento dovrà essere debitamente rendicontata e resa pubblica nelle forme e nei modi finalizzati a garantire la trasparenza nel rispetto della vigente legislazione in materia di *privacy*».

2.687

BERTOROTTA, LUCIDI, BULGARELLI, AIROLA

Precluso

Al comma 71, dopo la lettera f), aggiungere la seguente:

«f-*bis)* all'articolo 175, comma 2, aggiungere, in fine, il seguente periodo: «L'indennità di sistemazione del personale in godimento dovrà essere debitamente rendicontata e resa pubblica nelle forme e nei modi formalizzati a garantire la trasparenza nel rispetto della vigente legislazione in materia di *privacy*».

2.688

BERTOROTTA, LUCIDI, BULGARELLI, AIROLA

Precluso

Al comma 71, lettera l), capoverso articolo 178, comma 3, lettera n), aggiungere, in fine, il seguente periodo: «Le spese di viaggio, vitto e alloggio del personale in godimento dovranno essere debitamente rendicontate e rese pubbliche nelle forme e nei modi finalizzati a garantire la trasparenza nel rispetto della vigente legislazione in materia di privacy. Al personale in godimento è riconosciuto il viaggio aereo nella classe più economica possibile».

2.689

BERTOROTTA, LUCIDI, AIROLA, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Al comma 71; lettera l), capoverso articolo 178, comma 3, lettera n), aggiungere, in fine, il seguente periodo: «Le spese di viaggio, vitto e alloggio del personale in godimento dovranno essere debitamente rendicontate e rese pubbliche nelle forme e nei modi finalizzati a garantire la trasparenza nel rispetto della vigente legislazione in materia di privacy. Al personale in godimento è riconosciuto il viaggio aereo nella classe più economica possibile».

2.690

MUSSINI, Maurizio ROMANI, BIGNAMI, BENCINI, PEPE

Precluso

Sopprimere il comma 72.

Conseguentemente al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni di euro a decorrere dal 2015» *con le seguenti:* «196,3 milioni di euro per il 2015 e di 194,9 milioni di euro a decorrere dal 2016».

2.691

LIUZZI

Precluso

Dopo il comma 72, aggiungere il seguente:

«72-*bis*. All'articolo 653 del decreto legislativo 16 aprile 1994, n. 297, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) la rubrica è sostituita dalla seguente: Insegnamento di materie obbligatorie secondo la legislazione locale o l'ordinamento scolastico italiano da affidate ad insegnanti a contratto locale;

b) al comma 1 dopo la parola: "straniero" sono inserite le seguenti: "o italiano" a contratto locale, residente nel paese ospitante da almeno un anno;

c) dopo il comma 1 è inserito il seguente: "1-*bis*". Nell'ambito del contingente di cui al precedente articolo 639, gli insegnamenti di materie obbligatorie previste nell'ordinamento scolastico italiano, individuate con provvedimenti adottati di concerto tra il Ministro degli affari esteri e il Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca, possono essere affidati con contratto regolato dalla legislazione locale a personale italiano o straniero, avente una conoscenza della lingua italiana adeguata ai compiti lavorativi e residente nel paese ospitante da almeno un anno, in possesso dei requisiti previsti dalla normativa italiana con lo stesso provvedimento sono stabiliti i criteri e le procedure di assunzione di detto personale;

d) al comma 2, le parole: "comma 1" sono sostituite dalle seguenti: "commi 1 e 1-bis.";

e) dopo il comma 2 è inserito il seguente:

3. Dal presente articolo non devono derivare maggiori oneri per la finanza pubblica».

2.692

DE CRISTOFARO, URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 72, inserire il seguente:

«72-*bis*. Per far fronte alle straordinarie esigenze di contenimento della spesa pubblica, nonché per la stabilizzazione delle posizioni giuridiche coinvolte, le assunzioni di personale del Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale, ivi compreso il personale diplomatico, sono effettuate previo scorrimento delle graduatorie vigenti, in ottemperanza a quanto previsto dall'articolo 4, comma 3, del decreto-legge 31 agosto 2013, n. 101, cosi come convertito, con modificazioni, con legge 30 ottobre 2013, n. 125».

2.693

LUCIDI, AIROLA, BERTOROTTA, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Dopo il comma 72, aggiungere il seguente:

«72-*bis*. Per far fronte alle straordinarie esigenze di contenimento della spesa pubblica, nonché per la stabilizzazione delle posizioni giuridiche coinvolte, le assunzioni di personale del Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale, ivi compreso il personale diplomatico, sono effettuate previo scorrimento delle graduatorie vigenti, in ottemperanza a quanto previsto dall'articolo 4, comma 3, del decreto-legge 31 agosto 2013, n. 101 così come convertito, con modificazioni, con legge 30 ottobre 2013, n. 125.

2.694

LIUZZI

Precluso

Dopo il comma 72, aggiungere il seguente:

«72-*bis*. Allo scopo di razionalizzare l'offerta formativa delle istituzioni scolastiche italiane all'estero e promuovere le iniziative per la diffusione della lingua e della cultura italiana all'estero, con decreto del Ministero per gli affari esteri di concerto con Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca, entro 90 giorni dall'entrata in vigore della presente legge, è stabilito un Protocollo d'intesa allo scopo di riformare la legge n. 153 del 3 marzo 1973».

2.695

PANIZZA, Fausto Guilherme LONGO, LANIECE, BATTISTA, ZIN

Precluso

Dopo il comma 72, inserire il seguente:

«72-*bis*. Al comma 4-*novies,* dell'articolo 2, del decreto-legge 29 dicembre 2010, n. 225, convertito, in legge, con modificazioni, dall'articolo 1, comma 1, della legge 26 febbraio 2011, n. 10, al primo periodo, le parole: "a nove anni" sono sostituite dalle seguenti: "a dodici anni"».

Conseguentemente, all'onere derivante dall'attuazione del presente comma, valutato in 6 milioni

di euro annui, si provvede, per il triennio 2015-2017, mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa relativa al Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307, n Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio.

2.696

MALAN

Precluso

Sopprimere il comma 73.

2.697

AIROLA, LUCIDI, BERTOROTTA, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Sostituire il comma 73, con il seguente:

«73. I contributi diretti in favore della stampa italiana all'estero di cui all'articolo 1-*bis* del decreto-legge 18 maggio 2012, n. 63, convertito, con modificazioni, dalla legge 16 luglio 2012, n. 103, sono soppressi».

2.698

Giovanni MAURO

Precluso

Dopo il comma 73, aggiungere il seguente:

«73-*bis*. Si destina la somma di 800 mila euro per l'istituzione della "Consulta Generale delle eccellenze italiane all'estero"».

Conseguentemente nella Tabella C, voce Italia e Europa nel mondo, Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale, apportare le seguenti variazioni:

2015: - 800 mila.

2.671-bis

CAMPANELLA, BOCCHINO

Precluso

Dopo il comma 74, aggiungere i seguenti:

«74-*bis*. Il comma 5 dell'articolo 26 della legge 11 agosto 2014, n. 125, è sostituito dal seguente:

"5. Le cessioni di beni e le relative prestazioni accessorie effettuate, secondo modalità stabilite con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, nei confronti delle amministrazioni dello Stato e dei soggetti della cooperazione allo sviluppo iscritti nell'elenco di cui al comma 3, destinati ad essere trasportati o spediti fuori dell'Unione europea in attuazione di finalità umanitarie, comprese quelle dirette a realizzare programmi di cooperazione allo sviluppo, sono non imponibili agli effetti dell'imposta sul valore aggiunto ai sensi dell'articolo 8-*bis* del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633".

74-*ter*. Nelle more dell'emanazione del decreto di cui all'articolo 26, comma 51, della legge n. 125 del 2014, come sostituito dal comma 104-*bis*, continuano ad applicarsi le disposizioni contenute nel decreto del Ministro delle finanze del 10 marzo 1988, pubblicato nella Gazzetta Ufficiale della Repubblica Italiana n. 204 del 31 agosto 1988».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 75, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti, variazioni:

2015: - 50.000.000;
2016: - 50.000.000;
2017: - 50.000.000.

2.672-bis

MUSSINI, DE CRISTOFARO, TONINI, BENCINI, BIGNAMI

Precluso

Dopo il comma 74, inserire il seguente:

«74-*bis*. È autorizzata, a decorrere dal 2015, la spesa di euro 2,5 milioni annui per il rifinanziamento su base pluriennale del Centro Globale per le Tecnologie dell'informazione e della comunicazione nei Parlamenti, al fine di garantirgli le risorse sufficienti ad un'azione efficace e continua nel tempo».

Conseguentemente, all'articolo 3, dopo il comma 71, aggiungere il seguente:

«71-*bis*. Entro 30 giorni dalla data di approvazione della presente legge, il Ministero dell'economia e finanze - Amministrazione autonoma dei Monopoli di Stato, è autorizzato ad emanare, con propri decreti dirigenziali, disposizioni volte a modificare la misura del prelievo erariale unico, attualmente applicato sui giochi ed eventuali addizionali, nonché la percentuale del compenso per le attività di gestione ovvero per quella dei punti vendita al fine di conseguire un maggior gettito non inferiore a 20 milioni di euro annui, a decorrere dal 2015».

2.673-bis

ZIN, ROMANO, PANIZZA, LANIECE, BATTISTA

Precluso

Al comma 75, dopo le parole: «è prorogato al 18 marzo 2015.», inserire il seguente periodo: «Si ritengono valide solo le liste dei candidati presentate agli uffici elettorali dal 9 al 19 ottobre 2014. Tale termine è tassativo».

2.676-bis

Fausto Guilherme LONGO, PANIZZA, LANIECE, BATTISTA, ZIN, ROMANO

Precluso

Dopo il comma 75, inserire i seguenti:

«75-*bis*. Il personale a contratto regolato dalla legge italiana del Ministero degli affari esteri, in servizio presso le rappresentanze diplomatiche, gli uffici consolari e gli istituti italiani di cultura all'estero, è collocato nel ruolo speciale transitorio ad esaurimento del Ministero degli affari esteri, di cui alla legge 30 giugno 1956, n. 775.

75-*ter*. Al personale di cui al comma 75-*bis* è riconosciuto l'inquadramento, con decorrenza giuridica ed economica dalla data di entrata in vigore della presente legge, con le seguenti modalità:

a) autista, centralinista e commesso a contratto: area II, fascia retributiva F1;

b) assistente amministrativo a contratto: area II, fascia retributiva F2;

c) collaboratore amministrativo a contratto: area II, fascia retributiva F3.

75-*quater*. Le progressioni di carriera successive a quelle previste dal comma 75-*ter* sono assoggettate alla medesima contrattazione applicabile al personale di ruolo del Ministero degli affari esteri.

75-*quinquies*. Ai soli fini del compimento dell'anzianità richiesta dal contratto collettivo nazionale di lavoro per la progressione di carriera è valutato per intero il periodo di servizio prestato, dal personale di cui al comma 75-*bis*, anteriormente al collocamento nel ruolo speciale transitorio ad esaurimento.

75-*sexies*. Il personale di cui al comma 75-*bis*, successivamente al collocamento nel ruolo speciale transitorio ad esaurimento del Ministero degli affari esteri, può essere immesso a domanda nei ruoli organici del medesimo Ministero, anche in soprannumero.

75-*septies*. Al fine di consentire la continuità e il mantenimento della qualità del servizio nelle rappresentanze diplomatiche, negli uffici consolari e negli istituti italiani di cultura all'estero, il personale a contratto regolato dalla legge italiana è mantenuto stabilmente all'estero, nella sede presso la quale presta servizio. Per gravi e documentati motivi personali o nel caso di chiusura o di soppressione dell'ufficio all'estero, il predetto personale può essere trasferito ad altra sede, individuata con criteri da determinare in sede di contrattazione. In tali casi si applicano le indennità di trasferimento spettanti al personale di ruolo del Ministero degli affari esteri.

75-*octies*. Al personale di cui al comma 75-*bis* è corrisposta una retribuzione mensile netta non inferiore all'80 per cento dell'ammontare complessivo dell'indennità di servizio percepita, nella stessa sede, dal pari grado di ruolo del Ministero degli affari esteri. Ai fini del computo dell'anzianità

richiesta per individuare il pari grado di ruolo è considerato per intero il periodo di servizio prestato dalla data di prima assunzione. Al medesimo personale spettano le aggiunte di famiglia percepite all'estero dal personale di ruolo del Ministero degli affari esteri, nonché i congedi e i periodi di maternità previsti per il personale di pari grado e ruolo del Ministero degli affari esteri in servizio all'estero.

75-*nonies.* Per i periodi di malattia, al personale di cui al comma 75-*bis* si applicano le seguenti disposizioni:

a) il lavoratore assente per malattia ha diritto alla conservazione del posto di lavoro per un periodo di diciotto mesi. Ai fini della maturazione di tale periodo, si sommano tutte le assenze per malattia intervenute nei tre anni precedenti l'episodio morboso in corso. In caso di malattie gravi che richiedono terapie salvavita o di altre terapie ad esse assimilabili, secondo le indicazioni dell'ufficio medico-legale della competente azienda sanitaria locale, sono esclusi dal computo dei giorni di assenza per malattia i giorni di ricovero ospedaliero o di *day-hospital* e i giorni di assenza dovuti alle citate terapie, debitamente certificati dalla competente azienda sanitaria locale o struttura sanitaria convenzionata La presente lettera si applica anche ai mutilati o invalidi di guerra o per servizio, la cui menomazione è ascrivibile alle categorie dalla prima alla quinta della tabella A allegata al testo unico di cui al decreto del Presidente della Repubblica 23 dicembre 1978, n. 915, e successive modificazioni, per i giorni di eventuali cure termali, la cui necessità, relativamente alla gravità dello stato di invalidità, è debitamente certificata ai sensi della presente lettera. Il trattamento economico spettante al lavoratore durante il periodo di assenza di cui alla presente lettera è il seguente:

1) 100 per cento della retribuzione fissa mensile per i primi nove mesi di assenza;

2) 90 per cento della retribuzione fissa mensile per i successivi tre mesi di assenza;

3) 50 per cento della retribuzione fissa mensile per gli ulteriori sei mesi;

b) superato il periodo di diciotto mesi di cui alla lettera *a)*, al lavoratore che ne fa richiesta e in caso di malattie di particolare gravità, può essere concesso di assentarsi per un ulteriore periodo di diciotto mesi, non retribuito, ad esclusione dei casi di malattie gravi che richiedono terapie salvavita o terapie ad esse assimilabili, di cui alla citata lettera *a)* che danno diritto all'intera retribuzione. Prima di concedere l'ulteriore periodo di assenza, l'amministrazione competente procede all'accertamento delle condizioni di salute del lavoratore tramite la competente azienda sanitaria locale, al fine di stabilire la sussistenza di eventuali cause di assoluta e permanente inidoneità. a svolgere l'attività lavorati va;

c) decorsi i periodi di assenza per malattia concessi ai sensi delle lettere *a)* e *b)* nonché qualora, a seguito dell'accertamento sanitario di cui alla lettera *b)*, il lavoratore sia dichiarato in stato di assoluta e permanente inidoneità a svolgere l'attività lavorativa, l'amministrazione competente può procedere, salvo particolari esigenze, a risolvere il rapporto di lavoro corrispondendo al lavoratore l'indennità sostituti va del preavviso;

d) il periodo di assenza per malattia di diciotto mesi previsto dalla lettera *a)* è computato per intero ai fini della maturazione dell'anzianità di servizio.

75-*decies*. Il personale di cui al comma 75-*bis* è assicurato per l'invalidità, la vecchiaia e i superstiti presso l'Istituto nazionale della previdenza sociale e i contributi dovuti al medesimo Istituto ai fini previdenziali sono commisurati alla retribuzione imponibile.

75-*undecies.* Ai fini previdenziali, al personale di cui al comma 75-*bis* che alla data di entrata in vigore della presente legge ha un'anzianità di servizio di almeno quindici anni è riconosciuta la facoltà di optare tra il regime previdenziale contributivo e il regime retributivo. Per gli ultimi dieci anni di salario di riferimento per il computo della pensione, qualora il periodo comporti il riferimento ad anni anteriori al 2003, è considerata la retribuzione convenzionale dell'anno 2003.

75-*duodecies.* Il personale di cui al comma 75-*bis* che alla data di entrata in vigore della presente legge ha maturato un'anzianità di servizio di almeno diciotto anni, senza demerito o può beneficiare, previa domanda, della progressione di carriera di un livello superiore rispetto a quello ricoperto alla data di entrata in vigore della legge medesima.

75-*terdecies.* Al personale di cui al comma 75-*decies* si applica il contratto collettivo integrativo

del personale del Ministero degli affari esteri per il quadriennio 2006-2009.

75-*quaterdecies*. Per quanto non espressamente previsto dai commi da 75-*bis* a 75-*terdecies*, si applicano le disposizioni vigenti e i contratti collettivi nazionali di lavoro applicabili al personale di ruolo del Ministero degli affari esteri in servizio all'estero.

75-*quindecies*. Agli oneri derivanti dall'attuazione dei commi da 75-*bis* a 75-*terdecies*, pari a 15 milioni di euro annui, a decorrere dall'anno 2015, si provvede mediante corrispondente riduzione dello stanziamento del Fondo speciale di parte corrente iscritto, ai fini del bilancio triennale 2015-2017, nell'ambito del programma "Fondi di riserva e speciali" della missione "Fondi da ripartire" dello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno 2015, allo scopo parzialmente utilizzando l'accantonamento relativo al medesimo Ministero. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio».

2.677-bis

Fausto Guilherme LONGO, PANIZZA, LANIECE, BATTISTA, ROMANO

Precluso

Dopo il comma 75, inserire i seguenti:

«75-*bis*. Alla tabella allegata al decreto legislativo 3 febbraio 2011, n. 71, sezione 1, l'articolo 7-*bis* è sostituito dal seguente:

"Art. 7-*bis*. - Diritti da riscuotere per il trattamento della domanda di riconoscimento della cittadinanza italiana di persona maggiorenne: euro 100,00".

75-*ter*. I proventi derivanti dalla riscossione dei versamenti, effettuati da soggetti maggiorenni, di cui all'articolo 7-*bis* della sezione I del decreto legislativo 3 febbraio 2011, n. 71, come modificato dal comma 75-*bis* della presente legge, sono riassegnati a decorrere dall'anno 2015, con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, secondo i criteri e nella misura fissati dal medesimo decreto, allo stato di previsione della spesa dell'esercizio del Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale.

75-*quater*. il Ministro degli affari esteri e della cooperazione internazionale, con proprio decreto, trasferisce ai consolati le risorse ricevute dal Ministero dell'economia e delle finanze, ai sensi del comma 75-*ter*, in proporzione ai proventi di cui al medesimo comma, riscossi dagli uffici operanti in ciascuna circoscrizione consolare.

75-*quinquies*. Le somme trasferite ai consolati ai sensi del comma 75-*quater* sono destinate al rafforzamento dei servizi consolari per i cittadini italiani residenti o presenti all'estero, con priorità per la contrattualizzazione di personale locale da adibire, sotto le direttive e il contro 110 dei funzionari consolari, allo smaltimento dell'arretrato riguardante le pratiche di cittadinanza presentate presso gli uffici consolari.

75-*sexies*. All'onere derivante dall'attuazione dei commi da 75-*bis* a 75-*quinquies*, valutato in 1 milione di euro, per il triennio 2015-2017, si provvede, mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa prevista all'articolo 7-*quinquies*, comma 1, del decreto-legge 10 febbraio 2009, n. 5, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 aprile 2009, n. 33, relativa al Fondo per interventi urgenti ed indifferibili, come integrata, da ultimo, dall'articolo 33, comma 1, della legge 12 novembre 2011, n. 183».

2.678-bis

Fausto Guilherme LONGO, PANIZZA, LANIECE, BATTISTA, ZIN, ROMANO

Precluso

Dopo il comma 75, aggiungere il seguente:

«75-*bis*. Alla legge 7 dicembre 2000, n. 383, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 1, comma 1, dopo le parole: "ne promuove lo sviluppo in tutte le sue articolazioni territoriali" sono inserite le seguenti: "comprese le comunità italiane all'estero,";

b) all'articolo 7, dopo il comma 2, è inserito il seguente:

"2-*bis*. Sono equiparate alle associazioni di promozione sociale a carattere nazionale le associazioni, aventi sede in Italia, che svolgono attività con proprie articolazioni in almeno cinque

Paesi europei e tre Paesi extraeuropei da non meno di tre anni";

c) all'articolo 13, comma 1, sono aggiunte, in fine, le seguenti parole: "da realizzare sia sul territorio italiano sia tra le comunità italiane all'estero"».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero affari esteri e della cooperazione internazionale, apportare le seguenti variazioni:

2015: - 1. 000. 000.

2.679/bis

COMAROLI, CENTINAIO, TOSATO

Precluso

Sopprimere il comma 76.

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 125, sostituire le parole: «187,5 milioni di euro» *con le parole*: «187.3 milioni di euro».

2.680/bis

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Sopprimere il comma 77.

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 121, le parole: «200 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015» *sono sostituite dalle parole*: «170 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015».

2.681/bis

BOCCHINO, MUSSINI, BENCINI, CAMPANELLA, MASTRANGELI

Precluso

Sopprimere il Gomma 77.

Conseguentemente all'Articolo l, comma 121, sostituire le parole: « 200 milioni», *con le seguenti:* «170 milioni».

2.683/bis

D'ALI'

Precluso

Sopprimere il comma 77.

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 30.000.000;
2016: - 30.000.000;
2017: - 30.000.000.

2.684/bis

FRAVEZZI, BATTISTA, BERGER, PANIZZA, CONTE

Precluso

Sopprimere il comma 77.

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 30.000.000;
2016: - 30.000.000;
2017: - 30.000.000.

2.687/bis

BOCCHINO, CAMPANELLA, MASTRANGELI, DE PIN

Precluso

Sopprimere il comma 78.

Conseguentemente all'articolo 3, al comma 75, tabella A allegata voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti modifiche:*

2015

CP: - 10.000.000;
CS: - 10.000.000.

2.688/bis
LIUZZI
Precluso
Al comma 78 al termine del primo periodo, aggiungere le seguenti parole: «con l'esclusione di una quota parte finalizzata a dotare le istituzioni scolastiche delle province di cui alle seguenti leggi: legge 11 giugno 2004, n. 146, legge 11 giugno 2004, n. 147 e legge Il giugno 2004, n. 148, di codici meccanografici».

2.690/bis
COMAROLI, TOSATO, CENTINAIO
Precluso
Sopprimere il comma 79.

Agli oneri derivanti dall'attuazione del presente comma, valutati in 5 milioni di euro per il 2016, si provvede mediante corrispondente riduzione dello stanziamento del Fondo rifugiati e richiedenti Asilo di cui all'articolo 17 comma 13 della presente legge.

2.693/bis
MILO, SCAVONE
Precluso
Dopo il comma 79, aggiungere il seguente:

«79-*bis*. Al fine di valorizzare l'esperienza acquisita nello svolgimento della funzione dirigenziale e consentire altresì il definitivo superamento del precariato della dirigenza scolastica, sono ammessi direttamente alle prove scritte del concorso di ammissione al concorso per dirigenti scolastici di cui all'articolo 29 del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165, per come modificato dall'articolo 17 del decreto-legge 12 settembre 2013, n. 104, convertito, con modificazioni, dalla legge 8 novembre 2013, n. 128, senza lo svolgimento dell'eventuale prova preselettiva, tutti i soggetti non in quiescenza che, alla data di entrata in vigore della presente legge, abbiano svolto la funzione di dirigente scolastico per almeno un triennio a seguito di conferma degli incarichi di cui all'articolo 1-*sexies* del decreto-legge 31 gennaio 2005, n. 7, convertito, con modificazioni, dalla legge 31 marzo 2005, n. 43 o siano stati in servizio con contratto a tempo indeterminato con funzioni di dirigente scolastico, a seguito della procedura concorsuale a posti di dirigente scolastico, di cui al decreto direttoriale del 13 luglio 2011, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* 4 serie speciale-n. 56 del 15 luglio 2011, sottoposta ad annullamento giurisdizionale e a conseguente rinnovazione.

Sono altresì ammessi direttamente alle prove scritte: tutti quei soggetti già vincitori ovvero utilmente collocati nelle graduatorie del concorso di cui al decreto direttoriale del 13 luglio 2011, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* -4 serie speciale-n. 56 del 15 luglio 2011. successivamente annullate in sede giurisdizionale e che non siano risultati più tali in seguito alla conseguente rinnovazione concorsuale; tutti i soggetti che hanno un contenzioso pendente in riferimento alla Legge 202 del 2010; tutti coloro che abbiano avuto una sentenza favorevole almeno nel primo grado di giudizio ovvero non abbiano avuto, alla data di entrata in vigore della legge di conversione del presente decreto, alcuna sentenza definitiva, nel limite della suddetta riserva di posti già autorizzata per il menzionato corso-concorso, contenzioso legato ai concorsi per dirigente scolastico di cui al decreto direttoriale 22 novembre 2004, è pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale*, 4ª a serie speciale, n. 94 del 26 novembre 2004, e al decreto del Ministro della pubblica istruzione 3 ottobre 2006, pubblicato nella Gazzetta Ufficiale, 4 serie speciale, n. 76 del 6 ottobre 2006«.

2.697/bis
D'ALI'
Precluso
Sopprimere il comma 80.

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le*

seguenti variazioni:

2015: - 34.300.000;
2016: - 102.800.000;
2017: - 102.800.000.

2.698/bis

BOCCHINO, MUSSINI, BENCINI, CAMPANELLA, MASTRANGELI, DE PIN

Precluso

Sopprimere il comma 80.

Conseguentemente all'articolo 1, comma 121, sostituire le parole: «200 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015.»*, con le seguenti:* «165 milioni di euro nel 2015 e 97 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2016».

2.699/bis

PETRAGLIA, DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Precluso

Sopprimere il comma 80.

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 121, le parole: «200 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015»*, sono sostituite dalle parole:* «165 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015».

2.700

FRAVEZZI, BATTISTA, BERGER, PANIZZA, CONTE, PAGLIARI

Precluso

Sopprimere il comma 80.

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 34.300.000;
2016: - 102.800.000;
2017: - 102.800.000.

2.701

BLUNDO, SERRA, MONTEVECCHI, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Al comma 80, in fine, sostituire le parole: «è abrogato» con le seguenti:

«è così modificato: al comma 1 sopprimere le parole: "l'esonero o"; sopprimere il comma 2; al comma 3 sopprimere le parole: "l'esonero quando si tratti di istituti e scuole con almeno cinquantacinque classi, o"; al comma 5 sopprimere le parole: "l'esonero o"».

Conseguentemente al comma 76 dell'articolo 3, aggiungere, in fine, le seguenti parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 50 milioni di euro a decorrere dal 2015».

2.702

LIUZZI

Precluso

Dopo il comma 80 aggiungere il seguente:

«80-*bis*. In deroga a quanto previsto dal comma precedente, in attesa della piena attuazione dell'organico dell'autonomia e fino alla assunzione in servizio dei dirigenti scolastici reclutati in seguito all'espletamento del primo corso-concorso nazionale a posti di dirigente scolastico, bandito ai sensi dell'articolo 29 del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165, per come modificato dall'articolo 17 del decreto-legge 12 settembre 2013, n. 104, convertito, con modificazioni, dalla legge 8 novembre 2013, n. 128, i docenti di cui al comma 1 dell'articolo 459 del decreto legislativo 16 aprile 1994, n. 297, in servizio presso istituzioni scolastiche autonome, non assegnate a dirigenti scolastici con incarico a tempo indeterminato o alla conferma degli incarichi di presidenza di cui all'articolo 1-*sexies* del decreto-legge 31 gennaio 2005, n. 7, convertito con modificazioni, dalla legge 31 marzo 2005,

n. 43, ma conferite in reggenza a dirigenti aventi incarico presso altra istituzione scolastica autonoma, possono ottenere comunque l'autorizzazione all'esonero dall'insegnamento, ove sussistano i requisiti previsti dai commi 2 e 3 del predetto articolo 459».

2.703

BOCCHINO, CAMPANELLA, MASTRANGELI

Precluso

Sopprimere i commi 81 e 82.

Conseguentemente all'articolo 1, comma 121, sostituire le parole: «200 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015.»*, con le seguenti:* «186 milioni di euro nel 2015 e 149 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2016.».

2.704

LIUZZI

Precluso

Sopprimere i commi 81 e 82.

2.705

PETRAGLIA, DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Precluso

Sopprimere il comma 81.

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 121, le parole: «200 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015»*, sono sostituite dalle parole:* «159 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015».

2.706

FRAVEZZI, BATTISTA, BERGER, PANIZZA, CONTE, PAGLIARI

Precluso

Sopprimere il comma 81.

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 13.700.000;
2016: - 41.000.000;
2017: - 41.000.000.

2.708

D'ALI'

Precluso

Sopprimere il comma 81.

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2016: - 41.000.000;
2017: - 41.000.000.

2.710

DE PIN, MASTRANGELI, BOCCHINO, CAMPANELLA

Precluso

Al comma 81 sopprimere le parole: «e il terzo periodo».

Conseguentemente all'articolo 1, comma 121, sostituire le parole: «200 milioni di euro a decorrere daI 2015» *con le seguenti:* «200 milioni di euro per il 20 15 e di 173 milioni di euro a decorrere dal 2016».

2.711

LIUZZI

Precluso

Al comma 81 sostituire le parole: «e il terzo periodo dell'articolo 26, comma 8, della legge 23 dicembre 1998, n. 448, e successive modificazioni, sono soppressi a decorrere dall'anno scolastico 2016/2017» con le seguenti: «periodo dell'articolo 26, comma 8, della legge 23 dicembre 1998, n. 448,

e successive modificazioni, è soppresso a decorrere dall'anno scolastico 2016/2017».

2.712

LIUZZI

Precluso

Dopo il comma 81 aggiungere il seguente:

«81-*bis*. La soppressione di cui al precedente comma 81 opera solo a far data dal 1º settembre 2016 e sono fatti salvi, fino a tale data, tutti i comandi, i distacchi, le posizioni di fuori ruolo o utilizzazioni comunque denominate, disposti ai sensi del secondo e del terzo periodo dell'articolo 26, comma 8, della legge 23 dicembre 1998, n. 448, e successive modificazioni».

Conseguentemente, al comma 82, primo periodo, le parole: «a decorrere dal 1º settembre 2015» *sono sostituite dalle parole:* «a decorrere dal 1º settembre 2016».

2.713

LIUZZI

Precluso

Dopo il comma 81, aggiungere il seguente:

«81-*bis*. Dopo il comma 8 dell'articolo 26 della legge 23 dicembre 1998, n. 448 è aggiunto il seguente:

"8-*bis*. In aggiunta al contingente previsto dal primo periodo del comma 8 del presente articolo, l'Amministrazione periferica del Ministero dell'Istruzione, dell'Università e della Ricerca può avvalersi, per lo svolgimento di compiti connessi all'autonomia scolastica e di supporto alla gestione delle Istituzioni scolastiche, a far data dal l settembre 2015, dei soggetti che, alla data di entrata in vigore della presente legge, svolgano, da almeno un quadriennio, l'incarico di presidenza ai sensi dell'articolo 1-*sexies* del decreto-legge 31 gennaio 2005, n. 7, convertito, con modificazioni, dalla legge 31 marzo 2005, n. 43 e che, a partire dall'anno scolastico 2015/2016, non ottengano la conferma del suddetto incarico di presidenza per mancanza di sedi in ambito regionale.

Il contingente degli aventi diritto è limitato, nel numero massimo, al numero dei, soggetti in servizio, alla data di entrata in vigore della presente legge, come dirigenti scolastici incaricati ai sensi dell'articolo 1-*sexies* del decreto-legge 31 gennaio 2005, n. 7, convertito, con modificazioni, dalla legge 31 marzo 2005, n. 43.

Con decreto del Direttore generale di ogni singolo Ufficio Scolastico Regionale di appartenenza degli stessi, i soggetti di cui al primo periodo del presente comma sono assegnati annualmente presso gli ambiti territoriali della singola Regione, secondo l'ordine di preferenza espressa dagli aventi diritto ai sensi del presente comma e mantengono la medesima retribuzione attribuita nel corso dell'anno scolastico 2014/2015 come dirigenti scolastici incaricati.

La disposizione non crea nuovi o maggiori oneri a carico della finanza pubblica".».

2.714

PETRAGLIA, DE PETRIS, URAS

Precluso

Sopprimere il comma 82.

Conseguentemente all'articolo 1, comma 121, sostituire la parola: «200» *con la seguente:* «198».

2.715

DE PIN, MASTRANGELI, BOCCHINO, CAMPANELLA

Precluso

Sopprimere il comma 82.

Conseguentemente alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015:

CP: - 1.000.000;

CS: - 1.000.000;

2016:

CP: - 1.000.000;
CS: - 1.000.000;
2017:
CP: - 1.000.000;
CS: - 1.000.000.

2.717

LIUZZI

Precluso

Sopprimere il comma 82.

2.718

URAS, PETRAGLIA, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Precluso

Sostituire il comma 82, con il seguente:

«7. Al fine di contribuire al mantenimento della continuità didattica e alla piena attuazione dell'offerta formativa, a decorrere dal 1º settembre 2015, il comma 59 dell'articolo 1 della legge 24 dicembre 2012, n. 228, è sostituito dal seguente:

"59. Salve le ipotesi di collocamento fuori ruolo di cui all'articolo 26, comma 8, della legge 23 dicembre 1998, n. 448 e successive modificazioni, nonché di cui all'articolo 307 e alla Parte V del decreto legislativo 16 aprile 1994, n. 297, e all'articolo l, comma 4, della legge 3 agosto 1998, n. 315, e delle prerogative sindacali ai sensi della normativa vigente, il personale appartenente al comparto scuola utilizzato presso le pubbliche amministrazioni inserite nel conto economico consolidato della pubblica amministrazione, come individuate dall'istituto nazionale di statistica (ISTAT) ai sensi dell'articolo l, comma 2, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, non può essere ulteriormente posto in posizione di comando, distacco, fuori ruolo o utilizzazione comunque denominata ed entro 60 giorni dall'entrata in vigore della presente legge e sottoposto, a domanda, alle procedure di mobilità di cui all'articolo 30 decreto legislativo n. 165 del 30 marzo 2001"».

Conseguentemente all'articolo 1, comma 121, le parole: «200 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015» *sono sostituite dalle parole:* «159 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015».

2.719

LIUZZI

Precluso

Dopo il comma 82, aggiungere i seguenti:

«82-*bis*. Ai fini della predisposizione di un piano di revisione dell'utilizzo del personale comandato e nelle more della definizione delle procedure di mobilità, sono fatti salvi, anche per l'anno scolastico 2015-2016, i provvedimenti di collocamento fuori ruolo di cui all'articolo 1, comma 58, della legge 24 dicembre 2012, n. 228.

82-*ter*. Al relativo onere si provvede, con una quota delle entrate di cui all'articolo 7, comma 39, del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, per un importo pari a 3,3 milioni di euro, di cui 1,1 milioni di euro per l'anno 2015 e 2,2 milioni di euro per l'anno 2016».

2.720

LIUZZI

Precluso

Dopo il comma 82, aggiungere il seguente:

«All'articolo 1, comma 58, della legge 24 dicembre 2012, n. 228 dopo le parole: "sono fatti salvi" sono inserite le seguenti: ", anche per l'anno scolastico 2015-2016,". Al relativo onere si provvede, con una quota delle entrate di cui all'articolo 7, comma 39, del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, per un importo pari a 3,3 milioni di euro, di cui 1,1 milioni di euro per l'anno 2015 e 2,2 milioni di euro per l'anno 2016».

2.721

BOCCHINO, MUSSINI, BENCINI, CAMPANELLA, MASTRANGELI

Precluso

Sopprimere il comma 83.

Conseguentemente all'articolo 1, comma 121, sostituire le parole: «200 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015.», *con le seguenti:* «178 milioni di euro nel 2015 e 136 milioni di euro annui a decorrere dall'armo 2016.».

2.722

PETRAGLIA, DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Precluso

Sopprimere il comma 83.

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 121, le parole: «200 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015» *sono sostituite dalle parole:* 178 milioni di euro per l'anno 2015, e 136 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2016».

2.723

SERRA, CATALFO, MONTEVECCHI, BLUNDO, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Dopo il comma 83, aggiungere i seguenti:

«83-*bis*. All'alinea del comma 14 dell'articolo 24 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, dopo le parole: "ad applicarsi" sono inserite le seguenti: "al personale della scuola che abbia maturato i requisiti entro ranno scolastico 2011-2012, ai sensi dell'articolo 59, comma 9, della legge 27 dicembre 1997, n. 449, e successive modificazioni, e".

83-*ter*. In considerazione della procedura di ricognizione delle dichiarazioni ai fini del collocamento in quiescenza del personale della scuola che abbia maturato i requisiti entro l'anno scolastico 2011-2012, attivata dal Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca nel mese di ottobre 2013, il beneficio di cui ai comma 1 è riconosciuto, con decorrenza dalla data del 1º settembre 2015, nel limite massimo di 2.500 soggetti e di 106 milioni di euro per l'anno 2015, di 107,2 milioni di euro per l'anno 2016, di 108,4 milioni di euro per l'anno 2017 e di 72,8 milioni di euro per l'anno 2018. L'INPS prende in esame le domande di pensionamento, che possono essere inoltrate secondo modalità telematiche, in deroga alla normativa vigente, entro il 31 marzo 2015, dai lavoratori di cui al comma 83-*bis* che intendono avvalersi dei requisiti di accesso e del regime delle decorrenze vigenti prima della data di entrata in vigore del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214. L'INPS provvede al monitoraggio delle domande presentate, definendo un elenco numerico delle stesse basato, ai fini di cui all'ultimo periodo del presente comma e del relativo ordine di priorità, su un criterio progressivo risultante dalla somma dell'età anagrafica e dell'anzianità contributiva vantate dai singoli richiedenti alla data del 31 dicembre 2012.

83-*quater*. Con riferimento all'anno scolastico 2015, per il personale della scuola che accede al beneficio di cui al comma 14 dell'articolo 24 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, ai fini della liquidazione del trattamento di fine rapporto, comunque denominato, si applicano, in quanto compatibili, le disposizioni di cui all'articolo 2, comma 11, lettera *a),* numeri 1) e 2), del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, nella legge 7 agosto 2012, n. 135.

83-*quinquies*. Agli oneri derivanti dall'attuazione dei commi 83-*bis* e 83-*ter,* valutati in 106 milioni di euro per l'anno 2015, 107,2 milioni di euro per l'anno 2016, 108,4 milioni di euro per l'anno 2017 e 72,8 milioni di euro per l'anno 2018, si provvede parzialmente utilizzando i risparmi complessivamente conseguiti a valere sulle autorizzazioni di spesa relative al Fondo di cui all'articolo 1, comma 235, primo periodo, della legge 24 dicembre 2012, n. 228, e successive modificazioni, come rideterminate, da ultimo, dall'articolo 2, comma 7, del decreto-legge 31 ottobre 2013, n. 126».

Conseguentemente:

al comma 9, al capoverso 1-bis, *i numeri 1) e 2) sono sostituiti dai seguenti:*

«1) 840 euro, se il reddito complessivo non è superiore a 24.000 euro;

2) 840 euro, se il reddito complessivo è superiore a 24.000 euro ma non a 26.000 euro. Il credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra l'importo di 26.000 euro, diminuito del reddito complessivo, e l'importo di 2.000 euro».

2.724

BOCCHINO

Precluso

Sopprimere il comma 84.

Conseguentemente all'articolo 1, comma 121, sostituire le parole: «200 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015.», *con le seguenti:* «155 milioni di euro nel 2015 e 65 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2016.».

2.725

PETRAGLIA, DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Precluso

Sopprimere il comma 84.

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 121, le parole: «200 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015», sono sostituite dalle parole: «155 milioni di euro per l'anno 2015, e 65 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2016».

2.726

ZELLER, BERGER, PALERMO, LANIECE, BATTISTA, PANIZZA, FRAVEZZI

Precluso

Dopo il comma 84, inserire il seguente:

«84-*bis*. All'articolo 3 della legge 10 dicembre 1997, n. 425, dopo il comma 8, è inserito il seguente:

«8-*bis*. A decorrere dall'anno scolastico 2015-2016, nella Provincia autonoma di Bolzano, l'accertamento della seconda lingua ovvero della lingua alternativa potrà essere effettuato tramite quarta prova scritta definita a livello provinciale. I punteggi del terza e della quarta prova scritta, espressi ciascuno in quindicesimi e di ugual valore, sono sommati e convertiti in un unico voto espresso in quindicesimi».

2.728

BOCCHINO, MUSSINI, BENCINI, CAMPANELLA, MASTRANGELI, DE PIN

Precluso

Sopprimere il comma 85.

Conseguentemente all'articolo 1, comma 121, sostituire le parole: «200 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015», *con le seguenti:* «183 milioni di euro ne12015 e 149 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2016».

2.729

SERRA, MONTEVECCHI, BLUNDO, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Sopprimere il comma 85.

Conseguentemente:

al comma 86 sopprimere le parole da: «a valere» *fino alla fine del comma; sopprimere il comma 87;*

al comma 76 dell'articolo 3, aggiungere, in fine, le seguenti parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare pari a 16,9 milioni di euro per l'anno 2015 e 50,7 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016».

2.730

PETRAGLIA, DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Precluso

Sostituire il comma 85 con il seguente:

«85. Con decreto del Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, sentita la Conferenza Unificata di cui all'articolo 8 del decreto legislativo 28 agosto 1997, n. 281, da adottare entro 60 giorni dall'entrata in vigore della presente legge si procede alla revisione dei criteri e dei parametri previsti per la definizione delle dotazioni organiche del personale amministrativo, tecnico e ausiliario della scuola finalizzata ad una razionalizzazione degli stessi ad invarianza della consistenza complessiva».

Conseguentemente, all'articolo 11 comma 121, le parole: «200 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015» *sono sostituite dalle parole:* «183 milioni di euro per l'anno 2015, e 149 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2016».

2.734

LIUZZI

Precluso

Dopo il comma 85 aggiungere il seguente:

«85-*bis*. In deroga a quanto previsto al comma 85 e stante la necessità di assicurare la continuità amministrativa ad ogni istituzione scolastica autonoma, in attesa dell'avvio del nuovo reclutamento, su base concorsuale, a posti di Direttore dei servizi generali ed amministrativi (D.S.O.A.), il Ministero dell'Istruzione, dell'Università e della Ricerca è autorizzato ad avviare, su base provinciale, specifici corsi di formazione di mobilità professionale del personale ausiliario, tecnico e amministrativo (A.T.A.), dall'area «B» all'area «D», ai sensi dell'articolo 1, comma 2, della sequenza contrattuale 25 luglio 2008, riservati a tutti gli assistenti amministrativi inseriti negli elenchi provinciali definitivi per la mobilità professionale A.T.A., per il profilo di D.S.O.A., ai sensi dell'articolo 5 del relativo C.C.N.I. sottoscritto in data 3 dicembre 2009, ma in posizione non utile per la formazione di cui agli articoli 7 e 8 di detto Contratto collettivo nazionale integrativo, al fine di consentire a detti soggetti di acquisire un requisito necessario per la mobilità professionale verso il profilo di D.S.G.A.

L'organizzazione e lo svolgimento dei predetti corsi di formazione sono fatti a valere di quota parte delle risorse derivanti dall'attuazione del comma 85 della presente legge, da individuarsi con Decreto di natura non regolamentare del Ministro dell'Istruzione, dell'Università e della Ricerca, sentito il Ministro dell'Economia e delle Finanze«.

2.735

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 86, aggiungere il seguente:

«86-*bis*. Ai fini della realizzazione del diritto-dovere all'istruzione degli studenti stranieri di cui all'articolo 38 del testo unico di cui al decreto legislativo 25 luglio 1998, n. 286, garantito per almeno dieci anni ai sensi dell'articolo 1, comma 622, della legge 27 dicembre 2006, n. 296, e successive modificazioni, il Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca dispone che le istituzioni scolastiche primarie e secondarie di primo grado istituiscano classi di alfabetizzazione per gli studenti stranieri non italofoni, presso ciascuna istituzione ovvero in rete tra istituti, con priorità nei comuni a forte tasso immigrazione. La finalità della classe di alfabetizzazione è quella di fornire un Percorso intensivo nello studio della lingua italiana per preparare lo studente al livello formativo richiesto dalla didattica della classe in cui è previsto l'inserimento.

Le istituzioni scolastiche, in conformità a quanto previsto dal comma 1, attuano piani di studio che prevedono:

a) la dotazione aggiuntiva di insegnanti opportunamente formati nella didattica della lingua italiana come seconda lingua;

b) il monito raggio quadrimestrale delle classi di alfabetizzazione da parte degli organi collegiali;

c) la dotazione di strumenti, anche tecnologici, per attuare percorsi didattici personalizzati, in

relazione alle diverse situazioni soggettive degli studenti;

d) l'allestimento di un archivio di materiali didattici a disposizione degli insegnanti;

e) la collaborazione tra la scuola, la famiglia dello studente e le istituzioni locali.

Il Governo è delegato ad emanare, entro 3 mesi dall'entrata in vigore della legge di conversione del presente decreto-legge, norme per l'organizzazione delle classi di cui al comma 1.

Agli oneri derivanti dall'attuazione della presente legge, valutati in 50 milioni di euro, si provvede mediante corrispondente riduzione dello stanziamento del Fondo rifugiati e richiedenti Asilo di cui all'articolo 17 comma 13 del presente decreto-legge. il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio».

2.736

PETRAGLIA, DE PETRIS, URAS

Precluso

Sopprimere il comma 90.

Conseguentemente al comma 121, sostituire le parole: «200 milioni di euro a decorrere dal 2015» *con le seguenti:* «168 milioni di euro annui per il 2015 e di 166 milioni di euro a decorrere dal 2016».

2.737

BOCCHINO, CAMPANELLA, MASTRANGELI, DE PIN

Precluso

Sopprimere il comma 90.

Conseguentemente all'articolo 3, al comma 75, tabella A allegata voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti modifiche:*

2015

- CP: - 34.000.000;
  CS: - 34.000.000.

2016

- CP: - 32.000.000;
  CS: - 32.000.000.

2.738

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Sopprimere il comma 90.

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 34.000.000 euro per l'anno 2015 e 32.000.000 euro a decorrere dall'anno 2016».

2.739

MONTEVECCHI, BLUNDO, SERRA, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Sopprimere il comma 90.

Conseguentemente, al comma 76 dell'articolo 3, aggiungere, in fine, le seguenti parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 34.000.000 euro per l'anno 2015 e 32.000.000 euro a decorrere dall'anno 2016».

2.740

PETRAGLIA, DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Precluso

Sostituire il comma 90 con il seguente:

«90. Con decreto del Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca, entro 30 giorni dall'entrata in vigore della presente legge, ad invarianza dell'attuale Fondo per finanziamento ordinario delle università statali, di cui all'articolo 5 della legge 24 dicembre 1993, n. 537, sono definiti gli

indirizzi per l'attuazione della razionalizzazione e riqualificazione della spesa da effettuarsi a cura delle università».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 121, le parole: «200 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015» *sostituite dalle seguenti:* «166 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015».

2.741

BOCCHINO, MUSSINI, BENCINI, CAMPANELLA, MASTRANGELI, DE PIN

Precluso

Sostituire il comma 91 con il seguente:

«91. La somma di 140 milioni di euro, giacente sul conto corrente bancario acceso presso la Banca Intesa San Paolo Spa e relativa alla gestione stralcio del Fondo speciale per la ricerca applicata (FSRA) di cui all'articolo 4 della legge 25 ottobre 1968, n. 1089 è assegnata:

a) Per un importo di euro 70 milioni, ad un nuovo fondo del MIUR denominato "Fondo di ripescaggio dei progetti ERC", dedicato al finanziamento di quei progetti di ricerca presentati in risposta ad un bando del programma ERC IDEAS dell'Unione Europea e che si siano piazzati alla conclusione di tutti i passi del processo di selezione sopra la soglia di accettazione ma sotto la soglia di finanziamento e che quindi non abbiano ottenuto il finanziamento europeo richiesto. I progetti di ricerca oggetto della presente disposizione devono obbligatoriamente prevedere di portare avanti le proprie attività di ricerca presso un Università od un Ente Pubblico di Ricerca italiani. Il MIUR è obbligato entro 30 giorni dall'entrata in vigore della presente legge ad emanare un proprio decreto nel quale vengono definite le modalità ed i criteri di accesso alle risorse del Fondo, prevedendo la possibilità di finanziare prioritariamente i progetti presentati nell'ambito delle categorie riservate ai ricercatori più giovani.

b) Per un importo di euro 70 milioni all'incremento del Fondo per gli investimenti nella ricerca scientifica e tecnologica (FIRST), di cui all'articolo 1, comma 870, della legge 27 dicembre 2006, n. 296.

Le eventuali ulteriori somme disponibili all'esito della chiusura della gestione stralcio del FSRA confluiranno in parti uguali alle destinazioni di cui ai punti (a) e (b).

Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio».

2.752

PETRAGLIA, DE PETRIS, URAS

Precluso

Sopprimere il comma 94.

Conseguentemente al comma 121, sostituire le parole: «200 milioni di euro a decorrere dal 2015» *con le seguenti: «199 milioni di euro a decorrere dal 2015».*

2.753

BOCCHINO, CAMPANELLA, MASTRANGELI, DE PIN

Precluso

Sopprimere il comma 94.

Conseguentemente all'articolo 3, al comma 75, tabella A allegata voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti modifiche:*

2015:

- CP: - 916.000;
  CS: - 916.000.

2016:

- CP: - 1.000.000;
  CS: - 1.000.000.

2.754

PETRAGLIA, DE PETRIS, URAS

Precluso

Sopprimere il comma 95.

Conseguentemente al comma 121, sostituire le parole: «200 milioni di euro a decorrere dal 2015» *con le seguenti:* «158 milioni di euro a decorrere dal 2015».

2.755

BOCCHINO, CAMPANELLA, MASTRANGELI

Precluso

Sopprimere il comma 95.

Conseguentemente all'Articolo 1, comma 121, sostituire le parole: «200 milioni», *con le seguenti:* «158 milioni».

2.756

BLUNDO, SERRA, MONTEVECCHI, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Sopprimre il comma 95.

Conseguentemente al comma 76 dell'articolo 3, aggiungere, in fine, le seguenti parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 42.000.000 euro a decorrere dall'anno 2015».

2.760

DE PETRIS, PETRAGLIA, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Precluso

Sostituire il somma 95 con il seguente:

«95. Con decreto del Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca, entro 30 giorni dall'entrata in vigore della presente legge, ad invarianza dell'attuale Fondo ordinario per il funzionamento di cui all'articolo 7 del decreto legislativo 5 giugno 1998, n. 204, sono definiti gli indirizzi per l'attuazione della razionalizzazione e riqualificazione della spesa da effettuarsi a cura degli enti di ricerca».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 121, le parole: «la spesa di 200 milioni annui» *sono sostituite dalle seguenti:* «la spesa di 158 milioni di euro».

2.764

URAS, DE PETRIS, PETRAGLIA, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 95, aggiungere il seguente:

«95-*bis*. L'articolo 6, comma 12, quarto periodo, del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, recante "Misure urgenti in materia di stabilizzazione finanziaria e di competitività economica", convertito, con modificazioni, dalla legge 30 luglio 2010, n. 122, e successive modificazioni, è sostituito dal seguente: "il presente comma non si applica alla spesa effettuata per lo svolgimento di compiti ispettivi, a quella effettuata dal Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo per lo svolgimento delle attività indispensabili di tutela e di valorizzazione del patrimonio culturale e a quella effettuata dalle università e dagli enti di ricerca con risorse derivanti da finanziamenti dell'Unione europea ovvero di soggetti privati nonché da risorse proprie o da finanziamenti di soggetti pubblici destinati ad attività di ricerca"».

2.766

PETRAGLIA, DE PETRIS, URAS

Precluso

Dopo il comma 96 aggiungere i seguenti:

«96-*bis*. Al fine di razionalizzare il sistema di valutazione degli alunni tenendo conto dell'esigenza di valorizzare i principi dell'autonomia scolastica e della comunità didattica, assicurando la coerenza degli *standard* valutativi e garantendo uno sviluppo ottimale della professione di docente in termini di conoscenze, competenze e approcci didattici e pedagogici e di verifica dell'efficacia delle pratiche educative, con Decreto del Ministero dell'Istruzione, dell'Università e della Ricerca, da

adottare entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono eliminati, con effetto dall'anno 2015, i test Invalsi dagli esami di licenza media.

96-*ter*. I risparmi derivanti dall'attuazione del comma precedente, sono destinati al Fondo per le formazione dei Docenti, del personale ATA e dei Dirigenti Scolastici».

2.768

MILO, Giovanni MAURO

Precluso

Dopo il comma 96, aggiungere il seguente:

«96-*bis*. All'articolo 4, comma 2, lettera *c)* del decreto legislativo 29 marzo 2012, n. 49, l'ultimo paragrafo è così sostituito: "in ogni caso, fermi restando i limiti di cui all'articolo 7, comma 1, per gli atenei con una percentuale di professori di I fascia superiore al 30 per cento del totale dei professori, e limitatamente al triennio 2015-2017, il numero dei ricercatoti reclutati ai sensi dell'articolo 24, comma 3, lettera *b),* della legge 30 dicembre 2010, n. 240, non può essere inferiore ad uno ogni due professori di 1 fascia reclutati nel medesimo periodo, nei limiti delle risorse disponibili"».

2.769

BOCCHINO, MUSSINI, BENCINI, CAMPANELLA, MASTRANGELI, DE PIN

Precluso

Sostituire il comma 97, con il seguente:

«97. Al fine di favorire il reclutamento di ricercatori, all'articolo 66, comma 13-*bis,* del decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 agosto 2008, n. 133, e successive modificazioni, dopo il secondo periodo è inserito il seguente: "A decorrere dall'anno 2015, le università possono procedere, in aggiunta alle facoltà di cui al secondo periodo del presente comma, all'assunzione di ricercatori di cui all'articolo 24, comma 3, lettere *a)* e *b),* della legge 30 dicembre 2010, n. 240, anche utilizzando le cessazioni avvenute nell'anno precedente riferite ai ricercatori di cui al citato articolo 24, comma 3, lettera *a),* già assunti a valere sulle facoltà assunzionali previste dal presente comma"».

2.772

PETRAGLIA, URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Precluso

Al comma 97 sopprimere le parole: «che rispettano la condizione di cui all'articolo 7, comma 1, lettera c), del decreto legislativo 29 marzo 2012, n. 49, e delle successive norme di attuazione del comma 6 del medesimo articolo 7», nonché le parole: «già assunti a valere sulle facoltà assunzionali del presente comma».

Conseguentemente sopprimere il comma 98.

2.773

PETRAGLIA, DE PETRIS, URAS

Precluso

Al comma 97 sopprimere il seguente periodo: «che rispettano la condizione di cui all'articolo 7, comma 1, lettera c), del decreto legislativo 29 marzo 2012, n. 49, e delle successive norme di attuazione del comma 6 del medesimo articolo 7,».

2.777

PANIZZA, ZELLER, PALERMO, BATTISTA, LANIECE, BERGER

Precluso

Dopo il comma 97, inserire il seguente:

«97-*bis*. In deroga all'articolo 66, comma 13-*bis*, del decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito con modificazioni dalla legge 6 agosto 2008, n. 133 e successive modificazioni, il contingente delle assunzioni attribuite a ciascuna università per l'anno 2014 è aumentato delle quote necessarie alla chiamata come professori di prima fascia, ai sensi dell'articolo 29, comma 4, della legge 30 dicembre 2010, n. 240, di coloro che sono in possesso della relativa idoneità conseguita a seguito di concorsi banditi dalle università ai sensi della legge 3 luglio 1998, n. 210 e successive modificazioni, e

che sono in servizio presso il medesimo o altri atenei in qualità di professori associati o ricercatori. La chiamata è effettuata entro il 31 dicembre 2014 con la modalità stabilita dall'articolo 18, comma 1, lettera *e)* della legge 30 dicembre 2010, n. 240. I professori cosi chiamati mantengono il trattamento retributivo della fascia di provenienza fino al termine stabilito dall'articolo 1, comma 471, della legge 27 dicembre 2013, n. 147. Sono fatti salvi, anche ai fini retributivi, gli effetti della conferma in ruolo come professore ordinario».

2.778

BOCCHINO, TOCCI, MUSSINI, BENCINI, CAMPANELLA, MASTRANGELI, DE PIN

Precluso

Sopprimere il comma 98.

Conseguentemente all'articolo 1, comma 121, sostituire le parole: «200 milioni»*, con le seguenti:* «195 milioni».

2.780

MONTEVECCHI, BLUNDO, SERRA, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Sopprimere il comma 98.

2.781

PALERMO, ZELLER, BATTISTA, LANIECE, BERGER

Precluso

Sopprimere il comma 98.

2.783

CATTANEO

Precluso

Il comma 98 è sostituito dal seguente:

«98. La lettera *c)* del comma 2 dell'articolo 4 del decreto legislativo 29 marzo 2012, n. 49,è sostituita dalle seguenti:

c) provvedere al reclutamento di un numero di ricercatori di cui all'articolo 24. comma 3, lettera *b)*, della legge 30 dicembre 2010, n. 240, in modo da assicurare un'adeguata possibilità di consolidamento e sostenibilità dell'organico dei professori anche in relazione a quanto previsto alla lettera *a)*; in ogni caso, fermi restando i limiti di cui all'articolo 7, comma 1, per gli atenei con una percentuale di professori di 1 fascia superiore al 40 per cento del totale dei professori, il numero dei ricercatori reclutati ai sensi dell'articolo 24, comma 3, lettera *b)*, della legge 30 dicembre 2010, n. 240, non può essere inferiore a quello dei professori di 1 fascia reclutati nel medesimo periodo, nei limiti delle risorse disponibili.

c-*bis)*. In deroga alla disposizione del comma precedente per la sola programmazione della annualità 2015 e 2016 il numero dei ricercatori reclutati ai sensi dell'articolo 24, comma 3, lettera *b)*, della legge 30 dicembre 2010, n. 240, non può essere inferiore alla metà di quello dei professori di 1 fascia reclutati nel medesimo periodo, nei limiti delle risorse disponibili».

2.784

BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, MILO, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, Eva LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Sostituire il comma 98 con il seguente:

«98. All'articolo 4 comma 2 lettera *c)* del decreto legislativo 29 marzo 2012, n. 49, l'ultimo paragrafo è così sostituito: "in ogni caso, fermi restando i limiti di cui all'articolo 7, comma 1, per gli atenei con una percentuale di professori di 1 fascia superiore al 30 per cento del totale dei professori, e limitatamente al triennio 2015-2017, il numero dei ricercatori reclutati ai sensi dell'articolo 24, comma 3, lettera *b)*, della legge 30 dicembre 2010, n. 240, non può essere inferiore ad uno ogni due professori di 1 fascia reclutati nel medesimo periodo, nei limiti delle risorse disponibili"».

2.785
LIUZZI
Precluso
Sostituire il Comma 98 con il seguente:

«98. All'articolo 4 comma 2 lettera *c)* del decreto legislativo 29 marzo 2012, n. 49, l'ultimo paragrafo è così sostituito: "in ogni caso, fermi restando i limiti. di cui all'articolo 7, comma 1, per gli atenei con una percentuale di professori di 1 fascia superiore al 30 per cento del totale dei professori, e limitatamente al triennio 2015-2017, il numero dei ricercatoti reclutati ai sensi dell'articolo 24, comma 3, lettera *b)*, della legge 30 dicembre 2010, n. 240, non può essere inferiore ad uno ogni due professori di 1 fascia reclutati nel medesimo periodo, nei limiti delle risorse disponibili"».

2.786 (testo 2)
CATTANEO
Precluso
All'articolo 2. il comma 98 e sostituito dai seguenti:

«98. Dopo la lettera e) del comma 2 dell'articolo 4 del decreto legislativo 29 marzo 2012, n. 49, è aggiunta la seguente lettera:

«*c-bis*) In deroga alla disposizione del comma precedente per la sola programmazione delle annualità 2015, 2016 e 2017 il numero dei ricercatori reclutati ai sensi dell'articolo 24, comma 3, lettera b). della legge 30 dicembre 2010, n. 240, non può essere inferiore alla metà di quello dei professori di Ia fascia reclutati nel medesimo periodo, nei limiti delle risorse disponibili».

98-*bis***.** All'onere derivante dall'attuazione del comma precedente, pari a 5 milionidi euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, si provvede mediante corrispondente riduzione della voce "Fondi da ripartire" del Ministero dell'economia e delle finanze, di cui all'elenco n. 3 allegato al comma 45 dell'articolo 2. Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307, così come incrementato, a decorrere dal 2015, dall'articolo 1, comma 132 della presente legge.»

2.788
LIUZZI
Precluso
Dopo il comma 99 aggiungere il seguente:

«99-*bis*. Al fine di valorizzare l'esperienza acquisita nello svolgimento della funzione dirigenziale e consentire altresì il definitivo superamento del precariato della dirigenza scolastica, sono ammessi direttamente alle prove scritte del concorso di ammissione al concorso per dirigenti scolastici di cui all'articolo 29 del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165, per come modificato dall'articolo 17 del decreto-legge 12 settembre 2013, n. 104, convertito, con modificazioni, dalla legge 8 novembre 2013, n. 128, senza lo svolgimento dell'eventuale prova preselettiva, tutti i soggetti non in quiescenza che, alla data di entrata in vigore della presente legge, abbiano svolto la funzione di dirigente scolastico per almeno un triennio a seguito di conferma degli incarichi di cui all'articolo 1-*sexies* del decreto-legge 31 gennaio 2005, n. 7, convertito, con modificazioni, dalla legge 31 marzo 2005, n. 43 o siano stati in servizio con contratto a tempo indeterminato con funzioni di dirigente scolastico, a seguito della procedura concorsuale a posti di dirigente scolastico, di cui al decreto direttoriale del 13 luglio 2011, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale*-4 serie speciale-n. 56 del 15 luglio 2011, sottoposta ad annullamento giurisdizionale e a conseguente rinnovazione.

99-*ter*. Sono altresì ammessi direttamente alle prove scritte: tutti quei soggetti già vincitori ovvero utilmente collocati nelle graduatorie del concorso di cui al decreto direttoriale del 13 luglio 2011, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* -4 serie speciale-n. 56 del 15 luglio 2011, successivamente annullate in sede giurisdizionale e che non siano risultati più tali in seguito alla conseguente rinnovazione concorsuale; tutti i soggetti che hanno un contenzioso pendente, che abbiano avuto una sentenza favorevole almeno nel primo grado di giudizio ovvero non abbiano avuto, alla data di entrata

in vigore della legge di conversione del presente decreto, alcuna sentenza definitiva, nel limite della suddetta riserva di posti già autorizzata per il menzionato corso-concorso, contenzioso legato ai concorsi per dirigente scolastico di cui al decreto direttoriale 22 novembre 2004, è pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale*, 4 serie speciale, n. 94 del 26 novembre 2004, e al decreto del Ministro della pubblica istruzione 3 ottobre 2006, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale*, 4 serie speciale, n. 76 del 6 ottobre 2006«.

2.789

LIUZZI

Precluso

Dopo il comma 99 aggiungere il seguente:

«99-*bis*. All'articolo 4 della legge 10 dicembre 1997, n. 425, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) il comma 1 è sostituito dai seguenti:

"1. A decorrere dall'anno 2015, la commissione d'esame è composta dai docenti delle materie di esame della classe del candidato, in numero di sei in qualità di componenti interni, più il presidente, in qualità di componente esterno. Le materie di esame sono scelte annualmente con le modalità e nei termini stabilito con decreto del Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca.

1-*bis*. I commissari sono designati dai competenti consigli di classe e nominati dal dirigente scolastico, in modo da assicurare la presenza dei docenti delle materie oggetto della prima e della seconda prova scritta e un'equilibrata presenza delle altre materie d'esame, tenendo presente l'esigenza di favorire, per quanto possibile, l'accertamento della conoscenza delle lingue straniere.

1-*ter*. Per i progetti regolamentati da accordi internazionali, si procede alla nomina di commissari esterni per le specifiche discipline linguistiche oggetto degli accordi stessi.

1-*quater*. TI dirigente preposto all'Ufficio scolastico regionale competente nomina il presidente tra il personale dirigente delle scuole secondarie di secondo grado statali, il personale docente con almeno 10 anni di molo e i professori universitari di ruolo, sulla base di criteri determinati a livello nazionale con decreto avente natura non regolamentare. Il presidente è nominato su due classi.

1-*quinquies*. È stabilita l'incompatibilità a svolgere la funzione di presidente nella propria scuoIa, nelle scuole in cui si sia prestato servizio nei due anni precedenti l'anno in corso, nelle scuole ove si sia già espletato l'incarico per due anni consecutivi nei due anni precedenti e nelle altre scuole del medesimo distretto scolastico sede di servizio o di incarico".

b) il comma 10 è sostituito dal seguente:

99-*ter*. I compensi per i presidenti e per i componenti delle commissioni sono onnicomprensivi e sostitutivi di qualsiasi altro emolumento e rimborso spese; essi sono differenziati in relazione alla funzione di presidente e di commissario interno. Per i presidenti si tiene conto dei tempi dì percorrenza dalla sede di servizio o di residenza a quella d'esame. La misura dei compensi è stabilita in sede di contrattazione collettiva del comparto del personale della scuola. In mancanza di norme contrattuali al riguardo, alla determinazione delle misura dei compensi si provvede entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, con decreto del Ministro della pubblica istruzione, adottato di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze. L'onere previsto per il compenso spettante ai presidenti delle commissioni degli istituti paritari e degli istituti pareggiati e legalmente riconosciuti in cui continuano a funzionare corsi di studio ai sensi dell'articolo 1-*bis*, comma 6, del decreto-legge 5 dicembre 2005, n. 250 convertito, con modificazioni, dalla legge 3 febbraio 2006, n. 27, è a carico dello Stato.

c) i commi 2,3,4, 6 e 7 sono soppressi.

99-*quater*. I risparmi derivanti dall'attuazione del comma l sono destinati al Fondo di ammortamento titoli del debito pubblico.

99-*quinquies*. È abrogato il comma 2 dell'articolo 3 della legge 11 gennaio 2007, n. 1».

2.791

MILO, Giovanni MAURO

Precluso

Dopo il comma 99, è aggiunto il seguente:

«99-*bis*. All'articolo 18, comma 8-quinquies, del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69, convertito con modificazioni, dalla legge 9 agosto 2013, n. 98 e successive modificazioni, le parole: "30 aprile 2014", sono sostituite dalle seguenti: "31 marzo 2015"; dopo le parole: "debitamente certificati", aggiunte le seguenti: "Per gli interventi per i quali il collaudo o il certificato di regolare esecuzione dei lavori non sia intervenuto entro la data del 31 dicembre 2014, i pagamenti devono essere effettuati entro il 31 dicembre 2015"».

2.794

MILO, Giovanni MAURO

Precluso

Dopo il comma 100 è aggiunto il seguente:

«100-*bis*. All'articolo 4 della legge 10 dicembre 1997, n. 425, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) il comma 1 è sostituito dai seguenti:

1. A decorrere dall'anno 2015, la commissione d'esame è composta dai docenti delle materie di esame della classe del candidato, in numero di sei in qualità di componenti interni, più il presidente, in qualità di componente esterno. Le materie di esame sono scelte annualmente con le modalità e nei termini stabilito con decreto del Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca.

1-*bis*. I commissari sono designati dai competenti consigli di classe e nominati dal dirigente scolastico, in modo da assicurare la presenza dei docenti delle materie oggetto della prima e della seconda prova scritta e un'equilibrata presenza delle altre materie d'esame, tenendo presente l'esigenza di favorire, per quanto possibile, l'accertamento della conoscenza delle lingue straniere.

1-*ter*. Per i progetti regolamentati da accordi internazionali, si procede alla nomina di commissari esterni per le specifiche discipline linguistiche oggetto degli accordi stessi.

1-*quater*. Il dirigente preposto all'Ufficio scolastico regionale competente nomina il presidente tra il personale dirigente delle scuole secondarie di secondo grado statali, il personale docente con almeno 10 anni di ruolo e i professori universitari di ruolo, sulla base di criteri determinati a livello nazionale con decreto avente natura non regolamentare. Il presidente è nominato su due classi.

1-*quinquies*. È stabilita l'incompatibilità a svolgere la funzione di presidente nella propria scuola, nelle scuole in cui si sia prestato servizio nei due anni precedenti l'anno in corso, nelle scuole ove si sia già espletato l'incarico per due anni consecutivi nei due anni precedenti e nelle altre scuole del medesimo distretto scolastico sede di servizio o di incarico.

b) il comma 10 è sostituito dal seguente:

10. I compensi per i presidenti e per i componenti delle commissioni sono onnicomprensivi e sostitutivi di qualsiasi altro emolumento e rimborso spese; essi Sono differenziati in relazione alla funzione di presidente e di commissario interno. Per i presidenti si tiene conto dei tempi di percorrenza dalla sede di servizio o di residenza a quella d'esame. La misura dei compensi è stabilita in sede di contrattazione collettiva del comparto del personale della scuola. In mancanza di norme contrattuali al riguardo, alla determinazione delle misura dei compensi si provvede entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, con decreto del Ministro della pubblica istruzione, adottato di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze. L'onere previsto per il compenso spettante ai presidenti delle commissioni degli istituti paritari e degli istituti pareggiati e legalmente riconosciuti in cui continuano a funzionare corsi di studio ai sensi dell'articolo 1-*bis*, comma 6, del decreto-legge 5 dicembre 2005, n. 250 convertito, con modificazioni, dalla legge 3 febbraio 2006, n. 27, è a carico dello Stato.

c) i commi 2, 3, 4, 6 e 7 sono soppressi.

2. I risparmi derivanti dall'attuazione del comma 1 sono destinati al Fondo di ammortamento titoli del debito pubblico.

3. È abrogato il comma 2 dell'articolo 3 della legge 11 gennaio 2007, n. 1».

2.795

BLUNDO, CATALFO, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Dopo il comma 100 aggiungere il seguente:

«100-*bis*. In riferimento ai benefici previsti ai commi 95 e 100, qualora uno dei genitori appartenenti al nucleo familiare sia affetto da una malattia rara di cui al decreto del Ministro della sanità 18 maggio 2001 n. 279, certificata dalle competenti strutture del Servizio sanitario nazionale, il suo reddito non concorre al calcolo del valore dell'ISEE del nucleo familiare stesso».

Conseguentemente, al comma 76 dell'articolo 3, aggiungere, in fine, le seguenti parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 20.000.000 euro a decorrere dall'anno 2015».

2.796

BONFRISCO

Precluso

Dopo il comma 101, inserire il seguente:

«101-*bis*. I limiti per il trasferimento di denaro contante relativo agli acquisti di beni e prestazioni di servizi effettuati da persone fisiche di cittadinanza di uno dei paesi appartenenti all'Unione Europea ovvero allo spazio economico europeo, diversa da quella italiana, che abbiano residenza fuori dal territorio dello Stato, sono quelli vigenti nei paesi di residenza del cessionario. A tali acquisti si applicano le disposizioni di cui alle lettere *a)* e *b)* del comma 1 e dei commi 2 e 2-*bis* di cui all'articolo 3 del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16 convertito, con modificazioni, dalla legge 26 aprile 2012, n. 44».

2.797

BONFRISCO

Precluso

Dopo il comma 101, aggiungere il seguente:

«101-*bis*. All'articolo 49 del decreto legislativo 21 novembre 2007, n. 231 sono apportate le seguenti modifiche:

a) ai commi 1, 5, 8, 12 e 13 le parole: "euro mille" sono sostituite con le seguenti: "euro cinquemila";

b) al comma 1-*bis* le parole: "2.500 euro" sono sostituite con le seguenti: "5.000 euro".

2. All'articolo 12, comma 1, del decreto-legge 6 dicembre 2011, n.201 convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, le parole: "euro mille" sono sostituite con le seguenti: "euro cinquemila"».

2.799

LIUZZI

Precluso

Dopo il comma 102 aggiungere il seguente:

«l02-*bis*. All'articolo 1 della legge 2 agosto 1999, n. 264, dopo il comma 1, sono inseriti i seguenti:

1-*bis*. Ai fini dell'ammissione ai corsi di cui al comma 1, si tiene conto anche della valutazione del percorso scolastico sulla base di un regolamento emanato ai sensi dell'articolo 17, comma 1, della legge 23 agosto 1988, n. 400 a partire dal primo gennaio 2015 il regolamento prevede che una quota del punteggio degli esami di ammissione ai corsi universitari di cui al comma che precede, sia assegnata agli studenti che abbiano conseguito risultati scolastici di particolare valore, nell'ultimo triennio e nell'esame di Stato, anche in riferimento alle discipline più significative del corso di laurea prescelto, definendo altresì, in detto regolamento, i criteri volti a valorizzare le discipline tecnico-scientifiche.

2-*bis*. È previsto un ampliamento del 10 per cento del numero dei posti disponibili per l'accesso

alte facoltà di cui al comma 1, a cui corrisponderà al termine dei primo anno un corrispondente taglio del 10 per cento dei posti connesso al mancato raggiungimento del superamento degli esami previsti dal piano di studi del primo anno accademico della facoltà corrispondente e di una media scolastica determinata dal regolamento di cui al comma 1-*bis*».

2.808

BOCCHINO, CAMPANELLA, MASTRANGELI, DE PIN

Precluso

Dopo il comma 102, inserire il seguente:

«102-*bis*. All'articolo 18, comma 8-*quinquies,* del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 agosto 2013, n. 98, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) le parole: "30 giugno 2014" sono sostituite dalle seguenti: "28 febbraio 2015";

b) dopo le parole: "debitamente certificati" sono aggiunte in fine le seguenti: "ovvero, solo per gli interventi per i quali non sia intervenuto, entro la predetta data, il collaudo o il certificato di regolare esecuzione dei lavori, entro il 31 dicembre 2015"».

2.819

PANIZZA, FRAVEZZI, Fausto Guilherme LONGO, LANIECE, BATTISTA, ZIN

Precluso

Dopo il comma 102, aggiungere i seguenti:

«102-*bis*. Il contributo annuo a favore del Club alpino italiano, previsto dall'articolo 5 della legge 26 gennaio 1963, n. 91, è incrementato di euro 300.000 a decorrere dall'anno 2015.

102-*ter*. Il contributo annuo a favore del Club alpino italiano per le attività del Corpo nazionale del soccorso alpino e speleologico, previsto dall'articolo 145, comma 17, punto 1, della legge 23 dicembre 2000, n. 388, è incrementato di euro 500.000 a decorrere dall'anno 2015.

102-*quater*. Il contributo annuo a favore del Club alpino italiano per l'assicurazione dei volontari del Corpo nazionale del soccorso alpino e speleologico, previsto dall'articolo 3, comma 1, della legge 18 febbraio 1992, è incrementato di euro 200.000 a decorrere dall'anno 2015.

102-*quinquies*. All'onere di cui ai commi da 102-*bis* a 102-*quater* si provvede a valere sulle risorse di cui all'articolo 2, comma 98, del decreto-legge 3 ottobre 2006, n. 262, convertito, in legge, con modificazioni, dall'articolo 1, comma 1, della legge 24 novembre 2006, n. 286, allocate nel piano di gestione n. 1 del capitolo 6823 dello stato di previsione del Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo».

2.821

BONFRISCO, CERONI, D'ALI', MANDELLI, MILO

Precluso

Dopo il comma 102 aggiungere il seguente:

«102-*bis*. Per gli immobili locati con contratti stipulati ai sensi dell'articolo 2, comma 3, della legge 9 dicembre 1998, n. 431, la somma delle aliquote dell'Imu e della Tasi non può superare il 4 per mille».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle fmanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 5.000.000;
2016: - 5.000.000;
2017: - 5.000.000.

2.825

CROSIO, ARRIGONI, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 103 inserire il seguente:

«103-*bis*. Al comma 1, dell'articolo 12, del decreto legislativo 16 marzo 1999, n. 79, le parole: "avendo riguardo all'offerta di miglioramento e risanamento ambientale del bacino idrografico di

pertinenza, alle misure di compensazione territoriale, alla consistenza e qualità del piano di interventi per assicurare la conservazione della capacità utile di invaso e, prevalentemente, all'offerta economica per l'acquisizione dell'uso della risorsa idrica e all'aumento dell'energia prodotta o della potenza installata» sono sostituite dalle seguenti: «avendo riguardo all'offerta di miglioramento e risanamento ambientale del bacino idrografico di pertinenza, alla consistenza e qualità del piano di interventi per assicurare la conservazione della capacità utile di invaso, all'offerta economica per l'acquisizione dell'uso della risorsa idrica, all'aumento dell'energia prodotta o della potenza installata e, prevalentemente, alle misure di compensazione territoriale".».

2.827

ARRIGONI, CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 103, inserire il seguente:

«103-*bis*. Al comma 3-*bis* dell'articolo 11, del decreto-legge 31 agosto 2013, n. 101, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 ottobre 2013, n. 123, le parole: "Fino al 31 dicembre 2014" sono sostituite dalle seguenti: "Fino al 31 dicembre 2015".».

2.828

COMAROLI, TOSATO, BELLOT, BISINELLA

Precluso

Dopo il comma 103, inserire il seguente:

«103-*bis*. All'articolo 1 della legge 27 dicembre 2013, n. 147, dopo il comma 660 è inserito il seguente:

"660-*bis*. Il tributo relativo alla Tassa sui Rifiuti (TARI), non è dovuto in relazione alle quantità di rifiuti assimilati, che il produttore dimostri di aver avviato al recupero".».

2.830

ARRIGONI, CROSIO, CANDIANI, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 103, inserire il seguente:

«103-*bis*. Entro 90 giorni dalla data dell'entrata in vigore della presente legge, le regioni interessate dalla procedura di infrazione 2003/2077, in relazione alla quale la Commissione europea ha presentato ricorso alla Corte di giustizia europea, *ex* art-260 (C-196/13), approvano i progetti per la bonifica o messa in sicurezza dei siti delle discariche presenti nel proprio territorio. Ai fini del finanziamento degli interventi sono utilizzati, in via prioritaria a tale scopo le risorse provenienti dai programmi dei fondi strutturali europei 2014-2020 concernenti ciascuna regione, nonché la quota di cofinanziamento di fonte regionale».

2.831

CROSIO, ARRIGONI, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 103 inserire il seguente:

«103-*bis*. Al fine di incrementare le risorse a disposizione degli Enti territoriali interessati da concessioni di grandi derivazioni d'acqua per uso idroelettrico, da destinare ad interventi di messa in sicurezza del proprio territorio e contro il dissesto idrogeologico, le regioni e le province autonome, cinque anni prima dello scadere di una concessione di grande derivazione d'acqua per uso idroelettrico e nei casi di decadenza, rinuncia e revoca, attribuiscono la concessione a società a partecipazione mista pubblica e privata, ai sensi dell'articolo 3, comma 15-*ter* del decreto legislativo n. 163/2006, a condizione che la selezione del socio avvenga mediante procedure competitive ad evidenza pubblica, nel rispetto dei principi di economicità, efficacia, imparzialità, trasparenza, adeguata pubblicità, non discriminazione, parità di trattamento, mutuo riconoscimento e proporzionalità, le quali procedure abbiano ad oggetto, al tempo stesso, la qualità di socio e l'attribuzione di specifici compiti operativi connessi alla gestione della grande derivazione e che al socio sia attribuita una partecipazione non inferiore al 40 per cento».

2.832

ARRIGONI, CROSIO, CANDIANI, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 103, inserire il seguente:

«103-*bis*. Allo scopo di definire le soluzioni gestionali ed impiantistiche da realizzare per risolvere in maniera strutturale la fase di »emergenza rifiuti« nel territorio regionale, la regione Campania, entro 60 giorni dalla data dell'entrata in vigore della presente legge, approva un nuovo Piano Regionale per la Gestione dei Rifiuti Urbani (PRGRU) con l'obiettivo primario di raggiungere il 65 per cento della raccolta differenziata dei rifiuti urbani entro il31 dicembre 2015. Il piano definisce in particolare:

la quantità annua aggiornata dei rifiuti urbani e i quantitativi per ciascuno ambito ottimale che devono essere avviati alle varie tipologie di trattamento, meccanico-biologico, termovalorizzazione per combustione diretta o indiretta, digestione anaerobica, eccetera;

i quantitativi di materie recuperabili attraverso il riciclo e quelli destinati al recupero energetico conseguibile attraverso i processi termici e biologici, nonché l'ammontare dei residui da conferire in discarica;

la nuova pianificazione dell'impiantistica regionale, indicando localizzazioni definite o programmate, fonti di finanziamento, gestori e stime dei costi di investimento e di gestione;

soluzioni impiantistiche per l'immediato trattamento in sicurezza dei rifiuti staccati da anni sul territorio regionale.

2. Ai fini dell'attuazione del piano di cui al comma 1, la regione Campania utilizza in via prioritaria a tale scopo le risorse provenienti dai programmi dei fondi strutturali europei 2014-2020 concernenti la regione Campania nonché la quota di confinanziamento di fonte regionale».

2.833

VOLPI, CROSIO, ARRIGONI, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 103, inserire il seguente:

«103-*bis*. Le economie di spesa di cui al comma 1, sono destinate all'attività di bonifica delle aree comprese nel comprensorio della *ex* Selca e delle attività industriali della *ex Union Carbide*, nel Comune di Berzo Demo (BS)».

Conseguentemente, all'articolo 2, al comma 207, sostituire le parole: «110 milioni» *con le seguenti:* «109 milioni».

2.834

VOLPI, CROSIO, ARRIGONI, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 103, inserire il seguente:

«103-*bis*. Le economie di spesa di cui al comma 1, sono destinate all'attività di bonifica del SIN Brescia-Caffaro-aree industriali e relative discariche da bonificare, come individuate ai sensi dell'articolo 1 della legge 1 dicembre 1998, n. 426».

Conseguentemente, all'articolo 2, al comma 207, sostituire le parole: «110 milioni» *con le seguenti:* «109 milioni».

2.835

VOLPI, CROSIO, ARRIGONI, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 103, inserire il seguente:

«103-*bis*. Le economie di spesa di cui al comma 1, per gli anni 2015, 2016 e 2017, sono destinate all'attività di ricerca su sistemi bio-elettrochimici per la depurazione di acque superficiali, con particolare riferimento al caso del lago di Idro».

Conseguentemente, all'articolo 2, al comma 207, sostituire le parole: «110 milioni» *con le seguenti:* «109 milioni».

2.836

CENTINAIO, ARRIGONI, CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 103, inserire il seguente:

«103-*bis*. Le economie di spesa di cui al comma 1, sono destinate all'attività di bonifica del SIN di Broni, come individuate ai sensi dell'articolo 1 della legge 1 dicembre 1998, n. 426».

Conseguentemente, all'articolo 2, al comma 207, sostituire le parole: «110 milioni» *con le seguenti:* «109 milioni».

2.837

CROSIO, ARRIGONI, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 103 inserire il seguente:

«103-*bis*. Il decreto ministeri aie di cui al comma 2 dell'articolo 12 del disegno di legge del 16 marzo 1999, n. 79, che deve stabilire i requisiti organizzativi e finanziari minimi, i parametri ed i termini concernenti la procedura di gara per l'attribuzione delle concessioni di grande derivazione d'acqua ad uso idroelettrico, attribuisce una particolare importanza alle misure di compensazione territoriale in favore dei territori interessati dalle concessioni idroelettriche, per non penalizzare le comunità locali e i territori disagiati dallo sfruttamento della risorsa idrica».

2.839

CROSIO, ARRIGONI, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 107, inserire il seguente:

«107-*bis*. Le economie di spesa di cui ai commi 3 e 4, per l'anno 2015, pari a 6 milioni di euro, sono destinate al finanziamento dello studio di fattibilità per il prolungamento della linea metropolitana M5 di Milano, fino a Monza-Lissone-Muggiò».

Conseguentemente, alla Tabella B, voce Ministero del lavoro e delle politiche sociali*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: - 6.000.000.

2.842

URAS, DE PETRIS, PETRAGLIA, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Precluso

Sopprimere il comma 108.

Conseguentemente all'articolo 3, comma 75, Tabella A voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015:

- CP: - 25.000.000;
  CS: - 25.000.000;

2016:

- CP: - 25.000.000;
  CS: - 25.000.000;

2017:

- CP: - 25.000.000;
  CS: - 25.000.000.

2.843

GUALDANI

Precluso

Sopprimere il comma 108.

2.844

SAGGESE

Precluso

Il comma 108 è sostituito dal seguente:

«108. All'articolo 55 della legge 27 dicembre 1997, n. 449, sono apportate le seguenti modifiche:

a) il comma 23-*quater* è soppresso;

b) al comma 23-*sexies*, dopo le parole: "non si applica" sono inserite le parole: "agli accessi industriali e commerciali nonché".».

2.845

DE PETRIS, PETRAGLIA, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Precluso

Al comma 108, aggiungere infine il seguente periodo: «A decorrere dal 1º gennaio 2015 ANAS S.p.A concorre al perseguimento degli obiettivi di maggiore efficienza e di contenimento della spesa pubblica di cui all'articolo 20 del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, secondo quanto stabilito dalla presente disposizione».

2.846

DE PETRIS, URAS, PETRAGLIA, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 108, inserire il seguente:

«108-*bis*. Per ultimare le attività volte alla rimozione delle macerie nei territori della regione Abruzzo, conseguenti al sisma del 6 aprile 2009, le operazioni di movimentazione e trasporto dei materiali derivanti dal crollo degli edifici pubblici e privati, dalle attività di demolizione e abbattimento degli edifici pericolanti a seguito di ordinanza sindacale, da interventi edilizi effettuati su incarico della pubblica amministrazione, sono a carico delle Amministrazioni competenti che li gestiscono in conformità con quanto previsto dalla normativa vigente e con particolare riferimento al decreto legislativo 12 aprile 2006 n. 63 e al decreto legislativo del 3 aprile 2006 n. 152. Le stesse pubbliche amministrazioni sono autorizzate ad avvalersi dei siti di deposito temporaneo autorizzati e localizzati in uno dei Comuni del Cratere che abbiano in disponibilità aree per il trattamento del rifiuto.

108-*ter*. Le pubbliche amministrazioni vigilano affinché i soggetti incaricati dei lavori effettuino la demolizione selettiva e/o la raccolta selettiva per raggruppare i materiali di cui al comma precedente in categorie omogenee. caratterizzarli ed identificarli con il corrispondente codice CER., nel rispetto delle disposizioni di legge di cui al decreto legislativo del 3 aprile 2006 n. 152, e, infine, procedano al trasporto verso i siti di recupero e smaltimento autorizzati.

108-*quater*. Gli Uffici Speciali di cui all'articolo 67-*ter* del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 134, incaricati del monitoraggio finan7.iarioe attuativo, si occupano anche del monitoraggio delle macerie. A questo fine, per garantire la tracciabilità dei materiali di cui al comma 1 e il monitoraggio delle informazioni relative alla movimentazione degli stessi, i soggetti incaricati dei lavori sono obbligati a registrarsi nella banca dati di gestione delle macerie secondo modalità che verranno definite con provvedimenti dei Responsabili degli Uffici speciali. La mancata o incompleta esecuzione delle comunicazioni di cui sopra, comporta la revoca dei finanziamenti, nonché la revoca delle autorizzazioni ed abilitazioni al trasporto a carico delle ditte inadempienti.

108-*quinquies*. Al fine di dare attuazione agli interventi previsti dal Protocollo di Intesa stipulato con il Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, con la Provincia dell'Aquila e con il Comune dell'Aquila in data 2 dicembre 2010, e dall'Accordo di Programma siglato in data 14 gennaio 2013 tra il Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare ed il Comune dell'Aquila, concernenti, tra l'altro, le azioni di recupero e riqualificazione ambientale della cava *ex* Teges in località Pontignone-Paganica-Comune dell'Aquila, i materiali classificati con codice CER 200399, vengono prioritariamente conferiti presso il deposito temporaneo localizzato nella cava *ex* Teges. Il termine di autorizzazione per l'esercizio del detto impianto, fissato dai decreto Capo del Dipartimento della Protezione Civile rep. n. 16 del 6 agosto 2009, è prorogato fino all'esaurimento della sua capacità.

108-*sexies*. Nell'ambito delle risorse destinate alla ricostruzione privata una quota fino ad un massimo dell'l per cento delle suddette risorse, di cui alla presente legge e successive, confluisce in un fondo istituito presso La Presidenza del Consiglio dei ministri, Struttura di missione per il coordinamento dei processi di ricostruzione e sviluppo nei territori colpiti dal sisma del 6 aprile 2009, di cui al decreto del Presidente del Consiglio dei ministri del 1º giugno 2014.

108-*septies*. Al fine di assicurare la continuità delle attività di ricostruzione e di recupero del tessuto urbano e sociale dei territori abruzzesi colpiti dal sisma, le risorse del fondo possono essere utilizzate, per provvedere ai fabbisogni di prestazioni e servizi di natura tecnica e di assistenza qualificata, in qualunque forma resi, degli enti locali e degli uffici statali istituzionalmente preposti alle attività della ricostruzione, anche in deroga alla normativa relativa ai rapporti di lavoro a tempo determinato.

108-*octies*. Tale fabbisogno è definito sulla base di un Programma di assistenza tecnica, con cadenza biennale, posto in essere, su proposta degli enti locali e degli uffici interessati, dalla Presidenza del consiglio dei ministri».

Conseguentemente all'articolo 1, sopprimere il comma 121.

2.848

CROSIO, ARRIGONI, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 108, inserire il seguente:

«108-*bis*. Al decreto legislativo 12 aprile 2006, n. 163, sono apportate le seguenti modifiche:

a) all'articolo 66, il comma 7 è sostituito dai seguenti:

"7. Gli avvisi e i bandi sono altresì pubblicati per estratto sulla *Gazzetta Ufficiale* della Repubblica italiana, serie speciale relativa ai contratti pubblici, per intero sul "profilo di committente" della stazione appaltante, ed entro i successivi due giorni lavorativi, sul sito informatico del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti di cui al decreto del Ministro dei lavori pubblici 6 aprile 2001, n. 20, e sul sito informatico presso l'Osservatorio, con l'indicazione degli estremi di pubblicazione sulla *Gazzetta. Ufficiale* della Repubblica italiana. La pubblicazione nella *Gazzetta Ufficiale* della Repubblica italiana è effettuata entro il sesto giorno feriale successivo a quello del ricevimento della documentazione da parte dell'Ufficio inserzioni dell'Istituto poligrafico e zecca dello Stato. La. pubblicazione di informazioni ulteriori, complementari o aggiuntive rispetto a quelle indicate nel presente decreto, e nell'allegato IX A, avviene esclusivamente in via telematica e non può comportare oneri finanziari a carico delle stazioni appaltanti.

7-*bis*. Le spese per la pubblicazione per estratto sulla *Gazzetta Ufficiale* della Repubblica italiana, serie speciale relativa ai contratti pubblici, degli avvisi, dei bandi di gara e delle informazioni di cui all'allegato IX A sono rimborsate alla stazione appaltante dall'aggiudicatario entro il termine di sessanta giorni dall'aggiudicazione".

b) all'articolo 122, il comma 5, è sostituito dai seguenti:

"5. I bandi relativi a contratti di importo pari o superiore a cinquecento mila euro sono pubblicati per

estratto nella *Gazzetta Ufficiale* della Repubblica italiana, serie speciale relativa ai contratti pubblici, per intero sul "profilo di committente" della stazione appaltante, ed entro i successivi due giorni lavorativi, sul sito informatico del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti di cui al decreto del Ministro dei lavori pubblici 6 aprile 2001, n. 20 e sul sito informatico presso l'Osservatorio, con l'indicazione degli estremi di pubblicazione nella *Gazzetta Ufficiale* della Repubblica italiana. I bandi relativi a contratti di importo inferiore a cinquecentomila euro sono pubblicati nell'albo pretorio del Comune ove si eseguono i lavori e nel profilo di committente della stazione appaltante; gli effetti giuridici connessi alla pubblicazione decorrono dalla pubblicazione nell'albo pretori o del Comune. Si applica, comunque, quanto previsto dall'articolo 66, comma 15. La pubblicazione nella *Gazzetta Ufficiale* della Repubblica italiana è effettuata entro il sesto giorno feriale successivo a quello del ricevimento della documentazione da parte dell'Ufficio inserzioni dell'Istituto poligrafico e zecca dello

Stato. La pubblicazione di informazioni ulteriori, complementari o aggiuntive rispetto a quelle indicate nel presente decreto e nell'allegato IX A, avviene esclusivamente in via telematica e non può comportare oneri finanziari a carico delle stazioni appaltanti.

5-*bis*. Le spese per la pubblicazione per estratto sulla *Gazzetta Ufficiale* della Repubblica italiana, serie speciale relativa ai contratti pubblici, degli avvisi, dei bandi di gara e delle informazioni di cui all'allegato IX A sono rimborsate alla stazione appaltante da1l'aggiudicatario entro il termine di sessanta giorni dall'aggiudicazione".

2. L'articolo 26 del decreto-legge 24 aprile 2014 n. 66, come convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, è soppresso».

2.850

URAS, DE PETRIS, PETRAGLIA, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 108, è aggiunto il seguente:

«108-*bis*. Gli accessi stradali sprovvisti alla data di entrata in vigore della presente legge della preventiva autorizzazione dell'ente proprietario della strada ai sensi dell'articolo 22 del decreto legislativo 30 aprile 1992, n. 285 devono essere regolarizzati entro il 30 giugno 2015 mediante presentazione della domanda di cui all'articolo 27 del citato decreto legislativo n. 285. Nei comuni come individuati dall'articolo 22, comma 2, del decreto-legge 2 aprile 2014, n. 66, convertito con modificazioni dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, i coltivatori diretti e gli imprenditori agricoli professionali, iscritti nella relativa gestione previdenziale, che per l'esercizio delle attività agricole di cui all'articolo 2135 del codice civile utilizzano una pluralità di accessi stradali sprovvisti della relativa autorizzazione sono esonerati, all'atto della regolarizzazione di cui al presente articolo, dal pagamento del canone di concessione per l'accesso stradale più prossimo al fondo rustico ove è ubicato il centro aziendale o al fabbricato rurale adibito ad abitazione. Per gli altri accessi stradali utilizzati dai soggetti indicati nel precedente periodo per i quali non trova applicazione l'esonero *ivi* disposto, il canone concessorio è ridotto ad un quinto di quello determinato ai sensi dell'articolo 27 del citato decreto legislativo n. 285».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 116, sostituire le parole: «100 milioni»*, con le seguenti:* «95 milioni».

2.851

CROSIO, ARRIGONI, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 108 inserire il seguente:

«108-*bis*. L'ANAS S.p.a. è autorizzata ad applicare il pedaggio sulle autostrade e sui raccordi autostradali in gestione diretta della stessa ANAS S.p.a., come elencate all'allegato A della presente legge, in relazione ai costi di investimento, di manutenzione straordinaria e di gestione di ciascuna tratta, da riscuotere esclusivamente attraverso stazioni di esazione da installare presso le interconnessioni con ciascuna delle autostrade a pedaggio assentite in concessione. Entro il 31 dicembre di ciascun anno l'ANAS S.p.a., integra l'elenco di cui al citato allegato A, previa ricognizione delle caratteristiche delle strade in gestione diretta che devono essere quelle tipiche richieste per le autostrade. Nella predisposizione del piano tariffario l'ANAS S.p.a. prevede agevolazioni o esclusioni dall'imposizione dei nuovi pedaggi per i cittadini residenti e per le imprese presenti sul territorio, qualora non esistano strade alternative di percorrenza. In sede di prima applicazione del presente comma e fino all'installazione delle stazioni di esazione, sulle medesime tratte si applica la maggiorazione tariffaria forfettaria di cui al comma 2 dell'articolo 15 del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito, con modificazione, dalla legge 30 luglio 2010, n. 122, ad esclusione delle tratte che non presentano le caratteristiche tipiche richieste per le autostrade. Le nuove entrate sono utilizzate dall'ANAS S.p.a. prioritariamente per l'ammodernamento, la manutenzione ordinaria e straordinaria e la messa in sicurezza delle tratte sottoposte ai nuovi pedaggi, oltre che per la realizzazione delle stazioni di esazione».

Allegato A

(all'articolo 30, comma 5-bis)

1) A90 Grande Raccordo Anulare;
2) A91 Roma-aeroporto Fiumicino;
3) A3 Salerno-Reggio Calabria;
4) A18 diramazione di Catania e RA 15 tangenziale ovest di Catania;
5) A19 Palermo-Catania;
6) RA2 Salerno-Avellino;
7) RA3 Siena-Firenze;
8) RA6 Bettolle-Perugia;
9) RA8 Ferrara-Porto Garibaldi;
10) RA9 di Benevento;
11) RA11 Ascoli-Porto D'Ascoli;
12) RA12 Chieti-Pescara;
13) RA5 Sicignano-Potenza;

2.852

CROSIO, ARRIGONI, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 108 inserire il seguente:

«108-*bis*. Decorsi sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, le strade già appartenenti al demanio statale ai sensi dell'articolo 822 del codice civile e non comprese nella rete autostradale nazionale sono trasferite con decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri, su proposta del Ministro delle infrastrutture e dei trasporti, previa intesa in sede di conferenza unificata, al demanio delle regioni, ovvero, con leggi regionali emanate ai sensi dell'articolo 4, comma 1, della legge 15 marzo 1997, n. 59, al demanio degli enti locali, contestualmente all'effettivo trasferimento delle risorse finanziarie, umane, strumentali ed organizzative, attualmente detenute da ANAS SpA, ivi comprese quelle delle strutture territoriali. Le leggi regionali attribuiscono agli enti titolari anche il compito della gestione delle strade medesime. In seguito al trasferimento spetta alle regioni o agli enti locali titolari delle strade la determinazione dei criteri e la fissazione e la riscossione, come entrate proprie, delle tariffe relative alle licenze, alle concessioni e alla esposizione della pubblicità lungo o in vista delle strade trasferite, secondo i principi definiti con atto di indirizzo e di coordinamento emanato ai sensi dell'articolo 8 della legge 15 marzo 1997, n. 59».

2.853

BISINELLA, CROSIO, ARRIGONI, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 108 inserire il seguente:

«108-*bis*. Per il finanziamento della terza corsia della A4, tratto Venezia-Trieste è autorizzata la spesa di 32,75 milioni di euro, per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

Conseguentemente, alla Tabella B, voce Ministero del lavoro e delle politiche sociali*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: - 32.750.000;
2016: - 32.750.000;
2017: - 32.750.000.

2.854

TOSATO, MUNERATO, COMAROLI, CROSIO, ARRIGONI

Precluso

Dopo il comma 108 inserire il seguente:

«108-*bis*. Per la realizzazione del prolungamento della strada statale n. 434 "Transpolesana", oltre l'autostrada A4 fino alla città di Verona, è destinato all'ANAS SpA l'importo complessivo di 46,150 milioni di euro, in ragione di 12 milioni di euro per l'anno 2015, 14 milioni di euro per l'anno 2016 e

20,150 milioni di euro per l'anno 2017».

Conseguentemente, alla Tabella B, voce Ministero del lavoro e delle politiche sociali*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: - 12.000.000;
2016: - 14.000.000;
2017: - 20.150.000.

2.855

TOSATO, MUNERATO, COMAROLI, CROSIO, ARRIGONI

Precluso

Dopo il comma 108 inserire il seguente:

«108-*bis*. Per il finanziamento dei lavori di realizzazione della Variante alla Strada Statale 12 "dell'Abetone e del Brennero", nella provincia di Verona, tratto Verona Sud - Buttapietra, è autorizzato l'importo complessivo di 35 milioni di euro, in ragione di 12 milioni di euro per l'anno 2015, 12 milioni di euro per l'anno 2016 e 11 milioni di euro per l'anno 2017».

Conseguentemente, alla Tabella B, voce Ministero del lavoro e delle politiche sociali*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: - 12.000.000;
2016: - 12.000.000;
2017: - 11.000.000.

2.864

COMAROLI, ARRIGONI, CROSIO, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 108 inserire il seguente:

«108-*bis*. Per la realizzazione del progetto "Variante di Casalpusterlengo ed eliminazione del passaggio a livello sulla SP ex SS 234", sulla SS 9-via Emilia, è autorizzata la spesa di 32 milioni di euro in favore dell'ANAS per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017.

Conseguentemente, alla Tabella B, voce Ministero del lavoro e delle politiche sociali*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: - 32.000.000;
2016: - 32.000.000;
2017: - 32.000.000.

2.865

CENTINAIO, CROSIO, ARRIGONI, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 108, inserire il seguente:

«108-*bis*. È autorizzata in favore dell'ANAS SpA la spesa di 18 milioni di euro, per ciascuno degli anni 2015, 2016, 2017, per la realizzazione del Nuovo Ponte sul Po, in provincia di Pavia, di sostituzione del ponte della Becca sulla SS 617».

Conseguentemente, alla Tabella B, voce Ministero del lavoro e delle politiche sociali*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: - 18.000.000;
2016: - 18.000.000;
2017: - 18.000.000.

2.866

DE PIETRO, URAS, CASALETTO, MASTRANGELI

Precluso

Al comma 110, la parola: «quattro» è sostituita con la parola: «tre».

2.869

RIZZOTTI, Mariarosaria ROSSI

Precluso

Dopo il comma 110 aggiungere il seguente:

«110-*bis*. Allo scopo di garantire, anche per l'anno 2015, il funzionamento dei Corpi ausiliari della Croce Rossa italiana alle Forze armate anche nelle missioni internazionali all'estero, il finanziamento di cui all'articolo 8, comma 2, terzo periodo, del decreto legislativo 28 settembre 2012, n.178 è destinato, sino al limite massimo di 7 milioni di euro, ad assicurare il richiamo in servizio del personale di cui all'articolo 6, comma 9, ultimo periodo del medesimo decreto legislativo».

2.870

DE PETRIS, URAS, PETRAGLIA, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Precluso

Sopprimere il comma 111.

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 116, sostituire le parole: «100 milioni»*, con le seguenti:* «99 milioni».

2.871

CIOFFI, SCIBONA, CIAMPOLILLO, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Dopo il comma 113, inserire il seguente:

«113-*bis*. Il Fondo per la contribuzione agli investimenti per lo sviluppo del trasporto merci per ferrovia, con particolare riferimento al trasporto combinato e di merci pericolose ed agli investimenti per le autostrade viaggianti, di cui all'articolo 38, comma 6, della legge 10 agosto 2002, n. 166, è incrementato di ulteriori 10 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016 e di 30 milioni di euro per l'anno 2017».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 75, alla tabella B ivi richiamata, alla voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 10.000.000;
2016: - 10.000.000;
2017: - 30.000.000.

2.873

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 115, inserire il seguente:

«115-*bis*. Ai fini del contenimento della spesa le disponibilità assegnate al programma *Joint Strike Fighter* (F-35) sono dimezzate».

2.874

GASPARRI

Precluso

Sopprimere il comma 116.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 1.500.000;
2016: - 1.500.000;
2017: - 1.500.000.

2.875

GASPARRI

Precluso

Sopprimere il comma 116.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 1.500.000;
2016: - 1.500.000;
2017: - 1.500.000.

2.888

SANTANGELO, COTTI, MARTON, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Sopprimere i commi 120, 121, 122 e 123.

Conseguentemente, il fondo di cui all'articolo 1, comma 124 è ridotto di 220 milioni per il 2015 e di 100 milioni per il 2016.

2.889

SANTANGELO, COTTI, MARTON, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Al comma 120, primo periodo, dopo le parole: «il Ministero della Difesa» aggiungere le seguenti: «, nell'ambito delle azioni di perseguimento degli obiettivi di finanza pubblica attraverso la gestione dei beni immobili dello Stato, considera l'alienazione di tali immobili come scelta residuale rispetto alla locazione o all'attivazione di concessioni in uso. L'alienazione dei suddetti immobili pubblici è consentita solo nei casi in cui i tentativi di locazione o di attivazione di concessioni in uso, reiterati annualmente, non abbiano sortito esiti positivi per un periodo di tempo pari ad almeno 60 mesi dalla pubblicazione del primo avviso pubblico per locazione o per concessione d'uso di immobili pubblici. Non è consentita la vendita di immobili in blocco. Non è consentita la vendita di immobili attraverso procedure ristrette tra cui la trattativa privata. Il Ministero di cui al primo periodo».

2.890

SANTANGELO, COTTI, MARTON, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Sostituire il comma 121 con il seguente:

«121. Per il conseguimento degli obiettivi di cui al comma 120, l'elenco degli alloggi liberi di cui all'articolo 405, comma 1 del testo unico. di cui al decreto del Presidente della Repubblica 15 marzo 2010, n.90 e successive modificazioni, sono trasmessi alle Commissioni Difesa di Camera e Senato e ai Comuni sul cui territorio tali alloggi sono ubicati. Entro 90 giorni dalla trasmissione dell'elenco il Comune può far valere un diritto di prelazione con uno sconto sul prezzo di base d'asta pari al 30 per cento. Gli alloggi non opzionati dai Comuni sono messi in vendita con uno sconto sul prezzo base d'asta del 20 per certo».

2.892

GASPARRI

Precluso

Sopprimere il comma 124.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: - 1.500.000;
2016: - 1.500.000;
2017: - 1.500.000.

2.893

BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, MILO, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, Eva LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Sopprimere il comma 124.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 100.000;
2016: - 200.000;
2017: - 200.000.

2.894

Mario MAURO

Precluso

Sopprimere il comma 124.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 50.654;
2016: - 104.153;
2017: - 107.654.

2.895

Mario MAURO

Precluso

Sopprimere il comma 124.

2.899

MILO

Precluso

Sostituire il comma 124 con i seguenti:

«124. L'articolo 1095 del decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66 è sostituito dal seguente:

"Art. 1095. - *(Attribuzione del grado di vertice per il Corpo delle Capitanerie di porlo). - 1.* All"ufficiale più anziano del Corpo delle capitanerie di porto, che ha maturato un periodo di permanenza minima pari a un anno nel grado di ammiraglio ispettore è conferito il grado di ammiraglio ispettore capo.

2. Il conferimento è effettuato in soprannumero rispetto alle dotazioni organiche previste dal presente codice ed in deroga all'articolo 1078 e non dà luogo a vacanza organica nel grado di ammiraglio ispettore".

124-*bis*. Agli oneri derivanti si provvede a valere sui fondi di parte corrente messi a disposizione del centro di responsabilità amministrativa Comando generale del Corpo delle capitanerie di porto - Ministero infrastrutture e dei trasporti' mediante corrispondente riduzione dei fondi dell'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 2, comma 98, della legge 24 dicembre 2007, n. 244"».

2.902

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 125, primo periodo, sopprimere le parole da: «assicurando fino alla fine del medesimo periodo».

Conseguentemente al comma 112 sostituire la parola: «250» *con la seguente:* «230».

2.903

COTTI, SANTANGELO, MARTON, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Dopo il comma 125, aggiungere il seguente:

«125-*bis*. Ai fini del contenimento della spesa, le risorse assegnate al programma Joint Strike Fighter CF -35) sono soppresse».

2.904

COTTI, SANTANGELO, MARTON, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Dopo il comma 125, inserire il seguente:

«125-*bis*. Ai fini del contenimento della spesa, le risorse assegnate al programma Joint Strike Fighter CF -35) sono ridotte della metà».

2.905

COTTI, SANTANGELO, MARTON, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Dopo il corn.ma 125, aggiungere il seguente:

«125-*bis*. Ai fini del contenimento della spesa, le risorse assegnate al programma di acquisizione di sommergibili denominati U-212, nonché alla dotazione di sistemi d'arma ad essi collegati, sono soppresse».

2.907

DONNO, GAETTI, FATTORI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Sopprimere i commi da 127 a 129.

Conseguentemente, alla tabella C, Missione Comunicazioni, Programma Sostegno all'editoria, voce Ministero dell'economia e delle finanze *Legge n. 67 del 1987, apportare le seguenti variazioni:*

2015:

CP - 3.000.000;

CS: - 3.000.000;

2016:

CP - 3.000.000;

CS: - 3.000.000;

2017:

CP - 3.000.000;

CS: - 3.000000.

2.908

LIUZZI

Precluso

Sostituire il comma 127 con il seguente:

«127. Al fine di razionalizzare il settore della ricerca e della sperimentazione nel settore agro alimentare e di sostenere gli spin off tecnologici, nonché al fine di razionalizzare e contenere la spesa pubblica, in attuazione del principio di cui all'articolo l del decreto-legge 13 agosto 2011, n. 138, convertito, con modificazioni, dalla legge 14 settembre 2011, n. 148, e successive modificazioni, anche tenendo conto degli indirizzi e delle proposte formulate ai sensi dell'articolo 49-bis, commi l e 2, del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 agosto 2013, 98, l'Istituto nazionale di economia agraria (INEA) è incorporato nel Consiglio per la ricerca e la sperimentazione in agricoltura (CRA). TI Consiglio subentra nei rapporti giuridici attivi e passivi dell'INEA, ivi inclusi i compiti e le funzioni ad esso attribuite dalle disposizioni vigenti. Con decreto del Ministro delle politiche agricole alimentari e forestali, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze e con il Ministro per la semplificazione e la pubblica amministrazione, da adottare entro novanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono individuate le risorse umane strumentali e finanziarie dell'INEA trasferite al Consiglio. Entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, il bilancio di chiusura dell'INEA è deliberato dall'organo in carica alla data di incorporazione e trasmesso per 1'approvazione al Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali e al Ministero dell'economia e delle finanze. Ai componenti degli organi dell'INEA sono corrisposti compensi, indennità o altri emolumenti comunque denominati fino alla data di incorporazione. Per gli adempimenti di cui sopra, ai componenti. dei predetti organi spetta esclusivamente, ove dovuto, il rimborso delle spese sostenute nella misura prevista dai rispettivi ordinamenti. Entro trenta giorni dal l'entrata in vigore della presente legge, il Ministro delle politiche agricole alimentari e forestali approva il piano di riorganizzazione e razionalizzazione della rete delle articolazioni territoriali presentato dal Consiglio di amministrazione del CRA che ha previsto una riduzione superiore al 50 per cento degli attuali centri di ricerca. Entro novanta giorni il Consiglio di Amministrazione del CRA predispone lo statuto del Consiglio e gli interventi di incremento dell'efficienza organizzativa ed economica. Il Ministro delle politiche agricole alimentari e forestali, tenuto conto delle proposte del Consiglio di Amministrazione, approva, con decreto di natura non regolamentare, da emanare previo parere delle Commissioni parlamentari competenti, la direttiva di indirizzo triennale delle attività di ricerca e sperimentale, lo statuto del Consiglio».

b) il comma 128 è soppresso;

c) il comma 129 è sostituito dal seguente:

«129. Nelle more dell'attuazione del riordino del Consiglio, il contributo ordinario annuo a carico dello Stato in favore del CRA, di cui all'articolo 6, comma l, lettera *a)*, del decreto legislativo 29 ottobre 1999, n. 454, è ridotto di 5 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015.».

2.909

BOCCHINO, MUSSINI, BENCINI, CAMPANELLA, MASTRANGELI, DE PIN

Precluso

Apportare le seguenti modifiche:

«*a)* Sostituire il comma 127 con il seguente:

"127. Al fine di razionalizzare il settore della ricerca e della sperimentazione nel settore agro alimentare e di sostenere gli *spin-off* tecnologici, nonché al fine di razionalizzare e contenere la spesa pubblica, in attuazione del principio di cui all'articolo 1 del decreto-legge 13 agosto 2011, n. 138, convertito, con modificazioni, dalla legge 14 settembre 2011, n. 148, anche tenendo conto degli indirizzi e delle proposte formulate ai sensi dell'articolo 49-*bis*, commi 1 e 2, del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 agosto 2013, n. 98, il Governo è delegato al riordino anche per incorporazione o per fusione dell'Istituto nazionale di economia agraria (INEA) e del Consiglio per la ricerca e la sperimentazione in agricoltura (CRA) in conformità dei principi approvati dalla VII commissione permanente del Senato. L'INEA e il CRA sono commissariati. I commissari, con il coordinamento della competente Direzione Generale Mipaaf, predispongono, entro centoventi giorni dalla nomina, un piano per il rilancio e la razionalizzazione delle attività di ricerca e sperimentazione in agricoltura, prevedendo interventi di efficientamento organizzativo ed economico, finalizzati all'accorpamento, razionalizzazione delle strutture e delle attività degli enti, prevedendo un numero limitato di centri per la ricerca e la sperimentazione, a livello almeno interregionale, su cui concentrare le risorse della ricerca e l'attivazione di convenzioni e collaborazioni strutturali con altre pubbliche amministrazioni, regioni e privati, con riduzione delle attuali articolazioni territoriali pari ad almeno il 50 per cento, nonché alla riduzione degli oneri amministrativi. Il Ministro delle politiche agricole alimentari e forestali, tenuto conto delle proposte dei Commissari, approva, con decreto di natura non regolamentare, da emanare previo parere delle Commissioni parlamentari competenti, la direttiva di indirizzo triennale delle attività di ricerca e sperimentazione, lo statuto e il piano di interventi necessari ad assicurare il contenimento della spesa e delle sedi, nonché l'equilibrio finanziario degli enti. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio. Nel caso di fusione dei due Enti il Ministero con proprio decreto definirà la natura giuridica del nuovo Ente di Ricerca, e dovrà garantire, in particolare, per le attività INEA una adeguato sistema ordinamentale che consenta di non disperdere il patrimonio di competenze presente nell'Istituto";

b) Sostituire il comma 128 con il seguente:

"128. I commissari di cui al comma 127, sono nominati con decreto del Ministro delle politiche agricole alimentari e forestali, entro trenta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge e durano in carica un anno, prorogabile, per motivate esigenze, una sola volta. Con il medesimo decreto è stabilito il mandato dei commissari, che si sostituiscono agli organi statutari del Consiglio per la ricerca e la sperimentazione in agricoltura (CRA), e l'ammontare del compenso nei limiti di cui all'articolo 15, comma 3, del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111. Con il medesimo decreto il Ministro delle politiche agricole alimentari e forestali può nominare due sub-commissari da individuarsi fra esperti in materia di organizzazione della sperimentazione e della ricerca applicata al settore agricolo e agro alimentare che affiancano il commissario nell'esercizio delle sue funzioni, fissandone il relativo compenso, che non può comunque eccedere l'80 per cento di quello del commissario. Al trattamento economico del commissario e degli eventuali sub-commissari si provvede a valere sui capitoli di bilancio di INEA e CRA. Le graduatorie concorsuali attive ai sensi delle leggi vigenti restano valide e sono utilizzabili anche durante e

successivamente il periodo di commissariamento per le procedure di reclutamento che saranno autorizzate dal Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali ministero F.P. in base ai percorsi per il reclutamento ordinario e straordinario nei due enti.

Entro 180 giorni dalla data di costituzione del nuovo ente è data facoltà ai dipendenti con contratto a tempo indeterminato e con contratto a tempo determinato di esercitare il diritto di optare per il mantenimento della cassa previdenziale di provenienza".

c) Sopprimere il comma 129».

2.910

LIUZZI

Precluso

Apportare le seguenti modificazioni:

«*a)* il comma 127 è sostituito dal seguente:

"127. Al fine di razionalizzare il settore della ricerca e della sperimentazione nel settore agro alimentare e di sostenere gli *spin off* tecnologici, nonché al fine di razionalizzare e contenere la spesa pubblica, in attuazione del principio di cui all'articolo 1 del decreto-legge 13 agosto 2011, n. 138, convertito, con modificazioni, dalla legge 14 settembre 2011, n. 148, e successive modificazioni, anche tenendo conto degli indirizzi e delle proposte formulate ai sensi dell'articolo 49-*bis*, commi 1 e 2, del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 agosto 2013, n. 98, il Ministro delle politiche agricole alimentari e forestali, entro 60 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, approva il piano di riorganizzazione e razionalizzazione della rete delle articolazioni territoriali presentato dal Consiglio per la ricerca e la sperimentazione in agricoltura che prevede una riduzione dei centri di ricerca superiore al cinquanta per cento";

b) il comma 128 è soppresso».

2.911

DONNO, GAETTI, FATTORI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Al comma 127, primo periodo, dopo la parola: «incorporato» aggiungere le seguenti: «previo risanamento».

2.912

GAETTI, DONNO, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Al comma 127, terzo periodo, sostituire le parole da: «sono individuate» fino alla fine del periodo, con le seguenti: «le risorse umane strumentali e finanziarie dell'INEA sono trasferite al Consiglio».

2.913

DONNO, GAETTI, FATTORI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Al comma 127, settimo periodo, sostituire le parole: «entro centoventi giorni dalla data della sua nomina» con le seguenti: «entro centottanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge».

2.914

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 127 sopprimere le parole: «pari ad almeno 50 per cento», e dopo le parole: «con decreto di natura non regolamentare» aggiungere le seguenti: «previo parere delle Commissioni parlamentari competenti».

2.915

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 127 dopo le parole: «le responsabilità gestorie del predetto organo», aggiungere le seguenti: «il Commissario provvede alla costituzione di una società per azioni denominata "Economia agraria" alla quale sono conferiti i debiti dell'INEA nonché i beni patrimoniali definiti con proprio decreto dal

Ministro delle politiche agricole, alimentari e forestali».

2.916

DONNO, GAETTI, FATTORI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Al comma 127, sostituire il decimo periodo con il seguente: «La direttiva di indirizzo triennale delle attività di ricerca e sperimentazione, lo statuto e il piano degli interventi necessari ad assicurare il contenimento della spesa e la riduzione del numero delle sedi nonché l'equilibrio finanziario del Consiglio, sono trasmessi, entro trenta giorni dalla loro predisposizione da parte del commissario, ai fini dell'espressione del parere, alle competenti commissioni parlamentari e successivamente approvati, con decreto di natura con regolamentare, del Ministro delle politiche agricole, alimentari e forestali».

2.917

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 127 aggiungere i seguenti:

«127-*bis*. Nessuna amministrazione pubblica, comprese le forze armate, può avere in dotazione auto di servizio, ad esclusione di quelle adibite a funzioni di difesa nazionale, sicurezza interna e soccorso pubblico.

127-*ter*. Fermo restando quanto stabilito al comma precedente, hanno diritto all'utilizzo per fini istituzionali dell'auto di servizio esclusivamente i titolari delle seguenti cariche: il Capo dello Stato, i Presidenti del Senato e della Camera, il Presidente del Consiglio dei Ministri e il Presidente della Corte costituzionale. Ciascun Ministero può avere in dotazione non più di un auto di servizio. 127-*quater*. il personale in esubero per effetto dell'applicazione dei precedenti commi 1 e 2 è collocato in mobilità.

127-*quinquies*. Con decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri, da adottarsi entro 90 giorni dall'entrata in vigore della presente legge, su proposta del Ministro per la pubblica amministrazione e per la semplificazione e del Ministro dell'Economia e delle Finanze, sono individuate le autovetture di proprietà pubblica risultanti in eccesso per effetto dell'applicazione dei precedenti commi e sono disposte le modalità per la loro dismissione».

2.918

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 127 aggiungere i seguenti:

«127-*bis*. All'articolo 12 della legge 5 febbraio 1992, n. 91, sono aggiunti, in fine, i seguenti commi:

"2-*bis*. La cittadinanza è revocata al cittadino italiano, che la abbia acquistata ai sensi dell'articolo 5, in caso di sentenza di condanna passata in giudicato:

a) per uno dei delitti previsti nel libro secondo, titolo I, capi I, II e III, del codice penale;

b) per uno dei delitti previsti dagli articoli 416-*bis*, 575, 600, 600-*bis*, 600-*ter*, 600-*quinquies*, 601, 602, 609-*bis*, 609-*quater*, 609-*octies* e 630 del codice penale;

c) per i delitti riguardanti la produzione, il traffico e la detenzione illeciti di sostanze stupefacenti o psicotrope, di cui all'articolo 73 del testo unico delle leggi in materia di disciplina degli stupefacenti e sostanze psicotrope, prevenzione, cura e riabilitazione dei relativi stati di tossicodipendenza, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 9 ottobre 1990, n. 309, e successive modificazioni, aggravati ai sensi dell'articolo 80, comma 1, lettera *a)*, e comma 2, del medesimo testo unico, nonché per il delitto di associazione finalizzata al traffico illecito di sostanze stupefacenti o psicotrope di cui all'articolo 74 del citato testo unico, in tutte le ipotesi previste dai commi 1, 4 e 5 del medesimo articolo 74.

127-*ter*. La revoca della cittadinanza ai sensi del comma l27-*bis* comporta l'immediata espulsione e il contestuale trasferimento dell'esecuzione della pena detentiva nel Paese di origine del condannato"».

2.919

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 127 aggiungere il seguente:

«127-*bis*. Allo scopo di contenere le spese dell'Amministrazione del Ministero dell'Interno, a decorrere dal 1º gennaio 2014 sono soppresse le Prefetture-Uffici territoriali del Governo. Le funzioni esercitate dai Prefetti in relazione al mantenimento dell'ordine pubblico sono assegnate ai questori territorialmente competenti».

2.920

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 127 aggiungere il seguente:

«127-*bis*. Dopo l'articolo 5, comma 5, del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito, con modificazioni, dalla legge 31 luglio 2010, n. 122, inserire il seguente comma:

"5-*bis*. La disposizione di cui al comma precedente non si applica all'organo di revisione di cui all'articolo 234 del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, e successive modificazioni e all'articolo 16, comma 25, del decreto-legge 13 agosto 2011, n. 138, convertito, con modificazioni, dalla legge 14 settembre.2011, n. 148"».

2.922

GAETTI, DONNO, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Al comma 128, apportare le seguenti modificazioni:

a) sopprimere il terzo periodo

b) al quarto periodo, sopprimere le parole: «e dei subcommissari».

2.923

MANGILI, LEZZI, BULGARELLI

Precluso

Dopo il comma 128 inserire il seguente:

«128-*bis*. Al fine di consentire la migliore programmazione o realizzazione delle attività istituzionali previste dallo statuto e dalla direttiva di indirizzo di cui al comma 3, il personale in servizio con contratto a tempo indeterminato del CRA o dell'INEA è riunito in un unico ruolo professionale dell'Agenzia ordinato in base all'anzianità nel livello della qualifica funzionale posseduta. Per consentire la massima valorizzazione delle professionalità presenti nell'Agenzia nonché la migliore programmazione delle future assunzioni nei profili di ricercatore e tecnologo, il personale in possesso di anzianità di servizio antecedente al 10 gennaio 1990 utilmente inserito nelle ultime graduatorie dei processi di sviluppo professionale di. cui all'articolo 64 del contratto collettivo nazionale di lavoro del 21 febbraio 2002 viene inquadrato, con decorrenza 10 gennaio 2015, nella qualifica prevista dalla graduatoria stessa».

2.924

GAETTI, DONNO, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Sopprimere il comma 129.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 3.000.000;

2016: - 3.000.000;

2017: - 3.000.000.

2.925

GAETTI, DONNO, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Al comma 129, sostituire le parole: «è ridotto», con le seguenti: «è aumentato».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 3.000.000;
2016: - 3.000.000;
2017: - 3.000.000.

2.927

GAETTI, DONNO, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Al comma 129, sostituire le parole: «a decorrere dall'anno 2015», con le seguenti: «per l'anno 2015».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2016: - 3. 000.000;
2017: - 3. 000.000.

2.928

STEFANO, DE PETRIS, URAS

Precluso

Dopo il comma 129, aggiungere il seguente:

«129-*bis*. I pagamenti delle Regioni e degli Enti locali per gli interventi di prevenzione e eradicazione delle fitopatologie vegetali sostenuti negli anni 2015, 2016 e 2017, sono esclusi dal vincolo del patto di stabilità interno. Per il potenziamento degli interventi di cui al presente comma è autorizzata la spesa di 3 milioni di euro annui per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, da ripartire con decreto del Ministro delle politiche agricole alimentari e forestali, previo parere della Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le regioni e le province autonome di Trento e di Bolzano».

Conseguentemente sostituire il comma 131 con il seguente:

«131. L'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 2, comma 133, secondo periodo, della legge 24 dicembre 2007, n. 244, è ridotta di 9.400.000 euro per gli anni 2015,2016 e 2017 e di 6.400.000 annui a decorrere dall'anno 2018».

2.929

STEFANO, DE PETRIS, URAS, CERVELLINI

Precluso

Dopo il comma 129, è aggiunto il seguente:

«129-*bis*. Per il potenziamento del servizio fitosanitario nazionale, con particolare riferimento all'emergenza provocata per il settore olivicolo dalla diffusione della mosca olearia e alla necessità di rafforzare i sistemi di monitoraggio e contrasto alla diffusione dell'insetto, è autorizzata la spesa di 10 milioni di euro per l'anno 2015, da ripartire con decreto del Ministro delle politiche agricole alimentari e. forestali, previo parere della Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le regioni e le province autonome di Trento e di Bolzano».

Conseguentemente sostituire il comma 131 con il seguente:

«131. L'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 2, comma 133, secondo periodo, della legge 24 dicembre 2007, n. 244, è ridotta di 16.400.000 euro per l'anno 2015, e di 6.400.000 annui a decorrere dall'anno 2016».

2.930

STEFANO, DE PETRIS, URAS

Precluso

Dopo il comma 129, aggiungere il seguente:

«129-*bis*. Al fine di potenziare le attività di ricerca, monitoraggio e intervento promosse dai servizi filosanitari regionali in attuazione del decreto del Ministro delle politiche agricole alimentari e forestali del 26 settembre 2014, pubblicato sulla *Gazzetta Ufficiale* n. 239 del 14 ottobre 2014, è autorizzata la spesa di 3 milioni di euro per l'anno 2015, da ripartire con decreto del Ministro delle

politiche agricole alimentari e fo resta li , previo parere della Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le regioni e le province autonome di Trento e di Bolzano».

Conseguentemente sostituire il comma 131 con il seguente:

«131. L'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 2, comma 133, secondo periodo, della legge 24 dicembre 2007, n. 244, è ridotta di 9.400.000 euro per l'anno 2015, e di 6.400.000 annui a decorrere dall'anno 2016».

2.931

CANDIANI, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 129 inserire i seguenti:

«129-*bis*. L'Agenzia per le erogazioni in agricoltura (AGEA), istituita dal decreto legislativo 27 maggio 1999, n. 165, è soppressa e posta in liquidazione.

3-*ter*. È istituita l'Agenzia interregionale per le erogazioni in agricoltura, di seguito denominata "Agenzia".

129-*quater*. L'Agenzia è dotata di autonomia, nei limiti stabiliti dalla presente legge, ed è sottoposta al controllo della Cotte dei conti, ai sensi dell'articolo 3, comma 4, della legge 14 gennaio 1994, n. 20. Essa è sottoposta ai poteri di indirizzo e di vigilanza del Ministero delle politiche agricole, alimentari e forestali e dei consigli direttivi dei dipartimenti interregionali, ai sensi delle disposizioni dell'articolo 3 della presente legge e degli articoli 4 e 14 del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165, e successive modificazioni, L'Agenzia può avvalersi del patrocinio dell'Avvocatura dello Stato, ai sensi dell'articolo 43 del testo unico di cui al regio decreto 30 ottobre 1933, n. 1611, e successive modificazioni.

129-*quinquies*. L'Agenzia ha sede legale in Roma, fatte salve diverse determinazioni statutarie. E suddivisa in dipartimenti interregionali e può dotarsi di una sede di rappresentanza presso l'Unione europea. A capo dei dipartimenti interregionali sono posti i consigli direttivi, composti dagli assessori regionali competenti per il territorio nel quale opera ciascun dipartimento.

3-*sexies*. L'articolazione dell'Agenzia in dipartimenti non comporta nuovi o maggiori oneri a carico della finanza pubblica. A tale fine le regioni interessate mettono a disposizione dei dipartimenti interregionali e dell'Agenzia gli immobili e le risorse umane. strumentali e finanziarie necessari.

129-*septies*. L'Agenzia subentra all'AGEA in liquidazione in tutti i rapporti attivi e passivi. nonché nella qualifica di organismo pagatore. Entro il 30 novembre 2015 ogni regione deve indicare al Ministero delle politiche agricole, alimentari e forestali se utilizza l'Agenzia quale organismo pagatore ovvero se conferma o istituisce un proprio organismo pagatore. Sono confermati gli organismi pagatori regionali già istituiti e riconosciuti alta data di entrata in vigore della presente legge.

2.935

DONNO, GAETTI, FATTORI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Dopo il comma 129, aggiungere il seguente:

«129-*bis*. Le graduatorie concorsuali attive ai sensi delle leggi vigenti restano valide e sono utilizzabili, anche durante e successivamente il periodo di commissariamento, per le procedure di reclutamento che saranno autorizzate dal dipartimento della funzione pubblica in base ai percorsi per il reclutamento ordinario nei due enti».

2.936

DONNO, GAETTI, FATTORI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Dopo il comma 129, aggiungere il seguente:

«129-*bis*. Entro 180 giorni dalla data di costituzione del Consiglio è data facoltà ai dipendenti con contratto a tempo indeterminato e a quelli con contratto a tempo determinato di esercitare il diritto di optare per il mantenimento della Cassa previdenziale di provenienza».

2.937

SCOMA, TARQUINIO, AMIDEI

Precluso

Sopprimere il comma 130.

Conseguentemente, all'articolo 1 sopprimere il comma 116; ridurre proporzionalmente del 3 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

2.938

CANDIANI, TOSATO, DIVINA, COMAROLI

Precluso

Sopprimere il comma 130.

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 125, le parole: «è incrementato di 187,5 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015», *sono sostituite dalle seguenti:* «è incrementato di 87,5 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015».

2.939

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Sopprimere il comma 130.

*Conseguentemente, all'articolo 3, comma 7, dopo la letter*a) *aggiungere la seguente:*

a-bis) dopo l'articolo 1, comma 112 è aggiunto il seguente:

«Art. 17-*bis*.

(Acquisto di pubblicità on line)

1. I soggetti passivi che intendano acquistare servizi di pubblicità e *link* sponsonizzati *on line*, anche attraverso centri media e operatori terzi, sono obbligati ad acquistarli da soggetti titolari di una partita IVA rilasciata dall'amministrazione finanziaria italiana.

2. Gli spazi pubblicitari *on line* e i *link* sponsonizzati che appaiono nelle pagine dei risultati dei motori di ricerca (servizi di search advertising), visualizzabili sul territorio italiano durante la visita di un sito internet o la fruizione di un servizio *on line* attraverso rete fissa o rete e dispositivi mobili, devono essere acquistati esclusivamente attraverso soggetti, quali editori, concessionarie pubblicitarie, motori di ricerca o altro operatore pubblicitario, titolari di partita IV A rilasciata dall'amministrazione finanziaria italiana. La presente disposizione si applica anche nel caso in cui l'operazione di compravendita sia stata effettuata mediante centri media, operatori terzi e soggetti inserzionisti».

2.940

CANDIANI, TOSATO, DIVINA, COMAROLI

Precluso

Sopprimere il comma 130.

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 100 milioni di euro a decorrere dal 2015».

2.941

DONNO, GAETTI, FATTORI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Sopprimere il comma 130.

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 69.000.000 euro per l'anno 2015 a 54.000.000 euro per l'anno 2016 e 61.000.000 euro per l'anno 2017».

2.942

BERGER, ZELLER, PALERMO, PANIZZA, LANIECE, BATTISTA, ROMANO, Fausto Guilherme LONGO

Precluso

Sopprimere il comma 130.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

- 2015:-95.000.000;
- 2016:-95.000.000;
- 2017:-95.000.000.

2.944

DIVINA, CANDIANI, TOSATO, COMAROLI

Precluso

Al comma 130 sostituire le parole: «sono ridotti del 23 per cento» con le seguenti: «sono ridotti del 10 per cento».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 125, le parole: «è incrementato di 187,5 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015», *sono sostituite dalle seguenti*: «è incrementato di 37,5 milioni euro annui a decorrere dall'anno 2015».

2.945

DIVINA, CANDIANI, TOSATO, COMAROLI

Precluso

Al comma 130 sostituire le parole: «sono ridotti del 23 per cento» con le seguenti: «sono ridotti del 10 per cento».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 150 milioni di euro a decorrere dal 2015».

2.947

BONFRISCO

Precluso

Al comma 130, ultimo periodo, la parola: «23» è sostituita dalla parola: «15».

Conseguentemente, all'articolo 2 dopo il comma 130 aggiungere il seguente:

«130-*bis*. Considerata l'importanza dello specifico settore, al fine di mantenere anche per l'anno 2015 i consumi medi standardizzati di gasolio da ammettere all'Impiego agevolato di cui al precedente comma, si provvede mediante provvedimenti adottati dal Presidente del Consiglio dei Ministri sulla base degli indirizzi del Comitato interministeriale di cui all'articolo 49-*bis*, comma l, del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69 convertito dalla legge 9 agosto 2013, n. 98, ad individuare ulteriori misure di razionalizzazione e di revisione della spesa, di ridimensionamento di strutture, di riduzione delle spese per beni e servizi, nonché di ottimizzazione dell'uso degli immobili, tali da assicurare una riduzione della spesa delle amministrazioni pubbliche di. cui all'articolo l, comma 2, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, in misura non inferiore a 60 milioni di euro a decorrere dal 2015».

2.948

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Al comma 130, ultimo periodo, la parola: «23» è sostituita dalla parola: «15».

Conseguentemente, all'articolo 2 dopo il comma 130 aggiungere il seguente:

«130-*bis*. Considerata l'importanza dello specifico settore, al fine di mantenere anche per l'anno 2015 i consumi medi standardizzati di gasolio da ammettere all'impiego agevolato di cui al precedente comma, si provvede mediante provvedimenti adottati dal Presidente del Consiglio dei Ministri sulla base degli indirizzi del Comitato interministeriale di cui all'articolo 49-*bis*, comma 1, del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69 convertito dalla legge 9 agosto 2013, n. 98, ad individuare ulteriori misure di razionalizzazione e di revisione della spesa, di ridimensionamento di strutture, di riduzione delle spese per beni e servizi, nonché di ottimizzazione dell'uso degli immobili, tali da assicurare una riduzione della spesa delle amministrazioni pubbliche di cui all'articolo 1, comma 2, della legge 31 dicembre

2009, n. 196, in misura non inferiore a 60 milioni di euro a decorrere dal 2015».

2.949

BERGER, ZELLER, PALERMO, PANIZZA, LANIECE, BATTISTA, ROMANO, Fausto Guilherme LONGO

Precluso

Al comma 130, ultimo periodo, sostituire le parole: «23 per cento» con le seguenti: «18 per cento».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: - 33.000.000;
2016: - 33.000.000;
2017: - 33.000.000.

2.950

RUVOLO

Precluso

Dopo il comma 130, aggiungere il seguente:

«130-*bis*. 1.Nella parte II della tabella A allegata al decreto del Presidente della Repubblica del 26 ottobre 1972, n. 633, al numero 12-*bis)*, dopo la parola: "basilico," sono inserite le seguenti: "origano a rametti o sgranato"

2. Agli oneri di cui al comma 1, valutati in 500 mila euro annui a decorrere dall'anno 2015, si provvede mediante corrispondente utilizzo dello stanziamento del fondo speciale di parte corrente iscritto, ai fini del bilancio triennale 2014-2016, nell'ambito del programma "fondo di riserva e speciale" della missione "Fondi da ripartire" dello stanziamento di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno 2014, allo scopo parzialmente utilizzando l'accantonamento relativo al Ministero dell'economia e delle finanze».

2.951

RUVOLO

Precluso

Sostituire il comma 131 con il seguente:

«131. A decorrere dall'anno 2015, l'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 2, comma 133, secondo periodo, della legge 24 dicembre 2007, n. 244, è incrementata di 10.000.000 euro annui».

Conseguentemente alla Tabella A voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 10;
2016: - 10;
2017: - 10.

2.954

DI BIAGIO

Precluso

Dopo il comma 131, inserire il seguente:

«131-*bis*. Al fine di conseguire un razionale impiego delle risorse pubbliche e, in particolare, dei mezzi a disposizione delle Forze di polizia, realizzando contestuali risparmi di spesa nel campo dell'impiego della flotta aerea di Stato, il Corpo forestale dello Stato è autorizzato alla cessione alla Guardia di finanza di tre aeromobili della linea elicotteristica A109N, a fronte di un corrispettivo da determinarsi con provvedimento del Comandante generale della Guardia di finanza e del Capo del Corpo forestale dello Stato. Il corrispettivo della predetta cessione è versato in conto entrate dello Stato, anche mediante rateizzazione in più esercizi finanziari, e integralmente riassegnato annualmente al Programma "Interventi per Soccorsi" dello stato di previsione della spesa dei Ministero delle politiche agricole alimentari e forestali. Con il provvedimento del Comandante generale della Guardia di finanza e del Capo del Corpo forestale dello Stato con cui viene determinato il corrispettivo della cessione, può essere determinato anche il numero di rate annuali».

2.955

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 131, inserire il seguente:

«131-*bis*. All'articolo 1-*bis*, comma 1, del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 91, convertito dalla legge Il agosto 2014, n. 116, dopo le parole: "utilizzano depositi", sono inserite le seguenti: "di olio di oliva di capienza non superiore a 25 metri cubi o"».

2.956

DONNO, GAETTI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Al comma 132, aggiungere, in fine, le seguenti parole: «, destinando una parte della quota a zone colpite da eventi alluvionali, in misura da stabilire secondo priorità».

2.958

ZIZZA

Precluso

Dopo il comma 132 aggiungere il seguente:

«132-*bis*. In merito a quanto disposto dal comma 132, tutte le aziende di produzione olivicola e vinicole, con decorrenza gennaio 2015, potranno usufruire di una imposta IVA per quanto concerne il consumo elettrico, pari al 10 per cento».

Conseguentemente, alla Tabella A voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: - 100.000.000;
2016: - 100.000.000;
2017: - 100.000.000.

Ridurre del 5 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente della allegata Tabella C.

2.959

ZIZZA

Precluso

Dopo il comma 132 aggiungere il seguente:

«132-*bis*. In merito a quanto disposto dal comma 132, tutte le aziende di produzione olivicola, con decorrenza gennaio 2015, potranno usufruire di una imposta IVA per quanto concerne il consumo elettrico, pari al 10 per cento».

2015: - 100.000.000;
2016: - 100.000.000;
2017: - 100.000.000.

Ridurre del 5 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente della allegata Tabella C.

2.964

DI BIAGIO

Precluso

Dopo il comma 132, aggiungere il seguente:

«132-*bis*. I soci delle cooperative agricole in stato di accertata insolvenza alla data del 31 dicembre 1999, ai fini dell'accollo statale delle garanzie rilasciate in favore delle cooperative stesse ai sensi dell'articolo 1, comma l-*bis*, del decreto-legge 20 maggio 1993, n.149, convertito, con modificazioni, dalla legge 19 luglio 1993, n. 237, possono presentare la relativa domanda entro il termine perentorio di sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge. Le garanzie oggetto di domanda di accollo devono riguardare crediti non estinti nei confronti dei soci garantiti all'atto dell'adozione del provvedimento di pagamento e sono iscritte in fine all'elenco n. l di cui al decreto ministeriale 18 dicembre 1995 del Ministero delle risorse agricole, alimentari e forestali, pubblicato nel supplemento ordinario n. 1 alla *Gazzetta Ufficiale* n. 1 del 2 gennaio 1996, secondo l'ordine di presentazione delle domande. Si procede all'accollo nei limiti dei fondi stanziati dal citato

articolo l, comma l-*bis*, del decreto-legge n. 149 del 1993 e dall'articolo 126, comma l, della legge 23 dicembre 2000, n. 388».

2.965

LIUZZI

Precluso

Dopo il comma 132, aggiungere il seguente:

«132-*bis*. Al decreto legislativo 12 maggio 1995, n 201, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 15, comma 1 lettera a), dopo le parole: "quindici mesi" sono aggiunte le seguenti: "salvo per il personale già appartenente ai ruoli degli agenti ed assistenti e dei sovrintendenti del Corpo Forestale dello Stato, che frequentano un corso di istruzione e specilizzazione della durata di sei mesi con le stesse modalità previste dall'articolo17.« ;

b) all'articolo 18, comma 1 dopo le parole:"«sono nominati allievi vice ispettori" sono aggiunte le seguenti: ", con esclusione del personale già appartenente ai ruoli del Corpo forestale dello Stato che conserva la qualifica rivestita,"».

2.968

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 132 aggiungere il seguente:

«132-*bis*. È ridotta la possibilità di assunzione attualmente in vigore delle amministrazioni centrali, delle Agenzie fiscali, degli enti pubblici non economici, degli enti di ricerca, delle regioni e delle autonomie locali, per il 50 per cento per il triennio 2015 - 2017. I risparmi derivanti dalle amministrazioni centrali, dalle Agenzie fiscali, dagli enti pubblici non economici e dagli enti di ricerca sono destinati al finanziamento del Fondo Nazionale Trasporti di cui all'articolo 16-*bis* del DL 95/2012 nei limiti di 500 milioni di euro annui, quelli dalle regioni e province autonome concorrono a ridurre le minori entrate derivanti dalla riduzione di gettito delle maggiorazioni IRAP definite da manovre regionali determinate dall'applicazione del nuovo regime IRAP; quelli degli altri enti concorrono alla riduzione del disavanzo o alla copertura di maggiori investimenti».

2.969

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 132 aggiungere il seguente:

«132-*bis*. Al fine di ridurre la disomogeneità delle diseconomie di scala e per un efficientamento del funzionamento degli uffici decentrati dello Stato, gli stanziamenti relativi alla spesa di funzionamento degli stessi sono ridotti per 100 milioni di euro per il triennio 2015 - 2017. Le amministrazioni possono adottare misure alternative di contenimento della spesa al fine di conseguire risparmi comunque non inferiori a quelli derivanti dall'applicazione del precedente periodo. I risparmi derivanti per lo stesso importo annuo sono destinati al finanziamento del Fondo Nazionale Trasporti di cui all'articolo 16-*bis* del DL 95/2012. Per l'anno 2015 sono destinati a Regione Lombardia 50 milioni dell'incremento del Fondo per il potenziamento dei servizi di trasporto pubblico locale al fine di garantire la mobilità in occasione di EXPO Milano 2015».

2.970

BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Al comma 133, lettera b), sopprimere il numero 3.

2.972

BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Dopo il comma 133, aggiungere il seguente:

«133-*bis*. Le disposizioni di cui al comma 133, lettera *b)*, numero 3) si applicano esclusivamente alle operazioni in strumenti derivati concluse successivamente alla data di entrata in vigore della

presente legge».

2.973

BERTOROTTA, MANGILI, BULGARELLI

Precluso

Dopo il comma 135, aggiungere i seguenti:

«135-*bis*. A decorrere dal 1 gennaio 2015 l'affidamento del servizio di tesoreria dello Stato, a livello centrale e periferico, forma oggetto di apposita procedura di evidenza pubblica mediante appalto-concorso, da espletarsi entro il 28 febbraio 2015, cui possono partecipare tutti gli istituti di credito di diritto pubblico e privato aventi un capitale versato non inferiore a 100 milioni di euro, i quali presentino una articolazione organizzativa con sedi presenti in tutti i capoluoghi di provincia del territorio nazionale.

135-*ter*. La durata dell'affidamento del servizio e le modalità tecniche del suo espletamento, nonché gli ulteriori requisiti operativi specifici, dovranno essere stabiliti in un apposito protocollo di gara che dovrà essere integrato da un capitolato "speciale" la cui redazione dovrà avvenire con apposito decreto del ministro dell'economia e delle finanze, previo acquisizione del parere espresso dal Consiglio di Stato e dalla Corte dei Conti.

135-*quater*. All'esito della procedura di gara, l'istituto di credito affidatario del servizio nazionale di tesoreria dello Stato è dichiarato concessionario di un pubblico servizio ed è soggetto a tutta la normativa vigente concernente le responsabilità e gli obblighi concernenti l'espletamento di un pubblico servizio da parte di un soggetto privato. Parimenti, il personale del concessionario che sia applicato ai servizi concernenti il servizio nazionale di tesoreria, è soggetto alla responsabilità propria dei dipendenti pubblici.

135-*quinquies*. L'affidamento del servizio di tesoreria statale ad un istituto di credito può avere la durata massima di cinque anni, rinnovabile per una sola volta, e deve comunque uniformarsi all'obiettivo di assicurare uniformità, sicurezza e piena integrazione dei pagamenti pubblici con il sistema dei pagamenti della rete interbancaria nazionale e comunitaria.

135-*sexies*. A decorrere dall'avvenuta conclusione degli adempimenti connessi con i commi precedenti, sono abrogati:

a) la legge 28 marzo 1991, n. 104;

b) l'articolo 6 del decreto legislativo 5 dicembre 1997, n. 430».

2.974

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 135 aggiungere il seguente:

«135-*bis*. - (divieto di partecipazione a gare d'appalto pubbliche ai soggetti che esercitano attività di speculazione ad elevata rischiosità). - *1*. Dopo il comma 2 dell'articolo 34 del Decreto Legislativo 12 aprile 2006, n. 163, inserire i seguenti:

"2-*bis*. Non sono ammessi a partecipare alle procedure di affidamento di tutti i servizi bancari e finanziari delle Pubbliche Amministrazioni tutti i soggetti bancari e finanziari che esercitano attività di speculazione finanziaria ad elevata rischiosità, in bilancio e fuori bilancio.

2-*ter*. L'attività di speculazione ad elevata rischiosità, intesa come qualsiasi attività finanziaria che fa uso di un elevato grado di leva finanziaria e di emanazione di titoli tossici, è definita con decreto del Ministro dell'Economia e delle finanze, di concerto con il Ministro degli Interni, sentita la Banca d'Italia e la Commissione nazionale per le società e la borsa.

2-*quater*. Entro il 1 gennaio di ogni anno la della Commissione nazionale per le società e la borsa, sentita la Banca d'Italia, pubblica sul suo sito istituzionale, con carattere di ufficialità, l'elenco aggiornato di tutti i soggetti bancari e finanziari, al fine di segnalare, in maniera certa ed inequivocabile, quali, tra i suddetti soggetti bancari e finanziari del presente articolo, esercitano attività di speculazione finanziaria ad elevata rischiosità.

2-*quinquies*. Ai fini dell'esclusione dalle procedure di gare d'appalto di cui al comma 2-*bis* del

presente articolo, gli enti appaltanti sono tenuti a verificare l'elenco compilato della Commissione nazionale per le società e la borsa di cui al comma precedente".

2. Le modalità di attuazione delle disposizioni di cui al presente articolo, nonché le modalità di esclusione dei suddetti soggetti bancari e finanziari dalla procedure di affidamento di servizi bancari e finanziari, nonché l'indice massimo dì leva finanziaria, in bilancio e fuori bilancio, accumulabile dai soggetti bancari e finanziari che esercitano attività di speculazione, rispondente a requisiti di trasparenza e sicurezza, entro cui i soggetti bancari e finanziari possono accedere alle procedure di affidamento di servizi bancari e finanziari di cui al comma 1 del presente articolo e l'indicizzazione dei titoli tossici, come qualsiasi cartolarizzazione non trasparente e di incerta valutazione tale da poter esporre il patrimonio di base dei soggetti bancari e finanziari a rischio ricapitalizzazione, sono definiti con decreto del Presidente del consiglio dei ministri, di concerto con il Ministro dell'Economia e delle finanze e con il Ministro degli Interni, sentita la Banca d'Italia e la Commissione nazionale per le società e la borsa, da emanare entro trenta giorni dalla data in vigore della presente legge.

3. Ogni anno il Ministero dell'Economia e delle finanze, di concerto con il Ministro degli Interni, sentita la Banca d'Italia e la Commissione nazionale per le società e la borsa, revisiona con decreto l'indice massimo di leva finanziaria e l'indicizzazione dei titoli tossici di cui al comma precedente».

2.975

COMAROLI, BELLOT, TOSATO

Precluso

Sopprimere i commi 136, 137, 138, 139.

Conseguentemente:

al comma 116 dell'articolo 1 sostituire la parola: «2015» *con la seguente:* «2016»;

al comma 125 dell'articolo 1 sostituire la parola: «2015» *con la seguente:* «2016»;

al comma 207 dell'articolo 2 sostituire la parola: «2015» con la seguente: «2016»;

all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 553,818 milioni di euro per l'anno 2015».

2.976

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Al comma 136 dopo le parole: «è agricoltura» aggiungere le seguenti: «ad esclusione delle aziende speciali delle stesse».

2.981

COMAROLI, DIVINA, BISINELLA, TOSATO

Precluso

Al comma 2, sopprimere il comma 140.

2.984

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 140 inserire il seguente:

«140-*bis*. Tutti i *software* di controllo dell'Agenzia delle Entrate devono essere resi disponibili entro il 31 gennaio del periodo d'imposta da porre in verifica».

2.990

COMAROLI, TOSATO

Precluso

All'articolo 2 comma 141, lettera a), sostituire il punto 2) con il seguente:

«2) le parole da: "e di 750 milioni" fino a: "2017" sono soppresse e le parole: "ed entro il 30 settembre 2014 con riferimento agli anni 2015 e seguenti" sono soppresse».

conseguentemente:

all'articolo 1 sopprimere il comma 116;

all'articolo 2 sopprimere il comma 207;

all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 540 milioni di euro a decorrere dal 2015».

2.991

COMAROLI, TOSATO

Precluso

All'articolo 2 comma 141 lettera a) sopprimere il punto 4) e sostituire l'ultimo periodo della lettera c) con il seguente: «In assenza di tale intesa entro il predetto termine del 31 gennaio 2015, con decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri, da adottarsi, previa deliberazione del Consiglio dei ministri, entro 20 giorni dalla scadenza dei predetti termini, i richiamati importi sono assegnati ad ambiti di spesa ed attribuiti alle singole regioni e Province autonome di Trento e Bolzano, tenendo conto del rispetto dei tempi di pagamento stabiliti dalla direttiva UE 2001/7/UE, dall 'incidenza degli acquisti centralizzati, nonché dei costi standard».

2.992

COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI

Precluso

All'articolo 2, comma 141, lettera a) sopprimere il punto 4).

2.993

COMAROLI, TOSATO

Precluso

All'articolo 2, comma 141 apportare le seguenti modifiche:

sostituire la lettera b) *con la seguente:*

«*b)* il secondo periodo è sostituito dal seguente: "In assenza di tale intesa entro i predetti termini, con decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri, da adattarsi, previa deliberazione del Consiglio dei Ministri, entro 20 giorni dalla data di scadenza dei predetti termini, i richiamati importi sono assegnati ad ambiti di spesa ed attribuiti alle singole regioni e province autonome di Trento e Bolzano in base ai costi *standard* ed in maniera inversamente proporzionale alla spesa di funzionamento e sono rideterminati gli ambiti di finanziamento individuati"»;

alla lettera c) è soppresso l'ultimo periodo.

2.994

ZELLER, BERGER, PALERMO, LANIECE, BATTISTA, FRAVEZZI, PANIZZA

Precluso

Al comma 141, sostituire la lettera b) con la seguente:

«*b)* sostituire il secondo periodo con il seguente: "In assenza di tale intesa entro i predetti termini, con decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri, da adottarsi, previa deliberazione del Consiglio dei ministri, entro 20 giorni dalla scadenza dei predetti termini, i richiamati importi sono assegnati ad ambiti di spesa ed attribuiti alle singoli regioni, tenendo anche conto del Pil e della popolazione residente, e sono rideterminati i livelli di finanziamento degli ambiti individuati e le modalità di acquisizione delle risorse da parte dello Stato"».

2.996

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Al comma 141, lettera c), dopo le parole: «entro il 31 gennaio 2015», aggiungere le seguenti: «il riparto tra le regioni del contributo di cui al presente comma è effettuato in maniera inversamente proporzionale alla perdita di gettito IRAP derivante a ciascuna regione a seguito di quanto previsto dall'articolo 5 della legge di stabilità per il 2015».

2.997

FUCKSIA
Precluso
Al comma 141, lettera c), sostituire le parole: «considerando anche le" ad eccezione delle».
2.998
DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO
Precluso
Al comma 141, lettera c), apportare le seguenti modificazioni:
a) sostituire le parole: «considerando anche»*, con la seguente:* «escluse»;
b) aggiungere, in fine, le seguenti parole: «, le risorse per il trasporto pubblico locale e le risorse per le politiche sociali».
2.999
COMAROLI, TOSATO
Precluso
Al Comma 141, lettera c) sono apportate le seguenti modifiche:
l) le parole: «considerando anche» *sono sostituite dalle seguenti* «escluse»*;*
*2) al termine del periodo sono inserite le seguenti parole: «*le risorse per il Trasporto pubblico locale e le risorse per le politiche sociali».
2.1000
URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO
Precluso
Al comma 141, lettera c), apportare le seguenti modificazioni:
a) sostituire le parole: «considerando anche», *con la seguente:* «escluse»;
b) aggiungere, in fine, le seguenti parole: «e le risorse per il trasporto pubblico locale».
2.1001
COMAROLI, TOSATO
Precluso
Al comma 141, lettera c) sono apportate le seguenti modifiche:
1) *le parole:* «considerando anche» *sono sostituite dalle seguenti* «escluse»;
2) *al termine del periodo sono inserite le seguenti parole:* «le risorse per il Trasporto pubblico locale».
2.1002
URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO
Precluso
Al comma 141, lettera c), sostituire le parole: «considerando anche» con la seguente: «escluse».
2.1003
COMAROLI, TOSATO
Precluso
Al comma 141, lettera c) sono apportate le seguenti modifiche, le parole: «considerando anche» sono sostituite dalle seguenti «escluse».
2.1006
COMAROLI, TOSATO
Precluso
All'articolo 2 dopo il comma 141 aggiungere il seguente:
«141-*bis*. In attuazione della sentenza n. 79/2014 della Corte Costituzionale è esclusa qualsiasi tipo di attribuzione di risorse tributarie regionali allo Stato ovvero riversamenti di risorse regionali, in attuazione del comma precedente».
2.1008
URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO
Precluso
Dopo il comma 141, aggiungere il seguente:

«141-*bis*. In attuazione della sentenza n. 79/2014 della Corte costituzionale è escluso qualsiasi tipo di attribuzione di risorse tributarie regionali allo Stato ovvero riversamenti di risorse regionali, in attuazione del comma precedente».

2.1009

BONFRISCO

Precluso

Dopo il comma 141, aggiungere il seguente:

«141-*bis*. All'articolo 3 del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16 convertito, con modificazioni, dalla legge 26 aprile 2012, n. 44, dopo il comma 2-*bis*, inserire il seguente:

"2-*ter*. le disposizioni di cui al comma 1 si applicano anche agli acquisti di prodotti agroalimentari effettuati all'interno di centri agroalimentari e di mercati all'ingrosso di prodotti ortofrutticoli da persone fisiche di cittadinanza diversa da quella italiana e che abbiano residenza fuori del territorio dello stato, ovvero da persone giuridiche non residenti nel territorio dello stato ai sensi dell'articolo 73, del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica n. 917 del 1986 e successive modificazioni, a condizione che il cedente provveda ai seguenti adempimenti:

a) all'atto della effettuazione dell'operazione, acquisisca fotocopia del passaporto o altro documento di identità del cessionario ovvero autocertificazione, ai sensi dell'articolo 47 del testo unico delle disposizioni legislative in materia di documentazione amministrativa, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 28 dicembre 2000, n. 445, attestante che la persona fisica non è cittadina italiana e che ha la residenza fuori del territorio dello stato, e che la persona giuridica non è residente nel territorio dello stato, ai sensi del citato articolo 73;

b) nel primo giorno feriale successivo a quello dell'effettuazione dell'operazione versi il denaro contante incassato in un conto corrente intestato al cedente presso un operatore finanziario, consegnando a quest'ultimo copia della ricevuta della comunicazione di cui al comma 2;

c) effettui gli ulteriori adempi menti di cui ai precedenti commi 2 e 2-*bis*"».

2.1010

CERONI

Precluso

Dopo il comma 142 è aggiunto il seguente:

«142-*bis*. Al fine di consentire l'accertamento definitivo del debito pregresso dei servizi pubblici locali di interesse generale in situazioni di ripristinato equilibrio finanziario, i crediti per oneri accessori da interessi e rivalutazione maturati sui crediti in linea capitale vantanti alla data di entrata in vigore della presente legge, nei confronti degli enti del servizio nazionale sono estinti di diritto. Sono fatti salvi i diritti per oneri accessori che abbiano costituito oggetto di accordi transattivi con i debitori».

Conseguentemente ridurre dell'.... Tutti gli stanziamenti di parte corrente della tabella C allegata.

2.1012

SCILIPOTI ISGRO'

Precluso

Dopo il comma 143 aggiungere il seguente:

«143-*bis*. Per la razionalizzazione del patrimonio pubblico sono abrogate le seguenti disposizioni:

a) articolo 3 del decreto-legge del 6 luglio 2012 n. 95 convertito, con modificazione, dalla legge 07 agosto 2012 n. 135;

b) articolo 24 comma 4 del decreto-legge n. 6672014;

c) articolo 3 comma 1 del decreto-legge n. 95/2012.

2.1013

SCILIPOTI ISGRO'

Precluso

Dopo il comma 143 aggiungere il seguente:

«143-*bis*. All'articolo 1, comma 4, della legge 5 marzo 1990, n. 5, le parole: "dieci anni" sono sostituite da "tre anni". Sono abrogati i commi 2, 3 e 4 dell'articolo 2 della legge 5 marzo 1990, n. 5. Sono abrogati i commi 3, 4, 5 e 6 dell'articolo 2 della legge 7 Febbraio 1979, n. 29. Sono abrogati gli articoli 12-*septies*, 12-*opties* e 12-*novies* della legge 30 luglio 2010, n. 122».

2.1015

URAS

Precluso

Al comma 146, aggiungere in fine il seguente periodo: «Alla stessa al fine di conseguire il pareggio di bilancio sono comunque assicurate le condizioni di maggior favore previste per le altre regioni».

2.1016

URAS

Precluso

Dopo il comma 146, inserire il seguente:

«l46-*bis*. Alla Regione Sardegna, al fine di conseguire il pareggio di bilancio così come previsto dall'accordo del 21 luglio 2014, è riconosciuta una quota pari a 95 milioni, da destinare alla copertura del debito commerciale diretto e indiretto, dell'ammontare complessivo degli accantonamenti disposti per gli anni 2015 - 2018 a valere sulle compartecipazioni erariali, per effetto del comma 3 dell'articolo 28 del D.L. 6 dicembre 2011, n. 201, convertito con modificazioni dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214 e successive modificazioni e integrazioni, dai commi 22 dell'articolo 15 e 3 dell'articolo 16 del D.L. 6 luglio 2012, n. 95, convertito con modificazioni dalla legge 7 agosto 2012, n. 135 e successive modificazioni e integrazioni e dal comma 526 dell'articolo l della legge del 27 dicembre 2013, n. 147 e successive modificazioni e integrazioni».

Conseguentemente al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni di euro a decorrere dal 2015» *con le seguenti:* «200 milioni di euro annui per ciascun anno del quadriennio 2015-2018 e di 250 milioni di euro a decorrere dal 2019»; *al comma 121, sostituire le parole:* «200 milioni di euro a decorrere dal 2015» *con le seguenti:* «155 milioni di euro annui per ciascun anno del quadriennio 2015-2018 e di 200 milioni di euro a decorrere dal 2019».

2.1018

URAS

Precluso

Dopo il comma 146, inserire il seguente:

«146-*bis*. Al fine di porre in essere il monitoraggio sulle entrate tributarie di propria competenza, la Regione Sardegna è autorizzata a stipulare una o più convenzioni con 1'Agenzia delle entrate, anche in deroga al modello definito a livello nazionale, per ottenere elementi informativi relativi ai tributi devoluti e compartecipati e per delegare e indirizzare le attività di liquidazione, accertamento, riscossione dell'imposta regionale sulle attività produttive e dell'addizionale regionale all'lrpef, nonché la constatazione delle violazioni, il contenzioso e i rimborsi ad esse relativi».

2.1020

Mario MAURO

Precluso

Dopo il comma 148 aggiungere il seguente:

«148-*bis*. All'articolo 2195 del decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66, è aggiunto il seguente periodo: "Il Ministero della Difesa può concedere alle associazioni l'uso temporaneo e a titolo gratuito di locali strettamente commisurati alle esigenze di funzionamento, individuati, ove disponibili, nell'ambito di immobili in uso attuale a comandi, reparti ed enti del Ministero della difesa».

2.1022

LIUZZI

Precluso

Dopo il comma 150, inserire il seguente:

«150-*bis*. All'articolo 261 del decreto legislativo 18 agosto 2000, n.267, dopo il comma 4 è inserito il seguente:

"4-*bis*. In caso di inizio mandato, l'ipotesi di bilancio stabilmente riequilibrato già trasmesso al Ministero dell'interno dalla precedente amministrazione, ordinaria o commissariale, può essere sostituito dalla nuova amministrazione da una nuova ipotesi di bilancio entro tre mesi dall'insediamento degli organi dell'ente."».

2.1023

BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, MILO, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, Eva LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Dopo il comma 150, inserire il seguente:

«150-*bis*. All'articolo 261 del decreto legislativo 18 agosto 2000, n.267, dopo il comma 4 è inserito il seguente:

"4-*bis*. In caso di inizio mandato, l'ipotesi di bilancio stabilmente riequilibrato già trasmesso al Ministero dell'interno dalla precedente amministrazione, ordinaria o commissariale, può essere sostituito dalla nuova amministrazione da una nuova ipotesi di bilancio entro tre mesi dall'insediamento degli organi dell'ente."».

2.1024

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 150 inserire il seguente:

«150-*bis*. All'articolo 261 del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, dopo il comma 4 è inserito il seguente:

"4-*bis*. In caso di inizio mandato, l'ipotesi di bilancio stabilmente riequilibrato già trasmesso al Ministero dell'interno dalla precedente amministrazione, ordinaria o commissariale, può essere sostituito dalla nuova ammlnistrazioneda una nuova ipotesi di bilancio entro tre mesi dall'insediamento degli organi dell'ente"».

2.1026

LIUZZI

Precluso

Dopo il comma 150 inserire il seguente:

«150-*bis*. All'articolo 259, comma 1-*ter*, del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, alle parole: "Nei comuni" sono premesse le seguenti: "Nelle province e" e la parola: "comunali" è soppressa».

2.1028

CERONI, RAZZI

Precluso

Dopo il comma 150 inserire il seguente:

«150-*bis*. All'articolo 259 del decreto legislativo 18 agosto 2000, n.267, comma 1-*ter*, premettere alle parole: "nei comuni" le parole: "Nelle province e"».

Conseguentemente eliminare la parola: «comunali».

2.1030

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 150, inserire il seguente:

«150-*bis*. All'articolo 259 del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, comma l-*ter*, alle parole: "Nei comuni" sono premesse le parole: "Nelle province e" e la parola: "comunali" è soppressa».

2.1031

ZELLER, BERGER, PALERMO, FRAVEZZI, LANIECE, PANIZZA

Precluso

Dopo il comma 153, inserire i seguenti:

«153-*bis*. - *(Concorso agli obiettivi di finanza pubblica della Regione Trentino Alto-Adige e delle Province autonome di Trento e di Bolzano)* - Le disposizioni recate dai commi da 153-*ter* a 153-*nonies* sono approvate ai sensi e per gli effetti dell'articolo 104 del testo unico delle leggi costituzionali concernenti lo statuto speciale per il Trentino-Alto Adige, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 31 agosto 1972, n. 670, e successive modificazioni ed integrazioni.

153-*ter*. A decorrere dal 1º gennaio 2015 al testo unico di cui al decreto del Presidente della Repubblica 31 agosto 1972, n. 670, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 69, comma 2, lettera *b)* le parole: "i due decimi", sono sostituite dalle seguenti: "un decimo";

b) all'articolo 73, comma l-*bis*, è aggiunto il seguente periodo: "Le Province possono, con apposita legge e nel rispetto delle norme dell'Unione europea sugli aiuti di Stato, concedere incentivi, contributi, agevolazioni, sovvenzioni e benefici di qualsiasi genere, da utilizzare in compensazione ai sensi del Capo III del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241. I fondi necessari per la regolazione contabile delle compensazioni sono posti ad esclusivo carico delle rispettive Province, che provvedono alla stipula di una convenzione con l'Agenzia delle entrate, al fine di disciplinare le modalità operative per la fruizione delle suddette agevolazioni";

c) all'articolo 75, comma l, lettera *d)*, le parole: "i sette decimi", sono sostituite dalle seguenti: "gli otto decimi";

d) all'articolo 75-*bis*, dopo il comma 3, è aggiunto il seguente comma:

3-*bis*. Il gettito derivante da maggiorazioni di aliquote o dall'istituzione di nuovi tributi, se destinato per legge alla copertura, ai sensi dell'articolo 81 della Costituzione, di nuove specifiche spese di carattere non continuativo che non rientrano nelle materie di competenza della Regione o delle Province, ivi comprese quelle relative a calamità naturali, è riservato allo Stato, purché risulti temporalmente delimitato, nonché contabilizzato distintamente nel bilancio statale e quindi quantificabile. Non sono ammesse riserve di gettito destinate al raggiungimento di obiettivi di riequilibrio della finanza pubblica. Sono abrogati gli articoli 9, 10 e 10-*bis* del decreto legislativo 16 marzo 1992, n. 268".

e) all'articolo 79, sono apportate le seguenti modificazioni:

1) l'alinea del comma 1 è sostituita dalla seguente: "1. il sistema territoriale regionale integrato - costituito dalla regione, dalle province e dagli enti di cui al comma 3 - concorre, nel rispetto dell'equilibrio dei relativi bilanci, al conseguimento degli obiettivi di finanza pubblica, di perequazione e di solidarietà e all'esercizio dei diritti e dei doveri dagli stessi derivanti, nonché all'osservanza dei vincoli economici e finanziari derivanti dall'ordinamento dell'Unione europea:"

2) il comma 3 è sostituito dal seguente:

"3. Spetta alle province la competenza al coordinamento della finanza pubblica provinciale, nei confronti degli enti locali, dei propri enti e organismi strumentali pubblici e privati e di quelli degli enti locali, delle aziende sanitarie, delle università, incluse quelle non statali di cui all'articolo 17, comma 120, della legge 15 maggio 1997, n. 127, delle camere'di commercio, industria, artigianato e agricoltura e degli altri enti od organismi a ordinamento regionale o provinciale finanziati dalle stesse in via ordinaria. Al fine di conseguire gli obiettivi in termini di saldo netto da finanziare previsti in capo alla Regione e alle Province ai sensi di questo articolo, spetta alle Province definire i concorsi e gli obblighi nei confronti degli enti del sistema territoriale integrato di rispettiva competenza. Le Province vigilano sul raggiungimento degli obiettivi di finanza pubblica da parte degli enti di cui al presente comma";

3) il comma 4 è sostituito dal seguente:

"4. Nei confronti della regione, delle province e degli altri enti appartenenti al sistema territoriale regionale integrato non sono applicabili disposizioni statali che prevedono obblighi, oneri, accantonamenti, riserve all'erario o concorsi comunque denominati, ivi inclusi quelli afferenti il patto

di stabilità interno, diversi da quelli previsti da questo titolo. La Regione e le Province provvedono, per sé e per gli enti del sistema territoriale regionale integrato di rispettiva competenza, alle finalità di coordinamento della f«manza pubblica contenute in specifiche disposizioni legislative dello Stato, adeguando, ai sensi dell'articolo 2 del decreto legislativo 16 marzo 1992, n. 266, la propria legislazione ai principi costituenti limiti ai sensi degli articoli 4 o 5, nelle materie individuate dallo Statuto, adottando, conseguentemente, autonome misure di razionalizzazione e contenimento della spesa, anche orientate alla riduzione del debito pubblico, idonee ad assicurare il rispetto delle dinamiche della spesa aggregata delle amministrazioni pubbliche del territorio nazionale, in coerenza con l'ordinamento dell'Unione europea. Le misure di contenimento adottate dalla Regione e dalle Province sono strumentali al raggiungimento degli obiettivi finanziari del presente titolo e tengono luogo di quelle previste dalle disposizioni statali";

4) dopo il comma 4, sono aggiunti i seguenti commi:

"4-*bis*. Per ciascuno degli anni dal 2018 al 2022, il contributo della Regione e delle Province alla finanza pubblica in termini di saldo netto da finanziare, riferito al sistema territoriale regionale integrato, è pari a 905,315 milioni di euro complessivi, dei quali 15,091 milioni sono posti in capo alla Regione. Il contributo delle Province, ferma restando l'imputazione a ciascuna di esse del maggior gettito derivante dall'attuazione dell'articolo 13, comma 17, del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201 e dell'articolo l, commi 521 e 712, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, è ripartito tra le Province stesse sulla base dell'incidenza del prodotto interno lordo del territorio di ciascuna Provincia sul prodotto interno lordo regionale; le Province e la Regione possono concordare l'attribuzione alla Regione di una quota del contributo.

4-*ter*. A decorrere dall'anno 2023 il contributo complessivo di 905 milioni ferma restando la ripartizione dello stesso tra la Regione Trentino Alto Adige e le Province autonome di Trento e di Bolzano - è rideterminato annualmente applicando al predetto importo la variazione percentuale degli oneri del debito delle Pubbliche Amministrazioni rilevata nell'ultimo anno disponibile rispetto all'anno precedente. Il contributo così rideterminato è ripartito tra le Province sulla base dell'incidenza del prodotto interno lordo del territorio di ciascuna Provincia sul prodotto interno lordo regionale. Ai fini del periodo precedente è considerato il prodotto interno lordo indicato dall'Istat nell'ultima rilevazione disponibile.

4-*quater*. A decorrere dall'anno 2016 la Regione e le Province conseguono il pareggio del bilancio come definito dall'articolo 9 della legge 24 dicembre 2012, n. 243. Per gli anni 2016 e 2017 la Regione e le Province accantonano in termini di cassa e in termini di competenza un importo definito d'intesa con il Ministero dell'economia e delle finanze tale da garantire la neutralità finanziaria per i saldi di finanza pubblica. A decorrere dall'anno 2018 ai predetti Enti ad autonomia differenziata non si applica il saldo programmatico di cui al comma 455 dell'articolo 1 della legge 24 dicembre 2012, n. 228 e le disposizioni in materia di patto di stabilità interno in contrasto con il pareggio di bilancio di cui al primo periodo del presente comma.

4-*quinquies*. Restano ferme le disposizioni in materia di monito raggio, certificazione e sanzioni previsti dai commi 460, 461 e 462 dell'articolo l della legge 24 dicembre 2012, n. 228.

4-*sexies*. A decorrere dall'anno 2015, il contributo in termini di saldo netto da finanziare di cui all'Accordo del 15 ottobre 2014 tra il Governo, la regione e le province è versato all'erario con imputazione sul capitolo 3465, articolo l, capo X del bilancio dello Stato entro il 30 aprile di ciascun anno. In mancanza di tali versamenti all'entrata del bilancio dello Stato entro il 30 aprile e della relativa comunicazione entro il 30 maggio al Ministero dell'economia e delle finanze, quest'ultimo è autorizzato a trattenere gli importi corrispondenti a valere sulle somme a qualsiasi titolo spettanti alla regione e a ciascuna provincia relativamente alla propria quota di contributo, avvalendosi anche dell'Agenzia delle Entrate per le somme introitate per il tramite della Struttura di Gestione.

4-*septies*. È fatta salva la facoltà da parte dello Stato di modificare, a decorrere dal 2018, per un periodo di tempo definito il contributo di cui al comma 5 posto a carico della regione e delle province per far fronte ad eventuali eccezionali esigenze di finanza pubblica nella misura massima del 10 per

cento dei predetti contributi stessi. Contributi di importi superiori sono concordati con la Regione e le Province. Nel caso in cui siano necessarie manovre straordinarie volte ad assicurare il rispetto delle norme europee in materia di riequilibrio del bilancio pubblico i predetti contributi possono essere incrementati, per un periodo limitato, di una percentuale ulteriore, rispetto a quella indicata al periodo precedente, non superiore al 10 per cento.

4-*octies*. La regione e le province si obbligano a recepire con propria legge da emanare entro il 31 dicembre 2014, mediante rinvio formale recettizio, le disposizioni in materia di armonizzazione dei sistemi contabili e degli schemi di bilancio delle Regioni, degli enti locali e dei loro organismi, previste dal decreto legislativo 23 giugno 2011, n. 118, nonché gli eventuali atti successivi e presupposti, in modo da consentire l'operatività e l'applicazione delle predette disposizioni nei termini indicati dal citato decreto 118 per le regioni a statuto ordinario, posticipati di un anno, subordinatamente all'emanazione di un provvedimento statale volto a disciplinare gli accertamenti di entrata relativi a devoluzioni di tributi erariali e la possibilità di dare copertura agli investimenti con l'utilizzo del saldo positivo di competenza tra le entrate correnti e le spese correnti.

4-*nonies*. Il concorso posto a carico della regione e delle province in termini di saldo netto da finanziare è assicurato mediante contributi, garantiti anche attraverso compensazioni a valere su somme dovute dallo Stato, ovvero con l'assunzione di oneri, determinati anche in via convenzionale sulla base di parametri e di indicatori di costo e di servizio, relativi all'esercizio di funzioni statali, anche delegate».

153-*quater*. Al fine di assicurare il concorso agli obiettivi di finanza pubblica, in applicazione della normativa vigente e dell'Accordo sottoscritto il 15 ottobre 2014 fra il Governo, la regione Trentino Alto Adige e le province autonome di Trento e di Bolzano, l'obiettivo di patto di stabilità interno di cui al comma 455 dell'articolo 1 della legge 24 dicembre 2012, n. 228, è determinato per la regione Trentino Alto Adige in 32 milioni di euro per l'anno 2014 e in 34,275 milioni di euro per ciascuno degli anni dal 2015 al 2017, per la Provincia autonoma di Trento in -65,85 milioni di euro per l'anno 2014 e in -78,13 milioni di euro per ciascuno degli anni dal 2015 al 2017 e per la Provincia autonoma di Bolzano in 65,457 milioni di euro per l'anno 2014 e in 127,47 milioni di euro per ciascuno degli anni dal 2015 al 2017.

153-*quinquies*. Non si applica alla regione Trentino Alto Adige e alle province autonome di Trento e Bolzano quanto disposto dall'ultimo periodo dell'articolo 1, comma 455, della legge 24 dicembre 2012, n. 228.

153-*sexies*. Il contributo alla finanza pubblica in termini di saldo netto da finanziare della regione Trentino Alto Adige e delle Province autonome di Trento e Bolzano, stabilito quale concorso al pagamento degli oneri del debito pubblico, è determinato per la regione Trentino Alto Adige in 14,812 milioni di euro per l'anno 2014 e 15,091 milioni di euro per ciascuno degli anni dal 2015 al 2017, per la Provincia autonoma di Trento in 334,813 milioni di euro per l'anno 2014 e 413,4 milioni di euro per ciascuno degli anni dal 2015 al 2017 e per la Provincia autonoma di Bolzano in 549,917 milioni di euro per l'anno 2014, 476,4 milioni di euro per l'anno 2015 e in 477,2 milioni di euro per ciascuno degli anni dal 2016 al 2017. Le Province e la Regione possono concordare l'attribuzione alla Regione di una quota del contributo.

153-*septies*. L'ammontare delle quote di gettito delle "accise sugli altri prodotti energetici" di cui all'articolo 75, comma l, lettera *f)* dello Statuto, ad uso riscaldamento, è determinato annualmente sulla base delle quantità di prodotti estratti dai depositi commerciali situati nel territorio di ciascuna Provincia ad eccezione del gettito del gas naturale che è determinato sulla base delle forniture ai consumatori finali. I predetti dati saranno forniti dall'Agenzia delle dogane e dei monopoli e eventualmente sulla base di ogni utile documentazione fornita dalle Province. La spettanza è determinata con riferimento all'aliquota di accisa per la rispettiva destinazione d'uso, ottenuta come media delle aliquote vigenti per il medesimo impiego nell'anno in esame, ponderate con il numero di giorni dell'anno di rispettiva vigenza.

153-*octies*. Le riserve previste dall'articolo l, comma 508, della legge 27 dicembre 2013, n. 147

sono restituite alla regione trentino Alto Adige e alle province autonome di Trento e Bolzano nell'importo di 20 milioni annui a decorrere dall'anno 2019, previa individuazione della relativa copertura finanziaria.

153-*nonies*. La Provincia autonoma di Trento, al fine di ridurre il debito del settore pubblico in coerenza con gli obiettivi europei, attiva un 'operazione di estinzione anticipata dei mutui dei propri comuni, utilizzando le proprie disponibilità di cassa, mediante anticipazioni di fondi ai comuni».

Conseguentemente:

a) al comma 143, sopprimere le parole: «e le province autonome di Trento e di Bolzano» *e, nella tabella allegata, le seguenti voci:*

«Provincia autonoma di Bolzano 44.000

Provincia autonoma di Trento 37.000»;

b) alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015:

CP: - 81 milioni;

CS: - 81 milioni;

2016:

CP. - 81 milioni;

CS: - 81 milioni;

2017:

CP: - 81 milioni;

CS: - 81 milioni.

c) sopprimere i commi 145 e 148;

d) al comma 153, sopprimere le parole: «e provincia autonoma».

2.1032

BONFRISCO

Precluso

Dopo il comma 153, inserire i seguenti:

«153-*bis*. La quota di risorse prevista all'articolo 28, comma 3, del decreto legislativo n. 226 del 2005 a valere sull'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 7, comma 6, della legge 28 marzo 2003, n. 53, destinata all'assolvimento del diritto dovere all'istruzione e formazione nei percorsi di istruzione e formazione professionale, anche ai fini dell'adempimento dell'obbligo di istruzione, è determinata in 40 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con proprio decreto, le occorrenti variazioni di bilancio 153-*ter*. l pagamenti relativi all'attuazione dei percorsi di cui al comma 153-*bis*, sostenuti da contributi erogati a tal fine dallo Stato alle regioni, sono esclusi, nei limiti dei relativi importi, dai limiti del patto di stabilità interno delle regioni.

153-*quater*. All'onere derivante dall'applicazione dei commi 153-*bis* e 153-*quater*, si provvede mediante corrispondente riduzione lineare delle dotazioni finanziarie disponibili, iscritte a legislazione vigente in *ter*mini di competenza e cassa, nell1mbito delle spese rimodulabili di parte coerente delle missioni di spesa di ciascun Ministero di cui all'articolo 21, comma 5, lettera *b)*, della legge 31 dicembre 2009, n. 196».

2.1035

BONFRISCO

Precluso

Dopo il comma 153, inserire il seguente:

«153-*bis*. Le Regioni attribuiscono alla province di cui all'articolo 1, comma 3, secondo capoverso, della legge 7 aprile 2014 n. 56 le funzioni di cui all'articolo 89, comma 1, lettera *i)*, del decreto legislativo 31 marzo 1998, n. 112. Le regioni altresì attribuiscono alla stesse province l'introito dei proventi di cui all'articolo 86, comma 2, dello stesso decreto legislativo».

2.1036

BERTOROTTA, BULGARELLI

Precluso

Il comma 154 è soppresso.

Conseguentemente,

all'articolo 1, comma 9, al capoverso 1-*bis*, i numeri 1) e 2) sono sostituiti dai seguenti:

«1) 855 euro per il 2015, 755 euro per il 2016 e 655 euro a decorrere dal 2017, se il reddito complessivo non è superiore a 24.000 euro;

2) 855 euro per il 2015, 755 euro per il 2016 e 655 euro a decorrere dal 2017, se il reddito complessivo è superiore a 24.000 euro ma non a 26.000 euro. Il credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra l'importo di 26.000 euro, diminuito del reddito complessivo, e l'importo di 2.000 euro».

2.1037

BERTOROTTA, BULGARELLI

Precluso

Al comma 154 sostituire le seguenti parole: «di 1.000 milioni di euro per l'anno 2015, di 2.000 milioni di euro per l'anno 2016 e di 3.000 milioni di euro a decorrere dall'anno 2017» con le seguenti: «di 500 milioni di euro per l'anno 2015, di 1.000 milioni di euro per l'anno 2016 e di 1.500 milioni di euro a decorrere dall'anno 2017».

Conseguentemente,

all'articolo 1, comma 9, al capoverso 1-*bis*, i numeri 1) e 2) sono sostituiti dai seguenti:

«1) 905 euro per il 2015, 855 euro per il 2016 e 805 euro a decorrere dal 2017, se il reddito complessivo non è superiore a 24.000 euro;

2) 905 euro per il 2015, 855 euro per il 2016 e 80S euro a decorrere dal 2017, se il reddito complessivo è superiore a 24.000 euro ma non a 26.000 euro. Il credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra l'importo di 26.000 euro, diminuito del reddito complessivo, e l'importo di 2.000 euro».

2.1038

BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, MILO, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, Eva LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Al comma 154 sostituire le parole: «di 1000 milioni di euro per l'anno 2015» con le seguenti: «di 500 milioni di euro per l'anno 2015».

Conseguentemente, dopo il comma aggiungere il seguente: «154-*bis*. Agli oneri di cui il comma 13 per l'anno 2015 si provvede a valere sul Fondo di cui all'articolo 3, comma 66».

2.1039

LIUZZI

Precluso

Al comma 154 sostituire le parole: «di 1000 milioni di euro per l'anno 2015» con le seguenti: «di 500 milioni di euro per l'anno 2015».

Conseguentemente, dopo il comma 154 aggiungere i seguenti:

«13-*bis*. Agli oneri di cui il comma 154 per l'anno 2015 si provvede a valere sul Fondo di cui al successivo articolo 3, comma 66».

2.1044

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 154, sostituire le parole: «di 1.000 milioni di euro per l'anno 2015» con le seguenti: «di 500 milioni di euro per l'anno 2015».

Conseguentemente, all'articolo 17, comma 12, sostituire le parole: «850 milioni di euro» *con le*

seguenti: «350 milioni di euro».

2.1046

CERONI, RAZZI

Precluso

Al comma 154, sostituire le parole: «di 1000 milioni di euro per l'anno 2015» con le seguenti: «di 500 milioni di euro per l'anno 2015».

2.1051

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 154, dopo le parole: «le province che risultano in dissesto aggiungere le seguenti: "ovvero che abbiano deliberato un piano di riequilibrio finanziario pluriennale ai sensi dell'articolo 243-bis del testo unico delle leggi sull'ordinamento degli enti locali di cui al decreto legislativo n. 267 del 2000"».

2.1053

LIUZZI

Precluso

Al comma 154, dopo le parole: «le province che risultano in dissesto» aggiungere le seguenti: «ovvero che abbiano deliberato un piano di riequilibrio finanziario pluriennale ai sensi dell'articolo 243-bis del testo unico delle leggi sull'ordinamento degli enti locali di cui al decreto legislativo n. 267 del 2000».

2.1056

CERONI, RAZZI

Precluso

Al comma 154, dopo le parole: «le province che risultano in dissesto» aggiungere le seguenti: «ovvero che abbiano deliberato un piano di riequilibrio finanziario pluriennale ex art. 243-bis del Tuel».

2.1057

MINZOLINI

Precluso

Al comma 154, dopo le parole: «le province che risultano in dissesto» aggiungere le seguenti: «ovvero che abbiano deliberato un piano di riequilibrio finanziario pluriennale ex articolo 243-bis del Tuel».

2.1062

CERONI, RAZZI

Precluso

Apportare le seguenti modificazioni:

a) al comma 154, sostituire le parole: «entro il 15 febbraio 2015» *con le seguenti:* «entro il 30 aprile 2015»;

b) al comma 155, sostituire le parole: «30 aprile» *con le seguenti:* «30 giugno»;

c) dopo il comma 155 inserire i seguenti:

«155-*bis.* Ai fini dell'attuazione di quanto previsto dai commi 13 e 14, alla legge n. 56/14 sono apportate le seguenti modifiche:

a) all'articolo 1, comma 89 dopo le parole: "continuano ad essere da esse esercitate fino alla data dell'effettivo avvio di esercizio da parte dell'ente subentrante" aggiungere le seguenti: "e, comunque non oltre il 30 marzo 2015";

b) all'articolo 1, comma 95 le parole: "entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge" sono sostituite dalle seguenti: "entro il 28 febbraio 2015"; le parole: "a dare attuazione all'accordo di cui al comma 91" sono sostituite dalle seguenti: "ad approvare le leggi di riordino delle funzioni di cui al comma 89";

c) all'articolo 1, comma 96 dopo le parole: "sono trasferite all'ente destinatario" aggiungere le seguenti: "se eccedenti rispetto alla ricgnizione sulle risorse necessarie all'esercizio delle funzioni fondamentali di province e città metropolitane di cui al comma 92".

155-*ter.* A conclusione del processo di riordino da effettuarsi inderogabilmente entro il 30 marzo 2015, con decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri, previa valutazione delle risorse finanziarie

necessarie alÌ esercizio delle funzioni fondamentali di province e città metropolitane, verranno definiti gli importi finali di cui al comma 154 e ripartiti tra i destinatari delle funzioni riordinate Stato, regioni, province e città metropolitane. Ai fini dell'applicazione di quanto previsto dal presente comma, in deroga all'articolo 151 del Tuel, le province e le città metropolitane deliberano il bilancio di previsione 2015 entro il 30 maggio 2015; in deroga all'articolo 171 del Tuel le province possono non allegare il bilancio pluriennale».

2.1066

CERONI, RAZZI

Precluso

Al comma 154 aggiungere, in fine, il seguente periodo: «Per il solo esercizio 2015, le province delle regioni a statuto ordinario che non riuscissero, anche per effetto dei riversamenti al bilancio dello Stato di cui al presente comma, ad approvare un bilancio di previsione in equilibrio, possono, eccezionalmente ed in deroga a tutte le disposizioni vigenti, predisporre ed approvare il bilancio di previsione relativo all'annualità 2015 dopo l'approvazione del rendiconto di gestione 2014 applicando sin dalla previsione iniziale, ove necessario anche per l'intero importo, l'avanzo di amministrazione 2014 accertato con l'approvazione del suddetto rendiconto di gestione, nella misura rideterminata a seguito della revisione straordinaria dei residui attivi e passivi di cui all'articolo 3, comma 7, del citato decreto legislativo 23 giugno 2011, n. 118».

2.1070

CERONI

Precluso

Al comma 154, aggiungere, infine, le seguenti parole: «e tenendo conto, ai fini della corretta quantificazione del riparto fra le province e le città metropolitane, delle diverse ed ulteriori funzioni fondamentali assegnate dalla legge statale alle città metropolitane, in aggiunta alle stesse funzioni provinciali a queste ultime attribuite».

2.1073

ARRIGONI, COMAROLI, BISINELLA, DIVINA, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 154 inserire il seguente:

«154-*bis* il versamento di cui al comma precedente viene effettuato solo in caso di mancata corrispondenza, ovvero a concorrenza, tra ammontare della riduzione della spesa corrente stabilita e i residui attivi perenti di parte corrente a titolo di trasferimenti erariali non erogati da parte del Ministero dell'Interno. Il versamento effettuato da parte dell'ente non rileva ai fini del patto di stabilità interno».

2.1074

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 154, inserire il seguente:

«154-*bis* il versamento di cui al comma precedente viene effettuato solo in caso di mancata corrispondenza, ovvero a concorrenza, tra ammontare della riduzione della spesa corrente stabilita e i residui attivi perenti di parte corrente a titolo di trasferimenti erariali non erogati da parte del Ministero dell'interno. Il versamento effettuato da parte dell'ente non rileva ai fini del patto di stabilità interno».

2.1075

LIUZZI

Precluso

Dopo il comma 154, inserire il seguente:

«154-*bis* il versamento di cui al comma precedente viene effettuato solo in caso di mancata corrispondenza, ovvero a concorrenza, tra ammontare della riduzione della spesa corrente stabilita e i residui attivi perenti di parte corrente a titolo di trasferimenti erariali non erogati da parte del Ministero dell'interno. Il versamento effettuato da parte dell'ente non rileva ai fini del patto di stabilità interno».

2.1077

CERONI, RAZZI

Precluso

Dopo il comma 154, aggiungere il seguente comma:

«154-*bis* al fine di garantire gli equilibri generali del bilancio di previsione 2015 in attesa del completamente del trasferimento delle funzioni non fondamentali, le Province appartenenti alle regioni ordinarie possono utilizzare, in deroga a quanto previsto dall'articolo 193, comma 3, del decreto legislativo 18 agosto 2000 n. 267, i proventi derivanti da alienazione di beni patrimoniali disponibili e da altre entrate in conto capitale per il finanziamento delle spese correnti».

2.1079

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 154, aggiungere il seguente:

«154-*bis*. All'articolo 16, comma 7, quarto periodo, del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, le parole: "per gli anni 2013 e 2014" sono sostituite dalle seguenti: "per gli anni 2013, 2014 e successivi"».

2.1080

LIUZZI

Precluso

Dopo il comma 154, aggiungere il seguente:

«154-*bis*. All'articolo 16, comma 7, quarto periodo, del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, le parole: "per gli anni 2013 e 2014" sono sostituite dalle seguenti: "per gli anni 2013,2014 e successivi"».

2.1082

MINZOLINI

Precluso

Dopo il comma 154 aggiungere il seguente:

«154-*bis*. All'articolo 16, comma 7, quarto periodo, del decreto-legge 6 luglio 2012, n.95, convertito, con modificazioni dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, sostituire le parole: "per gli anni 2013 e 2014" con le parole: "per gli anni 2013,2014 e successivi"».

2.1085

CERONI, RAZZI

Precluso

Dopo il comma 154 aggiungere il seguente:

«154-*bis*. All'articolo 16, comma 7, quarto periodo, del decreto-legge 6 luglio 2012, n.95, convertito, con modificazioni dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, sostituire le parole: "per gli anni 2013 e 2014" con le parole: "per gli anni 2013, 2014 e successivi"».

2.1088

BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, MILO, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, Eva LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Al comma 155, sostituire le parole: «30 aprile» con le seguenti: «30 giugno».

Conseguentemente, dopo il comma 155, inserire i seguenti:

«155-*bis.* Ai fini dell'attuazione di quanto previsto dai commi 13 e 14, alla legge n. 56 del 2014 sono apportate le seguenti modifiche:

a) all'articolo 1, comma 89, dopo le parole: "continuano ad essere da esse esercitate fino alla data dell'effettivo avvio di esercizio da parte dell'ente subentrante" sono aggiunte le seguenti: "e, comunque non oltre il 30 marzo 2015";

b) all'articolo 1, comma 95, le parole: "entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge" sono sostituite dalle seguenti: "entro il 28 febbraio 2015" e le parole: "a dare

attuazione all'accordo di cui al comma 91" sono sostituite dalle seguenti: "ad approvare le leggi di riordino delle funzioni di cui al comma 89";

c) all'articolo 1, comma 96, dopo le parole: "sono trasferite all'ente destinatario" sono aggiunte le seguenti: "se ecdenti rispetto alla ricognizione sulle risorse necessarie all'esercizio delle funzioni fondamentali di province e città metropolitane di cui al comma 92".

155-*ter.* A conclusione del processo di riordino da effettuarsi inderogabilmente entro il 30 marzo 2015, con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri, previa valutazione delle risorse finanziarie necessarie all'esercizio delle funzioni fondamentali di province e città metropolitane, verranno definiti gli importi finali di cui al comma 13. In caso di incapienza, il Ministero dell'economia e finanze opera le relative compensazioni con il Fondo di cui all'articolo 17, comma 19, della presente legge. Ai fini dell'applicazione di quanto previsto dal presente comma, in deroga all'articolo 151 del Testo Unico di cui al decreto legislativo n. 267 del 2000, le province e le città metropolitane deliberano il bilancio di previsione 2015 entro 30 maggio 2015».

2.1090

ARRIGONI, COMAROLI, BISINELLA, DIVINA, TOSATO

Precluso

Al comma 155, sostituire le parole: «30 aprile» con le seguenti: «30 giugno».

Conseguentemente, dopo il comma 155, inserire i seguenti:

«155-*bis.* Ai fini dell'attuazione di quanto previsto dai commi 13 e 14, alla legge n. 56 del 2014 sono apportate le seguenti modifiche:

a) all'articolo 1, comma 89, dopo le parole: "continuano ad essere da esse esercitate fino alla data dell'effettivo avvio di esercizio da parte dell'ente subentrante" sono aggiunte le seguenti: "e, comunque non oltre il 30 marzo 2015";

b) all'articolo 1, comma 95, le parole: "entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge" sono sostituite dalle seguenti: "entro il 28 febbraio 2015" e le parole: "a dare attuazione all'accordo di cui al comma 91" sono sostituite dalle seguenti: "ad approvare le leggi di riordino delle funzioni di cui al comma 89";

c) all'articolo 1, comma 96, dopo le parole: "sono trasferite all'ente destinatario" sono aggiunte le seguenti: "se ecdenti rispetto alla ricognizione sulle risorse necessarie all'esercizio delle funzioni fondamentali di province e città metropolitane di cui al comma 92".

155-*ter.* A conclusione del processo di riordino da effettuarsi inderogabilmente entro il 30 marzo 2015, con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri, previa valutazione delle risorse finanziarie necessarie all'esercizio delle funzioni fondamentali di province e città metropolitane, verranno definiti gli importi finali di cui al comma 13. In caso di incapienza, il Ministero dell'economia e finanze opera le relative compensazioni con il Fondo di cui all'articolo 17, comma 19, della presente legge. Ai fini dell'applicazione di quanto previsto dal presente comma, in deroga all'articolo 151 del Testo Unico di cui al decreto legislativo n. 267 del 2000, le province e le città metropolitane deliberano il bilancio di previsione 2015 entro 30 maggio 2015».

2.1091

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 155, sostituire le parole: «30 aprile» con le seguenti: «30 giugno».

Conseguentemente, dopo il comma 155, inserire i seguenti:

«155-*bis.* Ai fini dell'attuazione di quanto previsto dai commi 13 e 14, alla legge n. 56 del 2014 sono apportate le seguenti modifiche:

a) all'articolo 1, comma 89, dopo le parole: "continuano ad essere da esse esercitate fino alla data dell'effettivo avvio di esercizio da parte dell'ente subentrante" sono aggiunte le seguenti: "e, comunque non oltre il 30 marzo 2015";

b) all'articolo 1, comma 95, le parole: "entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge" sono sostituite dalle seguenti: "entro il 28 febbraio 2015" e le parole: "a dare

attuazione all'accordo di cui al comma 91" sono sostituite dalle seguenti: "ad approvare le leggi di riordino delle funzioni di cui al comma 89";

c) all'articolo 1, comma 96, dopo le parole: "sono trasferite all'ente destinatario" sono aggiunte le seguenti: "se ecdenti rispetto alla ricognizione sulle risorse necessarie all'esercizio delle funzioni fondamentali di province e città metropolitane di cui al comma 92".

155-*ter.* A conclusione del processo di riordino da effettuarsi inderogabilmente entro il 30 marzo 2015, con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri, previa valutazione delle risorse finanziarie necessarie all'esercizio delle funzioni fondamentali di province e città metropolitane, verranno definiti gli importi finali di cui al comma 13. In caso di incapienza, il Ministero dell'economia e finanze opera le relative compensazioni con il Fondo di cui all'articolo 17, comma 19, della presente legge. Ai fini dell'applicazione di quanto previsto dal presente comma, in deroga all'articolo 151 del Testo Unico di cui al decreto legislativo n. 267 del 2000, le province e le città metropolitane deliberano il bilancio di previsione 2015 entro 30 maggio 2015».

2.1094

CERONI

Precluso

Dopo il comma 155 è aggiunto il seguente:

«155-*bis.* All'articolo 17, primo comma, del decreto del Presidente della Repubblica 5 febbraio 1953, n. 39, dopo la lettera h) *è aggiunta la seguente:*

«*i)* veicoli in dotazione della Polizia locale provvisti delle targhe di immatricolazione previste dal decreto del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti 27 aprile 2006, n. 209».

2.1096

BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, MILO, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, Eva LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Sopprimere il comma 156.

2.1097

CERONI, RAZZI

Precluso

Sopprimere il comma 156.

2.1098

LIUZZI

Precluso

Sopprimere il comma 156.

2.1099

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Sopprimere il comma 156.

2.1102

LIUZZI

Precluso

Al comma 156 sopprimere la lettera b) e g).

2.1103

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 156, sopprimere le lettere b) e g).

2.1107

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 156, sopprimere la lettera c).

2.1108

ARRIGONI, COMAROLI, BISINELLA, DIVINA, TOSATO

Precluso

Al comma 156, sopprimere la lettera c).

2.1109

LIUZZI

Precluso

Al comma 156 sopprimere la lettera c).

2.1115

LIUZZI

Precluso

Al comma 156 sostituire la lettera e) con la seguente:

«*e)* di attivare rapporti di lavoro ai sensi dell'articolo 90 del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, e successive modificazioni».

2.1117

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 156, sostituire la lettera e) con la seguente: «e) di attivare rapporti di lavoro ai sensi dell'articolo 90 del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, e successive modificazioni».

2.1118

BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, MILO, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, Eva LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Al comma 156, lettera e), aggiungere in fine, le seguenti parole: fatto salvo i rapporti contrattuali del personale del Corpo di polizia provinciale.

2.1119

GASPARRI, PELINO

Precluso

Al comma 156, lettera e) aggiungere, in fine, il seguente periodo: «La presente disposizione non si applica alle Province i cui organi andranno a scadenza, per fine mandato, negli anni successivi al 2014».

2.1121

CERONI, RAZZI

Precluso

Al comma 156 lettera f) aggiungere, in fine, le seguenti parole: «fatti salvi quelli interamente fin::m7.iaticon fondi comunitari».

2.1123

MINZOLINI

Precluso

Al comma 156 lettera f) aggiungere, in fine, le seguenti parole: «fatti salvi quelli interamente finanziati con fondi comunitari».

2.1124

LIUZZI

Precluso

Al comma 156, lettera f), aggiungere infine le seguenti parole: «fatti salvi quelli interamente finanziati con fondi comunitari».

2.1125

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 156, lettera f), aggiungere, in fine, le parole: «fatti salvi quelli interamente finanziati con fondi comunitari».

2.1127

GASPARRI, PELINO

Precluso

Al comma 156, lettera f) aggiungere in fine il seguente periodo: «La presente disposizione non si applica alle Province interessate dagli eventi sismici».

2.1129

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 156 sono inseriti i seguenti:

«156-*bis*. Al fine del contenimento della spesa di personale le regioni, per gli anni 2015 e 2016, possono procedere, senza necessità di motivazione e con un preavviso di sei mesi, alla risoluzione unilaterale del rapporto di lavoro nei confronti dei dipendenti, anche di qualifica dirigenziale, che risultino in possesso dei requisiti anagrafici e contributivi, i quali, ai fini dell'accesso e della decorrenza del trattamento pensionistico in base alla disciplina vigente anteriore all'entrata in vigore dell'articolo 24, del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 211, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, avrebbero comportato la decorrenza del trattamento medesimo entro i1 31 dicembre 2016.

156-*ter*. Le regioni che adottano le misure di contenimento della spesa per il personale di cui ai commi da 15-*bis* a 15-*quater*, riducono le dotazioni organiche di un numero di posti corrispondente alle unità cessate dal servizio.

156-quater. È fatto divieto il successivo ripristino, a qualunque titolo, delle posizioni soppresse nelle dotazioni organiche di ciascuna amministrazione, e le corrispondenti cessazioni dal servizio non possono essere calcolate come risparmio utile per definire l'ammontare delle disponibilità finanziarie da destinare alle assunzioni o il numero delle unità sostituibili in relazione alle limitazioni del *turn over*».

2.1130

CRIMI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Dopo il comma 156, inserire i seguenti commi:

«156-*bis*. In attuazione di quanto previsto dalla legge 7 aprile 2014, n. 56, fatta salva l'invarianza di costi a carico dello Stato, al fine di eliminare le duplicazioni esistenti, assicurare una maggiore unitarietà ed efficacia degli interventi di controllo e salvaguardia del territorio e un contestuale intervento di risparmio del bilancio dello Stato, sono attribuite al Corpo forestale dello Stato le funzioni attualmente esercitate, in attuazione di quanto previsto dalla normativa statale in materia di vigilanza dell'ambiente, dai Corpi o Servizi di Polizia Provinciale istituiti ai sensi della legge 7 marzo 1986, n. 65. n personale in servizio presso i suddetti Corpi, transita in via volontaria in apposito ruolo speciale del Corpo forestale dello Stato permanendo, in prima assegnazione, nell'ambito territoriale dove presta servizio alla data di entrata in vigore dei provvedimenti di cui al successivo comma e mantenendo l'inquadramento previdenziale, giuridico, economico e di anzianità e ferme restando le qualifiche possedute di agente di polizia giudiziaria e pubblica sicurezza riferite agli agenti e di ufficiale di polizia giudiziaria e pubblica sicurezza riferite agli addetti al coordinamento e controllo e ai responsabili di servizio e ai comandanti. Resta salva la facoltà di opzione del medesimo personale di transito in Corpi e servizi di Polizia locale di altri enti locali;

156-*ter*. Con uno o più decreti del Presidente del Consiglio dei Ministri su proposta del Ministro degli Affari Regionali e le Autonomie locali delle politiche agricole alimentari e forestali e dell'Interno di concerto con il Ministro per la semplificazione e la pubblica amministrazione e del Ministro dell'economia e delle finanze da adottare entro i1 30 giugno 2015, verranno determinati i criteri

generali per l'individuazione dei beni, delle risorse umane, finanziarie ed organizzative connesse all'esercizio delle funzioni da trasferire ai sensi del comma 156-*bis*».

2.1136

DI BIAGIO, Luigi MARINO

Precluso

Dopo il comma 156 inserire i seguenti commi:

«156-*bis*. In attuazione di quanto previsto dalla legge 7 aprile 2014, n. 56, fatta salva l'invarianza di costi a carico dello Stato, al fine di eliminare le duplicazioni esistenti, assicurare una maggiore unitarietà'ed efficacia degli interventi di controllo e salvaguardia del territorio e un contestuale intervento di risparmio del bilancio dello Stato, sono attribuite al Corpo forestale dello Stato le funzioni attualmente esercitate, in attuazione di quanto previsto dalla normativa statale in materia di vigilanza dell'ambiente, dai Corpi o Servizi di Polizia Provinciale istituiti ai sensi della legge 7 marzo 1986, n. 65. Il personale in servizio presso i suddetti Corpi, transita in via volontaria in apposito ruolo speciale del Corpo forestale dello Stato permanendo, in prima assegnazione, nell'ambito territoriale dove presta servizio alla data di entrata in vigore dei provvedimenti di cui al successivo comma e mantenendo l'inquadramento previdenziale, giuridico, economico e di anzianità e ferme restando le qualifiche possedute di agente di polizia giudizi aria e pubblica sicurezza riferite agli agenti e di ufficiale di polizia giudiziaria e pubblica sicurezza riferite agli addetti al coordinamento e controllo e ai responsabili di servizio e ai. comandanti. Resta salva la facoltà di opzione del medesimo personale di transito in Corpi e servizi di Polizia locale di altri enti locali».

«156-*ter*. Con uno o più decreti del Presidente del Consiglio dei Ministri su proposta del Ministro degli Affari Regionali e le Autonomie locali delle politiche agricole alimentari e forestali e dell'Interno di concerto con il Ministro per la semplificazione e la pubblica amministrazione e del Ministro dell'economia e delle finanze da adottare entro il 30 giugno 2015, verranno determinati i criteri generali per l'individuazione dei beni, delle risorse umane, finanziarie ed organizzative connesse all'esercizio delle funzioni da trasferire ai sensi del precedente comma».

2.1137

DE PETRIS, BAROZZINO, URAS

Precluso

Dopo il comma 156, inserire i seguenti:

«156-*bis*. In attuazione di quanto previsto dalla legge 7 aprile 2014, n. 56, fatta salva l'invarianza di costi a carico dello Stato, al fine di eliminare le duplicazioni esistenti, assicurare una maggiore unitarietà ed efficacia degli Interventi di controllo e salvaguardia del territorio e un contestuale intervento di risparmio del bilancio dello Stato, sono attribuite al Corpo foresta le dello Stato le funzioni attualmente esercitate, in attuazione di quanto previsto dalla normativa statale In materia di vigilanza dell'ambiente, dai Corpi o Servizi di polizia Provinciale istituiti ai sensi della legge 7 marzo 1986, n. 65. Il personale in servizio presso i suddetti Corpi, transita in via volontaria in apposito ruolo speciale del Corpo forestale dello Stato permanendo, in prima assegnazione, nell'ambito territoriale dove presta servizio alla data di entrata in vigore dei provvedimenti di cui al successivo comma e mantenendo l'inquadramento previdenziale, giuridico, economico e di anzianità e ferme restando le qualifiche possedute di agente di polizia giudiziaria e pubblica sicurezza riferite agli agenti e di ufficiale di polizia giudiziaria e pubblica sicurezza riferite agli addetti al coordinamento e controllo e ai responsabili di servizio e ai comandanti. Resta salva la facoltà di opzione del medesimo personale di transito in Corpi e servizi di Polizia locale di altri enti locali».

«156-*ter*. Con uno o più decreti del Presidente del Consiglio dei Ministri su proposta del Ministro degli Affari Regionali e le Autonomie locali delle politiche agricole alimentari e forestali e dell'interno di concerto con il Ministro per la semplificazione e la pubblica amministrazione e del Ministro dell'economia e delle finanze do adottare entro il 30 giugno 2015, verranno determinati i criteri generali per l'individuazione dei beni, delle risorse umane, finanziarie ed organizzative connesse all'esercizio delle funzioni da trasferire ai sensi del precedente comma».

2.1138

D'ALI', SCOMA, AMIDEI

Precluso

Dopo il comma 156, aggiungere il seguente:

«156-*bis*. Il comma 5-*bis* dell'articolo 4, del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16, convertito, con modificazioni dalla legge 26 aprile 2012, n. 44, come modificato dal comma 2, dell'articolo 22, del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, è soppresso».

Conseguentemente:

all'articolo 1, comma 116, sostituire le parole: «100 milioni» con le seguenti: «50 milioni»;

all'articolo 1, comma 117, sostituire le parole: «250 milioni» con le seguenti: «200 milioni»;

all'articolo, comma 118, sostituire le parole: «300 milioni» con le seguenti: «200 milioni»;

all'articolo 1, comma 125, sostituire le parole: «187,5 milioni» con le seguenti: «137,5 milioni»;

all'articolo 2, sopprimere il comma 207.

2.1139

D'ALI', SCOMA, AMIDEI

Precluso

Dopo il comma 156, aggiungere il seguente:

«156-*bis*. Il comma 5-*bis* dell'articolo 4, del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16, convertito, con modificazioni dalla legge 26 aprile 2012, n. 44, come modificato dal comma 2, dell'articolo 22, del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, è soppresso».

Conseguentemente:

alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 100.000.000;

2016: - 100.000.000;

2017: - 100.000.000.

Ridurre proporzionalmente dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C, fino al raggiungi mento dell'importo di 250 milioni di euro.

2.1140

D'ALI'

Precluso

Dopo il comma 156 aggiungere il seguente:

«156-*bis*. Le previsioni di cui all'articolo 4, comma 5-*bis*, del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16, convertito, con modificazioni, dalla legge 26 aprile 2012, n. 44, come modificato dal comma 2, dell'articolo 22, del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, non si applicano ai Comuni dell'Area svantaggiata elencati nel decreto ministeriale n. 16370 del 2 agosto 2007».

Conseguentemente, all'articolo 2, comma 207 sostituire le parole: «110 milioni» *con le seguenti:* «100 milioni».

2.1141

ZIZZA

Precluso

Dopo il comma 156, aggiungere il seguente:

«156-*bis*. All'articolo 4, comma 5-*bis*, del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16, convertito, con modificazioni dalla legge, come modificato dal comma 2, dell'articolo 22, del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, è aggiunto, in fine, il seguente periodo: Sono comunque esenti dal pagamento dell'imposta municipale propria i terreni agricoli posseduti e condotti da coltivatori diretti ed imprenditori agricoli professionali iscritti all'INPS

e delle figure iscritte presso la Camera di Commercio nella apposita Sezione Speciale delle imprese agricole sui terreni comunque utilizzati per fini agricoli da queste figure professionali».

Conseguentemente:

a) all'articolo 4, comma 5-*bis*, del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16, al primo periodo, sopprimere le seguenti parole: «, diversificando tra terreni posseduti da coltivatori diretti e imprenditori agricoli professionali di cui all'articolo 1 del decreto legislativo 29 marzo 2004, n. 99, iscritti nella previdenza agricola, e gli altri»;

b) ridurre proporzionante dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

2.1142

ZIZZA

Precluso

Dopo il comma 156, aggiungere il seguente:

«156-*bis*. All'articolo 4, comma 5-*bis*, del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16, convertito, con modificazioni dalla legge, come modificato dal comma 2, dell'articolo 22, del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, è aggiunto, in fine, il seguente periodo: Sono comunque esenti dal pagamento dell'imposta municipale propria i terreni agricoli posseduti da coltivatori diretti e imprenditori agricoli professionali, di cui all'articolo 1 del decreto legislativo 29 marzo 2004, n. 99».

Conseguentemente:

a) all'articolo 4, comma 5-*bis*, del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16, al primo periodo, sopprimere le seguenti parole: «, diversificando tra terreni posseduti da coltivatori diretti e imprenditori agricoli professionali di cui all'articolo 1 del decreto legislativo 29 marzo 2004, n. 99, iscritti nella previdenza agricola, e gli altri»;

b) ridurre proporzionalmente dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

2.1143

PICCOLI, CERONI, AMIDEI

Precluso

Dopo il comma 156, aggiungere il seguente:

«156-*bis*. All'articolo 4, comma 5-*bis*, del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16, convertito, con modificazioni dalla legge, come modificato dal comma 2, dell'articolo 22, del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, è aggiunto, in fine, il seguente periodo: Sono esenti dal pagamento dell'imposta municipale propria i terreni agricoli ubicati nei comuni ricompresi nel territorio delle province di cui all'articolo 1, comma 3, della legge 7 aprile 2014, n. 56».

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

2.1144

ZIZZA

Precluso

Dopo il comma 156, aggiungere il seguente:

«156-*bis*. All'articolo 4, comma 5-*bis*, del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16, convertito, con modificazioni dalla legge, come modificato dal comma 2, dell'articolo 22, del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, è aggiunto, in fine, il seguente periodo: Sono comunque esenti dall'imposta municipale propria i terreni agricoli aventi destinazione qualità mandorleto».

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata ella tabella C.

2.1145

ZIZZA

Precluso

Dopo il comma 156, aggiungere il seguente:

«156-bis. All'articolo 4, comma 5-*bis*, del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16, convertito, con modificazioni dalla legge, come modificato dal comma 2, dell'articolo 22, del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, è aggiunto, in fine, il seguente periodo: "Sono comunque esenti dall'imposta municipale propria i terreni agricoli aventi destinazione qualità uliveto"».

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

2.1146

CARDIELLO

Precluso

Dopo il comma 156, aggiungere il seguente:

«156-*bis.* All'articolo 4, comma 5-*bis*, del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16, convertito, con modificazioni dalla legge, come modificato dal comma 2, dell'articolo 22, del decreto-Iegge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, è aggiunto, in fine, il seguente periodo: "Sono comunque esenti dal pagamento dell'imposta municipale propria i terreni agricoli ubicati nei comuni interamente montani"».

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

2.1153

CERONI

Precluso

Dopo il comma 156 è aggiunto il seguente:

«156-*bis.* All'articolo 3, comma 6-*bis,* del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 agosto 2014, n. 114, dopo il primo periodo sono aggiunti i seguenti: "Per le province rispetto alle quali è stabilito il subentro delle città metropolitane, i contratti di lavoro di cui al precedente periodo possono comunque essere prorogati fino al 31 dicembre 2015. A tal fine alle province di cui al periodo precedente, in caso di mancato rispetto del patto di stabilità interno per l'anno 2014, non si applicano le disposizioni che stabiliscono il divieto di procedere ad assunzioni a qualsiasi titolo nell'esercizio successivo"».

2.1155

GASPARRI, PELINO

Precluso

Dopo il comma 156, aggiungere il seguente:

«156-*bis*. In deroga a quanto disposto dal comma 156, lettera *c)*, per la Provincia dell'Aquila, e limitatamente all'anno 2015, le assunzioni a tempo indeterminato possono effettuarsi per le seguenti fattispecie:

a) unità di personale vincitori di concorsi a tempo indeterminato già espletati, conclusi ed ancora vigenti, in quanto antecedenti all'entrata in vigore della presente disposizione;

b) unità di personale appartenente alle categorie protette ex legge 68 del 1999, nei limiti del completamento della quota d'obbligo;

c) unità di personale aventi diritto all'assunzione a tempo indeterminato, in forza di sentenze passate in giudicato, od aventi efficacia immediatamente esecutiva, intervenute comunque in data antecedente all'entrata in vigore della presente disposizione».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 5.000.000;

2016: - 5.000.000;

2017: - 5.000.000.

2.1159

ZIZZA

Precluso

Dopo il comma 156, aggiungere il seguente:

«156-*bis*. Sino al 31 dicembre 2015 si applicano le disposizioni previgenti all'entrata in vigore dell'articolo 4, comma 5-*bis*, del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 116, convertito, con modificazioni, dalla legge 26 aprile 2012, n. 44, come modificato dal comma 2, dell'articolo 22 del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89».

Conseguentemente, ai maggiori oneri derivanti dall'applicazione del presente comma, valutati in euro 350 milioni annui, si provvede riducendo proporzionalmente dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

2.1160

CARDIELLO

Precluso

Dopo il comma 156, aggiungere il seguente:

«156-*bis*. Sino al 31 dicembre 2015 si applicano le disposizioni previgenti all'entrata in vigore dell'articolo 4, comma 5-*bis*, del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 116, convertito, con modificazioni, dalla legge 26 aprile 2012, n. 44, come modificato dal comma 2, dell'articolo 22 del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89».

Conseguentemente, ai maggiori oneri derivanti dall'applicazione del presente comma, valutati in euro 350 milioni annui si provvede riducendo proporzionalmente dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

2.1162

AMIDEI

Precluso

Dopo il comma 156, aggiungere il seguente:

«156-*bis*. L'imposta municipale propria non si applica ai terreni agricoli, fabbricati rurali e relative pertinenze».

2.1163

LEZZI, BULGARELLI, MANGILI

Precluso

Al comma 157, premettere le seguenti parole:

«157. A decorrere dall'anno 2015, i comuni concorrono al contenimento della spesa pubblica attraverso una riduzione della spesa corrente di 1.200 milioni di euro annuali».

2.1164

COMAROLI, BISINELLA

Precluso

Al comma 157, sostituire le parole: «1.200 milioni», con le seguenti: «1.090 milioni».

Conseguentemente, sopprimere il comma 207 dell'articolo 2.

2.1165

COMAROLI, BISINELLA, DIVINA, TOSATO

Precluso

Al comma 157 sostituire le parole: «1.200 milioni» con le seguenti: «1.100 milioni».

Conseguentemente sopprimere il comma 116 dell'articolo 1.

2.1166

CERONI

Precluso

Al comma 157 aggiungere, in fine, i l seguente periodo:

«Per l'anno 2015, ai comuni maggiormente colpiti dagli eventi meteorologici dei mesi di ottobre e

novembre 2014, da individuarsi mediante decreto del Ministro dell'Economia e delle Finanze, di concerto con il Dipartimento della Protezione Civile da emanarsi entro il 10 gennaio 2015 si applica un abbattimento per complessivi 60 milioni di euro, fino a concorrenza, delle riduzioni del fondo di solidarietà comunale, derivanti dalle previsioni del primo periodo, fermo restando il valore complessivo della riduzione ivi indicata».

2.1168

COMAROLI, BISINELLA, DIVINA, TOSATO

Precluso

Al comma 157 aggiungere infine le seguenti parole:

«Dalle riduzioni di spesa corrente di cui al presente comma sono esclusi i comuni che registrano disponibilità di cassa superiori alla media nazionale, indipendentemente dai limiti alloro impiego derivanti dal Patto di stabilità interno».

2.1169

COMAROLI, BISINELLA, DIVINA, TOSATO

Precluso

Al comma 157 aggiungere infine le seguenti parole:

«Dalle riduzioni di spesa corrente di cui al presente comma sono esclusi i comuni che registrano un'incidenza delle assenze dal lavoro del personale dipendente a qualunque titolo inferiore alla media nazionale».

2.1170

COMAROLI, BISINELLA, DIVINA, TOSATO

Precluso

Al camma 157 aggiungere infine le seguenti parole:

«Dalle riduzioni di spesa corrente di cui al presente comma sono esclusi i comuni che registrano una percentuale tra il numero dei dipendenti ed il numero degli abitanti inferiore alla media nazionale».

2.1171

COMAROLI, BISINELLA, DIVINA, TOSATO

Precluso

Al comma 157 aggiungere infine le seguenti parole:

«Dalle riduzioni di spesa corrente di cui al presente comma sono esclusi i comuni che registrano un'incidenza del costo dell'amministrazione rispetto al numero di residenti inferiore alla media nazionale».

2.1172

COMAROLI, BISINELLA, DIVINA, TOSATO

Precluso

Al comma 157 aggiungere infine le seguenti parole:

«Dalle riduzioni di spesa corrente di cui al presente comma sono esclusi i comuni che registrano un tasso di riscossione effettiva superiore del 10 per cento alla media nazionale».

2.1173

COMAROLI, BISINELLA, DIVINA, TOSATO

Precluso

Al comma 157 aggiungere infine le seguenti parole:

«Dalle riduzioni di spesa corrente di cui al presente comma sono esclusi i comuni che registrano un numero di dipendenti del comune stesso e di tutte le sue controllate e partecipate inferiore alla media nazionale».

2.1175

BONFRISCO, BRUNI, PERRONE, LIUZZI, ZIZZA, IURLARO, FALANGA, Eva LONGO, D'ANNA, ARACRI, PAGNONCELLI, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Al comma 158, dopo la lettera c), inserire la seguente:

«c-*bis*. Comuni danneggiati dagli eventi atmosferici nel corso del 2014 per i quali il Consiglio dei Ministri ha deliberato lo stato di emergenza;»

2.1178

COMAROLI, BISINELLA, DIVINA, TOSATO, ARRIGONI

Precluso

Al comma 158, aggiungere in fine i seguenti periodi:

Per l'anno 2015, ai comuni colpiti dagli eventi meteorologici del 10-14 ottobre 2014, individuati nel decreto del Ministro dell'Economia e delle Finanze in data 20 ottobre 2014, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* del 22 ottobre 2014, n. 246, si applicano le seguenti disposizioni:

a) non si applica la riduzione di cui ai periodi precedenti, fermo restando il suo ammontare complessivo;

b) le riduzioni di cui all'articolo 16, comma 6, del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito con modificazioni con la legge 7 agosto 2012, n. 135, si applicano nella misura già determinata per il 2014;

c) le riduzioni di cui all'articolo 47 comma 8 del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito con modificazioni con la legge 23 giugno 2014, n. 89, si applicano nella misura già determinata per il 2014.

2.1179

DE PETRIS, URAS

Precluso

Dopo il comma 158, inserire i seguenti:

«158-*bis*. Ai fini della gestione del personale assunto ai sensi dell'art. 67-*ter*, comma 5, del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito dalla legge 7 agosto 2012, n. 134, le risorse trasferite dallo Stato ai sensi dell'art. 67-*sexies* del medesimo decreto-legge per la remunerazione del personale di cui trattasi, si intendono destinate alla copertura finanziaria del costo complessivo del personale assunto, ivi compreso il servizio sostitutivo mensa, e all'incremento del fondo delle risorse decentrate in misura corrispondente alle assunzioni effettuate.

158-*ter*. Nei limiti delle risorse già trasferite ai sensi dell'articolo 67-*ter*, comma 5, e dell'art. 67-*sexies* del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito dalla legge 7 agosto 2012, n. 134, è consentito utilizzare le somme destinate all'incremento del fondo per la remunerazione del trattamento accessorio del personale e per tutti gli istituti contrattuali finanziati dal fondo medesimo.

È altresì riconosciuta la possibilità di destinare una quota parte delle risorse di cui al comma 1 alla copertura degli adempimenti obbligatori a carico del datore di lavoro in caso di adesione dei dipendenti assunti ai sensi della normativa di cui al comma 1 al Fondo pensione «Perseo».

158-*quater*. In considerazione delle specifiche esigenze connesse alla fase di ricostruzione del tessuto urbano, sociale e occupazionale della città dell'Aquila a seguito degli eventi sismici dell'aprile 2009, nei limiti delle somme già destinate ai sensi dell'art. 67-*ter*, comma 5, e dell'articolo 67-*sexies* del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito dalla legge 7 agosto 2012, n. 134 e senza ulteriori stanziamenti a carico dello Stato, è riconosciuta la facoltà di destinare una quota parte delle risorse di cui al comma 1 all'integrazione del fondo del lavoro straordinario in deroga ai limiti sanciti dalla contrattazione collettiva ed in misura proporzionale al numero dei dipendenti assunti ai sensi dell'art. 67-*ter*, comma 5, del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito dalla legge 7 agosto 2012, n. 134 in rapporto al fondo dello straordinario dell'Ente come determinato ai sensi dell'art. 14 del CCNL dell'01/04/1999».

2.1180

DE PETRIS, URAS

Precluso

Dopo il comma 158, inserire i seguenti:

«158-*bis*. Al fine di completare le attività finalizzate alla fase di ricostruzione del tessuto urbano,

sociale e occupazionale della città dell'Aquila a seguito del sisma dell'aprile 2009, il Comune dell'Aquila è autorizzato a prorogare e/o rinnovare entro e non oltre il 31 dicembre 2016 i contratti a tempo determinato, stipulati sulla base della normativa emergenziale, nel limite di spesa di 2,2 milioni di euro per ciascuna annualità (2015/2016). È altresì ammessa per le medesime annualità la possibilità di stipulare contratti per la copertura di massimo tre posizioni dirigenziali di Settori connessi alle attività di ricostruzione all'interno dei limiti di spesa come sopra definiti.

158-*ter*. La proroga e/o il rinnovo dei contratti a tempo determinato e la stipula dei contratti per la copertura delle posizioni dirigenziali è consentita anche in deroga alle vigenti normative in materia di vincoli alle assunzioni a tempo determinato presso le amministrazioni pubbliche, di cui al decreto legislativo 6 settembre 2001, n. 368, al decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 luglio 2010, n. 122, al testo unico di cui al decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, e al decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165, anche con riferimento all'articolo 19 di quest'ultimo decreto, e di rispetto del patto di stabilità e di spesa del personale di cui alla legge 27 dicembre 2006, n. 296, e al decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 agosto 2008, n. 133. Le risorse per le annualità 2015/2016 trovano copertura sulle economie accertate nelle risorse destinate all'Ufficio speciale della città dell'Aquila e dell'Ufficio speciale dei restanti comuni del cratere per l'assunzione di personale a tempo indeterminato, ai sensi dell'articolo 67-*ter*, comma 5, del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 134 dell'anno 2013 sul capitolo n. 1358 del Ministero dell'Interno ovvero sulle economie accertate dal Titolare dell'Ufficio Speciale della citta dell'Aquila sull'OPCM n. 4013/99».

Conseguentemente alla Tabella A, voce «Ministero dell'economia e delle finanze», apportare le seguenti modifiche:

2015
CP: - 2,2.000.000
CS: - 2,2.000.000
2016
CP: - 2,2.000.000
CS: - 2,2.000.000

2.1181

DE PETRIS, URAS

Precluso

Dopo il comma 158, inserire i seguenti:

«158-*bis*. Il Comune dell'Aquila è autorizzato ad attuare la previsione di cui all'art. 4 commi 6, 6 quater, 7 e 8 della legge 125 del 30/10/2013 avviando procedure pubbliche con riserva fino al 50 per cento dei posti messi a concorso a favore di coloro che siano in possesso dei requisiti prescritti dalla norma, anche per profili professionali e categorie di inquadramento inferiori a quelle del precedente servizio prestato a tempo determinato e in ogni caso afferenti a profili non ricoperti con il c.d. concorso "Riparo Abruzzo", di cui all'art. 67-*ter* del decreto-legge 83/2012 convertito con legge n. 134/2012.

158-*ter*. Le procedure selettive di cui al presente comma possono essere avviate - per le sole annualità 2015 e 2016 - in deroga al limite della spesa corrispondente alle cessazioni dell'anno di cui al decreto-legge n. 90 del 24/06/2014, fermo restando il rispetto del limite di cui all'art. 1, comma 557, legge 296/2006 nonché nei limite della dotazione organica dell'Ente».

Conseguentemente alla Tabella A, voce «Ministero dell'economia e delle finanze», apportare le seguenti modifiche:

2015
CP: - 2,5.000.000
CS: - 2,5.000.000
2016
CP: - 2,5.000.000

CS: - 2,5.000.000
2017
CP: - 2,5.000.000
CS: - 2,5.000.000

2.1183

CERONI, RAZZI

Precluso

Dopo il comma 158, inserire il seguente:

«158-*bis*. All'art. 1 comma 356 della legge 27 dicembre 2013, n. 147, le parole: "scadenti nell'esercizio 2013 e 2014" sono sostituite dalle parole "nell'esercizio 2013, 2014 e 2015"»

2.1189

BONFRISCO

Precluso

Dopo il comma 158, è aggiunto il seguente:

«158-*bis*. Il comma 9-*ter* dell'articolo 1 del decreto-legge 12 maggio 2014, n. 74, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 giugno 2014, n. 93, è sostituito dal segente:

"9-*ter*. Con effetto dal 29 giugno 2014, per i finanziamenti di cui all'articolo 3-*bis*, comma 1, del decreto-legge 28 gennaio 2014, n. 4, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 marzo 2014, n. 50, ferma restando la durata massima del piano di ammortamento ai sensi del citato articolo 3-*bis*, il pagamento dovuto per la restituzione del debito per quota capitale è sospeso per un periodo di dodici mesi, con conseguente rimodulazione del piano di ammortamento in quote capitale costanti. Agli oneri per interessi derivanti dai finanzia menti rlmodulatl ai sensi del presente comma, si provvede nell'anno 2015 a valere sulle risorse di cui all'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 11, comma 13, del decreto-legge 10 ottobre 2012, n. 174, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 dicembre 2012, n. 213, come modificata dall'articolo 1, comma 9, del decreto-legge 12 maggio 2014, n. 74, convertito con modificazioni dalla legge 27 giugno 2014, n. 93. Cassa depositi e prestiti S.p.A. e l'Associazione bancaria italiana adeguano le convenzioni di cui all'articolo 11, comma 7, del decreto-Iegge 10 ottobre 2012, n. 174, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 dicembre 2012, n. 213, integrate ai sensi dell'articolo 1, comma 367, della legge 24 dicembre 2012, n. 228, e al sensi dell'articolo 6, comma 5, del decreto-legge 26 aprile 2013, n. 43, convertito, con modificazioni, dalla legge 24 giugno 2013, n. 71, nonché ai sensi dell'articolo 3-*bis* del decreto-legge 28 gennaio 2014, n. 4, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 marzo 2014, n. 50, in coerenza con le disposizioni di cui al presente comma. Le garanzie dello Stato di cui ai decreti del Ministro dell'economia e delle finanze emanati ai sensi dell'articolo 11, comma 7, del decreto-legge 10 ottobre 2012, n. 174, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 dicembre 2012, n. 213, nonché ai sensi dell'articolo 1, comma 367, della legge 24 dicembre 2012, n. 228, e dell'articolo 6, commi 2 e 3, del decreto-legge 26 aprile 2013, n. 43, convertito, con modlficazioni. dalla legge 24 giugno 2013, n. 71, assistono, senza ulteriori formalità e con i medesimi criteri e modalità di operatività stabiliti nei predetti decreti, i finanziamenti contratti ai sensi delle rispettive disposizioni normative, come modificati per effetto dell'attuazione del presente comma."».

2.1190

Luigi MARINO

Precluso

Dopo il comma 158, è aggiunto il seguente comma:

«158-*bis*. Il comma 9-*ter* dell'articolo 1 del decreto-legge 12 maggio 2014, n. 74, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 giugno 2014, n. 93, è sostituito dal seguente:

"9-*ter*. Con effetto dal 29 giugno 2014, per i finanziamenti di cui all'articolo 3-*bis*, comma 1, del decreto-legge 28 gennaio 2014, n. 4, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 marzo 2014, n. 50, ferma restando la durata massima del piano di ammortamento ai sensi deI citato articolo 3-*bis*, il pagamento dovuto per la restituzione del debito per quota capitale è sospeso per un periodo di dodici

mesi, con conseguente rimodulazione del piano di ammortamento in quote capitale costanti. Agli oneri per interessi derivanti dai finanziamenti rimodulati ai sensi del presente comma, si provvede nell'anno 2015 a valere sulle risorse di cui all'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 11, comma 13, del decreto-legge 10 ottobre 2012, n. 174, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 dicembre 2012, n. 213, come modificata dall'articolo 1, comma 9, del decreto-legge 12 maggio 2014, n. 74 convertito con modificazioni dalla legge 27 giugno 2014, n. 93. Cassa depositi e prestiti S.p.A. e l'Associazione bancaria italiana adeguano le convenzioni di cui all'articolo 11, comma 7, del decreto-legge 10 ottobre 2012, n. 174, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 dicembre 2012, n. 213, integrate ai sensi dell'articolo 1, comma 367, della legge 24 dicembre 2012, n. 228, e ai sensi dell'articolo 6, comma 5, del decreto-legge 26 aprile 2013, n. 43, convertito, con modificazioni, dalla legge 24 giugno 2013, n. 71, nonché ai sensi dell'articolo 3-*bis* del decreto-legge 28 gennaio 2014, n. 4, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 marzo 2014, n. 50, in coerenza con le disposizioni di cui al presente comma. Le garanzie dello Stato di cui ai decreti del Ministro dell'economia e delle finanze emanati ai sensi dell'articolo 11, comma 7, del decreto-legge 10 ottobre 2012, n. 174, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 dicembre 2012, n. 213, nonché ai sensi dell'articolo 1, comma 367, della legge 24 dicembre 2012, n. 228, e dell'articolo 6, commi 2 e 3, del decreto-legge 26 aprile 2013, n. 43, convertito, con modificazioni, dalla legge 24 giugno 2013, n. 71, assistono, senza ulteriori formalità e con i medesimi criteri e modalità di operatività stabiliti nei predetti decreti, i finanziamenti contratti ai sensi delle rispettive disposizioni normative, come modificati per effetto dell'attuazione del presente comma"».

2.1191

MALAN

Precluso

Sopprimere il comma 159.

2.1193

CERONI

Precluso

Al comma 159, la lettera b) è sostituita dalla seguente:

«*b)* all'articolo 1 della legge 27 dicembre 2006, n. 296, dopo il comma 557-*quater* sono inseriti i seguenti:

"557-*quinquies*. Le unioni di comuni e i comuni che ne fanno parte, a decorrere dal 1º gennaio 2015, possono avvalersi della facoltà di conteggiare la spesa di personale in modo unitario. In tale caso il limite viene determinato sommando la spesa di personale di ciascuno degli enti e gli adempimenti relativi al controllo della spesa sono effettuati unitaria mente attraverso l'unione. All'articolo 32, comma 5, del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, il terzo periodo è sostituito dal seguente: 'I comuni possono cedere, anche parzialmente, le proprie capacità assunzionali all'unione di comuni di cui fanno parte'.

557-*sexies*. I comuni che hanno stipulato convenzioni per la gestione associata di funzioni fondamentali ai sensi dell'articolo 14, comma 28 e seguenti, del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito con modificazioni dalla legge 30 luglio 2010, n. 122 possono altresì avvalersi della facoltà di conteggiare la spesa di personale con le modalità di cui al precedente comma"».

2.1194

CERONI

Precluso

Dopo il comma 159, aggiungere il seguente:

«159-*bis*. I termini di cui all'articolo 14, comma 31-*ter*, del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, sono prorogati al 31 dicembre 2015».

2.1195

CERONI

Precluso

Dopo il comma 159, aggiungere il seguente:

«159-*bis*. Al fine di incentivare e agevolare i processi di gestione associata di cui all'articolo14, comma 28, del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito nella legge 30 luglio 2010, n. 122 e successive modifiche ed integrazioni, i termini di cui al comma 31-*quater* del medesimo decreto-legge, sono sospesi ed eventualmente rideterminati, con decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri, nell'ambito della revisione della normativa sulle gestioni associate delle funzioni comunali, dell'attuazione delle riforme previste per le città metropolitane e le province dalla legge 7 aprile 2014, n. 56 e del nuovo sistema inerente l'armonizzazione dei bilanci degli enti locali».

2.1197

CERONI

Precluso

Dopo il comma 159, aggiungere il seguente:

«159-*bis*. All'articolo 1 della legge 7 aprile 2014, n. 56, sono soppressi i commi 106 e 121. All'articolo 14 del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 luglio 2010, n. 122 , e successive modificazioni, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al comma 28, primo periodo, sostituire le parole: "con popolazione fino a 5.000 abitanti, ovvero fino a 3.000 abitanti se appartengono o sono appartenuti a comunità montane, esclusi i comuni il cui territorio coincide integralmente con quello di una o di più isole e il comune di Campione d'Italia, esercitano obbligatoriamente" con le seguenti: "che esercitano";

b) al comma 28, primo periodo, aggiungere, in fine, le seguenti parole: "beneficiano degli incentivi finanziari e delle agevolazioni previste dalla normativa statale e regionale vigente";

c) al comma 28, secondo periodo, la parola: "obbligatoriamente" è soppressa;

d) al comma 30, primo periodo, la parola: "ottimale" è sostituita con: "adeguata";

e) al comma 30, primo periodo, la parola: "obbligatoriamente" è soppressa e la parola: "secondo" è sostituita con la seguente: "con";

f) al comma 30, dopo il secondo periodo, è aggiunto il seguente: "Le unioni di comuni già costituite possono adeguarsi alla dimensione territoriale individuata dalla regione";

g) il comma 31 è soppresso;

h) al comma 31-*bis*, il secondo periodo è sostituito dal seguente: "Alla scadenza del predetto periodo, è verificato da parte dei comuni aderenti il conseguimento di significativi livelli di efficacia ed efficienza nella gestione, secondo modalità stabilite con decreto del Ministro dell'interno, da adottare entro sei mesi, sentita la Conferenza Stato-Città e autonomie locali";

i) il comma 31-*ter* è sostituito dal seguente: "Le prefetture effettuano annualmente il monitoraggio sullo stato di avanzamento dei processi di gestione associata delle funzioni fondamentali dei comuni";

l) il comma 31-*quater* è soppresso.

2.1198

COMAROLI, BISINELLA, TOSATO, ARRIGONI

Precluso

Dopo il comma 159, inserire il seguente:

«159-*bis*. Il comma 3 dell'articolo 23-*ter*, del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 agosto 2014, n. 114, è sostituito dal seguente:

"3. I comuni con popolazione fino a 10.000 abitanti possono procedere autonomamente agli acquisti di beni, servizi e lavori di valore inferiore a 25.000 euro, mentre quelli con popolazione superiore a 10.000 abitanti possono effettuare detti acquisti per un valore inferiore a 40.000 euro"».

2.1201

BUEMI, Fausto Guilherme LONGO, ZELLER, PANIZZA, PALERMO, LANIECE, BATTISTA, ZIN , ROMANO

Precluso

Dopo il comma 160, inserire i seguenti:

«160-*bis*. Al fine di consentire alle province che si trovano nella condizione di dissesto finanziario, ai sensi dell'articolo 246 del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267 "Testo unico delle leggi sull'ordinamento degli enti locali", di garantire i servizi minimi essenziali alla cittadinanza in ordine alle funzioni cui sono istituzionalmente preposte, è autorizzata, per suddetti enti, la sospensione per cinque anni del pagamento delle rate dei mutui contratti fino all'anno 2013, con contestuale proroga della scadenza per un analogo periodo. Pertanto, le deleghe irrevocabili al pagamento delle rate dei mutui consegnate ai tesorieri si intendono sospese. Il tasso d'interesse annuo di detto differimento non potrà superare il T.D.R. previsto dalla Banca Centrale Europea maggiorato di uno *spread* di 0,50per cento.

160-*ter*. Al termine del differimento, in caso di permanenza di difficoltà finanziarie, gli enti di cui al comma precedente potranno rinegoziare i mutui allungando la scadenza fino a 10 anni al tasso I.R.S. con lo stesso *spread* di cui al primo comma.

160-*quater*. Dall'attuazione della disposizione di cui ai commi 160-*bis* e 160-*ter* non devono derivare nuovi o maggiori oneri a carico della finanza pubblica. Le amministrazioni interessate provvedono all'adempimento dei compiti ivi previsti con le risorse umane, finanziarie e strumentali disponibili a legislazione vigente».

2.1206

COMAROLI, BISINELLA, DIVINA, TOSATO

Precluso

Al comma 161, sostituire le parole da: «le parole», fino alla fine del periodo con le seguenti: «le parole da: "il 10 per cento" fino alla fine del comma sono sostituite con le seguenti: "il Fondo di solidarietà comunale di cui al comma 380-ter è redistribuito con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri, su proposta del Ministro dell'economia e delle finanze, di concerto con il Ministro dell'interno, previo accordo da sancire in sede di Conferenza Stato-città e autonomie locali, da emanare entro il 30 aprile 2014 per l'anno 2014 ed entro il 31 dicembre dell'anno precedente a quello di riferimento per gli anni 2015 e successivi, sulla base delle capacità fiscali nonché dei fabbisogni standard approvati dalla commissione tecnica paritetica per l'attuazione del federalismo fiscale di cui all'articolo 4 della legge 5 maggio 2009, n. 42"; e il comma 380-ter è soppresso».

2.1207

COMAROLI, BISINELLA, DIVINA, TOSATO

Precluso

Al comma 161 sostituire le parole: «20 per cento», con le seguenti: «100 per cento».

2.1208

COMAROLI, BISINELLA, DIVINA, TOSATO

Precluso

Al comma 161 sostituire le parole: «20 per cento», con le seguenti: «80 per cento».

2.1209

COMAROLI, BISINELLA, DIVINA, TOSATO

Precluso

Al comma 161 sostituire le parole: «20 per cento», con le seguenti: «60 per cento».

2.1210

COMAROLI, BISINELLA, DIVINA, TOSATO

Precluso

Al comma 161 sostituire le parole: «20 per cento», con le seguenti: «50 per cento».

2.1211

COMAROLI, BISINELLA, DIVINA, TOSATO

Precluso

Al comma 161 sostituire le parole: «20 per cento», con le seguenti: «40 per cento».

2.1212

COMAROLI, BISINELLA, DIVINA, TOSATO

Precluso

Al comma 161 sostituire le parole: «20 per cento», con le seguenti: «30 per cento».

2.1213

COMAROLI, BISINELLA, DIVINA, TOSATO

Precluso

Al comma 161 sostituire le parole: «20 per cento», con le seguenti: «25 per cento».

2.1214

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 161, aggiungere i seguenti:

«161-*bis*. I termini previsti dal comma 31-*ter* dell'articolo 14 del decreto-legge n. 78 del 2010, convertito in legge 30 luglio 2010 n. 122 e successive modifiche ed integrazioni sono sospesi, in attesa delle disposizioni di attuazione del decreto legislativo n. 216 del 2010 e successive modifiche ed integrazioni recante: «Disposizioni in materia di determinazione dei costi e dei fabbisogni *standard* di Comuni, Città metropolitane e Province».

161-*ter*. Al comma 3 dell'articolo 23-*ter* del decreto-legge n. 90 del 2014 convertito dalla legge n. 114 del 2014 sono soppresse le parole "con popolazione superiore a 10.000 abitanti".

161-*quater*. Il comma 8 dell'articolo 7 della legge n. 131 del 2003 è soppresso.

161-*quinquies*. Dopo articolo 3, comma 4, del decreto-legge n. 95 del 2012, convertito dalla legge 7 agosto 2012 n. 135, è aggiunto il seguente:

"4-*bis* Al fine di garantire la sicurezza pubblica, le caserme delle forze dell'ordine ospitate presso proprietà private, i comuni appartenenti al territorio di competenza delle stesse possono contribuire al pagamento del canone di locazione come determinato dall'agenzia delle entrate".

161-*sexies*. All'articolo 1, comma 562, della legge n. 296 del 2006 dopo le parole: "Per gli enti non sottoposti alle regole del patto di stabilità interno, le spese di personale, al lordo degli oneri riflessi a carico delle amministrazioni e dell'IRAP, con esclusione degli oneri relativi ai rinnovi contrattuali, non devono superare il corrispondente ammontare dell'anno 2008. Gli enti di cui al primo periodo possono procedere all'assunzione di personale nel limite delle cessazioni di rapporti di lavoro a tempo indeterminato complessivamente intervenute nel precedente anno, ivi compreso il personale di cui al comma 558" sono aggiunte le seguenti: "ad eccezione dei comuni con un numero massimo di dipendenti a tempo pieno non superiore a cinque"».

2.1215

MALAN

Precluso

Dopo il comma 161, inserire il seguente:

«161-*bis*. All'articolo 53, comma 6 del decreto legislativo 30 Marzo 2001, n. 165 è aggiunto, infine, il seguente:

"f-*ter)* dalla partecipazione a commissioni, comitati ed organismi di altre pubbliche amministrazioni"».

2.1216

MALAN

Precluso

Dopo il comma 161, inserire il seguente:

«161-*bis*. Il comma 8 dell'articolo 7 della Legge 5 giugno.2003, n. 131 è soppresso».

2.1217

MALAN

Precluso

Dopo il comma 161, inserire il seguente:

«161-*bis*. All'articolo 1, comma 562, della legge 296 del 27 dicembre 2006, dopo le parole: "Per gli enti non sottoposti alle regole del patto di stabilità Interno" sono aggiunte le seguenti: "ad

eccezione dei comuni con un numero massimo di dipendenti a tempo pieno non superiore a cinque"».

2.1218

BIGNAMI, PEPE, Maurizio ROMANI, MUSSINI

Precluso

Dopo il comma 161, inserire il seguente:

«161-*bis*. All'articolo 62 del decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112, convertito con modificazioni dalla legge 6 agosto 2008, n. 133, e successive modificazioni, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al comma 2, dopo le parole: "e agli enti locali" sono inserite le seguenti: "di cui all'articolo 2 del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267", e dopo le parole: "rimborso del capitale in un'unica soluzione alla scadenza" sono inserite le seguenti: "nonché titoli obbligazionari o altre passività in valuta estera";

b) il comma 3 è sostituito dal seguente:

"3. Agli enti di cui al comma 2 è fatto divieto di stipulare strumenti finanziari derivati previsti dall'articolo 4 comma 3, del testo unico delle disposizioni in materia di intermediazione finanziaria di cui al decreto legislativo 24 febbraio n. 55, salvo che per perfezionare i contratti con finalità di copertura dei rischi inerenti a proprie passività finanziarie. Agli enti di cui al comma 2, è consentito procedere alla rinegoziazione di contratti relativi a Strumenti finanziari derivati già in essere alla data di entrata in vigore della presente disposizione, a condizione che il contratto contenga l'informativa di trasparenza sugli oneri e sugli elementi essenziali dell'alea di cui al comma 3-*bis* e. che tale informativa sia sottoposta alle verifiche tecniche preventive di cui al comma 7. Gli esiti delle verifiche tecniche preventive sono allegati al contratto quale parte integrante del medesimo";

c) dopo il comma 3 sono inseriti i seguenti:

"3-*bis*. La trasparenza sugli oneri e sugli elementi essenziali dell'alea dei contratti perfezionati o rinegoziati ai sensi del comma 5 è resa attraverso l'informativa sul valore di mercato dello strumento finanziario derivato, sugli scenari probabilistici determinati secondo criteri di non arbitraggio e sui costi a carico dell'ente.

3-*ter*. Agli enti di cui al comma 2 sono consentite le estinzioni anticipate totali dei contratti relativi agli strumenti finanziari derivati tramite regolamento per cassa del relativo saldo. La determinazione dell'importo da regolare a saldo è sottoposta alle verifiche tecniche preventive di cui al comma 7-*bis*. Laddove l'importo da regolare a saldo sia a carico dell'ente è fatto divieto di corrispondere alla controparte un importo superiore all'esito di tali verifiche; laddove l'importo da regolare a saldo sia a favore dell'ente è fatto divieto di ricevere dalla controparte un importo inferiore all'esito di tali verifiche";

d) il comma 4 è sostituito dal seguente:

"4. Nei casi previsti dal comma 3, il soggetto competente per l'ente alla sottoscrizione del contratto attesta per iscritto di avere preso conoscenza dei rischi, degli oneri e delle caratteristiche del medesimo contratto attraverso la lettura e la comprensione dell'informativa contrattuale di cui al comma 3-*bis* e degli allegati al contratto, nonché di aver preso conoscenza delle variazioni intervenute nella copertura del sottostante indebitamento";

e) il comma 5 è sostituito dal seguente:

"5. li contratto relativo a strumenti finanziari derivati stipulato dagli enti di cui al comma 2 in violazione delle disposizioni previste dal presente articolo o privo dell'attestazione di cui al comma 4, è nullo. La nullità può essere fatta valere solo dall'ente";

j) il comma 6 è abrogato;

g) il comma 7 è sostituito dal seguente:

"7. L'informativa di trasparenza sugli oneri e sugli elementi essenziali dell'alea dei contratti relativi a strumenti finanziari derivati perfezionati o rinegoziati dagli, enti di cui al comma 2 è sottoposta a verifiche tecniche preliminari vincolanti. Ai fini dello svolgimento di tali verifiche il Ministero si avvale delle competenti unità di analisi della Consob";

h) dopo il comma 7 è inserito il seguente:

«7-*bis*. In caso di estinzione anticipata di contratti relativi a strumenti finanziari derivati perfezionati o rinegoziati dagli enti di cui al comma 2 il regolamento per cassa del relativo saldo è sottoposto a verifiche tecniche preliminari vincolanti. Ai fini dello svolgimento di tali verifiche il Ministero si avvale delle competenti unità di analisi della Consob";

i) al comma 10 le parole: "del regolamento di cui al comma 3" sono sostituite dalle seguenti: "della presente legge"».

2.1219

MALAN

Precluso

Dopo il comma 161, inserire il seguente:

«161-*bis*. All'articolo 14 del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, Il comma 31-*ter* è sostituito dal seguente:

"31-*ter*. I comuni interessati assicurano l'attuazione delle disposizioni di cui al presente articolo entro il 31 dicembre 2016, recependo le disposizioni di attuazione del decreto legislativo 26 novembre 2010, n. 216"».

2.1221

MALAN

Precluso

Dopo il comma 161, inserire il seguente:

«161-*bis*. All'articolo 3, dopo il comma 4, del decreto legislativo 95, 6 luglio 2012, è Inserito il seguente comma:

"4-*bis*. Al fine di garantire la sicurezza pubblica, per le caserme delle forze dell'ordine ospitate presso proprietà private, i comuni appartenenti al territorio di competenza delle stesse possono contribuire al pagamento del canone di locazione come determinato dall'agenzia delle entrate"».

2.1222

ZELLER, PEGORER, PALERMO, LANIECE, BATTISTA, FRAVEZZI, PANIZZA

Precluso

Dopo il comma 161, aggiungere, in fine, il seguente:

«161-*bis*. All'articolo 1, comma 515, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al primo periodo, le parole: "30 giugno 2014", sono sostituite dalle seguenti: "30 giugno 2015, o con apposite norme di attuazione agli statuti di autonomia";

b) al primo periodo, le parole: "la giustizia civile, penale e minorile,", sono sostituite dalle seguenti: "da magistratura ordinaria, tributaria e amministrativa,"

c) al terzo periodo, all'alinea, dopo le parole: "Con i predetti accordi", sono inserite le seguenti: "o con norme di attuazione"».

2.1224

MALAN

Precluso

Dopo il comma 161, inserire il seguente:

«161-*bis*. Al comma 3 dell'articolo 23-*ter* del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90 sono soppresse le parole: "con popolazione superiore a 10.000 abitanti"».

2.1227

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 161, aggiungere il seguente:

«161-*bis*. Nelle more del completamento della riforma di cui alla legge n. 56 del 2014, le Province, nell'ipotesi di trasformazione in Città Metropolitane prevista dalla legge, possono prorogare fino al 31 dicembre 2016 i contratti di lavoro a tempo determinato avvalendosi della deroga consentita

ai Comuni per le necessità connesse alle esigenze di continuità dei servizi, nel rispetto della vigente normativa di contenimento della spesa complessiva di personale e dei limiti massimi della spesa annua per la stipula dei contratti a tempo determinato. Al fine di evitare comunque la sospensione di servizi essenziali per la popolazione, tale proroga è consentita anche in deroga ai vincoli connessi al rispetto del patto di stabilità interno».

Conseguentemente, all'articolo 2, comma 67, sostituire le parole: «è ridotta di 238 milioni di euro per l'anno 2015 e di 200 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016»*, con le seguenti:* «è ridotta di 438 milioni di euro per l'anno 2015 e di 400 milioni a decorrere per l'anno 2016».

2.1229

MILO

Precluso

Dopo il comma 161, aggiungere il seguente:

«161-*bis*. È fatto obbligo agli enti territoriali procedere alla rinegoziazione dei contratti derivati già in essere alla data di entrata in vigore della presente disposizione, qualora l'esecuzione di tali contratti abbia generato o generi una perdita rilevante per l'ente e la rinegoziazione abbia l'effetto di ridurre tale perdita».

2.1234

GASPARRI

Precluso

Dopo il comma 164, aggiungere il seguente:

«164-*bis*. Al fine di consentire l'accertamento definitivo del debito pregresso delle regioni, assicurare il regolare pagamento dei debiti nonché garantire l'espletamento dei servizi pubblici essenziali di interesse generale in situazioni di ripristinato equilibrio finanziario, i crediti per oneri accessori da interessi e rivalutazione maturati su crediti in linea capitale vantati alla data di entrata in vigore della presente legge nei confronti degli enti del servizio sanitario nazionale sono estinti di diritto. Sono fatti salvi i diritti per oneri accessori che abbiano costituito oggetto di accordi transattivi con i debitori».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 105.000.000;
2016: - 105.000.000;
2017: - 105.000.000.

Ridurre del 3 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente della allegata tabella C.

2.1236

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Al comma 165, dopo la lettera b), aggiungere la seguente:

«b-*bis*. Dai saldi di cui alle precedenti lettere del presente comma sono escluse per ciascun ente territoriale una quota di spese pari al mancato gettito derivante dall'applicazione del comma 1 dell'articolo 5 della presente legge, per un importo complessivo pari a 500 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di porte corrente, relative alle autorizzazioni di speso di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 500 milioni di euro a decorrere dal 2015».

2.1237

COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI

Precluso

Al comma 165, dopo la lettera b), aggiungere lo seguente:

«b-*bis*. Dai saldi di cui alle precedenti lettere del presente comma sono escluse per un importo

complessivo di 800 milioni di euro annui per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, le spese sostenute dagli enti territoriali per fronteggiare gli eventi naturali di cui all'articolo 2, comma 1, della citata legge n. 225 del 1992, nonché le spese per gli interventi di contrasto al dissesto idrogeologico e di prevenzione del rischi da calamità naturali, sul territorio nazionale, indipendentemente dall'origine delle fonti di finanziamento».

Conseguentemente all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sano ridotte in maniera lineare per un importo pari a 800 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

2.1246

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Al comma 168, dopo il punto 3), aggiungere il seguente:

«4) nel saldo di competenza gli impegni in conto capitale per investimenti, per le sole Regioni che non hanno utilizzato le anticipazioni di cui agli articoli 2 e 3 del DL. 8 aprile 2013, n. 35 convertito con modificazioni dalla legge 6 giugno 2013, n 64 e sue modifiche e integrazioni».

2.1249

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 184 aggiungere il seguente:

«184-*bis* "22. All'articolo 1, della legge 24 dicembre 2012, n. 228, sono apportate le seguenti modifiche:

1) al comma 122, le parole: "2013 e 2014" sono sostituite dalle seguenti: "2013, 2014 e 2015";

2) dopo il comma 122 è inserito il seguente:

"122-*bis*. Per l'anno 2015 l'importo è attribuito alle regioni secondo la tabella approvata nell'accordo sancito nella seduta del 10 luglio 2013 della Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le regioni e le province autonome di Trento e di Bolzano. Gli spazi saranno ceduti per il 25 per cento alle province e per il 75 per cento ai comuni e per almeno il valore di 500 milioni dovranno essere utilizzati in via prioritaria per il pagamento dei cofinanziamenti nazionali ai programmi comunitari".

3) al comma 125 dopo le parole: "con riferimento all'anno 2014" sono inserite le seguenti: "e del 30 giugno, con riferimento all'anno 2015".

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 67, sostituire le lettere a) *e* b) *con la seguente: "*a) *a decorrere dal 1° gennaio 2015 sono ridotte in misura lineare le dotazioni finanziarie di parte corrente iscritte a legislazione vigente, in termini di competenza e cassa, delle spese rimodulabili delle missioni di spesa di ciascun Ministero di cui all'articolo 21, comma 5, lettera* b) *della legge 31 dicembre 2009, n. 196, per un importo pari a 1,5 miliardi di euro annui".*

2.1250

BISINELLA, STEFANI, TOSATO, MUNERATO, BELLOT, CROSIO, ARRIGONI, COMAROLI

Precluso

Dopo il comma 184, aggiungere il seguente:

«184-*bis*. Al fine di accelerare la realizzazione di progetti strategici, di carattere infrastrutturale, di rilievo nazionale, interregionale e regionale, aventi natura di grandi progetti o di investimenti, le entrate e le spese relative agli interventi finalizzati alla realizzazione dell'autostrada Pedemontana Veneta sono escluse dai saldi di cui alle lettere *a)* e *b)* del comma 3 del presente articolo».

Conseguentemente all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relativa alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 20 milioni di euro per l'anno 2015 e 50 milioni per l'anno 2016».

2.1253

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 184, inserire il seguente:

«184-*bis*. All'articolo 1, della legge 24 dicembre 2012, n.228 sono apportate le seguenti modifiche:

1) è inserito il comma l22-*bis*:

"122-*bis*. Con le medesime finalità e modalità di cui al comma precedente è attributo un contributo nei limiti di un importo complessivo di 1,5 miliardi di euro alle regioni a statuto ordinario per l'anno 2015";

2) è inserito il nuovo comma 123-*bis*:

"123-*bis*. Per l'anno 2015 l'importo è attribuito alle regioni secondo la tabella approvata nell'accordo sancito nella seduta del 11 luglio 2013 della Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le regioni e le province autonome di Trento e di Bolzano. Gli spazi saranno ceduti per il 25 per cento alle province e per il 75 per cento ai comuni e sono utilizzati dagli enti locali in via prioritaria per il pagamento dei progetti finalizzati alla prevenzione e alla gestione del rischio idrogeologico".

3) al comma 125 dopo le parole: "con riferimento all'anno 2014" sono inserite le seguenti: "e del 30 giugno, con riferimento all'anno 2015,".

2. Alla copertura degli oneri si provvede mediante utilizzo delle disponibilità derivanti dall'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 31, comma 1, del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89 e per euro 6.850.000 mediante riduzione del Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 dicembre 2004, n.282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307 a decorrere dall'anno 2016 per la durata corrispondente al prestito erogato dal Ministero».

2.1254

BELLOT, COMAROLI, DIVINA, BISINELLA, TOSATO

Precluso

Al comma 185, premettere il seguente comma:

«0.185). Al comma 1 dell'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n. 183, e successive modificazioni, sostituire le parole da : *superiore a 5.000 abitanti*, fino a : *tra 1.001 e 5.000 abitanti* con le seguenti: *superiore a 15.000 abitanti*».

Conseguentemente all'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1.279.488 migliaia di euro a decorrere dal 2015».

2.1255

BELLOT, COMAROLI, DIVINA, BISINELLA, TOSATO, ARRIGONI

Precluso

Al comma 185, premettere il seguente comma:

«*0.185)* Al comma 1 dell'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n. 183, e successive modificazioni, sostituire le parole: "e, a decorrere dall'anno 2013", con le seguenti: "per i soli anni 2013 e 2014".

Conseguentemente all'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a mille milioni di euro a decorrere da 2015».

2.1256

CERONI, RAZZI

Precluso

Al comma 185, sostituire la lettera b) con la seguente:

«*b)* alla lettera *a)*, le parole: ", a 19,25 per cento degli anni 2014 e 2015 e a 20,25 per cento per gli

anni 2016 e 2017" sono sostituite dalle seguenti: ", a 19,25 per cento per l'anno 2014. Per l'anno 2015, in virtù di quanto previsto dal comma 23 dell'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n. 183, ed ai sensi della legge n. 56/14, le Province e le Città metropolitane non sono soggette al patto di stabilità interno".

2.1259

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 185 sostituire la lettera b) con la seguente:

b) alla lettera *a*), le parole: «, a 19,25 per cento degli anni 2014 e 2015 e a 20,25 per cento per gli anni 2016 e 2017» sono sostituite dalle seguenti: «, a 19,25 per cento per l'anno 2014. Per l'anno 2015, in virtù di quanto previsto dal comma 23 dell'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n. 183, ed ai sensi della legge n. 56/14, le province e le città metropolitane non sono soggette al patto di stabilità.

Conseguentemente, al comma 124 dell'articolo 1, sostituire le parole: 850 milioni di euro con le seguenti: 350 milioni di euro.

2.1260

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 185, lettera b) sostituire le parole: a 17,00 per cento per l'anno 2015 e a 8,26 per cento per gli anni 2016, 2017 e 2018 con le seguenti: a 8,5 per cento per l'anno 2015 e a 4,13 per cento per gli anni 2016, 2017 e 2018.

Conseguentemente al comma 124 dell'articolo 1 sostituire le parole: 850 milioni di euro con le seguenti: 350 milioni di euro.

2.1261

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 185, lettera b) sostituire le parole: a 17,00 per cento per l'anno 20 15 e a 8,26 per cento per gli anni 2016, 2017 e 2018 con le parole: a 8,5 per cento per l'anno 2015 e a 4,13 per cento per gli anni 2016, 2017 e 2018.

Conseguentemente, alla medesima lettera b) *aggiungere, infine, il seguente periodo:* Agli oneri di cui alla presente lettera si provvede mediante corrispondente riduzione del fondo di cui all'articolo 3, comma 66.

2.1262

LIUZZI

Precluso

Al comma 185, lettera b) sostituire le parole: a 17,00 per cento per l'anno 2015 e a 8,26 per cento per gli anni 2016, 2017 e 2018 con le parole: a 8,5 per cento per l'anno 2015 e a 4,13 per cento per gli anni 2016, 2017 e 2018.

Conseguentemente, alla medesima lettera b) *aggiungere, infine, il seguente periodo:* «Agli oneri di cui alla presente lettera si provvede mediante corrispondente riduzione del fondo di cui all'articolo 3, comma 66».

2.1263

FUCKSIA

Precluso

Al comma 185, lettera e), dopo le parole: «di messa in sicurezza degli edifici scolastici e del territorio», aggiungere «ad opere di riqualificazione urbana ed ambientale, di manutenzione e recupero del patrimonio storico ed artistico».

2.1265

CERONI

Precluso

Al comma 185, lettera e), dopo le parole: «ente capofila,» inserire le parole: «sulla base di apposita certificazione dell'ente stesso,»

2.1268

BISINELLA, TOSATO, DIVINA

Precluso

Dopo il comma 185, aggiungere il seguente comma:

«185-*bis*. Dopo il comma 8-*bis* dell'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n. 183, e successive modificazioni, è aggiunto il seguente:

"8-*ter*. Le spese per gli interventi realizzati, direttamente dai comuni in relazione al ripristino di beni storici architettonici di proprietà degli enti stessi e che risultano effettuate nell'esercizio finanziario in cui viene constata la necessità dell'intervento, o nei tre esercizi successivi, sono escluse dal saldo finanziario rilevante ai fini della verifica del rispetto del patto di stabilità interno nei limiti di 1,2 miliardi di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017"».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1.200 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

2.1269

BISINELLA, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 185, aggiungere il seguente comma:

«185-*bis*. Dopo il comma 8-*bis* dell'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n. 183, e successive modificazioni, è aggiunto il seguente:

"8-*ter*. Le spese per gli interventi realizzati direttamente dai comuni in relazione al ripristino di beni storici architettonici di proprietà degli enti stessi e che risultano effettuate nell'esercizio finanziario in cui viene constata la necessità dell'intervento, o nei tre esercizi successivi, sono escluse dal saldo finanziario rilevante ai fini della verifica del rispetto del patto di stabilità interno nei limiti di 600 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017"».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 600 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

2.1270

BISINELLA, COMAROLI, TOSATO, DIVINA

Precluso

Dopo il comma 185, aggiungere il seguente comma:

«185-*bis*. Dopo il comma 9-*bis* dell'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n. 183, e successive modificazioni, aggiungere il seguente comma:

"9-*bis*.1 Per gli anni 2015, 2016 e 2017, nel saldo finanziario in termini di competenza mista rilevante ai fini della verifica del patto di stabilità interno, non sono considerati, per un importo complessivo di 1,2 miliardi all'anno, gli interventi effettuati da province e comuni in materia di edilizia scolastica"».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, ,le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1.200 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e .2017».

2.1271

BISINELLA, COMAROLI, TOSATO, CENTINAIO

Precluso

Dopo il comma 185, aggiungere il seguente comma:

«185-*bis*. Dopo il comma 9-*bis* dell'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, in. 183, e successive modificazioni, aggiungere il seguente comma:

"9-*bis*.1 Per gli anni 2015, 2016 e 2017, nel saldo. finanziario in termini di competenza mista rilevante ai fini della verifica del patto di stabilità interno, non sono considerati, per un importo complessivo di 1,2 miliardi all'anno, gli interventi effettuati da province e comuni in materia di edilizia scolastica"».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1.200 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

2.1272

BISINELLA, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 185, aggiungere il seguente comma:

«185-*bis*. Dopo il comma 9-*bis* dell'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n. 183, e successive modificazioni, aggiungere il seguente comma:

"9-*bis*.1 Nel caso in cui il mancato rispetto dell'obiettivo del patto di stabilità dell'anno 2014 dei Comuni sia da attribuirsi a erogazioni di contributi regionali in conto capitale sospese per i vincoli del Patto di stabilità regionale, certificate sia dal Comune sia dalla regione di appartenenza, non si applicano le sanzioni di cui all'articolo 31, comma 26, della legge 183 del 2011 e relative riscossioni dei Comuni, oggetto delle suindicate certificazioni, non rilevano ai fini del patto di stabilità interno per gli anni successivi"».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 500 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015».

2.1273

BELLOT, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 185, aggiungere il seguente comma:

«185-*bis*. Dopo il comma 9-*bis* dell'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n. 183, e successive modificazioni, aggiungere il seguente comma:

"9-*bis*.1 Per gli anni 2015, 2016 e 2017, nel saldo finanziario in termini di competenza mista rilevante ai fini della verifica del patto di stabilità interno, non sono considerati, nel limite di 80 milioni di euro all'anno, le spese sostenute dagli enti locali a valere sulle risorse del Fondo per la valorizzazione e la promozione delle aree territoriali svantaggiate confinanti con le regioni a statuto speciale' di cui all'articolo 6, comma 7, del decreto-legge 2 luglio 2907 n. 81"».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 80 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

2.1276

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 186, sostituire le parole: «rilevano gli stanziamenti di competenza del fondo crediti dubbia esigibilità» con le parole: «rilevano gli stanziamenti di competenza nella misura del 50 per cento, del fondo crediti dubbia esigibilità».

2.1277

NUGNES, MORONESE, MARTELLI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI, CATALFO

Precluso

Dopo il comma 186, aggiungere il seguente:

«186-*bis*. Dopo l'articolo 33-*bis* del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito con modificazioni dalla legge 11 novembre 2014 n. 164, è aggiunto il seguente:

"Art-33-*ter*. - *(Esclusione dal patto di stabilità interno delle spese per interventi finalizzati alla bonifica e alla messa in sicurezza dei siti contaminati). - 1.* L'utilizzo delle risorse proprie e delle risorse provenienti dallo Stato, da parte di regioni e di enti locali, per interventi finalizzati alla bonifica e messa in sicurezza dei siti contaminati di cui all'articolo ai sensi della Parte quarta, Titolo V, del decreto legislativo 3 aprile 2006, n. 152, e successive modificazioni, è escluso dal saldo finanziario rilevante ai fini della verifica del rispetto del patto di stabilità interno di cui agli articoli 31 e 32 della legge 12 novembre 2011, n. 183, e successive modificazioni.

2. Alla compensazione degli effetti in termini di indebitamento netto e di fabbisogno derivanti dall'attuazione del comma 1 del presente articolo, si provvede nell'ambito delle disponibilità delle risorse di cui al Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307, nonché mediante l'utilizzo delle risorse del Fondo di cui all'articolo 6, comma 2, del decreto-legge 7 ottobre 2008, n. 154, convertito, con modificazioni, dalla legge 4 dicembre 2008, n. 189, e successive modificazioni"».

2.1278

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 186, aggiungere il seguente:

«2-*bis*. Per il solo anno 2015, l'utilizzo dell'avanzo non rileva ai fini del patto di stabilità interno».

2.1279

CERONI, RAZZI

Precluso

Dopo il comma 186, aggiungere il seguente:

«186-*bis*. Per il solo anno 2015, l'utilizzo dell'avanzo non rileva ai fini del patto di stabilità interno».

2.1281

CERONI, RAZZI

Precluso

Dopo il comma 186, aggiungere il seguente:

«186-*bis*. Per il solo anno 2015, il contributo di cui al comma 154 non rileva ai fini del patto di stabilità interno».

2.1284

LIUZZI

Precluso

Dopo il comma 186, aggiungere il seguente:

«186-*bis*. Per il solo anno 2015, l'utilizzo dell'avanzo non rileva ai fini del patto di stabilità interno».

2.1287

CERONI

Precluso

Dopo il comma 187 è inserito il seguente:

«187-*bis*. All'articolo 31, comma 7, della legge 12 novembre 2011, n. 183, è aggiunto, in fine, il seguente periodo: "Nel saldo finanziario in termini di competenza mista, individuato ai sensi del comma 3, rilevante ai fini della verifica del rispetto del patto di stabilità interno, non sono considerate le spese di parte corrente e in conto capitale sostenute dai comuni maggiormente colpiti dagli eventi meteorologici dei mesi di ottobre e novembre 2014, da individuarsi mediante decreto del Ministro dell'Economia e delle Finanze, di concerto con il Dipartimento della Protezione Civile da emanarsi

entro il 10 gennaio 2015, per fronteggiare i danni provocati dai predetti eventi. L'esclusione delle spese opera anche se esse sono effettuate in più anni, purché attestata da una dichiarazione del Sindaco"».

2.1288

CERONI

Precluso

Dopo il comma 187 è inserito il seguente:

«187-*bis*. Per i Comuni della Regione Liguria colpiti dagli eventi alluvionali dell'ottobre-novembre 2014, ai fini dell'assestamento di bilancio di cui all'articolo 175 del Decreto Legislativo 18 agosto 2000, n. 267, le relative variazioni possono essere deliberate entro il31 dicembre 2014».

2.1289

COMAROLI, DIVINA, BISINELLA, TOSATO, ARRIGONI

Precluso

Dopo il comma 187 aggiungere il seguente:

«187-*bis*. Dopo il comma 6-*bis* dell'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n. 183 è aggiunto il seguente:

"6-*ter*. Dai saldi finanziari rilevanti ai fini del patto di stabilità interno sono escluse, per un importo complessivo di un miliardo di euro annui per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, le spese sostenute dagli enti locali per fronteggiare gli eventi naturali di cui all'articolo 2, comma 1, della citata legge n. 225 del 1992, nonché le spese per gli interventi di contrasto al dissesto idrogeologico e di prevenzione dei rischi da calamità naturali, sul territorio nazionale, indipendentemente dall'origine delle fonti di finanziamento"».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a un miliardo di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

2.1290

COMAROLI, DIVINA, BISINELLA, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 187 aggiungere il seguente:

«187-*bis*. Dopo il comma 6-*bis* dell'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n. 183 è aggiunto il seguente:

"6-*ter*. Dai saldi finanziari rilevanti ai fini del patto di stabilità interno sono escluse, per un importo complessivo di 500 milioni di euro annui per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, le spese sostenute dagli enti locali per investimenti di parte corrente e di conto capitale ai fini della sicurezza"».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 6, aggiungere, in fine, le porole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 500 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015,2016 e 2017».

2.1291

COMAROLI, DIVINA, BISINELLA, TOSATO

Precluso

Dopo il camma 187 aggiungere il seguente:

«187-*bis*. Dopo il comma 6-*bis* dell'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n. 183 è aggiunto il seguente:

"6-*ter*. Dai saldi finanziari rilevanti ai fini del patto di stabilità interno sono escluse, per un importo complessivo di 500 milioni di euro annui per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, le spese sostenute dai comuni per l'affidamento di minori stranieri non accompagnati"».

Conseguentemente all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 500 milioni di

euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

2.1292

CERONI

Precluso

Dopo il comma 187 inserire il seguente:

«187-*bis*. Le somme residue conseguenti alla completa attuazione della programmanone relativa all'erogazione dei contributi a privati, prime abitazioni ed attività economiche previsti dall'Ordinanza del Presidente del Consiglio dei Ministri n. 3903 del 4 ottobre 2010, qualificate in complessivi euro 8 milioni sono versate, in deroga a quanto previsto dal penultimo periodo del comma 5-*bis* dell'articolo 5 della legge 24 febbraio 1992. n. 225, e successive modifiche e integrazioni alla contabilità speciale di cui all'ordinanza del Capo del Dipartimento della Protezione civile n. 203 del 14 novembre 2014».

2.1293

COMAROLI, DIVINA, BISINELLA, TOSATO, ARRIGONI

Precluso

Sopprimere il comma 188.

2.1294

SERRA, MONTEVECCHI, BLUNDO, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Dopo il comma 188 inserire il seguente:

«188-*bis*. Dopo il comma 14-*ter* dell'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n. 183, inserire il seguente:

"14-*quater*. Per gli anni 2015 e 2016 nel saldo finanziario espresso in termini di competenza mista, individuato ai sensi del comma 3, rilevante ai fini della verifica del rispetto del patto di stabilità interno, non sono considerate le spese sostenute dalle province per interventi dì edilizia scolastica. In caso di incompleto utilizzo delle risorse da parte dei comuni di cui al comma 14-*ter*, per l'anno 2015, l'eventuale somma residua viene assegnata alle province. Le province beneficiarie dell'esclusione dal patto di stabilità interno delle spese sostenute per interventi di edilizia scolastica e l'importo dell'esclusione stessa sono individuati, sentita la Conferenza Stato-Città ed autonomie locali, con decreto del Presidente del Consiglio dei Ministeri"».

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole:«ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 100 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016, 2017».

2.1295

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Sopprimere il comma 189.

2.1298

LIUZZI

Precluso

Dopo il comma 193, aggiungere il seguente:

«193-*bis*. In considerazione del processo di attuazione della legge di riforma 7 aprile 2014, n. 56, la sanzione di cui all'articolo 31, comma 26, lettera *a)* della legge 12 novembre 2011, n. 183, non si applica alle province e città metropolitane che non rispettano il patto per l'anno 2014».

2.1299

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 193, inserire il seguente:

«193-*bis*. In considerazione del processo di attuazione della legge di riforma 7 aprile 2014, n. 56, la sanzione di cui all'articolo 31, comma 26, lettera *a)* della legge 12 novembre 2011, n. 183, non si

applica alle province e città metropolitane che non rispettano il patto per l'anno 2014».

2.1300

CERONI, RAZZI

Precluso

Dopo il comma 193, inserire il seguente:

«193-*bis*. In considerazione del processo di attuazione della legge di riforma 7 aprile 2014, n. 56, le sanzioni di cui all'articolo 31, comma 26, della legge 12 novembre 2011, n. 183, non si applicano alle province e città metropolitane che non rispettano il patto per l'anno 2014».

2.1302

CERONI

Precluso

Dopo il comma 193, è inserito il seguente:

«193-*bis*. Per l'anno 2015, ai comuni maggiormente colpiti dagli eventi meteorologici dei mesi di ottobre e novembre 2014, da individuarsi mediante decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, di concerto con il Dipartimento della protezione civile da emanarsi entro il 10 gennaio 2015, non si considerano ai fini del patto di stabilità interno, per l'anno 2015, le spese sostenute dai predetti comuni mediante l'utilizzo di risorse proprie provenienti da erogazioni liberali e donazioni da parte di cittadini privati ed imprese e puntualmente finalizzate a fronteggiare le conseguenze di detti eventi, per un importo massimo complessivo di 10 milioni di euro. Il riparto dei maggiori spazi utilizzabili per le finalità di cui al periodo precedente è determinato con decreto Ministero dell'economia e delle finanze previo accordo con la Conferenza Stato - Città ed autonomie locali entro il 31 marzo 2015».

2.1303

PELINO, GASPARRI

Precluso

Al comma 193, dopo la lettera b), aggiungere la seguente:

«*b-bis)* il comma 8-*quinquies* è soppresso».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 100.000.000;
2016: - 100.000.000;
2017: - 100.000.000.

2.1304

STUCCHI, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 193, aggiungere il seguente:

«193-*bis*. Al fine di favorire il processo di razionalizzazione delle pubbliche amministrazioni locali, nell'ambito della revisione della spesa pubblica, per i comuni con popolazione inferiore a 10.000 abitanti soggetti al rispetto delle disposizioni di cui all'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n. 183 e successive modifiche ed integrazioni, che gestiscono in economia o che abbiano iniziato l'esternalizzazione di Residenze sanitarie assistenziali in possesso di accredita mento regionale da almeno 10 anni, sono escluse, ai fini della determinzione degli obiettivi di saldo finanziario, le spese sostenute negli anni 2015, 2016 e 2017 per la gestione del servizio oggetto di esternalizzazione, nel limite dell'Importo complessivo di 8 milioni per ciascuno degli esercizi finanziari 2015, 2016 e 2017, fermo restando il concorso del comparto al raggiungimento degli obiettivi di finanza pubblica stabilito dalla legislazione vigente».

2.1305

STUCCHI, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 193, aggiungere il seguente:

«193-*bis*. Al fine di favorire il processo di razionalizzazione delle pubbliche amministrazioni

locali, nell'ambito della revisione della spesa pubblica, per i comuni con popolazione inferiore a 10.000 abitanti soggetti al rispetto delle disposizioni di cui all'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n. 183, e successive modifiche ed integrazioni, che gestiscono in economia o che abbiano iniziato l'esternalizzazione di Residenze sanitarie assistenziali in possesso di accredita mento regionale da almeno 10 anni, è concessa la rimodulazione e il ricalcolo del saldo obiettivo del patto di stabilità interno per gli anni 2015, 2016 e 2017, fermo restando il concorso del comparto al raggiungimento degli obiettivi di finanza pubblica stabilito dalla legislazione vigente».

2.1308

GASPARRI

Precluso

Dopo il comma 193, aggiungere il seguente:

«193-*bis*. All'articolo 7, al comma 1, lettera *b)*, numero 4), capoverso "2-*bis*" secondo periodo, del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 novembre 2014, n. 164, le parole: "1.000 abitanti" sono sostituite con le seguenti: "3.000 abitanti"».

2.1309

STUCCHI

Precluso

Dopo il comma 193, aggiungere il seguente:

«193-*bis*. In deroga alla normativa vigente, è autorizzata l'apertura del Casinò o Casa da gioco nel Comune di San Pellegrino Terme in Provincia di Bergamo».

2.1310

STUCCHI

Precluso

Dopo il comma 193, aggiungere il seguente:

«193-*bis*. È attribuito un contributo di 20 milioni di euro per l'anno 2015 al Comune di San Pellegrino Terme in Provincia di Bergamo per la realizzazione dei lavori di restauro e recupero del complesso monumentale del Grand Hotel».

Conseguentemente, al comma 13 dell'articolo 1 sostituire la parola: «187,5 milioni» *con la seguente:* «167,5 milioni».

2.1312

BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, Eva LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Dopo il comma 195, aggiungere i seguenti:

«195-*bis*. L'imposta municipale propria è istituita, a decorrere dall'anno 2015, e sostituisce, per la componente immobiliare, l'imposta sul reddito delle persone fisiche e le relative addizionali dovute in relazione ai redditi fondiari relativi ai beni non locati, e l'imposta comunale sugli immobili.

195-*ter*. L'imposta municipale propria ha per presupposto il possesso di immobili diversi dall'abitazione principale.

195-*quater*. L'imposta municipale propria non si applica al possesso dell'abitazione principale ed alle pertinenze della stessa. Si intende per effettiva abitazione principale l'immobile, iscritto o iscrivibile nel catasto edilizio urbano come unica unità immobiliare, nel quale il possessore dimora abitualmente e risiede anagraficamente. L'esclusione si applica alle pertinenze classificate nelle categorie catastali C/2, C/6 e C/7, nella misura massima di un'unità pertinenziale per ciascuna delle categorie catastali indicate, anche se iscritte in catasto unita mente all'unità ad uso abitativo. L'esclusione non si applica alle unità immobiliari classificate nelle categorie catastali A1, A8 e A9.

195-*quinquies*. L'imposta municipale propria ha per base imponibile il valore dell'immobile determinato ai sensi dell'articolo 5 del decreto legislativo 30 dicembre 1992, n. 504.

195-*sexies*. Nel caso di possesso di immobili non costituenti abitazione principale ai sensi del

comma 3, l'imposta è dovuta annualmente in ragione di un'aliquota dello 0,76 per cento. La predetta aliquota può essere modificata con decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri, da emanare su proposta del Ministro dell'economia e delle finanze d'intesa con la Conferenza Stato-città ed autonomie locali, nel rispetto dei saldi di finanza pubblica, tenendo conto delle analisi effettuate dalla Commissione tecnica paritetica per l'attuazione dei federalismo fiscale ovvero, ove istituita, dalla Conferenza permanente per il coordinamento della finanza pubblica. I comuni possono, con deliberazione del consiglio comunale adottata entro il termine per la deliberazione del bilancio di previsione, modificare, in aumento o in diminuzione, sino a 0,3 punti percentuali, l'aliquota fissata dal primo periodo del presente comma, ovvero sino a 0,2 punti percentuali l'aliquota determinata ai sensi del comma 6. Nel caso di mancata emanazione della delibera entro il predetto termine, si applicano le aliquote di cui al primo periodo del presente comma ed al comma 6.

195-*septies*. Nel caso in cui l'immobile sia locato, l'aliquota di cui al comma 5, primo periodo, è ridotta alla metà.

195-*octies*. I comuni possono, con deliberazione del consiglio comunale, adottata entro il termine per la deliberazione del bilancio di previsione, prevedere che l'aliquota di cui al comma 5, primo periodo, sia ridotta fino alla metà anche nel caso in cui abbia ad oggetto immobili non produttivi di reddito fondiario ai sensi dell'articolo 43 del citato testo unico di cui al decreto del Presidente della Repubblica n. 917 del 1986, ovvero nel caso in cui abbia ad oggetto immobili posseduti dai soggetti passivi dell'imposta sui reddito delle società. Nell'ambito della facoltà prevista dal presente comma, i comuni possono stabilire che l'aliquota ridotta si applichi limitatamente a determinate categorie di immobili.

195-*novies*. Soggetti passivi dell'imposta municipale propria sono il proprietario di immobili, inclusi i terreni e le aree edificabili, a qualsiasi uso destinati, ivi compresi quelli strumentali o alla cui produzione o scambio è diretta l'attività dell'impresa, ovvero il titolare di diritto reale di usufrutto, uso, abitazione, enfiteusi, superficie sugli stessi. Nel caso di concessione di aree demaniali, soggetto passivo è il concessionario. Per gli immobili, anche da costruire o in corso di costruzione, concessi in locazione finanziaria, soggetto passivo è il locatario a decorrere dalla data della stipula e per tutta la durata dei contratto.

195-*decies*. L'imposta è dovuta per anni solari proporzionalmente alla quota ed ai mesi dell'anno nei quali si è protratto il possesso; a tal fine il mese durante il quale il possesso si è protratto per almeno quindici giorni è computato per intero. A ciascuno degli anni solari corrisponde un'autonoma obbligazione tributaria.

195-*undecies*. I soggetti passivi effettuano il versamento dell'imposta dovuta al comune per l'anno in corso in due rate di pari importo, scadenti la prima il 16 giugno e la seconda il 16 dicembre. Resta in ogni caso nella facoltà del contribuente provvedere al versamento dell'imposta complessivamente dovuta in unica soluzione annuale da corrispondere entro il 16 giugno.

195-*duodecies*. A far data dai completamento dell'attuazione dei decreti legislativi in materia di adeguamento dei sistemi contabili adottati ai sensi dell'articolo 2, comma 2, lettera *h)*, della legge n. 42 del 2009, e successive modificazioni, e dell'articolo 2 della legge 31 dicembre 2009, n. 196, e comunque a partire dal 1º gennaio 2015, l'imposta è corrisposta con le modalità stabilite dal comune.

195-*terdecies*. Con regolamento adottato ai sensi dell'articolo 52 del citato decreto legislativo n. 446 del 1997, i comuni possono introdurre l'istituto dell'accertamento con adesione dei contribuente, sulla base dei criteri stabiliti dal citato decreto legislativo n. 218 del 1997, e gli altri strumenti di deflazione del contenzioso, sulla base dei criteri stabiliti dal citato decreto legislativo n. 218 del 1997, prevedendo anche che il pagamento delle somme dovute possa essere effettuato in forma rateale senza maggiorazione di interessi.

195-*quaterdecies*. Con uno o più decreti del Ministro dell'economia e delle finanze, sentita l'Associazione Nazionale Comuni Italiani sono approvati i modelli della dichiarazione, i modelli per il versamento, nonché di trasmissione dei dati di riscossione, distintamente per ogni contribuente ai comuni e al sistema informativo della fiscalità.

195-*quinquiesdecies*. Per l'accertamento, la riscossione coattiva, i rimborsi, le sanzioni, gli interessi ed il contenzioso si applicano gli articoli 10, comma 6, 11, commi 3, 4 e 5, 12, 14 e 15 del citato decreto legislativo n. 504 del 1992 e l'articolo 1, corami da 161 a 170, della citata legge n. 296 del 2006.

195-*sexiesdecies*. Sono esenti dall'imposta municipale propria gli immobili posseduti dallo, Stato, nonché gli immobili posseduti, nel proprio territorio, dalle regioni, dalle province, dai comuni, dalle comunità montane, dai consorzi fra detti enti, ove non soppressi, dagli enti del servizio sanitario nazionale, destinati esclusivamente ai compiti istituzionali. Si applicano, inoltre, le esenzioni previste dall'articolo 7, comma 1, lettere *b)*, *c)*, *d)*, *e)*, *f)*, *h)*, ed *i)* del citato decreto legislativo n. 504 del 1992. L'esenzione si applica altresì all'unità immobiliare posseduta a titolo di proprietà o di usufrutto da anziani o disabili che acquisiscono la residenza in istituti di ricovero o sanitari a seguito di ricovero permanente, a condizione che la stessa non risulti locata, all'unità immobiliare posseduta dai cittadini italiani non residenti nel territorio dello Stato a titolo di proprietà o di usufrutto in Italia, a condizione che, non risulti locata, nonché all'unità immobiliare di proprietà degli appartenenti alle Forze armate ed alle Forze dell'ordine a ordinamento militare e/o civile residenti per ragioni di servizio in altra località o che siano inviati in missione all'estero, a condizione che non risulti locata. Non è dovuta l'imposta municipale propria relativa ai fabbricati rurali ad uso strumentale di cui al comma 8 del medesimo articolo 13 del decreto-legge n. 201 del 2011.

195-*septiesdecies*. L'imposta municipale propria relativa agli immobili strumentali è deducibile ai fini della determinazione del reddito di impresa e del reddito derivante dall'esercizio di arti e professioni nella misura del 20 per cento. La medesima imposta è indeducibile ai fini dell'imposta regionale sulle attività produttive.

195-*octiesdecies*. Il reddito agrario di cui all'articolo 32 del citato testo unico di cui al decreto del Presidente della Repubblica n. 917 del 1986, i redditi fondiari diversi da quelli cui si applica la cedolare secca di cui all'articolo 3, i redditi derivanti dagli immobili non produttivi di reddito fondiario ai sensi dell'articolo 43 del citato testo unico di cui al decreto del Presidente della Repubblica n. 917 del 1986, e dagli immobili posseduti dai soggetti passivi dell'imposta sul reddito delle società, continuano ad essere assoggettati alle ordinarie imposte erariali sui redditi.

195-*noviesdecies*. Sono abrogate a decorrere dal 1º gennaio 2015 le seguenti disposizioni:

a) i commi 2 e 3 dell'articolo 13 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201;

b) i commi da 639 a 706, e i commi 708, 709, 711, 712, 713, 715, 716, 717, 729 e 730 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2013, n. 147;

c) l'articolo 1 del decreto-legge, 6 marzo 2014, n. 16, convertito con modificazioni dalla legge 2 maggio 2014, n. 68;

d) il comma 12-*quater* dell'articolo 4 del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito con modificazioni dalla legge 23 giugno 2014, n. 89.

195-*vicies*. A decorrere dal 1º gennaio 2015 è ripristinato in tutti i comuni del territorio nazionale il tributo comunale sui rifiuti e sui servizi, di cui all'articolo 14 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201 convertito con modificazioni dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214. Con uno o più decreti del Ministro dell'economia e delle finanze, entro 120 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono emanati i criteri e le modalità per l'applicazione del tributo di cui al presente comma».

Conseguentemente ai relativi maggiori oneri si provvede a valere sulle seguenti maggiori risorse:

a) dopo il comma 195-vicies*, inserire i seguenti:*

«195-*vicies semel*. A decorrere dal 1º gennaio 2015, le amministrazioni pubbliche procedono agli acquisti dei beni e servizi esclusivamente tramite convenzioni con Consip Spa, al fine di garantire una riduzione delle relative spese pari ad almeno 2,3 miliardi di euro annui.

195-*vicies bis*. A decorrere dal 1º gennaio 2015, i bandi e i risultati delle gare relativi agli appalti pubblici di beni, servizi di valore eccedente i 200.000 euro sono pubblicati esclusivamente sui siti *internet* delle amministrazioni interessate. Dalle disposizioni di cui al presente comma devono derivare

risparmi non inferiori a 0,2 miliardi di euro annui.

195-*vicies ter*. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze da adottare entro 30 giorni dall'entrata in vigore della presente legge sono definite tutte le iniziative necessarie a ridurre i costi della riscossione fiscale, in modo da assicurare risparmi non inferiori a 0,4 miliardi di euro annui a decorrere dall'anno 2015.

195-*vicies quater*. A decorrere dal 1º gennaio 2015, i trasferimenti dallo Stato ai comuni sono determinati sulla base dei fabbisogni *standard* al fine di conseguire minori spese almeno pari a 0,5 miliardi di euro annui.

195-*vicies quinquies*. Le misure di contenimento della spese sostenute per l'acquisto, la manutenzione, il noleggio e l'esercizio di autovetture, nonché per l'acquisto di buoni taxi di cui all'articolo 5, comma 2, del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95 convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, sono incrementate al fine di conseguire risparmi pari ad almeno 0,2 miliardi di euro annui a decorrere dall'anno 2015.

195-*vicies sexies*. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, di concerto con i ministri della giustizia, dell'interno, della difesa e delle politiche agricole, alimentari e forestali, da adottare entro 120 giorni dall'entrata in vigore della presente legge sono individuate le misure di razionalizzazione e accorpamento dei corpi, di polizia a ordinamento militare e civile al fine di conseguire un risparmio di spesa di 0,8 miliardi di euro annui a decorrere dal 2015.

195-*vicies septies*. Con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri, sentita l'Agenzia per l'Italia digitale, da emanare entro 90 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, si provvede alla razionalizzazione dei centri di elaborazione dati delle amministrazioni centrali, e all'introduzione di sistemi di fatturazione e di pagamenti elettronici al fine di conseguire risparmi di spesa non inferiori a 1,1 miliardi di euro annui a decorrere dal 2015.

195-*duodetricies*. Con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri da emanare entro 120 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono individuate le modalità e i criteri con i quali procedere a una revisione della presenza territoriale delle Amministrazioni centrali sul territorio nazionale, anche con specifico riferimento alle prefetture ai comandi del Corpo nazionale dei vigili e fuoco e della Capitaneria di porto al fine di conseguire risparmi di spesa non inferiori a 0,3 miliardi di euro annui a decorrere dal 2015.

195-*undetricies*. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, di concerto con il Ministero dell'interno, da adottare entro 30 giorni dall'entrata in vigore della presente legge sono individuate le misure con le quali procedere ad una razionalizzazione delle comunità montane al fine di ottenere risparmi di spesa non inferiori a 0,1 miliardi di euro annui a decorrere dal 2015.

195-*tricies*. Al fine di assicurare il coordinamento della finanza pubblica, il contenimento della spesa, il buon andamento dell'azione amministrativa e la tutela della concorrenza e del mercato, le regioni, le province autonome di Trento e Bolzano, gli enti locali, le camere di commercio, le università e gli istituti di istruzione universitaria pubblici e le autorità portuali, a decorrere dal 1º gennaio 2015, avviano un processo di razionalizzazione delle società e delle partecipazioni societarie direttamente o indirettamente possedute, in modo da conseguire la riduzione delle stesse entro il 31 dicembre 2015. Dall'attuazione del presente comma devono derivare risparmi pari a 1,8 miliardi di euro annui a decorrere dal 2015.

195-*tricies semel*. A decorrere dal 1º gennaio 2015, i trasferimenti dallo Stato ai comuni sono determinati sulla base dei fabbisogni *standard* al fine di conseguire minori spese almeno pari a 0,5 miliardi di euro annui.

195-*tricies bis*. I risparmi derivanti dalle misure di cui al presente articolo conseguiti dagli enti territoriali e dagli enti e dalle istituzioni diverse dalle amministrazioni centrali sono versati entro il 30 settembre di ogni anno all'entrata del bilancio dello Stato»;

b) i commi da 9 a 12 sono soppressi;

c) dopo il comma 195-tricies bis, inserire i seguenti:

«195-*tricies ter*. Le disposizioni del presente articolo si applicano a:

a) le aziende speciali e le istituzioni delle amministrazioni pubbliche regionali e locali;

b) le società non quotate partecipate in via totalitaria da amministrazioni pubbliche regionali e locali;

c) le società non quotate partecipate dalle amministrazioni pubbliche regionali e locali che godano di affidamenti diretti;

d) le società non quotate controllate dalle amministrazioni pubbliche regionali e locali, che svolgono funzioni volte a soddisfare esigenze di interesse generale aventi carattere non industriale né commerciale;

e) le società non quotate controllate dalle amministrazioni pubbliche regionali e locali, che svolgano attività nei confronti della pubblica amministrazione a supporto di funzioni amministrative di natura pubblicistica.

195-*tricies quater*. A decorrere dall'esercizio 2015 i soggetti di cui al comma 1 concorrono alla realizzazione degli obiettivi di finanza pubblica perseguendo la sana gestione dei servizi secondo criteri di economicità e di efficienza e realizzando un saldo economico non negativo o coerente con il piano di rientro di cui al comma 10. Il saldo economico è rappresentato dal Margine Operativo lordo, calcolato come differenza tra il totale dei valore della produzione e il totale dei costi per acquisti di materie prime, sussidiarie, di consumo e di merci, dei costi per servizi, dei costi per godimento dei beni di terzi, dei costi per il personale, delle variazioni delle rimanenze di materie prime, sussidiarie, di consumo e merci e degli oneri diversi di gestione. le istituzioni che adottano la contabilità finanziaria perseguono un saldo finanziario, come definito al comma 3 dell'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n. 183, pari a zero.

195-*tricies quinquies*. Ai fini della verifica del raggiungimento dell'obiettivo di cui ai commi 2 i soggetti di cui al comma 1 comunicano al Ministero dell'economia e delle finanze il saldo economico o finanziario conseguito e una dichiarazione sul rispetto o meno dei vincoli di cui al comma 2, sottoscritta dal rappresentante legale, dal responsabile del bilancio della società e dal collegio sindacale. Al bilancio di esercizio è allegata una certificazione recante le predette informazioni. Il mancato assolvimento di tali adempimenti è sanzionato ai sensi del comma 7, nonché del primo periodo del comma 8.

195-*tricies sexies*. Con decreto di natura non regolamentare del Ministro dell'economia e delle finanze, di concerto con i Ministri dell'interno e per i rapporti con le regioni, sentiti la Conferenza unificata di cui all'articolo 8 del decreto legislativo 28 agosto 1997, n. 281, e successive modificazioni, da emanarsi entro sessanta giorni dall'entrata in vigore della presente, legge, sono stabilite le modalità di attuazione dei commi 2, 3, 7 e 10.

195-*tricies septies*. La responsabilità del mancato raggiungimento dell'obiettivo di cui al comma 1 è attribuita ai soggetti di cui al comma 1 e agli enti partecipanti, soggetti al patto di stabilità interno, in proporzione alla quota di partecipazione. È fatto obbligo agli enti partecipanti di vigilare sugli adempimenti di cui al presente articolo, anche mediante il sistema dei controlli interni sulle società partecipate non quotate e sugli equilibri finanziari, di cui agli articoli 147, 147-*quater* e 147-*quinquies* del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267.

195-*tricies octies*. l'obiettivo annuale del patto di stabilità interno delle Regioni e degli enti locali partecipanti i soggetti di cui al comma 1 che non raggiungono gli obiettivi di cui al comma 2, nell'anno successivo a quello in cui risulta l'inadempienza, è peggiorato di un importo pari all'eccedenza rispetto al predetto obiettivo annuale non conseguito, in misura proporzionale alla quota di partecipazione. Il peggioramento dell'obiettivo opera anche qualora l'inadempimento sia accertato in anni successivi a quello della violazione, con riferimento all'anno di accertamento.

195-*tricies novies*. A decorrere dal 2015, i soggetti di cui al comma 1 che presentano un saldo economico negativo, nell'anno successivo:

a) non possono sostenere costi operativi in misura maggiore rispetto al valore medio dei costi registrati nel triennio precedente ridotti di un ammontare pari al valore del mancato conseguimento dell'obiettivo annuo;

b) non possono procedere ad assunzioni di personale a qualsiasi titolo e con qualsivoglia tipologia contrattuale, ivi compresi i rapporti di collaborazione a progetto, i contratti di somministrazione e ogni altra forma di lavoro flessibile.

195-*quadragies*. A decorrere dal 2015, i soggetti di cui al comma 1, che nell'anno precedente presentano un saldo economico negativo, procedono alla riduzione del 30 per cento del compenso dei componenti degli organi di amministrazione. Il conseguimento di un risultato economico negativo per due anni consecutivi rappresenta giusta causa ai fini della revoca degli amministratori in caso di ingiustificato mancato assolvimento degli adempimenti di cui al precedente periodo, gli amministratori degli enti partecipanti sono responsabili del conseguente danno erariale. Quanto previsto dal secondo e terzo periodo del presente comma non si applica ai soggetti il cui risultato economico, benché negativo, sia coerente con un piano di risanamento preventivamente approvato dall'ente controllante.

195-*quadragies semel*. Gli organi di revisione economico-finanziaria degli enti territoriali trasmettono annualmente una relazione sugli adempimenti e sui risultati conseguiti dai soggetti di cui al comma 1 alle competenti sezioni regionali di controllo della Corte dei conti, che segnalano tempestivamente agli enti partecipanti le situazioni idonee a determinare il mancato conseguimento dell'obiettivo di cui al comma 2.

195-*quadragies bis*. I soggetti di cui al comma 1, il cui bilancio 2014 registri un saldo economico o finanziario negativo, sono tenuti a raggiungere un valore non negativo entro l'esercizio 2018, secondo un piano di rientro, da comunicare entro il 31 dicembre 2014, con le modalità definite dal decreto di cui al comma 4.

195-*quadragies ter*. A decorrere dall'esercizio 2018, in caso di risultato negativo per quattro dei cinque esercizi precedenti i soggetti di cui al comma 1, diversi dalle società che svolgono direttamente servizi pubblici locali sono posti in liquidazione entro sei mesi dalla data di approvazione del bilancio o rendiconto relativo all'ultimo esercizio. In caso di mancato avvio della procedura di liquidazione entro il predetto termine, i successivi atti di gestione sono nulli e la loro adozione comporta responsabilità erariale dei soci, (*ex* comma 555).

195-*quadragies quater*. In relazione alle società a partecipazione comunale rientranti nell'obbligo di cui all'articolo 14, comma 32, decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito dalla legge 30 luglio 2010, n. 122, rispetto alle quali non è stata data attuazione alle prescrizioni contenute nelle medesime disposizioni, dalla data di entrata in vigore della legge di conversione del presente decreto-legge, e fino al completo adempimento degli obblighi previsti, è fatto divieto di corrispondere ogni tipo di emolumento ai componenti dei relativi consigli di amministrazione.

195-*quadragies quinquies*. Il comma 5-*bis* dell'articolo 114 del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, è sostituito dal seguente: "5-*bis*. Le aziende speciali e le istituzioni si iscrivono e depositano i propri bilanci al registro delle imprese o nel repertorio delle notizie economico-amministrative della camera di commercio, industria, artigianato e agricoltura del proprio territorio entro il 31 maggio di ciascun anno. L'Unioncamere trasmette al Ministero dell'economia e delle finanze, entro il 30 giugno, l'elenco delle predette aziende speciali e istituzioni ed i relativi dati di bilancio. Alle aziende speciali ed alle istituzioni si applicano le disposizioni del codice di cui al decreto legislativo 12 aprile 2006, n. 163, nonché le disposizioni che stabiliscono, a carico degli enti locali: divieto o limitazioni alle assunzioni di personale, contenimento degli oneri contrattuali e delle altre voci di natura retributiva o indennitaria e per consulenza anche degli amministratori; obblighi e limiti alla partecipazione societaria degli enti locali. Gli enti locali vigilano sull'osservanza del presente comma da parte dei soggetti indicati ai periodi precedenti".

195-*quadragies sexies*. All'articolo 6, decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito dalla legge 30 luglio 2010, n. 122, dopo, il comma 19, sono aggiunti i seguenti commi:

"19-*bis*. Con esclusione delle società direttamente eroganti servizi di pubblico interesse, dall'esercizio finanziario 2014, le amministrazioni di cui al comma precedente non possono, comunque, procedere alla sottoscrizione dell'aumento di capitale ai sensi dell'articolo 2447 del codice civile. In relazione alle società servizi di pubblico interesse si applicano le disposizioni di cui al

comma 19.

19-*ter*. Le disposizioni di cui ai commi 19 e 19-*bis* si applicano anche in relazione alle partecipazioni possedute nei consorzi,".

195-*quadragies septies*. Le disposizioni di cui al regio decreto 16 marzo 1942, n. 267 si intendono riferite anche alle società a partecipazione pubblica, che esercitano, una attività commerciale ai sensi dell'articolo 2195 del codice civile. Le suddette disposizioni non si applicano alle società a partecipazione pubblica previste come necessarie dalla legge. Fatto salvo quanto previsto ai periodi precedenti, deve essere sempre assicurata la piena ed efficace continuità nella prestazione di servizi di pubblico interesse.

195-*quadragies octies*. Sono soppressi:

a) l'ultimo periodo dell'articolo 18, comma 2-*bis*, del decreto-legge 25 giugno 2008, n. 112 convertito dalla legge 6 agosto 2003, n. 133;

b) i commi da 550 a 562 dell'articolo 1 della legge 23 dicembre 2013, n. 147, ad eccezione della lettera *a)* del comma 559.

195-*quadragies novies*. Sono escluse dai vincoli del patto di stabilità interno le spese per investimenti infrastrutturali effettuate dalle amministrazioni pubbliche regionali o locali, utilizzando le risorse derivanti dalla dismissione delle partecipazioni dalle stesse detenute nelle società di cui al comma 1. L'esclusione delle spese opera anche se esse sono effettuate in più anni, purché nei limiti complessivi delle medesime risorse»;

d) al medesimo articolo 2, dopo il comma 39, inserire i seguenti:

«39-*bis*. Ai fini della valorizzazione del patrimonio dello Stato e dell'abbattimento del debito pubblico è costituita la società per azioni denominata fondo immobiliare Italia' S.p.A. con capitale sociale iniziale di 1 milione di euro interamente sottoscritto dal ministero dell'economia e delle finanze. Successivi aumenti di capitale sociale sono attuati secondo quanto previsto dai . successivi commi 2 e 3. La fondo immobiliare Italia S.p.A. può collocare titoli obbligazionari sui mercato.

39-*ter*. Con contratto preliminare di vendita, secondo prezzi e modalità di pagamento concordate, lo Stato trasferisce alla Cassa depositi e prestiti propri beni e diritti disponibili e non strategici per un controvalore di 400 miliardi di euro. Alla Cassa depositi e prestiti medesima viene altresì dato mandato di conferire alla società per azioni fondo immobiliare Italia' il contratto preliminare di vendita di cui al precedente periodo a fronte di un aumento del capitale sociale pari al valutazione del medesimo contratto preliminare secondo le ordinarie regole stabilite dall'articolo 2343 del codice civile.

39-*quater*. La fondo immobiliare Italia S.p.A., successivamente al conferimento da parte di Cassa depositi e prestiti previsto al precedente comma 2, delibera un aumento di capitale pari a non meno di un quarto del valore periziato dei beni e diritti oggetto del contratto preliminare di vendita indicato dal precedente comma 2. La sottoscrizione delle quote del fondo immobiliare Italia' è aperta al soggetti privati italiani ed esteri operanti nel settore bancario e finanziario.

39-*quinquies*. Per acquistare a titolo definitivo i beni e diritti dello Stato da valorizzare, già oggetto del contratto preliminare di cui al comma 2, fondo immobiliare Italia S.p.A. emette e colloca sul mercato obbligazioni a scadenza non inferiore a Cinque anni, prive della garanzia dello Stato, con *warrant* negoziabile separatamente.

39-*sexies*. Il ministro dell'economia e delle finanze con proprio decreto da emanarsi entro tre mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge stabilisce le modalità attuative del presente articolo, con particolare riguardo allo statuto di funzionamento della società, alle modalità attuative riguardanti la sottoscrizione del capitale del fondo immobiliare da parte di operatori bancari e finanziari privati, e ai requisiti richiesti ai predetti operatori bancari e finanziari per la partecipazione al capitale del fondo. Il ministero dell'economia e delle finanze partecipa al capitale del fondo immobiliare Italia con una propria quota non superiore al 10 per cento del totale. I corrispettivi derivanti dalla cessione dei beni e diritti dello Stato sono destinati esclusivamente alla riduzione del debito pubblico»;

all'articolo 1, sopprimere il comma 132;

all'articolo 2, dopo il comma 253, aggiungere il seguente:

«253-*bis*. Nell'attuazione del Patto per la salute di cui al presente articolo devono essere individuate le misure necessarie a garantire l'introduzione dei costi *standard* nel comparto della sanità. Dall'attuazione del presente comma devono derivare risparmi pari a 0,8 miliardi di euro annui a decorrere dal 2015».

Alla Tabella A la voce Ministero dell'Economia*, è ridotta di 1 milione per l'anno 2015;*

all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per, un importo pari a 500 milioni di euro per l'anno 2015 e a 140 milioni di euro annui a decorrere dal 2016».

2.1313

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 195, inserire il seguente:

«195-*bis*. Al fine di garantire l'esercizio delle funzioni amministrative fino alla completa emanazione dei provvedimenti previsti dalla legge 7 aprile 2014, n. 56, le Province e le Città metropolitane sono autorizzate a sospendere in tutto o in parte, per un periodo massimo di un triennio, decorrente dall'esercizio 2015, il pagamento delle rate di ammortamento in conto capitale ed in conto interessi dei mutui in corso con la Cassa depositi e Prestiti.

195-*ter*. L'autorizzazione alla sospensione viene concessa con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, da emanare entro trenta giorni dall'entrata in vigore della presente legge dall'inoltro mediante posta elettronica certificata, da parte della Provincia o Città metropolitana interessata, di apposita richiesta, corredata da prospetto dimostrativo sottoscritto dal presidente dell'ente, dal segretario generale, dai responsabile dei servizi finanziari nonché dai componenti dei collegio dei revisori.

195-*quater*. I modelli della richiesta e dei prospetto dimostrativo vengono approvati con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze da emanare, sentita la Conferenza Stato Città Autonomie locali, entro trenta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge.

195-*quinquies*. L'ammortamento dei mutui sospesi riprende a decorrere dalla scadenza del periodo di sospensione, nel corso del quale le Province e le Città metropolitane corrispondono all'istituto mutuante, in rate semestrali scadenti al 30 giugno e al 31 dicembre di ciascuna delle annualità di sospensione, l'importo degli interessi dovuti sull'ammontare complessivo delle rate sospese, calcolato nella misura dell'1 per cento annuo dell'ammontare medesimo, come stabilito dal decreto 30 maggio 2014, del Ministro dell'economia e delle finanze».

2.1315

CERONI, RAZZI

Precluso

Dopo il comma 195, inserire i seguenti:

«195-*bis*. Al fine di garantire l'esercizio delle funzioni amministrative fino alla completa emanazione dei provvedimenti previsti. dalla legge 7 aprile 2014, n. 56, le Province e le Città metropolitane sono autorizzate a sospendere in tutto o in parte, per un periodo massimo di un triennio, decorrente dall'esercizio 2015, il pagamento delle rate di ammortamento in conto capitale ed in conto interessi dei mutui in corso con la Cassa depositi e Prestiti.

195-*ter*. L'autorizzazione alla sospensione, viene concessa con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, da emanare entro trenta giorni dall'entrata in vigore della presente legge dall'inoltro mediante posta elettronica certificata, da parte della Provincia o Città metropolitana interessata, di apposita richiesta, corredata da prospetto dimostrativo sottoscritto dal presidente dell'ente, dal segretario generale, dal responsabile dei servizi finanziari nonché dai componenti del collegio dei revisori.

195-*quater*. I modelli della richiesta e del prospetto dimostrativo vengono approvati con decreto

del ministro dell'economia e delle finanze da emanare, sentita la Conferenza Stato Città Autonomie locali, entro trenta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge.

195-*quinquies*. L'ammortamento dei mutui sospesi riprende a decorrere dalla scadenza del periodo di sospensione, nel corso del quale le Province e le Città metropolitane corrispondono all'istituto mutuante, in rate semestrali scadenti al 30 giugno e al 31 dicembre di ciascuna delle annualità di sospensione, l'importo degli interessi dovuti sull'ammontare complessivo delle rate sospese, calcolato nella misura dell'1 per cento annuo dell'ammontare medesimo, come stabilito dal decreto 30 maggio 2014, del ministro dell'economia e delle finanze».

2.1316

LIUZZI

Precluso

Dopo il comma 195, aggiungere i seguenti:

«195-*bis*. Al fine di garantire l'esercizio delle funzioni amministrative fino alla completa emanazione dei provvedimenti previsti dalla legge 7 aprile 2014, n. 56, le Province e le Città metropolitane sono autorizzate a sospendere in tutto o in parte, per un periodo massimo di un triennio, decorrente dall'esercizio 2015, il pagamento delle rate di ammortamento in conto capitale ed in conto interessi dei mutui in corso con la Cassa depositi e Prestiti.

195-*ter*. L'autorizzazione alla sospensione viene concessa con decreto dei Ministro dell'economia e delle finanze, da emanare entro trenta giorni dall'entrata in vigore della presente legge dall'inoltro mediante posta elettronica certificata, da parte della Provincia o Città metropolitana interessata, di apposita richiesta, corredata da prospetto dimostrativo sottoscritto dal presidente dell'ente, dal segretario generale, dal responsabile dei servizi. finanziari nonché dai componenti del collegio dei revisori.

195-*quater*. I modelli della richiesta e del prospetto dimostrativo vengono approvati con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze da emanare, sentita la Conferenza Stato Città Autonomie locali, entro trenta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge.

195-*quinquies*. L'ammortamento dei mutui sospesi riprende a decorrere dalla scadenza del periodo di sospensione, nel corso del quale le Province e le Città metropolitane corrispondono all'istituto mutuante, in rate semestrali scadenti al 30 giugno e ai 31 dicembre di ciascuna delle annualità di sospensione, l'importo degli interessi dovuti sull'ammontare complessivo delle rate sospese, calcolato nella misura dell'1 per cento annuo dell'ammontare medesimo, come stabilito dal decreto 30 maggio 2014, del Ministro dell'economia e delle finanze».

2.1339

CERONI

Precluso

Dopo il comma 195 inserire il seguente:

«195-*bis*. I comuni con popolazione fino a 30.000 abitanti, secondo i dati ISTAT riferiti al 31 dicembre 2012, possono utilizzare gli spazi finanziari derivanti dall'esclusione di cui al comma 9-*bis* dell'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n. 183 anche con riferimento agli impegni di parte corrente sostenuti entro l'anno 2014».

2.1340

FRAVEZZI, BATTISTA, LANIECE, Fausto Guilherme LONGO, PALERMO, PANIZZA, DI GIACOMO, FORNARO, CONTE

Precluso

Dopo il comma 195 inserire il seguente:

«195-*bis*. I comuni con popolazione fino a 30.000 abitanti, secondo i dati ISTAT riferiti al 31 dicembre 2012, possono utilizzare gli spazi finanziari derivanti dall'esclusione di cui al comma 9-*bis* dell'articolo 31 della legge 12 novembre 2011, n. 183 anche con riferimento agli impegni di parte corrente sostenuti entro l'anno 2014».

2.1341

COMAROLI, BISINELLA, DIVINA, TOSATO

Precluso

All'articolo 2 dopo il comma 195 inserire il seguente:

«195-*bis*. L'articolo 13 della legge 27 dicembre 2002, n.289, si interpreta nel senso che le Regioni e gli enti locali possono attivare le disposizioni per la definizione dei tributi locali di cui al medesimo articolo, con riferimento ad annualità antecedenti la data di adozione del proprio provvedimento ed indicate dal provvedimento stesso».

2.1343

BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, Eva LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Dopo il comma 195, aggiungere i seguenti:

«195-*bis*. All'articolo 13, comma 7, primo periodo, del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, è aggiunto, in fine, il seguente periodo: "Per gli immobili locati con contratti stipulati ai sensi dell'articolo 2, comma 3, della legge 9 dicembre 1998, n. 431, l'aliquota non può essere superiore allo 0,4 per cento".

195-*ter*. Agli oneri derivanti dai presente articolo si provvede mediante corrispondente riduzione del Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307"».

2.1349 (testo 3)

ZELLER, BERGER, PALERMO, LANIECE, BATTISTA, FRAVEZZI, PANIZZA

Precluso

Dopo il comma 198, inserire il seguenti:

«198-*bis*. All'articolo 14, comma 1 del decreto legislativo 14 marzo 2011, n. 23, sono aggiunte, in fine, le seguenti parole: "Le disposizioni di cui al presente comma si applicano anche all'imposta municipale immobiliare IMI della Provincia di Bolzano, istituita con legge provinciale 23 aprile 2014, n. 3"».

2.1351

URAS

Precluso

Dopo il comma 199, inserire i seguenti:

«199-*bis*. Ai fini della accelerazione della spesa e di prevenzione di contenziosi onerosi per la Pubblica Amministrazione, tutti gli atti di assunzione di impegni di spesa di importo pari o superiore alle soglie per gli appalti pubblici di rilevanza comunitaria di Regioni, Enti Locali territoriali e Aziende Sanitarie, sono sottoposti a controllo preventivo di legittimità dalla Corte dei Conti. I predetti atti assumono efficacia solo dopo l'ammissione al visto e alla registrazione della Corte dei Conti, che provvede di norma entro il termine massimo di 60 giorni. Il prowedimento ammesso al visto non può essere fatto oggetto di ricorso.

199-*ter*. Al fine di evitare ritardi nel compimento dell'azione amministrativa, si applicano, in quanto compatibili, le norme previste dalla Legge 24 novembre 2000, n. 340».

2.1353

CERONI

Precluso

Dopo il comma 199, inserire il seguente:

«199-*bis*. Al paragrafo n. 3.3 dell'allegato 4.2 "PRINCIPIO CONTABILE APPLICATO CONCERNENTE LA CONTABILITÀ FINANZIARIA" al decreto legislativo 23 giugno 2011, n. 118, e successive modificazioni, prima delle parole: "In sede di rendiconto, fin dal primo esercizio di applicazione del presente principio" sono inserite le seguenti: "Nell'esercizio 2015, gli enti che

hanno partecipato alla sperinientazione possono utilizzare i proventi derivanti dalle alienazioni patrimoniali per la copertura del fondo crediti di dubbia esigibilità di parte corrente, per un importo non superiore alla differenza tra l'accantonamento stanziato in bilancio per il fondo e quello che avrebbero stanziato se non avessero partecipato alla sperimentazione"».

2.1354

BULGARELLI, MONTEVECCHI

Precluso

Dopo il comma 200, aggiungere i seguenti:

«200-*bis*. Per favorire la ripresa economica nei territori dei comuni colpiti dal sisma del 20 e 29 maggio 2012, di cui all'articolo 1, comma 1, del decreto-legge 6 giugno 2012, n. 74, convertito con modificazioni dalla legge 1º agosto 2012 n. 122 e dall'evento alluvionale del gennaio 2014, individuati all'articolo 3 del decreto-legge del 28 gennaio 2014, n. 4, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 marzo 2014, n. 50, il CIPE, su proposta del Ministro dello sviluppo economico e sentita la Regioni Emilia-Romagna, si provvede all'individuazione ed alla perimetrazione, di Zone franche urbane, della durata di tre anni, con riferimento ai periodi di imposta 2014,2015 e 2016, ai sensi dell'articolo 1, commi da 340 a 343, della legge 27 dicembre 2006, n. 296 e successive modificazioni, sulla base di parametri fisici e. socio-economici rappresentativi dei fenomeni e degli effetti provocati dagli eventi calamitosi sul tessuto economico e produttivo, in applione del Trattato sul funzionamento dell'Unione europea (TFUE), art. 107, paragrafo 2, lett. *b)*. Gli aiuti di Stato corrispondenti all'ammontare delle agevolazioni di cui al comma 200-*quater*, sono concessi ai sensi e nei limiti del Regolamento (CE) n. 1407/2013 del 18 dicembre 2013 della Commissione, relativo all'applicazione degli articoli 107 e 108 del Trattato sul funzionamento dell'Unione europea agli aiuti di importanza minore (*de minimis*) e dal Regolamento (CE) n. 1408/2013 del 18 dicembre 2013 relativo all'applicazione degli articoli 107 e 108 del Trattato sul funzicmamento dell'Unione europea agli aiuti di importanza minore (*de minimis*) nel settore agricolo.

200-*ter*. Possono beneficiare delle agevolazioni di cui al comma 200-*bis* le microimprese localizzate all'interno della zona franca di cui al medesimo comma 200-*bis* così come definite dalla Raccomandazione 2003/3611CE della Commissione, del 6 maggio 2003 e del decreto del Ministro delle attività produttive 18 aprile 2005, con un reddito lordo nel 2013 inferiore a 200.000 euro e un numero di addetti inferiore o uguale a 9.

200-*quater*. Per le finalità di cui al comma 200-*bis* è autorizzata la spesa di 60 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 60 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016, 2017».

2.1355

ZELLER, BERGER, PALERMO, LANIECE, BATTISTA, FRAVEZZI, PANIZZA

Precluso

Dopo il comma 200, inserire il seguente:

«200-*bis*. Al codice dei contratti pubblici relativi a lavori, servizi e fomiture, di cui al decreto legislativo 12 aprile 2006, n. 163, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 33, dopo il comma 3-*bis*, è aggiunto il seguente:

"3-*ter*. Le disposizioni del comma 3-*bis* non si applicano:

a) alle acquisizioni di lavori, beni e servizi effettuate in economia mediante amministrazione diretta, di cui all'articolo 125, nei limiti ivi indicati;

b) alle acquisizioni di lavori, beni e servizi nei casi di cui al secondo periodo del comma 8 e al secondo periodo del comma 11 dell'articolo 125.

c) le acquisizioni di lavori, beni e servizi, con la sola eccezione delle spese per l'esecuzione di interventi in amministrazione diretta fmo a 50.000 curo avviene attraverso gli strumenti telematici di

acquisto gestiti da Consip Spa o da altro soggetto aggregatore".

b) all'articolo 125, dopo il comma 14 è aggiunto il seguente:

"14-*bis*. Le singole spese correnti di carattere variabile di importo non superiore a cinquemila euro, concernenti le ordinarie provviste di beni, di forniture e di servizi necessari per il funzionamento degli uffici e servizi dell'ente, possono essere effettuate dagli enti locali senza ricorrere agli strumenti elettronici di acquisto gestiti dalla società Consip Spa o da altro soggetto aggregatore di riferimento, in deroga alle disposizioni dell'articolo 33, comma 3-*bis*, del presente codice e del secondo periodo del comma 450 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2006, n. 296, e successive modificazioni."».

2.1356

ZELLER, BERGER, PALERMO, LANIECE, BATTISTA, FRAVEZZI, PANIZZA

Precluso

Dopo il comma 200, inserire il seguente:

«200-*bis*. Al codice dei contratti pubblici relativi a lavori, servizi e fomiture, di cui al decreto legislativo 12 aprile 2006, n. 163, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 33, dopo il comma 3-*bis*, è aggiunto il seguente:

"3-*ter*. Le disposizioni del comma 3-*bis* non si applicano:

a) alle acquisizioni di lavori, beni e servizi effettuate in economia mediante amministrazione diretta, di cui all'articolo 125, nei limiti ivi indicati;

b) alle acquisizioni di lavori, beni e servizi nei casi di cui al secondo periodo del comma 8 e al secondo periodo del comma 11 dell'articolo 125".

b) all'articolo 125, dopo il comma 14 è aggiunto il seguente:

"14-*bis*. Le singole spese correnti di carattere variabile di importo non superiore a cinquemila euro, concernenti le ordinarie provviste di beni, di forniture e di servizi necessari per il funzionamento degli uffici e servizi dell'ente, possono essere effettuate dagli enti locali senza ricorrere agli strumenti elettronici di acquisto gestiti dalla società Consip Spa o da altro soggetto aggregatore di riferimento, in deroga alle disposizioni dell'articolo 33, comma 3-*bis*, del presente codice e del secondo periodo del comma 450 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2006, n. 296, e successive modificazioni."».

2.1357

URAS

Precluso

Sostituire il comma 201 con il seguente:

«201. Al fine di dare piena applicazione al regime regolatore dei rapporti finanziari tra lo Stato e la Regione Sardegna, disciplinato dalle disposizioni di cui all'articolo 1, comma 834 e seguenti, della legge 27 dicembre 2006, n. 296, gli accantonamenti disposti dalla nonrurtiva vigente a valere sulle quote di compartecipazione ai tributi erariali spettanti alla Regione Sardegna sono versati alla medesima regione nella misura di enro 300 milioni per l'anno 2015, euro 200 milioni per l'anno 2016 ed euro 70 milioni per l'anno 2017. Per gli anni dal 2015 al 2018 le riserve di cui all'articolo 1, comma 508, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, afferenti al territorio della Regione Sardegna, sono versate alla medesima regione nella misura di euro 230 milioni per ciascuno degli anni dal 2015 al 2018».

Conseguentemente al comma 112, sostituire la parola: «250» *con la seguente:* «150»; *al comma 121, sostituire le parole:* «200 milioni di euro annui a decorrere dal 2015» *con le seguenti:* «100 milioni per ciascun anno del triennio 2015-2017, 70 milioni di euro nel 2018 e 200 milioni di euro annui a decorrere dal 2019»; *al comma 124 sostituire la parola:* «850 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015-2016» *con le seguenti:* «620 milioni di euro per il 2015 e di 720 milioni di euro per il 2016»; *alla Tabella A, voce:* «Ministero dell'economia e delle finanze», *apportare le seguenti modifiche:*

2015:

- CP: - 100.000.000;

CS: - 100.000.000.

2016:

- CP: - 100.000.000;
  CS: - 100.000.000.

2017:

- CP: - 100.000.000;
  CS: - 100.000.000.

2.1358

URAS

Precluso

Al comma 201 sostituire le parole da: «finalizzate» fino a: «medesima Regione» con le seguenti: «finalizzate all'abbattimento del debito della Regione Sardegna verso gli istituti creditori, verso gli enti locali e verso le imprese».

2.1360

CERONI

Precluso

Al comma 202, lettera a) le parole: «in caso di locazione» sono sostituite dalle seguenti: «in caso di nuova locazione».

2.1361

CERONI

Precluso

Al comma 202, lettera a), capoverso, dopo le parole: «uffici giudiziari», sono aggiunte le seguenti: «, fatti salvi i contratti di locazione esistenti».

2.1362

COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI

Precluso

Al comma 202, lettera a), sostituire le parole: «1º settembre», con le seguenti: «1º gennaio».

2.1363

CERONI

Precluso

Al comma 202, lettera a), ultimo periodo, le parole: «continuano a conservare», sono sostituite dalle seguenti: «possono continuare à conservare».

2.1364

CERONI

Precluso

Al comma 203, secondo periodo, dopo le parole: «presente articolo», sono aggiunte le seguenti: «, ivi comprese le spese obbligatorie riconosciute ai Comuni negli anni 2011, 2012, 2013 e 2014 e non ancora erogate,».

2.1365

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 203, ultimo periodo, sostituire le parole: «dall'anno 2016», con le seguenti: «dall'anno 2015».

2.1366

BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, Eva LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Dopo il comma 205, inserire il seguente:

«205-*bis*. Entro il 31 gennaio 2015 sono adottati provvedimenti normativi, volti a estendere l'adozione dei costi *standard* di cui al decreto legislativo 26 novembre 2010, n. 216, ai beni e servizi acquistati dai comuni ne1t'ambito delle prestazioni socio-educative per la prima infanzia, al fine di

assicurare risparmi di spesa pari a 300 milioni di euro per ciascun anno. Qualora entro la predetta data non siano adottati i provvedimenti di cui al primo periodo del presente comma, i trasferimenti statali ai predetti enti sono ridotti di un importo equivalente ai risparmi di spesa attesi».

Conseguentemente, all'articolo 1, dopo il comma 118, è inserito il seguente:

«118-*bis*. È autorizzata la spesa di 300 milioni di euro per l'anno 2015 per l'attuazione degli interventi di cui al «Piano straordinario di interventi per lo sviluppo del sistema territoriale dei servizi socio-educativi», di cui all'articolo 1, comma 1259 della legge 27 dicembre 2006, n. 296. Le risorse sono destinate alle regioni ricomprese nell'obiettivo europeo «Convergenza»: Calabria, Campania, Puglia, Sicilia, ai fini del raggiungimento dell'obiettivo di copertura territoriale per la fornitura di servizi per l'infanzia.

2.1367

BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, Eva LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Dopo il comma 205, inserire il seguente:

«205-*bis*. Entro il 31 gennaio 2015 sono adottati provvedimenti normativi, volti a estendere l'adozione dei costi *standard* di cui al decreto legislativo 26 novembre 2010, n. 216, ai beni e servizi acquistati dai comuni al fine di assicurare risparmi di spesa pari a 1 miliardo di euro per ciascun anno. Qualora entro la predetta data non siano adottati i provvedimenti di cui al primo periodo del presente comma, i trasferimenti statali ai predetti enti sono ridotti di un importo equivalente ai risparmi di spesa attesi».

Conseguentemente, all'articolo 2, dopo il comma 193, inserire il seguente:

«193-*bis*. Per l'anno 2015 non sono considerati nel saldo finanziario in termini di competenza mista rilevante ai fini della verifica del rispetto del patto di stabilità interno, per un importo di 1.000 milioni, i pagamenti sostenuti dai comuni per interventi a tutela dell'ambiente, per la messa in sicurezza del territorio e per il pagamento degli straordinari alle forze della polizia locale per le attività di contrasto alla criminalità ambientale».

2.1372

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 206, aggiungere il seguente:

«206-*bis*. All'articolo 3, comma 2-*bis* del decreto-legge 23 ottobre 1996, n. 543, convertito con modifiche con la legge 20 dicembre 1996, n. 639, dopo le parole: "dall'amministazione di appartenenza" aggiungere le seguenti: "il rimborso compete anche agli mministratoriassolti in via definitiva con sentenza emanata prima della data di entrata in vigore della presente legge"».

2.1374

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Sopprimere il comma 207.

Conseguentemente all'articolo 1 dopo il comma 131 aggiungere il seguente:

«131-*bis*. Il fondo per la riduzione della pressione fiscale di cui all'articolo 1, comma 431, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, e successive modificazioni, è incrementato di 110 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015».

2.1375

BIGNAMI, PEPE, Maurizio ROMANI, MUSSINI

Precluso

Sopprimere il comma 207.

2.1376

PICCOLI, CERONI, AMIDEI

Precluso

Sopprimere il comma 207 è soppresso.

Conseguentemente, le risorse di cui all'articolo 1, comma 98 sono incrementate di 110 milioni di euro.

2.1377

LEZZI, BULGARELLI, MANGILI

Precluso

Sopprimere il comma 207.

2.1378

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Sopprimere il comma 207 dell'articolo 2.

2.1379

STEFANI, BISINELLA, MUNERATO, BELLOT, TOSATO, ARRIGONI, CROSIO, COMAROLI

Precluso

Sostituire il comma 207 (Roma Capitale) con il seguente:

«207. È autorizzata la spesa di 110 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015, in favore della regione Veneto, quale contributo dello Stato ai fini dell'attuazione del Piano generale di messa in sicurezza idrogeologica del territorio veneto predisposto a seguito degli eventi alluvionali dell'anno 2010».

2.1380

CROSIO, ARRIGONI, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Sostituire il comma 207 (Roma Capitale) con il seguente:

«207. È autorizzata la spesa di 110 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015, in favore dell'ANAS SpA ai fini del completamento delle opere relative all'Accessibilità stradale della Valtellina di cui alla legge 21dicembre 2001, n. 443».

2.1381

ARRIGONI, CENTINAIO, CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Al comma 207 sostituire le parole: «A decorrere dall 'anno 2015» con le seguenti: «A decorrere dall'anno 2016».

Conseguentemente, dopo il comma 207, inserire il seguente:

«207-*bis*. L'articolo 33-*bis* del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito, con modificazioni. dalla legge Il novembre 2014, n. 164, è sostituito dal seguente:

"Art. 33-bis. Interventi di bonifica dall'amianto da realizzare nei territori compresi nei siti di bonifica di interesse nazionale di Casale Monferrato e Broni - 1. Nell'anno 2015 le spese per interventi di bonifica dall'amianto effettuati dai comuni di Casale Monferrato e Broni nel perimetro dei siti di bonifica di interesse nazionale di Casale Monferrato e Broni, a valere e nei limiti dei trasferimenti erogati nel medesimo anno, rispettivamente dalla regione Piemonte e dalla Regione Lombardia, nonché i trasferimenti stessi, sono esclusi dal patto di stabilità interno dei medesimi comuni. L'esclusione opera nel limite massimo di 110 milioni per il comune di Broni"».

2.1382

MUNERATO, BISINELLA, BELLOT, STEFANI, TOSATO, ARRIGONI, CROSIO, COMAROLI

Precluso

Al comma 207, sostituire le parole: «110 milioni» con le seguenti: «90 milioni».

Conseguentemente, dopo il comma 207, inserire il seguente:

«207-*bis*. All'articolo 45, della legge 23 luglio 2009, n. 99, il comma 2, è sostituito con il seguente:

"2. Nello stato di previsione del Ministero dello sviluppo economico è istituito il Fondo

preordinato alla riduzione del prezzo alla pompa dei carburanti per i residenti nelle regioni interessate dalla estrazione di idrocarburi liquidi e gassosi nonché dalle attività di rigassificazione anche attraverso impianti fissi *offshore*».

2.1383

MUNERATO, BISINELLA, BELLOT, STEFANI, TOSATO, ARRIGONI, CROSIO, COMAROLI

Precluso

Al comma 207, sostituire le parole: «110 milioni» con le seguenti: «90 milioni».

Conseguentemente, dopo il comma 207, inserire il seguente:

«207-*bis*. All'articolo 45, della legge 23 luglio 2009, n. 99, e successive modificazioni, al comma 2, sono aggiunte, in fine, le seguenti parole: "nonché dalle attività di rigassificazione anche attraverso impianti fissi *offshore*"».

2.1384

TOSATO, COMAROLI, BISINELLA

Precluso

Al comma 207, sostituire le parole: «110 milioni» con le seguenti: «30 milioni».

Conseguentemente sopprimere il comma 33 dell'articolo 3.

2.1387

MANGILI, BULGARELLI, AIROLA, CIOFFI, SCIBONA

Precluso

Sopprimere il comma 208.

2.1390

MANGILI, BULGARELLI, AIROLA, SCIBONA

Precluso

Sopprimere il comma 210.

2.1392

CERONI

Precluso

Dopo il comma 210 aggiungere il seguente:

«210-*bis*. il comma 4 dell'articolo 24 del decreto legislativo 6 maggio 2011, n. 68 è soppresso. A decorrere dal 2015, le Città metropolitane di cui alla legge 7 aprile 2014 n. 56, hanno la facoltà di istituire:

a) un'addizionale sui diritti di imbarco di passeggeri sulle aeromobili fino ad un massimo di due euro per passeggero imbarcato. L'addizionale è versata alle città metropolitane, nel cui territorio ha sede l'aeroporto, sulla base di apposito decreto del Ministero dell'economia e delle finanze di natura non regolamentare che determina altresì le modalità dei controlli;

b) un'imposta di sbarco a carico dei passeggeri delle imbarcazioni che attraccano nei porti situati nel territorio delle città metropolitane. L'imposta si applica fino ad un massimo di due euro da riscuotere unitamente al prezzo del biglietto da parte delle compagnie di navigazione che forniscono collegamenti marittimi di linea La compagnia di navigazione è responsabile del pagamento dell'imposta, con diritto di rivalsa sui soggetti passivi, della presentazione della dichiarazione e degli ulteriori adempimenti previsti dalla legge e dal regolamento. Per l'omessa o infedele presentazione della dichiarazione da parte del responsabile d'imposta si applica la sanzione amministrativa dal 100 al 200 per cento dell'importo dovuto. Per l'omesso, ritardato o parziale. versamento dell'imposta si applica la sanzione amministrativa di cui all'articolo 13 del decreto legislativo 18 dicembre 1997, n. 471, e successive modificazioni. Per tutto quanto non previsto dalle presenti disposizioni si applica l'articolo 1, commi da 158 a 170 della legge 27 dicembre 2006, n.296. L'imposta non è dovuta dai soggetti residenti nel territorio della città metropolitana, dai lavoratori e dagli studenti pendolari. Le città metropolitane possono prevedere nel regolamento modalità applicative del tributo, nonché eventuali esenzioni e riduzioni per particolari fattispecie o per determinati periodi di tempo.

La riscossione dell'incremento dell'addizionale comunale di cui alla lettera *a)* avviene a cura dei

gestori di servizi aeroportuali, con le modalità in uso per la riscossione dei diritti di imbarco. li versamento da parte delle compagnie aeree avviene entro tre mesi dalla fine del mese in cui sorge l'obbligo. Nell'anno di istituzione, le succitate imposte si applicano a decorrere dal primo giorno del secondo mese successivo all'emanazione del relativo regolamento metropolitano, salva l'eventuale indicazione di data successiva nel regolamento medesimo. Le variazioni delle tariffe disposte dalla città metropolitana entro i termini di legge, ma successivamente al primo gennaio dell'anno di riferimento delle variazioni medesime, decorrono dal mese successivo alla data di esecutività della deliberazione di variazione. Le disposizioni di cui ai precedenti periodi si applicano anche alle città metropolitane delle Regioni a Statuto Speciale, istituite o da istituire con apposita legge regionale».

2.1393

CERONI

Precluso

Dopo il comma 210 è inserito il seguente:

«210-*bis*. L'addizionale comunale sui diritti d'imbarco di passeggeri sulle aeromobili, istituita dall'articolo 2 comma 11 della Legge 24 dicembre 2003, n. 350, per l'anno 2014 è pari ad 3,50 euro per passeggero imbarcato di cui 1,00 euro destinato ai Comuni aeroportuali ed è versata all'entrata del bilancio dello Stato, per la successiva riassegnazione quanto a 30 milioni di euro destinata in un apposito fondo presso il Ministero delle Infrastrutture e dei trasporti per compensare ENAV spa, secondo modalità regolate dal contratto di servizio di cui all'art. 9 della legge 21 dicembre 1996, n.665, per i costi sostenuti da ENAV Spa per garantire la sicurezza ai propri impianti e per garantire la sicurezza operativa, e per la quota eccedente secondo i seguenti criteri e priorità:

a) il 40 per cento del totale destinato a favore dei comuni del sedime aeroportuale o con lo stesso confinanti secondo la media delle seguenti percentuali: percentuale di superficie del territorio comunale inglobata nel recinto aeroportuale sul totale del sedime; percentuale della superficie totale del comune nel limite massimo di 100 chilometri quadrati. il Ministero dell'Economia e delle Finanze provvede con apposito decreto, sentita la Conferenza Stato Città ed Autonomie locali, entro il 30 giugno ed il 30 dicembre di ogni anno, al riparto rispettivamente dell'acconto e del saldo annuale ai Comuni sulla base del rispettivo traffico aeroportuale dell'anno precedente e al versamento in un apposito conto destinato ai Comuni Aeroportuali;

b) il 60 per cento del totale destinato in un apposito fondo istituito presso il Ministero dell'Interno al fine di pervenire ad efficaci misure di tutela dell'incolumità delle persone e delle strutture, per il finanziamento di misure volte alla prevenzione e al contrasto della criminalità e al potenziamento della sicurezza nelle strutture aeroportuali e nelle principali stazioni ferroviarie».

2.1397

MILO

Precluso

Dopo il comma 210 aggiungere il seguente:

«210-*bis*. Il comma 25, dell'articolo 16, del decreto-legge 13 agosto 2011, n. 138, convertito, con modificazioni, dalla legge 14 settembre 2011, n. 148, è soppresso.»

2.1400

BRUNI

Precluso

Dopo il comma 210, aggiungere il seguente:

«210-*bis*. All'articolo 1 della Legge 7 aprile 2014, n. 56 il comma 84 è sostituito dal seguente: "84. Gli incarichi di consigliere provinciale e di componente dell'assemblea dei sindaci sono esercitati a titolo gratuito. Il presidente della provincia ha diritto di percepire una indennità di funzione nei limiti fissati dall'articolo 82 del testo unico, fermo restando, in ogni caso, il divieto di cumulo con altra indennità di funzione. Restano a carico della provincia gli oneri connessi con le attività in materia di status degli amministratori, relativi ai permessi retribuiti, agli oneri previdenziali, assistenziali e assicurativi di cui agli articoli 80, 84, 85 e 86 del testo unico."».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle fmanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 5.000.000;
2016: - 5.000.000;
2017: - 5.000.000.

2.1404

ORELLANA, PAGNONCELLI, CASALETTO

Precluso

Dopo il comma 210, aggiungere Il seguente:

«210-*bis*. Ai fini del superamento delle criticità della viabilità caratterizzanti l'area dell'Oltrepò Orientale, in particolare della provincia di Pavia e Milano, è autorizzata in favore della Provincia di Pavia la spesa di 18 milioni di euro per gli anni 2015, 2016, 2017, per la costruzione di un ponte che sostituisca Il Ponte della Becca, lungo la ex S.S. 617 "Bronese"».

Conseguentemente, alla Tabella B, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:

2015: - 18.000.000;
2016: - 18.000.000;
2017: - 18.000.000.

2.1409

MILO

Precluso

Dopo il comma 210, aggiungere il seguente:

«210-*bis*. All'articolo 14, comma 1, lettera *a)* del decreto-legge 13 agosto 2011, n. 138, convertito, con modificazioni, dalla legge 14 settembre 2011, n. 148, sostituire le parole: "fino a sei milioni di abitanti" con le seguenti: "fino a cinque milioni di abitanti"; a 60 per le Regioni con popolazione fino a sei milioni di abitanti».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 2.000.000;
2016: - 2.000.000;
2017: - 2.000.000.

2.1410

MILO

Precluso

Dopo il comma 210, aggiungere il seguente:

«210-*bis*. All'articolo 13, comma 3, del decreto-legge 13 agosto 2011, n. 138, convertito, con modificazioni, dalla legge 14 settembre 2011, n. 148, sostituire le parole: "15.000 abitanti" con le seguenti: "20.000 abitanti".

2.1411

COMAROLI, BISINELLA, DIVINA, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 210, inserire il seguente:

«210-*bis.* Al Decreto del Presidente della Repubblica 28 settembre 1994 n. 634 è apportata la seguente modifica:

All'articolo 1 comma 2 dopo le parole: «periferiche dello Stato» sono aggiunte le seguenti parole: «nonché gli Enti locali limitatamente all'espletamento di funzioni di polizia stradale e sicurezza urbana,».

2.1415

SCIBONA, CIOFFI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Sopprimere il comma 211.

2.1420

BONFRISCO

Precluso

Dopo il comma 211, inserire il seguente:

«211-*bis*. La disposizione di cui all'articolo 1, comma 38, della legge23 agosto 2004, non si applica alle cessioni di proprietà relative agli immobili acquisiti in locazione ai sensi dell'articolo 18, comma 6, del decreto-legge 13 maggio 1991, n. 152 convertito dalla legge 12 luglio 1991, n. 203».

2.1421

ARRIGONI, CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 211, inserire il seguente:

«211-*bis*. All'articolo 17, comma 1, lettera *h)*, del decreto-legge 12 settembre 2014 n. 133, convertito, con modificazioni, dalla legge 11 novembre 2014, n. 164, il numero 1) è soppresso».

2.1426

URAS, DE PETRIS

Precluso

Dopo il comma 215, inserire il seguente:

«215-*bis*. Al fine di offrire una guida agli Amministratori nell'utilizzo degli indicatori di benessere per migliorare la qualità della vita dei cittadini e le loro prospettive future, è istituito presso il Ministero dell'interno un Fondo denominato "Fondo Nazionale per lo Sviluppo Economico Locale Sostenibile, con uno stanziamento di 5 milioni di euro a decorrere dal 2015"».

Conseguentemente al comma 112 dell'articolo 1 sostituire la parola «250» *con la seguente* «245».

2.1429

CERONI, RAZZI

Precluso

Dopo il comma 216 aggiungere i seguenti:

«216-*bis*. In considerazione del processo di trasferimento delle funzioni di cui all'art. 1, comma 89, della legge 7 aprile 2014, n. 56, le province possono rinegoziare le rate di ammortamento dei mutui e altre forme di finanziamentodi cui al comma 1, dell'articolo 204 del decreto legislativo 18 agosto 2000, n.267, in scadenza nell'anno 2015, con conseguente rimodulazione del relativo piano di ammortamento anche in deroga alle disposizioni di cui al comma 2, lettera *c)*, dell'articolo 204 del decreto legislativo 18 agosto 2000, n.267.

216-*ter*. Gli oneri derivanti dall'applicazione del comma precedente restano a carico dell'ente richiedente.

216-*quater*. Le economie derivanti dalla rinegoziazione delle rate di ammortamento dei mutui, nonchè quelle derivanti dalla rinegoziazione dei prestiti ordinari della Cassa DD.PP. di cui alla circolare n. 1281/2014, possono essere destinate alla copertura delle spese di parte corrente».

2.1435

CERONI

Precluso

Dopo il comma 220, inserire il seguente:

«220-*bis*. All'articolo 1 del decreto-legge 8 aprile 2013, n.35, convertito con modificazioni dalla legge 6 giugno 2013, n. 64, al comma 15 le parole "obbligatoriamente entro sessanta giorni dalla concessione della anticipazione da parte della Cassa depositi e prestiti S.p.A. ai sensi del comma 3" sono sostituite dalle seguenti parole "obbligatoriamente entro il termine del 31 dicembre 2014"».

2.1436

MANGILI, BULGARELLI, AIROLA, CIOFFI, SCIBONA

Precluso

Sopprimere il comma 221.

2.1437

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 223, alla lettera b), apportare le seguenti modifiche:

dopo le parole: «nei siti inquinati»*, aggiungere le seguenti:* «di proprietà di enti territoriali,» *dopo le parole*: «possono essere realizzati»*, aggiungere le seguenti:* «con esclusione dal patto di stabilità interno, interventi e opere di bonifica».

Sostituire delle parole da: «a condizione che detti interventi»*, fino alla fine della lettera, con le seguenti:* «a condizione che detti interventi realizzino opere di pubblico interesse e non pregiudichino il completamento e l'esecuzione della bonifica, né interferiscano con esso, né determinino rischi per la salute dei lavoratori e degli altri fruitori dell'area. L'esclusione dal Patto di stabilità di cui al precedente periodo opera nei limiti di 10 milioni per ciascuno degli anni dal 2015 al 2017, a valere sulle risorse del fondo di cui all'articolo 6, comma 2, del decreto-legge 7 ottobre 2008, n. 154, convertito, con modificazioni, dalla legge 4».

2.1438

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 223, alla lettera b) dopo le parole: «possono essere realizzati» aggiungere le seguenti: «con esclusione dal patto di stabilità interno, interventi e opere di bonifica, e aggiungere, in fine, il seguente periodo: L'esclusione dal Patto di stabilità di cui al precedente periodo opera nei limiti di 20 milioni per ciascuno degli anni dal 2015 al 2017, a valere sulle risorse del fondo di cui all'articolo 6, comma 2, del decreto-legge 7 ottobre 2008, n. 154, convertito, con modificazioni, dalla legge 4 dicembre 2008, n. 189, e successive modificazioni».

2.1439

BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, MILO, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, Eva LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Dopo il comma 223, aggiungere i seguenti:

«223-*bis*. Al fine di fronteggiare il grave stato di crisi e il mantenimento dei livelli occupazionali del settore turistico balneare nei comuni delle isole minori direttamente interessate dai flussi immigratori il CIPE, su proposta del Ministro dello sviluppo economico e sentita la Regione siciliana, provvede in via sperimentale all'individuazione ed alla perimetrazione di Zone franche urbane, della durata di tre anni, ai sensi dell'articolo 1, commi da 340 a 343, della legge 27 dicembre 2006, n. 296 e successive modificazioni, sulla base di parametri fisici e socio-economici rappresentativi degli effetti economici negativi derivanti, dal fenomeno dell'immigrazione.

223-*ter*. Le disposizioni di cui al precedente comma s'intendono subordinate all'effettiva compatibilità comunitaria delle disposizioni e la loro efficacia è subordinata alla preventiva autorizzazione comunitaria.

223-*quater*. Per il finanziamento delle Zone franche urbane di cui al comma 1 e per il periodo di vigenza degli incentivi previsto a partire dalla data di entrata in vigore della presente legge e fino al 30 settembre 2017, è istituito un apposito Fondo nello stato di previsione della spesa del Ministero dell'economia e delle finanze, alimentato, nel limite di 50 milioni di euro, sentito il Ministero della difesa.

223-*quinquies*. Con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri, d'intesa con il Ministro dello sviluppo economico, sentito il Presidente della Regione siciliana, entro 30 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono stabiliti i criteri e le modalità attuative per l'istituzione del fondo di cui al precedente comma.

223-*sexies*. Agli oneri derivanti dall'attuazione dei commi precedenti, pari a 50 milioni di euro a

decorrere dal 2015, si provvede mediante corrispondente riduzione del Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307».

2.1440

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 223, aggiungere il seguente

«223-*bis* In considerazione delle esigenze di sviluppo della competitività dei sistemi territoriali e rilancio dell'economia del settore, favorendo la massimizzazione dell'efficienza, nonché la razionalizzazione dei servizi negli ambiti o bacini territoriali ottimali e omogenei di cui all'articolo 3 bis del decreto-legge 13 agosto 2011, n. 138, convertito, con modificazioni, dalla legge 14 settembre 2011, n. 148, la dotazione annuale complessiva del Fondo nazionale per il concorso finanziario dello Stato, agli oneri del trasporto pubblico locale, anche ferroviario, nelle regioni a statuto ordinario, di cui all'articolo 16-*bis* del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, è incrementata a decorrere dall'anno 2015 di 500 milioni euro. Il riparto delle risorse integrative di cui al comma 1, alle Regioni a statuto ordinario, è effettuato sulla base dei seguenti criteri:

a) quantificazione del fabbisogno di mobilità di ciascuna regione, sulla base del parametro relativo alla «Popolazione legale» come risultante dal 15º Censimento generale della popolazione e delle abitazioni 2011, di cui al D.P.R. 6 novembre 2012;

b) indice di mobilità, sulla base del parametro della «Popolazione residente che si è recata il mercoledì precedente la data del censimento al luogo abituale di studio/lavoro» come risultante dal 15º Censimento generale della popolazione e delle abitazioni 2011.

Con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri, su proposta del Ministro delle infrastrutture e dei trasporti, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, da emanare sentita la Conferenza unificata di cui all'articolo 8 del decreto legislativo 28 agosto 1997, n. 281, e successive modificazioni, entro il 31 gennaio 2015, sono assegnate le risorse integrative di cui al comma 1.

All'onere si provvede mediante riduzione proporzionale degli stati di previsione dei Ministeri così come indicati dall'elenco 3 di cui all'articolo 2 comma 45, allegato alla presente legge fino a concorrenza dell'importo complessivo di 500 milioni in via prioritaria sulla spesa per beni e servizi. Le amministrazioni possono adottare misure alternative di contenimento della spesa al fine di conseguire risparmi comunque non inferiori a quelli derivanti dall'applicazione del precedente periodo».

2.1444

MORONESE, NUGNES, MARTELLI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI, CATALFO

Precluso

Dopo il comma 223 aggiungere il seguente:

«223-*ter*. All'articolo 195, comma 2, del Decreto legislativo 3 aprile 2006, n.152, dopo la lettera *d*), sono aggiunte le seguenti:

"d-*bis*. l'indicazione dei criteri e delle modalità di adozione delle norme tecniche, secondo i principi di unitarietà, compiutezza e coordinamento, per il trasporto, lo stoccaggio, ed eventuale smaltimento in discarica speciale dei rifiuti pericolosi definiti dal codice europeo rifiuti (C.E.R.) 06.07.01, 06.13.04, 10.13.09, 15.01.11, 16.01.11, 16.02.12, 17.06.01, 17.06.05. È conseguentemente vietato il trasporto interregionale dei rifiuti definiti dal codice europeo rifiuti (C.E.R.) 06.07.01, 06.13.04, 10.13.09, 15.01.11, 16.01.11, 16.02.12, 17.06.01, 17.06.05;"».

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni, di spesa di cui alla predetta Tabella *C* sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 10 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016, 2017».

2.1445

COMAROLI, CANDIANI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 223 aggiungere il seguente:

«223-*bis*. il comma 2 dell'articolo 2 della legge 11 febbraio 1992, n. 157 «Norme per la protezione della fauna selvatica omeoterma e per il prelievo venatorio» è sostituito dai seguenti:

"2. Le norme della presente legge non si applicano alle talpe, ai ratti, ai topi propriamente detti ed alle arvicole. Le norme della presente legge non si applicano, altre si, alle nutrie, fatta salva la possibilità per le Regioni di provvedere in ordine all'indennizzo dei danni ai sensi dell'articolo 26. Le Regioni possono, anche avvalendosi delle province, provvedere in ordine al controllo delle popolazioni di nutria finalizzato all'eradicazione. Il controllo può essere esercitato, anche nelle zone vietate alla caccia, mediante mezzi e soggetti di cui all'articolo 19 e operatori espressamente autorizzati.

2-*bis*. E istituito nello stato di previsione del Ministero delle Politiche agricole, alimentari e forestali un apposito Fondo per i danni provocati dalle nutrie da ripartire fra le regioni interessate, previa intesa con la Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le Regioni e le Province autonome di Trento e Bolzano, con una dotazione di 20 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017, al fine di finanziare piani di intervento volti al controllo riduttivo e alla relativa eradicazione delle nutrie nonché per il ristoro dei danni causati agli agricoltori,"»

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «,ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella *C* sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 20 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015,2016 e 2017».

2.1452

CERONI

Precluso

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. Alla legge 27 dicembre 2013, n. 147, articolo 1 sono apportate le seguenti modificazioni:

a) dopo il comma 356 dell'articolo 1, aggiungere il seguente comma:

«356-*bis*. li pagamento delle rate scadenti nell'esercizio 2015 dei mutui concessi dalla Cassa depositi e prestiti S.p.A. ai comuni di cui al decreto del Ministro dell'economia e delle finanze lº giugno 2012, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* n. 130 del 6 giugno 2012, e successive modificazioni, e all'articolo 67-*septies* del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 134, e successive modificazioni, nonché alle province dei predetti comuni, trasferiti al Ministero dell'economia e delle finanze in attuazione dell'articolo 5, commi 1 e 3, del decreto-legge 30 settembre 2003, n. 269, convertito, con modificazioni, dalla legge 24 novembre 2003, n. 326, non ancora effettuato alla data di entrata in vigore del presente comma, è differito, senza applicazione di sanzioni e interessi, al terzo anno immediatamente successivo alla data di scadenza del periodo di ammortamento, sulla base della periodicità di pagamento prevista nei 'provvedimenti e nei contratti regolanti i mutui stessi. li presente comma entra in vigore alla data di pubblicazione della presente legge nella *Gazzetta Ufficiale*.»

b) al comma 356, articolo 1, legge 27 dicembre 2013, n. 147, articolo 1, comma 356, le parole: «all'anno immediatamente successivo» sono sostituite da: «al secondo anno immediatamente successivo».

Agli oneri derivanti dal presente comma, valutati in 12 milioni di euro, si provvede con riduzione proporzionale degli stanziamenti di cui alla Tabella C della legge di stabilità. li riparto tra i comuni interessati viene determinato con decreto del Ministero deli'economia e delle finanze, da emanare d'intesa con la Conferenza Stato-città ed autonomie locali entro il31 gennaio 2015».

2.1453

PELINO, MANDELLI

Precluso

Dopo il comma 223 aggiungere il seguente:

«223-*bis*. Al fine di promuovere la ripresa dei territori colpiti dagli eventi sismici nella regione Abruzzo nel mese di aprile 2009, sono esenti dal tributo per i servizi indivisibili (TASI), fino alla loro completa agibilità, gli immobili inabitati e non utilizzati a causa di tali eventi. Dalla data in cui gli immobili saranno nuovamente assoggettabili, il tributo sarà corrisposto nella misura del 50 percento per il quinquennio successivo».

Conseguentemente, la voce «Fondi da ripartire» *del Ministero dell'economia e delle finanze, di cui all'elenco n. 3 allegato al comma 45 dell'articolo 2. Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307, così come incrementato, a decorrere dal 2015, dall'articolo 1, comma 132 della presente legge è ridotta in misura pari a 15.000 euro per il 2015, 10.000 euro per il 12016 e 8.000 euro per gli anni 2017- 2020.*

2.1454

CERONI

Precluso

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. Per ciascuno degli anni dal 2015 ,al 2019, nell'ambito delle incentivazioni statali a sostegno degli investimenti locali, è riservata la somma di 10 milioni di euro per la copertura degli oneri di mutui accesi dai comuni maggiormente colpiti dagli eventi meteorologici dei mesi di ottobre e novembre 2014, da individuarsi mediante decreto del Ministro dell'Economia e delle Finanze, di concerto con il Dipartimento della Protezione Civile da emanarsi entro il 10 gennaio 2015, allo scopo di attivare interventi di risanamento idrogeologico e ambientale per la messa in sicurezza del territorio e la prevenzione dei rischi idrogeologici. Le modalità del sostegno statale sono determinate cori. Decreto del Ministero dell'economia e delle finanze. Agli oneri derivanti dal presente comma, si provvede con riduzione proporzionale degli stanziamenti di cui alla Tabella *C* della legge di stabilità».

2.1455

CERONI

Precluso

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. Ai comuni maggiormente colpiti dagli eventi meteorologici dei mesi di ottobre e novembre 2014, da individuarsi mediante decreto del Ministro dell'Economia e delle Finanze, di concerto con il Dipartimento dèlla Protezione Civile da emanarsi entro il 10 gennaio 2015, non si applica per il periodo 2015-2019 la disposizione di cui al comma Il dell'articolo 56-*bis* del decreto-legge n. 69 del 2013 convertito in legge con la legge 9 agosto 2013, n. 98».

Conseguentemente i predetti Comuni non sono tenuti per il quinquennio 2015-2019 a destinare al Fondo per l'ammortamento dei titoli di Stato, né ad altri scopi di riduzione del debito, il 10 per cento delle risorse nette derivanti dall'alienazione dell'originario patrimonio immobiliare disponibile. I predetti comuni, inoltre, per gli anni 2015, 2016 e 2017, possono utilizzare le entrate derivanti dal plusvalore realizzato con l'alienazione di beni patrimoniali, inclusi i beni immobili, per spese aventi carattere non permanente connesse alle finalità di cui all'articolo 187, comma 2, del testo unico di cui al decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267.

2.1456

CERONI

Precluso

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. Al fine di facilitare la ripresa delle attività economiche, nelle zone dei Comuni maggiormente colpiti dagli eventi meteorologici dei mesi di ottobre e novembre 2014, da individuarsi mediante decreto del Ministro dell'Economia e delle Finanze, di concerto con il Dipartimento della Protezione Civile da emanarsi entro il 10 gennaio 2015 per il triennio 2015-2017, il Fondo di garanzia di cui all'articolo 2, comma 100, lettera *a*), della legge 23 dicembre 1996, n. 662 è esteso alle in favore

delle micro, piccole e medie imprese, con unità locali ubicate nelle predette zone e che abbiano subito danni in conseguenza di tali eventi, con priorità sugli altri interventi e a titolo gratuito, per un importo massimo per singola impresa di duecentomila euro. Con decreto del Ministro dello Sviluppo Economica, di concerto con il Ministero dell'Economia e delle Finanze, da emanarsi entro trenta giorni dall'entrata in vigore del presente provvedimento, sono determinate le modalità di attuazione dell'intervento di cui al periodo precedente».

2.1457

FRAVEZZI, BATTISTA, LANIECE, Fausto Guilherme LONGO, PALERMO, PANIZZA, DI GIACOMO, CONTE

Precluso

Dopo il comma 223, inserire il seguente:

«223-*bis*. Per l'anno 2015, per i comuni maggiormente colpiti dagli eventi meteorologici dei mesi di ottobre e novembre 2014, da individuarsi mediante decreto del Ministro dell'Economia e delle Finanze, di concerto con il Dipartimento della Protezione Civile da emanarsi entro il 10 gennaio 2015, è stanziata la spesa di 30 milioni di euro, per la concessione di agevolazioni, nella forma di contributo a ristoro dei tributi locali o di contributo in conto interessi, alle imprese con sede o unità locali ubicate nelle zone colpite dai predetti eventi meteorologici. I Comuni, con proprio atto devono stabilire l'ammontare massimo del contributo concedibile, le spese ammesse, i criteri di valutazione, i documenti istruttori, la procedura e le condizioni per l'accesso, ai fini dell'erogazione e dell'eventuale revoca dei contributi, unitamente alle modalità di controllo e di rendicontazione. Agli oneri derivanti dal presente comma si provvede con riduzione proporzionale degli stanziamenti di cui alla Tabella C della legge di stabilità».

2.1458

CERONI

Precluso

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. Per l'anno 2015, per i comuni maggiormente colpiti dagli eventi meteorologici dei mesi di ottobre e novembre 2014, da individuarsi mediante decreto del Ministro dell'Economia e delle Finanze, di concerto con il Dipartimento della Protezione Civile da emanarsi entro il 10 gennaio 2015, è stanziata la spesa di 30 milioni di euro, per la concessione di agevolazioni, nella forma di contributo a ristoro dei tributi locali o di contributo in conto interessi, alle imprese con sede o unità locali ubicate nelle zone colpite dai predetti eventi meteorologici. I Comuni, con proprio atto devono stabilire l'ammontare massimo del contributo concedibile, le spese ammesse, i criteri di valutazione, i documenti istruttori, la procedura e le condizioni per l'accesso, ai fini dell'erogazione e dell'eventuale revoca dei contributi, unitamente alle modalità di controllo e di rendicontazione. Agli oneri derivanti dal presente comma si provvede con riduzione proporzionale degli stanziamenti di cui alla Tabella C della legge di stabilità».

2.1462

CERONI

Precluso

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. Al decreto legislativo 14 marzo 2011, n. 23, il comma 5 dell'articolo 9 è così sostituito: "5. Ferme restando le facoltà di regolamentazione del tributo di cui all'articolo 52 del decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, i comuni possono con proprio regolamento:

a) introdurre l'istituto dell'accertamento con adesione del contribuente, sulla base dei criteri stabiliti dal citato decreto legislativo n. 218 del 1997, e gli altri strumenti di deflazione del contenzioso, sulla base dei criteri stabiliti dal citato decreto legislativo n. 218 del 1997, prevedendo anche che il pagamento delle somme dovute possa essere effettuato in forma rateale, senza maggiorazione di interessi,

b) stabilire che si considerano regolarmente eseguiti i versamenti effettuati da un contitolare

anche per conto degli altri;

c) stabilire differimenti di termini per i versamenti, per situazioni particolari;

d) prevedere il diritto al rimborso dell'imposta pagata per le aree successivamente divenute inedificabili, stabilendone termini, limiti temporali e condizioni, avuto anche riguardo alle modalità ed alla frequenza delle varianti apportate agli strumenti urbanistici;

e) determinare periodicamente e per zone omogenee i valori venali in comune commercio delle aree fabbricabili, al fine della limitazione del potere di accertamento del comune qualora l'imposta sia stata versata sulla base di un valore non inferiore a quello predeterminato, secondo criteri improntati al perseguimento dello scopo di ridurre al massimo l'insorgenza di contenzioso;

f) stabilire ulteriori condizioni ai fini dell'applicazione delle disposizioni del secondo periodo della lettera *b*) del comma l dell'articolo 2 del decreto legislativo 30 dicembre 1992, n. 504, riguardante i terreni considerati non fabbricabili, anche con riferimento alla quantità e qualità di lavoro effettivamente dedicato all'attività agricola da parte dei soggetti di cui al comma 2 dell'articolo 58 e del proprio nucleo familiare;

g) prevedere che una percentuale del gettito dell'imposta municipale propria sia destinata al potenziamento degli uffici comunali preposti alla gestione delle entrate, anche comprendendo nel programma di potenziamento la possibilità di attribuire compensi incentivanti al personale impiegato nel raggiungimento degli obiettivi del settore entrate, anche con riferimento all'impianto e allo sviluppo delle attività connesse alla partecipazione del comune all'accertamento dei tributi erariali e dei contributi sociali non corrisposti, in applicazione dell'articolo 1 del decreto-legge 30 settembre 2005, n. 203, convertito con modificazioni con la legge 2 dicembre 2005, n. 248, e successive modificazioni e integrazioni."».

2.1463

FRAVEZZI, BATTISTA, LANIECE, Fausto Guilherme LONGO, PALERMO, PANIZZA, DI GIACOMO, FORNARO, CONTE

Precluso

Dopo il comma 223, inserire il seguente:

«223-*bis*. Dopo il comma 10 dell'articolo 13 del d.l. 201/2011, è inserito il seguente:

"10-*bis*. Per l'accertamento, la riscossione, i rimborsi, le sanzioni, gli interessi ed il contenzioso si applicano le disposizioni vigenti in materia di imposta municipale propria. Le attività di accertamento e riscossione dell'imposta erariale sono svolte dal comune al quale spettano le maggiori somme derivanti dallo svolgimento delle suddette attività a titolo di imposta, interessi e sanzioni."».

2.1464

CERONI

Precluso

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. Dopo il comma 10 dell'articolo 13 del d.l. 201/2011, è inserito il seguente:

"10-bis. Per l'accertamento, la riscossione, i rimborsi, le sanzioni, gli interessi ed il contenzioso. si applicano le disposizioni vigenti in materia di imposta municipale propria. Le attività di accertamento e riscossione dell'imposta erariale sono svolte dal comune al quale spettano le maggiori somme derivanti dallo svolgimento delle suddette attività a titolo di imposta, interessi e sanzioni."».

2.1465

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 223, aggiungere i seguenti:

«223-*bis*. Per promuoverne l'utilizzo efficiente, i Comuni possono elevare, in modo progressivo, l'aliquota dell'IMU applicata sul patrimonio immobiliare che risulta inutilizzato o rimasto incompiuto per oltre cinque anni fino ad un massimo dello 0,2 per cento aggiuntivo, anche in deroga al limite di cui al comma 6 dell'articolo 13 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214.

223-*ter*. Ai sensi della presente legge, il patrimonio immobiliare si considera inutilizzato quando non è destinato in modo continuativo e prevalente alle finalità e agli usi risultanti dalle dichiarazioni catastali.

223-*quater*. In caso di nuove richieste di trasformazione urbanistica le pubbliche amministrazioni agevolano e favoriscono il recupero e il riutilizzo dei manufatti già esistenti inutilizzati o incompiuti.

223-*quinquies*. I comuni destinano i proventi derivanti dall'elevazione dell'aliquota dell'IMU di cui al precedente comma 1 ad un fondo per interventi per la cessione al comune delle aree dismesse o inutilizzate, di recupero e riqualificazione del patrimonio edilizio esistente, di acquisizione e realizzazione di aree verdi o da destinare al soddisfacimento di interessi di pubblica utilità».

2.1466

CERONI

Precluso

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. I comuni che, a seguito della revisione del gettito IMU 2013 di cui ai commi 729-*bis* e seguenti della legge 27 dicembre 2013, n. 147, risultano in debito, ai sensi del comma 729-*quater* della medesima legge, per importi superiori al 7 per cento del valore dell'IMU standard risultante al 30 settembre 2013, possono richiederne la rateizzazione nell'arco di un triennio a decorrere dal 2015, secondo le modalità che sono rese note dal Ministero dell'Interno mediante apposito comunicato, anche nel caso di già avvenuto recupero nelle forme previste dalla legge. A seguito della richiesta di rateizzazione di cui al periodo precedente le somme in questione possono essere impegnate pro quota sulle annuaIità 2015, 2016 e 2017».

2.1467

CERONI

Precluso

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. Al comma 688 della legge 27 dicembre 2013 n.147, dopo l'undicesimo periodo è aggiunto il seguente: "Le deliberazioni relative alla Tasi approvate entro il termine del 30 settembre 2014 ed inviate al Mef entro il 30 ottobre 2014, sono comunque valide ai fini del pagamento dell'imposta dovuta per 2014 in base alle scelte del comune, in unica soluzione ed entro il termine della scadenza del saldo".».

2.1468

CERONI

Precluso

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 1, comma 691 della legge 27 dicembre 2013, n. 47 dopo la parola Tari sono aggiunte le parole: "e della Tares"».

2.1469

CERONI

Precluso

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. A norma dell'articolo 1, comma 2, legge 27 luglio 2000, n. 212, gli effetti fiscali delle domande di variazione della categoria catastale presentate secondo la procedura disposta dal comma 2-*bis* dell'articolo 7 del decreto-legge 13 maggio 2011, n. 70, convertito, con modificazioni, dalla legge 12 luglio 2011, n. 106, e successivamente confermata ed integrata dal comma 14-*bis* dell'articolo 13 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito con modificazioni dalla legge 22 dicembre 2011, n.214, si intendono prodotti a far tempo dalla domanda».

2.1470

CERONI

Precluso

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. Il comma 7 dell'articolo 1 del decreto-legge 30 novembre 2013, n. 133, convertito nella legge 29 gennaio 2014, n. 5, è soppresso.».

2.1471

CERONI

Precluso

Dopo il comma 223, inserire il seguente:

«223-*bis*. il termine per il pagamento dell'imposta municipale propria relativa al 2014 a seguito della revisione dell'imponibilità dei terreni montani di cui all'articolo 22 del decreto-legge 24 giugno 2014, n. 66, convertito con modificazioni dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, è fissato 8126 gennaio 2015, sulla base delle aliquote di base dell'IMU di cui al comma 13 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito con modificazioni dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214. I comuni accertano convenzionalmente gli importi risultanti dal decreto ministeriale di cui al primo periodo del citato articolo 22 del decreto-legge 24 giugno 2014 n. 66, sul bilancio 2014 a titolo di maggior gettito IMU, a fronte della riduzione corrispondente dell'assegnazione da Fondo di solidarietà comunale. Parimenti, i comuni interessati dalla compensazione di cui all'ultimo periodo del citato articolo 22 del decreto-legge n. 66 del 2014, accertano la relativa entrata quale integrazione del Fondo di solidarietà comunale per il medesimo esercizio 2014».

2.1473

CERONI

Precluso

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. L'articolo 13 della legge 27 dicembre 2002, n.289, si interpreta nel senso che le Regioni e gli enti locali possono attivare le disposizioni per la definizione dei tributi locali di cui al medesimo articolo, con riferimento ad annualità antecedenti la data di adozione del proprio provvedimento ed indicate dal provvedimento stesso.».

2.1474

CERONI

Precluso

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. L'affidamento da parte dei comuni ai soggetti che svolgono il servizio di gestione dei rifiuti dell'attività di accertamento e riscossione della TIA 1, della TIA 2, della TARES e della TARI si intende effettuato, salvo diversa disposizione comunale, a titolo di concessione. Per tali soggetti non è richiesta l'iscrizione all'albo di cui all'articolo 53, comma 1 del decreto legislativo 15 dicembre 1997, n. 446, e la riscossione coattiva può essere effettuata con la procedura di cui al regio decreto 14 aprile 1910, n. 639.».

2.1475

CERONI

Precluso

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 1, co. 12-*bis* decreto-legge 13 agosto 2011, n. 138, convertito nella legge 14 settembre 2011, n.148, dopo le parole: "e 2014", aggiungere le parole: "nonché per il biennio 2015-2016"».

2.1476

CERONI

Precluso

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 11, comma 1, del D.Lgs. 14 marzo 2011 n. 23, le parole: "dall'anno 2015" sono sostituite dalle parole: "dall'anno 2016."».

2.1477

CERONI

Precluso

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 3, comma 24, lettera *b)* del decreto-legge 30 settembre 2005, n. 203, convertito dalla legge 2 dicembre 2005, n. 248 e successive modificazioni, è infine aggiunto il seguente periodo: "Salvo diversa pattuizione con gli enti, si applicano gli articoli 17, 19 e 20 del decreto legislativo 13 aprile 1999, n. 112"».

2.1478

CERONI

Precluso

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. All'art. 4 del decreto-legge n. 6 marzo 2014, n. 16, convertito con modificazioni dalla L. 2 maggio 2014, n. 68, il comma 2 è sostituito dal seguente:

"2. Le regioni e gli enti locali che hanno rispettato il patto di stabilità interno possono compensare le somme da recuperare di cui al primo periodo del comma 1, anche attraverso l'utilizzo dei risparmi effettivamente derivanti dalle misure di razionalizzazione organizzativa di cui al secondo e terzo periodo del comma 1, di quelli derivanti dall'attuazione dell'articolo 16, commi 4 e 5, del decretolegge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, dalle economie previste da specifiche disposizioni di legge, comprese quelle derivanti dalla riduzione dei fondi di cui all'art. 9 comma 2-*bis* D.L n. 78/2010, convertito con L. 122/2010, nonché dai risparmi conseguenti all'utilizzo parziale delle risorse che potevano essere destinate alleassunzioni di personale a tempo indeterminato"».

2.1479

NUGNES, MORONESE, MARTELLI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI, CATALFO

Precluso

Dopo il comma 223 Il aggiungere il seguente:

«223-*bis*. A decorrere dal 1º gennaio 2015 l'ammontare dell'imposta prevista dall'articolo 3 comma 29 della legge 28 dicembre 1995, n. 549, stabilita con legge della regione entro il 30 novembre di ogni anno per l'anno successivo è fissata per chilogrammi di rifiuti convertiti in misura non inferiore ad euro 0,001 e non superiore ad euro 0,01 per i rifiuti ammissibili al conferimento in discarica per i rifiuti inerti ai sensi dell'articolo 2 del decreto del Ministro dell'ambiente e della tutela del territorio 13 marzo 2003, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* n. 67 del 21 marzo 2003; in misura non inferiore ad euro 0,02582 e non superiore ad euro 0,04 per i rifiuti ammissibili al conferimento in discarica per rifiuti non pericolosi ai sensi degli articoli 3 e 4 del medesimo decreto. Le entrate derivanti dalla maggiorazione del tributo affluiscono in un apposito fondo destinano a favorire la minore produzione dei rifiuti e ad incrementare sia la raccolta differenziata che il recupero di materia, nonché al finanziamento delle agenzie regionali per l'ambiente. L'impiego delle risorse, quindi, è disposto dalla regione, nell'ambito delle destinazioni sopra indicate, con propria deliberazione».

2.1481

CERONI

Precluso

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 1, comma 161 della legge 27 dicembre 2006, n. 296 è infine aggiunto il seguente periodo: "La notifica degli atti di accertamento può essere eseguita, con le modalità di cui al decreto del Presidente della Repubblica 11 febbraio 2005, n. 68, a mezzo posta elettronica certificata, all'indirizzo risultante dagli elenchi a tal fine previsti dalla legge. Tali elenchi sono consultabili, anche in via telematica, dagli enti locali. Non si applica l'articolo 149-*bis* del codice di procedura civile"».

2.1483

FRAVEZZI, BATTISTA, LANIECE, Fausto Guilherme LONGO, PALERMO, PANIZZA, DI GIACOMO, FORNARO, CONTE

Precluso

Dopo il comma 223, inserire il seguente:

«223-*bis*. Al comma 169 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2006, n. 296, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al primo periodo, le parole "e le aliquote" sono sostituite dalle seguenti: ", le aliquote e le detrazioni";

b) alla fine del comma è aggiunto il seguente periodo: "In caso di modificazioni delle aliquote, delle tariffe e delle detrazioni dei tributi deliberate entro i termini di cui al primo periodo, ma successivamente all'avvenuta deliberazione del bilancio di previsione, il comune adotta contestualmente la variazione del bilancio stesso"».

2.1484

CERONI

Precluso

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. Al comma 169 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2006, n. 296, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al primo periodo, le parole "e le aliquotè" sono sostituite dalle parole ", le aliquote e le detrazioni";

b) alla fine del comma è aggiunto il seguente periodo: "In caso di modificazioni delle aliquote, delle tariffe e delle detrazioni dei tributi deliberate entro i termini di cui al primo periodo, ma successivamente all'avvenuta deliberazione del bilancio di previsione, il comune adotta contestualmente la variazione del bilancio stesso"».

2.1492

CERONI

Precluso

Dopo il comma 223, inserire il seguente:

«223-*bis*. Al comma 2, primo periodo, dell'articolo 86 del decreto legislativo n. 267 del 2000, le parole: "allo stesso titolo previsto dal comma 1", sono soppresse, e sono aggiunte, in fine, le seguenti: "per gli oneri assistenziali, previdenziali e assicurativi ai rispettivi istituti"».

2.1493

CERONI

Precluso

Dopo il comma 223, inserire il seguente:

«223-*bis*. Alla legge 5 luglio 1982, n. 441, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 2 il comma 2 è soppresso;

b) all'articolo 3, l'ultimo periodo è soppresso;

c) all'articolo 4, il comma 2 è soppresso».

2.1494

CERONI

Precluso

Dopo il comma 223, inserire il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 7 del decreto legislativo 8 aprile 2013, n. 39 sostituire il comma 2 con il seguente:

"2. A coloro che nell'anno precedente abbiano fatto parte della giunta o del consiglio della provincia, del comune con popolazione superiore ai 15.000 abitanti o della forma associativa tra comuni avente la medesima popolazione, che conferisce l'incarico, nonché a coloro che siano stati presidente o amministratore delegato di enti di diritto privato in controllo pubblico da parte della provincia, del comune con popolazione superiore ai 15. 000 abitanti o della forma associativa tra comuni avente la medesima popolazione, che conferisce l'incarico, non possono essere conferiti:

a) gli incarichi amministrativi di vertice nella medesima provincia, nel medesimo comune con popolazione superiore ai 15. 000 abitanti o forma associativa tra comuni avente tale popolazione;

b) gli incarichi dirigenziali nelle amministrazioni di cui alla lettera *a)*;

c) gli incarichi di amministratore di ente pubblico delle amministrazioni di cui alla lettera *a)*;

d) gli incarichi di amministratore di ente di diritto privato in controllo pubblico delle amministrazioni di cui alla lettera *a)*. L'inconferibilità di cui al presente comma non si applica nel caso di rinnovo dell'incarico di presidente o amministratore delegato nel medesimo ente di diritto privato in controllo pubblico"».

2.1495

CERONI

Precluso

Dopo il comma 223, inserire il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 11 del decreto legislativo 8 aprile 2013, n. 39, sostituire il comma 3, con il seguente:

"3. Gli incarichi amministrativi di vertice nelle amministrazioni di una provincia, di un comune con popolazione superiore ai 15.000 abitanti o di una forma associativa tra comuni avente la medesima popolazione nonché gli incarichi di amministratore di ente pubblico di livello provinciale o comunale sono incompatibili:

a) con la carica di componente della giunta o del consiglio della provincia, del comune con popolazione superiore ai 15.000 abitanti o di una forma associativa tra comuni avente la medesima popolazione, che ha conferito l'incarico;

b) con la carica di presidente e amministratore delegato negli enti di diritto privato in controllo pubblico da parte della regione, della provincia, del comune con popolazione superiore ai 15.000 abitanti o della forma associativa tra comuni aventi la medesima popolazione che ha conferito l'incarico"».

2.1496

CERONI

Precluso

Dopo il comma 223, inserire il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 12, comma 1, del decreto legislativo 8 aprile 2013, n. 39 è aggiunto, in fine, il seguente capoverso: "Restano in ogni caso ferme le previsioni di cui al comma 23 dell'articolo 53 della legge 23 dicembre 2000, n. 388"».

2.1497

CERONI

Precluso

Dopo il comma 223, inserire il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 12, comma 4, del decreto legislativo 8 aprile 2013, n. 39, la lettera *c)*, è sostituita dalla seguente: "*c)* con la carica di presidente e amministratore delegato negli enti di diritto privato in controllo pubblico da parte della regione, della provincia, del comune con popolazione superiore ai 15.000 abitanti o della forma associativa tra comuni aventi la medesima popolazione che ha conferito l'incarico"».

2.1498

CERONI

Precluso

Dopo il comma 223, inserire il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 2, comma 2, della legge 5 luglio 1982, n. 441 dopo le parole: "vi consentono", aggiungere il seguente periodo: "Tali adempimenti non si applicano ai soggetti di cui al punto 5) dell'articolo"».

2.1499

CERONI

Precluso

Dopo il comma 223, inserire il seguente:

«223-*bis*. Al decreto-legge n. 66, del 24 aprile 2014, convertito nella legge 23 giugno 2014, n. 89, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al comma 4, dell'articolo 8, le parole: "per l'acquisto di beni e servizi" sono soppresse;

b) l'articolo 14 è abrogato;

c) l'articolo 15 è abrogato;

d) il comma 4, dell'articolo 24 è soppresso.

2.1500

CERONI

Precluso

Dopo il comma 223, inserire il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 5, comma 3, del decreto legislativo, 14 marzo 2013, n. 33, il secondo periodo è abrogato».

2.1501

CERONI

Precluso

Dopo il comma 223, inserire il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 8, comma 3, del decreto legislativo 14 marzo 2013, n. 33, le parole: "5 anni" sono sostituite dalle parole: "3 anni"».

2.1502

CERONI

Precluso

Dopo il comma 223, inserire il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 11 del decreto legislativo 14 marzo 2013 n. 33, dopo il comma 1 è inserito il seguente: "1-*bis*. È in ogni caso salvaguardata l'autonomia regolamentare degli Enti locali in ordine alle modalità di adempimento agli obblighi in materia di trasparenza e pubblicazione dati laddove già prevista dalle vigenti disposizioni"».

2.1503

CERONI

Precluso

Dopo il comma 223, inserire il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 14, comma 1, lettera *f)*, primo periodo del decreto legislativo 14 marzo 2013 n. 33, dopo le parole: "come modificato dal presente decreto", sopprimere le seguenti parole: "limitatamente al soggetto, al coniuge non separato e ai parenti entro il secondo grado, ove gli stessi vi consentano. Viene in ogni caso data evidenza al mancato consenso. Alle informazioni di cui alla presente lettera concernenti soggetti diversi dal titolare dell'organo di indirizzo politico non si applicano le disposizioni di cui all'articolo 7"».

2.1504

CERONI

Precluso

Dopo il comma 223, inserire il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 14, comma 2, del decreto legislativo 14 marzo 2013, n. 33, il primo periodo è sostituito dal seguente: "Le pubbliche amministrazioni pubblicano i dati di cui al comma 1 entro tre mesi dalla elezione o dalla nomina e fino alla cessazione dell'incarico o del mandato"».

2.1505

CERONI

Precluso

Dopo il comma 223, inserire il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 14, comma 2, primo periodo, del decreto legislativo 14 marzo 2013 n. 33, sopprimere le parole: "per i tre anni successivi dalla", e sostituirle con le seguenti: "fino alla"».

2.1506

CERONI

Precluso

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 14, comma 2, primo periodo, del decreto legislativo 14 marzo 2013 n. 33, sopprimere le parole "salve le informazioni concernenti la situazione patrimoniale e, ove consentita, la dichiarazione del coniuge non separato e dei parenti entro il secondo grado,"».

2.1507

CERONI

Precluso

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 15 del decreto legislativo 14 marzo 2013 n. 33, il comma 4 è sostituito dal seguente: "4. Le pubbliche amministrazioni pubblicano i dati di cui al presente articolo entro tre mesi dal conferimento dell'incarico e fino alla cessazione dello stesso."».

2.1508

CERONI

Precluso

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 16 del decreto legislativo 14 marzo 2013 n. 33, sopprimere il comma 2».

2.1509

CERONI

Precluso

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 21 del decreto legislativo 14 marzo 2013 n. 33, il comma 1 è soppresso».

2.1510

CERONI

Precluso

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. L'articolo 31 del decreto legislativo 14 marzo 2013 n. 33 è soppresso».

2.1511

CERONI

Precluso

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 52, al comma 1, lett. *a)* del decreto legislativo 14 marzo 2013 n. 33, il numero 4) è sostituito dal seguente: "4) il numero 5 è soppresso."».

2.1512

CERONI

Precluso

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 41 del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito con modificazioni in legge 23 giugno 2014, n. 89, il comma 2 è abrogato.».

2.1513

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 223 aggiungere il seguente:

«223-*bis*. A decorrere dall'anno 2015 sono sospese le assunzioni di personale a tempo determinato e indeterminato per le amministrazioni centrali, le Agenzie fiscali, gli enti pubblici non economici, gli enti di ricerca, le regioni e le autonomie locali, fino al completamento del processo di riordino delle province e delle città metropolitane previsto dalla legge 7 aprile 2014, n. 56».

2.1519

BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, MILO, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI,

FALANGA, Eva LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Dopo il comma 223, aggiungere il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 26-*ter* del decreto-legge 21 giugno 2013 n. 69, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 agosto 2013 n. 98, al primo periodo le parole: "e fino al 31 dicembre 2014" sono soppresse».

2.1520

BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, MILO, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, Eva LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Dopo il comma 223, aggiungere il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 26-*ter* del decreto-legge 21 giugno 2013 n. 69, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 agosto 2013 n. 98, al primo periodo le parole: "e fino al31 dicembre 2014" sono sostituite dalle parole: "e fino al 31 dicembre 2016"».

2.1521

CERONI

Precluso

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 3, comma 17, del decreto-legge 25 settembre 2001, n. 351, convertito con modificazioni dalla legge 23 novembre 2001 n. 410, aggiungere. in fine, il seguente periodo: "Parimenti il divieto non si applica agli Enti pubblici che siano soci unici o che detengano almeno la maggioranza delle quote delle società di cui all'articolo 2 del presente decreto. In tal caso l'operazione di alienazione è esente da qualsiasi imposta e tributo».

2.1522

CERONI

Precluso

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 11-*quinques*, comma 1, del decreto-legge 30 settembre 2005, n. 203, convertito, con modificazioni, dalla legge 2 dicembre 2005, n. 248, dopo il comma 1 è aggiunto il seguente: "1-*bis*. Le disposizioni di cui al precedente comma si applicano anche ai beni strumentali adibiti dagli Enti ad uffici pubblici, a condizione che il mantenimento dell'utilizzo pubblico non sia in contrasto con i vincoli generali di finanza pubblica».

2.1523

BAROZZINO, URAS

Precluso

Dopo il comma 223, aggiungere il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 12 del decreto legislativo 29 dicembre 2003, n. 387, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al comma 4-*bis*, le parole: "e per gli impianti fotovoltaici" sono sostituite dalle seguenti: "di impianti fotovoltaici e di Impianti a tecnologia solare termodinamica anche ibrida";

b) il comma 7 è sostituito dal seguente:

"7. Gli impianti di produzione di energia elettrica alimentati dalle fonti di cui all'articolo 2, comma 1, lettera *a)*, possono essere ubicati in zone classificate agricole dai vigenti piani urbanistici solo se la potenza elettrica nominale di ciascun impianto non sia superiore a 300 KW e siano di proprietà di aziende agricole o gestiti in connessione con aziende agricole, agro-alimentari, di allevamento e forestali, e comunque, nel caso di terreni appartenenti al medesimo proprietario, gli Impianti devono essere collocati ad una distanza non inferiore a 2 chilometri";

c) dopo il comma 7 è aggiunto il seguente:

"7-*bis*. Le prescrizioni di cui al comma 7 non si applicano agli Impianti che hanno conseguito il titolo abilitativo entro la data di entrata in vigore del presente provvedimento o per i quali sia stata già presentata richiesta per il conseguimento del titolo, a condizione In ogni caso che l'impianto entri In esercizio entro un anno dalla data di entrata in vigore del presente provvedimento"».

2.1524

CERONI

Precluso

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 1, comma 5-*octies*, del decreto-legge 29 dicembre 2010 n. 225, come convertito con modificazioni, in legge 26febbraio 2011, n. 10, le parole: "31 dicembre 2014" *sono sostituite:* "31 dicembre 2016"».

2.1525

STEFANO, URAS

Precluso

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. Al comma 4-*octies*, dell'articolo 2, del Decreto legge 10 dicembre 2013, n. 136, convertito in legge con modificazioni dalla Legge 6 febbraio 2014, n. 6, dopo le parole: "per le attività di cui ai comma 4-*quater* e 4-*quinques*" inserire le seguenti: "nonché per l'attività del servizio di trasporto oncologico nell'ambito del trasporto assistito nella provincia di Taranto, per una quota pari al 10 per cento degli stanziamenti di cui al presente comma, da destinarsi alla ASL di Taranto"».

2.1526

CERONI

Precluso

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. Per i piccoli comuni, i documenti contabili relativi al bilancio annuale e al bilancio pluriennale, di cui agli articoli 165 e 171 del testo unico, nonché i documenti contabili relativi al rendiconto della gestione, di cui al titolo VI della parte seconda del medesimo testo unico, sono adottati secondo modelli semplificati, garantendo comunque la rilevazione degli elementi minimi necessari per il consolidamento dei conti pubblici. Per i piccoli comuni è facoltativa l'applicazione dell'articolo 229 del testo unico. Entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge sono approvati un modello semplificato di bilancio di previsione e un modello semplificato di rendiconto, ai sensi dell'articolo 160 del testo unico».

2.1527

CERONI

Precluso

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 47 del decreto-legge 24 aprile 2014, n.66, convertito nella legge 23 giugno 2014, n. 89, il comma 12 è sostituito dal seguente: "12. I Comuni possono rimodulare o adottare misure alternative di contenimento della spesa corrente, ovvero adottare altre misure a fronte delle riduzioni di risorse di cui al comma 8".».

2.1528

CERONI

Precluso

Dopo il comma 223 inserire il seguente:

«223-*bis*. All'articolo 16 del decreto-legge 13 agosto 2011, n. 138, convertito nella legge 14 settembre 2011, n. 148 e successive modifiche e integrazioni, il comma 18 è abrogato.»

2.1529

URAS, PETRAGLIA, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Precluso

Al comma 224, dopo le parole: «Patto per la salute per gli anni 2014-2016», aggiungere le seguenti:

«con esclusione dei commi 1, 2 e 8 deIrarticolo 6 del medesimo Patto, che si intendono conseguentemente soppressi».

2.1530

BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Dopo il comma 24 aggiungere i seguenti:

«224-*bis*. All'articolo 15, del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, il comma 11-*bis* è sostituito dal seguente: "11-*bis*. Il medico che curi un paziente, per la prima volta, per una patologia cronica, per il cui trattamento sono disponibili più medicinali equivalenti indica nella ricetta del Servizio sanitario nazionale la denominazione dei principio attivo contenuto nel farmaco. Le norme in contrasto con quanto previsto dal presente comma sono soppresse".

224-*ter*. Ai fini del contenimento della spesa farmaceutica, le Regioni e le province autonome di Trento e Bolzano, entro un anno dalla data di entrata in vigore della presente legge, devono realizzare infrastrutture tecnologiche per le prescrizioni mediche digitali condivise a livello interregionale, ovvero avvalersi, anche mediante riuso, ai sensi del decreto legislativo 7 marzo 2005, n. 82. delle infrastrutture tecnologiche per le prescrizioni mediche digitali, a tal fine già realizzate da altre regioni o dei servizi da queste erogati. Tali piattaforme dovranno assicurare piena interoperabilità tra sistemi di telecomunicazioni.

224-*quater*. Al fine della razionalizzazione, distribuzione e contenimento della spesa farmaceutica, il Ministro della salute di Concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, sentita la Conferenza Stato-Regioni e l'AIFA, previo parere delle competenti Commissioni parlamentari, entro un anno dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono delegati ad emanare, un decreto per determinare le modalità per la produzione e distribuzione dei farmaci anche in forma di monodose.

224-*quinquies*. L'applicazione del presente articolo non deve comportare maggiori oneri per la finanza pubblica».

2.1531

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Al comma 224 sostituire le seguenti parole: «in 112.062.000.000 euro per l'anno 2015 e in 115.444.000.000 euro per l'anno 2016» con le seguenti: «in 112.249.500.000 euro per l'anno 2015 e in 115.631.500.000 euro per l'anno 2016».

Conseguentemente all'articolo 1 sopprimente i commi 125 e 126.

2.1532

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Al comma 225, dopo le parole: «112.062.000.000 euro per l'anno 2015» sono aggiunte le seguenti: «di cui 35 milioni di euro a decorrere dal 2015 destinati al finanziamento dei centri di ricerca, assistenza e cura dei malati oncologici nell'ambito dell'adroterapia».

2.1533

ZUFFADA

Precluso

Al comma 225, dopo le parole: «112.062.000.000 euro per l'anno 2015» sono aggiunte le seguenti: «di cui 35 milioni di euro a decorrere dal 2015 destinati al finanziamento dei centri di ricerca, assistenza e cura dermalati oncologici nell'ambito dell'adroterapia».

2.1534

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 225, sopprimere dalle parole: «salvo eventuali rideterminazioni» fino alla fine del comma.

2.1535

DI MAGGIO

Precluso

Dopo il comma 223, è inserito il seguente:

«223-*bis*. All'art. 11 della legge n. 771 del 1986 è aggiunto il seguente comma 9-*bis*:

"Il Ministro delle Finanze con proprio decreto provvede entro sei mesi dall'entrata in vigore della presente legge al trasferimento definitivo, a titolo gratuito a beneficio del Comune di Matera, di tutti gli immobili ed aree di proprietà statale già affidati in concessione per anni 99, ai sensi dell'art. 11, comma 6 della legge n. 771 dell'11 novembre 1986."».

2.1537

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Sostituire il comma 226 con il seguente:

«226. Il terzo periodo del comma 1 dell'articolo 30 del decreto legislativo 23 giugno 2011, n. 118, è sostituito dal seguente: "Fatta salva l'erogazione dei livelli essenziali delle prestazioni eventuali risparmi nella gestione del Servizio sanitario nazionale effettuati dalle regioni rimangono nella disponibilità delle Regioni stesse.".»

2.1539

D'ANNA, MILO

Precluso

Dopo il comma 226, aggiungere il seguente:

«226-*bis*. Al fine di garantire un adeguato livello di erogazione di servizi sanitari, nelle regioni sottoposte al piano di rientro di cui all'articolo 1, comma 180, della legge 30 dicembre 2004, n. 311, e commissariate ai sensi dell'articolo 4, commi 1 e 2, del decreto-legge 1 ottobre 2007, n. 159, qualora sia stato accertato, con le modalità previste dai piani di rientro, un avanzo rientrante nella disponibilità del bilancio regionale, gli obiettivi finanziari previsti dall'articolo 15, comma 14, primo periodo, del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, possono essere conseguiti, a decorrere dal 1 gennaio 2014, su altre aree della spesa sanitaria, fermo restando l'obiettivo dell'equilibrio economico».

2.1540

MANDELLI, D'AMBROSIO LETTIERI, PICCINELLI

Precluso

Al comma 227, sostituire le parole: «, nonché alla realizzazione degli obiettivi definiti dal Patto per la salute purché relativi al miglioramento dell'erogazione dei LEA» con le seguenti: «, delle malattie epatiche, nonché alla realizzazione degli obiettivi definiti dal Patto per la salute purché relativi al miglioramento dell'erogazione dei LEA. Per la prevenzione e la cura delle malattie epatiche, al fine di evitare una loro acutizzazione o cronicizzazione, con particolare attenzione per quelle di tipo "C" derivanti da emotrasfusioni, le risorse per l'attuazione delle disposizioni di cui all'articolo 1, comma 4, del decreto-legge 21 ottobre 1996, n. 536, convertito dalla legge 23 dicembre 1996. n. 648, sono incrementate di euro 800.000.000 per ciascuno degli anni 2015 e 2016 e confluiscono, nell'ambito del piano nazionale contro le epatiti, in apposito Fondo a copertura degli oneri per l'accesso gratuito ai medicinali innovativi.».

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

2.1541

PETRAGLIA, URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 227, inserire il seguente

«227-*bis*. È istituito nello stato di previsione del Ministero della salute un apposito Fondo denominato "Fondo per la prevenzione e la cura della sordità infantile" da ripartire, sentita la Conferenza unificata Stato-Regioni, con una dotazione di 25 milioni di euro per l'eserizio 2015,30 milioni di euro per l'esercizio 2016 e 50 milioni di euro per l'esercizio 2017, al fine di finanziare piani

sanitari regionali finalizzati alla prevenzione e alla cura della sordità infantile che prevedano lo *screening* audio logico neonatale, la protesizzazione, ove necessaria e l'abilitazione logopedica».

Conseguentemente alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti modifiche:*

2015:

- CP: - 25.000.000;
  CS: - 25.000.000;

2016:

- CP: - 30.000.000;
  CS: - 30.000.000;

2017:

- CP: - 50.000.000;
  CS: - 50.000.000.

2.1542

D'ANNA, MILO

Precluso

Dopo il comma 228, aggiungere il seguente;

«228-*bis*. Al comma 17-*bis* dell'articolo 15 del decreto-legge n. 95 del 2012, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto n, 135 del 2012, all'ultimo rigo è soppressa la parola: "eventuale"».

2.1543

D'AMBROSIO LETTIERI

Precluso

Al comma 229, apportare le seguenti modificazioni:

a) al primo periodo sopprimere le lettere c) *e* d)*;*

b) all'ultimo periodo, sopprimere le seguenti parole: «l'articolo 10, comma 4, della legge 23 dicembre 1993, n. 548, è abrogato e».

2.1544

FRAVEZZI, BATTISTA, LANIECE, Fausto Guilherme LONGO, PALERMO, PANIZZA, CONTE, D'ADDA, Elena FERRARA, GAMBARO, LUMIA, MASTRANGELI, Mauro Maria MARINO, MICHELONI, PAGLIARI, PEGORER, PUPPATO, RUTA, ROMANO

Precluso

Al comma 229, apportare le seguenti modificazioni

a) al primo periodo sopprimere la lettera d);

b) all'ultimo periodo sopprimere le seguenti parole: «l'articolo 10, comma 4, della legge 23 dicembre 1993, n.548, è abrogato e».

2.1546

URAS, DE PETRIS

Precluso

Al comma 229 sopprimere le parole: «d) dall'articolo 3 della legge 14 ottobre 1999, n. 362, recante: "Disposizioni urgenti in materia sanitaria"», nonché le parole: «Conseguentemente, l'articolo 10, comma 4, della legge 23 dicembre 1993, n. 548, è abrogato e non si applicano i criteri indicati all'articolo 5, comma 16, del decreto legislativo 16 luglio 2012, n. 109».

Conseguentemente, al comma 112, dell'articolo 1, sostituire le parole: «250 milioni»*, con le parole:* «240 milioni».

2.1551

MILO, Giovanni MAURO

Precluso

Dopo il comma 230, aggiungere il seguente:

«230-*bis*. A decorrere dall'anno accademico 2015/2016, ai laureati appartenenti alle categorie dei veterinari, degli odontoiatri, dei farmacisti, dei biologi, dei chimici, dei fisici, degli psicologi e alle

ulteriori categorie sanitarie non rientranti nell'area medica, ammessi e iscritti dal primo al quinto anno di corso delle scuole post-laurea di specializzazione dell'area sanitaria ai sensi del decreto del Ministero dell'Istruzione, dell'Università e della ricerca 1º agosto 2005 recante: "Riassetto delle Scuole di specializzazione di area sanitaria", pubblicato nel supplemento ordinario alla Gazzetta Ufficiale n. 258 del 5 novembre 2005, e successive modificazioni, è applicato il trattamento contrattuale di formazione specialistica di cui all'articolo 37 del decreto legislativo 17 agosto 1999, n. 368, e successive modificazioni».

2.1552

MILO, Giovanni MAURO

Precluso

Dopo il comma 230, aggiungere il seguente:

«230-*bis*. Ai medici ammessi alle scuole di specializzazione universitarie in medicina dall'anno accademico 1982-1983 all'anno accademico 1990-1991 che, alla data di entrata in vigore della presente legge, abbiano presentato domanda giudiziale per il riconoscimento economico retro attivo del periodo di formazione o di risarcimento del danno per la mancata o ritardata attuazione della direttiva 75/3621CEE del Consiglio, del 16 giugno 1975, della direttiva 75/363/CEE dei Consiglio, del 16 giugno 1975, e della direttiva 8217-6/CEE del Consiglio del 26 gennaio 1982, il Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca corrisponde per tutta la durata del corso, a titolo forfettario, una borsa di studio dell'importo omnicomprensivo di 13.000 euro per ogni anno di corso da riconoscere anche attraverso il credito d'imposta in un arco temporale non superiore a tre anni».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'Economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 200.000;
2016: - 200.000;
2017: - 200.000.

2.1553

MILO, Giovanni MAURO

Precluso

Dopo il comma 230, è aggiunto il seguente:

«230-*bis*. La graduatoria finale a conclusione del concorso per titoli ed esami disciplinato dal decreto ministeriale 8 agosto 2014 n. 612, per l'ingresso dei laureati in medicina e chirurgia alle scuole di specializzazione, è valida a scorrimento anche per il concorso a.a. 2014/2015».

2.1554

D'AMBROSIO LETTIERI, BONFRISCO, MILO

Precluso

Dopo il comma 232, inserire il seguente comma:

«232-*bis*. Entro il 30 giugno 2015 si provvede ad aggiornare il decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri dell'1º aprile 2008 recante modalità e criteri per il trasferimento al Servizio Sanitario Nazionale delle funzioni sanitarie, dei rapporti di lavoro, delle risorse finanziarie e delle attrezzature e beni strumentali in materia di sanità penitenziaria, con specifico riferimento all'Allegato A nella parte in cui prevede indicazioni sui modelli organizzativi, al transito del personale ai sensi della legge 9 ottobre 1970, n. 740, tenuto conto della necessità dell'attribuzione di codici-struttura agli istituti penitenziari per garantire la continuità diagnostico-terapeutica, al fine di garantire una uniforme erogazione dei Livelli Essenziali di Assistenza».

2.1555

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 232, aggiungere il seguente:

«232-*bis*. Per incrementare l'innovatività e l'efficienza del Servizio Sanitario Nazionale (SSN) nella assistenza e cura dei tumori e sostenere le attività di ricerca scientifica e biomedica in campo

oncologico è autorizzata la spesa di 15 milioni di euro per l'anno 2015, di 10 milioni di euro per gli anni 2016 e 2017 a completamento degli interventi di cui all'articolo 52, comma 21, della legge 27 dicembre 2002, n. 289».

Conseguentemente alla tabella A, voce Ministero dell'economia e. delle finanze*, apportare le seguenti variazioni (in milioni di euro):*

2015: - 15.000.000;
2016: - 10.000.000;
2017: - 10.000.000.

2.1556

FRAVEZZI, ZELLER, PALERMO, PANIZZA

Precluso

Al comma 233, capoverso «1-bis», le parole: «e le province autonome di Trento e di Bolzano», sono soppresse.

2.1559

RIZZOTTI, Mariarosaria ROSSI

Precluso

Dopo il comma 235, aggiungere i seguenti:

«235-*bis*. Al decreto legislativo 30 dicembre 1992, n. 502, apportare le seguenti modifiche:

a) all'articolo 6-*ter*, comma 1, primo periodo, dopo le parole "fisici, psicologi," inserire le seguenti: "ingegneri clinici,";

b) all'articolo 16-*quinquies*, comma 1, primo periodo, sostituire le parole "fisici e psicologi.", con le seguenti: "fisici, psicologi e ingegneri clinici.".

235-*ter*. Agli oneri derivanti dalle disposizioni di cui al comma precedente si provvede, per l'anno 2015, a valere sullo stato di previsione del Ministero della salute relativo alla Programmazione del servizio sanitario per l'erogazione dei Livelli essenziali di assistenza».

2.1562

MILO

Precluso

Al comma 236, capoverso 7-bis, sostituire le parole: «di salute e assistenziali» con le seguenti: «di salute, assistenziali e del pareggio del bilancio aziendale».

Conseguentemente al comma 237 sostituire le parole: «di salute e assistenziali» *con le seguenti:* «di salute, assistenziali e del pareggio del bilancio aziendale».

2.1563

MILO

Precluso

Sopprimere i commi 238, 239, 240, 241, 246, 247 e 250.

2.1564

MILO

Precluso

Al comma 238, sopprimere le seguenti parole: «o la prosecuzione».

2.1565

MILO

Precluso

Al comma 238, sopprimere le lettere a), b), c) e d).

2.1566

BOCCHINO, CAMPANELLA, MASTRANGELI, DE PIN

Precluso

Sostituire il comma 241 con il seguente:

«241. Entro 30 giorni dall'entrata in vigore della presente legge l'AIFA dispone la rimborsabilità in tutte le regioni italiane dei medicinali innovativi o di eccezionale rilevanza terapeutica, in

particolare quelli destinati alla cura dell'epatite C, per i quali sia stato già raggiunto un accordo, sulla base dell'impiego efficiente e costo-efficace delle risorse disponibili, con le case farmaceutiche. A tal fine sono incrementate le risorse già disponibili a legislazione vigente, di 50 milioni di euro per l'anno 2015, di 140 milioni di euro per l'anno 2016 e di 190 milioni di euro a decorrere dall'anno 2017.».

Conseguentemente all'Art.1, comma 121, sostituire le parole: «200 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015.», *con le seguenti:* «150 milioni di euro per l'anno 2015, 60 milioni di euro per l'anno 2016 e 1 milione di euro annui a decorrere dall'anno 2017».

2.1567

MILO

Precluso

Sopprimere i commi 243 e 244.

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

2.1568

TOSATO, COMAROLI

Precluso

Al comma 243 sostituire le parole da: «uno designato» fino a: «della salute» con le seguenti: «due designati dal presidente della giunta regionale ed uno dalla conferenza dei sindaci».

Conseguentemente al comma 21 sopprimere le parole da: «fermo restando» *fino a:* «15 luglio 2011, n. 111».

2.1570

SCAVONE

Precluso

Al comma 245, sostituire le parole: «entro tre mesi» con le seguenti: «entro sei mesi».

Conseguentemente, al comma 248, sostituire le parole: «entro tre mesi» *con le seguenti:* «entro sei mesi».

2.1571

ZELLER, BERGER, PALERMO, LANIECE, BATTISTA, FRAVEZZI, PANIZZA

Precluso

Al comma 245, sostituire le parole: «entro tre mesi», con le seguenti: «entro sei mesi».

2.1573

ZELLER, BERGER, PALERMO, LANIECE, BATTISTA, FRAVEZZI, PANIZZA

Precluso

Al comma 246, dopo le parole: «lstituto zoo profilatlico sperimentale», sono aggiunte le seguenti: «, ai sensi dell'articolo 15, comma 1, del decreto legislativo 28 giugno 2012, n. 106».

2.1574

FUCKSIA

Precluso

Al comma 251, al capoverso 4-ter), dopo la parola: «b)», è aggiunta la parola: «c)».

2.1575

MILO

Precluso

Al comma 251, capoverso: «4-quater» sopprimere la parola: «possibilmente».

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

2.1576

D'AMBROSIO LETTIERI

Precluso

Al comma 251, capoverso 4-quater, al primo periodo, sopprimere la seguente parola: «possibilmente».

2.1579

ZUFFADA

Precluso

Al comma 251, capoverso «4-quater», sostituire la parola «possibilmente» con le seguenti: «di norma».

2.1580

FUCKSIA

Precluso

Al Comma 251, capoverso «4-quater», sostituire la parola: «possibilmente» con: «di norma».

2.1582

D'ALI', CERONI

Precluso

Dopo il comma 253, aggiungere il seguente:

«253-*bis*. In ottemperanza delle sentenze del TAR del Lazio - I Sezione *bis* - n. 640/1994 e del Consiglio di Stato - IV Sezione - n. 2537/2004, è riconosciuto con effetto retroattivo ai medici ex condotti il diritto al percepimento, a decorrere dalla data del 1º gennaio 1987, o, se più favorevole, dalla data di inquadramento ai sensi dell'art. 110 del D.P.R. n. 270/87, della Retribuzione Individuale di Anzianità determinata ai sensi dell'art. 92 del DPR n. 270/87 e degli artt. 108 e 113 del D.P.R. n. 384/90, nonché il diritto alla rivalutazione dello stipendio base, già fissato in L. 8.640.000 annue lorde dall'annullato art. 133 del DPR. n. 384/1990, da determinarsi in base al principio della perequazione retributiva a seconda della posizione funzionale ricoperta con lo stesso incremento percentuale previsto dal D.P.R. n. 384/1990 per il trattamento tabellare del restante personale medico collocato nelle posizioni di assistente e coadiutore medico, con conseguenziali incremento dei tabellari determinati successivamente dai vari CCNL dell'Area della dirigenza medico veterinaria ed accesso ad ogni altra indennità del trattamento fondamentale della dirigenza medico veterinaria».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 100.000.000;
2016: - 100.000.000;
2017: - 100.000.000.

2.1584

BOCCHINO, CAMPANELLA, MASTRANGELI

Precluso

Al comma 254 apportare le seguenti modifiche:

1) sostituire leparole: «31 dicembre 2015» con le seguenti: «30 giugno 2014»;

2) dopo le parole: «terapeutiche omogenee», aggiungere le seguenti: «i risparmi conseguenti alla revisione del Prontuario nonché i 50 milioni previsti al cap. 1613 della Tabella C costituiscono l'avvio di un fondo per poter distribuire i farmaci innovativi già autorizzati da Aifa ai malati di epatite C».

2.1589

FRAVEZZI, BATTISTA, Fausto Guilherme LONGO, PALERMO, ZIN, PUPPATO, PANIZZA

Precluso

Dopo il comma 254, aggiungere il seguente:

«254-*bis*. Entro 30 giorni dall'entrata in vigore della presente legge l'AIFA dispone la rimborsabilità in tutte le regioni italiane dei medicinali innovativi o di eccezionale rilevanza terapeutica, in particolare quelli destinati alla cura dell'epatite C, per i quali sia stato già raggiunto un accordo, sulla base dell'impiego efficiente e costo-efficace delle risorse disponibili, con le case farmaceutiche. A tal fine il Ministero della Salute approva il Piano nazionale per la lotta alle epatiti virali, in attuazione della Risoluzione OMS WHA 63.18 del 21 maggio 2010, definendo i criteri di eleggibilità alle nuove cure e stanziando un fondo speciale con risorse incrementate rispetto a quelle già disponibili a legislazione vigente, di 50 milioni di euro per l'anno 2015, di 140 milioni di euro per

l'anno 2016 e di 190 milioni di euro a decorrere dall'anno 2017».

2.1590

SCAVONE

Precluso

Dopo il comma 254, aggiungere il seguente:

«254-*bis*. Entro 30 giorni dall'entrata in vigore della presente legge l'AIFA dispone la rimborsabilità in tutte le regioni italiane dei medicinali innovativi o di eccezionale rilevanza terapeutica, in particolare quelli destinati alla cura dell'epatite C, per i quali sia stato già raggiunto un accordo, sulla base dell'impiego efficiente e costo-efficace delle risorse disponibili, con le case farmaceutiche. A tal fine sono incrementate le risorse già disponibili a legislazione vigente, di 50 milioni di euro per l'anno 2015, di 140 milioni di euro per l'anno 2016 e di 190 milioni di euro a decorrere dall'anno 2017».

2.1591

SCAVONE

Precluso

Al comma 256, lettera b), dopo le parole: «categorie omogenee», inserire le seguenti: «garantendo più tipologie per quei presidi utilizzati per la terapia domiciliare delle patologie croniche adattabili ai diversi tipi di pazienti».

2.1593

MANDELLI

Precluso

Al comma 256, lettera b), dopo le parole: «costo efficacia», aggiungere le seguenti: «e della sostituibilità dei suddetti dispositivi solo per motivi terapeutici,».

2.1594

D'AMBROSIO LETTIERI

Precluso

Al comma 256, lettera b, dopo le parole: «costo efficacia» aggiungere le seguenti: «e della sostituibilità dei suddetti presìdi solo per motivi terapeutici,».

2.1596

SCAVONE

Precluso

Al comma 256, lettera b), aggiungere, in fine, le seguenti parole:

«, fatti salvi i dispositivi di uso diretto dei pazienti diabetici, per i quali, entro il 31 marzo 2015, d'intesa con la conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le regioni e le province autonome di Trento e Bolzano, e sentiti i rappresentanti dei pazienti e degli specialisti, il Ministero della Salute adotta un nomenclatore recante l'identificazione e la definizione di tali presìdi secondo il livello tecnologico, rispetto ai quali l'Autorità Nazionale Anticorruzione, su indicazione di Agenas, individua i prezzi massimi di rimborso applicabili su tutto il territorio nazionale. Al fine di garantire personalizzazione, appropriatezza terapeutica e qualità, l'acquisizione regionale avviene mediante Accordo quadro, recante l'indicazione dei dispositivi e dei prezzi individuati ai sensi del precedente periodo, con una riduzione del valore dei prezzi non superiore al 10 per cento, senza un nuovo confronto competitivo».

2.1597

SCAVONE

Precluso

Al comma 256, alla fine della lettera c), aggiungere le seguenti parole:

«, fatti salvi i dispositivi di uso diretto dei pazienti diabetici, per i quali, entro il 31 marzo 2015, d'intesa con la conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le regioni e le province autonome di Trento e Bolzano, e sentiti i rappresentanti dei pazienti e degli specialisti, il Ministero della Salute adotta un nomenclatore recante l'identificazione e la definizione di tali presidi secondo il livello

tecnologico, rispetto ai quali l'Autorità Nazionale Anticorruzione, su indicazione di Agenas, individua i prezzi massimi di rimborso applicabili su tutto il territorio nazionale. Al fine di garantire personalizzazione, appropriatezza terapeutica e qualità, l'acquisizione regionale avviene mediante accordo quadro, recante l'indicazione dei dispositivi e dei prezzi individuati ai sensi del precedente periodo, con una riduzione del valore dei prezzi non superiore al 10 per cento, senza un nuovo confronto competitivo».

2.1598

D'AMBROSIO LETTIERI, MANDELLI, ZUFFADA

Precluso

Dopo il comma 256 aggiungere i seguenti:

«256-*bis*. Le apparecchiature a risonanza magnetica (RM), con valore di campo statico di induzione magnetica non superiore a 4 tesla, sono soggette ad autorizzazione all'installazione da parte della regione o della provincia autonoma.

256-*ter*. Le apparecchiature a RM, di cui al comma 256-*bis*, con valore di campo statico di induzione magnetica superiore a 4 tesla sono soggette ad autorizzazione all'installazione e all'uso da parte del Ministero della salute, sentiti il Consiglio superiore di sanità, l'Istituto superiore di sanità e l'Istituto nazionale per l'assicurazione contro gli infortuni sul lavoro. la collocazione di apparecchiature a RM con valore di campo statico di induzione magnetica superiore a 4 tesla è consentita presso grandi complessi di ricerca e studio ad alto livello scientifico (università ed enti diricerca, policlinici,- istituti di ricovero e cura a carattere scientifico), ai fini della validazione clinica di metodologie di RM innovative. La domanda di autorizzazione deve essere corredata della documentazione relativa al progetto di ricerca scientifica o clinica programmata, da cui risultino le motivazioni che rendono necessario l'uso di campi magnetici superiori a 4 tesla. L'autorizzazione ha validità di cinque anni e può essere rinnovata.

256-*quarter*. Il Ministro della salute, con regolamento adottato ai sensi dell'articolo 17, comma 3, della legge 23 agosto 1988, n. 400, sentita la Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le regioni e le province autonome di Trento e di Bolzano, nel rispetto delle disposizioni previste dal decreto legislativo 24 febbraio 1997, n. 46, di attuazione della direttiva 93/42/CEE d1 Consiglio, del 14 giugno 1993, disciplina le modalità per l'installazione, l'utilizzo e la gestione delle apparecchiature a RM di cui ai commi 56-*bis* e 256-*ter*, da parte delle strutture sanitarie, assicurando l'adegua mento allo sviluppo tecnologico e all'evoluzione delle conoscenze scientifiche, con particolare riferimento alla sicurezza d'uso e alle indicazioni cliniche dei dispositivi medici in relazione all'intensità del campo magnetico statico espressa in tesla.

256-*quinques*. Dall'attuazione delle disposizioni di cui ai commi 25-*bis*, 256-*ter* e 256-*quarter* non devono derivare nuovi o maggiori oneri per la finanza pubblica. le amministrazioni interessate provvedono all'adempimento dei compiti con le risorse umane, strumentali e finanziarie disponibili a legislazione vigente».

Conseguentemente l'articolo 4, comma 2, l'articolo 5, comma 1, e l'articolo 6, commi 1, 2, lettera a)*, 3, lettera* f)*, e 4, del regolamento di cui al decreto del Presidente della Repubblica 8 agosto 1994, n. 542, sono abrogati.*

2.1599

LIUZZI

Precluso

Dopo il comma 257 aggiungere i seguenti:

«257-*bis*. Per le finalità di cui all'articolo VI del decreto legislativo 17 agosto 1999, n. 368, e successive modificazioni, fermo restando quanto già previsto dall'articolo 15 del decreto-legge 24 giugno 2014 n. 90, convertito con modificazioni dalla legge 11 agosto 2014, n. 114, è autorizzata l'ulteriore spesa di 15 milioni di euro per l'anno 2014, di 30 milioni di euro per l'anno 2015, e di 5 milioni di euro per l'anno 2016. Al relativo onere si provvede, per l'anno 2014, con una quota delle entrate di cui all'articolo 7, comma 39 del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con

modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, nonché una quota parte delle risorse di cui all'articolo 28, comma 3 della presente legge, per un importo complessivo pari a 15 milioni di euro che resta acquisita all'erario, per l'anno 2015 mediante corrispondente riduzione del Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10 comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307 e per l'anno 2016 mediante ulteriore riduzione per euro 5 milioni del fondo di cui all'articolo 5, comma 1, lettera *a)* della legge 24 dicembre 1993, n. 537.

257-*ter*. Il Ministro dell'Economia e delle finanze con proprio decreto è autorizzato ad apportare le conseguenti varioni di bilancio, se necessario, ulteriori e più idonee forme di copertura finanziaria».

2.1600

SIMEONI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Dopo il comma 257 inserire il seguente:

«257-*bis*. In materia di assistenza protesica, su proposta del Ministro della salute, sentito il parere della Conferenza Stato-Regioni, si provvede alla modifica di quanto previsto dal regolamento di cui al decreto del Ministro della sanità 27 agosto 1999, n. 332, tenendo in particolare considerazione l'innovazione tecnologica intervenuta nell'ambito delle protesi, ortesi ed ausili e nell'ambito relative tecniche abilitative. Su proposta del Ministro della salute, sentito il parere della Conferenza Stato-Regioni, si provvede entro 180 giorni dalla pubblicazione della presente legge, all'istituzione del repertorio dei presìdi protesici ed ortesici eroga bili a carico del Servizio sanitario nazionale, quale strumento di riferimento dei servizi di riabilitazione, di trasparenza e di controllo qualitativo e quantitativo della relativa Spesa a carico del Servizio sanitario nazionale e degli eventuali programmi regionali».

Conseguentemente, alla Tabella A, Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 10.000.000;
2016: - 10.000.000;
2017: - 10.000.000.

2.1601

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI

Precluso

Dopo il comma 257, inserire il seguente:

«257-*bis*. Per consentire il proseguo dell'erogazione della terapia salvavita denominata "adroterapia" da parte del Centro nazionale di adroterapia oncologica (CNAO), è autorizzata la spesa di euro 15 milioni per l'anno 2015, euro 10 milioni per l'anno 2016 ed euro 10 milioni per l'anno 2017.»

Conseguentemente Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: - 15.000.000;
2016: - 10.000.000;
2017: - 10.000.000.

2.1602

ORELLANA, Maurizio ROMANI, ANITORI, SCAVONE, SCALIA, D'ADDA, SCILIPOTI ISGRO', BATTISTA, MASTRANGELI, BIGNAMI, GAMBARO, PUPPATO, LANIECE, DE PIETRO, PAGLIARI, MICHELONI, MUSSINI, URAS

Precluso

Dopo il comma 257, inserire il seguente:

«257-*bis*. Per consentire il proseguo dell'erogazione della terapia salvavita denominata «adroterapia" da parte del Centro nazionale di adroterapia oncologica (CNAO), è autorizzata la spesa di euro 15 milioni per l'anno 2015, euro 10 milioni per l'anno 2016 ed euro 10 milioni per l'anno

2017».

Conseguentemente alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: - 15.000.000;
2016: - 10.000.000;
2017: - 10.000.000.

2.1603

SCAVONE

Precluso

Dopo il comma 257, aggiungere il seguente:

«257-*bis*. Ai fini della riduzione della spesa sanitaria sono ammesse alternative terapeutiche alle proposte di HTA dell'AIFA, ivi compreso il parto in casa, autorizzate dalla ASL territorialmente competente previa presentazione da parte dell'assistito di un percorso di cura predisposto e sottoscritto dal medico curante e accompagnato da preventivo di spesa di importo inferiore».

2.1604

MILO, D'AMBROSIO LETTIERI

Precluso

Dopo il comma 258, aggiungere i seguenti:

«258-*bis*. All'art. 13 della legge 2 aprile 1968, n. 475, al comma 1, dopo le parole *di ruolo" aggiungere le parole "a tempo pieno" e al comma 2 dopo la parola "dipendente" aggiungere le parole "a tempo pieno"*.

258-*ter*. All'art. 8, comma 1, lettera *c)* della legge 8 novembre 1991, n. 362 dopò le parole "rapporto di lavoro" aggiungere le seguenti "a tempo pieno"».

2.1605

D'AMBROSIO LETTIERI

Precluso

Dopo il comma 258, aggiungere il seguente:

«258-*bis*. Limitatamente al decorso del periodo di dieci anni di cui all'art. 11 comma 7 del decreto-legge 24 gennaio 2012, n. 1 convertito con modificazioni dalla legge 24/3/2012, n. 27, si applica il disposto di cui all'art. 13 della legge 2 Aprile 1968 n. 474 in sostituzione all'art. 8 comma 1 lettera *b)* e lettera *c)* della legge 8 novembre 1991, n. 362.

2.1606

D'AMBROSIO LETTIERI

Precluso

Dopo il comma 258, aggiungere il seguente:

«258-*bis*. Limitatamente al decorso del periodo di dieci anni di cui all'articolo 11 comma 7 del decreto-legge 24 gennaio 2012, n. 1 convertito con modificazioni dalla legge 24/3/2012, n. 27, non si applicano i disposti di cui all'articolo 13 della legge 2 Aprile 1968 n. 474 e all'articolo 8 comma 1 lettera *b* e lettera *c)* della legge 8 novembre 1991, n.362».

2.1607

MANDELLI, D'AMBROSIO LETTIERI

Precluso

Dopo il comma 259, aggiungere il seguente:

«259-*bis*. A decorrere dall'anno accademico 2015-2016, il trattamento contrattuale di formazione specialistica di cui all'articolo 37 del decreto legislativo 17 agosto 1999, n. 368 e successive modificazioni è applicato, per la durata legale del corso, ai farmacisti iscritti alle scuole di specializzazione di cui al decreto del Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca 1º agosto 2005, recante "Riassetto delle Scuole di specializzazione di area sanitaria", nonché ai veterinari iscritti alle scuole di specializzazione di cui al decreto ministeriale 27 gennaio 2006, recante "Riassetto delle Scuole di specializzazione di area Veterinaria".

259-*ter*. li Ministero dell'economia e delle finanze - Amministrazione autonoma dei monopoli di Stato, con propri decreti dirigenziali in materia di giochi pubblici, da adottare entro il 31 dicembre 2015, provvede a modificare la misura del prelievo erariale unico, la percentuale dell'ammontare complessivo delle giocate destinate a montepremi, nonché la percentuale del compenso per le attività di gestione ovvero per quella dei punti vendita, al fime di assicurare maggiori entrate in misura non inferiore a 100 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015».

2.1608

MANDELLI, D'AMBROSIO LETTIERI

Precluso

Dopo il comma 259, aggiungere,il seguente:

«259-*bis*. L'attività in qualunque forma svolta presso le farmacie aperte al pubblico dagli iscritti all'albo dei farmacisti è valida ai fini della pratica professionale di cui al comma 8 dell'articolo 12 della L. 2 aprile 1968, n. 475».

2.1609

D'AMBROSIO LETTIERI, MANDELLI

Precluso

Dopo il comma 259, aggiungere il seguente:

«259-*bis*. Il comma 8 dell'articolo 12 della L. 2 aprile 1968, n. 475 è abrogato e al comma 2 dell'articolo 7 della L. 8 novembre 1991, n. 362 sopprimere le parole "in possesso del requisito dell'idoneità previsto dall'articolo 12 della legge 2 aprile 1968, n. 475 e successive"».

2.1610

MANDELLI

Precluso

Dopo il comma 259, aggiungere il seguente:

«259-*bis*. Il numero dei revisori dei conti nelle aziende ospedaliere e nelle aziende sanitarie locali, è di tre effettivi e due supplenti. I revisori dei conti sono nominati dalla Regione, La presente disposizione rappresenta principio di coordinamento della finanza pubblica».

2.1611

SCAVONE

Precluso

Dopo il comma 259, inserire il seguente:

«259-*bis*. Al fine di assicurare maggiori entrate pari a 8 milioni di euro per ciascuno degli anni dal 2015 al 2017, le tariffe a carico delle aziende titolari per il rilascio dei provvedimenti di rinnovo dell'autorizzazione all'immissione in commercio dei medicinali omeopatici di cui all'articolo 20 del decreto legislativo 24 aprile 2006, n. 219 ammontano ad euro 800 per i medicinali unitari, indipendentemente dalle diluizioni e dalla forma farmaceutica, e ad euro 1.200 per i medicinali complessi, indipendentemente dal numero dei componenti e dalla forma farmaceutica. Entro il 31 marzo 2015, l'Agenzia Italiana del Farmaco adotta le linee guida per la presentazione della documentazione finalizzata al rinnovo dei medicinali di cui al precedente periodo secondo modalità semplificate, tenuto conto che la documentazione di cui ai moduli 4 e 5 della Parte I dell'Allegato I al decreto legislativo 24 aprile 2006, n. 219 è presentata in forma autocertificativa. Dalla pubblicazione in Gazzetta Ufficiale delle suddette linee guida e fino al 31 dicembre 2017, le aziende titolari provvedono ad espletare gli adempimenti istruttori ivi individuati. Conseguentemente, il termine di cui all'articolo 6, comma 8-*undecies* del decreto-legge 28 dicembre 2006, n. 300, convertito, con modificazioni, dalla legge 26 febbraio 2007, n. 17, è prorogato al 31 dicembre 2017».

2.1613

FUCKSIA

Precluso

Il comma 260 è così sostituito: «Al fine della razionalizzazione e del contenimento della spesa farmaceutica, con decreto del Ministro della salute, di concerto con il Ministro dell'economia e delle

finanze, sentito il Consiglio superiore di sanità, previo parere delle competenti Commissioni parlamentari, sulla base di una proposta elaborata d'intesa con l'AIFA e con la Federazione nazionale degli ordini dei medici chirurghi e degli odontoiatri, nel rispetto dei principi e delle disposizioni europee e compatibilmente con le esigenze terapeutiche, sono individuate le modalità per un nuovo sistema di produzione e distribuzione in via sperimentale per un biennio, dei medicinali. Il decreto deve prevedere in particolare la dematerializzazione della prescrizione ovvero l'inserimento della ricetta da parte del medico direttamente nel portale dell'Ente erogatore del farmaco, in modo che le farmacie, collegate in rete, provvedano, su presentazione della tessera sanitaria, ad erogare il medicinale solo nelle dosi indicate, senza confezionamento. Con il medesimo decreto sono individuate le modalità con cui le farmacie potranno dispensare direttamente il farmaco senza il confezionamento, nonché le modalità per un monitoraggio degli obiettivi finanziari raggiunti».

2.1622

BONFRISCO

Precluso

Dopo il comma 263 inserire i seguenti:

«263-*bis*. La responsabilità civile per danni a persone causate dal personale sanitario medico e non medico, occorsi in una struttura sanitaria pubblica, privata accreditata e privata, è sempre a carico della struttura stessa. La responsabilità riguarda tutte le prestazioni erogate dalle strutture sanitarie pubbliche e private accreditate, ivi incluse le attività ambulatoriali e diagnostiche e le attività intramoenia. Fanno eccezione quelle escluse totalmente dai livelli essenziali di assistenza di cui all'allegato 2 del decreto del Presidente del Consiglio dei ministri 29 novembre 2001, pubblicato nel supplemento ordinario alla *Gazzetta Ufficiale* n. 33 dell'8 febbraio 2002 e successive modificazioni o integrazioni. La responsabilità riguarda inoltre tutte le prestazioni fornite dalle strutture sanitarie private. La struttura sanitaria. avvia azione disciplinare contro i dipendenti responsabili del danno qualora il fatto sia stato commesso con dolo o in caso di colpa grave. per imperizia e negligenza con sentenza passata in giudicato. In caso di dolo riconosciuto con sentenza passata in giudicato, qualora abbia risarcito il danno, la struttura sanitaria avvia azione di rivalsa nei confronti dei sanitari responsabili nei modi e nei limiti previsti dagli specifici commi. Analoga azione disciplinare e di rivalsa può essere avviata in caso di colpa grave indotta da assunzione di alcool e sostanze stupefacenti, accertata da sentenza passata in giudicato. L'ammontare, fissato in modo equitativo, è recuperato attraverso trattenute sullo stipendio, nella misura massima del quinto, per un periodo comunque non superiore a cinque anni.

263-*ter*. I trattamenti medico-chirurgici adeguati alle finalità terapeutiche ed eseguiti secondo le regole dell'arte e nel rispetto della normativa vigente in materia, da un esercente una professione medico-chirurgica o da altra persona legalmente autorizzata allo scopo di prevenire, diagnosticare, curare o alleviare una malattia del corpo o della mente, non si considerano offese all'integrità fisica.

263-*quater*. È fatto obbligo a ciascuna struttura sanitaria che eroga prestazioni sanitarie di dotarsi di copertura assicurativa per responsabilità civile verso terzi (RCT) e per responsabilità civile verso prestatori d'opera (RCO), a vantaggio dei propri dipendenti e collaboratori, del personale tutto, a qualunque titolo operante, e di qualsiasi soggetto che si sottoponga a prestazioni sanitarie o si trovi, a qualunque titolo, a frequentare quegli ambiti. Il massimale minimo per le garanzie è fissato con cadenza biennale, previa intesa da stipularsi in sede di Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le regioni e le province autonome di Trento e Bolzano, entro sei mesi dall'entrata in vigore della presente legge. Le regioni e le province autonome di Trento e di Bolzano provvedono ad adottare entro dodici mesi dalla stipula dell'intesa di cui sopra, linee guida per l'applicazione dell'Obbligo di stipula di polizza assicurativa RTC-RCO per le aziende, le strutture e gli enti, stabilendo i criteri per la determinazione dei limiti massimali, con riferimento alla tipologia della struttura sanitaria. La stipula e la vigenza della polizza assicurativa è condizione per l'accreditamento o la convenzione di enti o strutture private e per il finanziamento dell'attività di istituto per le aziende sanitarie del SSN. L'assicuratore non può opporre al terzo eccezioni di carattere contrattuale, tranne che si tratti di

mancato versamento del premio; in tale ipotesi, si applicano le disposizioni di cui all'articolo 1901 del codice civile. La Compagnia Assicurativa ha l'obbligo del rinnovo della polizza ed il premio, anche in caso di pregressa sinistrosità, non può in alcun modo superare il 5 per cento del premio dell'anno precedente. Per effetto del ricorso a prestazioni sanitarie presso strutture sanitarie, si instaura tra il soggetto richiedente e la struttura sanitaria erogante un rapporto di carattere contrattuale. Oggetto della garanzia assicurativa è il risarcimento del danno che, per effetto di inadempimento o di altro comportamento, di natura colposa, sia derivato al terzo per fatto comunque riconducibile alla responsabilità delle strutture sanitarie. La garanzia assicurativa ricomprende altresì li risarcimento del danno o l'indennizzo che spetta allo Stato, all'ente territoriale di riferimento, alla struttura sanitaria privata, limitatamente al rapporto di accreditamento o convenzione, per fatto colposo del dipendente che determini un pregiudizio di natura patrimoniale. La garanzia assicurativa RCO vale per i soggetti che, a qualunque titolo, svolgano attività lavorativa presso le strutture sanitarie e per i quali sia prevista l'obbligatoria iscrizione all'assicurazione INAIL, a prescindere dal fatto che la stessa sia stata effettivamente svolta. Sono espressamente ricompresi nella medesima garanzia assicurativa i soggetti che, a titolo precario e senza corrispettivo, frequentino, anche occasionalmente, gli ambiti suddetti a meri fini di apprendimento purché siano stati formalmente autorizzati dalle competenti Direzioni delle Aziende ed Istituzioni. La garanzia assicurativa RCT-RCO è obbligatoriamente estesa alla responsabilità personale del singolo operatore operante presso le strutture sanitarie. Ai fini della stipula della delle polizze assicurative, le strutture sanitarie, pubbliche e private, devono obbligatoriamente dimostrare di possedere la certificazione, da parte dei servizi di ingegneria clinica e fisica sanitaria, di corrispondenza normativa e manutentiva delle apparecchiature tecnologiche.

263-*quinquies*. Il danneggiato a seguito di prestazioni sanitarie ricevute in strutture per le quali vi è l'obbligo dell'assicurazione obbligatoria, ha azione diretta per il risarcimento del danno nei confronti dell'assicuratore, entro i limiti delle somme per le quali è stata stipulata l'assicurazione. La domanda di risarcimento, inviata tramite raccomandata con avviso di ricevimento, deve essere corredata da idonea documentazione medica. L'assicuratore, entro novanta giorni dalla data di ricevimento della domanda di risarcimento di cui al comma 2, sentita la struttura sanitaria coinvolta, comunica al danneggiato la misura della somma offerta, ovvero indica i motivi per i quali non ritiene di fare alcuna offerta; nello stesso periodo di tempo il danneggiato è tenuto ad acconsentire agli accertamenti, ai controlli e alle verifiche che si rendano necessari. In caso di postumi non ancora consolidati la richiesta e l'offerta possono avere carattere provvisorio. L'offerta definitiva deve essere comunicata entro novanta giorni dalla data in cui il danneggiato informa la parte assicuratrice riguardo il consolidamento dei postumi. Se il danneggiato

dichiara di accettare la somma offertagli, l'assicuratore deve provvedere al pagamento entro venti giorni dal ricevimento per iscritto dell'accettazione, e si pone fine ad ogni ulteriore pretesa risarcitoria. Qualora la somma offerta sia inferiore a quella richiesta, e il danneggiato non si dichiari soddisfatto del risarcimento, l'impresa deve comunque corrispondere i due terzi di tale somma entro venti giorni dal ricevimento per iscritto dell'accettazione. Tale somma verrà imputata nella liquidazione definitiva del danno.

263-*sexies*. Il danneggiato o gli aventi diritto al risarcimento che intendano proporre dinanzi al giudice civile la domanda di risarcimento, devono promuovere, a pena di improcedibilità, un tentativo di conciliazione tra le parti secondo le regole di cui alle successive disposizioni. Il danneggiato o gli aventi diritto al risarcimento devono inviare all'impresa di assicurazione una richiesta di risarcimento contenente:

a) la indicazione del codice fiscale;

b) la descrizione delle circostanze nelle quali si è verificato l'evento dannoso;

c) l'indicazione dell'età, attività e reddito del danneggiato;

d) l'attestazione medica dello stato di salute del danneggiato con indicazione delle lesioni riportate e la quantificazione del danno richiesto;

e) l'attestazione medica di avvenuta guarigione con o senza postumi permanenti, ovvero, lo

stato di famiglia della vittima, in caso di avvenuto decesso.

Nel caso in cui la richiesta formulata dal danneggiato o dagli aventi diritto al risarcimento manchi di uno degli elementi di cui sopra, l'impresa di assicurazione, entro il termine di venti giorni dal ricevimento, indica al richiedente le necessarie integrazioni, invitandolo a effettuarle nel termine di trenta giorni. L'impresa di assicurazione, entro sessanta giorni dal ricevimento della richiesta di risarcimento completa del requisiti prescritti, invia al danneggiato o agli aventi diritto una comunicazione con la quale formula una congrua offerta per il risarcimento ovvero indica in modo specifico i motivi per i quali non ritiene di fare alcuna offerta. Durante la pendenza del termine di cui al comma precedente, il danneggiato o gli aventi diritto non possono rifiutare gli accertamenti che si rendano necessari al fine di consentire all'impresa di assicurazione la valutazione dei danni lamentati. Se il danneggiato o gli aventi diritto al risarcimento, entro il termine di trenta giorni dal ricevimento della comunicazione di cui sopra, dichiarano di accettare la somma loro offerta, l'impresa di assicurazione provvede al pagamento entro trenta giorni dal ricevimento dell'accettazione; in caso contrario, il tentativo di conciliazione deve intendersi definitivamente fallito. Tutte le comunicazioni previste nel presente I articolato devono farsi, a pena di nullità, a mezzo lettera raccomandata con avviso dì ricevimento. L'intervenuta conciliazione preclude la proposizione di querela o, se vi è stata, vale come remissione della querela. La mancata conciliazione conseguente alla condotta delle parti contraria a buona fede è valutata dal giudice, sia ai sensi dell'articolo 116 secondo comma del codice di procedura civile, sia ai fini della determinazione e imputazione delle spese di lite, ai sensi dell'articolo 91 del codice di procedura civile. 263-septies. Le Regioni e le Province autonome possono istituire un apposito fondo di garanzia per la responsabilità civile del personale di tutte le strutture sanitarie ubicate sul territorio regionale, sostitutivo delle polizze assicurative, attribuendo al fondo direttamente le risorse finanziarie necessarie. Le polizze assicurative in vigore cessano alla scadenza e comunque non oltre due anni dall'istituzione del fondo di garanzia. I contenuti minimi della garanzia per responsabilità civile, previsti dalle polizze assicurative e della gestione del fondo di garanzia, sono definiti con apposito accordo quadro regionale da stipulare con le organizzazioni sindacali del personale sanitario firmatarie dei contratti collettivi nazionali di lavoro sentite le Associazioni civiche di tutela del diritto alla salute. Le Regioni e le Province autonome possono istituire un fondo di solidarietà sociale per il risarcimento delle vittime da alea terapeutica (FAT). Il FAT si pone come garanzia nel caso di gravi sinistri da patologie a rischio indicate ogni biennio con decreto del Ministro del lavoro, della salute e delle politiche sociali, su indicazione delle società scientifiche interessate, secondo le tabelle di risarcimento del tribunale locale, per l'indennizzo ai pazienti peri danni sofferti non riconducibili a responsabilità professionale del personale sanitario o dell'azienda. Le Regioni e le Province Autonome, qualora appaia documentato un risparmio tra premi assicurativi versati ed indennizzi erogati, da tutte le strutture sanitarie pubbliche e private convenzionate della regione o della Provincia Autonoma stessa, valutati nel triennio precedente, possono altresì costituire un proprio Fondo Assicurativo ad hoc I obbligatorio per le Strutture Sanitarie pubbliche e private convenzionate.

263-*octies*. Il diritto al risarcimento dei danni da attività sanitaria, per i quali vige l'obbligo dell'assicurazione, si prescrive nel termine di cinque anni a decorrere dal momento della conoscenza del danno. Per conoscenza del danno si intende la consapevole presa di coscienza delle conseguenze dannose e in ogni caso del loro consolidamento, verificatesi nella sfera fisica o psichica del paziente. La prescrizione è sospesa:

a) per il tempo occorso ad ottenere informazioni e relativa documentazione in modo completo e dettagliato, ai sensi dell'articolo 13, anche oltre il termine ivi previsto;

b) per la durata della procedura conciliativa instaurata ai sensi dell'articolo 5.

263-*nonies*. Nei processi in materia di responsabilità medica il giudice si avvale di un collegio di periti composto da un medico chirurgo specializzato in medicina legale e da uno o più specialisti nelle specifiche materie oggetto dell'indagine giudiziaria, da scegliere tra gli iscritti in elenchi regionali appositamente forniti dalle singole società scientifico-professionali di appartenenza, da aggiornare almeno ogni cinque anni. Uno o più periti devono avere avuto esperienza in casi simili a quello

oggetto dell'indagine giudiziaria. 263-*decise*. Ciascuna struttura sanitaria individua, all'interno della propria organizzazione o con il ricorso a soggetti esterni specialisti della materia, una struttura, semplice o complessa e che afferisca comunque alla struttura di Direzione Sanitaria Aziendale ed il cui responsabile sia dipendente dell'Azienda Sanitaria di competenza, di gestione del rischio clinico che includa competenze di medicina legale, ingegneria clinica e fisica sanitaria, alla quale compete, salvo integrazioni da definirsi dalle regioni o dalle province autonome di Trento e di Bolzano e salvo il potere organizzativo delle singole aziende:

a) di definire le procedure di cui alla presente legge anche attraverso arbitrati;

b) di individuare, anche in contraddittorio con gli organi di prevenzione interni quali indicati dalle vigenti disposizioni in materia di sicurezza e salute dei lavoratori, le situazioni e le prestazioni sanitarie potenzialmente rischiose, anche sotto il profilo dell'organizzazione del lavoro, indicando le soluzioni da adottare per il loro superamento;

c) di interagire con i soggetti coinvolti e con l'assicuratore ogniqualvolta si verifichi un fatto che importi l'attivazione della copertura assicurativa obbligatoria;

d) di costituire organo di consulenza in materia assicurativa, di analisi del rischio e di adozione di presidi o procedure per il suo superamento a vantaggio delle strutture sanitarie e di quanti, nel loro ambito, siano dotati di poteri decisionali;

e) di garantire l'uso sicuro ed efficiente dei dispositivi medici costituiti da apparecchi e impianti, per le procedure di accettazione, ivi compreso il collaudo, la manutenzione preventiva e correttiva, le verifiche periodiche di sicurezza, funzionalità e qualità secondo lo stato dell'arte.

263-*undecies*. Entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, ciascuna regione provvede allo sviluppo di un prototipo di cartella clinica digitale multimediale che consenta la condivisione delle informazioni cliniche a più livelli tra ospedale e territorio, adottando allo scopo tecnologie innovative di sistema e di rete, nonché alla realizzazione di. un sistema integrato per la gestione informatizzata delle tradizionali cartelle cliniche cartacee e la successiva loro archiviazione, al fine di renderne rapide ed efficienti la consultazione e la duplicazione».

2.1624

CERONI

Precluso

Dopo il comma 263, aggiungere i seguenti:

«263-*bis*. Ai fini della razionalizzazione e dell'unificazione del procedimento relativo al controllo dello stato di salute dei lavoratori, dalla data di entrata in vigore della presente legge, le Pubbliche Amministrazioni, di cui al comma 2, dell'articolo 1, del decreto legislativo del 30 marzo 2001, n. 165, e successive modificazioni, richiedono gli accertamenti medico-legali per i dipendenti in malattia, in via esclusiva, alle sedi dell'Istituto Nazionale della Previdenza Sociale (INPS), che sarà l'unico soggetto ad effettuarli.

263-*ter*. Sono abrogati il comma 5-*bis* dell'articolo 17 della legge 15 luglio 2011, n. 111, ed il comma 339 della legge 27 dicembre 2013, n. 147.

263-*quater*. La dotazione degli stanziamenti, nella misura ridotta a 60 milioni di euro, rispetto ai 70 milioni attualmente erogati, di cui dall'articolo 17, comma 5, del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito con modificazioni dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, per l'effettuazione degli accertamenti medico legali dei dipendenti della Pubblica Amministrazione viene trasferita, forfettariamente, all'INPS, che non potrà utilizzarla per finalità diverse dagli accertamenti di cui al presente comma. Le Pubbliche Amministrazioni richiedono gli accertamenti di cui al comma 12-*bis* senza alcun onere a loro carico.

263-*quinquies*. Ai fini dell'attuazione dei commi da 12-*bis* l'INPS medesimo si avvale in via prioritaria, ai sensi dell'articolo 1, comma 340, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, dei medici inseriti nelle liste speciali di cui all'articolo 4, comma 10-bis, del decreto-legge 31 agosto 2013, n. 101, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 ottobre 2013, n. 125.

263-*sexies*. Con decreto del Ministro del Lavoro e delle Politiche Sociali, d'intesa con il Ministro

della Semplificazione e la Pubblica Amministrazione e con il Ministro dell'Economia e delle Finanze, sentite le organizzazioni sindacali e le associazioni di categoria maggiormente rappresentative a livello nazionale, da adottare entro 90 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono definite: la tipologia del rapporto contrattuale dei medici fiscali INPS, in modo conforme con i rapporti regolati dagli accordi collettivi nazionali intrattenuti dai medici del Servizio Sanitario Nazionale convenzionati con le Aziende Sanitarie Locali, come già recepiti da INAIL ed INPS; l'esclusione di chi si trova già in quiescenza e l'incompatibilità totale con altre funzioni che prevedano il rilascio di certificati di malattia da parte di medici convenzionati o dipendenti; i requisiti ed i criteri per l'integrazione delle graduatorie provinciali nel rispetto della normativa di riferimento già vigente sulle graduatori e sulle liste speciali, in relazione alle esigenze dell'INPS, di cui all'articolo 4, comma 1, del DM 18 aprile 1996, facendo ricorso ai medici che, con rapporto libero professionale o con contratti a tempo determinato, prestano servizio di medicina fiscale presso le AASSLL ed ai medici iscritti nelle liste speciali a decorrere dal 10 gennaio 2008. Viene fatto salvo il prioritario utilizzo dei medici inseriti nelle liste speciali di cui al comma 12-*quinquies*. Fino all'adozione dei decreto di cui al presente comma continuano ad applicarsi le disposizioni di cui al decreto del Ministro del Lavoro e delle politiche Sociali dell'8 maggio 2008».

2.1629

FLORIS

Precluso

Dopo il comma 263, aggiungere i seguenti:

«263-*bis*. All'articolo 17 del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, sono apportate le seguenti modifiche:

a) al comma 5 sostituire le parole: "2013" con le seguenti: "2015" e le parole: "per un importo complessivamente non superiore a 70 milioni di euro, per le medesime finalità di cui alla lettera *a)*" con le seguenti: "per un importo complessivamente non superiore a 60 milioni di euro, ed effettuati dall'Istituto nazionale della previdenza sociale";

b) al comma 5-*bis*, le parole: "dalle Aziende Sanitarie Locali" con le seguenti: "dall'Istituto nazionale della previdenza sociale".

263-*ter*. I risparmi di spesa derivanti dall'attuazione del presente comma, sono destinati al Fondo ammortamento titoli di Stato».

2.1630

D'AMBROSIO LETTIERI, MILO, MANDELLI

Precluso

Dopo il comma 263 inserire il seguente:

«263-*bis*. A decorrere dall'anno accademico 2015/2016, ai laureati appartenenti alle categorie dei veterinari, degli odontoiatri, dei farmacisti, dei biologi, dei chimici, dei fisici, degli psicologi e alle ulteriori categorie sanitarie non rientranti nell'area medica, ammessi e iscritti dal primo al quinto anno di corso delle scuole *post*-laurea di specializzazione dell'area sanitaria ai sensi del decreto del Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca 10 agosto 2005, recante "Riassetto delle Scuole di specializzazione di area sanitaria", pubblicato nel supplemento ordinario alla *Gazzetta Ufficiale* n. 258 del 5 novembre 2005, e successive modificazioni, è applicato il trattamento contrattuale di formazione specialistica di cui all'articolo 37 del decreto legislativo 17 agosto 1999, n. 368, e successive modificazioni».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: -50.000.000;
2016: -50.000.000;
2017: -50.000.000.

2.1631

D'AMBROSIO LETTIERI, BONFRISCO, MILO, MANDELLI

Precluso

Dopo il comma 263 inserire il seguente:

«263-*bis*. Al fine di garantire la distribuzione di farmaci innovativi già autorizzati dall'Agenzia Italiana del Farmaco ai malati di epatite C, è autorizzato l'avvio di un Fondo a ciò destinato per una spesa pari a 60 milioni di euro a decorrere dal 2015».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: -70.000.000;
2016: -70.000.000;
2017: -70.000.000.

2.1632

LEZZI, BULGARELLI, MANGILI

Precluso

Dopo il comma 263, aggiungere il seguente:

«263-*bis*. Entro 30 giorni dall'entrata in vigore della presente legge l'AIFA dispone la rimborsabilità in tutte le regioni italiane dei'medicinali innovativi o di eccezionale rilevanza terapeutica, in particolare quelli destinati alla cura dell'epatite C, per i quali sia stato già raggiunto un accordo, sulla base dell'impiego efficiente e costo efficace delle risorse disponibili, con le case farmaceutiche. A tal fine sono incrementate le risorse già disponibili a legislazione vigente, di 50 milioni di euro per l'anno 2015, di 140 milioni di euro per l'anno 2016 e di 190 milioni di euro a decorrere dall'anno 2017».

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 50 milioni di euro per il 2015, a 140 milioni di euro per l'anno 2016 e di 190 milioni di euro a decorrere dall'anno 2017.»

2.1633

FUCKSIA

Precluso

Dopo il comma 263, aggiungere il seguente comma «263-bis-(Istituzione Fondo per La cura dell'epatite C e l'utilizzo di farmaci innovativi).-1. Nello stato di previsione del Ministero della salute è istituito un Fondo di 25 milioni di euro per il quinquennio 2015/2019, finalizzato a consentire 11 accesso alle nuove terapie e ai nuovi farmaci, con particolare riferimento alla cura delle persone affette da epatite C».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 75, alla Tabella A ivi richiamata, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti modificazioni:

2015: -25.000.000;
2016: -25.000.000;
2017: -25.000.000.

2.1634

D'AMBROSIO LETTIERI, MANDELLI

Precluso

Dopo il comma 263 inserire il seguente:

«263-*bis*. AIÌarticolo 15, comma 1, lettera *c)* della Legge 22 dicembre 1986, n. 917, dopo le parole: "per protesi dentarie e sanitarie in genere" aggiungere le seguenti: "e dalle spese sostenute per l'acquisto di alimenti a fini medici speciali, inseriti nella sezione al del Registro Nazionale di cui all'articolo 7 del decreto ministeriale 8 giugno 2001, con l'esclusione di quelli destinati ai lattanti"».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere in fine le seguenti parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C ad eccezione di quelle relative al Ministero del lavoro e delle politiche sociali, al Ministero della salute e al Ministero dell'istruzione, dell'università e

della ricerca, sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 2,15 milioni per l'anno 2015, 2,2 milioni di euro per l'anno 2016 e 2,25 milioni di euro per l'anno 2017».

2.1640

SCAVONE

Precluso

Dopo il comma 263, aggiungere il seguente:

«263-*bis*. - *(Ricetta farmaci generici, ricetta digitale e farmaco monodose) - 1*. All'articolo 15, del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, il comma 11-*bis* è sostituito dal seguente:

"11-*bis*. Il medico che curi un paziente, per la prima volta, per una patologia cronica, per il cui trattamento sono disponibili più medicinali equivalenti indica nella ricetta del Servizio sanitario nazionale la denominazione dei principio attivo contenuto nel farmaco. Le norme in contrasto con quanto previsto dal presente comma sono soppresse".

2. Ai fini del contenimento della spesa farmaceutica, le regioni e le province autonome di Trento e Bolzano, entro un anno dalla data di entrata in vigore della presente legge, devono realizzare infrastrutture tecnologiche per le prescrizioni mediche digitali condivise a livello interregionale, ovvero avvalersi, anche mediante riuso, ai sensi del decreto legislativo 7 marzo 2005, n. 82. delle infrastrutture tecnologiche per le prescrizioni mediche digitali, a tal fine già realizzate da altre regioni o dei servizi da queste erogati. Tali piattaforme dovranno assicurare piena interoperabilità tra sistemi di telecomunicazioni.

3. Al fine della razionalizzazione, distribuzione e contenimento della spesa farmaceutica, il Ministro della salute di Concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, sentita la Conferenza Stato-Regioni e l'AIFA, previo parere delle competenti Commissioni parlamentari, .entro un anno dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono delegati ad emanare, un decreto per, determinare le modalità per la produzione e distribuzione dei farmaci anche. in forma di monodose.

4. L'applicazione del presente articolo non deve comportare maggiori oneri per la finanza pubblica.».

2.1642

D'ALI', BONFRISCO, MILO

Precluso

Dopo il comma 263, aggiungere il seguente:

«263-*bis*. Le funzioni amministrative e gli acquisti spettanti alle regioni in materia di servizi sociali e sanitari, infrastrutturazione e mobilità territoriale, devono essere svolte unitariamente interessando una consistenza demografica minima di cinque milioni di popolazione residente, previa intesa fra regioni territorialmente contigue».

2.1644

D'AMBROSIO LETTIERI, BONFRISCO

Precluso

Dopo il comma 263 inserire il seguente:

«263-*bis*. Ai medici ammessi alle scuole di specializzazione universitarie in medicina dall'anno accademico 1982-1983 all'anno accademico 1990-1991 che, alla data di entrata in vigore della presente legge, abbiano presentato domanda giudiziale per il riconoscimento economico retroattivo del periodo di formazione o di risarcimento del danno per la mancata o ritardata attuazione

I della direttiva 75/362/CEE del Consiglio, del 16 giugno 1975 , della direttiva 75/363/CEE del Consiglio, del 16 giugno 1975 , e della direttiva 82/76/CEE del Consiglio del 26 gennaio 1982 , il Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca corrisponde per tutta la durata del corso, a titolo forfettario, una borsa di studio dell'importo omnicomprensivo di 13.000 euro per ogni anno di corso da riconoscere anche attraverso il credito d'imposta in un arco temporale non superiore a tre anni.«.

Conseguentemente, ridurre di 20 milioni di euro lo stanziamento della allegata tabella A, rubrica del Ministero dell'economia e delle finanze.

2.1646

D'AMBROSIO LETTIERI, MANDELLI

Precluso

Dopo il comma 263 inserire il seguente:

«263-*bis*. Ai fini di garantire l'ulteriore sviluppo del Nuovo Sistema Informativo Sanitario, anche attraverso l'attivazione di nuovi flussi informativi, il Ministero della salute per consentire il monitoraggio sistematico dei livelli essenziali di assistenza (LEA), realizza uno strumento denominato "bilancio LEA" per il miglioramento della qualità dell'assistenza e dell'appropriatezza delle prestazioni erogate dal Servizio sanitario nazionale, per l'analisi comparativa tra le diverse realtà regionali, nonché per la verifica della coerenza tra le prestazioni erogate ed i relativi costi ai fini del contenimento della spesa sanitaria. Per le finalità di cui al presente articolo è autorizzata la spesa di 1.000.000,00 di euro annui a decorrere dall'anno 2015.».

Conseguentemente, dopo il comma 45 inserire il seguente:

«45-*bis*. Le disponibilità di competenza e di cassa delle spese del bilancio dello Stato per consumi intermedi sono ridotte di 1 milione di euro annui a decorrere dall'anno 2015».

2.1647

FLORIS

Precluso

Dopo il comma 263, aggiungere il seguente:

«263-*bis*. A decorrere dall'anno 2015, al fine di contenere la spesa riguardante l'indennità di malattia e poter assicurare continuità ad un'azione efficiente ed efficace di contrasto al fenomeno dell'assenteismo, sono escluse dalle riduzioni di cui al comma 108, della legge 24 dicembre 2012, n. 228, fermo restando l'importo dei risparmi da conseguire ivi previsto, le spese relative all'espletamento delle visite mediche di controllo domiciliare ai lavoratori assenti dal servizio per malattia, richieste d'ufficio dall'INPS, il cui importo impegnato dall'Istituto stesso non potrà essere inferiore all'ottanta per cento di quello stabilito prima della entrata in vigore della suddetta legge. I risparmi di spesa conseguenti all'applicazione della disposizione, sono destinati al fondo indennizzi dell'INPS».

2.1649

FUCKSIA, GAETTI

Precluso

Dopo il comma 263 è aggiunto il seguente:

«263-*bis*. Al fine di consentire le attività di ricerca, assistenza e cura dei malati oncologici, è autorizzata la spesa di 3 milioni di euro per l'anno 2015 a favore del Centro nazionale di adroterapia oncologica (CNAO). Agli oneri conseguenti l'attuazione del precedente periodo, si provvede, per l'esercizio finanziario 2015, mediante le maggiori entrate derivanti dall'aumento dell'aliquota dell'accisa sulla benzina, nonché dell'aliquota dell'accisa sul gasolio usato come carburante di cui all'allegato I del testo unico delle disposizioni legislative concernenti le imposte sulla produzione e sui consumi e relative sanzioni penali e amministrative, di cui al decreto legislativo 26 ottobre 1995, n. 504, e successive modificazioni, nella misura di 1 centesimo al litro».

2.1650

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 263, è inserito il seguente:

«263-*bis*. Al fine di consentire al comma 320, dell'articolo 1, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, dopo la parola: "euro" sono inserite le seguenti: "nonché 35 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015 a valere sul Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo10, comma 5, del decreto-legge 29 dicembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307"».

2.1651

ZUFFADA

Precluso

Dopo il comma 263, aggiungere il seguente:

«263-*bis*. Al comma 320, dell'articolo 1, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, dopo la parola: "euro" sono inserite le seguenti: "nonché 35 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015 a valere sul Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 dicembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307"».

2.1655

TOSATO, COMAROLI

Precluso

Sopprimere i commi 264 e 265.

2.1657

BAROZZINO, URAS, DE PETRIS, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 265, inserire i seguenti:

«265-*bis*. A decorrere dall'entrata in vigore della presente legge, è istituito, presso il Ministero dello sviluppo economico, il "Fondo nazionale per agevolare l'autoimpiego di persone con difficoltà di accesso al mondo del lavoro", di seguito denominato "Fondo", con una dotazione iniziale di 150 milioni di euro all'anno per ciascun anno del triennio 2015, 2016 e 2017, volto a sostenere, mediante il riconoscimento di agevolazioni a fondo perduto e/o sotto forma di prestito rimborsa bile, soggetti privati che intendano avviare una nuova impresa o che abbiamo costituito un'impresa da almeno sei mesi e risulti inattiva.

265-*ter*. L'impresa di cui al comma41-*bis* deve essere partecipata da soggetti appartenenti ad almeno una delle seguenti categorie: 1) giovani con età compresa tra i 18 e i 35 anni; 2) donne di età superiore ai 18 anni; 3) disoccupati che non abbiano avuto rapporti di lavoro subordinato negli ultimi tre mesi; 4) persone in procinto di perdere il posto di lavoro; 6) lavoratori precari con partita IVA;

265-*quater*. L'impresa di cui al comma 41-*bis* deve essere avviata con meno di 10 addetti e rivestire una delle seguenti forme giuridiche: 1) ditta individuale; 2) società cooperativa con meno di 10 soci; 3) società in nome collettivo; 4) società in accomandita semplice; 5) associazione fra i professionisti; 6) società a responsabilità limitata.

265-*quinquies*.L'impresa di cui al comma 41-*bis* deve essere avviata in uno dei seguenti settori: 1) attività manifatturiere; 2) costruzioni ed edilizia; 3) riparazioni di autoveicoli e motocicli; 4) affittacamere e *bed brealifast*; 5) ristorazione con cucina; 6) servizi di informazione e comunicazione; 7) attività professionali, scientifiche e tecniche; 8) agenzie di viaggio; 9) servizi a supporto alle imprese; 10) istruzione; 11) sanità e assistenza sociale non residenziale; 12) attività artistiche, sportive, di intrattenimento e divertimento con esclusione delle attività delle lotterie, delle scommesse e delle case da gioco); 13) attività di servizi per la persona nel caso di avvio di un'attività di consulenza o professionale è consentito l'accesso alle agevolazioni di cui al presente articolo esclusivamente nel caso in cui l'impresa abbia assunto la forma giuridica di associazione o società fra professionisti;

265-*sexies*. Qualora l'impresa di cui al comma 41-*bis* venga avviata con un investimento iniziale sino a 50.000 euro, l'agevolazione è pari al 100 per cento e riconosciuta al 50 per cento a fondo perduto e al 50 per cento sotto forma di prestito rimborsabile. Qualora si tratti di un investimento compreso tra i 50.000 euro e i 100.000 euro l'agevolazione è pari al 90 per cento e riconosciuta al 50 per cento a fondo perduto e al 50 per cento sotto forma di prestito rimborsabile. Qualora si tratti di un investimento compreso tra i 100.000 euro e i 150.000 euro l'agevolazione è pari all'80 per cento e riconosciuta al 50 per cento a fondo perduto e al 50 per cento sotto forma di prestito rimborsabile. È, inoltre, previsto un contributo sulle spese di gestione dei primi sei mesi di avvio dell'impresa pari a 5.000 euro. Il prestito rimborsabile è erogato nella forma di finanziamento della durata di 60 mesi con tasso fisso, pari al tasso di riferimento UE. Non sono richieste garanzie, fatta eccezione per le società cooperative a responsabilità limitata, per le società a responsabilità limitata e per le associazioni

professionali per le quali è richiesta, in particolare, la garanzia fideiussoria degli amministratori.

265-*septies*. Il Fondo di cui al comma 41-*bis* non finanzia nuove imprese che: 1) nascano dal 1 rilevamento di una impresa esistente o dall'acquisto di un ramo di azienda; 2) abbiano individuato una sede operativa coincidente o adiacente con la sede utilizzata da un'attività operante nello stesso settore; 3) abbiano un amministratore che risulti titolare o amministratore di un'altra impresa operante nello stesso settore.

265-*octies*. Con decreto del Ministro dello sviluppo economico, di concerto con il Ministro del lavoro e delle politiche sociali, da emanare entro un mese dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono determinati il funzionamento del Fondo di cui al comma 1, i criteri di riconoscimento delle agevolazioni ivi previste e le modalità di presentazione delle domande di accesso. Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio».

Conseguentemente all'articolo 3 al comma 75, Tabella A allegata, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti modifiche:*

2015:

CP: - 150.000.000;

CS: - 150.000.000.

2016:

CP: - 150.000.000;

CS: - 150.000.000.

2017:

CP: - 150.000.000;

CS: - 150.000.000.

2.1658

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 265, inserire i seguenti:

«265-*bis*. Al fine di sostenere le misure di incentivazione per lo sviluppo delle aree naturali protette, nonché di agevolare lo svolgimento delle attività e del movimento turistico nelle aree naturali protette secondo i princìpi e le finalità della Carta europea per il turismo sostenibile nelle aree protette, adottata a Lanzarote il 28 aprile 1995, è istituito nello stato di previsione del Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare il Fondo per il turismo sostenibile nelle aree naturali protette, con una dotazione di 50 milioni di euro annui per ciascun anno del triennio 2015, 2016 e 2017, volto a finanziare azioni di promozione e di divulgazione, nonché iniziative progettuali e strutturali all'interno dei confini amministrativi delle relative aree naturali protette.

265-*ter*. Ai fini del comma 1, per aree naturali protette si intendono le aree naturali protette nazionali, costituite dai parchi nazionali e dalle riserve naturali statali, nonché le aree naturali protette marine, di cui al titolo II della legge 6 dicembre 1991, n. 394, e successive modificazioni.

265-*quater*. Nell'ambito dei finanziamenti erogabili a valere sul Fondo di cui al comma i possono essere concessi contributi in favore di imprenditori titolari delle attività turistiche situate nelle aree naturali protette disciplinale dalla presente legge, di enti e associazioni di protezione ambientale riconosciuti ai sensi dell'articolo 13 della legge 8 luglio 1986, il. 349, e successive modificazioni, di promozione sociale e turistica, dei soggetti organizzatori di viaggi di istruzione e, in generale, di esperienze ascrivibili al turismo sostenibile, per la realizzazione delle seguenti azioni:

a) interventi di allestimento, ampliamento, miglioramento, arredamento, abbattimento delle barriere architettoniche in favore di esercizi dediti alla ristorazione, alla ricettività, alla cultura, alla ricreazione e allo sport;

b) interventi di recupero, manutenzione, salvaguardia e allestimento di percorsi naturalistici ed escursionistici in aree pubbliche o ad uso pubblico;

c) interventi di sensibilizzazione, educazione e divulgazione in ordine alle caratteristiche e alle

finalità delle aree naturali protette, con particolare riferimento, oltre che agli aspetti naturalistici, alle tradizioni etnografiche ed enogastronomiche e alla cultura locale;

d) ideazione, organizzazione e promozione di itinerari didattici, di viaggi di istruzione e di altre iniziative afferenti ai turismo sostenibile che prevedono il pernottamento in strutture ricettivo dell'area naturale protetta;

e) studi, analisi, ricerche e indagini finalizzali a evidenziare le caratteristiche qualitative e quantitative del turismo nelle singole aree naturali protette e funzionali all'individuazione delle più opportune linee guida per lo sviluppo del turismo sostenibile;

f) campagne, iniziative ed eventi tesi a promuovere la conoscenza e la pratica del turismo sostenibile nelle aree naturali protette.

265-*quinquies*. Con decreto del Ministro della tutela del territorio e del mare, da emanare entro un mese dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono determinati i criteri di assegnazione dei contributi e le modalità di presentazione delle domande relative ai Fondo di cui al comma 1.

265-*sexies*. Per l'attuazione del presente articolo è autorizzata la spesa di 50 milioni di euro annui per gli anni 2015, 2016 e 2017».

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 75, Tabella A allegata; voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti modifiche:*

2015:

CP: - 50.000.000;

CS: - 50.000.000.

2016:

CP: - 50.000.000;

CS: - 50.000.000.

2017:

CP: - 50.000.000;

CS: - 50.000.000.

2.1659

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 265, inserire i seguenti:

«265-*bis*. Al fine di sostenere le misure di incentivazione per lo sviluppo delle aree naturali protette, nonché di agevolare lo svolgimento delle attività e del movimento turistico nelle aree naturali protette secondo i princìpi e le finalità della Carta europea per il turismo sostenibile nelle aree protette, adottata a Lanzarote il 28 aprile 1995, è istituito nello stato di previsione del Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare il Fondo per il turismo sostenibile nelle aree naturali protette, con una dotazione di 50 milioni di euro annui per ciascun anno del triennio 2015, 2016 e 2017, volto a finanziare azioni di promozione e di divulgazione, nonché iniziative progettuali e strutturali all'interno dei confini amministrativi delle relative aree naturali protette.

265-*ter*. Ai fini del comma 1, per aree naturali protette si intendono le aree naturali protette nazionali, costituite dai parchi nazionali e dalle riserve naturali statali, nonché le aree naturali I protette marine, di cui al titolo il della legge 6 dicembre 1991, n. 394, e successive modificazioni.

265-*quater*. Nell'ambito dei finanziamenti erogabili a valere sul Fondo di cui al comma i possono essere concessi contributi in favore di imprenditori titolari delle attività turistiche situate nelle aree naturali protette disciplinale dalla presente legge, di enti e associazioni di protezione ambientale riconosciuti ai sensi dell'articolo 13 della legge 8 luglio 1986, n. 349, e successive modificazioni, di promozione sociale e turistica, dei soggetti organizzatori di viaggi di istruzione e, in generale, di esperienze ascrivibili al turismo sostenibile, per la realizzazione delle seguenti azioni:

a) interventi di allestimento, ampliamento, miglioramento, arredamento, abbattimento delle barriere architettoniche in favore di esercizi dediti alla ristorazione, alla ricettività, alla cultura, alla ricreazione e allo sport;

b) interventi di recupero, manutenzione, salvaguardia e allestimento di percorsi naturalisti ci ed escursionistici in aree pubbliche o ad uso pubblico;

c) interventi di sensibilizzazione, educazione e divulgazione in ordine alle caratteristiche e alle finalità delle aree naturali protette, con particolare riferimento, oltre che agli aspetti naturalistici, alle tradizioni etnografiche ed enogastronomiche e alla cultura locale;

d) ideazione, organizzazione e promozione di itinerari didattici, di viaggi di istruzione e di altre iniziative afferenti ai turismo sostenibile che prevedono il pernottamento in strutture ricettivo dell'area naturale protetta;

e) studi, analisi, ricerche e indagini finalizzali a evidenziare le caratteristiche qualitative e quantitative del turismo nelle singole aree naturali protette e funzionali all'individuazione delle più opportune linee guida per lo sviluppo del turismo sostenibile;

f) campagne, iniziative ed eventi tesi a promuovere la conoscenza e la pratica del turismo sostenibile nelle aree naturali protette.

265-*quinquies*. Con decreto del Ministro della tutela del territorio e del mare, da emanare entro un mese dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono determinati i criteri di assegnazione dei contributi e le modalità di presentazione delle domande relative ai Fondo di cui al comma 1.

265-*sexies*. Per l'attuazione del presente articolo è autorizzata la spesa di 50 milioni di euro annui per gli anni 2015, 2016 e 2017».

Conseguentemente, al comma 121 dell'articolo 1 sostituire le parole: «200 milioni di euro» *con le seguenti:* «150 milioni di euro».

2.1660

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 265, inserire i seguenti:

«265-*bis*. L'articolo 1, commi 60 e 61 della legge di stabilità per il 2014 (legge n. 147 del 2013) sono sostituiti dai seguenti:

"60. Per i contributi erogati, a decorrere dalla data di entrata in vigore della presente legge, le imprese italiane ed estere operanti nel territorio nazionale che abbiano beneficiato di contributi pubblici in conto capitale, qualora, entro tre anni dalla concessione degli stessi, delocalizzino la propria produzione dal sito incentivato a uno Stato anche appartenente all'Unione europea, con conseguente riduzione o messa in mobilita del personale, decadono dal beneficio stesso e hanno l'obbligo di restituire i contributi in conto capitale ricevuti, dalle stesse imprese, con applicazione degli interessi legali, anche laddove la delocalizzazione avvenga tramite cessione di ramo d'azienda o di attività produttive appaltati a terzi, con riduzione o messa in mobilità del personale dell'impresa.

61. Le imprese italiane ed estere di cui al comma 1 con almeno 1.000 dipendenti non possono delocalizzare la propria produzione dal sito incentivato a uno Stato anche appartenente all'Unione europea con conseguente riduzione o messa in mobilità del personale, prima di aver trovato, un nuovo acquirente che garantisca la continuità aziendale e produttiva, nonché il mantenimento dei livelli occupazionali dell'impresa stessa. Nel caso di mancato rispetto dell'obbligo di cui al presente comma, le imprese interessate devono restituire i contributi in conto capitale ricevuti negli ultimi cinque anni, con applicazione degli interessi legali, nonché corrispondere al soggetto erogatore del contributo il pagamento di una sanzione amministrativa pecuniaria pari al 2 per cento del fatturato conseguito negli ultimi cinque anni.

61-*bis*. I soggetti erogatori dei contributi di cui ai commi 1 e 2 disciplinano le modalità e i tempi di restituzione dei contributi stessi.

61-*ter*. Le somme derivanti dall'applicazione della sanzione amministrativa di cui al comma 61 affluiscono in un apposito Fondo, istituito presso il Ministero dell'economia e delle finanze, finalizzato a sostenere le imprese che assumono lavoratori posti in mobilità da imprese che hanno delocalizzato la propria produzione a uno Stato anche appartenente all'Unione europea attraverso il riconoscimento di appositi incentivi, ivi compreso il riconoscimento di un credito di imposta pari alla maggiore IRES che

i predetti soggetti sostengono in virtù delle deduzioni di cui all'articolo 5 della presente legge. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze sono disciplinate le modalità di funzionamento del fondo. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad i apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio".

265-*ter*. Al fine di contrastare la delocalizzazione delle piccole e medie imprese e la conseguente perdita di occupazione e di elevati gradi di specializzazione e unicità sul mercato mondiale, presso il Ministero dello sviluppo economico è istituito il "Fondo speciale per il sostegno alla formazione di cooperative di maestranze" con una dotazione di 125 milioni di euro per l'anno 2015 destinato a supportare le nuove cooperative costituite da lavoratori dipendenti che intendano riscattare l'azienda subentrandone nella gestione per il mantenimento della continuità produttiva qualora si tratti di piccole e medie imprese che versano in gravi difficoltà di produzione e commercializzazione dei prodotti con immanente pericolo di chiusura oppure che abbiano avviato procedure di delocalizzazione delle attività produttive.

265-*quater*. Con decreto del Ministro dello sviluppo economico, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, da emanare entro trenta giorni dall'entrata in vigore della presente legge, sono disciplinate le modalità di funzionamento del Fondo di cui al comma 2, là cui dotazione può essere incrementata mediante versamento di contributi da parte delle regioni e di altri enti e organismi pubblici.

265-*quinquies*. Agli oneri derivati dall'attuazione del comma 2 si provvede mediante utilizzo dei proventi derivanti dalla maggiorazione di prezzo riconosciuta per il riscatto dei nuovi strumenti finanziari di cui agli articoli da 23-*sexies* a 23-*duodecies* del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito, con modificazioni, dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, che, a tal fine, sono versati all'entrata del bilancio dello Stato.

265-*sexies*. L'articolo 1, comma 12, del decreto-legge n. 35 del 2005, recante "Disposizioni urgenti nell'ambito del Piano di azione per, lo sviluppo economico sociale e territoriale", convertito, con modificazioni, dalla legge n. 80 del 2005, e sostituito dal seguente:

265-*septies*. I benefici e le agevolazioni previsti ai sensi della legge 24 aprile 1990, n. 100, del decreto legislativo 31 marzo 1998, il. 143, e della legge 12 dicembre 2002, n. 273, non si applicano ai progetti delle imprese che, investendo all'estero, non prevedano il mantenimento sul territorio nazionale delle attività di ricerca, sviluppo, direzione commerciale e delle attività produttive, assicurando la salvaguardia dei medesimi livelli occupazionali e la protezione sociale dei lavoratori.

265-*octies*. All'articolo 11, comma 2, del decreto legislativo 14 marzo 2013, n. 33, aggiungere, in fine, le seguente lettera:

c) alle società. partecipate dalle pubbliche amministrazioni e a quelle dalle stesse controllate che operano nel settore della gestione di strumenti per il sostegno dell'economia ed il finanziamento di operazioni legate alla internazionalizzazione delle imprese.

265-*nonies*. Presso la Presidenza del Consiglio dei ministri, avvalendosi delle risorse umane, strumentali e finanziarie già esistenti, senza nuovi o maggiori oneri per il bilancio dello Stato, è istituita la Cabina di regia per gli interventi nel settore delle crisi industriali con il compito di individuare strumenti e soluzioni adeguate ad affrontare la gestione delle crisi industriali e contrastare il fenomeno della delocalizzazione delle attività produttive presieduta dal Presidente del Consiglio dei ministri. La Cabina di regia costituisce per il suddetto settore, la sede di confronto fra il Governo, le Regioni, gli Enti Locali, i rappresentanti, del Parlamento, dei Sindacati, del Sistema Bancario e dell'Amministrazione Fiscale per garantire unitarietà ed il coordinamento fra gli strumenti di programmazione e attuazione di politica industriale, nonché ottimale e coordinato utilizzo delle relative risorse finanziarie. Per la realizzazione dell'obiettivo di cui al presente comma, la Cabina di regia assicura il raccordo politico: strategico e funzionale per facilitare un'efficace integrazione fra gli interventi e gli strumenti di sostegno promossi, promuoverne l'accelerazione e garantirne una più stretta correlazione con le istanze e le dinamiche di sviluppo dei sistemi produttivi. Con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri da emanare entro tre mesi dalla data di entrata in vigore della

presente legge è disciplinato il funzionamento della Cabina di regia».

2.1665

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Sostituire il comma 266 con il seguente:

«266. All'articolo 3, comma 7, del decreto-legge 8 aprile 2013, n.35, convertito, con modificazioni, dalla legge 6 giugno 2013, n. 64, è aggiunto il seguente periodo: "Nell'anno 2015 la predetta percentuale è rideterminata al valore del 92 per cento, nel 2016 al valore del 94 per cento e a decorrere dal 2017 al valore del 95 per cento e la restante quota deve essere erogata al Servizio sanitario regionale entro il 30 giugno dell'anno successivo».

2.1672

BONFRISCO, Luciano ROSSI

Precluso

Dopo il comma 266, inserire il seguente:

«1. Al fine di corrispondere alle medesime esigenze connesse all'espletamento dei compiti istituzionali dell'Amministrazione della pubblica sicurezza, di cui all'articolo 8, comma 1:

a) all'articolo 34 del regio decreto 18 giugno 1931, n. 773, sono apportate le seguenti modificazioni:

1) al primo comma, dopo le parole: "negozio od opificio," sono inserite le seguenti: "qualora in numero superiore a sei";

2) dopo il secondo comma è aggiunto il seguente: "Per il trasporto di armi e parti d'arma tra soggetti muniti della licenza di cui all'articolo 31, in luogo del preventivo avviso di trasporto è data comunicazione, almeno 48 ore prima del trasporto medesimo, all'autorità di pubblica sicurezza, anche per via telematica attraverso trasmissione al relativo indirizzo di posta elettronica certificata. L'attestazione dell'avvenuta comunicazione deve accompagnare le relative armi o parti d'arma";

b) all'articolo 11, comma 5, lettera *a)*, della legge 21 dicembre 1999, n. 526, le parole: "dalla Commissione consultiva centrale per il controllo delle armi" sono sostituite dalle seguenti: "dal Banco nazionale di prova"».

2.1673

CERONI

Precluso

Al comma 267, alla lettera a), al quinto periodo, le parole: «la relazione deve comprendere» sono sostituite dalle seguenti: «quest'ultimo deve presentare contestualmente all'affidamento».

2.1675

CERONI

Precluso

Al comma 267, alla lettera b), al secondo periodo le parole: «ai sensi dell'articolo 143, comma 8, del decreto legislativo 12 aprile 2006, n. 163, e successive modificazioni», sono soppresse e dopo la parola: «effettuata», sono inserite le seguenti: «entro novanta giorni».

2.1677

COMAROLI, DIVINA, BISINELLA, TOSATO

Precluso

All'articolo 2, comma 267, lettera d) alinea 4-bis aggiungere, in fine, le parole: «dal 1º gennaio 2015 le plusvalenze realizzate dagli enti locali a seguito di vendita di partecipazioni in società partecipate è esente da imposizione fiscale».

Conseguentemente all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 200 milioni di euro a decorrere dal 2015».

2.1679

FRAVEZZI, ZELLER, BATTISTA, LANIECE, Fausto Guilherme LONGO, PANIZZA, PUPPATO, VACCARI

Precluso

Al comma 267, dopo la lettera e), aggiungere la seguente:

«e-*bis)*. Dopo il comma 6, è aggiunto il seguente: "6-*ter*. Per gli enti territoriali che attivano le procedure previste dal presente articolo, le disposizioni di cui ai commi 551 e 552 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2013, n. 147 non trovano , applicazione"».

2.1681

CERONI

Precluso

Al comma 267, è inserita, in fine, la seguente lettera:

«e-*bis)*. Dopo il comma 6 è inserito il seguente: "6-*ter*. Per gli enti territoriali che attivano le procedure previste dal presente articolo, le disposizioni di cui ai commi 551 e 552 dell'articolo unico della legge 147/2013 non trovano applicazione"».

2.1682

CERONI

Precluso

Dopo il comma 267 sono inseriti i seguenti:

«267-*bis*. All'articolo 34 comma 25, del decreto-legge 18 ottobre 2012, n. 179, convertito con , modificazioni dalla L. 17 dicembre 2012, n. 221, dopo le parole: "Legge 23 agosto 2004 n. 239" sono inserite le seguenti: "ai servizi di trasporto pubblico locale e regionale di cui al D. L.vo 422/97".

267-*ter*. Le disposizioni di cui all'articolo 3-*bis* del Decreto Legge 13 agosto 2011 n. 138, convertito con modificazioni dalla ,Legge 14 settembre 2011 n. 148, non si applicano ai servizi di trasporto , pubblico regionale e locale di cui al Decreto Legislativo 19 novembre 1997, n. 422. I bacini di mobilità per i servizi di trasporto pubblico locale e regionale, sono determinati in ragione dell'analisi della domanda di trasporto, tenendo conto delle economie di scala e dei criteri di efficientamento e di razionalizzazione indicati nel comma 3 dell'articolo 16-*bis* del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95. A tal fine le Regioni, d'intesa con le Città metropolitane ed i comuni capoluogo del proprio territorio, identificano i bacini di cui al periodo precedente e l'ente di governo degli stessi. Le Regioni entro 60 giorni dall'entrata in vigore della presente legge, per dare attuazione alle disposizioni di cui al precedente comma, convocano gli enti locali di cui al periodo precedente. In fase di prima applicazione, sono fatti salvi i bacini determinati anteriormente all'entrata in vigore della presente legge, ai sensi dell'articolo 3-*bis* del decreto-legge 13 agosto 2011, n. 138. È comunque fatta salva la facoltà delle Regioni di definire nuovamente i bacini in questione in base ai criteri, tempi e procedure di cui al presente comma».

2.1683

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 267, inserire il seguente:

«267-*bis*. All'articolo unico della legge n. 147 del 2013 sono apportate le seguenti modifiche:

a) al comma 550 dopo la parola "società" è inserita le seguente: "totalmente";

b) al comma 550, alla fine del primo periodo sono inserite le seguenti parole: "per la parte di propria competenza";

c) il comma 551 è sostituito dal seguente:

"551. A decorre dall'esercizio 2016, nel caso in cui le società a totale partecipazione pubblica locale anche con capitale detenuto da più amministrazioni pubbliche presentino un risultato di esercizio o saldo finanziario negativo, le pubbliche amministrazioni partecipanti valutano la possibilità di ripiano, approvando un piano economico-finanziario che possa avviare un progetto di sviluppo della società che ne garantisca l'equilibrio strutturale. Limitatamente alle società che svolgono servizi pubblici locali a rete di rilevanza economica, compresa la gestione dei rifiuti, per risultato si intende la

differenza tra valore e costi della produzione ai sensi dell'articolo 2425 del codice civile. Resta fermo quanto previsto al comma 555";

d) il comma 552 è abrogato».

2.1684

CERONI

Precluso

Dopo il comma 267 inserire il seguente:

«267-*bis*. All'articolo unico della legge 147/2013 sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al comma 550 dopo la parola: "società" è inserita le seguente: "totalmente";

b) al comma 550, alla fine del primo periodo sono inserite le seguenti parole: "per la parte di propria competenza";

c) il comma 551 è sostituito dal seguente:

"551. A decorre dall'esercizio 2016, nel caso in cui le società a totale partecipazione pubblica locale anche con capitale detenuto da più amministrazioni pubbliche presentino un risultato di esercizio o saldo finanziario negativo, le pubbliche amministrazioni partecipanti valutano la possibilità di ripiano, approvando un piano economico-finanziario che possa avviare un progetto di sviluppo della società che ne garantisca l'equilibrio strutturale. Limitatamente alle società che svolgono servizi pubblici locali a rete di rilevanza economica, compresa la gestione dei rifiuti, per risultato si intende la differenza tra valore e costi della produzione ai sensi dell'articolo 2425 del codice civile. Resta fermo quanto previsto al comma 555";

d) il comma 552 è soppresso».

2.1685

FRAVEZZI, ZELLER, BATTISTA, LANIECE, Fausto Guilherme LONGO, PANIZZA, PUPPATO, VACCARI

Precluso

Dopo il comma 267, inserire il seguente:

«267-*bis*. Al comma 551, dell'articolo 1, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, e successive modificazioni, sono aggiunti, infine, il seguente periodo: "In alternativa a quanto stabilito al presente comma e dal comma 552, la pubblica amministrazione locale socia, nel caso in cui i soggetti di cui al comma 550 riportano un risultato di esercizio o saldo finanziario negativo, può approvare, entro il 30 giugno 2015, un piano di rientro ovvero di razionalizzazione degli stessi soggetti, avente la durata massima di quattro anni. Nel caso in cui per due anni consecutivi i soggetti di cui al periodo precedente, si scostano in senso peggiorativo dai parametri definiti nel piano di rientro ovvero di razionalizzazione, l'ente socio applica le disposizioni sull'accantonamento di cui al presente comma"».

2.1687

CERONI

Precluso

Dopo il comma 267 è inserito il seguente:

«267-*bis*. Al comma 569 dell'articolo unico della legge 147/2013 sono apportate le seguenti modifiche:

a) le parole: "dodici mesi" sono sostituite con le seguenti: "ventiquattro mesi";

b) le parole da: ", decorsi i quali" fino a: "cessato", sono sostituite con le seguenti: "Nel caso di società a partecipazione mista pubblico-privata, la quota pubblica deve essere liquidata per un importo pari al valore della stessa in base ai criteri stabiliti all'articolo 2437-*ter* secondo comma e 2437-quater del codice civile, entro la scadenza di cui al precedente periodo. Se il socio privato non intende esercitare la prelazione, le partecipazioni sono alienate mediante procedura ad evidenza pubblica entro la medesima scadenza; se senza esito la società è posta in liquidazione. In caso di società a partecipazione totalmente pubblica anche con capitale detenuto da più soci pubblici, fermo restando i criteri stabiliti all'articolo 2437-*ter* secondo comma per definire il valore delle quote, le partecipazioni devono essere alienate mediante un unica procedura ad evidenza pubblica entro il 31/12/2015. Decorso

tale termine la società è posta in liquidazione. A tal fine il socio di maggioranza nomina il commissario liquidatore"».

2.1688

CERONI

Precluso

Dopo il comma 267 è inserito il seguente:

«267-*bis*. Alla fine del comma 551 delle legge 147/2013 s.m.i. è aggiunto il seguente periodo: "In alternativa a quanto stabilito al presente comma e dal comma 552, la pubblica amministrazione locale socia, nel caso in cui i soggetti di cui al comma 550 riportano un risultato di esercizio o saldo finanziario negativo, può approvare, entro il 30 giugno 2015, un piano di rientro ovvero di razionalizzazione degli stessi soggetti, avente la durata massima di quattro anni. Nel caso in cui per due anni consecutivi i soggetti di cui al periodo precedente, si discostano in senso peggiorativo dai parametri definiti nel piano di rientro ovvero di razionalizzazione, l'ente socio applica le disposizioni sull'accantonamento di cui al presente comma"».

2.1689

CERONI

Precluso

Dopo il comma 267 è inserito il seguente:

«267-*bis*. Al comma 568-*bis* dell'articolo unico della legge 27 dicembre 2013, n. 147 le parole: "dodici mesi" sono sostituite dalle seguenti: "ventiquattro mesi"».

2.1690

CERONI

Precluso

Dopo il comma 267 è inserito il seguente:

«267-*bis*. All'articolo 16-*bis*, del decreto-legge n. 95 del 2012, convertito dalla legge n. 135 del 2012, al comma 1 è aggiunto, in fine, il seguente periodo; "Una quota parte del fondo di cui ai periodi precedenti è riservata alle città metropolitane di cui alla legge 56/2014. Tale quota ed i relativi criteri di ripartizione fra i soggetti interessati sono definiti con il decreto di cui al comma 3"».

2.1691

CERONI

Precluso

Dopo il comma 267 è inserito il seguente:

«267-*bis*. All'articolo 16-*bis*, del decreto-legge n. 95 del 2012, convertito dalla legge n. 135 del 2012, al comma 1, aggiungere, in fine, il seguente periodo: "A partire dal 1 gennaio 2015, con il decreto di cui al comma 3, sono contestualmente definiti i criteri secondo i quali indivi4uare. una quota del fondo di cui al comma 1 che ciascuna Regione attribuisce direttamente agli enti di governo degli ambiti o bacini territoriali di cui all'articolo 3-*bis* del decreto-legge n. 138 del 2011 che comprendono le città metropolitane. I criteri sono definiti tenendo conto, in particolare:

a) della quota di domanda di mobilità riferita ai non residenti o non domiciliati *(city users)*;

b) dell'offerta di servizi di trasporto pubblico locale su impianti fissi"».

2.1695

DI BIAGIO, Luigi MARINO, MARINELLO

Precluso

Dopo il comma 267, aggiungere il seguente:

«267-*bis*. Al comma 4 dell'articolo 234 del decreto legislativo 3 aprile 2006 n. 152 e successive modificazioni, le parole: "di beni in polietilene", ovunque ricorrano, sono sostituite con le seguenti: "di beni che presentano una percentuale di rifiuto di polietilene superiore al 40 per cento"».

2.1696

DI BIAGIO, Luigi MARINO

Precluso

Inammissibile

Dopo il comma 267, aggiungere il seguente:

«267-*bis*. Al comma l dell'articolo 234 del decreto legislativo 3 aprile 2006 n. 152 e successive modificazioni, dopo le lettere *dd)* sono aggiunte le seguenti parole: "i prodotti assorbenti per la persona",».

2.1697

FRAVEZZI, ZELLER, BATTISTA, LANIECE, Fausto Guilherme LONGO, PANIZZA, PUPPATO, VACCARI

Precluso

Dopo il comma 267, inserire il seguente:

«267-*bis*. Al comma 551, dell'articolo 1, della legge 27 dicembre 2013, n. 147 e successive modificazioni, dopo il primo periodo, è aggiunto il seguente: "Gli importi accantonati non devono essere imputati al bilancio comunale corrente"».

2.1700

MILO

Precluso

Sostituire il comma 268 con il seguente:

«268-*bis*. Al fine di assicurare il coordinamento della finanza pubblica, il contenimento della spesa, il buon andamento dell'azione amministrativa e la tutela della concorrenza e del mercato, lo Stato, le regioni, le province autonome di Trento e di Bolzano, gli enti locali, le camere di commercio, industria, artigianato e agricoltura, le università e gli istituti di istruzione universitaria pubblici e le autorità portuali, a decorrere dal 10 gennaio 2015, avviano un processo di alienazione delle società e delle partecipazioni societarie direttamente o indirettamente possedute, in modo da conseguire l'azzeramento delle stesse entro il 31 dicembre 2015».

2.1701

FRAVEZZI, ZELLER, PANIZZA

Precluso

Al comma 268, sopprimere le parole: «le province autonome di Trento e di Bolzano».

2.1703

PICCOLI, CERONI, AMIDEI

Precluso

Al comma 268, lettera a), dopo le parole: «finalità seguenti», come indicato negli statuti degli Enti,».

2.1705

PICCOLI, CERONI, AMIDEI

Precluso

Al comma 268, dopo lettera a), inserire la seguente:

«*a*-bis) liquidazione delle società, o dismissione della partecipazioni di società di capitali, aventi fatturato medio inferiore a 100.000 euro annui negli ultimi tre anni;».

2.1708

FRAVEZZI, ZELLER, PALERMO, PANIZZA

Precluso

Al comma 268, dopo la lettera d) aggiungere la seguente:

«*d*-bis) salvaguardia delle società e delle partecipazioni societarie c1Je, pur non perseguendo finalità istituzionali, svolgono attività di rilievo economico o imprenditoriale, purché presentino un. accertato grado di redditività e di ritorno economico».

2.1709

FRAVEZZI, ZELLER, PALERMO, PANIZZA

Precluso

Al comma 269 sopprimere le seguenti parole: «e delle province autonome di Trento e di Bolzano».

2.1710

CERONI

Precluso

Al comma 269 sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al primo periodo le parole 31 marzo 2015 sono sostituite dalle seguenti: «30 maggio 2015»;

b) al secondo periodo, le parole: «alla competente sezione regionale di controllo della Corte dei conti», *sono sostituite dalle seguenti:* «al Ministero dell'economia e delle finanze»;

c) l'ultimo periodo è soppresso.

2.1711

CERONI

Precluso

Dopo il comma 269, aggiungere i seguenti:

«269-*bis*. Ai fini dell'attuazione del piano operativo di razionalizzazione di cui al precedente comma 269 e di quanto previsto all'articolo 3, comma 27, della legge 24 dicembre 2007, numero 244, relativamente alla dismissione degli stabilimenti termali di proprietà delle amministrazioni centrali dello Stato, delle regioni, delle province, dei comuni, dei consorzi tra enti pubblici o di altri enti, posseduti direttamente o attraverso società controllate o consorzi anche se gestiti, mediante affidamento in subconcessione o altra forma giuridica, da soggetti diversi dall'amministrazione proprietaria o titolare della concessione mineraria, per la estinzione di eventuali posizioni debitorie sussistenti alla data del 31 dicembre 2014, la Cassa Depositi e Prestiti SpA può stipulare con gli istituti di credito interessati apposite convenzioni per la erogazione dei fondi necessari a far fronte ai finanziamenti richiesti da amministrazioni, consorzi tra queste o società controllate e soggetti gestori degli stessi stabilimenti.

269-*ter*. I finanziamenti concessi dagli istituti di credito di citi al comma precedente, sono erogati a condizioni di mercato ed hanno durata trentennale.

269-*quater*. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, da emanarsi entro novanta giorni dalla data di conversione in legge del presente decreto, previa parere della Conferenza Unificata di citi al decreto legislativo del 28 agosto 1997. n. 281, sono individuati i criteri di valutazione degli stabilimenti termali e le modalità per la dismissione degli stessi.».

2.1715

ARRIGONI, COMAROLI, CONSIGLIO, CROSIO, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 269, è aggiunto il seguente:

«269-*bis*. Al comma 2-*bis*, dell'articolo 117, del decreto legislativo 30 aprile 1992, n. 285, al terzo periodo, dopo le parole: "sia presente sul veicolo" sono aggiunte le seguenti: "e ai veicoli con alimentazione elettrica o con motore ibrido in serie aventi una potenza specifica, riferita alla tara, inferiore a 100 kW/t."».

2.1716

CERONI, RAZZI

Precluso

Apportare le seguenti modificazioni:

a) al comma 271, il secondo periodo è soppresso.

b) dopo il comma 271 aggiungere il seguente:

«271-*bis*. Il comma 568-*bis* della legge 27 dicembre 2013, n. 147 è sostituito dal seguente:

"568-*bis*. Le pubbliche amministrazioni locali indicate nell'elenco di cui all'articolo 1, comma 3, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, e successive modificazioni, e le società da esse controllate direttamente o indirettamente possono procedere:

a) allo scioglimento delle società controllate direttamente o indirettamente, dei consorzi., delle aziende speciali, delle istituzioni e degli organismi partecipati comunque denominati ed in qualsiasi forma giuridica esistenti. Se lo scioglimento dell'organismo partecipato comunque denominato è in corso ovvero è deliberato, anche nel contesto attuativo dei piani operativi, non oltre il31 dicembre

2015, gli atti e le operazioni posti in essere in favore di pubbliche amministrazioni in seguito allo scioglimento dell'organismo partecipato comunque denominato sono esenti da imposizione fiscale, incluse le imposte sui redditi e l'imposta regionale sulle attività produttive ad eccezione dell'imposta sul valore aggiunto. Le imposte di registro, ipotecarie e catastali si applicano in misura fissa. In tal caso i dipendenti in forza alla data di entrata in vigore della presente disposizione sono ammessi di diritto alle procedure di cui ai commi da 563 a 568 del presente articolo. Ove lo scioglimento riguardi una società controllata indirettamente o un organismo partecipato controllato indirettamente, le plusvalenze realizzate in capo alla società controllante o all'organismo controllante comunque denominato non concorrono alla formazione del reddito e del valore della produzione netta e le minusvalenze sono deducibili nell'esercizio in cui sono realizzate e nei quattro successivi;

b) all'alienazione, a condizione che questa avvenga con procedura a evidenza pubblica deliberata non oltre dodici mesi ovvero sia in corso alla data di entrata in vigore della presente disposizione, delle partecipazioni detenute, in organismi comunque denominati, alla data di entrata in vigore della presente disposizione e alla contestuale assegnazione del servizio per cinque anni a decorrere dal 1 o gennaio 2014. In caso di società mista. al socio privato detentore di una quota di almeno il 30 per cento alla data di entrata in vigore della presente disposizione deve essere riconosciuto il diritto di prelazione. Ai fini delle imposte sui redditi e dell'imposta regionale sulle attività produttive, le plusvalenze non concorrono alla formazione del reddito e del. valore della produzione netta e le minusvalenze sono deducibili nell'esercizio in cui sono realizzate e nei quattro successivi".».

2.1720

FRAVEZZI, ZELLER, PALERMO, PANIZZA

Precluso

Dopo il comma 271, è inserito il seguente:

«271-*bis*. Le regioni a statuto speciale e le province autonome di Trento e di Bolzano provvedono alle finalità dei commi da 268 a 271, tenuto conto dei tempi di riordino e di adeguamento dei rispettivi ordinamenti finanziari. A tal fine i termini previsti per gli adempimenti dai predetti commi sono prorogati di sei mesi».

2.1721

ARRIGONI, CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Al comma 272, sostituire le parole: «comunque partecipate» con le seguenti: «comunque direttamente partecipate».

2.1728

COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI

Precluso

Dopo il comma 272, inserire i seguenti:

«272-*bis*. Le Regioni e gli enti locali hanno la facoltà di mantenere, fino alla scadenza del periodo transitorio di cui all'articolo 8.2 del regolamento (CE) n. 1370/2007, gli affidamenti in essere, relativi a servizi di trasporto pubblico locale su strada, ad operatori che hanno affidato la delega di gestione ad un nuovo socio o che sono succeduti al precedente gestore, partecipato da enti locali, a seguito di operazioni societarie, comprese fusioni, conferimenti o acquisizioni. Resta salva la facoltà dell'operatore di rinunciare alla prosecuzione del servizio, in caso di mancato accordo con il soggetto affidante sulle condizioni di prosecuzione.

272-*ter*. La disposizione di cui al comma precedente si applica anche ove l'affidamento dei servizi sia in capo ad una società consortile, di cui all'articolo 2615-*ter* c.c., nella quale risulti socio di maggioranza un soggetto giuridico che verta nella fattispecie di cui al comma precedente».

2.1742

ARRIGONI, COMAROLI, TOSATO, BISINELLA, DIVINA

Precluso

Dopo il comma 272 aggiungere il seguente:

«272-*bis*. Al comma 3 dell'articolo 23-*ter* del Decreto legge 24/06/2014 n. 90 convertito in Legge 11/08/2014 n. 114 sono soppresse le parole: "con popolazione superiore a 10.000 abitanti"».

2.1745

ARRIGONI, COMAROLI, TOSATO, BISINELLA, DIVINA

Precluso

Dopo il comma 272 aggiungere il seguente:

«All'articolo 53 comma 6 Decreto legislativo 30 Marzo 2001 n. 165 è aggiunto, infine, il seguente: "f-*ter)* dalla partecipazione a commissioni, comitati ed organismi di altre pubbliche amministrazioni».

2.1748

ZELLER, BERGER, PALERMO, LANIECE, BATTISTA, FRAVEZZI, PANIZZA

Precluso

Dopo il comma 272, inserire il seguente:

«272-*bis*. All'articolo 1, comma 568-*bis*, lettera *a)*, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al primo e al secondo periodo, dopo le parole: "allo scioglimento della società", sono inserite le seguenti: "o azienda speciale".

b) al secondo periodo, le parole: "dodici mesi", sono sostituite dalle seguenti: "ventiquattro mesi".

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015:
CP: - 50 milioni;
CS: - 50 milioni;
2016:
CP: - 50 milioni;
CS: - 50 milioni;
2017:
CP: - 50 milioni;
CS: - 50 milioni.

2.1752

ARRIGONI, COMAROLI, TOSATO, BISINELLA, DIVINA

Precluso

Dopo il comma 272 aggiungere il seguente:

«272-*bis*. I termini previsti dal comma 31 ter dell'articolo 14 del Decreto Legge 31 maggio 2010 n. 78 convertito in Legge 30 luglio 2010 n. 122 e successive modifiche ed integrazioni sono sospesi, in attesa delle disposizioni di attuazione del Decreto legislativo 26 novembre 2010 n. 216 e successive modifiche ed integrazioni recante: "Disposizioni in materia di determinazione dei costi e dei fabbisogni standard di Comuni, Città metropolitane e Province"».

2.1758

ARRIGONI, COMAROLI, TOSATO, BISINELLA, DIVINA

Precluso

Dopo il comma 272 aggiungere il seguente:

«272-*bis*. comma 562 della legge 296 del 27 dicembre 2006 dopo le parole: "Per gli enti non sottoposti alle regole del patto di stabilità interno, le spese di personale, al lordo degli oneri riflessi a carico delle amministrazioni e dell'IRAP, con esclusione degli oneri relativi ai rinnovi contrattuali, non devono superare il corrispondente ammontare dell'anno 2008. Gli enti di cui al primo periodo possono procedere all'assunzione di personale nel limite delle cessazioni di rapporti di lavoro a tempo indeterminato complessivamente intervenute nel precedente anno, ivi compreso il personale di cui al

comma 558" sono aggiunte le parole: "ad eccezione dei comuni con un numero massimo di dipendenti a tempo pieno non superiore a cinque"».

2.1759

CASTALDI, GIROTTO, BULGARELLI, CIOFFI, BERTOROTTA

Precluso

Dopo il comma 263, inserire il seguente:

«263-*bis*. Le disposizioni di cui all'articolo 1, comma 320, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, sono prorogate per ciascun anno del triennio 2015-2017».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 75, alla Tabella A ivi richiamata, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: -3.000.000;
2016: -3.000.000;
2017: -3000.000.

2.1767

PANIZZA, FRAVEZZI, Fausto Guilherme LONGO, LANIECE, BATTISTA, ZIN

Precluso

Dopo il comma 272, aggiungere il seguente:

«272-*bis*. L'atto di trasferimento di cui al primo comma dell'articolo 2556, c.c. (LIBRO QUINTO. Del lavoro - TITOLO OTTAVO. Dell'azienda - Capo primo) può essere sottoscritto con firma digitale, nel rispetto della normativa anche regolamentare concernente la sottoscrizione dei documenti informatici, ed è depositato, entro trenta giorni, presso l'ufficio del registro delle imprese nella cui circoscrizione è stabilita la sede sociale, a cura di un intermediario abilitato ai sensi dell'articolo 31, comma 2-*quater*, della legge 24 novembre 2000, n. 340. In tale caso, l'iscrizione del trasferimento presso il registro delle imprese ha luogo, su richiesta di una delle parti, dietro esibizione del titolo da cui risultino il trasferimento e l'avvenuto deposito, rilasciato dall'intermediario che vi ha provveduto ai sensi del presente comma Resta salva la disciplina tributaria applicabile agli atti di cui al presente comma».

2.1775

CARIDI, GUALDANI

Precluso

Dopo il comma 272 aggiungere il seguente:

«272-*bis*. Il comma 18 dell'articolo 1 della legge 56 del 7 aprile 2014 è sostituito dal seguente:

"18. La città metropolitana di Reggio Calabria è costituita ,con le procedure. di cui ai commi da 12 a 17, a partire dal 30 aprile 2015. Il termine di cui al comma 12 è fissato al 30 aprile 2014, quello di cui al comma 13 al 30 giugno 2015, quello di cui al comma 14 il 30 aprile 2015,quello di cui al comma 15 il 30 maggio 2015, quello di cui al comma 16 il 30 marzo 2015,quello di cui al comma 17 il 30 settembre 2015».

2.1782

ARRIGONI, COMAROLI, TOSATO, BISINELLA, DIVINA

Precluso

Dopo il comma 272 aggiungere il seguente:

«272-*bis*. Dopo articolo 3 comma 4 del decreto-legge 95 del 6 luglio 2012, convertito in legge 7 agosto 2012, n. 135, viene introdotto il comma 4-*bis*: "Al fine di garantire la sicurezza pubblica, per le caserme delle forze dell'ordine ospitate presso proprietà private, i comuni appartenenti al territorio di competenza delle stesse possono contribuire al pagamento del canone di locazione come determinato dall'agenzia delle entrate"».

2.1785

CROSIO, ARRIGONI, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 272 inserire il seguente:

«272-*bis*. Al del decreto legislativo 3 aprile 2006, n. 152 sono apportate le seguenti modifiche:

a) all'articolo 147 dopo il comma 2-*bis* sono aggiunti i seguenti:

"2-*ter*. Per i comuni con popolazione fino a 1.000 abitanti, nonché per i comuni con popolazione fino a 3.000 abitanti inclusi nel territorio delle comunità montane, l'adesione al servizio idrico integrato è facoltativa. Ove il comune non aderisca, il nuovo soggetto gestore non subentra all'azienda speciale, all'ente o al consorzio pubblico esercente il servizio. I comuni di cui al presente comma possono, altresì, ritirare la propria adesione al servizio idrico integrato previo preavviso di sei mesi all'ente di governo dell'Ambito.

2-*quater*. Sulle gestioni di cui al comma 2-*ter* gli enti di governo dell'ambito esercitano funzioni di regolazione generale e di controllo, sulla base di un contratto di servizio";

b) all'articolo 154 sono aggiunti, in fine, i seguenti commi:

"7-*bis*. Nella modulazione della tariffa sono previste specifiche agevolazioni per i comuni ricadenti nelle comunità montane, mediante l'applicazione di riduzioni nelle misure di seguito indicate:

a) comunità fino a 1.500 abitanti, 50 per cento;

b) comunità da 1.501 a 5.000 abitanti, 40 per cento;

c) comunità sopra i 5.000 abitanti, 30 per cento.

7-*ter*. I comuni di cui all'articolo 147, comma 2-*bis*, applicano le riduzioni di cui al comma 7-*bis*, lettere *a)* e *b)*, qualora aderiscano al servizio idrico 'integrato"».

2.1786

BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Dopo il comma 272, aggiungere il seguente:

«272-*bis*. Alle società a partecipazione pubblica locale totale o di controllo che siano titolari di affidamenti diretti di servizi senza gara, ovvero che svolgano funzioni volte a soddisfare esigenze di interesse generale aventi carattere non industriale ne commerciale, ovvero che svolgano attività nei confronti della pubblica amministrazione a supporto di funzioni amministrative di natura pubblicistica inserite nel conto economico consolidato della pubblica amministrazione, come individuate dall'Istituto nazionale di statistica (ISTAT) ai sensi del comma 5 dell'articolo 1 della legge 30 dicembre 2004, n. 311, nelle quali l'incidenza delle spese di personale è pari o superiore al 50 per cento delle spese correnti, è fatto divieto di procedere, a decorrere dall'anno 2015, ad assunzioni di personale a qualsiasi titolo e con qualsivoglia tipologia contrattuale. Gli enti locali che non ottemperino alle disposizioni previste dall'articolo 147-*quater* del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, sono assoggettati alla sanzione pecuniaria, corrispondente alla diminuzione del 30 per cento del trasferimento delle risorse statali».

2.1790

LANIECE, FRAVEZZI, ZELLER, PANIZZA, PALERMO, Fausto Guilherme LONGO, ZIN, BATTISTA

Precluso

Dopo il comma 272, aggiungere il seguente:

«272-*bis*. All'articolo 5, comma 3, del D.M. 14 giugno 1989, n. 236, dopo le parole: "Ogni struttura ricettiva (alberghi, pensioni, villaggi turistici, campeggi, etc.)" aggiungere le seguenti: "ad esclusione di quelle non collegate a strade carrozzabili e raggiungibili solo attraverso sentieri o vie alpinistiche"».

2.1795

D'ALI'

Precluso

Dopo il comma 272 aggiungere il seguente:

«272-*bis*. All'articolo 1, comma 683 della legge 147/2013 sono aggiunte in fine-le seguenti parole: "Per i comuni che non hanno approvato entro i termini di legge ed esclusivamente per l'anno 2014, il termine di approvazione delle tariffe TARI è prorogato a131/12/2014"».

2.1796

MANDELLI

Precluso

Dopo il comma 272, aggiungere il seguente:

«272-*bis*. All'obbligo derivante dall'articolo 15, commi 4 e 5, del decreto-legge 18 ottobre 2012, n. 179, convertito nella legge 17 dicembre 2012, n. 221, si applicano commissioni onnicomprensive della gestione e dell'utilizzo delle carte di debito nella misura massima pari allo 0,2 per cento del valore delle transazioni con esse effettuate. Al medesimo obbligo, osservato presso gli impianti di distribuzione carburanti e presso le rivendite di tabacchi, si applicano commissioni onnicomprensive della gestione e dell'utilizzo delle carte di. debito nella misura massima pari allo 0,1 per cento del valore delle transazioni con esse effettuate. In ambedue le fattispecie di cui ai periodi precedenti gli importi sulle transazioni a carico degli esercenti, non superiori alle percentuali prescritte, ricomprendono qualsiasi corrispettivo richiesto dal circuito bancario in riferimento all'uso del POS e, in generale, della strumentazione tecnologica messa a disposizione per l'effettuazione delle transazioni medesime».

2.1797

MANDELLI

Precluso

Dopo il comma 272, aggiungere il seguente:

«272-*bis*. All'articolo 2 comma 4 del decreto-legge 25 gennaio 2012, n. 2, convertito con modificazioni dalla legge 24 marzo 2012, n. 28, dopo il primo periodo, inserire il seguente: "La cessione a titolo oneroso, nell'ambito della vendita al dettaglio ai consumatori finali, di sacchi non conformi a quanto prescritto dal presente articolo, è punita con la sanzione amministrativa pecuniaria del pagamento di una somma da 250 euro a 2.500 euro"».

2.1798

ARRIGONI, CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 272, aggiungere il seguente:

«272-*bis*. Fino alla deliberazione definitiva del piano attuativo dello strumento urbanistico comunale che rende definitivo il potenziale edificatorio di un terreno edificabile, restano in vigore le imposte comunali previgenti all'*iter* del piano attuativo».

2.1799

BONFRISCO

Precluso

Dopo il comma 272 aggiungere il seguente:

«272-*bis*. Al comma 1, articolo 1, del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito in legge dall'articolo 1, comma 1, legge 7 agosto 2012, n. 135:

1) al quarto periodo, dopo la parola: "Stato" sono inserite le seguenti parole: "ed agli enti locali di cui al comma 1, articolo 2 del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267,";

2) dopo il quarto periodo è inserito il seguente: "I contratti stipulati ai sensi del precedente periodo dalle Amministrazioni dello stato e dagli enti locali di cui al comma 1, articolo 2, del decreto legislativo 18 agosto 2000 n. 267, possono essere affidati con la procedura di cui all'articolo 125, comma 11, ultimo periodo del decreto legislativo 12 aprile 2006 n. 163 esclusivamente per importi inferiori a quelli indicati all'articolo 28 del medesimo decreto legislativo 12 aprile 2006 n. 163."».

2.1800

BONFRISCO

Precluso

Dopo il comma 272 aggiungere il seguente:

«272-*bis*. Al comma 1, articolo 1, quarto periodo del decreto-legge 6 luglio 2012 n. 95, convertito in legge dall'articolo 1, comma 1, legge 7 agosto 2012, n. 135, dopo la parola: "Stato" sono inserite le

seguenti parole: "ed agli Enti locali di cui ai comma 1, articolo 2 del decreto legislativo 18 agosto 2000 n. 267," e dopo le parole: "ed a condizione che" sono inserite le seguenti: "l'affidamento del contributo sia avvenuto nel rispetto delle disposizioni di cui al decreto legislativo 12 aprile 2006 n. 163 e".».

2.1801

MANDELLI

Precluso

Dopo il comma 272, aggiungere il seguente:

«272-*bis*. Al comma 320, dell'articolo 1, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, dopo la parola: "euro" sono inserite le seguenti: "nonché 35 milioni di euro per spese in conto capitale a valere sulle risorse di cui all'articolo 20, della legge 11 marzo 1988, n. 67"».

2.1804

MANDELLI

Precluso

Dopo il comma 272, aggiungere il seguente:

«272-*bis*. Al fine di poter assolvere ai propri fini istituzionali, il contributo alla Biblioteca italiana per i ciechi "Regina Margherita" di Monza di cui alla legge 18 maggio 2011, n. 76, è incrementato di un importo pari a 2 milioni di euro per gli anni 2015 e 2016".».

Conseguentemente ridurre proporzionalmente dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegato tabella C.

2.1807

BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Dopo il comma 272, aggiungere il seguente:

«272-*bis*. All'articolo 147-*quater* del decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, dopo il comma 5, aggiungere il seguente:

"5-*bis*. L'ente locale che non ottemperi alle disposizioni di cui al presente articolo è assoggettato alla sanzione pecuniaria, corrispondente alla diminuzione del 30 per cento del trasferimento delle risorse statali.«».

2.1810

ARRIGONI, BISINELLA

Precluso

Dopo il comma 272 aggiungere il seguente:

«272-*bis*. È soppresso il comma 8 dell'articolo 7 della legge 5 giugno 2003 n. 131 recante: "Disposizioni per l'adeguamento dell'ordinamento della Repubblica alla legge costituzionale 18 ottobre 2001, n. 3".».

2.1812

MILO, Mario FERRARA

Precluso

Dopo il comma 272 aggiungere il seguente:

«26-*bis*. In relazione alle necessità derivanti dall'ambito del sistema di prevenzione e dalla introduzione di un modello unico del rischio sismico, il Ministero dell'Economia e Finanze è autorizzato ad effettuare, mediante propri decreti, il ripristino della dotazione originaria di spesa in termini di competenza e di cassa dello stanzia mento di cui al capitolo 7289 dello stato di previsione del Ministero di Economia e Finanze per il triennio 2015-2017 iscritto nel programma "Sostegno allo Sviluppo sostenibile" della missione "sviluppo sostenibile e tutela del territorio e dell'ambiente"».

All'onere derivante per la relativa copertura per il triennio 2015-2017, si provvede mediante corrispondente riduzione, dello stanziamento del fondo speciale di parte corrente iscritto, ai fini del bilancio triennale 2015-2017 nell'ambito del Programma «fondi da assegnare» della Missione «fondi da ripartire» dello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle Finanze per gli anni 2015 e 2017».

2.0.1
DI BIAGIO
Precluso
Dopo l'**articolo 2**, inserire il seguente:

«Art. 2-*bis*.
(Modifiche al decreto legislativo 28 settembre 2012, n. 178 e delega al Governo per il riordino dell'Associazione italiana della Croce rossa - CRI)

1. Fatto salvo quanto disposto dall'articolo 10-*ter* della legge 30 ottobre 2013, n. 125, al decreto legislativo 28 settembre 2012, n. 178 e ss.m.m.ii., sono apportate le seguenti modificazioni:

a) le parole: "1º gennaio 2015", ovunque ricorrono, sono sostituite dalle seguenti: "1º gennaio 2017";

b) le parole: "31 dicembre 2016", ovunque ricorrono, sono sostituite dalle seguenti: "31 dicembre 2018";

c) le parole: "31 dicembre 2014", ovunque ricorrono, sono sostituite dalle seguenti: "31 dicembre 2016";

d) le parole: "1º gennaio 2017", ovunque ricorrono, sono sostituite dalle seguenti: "1º gennaio 2019".

e) all'articolo 3, comma 3, dopo le parole: ", 2012, 2013 e 2014" sono aggiunte le seguenti parole ", nonché per il triennio 2015-2017"; dopo le parole: "sarà approvato per il 2012, il 2013 e il 2014" sono inserite le seguenti: ", nonché per il triennio 2015-2017"; dopo le parole: "per le esigenze del bilancio di previsione 2013 e 2014" sono inserite le seguenti: ", nonché per il bilancio di previsione del triennio 2015- 2017";

f) all'articolo 8, comma 1, del decreto legislativo 28 settembre 2012, n. 178, al terzo periodo, dopo le parole: "per gli anni 2012, 2013 e 2014" inserire le seguenti: " nonché per il triennio 2015-2017" e, al quarto periodo, dopo le parole: "per gli anni 2012, 2013 e 2014" inserire le seguenti: "nonché per il triennio 2015-2017".

2. Il Governo è delegato ad adottare, entro sei mesi dalla data di entrata. in vigore della presente legge, uno o più decreti legislativi finalizzati al riordino dell'Associazione italiana della Croce rossa (CRI) in base ai seguenti princìpi e criteri direttivi:

a) conservazione della qualificazione e della natura di ente dotato di personalità giuridica di diritto pubblico;

b) soggezione alla disciplina normativa e giuridica degli enti pubblici;

c) razionalizzazione dell'organizzazione e della struttura amministrativa dell'ente;

d) adeguamento della struttura centrale e territoriale ai principi di efficacia, efficienza ed economicità;

e) armonizzazione dei compiti della CRI, con particolare riferimento a quelli del volontariato, con la "Strategia 2020" della Federazione internazionale delle Società di Croce rossa e Mezzaluna rossa per il raggiungimento dei seguenti obiettivi:

1) miglioramento dello stato di salute delle persone e delle comunità;

2) protezione della vita e supporto socio-sanitario alle comunità;

3) promozione della salute per la costruzione di comunità più sicure;

4) assicurare l'acquisizione di competenze da parte della comunità per proteggere la propria vita e quella degli altri;

5) ridurre le cause di vulnerabilità individuali ed ambientati;

6) contribuire alla costruzione di comunità più inclusive;

7) promuovere e facilitare il pieno sviluppo dell'individuo;

8) salvare vite e fornire assistenza immediata alle comunità colpite da disastro;

9) ridurre il livello di vulnerabilità delle comunità di fronte ai disastri;

10) assicurare una riposta efficace e tempestiva ai disastri ed alle emergenze nazionali ed internazionali;

11) ristabilire e migliorare il funzionamento delle comunità a seguito di disastri;

12) adempiere il mandato istituzionale della diffusione del diritto internazionale umanitario, dei princìpi fondamentali e dei valori umanitari;

13) sviluppare opportunità di collaborazione all'interno del movimento internazionale, coerentemente con il Principio fondamentale di universalità;

14) promuovere lo sviluppo della fascia giovane della popolazione e favorirne il processo di crescita;

15) promuovere ed educare alla cultura della cittadinanza attiva;

16) aumentare la capacità sostenibile della CRI a livello locale e nazionale, di prevenire ed affrontare in modo efficace le vulnerabilità delle comunità;

17) rafforzare la cultura del servizio volontario e della partecipazione attiva;

18) mantenere gli statuti, regolamenti e piani d'azione in linea con le raccomandazioni e decisioni internazionali;

19) adattare ogni azione all'evoluzione dei bisogni delle persone vulnerabili;

f) conferimento di espresse deleghe al Corpo militare CRI finalizzate all'impiego dei militari CRI in caso di calamità naturali o disastri, anche con funzioni di protezione civile, nonché per il soccorso sanitario di massa, sia in guerra sia in caso di catastrofe, attraverso l'impiego di reparti, unità e formazioni campali, raggruppamenti e gruppi sanitari mobili, ospedali da campo attendati e baraccati, treni-ospedali, posti di soccorso attendati ed accantonabili, reparti di soccorso motorizzati da mantenere permanente-mente operativi in "formazione quadro" con il personale del contingente militare CRI già in servizio attivo ed integrabili, all'atto della mobilitazione, con il personale militare iscritto nei ruoli in congedo (riservisti).

3. I decreti legislativi di cui al comma 2 sono adottati su proposta del Ministro della Salute di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, con il Ministro per la Semplificazione e la Pubblica Amministrazione nonché con il Ministro della Difesa, sentite le organizzazioni sindacali maggiormente rappresentative e gli organismi centrali della rappresentanza militare CRI e previo parere della Conferenza unificata di cui all'articolo 8 del decreto legislativo 28 agosto 1997, n. 281, e successive modificazioni, che si esprime entro trenta giorni dalla data di trasmissione dei relativi schemi; decorso tale termine, il Governo può comunque procedere. Successivamente, gli schemi sono trasmessi alle Camere per l'acquisizione del parere delle competenti Commissioni parlamentari, che si esprimono entro trenta giorni dall'assegnazione; decorso tale termine, i decreti legislativi possono essere comunque emanati.

4. Entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge si procede al rinnovo degli organi di governo della CRI.

5. L'adozione dei decreti legislativi attuativi della delega di cui all'articolo 2 non deve comportare nuovi o maggiori oneri a carico della finanza pubblica».

G2.1

DE PIETRO, URAS, CASALETTO

Precluso

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015),

premesso che:

dalla lettura in particolare dei commi 20, 45, 46, 70 dell'articolo 2 del disegno di legge in esame emerge la volontà di attuare interventi di razionalizzazione e riduzione delle spese promuovendo un utilizzo sempre più efficace ed efficiente delle risorse già a disposizione;

valutato che:

sin dal 2008 la crisi finanziaria si è trasmessa all'economia reale spingendo l'Unione europea a prendere importanti decisioni, come una generale revisione della propria *governance* allo scopo di rafforzare gli strumenti e le procedure per una più rigorosa politica di bilancio, garantire la solidità

finanziaria dell'area europea e rilanciare le proprie prospettive di sviluppo. In tale direzione si sono susseguiti i seguenti interventi: la riforma del patto di stabilità e crescita e la fuma del trattato sulla stabilità, sul coordinamento e sulla *governance* dell'Unione economica e monetaria, il cosiddetto *fiscal compact* (o patto di bilancio), sottoscritto a Bruxelles il 2 marzo 2012 da venticinque Stati dell'Unione europea. In materia fiscale, in particolare, il *fiscal compact* introduce la regola del pareggio di bilancio;

l'Italia con la legge costituzionale n. 1 del 2012 recepisce nel proprio ordinamento la regola del pareggio di bilancio così come prescritto a livello europeo (si veda il Patto di stabilità e crescita e le modifiche introdotte nel 2011 con il *six pack* e *fiscal compact*);

con la successiva legge 24 dicembre 2012, n. 243, si arriva a disciplinare il contenuto della legge di bilancio, le norme fondamentali e i criteri volti ad assicurare l'equilibrio tra le entrate e le spese dei bilanci pubblici e la sostenibilità del debito del complesso delle pubbliche amministrazioni, nonché degli altri aspetti trattati dalla legge costituzionale n. 1 del 2012;

infine l'articolo 21 della legge n. 243 del 2012, rubricato «Disposizioni transitorie e finali», autorizza una «sperimentazione, anche attraverso un'apposita attività di simulazione, degli effetti derivanti dall'adozione di un bilancio dello Stato "a base zero" e dal superamento del criterio della spesa storica m termini di rafforzamento del ruolo programmatorio e allocativo del bilancio»;

nello specifico, la legge 243 del 2012 prevede che tale attività di sperimentazione venga svolta dal Dipartimento della Ragioneria generale dello Stato e che il Ministro dell'economia e delle finanze presenti alle Camere una relazione in merito a tale attività, nella quale dovranno essere esaminate le possibili conseguenze per il sistema di contabilità e finanza pubblica derivanti dall'adozione di un bilancio «a base zero»;

tenuto conto che:

concretamente nel cosiddetto *budget* «a base zero», alla prassi di giustificare stanziamenti di spesa sulla base delle richieste di incremento delle risorse da parte delle amministrazioni, dando per scontata la necessità di riattribuire interamente le risorse allocate nell'esercizio precedente, si sostituisce un meccanismo in cui i centri di spesa sono invece tenuti a giustificare la richiesta di un nuovo *budget* sulla base di una nuova valutazione, tenendo conto dei reali «costi standard» che devono essere sostenuti con efficienza;

il punto di partenza diventa quindi zero, con l'implicazione che i modelli passati di spesa non sono più considerati come un punto fisso di partenza;

si ricorda inoltre che è possibile usare delle versioni meno rigide del budget «a base zero» rispetto al modello, creando un ibrido con il metodo in questione,

impegna il Governo:

ad adottare ogni iniziativa utile, nel rispetto di quanto stabilito dalla legge 243 del 2012, al fine di portare avanti l'attività di simulazione ivi prevista, provvedendo, nella prima fase della sperimentazione, ad adottare una specifica attività di simulazione degli effetti derivanti dall'adozione di un bilancio «a base zero» da parte di tutti i Ministeri dello Stato e della pubblica amministrazione centrale.

G2.2

CATALFO, PUGLIA, PAGLINI, CRIMI, ENDRIZZI, MORRA, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015) (AS 1698),

premesso che:

l'articolo 2 del provvedimento in esame ai commi 22, 23 e 24 dispone la proroga del blocco della contrattazione e degli incrementi stipendiali nel pubblico impiego;

considerato che:

gli stipendi dei 3,3 milioni di dipendenti pubblici sono invariati dall'approvazione del decreto-

legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito con modificazioni dalla legge 30 luglio 2010, n. 122, il cui articolo 9 al comma 21 ne imponeva il blocco coattivo per il 2011, 2012 e 2013;

la legge 147/2013 ha poi prorogato tale disposizione fino alla fine del 2014, disponendo anche una mora tona del turn over fino al 2017;

impegna il Governo:

a porre in essere appositi provvedimenti normativi, e a reperire le necessarie risorse, al fine di superare il blocco della contrattazione nel pubblico impiego di cui articolo 9 al comma 21 del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito con modificazioni dalla legge 30 luglio 2010, n. 122, assicurando il riconoscimento economico dell'anzianità maturata dal dipendenti pubblici e le quote di indennità di vacanza contrattuale non erogate.

G2.3

CATALFO, PUGLIA, PAGLINI, CRIMI, ENDRIZZI, MORRA, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015) (AS 1698)

premesso che:

l'articolo 2 del provvedimento in esame ai commi 22, 23 e 24 dispone la proroga del blocco della contrattazione e degli incrementi stipendiali nel pubblico impiego;

considerato che:

gli stipendi dei 3,3 milioni di dipendenti pubblici sono invariati dall'approvazione del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito con modificazioni dalla legge 30 luglio 2010, n. 122, il cui articolo 9 al comma 21 ne imponeva il blocco coattivo per i1 2011, 2012 e 2013;

la legge 147/2013 ha poi prorogato tale disposizione fino alla fine del 2014, disponendo anche una moratoria del *turn over* fino al 2017;

l'attuazione dell'articolo 9, comma 21, del decreto-legge 78/2010, in merito al blocco amministrativo delle progressioni di carriera, (su cui sono state emanate diverse sentenze dei competenti TAR che hanno accolto favorevolmente i ricorsi presentati) ha creato un'ingiustizia nei confronti del personale del comparto sicurezza, ancorché discriminato dalla sentenza n. 223 del 2012 della Corte costituzionale, con cui è stata riconosciuta l'esclusione dall'applicazione della norma in parola, per il solo personale della magistratura;

entrando nel merito, il blocco contrattuale previsto dalla sopra citata norma, prevede che le progressioni di carriera del personale del comparto sicurezza, intervenute negli ultimi quattro anni, siano utili esclusivamente ai fini giuridici e non anche economici. In particolare, se l'agente di Polizia matura l'avanzamento al grado superiore con decorrenza giuridica ricadente tra il 1º gennaio 2011 e il 31 dicembre 2014, avrà il riconoscimento del grado superiore, assumendosi gli oneri e le responsabilità che tale nuovo ruolo presuppone, ma non avrà diritto ad alcun aumento retributivo;

la norma in questione viola di fatto l'articolo 36 della Costituzione, poiché non tiene conto della proporzionalità, qualità e quantità del lavoro prestato in ambito della sicurezza pubblica;

gli aumenti retributivi sono finalizzati a compensare non solo l'inflazione ma soprattutto a remunerare il lavoro svolto; ordine pubblico, servizi esterni, mobilità ultraregionale, servizi operativi «su strada.». Si tratta di servizi che richiederebbero peraltro un incentivo meritocratico;

l'applicazione della norma non ha tenuto conto del blocco del turo aver che non ha consentito di coprire con altro personale i vuoti dell'organico, derivante dai pensionamenti;

impegna il Governo:

a porre in essere appositi provvedimenti normativi al fine di stabilire, in relazione alla specificità del comparto sicurezza e delle peculiarità delle funzioni svolte, una deroga a quanto previsto dall'articolo 9, comma 21, del decreto legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito con modificazioni dalla legge 30 luglio 2010, n. 122, affinché le progressioni di carriera del personale della Polizia di Stato, comunque denominate, eventualmente disposte negli anni 2011, 2012 e 2013 e 2014

producano effetto per i predetti anni anche ai fini economici.

G2.4

BLUNDO, MONTEVECCHI

Precluso

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge n. 1698, recante «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)»,

premesso che:

il comma 92 dell'articolo 2 dispone un taglio pari a un milione di euro per l'anno 2015 delle disponibilità iscritte nello stato di previsione del Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca destinate al funzionamento delle istituzioni dell'alta formazione artistica, musicale e coreutica (AFAM);

gli istituti superiori di studi musicali rappresentano un patrimonio culturale e una importante risorsa per il nostro Paese che va salvaguardata e tutelata; un prestigio nazionale che si deve preservare intervenendo al più presto con soluzioni definitive e con strategie di riordino che rispondano a obiettivi di efficienza, qualità e risparmio;

da tempo, presso la 7ª Commissione permanente del Senato sono in discussione i disegni di legge n. 322 e connessi, recanti «Norme per la statizzazione degli istituti musicali pareggiati»;

considerato che:

l'Istituto superiore di studi musicali «Gaetano Braga», fondato a Teramo nel 1895, è stato pareggiato ai conservatori di musica dello Stato nel 1939 e ha sempre mantenuto un ruolo di primo piano nel panorama musicale cittadino, provinciale e regionale svolgendo un'importante opera educativa e formativa di alto livello culturale;

attualmente l'Istituto conta 350 allievi e una pianta organica di 21 docenti di ruolo fra cui 3 a tempo determinato e i restanti contrattisti, nonché tre unità di personale amministrativo e ausiliario;

dal 1995 la Regione Abruzzo, con un intervento finanziario permanente si è affiancata all'Amministrazione provinciale di Teramo, contribuendo al consolidamento economico dell'Istituto e allo svolgimento delle sue attività;

considerato altresì che:

il Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca - con protocollo d'intesa datato 25 marzo 2005, stipulato con la Regione Abruzzo, il Comune e l'Amministrazione di Teramo, il Comune di Giulianova e l'Istituto Braga - si è impegnato alla statizzazione, ai sensi dell'articolo 2, commi 7 e 8, della legge n. 508 del 1999; a esso, tuttavia, non è mai seguita l'emanazione del relativo regolamento di attuazione;

con sentenza n. 00733/2014 del 21 gennaio 2014, il Tar del Lazio ha imposto al Ministero di procedere alla statizzazione dell'Istituto a seguito del protocollo d'intesa sopra citato, nominando altresì un commissario *ad acta* in caso di inottemperanza;

con ulteriore ordinanza, n. 11772/2014 del 29 novembre 2014, il Tar del Lazio - registrato l'insistito procrastinarsi d'inottemperanza del Ministero - ha ulteriormente condannato il Ministero a procedere entro 20 giorni all'emanazione del regolamento già approvato dal Consiglio nazionale per l'alta formazione artistica e musicale (CNAM) e confermato la nomina del commissario *ad acta*, il quale, nella medesima sentenza, «viene autorizzato ad assumere ogni ulteriore iniziativa e/o atto e/o provvedimento di pertinenza ministeriale utile allo scopo della statizzazione dell'Istituto "Braga" di Teramo»,

impegna il Governo:

a provvedere celermente, accogliendo quanto disposto dal Tar del Lazio, all'emanazione del regolamento citato in premessa, al fine di procedere alla statizzazione dell'Istituto «Braga» di Teramo.

G2.5

DI BIAGIO, Luciano ROSSI

Precluso

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge n. 1698, recante «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)»,

premesso che:

il provvedimento in esame introduce, all'articolo 2, commi 114 e 115, misure relative agli alloggi di servizio del Ministero della difesa;

sulla disciplina degli alloggi di servizio sussistono attualmente forti criticità che interessano, in particolare, una categoria di utenti storici ingiustamente definiti *sine titulo* - la cui titolarità è, invece, stata ribadita dalla Corte dei conti nella relazione sul bilancio 2011;

tale categoria è attualmente oggetto, da parte dei comandi territoriali, di una rideterminazione dei canoni di affitto, alla luce del decreto ministeriale 16 marzo 2011, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* n. 122 del 27 maggio 2011, particolarmente vessatoria, a seguito di una interpretazione arbitraria della abrogazione del comma 4 dell'articolo 286 del codice dell'ordinamento militare di cui al decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66, disposta dal decreto legislativo 28 gennaio 2014, n. 7, all'articolo 9, comma 1, lettea *a)*, numero 2);

tali utenti sono divenuti, nell'arco dell'ultimo anno, bersaglio di lettere di rideterminazione dei canoni, nonostante già rientrassero tra le categorie «protette» ai sensi dell'articolo 306, comma 2, del citato codice di cui al decreto legislativo n. 66 del 2010, ribadite altresì dal decreto del Ministro della difesa 7 maggio 2014, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* del 12 luglio 2014, n. 160;

è opportuno evidenziare che la volontà di tutelare adeguatamente il personale rientrante nei parametri di cui al citato articolo 306, comma 2, del citato codice di cui al decreto legislativo n. 66 del 2010 è stata ribadita dal Governo in numerose occasioni di confronto parlamentare e attraverso reiterati impegni;

la situazione attuale registra fortissime criticità su tutto il territorio nazionale, laddove vengono, di fatto, disconosciute situazioni di particolare criticità, per reddito o per disabilità, precedentemente date per acclarate;

impegna il Governo:

a valutare le opportune misure, anche in sede normativa, finalizzate a porre rimedio alle criticità evidenziate in premessa per garantire l'adeguata tutela alle categorie protette di cui al citato articolo 306, comma 2, del più volte citato codice di cui al decreto legislativo n. 66 del 2010.

G2.6

STEFANO, DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA

Precluso

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015) (A.S.1698),

premesso che:

i commi da 127 a 129 dell'articolo 2 del disegno di legge di stabilità per il 2015 prevede una riforma degli istituti di ricerca in agricoltura attraverso l'incorporazione dell'Istituto Nazionale di Economia Agraria (INEA) nel Consiglio per la Ricerca e la sperimentazione in agricoltura (CRA);

presso l'INEA operano più di duecento unità di personale con contratto a tempo determinato e co.co.co. in scadenza al 31 dicembre 2014;

trattasi di personale altamente qualificato che consente la regolare attività dell'Istituto,

impegna il Governo:

a mantenere gli attuali livelli occupazionali del personale PINEA prevedendo un adeguato prolungamento dei contratti del personale precario con contratto a tempo determinato e co.co.co., al fine di garantirne l'ingresso nella nuova Agenzia e la partecipazione attiva al processo di riordino.

G2.7

GAETTI, DONNO

Precluso

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge n. 1698, recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015),

premesso che:

all'articolo 2, commi da 127 a 129, del disegno di legge in esame si dispone l'incorporazione dell'Istituto nazionale di economia agraria (INEA) nel Consiglio per la ricerca e la sperimentazione in agricoltura (CRA), che assume la denominazione di Consiglio per la ricerca in agricoltura e l'analisi dell'economia agraria;

considerato che:

in particolare, ai fini dell'attuazione delle disposizioni di cui in premessa, al comma 127 si prevede la nomina, con decreto del Ministro delle politiche agricole alimentari e forestali, di un commissario straordinario;

il successivo comma 128 stabilisce altresì che, con il citato decreto, il Ministro delle politiche agricole alimentari e forestali può nominare anche due sub-commissari, da individuare fra esperti in materia di organizzazione della sperimentazione e della ricerca applicata al settore agricolo e agroalimentare, che affiancano il commissario nell'esercizio delle sue funzioni;

la previsione della nomina del commissario straordinario appare già di per sé sufficiente all'espletamento delle funzioni previste dalle disposizioni di cui in premessa;

al contrario la nomina di due ulteriori figure di vertice appare immotivata e (pur prevedendo si un compenso, che non può comunque eccedere l'80 per cento di quello del commissario) in contraddizione con le esigenze di razionalizzazione e contenimento della spesa pubblica che vengono indicate, tra le altre, quale motivazione dell'incorporazione dell'INEA nel CRA,

impegna il Governo:

a porre in essere o ad appoggiare un'opportuna modifica del testo del disegno di legge in esame al fine di cancellare la disposizione di cui al comma 128 dell'articolo 2 circa la possibilità di nominare anche due sub-commissari;

in subordine, a valutare l'opportunità, in sede di applicazione delle disposizioni di cui in premessa di non procedere alla nomina dei sub-commissari.

G2.8

DONNO, MORONESE, NUGNES, IURLARO

Precluso

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge di stabilità per il 2015,

premesso che:

l'articolo 2, commi 131, del disegno di legge in esame reca disposizioni circa l'autorizzazione di spesa per la prosecuzione del Piano irriguo nazionale;

considerato che:

nel 2004 l'Acquedotto pugliese SpA predisponeva un progetto preliminare inserito nell'Accordo di programma quadro per la tutela delle acque e gestione integrata delle risorse idriche di realizzazione di un nuovo impianto di depurazione a servizio degli abitanti di Sava, Manduria e delle marine di Manduria (Taranto);

a seguito dell'analisi delle alternative riguardanti l'ubicazione dell'impianto di depurazione, gli enti coinvolti stabilivano che il sito dovesse essere posto in prossimità delle marine di Manduria;

con decreto n. 210/CD/A del 19 dicembre 2005, il commissario delegato per l'emergenza ambientale finanziava la costruzione dell'impianto per un importo di 11.360.000 euro, rinviando «l'assunzione di determinazioni in ordine all'importo necessario a finanziare la realizzazione della condotta sottomarina all'adozione del successivo provvedimento», prevedendo lo scarico del nuovo impianto in battigia;

l'Acquedotto pugliese SpA predisponeva, con protocollo n. 2802 del 30 maggio 2006, un ulteriore progetto preliminare di realizzazione di un nuovo impianto di depurazione avente la

previsione dello scarico in battigia;

stante l'importanza dell'opera, l'elevata mole di pareri e autorizzazioni da acquisire nonché le implicazioni paesaggistiche, ambientali e archeologiche, veniva indetta una conferenza dei servizi, poi sospesa con esito negativo a causa del parere contrario del comune di Manduria alla realizzazione del progetto;

con nota 2830 del 9 luglio 2007, il commissario delegato per l'emergenza ambientale in Puglia nel prendere atto degli esiti della conferenza dei servizi, invitava l'Acquedotto pugliese SpA a procedere comunque alla redazione del successivo livello di progettazione;

con determina dirigenziale n. 232 del 26 maggio 2009 il commissario approvava il progetto dell'opera con valore di pubblica utilità, urgenza ed indifferibilità e di variante urbanistica;

nonostante numerosi atti presentati dalle amministrazioni locali limitrofe e da taluni cittadini, con deliberazione n. 1236 del 12 giugno 2012, la Giunta regionale pugliese confermava formalmente la volontà di realizzare l'impianto e l'intera rete di distribuzione;

la realizzazione dello scarico a mare dei reflui per il tramite di condotta sottomarina determinerebbe gravi danni all'ecosistema marino e alla risorsa naturale costiera in aperto contrasto con l'articolo 73 del codice dell'ambiente di cui al decreto legislativo n. 152 del 2006;

il depuratore consortile, così come attualmente previsto, si porrebbe altresì in contrasto con l'articolo 106, il quale stabilisce che le acque reflue urbane che scaricano in acque recipienti individuate quali aree sensibili, devono essere sottoposte ad un trattamento più spinto;

l'area in cui dovrebbe sorgere il depuratore è stata dichiarata area naturale protetta dalla legge regionale n. 24 del 2002, nonché il tratto di terre e di mare prospiciente è stato individuato quale «zona SIC» (sito d'interesse comunitario) con decreto del Ministero dell'ambiente del 7 marzo 2012. Pertanto, l'allocazione dell'impianto di depurazione in tali zone risulterebbe certamente inidonea alla tutela delle stesse e contraria alle normative richiamate;

considerato inoltre che:

si sono susseguiti numerosi incontri con le autorità e gli uffici regionali preposti alla gestione della problematica;

in data 11 aprile 2012 il comitato cittadino di Manduria «Noscaricoamare» incontrava presso la Regione il presidente della Commissione regionale Ambiente, l'assessore per i lavori pubblici e il dirigente del settore tutela delle acque. In tale occasione, il comitato presentava una proposta alternativa al progetto regionale del costruendo depuratore consortile;

tale proposta prevede l'utilizzo di pozzi sperdenti in zona non satura quale recapito finale dei reflui, insieme agli altri interventi di riutilizzo dei reflui del depuratore quali il «riuso in agricoltura» e lo «stoccaggio per irrigazione di soccorso», previsti nello stesso piano di tutela delle acque, approvato con deliberazione del Consiglio regionale n. 230 del 20 ottobre 2009, e per di più ribaditi nella stessa delibera regionale n. 1236 del 12 giugno 2012;

la relazione tecnica è stata oggetto di riscontro da parte del Servizio tutela delle acque della Regione, con nota protocollo n. AOO_075-0003586 del 2 agosto 2012, in cui non sono state fatte particolari obiezioni, fatta salva l'ovvia necessità di individuare preventivamente un comprensorio idrico e predisporre la rete di distribuzione tramite protocollo d'intesa;

la proposta alternativa presenta indiscutibili vantaggi ambientali quali la riduzione degli effetti della contaminazione salina in atto lungo la fascia del litorale jonico, l'assenza di scarico di reflui nel mare data da un completo riutilizzo dei reflui, nonché la tutela dell'economia agricola e turistica;

la tutela della salute, annessa e conseguente a tale problematica, costituisce *ex* articolo 117 della Costituzione materia di legislazione concorrente con potestà legislativa spettante alle Regioni e comprensiva di poteri autorizzativi in deroga alla legislazione nazionale,

impegna il Governo a valutare la possibilità, nell'ambito delle proprie competenze:

a) di sollecitare la Regione Puglia, di concerto con i comuni di Manduria, Avetrana, Sava e Maruggio, a individuare soluzioni tecniche condivisibili che tutelino l'ambiente, l'ecosistema e che rispettino il dettato normativo del codice dell'ambiente;

b) attivare politiche ambientali atte al contrasto dell'intrusione marina e della costante desertificazione dei territori interessati, scongiurando il rischio concreto della compromissione dell'equilibrio ambientale.

G2.9

FUCKSIA, GAETTI, SIMEONI, CRIMI, PUGLIA, MONTEVECCHI, CASTALDI, BULGARELLI, VACCIANO, CATALFO, SERRA, SCIBONA, VICECONTE, SCAVONE, RIZZOTTI, TAVERNA, ICHINO

Precluso

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge recante «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)»,

premesso che:

l'articolo 2 del provvedimento in esame reca norme per l'attuazione del Patto per la salute 2014-2016;

considerato che:

il Centro nazionale di adroterapia oncologica è una fondazione privata senza scopo di lucro che, istituita dal Ministero della salute nel 2001, ha sede operativa a Pavia;

il CNAO è il primo centro ospedaliero in Italia dedicato al trattamento dei tumori mediante l'adroterapia, una forma di radioterapia a fasci esterni che utilizza fasci di protoni, neutroni o ioni positivi per il trattamento dei tumori che non sono operabili e sono resistenti alla radioterapia tradizionale; il CNAO è l'unico in Italia a praticare l'adroterapia, il secondo in Europa e il terzo a livello mondiale;

il Centro è convenzionato con il Sistema sanitario nazionale e all'inizio di quest'anno ha ottenuto dall'Istituto superiore di sanità la marcatura europea CE;

l'articolo 1, comma 320, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, ha stabilito che «Al fine di consentire le attività di ricerca, assistenza e cura dei malati oncologici, è autorizzata la spesa di 3 milioni di euro per l'anno 2014 a favore del Centro nazionale di adroterapia oncologica (CNAO)»;

considerato inoltre che:

oggi il CNAO, a causa dei tagli ai finanziamenti, si trova in grande difficoltà e rischia di chiudere con grave danno per le diverse migliaia di pazienti oncologici che ogni anno in Italia avrebbero bisogno di un trattamento di adroterapia;

impegna il Governo:

a valutare di destinare le risorse necessarie a scongiurare il pericolo di chiusura del centro di eccellenza del CNAO in misura non inferiore a tre milioni di euro come previsto dalla legge di stabilità per il 2014 e consentire così la continuazione delle attività di ricerca, assistenza e cura dei malati oncologici.

G2.10

FUCKSIA, Maurizio ROMANI, VICECONTE, SCAVONE, RIZZOTTI

Precluso

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge recante «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)»;

premesso che:

l'articolo 2 del provvedimento in esame reca norme per l'attuazione del Patto per la salute 2014-2016;

considerato che:

- l'Italia è il Paese europeo con la maggiore prevalenza di epatite C (HCV), con circa 400.000 casi diagnosticati, con 20.000 morti l'anno per cirrosi e tumore del fegato, di cui 10.000 correlati all'Epatite C, e con pazienti HCV positivi in attesa di un trapianto che rappresentano circa il 40-50 per cento del totale dei pazienti in lista di attesa;

- i nuovi medicinali innovativi per la cura di HCV - tra cui il «sofosbuvir» recentemente approvato anche in Italia per tale patologia - incrementano significativamente i tassi di guarigione sino ad arrivare al 90-100 per cento;

- da recenti dichiarazioni del Ministro della salute è ipotizzabile un percorso decennale per sradicare completamente l'epatite C dal nostro Paese mediante un fondo *ad hoc* decennale per garantire l'accesso ai farmaci, preceduto da un censimento dei malati; fondo che ad oggi sarebbe privo di copertura finanziaria;

considerato inoltre che:

400.000 pazienti sono tuttora in attesa delle risposte da parte dei Ministri competenti in merito al finanziamento speciale che dovrebbe garantire questo importante farmaco salvavita e quelli che seguiranno a breve, efficaci e con effetti collaterali poco significativi per gli ammalati di epatite C; fornire una cura a tutte le persone affette da epatite C significa anche risparmiare miliardi di euro tuttora spesi per gestire le conseguenze della malattia non curata come giornate di lavoro perse a causa della cirrosi, tumori al fegato, trapianti, come anche tutti i costi indiretti sostenuti dalle persone malate e dalle loro famiglie;

impegna il Governo:

a quantificare con maggiore precisione le risorse economiche necessarie per garantire la rimborsabilità dei nuovi farmaci innovativi anti epatite C a tutti i pazienti affetti dalla patologia, al fine di una dettagliata programmazione di finanziamento a partire dal 2015;

ad implementare concretamente il Piano nazionale per la lotta alle epatiti virali garantendo l'accesso alle nuove terapie anti HCV a carico del Sistema sanitario nazionale a tutti i pazienti affetti da epatite C, nonché attraverso l'istituzione di un apposito fondo pluriennale vincolato di almeno 650 milioni di euro annui;

a garantire equità ed omogeneità di accesso ai nuovi medicinali innovativi anti epatite C da considerarsi salva vita per migliaia di pazienti e posti a carico del Servizio sanitario nazionale in tutte le regioni d'Italia al fine di evitare disparità di accesso al trattamento e di migrazioni tra le regioni.

G2.11

D'AMBROSIO LETTIERI, ZUFFADA, RIZZOTTI, FLORIS, SCILIPOTI ISGRO', VICECONTE, SCAVONE, FUCKSIA

Precluso

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015),

premesso che:

il decreto del Presidente della Repubblica 8 agosto 1994, n. 542, reca: «Regolamento recante norme per la semplificazione del procedimento di autorizzazione all'uso diagnostico di apparecchiature a risonanza magnetica (RM) nucleare sul territorio nazionale»;

l'articolo 8 della legge 7 luglio 2009, n. 8 (Disposizioni per l'adempimento di obblighi derivanti dall'appartenenza dell'Italia alle Comunità europee - Legge comunitaria 2008) prevede, al comma 3, che «il Governo è autorizzato a riformulare le previsioni riguardanti i dispositivi medici per risonanza magnetica nucleare contenute nel regolamento di cui al decreto del Presidente della Repubblica 8 agosto 1994, n. 542, assicurando (...) *b)* l'adeguamento allo sviluppo tecnologico ed alla evoluzione delle conoscenze scientifiche, con particolare riferimento alla sicurezza d'uso ed alle indicazioni cliniche dei dispositivi medici in relazione all'intensità del campo magnetico statico espresso in tesla, modificando in tal senso il sistema autorizzativo per renderlo più coerente con le competenze regionali e delle province autonome in materia di programmazione sanitaria previste dalle leggi vigenti, affidando conseguentemente alle regioni e province autonome l'autorizzazione all'installazione delle apparecchiature per risonanza, con esclusione delle sole apparecchiature a risonanza magnetica ritenute di carattere sperimentale»;

considerato che:

risulta pertanto necessario ridurre l'ambito delle apparecchiature a risonanza magnetica soggette all'autorizzazione all'installazione dal parte del Ministero della salute e ampliare, in modo corrispondente, l'ambito dell'omologa autorizzazione da parte delle regioni e delle province autonome;

occorre, altresì, aggiornare la disciplina delle modalità per l'installazione, l'impiego e la gestione delle apparecchiature a RM da parte delle strutture sanitarie assicurando l'adeguamento allo sviluppo tecnologico e all'evoluzione delle conoscenze scientifiche, con particolare riferimento alla sicurezza d'uso e alle indicazioni cliniche dei dispositivi medici in relazione all'intensità del campo magnetico espresso in tesla;

impegna il Governo:

ad adottare ogni provvedimento atto a ridurre l'ambito delle apparecchiature a risonanza magnetica soggette all'autorizzazione all'installazione dal parte del Ministero della salute e ad ampliare, in modo corrispondente, l'ambito dell'omologa autorizzazione da parte delle regioni e delle province autonome, modificando i valori dei campi statici di induzione magnetica attualmente previsti dal decreto del Presidente della Repubblica n. 542 del 1994 e assicurando, altresì, che la collocazione di apparecchiature a RM con valore di campo statico di induzione magnetica superiore a 4 tesla sia consentita presso grandi complessi di ricerca e studio ad alto livello scientifico (università ed enti di ricerca, policlinici, istituti di ricovero e cura a carattere scientifico), ai fini della validazione clinica di metodologie di RM innovative;

ad aggiornare la disciplina delle modalità per l'installazione, l'impiego e la gestione delle apparecchiature a RM da parte delle strutture sanitarie assicurando l'adeguamento allo sviluppo tecnologico e all'evoluzione delle conoscenze scientifiche, con particolare riferimento alla sicurezza d'uso e alle indicazioni cliniche dei dispositivi medici in relazione all'intensità del campo magnetico espresso in tesla.

G2.12

D'AMBROSIO LETTIERI, ZUFFADA, FLORIS, SCILIPOTI ISGRO', RIZZOTTI, Maurizio ROMANI, VICECONTE, SCAVONE, FUCKSIA

Precluso

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015),

premesso che:

dal 2008, l'assistenza sanitaria alla popolazione detenuta è di competenza a tutti gli effetti del Servizio sanitario nazionale e dei Servizi sanitari regionali;

il trasferimento delle competenze sanitarie dal Ministero della giustizia al Servizio sanitario nazionale e ai Servizi sanitari regionali è stato definito con il decreto del Presidente del Consiglio dei ministri 1º aprile 2008. Con esso, assieme alle funzioni, sono state trasferite al Fondo sanitario nazionale e ai Fondi sanitari regionali le risorse, le attrezzature, il personale, gli arredi e i beni strumentali afferenti alle attività sanitarie nelle carceri;

la corrente grave crisi economica e la *spending rewiew* in atto anche in sanità non devono far dimenticare che il detenuto è titolare di tutti i diritti derivanti dalla persistenza a suo carico della cosiddetta «quota capitaria», come statuito del decreto legislativo n. 230 del 1999, e dall'esenzione alla compartecipazione alla spesa come stabilito dal decreto del Presidente della Repubblica n. 230 del 2000;

premesso inoltre, che:

secondo quanto riportato nel documento del Comitato nazionale di bioetica a settembre dello scorso anno, su uno studio condotto su dati nazionali sulla differente distribuzione delle problematiche di salute fra detenuti e popolazione generale, è a rischio il 13 per cento della popolazione carceraria contro il 7 per cento della popolazione generale. La sproporzione è particolarmente evidente per alcuni disturbi: la dipendenza da droghe raggiunge il 21,5 per cento fra i detenuti contro il 2,1 per cento della popolazione generale; il 15,3 per cento dei detenuti ha problemi dentali (contro il 4,5 fra la

popolazione generale); il 13,5 per cento presenta malattie osteoarticolari e *post* traumatiche (contro l'11,9 fra la popolazione generale); il 2,08 per cento soffre di infezione da HIV (contro lo 0,2 della popolazione generale);

nell'insieme, il carcere si conferma come ambiente a rischio: per i disturbi mentali e in particolare per i disturbi nevrotici e di adattamento, che sono presenti in misura dieci volte maggiore fra i detenuti, a conferma dello stress da vita carceraria; per le malattie infettive, la cui possibilità di trasmissione è aggravata dalla promiscuità; per le patologie cardiovascolari e per il diabete, legate alla sedentarietà e alle cattive abitudini alimentari;

secondo le recenti dichiarazioni del presidente della Società italiana malattie infettive riportate su organi di stampa, l'importante diffusione stimata tra il 30 ed il 40 per cento dell'infezione da epatite C e l'epatite cronica attiva con evoluzione in cirrosi epatica che ne consegue, appaiono oggi come la prima emergenza sanitaria da affrontare in ambito carcerario;

emerge, pertanto, la necessità di un Osservatorio epidemiologico nazionale sulla salute in carcere, poiché i progressi della farmacologia, della clinica, della diagnostica oggi evidenziano un quadro sempre più fluido dell'evento malattia in carcere, con una tendenza dinamica che necessita di approfondita conoscenza per migliorare i *target* dell'intervento;

bisogna anche ricordare come ancora i servizi sanitari attivati dalle Regioni all'interno degli istituti penitenziari della Repubblica sono privi del codice struttura che li identifichi al nuovo sistema informativo in sanità (NSIS) sebbene il Ministero della salute abbia avviato e concluso uno studio di fattibilità in merito (SISPE: Sistema informativo sanità penitenziaria);

impegna il Governo:

a valutare l'opportunità di un nuovo ed approfondito monitoraggio della situazione sanitaria nel sistema penitenziario italiano a seguito del transito delle competenze dal Ministero della giustizia al SSN;

a valutare l'opportunità di istituire presso l'Istituto superiore di sanità l'Osservatorio epidemiologico nazionale sulla salute in carcere;

a valutare l'opportunità di adottare misure idonee a garantire l'accesso ai nuovi farmaci disponibili per la cura dell'epatite C alle persone detenute in carcere che ne abbiano bisogno;

a valutare l'opportunità di una revisione del DPCM 1º aprile 2008 e dell'allegato *A)* nelle parti relative all'organizzazione dei servizi all'interno delle Aziende sanitarie ed al transito del personale *ex* legge n. 740 del 1970;

ad adottare apposite misure legislative per l'attribuzione dei codici-struttura agli istituti penitenziari, base indispensabile per integrare le attività finalizzate alla tutela della salute in carcere con il fascicolo sanitario elettronico nazionale, elemento sostanziale per creare ed integrare la continuità diagnostico-terapeutica territorio-carcere-territorio.

G2.13

D'AMBROSIO LETTIERI, ZUFFADA, RIZZOTTI, FLORIS, SCILIPOTI ISGRO', Maurizio ROMANI, VICECONTE, SCAVONE

Precluso

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015),

premesso che:

le misure di razionalizzazione e di contenimento della spesa pubblica attuate negli ultimi anni a causa della grave crisi economica che attanaglia il Paese hanno impedito il *turn over* e hanno imposto il blocco delle assunzioni per tutto il personale della Pubblica Amministrazione, ivi incluso il comparto sanitario;

in particolare, il blocco del *turn over* ha generato gravi criticità, determinando una riduzione dell'efficacia e dell'efficienza delle prestazioni del Servizio sanitario nazionale, nonostante l'impegno profuso dagli operatori del settore;

un'ulteriore riduzione o blocco del personale addetto al comparto sanitario potrebbe depauperare il SSN anche con riferimento ai livelli essenziali di assistenza, cagionando un grave nocumento a carico dei cittadini;

considerato che:

sarebbe opportuno, al contrario, implementare il personale in servizio presso le strutture del Servizio sanitario nazionale per consentire un'erogazione adeguata delle prestazioni;

gli interventi in tema di *turn over* nel comparto sanitario dovrebbero essere effettuati in relazione all'effettivo fabbisogno, così da garantire ai cittadini adeguati livelli di assistenza;

preso atto che:

il comparto sanitario si avvale della collaborazione di figure professionali che, pur prestando la loro attività con contratti a tempo determinato, contribuiscono in maniera rilevante a garantire la continuità assistenziale;

secondo le recenti dichiarazioni del Presidente della Conferenza delle regioni e delle province autonome riportate su organi di stampa, le Regioni avrebbero convenuto con il Governo di ridurre di 1.5 miliardi il previsto incremento del Fondo sanitario, riduzioni di cui dovrebbero farsi carico le regioni medesime attraverso un maggior controllo della spesa farmaceutica ed una migliore organizzazione nell'acquisto di beni e servizi;

impegna il Governo:

ad introdurre misure specifiche a favore del personale sanitario che presta la propria attività con rapporti di lavoro precario, al fine di assicurare la tenuta dei livelli essenziali di assistenza;

ad adottare ogni utile misura atta a garantire che il prefigurato taglio di 1.5 miliardi del Fondo sanitario nazionale concordato tra le Regioni e il Governo non abbia ripercussioni sull'erogazione dei livelli essenziali di assistenza.

G2.14

D'AMBROSIO LETTIERI, ZUFFADA, FLORIS, SCILIPOTI ISGRO', RIZZOTTI, VICECONTE, SCAVONE, FUCKSIA

Precluso

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015),

premesso che:

le malattie cardiovascolari rappresentano la più importante causa di morte al mondo e l'elevata incidenza di queste patologie rappresenta una minaccia globale alla sostenibilità dei servizi sanitari, sia in termini di prestazioni che di costi;

in particolare, l'*ictus* celebrale è la terza causa più comune di morte e la principale causa di incapacità funzionale: colpisce per il 50 per cento soggetti di età inferiore ai 65 anni, per il 12 per cento soggetti al di sotto dei 45 anni e, inoltre, comporta per il paziente perdita di funzionalità, nonché un significativo peggioramento della qualità della vita;

nell'80 per cento dei casi si verifica un *ictus* ischemico, che può essere legato a carotidopatie extracraniche o ad emboli a partenza dal cuore, questi ultimi quasi sempre in presenza di fibrillazione atriale;

la fibrillazione atriale è un'anomalia del ritmo cardiaco che provoca l'accelerazione o il rallentamento eccessivo della frequenza cardiaca. Ha natura asintomatica, circostanza che contribuisce a ritardare una diagnosi tempestiva e, conseguentemente, l'avvio di un adeguato trattamento farmacologico;

la carotidopatia extracranica è un'affezione delle arterie carotidi al collo, dovuta alla presenza di placche che possono embolizzare e determinare, coma sopra rilevato, un *ictus* cerebrale;

considerato che:

l'adozione di corretti stili di vita contribuisce a ridurre il rischio di malattie cardiovascolari ed è, pertanto, prioritario promuovere campagne di prevenzione, sensibilizzazione e informazione rivolte

sia alla popolazione che al personale sanitario;

una corretta terapia delle patologie cardiovascolari indicate in premessa necessita dell'adozione di percorsi diagnostici, terapeutici ed assistenziali che siano mirati e di carattere multidisciplinare. Risulta, altresì, necessario, incentivare la ricerca scientifica e l'accesso ai farmaci e ai dispositivi diagnostico-terapeutici utili per il trattamento delle suddette malattie, nonché promuovere un modello di gestione del percorso terapeutico di tipo coordinato che consenta al paziente, dopo un iniziale *screening* periferico, di accedere a terapie non farmacologiche presso apposite strutture a ciò dedicate;

impegna il Governo:

ad adottare misure atte a:

1) incoraggiare la prevenzione e la diagnosi dell'*ictus* celebrale, della fibrillazione atriale, dell'*ictus* cardioembolico e della carotidopatia extracranica e a favorire la ricerca scientifica;

2) favorire percorsi terapeutici e pratiche sanitarie ottimali nella gestione del paziente colpito da una delle suddette affezioni cardiovascolari;

3) facilitare l'accesso ai farmaci e ai dispositivi diagnostico-terapeutici utili per la prevenzione e il trattamento dell'*ictus* celebrale, della fibrillazione atriale, dell'*ictus* cardioembolico e della carotidopatia extracranica;

4) sensibilizzare, anche mediante apposite campagne informative, sia l'opinione pubblica che gli operatori sanitari sull'importanza dell'adozione di corretti stili di vita in termini di prevenzione delle malattie cardiovascolari;

5) promuovere l'adozione di percorsi diagnostici, terapeutici ed assistenziali mirati e multidisciplinari, nonché un modello di gestione del percorso terapeutico di tipo coordinato che consenta al paziente, dopo un iniziale *screening* periferico, di accedere a terapie non farmacologiche presso strutture specificamente idonee ad erogare tali prestazioni.

G2.15

D'AMBROSIO LETTIERI, ZUFFADA, FLORIS, RIZZOTTI, SCILIPOTI ISGRO', ROMANO, VICECONTE, SCAVONE, FUCKSIA

Precluso

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015),

premesso che:

la normativa che disciplina le scuole di specializzazione di area sanitaria e che ne regolamenta l'accesso da parte dei laureati in medicina e chirurgia è il decreto legislativo 17 agosto 1999, n. 368, recante attuazione della direttiva 93/16/CEE del Consiglio, del 5 aprile 1993, (e 97/50/CE, 98/21/CE, 98/63/CE e 99/46/CE che modificano la direttiva 93/16/CEE) in materia di libera circolazione dei medici, e di reciproco riconoscimento dei loro diplomi, certificati e altri titoli (articoli 34-41);

l'accesso alle scuole di specializzazione per i laureati appartenenti alle categorie dei farmacisti, degli odontoiatri, dei veterinari, dei biologi, dei chimici, dei fisici, degli psicologi e delle altre categorie equipollenti è disciplinato dal decreto del Presidente della Repubblica 10 marzo 1982, n. 162, recante disposizioni in materia di riordinamento delle scuole dirette a fini speciali, delle scuole di specializzazione e dei corsi di perfezionamento;

la programmazione delle scuole di specializzazione prevista per i laureati in medicina è stata successivamente estesa in ambito nazionale ad un'ampia platea di laureati (veterinari, odontoiatri, farmacisti, biologi, chimici, fisici, psicologi) con una ripartizione delle borse di studio nell'ambito delle risorse già previste (articolo 8 della legge n. 401 del 2000);

l'Italia ha recepito la normativa comunitaria che prevede un contributo economico in favore della formazione medica *post* laurea (direttive 75/362/CEE e 75/363/CEE emendate dalla direttiva 82/76/CEE e poi abrogate dalla direttiva 93/16/CEE, da ultimo a sua volta abrogata dalla direttiva 2005/36/CE) e che fissa un trattamento economico-normativo, ovvero una remunerazione in favore degli specializzandi (articolo 13 della direttiva 82/76/CEE e Allegato I alla direttiva 93/16/CEE, ora

abrogata dalla direttiva 2005/36/CE);

il Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca con decreto del 1º agosto 2005 ha provveduto al riassetto delle scuole di specializzazione di area sanitaria e con successivo decreto del 29 marzo 2006 ha provveduto alla definizione degli *standard* e dei requisiti minimi delle scuole di specializzazione;

la *ratio* del citato decreto ministeriale del 1º agosto 2005, ad oggi non riconosciuta, dovrebbe risiedere proprio nella necessità di riconoscere il diritto all'inquadramento dell'attività svolta da soggetti specializzandi mediante uno specifico contratto di formazione specialistica con relativa corresponsione di un trattamento economico. Peraltro il citato decreto del 2006 individua, fra i presupposti di ciascuna Scuola di specializzazione dell'area sanitaria, la copertura economico-finanziaria e prevede, inoltre, un comune denominatore organizzativo fino ad individuare un Osservatorio nazionale unico per le discipline mediche e non mediche. Dalla normativa ministeriale testé citata, quindi, si evince una assoluta equiparazione;

secondo quanto previsto dal vigente Piano sanitario nazionale, i Ministeri competenti e le Regioni avrebbero dovuto incrementare le risorse per il finanziamento dei contratti di formazione specialistica dei medici e delle professioni di veterinario, farmacista, odontoiatra, biologo, psicologo, chimico e fisico sanitario;

il Consiglio di Stato, con sentenza n. 6037/2013, ha accolto il ricorso presentato da alcuni studenti, laureati in biologia, chimica e fisica, che avevano diffidato i Ministeri della salute, dell'istruzione, dell'università e della ricerca, dell'economia e delle finanze a provvedere agli adempimenti di cui all'articolo 35 del decreto legislativo 17 agosto 1999, n. 368, per la determinazione del numero globale degli specialisti non medici annualmente iscrivibili alle singole scuole accreditate di specializzazione *post* laurea;

in particolare, tale sentenza intima le suddette amministrazioni ad assumere le determinazioni di cui agli articoli 8 della legge 29 dicembre 2000, n. 401, e 35 del decreto legislativo 17 agosto 1999, n. 368, entro il termine di novanta giorni dalla data di comunicazione (17 dicembre 2013) nominando, per il caso di persistente ulteriore inadempimento, un commissario *ad acta* nella persona del Sottosegretario di Stato alla Presidenza del Consiglio dei ministri o suo delegato, che avrebbe dovuto provvedere in sostituzione dei Ministeri inadempienti;

premesso inoltre, che:

secondo notizie riportate su stampa specializzata risulta che presso il Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca siano in corso incontri tecnici che mirerebbero al riordino delle scuole di specializzazione per l'anno accademico 2014/2015;

all'interno del riordino suindicato pare che si voglia prevedere l'esclusione degli specializzandi «non medici» dal decreto ministeriale del 1º agosto 2005;

all'interno della Commissione incaricata, inoltre, non vi sarebbero rappresentanze per le aree non mediche ed in particolare per quella della "farmacia ospedaliera" (esiste una conferenza dei direttori delle Scuole di specializzazione in farmacia ospedaliera, con un presidente che non risulta consultato);

l'esclusione dall'ambito di applicazione del decreto ministeriale sopracitato determinerebbe l'annullamento dell'equiparazione dei doveri tra lo specializzando medico e quello «non medico» e, dunque, annullerebbe l'equiparazione dello *status* contrattuale;

considerato che:

le molteplici problematiche emerse fra gli specializzandi medici e «non medici» sono già state sollevate in specifici atti di sindacato ispettivo (n. 1-00320 del 9 ottobre 2014 e n. 3-01469 del 26 novembre 2014), ad oggi ancora privi di risposta, in cui si chiedeva un impegno del Governo a garantire un consono trattamento economico degli specializzandi non medici;

il decreto-legge 24 giugno 2014, n. 90, recante «Misure urgenti per la semplificazione e la trasparenza amministrativa e per l'efficienza degli uffici giudiziari», convertito, con modificazioni, dalla legge 11 agosto 2014, n. 114, all'articolo 15 ha disposto d'ufficio una riduzione della durata delle

scuole di specializzazione mediche;

già nel 2011 era stata paventata la possibilità di prevedere una riduzione anche per le scuole di specializzazioni non mediche, sebbene detta proposta a suo tempo non trovò applicazione;

inoltre, nel 2006, con decreto ministeriale del 31 luglio, la scuola di specializzazione della facoltà di farmacia ospedaliera aveva subito una riduzione da 5 a 4 anni, considerato il percorso europeo *in itinere* del *common training framework* finalizzato al mutuo riconoscimento dello specifico titolo sanitario, che risulta tarato sui 4 anni (Spagna, Olanda, Francia, Portogallo e Italia);

risulta necessario fare chiarezza sulle disposizioni che coinvolgono le scuole di specializzazione mediche e «non mediche», affinché si possa delineare definitivamente un quadro dettagliato degli interventi da mettere in atto: ciò con particolare riferimento ai farmacisti in formazione specialistica che hanno un corso di studi e di tirocinio a tempo pieno nonché uno sbocco professionale del tutto analogo a quello dei medici in formazione specialistica;

impegna il Governo:

ad adottare ogni necessaria iniziativa atta a porre rimedio all'annosa questione delle scuole di specializzazione per i «non medici».

G2.16

D'AMBROSIO LETTIERI, ZUFFADA, FLORIS, RIZZOTTI, SCILIPOTI ISGRO', ROMANO, VICECONTE, SCAVONE

Precluso

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015),

premesso che:

l'articolo 3 del decreto-legge 13 settembre 2012, n. 158, convertito, con modificazioni, dalla legge 8 novembre 2012, n. 189 (cosiddetto decreto Balduzzi), prevede, al comma 1, che: «l'esercente la professione sanitaria che nello svolgimento della propria attività si attiene a linee guida e buone pratiche accreditate dalla comunità scientifica non risponde penalmente per colpa lieve. In tali casi resta comunque fermo l'obbligo di cui all'articolo 2043 del codice civile. Il giudice, anche nella determinazione del risarcimento del danno, tiene debitamente conto della condotta di cui al primo periodo»;

l'articolo su citato, al comma 2, stabilisce che: «con decreto del Presidente della Repubblica, adottato ai sensi dell'articolo 17, comma 1, della legge 23 agosto 1988, n. 400, da emanare entro il 30 giugno 2013 (...) anche in attuazione dell'articolo 3, comma 5, lettera *e)*, del decreto-legge 13 agosto 2011, n. 138, convertito, con modificazioni, dalla legge 14 settembre 2011, n. 148, al fine di agevolare l'accesso alla copertura assicurativa agli esercenti le professioni sanitarie, sono disciplinati le procedure e i requisiti minimi e uniformi per l'idoneità dei relativi contratti, in conformità ai seguenti criteri: *a)* determinare i casi nei quali, sulla base di definite categorie di rischio professionale, prevedere l'obbligo, in capo ad un fondo appositamente costituito, di garantire idonea copertura assicurativa agli esercenti le professioni sanitarie, anche nell'esercizio dell'attività libero-professionale intramuraria, nei limiti delle risorse del fondo stesso. Il fondo viene finanziato dal contributo dei professionisti che ne facciano espressa richiesta, nella misura determinata dal soggetto gestore del fondo di cui alla lettera *b)*, e da un ulteriore contributo a carico delle imprese autorizzate all'esercizio dell'assicurazione per danni derivanti dall'attività medico-professionale, determinato in misura percentuale ai premi incassati nel precedente esercizio, comunque non superiore al 4 per cento del premio stesso, con provvedimento adottato dal Ministro dello sviluppo economico, di concerto con il Ministro della salute e il Ministro dell'economia e delle finanze, sentite la Federazione nazionale degli ordini dei medici chirurghi e degli odontoiatri, nonché le Federazioni nazionali degli ordini e dei collegi delle professioni sanitarie; *b)* determinare il soggetto gestore del Fondo di cui alla lettera *a)* e le sue competenze senza nuovi o maggiori oneri a carico della finanza pubblica; *c)* prevedere che i contratti di assicurazione debbano essere stipulati anche in base a condizioni che dispongano alla

scadenza la variazione in aumento o in diminuzione del premio in relazione al verificarsi o meno di sinistri e subordinare comunque la disdetta della polizza alla reiterazione di una condotta colposa da parte del sanitario accertata con sentenza definitiva»;

l'articolo 44 del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69, convertito, con modificazioni, con legge 9 agosto 2013, n. 89, al comma 4-*quater* prevede che: «nelle more dell'emanazione della disciplina organica in materia di condizioni assicurative per gli esercenti le professioni sanitarie, di cui all'articolo 3 del decreto-legge 13 settembre 2012, n. 158, convertito, con modificazioni, dalla legge 8 novembre 2012, n. 189, e al fine di agevolare l'accesso alla copertura assicurativa anche per i giovani esercenti le professioni sanitarie, incentivandone l'occupazione, nonché di consentire alle imprese assicuratrici e agli esercenti stessi di adeguarsi alla predetta disciplina, il comma 5.1 dell'articolo 3 del decreto-legge 13 agosto 2011, n. 138, convertito, con modificazioni, dalla legge 14 settembre 2011, n. 148, è sostituito dal seguente: "5.1. Limitatamente agli esercenti le professioni sanitarie, gli obblighi di cui al comma 5, lettera *e)*, si applicano decorsi due anni dalla data di entrata in vigore del decreto del Presidente della Repubblica di cui all'alinea del medesimo comma 5"»;

ad oggi non risulta ancora emanato il provvedimento attuativo dell'articolo 3 del cosiddetto decreto Balduzzi deputato a delineare la disciplina organica in materia di condizioni assicurative per gli esercenti le professioni sanitarie;

considerato che:

il tema della responsabilità medica rappresenta una questione di particolare rilevanza tanto sotto il profilo professionale, quanto dal punto di vista economico e di tutela della salute e degli interessi dei pazienti;

come noto, le richieste di elevati risarcimenti hanno contribuito all'esplosione del fenomeno della cosiddetta medicina difensiva, con gravi ripercussioni sul rapporto fiduciario medico-paziente, sul diritto alla cura e all'assistenza, nonché sull'efficienza del Servizio sanitario nazionale nel suo complesso;

il nostro ordinamento prevede un'anomala assicurazione obbligatoria per gli esercenti le professioni sanitarie in quanto non è prevista l'azione diretta del danneggiato verso la compagnia assicurativa;

sussiste, inoltre, un problema relativo alle polizze, legato alla difficoltà per la classe sanitaria, soprattutto per quella più esposta a rischio denunce, di trovare compagnie di assicurazione disposte a stipulare convenzioni, nonostante sia previsto per legge l'obbligo di copertura assicurativa;

impegna il Governo:

a valutare ogni necessario provvedimento atto ad introdurre una disciplina organica in materia di condizioni assicurative degli esercenti le professioni sanitarie che tenga conto delle diverse tipologie di professionisti interessati (medici dipendenti, liberi professionisti e convenzionati), nonché delle diverse specializzazioni mediche, al fine di garantire un'applicazione uniforme su tutto il territorio nazionale.

G2.17

D'AMBROSIO LETTIERI, ZUFFADA, FLORIS, RIZZOTTI, SCILIPOTI ISGRO', VICECONTE, SCAVONE, FUCKSIA

Precluso

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015),

premesso che:

l'attuale nomenclatore tariffario è quello di cui al decreto ministeriale n. 332 del 27 agosto 1999 (Regolamento recante norme per le prestazioni di assistenza protesica erogabili nell'ambito del Servizio sanitario nazionale: modalità di erogazione e tariffe). Tale regolamento individua i soggetti aventi diritto alle suddette prestazione e indica, negli annessi elenchi 1, 2 e 3, le tipologie di dispositivi erogate a carico del SSN;

dal 1999 ad oggi non si è mai provveduto ad aggiornare il nomenclatore, nonostante l'articolo 11 del predetto decreto ministeriale preveda che: «il nomenclatore è aggiornato periodicamente, con riferimento al periodo di validità del Piano sanitario nazionale e, comunque, con cadenza massima triennale, con la contestuale revisione della nomenclatura dei dispositivi erogabili» e l'articolo 5, comma 2-*bis,* del decreto-legge 13 settembre 2012, n. 158, convertito, con modificazioni, dalla legge 8 novembre 2012, n. 189, abbia poi fissato al 31 maggio 2013 l'aggiornamento dello stesso;

il mancato aggiornamento del nomenclatore preclude di fatto, l'accesso, da parte dei soggetti che ne hanno bisogno, a nuovi strumenti tecnologicamente più avanzati e, proprio perché tali, potenzialmente idonei a migliorare la qualità della loro vita,

impegna il Governo:

a provvedere tempestivamente all'aggiornamento del Regolamento recante norme per le prestazioni di assistenza protesica erogabili nell'ambito del Servizio sanitario nazionale, al fine di garantire ai pazienti la disponibilità di protesi, ortesi ed ausili più adeguati alle specifiche esigenze terapeutiche e in linea con l'attuale avanzamento tecnologico.

G2.18

D'AMBROSIO LETTIERI, ZUFFADA, RIZZOTTI, FLORIS, SCILIPOTI ISGRO', VICECONTE, SCAVONE

Precluso

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015),

premesso che:

la donazione di medicinali non utilizzati, ma in piena efficacia e validità, a organizzazioni senza fini di lucro, svolta con finalità di solidarietà sociale nonché di tutela ambientale, economicità produttiva, è un'attività encomiabile e meritevole di incentivazione;

il decreto legislativo n. 219 del 2006, recante attuazione della direttiva 2001/83/CE, all'articolo 157 rinvia ad un decreto interministeriale la disciplina relativa «alla utilizzazione, da parte di organizzazioni senza fini di lucro, di medicinali non utilizzati, correttamente conservati e ancora nel periodo di validità»;

premesso, inoltre, che:

per medicinali inutilizzati dovrebbero intendersi quei medicinali destinati a essere eliminati dal circuito commerciale o a non esservi immessi a causa, ad esempio, di difetti di confezionamento o di produzione dovuti al processo produttivo o distributivo tali da non comprometterne l'idoneità all'utilizzo in termini di qualità, sicurezza ed efficacia per il consumatore;

detti medicinali inutilizzati potrebbero essere oggetto di donazione a organizzazioni non lucrative di utilità sociale qualificate nel rispetto delle disposizioni previste dal decreto legislativo n. 219 del 2006 ovvero se accertato e documentato dal produttore la qualità e l'efficacia dei farmaci medesimi,

impegna il Governo:

a promuovere ogni iniziativa utile a stabilire, in tempi rapidi, idonei sistemi di raccolta dei medicinali non utilizzati chiarendo il ruolo dell'azienda donatrice e degli altri soggetti coinvolti nel processo di solidarietà al fine di consentire una corretta e sicura fruizione dei prodotti donati.

G2.19

D'AMBROSIO LETTIERI, ZUFFADA, FLORIS, SCILIPOTI ISGRO', RIZZOTTI, VICECONTE, SCAVONE

Precluso

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015),

premesso che:

la legge n. 29 del 1994 disciplina la professione di terapista della riabilitazione non vedente;

il disposto della predetta legge è stata resa di fatto inapplicabile, poiché la figura professionale di terapista della riabilitazione non vedente è stata eliminata dal novero delle professioni sanitarie e sostituita con quella di fisioterapista in possesso del relativo diploma universitario dalla legge 26 febbraio 1999, n. 42, e dalla legge n. 251 del 2000;

l'articolo 4-*quater* del decreto-legge n. 250 del 2005, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 27 del 2006, ha poi ribadito che «ai sensi dell'articolo 6, comma 3, del decreto legislativo 30 dicembre 1992, n. 502, e successive modificazioni, la formazione per l'accesso alle professioni sanitarie infermieristiche e tecniche della riabilitazione e della prevenzione è esclusivamente di livello universitario»;

il combinato disposto di queste norme ha, pertanto, lasciato priva della copertura del sistema di collocamento al lavoro una delle figure storicamente più rilevanti per l'inserimento socio-lavorativo dei ciechi e degli ipovedenti, quale quella del fisioterapista e delle altre figure ad essa equiparate dall'ordinamento;

considerato che:

i fisioterapisti non vedenti sono professionisti sanitari in grado di praticare la fisioterapia e di elaborare e attuare direttamente interventi di prevenzione, diagnosi, cura e riabilitazione nelle aree della motricità, delle funzioni corticali superiori e di quelle viscerali,

impegna il Governo:

a valutare la possibilità di promuovere ogni iniziativa atta a consentire ai fisioterapisti non vedenti l'esercizio della professione sanitaria di riabilitazione;

a valutare la possibilità di prevedere il collocamento obbligatorio dei fisioterapisti non vedenti come già previsto per i terapisti della riabilitazione dalla legge n. 29 del 1994.

G2.20

D'AMBROSIO LETTIERI, ZUFFADA, FLORIS, SCILIPOTI ISGRO', RIZZOTTI, VICECONTE, SCAVONE, FUCKSIA

Precluso

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015),

premesso che:

le malattie neurodegenerative, come il morbo di Alzheimer, sono molto diffuse nell'età senile e sono destinate a coinvolgere un numero sempre maggiore di soggetti a causa del progressivo invecchiamento della popolazione;

il morbo di Alzheimer è un processo degenerativo irreversibile che distrugge lentamente e progressivamente le funzioni cognitive superiori, quali la memoria, il ragionamento e il linguaggio, fino a compromettere l'autonomia funzionale e la capacità di compiere le normali attività quotidiane;

le persone portatrici di questa malattia hanno problemi complessi per la cui soluzione, seppure parziale, è necessaria l'attività coordinata di specialisti medici e paramedici, oltre che di operatori socio-assistenziali;

sotto il profilo sanitario il problema fondamentale è che, attualmente, non se ne conoscono i fattori eziologici e le patogenesi, mentre dal punto di vista socio-economico il problema peggiore risiede nel fatto che tale patologia colpisce soggetti in età presenile rendendoli parzialmente o totalmente non autosufficienti, causando un peggioramento della qualità della loro vita e della vita dei loro familiari,

impegna il Governo:

a garantire l'attuazione del Piano demenze per la prevenzione, la diagnosi precoce e il trattamento terapeutico e assistenziale delle persone affette da morbo di Alzheimer;

a promuovere idonee iniziative atte a sostenere lo sviluppo della ricerca scientifica nel campo delle malattie neurodegenerative e della demenza;

a promuovere campagne di sensibilizzazione e di educazione sanitaria della popolazione al fine di migliorarne la consapevolezza e le modalità per rapportarsi alle strutture e agli operatori del Servizio sanitario nazionale.

G2.21

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Il Senato,

in sede di discussione del disegno di legge recante «Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017»;

premesso che:

l'articolo 32, primo comma della Costituzione sancisce che: La Repubblica tutela la salute come fondamentale diritto dell'individuo e interesse della collettività, e garantisce cure gratuite agli indigenti;

l'articolo 168 del Trattato sul funzionamento dell'Unione europea mira ad assicurare che, nella definizione e nell'attuazione di tutte le politiche ed attività dell'Unione, sia garantito un livello elevato della protezione della salute umana, stabilendo inoltre che l'azione dell'Unione si indirizza alla prevenzione delle malattie e affezioni e all'eliminazione delle fonti di pericolo per la salute fisica e mentale,

premesso altresì che:

con l'articolo 92, comma 1, della legge 23 dicembre 2000, n. 388, recante «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge finanziaria 2001)», è stato istituito il Centro nazionale di Adroterapia Oncologica (CNAO);

mediante tale disposizione il Ministero della Salute ha inteso dotare l'Italia di un centro di eccellenza per la cura dei tumori con particelle pesanti, protoni e ioni carbonio, particelle denominate ad reni;

l'adroterapia è un trattamento indolore, preciso e mirato che consente di colpire il tumore in modo selettivo, senza danneggiare i tessuti sani che lo circondano e, in alcuni casi, di uccidere anche le cellule «sopravvissute» alla radioterapia convenzionale. In particolare le patologie trattate riguardano i seguenti tumori: cordomi e condrosarcomi della base cranica, cordomi e condrosarcomi della spina e del sacro, meningiomi intracranici, tumori localmente avanzati della testa-collo, tumori delle ghiandole salivari, sarcomi delle ossa e dei tessuti molli testa-collo e spina, melanomi mucosi, adenomi pleomorfi ricorrenti, reirradiazioni dei tumori testa-collo, tumori dell'orbita, tumore della prestata ad alto rischio, tumore del pancreas localmente avanzato, reirradiazioni di recidive del cancro del retto, epatocarcinomi. Alle indicazioni precedenti si aggiungeranno le patologie polmonari e i tumori pediatrici;

l'adroterapia si configura, pertanto, come trattamento salvavita,

considerato che:

il 10 luglio scorso è stata sancita l'Intesa tra il Governo, le Regioni e le Province autonome di Trento e di Bolzano sul nuovo Patto per la salute per gli anni 2014-2016, l'accordo finanziario e programmatico tra il Governo e le Regioni, di valenza triennale, in merito alla spesa e alla programmazione del Servizio sanitario nazionale, finalizzato, a migliorare la qualità dei servizi, a promuovere l'appropriatezza delle prestazioni e a garantire l'unitarietà del sistema;

in particolare, secondo quanto illustrato nel materiale pubblicato dal Ministero della Salute, tra i punti cardine del Patto vi è l'obiettivo di garantire a tutti l'accesso alle cure, ai farmaci e a un livello qualitativo di assistenza;

altro elemento caratterizzante il nuovo patto della Salute consiste in un aggiornamento dei livelli essenziali di assistenza (Lea) che preveda l'eliminazione delle prestazioni e cure ormAl obsolete e dispendiose. in termini di risorse, introducendo cure più moderne ed efficaci per la cura delle malattie, con specifica attenzione verso le patologie rare o particolarmente gravi,

considerato altresì che:

nel Gennaio 2014 è iniziata la fase autorizzata SSN e a oggi sono stati trattati oltre 200 pazienti, che portano il numero complessivo a quasi 400 pazienti trattati;

nel corso del triennio 2015-2017 l'obiettivo della Fondazione CNAO è di aumentare progressivamente il numero dei pazienti trattati: 500 nel 2015, 750, nel 2016 per arrivare a 1000 nel 2017. Dall'analisi economico-finanziaria risulta che il raggiungi mento di questo numero di pazienti rappresenta la possibilità per il Centro di raggiungere pareggio di bilancio;

per riuscire a raccogliere in maniera efficiente i pazienti da tutto il territorio italiano è però necessario che l'adroterapia sia riconosciuta dal Sistema sanitario nazionale in modo che sia accessibile a tutti i pazienti;

attualmente solamente la Regione Lombardia e la Regione Emilia-Romagna riconoscono il trattamento di adroterapia pertanto, i pazienti delle altre regioni devono ottenere preventivamente l'autorizzazione delle ASL di provenienza, determinando il frequente verificarsi di ritardi e dinieghi dell'autorizzazione al trattamento;

il provvedimento in esame, nella Tabella n. 14 recante «Stato di Previsione del Ministero della salute», stabilisce gli stanzia menti attribuiti al programma 20.3 «Programmazione sanitaria in materia di livelli essenziali di assistenza» della missione 20 Tutela della Salute,

considerato altresì che:

la direttiva 2011/24/UE del Parlamento Europeo e del Consiglio del 9 marzo 2011, concernente l'applicazione dei diritti dei pazienti relativi all'assistenza sanitaria transfrontaliera, in particolare con l'articolo 4 e l'articolo 12, oltre a promuovere la cooperazione in materia di assistenza sanitaria tra gli Stati membri prevede che la libertà di ricevere assistenza sanitaria in tutta l'Unione europea deve essere accompagnata da garanzie di qualità e di sicurezza;

la marcatura CE e l'attività clinica hanno dimostrato la sicurezza e l'efficienza del dispositivo medico CNAO, per tale ragione molti enti stranieri hanno chiesto consulenza, collaborazione e supporto per la realizzazione di molteplici iniziative;

il quinquennio appena trascorso ha visto il consolidarsi dell'immagine del CNAO nel panorama internazionale. Ne sono prova i progetti di ricerca finanziati nel 7« Programma quadro che hanno visto il CNAO come protagonista: nell'ambito del progetto quadriennale ULICE (Union of Light /on Centre in Europe), il CNAO ha coordinato 20 istituti europei organizzati in tre principali aree di attività: Joint-Reasearch Activities, Networking Activities, Trans-National Access; nel progetto triennale PARTNER (Particle Training Network for European Radiotherapy), il Centro ha avuto l'incarico di formare -personale medico, tecnico e di fisica medica proveniente da tutto il mondo;

il CNAO ha già presentato progetti di ricerca nel nuovo programma Horizon2020 e sono in finalizzazione progetti di ricerca clinica, inclusi studi randomizzati di fase 111, in collaborazione con prestigiosi istituti internazionali;

in particolare, a EBG Med-Austron di Vienna, il CNAO ha fornito i progetti e i disegni costruttivi dell'alta tecnologia, sta costruendo i sistemi di distribuzione della dose al paziente e alcuni componenti di diagnostica di fascio e recentemente ha concordato la partecipazione di alcuni membri del proprio staff alle attività di commissioning del centro,

tenuto conto del fatto che:

ad un quadro scientifico-clinico di eccellenza non ha però corrisposto una situazione finanziaria stabile;

l'impianto CNAO è costato 135 milioni di euro ai quali vanno aggiunti 45 milioni per la sperimentazione chiesta dal Ministero della Salute, finalizzata alla marcatura CE e conclusasi nel dicembre 2013;

i contributi a fondo perduto giunti finora ammontano a complessivi 118 milioni di euro, dei quali 94.5 erogati dal Ministero della Salute, 10 milioni da Regione Lombardia, 8.5 milioni da Fondazione Cariplo;

nonostante la legge del 27 dicembre 2006 n. 296 stabilisse un finanziamento annuo al CNAO pari a 10 milioni di euro, l'importo corrisposto dallo Stato è stato disatteso a partire dal 2009 e la

somma complessiva si è rivelata largamente insufficiente, determinando pertanto un disavanzo che a fine 2013 ammontava a circa 62 milioni di euro;

nonostante la legge del 27 dicembre 2006 n. 296 stabilisse il finanziamento al CNAO di 10 milioni di euro all'anno, l'importo corrisposto dallo Stato è stato disatteso a partire dal 2009 e la somma complessiva si è rivelata largamente insufficiente, per cui il disavanzo a fine 2013 ammontava a circa 62 milioni di euro;

il governatore della Regione Lombardia, nel luglio 2013 scrisse all'attuale Ministro della Salute, on. Beatrice Lorenzin, suggerendo «la possibilità che il CNAO sia individuato quale Centro di riferimento nazionale per le attività da esso erogate. In tale ottica sarebbe opportuno prevedere, i nell'ambito del riparto delle risorse del Fondo sanitario nazionale, uno specifico stanziamento dedicato in misura sufficiente a garantire la messa a regime del Centro e successivamente la copertura delle spese di funzionamento»,

impegna il Governo a:

destinare quanto prima i 35 milioni di euro necessari per evitare la chiusura del Centro nazionale di Adroterapia oncologica, chiusura che sancirebbe la definitiva rinuncia a dare una possibilità di guarigione alle migliaia di pazienti curabili solamente grazie all'adroterapia, determinando comunque la necessità di coprire i debiti in essere e di licenziare il personale attualmente impiegato;

inserire l'adroterapia oncologica nell'insieme delle attività, dei servizi e delle prestazioni che il Servizio sanitario nazionale eroga a tutti i cittadini gratuitamente o con il pagamento di un ticket, indipendentemente dal reddito e dal luogo di residenza.

G2.22

RIZZOTTI, Mariarosaria ROSSI

Precluso

Il Senato,

in sede di discussione del disegno di legge recante «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)»,

premesso che:

il decreto legislativo n. 30 dicembre 1992 n. 502 recante «Riordino della disciplina in materia sanitaria, a norma dell'articolo 1 della legge 23 ottobre 1992, n. 421» prevede all'articolo 6-*ter* che il Ministro della sanità determina con uno o più decreti il fabbisogno per il Servizio sanitario nazionale;

il decreto-legge 30 dicembre 1992 n. 502 «Riordino della disciplina in materia sanitaria, a norma dell'articolo 1 della legge 23 ottobre 1992, n. 421» prevede la formazione manageriale come requisito necessario per lo svolgimento degli incarichi relativi alle funzioni da svolgere;

la Raccomandazione Ministeriale n. 9/2009 prevede l'istituzione di una funzione aziendale specificatamente preposta al Governo del patrimonio tecnologico biomedico, per la prevenzione degli eventi avversi conseguenti al malfunzionamento dei dispositivi medici e agli apparecchi elettromedicali, individuando tale funzione nei servizi. di Ingegneria Clinica;

l'articolo n. 134 della legge di Stabilità 2013 promuove iniziative atte a favorire la sicurezza delle cure e attuare le pratiche di monitoraggio e di controllo dei contenziosi in materia di responsabilità professionale; invita le Regioni e le Province autonome a prevedere, all'interno delle strutture sanitarie, funzioni specifiche per la o gestione del *risk management*, che includano, laddove presenti, competenze di medicina legale, medicina del lavoro, ingegneria clinica e farmacia, secondo quanto suggerito anche dalla Raccomandazione n. 9/2009 del Ministero della Salute;

il decreto ministeriale 8 febbraio 2013 recante «Criteri per la composizione e il funzionamento dei comitati etici» richiede tra i componenti dei Comitati etici un ingegnere clinico in relazione all'area medico-chirurgica oggetto dell'indagine con il dispositivo medico in studio;

nel Testo unico sulla Sicurezza nei luoghi di lavoro (decreto legislativo n. 81 del 2008 e s.m.i) sono presenti diversi richiami. alla sicurezza delle «attrezzature di lavoro» che, nel settore sanitario, sono rappresentati dAl dispositivi medici, dAl *medical device software* e, più in generale, dalle

tecnologie biomediche che vengono utilizzate per realizzare l'atto medico, ed è evidente che sono richieste competenze specialistiche per la gestione sicura ed appropriata di questi *device*, in un ambiente quale quello sanitario che presenta una combinazione ad elevata complessità di rischi, che è unica anche in relazione ad ambienti dove si è sviluppata la cultura ingegneristica del *riskmanagement* (es. l'aerospaziale),

considerato che:

l'ingegnere clinico rientra nella categoria dei soggetti oggetto di ricognizione ai fini della determinazione del fabbisogno sanitario;

l'ingegnere clinico all'interno delle organizzazioni sanitarie rappresenta la figura professionale di riferimento e consente un governo strutturato dell'intero parco tecnologico, contribuendo ad innalzare il livello di sicurezza e ridurre il rischio clinico dell'intera organizzazione sanitaria, adottando metodologie ingegneristiche tipiche della gestione di processi complessi e caratterizzate da un approccio pro attivo e reattivo strutturato. Con le sue competenze consente una gestione sicura, efficace ed economica di un asset sempre più rilevante per la moderna sanità, quale quello delle tecnologie biomediche in particolare, e dei dispositivi medici in generale. Le sue competenze tecniche consentono, infatti, di intervenire in tutti i processi di valutazione, acquisto e gestione dei dispositivi medici, nonché nei programmi di HTA, la cui importanza è sottolineata da quanto stabilito dal Patto per la Salute 2015-2017;

gli ingegneri clinici, attualmente inquadrati nel comparto o nella dirigenza professionale, hanno in corso un percorso di assimilazione alla dirigenza sanitaria del SSN delle Regioni, ai fini di una riclassificazione degli stessi che integri l'insieme delle professioni oggi presenti in ambito sanitario a supporto del processo di cambiamento tecnologico ed innovazione nelle strutture sanitarie del SSN,

impegna il Governo:

a valutare la possibilità di intraprendere le necessarie iniziative legislative, al fine di sanare una chiara disparità di trattamento che vi è tra gli ingegneri clinici e le altre figure professionali previste dal SSN, per garantire che gli ingegneri clinici vengano equiparati alle categorie di medici, veterinari, odontoiatri, farmacisti, biologi, chimici, fisici e psicologi con conseguente adeguamento dello status contrattuale, assimilandoli all'interno della Dirigenza sanitaria del SSN delle Regioni.

G2.23

RAZZI

Precluso

Il Senato,

in sede di discussione del disegno di legge recante «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)»,

premesso che:

la legge 27 dicembre 2001, n. 459, recante «Norme per l'esercizio del diritto di voto dei cittadini italiani residenti all'estero», ha dato attuazione all'articolo 48, terzo comma, della Costituzione, stabilendo requisiti e modalità per l'esercizio del diritto di voto dei cittadini residenti all'estero;

la procedura ordinaria di voto è quella per corrispondenza presso l'abitazione degli elettori residenti all'estero;

tale procedura, dopo otto anni dalla sua prima applicazione, ha suscitato varie criticità, a causa di sospetti brogli elettorali che potrebbero essere risultati determinanti per l'esito delle votazioni;

il 17 aprile 2015 si voterà per eleggere i membri dei Comitati degli Italiani all'estero (COMITES);

tali elezioni erano state già indette per il 19 dicembre 2014, ma a causa di una bassissima percentuale di iscrizioni alla votazione (circa il 2 per cento degli aventi diritto) sono state rinviate alla primavera 2015;

il sistema di votazione risulta essere pernicioso e di difficile applicazione, perciò sarebbe preferibile optare per un procedimento innovativo e lineare da svolgersi all'interno delle sedi

diplomatiche e consolari italiane,

impegna il Governo:

a valutare l'opportunità di prevedere che il voto degli italiani residenti all'estero, per elezioni di ogni ordine e grado, venga svolto presso seggi costituiti all'interno delle rappresentanze diplomatiche e consolari italiane.

G2.24

BIGNAMI, PEPE, Maurizio ROMANI, MUSSINI

Precluso

Il Senato,

in sede di esame del disegno di elegge recante «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)»,

premesso che:

uno degli elementi più preoccupanti della situazione economica che ci troviamo ad affrontare riguarda la diffusione dei derivati nelle finanze delle Amministrazioni pubbliche;

per «strumenti finanziari derivati» si intendono gli strumenti finanziari il cui valore dipende («deriva») dall'andamento di un'attività sottostante. Le attività sotto stanti possono avere natura finanziaria o reale;

il decreto legislativo 28 febbraio 1998, n. 58 (articolo 1, commi 2 e 3), recante il testo unico delle disposizioni in materia di intermediazione finanziaria (TPF), fa una prima, ma non esaustiva elencazione delle forme in cui si possono presentare tali strumenti. La pratica internazionale ha tuttavia consentito lo sviluppo di numerose tipologie di contratti, ulteriori a quanto codificato dalla legge, che si possono ritenere appartenenti alla categoria dei derivati;

la particolare complessità di tali strumenti implica un elevato profilo di rischio collegato alla loro sottoscrizione;

nel corso degli anni gli amministratori di comuni grandi e piccoli hanno sottoscritto contratti ad alto rischio nella speranza di ottenere facili guadagni con i «quali risanare bilanci in crisi o finanziare i servizi per i cittadini;

il ricorso ai prodotti finanziari derivati, fa seguito a livello normativo all'introduzione del Patto di Stabilità Interno, avviato con la Legge 448/98: proprio in ragione della progressiva riduzione dei trasferimenti finanziari agli Enti territoriali, lo Stato ha consentito agli Enti Locali di accedere direttamente al mercato dei capitali, anche mediante l'emissione di prestiti obbligazionari ed ha dettato una disciplina generale in materia di salvaguardia degli equilibri di bilancio degli enti locali contenuta nel Testo Unico delle legge sull'ordinamento degli enti locali);

considerato che:

la sottoscrizione di tali contratti da parte degli enti locali, come riportato anche dagli organi di stampa, è avvenuta spesso in presenza di una profonda asimmetria conoscitiva tra i soggetti che stipulavano i contratti stessi; infatti le banche e gli istituti finanziari hanno proposto agli amministratori locali di acquistare titoli altamente speculativi senza che questi ultimi potessero comprenderne pienamente la natura ed i rischi, attraendo li con la prospettiva di una immediata quantità di liquidità disponibile, ma generando un nuovo debito il cui onere viene scaricato in futuro;

a tutt'oggi, nonostante il problema sia divenuto di dominio pubblico non è ancora disponibile uno studio completo sul portafoglio totale dei derivati negli Enti Territoriali;

impegna il Governo:

a censire tutti i contratti derivati sottoscritti dalle pubbliche amministrazioni centrali e locali e a stimare quali condizioni di rischio abbiano creato per il debito pubblico;

ad indicare per ogni contratto derivato quali siano gli istituti finanziari coinvolti nelle operazioni e quali siano le scadenze dei contratti, presentando una mappatura a livello regionale, indicando la tipologia di derivati sottoscritti;

a prevedere la possibilità di rendere nullo il contratto stesso nei casi in cui sia stato sottoscritto senza una delibera del consiglio comunale, o se non siano state esplicitate le commissioni di Banca in

maniera chiara, o nel caso in cui il contratto avesse natura speculativa;

a coinvolgere la CONSOB nell'azione di verifica sui contratti derivati sottoscritti dalle pubbliche amministrazioni.

G2.25

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Il Senato,

premesso che:

il disegno di legge di stabilità, nell'intento di reperire coperture finanziarie alle disposizioni di spesa disposte dal Governo, ha, per l'ennesima volta, imposto tagli indiscriminati al compatto regionale e locale;

al comparto degli enti territoriali sono stati sottratti complessivamente 4 miliardi, di cui 3 miliardi 452 milioni alle regioni ordinarie e 548 milioni alle speciali, per ciascun anno fino al 2018; questo taglio si somma ai 750 milioni annuali di tagli già previsto dal decreto 66/2014 (*bonus* 80 euro);

il testo presentato dal Governo non fissa alcun criterio per il riparto di questi tagli, che saranno pertanto operati presumibilmente in maniera lineare, sulla base delle ripartizioni storiche, cristallizzando quindi l'attuale situazioni nella quale alcune regioni hanno adottato criteri di razionalizzazione ed efficienza ed altre hanno perpetrato sprechi ed inefficienze. Nessun meccanismo premiale è stato adottato per riconoscere lo sforzo delle regioni virtuose che così dovranno incassare altri tagli su bilanci già ridotti al minimo;

le dichiarazioni del Governo sui tagli alle regioni danno persino l'impressione che si cerchi volutamente di attribuire agli enti territoriali responsabilità che non gli appartengono: il Ministro della salute ha infatti affermato che «la legge di stabilità non prevede tagli alla sanità, il fondo sanitario è intatto», e che «se le regioni tagliano il fondo sanitario se ne assumono le responsabilità»; applicare tuttavia tagli finanziari superiori alla capacità oggettiva di compressione delle altre spese regionali significa di fatto obbligare le regioni a farsi carico delle scelte impopolari operate dal governo;

è assolutamente necessario passare dalla metodica dei tagli lineari ad un meccanismo di riparto tra enti territoriali basato sui costi standard, al fine di premiare finalmente chi negli ultimi anni ha amministrato in modo responsabile ed efficiente, e stimolare le altre regioni ad adeguarsi, al fine di ottenere risparmi reali per l'intero comparto e non una mera contrazione della spesa sociale;

impegna il Governo:

nel corso dell'esame al Senato, ad inserire un preciso riferimento ai costi *standard* come criterio per stabilire il riparto dei tagli imposti dal governo al compatto degli enti territoriali.

G2.26

STUCCHI, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Il Senato,

le Zone Franche Urbane favoriscono, grazie ai programmi di defiscalizzazione per la creazione di piccole e medie imprese, lo sviluppo economico e sociale di quartieri ed aree urbane caratterizzate da disagio sociale, economico ed occupazionale;

Provenienti dall'esperienza francese delle Zones Franches,Urbaines, dal 1996 ad oggi le ZFU sono presenti in più di 100 quartieri, prevedendo agevolazioni fiscali e previdenziali per rafforzare la crescita imprenditoriale e occupazionale nelle micro e piccole imprese ivi collocate, quali l'esenzione dalle imposte sui redditi, l'esenzione dall'IRAP, l'esenzione dall'imposta municipale propria e l'esonero dal versamento dei contributi sulle retribuzioni da lavoro dipendente;

Le precedenti manovre finanziarie hanno implementato ed integrato le agevolazioni delle ZFU, stanziando inoltre fondi e risorse ad hoc per il loto sovvenzionamento: la legge finanziaria 2007 (Legge n. 296 del 2006, articolo 1 comma 340 e successivi) ha istituito un Fondo di 50 milioni di euro per ciascuno degli anni 2008 e 2009; la legge finanziaria 2008 (Legge n. 244 del 2008, commi 561,

562 e 563) ha confermato tale stanziamento e ha definito in maggior dettaglio le agevolazioni fiscali e previdenziali che, oggi, trovano la loto definizione particolareggiata all'interno del Decreto Interministeriale 10 aprile 2013 in attuazione di quanto previsto dall'articolo 37 del decreto-legge 18 ottobre 2012, n.179;

Attualmente il Ministero sta procedendo alla modifica del succitato Decreto, al fine di consentire anche alle ZFU pugliesi l'applicazione del Decreto interministeriale dellO aprile 2013, poiché le ZFU della Puglia, pur previste nel Piano di Azione e Coesione (PAC), non sono state incluse nell'allegato l del Decreto, data la volontà, espressa in prima battuta dalla stessa Regione Puglia, di voler finanziare tali interventi, ricadenti nel territorio, con propri strumenti, mentre poi, la stessa Regione ha successivamente proposto di utilizzare lo strumento agevolativo nazionale;

Da ultimo, la circolare 30 settembre 2013, n. 32024, ha fornito chiarimenti in merito alla tipologia, alle condizioni, ai limiti, alla durata e alle modalità di fruizione dell'agevolazioni fiscali e contributive previste dal suddetto Decreto, al fine di portare a conoscenza di tutti i soggetti interessati, anteriormente all'adozione dei bandi per la presentazione delle domande, le modalità di funzionamento dell'intervento;

Attualmente, salvo le città di Ventimiglia e Massa Carrara, le ZFU sono localizzate tutte nel Sud del nostro Paese: sono infatti previste Zone Franche Urbane all'interno dell'Obiettivo Convergenza, che include le Regioni di Campania, Calabria, Sicilia e Puglia, nonché nel territorio dei comuni della provincia di Carbonia - Iglesias e nelle regioni del Molise, Abruzzo e Basilicata;

impegna il Governo:

a prevedere, nell'ambito delle disposizioni che riguardano norme varie in materia di enti territoriali *ex* articolo 38 del presente provvedimento, che anche le zone del Nord, che risultino attualmente zone depresse, possano godere dei benefici relativi alle Zone Franche Urbane, con i vantaggi fiscali che ne conseguono, al fine di dare nuovo impulso anche a quelle aree urbane settentrionali, soprattutto lombarde, che, sotto il peso della grave crisi economica cha ha investito il nostro Paese, si trovano ormAl in costante difficoltà, dando loro l'opportunità di tornare ad essere zone appetibili per gli investimenti produttivi.

G2.27

URAS, DE PETRIS, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Il Senato,

premesso che:

dopo tanti sacrifici molti attendevano che la legge di Stabilità ridesse fiato all'economia italiana, la quale dal 2007 ad oggi ha perso addirittura il 9 per cento della produzione di beni e servizi e ha visto crescere la disoccupazione a tassi che mostrano un quadro di assoluta gravità e che continuano a peggiorare;

i dubbi sono quasi certezza sul fatto che la manovra non riuscirà a portare il Pil a crescere almeno di un punto percentuale nel 2015 come il Governo prevede;

non determinante, trascurabile o irrilevante è l'impegno che la legge di stabilità contiene per combattere la disoccupazione: tali sono le misure relative al taglio dell'Irap, gli sgravi contributivi per le assunzioni;

grave è la completa sudditanza del centro sinistra - in questa legge di stabilità - alle ricette del pensiero neoliberista: più sgravi fiscali e meno investimenti pubblici; più tagli alla spesa pubblica e meno politiche per il sostegno alla domanda pubblica;

gli sgravi alle imprese (come i contratti di lavoro precario e lo stesso smantellamento dello Statuto dei lavoratori tramite il cosiddetto «Jobs act») non hanno mAl creato più posti di lavoro, ma solo vantaggi e maggiori margini di profitto subito incamerati da chi pensa solo alla rendita e alla speculazione;

i modesti tagli fiscali (da un impatto redistributivo così inesistente) non alleviano la povertà (e ancora l'Istat ci dice che il *bonus* Irpef ha beneficiato solo il 4 per cento dei poveri italiani) e non

hanno alcun effetto sulla domanda interna. E la stessa nota di variazione del Def ad averlo ammesso: il decretò sugli 80 euro, se tutto va bene, avrà nel 2015 un impatto dello 0,1 per cento sulla crescita. Non migliore impatto sul Pil avranno gli altri provvedimenti cosiddetti «strutturali», dal *Jobs Act* alle riforme istituzionali. Praticamente, zero;

la disoccupazione rappresenta una vera e propria emorragia di posti di lavoro, che colpisce gli under 30, ma non di meno tutte le altre fasce di età Quello che più turba è l'enorme crescita di quanti si dicono «scoraggiati», che hanno smesso di cercare lavoro perché ritengono di non trovarlo;

i costi economici della disoccupazione sono incalcolabili: incidono direttamente sul PIL che non viene prodotto in percentuale di molto superiore al costo delle misure di sostegno al reddito dei disoccupati - si tratta di 80 miliardi di ricchezza reale che non viene creata -; generano costi ulteriori derivanti dalla perdita di produttività del lavoro e comportano costi sociali quali povertà, perdita della casa, criminalità, denutrizione, abbandoni scolastici, antagonismo etnico, crisi familiari, tensioni sociali potenzialmente esplosive;

i disoccupati nel nostro Paese sono circa 6 milioni disoccupati. Anche se il quadro economico mutasse e vi fosse un boom (evento del tutto improbabile) non si riuscirebbe a creare lavoro per una tale mole di lavoratori e occorrerebbero non meno di 15 anni per riportare la disoccupazione a livelli che si possano considerare fisiologici, ma non si riuscirebbe comunque a tornare ai livelli precedenti (ad esempio al dato del 2005 che ha costituito l'anno migliore del nuovo secolo per l'occupazione nei Paesi UE), tenendo presente che la maggior parte delle imprese stanno provvedendo a sostituire in misura e rapidità crescente il lavoro umano con varie forme di automazione;

riteniamo, pertanto, che non vi sia altra possibilità di creare lavoro e riassorbire l'enorme mole di disoccupati se non ricorrendo allo Stato come datore di lavoro di ultima istanza attraverso la creazione di un Piano nazionale del lavoro basato su un programma nazionale di interventi pubblici, che si ispiri al New Deal statunitense che tra il 1933 e il 1943 riuscì a creare occupazione per circa 8,5 milioni di lavoratori;

è importante porsi l'obiettivo minimo di creare un milione e mezzo di posti di lavoro in un triennio, sostenendo un'occupazione produttiva e un lavoro dignitoso, come promossi dall'Organizzazione internazionale del lavoro e dall'Unione europea;

l'obiettivo del Piano deve essere quello di occupare lavoratori tra le persone inoccupate, disoccupate o occupate in cerca di altra occupazione, qualora il loro reddito sia al di sotto di ottomila euro, dando tuttavia la priorità a coloro che a parità di altre condizioni rientrano nella definizione di lavoratori svantaggiati ai sensi dell'articolo 2, lettera *i)* del Regolamento CE del 12 dicembre 2002, n. 2204 e che possiedono un patrimonio personale finanziario, mobiliare e immobiliare inferiore; oppure tra persone che usufruiscono di ammortizzatori sociali;

un tale Programma deve essere realizzato da tutte le amministrazioni dello Stato e dagli enti locali ispirandosi ad interventi che, oltre ad assicurare la creazione di occupazione, consentano lo sviluppo di un nuovo modello produttivo al quale l'Italia deve ambire, ponendosi come obietto primario quello della tutela dell'ambiente e della salute, innanzitutto attraverso il recupero di aree urbane e degli ecosistemi e della biodiversità;

gli interventi, pertanto, sono da realizzarsi nei settori della protezione del territorio per prevenire e contrastare il dissesto idrogeologico del Paese; per bonificare e riqualificare dal punto di vista ambientale tutte le aree del territorio nazionale; per recuperare, ristrutturare, adeguare, mettere in sicurezza e valorizzare edifici scolastici, ospedali, asili nido pubblici e il patrimonio immobiliare pubblico da destinare a prima casa e a iniziative di *cohousing* e *coworldng*; per incrementare l'efficienza energetica e ridurre i consumi per gli uffici pubblici; per recuperare e valorizzare il patrimonio storico, architettonico, museale e archeologico italiano; per recuperare terreni pubblici incolti o abbandonati e salvare dall'inquinamento fiumi, aree paludose, spiagge e coste;

per il funzionamento del Programma è possibile prevedere l'istituzione di un'Agenzia nazionale snella e poco costosa, vigilata da più ministeri, che svolga funzioni di organizzazione, programmazione, attuazione, indirizzo controllo e coordinamento;

il Programma dovrebbe basarsi su progetti presentati dagli Enti locali e che questi vogliono realizzare, utilizzando le strutture periferiche del Ministero delle attività produttive, per la valutazione dei progetti, e del Ministero del lavoro, per l'assunzione del personale;

lo Stato dovrebbe mettere a disposizione dei progetti le risorse, con la partecipazione degli Enti locali, e le attrezzature e gli strumenti già in dotazione o di proprietà delle Forze annate e di polizia, nonché quelle degli Enti locali, mentre i centri per l'impiego dovrebbero procedere a organizzare la formazione dei lavoratori da impiegare;

i Progetti non direttamente realizzati dagli enti pubblici devono essere assegnati attraverso gare d'appalto ad imprese che si impegnino ad assumere, con contratto a tempo determinato per la durata dell'appalto o a tempo indeterminato, almeno il 50 per cento del personale necessario tra i lavoratori svantaggiati come definiti dal Regolamento europeo n. 2204 del 2002, di cui si è scritto sopra. La riserva di manodopera nei bandi di appalto sarebbe cosi conforme alle norme dell'Unione europea in materia di aiuti di Stato;

per quanto riguarda le risorse da destinare alla realizzazione del Programma Nazionale per un triennio sperimentale lo Stato dovrebbe stanziare risorse non inferiori a 60 miliardi da ripartire tra un Fondo nazionale per finanziare i progetti e l'incremento delle risorse a disposizione - a legislazione vigente - degli interventi per la messa in sicurezza del territorio, per gli asili nido pubblici, per la messa in sicurezza degli edifici scolastici pubblici e per incrementare l'efficienza, la prestazione energetica e la riduzione del consumo di energia negli edifici pubblici;

per mettere insieme le risorse necessarie si potrebbe far ricorso alla Cassa Depositi e Prestiti che può impiegare risorse proprie e emettere obbligazioni da far sottoscrivere alle Fondazioni bancarie, all'INAIL e ai Fondi pensioni negoziali; destinare quota parte dei fondi strutturali europei; escludere dal patto di stabilità interno, per il triennio di sperimentazione, le spese in conto capitale collegate ai Progetti; ridurre le tax expenditures, i costi per auto blu, la deducibilità degli interessi passivi per le banche, la spesa per gli F35, le fregate FREMM e la TAV Lione-Torino; utilizzare le risorse oggi sprecate per ridurre l'Irap e per gli sgravi per le assunzioni; introdurre la *web* tax e riformare la tassa sulle transazioni finanziarie eccetera,

impegna il Governo,

a creare, con apposito provvedimento normativa, un Piano sperimentale per la creazione di nuovi posti di lavoro per contrastare la piaga della disoccupazione, sulla base di quanto indicato in premessa.

G2.28

PETRAGLIA, URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, STEFANO

Precluso

Il Senato,

premesso che:

l'Istituto superiore di sanità è organo tecnico-scientifico del Servizio sanitario nazionale e persegue la tutela della salute pubblica, in particolare attraverso lo svolgimento delle funzioni di ricerca, controllo, consulenza, regolazione e formazione. Di esso si avvalgono il Ministro della salute, le Regioni e le Province autonome di Trento e di Bolzano;

la Corte giustizia europea ha deciso che i precari della scuola con più di 36 mesi di servizio hanno diritto all'assunzione a tempo indeterminato. La sentenza è destinata a incrementare il già cospicuo numero di vertenze nei vari settori del comparto pubblico: enti di ricerca, università e tutte le pubbliche amministrazioni;

in riferimento, in particolare, alla situazione ISS su cui gravano già 3 milioni di euro di spese dovute a vertenze in atto, si stima un ammontare complessivo di 25 milioni di euro a titolo di risarcimento per potenziali future cause intentate dAl 550 c.ca lavoratrici/lavoratori precari attualmente in servizio;

il blocco delle assunzioni protratto nel tempo ha portato ad una diminuzione del personale dell'Istituto Superiore di Sanità (ISS), a fronte di compiti rimasti inalterati. L'ente ha sopperito in maniera stabile ricorrendo a personale assunto con contratti temporanei (CoCoCo e ricercatori/tecnici

a Tempo determinato) che ha mantenuto continuativamente al lavoro per oltre 3 anni. Spesso il personale precario assunto su fondi di progetti di ricerca ha dovuto svolgere attività istituzionale (consulenza e servizio per il Sistema sanitario nazionale) a causa della cronica carenza di personale ISS a tempo indeterminato. Oggi tale personale (circa 550 unità) ha maturato i diritti all'assunzione (vantando un'anzianità media da 5 a 10 anni e oltre) ed è essenziale per il prosieguo delle attività dell'Istituto superiore di sanità, ma non può essere assunto a causa del blocco parziale del *turn-over* ancora esistente, dei limiti imposti dalla pianta organica, dalla carenza di fondi stabili (le entrate da progetti di ricerca, o convenzioni, o conto terzi non sono utilizzabili per le assunzioni in quanto sono finanziamenti temporanei);

il de-finanziamento progressivo dell'ente nell'ultimo quinquennio è stato tale da ridurre di oltre il 70 per cento le risorse effettivamente disponibili per il funzionamento dell'ISS (Cap. 3443 per il funzionamento, sottratto dei 5 milioni dedicati a CNS e CNT, era 12 milioni nel 2010 e sarà 3,5 milioni nel 2015). In queste condizioni di finanziamento ridotto 1'ente non è in grado di espletare importanti funzioni istituzionali non tariffate, funzioni per le quali non può avvalersi di finanziamenti esterni (come invece può fare per le attività di ricerca),

impegna il Governo

a valutare la possibilità di predisporre e finanziare un piano di assunzioni straordinario rivolto al personale precario che abbia maturato almeno 3 anni di lavoro, anche non continuativo, nel quinquennio antecedente alla data di entrata in vigore della presente legge finanziaria, considerando sia i contratti di collaborazione coordinata e continuativa che i contratti di lavoro a tempo determinato;

tale piano assunzioni deve essere in deroga rispetto alle norme sul *turn-over* e sulla pianta organica; il piano potrà essere progressivo (assumere tutti nel corso di un periodo di tempo congruo), ma deve identificare la platea (che deve essere prorogabile a tempo determinato fino all'assunzione) ed avere una data ultima certa;

a riportare il finanziamento da parte dello stato almeno al livello del 2010, ovvero aumentare il Cap. 3443 almeno a 18 milioni, dagli 8 milioni attualmente previsti nel1 tabella contenuta nell'articolo 20 comma 1 della legge di stabilità 2015, ovvero «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato» presentato il 23 ottobre 2014.

G2.29

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015) (A.S.1698),

premesso che:

la legge n. 64 del 2001 ha istituito, in conseguenza della abolizione della leva obbligatoria, il Servizio civile nazionale, un servizio volontario aperto ai giovani che intendono tra l'altro, come prevede l'articolo 1 della medesima legge, promuovere la solidarietà e la cooperazione, a livello nazionale ed internazionale, con particolare riguardo alla tutela dei diritti sociali, ai servizi alla persona ed alla educazione alla pace fra i popoli, nonché partecipare alla salvaguardia e tutela del patrimonio nazionale, con particolare rido al settore ambientale;

la legge n. 230 del 1998 ha previsto l'istituzione del Fondo nazionale per il servizio civile, che vienè rifinanziato annualmente con la legge di stabilità;

le risorse attualmente stanziate per il Fondo nazionale sono assolutamente insufficienti e inadeguate. Mentre la legge di stabilità dello scorso anno stanziava per il Servizio civile 105,3 milioni di euro per l'anno 2014, la legge di stabilità attualmente all'esame del Parlamento assegna al Servizio civile per l'anno 2015 solamente 65,7 milioni di euro. Ossia una riduzione di ben 40 milioni di euro;

fra le varie conseguenze di questo drastico taglio di oltre il 37 per cento delle risorse, c'è la esclusione per 1.500 giovani che erano stati inseriti nella programmazione 2014-2015 fatta dal Dipartimento della Gioventù e Servizio civile nazionale;

i 65,7 milioni attualmente previsti per il 2015 dal disegno di legge di stabilità, non consentono null'altro che una mera sopravvivenza per il Servizio civile nazionale, laddove uno stanziamento di almeno 200 milioni di euro, come richiesto - tra gli altri - anche dalla Conferenza nazionale Enti per il Servizio civile, consentirebbe di mettere a bando tutti i progetti Italia ed Estero depositati lo scorso 31 luglio, per consentire a più di 40 mila giovani di vivere l'anno di servizio civile nazionale, a cui si aggiungono i circa 10 mila del servizio civile in Garanzia Giovani,

impegna il Governo:

a valutare gli effetti applicativi delle disposizioni richiamate in premessa, al fine di adottare ulteriori iniziative normative volte a provvedere a un sensibile incremento delle risorse per il Fondo nazionale per il Servizio civile, garantendo in tal modo una dotazione almeno per il 2015 di 200 milioni di euro, al fine di consentire di mettere a bando tutti i progetti Italia ed Estero depositati lo scorso 31 luglio.

G2.30

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Il Senato

premesso che:

il nubifragio che a partire dal 9 ottobre 2014, ha colpito Genova e la provincia, ripropone ancora una volta il tema, non più rinviabile, dell'estrema fragilità dei territori colpiti e più in generale di gran parte del territorio nazionale. Un territorio che, ogni qualvolta è sottoposto a piogge intense e insistenti, si trova a dover fare i conti con morti, frane, argini che non riescono più a trattenere l'impatto con le acque, allagamenti, cedimenti di infrastrutture, crolli di edifici;

l'alluvione che ha colpito l'entroterra e la città di Genova in particolare, ha provocato la morte di un pensionato, l'esondazione di diversi torrenti, e la conseguente chiusura di strade, l'isolamento di intere frazioni, nonché ingenti danni alle attività produttive in tutti i territori colpiti;

nella sola provincia di Genova sono censite 3.978 frane, mentre nella regione Liguria ne sono state censite 8.392;

peraltro, ancora una volta, si è riproposto per la provincia e la città di Genova quanto già successo tre anni fa con l'alluvione del 4 novembre 2011, in cui persero la vita 6 persone a seguito dell'esondazione del rio Fereggiano;

peraltro gli eventi alluvionali iniziati 9 ottobre scorso, non hanno interessato solo Genova e la sua provincia, ma anche alcuni comuni della provincia di La Spezia, e, nei giorni 13 e 14 ottobre, anche le province di Parma e Piacenza;

per tutti questi territori, il 30 ottobre scorso, il Consiglio dei ministri ha deliberato lo stato d'emergenza,

con riguardo alla città di Genova, tra gli interventi più urgenti da avviare al più presto, si segnalano:

1) la Galleria scolmatrice del torrente Bisagno 1º lotto 2º stralcio e 2º lotto. Realizzazione delle opere di captazione sui rivi Noce e Rovare a completamento della realizzanda galleria scolmatrice del torrente Fereggiano (1º lotto 2º stralcio) e realizzazione della galleria scolmatrice principale a servizio del torrente Bisagno (2º lotto), per un importo di 175 milioni;

2) l'adeguamento strutturale copertura tratto terminale del torrente Bisagno. Ultimo lotto. Demolizione e ricostruzione, con contestuale ampliamento delle sezioni idrauliche di deflusso mediante abbassamento della quota della platea d'alveo, del tratto di copertura del tratto terminale del torrente Bisagno compreso tra l'incrocio stradale Via Diaz/Viale Brigate Bisagno e le arcate del piazzale della stazione di Genova Brignole, per un importo di 95 milioni;

3) la sistemazione idraulica del torrente Sturla nel tratto compreso tra Via delle Casette e Via dei Luoghi Santi - 2º lotto 2º stralcio, Allargamento delle sezioni d'alveo e adeguamento/rifacimento dei muri d'argine e degli attraversamenti stradali, per un importo di 2 milioni di curo;

4) la Galleria scolmatrice del torrente Vernazza. Realizzazione della galleria scolmatrice

comprensiva della camera di captazione sotterranea in Via Pontetti ed opera di sbocco nel torrente Sturla, per un importo di 8 milioni di euro,

impegna il Governo:

a finanziare gli interventi più urgenti, relativi alla città di Genova, indicati in premessa;

a disporre, di concerto con gli enti territoriali, la concessione di contributi per la riparazione e il ripristino degli immobili sia di edilizia abitativa che ad uso produttivo, in relazione al danno effettivamente subito in conseguenza degli eventi alluvionali;

a disporre il rinvio del pagamento delle rate in scadenza dei mutui contratti con Cassa depositi e prestiti dAl comuni colpiti dalle calamità;

a riconoscere alla regione e agli enti locali interessati dall'alluvione, l'esclusione dal patto di stabilità interno relativamente agli investimenti, a valere sui fondi disponibili nei rispettivi bilanci, finalizzati alla ricostruzione e alla messa in sicurezza dei territori colpiti;

a prevedere altresì, un'apposita norma di legge al fine di consentire l'esclusione dal patto di stabilità interno, delle spese, sostenute dai territori di cui in premessa per i quali è stato deliberato lo stato di emergenza, a valere su risorse proprie o su donazioni di terzi.

G2.31

PANIZZA, FRAVEZZI, LANIECE, Fausto Guilherme LONGO, BATTISTA, ZIN

Precluso

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015),

premesso che:

la legge 24 dicembre 2004, n. 313 recante «Disciplina per l'apicoltura» riconosce l'apicoltura come attività di interesse nazionale utile per la conservazione dell'ambiente naturale,. dell'ecosistema e dell'agricoltura in generale ed è finalizzata a garantire l'impollinazione naturale e la biodiversità di specie apistiche, con particolare riferimento alla salvaguardia della razza di ape italiana (*Apis mellifera ligustica Spinola*) e delle popolazioni di api autoctone tipiche o delle zone di confine;

la citata legge n. 313, a far data dal 2008 ha visto azzerata la propria copertura finanziaria;

considerato che:

il settore apistico, non riesce ad uscire dalla fase di crisi che lo ha investito e che dura da molti anni, inerentemente al fenomeno dello spopolamento degli alveari e moria delle api ed è continuamente investito da emergenze nazionali;

il settore apistico si vede costretto ad affrontare nuove minacce, costituite dal calabrone asiatico, Vespa velutina, che attacca e si nutre di api e dall'Aethina tumida, le cui larve danneggiano gli alveari e si cibano di miele;

ne consegue un calo produttivo per le imprese nazionali, unitamente al presentarsi di fenomeni di spopolamento degli alveari, dovuti alla incompatibilità con l'uso di alcune molecole di fitofarmaci e la comparsa di alcune nuove emergenze quali la Vespa velutina a Nord-Est e l'Aethina tumida al Sud;

si mette a rischio la consistenza produttiva stessa del settore apistico con grave danno economico alle aziende e con rischi molto seri per la conservazione della capacità produttiva agricola, dell'occupazione e dell'eco sistema nazionale;

in virtù delle potenzialità produttive raggiunte, dell'aumento della qualità dei mieli italiani, dell'importanza raggiunta per l'impollinazione delle piante coltivate e selvatiche, al fine di far fronte a danni strutturali irreparabili al settore a causa dello stato di difficoltà accertata e documentata relativa alla produzione 2014,

impegna il Governo:

a rifinanziare la legge 313/2004 per un importo non inferiore a un milione di euro, per lo svolgimento delle azioni di cui all'allegato;

a prevedere, a carico del Ministero delle politiche agricole, il riesame del documento programmatico previsto dalla legge stessa ed approvato nella riunione della conferenza StatoRegioni

del 26 gennaio 2006, aggiornando gli obiettivi alla luce della nuova situazione in cui si trova il settore, fra criticità e crescita.

G2.32

VILLARI

Precluso

Il Senato,

premesso che:

da alcuni mesi si attende la possibilità per i malati di epatite C di poter accedere alle terapie che risultano molto efficaci fino a percentuali altissime di guarigione, mediante un farmaco (sofosbuvir - Sovaldi) che ha superato il vaglio di tutte le autorità di regolazione, Aifa compresa, ma che non è a disposizione delle strutture del Servizio sanitario nazionale, eccetto che per le poche centinaia di casi trattati per uso compassionevole;

nonostante le pressanti richieste dei malati e delle associazioni che li rappresentano ed i ripetuti atti di sindacato ispettivo che sono stati formalizzati, non è stato ancora emanato il decreto ministeriale che autorizza la somministrazione della terapia a carico del servizio sanitario nazionale;

si tratta di un farmaco salvavita che ha un costo elevato e che dovrebbe essere assicurato a circa 20.000 pazienti in via prioritaria ed urgente, ma che si stima debba essere garantito in futuro, a circa 400.000 persone alle quali la malattia è stata diagnosticata;

a seguito dell'impegno ripetuto dagli organi ministeriali nei mesi scorsi in ordine alla predisposizione di un apposito fondo per far fronte alla fornitura di tali onerosissimi farmaci a coloro che con ansia attendono di poterei accedere i come avviene in altri paesi europei e non, la presente legge di stabilità non ha affrontato la questione;

la questione assume caratteristiche di grande urgenza anche perché ogni ritardo moltiplica i costi umani e sociali per i malati di epatite C che invece potendo accedere alla cura potrebbero nella maggioranza dei casi evitare il trapianto e guarire;

impegna il Governo

a disporre nei successivi passaggi parlamentari della presente legge di stabilità per il 2015, apposito finanziamento per consentire l'accesso ai farmaci innovativi per la cura dell'epatite C ai malati che ne abbisognano.

G2.33

FRAVEZZI, BATTISTA, BERGER, PANIZZA, CONTE, PAGLIARI

Precluso

Il Senato,

premesso che:

«negli ultimi anni la dimensione economica dello sport e del suo indotto ha raggiunto livelli tali da posizionarlo tra i principali settori per l'impatto generato sul PIL mondiale: lo ha dichiarato l'assessore per lo sport della Regione Liguria Matteo Rossi nell'ambito del festival dello sport 2014;

Federico Capraro, Presidente degli albergatori Unascom, afferma che il turismo d'affari è in calo e il futuro è nei grandi eventi e nelle grandi rassegne sportive;

per il presidente della Camera di commercio di Venezia Giuseppe Fedalto, «la Venice marathon è il più importante evento per il nostro territorio in termini di indotto economico, visibilità e promozione del territorio»;

si legge in un articolo di «Nannimagazine» del 2 febbraio 2010: «Turismo sportivo: una miniera per l'economia italiana, ma ancora poco esplorata. A parte alcune regioni particolarmente virtuose, l'Italia non gli ha ancora ,tributato l'importanza che invece, come dimostrano le cifre intorno a cui ruota il suo business, meriterebbe. TI turismo sportivo rappresenta un terreno ancora poco esplorato eppure molto fertile, almeno a giudicare dAl risultati più che positivi raccolti da quelle regioni che vi investono risorse economiche, ma soprattutto organizzative», articolo in cui viene intervistato Nicola Tomesani, direttore dell'Unità sport e turismo di Econstat, società di ricerca e consulenza specializzata nel settore turistico;

«La maratona rappresenta per Firenze una grande vetrina internazionale grazie ai tanti stranieri, oltre 2800, ai moltissimi italiani provenienti da altre regioni (...). Presenze che rappresentano un dato importante anche per l'indotto economico cittadino, da una prima stima possiamo parlare di più di 23 mila pernottamenti nelle strutture ricettive fiorentine per atleti, amici e familiari al seguito, con una permanenza nella media per persona che si avvicina ai tre giorni. Un evento che non è solo sportivo, ma che rappresenta anche un importante momento di incentivazione del turismo in un periodo tradizionalmente meno appetibile, con una ricaduta importante su strutture ricettive, ristoranti, locali e negozi della città, da non trascurare in un periodo di difficoltà economica come quello che stiamo vivendo», queste la parole di Giancarlo Romiti, presidente del comitato organizzatore della «Firenze Marathon», in un comunicato stampa del 3 dicembre 2009;

considerato che:

il decreto ministeriale 18 febbraio 1982, recante «Norme per la tutela sanitaria dell'attività sportiva agonistica», e il decreto ministeriale 24 aprile 2013, recante «Disciplina della certificazione dell'attività sportiva non agonistica e amatoriale e linee guida sulla dotazione e l'utilizzo di defibrillatori semiautomatici e di eventuali altri dispositivi salvavita», prevedono una serie disposizioni volte ad accertare l'idoneità fisica per coloro che praticano attività sportiva agonistica e non agonistica;

le disposizioni si applicano anche agli stranieri che arrivano in Italia solo in occasione di eventi sportivi (*running*, ciclismo, sci di fondo, eccetera) a cui vogliono partecipare attivamente;

tale applicazione costringe gli organizzatori ad effettuare i controlli sulla certificazione medica e i partecipanti stranieri a presentare certificazione medica non richiesta nel Paese d'origine;

tale incombenza rappresenta per gli stranieri motivo per disertare gli eventi sportivi organizzati nel nostro Paese e andare a disputare gare e competizioni in altre nazioni ove non vigono analoghe disposizioni relative alla certificazione medica;

considerato altresì che «per una nazione come l'Italia è di tutta necessità assumere tra i propri obiettivi di politica economica il mantenimento di una forte posizione di leadership nel turismo sportivo e che risulta quindi necessario incrementare la presenza turistica proveniente dall'estero,

impegna il Governo,

a prevedere specifiche disposizioni normative volte ad esentare gli stranieri che intendano partecipare ad eventi sportivi dalla normativa attualmente vigente in Italia sull'accertamento obbligatorio dell'idoneità all'attività sportiva agonistica e a permettere, così come avviene in tutti gli altri Paesi della UE (ad eccezione della Francia), che la partecipazione avvenga solo ed esclusivamente dietro presentazione di un'autocertificazione, oppure in base alle norme vigenti nel Paese di provenienza.

G2.34

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015) (AS 1698),

premesso che:

il Forum mondiale dell'Unesco su cultura e industrie culturali in programma a Monza il prossimo anno, rischia seriamente di saltare, se il Governo non interverrà prontamente predisponendo i fondi necessari, ma dopo continui rinvii i tempi ora sono dawero limitati;

il Governo e il Ministro dei beni e delle attività culturali devono impegnarsi e dimostrare con i fatti se credono dawero nell'Expo e nella cultura, come vanno proclamando da mesi;

sono state trovate repentinamente le risorse per sostenere il «Forum Unesco» di Firenze, coerenza vorrebbe che ora si sostenesse il «Forum» di Monza, a maggior ragione considerando il fatto che sarà uno dei grandi eventi di Expo 2015, peraltro già contemplato nell«Agenda Italia»,

impegna il Governo:

a prevedere, in tempi brevi, un intervento che preveda il cofinanziamento del Forum da parte

dello Stato.

G2.35

URAS

Precluso

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015) (AS 1698),

premesso che:

l'ISPRA poco tempo fa al Senato ha illusttato in un'apposita conferenza stampa lo straordinario valore naturalistico degli ecosistemi marini del Canale di Sicilia, con particolare riferimento ai cosiddetti «banchi» posti nell'alto mare;

è pertanto necessario adottare effettive misure di tutela dei Banchi Graham, Terribile, Pantelleria e Avventura nel Canale di Sicilia, anche al fine di garantire i più elevati livelli di salvaguardia delle cosiddette aree sensibili dell'alto mare;

i competenti Uffici di Tunisi della Convenzione di Barcellona per la tutela del Mediterraneo hanno da tempo avviato apposite iniziative con i Paesi rivieraschi per conseguire i necessari livelli di tutela delle cosiddette aree marine sensibili dell'alto mare nel Meditenaneo;

parimenti, la Commissione UR da tempo pressa i Paesi membri per il più rapido avvio di misure concrete per individuare e tutelare siti d'importanza comunitaria nell'alto mare europeo e quindi anche del Mediterraneo;

che dette misure di tutela si tendono vieppiù necessarie e urgenti a fronte degli elevatissimi rischi cui l'intero Mediterraneo è assoggettato da tempo, per gli intensi traffici marittimi di idrocarburi e per le cosiddette trivellazioni a mare;

è quindi urgente realizzare, anche nelle altre sedi internazionali titolate (FAO e IMO), idonee iniziative politiche, normative ed amministrative per definire sempre più severe regolamentazioni, strumenti e capacità di intervento a fronte dei rischi connessi alle attività di ricerca, coltivazione e trasporto via mare di idrocarburi;

nel contempo occorre avviare con urgenza i necessari confronti con i Paesi mediterranei per la più rapida istituzione delle predette aree marine protette dell'alto mare, a partite dal Canale di Sicilia;

impegna il Governo:

ad avviare, presso gli otganismi competenti della Convenzione di Barcellona per la tutela del Mediterraneo e gli organismi competenti della FAO e dell'lnternational Maritime Organization (IMO), le iniziative finalizzzate allo svolgimento di un simposio internazionale per l'istituzione di aree marine protette nell'alto mare del Canale di Sicilia, da tenere in una località della costa della Sicilia meridionale particolarmente significativa per le finalità in parola, coinvolgendo le Amministrazioni territoriali della fascia costiera meridionale siciliana e adriatica e provvedendo, altresì, ad assumeme i relativi ed eventuali oneri economici e organizzativi.

G2.36

BONFRISCO

Precluso

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge di stabilità 2015

considerato che:

il Paese continua ad affrontare una situazione di grave incertezza economica, sfavorevole per imprese e cittadini;

le misure eccessivamente restrittive in ordne all'uso del denaro contante non solo contrastano con i principi generali di libera circolazione dell'ordinamento europeo, ma hanno effetti particolarmente negativi sui consumi, non producendo altresì risultati significativi in termini di contrasto all'evasione fiscale

impegna il Governo

ad intraprendere le misure necessarie atte a mofificare la vigente normativa in materia di utilizo del denaro contante e dei titoli al portatore affinché l'attuale limite venga innalzato a 5.000 euro.

G2.37

DI BIAGIO

Precluso

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge n. 1698, recante "Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)"

premesso che,

il provvedimento in esame introduce disposizioni relative al comparto istruzione ed insegnamento del Ministero dell'Istruzione, dell'Università e della Ricerca, prevedendo misure in materia di personale docente;

in riferimento al citato personale la recente sentenza della Corte di Giustizia Europea ha ribadito la necessità di porre rimedio a quell'ossimoro tutto italiano rappresentato dal precariato scolastico, ormAl divenuto un precariato stabile, evidenziando come "la normativa europea osta a una normativa nazionale che autorizzi, in attesa del l'espletamento delle procedure concorsuali, il rinnovo di contratti di lavoro a tempo determinato per la copertura di posti vacanti e disponibili";

tale problematica, riconosciuta come una delle patologie del nostro sistema di istruzione, presenta numerosi livelli di criticità, che interessano anche aspetti relativi ai meccanismi di reclutamento degli insegnanti, oggi imperniati su due meccanismi fondamentali: lo scorrimento delle graduatorie ad esaurimento e i concorsi nazionali;

considerato che,

la procedura del concorso nazionale, ripresa con il bando relativo al concorso espletato nel 2012, si trova in una fase che sembrerebbe ancora "sperimentale" e non sono attualmente chiariti i tempi e le dinamiche di un futuro concorso, considerando anche il fatto che i vincitori dell'ultimo sono ancora in attesa di prendere servizio;

in virtù di tali aspetti, le graduatone ad esaurimento (GAE) rappresentano ancora oggi il canale di reclutamento attualmente più stabile e strutturato;

l'inserimento all'interno di tali graduatorie rimane tuttavia precluso ad una molteplicità insegnanti, pur in possesso di titolo abilitante, riconducibili alle seguenti categorie: docenti che hanno conseguito l'abilitazione attraverso i percorsi abilitanti istituiti ai sensi del DM 10 settembre 2010, n. 249, del Ministro dell'Istruzione, dell'Università e della Ricerca; docenti inseriti nelle graduatorie di merito del concorso a cattedra dì cui al DDG 24 settembre 2012, n. 82; docenti in possesso di laurea in Scienze della Formazione Primaria; docenti in possesso di diploma magistrale conseguito entro l'a.s. 2001/2002;

si tratta di insegnanti che negli ultimi anni, al prezzo di grandi sacrifici personali e con oneri non indifferenti, anche sotto il profilo economico, hanno potuto conseguire l'abilitazione attraverso le diverse fattispecie di percorsi formativi abilitanti disponibili. Tali docenti si trovano ora in possesso di un'abilitazione, riconosciuta dallo Stato italiano, che di fatto risulta priva di valore effettivo, laddove non è considerata quale titolo di accesso all'unico reale canale di reclutamento stabile, quali sono le GAE;

impegna il Governo

a valutare l'opportunità di adottare, già a partire dAl prossimi provvedimenti in materia, le opportune misure, anche di natura legislativa, finalizzate alla valorizzazione delle abilitazioni all'insegnamento citate in premessa, definendo l'accesso, per le categorie di insegnanti evidenziate, alle graduatorie ad esaurimento degli insegnanti, e valutando l'opportunità di calendarizzare un aggiornamento anticipato delle stesse per prevederne l'inserimento.

3.3

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Sopprimere i commi da 1 a 5.

Conseguentemente, dopo il comma 28, inserire il seguente:

«28-*bis*. I commi 48, 49 e 49-*bis*, dell'articolo 2, della legge n. 286 del 2006, sono sostituiti dai seguenti:

"48. I trasferimenti di beni e diritti per causa di morte sono soggetti all'imposta di cui al comma 47 con le seguenti aliquote sul valore complessivo netto dei beni:

a) devoluti a favore del coniuge e dei parenti in linea retta sul valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 500.000 di euro: 5 per cento;

a-*bis)* devoluti a favore dei fratelli e delle sorelle sul valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 100.000 euro; 8 per cento;

b) devoluti a favore degli altri parenti fino al quarto grado e degli affini in linea retta, nonché degli affini in linea collaterale fino al terzo grado: 8 per cento;

c) devoluti a favore di altri soggetti; 10 per cento;

49. Per le donazioni e gli atti di trasferimento a titolo gratuito di beni e diritti. e la costituzione di vincoli di destinazione di beni l'imposta è determinata dall'applicazione delle seguenti aliquote al valore globale dei beni e dei diritti al netto degli oneri da cui è gravato il beneficiario diversi da quelli indicati dall'articolo 58, comma 1, del citato testo unico di cui al decreto legislativo 31 ottobre 1990, n. 346, ovvero, se la donazione è fatta congiuntamente a favore di più soggetti o se in uno stesso atto sono compresi più atti di disposizione a favore di soggetti diversi, al valore delle quote dei beni o diritti attribuiti;

a) a favore del coniuge e dei parenti in linea retta sul valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 500.000 di euro: 5 per cento;

a-*bis)* a favore dei fratelli e delle sorelle sul valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 100.000 euro; 8 per cento;

b) a favore dei altri parenti fino al quarto grado e degli affini in linea retta, nonché degli affini in linea collaterale fino al terzo grado: 8 per cento;

c) a favore di altri soggetti: 10 per cento.

49-*bis*. Se il beneficiario dei trasferimenti di cui ai commi 48 e 49 è una persona portatrice di handicap riconosciuto grave ai sensi della legge 5 febbraio 1992. n. 104, l'imposta si applica esclusivamente sulla parte del valori della quota o del legato che supera l'ammontare di 1.000.000 euro"».

3.4

COMAROLI, BELLOT, BISINELLA, TOSATO

Precluso

Sopprimere i commi 1, 2, 3, 4 e 5.

Conseguentemente all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117 e 125. All'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole:

«ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 550 milioni di euro a decorre dal 2015».

3.6

FRAVEZZI, BATTISTA, LANIECE, Fausto Guilherme LONGO, PANIZZA, PUPPATO, VACCARI

Precluso

Sopprimere i commi da 1 a 5.

Conseguentemente, al comma 76, aggiungere, in fine, le seguenti parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per importo pari 500 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015».

3.7

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Sopprimere i commi da 1 a 5.

Conseguentemente all'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine. le seguenti parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successi.ve. le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 500 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

3.10

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Sostituire i commi da 1 a 5 con il seguente:

«1. A decorrere dal l o gennaio 2015, l'importo annuo lordo delle pensioni pubbliche, anche cumulate, a carico dell'Inps - gestione ex Inpdap -, nonché della gestione separata di cm all'articolo 2, comma 26, della legge 8 agosto 1995, n. 335, è soggetto al limite di cui all'articolo 23-*ter* del decreto-legge 6 dicembre 2011. n. 201, convertito. con modificazioni, dalla Legge 22 dicembre 2011, n. 214, eventuali aggiornamenti relativi all'ammontare del predetto trattamento. Le somme trattenute vengono direttamente acquisite alle Casse dello Stato».

3.11

COMAROLI, TOSATO, BELLOT

Precluso

Sopprimere il comma 1.

Conseguentemente, all'articolo 1, sopprimere i commi 116 e 117.

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 550 milioni di euro a decorre dal 2015».

3.12

BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, Eva LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Sopprimere il comma 1.

Conseguentemente, all'articolo 2, dopo il comma 45 inserire il seguente:

«45-*bis.* Le disponibilità di competenza e di cassa delle spese del bilancio dello Stato per consumi intermedi sono ridotte di 400 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015.

3.13

GASPARRI

Precluso

Sopprimere il comma 1.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 105.000.000;
2016: - 105.000.000;
2017: - 105.000.000.

Ridurre del 3% tutti gli stanziamenti di parte corrente della allegata tabella C.

3.14

BULGARELLI, MANGILI, LEZZI, CATALFO, PAGLINI, PUGLIA, AIROLA

Precluso

All'articolo 3, apportare le seguenti modificazioni:

a) sostituire il comma 1, con il seguente:

«1. All'articolo 17 del decreto legislativo 5 dicembre 2005, n. 252, il comma 1 è sostituito dal

seguente:

"1. La quota parte di capitale gestita dai fondi pensione complementare, derivata dai redditi dei singoli lavoratori inferiori a 90.000 euro lordi, è soggetta ad imposta sostitutiva delle imposte sui redditi nella misura dell'11 per cento mentre la quota parte di capitale gestita da fondi pensione derivante da redditi dei singoli lavoratori con reddito superiore per almeno due anni consecutivi a 90.000 euro lordi, è soggetto ad imposta sostitutiva delle imposte sui redditi nella misura del 20 per cento. Tale regime di tassazione separata si ripercuoterà con i suoi effetti nella gestione della posizione individuale dei singoli lavoratori. Le aliquote indicate si applicano sul risultato netto maturato in ciascun periodo d'imposta"»;

b) sostituire il comma 3, con il seguente:

«3. All'articolo 11 del decreto legislativo 18 febbraio 2000, n. 47, il comma 3 è sostituito dal seguente:

"3. La quota parte di capitale gestito da fondi di trattamento di fine rapporto e di previdenza, derivata dai redditi dei singoli lavoratori inferiori a 90.000 euro lordi, è soggetta ad imposta sostitutiva delle imposte sui redditi nella misura dell'11 per cento mentre la quota parte di capitale gestita da fondi analoghi derivanti da redditi dei singoli lavoratori con reddito superiore per almeno due anni consecutivi a 90.000 euro lordi, è soggetto ad imposta sostitutiva delle imposte sui redditi nella misura del 20 per cento. Tale regime di tassazione separata si ripercuoterà con i suoi effetti nella gestione della posizione individuale dei singoli lavoratori. Le aliquote indicate si applicano sul risultato netto maturato in ciascun periodo d'imposta"».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 500.000.000 euro a decorrere dal 2015».

3.15

LEZZI, BULGARELLI, MANGILI

Precluso

Sostituire il comma 1, con il seguente:

«1. All'articolo 17 del decreto legislativo 5 dicembre 2005, n. 252, il comma 1 è sostituito dal seguente:

"1. La quota parte di capitale gestita dai fondi pensione complementare, derivata dai redditi dei singoli lavoratori inferiori a 90.000 euro lordi, è soggetta ad imposta sostitutiva delle imposte sui redditi nella misura dell'11 per cento mentre la quota parte di capitale gestita da fondi pensione derivante da redditi dei singoli lavoratori con reddito superiore per almeno due anni consecutivi a 90.000 euro lordi, è soggetto ad imposta sostitutiva delle imposte sui redditi nella misura del 20 per cento. Tale regime di tassazione separata si ripercuoterà- con i suoi effetti nella gestione della posizione individuale dei singoli lavoratori. Le aliquote indicate si applicano sul risultato netto maturato in ciascun periodo d'imposta"»;

Conseguentemente, sostituire il comma 3, con il seguente:

3. All'articolo 11 del decreto legislativo 18 febbraio 2000, n. 47, il comma 3 è sostituito dal seguente:

3. La quota parte di capitale gestito da fondi di trattamento di fine rapporto e di previdenza, derivata dai redditi dei singoli lavoratori inferiori a 90.000 euro lordi, è soggetta ad imposta sostitutiva delle imposte sui redditi nella misura dell'11 per cento mentre la quota parte di capitale gestita da fondi analoghi derivanti da redditi dei singoli lavoratori con reddito superiore per almeno due anni consecutivi a 90.000 euro lordi è soggetto ad imposta sostitutiva delle imposte sui redditi nella misura del 20 per cento. Tale regime di tassazione separata si ripercuoterà con i suoi effetti nella gestione della posizione individuale dei singoli lavoratori. Le aliquote indicate si applicano sul risultato netto maturato in ciascun periodo d'imposta.

E conseguentemente ancora, all'articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi

comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 500.000.000 euro a decorrere dal 2015».

3.17

BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, Eva LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Apportare le seguenti modificazioni:

a) sostituire il comma 1, con il seguente:

1. All'articolo 17, comma 1, del decreto legislativa 5 dicembre 2005, n. 252, le parole: «11 per cento» sono sostituite dalle seguenti: «12,50 per cento»;

b) sopprimere il comma 2;

c) sostituire il comma 3, con il seguente:

3. All'articolo 11, comma 3, del decreto legislativo 18 febbraio 2000, n. 47, e successive modificazioni, le parole: «11 per cento» sono sostituite dalle seguenti: «12,50 per cento»;

d) sostituire il comma 4 con il seguente:

4. La disposizione di cui al comma 1 si applica dal periodo d'imposta successivo a quella in corso al 31 dicembre 2014.

Conseguentemente:

a) sopprimere il comma 112, dell'articolo 1;

b) all'articolo 1, dopo il comma 132 aggiungere il seguente:

132-*bis*. A decorrere dal 1º gennaio 2015 si provvede a ridurre i regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale, di cui all'allegato *c*-bis del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, con l'esclusione delle disposizioni a tutela dei redditi di lavoro dipendente e autonomo, dei redditi da pensione, della famiglia, della salute, delle persone economicamente o socialmente svantaggiate, del patrimonio artistico e culturale, della ricerca e dell'ambiente. Con uno o più decreti del Ministro dell'economia e delle finanze, da emanare ai sensi dell'articolo 17 della legge 23 agosto 1988, n. 400, sono stabilite le modalità tecniche per l'attuazione della presente disposizione con riferimento ai singoli regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale interessati. Dai decreti di cui al presente comma devono derivare risparmi almeno pari a 105 milioni di euro a decorrere dal 2015.

c) Alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze *apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 50.000.000;

2016: - 50.000.000;

2017: - 50.000.000.

3.18

D'ALI'

Precluso

Apportare le seguenti modificazioni:

a) sostituire il comma 1 con il seguente:

«1. All'articolo 17, comma 1, del decreto legislativo 5 dicembre 2005, n. 252, le parole: "11 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "12,50 per cento"»;

b) sopprimere il comma 2;

c) sostituire il comma 3 con il seguente:

«3. All'articolo 11, comma 3, del decreto legislativo 18 febbraio 2000, n.47, e successive modificazioni, le parole: »11 per cento», sono sostituite dalle seguenti: «12,50 per cento»;

d) sostituire il comma 4 con il seguente:

«La disposizione di cui al comma 1 si applica dal periodo d'imposta successivo a quello in corso

al 31 dicembre 2014».

Conseguentemente, all'articolo 1:

a) sopprimere il comma 112;

b) dopo il comma 132, aggiungere il seguente:

«132-*bis.* A decorrere dal 1º gennaio 2015 si provvede a ridurre i regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale, di cui all'allegato *c*-bis del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, con l'esclusione delle disposizioni a tutela dei redditi di lavoro dipendente e autonomo, dei redditi da pensione, della famiglia, della salute, delle persone economicamente o socialmente svantaggiate, del patrimonio artistico e culturale, della ricerca e dell'ambiente. Con uno o più decreti del Ministro dell'economia e delle finanze, da emanare ai sensi dell'articolo 17 della legge 23 agosto 1988, n. 400, sono stabilite le modalità tecniche per l'attuazione della presente disposizione con riferimento ai singoli regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale interessati. Dai decreti di cui al presente comma devono derivare risparmi almeno pari a 105 milioni di euro a decorrere dal 2015».

c) Alla tabella A, *voce* Ministero dell'economia e delle finanze *apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 50.000.000;

2016: - 50.000.000;

2017: - 50.000.000.

3.20

COMAROLI, TOSATO, BELLOT

Precluso

Apportate le seguenti modificazioni:

1) il comma 11 è sostituito dal seguente:

«1. All'articolo 17, comma 1, del decreto legislativo 5 dicembre 2005, n. 252, le parole: "11 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "12,50 per cento"».

2) il comma 2 è soppresso;

3) il comma 3 è sostituito dal seguente:

«3. All'articolo 11, comma 3, del decreto legislativo 18 febbraio 2000, n. 47, e successive modificazioni, le parole: "11 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "12,50 per cento"».

4) il comma 4 è sostituito dal seguente:

«4. La disposizione di cui al comma 1 si applica dal periodo d'imposta successivo a quello in corso al 31 dicembre 2014».

Conseguentemente:

All'articolo 1, sopprimere i commi 116. 117 e 125.

All'articolo 2, sopprimere il comma 207.

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente. relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 553.818 migliaia di euro di euro a decorrere dal 2015».

3.24

COMAROLI, TOSATO, BELLOT

Precluso

Al comma 1 sostituire le parole: «20 per cento» con le seguenti: «15 per cento» e al comma 3 sostituire le parole: «17 per cento» con le seguenti: «13 per cento».

Conseguentemente:

All'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117 e 125.

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 550 milioni di euro a decorre

dal 2015».

3.27

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Apportare le seguenti modificazioni:

a) Al comma 1, sostituire le parole: «20 per cento» con le seguenti: « 15 per cento»;

b) al comma 3, sostituire le parole: «17 per cento» con le seguenti parole: «14 per cento».

Conseguentemente, dopo il comma 28, aggiungere il seguente:

«28-*bis*. All'articolo 19, comma 6 del decreto-legge n. 201 del 2011, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 214 dei 2011, aggiungere, in fondo il seguente periodo: "A decorrere dall'anno 2015 l'aliquota è stabilità nella misura del 1 per mille"».

3.30

COMAROLI, TOSATO, BELLOT

Precluso

Al comma 1 sostituire le parole: «20 per cento» con le seguenti: «15 per cento».

Conseguentemente:

All'articolo 1, sopprimere i commi 116 e 117.

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 550 milioni di euro a decorre dal 2015».

3.33

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 1, aggiungere, infine, il seguente periodo: «La presente disposizione non si applica ai fondi pensione di cui all'articolo 4 del decreto legislativo n. 124 del 21 aprile 1993, fermi restando i divieti ed i limiti di cui all'articolo 6 dello stesso, che destinino, fatte salve le disponibilità di mercato, almeno il 2 per cento del valore del proprio patrimonio alla sottoscrizione di titoli di debito, anche non negoziati, emessi da piccole o medie imprese, anche attraverso operazioni di cartolarizzazioni delle medesime di cui alla legge n. 130 del 1999, o da organismi d'investimento collettivo in valori mobiliari (OICVM) che gestiscano titoli emessi dalle stesse».

Conseguentemente, dopo il comma 28, aggiungere il seguente:

«28-*bis*. All'articolo 19, comma 6 del decreto-legge n. 201 del 20"11, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 214 del 2011, aggiungere, in fondo il seguente periodo: "A decorrere dall'anno 2015 l'aliquota è stabilita nella misura del 13.5 per mille"».

3.36

MANGILI, LEZZI, BULGARELLI

Precluso

Dopo il comma 1 aggiungere il seguente:

«1-*bis*. Le disposizioni di cui all'articolo 1, comma 12-*bis*, del decreto-legge 13 agosto 2011, n. 138, convertito, con modificazioni, dalla legge 14 settembre 2011, n. 148, si applicano anche per gli anni 2015, 2016 e 2017».

3.37

GASPARRI

Precluso

Al comma 2, sopprimere le parole da: «in base al rapporto» a: «del presente articolo».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 105.000.000;

2016: - 105.000.000;

2017: - 105.000.000.

Ridurre dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente della allegata tabella C.

3.38

COMAROLI, TOSATO, BELLOT

Precluso

Sopprimere il comma 3.

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere i commi 116 e 117;

all'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 550 milioni di euro a decorre dal 2015».

3.39

GASPARRI

Precluso

Sopprimere il comma 3.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 105.000.000;

2016: - 105.000.000;

2017: - 105.000.000.

Ridurre dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente della allegata tabella C.

3.40

BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, Eva LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Sopprimere il comma 3.

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 140.000.000;

2016: - 140.000.000;

2017: - 140.000.000.

3.41

COMAROLI, TOSATO, BELLOT

Precluso

Al comma 3 sostituire le parole: «17 per cento» con le seguenti: «13 per cento».

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere i commi 116 e 117;

all'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 550 milioni di euro a decorre dal 2015».

3.43

COMAROLI, TOSATO, BELLOT

Precluso

Sopprimere il comma 4.

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere i commi 117;

all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al

periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 550 milioni di euro a decorre dal 2015».

3.44

GASPARRI

Precluso

Sopprimere il comma 4.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 105.000.000;
2016: - 105.000.000;
2017: - 105.000.000.

Ridurre del 3 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente della allegata tabella C.

3.45

BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, Eva LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Al comma 4, sopprimere il secondo periodo.

Conseguentemente, all'articolo 2, dopo il comma 45 inserire il seguente: «Le disponibilità di competenza e di cassa delle spese del bilancio dello Stato per consumi intermedi sono ridotte di 400 milioni di euro annui per l'anno 2015».

3.46

COMAROLI, BISINELLA, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 4 aggiungere il seguente:

«4-*bis*. A decorrere dal 1 gennaio 2015 è soppresso il comma 4, dell'articolo 15 del decreto-legge n. 179 del 2012».

3.47

GASPARRI

Precluso

Sopprimere il comma 5.

3.49

MANDELLI

Precluso

Dopo il comma 5, aggiungere i seguenti:

«5-*bis*. A decorrere dal 1º gennaio 2015, l'attività di riscossione al recupero delle ,somme a qualunque titolo dovute agli Enti di cui ai decreti legislativi 30 giugno 1994, n. 509 e 10 febbraio 1996, n. 103, anche a seguito di accertamenti degli uffici, è effettuata mediante la notifica di un avviso di addebito con valore di titolo esecutivo.

5-*ter*. In riferimento alla contribuzione dei liberi professionisti, si applicano le seguenti disposizioni:

a) il contributo soggettivo obbligatorio a carico di ogni iscritto alle Casse di previdenza professionali, ove non diversamente disposto, va determinato sulla somma dell'eventuale reddito professionale netto prodotto individualmente nell'anno precedente, dell'eventuale reddito attribuito dalle associazioni professionali, quale risulta dalla relativa dichiarazione dei redditi, nonché della quota di utili attribuibile al socio per il medesimo anno, indipendentemente dalla distribuzione, dalle società tra professionisti di cui all'articolo 10 della legge 18 novembre 2011, n. 183;

b) salvo quanto già diversamente disposto, le società tra professionisti applicano il contributo integrativo, nella misura stabilita dalle rispettive Casse di previdenza, su tutti i corrispettivi rientranti

nel volume di affari ai fini IVA. Il contributo integrativo viene versato dalla società in favore del socio professionista alle rispettive Casse di previdenza in conformità alle disposizioni regolamentari delle stesse, non tenendo conto nel riparto del numero dei soci non professionisti;

c) i soci professionisti di società diverse da quelle di cui al primo comma che partecipano direttamente o indirettamente, anche in modo non prevalente, con la loro opera professionale all'attività della società, versano il contributo soggettivo, anche in deroga alle vigenti disposizioni, esclusivamente alle rispettive Casse, in relazione alla quota di partecipazione agli utili attribuibili agli stessi indipendentemente dalla distribuzione. Il contributo integrativo è calcolato sul volume d'affari prodotto ai fini IV A dalla società, in proporzione alla quota di partecipazione agli utili dei soci stessi, e viene versato alle rispettive Casse di previdenza in conformità alle disposizioni regolamentari delle stesse;

d) le disposizioni di cui alle precedenti lettere si applicano anche alle società cooperative;

e) le Casse di previdenza adeguano i propri regolamenti al presente comma.

5-*quater*. Al Decreto legislativo 5 dicembre 2005, n. 252 dopo l'articolo 4 è inserito il seguente: "articolo 4-*bis* - *(Costituzione dei fondi pensione istituiti ai sensi dell'articolo 3, comma 1, lettera* g) *nell'ambito del medesimo ente ed autorizzazione all'esercizio) - 1*. Ai sensi e per gli effetti della legge 12 luglio 2011, n. 133, e nel rispetto dei principi del presente decreto, gli enti di cui al decreto legislativo 30 giugno 1994, n. 509, e quelli di cui al decreto legislativo 10 febbraio 1996, n. 103 possono deliberare la destinazione, salvo esplicito diniego da parte dei propri iscritti, di una parte del contributo integrativo al finanziamento dei fondi pensione costituiti come patrimonio di destinazione, separato ed autonomo, con gli effetti di cui all'articolo 2117 del codice civile.

2. In deroga a quanto previsto all'articolo 5 del presente decreto per i fondi disciplinati dal presente articolo è prevista la nomina del solo Responsabile, potendo coincidere il Consiglio di Amministrazione, il Collegio Sindacale e la Società di revisione, in tutto o in parte, con quello dell'ente istitutore, 3. L'ente istitutore deve illustrare, in apposito documento, le modalità di copertura delle spese di avvio e di quelle ricorrenti poste a suo carico, a carico degli aderenti e a carico del patrimonio del fondo pensione».

3.50

MANDELLI

Precluso

Dopo il comma 5, aggiungere i seguenti:

«5-*bis*. A decorrere dal 1º gennaio 2015, l'attività di riscossione relativa recupero delle somme a qualunque titolo dovute agli Enti di cui ai decreti legislativi n. 509 del 1994 n. 103 del 1996, anche a seguito di accertamenti degli uffici, è effettuata mediante la notifica di un avviso di debito con valore di titolo esecutivo.

5-*ter*. li contributo soggettivo obbligatorio a carico di ogni iscritto alle Casse di previdenza professionali, ove non diversamente disposto, va determinato sulla somma dell'eventuale reddito professionale netto prodotto individualmente nell'anno precedente, dell'eventuale reddito attribuito dalle associazioni professionali, quale risulta dalla relativa dichiarazione dei redditi, nonché della quota di utili attribuibile al socio per il medesimo anno, indipendentemente dalla distribuzione, dalle società tra professionisti di cui all'articolo 10 della legge 18 novembre 2011, n. 183.

5-*quater*. Salvo quanto già diversamente disposto, le società tra professionisti applicano il contributo integrativo, nella misura stabilita dalle rispettive Casse di previdenza, su tutti i corrispettivi rientranti nel volume di affari ai fini IVA., Il contributo integrativo viene versato dalla società in favore del socio professionista alle rispettive Casse di previdenza in conformità alle disposizioni regolamentari delle stesse, non tenendo conto nel riparto del numero dei soci non professionisti.

5-*quinquies*. I soci professionisti di società diverse da quelle di cui al primo comma che partecipano direttamente o indirettamente, anche in modo non prevalente, con la loro opera professionale all'attività della società, versano il contributo soggettivo, anche in deroga alle vigenti disposizioni, esclusivamente alle rispettive Casse, in relazione alla quota di partecipazione agli utili

attribuibili agli stessi indipendentemente dalla distribuzione. Il contributo integrativo è calcolato sul volume d'affari prodotto ai fini IVA dalla società, in proporzione alla quota di partecipazione agli utili dei soci stessi, e viene versato alle rispettive Casse di previdenza in conformità alle disposizioni regolamentari delle stesse.

5-*sexies*. Le disposizioni di cui ai commi da 5-*ter* a 5-*quinquies* si applicano anche alle società cooperative. Le Casse di previdenza. adeguano i propri regolamenti ai precedenti commi.

5-*septies*. Al Decreto legislativo 5 dicembre 2005, n. 252 dopo l'articolo 4 è inserito il seguente:

"Articolo 4-*bis* - *(Costituzione dei fondi pensione istituiti ai sensi dell'articolo 3, comma 1, lettera* g) *nell'ambito del medesimo ente ed autorizzazione all'esercizio) - 1*. Ai sensi e per gli effetti della L. 12 luglio 2011, n. 133, e nel rispetto dei principi del presente decreto, gli enti di cui al decreto legislativo 30 giugno 1994, n. 509, e quelli di cui al decreto legislativo IO febbraio 1996, n. 103 possono deliberare la destinazione, salvo esplicito diniego da parte dei propri iscritti, di una parte del contributo integrativo al finanziamento dei fondi pensione costituiti come patrimonio di destinazione, separato ed autonomo, con gli effetti di cui all'articolo 2117 c.c.

2. In deroga a quanto previsto all'articolo 5 del presente decreto per i fondi disciplinati dal presente articolo è prevista la nomina del solo Responsabile, potendo coincidere il Consiglio di Amministrazione, il Collegio Sindacale e la Società di revisione, in tutto o in parte, con quello dell'ente istitutore.

3. L'ente istitutore deve illustrare, in apposito documento, le modalità di copertura delle spese di avvio e di quelle ricorrenti poste a suo carico, a carico degli aderenti del carico del patrimonio del fondo pensione"».

3.52

BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Dopo il comma 5, aggiungere i seguenti:

«5-*bis*. In deroga al comma 1 dell'articolo 11 del decreto del Presidente della Repubblica n. 917 del 1986, per i redditi. di pensione si applica un'imposta sostitutiva determinata applicando al reddito complessivo, al netto degli oneri deducibili indicati nell'articolo 10 del decreto del Presidente della Repubblica n. 917 del 1986, le seguenti aliquote per scaglioni di reddito:

a) fino a 15.000 euro, 21 per cento;
b) oltre 15.000 euro e fino a 29.000 euro, 25 per cento;
c) oltre 29.000 euro e fino a 55.000 euro, 41 per cento;
d) oltre 55.000 euro e fino a 75.000 euro, 43 per cento;
e) oltre 75.000 euro e fino a 100.000 euro, 45 per cento;
f) oltre 100.000 euro e fino a 150.000 euro, 47 per cento;
g) oltre 150.000 euro e fino a 200.000 euro, 49 per cento;
h) oltre 200.000 euro, 50 per cento.

5-*ter*. Ai soli fini della determinazione delle aliquote per scaglioni di reddito di cui all'articolo 11 del decreto del Presidente della Repubblica n. 917 del 1986, la parte dell'imponibile assoggettata ad imposta sostitutiva concorre alla formazione del reddito complessivo».

3.53

CATALFO, PAGLINI, PUGLIA, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI, AIROLA

Precluso

Dopo il comma 5, inserire i seguenti:

«5-*bis*. In deroga al comma 1 dell'articolo 11 del decreto del Presidente della Repubblica n. 917 del 1986, per i redditi di pensione si applica un'imposta sostitutiva determinata applicando al reddito complessivo, al netto degli oneri deducibili indicati nell'articolo 10 del decreto del Presidente della Repubblica n. 917 del 1986, le seguenti aliquote per scaglioni di reddito:

a) fino a 15.000 euro, 21 per cento;
b) oltre 15.000 euro e fino a 29.000 euro, 25 per cento;

c) oltre 29.000 euro e fino a 55.000 euro, 41 per cento;
d) oltre 55.000 euro e fino a 75.000 euro, 43 per cento;
e) oltre 75.000 euro e fino a 100.000 euro, 45 per cento;
f) oltre 100.000 euro e fino a 150.000 euro, 47 per cento;
g) oltre 150.000 euro e fino a 200.000 euro. 49 per cento;
h) oltre 200.000 euro, 50 per cento.

5-*ter*. Ai soli fini della determinazione delle aliquote per scaglioni di reddito di cui all'articolo 11 del decreto del Presidente della Repubblica n. 917 del 1986, la parte dell'imponibile assoggettata ad imposta sostitutiva concorre alla formazione del reddito complessivo.».

3.56

FRAVEZZI, LANIECE, BATTISTA, PANIZZA, PUPPATO, Fausto Guilherme LONGO

Precluso

Dopo il comma 6, aggiungere i seguenti:

«6-*bis*. Le società in nome collettivo, in accomandita semplice, a responsabilità limitata e per azioni che, entro il 1º settembre 2015, assegnano ai soci beni immobili, diversi da quelli indicati nell'articolo 43, comma 2, primo periodo, del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, o beni mobili iscritti in pubblici registri non utilizzati come beni strumentali nell'attività propria dell'impresa o quote di partecipazione in società, possono applicare le disposizioni del presente articolo, a condizione che tutti i soci risultino iscritti nel libro dei soci, ove prescritto, alla data del 1 o gennaio 2015, ovvero che vengano iscritti entro trenta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, in forza di titolo di trasferimento avente data certa anteriore al 10 gennaio 2015. Le medesime disposizioni si applicano alle società che hanno per oggetto esclusivo o principale la gestione dei predetti beni e che entro il 10 settembre 2015 si trasformano in società semplici.

6-*ter*. Sulla differenza tra il valore normale dei beni assegnati o, in caso di trasformazione, quello dei beni posseduti all'atto della trasformazione, e il loro costo fiscalmente riconosciuto, si applica una imposta sostitutiva delle imposte sui redditi e dell'imposta regionale sulle attività produttive (IRAP) nella misura del 10 per cento; per i beni la cui cessione è soggetta all'imposta sul valore aggiunto, l'imposta sostitutiva è aumentata di un importo pari al 30 per cento dell'imposta sul valore aggiunto applicabile al valore normale con l'aliquota propria del bene. Le riserve in sospensione di imposta annullate per effetto dell'assegnazione dei beni ai soci e quelle delle società che si trasformano sono assoggettate ad imposta sostitutiva nella misura del 20 per cento.

6-*quater*. Per gli immobili, su richiesta della società e nel rispetto delle condizioni prescritte, il valore normale è quello risultante dall'applicazione dei moltiplicatori stabiliti dalle singole leggi di imposta alle rendite catastali ovvero a quella stabilita ai sensi dell'articolo 12 del decreto-legge 14 marzo 1988, n. 70, convertito, con modificazioni, dalla legge 13 maggio 1988, n. 154, riguardante la procedura per l'attribuzione della rendita catastale. Per le quote di partecipazione si assume il maggiore tra il costo fiscalmente riconosciuto e quello determinato in proporzione del patrimonio netto della società partecipata.

6-*quinquies*. Il costo fiscalmente riconosciuto delle azioni o quote possedute dai soci delle società trasformate va aumentato della differenza assoggettata ad imposta sostitutiva. Nei confronti dei soci assegnatari non si applicano alle disposizioni di cui all'articolo 47 del citato testo unico di cui al decreto legislativo n. 917 del 1986. Tuttavia il valore normale dei beni ricevuti, al netto dei debiti accollati, riduce il costo fiscalmente riconosciuto delle azioni o quote possedute.

6-*sexies*. Le assegnazioni ai soci sono soggette all'imposta di registro nella misura fissa dell'1 per cento, nonché alle imposte ipotecaria e catastale in misura fissa e non sono considerate cessioni agli effetti dell'IVA.

6-*septies*. Le società che intendono avvalersi delle disposizioni di cui ai commi dà 6-*bis* a 6-*septies* devono chiederne l'applicazione con apposito modello, da approvare entro sessanta giorni della data di entrata in vigore della presente legge, con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze,

da presentare all'Agenzia delle entrate competente per territorio e versare l'imposta sostitutiva nella misura del 50 per cento, entro il 30 settembre 2015; la restante parte dell'imposta sostitutiva va versata entro il 30 settembre 2016. Per la riscossione, i rimborsi ed il contenzioso si applicano le disposizioni previste per le imposte sui redditi.

6-*octies*. Alla copertura degli oneri di cui ai commi da 6-*bis* a 6-*septies*, valutati in 15 milioni di euro annui, si provvede, a partire dall'anno 2015, mediante corrispondente riduzione delle dotazioni da includere nel Fondo speciale di parte corrente, di cui alla "Tabella A" della presente legge, utilizzando l'accantonamento relativo al Ministero dell'economia e delle finanze per il triennio 2015-2017. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio».

3.57

BERGER

Precluso

Dopo il comma 6, inserire i seguenti:

«6-*bis*. I soggetti indicati nell'articolo 73, comma 1, lettere *a)* e *b)*, del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, che non adottano i princìpi contabili internazionali nella redazione del bilancio, possono, anche in deroga all'articolo 2426 del codice civile e ad ogni altra disposizione di legge vigente in materia, rivalutare i beni d'impresa e le partecipazioni di cui alla sezione II del capo I della legge 21 novembre 2000, n. 342, e successive modificazioni, ad esclusione degli immobili alla cui produzione o ai cui scambio è diretta l'attività di impresa, risultanti dal bilancio dell'esercizio in corso al 31 dicembre 2014.

6-*ter*. La rivalutazione deve essere eseguita nel bilancio o rendiconto dell'esercizio successivo a quello di cui al comma 6-*bis*, per il quale il termine di approvazione scade successivamente alla data di entrata in vigore della presente legge, deve riguardare tutti i beni appartenenti alla stessa categoria omogenea e deve essere annotata nel relativo inventario e nella nota integrativa

6-*quater*. Il saldo attivo della rivalutazione può essere affrancato, in tutto o in parte, con l'applicazione in capo alla società di un'imposta sostitutiva delle imposte sui redditi, dell'imposta regionale sulle attività produttive e di eventuali addizionali nella misura del 10 per cento da versare con le modalità indicate al comma 6-*septies*.

6-*quinquies*. Il maggior valore attribuito ai beni in sede di rivalutazione si considera riconosciuto ai fini delle imposte sui redditi e dell'imposta regionale sulle attività produttive a decorrere dal terzo esercizio successivo a quello con riferimento al quale la rivalutazione è stata eseguita, mediante il versamento di un'imposta sostitutiva delle imposte sui redditi e dell'imposta regionale sulle attività produttive e di eventuali addizionali nella misura del 16 per cento per i beni ammortizzabili e del 12 per cento per i beni non ammortizzabili. Qualora si tratti di soggetti indicati nell'articolo 73, comma 1, lettera *b)*, del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, il maggior valore attribuito ai beni in sede di rivalutazione si considera riconosciuto ai fini delle imposte sui redditi e dell'imposta regionale sulle attività produttive a decorrere dall'esercizio successivo a quello con riferimento al quale la rivalutazione è stata eseguita, mediante il versamento di un'imposta sostitutiva delle imposte sui redditi e dell'imposta regionale sulle attività produttive e di eventuali addizionali nella misura del 3 per cento per i beni, ammortizzabili e del 1,5 per cento per i beni non ammortizzabili.

6-*sexies*. Nel caso di cessione a titolo oneroso, di assegnazione ai soci, di destinazione a finalità estranee all'esercizio dell'impresa ovvero al consumo personale o familiare dell'imprenditore dei beni rivalutati in data anteriore a quella di inizio del quarto esercizio successivo a quello nel cui bilancio la rivalutazione è stata eseguita, ai fini della determinazione delle plusvalenze o minusvalenze si ha riguardo al costo del bene prima della rivalutazione. Qualora si tratti di soggetti indicati nell'articolo 73, comma 1, lettera *b)*, del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, nel caso di cessione a titolo oneroso, di assegnazione ai soci, di destinazione a finalità estranee all'esercizio dell'impresa ovvero al consumo personale o familiare

dell'imprenditore dei beni rivalutati in data anteriore a quella di inizio del secondo esercizio successivo a quello nel cui bilancio la rivalutazione è stata eseguita, ai fini della determinazione delle plusvalenze o minusvalenze si ha riguardo al costo del bene prima della rivalutazione.

6-*septies*. Le imposte sostitutive di cui ai commi 6-*quater* e 6-*quinquies* sono versate nel periodo d'imposta successivo a quello in corso al 31 dicembre 2014 in tre rate di pari importo, senza pagamento di interessi, di cui la prima entro il giorno 16 del sesto mese dalla fine del periodo d'imposta, la seconda entro il giorno 16 del nono mese dalla fine del periodo d'imposta e la terza entro il giorno 16 del dodicesimo mese dalla fine del periodo d'imposta. Gli importi da versare possono essere compensati ai sensi del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241.

6-*octies*. Si applicano, in quanto compatibili, le disposizioni degli articoli 11, 13, 14 e 15 della legge 21 novembre 2000, n. 342, quelle del decreto del Ministro delle finanze 13 aprile 2001, n. 162, nonché le disposizioni del regolamento di cui al decreto dei Ministro dell'economia e delle finanze 19 aprile 2002, n. 86, e dei commi 475, 477 e 478 dell'articolo 1 della legge 30 dicembre 2004, n. 311.

6-*novies*. Le previsioni di cui all'articolo 14, comma 1, della legge 21 novembre 2000, n. 342, si applicano anche ai soggetti che redigono il bilancio in base ai princìpi contabili internazionali di cui al regolamento (CE) n. 1606/2002 del Parlamento europeo e del Consiglio, del 19 luglio 2002, anche con riferimento alle partecipazioni, in società ed enti, costituenti immobilizzazioni finanziarie ai sensi dell'articolo 85, comma 3-*bis*, del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917. Per tali soggetti, per l'importo corrispondente ai maggiori valori oggetto di riallineamento, al netto dell'Imposta sostitutiva di cui al comma 6-*quinquies*, è vincolata una riserva in sospensione di imposta ai fini fiscali che può essere affrancata ai sensi del comma 6-*quater*».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2016: - 50.000.000;

2017: - 50.000.000.

3.58

BERGER, ZELLER, PALERMO, PANIZZA, LANIECE, BATTISTA, ROMANO, Fausto Guilherme LONGO

Precluso

Dopo il comma 6 inserire il seguente:

«6.-*bis*. - 1. Le società considerate non operative nel periodo di imposta in corso alla data del 30 giugno 2014, nonché quelle che a tale data si trovavano nel primo periodo di imposta e che, entro il quinto mese successivo alla chiusura del medesimo periodo d'imposta, deliberano lo scioglimento ovvero la trasformazione in società semplice e richiedono la cancellazione dal registro delle imprese a norma degli articoli 2312 e 2495 del codice civile entro un anno dalla delibera di scioglimento o trasformazione, sono assoggettate alla disciplina prevista dai commi da 2 a 7 a condizione che tutti i soci siano persone fisiche e che risultino iscritti nel libro dei soci, ove previsto, alla data di entrata in vigore della presente legge ovvero che vengano iscritti entro trenta giorni dalla medesima data, in forza di titolo di trasferimento avente data certa anteriore ali o novembre 2014.

2. Sul reddito di impresa del periodo compreso tra l'inizio e la chiusura della liquidazione, determinato ai sensi dell'articolo 182 del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto, del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, o nel caso di trasformazione, sulla differenza tra il valore normale dei beni posseduti all'atto della trasformazione ed il loro valore fiscalmente riconosciuto, si applica un'imposta sostitutiva delle imposte sui redditi e dell'imposta regionale sulle attività produttive nella misura del 15 per cento; le perdite di esercizi precedenti non sono ammesse in deduzione. Le riserve e i fondi in sospensione di imposta sono assoggettati alla medesima imposta sostitutiva; per i saldi attivi di rivalutazione, l'imposta sostitutiva è stabilita nella misura del 5 per cento e non spetta il credito di imposta, previsto dalle rispettive leggi di rivalutazione, nell'ipotesi di attribuzione ai soci del saldo attivo di rivalutazione.

3. Ai fini dell'applicazione dell'articolo 47, comma 7, del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, riguardante la qualificazione come utili delle somme e dei beni ricevuti dai soci in caso di recesso, di riduzione di capitale esuberante e di liquidazione, le somme o il valore normale dei beni assegnati ai soci sono diminuiti degli importi assoggettati all'imposta sostitutiva di cui al comma 2 da parte della società, al netto dell'imposta sostitutiva stessa. Detti importi non costituiscono redditi per i soci. Il costo fiscalmente riconosciuto delle azioni o quote possedute dai soci delle società trasformate va aumentato della differenza assoggettata ad imposta sostitutiva.

4. Ai fini delle imposte sui redditi, le cessioni a titolo oneroso e gli atti di assegnazione ai soci, anche di singoli beni, anche se di diversa natura, posti in essere dalle società di cui al comma 1 successivamente alla delibera di scioglimento, si considerano effettuati ad un valore non inferiore al valore normale dei beni ceduti o assegnati. Per gli immobili, su richiesta del contribuente e nel rispetto delle condizioni prescritte, il valore normale è quello risultante dall'applicazione dei moltiplicatori stabiliti dalle singole leggi di imposta alle rendite catastali ovvero a quella stabilita ai sensi dell'articolo 12 del decreto-legge 14 marzo 1988, n. 70, convertito, con modificazioni, dalla legge 13 maggio 1988, n. 154, riguardante la procedura per l'attribuzione della rendita catastale.

5. L'applicazione della disciplina prevista dai commi da 1 a 4 deve essere richiesta, a pena di decadenza, nella dichiarazione dei redditi del periodo di imposta anteriore allo scioglimento e alla trasformazione; per il medesimo periodo di imposta, alle società che si avvalgono della predetta disciplina non si applicano le disposizioni dell'articolo 30 della legge 23 dicembre 1994, n. 724, e successive modificazioni.

6. Le assegnazioni ai soci sono soggette all'imposta di registro nella misura dell'1 (uno) per cento e non sono considerate cessioni agli effetti dell'imposta sul valore aggiunto. Nel caso in cui le assegnazioni abbiano ad oggetto beni immobili, le imposte ipotecaria e catastale sono applicabili in misura fissa per ciascun tributo; in tali ipotesi la base imponibile non può essere inferiore a quella risultante dall'applicazione dei moltiplicatori stabiliti dalle singole leggi di imposta alle rendite catastali ovvero a quella stabilita ai sensi dell'articolo 12 del decreto-legge 14 marzo 1988, n. 70, convertito, con modificazioni, dalla legge 13 maggio 1988, n. 154, su richiesta del contribuente e nel rispetto delle condizioni prescritte. Per le assegnazioni di beni la cui base imponibile non è determinabile con i predetti criteri, si applicano le disposizioni contenute negli articoli 50, 51 e 52 del testo unico delle disposizioni concernenti l'imposta di registro, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 26 aprile 1986, n. 131, riguardanti la determinazione della base imponibile di atti e operazioni concernenti società, enti, consorzi, associazioni e altre organizzazioni commerciali e agricole, e le imposte sono dovute nelle misure precedentemente indicate. L'applicazione del presente comma deve essere richiesta, a pena di decadenza, nell'atto di assegnazione ai soci.

7. Per la liquidazione, l'accertamento, la riscossione, le sanzioni e il contenzioso si applicano le disposizioni previste per le imposte sui redditi».

3.59

BERGER, ZELLER, PALERMO, PANIZZA, LANIECE, FRAVEZZI, BATTISTA, ROMANO, Fausto Guilherme LONGO

Precluso

Dopo il comma 6 inserire il seguente:

«6.-*bis*. L'imprenditore individuale che alla data del 30 giugno 2014 possiede beni immobili strumentali, ai sensi dell'articolo 43, comma 2, del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, può, entro il 31 dicembre 2014; optare per l'esclusione dei beni stessi dal patrimonio dell'impresa, con effetto dal periodo di imposta in corso alla data del 1 gennaio 2015, mediante il pagamento di una imposta sostitutiva dell'imposta sul reddito delle persone fisiche, delle relative addizionali, dell'imposta regionale sulle attività produttive e dell'imposta sul valore aggiunto, nella misura del 10 per cento della differenza tra il valore normale di tali beni ed il relativo valore fiscalmente riconosciuto.

Per gli immobili la cui cessione è soggetta all'imposta sul valore aggiunto, l'imposta sostitutiva è aumentata di un importo pari al 30 per cento dell'imposta sul valore aggiunto applicabile al valore normale con l'aliquota propria del bene.

Per gli immobili, il valore normale è quello risultante dall'applicazione dei moltiplicatori stabiliti dalle singole leggi d'imposta alla rendita catastale ovvero a quella stabilita ai sensi dell'articolo 12 del decreto-legge 14 marzo 1988, n. 70, convertito, con modificazioni dalla legge 13 maggio 1988, n. 154, concernente la procedura per l'attribuzione della rendita catastale.

L'imprenditore che si avvale delle disposizioni di cui ai periodi precedenti deve versare il 40 per cento dell'imposta sostitutiva entro il termine di presentazione della dichiarazione relativa al periodo di imposta in corso alla data del 30 giugno 2014 e la restante parte in due rate di pari importo entro il 16 dicembre 2015 e il 16 marzo 2016, con i criteri di cui al decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241. Sull'importo delle rate successive alla prima sono dovuti interessi nella misura del 3 per cento annuo, da versare contestualmente al versamento di ciascuna rata. Per la riscossione, i rimborsi ed il contenzioso si applicano le disposizioni previste per le imposte sui redditi».

3.60

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 6, inserire il seguente:

«6-*bis*. All'articolo 2, della legge n. 286 del 2006, i commi 48, 49 e 49-*bis*, sono sostituiti dai seguenti:

48. I trasferimenti di beni e diritti per causa di morte sono soggetti all'imposta di cui al comma 47 con le seguenti aliquote sul valore complessivo netto dei beni:

"*a)* devoluti a favore del coniuge e dei parenti in linea retta sul valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 500.000 euro; 5 per cento;

a-bis) devoluti a favore dei fratelli e delle sorelle sul valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 100.000 euro; 8 per cento;

b) devoluti a favore degli altri parenti fino al quarto grado e degli affini in linea retta, nonché degli affini in linea collaterale fino al terzo grado; 8 per cento;

c) devoluti a favore di altri soggetti; 10 per cento".

49. Per le donazioni e gli atti di trasferimento a titolo gratuito di beni e diritti e la costituzione di vincoli di destinazione di beni l'imposta è determinata dall'applicazione delle seguenti aliquote al valore globale dei beni e dei diritti al netto degli oneri da cui è gravato il beneficiario diversi da quelli indicati dall'articolo 58, comma 1, del citato testo unico di cui al decreto legislativo 31 ottobre 1990, n. 346, ovvero, se la donazione è fatta congiuntamente a favore di più soggetti o se in uno stesso atto sono compresi più atti di disposizione a favore di soggetti diversi, al valore delle quote dei beni o diritti attribuiti:

"*a)* a favore del coniuge e dei parenti in linea retta sul valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 500.000 euro; 5 per cento;

a-bis) a favore dei fratelli e delle sorelle sul valore complessivo netto eccedente, per ciascun beneficiario, 100.000 euro; 8 per cento;

b) a favore degli altri parenti fino al quarto grado e degli affini in linea retta, nonché degli affini in linea collaterale fino al terzo grado; 8 per cento;

c) a favore di altri soggetti; 10 per cento".

49-*bis*. Se il beneficiario dei trasferimenti di cui ai commi 48 e 49 è una persona portatrice di *handicap* riconosciuto grave ai sensi della legge 5 febbraio 1992, n. 104, l'imposta si applica esclusivamente sulla parte del valore della quota o del legato che supera l'ammontare di 1.000.000 di euro».

3.61

FRAVEZZI, BATTISTA, LANIECE, Fausto Guilherme LONGO, PALERMO, PANIZZA, CONTE, GAMBARO, LUMIA, MASTRANGELI, Mauro Maria MARINO, PAGLIARI, PUPPATO,

ROMANO, VACCARI

Precluso

Dopo il comma 6, inserire i seguenti:

«6-*bis*. Agli "impianti iscritti al Registro ai sensi dall'articolo 9 del D.M. 6 luglio 2012 in posizione tale da non rientrare nel contingente di potenza come aggiornato secondo quanto indicato nel Bando del 29 marzo 2014 - Codice identificativo del registro: IDRO_RG 2014" (Tabella C) si attribuisce, in deroga a quanto previsto dal decreto, un incentivo corrispondente a quello previsto per gli impianti di cui alla "Graduatoria degli impianti iscritti al Registro ai sensi dell'articolo 9 del D.M. 6 luglio 2012 in posizione tale da rientrare nel contingente di potenza previsto per impianti idroelettrici come aggiornato secondo quanto indicato nel Bando del 29 marzo 2014 Codice identificativo del registro: IDRO_RG 2014" (Tabella A). Gli impianti indicati nella Tabella C citata, ai fini del riconoscimento dell'incentivo, possono accedere dopo l'entrata in esercizio, non oltre il 31 dicembre 2015, in ordine temporale di presentazione fino all'esaurimento delle disponibilità residue di cui al comma 6-*ter*.

6-*ter*. Il finanziamento di tali incentivi sarà effettuato senza oneri aggiuntivi a carico della finanza pubblica utilizzando le disponibilità residue del conto energia Fotovoltaico - D.M. 05.07.2012 - e di quello per impianti alimentati da Fonti Rinnovabili diverse dal Fotovoltaico - D.M. 06.07.2012 - non utilizzati dal 2012 ad oggi, nei differenti scaglioni e tipologie di intervento».

3.62

DONNO, BULGARELLI, GAETTI, FATTORI, VACCIANO, LEZZI, MANGILI

Precluso

Dopo il comma 6, aggiungere i seguenti:

«6-*bis*. A decorrere dallo gennaio 2015 sono esenti dall'imposta municipale propria di cui all'articolo 13 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, i terreni agricoli e fabbricati rurali di cui all'articolo 13, commi 5 e 8, del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, e successive modificazioni.

6-*ter*. Il comma 5-*bis* dell'articolo 4 del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16, convertito, con modificazioni, dalla legge 26 aprile 2012, n. 44, così come modificato dal comma 2 dell'articolo 22 del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito con modificazioni dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, è abrogato».

Conseguentemente. al medesimo articolo 3, apportare le seguenti variazioni:

al comma 10, sostituire le parole: «1.716 milioni» con le seguenti: «1.916 milioni» al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 800 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016, 2017».

3.63 (testo 2)

IL RELATORE

Precluso

Dopo il comma 6, aggiungere i seguenti:

«6-*bis*. Sui valori di acquisto delle partecipazioni non negoziate in mercati regolamentati e dei terreni, edificabili o con destinazione agricola rideterminati con le modalità e nei termini indicati nel comma 2 dell'articolo 2, del decreto-legge 24 dicembre 2002, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 21 febbraio 2003, n. 27, come modificato dal comma 6 del presente articolo, le aliquote delle imposte sostitutive di cui agli articoli 5, comma 2 e 7, comma 2, della legge 28 dicembre 2001, n. 448, sono raddoppiate.

6-*ter*. L'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307, è incrementata di 150 milioni di euro per l'anno 2015 e 75 milioni di euro per ciascuno degli anni 2016 e 2017».

3.64

DONNO, BULGARELLI, GAETTI, FATTORI, VACCIANO, LEZZI, MANGILI

Precluso

Dopo il comma 6, aggiungere il seguente:

«6-*bis*. A decorrere dallo gennaio 2015 sono esenti dall'imposta municipale propria di cui all'articolo 13 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, relativa ai terreni agricoli, nonché quelli non coltivati, di cui all'articolo 13, comma 5, del decreto-legge n. 201 del 2011, posseduti e condotti dai coltivatori diretti e dagli imprenditori agricoli professionali iscritti nella previdenza agricola nonché dei fabbricati rurali ad uso strumentale di cui all'articolo 13, comma 8, del decreto-legge n. 201 del 2011. Sono altresì esenti dall'imposta municipale propria i terreni a immutabile destinazione agro-silvo-pastorale a proprietà collettiva indivisi bile e inusucapibile.»

Conseguentemente, al medesimo articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 125 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016, 2017.

3.65

FUCKSIA

Precluso

Dopo il comma 6, aggiungere il seguente:

«6-*bis* A partire dall'anno 2015, i proprietari di terreni sono esenti dal pagamento dell'Imposta IMU prevista ai sensi del decreto Legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, e successive modificazioni, nel caso in cui siano coltivatori diretti e imprenditori agricoli professionali (IAP) di cui all'articolo 1, decreto legislativo 29 marzo 2004, n. 99, iscritti nella previdenza agricola. L'esenzione si applica anche nel caso di concessione dei terreni in comodato o in affitto ai predetti soggetti».

Conseguentemente, al medesimo articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 500 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016, 2017».

3.72

ZELLER, BERGER, PALERMO, LANIECE, BATTISTA, FRAVEZZI, PANIZZA

Precluso

Dopo il comma 6, aggiungere i seguenti:

«6-*bis*. Ai sensi dell'articolo 1, comma 2, della legge 27 luglio 2000, n. 212, l'articolo 1, comma 162, lettera *a)*, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, si interpreta nel senso che si considerano deducibili anche le quote annuali di ammortamento dei mutui contratti per l'acquisto di beni immobili strumentali per l'esercizio dell'arte o della professione, di cui all'articolo 54, comma 2, del decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917».

Conseguentemente, alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015:

CP: - 100 milioni;

CS: - 100 milioni;

2016:

CP: - 160 milioni;

CS: - 160 milioni;

2017:

CP: - 160 milioni;

CS: - 160 milioni.

3.76

BONFRISCO, CERONI, D'ALI', MANDELLI, GIBIINO, MILO

Precluso

Dopo il comma 6, aggiungere il seguente:

«6-*bis*. All'articolo 10, comma 1, lettera *a)* del decreto legislativo 14 marzo 2011, n. 23, aggiungere, alla fine, il seguente periodo: "Se il trasferimento ha per oggetto beni immobili compresi in piani urbanistici particolareggiati diretti all'attuazione di programmi prevalentemente di edilizia residenziale, comunque denominati, a condizione che il completamento dell'intervento avvenga entro undici anni dal trasferimento: l per cento"».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 77, aggiungere, infine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo». Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 46,4 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016 e 2017.

3.77

COMAROLI, BELLOT, TOSATO, ARRIGONI, BISINELLA

Precluso

Al comma 7, sopprimere la lettera a).

Conseguentemente:

All'articolo 1, sopprimere i commi 116, 177 e 125.

All'articolo 2, sopprimere il comma 207.

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo». Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 550 milioni di euro a decorre dal 2015.

3.80

COMAROLI, BELLOT, TOSATO

Precluso

Al comma 7, lettera a), numero 3) sopprimere la lettera d-quinquies.

Conseguentemente:

All'articolo 1 sopprimere i commi 116 e 117.

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo». Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 350 milioni di euro a decorre dal 2015.

3.83

COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI, BISINELLA

Precluso

Al comma 7, dopo la lettera a) inserire la seguente:

«a-*bis*) Per gli acquirenti. dei beni e servizi alla lettera precedente, il rimborso dell'eccedenza dell'imposta sul valore aggiunto è regolata secon.do quanto previsto dagli articoli 30, comma 3 e 38-*bis*, comma 2 del Decreto del presidente della Repubblica del 26-10-1972, n. 633, e successive modificazioni.».

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 177 e 125. All'articolo 2, sopprimere il comma 207.

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole:

«, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 550 milioni di euro a decorre dal 2015».

3.84

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Al comma 7, dopo la lettera a) aggiungere la seguente:

«a-*bis*) dopo l'articolo 1 comma 142 sono aggiunti i seguenti:

"142-*bis*. I soggetti passivi che intendano acquistare servizi di pubblicità e *link* sponsorizzati *on line*, anche attraverso centri media e operatori terzi, sono obbligati ad acquistarli da soggetti titolari di una partita IVA rilasciata dall'amministrazione finanziaria italiana.

142-*ter*. Gli spazi pubblicitari *on line* e i *link* sponsorizzati che appaiono nelle pagine dei risultati dei motori di ricerca (servizi di *search advertising*), visualizzabili sul territorio italiano durante la visita di un sito internet o la funzione di un servizio *on line* attraverso rete fissa o rete e dispositivi mobili, devono essere acquistati esclusivamente attraverso soggetti, quali editori, concessionarie pubblicitarie, motori di ricerca o altro operatore pubblicitario, titolari di partita IVA rilasciata dall'amministrazione finanziaria italiana. La presente disposizione si applica anche nel caso in cui l'operazione di compravendita sia stata effettuata mediante centri media, operatori terzi e soggetti inserzionisti"».

3.85

COMAROLI, TOSATO, BELLOT, ARRIGONI, BISINELLA

Precluso

Al comma 7, sopprimere la lettera b).

Conseguentemente:

al medesimo articolo sopprimere i commi 8 e 10.

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 177 e 125.

All'articolo 2, sopprimere il comma 207.

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole:

«, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono adotte in maniera lineare per un importo pari a 550 milioni di euro a decorre dal 2015».

3.86

COMAROLI, TOSATO, BELLOT, ARRIGONI, BISINELLA

Precluso

Al comma 7, sopprimere la lettera b).

Conseguentemente:

al medesimo articolo sopprimere il comma 8.

Al medesimo articolo, al comma 10, sopprimere le parole ne lettera *b)*.

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 177 e 125.

All'articolo 2, sopprimere il comma 207.

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole:

«, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 550 milioni di euro a decorre dal 2015».

3.88

BONFRISCO

Precluso

All'articolo 3, dopo il comma 7, aggiungere il seguente comma:

«7-*bis*. All'articolo 38 del decreto-legge 12 settembre 2014, n. 133, convertito, con modificazioni dalla legge 11 novembre 2014, n. 133, sopprimere i commi 1-*bis*, 3 e 4».

3.89

COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI, BISINELLA

Precluso

Sostituire il comma 8 con il seguente:

«8. Per i fornitori di beni e di servizi di cui alla lettera *b)* del comma 7 del presente articolo, il Ministro dell'Economia e delle finanze, con decreto di cui all'articolo 17-*ter*, comma 1, del medesimo Decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633, introdotto dalla medesima lettera *b)* del comma 7 del presente articolo, individua le modalità di rimborso dell'eccedenza dell'imposta sul valore aggiunto secondo quanto previsto dagli articoli 30, comma 3 e 38-*bis*, comma 2 del medesimo Decreto del presidente della Repubblica del 26 ottobre 1972, n. 633, e successive modificazioni».

Conseguentemente:

all'articolo ,1, sopprimere i commi 116, 177 e 125.

All'articolo 2, sopprimere il comma 207.

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole:

«, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 550 milioni di euro a decorre dal 2015».

3.92

Luigi MARINO, DI BIAGIO

Precluso

Dopo il comma 8, aggiungere il seguente:

«8-*bis*. Il Ministro dell'economia e delle finanze, con decreto da emanarsi ai sensi del comma 10 dell'articolo 38-*bis* del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633, entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, individua tra coloro nei confronti dei quali il rimborso è eseguito in via prioritaria, i soggetti di cui all'articolo 17, sesto comma, lettera d-*quinquies)* del medesimo decreto del Presidente della Repubblica n. 633 del 1972».

3.95

GALIMBERTI

Precluso

Dopo il comma 9, Inserire il seguente:

«9-*bis* Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, di natura non regolamentare, sono stabilite modalità semplificate di rimborso e di compensazione del credito IVA qualora il medesimo scaturisca, per almeno i due terzi del suo ammontare, dall'applicazione dell'articolo 17, commi 5 e 6 e 17-*ter* del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633, e successive modificazioni».

3.96

BONFRISCO, CERONI, D'ALI', MANDELLI, MILO

Precluso

Dopo il comma 9, inserire il seguente:

«9-*bis* Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, di natura non regolamentare, sono stabilite modalità semplificate di rimborso e di compensazione del credito IVA qualora il medesimo scaturisca, per almeno i due terzi del suo ammontare, dall'applicazione dell'articolo 17, commi 5 e 6 e 17-*ter*del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633, e successive modificazioni».

3.97

COMAROLI, TOSATO, BELLOT, ARRIGONI, BISINELLA

Precluso

Sopprimere il comma 10.

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 177 e 125.

All'articolo 2, sopprimere il comma 207.

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole:

«, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo

pari a 550 milioni di euro a decorre dal 2015».

3.99

BONFRISCO

Precluso

All'articolo 3, il comma 10 è sostituito dal seguente:

«10. L'efficacia delle disposizioni di cui al comma 7, lettera *a)*, numero 3), capoverso d-*quinquies)*, e lettera *b)*, è subordinata al rilascio, da parte del Consiglio dell'Unione europea, di una misura di deroga ai sensi dell'articolo 395 della direttiva 2006/112/CE del Consiglio, del 28 novembre 2006, e successive modificazioni. In caso di mancato rilascio della suddetta misura di, deroga, si provvede mediante provvedimenti di razionalizzazione e di revisione della spesa, di ridimensionamento di strutture, di riduzione delle spese per beni e servizi, nonché di ottimizzazione dell'uso degli immobili, adottati dal Presidente del Consiglio dei Ministri sulla base degli indirizzi del Comitato interministeriale di cui all'articolo 49-*bis*, comma 1, del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69 convertito dalla legge 9 agosto 2013, n. 98, tali da assicurare una riduzione della spesa delle amministrazioni pubbliche di cui all'articolo 1, comma 2, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, in misura non inferiore a 1.716 milioni di euro a decorrere dal 2015».

3.100

BONFRISCO

Precluso

All'articolo 3, il comma 10 è sostituito dal seguente:

«10. L'efficacia delle disposizioni di cui al comma 7, lettera *a)*, numero 3), capoverso d-*quinquies)*, e lettera *b)*, è subordinata al rilascio, da parte del Consiglio dell'Unione europea, di una misura di deroga ai sensi dell'articolo 395 della direttiva 2006/112/CE del Consiglio, del 28 novembre 2006, e successive modificazioni. In caso di mancato rilascio della suddetta misura di deroga, si provvede mediante provvedimenti di razionalizzazione e di revisione della spesa, di ridimensionamento di strutture, di riduzione delle spese per beni e servizi, nonché di ottimizzazione dell'uso degli immobili, adottati dal Presidente del Consiglio dei Ministri sulla base degli indirizzi del Comitato interministeriale di cui all'articolo 49-*bis*, comma 1, del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69 convertito dalla legge 9 agosto 2013, n. 98, tali da assicurare una riduzione della spesa delle amministrazioni pubbliche di cui all'articolo 1, comma 2, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, in misura non inferiore a 1.716 milioni di euro a decorrere dal 2015».

3.101

COMAROLI, TOSATO

Precluso

All'articolo 3, il comma 10 è sostituito dal seguente:

«10. L'efficacia delle disposizioni di cui al comma 7, lettera *a)*, numero 3), capoverso d-*quinquies)*, e lettera *b)*, è subordinata al rilascio, da parte del Consiglio dell'Unione europea, di una misura di deroga ai sensi dell'articolo 395 della direttiva 2006/112/CE del Consiglio, del 28 novembre 2006, e successive modificazioni. In caso di mancato rilascio della suddetta misura di deroga, si provvede mediante provvedimenti di razionalizzazione e di revisione della spesa, di ridimensionamento di strutture, di riduzione delle spese per beni e servizi, nonché di ottimizzazione dell'uso degli immobili, adottati dal Presidente del Consiglio dei Ministri sulla base degli indirizzi del Comitato interministeriale di cui all'articolo 49-*bis*, comma 1, del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69 convertito dalla legge 9 agosto 2013, n. 98, tali da assicurare una riduzione della spesa delle amministrazioni pubbliche di cui all'articolo 1, comma 2, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, in misura non inferiore a 1.716 milioni di euro a decorrere dal 2015».

3.102

GIROTTO, CASTALDI, BULGARELLI, CATALFO

Precluso

Apportare le seguenti modificazioni:

«*a)* al comma 10, sostituire le parole: "1.716 milioni" con le seguenti: "1.836 milioni";

b) sostituire il comma 28 con il seguente:

"28. All'articolo 25, comma l, del decreto-legge 31 maggio 2010, n.78, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 luglio 2010, n. 122, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al primo periodo, le parole: "4 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "8 per cento";

b) dopo il primo periodo è inserito il seguente: "In ragione dell'eccezionale situazione di crisi economica e sociale che grava su cittadini e imprese, per il solo anno 2015 le banche e le Poste Italiane S.p.a. operano una ritenuta del 4 per cento";

c) al comma 76, aggiungere, infine, le seguenti parole: "ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 800 milioni per l'anno 2015"».

3.103

PETROCELLI, CASTALDI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Dopo il comma 10, aggiungere i seguenti:

«10-*bis*. A decorrere dal 1º gennaio 2015, l'aliquota di prodotto corrisposta allo Stato dai titolari di ciascuna concessione di coltivazione di idrocarburi liquidi e gassosi estratti sia in terraferma che in mare, ai sensi del comma 1 dell'articolo 19 del decreto legislativo 25 novembre 1996, n.625 è stabilità, uniformemente, nella misura del 50 per cento della quantità di idrocarburi estratti.

10-*ter*. Sono soppressi i commi 2, 3, 6 e 6-*bis*, dell'articolo 19 del decreto legislativo 25 novembre 1996, n. 625.

10-*quater*. All'articolo 18 del decreto legislativo 25 novembre 1996, n. 625, il comma 1 è sostituito dal seguente:

«1. A decorrere dal 1º gennaio 2015, i canoni annui per i permessi di prospezione e di ricerca e per le concessioni di coltivazione e di stoccaggio nella terraferma, nel mare territoriale e nella piattaforma continentale italiana, sono così determinati:

a) permesso di prospezione: 2.000 euro per chilometro quadrato;

b) permesso di ricerca: 3.000 euro per chilometro quadrato;

c) permesso di ricerca in prima proroga: 5.000 euro per chilometro quadrato;

d) permesso di ricerca in seconda proroga: 10.000 euro per chilometro quadrato;

e) concessione di coltivazione: 20.000 euro per chilometro quadrato;

f) concessione di coltivazione in proroga: 25.000 euro per chilometro quadrato;

g) concessione di stoccaggio insistente sulla relativa concessione di coltivazione: 5.000 euro per chilometro quadrato;

h) concessione di stoccaggio in assenza di relativa concessione di coltivazione: 20.000 euro per chilometro quadrato».

10-*quinquies*. A decorrere dal lº gennaio 2015, viene applicata una sanzione pecuniaria di 4.000 euro per chilometro quadrato, per ogni anno di mancato inizio delle attività di concessione.

3.104

NUGNES, MARTELLI, MORONESE, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI, CATALFO

Precluso

Dopo il comma 10 aggiungere i seguenti commi:

«10-*bis*. Per le produzioni di idrocarburi liquidi e gassosi estratti in terraferma, a decorrere dal 1º gennaio 2015, l'aliquota di prodotto che il titolare di ciascuna concessione di coltivazione è tenuto a corrispondere annualmente, ai sensi dell'articolo 19, comma 1, del decreto legislativo 25 novembre 1996, n. 625, è elevata dal 10 per cento al 13 per cento. Le somme corrispondenti al 30 per cento del valore dell'incremento dell'aliquota sono versate ad apposito capitolo dell'entrata del bilancio dello Stato, per essere interamente riassegnate, in parti uguali, ad appositi capitoli istituiti nello stato di previsione del Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare e del Ministero della salute, per finanziare rispettivamente la realizzazione di azioni di monitoraggio e contrasto della

contaminazione dei suoli e dette acque superficiali e sotterranee nelle aree interessate, e l'attuazione di piani di sorveglianza sanitaria e lo svolgimento di azioni di monitoraggio epidemiologico degli effetti sulla salute delle stesse attività produttive. La somma restante del valore dell'incremento dell'aliquota è corrisposta per il 55 per cento alla regione e per il 15 per cento ai comuni. I comuni destinano tali risorse per l'installazione e/o l'adeguamento degli impianti tecnologici e per l'efficientamento energetico degli immobili di proprietà comunale e a interventi di recupero e riqualificazione di aree e spazi pubblici. Le regioni destinano tali risorse per la realizzazione di un apposito programma finalizzato alla promozione e al sostegno di attività imprenditoriali nel settore dell'agricoltura, del commercio al dettaglio, del turismo e somministrazione, dei servizi culturali e alla persona nonché della ricerca e sviluppo, localizzate all'interno di parchi e riserve regionali, di siti di Rete Natura 2000 e parchi nazionali e riserve statali.

10-*ter*. A decorrere dal 1º gennaio 2015, i titolari delle concessioni di coltivazione in mare sono tenuti a corrispondere annualmente l'aliquota di prodotto di cui all'articolo 19, comma 1 del decreto legislativo 25 novembre 1996, n. 625, elevata dal 10 per cento al 13 per cento per gli idrocarburi gassosi, e dal 7 per cento al 10 per cento per gli idrocarburi liquidi. Il titolare della concessione è tenuto a versare le somme corrispondenti al 45 per cento del valore dell'incremento dell'aliquota ad apposito capitolo dell'entrata del bilancio dello Stato, per essere interamente riassegnate, in parti uguali, al capitolo nello stato di previsione del Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio, di cui all'articolo 35 comma 1 del decreto-legge 22 giugno 2012, n. 83 e al capitolo istituito nello stesso stato di previsione per assicurare, rispettivamente, il pieno svolgimento delle azioni'di monitoraggio e contrasto dell'inquinamento marino, e la promozione di attività di ricerca avente come oggetto le relazioni fra le attività di ricerca e coltivazione in mare e lo stato di salute delle specie di -fauna e flora esposte. La somma restante del valore dell'incremento dell'aliquota è corrisposta alla regione che destina tali risorse per la realizzazione di un apposito programma finalizzato alla promozione e al sostegno di attività imprenditoriali nel settore dell'agricoltura, del commercio al dettaglio, del turismo e somministrazione, dei servizi culturali e alla persona nonché della ricerca e sviluppo, localizzate all'interno di parchi è riserve regionali, di siti di Rete Natura 2000 e parchi nazionali e riserve statali».

3.105

BONFRISCO

Precluso

Dopo il comma 11, aggiungere i seguenti:

«11-*bis*. Il contratto di compravendita immobiliare che si contraddistingue per la denominazione *Buy Back Engage* e che prevede la consegna dell'immobile in via anticipata rispetto al trasferimento della proprietà e all'integrale pagamento del prezzo, è inquadrato nella figura della compravendita con riserva di proprietà. A tale contratto si applicano le disposizioni di cui agli articoli 1523-1524-1526 del Codice Civile. Si applicano altresì le disposizioni degli articoli da 1803 a 1812 del codice civile in quanto compatibili.

11-*ter*. Il contratto di cui al comma 11-*bis* si risolve in caso di mancato pagamento, anche non consecutivo, di un numero minimo di canoni, determinato dalle parti. Ai fini della valutazione e dell'importanza dell'inadempimento non si applicano le disposizioni di cui gli articoli 1525 e 1455 del codice civile. Il promittente venditore può chiedere la risoluzione del contratto qualora le condizioni patrimoniali del promissario acquirente, sono divenute tali da porre in evidente pericolo il pagamento delle rate di corrispettivo e acconto prezzo, salvo che'sia prestata idonea garanzia. Le parti possono liberamente convenire che in caso di inadempimento del promissario acquirente le rate versate a titolo di acconto e corrispettivo prezzo, sono acquisite al pro mittente venditore a titolo di indennità. All'indennità convenuta non si applicano le disposizioni di cui all'articoli 1526 comma 2 e 1384 del codice civile.

11-*quater*. Il contratto di cui al comma 11-*bis* può avere per oggetto un'immobile industriale, artigianale, commerciale o ad uso civile abitazione. ln caso di eccezioni per vizi occulti, se non è stato diversamente convenuto nel contratto, si applicano le disposizioni di cui agli articoli 1460 e 1492 del

codice civile.

11-*quinquies*. Ai fini dell'articolo 2, DPR 633/72, i contratti di cui al comma 11-*bis* non costituiscono cessione di beni se non alla data in cui si verifica l'effetto traslativo o costitutivo della proprietà o di altro diritto reale. L'immissione nel godimento del bene da parte del promittente acquirente in via anticipata rispetto al trasferimento della proprietà, è qualificata a titolo di detenzione.

11-*sexies*. Ai contratti di cui al comma 11-*bis* che risultino trascritti ai sensi articoli 2645-*bis*, si applicano gli articoli 2668 quarto comma, 2775-*bis* e 2825-*bis* del codice civile. Il termine triennale previsto dal comma terzo dell'articolo 2645-*bis* del codice civile è elevato a tutta la durata del contratto e comunque ad un periodo non superiore a dieci anni. 11-*septies*. Il contratto di cui al comma 11-*bis* è registrato ai sensi dell'articolo 2, DPR n. 131 del 26 aprile 1986. L'imposta di registro è stabilita in misura fissa di euro 300,00 indipendentemente dal numero delle clausole contenute, anche se non derivano necessariamente, per la loro intrinseca natura, le une dalle altre. Se il contratto prevede la dazione di somme a titolo di caparra confirmatoria, a quest'ultima si applica il punto 6 della tariffa allegata al DPR n. 131 del 26 aprile 1986. La registrazione attribuisce al contratto efficacia esecutiva'n caso di inadempimento di una delle parti, ai sensi dell'articolo 474 comma l, del codice di procedura civile. Ai sensi dell'articolo 73 comma 2 del regio decreto 16 marzo 1942, n. 267 in caso di fallimento del promittente venditore il contratto prosegue, fatta salva l'applicazione dell'articolo 67, comma 3, lettera *c)*, del regio decreto 16 marzo 1942, n. 267 e successive modificazioni. In caso di fallimento del promissario acquirente, il contratto prosegue se avente ad oggetto un immobile ad uso abitativo destinato a costituire l'abitazione principale dell'acquirente o di suoi parenti ed affini entro il terzo grado, ovvero un immobile ad uso non abitativo destinato a costituire la sede principale dell'attività di Impresa dell'acquirente. Qualora il curatore si sciolga dal contratto, il promittente venditore tratterrà la caparra nonché le rate di corrispettivo e acconto prezzo già riscosse, a titolo di indennizzo per l'uso ed il deperimento dell'immobile.

3.106

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 11 inserire il seguente:

«11-*bis*. All'articolo 6 del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633, e successive modificazioni, sono aggiunti, in fine, i seguenti commi:

"5-*bis*. Qualora il pagamento del corrispettivo non avvenga entro i trenta giorni successivi alla scadenza contrattualmente prevista tra le parti ed espressamente indicata nella fattura, il soggetto passivo di cui all'articolo 17, primo comma ha la facoltà di non considerare a debito, nella liquidazione del periodo di riferimento, l'imposta relativa alle fatture insolute. Qualora sia stata già versata l'imposta relativa alle fatture insolute, il soggetto passivo ha la facoltà di 'portare in detrazione l'importo nella prima liquidazione periodica utile.

5-*ter*. Nel caso si avvalga della facoltà di cui al settimo comma, il cedente o prestatore ha l'obbligo di comunicarlo all'Agenzia delle entrate e al cessionario o committente.

5-*quater*. Il cessionario o committente che riceve la comunicazione di cui all'ottavo comma del presente articolo non deve esercitare il diritto alla detrazione di cui all'articolo 19, primo comma, per gli importi comunicati o, qualora tale diritto sia già stato esercitato, deve provvedere al versamento all'erario dei relativi importi effettivamente portati in detrazione alla prima liquidazione periodica utile».

5-*quinquies*. Le modalità con cui effettuare, preferibilmente in via telematica, le comunicazioni di cui al nono comma sono stabilite con provvedimento dell'Agenzia delle entrate da emanare entro novanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente disposizione"».

3.107

CIAMPOLILLO, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Dopo il comma 11, inserire il seguente:

«n-*bis*. A partire dal 1º gennaio 2015, la tassa di concessione governativa sulle licenze per l'impiego di apparecchiature terminali per il servizio radiomobile pubblico terrestre di telecomunicazione, dovuta ai sensi della tariffa di cui all'articolo 21 del decreto del Presidente della Repubblica del 26 ottobre 1972, n. 641, è soppressa».

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo». Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 150 milioni di euro a decorrere dal 2015.

3.108

ZIZZA

Precluso

Dopo il comma 11 aggiungere il seguente:

«11-*bis*. Al fine di incrementare i servizi di prevenzione e controllo dei fenomeni legati all'evasione fiscale, la Guardia di Finanza, in deroga a quanto previsto dall'articolo 2199 del decreto legislativo del15 marzo 2010 n. 66, è autorizzato, in via straordinaria ai sensi del medesimo articolo 2199, allo scorrimento dell'ultima graduatoria valida ivi pubblicata il 21 febbraio 2013 per ciascun contingente fermo restando le assunzioni dei volontari in ferma prefissata quadriennale, ai sensi del comma 4, lettera *b*, dello stesso articolo, relative ai predetti concorsi per i ruoli iniziali».

All'attuazione di quanto previsto dal comma 11-*bis*, si provvede nell'ambito delle risorse disponibili a legislazione vigente e senza nuovi o maggiori oneri per la finanza pubblica.

3.109

ZIZZA

Precluso

Dopo il comma 11 aggiungere il seguente:

«11-*ter*. Per la Guardia di Finanza le assunzioni, di cui al comma 11-*bis*, sono disposte con decorrenza 1º gennaio 2015, nell'ambito delle autorizzazioni alle assunzioni di cui all'articolo 1 comma 464 della legge 27 dicembre 2013, n. 147 e dell'apposito fondo ivi previsto per la parte relativa alla Guardia di Finanza».

All'attuazione di quanto previsto dal comma 11-*bis*, si provvede nell'ambito delle risorse disponibili a legislazione vigente e senza nuovi o maggiori oneri per la finanza pubblica.

3.110

BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, Eva LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Dopo il comma 11 aggiungere il seguente:

«11-*bis*. Con provvedimento del Direttore dell'Agenzia delle Dogane, da adottare entro il 1º gennaio 2015 è modificata la determinazione del Direttore dell'Agenzia delle Dogane n. 145744 del 23 dicembre 2013, recante l'aumento della misura delle aliquote dell'accisa sulla birra, sui prodotti alcolici intermedi e sull'alcool etilico, al fine di eliminare gli incrementi dell'accisa sulla birra decorrenti dal 1º gennaio 2015. Agli oneri derivanti dall'attuazione del presente comma, pari a 90 milioni di euro a decorrere dal 2015,si provvede mediante corrispondente riduzione del Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307».

3.111

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 11 inserire il seguente:

«11-*bis*. Al decreto-legge 30 agosto 1993, n. 331, è soppresso l'articolo 62-*bis*.»

Conseguentemente:

all'articolo 1, sopprimere i commi 116, 117 e 125. All'articolo 2, sopprimere il comma 207.

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole:

«, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1.303.078 migliaia di euro di euro a decorrere dal 2015».

3.116

GAMBARO

Precluso

Al comma 13 dopo le parole: «anche in relazione ai beni acquisiti o posseduti», inserire le seguenti: «tenendo conto dell'applicazione degli studi. di settore ed, in particolare, degli effetti del regime premiale di cui all'articolo 10, comma da 9 a 13, del decreto-legge 6 dicembre 2011 n. 201 convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214».

3.118

DE PIN, MASTRANGELI, BOCCHINO, CAMPANELLA

Precluso

Al comma 13 dopo le parole: «anche in relazione ai beni acquisiti o posseduti», inserire le seguenti: «tenendo conto dell'applicazione degli studi di settore ed, in particolare, degli effetti del regime premiale di cui all'articolo 10, comma da 9 a 13, del decreto-legge 6 dicembre 2011 n. 201 convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214».

3.119

GALIMBERTI

Precluso

Al comma 13 dopo le parole: «anche in relazione ai beni acquisiti o posseduti», inserire le seguenti: «tenendo conto dell'applicazione degli studi di settore ed, in particolare, degli effetti del regime premiale di cui all'articolo 10, comma da 9 a 13, del decreto-legge 6 dicembre 2011 n. 201 convertito, con modificazioni, dallo legge 22 dicembre 2011, n. 214».

3.120

MANDELLI, PICCOLI, BRUNI, BONFRISCO, CERONI, D'ALI', MILO

Precluso

Al comma 13 dopo le parole: «anche in relazione ai beni acquisiti o posseduti», aggiungere le seguenti: «, tenendo conto dell'applicazione degli studi di settore ed, in particolare, degli effetti del regime premiale di cui all'articolo 10, comma da 9 a 13, del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214».

3.123

SCAVONE, MILO

Precluso

Al comma 15, dopo la lettera b), aggiungere le seguenti:

«*b-quater)* all'articolo 1 , comma 3 del decreto legislativo 21 novembre 2014, n. 175, dopo le parole: "o un iscritto nell'albo dei consulenti del lavoro o in quello dei dottori commercialisti e degli esperti contabili" sono aggiunte le seguenti: "o in quello degli avvocati muniti del titolo di specialista in diritto tributario ai sensi dell'articolo 9 della legge n. 247 del 31 dicembre 2012";

b-quinquies) all'articolo 3, comma 3, lettera *a)* del decreto del Presidente della Repubblica 22 luglio 1998, n. 322, dopo le parole "gli iscritti negli albi dei dottori commercialisti, dei ragionieri e dei periti commerciali e dei consulenti del lavoro" sono aggiunte le seguenti: "e degli avvocati";

b-sexies) all'articolo 36, comma 1 del decreto legislativo 9 luglio 1997 n.241 dopo le parole: "revisori contabili iscritti negli albi dei dottori commercialisti, dei ragionieri e periti commerciali e dei consulenti del lavoro» sono aggiunte le seguenti: «e degli avvocati"».

3.129

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 19, aggiungere i seguenti:

«19-*bis*, All'articolo 2621 del codice civile sono apportate le seguenti modificazioni:

a) il primo comma è sostituito dal seguente: «Fuori dai casi previsti dall'articolo 2622, gli amministratori, i direttori generali, i dirigenti preposti alla redazione dei documenti contabili societari, i sindaci e i liquidatori, i quali, al fine di conseguire per sé o per altri un ingiusto profitto, nei bilanci, nelle relazioni o nelle altre comunicazioni sociali, dirette ai soci o al pubblico, espongono informazioni false ovvero omettono informazioni la cui comunicazione è imposta dalla legge sulla situazione economica, patrimoniale o :finanziaria della società o del gruppo "al quale essa appartiene, in modo concretamente idoneo a indurre in inganno i destinatari sulla predetta situazione, sono puniti con la reclusione da uno a cinque anni";

b) i commi terzo, quarto e quinto sono abrogati.

19-*ter*. All'articolo 2622 del codice civile sono apportate le seguenti modificazioni:

a) il primo comma è sostituito dal seguente: "Gli amministratori, i direttori generali, i dirigenti preposti alla redazione dei documenti contabili societari, i sindaci e i liquidatori di società con azioni quotate in mercati regolamentati o che emettono o garantiscono strumenti finanziari negoziati in mercati regolamentati ovvero diffusi tra il pubblico in misura rilevante, i quali, al fine di conseguire per sé o per altri un ingiusto profitto, nei bilanci, nelle relazioni o nelle altre comunicazioni sociali dirette ai soci o al pubblico, espongono informazioni false ovvero omettono informazioni la cui comunicazione è imposta dalla legge sulla situazione economica, patrimoniale o finanziaria della società o del gruppo al quale essa appartiene, in modo concretamente idoneo ad indurre in inganno i destinatari sulla predetta situazione, sono puniti con la reclusione da due a sei ann1.";

b) al sesto comma, le parole: "per i fatti previsti dal primo e terzo comma" sono soppresse;

c) i commi secondo, terzo, quarto, quinto, settimo, ottavo e nono sono abrogati;

d) la rubrica è sostituita dalla seguente: "False comunicazioni nelle società quotate e nelle società che emettono o garantiscono strumenti finanziarsi";

19-*quater*. Dopo l'articolo 2622 del codice civile è inserito il seguente: "Art. 2622-*bis*. *(Circostanza aggravante)*. - Se i fatti di cui agli articoli 2621 e 2622 cagionano un grave danno ai soci, ai creditori, ai risparmiatori o alla società, la pena è aumentata fino alla metà".

19-*quinquies*. All'articolo 27 del decreto legislativo 27 gennaio 2010, n. 39, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) il comma 1 è sostituito dal seguente: "1. i responsabili della revisione legale i quali, al fine di conseguire per sé o per altri un ingiusto profitto, nelle relazioni o in altre comunicazioni consapevolmente attestano il falso od occultano informazioni concernenti la situazione economica, patrimoniale o finanziaria della società, ente o soggetto sottoposto a revisione, in modo idoneo a indurre in errore rilevante per natura o per entità i destinatari delle comunicazioni sulla predetta situazione, sono puniti con la reclusione da un anno a cinque anni";

b) il comma 2 è sostituito dal seguente: «2. Se la condotta di cui al comma 1 ha cagionato un grave danno alla società, all'ente o al soggetto sottoposto a revisione, ai soci o ai creditori, la pena è aumentata»,

19-*sexies*. All'articolo 25-*ter*del decreto legislativo 8 giugno 2001, n. 231, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al primo comma, la lettera *a)* è sostituita dalla seguente: "*a)* per il delitto di false comunicazioni sociali, previsto dall'articolo 2621 del codice civile, la sanzione pecuniaria da duecentocinquanta a seicento quote";

b) al primo comma, la lettera *b)* è sostituita dalla seguente: "*b)* per il delitto di false comunicazioni sociali nelle società quotate e nelle società che emettono o garantiscono strumenti finanziari, previsto dall'articolo 2622 del codice civile, la sanzione pecuniaria da quattrocento a ottocento quote";

c) al primo comma, le lettere *c)*, *d)*, *e), f)* e *g)* sono abrogate;

d) è aggiunto, in fine, il seguente comma: "d-*bis*. Nei casi di condanna per i delitti indicati nel

comma 1, lettere *a)*, *b)* e *s)* si applicano le sanzioni interdittive previste dall'articolo 9, comma 2".

19-*septies*. Dopo l'articolo 25-duodecies del decreto legislativo 8 giugno 2001, n. 231, sono inseriti i seguenti:

"Art. 25-*terdecies*. - *(Falsità nelle relazioni o nelle comunicazioni dei responsabili della revisione legale)*. *-1*. In relazione alla commissione dei delitti previsti dal decreto legislativo 27 gennaio 2010, n. 39, si applicano all'ente le seguenti sanzioni pecuniarie:

a) per il delitto di cui all'articolo 27, comma 1, la sanzione pecuniaria da duecentocinquanta a cinquecento quote;

b) per i delitti di cui all'articolo 27, commi 2 e 5, la sanzione pecuniaria da trecento a seicento quote".

"Art. 25-*quaterdecies*. - *(Reati in materia di imposte sui redditi e sul valore aggiunto)*. *-1*. In relazione alla commissione dei reati previsti dal decreto legislativo 10 marzo 2000, n. 74, si applicano all'ente le seguenti sanzioni pecuniarie:

a) per i delitti di cui agli articoli 4,5, comma 1, 10-*bis* e 10-*ter*, la sanzione pecuniaria fino a trecento quote;

b) per i delitti di cui agli articoli 10 e 11, comma 2, la sanzione pecuniaria da duecento a seicento quote;

c) per i delitti di cui agli articoli 2, comma 1, 3,8 e 11, comma 1, la sanzione pecuniaria da duecento cinquanta a settecento quote".

2. Nei casi di condanna per i delitti indicati nel comma 1, lettere *b)* e *c)*, si applicano le sanzioni interdittive previste dall'articolo 9, comma 2, per una durata non superiore ad un anno.».

3.131

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 19 inserire il seguente:

«19-*bis*. - *(Invio telematico IUC)*. dopo il comma 683 della Legge 27 dicembre 2013, n. 147, è inserito il seguente:

"683-*bis*. I soggetti passivi dei tributi presentano la dichiarazione relativa alla me in coincidenza con la dichiarazione dei redditi del periodo d'imposta nel quale sono intervenute eventuali variazioni rilevanti ai fini della determinazione dell'imposta stessa. Il modello di dichiarazione è predisposto dal Comune e adottato con deliberazione di Giunta e reso disponibile gratuitamente nonché pubblicato sul sito dell'ente"».

3.132

COMAROLI, BISINELLA, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 19, inserire il seguente:

«9-*bis*. All'articolo 12, comma 1, del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, la parola: "mille" è sostituita con la seguente: "cinquemila"».

3.133

COMAROLI, BISINELLA, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 19, inserire il seguente:

«19-*bis*. All'articolo 12, comma 1, del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, la parola: "mille" è sostituita con la seguente: "tremila"» .

3.134

BERGER, PANIZZA, LANIECE, BATTISTA, ROMANO, Fausto Guilherme LONGO

Precluso

Dopo il comma 19, inserire il seguente:

«19-bis. All'articolo 12 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, dopo il comma 1 aggiungere il seguente:

"1-*bis*. Le limitazioni di cui al comma 1 non si applicano per l'acquisto di beni e di prestazioni di servizi legate al turismo, effettuate nelle regioni confinanti direttamente con uno Stato estero. In tal caso, si applica il limite di euro duemilacinquecento"».

3.135

MILO, D'ALI'

Precluso

Dopo il comma 19 aggiungere il seguente:

«19-*bis*. All'articolo 8-*bis*, del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633, la lettera *a)* è sostituita dalla seguente:

"*a)* le cessioni di navi adibite alla navigazione in alto mare o al trasporto a pagamento di passeggeri o utilizzate nell'esercizio di attività commerciali industriali e della pesca nonché le cessioni di navi adibite alla pesca costiera o ad operazioni di salvataggio o di assistenza in mare, ovvero alla demolizione, escluse le unità da diporto di cui alla legge 11 febbraio 1971, n. 50;"».

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C. fino al raggiungimento dell'importo di 10 milioni di euro.

3.136

PANIZZA, Fausto Guilherme LONGO, LANIECE, BATTISTA, ZIN

Precluso

Dopo il comma 19, aggiungere i seguenti:

«19-*bis*. All'articolo 164, comma 1, del decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, alla lettera *b)*, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) le parole: "Non si tiene conto della parte del costo di acquisizione che eccede lire 35 milioni per le autovetture e gli autocaravan, lire 8 milioni per i motocicli, lire 4 milioni per i ciclomotori", sono sostituite dalle seguenti: "Non si tiene conto della parte del costo di acquisizione che eccede euro 30.000,00 per le autovetture e gli autocaravan, euro 6.000,00 per i motocicli, euro 3.000,00 per i ciclomotori";

b) le parole: "il predetto limite di 35 milioni di lire per le autovetture è elevato a 50 milioni di lire per gli autoveicoli utilizzati da agenti o rappresentanti di commercio", sono sostituite dalle seguenti: "il predetto limite di euro 30.000,00 per le autovetture è elevato a euro 40.000,00 pergli autoveicoli utilizzati da agenti o rappresentanti di commercio";

19-*ter*. Alla copertura degli oneri di cui al comma 19-*bis*, valutati in 10 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015, si provvede ,mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa prevista all'articolo 7-*quinquies*, comma 1, del decreto-legge 10 febbraio 2009, n. 5, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 aprile 2009, n. 33, relativa al Fondo per interventi urgenti ed indifferibili, come integrata, da ultimo, dall'articolo 33, comma 1, della legge 12 novembre 2011, n. 183».

3.137

PANIZZA, Fausto Guilherme LONGO, LANIECE, BATTISTA, ZIN

Precluso

Dopo il comma 19, aggiungere i seguenti:

«19-*bis*. All'articolo 66 del decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, il comma 4 è sostituito dal seguente:

"4. Per gli intermediari e i rappresentanti di commercio e per gli esercenti le attività indicate al primo comma dell'articolo 1 del decreto. del Ministro delle finanze 13 ottobre 1979, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* n. 288 del 22 ottobre 1979, il reddito d'impresa determinato a norma dei precedenti commi è ridotto, a titolo di deduzione forfetaria delle spese non documentate, di un importo pari alle seguenti percentuali dell'ammontare dei ricavi: 3 per cento dei ricavi fino a euro 80.000, 00; 1 per cento dei ricavi oltre euro 80.000,00 e fino a euro 420.000,00; 0,50 per cento dei ricavi oltre euro 420.000,00 e fino a euro 505.000, 00".

19-*ter*. Alla copertura degli oneri di cui al comma 19-*bis*, valutati in 10 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015, si provvede mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa prevista all'articolo 7-*quinquies*, comma 1, del decreto-legge 10 febbraio 2009, n. 5, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 aprile 2009, n. 33, relativa al Fondo per interventi urgenti ed indifferibili, come integrata, da ultimo, dall'articolo 33, comma 1, della legge 12 novembre 2011, n. 183».

3.138

PANIZZA, Fausto Guilherme LONGO, LANIECE, BATTISTA, ZIN

Precluso

Dopo il comma 19, aggiungere il seguente:

«19-*bis*. All'articolo 30 della legge 23 dicembre 1994, n. 724, al comma 1, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) alla lettera *a)*, le parole: "il 2 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "l'1 per cento";

b) alla lettera *b)*, le parole: "il 6 per cento" sono sostituite dalle seguenti: "il 3 per cento";

c) alla lettera *c)*, le parole: "il 15 per cento" sono sostituite dalle: "il 7,5 per cento"».

Conseguentemente, alla copertura degli oneri di cui al presente comma, valutati in 3,5 milioni di euro annui, si provvede, per il triennio 2015-2017, mediante corrispondente riduzione della dotazione del Fondo di cui all'articolo 2, comma 616, della legge 24 dicembre 2007, n. 244, relativo allo stato di previsione del Ministero dello sviluppo economico.

3.139

PANIZZA, Fausto Guilherme LONGO, LANIECE, BATTISTA, ZIN

Precluso

Dopo il comma 19, aggiungere il seguente:

«19-*bis*. All'articolo 1 del DPR n. 100/1998, al comma 1, sostituire le parole: "esigibile nel primo mese precedente" con le seguenti: "esigibile nel secondo mese precedente"».

Conseguentemente, alla copertura degli eventuali oneri di cui al presente comma si provvede, per il triennio 2015-2017, mediante corrispondente riduzione del Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio.

3.140

PANIZZA, Fausto Guilherme LONGO, LANIECE, BATTISTA, ZIN

Precluso

Dopo il comma 19, aggiungere il seguente:

«19-*bis*. Al decreto legislativo 74/2000 sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 10-*bis*, al comma 1, le parole: "superiore a 50 mila euro" sono sostituite dalle seguenti: "superiore a 150 mila euro";

b) all'articolo 10-*quater*, al comma 1, le parole: "superiore a 50 mila euro" sono sostituite dalle seguenti: "superiori a 20 mila euro"».

Conseguentemente, alla copertura degli oneri di cui al presente comma, valutati in 5 milioni di euro annui, si provvede, per il triennio 2015-2017, mediante corrispondente riduzione dello stanziamento del Fondo speciale di parte corrente iscritto, ai fini del bilancio triennale 2015-2017, nell'ambito del programma «Fondi di riserva e speciali» *della missione* «Fondi da ripartire» *dello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze per l'anno 2015, allo scopo parzialmente utilizzando l'accantonamento relativo al medesimo Ministero. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio.*

3.141

PANIZZA, Fausto Guilherme LONGO, LANIECE, BATTISTA, ZIN

Precluso

Dopo il comma 19, aggiungere il seguente:

«19-*bis*. All'articolo 38-*bis* del DPR 633/72, al comma 2, aggiungere, in fine, le seguenti parole:

"Il rimborso dovrà essere liquidato entro il secondo mese successivo al trimestre di riferimento"».

Conseguentemente, alla copertura degli eventuali oneri di cui al presente comma si provvede, per il triennio 2015-2017, mediante corrispondente riduzione del Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio.

3.142

PANIZZA, Fausto Guilherme LONGO, LANIECE, BATTISTA, ZIN

Precluso

Dopo il comma 19, aggiungere il seguente:

«19-*bis*. All'articolo 11 della legge 27 luglio 2000, n. 212, al comma 1, sostituire la parola: "centoventi" con la seguente: "sessanta"».

Conseguentemente, alla copertura degli eventuali oneri di cui al presente comma si provvede, per il triennio 2015-2017, mediante corrispondente riduzione del Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio.

3.143

PANIZZA, Fausto Guilherme LONGO, LANIECE, BATTISTA, ZIN

Precluso

Dopo il comma 19, aggiungere il seguente:

«19-*bis*. All'articolo 57 del DPR 131/1986, sostituire il comma 1 con il seguente:

"1. Oltre ai pubblici ufficiali, che hanno redatto, ricevuto o autenticato l'atto, e ai soggetti nel cui interesse fu richiesta la registrazione, sono solidalmente obbligati al pagamento defi1imposta le parti contraenti, le parti in causa, coloro che hanno sottoscritto o avrebbero dovuto sottoscrivere le denunce di cui agli articoli 12 e 19, coloro che hanno richiesto i provvedimenti di cui agli articoli 796, 800 e 825 del codice di procedura civile e debitore e ereditore dei decreti ingiuntivi di cui all'articolo 633 del codice di procedura civile"».

Conseguentemente, alla copertura degli eventuali oneri di cui al presente comma si provvede, per il triennio 20] 5-20]7, mediante corrispondente riduzione del Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio.

3.144

PANIZZA, Fausto Guilherme LONGO, LANIECE, BATTISTA, ZIN

Precluso

Dopo il comma 19, aggiungere il seguente:

«19-*bis*. All'articolo 3-*bis* del decreto legislativo del 18 dicembre 1997, n. 462, al comma 1, sostituire le parole: "di venti rate" con le seguenti: "di venticinque rate"».

Conseguentemente, alla copertura degli oneri di cui al presente comma, valutati in 1,5 milioni di euro annui, si provvede, per il triennio 2015.-2017, mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa di cui all'articolo 1, comma 139, della legge 24 dicembre 2012, n. 228.

3.145

PANIZZA, Fausto Guilherme LONGO, LANIECE, BATTISTA, ZIN

Precluso

Dopo il comma 19, aggiungere il seguente:

«19-*bis*. All'articolo 14 del decreto legislativo 472/1997, sostituire il comma 3 con il seguente:

"3. Gli uffici e gli enti indicati nel comma 2 sono tenuti a rilasciare, su richiesta dell'interessato, un certificato sull'esistenza di contestazioni in corso e di quelle già definite per le quali i debiti non sono stati soddisfatti. il certificato, se negativo, ha pieno effetto liberatorio del cessionario, del pari

liberato ove il certificato non sia rilasciato entro quindici giorni dalla richiesta, salvo casi particolari per i quali il termine potrà essere prorogato per altri quindici giorni"».

Conseguentemente, alla copertura degli eventuali oneri di cui al presente comma si provvede, per il triennio 2015-2017, mediante corrispondente riduzione del Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio.

3.146

PANIZZA, Fausto Guilherme LONGO, LANIECE, BATTISTA, ZIN

Precluso

Dopo il comma 19, aggiungere il seguente:

«19-*bis*. All'articolo 102, comma 5, del decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, le parole: "516,46 euro" sono sostituite dalle seguenti: "1.200,00 euro"».

Conseguentemente, alla copertura degli oneri di cui al presente comma, valutati in 5 milioni di euro, si provvede, a partire dall'anno 2015, mediante corrispondente riduzione delle dotazioni da includere nel Fondo speciale di parte corrente, di cui alla «Tabella A» della presente legge, utilizzando l'accantonamento relativo al Ministero dell'economia e delle finanze per il triennio 2015-2017.

3.147

PANIZZA, Fausto Guilherme LONGO, LANIECE, BATTISTA, ZIN

Precluso

Dopo il comma 19, aggiungere il seguente:

«19-*bis*. Al comma 4 dell'articolo 10 del decreto legislativo 14 marzo 2011, n. 23, e successive modificazioni, è aggiunto, in fine, il seguente periodo: "È altresi esclusa la soppressione delle esenzioni e delle agevolazioni tributarie riferite agli atti di cui ai commi 1 e 2 aventi ad oggetto immobili pubblici interessati da operazioni di permuta, dalle procedure di cui agli articoli 2, 3, 3-*ter* e 4 del decreto-legge 5 settembre 2001, n. 351, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 novembre 2001, n. 410, e successive modificazioni, all'articolo 11-*quinquies* del decreto-legge 30 settembre 2005, n. 203, convertito, con modificazioni, dalla legge 2 dicembre 2005, n. 248, e successive modificazioni, e agli articoli 33 e 33-*bis* del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, e successive modificazioni, e all'articolo 32 del decreto del Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, n. 601 e all'articolo 20 della legge 28 gennaio 1977, n. 10».

Conseguentemente, alla copertura degli oneri di cui al comma 19-bis, valutati in 10 milioni di euro 'annui a decorrere dall'anno 2015, si provvede mediante corrispondente riduzione dell'autorizzazione di spesa prevista all'articolo 7-quinquies, *comma 1, del decreto-legge 10 febbraio 2009, n. 5, convertito, con modificazioni, dalla legge 9 aprile 2009, n. 33, relativa al Fondo per interventi urgenti ed indifferibili, come integrata, da ultimo, dall'articolo 33, comma 1, della legge 12 novembre 2011, n. 183.*

3.148

BERGER, ZELLER, PANIZZA, LANIECE, ROMANO, Fausto Guilherme LONGO

Precluso

Dopo il comma 19, inserire il seguente:

«19-*bis.* Al decreto-legge 18 ottobre 2012, n. 179, convertito, con modificazioni, dalla legge 17 dicembre 2012, n. 221, sopprimere l'articolo 15, commi 4 e 5».

3.149

BERGER, ZELLER, PANIZZA, LANIECE, ROMANO, Fausto Guilherme LONGO

Precluso

Dopo il comma 19, inserire il seguente:

«19-*bis.* Il comma 8-*bis* dell'articolo 36 del decreto-legge 18 ottobre 2012, n. 179, convertito, con

modificazioni dalla legge 17 dicembre 2012, n. 221, è abrogato».

3.150

BERGER, ZELLER, PANIZZA, LANIECE, ROMANO, Fausto Guilherme LONGO

Precluso

Dopo il comma 19, inserire il seguente:

«19-*bis*. All'articolo 3 del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16, convertito, con modificazioni, dalla legge 26 aprile 2012, n. 44, dopo il comma 2-*bis*, inserire il seguente:

"2-*ter*. Per gli acquisti di beni e di prestazioni di servizi di cui al comma 1, effettuati da persone fisiche di cittadinanza di uno dei Paesi appartenenti all'Unione europea ovvero allo spazio economico europeo, diversa da quella italiana, che abbiano residenza fuori dal territorio dello Stato, i limiti per il trasferimento di denaro contante sono quelli vigenti nei Paesi di residenza del cessionario. A tali acquisti si applicano le disposizioni di cui alle lettere *a)* e *b)* del comma 1 e dei commi 2 e 2-*bis*».

3.151

BERGER, ZELLER, PANIZZA, LANIECE, ROMANO, Fausto Guilherme LONGO

Precluso

Dopo il comma 19, inserire il seguente:

«19-*bis*. Le limitazioni all'uso del contante di cui all'articolo 49, commi 1, 5, 8, 12 e 13, del decreto legislativo 21 novembre 2007, n. 231, come adeguate all'importo di euro mille dall'articolo 12, comma 1, del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, non si applicano per l'acquisto di beni e di prestazioni di servizi legate al turismo, effettuati nelle regioni confinanti direttamente con uno Stato estero. In tali casi, si applica il limite di euro duemilacinquecento».

3.152

MALAN

Precluso

Dopo il comma 19, aggiungere il seguente:

«19-*bis*. All'Articolo 1 della legge 27 dicembre 1953, n. 959, all'ottavo comma, dopo le parole: "i concessionari di grandi" inserire le seguenti: "e piccole"».

3.153

MALAN

Precluso

Dopo il comma 19 aggiungere il seguente:

«19-*bis*. All'articolo 37 del regio decreto 11 dicembre 1933, n. 1775, i commi primo e secondo sono sostituiti con il seguente:

"Il pagamento del canone decorre sia per le grandi sia per le piccole derivazioni improrogabilmente dalla scadenza del termine originariamente assegnato per l'ultimazione dei lavori. Qualora, l'utilizzazione dell'acqua avvenga prima della scadenza di detto termine, il canone decorre da quando l'acqua è utilizzata"».

3.154

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 19, aggiungere il seguente:

«19-*bis*. All'articolo 2, comma 1, del decreto-legge n. 16 del marzo 2014, come convertito dalla legge n. 68 del 2 maggio 2014, la lettera *a)* è soppressa».

3.155

MILO

Precluso

Dopo il comma 19 aggiungere il seguente:

«19-*bis*. Allo scopo di incrementare l'utilizzo degli strumenti di pagamento elettronici per contrastare l'evasione fiscale, a decorrere dal 1º gennaio 2015 per i pagamenti di importo inferiori a

100 euro, effettuati mediante carte di pagamento, non è dovuta alcuna commissione o costo aggiuntivo».

3.156-bis

BONFRISCO

Precluso

All'Articolo 1 della legge 27 dicembre 1953, n. 959, all'ottavo capoverso dopo le parole: «I concessionari di grandi» inserire le seguenti: «e piccole».

3.156-ter

BONFRISCO

Precluso

Dopo il comma 19 aggiungere 19-bis.

All'artticolo 37 del regio Decreto 11/12/133 n. 1775 i commi 1 e 2 sono sostituiti con il seguente:

1) Il pagamento del canone decorre sia per le grandi che per le piccole derivazioni improrogabilmente dalla scadenza del termine originariamente assegnato per l'ultimazione dei lavori. Qualora l'utilizzazione dell'acqua avvenga prima della scadenza di detto termine, il canone decorre da quando l'acqua è utilizzata.

3.157

ZELLER, BERGER, PALERMO, LANIECE, BATTISTA, FRAVEZZI, PANIZZA

Precluso

Dopo il comma 20, inserire i seguenti:

«20-*bis*. All'articolo 12 del decreto-legge 28 aprile 2009, n. 39, convertito con modificazioni dalla legge 24 giugno 2009, n. 77, dopo il comma 1, aggiungere il seguente:

"1-*bis*. Le sanzioni previste dal comma 1, lettera *o)*, con decreto del Ministero dell'economia e delle finanze-Amministrazione Autonoma dei Monopoli di Stato, si applicano esclusivamente ai concorsi a premio per i quali è stata accertata la coincidenza con attività di gioco riservate allo Stato si elusione del monopolio statale dei giochi. Per le altre violazioni resta ferma la disciplina sanzionatoria anteriormente vigente in materia".

20-*ter*. All'onere derivante dal comma 20-*bis*, pari a 1 milione di euro a decorrete dall'anno 2015, si provvede mediante corrispondente riduzione dello stanziamento del Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307.

20-*quater*. Le norme di cui al comma 20-*bis* si applicano anche in riferimento alle sanzioni già irrogate, ma non definitive al momento dell'entrata in vigore della presente legge, in quanto impugnate o ancora suscettibili di impugnativa. Le relative sanzioni sono rideterminate d'ufficio da parte dell'autorità competente».

3.158

ZELLER, BERGER, PALERMO, LANIECE, BATTISTA, FRAVEZZI, PANIZZA

Precluso

Dopo il comma 20, inserire i seguenti:

«20-*bis*. All'articolo 12, comma 1, lettera *o)* del decreto-legge 28 aprile 2009, n. 39, convertito con modificazioni, dalla legge 24 giugno 2009, n. 77, le parole: "si applica la sanzione amministrativa da euro cinquantamila ad euro cinquecentomila", sono sostituite dalle seguenti: "Si applicano le sanzioni di cui all'articolo 124, comma 1, del regio decreto-legge 19 ottobre 1938, n. 1933, convertito, con modificazioni, dalla legge 5 giugno 1939, n. 973, come sostituito dall'articolo 19, comma 5, lettera *c)*, della legge 27 dicembre 1997, n. 449".

20-*ter*. All'onere derivante dal comma 20-*bis*, pari a 1 milione di euro a decorrere dall'anno 2015, si provvede mediante corrispondente riduzione dello stanziamento del Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n.307.

20-*quater*. Le norme di cui al comma 20-*bis* si applicano anche in riferimento alle sanzioni già

irrogate, ma non definitive al momento dell'entrata in vigore della presente legge, in quanto impugnate o ancora suscettibili di impugnativa. Le relative sanzioni sono rideterminate d'ufficio da parte dell'autorità competente».

3.159

CERONI

Precluso

Dopo il comma20, aggiungere i seguenti:

«20-*bis*. L'articolo 5, ventinovesimo comma, del decreto-legge 30 dicembre 1982, n. 953, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 febbraio 1983, n. 53, come sostituito dall'articolo 7, comma 2, della Legge 23 luglio 2009, n. 99 si interpreta nel senso che a decorrere dal 15 agosto 2009 in caso di locazione finanziaria il soggetto tenuto al pagamento della tassa automobilistica è esclusivamente l'utilizzatore; è configurabile la responsabilità solidale della società di leasing solo nella particolare ipotesi in cui questa abbia provveduto, in base alle modalità stabilite dall'ente competente, al pagamento cumulativo, in luogo degli utilizzatori, delle tasse dovute per i periodi compresi nella durata del contratto di locazione finanziaria.

20-*ter*. All'articolo 7 della legge 23 luglio 2009, n. 99 il comma 3 è sostituito dal seguente: "3. La competenza ed in luogo di versamento della tassa automobilistica sono determinati in ogni caso in relazione al luogo di residenza dell'utilizza l'ore a titolo di locazione finanziaria del veicolo.

"20-*quater*. La disposizione di cui al comma precedente si applica ai veicoli con scadenza del termine utile per il pagamento successiva al 31 dicembre 2014".

3.164

ENDRIZZI, CRIMI, BULGARELLI

Precluso

Sopprimere i commi 21, 22, 23, 24, 25 e 26.

3.165

MILO, Mario FERRARA

Precluso

All'articolo 3, sostituire il comma 21 con il seguente:

21. Per esigenze di ordine pubblico e sicurezza nonché di tutela dei minori di età e delle fasce sociali più deboli, in attesa del riordino della disciplina in materia di Giochi Pubblici conseguente all'attuazione della delega legislativa di cui all'articolo 14 della legge 11 marzo 2014, n. 23:

g) I soggetti che offrono, in proprio ovvero mediante Gestori, scommesse con vincite in denaro in «Punti di Gioco» aperti al pubblico in carenza di concessione rilasciata dallo Stato e non collegati al totalizzatore nazionale dell'Agenzia delle dogane e dei monopoli, già attivi al 31 dicembre 2014, possono sanare la propria posizione mediante:

1) Adesione, entro 30 giorni dall'entrata in vigore della presente legge, alle previsioni ivi contenute per ottenere rilascio di «Nulla asta» da parte dell'Agenzia delle dogane e dei monopoli, tramite apposito Modello da questa predisposto contenente apposito Disciplinare per la raccolta delle scommesse e con testuale versamento, per ogni Punto di Gioco, dell'importo forfettario di euro 12.000,00;

2) Richiesta, entro 15 giorni dall'ottenimento del «Nulla Osta», della Licenza di Polizia ex art. 88 TULPS da parte propria o del Gestore incaricato alla raccolta delle scommesse;

3) Collegamento, entro 90 giorni dall'ottenimento del «Nulla'Osta.», al totalizzatore nazionale dell'Agenzia delle dogane e dei monopoli, di tutti i Punti di Gioco;

h) L'adempimento alle previsioni di cui alla lettera a) del presente comma equipara l'attività dei soggetti aderenti a quella. regolata dallo schema di convenzione sottoscritto dai Punti di Gioco operativi ai sensi dell'art. 10, comma 9-*octies* del decreto-legge2 marzo 2012, n. 16 convertito con modificazioni dalla legge 26 aprile 2012, n. 44; stante la limitata durata di operatività dei Nulla. Osta, e in previsione del riordino della disciplina dei giochi pubblici, il disciplinare redatto dall'Agenzia delle dogane è dei monopoli dovrà prevedere la non applicazione per questi soggetti delle seguenti

previsioni contenute nella citata convenzione: art. 5, punto 1, lettere *a), b), d) f)*; art. 8, punto l, lettere *c), d), g), h)*; art. 8, punto 5; art. 13, punto 3, lettera *c)*; art. 14, punto 2; art. 14, punto 5, lettera c); art. 16. Il mancato rispetto dei restanti obblighi convenzionali e di ogni regolamento conseguente alla raccolta dei Giochi Pubblici comporterà l'applicazione di quanto previsto dall'art. 22 della suddetta convenzione.

i) Gli atti di accertamento relativi al versamento dell'imposta unica di cui al decreto legislativo 23 dicembre 1998, n. 504 e successive modificazioni, già notificati entro il 3.1 dicembre 2014 ai soggetti che aderiscono alle previsioni di cui alla lettera *a)* del presente comma, perdono effetto a. partire dall'assolvimento di quanto previsto dai precedenti punti 1) e 2) della lettera *a)*.

j) L'articolo 7, comma 10 del decreto-legge 13 settembre 2012, n. 158, convertito con modificazioni dalla legge 8 novembre 2012, n. 189 per le concessioni attualmente operative si applica anche ai Punti di Gioco che aderiscono alla presente legge che, in attesa ,del previsto riordino del settore, non tiene conto dalle distanze dai cosiddetti «luoghi sensibili»;

k) Dal 31 gennaio 2015 è vietata la raccolta di Giochi e scommesse in locali aperti al pubblico che operano in carenza di Concessione o di autorizzazione dell'Agenzia delle dogane e dei monopoli di cui alla presente legge.

l) il mancato rispetto del divieto di cui alla lettera *e)* comporta, la non applicabilità di quanto previsto dalla precedente lettera *c)*, l'immediata chiusura del punto vendita, il sequestro di tutte le apparecchiature e il pagamento, per ogni giorno di attività a partire dal 1º gennaio 2015:

1) di una sanzione amministrativa pecuniaria pari al doppio della media della raccolta di scommesse effettuata nella provincia ove è ubicato l'esercizio, desunta dai dati registrati nel totalizzatore nazionale;

2) per ciascuno degli apparecchi di cui all'articolo 110, comma 6, lettera *a)*, del regio decreto n. 773 del 1931, del prelievo unificato previsto a legislazione vigente per tale tipologia di apparecchi su un imponibile medio forfetario giornaliero di euro 750;

3) per ciascun altro apparecchio, dell'imposta unica di cui al decreto legislativo 23 dicembre 1998, n. 504, e successive modificazioni, in ragione di un'aliquota di prelievo del tre per cento su un imponibile medio forfetario giornaliero di euro 750.

4) Per ciascun apparecchio di cui ai precedenti numeri 2) e 3), il titolare dell'esercizio pubblico è soggetto, oltre al pagamento dell'imposta, alla sanzione amministrativa pecuniaria di euro 10.000. L'apparecchio è in ogni caso soggetto a confisca. amministrativa e, qualora di esso non sia consentito l'asporto da parte dell'Agenzia delle dogane e dei monopoli ovvero della Forza di Polizia che procede, il titolare dell'esercizio è custode dell'apparecchio confiscato, con obbligo di procedere a sua cura. e spese alla distruzione dell'apparecchio entro dieci giorni dalla confisca, nonché alla consegna all'Agenzia delle dogane e dei monopoli della scheda madre dell'apparecchio confiscato, in caso di apparecchio di cui all'articolo 110, comma 6, lettera *a)*, del regio decreto n. 773 del 1931, ovvero dell'apparato *hardware* di suo funzionamento, in caso di apparecchio di qualunque altra tipologia il titolare dell'esercizio è soggetto alla sanzione amministrativa pecuniaria di euro duecento per ogni giorno di ritardo nella distruzione dell'apparecchio ovvero nella consegna dei componenti di cui al secondo periodo del presente comma.

Conseguentemente eliminare i comma 24, 25 e 26.

3.173

ZIZZA, SPILABOTTE, IURLARO, SOLLO

Precluso

Il comma 22 è sostituito dal seguente comma:

«22. Nell'ambito e nei termini temporali previsti per il riordino della disciplina dei giochi pubblici, in attuazione della delega legislativa di cui all'articolo 14 della legge 11 marzo 2014, n. 23 ed in particolare di quanto previsto al comma 2, lettera *d)*, del predetto articolo, il Governo provvede al riequilibrio del prelievo fiscale sui differenti giochi, tenendo conto delle caratteristiche specifiche di ciascuno e degli effetti delle modifiche apportate sul consumo di gioco».

3.174

MORRA, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Dopo il comma 24 aggiungere i seguenti:

«24-*bis*. Il Ministero dell'economia e delle finanze-amministrazione autonoma dei monopoli di Stato, con propri decreti dirigenziali da emanarsi entro sessanta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, adotta le disposizioni in materia di giochi pubblici al fine di incrementare ulteriormente la misura del prelievo erariale unico, la percentuale dell'ammontare complessivo delle giocate destinate a montepremi ovvero a vincite in denaro, nonché la percentuale del compenso per le attività di gestione o dei punti vendita, al fine di assicurare, anche con riferimento ai rapporti negoziali in essere alla data di entrata in vigore della presente legge, ulteriori maggiori entrate in misura non inferiore a 400 milioni di euro annui a decorrere dall'anno 2015. Nell'ambito di tali misure può essere disposto l'incremento ulteriore - entro il limite dell'l per cento - del prelievo erariale unico sugli apparecchi da intrattenimento di cui all'articolo 110, comma 6, lettere *a)* e *b)*, del regio decreto 18 giugno 1931, n. 773.

24-*ter*. Le eventuali maggiori entrate derivanti dal comma l, accertate con decreto del Ministero dell'economia e delle finanze, confluiscono nel Fondo di cui all'articolo 8, comma 11-*bis* del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78 per il finanziamento di misure perequative per il personale delle Forze armate, delle Forze di polizia e del Corpo nazionale dei vigili del fuoco. L'utilizzo delle relative disponibilità è subordinato ad autorizzazione del Ministero dell'economia e delle finanze, che verifica l'assenza di effetti peggiorativi sui saldi di fabbisogno e di indebitamento netto».

3.176

BERGER, ZELLER, PALERMO, PANIZZA, LANIECE, BATTISTA, ROMANO, Fausto Guilherme LONGO

Precluso

Dopo il comma 26, aggiungere il seguente:

«26-*bis*. Al comma 2, dell'articolo 52 del decreto-legislativo 26 ottobre 1995, n. 504, dopo la lettera *g)* è aggiunta la seguente:

h) prodotta nei territori montani da piccoli generatori comunque azionati, con potenza elettrica non superiore a 20 kW».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 1.000.000;
2016: - 1.000.000;
2017: - 1.000.000.

3.178

BONFRISCO

Precluso

Sopprimere il comma 27.

Conseguentemente, dopo il comma 28 inserire il seguente:

«28-*bis*. All'articolo 19, comma 6, del decreto-legge 201 del 2011, convertito con modificazioni dalla legge 214 del 2011 è aggiunto, in fine, il seguente periodo: "A decorrere dall'anno 2015, l'aliquota è stabilita nella misura del 13,5 per mille"».

3.179

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Sopprimere il comma 27.

Conseguentemente, dopo il comma 28 aggiungere il seguente:

«28-*bis*. All'articolo 19, comma 6 del decreto-legge 201 dei 2011, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 214 del 2011, è aggiunto in fine il seguente periodo: "A decorrere dall'anno 2015

l'aliquota è stabilita nella misura del 13,5 per mille"».

3.180

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Sopprimere il comma 27 dell'articolo 3.

Conseguentemente, sopprimere il comma 125 dell'articolo 1 e il comma 207 dell'articolo 2.

All'articolo 1 comma 116 sostituire lo parola: «2015» *con la seguente:* «2016» *e al comma 117 sostituire le parole:* «250 milioni» *con le seguenti:* «150 milioni».

3.182

BONFRISCO

Precluso

Al comma 27, dopo il primo periodo, inserire il seguente: «È comunque escluso dal reddito imponibile di cui all'articolo 4, comma 1, lettera q), del decreto legislativo 12 dicembre 2003, n. 344, un ammontare pari alle erogazioni liberali che gli enti di cui al decreto legislativo 17 maggio 1999, n. 153, effettuano in attuazione di quanto previsto dall'articolo 2, comma 2, del medesimo decreto a favore dei soggetti pubblici e privati senza scopo di lucro».

Conseguentemente, al comma 75, in fine, aggiungere le seguenti frasi: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 300 milioni di euro per l'anno 2015 e a 150 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016».

3.184

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Al comma 27, dopo il primo periodo aggiungere il seguente: «È comunque escluso dal reddito imponibile di cui all'articolo 4, comma 1, lettera q) del decreto legislativo 12 dicembre 2003, n. 344, un ammontare pari alle erogazioni liberali che gli enti di cui al decreto legistivo 17 maggio 1999, n. 153, effettuano in attuazione di quanto previsto dall'articolo 2, comma 2, del medesimo decreto a favore di soggetti pubblici.

Conseguentemente, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variaoni di cui al periodo successivo. Le dotaoni di parte comnte, relative alle aut6rizzaoni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 100 milioni di euro per l'anno 2015 e a 50 milioni di euro a decomre dall'anno 2016».

3.185

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Al comma 27, dopo il primo periodo aggiungere il seguente: «È comunque escluso dal reddito imponibile di cui all'articolo 4, comma 1, lettera q) del decreto legislativo 12 dicembre 2003, n. 344, un ammontare pari alle erogazioni liberali che gli enti di cui al decreto legislativo 17 maggio 1999, n. 153, effettuano in attuazione di quanto previsto dall'articolo 2, comma 2, del medesimo decreto a favore di soggetti privati senza scopo di lucro».

Conseguentemente, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 200 milioni di euro per l'anno 2015 e a 100 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016».

3.186

BONFRISCO

Precluso

Al comma 27, sopprimere il secondo periodo.

3.190

PANIZZA, ZELLER, FRAVEZZI, LANIECE, Fausto Guilherme LONGO, BATTISTA, ZIN

Precluso

Dopo il comma 27, inserire i seguenti:

«27-*bis*. All'articolo 6 del decreto del Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, n. 601, al comma 1, lettera *c-bis)* dopo le parole: "e loro consorzi" sono aggiunte le seguenti: "nonché enti aventi le stesse finalità degli IACP, anche se istituiti in forma societaria, purché interamente partecipati da enti pubblici e costituiti ed operanti alla data dei 31 dicembre 2013".

27-*ter*. All'articolo 88 del decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, al comma 3, lettera *b)*, all'ultimo periodo dopo le parole: "comunque denominati" sono aggiunte le seguenti: "e agli enti aventi le stesse finalità degli IACP, anche se istituiti in forma societaria, purché interamente partecipati da enti pubblici e costituiti ed operanti alla data del 31 dicembre 2013".

27-*quater*. *Agli oneri derivanti dall'attuazione dei commi 27-bis* e 27-*ter*, pari a 4,5 milioni di euro a decorrere dal 2015, si provvede a valere sul Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307».

3.191

PANIZZA, ZELLER, FRAVEZZI, LANIECE, Fausto Guilherme LONGO, BATTISTA, ZIN

Precluso

Dopo il comma 27, aggiungere, i seguenti:

27-*bis*. All'articolo 88 del decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, al comma 3, lettera *b)*, all'ultimo periodo dopo le parole: «comunque denominati», sono aggiunte le seguenti: «e agli aventi le stesse finalità degli IACP, anche se istituiti in forma societaria, purché interamente partecipati da enti pubblici e costituiti ed operanti alla data, del 31 dicembre 2013,».

27-*ter*. All'articolo 6 del decreto del Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, n. 601, è aggiunto, in fine, il seguente comma:

2-*bis*. Per gli enti aventi le stesse finalità degli IACP, anche se istituiti in forma societaria, purché interamente partecipati da enti pubblici e costituiti ed operanti alla data del 31 dicembre 2013, l'imposta sul reddito delle persone giuridiche è ridotta del 40 per cento.

27-*quater*. Agli oneri derivanti dall'attuazione dei commi 27-*bis* e 27-*ter*, valutati in 3,6 milioni di euro a decorrere dal 2015, si provvede mediante corrispondente riduzione del Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, dei decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307.

3.193

CASTALDI, GIROTTO, CIOFFI, BULGARELLI

Precluso

Dopo il comma 27, inserire i seguenti:

«27-*bis*. A decorrere dal l o gennaio 2015, all'articolo 03, comma 1, del decreto-legge 5 ottobre 1993, n. 400, convertito, con modificazioni, dalla legge 4 dicembre 1993, n. 494, e successive modificazioni, apportare le seguenti modificazioni:

a) alla lettera *b)*, le parole da: «misura del canone annuo» fino a: « specchi acquei di cui al numero 1.3)» sono sostituite con le seguenti: «misura del canone annuo delle concessioni demaniali marittime, anche in essere, aventi ad oggetto aree, manufatti. e specchi acquei:

1) alle concessioni demaniali marittime con finalità turistico-ricreative si applicano i seguenti importi annualmente aggiornati secondo la percentuale stabilita con decreto del Ministero delle Infrastrutture e Trasporti, sulla base degli indici ISTAT dei prezzi al consumo per le famiglie di operai e impiegati:

1.1) area scoperta: euro 5,2 al metro quadrato per la categoria A; euro 2,6 al metro quadrato per la categoria B. Costituiscono aree scoperte gli arenili, le piattaforme, i piazzali e i percorsi simili anche asfaltati o cementati ovvero ricoperti da altro materiale idoneo ,allo scopo, su cui non insistono edificazioni che sviluppano una volumetria utilizzabile o praticabile;

1.2) area occupata con impianti di facile o di difficile rimozione, ivi comprese le pertinenze

demaniali: euro 28,00 al metro quadrato per la categoria A di superficie utile lorda ed euro 16,80 al metro quadrato per la categoria B di superficie utile lorda. Sono escluse dal computo della superficie utile lorda le seguenti superfici: vani tecnici e locali destinati esclusivamente agli impianti tecnici; aree per attrezzature tecnologiche di servizio; sottotetto tecnico; scale aperte di edifici; tettoie poste a protezione di passaggi, di pensiline o di strutture finalizzate a supportare pannelli solari o fotovoltaici; piani seminterrati il cui intradosso del solaio di copertura emerge per un massimo di 1,00 metro dalla linea di spiccato, rispetto ad uno qualunque dei fronti della costruzione; cavedi; spessori di muri perimetrali superiori a 35 centimetri. Per quanto non previsto dal presente numero, per il calcolo della superficie utile lorda si fa riferimento a quanto stabilito dal decreto del Presidente della Repubblica del 23 marzo 1998 n. 138.

1.3) euro 2,00 per ogni metro quadrato di mare territoriale per specchi acquei o delimitati da opere che riguardano i porti definite ai sensi dall'articolo 5 del testo unico di cui 'al regio decreto 2 aprile 1885, n. 3095, e comunque entro 100 metri dalla costa;

1.4) euro 1,44 per gli specchi acquei compresi tra 100 e 300 metri dalla costa; 1.5) euro 1,14 per gli specchi acquei oltre 300 metri dalla costa;

1.6) euro 0,58 per gli specchi acquei utilizzati per il posizionamento di campi boa per l'ancoraggio delle navi al di fuori degli specchi acquei di cui ai numeri 1.3),1.4) e 1.5);».

b) dopo la lettera *e)*, inserire la seguente: «e-*bis)* aumento dei canoni di cui alla lettera *b)* nella misura del 30 per cento per i titolari delle concessioni che violano l'obbligo di cui alla lettera *e)*.

27-*ter*. Il canone minimo per concessioni con finalità turistico-ricreative di aree, pertinenze demaniali, impianti di facile o di difficile rimozione e specchi acquei non può essere in nessun caso inferiore a euro 3.000,00/anno.

27-*quater*. Una quota parte dei canoni concessori annui di cui al comma 27-*bis*, pari al 30 per cento degli stessi, confluisce in un apposito fondo istituito nello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze, denominato «Fondo di Finanziamento Interventi di tutela e valorizzazione del territorio nazionale» e finalizzato alla realizzazione di interventi di manutenzione ordinaria e messa in sicurezza del territorio nazionale, nonché di tutela e valorizzazione del patrimonio ambientale e paesaggistico, con particolare riferimento alle zone costiere.

27-*quinquies*. Entro due mesi dall'istituzione del Fondo di cui al comma 27-*quater*, con decreto del Presidente del Consiglio dei Ministri, su proposta del Ministro dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, previa intesa in sede di Conferenza unificata, vengono definiti i criteri di individuazione degli interventi da realizzare e le modalità di ripartizione delle risorse tra le Regioni.».

3.195

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 27, aggiungere il seguente:

27-*bis*. Al Testo Unico delle Imposte sui Redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986 n. 917, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 10, comma 1, la lettera 1-*bis)* è abrogata;

b) dopo l'articolo 15 è inserito il seguente articolo: *Art. 15-bis. - Detrazioni per adozione internazionale* - Dall'imposta lorda si detrae un importo pari al cento per cento delle spese sostenute dai genitori adottivi nei confronti dell'ente autorizzato di cui all'articolo 39-*ter* della legge 4 maggio 1983 n. 184, nonché le altre spese direttamente sostenute e auto certificate dai genitori adottivi per l'espletamento della procedura di adozione disciplinata dalle disposizioni contenute nel Capo I del Titolo III della legge 4 maggio 1983, n. 184, nei limiti di un tetto di detraibilità fissato di 25.000 euro per ciascuna procedura adottiva ripartito anche su più anni».

27-*ter*. All'articolo 31, comma 3, della legge 4 maggio 1983, n. 184, la lettera *m)*, è abrogata.

27-*quater*, all'articolo 1 della legge 30 dicembre 2004, n. 311, il comma 152 è abrogato.

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 121, sostituire le parole: 200 milioni con le seguenti:

100 milioni.

3.196

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, CROSIO

Precluso

Sopprimere il comma 28.

Conseguentemente:

All'articolo 1, comma 116, sostituire la parola «2015» con «2016». Ali 'articolo 1, comma 117, sostituire la parola «2015» con «2016». All'articolo 2, comma 207, sostituire la parola «2015» con «2016», All'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole: «, ivi comprese le variazioni. di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 500 migliaia di euro di euro per l'anno 2015».

3.197

LANIECE, PANIZZA, PALERMO, Fausto Guilherme LONGO, ZIN, BATTISTA

Precluso

Dopo il comma 27, aggiungere il seguente:

«27-*bis*. A decorrere dal periodo di imposta successivo al 31 dicembre 2014 la base imponibile ai fini del calcolo dell'imposta sugli spettacoli per le case da gioco, come determinata dall'art. 3, comma 4, del decreto del Presidente della Repubblica del 26 ottobre 1972, n. 640 è ridotta forfettariamente di una percentuale pari al 50 per cento».

Conseguentemente all'articolo 1, comma 116, sostituire le parole: «100 milioni» *con le seguenti:* «85 milioni».

3.199

MANDELLI, PICCOLI, BRUNI, BONFRISCO, CERONI, D'ALI', MILO

Precluso

Sopprimere il comma 28.

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

3.200

GALIMBERTI

Precluso

Sopprimere il comma 28

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente del 3 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

3.201

D'ALI'

Precluso

Sopprimere il comma 28.

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente del 5 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

3.202

DE PETRIS, URAS

Precluso

Sopprimere il comma 28.

Conseguentemente all'articolo 1, al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni di euro a decorrere da12015» *con le seguenti* «100 milioni di euro nel 2015 e di 250 milioni di euro a decorrere dal 2016»; *al comma 121, sostituire le parole:* «200 milioni di euro a decorrere dal 2015» *con le seguenti:* «50 milioni di euro nel 2015 di 200 milioni di euro a decorrere dal 2016»; *al comma 124 sostituire le parole:* «850 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015-2016» *con le seguenti:* «350 milioni di euro per il 2015 e di 850 milioni di euro per il 2016»; *all'articolo 2, comma 67 sostituire le*

parole: «è ridotta di 238 milioni di euro per l'anno 2015» *con le seguenti:* «è ridotta di 358 milioni di euro per l'anno 2015».

3.203

GAMBARO

Precluso

Sopprimere il comma 28.

Conseguentemente all'articolo 3, dopo il comma 74 inserire il seguente:

«74-*bis*. A partire dal 1º gennaio 2016 è introdotta un'imposizione straordinaria sulla ricchezza finanziaria, al netto delle passività, con un'aliquota progressiva dello 0,5% a partire 1.500.00 a 3.000.000 euro, dell'1% da 3.000.001 a 8.000.000 euro e dell'1,5% oltre gli 8.000.001».

3.204

BONFRISCO, CERONI, D'ALI', MANDELLI, MILO

Precluso

Sopprimere il comma 28.

3.209

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 28 aggiungere il seguente:

«28-*bis*. All'articolo 19, comma 6 del decreto-legge n. 201 del 2011, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 214 del 2011, aggiungere, in fine, il seguente periodo: "a decorrere dall'anno 2015 l'aliquota è stabilita nella misura del 13,5 per mille».

3.210

BONFRISCO, CERONI, D'ALI', MANDELLI, MILO

Precluso

Dopo il comma 28, aggiungere il seguente:

«28-*bis*. All'articolo 1, comma 677, della legge 27 dicembre 2013, n. 147, le parole: "Per il 2014," sono soppresse».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 10.000.000;
2016: - 10.000.000;
2017: - 10.000.000.

3.211

BONFRISCO, CERONI, D'ALI', MANDELLI, MILO

Precluso

Dopo il comma 28, aggiungere il seguente:

«28-bis. Gli enti locali individuano e stabiliscono, entro sessanta giorni dall'entrata in vigore della presente legge, le idonee forme per assicurare la partecipazione di rappresentanti designati, rispettivamente, dalle organizzazioni della proprietà edilizia e degli inquilini, alla gestione dei soggetti, pubblici e privati comunque costituiti, che effettuano il servizio di raccolta nel territorio degli stessi enti dei rifiuti urbani».

3.212

BONFRISCO, CERONI, D'ALI', MANDELLI, MILO

Precluso

Dopo il comma 28, aggiungere il seguente:

«28-*bis*. Il ricorso da parte dei Comuni, al fine di contrastare l'emergenza abitativa, all'applicazione dell'articolo 1, comma 3, della legge 9 dicembre 1998, n. 431, costituisce titolo di preferenza nell'assegnazione di contributi pubblici per qualsiasi tipo di edilizia economica e popolare».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: - 10.000.000;
2016: - 10.000.000;
2017: - 10.000.000.

3.213

BONFRISCO, CERONI, D'ALI', MANDELLI, MILO

Precluso

Dopo il comma 28, aggiungere i seguenti:

«28-*bis*. All'articolo 37, comma 4-*bis*, decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, sostituire le parole: "5 per cento" con le seguenti: "15 per cento".

28-*ter*. Agli oneri derivanti dal comma 28-*bis* si provvede mediante corrispondente riduzione del Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307».

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

3.214

BONFRISCO, CERONI, D'ALI', MANDELLI, MILO

Precluso

Dopo il comma 28, aggiungere il seguente:

«28-*bis*. I commi 717 e 718 dell'articolo 1 della legge 27 dicembre 2013, n. 147 sono soppressi.

28-*ter*. Agli oneri derivanti dal comma 28-*bis* si provvede mediante corrispondente riduzione del Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307».

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente dell'l per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

3.215

CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, Eva LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE, BONFRISCO, D'ALI'

Precluso

Sopprimere i commi 29 e 30.

Conseguentemente, al comma 75, alla tabella A voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: - 140.000.000;
2016: - 150.000.000;
2017: - 150.000.000.

3.216

D'ALI'

Precluso

Sopprimere i commi 29 e 30.

Conseguentemente, alla tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: - 140.000.000;
2016: - 150.000.000;
2017: - 150.000.000.

3.217

D'ALI'

Precluso

Sopprimere i commi 29 e 30.

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 112, sostituire le parole: «250 milioni» *con le seguenti:* «100 milioni».

3.219

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Sopprimere i commi 29 e 30.

Conseguentemente:

all'articolo 1, comma 117, sostituire le parole: «250 milioni» con le seguenti: «100 milioni».

3.221

BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Dopo il comma 29 aggiungere il seguente:

«29-*bis*. È fatto divieto di istituire qualunque imposta straordinaria sull'ammontare dei depositi bancari, postali e presso istituti e sezioni per il credito a medio termine, conti correnti, depositi a risparmio e a termine, certificati di deposito, libretti e buoni fruttiferi, da chiunque detenuti».

3.223

BONFRISCO

Precluso

Sostituire il comma 31, con il seguente:

«31. All'articolo 63, comma 2, della legge n. 342 del 2000, dopo la parola: "estesa" sono aggiunte le seguenti parole: "in ragione del cinquanta per cento"».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 100.000.000;
2016: - 100.000.000;
2017: - 100.000.000.

3.224

BELLOT

Precluso

Dopo il comma 31, inserire il seguente:

«31-*bis*. Al fine di sostenere la concorrenza dei territori confinanti è istituito, nello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze, uri fondo. per garantire la riduzione del prezzo alla pompa nei territori delle Regioni confinanti con almeno due Regioni a Statuto speciale e uno o più Stati esteri, con una dotazione di 20 milioni di euro annui a decorrere dal 2015.

31-*ter*. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, di concerto con le Regioni interessate, sono definite le modalità di trasferimento delle disponibilità del fondo alle Regioni beneficiarie».

Conseguentemente

All'articolo 2, comma 207, sostituire le parole: «110 milioni» con le seguenti: «90 milioni».

3.233

BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, Eva LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Dopo il comma 31 aggiungere il seguente:

«31-*bis*. Al fine di agevolare la ripresa dell'attività economica e il ripristino delle condizioni di normalità, per i comuni colpiti dall'alluvione del 14 ottobre e del 5 novembre 2014 con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, da emanare entro il 30 marzo 2015, dalla data di entrata in vigore della presente legge, nel saldo finanziario in termini di competenza mista, rilevante ai fini della verifica del rispetto del patto di stabilità interno, non sono considerate le risorse provenienti dallo Stato e le relative spese di parte corrente e in conto capitale sostenute dalle province e dai comuni interessati dall'evento calamitoso,

per il rilascio delle autorizzazioni per opere di rilevanza urbanistica quali nuove costruzioni, nonché da alienazione di beni patrimoniali. Alla compensazione dei conseguenti effetti finanziari sui saldi di finanza pubblica recati dal presente comma, nel limite massimo pari a 10 milioni di euro per l'anno 2015, si provvede mediante corrispondente utilizzo del Fondo per la compensazione degli effetti finanziari non previsti a legislazione vigente conseguenti all'attualizzazione di contributi pluriennali, di cui all'articolo 6, comma 2, del decreto-legge 7 ottobre 2008, n. 154, convertito, con modificazioni, dalla legge 4 dicembre 2008, n. 189, e successive modificazioni. Il Ministro dell'economia e delle finanze è autorizzato ad apportare, con propri decreti, le occorrenti variazioni di bilancio».

3.235

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 31 aggiungere il seguente:

«31-*bis.* Per l'anno 2015 sono sospesi i versamenti e gli adempimenti tributari, compresi quelli contributivi, e quelli derivanti da cartelle emesse da agenti della riscossione per i territori colpiti dal sisma del 20 e 29 maggio 2012 e/o dai successivi eventi calamitosi ed alluvionali nel territorio della Regione Emilia Romagna».

Conseguentemente, sopprimere i commi 1165 e 125 dell'articolo 1 e il comma 207 dell'articolo 2.

3.236

BERTOROTTA, MOLINARI, VACCIANO, BOTTICI, MANGILI, BULGARELLI

Precluso

Al comma 32, sostituire le parole: «ai sensi dell'articolo 21, comma 2, del decreto legislativo 31 dicembre 1992, n. 546, e successive modificazioni. Il termine di due anni per la presentazione della suddetta istanza è calcolato a decorrere dalla data di entrata in vigore della legge 28 febbraio 2008, n. 31, di conversione del decreto-legge 31 dicembre 2007, n. 248.» con le seguenti: «ai sensi dell'articolo 38, del D.P.R. 29.9.1973, n. 602. Il termine di quarantotto mesi per la presentazione della suddetta istanza è calcolato a decorrere dalla data di entrata in vigore della legge 28 febbraio 2008, n. 31, di conversione del decreto-legge 31 dicembre 2007, n. 248. In alternativa al rimborso, i soggetti di cui al comma precedente hanno diritto a compensare il credito con i tributi maturati o maturandi nei confronti dell'Erario, ai sensi dell'articolo 17 del D.Lgs. 9.7.1997, n. 241 e successive modificazioni. Il diritto alla compensazione deve essere riconosciuto a chi ha provveduto a presentare domanda entro i termini fissati dal comma precedente».

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dtazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni, di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 100 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016, 2017».

3.237

URAS, DE PETRIS

Precluso

Dopo il comma 32 inserire i seguenti:

«32-*bis.* Al fine di favorire i processi di ricostruzione e di ripresa economica delle Regioni colpite da gravi eventi alluvionali nel bienni 2013-2014, relativamente agli interventi per i quali non sia possibile rispettare le scadenze di impegno, è possibile derogare ai termini per l'assunzione delle obbligazioni giuridicamente vincolanti previsti dalle norme precedenti, a condizione che tali interventi siano aggiudicati entro il termine del 31 dicembre 2015.

32-*ter.* A tal fine, i soggetti aggiudicaori dei predetti interventi dovranno certificare, entro 30 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, le date previste per l'assunzione delle relative obbligazioni giuridicamente vincolanti.

32-*quater.* L'incarico del Commissario delegato, nominato ai sensi dell'articolo 1, comma 123 della legge 27 dicembre 2013, n. 147 e s.m.i., prosegue oltre la scadenza dello stato di emergenza di cui all'articolo 5, comma 1 della legge 24 febbraio 1992, n. 225, fino al completamento degli interventi

di ripristino, in Sardegna, della viabilità nelle strade statali e provinciali interrotte o danneggiate dall'alluvione del 2013 e, comunque, non oltre il 31 dicembre 2015. Restano ferme le disposizioni di cui all'Ordinanza del Capo del Dipartimento della Protezione Civile n. 144 del 6 febbraio 2014, n. 144, come integrata dall'Ordinanza n. 164 dell'11 aprile 2014».

32-*quinques*. Le risorse dei bienni 2015-2016 di cui al comma 121 della legge n. 147 del 27 dicembre 2013 sono assegnate con uguale copertura finanziaria, dal CIPE, entro sessanta giorni dall'approvazione della presente legge, con propria delibera, adottata d'intesa con la Presidenza del Consiglio dei ministri Dipartimento della protezione civile, alla Regione Sardegna per il ristoro dei danni delle aziende, dei cittadini, dei Comuni e delle infrastrutture pubbliche patiti durante l'alluvione del 13 novembre 2013. I criteri di ristoro dei danni sono determinati con proprio decreto dal Presidente della Regione Sardegna».

3.238

BELLOT, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 32 inserire il seguente:

«32-*bis*. Presso il Ministero dell'interno è istituito il "Fondo speciale per la gestione e il mantenimento del sacrario vittime del Vajont", di seguito denominato "Fondo", allo scopo di finanziare progetti di gestione e manutenzione del sacrario delle vittime del disastro del Vajont sito in località San Martino, Fortogna, comune di Longarone. Per il finanziamento del Fondo è autorizzata la spesa di 50 mila euro per gli anni 2015 e 2016».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 125, sostituire le parole: «187,5 milioni» *con le seguenti:* «187,450 milioni».

3.240

BELLOT, MUNERATO, COMAROLI, TOSATO, BISINELLA, STEFANI

Precluso

Dopo il comma 32, aggiungere il seguente:

«32-*bis*. Al fine di finanziare le spese conseguenti allo stato di emergenza derivante dagli eccezionali eventi meteorologici che hanno colpito il territorio del Veneto tra gennaio e febbraio del 2014, nonché per la copertura degli oneri conseguenti allo stesso, è autorizzata la spesa di 50 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016. All'onere derivante dall'applicazione del presente comma si provvede, per l'anno 2015, a valere sulle risorse del Fondo per lo sviluppo e la coesione che si renderanno disponibili a seguito della verifica sull'effettivo stato di attuazione degli interventi previsti nell'ambito della programmazione 2007-2013, per un importo pari a 50 milioni di euro per l'anno 2015, destinato ad interventi in conto capitale nei territori colpiti dai predetti eventi calamitosi.

2. Per le medesime finalità di cui al comma 1, sono assegnati dal CIPE, con propria delibera, adottata d'intesa con la Presidenza del Consiglio dei ministri - Dipartimento della protezione civile, 50 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016, a valere sulle risorse della programmazione nazionale 2014-2020 del Fondo per lo sviluppo e la coesione. Con la stessa delibera sono stabilite le procedure per la concessione dei contributi a valere sugli importi assegnati dal CIPE».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 50 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016».

3.241

BLUNDO, BULGARELLI

Precluso

Dopo il comma 32, aggiungere il seguente:

«32-*bis*. Le persone fisiche che, alla data del 6 aprile 2009, avevano il domicilio fiscale nei comuni individuati dall'articolo 1, comma 2, del decreto-legge 28 aprile 2009, n. 39, convertito con modificazioni dalla legge 24 giugno 2009, n. 77, sono sospesi dal pagamento della TASI fino al

periodo di imposta in corso alla data del 31 dicembre 2017. Le disposizioni di cui al presente comma si applicano, altresì, nei confronti dei soggetti diversi dalle persone fisiche aventi il domicilio fiscale o la sede operativa nei comuni di cui al comma 1».

Conseguentemente, al medesimo articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 500 milioni di euro per ciascuno annui per ciascuno degli anni 2015, 2016, 2017».

3.242

BELLOT, MUNERATO, COMAROLI, TOSATO, BISINELLA, STEFANI

Precluso

Dopo il comma 32, aggiungere il seguente:

«32-*bis*. Al fine di finanziare le spese conseguenti allo stato di emergenza derivante dagli eccezionali eventi meteorologici che hanno colpito il territorio del Veneto tra Gennaio e Febbraio del 2014, nonché per la copertura degli oneri conseguenti allo stesso, è autorizzata la spesa di 50 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016».

Conseguentemente:

all'articolo 3, comma 76, aggiungere, infine, le parole:

«, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 50 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015 e 2016».

3.243

BERTOROTTA, MOLINARI, VACCIANO, BOTTICI, MANGILI, BULGARELLI

Precluso

Dopo il comma 32, aggiungere il seguente:

32-*bis*). «In alternativa al rimborso, i soggetti di cui al comma precedente hanno diritto a compensare il credito con i tributi maturati o maturandi nei confronti dell'Erario, ai sensi dell'articolo 17 del Decreto legislativo del 9.7.1997, n. 241 e successive modificazioni. Il diritto alla compensazione deve essere riconosciuto a chi ha provveduto a presentare domanda entro i termini fissati dal comma precedente».

Conseguentemente, all'articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 100 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016, 2017».

3.245

URAS

Precluso

Sopprimere il comma 33.

Conseguentemente: all'articolo 1, comma 112 sostituire la parola: «250» *con la seguente:* «171,5».

3.246

BONFRISCO, GIBIINO

Precluso

Sopprimere il comma 33.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: -100.000.000;
2016: -100.000.000;
2017: -100.000.000.

3.248

BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI,

LIUZZI, FALANGA, Eva LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Sopprimere il comma 33.

Conseguentemente, al comma 75, tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze apportare le seguenti variazioni:

2015: -78.500.000;
2016: -78.500.000;
2017: -78.500.000.

3.251

MANDELLI

Precluso

Sopprimere il comma 33.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti modificazioni:

2015: -78,5;
2016: -78,5.

3.252

AMIDEI, PICCOLI, BERTACCO

Precluso

Sopprimere il comma 33.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti modificazioni:

2015: - 78,5;
2016: - 78,5.

2.253

TOSATO, COMAROLI, BISINELLA, FRAVEZZI

Precluso

Sopprimere il comma 33.

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole:«, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 80 milioni di euro o a decorrere dal 2015».

3.254

FRAVEZZI, BATTISTA, Fausto Guilherme LONGO, ZIN, PUPPATO

Precluso

Sopprimere il comma 33.

Conseguentemente all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 80 milioni di euro a decorrere dal 2015».

3.256

ZELLER, BERGER, PALERMO, LANIECE, BATTISTA, FRAVEZZI, PANIZZA

Precluso

Sopprimere il comma 33.

3.257

D'AMBROSIO LETTIERI, MILO

Precluso

Sopprimere il comma 33.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le

seguenti modificazioni:

2015: - 78,5;

2016: - 78,5.

3.258

DI BIAGIO

Precluso

Il comma 33 è soppresso.

3.260

TOSATO, COMAROLI, BISINELLA

Precluso

Sostituire il comma 33, con il seguente:

«33. All'articolo 63, comma 2 della legge 21 novembre 2000, n. 342, dopo la parola: "estesa" sono aggiunte le seguenti parole: "in ragione della metà"».

Conseguentemente, al comma 125, sostituire la cifra: «187,5»*, con la seguente:* «27,5».

3.263

MANDELLI, PICCINELLI

Precluso

Il comma 33 è sostituito dal seguente:

«33. All'articolo 63 della legge 21 novembre 2000, n. 342, al comma 2, sostituire le parole: "venti anni" venticinque anni».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti modificazioni:*

3.264

URAS, DE PETRIS

Precluso

Sostituire il comma 33 con il seguente:

«33. Al comma 4 dell'articolo 63 della Legge 342/2000 dopo le parole: "forfettaria annua" sostituire le parole: "di lire 50.000 per gli autoveicoli e di lire 20.000 per i motoveicoli" con le parole: "di euro 75,00 per gli autoveicoli di euro 35,00 per i motoveicoli"».

Conseguentemente: all'articolo 1, comma 112 sostituire la parola: «250» *con la seguente:* «171,5».

3.265

MANDELLI, GIBIINO, RIZZOTTI, PICCINELLI

Precluso

Sostituire il comma 33 con il seguente:

«33. Al comma 4 dell'articolo 63 della legge 342/2000 dopo le parole: "forfettaria annua" sostituire le parole: "di lire 50.000 per gli autoveicoli e di lire 20.000 per i motoveicoli" con le parole: «di euro 75,00 per gli autoveicoli di euro 35,00 per i motoveicoli"».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti modificazioni:*

2015: - 78,5;

2016: - 78,5.

3.269

ZELLER, BERGER, PALERMO, LANIECE, BATTISTA, FRAVEZZI, PANIZZA

Precluso

Sostituire il comma 33 con il seguente:

«33. All'articolo 63, comma 4, della legge 21 novembre 2000, n.342, alla fine del primo periodo, le parole: "di lire 50.000 per gli autoveicoli e di lire 20.000 per i motoveicoli", sono sostituite dalle seguenti: "di euro 75,00 per gli autoveicoli e di euro 35,00 per i motoveicoli"».

3.270

TOSATO, COMAROLI

Precluso

Sostituire il comma 33 con il seguente:

«33. Al comma 4 dell'articolo 63 della legge 21 novembre 2000, n. 342, sostituire le parole: "di lire 50.000 per gli autoveicoli e di lire 20.000 per i motoveicoli" con le seguenti: "di euro 75,00 per gli autoveicoli e di euro 35,00 per i motoveicoli"».

3.271

DE PIN, MASTRANGELI, BOCCHINO, CAMPANELLA

Precluso

Sostituire il comma 33 con il seguente:

«Al comma 4 dell'articolo 63 della Legge 342/2000 dopo le parole: "forfettaria annua" sostituire le parole: "di lire 50.000 per gli autoveicoli e di lire 20.000 per i motoveicoli" con le parole: "di euro 75,00 per gli autoveicoli di euro 35,00 per i motoveicoli"».

3.273

D'AMBROSIO LETTIERI, MILO, TARQUINIO, SCOMA

Precluso

Sostituire il comma 33, con il seguente:

«33. All'articolo 63 della legge 21 novembre 2000, n. 342, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al comma 4, dopo le parole: "forfettaria annua" sostituire le parole: "di lire 50.000, per gli autoveicoli e di lire 20.00 per i motoveicoli" con le parole: "di euro 75,00 per gli autoveicoli di euro 35,00 per gli autoveicoli"».

3.274

TOSATO, COMAROLI, BISINELLA

Precluso

Al comma 33, sopprimere le lettere a) e c), sostituire la lettera b) con lo seguente:

b) al comma 4), il primo periodo è sostituito con il seguente: «i veicoli di cui al comma 2 sono assoggettati, in caso di utilizzazione sulla pubblica strada, ad una tassa di circolazione di importo pari a quello della tassa di proprietà dovuto dai mezzi moderni».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 50 milioni di euro o a decorrere dal 2015».

3.275

TOSATO, COMAROLI, BISINELLA

Precluso

Al comma 33, sopprimere le lettere a) e c) e sostituire la lettera b) con la seguente:

b) al comma 2 sostituire le parole: «venti anni» con le seguenti: «venticinque anni».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 50 milioni di euro o a decorrere dal 2015».

3.276

TOSATO, COMAROLI, BISINELLA

Precluso

Al comma 33, sopprimere la lettera a) e sostituire la lettera b) con la seguente:

b) al comma 2 sostituire le parole: «agli autoveicoli e» con le seguenti: «ai».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 22 milioni di

euro o a decorrere dal 2015».

3.277

TOSATO, COMAROLI, BISINELLA

Precluso

Al comma 33, sopprimere la lettera a) e sostituire la lettera b) con la seguente:

b) al comma 2 sostituire le parole: «agli autoveicoli e» con le seguenti: «ai»;

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 117, sostituire le parole: «250 milioni» *con le seguenti:* «228 milioni».

3.279

TOSATO, COMAROLI, BISINELLA

Precluso

Al comma 33, sopprimere la lettera b).

Conseguentemente, al comma 125, sostituire la cifra: «187,5» *con la seguente:* «27,5».

3.280

CASALETTO, DE PIN

Precluso

Dopo il comma 33, inserire il seguente periodo: «l'imu per i terreni agricoli è abolita».

3.282

GIBIINO, MANDELLI

Precluso

Dopo il comma 33, aggiungere il seguente:

«33-*bis*. All'articolo 23, del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, il comma 21 è soppresso».

Conseguentemente, ridurre dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

3.283

DE PETRIS, STEFANO, PETRAGLIA, URAS

Precluso

Dopo il comma 33, aggiungere il seguente:

«33-*bis*. Dopo il secondo periodo del comma 5-*bis*, dell'articolo 4, del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16, convertito, con modificazioni, dalla legge 26 aprile 2012, n. 44, è aggiunto il seguente: "L'esenzione è riconosciuta anche ai terreni, ovunque localizzati, posseduti o condotti da produttori agricoli che, nell'anno solare precedente, hanno realizzato un volume d'affari non superiore a 7.000 euro, costituito per almeno due terzi da cessioni di prodotti di cui alla prima parte della tabella A allegata al decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633"».

3.284

URAS, STEFANO, DE PETRIS, PETRAGLIA

Precluso

Dopo il comma 33, aggiungere il seguente:

«33-*bis*. Dopo il secondo periodo del comma 5-*bis*, dell'articolo 4, del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16, convertito, con modificazioni, dalla legge 26 aprile 2012, n. 44, è aggiunto il seguente: "L'esenzione è riconosciuta anche ai terreni con destinazione a pascolo e bosco ovunque localizzati, qualora posseduti o condotti da coltivatori diretti e imprenditori agricoli professionali di cui all'articolo 1 del decreto legislativo 29 marzo 2004, n. 99, iscritti nella previdenza agricola"».

3.285

STEFANO, DE PETRIS, PETRAGLIA, URAS

Precluso

Dopo il comma 33, aggiungere il seguente:

«33-*bis*. Nel terzo periodo del comma 5-*bis*, dell'articolo 4, del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16, convertito, con modificazioni, dalla legge 26 aprile 2012, n.44, le parole: "a decorrere dal

medesimo anno 2014" sono sostituite dalle seguenti: "per l'anno 2014 e non inferiore a 300 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015"».

Conseguentemente, nel primo periodo del comma 112 dell'articolo 1, sostituire le parole: «250 milioni»*, con le seguenti:* «200 milioni».

3.287

URAS

Precluso

Dopo il comma 34, inserire il seguente:

«34-*bis*. Gli interventi pubblici a finanziamento nazionale, regionale e locale anche con il concorso fondi comunitari finalizzati alla ricostruzione dei territori, alla messa in sicurezza del patrimonio edilizio pubblico e privato, al ripristino e allo sviluppo dell'attività economica ed imprenditoriale delle zone della regione Sardegna interessate dagli eventi alluvionali del mese di novembre 2013 non sono assoggettate, per il triennio 2015-2017, al patto di stabilità interno».

Conseguentemente, all'articolo 1, al comma 112 sostituire la parola: «250»*, con la seguente:* «50»*; al comma 121 sostituire la parola:* «200» *con la seguente:* «100» *e all'articolo 2, comma 67 sostituire le parole:* «238 milioni a di euro per l'anno 2015 e di 200 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016»*, con le seguenti:* «338 milioni di euro per l'anno 2015 e di 300 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016».

3.288

BELLOT, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 34, inserire il seguente:

«34-*bis*. L'articolo 15-*bis* della legge 22 aprile 1941, n. 633, è sostituito dal seguente:

"Art. 15-*bis*. 1. I proventi spettanti alla SIAE sono ridotti quando l'esecuzione, la rappresentazione o la recitazione dell'opera avvengono nella sede dei centri o degli istituti di assistenza, formalmente istituiti, nonché delle associazioni di volontariato, di associazioni di promozione sociale, di *Onlus* e di organizzazioni non lucrative di utilità sociale, di cooperative sociali, purché destinate ai soli soci ed invitati e sempre che non vengano effettuate a scopo di lucro. In mancanza di accordi fra la Società italiana degli autori ed editori (SIAE) e le associazioni di categoria interessate, la misura del compenso sarà determinata con decreto del Presidente del consiglio dei Ministri, sentito il Ministro dell'interno".

2. I centri anziani hanno diritto all'esenzione totale dal pagamento dell'imposta dovuta alla Società italiana degli autori ed editori (SIAE) nell'effettuazione delle loro attività; purché queste siano strettamente riservate agli associati e non soggette a pagamento di ingresso da parte degli stessi.

3. Il Ministro dell'economia e delle finanze, di concerto con il Ministro della solidarietà sociale, sentite le associazioni nazionali interessate e la SIAE, adotta con il medesimo decreto di cui al comma 1, da emanare entro sessanta giorni dall'entrata in vigore della presente legge, il regolamento per l'attuazione delle disposizioni del presente comma».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 125, sostituire le parole: «187,5 milioni»*, con le seguenti:* «177,5 milioni».

3.289

FUCKSIA

Precluso

Dopo il comma 34, aggiungere i seguenti:

«34-*bis*. Alla Tabella A, Parte II, allegata al Decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633, dopo il numero 41-*quater)*, è aggiunto il seguente:

"41-*quinquies)* cibo per cani e gatti e prodotti farmaceutici veterinari".

34-*ter*. All'articolo 10, comma 1, del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633, dopo il numero 18), è aggiunto il seguente:

"18-*bis)* prestazioni veterinarie di diagnosi, cura e riabilitazione"».

Conseguentemente, al medesimo articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo . pari a 50 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016, 2017».

3.290

MARTELLI, NUGNES, MORONESE, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI, CATALFO

Precluso

Dopo il comma 34, aggiungere il seguente:

«34-*bis.* Alla tabella A, parte III del decreto del Presidente della Repubblica 633 del 1972, dopo il numero 114), aggiungere le seguenti parole: "saponi comuni; detersivi prodotti con certificazione biologica e di fabbricazione comunitaria; prodotti per l'igiene della persona prodotti con certificazione biologica e di fabbricazione comunitaria"».

Conseguentemente, al medesimo articolo 3, al comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni in conto capitale, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 125 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016, 2017».

3.291

BELLOT

Precluso

Dopo il comma 34, inserire il seguente:

«34-*bis*. A decorrere dall'anno 2015, per le attività indicate nella tariffa dell'imposta sugli intrattenimenti allegata al decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 640, svolte dai comuni fino a 15.000 abitanti e dalle associazioni territoriali, in occasione di celebrazioni, ricorrenze o altre manifestazioni, l'aliquota è ridotta del 50 per cento.

2. Prima dell'inizio di ciascuna iniziativa di cui al comma 1, è data comunicazione all'ufficio accertatore territorialmente competente».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 117, sostituire le parole: «250 milioni»*, con le seguenti:* «246 milioni».

3.293

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 34 inserire il seguente:

«34-*bis*. Al punto 3 della tabella A del decreto legislativo 26 ottobre 1995, n. 504, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) Dopo le parole: "navigazione nelle acque" è soppressa la parola: "marine";

b) Dopo le parole: "acque marine comunitarie" sono inserite le seguenti: "e nelle acque interne";

c) Dopo le parole: "trasporto delle merci," sono inserite le seguenti: "e al trasporto dei passeggeri a scopo commerciale,"».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 125, sostituire le parole: «di 187,5 milioni» *con le seguenti:* «di 185, 5 milioni».

3.294

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 34 inserire il seguente:

«34-b*bis*. Al punto 3 della tabella A del decreto legislativo 26 ottobre 1995, n. 504, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) Dopo le parole: "acque marine comunitarie" sono inserite le seguenti: "e nelle acque interne";

b) , Dopo le parole: "trasporto delle merci,» sono inserite le seguenti: "e al trasporto dei

passeggeri a scopo commerciale,"».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 125, sostituire le parole: «di 187,5 milioni» *con le seguenti: «di 185,5 milioni».*

3.295

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 34 inserire il seguente:

«34-*bis*. Al punto 3 della tabella A del decreto legislativo 26 ottobre 1995, n. 504, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) Dopo le parole: "navigazione nelle acque ti è soppressa la parola: "marine";

b) Dopo le parole: "trasporto delle merci," sono inserite le seguenti: "e al trasporto dei passeggeri a scopo commerciale,"».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 125, sostituire le parole: «di 187,5 milioni» *con le seguenti:* «di 185, 5 milioni».

3.296

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 34 inserire il seguente:

«34-*bis*. Al punto 3 della tabella A del decreto legislativo 26 ottobre 1995, n. 504, dopo le parole: "trasporto delle merci," sono inserite le seguenti: "e al trasporto dei passeggeri a scopo commerciale,"».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 125, sostituire le parole: «di 187,5 milioni» con le seguenti: «di 185, 5 milioni».

3.297

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 34 inserire il seguente:

«34-*bis*. Al punto 3 della tabella A del decreto legislativo 26 ottobre 1995, n. 504, dopo le parole: "trasporto delle merci," sono inserite le seguenti: "e al trasporto dei passeggeri a scopo commerciale, comprese le imbarcazioni battenti bandiera dei Paesi extracomunitari,"».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 125, sostituire le parole: «di 187,5 milioni» *con le seguenti:* «di 137,5 milioni».

3.299

STEFANO, URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA

Precluso

Dopo il comma 36 aggiungere il seguente:

«36-*bis*. Limitatamente al settore della pesca ed in deroga a quanto previsto dalle disposizioni di legge che prevedono divieti o limiti di partecipazione, le imprese non finanziarie di grandi dimensioni, nonché gli enti pubblici e privati possono partecipare al capitale sociale dei confidi di cui al comma 4 dell'articolo 102 del decreto legislativo 1 settembre 1993, n. 385 e fruire delle garanzie da essi rilasciate, purché le piccole e medie imprese socie dispongano almeno della metà più uno dei voti esercitabili nell'assemblea e la nomina dei componenti degli organi che esercitano funzioni di gestione e di supervisione strategica sia riservata all'assemblea».

3.300

STEFANO, URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA

Precluso

Dopo il comma 36 aggiungere il seguente:

«36-*bis*. Le risorse per l'attuazione delle convenzioni di cui all'articolo 5 del decreto legislativo 18 maggio 2001, n. 226 sono incrementate di euro 3.000.000 per il 2015, di euro 2.500.000 per il 2016 e di euro 2.000.000 per il 2017. Al relativo onere si provvede a valere sulle risorse recate dal Fondo

centrale per il credito peschereccio, istituito presso il ministero delle Politiche agricole, alimentari e forestali, nonché sulle risorse resesi disponibili sul Fondo di Rotazione di cui all'articolo 5, legge 16 aprile 1987, n. 183, valutate in euro 13 milioni per le misure dell'Asse 4 e in euro 36 milioni per le misure dell'Asse 2, a seguito della rimodulazione del tasso di cofinanziamento nazionale relativo al Fondò Europeo Pesca di cui al Regolamento (CE) n. 1198/2006 del 27 luglio 2007, con riferimento alle risorse assegnate dall'articolo 12 del Regolamento stesso. Le quote liberatesi di competenza delle Regioni sono utilizzate per le medesime finalità».

3.301

STEFANO, URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA

Precluso

Dopo il comma 36 aggiungere il seguente:

«36-*bis*. Con riferimento alle risorse assegnate dall'articolo 12 Regolamento (CE) n. 1198/2006 del 27 luglio 2007, del Consiglio, il Fondo europeo Pesca, il fondo di rotazione di cui all'articolo 5, legge 16 aprile 1987, n. 183, a seguito della rimodulazione del tasso di cofinanziamento nazionale, è incrementato per l'anno 2015 di euro 13 milioni con riferimento alle misure dell'Asse 4 e di euro 36 milioni per le misure dell'Asse 2 del Regolamento stesso. Le quote libera tesi, di competenza delle Regioni, sono utilizzate per le medesime finalità».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 77, tabella C, voce Piano triennale della pesca (ministero infrastrutture - 4.1. Cap. 2179) la dotazione finanziaria viene incrementata nel 2015 da 338.552 a 1.000.000 euro; nel 2016 da 346.324 a 900.000 euro; nel 2017 da 346.324 a 800.000; e la voce ministero delle politiche agricole, alimentari e forestali, legge 8 luglio 1991, n. 267, relativa all'attuazione del Piano nazionale della pesca marittima e misure in materia di credito peschereccio, nonché di riconversione delle unità da pesca adibite alla pesca con reti da posta derivanti: articolo 1, comma 1, Attuazione del piano nazionale per la pesca marittima (1.5 - Capp. 1173, 1413, 1414, 1415, 1418, 1477, 1488) *apportare le seguenti variazioni:*

2015: +5.000.000;
2016: +4.000.000;
2017: +3.000.000.

3.302

ARACRI

Precluso

Dopo il comma 39, aggiungere il seguente:

«39-*bis*. All'articolo 1 della legge 27 dicembre 2013, n. 147, dopo il comma 618, aggiungere i seguenti:

"618-*bis*. Al fine di ridurre il numero delle pendenze giudiziarie, stabilizzando il gettito legato al recupero delle relative imposte, contributi e sanzioni ed. agevolando gli investimenti destinati alla crescita del livello occupazionale ed allo sviluppo delle imprese, le liti derivanti da ogni tipo di contestazione relativa ad attività di impresa o di lavoro autonomo, pendenti alla data del 31 ottobre 2014 dinanzi alle commissioni tributarie, al giudice del lavoro o al giudice ordinario in ogni grado del giudizio e anche a seguito del rinvio, possono essere definite a domanda del soggetto che ha proposto l'atto introduttivo del giudizio, con il pagamento di una somma:

di 500 euro se il valore della lite è di importo fino a euro 2.000;

pari al 30 per cento del valore della lite se il valore della lite è superiore a euro 2.000

e la contestuale presentazione all'ufficio titolare dell'atto impugnato di un piano di investimenti per gli anni 2015 e 2016 pari alla differenza tra quanto versato e il valore della lite stessa.

618-*ter*. Le somme dovute ai sensi del comma 618-*bis* sono versate entro e non oltre il 31 marzo 2015, secondo le ordinarie modalità previste per il versamento diretto dei tributi e contributi cui la lite si riferisce, esclusa in ogni caso la compensazione prevista dall'articolo 17 del decreto legislativo 9 luglio 1997, n. 241, e successive modificazioni. Dette somme possono essere versate anche ratealmente, in un massimo di sei rate trimestrali se le somme dovute superano euro 50.000. L'importo

della prima rata è versato entro il termine indicato nel primo periodo. Gli interessi legali sono calcolati dal 1º aprile 2015 sull'importo delle rate successive. L'omesso versamento delle rate successive alla prima entro le date inicate comporta la decadenza dal beneficio e il recupero del residuo.

618-*quater*. La presentazione del piano di investimenti deve avvenire entro e non oltre il 31 marzo 2015, unitamente alla prova dell'avvenuto pagamento dell'importo dovuto o della prima rata, secondo le modalità stabilite con provvedimento del direttore del competente ufficio dell'amministrazione finanziaria dello Stato parte del giudizio.

618-*quinquies*. Ai fIni del presente articolo si intende:

a) per lite pendente, quella avente ad oggetto avvisi di accertamento, provvedimenti di irrogazione delle sanzioni ed ogni altro atto di imposizione e recupero di imposte e contributi, per i quali alla data di entrata in vigore della presente legge, è stato proposto l'atto introduttivo del giudizio, nonché quella per la quale l'atto introduttivo sia stato dichiarato inammissibile con pronuncia non passata in giudicato. Si intende, comunque, pendente la lite per la quale, alla 31 ottobre 2014, non sia intervenuta sentenza passata in giudicato;

b) per valore della lite, da assumere a base di calcolo della definizione, l'importo dell'imposta, dei contributi e delle sanzioni che hanno formato oggetto di contestazione in primo grado, al netto degli interessi; il valore della lite è determinato con riferimento a ciascun atto introduttivo del giudizio, indipendentemente dal numero di soggetti interessati e dai tributi e contributi in esso indicati.

618-*sexies*. Restano comunque dovute a titolo definitivo, con esclusione. delle sanzioni, le somme il cui pagamento è previsto dalle vigenti disposizioni in pendenza di lite, anche se non iscritte a ruolo o liquidate.

618-*septies*. Le liti che possono essere definite ai sensi delle presenti disposizioni sono sospese fino al 30 giugno 2015; qualora sia stata già fissata la trattazione della lite nel suddetto periodo, i giudizi sono sospesi a richiesta del contribuente che dichiari di volersi avvalere di tali disposizioni.

618-*octies*. Gli uffici di cui al comma 618-*bis* trasmettono alle commissioni tributarie, ai tribunali e alle corte di appello, entro il 30 giugno 2015, un elenco delle liti pendenti per le quali è stata presentata domanda di definizione. Tali liti sono sospese fino a luglio 2017. L'estinzione del giudizio viene dichiarata a seguito di comunicazione degli uffici di cui al comma 618-*bis* attestante la regolarità della domanda di definizione ed il pagamento integrale di quanto dovuto. La predetta comunicazione deve essere depositata nella segreteria della commissione o nella cancelleria degli uffici giudiziari entro luglio 2017. Entro la stessa data l'eventuale diniego della definizione, oltre ad essere comunicato alla segreteria della commissione o alla cancelleria degli uffici giudiziari, viene notificato all'interessato il quale, entro sessanta giorni, lo può impugnare dinanzi all'organo giurisdizionale presso il quale pende la lite.

618-*novies*. La definizione di cui al comma 618-*bis* effettuata da parte di uno dei coobbligati esplica efficacia a favore degli altri; inclusi quelli per i quali non sia più pendente, fatto salvo quanto previsto dal comma 618-*sexies*"».

Conseguentemente, al comma 66, aggiungere infine le seguenti parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C ad eccezione di quelle relative al Ministero del lavoro e delle politiche sociali, al Ministero della salute e al Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca, sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 100 milioni per l'anno 2015».

Alla tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: - 20.000;
2016: - 20.000;
2017: - 20.000.

3.303

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 42, aggiungere i seguenti:

«42-*bis*. All'articolo 1 della legge 24 dicembre 2012, n. 228, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al comma 491:

1) sono premesse le seguenti parole: "Nelle more dell'approvazione definitiva della proposta di direttiva COM(2013)71 del Consiglio, del 14 febbraio 2013, in via transitoria";

2) le parole: "Per valore della transazione si intende il valore del saldo netto delle transazioni regolate giornalmente relative al medesimo strumento finanziario e concluse nella stessa giornata operativa da un medesimo soggetto, ovvero il corrispettivo versato," sono sostituite dalle seguenti: "Per valore della transazione si intende il valore della singola operazione";

3) le parole: "Sono altresì esclusi dall'imposta i trasferimenti di proprietà di azioni negoziate in mercati regolamentari o sistemi multilaterali di negoziazione emesse da società la cui capitalizzazione media nei mese di novembre dell'anno precedente a quello in cui avviene il trasferimento di proprietà sia inferiore a 500 milioni di euro" sono sostituite dalle seguenti: "Sono altresì esclusi dall'imposta i trasferimenti di proprietà di azioni emesse da società la cui capitalizzazione media nel mese di novembre dell'anno precedente a quello in cui avviene il trasferimento di proprietà sia inferiore a 500 milioni di euro";

b) al comma 492:

1) le parole: "che abbiano come sottostante prevalentemente uno o più strumenti finanziari di cui al comma 491, o il cui valore dipenda prevalentemente da uno o più degli strumenti fmanziari di cui al medesimo comma," e le parole: ", che permettano di acquisire o di vendere prevalentemente uno o più strumenti finanziari di cui al comma 491 o che comportino un regolamento in contanti determinato con riferimento prevalentemente a uno o più strumenti finanziari indicati al precedente comma" sono soppresse; le parole: "ad imposta in misura fissa, determinata con riferimento alla tipologia di strumento e al valore del contratto, secondo la tabella 3 allegata alla presente legge" sono sostituite dalle seguenti: "ad imposta con aliquota dello 0,05 per cento siti valore della transazione";

c) dopo il comma 499, è inserito il seguente:

"499-*bis*. Nella nota 3-*ter* all'articolo 13 della tariffa allegata al decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 642, e successive modificazioni, è aggiunto, in fine, il seguente periodo: 'Non sono altresì soggette all'imposta le comunicazioni relative ai depositi di titoli emessi con modalità diverse da quelle cartolari e, comunque oggetto di successiva dematerializzazione, il cui complessivo valore nominale o di rimborso posseduto presso ciascuna banca sia pari o inferiore a mille euro'";

d) al comma 500 è aggiunto, in fine, il seguente periodo: "Le disposizioni previste, in via transitoria, dai commi da 491 al presente comma, sono adeguate, entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della normativa definitiva di cui alla proposta di direttiva COM(2013)71 del Consiglio, del 14 febbraio 2013, a quanto disposto da tale normativa IIIevedendo, in particolare, l'introduzione del principio di emissione a complemento del generale principio di residenza, al fine di limitare i fenomeni di delocalizzazione degli istituti finanziari.

42-*ter*. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, da emanare entro trenta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono stabilite le modalità di attuazione delle disposizioni di cui al comma precedente"».

3.305

TARQUINIO, D'AMBROSIO LETTIERI, BONFRISCO, BRUNI, PERRONE, LIUZZI, ZIZZA, IURLARO, FALANGA, Eva LONGO, D'ANNA, ARACRI, PAGNONCELLI, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNA

Precluso

Dopo il comma 43, inserire i seguenti:

«43-*bis*. Per la durata di tre anni dall'entrata in vigore della presente legge, in favore delle micro, piccole e medie imprese ubicate nei territori colpiti da eventi straordinari, già oggetto di deliberazione da parte del Consiglio dei ministri, e che abbiano subito danni in conseguenza di tali eventi,

l'intervento del Fondo di garanzia di cui all'articolo 2, comma 100, lettera *a)*, della legge 23 dicembre 1996, n. 662, è concesso, a titolo gratuito e con priorità sugli altri interventi, per un importo massimo garantito per singola impresa di 2 milioni e cinquecentomila euro.

43-*ter*. In via sperimentale, fino al 31 dicembre 2017, nei territori delle province interessati dagli eventi calmitosi già oggetto di deliberazione da parte del Consiglio dei ministri, si applica, entro trenta giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge la disciplina delle zone a burocrazia zero prevista dall'articolo 43 del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito, con modificazioni, dalla legge 30 luglio 2010, n. 122.

43-*quater*. I soggetti che abbiano residenza o sede legale o operativa in uno dei comuni per i quali il Consiglio dei ministri ha dichiarato lo stato di emergenza che siano titolari di mutui ipotecari o chirografari relativi a edifici distrutti, inagibili o inabitabili, anche parzialmente, ovvero relativi alla gestione di attività di natura commerciale ed economica svolte nei medesimi edifici, previa presentazione di autocertificazione del danno subito, resa ai sensi del testo unico di cui al decreto del Presidente della Repubblica 28 dicembre 2000, n. 445, ottengono, a domanda, fino alla ricostruzione, all'agibilità o all'abitabilità del predetto immobile e comunque non oltre il 31 dicembre 2016, una sospensione delle rate dei medesimi mutui in essere con banche o intermediari finanziari, optando tra la sospensione dell'intera rata e quella della sola quota capitale, senza oneri aggiuntivi per il mutuatario».

Conseguentemente all'articolo 2, dopo il comma 45, inserire il seguente:

«45-*bis*. A decorrere dall'anno 2015 è disposta la riduzione lineare delle dotazioni finanziarie disponibili iscritte a legislazione vigente in termini di competenza e di cassa, nell'ambito delle spese rimodulabili delle missioni di spesa di ciascun Ministero di cui all'articolo 21, comma 5, lettera *b)*, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, per un importo pari a 500 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017. Sono esclusi gli stanziamenti relativi all'istituto della destinazione del cinque per mille dell'imposta sul reddito delle persone fisiche, gli stanziamenti relativi alle spese per la tutela dell'ordine e la sicurezza pubblica, nonché per il soccorso pubblico, e gli stanziamenti relativi al fondo sviluppo e coesione. Il Ministro dell'economia e delle finanze, ai fini delle successive riduzioni, è autorizzato ad accantonare e rendere indisponibili le predette somme. Le amministrazioni potranno proporre variazioni compensative, anche relative a missioni diverse, tra gli accantonamenti interessati nel rispetto dell'invarianza sui saldi di finanza pubblica».

3.306

TARQUINIO, D'AMBROSIO LETTIERI, BONFRISCO, BRUNI, PERRONE, LIUZZI, ZIZZA, IURLARO, FALANGA, Eva LONGO, D'ANNA, ARACRI, PAGNONCELLI, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNA

Precluso

Dopo il comma 44 inserire i seguenti:

«44-*bis*. In considerazione della eccezionale crisi economica internazionale e della conseguente necessità di accelerare la spesa dei programmi cofinanziati dai fondi strutturali negli anni 2015, 2016 e 2017, le spese effettuate a valere sulle risorse dei cofinanziamenti nazionali dei fondi strutturali comunitari sono escluse dal saldo finanziario, rilevante ai fini della verifica del rispetto del patto di stabilità interno.

44-*ter*. L'esclusione opera nel limite massimo di 1 miliardo di euro milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017.

44-*quater*. Per compensare gli effetti in termini di fabbisogno e di indebitamento netto di cui al comma 1, è istituito nello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze con una dotazione, in termini di sola cassa, di 1.000 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017 un "Fondo di compensazione per gli interventi volti a favorire lo sviluppo", ripartito sulla base della chiave di riparto dei fondi strutturali 2014-2020, così come stabilita nell'Accordo di Partenariato 2014-2020, adottato con Decisione CE del 29 ottobre 2014.

44-*quinques*. All'utilizzo del Fondo si provvede, con decreto del Ministro dell'economia e delle

finanze, su proposta dell'autorità politica delegata alla politica di coesione da comunicare al Parlamento e alla Corte dei conti, su richiesta dell'Amministrazione interessata, sulla base dell'ordine cronologico delle richieste e entro i limiti della dotazione assegnata ad ogni singola Amministrazione».

Conseguentemente, all'articolo 2, dopo il comma 45, inserire il seguente:

«45-*bis*. A decorrere dall'anni 2015 è disposta la riduzione lineare delle dotazioni finanziarie disponibili iscritte a legislazione vigente in termini di competenza e di cassa, nell'ambito delle spese rimodulabili delle missioni di spesa di ciascun Ministero di cui all'articolo 21, comma 5, lettera *b)*, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, per un importo pari a 1.000 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017. Sono esclusi gli stanziamenti relativi all'istituto della destinazione del cinque per mille dell'imposta sul reddito delle persone fisiche, gli stanziamenti relativi alle spese per la tutela dell'ordine e la sicurezza pubblica, nonché per il soccorso pubblico, e gli stanziamenti relativi al fondo sviluppo e coesione. Ministro dell'economia e delle finanze, ai fini delle successive riduzioni, è autorizzato ad accantonare e rendere indisponibili le predette somme. Le amministrazioni potranno proporre variazioni compensative, anche relative a missioni diverse, tra gli accantonamenti interessati nel rispetto dell'invarianza sui saldi di finanza pubblica».

3.309

LEZZI, BULGARELLI, MANGILI

Precluso

Dopo il comma 45 aggiungere i seguenti:

«45-*bis*. A decorrere dal 1º gennaio 2015, l'aliquota dell'imposta sul valore aggiunto del 22 per cento è rideterminata nella misura del 21,5 per cento;

45-*ter*. Alla legge 27 dicembre 2013, n. 147, apportare le seguenti modifiche:

a) al comma 639, dopo le parole: "a carico sia del possessore che dell'utilizzatore dell'immobile" sono inserite le seguenti: ", escluse le abitazioni principali e le relative pertinenze, ad eccezione delle abitazioni di lusso aventi le caratteristiche individuate dal decreto del Ministro per i lavori pubblici 2 agosto 1969, pubblicato nella *Gazzetta Ufficiale* n. 218 del 27 agosto 1969, e comunque dei fabbricati classificati nelle categorie catastali A/8 e A/9,";

b) al comma 669, le parole: ", ivi compresa l'abitazione principale come definita ai sensi dell'imposta municipale propria," sono soppresse;

45-*quater*. A decorrere dalla data di entrata in vigore della presente legge, per i consumi intermedi e per l'acquisto di beni, servizi e forniture prodotti dai produttori *market*, le amministrazioni inserite nel conto economico consolidato della pubblica amministrazione, come individuate dall'Istituto nazionale di statistica (ISTAT) ai sensi dell'articolo 1 della legge 31 dicembre 2009, n. 196, ricorrono ai sistemi di acquisto messi a disposizione da Consip S.p.A o da altre centrali di committenza anche regionali, in modo da assicurare risparmi non inferiori a 4,5 miliardi di euro a decorrere dall'anno 2015;

45-*quinquies*. Al fine di conseguire i risparmi di spesa di cui al comma 45-*quater*, gli enti ricompresi nel conto economico consolidato delle amministrazioni pubbliche ricorrono ai sistemi centralizzati di acquisto di beni, servizi e forniture, in misura non inferiore al 50 per cento delle spese annuali complessive per l'acquisto di beni, servizi e forniture. Gli enti di cui al comma 45*quater* sono tenuti a specificare nel rendiconto dell'esercizio finanziario di ciascun anno l'ammontare delle spese effettuate avvalendosi dei sistemi di acquisto centralizzati, nonché l'ammontare delle spese effettuate;

45-*sexies*. Al fine di conseguire i risparmi di spesa di cui al comma 45-*quater*, entro il 30 giugno di ogni anno, a partire dal 2014, tutti gli enti di cui al comma45-*quater* definiscono e inviano a Consip S.p.A l'elenco dei beni, servizi e forniture di cui necessitano per 1'espletamento delle proprie funzioni istituzionali e per lo svolgimento di ogni altra attività. I comuni e le province provvedono alla trasmissione di tale elenco rispettivamente tramite l'ANCI e l'UPI;

45-*septies*. Entro il 30 novembre di ogni anno, a partire dal 2015, Consip S.p.A, individua e aggiorna, ove necessario, mediante un sistema di *benchmarking*, il rapporto di qualità e prezzo in relazione alle tipologie di beni, servizi e forniture indicate negli elenchi di cui al comma 45-*sexies*; 45-

octies. In deroga a quanto previsto nei commi da 45-*quater* a 45-*septies*, gli enti di cui al comma 45-*quater*. Possono stipulare contratti di acquisto solo a un prezzo più basso di quello individuato da Consip S.p.A. con criteri di cui ai commi da 45-*quater* a 45-*septies*;

45-*nonies*. In caso di mancato rispetto degli obiettivi di risparmio di spesa di cui al comma 45-*quater*, ai fini del patto di stabilità interno, sono ridotti i trasferimenti statali a qualunque titolo spettanti alle regioni a statuto ordinario, i trasferimenti correnti dovuti a:lle province, ai comuni e i trasferimenti alle regioni a statuto speciale e alle province autonome di Trento e Bolzano in misura pari alla differenza tra il risultato registrato e l'obiettivo programmatico predeterminato; 4045-*decies*. In caso di mancato rispetto degli obiettivi di risparmio di spesa di cui ai commi da 45-*quater* a 45-*octies*, il soggetto inadempiente, nell'anno successivo a quello dell'inadempienza, non può:

a) impegnare spese correnti in misura superiore all'importo annuale medio dei corrispondenti impegni effettuati nell'ultimo triennio;

b) ricorrere all'indebitamento per gli investimenti, i mutui e i prestiti obbligazionari posti in essere con istituzioni creditizie o finanziarie per il finanziamento degli investimenti, i quali devono essere corredati da apposita attestazione da cui risulti il rispetto degli obblighi di cui ai commi da 45-*quater* a 45-*octies* nell'anno precedente; l'istituto finanziatore o l'intermediario finanziario non può procedere al finanziamento o al collocamento del prestito in assenza della predetta attestazione;

c) procedere ad assunzioni di personale a qualsiasi titolo, con qualsivoglia tipologia contrattuale, ivi compresi i rapporti di collaborazione coordinata e continuativa e di somministrazione, anche con riferimento ai processi di stabilizzazione in atto; è fatto altresì divieto agli enti di stipulare contratti di servizio con soggetti privati che si configurino come elusivi della presente disposizione;

45-*undecies*. I contratti stipulati in violazione degli obblighi di cui ai commi da 45-*quater* a 45-*octies* sono nulli, costituiscono illecito disciplinare e sono causa di responsabilità amministrativa;

45-*duodecies*. I soggetti di cui al comma 45-*quater* comunicano trimestralmente al Ministero dell'economia e delle finanze la quota di acquisti effettuata secondo le modalità di cui ai precedenti commi, in modo da consentire la verifica del rispetto degli obblighi previsti, nonché dei relativi risparmi di spesa;

45-*terdecies*. Gli ulteriori risparmi di spesa che dovessero realizzarsi in attuazione dei precedenti commi sono comunque destinati esclusivamente alla riduzione della pressione fiscale statale;

45-*quaterdecies*. Con decreto di natura non regolamentare, adottato dal Ministero dell'economia e delle finanze di concerto con il Ministero dell'interno entro 30 giorni dalla data di entrata in vigore della legge di conversione del presente decreto, sono stabilite le disposizioni attuative dei commi ai commi da 45-*quater* a 45-*terdecies*».

3.311

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, CROSIO

Precluso

Dopo il comma 45, aggiungere il seguente:

«45-*bis*. Il comma 6 dell'articolo 51 del Decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, si interpreta nel senso che i lavoratori rientranti nella disciplina ivi dettata sono quelli per i quali sono presenti contestualmente le seguenti condizioni:

1. la mancata indicazione nel contratto e/o lettera di assunzione della sede di lavoro;

2. lo svolgimento di una attività lavorativa che richiede la continua mobilità del dipendente;

3. la corresponsione al dipendente, in relazione allo svolgimento dell'attività lavorativa in luoghi sempre variabili e diversi, di un'indennità o maggiorazione di retribuzione in misura fissa, attribuiti senza distinguere se il dipendente si è effettivamente recato in trasferta e dove la stessa si è svolta».

3.312

GAMBARO

Precluso

Dopo il comma 45, aggiungere il seguente:

«45-*bis*. Il comma 6 dell'articolo 51 del Decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre

1986, n. 917, si interpreta nel senso che i lavoratori rientranti nella disciplina ivi dettata sono quelli per i quali sono presenti contestualmente le seguenti condizioni:

1. la mancata indicazione nel contratto e/o lettera di assunzione della sede di lavoro;
2. lo svolgimento di una attività lavorativa che richiede la continua mobilità del dipendente;
3. la corresponsione al dipendente, in relazione allo svolgimento dell'attività lavorativa in luoghi sempre variabili e diversi, di una indennità o maggiorazione di retribuzione in misura fissa, attribuiti senza distinguere se il dipendente si è effettivamente recato in trasferta e dove la stessa si è svolta«.

3.315

MANDELLI, PICCOLI, BRUNI, BONFRISCO, CERONI, D'ALI', MILO

Precluso

Dopo il comma 45, aggiungere il seguente:

«45-*bis*. Il comma 6 dell'articolo 51 del decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, si interpreta nel senso che i lavoratori rientranti nella disciplina ivi dettata sono quelli per i quali sono presenti contestualmente le seguenti condizioni:

1. la mancata indicazione nel contratto o nella lettera di assunzione della sede di lavoro;
2. lo svolgimento di una attività lavorativa che richiede la continua mobilità del dipendente;
3. la corresponsione al dipendente, in relazione allo svolgimento dell'attività lavorativa in luoghi sempre variabili e diversi, di una indennità o maggiorazione di retribuzione in misura fissa, attribuiti senza distinguere se il dipendente si è effettivamente recato in trasferta e dove la stessa si è svolta».

3.316

MILO

Precluso

Dopo il comma 45, aggiungere il seguente:

«45-*bis*. All'articolo 30, comma 1, della legge 11 febbraio 1992, n. 157, la lettera *b)* è soppressa».

3.317

MILO

Precluso

Dopo il comma 45, aggiungere il seguente:

«45-*bis*. All'articolo 31, comma 1, della legge 11 febbraio 1992, n. 157, dopo la lettera *c)* è aggiunta la seguente:

"c-*bis)* sanzione amministrativa da euro 774 a euro 2065 per chi abbatte, cattura o detiene mammiferi o uccelli compresi nell'elenco di cui all'articolo 2"».

3.318

MILO

Precluso

Dopo il comma 45, aggiungere, in fine, il seguente comma:

«45-*bis*. L'articolo 39, comma 16, della legge 23 dicembre 1994, n. 724, e successive modificazioni, deve essere interpretato nel senso che il limite massimo di cubatura di 750 metri cubi di cui al comma 1 del richiamato articolo 39 non trova applicazione, al fine del calcolo dell'oblazione e dell'ottenimento del permesso di costruire in sanatori a, alle costruzioni abusive aventi destinazione produttiva , commerciale».

3.319

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 45, inserire il seguente:

«45-*bis*. I commi da 2 a 2-*quinquies* dell'articolo 12 del decreto legislativo 18 dicembre 1997, n. 471, sono abrogati».

3.320

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, CROSIO

Precluso

Dopo il comma 45, inserire i seguenti:

«45-*bis*. Il comma 1 dell'articolo 14 del decreto legislativo 4 marzo 2011, n. 23 è sostituito dal seguente:

"1. L'imposta municipale propria relativa agli immobili strumentali è deducibile ai fini della determinazione del reddito d'impresa e del reddito di arti e professioni. La medesima imposta è indeducibile ai fini dell'imposta regionale sulle attività produttive".

45-*ter*. La disposizione di cui al comma 45-*bis* ha effetto a decorrere dal periodo d'imposta in corso a13! dicembre 2014».

Conseguentemente, all'articolo 1, sopprimere i commi 116 e 117. All'articolo 2, sopprimere il comma 207. All'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 553.818 migliaia di euro di euro a decorrere dal 2015».

3.322

GAMBARO

Precluso

All'articolo 3, dopo il comma 45, inserire i seguenti:

«45-*bis*. Il comma 1 dell'articolo 14 del decreto legislativo 4 marzo 2011, n. 23 è sostituito dal seguente:

"1. L'imposta municipale propria relativa agli immobili strumentali è deducibile ai fini della determinazione del reddito d'impresa e del reddito di arti e professioni. La medesima imposta è indeducibile ai fini dell'imposta regionale sulle attività produttive".

45-*ter*. La disposizione di cui al comma 45-*bis* ha effetto a decorrere dal periodo d'imposta in corso al31 dicembre 2014».

Conseguentemente all'articolo 3, dopo il comma 74 inserire il seguente: "74-*bis*. A partire da 1 gennaio 2015 è introdotta un'imposizione straordinaria sulla ricchezza finanziaria, al netto delle passività, con un'aliquota progressiva dello 0,5 per cento a partire 1.500.00 a 3.000.000 euro, dell'1 per cento da 3.000.001 a 8.000.000 euro e dell'1,5% oltre gli 8.000.001".

3.323

GALIMBERTI

Precluso

Dopo il comma 45, inserire i seguenti:

«45-bis. *Il comma 1 dell'articolo 14 del decreto legislativo 4 marzo 2011, n. 23 è sostituito dal seguente:*

"L l'imposta municipale propria relativa agli immobili strumentali è deducibile ai fini della determinazione del reddito d'impresa 'e del reddito di arti e professioni. La medesima imposta è indeducibile ai fini dell'imposta regionale sulle attività produttive".

45-*ter*. La disposizione di cui al comma 45-*bis* ha effetto a decorrere dal periodo d'imposta in corso al 31 dicembre 2014».

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente del 3 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

3.324

MANDELLI, PICCOLI, BRUNI, BONFRISCO

Precluso

Dopo il comma 45, inserire i seguenti:

«45-*bis*. Il comma 1 dell'articolo 14 del decreto legislativo 4 marzo 2011, n. 23 è sostituito dal seguente:

"1. L'imposta municipale propria relativa agli immobili strumentali è deducibile ai fini della determinazione del reddito d'impresa e del reddito di arti e professioni. La medesima imposta è indeducibile ai fini dell'imposta regionale sulle attività produttive".

45-*ter*. La disposizione di cui al comma 45-*bis* ha effetto a decorrere dal periodo d'imposta in corso al31 dicembre 2014».

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

3.327

COMPAGNONE, MILO, Giovanni MAURO

Precluso

Dopo il comma 45, inserire il seguente:

«45-*bis*. All'articolo 14 del Decreto-legge 31 agosto 2013, n. 10, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 ottobre 2013, n. 124, apportare le seguenti modifiche:

a) al comma 2, sostituire le parole: "15 ottobre 2013" con le seguenti: "15 marzo 2015" e le parole: "15 novembre 2013" con le seguenti: "15 aprile 2015";

b) dopo il comma 2-*ter*, inserire il seguente:

"2-*quater*. Le disposizioni di cui ai commi precedenti si applicano anche ai giudizi, per i quali, alla data di entrata in vigore del presente decreto, pendono ancora i termini per esperire il giudizio di revocazione innanzi alle competenti sezioni giurisdizionali d'appello ai sensi dell'articolo 68, primo comma, del Regio decreto 12 luglio 1934, n. 1214. In questo caso, il calcolo della somma per la definizione del giudizio è operato con riferimento al danno quantificato nella sentenza d'appello ed essa non può accedere il venti per cento del danno liquidato in sentenza"».

Conseguentemente sostituire la rubrica dell'articolo con la seguente: «modificazioni alla legge 27 dicembre 2013, n. 147 e alla legge 28 ottobre 2013, n. 124.

Al fine di garantire il più celere introito per l'erario , la competente Corte dei Conti provvede alla predetta definizione in forma semplificata, entro sei mesi dall'entrata in vigore della presente legge, allo scopo di consentire al responsabile il tempestivo pagamento da effettuarsi in un'unica soluzione.

3.328

COMPAGNONE, MILO, Giovanni MAURO

Precluso

Dopo il comma 45, inserire il seguente:

«45-*bis*. All'articolo 14 del Decreto-legge 31 agosto 2013, n. 10, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 ottobre 2013, n. 124, apportare le seguenti modifiche:

c) al comma 2, sostituire le parole: "15 ottobre 2013" con le seguenti: "15 marzo 2015" e le parole: "15 novembre 2013" con le seguenti: "15 aprile 2015";

d) dopo il comma 2-*ter*, inserire il seguente:

"2-*quater*. Le disposizioni di cui ai commi precedenti si applicano anche ai giudizi, per i quali, alla data di entrata in vigore del presente decreto, pendono ancora i termini per esperire il giudizio di revocazione innanzi alle competenti sezioni giurisdizionali d'appello ai sensi dell'articolo 68, primo comma, del Regio decreto 12 luglio 1934, n. 1214. In questo caso, il calcolo della somma per la definizione del giudizio è operato con riferimento al danno quantificato nella sentenza d'appello ed essa non può accedere il venti per cento del danno liquidato in sentenza"«.

Conseguentemente sostituire la rubrica dell'articolo con la seguente: «modificazioni alla legge 27 dicembre 2013, n. 147 e alla legge 28 ottobre 2013, n. 124».

3.329

MILO

Precluso

Dopo il comma 45 aggiungere i seguenti:

«45-*bis*. All'articolo 11-*bis*, del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014,. n. 89, dopo il comma 2 è aggiunto il seguente:

"2-*bis*. Le disposizioni di cui al comma 1, si applicano anche nei confronti dei debitori di cui al comma 618 della legge 27 dicembre 2013, n. 147".

45-*ter*. Alla legge 27 dicembre 2013, n. 147, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) al comma 618 le parole "31 ottobre 2013" sono sostituite dalle seguenti: "30 giugno 2014";

b) il comma 620 è sostituito dal seguente: n 620. Entro il 31 marzo 2015 l'Agente della riscossione notifica ai debitori i carichi di cui al comma 618. Entro il 30 aprile 2015 i debitori che intendono aderire alla definizione prevista dal comma 618 versano in un massimo di settantadue rate le somme dovute».

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

3.330

MILO

Precluso

Dopo il comma 45 aggiungere i seguenti:

«45-*bis*. Gli interessi, le more e gli aggi indicati nelle cartelle esattoriali, maturati fino alla data di entrata in vigore della presente legge, sono sostituiti dal pagamento di un interesse pari alla misura del tasso Euribor a dodici mesi.

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

3.331

SCAVONE

Precluso

Dopo il comma 45, aggiungere il seguente:

«45-*bis*. (Disposizioni per la riscossione mediante ruolo) del decreto-legge 69 del 21 giugno 2013, comma 1, dopo le parole: "rate mensili.", aggiungere le seguenti: "Tale maggiore rateazione può essere richiesta per qualunque importo del debito".

3.332

SCAVONE

Precluso

Dopo il comma 45, aggiungere il seguente:

«45-*bis*. (Disposizioni per la riscossione mediante ruolo) del decreto-legge 69 del 21 giugno 2013, comma 1, punto 2), lettera *g)* sostituire le parole: "dell'articolo 563", con le seguenti: "dell'articolo 499"».

3.333

SCAVONE

Precluso

Dopo il comma 45, aggiungere il seguente:

«45-*bis*. (Disposizioni per la riscossione mediante ruolo) del decreto-legge 69 del 21 giugno 2013, comma 1, punto 2), lettera *g)* dopo la decima riga, aggiungere la seguente lettera:

"a-*bis*. Non dà corso all'espropriazione per uno specifico paniere di beni definiti beni essenziali', individuato con decreto del Ministero dell'Economia e delle Finanze d'intesa con l'Agenzia delle entrate e con l'Istituto Nazionale di Statistica"».

3.336

DE PIN, MASTRANGELI, BOCCHINO, CAMPANELLA

Precluso

Dopo il comma 45, aggiungere il seguente:

«45-*bis*. Il comma 6 dell'articolo 51 del decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, si interpreta nel senso che i lavoratori rientranti nella disciplina ivi dettata sono quelli per i quali sono presenti contestualmente le seguenti condizioni:

1. la mancata indicazione nel contratto e/o lettera di assunzione della sede di lavoro;
2. lo svolgimento di una attività lavorativa che richiede la continua mobilità del dipendente;
3. la corresponsione al dipendente, in relazione allo svolgimento dell'attività lavorativa in luoghi

sempre variabili e diversi, di una indennità o maggiorazione di retribuzione in misura fissa, attribuiti senza distinguere se il dipendente si è effettivamente recato in trasferta e dove la stessa si è svolta».

3.337

ZIZZA, IURLARO

Precluso

Dopo il comma 48, aggiungere il seguente:

«48-*ter*. Tutte le somme esigibili relative a quote affidate agli agenti di riscossione di società del Gruppo Equitalia, se liquidate in un unica soluzione non saranno soggetti a nessuna forma di tassazione di interesse».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'Economia e delle Finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: - 100.000.000;

2016: - 100.000.000;

2017: - 100.000.000.

Ridurre del 5 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente della allegata Tabella C.

3.338

ZIZZA, SPILABOTTE, IURLARO, SOLLO

Precluso

Dopo il comma 48, aggiungere il seguente:

«48-*ter*. Tutte le somme esigibili relative a quote affidate agli agenti di riscossione di società del Gruppo Equitalia, se liquidate in un unica soluzione saranno soggetti ad una tassazione di interesse del massimo 25 per cento».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'Economia e delle Finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: - 100.000.000;

2016: - 100.000.000;

2017: - 100.000.000.

Ridurre del 5 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente della allegata Tabella C.

3.339

ZIZZA, IURLARO

Precluso

Dopo il comma 48 aggiungere il seguente:

«48-*ter*. Tutte le somme esigibili relative a quote affidate agli agenti di riscossione di società del Gruppo Equitalia, se liquidate in un unica soluzione saranno soggetti ad una tassazione di interesse del massimo 50 per cento».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero dell'Economia e delle Finanze*, apportare le seguenti variazioni in diminuzione:*

2015: - 100.000.000;

2016: - 100.000.000;

2017: - 100.000.000.

Ridurre del 5 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente della allegata Tabella C.

3.340

ZIZZA, IURLARO

Precluso

Dopo il comma 48 aggiungere il seguente:

«48-*bis*. Tutte le somme esigibili e rateizzate dagli agenti di riscossione di società del Gruppo Equitalia, sospese per il mancato pagamento di 8 o più rate, sono soggetti al ripristino della rateizzazione solo e soltanto dopo il saldo in una unica soluzione delle stesse precedentemente non saldate».

Ridurre del 5 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente della allegata Tabella C.

3.341

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, CROSIO

Precluso

Dopo il comma 52, inserire i seguenti:

«52-*bis*. All'articolo 3-*bis* del decreto legislativo 18 dicembre 1997 n. 462, il comma 1 è sostituito dal seguente:

"1. Le somme dovute ai sensi dell'articolo 2, comma 2, e dell'articolo 3, comma 1, possono essere versate in un numero massimo di sei rate trimestrali di pari importo; se superiori a cinquemila euro, in un numero massimo di venti rate trimestrali di pari importo; se superiore a diecimila euro, in un numero massimo di ventisette rate trimestrali di pari importo; se superiore a trentamila euro, in un numero massimo di quaranta rate trimestrali di pari importo".

52-*ter*.Le disposizioni di cui al comma precedente, si applicano anche ai debiti residui relativi a rateizzazioni già in essere alla data di entrata in vigore della presente legge».

All'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole:

«, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 50 milioni di euro di euro a decorrere dal 2015».

3.342

GAMBARO

Precluso

Dopo il comma 52, inserire i seguenti:

«52-*bis*. All'articolo 3-*bis* del decreto legislativo 18 dicembre 1997 n. 462, il comma 1 è sostituito dal seguente:

"1. Le somme dovute ai sensi dell'articolo 2, comma 2, e dell'articolo 3, comma 1, possono essere versate in un numero massimo di sei rate trimestrali di pari importo; se superiori a cinquemila euro, in un numero massimo di venti rate trimestrali di pari importo; se superiore a diecimila euro, in un numero massimo di ventisette rate trimestrali di pari importo; se superiore a trentamila euro, in un numero massimo di quaranta rate trimestrali di pari importo".

52-*ter*. Le disposizioni di cui al comma precedente, si applicano anche ai debiti residui relativi a rateizzazioni già in essere alla data di entrata in vigore della presente legge».

Conseguentemente, al comma 112, sostituire le parole: «250 milioni di euro a decorrere dal 2015»*, con le seguenti:* «200 milioni di euro a decorrere dal 2015».

3.347

MANDELLI, PICCOLI, BRUNI, BONFRISCO, CERONI, D'ALI', MILO

Precluso

Dopo il comma 52, inserire i seguenti:

«52-*bis*. All'articolo 3-*bis* del decreto legislativo 18 dicembre 1997 n. 462, il comma 1 è sostituito dal seguente:

"1. Le somme dovute ai sensi dell'articolo 2, comma 2, e dell'articolo 3, comma 1, possono essere versate in un numero massimo di sei rate trimestrali di pari importo; se superiori a cinquemila euro, in un numero massimo di venti rate trimestrali 'di pari importo; se superiore a diecimila euro, in un numero massimo di ventisette rate trimestrali di pari importo; se superiore a trentamila euro, in un numero massimo di quaranta rate trimestrali di pari importo".

52-*ter*. Le disposizioni di cui al comma precedente, si applicano anche ai debiti residui relativi a rateizzazioni già in essere alla data di entrata in vigore della presente legge».

3.349

BOTTICI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Dopo il comma 53, aggiungere il seguente:

«53-*bis*. All'articolo 3-*bis*, del decreto legislativo 18 dicembre 1997, n. 462, sono apportate le

seguenti modificazioni:

a) al comma 1 sostituire la parola: "sei", con la parola: "dodici" e la parola: "venti" con la parola: "quaranta";

b) al comma 3 sostituire: "3,5" con "2";

c) al comma 4 sostituire le parole: "anche di una sola delle rate diverse dalla prima";

d) al comma 4-*bis* sostituire il primo periodo con il seguente: "Il tardivo pagamento entro il termine di pagamento di almeno tre rate, diverse dalla prima, entro il termine di pagamento delle rate successive comporta l'iscrizione a ruolo a titolo definitivo della sanzione di cui all'articolo 13 del decreto legislativo 18 dicembre 1997, n. 471, e successive modificazioni, commisurata all'importo delle rate versate in ritardo e degli interessi legali"».

Conseguentemente, all'articolo 1, apportare le seguenti variazioni:

a) al comma 116, sostituire le parole: «100 milioni» con le seguenti: «50 milioni».

b) sopprimere il comma 121.

3.352

TOSATO

Precluso

Dopo il comma 55, inserire i seguenti:

«55-*bis*. L'ammontare degli interessi, relativo al recupero degli aiuti erogati ai sensi del decreto-legge 29 marzo 1995, n. 96, convertito, con modificazioni, dalla legge 31 maggio 1995, n. 206, nonché ai sensi del decreto-legge 31 dicembre 1996, n. 669, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 febbraio 1997, n. 30, dichiarati incompatibili con il mercato comune con decisione 2000/394/CE della Commissione europea del 25 novembre 1999, per Chioggia e Venezia, è calcolato in forma semplice a partire dalla esecutività dell'avviso di addebito a seguito della procedura prevista dai commi 351 eseguenti dell'articolo 1 della legge 24 dicembre 2012, n. 228.

55-*ter*. Le imprese che hanno, nei confronti dell'INPS, crediti certi, liquidi ed esigibili, possono operare in compensazione con eventuali importi da restituire relativi alle somme concernenti il recupero degli sgravi contributivi concessi alle imprese operanti nei territori di Venezia e Chioggia, in forza della decisione n. 2000/394/CE della Commissione europea del 25 novembre 1999, anche in presenza di attività dell'agente della riscossione».

Conseguentemente, all'articolo 2, abrogare il comma 207.

3.357

MANDELLI

Precluso

Dopo il comma 55, aggiungere il seguente:

«55-*bis*. All'articolo 54, comma 5, del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, e successive modificazioni, l'ultimo periodo è sostituito dal seguente: "le spese sostenute per la partecipazione a convegni, congressi e simili o a corsi di aggiornamento. professionale, comprese quelle di viaggio e quelle di soggiorno, queste nel limite massimo di 250,00 euro al giorno, ai fini degli obblighi minimi di formazione e/o aggiornamento professionale, sono integralmente deducibili; in tutti gli altri casi, sono deducibili nella misura del 50 per cento del loro ammontare, compresa la parte eccedente 250,00 al giorno per le spese di soggiorno. Al raggiungimento del pieno soddisfacimento del debito forinativo, cosi come individuato, si ha diritto a un'ulteriore deduzione di 500,00 euro"».

Conseguentemente, alla Tabella C, le dotazioni riferite al finanziamento dell'attività di formazione professionale di cui all'articolo 1, comma 1163, della legge finanziaria n. 296 del 2006 sono ridotte del 10 per cento per ciascun anno a decorrere dal 2015. Da tali condizione si evincono le ragioni della proposta di prevedere un'integrale deducibilità delle suddette spese. Relativamente alla copertura finanziaria, le minori entrate stimate sono compensate da una riduzione del 10 per cento, a decorrere dal 2015, delle dotazioni relative al finanziamento dell'attività di formazione professionale di cui alla Tabella C, allegata alla legge di stabilità.

3.358

MANDELLI, PANIZZA

Precluso

Dopo il comma 55, aggiungere il seguente:

«55-*bis*. All'articolo 164 del decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986, n. 917, comma 1, lettera *b)*, ultimo periodo sostituire le parole "50 milioni di lire" con le seguenti "40 mila euro". All'onere di cui al presente comma valutato in 2 milioni di euro annui, si provvede per il 2014 mediante corrispondente riduzione del Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307, e a decorrere dal 2015 mediante corrispondente riduzione del Fondo speciale di parte corrente dello stato di previsione del Ministero dell'economia e delle finanze di cui alla tabella A, allegata alla legge 27 dicembre 2013, n. 147».

3.359

BONFRISCO, CERONI, D'ALI', MANDELLI

Precluso

Dopo il comma 56, aggiungere il seguente:

«56-*bis*. I moltiplicatori di cui all'articolo 13, comma 4, del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, sono ridotti del cinque per cento a decorrere dal 1º gennaio 2015.

56-*ter*. Agli oneri derivanti dal comma 56-*bis* si provvede mediante corrispondente riduzione del Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 19 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307».

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 10.000.000;
2016: - 10.000.000;
2017: - 10.000.000.

3.360

Giovanni MAURO

Precluso

Al comma 57 (prima parte e lettera c)), sostituire le parole: «dell'80 per cento» con «del 90 per cento». Alla lettera l), dopo le parole «economia e le finanze» inserire «d'intesa con la Conferenza apporti tra lo Stato, le regioni e le province di Trento e Bolzano».

3.361

COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI

Precluso

Al comma 57, sono apportate le seguenti modifiche:

1) nell'alinea dopo le parole: «regioni del Mezzogiorno» sono inserite le seguenti: «e del 20 per cento delle risorse nelle regioni del Centro Nord»;

2) alla lettera *c)* le parole: «non inferiore all'80 per cento» sono sostituite con: «dell'80 per cento»;

3) alla lettera *c)* dopo le parole: «regioni del Mezzogiorno» sono inserite le seguenti : «e del 20 per cento nei territori delle regioni del Centro Nord».

3.362

COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI

Precluso

Al comma 57, apportare le seguenti modifiche:

1) alla lettera *b)* la parola: «sentita» è sostituita con: «d'intesa con»;

2) alla lettera *b)* le parole: «e li comunica alle competenti Commissioni parlamentari» sono sostituite con: «li comunica alle competenti Commissioni parlamentari e destina il 50 per cento delle risorse alle Regioni e alle Province autonome».

3.363

ZELLER, BERGER, PALERMO, LANIECE, BATTISTA, FRAVEZZI, PANIZZA

Precluso

Al comma 57, lettera c), dopo il primo periodo, inserire il seguente: «La ripartizione della dotazione finanziaria disponibile del FSC avviene tenendo conto che almeno il 40 per cento della stessa viene attribuita dal CIPE direttamente alle regioni e province autonome che ne dispongono nei rispettivi bilanci per la realizzazione delle attività programmate».

3.364

BOCCHINO, CAMPANELLA, DE PIN

Precluso

Sostituire nel comma 57, lettera c), le parole: «dell'80 per cento» con le seguenti: «del 90 per cento».

3.365

TARQUINIO, ZELLER, BONFRISCO, BRUNI, PERRONE, LIUZZI, ZIZZA, IURLARO, FALANGA, Eva LONGO, D'ANNA, ARACRI, PAGNONCELLI, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Al comma 57, la lettera d) è sostituita dalla seguente:

«*d)* nelle more dell'individuazione delle aree tematiche e dell'adozione dei piani operativi ai sensi delle lettere *a)*, *b)* e *c)*, l'Autorità politica per la coesione sottopone all'approvazione del CIPE, entro il 31 gennaio 2015, 2 piani stralcio per la realizzazione di interventi di immediato avvio dei lavori nei settori dell'edilizia scolastica, del contrasto al dissesto idrogeologico e per ridurre i danni di frane e alluvioni, con l'assegnazione nel limite degli stanziamenti iscritti in bilancio, di 4 miliardi di euro. Tali interventi confluiscono nei piani operativi in coerenza con le aree tematiche cui afferiscono».

3.366

BONFRISCO

Precluso

Al comma 57, la lettera d) è sostituita dalla seguente:

«*d)* nelle more dell'individuazione delle aree tematiche e dell'adozione dei piani operativi ai sensi delle lettere *a)*, *b)* e *c)*, l'Autorità politica per la coesione sottopone all'approvazione del CIPE, entro il 31 gennaio 2015, 2 piani stralcio per la realizzazione di interventi di immediato avvio dei lavori nei settori dell'edilizia scolastica, del contrasto al dissesto idrogeologico e per ridurre i danni di frane e alluvioni, con l'assegnazione nel limite degli stanziamenti iscritti in bilancio, di 4 miliardi di euro. Tali interventi confluiscono nei piani operativi in coerenza con le aree tematiche cui afferiscono».

3.367

COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI

Precluso

Al termine della lettera d), del comma 57, dell'articolo 3 del disegno di legge «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)» atto Senato n. 1698, è aggiunto il seguente periodo: «Per l'anno 2015 sono assegnate a Regione Lombardia 50 milioni di euro a sostegno dei servizi di mobilità per garantire l'accessibilità al sito espositivo di Expo 2015».

3.368

BOCCHINO, CAMPANELLA, DE PIN

Precluso

Aggiungere al comma 57, lettera l), dopo le parole: «Il Ministero dell'economia e delle finanze», le seguenti: «d'intesa con la Conferenza permanente per i rapporti tra lo Stato, le Regioni e le province di Trento e Bolzano».

3.369

BERTOROTTA, MANGILI, CIOFFI, BULGARELLI

Precluso

Al comma 57, dopo la lettera m), aggiungere la seguente:

«m-*bis*. Le risorse di cui all'articolo 1, comma 6 della legge 27/12/2013, n. 147, destinate al Fondo sviluppo e Coesione 2014-2020, mantenendo fermo il riparto Mezzogiorno - Centro Nord di cui al primo comma, sono destinate dal Cipe, nel limite massimo del 10 per cento dei singoli programmi attuativi, al finanziamento di un Obiettivo Tematico dedicato alla Riqualificazione Urbana Integrata, secondo le vigenti modalità di programmazione ed attuazione delle medesime risorse».

3.370

TARQUINIO, ZELLER, BONFRISCO, BRUNI, PERRONE, LIUZZI, ZIZZA, IURLARO, FALANGA, Eva LONGO, D'ANNA, ARACRI, PAGNONCELLI, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Dopo il comma 57, inserire il seguente:

«57-*bis*. Nell'ambito delle risorse programmate ai sensi del comma precedente, il CIPE entro il 31 dicembre 2015, nel limite di 1 miliardo di euro, approva un piano stralcio, di cui alla lettera *d)* del comma precedente, a favore di interventi immediatamente attivabili a favore dei territori colpiti da eventi calamitosi e per i quali è stato già dichiarato, dal Consiglio dei Ministri, lo stato di Emergenza.

57-*ter*. Il piano deve prevedere interventi per la ricostruzione degli edifici e degli impianti pubblici danneggiati, infrastrutture stradali, ferroviarie e idriche, nonché il completamento o l'attivazione di nuovi interventi per la prevenzione del rischio idrogeologico.

57-*quater*. Gli interventi di cui al comma precedente dovranno essere approvati dal CIPE entro il 30 marzo 2015 ed entro il 31 dicembre 2015 devono essere assunte obbligazioni giuridicamente vincolanti.

57-*quinques*. In caso di mancata approvazione degli interventi di cui ai commi precedenti entro i termini sopra previsti, il Governo attiva le misure di accelerazione degli interventi di cui al comma 6 dell'articolo 6 del decreto legislativo 31 maggio 2011 n. 88».

3.371

MILO

Precluso

Dopo il comma 57, aggiungere i seguenti:

«57-*bis*. A valere sulle risorse del Fondo istituito ai sensi dell'articolo 18, comma 1, lettera *b)*, del decreto-legge 29 novembre 2008, n. 185, convertito, con modificazioni, dalla legge 28 gennaio 2009, n. 2, è assegnato alla società Stretto di Messina Spa un contributo in conto impianti di 1.300 milioni di euro, al fine rimuovere gli ostacoli frapposti al riavvio delle attività, anche mediante l'adeguamento dei contratti stipulati con il contraente generale e con la società affidataria dei servizi di controllo e verifica della progettazione definitiva, esecutiva e della realizzazione dell'opera, e la conseguente approvazione delle eventuali modifiche del piano economico-finanziario. Il CIPE determina, con proprie deliberazioni, le quote annuali del contributo, compatibilmente con i vincoli di finanza pubblica e con le assegnazioni già disposte.

57-*ter*. Agli oneri derivanti dall'attuazione del comma precedente si provvede mediante corrispondente riduzione del Fondo per interventi strutturali di politica economica, di cui all'articolo 10, comma 5, del decreto-legge 29 novembre 2004, n. 282, convertito, con modificazioni, dalla legge 27 dicembre 2004, n. 307».

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente dell'1 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata Tabella C.

3.372

TARQUINIO, ZELLER, BONFRISCO, BRUNI, PERRONE, LIUZZI, ZIZZA, IURLARO, FALANGA, Eva LONGO, D'ANNA, ARACRI, PAGNONCELLI, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Dopo il comma 57, inserire il seguente:

«57-*bis*. Nell'ambito delle risorse programmate ai sensi del comma precedente il CIPE entro il 31 dicembre 2015, nel limite del 5 per cento delle risorse disponibili, approva un piano stralcio, di cui alla lettera *d)* del comma precedente, a favore di interventi di emergenza con finalità di sviluppo anche nel settore agricolo. Tali interventi confluiscono nei piani operativi in coerenza con le aree tematiche cui afferiscono».

3.373

TARQUINIO, ZELLER, BONFRISCO, BRUNI, PERRONE, LIUZZI, ZIZZA, IURLARO, FALANGA, Eva LONGO, D'ANNA, ARACRI, PAGNONCELLI, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Dopo il comma 57, inserire il seguente:

«57-*bis*. Nell'ambito delle risorse programmate ai sensi del comma precedente, il CIPE entro il 31 dicembre 2015 approva due piani stralcio, di cui alla lettera *d)* del comma precedente, per la realizzazione di interventi di immediato avvio dei lavori nei settori dell'edilizia scolastica, del contrasto al dissesto idrogeologico e per ridurre i danni di frane e alluvioni, con l'assegnazione nel limite degli stanziamenti iscritti in bilancio, di 4 miliardi di euro. Tali interventi confluiscono nei piani operativi in coerenza con le aree tematiche cui afferiscono».

3.375

GASPARRI

Precluso

Al comma 61, dopo le parole: «In ogni caso» aggiungere le seguenti: «ad esclusione del personale delle Forze armate, delle Forze di polizia e del Corpo nazionale dei vigili del fuoco di cui all'articolo 19, della legge 4 novembre 2010, n. 183».

3.376

CRIMI, BULGARELLI

Precluso

Al comma 61, dopo le parole: «ln ogni caso» inserire le seguenti: «, ad esclusione del personale delle Forze armate, delle Forze di polizia e del Corpo nazionale dei vigili del fuoco di cui all'articolo 19 della legge 4 novembre 2010, n. 183,».

3.378

CERONI

Precluso

Al comma 61, dopo le parole: «prestazione stessa. », aggiungere il seguente periodo: «Sono comunque fatte salve ed utili ai fini pensionistici, le anzianità contributive maturate all'entrata in vigore della presente legge».

3.379

CERONI

Precluso

Al comma 62, sopprimere il primo periodo.

3.384

ROMANO, PANIZZA, BATTISTA, ZIN, Fausto Guilherme LONGO

Precluso

Al comma 62, dopo le parole: «trattamenti pensionistici,» sono aggiunte le seguenti: «di ammontare lordo non inferiore a 150.000 euro annui,».

Conseguentemente, all'onere derivante dall'attuazione del presente comma, a decorrere dall'anno 2015, si provvede mediante riduzione fino al 20 per cento di tutte le dotazioni finanziarie di parte corrente del bilancio dello Stato iscritte nell'ambito delle spese rimodulabili di cui all'articolo 21, comma 5, lettera b)*, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, ad eccezione delle spese relative alle missioni: Diritti sociali, politiche sociali e famiglia; Politiche per il lavoro, Tutela della salute.*

3.385

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Al comma 62, sostituire le parole: «a decorrere dalla medesima data» con le seguenti: «a decorrere dal 1º gennaio 2012».

3.387

ZIZZA

Precluso

Dopo il comma 63 aggiungere il seguente:

«63-*bis*. All'articolo 24 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, il comma 15-*bis* è sostituito dal seguente:

"15-*bis*. I lavoratori che abbiano maturato un'anzianità contributiva di almeno 35 anni entro il 31 dicembre 2012 i quali avrebbero maturato, prima dell'entrata in vigore del presente decreto, i requisiti per il trattamento pensionistico entro il 31 dicembre 2012 ai sensi della tabella B allegata alla legge 23 agosto 2004. n. 243, e successive modificazioni, possono conseguire il trattamento della pensione anticipata al compimento di un'età anagrafica non inferiore a 64 anni. Le lavoratrici possono conseguire il trattamento di vecchiaia oltre che, se più favorevole, ai sensi del comma 6, lettera *a)*, con un'età anagrafica non inferiore a 64 anni qualora maturino entro il 31 dicembre 2012 un'anzianità contributiva di almeno 20 anni e alla medesima data conseguano un'età anagrafica di almeno 60 anni.»

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 30.000;
2016: - 30.000;
2017: - 30.000.

3.389

COMAROLI, TOSATO, CARRARO, BELLOT

Precluso

Dopo il comma 64 aggiungere i seguenti:

«64-*bis*. Al fine di assicurare la trasparenza dei loro flussi di spesa e di guadagno atta a rendere facilmente controllabile la situazione contabile, le società, enti e associazioni sportive riconosciute dal CONI o dalle federazioni sportive nazionali nonché da enti di promozione sportive e qualunque altro organismo, comunque denominato, che persegua finalità sportive dilettantistiche, ivi compresi i soggetti che fruiscono delle agevolazioni recate dalla legge 16 dicembre 1991, n. 398, devono effettuare tutti i pagamenti ed i versamenti di importo superiore a 500 euro esclusivamente mediante assegni non trasferibili o bonifici ovvero con altre modalità di pagamento bancario o postale nonche mediante sistemi di pagamento elettronico. I pagamenti a favore degli stessi soggetti devono essere effettuati con le edesime modalità. L'inosservanza della presente disposizione comporta l'applicazione delle sanzioni previste dall'art. 11 del decreto legislativo 18 dicembre 1997, n. 471.

64-*ter*. Ai soggetti di cui al comma precedente non si applicano le disposizioni del comma 5 dell'art. 25 della legge 13 maggio 1999, n. 133, come modificato dall'art. 37, comma 2, lettere *a)* e *b)* della legge 21 novembre 2000, n. 342.

64-*quater*. Le società e le associazioni sportive dilettantistiche, iscritte nel registro del CONI, possono, per i periodi d'imposta non ancora prescritti ai sensi dell'articolo 43 del D.P.R. 29 settembre 1973, n. 600 e dell'articolo 57 del D.P.R. 26 ottobre 1972, n. 633, alla data di entrata in vigore della presente legge, e non oggetto, alla stessa data, di accertamenti o di rettifiche ai fini dell'IRES e dell'IRAP per i quali non è stato instaurato, alla medesima data di entrata in vigore della presente legge, un contenzioso fiscale, procedere alla regolarizzazione con versamento volontario, delle imposte relative ai medesimi periodi di imposta con conseguente preclusione di azioni accertatrici da parte dell'amministrazione finanziaria per i periodo di imposta regola rizzati ed esclusione della punibilità per i reati tributari. La regolarizzazione può essere effettuata anche limitatamente ad uno o più periodi d'imposta.

64-*quinquies*. La regolarizzazione di cui al precedente comma 1, si intende esaustiva, ai fini delle imposte sui redditi, se effettuata nei seguenti modi:

a) in presenza di dichiarazioni dei redditi ai fini IRES e lRAP, con il versamento volontario di un importo pari al 25% dell'IRES imponibile dichiarata e versata per ciascun periodo d'imposta nonché di un importo pari al 25% dell'lRAP dichiarata e versata per lo stesso periodo;

b) in presenza di dichiarazioni negative, con il versamento volontario, relativamente a ciascun periodo d'imposta, di un importo pari ad 800 euro ai fini IRES ed a 500 euro ai fini IRAP;

c) in caso di omesse dichiarazioni con il versamento volontario, relativamente a ciascun periodo d'imposta, di un importo pari ad euro 1.600 ai fini IRES e ad euro 1.000 ai fini IRAP.

64-*sexies*. In presenza di awisi di accertamento per i quali, alla data di entrata in vigore della presente legge non sono ancora scaduti i termini per la proposizione del reclamo di cui all'articolo 17-*bis* del decreto legislativo 31 dicembre 1992, n. 546 o per la proposizione del ricorso, i soggetti di cui al precedente articolo 1 possono procedere alla regolarizzazione di cui al precedente comma 1, riferita al periodo d'imposta oggetto dell'accertamento, con il versamento di un importo pari al 25% delle maggiori imposte accertate ed al 10% delle sanzioni comminate o dell'ammontare degli interessi accertati.

64-*octies*. I soggetti di cui al comma 64-bis, possono procedere alla regolarizzazione delle liti fiscali pendenti dinanzi alle Commissioni Tributarie od al giudice ordinario con il versamento volontario del:

a) 25% del valore della lite e del 10% delle sanzioni ed interessi accertati nel caso in cui, alla'data di entrata in vigore della presente legge, questa penda ancora nel primo grado di giudizio;

b) 10% del valore della lite e del 5% delle sanzioni ed interessi accertati, in caso di soccombenza in giudizio dell'amministrazione finanziaria nell'ultima o unica pronuncia giurisdizionale resa e non ancora definitiva alla data di entrata in vigore della presente legge;

c) 40% del valore della lite e del 15% delle sanzioni ed interessi accertati in caso di soccombenza della società o associazione nell'ultima o unica pronuncia giurisdizionale resa e non ancora definitiva alla data di entrata in vigore della presente legge.

7. Per valore della lite da assumere a base del calcolo per il versamento e la conseguente regolarizzazione, si intende l'importo che ha formato òggetto di contestazione in primo grado.

8. È possibile effettuare la regolarizzazione con versamento volontario in caso di accertamenti e ricorsi pendenti concernenti l'imposta sul valore aggiunto limitatamente alle sanzioni accertate e/o contestate con il pagamento del 10 percento dell'imposta minima edittale, cioè dell'importo minimo previsto per le violazioni più gravi relative al tributo nonché al pagamento del 10 per cento degli interessi di cui all'avviso di accertamento.

9. La regolarizzazione non è applicabile nei casi di cui ai precedenti commi 3, 4, 5 e 6, qualora l'ammontare complessivo delle imposte accertate o in contestazione, relativamente a ciascun periodo d'imposta, per il quale è stato emesso awiso di accertamento o è pendente ricorso, è superiore ad euro 50.000 per ciascuna delle imposte, IRES e IRAP, accertata o contestata.

10. Il modello di regolarizzazione e le modalità di versamento con i codici di tributo relativi alle diverse imposte, saranno oggetto di Provvedimento del Direttore dell'Agenzia delle ent'rate da pubblicare improrogabilmente entro 30 giorni dalla dàta di entrata in vigore della presente legge.

11. Le somme di cui ai com mi precedenti possono essere versate ratealmente, gravate di interessi legali, in un massimo di sei rate trimestrali di pari importo. Il mancato pagamento della prima o di una delle rate successive determina automaticamente l'annullamento dellà regolarizzazione e la conseguente acquisizione all'erario delle rate eventualmente già pagate.

12. Il modello di regolarizzazione relativo ad uno o più periodi d'imposta dovrà essere inviato all'Agenzia delle entrate con l'indicazione della data e dell'importo versato della prima o unica rata, entro 120 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge.

13. la regolarizzazione con versamento volontario di cui ai precedenti commi, rende definitiva la liquidazione delle imposte dovute e preclude nei confronti del soggetto che la effettua ogni

accertamento tributario con riferimento alle imposte medesime; comporta, inoltre, l'estinzione delle sanzioni amministrative tributarie, comprese quelle accessorie nonché l'esclusione della punibilità per i reati tributari».

3.390

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 64 aggiungere i seguenti:

«64-*bis*. a decorrere dal 1º gennaio 2015 è istituita un'imposta di bollo sui trasferimenti di denaro all'estero effettuati attraversò gli istituti bancari, le agenzie "money transfer" o altri agenti in attività finanziaria, pari al 2 per cento, sul denaro trasferito da persone fisiche non munite di matricola Inps e codice fiscale;

64-*ter*. le maggiori entrate derivanti dalle misure di cui al precedente comma affluiscono al fondo di cui all'articolo 1, comma 431 della L 27-12-2013 n. 147».

3.391

BONFRISCO, D'ALI', MILO, CERONI, MANDELLI, AMIDEI

Precluso

Dopo il comma 64, aggiungere il seguente:

«64-*bis*. All'articolo 22, del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) il comma 1 è soppresso;

b) al comma 1-*bis*, primo periodo, le parole: "limitatamente all'anno 2014", sono soppresse;

c) al comma 1-*bis*, primo periodo, le parole: ", sino a 2.400.000 kWh anno," e ", sino a 260.000 kWh anno," sono soppresse.

d) al comma 1-*bis*, secondo periodo, le parole: "di energia, oltre i limiti suddetti" sono sostituite dalle seguenti: "e cessione di energia elettrica e calorica da fonti rinnovabili agroforestali, oltre il limite di 2.400.000 kWh anno, e fotovoltaiche, oltre il limite di 260.000 kWh anno,"».

Conseguentemente, alla tabella A, apportare le seguenti variazioni: - voce Ministero dell'economia e delle finanze:

2015: - 10.500.000;

2016: - 14.000.000;

2017: - 14.000000.

3.392

BONFRISCO, CERONI, D'ALI', MANDELLI, MILO, AMIDEI

Precluso

Dopo il comma 64, aggiungere il seguente:

«64-*bis*. All'articolo 22, del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) il comma 1 è soppresso;

b) al comma 1-*bis*, primo periodo, le parole: "limitatamente all'anno 2014", sono soppresse;

c) al comma 1-*bis*, primo periodo, le parole: ", sino a 2.400.000 kWh anno," e ", sino a 260.000 kWh anno," sono soppresse;

d) al comma 1-*bis*, secondo periodo, le parole: "di energia, oltre i limiti suddetti" sono sostituite dalle seguenti: "e cessione di energia elettrica e calorica da fonti rinnovabili agroforestali, oltre il limite di 2.400.000 kWh anno, e fotovoltaiche, oltre il limite di 260.000 kWh anno,"».

Conseguentemente, alla tabella B, apportare le seguenti variazioni: voce Ministero dell'economia e delle finanze*:*

2015: - 10.500.000;

2016: - 14.000.000;

2017: - 14.000.000.

3.394

DI MAGGIO

Precluso

Dopo il comma 64, aggiungere il seguente:

«64-*bis*. All'articolo 22, del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) il comma 1 è soppresso;

b) al comma 1-*bis*, primo periodo, le parole: "limitatamente all'anno 2014" sono soppresse;

c) al comma 1-*bis*, primo periodo, le parole: ", sino a 2.400.000 kWh anno," e "«, sino a 260.000 kWh anno," sono soppresse;

d) al comma 1-*bis*, secondo periodo, le parole: "di energia, oltre i limiti suddetti" sono sostituite dalle seguenti: "e cessione di energia elettrica e calorica da fonti rinnovabili agroforestali, oltre il limite di 2.400.000 kWh anno, e fotovoltaiche, oltre il limite di 260.000 kWh anno,"».

Conseguentemente, alla tabella B, apportare le seguenti variazioni: voce Ministero dell'economia e delle finanze*:*

2015: - 10,500.000;

2016; - 14,000.000;

2017: - 14.000.000.

3.395

BONFRISCO, CERONI, D'ALI', MANDELLI, MILO, AMIDEI

Precluso

Dopo il comma 64, aggiungere il seguente:

«64-*bis*. All'articolo 22, del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) il comma 1 è soppresso;

b) al comma 1-*bis*, primo periodo, le parole: "limitatamente all'anno 2014", sono soppresse;

c) al comma 1-*bis*, primo periodo, le parole: ", sino a 2.400.000 kWh anno," e ", sino a 260.000 kWh anno," sono soppresse;

d) al comma 1-*bis*, secondo periodo, le parole: "di energia, oltre i limiti suddetti" sono sostituite dalle seguenti: "e cessione di energia elettrica e calorica da fonti rinnovabili agroforestali, oltre il limite di 2.400.000 kWh anno, e fotovoltaiche, oltre il limite di 260.000 kWh anno,"».

Conseguentemente, aggiungere il seguente periodo: «Agli oneri derivanti dal presente comma si provvede: quanto a 10,5 milioni di euro per l'anno 2015, 14 milioni di euro per l'anno 2016 e 14 milioni di euro per l'anno 2017, mediante utilizzo dei fondi iscritti nello stato di previsione del Ministero dell'economia e finanze ai sensi dell'articolo 49, comma 2, lettere a) *e* b) *del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito, con modificazioni, dalla legge 23 giugno 2014, n. 89».*

3.396

CENTINAIO, ARRIGONI, BELLOT, CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 64, aggiungere il seguente:

«64-*bis*. All'articolo 22 del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito con modificazioni dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, sopprimere il comma 2».

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 700 milioni di euro per l'anno 2015, e a 350 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016».

3.397

DE PETRIS, URAS

Precluso

Dopo il comma 64, inserire il seguente:

«64-*bis*. I contribuenti decaduti dal beneficio della rateazione previsto dall'articolo 19 del decreto

del Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, n. 602, possono richiedere la concessione di un nuovo piano di rateazione, fino a un massimo di settantadue rate mensili, a condizione che:

a) la decadenza sia intervenuta entro e non oltre il 31 dicembre 2014;

b) la richiesta sia presentata entro e non oltre il 31 marzo 2015.

Il piano di rateazione non è prorogabile e il debitore decade dallo stesso in caso di mancato pagamento di tre rate anche non consecutive».

3.400

BONFRISCO, CERONI, D'ALI', MANDELLI, MILO, AMIDEI

Precluso

Dopo il comma 64, inserire il seguente:

«64-*bis*. I contribuenti decaduti dal beneficio della rateazione previsto dall'articolo 19 del decreto del Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, n. 602, possono richiedere la concessione di un nuovo piano di rateazione, fino a un massimo di settantadue rate mensili, a condizione che:

a) la decadenza sia intervenuta entro e non oltre il 31 dicembre 2014;

b) la richiesta sia presentata entro e non oltre il 31 marzo 2015. Il piano di rateazione non è prorogabile e il debitore decade dallo stesso in caso di mancato pagamento di tre rate anche non consecutive».

3.401

DI MAGGIO

Precluso

Dopo il comma 64, inserire il seguente:

«64-*bis*. I contribuenti decaduti dal beneficio della rateazione previsto dall'articolo 19 del decreto del Presidente della Repubblica 29 settembre 1973, n. 602, possono richiedere la concessione di un nuovo piano di rateazione, fino a un massimo di settantadue rate mensili, a condizione che:

a) la decadenza sia intervenuta entro e non oltre il 31 dicembre 2014;

b) la richiesta sia presentata entro e non oltre il 31 marzo 2015. Il piano di rateazione non è prorogabile e il debitore decade dallo stesso in caso di mancato pagamento di tre rate anche non consecutive».

3.402

BISINELLA, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 64, aggiungere il seguente:

«Al fine di assicurare interventi per la sicurezza strutturale e funzionale degli impianti sportivi utilizzati per lo svolgimento delle manifestazioni calcistiche del campionato di serie A, è riservata una quota pari a 1 milione di euro a valere sulle risorse del Fondo di garanzia di cui all'articolo 90, comma 12, della legge 27 dicembre 2002, n. 289 a quegli impianti sprovvisti di idonee barriere di sicurezza per gli spazi dedicati alle tifoserie ospiti, oltre che di duplici vie di fuga e di accesso al campo, e di un sistema di video sorveglianza attraverso telecamere che copra interamente l'area *parterre* nonché di tornelli per l'accesso automatizzato all'impianto».

Conseguentemente, al comma 125, sostituire la cifra: «187,5»*, con la seguente:* «186,5».

3.403

BISINELLA, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 64, aggiungere il seguente:

«Al fine di assicurare interventi per la sicurezza strutturale e funzionale degli impianti sportivi utilizzati per lo svolgimento delle manifestazioni calcistiche del campionato di serie A, in particolare per la creazione di idonee barriere di sicurezza per gli spazi dedicati alle tifoserie ospiti e di duplici vie di fuga e di accesso al campo, è riservata una quota pari a 1 milione di euro a valere sulle risorse del Fondo di garanzia di cui all'articolo 90, comma 12, della legge 27 dicembre 2002, n. 289».

Conseguentemente, al comma 125, sostituire la cifra: «187,5»*, con la seguente:* «186,5».

3.409

BONFRISCO, D'ALI', MILO, CERONI, MANDELLI, AMIDEI

Precluso

Dopo il comma 64, inserire il seguente:

«64-*bis*. Per le attività di conservazione, commercializzazione e valorizzazione di cui al terzo comma dell'articolo 2135 del codice civile, ancorché considerate autonomamente, che hanno ad oggetto prodotti agricoli acquistati da terzi, nel limite del 20 per cento del volume d'affari complessivo realizzato nell'anno precedente ai fini dell'imposta sul valore aggiunto, il reddito è determinato applicando all'ammontare dei corrispettivi delle operazioni registrate o soggette a registrazione agli effetti dell'imposta sul valore aggiunto, conseguiti con tali attività, il coefficiente di redditività del 15 per cento, salvo l'opzione per la determinazione del reddito nel modo ordinario da esercitare con le modalità stabilite dal decreto del Presidente della Repubblica 10 novembre 1997, n. 442, e successive modificazioni».

3.410

DI MAGGIO

Precluso

Dopo il comma 64, inserire il seguente:

«64-*bis*. Per le attività di conservazione, commercializzazione e valorizzazione di cui al terzo comma dell'articolo 2135 del codice civile, ancorché considerate autonomamente, che hanno ad oggetto prodotti agricoli acquistati da terzi, nel limite del 20 per cento del volume d'affari complessivo realizzato nell'anno precedente ai fini dell'imposta sul valore aggiunto, il reddito è determinato applicando all'ammontare dei corrispettivi delle operazioni registrate o soggette a registrazione agli effetti dell'imposta sul valore aggiunto, conseguiti con tali attività, il coefficiente di redditività del 15 per cento, salvo l'opzione per la determinazione del reddito nel modo ordinario da esercitare con le modalità stabilite dal decreto del Presidente della Repubblica 10 novembre 1997, n. 442, e successive modificazioni».

3.411

LIUZZI

Precluso

Dopo il comma 64, aggiungere il seguente:

«64-*bis*. All'articolo 1 della legge 2 agosto 1999, n. 264, dopo il comma 1, sono inseriti i seguenti:

"1-*bis*. Ai fini dell'ammissione ai corsi di cui al comma 1, si tiene conto anche della valutazione del percorso scolastico sulla base di un regolamento emanato ai sensi dell'articolo 17, comma 1, della legge 23 agosto 1988, n. 400 entro sei mesi dall'approvazione della presente legge di stabilità il regolamento prevede che una quota del punteggio degli esami di ammissione ai corsi universitari di cui al comma che precede, sia assegnata agli studenti che abbiano conseguito risultati scolastici di particolare valore nell'ultimo triennio e nell'esame di Stato, anche in riferimento alle discipline più significative del corso di laurea prescelto, definendo altresì in detto regolamento, i criteri volti a valorizzare le discipline tecnico-scientifiche.

2-*bis*. È previsto un ampliamento del 10 per cento del numero di posti disponibili per l'accesso alle facoltà di cui al comma 1, a cui corrisponderà al termine del primo anno un corrispondente taglio del 10 per cento dei posti connesso al mancato raggiungimento del superamento degli esami previsti dal piano di studi del primo anno accademico della facoltà corrispondente e di una media scolastica determinata dal regolamento di cui al comma 1-*bis*"».

3.412

LIUZZI

Precluso

Dopo il comma 64 aggiungere il seguente:

«64-*bis*. All'articolo 1 della legge 2 agosto 1999, n. 264, dopo il comma 1, è inserito il seguente:

«1-*bis*. Ai fini dell'ammissione ai corsi di cui al comma 1, si tiene conto anche della valutazione del percorso scolastico sulla base di un regolamento emanato ai sensi dell'articolo 17, comma 1, della legge 400/97 entro sei mesi che deve tenere conto della valutazione dell'esamedi Stato incidente in misura del 20 per cento e il cculum scolastico degli ultimi tre anni del percorso scolastico, incidente in misura dell'80 per cento. È previsto un ampliamento del 10 per cento del numero dei posti disponibili per l'accesso alle facoltà di cui al comma 1, a cui corrisponderà al termirle del primo anno un corrispondente taglio del 10 per cento dei posti connesso al raggiungimento della media determinata dal medesimo regolamento».

3.413

BONFRISCO, D'ALI', MILO, CERONI, MANDELLI, AMIDEI

Precluso

Dopo il comma 64, inserire il seguente:

«64-*bis*. Il comma 8-*bis* dell'articolo 36 del decreto-legge 18 ottobre 2012, n. 179, convertito dalla legge 17 dicembre 2012, n. 221, è soppresso.».

3.414

DI MAGGIO

Precluso

Dopo il comma 64, inserire il seguente:

«64-*bis*. Il comma 8-*bis* dell'articolo 36 del decreto-legge 18 ottobre 2012, n. 179, convertito dalla legge 17 dicembre 2012, n. 221, è soppresso.».

3.417

BERGER, ZELLER, PALERMO, PANIZZA, LANIECE, BATTISTA, ROMANO, Fausto Guilherme LONGO, FRAVEZZI

Precluso

Dopo il comma 64, inserire il seguente:

«64-*bis*. All'articolo 10, comma 4 del decreto legislativo 14 marzo 2011, n. 23, è aggiunto, in fine, il seguente periodo: ", dell'articolo 9, comma 2, del decreto del Presidente della Repubblica 29 Settembre 1973, n. 601, dell'articolo 5-*bis* della legge 31 gennaio 1994, n. 97 e dell'articolo 5-*bis* del decreto legislativo 18 maggio 2001, n. 228"».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 1, della tariffa 1, parte prima, allegata al testo unico delle disposizioni concernenti l'imposta di registro, di cui al decreto del Presidente della Repubblica 26 aprile 1986, n. 131, dopo le parole: «Se il trasferimento ha per oggetto terreni agricoli e relative pertinenze a favore di soggetti diversi dai coltivatori diretti e dagli imprenditori agricoli professionali, iscritti nella relativa gestione previdenziale ed assistenziale», *sostituire le parole:* «12 per cento» *con le seguenti:* «15 per cento».

3.422

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 64, aggiungere il seguente:

«64-*bis*. Al fine di favorire il proseguimento e la conclusione degli interventi di ripristino e messa in sicurezza dei territori della regione Marche colpiti dagli eventi meteorologici del 26 e 27 novembre 2013 e del 2 dicembre 2013, sono stanziati per l'anno 2015, 5 milioni di euro. Nei medesimi territori è altresì sospeso il pagamento dell'imposta municipale propria e della TASI, relativo all'anno d'imposta 2015, dovute sugli immobili appartenenti alla categoria catastale D/7, D/8, D/10, C/2.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 50.000.000.

3.429

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 64, aggiungere, in fine, il seguente:

«64-*bis*. All'articolo 17, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, dopo il comma 1 è inserito il seguente:

"1.1. In ogni caso, per la copertura finanziaria delle leggi che comportino nuovi o maggiori oneri ovvero minori entrate non possono essere utilizzate le risorse derivanti dalla quota dell'otto per mille del gettito dell'imposta sul reddito delle persone fisiche attribuita alla diretta gestione statale ai sensi dell'articolo 47, secondo comma, della legge 20 maggio 1985, n. 222"».

3.430

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 64, aggiungere il seguente:

«64-*bis*. All'articolo 1, comma 12-*bis* del decreto-legge 13 agosto 2011, n. 138, convertito, con modificazioni, dalla legge 14 settembre 2011, n. 148, dopo le parole: "e 2014 ", sono aggiunte le seguenti: "nonché per il biennio 2015-2016"».

3.431

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 64, aggiungere il seguente:

«64-*bis*. All'articolo 11, comma 1, primo periodo, del decreto legislativo 14 marzo 2011 n. 23, le parole: "dall'anno 2015" sono sostituite dalle parole: "dall'anno 2016"».

3.432

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Dopo il comma 64 aggiungere infine i seguenti commi:

«64-*bis*. A partire dal periodo d'imposta 2015 è istituita un'imposta patrimoniale ordinaria sulle grandi ricchezze, la cui base imponibile è costituita dalla ricchezza netta delle famiglie superiore ad 800.000 euro, risultante dalla somma delle attività reali e delle attività finanziarie al netto delle passività finanziarie, incluso il patrimonio non strumentale delle società, nella misura dello 0,7 per cento per un imponibile da 800.000 euro a 2 milioni, e nella misura dell'l per cento per ricchezze di valore superiore ai 2 milioni.

64-*ter*. Ai fini dell'accertamento del valore patrimoniale da assoggettare all'imposta di cui al comma precedente, si ricorre all'utilizzo delle informazioni desunte dai pubblico registro dei beni mobili registrati e dei dati trasmessi dai soggetti emittenti nello Stato valori mobiliari.

64-*quater*. Al fine di evitare la doppia imposizione, dall'imposta determinata ai sensi dei precedenti commi 40-*bis* e 40-*ter* si detrae un importo pari all'imposta netta già pagata sulle medesime attività».

3.437

PUGLIA, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Dopo il comma 65, aggiungere il seguente:

«65-*bis*. La lettera *c)* del comma 4 dell'articolo 14 del decreto legislativo 9 aprile 2008, n. 81, è sostituita dalla seguente:

"*c)* il pagamento di una somma aggiuntiva rispetto a quelle di cui al comma 6 pari a:

1) 1.950 euro nelle ipotesi di sospensione per lavoro irregolare. Esclusivamente nel caso di imprese che occupino non più di cinque dipendenti, salvo che il provvedimento di sospensione sia motivato dalla reiterazione di cui al comma 1, terzo periodo, del presente articolo, il soggetto obbligato al pagamento della somma aggiuntiva di cui al presente numero procede al versamento della stessa in un'unica 'soluzione ovvero nella misura di un quarto entro trenta giorni dall'adozione del provvedimento di sospensione e della restante parte in un numero massimo di quattro rate mensili. Entro il termine di cinque giorni dai l'emanazione del provvedimento di sospensione dell'attività

imprenditoriale, il rappresentante legale dell'impresa, può presentare istanza. adeguatamente motivata e documentata, alla Direzione territoriale del lavoro, intesa ad ottenere la dilazione di pagamento di cui al comma precedente. La Direzione territoriale del lavoro, entro i successivi quindici giorni dalla presentazione della domanda di dilazione, verificate le circostanze, unitamente alle motivazioni ed alla relativa documentazione, emana un provvedimento con il quale stabilisce il numero delle rate e l'importo di ciascuna di esse. TI provvedimento di cui al precedente periodo è notificato immediatamente all'interessato. TI mancato o ritardato pagamento della prima rata entro il termine di cui al secondo periodo, o anche di una sola delle rate diverse dalla prima, entro il termine di pagamento della rata successiva, comporta la perdita del beneficio della rateazione e l'immediata sospensione dell'attività. Dal giorno in cui il titolare dell'impresa viene ammesso al, beneficio della dilazione la sospensione dell'attività imprenditoriale è interrotta;

2) 3.250 euro nelle ipotesi di sospensione per gravi e reiterate violazioni in materia di tutela della salute e della sicurezza sul lavoro"».

Conseguentemente, all'articolo 1, comma 9, al capoverso «1-bis», i numeri 1) e 2) sono sostituiti dai seguenti:

«1) 600 euro, se il reddito complessivo non è superiore a 24.000 euro 2) 600 euro, se il reddito complessivo è superiore a 24.000 euro ma non a 26.000 euro. Il credito spetta per la parte corrispondente al rapporto tra l'importo di 26.000 euro, diminuito del reddito complessivo, e l'importo di 2.000 euro;».

3.438

MANGILI, LEZZI, BULGARELLI

Precluso

Dopo il comma 65 aggiungere il seguente:

«65-*bis*. Le pensioni ovvero i vitalizi erogati da gestioni previdenziali pubbliche in base al sistema retributivo, non possono superare i 5.000 euro netti mensili. Sono fatti salvi soltanto le pensioni e i vitalizi corrisposti in base al sistema contributivo. Qualora il trattamento di cui al primo periodo sia cumulato con altri trattamenti pensionistici erogati da gestioni previdenziali pubbliche in base al sistema retributivo, l'ammontare onnicomprensivo non può superare gli 8.000 euro netti mensili».

3.440

BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, Eva LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Dopo il comma 66 inserire il seguente:

«66-*bis*. A decorrere dallo gennaio 2015 l'aliquota IVA normale del 22 per cento è ridotta di un punto percentuale. A decorrere dallo gennaio 2016 la predetta aliquota IVA, come risultante dalla riduzione di cui al primo periodo, è ulteriormente ridotta di un punto percentuale.

Al medesimo articolo, al comma 67, lettera *b)*, sostituire le parole: del 22 per cento con le seguenti: normale.

Conseguentemente:

al medesimo articolo, dopo il comma 68 inserire il seguente:

68-*bis*. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze i regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale di cui all'allegato A della nota integrativa al bilancio di previsione relativa alla Tabella 1 dello Stato di previsione delle entrate prevista ai sensi dell'articolo 21, comma 11, lettera *a)*, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, che appaiono, in tutto o in parte, ingiustificati o superati alla luce delle mutate esigenze sociali o economiche ovvero che costituiscono una duplicazione, sono modificati, soppressi o ridotti, a decorrere dall'anno 2015, al fine di assicurare maggiori entrate pari a 4.100 milioni di euro. Nei casi in cui la disposizione del primo periodo del presente comma non sia suscettibile di diretta e immediata applicazione, con uno o più decreti del Ministro dell'economia e

delle finanze sono stabilite le modalità tecniche per l'attuazione del presente comma con riferimento ai singoli regimi interessati;

dopo il comma 74, inserire i seguenti:

74-*bis*. A decorrere dalla data di entrata in vigore della presente legge, per i consumi intermedi e per l'acquisto di beni, servizi e forniture prodotti dai produttori market, le amministrazioni inserite nel conto economico consolidato della pubblica amministrazione, come individuate dall'Istituto nazionale di statistica (ISTAT) ai sensi dell'articolo 1 della legge 31 dicembre 2009, n. 196, ricorrono ai sistemi di acquisto messi a disposizione da Consip spa o da altre centrali di committenza anche regionali, in modo da assicurare risparmi non inferiori a 4.100 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015.

74-*ter*. Al fine di conseguire i risparmi di spesa di cui al comma 1, gli enti ricompresi nel conto economico consolidato delle amministrazioni pubbliche ricorrono ai sistemi centralizzati di acquisto di beni, servizi e forniture in misura non inferiore al 30 per cento delle spese annuali complessive per l'acquisto di beni, servizi e forniture per il 2015, in misura non inferiore al 60 per cento per il 2016 e all'80 per cento per il 2017. Gli enti di cui al comma i sono tenuti à specificare nel rendiconto dell'esercizio finanziario di ciascun anno l'ammontare delle spese effettuate avvalendosi dei sistemi di acquisto centralizzati, nonché l'ammontare delle spese effettuate ai sensi del comma 6.

74-*quater*. Al fine di conseguire i risparmi di spesa di cui al comma 1, entro il 30 giugno di ogni anno, a partire dal 2015, tutti gli enti di cui al comma 1 definiscono e inviano a Consip spa l'elenco dei beni, servizi e forniture di cui necessitano per l'espletamento delle proprie funzioni istituzionali e per lo svolgimento di ogni altra attività. I comuni e le province provvedono alla trasmissione di tale elenco rispettivamente tramite l'ANCI e PUPI.

74-*quinquies*. Entro il 30 novembre di ogni anno, a partire dal 2015, Consip spa individua e aggiorna, ove necessario, mediante un sistema di *benchmarking*, il rapporto di qualità e prezzo in relazione alle tipologie di beni, servizi e forniture indicate negli elenchi di cui al comma 3.

74-*sexies*. Per il 2015, il termine di cui al comma 3 è fissato al 31 marzo e il termine di cui al comma 4 è fissato al 30 giugno.

74-*septies*. In deroga a quanto previsto nei precedenti commi, gli enti di cui al comma i possono stipulare contratti di acquisto solo a un prezzo più basso di quello individuato. da Consip spa con i criteri di cui ai commi da 1 a 5.

74-*octies*. lncasodi mancato rispetto degli obiettivi di risparmio di spesa di cui al comma 1, ai fini del patto di stabilità interno, sono ridotti i trasferimenti statali a qualunque titolo spettanti alle regioni a statuto ordinario, i trasferimenti correnti dovuti alle province, ai comuni e i trasferimenti alle regioni a statuto speciale e alle province autonome di Trento e Bolzano in misura pari alla differenza tra il risultato registrato e l'obiettivo programmatico predeterminato.

74-*novies*. In caso di mancato rispetto degli obiettivi di risparmio di spesa di cui al comma 1, nonché degli obblighi di cui ai commi da 1 a 12, il soggetto inadempiente, nell'anno successivo a quello dell'inadempienza, non può:

a) impegnare spese correnti in misura superiore all'importo annuale medio dei corrispondenti impegni effettuati nell'ultimo triennio;

b) ricorrere all'indebitamento per gli investimenti, i mutui e i prestiti obbligazionari posti in essere con istituzioni creditizie o finanziarie per il finanziamento degli investimenti, i quali devono essere corredati da apposita attestazione da cui risulti il rispetto degli obblighi di cui ai commi da 1 a 12 nell'anno precedente; l'istituto finanziatore o l'intermediario finanziario non può procedere al finanziamento o al collocamento del prestito in assenza della predetta attestazione;

c) procedere ad assunzioni di personale a qualsiasi titolo, con qualsivoglia tipologia contrattuale, ivi compresi i rapporti di collaborazione coordinata e continuativa e di somministrazione, anche con riferimento ai processi di stabilizzazione in atto; è fatto altresì divieto agli enti di stipulare contratti di servizio con soggetti privati che si configurino come elusivi della presente disposizione.

74-*decies*. I contratti stipulati in violazione degli obblighi di cui ai commi da 1 a 12 sono nulli, costituiscono illecito disciplinare e sono causa di responsabilità amministrativa.

74-*undecies*. I soggetti di cui al comma i comunicano trimestralmente al Ministero dell'economia e delle finanze la quota di acquisti effettuata secondo le modalità di cui ai commi da 1 a 9, in modo da consentire la verifica del rispetto degli obblighi previsti, nonché dei relativi risparmi di spesa.

74-*duodecies*. Gli ulteriori risparmi di spesa che dovessero realizzarsi per le amministrazioni centrali in attuazione del presente articolo sono comunque destinati esclusivamente alla riduzione della pressione fiscale statale.

74-*terdecies*. Con decreto di natura non regolamentare adottato dal Ministero dell'economia e delle finanze di concerto con il Ministero dell'interno entro 30 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono stabilite le disposizioni attuative dei commi 1 a 11 del presente articolo».

3.441

BONFRISCO, BRUNI, PERRONE, LIUZZI, ZIZZA, IURLARO, FALANGA, Eva LONGO, D'ANNA, ARACRI, PAGNONCELLI, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Dopo il comma 66, inserire il seguente:

«66-*bis*. A decorrere dal 1º gennaio 2015 l'aliquota IVA normale del 22 per cento è ridotta di un punto percentuale. A decorrere dal 1º gennaio 2016 la predetta aliquota IVA, come risultante dalla riduzione di cui al primo periodo, è ulteriormente ridotta di un punto percentuale».

Al medesimo articolo 45, al comma 3, lettera b)*, sostituire le parole:* «del 22 per cento» *con le seguenti:* «normale».

Alla rubrica inserire, in fine, le parole: «e modifiche delle aliquote IVA.

Conseguentemente al medesimo articolo 3, dopo il comma 68, inserire il seguente:

«68-*bis*. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze i regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale di cui all'allegato A della nota integrativa al bilancio di previsione relativa alla Tabella 1 dello Stato di previsione delle entrate prevista ai sensi dell'articolo 21, comma 11, lettera *a)*, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, che appaiono, in tutto o in parte, ingiustificati o superati alla luce delle mutate esigenze sociali o economiche ovvero che costituiscono una duplicazione, sono modificati, soppressi o ridotti, a decorrere dall'anno 2015, al fine di assicurare maggiori entrate pari a 4.100 milioni di euro. Nei casi in cui la disposizione del primo periodo del presente comma non sia suscettibile di diretta e immediata applicazione, con uno o più decreti del Ministro dell'economia e delle finanze sono stabilite le modalità tecniche per l'attuazione del presente comma con riferimento ai singoli regimi interessati»;

dopo l'articolo 45, inserire il seguente:

«Art. 45-*bis*. - *(Concentrazione degli acquisti della P.A.). - 1.* A decorrere dalla data di entrata in vigore della presente legge, per i consumi intermedi e per l'acquisto di beni, servizi e forniture prodotti dai produttori *market*, le amministrazioni inserite nel conto economico consolidato della pubblica amministrazione, come individuate dall'Istituto nazionale di statistica (ISTAT) ai sensi dell'articolo 1 della legge 31 dicembre 2009, n. 196, ricorrono ai sistemi di acquisto messi a disposizione da Consip spa o da altre centrali di committenza anche regionali, in modo da assicurare risparmi non inferiori a 4.100 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015.

2. Al fine di conseguire i risparmi di spesa di cui al comma 1, gli enti ricompresi nel conto economico consolidato delle amministrazioni pubbliche ricorrono ai sistemi centralizzati di acquisto di beni, servizi e forniture in misura non inferiore al 30 per cento delle spese annuali complessive per l'acquisto di beni, servizi e forniture per il 2015, in misura non inferiore al 60 per cento per il 2016 e all'80 per cento per il 2017. Gli enti di cui al comma i sono tenuti a specificare nel rendiconto dell'esercizio finanziario di ciascun anno l'ammontare delle spese effettuate avvalendosi dei sistemi di acquisto centralizzati, nonché l'ammontare delle spese effettuate ai sensi del comma 6.

3. Al fine di conseguire i risparmi di spesa di cui al comma 1, entro il 30 giugno di ogni anno, a partire dal 2015, tutti gli enti di cui al comma 1 definiscono e inviano a Consip spa l'elenco dei beni, servizi e forniture di cui necessitano per l'espletamento delle proprie funzioni istituzionali e per lo svolgimento di ogni altra attività. I comuni e le province provvedono alla trasmissione di tale elenco

rispettivamente tramite l'ANCI e l'UPI.

4. Entro il 30 novembre di ogni anno, a partire dal 2015, Consip spa individua e aggiorna, ove necessario, mediante un sistema di *benchmarking*, il rapporto di qualità e prezzo in relazione alle tipologie di beni, servizi e forniture indicate negli elenchi di cui al comma 3.

5. Per il 2015, il termine di cui al comma 3 è fissato al 31 marzo e il termine di cui al comma 4 è fissato al 30 giugno.

6. In deroga a quanto previsto nei precedenti commi, gli enti di cui al comma i possono stipulare contratti di acquisto solo a un prezzo più basso di quello individuato da Consip spa con i criteri di cui ai commi da 1 a 5.

7. In caso di mancato rispetto degli obiettivi di risparmio di spesa di cui al comma 1, ai fini del patto di stabilità interno, sono ridotti i trasferimenti statali a qualunque titolo spettanti alle regioni a statuto ordinario, i trasferimenti correnti dovuti alle province, ai comuni e i trasferimenti alle regioni a statuto speciale e alle province autonome di Trento e Bolzano in misura pari alla differenza tra il risultato registrato e l'obiettivo programmatico predeterminato.

8. In caso di mancato rispetto degli obiettivi di risparmio di spesa di cui al comma 1, nonché degli obblighi di cui ai commi da 1 a 12, il soggetto inadempiente, nell'anno successivo a quello dell'inadempienza, non può:

a) impegnare spese correnti in misura superiore all'importo annuale medio dei corrispondenti impegni effettuati nell'ultimo triennio;

b) ricorrere all'indebitamento per gli investimenti, i mutui e i prestiti obbligazionari posti in essere con istituzioni creditizie o finanziarie per il finanziamento degli investimenti, i quali devono essere corredati da apposita attestazione da cui risulti il rispetto degli obblighi di cui ai commi da 1 a 12 nell'anno precedente; l'istituto finanziatore o l'intermediario finanziario non può procedere al finanziamento o al collocamento del prestito in assenza della predetta attestazione;

c) procedere ad assunzioni di personale a qualsiasi titolo, con qualsivoglia tipologia contrattuale, ivi compresi i rapporti di collaborazione coordinata e continuativa e di somministrazione, anche con riferimento ai processi di stabilizzazione in atto; è fatto altre si divieto agli enti di stipulare contratti di servizio con soggetti privati che si configurino come elusivi della presente disposizione.

9. I contratti stipulati in violazione degli obblighi di cui ai commi da 1 a 12 sono nulli, costituiscono illecito disciplinare e sono causa di responsabilità amministrativa.

10. I soggetti di cui al comma i comunicano trimestralmente al Ministero dell'economia e delle finanze la quota di acquisti effettuata secondo le modalità di cui ai commi da 1 a 9, in modo da consentire la verifica del rispetto degli obblighi previsti, nonché dei relativi risparmi di spesa.

11. Gli ulteriori risparmi di spesa che dovessero realizzarsi per le amministrazioni centrali in attuazione del presente articolo sono comunque destinati esclusivamente alla riduzione della pressione fiscale statale.

12. Con decreto di natura non regolamentare, adottato dal Ministero dell'economia e delle finanze di concerto con il Ministero dell'interno entro 30 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono stabilite le disposizioni attuative dei commi da 1 a 11 del presente articolo».

3.442

ZIZZA

Precluso

Dopo il comma 66, aggiungere il seguente:

«66-*bis*. A decorrere dall'anno 2015 è ridotta di un punto percentuale l'aliquota IVA del 22 per cento. La stessa è ulteriormente ridotta di un ulteriore punto percentuale a decorrere dal 1º gennaio 2016».

Conseguentemente all'articolo 1 sopprimere i commi 9, 10 e 12.

3.443

BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, Eva LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE,

IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Sostituire i commi 67 e 68, con il seguente:

«67. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze i regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale di cui all'allegato A della nota integrativa al bilancio di previsione relativa alla Tabella 1 dello Stato di previsione delle entrate prevista ai sensi dell'articolo 21, comma11, lettera *a)*, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, che appaiono, in tutto o in parte, ingiustificati o superati alla luce delle mutate esigenze sociali o economiche ovvero che costituiscono una duplicazione, sono modificati, soppressi o ridotti, a decorrere dall'anno 2015, al fine di assicurare maggiori entrate pari a 13.000 milioni di euro. Nei casi in cui la disposizione del primo periodo del presente comma non sia suscettibile di diretta e immediata applicazione, con uno o più decreti del Ministro dell'economia e delle finanze sono stabilite le modalità tecniche per l'attuazione del presente comma con riferimento ai singoli regimi interessati».

Conseguentemente, all'articolo 2, dopo il comma 45, inserire il seguente:

«45-*bis*. Per l'anno 2015 è disposta la riduzione lineare delle dotazioni finanziarie disponibili iscritte a legislazione vigente in termini di competenza e di cassa, nell'ambito delle spese rimodulabili delle missioni di spesa di ciascun Ministero di cui all'articolo 21, comma 5, lettera *b)*, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, per un importo pari a 2.000 milioni di euro annui. Sono esclusi gli stanziamenti relativi all'istituto della destinazione del cinque per mille dell'imposta sul reddito delle persone fisiche, gli stanziamenti relativi alle spese per la tutela dell'ordine e la sicurezza pubblica, nonché per il soccorso pubblico, e gli stanziamenti relativi al fondo sviluppo e coesione. Il Ministro dell'economia e delle finanze, ai fini delle successive riduzioni, è autorizzato ad accantonare e rendere indisponibili le predette somme. Le amministrazioni potranno proporre variazioni compensative, anche relative a missioni diverse, tra gli accantonamenti interessati nel rispetto dell'invarianza sui saldi di finanza pubblica».

Conseguentemente, all'articolo 2, sostituire il comma 226 con il seguente:

«226. I risparmi ottenuti in seguito all'applicazione dei costi *standard* in ambito sanitario conseguente all'individuazione delle 3 regioni *benchmark* da parte della Conferenza Stato-Regioni, nella seduta del 5 dicembre 2013, determinano a decorrere dall'anno 2015 una riduzione del livello del finanziamento del servizio sanitario nazionale cui concorre ordinariamente lo Stato pari a 3.000 milioni di euro. Con decreto del Ministro della salute, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, previa intesa in sede di Conferenza Stato-Regioni, la quota di risparmi è imputata a ciascuna regione in misura inversamente proporzionale al livello di applicazione dei costi *standard*, come verificato dai tavoli tecnici di cui all'intesa Stato-Regioni del 23 marzo 2005».

Conseguentemente, dopo il comma 74, inserire i seguenti:

«74-*bis*. A decorrere dalla data di entrata in vigore della presente legge, per i consumi intermedi e per l'acquisto di beni, servizi e forniture prodotti dai produttori *market*, le amministrazioni inserite nel conto economico consolidato della pubblica amministrazione, come individuate dall'Istituto nazionale di statistica (ISTAT) ai sensi dell'articolo 1 della legge 31 dicembre 2009, n. 196, ricorrono ai sistemi di acquisto messi a disposizione da Consip spa o da altre centrali di, committenza anche regionali, in modo da assicurare risparmi non inferiori a 4.000 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015.

74-*ter*. Al fine di conseguire i risparmi di spesa di cui al comma 1, gli enti ricompresi nel conto economico consolidato delle amministrazioni pubbliche ricorrono ai sistemi centralizzati di acquisto di beni, servizi e forniture in misura non inferiore al 30 per cento delle spese annuali complessive per l'acquisto di beni, servizi e forniture per il 2015, in misura non inferiore al 60 per cento per il 2016 e all'80 per cento per il 2017. Gli enti di cui al comma 1 sono tenuti a specificare nel rendiconto dell'esercizio finanziario di ciascun anno l'ammontare delle spese effettuate avvalendosi dei sistemi di acquisto centralizzati, nonché l'ammontare delle spese effettuate ai sensi del comma 6.

74-*quater*. Al fine di conseguire i risparmi di spesa di cui al comma 1, entro il 30 giugno di ogni anno, a partire dal 2015, tutti gli enti di cui al comma 1 definiscono e inviano a Consip spa l'elenco dei

beni, servizi e forniture di cui necessitano per l'espletamento delle proprie funzioni istituzionali e per lo svolgimento di ogni altra attività. I comuni e le province provvedono alla trasmissione di tale elenco rispettivamente tramite l'ANCI e l'UPI.

74-*quinquies*. Entro il 30 novembre di ogni anno, a partire dal 2015, Consip spa individua e aggiorna, ove necessario, mediante un sistema di *benchmarking*, il rapporto di qualità e prezzo in relazione alle tipologie di beni, servizi e forniture indicate negli elenchi di cui al comma 3.

74-*sexies*. Per il 2015, il termine di cui al comma 3 è fissato al 31 marzo e il termine di cui al comma 4 è fissato al 30 giugno.

74-*septies*. In deroga a quanto previsto nei precedenti commi, gli enti di cui al comma 1 possono stipulare contratti di acquisto solo a un prezzo più basso di quello individuato da Consip spa con i criteri di cui ai commi da 1 a 5.

74-*octies*. In caso di mancato rispetto degli obiettivi di risparmio di spesa di cui al comma 1, ai fini del patto di stabilità interno, sono ridotti i trasferimenti statali a qualunque titolo spettanti alle Regioni a statuto ordinario, i trasferimenti correnti dovuti alle province, ai comuni e i trasferimenti alle regioni a statuto speciale e alle province autonome di Trento e Bolzano in misura pari alla differenza tra il risultato registrato e l'obiettivo programmatico predeterminato.

74-*novies*. In caso di mancato rispetto degli obiettivi di risparmio di spesa di cui al comma 1, nonché degli obblighi di cui ai commi da 1 a 12, il soggetto inadempiente, nell'anno successivo a quello dell'inadempienza, non può:

a) impegnare spese correnti in misura superiore all'importo annuale medio dei corrispondenti impegni effettuati nell'ultimo triennio;

b) ricorrere all'indebitamento per gli investimenti, i mutui e i prestiti obbligazionari posti in essere con istituzioni creditizie o finanziarie per il finanziamento degli investimenti, i quali devono essere corredati da apposita attestazione da cui risulti il rispetto degli obblighi di cui ai commi da 1 a 12 nell'anno precedente; l'istituto finanziatore o l'intermediario finanziario non può procedere al finanziamento o al collocamento del prestito in assenza della predetta attestazione;

c) procedere ad assunzioni di personale a qualsiasi titolo, con qualsivoglia tipologia contrattuale, ivi compresi i rapporti di collaborazione coordinata e continuativa e di somministrazione, anche con riferimento ai processi di stabilizzazione in atto; è fatto altresì divieto agli enti di stipulare contratti di servizio con soggetti privati che si configurino come elusivi della presente disposizione.

74-*decies*. I contratti stipulati in violazione degli obblighi di cui ai commi da 1 a 12 sono nulli, costituiscono illecito disciplinare e sono causa di responsabilità amministrativa.

74-*undecies*. I soggetti di cui al comma *i* comunicano trimestralmente al Ministero dell'economia e delle finanze la quota di acquisti effettuata secondo le modalità di cui ai commi da 1 a 9, in modo da consentire la verifica del rispetto degli obblighi previsti, nonché dei relativi risparmi di spesa.

74-*duodecies*. Gli ulteriori risparmi di spesa che dovessero realizzarsi per le amministrazioni centrali in attuazione del presente articolo sono comunque destinati esclusivamente alla riduzione della pressione fiscale statale.

74-*terdecies*. Con decreto di natura non regolamentare, adottato dal Ministero dell'economia e delle finanze di concerto con il Ministero dell'interno entro 30 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono stabilite le disposizioni attuative dei commi 1 a 11 del presente articolo».

3.444

D'AMBROSIO LETTIERI, TARQUINIO, BONFRISCO, BRUNI, PERRONE, LIUZZI, ZIZZA, IURLARO, FALANGA, Eva LONGO, D'ANNA, ARACRI, PAGNONCELLI, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Sostituire i commi 67 e 68 con il seguente:

«67. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze i regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale di cui all'allegato A della nota integrativa al bilancio di previsione relativa alla Tabella 1 dello Stato di previsione delle entrate prevista ai sensi dell'articolo 21, comma 11, lettera *a)*, della

legge 31 dicembre 2009, n. 196, che appaiono, in tutto o in parte, ingiustificati o superati alla luce delle mutate esigenze sociali o economiche ovvero che costituiscono una duplicazione, sono modificati, soppressi o ridotti, a decorrere dall'anno 2015, al fine di assicurare maggiori entrate pari a 13.000 milioni di euro. Nei casi in cui la disposizione del primo periodo del presente comma non sia suscettibile di diretta e immediata applicazione, con uno o più decreti del Ministro dell'economia e delle finanze sono stabilite le modalità tecniche per l'attuazione del presente comma con riferimento ai singoli regimi interessati».

Conseguentemente, all'articolo 2, dopo il comma 44, inserire il seguente:

«44-*bis*. Per l'anno 2015 è disposta la riduzione lineare delle dotazioni finanziarie disponibili iscritte a legislazione vigente in termini di competenza e di cassa, nell'ambito delle spese rimodulabili delle missioni di spesa di ciascun Ministero di cui all'articolo 21, comma 5, lettera *b)*, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, per un importo pari a 2.000 milioni di euro annui. Sono esclusi gli stanziamenti relativi all'istituto della destinazione del cinque per mille dell'imposta sul reddito delle persone fisiche, gli stanziamenti relativi alle spese per la tutela dell'ordine e la sicurezza pubblica, nonché per il soccorso pubblico, e gli stanziamenti relativi al fondo sviluppo e coesione. Il Ministro dell'economia e delle finanze, ai fini delle successive riduzioni, è autorizzato ad accantonare e rendere indisponibili le predette somme. Le amministrazioni potranno proporre variazioni compensative, anche relative a missioni diverse, tra gli accantonamenti interessati nel rispetto dell'invarianza sui saldi di finanza pubblica».

Conseguentemente, all'articolo 2, sostituire il comma 226 con il seguente:

«3. I risparmi ottenuti in seguito all'applicazione dei costi *standard* in ambito sanitario conseguente all'individuazione delle 3 regioni *benchmark* da parte della Conferenza Stato-Regioni, nella seduta del 5 dicembre 2013, determinano a decorrere dall'anno 2015 una riduzione del livello del finanziamento del servizio sanitario nazionale cui concorre ordinariamente lo Stato pari a 3.000 milioni di euro. Con decreto del Ministro della salute, di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, previa intesa in sede di Conferenza Stato-Regioni, la quota di risparmi è imputata a ciascuna regione in misura inversamente proporzionale al livello di applicazione dei costi *standard*, come verificato dai tavoli tecnici di cui all'intesa Stato-Regioni del 23 marzo 2005».

Conseguentemente, dopo l'articolo 3, inserire il seguente:

«Art. 3-*bis*. - *(Concentrazione degli acquisti della P.A.). - 1.* A decorrere dalla data di entrata in vigore della presente legge, per i consumi intermedi e per l'acquisto di beni, servizi e forniture prodotti dai produttori *market*, le amministrazioni inserite nel conto economico consolidato della pubblica amministrazione, come individuate dall'Istituto nazionale di statistica (ISTAT) ai sensi dell'articolo 1 della legge 31 dicembre 2009, n. 196, ricorrono ai sistemi di acquisto messi a disposizione da Consip spa o da altre centrali di committenza anche regionali, in modo da assicurare risparmi non inferiori a 4.000 milioni di euro a decorrere dall'anno 2015.

2. Al fine di conseguire i risparmi di spesa di cui al comma 1, gli enti ricompresi nel conto economico consolidato delle amministrazioni pubbliche ricorrono ai sistemi centralizzati di acquisto di beni, servizi e forniture in misura non inferiore al 30 per cento delle spese annuali complessive per l'acquisto di beni, servizi e forniture per il 2015, in misura non inferiore al 60 per cento per il 2016 e all'80 per cento per il 2017. Gli enti di cui al comma i sono tenuti a specificare nel rendiconto dell'esercizio finanziario di ciascun anno l'ammontare delle spese effettuate avvalendosi dei sistemi di acquisto centralizzati, nonché l'ammontare delle spese effettuate ai sensi del comma 6.

3. Al fine di conseguire i risparmi di spesa di cui al comma 1, entro il 30 giugno di ogni anno, a partire dal 2015, tutti gli enti di cui al comma 1 definiscono e inviano a Consip spa l'elenco dei beni, servizi e forniture di cui necessitano per l'espletamento delle proprie funzioni istituzionali e per lo svolgimento di ogni altra attività. I comuni e le province provvedono alla trasmissione di tale elenco rispettivamente tramite l'ANCI e l'UPI.

4. Entro il 30 novembre di ogni anno, a partire dal 2015, Consip spa individua e aggiorna, ove necessario, mediante un sistema di *benchmarking*, il rapporto di qualità e prezzo in relazione alle

tipologie di beni, servizi e forniture indicate negli elenchi di cui al comma 3.

5. Per il 2015, il termine di cui al comma 3 è fissato al 31 marzo e il termine di cui al comma 4 è fissato al 30 giugno.

6. In deroga a quanto previsto nei precedenti commi, gli enti di cui al comma 1 possono stipulare contratti di acquisto solo a un prezzo più basso di quello individuato da Consip spa con i criteri di cui ai commi da 1 a 5.

7. In caso di mancato rispetto degli obiettivi di risparmio di spesa di cui al comma 1, ai fini del patto di stabilità interno, sono ridotti i trasferimenti statali a qualunque titolo spettanti alle Regioni a statuto ordinario, i trasferimenti correnti dovuti alle province, ai comuni e i trasferimenti alle regioni a statuto speciale e alle province autonome di Trento e Bolzano in misura pari alla differenza tra il risultato registrato e l'obiettivo programmatico predeterminato.

8. In caso di mancato rispetto degli obiettivi di risparmio di spesa di cui al comma 1, nonché degli obblighi di cui ai commi da 1 a 12, il soggetto inadempiente, nell'anno successivo a quello dell'inadempienza, non può:

a) impegnare spese correnti in misura superiore all'importo annuale medio dei corrispondenti impegni effettuati nell'ultimo triennio;

b) ricorrere all'indebitamento per gli investimenti, i mutui e i prestiti obbligazionari posti in essere con istituzioni creditizie o finanziarie per il finanziamento degli investimenti, i quali devono essere corredati da apposita attestazione da cui risulti il rispetto degli obblighi di cui ai commi da 1 a 12 nell'anno precedente; l'istituto finanziatore o l'intermediario finanziario non può procedere al finanziamento o al collocamento del prestito in assenza della predetta attestazione;

c) procedere ad assunzioni di personale a qualsiasi titolo, con qualsivoglia tipologia contrattuale, ivi compresi i rapporti di collaborazione coordinata e continuativa e di somministrazione, anche con riferimento ai processi di stabilizzazione in atto; è fatto altresì divieto agli enti di stipulare contratti di servizio con soggetti privati che si configurino come elusivi della presente disposizione.

9. i contratti stipulati in violazione degli obblighi di cui ai commi da 1 a 12 sono nulli, costituiscono illecito disciplinare e sono causa di responsabilità amministrativa.

10. I soggetti di cui al comma 1 comunicano trimestralmente al Ministero dell'economia e delle finanze la quota di acquisti effettuata secondo le modalità di cui ai commi da 1 a 9, in modo da consentire la verifica del rispetto degli obblighi previsti, nonché dei relativi risparmi di spesa.

11. Gli ulteriori risparmi di spesa che dovessero realizzarsi per le amministrazioni centrali in attuazione del presente articolo sono comunque destinati esclusivamente alla riduzione della pressione fiscale statale.

12. Con decreto di natura non regolamentare, adottato dal Ministero dell'economia e delle finanze di concerto con il Ministero dell'interno entro 30 giorni dalla data di entrata in vigore della presente legge, sono stabilite le disposizioni attuative dei commi 1 a 11 del presente articolo».

3.445

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Sostituire i commi 67 e 68, con il seguente:

«67. Qualora i provvedimenti normativi che ai sensi della presente legge, attraverso il conseguimento di maggiori entrate ovvero di risparmi di spesa, non abbiano, in tutto od in parte, gli effetti positivi sui saldi di finanza pubblica previsti, è consentito il superamento del livello di indebitamento netto nominale fino al 4 per cento del Pil».

3.446

BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, Eva LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Al comma 67, sostituire le lettere a) e b) con le seguenti:

«*a)* a decorrere dal 1º gennaio 2016 sono ridotte in misura lineare le dotazioni finanziarie di parte corrente iscritte a legislazione vigente, in termini di competenza e cassa, delle spese rimodulabili delle missioni di spesa di ciascun Ministero di cui all'articolo 21, comma 5, lettera *b)*, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, per un importo pari a 2,7 miliardi di euro annui;

b) a decorrere dallo gennaio 2016 sono ridotte in misura lineare le dotazioni finanziarie di conto capitale iscritte a legislazione vigente, in termini di competenza e cassa, delle spese rimodulabili delle missioni di spesa di ciascun Ministero di cui all'articolo 21, comma 5, lettera *b)*, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, per un importo di 1,8 miliardi di euro per l'anno 2016, di 1,2 miliardi di euro per l'anno 2017, e di 0,6 miliardi di euro annui a decorrere dal 2018»;

c) all'articolo 2, dopo il comma 39, aggiungere i seguenti:

«39-*bis.* Ai fini della valorizzazione del patrimonio dello Stato e dell'abbattimento del debito pubblico è costituita la società per azioni denominata "fondo immobiliare Italia" S.p.A. con capitale sociale iniziale di 1 milione di euro interamente sottoscritto dal Ministero dell'economia e delle finanze. Successivi aumenti di capitale sociale sono attuati secondo quanto previsto dai successivi commi 2 e 3. La fondo immobiliare Italia S.p.A. può collocare titoli obbligazionari sul mercato.

39-*ter.* Con contratto preliminare di vendita, secondo prezzi e modalità di pagamento concordate, lo Stato trasferisce alla Cassa depositi e prestiti propri beni e diritti disponibili e non strategici per un controvalore di 400 miliardi di euro. Alla Cassa depositi e prestiti medesima viene altresì dato mandato di conferire alla società per azioni fondo immobiliare "Italia" il contratto preliminare di vendita di cui al precedente periodo a fronte di un aumento del capitale sociale pari al valutazione del medesimo contratto preliminare secondo le ordinarie regole stabilite dall'articolo 2343 del codice civile.

39-*quater.* La fondo immobiliare Italia S.p.A., successivamente al conferimento da parte di Cassa depositi e prestiti previsto al precedente comma 2, delibera un aumento di capitale pari a non meno di un quarto del valore periziato dei beni e diritti oggetto del contratto preliminare di vendita indicato dal precedente comma 2. La sottoscrizione delle quote del fondo immobiliare "Italia" è aperta al soggetti privati italiani ed esteri operanti nel settore bancario e finanziario.

39-*quinquies.* Per acquistare a titolo definitivo i beni e diritti dello Stato da valorizzare, già oggetto del contratto preliminare di cui al comma 2, fondo immobiliare Italia S.p.A. emette e colloca sul mercato obbligazioni a scadenza non inferiore a cinque anni, prive della garanzia dello Stato, con *warrant* negoziabile separatamente.

39-*sexies*. Il Ministro dell'economia e delle finanze con proprio decreto da emanarsi entro tre mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge stabilisce le modalità attuative del presente articolo, con particolare riguardo allo statuto di funzionamento della società, alle modalità attuative riguardanti la sottoscrizione del capitale del fondo immobiliare da parte di operatori bancari e finanziari privati, e ai requisiti richiesti ai predetti operatori bancari e finanziari per la partecipazione al capitale del fondo. Il Ministero dell'economia e delle finanze partecipa al capitale del fondo immobiliare Italia con una propria quota non superiore al 10 per cento del totale. I corrispettivi derivanti dalla cessione dei beni e diritti dello Stato sono destinati esclusivamente alla riduzione del debito pubblico».

Conseguentemente, all'articolo 1, sopprimere il comma 132.

Conseguentemente, all'articolo 2, dopo il comma 253, aggiungere il seguente: «253-*bis.* Nell'attuazione del Patto per la salute di cui al presente articolo devono essere individuate le misure necessarie a garantire l'introduzione dei costi *standard* nel comparto della sanità». Dall'attuazione del presente comma devono derivare risparmi pari a 0,8 miliardi di euro annui a decorrere dal 2015.

Conseguentemente, all'articolo 3, comma 76, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 1.303078 migliaia di euro per l'anno 2015, a 1.279.488 migliaia di euro per l'anno 2016 e a 1.279.828 migliaia di euro per l'anno 2017»*; ridurre tutte le voci, con l'esclusione di quella relativa al Ministero degli affari esteri e della*

cooperazione internazionale, di cui alla tabella A; ridurre tutte le voci di cui alla tabella B.

3.447

BONFRISCO

Precluso

Al comma 67, la lettera c), è soppressa.

Conseguentemente all'articolo 3, dopo il comma 67, inserire il seguente:

«67-*bis*. Mediante provvedimenti di razionalizzazione e di revisione della spesa, di ridimensionamento di strutture, di riduzione delle spese per beni e servizi, nonché di ottimizzazione dell'uso degli immobili, adottati dal Presidente del Consiglio dei Ministri sulla base degli indirizzi del Comitato interministeriale di cui all'articolo 49-*bis*, comma 1, del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69 convertito dalla legge 9 agosto 2013, n. 98, si provvede ad assicurare una riduzione della spesa delle amministrazioni pubbliche di cui all'articolo 1, comma 2, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, in misura non inferiore a 700 milioni di euro a decorrere dal 2018».

3.449

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Al comma 67, la lettera c) è soppressa.

Conseguentemente, all'articolo 3 dopo il comma 67 inserire il seguente:

«67-*bis*. Mediante provvedimenti di razionalizzazione e di revisione della spesa, di ridimensionamento di strutture, di riduzione delle spese per beni e servizi, nonché di ottimizzazione dell'uso degli immobili, adottati dal Presidente del Consiglio dei Ministri sulla base degli indirizzi del Comitato interministeriale di cui all'articolo 49-*bis*, comma 1, del decreto-legge 21 giugno 2013, n. 69 convertito dalla legge 9 agosto 2013, n. 98, si provvede ad assicurare una riduzione della spesa delle amministrazioni pubbliche di cui all'articolo 1, comma 2, della legge 31 dicembre 2009, n. 196, in misura non inferiore a 700 milioni di euro a decorrere dal 2018».

3.456

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Sopprimere il comma 70.

Conseguentemente, all'articolo 2, dopo il comma 85 aggiungere i seguenti:

«85-*bis*. All'articolo 4 della legge dicembre 1997, n. 425, sono apportate le seguenti modificazioni:

a) il comma 1 è sostituito dai seguenti:

"1. La commissione d'esame è composta dai docenti delle materie di esame della classe del candidato, in numero di sei in qualità di componenti interni, più il presidente, in qualità di componente esterno. Le materie di esame sono scelte annualmente con le modalità e nei termini stabilito con decreto del Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca

1-*bis*. I commissari sono designati dai competenti consigli di classe e nominati dal dirigente scolastico, in modo da assicurare la presenza dei docenti delle materie oggetto della prima e della seconda prova scritta e un'equilibrata presenza delle altre materie d'esame, tenendo presente l'esigenza di favorire, per quanto possibile, l'accertamento della conoscenza delle lingue straniere.

1-*ter*. Per i progetti regolamentati da accordi internazionali, si procede alla nomina di commissari esterni per le specifiche discipline linguistiche oggetto degli accordi stessi.

1-*quater*. li dirigente preposto all'Ufficio scolastico regionale competente nomina il presidente tra il personale dirigente delle scuole secondarie di secondo grado statali, il personale docente con almeno 10 anni di ruolo e i professori universitari di ruolo, sulla base di criteri determinati a livello nazionale con decreto avente natura non regolamentare. Il presidente è nominato su due classi.

1-*quinquies*. È stabilita incompatibilità a svolgere la funzione di presidente nella propria scuola, nelle scuole in cui si sia prestato servizio nei due anni precedenti l'anno in corso, nelle scuole ove si sia già espletato l'incarico per due anni consecutivi nei due anni precedenti e nelle altre scuole del

medesimo distretto scolastico sede di servizio o di incarico.

1-*sexies*. I compensi per i presidenti sono onnicomprensivi e sostitutivi di qualsiasi altro emolumento e rimborso spese; alla loro determinazione si provvede con decreto del Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca, adottato entro sessanta giorni dall'entrata in vigore della presente legge di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, tenendo conto dei, tempi di percorrenza. dalla sede di servizio o di residenza a quella di esame e nel limite di una spesa al lordo di ogni onere riflesso e dell'IRAP pari ad euro 27,7 milioni annui a decorrere dall'anno 2015, Nulla è dovuto ad alcun titolo ai componenti interni".;

b) i commi 2, 3, 4, 6, 7 e 10 sono soppressi.

85-*ter*. Dall'attuazione del comma precedente devono derivare per il bilancio dello Stato risparmi lordi di spesa pari ad euro 150 milioni a decorrere dall'anno 2015.

10-*quater*. È abrogato il comma 2 dell'articolo 3 della legge 11 gennaio 2001, n. 1».

3.457

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Sopprimere il comma 70.

Conseguentemente: All'articolo 1, comma 125, sostituire le parole: «187,5» *con le seguenti:* «30».

3.461

GAMBARO

Precluso

All'articolo 3 sopprimere il comma 71.

Conseguentemente al comma 112, sostituire le parole:«250 milioni di euro a decorrere dal 2015» *con le seguenti* «230 nel 2015 e 130 milioni di euro a decorrere dal 2016».

3.462

GALIMBERTI

Precluso

Sopprimere il comma 71.

Conseguentemente, ridurre proporzionalmente del 3 per cento tutti gli stanziamenti di parte corrente dell'allegata tabella C.

3.463

MANDELLI, PICCOLI, BRUNI, BONFRISCO, CERONI, D'ALI', MILO

Precluso

Sopprimere il comma 71.

3.465

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO, ARRIGONI, BELLOT, BISINELLA, CROSIO

Precluso

Sopprimere il comma 71.

3.468

CATALFO, PUGLIA, PAGLINI, BULGARELLI, MANGILI, LEZZI

Precluso

Sostituire il comma 70 con il seguente:

«70. All'articolo 1, comma 1, del decreto legislativo 21 aprile 2011, n. 67, aggiungere, in fine, la seguente lettera:

"*d-bis* lavoratori del settore edile, appartenenti alle qualifiche di operaio comune, operaio qualificato e operaio specializzato."»

Conseguentemente, alla Tabella A, Ministero dell'economia e delle finanze, *apportare le seguenti modificazioni:*

2015: - 150.000.000;

2016: - 150.000.000;

2017: - 150.000.000.

3.469

MUNERATO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Sostituire il comma 71 con il seguente:

«71. Le maggiori risorse derivanti, a decorrere dall'anno 2015, dall'aumento contributivo di cui all'articolo 25 della legge 21 dicembre 1978, n. 845, restano nelle disponibilità dell'INPS per essere destinati al miglioramento delle prestazioni pensionistiche ed assistenziali erogate dall'Istituto medesimo».

Conseguentemente: All'articolo 1, comma 125, sostituire le parole: »187,5» *con le seguenti:* «65».

3.472

BONFRISCO

Precluso

Al comma 71 sostituire le parole: «sulle quote destinate ai fondi interprofessionali per lo formazione continua» con le seguenti: «sulle quote che non sono destinate ai fondi interprofessionali per la formazione continua».

3.475

BULGARELLI, MANGILI, LEZZI, CATALFO, PAGLINI, PUGLIA, AIROLA

Precluso

Dopo il comma 71 aggiungere il seguente:

«71-*bis*. Le pensioni ovvero i vitalizi erogati da gestioni previdenziali pubbliche in base al sistema retributivo, non possono superare i 5.000 euro netti mensili. Sono fatti salvi soltanto le pensioni e i vitalizi corrisposti in base al sistema contributivo. Qualora il trattamento di cui al comma 65 sia cumulato con altri trattamenti pensionistici erogati da gestioni previdenziali pubbliche in base al sistema retributivo, l'ammontare onnicomprensivo non può superare gli 8.000 euro netti mensili».

3.476

COMAROLI, STEFANI, TOSATO

Precluso

Dopo il comma 71 aggiungere il seguente comma:

«71-*bis*. Sopprimere l'articolo 9 del Decreto legge n. 92/2014, convertito con legge 117/2014».

3.477

MANGILI, BULGARELLI, LEZZI

Precluso

Sopprimere il comma 74.

3.479

DE PIETRO, URAS, CASALETTO, MASTRANGELI

Precluso

Dopo il comma 81, aggiungere i seguenti:

«81-*bis*. Allo scopo di promuovere la razionalizzazione e il contenimento della spesa pubblica, è stabilito l'avvio di una apposita attività di sperimentazione, autorizzata ai sensi dell'articolo 21 della legge del 24 dicembre 2012, n. 243, al fine di valutare, anche attraverso un'attività di simulazione, gli effetti derivanti dall'adozione di un bilancio dello Stato "a base zero" e dal superamento del criterio della spesa storica in termini di rafforzamento del ruolo programmatorio e allocativo del bilancio.

81-*ter*. A decorrere dal 30 gennaio 2015 è effettuata l'attività di sperimentazione di cui al precedente comma ad opera del Ministero dell'economia e delle finanze - Dipartimento della Ragioneria generale dello Stato.

81-*quater*. Entro il mese di luglio 2015, il Ministro dell'economia e delle finanze presenta alle Camere una relazione in merito all'attività di sperimentazione svolta, nella quale sono esaminate le conseguenze che deriverebbero per il sistema di contabilità e finanza pubblica dall'adozione di un

bilancio "a base zero"».

3.481

CARIDI, CHIAVAROLI

Precluso

Dopo il comma 82, inserire il seguente:

«82-*bis*. Per garantire la funzionalità dell'ufficio del processo e per contribuire ai progetti di smaltimento dell'arretrato degli uffici giudiziari, sono stipulati contratti a tempo determinato *part-time* , per l'anno 2015, dal 1 marzo al 31 dicembre, ai sensi dell'articolo 35 del DL. n. 165/01, per tutti coloro che abbiano svolto il perfezionamento del tirocinio formativo con il Ministero della Giustizia ai sensi dell'articolo 1 comma 344 della legge 147/13. Alla stipulazione di tali contratti si provvede mediante le risorse provenienti dall'aumento di 1/3 della sanzione prevista dall'articolo 5 del D.Lgs. n. 28/2010».

3.482

MANDELLI

Precluso

Dopo il comma 83, aggiungere i seguenti:

«83-*bis*. Ai commi 1, 5, 8, 12 e 13 dell'articolo 49 del decreto legislativo 21 novembre 2007, n. 231, e successive modificazioni, le parole: "euro mille", ovunque ricorrano, sono sostituite dalle seguenti: "euro tremila".

83-*ter*. Il comma 1-*bis* dell'articolo 49 del decreto legislativo 21 novembre 2007, n. 231, è abrogato.

83-*quater*. Alle lettere *b*) e *c*) del comma 4-*ter* dell'articolo 2 del decreto-legge 13 agosto 2011, n. 138, convertito, con modificazioni, dalla legge 14 settembre 2011, n. 148, e successive modificazioni, le parole: "mille euro", ovunque ricorrano, sono sostituite dalle seguenti: "tremila euro"».

3.483

MANDELLI

Precluso

Dopo il comma 83, aggiungere il seguente:

«83-*bis*. All'articolo 3 del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16 convertito, con modificazioni, dalla legge 26 aprile 2012, n. 44, dopo il comma 2-*bis*, inserire il seguente:

"2-*ter*. Per gli acquisti di beni e di prestazioni di servizi di cui al comma 1, effettuati da persone fisiche di cittadinanza di uno dei paesi appartenenti all'Unione europea ovvero allo spazio economico europeo, diversa da quella italiana, che abbiano residenza fuori dal territorio dello Stato, i limiti per il trasferimento di denaro contante sono quelli vigenti nei paesi di residenza del cessionario. A tali acquisti si applicano le disposizioni di cui alle lettere *a*) e *b*) del comma 1 e dei commi 2 e 2-*bis*."».

3.484

MANDELLI, PICCINELLI

Precluso

Dopo il comma 83, aggiungere il seguente:

«83-bis. All'articolo 3 del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16 convertito, con modificazioni, dalla legge 26 aprile 2012, n. 44, dopo il comma 2-*bis*, inserire il seguente:

"2-*ter*. Le disposizioni di cui al comma 1 si applicano anche agli acquisti di prodotti agroalimentari effettuati all'interno di centri agroalimentari e dei mercati all'ingrosso di prodotti ortofrutticoli, da persone fisiche di cittadinanza diversa da quella italiana e che abbiano residenza fuori del territorio dello stato, ovvero da persone giuridiche non residenti nel territorio dello stato ai sensi dell'articolo 73, del testo unico delle imposte sui redditi, di cui al decreto del Presidente della Repubblica n. 917 del 1986 e successive modificazioni, a condizione che il cedente provveda ai seguenti adempimenti:

a) all'atto della effettuazione dell'operazione, acquisisca fotocopia del passaporto o altro

documento di identità del cessionario ovvero autocertificazione, ai sensi dell'articolo 47 del testo unico delle disposizioni legislative in materia di documentazione amministrativa, di sui al decreto del Presidente della Repubblica 28 dicembre 2000, n. 445, attestante che la persona fisica non è cittadina italiana e che ha la residenza fuori del territorio dello stato, e che la persona giuridica non è residente nel territorio dello stato, ai sensi del citato articolo 73;

b) nel primo giorno feriale successivo a quello dell'effettuazione dell'operazione versi il denaro contante incassato in un conto corrente intestato al cedente presso un operatore finanziario, consegnando a quest'ultimo copia della ricevuta della comunicazione di cui al comma 2;

c) effettui gli ulteriori adempimenti di cui ai precedenti commi 2 e 2-*bis*"».

3.Tab.A.1-bis

PETRAGLIA, URAS, DE PETRIS

Precluso

Al comma 75.

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015:

CP: - 100.000.000;

CS: - 100.000.000;

2016:

CP: - 100.000.000;

CS: - 100.000.000;

2017:

CP: - 100.000.000;

CS: - 100.000.000.

Conseguentemente, alla Tabella C, missione tutela e valorizzazione dei beni e attività culturali e paesaggistici programma valorizzazione e tutela del settore dello voce Ministero dei beni e delle attività culturali e del turismo, legge 163/1985, Nuova disciplina per interventi dello Stato a favore dello spettacolo (1.2 - cap. 1390 .....)*, apportare le seguenti variazioni:*

2015:

CP: + 100.000.000;

CS: + 100.000.000;

2016:

CP: + 100.000.000;

CS: + 100.000.000;

2017:

CP: + 100.000.000;

CS: + 100.000.000.

3.Tab.A.3

DE CRISTOFARO, URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: - 79.609;

2016: - 79.609;

2017: - 70.000.

Conseguentemente alla Tabella C, missione Giustizia, programma Amministrazione Penitenziaria, voce Ministero della Giustizia, decreto del Presidente della Repubblica 309/90, Articolo 135, comma 4, Programmi finalizzati alla prevenzione e alla cura dell'Aids, al trattamento socio-sanitario, al recupero e al successivo reinserimento dei tossicodipendenti detenuti (1.1- cap. 1768)*, apportare le seguenti variazioni:*

2015:

CP: + 79.609;

CS: + 79.609;
2016:
CP: + 79.609;
CS: + 79.609;
2017:
CP: + 70.000;
CS: + 70.000.

3.Tab.A.4

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Alla Tabella Al voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015:
CP: - 60.000.000;
CS: - 60.000.000;
2016:
CP: - 60.000.000;
CS: - 60.000.000;
2017:
CP: - 60.000.000;
CS: - 60.000.000.

Conseguentemente, alla Tabella C, missione Organi costituzionale, a rilevanza costituzionale e Presidenza del Consiglio dei Ministri, programma Presidenza del Consiglio dei Ministri, voce Ministero dell'economia e delle finanze, legge 230/1998, Fondo nazionale per il Servizio civile (21.3 - cap. 2185)*, apportare le seguenti variazioni:*

2015:
CP: + 60.000.000;
CS: + 60.000.000;
2016:
CP: + 60.000.000;
CS: + 60.000.000;
2017:
CP: + 60.000.000;
CS: + 60.000.000.

3.Tab.A.5

DE CRISTOFARO, URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015:
CP: - 60.000.000;
CS: - 60,.000.000;
2016:
CP: - 60.000.000;
CS: - 60.000.000;
2017:
CP: - 60.000.000;
CS: - 60.000.000.

Conseguentemente, alla Tabella C, missione L'Italia in Europa e nel mondo, programma Cooperazione allo sviluppo, voce Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale, legge n. 7 del 1981 e legge n. 49 del 1987, stanziamenti aggiuntivi per l'aiuto pubblico allo sviluppo (1.2 - cap. 2l50, 2152, 2153, 2160, 2161, 2164, 2165, 2166, 2168, 2169, 2170, 2180, 2181, 2182,

2183, 2184) *apportare le seguenti variazioni:*

2015:

CP: + 60.000.000;

CS: + 60.000.000;

2016:

CP: + 60.000.000;

CS: + 60.000.000;

2017:

CP: + 60.000.000;

CS: + 60.000.000.

3.Tab.A.6

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Alla Tabella A voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015:

CP: - 50.000.000;

CS: - 50.000.000;

2016:

CP: - 50.000.000;

CS: - 50.000.000;

2017:

CP: - 50.000.000;

CS: - 50.000.000.

Conseguentemente, alla Tabella C, missione Ricerca e innovazione programma Ricerca per il settore della sanità pubblica, voce Ministero della Salute, legge 502/1992 (2.1- cap. 3382), Fondo finanziamento attività ricerca, *apportare le seguenti variazioni:*

2015:

CP: + 50.000.000;

CS: + 50.000.000;

2016:

CP: + 50.000.000;

CS: + 50.000.000;

2017:

CP: + 50.000.000;

CS: + 50.000.000.

3.Tab.A.7

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015:

CP: - 40.000.000;

CS: - 40.000.000;

2016:

CP: - 40.000.000;

CS: - 40.000.000;

2017:

CP: - 40.000.000;

CS: - 40.000.000.

Conseguentemente alla Tabella C*, missione Diritti sociali, politiche sociali e famiglie, programma Sostegno alla Famiglia voce* Ministero dell'economia e delle finanze*, decreto-legge n. 223*

del 2006: disposizioni urgenti per il rilancio economico e sociale, per il contenimento e la razionalizzazione della spesa pubblica, nonché interventi in materia di entrate e di contrasto all'evasione fiscale - articolo 19, comma 1: Fondo per le politiche della famiglia (17.3 - cap. 2102), apportare le seguenti modificazioni:

2015:
CP: + 40.000.000;
CS: + 40.000.000;
2016:
CP: + 40.000.000;
CS: + 40.000.000;
2017:
CP: + 40.000.000;
CS: + 40.000.000.

3.Tab.A.8

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015:
CP: - 16.000.000;
CS: - 16.000.000;
2016:
CP: - 16.000.000;
CS: - 16.000.000;
2017:
CP: - 16.000.000;
CS: - 16.000.000.

Conseguentemente, alla Tabella C, missione Diritti sociali, politiche sociali e famiglie, programma Trasferimenti assistenziali a enti previdenziali, finanziamento nazionale spesa sociale, programmazione, monitoraggio e valutazione politiche sociali e di inclusione attiva voce Ministero del lavoro e delle politiche sociali*, Fondo infanzia e adolescenza (legge 296/06 articolo 1 e 1258) (4.5 cap. 1258), apportare le seguenti modifiche:*

2015:
CP: + 16.000.000;
CS: + 16.000.000;
2016:
CP: + 16.000.000;
CS: + 16.000.000;
2017:
CP: + 16.000.000;
CS: + 16.000.000.

3.Tab.A.10

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze; apportare le seguenti variazioni:

2015:
CP: - 15.000.000;
CS: - 15.000.000;
2016:
CP: - 15.000.000;
CS: - 15.000.000;

2017:
CP: - 15.000.000;
CS: - 15.000.000.

Conseguentemente alla Tabella C, *missione* Ricerca e innovazione, *programma* Ricerca in materia ambientale, *voce* Ministero dell'Ambiente e della tutela del territorio e del mare, *decreto-legge 112/2008 Articolo 28, comma 1, ISPRA (2.1 -cap. 3621- 8831), apportare le seguenti variazioni:*

2015:
CP: + 15.000.000;
CS: + 15.000.000;
2016:
CP: + 15.000.000;
CS: + 15.000.000;
2017:
CP: + 15.000.000;
CS: + 15.000.000.

3.Tab.A.13

BONFRISCO, D'ALI', CERONI, MANDELLI, MILO, GALIMBERTI, D'AMBROSIO LETTIERI, LIUZZI, FALANGA, Eva LONGO, ARACRI, PAGNONCELLI, TARQUINIO, BRUNI, PERRONE, IURLARO, MINZOLINI, ZIZZA, D'ANNA, SCAVONE, RUVOLO

Precluso

Alla Tabella A; voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015: - 5.000.000;
2016: - 5.000.000;
2017: - 5.000.000.

Conseguentemente alla Tabella C, missione Agricoltura, politiche agroalimentari e pesca, programma Politiche competitive, della qualità agroalimentare, della pesca, dell'ippica e dei mezzi tecnici di produzione, *voce* Ministero delle politiche agricole, alimentari e forestali, *legge 8 luglio 1991, n. 267: Attuazione del piano nazionale della pesca marittima e misure in materia di credito peschereccio, nonché di riconversione delle unità di pesca adibite alla pesca con reti da posta derivanti: articolo 1, comma 1, attuazione del piano nazionale per la pesca marittima (1.5 - Capp. 1173, 1413, 1414, 1415, 1418, 1477, 1488) apportare le seguenti variazioni:*

2015: + 5.000.000;
2016: + 5.000.000;

3.Tab.A.14

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015:
CP: - 5.000.000;
CS: - 5.000.000;
2016:
CP: - 5.000.000;
CS: - 5.000.000;
2017:
CP: - 5.000.000;
CS: - 5.000.000.

Conseguentemente, alla Tabella C, missione Sviluppo sostenibile e tutela del territorio e dell'ambiente, programma Tutela e conservazione della fauna e della flora, salvaguardia della biodiversità e dell'ecosistema marino, *voce* Ministero dell'Ambiente e della tutela del territorio e del mare, *legge 549/1995 - Contributi a enti, Istituti e associazioni e altri organismi (1.10 - cap. 1551),*

apportare le seguenti variazioni:

2015:

CP: + 5.000.000;

CS: + 5.000.000;

2016:

CP: + 5.000.000;

CS: + 5.000.000;

2017:

CP: + 5.000.000;

CS: + 5.000.000.

3.Tab.A.16

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015:

CP: - 1.000.000;

CS: - 1.000.000;

2016:

CP: - 1.000.000;

CS: - 1.000.000;

2017:

CP: - 1.000.000;

CS: - 1.000.000.

Conseguentemente, alla Tabella D, missione Soccorso civile programma Interventi per soccorsi, *voce* Ministero delle politiche agricole e forestali sopprimere la voce legge n. 136 del 2013, Art. 3, comma 2-*sexies* «Terra dei fuochi- flotta aerea antincendio CFS (4.1- cap. 3080)».

3.Tab.A.17

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Alla Tabella A, voce Ministero dell'economia e delle finanze, apportare le seguenti variazioni:

2015:

CP: - 1.000.000;

CS: - 1.000.000;

2016:

CP: - 1.000.000;

CS: - 1.000.000;

2017:

CP: - 1.000.000;

CS: - 1.000.000.

Conseguentemente, alla Tabella C, missione Tutela della salute, programma Sanità pubblica veterinaria, *voce* Ministero della Salute, Art. 1, comma 2, legge n. 434 del 1998 - finanziamento degli interventi in materia di animali di affezione e prevenzione del randagismo*, apportare le seguenti variazioni:*

2015:

CP: + 1.000.000;

CS: + 1.000.000;

2016:

CP: + 1.000.000;

CS: + 1.000.000;

2017:

CP: + 1.000.000;
CS: + 1.000.000.

3.Tab.A.20

CAMPANELLA, BOCCHINO, DE PIN

Precluso

Al comma 75,

Alla Tabella A, *voce* Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 10.000.000;
2016: - 10.000.000;
2017: - 10.000.000.

Conseguentemente, alla Tabella C, *Missione* «l'Italia nell'Europa e nel mondo»*, Programma* «Cooperazione allo sviluppo»*, voce* Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale, legge n. 7/1981 e n. 49/1987, *apportare le seguenti variazioni:*

2015:
CP + 10.000.000;
CS + 10.000.000;
2016:
CP + 10.000.000;
CS + 10.000.000;
2017:
CP + 10.000.000;
CS + 10.000.000.

3.Tab.C.1

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Alla Tabella C, missione Organi Costituzionali, a rilevanza costituzionale e Presidenza del Consiglio dei ministri, programma Presidenza del Consiglio dei ministri voce Ministero dell'economia e delle finanze, legge n. 230 del 1998, articolo 19 Fondo nazionale per il servizio civile (21.3 - cap. 2185), apportare le seguenti variazioni:

2015:
CP: + 134.269.473;
CS: + 134.269.473;
2016:
CP: + 136.572.698;
CS: + 136.572.698;
2017:
CP: + 136.572.698;
CS: + 136.572.698.

Conseguentemente alla Tabella A, voce: Ministero dell'economia e delle finanze*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 84.269.473;
2016: - 86.572.698;
2017: - 86.572.698.

Conseguentemente, all'articolo 17, comma 21 sostituire le parole: «100 milioni di euro per l'anno 2015 e di 460 milioni di euro annui a decorrere da12016» *con le seguenti:* «50 milioni di euro per l'anno 2015, e di 410 milioni di euro annui a decorrere dal 2016».

3.Tab.C.4

DE PIETRO, URAS, CASALETTO, MASTRANGELI

Precluso

Alla Tabella C, Missione «L'Italia nell'Europa e nel mondo», Programma «Cooperazione allo sviluppo», voce Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale, Legge n. 7/19B1 e n. 49/19B7, apportare le seguenti variazioni:

2015;
CP + 10.000.000;
CS + 10.000.000;
2016:
CP + 10.000.000;
CS + 10.000.000;
2017:
CP + 10.000.000;
CS + 10.000.000.

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale*, apportare le seguenti variazioni:*

2015: - 10.000.000;
2016; - 10.000.000;
2017: - 10.000.000.

3.Tab.C.6

DI BIAGIO, ZIN

Precluso

Alla Tabella C «L'Italia in Europa e nel mondo. Cooperazione economica e relazioni internazionali - Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale», voce Legge n. 794 del 1996 «Ratifica ed esecuzione della convenzione internazionale per la costituzione dell'Istituto italo-latino americano, firmata a Roma il 1º giugno 1966», apportare le seguenti variazioni:

2015: + 800.000

Conseguentemente, alla Tabella A, voce Ministero degli affari esteri e della cooperazione internazionale, apportare le seguenti variazioni:

2015: - 800.000

3.Tab.C.7

CANDIANI, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Alla Tabella C missione Agricoltura, politiche agroalimentari e, programma voce Sostegno al settore agricolo ministero dell'economia e delle e finanze, decreto legislativo n. 165 del 1999: decreto legislativo n. 188 del 2000: Agenzia per le erogazioni in Agricoltura (AGEA) (7.1 - cap 1525), apportare le seguenti variazioni:

2015:
CP: - 122.271.402;
CS: - 122.271.402;
2016:
CP: - 118.575.903;
CS: - 118.575.903;
2017:
CP: - 118.575.903;
CS: - 11.575.903.

3.Tab.C.10

TOSATO

Precluso

Alla tabella C, missione: Comunicazioni, programma: Sostegno all'editoria, voce: Ministero dell'Economia e delle Finanze, Legge n. 67 n. 67 del 1987: Rinnovo delle legge 5 agosto 1981, n. 416, recante disciplina delle imprese editrici e provvidenze per l'editoria (11.2 - Capp. 2183, 7442),

apportare le seguenti variazioni:

2015:

CP: + 50.000.000

CS: + 50.000.000

2016:

CP: + 50.000

CP: + 50.000.000

2017:

CP: + 50.000.000

CS: + 50.000.000

Conseguentemente, all'articolo 3, dopo il comma 76, inserire il seguente: «76-bis: Le dotazioni di parte corrente relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla Tabella C, sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 50 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

3.Tab.C.13

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Alla tabella C, missione: Comunicazioni, programma: Sostegno all'editoria, voce: Ministero dell'Economia e delle Finanze, Legge n. 67 n. 67 del 1987: Rinnovo delle legge 5 agosto 1981, n. 416, recante disciplina delle imprese editrici e provvidenze per l'editoria (11.2 - Capp. 2183, 7442), apportare le seguenti variazioni:

2015:

CP: + 80.000

CP: + 80.000

2016:

CP: + 80.000

CS: + 80.000

2017:

CP: + 80.000

CS: + 80.000

Conseguentemente, all'articolo 3, dopo il comma 76, inserire il seguente:

«76-*bis*: Le dotazioni di parte corrente relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla Tabella C, sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 80 milioni di euro per ciascuno degli anni 2015, 2016 e 2017».

3.Tab.D.1

BONFRISCO

Precluso

Alla Tabella D Missione Ordine Pubblica e Sicurezza programma Sicurezza e Controllo nei Mari, nei Porti e sulle Coste - Infrastrutture e Trasporti, Legge n. 338 del 200, articolo 145 comma 40: Promozione trasporti Marittimo (4.1- Cap. 2246)

2015:

CP: + 2.000.000,00

CS: + 2.000.000,00

2016:

CP: + 2.000.000,00

CS: + 2.000.000,00

2017:

CP: + 2.000.000,00

CS: + 2.000.000,00

Conseguentemente alla Tabella A Ministero dell'Economia e delle Finanze:

2015:

CP: + 2.000.000,00
CS: + 2.000.000,00
2016:
CP: + 2.000.000,00
CS: + 2.000.000,00
2017:
CP: + 2.000.000,00
CS: + 2.000.000,00

3.Tab.D.2

VOLPI, COMAROLI

Precluso

Alla Tabella D Missione Ordine Pubblica e Sicurezza programma Sicurezza e Controllo nei Mari, nei Porti e sulle Coste - Infrastrutture e Trasporti, Legge n. 338 del 200, art. 145 comma 40: Promozione trasporti Marittimo (4.1- Cap. 2246)

2015:
CP: + 2.000.000,00
CS: + 2.000.000,00
2016:
CP: + 2.000.000,00
CS: + 2.000.000,00
2017:
CP: + 2.000.000,00
CS: + 2.000.000,00

Conseguentemente alla Tabella A Ministero dell'Economia e delle Finanze:

2015:
CP: + 2.000.000,00
CS: + 2.000.000,00
2016:
CP: + 2.000.000,00
CS: + 2.000.000,00
2017:
CP: + 2.000.000,00
CS: + 2.000.000,00

3.Tab.D.3

CANDIANI, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Alla tabella D, missione competitività e sviluppo delle imprese, programma Lotta alla contraffazione e tutela della proprietà industriale, Ministero dello Sviluppo economico sopprimere la voce decreto-legge n. 2 del 2006. Articolo 4-bis comma 7: Interventi urgenti per i settori dell'Agricoltura, dell'Agro industria, della pesca eccetera (1.7 - Cap 2385).

Conseguentemente, all'articolo 46, comma 2, aggiungere, in fine, le parole: «, ivi comprese le variazioni di cui al periodo successivo. Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla predetta Tabella C sono ridotte in maniera lineare per un importo pari a 210,895 euro a decorrere dall'anno 2015».

3.Tab.E.1

CIOFFI, SCIBONA, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Alla tabella E, missione: Relazione con le autonomie territoriali programma: Elaborazione , quantificazione e assegnazione dei trasferimenti erariali; determinazione dei rimborsi agli enti locali anche in via perequativa, voce: Interno, decreto-legge n. 203 del 2005, convertito, con modificazioni,

dalla legge 248 del 2005: Misure di contrasto all'evasione fiscale e disposizioni urgenti in materia tributaria e finanziaria: - Art. 11.quaterdecies, comma 20,: Interventi per lo sviluppo (Settore n. 27) Interventi diversi (2.3-cap. 7253), apportare le seguenti variazioni:

Riduzione:

2015:

CP: - 10.000.000;

CS: - 10.000.000.

Rifinanziamento:

2015:

CP: -

CS: -

Legge di stabilità:

2015:

CP: -

CS: -

Conseguentemente, alla Tabella E, missione: Sviluppo sostenibile e tutela del territorio e dell'ambiente*, Programma* Gestione delle risorse idriche, tutela del territorio e bonifiche*, voce* Ambiente e tutela del territorio e del mare, legge n. 147 del 2013: Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato legge di stabilità 2014): - Art. 1, comma 111: Interventi di messa-in sicurezza del territorio contro il dissesto idrogeologico (Settore n. 19) Difesa del suolo e tutela ambientale (1.9 - cap. 7511)*, apportare le seguenti variazioni:*

Rifinanziamento:

2015:

CP: + 10.000.000;

CS: + 10.000.000.

3.Tab.E.2

CASTALDI, GIROTTO, BULGARELLI, CIOFFI, LEZZI

Precluso

Alla tabella E, missione Competitività e Sviluppo delle imprese programma Incentivazione del sistema produttivo voce Sviluppo economico, decreto-legge n. 66 del 2014, convertito, con modificazioni dalla legge 89 del 2014: Misure urgenti per la competitività e la giustizia sociale: Art. 22-bis, comma 1: Risorse destinate alle zone franche urbane (Settore n. 2) Interventi a favore delle imprese industriali (1.3 - cap. 7350), apportare le seguenti variazioni:

2015:

Legislazione vigente:

CP: 75.000.000;

CS: 75.000.000.

Rifinanziamento:

CP: -

CS: -

Riduzione:

CP: -

CS: -

Legge di stabilità:

CP: 75.000.000;

CS: 75.000.000.

Conseguentemente, alla medesima tabella E, missione Competitività e Sviluppo delle imprese *programma* Promozione e attuazione di politiche di sviluppo, competitività e innovazione, di responsabilità sociale d'impresa e movimento cooperativo *voce* Sviluppo economico, legge n. 266 del 2005: Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge finanziaria

2006): Art. 1, comma 95, punto 3: Contributo per il proseguimento del programma di sviluppo per l'acquisizione delle unità navali della classe FREMM (Settore n. 2) Interventi a favore delle imprese industriali (1.1 - cap. 7485)*, apportare le seguenti variazioni:*

2015:

Legislazione vigente:

CP: 778.000.000;

CS: 778.000.000.

Riduzione:

CP: - 75.000.000;

CS: - 75.000.000.

Rifinanziamento:

CP: -

CS: -

Legge di stabilità:

CP: 703.000.000;

CS: 703.000.000.

3.Tab.E.4

URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Alla tabella E, missione Competitività e sviluppo delle imprese, programma Promozione e attuazione di politiche di sviluppo, competitività, di responsabilità sociale d'impresa e movimento cooperativo, voce Ministero sviluppo economico, decreto-legge n. 321 del 1996, articolo 5, comma 2 punto a: sviluppo tecnologico del settore aeronautico, interventi diversi (1.1 - cap. 7420/p), apportare le seguenti variazioni:

Riduzione:

2015:

CP: - 40.000.000;

CS: - 40.000.000.

2016:

CP: - 40.000.000;

CS: - 40.000.000.

2017:

CP: - 40.000.000;

CS: - 40.000.000.

Conseguentemente alla medesima missione, al medesimo programma voce Ministero dello sviluppo: decreto-legge n. 321 del 1996, articolo 5, comma 2, punto b: sviluppo tecnologico del settore aeronautico, interventi diversi (1.1 - cap. 7420/p) *apportare le seguenti variazioni:*

Riduzione:

2015:

CP: - 40.000.000;

CS: - 40.000.000.

2016:

CP: - 80.000.000;

CS: - 80.000.000.

2017:

CP: - 60.000.000;

CS: - 60.000.000.

Decreto-legge n. 321 del 1996, articolo 5, comma 2, punto c: sviluppo tecnologico del settore aeronautico, interventi diversi (1.1 - cap. 7420/p), *apportare le seguenti variazioni:*

Riduzione:

2015:
CP: - 40.000.000;
CS: - 40.000.000.
2016:
CP: - 70.000.000;
CS: - 70.000.000.
2017:
CP: - 155.000.000;
CS: - 155.000.000.

Legge finanziaria n. 266 del 2005, articolo l comma 95 punto 3: contributo per il proseguimento del programma di sviluppo per l'acquisizione delle unità navali FREEM, interventi a favore delle imprese industriali (1.1 - cap. 7485), *apportare le seguenti variazioni:*

Riduzione:
2015:
CP: - 778.000.000;
CS: - 778.000.000.
2016:
CP: - 526.000.000;
CS: - 526.000.000.
2017:
CP: - 470.000.000;
CS: - 470.000.000.

Legge finanziaria n. 244 del 2007, articolo 2, comma 179, punto a: programmi europei aeronautici interventi a favore delle imprese industriali (1.1 - cap. 7421/p), *apportare le seguenti variazioni:*

Riduzione:
2015:
CP: - 20.000.000;
CS: - 20.000.000.
2016:
CP: - 20.000.000;
CS: - 20.000.000.
2017:
CP: - 20.000.000;
CS: - 20.000.000.

Legge finanziaria n. 244 del 2007, articolo 2, comma 179, punto b: programmi europei aeronautici, interventi a favore delle imprese industriali (1.1 - cap. 7421/p), *apportare le seguenti variazioni:*

Riduzione:
2015:
CP: - 25.000.000;
CS: - 25.000.000.
2016:
CP: - 25.000.000;
CS: - 25.000.000.
2017:
CP: - 25.000.000;
CS: - 25.000.000.

Legge finanziaria n. 244 del 2007, articolo 2, comma 179, punto c: programmi europei aeronautici interventi a favore delle imprese industriali (1.1 - cap. 7421/p), *apportare le seguenti*

variazioni:

Riduzione:

2015:

CP: - 25.000.000;

CS: - 25.000.000.

2016:

CP: - 25.000.000;

CS: - 25.000.000.

2017:

CP: - 25.000.000;

CS: - 25.000.000.

Legge finanziaria n. 244 del 2007, articolo 2, comma 180: programmi europei aeronautici, interventi a favore delle imprese industriali (1.1 - cap. 7421/p), *portare le seguenti variazioni:*

Riduzione:

2015:

CP: - 925.000.000;

CS: - 925.000.000.

2016:

CP: - 757.000.000;

CS: - 757.000.000.

2017:

CP: - 717.000.000;

CS: - 717.000.000.

Decreto-legge n. 215 del 2011, articolo 5, comma 4: finanziamento dello sviluppo tecnologico del settore aeronautico, interventi a favore delle imprese industriali (1.1 - cap. 7420/p), *apportare le seguenti variazioni:*

Riduzione:

2015:

CP: - 25.000.000;

CS: - 25.000.000.

2016:

CP: - 25.000.000;

CS: - 25.000.000.

2017:

CP: - 125.000.000;

CS: - 125.000.000.

Legge di stabilità n. 147 del 2013, articolo 1, comma 37, punto 1: contributi ventennali settore marittimo - difesa nazionale, interventi a favore delle imprese industriali (1.1 - cap. 7419/p), *apportare le seguenti variazioni:*

Riduzione:

2015:

CP: - 37.113.953;

CS: - 37.113.953.

2016:

CP: - 37.553.291;

CS: - 37.553.291.

2017:

CP: - 37.444.305;

CS: - 37.444.305.

Legge di stabilità n. 147 del 2013, articolo 1, comma 37, punto 2: contributi ventennali settore

marittimo - difesa nazionale, interventi a favore delle imprese industriali (1.1 - cap. 7419/p), *apportare le seguenti variazioni:*

Riduzione:

2015:

CP: - 102.063.371;

CS: - 102.063.371.

2016:

CP: - 103.271.550;

CS: - 103.271.550.

2017:

CP: - 102.971.838;

CS: - 102.971.838.

Legge di stabilità n. 147 del 2013, articolo 1, comma 37, punto 3: contributi ventennali settore marittimo-difesa nazionale, interventi a favore delle imprese industriali (1.1 - cap. 7 419/p), *apportare le seguenti variazioni:*

Riduzione:

2015:

CP: -

CS: -

2016:

CP: - 331.620.406;

CS: - 331.620.406.

2017:

CP: - 551.783.857;

CS: - 551.783.857.

3.Tab.E.5

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Alla tabella E missione Diritto alla mobilità e sviluppo dei sistemi di trasporto, programma Sistemi ferroviari, sviluppo e sicurezza del trasporto ferroviario, Legge di stabilità 228/2012, articolo 1, comma 208, «Nuova linea ferroviaria Torino-Lione», apportare le seguenti variazioni:

2015:

CP: - 242.000.000;

CS: - 242.000.000.

2016:

CP: - 140.000.000;

CS: - 140.000.000.

2017:

CP: - 102.000.000;

CS: - 102.000.000.

2018:

CP: - 1.972.000.000;

CS: - 1.972.000.000.

Conseguentemente alla medesima Tabella E missione Sviluppo sostenibile e tutela del territorio e dell'ambiente, *programma* Gestione delle risorse idriche, tutela del territorio e bonifiche *voce* Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, legge 147/2013, articolo 1, comma 111 «Difesa del suolo e tutela ambientale»*, apportare le seguenti modifiche:*

Rifinanziamento:

2015:

CP: + 242.000.000;

CS: + 242.000.000.
2016:
CP: + 140.000.000;
CS: + 140.000.000.
2017:
CP: + 102.000.000;
CS: + 102.000.000.

3.Tab.E.6

BULGARELLI, LEZZI, MANGILI, SCIBONA

Precluso

Alla tabella E, missione Diritto alla mobilità e sviluppo dei sistemi di trasporto programma Sistemi ferroviari, sviluppo e sicurezza del trasporto ferroviario voce Ministero infrastrutture e trasporti Legge n. 228 del 2012: Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2013) - Articolo 1, comma 208: Nuova linea ferroviaria Torino-Lione (settore n. 11) Interventi nel settore dei trasporti (2.5 - cap. 7532), apportare le seguenti variazioni:

Riduzione:
2015:
CP: - 100.000.000;
CS: -100.000.000.
2016:
CP: - 100.000.000;
CS: - 100.000.000.
2017:
CP: - 100.000.000;
CS: - 100.000.000.

Conseguentemente, alla medesima tabella E, missione Sviluppo e riequilibrio territoriale *programma* Gestione delle risorse idriche, tutela del territorio e bonifiche *voce* Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, Legge n. 147 del 2013: Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2014) - Articolo 1, comma 111: Interventi di messa in sicurezza del territorio contro il dissesto idrogeologico (Settore n. 19) Difesa del suolo e tutela ambientale (1.9 - cap. 7511), *apportare le seguenti variazioni:*

Rifinanziamento:
2015:
CP: + 100.000.000;
CS: + 100.000.000.
2016:
CP: + 100.000.000;
CS: + 100.000.000.
2017:
CP: + 100.000.000;
CS: + 100.000.000.

3.Tab.E.7

CIOFFI, SCIBONA, CIAMPOLILLO, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Alla tabella E, missione Diritto alla mobilità e sviluppo dei sistemi di trasporto, programma Sviluppo e sicurezza della mobilità stradale voce Infrastrutture e trasporti, decreto-legge n. 83 del 2012, convertito con modificazioni, dalla legge n. 135 del 2012 - Articolo 17-septies comma 8: Fondo per il finanziamento del piano nazionale infrastrutturale per la ricarica dei veicoli elettrici (Settore n. 11) Interventi nel settore dei trasporti (2.1- cap. 7119), apportare le seguenti variazioni:

Rifinanziamento:

2015:

CP: + 15.000.000;

CS: + 15.000.000.

Conseguentemente, nella medesima tabella E, missione Infrastrutture pubbliche e logistica, *programma* Sistemi stradali, autostradali ed intermodali, *voce* Infrastrutture e trasporti, decreto-legge n. 69 del 2013, convertito con modificazioni, dalla legge n. 98 del 2013: Disposizioni urgenti per il rilancio dell'economia: Art. 18, comma 2, punto 2: Somme da assegnare alla Regione Veneto per la Pedemontana Veneta (Settore n. 11) Interventi nel settore dei trasporti (1.2 - cap. 7147), *apportare le seguenti variazioni:*

Riduzione:

2015:

CP: - 15.000.000;

CS: - 15.000.000.

3.Tab.E.8

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Alla Tabella E, missione Infrastrutture pubbliche e logistica, programma Opere strategiche, edilizia statale e interventi speciali e per pubbliche calamità, Legge di stabilità 228 del 2012, articolo 1, comma 184, «Prosecuzione della realizzazione del sistema MOSE», apportare le seguenti variazioni:

Riduzione:

2015:

CP: - 261.000.000;

CS: - 261.000.000.

2016:

CP: - 330.000.000;

CS: - 330.000.000.

Conseguentemente alla medesima Tabella E missione Sviluppo sostenibile e tutela del territorio e dell'ambiente programma Gestione delle risorse idriche, tutela del territorio e bonifiche, *voce* Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare, legge 147 del 2013, Difesa del suolo e tutela ambientale, *apportare le seguenti variazioni:*

Rifinanziamento:

2015:

CP: + 261.000.000;

CS: + 261.000.000.

2016:

CP: + 330.000.000;

CS: + 330.000.000.

3.Tab.E.9

CIOFFI, SCIBONA, CIAMPOLILLO, BULGARELLI, LEZZI, MANGILI

Precluso

Alla tabella E, missione infrastrutture pubbliche e logistica, programma Opere strategiche, edilizia statale ed interventi speciali e per pubbliche calamità, voce Infrastrutture e trasporti, decreto-legge n. 98 del 2011 - Art. 32, comma 1, punto 2: Assegnazione di risorse alle piccole e medie opere nel Mezzogiorno (Settore n. 279) Interventi diversi (1.7 - cap. 7174), apportare le seguenti variazioni;

Rifinanziamento;

2015:

CP: + 10.000.000;

CS: + 10.000.000.

2016:

CP: + 20.000.000

CS: + 20:000.000.

Conseguentemente, alla tabella E, missione Infrastrutture pubbliche e logistica, *programma* Opere strategiche, edilizia statale ed interventi speciali e per pubbliche calamità, *voce* Infrastrutture e trasporti, legge n. 147 del 2013 - Art. 1, comma 71: Prosecuzione e completamento del sistema MOSE (Settore n. 27) Interventi diversi (1.7cap. 7200/P), *apportare le seguenti variazioni:*

Riduzione:

2015:

CP: - 10.000.000;

CS: - 10.000.000.

2016:

CP: - 20.000.000;

CS: - 20.000.000.

3.Tab.E.10

SCIBONA, CIOFFI, BULGARELLI, LEZZI

Precluso

Alla Tabella E, missione Sviluppo sostenibile e tutela del territorio e dell'ambiente, programma Gestione delle risorse idriche, tutela del territorio e bonifiche, voce Ambiente e tutela del territorio e del mare, legge n. 147 del 2013: Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2014): - Art. 1, comma 111: Interventi di messa in sicurezza del territorio contro il dissesto idrogeologico (Settore n. 19) Difesa del suolo e tutela ambientale (1.9 - cap. 7511), apportare le seguenti variazioni:

Rifinanziamento:

2015:

CP: + 300.000;

CS: + 300.000.

2016:

CP: + 130.000.000;

CS: + 130.000.000.

Conseguentemente, alla tabella E, missione Diritto alla mobilità e sviluppo dei sistemi di trasporto, *programma* Sistemi ferroviari, sviluppo e sicurezza del trasporto ferroviario, *voce* Infrastrutture e Trasporti, decreto-legge n. 98 del 2011: Disposizioni urgenti per la stabilizzazione finanziaria: - Art. 32, comma 1, punto 4: Assegnazione di risorse a favore di RFI per la linea alta velocità/alta capacità Milano-Genova: Terzo Valico dei Giovi - secondo lotto (Settore n. 11) Interventi nel settore dei trasporti (2.5 - cap. 7518), *apportare le seguenti variazioni:*

2015:

Riduzione:

CP: - 300.000;

CS: - 300.000.

2016:

Riduzione:

CP: - 30.000.000;

CS: - 30.000.000.

Rifinanziamento :

CP: -

CS: -

G3.1

GIBIINO, FILIPPI

Precluso

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge di stabilità 2015,

premesso che:

nel disegno di legge di stabilità il comma 33 dell'articolo 3, modificando l'articolo 63, commi 2 e 3, della legge n. 342 del 2000, sopprime l'esenzione dal bollo per gli autoveicoli e per i motoveicoli ultraventennali di particolare interesse storico e collezionistico, limitandola in generale a tutti gli autoveicoli e motoveicoli ultratrentennali;

tale disposizione penalizza in maniera eccessiva un settore di rilevante interesse culturale, seguito da milioni di appassionati in tutto il Paese;

la finalità della norma è essenzialmente quella di assicurare un gettito aggiuntivo per le casse dello Stato, che la relazione tecnica di accompagnamento del disegno di legge di stabilità quantifica in 78,5 milioni di euro per ciascuno degli anni dal 2015 al 2017;

tale stima appare però assolutamente eccessiva, in quanto non tiene conto che il venir meno dell'esenzione determinerebbe verosimilmente la rottamazione di gran parte dei veicoli interessati, in quanto i loro proprietari perderebbero la convenienza a mantenerli in circolazione;

a ciò dovrebbero poi aggiungersi gli effetti negativi indotti per l'economia dovuti al mancato esborso per le spese di manutenzione dei veicoli, che colpirebbero in maniera molto pesante soprattutto piccoli riparatori, carrozzieri, distributori di benzina e ricambisti, settori già particolarmente penalizzati per la diminuzione di lavoro;

secondo stime fatte dall'Automotoclub Storico Italiano (ASI), uno degli organismi a cui la legislazione vigente affida ufficialmente il compito di certificare i requisiti dei veicoli di interesse storico e collezionistico, a fronte di una maggiore entrata per l'erario pari a 7,5 milioni euro, tali effetti negativi indotti produrrebbero una perdita per l'economia assai maggiore, oscillante fra 2,2 e 5,8 miliardi di euro;

considerato che:

potrebbero adottarsi soluzioni alternative che, pur assicurando un adeguato gettito aggiuntivo per l'erario, evitino tuttavia di penalizzare in maniera eccessiva ingiustificata il settore dei veicoli di interesse storico e collezionistico e la filiera delle attività economiche ad esso correlate;

impegna il Governo:

a riformulare la norma di cui all'articolo 3, comma 33, del disegno di legge di stabilità, nel senso di prevedere una tassazione agevolata di tipo premiale per gli autoveicoli e motoveicoli di interesse storico e collezionistico a decorrere dal ventesimo anno dalla data di costruzione, purché i suddetti veicoli siano certificati, secondo i criteri vincolanti dal Ministero delle infrastrutture e dei trasporti, dall'ASI o dalla Federazione motociclistica italiana - FMI (per i soli motoveicoli), ai sensi del comma 3 dell'articolo 63 della legge n. 342 del 2000 e previo esame di ogni singolo esemplare, rispetto al resto del parco automobilistico e motociclistico di pari vetustà.

G3.2

DONNO, CATALFO, PAGLINI

Precluso

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge recante disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015),

premesso che:

i commi dal 35 al 42 dell'articolo 3 recano attuazione dell'Accordo di partenariato 2014-2020 per l'impiego dei fondi strutturali e di investimento europei, adottato il 29 ottobre 2014 dalla Commissione europea a chiusura del negoziato formale;

nell'obiettivo tematico 10 "Investire nell'istruzione, nella formazione e nella formazione professionale per le competenze e l'apprendimento permanente" si fissano, tra i risultati attesi, anche il rafforzamento della parità di accesso alla formazione permanente per tutte le fasce di età nei contesti formali, non formali e informali, l'aggiornamento delle conoscenze, delle abilità e delle competenze della manodopera e la promozione di percorsi di apprendimento flessibili anche tramite l'orientamento del percorso professionale e il riconoscimento delle competenze acquisite;

ritenuto inoltre che:

il nostro Paese è ricco di professioni storiche e tradizionali di tipo artigianale di cui senza adeguati incentivi alla formazione si rischia la scomparsa;

un settore di pregio e di eccellenza italiano è quello della floricoltura che però non vede un adeguato riconoscimento professionale per gli operatori del settore in cui operano già trentaduemila imprese nell'intero territorio nazionale, che rappresentano il 3 per cento del totale delle aziende agricole italiane, che producono il 7 per cento della produzione agricola totale (2,5 miliardi di euro) utilizzando lo 0,4 per cento (trentaseimila ettari) della superficie agricola,

impegna il Governo:

a valutare l'opportunità di promuovere, nell'ambito dei Piani operativi nazionale e regionali per il periodo 2014-2020, apposite azioni per incentivare la formazione professionale e il sostegno alle arti e ai mestieri tradizionali, per favorire l'occupazione del settore e la valorizzazione culturale e turistica dei territori;

a valutare l'opportunità di favorire mediante l'utilizzo dei Fondi strutturali europei per corsi professionali per gli operatori del settore della floricoltura e della florovivaistica.

G3.3

FUCKSIA, GRANAIOLA, Maurizio ROMANI, VICECONTE, SCAVONE, VALDINOSI, TAVERNA, ICHINO

Precluso

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge recante «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)»,

premesso che:

nella tabella C del disegno di legge in esame si prevede per l'anno 2015 uno stanziamento per gli interventi in materia di animali di affezione e per la prevenzione del randagismo di 309 mila euro per il 2015 e 310 mila euro per il 2016; la legge di stabilità dell'anno precedente prevedeva invece per l'anno 2014 uno stanziamento di 325 mila euro;

considerato che:

la tutela degli animali e la lotta al randagismo sono principi fondamentali sanciti dalla legge 14 agosto 1991, n. 281, «Legge quadro in materia di animali di affezione e prevenzione del randagismo», che stabilisce all'articolo 1 che «Lo Stato promuove e disciplina la tutela degli animali di affezione, condanna gli atti di crudeltà contro di essi, i maltrattamenti ed il loro abbandono, al fine di favorire la corretta convivenza tra uomo e animale e di tutelare la salute pubblica e l'ambiente». Un passo importante che riconosce agli animali d'affezione il diritto alla vita evitando la soppressione di quelli senza proprietario rinvenuti vaganti sul territorio;

le risorse stanziate dalla legge di stabilità in esame non sono sufficienti per garantire tutte le misure previste dalla legge n. 281 del 1991, come ad esempio l'attuazione da parte dei comuni di piani di controllo delle nascite attraverso la sterilizzazione dei randagi con conseguenti rischi per la salute pubblica;

il randagismo è una piaga dilagante nel nostro Paese (soprattutto nel centro e nel meridione), determinata soprattutto dagli abbandoni, circa 50.000 mila l'anno secondo le stime 2013 delle più accreditate associazioni animaliste (Lav e Gaia Animali Ambiente) e dalla mancanza di sterilizzazione,

impegna il Governo:

a valutare l'adozione di una reale politica di contrasto, di prevenzione e di soluzione del fenomeno del randagismo, conforme ai più alti standard europei di tutela degli animali, anche attraverso lo stanziamento di maggiori risorse finanziarie.

G3.4

BONFRISCO

Precluso

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge di stabilità per il 20 5 presso il Senato;

premesso che tra il 2011 e il 2014 le tasse sugli immobili sono aumentate costantemente: dAl 9,2 miliardi dell'ICI ai probabili 28 (grazie agli aumenti deliberati dAl governi Monti, Letta e Renzi);

considerato che la imposta sedicente unica la IUC (Imposta Unica Comunale) in realtà ne contiene tre: IMU, TASI e TARI, per un importo totale che a fine 2014 sarà di almeno 24,8 miliardi, ma che, per effetto delle addizionali comunali (al 2,5 per mille si aggiunge lo 0,8 dei Comuni per la Tasi) può arrivare a 28 miliardi, (senza sommare la Tari, tassa sui rifiuti, che prima si chiamava Tarsu, poi Tares);

valutato che in tre anni complessivamente sono state prelevati 40 miliardi di tasse in più sulla casa;

considerato che l'aumento della tassazione ha causato una perdita di valore degli immobili per oltre 2000 miliardi,

preso atto che la *local tax*, un'altra imposta unica, potrebbe essere una replica della IUC già vista. Le bozze del decreto sulla *local tax* prevedono un prelievo tra il 2,5 e il 5 per mille sulle prime case e sino al 12 per mille (1,2 per cento) sugli altri immobili;

considerato che la rivalutazione catastale che il Governo Renzi sta attuando porterebbe a un ulteriore aumento del prelievo fiscale sulla casa (già siamo al 2,22 per cento del PIL, rispetto all'I,15% della media UE;

valutato che sulle transazioni immobiliari tra privati gravano l'imposta di registro dal 2 al 9per cento, l'imposta ipotecaria a 50 euro è l'imposta catastale a 50 euro;

preso atto che in caso di impresa «costruttrice» (o di ristrutturazione) che vende entro 5 anni dall'ultimazione dei lavorio successivamente, nel caso in cui entro tale termine i fabbricati siano stati locati per un periodo non inferiore a 4 anni in attuazione di programmi di edilizia residenziale convenzionata si applica anche l'IVA - che varia dal 10 al 22 per cento a seconda della tipologia di immobile - l'imposta di registro a 200 euro, l'imposta ipotecaria a 200 euro, l'imposta catastale a 200 euro bimposta di bollo a 90 euro e altre tasse per 90 euro. Infatti, se il cedente opta nell'atto di vendita per il regime dell'imponibilità e applicazione dell'iva, le imposte di registro, ipotecaria e catastale sono dovute in misura fissa;

valutato che sulla prima casa in caso di impresa «costruttrice» che vende dopo 5 anni dalla data di ultimazione dei lavori, si applicano l'imposta di registro al 9 per cento, l'imposta ipotecaria a 200 euro, l'imposta catastale a 200 euro, l'imposta di bollo a 90 euro e altre tasse per 90 euro;

considerato che le imposte sui trasferimenti tra il 2010 e il 2012 hanno visto una costante diminuzione di gettito dAl 13,1 miliardi ai 12,6 dell'ultimo anno considerato;

misurato che il numero delle transazioni è stato pari a 448 mila immobili nel 2012 mentre era 877 mila nel 2006, anno di massima circolazione;

osservato che la grave crisi del settore immobiliare si ripercuote pesantemente anche sul settore delle costruzioni. La produzione nelle costruzioni è diminuita del 6,9 per cento nei primi nove mesi del 20 14 rispetto ai primi nove mesi del 2013 e si stima una perdita di 745 mila posti di lavoro in Italia nel settore edilizia e settori collegati, facendo tornare il settore ai livelli del 1967;

valutato che il settore delle costruzioni rappresenta oltre il 9 per cento del PIL;

impegna il Governo a valutare l'introduzione di misure volte a detassare per un periodo di sei mesi ogni transazione immobiliare al fine di rilanciare il settore, considerato che la relativa copertura finanziaria è reperibile nel maggiore giro d'affari innescato nel settore delle costruzioni e delle compravendite immobiliari nel periodo immediatamente successivo.

G3.5

ARRIGONI, COMAROLI, TOSATO

Precluso

II Senato,

premesso che:

nel nostro Paese il possesso della casa di abitazione, per ragioni culturali e storiche, è

considerato un elemento fondamentale di riferimento per la famiglia, oggetto di sacrifici e risparmi, e al tempo stesso rappresenta una forma di sicurezza e tenuta economica in questa gravissima fase di crisi del Paese;

il decreto-legge n. 93 del 2008 aveva disposto l'esenzione ICI dell'immobile adibito ad abitazione principale del soggetto passivo d'imposta e delle relative pertinenze, nonché delle unità immobiliari che il comune avesse assimilato all'abitazione principale.

Successivamente, il decreto legislativo n. 23 del 2011, in materia di federalismo fiscale municipale ha istituito l'Imposta municipale propria - IMU, volta a sostituire sia la componente del reddito IRPEF (e relative addizionali) relativa agli immobili, sia l'ICI, con un'applicazione in origine prevista per l'anno 2014, che non avrebbe dovuto in alcun modo colpire l'abitazione principale del contribuente.

Tuttavia, per mere esigenze di risanamento dei conti pubblici, l'applicazione dell'IMU, ai sensi dell'articolo 13 del D.L. 201/2011, è stata stravolta e snaturata dal Governo Monti La nuova tassa è stata applicata dal 2012 al possesso di immobili (fabbricati, aree fabbricabili e terreni agricoli), compresa l'abitazione principale e le pertinenze della stessa; inoltre è stata innalzata la misura dei moltiplicatori da applicarsi alla rendita catastale per calcolare la base imponibile dell'imposta. In relazione all'abitazione principale, per i soli anni l 2012 e 2013 l'imposta è stata applicata con aliquota di base pari allo 0,4 per cento ed una detrazione d'imposta pari a 200 euro, incrementata di 50 euro per ciascun figlio residente e dimorante nell'abitazione medesima purché di età non superiore a 26 anni (fino al limite massimo di 400 euro).

Al Comuni è stata data possibilità di modificare le aliquote di base IMU (sia per l'abitazione principale che per gli altri immobili), in aumento o diminuzione, entro margini stabiliti dalla legge;

In seguito la normativa sull'imposizione fiscale immobiliare ha continuato ad essere schizofrenica: Il D.L. 54 del 2013 sospeso il pagamento della prima rata IMU 2013 su abitazioni principali, terreni agricoli e fabbricati rurali. Successivamente, il D.L. 102 del 2013 ha abolito per l'anno 2013 la prima rata dell'IMU su abitazioni principali, terreni agricoli e fabbricati rurali.

Il D.L. n. 133 del 2013 ha esentato dal pagamento della seconda rata dell'IMU 2013 le seguenti categorie di immobili: abitazioni principali e assimilati; casa coniugale assegnata al coniuge; immobili del personale in servizio permanente delle Forze armate; terreni agricoli posseduti. e condotti da coltivatori diretti e imprenditori agricoli professionali; fabbricati rurali ad uso strumentale. Tuttavia, il contribuente è stato chiamato a versare una quota (pari al 40 per cento) della differenza tra l'ammontare dell'IMU Ce delle dettazioni «prima casali) deliberata o confermata dal comune per l'anno 2013 e, se inferiore, quello risultante dall'applicazione dell'aliquota e della detrazione di base previste dalle norme statali, entro il 24 gennaio 2014 (cd. mini IMU).

Da ultimo, la legge di stabilità 2014 (L. 147/2013, commi 639 e seguenti) ha istituito l'Imposta unica comunale (IUC), che si basa su due presupposti impositivi, uno costituito dal possesso di immobili e collegato alla loro natura e valore: si tratta dell'imposta municipale propria (IMU), di natura patrimoniale dovuta dal possessore di immobili, escluse le abitazioni principali; l'altro collegato all'erogazione e alla fruizione di servizi comunali: la componente riferita ai servizi, a sua volta si articola in un tributo per i servizi indivisibili (TASI), a carico sia del possessore che dell'utilizzatore dell'immobile; la tassa sui rifiuti (TARI), destinata a finanziare i costi del servizio di raccolta e smaltimento dei rifiuti, a carico dell'utilizzatore.

L'IMU, che viene resa permanente, non si applica quindi all'abitazione principale (ad eccezione degli immobili di lusso), ma continua ad applicarsi agli altri immobili, compresi le seconde case e i beni strumentali, sommandosi alla TASI e alla TARI (le due componenti della IUC).

Tuttavia, le necessità di gettito dei Comuni che hanno subito tagli insostenibili da Parte dello Stato al Fondo di Solidarietà, hanno fatto si che il mancato gettito IMU fosse compensato da parte degli enti locali da aumenti della TASI, generando aggravi fiscali oltre che confusione sulle aliquote, determinate da molti comuni con grave ritardo, pari al ritardo nella predisposizione dei bilanci di previsione;

Il decreto-legge n. 16 del 2014 ha infatti attribuito ai comuni la possibilità di elevare l'aliquota massima. TASI di un ulteriore 0,8 per mille rispetto al limite del 10,6 per mille fissato per la sola IMU al 31 dicembre 2013. Le nuove aliquote massime per la TASI sull'abitazione principale potranno essere, quindi, pari al 3,3 per mille (rispetto all'originario limite del 2,5 per mille fissato dalla legge di stabilità per il 2014). Tale limite riguarda il solo anno 2014, non avendo il legislatore introdotto analoga previsione per gli anni successivi.

Il decreto-legge n. 66 del 2014 è intervenuto sulla disciplina relativa al versamento della TASI per l'anno 2014, fissando diverse scadenze per il pagamento del tributo da parte dei contribuenti, a seconda della tempestività del Comune nell'adozione e comunicazione al MEF delle delibere e dei regolamenti relativi al tributo stesso. ai comuni per i quali si applica il differimento dell'imposta viene erogata un'anticipazione pari al 50 per cento del gettito annuo stimato ad aliquota di base. La TASI dovuta dall'occupante, in casi di mancata delibera comunale, è pari al 10 per cento del tributo.

Da notizie di stampa si apprende la volontà del Governo di intervenire nuovamente in materia di local tax, pur non chiarendo in quale direzione. Benché da più parti si sia auspicata una «moratoria normativa», un periodo di stabilità legislativa in materia per ottenere almeno, se non una riduzione della tassazione, una chiarezza degli adempimenti, perché gli oneri informativi e burocratici connessi al pagamento costituiscono a propria volta un onere per i cittadini;

È assolutamente necessario che, qualunque denominazione o sembianza assuma la nuova imposizione immobiliare, ciò non si tramuti in un pretesto o una occasione per aumentare gli oneri gravanti sulle abitazioni principali,

impegna il Governo:

assicurare, nell'ambito della definizione della nuova local tax, che l'imposizione fiscale complessiva sul medesimo e per ciascuna categoria di immobili, compresi i margini di manovra per gli enti locali, non possa essere superiore a quella applicabile complessivamente nell'attuale quadro normativa.

G3.6

CROSIO, BELLOT, ARRIGONI, STEFANI, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Il Senato,

premesso che:

sin dalla sua prima applicazione l'imposta municipale non è mAl stata applicata ai terreni incolti montani; Infatti il D.Lgs. n. 23/2011, cioè quello relativo al Federalismo Fiscale nel suo spirito originario definito dal Governo nel 2011 prima dell'avvento del Governo dei tecnici del Premier Mario Monti prevedeva all'art. 9 comma 8, la conferma delle esenzioni contemplate dall'ICI: in particolare, disciplinava l'esenzione dal tributo locale per i terreni agricoli, ricadenti in aree montane o collinari, così come delimitate dall'art. 15 della L. n. 984/77, e individuate dall'elenco allegato alla Circolare n. 9 del 14/6/1993. Alcune Regioni, peraltro, hanno approvato in materia di competenza legislativa primaria di agricoltura, dei provvedimenti atti ad individuare con propria deliberazione i territori agricoli ricadenti in aree montane, di collina o svantaggiate;

Successivamente (Governo Monti) con il D.L. n.16/2012, c.d. Decreto semplificazioni, all'art. 4 comma 5-*bis* è stato previsto che con un apposito D.M., venissero individuati i Comuni nei quali dal 2014, si sarebbe applicata l'esenzione, sulla base: - dell'altitudine, riportata nell'elenco ISTAT; - dei soggetti che li detengono (CD o IAP iscritti alla previdenza agricola o meno);

La successiva circolare 11 marzo 2013, n. 5 dell'Agenzia Entrate confermava che tutti i terreni incolti montani o di collina dovevano erano esenti da IMU, a prescindere dalla qualificazione agricola degli stessi, determinando invece l'assoggettamento a IRPEF e alle addizionali sul reddito dominicale;

Con il decreto legge 66 del 2014, adottato il 24 aprile 2014 e convertito ID legge solo il 24 giugno successivo, si è intervenuti a metà dell'anno ed in maniera retroattiva, cioè a valere sull'intera annualità 2014, rideterminando, in senso peggiorativo, i criteri di imposizione fiscale, imponendo un aggravio inaspettato sia per i proprietari che per i comuni interessati;

L'articolo 22 del citato decreto infatti, riducendo tutta una serie di agevolazioni fino ad allora riconosciute al settore agricolo, interviene anche in materia di IMU sui terreni agricoli ricadenti in aree montane o di collina prevedendo che con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze siano individuati i comuni nei quali, a decorrere dall'anno di imposta 2014, si applica l'esenzione concernente i predetti terreni. Non si trattava naturalmente di una revisione meramente formale né di aggiornamento, ma di una volontaria penalizzazione perché il vero scopo del decreto era ottenere dAl terreni montano un maggiore gettito annuo pari ad almeno 350 milioni di euro, e come già detto, con impatto retroattivo al 2014;

Il comma 2 del citato articolo 22 novella il comma 5-*bis* dell'articolo 4 del D.L. n. 16/2012, prevedendo che con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze adottato di concerto con i Ministri delle politiche agricole alimentari e forestali, e dell'Interno siano individuati i comuni nei quali, a decorrere dall'anno di imposta 2014, si applica l'esenzione dall'IMU sulla base dell'altitudine riportata nell'elenco dei comuni italiani predisposto dall'ISTAT;

Il decreto Ministeriale che individua la lista di un nuovo elenco di comuni montani e collinari ISTAT 2014-2015 per i quali è prevista l'esenzione totale, parziale o pagamento di intera imposta a partire dal 2014 è ancora in corso di perfezionamento e non è stato ad oggi emanato, al contrario il Ministero dell'interno, sul sito della Finanza locale ha comunicato l'aggiornamento delle assegnazioni finanziarie agli Enti locali aggiornata al 28/11/2014, in cui si evidenzia una decurtazione del Fondo di solidarietà Comunale per molti Comuni di collina e montagna appa,ttenenti alle Comunità. collinari, per «riduzione maggiori introiti IMU terreni agricoli ai sensi del citato art. 4, c. 5.-*bis* DL 16/2012, indirettamente imponendo ai Comuni di incassare la nuova IMU dAl proprietari di terreni incolti fino ad oggi esenti, la cui scadenza è fissata al 16 dicembre 2014;

La norma determina quindi almeno 350 milioni di maggiori tasse a danno di proprietari di terreni di montagna dal quale non ricavano alcun reddito, e che fino ad oggi erano stati esentati anche in considerazione del fatto che si tratti di aree disagiate, e al fine di scoraggiarne l'abbandono;

Determina al momento incertezza e mancata definizione degli ambiti di applicazione, alla vigilia della scadenza del pagamento;

Determina inoltre difficoltà per gli stessi comuni, dovute all'assenza di banche dati dei terreni agricoli, con il dubbio che debbano essere inclusi in tale definizione anche quelli boschivi, in quanto sempre esenti da ICI e IMU;

In mancanza del decreto ISTAT gli stessi Comuni non sono in grado di informare i cittadini che sono nuovi soggetti IMU ledendo anche il principio di fiducia e collaborazione comune-cittadini che in queste zone è tutt'ora forte e positivo;

I Comuni, trovandosi a gestire questa novità dopo la chiusura dei bilanci preventivi, e non avendo deliberato l'aliquota IMU per i suddetti terreni incolti prima esenti, sarebbero costretti a d applicare automaticamente l'aliquota base dello 0,76 per cento. Si sottolinea come i Comuni, chiudendo i bilanci al 30 novembre, pur essendo al corrente della possibilità di riclassificazione dei terreni montani, non erano al corrente del taglio del fondo di Solidarietà. comunale che ha comportato, da parte dello stato, il mero ribaltamento dell'onere di ottenere il maggiore gettito di 350 milioni dallo Stato ai comuni,

impegna il Governo:

alla luce dei ritardi nel predisporre il decreto ISTAT e del taglio al fondo di solidarietà per i comuni di Montagna avvenuto a ridosso della predisposizione dei bilanci previsionali dei Comuni, a cancellare i tagli ai comuni citati in premessa e sospendere immediatamente l'applicazione dell'imu prevista dall'articolo 22 del DL 66/2014 a rivedere, nel quadro dell'approvazione della manovra di bilancio, la normativa in materia a decorrere dal 1º gennaio 2015, al fine di ripristinare le agevolazioni applicate fino ad oggi.

G3.7

MATTEOLI

Precluso

Il Senato,

in sede di discussione del disegno di legge in titolo, recante «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015),

premesso che:

i Ministeri delle infrastrutture e dei trasporti e dell'economia e delle finanze riconoscono il credito d'imposta sulle accise a tutti coloro che esercitano la funzione di trasporto pubblico ed hanno mezzi di proprietà o in affitto, escludendo la forma del comodato d'uso;

avviene talvolta che alcune società private, partecipate dalla pubblica amministrazione e che svolgono un pubblico servizio, abbiano in dotazione i mezzi di proprietà della stessa pubblica amministrazione e li gestiscano in uso gratuito o comodato d'uso per poter meglio affrontare le esigenze e calmierare i costi di trasporto;

per le attività di servizio pubblico queste aziende, con i mezzi in comodato, sostengono direttamente le spese di carburante, ma non possono accedere al rimborso delle accise o al credito d'imposta cosi come avviene invece per quelle aziende che direttamente possiedono i mezzi oppure li noleggiano, perché la legge attualmente ha delle lacune evidenti e non prevede la voce «comodato d'uso»;

le società che hanno i mezzi in «comodato d'uso», per vedere riconosciuto un loro diritto, sono costrette a ricorrere in sede giudiziale mAl tempi di giudizio purtroppo sono molto lunghi e nel frattempo la gestione amministrativa della società ne risente con ripercussioni anche sulla prestazione dei servizi;

la lacuna normativa determina una situazione di anomalia, per cui accade che una società privata che svolge un servizio pubblico utilizzando vetture della pubblica amministrazione in comodato d'uso non può avere i previsti rimborsi; mentre se la stessa società stipulasse un contratto di affitto simbolico (anche di un solo euro) con la medesima pubblica amministrazione, allora ci sarebbero i requisiti per ottenere i rimborsi;

l'articolo 3 del D.P.R. n. 277 del 2000 - regolamento recante la disciplina delle agevolazioni - al comma 6, fa espresso riferimento a «proprietà», a «contratto di locazione con facoltà di compera», a «noleggio» di cui all'articolo 84 del decreto legislativo 30 aprile 1992, n. 285, e successive modificazioni (codice della strada), ma non al comodato d'uso;

nel nostro ordinamento il comodato d'uso dà veste giuridica al prestito di cose. In quanto contratto a titolo gratuito e che trova la sua giustificazione nello spirito di liberalità, caratteri questi che lo contraddistinguono dalla locazione (ipotesi ammessa per il beneficio), la legge protegge l'interesse del comodante alla restituzione della cosa data in prestito;

anche la modulistica da utilizzare per l'ottenimento del credito d'imposta è formulata in maniera tale da impedire a chiunque operi in regime di comodato d'uso di accedere a tale agevolazione fiscale,

impegna il Governo:

ad assumere iniziative in ordine al riconoscimento del credito d'imposta sulle accise previsto per tutti coloro che esercitano la funzione di trasporto pubblico ed hanno mezzi di proprietà o in affitto, anche alla forma del comodato d'uso, e volte al pagamento degli arretrati, stante il fatto che nel nostro Paese le aziende che potrebbero accedere ai rimborsi sono in numero veramente esiguo.

G3.8

CROSIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Il Senato,

premesso che:

da luglio 2012 sono stati notificati, da parte della Guardia di Finanza, verbali indirizzati a circa 70 aziende di autotrasporto in cui si contesta che il carburante acquistato presso la zona extradoganale di Livigno (SO) è stato introdotto non correttamente in Italia in quanto la parte eccedente la franchigia, dove per franchigia si intende il quantitativo contenuto nel serbatoio normale, deve essere sottoposta a pagamento di iva, accise e sanzioni;

gli importi contestati tra iva, accise e sanzioni ammontano a circa 6.000.000 di euro e la maggior parte delle aziende, in molti casi sono ditte individuali mono veicolari, non sono nelle condizioni di far fronte ai pagamenti;

tutti questi trasportatori verbalizzati hanno contestazioni su veicoli allestiti come ordinati alle case madri e mAl più modificati, dotati di regolari contratti di acquisto ma uno stesso mezzo di trasporto è idoneo a montare serbatoi di differenti capacità, tutti omologati, a seconda delle legittime esigenze dell'acquirente, entro i limiti massimi consentiti dalla legge;

l'articolo 107 del Regolamento CE n.1186/2009 consente di introdurre nel territorio nazionale, in esenzione dal pagamento dei diritti di confine, il carburante contenuto nei «serbatoi normali» dei veicoli commerciali, intendendo per tali, ai sensi del paragrafo 2, lettera *c)*: «i serbatoi che sono fissati in modo stabile dal costruttore su tutti gli autoveicoli dello stesso tipo del veicolo considerato e la cui sistemazione consente l'utilizzazione diretta del carburante»;

raffrontando il certificato di origine del mezzo (e quindi i dati relativi al serbatoio montato dalla casa produttrice) e le fatture del carburante (regolarmente denunciato alla frontiera) la Guardia di Finanza ha rilevato che la capacità del serbatoio indicata sul certificato d'origine non corrisponde a quella del serbatoio successivamente montato sull'automezzo, omologato e indicato sul libretto di circolazione;

sembra però che non sia stato preso in considerazione un elemento molto importante riguardo all'esatta individuazione del «serbatoio normale»: infatti uno stesso mezzo di trasporto è idoneo a montare serbatoi, di differenti capacità, tutti omologati, a seconda delle legittime esigenze dell'acquirente, entro i limiti massimi consentiti dalla legge;

in questo contesto, è assolutamente irrilevante che al termine del ciclo produttivo, o al momento della prima omologazione, un determinato veicolo fosse dotato di un serbatoio avente una certa capacità, in quanto tale capacità poteva essere legittimamente modificata dallo stesso costruttore, al pari di altre caratteristiche dei mezzi, e prima ancora che il veicolo fosse acquistato dal trasportatore, pur continuando a potersi parlare di «serbatoio normale»;

il 30 aprile scorso l'avvocato generale della Corte europea ha depositato un parere per una causa in cui si sostiene che il serbatoio omologato, correttamente installato, consentito da tutti i certificati, montato in maniera stabile e che alimenti il motore del veicolo, debba considerarsi «normale»;

impegna il Governo:

in attesa di un'interpretazione univoca da parte della Corte europea del significato di «serbatoio normale» di cui all'articolo 107, paragrafo 2, lettera *c)*, del regolamento CE n. 1186/2009 del Parlamento Europeo relativo alla fissazione del regime comunitario delle franchigie doganali, ad intervenire con gli appositi strumenti al fine di sospendere momentaneamente tutti i contenziosi in essere in cui si accusano le aziende di autotrasporto di aver introdotto non correttamente in Italia il carburante acquistato presso la zona extradoganale di Livigno (SO).

G3.9

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge n. 1698

impegna il Governo:

a valutare la possibilità di inserire nell'ambito dei provvedimenti attuativi della delega fiscale di cui alle legge 243 del 2013 apposite disposizioni finalizzate a prevedere che qualora il reddito d'impresa ovvero di lavoro autonomo ecceda quello dichiarato nel periodo d'imposta precedente, l'eccedenza concorra alla formazione del reddito imponibile complessivo nella misura del cinquanta per cento prevedendo altresì che la disposizione si applichi per il periodo d'imposta successivo a quello in corso al 31 dicembre 2014 e per i due successivi.

G3.10

TOSATO, COMAROLI

Precluso

Il Senato,

premesso che:

la legge di stabilità, allo scopo di ottenere maggiori entrate per l'erano pari a 78 milioni di euro, dispone l'eliminazione dell'esenzione dal bollo per - gli autoveicoli e per i motoveicoli ultraventennali di particolare interesse storico e collezionistico.

Si tratta di alcuni veicoli di particolare pregio, recuperati o conservati da appassionati e collezionisti, monitorati dall'Automobilclub Storico Italiano (ASI), e dalla Federazione Motociclistica Italiana (FMI);

attualmente, senza le modifiche introdotte dalla stabilità, auto e moto che hanno compiuto venti anni ma non ancora trenta versano alle Regioni ed allo Stato una tassa di circolazione forfettaria di 25 euro per le auto e di 10,33 euro per le moto;

con il provvedimento disposto dal Governo è che esso possa scoraggiare e disperdere un patrimonio di auto e moto di pregio che oggi, se tenute ferme, non pesano sui bilanci familiari;

la previsione di maggiori entrate del DDL Stabilità sembra inoltre non considerare che molte regioni, titolari della tassa automobilistica, hanno già legiferato sulla materia in maniera autonoma, discostandosi notevolmente da11'articolo 63 della legge 342/2000;

la scelta operata dal Governo nel DDL stabilità denota l'assoluta mancanza di conoscenza da parte dell'estensore della norma riguardo al mondo dei veicoli storici: considerando le 500.000 vetture tra i venti e i trent'anni, non tutti i proprietari potranno pagare bollo ed assicurazione e la previsione più attendibile è che circa 1'80% verrà demolito, o venduto all'estero, non trattandosi, nella maggior parte dei casi, dell'auto di famiglia necessaria agli spostamenti ma di cimeli conservati in casa e non fatti circolare;

l'A.S.I. Automotoclub Storico Italiano è una federazione di circa 290 club sparsi in tutta Italia, con circa una cinquantina di dipendenti per quanto riguarda la sede centrale di Torino, e moltissimi altri dipendenti dAl vari club su tutto il territorio nazionale; che con questa proposta potrebbero rischiare anche il posto di lavoro;

impegna il Governo:

a modificare la norma riguardante le esenzioni per le auto e le moto che abbiano tra i venti ed i trenta anni di età, anche attraverso il dialogo con le federazioni rappresentative, al fine di trovare una formulazione che pennetta allo stesso tempo un maggiore monitoraggio e controllo sulle vetture benefici arie di un vantaggio fiscale ed la garanzia di una politica di esenzione che garantisca e favorisca il possesso ed il recupero delle auto di pregio.

G3.11

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Il Senato,

in sede di esame dell'AS 1698,

premesso che:

la legge di stabilità per il 2015, interviene tra le altre sulle misure adottate in seguito al terremoto registrato in Emilia nel maggio 2012;

altre calamità naturali hanno investito il Paese negli ultimi mes nelle regioni Liguria, Piemonte, Lombardia, Emilia Romagna, Toscana, Veneto e Friuli Venezia Giulia, provocando vittime, devastazione, disperazione, fermo e danni alle attività produttive e agli strumenti di produzione;

il Governo, al di là delle promesse, ha adottato al momento, concretamente, solo i provvedimenti «minimi» per venire incontro alla drammatica situazione degli operatori che hanno perso tutto e non sono in grado al momento di ricominciare, sospendendo solo i versamenti tributari, solo fino al 20 dicembre 2014, solo limitatamente ad una ristretta lista di comuni colpiti all'inizio di ottobre;

occorre adottare misure efficaci per permettere alle attività produttive operanti in queste aree di riorgacizza.rs fungendo da traino per la ripresa delle intere aree di cm fanno parte;

impegna il Governo:

ad istituire, nelle aree citate in premessa, delle Zone Franche di durata quinquennale, che prevedano, per tutte le persone fisiche e giuridiche residenti su tali territori, l'esenzione dAl versamenti fiscali e contributivi e la cancellazione di tutte le cartelle di pagamento emesse da agenti della riscossione, nonché semplificazioni di adempimenti burocratici compresa l'esenzione dalla presentazione del DURC per tutte le finalità per i quali tale documento è richiesto.

G3.12

RUVOLO

Precluso

Il Senato,

in sede di esame dell'AS 1698,

premesso che:

la risoluzione della Agenzia delle Entrate del 27 febbraio 2006 n. 34/E, nel modificare la risoluzione del 27 gennaio 2006, n. 19/E, ha stabilito che, non essendo stato richiamato l'origano, a rametti o sgran:ato, al n. 12-*bis* della Tabella A parte II del decreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633, ai fini dell'applicazione dell'aliquota IV A ridotta, alla cessione del prodotto citato è applicabile l'aliquota IV A ordinaria pari al21 per cento;

quale pianta agricola aromatica, al pari del basilico, della salvia e del rosmarino, essa dovrebbe essere assoggettata alla stessa aliquota IV A, definita al numero 12-*bis*, della Tabella A, Parte II, del deCreto del Presidente della Repubblica 26 ottobre 1972, n. 633;

la diversa tassazione di simili piante aromatiche rischia quindi di costituire una ingiustificata incongruenza nel trattamento fiscale di uno degli alimenti aromatici più apprezzati e importanti, anche in termini produttiv in tutta l'Italia, ma soprattutto nel Sud;

impegna il Governo a valutare l'opportunità di porre in essere, in un prossimo intervento normativa, ogni atto di competenza volto a ripristinare uniformità dell'aliquota IV A per tutte le tipologie di piante agricole aromatiche, ma in particolare per l'origano, a rametti o sgranato.

G3.13

PANIZZA, FRAVEZZI, LANIECE, Fausto Guilherme LONGO, BATTISTA, ZIN

Precluso

II Senato,

premesso che:

l'articolo 10 del decreto legislativo n. 23 del 2011 (cosiddetto federalismo municipale) interviene modificando radicalmente l'articolo 1 della tariffa, parte prima, allegata al Testo unico dell'imposta di registro di cui al decreto del Presidente della Repubblica n. 131 del 1986. L'articolo 1 della tariffa, parte prima, viene di fatto radicalmente innovato nel modo seguente: «Atti traslativi a titolo oneroso della proprietà di beni immobili in genere e atti traslativi o costitutivi di diritti reali immobiliari di godimento, compresi la rinuncia pura e semplice - agli stessi, i provvedimenti di espropriazione per pubblica utilità e i trasferimenti coattivi: aliquota 9 per cento», inoltre, «Se il trasferimento ha per oggetto case di abitazione, ad eccezione di quelle di categoria catastale Al, A8 e A9, ove ricorrano le condizioni di cui alla nota II-*bis:* aliquota 2 per cento»;

è evidente la radicale modifica rispetto al testo previgente in tema di agevolazione per l'acquisto della «prima casa». Infatti: nel testo soppresso era prevista l'esclusione dal beneficio per le case di abitazione di lusso «secondo i criteri di cui al decreto del Ministro dei lavori pubblici 2 agosto 1969»; ora. invece, sono escluse le case appartenenti alle egorie catastali sopra indicate (A1, A8 e A9). Vengono, quindi abrogate tutte le note all'articolo 1 della tariffa ad eccezione della nota II-*bis*, relativa,alle agevolazioni per l'acquisto della «prima casa» con la sola modifica dell'aliquota 3 per cento che, come visto, è ridotta al 2 per cento;

viene altresì introdotto il comma 2, ove si precisa che «nei casi di cui al comma 1

(trasferimento di immobili in genere) l'imposta non può essere inferiore a 1.000,00 euro». Inoltre viene precisato, con il comma 3, che tutti gli atti assoggettati all'imposta di cui ai commi 1 e 2 e tutti gli atti e le formalità direttamente conseguenti posti in essere per effettuare gli adempimenti presso il catasto e i registri immobiliari sono esenti dall'imposta di bollo, dalle imposte ipotecaria e catastale, dAl tributi speciali catastali e dalle tasse ipotecarie;

considerato che:

l'articolo 26 del decreto-legge n. 104 del 2013, attraverso una novella all'articolo 10 del decreto legislativo n. 23 del 2011 interviene in tema di determinazione, con decorrenza dal 1º gennaio 2014, delle imposte di registro, ipotecaria e catastale, relativamente ai trasferimenti immobiliari, da un lato confermando l'esenzione dall'imposta di bono, dAl tributi speciali catastali e dalle tasse ipotecarie per gli atti traslativi a titolo oneroso della proprietà di beni immobili in genere e atti traslativi o costitutivi di diritti reali immobiliari di godimento e tutti gli atti e le formalità direttamente conseguenti, posti in essere per effettuare gli adempimenti presso il catasto ed i registri immobiliari, dall'altro assoggettando i predetti atti a ciascuna delle imposte ipotecaria e catastale nella misura fissa di 50 euro (mentre nel testo previgente, che sarebbe stato applicato dal l o gennaio 2014, era prevista l'esenzione totale). È inoltre elevato da 168 a 200 euro rimporto di ciascuna delle imposte di registro, ipotecaria e catastaIe in tutti quei casi in cui esso sia stabilito in misura fissa da disposizioni vigenti anteriormente allo gennaio 2014;

tenuto conto che:

tutto ciò comporta, di fatto, che non si possono più fare espropri, perché per ogni partita tavolare coinvolta le spese ammontano minimo ad euro 1000 per l'imposta di registro più euro 200 per l'imposta ipotecaria (che come ricordato, dal 1º gennaio 2014 è aumentata da 168 a 200);

in caso di espropri di strade diventa impossibile, senza parlare di acquisizione di beni in consortalità dove possono esserci anche decine di comproprietari. Inoltre ci saranno problemi anche in caso di acquisti da parte dei Comuni: in caso di acquisti l'imposta a carico dello Stato, degli enti pubblici territoriali e loro Consorzi, delle Comunità montane era fissa (euro 168), ora è al 9 per cento. Già in precedenza, nel caso di espropri, l'imposta fissa di registro di euro 168 più l'imposta fissa ipotecaria di altri euro 168 era di per sé gravosa, se si pensa al numero delle partite tavolari coinvolte;

considerato infine che:

il presente ordine del giorno (G1.1 02 - testo 2 - a firma Panizza, Longo Fausto) aveva già ricevuto l'accoglimento da parte del Governo in sede d'esame del decreto-legge 6 marzo 2014, n. 16,

impegna il Governo:

a valutare la possibilità di prevedere l'esenzione dell'imposta di registro e ipotecaria per gli espropri attivati dagli enti pubblici, per i provvedimenti di espropriazione per pubblica utilità e i trasferimenti coattivi proprio perché si tratta di espropri di pubblico interesse, compatibilmente con i vincoli di finanza pubblica.

G3.14

PANIZZA, FRAVEZZI, LANIECE, Fausto Guilherme LONGO, BATTISTA, ZIN

Precluso

II Senato,

in sede d'esame del disegna di legge «Disposizioni per la formaziane del bilancio annuale e pluriennale della Stato (legge di stabilità 2015),

premesso che:

la popolazione residente nelle province interamente montane è quotidianamente esposta ad una peculiare condizione di disagio, a causa delle generali difficoltà di spostamento sul territorio e delle frequenti limitazioni dei collegamenti viari, in particolare nei periodi invernali;

buona parte degli appezzamenti di terreno posti in zone interamente montane, soprattutto quelli pascolivi, sono irraggiungibili per buona parte dell'anno a causa del gelo e delle precipitaziani nevose;

i proprietari di appezzamenti di terreno in zone interamente montane sono, spesso a proprie spese, in prima linea nella salvaguardia dell'ambiente e nell'azione contro il rischio idrogeologico e gli

incendi boschivi, tramite la costruzione e la manutenzione di drenaggi, muri a secco, terrazzamenti, strade consortili e altri presidi volti a preservare il patrimonio comune;

la produzione di beni alimentari in terreni posti in zone montane risulta molto più onerosa e dispendiosa di quanto non accada per analoghi terreni posti in zone di pianura tanto che, sole per fare un esempio, la produzione vitivinicola in queste zone è fino a 4 volte più costosa di quella di pianura, venendo perciò comunemente definita «viticoltura eroica»;

in relazione a queste particolari condizioni, il legislatore ha riconosciuto uno speciale trattamento fiscale a tali territori, disponendo, attraverso l'articolo 7, comma 1, lettera *h)*, del decreto legislativa n. 504 del 1992, la totale esenzione dall'IMU per i terreni agricoli ricadenti in aree montane e di collina;

considerato che:

l'articolo 22, comma 2, del decreto-Iegge n. 66 del 2014, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 89 del 2014, ha disposta una revisione del regime di esenzione dall'IMU per i terreni agricoli ricadenti in aree montane e di collina, destinata ad ampliare, già dall'anno d'imposta 2014 e dunque con effetto sostanzialmente retroattivo, la platea dei contribuenti assoggettati all'imposta;

in particolare, ha previsto che con decreto di natura non regolamentare del Ministro dell'economia e delle finanze, di concerto con il Ministro delle politiche agricole e forestali e il Ministro dell'interno, siano rideterminati i Comuni nei quali si applica la prevista esenzione IMU sulla base dell'altitudine riportata nell'elenco dei comuni italiani predisposto dall'Istituto nazionale di statistica (ISTAT);

considerate, altresì, che:

per le difficoltà di collegamento, per la maggior parte dei Comuni di montagna la sede della casa comunale è stata nel tempo spostata o costruita *ab inetto* a fondovalle; pertanto, la sua altitudine, assunta dall'ISTAT a riferimento per la classificazione statistica dei Comuni, non può ritenersi un indice minimamente idoneo a definire la natura «montana» di un Comune, a maggior ragione se tale definizione è posta a fondamento di un trattamento fiscale differenziato per i contribuenti;

pertanto, se il decreto ministeriale, a tutt'oggi in via di emanazione, assumesse tale indice come nuovo riferimento per l'individuazione dei Comuni montani esonerati dalla riscossione dell'IMU agricola si determinerebbe, in via di fatto, un'irragionevole a parere dell'interrogante disparità di trattamento tra territori del tutto omogenei, basata su un dato del tutto accidentale quale la collocazione in quota della casa comunale;

preso comunque atto, con soddisfazione, della decisione del Governo di posticipare l'entrata in vigore del provvedimento,

impegna il Governo:

a valutare la possibilità, in sede di adozione del decreto attuativo dell'articolo 22, comma 2, del decreto-legge n. 66 del 2014, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 89 del 2014, di tenere conto delle esigenze di peculiare tutela poste dallo *status* di territorio agricolo montano, in particolare attraverso l'adozione di criteri per l'individuazione dei Comuni montani basati su indici obiettivi e adeguati a cogliere tale specialità;

di valutare, in ragione dei motivi di peculiarità illustrati, l'opportunità di confermare a tal fine i criteri già previsti dalla circolare n. 9 del 14 giugno 1993 del Ministero dell'economia, attuativa dell'articolo 15 della legge n. 984 del 1977, ed applicabile ai tributi locali immobiliari ai sensi dell'articolo 7, comma 1, lettera *h)*, del decreto legislativo n. 504 del 1992;

di valutare la possibilità di rinviare all'esercizio di imposta 2015 l'applicazione della nuova disciplina, in ottemperanza al principio di non retroattività delle disposizioni fiscali, di cui alla legge n. 212 del 2000 (il cosiddetto statuto del contribuente), anche per consentire ai Comuni di adottare i provvedimenti amministrativi necessari a garantire la riscossione dell'imposta.

G3.15

PANIZZA, BERGER, FRAVEZZI, Fausto Guilherme LONGO, LANIECE, BATTISTA, ZIN

Precluso

II Senato,

in sede d'esame del disegna di legge «Disposizioni per la formaziane del bilancio annuale e pluriennale della Stato (legge di stabilità 2015),

premesso che:

l'articolo 10 del decreto legislativo n. 23 del 2011 (cosiddetto federalismo municipale) interviene modificando radicalmente l'articolo 1 della tariffa, parte prima, allegata al Testo unico dell'imposta di registro di cui al decreto del Presidente della Repubblica n. 131 del 1986. L'articolo 1 della tariffa, parte prima, viene di fatto radicalmente innovato nel modo seguente: Atti traslativi a titolo oneroso della proprietà di beni immobili in genere e atti traslativi o costitutivi di diritti reali immobiliari di godimento, compresi la rinuncia pura e semplice agli stessi, i provvedimenti di espropriazione per pubblica utilità e ì trasferimenti coa1tivi: aliquota 9 per cento», inoltre, «Se il trasferimento ha per oggetto case di abitazione, ad eccezione di quelle di categoria catastale A1, A8 e A9, ove ricorrano le condizioni di cui alla nota II-*bis*: aliquota 2 per cento»;

è evidente la radicale modifica rispetto al testo previgente in tema di agevolazione per l'acquisto della «prima casa». Infatti: nel testo soppresso era prevista l'esclusione dal beneficio per le case di abitazione di lusso «secondo i criteri di cui al decreto del Ministro dei lavori pubblici 2 agosto 1969»; ora, invece, sono escluse le case appartenenti alle categorie catastali sopra indicate (A1, A8 e A9). Vengono, quindi abrogate tutte le note all'articolo 1 della tariffa ad eccezione della nota II-*bis*, relativa alle agevolazioni per l'acquisto della «prima casa» con la sola modifica dell'aliquota 3 per cento che, come visto, è ridotta al 2 per cento;

viene altresì introdotto il comma 2, ove si precisa «che nei casi di cui al comma 1 (trasferimento di immobili in genere) l'imposta non può essere inferiore a 1.000,00 euro». Inoltre viene precisato, con il comma 3, che tutti gli atti assoggettati all'imposta di cui ai commi 1 e 2 e tutti gli atti e le formalità direttamente conseguenti posti in essere per effettuare gli adempimenti presso il catasto e i registri immobiliari sono esenti dall'imposta di bollo, dalle imposte ipotecaria e catastale, dAl tributi speciali catastali e dalle tasse ipotecarie;

considerato che:

l'articolo 26 del decreto-legge n. 104 del 2013, attraverso una novella all'articolo 10 del decreto legislativo n. 23 del 2011 interviene in tema di determimizione, con decorrenza dal 1º gennaio 2014, delle imposte di registro, ipotecaria e catastale, relativamente ai trasferimenti immobiliari, da un lato confermando l'esenzione dall'imposta di bollo, dAl tributi speciali catastali e dalle tasse ipotecarie per gli atti traslativi a «titolo oneroso della proprietà di beni immobili in genere e atti traslativi o costitutivi di diritti teali immobiliari di godimento e tutti gli atti e le formalità direttamente conseguenti, posti in essere per effettuare gli adempimenti presso il catasto ed i registri immobiliari, dall'altro assoggettando i predetti atti a ciascuna delle imposte ipotecaria e catastale nella misura fissa di 50 euro (mentre nel testo previgente, che sarebbe stato applicato dal 1º gennaio 2014, era prevista l'esenzione totale). È inoltre elevato da 168 a 200 euro l'importo di ciascuna delle imposte di registro, ipotecaria e catastale in tutti quei casi in cui esso sia stabilito in misura fissa da disposizioni vigenti anteriormente al o gennaio 2014;

tenuto conto che:

tutto ciò comporta, di fatto, che le lottizzazioni sono «bloccate» in quanto ad oggi si dovrebbero commisurare i valori delle singole parti di terreni permutate. Spesso le lottizzazioni coinvolgono una molteplicità di soggetti, sui valori delle stesse si dovrebbe applicare l'imposta di registro proporzionale nella misura del 9% con un minimo di mille euro per ogni lottizzante. Si noti inoltre che nel caso di lottizzazioni i singoli lottizzanti si scambiano esclusivamente parti dei terreni per arrivarè a dei lotti regolari e quindi sfruttabili. I metri cubi di cui è titolare il soggetto A, ad inizio e fine lottizzazione, sono gli stessi;

considerata la pesante crisi del settore immobiliare, è imprescindibile cercare di incentivare la ripresa, ripristinando l'agevolazione relativa alla lottizzazione dei terreni. La tassazione prevista fino al 31 dicembre 2013 era pari ad ill'imposta di registro fissa (168 euro). Conseguentemente la

reintroduzione dell'applicazione di una sola imposta fissa, oggi nella misura di 200 euro, risulta ragionevole. Si noti che così è stato dal 1977 a dicembre 2013,

impegna il Governo:

a valutare la possibilità di prevedere l'applicazione di una imposta fissa di registro relativamente alla lottizzazioni di terreni come prevista dall'articolo 20 della legge 28 gennaio 1977, n. 10.

G3.16

DE CRISTOFARO, URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Il Senato,

al fine di ristorare imprese e professionisti evitando esborsi di IVA che possono rivelarsi nel tempo non dovuta; per consentire di dedurre dal reddito almeno quella piccola parte di spese sostenute per l'attività professionale e al fine più generale di sostenere, anche per questa via, il rilancio e la crescita del Paese e del suo tessuto economico diffuso in una contingenza di particolare depressione economica.

Impegna il Governo a valutare l'ipotesi di prevedere norme tese:

a) ad estendere l'IVA per cassa anche nei rapporti tra imprese, ovvero tra professionisti ed i privati non titolari di partita IVA, nonché l'eliminazione dell'obbligo di versare l'IVA comunque entro un anno, almeno nel caso in cui il creditore dia inizio ad una procedura di recupero crediti per via giudiziaria o conciliatoria;

b) ad estendere, nei contratti di locazione, la possibilità di considerare l'uso promiscuo dell'abitazione anche ai contratti stipulati in regime di cosiddetta «cedolare secca».

G3.17

CENTINAIO, COMAROLI, TOSATO

Precluso

Il Senato,

premesso che:

è notizia recente che, dopo sette anni di ricorsi degli interessati, la Corte di Giustizia europea ha condannato l'Italia poiché la normativa sui contratti di lavoro a tempo determinato nel settore della scuola è contraria al diritto dell'Unione;

conseguentemente 250mila precari potranno chiedere la stabilizzazione e risarcimenti per due miliardi di euro, oltre agli scatti di anzianità maturati tra il 2002 e il 2012;

il Governo, ben conoscendo la spada di Damocle che pendeva sulla sua testa e temendo le conseguenze della sentenza, sta provando a correre ai ripari, con l'articolo 3 della legge di Stabilità 2015, prevedendo un piano di assunzioni di tutti i docenti inseriti nelle Gae (150mila);

questa cifra però è ben lontana dAl 250 mila precari da stabilizzare, come richiesto dalla Corte di giustizia e le risorse stanziate saranno appena sufficienti ad assorbire il *turn-over* del prossimo triennio;

in ogni caso il Governo, ammesso che riesca ad esaurire le GAE, dovrà predisporre in futuro procedure concorsuali per il reclutamento dei docenti necessari,

impegna il Governo:

ad affidare alle Regioni la gestione dei concorsi nazionali indetti dal Ministero dell'istruzione, dell'università e della ricerca, per il reclutamento del personale sulla base delle cattedre vacanti e disponibili in ogni Regione;

a stabilire che le procedure siano curate dagli Uffici scolastici provinciali che procederanno alla formazione di graduatorie a livello regionale, distinte per ciascun ordine e per ciascuna classe di specializzazione;

ad emanare un decreto ministeriale che determini le modalità di svolgimento di questo nuovo sistema di reclutamento dei docenti, che premiando la meritocrazia e la reale preparazione, impedirà per il futuro la migrazione degli insegnanti dal Sud al Nord del Paese.

G3.18

BONFRISCO

Precluso

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)»,

considerato che:

secondo gli ultimi dati OCSE le recenti riforme pensionistiche in Italia, anche se sembrano in grado di garantire la sostenibilità finanziaria complessiva del sistema, hanno avuto un impatto negativo sull'adeguatezza del reddito percepito dAl pensionati. La stessa organizzazione internazionale indica infatti che gli ultra sessantacinquenni italiani sotto la soglia di povertà sono il 10,6 per cento della popolazione totale, tasso superiore ai principali paesi UE;

dAl dati ISTAT relativi al 2013 si ricava che, nonostante lo scorso anno la spesa pensionistica sia cresciuta dello 0,7 per cento rispetto al 2012, superando i 272,7 miliardi di euro (con un'incidenza sul Pil cresciuta dal 16,63 per cento del 2012 al 16,85 per cento del 2013), il 41,3 per cento del totale dei pensionati italiani, pari a 16 milioni 393 mila persone, percepisce una pensione inferiore a 1.000 euro al mese, (pari e 6 milioni e 771 mila persone) e un ulteriore 39,4 per cento riceve un assegno compreso tra 1.000 e 2.000 euro. In particolare, oltre 2 milioni di pensionati non superano i 500 euro mensili;

sebbene le donne rappresentino il 52,9 per cento dei pensionati, gli uomini percepiscono il 55,8 per cento delle risorse dedicate al sistema pensionistico. In particolare, oltre la metà delle donne riceve meno di 1.000 euro al mese, mentre solo un terzo degli uomini non raggiunge tale Soglia;

le sperequazioni non riguardano solo il genere dei pensionati ma anche la loro collocazione geografica. Infatti, si rilevano importi delle pensioni differenti nelle diverse aree del paese: le pensioni risultano più elevate nelle regioni settentrionali e in quelle centrali (rispettivamente del 5,9 per cento e del 4,8 per cento rispetto alla media nazionale) e più contenute nelle regioni del Mezzogiorno;

l'indicizzazione della pensione in base all'inflazione, cioè la rivalutazione dell'assegno per il 2015, sarà solo dello 0,3 per cento: ad esempio, la pensione minima lorda salirà di soli 1,5 euro (da 500,88 euro a 502,38 euro). Inoltre, l'indice definitivo per il 2014 è stato fissato all'1,1 per cento dall'1,2 per cento provvisorio: ciò significa che a inizio 2015 i pensionati dovranno anche restituire parte della pensione incassata,

tenuto presente che:

i pensionati non sono ricompresi nella platea dei beneficiari del credito d'imposta IRPEF (ed. Bonus 80 euro) secondo le modalità previste dal disegno di legge di Stabilità 2015;

se le pensioni e i redditi degli anziani non aumentano, la ripresa dei consumi di base di questa ampia fascia sociale rimane un obiettivo difficilmente raggiungibile;

l'Unione europea si trova ad affrontare un rapido cambiamento della struttura demografica e deve affrontare le conseguenze dell'invecchiamento della popolazione sulle finanze pubbliche e sulla protezione sociale,

impegna il Governo:

tenuto conto degli orientamenti dell'Unione Europea volti all'inclusione sociale, con particolare attenzione verso le fasce più deboli, e rammentando che nella seduta plenaria del 21 maggio 2013 il Parlamento Europeo ha affermato con una Risoluzione che i pensionati sono anche importanti consumatori e che conseguentemente il sistema pensionistico non può essere percepito solo come un mero peso sulle finanze pubbliche, a valutare la possibilità di aumentare l'importo minimo dei trattamenti pensionistici fino a 1.000 euro mensili.

G3.19

BONFRISCO

Precluso

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)»,

premesso che:

l'Italia continua ad affrontare un rapido cambiamento della struttura demografica e le conseguenze dell'invecchiamento della sua popolazione sulle finanze pubbliche e sulla protezione sociale;

nel medio, e presumibilmente anche nel lungo termine, il sistema economico Italiano, che in questi ultimi anni ha subito fasi alterne di stagnazione e recessione economica, difficilmente sarà in grado di produrre un'inversione economica tale da migliorare sensibilmente e con continuità la grave situazione in cui versa il Paese;

è sempre più evidente che gran parte della popolazione Italiana con difficoltà riesce a sostenere un costo della vita in costante crescita e a far «fronte alla fortissima imposizione fiscale che non permette più alle famiglie di poter risparmiare e alle imprese di assumere;

è opportuno sostenere il sistema produttivo e l'inclusione sociale e necessario che i benefici accordati ad alcune categorie di cittadini con reddito medio o basso possano essere estesi, stabilizzandoli, anche ad altre categorie di contribuenti sino ad ora esclusi,

impegna il Governo:

ad estendere il credito di imposta Irpef, così detto bonus da 80 euro, di cui all'articolo 1, commi 9, 10, 12 del disegno di legge in esame, destinato a lavoratori dipendenti e assimilati, anche a quelle categorie di cittadini che continuano ad essere maggiormente penalizzate dalla fase di stagnazione economica, quali i pensionati e i lavoratori autonomi.

G3.20

BAROZZINO, URAS, DE PETRIS, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)»,

premesso che:

la riforma Fornero delle pensioni contenuta nel decreto legge n. 201 del 2011 oltre alle evidenti iniquità contiene anche errori;

uno degli errori più marcati ha riguardato i lavoratori già iscritti all'ex Fondo speciale istituito presso l'INPS ai sensi dell'articolo 43 della legge 23 dicembre 1999, n. 488, nonché al personale operante nelle imprese ferroviarie e nelle imprese dei gestori delle infrastrutture ferroviarie con mansioni di addetto alla condotta dei treni, addetto alla scorta dei treni, addetto alla manovra, traghettamento, formazione treni ed il personale imbarcato a bordo delle navi traghetto. L'articolo 24, comma 18, del decreto-legge n. 20112011 ha disposto l'armonizzazione delle regole previdenziali per il settore della pubblica sicurezza e delle forze armate e dello spettacolo, tenendo conto delle obiettive peculiarità ed esigenze dei settori di attività nonché dei rispettivi ordinamenti, ma a causa di un errore contenuto nell'ultimo periodo della disposizione, dove è stata. utilizzata la parola: «articolo», anziché «comma», ha impedito di applicare l'armonizzazione anche al predetto personale delle imprese ferroviarie;

la situazione che si è venuta a creare è particolarmente grave, perché va a sommarsi a una coincidenza infelice accaduta pochi mesi prima: negli stessi giorni, il cosiddetto taglia leggi aveva disposto l'abrogazione di norme degli anni 50 che regolavano là previdenza del citato personale delle imprese ferroviarie, mentre il decreto legislativo in materia di lavori usuranti, lasciava fuori i lavoratori delle imprese ferroviarie sul presupposto che c'erano le norme speciali previste dalla legge degli anni 50. Ne è venuto fuori un pasticcio, che ha visto aumentare di molti anni l'età anagrafica per andare in pensione in maniera irragionevole: si pensi che le aspettative di vita dei macchinisti è di 64,5 anni (rispetto ad una media nazionale di 82 anni), ma questi dovrebbero andare in pensione a 67 anni;

il Governo non può continuare a ignorare l'esistenza di questa problematica previdenziale e

attivarsi, quantomeno, per stabilire che si applica l'armonizzazione dei requisiti di accesso al sistema pensionistico, tenendo conto delle obiettive peculiarità ed esigenze dei settori di attività, anche ai lavoratori iscritti al fondo speciale istituito presso l'INPS, ai sensi dell'articolo 43 della legge 23 dicembre 1999, n. 488, tra cui macchinisti, personale viaggiante e di manovra delle imprese ferroviarie;

è importante che tale intervento sia realizzato in termini certi e rapidi;

occorre sottolineare che non esistono problemi di copertura per la realizzazione dell'intervento di armonizzazione, dal momento che il Governo può utilizzare una minima quota parte dei maggiori risparmi determinati dalla riforma Fornero e non ancora iscritti a bilancio. Infatti, è ormAl notorio che le previsioni della Ragioneria generale dello Stato, che aveva sbagliato calcolando in 22 miliardi i risparmi derivanti dalla riforma nel decennio 2012-2021, sono stati rideterminati - nello stesso periodo - in oltre 90 miliardi dall'Ufficio statistico dell'INPS. Sarebbe oltremodo vergognoso - ad avviso dei presentatori - se le predette maggiori risorse non fossero restituite tutte - ma qui se ne chiede una minima parte - al sistema previdenziale; mediante la modifica sostanziale della pessima riforma Fornero,

impegna il Governo:

a modificare, con il primo provvedimento di natura legislativa l'articolo 24, comma 18 del decreto legge n. 201 del 2011, convertito con modificazioni, dalla legge n. 214 del 2011, prevedendo che l'armonizzazione ivi prevista, tenendo conto delle obiettive peculiarità ed esigenze dei settori di attività nonché dei rispettivi ordinamenti, si applichi anche ai lavoratori già iscritti all'ex Fondo speciale istituito presso l'INPS ai sensi dell'articolo 43 della legge 23 dicembre 1999, n. 488, nonché al personale operante nelle imprese ferroviarie e nelle imprese dei gestori delle infrastrutture ferroviarie con mansioni di addetto alla condotta dei treni, addetto alla scorta dei treni, addetto alla manovra, traghettamento, formazione treni ed il personale imbarcato a bordo delle navi traghetto.

G3.21

DE CRISTOFARO, URAS, DE PETRIS, BAROZZINO, CERVELLINI, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)»,

l'articolo 1 della legge n. 29/1979 dà la possibilità di ricongiungere presso il Fondo pensioni lavoratori dipendenti, gestito dall'Inps, tutti i contributi esistenti nelle altre gestioni sostitutive, esclusive o esonerative dell'Assicurazione obbligatoria (cosiddette gestioni «alternative» quali INPDAP, Fondi speciali Ferrovie, Volo, Elettrici, Telefonici, ...) o nelle Gestioni speciali dei lavoratori autonomi (Artigiani, commercianti e coltivatori diretti esclusa la Gestione separata dei parasubordinati);

fino al 30 giugno 2010 la ricongiunzione nel Fondo pensioni lavoratori dipendenti dei periodi contributivi maturati in ordinamenti pensionistici «alternativi» avveniva senza oneri per il richiedente, dal 1º luglio 2010 invece anche tale tipo di ricongiunzione è diventata onerosa,

considerato che:

in un mercato del lavoro sempre più precario e diversificato semplificare, favorire ed in particolare rendere di nuovo gratuita la ricongiunzione dei contributi versati in gestioni previdenziali diverse renderebbe più conforme tale procedura con il sistema contributivo ormAl generalizzato,

impegna il Governo:

a rendere nuovamente non onerosa la ricongiunzione dei contributi previdenziali presso un'unica gestione.

G3.22

CAMPANELLA

Precluso

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)»,

premesso che:

Un gruppo di lavoratori esodati sono rimasti vittime della cosiddetta Legge Sacconi-Tremonti (legge n. 122 del 2010 - «finestre mobili»);

Questi lavoratori ad oggi si ritrovano senza alcuna garanzia pensionistica e lavorativa, a differenza di altri lavoratori rientranti nella riforma Fornero (legge 201/2011) ed altre;

più specificatamente, il problema riguarda coloro che si sono ritirati fra il 30 ottobre 2008 e il 31 maggio 2010;

l'articolo 12 commi 5 e 5-*bis* della legge n. 122 del 2010 prevedeva una prestazione straordinaria a carico del «Fondo sociale per occupazione e formazione», in favore dei lavoratori;

il decreto interministeriale n. 63655 emanato il 5 gennaio 2012 dal Ministro del lavoro delle Politiche Sociali di concerto con il Ministro dell'Economia e delle Finanze ha previsto l'erogazione dell'assegno di cui al citato articolo 12 di anno in anno con decreto ministeriale;

ad oggi l'unico DM emanato è quello del 2 ottobre 2012 «Concessione del prolungamento dell'intervento di tutela del reddito in favore dei lavoratori rientranti nelle previsioni di cui all'articolo 12, comma 5-*bis* del decreto-legge 31 maggio 2010, n. 78, convertito, con modificazioni, della legge 30 luglio 2010, n. 122»;

Non risultano invece pervenuti quelli relativi agli anni 2013 e 2014,

impegna il Governo:

A emanare urgentemente i decreti ministeriali per autorizzare la erogazione per gli anni 2013 e 2014 dell'assegno relativo al prolungamento di intervento di tutela del reddito in favore di 3.494 lavoratori che nell'anno 2010 non rientrano nel contingente di 10.000 unità di cui all'articolo 12, comma 5 della Legge 31 maggio 2010, n. 78.

G3.23

RUVOLO

Precluso

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015) (AS 1698),

premesso che:

il decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, nell'ambito dello smobilizzo *pro soluto* dei crediti verso la P.A., prevede che gli Enti Pubblici debitori abbiano 30 gioini di tempo, dall'inserimento dell'istanza in Piattaforma MEF, per certificare le fatture che le Imprese hanno inserito sulla Piattaforma stessa;

nel corso di questi 30 giorni, l'Ente deve effettuare tutte le verifiche necessarie per valutare l'esistenza di eventuali debiti verso lo Stato da parte dell'Impresa creditrice;

ove emergessero tali debiti, l'Ente potrà certificare il credito soltanto parzialmente e, al momento del pagamento, rimborsare la Struttura Statale creditrice con la parte del credito non certificata;

in caso di cessione del credito alla Banca, quest'ultima in presenza di una certificazi9ne parziale pagherà all'Impresa creditrice soltanto l'importo effettivamente certificato e questo importo, alla scadenza, sarà rimborsato dall'Ente alla Banca stessa;

considerato che:

la normativa non ha previsto che al momento della certificazione venga effettuato anche il controllo su eventuali partite debitorie di natura non fiscale, bensì previdenziale; tale verifica viene normalmente effettuata attraverso l'acquisizione del cosiddetto DURC - Documento che attesta la regolarità contributiva dell'Impresa; al riguardo, esiste invece una norma (D.P.R. 5 ottobre 2010, n. 207) che prevede la consegna del DURC all'Ente debitore e la conseguente verifica da parte di quest'ultimo, soltanto al momento del pagamento;

seppure in un quadro normativo altamente incerto e spesso contraddittorio, il timore della

Banca è di vedersi opporre dall'Ente debitore pagamenti parziali a causa di eventuali irregolarità contributive del cedente, accertate solo al momento del pagamento (ovvero del rimborso dei crediti ceduti a favore della Banca) da parte dell'Ente debitore stesso;

impegna il Governo:

a valutare modifiche alla normativa vigente, al fine di prevedere che la banca cessionari all'atto della certificazione dei crediti, abbia cura di inserire in piattaforma sia copia della scrittura privata relativa alla cessione, sia copia aggiornata del DURC consegnato dalla impresa cedente dal quale si rilevi la regolarità contributiva dell'impresa stessa, in modo tale che all'atto del pagamento dei crediti certificati oggetto di cessione, le pubbliche amministrazioni possano richiedere il Documento unico di regolarità contributiva esclusivamente nei confronti del cessionario.

G3.24

DE PETRIS, URAS, BAROZZINO, CERVELLINI, DE CRISTOFARO, PETRAGLIA, STEFANO

Precluso

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015) (AS 1698),

premesso che:

come emerge da alcune riviste economiche specializzate e dalla stampa nazionale, le riflessioni sulla perdita di competitività delle imprese italiane sui mercati internazionali sono da lungo tempo all'ordine del giorno;

le imprese italiane spesso spostano la produzione in altri paesi: le aziende che operano nei settori ad alta intensità di lavoro non Specializzato cercano principalmente situazioni in cui il costo del lavoro sia minore. Quando si parla del costo. del lavoro, non bisogna concentrarsi solo sul salario perché ad esempio non sempre un salario molto basso coincide con un costo del lavoro molto basso. Infatti, nell'ultimo decennio oltre ventisettemila aziende italiane hanno delocalizzato la produzione all'estero, creando oltre 1,5 milioni di posti di lavoro esteri e lasciando allo stato una fattura da 15 miliardi di euro per gli ammortizzatori sociali. A ben vedere, soltanto il 10 per cento di queste aziende sono andate oltre i confini europei (soprattutto in Asia) mentre la restante parte sono rimam:e in Europa, in Austria, Svizzera, Germania, e soprattutto nei paesi balcanici i quali nell'ultimo decennio stanno dimostrando una forte potenzialità di crescita e appaiono sufficientemente stabili sotto l'aspetto istituzionale;

le caratteristiche socio-economiche italiane e quelle dell'altra sponda dell'Adriatico appaiono molto diverse: infatti, le economie dei paesi balcanici sono di dimensioni molto modeste se paragonate all'Italia: il Pil nominale complessivo di questi paesi è 191 miliardi di dollari, circa un décimo di quello italiano che è pari 2029 miliardi di dollari (Fmi, 2012). Sotto il profilo demografico, l'area balcanica ha circa quarantuno milioni di abitanti, circa il settanta percento dell'Italia (BM, 2012). Secondo uno studio condotto dalla Confindustria Balcani nel 2012, il salario medio in Romania è di 350 euro mentre in Albania è ancora più basso, 250 euro il salario medio nell'area balcanica è di 411 euro, circa tre volte in meno rispetto al salario medio in Italia;

ma il livello dei salari non è l'unico vantaggio per spostare la produzione nell'area balcanica. Anche le condizioni fiscali sono molto attraenti per gli imprenditori stranieri. Per queste ragioni un grande numro di imprese italiane si è spostato nell'area in questione: 17.700 imprese di cui 15700 solo in Romania. Nelle imprese italiane con sede nell'area balcanica lavorano oltre 900.000 persone, di cui 800.000 soltanto in Romania (Confindustria Balcani, 2012);

vero è che questo *trend* negli ultimi anni sta cambiando: secondo stiine tuttavia non ufficiali, l'entrata della Romania nell'Ue ha determinato la «fuga» delle imprese italiane in altri Paesi non aderenti all'Unione europea, come per esempio l'Albania;

le imprese che oggi delocalizzano in Albania non cercano competenze professionali particolari, che spesso e volentieri sono mantenute nel Paese d'origine. Le imprese italiane spostano la produzione in Albania per sfruttare il basso costo del lavoro; per sfruttare la vicinanza geografica, infatti un ordine

nell'area balcanica arriva in Italia entro 48 ore; il prodotto spesso viene ultimato in Italia e raramente viène emesso sul mercato dell'area balcanica. ai vantaggi legati al basso costo del lavoro si aggiungono quelli legati all'impianto normativo. Inoltre, gli imprenditori spesso affermano che il mercato dell'area balcanica non facente parte dell'Ve è una realtà in espansione e ricca di potenzialità, soprattutto per ì settori ad alta i:Itensità di,lavoro, come ad esempio il mercato del *Call Center* e dell'abbigliamnto tessile,

impegna il Governo:

ad adottare un piano straordinario di contrasto alla delocalizzazione delle attività produttive sia in Paesi appartenenti all'Unione Europea, sia a quelli non aderenti all'Unione Europea, con particolare riferimento ai Paesi Balcanici.

G3.25

PANIZZA, LANIECE, Fausto Guilherme LONGO, BATTISTA, ZIN

Precluso

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015),

premesso che:

le novità introdotte alla legge fallimentare dal decreto legge 83/2012, il cosiddetto decreto sviluppo, hanno avuto solo in parte effetti positivi;

in particolare l'istituto del concordato con continuità aziendale di cui all'articolo 186-*bis* della legge fallimentare è nato con il proposito di tutelare la continuità aziendale dell'impresa;

il concordato preventivo è stato però spesso utilizzato con finalità differenti e strumentali, anche ai fini elusivi e di concorrenza;

la procedura offre purtroppo ampi spazi ad abusi, in quanto consente il «saldo a stralcio» delle posizioni debitorie, diventando così anche mezzo di concorrenza sleale a scapito della maggioranza delle imprese sane ed oneste;

per questi motivi l'utilizzo del concordato con continuità aziendale deve essere attentamente monitorato e fortemente limitato per non produrre, come troppe volte è successo, effetti devastanti opposti a quelli che volevano essere perseguiti;

infatti, la stragrande maggioranza degli abusi - soprattutto in alcune zone d'Italia - si concretizza nell'utilizzo distorto dei concordati «in bianco», depositati (il 90 per cento) solo ai fini dilatori, ed anche nell'omologazione dei concordati «truffa» per i piccoli creditori chirografari, con previsione di percentuali ridicole (anche sotto il 5 per cento); tutto ciò sfruttando il voto delle banche (che spesso già vantano una fetta consistente di credito in privilegio, ma che possono votare per la loro porzione di credito «degradato» o «chirografario») e con la connivenza di consulenti senza troppi scrupoli e l'eccessiva tolleranza di alcuni magistrati;

è evidente che una percentuale così bassa, quand'anche venisse incassata, provoca spesso il fallimento delle imprese creditrici; in sostanza la ditta in difficoltà scarica sulle imprese creditrici i propri debiti, con tutte le conseguenze del caso;

in molti casi vengono costituite «new company», intestate a prestanome, per ripartire con un azzeramento dei debiti;

in particolare, la possibilità di presentare un concordato in bianco, senza alcuna indicazione circa l'offerta proposta ai creditori, si presta a molteplici abusi;

spesso il concordato in bianco è stato utilizzato come strumento per ottenere un rinvio legittimo della decisione sui ricorsi per la dichiarazione di fallimento, ovvero per bloccare le esecuzioni individuali dei creditori;

in taluni casi appare più uno strumento legale per congelare i debiti e continuare ad operare all'interno del mercato, che non come uno s1rumento per liquidare il massimo possibile evitando la procedura fallimentare che inevitabilmente diluisce i tempi di pagamento;

la legge non prevede nulla se, alla fine della procedura, il concordato non viene omologato e

comunque se i creditori si ritrovano a dover agire per la dichiarazione di fallimento dell'impresa dopo aver atteso circa sei mesi o più dalla richiesta di ammissione al concordato preventivo stesso;

Al fini dell'omologazione del concordato, il voto delle banche risulta sproporzionato nell'ottenimento dei voti decisivi per fa approvare concordati con percentuali risibili;

rilevato che:

con riferimento agli appalti pubblici, è consentito all'impresa ammessa alla procedura di concordato preventivo la partecipazione alle gare di appalto, purché presenti due requisiti: la relazione di un professionista che attesti la conformità al piano e la ragionevole capacità di adempimento del contratto e la garanzia di un'impresa terza, avente i requisiti di carattere generale, di capacità tecnica, finanziaria, economica che garantisca per l'impresa in concordato (tramite l'istituto dell'avvalimento);

tale ultima particolarità mal si concilia con la natura «fiduciaria» che sta alla base di alcune tipologie di affidamento di appalti pubblici (cottimi e procedure negoziate), per le quali l'Ente pubblico seleziona i concorrenti da invitare in base a criteri e requisiti del concorrente stesso che sono strettamente connessi alla natura fiduciaria;

pertanto, si ritiene che - quantomeno per le gare di appalto con procedura ristretta (a mezzo di invito diretto da parte delle stazione appaltante) - la partecipazione delle imprese ammesse a concordato debba essere preclusa;

in questa direzione era andata la Provincia autonoma di Trento con la circolare n. 452836/d330/1.1.2010-70 del 20.08.2013, ma il T.R.G.A. di Trento, con la sentenza n. 58/2014, ha annullato parte della circolare, vanificando gli sforzi fatti a livello locale e liberalizzando la partecipazione alle gare di appalto per le imprese ammesse al concordato con continuità;

a questo punto non è più rinviabile un intervento legislativo correttivo di tali distorsioni, che stanno portando alla morte di molte, troppe, piccole e medie imprese incolpevoli e alla perdita di migliaia di posti di lavoro;

impegna il Governo:

a valutare la possibilità di intervenire sulla normativa attualmente vigente in materia di concordato preventivo e, quindi, di introdurre nuove norme per evitare distorsioni ed abusi da parte degli imprenditori che accedono alle procedure di concordato preventivo;

in particolare a valutare la possibilità di abolire tout court l'istituto del concordato cosiddetto «in bianco»;

a valutare la possibilità di introdurre l'inderogabilità di una soglia percentuale (minimo 20 per cento) per il pagamento dei crediti chirografari, quale deterrente contro gli abusi dello strumento concordatario;

a valutare la possibilità che - quantomeno alle gare di appalto con procedura ristretta (a mezzo di invito diretto da parte delle stazione appaltante) - sia preclusa la partecipazione delle imprese ammesse a concordato preventivo.

G3.26

PANIZZA, Fausto Guilherme LONGO

Precluso

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015),

premesso che:

i Buoni Vacanze Italia, emessi per l'anno 2012 a fronte del contributo statale ai sensi dell'articolo 10 della legge 29 marzo 2001, n. 135, dell'articolo 2 comma 193, lettera b), della legge 24 dicembre 2007, n. 244, del DPCM 21 ottobre 2008, modificato con decreto del Ministro delegato per il Turismo del 9 luglio 2010, sono uno strumento a disposizione di tutti i soggetti interessati a favorire il turismo sociale: un turismo per tutti, un turismo dl qualità, solidale e sostenibile finalizzato alla crescita, all'arricchimento e alla valorizzazione sociale e culturale dell'uomo;

tali Buoni vengono messi a disposizione di tutti i soggetti pubblici o privati che vogliono, in

particolare, favorire l'accesso al turismo delle categorie più deboli o dei loro dipendenti e non sono solo una modalità di pagamento di un servizio ma possono incorporare alcuni significativi benefici

per gli utilizzatori quali gli sconti derivanti dalle convenzioni con le imprese turistiche, il contributo di enti pubblici locali, il contributo dei datori di lavoro e la possibilità di accedere alle provvidenze previste dalla legge sul Turismo 135/2001.

con l'attivazione di ulteriori contributi pubblici a sostegno delle fasce più deboli di domanda turistica, ma soprattutto attraverso la negoziazione sindacale e la detassazione degli importi di accantonamento salariale riferito ai Buoni Vacanze, si potrà sviluppare anche in Italia un sistema analogo il quello francese. Si tratta di uno strumento concreto per affermare il diritto alle vacanze per tutti, diritto sancito anche dalla nostra Costituzione (art. 36);

con decisione della Presidenza del Consiglio dei Ministri del febbraio 2012, la procedura di utilizzo dei buoni vacanze è cessata il 9 settembre 2012 e da allora si attendono disposizioni governative sulle modalità di riattivazione ed accesso ad essi;

in considerazione della grave crisi economica che il nostro paese sta attraversando, i Buoni vacanza costituiscono, senza dubbio, un importante sostegno per le famiglie da parte dello Stato, che altrimenti non potrebbero permettersi una vacanza Inoltre, l'emissione di tali buoni favorirebbe i flussi turistici, caratterizzati ultimamente da un andamento incerto,

impegna il Governo:

a valutare la possibilità di ripristinare la diffusione dei «Buoni vacanza», non solo per dare un aiuto alle famiglie, ma anche per contribuire alla ripresa economica.

G3.27

BONFRISCO

Precluso

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge di stabilità 2015

considerato che:

i soggetti c.d. no profit hanno subito una progressione della tassazione negli ultimi tre anni di circa il 240%;

tale progerssione metterà in grave difficoltà il settore come quello del volontariato, del privato sociale e degli enti territoriali che avrà meno fondi da poter destinare alle proprie finalità

impegna il Governo

ad adottare le misure necessarie atte a ridurre la tassazone sui soggeti c.d. no profit prevedendo l'esclusione dal reddito imponibile di cui all'art. 4, comma 1, lettera q) del decreto legislativo 12 dicembre 2003, n. 344 un ammontare pari alle erogazion liberali che gli enti di cui al decreto legislativo 17 maggio 1999, n. 153 effettuano in attuazione di quanto prvisto dall'art. 2 delmedesimo decreto a favore dei soggetti pubblici e privati senza scopo di lucro.

G3.28

BONFRISCO

Precluso

Il Senato,

in sede di esame del disegno di legge di stabilità 2015

considerato che:

anche per sostenere ed incentivare la crescita economica, appare necessario eliminare una disparità di trattamento che nei fatti emerge tra le diverse tipologie di imprese che partecipano agli affidamenti di lavori, servizi e forniture effettuati dalle pubbliche amministrazioni

a tal fine, risulta necessaria una semplificazione delle procedure previste dalla normativa vigente che consenta una più larga partecipazione delle imprese minori

impegna il Governo

ad adottare le misure necessarie per consentire alle amministrazioni dello Stato, degli enti territoriali e locali di stipulare contratti che possano essere affidati con la procedura di cui all'art. 125,

comma 11, ultimo periodo, del decreto legislativo 12 aprile 2006, n. 163, esclusivamente per importi inferiori a quelli indicati all'art. 28 del medesimo decreto legislativo.

G3.29

CHIAVAROLI, PEZZOPANE

Precluso

Il Senato,

in sede di discussione del disegno di legge 1698 «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello stato (legge di stabilità 2015)»;

premesso che:

nell'iter di conversione del decreto-legge n. 133 del 2014, cosiddetto «Sblocca-Italia», è stato inserito nel testo un emendamento che prevede che tutti gli assegnatari di alloggi del progetto CASE e MAP, ovvero le *new town* costruite a tempo di *record* dopo il sisma del 2009, sono tenuti al pagamento del canone concessorio stabilito dai comuni e a sostenere le spese per la manutenzione ordinaria. Per la gestione della complessa situazione emergenziale delineatasi a seguito degli eventi sismici è consentito ai comuni di ripartire i consumi rilevati per ogni edificio, anche per il riscaldamento e la produzione di acqua calda sanitaria, secondo le superfici lorde coperte dagli alloggi;

in sostanza con la norma introdotta i cittadini aquilani pagheranno le utenze non secondo gli effettivi consumi, come avviene per tutti i cittadini italiani, bensì secondo una ripartizione effettuata sulla base dei metri quadrati dei rispettivi alloggi e dei giorni di occupazione degli stessi,

impegna il Governo:

a valutate la possibilità di rivedere, in accordo con i comuni interessati, la norma contenuta all'articolo 3, comma 8-*quinquies* del decreto-legge n. 133 del 2014, prevedendo per gli alloggi progetto CASE e MAP differenti criteri di ripartizione dei consumi, inclusi quelli per il riscaldamento e per la produzione di acqua calda sanitaria, che tengano conto non delle superfici lorde coperte degli alloggi, ma dell'effettivo consumo di ogni alloggio.

G3.30

PELINO, D'ALI'

Precluso

Il Senato,

in sede di discussione del disegno di legge 1698 «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e plurienna1e dello stato (legge di stabilità 2015)»;

premesso che:

l'articolo 1, comma 676 della legge 27 dicembre 2013, n. 147 (Legge di stabilità 2014), e successive modificazioni e integrazioni, prevede che «L'aliquota di base della TASI è pari all'1 per mille. Il comune, con deliberazione del consiglio comunale, adottata ai sensi dell'articolo 52 del decreto legislativo n. 446 del 1997, può ridurre l'aliquota fino all'azzeramento»;

ad oggi il Comune de L'Aquila non ha deliberato iniziative volte a sospendere il termine di pagamento della tassa sui servizi indivisibili (TASI) per coloro che, a seguito del sisma, non hanno più dimora negli immobili di proprietà o la cui abitazione è stata fortemente danneggiata rendendola totalmente o parzialmente inagibile: il consiglio comunale de L'Aquila ha fissato un'unica aliquota al 2 per mille che sugli edifici inagibili scende al 50 per cento;

risulterebbero essere circa 15 mila abitazioni le abitazioni fortemente danneggiate;

il Comune pare non essere in grado di farsi carico del 50 per cento della TASI per ogni proprietà inagibile;

è necessaria una azione comune e non di polemiche strumentali sulla tassa sui servizi indivisibili applicata a tutte le abitazioni inagibili nel Comune de L'Aquila;

le risorse del Fondo per gli interventi strutturali di politica economica (FISPE) possono essere utilizzate per sostenere il Comune de L'Aquila in una scelta di azzeramento dell'aliquota della TASI;

considerato che:

per poter usufruire della base imponibile pari al 50 per cento è necessario che il fabbricato

presenti condizioni d'inagibilità o inabitabilità e non effettivo utilizzo dell'immobile;

la sussistenza delle suddette condizioni permette di accedere al regime di tributo dimezzato;

una normativa certa e specifica è indispensabile per le case inagibili presenti nel cratere sismico della regione Abruzzo dove le condizioni di inagibilità, inabitabilità e non utilizzo dell'immobile sono conseguenza diretta di calamità naturale;

per quel che riguarda L'Aquila ed i centri storici degli altri Comuni, non si tratta solo di edifici inagibili, ma bensì d'intere aree in cui è precluso l'accesso ai proprietari degli immobili; infatti dette zone sono ancora interdette in quanto delimitate come «zona rossa»;

spesso un edificio viene ricostruito ma non può essere abitato ed utilizzato per cause esterne come ad esempio la realizzazione dei sottoservizi, i rifacimenti stradali, la pericolosità di edifici adiacenti e prospicienti ancora puntellati, la presenza di cantieri aperti,

impegna il Governo:

al fine di promuovere la ripresa dei territori colpiti dal sisma del 6 aprile 2009, quale aiuto alle popolazioni terremotate, dalla data in cui gli immobili saranno nuovamente assoggettabili a TASI, il tributo sia ridotto del 50 per cento per il quinquennio successivo.

G3.7500

DONNO, BULGARELLI, GAETTI, FATTORI, VACCIANO, LEZZI, MANGILI, AIROLA, MOLINARI, SCIBONA, BLUNDO, PETROCELLI, FUCKSIA, BUCCARELLA, ENDRIZZI

Precluso

Il Senato,

in sede d'esame del disegno di legge recante Disposizioni ,per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015) (AS 1698-A);

premesso che:

il comma 6 dell'articolo 3 reca disposizioni in merito alla riapertura dei termini per la rivalutazione contabile di terreni agricoli ed edificabili e partecipazioni in società non quotate;

considerato che:

il comma 5-*bis*, dell'articolo 4 del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16 (come modificato dall'articolo 22, comma 2, del decreto-legge n. 66 del 2014) stabilisce che con, decreto di natura non regolamentare del Ministro dell'economia e delle finanze, di concerto con i Ministri delle politiche agricole alimentari e forestali, e dell'interno, sono individuati i comuni nei quali, a decorrere dall'anno di imposta 2014, si applica l'esenzione dall'IMU, prevista per i terreni agricoli, ai sensi di cui alla lettera *h)* del comma 1 dell'articolo 7 del decreto legislativo 30 dicembre 1992, n. 504, sulla base dell'altitudine riportata nell'elenco dei comuni italiani predisposto dall'Istituto nazionale di statistica (ISTT), diversificando tra terreni posseduti da coltivatori diretti e imprenditori agricoli professionali, iscritti nella previdenza agricola, e gli altri. Da tali disposizioni deve derivare un maggior gettito, complessivo annuo non inferiore a 350 milioni di euro a decorrere dal medesimo anno 2014;

in attuazione della norma di cui sopra è stato emanato il decreto ministeriale 28 novembre 2014;

l'importo dovuto a titolo di IMU sui terreni di cui tratta si sarà calcolato secondo le regole di cui articolo 13 comma 5 e comma 8-*bis* decreto-legge n. 201 del 2011: per i terreni agricoli, il valore è costituito da quello ottenuto applicando all'ammontare del reddito dominicale risultante in catasto, vigente al 1º gennaio dell'anno di imposizione, rivalutato del 25 per cento ai sensi, dell'articolo 3, comma 51, della legge 23 dicembre 1996, n. 662, un moltiplicatore pari a 135. Per i terreni agricoli, nonché per quelli non coltivati, posseduti e condotti dai coltivatori diretti e dagli imprenditori agricoli, professionali, iscritti nella previdenza agricola il moltiplicatore è pari a 75. I terreni agricoli, posseduti da coltivatori diretti o da imprenditori agricoli professionali, iscritti nella previdenza agricola, purché dai medesimi condotti, sono soggetti all'imposta limitatamente alla parte di valore eccedente euro 6.000 e con le seguenti riduzioni:

a) del 70 per cento dell'imposta gravante sulla parte di valore eccedente i predetti euro 6.001 e fino a euro 15.500;

b) del 50 per cento dell'imposta gravante sulla parte di valore eccedente euro 15.501 e fino a euro 25.500;

c) del 25 per cento dell'imposta gravante sulla parte di valore eccedente euro 25.500 e fino a euro 32.000;

per quanto concerne l'individuazione dei comuni montani, fino ad oggi ha fatto fede l'elenco allegato alla circolare 14 giugno 1993, n. 9 del Ministero delle finanze;

l'articolo 2 del citato decreto ministeriale 28 novembre 2014 individua tre fasce altimetriche con cui i terreni dei Comuni con altitudine del centro sopra 600 metri saranno esenti; i terreni dei Comuni con altitudine dal centro compresa tra 281 metri e 600 metri saranno esenti solo se di proprietà di coltivatori diretti o imprenditori agricoli professionali; i terreni dei Comuni con altitudine dal centro fino a 280 metri saranno tutti oggetto di imposta. Sono esenti dall'IMU i terreni a immutabile destinazione agro-silvopastorale a proprietà collettiva indivisibile e inusucapibile;

conseguentemente solo 1.578 Comuni fruiranno dell'esenzione, totale IMU rispetto ai 3.524 attuali. Ben 2.568 avranno invece un'esenzione parziale, che si limita ai coltivatori diretti e agli imprenditori agricoli professionali. I restanti contribuenti, 3.912 Comuni, dovranno pagare entro il 26 gennaio 2015 tutta l'imposta sui terreni relativa al 2015, come stabilito dal decreto-legge 16, dicembre 2014, n. 185;

ritenuto che:

sia opportuno avviare un percorso partecipato tra il Governo e, le Istituzioni affinché sia concertato un metodo di individuazione delle zone montane e collinari esenti da IMU, non ritenendo sufficiente il mero posticipo al 26 gennaio 2015;

non si possa riferirsi alla sola altimetria quale strumento di selezione gei Comuni montani esenti da IMU perché vi sono altri fattori quali l'orografia, il *deficit* infrastruttura le, la densità di popolazione, riconosciuti anche a livello europeo;

non si possa procedere all'introduzione di una nuova forma di tassazione per i Comuni fino ad oggi esenti, anche considerando la difficile situazione economica che sta vivendo il settore agricolo nel nostro Paese, in particolare nelle aree montane;

impegna il Governo a:

porre in essere appositi provvedimenti normativi al fine di stabilire l'esenzione dall'imposta municipale propria di cui all'articolo 13 del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, cori modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, dei terreni agricoli e fabbricati rurali di cui all'articolo 13, commi 5 e 8, del decreto-legge 6 dicembre 2011, n. 201, convertito, con modificazioni, dalla legge 22 dicembre 2011, n. 214, con conseguente soppressione del comma 5-*bis* dell'articolo 4 del decreto-legge 2 marzo 2012, n. 16, convertito, con modificazioni, dalla legge 26 aprile 2012, n. 44, così come modificato dal comma 2 dell'articolo 22 del decreto-legge 24 aprile 2014, n. 66, convertito con modificazioni dalla legge 23 giugno 2014, n. 89, nonché a reperire le opportune risorse;

attivare un tavolo di concertazione con gli enti locali e le associazioni di rappresentanza, ANCI e UNCEM, per confrontarsi sulle modalità di individuazione dei comuni montani;

porre in essere, nell'ambito delle proprie competenze, un apposito provvedimento normativo al fine di riconoscere l'importanza della ricomposizione fondiario, aggiornando il catasto, sull'esempio di quanto fatto in altri Paesi UE;

in attuazione dell'articolo 44 della Costituzione, riconoscere, tramite appositi provvedimenti normativi, l'attività agricola anche non professionale, nonché la gestione forestale attiva, come forma di tutela, protezione, difesa delle aree montane del Paese, a vantaggio dell'intero territorio italiano.

G3.7501

CERONI

Precluso

Il Senato,

in sede di discussione del disegno di legge recante «Disposizioni per la formazione del bilancio annuale e pluriennale dello Stato (legge di stabilità 2015)»,

premesso che:

con la riforma del regime immobiliare adottata con al legge di stabilità per il 2014 Parlamento e Governo hanno riconosciuto che il gettito da assicurare, in seguito all'abolizione dell'IMU sull'abitazione principale, era pari a circa 4,3 miliardi, come valutato rispetto al 2013, e che il nuovo regime TASI/IMU per effetto del vincolo del 2,5 per mille sull'abitazione principale e del 10,6 per mille complessivo sugli altri immobili, e considerata l'assenza della copertura delle detrazioni, necessitava di una ulteriore integrazione rispetto a quanto previsto nella stessa legge di stabilità per il 2014;

il Governo e il Parlamento hanno riconosciuto con il decreto-legge 6 marzo 2014 n. 16 convertito dalla legge 2 maggio 2014 n. 68 la necessità di attribuire ai Comuni la possibilità di applicare una aliquota aggiuntiva pari allo 0,8 per mille finalizzata alla copertura delle detrazioni, azionabile al di fuori del vincolo generale, nonché l'attribuzione di una compensazione di 625 milioni, corrispondente alla stima del gettito non recuperabile da parte di circa 1800 Comuni. Tali previsioni sono state stabilite al fine di agevolare il raggiungimento di obiettivi di realizzazione da parte dei Comuni di un ammontare di risorse analogo a quello ottenuto con l'IMU, come determinato si nel 2013, nonché a favorire l'introduzione di detrazioni sull'abitazione principale;

a decorrere dal 2015 l'attuale legislazione prevede una diversa e maggiore aliquota massima sulla TASI, a dimostrazione dell'esigenza indefettibile di consentire ai Comuni di recuperare risorse, assolutamente non equivalenti rispetto al regime fiscale antecedente;

il Governo ha però deciso, non procedendo con la riforma dei tributi immobiliari, annunciata all'atto di presentazione del disegno di legge di stabilità, di mantenere il regime che è stato applicato nel 2014 bloccando l'aliquota massima sulla Tasi e riconoscendo la sola aliquota aggiuntiva dello 0,8 per cento;

tale decisione determina una riduzione aggiuntiva di risorse a carico dei Comuni che si somma alla manovra già assai onerosa ed insostenibile prevista per il 2015 derivante dal taglio di circa 1,5 miliardi e dall'effetto di contrazione sulla spesa corrente derivante dal nuovo sistema di contabilità,

impegna il Governo a:

rifinanziare in un provvedimento d'urgenza da adottarsi entro gennaio 2015 almeno lo stanziamento di 625 milioni a favore dei Comuni in modo da consentire agli stessi di predisporre i bilanci preventivi, avendo tutti i riferimenti normativi ed economico finanziari necessari e di valutare la sostenibilità finanziaria della manovra di riduzione di risorse a carico dei Comuni, apprestando eventuali correttivi.

G3.7502

BARANI

Precluso

Il Senato,

considerato che:

i commi da 12 a 19 dell'articolo 3 del provvedimento in esame anticipano taluni aspetti della delega fiscale, prevedendo l'introduzione di nuove forme di comunicazione ed il rafforzamento della cooperazione, anche in termini preventivi, rispetto alle scadenze fiscali, tra le imprese e l'amministrazione finanziaria, nonché l'ampliamento del tutoraggio e l'istituzione di forme premiali consistenti in una riduzione degli adempimenti in favore dei contribuenti che aderiscano ai sistemi di tutoraggio;

in tale ambito si innovano significativamente le norme sul ravvedimento operoso al fine di consentire al contribuente al contribuente la possibilità di effettuare le opportune correzioni ed i versamenti delle somme dovute, beneficiando della riduzione delle sanzioni applicabili che sono graduate in ragione della tempestività dell'intervento correttivo;

l'obiettivo è quello di coordinare la disciplina della dichiarazione integrativa con quella del ravvedimento operoso, esplicitando nella prima che, anche in tale ipotesi, rimane comunque ferma l'applicazione della regolamentazione del ravvedimento operoso come novellata dalle norme citate;

a carico dei contribuenti tuttavia sussiste ancora una ridda di adempimenti e di scadenze fiscali, in relazione ai quali si attende la piena applicazione delle norme sulla semplificazione; non è infrequente il caso in cui il contribuente abbia notizia dei sui obblighi all'atto della notifica della cartella di pagamento (articolo 26 del decreto del Presidente della Repubblica n. 602 del 1973) o dell'atto di accertamento o che questo sopraggiunga nel corso del procedimento di ravvedimento,

impegna il Governo:

a valutare la possibilità, in sede di applicazione della delega fiscale, di prevedere che le notifiche delle cartelle di pagamento a carico dei soggetti che abbiano già in corso il ravvedimento operoso di cui ai commi 15-18 dell'articolo 3, siano da considerarsi inefficaci.

3.0.1

COMAROLI, TOSATO

Precluso

Dopo l'**articolo 3**, aggiungere il seguente:

«Art. 3-*bis.*

(Razionalizzazione della spesa corrente delle amministrazioni pubbliche e revisione dei regimi agevolativi fiscali - Istituzione del fondo per l'attuazione della flat-tax*)*

1. Al decreto del Presidente della Repubblica 22 dicembre 1986 n. 917 sono apportate le seguenti modificazioni:

a) all'articolo 11, il comma 1 è sostituito dal seguente:

"1. L'imposta lorda è determinata applicando al reddito complessivo le seguenti aliquote per scaglioni di reddito:

a) fino a 13.000 euro, 0 per cento;

b) oltre 13.000 euro, 20 per cento.

2. L'imposta netta per il secondo scaglione di reddito è determinata operando sull'imposta lorda, fino alla concorrenza del suo ammontare, le detrazioni previste negli articoli 12, 15, 16 e 16-*bis* nonché in altre disposizioni di legge. Dall'imposta netta si detrae l'ammontare dei crediti d1imposta spettanti al contribuente a norma dell'articolo 165. Se l'ammontare dei crediti d'imposta è superiore a quello dell'imposta netta il contribuente ha diritto, a sua scelta, di computare l'eccedenza in diminuzione dell'imposta relativa al periodo d'imposta successivo o di chiederne il rimborso in sede di dichiarazione dei redditi".

b) È soppresso l'articolo 13.

2. Fermo restando quanto previsto dall'articolo 7, commi 12, 13, 14 e 15, del decreto-legge 6 luglio 2012, n. 95, convertito con modificazioni dalla legge 7 agosto 2012, n. 135, e dall'articolo 1, comma 4, della legge 24 dicembre 2012, n. 228, al fine di consentire alle amministrazioni centrali di pervenire ad una ulteriore riduzione della spesa corrente primaria in rapporto al PIL. Le spese di funzionamento relative alle missioni di spesa di ciascun Ministero, le dotazioni finanziarie delle missioni di spesa di ciascun Ministero, previste dalla legge di bilancio, relative alla categoria interventi, e le dotazioni finanziarie per le missioni di spesa per ciascun Ministero previste dalla legge di bilancio, relative agli oneri comuni di parte capitale e agli oneri comuni di parte corrente, sono ridotte in via permanente a decorrere dall'anno 2015, in misura tale da garantire risparmi di spesa per un ammontare complessivo non inferiore a 2 miliardi di euro. I Ministri competenti predispongono, entro il 30 settembre di ciascun anno a decorrere dall'anno 2015, gli ulteriori interventi correttivi necessari per assicurare, in aggiunta a quanto previsto dalla legislazione vigente, i maggiori risparmi di spesa di cui al presente comma. Il Ministro dell'economia e delle finanze, entro il 15 ottobre di ciascun anno a decorrere dal 2015 verifica gli effetti finanziari sui saldi di finanza pubblica derivanti dagli interventi correttivi di cui al presente comma, ai fini del rispetto degli obiettivi di risparmio di cui al medesimo comma. A seguito della verifica, gli interventi correttivi predisposti dai singoli Ministri e i relativi importi sono inseriti in un apposita tabella allegata alla legge di stabilità. Qualora, a seguito della verifica, le proposte non risultino adeguate a conseguire gli obiettivi in termini di indebitamento netto, il Ministro dell'economia e delle finanze riferisce al Consiglio dei Ministri e con il disegno di

legge di stabilità è disposta la corrispondente riduzione delle dotazioni finanziarie, iscritte a legislazione vigente nell'ambito delle spese rimodulabili di cui all'articolo 21, comma 5, lettera *b*), della citata legge n. 196 del 2009, delle missioni di spesa di ciascun Ministero interessato, necessarie a garantire il rispetto degli obiettivi di risparmio di cui al comma 2, nonché tutte le modificazioni legislative eventualmente ritenute indispensabili per l'effettivo raggiungimento degli obiettivi di risparmio di cui al medesimo comma.

3. A decorrere dall'anno 2015 le amministrazioni dello Stato, anche ad ordinamento autonomo, con l'esclusione delle Forze armate e di polizia e del Corpo nazionale dei vigili del fuoco, le agenzie, incluse le agenzie fiscali di cui agli articoli 62, 63 e 64 del decreto legislativo 30 luglio 1999, n. 300, e successive modificazioni, gli enti pubblici non economici e gli enti pubblici di cui all'articolo 70, comma 4, del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165, e successive modificazioni, provvedono a ridurre le spese sostenute per la remunerazione del lavoro straordinario del 10 per cento rispetto a quanto liquidato per l'anno 2014. Limitatamente all'anno 2015 la misura dei risparmi da conseguire è pari ai sette dodicesimi dell'importo determinato sulla base del primo periodo del presente comma.

4. Nelle more dell'adozione della Carta delle autonomie locali, in attuazione dell'articolo 117, secondo comma, lettera *p*), della Costituzione, a decorrere dal 10 gennaio 2012 e fino al completamento del trasferimento di funzioni statali a regioni ed enti locali di cui alla medesima Carta, le funzioni amministrative esercitate dalle amministrazioni periferiche dello Stato, che devono essere conferite a regioni ed enti locali, sono concentrate provvisoriamente presso le prefetture - uffici territoriali del Governo. Le prefetture - uffici territoriali del Governo svolgono, anche nell'ambito delle Conferenze permanenti provinciali e regionali dei servizi della pubblica amministrazione,specifica attività volta a sostenere ed agevolare il trasferimento delle funzioni stesse e delle relative risorse, concorrendo alle necessarie intese con il sistema delle regioni e degli enti locali. Al termine del processo di trasferimento di funzioni, salvo diversamente disposto dalla Carta delle autonomie locali, le residue funzioni statali sul territorio sono esercitate presso le prefetture uffici territoriali del Governo. Con regolamento emanato ai sensi dell'articolo 17, comma 2, della legge 23 agosto 1988, n. 400, si provvede alla specificazione dei compiti e delle responsabilità della prefettura - ufficio territoriale del Governo, e all'individuazione delle funzioni da esercitare su scala regionale o sovraregionale, nonché delle modalità atte a garantire la dipendenza funzionale della prefettura ufficio territoriale del governo, o di sue articolazione, dai Ministeri per gli aspetti relativi alle materie di rispettiva competenza. La rideterminazione delle strutture periferiche assicura maggiori livelli di funzionalità attraverso l'esercizio unitario delle funzioni logistiche e strumentali, l'istituzione di servizi comuni e l'uso in via prioritaria dei beni immobili di proprietà pubblica. Le disposizioni del presente comma non si applicano alle amministrazioni periferiche dei Ministeri degli affari esteri, della giustizia e della difesa. Non si applicano inoltre agli uffici i cui compiti sono attribuiti ad agenzie statali. Dall'attuazione del presente comma 'devono derivare risparmi di spesa non inferiori a 1 miliardo di euro annui a decorrere dall'anno 2015.

5. A decorrere dalla data di entra in vigore della presente legge, gli uffici del personale, del bilancio e gli uffici preposti agli acquisti di beni e servizi, presenti presso tutti i Ministeri, sono unificati in un unico ufficio denominato «Ufficio del personale, del bilancio e degli acquisti di beni e servizi» al quale viene preposto un unico dirigente. A decorrere dal 1 gennaio 2015 sono ridotti del 3 per ceto tutti gli stanziamenti relativi alle spese rimodulabili di cui all'articolo 21, comma 5, lettera *b*), della legge 31 dicembre 2009, n. 196, del Bilancio dello Stato.

6. È soppresso il fondo per gli interventi strutturali di politica economica.

7. A decorrere dal 1º gennaio 2015, la Commissione per la valutazione, la trasparenza e l'integrità delle amministrazioni pubbliche di cui all'articolo 13 del decreto legislativo 27 ottobre 2009, n. 150, al fine di assicurare l'omogenea attuazione su tutto il territorio nazionale dei principi di imparzialità e buon andamento nella valutazione dirigenti responsabili del personale dipendente delle pubbliche amministrazioni, svolge le proprie funzioni di promozione degli *standard* di trasparenza e di valutazione anche con riferimento al personale dipendente dalle amministrazioni regionali e locali. La

Commissione valuta, altresì, il rendimento del personale degli altri organismi di diritto pubblico come definiti a norma dell'articolo 3, comma 26, del codice dei contratti pubblici relativi a lavori, servizi e forniture, di cui al decreto legislativo 12 aprile 2006, n. 163. Le amministrazioni sono tenute, a decorrere dal 1º gennaio 2015, ad adeguare le attività di valutazione previste dalla legge agli indirizzi, requisiti e criteri appositamente formulati dalla Commissione di cui al comma1. Per i dirigenti delle pubbliche amministrazioni, la componente della retribuzione legata al risultato deve essere fissata in una misura non inferiore al 30 per cento della retribuzione complessiva. A decorrere dal 1º gennaio 2015, in mancanza di una valutazione corrispondente agli indirizzi, requisiti e criteri di credibilità definiti dalla commissione, non possono essere applicate le misure previste dall'articolo 21, del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165, in materia di responsabilità dirigenziale, ed è fatto divieto alle pubbliche amministrazioni di corrispondere ai propri dirigenti la componente della retribuzione legata al risultato; il dirigente che contravvenga al divieto per dolo o colpa grave risponde per il maggior onere conseguente. A decorrere dal 1 gennaio 2015, è fatto divieto di corrispondere al dirigente il trattamento economico accessorio nel caso in cui risulti che egli, senza adeguata giustificazione, non abbia avviato il procedimento disciplinare nei confronti dei dipendenti in esubero che rifiutino la mobilità, la riqualificazione professionale o la destinazione ad altra pubblica amministrazione, entro un ambito territoriale definito e nel rispetto della qualificazione professionale. A decorrere dal 1º gennaio 2015, è fatto divieto di attribuire aumenti retributivi di qualsiasi genere ai dipendenti di uffici o strutture che siano stati individuati per grave inefficienza, improduttività, o sovradimensionamento dell'organico. Dall'attuazione del presente articolo devono derivare risparmi per 100 milioni di euro per l'anno 2015 e per 200 milioni di euro a decorrere dall'anno 2016. I risparmi devono essere conseguiti da ciascuna amministrazione secondo un rapporto di diretta proporzionalità rispetto alla consistenza delle rispettive dotazioni di bilancio. In caso di accertamento di minori economie rispetto agli obiettivi di cui al presente comma, si provvede alla corrispondente riduzione, per ciascuna amministrazione inadempiente, delle dotazioni di bilancio relative a spese non obbligatorie, fino alla totale copertura dell'obiettivo di risparmio ad essa assegnato.

8. Le amministrazioni pubbliche i cui organi di vertice siano direttamente o indirettamente espressione di rappresentanza politica, a decorrere dal 10 gennaio 2013, riducono l'organico degli uffici di diretta collaborazione, posti alle dirette dipendenze dell'organo di vertice dell'ente, di una percentuale non inferiore al 40 per cento della dotazione di personale presente alla data dell'entrata in vigore della presente legge.

9. In considerazione delle fisiologiche assenze del personale, nonché della possibilità di svolgere le prestazioni di lavoro mediante computer portatili e tramite collegamenti a *server* remoti, le amministrazioni pubbliche di cui all'articolo 1, comma 2, del decreto legislativo 30 marzo, 2001, n. 165, e successive modificazioni, a decorrere dal 1º gennaio 2013, riducono il numero complessivo di postazioni di lavoro a un rapporto tra dipendenti e postazioni pari a 0,80.

10. Le amministrazioni pubbliche di cui all'articolo 1, comma 2, del decreto legislativo n. 165 del 2001, e successive modificazioni, entro il 31 dicembre 2012, mettono in liquidazione le società già costituite alla data di entrata in vigore della presente legge, ovvero ne cedono le partecipazioni, nel caso in cui le società già costituite:

a) abbiano, al 31 dicembre 2013, il bilancio in perdita negli ultimi tre esercizi;

b) abbiano subito, nei precedenti esercizi, riduzioni di capitale conseguenti a perdite di bilancio;

c) abbiano subito, nei precedenti esercizi, perdite di bilancio in conseguenza delle quali l'ente sia stato gravato dell'obbligo di procede al ripiano delle perdite medesime.

11. Le amministrazioni pubbliche di cui all'articolo 1, comma 2, del decreto legislativo n. 165 del 2001, e successive modificazioni, che, tra l'altro, svolgono anche funzioni di certificazione, provvedono, salvo quanto previsto al comma 2 del presente articolo, ad eliminare le proprie strutture o uffici aventi ad oggetto una attività di certificazione. La previsione di cui al presente comma non trova applicazione nelle seguenti funzioni di certificazione:

a) anagrafe, stato civile e in materia penale;

b) ambientale e di tutela della salute pubblica;

c) in materia di diritti reali sui beni immobili.

La funzione di certificazione eliminata in applicazione del presente comma è affidata a professionisti o a organizzazioni private.

12. Gli enti territoriali, ivi incluso lo Stato, sopprimono gli enti, le agenzie e gli organismi, comunque denominati, che svolgono, alla data di entrata in vigore della presente legge, funzioni di governo di area vasta. Tali funzioni, disciplinate e attribuite con legge regionale, sono assunte e gestite dalle regioni. li personale degli enti, delle agenzie e degli organismi soppressi è assorbito dalle regioni che subentrano nella eventuale riscossione dei tributi previsti e procedono alla liquidazione del relativo patrimonio immobiliare. A decorrere dalla data di entrata in vigore della presente legge, le regioni e le province autonome provvedono, nell'ambito della propria autonomia, a sopprimere tutti gli enti strumentali, gli organismi e le società titolari dell'esercizio delle loro funzioni di governo ed amministrazione attiva. Il relativo personale e tutte le risorse, nonché tutti i rapporti giuridici, attivi e passivi, in capo a tali enti, sono trasferite alle regioni di appartenenza degli enti. A decorrere dalla data di entrata in vigore della presente legge, gli enti locali, ivi incluso lo Stato, non possono istituire enti, agenzie ed organismi, comunque denominati, per lo svolgimento di funzioni di governo di area vasta.

13. A decorrere dalla data di entrata in vigore della presente legge sono soppresse le Autorità d'ambito territoriale di cui agli articoli 148 e 201 del decreto legislativo 3 aprile 2006, n. 152, e successive modificazioni. Decorso lo stesso termine, ogni atto compiuto dalle Autorità d'ambito territoriale è da considerarsi nullo. Le regioni riattribuiscono, nell'ambito delle proprie rispettive competenze, le funzioni già esercitate dalle Autorità, nel rispetto dei principi di sussidiarietà, differenziazione e adeguatezza. Le disposizioni di cui agli articoli 148 e 201 del citato decreto legislativo n. 152 del 2006, sono efficaci in ciascuna regione fino alla data di entrata in vigore degli atti adottati nell'esercizio delle competenze di cui al terzo periodo.

14. Le regioni, entro sei mesi dalla data di entrata in vigore della presente legge, sopprimono gli enti parchi regionali e, contestualmente, ne assorbono le funzioni. li personale degli enti parchi regionali è assorbito dalle regioni che subentrano nella eventuale riscossione dei tributi previsti e procedono alla liquidazione del relativo patrimonio immobiliare.

15. Le autorità portuali di cui alla legge 28 gennaio 1994, n. 84, a decorrere dal 10 gennaio 2015 sono soppresse. Con decreto del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti, di concetto con il Ministero dell'economia e delle finanze e con le regioni interessate si provvede a bandire l'affidamento in concessione della gestione dei porti su cui insistono le autorità portuali, prevedendo che la concessionaria assorba il personale in servizio presso le autorità portuali al momento della loro soppressione.

16. A decorrere dal 10 gennaio 2015 tutti gli enti e le strutture di enti aventi ad oggetto una attività di programmazione o di progettazione sono soppressi. Il personale dei suddetti enti e le relative risorse finanziarie e strumentali sono assorbite e ripartite, a seguito di intesa raggiunta in sede di Conferenza unificata di cui all'articolo 8 del decreto legislativo 28 agosto 1997, n. 281; e successive modificazioni.

17. A decorrere dal 10 gennaio 2015 tutti gli istituti di ricerca, interamente finanziati con risorse pubbliche, esclusi quelli in materia sanitaria e ambientale, sono soppressi. Le funzioni e le risorse sono assegnate al Ministero o alla regione che finanzia l'istituto. Le funzioni svolte dagli istituti di ricerca sono trasferite, rispettivamente, con uno o più decreti di natura non regolamentare del Ministro dell'economia e delle finanze di concerto con il Ministro per la pubblica amministrazione e l'innovazione; con gli stessi decreti sono stabilite le date di effettivo esercizio delle funzioni trasferite e sono individuate le risorse umane, strumentali e finanziarie riallocate. I dipendenti a tempo indeterminato sono inquadrati, nei ruoli del Ministero o della regione sulla base di apposita tabella di corrispondenza approvata con uno dei decreti di cui al presente comma; le amministrazioni di cui al presente comma provvedono conseguentemente a rideterminare le proprie dotazioni organiche; i

dipendenti trasferiti mantengono il trattamento economico fondamentale e accessorio, limitatamente alle voci fisse e continuative, corrisposto al momento dell'inquadramento, nel caso in cui tale trattamento risulti più elevato rispetto a quello previsto per il personale del Ministero o della regione, è attribuito per la differenza un assegno *ad personam* riassorbibile con i successivi miglioramenti economici a qualsiasi titolo conseguiti. Per i restanti rapporti di lavoro le amministrazioni di destinazione subentrano nella titolarità dei rispettivi rapporti. I risparmi del presente comma sono destinati al fondo per l'attuazione della *flat tax.*

18. A decorrere dal primo gennaio 2015 si provvede a ridurre i regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale, di cui all'allegato c-*bis* del decreto-legge 6 luglio 2011, n. 98, convertito, con modificazioni, dalla legge 15 luglio 2011, n. 111, con l'esclusione delle disposizioni a tutela dei redditi di lavoro dipendente e autonomo, dei redditi da pensione, della famiglia, della salute, delle persone economicamente o socialmente svantaggiate, del patrimonio artistico e culturale, della ricerca e dell'ambiente. Con uno o più decreti del Ministro dell'economia e delle finanze, da emanare ai sensi dell'articolo 17 della legge 23 agosto 1988, n. 400, sono stabilite le modalità tecniche per l'attuazione della presente disposizione con riferimento ai singoli regimi di esenzione, esclusione e favore fiscale interessati. Dai decreti di cui al presente comma devono derivare risparmi almeno pari a 10 miliardi di euro a decorrere dal 2015. Tutti i risparmi del presente articoli sono destinati al fondo per l'attuazione della *flat tax* istituito nell'ambito dello stato di previsione del Ministero dell'economia. e delle finanze destinato alla copertura delle minori entrate di cui al comma1 del presente articolo.

Conseguentemente, all'articolo 1: al comma 4, è sostituita la parola. «1.000» *con la parola:* «500» *e la parola:* «3.000» *con la parola:* «1000»; *è soppresso il comma 7; sono soppressi i commi 9, 10 e 12; sono soppressi i commi 116 e 139.*

Conseguentemente, Le dotazioni di parte corrente, relative alle autorizzazioni di spesa di cui alla allegata Tabella C sono ridotte in maniera lineare del 10 per cento.

È soppressa la tabella A allegata alla presente legge.

3.0.2

D'AMBROSIO LETTIERI, TARQUINIO

Precluso

Dopo l'**articolo 3**, inserire il seguente:

«Art. 3-*bis.*

(Regime sperimentale autonomi)

1. A decorrere dal 1 gennaio 2015 le imprese che non rientrano nel regime dei "minimi" e con non più di cinque addetti -oltre titolare e familiari - e non più di un milione di euro di totale corrispettivi annui imponibili, possono optare per il regime fiscale sostitutivo degli autonomi.

2. Per i soggetti che aderiscono al sistema di cui al comma precedente tutta la imposizione diretta viene sostituita da un emolumento forfetario calcolato sulla media aritmetica di quanto versato allo stesso titolo dalla stessa ditta nei precedenti cinque anni.

3. Restano ferme tutti gli adempimenti fiscali relativi all'Imposta sul Valore Aggiunto e la relativa tenuta dei registri acquisti e corrispettivi.

4. I soggetti passivi che optano per tale regime si impegnano per cinque anni a versare all'inizio di ogni esercizio fiscale l'emolumento forfetario maggiorato del 10 per cento. Non si fa luogo a tale obbligo solo in caso di chiusura dell'impresa nell'esercizio fiscale precedente.

5. Il diritto di opzione viene esercitata versando entro il trenta del mese di gennaio l'imposta sostitutiva.

6. Le imprese di nuova costituzione che hanno i requisiti di cui al comma 1 e che optano per questo regime verseranno l'imposta sostitutiva che gli sarà comunicata dall'Ufficio al momento della richiesta della nuova partita iva e resterà valida per il resto dell'anno fiscale in corso.

7. 1 soggetti che optano per il regime fiscale sostitutivo degli autonomi non sono assoggetta bili ad accertamenti sulla imposizione diretta.

8. Con decreto del Ministro dell'economia e delle finanze, e senza nuovi e maggiori oneri per la

finanza pubblica, da emanarsi entro trenta giorni dall'approvazione della presente legge saranno definiti i criteri di imposizione connessi all'applicazione del regime di cui al comma 1».

3.0.4

BONFRISCO, BRUNI, PERRONE, LIUZZI, ZIZZA, IURLARO, FALANGA, Eva LONGO, D'ANNA, ARACRI, PAGNONCELLI, SCAVONE, RUVOLO, COMPAGNONE

Precluso

Dopo l'**articolo 3**, inserire il seguente:

«Art. 3-*bis*.

(Riduzione delle società e delle partecipazioni societarie mediate piani di razionalizzazione promosse dalle amministrazioni interessate)

1. Al fine di assicurare il coordinamento della Finanza Pubblica, il contenimento della spesa, il buon andamento dell'azione amministrativa e la tutela della concorrenza del mercato, le Regioni, le Provincie autonome di Trento e Bolzano e gli enti locali avviano, a decorrere dal 1 gennaio 2015, un processo di razionalizzazione delle società e delle partecipazioni societarie direttamente o indirettamente possedute, in modo da conseguire la riduzione delle stesse entro il 31 dicembre 2015, anche tenendo conto dei seguenti criteri:

a) eliminazione, entro i130 giugno 2015, delle società e delle partecipazioni da esse controllate direttamente o indirettamente che al 31 dicembre 2014 risultano prive di personale dipendente con contratto a tempo determinato o indeterminato, mediate processi di liquidazioni che comportino anche la decadenza di tutte le cariche sociali;

b) eliminazione delle società e delle partecipazioni non indispensabili al perseguimento delle proprie finalità istituzionali anche mediate messa in liquidazione o cessione;

c) eliminazione delle partecipazioni detenute in società svolgenti attività analoghe o similari a quelle svolte da altre società partecipate o da enti strumentali, anche mediante operazioni di fusione o di internalizzazione;

d) aggregazione di società di servizi pubblici locali di rilevanza economica;

e) contenimento dei costi di funzionamento, anche mediante riorganizzazione degli organi amministrativi e di controllo e delle strutture aziendali nonché attraverso la riduzione delle relative remunerazioni.

2. Il presidenti delle regioni e delle province autonome di Trento e Bolzano, i presidenti delle province i sindaci e gli altri organi di cui al comma 1, in relazione ai rispettivi ambiti di competenza, definiscono e approvano, entro il 31 marzo 2015, un piano operativo di razionalizzazione delle società e delle partecipazioni societarie direttamente ed indirettamente detenute, le modalità e i tempi di attuazione.

3. Dall'attuazione delle disposizioni contenute nei commi precedenti devono derivare risparmi di spesa quantificati in 500 milioni di euro per il 2015 e di 1 miliardo di euro annui a decorrere dal 2016».

DISEGNO DI LEGGE

Seconda Nota di variazioni al Bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017 (1699-TER)

SECONDA NOTA DI VARIAZIONI (*)

Approvata

(*) Per il contenuto della Seconda Nota di variazioni si rinvia allo stampato Atto Senato n. 1699-*ter*.

Allegato B

Testo integrale della dichiarazione di voto del senatore Susta nella discussione della questione di

fiducia posta sull'emendamento 1.10000 (testo corretto) interamente sostitutivo del disegno di legge n. 1698

Signori senatori, signor Presidente, Scelta civica voterà la fiducia al Governo, come convintamente ha fatto in questi nove mesi, e lo fa non solo perché la legge di stabilità e la legge di bilancio sono un passaggio obbligatorio della vita dell'"azienda Italia", ma perché rappresentano un impianto convincente sulla strada del risanamento e del rilancio economico del nostro Paese.

Certo, non possiamo non rilevare che permane una tendenza ancora troppo diffusa a considerare il bilancio dello Stato come un "bancomat" volto a soddisfare le più noiose aspettative, anche clientelari; le nostre barocche regole parlamentari rafforzano la tendenza di molti, certamente troppi, a premere perché i rubinetti di una spesa pubblica difficile da controllare siano sempre aperti; su questioni come la *governance* della finanza pubblica locale assistiamo alla contraddizione tra norme molto severe verso Province e Comuni, chiamati ancora una volta a sacrifici importanti, che si traducono in rischiose riduzioni di servizi, e un eccessivo lassismo verso chi - vedi il Comune di Roma - proprio nella spesa pubblica incontrollata e nella polverizzazione dei centri di potere vede annidarsi il malaffare che ha inferto all'intero Paese un grande danno d'immagine e che andrà affrontato con molta più fermezza, non solo con inasprimento delle pene per i reati contro la pubblica amministrazione ma con efficaci interventi sulla pubblica amministrazione, la semplificazione, l'efficienza e l'efficacia dell'azione amministrativa.

Abbiamo anche assistito ad un affievolimento, nel maxiemendamento, delle proposte del nostro Gruppo, condivise dalla maggioranza e accolte dal vice ministro Morando, sulle partecipate, sulle necessità di disboscare un sottobosco di potere che ha contribuito a far diffondere il malaffare. Lo dico con una certa apprensione: il rapporto tra Governo, Parlamento e maggioranza si fonda sulla reciproca fiducia. Noi ci apprestiamo a ridare fiducia al Governo, ma un Gruppo deve poter fare affidamento sugli accordi che intervengono nella maggioranza e di cui si fa garante chi rappresenta il Governo. Se chi rappresenta l'Esecutivo su un dato tema non è in grado di mantenere gli impegni si apre un problema tra il Governo e la sua maggioranza che non siamo noi a dovere risolvere.

Consideriamo questo un episodio da dimenticare e da superare, non da sottovalutare.

Questi limiti, che ci sono e che non vanno sottaciuti solo per un formale ossequio alla solidarietà di maggioranza, comunque, non possono certo offuscare lo sforzo del Governo e della sua maggioranza per rilanciare la competitività con importanti interventi in campo fiscale, per rilanciare la domanda e, quindi, i consumi, per andare incontro alle famiglie e ai ceti più colpiti dalla crisi, per cercare di creare le condizioni affinché la prevenzione delle calamità naturali diventi centrale nelle politiche ambientali.

Il tutto senza sforare il tetto stabilito nel rapporto deficit/PIL che non è un ingombrante "vincolo" imposto dalla "cattiva" Europa, ma un prezzo da pagare alle scelte sbagliate degli ultimi vent'anni, di una stagione politica che non ha saputo capitalizzare i vantaggi del nostro ingresso nell'euro e nella nuova Unione europea e nel novero dei Paesi in cui l'alternanza democratica non è la battaglia senza quartiere per la reciproca delegittimazione priva di un'incisiva capacità di governo, ma al contrario, il virtuoso strumento che la competizione democratica offre alla politica per disegnare i destini di un popolo.

E i nostri destini sono oggi più che mai legati alla solidarietà europea, nell'ambito di una più generale solidarietà occidentale.

La scelta - seria e rigorosa - di rispettare i Patti è il contributo di speranza vera, non illusoria, che noi diamo, come classe di governo oggi, a chi ha più di altri pagato la crisi in questi anni: i lavoratori del manifatturiero e i loro datori di lavoro; gli esercenti il commercio; i professionisti ad essi collegati; i giovani in cerca di lavoro; il lavoro autonomo che è residuato dall'espulsione dai processi produttivi che, spesso, senza i paracadute protettivi che i lavoratori di altri comparti hanno avuto, hanno dovuto attraversare e ancora stanno attraversando, questi anni di crisi.

Questo approccio - rigoroso e coraggioso, ma non demagogico - che si accompagna anche a una stagione di riforma che Scelta Civica vuole sostenere senza riserve, spiega il nostro convinto voto favorevole sulla fiducia posta dal Governo sulla legge di stabilità e sugli altri provvedimenti ad essa

collegati.

Dichiarazione di voto del senatore Zeller nella discussione della questione di fiducia posta sull'emendamento 1.10000 (testo corretto) interamente sostitutivo del disegno di legge n. 1698

Onorevole Presidente, cari colleghi, siamo chiamati a votare un'ambiziosa legge di stabilità per il 2015 che punta soprattutto al rilancio dell'economia e sulla quale abbiamo lavorato intensamente in Commissione bilancio apportando significanti ed importanti modifiche al testo trasmessoci dalla Camera dei deputati.

Abbiamo sciolto qui al Senato la maggior parte dei nodi rimasti insoluti, come l'IRAP per gli autonomi ed i patronati. Il merito di esser riusciti a risolvere, seppur non tutte, ma comunque molte delle questioni che erano rimaste in sospeso, va in particolare al vice ministro Morando, al presidente Azzollini e al relatore senatore Santini.

Come Presidente del Gruppo Per le Autonomie PSI-MAEI mi preme, innanzitutto, sottolineare la nostra soddisfazione per l'inserimento nel testo di legge dei nuovi accordi finanziari per la Regione Trentino-Alto Adige/Südtirol e per la Regione Friuli Venezia Giulia che pongono fine all'impressionante contenzioso instaurato negli ultimi anni. Bisogna dare atto al Governo Renzi di essere stato il primo Governo ad affrontare questo delicato problema con serietà e determinatezza. Ringrazio in particolare i sottosegretari Delrio e Bressa per esser stati in queste settimane interlocutori sempre attenti e presenti.

Con questo patto, che modifica gli statuti di autonomia di Trento e Bolzano, le due Province autonome, pur dando un contributo importante al risanamento della finanza pubblica, potranno avere certezza e stabilità nella programmazione finanziaria negli anni a venire. Un'ulteriore prova della serietà dell'impegno di non procedere a tagli unilaterali è la nota informativa indirizzata al cancelliere austriaco Werner Faymann con la quale si ribadisce la volontà che anche in futuro verrà rispettato il principio consensuale ove si modifichino norme del pacchetto.

Come Gruppo per le Autonomie salutiamo, poi, con favore l'approvazione della norma programmatica che prevede la delega per le Agenzie fiscali e le funzioni amministrative della magistratura ordinaria, tributaria e amministrativa in capo alle province autonome di Trento e di Bolzano al fine di gestire questi importanti servizi in modo più efficiente.

Un altro punto positivo è che si è trovata una soluzione per le agevolazioni per l'acquisto di gpl e gasolio per le aree di montagna e quelle geograficamente svantaggiate riducendo notevolmente i tagli originariamente previsti.

Siamo, inoltre, finalmente riusciti a correggere la normativa relativa alle sezioni provinciali di Trento e di Bolzano della Croce Rossa. Ora anch'esse potranno assumere personalità giuridica di diritto privato, come avvenuto con tutti gli altri comitati territoriali.

Importante è anche l'aver chiarito che le nostre imprese potranno dedurre, nella misura prevista dalla normativa statale, l'imposta immobiliare IMI che in provincia di Bolzano ha sostituito l'IMU.

Concludo il mio intervento annunciando che per i motivi appena esposti il Gruppo Per le Autonomie PSI-MAIE voterà la legge di stabilità 2015 rinnovando la fiducia a questo esecutivo.

Integrazione alla dichiarazione di voto del senatore Santini nella discussione della questione di fiducia posta sull'emendamento 1.10000 (testo corretto) interamente sostitutivo del disegno di legge n. 1698

Signor Presidente, signor Vice Ministro, colleghi, la manovra che abbiamo esaminato in questi giorni al Senato ha una precisa missione: quella di sostenere i redditi dei lavoratori e contemporaneamente quella di contribuire al sostegno e al rilancio del nostro sistema produttivo.

Una manovra espansiva di 36 miliardi di euro, di dimensioni mai sperimentate negli ultimi anni, con una serie di interventi che hanno l'obiettivo di portare il nostro Paese fuori dalla situazione di crisi in cui si trova attualmente e, quindi, tale da giustificare, come è stato riconosciuto nei fatti dalla stessa Commissione europea una maggiore gradualità del percorso volto al conseguimento del pareggio di bilancio strutturale e del percorso di riduzione del debito pubblico.

Le politiche del rigore e il Patto è di stabilità e crescita in questi anni hanno dimostrato che la

conquista della stabilità finanziaria dei Paesi membri dell'Unione Europea non può venire soltanto attraverso interventi restrittivi di finanza pubblica, bensì da *mix* articolato di misure che non possono prescindere dal sostegno della domanda, dal sostegno alle imprese e all'occupazione, da riforme economiche strutturali, da riforme istituzionali e da una maggiore efficienza della spesa pubblica.

Il Governo, consapevole della situazione in cui si trova il Paese e degli effetti prodotti dalle precedenti manovre, ha scelto, credo con il consenso di gran parte di noi, dei cittadini e delle imprese, un nuovo percorso, consapevole che un'altra manovra di rigore avrebbe allontanato ulteriormente la ripresa economica del Paese e che cittadini ed imprese non avrebbero potuto sopportare ulteriori aggravi di imposte.

Il percorso di deviazione dagli obiettivi di pareggio strutturale e la manovra di stabilità, nella sua composizione, sono stati oggetto di un serrato confronto con la Commissione europea e le modifiche intervenute, che hanno condotto ad un riallineamento al 2,6 del deficit programmatico per il 2015 e ad una correzione dell'entità della manovra per 4,5 miliardi, non hanno sostanzialmente mutato caratteristiche, peso e ruolo delle misure in essa contenute, capaci di muoversi nel percorso stretto tra il rispetto delle regole del deficit e le esigenze di rilancio del sistema economico del Paese.

Il lavoro svolto alla Camera non ha mutato l'impianto della manovra, i saldi sono stati confermati, e il testo giunto al nostro esame è stato migliorato in diverse parti. Al Senato è stato affidato il compito di completare e migliorare il testo, in particolare nelle parti non affrontate nell'altro ramo del Parlamento.

Nel lavoro svolto in Commissione bilancio, in una condizione di confronto leale e ordinato, e per il quale ringrazio il presidente della Commissione, il vice ministro Morando e gli altri rappresentanti del Governo e i parlamentari della Commissione stessa, a partire da quelli dell'opposizione, si è confermato e ulteriormente migliorato l'impianto della proposta del Governo, che inverte, in modo importante, il *trend* costante di crescita effettiva del carico fiscale degli anni scorsi, sia sul versante dei lavoratori che delle imprese.

Nel lavoro di Commissione, insieme alla conferma delle proposte prioritarie del Governo, ritengo si sia riusciti a dare un contributo significativo in diverse direzioni.

In primo luogo, per un ulteriore rafforzamento, quantitativo e qualitativo, alle misure di promozione e sostegno della ripresa e della crescita, previste con un sistema di sgravi, incentivi agli investimenti e ad una buona e nuova occupazione.

Vanno in questa direzione, tra le altre misure, l'intervento in favore dei soggetti Irap che non hanno dipendenti che potranno fruire di un credito d'imposta del 10 per cento per "compensare" l'aumento dell'aliquota dal 3,5 per cento al 3,9 per cento. Questi soggetti, circa 1,4 milioni, tra cui gli autonomi, infatti non potendo usufruire degli sgravi legati al costo del lavoro dei dipendenti previsti dalla manovra avrebbero subito un notevole aggravio d'imposta che, grazie al nostro intervento, è stato eliminato.

Accanto a questo, si segnala l'innalzamento della soglia per l'applicazione delle agevolazioni fiscali previste dal nuovo regime dei minimi in favore dei soggetti con redditi di lavoro dipendenti e assimilati prevalenti rispetto ai redditi oggetto di agevolazione la cui somma non superi i 20.000 euro.

Di notevole importanza è il rifinanziamento dei programmi spaziali nazionali dell'ASI e il rifinanziamento delle zone franche urbane.

La Commissione, ha affrontato il complesso problema del contributo notevole richiesto agli enti territoriali. Lo sforzo ha riguardato le questioni riguardanti le regioni, verso le quali abbiamo lavorato per recepire gli accordi stipulati in corso di anno, ma soprattutto le problematiche riguardanti le Province ed in particolare quella della riallocazione del personale presso le altre amministrazioni locali e centrali dello Stato, che risulta essere ora meglio regolata dalle disposizioni della legge di stabilità e collocata nell'arco dei prossimi due anni senza nessun pregiudizio del posto di lavoro del personale.

Abbiamo anche lavorato ad un ulteriore potenziamento degli interventi nei confronti dei territori colpiti da calamità naturali e che hanno avuto pesanti ricadute su cittadini ed imprese. Il Fondo nazionale per le emergenze è stato ulteriormente incrementato di 20 milioni di euro, di cui 10 destinati agli interventi in Sardegna, arrivando ad un totale di 220 milioni di euro. 8 milioni sono stati stanziati

per l'alluvione di Genova, 25 per l'Aquila e 18 per l'Emilia Romagna. Credo, però, che per il futuro, per i prossimi giorni, fin dalle prossime settimane e dai prossimi mesi, occorra una riflessione urgente su come mettere in campo grandi risorse per un piano nazionale di messa in sicurezza del territorio. Attiene al tema del futuro, della prevenzione di tragedie e di costi insostenibili, ma anche al tema della credibilità dello Stato e della politica.

Un importante contributo è quello riguardante il fronte dell'alleggerimento della pressione fiscale sui fondi pensione, sulle casse professionali e sulle fondazioni, con una indicazione chiara di incentivare con una detassazione gli investimenti nell'economia reale alle attività di valore sociale finanziate dalle fondazioni.

Per le casse privatizzate è stato previsto un credito d'imposta del 6 per cento sui redditi di natura finanziaria a condizione che i proventi assoggettati alle ritenute e imposte sostitutive siano investiti in attività di carattere finanziario a medio lungo termine, mentre per i fondi pensione è stato previsto un credito d'imposta dell'8,50 del risultato netto maturato sempre a condizione che "un ammontare corrispondente" sia "investito in attività di medio o lungo termine".

Siamo intervenuti anche sui patronati, riducendo a 35 milioni di euro il taglio delle risorse loro destinate continuando in una migliore riorganizzazione del settore reale.

Nel complesso, come già accennato in apertura, il testo che arriva al voto dell'Aula contiene un insieme di interventi che ridanno finalmente fiducia al Paese.

Ricordo a tutti noi la vicenda del *bonus* degli 80 euro Irpef, per una platea di 11 milioni di lavoratori. Al momento del suo annuncio, si è creduto che non sarebbe arrivato in busta paga nei tempi previsti ed è arrivato. Poi non si credeva che divenisse effettivamente strutturale e con questo provvedimento lo diventa.

E, al di là del giudizio, che sulle singole misure e manovre può essere diverso tra le diverse forze che stanno in Parlamento, il tema della credibilità della politica e della sua affidabilità rispetto al Paese è una sfida che ci riguarda tutti e credo che oggi noi tutti facciamo un passo avanti.

Per questi motivi il Gruppo del PD voterà la fiducia sulla legge di stabilità 2015.

VOTAZIONI QUALIFICATE EFFETTUATE NEL CORSO DELLA SEDUTA

SEGNALAZIONI RELATIVE ALLE VOTAZIONI EFFETTUATE NEL CORSO DELLA SEDUTA

Nel corso della seduta sono pervenute al banco della Presidenza le seguenti comunicazioni:

Disegno di legge n. 1699:

sull'articolo 7, il senatore Endrizzi avrebbe voluto esprimere un voto contrario.

Congedi e missioni

Sono in congedo i senatori: Anitori, Bisinella, Bubbico, Cassano, Cattaneo, Ciampi, Della Vedova, De Pietro **(***dalle ore 15)*, De Poli, D'Onghia, Floris, Longo Eva, Mauro Giovanni, Minniti, Monti, Nencini, Olivero, Pagnoncelli, Piano, Pizzetti, Rubbia, Stucchi e Vicari.

Gruppi parlamentari, variazioni nella composizione

Il senatore Caridi ha comunicato di cessare di far parte del Gruppo parlamentare Area Popolare (NCD-UDC) e di aderire al Gruppo parlamentare Grandi Autonomie e Libertà.

Il Presidente del Gruppo Grandi Autonomie e Libertà ha accettato tale adesione.

Commissione parlamentare per l'indirizzo generale e la vigilanza dei servizi radiotelevisivi, variazioni nella composizione

Il Presidente del Senato ha chiamato a far parte della Commissione parlamentare per l'indirizzo generale e la vigilanza dei servizi radiotelevisivi la senatrice Cantini, in sostituzione del senatore Margiotta, dimissionario.

Commissione parlamentare per le questioni regionali, variazioni nella composizione

Il Presidente del Senato ha chiamato a far parte della Commissione parlamentare per le questioni regionali la senatrice Cardinali, in sostituzione del senatore Pizzetti, dimissionario.

Il Presidente del Senato ha chiamato a far parte della Commissione parlamentare per le questioni regionali la senatrice Pignedoli, in sostituzione del senatore Dalla Tor, dimissionario.

Indagini conoscitive, annunzio

La 6a Commissione permanente è stata autorizzata a svolgere, ai sensi dell'articolo 48 del Regolamento, un'indagine conoscitiva sul sistema bancario italiano nella prospettiva della vigilanza europea.

Governo, trasmissione di atti per il parere

Il Ministro della difesa, con lettera in data 11 dicembre 2014, ha trasmesso - per l'acquisizione del parere parlamentare, ai sensi dell'articolo 537-*bis* del decreto legislativo 15 marzo 2010, n. 66 - lo schema decreto ministeriale concernente le modalità di utilizzo dei contributi pluriennali relativi al programma navale per la tutela della capacità marittima della Difesa (n. 128).

Ai sensi della predetta disposizione e dell'articolo 139-*bis* del Regolamento, lo schema di decreto è deferito alla 4a Commissione permanente, che esprimerà il parere entro il termine dell'8 gennaio 2015.

Le Commissioni 5a e 10a potranno formulare le proprie osservazioni alla Commissione di merito entro il 5 gennaio 2015.

Governo, trasmissione di documenti e assegnazione

Il Governo ha inviato la "Seconda nota di variazioni al bilancio di previsione dello Stato per l'anno finanziario 2015 e bilancio pluriennale per il triennio 2015-2017" (1699-*ter*).

Tale documento è stato trasmesso alla 5a Commissione permanente (Programmazione economica, bilancio).

Governo, trasmissione di atti e documenti

Il Ministro degli affari esteri, con lettera in data 10 dicembre 2014, ha inviato:

ai sensi dell'articolo 3, comma 6, lettera c), della legge 26 febbraio 1987, n. 49, la relazione sull'attuazione della politica di cooperazione allo sviluppo, per l'anno 2013 (*Doc*. LV, n. 2);

ai sensi dell'articolo 4, comma 2-*bis*, della legge 26 febbraio 1987, n. 49, la relazione - predisposta dal Ministero dell'economia e delle finanze - sull'attività di banche e fondi di sviluppo a carattere multilaterale e sulla partecipazione finanziaria italiana alle risorse di detti organismi, per l'anno 2013 (*Doc*. LV, n. 2-*bis*).

I predetti documenti sono stati trasmessi, ai sensi dell'articolo 34, comma 1, secondo periodo, del Regolamento, alla 3a, alla 5a e alla 6a Commissione permanente.

La Presidenza del Consiglio dei ministri, con lettera in data 15 dicembre 2014, ha inviato - ai sensi dell'articolo 19 del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165 e successive modificazioni - la comunicazione concernente il conferimento di un incarico di funzione dirigenziale di livello generale al dottor Cosimo Caliendo, nell'ambito del Ministero delle infrastrutture e dei trasporti.

Tale comunicazione è depositata presso il Servizio dell'Assemblea, a disposizione degli onorevoli senatori.

Il Ministro per la semplificazione e la pubblica amministrazione, con lettera in data 17 dicembre 2014, ha inviato, ai sensi dell'articolo 1, comma 591, della legge 27 dicembre 2006, n. 296, la relazione contenente i dati sulla partecipazione da parte delle amministrazioni pubbliche a consorzi e società, relativi all'anno 2013.

Il predetto documento è stato trasmesso, ai sensi dell'articolo 34, comma 1, secondo periodo, del Regolamento, alla 1a e alla 5a Commissione permanente (*Doc*. CIII, n. 2).

Il Ministro per la semplificazione e la pubblica amministrazione, con lettera in data 17 dicembre 2014, ha inviato, ai sensi dell'articolo 53, comma 16, del decreto legislativo 30 marzo 2001, n. 165, la relazione - riferita agli anni 2012 e 2013 - sui dati raccolti attraverso l'Anagrafe delle prestazioni e degli incarichi conferiti ai pubblici dipendenti e a consulenti e collaboratori esterni.

Il predetto documento è stato trasmesso, ai sensi dell'articolo 34, comma 1, secondo periodo, del Regolamento, alla 1a Commissione permanente (*Doc*. CLI, n. 2).

Governo, trasmissione di atti concernenti procedure d'infrazione

Il Ministro dello sviluppo economico, con lettera in data 15 dicembre 2014, ha inviato, in ottemperanza dell'articolo 15, comma 2, della legge 24 dicembre 2012, n. 234, la relazione sulla procedura d'infrazione n. 2014/4139 - ai sensi dell'articolo 258 del Trattato sul funzionamento

dell'Unione europea - concernente gli agenti in brevetto, restrizioni alla libera prestazione dei servizi, condizioni di residenza (Art. 147, c. 3-bis, del decreto legislativo 10 dicembre 2005, n. 30 - Codice della proprietà industriale).

Il predetto documento è stato trasmesso, ai sensi dell'articolo 34, comma 1, secondo periodo, del Regolamento, alla 10a e alla 14a Commissione permanente (Procedura d'infrazione n. 106/1).

Conferimento di incarichi dirigenziali e di consulenza

Con lettera in data 2 dicembre 2014, è pervenuta - ai sensi dell'articolo 3, comma 44, della legge 27 dicembre 2007, n. 244 - la comunicazione concernente il conferimento di un incarico di consulenza per prestazione di servizi nonché l'importo del rispettivo compenso, relativo alla società Fintecna S.p.A..

Tale comunicazione è depositata presso il Servizio dell'Assemblea, a disposizione degli onorevoli senatori.

Risposte scritte ad interrogazioni

(Pervenute dal 4 al 18 dicembre 2014)

SOMMARIO DEL FASCICOLO N. 67

BOTTICI ed altri: sullo smantellamento del reattore nucleare del CISAM in provincia di Pisa (4-01202) (risp. PINOTTI, *ministro della difesa*)

BUEMI: sul servizio anagrafico del Comune di Castelverrino (Isernia) (4-02228) (risp. BOCCI, *sottosegretario di Stato per l'interno*)

CAMPANELLA ed altri: sulla situazione dello smaltimento dei rifiuti in Sicilia (4-02656) (risp. GALLETTI, *ministro dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare*)

DE POLI: sulla tutela del *made in Italy* nel settore agroalimentare (4-01263) (risp. MARTINA, *ministro delle politiche agricole, alimentari e forestali*)

sull'adeguamento delle stazioni ferroviarie alle esigenze delle persone disabili (4-02050) (risp. LUPI, *ministro delle infrastrutture e dei trasporti*)

DI BIAGIO: sulla gestione del patrimonio immobiliare del Ministero della difesa (4-02031) (risp. PINOTTI, *ministro della difesa*)

sul mancato scorrimento delle graduatorie sui concorsi del Ministero degli affari esteri (4-02881) (risp. PISTELLI, *vice ministro degli affari esteri e della cooperazione internazionale*)

FERRARA, SCAVONE: sul diritto di precedenza, nei trasferimenti a domanda, spettanti alle persone con disabilità (4-02145) (risp. GIANNINI, *ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca*)

GIROTTO, CASTALDI: sull'acquisizione di una partecipazione rilevante di Cdp Reti SpA da parte di una società finanziaria cinese controllata dallo Stato (4-02781) (risp. DE VINCENTI, *vice ministro dello sviluppo economico*)

sul servizio d'interrompibilità del carico nel sistema elettrico per l'anno 2013 (4-03061) (risp. DE VINCENTI, *vice ministro dello sviluppo economico*)

GIROTTO ed altri: sullo speronamento da parte della marina militare spagnola di un'imbarcazione di attivisti di Greenpeace al largo delle Canarie (4-03048) (risp. GIRO, *sottosegretario di Stato per gli affari esteri e la cooperazione internazionale*)

LUMIA: sulla tutela del *made in Italy* nel settore agroalimentare (4-01264) (risp. MARTINA, *ministro delle politiche agricole, alimentari e forestali*)

MANCUSO: sulla tutela del *made in Italy* nel settore agroalimentare (4-01291) (risp. MARTINA, *ministro delle politiche agricole, alimentari e forestali*)

MARAN: sulla tutela del *made in Italy* nel settore agroalimentare (4-01250) (risp. MARTINA, *ministro delle politiche agricole, alimentari e forestali*)

MAZZONI: sulla vicenda relativa alla cooperativa "Il Forteto" (4-01195) (risp. VICARI, *sottosegretario di Stato per lo sviluppo economico*)

sul contrasto allo sfruttamento dei migranti clandestini in Italia (4-01450) (risp. MANZIONE, *sottosegretario di Stato per l'interno*)

PAGLIARI: sulla tutela del *made in Italy* nel settore agroalimentare (4-02793) (risp. MARTINA,

ministro delle politiche agricole, alimentari e forestali)
ROMANO ed altri: sull'equiparazione tra il personale civile e quello militare del Ministero della difesa (4-01931) (risp. PINOTTI, *ministro della difesa*)
SANTANGELO ed altri: sul crollo di un viadotto in provincia di Agrigento (4-02464) (risp. LUPI, *ministro delle infrastrutture e dei trasporti*)
STEFANI: sui problemi di ordine pubblico connessi al trasferimento di un campo nomadi a Vicenza (4-01388) (risp. MANZIONE, *sottosegretario di Stato per l'interno*)
sui problemi di ordine pubblico connessi al trasferimento di un campo nomadi a Vicenza (4-01652) (risp. MANZIONE, *sottosegretario di Stato per l'interno*)
sul periodo di trattenimento degli stranieri nei centri di identificazione ed espulsione (4-02486) (risp. MANZIONE, *sottosegretario di Stato per l'interno*)
STEFANO: sulla tutela del *made in Italy* nel settore agroalimentare (4-02792) (risp. MARTINA, *ministro delle politiche agricole, alimentari e forestali*)
TOMASELLI: sulla tutela del *made in Italy* nel settore agroalimentare (4-02791) (risp. MARTINA, *ministro delle politiche agricole, alimentari e forestali*)
Mozioni
PUGLIA, CATALFO, PAGLINI, CAPPELLETTI, CASTALDI, CIOFFI, DONNO, FATTORI, GIROTTO, LEZZI, MOLINARI, NUGNES, PETROCELLI, SANTANGELO, SCIBONA, SERRA - Il Senato,
premesso che:
la rilevanza e la funzione sociale della cooperazione, nell'ordinamento italiano, sono riconosciute nella Costituzione all'articolo 45 che così recita: "La Repubblica riconosce la funzione sociale della cooperazione a carattere di mutualità e senza fini di speculazione privata. La legge ne promuove e favorisce l'incremento con i mezzi più idonei e ne assicura, con gli opportuni controlli, il carattere e le finalità";
a questo bisogna aggiungere la "Dichiarazione di identità cooperativa", approvata dal XXXI congresso dell'Alleanza cooperativa internazionale tenutosi a Manchester dal 20 al 22 settembre 1995, dove vengono enunciati i principi imprescindibili della cooperazione;
la cooperativa è un'impresa formata da più persone che si uniscono per soddisfare un bisogno comune. Viene a mancare la distinzione tra titolare e dipendente poiché, all'interno di una cooperativa, tutti i soci incidono ugualmente sulle scelte dell'impresa e l'elemento umano tende a prevalere sul quello economico;
gli elementi che caratterizzano una cooperativa sono: variabilità del capitale sociale, che aumenta o si riduce in relazione all'ingresso o all'uscita dei soci; qualità dei soci, i quali devono essere in possesso di specifici requisiti soggettivi in relazione alle varie tipologie di cooperative (consumatori, lavoratori, produttori agricoli, eccetera); democraticità della partecipazione dei soci alle assemblee, nelle quali ogni socio persona fisica ha un solo voto, a prescindere dall'eventuale possesso di somme diverse di quote o azioni nel capitale sociale; radicamento sul territorio, che consente di creare occupazione a livello locale. Le cooperative possono altresì unirsi e dar vita ad un "consorzio", al fine di realizzare una struttura organizzativa comune in grado di garantire meglio i loro scopi mutualistici;
il concetto di mutualità rappresenta la caratteristica principale di un'impresa cooperativa, ciò che la contraddistingue dalle società di capitali. Infatti, a differenza di queste, il cui fine ultimo è la realizzazione del lucro che si concretizza nel riparto degli utili patrimoniali, le società cooperative assicurano ai propri soci beni, servizi o occasioni di lavoro a condizioni più vantaggiose di quelle che otterrebbero dal mercato;
le cooperative di produzione e lavoro si costituiscono per permettere ai propri soci di usufruire di condizioni di lavoro più vantaggiose rispetto a quelle disponibili sul mercato, in termini sia qualitativi che economici;
il socio di questo tipo di cooperativa è imprenditore e lavoratore nello stesso tempo. L'elemento peculiare delle cooperative di produzione e lavoro è rappresentato dalla particolare natura che

caratterizza lo scambio mutualistico tra i soci e la cooperativa, incentrato nell'attività di lavoro che i soci prestano nell'ambito della cooperativa stessa;
tali cooperative operano prevalentemente nel settore dell'artigianato e dei trasporti, dell'edilizia, delle pulizie e della ristorazione;
considerato che:
la legge n. 142 del 2001, con la quale si è operata la revisione della legislazione in materia cooperativistica, con particolare riferimento alla posizione del socio lavoratore, stabilisce all'articolo 3, comma 1, che "le società cooperative sono tenute a corrispondere al socio lavoratore un trattamento economico complessivo proporzionato alla quantità e qualità del lavoro prestato e comunque non inferiore ai minimi previsti, per prestazioni analoghe, dalla contrattazione collettiva nazionale del settore o della categoria affine, ovvero, per i rapporti di lavoro diversi da quello subordinato, in assenza di contratti o accordi collettivi specifici, ai compensi medi in uso per prestazioni analoghe rese in forma di lavoro autonomo";
la nettezza e chiarezza del contenuto di tale disposizione è stata tuttavia gravemente intaccata dalle successive modifiche apportate dalla legge n. 30 del 2003;
anzitutto il modificato comma 2 dell'articolo 6 della legge n. 142 del 2001 stabilisce che il regolamento non può contenere disposizioni derogatorie *in peius* rispetto "al solo" trattamento economico minimo di cui all'articolo 3, comma 1 (art. 9, comma 1, lettera *f)*, della legge n. 30 del 2003);
un ulteriore, grave, *vulnus* è stato costituito dall'introduzione del comma 2-*bis* dell'articolo 6 che consente alle cooperative che svolgono attività agricole, industriali, commerciali o di servizi finalizzate all'inserimento lavorativo di persone svantaggiate di definire accordi territoriali con le organizzazioni sindacali comparativamente più rappresentative per rendere "compatibile l'applicazione del contratto collettivo di lavoro nazionale di riferimento all'attività svolta";
nonostante la vigenza del citato articolo 3, comma 1, della legge n. 142 del 2001, ormai da anni si susseguono segnalazioni di situazioni riguardanti società cooperative all'interno delle quali il livello retributivo di gran parte dei soci lavoratori è nettamente inferiore ai minimi retributivi, dando spesso luogo a vere e proprie situazioni di sfruttamento;
l'eccessiva ambiguità delle disposizioni di cui agli articoli 2 e 3 della legge n. 142 del 2001 è spesso causa della sussistenza all'interno di una medesima società cooperativa di un enorme divario retributivo tra diversi soggetti, formalmente aventi però tutti la medesima qualifica di soci lavoratori;
ancor prima che in contrasto con la normativa vigente, tali situazioni configurano una violazione dell'articolo 36, comma primo, della Costituzione che stabilisce il diritto del lavoratore "ad una retribuzione proporzionata alla quantità e qualità del suo lavoro e in ogni caso sufficiente ad assicurare a sé e alla famiglia un'esistenza libera e dignitosa";
peraltro, con un'ulteriore modifica apportata dalla legge n. 30 del 2003, è stata esclusa l'applicazione dell'articolo 18 dello statuto dei lavoratori in favore del socio lavoratore di cooperativa ogni volta che venga a cessare, col rapporto di lavoro, anche quello associativo, disposizione che ha creato un'ulteriore evidente situazione di svantaggio per i soci lavoratori di cooperativa e di discrimine *in peius* rispetto agli altri lavoratori;
appare chiaro come la forma della società cooperativa rischi sempre più di finire per costituire, in effetti, un semplice paravento finalizzato al perseguimento di un duplice obiettivo: da un lato nascondere un assetto societario informato *de facto* ad una concezione di tipo puramente imprenditoriale, a discapito dell'aspetto mutualistico (che costituisce invece il cuore della funzione sociale nonché lo spirito originario della cooperazione), ponendosi così in netto contrasto con il già citato articolo 45 della Costituzione, dall'altro ottenere quei benefici fiscali, economici e normativi attualmente previsti per le società cooperative,
impegna il Governo:
1) a porre in essere tutte le iniziative necessarie a rafforzare i controlli sulle società cooperative anche attraverso un'opera concreta di razionalizzazione e coordinamento degli attuali organismi di controllo

al fine di garantirne la reale efficacia;
2) a porre in essere appositi provvedimenti normativi volti a semplificare ed ottimizzare la normativa fiscale applicabile alle cooperative;
3) a porre in essere appositi provvedimenti normativi volti ad applicare l'articolo 18 dello Statuto dei lavoratori in favore del socio lavoratore di cooperativa anche qualora venga a cessare, col rapporto di lavoro, anche quello associativo;
4) a porre in essere appositi provvedimenti normativi volti a sanzionare con la revoca di tutti i benefici fiscali, contributivi, economici e normativi attualmente previsti per le società cooperative in caso di violazione degli obblighi di legge e degli accordi e contratti collettivi nazionali nonché, se più favorevoli sia nella parte economica che in quella normativa, di quelli regionali, territoriali o aziendali, laddove sottoscritti, stipulati dalle organizzazioni sindacali dei datori di lavoro e dei lavoratori comparativamente più rappresentative sul piano nazionale;
5) a porre in essere una specifica legislazione che, nel rispetto dei principi fondanti della cooperazione di produzione e lavoro, assicuri concretamente una completa parità tra i soci lavoratori delle cooperative e i lavoratori aventi le medesime mansioni e un trattamento economico complessivo che non abbia un divario superiore al 30 per cento, in particolare prevedendo il divieto per l'assemblea di deliberare maggiorazioni retributive di qualunque tipo, qualora il regolamento della cooperativa contenga disposizioni derogatorie *in peius* rispetto a: a) ai contratti collettivi applicabili, per ciò che attiene ai soci lavoratori con rapporto di lavoro subordinato; b) alle modalità di svolgimento delle prestazioni lavorative da parte dei soci, in relazione all'organizzazione aziendale della cooperativa e ai profili professionali dei soci stessi.
(1-00368)
SERRA, CAPPELLETTI, BOTTICI, NUGNES, PUGLIA, LEZZI, PAGLINI, CIOFFI, BULGARELLI, FATTORI, MONTEVECCHI, MORRA, SANTANGELO, SCIBONA, PETROCELLI, GAETTI, LUCIDI, AIROLA, VACCIANO, MORONESE, DONNO, MANGILI, CASTALDI - Il Senato,
premesso che:
il 4 novembre 2014 l'associazione "21 luglio", che si occupa a livello nazionale della promozione dei diritti dei rom, sinti e caminanti in Italia, ha reso noto come la Direzione generale giustizia della Commissione europea abbia inviato una lettera al Governo italiano per la richiesta di informazioni aggiuntive riguardanti le questioni di alloggio dei rom in Italia, ai fini della verifica del rispetto della direttiva 2000/43/CE che attua il principio della parità di trattamento fra le persone indipendentemente dalla razza e dall'origine etnica;
la missiva della Commissione, anticamera della possibile apertura di una procedura d'infrazione, si concentra sulla condizione abitativa dei rom nel nostro Paese, richiedendo alle autorità italiane informazioni aggiuntive, in particolare sul campo nomadi di "La Barbuta" ai confini tra Roma e Ciampino;
il campo è destinato ai soli rom, situato all'estrema periferia romana, isolato dal centro abitato, dotato di recinti e sistemi di sorveglianza e come dichiarato dal commissario per i diritti dell'uomo del Consiglio d'Europa: «Dispositivi di "alloggio" di questo tipo risultano limitare gravemente i diritti fondamentali degli interessati, isolandoli completamente dal mondo circostante e privandoli di adeguate possibilità di occupazione e istruzione»;
la situazione al limite della vivibilità del campo nomadi La Barbuta è comune ai tanti insediamenti per i nomadi stanziali della capitale e di tante altre città italiane, basti per tutti citare la struttura denominata "Best house rom", che accoglie 120 ospiti che sono stati trasferiti dal villaggio della solidarietà di via della Cesarina a Roma;
una delegazione della Commissione straordinaria per la tutela e la promozione dei diritti umani del Senato della Repubblica ha potuto verificare come nella struttura gestita dalla cooperativa Inopera, gli spazi destinati agli ospiti siano inadatti e lontani da condizioni di vita accettabili: ogni nucleo familiare, composto in media da 5 persone, dispone di fatto della sola zona notte, che svolge anche

funzioni di zona giorno e studio per i minori, composta da un'unica stanza di circa 12 metri quadrati priva di fonte di luce e aria naturale. Ogni ospite, pertanto, ha a disposizione circa 2,5 metri quadrati contro i 12 metri quadrati indicati dalla legge della Regione Lazio n. 41 del 2003;

le stanze, oltre a non garantire la metratura sufficiente *pro capite*, non sono dotate di finestre o punti luce dai quali possano filtrare la luce naturale e l'aria, e ciò espone a grave rischio lo stato di salute psicofisica degli ospiti; non ci sono servizi igienici in numero sufficiente; carente anche il servizio dei pasti e nelle stanze non esiste mobilio se non i letti, senza contare che la struttura costa mensilmente 600 euro per ogni ospite;

le notizie di cronaca di questi giorni hanno messo in luce nell'ambito dell'inchiesta denominata "Mondo di mezzo", coordinata dalla Procura di Roma, come vi sarebbe stato un ramificato sistema corruttivo di stampo mafioso finalizzato all'assegnazione di appalti e finanziamenti pubblici da parte del Comune di Roma con interessi attivi anche nella gestione dei campi nomadi della capitale, che avrebbe portato negli ultimi anni a un peggioramento delle condizioni di vita delle comunità rom e a un vertiginoso aumento della spesa pubblica per la gestione dei campi nomadi: nel solo 2013 e nella sola capitale sono stati impegnati oltre 16 milioni di euro, di cui circa il 60 per cento rappresentato dai soli costi di gestione;

considerato, inoltre, che:

nel rapporto conclusivo dell'indagine sulla condizione di rom, sinti e caminanti in Italia pubblicato il 9 febbraio 2011 dalla Commissione straordinaria per la tutela e la promozione dei diritti umani del Senato, emerge come vi sia una sostanziale assenza di "dati certi sul numero della popolazione Rom presente in Italia e in Europa, sul livello di istruzione e di disoccupazione, sull'aspettativa di vita e sulla mortalità infantile, sulla situazione abitativa e sul tasso di disoccupazione, sulla percentuale di stranieri e apolidi e sull'accesso ai servizi sociali, sanitari e di *welfare*. Non si conosce il reddito medio o il grado di integrazione"; ma dai dati del Consiglio d'Europa viene stimata sul territorio nazionale una presenza di circa 180.000 unità;

questa incertezza dei dati fa sì che, nonostante molti rom e sinti vivano in Italia da decenni, non hanno la cittadinanza con il risultato che migliaia di bambini rom nati in Italia risultano apolidi; gli stessi bambini non vanno a scuola e non hanno accesso all'educazione; non sono riconosciuti come minoranza linguistica e sono privi di tutele che la stessa Costituzione garantisce;

il 5 aprile 2011, con la comunicazione COM(2011)173, la Commissione europea ha presentato il documento su un "Quadro dell'UE per le strategie nazionali di integrazione dei rom fino al 2020" con il quale gli Stati membri sono stati invitati a presentare le rispettive strategie nazionali di inclusione rivolte alle comunità rom;

la Commissione ha ritenuto infatti che l'adozione di strategie nazionali di inclusione possa contribuire in maniera efficace a cambiare le condizioni di vita delle comunità rom, in particolare agendo sui settori dell'istruzione, dell'impiego, dell'assistenza sanitaria e dell'alloggio;

il 28 febbraio 2012 il Governo italiano in collaborazione con l'Ufficio nazionale antidiscriminazioni razziali (UNAR) ha presentato la strategia nazionale d'inclusione di rom, sinti e caminanti al fine di promuoverne la parità di trattamento e l'inclusione economica e sociale e assicurare un miglioramento duraturo e sostenibile delle loro condizioni di vita, renderne effettiva e permanente la responsabilizzazione e la partecipazione alla vita politica e sociale del Paese, nonché il godimento dei diritti garantiti dalla Costituzione e dalle convenzioni internazionali ratificate dall'Italia;

nella strategia si indicavano tra i punti chiave l'abbandono della politica dei campi nomadi, superando la politica emergenziale e assistenzialista, e l'approvazione di una legge per il loro riconoscimento come minoranza linguistica;

nella valutazione delle strategie nazionali di inclusione dei rom, pubblicata il 26 giugno 2013, la Commissione europea, analizzando la strategia italiana, ha evidenziato la presenza di propositi positivi, ma ha sottolineato in tutti i settori di intervento una carenza di obiettivi quantificabili e la mancata identificazione delle risorse necessarie per l'avanzamento delle attività, raccomandando infine la necessità di realizzare un robusto meccanismo di monitoraggio e valutazione,

impegna il Governo:
1) a garantire di concerto con le Regioni e gli enti locali la progressiva dismissione su base volontaria dei campi nomadi autorizzati, prevedendo soluzioni alloggiative compatibili con la normativa europea;
2) ad avviare un capillare ed efficace programma di integrazione delle comunità rom, sinti e caminanti italiane, che preveda programmi di inserimento scolastico, al fine di innalzare il livello di scolarizzazione dei minori, diminuendo il tasso di abbandono scolastico, e forme di inserimento al lavoro attraverso percorsi formativi e borse lavoro.
(1-00369)
Interrogazioni
CAPPELLETTI, SCIBONA, GIROTTO, PAGLINI, MONTEVECCHI, MOLINARI, MORRA, SERRA, LEZZI, CASTALDI, PUGLIA, SANTANGELO, BERTOROTTA, BUCCARELLA - *Ai Ministri delle infrastrutture e dei trasporti e dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare* -
Premesso che:
la Valdastico Nord è l'autostrada che dovrebbe unire l'autostrada A31, che termina a Piovene Rocchette nel vicentino, alla A22, poco a sud di Trento;
il progetto prevede la realizzazione di una galleria di 14 chilometri, la più lunga d'Europa, al costo di oltre 2 miliardi di euro;
considerato che, a quanto risulta agli interroganti:
un esame del progetto preliminare, affidato nel giugno 2012 al geologo professor Dario Zampieri dell'università di Padova, ha sottolineato che, tra Valdastico e Pedemonte, nel territorio vicentino interessato dal progetto, è riscontrabile una criticità geologica molto rilevante non evidenziata nel progetto. Infatti il progetto prevede l'ubicazione di un viadotto, di uno svincolo, di un centro di manutenzione, di un'area di servizio e infine di un piccolo centro con attività di ristorazione, esattamente al piede del versante da cui in epoca storica si staccò una massa di roccia di oltre 10 milioni di metri cubi (frana Marogna). L'esistenza di tale frana non risulta negli elaborati del progetto, in quanto questo è basato sul PAI (piano di assetto idrogeologico) 2007 dei bacini dei fiumi Isonzo, Tagliamento, Piave e Brenta-Bacchiglione, che non contiene tale informazione nonostante nel *database* IFFI (inventario dei fenomeni franosi italiani), redatto nello stesso anno 2007 con il concorso della Regione interessata, la frana fosse ben rappresentata;
la perizia geologica affidata al professor Zampieri mostra che al di sopra della nicchia di distacco della frana storica, 400 metri sopra il fondovalle, le condizioni strutturali del versante sono tali da far ritenere che in occasione di un evento sismico la frana potrebbe riattivarsi con il distacco di milioni di metri cubi di roccia;
la commissione tecnica di verifica dell'impatto ambientale VIA (valutazione impatto ambientale) e VAS (valutazione ambientale strategica) del Ministero dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare si è espressa sul progetto con parere n. 1112 del 7 dicembre 2012, senza menzionare tale relazione e senza prendere in considerazione le tematiche geologiche e i rischi per l'infrastruttura e le persone;
in seguito a contestuale segnalazione anche all'autorità di bacino, questa rispondeva, con nota prot. n. 2393 del 12 ottobre 2012, che le cartografie in via di approvazione riportano un'area di attenzione in coerenza con il progetto IFFI. Sono definite zone di attenzione le porzioni di territorio ove vi sono informazioni di possibili situazioni di dissesto a cui non è ancora stata associata alcuna classe di pericolosità;
il sindaco di Valdastico con nota prot. n. 1073 del 13 febbraio 2013 chiedeva all'autorità di bacino e alla Regione Veneto di definire la pericolosità del versante, a garanzia dei cittadini;
la Regione con nota prot. n. 132934 del 27 marzo 2013 rispondeva demandando al Comune di Valdastico la definizione del livello di pericolosità del versante tramite l'affidamento di incarico ad un tecnico abilitato;
il 28 novembre 2014 la Regione ha pubblicato *on line* le osservazioni e i pareri relativi ad un progetto di costruzione di un impianto industriale per la produzione di calce al piede del versante della

Marogna, di fianco al previsto viadotto e svincolo autostradale. Tra le osservazioni, un'analisi del professor Zampieri sulla relazione geologica del progetto dimostra che questa presenta gravi carenze metodologiche e palesi errori che la rendono del tutto inaffidabile. Nella stessa analisi della relazione si conclude che il versante dovrebbe essere classificato come zona a pericolosità geologica molto elevata (P4);
considerato inoltre che:
la realizzazione del progetto insiste nella val d'Astico, una delle più belle vallate vicentine, che rischia di essere definitivamente deturpata dalla realizzazione del tratto autostradale A31 Valdastico Nord, opera peraltro caratterizzata da previsioni di flussi di traffico assai modesti;
la Provincia autonoma di Trento, così come la maggioranza dei Comuni attraversati, si è dichiarata manifestamente contraria e il dissenso della Provincia ha il potere di bloccare il progetto;
nel 2012 la Corte costituzionale ha ribadito con sentenza come sia vincolante il parere delle Regioni a statuto speciale relativamente ad opere che insistono sul loro territorio;
nella seduta del 10 novembre 2014, il Comitato interministeriale programmazione economica ha "assunto motivate determinazioni in ordine all'esigenza di superare il dissenso manifestato dalla provincia autonoma di Trento (...) e di proseguire nello svolgimento della apposita procedura prevista dall'art 165, co.6, lett. A) del D.Lgs. n. 163/06" rimettendo la questione al Consiglio dei ministri,
si chiede di sapere:
se i Ministri in indirizzo siano a conoscenza dei fatti esposti;
se e con quali modalità intendano procedere ad un'indagine geologica completa finalizzata alla verifica del grado di pericolosità del versante Marogna;
se intendano attivarsi al fine di accertare i motivi per i quali la relazione del professor Zampieri non sia stata tenuta in debita considerazione nella valutazione del progetto;
quali provvedimenti intendano adottare, anche considerando gli interventi urgenti di messa in sicurezza, al fine di scongiurare un grave pregiudizio alla vita dei cittadini;
quali iniziative intendano assumere al fine di verificare le eventuali violazioni di legge perpetrate in danno della sicurezza delle popolazioni coinvolte;
se ritengano, nei limiti delle proprie attribuzioni, di doversi adoperare affinché si giunga alla sospensione del progetto;
quali azioni intendano intraprendere al fine di verificare se siano state adottate tutte le opportune iniziative a salvaguardia del territorio, dell'ambiente e, in particolare, della vita dei cittadini, tese a scongiurare il rischio di disastro ambientale.
(3-01529)
GIROTTO, CASTALDI, PETROCELLI, MOLINARI - *Ai Ministri dell'economia e delle finanze e dello sviluppo economico* - Premesso che, a quanto risulta agli interroganti:
l'articolo pubblicato il 17 dicembre 2014 sul quotidiano "la Repubblica" edizione di Torino, intitolato «"Tangentopoli radioattiva" anche l'Authority in allarme"», a firma di Ottavia Giustetti, riferisce che: «Quella che è stata ribattezzata come la "tangente radioattiva" nell'inchiesta sull'affaire dell'Expò 2015 - 600mila euro di mazzette date, secondo la Procura di Milano, per pilotare l'appalto per lo smantellamento e la messa in sicurezza della centrale di Saluggia - mette in allarme il presidente dell'Authority Anticorruzione, Raffaele Cantone, che ha chiesto ufficialmente al prefetto di Roma di commissariare l'appalto affidato da Sogin ad una associazione temporanea di imprese capeggiata da Maltauro»;
il presidente dell'ANAC (Autorità nazionale anticorruzione), ai sensi dei nuovi poteri conferiti dal decreto-legge n. 90 del 2014, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 114 del 2014, può richiedere l'emissione della misura del commissariamento, *ex* art. 32, comma 1, lettera *b)*, ossia può proporre al prefetto competente, in relazione al luogo in cui ha sede la stazione appaltante, di adottare le misure per la straordinaria e temporanea gestione dell'impresa appaltatrice limitatamente alla completa esecuzione del contratto d'appalto oggetto del procedimento penale, attraverso la nomina di uno o più amministratori, in numero non superiore a 3, in possesso dei requisiti di professionalità e

onorabilità di cui al regolamento adottato ai sensi dell'articolo 39, comma 1, del decreto legislativo n. 270 del 1999;

l'appalto in questione comprende la realizzazione delle opere civili per i 2 edifici (processo e stoccaggio) costituenti il Cemex, completa di fornitura e posa in opera di apparecchiature e componenti da installare all'interno dei 2 edifici per cementare, movimentare e stoccare le soluzioni liquide di partenza, nonché la realizzazione di fusti e cestelli necessari per il processo di solidificazione e per il successivo stoccaggio. L'appalto prevede inoltre l'avviamento dell'impianto, i ricambi e i servizi di formazione del personale e assistenza all'esercizio. Il bando da 135 milioni di euro è stato assegnato a un prezzo di 98 milioni, pari a un ribasso del 27,6 per cento;

il bando è stato aggiudicato nel febbraio 2013, poco prima che emergesse lo "scandalo Expo" e che la Procura di Milano chiedesse l'arresto di 7 persone, tra le quali l'imprenditore Enrico Maltauro, ex amministratore delegato dell'impresa di costruzioni Giuseppe Maltauro SpA, unitamente ad altri soggetti facenti parte di un sodalizio criminale, per associazione per delinquere finalizzata alla corruzione, alla turbativa d'asta, alla rivelazione ed utilizzo dei segreti d'ufficio e dal traffico di influenze illecite nell'ambito di appalti illecitamente aggiudicati da alcune società pubbliche, tra le quali Expo2015 SpA;

preoccupazioni sulla cordata Maltauro-Saipem, incaricata di effettuare i lavori per il Cemex di Saluggia, erano state sollevate già nell'atto di sindacato ispettivo 4-02220, presentato il 15 maggio 2014, a cui non è stata data ancora alcuna risposta;

l'articolo di stampa riporta inoltre quanto scritto dal presidente dell'ANAC nella richiesta formale di commissariamento dell'appalto affidato da Sogin, riferendo che «nella ricostruzione dei fatti del Gip di Milano - fondata su numerose intercettazioni telefoniche e ambientali dal contenuto e significato inequivocabili, e su riscontri del pg - è risultato che gli indagati hanno posto in essere attività criminosa diretta in concreto a favorire l'assegnazione di appalti dalla Sogin a Maltauro, nell'immediato per l'impianto Cemex di Saluggia, e in prospettiva futura per lo smantellamento e la decontaminazione della centrale nucleare di Trino Vercellese»;

il presidente dell'ANAC evidenzia come «Gianstefano Frigerio, Sergio Cattozzo, Primo Greganti e Luigi Grillo siano stati costantemente in contatto con i vertici della Sogin, la società 100% del Tesoro, che ha l'incarico di smantellare le quattro centrali italiane». Attraverso tali contatti si procedeva a turbare le procedure di gara;

considerato che:

a giudizio degli interroganti la valutazione sulla gravità dei fatti, che il presidente dell'ANAC ha evidenziato, è palesemente connotata da quegli elementi che da soli potrebbero essere sufficienti a giustificare l'adozione delle più gravi misure (quali quella del commissariamento dell'appalto), ma la gravità del *modus operandi*dell'impresa di costruzioni Giuseppe Maltauro rileva ancor più nell'ambito dell'appalto per la messa in sicurezza della centrale di Saluggia, tenuto conto che la Società gestione impianti nucleari (Sogin SpA) è partecipata al 100 per cento dal Ministero dell'economia e delle finanze ed ha il compito di disattivare e smantellare (*decommissioning)* gli impianti nucleari dismessi e di gestire i rifiuti radioattivi;

con il decreto legislativo n. 31 del 2010 sono stati confermati i compiti e le funzioni già svolte dalla Sogin per la disattivazione degli impianti nucleari e la messa in sicurezza dei rifiuti, ma sono state ampliate le competenze della medesima società anche alla localizzazione, realizzazione e gestione del parco tecnologico, comprensivo del deposito nazionale dei rifiuti radioattivi;

recentemente è intervenuto il decreto legislativo n. 45 del 2014, di attuazione della direttiva 2011/70/EURATOM, istitutiva di un quadro comunitario per la gestione responsabile e sicura del combustibile nucleare esaurito e dei rifiuti radioattivi. Tra le principali novità introdotte dal decreto: a) l'istituzione dell'Ispettorato nazionale per la sicurezza nucleare e la radioprotezione (ISIN), che diventerà così l'autorità di regolamentazione del settore; b) la previsione di un programma nazionale, che dovrà essere definito entro il 31 dicembre 2014, per la gestione del combustibile esaurito e dei rifiuti radioattivi, dalla generazione allo smaltimento; c) la modifica della procedura per

l'individuazione del sito del parco tecnologico contemplata dal decreto legislativo n. 31 del 2010;
ai sensi dell'articolo 27, comma 1, del decreto legislativo n. 31 del 2010, come modificato da ultimo dal decreto legislativo n. 45 del 2014, la Sogin SpA, tenendo conto dei criteri indicati dall'AIEA (Agenzia internazionale per l'energia atomica) e dall'Agenzia per la sicurezza nucleare, definisce una proposta di carta nazionale delle aree potenzialmente idonee alla localizzazione del parco tecnologico, proponendone contestualmente un ordine di idoneità sulla base di caratteristiche tecniche e socio-ambientali delle aree, nonché un progetto preliminare per la realizzazione del parco stesso;
ai sensi del comma 6 del medesimo articolo 27, il Ministro dello sviluppo economico acquisito il parere tecnico dell'Agenzia, con proprio decreto, di concerto con il Ministro dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare ed il Ministro delle infrastrutture e dei trasporti, approva la carta nazionale delle aree idonee alla localizzazione del parco tecnologico;
nel rispetto dei termini indicati dalla normativa vigente, l'amministratore delegato di Sogin, dottor Riccardo Casale, in audizione presso la 10ª Commissione permanente (Industria, commercio, turismo) del Senato l'11 novembre 2014, ha dichiarato che la mappa delle aree idonee ad ospitare il deposito nazionale verrà consegnata entro il 3 gennaio 2015;
considerato infine che a giudizio degli interroganti, in considerazione del grave pregiudizio arrecato dalla Maltauro, definita nella nota ANAC prot. n. 0013739 del 10 luglio 2014 società a "carattere indiscutibile tendenzialmente seriale delle condotte illecite", che ha visto coinvolti alcuni dipendenti di Sogin al passato amministratore delegato, Giuseppe Nucci, vi è la necessità di attivare un attento procedimento di monitoraggio a presidio del corretto operato da parte della Sogin, proprio in ragione dell'importante ruolo che la medesima svolge relativamente all'individuazione delle aree idonee ad accogliere il deposito,
si chiede di sapere se i Ministri in indirizzo, per quanto di propria competenza, al fine di evitare il ripetersi di situazioni di condizionamento verificatesi in passato e di garantire la necessità di salvaguardia degli interessi pubblici tutelati, intendano vigilare attentamente sul corretto operato della società, con particolare riferimento all'individuazione del sito del parco tecnologico e dell'annesso deposito nucleare.
(3-01530)

Interrogazioni orali con carattere d'urgenza ai sensi dell'articolo 151 del Regolamento

STEFANO - *Al Ministro dello sviluppo economico* - Premesso che, a quanto risulta all'interrogante:
nella seduta congiunta di Consiglio comunale dei 3 Comuni di Manfredonia, Mattinata e Monte Sant'Angelo (tutti in provincia di Foggia), il dottor Giorgio Sangalli, in rappresentanza dell'azienda Sangalli Vetro Manfredonia SpA, ha rappresentato le difficoltà economiche dell'impresa determinate dal "rincaro delle materie prime e dei servizi e forniture a carico della stessa azienda, oltre alle difficoltà di mercato, in conseguenza della notoria crisi economica";
egli ha anche reso noto che l'azienda aveva "presentato un piano di ristrutturazione, attualmente all'esame degli Istituti bancari per il finanziamento e che si è ottimisti nell'approvazione";
il progetto industriale presentato dalla Sangalli prevede investimenti complessivi pari a 22.898.412 euro e prevede, tra l'altro, la realizzazione di un nuovo forno di fusione di materia prima in sostituzione di quello esistente, che ha terminato la vita utile di funzionamento, con una resa superiore all'attuale, e l'installazione di un sistema DeNOX catalitico per l'abbattimento degli ossidi di carbonio;
Sangalli ha riferito tuttavia dell'impossibilità di fornire certezza sull'effettiva realizzazione di questo piano industriale "in quanto le banche ancora non si esprimono e comunque si continuerà nell'impegno di portare avanti l'azienda";
l'azienda Sangalli di Manfredonia ha pertanto chiesto 12 mesi di cassa integrazione guadagni straordinaria per un massimo di 160 lavoratori a fronte di un organico di 197 lavoratori;
a partire dal 29 novembre 2014, è stato disposto il fermo dell'impianto float dello stabilimento industriale sito a Macchia (Foggia) per arrivare poi allo spegnimento del forno prima delle festività natalizie;
l'azienda ha riferito anche delle intenzioni, per i mesi successivi, di disporre lo spostamento della

lavorazione dell'impianto del magnetronico a San Giorgio di Nogaro, per ottenere maggiori risparmi sul trasporto, in considerazione della maggiore vicinanza ai mercati di sbocco del nord Europa;
il 2 dicembre si è svolto presso il Ministero dello sviluppo economico un incontro in cui si è deciso di costituire un tavolo di monitoraggio sulla questione relativa alla Sangalli Vetro Manfredonia SpA, durante il quale si è sincerata la disponibilità a sostenere il gruppo Sangalli per la ristrutturazione dello stabilimento del contratto d'area Manfredonia sia da parte dei Comuni di Manfredonia, Mattinata e Monte Sant'Angelo, pronti a rendere disponibili 900.000 euro, sia da parte della Regione Puglia, che ha predisposto un fondo di 5 milioni di euro per il rifacimento del forno, sia da parte del Ministero stesso, che ha ribadito la propria disponibilità a sostenere il gruppo industriale veneto nella relazione con le banche per la ristrutturazione del debito;
a partire dall'11 dicembre gli operatori della Sangalli Manfredonia Vetro hanno iniziato un presidio permanente di fronte ai cancelli dello stabilimento di Monte Sant'Angelo per protestare contro la vacuità degli accordi presi durante l'incontro del 2 dicembre;
il 18 dicembre, come ulteriore segno di protesta, 2 dipendenti sono saliti su una ciminiera a 50 metri d'altezza,
si chiede di sapere:
quali iniziative urgenti il Ministro in indirizzo intenda assumere al fine di sostenere e salvaguardare gli attuali livelli occupazionali dell'azienda e garantire la continuità produttiva dello stabilimento e del suo indotto, cercando di limitare, in questo caso, la progressiva e ulteriore avanzata della desertificazione industriale del Mezzogiorno;
se non ritenga prioritario avviare un percorso di rilancio strategico e di pianificazione di questo ambito territoriale al fine di realizzare il più volte auspicato sviluppo del nodo poli-infrastrutturale, porto-ferrovie-aree retro portuali, di cui il territorio di Manfredonia manifesta vocazione, ma del quale ancora è pesantemente privo.
(3-01526)
MINZOLINI, CANDIANI, CONSIGLIO, PICCINELLI, D'AMBROSIO LETTIERI, CALIENDO, ZUFFADA, DIVINA, GASPARRI, ZIZZA, CERONI, Mario MAURO, MARIN, COMPAGNONE, CROSIO, TOSATO, BELLOT, MUNERATO, D'ANNA, Maurizio ROSSI, MANDELLI, ARACRI, MAZZONI, GIBIINO, DI MAGGIO, ALICATA, GALIMBERTI, ARRIGONI, BISINELLA, BUCCARELLA, SANTANGELO, PELINO, MILO, AIROLA, BARANI, LANGELLA, MALAN, FAZZONE, CARRARO, BRUNI, GIOVANARDI, DAVICO, CENTINAIO, VOLPI, BONFRISCO - *Ai Ministri dell'interno, della difesa e degli affari esteri e della cooperazione internazionale* -
Premesso che, a quanto risulta agli interroganti:
la Procura di Palermo ha aperto un'indagine su talune possibili infiltrazioni di terroristi dell'Isis tra i migranti sbarcati negli ultimi mesi in Sicilia. I servizi segreti hanno segnalato tale rischio ed hanno affermato che i presunti terroristi sarebbero libici e siriani;
nei mesi precedenti il Ministro dell'interno, Angelino Alfano, aveva parlato del rischio di infiltrazioni terroristiche in Italia, indicandola come la "porta" d'accesso per potenziali membri dell'Isis, visto l'approdo di un numero enorme di persone che, a detta degli inquirenti, risulterebbe di circa 197.000 migranti;
da notizie giunte agli interroganti, le informazioni riservate raccolte dalla Procura di Palermo, che ha affidato l'inchiesta al *pool* antiterrorismo, andrebbero oltre l'allarme generico: alcuni dei membri sospetti avrebbero già lasciato il territorio italiano, altri invece si troverebbero ancora nel Paese;
risulterebbe altresì che la Procura di Palermo, ormai da mesi, abbia costituito un gruppo di lavoro, che ha messo a punto nuovo metodologie investigative, per riuscire a risalire alle organizzazioni che gestiscono i flussi di migranti;
da notizie di stampa, emerse su "La Gazzetta del Mezzogiorno" del 17 dicembre 2014, risulterebbe che anche gli inquirenti milanesi, tramite lo «strumento normativo delle intercettazioni preventive» stiano verificando «l'ipotesi di terrorismo individuale, nonché le segnalazioni, provenienti da svariate fonti, relative all'adesione-partecipazione allo "stato islamico"»,

si chiede di sapere quali orientamenti i Ministri in indirizzo intendano esprimere in riferimento a quanto espostoe, conseguentemente, quali iniziative vogliano intraprendere, nell'ambito delle proprie competenze, al fine di potenziare i controlli sugli ingressi nel territorio italiano.
(3-01527)

DE CRISTOFARO - *Al Ministro dell'interno* - Premesso che, per quanto risulta all'interrogante:
gli abitanti del campo rom di via Cupa Perillo, a Scampia (Napoli), da martedì 16 dicembre 2014 sono senza corrente elettrica e, conseguentemente, senza acqua: 800 persone, di cui 200 bambini (ma ci sono anche ammalati e donne incinte), sono rimasti al freddo, al buio e con i rubinetti a secco;
il distacco di servizi essenziali alla sopravvivenza degli abitanti del campo da parte della magistratura, che invia le forze dell'ordine a darvi attuazione, è l'ennesimo atto che si inserisce nel clima "anti Rom" che da qualche tempo sta crescendo in Campania, in vista delle prossime elezioni della primavera 2015; un intervento vessatorio che non risolve nulla, se non costringere i rom a trovare espedienti non regolamentari per non soccombere;
la Procura di Napoli, nei giorni scorsi, ha fatto abbattere alcune baracche in seguito alla richiesta del presidente dell'VIII Municipio, proprio mentre sta per essere approvata la delibera che recupera i 9 milioni di euro stanziati per la costruzione di abitazioni all'interno del campo;
le forze dell'ordine sono tornate a più riprese per perquisizioni e controlli, attività che si stanno susseguendo con molta frequenza negli insediamenti rom del napoletano;
dal 2009 giace inapplicato un piano del Comune di Napoli di 7,2 milioni di euro già stanziati (il progetto finale va consegnato entro il prossimo 31 dicembre 2014 o i soldi andranno persi), per strutture transitorie socio-assistenziali, cioè altre abitazioni temporanee, per 409 persone da sistemare in 75 alloggi: una goccia nel mare, dato che tra Scampia e Melito vivono in circa 2.000 rom;
ad oggi è stata individuata l'area, una parte del campo di via Cupa Perillo (la cosiddetta variante sinistra), ed è iniziato il censimento degli abitanti ma neppure un mattone è stato messo a terra e non si sa dove andranno le famiglie che dovranno sgomberare l'area dei lavori;
il presidente del Municipio insiste nel chiedere la "delocalizzazione degli insediamenti nomadi in altre aree più idonee e senza problemi", dimenticando che quelli che definisce nomadi vivono a Scampia da quasi 30 anni, se sono quasi tutti di cittadinanza italiana;
considerato che riportare la legalità presuppone uscire dal degrado e mettere in campo politiche adeguate, dunque soluzioni abitative permanenti, che favoriscano l'inclusione delle comunità rom e non la loro ghettizzazione, come chiede anche l'Europa,
si chiede di sapere se il Ministro in indirizzo non intenda verificare i fatti accaduti a Scampia e intervenire, per quanto di competenza, per garantire i diritti umani fondamentali nonché verificare che tutte le risorse stanziate a favore delle comunità rom siano effettivamente utilizzate per le finalità preposte.
(3-01528)

Interrogazioni con richiesta di risposta scritta

BATTISTA - *Al Ministro dell'istruzione, dell'università e della ricerca* - Premesso che:
la Costituzione garantisce il diritto allo studio, disponendo all'art. 34 che "La scuola è aperta a tutti";
affermare che "la scuola è aperta a tutti" significa caratterizzare lo Stato sociale come Stato di cultura, che esclude ogni discriminazione nell'accesso ai saperi e nel diritto all'istruzione;
lo Stato, dunque, deve rimuovere ogni ostacolo perché la scuola sia concretamente accessibile a tutti e l'istruzione sia generalizzata;
il diritto all'istruzione è garantito altresì dall'art. 14 della Carta dei diritti fondamentali dell'Unione europea, nella quale si sancisce la gratuità e l'obbligatorietà del diritto tutelato;
la legge 4 agosto 1977, n. 517, recante "Norme sulla valutazione degli alunni e sull'abolizione degli esami di riparazione nonché altre forme di modifica dell'ordinamento scolastico", prevede la figura dell'insegnante di sostegno che viene assegnato, in piena contitolarità con gli altri docenti, alla classe in cui è inserito il soggetto portatore di *handicap* per attuare "forme di integrazione a favore degli alunni portatori di handicap" e "realizzare interventi individualizzati in relazione alle esigenze dei

singoli alunni";
considerato che:
risulta all'interrogante che nella provincia di Pordenone attualmente ci sono 20 alunni diversamente abili, impossibilitati ad intraprendere il loro percorso scolastico in quanto ancora non è stato assegnato loro un insegnante di sostegno;
tale situazione sembrerebbe dovuta a cavilli burocratici, secondo i quali la documentazione richiesta a norma di legge sarebbe stata prodotta in ritardo rispetto alla data di scadenza;
la funzione delle istituzioni scolastiche e dei servizi locali è quella di predisporre le condizioni per la piena partecipazione della persona diversamente abile alla vita sociale, in particolare nei luoghi fondamentali come la scuola durante l'infanzia e l'adolescenza,
si chiede di sapere se il Ministro in indirizzo sia a conoscenza dell'incresciosa situazione e quali misure intenda assumere al fine di garantire il diritto allo studio degli alunni disabili.
(4-03186)
LUMIA - *Al Ministro dell'interno* - Premesso che, a quanto risulta all'interrogante:
l'ente parco dei Nebrodi, in Sicilia, sta operando per diffondere trasparenza e legalità in un vasto territorio di propria competenza. Il Governo regionale, guidato dal presidente Crocetta, ha affidato il parco alla responsabilità del dottor Antoci, personalità di elevata qualità morale, che ha avviato un'azione di rottura col passato, spesso caratterizzato da pratiche clientelari ed affaristico-mafiose;
risulta all'interrogante che il dottor Antoci ed il presidente Crocetta, di recente, sono stati raggiunti da minacce di morte di tipico stampo mafioso, proprio a voler sottolineare la dirompenza dell'azione avviata dall'ente parco dei Nebrodi;
l'intimidazione era contenuta in una lettera recapitata proprio negli uffici del parco dei Nebrodi ed indirizzata al presidente Antoci: "Ne avete per poco, tu e Crocetta morirete scannati";
della medesima rilevanza è l'attività dell'ESA siciliana (ente di sviluppo agricolo) che il presidente Crocetta ha affidato alla guida del dottor Francesco Calanna, che ha impresso un'azione di legalità e di sviluppo senza precedenti, al punto da revocare ettari ed ettari di terreno dell'ente pubblico regionale in mano dei privati senza spesso averne i titoli, alcuni dei quali appartenenti a storiche e pericolose famiglie di mafia;
esponenti di spicco del *clan* mafioso dei tortoriciani sono, oltre ai Galati-Giordano, anche i Bontempo Scavo ed i fratelli Calogero e Vincenzino Mignacca, latitanti dal 2008 e catturati nel novembre 2013 grazie ad un *blitz* dei carabinieri del Gis (gruppo di intervento speciale), durante il quale il secondo, pur di non consegnarsi allo Stato, si è suicidato;
dalla relazione annuale sulle attività svolte (nel periodo 1° luglio 2012-30 giugno 2013) dal procuratore nazionale antimafia e dalla Direzione nazionale antimafia si apprende "nel corso delle indagini effettuate per la ricerca dei latitanti Mignacca, la P.G. operante apprendeva dell'esistenza di un accordo in essere tra le *famiglie* mafiose dei Bontempo Scavo e dei Batanesi, volto al controllo del territorio nebroideo. Dalle informazioni acquisite emergeva che, poiché la famiglia Bontempo Scavo era stata fortemente limitata dagli arresti avvenuti negli anni precedenti e decapitata dei suoi capi storici, al fine di non perdere il controllo del territorio in favore di altre famiglie (in particolare quelle barcellonesi) e per mantenere gli equilibri, aveva concordato che la gestione del territorio fosse attuata dai componenti della famiglia dei Batanesi in cambio del 50 per cento dei proventi delle attività illecite (principalmente estorsioni)". Sembrerebbe emergere a guida di questo connubio mafioso Bontempo Gino;
a fronte di questa attività alla base della mafia dei Nebrodi, sul versante catanese, inoltre si è avuto l'arresto dei brontesi Claudio Reale, Antonino Sciacca, Signorino Sciacca e Antonino Tiscari nell'operazione "Tunnel";
dal complesso delle attività investigative svolte dall'autorità giudiziaria si è accertato che nel territorio nord della provincia di Enna è stata particolarmente attiva un'organizzazione mafiosa riconducibile, per il *modus operandi*, a "Cosa nostra". In particolare, a Cerami, Gagliano Castelferrato e Troina nell'ultimo biennio (2012-2013), si è assistito ad una recrudescenza del fenomeno criminale con

particolare riferimento a gravi reati contro la persona e contro il patrimonio;
le tecniche estorsive utilizzate dall'organizzazione mafiosa troinese sono rimaste quelle di un tempo: la "messa a posto" perpetrata ai danni di imprenditori e commercianti tramite la corresponsione di ingenti somme di denaro; l'imposizione di forniture e di manodopera; la cosiddetta estorsione con il "cavallo di ritorno", realizzata attraverso il furto di automezzi, macchine agricole, mezzi di lavoro operanti in cantieri, seguito dalla richiesta di denaro per la successiva restituzione del maltolto. Infatti, dall'analisi dei reati commessi nell'ambito dei menzionati comuni emergeva, in maniera indiscussa, che, nel periodo compreso tra il 1° gennaio 2011 ed il 13 febbraio 2012, si era registrato un elevato numero di furti e di danneggiamenti, ivi compresi quelli a seguito di incendio;
la mafia di Enna non va sottovalutata perché è sempre stata un'organizzazione potente e legata all'assetto di vertice del momento, di tale affidabilità che è stata scelta come sede dove svolgere i *summit* di mafia che hanno dato vita alla stagione delle stragi del 1992 (stragi di Capaci e di via d'Amelio che hanno avviato la "stagione stragista"). Per questo, Cosa nostra di Enna è stata guidata da *boss* in grado di interloquire con le istituzioni in una logica collusiva, come Raffaele Bevilacqua, capo provinciale e contemporaneamente politico, Salvatore Gesualdo e Giancarlo Amaradio, di recente destinatari di ulteriori ordinanze di custodia cautelare;
occorre, altresì, dare atto che l'operatività di Cosa nostra nella provincia di Enna è stata da sempre condizionata dall'incisiva influenza delle organizzazioni mafiose radicate nei più importanti centri limitrofi (nel caso di specie Cosa nostra catanese) che hanno da sempre considerato il territorio ennese di interesse, non tanto per le potenzialità produttive ed economiche presenti, quanto per la necessità di mantenere una "zona cuscinetto" utile alle diverse esigenze, soprattutto di natura logistica proprie delle organizzazioni criminali dell'isola;
in particolare, per le componenti criminali radicate nei comuni di Troina e Cerami si individuava il referente di Cosa nostra a Troina; questi, pur risiedendo nel centro, risultava legato alla famiglia mafiosa catanese riferibile alla "Catina" (*clan* catanese di Cosa nostra particolarmente attivo nel comune di Aci Catena);
al Comune di Troina apparteneva la gestione dei boschi, circa 4.200 ettari, che sembra aver da sempre rappresentato un punto dolente per la tutela della legalità nell'ambito della gestione della cosa pubblica, posto che per l'ubicazione dei territori in luoghi lontani dal centro abitato, o per la loro vicinanza a paesi tradizionalmente legati alla mafia dei Nebrodi (Tortorici, Cesarò, San Fratello, Maniace, Montalbano Elicona, Castell'Umberto) la presenza, all'interno di tali aree, è stata costantemente riservata ad allevatori e famiglie legate, inevitabilmente, ad ambienti della mafia messinese, in particolare tortoriciana;
le pressioni provenienti dalle famiglie degli allevatori insediate nei boschi del comune di Troina non si sono solo limitate alla scelta del contraente, ma si sono, di volta in volta, spinte anche nel senso di determinare le condizioni economiche loro applicate, sia dal punto di vista del canone di affitto da corrispondere sia dal punto di vista della durata;
da un'attenta analisi sequenziale degli atti emanati nel biennio 2012-2013 dal consiglio di amministrazione e dal direttore tecnico dell'azienda speciale silvo-pastorale di Troina, nonché dal vaglio di altri riscontri di diversa natura, sembra emergere un sodalizio criminale legato alla "mafia dei Nebrodi", che, quasi approfittando del contesto politico favorevole e constatando gli ingenti interessi economici, sembrerebbe interessato non solo alla gestione dell'immenso patrimonio boschivo di cui è proprietario il Comune di Troina ma, addirittura, parrebbe aver avviato una progressiva penetrazione nell'apparato istituzionale del Comune. A tal proposito sembra opportuno ricordare che in occasione delle elezioni amministrative del 2008, il gruppo prestò particolare impegno per far eleggere un consigliere comunale, Giuseppe Costanzo, figlio di Salvatore Costanzo detto "U spaddatu", pregiudicato e attualmente sotto inchiesta per truffa all'AGEA, titolare di un contratto di affitto di circa 700 ettari con l'azienda, nonché personalità di spicco della malavita rurale troinese legata alla cosca di Bronte del *boss* Salvatore Catania detto "Turi", pluripregiudicato e condannato per associazione mafiosa, attualmente in regime di detenzione domiciliare a Cesarò ed afferente alla famiglia

Santapaola (in particolare in contatto in passato con il reggente di Cosa nostra catanese Enzo Aiello e con il latitante oggi pentito Santo La Causa), di cui risulta essere, fino a non molto tempo fa, referente a Troina;

parimenti il sodalizio, nel tentativo di gestire direttamente, attraverso propri esponenti ed uomini di fiducia, i contratti di locazione dell'azienda, sembrerebbe aver offerto "supporto" al dottor Giuseppe Militello, anch'egli legato ai medesimi ambienti criminosi e in particolare a Salvatore Costanzo ed alla famiglia Conti Taguali di Tortorici (Batanesi), allorquando l'azienda silvo-pastorale emanò un bando per la selezione della figura di direttore tecnico. Sembrerebbe che proprio con l'aiuto di tali personaggi, Militello sia riuscito a produrre una serie di false attestazioni che lo portarono a manipolare il concorso ed a ricoprire il ruolo dirigenziale all'interno dell'azienda per meglio assecondare, come evidenziato, le logiche particolaristiche e gli interessi economici delle famiglie anziché quelle dell'ente di gestione (come si può rilevare dagli atti del procedimento penale numero 971/20012 R.G. ancora in corso presso il Tribunale di Enna che vede Giuseppe Militello imputato del reato di falso in atto pubblico);

la connivenza di alcune personalità politiche del territorio che hanno agevolato direttamente ed indirettamente l'organizzazione criminale, l'influenza esercitata dall'allora consigliere comunale Giuseppe Costanzo nelle scelte politico-amministrative relative all'azienda, nonché il ruolo di primo piano svolto dal dottor Giuseppe Militello, che si è reso protagonista ed estensore di numerosi atti illegittimi volti a favorire le famiglie affittuarie a discapito dell'azienda, hanno spianato il terreno per lucrare approfittando degli incentivi offerti dall'Unione europea e per consumare, senza alcun controllo, truffe ai danni dell'AGEA;

da quanto esposto si evince che il cuore pulsante degli interessi economici del sodalizio criminale sia la gestione diretta del ricco patrimonio boschivo (circa 4.200 ettari) di proprietà del Comune di Troina, che sarebbe esercitata anche attraverso il controllo del territorio e la perpetrazione di una serie di reati, per lo più estorsioni, furti e danneggiamenti, volti ad affermare la supremazia criminale ed a scoraggiare altri, eventuali, allevatori locali e/o aziende agricole concorrenti nella gestione dei terreni dell'azienda;

risulta sintomatica l'azione criminosa della famiglia Conti Taguali (Batanesi di Tortorici), poiché sembra abbia stipulato un contratto d'affitto con l'azienda di circa 1.200 ettari. Tra i firmatari dei contratti d'affitto compaiono diversi esponenti legati alla cosca tortoriciana dei Bontempo Scavo, il cui capo, Cesare Bontempo Scavo, attualmente detenuto in carcere, intrattiene legami parentali con Giuseppe Conti Taguali detto "u zzu Pippinu", firmatario dei contratti. Lo stesso Conti Taguali è cognato del pluripregiudicato Sebastiano Pruiti, già personalità di spicco del *clan* dei Batanesi di Tortorici, ucciso in un agguato mafioso nel territorio di Troina nel 1995;

Gaetano Conti Taguali, figlio di Giuseppe, anch'egli pregiudicato e firmatario dei contratti di affitto relativi a terreni dell'azienda, in passato si è reso protagonista di estorsioni e furti nelle campagne troinesi. In particolare, nel giugno 2012 ha tentato un'estorsione ad un'impresa edile che stava realizzando lavori nella strada statale 575;

firmataria del contratto è anche Melissa Miracolo, anch'ella appartenente ad un'altra famiglia legata alla mafia tortoriciana dei Batanesi, moglie di Signorino Conti Taguali, primogenito di Giuseppe, affiliato al *clan* Bontempo Scavo e arrestato per associazione a delinquere di stampo mafioso finalizzata alle estorsioni nell'ambito dell'operazione "Rinascita";

con l'elezione dell'amministrazione comunale, guidata dal sindaco Fabio Venezia, si è aperta una nuova stagione di legalità. Così sono venuti a mancare gli "appoggi" politici che garantivano, attraverso un'attenta ed oculata copertura, il perseguimento dei lucrosi interessi economici e, inoltre, sono stati spezzati i legami con l'apparato istituzionale dell'ente. Uno dei primi atti del nuovo sindaco è stato la rimozione immediata del vecchio consiglio d'amministrazione dell'azienda ed il licenziamento del direttore tecnico Militello che era colluso con i suddetti ambienti criminosi e risultava incompatibile, poiché destinatario di un decreto di rinvio a giudizio, con il ruolo ricoperto. L'attività successiva ha acceso i riflettori sui contratti di affitto e sui numerosi atti illegittimi consumati

all'interno dell'ente allo scopo di favorire gli interessi economici degli affittuari;
il tentativo, da parte del sindaco Venezia, di far luce su questi aspetti, di avviare la procedura di evidenza pubblica nella stipula dei contratti e la volontà di aumentare il canone di affitto per i contratti in scadenza ha messo in fibrillazione il sodalizio criminale che ha mostrato una certa insofferenza per questo nuovo corso, manifestando "avvertimenti" e chiari segnali intimidatori nei confronti dell'azienda ed in particolare verso il sindaco stesso, particolarmente esposto sul fronte dell'antiracket e della legalità, a cui è stata assegnata dall'agosto 2013, in seguito alla segnalazione della Polizia di Stato, la misura protettiva della vigilanza dinamica;
tutto gira intorno ai 4.200 ettari di territori boschivi dell'azienda silvo-pastorale, che permettono agli allevatori di guadagnare circa 500 euro netti all'anno, ogni ettaro detenuto in affitto, a fronte di un canone di 50 euro, garantendo così guadagni che spesso competono con i più redditizi affari di droga. Basti pensare che ben 1.200 ettari di terreni boschivi sono in affitto a Giuseppe Foti Belligami, noto pregiudicato cesarese, che controlla il territorio dei pascoli e del bestiame da Cesarò a San Fratello, Sant'Agata di Militello, Alcara Li Fusi, Militello Rosmarino, Acquedolci e Caronia; quest'ultimo è l'astro nascente di una nuova organizzazione criminale che ha di recente chiuso un accordo con i Batanesi, ormai considerata la nuova famiglia tortoriciana, per il controllo del territorio, previa corresponsione di un corrispettivo;
Foti Belligami è colui che ha messo gli occhi sui 400 ettari boschivi del parco dei Nebrodi, che a breve dovrebbero andare a bando. Si tratta di un soggetto spregiudicato che si avvale della manovalanza di San Fratello,
si chiede di sapere:
quali misure il Ministro in indirizzo intenda adottare per combattere la criminalità rurale legata ad un controllo capillare della gestione del territorio boschivo di Troina da parte del *clan* dei Batanesi di Tortorici;
come intenda rafforzare i presidi delle forze di polizia soprattutto nella componente investigativa al fine di stroncare affari, corruzione, intimidazioni e collusioni esercitate su un territorio storicamente lasciato, spesso, in ombra dallo Stato;
quali forme di protezione intenda intraprendere per salvaguardare l'azione del dottor Antoci alla guida del parco dei Nebrodi, del dottor Calanna alla guida dell'ESA e del sindaco di Troina Fabio Venezia.
(4-03187)

Mario MAURO - *Al Ministro dell'interno* - Premesso che:
il 15 febbraio 2012, 2 fucilieri di marina, Massimiliano Latorre e Salvatore Girone, sono stati arrestati al largo delle coste del Kerala, stato dell'India sud occidentale, dalla polizia indiana ed accusati di aver ucciso 2 pescatori imbarcati su un peschereccio;
risulta all'interrogante che dal 2012, sulla scorta di esempi avvenuti in tutte le regioni italiane, a Casale Monferrato (Alessandria), sulla facciata principale di palazzo S. Giorgio, sede del Comune, è stato apposto uno striscione in segno di solidarietà per i 2 fucilieri;
lo striscione alla fine dell'estate 2014 (dopo il cambio del sindaco, da centro-destra a centro-sinistra) è stato rimosso e sostituito da un "Benvenuti in Comune";
circa 150 persone hanno partecipato ad una fiaccolata (indetta dai partiti della minoranza di centro-destra) per protestare contro la rimozione dello striscione;
è stata anche inoltrata al prefetto di Alessandria, dottoressa Romilda Tafuri, una lettera in cui si chiede di esporre nuovamente lo striscione sulla facciata del Comune, ma al momento non è giunta alcuna notizia in merito,
si chiede di conoscere:
se il Ministro in indirizzo sia a conoscenza della vicenda;
che cosa intenda fare per porre rapidamente rimedio alla situazione che ha lasciato l'intera popolazione di Casale Monferrato esterrefatta ed incredula.
(4-03188)

DE CRISTOFARO, CUOMO - *Al Ministro per la semplificazione e la pubblica amministrazione* -

Premesso che, a quanto risulta agli interroganti:
con delibera di Giunta municipale n. 872 del 2009 il Comune di Napoli ha approvato il piano del fabbisogno del personale 2009-2011 ed il piano operativo delle assunzioni per l'anno 2009, individuando le procedure di reclutamento del personale ed i contingenti di personale da ricoprire;
con successiva delibera n. 2028 del 2009 l'amministrazione ha deliberato di indire il concorso Ripam per la selezione di 534 unità lavorative, sottoscrivendo altresì con le organizzazioni sindacali l'accordo decentrato integrativo che, al punto d) "valorizzazione delle Risorse Umane", ha impegnato l'amministrazione ad avviare 281 progressioni verticali dalla categoria B alla categoria C e 250 progressioni dalla categoria C alla categoria D1;
con delibera di Giunta municipale n. 2147 del 2009 l'amministrazione ha modificato sia la dotazione organica dell'ente che il piano triennale del fabbisogno del personale 2009-2011, ed ha autorizzato l'indizione delle progressioni verticali, per la copertura dei predetti 531 posti, successivamente formalizzate da bandi, date di svolgimento e nomine di commissioni;
successivamente il Comune ha sospeso le progressioni per chiedere il parere del Dipartimento della funzione pubblica della Presidenza del Consiglio dei ministri in ordine alla compatibilità delle progressioni verticali con la sopravvenuta "riforma Brunetta", di cui al decreto legislativo n. 150 del 2009, che prevede che le progressioni fra aree avvengano tramite concorso pubblico a far data dal 1° gennaio 2010, "ferma restando la possibilità per l'Amministrazione di destinare al personale interno, in possesso dei titoli di studio richiesti per l'accesso dall'esterno, una riserva di posti comunque non superiore al 50% di quelli messi a concorso". Con nota datata 17 ottobre 2013, n. 46845, il Dipartimento della funzione pubblica ha chiarito che non vi sono limiti normativi all'espletamento delle procedure selettive, precisando che l'unico limite che incontrano le progressioni verticali consiste nel blocco triennale degli effetti economici;
nell'alea di queste incertezze, il Comune di Napoli ha dato luogo al concorso esterno Ripam senza prevedere la riserva del 50 per cento per i dipendenti interni contando sulle progressioni verticali che avrebbero avuto luogo nel frattempo;
occorre a questo proposito precisare che in questi anni il Comune ha rischiato il dissesto, e nel ricorrere alla procedura di riequilibrio finanziario, ha accettato, tra l'altro, che dotazioni organiche e assunzioni di personale fossero sottoposte al controllo del Ministero dell'interno (art. 243-*bis* del testo unico degli enti locali di cui al decreto legislativo n. 267 del 2000 e successive modificazioni ed integrazioni) da parte della Commissione per la stabilità finanziaria degli enti locali (art. 155 del testo unico) sotto il profilo della compatibilità finanziaria;
medio tempore i dipendenti, che da anni attendevano l'espletamento delle progressioni verticali, dopo aver assistito impotenti all'ulteriore scorrimento della graduatoria esterna per ulteriori 235 posti nel 2013, hanno nel 2013 a parere degli interroganti legittimamente e giustamente, proposto il ricorso n. 5955/2013 innanzi al TAR Campania, per violazione dell'art. 97 della Costituzione, per contrasto delle delibere che autorizzavano il concorso esterno con quelle precedentemente assunte dall'amministrazione, per la distrazione in danno erariale dei fondi destinati alle progressioni verticali a favore delle nuove assunzioni;
vista tale azione dei dipendenti, il Comune con delibera di Giunta municipale n. 1034 del 2013 ha confermato la scelta di coprire i posti vacanti in pianta organica mediante lo scorrimento della graduatoria del concorso Formez, ma ha anche dato atto della volontà di portare a compimento le progressioni verticali;
a seguito di questa manifestazione da parte dell'amministrazione, i ricorrenti hanno responsabilmente deciso di rinunciare alla richiesta di sospensiva inizialmente inoltrata contro l'assunzione di ulteriori 235 unità, evitando così quella "guerra tra poveri" che alcuni irresponsabili andavano cercando;
con delibera di Giunta comunale n. 205 del 4 aprile 2014 è stata approvata la nuova dotazione organica dell'ente che, ai sensi dell'art. 259, comma 6, del decreto legislativo n. 267 del 2000, ed in adesione al piano di riequilibrio finanziario pluriennale previsto dal decreto-legge n. 174 del 2012, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 213 del 2012, è stata inviata all'esame della Commissione per la stabilità

finanziaria degli enti locali per la relativa approvazione;
con deliberazione di Giunta comunale n. 670 del 18 settembre 2014 concernente la programmazione triennale del fabbisogno di personale 2014-2016, l'ente ha previsto la copertura dei posti destinati alle progressioni verticali, di cui alla deliberazione di Giunta comunale n. 1034 del 2013, con decorrenza dall'anno 2015; ha modificato la deliberazione di Giunta comunale n. 205 del 2014, stabilendo che "lo svolgimento delle selezioni per le progressioni verticali avvenga nelle more dell'approvazione, da parte della Commissione per la stabilità finanziaria degli enti locali della modifica della dotazione organica dell'ente, ferma restando che la concreta assunzione rimane subordinata all'esito positivo della suddetta approvazione" anziché avvenire subordinatamente all'approvazione da parte della Commissione, come originariamente previsto;
con nota n. 0014602 del 1° ottobre 2014, la Commissione di stabilità finanziaria per gli enti locali ha trasmesso al Comune copia della determinazione adottata nella seduta del 23 settembre 2014, nella quale è stata approvata la "Programmazione triennale fabbisogno di personale 2014/2016, area educativa", come integrata con deliberazione di Giunta comunale n. 670 del 2014, limitatamente all'assunzione, nel 2014, di 185 unità personale di cat. C per il settore educativo, a tempo indeterminato e pieno, mediante procedura di cui all'art. 4, comma 6, del decreto-legge n. 101 del 2013, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 125 del 2013, per una spesa complessiva annuale pari a 5.439.368,15 e triennale pari a 10.878.736,3 euro e rimandando la decisione delle progressioni verticali alla seduta successiva la cui spesa complessiva nel triennio è pari a 1.628.049,06 euro;
con nota n. 18481 del 2 dicembre 2014 la Commissione di stabilità finanziaria degli enti locali ha trasmesso al Comune di Napoli copia della determinazione adottata nella seduta del 19 novembre 2014, in ordine alle delibere n. 1034 del 2013, n. 205 del 2014 e n. 670 del 2014;
la Commissione per la stabilità degli enti locali ha deciso di rinviare l'esame della compatibilità finanziaria delle progressioni verticali per chiedere al Dipartimento della funzione pubblica un chiarimento rispetto al suo parere del 2013, favorevole alle progressioni, in quanto questo "presenta, per alcuni aspetti, differenti possibilità interpretative (...) che devono necessariamente essere chiarite, mediante una richiesta di approfondimento (…) senza il quale il preventivo espletamento delle procedure selettive non trova alcun solido fondamento giuridico, tenuto anche conto dei numerosissimi esposti da parte di idonei non vincitori del concorso RIPAM";
altresì la Commissione più volte si è espressa per casi analoghi a favore di altri enti, tra i quali il Comune di Latina e l'Agenzia delle dogane; in particolare per l'Agenzia delle dogane, con il decreto del Presidente del Consiglio dei ministri del 26 ottobre 2009 (registrato alla Corte dei conti il 14 dicembre 2009 e pubblicato sulla *Gazzetta Ufficiale*, serie generale, n. 3 del 5 gennaio 2010) il Dipartimento della funzione pubblica ha autorizzato (tra l'altro) l'avvio, da parte dell'Agenzia delle dogane, di procedure selettive di progressione verticale, dalla seconda alla terza area, per complessivi 550 posti. Con foglio n. 0056087 del 30 dicembre 2009, lo stesso Dipartimento ha comunicato alle amministrazioni interessate l'avvenuta registrazione da parte della Corte dei conti del suddetto decreto del Presidente del Consiglio dei ministri di autorizzazione, sottolineando, tra l'altro, quanto segue: "Le progressioni verticali si ritengono autorizzate solo se riferite a posti vacanti entro e non oltre il 31 dicembre 2009, ferma restando la garanzia dell'adeguato accesso dall'esterno che le amministrazioni devono comunque garantire, utilizzando esclusivamente graduatorie vigenti relative a concorsi pubblici. Si ricorda che, dal 1° gennaio 2010, non si potranno autorizzare procedure verticali atteso quanto previsto dall'art. 24 del D.lgs. 27 dicembre 2009, n. 150";
le progressioni verticali indette dall'Agenzia delle dogane sono state autorizzate successivamente con decreto del Presidente del Consiglio dei ministri 10 marzo 2011, quindi oltre il 31 dicembre 2009, su proposta del Ministro per la pubblica amministrazione e l'innovazione di concerto con il Ministro dell'economia e delle finanze, unitamente ad altre progressioni di varie amministrazioni pubbliche tra cui l'INPS (568 progressioni verticali), il Ministero della difesa (56), il Ministero dell'economia (28 progressioni verticali),
si chiede di sapere:

se al Ministro in indirizzo risulti quali sono le ragioni per cui la Commissione per la stabilità finanziaria degli enti locali ecceda le proprie competenze non limitandosi ad esprimere un parere economico-finanziario in merito alla dotazione organica del Comune ai sensi del decreto-legge n. 174 del 2012, motivando i numerosi esposti presentati da parte di idonei non vincitori del concorso bandito dal Ripam per 534 posti presso il Comune di Napoli;
se risulti quali siano le ragioni per cui la Commissione chieda al Comune di Napoli di sottoporre al Dipartimento della funzione pubblica la questione di legittimità delle progressioni verticali, pur in presenza di un parere positivo già espresso in data 17 ottobre 2013 nei confronti dell'ente comunale, nel quale si asserisce che "i passaggi di area banditi anteriormente al 1° gennaio 2010 in applicazione della previgente disciplina normativa, come nel caso di specie, possano essere espletati e portati a compimento, fermo restando che, per effetto del richiamato art. 24, comma 1, del d.lgs. 150/2009, l'utilizzo delle relative graduatorie è consentito solo al fine di assumere i candidati vincitori e non anche gli idonei alla procedura selettiva".
(4-03189)
PUGLIA, MORONESE, NUGNES, BERTOROTTA, CASTALDI, DONNO, FATTORI, FUCKSIA, MOLINARI, PAGLINI, PETROCELLI, SANTANGELO - *Al Ministro dell'interno* - Premesso che:
il giorno 7 novembre 2014 si è svolta a Napoli, nella zona di Bagnoli, una manifestazione contro il "decreto sblocca Italia", di cui al decreto-legge n. 133 del 2014, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 164 del 2014, che contiene, tra le altre misure, il commissariamento dell'area occidentale di Napoli;
la manifestazione era programmata da tempo e tutte le necessarie comunicazioni erano state adeguatamente comunicate alla Questura nei termini prescritti;
il percorso della manifestazione era stato concordato dagli organizzatori con chi aveva il compito di assicurare l'ordine pubblico;
al corteo erano presenti numerosi esponenti delle istituzioni, locali e nazionali, tra cui il primo firmatario della presente interrogazione;
considerato che, per quanto risulta agli interroganti:
gli organizzatori della manifestazione avevano concordato di raggiungere la Città della scienza nonché di usare gli spazi interni della stessa per svolgere un'assemblea con i partecipanti; tuttavia l'ingresso nella struttura è stato inaspettatamente impedito;
l'improvviso venir meno, senza un'adeguata e preventiva comunicazione da parte di chi avrebbe dovuto gestire la sicurezza pubblica, degli accordi intercorsi circa l'uso degli spazi utilizzabili per lo svolgimento di un'assemblea con i partecipanti nonché il blocco dell'accesso alla struttura e della strada, attuato dalle forze dell'ordine in tenuta antisommossa, hanno generato un diffuso malcontento nei partecipanti al corteo, creando confusione e *caos*;
inoltre, in tale situazione che non prevedeva vie di fuga, a seguito della creazione di una sorta di "imbuto" che rallentava il deflusso, è stata messa a repentaglio l'incolumità di coloro che, essendo estranei agli scontri, desideravano porsi al riparo allontanandosi dalla zona;
all'interno della Città della scienza, nel medesimo orario in cui era stata preannunciata la manifestazione, erano presenti centinaia di visitatori, costituiti per lo più da scolaresche;
lo stesso Presidente del Consiglio dei ministri ha preferito annullare la sua visita a Bagnoli, proprio in ragione di timori legati a possibili problemi di ordine pubblico,
si chiede di sapere:
se il Ministro in indirizzo sia a conoscenza dei fatti esposti;
se non ritenga di dover accertare le eventuali responsabilità delle azioni che hanno concorso a porre a rischio la sicurezza dei cittadini e che, a parere degli interroganti, evidenziano le gravi carenze e leggerezze organizzative degli organi deputati alla tutela dell'ordine e della sicurezza pubblica.
(4-03190)
PUGLIA, BERTOROTTA, BUCCARELLA, CAPPELLETTI, DONNO, FATTORI, PAGLINI, SANTANGELO, SERRA - *Ai Ministri dell'interno e della salute* - Premesso che, per quanto risulta

agli interroganti:

la dottoressa P. G., assistente universitario in pensione dal novembre 2011, si è laureata con lode in matematica il 15 marzo 1975, a Bologna, e già 5 giorni dopo, in virtù dell'ottimo *curriculum*, era laureata addetto all'università d'Ancona. Pochi mesi dopo diventava assistente incaricato in Analisi matematica alla facoltà d'Ingegneria e l'anno successivo, vincendo il concorso, assistente ordinario, ruolo ricoperto fino al momento della pensione;

la dottoressa è stata processata per accuse a giudizio degli interroganti false o risibili, quali aver dato del "pinocchio" ad un accademico, da lei definito un bugiardo con prove materiali e testimoniali;

nel maggio 2009 durante un incontro casuale della ex docente con il suddetto accademico nella piazza della città di Cantiano (Pesaro e Urbino), dove si era trasferita, sarebbe nato un diverbio a cui sarebbe seguito l'arrivo dei carabinieri, del sindaco e vicesindaco che decidevano di portare la dottoressa presso l'ufficio della Polizia municipale per interpellare alcuni medici sull'applicazione alla stessa di un ricovero nel reparto di Psichiatria dell'ospedale;

la G. riferisce che la decisione del ricovero era stata presa dopo che era stata trattenuta per 3 ore, durante le quali sarebbero volati pesanti insulti tra medici, che non ritenevano necessario il ricovero, e il sindaco. Alla fine un medico veniva convinto sull'urgenza dell'internamento e un'ambulanza trasportava la signora al pronto soccorso da cui veniva immediatamente trasferita nel reparto Psichiatria;

solo alla consegna della cartella clinica la G. saprà che 2 medici avevano chiesto il TSO (trattamento sanitario obbligatorio), diagnosticando scompenso psichico;

tre anni dopo il Tribunale di Urbino, con decreto n. 271, annullava il TSO del maggio 2009: «palese illegittimità dell'ASO (Accertamento sanitario obbligatorio), in mancanza della necessaria ordinanza sindacale, travolge la legittimità di tutti gli atti successivi; il medico, nel proporre l'ASO, non ha riscontrato alcun sintomo psicopatologico. Ha dichiarato: in base a verosimili informazioni raccolte (…) L'alterazione psichica è stata quindi desunta da informazioni e non direttamente constatata; deve presumersi che i medici del P.S. non abbiano potuto denotare, con le generiche dizioni usate (…) la presenza di gravi sintomi psicopatologici, tali da porre in essere una situazione di pericolosità per sé o per gli altri e da giustificare la proposta di TSO»;

la ex docente riferisce di essere stata di nuovo prelevata il 31 agosto 2013 in piazza ad Urbino per un secondo TSO unicamente per avere denunciato alcune ingiustizie in modo civile senza che sussistessero elementi di sofferenza o pericolosità da giustificare il trattamento sanitario obbligatorio;

la dottoressa G. vive nel continuo timore di subire altri TSO, ma nonostante ciò vuole continuare a denunciare quanto subito;

nell'annosa vicenda la G. ha avuto sempre al suo fianco gli studenti, soprattutto quelli riuniti nel collettivo dell'università "Carlo Bo" di Urbino;

considerato che:

con trattamento sanitario obbligatorio in Italia si intendono procedure sanitarie normate e con specifiche tutele di legge, che possono essere applicate in caso di motivata necessità e urgenza clinica, avanti al rifiuto al trattamento del soggetto che soffra di una grave patologia psichiatrica o infettivologica non altrimenti gestibile, a tutela della sua salute e sicurezza e/o della salute pubblica;

il TSO, istituito dalla legge n. 180 del 1978 e attualmente regolamentato dalla legge n. 833 del 1978, articoli 33-35, è un atto composito, di tipo medico e giuridico, che consente l'effettuazione di determinati accertamenti e terapie ad un soggetto affetto da malattia mentale che, anche se in presenza di alterazioni psichiche tali da richiedere urgenti interventi terapeutici, rifiuti il trattamento, solitamente per mancanza di consapevolezza di malattia;

dal punto di vista normativo, il trattamento sanitario obbligatorio viene emanato dal sindaco del comune presso il quale si trova il paziente, su proposta motivata di un medico. Qualora il trattamento preveda un ricovero ospedaliero, è necessaria inoltre la convalida di un secondo medico, appartenente ad una struttura pubblica; la procedura impone infine l'informazione dell'avvenuto provvedimento al giudice tutelare di competenza;

il TSO ospedaliero viene disposto, di norma, in 3 casi: rifiuto del trattamento, impossibilità all'adozione di adeguate misure extra ospedaliere, affezione da malattie mentali che necessitano di trattamenti sanitari urgenti;
l'abuso del trattamento sanitario obbligatorio comminato a un cittadino italiano senza reale necessità ha prodotto tanti altri casi, alcuni tragici come quello di Franco Mastrogiovanni, maestro elementare, che ha pagato con la morte le torture subite;
il decreto del tribunale di Urbino n. 271 del 2 novembre 2010, nell'annullare l'ordinanza del sindaco di Urbino n. 11/09 del 10 maggio 2009 e il conseguente decreto di convalida dell'11 maggio 2009 del giudice tutelare presso il tribunale di Urbino, ha rilevato che il medico che ha proposto l'ASO non ha all'evidenza riscontrato alcun sintomo psicopatologico, dichiarando espressamente di ritenere "in base a verosimili informazioni raccolte, che il suddetto [paziente] possa essere presumibilmente affetto da un'alterazione psichica tale da richiedere un urgente intervento diagnostico terapeutico specialistico", così confermando la tesi secondo cui "l'alterazione psichica" che ha motivato la proposta di ASO è stata desunta da informazioni, e non, come avrebbe dovuto essere, direttamente contestata;
nel medesimo decreto, i giudici urbinati hanno fatto propria la relazione tecnica in cui si precisa che il disturbo paranoide di personalità, come la gran parte dei disturbi di personalità, non ha alcuna connotazione patologica, nel senso medico del termine, e non necessita di alcuna terapia psicofarmacologica, ma al massimo di terapia psicoterapica. Il tribunale, inoltre, sottolinea che "si tratta di un disturbo che non può manifestarsi con sintomi psicopatologici aventi carattere di acuzie, con alterazioni comportamentali, con atteggiamenti pericolosi per sé e per gli altri, tali da imporre il trattamento sanitario obbligatorio in condizioni di degenza ospedaliera";
a giudizio degli interroganti appare evidente che, nel caso della dottoressa G., ci sia stata un'imperdonabile leggerezza nell'utilizzo di uno strumento cui si dovrebbe far ricorso con grande cautela e solo nei casi in cui esso rappresenti l'*extrema ratio*,
si chiede di sapere:
quali iniziative i Ministri in indirizzo intendano assumere, nell'ambito delle rispettive competenze, per accertare la veridicità dei fatti riportati appurando se vi sia stata la necessità di sottoporre per ben 2 volte la dottoressa P. G. al TSO, anche al fine di verificare se questo particolare trattamento abbia corrisposto a una volontà persecutoria specifica, ad opera di qualcuno che aveva il potere di attivare la procedura;
se in seguito alla sentenza del Tribunale di Urbino siano stati applicati provvedimenti disciplinari a carico dei soggetti responsabili dell'abuso di TSO;
se intendano adottare iniziative di competenza anche normative, volte a rivedere gli ambiti di applicazione del trattamento sanitario obbligatorio e dei requisiti in possesso delle autorità e del personale medico preposto, dopo un attento esame della casistica più recente, al fine di valutare l'impatto dei casi in cui tale trattamento ha assunto le caratteristiche di un atto spropositato rispetto alle condizioni della persona sottoposta allo stesso, affinché il TSO non rappresenti solo un abuso del potere sulla libertà della persona, ossia un vero e proprio breve sequestro di persona legalizzato durante il quale possono essere somministrati farmaci e cure anche estreme, senza un'autorizzazione e un'analisi dello stato di salute generale del paziente.
(4-03191)

DIVINA - *Al Ministro dell'interno* - Premesso che la situazione dell'ordine pubblico nella città di Trento rimane difficile a causa di un'attività spesso violenta, rumorosa e comunque tale da provocare danni a persone e cose, con attacchi preordinati anche alle sedi dei partiti: si ricordino i recenti e ripetuti episodi contro la sede della Lega Nord, del PD e dei sindacati, violenze perpetrate da parte di gruppi afferenti all'area anarchica, operanti sotto le sigle più disparate;
considerato che i vertici regionali (Giunta e Consiglio della Regione autonoma Trentino-Alto Adige), dopo le minacce ricevute, si sono visti "costretti a revocare" per ragioni di sicurezza, anche su parere della locale autorità di pubblica sicurezza, come risulta dai documenti ufficiali, l'autorizzazione all'uso della sala del palazzo della Regione, in piazza Dante a Trento, per la presentazione del libro "Giorgio

Almirante e il Trentino Alto Adige" nel centenario della nascita dello storico segretario del MSI;
considerato altresì che:
il Presidente della Repubblica così si espresse in un messaggio, in occasione del convegno organizzato il 26 giugno 2014 presso la Camera: «Almirante ha avuto il merito di contrastare impulsi e comportamenti antiparlamentari che tendevano periodicamente a emergere, dimostrando un convinto rispetto per le istituzioni repubblicane che in Parlamento si esprimeva attraverso uno stile oratorio efficace e privo di eccessi anche se spesso aspro nei toni. È stato espressione di una generazione di *leader* che hanno saputo confrontarsi mantenendo un reciproco rispetto a dimostrazione di un superiore senso dello Stato»;
tra i relatori del convegno presso il palazzo della Regione Trentino-Alto Adige vi erano esponenti di spicco della vita sociale e politica a livello regionale, quali il consigliere regionale Alessandro Urzì, l'ex senatore Cristano de Eccher e Claudio Taverna, che sono stati impediti nel partecipare per l'indisponibilità della sala (la comunicazione è stata inviata il giorno prima dell'evento) soffrendo ingiustamente il mancato esercizio di un diritto costituzionale di enorme pregnanza, quale quello della garanzia della libertà, del diritto di pensiero e di parola;
tale diritto è stato impedito per colpa di una rumorosa, violenta minoranza che si ritrovava nel cosiddetto presidio antifascista della sera del 12 dicembre 2014 davanti alla Regione e che ha visto la partecipazione di una trentina di individui accorsi con tanto di bastoni e caschi,
si chiede di conoscere quali siano le ragioni per le quali le locali autorità di pubblica sicurezza hanno reputato di suggerire il diniego dell'autorizzazione all'uso della sala pubblica per la presentazione del libro citato.
(4-03192)
PEPE - *Al Ministro dell'economia e delle finanze* - Premesso che:
la legge n. 662 del 1996 ha istituito un fondo di garanzia per le piccole e medie imprese (art. 2, comma 100, lettera *a)*) destinato alle piccole e medie imprese di diversi settori produttivi e per operazioni finanziarie nell'ambito dell'attività imprenditoriale, per le imprese che singolarmente o tra loro collegate o associate abbiano meno di 250 occupati e il cui fatturato sia inferiore ai 50 milioni di euro o, in alternativa, il cui totale di bilancio sia inferiore a 43 milioni di euro;
l'intervento del fondo assistito dalla garanzia dello Stato abbatte il rischio sull'importo garantito fino a 1,5 milioni di euro e, in relazione a specifiche categorie di soggetti beneficiari, aree geografiche di appartenenza e tipologie di operazioni finanziarie, l'importo massimo garantito può arrivare a 2,5 milioni di euro, facilitando l'accesso al credito presso le banche da parte delle "piccole imprese" in condizioni di chiedere un prestito;
con il decreto-legge n. 69 del 2013, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 98 del 2013 ("decreto del fare"), è stata stabilita la possibilità di effettuare versamenti volontari al fondo di garanzia per le piccole e medie imprese: versamenti, è da sottolineare, destinati alla microimprenditorialità;
l'attivazione della sezione del fondo in cui queste risorse sono confluite (art. 1, comma 5-*ter*) è subordinata all'attuazione di una disposizione del decreto-legge n. 201 del 2011, convertito, con modificazioni, dalla legge n. 214 del 2011, "Salva Italia", (art. 39, comma 7-*bis*), che prevede appunto che le risorse siano destinate alla microimprenditorialità, a sua volta condizionata dall'emanazione delle disposizioni attuative dell'articolo 111 del testo unico delle leggi in materia bancaria e creditizia di cui al decreto legislativo n. 385 del 1993 (in vigore da gennaio 1994) relativo al microcredito;
la riforma dell'articolo 111 del testo unico bancario ha disciplinato per la prima volta l'attività di microcredito, tra l'altro prevedendo l'iscrizione in un apposito elenco dei soggetti che vi possono accedere, tuttavia per diventare operativa questa disposizione necessita di una disciplina attuativa che, a distanza di anni, il Ministero dell'economia e delle finanze non ha ancora emanato;
ritenuto che:
allocare risorse, ma omettere di seguirne le vicende, ha fin qui consolidato, per i fatti criminosi che quotidianamente si osservano, il fenomeno della cosiddetta spesa improduttiva, intesa nel senso di impiego, da parte di enti pubblici, di beni materiali che non dà luogo alla produzione di un ammontare

di beni materiali almeno pari a quello impiegato;
a parere dell'interrogante questo sembra il contesto normativo-dirigistico ideale per l'affermazione della "cultura dei controlli *in itinere*", da tempo trascurati in Italia, che all'opposto ha sempre privilegiato la verifica successiva a qualsivoglia impiego di risorse pubbliche,
si chiede di sapere:
quale fosse la reale consistenza del fondo nel suo insieme e nei suoi eventuali capitoli all'atto dell'istituzione;
quale sia l'attuale consistenza del fondo nel suo insieme e nei suoi eventuali capitoli;
quale sia la cronologia delle afferenze del fondo nel suo insieme e nei suoi eventuali capitoli;
se al Ministro in indirizzo risulti quanti ed eventualmente quali siano i finanziatori di tale fondo e per quali importi; quante ed eventualmente quali aziende siano state finanziate e per quali importi;
se risulti se e come sia garantita l'osservanza degli obblighi e degli adempimenti imposti ai destinatari di ogni attribuzione patrimoniale di fonte pubblica;
se risulti chi sia il responsabile dei procedimenti e dei controlli.
(4-03193)

STUCCHI - *Ai Ministri della giustizia e dell'interno* - Premesso che:
tutti i giorni gli organi di stampa e vari siti *web* riportano notizie di troppi episodi drammatici, causati da "pirati della strada";
le analisi effettuate dalle associazioni e dagli osservatori che monitorano annualmente gli incidenti, pubblicando i dati statistici ritenuti interessanti per comprendere il fenomeno della pirateria stradale nel nostro Paese, appaiono in tutta la loro gravità;
le vittime che "sfuggono" alla morte subiscono spesso pesanti menomazioni;
nella maggior parte dei casi i pirati della strada sono uomini stranieri, di età compresa tra i 18 e i 44 anni, spesso sotto l'effetto di sostanze alcoliche o stupefacenti, con veicoli senza copertura assicurativa o scaduta o addirittura falsa, e che solitamente omettono il soccorso ai malcapitati;
il firmatario del presente atto di sindacato ispettivo ha presentato un disegno di legge (AS 1484) volto ad introdurre nel codice penale il reato di "omicidio stradale" nei casi di "pirateria della strada",
si chiede di sapere se i Ministri in indirizzo ritengano opportuno attivarsi per inasprire le pene per coloro che si macchiano del reato descritto, intraprendendo decise iniziative legislative tese ad introdurre nel nostro sistema giuridico ipotesi sanzionatorie specifiche ed autonome, capaci di divenire un efficace deterrente contro il perpetuarsi di gravi fatti delittuosi connessi alla circolazione stradale, che sempre più riempiono le cronache giornaliere.
(4-03194)

AUGELLO - *Al Ministro dell'interno* - Premesso che:
l'inchiesta aperta dalla Procura della Repubblica di Roma sul supposto sodalizio mafioso denominato dai *media* "Mafia capitale" ha portato alla luce, attraverso migliaia di pagine di intercettazioni, una serie di presunti reati legati ad episodi di corruzione ripetutisi negli anni e attraverso diverse amministrazioni nell'ambito del Comune di Roma;
molte di queste intercettazioni sono state pubblicate dagli organi di stampa e, tra queste, ne compare una riferita all'attuale vice capo di gabinetto del sindaco di Roma, Maurizio Pucci;
in particolare uno dei principali indagati, il signor Buzzi, dichiarerebbe, riferendosi alla volontà del sindaco Marino di nominare Pucci direttore generale dell'Azienda municipale ambiente: "Ieri praticamente è successo che sto matto de Sindaco ha convocato una Giunta straordinaria per far fuori Fiscon e mettece Pucci. Quindi levava una brava persona e ce metteva un ladro, perché Pucci è un ladro rubava per il partito, ma tanta roba gli è rimasta attaccata quindi non rubava per il partito... allora abbiamo avvisato i nostri amici, i capigruppo, i nostri amici e si è alzato un po' il fuoco de sbarramento";
probabilmente si tratta a parere dell'interrogante di una dichiarazione mendace, tanto più che il sindaco ha di recente affermato in una lettera al quotidiano "la Repubblica" di non essersi mai occupato della nomina del dottor Fiscon a direttore generale dell'Ama, a meno che gli inquirenti non abbiano

acquisito prova contraria. Tuttavia risulta che il signor Buzzi conosca benissimo il signor Pucci, perché quest'ultimo ricoprì per un certo periodo l'incarico di direttore operativo dell'Ama, dopo essere stato assunto come dirigente con criteri mai del tutto chiariti;
Pucci sarebbe poi stato allontanato da quell'incarico per aver sforato i limiti di *budget* degli straordinari del personale da lui coordinato, dopo aver peraltro elaborato un piano di affidamenti all'esterno per bonificare le piccole discariche abusive, investendo così un settore di intervento delle cooperative;
il signor Pucci è anche noto per un'altra disastrosa vicenda che lo avrebbe visto protagonista nella veste di direttore della Protezione civile regionale in occasione dell'aggiudicazione e della realizzazione dei lavori di ristrutturazione dei sotterranei del policlinico "Umberto I";
Pucci avrebbe dovuto svolgere la supervisione del progetto, che in effetti si rivelò un vero e proprio fallimento: in pratica nel sotterraneo le condutture elettriche e quelle del gas furono posizionate violando qualsiasi norma di legge, mettendo a repentaglio la sicurezza del nosocomio ed esponendolo al rischio di un'esplosione;
secondo la Procura di Roma, i vertici aziendali avrebbero redatto una serie di verbali fasulli, per il tramite di un architetto compiacente responsabile del progetto, favorendo illecitamente l'aggiudicazione dei lavori alla Società italiana costruzioni, per un importo di circa 12 milioni di euro;
i rischi di un disastro per il policlinico determinarono il sequestro dei sotterranei nel 2012;
sull'episodio sono ancora aperte 2 inchieste: una della Procura di Roma con 14 indagati ed una seconda della Corte dei conti, che dovrà accertare le responsabilità del danno erariale riportato dalla Regione;
per i lavori del policlinico il signor Pucci sarebbe stato inizialmente indagato, ma successivamente, secondo informazioni raccolte dall'interrogante, la Procura avrebbe escluso una sua responsabilità penale diretta, concludendo che la sua attività di supervisione è stata certamente inadeguata, fino al punto di contribuire a consentire il finanziamento dell'opera, ma non penalmente rilevante;
la stessa Procura della Repubblica di Roma ha inoltre aperto un'inchiesta sull'appalto per la rimozione delle auto in sosta vietata gestito dal consorzio di cooperative CTL (Consorzio trasporti Lazio) per conto della Polizia municipale di Roma;
secondo gli inquirenti alcune cooperative fantasma aderenti al CTL avrebbero truffato il Comune di Roma facendosi rimborsare operazioni di rimozione mai eseguite;
tra queste cooperative risulterebbe coinvolta la "Global service", il cui presidente, il signor Bonanni, è stato indagato insieme al signor Luca Pucci, fratello del vicecapo di gabinetto del sindaco per la truffa ai danni del Comune;
il dettaglio più inquietante è che il signor Bonanni risulta scomparso da mesi, forse rendendosi irreperibile o forse peggio;
l'altro dettaglio inquietante è che la cooperativa Global service avrebbe svolto il lavoro di subappalto, pur non disponendo nemmeno di un carro attrezzi: i mezzi gli sarebbero stati forniti dal signor Luca Pucci che risulterebbe così essere il *dominus* occulto della cooperativa;
sono ancora in corso le attività di raccolta dati conferite dalla Prefettura ai 3 commissari incaricati di verificare il livello di infiltrazioni criminali mafiose nel Comune di Roma,
si chiede di sapere se il Ministro in indirizzo ritenga utile segnalare al prefetto l'opportunità di acquisire tutti gli atti relativi all'appalto del Consorzio trasporti Lazio e gli atti relativi agli appalti assegnati dall'Ama nell'ambito della delega del signor Maurizio Pucci nel periodo in cui svolgeva le mansioni di direttore operativo.
(4-03195)

DE CRISTOFARO - *Al Ministro della salute* - Premesso che, a quanto risulta all'interrogante:
un'immigrata di 30 anni, Mary Jacob, originaria dello Zimbawe, sarebbe deceduta all'ospedale "San Paolo" di Napoli, a seguito di un infarto;
la donna, residente e Castel Volturno (Caserta), era stata precedentemente respinta, più propriamente cacciata, dalla guardie giurate del pronto soccorso dell'ospedale "Santa Maria delle Grazie" di Pozzuoli (Napoli), dove si era recata a seguito di forti dolori al petto, e le è stato impedito di accedervi;

tornata a casa, essendo peggiorati i dolori, la donna veniva portata dopo 3 ore al San Paolo, dove scattava immediatamente il codice rosso, ma era troppo tardi: la paziente non risponde alle terapie e muore;
considerato che da notizie stampa si apprende che non sarebbe la prima volta che al Santa Maria delle Grazie di Pozzuoli si verificano episodi di intolleranza verso gli extracomunitari,
si chiede di sapere se il Ministro in indirizzo non intenda inviare ispettori all'ospedale di Pozzuoli per verificare i fatti descritti, per accertare se non si siano verificati altri casi di omissione di soccorso verso immigrati, per individuare i responsabili e per impedire che tali episodi possano ripetersi.
(4-03196)
CASALETTO - *Ai Ministri delle politiche agricole alimentari e forestali, del lavoro e delle politiche sociali e per la semplificazione e la pubblica amministrazione* - Premesso che:
sempre più frequentemente le imprese agricole denunciano, a parere dell'interrogante giustamente, un eccessivo carico burocratico. Fonti autorevoli stimano in 100-150 le giornate che un imprenditore agricolo deve dedicare alla burocrazia. Oltre ad essere un costo divenuto insostenibile, la burocrazia sottrae tempo alla gestione tecnico-economica dell'azienda divenendo così un limite inaccettabile alla competitività e all'innovazione;
va peraltro evidenziato che la burocrazia è un costo *in primis* per l'amministrazione pubblica e quindi, nell'interesse comune, è una priorità assoluta definire e mettere in campo soluzioni per il superamento del problema;
i cittadini vivono un rapporto "difficile" con l'amministrazione pubblica;
è necessario valorizzare la sussidiarietà verticale e orizzontale;
rilevato che:
è indispensabile semplificare i rapporti tra cittadini, imprese e pubblica amministrazione;
c'è nel Paese la necessità urgente di un deciso "taglio" alla macchina della burocrazia e di un rilancio delle imprese agricole italiane;
il costo complessivo per il settore supera i 3 miliardi di euro all'anno; di questi, un miliardo è addebitabile ai ritardi, ai disservizi, alle inefficienze della pubblica amministrazione, mentre di ben oltre i 5.000 euro all'anno è l'onere burocratico sostenuto mediamente da una singola impresa agricola;
considerato che:
serve un impegno preciso e realizzabile in tempi certi per migliorare il rapporto tra utenti e pubblica amministrazione, nonché un legame basato su alcune direttrici fondamentali, quali un maggiore coordinamento tra le amministrazioni, l'implementazione delle nuove tecnologie informatiche e telematiche e l'accesso diretto alla rete;
in assenza di tali presupposti, la stagnazione dell'economia in senso più generale si traduce in un forte ostacolo alla crescita del settore agricolo con incidenze negative sull'occupazione e la competitività,
si chiede di sapere:
se e quali iniziative siano state assunte onde evitare i disagi descritti;
se i Ministri in indirizzo intendano attivarsi per far applicare il divieto di richiesta di documenti già in possesso della pubblica amministrazione, prolungando la validità di quelli già presentati;
se non reputino opportuno, al fine di ridare dinamismo alla crescita ed allo sviluppo del settore agricolo, attivare lo "sportello unico" per le imprese su tutto il territorio nazionale e dare esecutività immediata alla dichiarazione unica d'inizio di attività, uniformando i tempi tecnici per le istruttorie, unificando le modalità e i tempi di controllo, utilizzando, infine, un unico strumento di verifica del reddito per i servizi assistenziali.
(4-03197)
MOLINARI, VACCIANO, GAETTI, DONNO, BERTOROTTA - *Al Ministro dell'interno* - Premesso che, a quanto risulta agli interroganti:
in data 22 maggio 2013, con delibera consiliare n. 19, il Comune di Cariati (Cosenza) ha approvato il piano di riequilibrio finanziario (cosiddetto predissesto) ai sensi dell'art. 243-*bis* e seguenti del testo unico in materia di ordinamento degli enti locali di cui al decreto legislativo n. 267 del 2000,

trasmesso (nei 5 giorni successivi) alla Direzione centrale della finanza locale del Ministero dell'interno;

in una nota del Ministero dell'interno, notificata il 28 agosto successivo, venivano contestati al Comune pesanti rilievi in merito al piano di riequilibrio finanziario pluriennale, in relazione all'avviata procedura del predissesto, i maggiori tra i quali riguardavano la massa passiva (indicata dal Comune nell'importo di 8.869.333,90 euro) che dovrebbe essere ripianata con la vendita dei beni patrimoniali disponibili del Comune. A questo proposito il Ministero rilevava che non sussistevano elementi certi e credibili in ordine alla vendita dei beni del Comune, la cui previsione (stimata in 12.488.340,07 euro) è una "somma che non risulta comprovata da specifiche indagini di mercato o indicazioni di manifestazioni di interesse all'acquisto". Nella medesima nota veniva rilevato che i debiti fuori bilancio, quantificati in un punto del piano predisposto dal Comune nell'importo di 3.421.068,77 euro, non coincidono con la somma riportata nel ripiano dei debiti fuori bilancio, dell'importo di 2.347.850,69 euro. Inoltre, i residui attivi e passivi non sarebbero attendibili in quanto non suffragati da una revisione straordinaria, come vuole la legge. Il Ministero afferma che "Inoltre, non vengono stimate le passività potenziali che potrebbero derivare dal contenzioso pendente", che ammonta a svariati milioni di euro, e che non sono state date le informazioni necessarie sull'equilibrio dei fondi a gestione vincolata, il che deporrebbe sfavorevolmente sull'esistenza di un equilibrio di bilancio;

dal piano di riequilibrio del Comune di Cariati non è derivato alcun miglioramento ed anzi si è aggravata la situazione deficitaria, e già largamente compromessa, dell'amministrazione comunale. Dalla delibera consiliare n. 31 del 21 luglio 2014, infatti, avente ad oggetto l'"approvazione rendiconto finanziario esercizio 2013", si evidenzia che il disavanzo di amministrazione del 2013 (pari a 1.866.446,40 euro) è peggiorato rispetto a quello dell'anno precedente, il 2012 (pari a 1.251.599,41 euro);

il 17 gennaio 2014 è stata depositata la sentenza del Consiglio di Stato n. 209 del 2014 con cui è stato respinto il ricorso n. 904 dell'11 settembre 2013, avente ad oggetto l'annullamento ad opera del TAR della Calabria, che ha annullato la delibera del Consiglio comunale di Cariati n. 63 del 29 novembre 2012 con oggetto "esercizio 2012 salvaguardia degli equilibri di bilancio - art. 193 D.Lgs 267/2000". Di ambedue gli esiti dei procedimenti giudiziari è stata data comunicazione alla Prefettura di Cosenza che ha provveduto, in data 18 aprile 2014, a formale diffida all'amministrazione comunale per l'adozione di una nuova delibera;

sempre ad opera della Prefettura di Cosenza, in data 1° luglio 2014, è stata diretta un'altra formale diffida al Comune sull'adozione, nei tempi previsti dalla legge, della delibera di approvazione del rendiconto consuntivo per l'anno 2013. Di tale situazione sono informati sia la Prefettura che il Ministero a mezzo di reiterate memorie dettagliate e circostanziate ad opera dei gruppi consiliari di opposizione;

il Ministero, con decreto del 19 novembre 2014, ha pubblicato l'elenco dei Comuni inadempienti al rispetto del patto di stabilità anno 2013 e il Comune di Cariati è compreso tra questi, a parere degli interroganti, mesti rappresentanti di sventurate comunità che si vedranno privare, per colpe non loro e non punite individualmente, di una sanzione ammontante a 175.726,66 euro, che verrà trattenuta sui trasferimenti erariali periodicamente accreditati ai Comuni;

considerato che, a giudizio degli interroganti:

il cosiddetto predissesto, da strumento di cautela rischierebbe, in un contesto quale quello delineato nel Comune di Cariati, di diventare uno strumento di perpetuazione degli errori commessi da quella stessa compagine amministrativa le cui inefficienze sono state già fonte di costi per la popolazione amministrata;

consentire ad una simile amministrazione di gestire in via straordinaria ciò che non è riuscita a gestire in via ordinaria servirebbe soltanto a prolungare l'agonia del Comune e a punire immeritatamente i cittadini amministrati, in termini di mancanza dei servizi essenziali e di opere pubbliche e con l'aggravio dell'aumento dei tributi comunali, operando inoltre una sostanziale deresponsabilizzazione degli amministratori pubblici,

si chiede di sapere:
per quali motivi non sia stata attivata la procedura dello scioglimento del Consiglio comunale di Cariati ai sensi dell'art. 141, lettera *a)*, del testo unico che, a giudizio degli interroganti, seppur dolorosa, rappresenterebbe il minore dei mali anche nei confronti dei cittadini che pagano altissimi tributi ricevendo in cambio servizi inadeguati a causa di una gestione scellerata e irresponsabile perpetuata dagli amministratori;
se il Ministro in indirizzo abbia ritenuto di monitorare la situazione del Comune anche al fine di dissipare ogni possibile dubbio circa l'efficienza e l'adeguatezza di un'amministrazione a cui spetta il compito improbo di dover sanare una situazione debitoria la cui entità è stimabile, a giudizio di alcuni consiglieri comunali facenti riferimento all'opposizione, in circa 20 milioni di euro.
(4-03198)
VACCIANO, SIMEONI - *Al Ministro dell'interno* - Premesso che:
da una notizia del 17 dicembre 2014, pubblicata sul quotidiano *on line* "Corriere di Latina", gli interroganti sono venuti a conoscenza dell'irruzione dei Carabinieri negli uffici del Comune di Latina finalizzata all'acquisizione di documentazione relativa alle autorizzazioni rilasciate dalla stessa amministrazione comunale ad una ditta privata per l'edificazione *ex novo* di un fabbricato ad uso residenziale, sito all'interno del comprensorio di centro città denominato "R3". I lavori, iniziati da qualche settimana, sono stati senz'altro preceduti dalla cessione gratuita, a favore del Comune di Latina, delle aree destinate ai servizi generali e al verde pubblico, al fine di conseguire gli *standard* urbanistici necessari per ottenere il requisito primario per costruire, ossia la "volumetria premiale";
inoltre, si apprende che l'indagine è stata avviata in seguito ad un esposto depositato presso la Procura con il quale "vengono ipotizzate una serie di irregolarità per quanto riguarda i canoni applicati per la cosiddetta perequazione e il relativo premio di cubatura concesso dall'ente all'impresa costruttrice";
a parere degli interroganti, confrontando il piano particolareggiato esecutivo approvato nel 1982 con il più recente piano attuativo, approvato nell'agosto 2014, si palesa un'evidente incongruenza che consiste nell'aver concesso cubature residenziali su lotti a cui non è mai stata attribuita o riconosciuta alcuna potenzialità edificatoria;
considerato che:
a parere degli interroganti è essenziale sottolineare che l'ultimo piano particolareggiato esecutivo del quartiere "R3" sia stato approvato con deliberazione della Giunta comunale n. 434 del 7 agosto 2014 e non dal Consiglio comunale;
il vigente piano regolatore generale del Comune di Latina è stato adottato con la deliberazione consiliare 23 febbraio 1968, riadottato con la deliberazione consiliare dell'11 marzo 1971 ed approvato con il decreto del Ministero dei lavori pubblici n. 6476 del 13 gennaio 1972. A parere degli interroganti ciò dimostra che per approvare il piano regolatore generale nel quale sono stati fissati i corrispondenti "*standard* urbanistici", secondo quanto prescritto dall'articolo 3 del decreto ministeriale n. 1444 del 2 aprile 1968, ci si è avvalsi di procedure che non possono essere definite semplificate; difatti, è con la deliberazione consiliare n. 45 del 23 aprile 1982 che fu approvato il primo piano particolareggiato esecutivo del quartiere "R3", comunque conforme alle previsioni della strumentazione urbanistica generale;
con la citata deliberazione della Giunta municipale n. 434/2014 si è invocata la procedura semplificata, di cui all'articolo 1-*bis* della legge regionale del Lazio n. 36 del 2 luglio 1987, e successive modificazioni, per l'approvazione del nuovo piano particolareggiato esecutivo (PPE), in quanto, a detta della stessa Giunta comunale in sede di approvazione, asseritamente conforme al piano regolatore generale e non comportante variante, come attestato dai progettisti che hanno stilato la relazione generale. In tale documento esemplificativo del PPE del 2014, si evince che i progettisti hanno condotto alcune non meglio specificate "attività di analisi", dalle quali sarebbe emerso che la superficie, residenziale e terziaria, del comprensorio avrebbe avuto da sempre una capacità edificatoria maggiore di 6 ettari rispetto a quella dichiarata dal 1968, l'anno in cui fu adottato per la prima volta il piano regolatore generale;

considerato inoltre che, a parere degli interroganti:
è fondamentale venire a conoscenza di quale sia il metodo utilizzato dai progettisti, ossia se nel ricalcolo siano state considerate anche le volumetrie relative agli edifici assentiti con titoli edilizi ordinari, le volumetrie relative agli edifici assentiti con titoli edilizi in sanatoria, le volumetrie relative ad istanze di condono tuttora non denegate;
sarebbe inoltro opportuno chiarire se la determinazione del numero di abitanti già insediati derivi dalle risultanze dei registri anagrafici e, qualora non si sia proceduto a calcolare in maniera regolamentare sia abitazioni che abitanti, è lecito domandarsi se siano state realmente rispettate le prescrizioni elencate nell'art. 3 del decreto interministeriale 2 aprile 1968, n. 1444, riguardanti i servizi generali e verde pubblico;
il nuovo dimensionamento contenuto nella più recente versione della strumentazione urbanistica attuativa non solo non avrebbe potuto essere approvato con i poteri della Giunta municipale invocando la procedura semplificata, di cui all'articolo 1-*bis* della legge regionale n. 36 del 1987, e successive modificazioni, necessitando comunque dell'approvazione del Consiglio comunale, ma, per di più, avrebbe dovuto essere assoggettata alla preliminare approvazione dell'autorità regionale previo l'obbligatorio parere reso da parte del competente comitato regionale per il territorio;
considerato infine che secondo l'art. 138 del testo unico delle leggi sull'ordinamento degli enti locali di cui al decreto legislativo 18 agosto 2000, n. 267, "il Governo, a tutela dell'unità dell'ordinamento, con decreto del Presidente della Repubblica, previa deliberazione del Consiglio dei Ministri, su proposta del Ministro dell'interno, ha facoltà, in qualunque tempo, di annullare, d'ufficio o su denunzia, sentito il Consiglio di Stato, gli atti degli enti locali viziati da illegittimità",
si chiede di sapere:
se il Ministro in indirizzo non intenda verificare se siano state rispettate le previsioni normative vigenti riferite all'ambito di competenza della Giunta e del Consiglio comunale in riferimento all'appropriatezza della sede di approvazione del piano particolareggiato esecutivo e, conseguentemente, se siano stati rispettati i presupposti di legittimità degli atti medesimi;
se non ritenga di dover intervenire in conformità a quanto stabilito dall'art. 138 del testo unico delle leggi sull'ordinamento degli enti locali.
(4-03199)
BUEMI, Fausto Guilherme LONGO - *Ai Ministri dell'ambiente e della tutela del territorio e del mare e della salute* - Premesso che, per quanto risulta agli interroganti:
in data giugno 1998 la ditta Zuccalà presenta al Comune di Galatone (Lecce) un progetto per adibire una cava di tufo dismessa a «Discarica per rifiuti inerti 2° categoria Tipo "a" contrada "Vignali». Da settembre 2008 a febbraio 2009, viene presentato per lo stesso sito, da una nuova ditta, "R.E.I S.r.l.", che ha precedentemente acquistato il terreno dell'ex cava, un «Progetto di adeguamento della discarica di rifiuti inerti alle disposizioni di cui al punto 7.2 del decreto commissariale n. 187 del 9 dicembre 2005». Con la determina dirigenziale n. 181 del 7 agosto 2009 il Comune di Galatone autorizzò soltanto un doveroso adeguamento alle norme di legge e di sicurezza ambientale della struttura al confine tra le comunità di Galatone e Nardò. Nell'agosto 2011 viene nuovamente presentato un progetto di «Ampliamento della discarica monomateriale per rifiuti non pericolosi sita in agro di Galatone (LE) in località Vignali-Castellino (Aut. Provincia di Lecce det. Dir. n. 2323/2009 e n. 83/2011)». Questo nuovo progetto prevede un enorme ampliamento della parte destinata ai prodotti contenenti amianto. Il rapporto tra la parte della discarica contenente amianto e l'altra parte contenente inerti semplici si inverte portando gli inerti a solo il 30 per cento del totale disponibile e il 70 per cento di amianto. Il nuovo progetto naturalmente si avvale delle autorizzazioni ottenute precedenza senza aver previsto pareri sui necessari adeguamenti della struttura;
nella successiva autorizzazione integrata ambientale al progetto di ampliamento della discarica, documento fondamentale per il rilascio dei pareri ambientali, in cui era richiesto il seguente requisito: «Nel raggio di 1 km dal perimetro dell'impianto sono presenti/assenti gli elementi naturali o antropici di seguito elencati», sono state riportate informazioni non del tutto corrette. Infatti: nel raggio di un

chilometro dal perimetro dell'impianto si trovano molte case di abitazione, sia stagionali che residenziali. Ed è in zona paesaggistica; l'impianto stesso è in piena zona agricola, come peraltro si conferma nel prosieguo dell'AIA (alla pagina 4 "l'area interessata dalla piattaforma risulta interamente classificata come zona agricola"); in misura molto più prossima di un raggio di un chilometro c'è la condotta principale dell'acquedotto che collega Nardò e Galatone. Si trovano anche molti pozzi di emungimento a uso privato; a poco più di un chilometro si trova il depuratore finale della fognatura di Galatone; a poco più di un chilometro si trova l'ospedale di Nardò;
se i parametri sono così falsati, risulta falsata tutta la valutazione;
il comitato permanente per la tutela della salute, dell'ambiente e del territorio di Galatone, in data 20 ottobre 2014, per denunciare tali fatti, ha presentato un esposto al Procuratore della Repubblica presso il Tribunale di Lecce, esteso per conoscenza ad altri enti comunali e provinciali e alle forze dell'ordine, richiedendo l'immediato intervento della Polizia provinciale per la verifica della natura dei rifiuti di amianto destinati alla discarica e della loro conformità all'autorizzazione rilasciata e l'immediato intervento del comando dei Carabinieri e ove occorra del prefetto di Lecce per assicurare il rispetto delle prescrizioni di viabilità e sicurezza pubblica nonché l'immediato intervento della Procura in caso di perdurante inerzia degli organi preposti al controllo;
intanto, sempre nello stesso mese di ottobre, alcune balle di rifiuti solidi urbani di frazione umida tritovagliata, giacenti da almeno 9 anni presso la discarica di Cavallino (Lecce), venivano spostati dalla ditta REI e interrati nella discarica di Galatone, solo a seguito di un'autodichiarazione che classificava i rifiuti come CER 19.12.12. Ma è notorio che la frazione umida tritovagliata con codice CER 19.12.12 (sempre che proprio di questo si tratti), in ossequio alla normativa comunitaria e nazionale vigente (direttiva 1999/31/CE e dell'attuativo decreto legislativo n. 36 del 2003), deve essere sottoposta ad ulteriore trattamento per poter essere conferita in discarica. Perciò il presidente della Provincia, Gabellone, dopo averne prima autorizzato lo spostamento, ha, in seguito a sollevazione popolare, vietato il prosieguo delle operazioni di trasferimento in attesa di chiarimenti. Intanto alcuni carichi sono già stati interrati in discarica. E lì sono rimasti,
si chiede di sapere:
se i Ministri in indirizzo, per quanto di competenza, siano a conoscenza dei fatti e se siano previsti particolari interventi da parte dell'Agenzia regionale per la protezione ambientale e della Asl per controllare, dati i gravi profili igienico-sanitari ed ambientali, se siano state rispettate le normative vigenti nelle diverse fasi, sia di rilascio dei permessi sia in corso di gestione;
se siano state predisposte analisi chimico-fisiche, effettuate da ente terzo, del terreno ospitante la discarica, in modo da confrontare periodicamente le eventuali alterazioni dei valori chimico-fisici durante il ciclo di vita dello smaltimento dei rifiuti;
se si conoscano tutte le conseguenze delle dispersioni delle polveri o dei reflui in ogni situazione meteorologica e l'impatto delle emissioni nel contesto di un generale peggioramento della qualità dell'aria nel territorio di Galatone;
se siano noti e controllati il tipo di tutti gli scarichi e i residui dei processi di smaltimento nella cava.
(In allegato al presente atto di sindacato ispettivo è stata trasmessa documentazione che resta acquisita agli atti del Senato.)
(4-03200)
SAGGESE - *Al Ministro della giustizia* - Premesso che:
il decreto legislativo 7 settembre 2012, n. 155, ha operato una riorganizzazione delle circoscrizioni giudiziarie, che è avvenuta attraverso la soppressione di alcuni Tribunali ordinari, ivi incluse le correlate sezioni distaccate e le Procure della Repubblica;
in particolare, il Tribunale di Nocera inferiore è stato interessato da un notevole ampliamento della propria competenza territoriale a seguito dell'accorpamento di due sezioni distaccate, Cava dei Tirreni e Mercato San Severino, in precedenza appartenenti ad altro ufficio giudiziario del medesimo distretto di Corte di appello, il Tribunale di Salerno;
per effetto di tale ampliamento la popolazione amministrata dal Tribunale di Nocera inferiore è passata

dagli originari 272.623 abitanti agli attuali 394.362 abitanti, con un incremento pari al 31 per cento;
l'incremento non si è tuttavia tradotto in un aumento della dotazione organica, come invece avvenuto per altri casi analoghi;
il Tribunale di Ivrea, che dopo la revisione ingloba parte dei territori delle soppresse sezioni distaccate di Chivasso e Ciriè, ha visto rideterminata la propria dotazione organica in 18 magistrati giudicanti, con un incremento di 7 unità rispetto alla precedente dotazione, e in 6 magistrati requirenti, con un incremento di 2 unità;
il Tribunale di Spoleto, che dopo la revisione ingloba i territori delle soppresse sezioni distaccate di Foligno e Todi, vede rideterminata la propria dotazione organica in 11 magistrati giudicanti, con un incremento di 5 unità rispetto alla precedente dotazione, e in 4 magistrati requirenti, con un incremento di un'unità;
situazioni analoghe si registrano negli altri uffici giudiziari interessati dal riordino normativo;
nel caso del Tribunale di Nocera inferiore, pure a seguito di un incremento della popolazione amministrata, la dotazione organica ha subito un aumento di una sola unità per il settore giudicante mentre è rimasta addirittura invariata per quanto attiene alla Procura della Repubblica;
la situazione risulta oggettivamente aggravata dal fatto che il territorio interessato è caratterizzato, per un verso, da un elevato indice di criminalità comune e dalla presenza di organizzazioni criminali di stampo camorristico, per altro verso da una realtà socio-economica connotata da un'indubbia vocazione industriale ed imprenditoriale;
la maggior parte dei procedimenti in materia di criminalità organizzata istruiti nel distretto di Salerno riguardano reati commessi nell'agro-nocerino-sarnese e le relative udienze collegiali si celebrano innanzi al Tribunale di Nocera inferiore;
risulta peraltro annessa al Tribunale un'area caratterizzata dalla presenza di un importante polo industriale e dell'università degli studi di Salerno;
il Tribunale di Nocera inferiore risultava, fin dalla sua istituzione avvenuta nel 1992, sottodimensionato rispetto alle sue reali esigenze sia per il settore giudicante sia per quello requirente, tanto che già negli anni scorsi è stato a più riprese sollecitato un intervento per l'ampliamento della dotazione organica dei magistrati;
la gravità della situazione è stata segnalata agli organi istituzionali, Ministero e Consiglio superiore della magistratura, già al momento della formulazione della prima proposta ministeriale ("proposta Birritteri") e, dunque, ben prima dell'entrata in vigore della riforma;
la segnalazione è avvenuta sia attraverso alcuni incontri organizzati dall'Associazione nazionale magistrati (ANM), alla presenza di rappresentanti istituzionali, sia attraverso una serie di documenti sottoscritti dai capi degli uffici e dagli organismi dell'ANM e dell'avvocatura, in cui è stato evidenziato che la scelta ministeriale è stata il frutto di un'erronea o incompleta valutazione del dato delle sopravvenienze, considerato quale principale parametro di riferimento in sede di determinazione delle nuove dotazioni organiche degli uffici giudiziari;
la necessità di un intervento in via di urgenza è stata, inoltre, rappresentata agli organismi ministeriali nel corso di alcuni incontri presso il Ministero della giustizia, in particolare con i sottosegretari e con il capo dipartimento;
il primo anno di operatività della riforma ha fatto registrare per l'ufficio giudiziario un consistente aumento del numero delle sopravvenienze, sia nel settore civile sia nel settore penale;
tale situazione, destinata ad aggravarsi nell'immediato futuro, determinerà a breve la paralisi dell'intero sistema giustizia nell'ambito del circondario, qualora non si provvedesse ad una revisione urgente delle dotazioni organiche e del personale amministrativo;
per il settore civile si registrano significativi aumenti nel numero delle sopravvenienze stimabili in una percentuale media superiore al 21 per cento, con punte di più del 50 per cento per quanto riguarda le separazioni giudiziali e del 30 per cento per quanto riguarda i divorzi;
per il settore penale, l'analisi del dato delle sopravvenienze nei primi 6 mesi del 2014 ha consentito di valutare per l'ufficio di Procura un aumento del numero dei procedimenti iscritti a Mod.21 (registro

noti) di circa il 35 per cento rispetto ai primi 6 mesi dell'anno 2013;
per quest'ultimo settore si pone altresì il problema di evitare un eccessivo allungamento della durata dei procedimenti, che espone al rischio dell'estinzione degli stessi per decorrenza dei termini di prescrizione;
a giudizio dell'interrogante si dovrebbero adottare iniziative urgenti affinché si ponga rimedio alla gravità della situazione e perché si possa giungere, in tempi rapidi, ad un congruo adeguamento delle dotazioni organiche dell'ufficio giudiziario di Nocera inferiore, come già accaduto in precedenza per quello di Milano che presentava problematiche simili, in modo da consentire ai magistrati di amministrare la giustizia in modo razionale, tempestivo e dignitoso nell'interesse primario dei cittadini,
si chiede di sapere:
se il Ministro in indirizzo sia a conoscenza di tale situazione;
quali urgenti iniziative voglia assumere, anche attivandosi entro i limiti di propria competenza presso il Consiglio superiore della magistratura, per risolvere la situazione.
(4-03201)

Interrogazioni, da svolgere in Commissione

A norma dell'articolo147 del Regolamento, le seguenti interrogazioni saranno svolte presso le Commissioni permanenti:
8ª Commissione permanente(Lavori pubblici, comunicazioni):
3-01529, del senatore Cappelletti ed altri, sulla realizzazione del tratto autostradale della A31 Valdastico Nord;
10ª Commissione permanente(Industria, commercio, turismo):
3-01530, del senatore Girotto ed altri, sulla gestione della Sogin.

Interrogazioni, ritiro di firme

Il senatore Pagliari ha dichiarato di ritirare la propria firma dall'interrogazione 3-01439, della senatrice Pezzopane ed altri.

SERVIZIO INFORMATICA

Il presente fascicolo raccoglie i testi di tutti gli atti parlamentari relativi all'iter in Senato di un disegno di legge. Esso e' ottenuto automaticamente a partire dai contenuti pubblicati dai competenti uffici sulla banca dati Progetti di legge sul sito Internet del Senato (http://www.senato.it) e contiene le sole informazioni disponibili alla data di composizione riportata in copertina. In particolare, sono contenute nel fascicolo informazioni riepilogative sull'iter del ddl, i testi stampati del progetto di legge (testo iniziale, eventuale relazione o testo-A, testo approvato), e i resoconti sommari di Commissione e stenografici di Assemblea in cui il disegno di legge e' stato trattato, sia nelle sedi di discussione di merito sia in eventuali dibattiti connessi (ad esempio sul calendario dei lavori). Tali resoconti sono riportati in forma integrale, e possono quindi comprendere contenuti ulteriori rispetto all'iter del disegno di legge.